HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 1

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 1
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos sessenta:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Molina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestadores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] "O Globo" – Sexta-feira, 24 de maio de 2002:
"O último secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Molina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime Autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contra golpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Integrou o Alto Comando do Exército e o Alto Comando das Forças Armadas;
- Foi membro do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- No exterior: instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai;
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras.

Entrevista realizada no dia 15 de março de 2000.

É com emoção que presto depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Movimento de Descomunização do Brasil, em março de 1964, em defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro, buscando também participar do processo de restauração da disciplina e hierarquia no Exército. É de lamentar que tal episódio, que dignifica a Mocidade Militar de nosso País, seja ignorado, até mesmo por nosso público interno, sendo às vezes objeto de ironia e até de maldosa crítica, partindo dos que desconhecem razões e verdadeira versão dos fatos.

Creio que o esforço que este Projeto vem desenvolvendo, no sentido de resgatar a memória da participação do Exército em fatos importantes, colocará um ponto final nos conceitos desabonadores, frutos da ignorância, da maledicência ou de má fé, com relação ao assunto em questão.

Valho-me da oportunidade que se me oferece – destinando espaço para livre dissertação – para tecer comentários preliminares que nos levarão à melhor compreensão deste assunto.

A implantação do comunismo na Rússia, nas duas primeiras décadas do século XX, despertou natural curiosidade em todo o mundo, da qual não se poderiam alhear os jovens. Jamais esquecerei que, no decênio de 1920, cursando o Colégio Militar do Rio de Janeiro, vi vários jovens companheiros, empolgados com as novas idéias, tornarem-se simpatizantes ou mesmo comunistas diante da sistemática pregação de professor respeitável, responsável pela arregimentação dos primeiros prosélitos da doutrina comunista nas Forças Armadas.

Logo, iríamos encontrá-los em várias oportunidades, ao longo da carreira, como ativistas perigosos, pois seriam oficiais destacados por sua inteligência, destemor e liderança.

O processo de expansão da doutrina comunista incorporou vários países da Europa, que passaram a integrar o bloco comunista como satélites da Rússia; muitos deles contra a vontade de seu próprio povo. Em pouco tempo, o continente americano passou, também, a ser objeto de cogitação expansionista, e o Brasil seria um dos alvos preferidos por muitas razões. No decênio de 1930, houve a primeira tentativa, conhecida como Intentona Comunista de 1935, deflagrada em alguns Estados nordestinos e no Rio de Janeiro. Fixemo-nos nos levantes desta cidade: no 3º RI (Praia Vermelha), liderado por Agildo Barata, onde encontraríamos vários dos ativistas doutrinados pelo Cel Prof Isnard Dantas Barreto, enquanto que nos levantes da Escola de Aviação Militar e do 1º Regimento de Aviação (Campo dos Afonsos), entre seus líderes, estava nosso companheiro Ivan Ribeiro, dileto aluno do Prof Isnard. A resposta foi categórica e o comunismo perdeu o

primeiro embate. Entretanto, ficara evidente que, se o expansionismo comunista cogitasse dominar o Brasil, teria antes que minar suas Forças Armadas.

Causa-me estranheza constatar que tardassem tanto os líderes comunistas a compreender que o caminho natural para abalar a coesão das Forças Armadas seria o domínio de suas escolas, em todos os níveis. No decênio de 1950, um grupo de ativistas do comunismo, já Oficiais Superiores, passou a atuar na Diretoria Geral do Ensino (DGE), e lá conseguiram aprovar, com atuação perseverante e agressiva, um novo Regulamento da AMAN, descaracterizando a essência básica de nossa principal Escola de Formação de Oficiais do Exército, deformando o Espírito Militar e seus padrões. Tornou-se conhecido como o Regulamento de 58, que teria duração efêmera; mesmo assim, em apenas três anos de aplicação, conseguiu comprometer, em nossa Academia Militar, a mística e o ritual castrenses, apanágios de nossa carreira.

Em 1960, providencialmente, assumiu o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército, o General-de-Divisão Humberto de Alencar Castello Branco que, em 1961, foi nomeado Chefe da Diretoria Geral de Ensino, órgão que daria origem ao atual Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).

O General Castello Branco, de imediato, percebeu a ardilosa manobra do grupo esquerdista, afastando aqueles oficiais de seus cargos e substituindo a cúpula da AMAN, para a qual foram nomeados: Comandante, o Gen Bda Adalberto Pereira dos Santos; Subcomandante, o Cel Emílio Garrastazu Médici, e Comandante do Corpo de Cadetes, o Cel Antonio Jorge Corrêa.

Ao assumir as funções de Comandante de Corpo de Cadetes, deparei-me surpreso com uma situação que, em síntese, era a clara descaracterização do ambiente e da sistemática de formação e de ensino de uma Academia Militar.

Destaco que o Regulamento de 58 contemplava o ensino, então chamado universitário, com carga horária maior que o dobro da que se destinava ao ensino militar, numa manifestação evidente do desprestígio da formação específica da Academia; pretendendo fazer, daquele Centro, uma universidade leiga e indiferente às suas origens e finalidades.

Os reflexos destes dispositivos regulamentares foram desastrosos do ponto de vista da formação dos oficiais: impediam a disciplina que se espera de uma Academia Militar; a liberdade pessoal chegava a tornar-se incompatível com a seriedade e respeitabilidade de um ambiente militar; no Conjunto Principal da Academia Militar, estabeleceu-se o ambiente normal de uma universidade, isto é, as turmas deslocavam-se em passo sem cadência, dispensadas de continências e outros sinais de respeito; o mais grave é que este contexto de normas, situações e praxes parecia concorrer para deterioração e até o desprestígio dos ideais e do

espírito militar. Em outras palavras, repetimos: tornando-a mais uma Escola Leiga do que uma Academia Militar.

Por outro lado, o aspecto ideológico que se difundia na Academia, se tornara comprometedor a ponto de criar-se uma célula comunista, que operava, abertamente, sobretudo na Cadeira de Português; destaquem-se aqui as ligações francas desta célula com a UNE, do Rio de Janeiro. Tão logo se comprovou este triste e inédito quadro, foram tomadas necessárias providências que abortassem sua continuação: substituiu-se o Cel Prof Manoel Cavalcante Proença identificando-se e afastando os participantes, do que resultou o desmantelamento do sistema.

Após inspecionar a AMAN, nos meados de 1960, o Gen Castello Branco determinou ao seu Comandante que indicasse dois Oficiais Superiores para integrarem uma Comissão para elaboração de novo Regulamento da Academia, em que ficaria explicitada a mudança de procedimentos basilares, voltando sua tradicional formação a ter características que a consagraram.

Já naquela época, estava em voga a Doutrina da Guerra Revolucionária, e o Gen Castello Branco vislumbrou que, pelo aprofundamento de seu estudo, poder-se-ia fortalecer a convicção democrática dos militares de nossas Escolas, ao mesmo tempo em que se lhes dava a conhecer os insidiosos processos de penetração comunista, com vistas ao proselitismo e ao domínio das Organizações, nos seus vários campos de atividade.

Revogado o nefasto Regulamento de 58 e com a aplicação de novas diretrizes, foi possível, nos decênios de 1961 e 1962, restabelecer-se o primado da profissão militar, da hierarquia, da disciplina, do culto dos nossos heróis e do civismo genuíno.

Nos meados de 1962, equipes selecionadas de todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército participaram de estágios realizados na DGE, destinados à preparação e à padronização de procedimentos na execução de planos e programas de Guerra Revolucionária, previstos na Nota de Instrução baixada pelo Estado-Maior do Exército.

No início de 1963, o Gen Bda Pedro Geraldo de Almeida foi substituído no Comando da Academia Militar pelo Gen Bda Emílio Garrastazu Médici que, tão bem, a conhecia, pois participara, como seu Subcomandante, nos decênios de 1960 e 1961. De imediato, o novo Comandante organizou sua equipe, levando-me como seu Subcomandante e o Cel Moacyr Barcellos Potyguara como Comandante do Corpo de Cadetes.

Considerando que, na verdade, de 1960 a 1963, houve profunda mudança no panorama geral do nosso País, onde o comunismo avançava firmemente na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem nas Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando sua coesão, um

dos primeiros atos do Gen Médici foi nomear um Grupo Especial de Trabalho (GET), sob minha chefia, para intensificação do estudo da Guerra Revolucionária, sendo constituídos quatro grupamentos: 1) Oficiais do Corpo de Cadetes e do Batalhão de Comando e Serviços; 2) Cadetes; 3) Subtenentes e Sargentos do BCS e 4) Oficiais do Magistério e da Administração.

O GET, por determinação do Comandante da AMAN, estruturou-se como um Estado-Maior Operacional, para acompanhar a evolução dos acontecimentos no País; planejar o emprego da tropa; prever o controle das atividades na área de Resende e tudo que pudesse advir em caso de anormalidade nas áreas política e militar. Durante aquele ano, o Comandante da AMAN manteve contato constante com os Comandantes do II Exército, 4ª RM/DI e alguns Chefes Militares da Guanabara. Por outro lado, o Gen Médici acompanhava, de perto, o desenrolar das atividades do GET, na instrução de Guerra Revolucionária e como Estado-Maior Operacional.

A Academia é uma organização militar complexa, porque é muito heterogênea. Gira em torno do Corpo de Cadetes, a razão de ser da própria Academia, que possuía, naquela época, cerca de 1.500 cadetes e um total de 130 oficiais instrutores, altamente selecionados, sendo que 12 pertenciam ao Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA). Uma outra complexidade, o Batalhão de Comando e Serviços, que é feito para apoiar a Academia, vale dizer o Corpo de Cadetes e a Administração, naquela ocasião tinha 450 sargentos. Os sargentos, sem nenhum demérito para eles, eram alvos preferidos pelo comunismo para o proselitismo. Além disso, tinha o Magistério, mais diferente e variado. Havia catedráticos chefes de Cadeiras, professores adjuntos, uma série de coisas muito complexas. Para o ensino da Guerra Revolucionária, o efetivo da Academia foi dividido em grupamentos, como já foi mencionado. Os oficiais do Corpo de Cadetes e do Batalhão de Comando e Serviços receberam instrução do GET a ser repassada a seus comandados. O objetivo era não mexer no Corpo de Cadetes e não prejudicar a estrutura orgânica. Deixou-se ao Coronel Potyguara, aos Instrutores-Chefes, que eram Comandantes de Curso e aos Comandantes de Companhia, a responsabilidade de transmitir tudo aos cadetes. No Batalhão de Comando e Serviços, os oficiais que recebiam as instruções transmitiam-nas aos sargentos. O grupo de professores teria a instrução de Guerra Revolucionária do próprio Comandante ou do Subcomandante da AMAN sob a forma de Boletins Informativos, freqüentes reuniões, troca de idéias etc. Assim, transcorreu o ano de 1963.

A preparação psicológica se fez através do estudo da Guerra Revolucionária, como pensou muito bem o General Castello Branco, e, ao mesmo tempo, o Estado-Maior Operacional trabalhava sobre a eventualidade de conflito, perturbação da ordem ou modificação na vida do País.

Em 1963, o General Médici, como vimos, manteve um contato estreito, muito estreito e permanente, com o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, com o General Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/DI), e com oficiais generais da Guanabara, não os comandantes que estavam à frente da tropa, mas chefes já identificados com a idéia de que o comunismo estava tomando conta de tudo. O General Médici mantinha rigorosamente informados os oficiais mais próximos a ele. Nosso Comandante, sempre esteve muito atento quanto ao fato de procurar sentir a penetração dos ensinamentos em todos os grupamentos. Ele sabia do andamento da instrução de Guerra Revolucionária e dos trabalhos do Estado-Maior Operacional.

Gostaria de comentar sobre quais eram os objetivos fixados pelo Estado-Maior do Exército para a instrução de Guerra Revolucionária:

– Preparar o Exército, psicológica e materialmente, para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva, através:

• do fortalecimento dos militares – ativa e reserva – quanto à consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira;

• do conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que se tornassem claras as suas características contrárias à formação brasileira, e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo;

• da instrução relacionada com a tática e técnica da Guerra Revolucionária e das operações especiais.

O General Castello Branco tocou no ponto nevrálgico da questão. Através do estudo da Guerra Revolucionária, nós nos preparávamos, fortalecendo os fundamentos democráticos, mas também passando a conhecer como atuavam os comunistas.

Assim, chegamos às vésperas do Movimento de Março de 1964. Para se ter uma idéia de como estávamos atentos ao problema, vou ler a Nota Especial de Serviço do General Médici datada de 30 de março.

NOTA ESPECIAL Nº 1/64

"1) É inegável que o País está vivendo dias intranqüilos. O que está acontecendo é do conhecimento de todos os meus comandados, pois este Comando não tem outras informações que não sejam as que, ostensivamente, divulga a imprensa falada, escrita e televisiva.

2) A esta Academia Militar, como parte integrante da Instituição Militar vigente no País, cabe, fundamentalmente, prosseguir no cumprimento de sua no-

bre missão e garantir, até a última instância, a manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina, de comportamento correto e digno em todas as circunstâncias, mesmo as mais adversas.

3) Informo aos meus comandados que este Comando estará rigorosamente atento aos acontecimentos e que divulgará, em tempo oportuno, as decisões que provenham dos Escalões Superiores, bem como aquelas que julgar mais adequadas às situações que se apresentarem. (Vejam como o General Médici penetrou no problema!)

4) Sei, pela vivência que tenho com todos os meus comandados, de suas preocupações, que não são maiores que as minhas. Por isso, concito a todos, e a cada um em particular, que mantenham a tranqüilidade, a calma e a serenidade necessárias à exação do cumprimento dos deveres profissionais e à confiança na ação do Comando, que será clara e justa na hora aprazada.

5) Torno claro, neste momento, que as características peculiares dessa Instituição ímpar do Exército impõe a todos os meus comandados, para qualquer atitude ou ação, um sentido único de união, coesão e vontade de convergir esforços para cumprir as decisões do Comando."

Na tarde de 31 de março, às 17h30min, o General Comandante recebeu do I Exército a determinação de colocar e manter em prontidão o Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, em face do "levante do povo de Minas Gerais, com apoio das forças federais e estaduais sediadas naquele Estado, contra o Governo Federal".

Nessa mesma hora, a imprensa falada começava a noticiar os acontecimentos de Minas. A decisão do Comandante da AMAN foi de:

• cumprir a determinação do Comando do I Exército, quanto ao Batalhão de Comando e Serviços;

• ativar o Estado-Maior Operacional, já constituído, para a atualização do estudo de situação, planejamento de possíveis ações e acionamento dos elementos de informações.

Foram realizadas as seguintes ações:

• início dos trabalhos do Estado-Maior Operacional;

• acionamento do Sistema de Informações; e

• execução do Plano de Emprego do Corpo de Cadetes em ações de Segurança Interna.

Passo a relatar os acontecimentos de 18h de 31 de março até às 6h de 1º de abril.

Já na primeira parte desta noite, os pronunciamentos e as adesões de vários chefes militares, governadores e outras autoridades definiram o sentido nítido do

movimento revolucionário, iniciado em Minas Gerais: a destruição do processo de comunização instalado no País.

Às 2h da manhã, o QG revolucionário da Guanabara, através de contato direto do General Costa e Silva com o comandante da AMAN, confirmou a deflagração geral da Revolução e solicitou o apoio da Academia Militar, particularmente em face da situação ainda indefinida da Guarnição Federal no Estado do Rio. O General Comandante garantiu-lhe o apoio, na medida das possibilidades máximas da Academia.

Às 2h30min da manhã, o Comandante do II Exército informou, em contato direto com o General Comandante, ter aderido ao movimento revolucionário e que havia determinado a marcha de forças do II Exército sobre a Guanabara, pelo eixo da BR2.

Ao pedido de apoio feito pelo General Kruel, o General Comandante da AMAN hipotecou-lhe a garantia de passagem livre, das forças sob o seu comando, na região de Resende.

Às 3h da manhã, o Comando do I Exército informou ao General Comandante da AMAN haver determinado o deslocamento do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) para São Paulo, pela BR2, prevendo a passagem em Resende às 12h de 1º de abril. As informações recebidas indicavam, até às 6h da manhã, o seguinte:

• I Exército: situação indefinida, na cidade do Rio de Janeiro; 4ª DI deslocando-se sobre a Guanabara; GUEs iniciando deslocamento de alguns elementos na direção de São Paulo; e a 1ª DI deslocando-se na direção de Juiz de Fora;

• II Exército: deslocando o grosso de suas unidades na direção da Guanabara.

Decisão do Comandante da Academia, às 2h30min do dia 1º de abril:

• integrar a AMAN no movimento revolucionário;

• garantir a passagem do II Exército na região de Resende e concretizar imediatamente a vigilância sobre os pontos críticos do eixo da BR2 entre Itatiaia e Barra Mansa, em ligação com o 1º BIB e o 5º RI.

As seguintes ações foram realizadas:

• estudo de situação continuado, pelo Estado-Maior Operacional;

• intensificação do acionamento dos meios de busca de informações, em particular sobre os aspectos referentes à segurança de todos os bens e serviços de utilidade pública, na área da guarnição;

• envio de Oficial de Ligação para as forças do II Exército;

• emprego de tropa do BCS para a vigilância da BR2, no trecho Itatiaia e Barra Mansa; Ordem Preparatória ao Corpo de Cadetes sobre seu possível emprego;

• plano de emprego de agentes, no controle de órgãos locais de difusão e de fornecimento de energia;

• plano de requisição de suprimentos críticos;

• plano de requisição de meios de transporte;

• plano de segurança de órgãos de utilidade pública, situados na região de Resende;

• plano de contenção de reações em Resende, na CHEVAP e em Itatiaia.

Foram acionados elementos para o domínio de todos os setores do Município de Resende. Já havia equipes com a missão determinada, há muito tempo, treinando, de modo que instantaneamente a Academia tomou conta do governo da cidade, das comunicações telefônicas, do controle do transporte ferroviário e rodoviário, das questões relativas a suprimentos, enfim, tudo isso atendido prontamente.

Alguns fatos ocorridos nesse período merecem registro.

Quando tivemos a informação do comando do I Exército de que o GUEs havia partido pela BR2 em direção a São Paulo, imediatamente um oficial superior que já estava designado saiu em direção ao Rio de Janeiro – descaracterizado, usando uma peruca, óculos escuros e uma camisa "avançada" (tipo malandro) num "fusca" muito velho, com a placa do Rio de Janeiro – e encontrou o Grupamento ainda naquela grande reta; antes do Belvedere. Lá constatou que o comandante do mesmo era o General Anfrísio da Rocha Lima, Comandante do GUEs, que se fazia acompanhar do Comandante do REI, Coronel Abner Moreira, e do Comandante do GEsA, Coronel Aldo Pereira. Nosso agente manteve-nos informados sobre o deslocamento do GUEs durante toda a jornada.

Durante os trabalhos do Estado-Maior Operacional, havia sido deliberado que, se a Academia se sublevasse, ela deveria alardear isso, tornar público essa posição. Então, já tínhamos elaborado um texto que teria que ser adaptado à situação existente. Essa proclamação, "Irmãos em Armas" era exatamente isso.

Com relação ao governo da cidade, o prefeito, que tinha sido meu colega no Colégio Militar, quando tomaram a sua Prefeitura, foi à Academia, e disse que queria falar comigo. Eu lhe disse que iríamos conversar com o General Médici. O General Médici deu ordem para que o acompanhassem até o quarto piso, onde ele seria seu hóspede por alguns dias. O General era um homem sensível, e o Prefeito, o Augusto, teve que se sujeitar ao que ele queria.

Os acontecimentos do dia 1º de abril, das 6h da manhã até o meio-dia, definiram, às primeiras horas da manhã, o quadro de operações no Vale do Paraíba, com a possibilidade do encontro de forças dos I e II Exércitos.

As informações disponíveis indicavam que o choque inicial poderia ocorrer dentro da área da guarnição de Resende, diante dos dados reais de progressão dos elementos oponentes.

Decisão do Comandante da AMAN:

• pôr em execução os planos referentes ao controle da localidade de Resende;

• empregar o Corpo de Cadetes para impedir o acesso das forças do I Exército à região de Resende, até a chegada do II Exército (5º RI).

As ações realizadas, no âmbito da AMAN, foram:

• desde cedo: ocupação de pontos de interesse na localidade de Resende;

• às 8h30min, foi lançada a Vanguarda do Corpo de Cadetes, pelo eixo da BR2, para a região de Barra Mansa, com a missão de estabelecer ligação com o 1º BIB e contato com os elementos do I Exército que progrediam para oeste;

• nessa mesma hora, para caracterizar o verdadeiro sentido histórico do emprego do Corpo de Cadetes em operações efetivas, foi divulgada por todos os meios disponíveis, para todo o País e, em especial, para as forças oponentes, a Proclamação "Irmãos em Armas", lida a seguir:

IRMÃOS EM ARMAS

Por que a AMAN empunhou Armas em Defesa da Democracia

(Proclamação lançada na manhã de 1º de abril de 1964, ao se deslocarem os cadetes para a Guanabara, na vanguarda do II Exército.)

"Aqui estão os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar.

A AMAN, ao adotar a atitude que tomou – que nossa presença aqui materializa – pensou principalmente na validade eterna dos princípios de disciplina e hierarquia que tem sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a Mocidade Militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir a seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria.

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos que, no fundo, cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos, nossa atitude significa, também, a tentativa patriótica de evitar o desperdício de energias que, talvez, venham a ser necessárias à defesa de nossos lares e das tradições que têm marcado nossa existência.

Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu. A Aca-

demia, por seus orientadores diretos, aqui está disposta a cumprir, na íntegra, tudo quanto nos tem sido ensinado como sagrado e proveitoso para a Pátria. Não tenteis cortar sem maior ponderação, no seu nascedouro, tantas vocações capazes de gerar, para a condução do destino do Brasil, os chefes de que carece a grande Nação a que todos, com orgulho, pertencemos.

Militares do Exército Brasileiro: que não seja esta a via dolorosa para vossas consciências e para a herança de vossos descendentes.

Unidos, teremos todos a gratidão da Pátria; se nos desaviermos, por certo o Brasil um dia nos condenará como autênticos dilapidadores do poder energético que tantos sacrifícios custaram a nossos antepassados.

Irmãos: que a Bandeira Brasileira, que tremula altaneira nos nossos mastros e reflete os sentimentos cristãos de nossos corações, nos cubra a todos e inspire nossas ações, nesses momentos graves de nossas vidas, tão úteis e necessárias à grandeza do nosso querido Brasil."

Essa Proclamação foi ao ar, e quando o major telefonou de Belvedere, informando que as tropas estavam se dirigindo para Resende, nosso grupo teve uma conversa. O General Médici não estava, e eu disse que seria interessante entregar um exemplar dessa proclamação ao Comandante do Grupamento. O Coronel Obino Lacerda Álvares, que era Chefe da Divisão de Ensino, se propôs a fazê-lo. O General Médici aprovou a idéia, assinou o exemplar e o Coronel pegou o jipe e seguiu. Passou pelo QG do Coronel Potyguara, na fábrica Dupont, ultrapassou nossos elementos mais avançados e entregou o exemplar ao Gen Anfrísio. Esse, estou supondo, deve ter feito contato com o Rio de Janeiro, para receber instruções. O Coronel Comandante do REI avançou um pouco até certificar-se de nossas posições e, então, parou todo o dispositivo.

A Artilharia (GEsA), por ordem do Cel Aldo Pereira, entrou em posição com uma de suas Baterias de Tiro, a que vinha na Vanguarda do Grupo. No entanto, as duas outras, que marchavam mais a retaguarda, em vez de buscarem a área de desdobramento do Grupo para ocupar posição, continuaram o deslocamento, passando direto para o nosso lado, o que ocorreu sob a liderança do S3 da Unidade, de comum acordo com os dois Comandantes de Bateria, os quais chegaram à AMAN na tarde do dia 1º de abril. Assim, a nossa Artilharia ganhou mais duas Baterias de Obuses importantes. Cumpro dever de justiça citando os nomes dos oficiais Comandantes dessas duas Subunidades: Affonso de Alencastro Graça e José Antonio Silveira.

Exatamente. Só vieram duas Baterias de Obuses (as 1ª e 3ª) porque a 2ª, a do Ten Hamilton Sanches, já estava em posição, não tendo como segui-las.

Às 9h30min, partiu o grosso do Corpo de Cadetes para a ocupação de posições, a cavaleiro da BR2, a fim de barrar a estrada na altura do Ribeirão da Divisa, pelo menos até o fim da jornada.

Às 11h30min, o 1º Escalão do II Exército, representado pelo 5º RI, aproximou-se de Resende. Ainda naquela manhã foi emitida, por todos os meios de divulgação possíveis, a Proclamação "Irmãos das Forças Armadas", com a qual os cadetes tornaram público mais um apelo, agora a seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, buscando o seu apoio em benefício da causa comum. Vou ler:

IRMÃOS DAS FORÇAS ARMADAS!

"Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, deixando os bancos escolares, onde, com dedicação e desprendimento, preparam-se com sacrifícios diuturnos para a preservação dos valores fundamentais da Sociedade Nacional, o fazem com legítimo orgulho de poder contribuir, embora no início de sua vida militar, com uma parcela de desassombrado patriotismo e inexcedível altruísmo para a permanência de nossa querida Nação em seus invejáveis desígnios históricos.

Nesse momento, dirigem a todos os integrantes das Forças Armadas e, de modo especial e fraterno, aos seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, um patético apelo para que ombreiem consigo, nesse momento histórico que o povo brasileiro vive, em busca da tranqüilidade da Ordem e da Justiça, valores inalienáveis de uma sociedade organicamente estruturada.

Em troca desta inestimável solidariedade, os cadetes de Caxias oferecem toda a pujança de seu brio de jovens idealistas e toda a determinação de se esforçarem, até além da medida de suas forças, para a manutenção dos princípios religiosos, morais e culturais, que sempre constituíram traços inconfundíveis da civilização pátria e apanágio glorioso de nossos antepassados.

Que se mesclem os símbolos da Pátria ao pulsar de nossos ardentes corações, para que em breve possamos perceber os acordes maviosos da paz, da união e do respeito a tudo quanto aprendemos a honrar e glorificar, tornando-se aptos a, juntos, proclamarem a vitória do Brasil."

No período de 12h às 20h, ocorreram os seguintes fatos principais:

• estabeleceu-se e manteve-se o contato das forças oponentes na região de Barra Mansa, sem qualquer ato de hostilidade;

• foi estabelecida, pelo Corpo de Cadetes, uma posição defensiva, na região de Ribeirão da Divisa;

• o 5º RI cerrou para a região Este de Resende;

• o 2º RO 105 e a Bateria de Obuses do CPOR de São Paulo estacionaram na área da AMAN;

• chegou à Estação de Agulhas Negras, por via férrea, a 1ª Companhia do 2º Batalhão de Carros de Combate Leve;

• atingiu a região de Itatiaia, onde estacionou, o 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado;

• ultrapassaram a linha de contato, sendo acolhidas pelo Corpo de Cadetes e encaminhadas para a AMAN, duas Baterias de Obuses do Grupo Escola de Artilharia;

Às 13h, o General Comandante recebeu a comunicação de que o Comandante do I Exército (nas funções de Ministro da Guerra – General Armando de Moraes Âncora) e o Comandante do II Exército reunir-se-iam, para uma conferência, nesta Academia Militar.

Às 18h, após a recepção dessas autoridades com as honras militares devidas, realizou-se a conferência, ficando decidido: suspensão das operações no Vale do Paraíba e o regresso das tropas aos respectivos quartéis.

O Comandante da Academia tomou as seguintes decisões:

• manter o sistema de segurança interna da AMAN, bem como o da guarnição;

• realizar o retraimento do Corpo de Cadetes, após a substituição pelo 5º RI.

Algumas ações foram realizadas, tais como:

• continuação do reconhecimento e busca de informes na área da guarnição;

• medidas preventivas contra todos os indícios de articulação do processo subversivo;

• integração do Plano de Emprego do Corpo de Cadetes nas operações do II Exército;

• apoio às Unidades do II Exército estacionadas na área da guarnição;

• apoio ao Comando do 1º BIB para solução dos graves problemas surgidos na área de Volta Redonda e Barra Mansa, em particular os referentes à direção da Companhia Siderúrgica Nacional e aos sindicatos a ela vinculados.

Ali, houve o único ato de maior violência, durante uma tentativa de rebeldia ao controle feito, em Volta Redonda, pelas tropas militares. Foi natural que houvesse prisões. Recebemos esses prisioneiros em uma das alas adrede preparadas para o atendimento de casos como esses. Submetidos a uma investigação, foram liberados gradativamente. Tudo se resolveu lá dentro mesmo, na Academia Militar. Esses foram os fatos desse final de jornada.

Das 20h do dia 1º às 12h do dia 2, ocorreram os seguintes acontecimentos:

• Foi mantido o contato na região de Barra Mansa;

• ao amanhecer, foi realizada a substituição do Corpo de Cadetes por elementos do 5º RI.

Essa substituição foi um ponto muito importante dessa operação, porque foi algo acadêmico, parecia um exercício da EsAO, um exercício com tropa, tudo de acordo com os manuais. O 5º RI foi uma tropa fiel, muito firme, porque houve dificuldade na liberação do 6º RI. O General Zerbini, que era o comandante da ID2, perdeu o controle sobre o 5º RI, que passou imediatamente a ligar-se com a Academia. Um oficial havia sido enviado para a ligação com as forças do II Exército, e ele conseguiu a liberação imediata do 5º RI, talvez porque Lorena, cidade sede do RI, estivesse mais perto, e então se dirigiu para Caçapava, para o 6º RI, encontrando dificuldades.

Fiz várias interpelações a ele, por telefone, para saber o que estava acontecendo com o 6º RI. Ele disse que a situação estava difícil, e tinha a impressão de que o General Zerbini tentaria qualquer coisa, indo à Academia.

Avisei imediatamente o General Médici, que ordenou que fossem colocados elementos atentos à possível vinda dele, para que fosse conduzido à sua presença. Ele tentou por todos os meios impedir a saída do 6º RI, e afinal desistiu e correu para Resende, onde foi imediatamente levado à presença do General Médici, que lhe disse que ele estava impedido de ter contato com a sua tropa. "Ela agora está sob meu comando", concluiu o General. E ele ficou quieto, não pôde fazer nada. Não ficou preso, porém nada mais pôde fazer, inclusive porque permaneceu na AMAN durante toda a tarde de 1º de abril.

Destaco, aqui, a firmeza do Comandante do 5º RI, que muito cedo estava lá, conosco, pronto para essa operação.

Às 10h30min do dia 2, os oficiais, cadetes e praças que tomaram parte nas operações regressaram à AMAN, depois da substituição tática do 5º RI, e foram recebidos com festa pela Família Militar na esplanada Ministro Dutra. As outras Unidades, que se concentraram na AMAN, já estavam reunidas no Campo de Parada.

Foi uma solenidade guerreira, realmente notável, e, nessa oportunidade, o General Médici, no meio do Portão Monumental, recebeu a continência de toda a tropa, uma justa homenagem a um chefe de valor, um homem firme, que prestigiava muito os seus auxiliares, e aquele foi um momento de grande felicidade para nós.

Às 11h, realizou-se a formatura geral em homenagem a todos os integrantes da Academia Militar que atuaram em benefício do já vitorioso movimento revolucionário. Foi lida nessa formatura a ordem do dia do General Comandante.

O Senhor poderia dar conhecimento dessa ordem do dia, que realmente foi da maior importância?

Sim, tem que ser lida, é importante divulgá-la.

ORDEM DO DIA DO GENERAL COMANDANTE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, EM 2 DE ABRIL DE 1964

"Como é imperativo nas situações de emergência que, por dever de ofício, vez por outra, têm de enfrentar as Forças Armadas, a atitude histórica tomada pela Academia Militar das Agulhas Negras foi fruto de acendrado espírito patriótico, de profunda reflexão e do reconhecimento de suas grandes responsabilidades no panorama nacional.

O senso de patriotismo, que temos cultivado diuturnamente, nos vem da apreciação das páginas gloriosas de nossa História e da devoção, sincera e continuada, que nos empenha em manter e fortalecer os elementos fundamentais da nacionalidade brasileira.

A meditação dedicada à evolução nacional e, muito particularmente, à sua fase aguda, nos foi propiciada pelo interesse em bem servir às legítimas aspirações de nosso povo, pela formação que nos foi proporcionada no ambiente militar brasileiro, e pelo equilíbrio que, de regra, sói advir da convicção nos ideais formulados e perseguidos pelos que amam o seu berço natal, a sua família e a sua Pátria.

As responsabilidades da Academia no panorama nacional sempre se nos afiguraram patentes, em face dos anseios que nos norteiam, do trabalho que habitualmente executamos e do muito que, num Exército eminentemente democrático, produzimos dia a dia em prol da Segurança Nacional e do progresso geral do País.

Estes três pontos básicos, meus camaradas, materializam a orientação que, conscientemente e inundados de fervor cívico, seguimos nos últimos dias. Tenho a certeza absoluta de que, ao segui-la, adotei a única direção de atuação que despontava clara e insofismável, do nosso passado, de nossa presente preocupação com o restabelecimento da hierarquia e da disciplina, e de nossos anseios relativos ao futuro.

Diante das notícias desencontradas que inundavam o País na noite de 31 de março passado, constituí um Estado-Maior Operacional, coloquei em estado de alerta o Corpo de Cadetes e dei ordem de prontidão ao Batalhão de Comando e Serviços.

Com o evoluir dos acontecimentos ligados a fatos concretos ocorridos em vários Estados da federação, os planos e as medidas de controle foram sendo apro-

fundados e, na madrugada de 1º de abril, por seu Comandante, a Academia declarou-se a favor daqueles que pugnavam pelo restabelecimento, no País, do clima coerente com suas tradições cristãs e com os sentimentos patrióticos da maioria esmagadora do povo brasileiro. Quando o panorama pareceu claro, a mim e a meus colaboradores diretos, não hesitei um instante em declarar a grave decisão que tomara, pois a sabia inteiramente legítima, dada a consciência cívica e o fervor patriótico dos meus comandados.

Em decorrência da decisão formulada, empregamos a Companhia de Guarda do BCS na vigilância dos pontos críticos em torno de Resende, estabelecemos as premissas do controle das localidades e a efetivação das medidas correlatas, e passamos a planejar o emprego do Corpo de Cadetes.

Na manhã do dia 1º, foram desencadeadas as operações de controle da cidade e as medidas de segurança convenientes. Enquanto isso ocorria, a situação militar se complicava no Vale do Paraíba e, diante da possibilidade, efetivamente existente, de tropas do I Exército virem a dominá-lo em todo território fluminense, só me restou uma atitude a tomar, dentro do quadro geral já traçado: ordenar o emprego imediato do Corpo de Cadetes na região a Este de Resende, em conexão com o 1º BIB, de Barra Mansa, e em ligação com o 5º RI, que avançava de Lorena.

A sorte estava lançada; duas Proclamações foram preparadas e divulgadas, ao tempo em que se sentia, a cada minuto, crescer o ardor combativo de meus comandados em todos os postos da hierarquia.

O empenho desassombrado da Academia, na ocupação efetiva do terreno e nos preliminares da luta armada que se desenhava, alcançou repercussão magnífica para a causa que abraçáramos, seja na população civil, seja no seio das próprias tropas com que, provavelmente, nos defrontaríamos. Posso mesmo asseverar que nossa atitude se constituiu em fator dos mais decisivos para os rumos que, afinal, vieram a tomar os acontecimentos, no Vale do Paraíba e quem sabe no Brasil, cujo ponto culminante foi a reunião, na Academia, às 18h de ontem, dos eminentes chefes militares que detinham os comandos das forças federais em São Paulo e na Guanabara.

Oficiais, cadetes, sargentos, cabos, soldados e funcionários civis da Academia: nosso dever formal e de consciência foi cumprido com elevação e dignidade. O Exército Brasileiro, democrático e cristão, mais uma vez interveio nas lutas nacionais para restabelecer o rumo adequado a nossos sentimentos e postulados de nossa crença cívica.

Todos podem estar tranqüilos: o que a Pátria de nós poderia esperar lhe foi dado no momento oportuno e com a abnegação que nos caracteriza, no quadro geral de uma colaboração irrestrita e corajosa, que tocou vivamente minha cons-

ciência de homem, de cidadão e de soldado. A todos, pois, o agradecimento enternecido da Pátria brasileira.

Cadetes!

Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos, assim, o sangue jovem do Exército na liça e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba. Mais forte que ela, porém, foram o sentimento de nossas responsabilidades e o conteúdo energético do nosso ideal de, no mais curto espaço de tempo, restaurar os princípios basilares de nossa Instituição. Vosso entusiasmo, vosso idealismo imaculado, vossa fé nos destinos do País e vossa dedicação aos misteres militares foram os elementos fiadores da decisão então tomada, que acabou por contribuir de modo ponderável para a solução da crise, em nossa área de operações.

Após 29 anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranqüilidade de nosso País. Vós o fizestes, com pleno sucesso e com admirável galhardia. E, por isso, a História Pátria lhes reserve uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo País que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado.

Cadetes: pela História, atingis os umbrais da glória!"

Essa foi a ordem do dia.

Ainda nesta manhã de 2 de abril, algumas das Unidades do II Exército, estacionadas na área da AMAN, iniciaram o movimento de regresso às suas sedes, após participarem da formatura geral e vivenciarem o clima de euforia pela vitória do Brasil contra a anarquia que se instalara no governo deposto.

Gostaria, nesse momento, de dizer que foi uma honra para a Academia ombrear com companheiros que vieram de outras guarnições. De Itu, foi a primeira tropa que chegou, para surpresa nossa, nos pegando com dispositivo ainda não totalmente realizado para o recebimento de tropas vindas de São Paulo. Isso foi uma honra muito grande, e sei que também esses participantes se orgulharam do que viram, do que ouviram, do que sentiram e do que foi feito.

O Comandante da AMAN, no dia 2 de abril, decidiu:

• continuar a manutenção da ordem na área da Guarnição;

• reiniciar atividades decorrentes da missão precípua da Academia Militar;

• assegurar a administração normal e regular de todas as atividades do poder civil e a tranqüilidade da população na área da guarnição.

As ações realizadas foram:

• regresso à Academia do pessoal participante das operações;

• continuação da vigilância na área da Guarnição, com elementos do BCS;

• liberação do restante das unidades do II Exército e das Baterias do GEsA, para seguirem destino; e

• intensificação e busca de informes, na região de Itatiaia, visando à detenção de elementos subversivos.

Essa última decisão deve-se mais à proximidade da CHEVAP, onde havia sempre agitação.

O senhor poderia nos informar sobre o pessoal que integrou, naqueles dias gloriosos de nossa Academia, o Estado-Maior operacional e funcional do General Emílio Garrastazu Médici, bem como a referência elogiosa que o Comandante da AMAN consignou a todos os participantes?

Lamento profundamente que não possa estar aqui o General Emílio Garrastazu Médici, porque ele foi um chefe admirável, sob todos os aspectos, agiu com grandeza insuperável, mas com grandeza mesmo, de verdade, sem ferir qualquer coisa do protocolo militar nem do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito. Para se sentir a grandeza desse homem, no momento em que ele recebeu a continência do Portão Monumental, fez questão de que eu estivesse ao lado dele, e disse: "Essa continência é para você também."

O Estado-Maior Operacional era chefiado por mim. Foi constituído em sua maioria pelos oficiais que fizeram o estágio na Diretoria Geral de Ensino, e houve um cuidado muito grande do General Médici e meu de não desviar nenhum oficial do Corpo de Cadetes e do BCS, para manter a integridade da Organização Militar da Academia.

Contou com os seguintes componentes, além do seu Chefe, que era eu: o Coronel Obino Lacerda Álvares, que entregou a Proclamação ao General Anfrísio, e logo foi liberado, o Tenente-Coronel Ari Pinho, homem de grande cultura, Tenente-Coronel Miguel Pereira Manso Neto; Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos; Tenente-Coronel Luís José Torres Marques; Major Oscar de Abreu Paiva; Major Ruy Cavalcanti Baptista e Major Luiz Pires Ururahy Neto. Magníficos auxiliares.

O Estado-Maior Funcional continuou trabalhando, porque as atividades da Academia não pararam. Eu era o Chefe do Estado-Maior e os integrantes eram o Coronel Fernando Oliveira Corbal; Coronel Obino Lacerda Álvares, o Coronel Moacyr Barcelos Potyguara; o Coronel Plínio Francisco Pereira Tourinho, o Coronel, Decano dos Professores, Antenor O'Reilly de Souza Junior, Tenente-Coronel Miguel Pereira Manso Neto e o Major Abelardo Lobo Brum.

Nesse ponto, quero dizer uma palavra sobre o Comandante do Corpo de Cadetes, Coronel Moacyr Barcelos Potyguara: admirável Comandante, firme, seguro, pronto, que teve, desde logo, o controle daquela organização tão complexa, delicada mesmo, porque lidar com homens inteligentes é uma coisa boa, mas difícil, porque eles também possuem os seus pontos de vista, alguns defendidos "à outrance", as suas convicções.

Dirigindo-me a ele, estou prestando também uma homenagem a todos os seus comandados, seus instrutores-chefes, seus instrutores, seus comandantes de batalhão, seus comandantes de companhias, seus tenentes, seus cadetes, todos extraordinários. Esse elogio foi dado ao pessoal que participou das missões ligadas ao movimento de que a Academia foi parte. Passo a ler:

REFERÊNCIA ELOGIOSA

Em vista da participação da AMAN no movimento de restauração da hierarquia e da disciplina, concedo o elogio abaixo aos seguintes elementos: aqueles que eu citei, integrantes do Estado-Maior Operacional e do Estado-Maior Funcional, aos integrantes do Corpo de Cadetes, Batalhão de Comando e Serviços, Divisão de Ensino, Divisão Administrativa e Magistério.

"Está concluído, com sucesso, o movimento nacional pela restauração da Hierarquia e da Disciplina nas Forças Armadas e pela descomunização do Brasil.

A decisão histórica, adotada pelo Comando da Academia e arrebatadamente acatada por seus integrantes, a par de produzir excelente rendimento no sentido da solução do problema militar no Vale do Paraíba e no País, constitui uma reafirmação pública das tradições deste glorioso Estabelecimento de Ensino e dos generosos sentimentos, de patriotismo e de apego à cintilante carreira das armas, que aqui se cultivam no mais alto grau.

A quantos, sob as mais variadas formas, contribuíram para o desenlace enobrecedor da crise nacional de 31 de março / 1º de abril de 1964, consigno o meu entusiástico elogio de velho soldado, concitando-os a perseverar nos ideais que então os inspiraram, em prol da tranqüilidade, do bem-estar e do progresso de nosso País (Coletivo)."

Que outros aspectos gostaria o senhor de comentar sobre o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução de Março de 1964?

Primeiramente, diria que aqueles detratores, aqueles maledicentes, aqueles que condenam essa atuação deveriam mudar o seu discurso, porque não pode

pairar dúvida nenhuma sobre a ação maravilhosa, realizada pelo nosso pessoal militar, no Vale do Paraíba.

A participação da AMAN, juntando-se às tropas rebeladas do II Exército, em março de 1964, frustrando o iminente golpe comunista de tomada do governo, por infiltração de elementos ativistas e pela desagregação das Forças Armadas, já minadas em seus fundamentos básicos, foi um episódio inédito que fundamentalmente difere de anteriores manifestações de rebeldia das escolas militares.

A decisão tomada pelo Comandante da AMAN levou em consideração vários fatores, entre os quais destaco:

• a gravidade da situação nacional, motivada pela audácia da minoria esquerdista infiltrada no governo e a submissão de nossos governantes;

• a iminência de choques de forças militares que defendiam ideais opostos, cujo encontro ocorreria em Resende, segundo as previsões lógicas do estudo de situação;

• a certeza de nosso Comandante da total conscientização dos integrantes da AMAN, quanto ao perigo que pairava sobre o País; e

• a correta compreensão e o elevado grau de preparação de todo o complexo operacional.

Tal constatação decorria do acompanhamento da intensa preparação durante o ano de 1963. Ainda mais, a excelente qualidade dos comandantes subordinados, o Comandante do Corpo de Cadetes, os Instrutores-Chefes, demais Instrutores, Professores, quadros do BCS, além do valor da tropa, cujas manifestações de disciplina e compreensão do dever militar indicavam a evidente coesão reinante. A intensa preparação, que foi muito além da doutrinação anticomunista, visou também aos aspectos operacionais, ao controle dos meios de comunicação, transporte, suprimento, atendimento médico e apoio às Unidades do II Exército.

Muito importante e talvez decisiva foi a consideração, que fizemos e que teve o nosso Comandante, do alto poder de dissuasão da tropa da Academia Militar, não tanto por sua capacidade de combate, mas, sobretudo, pela expressão do que representavam os cadetes dispostos a lutar, e até dar suas vidas contra o comunismo. O Comandante da AMAN, com a sua alta capacidade de comando, estabeleceu diretrizes sobre alguns pontos de real importância. Não haveria qualquer espécie de coação, os eventuais dissidentes não seriam presos, a não ser que atentassem contra as determinações impostas pela situação. Não haveria inquéritos ou discriminação.

Talvez o General Médici estivesse recordando o passado militar, da Escola Militar do Realengo, depois da Revolução de 22. Naquela oportunidade, a Escola

toda foi desligada, exceto um grupo que declarou nos inquéritos, que participara daquele movimento inconscientemente. Esses pobres homens foram marcados, em suas carreiras, como "os inconscientes" e o General Médici, com essa prescrição de não haver inquéritos, nem discriminação, tornou mais unida toda a Academia.

Foram muito poucos os dissidentes, mais por impossibilidade física do que por outra razão. Um oficial do Corpo de Cadetes não foi longe, pediu exoneração, e nem é conveniente que se lembre, pois ele fez isso com tristeza!

O emprego da tropa da AMAN, como vanguarda do II Exército, foi coroado de pleno sucesso e sem dúvida dissuadiu o comando da tropa do I Exército, de continuar em sua progressão, o que impediu o derramamento de sangue no Vale do Paraíba e originou o fim da contenda, afastando do poder o governo submisso, o que veio a ser mais uma derrota imposta ao comunismo avassalador. Permitam-me um exercício de imaginação.

Suponhamos, no entanto, que não houvesse sido como foi e que as tropas do I e II Exércitos lutassem em Resende, talvez na área de nosso aquartelamento, pondo em risco nosso patrimônio e, sobretudo, a vida de cerca de dez mil pessoas da Cidade Acadêmica, enquanto nós, mais de dois mil combatentes, bem armados e psicologicamente preparados, assistindo a tudo, de braços cruzados, como eunucos.

Passaríamos o resto de nossas vidas como covardes e indignos, carregando o opróbrio e o estigma da indiferença com nossa Pátria, quando milhares de brasileiros pediam nossa ajuda para não perder o direito de viver livres, criar nossos filhos, cultuar nossa história e os nossos mortos, e continuar a amar a Deus.

General Corrêa, que mensagem final o senhor gostaria de deixar conosco para que possamos registrar neste Projeto de História Oral do Exército, na Revolução de 31 de Março de 1964?

Em primeiro lugar, congratulo-me com S. Exª, o General-de-Exército Gleuber Vieira, Comandante do Exército, por sua feliz iniciativa: criar este "Projeto de História Oral do Exército". Isso demonstra o cuidado de nosso Comandante pela imagem histórica, vicissitudes e feitos do Exército.

Por mais que, nesse sentido, já se tenha apurado, parece-nos que ainda há o que fazer: são lacunas históricas, fatos truncados ou malproduzidos ou desvirtuados, que só um sério, longo, sistemático e isento trabalho de apuração pode preencher ou revelar. Daí, a conveniência da participação e colaboração de tantos e por tempo indeterminado. Num primeiro momento, não pude alcançar toda grandeza e importância deste Projeto. Só agora, depois de contato direto com a Direção, organização formal e arquivos desse empreendimento, pude ter idéia do

alcance e da relevância dessa pesquisa científica – aliás, em processo moderno: oral – sobre a participação e vicissitudes do Exército, cabendo-me o privilégio de falar sobre a participação da AMAN nos episódios de 1964.

E repetimos que a ignorância, o preconceito, o comprometimento ou a má-fé tornaram pelo menos polêmica essa página da história de nosso Exército, esquecendo-se de que nela – nesta Força – pulsa o coração de nosso patriotismo.

Pelo que já senti a respeito, trata-se de uma tarefa ao mesmo tempo árdua e delicada: árdua, na busca perseverante e paciente da informação e seus dados; delicada, na criteriosa medida da análise crítica e interpretação histórica dessas informações e dados.

Esta a tarefa de pesquisadores e analistas da história real, imune de boatos, pressupostos e fantasias retóricas.

E daqui, com naturalidade, surge a mensagem que me foi solicitada e que assinalo com entusiasmo e destaque:"que efetivamente se realize este Projeto Histórico, cujo alcance ultrapassa os interesses culturais das gerações de nosso tempo, e atinja futuros jornalistas, escritores, historiadores, pesquisadores, professores e estudantes e, em particular, jovens de nossas Escolas Militares. A propósito, em minha juventude, se difundia sentimento de civismo e brasilidade ainda em casa, e que se desenvolvia, depois, no colégio, na faculdade, no trabalho e até no esporte.

Mas, já na década de 1960, vivia experiência diferente: convivi com alguns jovens frustrados por não sentirem, mesmo numa Academia Militar, apelo patriótico (ao sentimento de brasilidade): não se falava do Brasil, de sua história e fatos militares, de seus heróis. Certa vez, disse-me reservadamente um excelente cadete: "Coronel, gosto daqui, mas não sinto que esteja na Academia Militar do Brasil, pois não ouço falar do nosso País nem vejo apelo ao sentimento patriótico."

Confesso que, acabrunhado, dei-me conta de que esta "verdade" não poderia continuar em nossa Academia.

Com aprovação do Comandante e da estrutura do ensino militar, introduzimos uma série de eventos e atos de civismo e brasilidade, a começar pela história de nossos grandes antepassados e heróis, pelo culto de nossos símbolos e deveres militares, pela hombridade cívica etc.

Na verdade, um acervo de história e dados sobre nosso Exército será, provavelmente, mais uma fonte bibliográfica disponível, inclusive e particularmente para nossas Escolas Militares, onde – a par de seus estudos sistemáticos ou rotineiros – desenvolvem-se palestras, seminários, simpósios extras que revelam ou revêem feitos, tópicos, vicissitudes e glórias da Pátria e do Exército, o que é um

meio ou forma de criar ou manter um civismo e patriotismo sadios e inteligentes, porque baseados em fatos e conhecimentos.

Finalmente, conviria relembrar que, hoje, não ocorre aquele comunismo burro e sanguinário, que combatemos em 1964. Existe, porém, uma variedade de ideologias de mesma raiz ou similares em seus fundamentos, freqüentemente camufladas por outras roupagens e aparências que, talvez por isso, não nos preocupam tanto, embora possam perturbar ou até deturpar a mente e a vida dos ingênuos ou desprevenidos.

E é necessário que disto sejam alertados e prevenidos nossos soldados, sargentos e até mesmo nossos jovens oficiais.

Permitam-me relatar um fato particular: foi notável na Academia Militar das Agulhas Negras, nos episódios de 1964, a absoluta ausência de qualquer dissidência militar entre os 450 sargentos e os cerca de 1500 cadetes, apesar de terem sido visados e até tentados...

Completo, com prazer, essa mensagem que, ao mesmo tempo, desejaria fosse um apelo patriótico que vale à pena ser mostrado ao nosso Comandante do Exército.

Fico satisfeito e, de algum modo, realizado por ter apresentado algo que deveria ser difundido e que pode ser ainda aperfeiçoado. Mas, por outro lado, mostrei também a apreensão de um velho soldado, ainda de prontidão, que não despiu a farda, que lá está à minha espera.

General-de-Exército Moacyr Barcellos Potyguara

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Comandou o IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, e foi Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- No exterior: instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras.

Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2000.

Tenho a convicção de que o Exército, com este Projeto, reviverá fatos aos quais setores da mídia e outros grupos não dão publicidade. A reunião de testemunhos acerca da Revolução de 1964 demonstrará por que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram o esteio que impediu a comunização do nosso País.

O senhor poderia precisar quais foram as causas do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As constantes greves que ocorriam no País e a indisciplina que começava a grassar em certos círculos militares foram, a meu ver, os principais motivos do desencadeamento da Revolução.

No seu entender, General, o que se passava no meio militar? Como estava o ambiente na AMAN, nessa fase pré-revolucionária?

O meio militar andava chocado, porque se notava o claro desejo de destruir, através da subversão, exatamente, uma das bases nas quais se assentam as Forças Armadas: a hierarquia. Manifestações ocorridas na ocasião confirmam o que acabei de dizer.

Quais as providências tomadas pelo Comandante da Academia, General Emílio Garrastazu Médici, para enfrentar o processo de comunização que se fortalecia, contando com o apoio declarado do então presidente?

O Comandante da Academia, seguindo orientação do Estado-Maior do Exército, designou oficiais para freqüentarem um curso especialmente voltado para a atualização e uniformização de seus conhecimentos sobre os processos usados em uma Guerra Revolucionária. Este era o tipo de luta que estava se avizinhando. Conhecendo-a, poderíamos combatê-la em melhores condições.

A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?

O comício realizado nas dependências da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi um deles. Aponto, também, aquele episódio durante o qual praças carregaram nos ombros o Almirante Aragão – o Almirante do povo – infringindo as normas militares de hierarquia e disciplina.

O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida alguma, haja vista que os civis organizaram aquelas passeatas, denominadas de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na verdade, nós apenas decidimos ratificar o que o povo queria.

Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista, em andamento, para criar uma nova ordem institucional no Brasil?

Havia, isso é indiscutível. Naquela época, Luís Carlos Prestes dizia, para a imprensa e seus correligionários, que o comunismo avançava a passos largos e só faltava assenhorear-se do poder.

E quanto à sua participação pessoal, que fatos destacaria nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?

Nos pródromos, como Comandante do Corpo de Cadetes da AMAN, acompanhei as palestras sobre Guerra Revolucionária feitas pelos oficiais que o Comandante havia designado. E, nas conversas com os meus cadetes e oficiais, sempre os alertava sobre o clima característico de guerra revolucionária, de concepção marxista-leninista, que já vivíamos. Não havia, ainda, um estado de guerra declarada, um confronto de forças, com características de luta armada.

Penso que, a partir da terceira semana de março, a situação deteriorou-se muito, com as demonstrações públicas de insubordinação, no meio militar. Por ordem do Comandante da AMAN, atualizei o Plano Lealdade que consistia, basicamente, da guarda de pontos sensíveis pelos cadetes e elementos do Batalhão de Comando e Serviços. O objetivo era a proteção dos próprios cadetes.

O Plano Lealdade foi, de fato, um incentivo para todos nós. Em seguida, mandei armar e municiar todos os meus cursos - Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico.

No dia 1º de abril, após a histórica decisão do General Médici de empregar o Corpo de Cadetes, mostrei-lhe, numa carta topográfica da região, o dispositivo que pretendia tomar, no terreno, a fim de cumprir a missão de garantir a passagem do II Exército. Disse-lhe que compreendia o transe que vivia e a responsabilidade da decisão histórica que acabara de tomar, e que era nossa também, porque apoiávamos integralmente a sua atuação.

Imediatamente, acionei o Curso de Cavalaria, na direção de Barra Mansa, a fim de buscar contato, empregando para tal os tanques e jipes que possuía. E isso foi feito. Dispus, desdobrados no terreno, os cursos de Infantaria e Artilharia, com suas posições apoiadas no Ribeirão da Divisa. Aí, solicitei ao General Médici que me permitisse comandar os cadetes de Posto de Comando instalado no campo. Autorizado, organizei um

Posto Avançado à frente dessa posição. Lembro-me, ainda, de que mandei preparar a destruição dos túneis da via férrea, caminho de acesso que poderia ser utilizado.

Esse posicionamento dos cadetes no terreno permitiu a vinda do II Exército com tranqüilidade. A perspectiva de um embate frontal com as tropas do Rio de Janeiro era terrível, e se imaginava derramamento de sangue. Entretanto, a ação decidida da AMAN, através do emprego do Corpo de Cadetes, em posição ali no Ribeirão da Divisa e em postos mais avançados, não só proporcionou tranqüilidade ao II Exército, que foi acolhido pela Academia, como neutralizou o avanço das tropas do I Exército, porque os cariocas sentiram a ação inglória que cometeriam caso atacassem os nossos futuros oficiais.

A propósito, o General Médici mandou o então Coronel Obino Lacerda Álvares e comitiva de oficiais levar a proclamação dos cadetes à tropa do I Exército, concitando-os à união. Nesse particular, estando no meu PC Avançado, recebi ordem para ir à Academia presenciar o encontro do General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, com o General Amaury Kruel, do II Exército, quando ficou assentado o *modus operandi* para aquela situação.

Quero salientar que, depois desses acontecimentos, quando a Academia se recolheu, as atividades diárias voltaram à normalidade de forma ordenada, como antes. Isso prova o grau de união e confiança extrema que havia entre os integrantes da Administração e do Corpo de Cadetes, partes de um todo que atuaram com muito êxito, como reconheceu o nosso Comandante, Gen Médici, admirável na condução do todo – a nossa AMAN – nos diferentes momentos da Revolução.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve algum auxílio externo?

Não houve apoio externo algum, embora muita gente pense que tenha existido. Foi um movimento interno, inteiramente nosso, porque sentimos a necessidade de dar um paradeiro àquele estado de anarquia.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

A falta de liderança efetiva. Viviam em um clima de "oba, oba"... Está tudo dando certo, logo... Vamos continuar. Seguiam de qualquer jeito, não procuravam "sentir a tropa", ir atrás da raiz da coisa, quando, então, poderiam verificar que alguns estavam apoiando, mas a maioria era completamente contrária ao governo.

Acrescentaria, em apoio a sua idéia, que os quartéis das cidades do interior, ao contrário daqueles das capitais, facilitam as ligações entre os militares, inclusi-

ve das famílias, criando um ambiente de maior harmonia entre os oficiais e os sargentos. No caso do 2º RO 105, por exemplo, todos vieram com o Comandante, Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, sem qualquer problema. Então, iludiram-se aqueles que acreditavam no tal "esquema militar".

General, qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate?

Penso que, no Exército, esse atributo foi exercido corretamente, tanto que não houve defecções. Já citei o caso da Academia, onde uma maioria esmagadora foi favorável ao movimento em favor da descomunização do País.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento?

A meu ver, foi extremamente correto. A Academia, como formadora dos futuros chefes do Exército, não poderia alijar-se do processo de reação contra a implantação do comunismo no País, o que, certamente, vinha ocorrendo.

O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?

Ideologia propriamente dita, não. O que uniu nós todos foi o amor ao Brasil, a vontade de continuarmos livres da comunização que estava se avizinhando.

É correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Eu prefiro denominar de Movimento Contra-Revolucionário, pois a revolução era dos comunistas, contra os quais nós nos opusemos.

A mídia desta última década e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor quer citar alguns desses acertos?

Sim. Progredimos bastante no campo econômico; no político, houve a "limpeza geral" no Congresso; na Administração, implantou-se a austeridade; e, finalmente, foram construídas obras importantes, como a Ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica a que os outros governos não deram seguimento,senão estaria pronta.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Acho o seguinte: a mídia está infiltrada. Jornalistas, que à época eram garotos, falam como se tivessem vivido aqueles tempos. Não sabem ou não sentiram o que havia no País, naqueles anos; opinam sem conhecimento de causa, sem aprofundarem seus estudos. Não estão se transportando para aquele momento.

Nós já tivemos uma ditadura – do Getúlio Vargas – que durou muito mais e, no entanto, ninguém falava nada. Pelo contrário, continua a ser, até, homenageado.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem qualquer tipo de vantagem?

Não, absolutamente! Não houve, nem ninguém saiu atrás de vantagens, após a vitória do Movimento Contra-Revolucionário que salvou o País do comunismo.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Eu penso que tudo melhorou. Foi uma pena que governos posteriores não prosseguissem no mesmo caminho indicado pela Revolução. Ocorreram desvios, para um lado ou para outro, não se guiaram... Mas acho que no cômputo geral, o País melhorou muito no período revolucionário.

Existe o chamado "revanchismo", por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares? O que o senhor pensa sobre a Lei da Anistia?

Penso que sim, que existe o "revanchismo". As Forças Armadas sofrem pela falta de verbas, sem reajustes e, à toda hora, estão sendo insultadas. A tal Lei da Anistia valeu só para um lado, o dos terroristas. Vejam a vergonha que fizeram ao premiar a família de um traidor, desertor, ladrão e assassino, e, ainda, gabar-lhes os méritos. Refiro-me ao Lamarca.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?

Foi perdida devido à pouca agressividade das nossas respostas. Dever-se-ia aplicar o mote: "bateu levou, bateu levou".

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Qual a sua análise sobre esse fato?

Acho-as pertinentes e é ótimo que sejam conhecidas. O Exército, continuando sua tradição de fazer o máximo possível, com os meios de que dispõe, em

benefício da população das remotas guarnições, onde sempre está presente, tem dado mostras de que é um Exército para o Brasil.

Que mensagem final, General Potyguara, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

O Movimento Contra-Revolucionário foi uma prova inequívoca de que as Forças Armadas estarão prontas para intervir quando a Pátria necessitar.

Lamento pela omissão de detalhes, mas infelizmente não guardei arquivos com recortes de jornais da época e outros documentos para poder apresentar dados mais contundentes. Baseei-me no relatório que fiz logo depois da Revolução.

General-de-Exército Alacyr Frederico Werner

- Natural de Juiz de Fora, MG.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Participou da Campanha da FEB, como Capitão Chefe da Subseção de Foto-Informações da 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª DIE.
- Foi Comandante da Escola Superior de Guerra e Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Sua última missão, já na reserva, foi a de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário do Brasil junto à República do Iraque (1983/86).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Adjunto do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2000.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Acho que é interessante e oportuno esclarecer qual a minha situação quando Jânio Quadros, ao exonerar-se da Presidência da República, provocou sério e inesperado impacto no País.

Vivíamos a manhã do dia 25 de agosto de 1961. Era Tenente-Coronel e encontrava-me pronto e uniformizado, para ajudar o General Lyra Tavares, Chefe do Estado-Maior do I Exército, na cerimônia de condecoração dos agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Militar.

Naquele momento, tocou o telefone. Era do Gabinete do Ministro, com o seguinte recado lacônico:

– Werner, chegou de Brasília, ordem para que o I Exército entre em prontidão rigorosa.

O General Lyra, ao tomar conhecimento da informação, ordenou-me:

– Werner, vou para a solenidade lá embaixo. Arranje alguém para me ajudar. Você, pelo telefone, vai transmitindo a ordem para que o Exército entre de prontidão.

Fiz isso, cumprindo a missão. Só mais tarde – lá pelas 16h – tomamos conhecimento de que Jânio Quadros havia renunciado. Foi um choque. O que se desenrolou depois, todos sabemos, mas quero apenas caracterizar um fato: surgiu a primeira manifestação, que pessoalmente senti, como guerra de nervos, algo novo para mim.

A partir daquele momento, a cúpula do Exército começou a movimentar-se no sentido de identificar o que estava ocorrendo e tomar as providências cabíveis. Durante as condecorações, passei a atender telefonemas para o General Lyra, com mensagens da seguinte natureza: "Olha, o general fulano está indo para a Vila Militar, para 'levantar' a guarnição." "O general sicrano está em São Paulo, 'levantando' o II Exército." Eram muitas mensagens que me colocavam sob tensão; a cada instante, recebia uma informação de impacto, pondo-me a imaginar o que poderia acontecer, como conseqüência.

Lembro-me, inclusive, de que disse ao Coronel Negreiros – não o engenheiro conhecido, que chegou ao generalato, mas um tio dele, Subchefe do Estado-Maior – ser necessário fazer uma escala de serviço, senão o pessoal ficaria a noite toda em espera ansiosa ou 'batendo papo' e, quando fosse a hora de agir, a turma estaria cansada. Essa providência foi tomada no dia seguinte. O I Exército acabou organizando uma central de operações, na verdade a primeira manifestação prática de reação do Comando de Área, naquela ocasião.

As ordens começaram a ser transmitidas: "a todos os Comandos subordinados". O problema foi se complicando, colocando em campos opostos principalmente o I e o III Exércitos, este último apoiando a legalidade, com Brizola em evidência.

Foi nessa ocasião que vi o I Exército se organizando para uma atuação em força, em direção ao sul; provavelmente, o mesmo estaria acontecendo nesta última região, para fazer face aos que viessem naquela direção, o que poderia descambar para uma terrível guerra civil. Pude observar que os chefes buscavam uma solução de consenso; não havia quem desejasse o encontro de forças, com o inevitável derramamento de sangue.

Por fim, surgiu a solução política para dar posse a João Goulart, como substituto de Jânio Quadros – o regime parlamentarista. Foi uma solução de acomodação, mas, indiscutivelmente, a mais acertada; porque, se outra fosse, não estaríamos aqui contando uma história tão tranqüila. Teria havido a indesejável guerra civil.

Lembro-me de que, numa viagem algum tempo depois, ao passar por um Batalhão de Engenharia, em Porto União, Unidade do III Exército, um companheiro e meu amigo perguntou-me: "Werner, por que vocês não queriam deixar o Jango tomar posse?" Aí, expliquei quais eram as razões e argumentos do pessoal do Rio de Janeiro: a estada do Jango na China, o ambiente no qual esteve sempre envolvido, seus comparsas na política e seu passado na vida pública. Em resposta, ele disse: "É, se estivesse no Rio, teria feito exatamente o que vocês fizeram."

Isso prova que o problema era muito de desconhecimento e, também, de propaganda e notícias falsas. É provável que o Movimento Comunista Internacional (MCI) já estivesse em ação.

Alguns historiadores consideram a Revolução de 1964 como uma continuação das revoluções de 1922, 1924/1925 e 1930. Aqueles movimentos tinham em comum a luta contra a oligarquia, contra o poder que se perpetuava, a política do "café com leite", onde Minas e São Paulo se alternavam na condução da Política Nacional. Raramente, o resto do País conseguia contribuir, ou fazer-se atuante, na vida brasileira.

Para mim, a Revolução de 1964 não foi, propriamente, elo de um continuado sentimento de revolta dos tenentes. Embora haja aspectos comuns, sua grande característica, indiscutivelmente, foi o fator ideológico. O Brasil já havia recebido, na Intentona Comunista de 1935, um sinal muito forte, diria mesmo, o primeiro alerta de que poderia ocorrer alguma coisa muito grave, em nosso País, capaz de conturbá-lo, a qualquer momento. A reação contra o comunismo começou neste episódio, com sangue, pois muitos brasileiros morreram nessa triste quadra de nossa história, vítimas da traição de nacionais a serviço de Moscou.

Portanto, o aspecto fundamental é que a Revolução de Março de 1964 foi uma reação à expansão da ideologia comunista.

O outro alerta veio com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se deu o grande avanço do comunismo. A União Soviética começou a subjugar as nações da Europa Oriental que caíram na sua área de influência, e a impor a instalação de governos chefiados por títeres a serviço do comunismo. Empregava a técnica da Guerra Revolucionária, apoiada em teorias e condutas logo percebidas por todos.

O estudo dessa teoria e de suas técnicas, no Brasil, começou, com forte repercussão, na Escola de Estado-Maior do Exército. Lembro-me do General Hugo Panasco Alvim, seu Comandante, fazendo as primeiras palestras sobre a Guerra Revolucionária, em especial a que ocorrera na Argélia. Os franceses estudaram-na, buscando definir procedimentos de defesa e, pouco depois, lograram estabelecer os parâmetros de sua atuação.

O Brasil, então, começou a dar-se conta de que estava surgindo, no mundo, algo muito diferente do que tinham sido as nossas revoluções domésticas, as nossas crises. Lembro-me de que, ao chegar ao Estado-Maior do Exército (EME), em 1963, fui classificado na 2ª Subchefia, como Adjunto do General Emílio Maurell Filho. Nessa ocasião, no EME, realizavam-se palestras sobre esse tema, cabendo ao General Maurell a coordenação dessa atividade. A publicação intitulada “Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária”, do Estado-Maior do Exército, de 1965, contém todas as palestras realizadas nessa época.

As aulas eram ministradas para oficiais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e até da Polícia. Tratava-se de um grupo grande. Os oficiais difundiam os estudos realizados em suas Unidades. Eles relatavam fatos e forma de atuação dos comunistas.

Havia palestras, também, sobre os regimes políticos. É interessante caracterizar que era uma série de palestras sobre os modelos de regimes contemporâneos, tais como a democracia, o comunismo, o fascismo, que existiam na época, mas sempre exaltando o grande e positivo referencial da democracia, a liberdade.

As palestras eram proferidas por oficiais do Exército e altas autoridades civis. Professores categorizados transmitiam ensinamentos sobre os quais, às vezes, não éramos versados. Lembro-me de uma dessas palestras, a do Professor Lamy, que ao abordar o sistema econômico capitalista, destacou que só ele garante o funcionamento da democracia. Discorreu sobre as sociedades anônimas, sobre juros, aluguel da terra, valor do trabalho, significado do capital, enfim, todos aqueles inter-relacionamentos que, muitas vezes, passavam despercebidos ao homem comum. Foi muito importante conhecer o outro lado da questão, pois só ouvíamos, na época, as arengas que repetem até hoje, contra o capitalismo.

Li, em algumas Constituições comunistas, que o primeiro artigo dizia, mais ou menos, o seguinte: a finalidade do movimento marxista-leninista é o combate ao capitalismo. Embora combatendo o sistema capitalista, tentavam sempre se apoderar do nome da democracia adjetivado, como, por exemplo, República Democrática da China, onde o regime era comunista, defensor da luta armada como forma de tomada do poder, aliás, como ocorrera na própria China, não havendo nada de democracia naquele país.

Dessa forma, pretendo caracterizar o forte acento ideológico, presente na Revolução de 1964. Ela foi preponderantemente uma reação à expansão do comunismo no Brasil.

João Goulart chegou ao poder, apoiado na emenda parlamentarista. Mais tarde, em arguta manobra política e apoiado por uma propaganda muito bem concebida, conseguiu o retorno ao presidencialismo, com a realização de um plebiscito. Durante seu governo, ocorreram greves permanentemente, falta de alimentos, filas em tudo quanto era lugar. Uma série de desacertos que o povo era obrigado a suportar. A situação pode ser qualificada de caótica.

A sociedade mais politizada e a própria imprensa percebiam o que estava acontecendo. Não chegaram a ter as suas convicções abaladas pela propaganda oficial e enganosa. As Forças Armadas e o Exército em especial acompanhavam, com justa preocupação, os desmandos que vinham se processando. Muito lhes valeu a ação educativa sobre a Guerra Revolucionária, que se procedia, sobretudo as palestras de que falamos.

O povo, que não se detinha na leitura dos programas políticos, sentia a desorganização e o prejuízo causados à sua vida. A inflação era muito grande e a situação piorava a cada instante. O cidadão, para conseguir um pacote de açúcar, de feijão ou arroz, para levar à casa, tinha que procurar aqui ou acolá, porque se tornara comum o desabastecimento. Essa era a situação, muito difícil, que evoluiu com relativa rapidez, para um quadro de crescente incerteza e intranqüilidade.

Três fatos foram fundamentais para o desencadeamento da Revolução. O primeiro foi o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Tive a oportunidade de ver, da sala da 2ª Seção do Quartel-General, o comício da Central do Brasil; a população brasileira inteira pôde ouvir e assistir, pelo rádio, pela televisão, e perceber o que pretendiam aqueles homens. No tal comício, Luís Carlos Prestes dizia que "já estavam no governo, faltava-lhes o poder"; os estudantes cooptados pela esquerda faziam as suas manifestações ruidosas em defesa de um sistema que o povo desconhecia. Nós, militares, percebíamos aonde queriam chegar. Os sindicalistas propugnando pela sujeição do governo ao sindicalismo.

Quem se dispuser a rever o que aconteceu naquela noite, perceberá que aquele momento foi o grande divisor de águas entre os acomodados e aqueles que viam a necessidade de se fazer algo contra o perigo real que crescia assustadoramente em nosso País. A partir do dia 13, pode-se dizer que o povo, de um modo geral, se indignou com aquela insuportável anarquia, promovida pelo próprio governo, e o movimento contra aquele estado de coisas amadureceu claramente. Todavia, levar o Exército, após a era Vargas, a uma Revolução tornou-se uma decisão extremamente complexa, senão vejamos.

Os chefes militares, desde 1930 – e depois com o que ocorreu em 1932 – haviam concluído sobre a grande responsabilidade que assumiam ao desencadearem um movimento revolucionário. Getúlio Vargas, com muita perspicácia, resolveu aumentar o quadro de oficiais-generais e, com isso, o poder militar ficou, digamos, bem mais "descentralizado", ou mais subdividido em níveis ou escalões de comando. Além do Ministro, os próprios Comandantes dos quatro Exércitos comandavam através de outros generais. Por isso, "levantar a tropa" não era fácil. O povo precisava demonstrar, com muita clareza, o caminho a trilhar. O Exército Brasileiro sempre agira em perfeita consonância com a vontade de nosso povo. A nossa Instituição atua a reboque dos desígnios do povo. E não foi diferente na Revolução de 1964, como veremos a seguir.

O 13 de março foi, sem dúvida, o grande divisor. Já não havia mais qualquer dúvida do que estava acontecendo no País: um estado de ansiedade, de alarme, em que se esperava que algo acontecesse. Os primeiros sinais tinham sido dados; em decorrência disso, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, no dia 19 de março, onde o povo paulista especialmente as suas mulheres, de terço na mão, clamaram por liberdade e democracia, dando um não contundente à comunização do Brasil, que se avizinhava.

Ocorreu um segundo fato, que aumentou a preocupação dos militares: a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, em Benfica, no Rio de Janeiro. Os rebelados levantaram nos braços, em triunfo, numa passeata pela cidade, um almirante, oficial popularesco entre os praças, conhecido como Almirante Aragão, vinculado à esquerda, que estava entregando o Brasil ao comunismo. Nessa ocasião, os amotinados foram presos. Mais tarde, entretanto, foram postos em liberdade, por ordem do próprio Presidente.

Finalmente, o último fato alarmante: a reunião do Presidente da República no Automóvel Clube, dia 30 de março, com os sargentos da Polícia da Guanabara que se faziam acompanhar por graduados das Forças Armadas. Era uma minoria, mas era um movimento de características, claramente, subversivas,

conquanto até acredite que alguns daqueles sargentos não soubessem, exatamente, o que estava ocorrendo.

A partir daí, sentiu-se que bastaria o aceno de qualquer chefe responsável, para o desencadeamento da Revolução. E assim foi. Veio de Minas Gerais, liderado pelo General Mourão Filho, contando com o apoio do Governador de Minas, Magalhães Pinto e de sua Polícia estadual. Este primeiro passo empolgou o Brasil como um todo, em poucas horas.

Lembro-me de que me encontrava com o General Maurell, na Artilharia de Costa, Forte Copacabana, olhando para o Forte do Leme – o Forte do Leme ainda não havia aderido. Sentia aquele ambiente pesado, porque lá e cá existiam canhões. Neste momento, uma estação de televisão, cuja sede era vizinha ao QG, no Posto 6 – se não me engano, era o Canal 13 – deu a notícia de que a Revolução estava vitoriosa, isso no dia 1º de abril, à tarde. Nesse momento, em todas as casas, em todos os apartamentos da Avenida Atlântica – nós presenciamos – eram colocados tapetes e cortinas... Aquilo tudo fazia-me vibrar, como estou vibrando agora. Emociona você constatar que aquele movimento, aparentemente de militares, tinha o apoio total da população. E, assim foi, inclusive depois, já com a Revolução vitoriosa, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, aqui no Rio de Janeiro, com a completa adesão do povo carioca.

Houve, também, uma revolta de sargentos, em Brasília, antes dos episódios já citados, mas que não teve muita repercussão, pois a grande caixa de ressonância do País não era Brasília, a "NOVACAP", e sim a "VELHACAP", o Rio de Janeiro. O Rio, quando vibrou com o 31 de Março, levou o Brasil inteiro, com ele. Era a influência de uma capital, com tradições históricas, capaz de gerar aquela reação. Nos dois dias de ação das tropas pelo País afora, a contrapropaganda comunista campeou, mas eu, pessoalmente, estava vacinado pela tensão sofrida quando da renúncia de Jânio Quadros.

Quero, agora, ressaltar o espírito democrático da Revolução. Em 1965, realizou-se a Terceira Conferência dos Exércitos Sul-Americanos, na Cidade do Rio de Janeiro. Estas Conferências eram, eminentemente, uma preparação contra o Movimento Comunista Internacional. Nelas, normalmente, cada representante relatava a situação do comunismo no seu país, explicava o estágio de desenvolvimento atingido e quais as ações mais comuns que os comunistas executavam, e, num segundo item, tratava das medidas que o país estava tomando contra o comunismo.

Nessa conferência, o Estado-Maior do Exército resolveu colocar um terceiro item: medidas de valorização da democracia, o que comprova o valor que a Revolução dava ao regime que buscávamos. Isso passou a constar da publicação distri-

buída pelo EME, na Conferência. Alguns dias depois, ele chegou às mãos da Presidência da República. O documento que fizemos intitulava-se Medidas Anticomunistas e Pró-Democracia no Brasil. Classificado, inicialmente, como Secreto, passou, por solicitação do General Golbery, a ostensivo, após a retirada de umas poucas expressões. Foi distribuído à tropa, para que os militares tomassem conhecimento, particularmente das medidas pró-democracia adotadas pelo governo.

O que afirmo tem como propósito mostrar que a Revolução jamais perdeu o seu objetivo final – a Democracia – pela qual o nosso povo e o Exército se empenharam por meio da Revolução. Aliás, doutrinariamente, a Escola Superior de Guerra coloca, dentre os Objetivos Nacionais Permanentes, como número um, a Democracia.

Por isso, quem estuda a Revolução de 31 de Março de 1964 tem que considerar este aspecto, por mais que os comunistas, de ontem e de hoje, o ignorem e mistifiquem... Infelizmente, a utopia comunista impregna o cidadão, como uma religião. Entretanto, essa religião matou milhões de cidadãos russos, na própria Rússia, matou milhões na China. A África continua, hoje, ainda, lutando contra o comunismo; Angola vive esse problema, que a inferniza até hoje.

Em Cuba, também, muitos morreram. O Comunismo de Castro eliminou 17.000 conterrâneos, uns completamente inocentes e outros porque se insurgiram contra a perda da liberdade.

O senhor julga que a guerra fria teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida, teve influência. O mundo estava bipolarizado. De um lado, os Estados Unidos, de outro, a URSS. O povo brasileiro era contra a URSS, pois, de Moscou, vinha o apoio aos comunistas brasileiros. Se houvesse uma Guerra Civil no Brasil no decênio de 1960, não tenho dúvidas de que os EUA ajudariam o lado democrático.

Os mesmos fatos que aconteceram no Brasil ocorreram na Argentina. Parece que o Brasil e a Argentina, aparentemente rivais, estão sempre padecendo dos mesmos problemas. Quando me encontrava no Iraque, em missão diplomática, havia um embaixador civil – todos sabemos que os revolucionários, na Argentina, foram muito duros e agressivos – que me falou, simplesmente, o seguinte:

– Werner, se não fosse o Exército argentino, o País poderia tornar-se comunista e levar toda a América para esse caminho.

E acrescentava:

– Isso é uma projeção hipotética, que felizmente não ocorreu.

Graças às reações na Argentina e no Brasil, o comunismo não se instalou, a não ser em Cuba que até hoje continua na mesma situação: país de quinta ordem. Admira-

me muito, e isto não consigo compreender, quando o “senhor” Fidel Castro, o grande responsável pela situação de Cuba até nossos dias, é recebido, aqui, por alguns intelectuais e estudantes, que vão para a porta do hotel, onde ele está arengando, fazendo barulho, como se o Muro de Berlim estivesse de pé... De vez em quando, aparecem modificações: a tal “terceira via” e, sobretudo, as concepções de Gramsci, comunista que, embora preso, formulou uma doutrina de ação, a que grande parte da mídia e a Universidade dão destaque, e de quem veiculam as lições, buscando encontrar uma tábua de salvação para o comunismo. Livro publicado com suas “lições” escritas, é vendido no Brasil, em edição recente. É que o comunismo, como ideologia para sustentar “governos populares democráticos”, faliu completamente.

Até agora, a única forma de governo democrática bem-sucedida está apoiada no sistema econômico capitalista. Dentre os muitos exemplos, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. É esta a situação atual.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia. A insatisfação, como caracterizei, era oriunda dos mais politizados, que antagonizavam o regime comunista, e da população, porque era a maior vítima dos resultados da má administração que imperava, bem como da desordem e ausência de autoridade.

Qual a posição da Igreja com relação ao governo deposto?

Vi, no comício de 13 de março, muitos padres caminhando como se fossem torcedores de futebol, daqueles mais aguerridos, indo para um “Fla X Flu”. Vi vários, mas isto não significa afirmar que a Igreja os apoiava. Poderia um Dom Helder Câmara fazê-lo. Outros existiam, mas bem poucos. A Igreja como um todo se opunha àquele desgoverno.

É preciso compreender a Igreja Católica. A doutrina cristã busca o término das injustiças. Contrapõe-se à exploração do homem pelo homem, prega o direito à dignidade. No Brasil, lamentavelmente, não conseguimos, ainda, acabar com essa diferença de renda brutal, que persiste. Nos Estados Unidos, por exemplo, o trabalho é bem remunerado e o cidadão tem condições de possuir sua casa e seu automóvel. No Brasil, na época da Revolução, um maior número de pessoas começou a ter mais bens duráveis e automóveis. Isto, felizmente, ocorreu neste País e todos puderam ver. Não há como negar; aconteceu com toda a classe média.

Na publicação do Estado-Maior do Exército, que citei antes, consta que uma das medidas de valorização da Democracia foi a solução encontrada para o problema habitacional. Muitos não se lembram... A oferta de casas para alugar era

pequena, porque os preços dos aluguéis eram muito baixos e pouca gente se interessava em construir casas. É que a socialização irracional, embutida dentro do governo de Vargas, na década de 1940, havia congelado os aluguéis.

Isso era ótimo para quem já estava morando, mas para quem necessitava de moradia foi péssimo. Não havia ninguém querendo empregar o seu capital para construir uma outra casa, para renda. Um dos objetivos da Revolução foi, em um prazo de dez anos, reduzir a zero o déficit de moradias, segundo os princípios do sistema capitalista. Um objetivo ambicioso que foi buscado com determinação e muito sucesso. Enfim, a Revolução começou a solucionar problemas sociais que a socialização criou. A Igreja, embora tenha percebido, perfeitamente, esse fato concreto, evitou enaltecer a Revolução por esse reconhecido êxito no campo social.

Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupo dos onze"?

O pouco que tenho a falar sobre o "grupo dos onze", "Ligas Camponesas", é a respeito de suas íntimas ligações com o Movimento Comunista Internacional. No Brasil, era visível a orientação comunista. Procuraram inicialmente chegar ao poder, usando os meios normais da Política. Constituíram um partido político, através do qual era mais fácil fazer a sua propaganda... Elegiam deputados e vereadores. Quando o Presidente Dutra resolveu tornar ilegal o Partido Comunista, mudaram a tática: partiram para a clandestinidade, e, depois, na década de 1960, para a luta armada, com as conseqüentes guerrilhas urbana e rural. Era impressionante a rapidez com que implementavam suas ações em todos os cantos do Brasil usando, em particular, políticos oportunistas e jovens idealistas utópicos.

No seu entender, General, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como estava o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Quando era cadete, entre 1935 e 1937, sentia que os oficiais, preocupados, viviam fazendo revistas de armários, para verificar se alguém poderia estar participando de reuniões subversivas. Lembro que, em 1935, ocorreu a Intentona Comunista, com a morte de muitos companheiros inocentes, vítimas dos agentes de Moscou – uns brasileiros, outros estrangeiros. Nós, os cadetes do Realengo, saímos em direção ao Campo dos Afonsos, onde houve combate, mas não foi necessária a nossa intervenção.

Episodicamente, recordo-me de certo camarada, em conversa comigo, tecer grandes elogios ao sistema integralista que, em determinada época, exerceu muita influência no Brasil, mesmo entre oficiais. É bom lembrar que, nessa épo-

ca, o fascismo e o comunismo polarizavam grandes disputas políticas na Europa (Espanha, Itália e Alemanha).

Nos primeiros anos da década de 1960, voltaram os comunistas a tumultuar a vida nacional, contando com o apoio do governo de então que teve destacado papel na tentativa de inverter a hierarquia e quebrar a disciplina. O governo, na pessoa do próprio Presidente da República, empenhou-se, abertamente, em criar cisões nos quadros das Forças Armadas, estimulando os graduados a se revoltarem contra os oficiais. Inacreditável, mas aconteceu.

O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?

Não tenho dúvida de que as Forças Armadas e o Exército, em particular, desencadearam a Revolução com o apoio da população e influência da sociedade mais politizada. O Exército não é uma casta. Cada oficial tem família, mulher e filhos, vive na sociedade, e está todo dia ouvindo as opiniões do povo. Ele foi influenciado pela população e, Graças a Deus, respondeu bem ao apelo do povo.

E a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

O Congresso é normalmente o lugar dos entrechoques de opiniões, mas em momentos de crise tem prevalecido a solução mais consentânea. Sua atitude seguiu essa regra.

O senhor poderia nomear os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Devo começar pelos militares. Tenho impressão de que um dos líderes teria de ser o General Mourão, porque teve a coragem de desencadeá-la, talvez tenha até se antecipado, com o apoio do General Carlos Guedes, que com ele servia no Estado de Minas Gerais. Aliás, naquela altura já existia a idéia de começá-la, mas seria uns dois dias depois, porque haveria assim possibilidade de obter a unanimidade imediata, e não uma unanimidade conseguida lentamente. Outro, para mim, foi o General Castello, sempre um democrata. Lembro-me de que eu era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e ele, em um desses problemas surgidos em torno do General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra à época), assumiu a tribuna, e falou em defesa da Democracia. Democracia é algo que está dentro do espírito, da formação do militar, não tenho dúvida alguma.

Outro líder militar foi Costa e Silva (General Arthur da Costa e Silva). Era um homem diferente de Castello que tinha uma cultura mais amadurecida, com

respeito à Democracia. Costa e Silva era profundamente inteligente, em que pese dizerem ao contrário, era um homem de ação. Outro grande líder da Revolução. Poderia citar, ainda, Muricy (Gen Antonio Carlos da Silva Muricy), um harmonizador de opiniões; Syzeno (Gen Syzeno Sarmento); Cordeiro de Faria (Gen Oswaldo Cordeiro de Faria) que, nesses momentos, sempre buscava a conciliação, encontrar interesses comuns, para evitar choques.

O Médici foi outro, também, desapegado inteiramente do poder. Presenciei sua reação quando sugeriram seu nome para a Presidência da República. Ao sair, ele disse: "Isso não é um refresco"; na verdade, ele falou algo mais, utilizou uma expressão típica "de Cavalaria", que não quero repetir aqui, com isso demonstrando seu inteiro desapego ao poder. Entretanto, quando no cargo, empenhou-se decididamente. Mas, na verdade, não queria ser Presidente da República! Dizia: "Isso é bom para os outros, para mim não", e vivia contando os dias que faltavam para passar o governo. Fez, no entanto, uma grande administração. O Brasil cresceu muito sob sua direção.

O Marechal Denys já estava na reserva, e participou lá em Minas. O Denys tinha uma auréola em torno dele; ele era dos "velhos generais", "velho conspirador".

Não falei dos civis, dos líderes civis. Aí, nesse ponto, reside um grande problema das revoluções. Em geral, elas pecam por um lado, qual seja, o de afastar, silenciar, aqueles que lhes possam dificultar as ações necessárias. Um dos grandes líderes da Revolução chamou-se Carlos Lacerda. E foi afastado ou afastou-se. Outro foi o Governador Magalhães Pinto, que partiu com os Generais Mourão e Guedes.

O próprio Juscelino Kubitschek, que era um político de renome no Brasil, estava do lado da Revolução; havia outros, Krieger, no Rio Grande, Adhemar de Barros...

A política é uma arte que não se coaduna muito com o militar. O militar não é político. São poucos os que se tornaram grandes políticos, como Virgílio Távora, que foi Governador do Ceará, o Juraci Magalhães, do tempo do "tenentismo" e alguns outros. Sem falar nos militares que tinham uma atuação política freqüente, como o Góis Monteiro. Estes, eram militares com uma visão política aguçada. E gostavam de expor suas opiniões. E, nesta lista, não se pode esquecer do velho Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, sempre chamado nas horas de crise a intervir com sua autoridade moral, para ajudar na busca da solução. Parece-me que, em situações mais difíceis, surge um natural apelo aos líderes militares como, por exemplo, se deu com os generais da guerra, americanos, que acabaram sendo Presidentes, destacando-se como políticos. Na França, também, não há como esquecer o General De Gaulle.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto chefia e liderança, por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/DI e elementos do próprio II Exército?

Acho que os chefes perceberam muito bem o seu grau de responsabilidade. Ao sentirem que a situação havia se deteriorado, resolveram colocar-se contra o poder "legal", por perceberem que ele estava se tornando ilegítimo ao aliar-se às alas extremistas da esquerda. É sempre difícil uma decisão. Mas depois de 13 de março, a Nação assim desejava.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento?

Acho que foi correto, porque os comandos responsáveis tiveram a visão de que se tratava de um episódio histórico, de repercussão nacional, e não uma "quartelada". Era importante, desde logo, imbuir os nossos cadetes – futuros oficiais e chefes – do senso de responsabilidade para com a Nação.

Afinal, o Movimento trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?

Não tenho a menor dúvida. As cúpulas se ajustaram completamente, e o exemplo mais interessante foi o do episódio da doença do General Costa e Silva. Surgiu, como solução, a Junta Militar, constituída pelos três Ministros Militares, sendo que nenhum deles se opôs, realmente, ao afastamento do Vice-Presidente. Este acontecimento causou um pequeno desvio nos rumos da Revolução, mas as condições políticas refletiam as turbulências mundiais.

A mídia, na época, apoiou o Movimento?

A mídia mais representativa apoiou, porque tinha conhecimento, mais do que a população, do que estava acontecendo. Recebia as informações das Agências de Notícias, como a *United Press, Associated Press, Reuters* etc. Sabiam exatamente o que estava ocorrendo no Brasil. Então, apoiou o movimento. Basta ler os jornais da época, onde os manifestos são todos favoráveis. Não houve, não me lembro de ter visto, nada que fosse contrário.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Nós não tivemos governo militar. Eram militares o Presidente e os ministros das três Forças. Mas os demais ministros e o pessoal de 2º e 3º escalão eram civis. Comigo, aconteceu o seguinte: o General Maurell me perguntou:

– Werner, você quer ser meu Chefe de Gabinete, no Conselho Nacional do Petróleo?

– Gostaria, mas não quero passar para a reserva.

– Vou falar com o Castello – ele insistiu.

– Se ele quiser, que passe para a reserva – foi a resposta do Castello.

Conclui-se que o governo não queria militar em lugar de civil. A exceção era quem fosse ou já estivesse na reserva das Forças Armadas.

E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?

A Revolução trouxe muitos benefícios para o Brasil, só não os trouxe para os comunistas ativistas, nem para aqueles que se lançaram na guerrilha e em outras ações, como a de assaltos a bancos ou a de seqüestros de autoridades.

Tirando esse lado indesejável, não se pode deixar de reconhecer o quanto os cinco governos da Revolução realizaram, levando o País, pelo desenvolvimento, ao patamar de 8ª Economia do mundo. Hoje, os políticos não gostam de falar nisso.

O senhor entende que houve erros na Revolução? Caso positivo, quais foram?

Toda Revolução comete erros e, para mim, o maior deles é silenciar as vozes discordantes. Na Revolução Francesa, na Revolução Comunista, em outras tantas, no mundo, o silenciar significava matar. No Brasil, não me consta que tenham silenciado alguém na base da eliminação. Houve muitos que foram silenciados à base de cassações políticas. Essas, realmente, atingiram, alguns, injustamente.

Dois foram cassados, não sei por quê: Juscelino e Carlos Lacerda, aliás, no mesmo dia. Por coincidência, íamos para uma Conferência, nos Estados Unidos, e tivemos que combinar que, se nos perguntassem alguma coisa àquele respeito, deveríamos responder que não sabíamos, porquanto poderia ter havido uma razão grave o bastante, para que o fossem, mas desconhecíamos.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, considerados os maiores da economia brasileira, por alguns renomados economistas e diversos conferencistas civis da Escola Superior de Guerra, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Apenas para argumentar, em 1970, era aluno da Escola Superior de Guerra, e fui visitar, nas viagens de estudo que a Escola realiza, inúmeras fábricas, organizações etc. Lembro-me, durante as apresentações, dos gráficos que me mostravam – não foi um, nem dois, nem três, mas uma série: de 1960 a 1963, mostravam uma

linha horizontal com os pontos correspondentes aos decênios de 1960, 1961, 1962 e 1963 na mesma ordenada, ou seja, nenhum crescimento era apontado no "Eixo dos Y". No entanto, de 64 para 65 começava a mudar. Em 1966 / 1967 / 1968 / 1969, o traço ia subindo, firmemente, configurando a curva de crescimento da produção, das vendas, dos lucros das empresas visitadas e mostrando que ficara para trás o efeito negativo do período do governo deposto. Era surpreendente e, ao mesmo tempo, gratificante a franca ascensão do desenvolvimento em geral. Apontavam, claramente, os resultados na vida empresarial (estatal e privada) advindos da Revolução, que não só salvara o Brasil das garras do comunismo, como também o conduzira na trilha do progresso e do bem-estar do povo brasileiro, que, felizmente, durante a fase revolucionária, não conviveu com o desemprego, como tragicamente se observa na década de 1990, a "década desperdiçada".

Por que nos negam espaço para que se diga a verdade? É que ela lhes é desfavorável! Utilizam a técnica da contrapropaganda, que emprega notícias diversionárias, subtraindo, completamente, o assunto que não lhes convém.

Procurarei ser o mais fiel com o governo atual. Merece aplausos por ter conseguido manter o valor da moeda praticamente estável, um fundamento do sistema capitalista. Isso ele conseguiu. Hoje o rico, o pobre, todos, podem planejar a sua vida. Mas a liberdade foi exercida sem responsabilidade. É o movimento pendular da dicotomia autoridade-liberdade.

A mídia, de um modo geral, após o advento da "Nova República", a partir de Sarney, iniciou um "patrulhamento" contra todo o noticiário que pudesse reverter em aplausos aos Governos da Revolução. Somente quem lê nas entrelinhas, as quais muitas vezes escapam dos "patrulheiros", percebe a escamoteação de dados que traduzem as grandes realizações dos presidentes militares, cujos nomes são sempre omitidos, salvo para a crítica depreciativa. Dados e obras que não podem deixar de citar o fazem ampliando o período de observação para englobar governos anteriores a 1964 ou pós-revolucionários.

A mídia não pode esconder quem construiu a Ponte Rio-Niterói, nem quem construiu a maior hidroelétrica do mundo, Itaipu, nem quem implantou por este Brasil imenso tantas estradas asfaltadas. Quem aumentou a produção agropecuária e elevou a economia à posição de 8ª do mundo, quem fez o Brasil crescer a 10% ao ano... Não podem esconder, mas omitem.

Os jovens, hoje, só ouvem falar dos "anos de chumbo" e, jamais, da época do milagre brasileiro.

Esse problema tem que ser entendido como o inevitável e natural revanchismo político. E aqui é bom citar duas frases que bem traduzem o fenômeno. De Tancredo

Neves: “Eles agora vão ver o que é profissionalismo!” E de Machado de Assis: “Aos vencedores, as batatas!”

A chamada “batalha da comunicação social” foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos?

Há dois aspectos: para fazer propaganda é preciso dinheiro e interesse em fazer a propaganda. Os governos da Revolução não se interessaram pela propaganda. Economizaram. Já os governos pós-revolucionários, como o atual, fizeram exatamente o contrário, negando o que foi feito de bom pela Revolução e enfatizando o negativo. Assim, a verdade não aparece.

A imprensa livre, desligada do governo, poderia fazer alguma coisa, tanto é que, no Interior, vê-se alguma informação destinada à defesa da Revolução. No entanto, os jornais da grande imprensa – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* etc – não fazem isso. É que, infelizmente, aconteceu algo que os estudiosos do problema apontam: quando os comunistas viram que haviam perdido o poder político infiltraram-se na Imprensa e nas Escolas – essa orientação é possível até que tenha vindo de fora, lembrando da estratégia de Gramsci – e é difícil vencer a regra do “quanto pior, melhor”.

Alguns críticos da Revolução, hoje, alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

A verdade é que, os adversários nunca quiseram dialogar. Eles partiram diretamente para a luta armada, assaltando bancos, para obter dinheiro necessário à subversão; foram os grandes professores dos assaltantes de hoje. Eles acreditavam na possibilidade de êxito no enfrentamento, mas se deram mal.

Discordo, portanto, veementemente, da alegação contida na pergunta. A luta armada fez parte da orientação comunista para a tomada do poder, não só no Brasil, mas no mundo como um todo.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Sistematicamente, apoiavam-se no Movimento Comunista Internacional. Quando você analisa o sistema comunista de controle da sociedade e a forma como se deu a sua implantação, entra no terreno das hierarquias paralelas: nas ruas, em cada quarteirão, havia um chefe que era obrigado a obter informações a respeito de todos aqueles que ali moravam. Era um meio eficaz de con-

trole da população urbana. Assim, também, ocorria nos clubes, associações de classes etc.

O controle da população camponesa era semelhante e aqui começou a ser realizado através de Ligas Camponesas.

O grande objetivo sempre foi a tomada do poder.

O AI-5 foi necessário?

Sem dúvida. O AI-5 foi necessário porque sua aplicação se deu numa fase em que a Revolução não havia atingido seus objetivos e foi posta em cheque. O AI-5 revitalizou-a. É interessante voltar a esse tema. Nos movimentos armados anteriores, a primeira coisa, que faziam as Forças Armadas, era buscar um civil para ser o Chefe do Executivo e, logo em seguida, se recolhiam aos quartéis.

Na Revolução de 1964, concluíram que a situação era de muito maior magnitude. Na verdade, uma luta contra uma ideologia que tinha ido longe demais em nosso País. Não se tratava, simplesmente, de problema político - administrativo. Estávamos empenhados na oposição à estratégia expansionista da União Soviética e de seus satélites. Poderia dar até um exemplo: quando seqüestraram o embaixador americano, meu cargo era de Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército. Quase à meia-noite, o Ministro disse:

– Bom, vamos ao Itamarati decidir o que iremos fazer em face da proposta dos seqüestradores, de libertação de prisioneiros em troca da liberdade do embaixador.

– General Lyra – disse eu – o Senhor me permite uma sugestão? Creio que essa "guerra" não é nossa apenas. É muito mais dos Estados Unidos. O embaixador não é nada mais do que um soldado nessa "guerra". Acredito que não seja interessante para os EUA abrir esse precedente. Penso que não deva ser trocado.

O General não deu atenção para o que eu falei. Quando regressou, trouxe a decisão: atender à solicitação dos seqüestradores; solto o embaixador, os terroristas seriam banidos.

Pessoalmente, tive que argumentar, depois, com os companheiros do Gabinete, alguns bastante irritados com aquela solução, para que ficássemos todos convencidos de que se tratava de uma solução política, e de que a Política era a arte do possível.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI?

Estou convicto de que qualquer país organizado tem a necessidade de um Serviço Nacional de Informações. Os DOI – o significado da sigla não vem ao caso –

atendiam às necessidades de busca de informações e integravam os Centros de Operações de Defesa Interna. Estavam disseminados em todo País e atuavam, onde necessário fosse, para buscar a informação. Os problemas de segurança interna ou externa determinam as áreas de atuação da busca de informações, se no país ou no exterior. Órgãos dessa natureza existem em qualquer lugar do mundo. Não tenho a menor dúvida de que, no Brasil, hoje, existem agentes da CIA, do FBI, do órgão de informação inglês, do japonês, chinês etc. Porque precisam de informações, a fim de que seus governos tomem as decisões, melhor informados. A informação é fundamental para uma decisão correta. Houve críticas a esses órgãos, que acabaram extintos. É provável que tenha havido exageros tanto nas ações, como na extinção deles.

General, hoje muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o Senhor pensa a esse respeito?

Já me referi à contrapropaganda diversionária. Bem longe estivemos das ditaduras conhecidas. Tivemos governos fortes, fecharam o Congresso durante algum tempo, não sei lá mais o quê, atos que não se coadunam, realmente, com as normas democráticas, linearmente falando. Mas se havia Decretos-Lei, hoje aplicam Medidas Provisórias que os substituem. E são, na prática, bem duradouras. Essas coisas caracterizam, isto sim, um executivo forte, como foi o General De Gaulle.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o governo do Presidente Geisel?

Eu acho que o General Geisel teve a visão correta de que o Movimento de 1964 já tinha alcançado os seus objetivos maiores, e que, a partir daí, começaria a exaurir-se. Logo, seria preciso tomar a iniciativa da "abertura", porquanto, do contrário, esta seria feita pela sociedade. A população não iria permanecer assistindo à sucessão de militares eternamente. A solução da "abertura" se impôs, e foi muito feliz o Presidente Geisel, quando tomou a iniciativa.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Fiz parte desse governo; era Chefe do EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) no governo do General Figueiredo. Reconheço que a situação econômica piorou, devido ao choque do petróleo, ou seja, o aumento excessivo do preço do barril. Isso fez a inflação aumentar, levou à moratória e desgastou o governo. Talvez a população tenha sofrido um pouco, mas não tanto, porque já ouvi muita gente com "saudades do Figueiredo".

Mas, nesse mesmo governo, a produção de petróleo brasileira aumentou de trezentos e qualquer coisa para seiscentos mil barris. Lembro-me de que Cesar Cals era Ministro das Minas e Energia e, em uma comemoração de seu aniversário, levaram um bolo, representando uma torre de petróleo, com uma inscrição "seiscentos". Somente alguns anos depois, é que esse nível foi ultrapassado.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Essas pesquisas mostram uma grande realidade, qual seja a de que o Exército é bem visto pelo povo. O Exército nunca fez nada contra o povo, nunca. Pelo contrário, é ele que está presente na hora das calamidades públicas, é quem vacina, presta assistência médica com seu pessoal de saúde; está presente na Amazônia, em todos os lugares distantes onde se faz necessário, construindo estradas e marcando presença brasileira na faixa de fronteira. Ninguém vê, na figura de um militar, um cidadão que possa causar algum tipo de mal.

A formação do militar prepara-o para a guerra. Mas, com seus irmãos, ele é, normalmente, um homem educado, relaciona-se de forma cavalheiresca, compreende o seu papel na sociedade. Disciplina e respeito são cultivados em elevado grau. Isso vem de muito tempo. Durante a guerra, no TO italiano, o soldado brasileiro tratava o inimigo derrotado e aprisionado, com humanidade. Muitas vezes, penalizado, oferecia um cigarro, um chocolate ao prisioneiro de guerra, embora a técnica de tratamento de PG o instruísse a não fazê-lo, sobretudo inicialmente, quando nada deve ser oferecido, nem água, para levá-lo a responder às perguntas em situação de insegurança.

No continente europeu, ainda durante a guerra, apoiou a sofrida família italiana, que, até hoje, lhe é reconhecida por isso.

O Exército é benquisto pela população. O viés ideológico tem procurado ocultar esta realidade, seja pela mídia, seja pela opinião de extremistas, cujos objetivos são óbvios. Foram os militares que os derrotaram.

Que mensagem final, General Werner, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Tenho a impressão de que o Movimento de 1964 evidenciou o amadurecimento das Forças Armadas que assumiram o poder com a intenção firme de alcançar objetivos de magna importância para o Brasil: desenvolvê-lo, fundamentalmente. Após cada crise, no passado, as Forças Armadas entregavam aos políticos

os destinos do País e a situação voltava à origem. Em 1964, foi diferente. Bom será que não haja mais necessidade da intervenção das Forças Armadas para recolocar o País no rumo certo, por exigência do povo, como ocorreu em 31 de março.

O militar não é político e o Exército não é uma organização política, mas uma Instituição que, de acordo com a Constituição, entre outras especificações, destina-se à defesa dos poderes constituídos, da lei e da ordem. Quero crer que, quanto mais o Exército puder manter-se voltado para sua preparação profissional, fora de questões político-partidárias, mais corretamente estará agindo.

Este é o modelo que seguem nações estáveis, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França que já teve o governo forte do General De Gaulle, mas em situação de crise e derrota na guerra.

General-de-Exército Leonidas Pires Gonçalves

- Natural da Cidade de Cruz Alta, RS.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Comandante Militar da Amazônia (CMA) e Comandante do III Exército, atual Comando Militar do Sul (CMS).
- Integrou a Casa Militar dos presidentes Jânio Quadros e Castello Branco.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Colômbia.
- Foi Ministro de Estado do Exército no governo do Presidente José Sarney (1985 a 1990).
- Em 1964, era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 29 de junho de 2000.

Minhas primeiras palavras são para manifestar a satisfação que sinto em participar do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, que está sendo realizado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa. A partir deste momento, estou pronto para as perguntas.

Ministro, o senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março?

Essas raízes, há quem as busque em fatos muito longínquos, até no tenentismo. Eu sempre digo que, quando entrei na Escola Militar, em 1939, nos primeiros anos da minha vida militar, nunca ouvi falar em tenentismo, nem vi influência de tenentismo. Então, não creio que alguém possa falar nisso, senão como saudosismo.

Na verdade, acho que as raízes da Revolução são mediatas e imediatas. As mediatas são bem conhecidas por nós, iniciaram-se com aquela insurreição comunista de 1935, que deixou marcas profundas no Exército. Nós, há muitos anos, fazemos cerimônia especial na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em homenagem aos elementos do Exército que foram mortos, alguns de modo bastante impiedoso.

Sabemos, no entanto, que o Exército Brasileiro foi submetido a pressões da área comunista, que tentaram, durante vários anos, por intermédio de líderes, como Prestes e outros, fazer as concepções comunistas vigirem no Brasil. Como conseqüência, desenvolveu-se uma doutrinação nas nossas Escolas, para neutralizar este tipo de pregação comunista.

Essas coisas ocorreram, particularmente, depois de 1935, aceleraram-se após 1961, com a posse de Jango, e eclodiram em 1964.

Essas eu considero as razões mediatas. Na verdade – isso se deve ter bem em mente – João Goulart e os seus assessores gostariam de transformar o Brasil em uma república sindical e comunista. Todos os projetos, como as célebres reformas de base, visavam esse objetivo.

Não tenho a menor dúvida de que a Revolução também ocorreu porque o Presidente da época, João Goulart, tinha perdido a sua legitimidade. Para início de explicação, eu diria que a sua legitimidade era pequena, porque não podemos esquecer que ele era Vice-Presidente da República tendo concorrido com mais dois candidatos. Portanto, se considerarmos os votos de cada um dos três, ele não teve nem maioria absoluta. Então, era uma legitimidade tênue, mas a legitimidade política adquire-se ou perde-se pelo desempenho. Eu julgo que o Jango perdeu a legitimidade pelo desempenho, quando tentou transformar o Brasil numa república sindicalista.

Por que ele perdeu pelo desempenho? Porque este tipo de alteração, de revolução institucional – modelo tcheco – não constava dos objetivos brasileiros; então, ele perdeu a legitimidade por causa disso. Nós julgamos que a Revolução de 1964 teve o direito de atuar contra ele, porque não era mais um Presidente legítimo.

As causas imediatas todos nós conhecemos. Os homens que assessoravam o Presidente João Goulart cometeram um erro crucial: nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram, ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina.

Os momentos em que esses pilares foram atingidos, profundamente, temos vivos nas lembranças daquelas reuniões: o comício da Central do Brasil e a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, ambos no Rio de Janeiro – onde a Marinha teve a sua hierarquia e a sua disciplina altamente abaladas – uma completa desorganização, abolindo o que nós temos de mais sagrado, que eu repito: a hierarquia e a disciplina.

Essas ações foram neutralizadas, inicialmente, pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade e, depois, por aquela célebre e histórica nota do Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, quando ele alertou o Exército sobre o que estava acontecendo no País.

No que tange ao General Castello Branco, é interessante lembrar uma coisa: em seus quarenta e tantos anos de serviços prestados ao Exército, nunca havia participado de qualquer movimento político. Então, cabe a pergunta: Por que ele participou do Movimento de 1964? Na minha opinião pessoal, foi porque não era uma revolução política, mas ideológica.

Então, essas são as razões que determinaram o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Acho que teve, mas não é a influência que querem dar – até maliciosamente. O que acontece é o seguinte: o mundo estava dividido, não havia possibilidade de um país ficar fora daquela bipolaridade, e nós tomamos a decisão de ficar do lado bom, segundo eu penso.

Na Revolução brasileira, esse problema internacional da guerra fria teve uma influência, vamos dizer catalítica, mas não foi o principal responsável. Primordiais foram as nossas razões, aquelas citadas na resposta à primeira pergunta.

Ministro, havia, de fato, um clima de insatisfação quanto ao Governo João Goulart?

Isso é indubitável. A mídia era contra o Governo João Goulart. Existe a célebre palavra "Basta!", que vários jornais estampavam, e mais: a sociedade saiu para a rua, num movimento desconhecido por nós, com milhares de pessoas para protestar contra o que João Goulart estava fazendo, isto é, contra o caminho que ele estava tomando: tirar o nosso País da democracia em que vivíamos, para transformá-lo numa república sindicalista, que não era o desejo da sociedade brasileira, razão pela qual o governo dele se tornou ilegítimo.

Qual foi, Ministro Leonidas, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto em 1964?

Se eu bem me lembro, a Igreja apoiou o nosso movimento, porque, como eu disse, a sociedade brasileira não estava satisfeita com o que ocorria no Governo João Goulart. Se depois ela teve outras manifestações, outro comportamento, o inicial foi de completo apoio à Revolução.

O senhor poderia falar alguma coisa sobre o "grupo dos onze", do Leonel Brizola?

Não conheço, em detalhes, como é que eles atuavam, mas, nitidamente, eram núcleos que foram formados para tarefas de violência, tarefas de subversão. Cópias típicas do que se fazia em outros países, em outras épocas. Na minha região do Rio Grande do Sul, impactou, de uma maneira muito grande, a sociedade democrática e conservadora.

O que se passava, Ministro, no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

A grande maioria dos oficiais, sargentos e até soldados não concordava com o que estava acontecendo. Não obstante, a pregação, feita sempre por uma minoria ativista, havia se iniciado. Tivemos algumas lutas de opinião dentro dos quartéis, pois a grande maioria do Exército Brasileiro era contra aquele estado de coisas. Tanto é verdade, que a Revolução não encontrou maiores resistências, por causa desse aspecto: a grande maioria não era favorável que aquele governo continuasse.

Embora o senhor já tenha tecido algumas considerações, eu volto a falar no significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução.

É o direito que se tem de reagir, mas não foi um movimento reacionário, foi absolutamente autêntico e correspondendo aos interesses da nossa sociedade. O povo tem sensibilidade para as coisas, quando ele começa a se manifestar,

desapoiando algum governo, normalmente ele tem as suas razões. Quando essa marcha saiu, foi desencadeada – falam até em um milhão de pessoas – era um protesto bem claro, bem nítido, da sociedade brasileira, indignada com o que estava acontecendo, clamando para que houvesse um paradeiro.

E o mais interessante disso é que a grande maioria dos participantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade eram mulheres, e até crianças.

Então, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução?

Não tenho a menor dúvida. Eu cunhei, há alguns anos – o que irritava um pouco a esquerda – uma frase, que acho deveríamos até divulgar mais, sem pretensão pessoal: "O Exército nunca foi intruso na História desse País, o Exército sempre foi um instrumento da vontade nacional." Essa é a minha resposta para a sua pergunta.

O senhor já disse, mas nós gostaríamos de enfatizar: havia, em andamento, uma Revolução de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil?

Indubitavelmente. Acontece que, na primeira fase dessas revoluções, existe uma inversão. Tanto que os conservadores anticomunistas, da época da revolução de 1917, sempre faziam a imagem da "bengala invertida": a ponteira ficava para cima e o castão para baixo. Nós estávamos notando isso, o que, no Exército, é uma coisa inadmissível. Repito mais uma vez: macula pedras angulares da nossa Instituição – hierarquia e disciplina.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal, de seus chefes e de seus companheiros nos pródromos da Revolução, no seu surgimento e nas suas conseqüências?

Nesse aspecto, temos de ser muito modestos, porque, na época eu era tenente-coronel. Então, nós, mais do que tudo, fazíamos os nossos chefes imediatos sentirem as coisas, e dizer que nós estávamos com eles. Esse é que era o nosso grande propósito, a nossa grande participação. Fora disso é pretensão. Um tenente-coronel, dentro do princípio da hierarquia, tem que fazer isso.

Ministro, como se portaram os sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas (CGT, PUA, CNTI), logo após o início da Revolução?

Acovardaram-se, nada fizeram, porque, no fundo, no fundo, aquela frase dita por Luís Carlos Prestes: "Já estamos no governo, falta só o poder", era um

blefe. Logo que a Revolução tomou conta do poder, essa onda de CGT, PUA, CNTI acalmou-se e desapareceu.

Quais foram, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida, o maior líder da Revolução de 31 de Março de 1964 foi o General Castello Branco. Ele, assessorado de perto – isso eu vi e participei – pelos Generais Ademar de Queiroz, Ernesto Geisel, e o da reserva Golberi do Couto e Silva. Posso citar também os Generais Cordeiro de Faria e Costa e Silva. Embora esses não fizessem parte do grupo revolucionário do General Castello, na hora da decisão final, eles se harmonizaram e fizeram as coisas juntas.

Como civis, eu diria que o pregador foi Carlos Lacerda, tendo muita influência, também, o Governador Magalhães Pinto.

Ministro, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio do exterior, em especial dos Estados Unidos da América?

Essa pergunta já me fizeram várias vezes, tive que respondê-la até para uma TV, no Japão. O problema é o seguinte: as razões principais pelas quais nós fizemos a nossa Revolução foram as que eu já disse.

A ação catalítica, a influência da guerra fria, existe, porque nós podíamos tomar um partido. Agora, a participação especial dos Estados Unidos foi só de aprovação, porque, obviamente – eu me coloco na posição deles – não veriam jamais, com bons olhos, que o Brasil se transformasse numa grande Cuba.

Que eles tivessem participado, diretamente, quer com armamento, quer com outros apoios, isso nunca existiu; sei porque conheci bem a personalidade, a independência, o patriotismo e o espírito nacional de Castello Branco, e ele nunca admitiria isso.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O Brasil e, portanto, a maioria das Forças Armadas, não concordavam com a pretensão de transformar o Brasil, democrático, em uma república sindicalista comunista. Essa é a razão pela qual isso aconteceu, e eu não vejo outra.

Então, quando nós "peitamos" o esquema, ele não tinha força para enfrentar a opinião da maioria do povo, do Exército e das Forças Armadas brasileiras. Eles fizeram a revolta dos sargentos, a revolta dos marinheiros etc, mas eram movimentos localizados, sem extensão para mudar o aspecto militar.

Ministro, no seu entendimento, o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março 1964, foi correto?

Pessoalmente não participei, mas vou lhe dizer uma coisa: foi uma grande inoculação de democracia nos homens que estavam se preparando para serem oficiais do Exército. Eu sou totalmente favorável ao que aconteceu.

O senhor crê que as Forças Armadas, internamente, robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

Não tenho a menor dúvida disso, até porque nós, com as medidas para afastar os que estavam tentando comunizar o Brasil, liberamo-nos daqueles que procuravam a cisão dentro das Forças Armadas.

Afastados aqueles que buscavam a cisão, os que ficaram tiveram, então, todas as condições de união – pensamento uniforme e os mesmos propósitos. Por isso, eu acho que, depois de 1964, a coesão das Forças Armadas se robusteceu; pode-se até considerar alguma exceção, mas é só como exceção.

Ministro, o Movimento de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Era contra a ideologia comunista. Normalmente, ninguém denomina a democracia como ideologia. Então, digo que era baseado na oposição à ideologia comunista.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar algum exemplo?

Não me lembro exatamente se em todos os jornais, mas eu não tenho a menor dúvida de que os jornais do Rio de Janeiro, onde eu vivia, bem como, de um modo geral, os do resto do Brasil, eram contra o que estava acontecendo, a não ser algum jornal específico, como me parece o jornal *Última Hora,* do Rio de Janeiro, daquele jornalista que era muito ligado ao Jango.

Então surgia aquela palavra típica, que os jornais usavam: "Basta! Basta!", querendo dizer "chega do que está acontecendo". A mídia toda estava pedindo que nós fizéssemos o que fizemos. Por isso, hoje, quando se fazem essas considerações injustas, acho – usei essa palavra que pode ser dura – uma "safadeza" histórica. Atribuir-nos a realização de desempenho histórico que não correspondia aos interesses do Brasil, eu acho que é uma grande "safadeza", porque nós fizemos, na época, o que o povo queria.

O povo pediu, o povo gritou para que nós fizéssemos. Lembro que eu era um tenente-coronel e, nos meus relacionamentos de sociedade, cansei de ser agredido por pessoas perguntando-me: " O que é que vocês estão fazendo nesses quartéis? Não estão vendo o que está acontecendo no Brasil?"

No seu entender está correto o termo Revolução, ou como é que o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Nós já designamos o movimento desse modo, então temos que aceitar, mas, na verdade, foi uma contra-revolução. Essa denominação de Revolução – e agora é ditadura militar, hoje é ditadura militar – acho uma impropriedade.

Como ficou dito nessa breve exposição que estamos fazendo, fica bem claro que nós saímos dos quartéis para neutralizar alguma coisa de errado que estava acontecendo, na opinião da sociedade brasileira; e de que instrumento dispõe a sociedade brasileira para fazer isso? As Forças Armadas. Então, atendemos às solicitações da sociedade.

Ministro, no seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Essa é outra questão que se debate muito. Eu sempre digo o seguinte: se fosse governo militar todas as atividades teriam sido desempenhadas por militares. Mas veja o acerto, a clarividência dos chefes militares: nunca se viu, na área mais sensível de um país, que é a área econômico-financeira, um homem fardado. Pelo contrário, colocamos lá todos os ditos "sábios das escrituras": Bulhões, Roberto Campos, Simonsen, Delfim, Galvêas etc.

Temos, sempre, que nos lembrar de uma coisa, que os adversários não gostam de ouvir: em 1964, o Brasil era a 48ª economia do mundo; em 1984 era a 8ª. Isso, por si só, responde a todas as perguntas sobre se a Revolução de 1964 foi boa para o Brasil. Não estamos levando em conta o mal maior, que seria ingressarmos naquelas teses que não se compatibilizam com o pensamento brasileiro: do comunismo, do despotismo e da violência.

A mídia nessa última década, e aqueles que hoje detêm o poder, fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. o senhor gostaria de falar alguma coisa?

Poderia fazer um elenco de acertos, mas acho que o mais palpável e indiscutível é esse que acabei de citar: em 1964 nós éramos a 48ª economia do mundo, e em 1984, vinte anos depois, éramos a oitava.

Para não falar das estradas que nós construímos, das comunicações implantadas no Brasil e de tantas outras realizações. Reconheço que não atingimos, por exemplo, todos os objetivos sociais que desejávamos, mas aí existem outras manifestações que não me deixam dúvidas de dizer por que nós não tivemos sucesso.

Eu sempre digo isso, e tenho coragem de dizer, porque tem gente que não gosta, mas enquanto nós não tivermos, em nosso País, uma política demográfica

estabelecida – mas diga-se de passagem, nada compulsório, nada obrigatório, mas sim de caráter educacional – ficaremos numa situação difícil para resolver problemas sociais. Haja vista um dado que gosto de repetir: a cada ano nasce no Brasil uma população igual à do Uruguai.

Não é fácil resolver o problema social nesse País. Atualmente se diz que a nossa taxa demográfica caiu – eu até acredito – mas não foi graças aos segmentos que deviam ser, que são os segmentos que não têm qualquer capacidade de sobrevivência, nenhum poder econômico-financeiro. Caiu justamente para quem poderia ter mais filhos, que são as classes A e B. As classes C, D e E, estas têm filhos de uma maneira desordenada.

Minha experiência na Amazônia credencia-me a dizer que, com esse nascimento descontrolado, vamos levar muitos anos para fazer justiça social e uma distribuição de renda correta.

Nós precisamos, obviamente, chegar a uma taxa de natalidade mais justa – 1.2 ou 1.3, mas não é agora – e sim através da educação, através do convencimento e sem medo de enfrentar opiniões de outras organizações.

Digo com a maior tranqüilidade o seguinte: um dos maiores obstáculos que nós temos hoje para isso é a Igreja Católica, religião que a grande maioria dos brasileiros adota, professa. Eu tenho segurança de que o próximo Papa terá a obrigação de fazer o que fez João Paulo II, pedindo desculpas no que tange à evangelização forçada que se viu no mundo, à inquisição que a Igreja comandou e à perseguição aos judeus.

O Papa que suceder a João Paulo II, ou algum outro, vai ter que pedir desculpas, também, por não ter permitido aos países em desenvolvimento, aos países pobres, realizar um planejamento familiar correto e, repito, sem ser compulsório nem obrigatório, mas sim através da educação. O que significa isso: ensinar e propiciar meios.

Em cada uma dessas cestas que o governo distribui, deviam estar embutidos os meios para que as famílias decidissem livremente a possibilidade de ter os filhos que desejassem, e não descontroladamente, como é hoje.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de possíveis erros?

Sobre isso tenho até uma experiência pessoal para falar.

De uma feita, nós levamos uma proposta ao Presidente Castello Branco, de fazer, não propaganda, mas mostrar as coisas positivas do governo revolucioná-

rio. O General Castello Branco tinha uma verdadeira ojeriza de que pudesse ser criado algo parecido com o DIP, e a frase dele, eu me lembro, foi essa: " É o povo que tem que ver o bem que nós estamos fazendo." Disso, eu sou testemunha. Mas ele, talvez, tenha esquecido, na sua pureza de comportamento, de que os nossos antagonistas trabalhavam de uma maneira muito profissional para impedir que essa sensação chegasse ao povo naturalmente.

O que o senhor teria a nos dizer a respeito das ações de guerrilha e terrorismo praticadas pelos extremistas no período revolucionário?

Eu sempre digo o seguinte: nos atribuem torturas e matanças, e sempre contesto, dizendo que nós fizemos a Revolução de 1964 e não foi ninguém para o *paredón*. Qual foi a medida adotada? Podia-se chamar de altamente civilizada, que foi a cassação – cassação com dois "s", eu sempre faço essa ressalva. Que nada mais é do que rebatizar duas medidas milenares, que se chamavam: na Grécia, ostracismo e, em Roma, banimento. Eram os instrumentos que possuíam esses povos antigos, cultos, sábios e democratas – na Grécia, que indiscutivelmente foi o berço da democracia – para afastar do convívio da sociedade aqueles que estivessem, no parecer da maioria, prejudicando-a. Então, foi o que fizemos.

Não gosto de falar disso, mas quando é que começou a violência e como se desenvolveu? Foi a bomba colocada ao Aeroporto dos Guararapes. Todos nós deveríamos saber o seguinte: estava previsto chegar, ao Aeroporto de Guararapes, o General Costa e Silva com sua comitiva, durante o período em que ele se lançava a Presidente da República.

Por coisas do destino, o avião que ele esperava – que viria do Ceará, o pegaria no Recife e depois voaria para Salvador – não veio. E eles, então, foram de carro, da Paraíba direto para Salvador. Em conseqüência, o aeroporto estava semivazio. Não obstante, a bomba matou o Almirante Fernandes, o jornalista Régis e tirou os dedos da mão do General Silvio, além de ferir várias pessoas.

A gente fica imaginando se aquele aeroporto estivesse à cunha, como era de se esperar se o candidato, General Costa e Silva, tivesse chegado com a sua comitiva, além daquele povo todo esperando. Quer dizer, haviam preparado uma matança.

Nós, de formação portuguesa, temos uma velha mensagem para explicar esse fato: "Quem semeia ventos, colhe tempestades." Quem começou o ato de violência, quem começou a fazer correr sangue nesse País, apesar do número reduzido de vítimas, foi a esquerda.

No livro de Ronaldo Costa Couto, ele diz que o Betinho – esse célebre Betinho – declarou que sabia quem havia posto a bomba: era o pessoal da AP. Não

dizia os nomes, porque tinham falecido – quem pode saber? – e que ele não queria criar problemas.

Ministro, houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento de liberdade, com prejuízos para a divulgação do pensamento e idéias de segmentos da sociedade?

Acho que houve, mas na medida do necessário. Eu pergunto: “Esse senhor, que agora foi eleito para a Academia de Letras, o Cony, não escreveu sempre o que queria?” Porém, dados, publicações, livros etc, que confrontavam conosco, nós não permitimos. Em períodos de crise ou de luta, isso ocorre.

Não podemos esquecer de uma coisa: o nosso propósito – o propósito da Revolução de 1964 – sempre foi o retorno do Brasil à democracia. Lembro-me muito bem de que quando o Presidente Tancredo Neves foi eleito e me convidara para Ministro do Exército, os repórteres de Porto Alegre, onde estava comandando o então III Exército, perguntavam como é que eu, um revolucionário histórico, me sentia. Respondia que muito à vontade, porque nós estamos desaguando onde sempre desejamos, que é a democracia.

Porque a Revolução de 1964 foi feita com esse objetivo. Se houve descaminhos, os principais responsáveis por eles foram os atos de agressão que nós sofremos da subversão. Se a subversão não tivesse nos agredido tanto, teríamos chegado muito antes à democracia, porque essa era a idéia tão perseguida pelo General Castello Branco.

O General Castello Branco sempre teve como objetivo transformar o Brasil, o quanto antes, numa democracia. Acontece que, fustigado pelos antagonistas, essa transformação demorou mais do que devia. No meu ponto de vista pessoal, sempre tenho manifestado isso.

Acho que nós cometemos dois erros, no que tange à permanência da Revolução:

• O primeiro, limitar o governo de Castello Branco. A Revolução estava legitimada por si mesma, não tinha nada que “concluir o outro mandato” – nós devíamos ter começado “o mandato de Castello Branco”, de seis anos, por hipótese, findos os quais nós voltaríamos à democracia. Foi um erro que, na época, eu, um jovem Tenente-Coronel, já dizia e comentávamos. Não se trata de um erro que eu analiso agora – mas, repito, não nos deixaram outro caminho. O General Castello Branco tinha verdadeira obsessão de ser considerado um ditador, não gostava dessa situação.

• O segundo erro foi o de prolongarmos demais a Revolução, o que nos trouxe uma carga negativa muito grande, que é essa que nos persegue até hoje, que nos desgastou, inclusive, na opinião pública – opinião pública, trabalhada pela mídia

quase toda esquerdista, que hoje nos antagoniza. Insistem em dizer que somos torturadores, matadores etc. Esqueceram-se de que nós salvamos o Brasil.

Ministro, quais os objetivos da luta armada, desencadeada no campo e na cidade, e onde buscava orientação e apoio?

Essa é outra coisa interessante. Nos dias de hoje ficam aí falando da célebre "Operação Condor". Sempre digo, é uma lei antiga, de física, que "a toda ação corresponde uma reação igual em sentido contrário" e, dessa forma, respondo a essa pergunta. Se a orientação e o apoio dessas operações vinham de fora – vinham da Rússia e da China, via Cuba ou Uruguai – enfim, era um movimento internacional integrado, o que há de estranho no fato de o Cone Sul se reunir para colocar um "basta" a isso, com troca de informações, já que todos eram atingidos? Então, isso é um verdadeiro absurdo, é um desses outros clichês que a mídia cria para nos ofender, até hoje, sem nenhuma razão.

Irracional seria nós não termos informações e ligações no Cone Sul.

Ministro, o AI-5 era necessário?

Acho que voltamos à mesma tese: o AI-5 foi fruto do comportamento da esquerda. Se eles não tivessem aquela agressividade, o AI-5 não teria sido criado. Nós estávamos no poder, estávamos convencidos e certos de que estávamos fazendo um bem para o Brasil. A troco de quê nós íamos nos deixar vencer por argumentações e ações anti-sistêmicas? O problema de todo país que quer democracia é que ele admite ações intra-sistêmicas, mas ações anti-sistêmicas não são admitidas. Dessa forma, foi criado o AI-5, para neutralizar ações anti-sistêmicas.

No seu entender, foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Vou dizer mais: a razão da criação do SNI não foi da Revolução de 1964, ele já deveria existir, porque não existe país no mundo que não tenha um serviço de informações de alto nível. Os fatos que ocorreram depois da Revolução de 1964, muitos deles, aconteceram porque o governo não tinha o SNI "na sua mão".

O Presidente Fernando Collor, se tivesse um SNI à sua disposição, informando-o, de duas, uma: ou ele parava de fazer, se fosse co-responsável, ou atuaria contra quem estivesse fazendo errado. Mas como ele não tinha informações, não fez nem uma coisa, nem outra.

A nossa Instituição, achei que, hábil e inteligentemente, criou órgãos especiais para neutralizar a subversão, permitindo que a maioria do Exército Brasi-

leiro continuasse na sua missão precípua de treinamento, para assegurar e defender a nossa soberania e autodeterminação. Apenas um grupo menor, que era o DOI/CODI, ficou encarregado de atuar, visando neutralizar as ações negativas, violentas e criminosas, como raptar embaixadores, assaltar bancos etc. Essa é a verdade, que nós não costumamos dizer.

Dias atrás, fazendo uma entrevista em uma TV, sob o ponto de vista de História, disse o seguinte: "Uma das coisas que muito me irrita pessoalmente – me irrita mesmo – é que os subversivos se intitulam idealistas, heróicos, patriotas. E nós, não? Isso é para rir, não é? Patriotas e idealistas somos nós, que sabemos do que o Brasil precisa, inclusive porque o caminho pelo qual esses homens queriam levar o Brasil foi demonstrado, à exaustão, que era errado. Foi o que aconteceu com todo o esquema comunista no mundo."

Qual a sua opinião acerca do panorama político, principalmente o comportamento do Congresso Nacional, durante os governos revolucionários?

Eles foram participantes. Havia uma voz ou outra reagindo, mas foram participantes.

Hoje em dia muito se tem falado – como o senhor mesmo já teve oportunidade de destacar – em "ditadura militar" e "anos de chumbo". O que o senhor pensa exatamente a respeito ?

Em toda a minha vida, minhas funções sempre foram operacionais, nunca de informações. Quando o meu amigo – chefe a quem muito admiro – General Reinaldo, foi comandar o I Exército, ele me convidou para ser seu Chefe de Estado-Maior (ChEM), e era inerente ao cargo a subordinação do DOI/CODI. O DOI/CODI era diretamente subordinado ao ChEM. Tive, então, pela primeira vez, a oportunidade de "encostar" nisso. Foi uma experiência interessante. Nós éramos função do que a subversão fazia.

O nosso trabalho, em 98% das oportunidades, era o de neutralizar a atuação da subversão. Então, está aí a resposta aos tão falados "anos de chumbo". Eles surgiram em decorrência de uma necessidade operacional.

Quanto a essas acusações que nos fazem, "agora todo mundo é torturado, é heroísmo ter sido torturado", eu já disse isso na Fundação Getúlio Vargas, disse, na última vez, na TV e repito hoje aqui: "Nós estivemos no I Exército – o General Reinaldo, como Comandante e eu como Chefe do Estado-Maior – durante dois anos e dez meses, e desafio alguém a dizer que foi torturado." A tortura existiu, eu nunca neguei isso, "numa ponta de linha", às duas horas da manhã, fora do con-

trole, quando duas pessoas entravam em choque ou se digladiavam. Entretanto, ela nunca foi política, nem norma, nem ordem dos escalões superiores.

Eles vivem querendo atribuir a nós a responsabilidade por ela, que a ordem era implícita. Acho que houve excessos, mas nem podia deixar de haver, porque essa é a lei do mundo, a raça humana é assim mesmo, a raça humana é desse jeito.

Eu me lembro de que no DOI/CODI fazia-se um controle muito grande: primeiro, para fazer prisioneiro, só quando havia um fato específico, uma necessidade específica, prendia-se alguém; depois, esse alguém era tratado, não com bondade – que inimigo não se trata com bondade – mas com humanidade. Rispidamente, é verdade, mas com humanidade. Não se fazia nada que fosse desumano.

Eu sempre pregava o seguinte, com uma frase típica, simples, porque a gente tem que criar um impacto na cabeça dos executantes: "Na hora de dar chocolate, não se dá tiro; na hora de dar tiro, não se dá chocolate."

Ministro, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem na época dos governos revolucionários?

Isto é uma coisa de que nós nos orgulhamos, e essa gente, que até hoje vive nos fustigando, nos atacando, não reconhece: nunca tivemos vantagem nenhuma. Os nossos ordenados nunca foram além do que são, medíocres; os nossos orçamentos nunca foram além do que são, medíocres. Nós nos mantivemos, como sempre, nitidamente preocupados com o Brasil. Não reconhecer isso é outra "safadeza" histórica.

Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.

É mais uma "safadeza" histórica não reconhecer isso.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz desses vinte anos de governo revolucionário?

Acho que foi extremamente positivo. Em primeiro lugar, de onde veio a posição econômico-financeira do Brasil? E onde foi parar, em vinte anos? Se alguns aspectos nós não pudemos ser completos – e não o fomos, por exemplo, na parte social – e a justificativa, eu acho, é que, com a nossa taxa de natalidade, é impossível alguém ter sucesso nesse campo.

Agora, no que tange a essa acusação que nos fazem: "Mas a Revolução não permitiu que nascessem os líderes políticos!" A Revolução existiu porque não havia líderes políticos nesse País, essa é que é a verdade, não querem ver essa verdade.

E vou dizer mais: a liderança e a chefia aparecem, justamente, nos anos de crise. Então, não somos responsáveis por não haver líderes políticos nesse

País. Responsável por isso é a falta de ingresso, na política, dos homens que nela deveriam ingressar.

Por que a Revolução se desengajou da condução política do País?

Nós não nos desengajamos da condução política. Chegou a oportunidade e nós fizemos o caminho ao qual nos propusemos desde o início, o de voltar à democracia. Nós não desengajamos, nós voltamos à democracia.

E digo mais, quando vejo esses "heroizinhos" das "diretas já": aquilo ocorreu porque nós desejamos que ocorresse, eu mesmo participei do desejo das "diretas já". Esses "heróis" precisam saber que, "a bordo desse barco deles" estávamos nós também, desejando que isso acontecesse. E é uma injustiça não reconhecer que os Generais Geisel e Figueiredo tenham sido os grandes responsáveis por essa abertura. Porque se não quisessem, não tinha jeito, ficava fechado.

Houve a partir de 1985, e existe ainda hoje, o chamado "revanchismo" – que o senhor está abordando com muita propriedade – por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares?

Isso é uma coisa que considero muito errada. Costumo dizer que anistiamos essa gente toda; eles não nos anistiaram até hoje. Todo dia tem uma "futrica" nos jornais, todo dia tem uma "coisinha" aqui, uma "coisinha" ali. Agora, as "coisinhas" deles, não. "Vamos ver o que houve no Riocentro; vamos ver o que houve não sei onde?" Por que ninguém falou: "Vamos ver o que houve no Aeroporto dos Guararapes?" Para eles não houve isso... Ninguém quer saber.

Isso, indubitavelmente, é revanchismo. Eu diria tratar-se de *jus esperniandi*, para utilizar uma frase usada, jocosamente, contra quem perdeu a guerra e não conseguiu alcançar o objetivo pretendido, que era fazer desse País uma república sindicalista. Como compensações psicológicas pessoais, fazem esses ataques, que eu considero "pequenos", sem grandeza, pois devem-se a recalques pessoais. Por causa de episódios históricos que daqui a pouco estarão na fumaça dos tempos, por falta de grandeza e de espírito de estadista, querem macular a imagem da Instituição que é encarregada da manutenção da soberania, da autodeterminação e da independência desse País. Onde é que está a grandeza de quem atua desse jeito? Não têm grandeza, isso é uma pequenez.

Ministro, como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do comunismo no Brasil?

Engraçado, dizem – até já ouvi essa frase – que o comunismo desapareceu no mundo inteiro, menos no Brasil. Acho que o comunismo, como ideologia, realmente desapareceu, por uma razão muito simples: ele demonstrou, com a maior evidência, que se tratava do maior embuste do século XX. Os países que o adotaram acabaram sendo altamente discricionários, ditaduras violentíssimas, matadores incríveis. Roberto Campos, naquela sua maneira muito peculiar de falar, quando tomou posse na Academia, disse: "Nos países brancos, nos países morenos, nos países amarelos, nos quatro cantos do mundo em que o comunismo foi adotado, milhões de pessoas acabaram por sofrer violência, no verdadeiro terrorismo de comando."

Estamos seguros, muito seguros, de que, agora, as teses comunistas não têm nenhuma chance de subsistir. Pode existir em um ou outro recalcado, ou que ainda esteja vivendo essas idéias do passado, mas que não tem mais repercussão.

O que é que subsiste no Brasil? Ainda há uma manifestação da esquerda no País: é a ofensa sistemática, o ataque sistemático às Forças Armadas. É um recalque que eles têm. Eles sabem que o comunismo não tem mais vez, mas não nos perdoam, por termos barrado, em 1964, o acesso deles ao poder.

Essa é a manifestação que vejo de esquerda, hoje, no Brasil. Pensar que podem transformar esse País? Eles não vão conseguir nunca.

Ministro, a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Qual a sua interpretação a respeito ?

Isso é uma verdade. Na última pesquisa, ficamos com 82% da opinião pública, inclusive à frente da Igreja. De outras instituições, nem se fala. Mas não vejo isso com o mesmo entusiasmo generalizado, e vou dizer o porquê: "Esse resultado é fruto da opinião de todo o povo brasileiro, obtido com o apoio da população que não tem possibilidade de ler ou ser influenciada por essa mídia que nos vem, como tenho mostrado, fustigando de maneira injusta. Os segmentos que constituem as classes mais elevadas não estão nos dando tanto apoio assim". Então, vejo com certa preocupação essa pesquisa. A mesma traduz que a maioria do povo brasileiro acha isso, mas diria que a maioria com curso superior não pensa assim não, lamentavelmente. É uma opinião pessoal, não tenho a pretensão de estar certo. Mas, se você conversa com universitários e intelectuais, verá que não estão do nosso lado, porque foram trabalhados pelos nossos adversários que os ensinaram a se posicionar contra nós.

Influenciados por uma estratégia que nos é contrária, adotada nos órgãos de comunicação social e na cátedra universitária, principalmente.

Veja bem, aqueles 82% nos dão um tipo de informação, mas não é uma informação que me satisfaça. A informação que me satisfaria seria o resultado positivo para nós de uma pesquisa que fosse feita em todas as universidades do Brasil. Porém, não tenho a menor dúvida de que ele seria negativo.

Influência maléfica dessa imprensa e de professores que não nos perdoam, porque são os perdedores de 1964 e da época da luta armada.

Porque barramos o acesso deles ao poder durante o período revolucionário.

Ministro, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de março de 1964.

Como mensagem final, devo dizer que quando alguém, no futuro, ouvir aqueles que aqui foram entrevistados, fique convencido de que a Revolução de 1964 foi feita para salvar o Brasil de um grande desastre, e ela conseguiu isso. Nós, as Forças Armadas, temos arcado com a responsabilidade disso, e nos orgulhamos. Estamos prontos para sofrer essas injustiças menores, porque temos plena convicção de que desempenhamos um papel destacado, histórico, extremamente válido, que só engrandece as Forças Armadas do Brasil.

General-de-Exército Rubens Mário Brum Negreiros

- Natural da Cidade de Dom Pedrito, RS.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Na II GM, exerceu, no posto de Tenente, a função de adjunto do Oficial de Informações do Batalhão de Engenharia (1º BE Cmb) da Força Expedicionária Brasileira.
- Foi oficial de Gabinete do Ministro da Guerra Orlando Geisel, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste e Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na França.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, e, na eclosão da Revolução, apresentou-se ao General Augusto Cezar de Castro Muniz Aragão, vindo a constituir, juntamente com outros companheiros, seu Estado-Maior.

Entrevista realizada no dia 10 de maio de 2000.

A Revolução de 1964, que uns chamam de Contra-Revolução de 1964 e outros afirmam ter sido uma derrubada da democracia no Brasil, possui, na realidade, antecedentes históricos vindos desde o início do século XX. Vou limitar-me a comentar, apenas, os fatos mais recentes que possam haver influenciado esse episódio, a que chamo de contra-revolução.

A partir de 1922, ocorre um movimento chamado "tenentismo". Os militares passam a demonstrar vontade de contribuir decisivamente para a melhoria de todos os setores da vida do país: especialmente as áreas de Energia, Economia, Educação, enfim, para seu amplo progresso. Após o movimento dos tenentes, irrompe a Revolução de 1930, no bojo da qual Getúlio Vargas, como líder, é investido na chefia do país, com isso provocando o desmonte da chamada política "café com leite", de São Paulo e Minas, que dominava o Brasil.

Na época, todo o problema era político. Não havia uma ideologia bem definida, nessa etapa, que só veio aparecer, em 1924, com a Coluna Prestes, assim mesmo muito ligeiramente. Depois, em 1930, começa a surgir alguma coisa, mas, em 1935, aflora o Movimento Comunista Internacional, no Brasil. Aí estão referenciados, na minha opinião, os fatos mais recentes que tiveram influência no Movimento Revolucionário de 1964.

Na Intentona de 1935, os comunistas tomaram o poder no Nordeste, durante três ou quatro dias, não lembro, mataram e assassinaram os nossos companheiros, estenderam o seu braço para o Rio de Janeiro, na Escola de Aviação Militar, em Deodoro, e no 3º RI, na Praia Vermelha, cujo prédio não existe mais.

Esses acontecimentos caracterizam o começo da definição ideológica.

O grupo de 1935 continua a desenvolver-se, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas constrói a sua política trabalhista e conservadora. Os fatos prosseguem e eclode o Movimento de 1945, após a volta da Força Expedicionária Brasileira. Getúlio já sentia que as pressões para a democratização do país iriam ser grandes, porque, em 1937, havia editado uma carta constitucional alcunhada de "polaca", instrumento ditatorial, e ele o único mandante. Acabou deposto, pois queria perpetuar-se através de algumas manobras políticas, como o "queremismo", ajudado por Luís Carlos Prestes que, por sua vez, estava reaparecendo, depois de ter sido preso e, digamos assim, quase "apagado" pelo próprio Getúlio Vargas.

Após 1945, sucedem-se as eleições e, posteriormente, em 1954, o suicídio de Getúlio.

Mais tarde, precipitam-se os acontecimentos de 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek. Continuamente, os grupos estavam se definindo: de um lado, os conservadores, ou os que não eram totalitários nem comunistas, que começa-

ram a se dividir. Do outro lado, mantinha-se o Movimento Comunista Internacional, aqui representado e dirigido, principalmente, por Luís Carlos Prestes.

Isto posto, quando o João Goulart, em razão da renúncia de Jânio Quadros – uma nódoa na política brasileira –, assumiu o governo, aquele grupo do Movimento Comunista Internacional, ligado aos sindicatos, aos "pelegos", aos movimentos "populares", quis aproveitar-se da oportunidade, porque João Goulart mostrava-se fraco, embora tivesse influência no meio trabalhista. Foi, afinal, onde infiltrou-se o pessoal do Movimento Comunista Internacional.

Aliás, uma fase, um momento da vida nacional muito interessante e importante para observarmos, porque, no período em que o João Goulart foi presidente, é público e notório – basta consultar os jornais e os meios de comunicação – os sindicatos mandavam, bem como os pelegos que nada respeitavam. Como conseqüência, começou a tomar forma e crescer um movimento anticomunista de oposição a João Goulart e contra o sindicalismo infiltrado de pelegos.

Esse movimento se fortalecia, na medida em que era necessário antepor-se ao avanço de líderes sindicais, como Dante Pelacani e outros, cuja influência aumentava, junto ao Presidente João Goulart.

E a influência era muito grande. Sabia-se, através dos jornais da época, que no Palácio Laranjeiras, onde o Presidente João Goulart se encontrava constantemente, a sala de espera era local de reunião dos sindicalistas, onde os pelegos, relaxados, com os pés em cima das cadeiras e das mesas, demonstravam a intimidade que tinham com o governo.

À época, João Goulart, talvez por ser primário e não possuir força suficiente, era comandado por todos aqueles sindicalistas. Faltava tudo no País. Faltava arroz, faltava feijão, sumiam os gêneros alimentícios, desabastecimento, dificuldades cada vez maiores. Então, a reação tornou-se crescente, pois o governo não tinha um objetivo, só se via destruição e desorganização.

O lado conservador, apesar de dividido, começou a reorganizar-se para antepor-se àquele movimento comuno-sindicalista e ao próprio Movimento Comunista Internacional. É só compulsar os jornais e as revistas da época, bem como atentar para noticiários de rádio e televisão, e constatar o que estava acontecendo no País. Aos poucos, as pessoas foram se conscientizando da necessidade de dar um basta.

Um grupo achava que podia esperar até o fim do período do Governo João Goulart, que se daria dentro de um ou dois anos. Um outro achava que ele já havia atingido ao ápice da desorganização, no país. O marco desse sentimento de revolta antipresidente, contra João Goulart, foi o comício da Central do dia 13 de março de

1964, no qual eles disseram e fizeram tudo, todos os tipos de provocação. Havia bandeiras e faixas com incitações sobre o que deveria ser feito para acabar com a oligarquia, o conservadorismo e criar um governo populista, governo, segundo eles, do povo, pelo povo e para o povo, e, entre parênteses, para o Movimento Comunista Internacional.

A reação, entretanto, era crescente. Havia, do lado militar, uma preocupação constante, de como opor-se às forças ditas populares que, na realidade, eram comandadas de fora do País. Houve reuniões, uns grupos mais extremados, outros menos, até que explodiu o Movimento no dia 31 de março. Por que explodiu? Porque, no fundo, o General, futuro Presidente, Castello Branco, um homem moderado, tomara providências para evitar que o País sofresse um descalabro. Por que ele aceitou o repto? Porque começaram a querer desorganizar, a desmoralizar, também, as Forças Armadas. Incentivavam desrespeitos freqüentes à hierarquia e à disciplina que são a base da estrutura militar, nossas vigas – mestres. Nesse clima, então, ocorreu a explosão do dia 31 de março.

Agora, o importante, para que chamo muita atenção, é que, apesar disso, a mídia, hoje, investe contra o movimento, dizendo que foi um atraso, que o Brasil regrediu, pois a democracia estava sendo instalada. Entendo que não é verdade, porque, avançando um pouco no futuro, podemos comparar a nossa Revolução de 1964 com a queda do Muro de Berlim, em 1989. Por que o mundo alegrou-se com a queda do Muro de Berlim? Porque aquelas repúblicas, que se diziam democráticas, eram subjugadas pelo Movimento Comunista Internacional e, quando foi derrubado o Muro de Berlim, veio então a liberdade, a fuga em massa do Leste Europeu e da própria Rússia; o mundo todo aplaudiu, razão por que não entendo o fato de terem mudado tanto com relação à nossa Revolução de 1964, uma vez que, na época, aplaudiam e elogiavam e, agora, criticam, denigrem. Diria que aclamaram e festejaram o Movimento de 1964, exatamente como no Movimento de 1989, mas, hoje, o atacam, sem nenhuma razão lógica para tal mudança.

A luta pela liberdade, travamos em 1964, a luta pela liberdade do mundo apareceu em 1989, quando o Muro de Berlim caiu, é muito importante que façamos essa correlação. Penso que foi uma maneira, uma solução muito brasileira, dentre todos os movimentos que vivemos e de que participamos, quando o interesse maior da nação, do país e do povo – a liberdade – foi preservado. É importante fazer esta correlação.

General, além desse fato do dia 13, o Comício da Central, que eventos ocorridos, nesse mês, também contribuíram para precipitar a Revolução de 31 de Março?

O que mais contribuiu foi a reunião, de que o senhor João Goulart participou, realizada no dia 30 do mesmo mês, no Automóvel Clube do Brasil, com o Clube dos Subtenentes e Sargentos, em que pese o fato de que o presidente do clube fosse um sargento de primeira linha, pessoa respeitada. Está me faltando o seu nome. Por melhor que ele quisesse conduzir os acontecimentos, um grupo maior ultrapassou-o e, em ligação com o próprio Gabinete Militar da Presidência da República, promoveu a reunião no dia 30 de março, no Automóvel Clube. Ali aconteceu o desrespeito total à hierarquia e à disciplina, abalando profundamente nossa Instituição, o Exército Brasileiro.

Além daquela revolta dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos em Triagem.

Sim, mas isso foi antes. A reunião no Automóvel Clube foi depois; a revolta dos marinheiros já ocorrera, havia uma semana.

Eu assisti – servia em São Paulo e vim ao Rio, aproveitando o feriado da Semana Santa. Desuniformizados, abraçados com as esposas, agarrados com os metalúrgicos, uma demonstração, também, de falta de respeito à disciplina e à hierarquia.

Você deve estar lembrado de que os jornais e as revistas mostraram o Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, no meio da rua, andando junto aos marinheiros, numa demonstração de total inversão daqueles valores.

O senhor julga que a guerra fria teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Depois da Segunda Grande Guerra, dois campos opostos se defrontaram: o campo democrático e o campo comunista, totalitário. A guerra fria desenrolou-se com ações subversivas, particularmente desencadeadas pelo Movimento Comunista Internacional, dirigidas da Rússia ou de um dos seus satélites, fazendo com que ocorresse a desintegração dos países democráticos. Esse procedimento transportou-se para o Brasil, e a atuação do Governo João Goulart foi um exemplo claro do desenvolvimento da guerra fria.

O senhor poderia acrescentar algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de Março?

Como disse antes, havia os grupos conservador, trabalhista e o comunista internacional. O trabalhista era influenciado, muitas vezes, pelo Movimento Comunista Internacional que tomava as iniciativas de criar um mal-estar na sociedade brasileira, como um todo. E o grupo conservador se opunha a isso.

Um dos pontos marcantes foi a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade que começou, aos poucos, nos Estados e, depois, desaguou em duas grandes

marchas, uma em São Paulo e outra, no Rio de Janeiro. Isso marcou a posição do povo contra o *status quo* do governo do senhor João Goulart.

De modo que, ao fazermos o movimento em 31 de março, este, sobretudo, significou a resposta aos anseios da sociedade, que estavam escritos e transcritos em todos os meios de comunicação. Quem quiser hoje saber se é verdade ou é mentira é só ir às bibliotecas e ler os jornais, a partir de 1961 em diante, ver a evolução dos acontecimentos e constatar como se passou tudo.

Então, havia um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Total.

De um modo geral, qual a posição da Igreja em relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja era contra, tanto que houve aquela grande Marcha, com Deus, pela Liberdade. A oposição ao Governo de Goulart era muito intensa.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros aparatos semelhantes que eclodiam na época?

Conheci mais a fundo as Ligas Camponesas, anos depois, quando comandei o Grupamento do Nordeste, em João Pessoa. A principal base das Ligas Camponesas encontrava-se no Nordeste. O Francisco Julião era de lá. É preciso que se entenda um pouco as Ligas Camponesas. Alguns vão se surpreender com o que vou dizer. Naquela época, havia a exploração do agricultor, que era analfabeto, não sabia o que fazia, e os políticos, no caso o Julião, aproveitaram-se disso para explorar a ingenuidade, a boa vontade e o interesse daqueles homens. Porque, na realidade, da Abolição da Escravatura até 1964, a mudança foi muito pequena, naquela região.

Então, para alguém que tinha idéias, digamos, socializantes, foi fácil atuar. Não vou dizer que o pensamento social seja errado, mas a idéia socializante era, porque queriam passar o comando dessas idéias para um grupo situado fora do país, que é o objetivo do Movimento Comunista Internacional.

Em 1976, tive oportunidade de trabalhar no meio daqueles brasileiros explorados, e vi que a qualquer aceno de apoio que as autoridades lhes dirigissem, imediatamente voltavam-se para o governo.

Eu mesmo tive a satisfação de receber apoio dessa gente toda, porque realizamos as mesmas coisas que os grupos do comunismo internacional faziam. Realizávamos melhor, com os meios do governo. E, assim, eles passaram para o nosso lado, totalmente. Demos médicos, dentistas, remédios, o apoio à família e, inclusive, solução para o problema de terra. O próprio Presidente Geisel, à época,

quando visitou a Paraíba, assinou, no Palácio do Governo, uma série de desapropriações que, hoje ainda, estão sendo trabalhadas. Entretanto, nós já o fizéramos, naquela ocasião.

O povo da Liga Camponesa, em sua grande maioria, não era politizado. Povo pobre que desejava lutar pela sobrevivência. Os políticos de esquerda aproveitaram para fazer isso. No caso, o Julião.

Os grupos dos onze conheço pouco, apenas através dos jornais. Era uma organização importante, cujo líder era o senhor Leonel Brizola.

O que se passava, realmente, no meio militar? Como estava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? O senhor poderia dar algum exemplo?

Nesse período, eu me encontrava no Estado-Maior do Exército e, mais remotamente, em 1961, nos Estados Unidos, quando se deu a renúncia do senhor Jânio Quadros.

A insatisfação era grande. O governo não tomava as medidas acauteladoras para manter os princípios basilares de qualquer Força Armada, a disciplina e a hierarquia; aconteciam fatos negativos, preocupantes, e o governo não reagia à altura, por isso, a insatisfação era geral. Junto a esses aspectos, as dificuldades de vida da sociedade, das famílias, a carência de recursos, vencimentos insuficientes, tudo isso criou e gerou, uma enorme insatisfação. Toda a situação, sem dúvida, provocada, especialmente, pelo próprio governo.

O Senhor entende que as Forças Armadas e, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Isso é muito fácil de responder. Basta consultar os meios de comunicação da época, que são mais claros do que eu conseguiria ser. Está lá tudo escrito, só não lê quem não quer ou porque tem má vontade. Eu não tenho a menor dúvida de que foi o puro reflexo do interesse da sociedade.

Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista em andamento para mudança da ordem institucional do Brasil?

Exatamente. Por isso afirmo que não houve a Revolução de 1964, mas a Contra-Revolução de 1964, porque tudo estava marchando para uma revolução comunista. O senhor João Goulart estava entregue, já não governava mais. Se alguém não se antepusesse a isso, certamente mais tarde teríamos um trabalho muito maior para tirar aquele pessoal de lá. Seria, vamos dizer assim, até um Vietnã adiantado – foi em 1965 – e nós estávamos em 1964.

E a atitude do Congresso Nacional com relação à eclosão da Revolução?

Eu não me lembro dos detalhes, mas o Congresso, queira ou não, sempre reflete a vontade do povo. E como o povo estava contra o governo, o Congresso, em sua maioria expressiva, era contra o *status quo*. Os debates eram acirrados e havia tribunos importantes. Destaco Carlos Lacerda, Vieira de Mello e outros políticos como Magalhães Pinto, todos procurando exprimir os anseios da sociedade.

O senhor já citou alguns, mas quais são os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Quando cito, posso ser injusto com aqueles que, eventualmente, sejam omitidos. Vou lembrar alguns: por exemplo: entre os militares, o grande chefe, não do preparo da Revolução, mas do pós-movimento revolucionário, o Presidente Castello Branco, por sua personalidade, pelo respeito que impunha. Antes da eclosão do movimento, o próprio General Castello Branco, que era Chefe do Estado-Maior, já havia lançado as suas "ordens do dia", já havia proferido as suas conferências nas escolas do Exército, preparando psicologicamente seus subordinados, com fatos e com a dignidade de sua pessoa.

Existe uma série de oficiais, mas prefiro limitar-me a uma pessoa que sempre respeitei. Participou desses movimentos anteriores a 1964. Trata-se do General Cerqueira Lima. Foi um batalhador, um lutador silencioso, desde 1954. Era Major, fazia almoço, fazia jantar, fazia enterro.... sempre mantendo a "chama" acesa.

Outro foi o Andrada Serpa, sempre de espírito alerta. Eu lhe dizia, constantemente:

Você pode redigir qualquer telegrama que desejar, e assinar, pois assino embaixo, porque você está sempre com o bem. Certamente, um pouco exagerado, mas, mesmo assim, eu o acompanho, junto com o exagero.

No meio civil, o tribuno era o Lacerda que, entretanto, mais tarde, mudou. Isso faz parte da política... dos políticos.

Mais um exemplo, o General Mamede. Ele fez o tal "Manifesto dos Coronéis", que foi algo muito importante. Um verdadeiro marco!

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Não tenho a menor dúvida de que a contra-revolução foi um movimento interno. Os comunistas estavam tentando fazer a Revolução, esta sim, apoiada externamente; com os documentos e valores todos conhecidos. A nossa Contra-Revolução não teve o menor auxílio externo.

Qual o posicionamento dos Estados Unidos em relação ao Movimento de 31 de Março?

Essa pergunta é muito difícil de ser respondida em poucas palavras. Comentamos, inicialmente, que a Guerra Fria era uma realidade, à época. O Movimento Comunista Internacional era comandado, dirigido pela Rússia ou por um dos países satélites; do outro lado, o grupo democrático, embora sem direção e comando, era influenciado pelos Estados Unidos. Tratava-se da nação líder do Bloco Ocidental, desde a Segunda GM. Querendo ou não, o Brasil representava uma peça importante como ator na política internacional. Não tinha, ainda, peso econômico na política mundial, mas social e geograficamente era muito importante, eis porquê os Estados Unidos se preocupavam com o Brasil, também.

Do mesmo modo com que nos preocupávamos com outros países, a respeito da nossa segurança, os Estados Unidos estavam com a atenção voltada para a nossa situação, sem dúvida.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal, ao desencadear-se a Revolução?

Antes de tudo, não havia esse propalado esquema. Um esquema militar, para ter valor, precisa basear-se em princípios, nos sentimentos da população e da sociedade. O Movimento Comunista Internacional, que era o apoio do Governo João Goulart, não encontrava respaldo na sociedade e, principalmente, no meio militar. Como não tinha o respaldo, comentava-se que era apoiado desta ou daquela maneira, por esse ou por aquele, mas, na realidade, não existia.

A única coisa que persistia no meio militar era o questionamento em torno da dúvida, isto é, se o *status* democrático deveria ser rompido, deixando-se de respeitar a eleição do senhor João Goulart. Não se tratava de ser contra o presidente ou a seu favor. Havia um grupo que se posicionava favoravelmente ao senhor João Goulart, para que ele governasse até o fim de seu mandato, mais um ou dois anos. Outra facção entendia que ele já havia se excedido perigosamente. O próprio Marechal Castello Branco, que era um homem de rígidos princípios democráticos, de respeito e acatamento às normas constitucionais, só mudou sua posição no último mês, quando os acólitos de João Goulart e os representantes do Movimento Comunista Internacional botaram as unhas de fora.

Qual a sua apreciação quanto à "chefia e liderança", em relação aos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, tais como as da 4ª RM/DI, do II Exército e da Academia Militar das Agulhas Negras?

Não resta dúvida de que, ao iniciar-se o movimento das primeiras tropas e se deu a partida do pessoal de Minas, quando o General Olympio Mourão Filho deixou o Estado, dirigindo-se para o Rio, ocorreu um momento de incompreensão, talvez de falta de comunicação. Mas o ambiente estava tão carregado que essas deficiências foram aceitas e entendidas.

No início da sua entrevista, o senhor resumiu acontecimentos históricos a respeito dos militares e dos movimentos que caracterizaram o início da República, culminando, em 1930, com o advento do Governo Getúlio Vargas e a presença dos tenentes de então, nesse governo. Existe um livro do jornalista Joel Silveira, antigo correspondente de Guerra, a respeito de um assunto muito interessante, do qual gostaria de conhecer sua opinião. Joel Silveira, nessa obra, escreve que a FEB combateu duas Guerras; aliás o título é exatamente "As Duas Guerras da FEB". E continua: os militares brasileiros, que foram à guerra, trouxeram impressões nítidas a respeito da democracia, do poderio norte-americano, com a presença do seu Exército no conflito. Por isso, incorporaram essas impressões e trouxeram-nas para o país, como se fosse um segundo movimento tenentista. Tal vontade de fazer um Brasil grande teria caminhado até a Revolução de 1964. Qual é a sua opinião sobre isso?

Não resta dúvida de que a Força Expedicionária regressou, tendo incorporada uma energia interior de redemocratização para o país, porque, até aquele momento, o que ainda valia era a Carta de 1937, "a polaca". Na realidade, o Brasil estava sob a ditadura do Presidente Getúlio Vargas que, ao sentir a motivação avassaladora vinda dos campos de luta da Itália, procurou contrapor-se àquela nova força, pulverizando, extinguindo e desativando as Unidades militares. Meu Batalhão, por exemplo, foi desativado na Vila Militar, sem que ninguém viajasse para o seu aquartelamento, já que sua origem era Aquidauana, em Mato Grosso (hoje, MS). Tínhamos quase 1000 homens e, quando foram viajar, havia apenas 100. Foi desativado e mais nada; ninguém teve mais notícias.

Ele sentia isso, porque já estava associado a Luís Carlos Prestes, por intermédio de um movimento conhecido como "queremismo". Quis fazer a eleição democrática mas, ao mesmo tempo, uma eleição, que criasse condições para reeleger-se, depois de quinze anos no poder.

Assim aconteceu. A FEB lutou na Itália contra o alemão, contra o nazismo e, quando voltou, influiu para a derrubada do nazismo brasileiro ou outro nome que queiramos dar à ditadura de Getúlio Vargas. Para que ela não tivesse força, para derrubar esse obstáculo, a primeira coisa que o senhor Getúlio Vargas fez

foi dissolver totalmente a Força Expedicionária. Posteriormente, ocorreu a deposição do senhor Getúlio Vargas, em outubro de 1945, pois ele insistia em manter-se no poder.

Foi correto o emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, a favor da Revolução?

Existe essa dúvida, mas não podemos deixar de nos reportar ao ambiente nacional. Era preciso que a mocidade também participasse desse movimento que respondia ao anseio da sociedade, ao anseio nacional, e o então Comandante da AMAN, General Médici, tomou essa decisão de empregá-los, o que, na minha opinião, foi uma decisão muito feliz.

Inclusive, me permito acrescentar, os cadetes, ao entrarem em posição, elevaram o moral da tropa de São Paulo, porque estas não sabiam o que encontrariam pela frente. Da mesma forma, coibiu uma possível ação das tropas do Rio contra as de São Paulo, pois acabaram ficando neutralizadas diante daqueles cadetes em posição, a juventude militar do nosso País. O efeito moral foi muito grande, em ambas as facções.

É preciso lembrar que, naquele momento, quando desceu a tropa de Minas para o Rio de Janeiro, sob o comando do General Mourão, o Marechal Odylio Denys, que tinha sido Comandante do I Exército e Ministro da Guerra, ligou-se, diretamente, ao então Comandante do Sampaio, se não me engano o Coronel Raimundo, que fora seu Assistente-Secretário e marchava do Rio para Minas Gerais, e solicitou que o Batalhão não se opusesse à ação do General Mourão, porque aquele era o movimento de anseio da sociedade brasileira e ele contava com o apoio do Coronel às tropas mineiras. A anuência do Cel Raimundo foi imediata, até porque o Marechal era, por ele, profundamente respeitado e admirado.

Saíram tropas da Vila Militar, Rio de Janeiro, para oporem-se ao movimento de Minas. Sei bem disso, porque pertencia ao Estado-Maior do General Aragão – Augusto Cezar Muniz de Aragão. Fomos, justamente, ocupar o comando da Vila Militar, já que, ao sair a tropa da Vila, em direção a Minas, ficou um vazio. Outra parte das tropas ia, também, para São Paulo. Como conseqüência, com a Vila Militar acéfala, o General Aragão ocupou-a. Conseguimos manter o pessoal que permaneceu do nosso lado. Eles sentiram, tanto a tropa que ia para São Paulo quanto a tropa que ia para Minas Gerais, que não havia qualquer respaldo de retaguarda.

O Major Estélio Telles Pires Dantas foi pessoalmente à Brigada Pára-quedista para conversar e preparar a ida do General Aragão que, lá chegando, encontrou o comandante dos pára-quedistas, General João Costa. Este disse:

– Eu tenho um compromisso com o Ministro do Exército, vou ao QG conversar com o Ministro e depois volto para falar com o senhor.

O General Aragão respondeu que não, pois o compromisso era com a sociedade. Aí, todos mudaram de atitude.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Não, eles vieram só para neutralizar algum tipo de ação contrária ao movimento e dar apoio ao pessoal que já era anti-revolucionário, pois havia algum pessoal da cúpula criando dificuldades. O Gabinete Militar do Governo não comandava nada.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão depois de 31 de março?

Certamente, não tenho dúvida.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Anticomunismo.

A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar algum exemplo?

Eu prefiro que as pessoas julguem. Vão às bibliotecas, leiam os jornais e as revistas, consultem os arquivos das TVs. Lá está tudo escrito e descrito pelos mesmos que hoje tecem críticas descabidas.

No seu entender, está correto o termo Revolução?

Há um grupo que pensa estar correto. Prefiro dizer Contra-Revolução, porque havia de fato o movimento revolucionário para transformar o País numa sociedade comunista. Esse era o intento do Movimento Comunista Internacional, comandado pelo Leste Europeu. O golpe estava em pleno andamento e nós nos opusemos a ele. Por isso, deu-se a contra-revolução.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou acarretou algum prejuízo para o País?

Para sintetizar, podemos dizer que foi altamente benéfica para o País. É só comparar o que o País era antes da Revolução e em que o País tornou-se depois de 1985, quando terminou o período revolucionário.

Se as pessoas que hoje escrevem nos meios de comunicação fossem isentas, recordando o que elas mesmas escreviam anteriormente, reconheceriam que estou dizendo a pura verdade.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar os principais?

Comumente se diz que só os sábios vêem a realidade, só os sábios reconhecem a verdade. O exemplo que se cita muito é o da Lei da Gravitação Universal, de Newton: A maçã cai desde que o mundo é mundo, mas só Newton, em mil seiscentos e pouco, conseguiu estabelecer uma lei, explicando por que há sempre atração. Agora, só os sábios vêem o óbvio? Isso é que é o importante.

Eles agora não querem ver o óbvio. O que era o País, no início do decênio de 1960. Antes de 1945, costumava-se dizer que o Brasil era um arquipélago cheio de ilhas, porque não se falava ao telefone, não havia estradas, o comércio era incipiente e mínima a produção. Lógico, cada um no seu setor fazia o melhor que podia, mas faltava uma integração de todos os meios.

O Norte era separado do Nordeste que era separado do Sul. Após 1964, instalaram-se um sistema de comunicações e uma malha rodoviária. Os críticos de hoje dizem que a malha é só rodoviária e não rodo – ferroviária. Mesmo assim, assegurou as viagens pelo Brasil inteiro, por terra.

A modernização e o aumento da produção industrial fizeram o Brasil que era posicionado, economicamente, lá pelo 50º lugar, tornar-se a 8ª economia do mundo.

Mas a mídia não lembra dos êxitos da Revolução. Isto porque o Movimento Comunista Internacional, atuando permanentemente dentro da Revolução, e mesmo após a Revolução, sempre se preocupou em infiltrar-se no meio estudantil e nos meios de comunicação, de modo que, hoje, essas áreas estão mobiliadas com pessoal que teve origem naqueles elementos previamente escolhidos e lá colocados.

A doutrina gramsciana preconiza tal procedimento, entre outros. O movimento das esquerdas não deve calcar-se na massa operária e sim naqueles que estudam e ocupam posições de influência na sociedade, sobretudo jornalistas e professores, que têm a possibilidade de modificar idéias e comportamentos.

E o AI-5 foi necessário?

O problema do AI-5 até hoje é discutido. Uns acham que não era necessário, que foi uma violência, medida revolucionária forte demais. O problema é que, em 1968, havia quase um movimento mundial, uma grande conflagração estudantil, na França, que obrigou o governo e a polícia a agirem violentamente e ninguém reclamou. Eu, por exemplo, tive oportunidade de estar naquele país, em 1971, isto é, três anos depois, e a polícia ainda estava na rua, particularmente naquelas regiões

do *Quartier Latin*. Por causa do Movimento de 1968, não admitiam a reunião de mais de três pessoas paradas em um canto. Ordenavam: *allez, allez*.

O problema é que o Brasil relacionava-se mundialmente, não era fechado às comunicações. Sofreu, também, as mesmas crises, em 1968. Os movimentos ocorridos aqui também se opunham ao nosso *status quo*.

Se o AI-5 foi muito radical ou pouco radical, foi muito forte ou menos forte, acho que respondeu à necessidade da época. Se houve excesso na utilização, isso é outra coisa. Em todo grupo social, existem bons e menos bons, os que se excedem e os que não se excedem.

No seu entender, a Revolução demorou-se demasiadamente na governança do País?

Sim, creio que permaneceu muito tempo. Sendo muito amigo do Presidente Ernesto Geisel, admirando-o muito, sempre acreditei que ele estava certo, quando iniciou os procedimentos da abertura, porque a sociedade, em determinadas situações, comporta-se como panela de pressão. Se de vez em quando, não se cria uma abertura, ela explode, e a nossa já estava começando a demonstrar a necessidade de uma abertura.

Qual a sua opinião acerca do panorama político durante o governo revolucionário, principalmente sobre o comportamento do Congresso Nacional?

É preciso entender que o Congresso não era uma organização subordinada. Tinha limitações e seus integrantes, como bons políticos, sabiam identificar e responder aos anseios da sociedade, anseios da sociedade que representavam.

Durante um certo período, o Congresso esteve ajustado aos interesses dos cidadãos, favorecendo, ao regime de força. Mais tarde, os políticos sentiram a necessidade de não aceitarem tanto a pressão dos governos militares, ao reconhecerem o Congresso como representante da vontade popular.

Hoje fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo", o que o senhor pensa a esse respeito?

Não me referi nenhuma vez a esses termos, porque eles estão na boca dos perdedores e não daqueles que salvaram o Brasil da comunização. "Ditadura militar", absolutamente! Nós tivemos governo, e se é sobre isso que querem falar, posso dizer o seguinte: quem mais teve influência nos governos, de 1964 até 1984, foram os civis. Os homens fortes do governo não eram militares. Na condução da Política com "P" maiúsculo, da Política Social, da Política Econômica destacaram-se Delfim Neto, Roberto Campos, Simonsen e outros mais.

Durante os governos revolucionários, o senhor acha que as Forças Armadas auferiram vantagens de qualquer ordem?

Até hoje estamos procurando essas vantagens. Continuamos procurando, mas não conseguimos encontrar qualquer uma.

Nunca apertamos tanto o cinto para dar o exemplo.

Exatamente. Não só no orçamento, pois não aproveitamos para fazer os orçamentos favoráveis às Forças Armadas, como na parte social desses mesmos orçamentos. Não houve aumento de soldo, não houve nada disso. Os outros grupos sociais pertencentes ao governo se valeram muito mais de vantagens do que nós mesmos.

Com base em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz sobre os vinte anos de governo da Revolução?

Em termos de benefícios para o País, o resultado foi excelente. Conhecemos opiniões divergentes, conforme o enfoque que se dê a esse aspecto. Para o mesmo fato, visto por duas pessoas de posições diferentes, a verdade não é a mesma. Igualmente, pode-se dizer, para analisar a Revolução. Mediante o critério que se aplique para examinar o período revolucionário, ele foi altamente saudável ou acarretou dificuldades para o País. No meu entender, considero-o extremamente positivo. O Brasil desenvolveu-se, o povo progrediu, o ensino evoluiu.

Nosso País destacou-se no cenário mundial. Só há uma coisa que, até hoje, critico na Revolução: não ter orientado melhor o povo, quanto ao crescimento populacional. Este é um ponto importante. Um grupo diz que era interesse americano que a nossa população não crescesse; outro afirma que deveríamos ocupar os vastos territórios que possuímos com os acréscimos populacionais; eis o porquê de ser impositiva a orientação da população sobre esse aspecto.

Mas se não ocorresse um grande aumento demográfico, o País desfrutaria de outra situação econômica. Às vezes, penso: na copa do mundo de 1970, a canção dizia " somos 90 milhões", hoje, 30 anos depois, somos praticamente o dobro, 170 milhões. É uma barbaridade, não há economia que consiga acompanhar tal crescimento.

Os números do IBGE são reais, verdadeiros, embora goste de fazer uma distinção entre o verdadeiro e o real. Os números do IBGE dizem que o crescimento da população, hoje, é 1,7%, 1,8%, mas não é real, porque os segmentos da sociedade, os grupos A e B, pelo menos, que deveriam crescer 3%, 4%, não aumentam nem 0,5%. Já os segmentos C e D crescem mais de 3%, e aí se identifica a dificuldade.

Que outros aspectos o senhor gostaria de comentar sobre o período revolucionário?

O governo, nesse período, trouxe, ao Brasil, tranqüilidade, progresso, melhor situação social, melhores perspectivas. Reconhece-se que algumas coisas não foram tratadas de modo adequado, mas isso é o de menos, pois devemos estabelecer o cotejo entre o que foi bem e o que esteve mal. Fazendo-o, concluiremos que o bem foi muito maior, sem comparação.

Mas estava na hora de terminar, terminou na hora certa, independentemente desses programas políticos de "diretas já", porque sempre respondemos aos anseios da sociedade, jamais nos posicionamos contra suas legítimas postulações, identificando seus desejos e necessidades.

Houve ou existe, ainda hoje, revanchismo por parte de autoridades em relação aos militares?

Prefiro que não se use o termo autoridades. Revanchismo houve, existe ainda e muito, mas, aos poucos, as pessoas vão compreendendo que sem o apoio, sem a participação das Forças Armadas o País não vai para frente. Precisamos identificar claramente qual é a importância das Forças Armadas para o Brasil. Buscar a união, fortalecer a coesão de todos os brasileiros. Na verdade, ao longo de nossa história, as Forças Armadas têm mantido nosso país unido. Realizam, com sucesso, a integração de nossa pátria.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão desse fato?

Não gosto de dizer que a batalha foi perdida, prefiro afirmar que não executamos, adequadamente, ações de comunicação social. Lembro-me de um pequeno detalhe: conversando com o então general Chefe da Casa Militar do Presidente Castello Branco, General Ernesto Geisel, eu, Tenente-Coronel no Conselho de Segurança Nacional, dizia que era preciso montar o nosso DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, um símbolo do Governo Getúlio Vargas. Por causa do DIP, até hoje existem a Avenida Getúlio Vargas, a Fundação Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é tido como o maior democrata do País, mesmo depois de vários anos de ditadura. Por quê? Porque criou um Departamento de Imprensa e Propaganda.

Dizia, então, ao General Geisel:

– General, é preciso que o governo faça isso.

Ele respondia que já havia falado várias vezes com o Presidente Castello e não convinha insistir mais.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente desde os tempos de bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Não, o comunismo não desapareceu, o comunismo é um princípio, uma ideologia. Perdeu a força, a substância e a união que propiciava aquele comando único. Agora existe sob outra forma.

Em comparação com outros países, outros tipos de governo e política, continua a ter força, mas decadente. O único país comunista com presença marcante é a China, mas, mesmo assim, a China enfrenta alguns abalos no comunismo, em face da aceitação de algumas idéias democráticas, teses econômicas que podem afetar o bloco monolítico que, até há pouco, vinha representando.

Um outro país, pequeno, que faz muito barulho é Cuba. Representa muito pouco como um Estado comunista. Quando Fidel Castro deixar o poder, Cuba passará por um processo complicado, porque são imensas as suas dificuldades e problemática a sua sobrevivência nos atuais moldes. Até é engraçado ver os "democratas brasileiros" que têm como modelo o Fidel.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor pensa sobre isso?

O Exército, certo ou errado, bem ou mal, adotou uma posição muito cautelosa, isto é, não só voltou para os quartéis para prosseguir sua profissionalização, como passou a acompanhar o quadro político nacional, de forma diferente. Não tenho dúvida de que, ao tempo em que era Tenente-Coronel, o Exército representava algo bastante diferente do que, hoje, significa para a sociedade brasileira.

Em 1964, as Forças Armadas, em particular o Exército, assumiram uma posição proeminente pela necessidade de enfrentar aquele Movimento Comunista Internacional, cujo intento era subverter os princípios básicos: a hierarquia e disciplina. Bem assim, na sociedade, o respeito ao indivíduo, à família e à religião.

Hoje, não. Seguimos um modelo e procuramos equilibrar disponibilidades e necessidades, embora o Exército esteja sofrendo com a falta de meios, com a falta de apoio, mas isso é possível mudar. Em um país rico e desenvolvido como os Estados Unidos, o Exército, as Forças Armadas, em geral, exercem uma influência muito grande, mas de maneira diferente da que temos aqui. Lá, por isso mesmo, sua postura é de serenidade e certeza de que serão empregadas, quando for necessário, em benefício do país. Mantêm o seu peso e têm a nítida compreensão do que valem.

O senhor gostaria de dizer algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado por meio desse Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

O importante é aquilo que perguntam: "Se voltasse atrás no tempo, você faria a mesma coisa?" Acho que a melhor, a mais sincera resposta, que se pode dar é: "Eu faria a mesma coisa".

Foi um bem para o País? Respondo que sim, sem a menor dúvida, os fatos comprovam.

E o País está indo para o caminho certo? Agora tenho dúvida, mas acredito que com o apoio das Forças Armadas e a compreensão de Brasil que temos, acordes com as necessidades da sociedade e fé no nosso povo, chegaremos ao bem-estar geral.

General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Na Segunda Guerra Mundial, exerceu, no posto de 2º Tenente, a função de Adjunto da Seção de Inspeção do EM / 1ª DIE.
- Foi integrante da 2ª Seção – Subseção de Segurança Interna, do Estado-Maior do Exército e do Serviço Nacional de Informações.
- Comandou o II Exército (hoje, Comando Militar do Sudeste).
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Argentina.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra, o Curso de Comando e Estado-Maior dos EUA (1960) e o curso especializado de Administração para a Defesa da Universidade de Pittsburgh – EUA.
- Em 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da 6ª Região Militar, em Salvador, BA.

Entrevista realizada no dia 13 de julho de 2000.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes mais remotas repousam na desconfiança que os militares mantinham sobre as tendências manifestadas por João Goulart, desde 1951, quando ocupou o cargo de Ministro do Trabalho do Presidente Vargas, e que deu origem ao chamado "Manifesto dos Coronéis". Acentuou-se, ainda mais, quando do veto feito à sua posse, como Presidente da República, à época da renúncia de Jânio Quadros, veto esse sobrepujado pela reação liderada por Leonel Brizola e que acabou gerando o regime parlamentarista, como fórmula de conciliação para evitar uma possível guerra civil.

Outro forte componente foi a convicção anticomunista dos militares, em sua esmagadora maioria, motivada, entre outras razões pela Intentona de 1935.

Finalmente, como raízes mais imediatas, estão a crescente atividade dos comunistas, durante o Governo de Goulart e a posição dúbia do mesmo, ora olhando com bons olhos essa infiltração, ora dizendo desejar reformas dentro da normalidade democrática. A isso veio somar-se a agressividade de Leonel Brizola, o esquerdismo de Miguel Arraes, em Pernambuco, e de outros elementos, como Francisco Julião.

No seu entender, a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, influenciou, de algum modo, a Revolução de 31 de Março de 1964?

Indiretamente sim. O clima de confronto entre o chamado Mundo livre e o regime comunista, gerando crises que colocavam a humanidade sob o risco de ter que enfrentar uma Terceira Guerra Mundial, bem como o expansionismo soviético e a esquerdização de Cuba serviram para fortalecer o sentimento anticomunista.

O que o senhor poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 1964?

O ambiente político era o pior possível. Goulart conseguiu a adesão de alguns militares, mediante promoções políticas e hábeis transferências, criando o que denominou seu "Esquema Militar".

Amplos setores da administração pública, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional de Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) e a maioria dos Sindicatos estavam completamente dominados por esquerdistas ou notórios comunistas. O Secretariado de Miguel Arraes, em Pernambuco, também era constituído de elementos vinculados ao esquerdismo. Leonel Brizola fundara o "grupo dos onze" e criara a Frente de Libertação Nacional. Francisco Julião, no Nordeste, atuava, vigorosamente, através das Ligas Camponesas.

As greves se sucediam em proporções assustadoras, tanto no meio sindical como no estudantil, surgindo as chamadas greves de solidariedade. Jango tinha, no meio sindical, o seu grande sustentáculo. A agitação no campo era intensa. Os sindicatos rurais eram organizados por comunistas, militantes da Ação Popular trabalhista e sacerdotes católicos, sendo criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que se tornou mais uma integrante da CGT. Setores da Igreja Católica, considerados progressistas, expandiam o Movimento de Educação de Base, aplicando o método de alfabetização de Paulo Freire.

O Plano Trienal de Celso Furtado fracassou e o País mergulhou em impressionante ritmo inflacionário.

Jango procurou obter apoio para as chamadas "reformas de base", mas sofreu a oposição de considerável parte do Congresso Nacional e de setores da sociedade, pela possibilidade de criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.

Surgiram os casos de indisciplina e de quebra da hierarquia nas Forças Armadas que, por sua vez, vieram a constituir-se nos principais motivos para o desencadeamento do Movimento de 1964.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Excetuando os comunistas e os setores esquerdizantes que apoiavam João Goulart e viviam uma época de euforia com seu avanço, a maior parte da população se mostrava angustiada com a situação, particularmente devido ao excesso de greves, falta de gêneros alimentícios e constantes paralisações dos transportes. Era, de certa forma, comum os militares serem indagados sobre quando iriam agir para pôr fim àquele estado de coisas.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A maioria da Igreja Católica via, com preocupação, as condições reinantes no País e era contrária ao avanço comunista. Já existiam, porém, as chamadas "correntes progressistas", notadamente atuantes no norte-nordeste. Os progressistas também atuavam através da Ação Popular (AP), originária dos agrupamentos católicos Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), formadas por militantes radicais que o episcopado impedira de exercer atividades políticas nas organizações de ação católica. As raízes de criação da AP estão na atuação do dominicano Frei Tomás Cordonel, posteriormente afastado do Brasil pelo Superior da Ordem, do estudante Herbert José de Souza e do Ministro da Educação, Paulo de Tarso. O seu núcleo principal estava em Belo

Horizonte. A UNE passou a dar todo o apoio à AP e seus três últimos presidentes, antes do Movimento de 1964, pertenceram à AP, a saber: Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brandt e José Serra. O Ministro da Educação, Paulo de Tarso, também da AP, concedeu recursos extraordinários à UNE para conduzir a pregação revolucionária. A AP e a Comissão Juvenil do PCB sempre estiveram unidas e viriam a se constituir na base principal das forças esquerdistas no Movimento Estudantil, muito ativo nos anos de 1967/1968.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", "grupo dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As Ligas Camponesas foram criadas em 1958 por Francisco Julião. Até 1961, a proposta ressaltada por Julião era decididamente correta, pois recomendava a utilização de instrumentos legais para reivindicar, organizar e atribuía papel privilegiado aos advogados. Em 1961, já existiam federações das Ligas em dez estados e foi fundado o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, com representação em 13 estados. Mas, nesse ano, Julião visita Cuba e de lá retorna com o pensamento impregnado pelas idéias locais. Abandona a orientação seguida até então e passa a pregar uma concepção socialista coletivizante de reforma agrária, passando as Ligas a representarem os focos de atração do movimento camponês. Julião se manifesta, nacionalmente, através das Ligas e, em 1963, procura ampliar a ação das mesmas criando o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), que englobaria, numa frente única, os setores radicais da subversão. Embora Julião mantivesse estreitas ligações com o PCB, o seu movimento inspirava-se nas idéias da China Popular e de Cuba. Já em 1962, no dia 21 de abril, lançava, em Ouro Preto, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e pregava a reforma agrária, "na lei ou na marra". Comprou fazendas e nelas instalou campos de treinamento de guerrilhas. Essa maneira de agir veio enfraquecer o movimento das Ligas. O MURB contava com o apoio de elementos treinados em Cuba, na União Soviética e na República Popular da China e poderia ter-se transformado em executor de uma ação armada de guerrilha rural de vulto, não fora o Movimento de 1964.

Em outubro de 1961, foi lançada, em Goiânia, a Frente de Libertação Nacional, sob a liderança dos governadores estaduais Leonel Brizola, Mauro Borges e Miguel Arraes e de Francisco Julião, Barbosa Lima Sobrinho, Bento Gonçalves e várias outras pessoas, escolhidas para mascarar a nítida orientação comunista, estavam presentes. A Frente era uma tentativa de formação de uma frente única, de caráter amplo, inspirada no nacionalismo e fundamentada nos motivos de emancipação econômica do País. Ressurgia, assim, até com semelhança de nome, a

Frente Democrática de Libertação Nacional, lançada por Prestes em 1950, por intermédio do Manifesto de Agosto, como é conhecido. Por isso mesmo, recebeu o apoio entusiástico de Prestes. A Frente não era inteiramente ligada ao PCB, porque nela predominavam as tendências chinesa e cubana.

Os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola, eram elementos destinados ao combate; visavam, com eles, constituir o embrião do Exército de Libertação Nacional da FNL. Essa assertiva ficou comprovada quando foi apreendido um documento denominado Instrução para os grupos dos onze.

O que se passava no meio militar? Como se encontrava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

A partir de 1960, as forças de esquerda persistiram nas tentativas de infiltração no meio militar, voltando-se para os quadros subalternos, buscando dividir e corroer o organismo militar, através da cisão entre oficiais e praças.

Na Aeronáutica, o Brigadeiro Francisco Teixeira, então Cmt da Zona Aérea, dirigia essa infiltração. A eleição do Clube de Oficiais, vencida pelas esquerdas, graças a certas facilidades, foi uma luta surda de caráter ideológico. O Chefe do EM da Aeronáutica, Brigadeiro Correia de Melo, por ter dado difusão a uma publicação anticomunista foi punido.

Na Marinha, mantinha-se o mesmo clima de agitação e o Clube de Suboficiais era um verdadeiro foco de propaganda comunista.

No Exército, O Gen Osvino, Cmt do I Exército, cercado de elementos ditos progressistas e nacionalistas, deixava a subversão alastrar-se nos quartéis.

Por todo o Brasil, nas organizações militares, criou-se um clima de desconfiança entre oficiais e sargentos. Os comunistas conseguiram êxito nessa primeira fase, e foi esse clima que ensejou a rebelião de sargentos, de 12 a 13 de setembro de 1963, em Brasília, sufocada, principalmente, por tropas do Exército.

A respeito desse tipo de infiltração, posso dar o exemplo a seguir. Em 9 de março de 1964, assumi as funções de Chefe da 3ª Seção do EM da 6ª Região Militar, em Salvador/BA, procedente da ECEME, onde era instrutor. Cumprindo ordens recebidas, fui à Base Aérea de Salvador para ligar-me com seu Cmt, Cel Av Ivon Pimentel, a fim de planejar o apoio a seus oficiais, em caso de rebelião de seus suboficiais e sargentos. Uma vez no Gabinete do Comando, a presença ostensiva de um suboficial na parte externa do salão, mas em condições de ouvir o que fosse conversado, sem que o Comandante se sentisse em condições de afastá-lo, levou-nos a trocar opiniões no banheiro anexo ao Gabinete. Os graduados estavam de posse do controle das armas. Planejamos uma operação de resgate dos oficiais, em

caso de necessidade e, por duas vezes, tivemos que cercar o perímetro da Base Aérea com tropas do Exército. A primeira, no dia 1º de abril de 1964, quando correu a notícia, não confirmada, de que os graduados teriam se revoltado e prendido os oficiais; a segunda, quando da vinda do Cel Av Guilherme, que substituiu temporariamente o Cel Ivon, com a missão de prender os graduados subversivos. Isso mostra até que ponto chegara a infiltração comunista na Aeronáutica.

O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?

De meados de 1960 até o início de 1964, fui instrutor da ECEME. Para que se tenha uma idéia sobre a preocupação que causava a investida comunizante no Brasil, relato o que se segue.

Sob a direção de um oficial altamente competente, o Cel Art Sylvio Cunha e contando com o decidido apoio do Subcomandante, então Cel João Bina Machado e que viria, posteriormente, a comandar a ECEME, foi feita uma radical e total reformulação no ensino. Foram criadas três Áreas de Ensino Operacionais, assim classificadas:

• Área I – De Defesa Territorial e Segurança Interna

O inimigo agia na base de infiltração, agitação, até sabotagem e guerrilha, visando à insurreição. Estudava-se a realização de medidas preventivas e repressivas, contando unicamente com os meios realmente existentes nas Unidades de tempo de paz.

• Área II – Operações em TO Continental

O inimigo contaria com os meios convencionais médios existentes no Continente, mas podendo receber ajuda externa, particularmente de potências totalitárias expansionistas.

Seriam empregados os meios do Exército Brasileiro previstos na mobilização e seriam operações de guerra regular.

• Área III – Operações em TO Extracontinental

O inimigo seria um adversário aguerrido, contrário às democracias ocidentais.

A Força Brasileira atuaria enquadrada por um Exército aliado e receberíamos meios modernos de toda a espécie, desenvolvendo-se as operações em ambiente nuclear.

A justificação para essas Áreas de Ensino estava na Constituição (I,II,III), na Carta da OEA (II) e na Carta da ONU (III).

É importante ressaltar que as Situações Gerais eram pormenorizadas, indicando o inimigo como adepto da ideologia comunista e dando os preceitos legais que justificavam o emprego do Exército Brasileiro.

A seu ver, quais foram os principais acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de março?

Considero que os fatores determinantes para o desencadeamento do Movimento foram:

• As medidas anunciadas por João Goulart, no comício da Central do Brasil, a 13 de março de 1964. Essas medidas foram classificadas como "reformas de base". Incluíam reforma agrária, estatização das refinarias de petróleo privadas, direito de voto a analfabetos, a cabos e soldados, reforma constitucional e legalização do Partido Comunista.

• A rebelião dos marinheiros, de 27 a 29 de março, que contou com o beneplácito do Governo e caracterizou a quebra da disciplina e da hierarquia.

• O discurso desafiador de Goulart no dia 30 de março, na solenidade promovida no Automóvel Clube pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de Movimento Reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade somente pode ser considerada como reacionária se o foi para representar a reação de cerca de meio milhão de pessoas ao estado de agitação que imperava no País. Foi uma resposta da sociedade e das donas-de-casa ao descalabro que assolava o País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração do Movimento Revolucionário de 1964?

Acredito que sim; respondeu aos anseios da esmagadora maioria do povo brasileiro, inconformada com a caótica situação econômica, vulgarização das greves, agitação social e tentativa de comunização do Brasil.

A seu ver, portanto, havia uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança institucional do Brasil?

Não há a menor dúvida a respeito e esse fato é afirmado até mesmo em livros de autores comunistas.

O insuspeito autor comunista Jacob Gorender, em sua obra "Combate nas Trevas", a isso se refere, em várias oportunidades. Na página 60, mostra como Goulart, a partir de fevereiro de 1963, assumiu pessoalmente as articulações políticas e abriu o jogo com seus parceiros mais confiáveis, entre eles os líderes do PCB. As intenções golpistas de Goulart foram registradas com muita fidelidade na

carta que Humberto Alencar, diretor da "*Última Hora* – Nordeste" dirigiu a Miguel Arraes. Disse ele, textualmente – "Acham que JG continua com o plano do golpe e que isso deve, de agora em diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político está se desenvolvendo com incrível rapidez". Essa afirmativa decorreu das conversações que manteve com o dirigente comunista Giocondo Dias. O importante é destacar que a referida carta é datada de 22 de fevereiro de 1964.

Além disso, o próprio Gorender relata ter Paulo Schilling revelado que, no dia 24 de março de 1964, o Comando Nacional dos grupos dos onze se reuniu, sob a presidência de Brizola, com a presença dos líderes de sargentos e marinheiros considerados nacionalistas, para avaliar as possibilidades de enfrentar um golpe e concluir que o de maior probabilidade seria o que viesse da parte de João Goulart. Nesse caso, as forças de esquerda deveriam aproveitar a oportunidade para transformar o golpe em começo da revolução.

Prestes, no dia 17 de março de 1964, no auditório da ABI, quando se referiu ao comício do dia 13, entregou publicamente e de forma irrestrita a direção da Revolução a Goulart.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Como instrutor da ECEME, acompanhava atentamente a evolução dos acontecimentos e me empenhei vigorosamente na reformulação do currículo, conforme já descrito. Minha convicção sobre o perigo da subversão comunista se acentuara quando, em 1961, fui Chefe da 3ª Seção do Destacamento Delta (Dst blindado), integrante da Divisão Cruzeiro e comandado pelo Gen Públio José Ribeiro. Mas minha atuação mais efetiva se deu como Chefe da 3ª Seção da 6ª RM. Ao fazer a minha apresentação ao Cel Humberto de Souza Mello, Chefe do EM e que respondia pelo comando da Região, recebi, como tarefa inicial, planejar, em virtude do reduzido efetivo militar existente, o emprego de grupamentos de pequeno efetivo, fortemente armados e motorizados para, em caso de necessidade, ocupar pontos estratégicos e assegurar a manutenção da lei e da ordem.

No dia 31 de março, pela manhã, cumprindo ordens do Cmt da RM, Gen Manoel Mendes Pereira, em aeronave vinda de Recife, desloquei-me com o Cel Pinto Duarte, que iria para a Cia Inf de Paulo Afonso, para Aracaju, onde estava sediado o 28º BC, a fim de dar orientação ao Cmt, Maj Silveira, de como deveria agir. Aguardei no aeroporto, ainda, a chegada do Cmt da Guarnição, Major Lário Lopes Serrano, chefe da CR, que fora a São Paulo para saber com os companheiros sobre como pretendia agir o Gen Amaury Kruel. Regressei, já em vôo noturno, a

Salvador e apresentei-me ao General que estava no Palácio do Governo do Dr Lomanto Júnior. Na mesma noite, cumprindo ordens do Comandante da RM, utilizei elementos do contingente do CPOR, sob o comando do Maj Castello Branco, postado na Praça da Calçada, para bloquear o acesso da Polícia Militar, vinda da Península de Itapagipe. Nessa mesma noite, foi expedido rádio ao Comando do IV Exército, empenhando o apoio da RM ao movimento das tropas do Gen Mourão.

No dia 1º de abril, pela manhã, participei diretamente da ocupação da refinaria de Mataripe com tropa do 19º BC e, à tarde, do primeiro cerco à Base Aérea feito por elementos da Bateria de Artilharia de Costa de Amaralina, comandada pelo Maj Montezuma. Ainda nessa jornada, dispersamos, sem ser necessário o emprego de violência, a única tentativa de reação esboçada pelo Sindicato dos Petroleiros, que ficava próximo ao QG.

A ordem foi facilmente assegurada em todo o território da 6ª RM. Uma vez estabilizada a situação, integrei uma Comissão Assessora do Comando e planejei a realização de uma Operação denominada "Limpeza do Interior", com o emprego de equipes, para investigar casos de subversão e corrupção ocorridos em municípios do interior. Regulei, ainda, o Plano Psicológico, segundo as Diretrizes do IV Exército.

Posteriormente, em 12 de abril de 1965, deixei a 6ª RM, por ter sido transferido para a 2ª Seção (Segurança Interna) do EME.

Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

O Congresso decretou o poder vago e empossou o Presidente da Câmara dos Deputados na Presidência da República, para que, em trinta dias, fosse eleito o Presidente que completaria o mandato de João Goulart. O Congresso julgava que ocorreria o mesmo que acontecera em 1945, 1954, 1955 e 1961. Queria o Congresso conduzir a solução institucional. Mas os militares, cansados das incoerências dos herdeiros políticos de Vargas, assumiram o Poder. Através do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, legitima o Congresso que, no dia 11, elege Castello Branco para Presidente da República. A velha ordem política ficou, assim, destruída.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc), logo após o início da Revolução?

No inicio da tarde do dia 31 de março, a CGT convocou uma greve geral, sendo que Prestes propôs a retirada da mesma, pois dizia que ela daria margem a provocações e era desnecessária, porquanto o Governo dispunha de força militar suficiente para sufocar a rebelião. Sua proposta não foi acolhida.

Na tarde do dia 31, na sede da Federação Nacional dos Estivadores, foram presos pela polícia, os membros da direção do CGT. No dia 1º de abril, a convocação de greve geral só foi cumprida no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários do Rio, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. No Rio, houve a paralisação geral dos transportes, o que impediu qualquer concentração de trabalhadores. Todas as demais lideranças operárias, consideradas pela esquerda como nacionalistas, não tiveram qualquer iniciativa de luta. Comunistas, Brizola, Arraes, Julião e os militares do esquema de Goulart, segundo as esquerdas, fracassaram inteiramente.

No seu conceito, quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Indiscutivelmente, o grande articulador do Movimento de 1964 foi o Marechal Odylio Denys. Iniciou sua ativa atuação como conspirador contra Goulart, logo após ter o mesmo voltado a desfrutar de todos os poderes presidencialistas, em seguida ao plebiscito que deu fim ao regime parlamentarista. Diretamente ligado ao Marechal, nessa atividade, estiveram os Generais Nelson de Mello, Cordeiro de Faria, Poppe de Figueiredo, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes e vários outros chefes militares. Realizou um trabalho árduo e eficaz, no sentido de criar um dispositivo revolucionário forte, com ramificações por todo o País, mantendo o sigilo para obter a surpresa. Articulou-se com a Marinha e a Aeronáutica, por intermédio de contatos com o Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grum Moss. Seu trabalho de aliciamento de militares que serviam em comandos importantes foi decisivo para o êxito do Movimento.

Entre os elementos civis destacaram-se os Governadores de São Paulo, Adhemar de Barros e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, com atuações decisivas.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?

Penso que os EUA não concorreram diretamente para a derrubada de Goulart. É evidente, porém, que desde sua posse, em 1961, os EUA passaram a preocupar-se com a situação política e econômica do Brasil. Aquele quadro afetava seus interesses no hemisfério e punha em risco sua segurança. Portanto, a atuação dos norte-americanos nas áreas diplomática e de informações foi intensa, para não serem surpreendidos. Ao contrário do que afirmam as esquerdas, de que inspiraram e orientaram a preparação de um golpe militar, a hipótese mais desejável para os Estados Unidos era a de que Goulart cumprisse seu período de Governo e fosse

substituído após as eleições, a serem realizadas em outubro de 1965. Caso viesse a ser derrubado do poder, desejavam que o mesmo fosse devolvido à classe política. É claro que se não fosse afastada a ameaça do comunismo internacional de dominar o Brasil, não hesitaria em prestar apoio a um movimento contra Goulart. E assim aconteceu, quando colocaram em execução um plano de emergência para auxiliar uma rebelião contra João Goulart. Foi a chamada operação "Brother Sam" que se destinava a prestar apoio logístico às forças revolucionárias, no caso de luta prolongada, mas que não se efetivou.

Desencadeada a Revolução, foi rápido e incruento o desmoronar do chamado "esquema militar" do Governo Federal. Qual a razão para que tal ocorresse?

O fato importante é que, excetuando-se alguns militares de valor profissional, que se encontravam em funções de Comando e até mesmo no Conselho de Segurança Nacional, o "esquema militar" de João Goulart era chefiado e constituído por oficiais que careciam de liderança militar e que se mostravam por demais confiantes na sua capacidade de ação. Também concorreu para o desmoronamento o fato de Goulart ter-se mostrado hesitante em tomar a decisão de reagir militarmente à rebelião.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas da força terrestre que estiveram na iminência de um combate. Lembro, especialmente, as situações vividas pelos contingentes da 4ª RM/DI, II Exército e Academia Militar das Agulhas Negras?

Era evidente a capacidade de chefia e liderança dos principais chefes do Movimento Revolucionário de 1964.

Assim, por exemplo, o Marechal Odylio Denys desempenhou papel decisivo ao obter a adesão do Cel Raimundo Ferreira de Souza, então Comandante do 1º RI, e que havia sido Assistente-Secretário do Marechal, de vez que esse Regimento constituía a vanguarda do Destacamento do Gen Cunha Melo, que se deslocou do Rio de Janeiro na direção de Juiz de Fora, para combater a rebelião. Outros chefes de valor participaram do Movimento. Podemos destacar, entre muitos, os nomes dos Generais Antônio Carlos da Silva Muricy, que chefiou a vanguarda das tropas que partiram de Minas Gerais em direção ao Rio, Generais Adalberto Pereira dos Santos, Poppe de Figueiredo, Camarinha, Orlando Geisel, Gen Justino Alves Bastos (Cmt do IV Ex), Manoel Mendes Pereira (Cmt da 6ª RM) e tantos outros, secundados que foram por oficiais superiores de reconhecido valor profissional. O Marechal Denys ainda teve importante atuação, quando provocou o regresso do 1º BC, sob o

comando do Cel Kerensky Motta, para Petrópolis. A Unidade havia se deslocado para Três Rios, a fim de barrar o avanço das tropas mineiras. O Marechal enviou apelo escrito dirigido a capitães, tenentes e algumas praças que o conheciam, fazendo com que o Cel Kerensky perdesse sua capacidade de comando. Quando o Gen Amaury Kruel, Cmt do II Ex, se definiu, enviou o 4º RI, sob o Comando do Cel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, na direção de Curitiba. Em conseqüência, a 5ª RM / DI, que era comandada pelo Gen Silvino Castor da Nóbrega, simpatizante do PCB e fiel a Goulart, veio a aderir, sendo seu Comandante substituído.

O indiscutível é que em todo o País havia oficiais de valor, inteiramente comprometidos com o Movimento de 1964, principal motivo para que não ocorressem choques armados.

Em seu entendimento, foi correto o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

A decisão do Gen Médici, Cmt da AMAN, de empregar o Batalhão de Serviços da Academia, o Batalhão com parada de sede em Barra Mansa e os cadetes do último ano da Academia foi corajosa e decisiva para deter o avanço do destacamento do Gen Anfrísio, que fora deslocado do Rio para combater a rebelião. Essa sua decisão levou a que o Gen Anfrísio, na iminência de um choque, viesse aderir ao Movimento e retraísse para o Rio. O Gen Médici demonstrou sua capacidade de liderança de forma evidente. A participação dos cadetes contribuiu para o fortalecimento do sentimento democrático na juventude militar, futuros oficiais, bem como da convicção de repúdio à ideologia comunista. Também incentivou o espírito combativo e incutiu elevado senso de responsabilidade, ajudando a forjar militares de sólido caráter.

Deve-se ressaltar ainda que o Gen Kruel, quando aderiu ao Movimento, determinou o deslocamento de forte destacamento para Resende, a fim de barrar o avanço do destacamento do Gen Anfrísio, ficando em condições de marchar sobre o Rio de Janeiro.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Podemos considerar que foram objetivos estratégicos dos chefes militares da Revolução de 31 de Março de 1964:

• iniciar as operações, partindo de um importante Estado da Federação, o que iria animar outras unidades federativas a correrem os inevitáveis riscos;

• iniciar o Movimento de surpresa, mantendo estrito controle das articulações para evitar vazamentos e delações;

• levantar guarnições que deveriam ligar-se com outras vizinhas, criando assim uma cadeia de comando;

• planejar a conquista de objetivos vitais, tais como Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e São Paulo.

A Revolução de 31 de Março de 1964 robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas?

Acredito que sim. Com o afastamento de militares comprometidos com o regime deposto, com a cassação dos que eram notoriamente ligados à ideologia comunista, a união e coesão das Forças Armadas viu-se fortalecida. Posteriormente, porém, houve discordância entre os que eram favoráveis ao estabelecimento de um clima de normalização democrática e os que consideravam ser necessário ainda manter um clima de endurecimento. Esses últimos vieram a constituir o que passou a ser denominado "linha dura", que também incluíam civis desgostosos com a posição assumida pelo Governo. Também integravam a "linha dura" militares que tiveram ativa participação no Movimento e que receberam comandos de importantes Unidades, mas que estavam mais inclinados para uma participação efetiva na vida política no País.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

O Movimento foi desencadeado dentro dos princípios de defesa do regime democrático, que se encontrava ameaçado por um clima revolucionário, no qual predominava a ideologia marxista-leninista. Não foi caracterizado como adepto de uma doutrina ideológica de conotação direitista. Haja vista o posicionamento decididamente democrático do primeiro Presidente após João Goulart, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

A chamada "mídia", apoiou o Movimento?

Com exceção do Jornal *Última Hora*, os grandes órgãos da imprensa, particularmente, do Rio e de São Paulo, pregavam ostensivamente a necessidade de ser dado um "basta" aos desmandos do Governo. Sendo assim, quando o Movimento foi vitorioso, a mídia o apoiou. Exemplo dos mais evidentes foi o editorial de *O Globo*, cujo titulo foi "Ressurge a Democracia". Nele, eram apresentadas as razões pelas quais o Movimento se justificara e expressava o reconhecimento da Nação às Forças Armadas.

Em seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de março de 1964?

Muito embora personalidades respeitáveis caracterizem o Movimento de 1964 como uma Contra-revolução, julgo que melhor o definiu o atual Comandan-

te do Exército, Gen-Ex Gleuber Vieira, quando em suas ordens do dia o classifica como um Movimento Cívico-Militar que constituiu uma Revolução Democrática. Por definição, "Revolução" significa sublevação, mudança violenta da forma de governo. Realmente, houve uma sublevação, mas destinada não a mudar violentamente uma forma ou regime de governo e sim a restaurar os princípios democráticos que se achavam ameaçados pelas atitudes do Governo deposto. As Instituições foram preservadas e, portanto, é plenamente justificável dizer-se que o Movimento de 1964 foi uma Revolução Democrática.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? Como caracterizar a diferença?

Sempre que me refiro aos governos do ciclo revolucionário, afirmo que foram Governos presididos por militares. Considero que Governo Militar encerra a idéia de uma aberta concentração de poderes nas mãos de um militar que atua como um ditador. Os pontos-chave também se encontram nas mãos de militares ou de prepostos. Os três poderes de uma República – Executivo, Legislativo, Judiciário – não funcionam independentemente e são rigidamente controlados pelo Executivo. Não foi esse o quadro do que ocorreu no Brasil. Não houve a perpetuação de um Presidente e sim rodízio, através do processo legal de eleições indiretas. No Congresso Nacional, atuavam as forças de oposição e o Judiciário funcionava normalmente. Os Ministros de Estado eram, em sua sensível maioria, civis. Apenas os desmandos foram coibidos, em defesa do próprio estado democrático.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Mesmo os mais ferrenhos detratores da Revolução Democrática não deixam de reconhecer o sensível progresso alcançado, sobretudo na área econômica, pelos governos do ciclo revolucionário. A economia brasileira foi diversificada, o País teve acelerado ritmo de industrialização, foram criadas quatro grandes empresas estatais, a indústria de material de defesa teve grande incremento, a inflação foi debelada, particularmente nos governos Castello Branco e Médici. Conseguimos enfrentar a crise mundial do petróleo, incentivando o uso do álcool como combustível alternativo. Nos tornamos a 8ª economia mundial. No campo político, não obstante a necessidade de luta contra as ações de guerrilha rural e urbana, de inspiração marxista-leninista, e dos climas de agitação social que foram promovidos, especialmente por seguidores dessa doutrina, foram sendo adotadas e consolidadas medidas a promover a abertura política, de forma cautelosa, equilibrada e gradual.

O movimento revolucionário cometeu erros? Quais teriam sido?

A par de seus inúmeros acertos, a Revolução Democrática também cometeu erros. Talvez um dos mais importantes foi o de não ter criado condições concretas para a formação de novas lideranças políticas. Os Institutos criados pelo Governo e pela Oposição – Milton Campos e Pedroso Horta – não renovaram realmente a classe política, como se constata até os dias de hoje. Também uma certa dose de radicalismo promoveu cassações que de outra forma não seriam necessárias, radicalismo esse manifestado tanto por parte de setores do Governo como da Oposição.

Também na área do desenvolvimento econômico, alguns poucos projetos, elaborados pelo Ministério do Planejamento, careciam de uma avaliação realista dos recursos disponíveis para a sua realização ou eram por demais ambiciosos. Um exemplo disso foi o projeto da Ferrovia do Aço.

Finalmente, há que ressaltar dois aspectos importantes. Quando teve início o processo de abertura política, sob o pretexto de não serem criados problemas de natureza política, o combate à corrupção administrativa deixou de ser realizado com vigor. Casos, como a corrupção no INCRA; a do então Senador Orestes Quércia, de posse ilegal de terras; corrupção envolvendo o ex-Governador Pedro Pedrossian e em diversas das inúmeras Fundações criadas, e que fugiam ao controle do DASP, não foram levados a termo.

Concluindo, cabe destacar que, possivelmente, em virtude do receio que a República Popular da China, em especial, viesse a reconhecer a condição de beligerantes dos guerrilheiros do Araguaia, essa situação de confronto permanecesse oculta da população e viesse a ser desconhecida, até mesmo dos elementos do Exército que não estiveram envolvidos no combate.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 31 de Março, durante a década 1960 e, principalmente, na década de 1970, reconhecidos e decantados por destacados economistas, em nossos dias, continuam sem a devida divulgação. Quais as razões determinantes desse fato?

Há um interesse premeditado por parte daqueles que constituíam as forças de oposição da época, uma vez que não é possível negar os êxitos alcançados pelos governos revolucionários. É a preocupação em não ressaltar a capacidade de militares como administradores e de minimizar sua importância na vida nacional.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

A mídia sofre a forte influência da tendência esquerdizante que prepondera nas Faculdades de Comunicação Social. Há, ainda, o fato de que antigos opositores desfrutaram de importantes posições nos meios de comunicação social. Os que detêm o poder atualmente receiam que o povo aumente sua admiração pelos militares e recorde o tempo de paz social, progresso e estabilidade que existiu, quando presidiram os destinos da Nação.

Os militares perderam a chamada "batalha da comunicação social" ou, por uma questão de princípios, deixaram de fazer a devida difusão de seus acertos, bem como a defesa de seus eventuais erros e excessos?

Em parte, pode-se admitir que a "batalha da comunicação social" foi seriamente afetada porque dois motivos concorreram para isso. Em primeiro lugar, a preocupação, dos Governos da Revolução, de que a proclamação de êxitos viesse a sugerir a idéia de que se estava criando um Departamento de Imprensa e Propaganda, como existira no tempo de Getúlio Vargas. Posteriormente, porque foi considerado não ser conveniente responder aos ataques contra o Exército, para evitar polêmicas e alimentar discussões. Além disso, pelos motivos já apontados, os órgãos da mídia exercem, até hoje, um forte "patrulhamento", ignorando ou omitindo toda e qualquer opinião favorável às Forças Armadas. Procuram, com isso, explorar qualquer fato, por menor que seja, do passado ou do presente, capaz de afetar a imagem das mesmas. Exemplo concreto está no silêncio que é mantido com relação às pesquisas de opinião que garantem ao Exército alto grau de credibilidade e confiabilidade, por parte do povo. O trabalho que o CCOMSEX vem realizando é altamente louvável, inclusive no esclarecimento sobre os posicionamentos do Exército, feitos para militares da Reserva. Poucos são os militares da reserva que têm seus pronunciamentos acolhidos pelos órgãos da mídia, mesmo quando moderados e em defesa da instituição. A mídia somente se interessa em entrevistar militares da Reserva, quando deles possa obter declarações sensacionalistas. Ademais, corre-se risco de que as declarações feitas sofram a mutilação de trechos importantes e até sejam mesmo omitidos.

O senhor gostaria de tecer comentários sobre as ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc, ocorridos numa primeira fase, e a colocação de bombas em bancas de jornal etc, posteriormente – praticadas por extremistas?

Os fundamentos para o desencadeamento de ações de guerrilha urbana e rural, no Brasil, fazem parte da estratégia do Comunismo Internacional, conduzida

pela extinta URSS e pela República Popular da China, secundadas por Cuba. O Brasil seria palco da terceira grande Revolução do século. Depois da URSS e da República Popular da China, surgiria a República Democrática Popular do Brasil. Desde 1935, quando da Intentona Comunista, já tentava o comunismo, sob direta orientação da URSS, chegar ao poder através da luta armada. Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, Stalin determina que, onde houvesse condições objetivas, os comunistas deveriam tomar o poder pelas armas. Com a comunização de Cuba, criou-se um terceiro pólo de pregação da luta armada, como forma de conquistar o poder.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguidor das diretivas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) oscilou entre o apelo à luta armada ou a via pacifica para a conquista do poder, nunca abandonando a luta armada, se para tal viessem a ocorrer condições objetivas. O PC do B e outras organizações optaram pelo modelo chinês da luta prolongada e depois pela linha albanesa. Grande número de organizações adotou o foquismo cubano, como forma de conduzir a luta armada, entre elas a Aliança Libertadora de Carlos Marighella.

O estudo das ações de guerrilha urbana e rural e dos atos de terrorismo daria motivo a uma exposição muito prolongada. Vou, portanto, me limitar a pontos considerados essenciais.

Asseverar que tais ações surgiram como decorrência do regime militar é uma falácia. Muito antes da Revolução Democrática de 1964, a guerrilha já era considerada como uma forma de luta para a conquista do Poder. Em 1954, no IV Congresso do PCB, foi decidida a criação do Exército de Libertação Nacional, para o assalto violento a fim de conquistar o Poder. Elementos do PCB realizaram o curso de oficial no Exército soviético. Depois, Francisco Julião, em 1961, na comemoração de 26 de julho, leva treze militantes destinados a fazer treinamento militar em Cuba. Em 1962, procurou criar campos de instrução de guerrilha, inclusive em Dianópolis /GO. Também Leonel Brizola, através da criação do "grupo dos onze", pensava em recorrer à luta armada. Em 1962, Brizola inicia o aliciamento de sargentos e marinheiros de esquerda. No final de 1962, o dirigente da organização de esquerda Política Operária (POLOP), Moniz Bandeira, no livro "O Caminho da Revolução Brasileira" afirmou que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. Pregava, pois, o golpe contra o governo. Posição semelhante adota, em 1963 e início de 1964, o PC do B.

Com o racha ocorrido no PCB, surgimento da Aliança Libertadora Nacional de Marighella e de outras organizações consideradas como "militaristas", que somente encaravam a possibilidade de agir através da luta armada, intensificam-se as ações de guerrilha e de terrorismo, especialmente de guerrilha urbana.

Guerrilheiros brasileiros receberam treinamento militar na República Popular da China, em especial para a guerrilha do Araguaia, e em Cuba, onde foram adestrados muitos dos componentes da ALN. A ALN foi a única organização subversiva brasileira a participar da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), organização criada para coordenar as ações subversivas de inspiração comunista, nos países da América do Sul. Era integrada pelos Tupamaros, da República Oriental do Uruguai; por Montoneros e pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina; pelo MIR (Movimento de Isquierda Revolucionário) do Chile; pelo Exército de Libertação Nacional, da Bolívia.

Não podemos deixar de considerar que Leonel Brizola enviou Herbert José de Souza (Betinho) e, em seguida, Neiva Moreira e Dagoberto Rodrigues, para Cuba, com a finalidade de acertarem as medidas do apoio que Fidel Castro daria para ações de guerrilha no Brasil. O auxílio cubano em dinheiro foi de 1,2 milhão de dólares. E ainda houve a tentativa de Caparaó e na região de Três Passos.

Quanto à colocação de bombas em bancas de jornal e atos semelhantes, foi uma reação de grupos de extrema direita radical, em resposta ao terrorismo de esquerda, sem, contudo, alcançarem o vulto e a importância de que se revestiram os atos da esquerda revolucionária.

A seu ver, durante o processo revolucionário, ocorreu o cerceamento das liberdades de imprensa, de expressão, artísticas, com prejuízo para a divulgação do pensamento e dos ideais dos diversos segmentos da sociedade brasileira?

Durante o processo revolucionário, houve cerceamento da liberdade de imprensa e de expressão e artísticas, fato que não se pode negar. Muitas vezes esse trabalho de censura foi levado a cabo de forma rigorosa e por elementos nem sempre bem preparados para executá-lo. Entretanto, particularmente no meio artístico, era muito grande a infiltração de elementos de esquerda (teatro, cinema, músicos etc), que procuravam, por todas as formas, difundir idéias de inspiração subversiva e críticas ao Governo. O mesmo ocorria com importantes órgãos da imprensa escrita, falada e televisada. Essas liberdades são importantes em uma democracia. Mas devem, por outro lado, implicar noção de responsabilidade por parte dos órgãos de comunicação, que não podem se transformar em órgãos difusores de idéias que conduzam à desagregação social e moral da sociedade, a exemplo do que vem ocorrendo nos dias atuais.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação de opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Discordo inteiramente. Como já me referi, antes, a luta armada sempre foi objeto de cogitação por parte das esquerdas nacionais.

O AI-5 era necessário?

Na Revista do Clube Militar, número 355, de Jan/1999, o Cel Jarbas Passarinho analisa as razões que levaram à Decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Estou de pleno acordo com as razões que apresenta. As ações de guerrilha e os atos terroristas tinham chegado a tal nível que dificultavam a execução de medidas destinadas a manter a ordem interna. Como tal, impunha-se a necessidade de ato de força. Para confirmar essa situação, recorremos ao já citado livro de Jacob Gorender. Diz ele, na página 105: – "Preparação revolucionária significa capacidade para a luta armada imediata, uma vez que não mais cabiam avaliações das condições. O ano de 1968 marcou o ápice das lutas de massas, antes do fechamento completo da ditadura militar". E acrescenta: "a ALN (Aliança Libertadora Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e o COLINA (Comando de Libertação Nacional) já estavam envolvidos na escalada de ações armadas vanguardistas". O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) teve participação muito destacada nessas lutas de massas.

As deformações ocorridas, por vezes, quando da aplicação do AI-5 e a sua manutenção até o fim do Governo Geisel, estendendo-se, portanto, muito além do desejável, não invalidam ter sido necessário, quando de sua decretação.

Foram necessários o agravamento da Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

Considero que sim. O SNI constituía o órgão de cúpula do Sistema Nacional de Informações. Seu único cliente era o Presidente da República. Deveria manter ligação, para fins de produção de informações de interesse do Governo, com os Centros de Informações das Forças Armadas (CIE, CISA, CENIMAR) e com as DSI dos Ministérios e, através delas, com ASI existentes. A produção de informações de alto nível é essencial ao presidente da República e obedecia ao fixado em um Plano Nacional de Informações. Deveria igualmente atender à produção de informações determinadas pela Presidência da República. Era responsável pelas informações tanto relativas ao campo interno quanto ao externo.

A Existência de um SNI, portanto, é plenamente justificada para manter o Presidente da República informado, com segurança e oportunidade, sobre assuntos que tenham ou possam ter influência nas decisões governamentais.

Na primeira quinzena de setembro de 1970, como conseqüência das ações de guerrilha e terrorismo, foi expedido um documento denominado Diretriz Presidencial de Segurança Interna, definindo o que deveria ser feito para impedir e neutralizar a subversão. Em cada Exército, atuais Comandos Militares de Área, existiria:

- Um Conselho de Defesa Interna (CONDI);
- Um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI);
- Um Destacamento de Operações de Informações (DOI),

todos sob coordenação do próprio Cmt do Exército que, em assuntos de Defesa Interna, era denominado Comandante da Zona de Defesa Interna.

Através dessa estrutura, garantiram-se a coordenação e a execução do planejamento das medidas de Defesa Interna nos diversos escalões de comando. Ademais, facilitava a conjugação de esforços da Marinha, Aeronáutica, SNI, DPF, Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil e Militar). Todas as Operações de Informações eram realizadas apenas pelo DOI.

Sem discutir desvios ou excessos cometidos, o fato indiscutível foi o de que, se não existisse essa estruturação, jamais teria sido possível alcançar êxito nas ações de combate à subversão.

Finalmente, o fortalecimento das medidas da Lei de Segurança Nacional se justificou em face da gravidade da situação enfrentada pelas autoridades legalmente constituídas.

Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente sobre o comportamento do Congresso Nacional?

Terminadas as cassações de políticos no Governo Castello Branco e criado o bipartidarismo, o Congresso passou a desempenhar suas atribuições de maneira normal. Durante os governos Médici e Figueiredo não houve aplicação do AI-5 para cassar parlamentares. Os políticos cassados o foram por suas atitudes e estímulos à subversão comunista, por ataques abusivos ao Governo, às Forças Armadas e por atos de corrupção. As forças da Oposição deram grande apoio e impulso às campanhas políticas, como a da Anistia, e das eleições diretas, sem que o Governo reprimisse sua forma de atuação. Eleições para parlamentares e governadores iam sendo realizadas paulatinamente, com sensíveis ganhos para a Oposição. Durante o Governo Geisel, o Congresso foi colocado em recesso, por curto prazo, com o fim de adotar medidas, no campo político, que assegurassem a continuidade do processo de abertura.

Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito?

São expressões usadas pelos revanchistas e por certos elementos, até os dias atuais, inconformados em terem seus intentos de implantação no Brasil de um regime político de inspiração marxista-leninista frustrados e de manter viva a sua oposição aos que impediram seus intentos.

Julga o senhor que a Revolução demorou muito no governo do País?

Realmente, o processo revolucionário se prolongou muito, mas não podemos esquecer que dois fatores concorreram para isso, sendo o principal o apelo das esquerdas ao terrorismo e às guerrilhas urbana e rural e a necessidade de promover a abertura, de maneira lenta, gradual e segura, vencendo as resistências, tanto de parte de setores da oposição quanto das próprias forças governamentais.

Durante os governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas não tiraram proveito direto da situação e, pelo contrário, se desgastaram, em face da campanha movida contra elas, não obstante ter sido apenas uma parcela reduzida que participou diretamente do combate à subversão.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governos revolucionários?

Uma avaliação altamente positiva. Além dos sensíveis avanços nas áreas econômica e social, impediram que o País fosse dominado pelas esquerdas, conseguido vencê-las, inicialmente, de forma incruenta, e, posteriormente, pela reação, enérgica e desassombrada, às ações de guerrilhas e terrorismo desencadeadas.

Que outros aspectos gostaria de comentar sobre o período revolucionário que findou em 1985?

Em minha opinião, os governos perderam a oportunidade de serem os primeiros a levantarem bandeiras de impacto, tais como o fim da censura, campanha pela anistia, eleições diretas, que, por essa omissão, passaram a ser exploradas pela Oposição, como vitória, sucessos e ganhos decorrentes da mobilização popular por ela liderada.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Ocorreu o natural desgaste provocado pelo longo período de governos presididos por militares. A isso somou-se a determinação do Presidente Geisel, forte

adepto da mentalidade legalista que caracterizava o Presidente Castello Branco, de promover a democratização do regime, através de um processo de abertura política. O Presidente Geisel sempre lutou pelo afastamento dos militares do processo político e recondução das Forças Armadas à sua missão constitucional.

A conjuntura internacional veio a acelerar a abertura política?

De certa forma sim, pois ocorreram abrandamento no confronto Leste-Oeste e uma política de condenação aos regimes de exceção.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Foi um processo dificultoso, caracterizado por vários avanços e recuos e de embates seja com forças radicais da Oposição que desejavam acelerar o processo, seja com elementos radicais do próprio Governo que viam no processo a possibilidade de fortalecimento das esquerdas.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo João Figueiredo?

Não havia mais condições para a continuação do processo revolucionário, a menos que ocorressem fatos de extrema gravidade. Primeiro, porque o General Figueiredo foi eleito com o compromisso formal, assumido com seu antecessor, de dar continuidade ao processo de abertura. Em segundo lugar, porque também era favorável à democratização do País. Por fim, vale lembrar que não mais dispunha do AI-5, que fora extinto em 13 de dezembro de 1978, pelo Presidente Geisel, antes de terminar seu mandato.

A situação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, degastaram a imagem da Revolução?

Muito mais que a atuação política, foi a situação da economia a geradora de desgaste. O montante da dívida externa, o déficit na balança de pagamentos, a queda no crescimento do PIB e o retorno da inflação a níveis inéditos desde 1964, foram os principais problemas do Governo, no quadro de grave crise internacional. Foi preciso adotar uma "economia de guerra". Mesmo assim, foram alcançados grandes êxitos no setor de telecomunicações, capacidade de produção de energia elétrica e produção de aço. O temperamento explosivo e franco do Presidente e o emprego, por várias vezes, de expressões pouco felizes também concorreram para o desgaste. Na área política, teve que enfrentar uma onda de atentados e o episódio do Riocentro, em 1981. Ficou com sua saúde abalada,

devido a um distúrbio cardíaco que o levou a ser submetido a uma intervenção cirúrgica nos EUA.

Ocorreu, a partir de 1985, e ainda existe hoje o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que tem o senhor a dizer sobre a Lei da Anistia?

A Lei nº 6.683, de iniciativa do Governo, aprovada pelo Congresso, foi sancionada pelo Presidente Figueiredo, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção, desde 9 de abril de 1964. Foi uma anistia ampla, geral e irrestrita.

O importante a considerar é que, nos tempos atuais, a anistia concedida parece ter sido unilateral, ou seja, somente para beneficiar os que realizaram atos contra os governos do período revolucionário. Sob os mais variados pretextos, os derrotados de ontem, hoje totalmente absolvidos e que ocupam cargos no Legislativo, Judiciário e Executivo, quer Federal, Estadual ou Municipal, e, muito especialmente, em importantes órgãos da mídia, têm procurado levar ao banco dos réus aqueles que obstaculizaram seus intentos. Através do "Grupo Tortura Nunca Mais", da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do Projeto Tortura Nunca Mais, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizam-se ações de caráter revanchista, destinadas a manter os militares sob pressão, havendo diversos casos de acusações totalmente infundadas, assacadas, até mesmo, quando da promoção de oficiais-generais.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

O desmembramento da extinta União Soviética, a "queda do Muro de Berlim" e o fim da bipolaridade não significam que o comunismo tenha desaparecido. Uma doutrina de base ideológica não se extingue facilmente. Haja vista o caso do nazismo que, literalmente esmagado ao fim da II Guerra Mundial, ressurge com virulência em várias nações do mundo, inclusive na própria Alemanha. O mesmo ocorre com o comunismo, o qual não foi esmagado e saiu vitorioso ao fim da guerra. Fracassou, especialmente no aspecto econômico, mas sobrevive com várias tendências. No Brasil, se o "Partidão" mudou de nome e moderou suas ações, ainda há uma facção que mantém a denominação tradicional. Já o PC do B em nada alterou suas posições. O Movimento dos "Sem Terra" é controlado por uma organização trotkista, o PSTU (Partido Socialista Trabalhis-

ta Unificado), antiga facção do PT e que tinha o nome de Convergência Socialista. O próprio PT abriga em seu seio alas radicais formadas por elementos de notória tendência comunista, como Temer por exemplo. O próprio José Dirceu não prima pela moderação. Assim, o que se verifica é que, no Brasil, o comunismo continua atuante.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor pensa sobre isso?

Muito embora os grandes órgãos da mídia, intencionalmente, não registrem essas pesquisas de opinião, o fato inquestionável é que o povo confere ao Exército os mais elevados graus de confiabilidade e credibilidade. Isso tem sido uma decorrência de seu posicionamento altamente democrático, de sua integral devoção às tarefas decorrentes de sua Missão Constitucional, não obstante as dificuldades orçamentárias que enfrenta. Ainda mais, pela maneira altamente profissional e eficiente com que cumpre as diferentes missões recebidas, tanto integrando Forças de Paz, como, internamente, nos casos em que seu emprego tem sido necessário para garantir a segurança de autoridades estrangeiras, em importantes eventos havidos no País. O povo também não ignora que são as Forças Armadas, em particular o seu Exército, que estão presentes na Amazônia para assegurar a integralidade do território brasileiro e garantir a integridade nacional. Ademais, é a "mão amiga" em todos os momentos da vida do país, prestando ajuda e apoio, como no abastecimento de gêneros e, até mesmo, na distribuição de cestas básicas.

Gostaria o senhor de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrado, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Apenas ressaltar que, ao comentar os êxitos da Revolução Democrática de 1964, deixei de citar obras como a Ponte Rio-Niterói, a ampliação, em larga escala, da extensa malha rodoviária que corta o país, e o avanço considerável na área de telecomunicações, por exemplo. Houve erros? Sim, houve, mas os acertos os sobrepujaram amplamente.

General-de-Exército Everaldo de Oliveira Reis

- Natural da Cidade de Natal, RN.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Secretário de Economia e Finanças do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar.
- No exterior: membro da Delegação Brasileira, na Junta Interamericana de Defesa, Washington, DC, EUA.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA.
- Em 1964, era Major, adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército. Em abril daquele ano, foi convidado para oficial de Gabinete do Ministro do Exército, como adjunto da Divisão de Informações.

Entrevista realizada no dia 23 de outubro de 2000.

Sou aspirante-a-oficial de 1945, um ano marcante, seja no cenário mundial, seja no Brasil. No cenário mundial, ele registra o fim da chamada Segunda Grande Guerra com a queda do fascismo e do nazismo mas, paradoxalmente, o crescimento do império russo.

No Brasil, ele marcou a volta da Força Expedicionária Brasileira que lutara, aproximadamente um ano, no Teatro de Operações da Europa e que trazia muitas idéias novas, quer para a formação da Força Terrestre, quer, mesmo, no campo político. Também marcou a primeira queda do Dr Getúlio Vargas; eu, ainda Aspirante, "paguei", por causa disso, as minhas prontidões. O Partido Comunista voltou à legalidade. Também, em 1945, tive a oportunidade de votar na primeira eleição que se realizou depois do Estado Novo.

Fui sempre um observador atento da vida política nacional. Nunca achei que o fato de seguir a carreira militar me obrigasse a ser abúlico ou que não tomasse conhecimento das coisas. Mas, em 1964, eu era apenas major, de maneira que não poderei dizer que tive uma participação pessoal ativa. Tinha meu grupo de amigos.

Existe um fato que acho fundamental para a eclosão da Revolução de 1964. Funcionou, em 1963, quando eu era oficial instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO –, um curso de Guerra Revolucionária no Estado-Maior do Exército. Esse curso, depois, foi reproduzido nas Escolas. Ele "fazia uma radiografia" perfeita do que era o Estado brasileiro, naquela ocasião.

Muitos companheiros que vacilavam, temendo fazer uma quartelada, viram ali, naquela ocasião, que o que eles iriam fazer seria compelir o governo, então existente, às práticas democráticas pelas quais nós lutávamos.

O curso de Guerra Revolucionária foi uma grande mola, no sentido de deslocar o centro de gravidade, principalmente da jovem oficialidade.

O senhor gostaria de acrescentar algo mais sobre os pródromos da Revolução, a sua eclosão e as suas conseqüências, no que tange à sua participação pessoal?

Tínhamos o nosso grupo de conspiração. Eu pertencia ao grupo do General José Pinheiro de Ulhôa Cintra ...

Ele trabalhava para isso. Desde 1961 que ele trabalhava...

O General Cintra foi o comandante do GT4.

1961...

1961.

Na renúncia do Presidente Jânio Quadros...

Eu fui da Divisão Cruzeiro... Fui E4 do General Cintra na renúncia do Jânio. Quando a Revolução de 1964 eclodiu, servia no Estado-Maior, e como a tropa

federal estava cercando o Quartel-General, temíamos até a prisão do General Castello Branco. Tentamos organizar um grupo com o objetivo de protegê-lo; ele não aceitou. Haveria uma reunião da comissão de promoções, na qual ele tomaria parte, e temíamos que nesse momento... Eu era um simples major, mas estava lá.

Os oficiais superiores trabalharam bastante.

Então, em um determinado momento, saímos do QG e fomos nos homiziar na Escola de Comando e Estado-Maior, onde funcionava, realmente, o cerne da Revolução, aqui no Rio de Janeiro.

No seu entender, onde estão as raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Essas raízes começam no suicídio do Presidente Vargas... No aparecimento do chamado "mar de lama." Daí em diante, este País viveu pouquíssimos períodos de tranqüilidade. Acho que foi nessa ocasião que a insatisfação popular começou a tomar corpo e a ter vitalidade.

O senhor julga que a guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, teve influência no desencadear da Revolução? Havia uma dicotomia: uma parte do lado do Ocidente e outra ligada ao Oriente. Cuba já estava fazendo parte do sistema soviético?

Possivelmente houve influência. Contudo, o que caracterizou, basicamente, foi o que ainda restava na tropa de triste memória da Intentona de 1935. Eu, pessoalmente, filho e irmão de militar, menino de dez anos, morando na Vila Militar do Recife, assisti à eclosão da revolução naquela cidade, chamada Intentona Comunista. Vi as ignomínias que se praticaram em nome da mesma.

O meu primeiro Subcomandante, Major Aguinaldo de Oliveira Almeida, tinha sido ajudante-de-ordens – naquele tempo chamava-se Comandante da Escolta – do General Manoel Rabelo, que era o Comandante da 7ª Região Militar e fora ferido pelo então sargento Gregório, da tesouraria do CPOR, que funcionava ao lado do quartel. Do alto da escada ele perguntou: "Gregório, o que está acontecendo?" Levou um tiro de parabellum... Por sorte, pôs a mão diante do rosto; passou o resto de sua vida com a mão deformada. Ele era para mim, aspirante recém-chegado à Unidade, um testemunho do que fora a vil Intentona de 1935.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Total instabilidade política! Total instabilidade política! Renúncia de um presidente; impedimento de um vice-presidente. Não era uma situação de caos,

porque o *slogan* que surgiu depois, “reforma na lei ou na marra”, ainda não era popular, mas, politicamente, era o caos.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Ele era traduzido pelo medo que a população tinha, porque se falava não só na reforma rural mas até na reforma urbana. Porque os áulicos do governo eram os primeiros a propagar que a reforma se faria “pelo bem ou na marra”.

Qual era a posição da Igreja, naquela época, com relação ao governo deposto? Era a favor ou contra o governo?

Ainda não acontecera Medelin. A Igreja da América do Sul ainda não se politizara, no sentido negativo, de maneira que Igreja e Governo João Goulart conviviam pacificamente. Medelin foi que marcou a “opção pelos pobres” que se tornaria numa alavanca para uma guerra revolucionária.

Havia até padres tradicionais que queriam o bem do País e se levantaram contra aquele estado de coisas. Então, a Igreja não...

A Igreja não confraternizava, mas convivia, porque o clero brasileiro e sul-americano, como eu disse, ainda não se politizara.

Como o senhor viu, na época, as “Ligas Camponesas”, “grupo dos onze” e outros movimentos semelhantes?

Eu não vivi bem essa experiência do grupo dos onze, mas o que eu posso dizer é que tudo no Governo João Goulart era de fancaria; sobreviveram apenas aqueles grupos onde a influência comunista era muito grande, como UNE, UBES, JUC... Depois, transformaram-se em AP, POLOP e outras organizações. Quem não tinha base sólida, uma coluna vertebral, que era materializada pelo Partido Comunista, fanático e bem organizado, sucumbiu. Não tinha valor.

Com relação ao meio militar, houve cisão nas Forças Armadas? Buscou-se jogar oficiais contra sargentos?

Sem dúvida! Sem dúvida! Uma pequena minoria de chefes, uma pequena minoria, seja dito a bem da verdade, fechava os olhos e os ouvidos. Assim, associações desportivas ou sociais tornaram-se centro de agitação política. Tanto é que culminou com a “revolta dos sargentos”, em Brasília.

Inclusive, aqui no Rio também a reunião, no Automóvel Clube.

Ah, mais próximo! São fatos que demarcaram: depois da “revolta dos sargentos” de Brasília: o problema do Sindicato dos Metalúrgicos, onde marinheiros e fuzileiros rebelados, em passeata, carregaram o Almirante Cândido Aragão; e a reunião no Automóvel Clube, à véspera – 30 de março.

Comício do dia 13.

Nesse dia aconteceu o lamentável Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde o então Ministro da Guerra – não quero "fulanizar" o problema –, depois de se comprometer em não participar, foi para o palanque.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada, hoje, de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Para mim foi uma demonstração nítida da insatisfação da sociedade com o estado de coisas vigentes.

O Exército e as Forças Armadas em geral foram intérpretes da maioria da vontade nacional quando deflagraram a Revolução?

Sem dúvida! Sem dúvida! Mais uma vez, o Exército saiu dos quartéis para juntar-se à Vontade Nacional e, passado aquilo que ele julgava ser a sua missão, retornou, de *motu proprio,* aos quartéis.

A seu ver, havia uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil?

Eu prefiro dizer que havia um quadro de desorganização. Dentro desse quadro, o PC se imiscuíra para, depois, tirar com "mão de macaco as castanhas das brasas". Evidentemente, o mesmo ia fazer isso porque era a organização que, realmente, existia. Aliás, Prestes já dissera: "Eu estou no governo, só falta o poder."

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Muitos líderes, lembro-me bem do Dr. Bilac Pinto, sentiam o momento e, por isso, inicialmente, a reação da maioria do Congresso foi favorável.

Como se comportaram aquelas entidades taxadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução?

Olha, como já lhe disse, com exceção daquelas que estavam fortemente nas mãos dos comunistas, tudo mais desabou como um castelo de cartas.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes, civis e militares, da Revolução de 31 de Março?

Não tive contato com líderes civis. O grande líder da Revolução foi o General Castello Branco. Sua liderança se exercera em tempo de paz – ainda me lembro, "bicho" na Escola Militar, quando ele atravessava o pátio com aquele ar circunspecto, como nós o respeitávamos! – e na guerra.

Tive, também, a possibilidade de apreciar a capacidade de articulação de dois chefes: o General Muricy e o General José Pinheiro de Ulhôa Cintra, infelizmente, todos os dois de saudosa memória.

Como o senhor viu o movimento, em termos de preparação? A preparação foi exclusivamente interna ou houve também participação externa, inclusive dos Estados Unidos?

No meu escalão nunca observei algo ligado à participação externa, até porque os meus companheiros e eu mesmo não nos sujeitaríamos a isso. Acredito que havia a preocupação com a comunização de um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e cuja população já se aproximava de cem milhões de habitantes. Se hoje a Colômbia nos preocupa, quanto mais um país com o peso específico que o Brasil tinha naquela ocasião. Agora, interferência direta eu não conheci e, se conhecesse, repeliria. Eu e os meus companheiros de conspiração.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar do governo?

O governo de João Goulart primava pela inoperância. Inoperante era tudo aquilo que ele quis fazer, inclusive o chamado "sistema militar", onde havia aproveitadores, a maioria deles; aqueles que eu chamo que "trocavam a primogenitura por um prato de lentilha".

General, no lado da Revolução, como o senhor viu o aspecto "chefia e liderança"? O senhor já destacou o Castello Branco, realmente era uma liderança, sem nenhuma dúvida. Mas, sobre esse aspecto, poderia dizer algo mais?

Acho que não havia uma animosidade acirrada entre os companheiros, por isso, tanto os que marcharam de Belo Horizonte para o Rio, aliás, de Juiz de Fora, particularmente, e do Rio para Minas comportaram-se como irmãos de arma, e, por esse motivo, não houve derramamento de sangue. Até porque muitos estavam ali mais levados por um sentimento exacerbado de cumprimento do dever, visto que não havia uma infiltração comunista entre os oficiais das Forças Armadas.

Nos mais velhos, eu me incluo entre os mais velhos, havia pungente lembrança do que fora a Intentona Comunista, onde o "Brigada" foi morto por Agildo Barata, de maneira covarde. Esse fato ainda estava estereotipado para nós. Aquilo foi o marco da covardia, da traição e do desrespeito à camaradagem.

General, esse movimento de tropas, de Juiz de Fora, principalmente, como o senhor realçou muito bem, para o Rio de Janeiro, de Mato Grosso para Brasília, visava a atingir que objetivos estratégicos?

Olha o que nós vamos chamar de objetivo estratégico... mas, direi o seguinte: a Revolução queria galgar o poder, ou melhor, galgar o governo, porque o Sr. Prestes dizia que já possuía o governo e nós desejávamos assegurar a execução de um governo que fosse, realmente, democrático. Se você me perguntar qual foi o objetivo da Revolução, respondo que foi esse: restabelecer no País, tanto quanto possível e naquele momento, a plenitude democrática.

E, para isso, tinha que chegar em Brasília, centro do poder.

Mas, lamentavelmente, Brasília ainda não era o centro político do País. Portanto, quando os Etchegoyen... Quando chegaram aqueles tanques diante da Escola de Estado-Maior, foi uma verdadeira euforia, porque significava que a Revolução era vencedora. O Rio, ainda, era a capital política do País.

As Forças Armadas, com a Revolução, robusteceram a união e a coesão?

Sem dúvida! O fortalecimento da cadeia de comando implica o respeito mútuo entre comandantes e comandados, e, onde há o mesmo, a coesão é uma conseqüência natural.

O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

Se você chamar a prática democrática de ideologia, eu lhe direi que sim.

A mídia apoiou o Movimento na época?

A maioria da Imprensa apoiou. O *Correio da Manhã*, só no início.

Seu editorial, no dia 31 de março de 1964, intitulava-se Basta!

O *Correio da Manhã* era um jornal muito tradicional. Terminou fechando. Esse jornal, inicialmente, a bem da verdade, opôs-se nitidamente aos desmandos do governo deposto. Na "D2", todo dia de manhã, eu tinha que ler a resenha e via, claramente, no início, a posição do *Correio da Manhã* favorável à Revolução. Depois, voltou-se contra o nosso Movimento, mudando totalmente de posição.

No seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março?

Olha, não gosto muito de discussões semânticas: É revolução? É contra-revolução? Evito, chamando "Movimento de 31 de Março".

A Revolução trouxe benefícios ou problemas ao nosso País?

Foi um período de progresso, de paz social, de emprego. Faço minhas as palavras do atual Comandante da Força: "Nunca houve um período, em toda a história republicana, em que os governos soubessem tão bem para onde iam e por onde iam."

A Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Olha, a Revolução não foi feita por anjos, mas por homens, e deve ter cometido inúmeros erros. Alguns devido à inabilidade, outros devem ser debitados à sensibilidade muito à flor da pele que nós, militares, temos, decorrentes de nossa formação. Não vou negar que tenha ocorrido erros. Não vou negar. Agora, nunca se presenciou nada, é importante que se diga, escandaloso e degradante como nos últimos tempos.

Exatamente, General. Os sucessos econômicos da Revolução têm sido destacados, inclusive por professores civis. Temos visto, em aulas da ESG, renomados mestres citarem a década de 1970 como a mais promissora da economia brasileira. Por que não se faz a devida justiça a esse fato que professores de valor realçam? Por que a mídia não o faz?

Há duas vertentes. Há os que hoje tutelam o poder e para os quais não parece "bem" o sucesso da Revolução. Quando têm que engolir, fazem-no, batizando com novo nome. Muita coisa que se fez na Revolução está aí, mas com outro nome. Até essa mudança ridícula de denominação do Serviço Nacional de Informações que passou a chamar-se de "Inteligência". Os nossos vizinhos do Sul têm razão, quando dizem que somos "macaquitos", pois, mais uma vez, usou-se a nomenclatura de um outro país. Quer dizer, o que foi possível esconder, esconderam, o que foi possível mimetizar, mimetizaram.

A outra vertente é a daqueles para os quais quanto pior, melhor. Evidentemente, ainda há gente que sonha em restabelecer uma república popular por aqui, até porque as diferenças sociais não diminuíram, pelo contrário, agravaram-se no pós-Revolução.

A mídia, principalmente, tem feito questão de omitir esses acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns?

Para começar, cito o Projeto Rondon, que hoje tem outro nome. O Serviço Nacional de Informações tem outro nome. Porque só um tolo pode imaginar que um país viva sem esse tipo de atividade.

Ontem, li uma coisa interessante na imprensa: os senhores deputados descobriram que, no Orçamento, só se pode autorizar uma despesa quando há uma receita previsível. Isso é quase da idade da Arca de Noé, mas foi uma descoberta de ontem. Agora, também, descobriu-se que planejamento orçamentário é instrumento de planejamento do país. A Revolução criou a mentalidade do Planejamento.

Vide o Decreto-Lei nº 200, um modelo.

Uma ocasião, tive a oportunidade de escrever sobre esse decreto. Pregava a solução mais lógica para a implantação do Ministério da Defesa. Quem lesse o

Decreto nº 200 veria isso. Dar-se-ia ao EMFA o controle dos orçamentos das três Forças Armadas e, por via de conseqüência, o mesmo controlaria o funcionamento. Não precisava alguém "cair de pára-quedas" dentro das Forças Armadas e, depois, sair enxotado.

A "batalha da comunicação social", assim chamada, foi perdida pelos governos revolucionários ou os governos revolucionários não quiseram participar dessa atividade?

Alguns tinham ojeriza, mas é agora que estamos vendo que nós não a perdemos. Porque, se eu chegar no meu barbeiro e pedir para ele falar sobre a Revolução de 1964, ele dirá que tem saudades desse período. A voz do povo, meu amigo, é a voz de Deus.

O que o senhor gostaria de dizer a respeito das ações de guerrilha, terrorismo, seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis praticados por extremistas? Qual era o grande objetivo dessas ações?

Eles, já desesperados, saíram para a luta armada, mas não tiveram o respaldo popular que esperavam. Todas as tentativas de "área liberada", não só Xambioá, mas, antes, Caparaó e uma que foi feita pelo Jeferson Cardim de Alencar Osório, caíram no vazio porque o povo não queria aquilo. Quando eu chamo o povo, não é meia-dúzia de pseudo-intelectuais. Comandei nessa época. O povo de Olinda queria muito bem ao Regimento, ao RO, que eles chamavam de Regimento Olinda, contrastando com aquele bando de malucos que queriam, pela força, subverter a ordem política do Brasil.

Houve, a seu ver, durante a Revolução, cerceamento da liberdade?

Houve. Nós não vamos dizer que não houve. Mas olha! O que está havendo hoje desgosta até o atual Ministro da Justiça, que era um dos que clamavam contra a falta de liberdade de imprensa, naquela ocasião.

Sem ser "santarrão", fico horrorizado com o que os meus netos vêem na televisão, e não me diga, pelo amor de Deus, que isso é liberdade de criação. No meu tempo, a gente dava um outro nome a essas coisas.

Alguns críticos da Revolução alegam a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime, e essa falta de canais provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Acho que, no primeiro governo revolucionário e mesmo no segundo, as tentativas de abrir canais foram inúmeras. O Presidente Castello era um homem

essencialmente democrata; o Presidente Costa e Silva era um homem bom. Qual foi a resposta? O atentado do Aeroporto de Guararapes, onde o General Silvio foi ferido e morreram o jornalista Regis de Carvalho e o Diretor da Hidrelétrica do São Francisco – CHESF – e onde foi ferido o guarda que levava a mala dentro da qual estava o explosivo que o fez perder a perna e quase vitimou o Silvio.

Eu estava, acidentalmente, naquele dia, em Recife, porque fora organizar uma viagem da Escola de Estado-Maior. Embora tivesse sido Oficial de Gabinete do Ministro, achei que já havia muita gente no aeroporto e, por sorte, não fui lá. Mas esteve preso no meu quartel um dos autores do atentado do Aeroporto de Guararapes cujo codinome era "Baixinho".

O senhor veja, esse fato aconteceu, inclusive, antes do governo que eles dizem que foi o governo da repressão, o que prova que eles iniciaram o processo.

Até porque eles não conheciam outra maneira de dialogar, além do canal da luta armada.

Exato. Havia o MDB que eles podiam se incorporar e fazer oposição, se quisessem.

A postura era de desafio. Lembro-me bem de quando o Presidente Costa e Silva tentou reunir líderes estudantis e eles recusavam até a vestir paletó e gravata, para falar com o Presidente da República.

Quais os objetivos dessa luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio?

O objetivo era assumir o poder. O apoio financeiro, a orientação ideológica e o treinamento vinham de Cuba. Até financeira, porque, mais uma vez evitando citar nome, houve um político que o Sr. Fidel Castro passou a chamar de *raton*, porque fora lá receber o dinheiro para financiar o movimento e o dinheiro sumiu.

O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião a esse respeito?

O AI-5 não foi uma iniciativa. Foi uma resposta. Não era possível deixar de responder ao desafio.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI/CODI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

São duas coisas: A primeira é a criação de um órgão de informações. Como disse no começo, só um néscio acha que pode extinguir o Serviço Nacional de Informações e se sair bem. Termina cassado. Quanto aos órgãos de operações, eram elementos de resposta.

Não estávamos preparados para aquele tipo de guerra.

Havia um despreparo muito grande da nossa parte para enfrentar esse problema de guerra revolucionária. Lembro-me bem de que, quando assumi as minhas funções na D2 do Gabinete, tivemos dificuldade em estabelecer uma cifra; trabalhamos vários dias com a cifra "JD" que era a deixada pelo ministro anterior. Tivemos dificuldade, no início.

General, hoje muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe militar". O que o senhor acha a respeito? Em vez de chamar, como faziam antes, de regime militar, hoje, por terem chegado ao poder, ficam orquestrando essa nova terminologia. Há quinze anos, essa mesma imprensa não utilizava esse tipo de linguagem.

Acho que a Revolução poderia ter durado um pouco menos... Se houvesse uma oportunidade de se fazer uma passagem sem traumas do governo. Mas, uma coisa é achar hoje e a outra é viver aquela situação. Ditadura? É possível. Mas se procurou, de qualquer maneira, instituir a convivência pacífica dos três Poderes.

Agora, veja o seguinte: criamos a duração de cinco ou seis anos para o período de governo. Hoje, como isso vinha da Revolução, era pecado mortal. Criou-se, então, a reeleição, que é esse caudal, que estamos vendo, de uso da autoridade e do dinheiro público para se manter no poder. A reeleição, que o Brasil nunca praticara, é um convite à desonestidade, é um convite a usar o cargo público para se perpetuar no mesmo. Não temos idéia de nenhum dos nossos generais presidentes que tenham querido se perpetuar no governo.

Não há dúvida. Sempre se passou o bastão, aliás, até se quis passar antes com o Presidente Castello Branco, sendo pressionado para ficar mais tempo.

Claro. Houve uns melhores, outros piores, mas, se verificarmos a galeria dos presidentes da República do Brasil, veremos que todos os chamados "Presidentes do Período de 1964" honram, como muitos não honraram, o cargo de Presidente da República.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem nesse período da Revolução?

De maneira nenhuma.

Ao contrário, não é General. Era o "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Com isso nós...

Essa frase, pessoalmente, meio que a combati. Acho que Segurança não deve ter máximo nem mínimo, tem que haver Segurança. Mas nunca usamos isso

para nos locupletar. O primeiro aporte grande de recursos, recebido pelas Forças Armadas, foi no Governo Sarney, justiça seja feita! O Estado-Maior montou aquele célebre projeto – o então General Manoel à frente – chamado Exército 2000...

O primeiro foi o da Força Terrestre 95, depois FT 2000, 2010, 2025.

Isso. Já era o período pós-revolucionário, quando, inclusive, lá em Mato Grosso, mecanizamos toda a 4ª Brigada de Cavalaria.

General, por que houve o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do país?

Primeiro, porque não era tarefa nossa; segundo, porque revolução é episódio. Feita a revolução, tinha que sair de campo. O Exército nunca saiu de *motu proprio* para intervir na vida nacional: não saiu na República, não saiu na Abdicação. O Exército atendia a chamamentos e, graças a Deus, sabia a hora de voltar.

Como o senhor viu a "abertura" feita pelo Governo Geisel?

Ela foi lenta, gradual e contínua. Deu-se de maneira inteligente, porque, se houve traumatismo, foi muito pouco.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?

Acho que o "problema do petróleo" foi que começou a desgastar a imagem da Revolução.

O segundo choque, no início da década de 1980.

Agora mesmo, andamos meio apavorados com esses problemas entre árabes e israelenses.

Há "revanchismo" ou não há "revanchismo"? O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia?

A Lei da Anistia... Há uma frase do Presidente Médici muito interessante. Num pronunciamento ele disse: "Não vamos usar as pedras para apedrejar o passado, vamos aproveitá-las para construir um Brasil novo."

Há revanchismo, mas como já citei, não na rua; não no homem do povo. Nós estamos no coração do homem do povo. As pesquisas feitas demonstram isso. O recruta que vem prestar o seu Serviço Militar obrigatório – eu digo isso pela minha vivência como Comandante de Unidade, nos idos de 1967 – sai do Exército querendo bem à Força. Eis a razão de eles não terem conquistado, no tempo da luta armada, a opinião pública. Era muito difícil convencer o soldado, que deixava o serviço militar, que ele agora teria que se voltar contra o seu quartel.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu. É certo que não há mais aquela bipolaridade extremada, porque a queda do Muro de Berlim foi uma demonstração da perda de prestígio do comunismo ortodoxo. Mas, onde há muita desigualdade social, existe a busca de uma solução para o problema. Isso é inegável.

O senhor já falou nisso, mas eu voltaria a abordar. A imagem do Exército Brasileiro tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor, que acompanha a vida nacional acha desse fato?

Eu visitei alguns países estrangeiros principalmente aqui na América do Sul. As raízes do nosso Exército sempre estiveram no povo. Lembro-me bem de que, em um determinado país visitado, o Exército constituía-se, realmente, em casta. Nós nunca nos constituímos em casta. Eu sou filho de um "Sargento-Brigada" e tenho muita honra em declarar isso. Meu pai foi o sargento-brigada do 29º BC, em Natal.

É pena que ele não possa estar vivo para ver o senhor chegar ao último patamar da hierarquia, General-de-Exército, e, ainda, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Quando comandei o Grupo de Artilharia de Olinda, costumava dizer aos meus oficiais que muito mais importante do que os muros do nosso quartel é a amizade desse povo pobre que nos cerca.

General, o senhor tem toda a razão.

Era o que mais me orgulhava. Visitando uma casa pobre, uma vez, eu vi a flâmula do Grupo...

Eu também vi, como o senhor, lá no interior de São Paulo, uma flâmula pequena da Unidade, na casa de um ex-soldado, filho de pai polonês e mãe brasileira. Era uma recordação, a saudade do Regimento onde servira.

O senhor, na comemoração do Movimento Revolucionário de 31 de Março no Clube Militar, destacou que a política externa adotada pela Revolução "Alinhada, mas salvaguardando os interesses nacionais", conforme definição do Presidente Castello, foi substituída pelo "xeretismo" das ONGs *internacionais, que aqui vêm nos dizer como proceder, sem – a expressão é sua – "Olhar antes o próprio rabo". Quais as conseqüências para a integração nacional, particularmente da Amazônia ao restante do território, levando em contra essa submissão?*

Evidente que o Brasil é responsável pelo cumprimento dos tratados internacionais que assinar e das decisões das organizações as quais, voluntariamente, venha filiar-se. Como exemplo, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que até para mim, como soldado, não era simpático, mas, se o Brasil o assinou, vamos cumprir. No entanto, uma coisa é você cumprir as suas obrigações internacionais e outra coisa é chegar aqui um mequetrefe, que você não sabe de onde vem, e dizer que vai inspecionar os presídios para ver se o preso, no Brasil, tem o tratamento que merece. Isso chama-se violentar a Soberania Nacional.

Então, a primeira conseqüência, diria que a conseqüência-síntese, usando a linguagem que gosto muito da ESG, é que violenta a Soberania Nacional. Assim, além de encerrar um perigo, fere a Integridade Nacional. Por que fere a Integridade Nacional? De Guararapes para cá, nós somos uma única Nação, a Nação Brasileira. É Nação Brasileira o caboclo da Amazônia, como é o "tchê" lá da fronteira de Uruguaiana. Somos uma Nação una, um milagre dos portugueses, cujas fronteiras empurramos para um ponto e, depois, as salvaguardamos. Para isso, utilizamos o princípio do *uti-possidetis*.

Pois bem, agora, uma das novidades das ONGs é chamar a tribo de índio de nação indígena. Ora, quando se chama tribo de índio de nação indígena, está se admitindo que a Nação Brasileira não é mais una. Tem-se a Nação brasileira, a nação caiapó, a nação ianomâmi e outras nações. O que é um absurdo!

Quando eu comandei, em Mato Grosso do Sul, quiseram, inclusive, aldear os índios em área fronteiriça e eu me opus a isso, sendo que o governo ouviu as minhas razões. Se for concedido, a uma nação, uma base física, ela constrói o Estado.

Estaremos ferindo, mais cedo ou mais tarde, até a Integridade Nacional. Deixaremos de ser uma Nação única, um orgulho para nosso País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Quando abordava essas características de nosso País, na Junta Interamericana de Defesa, muitos não acreditavam e me perguntavam: "Quantos idiomas vocês falam?" Eu respondia: "Nós só falamos o português." Lembro-me de que o adido militar russo não acreditava. Ele achava que nós teríamos que ter aqui vários idiomas.

A Integração Nacional foi, também, um dos objetivos da Revolução de 1964. O entendimento, na época, era de que as diferentes áreas do País deveriam ter o mesmo desenvolvimento, tanto quanto possível. Cabe, legalmente, ao governo brasileiro, dizer como utilizar nossas riquezas.

Não podemos ficar subordinados à orientação do estrangeiro sobre a exploração da Amazônia, pelo fato de a considerarem o pulmão do mundo. Antes de tudo, a Amazônia é brasileira. Então, nós é que temos de dizer como explorar a

Amazônia. Não vai ser qualquer arrivista que vai chegar aqui, passar seis meses e sair ditando regras. Ao governo brasileiro, cabe isso.

Exatamente. Anteontem, sexta-feira, no jornal O Globo, *na coluna do Suam, há uma notícia, dizendo que o Ministro Tourinho, das Minas e Energia, convidara o* Green Peace *para fazer parte de uma comissão que tratará das soluções para o problema energético brasileiro. Por isso, é que eu mostro como foi correta a sua colocação de que a política externa da Revolução, embora alinhada e não podia ser diferente, estava sempre voltada para os nossos interesses.*

Salvaguardando os interesses nacionais. Isso foi uma tônica em todos os governos da Revolução.

General, peço ao senhor uma mensagem final sobre a importância da Revolução dentro da história do Exército e, porque não dizer, do Brasil?

Fui um simples operário, um Major, mas é um período do qual me orgulho muito de ter participado. Talvez tenhamos falhado em muitas coisas, mas procuramos fazer um Brasil melhor para todos – o chamado Bem Comum.

General-de-Exército Rubens Bayma Denys

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Integrou o grupo designado para organizar e instalar o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), posteriormente transformado no SNI. Foi Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras; Ministro-Chefe do Gabinete Militar do Governo José Sarney (1985/1990), cumulativo com o cargo de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Comandante Militar do Sul, Comandante Militar do Leste e Ministro de Estado dos Transportes do Governo Itamar Franco.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Itália.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e, no exterior, o curso Avançado de Infantaria de Fort Benning – Geórgia – EUA.
- Em 1964, era Capitão, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 08 de junho de 2000.

Agradeço a oportunidade que me foi oferecida de colaborar com o Projeto História Oral do Exército na Revolução de 1964, a fim de prestar depoimento sobre os acontecimentos dos quais participei, direta ou indiretamente, na Revolução de 31 de Março de 1964. Prefiro seguir a seqüência das perguntas, porque, inclusive, já tendo produzido um texto elaborado, vou procurar respondê-las com base no que escrevi, de modo a tornar mais objetiva esta entrevista.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Diria que foram as disputas ideológicas que já existiam no seio das Forças Armadas e na sociedade brasileira, acirradas em muito pela guerra fria e fortemente marcadas pelos acontecimentos de agosto de 1961.

O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março?

Sim, da mesma forma que influiu no acirramento dos confrontos ideológicos anteriores e posteriores a 31 de março de 1964.

Como o senhor situaria o panorama político brasileiro no período anterior ao Movimento de 31 de Março?

Poderíamos sintetizar: grande agitação política e social no campo e nos centros urbanos, promovidas por sindicatos e partidos de esquerda, com apoio ostensivo do governo que fazia promessas de reformas de base, de caráter político, econômico e social; por outro lado, havia grande deterioração da ordem econômica do País. Na verdade, o governo era o promotor da baderna.

E isso acarretava um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Sim, havia um clima de insatisfação muito grande, em todo o País; principalmente no seio da classe média.

Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?

Eu diria que a Igreja mostrava-se contrária à conduta do governo, incentivando e mesmo promovendo as reações contra as agitações e os desmandos provocados pelo Governo João Goulart e sindicatos que o apoiavam. O escritor Nelson Rodrigues chegou a criar a figura do "padre de passeata".

Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze"? Esses movimentos poderiam ser entendidos como a progressão de uma revolução esquerdista no Brasil?

Lembro-me de que, quando participei da instalação inicial do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), em 1956, que mais tarde deu origem ao Serviço Nacional de Informações (SNI), uma das primeiras fichas individuais, abertas naquela ocasião, referia-se a Francisco Julião, que criara as Ligas Camponesas, e desde aquela época, promovia agitação nas áreas rurais do Nordeste.

A área de atuação das Ligas Camponesas era muito grande. Estendia-se pelo Nordeste e em quase todo o Polígono das Secas. Deixaram raízes. Na época de 1962/1963, a agitação já havia se estendido às áreas rurais do Sul e do Sudeste, embora já não estivessem diretamente ligadas às referidas Ligas Camponesas.

E sobre os "grupos dos onze"?

Sempre achei que os "grupos dos onze" foram uma tentativa do Sr. Brizola de fazer crer que contava com o apoio de uma organização paramilitar, para intimidar as lideranças que se opunham aos desmandos do governo. Dizia-se existir, pelo menos, um em cada município do interior do País.

No seu entender, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como estava o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Depois do término da Segunda Guerra Mundial, após o retorno da FEB e da volta do País à democracia, inclusive com a legalização do Partido Comunista, em 1946 – logo depois foi colocado novamente na ilegalidade –, as disputas ideológicas dentro da caserna, no meio militar, foram se tornando acirradas, muito fortes, eivadas de um radicalismo muito grande, tanto de esquerda como de direita. Isso ficou evidenciado com a criação da chapa "Cruzada Democrática", para concorrer às eleições no Clube Militar, em 1952, como uma reação à infiltração comunista e com os movimentos político-militares de 1954 e 1955.

Convém entender que, enquanto vivo, o Dr. Getúlio Vargas não admitia o marxismo. Assim, ele continha, pelo respeito, os líderes do PTB voltados para esse regime. Com a sua morte, o Sr. Brizola passou a dominar o Partido. O Dr. João Goulart era o chefe nominal, mas quem articulava e dirigia tudo era o Sr. Brizola. No Governo Café Filho, o PTB tentou uma aliança com o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), organizado após a morte do Dr. Getúlio, por militares ambiciosos, entre os quais destacavam-se os coronéis Alexínio e José Alberto Bittencourt, ambos ligados ao General Zenóbio da Costa. Com a questão de 11 de novembro, eles se reuniram para dar um golpe militar com a Guarnição do Rio de Janeiro e ocupar o Poder Federal, mas o Comandante e os Generais do I Exército se anteciparam a eles e dominaram a situação, mantendo o General Lott na pasta da

Guerra. Com isso, foram anuladas as ambições momentâneas do PTB e MMC. No Governo Juscelino, pela habilidade do Presidente, nada pôde fazer o PTB, a não ser tirar vantagens de nomeações em cargos federais que o interessavam; durante esse governo, a aliança do PTB com os militares que integraram o MMC continuou com a denominação de "Frente de Novembro". Ela se tornou mais ampla, com o envolvimento do Clube de Sargentos, e passou a contar com a simpatia do General Lott. No Governo Jânio Quadros, essa mesma aliança continuou. Porém, ficou contida em suas exteriorizações, pela ação do Ministro da Guerra, Marechal Denys. O General Osvino Ferreira Alves, antigo Comandante do I Exército e ainda no serviço ativo, era o mais representativo do referido grupo militar e muito ligado ao Sr. Brizola que, já Governador do Rio Grande do Sul, aos poucos, foi estreitando suas relações com o Presidente, a quem fazia visitas constantes e demoradas.

É preciso ter em mente que o movimento militar de novembro de 1955 havia provocado grande dissensão nas Forças Armadas e, principalmente, no Exército, que acabou ficando dividido em três correntes político-ideológicas: uma caracterizada pelo comprometimento com o Governo Café Filho, que veio a ser deposto, e, de certa forma, simpática à política da UDN e do PDC – antimarxista, democrata mais à direita, poderíamos dizer; uma segunda que se comprometera com o movimento militar que dominou a situação, manteve o General Lott na pasta da Guerra e assegurou a posse do Sr. Juscelino Kubitschek – antimarxista, democrata mais moderado, acompanhando às tendências políticas do PSD; e uma terceira, ligada ao PTB, que acabou conquistando a simpatia do Ministro da Guerra, General Lott, – eram os esquerdistas e comunistas que se auto-intitulavam nacionalistas.

O Marechal Denys, ao assumir a pasta da Guerra, em fevereiro de 1960, no último ano do Governo Juscelino, antevendo dias difíceis para a democracia no País, em face do avanço do marxismo, inclusive no meio militar, considerava urgente proceder a união do Exército em torno dos ideais democráticos, para melhor prepará-lo para enfrentar os desafios que se avizinhavam. Para isso, buscou realizar a pacificação dos espíritos, no seio dos militares democratas, divididos em razão dos acontecimentos de 1955 e das conseqüentes discriminações sofridas por muitos daqueles que foram contrários àquele movimento, durante a gestão do Marechal Lott na pasta da Guerra. Dessa forma, com o Marechal Denys na pasta da Guerra, estes últimos passaram a ser tratados com a consideração profissional que mereciam, nas promoções e nas classificações, voltando a exercer cargos de confiança e comandos de corpos de tropa.

Eu diria que o clímax das disputas ideológicas no meio militar foi atingido com a situação criada com a campanha da Frente da Legalidade, lançada pelo

Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Leonel Brizola, em agosto de 1961, logo após a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, para apoiar a posse do Sr. João Goulart, então Vice-Presidente, ausente do País, em visita oficial à China comunista. Sabe-se que, no III Exército, no Rio Grande do Sul, até oficiais de atitudes democráticas e antimarxistas, algumas até exacerbadas, chegaram a apoiar aquele movimento – a Frente da Legalidade –, o que aumentou, ainda mais, após aqueles acontecimentos, o clima de desconfianças existente dentro do Exército, que prevaleceu de forma marcante até o desencadear do movimento armado de 31 de março.

O clima era de desconfiança quanto aos pontos de vista ideológicos e de simpatias político–partidárias. Os generais e os coronéis, principalmente aqueles com potencialidade para promoção a general e/ou em cargos de confiança, como Comandante de Unidade ou Chefia de Estado-Maior de Grande-Unidade, procuravam abster-se de tomar posições definidas contra o governo, com receio de delações e conseqüentes medidas punitivas. Em princípio, evitavam contatos e comentários políticos com oficiais da reserva que participavam da conspiração. Procuravam não recebê-los em sua residência. E, quando o faziam, era tarde da noite e com as luzes da entrada apagadas. As desconfianças eram muito grandes; havia muita vigilância.

A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março?

Primeiro, houve um fato muito importante, em fevereiro de 1964, que foram as denúncias feitas pelo Governador Adhemar de Barros, que afirmava ter sido instado pelo Presidente João Goulart a participar de uma reforma política da Constituição, que transformaria o País em uma república sindicalista. Os governadores que não estivessem de acordo sofreriam intervenção federal em seus Estados. Isto preocupou muito as lideranças políticas.

Sei disso porque ele procurou o Marechal Denys em sua residência, em fevereiro de 1964. O Marechal, na ocasião, pediu-lhe que divulgasse, o mais que pudesse, aquelas denúncias.

Mais tarde, viriam outros acontecimentos que repercutiram muito negativamente contra o Governo Goulart, não só no seio da sociedade nacional, mas também, e principalmente, no das Forças Armadas, servindo de grandes motivações para a eclosão do movimento armado. Foram eles: o comício da Central do Brasil, de 13 de março; a revolta dos marinheiros, na Semana Santa, que redundou, também, no episódio envolvendo o Almirante Aragão; e, por fim, o jantar do Clube dos Subtenentes e Sargentos, na sede do Automóvel Clube do Brasil, progra-

mado para o dia 30 de março, em homenagem ao Sr. João Goulart. Esses três fatos, em março, criaram as condições favoráveis para o desencadeamento do movimento armado, esperadas pelos que estavam conspirando.

Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao status quo *implantado por João Goulart?*

Diria que foram demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço do comunismo no País.

O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida. O Exército, pela grande maioria dos seus quadros de militares profissionais, refletiu exatamente a vontade nacional. Aliás, apenas demonstrações da insatisfação popular, mesmo de caráter nacional, como vinham ocorrendo em todo o País, não derrubariam o Governo Goulart, que se via apoiado nas classes sindicais "peleguistas" e, aparentemente, nas Forças Armadas sob o comando dos "generais do povo". Haveria, assim, necessidade de se realizar um movimento armado cívico-militar, com base em segmentos militares descontentes, para romper essa inércia e derrubar o Governo Goulart. Um movimento armado contra um governo constituído somente se faz com o apoio de significativos segmentos das Forças Armadas que acompanham e refletem o sentimento popular.

No caso da Revolução de 31 de Março de 1964, foi necessária a reação da sociedade brasileira, para que sua aspiração empolgasse, também, segmentos militares das Forças Armadas que, por sua vez, mobilizados pela opinião pública, reagiram e desencadearam o movimento armado que derrubou o governo de João Goulart, através das insurreições e adesões sucessivas de guarnições militares.

Somente a insatisfação popular, os descontentamentos dos políticos, os discursos, as conspirações infindáveis e as ordens do dia, não resolveriam a grave questão institucional, com a derrubada do Governo Goulart, pois, embora contribuíssem para aumentar as reações contrárias ao governo, não tinham maiores conseqüências. E, este não sendo derrubado, certamente, levaria o País a um regime marxista antes do término do seu mandato. Não obstante, havia uma corrente de militares, de forte convicção democrática, liderada por influentes chefes, no serviço ativo, que julgava ser possível conter o Governo Goulart nos limites da ordem constitucional, até o final do seu mandato, concitando, para isso, os quadros profissionais do Exército a exercerem permanente vigilância.

Havia, a seu ver, uma revolução de cunho comunista, em andamento, para criar uma nova ordem institucional no Brasil?

A idéia que nós tínhamos, naquela ocasião, era essa. A possibilidade de uma mudança na ordem constitucional do País nos foi transmitida por pessoa que dela teve conhecimento direto. Falo do Governador Adhemar de Barros que nos disse ter sido convidado pessoalmente pelo Sr. Goulart a participar dessa mudança.

Estava, assim, em curso a tentativa de tomada do poder pelos comunistas, bem como a transformação do regime do País em república sindicalista, com intervenções federais nos Estados. Chegaram até a falar – o Governador Adhemar confirmou – que iriam criar várias repúblicas sindicalistas dentro do País. Essas declarações do Doutor Adhemar de Barros mostram claramente que havia essa idéia no governo.

Qual a atitude do Congresso Nacional, ao eclodir a Revolução?

Em sua maioria, de perplexidade, surpresa e apoio logo em seguida.

Como se portaram os movimentos sindicais e entidades taxadas de esquerdistas como a UNE, CGT, PUA, logo após o início da Revolução?

Da mesma forma, com perplexidade e, principalmente, com sentimento de frustração, porque ficaram inibidos de tentar qualquer reação contrária. Não tiveram respaldo popular para agir, em força ou politicamente, contra o movimento armado. A reação mais noticiada foi a da UNE que tocou fogo no próprio prédio-sede, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro; mais tarde, disseram que foram os militares que o fizeram.

O Senhor nomearia os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Os chefes militares, da ativa e da reserva, envolvidos com a conspiração, foram inúmeros, porém, muito poucos, os que participaram, efetivamente, da decisão e da deflagração do movimento armado, e das primeiras adesões, ainda nos momentos de muitas incertezas. Destaco esses últimos porque eles assumiram todos os riscos de iniciá-lo e de aderir.

É importante considerar que um movimento armado não se deflagra sem uma reconhecida liderança que consegue levar militares a romperem a inércia da disciplina e do medo de assumir os riscos inerentes à participação em uma insurreição contra o governo constituído.

Destaco o Marechal Denys como um dos principais líderes da Revolução de 31 de Março, por várias razões. Primeiro, porque deu início à conspiração e, na

sua preparação, centralizou o controle dos diferentes grupos de civis e militares, da ativa e da reserva. Os principais envolvidos na conspiração, nas diferentes capitais e guarnições militares do País, a ele se ligavam pessoalmente ou por intermédio de emissários de absoluta confiança. Para ressaltar o que afirmo, cito a visita feita ao Marechal Denys pelo General José Pinheiro de Ulhôa Cintra, enteado do Marechal Dutra, acompanhado do General Oswaldo Cordeiro de Faria, em meados de 1963, com a finalidade de, a pedido deste último, reaproximá-lo do primeiro a fim de receber deste o aval para ingressar na conspiração.

O Marechal Denys iniciara a conspiração logo após o retorno ao regime presidencialista, no primeiro semestre de 1963, em conseqüência do resultado do plebiscito popular, que fora antecipado por mais de dois anos. Isto, porque o Governo Goulart, estimulado pelo Sr. Brizola e outros políticos que o apoiavam, mostrara má-fé ao quebrar o compromisso de manter o regime parlamentarista até às vésperas do final do seu mandato, quando só então deveria ser realizado um plebiscito popular, conforme previa a lei que alterou o sistema de governo, em setembro de 1961, e que lhe permitiu a posse como Presidente.

Foi o Marechal Denys também que perseverou na busca do apoio de um grande Estado da União, que desse suporte político-civil à deflagração do movimento armado para derrubar o governo, sem o qual qualquer insurreição armada correria o risco de se transformar em simples "quartelada", facilmente esmagada pelas forças governamentais. Ele já havia tentado obter o apoio do Estado de São Paulo, no final de 1963, porém o Governador Adhemar de Barros disse que São Paulo não sairia na frente, devido à Revolução de 1932, mas que acompanharia o Estado que saísse. Finalmente, em 28 de março de 1964, em Juiz de Fora, em uma reunião realizada a seu pedido, consegue convencer o Governador Magalhães Pinto e o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel José Geraldo, a apoiar a deflagração do movimento armado que derrubaria o Governo Goulart. Para ressaltar a liderança militar do Marechal Denys, registro aqui o que o ex-Governador Magalhães Pinto, tempos depois, lhe disse: "Marechal, saí por causa da confiança que eu tinha no senhor."

A liderança militar do Marechal Denys, embora afastado do serviço ativo do Exército há cerca de três anos, se comprova, na manhã de 31 de março de 1964, quando vai ao Quartel-General da 4ª Região Militar, a pedido do então Juiz Neder, amigo do General Mourão e presente naquele Quartel-General, por julgar que este estava correndo o risco de ser preso pelos seus comandados. O Marechal Denys, atendendo ao pedido, dirige-se àquele QG, onde é recebido com honras de ex-Ministro da Guerra: toques de corneta e apresentação da tropa em forma, que

lhe é feita pelo Chefe do Estado-Maior, Coronel João Baptista da Costa, até então, contrário à saída do movimento armado contra o Governo Goulart. Falando aos militares em forma, o Marechal Denys consegue convencê-los de que o movimento armado que se propunha a realizar não se tratava de uma simples "quartelada", pois havia uma preparação realizada e a promessa de adesões em inúmeras guarnições militares, em todo o País. Contava, também, com o apoio do Governo de Minas Gerais e a promessa de São Paulo e do Rio Grande Sul. Ouvindo as suas palavras, o Coronel João Baptista da Costa adere à saída do movimento armado, no que é acompanhado pelos demais oficiais e praças, obtendo-se a coesão de todo o Quartel-General e, conseqüentemente, de toda a 4ª Região Militar.

Por fim, vemos novamente comprovada a liderança militar do Marechal Denys, na noite de 31 de março, quando ele obtém a adesão, ao movimento armado, do Coronel Raimundo Ferreira de Souza, Comandante do Regimento Sampaio, após uma conversa pelo telefone. O Regimento Sampaio, vanguarda da coluna do General Cunha Mello, enviada para combater as tropas da 4ª Região Militar, havia chegado ao vale do Paraibuna, naquela noite, e o filho do Coronel João Baptista da Costa, orientado por este, ligara por telefone o Coronel Raimundo ao Marechal Denys, em Juiz de Fora. Após a adesão do Coronel Raimundo, o Marechal Denys dirige-se ao vale do Paraibuna e providencia junto ao General Muricy a passagem de linha do Regimento Sampaio para o lado da Revolução. Naquela ocasião, consegue ainda a adesão de um pelotão (Tenente Monteiro de Barros) e de vários militares do 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis, que também fazem a passagem de linha de suas tropas. Em seguida, o Marechal Denys convence o General Muricy a avançar com o Destacamento Tiradentes até o Rio de Janeiro; o planejamento inicial previa manter as tropas da 4ª Região Militar dentro dos limites do Estado de Minas Gerais.

Poderíamos incluir, nessa comprovação da liderança militar do Marechal Denys, a conversa que ele teve com o General Guedes – seu antigo ajudante no III/5º Regimento de Infantaria, em São Paulo, em 1933 – no domingo, dia 29 de março, em Juiz de Fora, sugerindo que este procurasse sair, o quanto antes, com o movimento armado previsto para 31 de março. Ele achava que havia a possibilidade de protelação, pois o General Mourão, quando da reunião no Aeroporto de Juiz de Fora, em 28 de março, havia pedido um pouco mais de tempo para ultimar alguns preparativos julgados necessários.

Os fatos aqui narrados, comprovam o prestígio do Marechal Denys no meio civil e a sua liderança militar, bem como a sua firme determinação e a decisiva atuação para acender a centelha que deu a partida ao movimento armado.

É preciso registrar que, após os sucessos do movimento armado, foi propalado, por uma das correntes conspiradoras, que as tropas da 4ª Região Militar precipitaram o início do movimento armado. Entretanto, em nenhum momento, ninguém fundamentou essa assertiva com fatos que pudessem comprová-lo, tais como quem, quando e onde deflagrariam um movimento armado para derrubar o Governo Goulart. Por outro lado, existia uma corrente, no meio militar da ativa, que julgava possível realizar algum controle sobre o Governo Goulart, mantendo-o dentro da ordem constitucional.

Destacaríamos, também, como principais líderes da Revolução de 31 de Março, no Estado de Minas Gerais, o Governador Magalhães Pinto e o Comandante da Polícia Militar, Coronel José Geraldo; no Exército, citaríamos os Generais Mourão, Guedes e Muricy e o Coronel João Baptista da Costa, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar. Todos foram revolucionários de primeira hora – da tomada da decisão e dos momentos de incerteza que antecederam a saída do movimento armado. Empolgaram e lideraram o povo de Minas Gerais e seus comandados, arrastando-os para a revolução.

No Rio de Janeiro, destacaríamos o Governador Carlos Lacerda e o General Jurandyr de Bizarria Mamede, este comandante da Escola de Estado-Maior do Exército. Ambos aderiram ao movimento armado, eclodido em Minas Gerais, na manhã de 31 de março, em momento de muita incerteza, posicionando-se publicamente contra o Governo Goulart como revoltosos.

No Nordeste, devemos citar os Generais Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, e Mendes Pereira, Comandante da 6ª Região Militar, que haviam assumido os respectivos comandos já compromissados com a Revolução e que aderiram-na imediatamente ao tomar conhecimento da sua eclosão em Minas Gerais.

Ainda no Rio de Janeiro, o General César Montagna destacou-se como liderança militar, ao tomar a iniciativa e comandar o assalto ao Quartel-General da Artilharia de Costa, ao lado do Forte de Copacabana, na manhã de 1º de abril. O assalto teve repercussão nacional ao ser transmitido ao vivo pela televisão e influiu na decisão do Governo Goulart de abandonar Brasília e ir para o Rio Grande do Sul.

E quanto à sua participação pessoal, que fatos destacaria nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?

Minha participação nos preparativos da Revolução está muito ligada ao Marechal Denys, que estava na posição de coordenador-chefe da conspiração. Ele procurava não nos envolver, seus filhos e genros, creio que por sermos militares da ativa. Ele certamente queria evitar o nosso envolvimento direto.

Mas nós acompanhávamos pelos indícios, pelas ligações, pelas visitas que ele recebia, pela viagem que ele fez a São Paulo, em 1963, a fim de procurar o Dr. Adhemar de Barros, com quem desejava contar na montagem da conspiração. Ele queria que a Revolução, o movimento armado, eclodisse com base em um grande Estado e aproveitasse a ocasião em que houvesse grandes motivações públicas contra o Governo Goulart.

Havia alguns tópicos que o Marechal procurara desenvolver, tais como o de realizar o levante, por guarnições militares, com chefes capazes de liderar. Após o levante, as guarnições militares deveriam ligar-se umas às outras e assumirem o controle dos comandos regionais. Eu acompanhava isso por um ou outro comentário e pelas visitas que ele recebia, mas não me envolvia diretamente. Comecei a fazê-lo, quando ele foi a Juiz de Fora, na Semana Santa. Ele quis sair do Rio de Janeiro, por causa do motim dos marinheiros. Disse-me que não queria ficar no Rio, com receio de que houvesse a decretação de um Estado de Sítio, pois poderia ser preso, o que lhe tiraria a liberdade de ação.

Ao retornar, na Sexta-Feira Santa, ele recebera a visita de três emissários do governador Magalhães Pinto: os Senhores José Luiz de Magalhães Lins, José Pierucetti e José Monteiro de Castro. Os mesmos foram procurá-lo, para tomar conhecimento de como os meios militares viam a conjuntura política e militar e quais os riscos decorrentes para a ordem constitucional. O Governador Magalhães Pinto tinha tomado conhecimento de uma possível reforma constitucional que o Governo João Goulart pretendia fazer em 1º de maio de 1964, pois havia chegado aos seus ouvidos as declarações a respeito do Governador Adhemar de Barros. Disseram que tinham ouvido vários generais no Rio de Janeiro, mas os mesmos não lhes transmitiram maiores preocupações. Assim, mostraram-se surpresos quando o Marechal Denys disse-lhes que considerava a situação bastante grave e começou a mostrar a existência de um clima de pré-revolução promovido pelo Governo Goulart, na iminência do golpe da república sindicalista, programado para 1º de maio daquele ano.

Após essa visita, o Marechal Denys pediu ao então Juiz Antonio Neder que acertasse um encontro com o Governador Magalhães Pinto, do qual era amigo. Esse encontro foi marcado para as 17 horas do dia seguinte, 28 de março de 1964, sábado, no aeroporto de Juiz de Fora. Eu não viajei. O Marechal Denys foi ao encontro do Governador Magalhães Pinto, acompanhado do meu cunhado, então Tenente Gustavo Manoel Fernandes Julio, e do Juiz Neder, depois Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Antes de sair, pedira ao General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM/DI, que informasse ao

General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região, sobre a reunião e dissesse que a presença dele era necessária. O encontro aconteceu no horário aprazado, na tarde do dia 28 de março de 1964.

Inclusive com a presença do Mourão?

O General Mourão não estava em Juiz de Fora, mas, avisado em tempo, chegou na hora da reunião. Dela participaram: o Governador Magalhães Pinto, os mesmos emissários que estiveram no Rio e o Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, além de outros integrantes da comitiva do Governador. Com o Marechal Denys, estavam o General Mourão, o Ministro Neder e o meu cunhado.

O Marechal Denys pediu a palavra e teceu considerações iguais àquelas que fizera para os emissários do Governador. Este ouviu com muita atenção, ficou meio surpreso com o clima, e disse:

– Estou tomando conhecimento disso agora, não sabia que os preparativos pelo lado do governo estavam tão adiantados.

– Pois é Governador, hoje o senhor tem condições de reagir como Governador de Minas Gerais. Amanhã, poderá haver uma intervenção no seu Estado, da mesma forma como o Getúlio fez em 1937, no Rio Grande do Sul. O senhor, então, perde o governo, e não terá mais capacidade de reagir como tal, institucionalmente, e estaria aberta a porta para a implantação da república sindicalista, como ocorreu com o Estado Novo.

Continuou o Marechal Denys, dizendo que as motivações públicas estavam indicando a oportunidade de se fazer um movimento armado. Eram aquelas já citadas: o comício da Central do Brasil, a revolta dos marinheiros e o jantar no Automóvel Clube, programado para o dia 30 de março, segunda-feira. Mencionou que a conspiração já estava montada e que se contava com adesões em várias guarnições militares, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no Nordeste, as quais, através dos homens de ligação, tinham hipotecado solidariedade à eclosão de um movimento armado, caso ele saísse. As ligações no Rio Grande do Sul eram feitas pelo Coronel Manta; em Santa Catarina, pelo General Pinto da Luz; em São Paulo, pelo General Riograndino Kruel, que sempre assegurou que seu irmão, General Amaury Kruel, entraria na revolução; no Paraná, pelo General Nelson de Mello, que também participava de alguma coordenação em São Paulo; no Comando do Nordeste, estava o General Justino que, antes de assumi-lo, em janeiro de 1964, prometera que entraria no movimento se o Marechal Denys dele participasse; na Bahia, estava o General Mendes Pereira, comandando a 6ª Região Militar, que também estava firme para participar da Revolução.

Após a exposição do Marechal Denys, o Coronel José Geraldo, Comandante da Polícia Militar prontamente pediu a palavra para dizer:

– Governador, o Marechal Denys está com a razão, e o senhor pode contar com a Polícia Militar.

Criou-se então aquele clima favorável a um movimento armado contra o Governo Goulart e o Governador Magalhães Pinto aceitou assumir o risco de partir com a revolução. Esse risco assumido pelo Governador Magalhães Pinto tem ser reconhecido e enaltecido. Sem a sua participação e, portanto, sem o apoio de um grande Estado como Minas Gerais, provavelmente, não teria havido o sucesso do movimento armado, porque revolta de guarnição militar, sem significativo apoio político, acaba geralmente em "quartelada". Após tomar a decisão, o Governador dirigiu-se ao Marechal Denys e ao General Mourão, dizendo:

– A Polícia Militar passa ao controle do Exército (da 4ª Região Militar). Os senhores cuidam das operações.

A partir desse instante, passou-se a combinar as questões ligadas aos manifestos necessários para anunciar a saída da revolução, que cada qual deveria fazer, para serem divulgados na segunda-feira à noite. A sugestão do Marechal Denys era sair com a revolução no dia 31 de março de 1964, após o jantar em homenagem ao Sr. Goulart, promovido pelos Subtenentes e Sargentos, na noite anterior, na sede do Automóvel Clube do Brasil, para aproveitar o impacto negativo que esse ato político provocaria na imagem do Governo Federal, principalmente dentro das Forças Armadas. Entretanto, o General Mourão pedira um pouco mais de tempo para ultimar os preparativos que julgava necessários. O Marechal Denys interveio:

– Mourão, ninguém está totalmente preparado para sair com uma revolução; protelar a sua saída é correr o risco de delações. A gente sai com o que tem, e o governo vai ter que contar também com o que tiver na hora; mas, nós temos a surpresa a nosso favor. A essa altura não se prepara mais nada.

Disse isto, mas percebeu que o General Mourão não ficara muito à vontade. E, assim, terminou aquela reunião no Aeroporto, no sábado, 28 de março.

No domingo, 29, o General Guedes chega a Juiz de Fora, vindo de Belo Horizonte, e encontra-se com o Marechal Denys, a pedido deste, que lhe diz:

– Guedes, o Mourão está querendo mais tempo; ele pode retardar a saída do movimento. Você procura criar o fato consumado.

E, assim, aconteceu o que todos nós sabemos: na segunda-feira, dia 30 de março de 1964, o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), sediado em Belo Horizonte e sob o comando do então coronel Dióscoro Gonçalves do Valle, entrou em ordem de marcha, por determinação do General Guedes, iniciando o movimento armado.

Ainda no dia 30 de março, à noite, o General Guedes recebeu um telefonema do General Mourão dizendo não ter gostado do manifesto do Governador Magalhães Pinto, por considerá-lo pouco contundente. O General Guedes, por sua vez, disse:

– Mourão, a essa altura não preciso de manifesto para sair; eu até já comecei com o movimento, aqui em Belo Horizonte.

Sabe-se, no entanto, que o Governador Magalhães Pinto ainda melhorou o seu manifesto. Mas, isso é para caracterizar que o General Guedes foi uma liderança firme e importante para a eclosão da Revolução.

No dia seguinte, 31 de março, de manhã cedo, o Ministro Antonio Neder telefonou para o meu pai, que estava em Juiz de Fora, na casa do meu tio, e disse-lhe:

– Marechal, o senhor precisa vir aqui no Quartel-General da 4ª Região Militar, porque o Mourão está correndo o risco de ser preso.

Foi o próprio Ministro Neder, amigo pessoal do General Mourão, que participara de todos esses episódios e ainda está vivo, que me contou esse fato, acrescentando que o Marechal Denys chegou ao Quartel-General, foi recebido com honras de Ex-Ministro e falou para os oficiais e sargentos, conseguindo convencê-los a sair com a Revolução.

Acontecia o seguinte: o Coronel João Baptista da Costa, segundo se dizia, tinha sido nomeado Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, para "vigiar" o General Mourão. E, ao que parece, o General Mourão não tinha conspirado "para dentro" da Região, com os seus comandados diretos. Conspirara "para fora", com "auto-falante na boca", como me disse o General Costa e Silva, acrescentando: "ninguém acredita no Mourão".

O Coronel João Baptista da Costa, que tinha servido cerca de três anos no Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG), sob o comando direto do meu pai, quando Comandante do I Exército, fez aquela homenagem e o Marechal teve a oportunidade de falar para os oficiais e praças. Disse-lhes, então, o Marechal Denys que não se tratava de uma "quartelada" o que se pretendia fazer; que era, de fato, um movimento armado, de âmbito nacional, para depor o Sr. João Goulart; e que se contava com o apoio do Governador de Minas, com adesões em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Nordeste. Ao terminar, o Marechal Denys havia conseguido a solidariedade de todos, tanto que não houve sequer uma defecção na 4ª Região Militar. Isso permitiu que o movimento saísse coeso.

Desta forma, o Coronel João Baptista da Costa, inicialmente contrário, passou a atuar decididamente para o sucesso do movimento armado. O exemplo, a seguir, ratifica esta afirmativa. Quando ele soube do deslocamento do Destaca-

mento Cunha Mello, vindo do Rio para combater as tropas revoltosas de Minas Gerais, mandou o seu filho, civil, para a região de Três Rios, no corte do Paraibuna, para informar-se sobre a coluna de marcha, reportando-lhe o que soubesse. De Três Rios, seu filho informou-lhe, que, na Vanguarda da coluna, estava o Regimento Sampaio, cujo comandante era o Coronel Raimundo Ferreira de Souza. O Coronel João Baptista sabia que o Coronel Raimundo tinha sido Assistente-Secretário do Marechal Denys, por muitos anos. Assim, após combinar com o Marechal Denys, disse ao seu filho que procurasse ligar os dois pelo telefone. Dessa forma, o filho do Coronel João Baptista dirigiu-se ao Coronel Raimundo para lhe dizer, após identificar-se, que o seu pai gostaria de falar com ele pelo telefone. Feita a ligação, o Coronel Raimundo surpreendeu-se, pois do outro lado da linha estava o Marechal Denys que atendera ao telefone. Na realidade, o filho do Coronel João Baptista ligara para a residência onde se encontrava meu pai.

– Alô! – atendeu o Marechal.

– Mas é o senhor que está aí, Marechal!? – disse surpreso o Coronel Raimundo.

– Estou aqui do lado do Brasil e da democracia, e gostaria de contar com você – respondeu o Marechal e deu-lhe outras informações.

– O Senhor conta comigo, estou do seu lado – assim se expressou o Coronel.

– Então, você espera aí que eu vou ao seu encontro – isso era quase meia-noite – para acertar a passagem de linha do seu Regimento, com o Muricy, Comandante do nosso Destacamento – concluiu o Marechal.

Naquela noite, madrugada de 31 de março para 1º de abril, o Marechal Denys dirigiu-se à ponte do Rio Paraibuna. Conversou com o General Muricy sobre a adesão do Regimento Sampaio, acertando a passagem de linha desse Regimento. Conseguiu, ainda, as adesões de mais um pelotão e de alguns oficiais do 1º BC. Antes de retornar a Juiz de Fora, recomendou ao General Muricy:

– Muricy, agora você dá um lance na direção de Petrópolis e, ao chegar ao Belvedere, reajusta a sua tropa e vai embora para o Rio de Janeiro, que está tudo aberto.

Pelo plano traçado, a Vanguarda do Destacamento Tiradentes não deveria ultrapassar o Rio Paraibuna na primeira fase das operações. Assim, os seus elementos mais avançados estavam na ponte do Paraibuna, da estrada de rodagem Rio – Minas Gerais da época.

A coluna "Cunha Mello", que marchara contra os revoltosos de Minas, desmoronou-se com a adesão do Regimento Sampaio à causa da Revolução e retornou ao Rio de Janeiro, levando a má notícia da derrota. O seu comandante, General Cunha Mello, era um dos "generais do povo", assim denominados naquela época.

Como havia o "almirante do povo", o Aragão.

Após os sucessos do movimento armado, contou-me o Coronel Raimundo que, no deslocamento para encontrar-se com o Marechal Denys, passou pelo Coronel Kerensky (Kerensky Túlio Motta), Comandante do 1º BC (1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis) e este o questionou:

– O que é que você vai fazer lá?

– Eu vou passar para o lado da Revolução... e vou voltar (ao Rio de Janeiro, com as tropas de Minas). Se você quiser, venha comigo – respondeu firme o Coronel Raimundo.

O Coronel Kerensky retornou para Petrópolis com o seu Batalhão.

Com essa passagem de linha do Regimento Sampaio e do pelotão e alguns oficiais do 1º Batalhão de Caçadores, aderindo à Revolução, outras adesões foram estimuladas, em todo o País, enfraquecendo a capacidade de reação do Governo.

As adesões das tropas governistas à revolução aconteceram em toda parte, e rapidamente, de forma similar a que ocorrera na derrubada do Governo Perón, na Argentina, na década de 1950. As tropas leais ao governo, enviadas para sufocar a rebelião da guarnição de Baía Blanca, passaram para o lado dos revoltosos e, com isso, o Governo Perón caiu.

Isso mostrou a fragilidade do dispositivo militar de apoio ao Governo Goulart, tão assegurado a este pelo General Assis Brasil, seu Chefe de Gabinete Militar. Comprovou, também, o sentimento de desagrado da sociedade brasileira, insatisfeita com os seus desmandos.

A minha participação direta nesses acontecimentos, ocorreu na noite de sábado, 28 de março de 1964, no Rio de Janeiro, quando tomei conhecimento da decisão do Governador Magalhães Pinto de concordar em partir com o movimento armado no dia 31 de março.

Meu cunhado, Tenente Gustavo, chegara de Juiz de Fora com uma incumbência para mim: “O seu pai, quer que você fale com o General Costa e Silva e com o General Castello, e lhes dê conhecimento do que ocorreu na reunião com o Governador de Minas Gerais.”

Em seguida, procurei o Capitão Telesca, posteriormente, ajudante-de-ordens do General Castello Branco, na Presidência da República, e disse-lhe:

– Telesca, eu não tenho intimidade para me dirigir ao General Castello Branco, mas você vai e lhe diz que o Marechal Denys pediu para informá-lo de que a Revolução vai sair na terça-feira; mas conta só para ele.

O Capitão já era do relacionamento...

Por isso, pedi-lhe que falasse com o General Castello Branco. No dia seguinte, domingo, Telesca deu-me conhecimento de que tinha falado com ele.

– O General Castello falou alguma coisa? – perguntei-lhe.

– Não, não falou. Ouviu, mas não disse nada.

– Então, está bem; ele já está sabendo – disse.

Ainda na mesma noite de sábado, cerca das oito horas, fui com o meu irmão, Major Roberto, à casa do General Costa e Silva, na Rua Fonte da Saudade, Zona Sul do Rio de Janeiro, onde ele morava.

Chegamos lá, ele e Dona Yolanda estavam prontos para sair para atender a algum compromisso. Falei-lhe sobre os fatos, mas ele pareceu não acreditar que o movimento armado pudesse sair, como fora acertado. Disse-me não acreditar que o General Mourão fizesse uma revolução, pois era mais de falar do que de agir e comentando: "O Mourão é um conspirador de alto-falante na boca, ninguém acredita nele; não vai sair nada."

Insisti em dizer-lhe que estava transmitindo, a pedido do Marechal Denys, informações sobre o acordado, no aeroporto de Juiz de Fora, entre ele, o Governador Magalhães Pinto e o General Mourão, para partir com a Revolução no dia 31, terça-feira.

Ainda surpreso com a reação dele, acrescentei que o General Justino também apoiaria a saída da Revolução e que já estava acertada a sua participação, desde que fora para Recife assumir o Comando Militar do Nordeste.

– Não, o Justino não sai também – disse-me o General Costa e Silva.

E, acrescentou:

– Revolução não é possível... Não há possibilidade de sair... O que nós temos que fazer são "batalhões sagrados"; é como podemos reagir e resistir.

Eu sei que ele foi de um ceticismo completo. O meu irmão, Coronel Roberto, que estava comigo, presenciou tudo.

Uma ou duas semanas depois de 31 de março, o meu irmão Roberto encontrou-se com Dona Yolanda, que lhe disse:

– Você nem imagina. Depois daquela visita de vocês, o Costa não dormiu mais.

Certamente, o que julgamos ceticismo, naquela ocasião, possivelmente era uma atitude tomada, perante subordinados, para não se comprometer ou para se guardar contra um possível insucesso da Revolução. Como já me referi, o clima de desconfianças era muito grande e de muita vigilância, da parte dos militares que apoiavam o governo, sobre generais e coronéis da ativa.

Assim, havia muitas dificuldades para se articular a conspiração e qualquer oportunidade, que se apresentasse para isso, era logo aproveitada. O Marechal Denys, eu mesmo assisti, ele conversar com o General Âncora, então Comandante do I Exército, após a missa dos cem anos do meu avô, realizada na Igreja de Santa

Teresinha, na Rua Mariz e Barros. Aproveitou a ocasião para uma conversa rápida. Quando fomos para casa, meu pai disse-me que falara sobre a necessidade do Exército reagir contra o governo.

No dia seguinte, domingo, 29 de março, chegam novos emissários de Juiz de Fora para tratar, aqui no Rio de Janeiro, dos preparativos para a saída da Revolução. Uma das incumbências era a de falar com o Sr. Cecil Borer, Delegado de Ordem Política e Social, para que ele estivesse preparado para realizar as necessárias detenções das lideranças "peleguistas" e comunistas, por ocasião da eclosão do movimento armado. Tinham instruções para não procurar o Secretário de Segurança Pública, que era o Coronel Gustavo Borges, porque este certamente informaria ao Governador Lacerda, que poderia explorar o fato politicamente, delatando prematuramente o movimento.

No início da Revolução, aconteceu um fato interessante que quero registrar, porque coloca uma outra liderança militar em evidência.

No dia 31 de março, cerca das dez horas da manhã, eu estava em sala de aula na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) quando recebo a comunicação de que deveria atender um telefonema na portaria da Escola. Desci. Era do meu cunhado, Tenente Gustavo, de Juiz de Fora, para dizer-me que a Revolução tinha iniciado, naquela manhã, e as tropas da 4ª Região Militar já estavam se dirigindo para o corte do Rio Paraibuna, divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

Fiquei muito satisfeito porque se confirmou a deflagração do movimento armado. Falei sobre isso com o Coronel Barroso, nosso Chefe de Ano, que me levou ao gabinete do General Jurandyr de Bizarria Mamede, Comandante da ECEME. Contei-lhe o que tinha ocorrido na reunião de sábado, 28 de março, no aeroporto de Juiz de Fora: o acerto entre o Governador Magalhães Pinto, o Marechal Denys e o General Mourão etc, de partirem com o movimento armado no dia 31, e que as tropas de Minas já estavam se dirigindo para o corte do rio Paraibuna.

Mal terminei de falar, o General Mamede pegou o telefone e ligou para o General Castello Branco – naquela época, a Escola de Comando e Estado-Maior era subordinada ao Estado-Maior do Exército. Ele dirigiu-se diretamente ao General Castello, dizendo:

– General, estou tomando conhecimento de que as tropas de Minas estão revoltadas, estão descendo para o Paraibuna e eu quero dizer ao senhor que a Escola de Comando e Estado-Maior está revoltada também e, a partir desse momento, não reconheço mais o "Jango" como Presidente da República.

Disse, ainda, ao General Castello:

– Vou enviar os oficiais do terceiro ano, para lhe dar apoio, aí no Estado-Maior.

Após o telefonema, o General Mamede suspendeu as aulas, colocou a Escola de Comando e Estado-Maior de prontidão e mandou o terceiro ano para o Estado-Maior do Exército, no Palácio Duque de Caxias.

Fiquei sensibilizado, pela confiança que ele demonstrou. Ele sabia, pelas minhas palavras, que o Marechal Denys estava à frente do movimento armado.

Mas os oficiais-alunos do terceiro ano tiveram de retornar, logo após chegarem ao Estado-Maior do Exército. O Coronel Assistente do General Castello Branco, então Coronel Kruel, ao receber aqueles oficiais-alunos, disse-lhes que estavam dispensados e que poderiam retornar à Escola, porque o General Castello Branco dispensava o apoio.

Esse fato, ocorrido naquele dia, causou uma certa surpresa para nós. A Revolução no Rio de Janeiro, iniciada na Escola de Comando e Estado-Maior, na mesma manhã do dia 31 de março, ficou circunscrita à Guarnição da Praia Vermelha e Urca, sob a liderança do General Mamede. Os oficiais-alunos, da ECEME e do IME, fizeram barricadas na entrada da Avenida Pasteur e ocuparam as alturas do Morro da Urca e do Pão de Açúcar.

Mais tarde, eu vim a saber quais foram as razões da dispensa do apoio dos oficiais-alunos do 3º ano da ECEME.

Logo depois que o Sr. João Goulart deixou o País, o Governador Magalhães Pinto, em visita ao meu pai, comentou que recebera um telefonema do General Castello Branco, no dia 31 de março, pela manhã, pelo qual pedia-lhe para sustar o movimento armado e mandar as tropas retornarem aos quartéis e dizia-lhe que houvera uma precipitação, que era uma loucura o que se estava fazendo e que a Revolução seria esmagada pelo governo, pelas tropas federais, e ainda faria o Sr. Goulart um mártir. O Governador Magalhães Pinto comentou que, em resposta, dissera ao General Castello Branco que não dependia mais de ele suspender a Revolução, pois ela estava sendo conduzida pelo Marechal Denys e pelo General Mourão.

Cerca de dois dias depois, o General Mourão, acompanhado do então Major Cid Goffredo, hoje General, também em visita ao Marechal Denys, sentado no mesmo lugar onde sentara o Governador Magalhães Pinto, eu presente, ele disse que também recebera um telefonema do General Castello, na manhã de 31 de março, pedindo-lhe para sustar o movimento armado e retornar as tropas aos quartéis, dando-lhe as mesmas razões que dera ao Governador Magalhães Pinto. O General Mourão disse-lhe que não podia fazer mais nada, pois as tropas do General Guedes

já estavam na rua desde o dia anterior. O General Guedes havia, assim, criado um fato consumado, o que evitou qualquer fracasso na eclosão do movimento armado, como lhe sugerira o Marechal Denys, no domingo, 29 de março.

Cito esses dois telefonemas do General Castello Branco, por ligá-los à dispensa dos oficiais-alunos do terceiro ano da ECEME, naquele dia 31 de março, de prestarem o apoio ao EME.

Outra participação que eu tive na revolução, esta mais efetiva, foi no dia 1º de abril. O então Coronel Montagna fora à ECEME pedir o apoio de alguns alunos, que estivessem armados, para participar de uma missão. O Coronel Barroso selecionou, então, os alunos que se apresentaram voluntários. Eu estava entre eles e participei do assalto ao QG da Artilharia de Costa.

Na realidade, aquele assalto caracterizou o início da queda da guarnição do Rio de Janeiro. Foi até filmado pela antiga TV Rio, saiu em revistas etc. Ele teve o impacto de criar uma imagem, no Rio de Janeiro e também de âmbito nacional, de reação contrária ao governo, minando possíveis resistências das forças leais ao Governo Goulart. A ação teve esse valor. O Presidente João Goulart ainda não tinha saído do País, estava em Brasília. Alguns disseram, na ocasião, que a ação fora desnecessária, porque o Forte de Copacabana já tinha aderido à Revolução.

Eu participei desse golpe-de-mão, com mais dezoito companheiros e, na ocasião, o nosso comandante, a nossa liderança, era o então Tenente-Coronel Dickson Grael, um oficial-aluno mais antigo; as ordens fluíam por intermédio dele. E, naturalmente, estavam, também, o então Coronel Montagna e o irmão dele, Tenente-Coronel Oscar Montagna de Souza. Ambos tinham feito um reconhecimento preliminar e achavam que era pequeno o efetivo presente no QG da Artilharia de Costa, mas, no entanto, quando realizamos o assalto, já havia mais uma subunidade (bateria), que viera do Forte do Leme. Mas, o assalto foi muito rápido. Houve alguma reação, com uns dois ou três disparos, e um sargento ferido na perna, para o qual pedi o socorro de um médico que se encontrava junto aos populares que se aglomeraram nas imediações, após o assalto.

Em seguida, tomei a iniciativa de desarmar a tropa, que lá estava, e a coloquei em forma. Depois de uma breve sessão de ordem unida, entreguei-a no Forte de Copacabana. Em seu lugar, recebemos outra subunidade com a qual foi feita a defesa imediata à frente daquela área, com barricadas na Avenida Atlântica e na Rua Francisco Otaviano.

Nesse meio tempo, o general Comandante da Artilharia de Costa, que chegara sem saber do ocorrido, foi preso, bem como seu chefe de Estado-Maior, o Coronel Rubens Alves de Vasconcellos, que estava no QG, na hora do assalto.

Houve alguma ligação com o General Médici, que atuou no vale do Paraíba, recebeu as tropas do Gen Amaury Kruel e também contribuiu, decisivamente, para barrar as tropas que, do Rio de Janeiro, marchariam contra São Paulo?

Não tenho conhecimento dos acontecimentos ocorridos no vale do Paraíba, em detalhe. Sei apenas que uma tropa fora mantida, em Belo Horizonte, em condições de ir para Brasília e outra, em Juiz de Fora, de ir para São Paulo.

Soube que a atuação do General Médici, Comandante da AMAN, naquela oportunidade, evitou o confronto entre as tropas do II Exército, presentes na área, e as do I Exército que, pela ação da Academia, voltaram para a cidade do Rio de Janeiro.

Pelo o que o senhor vem dizendo, o movimento foi exclusivamente de preparação interna. Houve alguma intervenção externa, algum auxílio externo?

Não, não existiu, absolutamente, qualquer auxílio externo. Após a eclosão do movimento armado não houve nem tempo, nem necessidade para se pensar em auxílio externo. Havia, sim, uma expectativa de que a Revolução fosse durar muito e que, nesse caso, talvez fosse necessário apoio externo, como o dos Estados Unidos, já que, no auge da guerra fria, certamente, o Governo Goulart contaria com o apoio da União Soviética, via Cuba.

De qualquer forma, a nossa expectativa era de que a Revolução durasse muito, o que não aconteceu. Lembro-me do Marechal Denys dizer várias vezes: "a revolução não tem chefe; o chefe será quem mais fizer pelo seu sucesso". Isto, ele dizia aos generais da conspiração e aos diversos emissários de ligação, como disse ao General Riograndino Kruel, pedindo-lhe que transmitisse ao seu irmão, General Amaury Kruel.

O fato é que a deflagração do movimento armado causou surpresa, inclusive, ao Adido Militar americano, à época, General Vernon Walters, comprovando que ele não estava envolvido na conspiração. O General Walters disse ao Marechal Denys que fora apanhado de surpresa com a saída da Revolução – e declarou isso, repetidamente.

Mesmo assim, qual o posicionamento dos Estados Unidos com relação ao nosso movimento revolucionário ?

Era de simpatia a alguma reação contra o Governo Goulart; os seus adidos militares externavam uma simpatia comedida. Após a vitória da Revolução, vimos que houve o apoio flagrante, incondicional, durante os primeiros anos.

Os Estados Unidos deveriam estar preocupados com a possibilidade de o Brasil se tornar um Estado comunista e vir a contagiar os demais países da Améri-

ca do Sul. Desde o início da década de 1950 que eles tinham essa preocupação. E, certamente, deveriam ter seus planos estratégicos, elaborados unilateralmente, como costumam fazer, para enfrentar essa possibilidade, caso ela se concretizasse.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" que o Jango sempre apregoava ter?

Ao descrédito do seu governo no seio da sociedade, em conseqüência dos desmandos que promovia. O Governo Goulart estava, como se dizia, "maduro para cair".

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/ DI e elementos do próprio II Exército?

No que diz respeito à situação no corte do Rio Paraibuna, creio que não chegou a haver tensões conseqüentes de uma iminência de combate, em face da atuação do Marechal Denys, conseguindo a adesão do Regimento Sampaio, logo que esse Regimento chegou a Três Rios e, em seguida, com a sua presença pessoal, promovendo a passagem de linha daquela Unidade para as fileiras da Revolução.

Nessa ocasião, em que o Marechal Denys esteve no corte do Rio Paraibuna, junto com o General Muricy, para proceder à passagem de linha do Regimento Sampaio, na madrugada de 31 de março para 1º de abril, o Comandante da 4ª Região Militar, General Mourão, ficara repousando em sua residência em Juiz de Fora.

Esse foi, sem dúvida, o momento decisivo para a Revolução. Caso houvesse o choque entre as colunas, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, as possibilidades de sucesso da Revolução diminuiriam muito. Como houve as adesões do Regimento Sampaio e de frações do 1º Batalhão de Caçadores, a "Coluna Cunha Mello" desmoronou, levando o sentimento de derrota para as fileiras do Governo Federal e, assim, diminuindo sua capacidade de resistência.

Respondendo, mais precisamente, a esta pergunta, reporto-me novamente ao assalto ao Quartel-General da Artilharia de Costa, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, destacaram-se, pela atitude corajosa, todos os que dele participaram, sendo que os então Coronel Montagna e Tenente-Coronel Dickson Grael sobressaíram pela liderança militar.

Embora não tenha vivido os fatos ocorridos naquela frente, qual a sua opinião sobre a participação dos cadetes da AMAN na Revolução, tomando parte ativa no movimento?

Antes de 1964, havia uma idéia, por parte dos chefes militares, de não envolver cadetes, futuros oficiais, em movimentos político-militares, por causa

dos sofrimentos e desapontamentos por que passaram aqueles que foram envolvidos na conspiração de 5 de julho de 1922, dela saindo muito prejudicados. Então, havia essa convicção.

Mas quando se tratou de uma situação de conflito ideológico, houve a decisão de engajá-los, para que os futuros oficiais se comprometessem com a ideologia democrática e o combate ao comunismo. Essa foi a decisão dos chefes militares da cúpula da conspiração.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelos revolucionários?

Como um movimento armado, daquela envergadura, não poderia ter hora e data marcada, para todo o território nacional, por questões de sigilo. O planejamento realizado previa que, ao ser anunciado o início da revolução em algum Estado, onde estivesse presente o Marechal Denys, as Unidades se revoltariam em suas guarnições, se ligariam umas às outras, fossem dominando os Comandos de Guarnição e estes os Comandos de Área e as capitais em seus Estados. Esses eram os objetivos regionais.

Os principais objetivos, em nível nacional, eram os dois grandes centros de poder militar e político: Rio e Brasília. Daí, a idéia de deslocar tropas para essas duas cidades. Os demais eram importantes centros regionais, como Santa Maria, no Rio Grande do Sul – aliás, um importante centro – em que as guarnições do interior se reuniram, e de lá cerraram sobre Porto Alegre. No Nordeste, foi a mesma coisa. Era essa a idéia: um movimento pulverizado, disseminado em todo o território nacional; um movimento caracterizado pelo agrupamento sucessivo de forças e de vontades.

Afinal, o movimento trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?

Sem dúvida. Após o sucesso do movimento armado, desapareceram as disputas ideológicas no seio dos seus quadros. Com a saída dos conhecidos militares comunistas, que nós tínhamos, tanto oficiais, como sargentos, cessaram as disputas ideológicas no seio das Forças Armadas, com a conseqüente coesão dos quadros militares.

O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?

Eu diria que sim, no idealismo democrático contrário ao comunismo.

Isso vinha desde o início da década de 1930, ou melhor, desde que o então Capitão Prestes (Luís Carlos Prestes) aderiu ao comunismo e levou um grupo de

militares do Exército com ele. Naquela época, segundo os oficiais mais antigos, os comunistas prometiam que, se o movimento comunista ganhasse, eles iriam subir rapidamente na carreira.

A Intentona Comunista de 1935 foi o grande conflito ideológico que firmou uma permanente reação do Exército à infiltração comunista em suas fileiras.

Quando do retorno da FEB, que tinha lutado na Itália ao lado dos "*partisani*" – força paramilitar comunista – criou-se uma certa simpatia para as questões ideológicas desse matiz, uma espécie de atitude complacente; na mesma época, o partido comunista voltou a funcionar legalmente. Isto posto, a partir de 1946, a ação marxista passou a ser muito atuante dentro dos quartéis, infiltrando e dividindo os quadros militares. Procuravam envolver os jovens militares com ideais nacionalistas, mas as lideranças principais eram comunistas.

Felizmente, tudo terminou com a Revolução de 1964.

A mídia, na época, apoiou o movimento?

Não há dúvida de que a mídia apoiou a derrubada do Governo Goulart e os primeiros anos da Revolução – tanto a imprensa escrita, quanto o rádio e a televisão. Somente ficaram contrários, na imprensa escrita, o jornal *Última Hora* e seus congêneres, isto é, todos os que seguiam aquela linha editorial.

É correto o termo revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Creio que é correto o termo revolução para denominar tanto o movimento armado, que se inicia em 31 de março e termina com a saída do Sr. João Goulart do Brasil, no dia 03 de abril, como todo o processo que se estende até o final da vigência do AI-5.

Entretanto, para melhor compreender a evolução desse processo, eu prefiro dividi-lo em fases. Inicialmente, tivemos, como disse, o movimento armado, cívico-militar, que termina com a fuga do Sr. Goulart para o Uruguai. Em seguida, veio a fase política, que culmina com a eleição do General Castello Branco para Presidente da República. Os políticos certamente temerosos de que o vazio do poder fosse engolfado pelas Forças Armadas e eles ficassem de fora, resolveram conduzir o processo da eleição, colocando alguém que julgassem atender melhor aos seus propósitos. Assim, em uma reunião de governadores e políticos da UDN, no Palácio Guanabara, o Governador Lacerda lançou o nome do General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, para Presidente da República, a pedido do General Muniz de Aragão, que dissera falar em nome dos oficiais-generais do Exército e lá comparecera com esse propósito. O ex-Presidente Juscelino

Kubitschek imediatamente deu seu apoio e trouxe com ele o do PSD, embora o presidente desse partido, que na ocasião era o Almirante Amaral Peixoto, quisesse para si essa indicação. Alguns militares queriam o Marechal Dutra.

Essa foi a fase política. Um pouco mais demorada que a primeira e os seus dias foram de muita incerteza e apreensão. Lembro-me de que os generais, empenhados diretamente no movimento armado e revolucionários de primeiro momento, como Mourão e Guedes, e os que logo depois aderiram, como Justino, Mendes Pereira, Poppe de Figueiredo, reuniram-se na residência do Marechal Denys, dia 4, 5 ou 6 de abril, para conversarem sobre os sucessos do movimento armado e a conjuntura política que estavam vivendo. Na ocasião, examinaram a conveniência de intervir, ou não, naquele processo eleitoral em curso com a participação de militares que não tiveram nenhum envolvimento com a eclosão da Revolução. O Marechal Denys, logo de início, foi contra qualquer intervenção, porque o processo já estava "nas ruas", nas "mãos dos políticos", e não se deveria dar mostra de desunião entre os chefes militares, responsáveis pela Revolução. Lembrou, na ocasião, que o Sr. João Goulart, na porta do avião, quando do seu embarque para o Uruguai, disse ao General Ladário (General Ladário Pereira Telles – então Comandante do III Exército):

– General, agüenta firme, porque na hora em que os generais começarem a tirar a "pele do leão", eles vão brigar e, aí, será a ocasião de nós retornarmos.

Esta informação foi levada ao conhecimento do Marechal Denys, pessoalmente, pelo ex-ajudante-de-ordens do General Ladário, então Capitão Inocêncio Fabrício Beltrão.

O Marechal Denys acrescentou ainda que o grande objetivo do movimento armado fora derrubar o Governo Goulart e isso tinha sido feito. Assim, os generais que foram responsáveis pela saída da revolução e pelas operações do movimento armado, não interferiram na questão político-eleitoral.

Pode-se perguntar:

– Por que o Governador Magalhães Pinto, o General Mourão, e o Marechal Denys, que partiram com a Revolução, não tiveram participação na segunda fase, a política?

Isso se deveu a dois motivos. O primeiro, pela rapidez com que as operações foram realizadas e o movimento se tornou vencedor. O chefe seria "quem mais fizesse" pelo sucesso da Revolução, que se pensava ser longa e de muitos riscos, operacionais e políticos. Porém, durou muito pouco e os riscos corridos por aqueles que a deflagraram não chegaram a ser bem avaliados e reconhecidos. Assim, todos se julgaram chefes da Revolução, mesmo aqueles que não se arrisca-

ram em participar da sua eclosão, como os que temiam pelo seu sucesso e, por esta razão, eram contrários à sua deflagração. Após o sucesso da revolução, bastava ter sido opositor histórico às correntes políticas que apoiavam o Sr. Goulart, para se considerar revolucionário de primeira hora e responsável pela sua deflagração e pelo seu sucesso.

Um segundo motivo, foi uma precipitação do General Mourão, não sei com que intenção. Ele, que não participara das ações no vale do Paraibuna, na madrugada de 31 de março para 1º de abril – passou a noite em sua residência, repousando, enquanto se processavam as adesões do Regimento Sampaio e de frações do 1º BC, seguido de passagem de linha, conduzida pelo Marechal Denys com o General Muricy e o Coronel Raimundo – acorda como um general vitorioso, e, logo que pôde, no dia 2 de abril, segue para o Rio de Janeiro, com o Destacamento Tiradentes, acompanhado do então Juiz Neder, e vai ao Quartel-General e apresenta-se ao General Costa e Silva, que já tinha assumido o cargo de Ministro da Guerra, que ficara vago.

O General Costa e Silva pergunta-lhe pelo Marechal Denys ao que o General Mourão responde dizendo que ele ficara em Juiz de Fora. O Marechal Denys, de fato, ficara em Juiz de Fora, na expectativa da necessidade de coordenar com o General Guedes, qualquer ação na direção de Brasília. O General Costa e Silva, diante dessa resposta, de que o Marechal Denys não tinha vindo junto com o General Mourão, diz a este para ir para casa repousar.

Esse simples ato do General Mourão, na qualidade de comandante das tropas revolucionárias de Minas Gerais – apresentando-se ao General Costa e Silva, no cargo de Ministro da Guerra – materializou a entrega, a este último, do comando da Revolução. Assim, o que era um movimento cívico-militar, iniciado com a revolta da guarnição militar federal, sediada em Minas Gerais, e do próprio Governo Estadual, contra o Governo Federal e a cúpula militar que o apoiava, e que teve adesões de governos estaduais e de guarnições militares dispersas por todo o País, acabou ficando com a imagem de ter sido feito apenas por iniciativa do Exército e demais Forças Singulares, sob o comando de seus generais. E, ao ser entregue o comando da Revolução ao General Costa e Silva, que estava à frente do Ministério da Guerra, os generais que participaram efetivamente do movimento armado voltaram a dever obediência hierárquica à cúpula do Exército e, assim, não lhes caberia mais nenhuma interferência na segunda fase, que denomino de fase política.

Após a fase política, veio a da institucionalização da Revolução, por meio dos Atos Institucionais. Essa foi a fase que caracterizou o processo revolucionário, tanto pela duração quanto pelas ações e conseqüências.

A institucionalização da Revolução também teve outras razões. Uma delas, é que os políticos não estavam capacitados a reagir, coletivamente, contra a investida do Movimento Comunista Internacional. Por falta de convicções democráticas, eles sempre foram tolerantes e temerosos com as pressões dos marxistas etc. Eles não tinham a percepção do perigo que as investidas do comunismo internacional representavam para o futuro da democracia no País. Daí, a principal razão por que, aos poucos, o movimento teve que se institucionalizar, por meio dos Atos Institucionais.

General, no seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares, ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Foram governos autoritários presididos por militares, respaldados pelos Atos Institucionais, que contaram com o apoio dos partidos do Governo e das Forças Armadas. No governo autoritário, tivemos generais como presidentes e militares, em geral da reserva, presentes na política partidária e nos ministérios civis.

E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?

Sem dúvida, ela trouxe benefícios sociais e econômicos para o País. Houve um projeto de governo que conduziu o Brasil a um nível de grandeza no concerto das nações, como 8ª economia mundial. Havia um projeto de soberania que, após a crise econômica de meados da década de 1970, foi se perdendo.

O senhor entende que houve erros na Revolução? Caso positivo, quais foram?

Eu diria que talvez o principal equívoco tenha sido o de não se ter resolvido adequadamente a questão política do País, fortalecendo os partidos políticos e dando maior representatividade ao Parlamento. Eu acho que isso tem sido a nossa questão permanente desde o início da República, que não foi e nem está sendo resolvida.

Também diria que o longo tempo de permanência do processo revolucionário foi desgastante.

Quando deveria ter sido interrompido?

Diria que, ao término do Governo Médici, teria sido uma boa oportunidade. Sobre isso, penso que existe um consenso bastante amplo, porque o movimento revolucionário de esquerda, tendo no seu bojo a luta armada, tinha sido vencido pelos governos da Revolução. Então, não havia mais a subversão e o terrorismo, urbano e rural, que justificassem uma repressão muito grande.

A outra oportunidade ocorreria ao final do Governo Geisel, quando foi revogado o AI-5, removendo os instrumentos que davam respaldo ao processo revolucio-

nário. Por isso, não se justificaria mais a existência de um outro governo dito revolucionário, tipo "governo tampão". Sou de opinião de que deveria ter terminado ali.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução durante o decênio de 1960 e, principalmente, na década de 70, foram considerados os mais expressivos da economia brasileira. Esta é a opinião, também, de renomadas personalidades civis, manifestada em palestras realizadas na Escola Superior de Guerra (ESG) e alhures. Poderíamos citar, por exemplo, João Manuel, da UNICAMP, que afirma isso com todas as letras. Pois bem, apesar de tudo isso, que é indubitável, por que tais fatos continuam sem a justa divulgação? Quais os motivos determinantes?

Penso que são devido à conjugação de várias razões. Cito algumas: ação propositada para não favorecer a imagem da Revolução de 1964; outra, por não mais se constituírem tais notícias em fatos jornalísticos merecedores de comentários e publicações; e, a terceira é porque, após a Constituição de 1988, as preocupações sociais avultaram de muito maior importância do que o planejamento estratégico e o desenvolvimento do País. Dentre essas três, destaco a primeira, sem dúvida alguma uma ação propositada para não favorecer a imagem da Revolução de 1964.

A mídia desta última década e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Poderia citar alguns desses acertos?

Na minha opinião, um deles foi o restabelecimento do princípio da autoridade; um outro foi o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando melhorar o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais. Os Governos da Revolução tinham um projeto de grandeza para o País e o levaram à posição de 8ª economia mundial. Só por isso, ela já foi bastante benéfica.

Houve, ainda, a contenção das investidas do Movimento Comunista Internacional no País, evitando que o Brasil se tornasse um Estado comunista.

Tornou-se difícil realizar a defesa dos governos da Revolução, pela falta de interlocutores, na sociedade, dispostos a ouvir os militares, com a devida atenção?

Penso que sim.

O que o senhor teria a dizer acerca das ações de guerrilha e de terrorismo, praticadas pelos extremistas?

Eu diria que o inusitado das ações violentas, sem precedentes na história do País – o que indicava origem alienígena – apanhou o governo de surpresa e causou

grande perplexidade à sociedade brasileira. O Governo teve que se estruturar, organizando um sistema repressivo eficiente, de pronta resposta, e altamente confiável.

Isso foi possível através da implantação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), respaldado nas prerrogativas conferidas pelo AI-5. Foi a única forma encontrada para combater com efetividade a subversão, já que a legislação corrente não era satisfatória, nem tão pouco os instrumentos normais de repressão, como a Polícia Federal, que ainda não estava preparada para assumir sozinha essa missão.

Então, o AI-5 era necessário?

Sim, era necessário por dar sustentação às medidas mais expressivas do combate à subversão e ao terrorismo e, também, para obter o apoio da classe política, complacente e intimidada pelos avanços do comunismo e da contestação à Revolução.

E a criação de órgãos de informações, de operações, como os DOI, bem assim, o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Eu diria que a criação dos DOI (Destacamentos de Operações de Informações), integrantes dos CODI (Conselho de Defesa Interna), e o agravamento da Lei de Segurança Nacional foram necessários pelo inusitado da agressividade e violência das ações do terrorismo urbano. O governo necessitava estruturar, urgentemente, um dispositivo de informações e de operações que respondesse com presteza às ações terroristas. Na ocasião em que a luta armada começou, com os primeiros atos de terrorismo urbano, já tínhamos o SNI e a Polícia Federal. Entretanto, eles não estavam capacitados para responder, em níveis regionais, com efetiva repressão, ao inusitado e à agressividade das ações do terrorismo urbano, como já disse. No que diz respeito à Lei de Segurança Nacional, houve a necessidade de ser agravada, porque a legislação existente também não respondia adequadamente às necessidades da conjuntura vivida.

Qual a sua apreciação acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente em relação ao Congresso?

Diria o seguinte: os políticos, em geral, não mostraram, em tempo algum, através dos dois grandes partidos – ARENA e MDB – uma consciência coletiva sobre a necessidade de se empenharem na defesa da democracia, no País, barrando as investidas, maldisfarçadas, do comunismo internacional. Dessa forma, não assumindo os políticos, uma clara atitude de defesa da democracia, a responsabilidade de fazê-lo recaiu totalmente nos ombros dos governos da Revolução. Para isso, foi preciso a instituição do AI-5.

Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades de imprensa e expressão?

Ao que consta, houve alguma censura prévia, por um certo período.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

É uma forma de se referir, negativamente, àqueles anos, para denegrir, propositadamente, a imagem dos governos da Revolução.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagem?

Não, absolutamente! Pelo contrário, os militares que estavam no Governo não tiveram sua atenção voltada para melhorar as condições das Forças Armadas. Havia inclusive uma diretriz: "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Estamos sentindo até hoje os reflexos negativos do "mínimo de segurança".

Gostaria o senhor, ainda, de tecer mais comentários sobre o período revolucionário que, dizem uns, ter findado em 1985 e outros afirmam haver terminado em 1978, com a retirada de todos os mecanismos que mantinham o processo revolucionário?

Desde o início do processo revolucionário, existiu um grupo de militares politizados – poderíamos citar inúmeros deles – que tiveram participação nos diversos governos. A esmagadora maioria dos quadros militares se restringiu ao exercício das atividades profissionais.

Por que se verificou o desengajamento daquele grupo de militares que conduziam a política do País, nos governos cujos presidentes eram militares?

Para ser bem sintético: os militares foram cada vez mais absorvidos pelas atividades profissionais, na medida em que o terrorismo e a subversão foram sendo derrotados.

A partir do Governo Ernesto Geisel, o Presidente passou a enfeixar os poderes político e militar da Revolução com os do Governo. Até então, os poderes da Revolução estiveram com os ministros Costa e Silva e Orlando Geisel. A partir do Governo Geisel, os ministros militares perderam a força política na Revolução, passando o Presidente a interferir nas Forças Armadas, inclusive, substituindo ministros e generais, sem maiores dificuldades.

Então, é a partir do Governo Geisel que tem início o desengajamento completo dos militares da condução política da Revolução, à exceção dos Generais Golbery e Figueiredo, e seus auxiliares mais diretos.

A conjuntura internacional veio acelerar a chamada abertura política?

Eu não creio. O que veio acelerar a abertura política foi a vitória dos governos da Revolução sobre a luta armada e a subversão.

Os militares tinham condições de ainda permanecer no poder, após o Governo João Figueiredo?

Não, não tinham. Não havia mais respaldo do AI-5, nem o apoio das Forças Armadas a uma continuidade de militares no governo. Como eu disse, o poder político e o poder militar estavam enfeixados pelo próprio Presidente, a partir do Governo Geisel, e não mais pelo Ministro do Exército; ainda que o Ministro do Exército, no Governo Figueiredo, fosse o General Walter Pires.

Penso que ele exerceu um grande papel, porque, sem mecanismos para manter a Revolução, o General Walter Pires teve que se agigantar.

Sem dúvida nenhuma. Manteve a postura de ministro militar, como nos governos anteriores à Revolução. Ministro firme, que dava apoio leal ao governo do Presidente. Como Ministro do Exército, garantia a ordem constitucional pelo respeito que incutia na sociedade, por falar pouco, pela sua ação etc.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Penso que, após o AI-5 ter sido extinto, não deveria haver um governo presidido por militar, representativo da Revolução. O Governo Figueiredo, por sua vez, ao manter inalteráveis a estrutura e as missões do SISSEGIN, como no tempo da luta armada, sem os instrumentos do AI-5, não foi bom para a imagem da Revolução.

Ao que parece, o Governo Figueiredo serviu apenas de "mandato tampão" após o Governo Geisel, para dar-lhe a necessária cobertura contra perseguições políticas, poder-se-ia dizer.

Existe o chamado "revanchismo", por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares? O que o senhor pensa sobre a Lei da Anistia?

Houve e continua havendo esse "revanchismo". Nós vemos isso, nitidamente, a toda hora, a todo momento – é impressionante. Quanto à Lei da Anistia, não tenho nada a dizer, a não ser que ela só vale para um lado, e não vale para o outro.

Note que voltaram para o caso do Riocentro, mais de uma vez; depois ressurgiram com a tal da "Operação Condor", de que o Brasil não participou; e, agora, a "Operação Traíra". Sem contar diversas reportagens mentirosas que aparecem e desaparecem por falta de consistência e provas. É uma pressão constante

que busca denegrir o Exército, com o objetivo de influir na opinião pública, pela deturpação da verdade.

A imagem do Exército junto à sociedade é muito elevada, talvez isso incomode muito às esquerdas. Penso que incomoda também a muitos políticos que costumam ver os militares como seus concorrentes em potencial. E isto não é de hoje; já ocorria antes do período da Revolução. Convém também observar que os socialistas, não os comunistas, costumam menosprezar a importância das Forças Armadas como instituições nacionais.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?

Creio que sim. Estávamos com ela ganha no Governo Médici. O processo revolucionário de longa duração acabou nos fazendo perdê-la. Penso que, se esse processo tivesse terminado com o Governo Médici, o panorama da Comunicação Social seria outro. Mais uma vez, os militares políticos influíram na manutenção do processo revolucionário, à revelia da vontade dos militares profissionais.

Mas o próprio governo militar, não sei se por princípios, não gostava de Comunicação Social – o próprio Castello Branco e outros. Acho que nos omitimos; não queríamos participar dessa "batalha".

Havia, de fato, um certo escrúpulo em fazer comunicação social, porque isto poderia dar a idéia de se estar fazendo propaganda, coisa de governo totalitário, como se dizia.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, neste contexto?

O comunismo não desapareceu, porque os partidos comunistas continuam a existir, às vezes com outro nome, e a alimentar as idéias comunistas, para assegurar a própria sobrevivência política. É uma questão de sobrevivência política, para os seus quadros, manter acesa a ideologia.

Porém, com a queda do "Muro de Berlim" e o desaparecimento da União Soviética, os partidos comunistas da Rússia e da Europa Oriental perderam muito da capacidade de influência sobre os partidos comunistas dos países em desenvolvimento, como o nosso País.

Hoje, no Brasil, um partido marxista nacional, não possuindo mais liames e dependência ideológica a um partido comunista de potência estrangeira, é obrigado a conduzir suas atividades políticas como o fazem os demais partidos naci-

onais, privilegiando apenas os interesses do País. Entretanto, temos que nos manter atentos, porque a ideologia marxista está bem vigorosa na América Latina, onde Cuba ainda marca presença.

E é internacionalista... Tem as ONGs para ajudar...

Os liames internacionais, entre partidos de mesma tendência ideológica, constituem uma realidade, que não é de hoje. Existem a internacional comunista, a socialista, a social democrática etc. É uma espécie de união para fortalecer a ideologia e proporcionar maior capacidade de sobrevivência política desses partidos.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Como o senhor analisa esse fato?

É a confiabilidade da sociedade em nossa Instituição. É isso que incomoda bastante a muita gente, às esquerdas, aos derrotados da luta armada, aos perdedores do movimento socialista e do Movimento Comunista Internacional. Esta é a grande razão para o "revanchismo" ser tão atuante no País.

General, o senhor já prestou algum depoimento sobre a Revolução de Março de 1964 em outro projeto semelhante a este que estamos desenvolvendo? Qual a sua opinião sobre o Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução?

Respondendo à primeira pergunta, de fato, já dei meu depoimento para o CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, e, na ocasião, foram abordados não apenas os aspectos da Revolução de 31 de Março de 1964, mas, praticamente, os de toda a minha vida profissional.

Foi um depoimento difícil, tive que refazê-lo umas duas vezes; somente na terceira vez é que me dei por satisfeito. Eram perguntas muito preconceituosas contra os militares, contra a Revolução, por parte dos dois indagadores.

Inclusive, cheguei a dizer à professora Celina que, da forma como ela formulava as perguntas, preconceituosamente, ela distorceria a verdade histórica. Tivemos, de fato, momentos difíceis. Admiti participar, é verdade, pois entendo que, havendo uma oportunidade de colocar a verdade nos seus devidos lugares, isso deve ser feito. O depoimento foi grande, trezentas ou quase quatrocentas páginas, bastante minucioso.

Quanto ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução, acho uma excelente iniciativa. É uma oportunidade para as pessoas que participaram, de uma forma ou de outra, da Revolução de 1964, relatarem os fatos dos quais tomaram conhecimento, ou de que, efetivamente, participaram. A verdade fica

registrada para posterior avaliação pelos historiadores. Acho que isso é muito importante. Espero que, dessa forma, a Revolução ganhe uma documentação que a retrate com fidelidade; que resgate a verdade histórica.

Que mensagem final, General Bayma Denys, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Penso que temos preocupações atuais, como o "revanchismo", muito presente em determinados grupos. Existe, também, uma lacuna: o nosso movimento revolucionário sofre a falta de colocação da sua face verdadeira junto à sociedade nacional. Nesse ponto, reside a importância, que destaco, do presente Projeto.

General-de-Exército Geise Ferrari

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Comandante Militar do Oeste (MS), Chefe do Departamento Geral do Pessoal e Comandante de Operações Terrestres.
- Possui os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- No exterior: adjunto da Comissão Militar Brasileira em Washington.
- Em 1964, era Comandante do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Entrevista realizada em 24 de maio de 2000.

Desejo inicialmente agradecer esta oportunidade de relatar o que vi e o que fiz à frente do Curso de Infantaria durante a Revolução de 1964, que costumo chamar de "contra-revolução", porque uma revolução já estava em curso, de tendência comunista. É preciso lembrar, alertar, que eu era, na oportunidade, o Comandante e Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria, apesar de ainda não possuir o Curso de Estado-Maior (o cargo é privativo de oficiais possuidores do curso de Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME).

Meu antecessor e grande amigo, hoje General Harry Schnardoff, nomeado para uma comissão na Alemanha, já havia deixado a chefia do Curso antes do início da Revolução, tendo o cargo ficado vago. Como oficial mais antigo, assumi o Curso, até que fosse nomeado um novo Instrutor-Chefe.

Um outro aspecto que também queria ressaltar, de início, é que o Curso de Infantaria, pela primeira vez, foi reunido numa só Companhia de Cadetes, tendo em vista o efetivo um pouco reduzido naquele ano. De modo que era uma Companhia de Cadetes com um efetivo aproximado de duzentos cadetes. Esses são detalhes que terão reflexos durante a minha apresentação.

Naquela época, em decorrência do clima de insegurança existente no País, para nós, da Academia, importava saber o que pensava o nosso Comandante, General Emílio Garrastazu Médici. Essa preocupação se dissipou no ano anterior, em 1963, por uma atitude que ele tomou e eu aqui relato. No dia 1º de outubro, tiveram início as obras da construção da barragem do Funil, com a presença do Presidente da República e de altas autoridades dos governos federal e estadual.

A programação previa um banquete em homenagem ao Presidente João Goulart, no restaurante Itatiaia, ocasião em que o Governador do Estado do Rio, Badger da Silveira, saudaria a mais alta autoridade do País. Sob a alegação de que o local era exíguo para a realização da homenagem programada, o Ministro da Guerra determinou ao Comandante da Academia que cedesse a Biblioteca Acadêmica para o banquete. Seria, evidentemente, um comprometimento da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) com uma reunião eminentemente política.

Na Biblioteca, quando o Governador Badger da Silveira se dispôs a iniciar o seu discurso, o General Médici levantou-se e, declinando sua função de Comandante da AMAN, cassou-lhe a palavra, alegando que qualquer envolvimento da Academia com eventos políticos, seria deplorável e que, por isso, ele pedia que não se procedesse a qualquer pronunciamento político naquele recinto.

A atitude destemida do então Comandante da AMAN frustrou a caterva peleguista que acompanhava o Presidente da República, reduzindo aquela progra-

mação, de custoso aparato, a um mero e opíparo ágape festivo. Para nós, a Revolução de 31 de Março de 1964, na AMAN, começou naquele 1º de outubro de 1963, ocasião em que o seu comandante se posicionou, peremptoriamente, contra o alheamento político da Academia Militar.

Queria citar ainda outra manifestação do General Médici: nas diversas palestras que ele determinou que fossem realizadas sobre guerra revolucionária para oficiais do Corpo de Cadetes e demais oficiais da Academia, durante uma delas, no anfiteatro, o palestrante começou a discorrer sobre as cinco fases da guerra revolucionária. Em dado instante, um companheiro nosso, o então Capitão Dagmauro, levantou-se e disse, na presença do General Médici e de vários oficiais do seu estado-maior: "Nós estamos na quinta fase, e quem orienta a guerra revolucionária é o Palácio do Planalto, em Brasília." Não houve nenhuma reação do General Médici contra a manifestação, inclusive aplaudida por alguns dos oficiais presentes. A partir daquele momento, tornou-se patente o pensamento do nosso Comandante e pudemos ligá-lo às decisões que o General Médici tomaria no caso de uma grave perturbação da ordem.

O que fizemos antes da Revolução no Curso de Infantaria, ainda à época do então Major Harry Schnardoff como Instrutor-Chefe? Nós conversávamos com os cadetes, mas não podíamos incitá-los a uma rebeldia contra o governo. Entre nós oficiais e com a aquiescência do então Coronel Potyguara, Comandante do Corpo de Cadetes, abríamos o nosso coração, dizíamos o que pensávamos contra aquele estado de baderna que imperava em todo o País. Eles – o Coronel Potyguara e o General Médici – sabiam o que pensavam alguns dos oficiais do Corpo de Cadetes.

Entre as providências que tomamos e que eram do conhecimento do Coronel Potyguara, destacamos: procuramos diminuir o risco de que pudesse haver um movimento dos sargentos – que vinham sendo insuflados pelo governo, particularmente no Rio de Janeiro – evitando o acesso aos paióis da Academia para retirada de munição. Então, começamos a retirar determinado tipo de munição, sob a alegação de que realizaríamos exercícios com o Curso de Infantaria e essa munição foi sendo recolhida ao Parque de Infantaria, sob nossa guarda.

Tudo o que fazíamos, conversávamos com o Coronel Potyguara, de modo que ele soubesse o que tinha e qual era o pensamento do Curso de Infantaria. Outra providência tomada era junto aos cadetes, sargentos de dia ao Curso, para que, a qualquer momento, tivessem condições de retirar o Curso inteiro do Conjunto Principal, onde estavam os alojamentos, e o levasse para o Parque de Infantaria, porque também tínhamos receio de que a saída do Conjunto

Principal pudesse, facilmente, ser bloqueada. A ordem, então, que dávamos – a eles, sargentos de dia – era que se deslocassem para o parque e lá aguardassem a chegada dos oficiais.

Com o agravamento da crise, que se processou particularmente na antevéspera da Revolução, estávamos nas dependências do Curso Básico com a presença de vários oficiais do Curso de Infantaria e do Curso Básico, ouvindo a manifestação do então Governador Brizola, pela Rede da Legalidade. Aquilo foi nos deixando ansiosos por uma decisão, tendo em vista a gravidade das palavras que ele dirigia a toda população brasileira.

Houve aí um pequeno desentendimento, porque convoquei os oficiais de Infantaria que me acompanhassem ao Corpo de Cadetes para conversar com o Coronel Potyguara. Um dos oficiais ali presente, mais antigo, achou que nós estávamos aliciando oficiais que não nos eram subordinados, porque além dos oficiais de Infantaria, do Curso de Infantaria, alguns oficiais do Curso Básico aderiram ao nosso chamamento. Esse mal-entendido foi contornado, e saímos para transmitir ao Coronel Potyguara a nossa ansiedade.

Na noite de 31 de março, foi preparada uma proclamação pelo General Médici. Acredito que o General Corrêa já tenha feito a citação, quando de sua entrevista, mas gostaria, apenas, de ler o trecho inicial:

"A AMAN ao adotar a atitude que tomou e que nossa presença aqui materializa, pensou principalmente na validade eterna dos princípios da disciplina e da hierarquia, que têm sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a mocidade militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem, através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria."

Esse pronunciamento do General Médici estava pronto, mas alguns outros eventos ocorreram nessa madrugada.

Veio ordem do I Exército para que a AMAN colocasse de prontidão o Batalhão de Comando e Serviços. Era um efetivo grande, ainda que a tropa pronta para emprego desse Batalhão fosse apenas a Companhia de Guardas. Os demais eram elementos de apoio à Academia. Simultaneamente a tal ordem, o Comandante da AMAN foi notificado "de um levante do povo de Minas Gerais, com o apoio de

forças federais e estaduais sediadas naquele Estado, contra o governo federal". Essa foi a notícia transmitida pelo I Exército.

O General Médici determinou o cumprimento da ordem, entrando de prontidão o Batalhão de Comando e Serviços. Ativou um comando operacional constituído por oficiais da Academia, parte deles já integrantes do seu estado-maior pessoal.

Um fato curioso surgiu nessa noite.

Estava ocorrendo o casamento de um oficial da Academia, ou da filha de um oficial da Academia, na capela externa à AMAN, de modo que um grande número de oficiais, talvez a maioria dos oficiais do Corpo de Cadetes e também da Academia, estava presente à cerimônia.

Eu não sei por que, talvez suspeitando de que a coisa estava muito grave, não fui, e estava em casa, quando tomei conhecimento dessa notícia vinda do I Exército. Na mesma hora, determinamos ao sargento-de-dia do Curso de Infantaria que retirasse o Curso do Conjunto Principal, o levasse para o Parque e lá aguardasse a chegada dos oficiais. De modo que, para surpresa de muitos, o Curso de Infantaria saiu todo e se deslocou para o Parque. Com isso, evitamos qualquer reação da parte dos sargentos.

Foi, imediatamente, acionado o plano de chamada de oficiais e graduados e, juntos, nos encontramos no Parque em questão de pouco tempo, iniciando a execução do plano de defesa das instalações. O problema, como tenho dito anteriormente, era uma ameaça: o Parque de Infantaria era muito próximo ao Batalhão de Comando e Serviços. De modo que, com qualquer movimento, poderíamos ficar ilhados dentro do parque.

Às 2h do dia 1º de abril de 1964, o General Costa e Silva telefona para o General Médici e pede a ele o apoio da Academia, para permitir que as tropas que pudessem ser deslocadas do II Exército passassem por Resende sem qualquer ameaça das tropas do I Exército. Quero chamar a atenção e grifar: o General Médici, às 2h da manhã, tomou a decisão de empenhar a Academia a favor da Revolução. O II Exército ainda não tinha informado sua decisão de aderir. Chamo atenção porque criaria uma situação inusitada caso não tivesse havido a adesão do II Exército: a Academia ficaria entre duas forças do mesmo partido, o que seria uma situação extremamente difícil.

Às 2h30min dessa mesma madrugada, o General Kruel ligou para o General Médici, declarando que tinha aderido à Revolução e solicitando que a Academia assegurasse a passagem das tropas do II Exército por Resende sem serem hostilizadas. Às 3h, o Comandante do I Exército informou ao Comandante da AMAN, haver

determinado o deslocamento do Grupamento de Unidades Escola (GUEs) para São Paulo, a cavaleiro da BR-2 (atual BR-116), prevendo a passagem por Resende ao meio-dia de 1º de abril. Essa era a informação do Comando do I Exército.

Até às 6h, desse dia, o quadro era o seguinte: I Exército – situação indefinida, ainda no Rio de Janeiro; 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI), de Juiz de Fora, MG – em deslocamento para o Rio de Janeiro; o GUEs – algumas Unidades iniciam o seu deslocamento na direção de São Paulo. Tomamos conhecimento de que vinha como vanguarda, um batalhão reforçado do REsI (Regimento Escola de Infantaria) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA); 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) – deslocando-se para Juiz de Fora ; II Exército – iniciando o deslocamento de forças para o Rio de Janeiro.

A AMAN, solidária à Revolução, expede a ordem preparatória para o emprego do Corpo de Cadetes.

Entre 6h e 8h30min, do dia 1º de abril, foi lançada uma vanguarda constituída pelo Esquadrão de Cavalaria da Academia (cadetes), acompanhado por elementos de Engenharia, pelo eixo da BR-2, na direção de Barra Mansa, com a missão de ligar-se ao 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindado), que tinha a sua sede naquela cidade, e ocupar posições nas alturas que dominam Ribeirão da Divisa. Nessas alturas, procurar impedir que as tropas do I Exército, até o fim da jornada, atingissem a região de Resende.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, existe um detalhe do Curso de Infantaria que vale a pena relatar. Tão logo tomamos conhecimento da decisão do General Médici, desloquei-me para o Curso de Infantaria junto com todos os oficiais e graduados, e informei aos cadetes o que se passava. Usando uma linguagem simples, mostrei-lhes a nossa preocupação e constrangimento, até aquele momento, de não poder dizer-lhes qual era o pensamento dos oficiais do Curso.

Concitei a todos que se manifestassem, e aqueles que não concordassem com a decisão tomada, que se apresentassem naquele momento. Não houve qualquer desistência, nem da parte de oficiais, nem da parte dos cadetes. Tomamos apenas uma providência, que foi a de mandar prender um sargento do Curso que, inclusive, estava em casa acamado, mas era filiado a uma célula comunista, e um cadete do segundo ano por uma questão apenas de precaução, considerando que nós sabíamos que ele tinha o pai e um irmão comunistas.

Além do que – uma curiosidade daquela época – pelos jornais que eram lidos, tínhamos um levantamento, feito pelo oficial de informações do curso, das tendências de cada apartamento dos cadetes e, exatamente no apartamento desse cadete que foi preso, eram lidos os jornais contra a Instituição, contra a Revolução. Ele inclusive tinha sido voluntário para dar aulas de alfabetização no Bata-

lhão de Comando e Serviços, usando a cartilha do Paulo Freire. Então, esses dois elementos foram retirados do Curso.

Entretanto, cabe destacar que nem o cadete nem o sargento, em nenhum momento, adotaram qualquer comportamento contrário ao movimento revolucionário que eclodia. As medidas por nós tomadas foram apenas preventivas.

Tínhamos, também, uma organização prevista para diferentes casos de emprego e os que conhecem a organização militar verão que a estrutura do Curso reuniu elementos e frações para vários tipos de emprego, porque era nossa idéia levar tudo o que tínhamos em armamento.

Assim, nos organizamos com três pelotões de fuzileiros, um pelotão de canhões 106 sem recuo, um pelotão de morteiros 4.2, uma seção de morteiros 81, uma seção de morteiros 60, uma seção de canhões 75mm sem recuo, uma seção de canhões 57 sem recuo e uma seção de metralhadoras pesadas, totalizando entre oficiais, graduados e cadetes, cerca de 250 homens. Isso era tudo o que tinha o Curso de Infantaria.

Determinei que o então Capitão Léo Lebarbenchon (já falecido), nas funções de S3, ali nomeado, partisse na direção de Volta Redonda para fazer o levantamento de uma possível posição defensiva (PD) a ser ocupada pelo Curso de Infantaria.

Na manhã do dia 1º de abril de 1964, recebemos ordem de deslocamento para atingir uma região antes do corte do Rio Paraíba e, a meio caminho, recebemos uma ordem escrita *(apresentou o original)* levada em mãos pelo então Coronel Antonio Jorge Corrêa, hoje General-de-Exército, e que dizia:

"Capitão Ferrari.

1. De ordem de Sua Excelência deveis avançar até o Quilômetro 120, onde deve ser organizada vossa posição.

2. O elemento mais avançado da AMAN está se deslocando para a região da EDIMETAL, na altura do Quilômetro 114 da BR-2.

Ass. Coronel Corrêa."

No prosseguimento da marcha, entre a primeira posição que tínhamos recebido para ocupar e essa segunda posição no Quilômetro 120, houve um fato curioso que poderia ter gerado uma situação extremamente triste, porque eu havia recebido ordem do Coronel Potyguara de entrar em posição e ficar em condições de acolher o Curso de Cavalaria, se pressionado. O que viesse a mais não seria "tropa amiga". A meio caminho, ao transpor uma curva da estrada, divisamos ao longe um comboio de viaturas pesadas de 2,5 toneladas, tracionando

obuses 105 mm, e eu não tinha a menor idéia do que se tratava (não havia ainda comunicações suficientes e a vanguarda, a Cavalaria, não tinha me alertado).

A primeira reação foi mandar parar o nosso comboio, atravessar as viaturas na estrada e a tropa ocupar posição, inopinadamente. Impressionou-me, neste momento, a prontidão do cadete. Quando olhei para trás vi a "cadetada" subindo as encostas, entrando em posição, colocando as armas em condições de tiro. Por sorte, pelo binóculo, verifiquei que na boléia do primeiro jipe vinha um capitão – Adir – da Academia, e deduzi que ele estava trazendo alguma tropa que tivesse aderido ao movimento. Demos ordens para ninguém atirar e o comboio, ao se aproximar, fez alto, – porque a estrada estava interditada – e houve um congraçamento com os companheiros do GEsA que haviam aderido à Revolução.

Esse fato mostrou a prontidão da "cadetada" para cumprir qualquer missão. Foi um motivo de muita satisfação. Na parte da tarde, atingimos a região da nova PD e iniciamos a sua preparação e ocupação. Almoçamos durante o movimento.

Só não veio uma Bateria do GEsA, que já estava em posição.

Era a Bateria que vinha na Vanguarda do Destacamento do REsI. O mesmo se deslocava sob o comando do Coronel Abner, e contava na Vanguarda com um Batalhão e uma Bateria do GEsA. Essa tropa fez alto antes de Barra Mansa e ali resolveu ocupar posição.

A adesão do Grupo Escola de Artilharia (menos uma Bateria), foi um momento de alívio, porque a disparidade era muito grande. O Grupo Escola era equipado com armamento do Acordo Militar Brasil–Estados Unidos e as viaturas 2,5t estavam carregadas de cunhetes de munição. Nós tínhamos apenas uma Bateria de Cadetes, do Curso de Artilharia da Academia, para enfrentar aquele volume de fogo, caso todo o Grupo atirasse contra nós.

Por outro lado, essa Bateria que ficou parada antes de Barra Mansa, despertou no Coronel Abner uma dúvida: ela teria permanecido em posição, sem aderir, porque não sabia a atitude de seu Grupo ou porque estava "presa" na posição. Então, também essa Bateria passamos a admitir como tropa que não atiraria em nós.

Outro fato que, da mesma forma, vale a pena relatar é que, nessa situação, o Coronel Abner ordenou que o Pelotão de Morteiros Pesados 4.2 do REsI entrasse em posição e apontasse para a Academia. O Tenente Comandante se negou a apontar as peças para a Academia e já tinha mandado os sargentos, que estavam com ele, encristar a trajetória na serra, para não atingir a tropa de cadetes.

Essas informações chegavam ao nosso conhecimento devido a um fato curioso – coisas que sempre acontecem nesses momentos. Depois que o BIB (1º Bata-

lhão de Infantaria Blindado) foi estruturado para emprego – por determinação do General Médici – um capitão dessa Unidade, que ficou sem função definida, teve, então, uma idéia: com o seu carro, um "fusca", passou a visitar a posição do Coronel Abner (ele servira com o Coronel Abner no REsI). Sempre que ia lá, perguntava pela intenção do Coronel Abner, o que é que ele pretendia fazer, qual era a situação da tropa, e nos informava. Evidentemente que a informação passava pelo Coronel Potyguara, que estava lá na frente, e chegava até o Curso de Infantaria. Então, tínhamos um acompanhamento cerrado do que se passava no âmbito da tropa do I Exército.

Foi desse modo que soubemos a negativa do Pelotão de Morteiros 4.2 de atirar sobre nossa posição. Logo, não haveria fogos de armas de tiro curvo, que era uma grande ameaça, contra o Curso de Infantaria.

Para a tropa do I Exército, ultrapassar a série de obstáculos colocados à sua frente era extremamente difícil. Vi, pela primeira vez, uma extensa ponte da rodovia, toda pronta para ser destruída pelo pelotão de Engenharia da Academia. Além do mais, havia o Curso de Cavalaria interposto entre a tropa deles e a nossa PD. Como pude ver depois, o Comandante do Curso – Major Corrêa – irmão do Coronel Antonio Jorge Corrêa, ia se necessário, posicionar viaturas pesadas, de uma empresa de engenharia de construção de estrada, para bloquear o eixo, tornando mais difícil o acesso até a PD...

Entremeamos os pelotões de fuzileiros com as peças das diferentes armas e ocupamos toda a elevação que nos foi imposta, escolhida pelo Estado-Maior do General Médici. A situação era privilegiada porque defrontávamos exatamente a BR-2 (hoje BR-116), que se situava perpendicularmente à nossa posição. Aí, pude observar o comportamento do cadete, o seu cuidado. Todos prepararam os seus espaldões das mais diferentes espécies de armas – metralhadora, morteiro, canhão sem recuo – abriram campos de tiro à frente das suas posições e seguiram religiosamente as ordens dos cadetes do 3º ano, que estavam em função de comando, para as quais foram nomeados pouco antes da Revolução eclodir.

Prepararam a munição das peças, particularmente as granadas de morteiro, todas prontas, em condições de emprego. Durante a madrugada, por várias vezes, eu e os meus oficiais vimos os cadetes todos acordados. Recomendamos que tinha que haver rodízio, porque não sabíamos por quanto tempo ficaríamos naquela situação. Sentimos que o que eles aprenderam, em sala ou em exercícios de campanha do Curso, estavam aplicando com alto grau de perfeccionismo.

Não posso deixar de lembrar o trabalho hercúleo do Tenente Taveira – hoje general na reserva – Comandante do Pelotão de Comunicações, que varou a noite

instalando todos os cabos telefônicos para colocar em funcionamento, o mais rápido possível, a rede telefônica da posição, o que fez com absoluto êxito. Ele e os cadetes que o acompanhavam merecem esse destaque.

Inclusive foi Comandante da AMAN.

É verdade, depois, foi Comandante da Academia.

A Artilharia estava sob o comando de quem?

Exatamente sobre isso, que eu ia falar. No começo da tarde de 1º de abril, vimos a chegada da Bateria do Curso de Artilharia do Corpo de Cadetes, comandada pelo meu grande amigo o Capitão Dickens, que mais tarde, como General, foi me substituir no comando da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª BdaCMec). E o Dickens dizia das dificuldades que ele estava tendo em função da região extremamente montanhosa, difícil, exigindo da Bateria um tiro para o qual os cadetes do 3º ano ainda não tinham sido adestrados, que era o tiro vertical, porque estavam no início do ano.

Isso foi feito ali no terreno, pelos oficiais do Curso de Artilharia, junto aos cadetes, orientando, ensinando como eles deveriam operar a Bateria no tiro vertical.

Há pouco, comentava que as ligações também foram difíceis, pois o elemento do Curso de Comunicações retardou um pouco sua chegada, o que nos obrigou a fazer uma ligação provisória entre a Bateria e o Curso de Infantaria (a PD), com fio telefônico da própria Infantaria.

Assim, transcorreu a noite de 1º para 2 de abril, tensa, sabendo que o REsI estava parado antes de Barra Mansa e o Curso de Cavalaria não tinha sido hostilizado. Foi uma noite de observação, de expectativa, aguardando qualquer evento.

Havia uma desproporção entre as forças. O REsI vinha com um batalhão reforçado, cerca de 800 homens, com armamento e munição do Acordo Militar, mais um Grupo de Artilharia, para enfrentar uma PD organizada com duzentos e cinqüenta homens e o Curso de Cavalaria com cerca de setenta ou oitenta homens.

Já me referi ao Pelotão de Engenharia que preparou a destruição das pontes sobre a ferrovia e na região de Guarita. Considerando esses obstáculos criados – se acionada a destruição dessas duas passagens – a tropa do I Exército teria que passar para a outra margem do Rio Paraíba, antes de Barra Mansa, por uma ponte, e tentar a aproximação para retomar a BR pelo outro lado, onde os eixos eram extremamente deficientes, eu diria que eram trilhas, e dificilmente viaturas pesadas conseguiriam andar por ali.

Ao raiar do dia 2 de abril, tomamos conhecimento que o 5º Regimento de Infantaria (5º RI), do II Exército, já tinha chegado a Resende e se preparava para fazer a substituição da tropa de cadetes. De modo que, substituídos pelo 5º RI,

retornamos à Academia e, para grata surpresa nossa e dos demais companheiros que estavam lá na frente, face a face com o inimigo, encontramos uma recepção de alto nível. O General Médici determinou que todo o efetivo da Academia, que não participara diretamente da entrada em posição lá na frente, se postasse em duas alas desde o Portão Monumental para nos receber. A população também acorreu, e mais as tropas do II Exército que estavam estacionadas. No meio daquele cordão de duas fileiras, desfilaram os Cursos.

Há até uma curiosidade que vale a pena relatar. Os cadetes de Infantaria que estavam com as metralhadoras vieram me perguntar se podiam trançar pelo corpo os pentes com a munição. Aí eu disse: "Pode, hoje é dia de festa." De modo que foi motivo de muita emoção o regresso à Academia, sem uma perda, para felicidade do Exército e do Brasil.

E assistimos a um desfile lindo, a vibração imensa dos cadetes que voltavam. Nós do 2º RO 105 estávamos ali, com mais uma Bateria do CPOR de São Paulo, representando o II Exército, junto com o General Médici, com o Coronel Antonio Jorge Corrêa e com todos aqueles que não se deslocaram lá para frente. Então, foi uma recepção merecida, calorosa, aos cadetes que chegavam enlameados, exaustos, após duas noites sem dormir.

Considero a decisão do General Médici uma das mais difíceis tomadas por um general durante a Revolução. A última vez que a Escola Militar – de Realengo – foi envolvida aconteceu em 1935. Desde então, não tomaram parte em nenhum movimento insurrecional interno. O risco que ele assumiu ali, em expor a vida daqueles jovens, foi muito grande.

Isso a gente deduz de suas palavras, quando diz o seguinte:

"Foi a mais difícil decisão tomada naquele dia." E mais:

"Cadetes! Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos assim o sangue jovem do Exército na liça, e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba...", e concluiu:

"Após vinte e nove anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições, e pela tranqüilidade de nosso País. Vós o fizestes com pleno sucesso e admirável galhardia. E por isso a história pátria lhes reserve uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo País, que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado. Cadetes! Pela história atingis os umbrais da glória."

Uma beleza, aliás todas as proclamações do General Médici foram empolgantes...

Por essa manifestação podemos deduzir a gravidade da decisão que teve de tomar. Estive presente em algumas oportunidades. Convém lembrar que o Batalhão de Comando e Serviços, como disse, uma Companhia de Guardas, foi empenhada na manutenção dos estoques de combustível, ao longo da BR. O 1º BIB, de Barra Mansa, com uma estrutura muito reduzida, ficou com os carros blindados em Volta Redonda. Quem manteria a BR livre para o II Exército chegar? Só o Corpo de Cadetes. E ele então teve que tomar essa decisão.

Inclusive, General, é importante destacar o valor dessa decisão para o moral do II Exército, que vinha extremamente preocupado, porque ia "bater de frente" com o Rio de Janeiro, como o senhor muito bem destacou, dotado de material do Acordo, com efetivos ponderáveis e muita munição, o que faltava ao II Exército. Então, a Academia realmente trouxe alma nova, uma verdadeira alegria e satisfação a todos os integrantes que partiram de São Paulo sem saber o que iriam encontrar. Quando tomamos conhecimento de que a Academia estava ali à frente, ocupando uma posição defensiva e impedindo que as tropas do Rio viessem ao nosso encontro, sentimos grande alívio, pois estava afastada a possibilidade de um derramamento de sangue, que acabaria por acontecer.

Era isso o que queria destacar nas minhas considerações inicias. Entendo que as manifestações sobre a Revolução de 1964, quando abordam a atuação da Academia, sempre pecam por apenas dizer o que fez a AMAN, sem se referir à decisão do General Médici. Vivemos ao lado dele naqueles momentos e reconhecemos que lhe coube tomar uma decisão fundamental e extremamente difícil.

A História, contudo, reservou-lhe um lugar de destaque: foi Presidente da República. Apesar das críticas improcedentes, que os inimigos fazem à sua administração, foi um senhor Presidente da República. Modesto, decidido e afável no trato; conversava conosco, naqueles momentos de apreensão, com a maior simplicidade. Sabíamos que ele estava do nosso lado.

Depois, como Presidente, foi simples com relação ao povo, com o seu radinho no Maracanã...

Injustiçado por essa imprensa tendenciosa que ainda hoje aí está.

General, após esse relato importante, porque nos traz a verdade a respeito da participação da nossa AMAN em defesa dos ideais da Revolução, perguntaria ao senhor quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março?

No meu julgamento, o clima de desordem que se instalou no País veio de anos anteriores, não foi em 1964. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, foi sendo criado um clima de ebulição, porque, lembro-me bem, de que pais e

mães tinham receio de mandar os filhos ao colégio, devido às greves e badernas incríveis. A CGT dominava com sindicatos poderosos e paralisava o País em todos os setores, em especial o do abastecimento.

Agora, o auge foi quando "botaram o dedo" na estrutura militar: quando vimos um almirante carregado nos ombros por marinheiros, em plena Avenida Presidente Vargas; quando vimos os marinheiros revoltosos lá do Sindicato dos Metalúrgicos serem liberados de dentro do Batalhão de Guardas – que eu vim mais tarde a comandar – e saírem em passeata pela avenida desuniformizados, sem cobertura, sem o dólmã usado pelos fuzileiros... Aquilo foi a gota d'água, não se podia mais admitir tanta desordem, tanta baderna.

E quem nos empurrava para tomar uma decisão? A população, principalmente através de passeatas – as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade –, procurando dizer: "Se vocês não agirem, quem vai agir?" Então, as Forças Armadas tomaram a decisão.

General, o que se passava no meio militar naqueles primeiros anos da década de 1960? Como era o ambiente da AMAN?

O cadete, pela própria estrutura da Academia, é muito engajado na atividade-fim. É exigido desde que acorda até a hora de dormir, dia e noite. Diferentemente do nosso tempo de cadete, eles liam jornais nos apartamentos e como citei antes, podíamos sentir a tendência dos apartamentos pelo tipo de jornal que estava sendo lido.

Além disso, havia uma recomendação do próprio Comandante, General Médici, para que procurássemos manter o cadete informado da situação, sem envolvê-lo na mesma. Ele não poderia ser estimulado a se manifestar ostensivamente. O Coronel Rosadas, que era professor da Academia, cita no seu relatório que, em sala de aula, os professores mostravam aos cadetes o clima de desordem que estava se criando no País. Aliás, queria também registrar, que pude avivar a memória, devido ao relatório feito por um companheiro da Academia que servia lá, o Coronel de Infantaria Manuel Soriano Neto. Ele elaborou essa coletânea de dados, com depoimentos de outros oficiais, como os então capitães Nialdo e Muniz, esse último do Curso de Artilharia, e do Coronel Rosadas, que era professor de Psicologia.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida, foram esses eventos, como aquele comício da Central do Brasil em que se viu a figura do nosso Ministro no palanque, aconselhado que foi a não comparecer, segundo eu li ao longo da história, mas lá estava ele e a nossa Polícia

do Exército, como segurança daquela massa enorme de indivíduos com flâmulas de partidos comunistas e letreiros agressivos; a revolta dos marinheiros, lá no sindicato dos metalúrgicos e a tropa que chegou, de fuzileiros navais, se não me falha a memória, colocou as armas na calçada e aderiu aos marinheiros insurretos; a reunião do Automóvel Clube, em que os sargentos fizeram a apologia do Presidente João Goulart, enquanto este os incitava à quebra da hierarquia e da disciplina.

Coube-lhe o discurso mais violento contra o status quo...

Mais violento. Como já citei, os marinheiros presos no Batalhão de Guardas foram libertados e saíram pelas ruas desuniformizados, carregando um almirante nos ombros. Isso tudo aconteceu na área militar, e como disse anteriormente, a população queria que agíssemos. Nossos chefes procuraram verificar qual o momento propício para aderir ao movimento de rebeldia contra o governo, e esse momento foi exatamente naquela noite da reunião do Automóvel Clube.

Então, para ficar bem claro, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade popular?

Exclusivamente. Seria até cômodo que nós ficássemos nos quartéis aguardando o desenlace dos acontecimentos. Companheiros desavisados foram envolvidos no movimento anarco-comunista, particularmente os sargentos, por carências de toda ordem. Recebiam empréstimos orientados pelo governo para compra de casa própria, automóvel etc...

Então, General, havia uma Revolução em andamento no Brasil?

Eu chamo a Contra-Revolução de 31 de Março, porque a revolução sindicalista-comunista já estava a caminho. Como disse o Capitão Dagmauro naquela época, nós estávamos na quinta fase da guerra revolucionária. O que fizemos foi uma Contra-revolução.

A Revolução, ou a Contra-revolução de 31 de Março, foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Não tenho conhecimento de auxílio externo. Li todos os livros que escreveram sobre a Revolução; uns citam que a esquadra americana estava pronta para aderir. Naquela época, e posteriormente pela leitura, não consegui ver adesão de qualquer força armada estranha ao País.

Talvez, aquiescência ao movimento, porque era de interesse para o mundo democrático, mas adesão com meios, não.

Nesse aspecto, o General Meira Mattos foi taxativo ao dizer que não houve participação alguma de fora, foi exclusivamente uma preparação interna...

A que o senhor atribui o desmoronamento do esquema governamental que o Presidente João Goulart apregoava existir para fazer as reformas de base?

Eu tenho a impressão, não posso dizer com segurança, mas o governo caiu não só pelas ações do Presidente, mas, principalmente, pelos que o cercavam. Os sindicatos eram de esquerda extremada e implantaram o caos, com base nos pelegos que o dominavam. O Presidente começou a tomar decisões que acredito não fossem nem de seu interesse, naquele momento, mas, de qualquer maneira, era o Presidente... E ele colocou, em determinados postos, elementos notoriamente anarco-esquerdistas que atuavam com a firme determinação de implantar no Brasil a tal república sindicalista, sepultando a democracia no País.

Como o senhor viu o aspecto "chefia e liderança" daqueles que participaram efetivamente da Revolução, como é o caso da AMAN, da tropa de Minas Gerais e do próprio II Exército?

Nos momentos de crise é que podemos identificar os chefes, e ainda digo mais, os líderes. Líder é mais do que chefe, e na Academia nós tivemos esse exemplo. Eu disse no início: queríamos saber o pensamento do General Médici, e ele revelou esse pensamento no ano anterior, não foi na hora da Revolução.

Acredito que os oficiais meus subordinados e os cadetes, também esperavam o mesmo de mim. Os oficiais já sabiam, mas os cadetes aguardavam a decisão do Curso de Infantaria. Na hora que revelamos o nosso pensamento, de maneira clara, para eles todos, não houve uma deserção. Isso significa que acreditaram, como eu acreditei no meu Comandante do Corpo de Cadetes – hoje General Potyguara –, como eu acreditei no meu Comandante da Academia, General Médici.

Por que foi correto o emprego da tropa da AMAN, dos nossos cadetes, naquele momento?

Não havia outra alternativa. Ele tinha assegurado que garantiria a passagem das tropas do II Exército por Resende, sem qualquer ação da tropa do I Exército, e já não tinha meios na Academia para ele empregar, só o Corpo de Cadetes.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Nenhuma. A única ideologia era preservar o regime democrático.

Era contra a comunização do País, era contra a ideologia comunista...

Por isso, foi uma Contra-Revolução, e não uma Revolução.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento?

Naquela oportunidade, sim. Depois, açulada por infiltrações de vários matizes, não. Ela hoje move uma campanha sistemática contra a Revolução. Não

apontam o que os governos fizeram e, agora, dizem que foi uma ditadura. Como disse, não me recordo se o Delfim Neto ou o Jarbas Passarinho: "Quisera que todas as ditaduras fossem tão boas como a brasileira."

Para alguém sofrer algo, tinha que ser daqueles terroristas insanos, que realmente perturbavam a vida da Nação...

Aquilo foi uma guerra particular, dentro da Revolução. Eles não mataram? Eles não assaltaram? Não violentaram pessoas etc? Não fizeram uma série de barbaridades? Tinha que haver a contrapartida do governo revolucionário.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia nos trazer alguns desses acertos?

O País atingiu a posição de oitava economia do mundo, com avanços em todos os campos. No campo dos transportes, falam hoje de uma maneira irônica das obras faraônicas. Uma esta aí, a Ponte Rio-Niterói. Faraônica?! O que seria hoje do Rio de Janeiro sem tal ligação? Itaipu?! Hoje, o governo diz: "Vai faltar energia." Mas não faltou há dez anos, porque a usina existia.

Quem fala que a Ponte Rio–Niterói é faraônica, nunca ficou lá do outro lado, no seu carrinho, esperando a barca para fazer a travessia, quase a noite toda, tendo que trabalhar no dia seguinte, praticamente sem dormir...

Hoje em dia muito se fala em ditadura militar e "anos de chumbo". Como é que o senhor vê isso?

Ditadura militar... Na ditadura militar, não havia medida provisória; hoje, temos mais de duas mil, três mil, para resolver qualquer tipo de problema. Então, nesse aspecto, os presidentes militares tiveram muito mais limitações do que se tem hoje.

Inclusive a maioria dos ministros eram civis.

Qual foi o ministro da economia, do planejamento ou das finanças? Nenhum foi militar.

Inclusive tinham carta branca, eram realmente os que decidiam.

Quem pode contestar o desempenho de Roberto Campos no governo de Castello Branco? O próprio Delfim, ainda presente na vida nacional, está apontando os erros que hoje vêm sendo cometidos contra a economia do País.

As Forças Armadas se beneficiaram ao tempo dos governos militares?

Eu sou muito franco nesse aspecto. Por serem generais os presidentes – familiarizados com o orçamento de gastos militares muito diminutos, em fun-

ção da grandiosidade do País, da sua população etc e pessoalmente, na vida individual, junto à família, limitados por questões de vencimentos – eles deram, em parte, esse tratamento às Forças Armadas. Elas pouco tiveram de vantagens. Ironicamente, porque, como os presidentes eram militares, as Forças Armadas poderiam ter crescido em termos de valor, em termos de poderio etc e não foi isso o que aconteceu.

A verdade é que passamos vinte anos de "cinto apertado". Inclusive os próprios equipamentos e armamentos das Forças Armadas foram os mínimos. É aquele negócio, "máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança". Na verdade, era o mínimo mesmo...

De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz desses vinte anos de governo da Revolução?

Em primeiro lugar era necessária, na época. Ninguém contesta isso, tirando os elementos vinculados ao Partido Comunista ou de tendência de esquerda etc, todo mundo sabia que o caos imperava no País. Tinha que ser feita alguma coisa e quem poderia fazê-lo eram as Forças Armadas. Foi feito. Até hoje, quando se aponta um militar, como o saudoso Andreazza e os presidentes, e se pergunta: Como terminaram a vida? Num apartamento modesto, não buscavam dinheiro, não tinham nada. Então, o que lamento, sinceramente, é que a pressão da mídia, na sua maioria composta por esquerdistas-revanchistas, consiga mobilizar a opinião pública contra nós, embora, até hoje, não tenha atingido esse objetivo, pois, nas pesquisas que têm sido feitas, as Forças Armadas aparecem numa posição bastante privilegiada.

De qualquer maneira, o matraquear diário contra tudo e todos que participaram da Revolução vai minando a crença da população nas suas instituições armadas. Esse é o grande risco que corremos. Alguns falam em desnecessidade ou em desaparelhamento das Forças Armadas, como acabei de ler esta semana, dizendo serem tropas ociosas. Isso revela um grau de absoluta ignorância. Essas tropas não estão ociosas, mas se preparando para defender o País e eles, que hoje as criticam.

Qual a sua mensagem final, para ficar gravada no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Eu diria aos companheiros da ativa que mantenham a chama do idealismo que sempre prevaleceu nas nossas Forças. O exemplo dos nossos chefes do passado e a crença de que o nosso País tem solução deve permanecer, independente do que fazem os que advogam o caos.

As Forças Armadas não deixarão que o nosso País vire pelo avesso, como não deixamos no passado. Acredito nos companheiros que, hoje, estão dirigindo os destinos das nossas três Forças. Acredito que os brasileiros que pensam no bem do Brasil saberão deixar, para as novas gerações, um País melhor – livre, democrático, humano e com o seu povo mais feliz.

Ministro Armando Ribeiro Falcão

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Presidente do Partido Social Democrático (Seção do Ceará).
- Ministro de Estado da Justiça, Ministro de Estado (Interino) das Relações Exteriores, Ministro de Estado (Interino) da Saúde, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.
- Líder do Partido Social Democrático, da Maioria Parlamentar e do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na Câmara Federal.
- Ministro de Estado da Justiça no governo do Presidente Geisel.
- Na fase preparatória da Revolução de 1964, desenvolveu intensa atividade parlamentar e política, viajando pelo Território Nacional, usando a Tribuna da Câmara Federal e a Imprensa, na luta anticomunista.

Entrevista realizada no dia 27 de junho de 2000.

Meus senhores, ficará sendo uma lembrança inesquecível o convite para colaborar com o Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, na parte relativa à Revolução de 1964. Vim para dizer o que sei sobre o Movimento de 1964. Dele participei desde antes de sua eclosão, porque, como consta no meu "curriculum vitae", percorri quase todo o Brasil, como Deputado Federal, debatendo as questões nacionais e mostrando a impossibilidade de o País continuar sob o domínio da anarquia, prestes a dar um passo mortal para a comunização.

O que eu aqui disser corresponderá, plena e essencialmente, à verdade histórica. Espero, com isso, oferecer uma pequena mas sincera contribuição, a fim de que, no futuro, se veja o que foi o Brasil do nosso tempo.

Estou à disposição para responder ao que estiver ao meu alcance, com a mais absoluta sinceridade.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

O problema é que o Brasil estava vivendo uma época de anarquia no plano político, administrativo, do trabalho, enfim, no plano geral de sua vida. Foi para livrar o País da anarquia geral reinante, sem dúvida um dos principais caminhos do comunismo para dominar o poder, que as Forças Armadas, aliadas ao povo, souberam desencadear, numa hora feliz e graças a Deus, a Revolução de 31 de Março de 1964.

Eu costumo dizer que João Goulart não foi Presidente da República, porque ele era um Chefe de Estado entre aspas. Do ponto de vista intelectual, não tinha preparo para ser, sequer, Prefeito de São Borja. Na chefia da Nação, estimulava a desordem, a agitação e a indisciplina. Somente greves gerais, que eram greves oficiais, nós tivemos, em seu desgoverno, mais de três mil, num só ano. A administração federal era sinônimo de descalabro. Foi por tudo isso, e muito mais, que o povo e as Forças Armadas, Forças Armadas e povo, deram-se as mãos para a jornada histórica de salvação nacional que foi o 31 de março.

Ministro, o senhor julga que a guerra fria, Pós-segunda Guerra Mundial, exerceu alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Não, a mim me parece que não.

O que o senhor poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março, trazendo-nos mais detalhes, maiores minudências?

A ausência de lideranças fortes, as sucessivas trocas de legendas, a incúria dos comandos partidários eram notórios no quadro de falência dos partidos políti-

cos. De sorte que os mesmos só existiam para a "politicalha", a baixa política, em que tudo era lembrado, menos o interesse real e efetivo do cidadão. A vida política só era real na imaginação daqueles que lhe exploravam a existência e, por isso, eles tiveram um fim inevitável, quando começou a vitória da Revolução de 1964.

Assim, Ministro, parece-nos, e creio que ao senhor também, que havia um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Sem dúvida. A insatisfação popular era evidente e profunda, diante da incapacidade e da irresponsabilidade do Presidente da República que, inconsciente, estava "descendo ladeira abaixo". Ele foi deputado, na minha época, e eu nem sabia, porque ele só passava pela portaria da Câmara para marcar presença fictícia, de quatro em quatro meses, a fim de não perder o mandato. Nunca apresentou um projeto, nunca participou de um debate ou subiu à tribuna da Câmara. Era esse homem que, de repente, se viu alçado à Vice-Presidência da República e, depois, à Presidência, para o tremendo desastre que todos nós conhecemos.

Qual era, na época, a posição da Igreja em relação a esse governo deposto, em 1964?

Bem, como instituição tradicionalmente apolítica, a Igreja se mantinha, quase sempre, reservada e silenciosa. Mas, nos contatos diretos com a Hierarquia, e eu os tinha muito e permanentemente, sentia-se claramente, visivelmente, por assim dizer, o desconforto de todos ou de quase todos os membros da Igreja Católica. Era essa a pura verdade que os fatos não podiam, absolutamente, pôr em dúvida ou negar.

O senhor poderia falar alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas", de grande atuação no Nordeste, e, também, sobre o "grupo dos onze", de Leonel Brizola?

Sobre as Ligas Camponesas, quando assumi o Ministério da Justiça, no governo Kubitschek, encontrei um processo, iniciado com a representação do então Ministro da Guerra, General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, pedindo a atenção do Presidente da República para uma exposição de motivos do General Honorato Pradel, que fora o Comandante da 7ª Região Militar, com sede em Recife, relatando o que se passava, em Pernambuco, em torno das chamadas Ligas Camponesas, que estavam, naquela região, acabando com o direito de propriedade e plantando as primeiras raízes do comunismo no Brasil.

Juscelino me recomendou que conversasse com o Presidente da União Democrática Nacional (UDN) – partido de oposição ao governo – que era o Dr Magalhães Pinto. Ele me disse que o problema das "Ligas Camponesas" era um "problema de fome"; eu respondi: "Mas eu sou o Ministro da Justiça e a fome não está

entre os problemas que me cabe examinar. Então, vou adiantar ao senhor que proporei ao Presidente da República o imediato fechamento das 'Ligas Camponesas', sem demora." E assim fiz, acabando com elas.

Os chamados "grupos dos onze", pequenos grupos de combate para atuar, principalmente, nos centros urbanos, eram criações subversivas de Leonel Brizola, para ajudar a perturbação da ordem. Um dia, quando menos esperássemos, o "grupo dos onze" estaria desempenhando o seu papel subversivo, revolucionário, e, por isso, também, tratamos de acabar com eles.

Apesar de o senhor ser civil, mas sendo um grande amigo das Forças Armadas e, em particular, do Exército, sinto-me animado em lhe perguntar o que se passava no meio militar, na época? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Bem, do Exército, a parte militar que me toca é a de poder dizer que sou Reservista de Primeira Categoria. Servi, no período da guerra, durante algum tempo, na Vila Militar, sob o comando de um oficial que, depois, foi meu colega na Câmara e, em seguida, passei para o Quartel-General da 1ª Região Militar, a convite do então Coronel Edgar de Oliveira, Chefe do Estado-Maior Regional, que me pediu para ajudá-lo e a seus companheiros, na redação do boletim diário.

Como observador civil, portanto sem vivência maior nos quartéis, penso que os chefes militares superiores, apesar dos pesares, tiveram a sabedoria e a competência para manter os quadros e a tropa fiéis aos princípios da obediência, da disciplina e da hierarquia, que se queria eliminar. O sistema da cadeia de comando agiu e reagiu, sempre, com firmeza e sabedoria, impedindo o caos. Daí por que se plantara, naqueles duros tempos, naqueles terríveis tempos, naqueles ominosos tempos, a vitória, que se concretizou com a eclosão do movimento, na manhã do dia 31 de março de 1964.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução?

Nesse ponto, gostaria de pedir a atenção geral para um trabalho deixado pelo meu preclaro amigo, Marechal Odylio Denys, ex-Ministro da Guerra, sob o título "A Revolução de 1964 – Resumo dos principais acontecimentos". É um folheto dele, de 1979, de onde retirei vários elementos que estou usando nesta despretensiosa entrevista. Falo do Marechal Denys com respeito e admiração. Foi um homem de ação, um homem lúcido, que não temia enfrentar responsabilidades.

O Marechal lembra, no seu trabalho, que os principais acontecimentos, entre outros, importantes também, que fizeram desencadear a Revolução, foram o comício da Central do Brasil, o banquete de sargentos e praças oferecido a João

Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964, e outros atos de desafio à autoridade e à hierarquia militares.

E, um pouco mais para trás, a tentativa de prisão, atribuída a uma força do Exército, que se recusou a fazê-la, do Governador Carlos Lacerda, que combatia, naquele momento, o Governo. Em virtude da firmeza da oficialidade respectiva, que recebera a incumbência de prendê-lo, frustrou-se a violência. Esses foram acontecimentos imediatamente próximos da Revolução de 31 de Março, que ajudaram a deflagrar o Movimento.

Ministro, qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Todos aqueles que lutavam pela verdadeira democracia, pelo verdadeiro regime democrático, eram chamados de reacionários. Mas, aquelas Marchas da Família, que começaram em Minas Gerais, depois, cobriram São Paulo, e, a seguir, o Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, eram uma explosão de revolta pacífica do povo contra a república anarco-sindicalista comunista de João Goulart.

Ministro, o senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?

Sem dúvida. Como sempre acontece na História do Brasil, as Forças Armadas, particularmente o nosso Exército, foram intérpretes fidelíssimos da Vontade Nacional, legítima e inconfundível. Esta é a verdade histórica. Basta compulsar os livros, ir às bibliotecas, procurar, examinar autores idôneos e encontraremos tudo o que fizeram as Forças Armadas, o Exército em particular, que nunca faltaram ao povo brasileiro, em circunstância alguma.

Então, a seu ver, havia uma revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional no nosso País?

Sem dúvida. Sem dúvida alguma, a salvação do Brasil, digo isso de consciência limpa e sem exagero, foi o 31 de Março. Sem o 31 de Março, haveria um tremendo derramamento de sangue, que como semelhante nunca houvera no Brasil.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional com relação à eclosão da Revolução de 31 de Março?

Eu era deputado, nesse tempo. Fui deputado federal durante quatorze anos e, como disse, procurei usar o mais possível o meu mandato para ajudar a pôr um ponto final naquilo. Viajei muito, pelo Paraná, por São Paulo, Mato Grosso e pelo

Nordeste. Realizava um programa, aqui no Rio, na Rádio Globo, todas as segundas-feiras, às oito da noite, com duração de vinte minutos, que eu intitulava "Boa noite, meus amigos". Através do programa, consegui, também, ajudar a preparar o Movimento de 31 de Março, na modéstia de meus esforços.

Como se portaram, na época, os sindicatos e aquelas entidades taxadas de esquerdistas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras, logo após o início da Revolução?

A união e coesão entre o povo e as Forças Armadas mantiveram-nas no lugar devido, isto é, à distância. Em algumas ocasiões, tentaram levantar a cabeça, mas nada representando, acabaram desistindo de perturbar.

Ministro, a Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio externo?

Absolutamente, nunca tivemos contatos externos de espécie alguma e com pessoa alguma. Foi um movimento rigorosamente nacional. Qualquer insinuação de participação externa é pura falsidade dos inimigos da Revolução.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Goulart?

À incapacidade dos seus chefes militares, que diziam possuir um dispositivo militar e sindical indestrutível e invencível. Foram eles que caíram, rapidamente, porque não tinham liderança efetiva junto aos quadros e à tropa, e à ausência de prestígio no seio do Povo.

Qual a sua apreciação a respeito da chefia e liderança, por parte de oficiais, daquelas tropas do Exército que estiveram engajadas, diretamente, no movimento, como a 4ª Região Militar, o II Exército, a nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)?

Foi brilhante e patriótica. O Marechal Odylio Denys e todos os seus chefes, cumpriram o dever, sem hesitação e com firmeza.

Ministro, o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução, a seu ver, foi correto?

Corretíssimo, porque o seu comandante, o General Emílio Garrastazu Médici, grande brasileiro, soube intervir com exemplar segurança, habilidade e bom senso, evitando qualquer choque. Os cadetes prestaram um grande serviço e o General Médici, igualmente, sem haver o menor problema com a "cadetada" da Academia. Tudo se resolveu a contento.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos imediatos visados pelas tropas que desencadearam a Revolução?

Os objetivos militares imediatos eram Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, além das capitais e principais cidades de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e dos Estados do Nordeste.

O senhor acredita que as Forças Armadas robusteceram, internamente, a união e a coesão, após 31 de março?

Cada vez mais, porque elas souberam vivificar integralmente a disciplina e a hierarquia em todos os quartéis e estabelecimentos militares.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Sim, era baseado numa ideologia: a legítima democracia, verdadeira e anticomunista, como sempre.

A chamada mídia, na época, apoiou o movimento? O senhor poderia citar alguns exemplos?

Como diz o General Meira Mattos, basta consultar as bibliotecas nacionais, onde as coleções de jornais demonstram isso. Houve, por assim dizer, no primeiro tempo, praticamente, quase que a unanimidade: "a Cadeia Associada", de Assis Chateaubriand; as "Organizações Globo", do Roberto Marinho; o *Estado de São Paulo*, com a família Mesquita – mas, depois, se afastaram, infelizmente, da Revolução.

Em seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?

A rigor, ela foi uma Contra-Revolução que evitou a comunização do país. A revolução era deles, da esquerda extremista, que "mordeu o pó da derrota". Porém, quando foi editado o primeiro Ato Institucional, que não recebeu número, da autoria de Francisco Campos, disse ele aos nossos companheiros: "Nós não devemos falar de "Contra-revolução"; temos de falar em Revolução, pela profundidade que ela vai atingir, em todo território nacional."

Como eu falei, a revolução era a deles, da esquerda extremista, que "mordeu o pó da derrota".

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governos essencialmente civis, com presidentes militares, Congresso aberto, Supremo Tribunal respeitado, eleições regulares, eleições de governadores de

Estado, deputados federais e estaduais, senadores, de vereadores, – naturalmente, com restrições apenas a abusos intoleráveis. Afinal de contas, a Revolução tinha a legitimidade da conquista da vitória, e isso era tudo.

No seu entendimento, a Revolução trouxe benefícios ou prejuízos ao País?

Nós saímos, no domínio da economia mundial, do 49º para o 8º lugar. Surgiram novos e inúmeros conjuntos de rodovias federais; multiplicaram-se os corredores de exportação; a paz e a ordem, nas cidades e no campo, voltaram a imperar. E a autoridade pública ficou preservada. Isto é um mero e rápido resumo da situação de triunfo, representada pela Revolução.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. Por que isso acontece?

Olhe, esse problema da mídia... Nesse problema está inserta, também, a responsabilidade da própria Revolução. Nós não soubemos cuidar de conquistar a opinião pública, criando um órgão adequado como De Gaulle fez na França, com um Ministério da Comunicação, para explicar a Revolução.

O Presidente Castello Branco, até se irritou comigo, um dia, quando fui falar nisso. Ele perguntou: "Você está querendo criar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Governo Getúlio Vargas?" Eu respondi: "Presidente, eu queria ponderar ao Senhor que, graças a esse tão malfadado "DIP", dois meses depois da deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, ele se elegeu senador pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e deputado federal por cinco estados." O Presidente, então, disse: "Pois, você e o seu amigo Carlos Lacerda façam nova Revolução, porque, comigo não." Não insisti mais.

De sorte que esse setor mídia e o contato com a opinião pública representaram uma falha imensa e lamentável. Nós não éramos, afinal de contas, sábios para acertar em tudo. Acho que a Revolução falhou, porque deixou de comunicar-se, adequadamente, com a opinião pública.

Ministro, o senhor privava da amizade do Presidente Castello Branco, tinha um contato muito estreito com ele. Sabemos que alguém, de certa feita, taxou-o de militarista. O que o Presidente Castello Branco disse a esse respeito?

Castello me disse uma vez, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, conversando comigo, – eu era deputado e freqüentemente estava com ele: "Armando: aqui, de vez em quando, passa um deputado ou outro que comenta: "O Deputado Armando Falcão é muito trabalhador, muito atuante, mas é militarista."

O Presidente Castello Branco me acrescentou o que respondia, nessas ocasiões: “Militarista, não! Ele tem espírito militar, isso é outra coisa. Quer dizer: por onde passa, imprime a ordem, a lei e a autoridade.” Eu concluí: “Presidente, vou anotar essa definição tão honrosa, tão gloriosa para mim, que o senhor me fornece, para que os meus filhos dela tomem conhecimento e a passem para os meus netos, como um título inesquecível.”

O que o senhor teria para nos dizer acerca das ações de guerrilha e de terrorismo, praticadas por extremistas em pleno período da Revolução?

Tudo aquilo provava, “por A mais B”, que estávamos, realmente, ameaçados pela guerrilha subversiva, desencadeada pelos extremistas da esquerda. Não fora a energia, a coragem e a disposição dos governos da Revolução para enfrentar essa guerrilha, e ela teria vencido a parada. Os combates que os governos revolucionários ofereceram a tudo isso foram legítimos, necessários e indispensáveis.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades de imprensa, de expressão, com prejuízo para divulgação de pensamentos e idéias da sociedade brasileira?

Escute, a Revolução, ainda dominando o poder, determinou a total extinção da censura no Governo do Presidente Ernesto Geisel, no qual eu era Ministro da Justiça. Hoje, os excessos não têm limites. Inventaram, até, que “É proibido proibir”. Veja-se como está a televisão, como estão as rádios: tudo a serviço da devassidão, da imoralidade e da indecência. É uma vergonha o que ocorre, no setor.

Alguns críticos da Revolução alegam que houve falta de canais para manifestação dos opositores ao regime e isso teria provocado a luta armada. O senhor concorda com isso?

Absolutamente, não! A luta armada sempre foi um dos principais elementos de ação na tentativa desesperada dos comunistas de assaltar o poder. Foi isso. O resto é desculpa para enganar os tolos.

A luta armada, desencadeada por eles tanto no campo como na cidade, onde buscava a orientação e o apoio?

Eles buscavam orientação e apoio na União Soviética e nos seus satélites, a começar por Cuba. O ouro de Moscou – lembra-se de como era falado esse ouro de Moscou? – “rolava solto” para os comunistas daqui, essa é a verdade histórica.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) era necessário?

O AI-5, na minha opinião, em face da desordem que ameaçou o País, se tornou absolutamente necessário. Se não fosse o AI-5, o governo teria sido derrubado e tudo voltaria à estaca zero, com ditador bolchevista no palácio presidencial.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) ou qualquer outro nome que se queira dar, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Bem, o Congresso Nacional, vamos acentuar, de modo geral, cooperou no esforço do Poder Executivo revolucionário, quase sempre satisfatoriamente. Houve algumas dificuldades ao longo do regime, mas que, sempre, foram superadas. Quanto ao SNI, não há país ou organização, seja qual for, que possa viver e ter sucesso sem informações. Agora, na preservação da lei e da ordem pública, grande papel desempenharam a inteligência e a competência do General Orlando Geisel, com relação, sobretudo, às primeiras medidas dos DOI/CODI e dos organismos assemelhados. Foi o General Orlando Geisel que teve a bravura cívica necessária e a competência técnica devida para transformá-los em grandes fatores de vitória na luta que se travou, afinal.

Hoje, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Eu digo, sempre, o seguinte: "Isso é propaganda da extrema esquerda ou dos inocentes úteis." São, quase sempre, os que enterram a democracia. Quem quer acabar com a vida e com o direito do cidadão são eles. Haja vista que o implacável ditador Stalin mandou matar seis milhões de russos. O ditador de Cuba, Fidel Castro, que está, até hoje, fuzilando gente, continua impune, e ninguém fala nada contra ele. Mas falam tudo contra o Pinochet.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Lembre-se, foi a própria Revolução, através dos governos Geisel e Figueiredo, que se declarou finda. A iniciativa de encerrar o ciclo partiu dela, espontaneamente, ainda com toda a força e o poder na mão.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, na época da Revolução?

Nunca! Jamais! As Forças Armadas sempre foram e continuam sendo exemplares, exercendo com correção patriótica o seu dever, sem nada reivindicar. Ah!

Se as Forças Armadas fossem por todos imitadas, o Brasil estaria, assim, em situação muito mais brilhante e muito mais feliz.

Ministro, baseado em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz desses vinte anos de governo da Revolução?

Na minha opinião, foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional. Atualmente, já existe quem fale com saudades da Revolução. É o provérbio popular: "Atrás de mim virá, quem bom me fará."

Ministro, por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução do país?

Porque o governo revolucionário de Ernesto Geisel entendeu que chegara a hora do "aperfeiçoamento democrático, com a mudança lenta, gradual e segura".

A conjuntura internacional acelerou esse processo?

Nunca! Nunca Geisel falou nisso e jamais o admitiria.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Eu prefiro deixar que o povo brasileiro faça o julgamento. Vamos dar tempo ao tempo, para ver onde estavam, realmente, o bem e o interesse do Brasil.

Havia condições, Ministro Armando Falcão, para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo Figueiredo?

Nós nunca pensamos nisso; foi matéria, inteiramente, integralmente fora de nossa pauta.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?

Na minha opinião, não. Discordo desse ponto de vista.

Houve, a partir de 1985, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e de autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia, por exemplo?

O revanchismo é sempre uma estupidez, que nada constrói. Quanto à denominada Lei da Anistia, entendo que está sendo mal-aplicada, pois não assenta em critérios gerais e rigorosamente justos. Além disso, acarreta ônus indevido para o Tesouro Público.

Ministro, como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente no tempo da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação vivida nesse contexto?

O comunismo faliu, mas não faleceu. E os democratas precisam deixar – muitos deles – de "dormir de touca". Porque senão, um dia, serão engolidos pelo fenômeno comunista, que é um fato permanente, que representa uma idéia-força, que não se combate com ingenuidade, nem com fraqueza, nem com irrealismo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Eu declaro que o povo, através dessas manifestações, está demonstrando a sua gratidão ao Exército e às Forças Armadas.

Finalmente, o senhor gostaria de registrar algo mais para a história neste nosso projeto?

Quero aproveitar este final de pronunciamento para insistir: o Exército Nacional só merece o apoio, o aplauso e a gratidão do povo. Eu sustento e repito: "Enquanto existir o Exército, o Brasil não deixará de ser Brasil. Eis tudo. Viva o Exército! Viva o Brasil!"

Agradeço, finalmente, o ensejo para sustentar, sem medo, a minha verdade, neste oportuno Projeto de História Oral. Muito obrigado, agora e sempre.

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

- Natural da Cidade de São Carlos, SP.
- Último posto na carreira: General-de-Divisão.
- Na Segunda Guerra Mundial, como Capitão, foi membro do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e Comandante da 2ª Cia / I Btl / 11º RI, da FEB.
- Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras.
- No exterior, comandou o Destacamento Brasileiro na Força Interamericana de Paz (República Dominicana), foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, e adido militar junto à Embaixada Brasileira em La Paz, Bolívia.
- É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Comandante do 16º BC, Cuiabá, MT, tendo liderado marcha pró-Revolução com destino a Brasília.

Entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2000.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Do meu ponto de vista, há causas remotas e recentes. As remotas estão ligadas às inconformidades de uma parte da elite brasileira com o marasmo dos governos republicanos, na década de 1910 e na década de 1920, após o entusiasmo com a Proclamação. Os presidentes dos governos republicanos não tinham idéia maior, mais ativa ou dinâmica, sobre o futuro do Brasil. Naquela época, alguns escritores brasileiros, como Alberto Torres e Oliveira Viana, se destacaram por caracterizar bem essa inconformidade.

Esse espírito de insatisfação, pela falta de visão estratégica dos governos, incapaz de mentalizar um Brasil Grande, coerente com a enormidade de sua geografia e de seus recursos naturais, propagou-se pelo Exército e foi responsável pelos sucessivos levantes de 1922, 1924 e 1926, culminando com a Revolução de 1930. Dentre os tenentes que participaram desses movimentos, destaco Juarez Távora. Releva citar que a inconformidade com essa política mesquinha e o desejo de implantar no governo do País uma visão mais ampla têm raízes, vamos dizer, longínquas.

Porém, o Movimento de 1964 eclodiu porque, em um determinado momento, um grupo de esquerda resolveu apoderar-se do governo. Agindo nos sindicatos e no meio estudantil, acabou ocupando o poder, durante o Governo de João Goulart.

Em suas pregações, diziam que transformariam o Brasil numa República sindicalista, numa grande Cuba. Era uma pregação antidemocrática. Um grupo das Forças Armadas, principalmente do Exército, não se conformava com a hipótese de o Brasil deixar de ser uma democracia.

A propósito, devo afirmar, sem nenhuma preocupação de caráter doutrinário ou sem querer demonstrar erudição, que o povo brasileiro é democrático pela sua própria maneira de ser, ou seja, quer viver de uma maneira democrática. Cada cidadão brasileiro quer ser dono do seu destino e não o que o Estado pretenda que ele seja. Cada pai brasileiro quer educar os filhos de acordo com sua própria orientação e não que tudo seja colocado em uma espécie de camisa de força, onde seu destino ou suas crenças já estão decididas – ou crê ou morre. A sociedade brasileira não aceita isso. A democracia do povo brasileiro está baseada no sentimento. Há muita gente que discute o que é democracia e coloca uma série de teorias, umas mais ortodoxas, outras mais livres, mas a nossa democracia é a maneira de ser e de viver do povo brasileiro. E quem quiser contrariar essa maneira de ser e de viver do povo brasileiro, posiciona-se contra a democracia.

Sabemos muito bem que o pessoal que ocupava o poder queria transformar o Brasil um país socialista, de poder centralizado e costumes impostos. Seria uma ditadura com um ditador no estilo de Fidel Castro, por quem tinham e ainda têm adoração. É uma contradição. Como é que você pode ser democrata e, ao mesmo tempo, ter adoração por um ditador que mantém nas prisões milhares de pessoas, que obriga 2 milhões de cidadãos a viver fora de seu país, fugidos da perseguição. Mas é o que ocorre aqui com os nossos políticos que se dizem democratas e têm adoração por ele. Vivem prestando-lhe homenagens, indo até Cuba ou trazendo-o aqui, para troca de gentilezas. A imprensa brasileira, que se diz democrática, gosta bastante de Fidel Castro e está sempre festejando o maior ditador que temos na América. São as contradições de uma certa elite intelectualizada de esquerda, existente no País e que dominou grande parte da mídia. Pode-se dizer que a imprensa está na mão deles.

Essa gente, quando conseguiu assentar-se no governo, começou a demonstrar seus intentos. Seus movimentos deixavam clara a estratégia criada para o domínio completo do poder. Buscavam conquistar as Forças Armadas, um obstáculo a transpor, e realizar movimentos populares, principalmente empunhando a bandeira da Reforma Agrária, que hoje se chama Movimento dos Sem Terra.

Essa área, a da Reforma Agrária, estava entregue a um agitador chamado Julião. Pretendia dividir as terras de propriedade particular para o povo que dela precisava. Do outro lado, para enfrentar as Forças Armadas, fazia-se necessário destruir o princípio da hierarquia. Para tal, no governo de João Goulart, teve início o chamado "sistema de hierarquias paralelas". Consistia na promoção ou transferência – de cabos, sargentos ou tenentes – em vez da linha normal, profissional, pela linha da preferência partidária, dos filiados ao movimento. De repente, um oficial ou sargento era transferido, sem que ninguém, da linha de comando, tivesse conhecimento. Vinha pelo sistema, pela rede de hierarquia paralela, desmoralizando os comandos.

Outros movimentos e demonstrações chegaram ao exagero. Num curto período de dias, deram-se três fatos graves: o comício da Central do Brasil, que foi um protesto contra a Constituição vigente; em seguida, houve a chamada "revolta dos marinheiros" e, logo depois, a reunião do Automóvel Clube, uma convocação dos sargentos de todo o País. Compareceram sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a quem foram assegurados transportes, numa nítida demonstração de violação aos princípios hierárquicos.

Era nítido que estava em curso uma tentativa de golpe para substituir o governo e que isto não podia continuar, pois nos levaria a tal República sindica-

lista, com o poder centralizado e um regime estatizado, marxista. A pregação ocorria às claras.

A partir de meados de 1963, começou uma conspiração nas Forças Armadas. O pessoal começou a entrar em contato, a combinar, falar, escolher um líder. A conspiração foi crescendo. Os civis também se organizaram, criando associações de defesa da democracia, em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e em vários outros Estados. Fizeram comícios e marchas. Em São Paulo, realizaram uma marcha de mais de quinhentas mil pessoas. Em Minas Gerais, uma outra marcha de grandes proporções.

Houve uma convergência de propósitos entre o movimento civil e a conspiração militar. Em dado momento, tudo estava preparado para eclodir, discutindo-se qual seria o melhor instante. Havia governadores envolvidos na conspiração, principalmente o de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros, que conspiravam abertamente.

No Rio de Janeiro, a conspiração não teve um chefe, mas núcleos de conspiração. Havia um núcleo que tinha o General Nelson de Mello, Comandante do 6º RI na Segunda Guerra. Outro núcleo conspiratório era o do General Cordeiro de Faria, Comandante da AD nesse mesmo conflito mundial. Havia os núcleos do enteado do ex-Presidente Dutra, o General Ulhôa Cintra, e do Governador Carlos Lacerda. Os grupos não se interligavam e nenhum deles liderava o movimento. Os contatos eram furtivos, sem uma coordenação de chefia. O mesmo aconteceu em Recife, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde não havia chefia.

Em São Paulo, aconteceu uma coisa interessante. O grupo conspirador civil detestava o Adhemar de Barros. Era uma dificuldade. Ele era o Governador do Estado e estava colocando todos os seus recursos na conspiração, mas o grupo civil o detestava.

Releva, no entanto, registrar que todos esses grupos sabiam o que queriam: impedir que o Brasil se transformasse numa grande Cuba. Os homens do governo do Sr. João Goulart, vários dos seus ministros e auxiliares, e a sua gente infiltrada em todas as organizações, proclamavam sua posição marxista, abertamente, nos discursos e em jornais e revistas. Basta ver as fotografias do comício da Central do Brasil e ler o que está escrito nas faixas que eles exibiam. Geralmente, o brasileiro é de memória fraca.

No Exército, não havia um "Chefe de Conspiração", tudo era nuclearizado, até chegar-se a semana fatídica – a Semana Santa de 1964. Houve uma sucessão de demonstrações de que eles, o governo, iriam fazer a revolução de esquerda: o Comício da Central, a Revolta dos Marinheiros, e a Reunião do Automóvel Clube, já assinalados.

Eis o motivo por que o General Mourão partiu, sem coordenação com os outros conspiradores. Mas, como estavam todos preparados, apenas procurando uma data, tudo convergiu. Antecipou-se. Quem estava junto com ele na conspiração era o Marechal Denys, mas que também não se ligava, nem com o General Cordeiro de Faria, nem com o General Nelson de Mello e nem com o General Ulhôa Cintra.

A imprensa publicou nos primeiros dias da Revolução que ocorrera um movimento nacional, e não um movimento militar, para salvar o Brasil de uma subversão que estava crescendo, e que levaria o País a uma ditadura em estilo cubano. Enfatizo "em estilo cubano", porque aquela gente que queria a ditadura adorava Cuba e os que ainda estão vivos a adoram até hoje.

A reunião do Automóvel Clube foi a chamada gota d'água que transbordou o copo. O General Mourão, Comandante da 4ª Região Militar, achou que já estava na hora e saiu por conta própria. Foi uma correria.

O General Castello, que tinha um espírito de lealdade constitucional, reconheceu que a observância da legalidade conduzia ao comunismo. Buscou agir sem violar a lei e, se tivesse de fazê-lo, seria o mínimo possível. Esperou que o Comandante do IV Exército, o General Joaquim Justino Alves Bastos, aderisse. No fim, todos foram se juntando ao Castello, que custou muito para conspirar, embora liderasse os protestos. Aliás, começou a protestar contra a infiltração comunista no Exército, desde a entrega da espada de ouro ao General Lott (1959). Ninguém estava protestando e ele já havia protestado. Foi o líder. Mas conspirar era uma coisa que feria sua formação. Só encontrou um único caminho para entrar na conspiração, ao convencer-se de que a fidelidade aos ideais democráticos da Constituição era muito mais importante do que a obediência ao governo que se desviara do caminho democrático.

Isso também não aconteceu com o nosso Marechal Mascarenhas de Moraes, que sempre foi legalista e apoiou a Revolução?

O Marechal Mascarenhas de Moraes, por ser muito amigo do General Castello, sabia de tudo o que estava acontecendo, mas não militava na conspiração. Procurava saber o que estava ocorrendo e todos o respeitavam, mas tinham o cuidado de não envolvê-lo, pois era um nome nacional, consagrado. Nessa fase, o General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, freqüentemente o visitava em sua casa, acho que semanalmente.

O espírito legalista do General Castello Branco está traduzido na famosa Circular de 20 de março de 1964 que, como Chefe do Estado-Maior do Exército,

dirigiu a "todos os generais e demais militares do Estado-Maior e das Organizações subordinadas". Ele fez a opção em defesa da democracia, pois o governo estava definhando.

Como era o ambiente do 16º BC na fase pré-revolucionária? Diga-nos algo sobre o planejamento das operações militares.

Fui comandar o 16º BC, em Cuiabá, MT, e o Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, disse-me que era por castigo. Isso até me favoreceu, porque a notícia de que tinha sido mandado comandar aquela Unidade, por castigo, chegou a Cuiabá, e a população de lá se rebelou, pois Cuiabá não é lugar de castigo. Recebeu-me muito melhor do que seria normal esperar.

Por que castigo? Nessa fase efervescente aconteciam sucessivas reuniões e, numa delas, no Clube Militar, o clima ficou tão quente que a mesa da diretoria do clube, que a estava presidindo, sentindo que não podia mais levar a reunião adiante, devido à turbulência que se formou, retirou-se e deu-a por terminada. Mas os assistentes não aceitaram seu encerramento e fizeram uma votação, elegendo uma outra mesa para dar prosseguimento à reunião. Fui designado membro da mesa, composta, ainda, por outro oficial que não me lembro quem era. Fizemos o possível para acalmar os ânimos, porque a reunião estava, realmente, de uma extrema violência de palavras.

No dia seguinte, quando cheguei ao Quartel-General, onde servia na 2ª Seção do Estado-Maior, o Chefe da mesma me comunicou que eu estava transferido. A reunião fora à noite e no dia seguinte pela manhã, logo cedo, quando cheguei, já estava transferido para o comando do 16º BC. E o Ministro disse que eu ia de castigo.

Ao chegar lá, encontrei um problema que ninguém queria resolver. Em setembro de 1963, havia ocorrido a revolta dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, quando ocuparam até algumas repartições, e dezoito sargentos do 16º BC fizeram um manifesto de solidariedade à revolta. Foi aberto inquérito, mas o comando interino não dera solução ao mesmo, apesar de concluído. Então, meu primeiro ato foi enfrentar logo esse problema e dar uma solução para o inquérito. Não podia deixar de punir os sargentos, tinha que fazê-lo. Aparentemente, a punição foi bem aceita e não houve reação.

Outro problema foi que o Brizola resolveu criar o "grupo dos onze" e conseguiu transferir um sargento para organizá-lo. O graduado foi servir na Estação de Rádio que, apesar de localizada no interior do meu aquartelamento, não era subordinada a mim. Tratava-se de um gaúcho falastrão que, ao chegar, foi tomar uma cerveja e contou logo por que estava ali, se valorizando. A notícia

chegou a mim e resolvi consultar o Comandante da Região, com sede em Campo Grande, MS, sobre o que fazer, em face desse caso. Como disse, ele não estava subordinado diretamente a mim, mas à Rede Regional de Rádio, pertencente à Região Militar, comandada pelo General Panasco Alvim, que disse para prendê-lo e mandá-lo para lá. Era um problema pré-revolucionário, de âmbito local. Ordenei a um tenente e um sargento de minha confiança que o prendessem. Preocupado com a possibilidade de manifestações de solidariedade, mandei prendê-lo, depois do expediente, quando o quartel já estivesse vazio, e o fiz embarcar no avião das seis horas da manhã. Afinal, eu não sabia até que ponto aquela situação já se enraizara, pois assumira o comando em outubro, há cinco ou seis meses. Mas nada aconteceu.

Havia muita gente que dizia não existir um plano militar, mas não é verdade. Acontece que um plano de revolução não pode ser divulgado. Foi elaborado por oficiais da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, sem o cunho oficial, reunindo idéias de vários companheiros de fora. A redação final foi do Coronel Murilo, que fez parte do Gabinete Militar do Presidente da República no tempo do General Castello Branco.

Baseado no esquema organizado na fase conspiratória, foram mandados emissários a Minas e São Paulo, dizendo o que fazer em caso de Revolução. No Rio de Janeiro, estava tudo montado. Minas teria que mandar tropas para o Rio de Janeiro e para Brasília. Cuiabá se juntaria com a tropa vinda de Campo Grande, o que acabou por não acontecer porque a mesma, apesar de estar de acordo, não saiu devido à confusão de ordens de comando. São decisões que não podem esperar muito. Acabei saindo sozinho.

Portanto, estava tudo articulado, mas em termos de conspiração. Não havia nada, por exemplo, em termos de redação de uma Ordem de Operações, com distribuição prevista e assinaturas. Na palestra que fiz, em 1964, em Brasília, relatei a idéia de manobra que foi executada, qual a preocupação principal. No âmbito militar, nos preocupávamos, bastante, com a guarnição do Rio de Janeiro. Quanto a São Paulo, não tínhamos dúvida de sua adesão.

O emissário que foi a São Paulo voltou com essa impressão?

No Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, tínhamos vários articuladores, como o Cid Osório e o Rubens Resstel. O emissário foi o então Coronel Portela, que se ligou com a Artilharia Divisionária (AD), cujo comandante, no período de agosto de 1961 a setembro de 1963, General Ramiro Gorreta Junior, era o único general de São Paulo que estava conosco. Além dos coronéis a ele ligados, como o

Moreira Couto, de Jundiaí, Comandante do 12º GAC, o Benedicto Maia Pinto de Almeida, do Regimento de Obuses de Itu.

A conspiração foi muito extensa. Houve em outros Estados, como no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco... Qual era a missão que distribuímos para Pernambuco? Dominar o poder naquela região. Não adiantava vir para o Rio de Janeiro, onde resolveríamos com Minas e São Paulo. A instrução para esses Estados era que os nossos elementos dominassem o poder nas suas localidades.

O que ocorreu no Rio de Janeiro foi que todos os comandos eram ocupados por pessoas ligadas ao governo. Tudo organizado pelo General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, em ligação com outros generais. Quem não fosse fiel a eles não assumia o comando. Então, no Rio de Janeiro, não tínhamos comandantes com quem contar. Mas, de Tenente-Coronel para baixo, todos estavam conosco. Esses oficiais diziam o seguinte: não temos condições de deixar de cumprir uma ordem, como dar proteção ao comício. Agora, combater contra nossos companheiros, não é possível. Então, pegamos essa idéia de não combater contra os companheiros e montamos a operação baseada na mesma. A tropa de São Paulo pararia no desembocar da serra, na Região de Viúva Graça, e a de Minas perto da refinaria e mandariam o ultimato para a Vila Militar: "Ou vocês aderem ou vai haver luta." Nós sabíamos que não lutariam, e, mais, os comandos não tinham autoridade para fazê-los lutar contra nós. Matar companheiros, não matariam. Nosso plano foi baseado nesses fatores. Não tínhamos os comandos, mas tínhamos a tropa do Rio de Janeiro.

O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando se deflagrou a Revolução de 31 de Março?

Acho que não há dúvida. Houve um aplauso unânime à Revolução, porque salvou o Brasil de sucumbir a uma ditadura sindicalista. Quem tiver dúvida que leia os jornais e revistas da época como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Estado de Minas*, todos os jornais.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

A principal ação pretendida pelo governo de Jango era contra o Legislativo. Nos comícios gritavam: "Fecha o Congresso, fecha o Parlamento." Era o que mais se bradava nos comícios. O Congresso já estava predisposto a não aceitar aquele governo, então não houve nenhum problema. Na Câmara, quem agiu rápido foi o Deputado Costa Cavalcanti. Assim que o General Mourão saiu com sua tropa e o João Goulart fugiu, abandonando Brasília, ficou um vazio de poder. O Deputado

Costa Cavalcanti, que era Coronel do Exército, orientou um grupo de deputados e senadores, uns cem parlamentares no total, que foram a pé, acompanhando o Presidente da Câmara dos Deputados, para o Palácio do Planalto. Chegara a hora de formalizar-se a transferência do poder, de criar o fato consumado, e Ranieri Mazzilli sentou-se à mesa abandonada por João Goulart. Isso se deu no mesmo dia, 1º de abril, em que o João Goulart fugiu de Brasília.

Ele estava no Rio de Janeiro, quando tudo estourou, e correu para Brasília, pensando em reagir, mas, ao chegar, desiludiu-se com essa possibilidade. Resolveu, então, tentar formar um centro de resistência em Porto Alegre. Mas lá também não encontrou ambiente e fugiu para o Uruguai.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes, civis e militares?

As pessoas que participaram ativamente do movimento conspiratório, na parte militar, foram os Generais Cordeiro de Faria, Nelson de Mello e Ulhôa Cintra. O General Castello Branco se recusava a conspirar, mas tomou uma série de atitudes dentro da sua linha funcional. Pregava a defesa da democracia ameaçada em suas palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola de Sargentos. No entanto, não queria conspirar. Só o fez uns quinze dias antes.

Na parte dos civis, a conspiração foi toda nucleada. Em São Paulo, o Adhemar de Barros, como Governador do Estado, tinha na mão a administração e a Polícia Militar estaduais. Havia grupos civis paulistas que não gostavam do Adhemar de Barros, mas sua participação era fundamental. Esses grupos, apesar disso, trabalharam demais pela Revolução através de várias associações. No Rio de Janeiro, aconteceu algo semelhante. O grande conspirador civil era Carlos Lacerda, mas não se tinha confiança nele, porque já prometera apoio a outros movimentos e falhara. Ficou desacreditado.

A preparação do movimento foi exclusivamente interna ou houve, também, a participação externa, inclusive dos Estados Unidos da América?

Sabe-se que os detratores da Revolução gostam de explorar essa tese, dizendo que houve ajuda dos Estados Unidos e apresentam, como comprovação, uma ordem recebida pela esquadra americana para aproximar-se da costa do Brasil. Isso é de uma ignorância muito grande. Um país, cuja estratégia é mundial, como os Estados Unidos, normalmente desloca uma de suas esquadras para os lugares de crise.

É comum lermos que tal Esquadra deslocou-se para o Mediterrâneo, próximo do Oriente Médio, outra Esquadra deslocou-se para o Mar Vermelho ou para as

proximidades de Formosa. Toda vez que há uma crise, por medida de precaução, uma Esquadra é deslocada para as proximidades do local. É um procedimento de rotina. As pessoas que lêem os jornais diariamente sabem que isso acontece toda vez que se esboça uma crise, seja em que região for. Agora, o deslocamento de uma esquadra americana para a costa brasileira, na época do Movimento de 31 de março, tem sido considerado comprometimento dos revolucionários com o governo de Washington, o que nunca houve. Embora, sem dúvida nenhuma, os americanos tenham acompanhado tudo.

Fala-se muito no General Vernon Walters, adido militar americano na época. Ele sabia de tudo o que estava acontecendo, porque conhecia a todos, pois esteve um ano conosco na FEB. Tornou-se amigo do General Mascarenhas de Moraes, do General Castello Branco e de todos os oficiais da FEB. Qualquer um que acompanhasse os jornais com atenção observaria, de maneira clara ou subjetiva, o que estava acontecendo.

De modo que, rejeito completamente essa hipótese, essa acusação de que a conspiração foi feita em entendimento com os militares ou governo norte-americanos. Deslocar a Esquadra para áreas de conflito é rotina estratégica dos Estados Unidos.

A que o senhor atribuiu o rápido desmoronamento do dito "esquema militar" do governo de João Goulart?

O esquema militar foi montado com base em favores e não em adesão espiritual, de consciência. O General Assis Brasil, através da Presidência da República prometia, às pessoas, de vários níveis, que se comprometessem com ele, uma série de favores. Vários coronéis foram promovidos a generais, nessas condições. Ele influia nas promoções, concedia benefícios financeiros pessoais através de organizações, como, por exemplo, a "Casa dos Sargentos", "Casa dos Cabos", "Casa dos Tenentes" etc. Ele criou um esquema, mas não era um esquema de consciência. Quem tinha essa consciência éramos nós.

A prova disso é que os comandos da Vila Militar quando quiseram deslocar tropas para nos confrontar, não conseguiram. Era consenso entre eles que, como deslocavam a tropa na época dos comícios a título de segurança, para dar apoio e proteção à cidade, a deslocariam em outras ocasiões. Enganaram-se redondamente. Aqueles deslocamentos envolviam dois aspectos. Oficialmente, por exemplo, o Batalhão de Polícia do Exército vinha para o comício da Central do Brasil proteger o povo contra a desordem etc, mas, para eles, a tropa lá estava porque os apoiava. Imaginavam que era uma adesão à causa deles. Houve, pois, da parte

deles, muita mistificação, e um erro crasso, confundiram as coisas, e acabaram literalmente derrotados.

Só tiveram adeptos para preencher os comandos do Rio de Janeiro e, assim mesmo, esses comandantes não conseguiram conscientizar a tropa da causa que defendiam, uma causa marxista. Isso é tão verdadeiro que o Comandante do Grupo-Escola de Artilharia ficou sozinho na estrada, enquanto as Baterias passavam para o lado de São Paulo. O mesmo aconteceu com o Regimento Sampaio e com todas as Unidades que constituíram a Coluna que se oporia à tropa que vinha de Minas. Quando se encontraram, a tropa do Rio de Janeiro se incorporou à outra, vinda de Juiz de Fora, seguindo unidas pró-Revolução. O General que comandava a Força do Governo de Goulart acabou retornando sozinho.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", em relação aos oficiais das tropas que estiveram na iminência de um combate, como a 4ª RM/DI, II Exército e a AMAN?

Podemos dizer que a liderança era muita boa, haja vista a disposição com que a tropa saiu de Minas Gerais. Foi dito a eles que quem não quisesse poderia ficar, e mesmo assim não houve recusa. Na tropa de São Paulo, aconteceu o mesmo, embora houvesse oficiais e até generais contrários; quem veio o fez por convicção. O contingente da AMAN recebeu o impulso do entusiasmo do General Médici, através de suas brilhantes proclamações. Em Mato Grosso, embora com o problema da punição dos 18 sargentos, antes de sair, reuni os graduados e expliquei-lhes do que se tratava, e quem não quisesse participar que ficasse no quartel que nada aconteceria. Mas não houve quem não quisesse participar.

Como não houve combate, não podemos aquilatar até onde esse aspecto "chefia e liderança" funcionaria. Entretanto, você pode ver que, do outro lado, esse espírito de liderança não existiu. Foi uma dificuldade a tropa sair e quando o fez mudou de lado.

Concluindo, em termos de iminência de emprego, a análise da "chefia e liderança" recai sobre a tropa que se preparou para o combate, sem realizá-lo, foi excelente e sem nenhuma mácula. Do outro lado, porém, os chefes nada conseguiram.

O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com a Revolução de 1964?

A Revolução de 31 de Março nasceu com propósito democrático. Evitar que o Brasil caísse num regime marxista, por intermédio de um golpe cuja preparação estava em marcha, com os golpistas infiltrados dentro do próprio governo do

Presidente Goulart. Depois, aconteceu o seguinte: o primeiro governo, o do Presidente Castello Branco, ninguém, nem a oposição, põe defeito; o segundo, o do Presidente Costa e Silva, devido às suas condições precárias de saúde, não terminou; foi o de um homem de bem, correto, e ninguém, também, pode dizer qualquer coisa, do ponto de vista moral. A seguir, veio o Presidente Médici, uma fase de grande impulso no desenvolvimento nacional, fruto do saneamento das finanças realizada nos governos anteriores. Depois, assumiu o Presidente Geisel, um chefe de governo honrado, assim como o do Presidente Figueiredo, de quem, do ponto de vista da dignidade e honradez, nada se pode falar.

É uma coisa impressionante, todos os cinco presidentes saíram pobres do governo. Não sei se por coincidência, mas nenhum dos presidentes civis saiu pobre. Assisti à saída do Castello do governo, e acompanhei as dificuldades que teve para organizar o orçamento doméstico, de modo a dispor de um motorista, bem como para equacionar outros problemas dessa natureza. A viúva do Costa e Silva pode ter alguns bens, mas é coisa de pequena monta, nada de fortuna. General Médici, quando ocupou o cargo de Presidente, já era um fazendeiro bem de vida, não aumentou nada em seu governo. O General Geisel, do ponto de vista moral e de honestidade é inatacável. O Figueiredo saiu pobre e teve dificuldade para manter uma propriedade que possuía perto de Petrópolis. Nos seus últimos dias, estava preocupado em vender a propriedade, porque não tinha como mantê-la.

Em 1964, quando a Revolução teve início, pelas informações que temos dos organismos internacionais que controlam a posição dos países, éramos a 48ª economia. Terminamos o Governo Médici como a 8ª economia do mundo. A economia cresceu extraordinariamente e o resultado foi que o Brasil começou a ser tratado, no mundo, como um candidato à posição de potência. O próprio Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declarou várias vezes que o Brasil tinha condições de vir a ser uma das maiores potências do planeta.

O Brasil teve um grande impulso, é fato concreto, não adianta discutir. Os governos que sucederam a Revolução, depois do Figueiredo, estão se beneficiando extraordinariamente dessa situação, porque somos respeitados, temos posição destacada no *ranking,* como uma das maiores economias do mundo. Isso tudo é o resultado do esforço de desenvolvimento nacional promovido pelos programas revolucionários.

Agora, por outro lado, a Revolução é mais acusada pela repressão. Mas não pode haver revolução sem repressão. Se analisarmos bem, a que houve no Brasil foi mínima se comparada com a que ocorreu na Argentina, onde se diz

que o número de mortos e desaparecidos chegou a vinte mil no curso do processo revolucionário. A repressão no Chile também foi muito maior do que a nossa. Se sairmos da América, podemos apontar o terror da Revolução Francesa, levada a efeito para conquistar a liberdade econômica e política, considerada padrão até hoje e que mudou o mundo. De modo que não fugimos à regra, houve repressão, mas de acordo com o temperamento brasileiro. Não somos dados à violência, procuramos sempre um caminho de harmonização. No Brasil, a repressão foi bem pequena, eu desejaria que não tivesse acontecido, mas houve.

Não há governo que não se defenda. Se você se arma para derrubar o governo, qual deve ser a reação do mesmo? Não há no mundo um governo que, diante de um grupo que se arma e usa várias formas de violência para derrubá-lo, não se defenda. Não é possível. O governo vai aceitar ser derrubado? De modo que o aspecto de que mais é acusada a Revolução é o problema da repressão e da tortura. Nunca os órgãos públicos ou os governos da Revolução consentiram na tortura, sempre procuraram evitá-la. Foi fruto de pessoas que tinham espírito sádico e exerciam a autoridade. Não se pode dar autoridade a um sádico, mas acontece.

Foi necessária a criação de órgãos de informações, como o SNI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

A criação do SNI, o Serviço Nacional de Informações, teve o objetivo de preencher um vazio na nossa organização política. Não há governo com responsabilidade que não tenha um serviço de informações. Não se pode tomar conhecimento dos fatos pelos jornais. Qualquer governo que se preze tem um serviço de informações, seja ele chamado de serviço de inteligência, de proteção etc. E a Revolução criou o SNI. Se alguma vez houve abuso, agindo fora dos princípios e dos objetivos para os quais fora criado, deve-se a um problema pessoal de chefia, não do órgão, pois este é necessário.

Desde que acabaram com o SNI estão tentando recriá-lo, sem saber como. O governo sente-se completamente carente de informações, e isso não pode acontecer. E por que não encontram uma maneira de recriá-lo? Porque querem fazê-lo respeitando uma série de restrições e não sabem como. O novo SNI não pode fazer isso... Não pode fazer aquilo... Não pode aquilo outro... Então, não é serviço nacional. É como criar uma polícia que não pode prender. O que você vai fazer com uma polícia que não pode prender?

A outra coisa é a questão do Conselho de Segurança Nacional. Também é uma necessidade técnica dos governos, em qualquer país. O governo tem uma

quantidade de ministérios, agências e serviços, sendo necessário um órgão de coordenação, capaz de dar uma certa unidade estratégica para que os objetivos governamentais sejam atendidos. Não pode cada ministério marchar para um lado. Tem que haver um objetivo central, e todos os ministérios têm que procurar alcançá-lo. O Conselho de Segurança é esse órgão de coordenação que existe em todos os governos, assim como o Serviço de Informações, mas demagogicamente o então Presidente Collor resolveu acabar com dois órgãos, e criou outros incapazes de substituí-los.

O AI-5 foi necessário?

O AI-5 foi provocado por um desafio muito grande. Primeiro, toda a Revolução tem um espírito reformista revolucionário, até certo ponto muito forte, indomável às vezes, particularmente nos primeiros tempos. O que aconteceu? Um deputado, que hoje é jornalista e assina uma coluna no jornal *O Globo*, fez um discurso muito agressivo contra as Forças Armadas na Câmara, que engoliu o fato. O Ministro da Guerra, na época o General Lyra Tavares, um homem extremamente pacífico, como todos sabem, por pressão do Exército, solicitou sua punição. Mas um parlamentar só pode ser processado se a Câmara der autorização, quando então é julgado pelo Supremo Tribunal Federal. E a Câmara, pelo voto da maioria, resolveu negá-la. Os congressistas fizeram uma festa como se fosse uma grande vitória. Eu estava em Brasília e assisti a tudo. Entraram em delírio. Essa situação provocou o espírito revolucionário que estava vivo e pressionou o Presidente da República para que tomasse uma atitude. O General Costa e Silva relutou muito, mas como Presidente de um governo, cujo espírito revolucionário tornou-se rebelde em face da crise, teve que voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o Ato Institucional nº 5.

Além disso, deu-se a escalada das ações terroristas durante o ano de 1968, o que também contribuiu para que, em dezembro desse mesmo ano, fosse assinado o AI-5.

Julga o senhor que os governos revolucionários demoraram muito no poder?

A intenção do Presidente Castello Branco era de que os Atos Institucionais terminassem no seu governo. Queria que seu sucessor saísse de eleições normais e passasse o governo para um civil. Inclusive, já tinha alguns nomes. Mas, na época da transferência do governo do Castello Branco, as guerrilhas começaram, gerando um clima difícil para a liberalização. Foram as guerrilhas, as agressões, que, do meu ponto de vista, provocaram o prolongamento dos governos revolucionários.

O senhor acha que, durante o período revolucionário, as Forças Armadas tiraram algum proveito especial?

As Forças Armadas durante o período revolucionário tiveram sempre a preocupação de dar o exemplo, o que significa não se autofavorecer. Em termos de salários, os militares não foram favorecidos em coisa alguma, enquanto que outras categorias do serviço público subiram e conseguiram uma série de vantagens, criando até situações de exceção. É esse o quadro que estamos presenciando, como um porteiro ou ascensorista do Congresso ganhar mais do que um piloto de jato, que tem que fazer cursos, exames de saúde completos e, ainda, ter sua predisposição física e psicológica atestadas todo mês.

Quanto ao reequipamento, as Forças Armadas também não quiseram gastar dinheiro para dar o exemplo. Nos vinte e um anos da Revolução, as Forças Armadas não foram beneficiadas, pelo contrário, o equipamento e o armamento envelheceram e não foram devidamente substituídos.

Que outros aspectos o senhor ainda gostaria de comentar com relação ao período revolucionário que findou em 1985?

O principal aspecto que responde a todas as críticas e ataques que se faz à Revolução, é que o Brasil de hoje é completamente diferente do período anterior a 1964. Surgiram novas cidades que se povoaram, a riqueza aumentou extraordinariamente, seja agrícola, industrial ou mineral. Construíram-se estradas por todo o País e deu-se um grande impulso à sua industrialização, inclusive através de um aumento impressionante da geração de energia, com base, sobretudo, nas hidrelétricas. Tudo isso teve início em 1964. Antes, o que existia era um marasmo enorme.

Por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País? O que o senhor pensa sobre a Lei de Anistia?

Todos os governos tinham a intenção de voltar à normalidade democrática. Todos. Castello pensou nisso, Costa e Silva, Médici, assim como o General Geisel e o General Figueiredo. Todos pensaram nessa volta e ela chegou. Não pôde ser feita antes, mas quando chegou a hora, aconteceu.

E é preciso ressaltar o seguinte: foi o governo revolucionário que deu anistia ampla para todos os punidos pela Revolução, como os cassados, que tiveram seus direitos políticos suspensos e os demitidos. Fizemos por vontade própria, jamais a oposição teve força de pressão para nos obrigar. O governo revolucionário tanto queria a normalização dentro do sistema democrático que, quando chegou a hora, fez todo o possível para implantá-la. Poderia ter dado, inicialmente,

uma anistia parcial para os que não tivessem cometido crimes julgados em tribunais e, depois, numa segunda fase, analisar os demais casos. Mas não, deu anistia, da noite para o dia, para todos, inclusive os indivíduos acusados e condenados por vários crimes. Tudo foi considerado crime político.

Com esse pessoal, veio um número enorme de gente que não fora punida, mas que foi viver no estrangeiro, por medo. Agora, dizem que foram punidos pela Revolução, exigindo recompensa, mas, na realidade, foram exilados voluntários.

Existe o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares?

Hoje, vivemos esse problema do "revanchismo". Esse pessoal que subiu ao poder não esquece que a Revolução limitou-lhes a ação política e não perdoam, querem vingar-se, e o objeto de vingança principal é o Exército.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares?

Nós perdemos não só a "guerra da comunicação social", como também a da educação. Não soubemos, após ocuparmos o governo por vinte e um anos, orientar o Sistema Educacional Brasileiro e perdemos completamente a guerra da comunicação. Se você analisar, em quase todos os institutos de estudos superiores do Brasil, universidades, faculdades, as facções que dominam são as da esquerda, mesmo, em pequeno número. Esses elementos dominantes continuam praticando o "revanchismo", não dando chances para quem não for do grupo deles, de esquerda.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Ninguém mais pode defender a ideologia comunista, porque foi um desastre, um fracasso total, nos países onde se instalou. Todos viram o descalabro e aqueles que estiveram e viveram nesses países comunizados estão conscientes de que o governo marxista fracassou. Não há dúvida disso. Porém, os comunistas mantêm sua sobrevivência de grupo e continuam se apoiando mutuamente, organizando as campanhas de desmoralização de seus adversários e patrulhamento.

As pesquisas de opinião mostram as Forças Armadas como instituições de grande credibilidade. Como o senhor analisa esse fato?

Isso mostra que a ação da mídia não consegue conscientizar o povo brasileiro, apenas grupos intelectualizados. Se você fizer uma pesquisa entre estes

grupos, o resultado não será esse, mas se você realizar uma consulta popular, verificará que a população estima o Exército, inclusive solicita sua intervenção em situações nas quais não lhe cabe atuar, esperando mais do Exército do que ele pode fazer. Quando existe uma calamidade, ouve-se logo o povo pedir o emprego do Exército, que, no seu entender, é o instrumento capaz de resolver as grandes crises, de aliviar as dores sociais. Até a imprensa, que é contra, registra a pressão que existe para empregar o Exército em várias funções, inclusive naquelas em que fracassa a política e o poder público.

Que mensagem final, General Meira Mattos, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército Brasileiro na Revolução de 31 de Março?

A mensagem que gostaria de transmitir aos meus companheiros do Exército é que devemos continuar cultivando o nosso espírito militar, que é baseado no amor ao Brasil, na competência profissional, na honestidade e na dignidade. Se nós conservarmos esse espírito, acabaremos por vencer todas as crises.

General-de-Brigada Helio Duarte Pereira de Lemos

- Natural de Bom Jardim, RJ.
- Na II GM, exerceu, no posto de Capitão, a função de Comandante da 1ª Bateria do IV Grupo de Obuses da Força Expedicionária Brasileira.
- Último posto da carreira: General-de-Brigada.
- Foi Chefe de Gabinete do Serviço Nacional de Informações (Governo Castello Branco)
- No exterior: assessor militar junto à Embaixada do Brasil na Venezuela.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, e da Escola Superior de Guerra.
- Nós pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel e comandava o 10º Grupo de Obuses 105mm, Fortaleza – CE e, na eclosão, chefiava a 5ª CSM, em Ribeirão Preto – SP.

Entrevista realizada no dia 3 de abril de 2000.

O que o senhor gostaria de destacar quando Comandante do 10º GO 105 (Fortaleza) nos pródromos da Revolução?

Tivemos a oportunidade de solucionar problemas de certa gravidade, como foi o da ocupação por estudantes de quatro faculdades na cidade de Fortaleza, retirando-os, pacificamente, das dependências ocupadas, durante a noite. Atuamos, também, na greve ocorrida na Agência local do Banco do Brasil, prendendo o líder grevista e também um vereador, este no momento em que se retirava da Câmara de Vereadores, onde se valia de um alto-falante externo para insuflar os grevistas e insultar as Forças Armadas.

Por intermédio da Associação "Arca de Noé", colaboramos com importante trabalho de conscientização anticomunista em instituições locais.

No mês de fevereiro de 1964, fui preso pelo Cmt da 10ª RM (amigo do Presidente João Goulart) por vinte dias, no quartel do 23º BC, e transferido, a bem da disciplina, por ter determinado a distribuição de folheto, divulgando informações de trabalho anticomunista em algumas instituições. O fato teve grande repercussão na cidade e em várias guarnições do Exército. Antes de seguir destino, recebi várias homenagens de militares e civis, voltando mais tarde para receber os títulos de cidadão cearense e fortalezense, que guardo até hoje.

Na 5ª CSM, em Ribeirão Preto, o senhor viveu a Revolução. O que tem a ressaltar dessa época e qual foi o seu destino após o Movimento de 1964?

Cheguei em Ribeirão Preto às vésperas da Revolução. Inicialmente, organizei o Comando local da Revolução, constituído por mim, pelo Comandante do Batalhão de Polícia e do delegado local. Determinamos que os presos fossem recolhidos ao Batalhão, podendo levar colchões e roupa de cama, sendo a alimentação remetida pelas respectivas residências, havendo liberdade dentro do aquartelamento. O delegado abria os inquéritos e ouvia os implicados que, em seguida, retornavam ao Batalhão. O Comando da Revolução encaminhava a documentação de cada um, ao II Exército, em São Paulo. Não houve reclamações sobre torturas a não ser o desejo de liberação rápida.

Em 9 de julho de 1964, por Decreto nº 127 de 3 de julho, fui designado para a chefia do Gabinete do SNI, em Brasília, seguindo destino. Ao sair, de Ribeirão Preto, fui homenageado pela Câmara de Vereadores que comunicou o ato ao Ministro do Exército.

Como Chefe de Gabinete do SNI o que o senhor tem de importante para relatar?

Como Chefe de Gabinete do SNI, tomei parte nas preliminares referentes à intervenção no governo de Goiás e ao afastamento do Coronel Governador Mauro

Borges. Participei intensamente, junto ao Departamento de Polícia Federal para a mais completa apuração dos fatos contra o governador, "como desejava o Presidente Castello Branco". Durante esse trabalho, o Coronel Mauro Borges, percebendo que seria afastado do Poder, requereu *habeas corpus* preventivo, junto ao STF. O governo imaginou que o Cel Mauro Borges perderia na votação do Supremo, segundo levantamento do Palácio. No entanto, a Equipe de Informações do Gabinete do SNI obteve informações de motoristas e de serviçais dos ministros do STF, chegando à conclusão de que Mauro Borges ganharia por unanimidade, o que informei ao Palácio, que não acreditou, preferindo continuar com as próprias previsões. No dia do julgamento do *habeas corpus,* Mauro Borges venceu por unanimidade. Tal resultado foi que levou o governo a intervir para depor o governador e o Exército ocupou Goiânia. No dia seguinte, recebi a comunicação de que deveria deixar as funções, tendo oito dias para afastar-me de Brasília, pelo fato de haver tomado posição pessoal, forçando o afastamento do governador, que se incompatibilizou com os propósitos da Revolução. Incontinenti, dirigi-me ao Ministro do Exército para saber do meu próximo destino. Mais tarde, tentaram voltar atrás na decisão, com a interferência de importantes autoridades, porém não aceitei e, em oito dias, apresentei-me ao EME no Rio de Janeiro.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Sim, tudo começou, praticamente, com a Intentona Comunista de 1935, ocorrida em Natal, Recife e Rio de Janeiro, sob a direção de Luís Carlos Prestes que, em viagem à Rússia, teria recebido as instruções.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram facilidades para a atuação do comunismo no Brasil pelo fato de a Rússia estar aliada aos EUA. Na década de 1950, surgiu, no Brasil, a guerra revolucionária comunista e, em conseqüência, passaram a proliferar várias organizações comunistas. Inicialmente, o PCB operava sob o comando de Luís Carlos Prestes, recebendo orientação do PC/US (da União Soviética). Posteriormente, houve uma dissidência no PCB, sendo fundado o PC do B, de inspiração chinesa, liderado por João Amazonas, Maurício Grabois, Marighela e outros, porém, havia uma convivência pacífica entre os dois PC. Fidel Castro e Che Guevara eram, também, da linha chinesa. Nessa época, os comunistas tentavam aliar-se a outros partidos para poder participar do governo, porém, o fato é que, a partir daí, resolveram promover o terrorismo.

Em 1960, Jânio Quadros é eleito Presidente da República, tendo João Goulart como Vice-Presidente, que era repudiado pelos ministros militares, por suspeitarem

de suas ligações com o comunismo. Em seguida, Jânio Quadros monta uma jogada política, renunciando por convencer-se de que os três ministros militares o reconduziriam ao Poder, como ditador. O tiro saiu pela culatra e valeu a renúncia, mas João Goulart foi impedido de assumir a presidência pelos ministros militares, gerando grande impasse. Nessas circunstâncias, Leonel Brizola parte para a Cadeia da Legalidade, incentivando a criação dos grupos dos onze, como elemento armado para luta pela posse de Jango.

A grave situação criada pelos ministros ficou parcialmente solucionada com a implantação do Parlamentarismo, com João Goulart na presidência e Tancredo Neves como Primeiro-Ministro. Com Jango no Poder, aumentam as ações de guerra revolucionária e surgem várias organizações esquerdistas, voltadas para a agitação e o grevismo, como CGT – PUA – CNTI – UNE – UBES etc, e, ainda, Ações Populares, Centros de Cultura e outras organizações de fachada.

No ano de 1963, o País volta ao Presidencialismo, após um plebiscito comandado pelo sistema político da época, prosseguindo a escalada esquerdista, em número crescente que, a toda hora, paralisava a Nação, com base, sobretudo, em interrupções do sistema de transporte com piquetes impedindo a circulação até de táxis. João Goulart passa a nomear seus partidários para pontos-chave de seu governo. Em contrapartida, o EME, a ECEME e a ESG organizaram cursos sobre informações históricas da Guerra Revolucionária no mundo, como preparação para a reação a ser iniciada. Eis aí, no nosso entender as raízes do comunismo no Brasil que possibilitaram o recrudescimento a seguir.

O senhor julga que a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, porque os EUA e a Rússia, no comando do mundo, certamente teriam divergências que poderiam provocar a dicotomia de pontos de vista, o que poderia resultar em guerra futura entre esses partidários de doutrinas opostas. Em conseqüência, os EUA procuraram maior aproximação com os demais países americanos democráticos e o Brasil estava aí incluído, por professar a democracia.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político anterior a 31 de março corresponde ao período do governo de João Goulart, após a volta do Presidencialismo. A Guerra Revolucionária recrudescia. Os estudantes passaram a colaborar com grupos de intelectuais esquerdistas, em ações comunizantes. Várias frentes procuravam influir nos destinos do

Brasil, como o Fórum de Debates, o Bloco Operário, Ligas Camponesas, Juventude Operária Católica, União da Juventude Comunista etc. O Governo João Goulart revelava-se despreparado. As situações econômica e social se agravavam dia a dia. O governo tentava enfraquecer as Forças Armadas, desmoralizando chefes, inclusive os ministros militares, nomeando, para comandos e chefias importantes, simpatizantes do seu governo.

Iniciam-se períodos de greves estimuladas pelo governo e também invasões de terras, como em Pernambuco pelas "Ligas Camponesas" de Francisco Julião e ainda em Goiás, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o governo de João Goulart?

Sem dúvida. João Goulart gerava desconfiança pelas suas ações na Presidência da República. Seu governo incentivava a anarquia através de movimentos esquerdistas, e a sociedade se preocupava, com a implantação, por Jango, de uma República sindicalista ou mesmo comunista, regime inusitado e temido pela maioria do povo brasileiro que, contra ele, começou a se insurgir.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja Católica apoiou, com firmeza, o afastamento de João Goulart da Presidência da República, tanto que incentivou e apoiou à Marcha da Família com Deus, pela Liberdade que constituiu fator de considerável valor religioso pela deposição de João Goulart. Tais marchas mostraram ao Brasil e às suas Forças Armadas a verdadeira posição da população e da Igreja, totalmente contrária ao governo destituído.

O senhor poderia falar algo mais sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As "Ligas Camponesas" foram criadas no Nordeste, por inspiração de Francisco Julião e tinha o propósito de invasões de propriedades rurais. Eram incentivadas pelos comunistas e se irradiaram para outros estados como Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O "grupo dos onze" era uma denominação eufemística do Grupo de Combate dos Pelotões de Infantaria, cujo efetivo era de 11 combatentes. A inspiração foi de Leonel Brizola, com a intenção de dispor de elementos armados para a luta pela posse de João Goulart na Presidência da República. Alguns outros movimentos foram organizados no Rio de Janeiro, em Brasília etc.

O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

O ambiente nos quartéis era de grandes preocupações e por este motivo a instrução era normalmente intensificada, bem como as informações sobre as atividades comunistas em geral. Os comandantes se preocupavam com as informações nas imediações dos quartéis e em outras áreas de responsabilidade das unidades. As sentinelas eram sempre alertadas sobre o terrorismo, que veio acontecer contra algumas unidades das Forças Armadas.

O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. O anticomunismo chegou a ser obsessão entre alguns militares, pelo fato de terem que permanecer sempre prontos para atuar em qualquer que fosse a situação, sempre imprevisível. Havia militares e civis suspeitos, que eram observados pelo seu comportamento. Na instrução da tropa, eram transmitidas informações sobre traições ocorridas na Intentona Comunista de 1935. Quanto às causas, pode-se afirmar que decorriam das ações que eram incentivadas até pelo então Presidente da República, o que levava a sociedade a apelar para as Forças Armadas, tal era a preocupação. Não se aceitava a troca da democracia por regimes exóticos e alienígenas, avessos ao temperamento do povo brasileiro.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?

• A rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília.

• O comício de sexta-feira, 13 de março, realizado entre a Estação de Trens da E. F. Central do Brasil e o Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro.

• A sublevação de marinheiros e fuzileiros realizada no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro.

• A reunião de sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, em 30 de março, que foi "a gota d'água" para a eclosão da Revolução de 31 de Março, que deteve a escalada do comunismo em nosso País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida, porque na ocasião tudo indicava que a sociedade brasileira dava sinais de saturação e repúdio à inversão de valores e ao tumulto, diariamente promovido por organizações comunistas que impacientavam e intimidavam o povo brasileiro. No entanto, apenas uma minoria de operários e estudantes, extremamente ativos, apoiava o Presidente João Goulart.

Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista em andamento, para a mudança da Ordem Institucional do Brasil?

Sem nenhuma dúvida, tanto que as Forças Armadas se anteciparam, abortando as ações crescentes da guerra revolucionária comunista. Se as Forças Armadas tivessem atuado somente após a eclosão da Revolução comunista, as perdas e sacrifícios seriam muito maiores, porque as Forças Armadas possuíam a superioridade de meios, diante do fraco esquema de forças do Governo João Goulart que, no entanto, se vangloriava do "poderio" de que dispunha, o que era interpretado como provocação.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) havia dado um ultimato ao Congresso Nacional para a Reforma da Constituição dentro de trinta dias porém as lideranças partidárias reagiram contra. Cansado de ameaças, as lideranças resolveram se posicionar contra a atuação dos anarco-sindicalistas sob a forma de pressões, ao Congresso. No dia 31 de março de 1964, o Congresso Nacional estava em recesso, havendo uma certa rebeldia de parlamentares contra o estado de sítio, decretado por João Goulart, que acabou decidindo fugir do País pela total falta de apoio.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc), logo após o início da Revolução?

Não ofereceram resistência, mesmo porque o Governo da Guanabara determinou a ocupação de todos os sindicatos e a prisão dos líderes que estavam reunidos em Assembléia permanente. O Palácio do Governo da Guanabara foi muito bem defendido contra qualquer incursão, tendo sido as ruas bloqueadas e a edificação protegida com trincheiras.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Os principais líderes civis foram: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Bilac Pinto e outros mais. Os militares foram: Generais Costa e Silva, Castello Branco, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Muniz de Aragão e outros.

A Revolução de 31 Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Toda fase de preparação coube às Forças Armadas e a alguns governadores e líderes civis, sem interferência externa. No entanto, havia a simpatia dos EUA, como é óbvio, para que o Brasil saísse da crise.

Qual o posicionamento dos EUA em relação à Revolução de 31 de Março de 1964?

Apoio moral e simpatia.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

As razões principais foram: em primeiro lugar, a preparação que envolveu quase todas as unidades das Forças Armadas e os estados da Federação, chegando a atingir completa conscientização, no sentido da oposição a doutrinas exóticas e ao comunismo, por parte das Forças Armadas e dos brasileiros, povo pacato e avesso a ações violentas injustificadas.

Em segundo lugar, porque não havia, na realidade, um "esquema militar" capaz de enfrentar as Forças Armadas.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM / DI, II Exército e AMAN)?

Os chefes militares que estiveram na iminência de combate desfrutavam de liderança e se mostravam inteiramente à altura do cumprimento das respectivas missões e em condições de bem deduzir suas ações, dentro da finalidade da missão do Comando da Revolução de 31 de Março de 1964.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 Março de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Sim, quanto à mobilização dos cadetes, para corresponder aos anseios da juventude militar. Quanto ao emprego dos cadetes, seria mais apropriado no campo das informações e de guarda de alguns pontos sensíveis e como reserva sob o comando dos respectivos instrutores das Armas. No entanto, o seu emprego formal nas operações, por corajosa decisão do General Emílio Garrastazu Médici, evitou o possível derramamento de sangue que adviria do confronto das tropas do Rio de Janeiro com as que vinham de São Paulo...

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Brasília seria um dos objetivos estratégicos que contava com forças locais, de Goiás e de Mato Grosso. O Rio de Janeiro seria outro objetivo estratégico onde atuariam forças da Vila Militar, de Minas Gerais e de São Paulo, estas também atendendo, em reforço à AMAN, necessidades do Vale do Paraíba e a outras situações emergenciais.

Os demais objetivos estratégicos seriam as capitais dos Estados, principalmente São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Goiânia; e mais, ainda, Volta Redonda (Usina Siderúrgica), Light, E. F. Central do Brasil etc.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

As Forças Armadas são, normalmente unidas. Logo após a vitória da Revolução a união ficou reforçada pelo fato de reconhecimento de seus valores que, em conjunto, comprovaram sua formação democrática e capacidade para enfrentarem problemas gravíssimos, como foi a crise fomentada pelo Governo João Goulart.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não. O principal objetivo da Revolução de 31 de Março de 1964 foi o de impedir que o Movimento Comunista Internacional (MCI) tomasse o Poder no Brasil e, desta forma, interrompesse a prática da democracia, em fase de aperfeiçoamento e evolução entre nós, de acordo com a cultura e o temperamento do povo brasileiro.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento?

Sim, atuando normalmente na divulgação de notícias que interessavam ao conhecimento das Forças Armadas e da sociedade em geral, o que facilitou a conscientização anticomunista e ajudou ao Movimento de 31 de Março de 1964.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim. Está correto porque teve o propósito de continuidade, adotando legislação própria, editando atos institucionais, interferindo nas atribuições do Congresso Nacional e não se autolimitando, previamente.

Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Nos campos econômico, financeiro, científico, tecnológico e estratégico os benefícios foram de grande monta e de valor inestimável. No entanto, o mesmo

não ocorreu no campo político e, até certo ponto, no psicossocial pelo fato de seguir opiniões, em certos casos, de assessorias eventuais desvinculadas dos reais interesses e aspirações do povo brasileiro.

Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros que porventura tenham sido cometidos?

No campo político, citamos a nomeação de senadores biônicos e a extinção de todos os partidos políticos, deixando de preservar os mais tradicionais, com história na política brasileira.

No campo psicossocial, o excessivo rigor policial, geralmente utilizado, para colher informações, interferindo negativamente em aspectos humanos.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar o porquê?

Por vinculação política partidária ao passado, antes da Revolução de 1964, por desrespeito injustificável às realizações pós-1964, como os numerosos benefícios que levaram o Brasil de 49ª à condição de 8ª economia do mundo.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc), praticadas durante o período revolucionário, por extremistas?

Houve confrontos entre forças da Revolução e de Guerrilhas resultando em perdas para ambos os lados; houve o terrorismo contra quartéis das Forças Armadas, com perdas humanas por ações de perigosos extremistas; os assaltos a quartéis e a bancos foram atos que bem caracterizam a presença da guerra revolucionária, como também os seqüestros de embaixadores e bombas em prédios de jornais, como, por exemplo, na sede do "Estadão".

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Na minha opinião, poderia ter sido evitado, o que contribuiria para maior prestígio do Poder Revolucionário.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações como o SNI e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Qualquer que seja a organização necessita de um órgão de informações, inclusive governos de todo e qualquer país. Em um Estado democrático, os órgãos de operações são os constantes nas legislações internas, devidamente aprovadas, como é o caso das Forças Armadas e das polícias militares.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Sim, demasiadamente, mesmo porque o processo democrático constitucional seria reimplantado, com toda a certeza, anulando a legislação do período revolucionário, mesmo a de exceção aprovada pelo Congresso Nacional, recomeçando tudo, como aconteceu realmente, com a Constituição de 1988.

Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente o comportamento do Congresso Nacional?

Vivia-se um regime de exceção e o Congresso era inteiramente submisso ao governo revolucionário. O processo democrático normal foi interrompido, bem como a prática da democracia. Sou de opinião de que, diante da necessidade incontornável de intervenção das Forças Armadas, a normalidade democrática deve ser mais urgentemente restabelecida, respeitando-se a Constituição vigente no País.

Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc) e a prática de tortura contra presos? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Sim, houve o cerceamento das liberdades, bem como a prática de processos coercitivos policiais não recomendáveis.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É uma forma de reação, por parte daqueles que não concordaram com o regime ou foram punidos pelo mesmo.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas, absolutamente não, porém é possível que algum elemento, civil ou militar, tenha tirado proveito pessoal, o que é difícil evitar.

De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Como ficou claro, os benefícios materiais proporcionados pelo período revolucionário são indiscutíveis e de valor inestimável tanto que elevou o Brasil à 8ª economia do mundo. No entanto, foram interrompidos por vinte anos o aperfeiçoamento democrático. Todo governo de exceção bloqueia o desenvolvimento democrático, o que significa atraso político.

Que outros aspectos gostaria o senhor de comentar sobre o período revolucionário que findou em 1985?

As várias classes, que formam a sociedade brasileira, algumas vezes tentam incentivar as Forças Armadas a intervir nos governos democráticos. No caso de tornar-se incontornável a intervenção militar, o retorno aos quadros constitucionais tem que ser rápido, em respeito às liberdades democráticas do povo.

Por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País?

Pelo estado de fadiga que normalmente acontece nos governos de exceção, como conseqüência de reações devido à formação democrática da sociedade brasileira, avessa à qualquer tipo de continuismo.

A conjuntura internacional veio a acelerar a "abertura" política?

Sem dúvida, para a boa convivência política, principalmente com os países vizinhos.

Haveria condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Não, nas mesmas condições, porém, sem dúvida, como opção democrática de governantes eleitos em pleitos legais.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Abertura poderia ter sido menos lenta, pois a grande necessidade era a redemocratização do País e de nada adiantaria o retardamento. A Nação queria a aceleração, para a volta ao regime democrático pleno. Foi por esse motivo que houve a candidatura do Gen Euler pelo MDB. Todos se lembram.

Existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, em relação aos militares? O que tem a dizer da Lei da Anistia?

Houve e existe o revanchismo. A Lei da Anistia só tem atendido aos interesses dos que atuaram contra as Forças Armadas e o Brasil. Deveria, também, beneficiar aqueles que foram sacrificados ou sofreram as conseqüências das ações da Guerra Revolucionária, do terrorismo, da guerrilha etc, pois, até hoje, a Lei da Anistia, não foi aplicada, em favor dos que defenderam o Brasil, o que constitui um verdadeiro absurdo.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão deste fato?

Sim, porque todo governo de exceção, a partir de um determinado ponto atinge ao esgotamento, cuja conseqüência é o descrédito, que afeta sua estabilidade.

Como o senhor analisa, hoje após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

O radicalismo ideológico existente no tempo da "guerra fria" correspondia à possibilidade de confronto entre a Rússia e os EUA. Tendo em vista que a Rússia ainda não absorveu a doutrina democrática, a preocupação dos EUA ainda permanece, mesmo porque o comunismo russo pode voltar a fortalecer-se, em uma aliança com a China, no futuro. "Seguro morreu de velho", o Brasil deverá manter-se eqüidistante nesse processo, porque, o País precisa retomar o seu desenvolvimento, adotando uma política nacionalista como adotam os EUA e as demais nações ricas do mundo. "Somente nós sabemos onde nos apertam os calos".

A imagem, hoje do Exército Brasileiro, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Na sociedade em geral, é, realmente, a melhor possível e com fortes razões. Para os políticos em geral, as Forças Armadas merecem respeito, mas reagem, via de regra, em vê-las atirando em missões internas, embora reconheçam sua necessidade para a segurança.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 Março de 1964, que merecesse ficar registrado para a História, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Espero que as Forças Armadas Brasileiras se mantenham afastadas da política partidária, atentas às ameaças ideológicas de qualquer origem e contra a usurpação do exercício do Poder no Brasil, como estavam em 1964, quando atuaram decisivamente, ao lado do povo, para evitar a comunização que se mostrava iminente.

Coronel Helio Mendes

- Natural de São Paulo, SP.
- Na Segunda Guerra Mundial, exerceu, no posto de Tenente, as funções de Comandante de Linha de Fogo, Observador Avançado e Oficial de Manutenção da 1ª Bateria do IV Grupo de Obuses da FEB.
- Último posto da carreira: Coronel.
- Foi adjunto do Chefe de Gabinete do SNI e adjunto da 2ª Seção do Estado-Maior do I Exército. Comandou o 8º Grupo de Artilharia de Campanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. No exterior, realizou o Cours Supérieur Inter-Armées e o da Escola Superior de Guerra, ambos na França.
- Em 1964, era Tenente-Coronel Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2000.

Inicialmente, agradeço o convite para este depoimento e reitero que me sinto muito honrado em poder participar deste projeto.

Para que melhor possam avaliar minha isenção de ânimo neste depoimento, desejo agora aqui firmar minha posição filosófica e ideológica.

Fui e sou de centro, politicamente. Sempre hostilizado pela direita e pela esquerda política, adotei a democracia como a forma de governo menos ruim, não fazendo concessões à demagogia, sua forma degradada.

Alguns me classificam de radical, na maioria das vezes sem saber o que isto significa. Confesso, entretanto, que sempre fui intransigente na defesa de meus princípios filosóficos, éticos e morais.

Nunca fui virtuoso; esforço-me para ser honesto e correto.

Acredito haver bem servido à causa democrática. Aos 18 anos, apresentei-me voluntariamente para integrar a FEB. Aos 19 anos, combatia o nazi-fascismo nos Apeninos, na Itália. Completei vinte anos em um *fox-hole* – abrigo cavado na terra – na crista do Monte Belvedere, elevação à esquerda de Monte Castelo e de maior altitude que este, comemorando a data, juntamente com os dois cabos de minha equipe de observação avançada, com bombardeios de artilharia sobre as posições alemãs e, também, com os arrebentamentos das granadas com que o inimigo nos presenteava. Na Itália, ainda, participei da campanha, com minha Bateria, até o final das hostilidades.

Depois disso, tenho combatido, continuamente, todos os totalitarismos, sejam eles de direita ou de esquerda política.

Sempre procurei bem cumprir as leis do País, exigindo, igualmente, dos meus concidadãos o mesmo respeito à legalidade.

A única restrição a mim feita por poucos superiores hierárquicos foi "ser oficial difícil de comandar por ter idéias próprias". A isto respondi, parodiando Joana D`Arc quando foi julgada pelo Tribunal Eclesiástico: "Se tenho idéias próprias que Deus me as conserve; se não as tenho que me faça tê-las."

Um último esclarecimento, ainda, para o melhor entendimento deste depoimento: procuro empregar as palavras da língua portuguesa com o sentido normal a elas atribuído pelos dicionários recomendados por nossa Academia Brasileira de Letras.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Procurando ser sucinto, vou me restringir ao período de 1939 a 1964.

Desde seu início, a ação marxista e o marxismo-leninismo se declararam de âmbito internacional. O final do manifesto de 1848 é bem claro a este respeito: "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!"

Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin fez a revisão desse conceito e instituiu os comunismos nacionais, para poder resistir à invasão alemã e, ainda, conseguir aliar-se às democracias ocidentais. Nessa ocasião, Stalin também extinguiu a Internacional Comunista. Com essas providências, visava ele reacender o patriotismo russo e o das demais nacionalidades que integravam a União Soviética e simular que cessaria a interferência comunista nos países democráticos.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, em inferioridade nuclear em face dos Estados Unidos, adotou, em relação aos países não comunistas, política externa defensiva, caracterizada pelo movimento pró-paz – ofensiva pela paz – e pela promoção da subversão naqueles países – guerra psicológica – sempre acusando os EUA de intenções agressivas e imperialistas.

A seguir, logo que conseguiu produzir armas nucleares, a URSS mudou sua política externa, passando a utilizar a subversão e a guerra revolucionária para a rápida expansão do comunismo no mundo.

No Brasil, nesse período de 1939 a 1964, destaco apenas a crônica instabilidade política do País. Essa instabilidade decorria:

• do uso do poder para atender a interesses pessoais ou de grupos;

• do desvirtuamento dos programas partidários;

• dos partidos políticos atuarem em prol de interesses de pessoas ou de grupos;

• da má educação política das elites, do povo, dos eleitores e dos eleitos;

• do sistema eleitoral viciado que sempre tivemos e

• do intencional desvirtuamento do regime democrático que, em verdade, sempre foi demagógico.

Como causas mais imediatas, cito somente:

• a tentativa de golpe de estado pelo Presidente Jânio Quadros, por meio do expediente de sua renúncia;

• a intenção do governo do Presidente João Goulart de instaurar no Brasil uma república sindicalista, incentivando para isto a subversão comunista e os preparativos para a eclosão da guerra revolucionária no País.

Esses foram os pontos que julgo principais.

O senhor julga que a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Certamente. Em sua política expansionista, durante a guerra fria, a URSS reativou informalmente a ação do Movimento Comunista Internacional, para que este movimento agisse em todos os países a ela não alinhados por meio da subversão e da guerra revolucionária, visando à tomada do poder pelos comunistas locais.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Após a queda da ditadura Vargas, o regime democrático que se lhe seguiu foi sempre desvirtuado pela corrupção, em diferentes graus conforme o governo, principalmente pelo uso do poder em benefício de pessoas ou de grupos.

Apesar de sua atuação em dois ramos – um ostensivo e legal e outro secreto e ilegal – é forçoso reconhecer que somente o PCB ostensivo e legal tinha um programa político partidário preciso e objetivo, que era bem praticado, mesmo após a cisão PCB/PC do B.

Os demais partidos políticos tinham seus programas praticamente iguais e viviam mais em função de líderes e de oportunidades ocasionais do que de suas prescrições programáticas. Prova disto era a situação do PSD – que supostamente abrigava a elite rural de modo especial – e, também, do PTB – que, em teoria, era voltado para os interesses dos trabalhadores – partidos esses fundados e tendo por presidente a mesma pessoa: Getúlio Vargas.

Desse modo, após o Estado Novo, o único período em que houve alguma estabilidade política foi o do Governo Dutra. Daí em diante, a instabilidade política foi aumentando até a ruptura de 31 de março de 1964.

Quero fazer aqui uma observação: Por prever em seu programa a "ditadura do proletariado" como forma de governo, o PCB teve sua legalidade cassada no Governo Dutra. Esta cassação, entretanto, não impediu que, a partir daí, continuasse atuando com seus dois ramos reunidos na clandestinidade.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

A insatisfação era muito grande mesmo entre os mais desfavorecidos. A insegurança quanto às rotinas de vida diárias era total. Acordava-se em dúvida a respeito do fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha; saía-se de casa na incerteza de haver condução para ir e voltar; até as refeições diárias eram incertas, tanto pela questão da obtenção de artigos alimentícios como pelo seu preparo. Tive de comprar fogareiros a querosene para me prevenir contra possíveis eventualidades. As greves e paralisações podiam ocorrer a qualquer hora de qualquer dia, sem qualquer aviso prévio, e o Pacto de Unidade de Ação (PUA) decidia, dirigia e coordenava as greves de solidariedade.

A prova da insatisfação generalizada na sociedade com tal estado de coisas ocorreu com a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, congregando empresários, trabalhadores e religiosos, com as queixas e apelos de populares para que as Forças Armadas interviessem na questão política para resta-

belecer a ordem e, no dia 31 de março de 1964, com o não atendimento pelos menos favorecidos ao incitamento do Ministro da Justiça do Governo João Goulart. No dia 31 de março de 1964, estações de radiodifusão do Rio de Janeiro transmitiram seguidamente, desde o amanhecer, uma gravação feita por aquele Ministro, incitando os menos favorecidos – favelados, desocupados e miseráveis – a invadirem casas e apartamentos residenciais e estabelecimentos comerciais de todos os bairros da cidade. No entanto, ninguém atendeu a esse chamamento.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964?

De modo geral, antes e depois do dia 31 de março de 1964, a posição da Igreja foi contrária à ação e aos desígnios do Governo João Goulart. É certo, porém, que havia religiosos favoráveis ao Presidente João Goulart e seus agitadores, pois desde anos anteriores, comunistas vinham cursando seminários e sendo ordenados padres para promoverem agitação e propaganda comunistas no seio da Igreja, isto é, entre sacerdotes e fiéis. Estava em moda, na época, o chamado "comunismo cristão", pregado por religiosos e por organizações externas à Igreja, como a Ação Popular por exemplo. Esta teoria tinha por base a falsa identificação do chamado "humanismo marxista" ao chamado "humanismo cristão". Mas todos esses agitadores desapareceram do cenário político e social tão logo as Forças Armadas intervieram na questão política. Este panorama veio a mudar, a partir das agitações que precederam o AI-5, em decorrência de erros havidos na política inicial do Governo Castello Branco.

O senhor poderia falar algo sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As "Ligas Camponesas" do Sr. Francisco Julião, os "grupos dos onze" do Sr. Leonel Brizola e outros movimentos semelhantes eram organizações subversivas da esquerda política que, a par das atividades de agitação e propaganda, serviriam de embrião para os agrupamentos armados, quando começasse a guerra revolucionária.

Do mesmo modo, havia movimentos semelhantes na direita do espectro político, como por exemplo o "Clube da Lanterna" e o "Comando de Caça aos Comunistas", o C.C.C.

O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

As Forças Armadas estavam, de certo modo, divididas, em conseqüência de acontecimentos ocorridos antes do início do Governo João Goulart. Esta divisão se agravou em decorrência da crise resultante da renúncia do Presidente Jânio

Quadros. O ambiente, na maioria das organizações militares, era de generalizada desconfiança entre seus integrantes. Tanto no seio da oficialidade, como entre os graduados, havia muitos esquerdistas infiltrados. Exemplos mais flagrantes dessa situação foram a revolta dos sargentos em Brasília, a rebelião dos marinheiros e a reunião do Automóvel Clube, ambos no Rio de Janeiro.

O senhor gostaria de acrescentar mais alguns aspectos relacionados com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?

Os esquerdistas tentavam reeditar no Brasil, com as devidas adaptações, o mesmo esquema do "assalto ao Parlamento", praticado na Europa, e o da "guerra revolucionária", utilizado na Ásia e na África. Para isso, coordenavam as chamadas "ações de base" com as chamadas "ações de cúpula", combinadas com ações das chamadas "caixas de ressonância", isto é, imprensa, rádio, TV, órgãos classistas etc.

Tentavam, ainda, os esquerdistas uma implosão institucional por meio das alardeadas "reformas", que seriam conseguidas "na lei ou na marra", isto é, por modificações nas leis, consentidas ou impostas por qualquer meio, ou, ainda, pela violência de todo tipo.

Do outro lado, os direitistas também promoviam agitações contrárias às dos esquerdistas e se preparavam para resistir e revidar às ações violentas das esquerdas.

O Governo João Goulart, ajudando as esquerdas e sendo por elas ajudado, prosseguia em seu projeto de implantação de uma república sindicalista no Brasil.

Por último, as Forças Armadas, divididas e infiltradas, pareciam paralisadas e aturdidas pela agitação e pela propaganda promovidas pelo governo, pela esquerda e pela direita política.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de Março de 1964?

Os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964 foram:

- o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro;
- a rebelião dos marinheiros, realizada na sede de um sindicato, também no Rio de Janeiro;
- a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e
- a reunião dos sargentos, realizada na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro.

A rebelião dos marinheiros teve como palco o Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro. Essa grande agitação, em que se misturavam marinheiros,

fuzileiros navais, metalúrgicos e mulheres, culminou com a saída pela Rua Ana Nery, de marinheiros e fuzileiros, em passeata até o Centro da Cidade. Durante a passeata, os rebelados chegaram ao extremo do desrespeito à legalidade, ao carregarem, aos ombros, em sinal de triunfo, o Almirante Aragão, um dos líderes da desordem, todos com os respectivos uniformes em completo desalinho.

A reunião dos sargentos, na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, presidida pessoalmente pelo Senhor João Goulart, que – na qualidade de Presidente da República, era, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas – se caracterizou pela completa e total quebra da hierarquia e da disciplina das instituições militares.

Os documentários televisivos e radiofônicos e as reportagens das revistas da época (*O Cruzeiro, Manchete* etc), a respeito desses dois eventos, comprovam, à saciedade, a gravidade dos fatos lá ocorridos.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de 1964?

Mais do que intérpretes, as Forças Armadas foram pressionadas, diria até empurradas, pelos civis a deflagrar o Movimento de 31 de Março de 1964.

A manobra política das esquerdas consistia em desvirtuar o ordenamento jurídico nacional, paralisar as Forças Armadas, forçar a direita a reagir e, sob o manto de aparente legalidade, destruírem, com o concurso das Forças Armadas, todos os que se opusessem à subversão das leis. Caso fosse necessário, as esquerdas passariam, a seguir, à guerra revolucionária.

A manobra da direita consistia em conseguir apoio em todos os segmentos da sociedade, inclusive apoio nas Forças Armadas, organizar-se e aproveitar algum erro grave da esquerda, ou alguma boa oportunidade que surgisse, para atacá-las e tomar o poder.

As Forças Armadas, que, como já disse, estavam divididas e muito infiltradas por agentes da esquerda, vendo a iminência de uma guerra civil, conseguiram, graças à iniciativa dos Generais Guedes e Mourão e dos governos de Minas Gerais, São Paulo e da Guanabara, polarizar os democratas e se assenhorear do poder.

Se houve golpe, podemos dizer que foi golpe político do povo.

A derrubada do regime foi obra do povo, de toda a sociedade.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Era evidente a revolução comunista em marcha. Só não a via quem não quisesse vê-la. Por isso, podemos falar em Contra-Revolução, tecnicamente e dentro da

realidade histórica. O Movimento de 31 de Março começou com a ação preventiva desencadeada pelas Forças Armadas, "empurradas" pela sociedade civil. Naquela época, na fase da desordem generalizada, antes da eclosão da Revolução de 31 de Março, "cansei" de ser abordado nas ruas por populares, que me perguntavam quando as Forças Armadas iriam acabar com a baderna e restabelecer a ordem.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Como é da índole dos políticos, a maioria deles está sempre do lado que detém o Poder. No Congresso Nacional, entretanto, as principais lideranças políticas eram contrárias aos desígnios do Governo João Goulart e às agitações das esquerdas, havendo, também, muitos congressistas que adotavam essa mesma posição política. Nas Assembléias estaduais e nas Câmaras municipais, do mesmo modo, muitos deputados e vereadores, em todo o País, eram favoráveis a que logo se restabelecesse a normalidade democrática.

Após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, a grande maioria dos políticos, em todos os níveis do Poder, apoiou a nova situação política. Houve, praticamente, completa adesão.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI e outras), logo após o início da Revolução?

Tanto a direita, como a esquerda e, ainda, o centro político foram surpreendidos pela ação das Forças Armadas e, de imediato, cessaram as agitações.

As esquerdas haviam promovido uma greve geral, o que muito facilitou a ação do Exército e da Polícia. Em conseqüência da greve geral, poucas pessoas saíram às ruas e, desse modo, não houve agitações populares.

O fato de haver o Exército conseguido superar rapidamente sua divisão interna, quanto às opções ideológicas, e haver efetuado uma intervenção política preventivamente, paralisou completamente as esquerdas; os líderes esquerdistas, temerosos das conseqüências que resultariam da frustrada manobra política intentada, desapareceram de cena rapidamente.

A seguir, de modo geral, todos aderiram à nova situação política e, até hoje, não encontrei ninguém que dissesse ter estado comprometido com o projeto sindicalista do Presidente João Goulart ou com os projetos da esquerda política daquela época.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Não citarei nomes, nem responderei de modo completo à pergunta, para evitar que, por esquecimento ou má informação, cometa injustiças. Vou citar apenas:

Líderes civis: os governadores de São Paulo, da Guanabara e de Minas Gerais, alguns políticos desses estados e outros tantos políticos do Congresso Nacional.

Líderes militares: muitos oficiais superiores, principalmente do Exército, e alguns oficiais generais dos postos de General-de-Brigada e General-de-Divisão ou seus correspondentes nas duas outras Forças Armadas.

Esclareço que, como líderes principais, estou considerando somente aqueles que assumiram taxativamente tal posição até o final de 1963.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos da América?

As esquerdas tiveram auxílio externo de toda ordem – auxílio financeiro, formação de ativistas e outros – de países comunistas, principalmente de Cuba. Essa é uma verdade que está, intencionalmente, muito esquecida. Havia setores de esquerda que até possuíam listas de líderes e de administradores cubanos que viriam para o Brasil, logo que a subversão fosse vitoriosa, para aqui assumirem postos na administração pública. Vi tais listas em mãos de ativistas da esquerda.

Não tenho certeza, mas me parece que a direita teve algum auxílio externo, não sei de qual natureza, propiciado por intermédio de agentes da CIA, principalmente.

No que tange aos grupos considerados de centro, como tendência política, parece-me que o auxílio externo se resumiu em apoio diplomático, apoio moral e apoio no que se refere a obras de escritores democráticos.

Quanto aos diversos grupos com que trabalhei desde 1961 até 1964, somente em relação ao último, já no primeiro trimestre de 1964, ocorreu que pedimos e nos foi prometido auxílio externo de suprimento de combustíveis por um período de três meses, a partir do início de ações armadas no Brasil, tempo que, segundo nossas estimativas, deveriam durar as hostilidades na guerra civil que julgávamos inevitável. Felizmente, tal apoio não foi necessário.

No início de abril de 1964, entretanto, quando fomos prender a Diretoria da Petrobrás, em sua sede na Praça Pio XI, em frente à Candelária, constatei, no escritório do presidente da empresa, que todos os petroleiros que navegavam para portos brasileiros haviam sido desviados de suas rotas originais, por ação de pessoas da direção da empresa, com a finalidade de provocar o colapso do abastecimento de combustíveis no País. Mas a nova diretoria, logo empossada, conseguiu resolver o problema, criado pelo pessoal da esquerda política da Petrobrás, sem graves prejuízos para o Brasil.

Qual o posicionamento dos EUA em relação à Revolução de 31 de Março de 1964?

Os EUA tinham à época posição contrária àquela do Governo João Goulart e à das esquerdas em geral. No que sei, a atuação dos EUA naquela época, em relação ao Movimento de 31 de Março de 1964, pautou-se por discreto apoio diplomático, nunca envolvendo apoio material ou em recursos humanos.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Naquela época, a maioria dos oficiais e graduados das Forças Armadas era dotada de boa formação democrática, estava consciente da necessidade de preservação do regime democrático no País e sabia que as soluções preconizadas pelas esquerdas nos levariam a resultados funestos.

As esquerdas, empolgadas por sua propaganda e com excesso de confiança em seus métodos, acreditavam que a ocupação de postos-chave, por pessoas de sua escolha, e a infiltração de ativistas nas Organizações Militares paralisariam completamente as Forças Armadas ou as tornariam dóceis aos seus desígnios. Enganaram-se totalmente.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Nas Forças Armadas, principalmente nos momentos difíceis, o aspecto chefia e liderança pode ser bem aquilatado em função das ordens expedidas, do modo como são elas cumpridas e dos resultados obtidos pela ação da Organização Militar considerada.

No caso em pauta, minha apreciação é que a chefia e a liderança foram muito bem exercidas pelos oficiais em postos de comando naquelas organizações militares.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

No meu entender, o emprego operacional dos cadetes da AMAN naquelas circunstâncias foi correto, pois a soberania nacional corria sérios riscos.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos, visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Os principais objetivos estratégicos visados, sob o aspecto político, foram: evitar a perda da soberania nacional, manter o ordenamento jurídico do País e restabelecer a ordem pública. Para isso, é que foi feita a Revolução.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

A união e a coesão das Forças Armadas e, internamente às mesmas, a união e a coesão dos seus respectivos militares foram robustecidas, principalmente em função da adesão, espontânea na maioria dos casos, de quase todos ao exercício da destinação constitucional para elas estabelecida: defesa da Pátria e manutenção da Lei e da Ordem.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Depende do significado que se atribua à palavra ideologia. O Movimento de 31 de Março de 1964 tinha por principal escopo a preservação do regime democrático no País. Se considerarmos ideologia como um conjunto de idéias visando a uma determinada finalidade e se entendermos que há um conjunto de idéias regendo a Democracia, então a resposta será afirmativa. Mas se considerarmos ideologia como uma simplificação deturpada de uma filosofia, com a finalidade de iludir o povo, então a resposta será negativa.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A chamada "mídia", em princípio, sempre corteja o Poder. Antes de 31 de março de 1964, a "mídia", em sua maior parte, mantinha-se em posição dúbia ou apoiava o Governo João Goulart e as esquerdas políticas que estavam nas graças do Governo. Havia, entretanto, na "mídia" muitos órgãos de elevada expressão publicitária que se posicionavam francamente contra o Governo João Goulart e seus adeptos. Após a eclosão da Revolução, a maior parte da "mídia" passou a apoiar o novo regime.

Na atualidade, entretanto, constato que a chamada "mídia", em sua quase totalidade, pratica o chamado "pensamento único", isto é, ela é mais parcial em favor do atual governo do que o era em relação ao Governo João Goulart, naquela época.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

De início, como já disse, o Movimento de 31 de Março de 1964 foi um contragolpe, praticado preventivamente pela maior parte da sociedade civil brasileira contra o Governo João Goulart e as esquerdas que o apoiavam. Ressalto que foi praticado pela sociedade e não pelas Forças Armadas. Estas fizeram uma intervenção, adiantando-se a uma situação, talvez até de beligerância interna – guerra

civil – prestes a eclodir. Entretanto, os resultados produzidos no País pelo Movimento de 31 de Março de 1964 permitem seguramente classificá-lo como autêntica Revolução. Para ser sucinto na demonstração do que afirmo, basta lembrar que, no período da Revolução, o Brasil atingiu a situação de 8ª economia no mundo e, apesar do aumento populacional ocorrido no mesmo período, o número de miseráveis na sociedade brasileira caiu, percentualmente, para menos da metade do que era antes de 31 de março de 1964.

Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Os benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março de 1964 ao País foram imensamente maiores que os prejuízos dela advindos aos brasileiros. Parece-me desnecessário estender-me a esse respeito, pois que somente uns poucos frustrados em suas aspirações totalitárias contestam esta realidade. É comum, ainda hoje em dia, ouvir-se de populares, ao se referirem àquele período, que "eram felizes e não sabiam". Ouve-se isso diariamente nas ruas.

Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros que, porventura, tenham sido cometidos?

De início, o Governo Castello Branco houve por bem adotar política muito conservadora, visando ao retorno à situação de antes de Jânio Quadros. Essa perda de tempo inicial prejudicou todo o desenvolvimento político e social a seguir.

Outro grande erro foi não haver sido criado, logo após março de 1964, um partido político da Revolução de 1964, visando à sustentação política do Governo e à formação de novas lideranças políticas.

O maior erro, porém, foi não ter sido dada a devida importância à educação, considerada de modo amplo e geral, e, em particular, à educação política de toda a sociedade.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Poderia citar os principais?

Omitem os acertos da Revolução de 1964 por conveniência política, para que não haja termos de comparação com o retrocesso que vêm impondo ao País e, também, por não terem nada de concreto a apresentar, a não ser a propaganda de projetos de pequena probabilidade de virem a ser concretizados. De modo geral, as grandes realizações apregoadas pelos Governos da atualidade nada mais são que a destruição, a alienação ou o desvirtuamento dos acertos da Revolução de 1964.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc, ocorridos numa primeira fase, e a colocação de bombas em bancas de jornal etc, posteriormente) praticadas por extremistas?

As ações de guerrilha e de terrorismo praticadas pela esquerda política tinham por finalidade a implantação de regime comunista no País e não a luta pela democracia, como agora apregoam. As ações terroristas praticadas pela direita política visavam a prejudicar a chamada "abertura política" iniciada no Governo Geisel.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Na ocasião, não havia alternativa política para o Governo Costa e Silva. O AI-5 poderia ter sido evitado, não fossem as agitações da esquerda e da direita política, praticadas ao abrigo da vigência da nova Constituição promulgada pelo Governo Castello Branco. Concorreu, ainda, de modo decisivo para a edição do AI-5, a crise militar provocada pelo então Ministro do Exército, que, para manter-se no seu cargo, utilizou-se politicamente de infantil discurso de trêfego deputado esquerdista, discurso este pronunciado em sessão da Câmara dos Deputados, com pouquíssimos deputados presentes, e publicado somente em inexpressivo jornal de Brasília.

Foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI?

A criação do SNI foi realmente necessária. Porém, o desvirtuamento da função daquele órgão começou a ser produzido, pelo seu próprio Chefe, logo após sua criação. Por esta razão, o General Helio Lemos e eu nos indispusemos com o Chefe do SNI, e, também, com a Presidência da República, cerca de seis meses após a criação do órgão.

Indispus-me, posteriormente, com a cúpula do Exército, por causa do emprego das Forças Armadas no combate ao terrorismo e à guerrilha da esquerda política e, do mesmo modo, com a Presidência da República, em razão de haver preconizado que fossem criados um órgão de repressão especial e uma justiça extraordinária para tratar de tais crimes.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Realmente houve demora nessa questão, mas não somente por culpa de participantes e de detentores do Poder durante aquele período. Lembro a todos que foi feita uma primeira tentativa de normalização democrática com a Constituição promulgada pelo Governo Castello Branco, tentativa esta frustrada pelos acontecimentos

que levaram ao AI-5. Posteriormente, outra tentativa, ao início do Governo Médici, foi interrompida pela guerrilha urbana desencadeada pela esquerda política.

Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente o comportamento do Congresso Nacional?

Até o final do Governo Médici, o panorama político foi francamente favorável aos Governos da Revolução de 1964, tanto no que diz respeito ao Congresso como à opinião pública.

Tal era a maioria política no Congresso, obtida nas eleições anteriores pela ARENA, partido governista, que muitos políticos previam, ao início do Governo Geisel, a iminência de virmos a ficar com um partido político único nas eleições daquele ano, à semelhança da situação do PRI no México. Adotando tais previsões, o Governo Geisel resolveu, para as eleições do primeiro ano de seu mandato, incentivar e ajudar politicamente o MDB, para que este partido melhorasse numericamente sua representação no Congresso. O resultado dessas eleições constituiu enorme surpresa para todos, pois o MDB conseguiu maioria no Congresso. Este grave erro de apreciação política prejudicou e condicionou a ação do Governo Geisel até o final do seu mandato.

Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc) e prática de tortura contra presos? O que tem a declarar quanto a isso?

A meu ver, durante a vigência do AI-5, como não poderia deixar de acontecer, pois para isto fora editado aquele ato, houve o cerceamento das liberdades mencionadas.

Quanto à tortura de presos, esclareço que dessa prática obtive apenas provas circunstanciais. Isto, no entanto, não impediu que apresentasse reclamações oficiais a respeito dessa irregularidade e que, pelo menos em duas ocasiões, em épocas e circunstâncias distintas, haja discutido, de modo áspero, com dois sucessivos Chefes do CIEx.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Concordo com a denominação "ditadura" ao período em que esteve em vigor o AI-5. Não concordo, entretanto, com o qualificativo "militar", pois que somente os cargos de presidente da República e de chefe do Poder Executivo foram exercidos por um general do Exército. Lembro que a acumulação desses dois cargos pela mesma pessoa é prescrição constitucional nos regimes presidencialistas.

Como explicação e justificativa a respeito desse período, peço que revejam o que disse anteriormente em referência ao AI-5.

Quanto aos chamados "anos de chumbo", sugiro a leitura de *1968, o Ano que não Terminou,* livro do jornalista Zuenir Ventura, festejado escritor da esquerda política, para que tenham uma idéia das culpas e das contribuições das esquerdas políticas para que tenha havido aquela situação, naquele período.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas, na qualidade de Instituições Nacionais, praticamente em nada se aproveitaram da situação para auferir vantagens. Alguns militares, no entanto, individualmente se aproveitaram da situação. Uns poucos desses aproveitadores, que se excederam e até crimes praticaram, foram condenados pela Justiça a penas diversas. Como é normal, em todos os rebanhos há ovelhas negras!

De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Um rápido balanço de erros e acertos, benefícios e prejuízos, revelará que o saldo dos vinte anos de Governos da Revolução foi altamente favorável ao País e que o Brasil e a grande maioria dos brasileiros disto muito se beneficiaram.

A que o senhor atribui o esgotamento da Revolução de 1964?

As principais causas do esgotamento da Revolução de 1964 foram:

• os graves erros iniciais da política do Governo Castello Branco, já anteriormente mencionados;

• os graves erros políticos do Governo Geisel;

• a desmedida ambição da política econômica do Governo Geisel;

• a má condução do processo de abertura política no Governo Geisel;

• as duas graves crises resultantes do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional;

• a recessão econômica no Governo Figueiredo;

• a apatia do Governo Figueiredo, principalmente após a operação cirúrgica a que o Presidente foi submetido nos EUA.

Dizem que tenho má vontade em relação ao Governo Geisel, mas a grande realidade é que todas as suas decisões, de largo alcance, desde seu tempo de presidente da Petrobrás, deram maus resultados. Logo no início de seu governo, aquela deci-

são de favorecer o MDB levou a uma tragédia política. Pode-se dizer que marcou e condicionou todo o seu período de governo e o subseqüente, do Presidente Figueiredo.

A conjuntura internacional veio a acelerar a abertura política?

Em minha opinião, a conjuntura internacional contribuiu para a decisão da realização da abertura política.

Haveria condições para a continuidade do processo revolucionário após o governo de Figueiredo?

Acredito que não. A apatia e a falta de iniciativa política do Governo Figueiredo paralisaram completamente o movimento revolucionário. No entanto, as principais causas do esgotamento da Revolução de 1964, como disse há pouco, foram os graves erros cometidos no Governo Geisel.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

O grave erro político logo ao início do Governo Geisel, que resultou na conquista da maioria das cadeiras do Congresso Nacional pelo MDB, condicionou e prejudicou todo esse período de governo, prejudicando, também, a abertura política, nele iniciada.

Houve ou existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, em relação aos militares?

O chamado "revanchismo", principalmente em relação aos militares, é uma das partes não divulgadas da atual política governamental. O mesmo se verifica em relação ao desrespeito à lei e à ordem em todo o País.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão deste fato?

Esta questão faz parte da educação, em geral, e da educação política, em particular, assinalada como um dos pontos falhos em todas as políticas dos governos da Revolução, desde o início do Governo Castello Branco. As universidades e escolas continuaram tendo maioria de professores de tendência esquerdista. As livrarias quase que só dispunham de publicações de esquerda – marxista e de outros teores. A Revolução fez muito pouco para conter esta avalanche, em termos de Comunicação Social.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

A democracia e o marxismo são concepções absolutamente irreconciliáveis. Deste fato e da bipolarização do Poder mundial, decorria o radicalismo ideológico dos tempos da "guerra fria". Após a queda do "Muro de Berlim", desapareceram o marxismo-leninismo, mais conhecido como comunismo, e outras derivações do marxismo. Mas em três países no mundo o marxismo continua muito atuante; são eles a China, Cuba e o Brasil. De alguns anos até a atualidade, no Brasil a progressão marxista vem sendo feita com muita competência, de modo sorrateiro e com o disfarce de atuação democrática, segundo a tese preconizada pelo filósofo italiano Gramsci.

A imagem, hoje, do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Parece-me justa e merecida essa aceitação pela sociedade. Entretanto, mantenho minha opinião a respeito da falta de conhecimentos, na grande maioria dos militares de todos os postos e graduações, referentes à teoria política, em geral, e à democracia, muito especialmente.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que merecesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

A Revolução de 31 de Março de 1964 impediu que o Brasil passasse à situação de país satélite da União Soviética e que, pelo menos por 25 anos, os brasileiros viessem a sofrer as agruras de um regime comunista.

Somente este feito compensaria largamente qualquer prejuízo que a Revolução possa ter causado ao País, mesmo que nada mais houvesse realizado em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Atualmente, duas teorias internacionalistas assediam nossa sociedade, ambas pretextando a realização do nosso ideal democrático, porém atuando segundo projetos diferentes, aparentemente sem choques entre si. Uma delas é o neoliberalismo com sua teoria da globalização. A outra é o neomarxismo, que se orienta pela teoria do filósofo italiano Gramsci.

Neste momento, parece-me de suma importância alertar a Nação para os perigos dessa nova situação política que se nos apresenta, a qual poderá nos levar à perda de nossa soberania, à perda de nosso patrimônio cultural e material, à nossa desintegração social e territorial e, principalmente, à perda de nossa identidade nacional.

Coronel Aluízio de Campos Costa

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Como Capitão da Arma de Artilharia, ingressou no Magistério Militar, através de concurso, no ano de 1955, exercendo, por longos anos, o cargo de professor da Cadeira de Balística da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Na vida pública civil, após a Revolução, exerceu as seguintes funções:
- Secretário de Educação do Município de Barra Mansa, RJ (1969/1971).
- Coordenador Regional (RJ) do PROCARTA (Programa Nacional da Carta Escolar – MEC) (1973/1974).
- Vice-Presidente de Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1976/1979).
- Prefeito Municipal de Volta Redonda, por nomeação (1979/1982).
- Possui o curso da AMAN – Artilharia e outros, civis e militares, ligados ao Ensino e à Administração Empresarial.
- Em 1964, era Major e servia na AMAN, como professor da Cadeira de Balística.

Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2000.

Cel Aluízio, gostaria que nos apresentasse um resumo de sua experiência pessoal no cumprimento das missões especiais que lhe foram confiadas ao longo do período revolucionário.

Titular do Magistério Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, fui convidado pelo Prefeito de Barra Mansa para o cargo de Secretário de Educação do Município. Autorizado por meus superiores, aceitei o convite e passei a exercê-lo, cumulativamente com o de professor de Balística.

Na Secretaria, deu-se a maior ênfase à instrução de Moral e Cívica. As datas memoráveis da nacionalidade eram todas comemoradas solenemente, com a participação de alunos, de professores e da comunidade.

Após o término do mandato do prefeito que me convidara, deixei as funções de Secretário, tendo sido, logo a seguir, nomeado assessor técnico e, pouco depois, coordenador regional do Programa Nacional da Carta Escolar – MEC – no Estado do Rio de Janeiro – PROCARTA/RJ.

Ao término dos trabalhos do PROCARTA, fui nomeado administrador do Hospital da CSN, em Volta Redonda. Pouco depois, por nomeação do então Presidente da SIDERBRÁS, assumi o cargo de vice-presidente de Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

No exercício dessa função, organizei a 1ª Olimpíada do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e fui presidente do Comitê Olímpico.

Recebi, na época, a missão de preparar, também, toda a parte administrativa, setor de pessoal, da Siderúrgica de Tubarão, em fase de implantação no Espírito Santo.

Decorrente de decisão e ordem de Brasília, fui, a seguir, nomeado Prefeito de Volta Redonda.

Na época, a legislação vigente estabelecia que prefeito de município considerado de Segurança Nacional só poderia ser nomeado com o aval do presidente da República, cabendo a nomeação ao governador do estado que, à época, no Estado do Rio, era Chagas Freitas.

A ele, fui conduzido pelo Comandante Adyr Velloso, da Marinha de Guerra, então Secretário de Transportes do Estado, para apresentação e formalização do convite.

Assinado o ato de posse no Palácio Guanabara um mês após o convite, retornei a Volta Redonda, iniciando o trabalho conseqüente, trabalho empolgante e apaixonante.

Após nomeação dos secretários, estabeleci com o de Fazenda não me incluir na folha de pagamento. "Já tenho salário", disse, para estupefação dele.

É bom destacar que, ao assumir as funções, a Prefeitura não tinha crédito na Praça, nem recursos para o pagamento aos funcionários, uma vez que o ICM, parte mais substancial da arrecadação, havia sido bloqueado pelo Banco do Brasil, garantidor que era de uma dívida não paga.

Após entendimentos com o presidente do BB, o bloqueio do ICM foi suspenso. Decorridos oito meses, pagas todas as dívidas, começamos a realização das obras que, ao seu final, fizeram o Município passar do 69º lugar para o 4º, relativamente aos municípios mais desenvolvidos do País, de mais de cem mil habitantes ("O Dirigente Municipal" – Vol XII, 1981).

Essas obras, que não foram poucas, constam de um documento impresso distribuído à população local por indicação da Câmara de Vereadores. Com prazer, passo às mãos de meu ilustre entrevistador – Gen Nery – meu ex-aluno e brilhante oficial general, o documento em questão.

Ressalte-se, em rápido resumo, as mais importantes:

- Na Educação
  - Remodelação de todas as escolas públicas municipais, ampliação de algumas e construção de três novas, em bairros carentes, com 23 salas de aula.
  - Os professores foram reciclados e participaram de cursos de atualização.
- Na Saúde Pública
  - Construção de Estação de Tratamento d'Água, em cinco módulos, para um milhão de habitantes. Foi inaugurado o primeiro, para atendimento a trezentos mil habitantes, população da época.
  - A rede de distribuição de água tratada foi ampliada em 35% (67.920m) e a de esgoto em 51% (67.534m). Pode-se afirmar que, a partir daí, todas as residências da cidade tinham água tratada e estavam ligadas à rede de esgotos sanitários.
  - O Hospital Municipal foi ampliado e reequipado.
  - Centros de Saúde e Comunitários foram construídos em bairros carentes.
- Lazer e Esportes
  - As praças existentes foram remodeladas e construídas outras 21, dotadas todas de equipamentos desportivos.
  - Em duas ilhas do Rio Paraíba, que ligamos por pontes, construímos um grande Centro de Lazer e de Esportes, que denominamos Complexo Duque de Caxias, composto de: Centro de Exposições, Centro de Cultura, Ginásio Poli desportivo e o maior parque aquático público do estado, com três piscinas.

No local, foi construído o quartel da Guarda Municipal. Vale registrar que algumas dessas obras foram terminadas pelo meu sucessor, com verba no orçamento e recursos deixados em caixa.

— Construção do Zoológico Municipal.

- Transportes
  - — Pavimentação totalmente refeita e implantada onde não existia.
  - — Ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, ligando dois bairros.
  - — Construção de viaduto, em aço niocor, sobre a via Dutra.
- Edificações importantes e iluminação pública.
  - — Construção de modernos prédios para a Câmara Municipal e para o Fórum.
  - — A iluminação pública foi ampliada e modernizada.

Outras realizações deixam de ser citadas para atender às demais indagações que me serão apresentadas, na busca de outros objetivos específicos desta entrevista.

Passados três anos e por imposições políticas que não eram motivo de minhas preocupações, ao sair da Prefeitura de Volta Redonda, nada ficou pendente; as obras em andamento constavam do orçamento e recursos havia em caixa para seu término.

Após este breve relato, que trata de uma experiência adquirida em circunstâncias especiais após 1964, devo salientar que muitos militares do Exército, como eu, e provavelmente das outras forças singulares, foram chamados ao cumprimento de missões dessa natureza e similares e delas todos conhecemos que se desincumbiram com seriedade, competência e patriotismo.

Depois deste objetivo e marcante relato feito pelo nosso colaborador, a respeito de suas atividades após 1964, em que tanto se destacou, representando, na vida pública, com toda dignidade, o nosso Exército, passemos, agora, a outros aspectos não menos relevantes desta entrevista.

Coronel, a seu ver, quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Podemos buscá-las ainda no período do Presidente Getúlio Vargas que era tido como um homem simpático à Alemanha nazista. Após a declaração de guerra àquele país, conseqüência de agressões de várias naturezas, entre as quais o afundamento de muitos navios mercantes brasileiros, Vargas, até então anticomunista, adotou uma posição mais à esquerda, assumindo uma atitude populista que o tornou simpático às classes trabalhadoras.

A mutação ideológica de Vargas propagou-se a muitos de seus discípulos, sobretudo a João Goulart e ao partido por ele criado – o PTB – com a conseqüente infiltração comunista. João Goulart – Jango, como era conhecido já na época de

Getúlio – quando Ministro do Trabalho de Vargas, manifestava as suas tendências esquerdistas. Estimulava, de todas as formas possíveis e imagináveis, a ocorrência de agitações sindicalistas.

Pois esse homem é que foi eleito vice-presidente da República, sendo que o vencedor do pleito para Presidente foi Jânio Quadros. Naquela época, 1961, votava-se, numa só chapa, para presidente e vice-presidente, acontecendo, assim, que o vice de Jânio Quadros não foi eleito. Pertencentes a partidos diferentes e defendendo atitudes díspares, era fácil notar que esse casamento jamais iria dar certo.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros surpreendeu a Nação renunciando à Presidência. O homem que tivera a maior votação neste país... João Goulart achava-se em visita oficial à URSS e China comunista. A renúncia causou estupefação ao povo, que ficou abismado, sem nada entender. O Vice-Presidente assumiria a Presidência...

Os ministros militares da época, que eram o Almirante Sylvio Heck, da Marinha, o Marechal Odylio Denys, do Exército, e o Brigadeiro-do-Ar Grüm Moss, da Aeronáutica, firmaram um documento que encaminharam ao presidente da República em exercício, Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, substituto natural na ausência daqueles dois.

Documento extenso, assinalava que o senhor João Goulart, "... na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, constituir-se-ia, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejavam ver o país mergulhado no caos, na anarquia , na luta civil..." afirmava, ainda, que "... as Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas..." Seria o caso, pela pregação subversiva, do ditado popular: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura..."

Séria crise política ocorreu no País, colocando em confronto dois grupos: o primeiro, defensor da posse de Jango; o outro, afinado com o manifesto dos ministros, contrário à posse. O pessoal que apoiava Jango reunia quatro tendências:

• os que concordavam com sua linha ideológica e de seus companheiros políticos;

• os brizolistas, que atuavam em torno do seu chefe e do chamado movimento da legalidade, por ele desencadeado quando governador do Rio Grande do Sul;

• os comunistas, aliados das duas primeiras tendências;

• e, finalmente, uma quarta corrente que, embora preocupada com a ação de Jango na Presidência, concordava com sua posse, como determinava a Constituição.

O segundo grupo, radicalmente contrário à posse, discordava do manifesto dos ministros militares.

Criou-se, então, um impasse. A solução conciliatória foi a mudança do regime presidencialista para o regime parlamentarista, que reduzia, de forma drástica, os poderes do Presidente. Foi aceito por Jango, que pretendia, tão logo tivesse condições, derrubar o Ato Institucional, de 3 de setembro de 1961, que estabelecera a mudança.

Esse Ato Institucional previa que, nove meses antes do término do mandato presidencial de Jango, realizar-se-ia um plebiscito popular para estabelecer qual regime seria o escolhido. Logo que assumiu a Presidência, Jango começou a trabalhar no sentido de derrubar aquele acordo que havia sido feito de bom grado entre as duas partes. E conseguiu antecipar o plebiscito, retomando os poderes peculiares ao Presidencialismo.

A propósito, é interessante assinalar o que disse o General Olympio Mourão Filho, em suas memórias. O General, que fazia parte do grupo dos legalistas e era favorável à posse de Goulart, mudou de atitude e explica por quê:

Assistiu a um diálogo entre Brizola e o General Osvino Ferreira Alves – mais tarde foi Comandante do I Exército – na casa deste, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e ficou perplexo. Um vasto plano estava sendo preparado: previa campanha intensa pelo plebiscito, para a volta ao Presidencialismo imediatamente, antes do prazo acordado entre as partes. Outro assunto, tratado por Brizola e o General Osvino, dizia respeito ao término da inelegibilidade dos sargentos, cabos e soldados e extensão do voto aos soldados e aos analfabetos.

Diz, ainda, o General Mourão:

• Eu sabia que a primeira fase do programa – a volta do Presidencialismo antes do prazo previsto – estava ganha por eles e deveria ser sucedida pela segunda fase – o golpe definitivo para a instalação da república sindicalista do senhor Brizola.

Há um excelente livro escrito pelo meu ex-comandante, General Adolpho João de Paula Couto, que apresenta um magnífico retrato do que acontecia na época. Ele fez uma pesquisa extraordinária sobre tudo o que ocorreu na Revolução. Cita todos esses fatos... o que disse fulano e beltrano. O nome do livro é *Revolução de 1964 – A Versão e o Fato*. Lembrou que, numa aula proferida na ESG, o Sr Alfredo Buzaid assim se expressou: "... O Brasil, no primeiro trimestre de 1964, se viu diante do dilema: revolução socialista ou democracia social..." Revolução socialista era o que o Governo João Goulart preconizava. O povo, repudiando aquela idéia, optou pela democracia social, donde surgiu a Revolução de 1964.

O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março?

A guerra fria influenciou o mundo inteiro, porque eram as duas maiores potências mundiais – Estados Unidos e URSS – em confronto; e nós não estávamos imunes a esta influência. Afetou-nos, como não poderia deixar de acontecer, sem dúvida alguma.

Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?

Devo assinalar o seguinte fato que julgo muito importante: Dom Eugênio Sales, muito antes da Revolução, quando Bispo no Nordeste, já alertava sobre o perigo comunista. A subversão estava em marcha e ele era contrário àquela situação.

Mas, havia um outro grupo, liderado por D. Evaristo Arns, de São Paulo, que era favorável ao comunismo. É difícil entender esse posicionamento contrário à filosofia religiosa. Houve, assim, uma divisão, embora a facção mais importante estivesse contra João Goulart.

A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?

Podemos afiançar que três fatos foram decisivos para o desencadeamento da Revolução. Um deles diz respeito ao dia 13 de março de 1964, quando houve um grande comício na frente da Central do Brasil, aqui no Rio de Janeiro, próximo ao prédio do então Ministério da Guerra, em local vedado a tais manifestações. Esse comício, com a presença do presidente da República e até do ministro da Guerra, contou com a participação de muita gente. Foi realizado na hora em que a grande massa de trabalhadores dos subúrbios pegaria o trem para a volta à casa. Pessoas dos municípios vizinhos receberam toda a sorte de facilidades do governo da época, como transporte e alimentação.

Esse, o primeiro fato determinante da Revolução. O segundo foi a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais, no Sindicato dos Metalúrgicos, alguns dias depois. O Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, ordenou a prisão dos revoltosos, demitiu o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais e, não tendo conseguido abafar a rebelião, se exonerou do cargo, em meio à crise. Seu substituto no Ministério da Marinha, Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um esquerdista decrépito, determinou imediatamente, por ordem do próprio presidente da República, a libertação daqueles camaradas.

O terceiro fato, que determinou o desencadeamento da Revolução, ocorreu no dia 30 de março de 1964. Na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, a

Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar promoveu uma reunião que contou com a presença do Presidente João Goulart. Compareceram alguns poucos sargentos das Forças Armadas, envolvidos na política. Jango fez um dos mais vibrantes discursos de sua vida, e também o último. Foi calorosamente aplaudido pelos comunistas que lotavam os salões do Automóvel Clube e confraternizavam com os militares. Esse último fato foi o estopim para a eclosão da Revolução.

Qual a atitude do Congresso Nacional ao ter início a Revolução?

Faço minhas as palavras do Brigadeiro Max Alvim: "O Congresso Nacional, na época da Revolução, foi dolosamente omisso." São palavras textuais do Brigadeiro: "O Congresso foi dolosamente omisso."

O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?

Sem a menor dúvida. O Exército nada mais fez do que o povo queria. A propósito, cito um fato relatado pelo General Lyra Tavares, acerca daquela Marcha das Famílias, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo. Diz o General: "Eu estive presente e nunca ouvi tanto desaforo na minha vida." Perguntavam-me: "O que vocês estão esperando para saírem às ruas?" São palavras textuais do General Aurélio de Lyra Tavares: "O que vocês estão esperando para saírem às ruas?" Evidente, que se referiam ao Exército. Então, o Exército foi o intérprete, sem a menor dúvida, da grande maioria do povo.

Como se portaram os movimentos sindicais e entidades taxadas de esquerdistas como a UNE, CGT, PUA, logo após o início da Revolução?

O Governo de João Goulart contava com a força dos sindicatos. Tinha uma avaliação errônea dos fatos. Pensava que, trabalhando o círculo dos sargentos, contrariamente à disciplina e invertendo a hierarquia, os chefes militares iriam perder o comando da tropa. A conseqüência, sem a atuação das Forças Armadas, seria a liberdade para os sindicatos fazerem o resto. Cometeu um tremendo erro de cálculo.

Erro grosseiro, porque a maioria dos sargentos estava fiel ao seu juramento. Lembro-me de que servia em Itu, São Paulo, e fui procurado por um sargento que dizia não estar acreditando que o Ministro da Guerra estivesse presente àquele comício na Central do Brasil. Essa tentativa de subverter a disciplina e a hierarquia não frutificou, pelo contrário, abalou os próprios sargentos que eram extremamente disciplinados, particularmente os das Unidades do interior. Havia, apenas, peque-

nos movimentos na Capital, Brasília, e no Rio de Janeiro e que causaram a falsa impressão, ao Governo João Goulart, de que teria o apoio de todos.

Perfeitamente, Jango avaliou mal; incidiu em erro palmar, ao mexer com a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" que Jango sempre apregoava contar?

Deveu-se a um erro de cálculo, como acabei de dizer. O Presidente Goulart, o Jango, acreditava dispor de um forte apoio militar e estava equivocado. Pensou que, com aquele trabalho que fazia junto aos sargentos, neutralizaria a ação dos chefes militares, tornando as Forças Armadas incapazes de se oporem ao poder sindical. Estava radicalmente equivocado. A reação dessas Forças, inclusive com a participação da grande maioria dos sargentos, surpreendeu o governo que, incapaz de agir, teve de fugir e exilar-se no Uruguai.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna?

Sem dúvida, sem dúvida. Exclusivamente de preparação interna. Incorre em erro grosseiro aquele que imagina a existência de qualquer apoio de origem alienígena.

Mesmo assim, qual o posicionamento dos Estados Unidos com relação ao nosso Movimento Revolucionário?

Só poderia ser favorável à Revolução, tendo em vista que a mesma voltava-se contra o comunismo.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/ DI e elementos do próprio II Exército?

Tanto na frente de Minas Gerais, como na do Vale do Paraíba, os chefes militares revolucionários, dos diversos escalões, destacaram-se no aspecto chefia e liderança, conduzindo, com muita competência, a tropa.

Em síntese, os oficiais das Forças Armadas, com responsabilidade de comando e de assessoria (Estado-Maior), tiveram e mantiveram firme espírito de liderança.

Houve uma reunião, em Resende, dos comandantes dos I e II Exércitos, que eram as tropas em vias de confronto, com a presença do Gen Médici, Cmt da AMAN, que muito contribuiu para pôr fim ao conflito, ratificando a vitória da Revolução.

Importante salientar que os comandos e as chefias já estavam devidamente preparados para o que estava ocorrendo. Em 1962, o Estado-Maior do Exército

implantou um curso de Guerra Revolucionária, mostrando as suas fases preparatórias, subversão etc.

A seu ver o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto?

Julgo corretíssimo, não só do ponto de vista tático como do estratégico. Foi, a meu ver, um dos fatores determinantes da inexistência do confronto entre as tropas dos I e II Exércitos.

Exatamente. Inibiu o I Exército, mais forte, e elevou o moral do II Exército que avançava para o Rio de Janeiro, preocupado com a atitude que tomariam as unidades da coluna do I Exército. A ação da Academia neutralizou tudo isso. Foi providencial!

O Movimento de 64 trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?

Sem dúvida alguma. A Revolução serviu para robustecer a união e coesão das Forças Armadas. E para aglutinar o ideal democrático do povo brasileiro, que, por sua índole tranqüila e sua religiosidade, não poderia concordar com a praxe comunista.

O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?

A Revolução de 31 de Março baseou-se na ideologia contrária ao marxismo, que sempre foi uma filosofia antagônica à mentalidade brasileira; por isso mesmo, muitos a consideram uma contra-revolução.

A mídia, na época, apoiou o Movimento?

No início apoiou. Os mais importantes jornais e emissoras de rádio e televisão do País, desde o início, deram apoio às campanhas de defesa da democracia. Foram anotados alguns títulos publicados pelos jornais. Assim é que se manifestaram: *Jornal do Brasil:* "Bilac Pinto quer dar armas ao povo para defender a legalidade" – era deputado presidente da UDN (União Democrática Nacional), que na época trabalhava em prol da Revolução; *O Estado de São Paulo:* "Bilac Pinto denuncia organização de golpe" – esse golpe era a revolução comunista; *O Globo:* "Bilac Pinto: O governo arma os sindicatos para o golpe"; *O Jornal:* "Democratas despertam: armar a população civil para obstar a subversão" – esse jornal já desapareceu, mas na sua época era importante; *O Estado de Minas:* "O presidente da UDN faz grave denúncia à Nação"; *A Tribuna da Imprensa:* "UDN denuncia a subversão no governo".

O senhor poderia nomear os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

São muitos, sentindo-me constrangido de citar apenas alguns.

Dentre os militares, inicio citando os ministros – Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grüm Moss –, que eram radicalmente contrários à subversão comunista. Marechal Cordeiro de Faria, Marechal Castello Branco, Marechal Costa e Silva, General Médici, General Lyra Tavares, General Muricy, General Riograndino Kruel, General Amaury Kruel, General Meira Mattos, General Moreira Couto, General Paula Couto e os Generais Mourão e Guedes, de Minas Gerais, que iniciaram a Revolução, e muitos outros, todos de elevada estatura moral.

Entre os civis: os governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais) – um dos esteios da Revolução; Carlos Lacerda (Guanabara) e Adhemar de Barros (São Paulo). Além desses, o Deputado Bilac Pinto; Sobral Pinto – um advogado famoso; Deputado Armando Falcão; Juiz Neder e outros mais.

E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?

A Revolução só trouxe benefícios ao País. O mais importante de todos, na minha opinião, foi a aglutinação da massa em torno dos ideais democráticos. Houve muitos de ordem econômico-financeira. Em março de 1964, o Brasil andava em maus lençóis, com uma inflação altíssima e uma dívida tremenda. Existia o nepotismo, a corrupção e a falta de autoridade. Aliás, a corrupção é um mal endêmico desse país e falo isso revoltado. É preciso acabar com a impunidade para os corruptos e criminosos em geral, alterando a legislação em vigor.

Posso dizer que saímos do 48ª lugar para nos tornarmos a 8ª economia do mundo, graças, sobretudo, às importantes obras que foram feitas durante os governos revolucionários. Como exemplo, podemos destacar o desenvolvimento das telecomunicações; a construção de grandes usinas hidroelétricas; o aumento da produção de petróleo em águas profundas; o início de funcionamento da usina nuclear de Angra dos Reis (Angra I). O acordo assinado com a Alemanha previa a construção de três usinas termonucleares. Hoje, Angra II está prestes a entrar em ação. A rede rodoviária foi ampliada, com a construção e a pavimentação de dezenas de estradas.

O País começou a atrair indústrias estrangeiras, inclusive fábricas de automóveis, porque viram que o Brasil estava em condições de recebê-las.

No campo social, cumpriu o maior programa de construção de residências de que se tem notícia no País com a criação do Banco Nacional da Habitação, atendendo a classe média e os mais necessitados. Pena que não houve continuidade após 1985, quando a Revolução passou o bastão. E, aí, veio a favelização, com todos os seus problemas.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

De muita gente, inclusive de pessoas de várias classes sociais, tenho ouvido declarações favoráveis à Revolução. Ainda ontem, um conhecido, civil, me disse o seguinte: "Naquela época, da Revolução, havia tranqüilidade, salário, emprego. Jamais fui incomodado por qualquer órgão ou pessoal da segurança. Eu agia com correção, ninguém me perturbava..." Opinião repetida por muitos, inclusive motoristas de táxi com quem conversamos com certa freqüência.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Como o senhor analisa esse fato?

Graças a Deus que isso vem acontecendo. A justiça tarda, mas não falta. Hoje, com estas pesquisas, sabemos que o povo acredita no seu Exército e esse fato, para nós militares, sejamos da ativa, da reserva ou reformados, é motivo de gáudio e de grande satisfação e orgulho. Na verdade, isto sempre ocorreu, o que faltava eram as pesquisas para mostrá-las.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?

Acho que essa é uma realidade incontestável e lamentável. A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução. A razão desse fato é, a meu ver, a falta de visão política dos militares. Não nos preocupamos em valorizar e divulgar o que fazemos. Cumprimos o nosso dever com exação, humildade e seriedade, sem qualquer espécie de promoção pessoal.

Posso dizer que também nunca me preocupei em dizer o que estava fazendo ou deixando de fazer no exercício do cargo de prefeito de Volta Redonda, após a Revolução de 1964, erro indesculpável.

Que mensagem final, Coronel Aluízio, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Gostaria de chamar a atenção das autoridades para as invasões de terra e anarquia promovidas pelo MST. São episódios lamentáveis, preocupantes e desgastantes, que precisam de uma ação governamental mais responsável, rápida e enérgica.

Por fim, devo dizer que espero que os exemplos da Revolução – de seriedade, honestidade e amor ao Brasil – sejam seguidos para que transformemos este País, que tanto amamos, na grande potência mundial que almejamos, no menor tempo possível, para o bem de nossa gente, que tanto merece.

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto atingido na carreira: Coronel.
- Foi instrutor da AMAN, do CPOR/RJ, da ECEME, comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife, da Escola de Instrução Especializada e diretor da Biblioteca do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior de Guerra; é diplomado pelo *Royal Army Educational Center* e pelo *Staff College*, Reino Unido.
- Em 1964, era Capitão Ajudante-de-Ordens do General-de-Divisão Emílio Maurell Filho, Subchefe e Chefe do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2000.

É com grande satisfação que aqui nos apresentamos para prestar o nosso despretensioso depoimento sobre os momentos vividos naqueles inesquecíveis dias de 1963 e 1964, na esperança de que venham a ser úteis à história do nosso Exército.

Coronel, o senhor poderia precisar quais foram as raízes do movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Se nós fôssemos levantar as causas remotas e mediatas, remontaríamos ao "tenentismo" de 1922. Mil novecentos e sessenta e quatro é o desaguar de todo aquele processo revolucionário iniciado pelos idealistas da Escola Militar, em 1922. Hoje, infelizmente, há quem tente distorcer e dizer que o "tenentismo" já era um movimento ideológico, de inspiração socialista. Não tinha nada disso.

O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida. Hoje, de cabelos brancos, amadurecido pelo tempo, já um pouco mais lido, eu diria que fomos vítimas da guerra fria, que se travava, principalmente, nas fímbrias do mundo, entre o Oriente – representado pela União Soviética e sua ideologia marxista-leninista – e o Ocidente que, encarnado na figura dos Estados Unidos, representava a liberdade e a democracia.

O senhor poderia nos dizer algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

O panorama político brasileiro era de absoluta desordem, não tínhamos governo, estávamos vivendo uma fase de anarquia, em que a população – principalmente a classe média –, apavorada, clamava por ordem. Esse era o quadro vivido no Brasil, que resultava em insatisfação generalizada.

Então, havia um clima de insatisfação contra o governo de João Goulart?

Obviamente, sim. Basta lembrar as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em São Paulo. No Rio de Janeiro, aconteceram após a eclosão da Revolução. Depois se multiplicaram por aí afora. Eram uma explosão, uma manifestação natural do povo contra aquele estado de coisas insuportável. Por outro lado, os proprietários de terra e aqueles que tinham muito a perder – os empresários – começaram a "pôr as barbas de molho" (usando uma linguagem mais coloquial), com base no que havia se passado em outros países.

Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?

A posição da Igreja, é bom que se diga, e não sou eu quem o diz, basta ver as notícias da época, as declarações dos bispos de então – e, mais recentemente, em um livro intitulado *A Terceira Onda*: a redemocratização do final do século XX, de autoria de Samuel P. Huntington, em que ele começa mostrando, nitidamente, a posição da Igreja naquele tempo –, foi de total apoio aos militares e contrária ao Governo João Goulart.

Só mais tarde, com o advento da "Teoria da Libertação", aconteceu uma cisão dentro da Igreja, com o surgimento dos "padres de passeata", como diziam na imprensa, e tiveram início as manifestações de desagrado. Mas, inicialmente, está comprovado, tanto na imprensa brasileira como na internacional, que a posição da Igreja foi de total apoio ao Movimento.

Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As "Ligas Camponesas", pelo que me recordo da época, constituíam o grande fantasma na área rural. Lideradas pelo Deputado Francisco Julião, que era o principal agitador na área do Nordeste, ameaçavam tomar os latifúndios, incendiar os canaviais, colocando em polvorosa aquela região que depende até hoje, essencialmente, do plantio da cana-de-açúcar.

Nos centros urbanos do Sul e do Sudeste, a agitação também não era novidade. Quem folhear *O Exército na História do Brasil* (BIBLIEX, 1998) vai ler o texto apreendido num "aparelho" (local de reunião e homizio de elementos contrários à situação vigente), se não me engano em Niterói, em que aparece a convocação feita pelo senhor Leonel Brizola – que no momento era um político de grande liderança no País – concitando os graduados a se oporem aos oficiais e que a população recebesse os meios para desencadear a luta armada.

Coronel, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

Na fase pré-revolucionária, o quartel representava um corte vertical da sociedade. Nós vivíamos no quartel o que se passava no Brasil, só que com outras responsabilidades, porque detínhamos as armas. Não víamos liderança e observávamos a situação se deteriorar. Era uma inquietação generalizada. Predominava o clima de intranqüilidade e incerteza devido não só à conjuntura internacional, mas, particularmente, à nacional, além do desgaste a que levavam as incessantes prontidões. Constantemente, ao passar pelo portão da guarda à saída, vinha a ordem de voltar e permanecíamos longos períodos dentro do quartel e, o que era

pior, sem confiar nos graduados e até mesmo em alguns oficiais. Havia mesmo unidades suspeitas.

Eu servia, nesse período, no Antiaéreo 40 (1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm), em São Cristóvão. Não dormíamos tranqüilos; dávamos ronda no quartel, de madrugada, em duplas de amigos, com receio de cairmos todos em sono profundo e sermos alvo de traição...

Lembrando de 1935?

Lembrando de 1935, exato. E outra coisa: desconfiávamos da unidade que partilhava o antigo aquartelamento do "40". Havia o que nós chamávamos de "paralelo 38", evocando o que se passara na divisão da Coréia, pois o quartel era dividido com o 24º BIB (Batalhão de Infantaria Blindado, que atualmente se encontra aquartelado em Bonsucesso). Dizia-se que o pessoal do 24º BIB estava sendo influenciado pelos líderes favoráveis a João Goulart. Então, nós não atravessávamos o "paralelo 38", chegando-se ao absurdo de deixar armas automáticas, e até mesmo os canhões, apontados, dentro dos parques, contra o vizinho do lado. Esse era o clima. Além disso, desconfiava-se de alguns chefes militares, nitidamente contrários ao pensamento dominante no Exército, e que não escondiam o fato de esposarem idéias marxistas-leninistas desde 1935.

Havia, pois, uma divisão no interior dos quartéis em facções pró e contra, sendo que, evidentemente, a maioria era contrária àquele estado de coisas que o Governo alimentava. Grande maioria.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de Março?

Nessa fase, eu servia na chefia do Estado-Maior do Exército, nos 5º e 6º andares do Palácio Duque de Caxias. Lembro-me de ter assistido aos preparativos para o famoso comício da Central, em que passavam aquelas turbas, transportadas em trens e ônibus especialmente fretados pelo Governo... e nós lá em cima inertes, impotentes, "espumando" por não poder fazer nada; vendo a Polícia do Exército cumprindo ordens de proteger o palanque onde estavam presentes, inclusive, o ministro da Guerra e o chefe da Casa Militar. Nesse comício erguiam-se caricaturas e até a reprodução de um gorila, e a turba louca começou a gritar: "Olha os gorilas!" Apontavam para o antigo Ministério do Exército, ameaçando invadi-lo e acabar com tudo. O comício da Central era um indício de que aquela situação não poderia continuar.

Posteriormente, ocorreu a famosa assembléia dos sargentos no Automóvel Clube, que creio tenha sido a "gota d'água", pois já havia acontecido o motim dos

marinheiros e fuzileiros, de fatídico desfecho, no Sindicato dos Metalúrgicos – acabaram presos no Batalhão de Guardas e depois, liberados, desfilaram pela Avenida Rio Branco em meio a uma baderna, desabotoados, carregando nos ombros o Almirante Aragão, então comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, conhecido como "Almirante do Povo".

Aí nós vimos que, realmente, já não havia disciplina e que o processo revolucionário estava na rua. Que se esperava mais? Aguardava-se apenas uma voz de comando, de alguém, para dar um "basta" naquilo.

Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao status quo *implantado por João Goulart?*

Recentemente, alguém declarou num livro que a marcha era de inspiração de um padre norte-americano, reacionário. Nada disso. A marcha foi um libelo natural, uma explosão, uma manifestação espontânea da classe média contra os desmandos do Governo e a insatisfação reinante. Faltava tudo... A inflação disparara... Ninguém tomava uma providência... As ocupações de terras se multiplicavam... Todos estavam vendo que o País marchava para o caos. Isso tudo levou à Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A marcha, realmente, provocou uma tomada de posição. Perguntava-se nos jornais: "Até quando os militares vão deixar de se manifestar?" Quem desejar certificar-se basta ver os filmes da televisão ou ler os jornais da época.

Então, o senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida alguma. Aliás, as Forças Armadas brasileiras nunca foram contra o povo, porque não representam uma casta, à semelhança do que ocorre em outras nações da América do Sul. Os quadros provêm do povo e as fileiras constituem uma radiografia da sociedade brasileira, com predominância das camadas mais baixas. O Exército, bom lembrar, tem suas origens no encontro das três raças verificado lá em Guararapes. Sempre que o Exército anteviu algo, como em 1961, alertou para o que iria acontecer. Quando viu que não poderia marchar contra a vontade popular, deu um passo atrás e aliou-se ao povo. Chegou a ser acoimado de retardar a intervenção das Forças Armadas, somente acontecida em 1964.

Basta ver a mídia da época, as notícias publicadas no *Correio da Manhã*, no *Jornal do Brasil*, no *O Globo* e em outros jornais e revistas, como nas reportagens de *O Cruzeiro*, que era talvez a revista mais lida naqueles tempos.

Havia, a ser ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Isto está mais do que comprovado. Vivíamos o processo da guerra fria. Havia interesse, realmente, de trazer o confronto para próximo do baluarte da democracia, representado pelos Estados Unidos, desequilibrando a América Latina. Houve, até, quem dissesse com muita propriedade – o Presidente Richard Nixon – que temia, porque para onde pendesse o Brasil penderia o restante da América do Sul.

Mais tarde, tivemos conhecimento de que o ex-embaixador soviético no Rio de Janeiro, em conversa com o nosso embaixador em Moscou, lhe confidenciara ter recebido uma visita de Luís Carlos Prestes, depois de muita insistência. Prestes afirmara que a revolução no Brasil já estava "madura" e que bastava mais ajuda financeira e material da União Soviética para que eles dominassem o País, porque já estariam no governo. Esse ex-embaixador soviético contara também ao nosso embaixador – o falecido Celso Souza e Silva – que, na oportunidade, dissera a Prestes o seguinte:

– Não, que o Prestes ficasse onde estava, agitasse, mas não pretendesse tomar o Governo, porque Cuba já custava para a União Soviética alguns milhões de dólares, diariamente; que o Brasil, em relação ao tamanho de Cuba, evidentemente, para ser mantido como um país comunista, ia estourar o tesouro soviético; que esquecesse essa idéia.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A minha participação pessoal foi muito insignificante, porque a esfera de atuação de um capitão, meu posto em 1964, era muito limitada. No entanto, graças à função que exercia, vivi aqueles dias cruciais e turbulentos, vamos dizer, no "olho do furacão". De uma hora para outra, encontrei-me colocado no Estado-Maior do Exército, ao lado do nosso líder máximo, que acabou empolgando a Nação, e a quem muito admiro e faço justiça até hoje – o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Em 1961, eu servia no CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) do Rio de Janeiro, junto com o então Capitão Gleuber Vieira, hoje general-de-Exército, comandante da Força, quando fui convidado para ajudante-de-ordens do General-de-Divisão Emílio Maurell Filho, um homem muito íntegro, a quem eu aproveito para prestar as minhas homenagens nesse momento, com quem muito aprendi, de quem muito respeito a memória, e a quem muito agradeço a amizade,

atenção e confiança que me dedicou. Passei a servir na Diretoria do Serviço Militar, no 4º andar do Palácio Duque de Caxias.

O General Maurell fora encarregado do inquérito da "Carta Brandi", na época do General Lott. Sua conclusão foi que a carta era falsa, forjada por dois falsários argentinos. Atribuída ao deputado argentino Brandi, incriminava o então Ministro do Trabalho João Goulart de estar envolvido num plano para implantar no Brasil uma república sindicalista. Para encurtar história, o General Maurell, sem se deixar pressionar, apesar do calor das paixões políticas, sendo um homem sério, tornou público o resultado a que chegara. Não cabe aqui recordar, mas guardo comigo, até hoje, cópia da "Carta Brandi" e de peças do inquérito, sobretudo da conclusão. Isso lhe valeu ganhar a simpatia de João Goulart.

Posteriormente, o General Maurell foi nomeado assessor militar da delegação brasileira junto à ONU, em Nova York. Relatou-me ter o senhor João Goulart, na oportunidade, lhe oferecido, em reconhecimento, um apartamento de sua propriedade nas cercanias do aeroporto La Guardia, para moradia, o que ele recusou. Enfim, o Jango tinha uma grande admiração por Maurell, porque dizia que ele tinha sido muito honesto isentando-o de culpa no inquérito da carta. Realmente, o Carlos Lacerda, que divulgara a carta, mais tarde reconheceu isso.

Bem, um belo dia, o Jango o chamou ao Palácio das Laranjeiras e eu o acompanhei. À saída, o general contou-me que o presidente insinuara sentir-se devedor para com ele. Estava no Governo e desejava recompensá-lo. Perguntou-lhe o que ele queria. O general respondeu não querer nada, e que estava realizado por ter apurado a verdade. O presidente insistiu e, logo em seguida, convidou-o para assumir o comando da 1ª Região Militar, onde, aliás, passamos pouco tempo. Na abertura da Semana do Exército, em 1963, houve uma solenidade – hoje em dia isso não acontece, mas, naquela época, essas solenidades eram públicas, realizadas no Panteão de Caxias, em frente ao antigo Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. O general discursou e toda a imprensa publicou o seu discurso. Era uma denúncia à Nação, dizendo que estava se desenvolvendo uma trama marxista-leninista visando à tomada do Governo, e alertava a Nação e o Exército em face daquela ameaça. A situação política exigia permanecer alerta e uma posição clara e definida. Aquele pronunciamento ecoou mal. O general sabia que o General-de-Exército Osvino Ferreira Alves, Comandante do I Exército, abrigava tendências socialistas – voz corrente desde a Intentona de 1935, no GO (Grupo de Obuses), lá de São Cristóvão.

O fato é que o General Maurell desagradou à cúpula esquerdista do Governo e foi chamado pelo Presidente Goulart, que lhe confessou ser difícil mantê-lo no

comando da 1ª Região Militar diante daquele pronunciamento. O general declarou-lhe ter apenas expressado o seu pensamento acerca da situação vivida pelo Brasil. O presidente, então, ofereceu-lhe um cargo no exterior. Sugeriu-lhe a Comissão do Desarmamento, em Genebra. Maurell retrucou que já exercera duas funções no estrangeiro e não tinha interesse algum em ocupar outra, o que demonstra seu caráter e seu desprendimento. No final da vida, receber mais uma comissão no exterior significava polpuda remuneração em um lugar cobiçado como Genebra, sem maiores preocupações, longe do conturbado panorama nacional. Era um convite sedutor.

Afastado do comando da 1ª Região Militar, foi ser subchefe do EME. Os subchefes eram ele e o General-de-Divisão Aurélio de Lyra Tavares.

Nesse ponto, merece ser feito um comentário. Foi um grande erro do governo Goulart considerar o Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG) "arquivos" dos indesejáveis. Começou a se formar um núcleo de pessoas que eram contrárias ao Governo. Ficávamos na "geladeira". Por isso é que digo ter sido colocado no "olho do furacão".

Já estavam se intensificando as conspirações, a insatisfação crescia, e foi quando, por força da minha função, tive um contato direto com o General Castello Branco, sempre muito sisudo e reservado. E assim, nós vamos chegar aos pródromos de 1964.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do encontro que o General Maurell teve com um vendedor internacional de armas?

Isso teve lugar logo após a reunião com o Jango, quando este ofereceu ao General Maurell um cargo na Comissão do Desarmamento, em Genebra. O general foi procurado por um civil – o representante de uma fábrica estrangeira de armamento no Brasil. Pediu uma audiência para conversar com o general sobre assunto sigiloso. O general já pressentia alguma coisa. Naquela época, nós não tínhamos as facilidades que se têm hoje, essa pletora de meios eletrônicos, gravadores etc; então fui "plantado" como gravador vivo atrás de uma cortina, com a ordem de ficar acompanhando por uma fresta, anotando tudo, próximo à poltrona onde ficaria o importante visitante. Seria testemunha da conversa que ele ia ter com o general, que nós não sabíamos bem, mas desconfiávamos não ser coisa muito boa.

Seguindo orientação do general, fiquei em condições até de intervir. Recomendara-me: "A um sinal meu, você sai da cortina e se apresenta, para ele ver que existe uma testemunha ocular da conversação mantida." Mas nada disso se fez necessário. Lembro-me, mais ou menos, apenas de que o visitante limitou-se a

repetir a proposta anteriormente feita pelo Presidente Goulart para o general aceitar ser o delegado do Brasil na Comissão do Desarmamento, mas sob uma condição: que ele defendesse a posição soviética chamada de Plano Rapacki. Esse plano era uma espécie de "cordão sanitário" a ser estabelecido por países satélites em torno da União Soviética (Rapacki era o nome de um Ministro da Defesa ou Primeiro-Ministro polonês), reforçando a defesa do território da URSS.

O general repetiu a mesma coisa para ele: "Que não tinha interesse nenhum, inclusive já tinha recusado proposta semelhante do Presidente Goulart." O senhor insistiu na proposta, fazendo ver ao general que ele ia ganhar muito bem, e que ele podia levar quem ele quisesse, de sua confiança, para Genebra, como assistentes, ajudante-de-ordens – eu até seria um dos beneficiados, eventualmente. O general continuou peremptório, não aceitou e a coisa morreu por aí. E eu não precisei sair da minha posição incômoda de gravador vivo, atrás da cortina. Isso foi o que se passou nessa visita estranha e indesejável.

Como dizia, a situação deteriorava-se claramente e nós sabíamos que, de uma hora para outra, alguma coisa aconteceria. Existiam vários grupos conspirando sem coordenação. Conversava-se muito, mas não havia qualquer plano de reação organizado, nem um líder confiável a quem seguir. Alguns oficiais do Estado-Maior do Exército, descrentes de que se tomasse qualquer medida efetiva, e não vendo brilhar uma luz no fim do túnel, já tinham até solicitado licença para tratar de interesses pessoais e ido trabalhar em empresa privada. Entre eles, achavam-se o então Major Leonidas Pires Gonçalves, da 3ª Divisão do Gabinete, encarregada da ligação com os adidos militares no Brasil, e o Tenente-Coronel, já falecido, Marcello Augusto Romeiro da Rosa, revolucionário muito ativo da primeira hora. Era um homem muito lúcido, inteligentíssimo, intransigente mesmo, para não usarmos a palavra radical. Essa era a situação e o clima vividos.

Certo dia, ao chegarmos pela manhã ao quartel-general, como era conhecido o atual Palácio Duque de Caxias, correu a notícia da marcha do General Olympio Mourão Filho com a tropa da 4ª RM em direção ao Rio de Janeiro. Tinha desembocado a Revolução, e todo mundo ficou de "orelha em pé". Neste ponto, faço um parêntese para falar sobre Mourão Filho.

Comentava-se que ele tinha sido o homem, da época do Góes Monteiro, envolvido no caso do Plano COHEN e sobre quem pairava uma interrogação.

O General Mourão estivera, uma semana antes, no Estado-Maior do Exército e ouvia-se: "O Mourão está aí, o Mourão está aí para ter uma conversa sigilosa com o Castello." Logo depois de sua visita, ecoou justamente a conversa que

tiveram. O Mourão viera convidá-lo para participar do movimento revolucionário, sabedor que o General Castello também já tinha feito aquelas proclamações na EsAO e na ECEME e, como se diz, "rasgado a fantasia", porque também não aceitava aquele estado de coisas.

Mas o que consta é que o General Castello não dera ouvido ao General Mourão, dado sobretudo ao valor da tropa envolvida; ele achava muito temerário partir-se para o que poderia resultar numa "quartelada". Ele mesmo dizia a nós que já estava velho, no final da vida, para entrar numa aventura dessas e que, além disso, o Chefe do Estado-Maior não comandava nada – como de fato não comanda mesmo tropa alguma. Assim, ele não teria concordado em apoiar o desencadeamento da Revolução com a tropa da 4ª RM, que nós sabíamos ser realmente inexpressiva para deflagrar um movimento desse porte.

Mas, a despeito disso, poucos dias depois estabeleceu-se uma inquietação generalizada no EME. Lembro-me de que o pessoal de licença voltou, inesperadamente, há que se fazer justiça. O Tenente-Coronel Romeiro, o então Major Leônidas Pires Gonçalves e outros oficiais começaram a se apresentar; o Major Leônidas, depois, foi buscar o General Geisel. O General Castello falou pelo telefone com o Magalhães Pinto, pedindo para sustar a saída da tropa e constatou-se ser impossível. A tropa já estava em marcha em direção a Juiz de Fora; o Governador informara, inclusive, ter reforçado a tropa do Exército com a Polícia Militar de Minas Gerais, e que a movimentação não podia mais ser sustada.

O General Castello lamentou o acontecido e tomou-se de dúvidas, mesmo porque, por outro lado, estabeleceu-se ligação com São Paulo e, a bem da verdade, cabe lembrar: o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, era contra. Não quis tomar posição, a princípio, favorável à Revolução. Declarou-se amigo do presidente e que não ia entrar nisso. Apesar da tropa de São Paulo, também, não ter grande expressão, o Estado possuía enorme significado político, por ser a capital econômica do País, o que se constituía também outro problema. Se houvesse uma oposição grande de São Paulo, seria um caso a considerar.

Naquela fase de indecisões, eu até recebi ordem de entregar uma mensagem ao nosso emissário que embarcava no último avião da ponte aérea que saía do Rio de Janeiro com destino a São Paulo. Tratava-se do Coronel de Artilharia do Quadro de Estado-Maior José Campos de Aragão, antigo cadete e Chefe de Estado-Maior do General Maurell na 1ª RM, mensageiro digno de confiança. A mensagem do General Castello dizia que, se o General Kruel não aderisse até determinada hora, o General Moacyr Lopes deveria ser contatado para assumir o comando, a fim de neutralizar qualquer reação ou marchar para aderir à tropa aqui do Rio de Janeiro.

Nesse ponto surge um impasse. O Palácio Duque de Caxias estava cercado pela tropa do RecMec (Regimento de Reconhecimento Mecanizado, atual 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de Campinho), comandada pelo Tenente-Coronel Gahyva. No pátio, já se encontrava em posição o Batalhão de Guardas, favorável ao governo, e o 1º GCanAuAAe 40 (1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm), sob o comando de um coronel meio amulatado, cujo nome não me recordo, mas era conhecido e sabidamente contrário às forças revolucionárias. Cheguei a ver o seu subcomandante, Major Leonardo, sendo preso pelos sargentos, após uma troca de tiros, logo depois, aqui no posto de gasolina do pátio interno, e levado preso para o Comando do I Exército. A indefinição da situação provocava ansiedade e incerteza no seio dos oficiais do Estado-Maior do Exército.

No Estado-Maior do Exército, reduto de oposição ao Governo, só se encontravam, praticamente, oficiais. Nós estávamos lá, de camisa bege, cada um com a sua pistola 45mm na cintura. Como primeira medida, tiramos os arquivos de aço das seções e bloqueamos as escadarias de acesso aos 5º e 6º andares e as portas dos elevadores; escalamos oficiais para guarda e solicitamos um reforço à Escola de Comando e Estado-Maior, que já estava revoltada. Esse é um episódio à parte, com histórias interessantes a respeito.

Vieram cerca de vinte oficiais, capitães e majores, da ECEME, também armados de "45", para reforçar a segurança do Estado-Maior do Exército. Chegamos a pensar em constituir um "batalhão sagrado" para defender o General Castello, e nos imolarmos ali em defesa dos princípios da liberdade e da democracia. Corriam muitos boatos no quartel-general; uns diziam que o Estado-Maior seria atacado pela tropa estacionada no pátio interno e viriam prender o General Castello; outros diziam que não ia acontecer nada.

Enfim, pairava enorme incerteza, estava todo o pessoal apreensivo sobre o rumo que tomavam os acontecimentos. Faltavam informações. Foram interrompidos os vôos para São Paulo, não se conseguia mais falar com aquela capital; não se sabia como é que se posicionaria a AMAN em Resende – era o problema dos cadetes, não queríamos envolvê-los, mas forçosamente teriam que participar, como vieram a fazê-lo, sob a liderança inconteste do General Médici. Lembro-me de uma coluna que saiu, aqui do Rio de Janeiro, com destino a São Paulo, em que os oficiais do GEsA (Grupo Escola de Artilharia), unidade integrante da coluna, se revoltaram também.

Estávamos nesta situação, quando os oficiais do Estado-Maior foram convocados para uma reunião, à qual não compareceu oficial-general algum. Quem conduziu a reunião foi o coronel mais antigo, o então Chefe da 4ª Seção, um

coronel de Engenharia, nordestino, alto, chamado Nogueira Paes, que se não me engano era muito amigo, e até aparentado – compadre – do General Castello.

Eu, humilde "pica-fumo", fiquei lá no fundo, assistindo àquela história dos oficiais de Estado-Maior levantarem linhas de ação, o que poderia e não poderia acontecer. E, como sempre, tem a linha de ação "podre", como se diz no jargão de Estado-Maior: "Vem alguém... Prende o Castello... Todos são algemados, e acabou-se a nossa liderança." Outra linha de ação: "Não, então vamos tirar o Castello daqui... Vamos para onde? Vamos reagir em qual lugar?"

Tinha-se notícias de que já se infiltrara no Forte de Copacabana um grupo de vinte ou trinta oficiais da Escola de Estado-Maior, e do qual fazia parte o Major Espírito Santo; o comando da Artilharia de Costa sofrera o conhecido "golpe de mão" liderado pelo Coronel Montagna, auxiliado por uns oficiais da Escola de Estado-Maior. Continuavam as discussões sobre o que fazer. Pensou-se que devíamos, todos, reforçar os fogos daquele grupo revolucionário. Outros diziam que era melhor ir para a ECEME. Mas a ECEME não tinha tropa. Como nós íamos levar o general para lá? Podíamos ser cercados; outros lembraram da ESG, mas cairia no mesmo caso, ficando isolados.

Já entardecia e chegou-se à conclusão de que o melhor era sairmos do quartel-general e cada um tomar o rumo que quisesse. Nós, então, rumamos para o Forte de Copacabana. Fomos à paisana, saindo pelos fundos, o que não era normal, até porque os carros-de-combate já bloqueavam as entradas e saídas principais. Lá chegamos com o General Maurell. O General Castello, depois viemos a saber, teria ido para a ESG e, em seguida, para a ECEME.

O General Costa e Silva, líder de outro grupo de revolucionários, foi levado para a residência particular de um civil, em Botafogo. Tinha uma outra turma ligada ao Castello também, que foi buscar a liderança do Oswaldo Cordeiro de Faria, em Copacabana. Mas nós permanecemos no Forte de Copacabana.

A situação do Forte de Copacabana era de tensão, mas já tinha sido dominada, após a prisão de alguns graduados. Ainda me lembro perfeitamente da nossa chegada: o General Maurell, o Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior Alacyr Frederico Werner, assistente, hoje general de quatro estrelas na reserva, por quem também tenho uma grande admiração e respeito por sua retidão e equilíbrio, e o ajudante-de-ordens. Havia também mais um major de Artilharia conosco – Airton –, cujo sobrenome não me recordo. Fomos direto para o gabinete do comandante do Forte. Estava "entupido". Não era esse gabinete pomposo de hoje, como merece o Forte, mas uma salinha muito acanhada em que mal cabia aquele mundaréu de gente. Lá no fundo, notava-se um rádio transmissor-

receptor, da época do "esquema militar" do Jango, instalado por ordem superior com a finalidade de manter todos os comandos interligados por uma rede-rádio operando em fonia.

Falando no rádio nós encontramos o então General Hugo Panasco Alvim, num diálogo acalorado, em voz alta: "Atenção... Câmbio... Calma..." Chovia, não se entendia nada por causa da interferência. A população de Copacabana estava apavorada, abrindo as janelas apesar da chuva, com medo de um duelo de artilharia. Dizia-se que o Forte Duque de Caxias (no Leme), comandado, se não me engano, pelo Major de Artilharia Cavassone, fiel ao "esquema" de João Goulart, se negava a depor as armas e que iria ao último sacrifício, se preciso fosse, abrindo as baterias contra o Forte de Copacabana.

O Forte de Copacabana dispunha de uma bateria de canhões *Schnneider* de 75mm, originário da Artilharia de Dorso. Colocou uma peça "enfiando" a Avenida Francisco Otaviano, na direção do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, que era outra unidade questionável, para onde se dirigira o pessoal que fugiu do quartel-general da Artilharia de Costa, e outra "enfiando", parece, a Avenida Atlântica. Na porta estava como sentinela, de "bibico", na chuva, de camisa bege e gravata, com uma "45" na cintura, o então Major de Artilharia Fernando Guimarães Cerqueira Lima, figura também muito querida, que chegou a quatro estrelas. E, nessa confusão, naquela incerteza, em que não se sabia o rumo que as coisas tomavam, dizia-se que o General Orlando Geisel rumara para o quartel-general da DI, como se chamava a Divisão de Infantaria da Vila Militar (1ª DI), e que o General Muniz Aragão assumira o GUEs ou a Brigada Pára-quedista, mas era tudo desconexo, o que prova não ter havido propriamente planos de uma revolução. O governo caiu de "podre", e começou a se esboçar uma contra-revolução, uma tomada de posição. Isso está nos jornais, e é o que aconteceu.

Mas, nesse ínterim, o General Castello apareceu lá no Forte. Alguém, desavisadamente, resolveu homenageá-lo saudando-o como líder da Revolução vitoriosa e disparando tiros de salva com um dos canhões *Schnneider*. O resultado é que causou polvorosa no gabinete do comandante do 3º GACos – Forte de Copacabana, porque não sabíamos da presença dele. A primeira impressão era que o Forte Duque de Caxias estava atirando no Copacabana, e levantava-se uma questão: "Vamos revidar ou morrer aqui dentro? Ou, ainda, vamos todos para dentro da fortificação, ficar protegido por aquelas muralhas saindo do "quartel de paz" (instalações fixas, externas à área fortificada).

É bom que se diga haver o Forte de Copacabana, apesar do então Coronel Arídio Brasil, seu comandante desde muito tempo, já ter se identificado conosco

contra o Governo e ter apoiado o movimento revolucionário, apresentado dissidências, não da parte dos oficiais, mas dos sargentos, que tinham sido muito "trabalhados" pelos agentes da subversão. Houve uma troca de tiros, em que uma sentinela lá em cima, perto do Arpoador, acabou ferida. Um capitão comandante de bateria, o Medeiros, acho também que recebeu um tiro. Enfim, houve uma trapalhada qualquer, em que tiveram que prender um sargento.

Nessa confusão, saiu do ar o rádio em que o General Panasco Alvim dialogava e concitava o Cavassone a se entregar, afirmando tratar-se de um sacrifício inútil com sérios danos à população civil, caso atirasse e reagisse. Portanto, ouve-se aquele tiro, o rádio sai do ar e o pessoal entra em polvorosa. Passam-se de vinte minutos a meia hora e, de repente, o rádio volta a entrar no ar e, dessa vez, para surpresa nossa, escuta-se uma voz conhecida: era a do Capitão Dickson Melges Grael, pára-quedista, muito valente, pai dos famosos iatistas. Ele cursava a Escola de Estado-Maior e integrava o grupo de voluntários que viera para o Forte de Copacabana. Ao tomar conhecimento daquele diálogo, pegou um caminhão antigo que havia no Exército, *Chevrolet*, de 2 1/2t, juntou uns oficiais e, sem ordem de ninguém, armou aquela turma e se dirigiu ao Forte Duque de Caxias. Ele entra no ar dizendo:

– Aqui é o Dickson, general, está resolvido o problema, todos já se encontram presos.

E acabou a resistência do Forte Duque de Caxias.

Esse é o depoimento que eu daria dessa parte operacional, se é que se pode assim chamar, porque não houve realmente operações.

Anoiteceu e o General Maurell recebeu um convite para que fosse à casa do Juscelino Kubitschek. Ele nos chamou – a mim e ao Coronel Alacyr Frederico Werner, seu assistente – para que o acompanhássemos. E lá fui eu bater na casa do Juscelino, no Arpoador. Ao chegarmos ao apartamento, deparamos com um ambiente de festa: garçons, de *summer jacket*, servindo uísques e salgadinhos, todo os presentes discutindo... A figura que faço é de velório de pessoa rica que deixara uma herança enorme, e debatia-se a quem caberia a parte do leão. O Juscelino, circulando com aquele seu sorriso, conquistava a simpatia de todos, cumprimentava indistinta e cordialmente os convivas, falava com um aqui, costurava uma conversa com outro mais à frente. Ele chamou o general e levou-o para conversar reservadamente, no escritório. Permanecemos em outra dependência, enquanto o general passou algum tempo falando com ele. Saindo dali, fomos para a casa do Deputado Amaral Peixoto – casado com Alzirinha Vargas, filha de Getúlio – que ficava em uma cobertura no Flamengo. Lá chegando, encontramos com um depu-

tado, que era o líder ou o porta-voz da oposição, uma coisa assim. Era um homem conhecido na época, o Deputado Hermógenes Príncipe, se não me falha a memória. Sentamos à mesa, houve um diálogo e novamente a proposta do Juscelino veio à tona. Ele se manifestava contrário à apresentação do nome de Castello Branco para ocupar a Presidência. Aceitava qualquer outro nome. Sabia-se a essa altura que se articulava uma eleição indireta. Naquela época, o conhecido PSD era liderado pelo Juscelino. Haveria eleição indireta do presidente da República e pensava ele que podia ainda manobrar. E, aí, é proposto que o General Maurell assumisse essa oposição ao Castello.

Eu, na mesa, testemunhei tudo aquilo. O general não se manifestou, manteve-se calado, não disse palavra alguma, nem sim, nem não. Diante da insistência dos interlocutores, do envolvimento, e naquela empolgação de um jovem capitão participar daquela histórica reunião de cúpula, muito afoito, como sempre, fui dizendo aquilo que pensava:

– Não, não se pode admitir isso. É um absurdo. Estão colocando "casca de banana" para o general pisar e escorregar. O líder da Revolução, inquestionavelmente, é o General Castello Branco que, além de chefe, é amigo do General Maurell desde os tempos da Escola Militar de Realengo. Isso tudo vai acabar mal. É uma traição. O General Castello é o candidato escolhido. O General Maurell é um homem direito e não se prestará a esse papel. Isso é um erro muito grave.

Nesse ponto, o Deputado Hermógenes me pegou pelo braço e levou-me à varanda, onde tentaram me convencer:

– Por que ele não pode ser candidato? Se pode ser o Castello, por que não pode ser ele?

Contra-argumentei, e tentaram apelar:

– Imagine você, ajudante-de-ordens do presidente da República.

– Tenho os pés no chão, sigo princípios, não sigo homens – respondi.

Travou-se um diálogo meio acirrado. Terminada a reunião, embarcamos no carro em silêncio, sem trocar palavras. Ficara acertado que o Juscelino telefonaria às 6h da manhã para o quartel-general.

Antes de dormir – acomodados nas duas poltronas que haviam no gabinete da Subchefia do Estado-Maior do Exército – declarei:

– General, sirvo com o senhor há algum tempo, já tenho uma amizade, uma intimidade muito grande, inclusive admiração. Devo deixar bem claro o seguinte: até agora nós temos tido identidade total de pensamento, contrário ao estado de coisas que está acontecendo no Brasil, mas se o senhor, por acaso, assumir postura diferente e, principalmente, aceitar a proposta de Juscelino Kubitschek,

com essa intenção de barrar o acesso do General Castello, não poderei mais continuar com o senhor. Nós vamos divergir e seguirei o meu caminho em outra direção. Estarei fora do seu Estado-Maior e continuarei na Revolução, segundo os rumos que tomar.

No dia seguinte, levantamos cedo, antes das seis, e o general me disse:

– O travesseiro é um bom conselheiro. Quando o Juscelino me telefonar, às 6h, você simplesmente diga que não estou.

Parece que ele não quis mais conversa com a turma da oposição.

O fato é que o general foi um homem decente. Pode ter sofrido essa tentativa de envolvimento, mas, a partir daquele momento, entendi o que meu velho pai, revolucionário de 1922, dizia: "Meu filho, siga princípios, não siga os homens." Comecei a ver a Revolução por dentro, ver os interesses dos homens. Transpirou até que ele teria oscilado na direção contrária à Revolução, o que não é verdade. Ele foi, inclusive, prejudicado, pois era o número um para a promoção, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, mas acabou indo para a reserva, como general-de-divisão, a despeito mesmo de ser amigo do General Castello Branco.

Lembro-me, também, de ter participado de uma reunião efetuada naquelas noites tumultuadas de 31 de março e 1º de abril, no 10º andar, onde estava Costa e Silva, se não me engano o Almirante Rademaker, o Brigadeiro Correia de Melo, cujo apelido era "Melo Maluco", pelas suas acrobacias – o líder da Força Aérea –, e quase todos os generais.

Aí, é que a gente vê que não havia a preparação de uma revolução. Mais parecia um "contragolpe", em que se conspirava muito, mas não se agia.

Começaram os questionamentos, e o primeiro era o seguinte: "Nós temos que dar uma satisfação à Nação brasileira. Amanhã tem que sair um manifesto, uma proclamação, alguma coisa nos jornais." Todos concordaram. Salvo algum lapso de memória, o General Golbery do Couto e Silva já estava por lá e teria apresentado uma proclamação pronta ou redigida na hora. Esse detalhe eu não me recordo bem. O fato é que saiu a tal "Proclamação à Nação", publicada nos jornais do dia seguinte. E quem ia assinar?

Começou o impasse – o Castello não estava presente. O General Costa e Silva, com aquele seus "rasgos" de homem inteligente e de decisão, levantou o olhar e declarou: "Parece que sou o mais antigo aqui. Então, se ninguém se opõe, eu assino." Após resolvida a questão de quem assinar, levantaram outro problema: o General Costa e Silva não comandava tropa alguma, ele chefiava um departamento. Ficaria muito mal sair uma proclamação à Nação, da Revolução, assinada pelo chefe de um departamento burocrático qualquer. Então tomou a decisão: "Assino

como Comandante-em-Chefe das Forças Revolucionárias." Quem folhear o *Jornal do Brasil*, ou o *Correio da Manhã*, ou *O Globo*, daquela época, vai encontrar essa proclamação. É interessante constatar como o signatário de tal ato se qualificou: "Comandante-em-Chefe das Forças Revolucionárias."

Outro aspecto interessante é que, depois de tudo resolvido, os militares começaram a se preocupar em dar um cunho de legalidade à Revolução; entendo que não procede, porque a nova ordem emanada de uma revolução vitoriosa é tão legal quanto a proveniente de uma Assembléia Constituinte, conforme Kelsen ensina em seu livro *Teoria Geral do Estado*. Dá-se, então, o episódio do Doutor Francisco Campos: "Vai apanhar o 'Chico' Campos para redigir um ato que assegure respaldo legal à Revolução", disseram. Mais tarde, ouvi do grande líder civil da Revolução, apesar de ser um destruidor de homens, Carlos Lacerda, o seguinte comentário paralelo: "O mal de vocês, militares, se resume em duas palavras: antigüidade e legalidade." Referia-se àquela preocupação dos militares, no momento de crise, de respeitar a hierarquia, a antigüidade e a legalidade.

Uma vez resolvido o problema da eleição do novo presidente da República, fui incumbido de organizar a lista de passageiros dos primeiros aviões que seguiriam para Brasília. Lembro-me de muita gente pedindo para ser incluída no avião dos primeiro e segundo escalões que a Varig colocara à disposição para levar os membros da comitiva.

Mal chegara a Brasília, um oficial veio me pedir os alamares emprestados para comparecer à cerimônia de eleição do General Castello no Congresso e à posse no Palácio do Planalto, que seria de uniforme cinza. Eu só tinha um conjunto de alamares dourados. Respondi-lhe:

– Não posso lhe emprestar, porque só possuo um e tenho que estar presente.

– Bom, então me empresta os do uniforme verde (aquele acinzentado que se usava no uniforme 3º A).

E acabou entrando, fardado de cinza, com os alamares do uniforme verde.

É oportuno salientar que se tratava de uma eleição indireta, onde os políticos se "acoelharam", votaram em Castello Branco ou o "engoliram". Não havia alternativa e, para surpresa minha, aquele homem que dias atrás declarara ser o Castello Branco o único general que não aceitava, ainda me recordo muito bem disso, foi o primeiro a ir abraçá-lo no plenário, quando declarado eleito Presidente do Brasil.

A posse foi muito singela, só teve cafezinho e água gelada, no saguão do Palácio do Planalto. Pouco depois, quando abracei o Presidente Castello Branco e fui desejar-lhe felicidade, ele assim se expressou:

– Macedo, eu agradeço e aceito tais votos porque estou precisando. Estou convicto de que serei um homem muito impopular.

Ele vaticinava, com a sua inteligência, o que vinha pela frente.

Qual a atitude do Congresso Nacional, na sua maioria, quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Havia políticos no Congresso contrários à ameaça que pairava sobre o Brasil. Talvez os mais lúcidos, não aqueles "pelegos", como se dizia na época, sentissem que alguma coisa tinha de ser feita para salvar a Nação. Mas a grande maioria acovardou-se e aprovou tudo, inclusive o nome do General Castello Branco em eleição indireta. O Juscelino não queria o Castello no Governo? Por que votou nele? Por que não apresentou outro candidato? É bom lembrar que ele, como político, temia o fechamento do Congresso e a perda de seu emprego. Isso é a realidade. O político briga a vida toda, antes das eleições. Promete uma coisa... Depois de eleito, não cumpre as promessas... Depois se desdiz... Esquece e faz ao contrário... Porque é a sobrevivência dele. Visa manter é o emprego dele. Por isso, hoje acho que os militares, realmente, não devem se meter em política. Nós não temos essa capacidade de se transformar, de mudar de cor a cada hora – o mimetismo de certos seres. Consta de *O Exército na História do Brasil*, não me lembro a página, no volume referente à República, transcrito da *Folha de São Paulo*, revelação do senador gaúcho Daniel Krieger – que um grupo de deputados, na época, do qual fazia parte, inclusive, um deputado da oposição, o finado Doutor Ulisses Guimarães, apresentou uma proposta de Ato Institucional muito mais severa do que a posteriormente formulada pelos militares e aprovada. Isso lá está escrito. Agora, ninguém diz nada, todos os políticos parecem sofrer de amnésia profunda, declaram não ter dado apoio à Revolução. Falta memória ou caráter.

Como se portaram os sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas – UNE, CGT, PUA – logo após o início da Revolução?

Todos nós sabemos: o Presidente Goulart, o famoso Jango, falava que tinha um esquema militar e sindicalista, que ia resistir, que "ia fazer e acontecer". Esse pessoal todo se acovardou, dispersou-se, passou à clandestinidade, desencadeou a subversão no País, que resultou no movimento de Caparaó. Vivi essa situação aqui no Rio de Janeiro, lá na Esplanada do Castelo, com tiros sendo disparados, o povo correndo etc. A insegurança e o terror assolaram o País. Não sabíamos o que ia acontecer, se assalto a banco, atentados, assassinatos ou seqüestros etc. Nesta ocasião aconteceu o famoso "racha da esquerda".

O pessoal mais velho, mais ponderado, do "Partidão" (PCB), que advogava a linha do Gramsci, saiu vitorioso. Do outro lado estava a turma da UNE, CGT, PUA e outras siglas que proliferaram – AP, VPR, VAR Palmares etc. – e até envolveram graduados e oficiais, como o Capitão Lamarca e outros, que partiram para a luta armada e a guerrilha, não só urbana, mas também rural. Como exemplos, lembro os episódios de Registro e depois, no Norte, do Araguaia.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de Março de 1964?

É inegável que uma das figuras mais proeminentes entre os civis da Revolução foi Carlos Lacerda – tribuno notável, corajoso e incendiário. É pena que arrasasse qualquer pessoa contrária às suas opiniões. Foi o que aconteceu. Era o herdeiro civil natural da Revolução, mas depois passou à oposição. Tentara, inclusive, impor ao Presidente Castello as suas idéias, infrutiferamente. Inclusive, ele não pedia audiência ao presidente, mas mandava dizer que queria falar-lhe. O presidente respondia: "Diga ao Carlos que pode vir a hora que ele quiser." E Lacerda dizia: "Não, mas eu não posso ir na hora do expediente." Ele costumava pegar um jatinho, à noite, para não ser visto, e ia jantar com o presidente no Alvorada e voltava de madrugada. Mas deve-se realmente admitir que Carlos Lacerda era um grande líder.

Outro grande líder foi o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, que se não tivesse dado o apoio... sabe lá se a Revolução seria vitoriosa; em São Paulo tínhamos também uma figura questionável – Adhemar de Barros –, mas na hora de uma revolução, de uma tomada de atitude, precisávamos de lideranças – também não se podia estar escolhendo vestais. Era um homem de coragem física, e que denunciou, com antecedência, os planos do Goulart de querer implantar uma república sindicalista e de tê-lo convidado para participar de um movimento revolucionário. Existia outro civil, em São Paulo, que também merece respeito, mas que igualmente queria dominar o General Castello. Mais tarde, servindo em São Paulo, acabei encarregado de um inquérito e tive a oportunidade de conversar com ele várias vezes e ver a lucidez daquele homem. Era o Júlio de Mesquita, do *Estadão*.

Dentre os militares temos que reconhecer a figura do Marechal Odylio Denys. Já na reserva, teve uma destacada atuação. Evitou o confronto das tropas na região de Areal. Em Minas Gerais, com a sua liderança, empolgou a tropa e fez desembocar a Revolução. O General Carlos Luís Guedes é uma liderança pouco lembrada, mas também teve uma atuação muito clara na ID/4 (Belo Horizonte). O General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar, de Juiz de Fora. O Cordeiro de Faria, não se pode esquecer também, foi um articulador político da

conspiração – e um tenente de 1922 – que conseguiu coordenar esse pessoal pelo Brasil afora. Esteve no Rio Grande do Sul, em Pernambuco etc. Costa e Silva pertencia a outro grupo, mas também um homem de coragem, que teve liderança e, mais tarde, tornou-se presidente. Na Marinha, sem dúvida alguma, avulta a figura do Almirante Rademaker.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?

Posso dar até um testemunho especial! Quando servia no Estado-Maior do Exército, naqueles pródromos da Revolução, fazia contato, tanto no meio civil como no militar, levando mensagens, ora escritas, ora decoradas. Tive, na oportunidade, algumas ligações com o Consulado dos EUA, aqui no Rio de Janeiro, por intermédio da Aditância Militar. Nunca tomei conhecimento de algum documento, mensagem ou pedido de auxílio estrangeiro, seja sob qualquer forma: orientação política, técnica, dinheiro, apoio de armas, de tropas, o que fosse. Tomei conhecimento, mais tarde, daquela operação que os norte-americanos teriam planejado, a chamada *Brother Sam*. Estaria uma esquadra fundeada ao largo da costa do Brasil, pronta para intervir. Eu não tenho dúvida de que, caso o Brasil – como disse o Nixon – se transformasse numa grande Cuba, os EUA teriam vindo aqui brigar, mas nunca soube de pedido de auxílio externo, em especial dos Estados Unidos. A verdade é outra. O pessoal da "esquerda" ouviu o "galo cantar", mas desconhece a realidade dos fatos ou preferiu distorcer os fatos. A verdade é outra...

Obtive, sim, informações noutro sentido: era de quantos passaportes brasileiros haviam sido expedidos, com número, nome e data de entrada em Cuba ou de gente que passou pelos Estados Unidos e Europa, a caminho da Coréia do Norte. O objetivo dessas viagens era realizar treinamento de guerrilha.

Isto pude depois comprovar, em 1977, quando em missão na Inglaterra, e lá conheci um coronel sudanês. Ao me ver com o dístico "BRASIL" na manga do uniforme, procurou-me e travamos o seguinte diálogo:

– Oh! Brasil, é Brasil..., conheço muitos colegas seus – dirigiu-se nestes termos a mim o militar do Sudão.

– Onde? Você esteve no Brasil? – perguntei.

– Não estive no seu País. Foi lá em Pyongyang, na Coréia do Norte, quando fui tirar um curso de guerrilha com duração de oito meses. Havia lá um grupo de oficiais e praças brasileiros – respondeu.

Concluí que não eram militares brasileiros. Nessa época, só podiam ser dissidentes comunistas.

Isso vem comprovar as informações que eu tinha coletado por intermédio dos norte-americanos. Essas foram as únicas informações de que tomei conhecimento, nos contatos com o Consulado dos Estados Unidos.

Foi um movimento puro, sadio, interno; podia satisfazer aos interesses norte-americanos, mas não me recordo, pelo menos ao meu nível, de qualquer pedido de apoio financeiro ou material.

A propósito, ouvi do adido dos EUA, General Vernon A. Walters, uma história que passo a relatar: ocorreu logo depois de deflagrada e vitoriosa a Revolução e definido o nome do Ministro do Exército, General Costa e Silva. Contou-me ele que o então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, o procurou muito preocupado. O Departamento de Estado norte-americano solicitara que ele fizesse gestões junto aos militares brasileiros para evitar matança de comunistas presos – tinham conhecimento de que estavam sendo realizadas detenções em massa. Haveria uma grande quantidade de gente presa e os militares brasileiros iriam "matar, escalpelar essa gente toda". Por causa desses boatos, o governo norte-americano fazia questão de expressar a sua posição contrária a um banho de sangue no Brasil.

O General Walters, já conhecedor do Brasil e do espírito dos brasileiros, não hesitou em contestar:

– Não concordo, a coisa não é por aí.

– Ah! Mas tenho que transmitir uma mensagem do Governo dos EUA. Você é ligado aos militares, é o adido militar, e tem que conseguir uma audiência minha com o Ministro do Exército.

O General Costa e Silva era considerado homem da "linha dura". O General Walters, então, recomendou-lhe, muito contrafeito:

– Cuidado com o General Costa e Silva. Ele, talvez, não lhe receba, pois é uma intromissão nos negócios internos do País. Esse momento é muito sério e pode criar uma área de atrito muito grande.

– Não, o senhor tem que abrir esse diálogo, marcar essa audiência.

Quando o Walters conseguiu a audiência, o embaixador Gordon disse:

– Você vai comigo.

E lá foram os dois falar com o Costa e Silva. O Walters relatou que o Lincoln Gordon começou:

– Não... O senhor sabe...

Enfim, aqueles subterfúgios – é, não é – para não ferir o orgulho nacional do Costa e Silva. Por fim, falou que o Departamento de Estado achava-se muito preocupado com essas prisões em massa, e que constava ser iminente o fuzilamento dos presos, que haveria um "paredão", à semelhança do existente em Cuba de Fidel Castro. Teria dito:

– Os senhores – militares brasileiros – vão dar um banho de sangue nos comunistas.

Para surpresa do Walters, o Costa e Silva, ao invés de dar um "murro na mesa" ou "virar a mesa", como era seu modo de ser, refestelou-se na cadeira, riu, e disse:

– Embaixador, estou vendo que o senhor não nos conhece. O senhor já assistiu a uma tourada portuguesa? E sabe qual é a diferença da mesma para a tourada espanhola? – E, prosseguindo – O espanhol mata o touro no final da tourada, enquanto os portugueses espicaçam, fazem o touro quase se ajoelhar, pedir perdão ao toureiro, mas não matam o touro.

O senhor não nos conhece, mas a nossa origem não é espanhola. Temos sangue de português e aí reside a diferença. Não vamos matar ninguém. Realmente, o preço em vidas da Revolução de 1964 foi pequeno – praticamente não houve.

Está aí uma prova de que não houve intervenção norte-americana. Na minha lembrança ficou o exemplo da tourada portuguesa e da tourada espanhola, com suas diferenças.

A que o senhor atribui o desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo João Goulart?

Primeiramente, pela qualidade das pessoas que o cercavam, o "esquema militar" estava fadado ao insucesso pela incompetência. Era um bando de aproveitadores, que não tinha liderança e nem empolgava coisíssima alguma. Eles viviam aliciando sargentos e oficiais em troca de financiamentos na Caixa Econômica e empréstimos para comprar o "carrinho" da época – um "fusca". Não podia resistir.

Ademais, o fracionamento da esquerda era notório, desde aquela época, quando começavam a se esboçar as diversas linhas: a stalinista, a trotskista, a maoísta, a castrista, a foquista, e a linha tradicional do partidão – a gramscista. Na verdade, não havia "esquema" e o governo caiu "de podre". Ninguém ergueu uma espada em defesa do pobre João Goulart.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Só vejo chefia e liderança no aspecto positivo, não existe o negativo. E aí temos que reconhecer e ressaltar a liderança real do Marechal Denys, bem como fazer justiça ao General Guedes, um grande esquecido.

Também, o General Mourão, que saiu à frente da sua tropa, num ato de liderança, arriscando ou tudo ou nada, com uma tropa de pequeno valor. E lá em

Resende, sem dúvida alguma, desponta a figura do General Médici: equilibrado, de fala mansa, mas que sabia o que queria e onde queria chegar, características que o levaram à Presidência da República. É figura hoje um tanto esquecida, injustiçada no meio civil, pela mídia, e até no meio militar. Homem honestíssimo, morreu pobre. O General Castello é outro exemplo de probidade. Aliás, sobre esse aspecto, nada se pode falar dos líderes militares da Revolução.

Agora, no aspecto falta de liderança, entre os não revolucionários – é bom que até os mais jovens tomem essa lição –, temos aqueles carreiristas que ficaram "em cima do muro", e um exemplo clássico aconteceu no Regimento Escola de Artilharia. O seu comandante – não convém mencionar o seu nome por uma questão de ética e por já ser uma pessoa falecida – pensava que tinha liderança. Vivia ameaçando e prendendo seus oficiais. Deslocou o Grupo para enfrentar os cadetes e, como não liderava coisa nenhuma, resultou que, nas proximidades de Resende, quando foram escolher as posições de bateria para ocupar, ficou sozinho, apenas com um capitão, comandante da Bateria de Serviço – um bajulador dele –, no ponto de liberação da coluna. Foram cenas deploráveis.

Segundo depoimentos de colegas de turma, capitães e tenentes da época, quando passavam por ele, de viaturas, em direção a Resende, para apoiar os cadetes, faziam gestos obscenos, e declaravam palavras que não merecem ser repetidas aqui – ficou sozinho, chorando, na margem da estrada. Acabou indo para reserva completamente desmoralizado.

É um exemplo de falta de liderança. Nessa hora evidencia-se o líder, que empolga e leva um grupo de pensamento heterogêneo ao seu objetivo, e cumpre a missão.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução foi correto? Por quê?

Pelo que sei e ouvi, houve muita discussão, inclusive do comando da Academia, de empregar ou não os cadetes, envolvê-los nessa questão política, mas não havia alternativa em face do pedido de apoio do Gen Kruel, a quem o Gen Médici hipotecou a garantia de passagem livre por Resende, e da investida dos elementos que vinham do Rio aliciados por Jango. Os cadetes responderam ao chamado porque eram bem-liderados. Não houve defecções, uma demonstração do que vale ter um líder no comando.

A liderança do General Médici é incontestável, nesse episódio.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Toda revolução busca, sobretudo, controlar os centros de poder, que são os grandes objetivos estratégicos. A capital foi para Brasília, mas o Rio de Janeiro

ainda era um centro de poder – onde faz eco – principalmente naquela época. Brasília estava por se consolidar e, quando lá chegou o então Coronel Meira Mattos, esperando encontrar alguma resistência, a cidade achava-se vazia, todos tinham debandado, o que aconteceu lá foi um fiasco.

Os objetivos, realmente, eram ocupar o Rio de Janeiro, porque era o centro político e pólo de divulgação da mídia para o restante do País, e São Paulo, a capital econômica nossa. Com a reação partida de Belo Horizonte, essa capital ganhou relevo. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte formavam um triângulo importante e eram os grandes objetivos. Quem os dominasse, dominaria o restante do País.

O Paraná era importante como elo de ligação para o Sul. O Rio Grande do Sul tinha o precedente de 1961, mas respondeu bem a 1964. No Nordeste, a região problemática, realmente, sempre foi o Jaboatão, no Recife, chamada até hoje o "Moscouzinho". Lá havia a ação do Partido Comunista sobre os operários locais. Veja o exemplo da Revolução de 1935, quando houve violenta luta no 14º RI, sediado na região. Recife era, na ocasião, a capital do Nordeste brasileiro, e havia figuras importantes, além de Miguel Arraes, que liderava oposição política muito grande, Gregório Bezerra, Francisco Julião e aquela malta, que inflamava o Nordeste. Esses seriam, a meu ver, os principais objetivos estratégicos da Revolução.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março? Por quê?

Não há dúvida. Os fatos vieram ao encontro dos anseios da maioria da oficialidade. O pessoal queria ordem, disciplina, se fazer respeitar, ver o Exército respeitado, restabelecer a autoridade e trazer tranqüilidade à Nação. Houve uma polarização em torno daqueles chefes que tomaram atitude. Todos confiavam no Presidente Castello Branco e no Ministro Costa e Silva. Outra coisa, recuperamos a auto-estima, porque estávamos "lá embaixo", distribuindo arroz em caminhão operacional, ganhando miseravelmente, humilhados.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Não. Se houve ideologia foi do outro lado. Entre os militares não havia. A ideologia era da preservação da liberdade e da democracia.

A hoje chamada mídia apoiou o movimento?

Sem dúvida, da mesma forma que o clero apoiou e os políticos elegeram o Castello, a contragosto ou não. Pegue os jornais do dia 31 de março e de 1º de

abril de 1964 e leia aqueles editoriais do *Correio da Manhã* – o "Basta!" –, do próprio *Jornal do Brasil*, de *O Globo*, *Diário de Notícias* etc., está tudo lá publicado. É só ir à Biblioteca Nacional, pegar os arquivos daquela época e constatar que a mídia, que hoje "joga pedra" nas Forças Armadas, pedia que o Exército tomasse uma atitude para restabelecer a ordem.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Há uma diferença sensível entre um governo militar e um governo de presidentes militares. Governo de presidentes militares nós podemos ter em situações de crise. A França, com o General De Gaulle, teve um governo unitário, forte, modificou a constituição e enfrentou a revolta da Argélia. Outra situação, sem crise, foram os governos de presidentes militares nos Estados Unidos, como o de Eisenhower. No caso de governo militar, autoritário, ditatorial, aí nós temos vários exemplos. O de Hitler é o maior deles, no nazismo, quando tomaram o poder por meio de um *pustch* e exerceram um domínio asfixiante sobre a Alemanha. O stalinismo também representa um governo militar de ideologia comunista, assim como é o regime de Fidel Castro.

E aqui? Poderíamos chamar de governo militar se a Justiça, o Congresso e os governos estaduais, bem ou mal, continuavam funcionando? A despeito dos políticos biônicos e alguns deslizes, não podemos confundir um governo cujo presidente é militar com um governo militar. Poder-se-ia alegar que havia censura... Mas tinha que haver. Inclusive, limitada, tem que haver até hoje; não há um país que deixe tudo "escancarado". Volta e meia aparece no jornal uma notícia: "Ah! Aconteceu isso e eu não sabia."

Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Em primeiro lugar, salvou o País de se transformar em uma república marxista-leninista. Suponhamos que as Forças Armadas não tivessem realizado a intervenção e o poder tivesse sido dominado pelos marxistas-leninistas, como aconteceu em Cuba. Imagine esse País de dimensões continentais, transformado numa grande Cuba. Aconteceria a previsão de Nixon e nós teríamos arrastado todos esses países andinos e do Cone Sul, constituindo séria ameaça à democracia em todo continente americanos.

Hoje, quando vejo a revisão da política norte-americana, até acusando os governos militares, há uma total injustiça, porque, se o Brasil tivesse se comunizado,

teríamos trazido a luta armada para dentro da América, colocando em risco a paz nos países americanos, inclusive nos Estados Unidos.

E, indiscutivelmente, temos que registrar os benefícios em outros campos. No econômico, saneou-se a economia do Brasil, que passou a ser a oitava do mundo; socialmente, os avanços e conquistas são inúmeros; houve também significativo progresso científico e tecnológico. A autoridade nesse País, que não havia, foi restabelecida. Então, acho que o saldo foi positivo, o Brasil se tornou conhecido, o brasileiro recuperou a auto-estima, que hoje está voltando a perder.

O senhor acha que a Revolução cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

O termo "revolução", sociologicamente falando, é uma transformação radical, em que se rompe a ordem legal – coisa muito séria –, alterando o regime de governo, as instituições, os valores que norteiam uma sociedade. Provoca traumatismo – não se pode fazer um omelete, como se diz vulgarmente, sem quebrar ovos – e renovação violenta.

Realmente, cometeram-se erros. Em toda a revolução, há aquela turma que a desencadeia e a outra que vem atrás e se aproveita. Temos exemplos na História: a Revolução Francesa e a Revolução Bolchevista de 1917.

A Revolução Francesa ficou marcada e conhecida, isto é, passou à história, pela famosa *La Terreur*. A guilhotina, que acabou atingindo os seus próprios líderes e resultou na implantação do regime autoritário de Napoleão, que proporcionou grande prestígio à França. Hoje, todos esquecem isso; um homem que até nem era bem francês; e hoje é o herói nacional da França. Depois dele, acho que a França só vai encontrar uma liderança semelhante em De Gaulle.

Na Rússia, a Revolução Bolchevista começou durante a Primeira Guerra. Baseou-se em uma certa racionalidade porque o czar se considerava uma figura divina e era insensível aos reclamos do povo. Ele mandou dizimar, em praça pública, com aquela carga de cavalaria, o povo que fora pedir-lhe, disciplinadamente, alguns benefícios. Passou à História aquela famosa noite, sangrenta, lá em Moscou. Mas, depois, a Revolução de 1917 desvirtuou-se.

Portanto, seria inadmissível não termos cometidos erros, até porque revolução é feita por homens e o homem é impuro e imperfeito.

Os grandes erros da Revolução foram a prolongada permanência no poder dos presidentes militares – não confundir com governos militares, volto a salientar – e não antecipar a abertura, com eleições diretas, no Governo Médici, quando alcançamos estabilidade econômica. Abrir naquele momento teria sido o ideal. Lembro até de um discurso do General Alfredo Souto Malan, Chefe do Estado-Maior do

Exército, que não foi entendido na época – 1974 ou 1975 – quando, saudando os novos generais, ele fala num desengajamento controlado dos militares. A imprensa deveria ter aproveitado a oportunidade. Só houve um jornal, o *Estado de São Paulo*, que compreendeu as palavras do General Malan, pois a Nação não captou a intenção manifestada pelos militares. Os políticos, esses nem deram registro à fala do General Malan, o primeiro a mencionar um desengajamento controlado.

A Revolução cometeu, ainda, outros erros: ela não saneou a Justiça, nem cuidou como devia da Educação. O setor educacional é um desafio muito grande; as nossas universidades estão sofrendo, até hoje, a influência marxista-leninista, que ocasionou um retrocesso terrível. Outro erro foi a concessão, mediante pressão – não sei se haveria condições de resistir –, da anistia geral, indiscriminada. Acho que depois de tanto sacrifício, não podíamos aceitá-la. Estamos pagando até hoje.

Pediram-me para falar no exterior, para dar um depoimento sobre a experiência da intervenção militar no Brasil, considerada *sui generis*; o número de baixas foi muito pequeno. A ordem foi restabelecida como na "tourada portuguesa" – não se abateu touros. Utilizou-se o jeito brasileiro do "chega para cá", do "deixa disso", mas esse "jeitinho" é prejudicial, tem certas coisas que a gente não pode tergiversar e abrir mão.

Os sucessos econômicos, Coronel Macedo, obtidos pela Revolução de 1964 durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, dentre os quais aqueles que têm passado pela ESG, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes deste fato?

Alguém já escreveu, na imprensa, que os visigodos venceram os romanos, mas esses eram mais inteligentes do que aqueles, bárbaros. Assim, os romanos escreveram a história segundo a versão deles. O resultado é que esqueceram de contar que os visigodos chegaram a atingir a Península Ibérica e que não foram derrotados por ninguém, mas registraram apenas o domínio romano.

Nós vencemos o desafio em 1964, mas quem está contando a história, por culpa nossa, incapacidade talvez, são os perdedores. Temos que admitir que a teoria de Gramsci saiu vitoriosa e, cada vez mais, ganha terreno. Fecha-se o cerco sobre os elementos centrais que controlam o Poder. O grande cerco foi feito, principalmente, pela mídia, que, em conseqüência, procede ao revisionismo histórico. Os professores de História e das faculdades de Ciências e Letras, dominados pelo marxismo, recontam a História, a cada dia, à semelhança dos tempos dos visigodos e dos romanos. Acho que, aí, está a explicação: a concepção míope e a

inocência dos militares, tolerando tudo, aceitando a "guerra de posição" sem combater, imbuídos de uma falsa nação de profissionalismo e disciplina.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Enfatizo, em primeiro lugar, o restabelecimento da autoridade. O nosso lema – "Ordem e Progresso" –, que é positivista, não estava sendo observado, porque não havia ordem, e, em conseqüência, não havia progresso. Sou contrário ao positivismo, por achar que, no fundo, identifica-se e abre as portas à disseminação da ideologia marxista. São como os talões da ferradura, aproximam-se nos extremos.

Existem inúmeros outros acertos que nós podíamos lembrar, por exemplo: o aparecimento do BNH (Banco Nacional da Habitação), uma conquista do Castello; o PIS; o PASEP; o Fundo de Garantia; o Funrural – a aposentadoria para o homem do campo –, enfim, a valorização do cidadão brasileiro.

Somam-se, ainda, as reformas sociais e o estabelecimento de um sistema racional de planejamento. Tivemos planos esporádicos, como o Plano SALTE, da época do General Dutra, e as "Metas" do Juscelino, mas não havia orçamento-programa, planejamento estratégico e programa de governo. Isso começou com Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, que saneou a economia. Poderíamos citar, ainda, a estabilização política, social e econômica e o desenvolvimento científico-tecnológico. Foram os militares, realmente, que proporcionaram as bases para que hoje pudéssemos usufruir de melhor padrão de vida e de longevidade.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares ou esses deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Comunicação Social é um campo altamente especializado, onde somos despreparados. Venho insistindo que o CComSEx, além de ter um general, um chefe de gabinete e oficiais de estado-maior, é importante que possua, sobretudo, recursos financeiros e técnicos especializados, porque Comunicação Social não é algo que se improvise. Veja se o Comandante do Exército consegue plantar alguma notícia, dar um desmentido ou conseguir difundir a versão oficial da Força Terrestre? Nem se publica. Impõe-se um trabalho profissional, executado por profissionais, diferente do executado por um brilhante oficial de Estado-Maior, que passa lá um ou dois anos. Tem que haver, sobretudo, continuidade e recursos. E outra coisa, temos que admitir a nossa omissão e vulnerabilidade. O Padre Vieira já advertia que "a omissão é um pecado que se faz não fazendo".

O próprio Castello Branco não queria falar.

Há pouco tempo, propus que fosse publicado um livro branco, dando a versão oficial, baseado em fatos, sobre, por exemplo, o que se passou na guerrilha do Araguaia, qual foi o papel desempenhado pelo Deputado Genoíno (não tenho nada contra ele, até o aprecio, acho que evoluiu bastante e tem prestado algum serviço), na época, denunciando muita gente. Quem quiser conhecer a verdadeira história do Genoíno, procure conversar com os oficiais da Brigada Pára-quedista, que o ouviram pedir para não ser evacuado da área, com medo de morrer, e que "abriu o bico", como se fala no jargão da informação.

Por que não contamos o que houve?! O que nós encontramos?! A propaganda que "eles" faziam!? O que se comentava no Brasil, no dia seguinte pela manhã estava na Rádio Tirana, da Albânia, na qual uma mulher falando em Português e podia ser ouvida em toda a Amazônia. Sei disso porque, logo após a Revolução, eu era coordenador do Projeto Rondon e, para falar com Brasília, tinha que fazer "ponte" com outro local, ao passo que o sinal da rádio da Albânia entrava forte, transmitindo propaganda marxista. Não divulgamos nada disso.

Traíra! Por que não contamos a história? Hoje estão aí a remexer o fundo do poço, exalando mau cheiro e expondo o Brasil perante as nações estrangeiras.

Na época, parece que disseram ao Castello Branco que deveria ir em busca de uma comunicação social muito mais direcionada para o público, e ele respondeu: "Então faça o senhor a sua Revolução."

Ele detestava qualquer tipo de propaganda; tinha o maior pavor de ser acusado de ditador; não desejava eternizar-se no poder.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assaltos a quartéis, a bancos, seqüestro de embaixadores etc) praticados por extremistas?

Considero que a violência empregada, como a vivenciada naquela época, e atualmente presenciada pelo mundo afora, foge à racionalidade. Contraria os princípios cristãos, que se baseiam, fundamentalmente, no amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. Então, sendo cristão, não é compatível com a minha formação particular. De modo que abomino a violência.

Agora, admito que chega uma hora em que se tem de reagir violentamente para combater a violência – não posso me imolar de mãos amarradas. Hoje mesmo, vindo para cá, vi um assalto dentro do túnel e me senti impotente: uma senhora sendo assaltada e a única coisa que pudemos fazer limitou-se a gritar e todos os motoristas a buzinar, na tentativa de evitar que se consumasse o ato de violência. Não havia um policial para defendê-la, nem visualizava como impedir tal violência.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades, com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de diversos segmentos da sociedade? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Não se pode negar que tenha havido. Lamentavelmente houve, por diversas razões. No meu entender, o erro foi que certas atribuições foram confiadas a pessoas completamente desqualificadas para tal. Um exemplo típico é o da censura. Em São Paulo, tive uma experiência sobre isso, quando fui encarregado de inquérito e ouvi, inclusive, o Sr. Júlio Mesquita, do *Estado de São Paulo*.

Havia muita gente despreparada. Quem eram os censores? De início, compreende-se que fossem militares; depois, foram civis, investigadores, pessoas sem competência e sensibilidade alguma, que criavam até mais problemas. Compareciam aos jornais, ou nos diversos órgãos, sem saber fazer a censura. Depois, se ofereceu a possibilidade da autocensura, permanecendo ainda o sistema anterior, para quem o preferisse. Muitos escolheram continuar com o censor do Governo, porque se livravam da responsabilidade. Aí, vinha um "energúmeno" qualquer, não fazia o trabalho ou fazia malfeito, e depois se ia questionar: "mas saiu isso?!"

Nesse inquérito, o Sr. Júlio Mesquita perguntado:

– O senhor é responsável por isso aí?

– Eu não! – respondeu.

– Por quê? – insisti.

– Eu optei pelo censor – ele esclareceu.

Havia um lá, e o responsável era o Ministro da Justiça, pois o censor era o seu representante.

Perfeito, então ocorreram muitos erros pelo despreparo do pessoal; censuraram coisas que não deviam censurar e deixaram passar outras que não eram para passar.

Em momentos de crise é normal que haja a necessidade de censura. O maior exemplo recente é a Guerra do Golfo. Pode-se imaginar a difusão prévia do plano do General Norman Schwartzkopf (Comandante das Forças de Coalizão)? Só foram liberados aqueles *press release* depois da execução do mesmo.

No nosso caso, estávamos em um clima de guerra, e guerra suja. Cumpre dizer que a guerra fria, em certos aspectos, foi muito "quente", não podíamos brincar. Estávamos em guerra. E... "guerra é guerra".

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não! Em absoluto. Não foi o cerceamento da liberdade de manifestação que levou à luta armada. Ela surgiu, logo depois da Revolução, porque era o ideário de uma facção, daí a explicação do famoso “racha” nas esquerdas. De um lado, os ortodoxos, do “partidão”, que seguiam a linha tradicional e optavam pela “guerra de posição” do Gramsci e, do outro, a ala jovem heterodoxa, influenciada pelas facções trotskista, maoísta, castrista ou foquista, partidária da tomada do poder exclusivamente em uma “guerra de movimento” – a luta armada.

Até hoje, como costumo dizer, parece que as idéias chegam ao Brasil, após atravessarem o Atlântico ou o Pacífico a nado, com um retardo extraordinário, apesar de todos os meios de transmissão modernos – satélites, televisão, “internet”. Ainda tem gente aí nos jornais que considera a luta armada a única solução.

Hoje mesmo, conversando com uma pessoa muito importante, da área educacional, contou-me do seu desapontamento com um jovem, que é “ligado” no MST, e que argumentava ser a única solução a luta armada. Quando ele dizia:

– Vocês já não viram que isso aí não deu certo?

– Não, é a luta armada sim, temos que acabar partindo para isso – insistia o jovem.

Então, não foi a “falta de canais” que levou à luta armada. Já havia uma intenção e fazia parte do ideário extremista. A própria teoria da Guerra Revolucionária prevê uma fase final de luta armada, semelhante a uma guerra convencional. Foi o caso do Vietnã; o General Giap sagrou-se vencedor, no final, somente quando passou da guerrilha à guerra convencional, com emprego de divisões, artilharia etc.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Sim, pois havia uma escalada do Movimento Comunista Internacional (MCI) e ele funcionou como freio, proporcionando tempo ao Governo de se organizar para combater o terrorismo. Cada dia surgiam fatos novos e fomos apanhados de surpresa; não sabíamos como reagir. Tinha que haver um mecanismo de retenção daquela avalanche de subversão. Acho, porém, que o AI-5 durou demais.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

É claro e evidente. Não há governo que não disponha de um órgão de informações. O próprio governo atual desbaratou o sistema nacional de informações e começa a se ressentir, falando, inclusive, em criar outro órgão. Não advogo um regime policial, com uma KGB soviética ou PIDE, portuguesa, ou a própria GESTAPO, que é o maior exemplo de órgão de polícia política, mas precisa-se de

um órgão de informações de alto nível, para assessoramento. Quanto aos DOI, foram resultado do nosso despreparo para enfrentar a subversão.

O pessoal ia se especializar em Cuba, Coréia do Norte, como foi visto, e nós aqui "matando elefante com alfinetada"; não sabíamos nem por onde começar as ações. Lembro-me das dificuldades iniciais em São Paulo. Como é que você vai obter informações, se não puder manipular dinheiro? Os recursos que as 2as seções possuíam eram irrisórios e, ainda, tinha-se que passar recibo, comprovando o gasto. Informação é dinheiro e possui uma parte suja, que tem que haver, sempre houve. Estão aí os filmes e livros, mostrando como se obtém informações: comprando. Como é que se ia conseguir a ajuda de um funcionário de uma empresa telefônica para facilitar a escuta? Só pagando. Como é que se descobriu que o Marighela, por exemplo, se homiziava com os religiosos? Foi através de escuta telefônica. Hoje, existe um arsenal de meios para se fazer uma escuta telefônica. Naquela época, pela Lei, tinha-se de mandar um ofício para a companhia telefônica, a fim de autorizar o "grampo". Como é que o Presidente Nixon foi afastado do Poder? Como é que se descobre um ato de terrorismo? São necessárias informações, acompanhar os passos etc. E isso sempre "tem um preço".

Assim, o DOI nasceu, sobretudo, da necessidade de centralizar e coordenar as operações, evitando ações isoladas, das polícias Civil, Militar e Federal. Mais tarde foram criados os serviços de informações e, antes disso, praticamente só existiam os órgãos especializados militares e da polícia, que funcionavam precariamente. Para exemplificar o despreparo, em operações de contraguerrilha, nas quais estivemos envolvidos como oficial de Estado-Maior, a FAB utilizava um equipamento rádio que não falava com o do pessoal de terra, que, por sua vez, não falava com o da Marinha. O DOI surgiu dessa necessidade de informações e coordenação das operações.

Eu servia em São Paulo, em 1969, e tinha sido recém-criada a Operação Bandeirantes – a OBAN. Ela foi uma espécie de piloto para a criação dos DOI (Destacamento de Operações de Informações). Quando viram que a OBAN resolveu o problema da subversão em São Paulo, que tinha dado certo, implantaram a sua estrutura. Surgiram, então, os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e criou-se, na 2ª Seção, um órgão de informações, que foi o DOI.

Quanto à Lei de Segurança Nacional, há que haver o respaldo legal para as ações. De que adiantava prender o sujeito, se não houvesse a lei tipificando a infração por ele cometida? Então, surge a Lei de Segurança, que, em tempo de guerra, é normal. De modo que não vejo qualquer aberração na criação desses órgãos, nem no agravamento da Lei de Segurança Nacional.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas auferiram vantagens de qualquer ordem?

A resposta está na situação atual. Se tivessem auferido vantagens não estariam nesse estado de absoluta carência, depois de – como são acusadas – terem respaldado uma "ditadura militar", durante vinte anos. O que seria natural? Que tivessem auferido, ou então, houve muita incompetência, porque dispunham de poder e não tiraram qualquer vantagem. Veja o salário dos militares, que, hoje, continua aviltado, como estava em 1963 e durante os ditos governos militares.

Presidentes e Ministros dos governos revolucionários morreram pobres, como os Marechais Castello Branco e Costa e Silva e o Ministro Andreazza.

O General Figueiredo comprou o sítio do "Dragão" antes de se tornar presidente – sei muito bem como adquiriu aquela propriedade – mas sentiu-se forçado a vendê-la porque não tinha condições de manter os cavalos etc.; tornou-se público que enfrentou dificuldades até para pagar o condomínio do apartamento no qual residia, em São Conrado. A viúva teve necessidade de vender bens pessoais e peças de decoração da própria casa após a sua morte.

Não se tem notícia, mas pode ter havido um ou outro corrupto, porque a corrupção é inerente ao gênero humano – nós encontramos branco, preto, americano, inglês, alemão, brasileiro que se vende, e pode ser tanto militar como civil. Encontra-se de tudo no gênero humano. A "massa" é a mesma, em qualquer parte. Ninguém está acima do bem ou do mal.

Lembramos bem daquela época: máximo de desenvolvimento e mínimo de segurança; então, era o mínimo mesmo e ficamos, até hoje, nessa penúria. De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo revolucionário?

Acho que o saldo, em geral, foi positivo. Apenas, faço a ressalva de que os governos revolucionários prolongaram-se por muito tempo. Agora, as Forças Armadas estão pagando um elevado preço, e devem meditar sobre a experiência vivida. Cumprimos, e não tinha jeito, a nossa missão, não nos omitimos. Lembrei da proposta de desengajamento controlado, apresentada pelo General Malan, a qual nem os políticos, nem a imprensa, registraram – deixaram passar em brancas nuvens a oportunidade. Valendo-se, uma vez mais, do Padre Antônio Vieira, cabe lembrar trecho de um de seus famosos Sermões: "Se serviste à pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma."

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Napoleão foi um indivíduo que não escreveu livro algum, mas é conhecido, sobretudo, pelas suas máximas, e, dentre elas se poderia citar uma que diz: *La tactique change à tous les dix anées*, ou seja, a tática muda a cada dez anos; nós passamos vinte anos no governo, logo, uma resposta já provém daí. O mundo, o Brasil, a sociedade estão em constante mudança. O novo de hoje vai ser o velho de amanhã. Graças a Deus, a felicidade do gênero humano está na capacidade de se adaptar e acompanhar essa evolução, senão estaríamos, até hoje, na Idade da Pedra.

Outro fator determinante foi a conjuntura mundial: a queda do Muro de Berlim, a hegemonia dos EUA – que veio com o fracasso do comunismo – e a sede de liberdade.

O brasileiro não gosta de disciplina. Já houve quem dissesse que caso o comunismo fosse implantado no País eles pagariam um “preço muito caro”, porque o brasileiro iria desestruturar o regime socialista.

Então, era natural que a passagem dos militares não devesse ser prolongada, até porque, volto a acentuar, nós temos uma formação cartesiana. O militar não é preparado para a política. Na verdade, fizemos a cirurgia que se impôs. Dizem, até, que os militares apenas “seguraram a vaca para que outros mamassem”.

A “abertura” política foi acelerada pela conjuntura internacional?

Sem dúvida alguma. Desde o período colonial, que se dizia: *Ultra aequinoctialem non peccavit* – abaixo do Equador, não havia pecado – para justificar as atitudes desmedidas, até dos religiosos. Então, aqui “embaixo” podia-se fazer o que se quisesse, valia tudo. Mas sabe-se que não é bem assim. Não se pode pensar isoladamente, isto é, sem considerar a conjuntura internacional. Podemos comprovar, desde os primórdios do Brasil, pelas lutas ocorridas no Sul do País, entre espanhóis e portugueses, e no Nordeste, contra os holandeses.

Aliás, Ortega y Gasset tem uma frase que serve também: “O homem é o homem e suas circunstâncias”. Não se pode analisá-lo isoladamente e sim, temos que considerar as circunstâncias que o envolvem, naquele momento. Logo, a conjuntura internacional de transformação que o mundo ainda está sofrendo acelerou a “abertura política”. Aliás, até hoje o Brasil, também, não se definiu. O povo brasileiro sabe mais ou menos o que não gosta, mas não determinou o que quer. A “convenção do condomínio” do Brasil ainda está para ser escrita, ser firmada.

Foi-nos imposto um modelo patrimonialista português pela “goela abaixo”. Nos impuseram um Estado sem a Nação ter se reunido para criar o Estado em que ela gostaria de viver. Então, temos que sofrer as conseqüências.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

O General Geisel foi um homem que entendeu que havia de se fazer uma abertura gradual. Na verdade, acho que, naquela época, já era tarde e acabou tornando-se descontrolada. Desculpe-me, o Governo Figueiredo foi atabalhoado. O resultado acabou na anistia se processando de uma forma desordenada e descontrolada, acabando lamentavelmente nesse estado em que nos encontramos.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?

Não tenho dúvida, mas o motivo foi, principalmente, a doença do Presidente Figueiredo. Os resultados foram desastrosos, embora muito se deva ao Figueiredo pela "abertura". A conjuntura internacional, também, contribuiu para isso, por meio dos aumentos do preço do petróleo e da transformação política. Mas, o Governo Figueiredo, não se pode tapar o "sol com a peneira", redundou em desastre.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

A anistia faz parte da índole dos brasileiros. Está presente na nossa História, desde priscas eras. Briga-se, briga-se e depois se faz a paz: é o espírito conciliatório, é o homem cordial brasileiro. Mas acredito que, da forma como foi concedida, a anistia foi um erro, pelo qual estamos pagando muito caro até hoje. Além do mais, está mudando. Já não é tão cordial como se mostrava no passado.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil neste contexto?

Eu diria que ideologias não desaparecem, e o maior exemplo que aí está é o Cristianismo. Os cristãos foram perseguidos em praça pública e jogados aos leões, no Coliseu. Jesus Cristo foi também perseguido pelo mundo afora, e o que predomina hoje? É o Cristianismo. Então, a ideologia não desaparece.

Podemos até dizer que o comunismo faliu, mas não faleceu.

É isso mesmo, o marxismo, sobretudo. Eu diria até que o comunismo em si sofreu uma grande derrota, mas o marxismo, empedernido, continua a existir e o que é pior, aqui no Brasil. Os marxistas convictos, esse pessoal fanatizado, continua a pensar que a solução para todos os males encontra-se na doutrina socialista.

Li até um artigo assinado por uma feminista engajada de esquerda, se não me engano no *Jornal do Brasil*, em que ela afirma, claramente: "Desse País aqui está renascendo o novo socialismo, o novo marxismo, que vai servir de modelo para o mundo." Ora, se fracassou na União Soviética e no Leste Europeu, a ponto de derrubar o Muro de Berlim, nós vamos dar ao mundo um exemplo de novo socialismo! Acho que o pessoal é fanático, é aquela história do flamenguista. O flamenguista pode sofrer uma derrota, e quanto mais perde, mais é Flamengo doente, até admiro isso... O pessoal não entende. Eles têm esperança de estabelecer o socialismo nesse País, e é a luta que nós estamos travando hoje ainda. Ilude-se quem pensar que acabou a guerra fria, a "guerra suja". Estamos vendo pelas medidas tomadas recentemente, a sociedade se deblaterando aí, sem rumo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que é que o senhor acha disso?

Acho isso bom de um lado e perigoso do outro. Dentro do contexto de globalização em que estamos vivendo, após a queda do Muro de Berlim e o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos, é perigoso. Ainda há pouco tempo li um livro intitulado *A Terceira Onda: a redemocratização no final do século XX* – com orelhas escritas por Francisco Weffort – em que o ilustre cientista político Samuel Huntington analisa a onda da democratização, a terceira onda que está varrendo o mundo após a queda do Muro de Berlim. Na página 247, aparece um decálogo para "domar" os militares. Quem lê isso, não se ilude com certas campanhas e idéias que proliferam por aí. Entre outras coisas, ele diz que os militares, como todos os demais, gostam daqueles que gostam deles. Deve-se dar "brinquedos" que os satisfaçam: elogiar os seus valores, dar-lhes medalhas em profusões, enfim, os enfeitiçar. Então, os políticos, os governantes, a mídia, dizem até coisas desse tipo: "Oh! Vocês trabalham bem." Eu até já ouvi de presidente da República, na televisão: "Gostaria de ter um índice de popularidade, como político, que têm as Forças Armadas Brasileiras." Será que gostaria mesmo? Então acho muito perigoso por um lado e por outro lado é bom.

Acho que a gente não engana o povo, de uma maneira geral. Mas é muito perigoso "deitarmos" nessas glórias, pode ser um "presente de grego", e a gente vai aceitando isso, calmamente – "nós temos o maior índice de popularidade". É aquela história, não é desonra nenhuma ser pobre, mas também não é nenhuma honra, então temos que tomar cuidado com isso.

Que mensagem final, Coronel Macedo, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Somente por intermédio da História Oral determinados silêncios da História falam e episódios que passaram despercebidos são revelados. A História, relatada mais tarde, concentra-se nos fatos sem a emoção, a característica de quem viveu a situação. É aquele caso dos romanos *versus* visigodos.

Vejo com muita simpatia, sempre advoguei isso, que se fizesse esse trabalho, e realço a atitude corajosa tomada pelo Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, ao institucionalizar o Projeto de História Oral. Tenho certeza de que dará rendimentos altamente positivos. Espero que essa iniciativa enriqueça as páginas de nossa História em caráter permanente. A História Oral lançada no Clube Militar, planejada pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, enfim, tornou-se realidade por este projeto no Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 2

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 2
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Ivan de Souza Mendes

- Natural da Cidade de Cordeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Serviu no Gabinete Militar da Presidência da República nos Governos Jânio Quadros, Castello Branco e Ernesto Geisel. Comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Chefiou o Gabinete da Presidência da Petrobrás, na administração Ernesto Geisel.
- Foi Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército e Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Governo José Sarney.
- No exterior: Adido Militar, Naval e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil em Lima, Peru.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Tenente-Coronel. Nos meses de março e abril desse ano, exerceu o cargo de Prefeito Interino do Distrito Federal.

Entrevista realizada em 31 de outubro de 2000.

Participação pessoal no ciclo revolucionário, a partir de 31 de março de 1964

A minha participação foi muito pequena porque, nos 18 meses anteriores, encontrava-me em Aquidauana, cidade localizada, hoje, no Estado do Mato Grosso do Sul, no Comando do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, e esquecido naquelas paragens. Naquele tempo, as comunicações eram difíceis. Nós só chegávamos na localidade, de trem e não era fácil. Então, não estive muito ligado aos preparativos para a Revolução. Antes de ir para Mato Grosso, porque me preocupava com o destino do Brasil, mantinha contato com os companheiros no Rio de Janeiro, onde servira. Observava que as coisas não iam bem, mas quando assumi o Comando, fiquei esquecido mesmo, naquela região.

Quando regressei, transferido para o Rio de Janeiro, no início de 1964, procurei ligar-me com os companheiros que haviam permanecido no Rio, e a primeira pessoa com quem passei a manter contato foi o General Ernesto Geisel. Nós nos relacionávamos, desde antes que seguisse para comandar o Batalhão, em Aquidauana.

Ao chegar de Mato Grosso, portanto, procurei ligação com aqueles companheiros e fiquei à disposição do General Ernesto Geisel, militar que sempre apreciei muito, especialmente, pela postura correta e seriedade. Cooperei, levando-o a algumas reuniões que ele promoveu antes de 31 de março. Essa foi a minha participação nos pródromos da Revolução.

Por coincidência, no dia 31 de março, o General me chamou à tarde e fomos para um apartamento na Avenida Atlântica, onde se constituiu, mais ou menos, um grupo que estava em torno do General Castello. Eu não tivera nenhum contato com o General Castello, antes disso.

Assim, durante a eclosão do Movimento, participei de todos esses entendimentos. Durante a noite e a madrugada de 31 de março para 1º de abril, trocamos de apartamento, porque havia o receio de sermos localizados pelo pessoal do Governo da época. Mudamos de apartamento duas ou três vezes; após o que sentimos que era preciso ir para outro, porque os telefones não funcionavam bem no imóvel em que nos encontrávamos e não havia mais um disponível. Para qualquer outro mais conhecido, seríamos plotados. Então, ofereci o meu apartamento que foi aceito. Era a única solução, nas circunstâncias, e eu apenas pedi à minha mulher para tirar as crianças de casa e, assim, amanhecemos o dia no meu imóvel, em Copacabana. Essa foi a minha participação, bem simples, na eclosão da Revolução.

O Senhor estava com o General Ernesto Geisel, naquele momento. Lembra de mais outra pessoa que estivesse ali junto, também apoiando?

Sim, lembro, mas tenho receio de omitir alguém.

De quem mais o senhor lembra?
Do General Ariel Pacca da Fonseca e do Coronel Murilo Gomes Ferreira.

Raízes da Revolução de 31 de Março de 1964

A meu ver, devem ser identificadas na resistência dos militares às ameaças de ocupação do poder no Brasil, por grupos totalitários de inspiração comunista. Essa é, no meu ponto de vista, a causa fundamental da Revolução. Paralelamente a isso, a repulsa à corrupção na administração pública, que foi muito facilitada pela forma atabalhoada como ocorreu a construção de Brasília. A administração pública era muito confusa e tínhamos informações de que o Brasil estava caminhando para o caos. Estávamos assistindo a corrupção crescer e, também, a escalada da inflação, o que desorganizava, cada vez mais, a economia. Essas foram, a meu ver, as raízes principais da Revolução de 1964.

A influência da guerra fria

Penso que a guerra fria influiu e bastante; presenciávamos a situação mundial, entre a Rússia e os Estados Unidos, entre a democracia e o totalitarismo comunista, um quadro de tensa polarização, o que nos levou a reagir contra a possibilidade de ocupação do Poder, no Brasil, por grupos comunistas.

Panorama político do Brasil na conjuntura pré-revolucionária

Vivíamos um clima de inquietação generalizada. Greves por todo o lado e o pessoal de esquerda agindo com a maior desenvoltura. Testemunhávamos, pouco a pouco, formar-se um quadro de ingovernabilidade no País, o que nos preocupava muito. Era preciso interromper o processo de degradação, e tudo isso acabou confluindo para a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março.

Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart

Havia, sem dúvida. Os fatos mostravam claramente que o povo estava profundamente preocupado com o que poderia acontecer.
Exatamente. Até porque não se podia trabalhar, com tanta greve prejudicando a produção, além do constrangimento imposto aos cidadãos que se viam sem condições de se deslocar, em virtude das paralisações constantes nos transportes.
Agravando o ambiente de insatisfação.

Posição da Igreja

Sentíamos, pelas manifestações dos líderes religiosos, que a Igreja católica refletia a bipolarização da época, o que acabou dando origem ao que veio a ser denominado, posteriormente, de Clero Progressista. Havia os religiosos que seguiam a doutrina tradicional da Igreja, em oposição àqueles influenciados pela esquerda.

"Ligas Camponesas" e "grupo dos onze"

Não posso tecer comentários pessoais, porque nessa época estava em Mato Grosso e, depois que cheguei ao Rio, tudo mudou muito. O que teria a dizer não retrataria minha experiência pessoal.

Ambiente no meio militar, na fase pré-revolucionária: possibilidade de cisão entre oficiais e sargentos; desunião nas Forças Armadas

Não foi possível, na situação em que me encontrava, perceber esses fatos nitidamente. Mais tarde, constatei que existiam, mas, servindo em uma Unidade pequena, à beira do Pantanal, com poucos oficiais e sargentos e muito trabalho, tais acontecimentos não nos afetaram. Não identifiquei cisão, lá em Mato Grosso.

Principais acontecimentos detonadores da Revolução de 31 de Março

Inicialmente, aquele comício realizado em frente à Central do Brasil, no começo de março. Havia chegado ao Rio, naquele dia, vindo de Mato Grosso, e assisti, pela televisão. Depois, a indisciplina de marinheiros, que foi uma coisa muito séria. O discurso do Presidente João Goulart, no dia 30 de março, no Automóvel Clube, foi a "gota d'água". Quem tinha dúvida, a partir daí, não teria mais.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Foi a mais eloqüente manifestação de repúdio, partida da sociedade civil, àquele estado de anarquia que estava dominando o Brasil.

Forças Armadas, particularmente o Exército, intérpretes da vontade nacional, em 31 de março de 1964

Sem dúvida, interpretaram o sentimento do povo e a vontade nacional! Os fatos o demostraram. Realmente, a Nação repudiava a desordem e as Forças Armadas reagiram contra a grave situação existente. Com isso, interpretaram a vontade da Nação.

Revolução de cunho comunista, em andamento no Brasil

Os comunistas e seus aliados no Governo estavam preparando o golpe de esquerda, pois tudo o que pretendiam era empolgar o Poder no Brasil.

Atitude do Congresso Nacional, ao eclodir a Revolução de 31 de Março de 1964

As duas Casas do Congresso refletem as correntes que se digladiam e se manifestam politicamente no todo de sua atuação. As esquerdas, que desfrutavam de inteira liberdade de ação, anteriormente, sentiram o peso da mudança e insistiram em continuar influindo, o que levou o poder revolucionário, já se instalando, a expedir um ato jurídico para impedir aquele procedimento: o Ato Institucional do dia 9 de abril de 1964. O Congresso teve que ser contido, naquela ocasião.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março

Prefiro não citar nomes. Os líderes são bem conhecidos e não quero, no meu depoimento, errar pela omissão.

Eventual apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

Essa pergunta, hoje em dia, não é importante, porque está mais do que evidenciado que o Movimento foi espontâneo, dentro do Brasil. Os americanos, que queriam acompanhar os acontecimentos, "saber das coisas", não tiveram como.

Mesmo assim, ainda insistem em dizer que os americanos participaram, quando, na verdade, apenas acompanhavam, como observadores atentos e interessados. O General Meira Mattos esclareceu isso de forma muito segura; ele era amigo do Vernon Walters, Adido Militar dos EUA, em 1964, no Brasil, pois estiveram juntos na campanha da FEB, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Os americanos não tiveram qualquer ingerência. Há poucos dias, conversando com o General Meira Mattos, ele me citou um fato que indicava como o General Walters estava "por fora", naqueles últimos dias que antecederam o 31 de Março. Sobre isso, não há a menor dúvida.

"Esquema militar" do Governo João Goulart, quando se desencadeou a Revolução

Bem, a primeira causa do desmoronamento do propalado esquema foi a falta de apoio, às facções esquerdistas, pela opinião pública. Não havendo esse apoio, era difícil a mobilização. Em segundo lugar, vejo a falta de qualificação dos integrantes do Governo. Eles não estavam preparados, não tinham competência. Então, não podiam fazer uma revolução. Em contrapartida, os chefes militares brasileiros se opuseram à ameaça do golpe comunista, de forma competente e a Revolução democrática saiu, naturalmente, atendendo ao apelo do nosso povo.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964

Em tese, penso que, em casos extremos, pode-se "apelar" para os cadetes. É um recurso de última instância e deve ser utilizado, como realmente foi feito: logo que puder e não sendo mais necessária, a tropa de cadetes deve voltar às suas atividades normais.

O emprego dos cadetes tem que ser feito com muito equilíbrio.

Robustecimento da união e da coesão das Forças Armadas, após o 31 de Março de 1964

Sem dúvida ocorreu! Não só por ter acentuado o pendor democrático das Forças Armadas, como, também, pelo afastamento dos elementos de esquerda perturbadores que existiam. A coesão aumentou. O Corpo de oficiais ficou mais homogêneo.

Ideologia do Movimento de 31 de Março

O Movimento era baseado na democracia, na prevalência dos valores democráticos. Os militares brasileiros demonstraram que tinham índole eminentemente democrática.

Apoio da mídia ao Movimento

Penso que a mídia apoiou o Movimento. A imprensa, naquela ocasião, demonstrava insatisfação com a perspectiva de um quadro de desordem iminente. A imprensa era contrária a isso. Mostrou inconformidade com a situação.

Denominação do Movimento de 31 de Março

O termo Revolução é correto. Realmente, fizemos uma revolução nos costumes políticos do Brasil.

Revolução de 31 de Março de 1964: governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

É uma distinção pouco precisa, um tanto pueril. Na verdade, os governos foram presididos por militares. Não tivemos governo militar. Os ministros eram quase todos civis. Se compararmos com outros países, nossos vizinhos, veremos que a diferença sempre foi muito grande.

Os militares, realmente, empolgaram o Governo, em decorrência da intervenção, mas não predominavam.

Revolução de 31 de Março de 1964: benefícios e prejuízos para o País

A Revolução só acarretou vantagens para o Brasil, não tenho dúvida. A principal influência da Revolução, a meu ver, foi assegurar a continuidade democrática no País. Tivemos um hiato pequeno e não muito profundo, durante certo período de exceção.

Os militares não quiseram "tomar conta" ou permanecer como "donos do Poder". Tanto que o repartiram com lideranças civis. Quando chegou a oportunidade, retiraram-se do palco político, para que o Brasil retornasse à plenitude do regime democrático, com a prevalência do poder civil.

A segunda metade dos anos de 1960 e, principalmente, a década de 1970, segundo mestres renomados, como o Professor João Manuel, da UNICAMP, foram considerados os de maior desenvolvimento em toda a História do Brasil. Mas, hoje, não se fala de tais destaques, por isso é lícito estranhar a falta de divulgação dos fatos marcantes daquele período

Penso que divulgá-los perturbaria os objetivos e interesses do pessoal de esquerda, ora enquistado no Poder. A mídia esquerdista luta, até hoje, de todos os modos, contra a difusão daqueles elementos positivos. É conseqüência do "revanchismo", essa dificuldade que se tem hoje, de restabelecer e manter a verdade. O propósito da esquerda é mantê-la escondida.

Existe, então, o "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares?

Estou certo de que existe um inconformismo, nem sempre ligado ao "revanchismo". Eles não querem é perder e, então, sempre reagem à derrota que sofreram em 1964.

No meu ponto de vista, a derrota da esquerda, no Brasil, em 1964, foi a maior do comunismo, nas áreas em que procurou assumir o Poder, premeditadamente. Se os comunistas tivessem assumido o Poder no Brasil, a situação, em todo o mundo, iria ficar muito difícil. Daí, o grande papel que os militares brasileiros desempenharam em 1964, ao estabelecerem uma barreira contra o comunismo, em uma região bastante sensível, como a América Latina. Do Brasil, iria estender-se a outros países.

Erros cometidos pela Revolução.

Não digo que a Revolução não tenha cometido erros, pois todos somos passíveis de cometê-los. Quando você decide, tem a opção entre "A" e "B", e pode dar uma errada. Isso não significa que esteja indo na direção incorreta. A Revolução cometeu alguns erros, mas esses foram irrelevantes em relação aos seus acertos.

Principais acertos da Revolução

Creio que o principal acerto, o mais destacado foi manter a continuidade democrática, o resto não passou de detalhe. O Brasil poderia ter sido dominado por um grupo totalitário de esquerda comunista e isso a Revolução impediu. Então, esse acerto predominou sobre os demais, que não foram poucos.

A "batalha da comunicação social"

Muitos dizem que perdemos a "batalha da comunicação social". Não concordo com a assertiva, porque a batalha está em curso. Nós não iremos perder ou ganhar a "batalha" em momento algum. Nem eles. Na verdade, estamos cumprindo o nosso papel, nesse embate ideológico e cultural.

Por exemplo, houve cerceamento da liberdade de imprensa numa fase do processo e era indispensável. O pessoal de esquerda tinha uma maneira peculiar de ver as coisas, mistificando-as, com muita facilidade. Depois, a imprensa ficou totalmente liberada. Quando se encerrou o período revolucionário, em 1985, a liberdade de imprensa era total.

Ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis etc.) praticadas por extremistas

Eles queriam tomar o Poder de qualquer maneira. Foi o maior erro que cometeram. Se queriam o Poder, não deveriam seguir aquele caminho. O outro caminho, o democrático, eles não sabiam seguir. Perderam.

Nossa reação a essas ameaças mostrou a capacidade de adaptação dos militares brasileiros às circunstâncias adversas. Se fôssemos ficar perplexos, ou com medo, eles teriam dominado. Reagimos, firme e adequadamente, e soubemos nos adaptar às circunstâncias, o que acho muito importante.

Críticos da Revolução: a falta de diálogo provocou a decisão da esquerda de partir para a luta armada

Discordo, totalmente. Eles é que não queriam o diálogo. Queriam assumir o Poder de qualquer maneira, de modo que não havia muito sobre o que conversar.

Necessidade do AI-5

Penso que o AI-5 foi necessário. Poder-se-ia evitá-lo, se os acontecimentos, que mereciam uma condução melhor, não tivessem se agravado. No quadro de evolução política daqueles dias, como as coisas estavam acontecendo, foi preciso editá-lo, para completar a Revolução.

"Ditadura militar", "anos de chumbo" etc.

Essas expressões foram cunhadas, com muita competência, pelas esquerdas. São meros instrumentos de guerra psicológica. Elas criam essas expressões e, depois, ficam batendo, batendo, para que penetrem nas mentes das pessoas.

Por isso, é necessário ressaltarmos, permanentemente, a índole democrática do povo brasileiro e a preocupação inalterável das Forças Armadas com a preservação da democracia, no Brasil.

Permanência da Revolução

A Revolução poderia ter demorado menos tempo, tendo em vista o nosso propósito primeiro de corrigir o rumo dos acontecimentos, que estava se desvian-

do, perigosamente. Retomado o caminho certo, poder-se-ia deixar o País seguir o seu traçado original, normalmente. Mas, aconteceu que eles partiram para a luta armada, para derrubar o Governo, a qualquer preço, a qualquer custo. Não tivemos outra alternativa a não ser reagir, como fizemos.

O Presidente Geisel poderia, até, ter encerrado o ciclo revolucionário. No entanto, ele deve ter sentido que, ainda, era preciso manter os instrumentos da Revolução. Então, deixou para o seu sucessor, a tarefa de completá-lo.

Vantagens auferidas pelas Forças Armadas, durante o período revolucionário

Acho esta afirmação até risível, haja vista as carências que todos sofremos no plano pessoal e no plano familiar. Mesmo a Instituição Força Armada não obteve qualquer benefício. Não nos aproveitamos, afinal!

Avaliação dos 20 anos de governos da Revolução

Os governos da Revolução foram altamente benéficos para o desenvolvimento do País, sobretudo se analisarmos segundo uma perspectiva histórica. A democracia esteve seriamente ameaçada, antes de 1964, e a Revolução eclodiu para combater essa ameaça. Após algumas escaramuças, reconduziu o Brasil ao regime democrático que, a partir de 1985, vivemos na plenitude.

Influência da conjuntura internacional sobre a abertura política

De certo modo, a conjuntura política internacional influiu positivamente. Com a consolidação da democracia em outros países, sobretudo aqui, nos nossos vizinhos mais próximos, criou-se a expectativa para que déssemos a nossa contribuição de ordem democrática.

Avaliação da abertura política feita pelo Presidente Geisel

A orientação do Presidente Geisel estava fiel ao ideário que nos conduziu à Revolução de 1964. Era natural isso, até porque permanecia em consonância com os objetivos iniciais e que permaneceram os mesmos, até o término da fase revolucionária.

Desgaste da imagem da Revolução como conseqüência da atuação política e dos resultados econômicos do último governo dito militar

Acho que não ocorreu esse desgaste, quanto à Revolução. O Governo Figueiredo pode tê-lo sofrido, talvez, bem como as conseqüências, especialmente em termos de mídia, pela demora excessiva dos governos militares em encerrarem o ciclo. As crises econômicas, originadas dos chamados "choques do petróleo", de 1973 e 1979, atrapalharam muito a economia. Mas, é importante sempre acentuar, a Revolução não perdeu seu brilho, nem o objetivo, que era a preservação do regime democrático, no Brasil.

O radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, em face da queda do Muro de Berlim. Situação do comunismo na atual conjuntura

O comunismo realmente sofreu um sério revés na Rússia, onde se originou, mas o totalitarismo marxista permanece até hoje, e não podemos nos esquecer desse fato. O exemplo marcante é Cuba que, ali, junto dos Estados Unidos, continua a existir e a declarar-se um país comunista.

A imagem das Forças Armadas e seus elevados índices de aceitação junto à sociedade

Os índices elevados de aceitação das Forças Armadas, particularmente do Exército, em pesquisas de opinião, evidenciam o reconhecimento da sociedade à atuação das Forças Armadas, em 1964. Revela uma consonância, um encontro de ideais, entre a sociedade e as Forças Armadas brasileiras.

A opinião pública reconhece a sinceridade e a correção dos nossos propósitos.

Dificuldades enfrentadas para a implantação dos governos revolucionários. Como foram vencidas as pressões de políticos civis que ambicionavam o Poder

Os cargos que ocupei no Governo Federal, logo que se iniciou o período revolucionário, permitem-me falar sobre as dificuldades enfrentadas para a implantação daqueles governos e a superação das pressões dos políticos civis que ambicionavam o Poder. O político civil é muito maleável. Ele se adapta às circunstâncias para não perder as oportunidades de acesso ao Poder. Inicialmente, a escolha do General Castello para o exercício da Presidência teria contado com uma certa aquiescência desses líderes políticos. Ele não pensava em assumir o Poder. Foi escolhido o primeiro presidente revolucionário pelos próprios políticos, graças ao prestígio do seu nome, à correção com que sempre pautou suas atitudes e ao respaldo das Forças Armadas. Já era um nome conhecido.

Depois, houve uma certa dificuldade, com as ambições de alguns, por exemplo, o Governador Carlos Lacerda. As mesmas foram, de certo modo, contidas, devido ao próprio desenrolar da Revolução.

Como comentei acima, os civis têm certa facilidade em sentir isso. São políticos. Acostumaram-se a perceber a direção e o rumo das correntes de opinião. No início, houve uma certa disputa de Poder. Souberam se adaptar e nós militares soubemos preservar o sentido das coisas, sem que nos desviássemos para o totalitarismo, o domínio do Poder absoluto, ou deixar o País mergulhado na desordem. Procuramos o equilíbrio e chegamos ao fim. Cumprimos o objetivo de 31 de Março de 1964.

Importância do SNI

Após o término do período revolucionário, logo que puderam, os políticos investiram contra o Serviço Nacional de Informações (SNI), utilizando uma série de acusações e afirmações inverídicas, a respeito de sua finalidade e do desempenho de seus integrantes. Depois de sua extinção, foi criado um outro órgão, com os mesmos objetivos. Por minha experiência no SNI, entendo que o Serviço foi muito importante, em especial para a condução das relações com os outros países. Estou seguro que sim. Não há país que possa prescindir de um órgão de informações para orientar as ações de governo. Eu dizia aos meus companheiros do SNI: "A informação é a primeira barreira, a primeira linha de defesa da democracia contra o comunismo." Saber dos fatos antes que eles ocorram e, assim, poder adotar as contramedidas necessárias, só é possível pela informação.

O SNI se manteve dentro dessa linha. Assim, o encontrei. Como não trabalhara anteriormente em informações, fiquei agradavelmente surpreso, pois não esperava um órgão tão bem organizado e com quadros, igualmente, preparados, cumprindo a sua missão com toda a correção.

Evidentemente, ocorreram erros. Alguns fatos, eventualmente, poderiam ter sido tratados de maneira diferente.

Digo mais o seguinte, o órgão com o nome de SNI, o órgão de informações, nunca deixou de existir. Ele mudou de nome por duas razões. Uma, porque o Presidente Collor percebeu ser o SNI um órgão emblemático dos governos da Revolução e imaginou: "Vamos acabar com essas informações; assim, estaremos derrubando os militares." A outra, pelo interesse escuso daqueles que tinham muita coisa para esconder e guardavam receio da eficiência de um órgão de informações.

Mensagem final

O que posso dizer, à guisa de síntese final, é que as Forças Armadas sentiram o momento de agir, na defesa da democracia no Brasil, e o fizeram na medida adequada, não tenho dúvidas. Preservamos as nossas tradições democráticas, que vêm de longe, das raízes de nossa História. A ação das Forças Armadas evitou uma guerra civil em nosso País.

As correntes de esquerda não souberam compreender aquele momento histórico e partiram para a luta armada, a agressão. Abdicaram da grandeza da pacificação dos espíritos e de pugnar por suas idéias no campo da democracia. Nesse ponto, as esquerdas erraram. Não reconheceram a derrota e, muito menos, quiseram contribuir para a construção do futuro da Nação. Elas são sempre negativas. É uma pena.

General-de-Divisão Octávio Pereira da Costa

- Natural da Cidade de Maceió, AL.
- Último posto na carreira: General-de-Divisão.
- Participou da Campanha da Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944/45, como S/2 do I Batalhão do 11º RI – Regimento de São João Del Rei.
- Foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou o Grupamento de Elementos de Fronteira, na Amazônia, e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP) do Exército, no Rio de Janeiro, ambos como Coronel.
- Serviu, em 1961, no Gabinete do Ministro da Guerra, General Denys, e, em 1974, no Gabinete do Ministro Sylvio Frota.
- Foi Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), no Governo Médici.
- Como General, foi Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército (EME), Comandante da 6ª Região Militar, Secretário-Geral do Exército, Diretor de Especialização e Extensão e Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa.
- No exterior: Membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), da ESG.
- Em 1964, quando o Movimento eclodiu, estava na Escola de Estado-Maior, como instrutor.

Entrevista realizada no dia 22 de agosto de 2000.

Participo, com bastante satisfação, por meio desta entrevista, do Projeto de História Oral do Exército, sobre o Movimento militar de 1964. Tendo ido a ambientes civis, universitários, a fim de proferir conferências e palestras, e escrito artigos de jornal, depois da Revolução de 1964, esta é a primeira vez que falo à minha Instituição. Já tive até oportunidade de fazer depoimento deste tipo, ao projeto do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.

Temo que possa, por qualquer forma, frustrar as expectativas dos que me convidaram para o Projeto. Esse temor decorre do fato de que, há 18 anos fora da caserna, tenho, hoje, visão muito crítica de todos esses episódios de minha vida militar. Sou uma pessoa que, ao longo da carreira das armas, sempre soube combinar, com absoluta propriedade, os deveres do soldado com os deveres do cidadão. Sempre soube ser soldado, fui soldado até o último dia da minha vida militar, mas também profundamente cidadão.

Não sou formado pelo Colégio Militar. Fui aluno de colégio civil, o Pedro II. Fui para a carreira militar, portanto, com uma visão muito civil da vida. Ambientei-me, totalmente, à profissão militar. Jamais quis afastar-me dela, e a ela tenho sido fiel durante toda a existência. Posteriormente, ao passar para a reserva, cheguei a trabalhar na iniciativa privada, num grande grupo brasileiro, na área de mineração. Presenciei outras realidades, vi outras maneiras de proceder e possuo, hoje, uma visão muito crítica. É bem verdade que, antes, sempre tive as minhas próprias perplexidades, algumas vezes até as manifestei.

Considero apropriado dizer que presto esse depoimento, com absoluta honestidade de propósito e sinceridade, sobretudo, com total fidelidade à minha origem castrense, razão da minha vida, visceralmente militar. Disse uma frase, que se encontra em alguns quartéis de nossa Força, na qual afirmo que "a farda não é uma veste como outra qualquer, é uma outra pele que adere, irreversivelmente, para sempre, à nossa própria alma". É com essa visão do meu posicionamento militar, que dou este depoimento, dizendo exatamente aquilo que penso, quaisquer que sejam as frustrações que possa levantar.

Parece-me importante, preliminarmente, tecer algumas considerações genéricas sobre a vida militar, sobre a sociologia militar; antecedentes à explanação que faço, com nitidez e sem qualquer tipo de escapismo, até com veemência.

Primeiro, gostaria de dizer que a minha vida, até aqui, compreende 80 anos. Desses 80 anos, vivi 36, em períodos autoritários, fossem os de Vargas, fossem os de 1964; ou seja, 45% da minha vida. Por outro lado, a minha carreira militar, iniciada com o ingresso na Escola Militar do Realengo, em 1939, e terminada em 1982, na Vice-Chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa, durou 43

anos; desses 43 anos, vivi 24 anos em regime autoritário, ou seja 56% da minha vida militar foram passados nessas condições.

Feita esta consideração, importante para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro de uma corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. Digo, por exemplo, que é difícil a um jornalista, que vive dentro do seu jornal, compreender o que seja a vida no ambiente militar. Por outro lado, é muito difícil a um militar que vive a vida toda dentro da sua corporação, cujos amigos são militares e, às vezes, seus pais e sua família são militares, compreender o que se passa nas áreas universitárias, ou nas redações dos jornais. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas e, sobretudo, a corporação militar. A farda não é uma veste qualquer, é uma outra pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente.

Como decorrência de minhas leituras sobre sociologia militar, sintetizaria, num esquema, como podem ser as Forças Armadas de quaisquer países, em quaisquer épocas. As Forças Armadas, basicamente, podem ser profissionais. O que são Forças Armadas profissionais? São aquelas a serviço do estado de direito. Cumprem o que as instituições, no estado de direito organizado, lhes determinam. Exemplo clássico são as corporações armadas das nações desenvolvidas, das nações industriais, como os Estados Unidos da América do Norte.

O outro tipo de instituições armadas são as pretorianas. O que são Forças Armadas pretorianas? São aquelas que, vez por outra, intervêm na vida do país, participam dos acontecimentos políticos. Executam uma ação de intervenção e, mais adiante, se submetem ao Poder civil voluntariamente.

A terceira forma são as Forças Armadas cesaristas, ou seja, a serviço do césar – um exemplo claro tivemos durante o Governo Vargas. Vargas era o nosso césar, o nosso pequeno césar. Outro exemplo, a fujimorização. Há pouco tempo, as Forças Armadas peruanas estiveram a serviço de Fujimori (Alberto Fujimori, ex-Presidente do Peru). Há outros exemplos pela história afora, mas estes me parecem bastante ricos.

E, finalmente, a quarta forma: Forças Armadas no governo, ou seja, governos militares, regimes militares, forma última e acabada de intervenção militar.

Recapitulando: Forças Armadas profissionais, pretorianas, cesaristas e, finalmente, o militarismo. Ao longo da nossa História, seja no Império, seja na República, fomos, quase sempre, profissionais, majoritariamente pretorianos, um pouco cesaristas e, finalmente, chegamos a ser, algum tempo, militaristas. Essa é a esquematização que gostaria de fazer, para chegar até onde quero.

O autoritarismo militar foi plantado, em nosso País, pelo colonizador português. O capitão da Capitania Hereditária, ou o bandeirante, era, basicamente, um chefe militar, além de juiz, administrador e coordenador de todos os assuntos. Esse autoritarismo prosseguiu ao longo da nossa História. Gostaria de assinalar, para que sejam bem compreendidos os fatos que se passaram posteriormente, que a coisa mais terrível que afetou o Exército Brasileiro, ao longo de toda a História do Brasil, foi o decreto que instituiu a Guarda Nacional, em 1831, na Regência, preterindo o Exército.

A Guarda Nacional, a serviço das oligarquias rurais, decididamente a serviço das oligarquias rurais, tinha prioridade para o recrutamento militar. Os melhores eram levados para a Guarda Nacional, e restava, ao Exército regular, buscar os seus homens na plebe, nas massas populares. E isso que, realmente, foi um desprimor em relação ao Exército; por outro lado, resultou, afinal, extremamente favorável, no sentido de que, nas suas origens mais remotas, a Força Terrestre é eminentemente popular.

Foi com essa deficiência básica de recrutamento, de preparação, que o Exército enfrentou as revoluções do tempo regencial, e, depois, chegou às lutas externas e à nossa grande guerra externa, a Guerra da Tríplice Aliança, onde se viu em situação dificílima, ao enfrentar o inimigo organizado, no seu território, determinado, disposto a sofrer as últimas conseqüências.

O Duque de Caxias, o nosso Patrono, em determinado momento da campanha, interrompe as operações, e nesse interregno, realiza imenso esforço de reorganização, sem aceitar mercenários que lhe eram oferecidos. Incorpora negros, escravos, descendentes de escravos, e os submete à disciplina que ele sabia manter em suas fileiras. É aí, nesse momento fundamental, que Caxias prepara o Exército para a vitória, para o depois e para o sempre. Gostaria de ler, a esse respeito, um trecho de autor inteiramente neutro, pelo contrário, homem até de esquerda, San Tiago Dantas:

"Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos de classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, desde 1874, a Escola Militar."

San Tiago Dantas reconhece que foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou estabilidade e coesão internas, graças àquela grande reorganização de Caxias.

Outro autor, também de esquerda, grande pensador militar, a quem não damos o devido relevo, Nelson Werneck Sodré, afirma:

"O Exército que surge da Guerra do Paraguai é força nova na vida do País, não mais será relegado a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel secundário na vida do País."

E eu repito aqui o que já disse alhures, em conferência e artigo, porque isso se encaixa perfeitamente nesta sorte de considerações:

"Esse sopro de participação na vida vem de uma jovem oficialidade, originária de uma classe média urbana emergente, marcada pelo desafio de romper com os dogmas da aristocracia rural – aristocracia rural que queria a Guarda Nacional, que dava prioridade à Guarda Nacional."

"Constitui-se então, a partir daí, o Exército como um dos principais motores das grandes transformações político-sociais ocorridas no Brasil, no fim do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX – daí, a participação do Exército, ao influxo das idéias que promanam da Escola Militar, na Questão Religiosa, na Questão Militar, na Abolição, e afinal, na Proclamação da República."

Agora sou eu que escrevo: "Quando as oligarquias rurais, refeitas dos golpes sofridos com a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, retomam o primado do poder político, sob a forma da 'política de governadores', da política do 'café-com-leite', o Exército volta a ser o grande motor das transformações político-sociais, sob a forma legendária do tenentismo."

Gostaria de lembrar, então, que, a partir da Guerra do Paraguai, o Exército encarna um novo papel, o de substituir o próprio poder moderador do Imperador, já em pleno declínio. No momento mesmo em que emerge das transformações político-sociais do País, o Exército é essa força nova, já que a Marinha não é bem o caso, porque era uma instituição claramente monárquica. A força nova é o Exército, que tem sangue de negro também nas suas fileiras, um Exército diversificado, amálgama de tanta gente, de todas as origens. Quando o Exército surge com esse papel, investindo-se em uma nova figura de poder moderador, é a hora do declínio da monarquia, o seu fim. Basta ver que, depois da Guerra do Paraguai, irão decorrer apenas 19 anos até a sua queda.

Eis que coincide a emergência de um Exército renovado, popular, nitidamente representativo das classes médias urbanas, contrário às oligarquias rurais, com o momento em que a monarquia está em pleno ocaso. Daí, então, os militares proclamam a República, não propriamente por intermédio de uma revolução, e sim de um golpe de Estado que substitui o regime monárquico pelo regime republicano. Seguem-se as reações naturais, após todo golpe de Estado. Surgem as

figuras de dois militares, que não são governantes civis, mas, claramente, governantes militares: Deodoro e Floriano. Cabe a essa extraordinária figura de Floriano, que é o pai do nacionalismo brasileiro mais puro, e que se tornou o Consolidador da República, sufocar todas as reações saudosistas, dos pretensos defensores da monarquia, e outras quantas que surgiram, até mesmo as incompreensões dentro da outra Força Armada, a Marinha.

Floriano, "pulmão de ferro", exaure as suas energias, e só sai da cena política, praticamente inválido. Chega a dizer, quando os nacionalistas militares apelam para ele: "Sou um inválido da Pátria." E é, no momento em que esse grande soldado se considera um inválido da Pátria, que começa o poder civil, por meio de Prudente de Morais. Voltam as oligarquias rurais. Volta a política dos governadores. Volta o poder dos grandes estados da Federação.

De passagem, quero dizer que, na Constituição – a primeira constituição republicana, quando se define o papel das Forças Armadas – surge, também pela primeira vez, na história das nossas constituições, repetindo-se, a partir daí, em todas elas, até hoje, a expressão "Instituições Nacionais Permanentes". Por que permanentes? Era o velho complexo da Guarda Nacional, o velho receio de que chegasse o dia em que as oligarquias rurais quisessem extingui-las. As oligarquias voltariam a ter as milícias a seu comando, milícias inteiramente disponíveis para todos os seus propósitos, para todos os seus objetivos.

Foi, então, na Constituição de 1891, que apareceu, pela primeira vez, essa expressão irreversível – "Instituições Nacionais Permanentes". É aquela velha verdade: muitas vezes afirmamos para negar e negamos para afirmar. Assim, o legislador colocou essa expressão, e ela prosseguiu em outras Cartas e diplomas, tendo chegado, intacta, até hoje. Esse episódio da criação da Guarda Nacional, essa surda oposição das oligarquias rurais ao papel de uma Força Armada, como o Exército, eminentemente popular, eminentemente democrática, representativa do povo, no que ele tem de mais representativo. Tudo isso mostra como as oligarquias sempre viram no Exército uma ameaça. Representante lídimo das novas classes urbanas, das classes médias, dentro do incipiente processo de industrialização brasileira e de um processo de urbanização, que começou a ser feito a partir dos primeiros anos da República – o Exército viveu os dias da famosa República Velha, até 1930; sempre atento aos passos das oligarquias rurais e estaduais.

É contra essas oligarquias rurais e estaduais que se levanta, outra vez, a mocidade militar, num movimento pretoriano, investindo-se do papel de poder moderador, que julgava ter herdado do Império. O Exército se auto-intitulara um verdadeiro poder moderador, capacitado a realizar intervenções periódicas. Sen-

do profissional, esse poder moderador também era pretoriano, porque, vez por outra, sentia a necessidade de intervir, para melhor ordenar os rumos do País.

Nesse tempo, prosseguem os desmandos, os descaminhos, os desvios e as mazelas do tempo da Monarquia, sobretudo as de natureza econômica. Ocorrera a libertação dos escravos, mas o trabalho no Brasil era, praticamente, uma continuação do trabalho escravo. E havia problemas de toda natureza, como, por exemplo, os vícios da legislação eleitoral.

Isso tudo amadureceu um pensamento militar reformista, o pensamento dos famosos "tenentes" – o tenentismo brasileiro – que gerou várias vertentes. Desaguou na Coluna Prestes; desaguou no cesarismo de Vargas, mas se manteve fiel às suas origens. Por outro lado, vimos uma parte desse pensamento tenentista, decepcionado com os rumos da política brasileira, voltar-se até para a extrema direita, os tenentes que desaguaram no integralismo. A maioria dos tenentes, no entanto, ficou com Vargas e patrocinou a sua aventura cesarista. Uma outra parte enveredou por uma doutrina diferente, equivocadamente, lamentavelmente, desgraçadamente, com o surgimento da figura de Luís Carlos Prestes que, depois da sua legenda heróica de "Cavaleiro da Esperança", embebeu-se de leituras de natureza marxista, e chegou à conclusão de que o Brasil deveria tomar rumos totalmente diferentes.

Com o maior espírito de compreensão, devemos entender todas as posições. Devemos negá-las, combatê-las, mas compreendê-las, sobretudo, compreender alguém como ele, e como outros, que deram a sua vida por uma idéia, por pior que fosse essa idéia. Sacrificaram-se por ela e, por isso, merecem o nosso respeito.

Outros tenentes acompanharam Vargas na sua aventura cesarista, inclusive Juarez, Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães. Vargas, com a sua sabedoria política, transformou esses tenentes em chefes de estado regionais. Dessa forma, criaram-se as dinastias militares. No Norte, no Pará, os Baratas. Na Bahia, os Magalhães, o Juracy. No Ceará, os Távoras. Em Mato Grosso, os Müller. Em Sergipe, os Maynard Gomes. E tantos outros por aí. Todos esses filhos do cesarismo, tudo isso veio do "barco" do tenentismo, que "ancorou no porto" do cesarismo varguista.

Outros, também, lamentavelmente, enveredaram pelo totalitarismo de direita. Temos bons exemplos: Severo Fournier, Newton Cavalcanti. O próprio Filinto Müller, foi cesarista, mas era muito à direita, extremamente à direita. O Freitas Rolim, grande figura humana, grande soldado, mas integralista, determinado em suas convicções. Tenho por todos o maior respeito, porque desejavam o bem do seu País, o bem do seu povo, mas trilharam caminhos equivocados.

Eis que chegamos à Revolução de 1930, ou melhor, ao golpe de Estado de 1930, posto que também não foi, não se pode dizer que tenha sido uma revolu-

ção. Vargas, com a sua sabedoria política, transforma os tenentes em governadores de Estado. Esses governadores criam suas próprias oligarquias. Até hoje existem remanescentes, como a dos Magalhães na Bahia. O Juracy está nos seus últimos dias de vida em Salvador, mas os seus filhos ainda estão aí. Seu neto ainda está no Congresso. Há outros casos de remanescentes dessas oligarquias.

Vive-se o período de Vargas, o qual faz alguma coisa próxima do que seria um propósito revolucionário, modifica a legislação eleitoral, modifica a legislação trabalhista. Surge um trabalhismo estatal, inteiramente vinculado às ordens do Chefe de Estado, mas, de qualquer maneira, a legislação trabalhista mudou muito, é a primeira grande coisa que se faz no período republicano, em favor das classes trabalhistas.

Finalmente, em 1937, Vargas, apoiado por muitos militares – dizem alguns autores que até encarnando a vontade de alguns militares mais radicais, que com ele se reuniram no dia 27 de setembro – dá o tal golpe de Estado de 1937, e cria o Estado Novo. O Estado Novo só não recolheu reações mais vivas, a não ser a do Movimento Integralista de 1938, porque, logo a seguir, começou a Grande Guerra Mundial, que, conseqüentemente empenhou o Brasil no esforço de guerra, inicialmente um esforço civil, depois um esforço militar. Em nome da guerra, nada se fez contra o Estado Novo de Vargas e, por isso, durou mais oito anos.

Com a volta da Força Expedicionária Brasileira e com a abertura que se seguiu a essa volta, os militares compreendem que é chegado o fim do período de Vargas, por eles deposto em 29 de outubro de 1945. Começa aí – é onde desejo chegar – um dos períodos mais marcantes da vida brasileira. A vida política brasileira estará dividida, a partir de então, em dois grandes grupamentos: varguistas e antivarguistas.

Primeiro, há uma solução de compromisso, uma coalizão para a eleição de Dutra, que vence Eduardo Gomes. Sobe ao Poder o General Dutra – que era um Ministro de Vargas, mas já não concordava com ele. Faz um governo, do ponto de vista constitucional, modelar. Expurga o Partido Comunista da legalidade. Começa, então, a disputa tremenda entre varguistas e antivarguistas.

A Constituição de 1946 foi feita sob o signo da coalizão; no entanto, a partir de então, a vida política brasileira prossegue sob o signo do confronto, o confronto entre varguistas e antivarguistas. O confronto continua até depois de morto Vargas. Quando, recentemente, o Presidente Fernando Henrique disse que era o fim da Era Vargas, realmente tinha alguma razão. Só muito recentemente findou a Era Vargas, porque, até então, remanesciam varguistas e antivarguistas.

O que se passa então? Primeiro, é preciso ver esta verdade: a grande e nefasta colheita de todo o regime autoritário é a safra de maus políticos que

permanecem mesmo após o seu término. Por quê? Porque os cortes das instituições e o desestímulo à formação de lideranças, fazem com que a safra de depois do regime autoritário seja da pior qualidade. Entenda-se, então, que o populismo brasileiro é filho do ocaso da ditadura de Vargas. Surge o populismo brasileiro com Goulart, com Brizola, com Hugo Borghi, com Jânio Quadros. Esse é o nosso populismo, nefasta safra que se segue ao regime autoritário. Maus políticos, sem compromisso com os verdadeiros interesses do povo e do País.

As pessoas estão, hoje, distantes desse tempo, mas lembraria que nas primeiras eleições, depois de Vargas, ele se elegeu por todo o País. A legislação permitia que um candidato representasse mais de um Estado. Elegeu-se deputado e senador por vários estados da federação, pelo Rio Grande do Sul, por São Paulo, pelo Rio, por Pernambuco, e, conseqüentemente, trouxe, atrás de si, por "enxurrada", os beneficiários de suas "sobras" eleitorais. Elegia-se com centenas de milhares de votos, que era a dimensão daquela época. Isso também decorria da tremenda propaganda do seu regime ditatorial, com o famoso DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

Lembro-me desse tempo, quando alguns verdadeiros cafajestes se elegiam com um cartaz, contendo um retrato ao lado de Vargas, dizendo: "Vote em fulano, disse Vargas." Isso é regime? Eram os varguistas voltando ao Poder, e foi o que se passou, logo depois, em 1950. Vargas volta ao Poder ressentido, envelhecido, e chega ao paroxismo o confronto entre varguistas e antivarguistas.

O Governo de Vargas já é mais próximo de nós, todos nos lembramos dele, do governo constitucional de Vargas: os desmandos; a situação econômica; o populismo desenfreado, sua guinada para a esquerda. Getúlio, que estivera à direita, amigo íntimo de Mussolini, agora estava à esquerda, profundamente antiamericanista, um nacionalismo jacobino, demagógico. Trazia algumas figuras novas, como esse verdadeiro filho "postiço", que era João Goulart. Vargas volta ressentido, vingativo, com grandes queixumes das Forças Armadas, particularmente, do Exército. Mas o seu Governo termina com aquele tiro terrível, aquele suicídio brutal, quando já era inteiramente impopular.

Recordo-me da corrida do Grande Prêmio Brasil de 1954, nos primeiros dias de agosto. Encontrava-me presente ao Hipódromo da Gávea, quando entrou Getúlio Vargas. Como sempre, vinha, demagogicamente, de carro aberto, pela pista, por onde cavalgavam os grandes parelheiros. A novidade é que Vargas passa debaixo da mais ensurdecedora vaia, que me lembro de ter ouvido, mesmo num campo desportivo. Não me esqueço dessa vaia terrível. Logo depois, precipitaram-se os acontecimentos, com aquele episódio do crime da rua Tonelero, envolvendo um personagem das

Forças Armadas, Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. Veio, então, a instauração do inquérito, na Base Aérea do Galeão, a chamada "República do Galeão".

Nessa ocasião, professor da Escola de Estado-Maior, tinha as minhas perplexidades, via aquele movimento todo, estava solidário com os meus companheiros, mas perguntava, a mim mesmo, em que poderia dar tudo aquilo? Não poderia resultar em boa coisa.

Aquelas ruidosas assembléias dos clubes militares, a famosa "República do Galeão", afinal, tudo resultou num tiro derradeiro, no suicídio de Vargas, e na reversão brutal da história recente. Houve a reversão de todas as expectativas, a carta-testamento, a marcha sofrida e chorosa, pelas ruas da Cidade, pelo Flamengo, levando o corpo para a despedida final no aeroporto Santos Dumont, no rumo aos seus pagos, em São Borja.

Ressuscitam, então, todos os varguistas antes intimidados. Os antivarguistas procuram acobertar-se e silenciar, pois a avalanche varguista é tremenda. A bala do suicídio e a carta-testamento reverteram tudo. Alteraram, em poucos instantes, o curso da história, que parecia favorecer os correligionários da UDN, que eram os adversários de Vargas. Os antivarguistas perdiam a cartada final.

Seguem-se os episódios da interinidade de Café Filho, de Carlos Luz, de Nereu Ramos. Foram feitas todas as tentativas para evitar que o Poder, que chegara, pelo suicídio, às mãos de um antivarguista, que era Café filho – cercado, basicamente, de antivarguistas, entre eles o futuro Presidente Ernesto Geisel, os irmãos Geisel, e de tantas outras figuras extraordinárias da vida militar, todos antivarguistas – voltasse às mãos de um varguista. Houve um esforço imenso, mas infrutífero.

Veio Juscelino Kubitschek, eleito, basicamente, por todos os varguistas. Era em nome da carta-testamento que ele surgia, tendo a seu lado o herdeiro político de Vargas, João Goulart, como Vice-Presidente da República. Sobe, amparado pela mão firme de um grande chefe militar, quaisquer que sejam as restrições que possam ser feitas a ele. Henrique Lott, fiel às suas convicções e às suas posições – pessoalmente, eu não tinha por ele a menor simpatia, mas devo reconhecer que foi uma figura admirável, na defesa dos seus pontos de vista. Posicionou-se pelo que chamava de legalidade, deu posse a Juscelino. Mais tarde viriam algumas reações militares; em 1956 – Juscelino foi eleito em fins de 1955 – houve a revolta de Jacareacanga, desencadeada por oficiais da Aeronáutica, tentando impedir a posse de Juscelino, mas Lott assegurou-a, e se tornou o condestável da república varguista sob Juscelino Kubitschek.

E Juscelino, com a sua simpatia, com a sua moderação, com o seu gênio político, a sua maneira bem brasileira, bem mineira de ser, tentou, de todas as

formas, enterrar Vargas, sepultar de vez Vargas. Embora eleito por Vargas, tentou sepultá-lo.

Penso que conseguiu fazê-lo com um gesto de prestidigitação, o deslocamento da Capital do País, do Rio de Janeiro para Brasília. Era um fato novo, um grande momento de comunicação, um momento cultural extraordinário, a "capital no Planalto Central", a "marcha para o oeste". Penso que a real motivação de tudo isso era o "vamos esquecer Vargas". Uma nova liderança surgia, a de Juscelino Kubitschek, que, até hoje, fascina tantos políticos brasileiros, que fez um governo de moderação, equilibrado, voltado para o desenvolvimento e voltado para as classes empresariais, favorecendo-as de tal maneira, que se pode dizer ter nascido aí o grande empresariado brasileiro.

Nesse aspecto, é oportuno fazer uma pequena reflexão. O Poder é um quadrúpede, o Poder tem quatro patas: a "pata" política, a "pata" econômica, a "pata" social e a "pata" militar.

Normalmente, a sabedoria do governante está em ter uma "pata" firme, de sua predileção, na qual possa sustentar-se, e procurar equilibrar-se nas outras. Juscelino não tinha "pata militar", pelo contrário, ele sabia que tinha grandes dificuldades de conviver com a área militar, apesar de ter também os seus simpatizantes, mas não era a sustentação de sua predileção. O que ele fez então? Tinha sustentação política, porém não era uma figura popular como Vargas. Não podendo sensibilizar a área social, procurou criar uma sustentação econômica. E foi então, com os seus dois pólos de sustentação, o econômico e o político, que Juscelino conseguiu levar o seu Governo até o fim, e inserir-se na História do Brasil como um grande momento da vida brasileira.

Se a admiração por Juscelino cresce incessantemente, há quem o veja de forma diferente. Jacob Gorender, o marxista-leninista brasileiro mais lúcido que existe, tem um admirável livro, *O Combate nas Trevas,* sobre a luta armada, absolutamente imperdível, de sinceridade e isenção totais. Considera o Governo de Juscelino o pior de toda a história do País, por ter sido o mais entreguista que teria havido. Gorender tem suas razões, demonstradas no seu grande livro. No entanto, até hoje, permanece a legenda do Juscelino Kubitschek. Os atuais governantes procuram copiá-lo, gostariam de ser um novo Juscelino. Não chegam a ser, mas gostariam.

Seu imenso esforço nos campos da energia elétrica, das estradas, da mudança da capital, da implantação da indústria automobilística, exauriu economicamente o País. Diante de uma inflação brutal, sua sucessão passou a ser dificílima, e foi equacionada em termos de um chefe militar. Por que um chefe militar?

Por que Henrique Lott? Porque era a maneira de assegurar que o eleito tomaria posse. Um chefe militar respeitado, temido, tomaria posse.

Note-se que até para a sucessão de Juscelino houve reações militares. Quais? Quando Jânio Quadros, na suas marchas e contramarchas, nas suas idas e vindas, um dia anunciou que não era mais candidato, os militares antivarguistas, que tinham adotado a sua candidatura, porque queriam um antivarguista outra vez no Poder, partiram para a loucura de Aragarças, chefiados pelo meu colega de turma, o Burnier, recentemente falecido.

Foi Burnier quem levantou o foco subversivo de Aragarças, mas não obstante isso, logo depois, Jânio Quadros voltou a ser candidato, se elegeu, e os antivarguistas pensaram que estava tudo resolvido – que era a sua hora – que o Poder estava com os antivarguistas, que o populismo varguista estava inviabilizado.

Acontece que, em plena pregação de Lacerda – um dos maiores panfletários do País – contra os descaminhos e as tonteiras de Jânio Quadros, o Presidente surpreende a Nação com a sua renúncia, em agosto de 1961.

Considero a renúncia de Jânio Quadros – encontrava-me no Gabinete do Ministro da Guerra, General Denys, aqui, nesta casa (o entrevistado refere-se ao atual Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde, à época, funcionava o Ministério da Guerra, já em processo de transferência para Brasília) – o momento mais difícil da vida brasileira, que vivi. Estávamos, realmente, à beira da guerra civil, o Sul contra o resto do País – pior do que São Paulo, muito pior do que em 1932. Era uma situação dificílima, terrível. Por quê?

Porque, devido a uma legislação que permitia a eleição de um candidato a Presidente, por um partido, e um candidato a Vice-Presidente por outro, tinha ocorrido essa verdadeira loucura, um Presidente antivarguista e um Vice-Presidente varguista. Era esse o nosso quadro: um Vice-Presidente varguista, João Goulart, muito mais à esquerda do que Vargas, muito mais seduzido pelas pregações sindicalistas e ruralistas do que o próprio Vargas.

Quando da renúncia, esse Vice-Presidente estava visitando a China, que, até então, era um verdadeiro tabu, a China comunista, de Mao Tsé-Tung. Então, o General Denys e os outros ministros, tomaram aquela decisão, extremamente discutível e discutida. Castello Branco, que estava na Diretoria de Ensino, não concordava e se arrepiava com a decisão de vetar a posse de Goulart. Maior interferência na vida política é difícil de ocorrer. Um pretorianismo incrível. Outra vez o poder moderador exercido pelos militares, agora pelos militares antivarguistas contra os varguistas.

E Brizola, um demagogo, jovem, com uma dialética demagógica, "partiu para cima". Levanta o Sul do País, tentando resistir. Monta a "cadeia da legalidade".

Vivi aqui dias e noites de prontidão, neste Quartel-General. Dias tensos, inesquecíveis, absolutamente inesquecíveis. Era meu confidente, nos corredores, o pai do atual Ministro Dornelles, o então Coronel Mozart Dornelles, figura extraordinária, parente de Vargas, um homem equilibrado, isento. Um homem admirável.

Afinal, os ministros militares dão o veto e o País fica numa situação dificílima, a guerra civil iminente. Inventa-se aquele "parlamentarismo de ocasião", que permite a passagem das nuvens negras. Aceita-se a solução que, evidentemente, não poderia dar certo, era incoerente, não levava a nada.

Goulart volta, toma posse, e começa o Governo mais louco que se pode imaginar. Na área militar, as suas escolhas eram absolutamente estapafúrdias, ele não entendia nada de Forças Armadas, não sabia onde estava a verdadeira inteligência militar, onde estava a verdadeira cultura militar. Escolhia as pessoas das "baias" – sem qualquer referência aos meus queridos colegas de Cavalaria – as pessoas do curral das estâncias. Eram os piores. Havia um General que tinha o apelido de "faz-tudo". Ora, um oficial que chega a General, com o apelido de faz-tudo, é uma coisa muito séria, realmente. Havia os "osvinos". Havia generais inimagináveis.

O propósito de Goulart, desde o princípio, era acabar com o parlamentarismo. Realiza-o de forma brilhante, com a campanha publicitária mais rica que se desencadeou neste País. Foi aí que apareceu o seu contra-parente Macedo, grande empresário da área de comunicação, da MPM. Enriqueceu na campanha contra o parlamentarismo. Serviu, mais tarde, a todos os governos revolucionários. Era um profissional competente, conseguiu os seus objetivos. Terminado o parlamentarismo vinha o presidencialismo, e aquele revanchismo de varguistas contra antivarguistas continuava cada vez mais aceso.

Goulart, na sua total incompetência em matéria de assuntos militares, exila para as escolas as melhores figuras do estamento militar. A Escola Superior de Guerra nunca esteve tão feliz. Floresciam nela e na Escola de Estado-Maior as melhores inteligências da área militar. Enquanto isso, ele ficava com o que havia de pior na vida militar. Esse Secretário que está aí hoje – Chuay (Eduardo Chuay) era seu Ajudante-de-Ordens. É o homem do trânsito. Basta olhar para ele. Não se precisa dizer mais nada. O Assis Brasil foi instrutor comigo na Escola de Estado-Maior, era brilhante, mas bebia demasiadamente, vivia no "mundo da lua", era um homem interessantíssimo, mas superestimava as suas possibilidades. Era o Chefe do Gabinete Militar de Goulart.

Estamos tratando do período antes da Revolução. Todos esses fatos são os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964 e vão motivar os comentários que se seguem. Meu intuito era chegar até aqui para dizer, claramente, que tudo vem

de, muito longe, vem do poder moderador exercido pelos militares, auto-exercido pelos militares. Depois do tenentismo idealista, depois da ditadura de Vargas, depois das crises que se seguiram, dos erros da legislação eleitoral, da crise de 1961, da posse, a moldura é sempre a mesma – varguismo e antivarguismo.

E não interromperia essa longa exposição, sem citar um trecho da conferência que o então, recém-promovido General-de-Brigada, Humberto de Alencar Castello Branco – pelo qual tenho a maior admiração, embora nunca tenha feito parte do seu cortejo – Comandante da Escola de Estado-Maior, futuro Presidente da República, proferiu na Escola Superior de Guerra. São palavras inesquecíveis. Corria o ano de 1955 e estávamos longe da Revolução de 1964:

"Há aqueles que recomendam, como melhor caminho para participação dos militares na recuperação do País, intervir e assumir o controle do governo. Os mais sinceros dizem que isso é necessário, devido à incapacidade das instituições políticas, para resolver os problemas da Nação. As Forças Armadas não podem, se são fiéis a sua tradição, fazer do Brasil uma outra republiqueta sul-americana. Se nós adotarmos esse regime, entraremos nele pela força, haveremos de mantê-lo pela força e sairemos dele pela força."

Nove anos depois ele seria o primeiro Presidente de um ciclo militar. São palavras que devem ser pensadas, palavras absolutamente proféticas. Não saímos pela força, por várias razões: porque os militares, globalmente, têm o sentido do equilíbrio, apesar de tudo, apesar dos excessos; e, por outro lado, porque apareceu também um outro agente da transmissão. O mais difícil é sair do regime autoritário para o estado de direito.

Em 1945/1946, saímos graças ao gênio político de Otávio Mangabeira. Criou-se o Governo de coalizão que conseguiu escrever a Constituição, bastante razoável, de 1946, bastante equilibrada, e elegeu Dutra, apesar de ter colocado, em segundo plano, a figura inesquecível de Eduardo Gomes. Foi uma maneira de sair, saímos pelos caminhos da coalizão.

Mais tarde, quem seria o agente da mudança? Quais seriam os agentes da passagem? Vários pensadores, civis e militares, se debruçaram sobre isso: como sair do regime de 1964 para o novo estado de direito, para não confirmar a profecia de Castello Branco, de que teríamos de sair pela força, como se sai de qualquer regime autoritário.

Tivemos vários artífices. Primeiro, Cordeiro de Farias, um homem treinado em vários episódios, inclusive durante Vargas. Tinha sido varguista e, depois, antivarguista. Foi General durante 23 anos – general aos 39 anos – e quem acabou com isso – os políticos esquecem – foi um homem chamado Humberto de Alencar

Castello Branco, que limitou a permanência no último posto, que limitou a permanência nos vários postos de general, criando a exigência de que o indivíduo eleito para qualquer cargo político, encerre sua carreira militar. Com isso, acabaram as carreiras paralelas do tipo Juracy Magalhães, Juarez Távora e tantos outros, inclusive o próprio Cordeiro de Farias. Foi o primeiro Presidente da Revolução quem prestou esse serviço à Nação e ao Exército, de extinguir as carreiras paralelas de militares altamente politizados.

Quem fez as tentativas? Cordeiro de Faria fez várias e ajudou muito. Outro, que era o artífice da saída pelos caminhos da coalizão, era Petrônio Portela. Esperava ser o artífice e o beneficiário. Desgraçadamente, Petrônio Portela sucumbe, se exaure na sua militância política, morre antes da hora.

Surgiu então – chegou o momento – a figura de um político matreiro, um político muito hábil, com trânsito em todas as áreas, inclusive nas áreas militares, que queria, sonhava, com a passagem pelos caminhos da coalizão. Ele imaginava uma saída sem ser pela força, mas sim pela coalizão. Quem foi esse homem? Tancredo Neves.

Havia duas correntes expressivas: a ARENA, que partiu do Movimento de 1964, e o MDB – hoje, PMDB. Irreconciliáveis. Era um bipartidarismo absolutamente "louco", porque quando você faz bipartidarismo, está afirmando: quem está comigo, está comigo, e quem não está comigo, é meu inimigo, não tem para onde ir, não tem alternativa. Então, Tancredo criou o PP, o Partido Popular, e ficou se equilibrando, numa posição intermediária, tentando conviver com isso, para ver se ajudava a passagem. Diz-se até, e tenho fortes indícios de que seja verdade – fui amigo pessoal de Tancredo e de seu filho – que ele imaginava que Frota pudesse ser o novo Dutra. Estava inteiramente equivocado, não para minimizar as qualidades do Ministro Sylvio Frota, mas porque eram temperamentos completamente diferentes, Frota não era Dutra. Frota chegou a enganar-se, a incensar-se, achar que podia ter alguma possibilidade, e isso realmente ajudou a irritação que havia entre o Planalto e o Setor Militar Urbano. É outra história que eu conheço bem.

Afinal, acabam com o PP, a legislação volta a ser bipartidarista, e Tancredo refugia-se no MDB, numa posição intermediária, que ele intitulou MDB moderado. Era o antigo PP. Nesse MDB moderado, ele foi levando os fatos, e acabou sendo beneficiário dessa transição, a tal ponto que escolheu como seu Vice-Presidente, o antigo presidente da ARENA, o José Sarney, e que estava incompatibilizado com os governantes militares.

Quando Tancredo morre antes de assumir, o Vice-Presidente era o Sarney. No pós-Revolução, com a arrancada do MDB para o Poder, a longamente esperada

"avalanche" do MDB na marcha para o Poder, comandada por Ulysses Guimarães, quem sobe ao Poder no novo regime, na Nova República? José Sarney, velho político da UDN, antigo presidente da ARENA. É um paradoxo total. O que se passa então?

A transição sonhada por Tancredo Neves, num ambiente de coalizão, é substituída, outra vez, pela via do confronto. A luta entre Ulysses Guimarães, tríplice presidente: do Partido, do Senado e da Constituinte, contra Sarney. Nesse confronto, nesse pleno confronto, que não é somente dentro do Executivo, mas é confronto de poderes, de todas as ordens – ainda restam uns resquícios de varguismo e antivarguismo, já atenuados. Esse confronto escreve a Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 foi a mais casuística de todas as constituições, só não foi pior, porque Sarney teve o bom senso de convocar, para Ministro do Exército o General Leônidas Pires Gonçalves, homem de personalidade fortíssima, meu colega de turma, admirável figura de soldado, com todos os seus defeitos pessoais. Conhecendo-o profundamente, por quatro anos, meu colega na Escola Militar de Realengo e três anos, lado a lado, na Escola de Estado-Maior, posso dizer que o Leônidas foi a pessoa absolutamente certa, para aquele difícil momento. Não fosse a sua presença no Ministério do Exército, o pós-Revolução teria sido muito pior. Ele "segurou" muita coisa; falava com aquele seu jeito "mais eu" de falar, mas falava de igual para igual, com o Ulysses Guimarães, com o Mário Covas, com essa gente toda.

Lembro-me, por exemplo – coisas do Leônidas – tenho várias anedotas sobre ele, excelentes, e vou contar uma, a esse propósito. Mario Covas acabara de ser eleito Senador, se não me engano por São Paulo, com a maior votação de senador que já houvera, na República. Encontravam-se numa recepção do Itamaraty; ao lado de Covas, estava o Leônidas, fardado, Ministro do Exército, e alguém passou, quis agradar o Mário Covas e o felicitou pela extraordinária votação – a maior da história da República, batera Vargas, batera todo mundo, votação consagradora. E Covas ficou extremamente feliz, todo deslumbrado. Leônidas encarou-o e disse: "Não se esqueça, Senador, que Jânio Quadros também obteve, para Presidente da República, a maior votação de toda a história do País, não se iluda Senador." Só um homem de muita personalidade pode dizer uma coisa dessas. Acho que ele foi o homem certo na hora certa, principalmente do Exército para fora. Do Exército para dentro eu nem sei, porque já não estava nele.

Raízes do Movimento de 1964

Já mostrei as origens remotas, as origens menos remotas e as origens imediatas. Penso que o Movimento de 1964 é resultante do conflito entre varguistas

e antivarguistas, que chegou ao máximo no Governo Goulart, e é, também, uma certa “revanche” de 1961. Foi depois de 1961 que as coisas se aceleraram, foi depois da atitude dos três ministros militares, em 1961, que o problema se criou. Então, 1964 é a “revanche” de 1961.

Influência da guerra fria no Movimento de 31 de Março de 1964

Considero que a guerra fria teve influência no Movimento de 1964, e vou explicar o que se passou, depois da Segunda Guerra Mundial. O stalinismo soviético pensou ter chegado a hora de expandir-se pelo mundo, aproveitando os êxitos alcançados na guerra. O expansionismo da URSS foi muito grande, muito significativo. Ocorreu em toda parte, no Extremo Oriente, na Indochina Francesa – depois Vietnã – na Argélia, em Angola – a África começou a ter regimes marxistas. Conseguiu, até, plantar um bastião bem defronte da América, bem defronte da Flórida, em Cuba. Por outro lado, havia as nações ocidentais empenhadas em preservar as suas posições e conquistar outras. O mundo passou a ser um grande tabuleiro de xadrez, mas é óbvio que houve uma tentativa de avanço marxista por todos os continentes.

Depois de 1945, também, as idéias de esquerda proliferaram no território nacional, os admiradores da União Soviética fizeram-se mais presentes. A liberdade de pensamento proporcionou oportunidades para que eles se manifestassem, tornando o Brasil um campo aberto ao intercâmbio e confronto das idéias. Isso se passou principalmente nas áreas universitárias, nas áreas estudantis, nas áreas culturais.

A guerra fria influiu poderosamente, e é preciso ver uma coisa muito importante, que precisa ser caracterizada: as lições das guerras da Indochina, do Vietnã, de Angola e da Argélia fizeram com que surgisse toda uma literatura sobre a guerra subversiva, sobre a guerra insurrecional.

Lembro de um grande autor francês, Gabriel Bonnet, que escreveu um livro sobre guerras insurrecionais, interessantíssimo. Também existia um militar português, com grandes obras, todas desenvolviam essas idéias. Eis que surgiu, então, a doutrina da guerra revolucionária. Essa doutrina – as pessoas confundem um pouco – pois pensam que foi trazida da Escola das Américas e dos Estados Unidos. A Escola das Américas contribuiu muito, ajudou em outros aspectos, sobretudo nos ligados à repressão e ações policiais, mas esse clima da guerra revolucionária foi importado da Escola Superior de Guerra de Paris, que passou a desenvolver a teoria da guerra revolucionária. Recordo-me claramente, estava na Escola de Estado-Maior, como instrutor, e as conferências da Escola Superior de

Guerra versavam sobre guerra revolucionária. Havia aquelas famosas "cinco fases da Guerra Revolucionária".

Na primeira fase, ocorria "isso", na segunda estaria acontecendo "aquilo", a partir da terceira e da quarta dava-se a eclosão da guerra revolucionária, de cunho marxista-leninista, e, afinal, criava-se um foco; esse foco se expandia – era a "Teoria do Foco", de um francês, Regis Debray. O foco transformava-se e tomava conta da Nação. Dessa teoria – o foco foi Sierra Maestra – resultou o regime de Fidel Castro. Então os marxistas-leninistas, de todas as partes, imaginavam criar um foco. Xambioá era a tentativa de criação de um foco.

Essas idéias, desenvolvidas, primeiro, na Escola Superior de Guerra, passaram às escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas. As apostilas começaram a correr por todo o estamento militar. Mais tarde, sendo já Chefe do Estado-Maior o futuro Presidente Castello Branco, a doutrina da guerra revolucionária tomou conta do Exército, os currículos de todas as escolas militares estavam com um percentual enorme de guerra revolucionária, ninguém ensinava nada que não tivesse de 30 a 40% de guerra revolucionária.

Dessa forma, a cabeça dos militares brasileiros foi preparada dentro da idéia de que estaríamos vivendo aqui o que tinha ocorrido na Indochina, ou na Argélia, ou em Angola, que estávamos já na terceira ou quarta fase, e que era hora de reagir. A cabeça foi feita pela doutrinação da Escola Superior de Guerra, e isso é uma demonstração clara de que a guerra fria contribuiu, imensamente, para o Movimento de 1964. Ele foi praticamente criado dentro das idéias dessa doutrina. Tínhamos o dever de nos opor às guerras revolucionárias ou insurrecionais.

Mais tarde, na fase de desaceleração do regime militar, acabamos com o AI-5, iniciamos a abertura, fizemos a anistia, penso termos cometido um dos erros mais graves: deixamos de realizar um trabalho para esvaziar a doutrinação de guerra revolucionária. Era preciso que as escolas voltassem a trabalhar nas suas elocubrações normais, esquecendo este tipo de conflito que já havia terminado. Ao contrário, a doutrinação de guerra revolucionária continuou, anacronicamente, a circular pelas nossas escolas.

Se alguma restrição faço ao Presidente Geisel, ela se encontra na seleção de pessoas em períodos críticos. Penso que ele fez a abertura no momento certo, teve a visão, percebeu, que o Exército havia ocupado o País e que era preciso tirar o Exército de ocupante do País, para colocá-lo nas atividades normais, mas ele – que não era bom de conhecimento das pessoas, que não era um bom conhecedor das almas humanas – não escolheu as figuras apropriadas para realizar, executar essa diretriz estratégica. Não selecionou o ministro adequado para fazê-lo, não

classificou, nas nossas escolas militares, pessoas afinadas com esse pensamento. Então, o esforço foi muito mais árduo, lento, e isso vai explicar as reações que depois ocorreram.

Clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, entre 1961 e 1964

Gostaria de caracterizar que não sou das pessoas que adotam pensamento monolítico, não sou dono da verdade. Exponho a minha opinião, qualquer que ela seja, aceita ou não aceita, e não repudio as verdades dos outros. Convivo com elas; sou homem de diálogo.

Não gosto de dizer que havia um clima de insatisfação contra o Governo Goulart. Se me perguntarem se havia um clima de insatisfação na área militar, contra o Governo Goulart, não tenho a menor dúvida, havia. Estou certo de que era a maioria, não a unanimidade, porque há sempre alguém que pode pensar de maneira diferente. Você está em plena Revolução e não acredita que possa haver um Lamarca. Você está em pleno tenentismo e não pode ignorar a existência de um Luís Carlos Prestes.

Dizer que havia um clima geral de total insatisfação contra o Governo Goulart, é um pouco monolítico, e preconceituoso. Evidentemente, havia grandes áreas insatisfeitas com o Governo Goulart, como a militar e a área empresarial. Não diria a mesma coisa das áreas estudantis, das áreas populares, das áreas de massa, muito menos das áreas sindicais. É obvio que a área sindical estava satisfeitíssima. De uma maneira geral, havia uma grande insatisfação contra o Governo Goulart, principalmente na área militar e nas áreas empresariais.

Posição da maioria da Igreja

Na Igreja, a mesma coisa se passava: existiam áreas favoráveis e contrárias a Revolução. Recentemente, há um ano atrás, fiz uma palestra na Escola Superior de Guerra, sobre a teoria dos conflitos e sobre os centros de poder. Os centros de poder internos têm variado imensamente ao longo da história do Brasil; na Proclamação da República eram uns, hoje são completamente diferentes.

Quais eram os centros de poder no fim da Monarquia e princípio da República? As Forças Armadas – Exército e Marinha – a Igreja, a tradicional, que vinha de ser desatrelada do Estado – tradicionalíssima, quase estatal – e as oligarquias rurais. Eram esses os grandes centros de poder. Mais tarde isso se modifica. Quais são os centros de poder durante a Revolução de 31 de Março de 1964? São outros,

completamente outros. Já aparece o Sistema Nacional de Informações, que foi um centro de poder de presença marcante, durante o período do Movimento militar.

Em nossos dias, diferentemente, as Forças Armadas declinam e as igrejas, não apenas a católica, crescem como centros de poder – com o Poder muito mais à esquerda. Surgem novos: a mídia – a imprensa; depois da liberdade de imprensa, ela cresceu extraordinariamente – e outros, inteiramente inusitados. A Polícia Federal, hoje, é algo, totalmente diferente do que era antes, no tempo do Moacyr Coelho. É um centro de poder que se opõe até às Forças Armadas.

Outro centro de poder, terrível, é o MST; a "bandidagem", também. Há o poder clandestino das máfias do contrabando, dos tóxicos, na periferia das cidades. Representam um poder eleitoral, semelhante ao dos "coronéis" do tempo da República das Oligarquias. Elegem governadores, elegem bancadas.

A própria Igreja diversificou-se. Existe o poder das igrejas evangélicas e suas muitas ramificações. O poder do Judiciário, que, em decorrência da Constituição de 1988, com independência, se "multifacetou", nos juízes singulares, na Justiça Federal, no Ministério Público, nos tribunais de contas. E dizer-se que, de acordo com a Constituição, o Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão assessor da Câmara dos Deputados, do Poder Legislativo... E no entanto, na prática, é um tremendo poder, que se ramifica – como o SNI se ramificou – por todo o território nacional. O TCU, os tribunais de contas estaduais e municipais não bastam, possuem sedes em várias capitais do País; em Salvador, em Recife, em Fortaleza, em Belém do Pará, em Belo Horizonte, em toda parte. É uma "malha" de tribunais de contas. É um outro poder.

Voltando à posição da Igreja, entendo que a Igreja tradicional, conservadora, originariamente estatal, estava de acordo com os objetivos do Movimento de 1964. Havia, porém, uma nova Igreja surgindo da CNBB, revolucionária, da Teologia da Libertação do Leonardo Boff. Os livros dele estão todos aí, a gente sabe quem é o Leonardo Boff. Essa Igreja foi uma oposição permanente, ao longo de todo o período de 1964 a 1985, inclusive criando os maiores problemas para a repressão. Diria, então, que a Igreja conservadora estava a favor, e que a nova Igreja, a progressista, entre aspas, repetimos a toda hora como se eles fossem os progressistas – estava contra.

As "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze": a participação desses grupos na pré- Revolução

Penso que esses grupos exerceram uma ação muito importante, sobretudo de intimidação; a vida rural ficou extremamente agitada com a presença das "Li-

gas Camponesas" e dos "grupos dos onze". Era um vetor revolucionário preocupante, mas gostaria de dizer que – me perdoe quem não aceitar a minha verdade – comparado com o MST, as "Ligas Camponesas" eram uma "brincadeira de criança". Suas ações e ameaças assustaram as oligarquias e os empresários rurais e, conseqüentemente, ajudaram a deflagrar a Revolução.

O meio militar. Possível cisão dentro do Exército

Insisto em que não sou monolítico. Acho que as Forças Armadas são um todo bastante homogêneo, mas não tão homogêneo quanto se possa imaginar. As Forças Armadas têm todo tipo de pensamento. Esse pensamento se faz silenciosamente, você nunca sabe exatamente o que dele vai sair.

A expressiva maioria estava de acordo com o Movimento militar de 1964, mas é preciso não minimizar, nem subestimar, as posições dos outros. Se amanhã, se no dia seguinte, em vez do Movimento militar de 1964, aparecesse uma república sindicalista, surgiriam os militares que a apoiariam, não tenhamos a menor dúvida. E iríamos ficar estarrecidos, totalmente surpreendidos por essas pessoas.

Não posso me esquecer da figura utópica do meu amigo Antônio Lepiane – um oficial da mais alta categoria – que comandava o 4º RI em Quitaúna. Servia, na sua Unidade, a figura de um jovem Tenente, depois Capitão, Carlos Lamarca. Lepiane tinha por esse oficial a maior admiração. Fez por ele tudo o que se poderia fazer por alguém a quem se estima, dando-lhe toda liberdade, de forma até ingênua. Pois bem, o Capitão Lamarca, de um dia para o outro, bandeou-se de lado, traiçoeiramente, realizando o inimaginável. Resultado: Antônio Lepiane, que seria promovido a General-de-Brigada dentro de alguns meses, passou para reserva, preterido. Logo depois, veio a falecer amargurado.

Lamarca virou herói nacional, entre aspas, até hoje é louvado, com farta literatura que circula por aí, principalmente nos meios universitários. Se verificarmos, vamos constatar que todas as leis que vieram consideraram Lamarca potencialmente, chegando a General. Acredito que os seus herdeiros estejam mais bem assistidos do que os de Antônio Lepiane, que terminou a carreira como Coronel.

Então, não há surpresas, as Forças Armadas não são monolíticas, há pensamento para tudo. Devemos respeitar o pensamento de cada um, mas combatê-los com as armas de nossas convicções. Lutarmos contra eles. É o meu ponto de vista, pois acredito que, no meio militar, a maioria estava contra Goulart.

Havia a tentativa de criar a cisão dentro das Forças Armadas, de romper a escala hierárquica. O Goulart, no seu desconhecimento da vida militar, achava que a revolução teria de ser feita de baixo para cima dentro dos quadros militares, e apelava para os sargentos.

É bom lembrar que, nesse período, fim dos Governos Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart, houve uma fase de intensa "miserabilização" dos militares. Ela está se repetindo agora, em menor intensidade. Naquela ocasião, chegou a níveis assustadores. Passava-se, então, uma coisa curiosa. Naquela época, a atração para a vida militar, no nível de oficial, era mínima, tão pequena que se passou a incentivar o ingresso através dos colégios militares e escolas preparatórias. Praticamente se desistiu do acesso direto. Ingressei, por concurso público, na Escola Militar; hoje, parece que isso é raro. Ser oficial das Forças Armadas já não é atrativo para os civis, ao contrário do meu tempo. O mundo estava em guerra, existiam grandes exércitos, de Mussolini, Hitler, da União Soviética. Havia uma grande emulação militar. Mais tarde, isso declinou e passou a ser ao contrário, pois quem gostava das ciências exatas, exercia sua preferência por outras carreiras: Medicina, Economia, Engenharia, Administração.

Nesse período, as classes menos favorecidas, que precisavam das Forças Armadas como um instrumento de ascensão social, aqueles que não tinham uma boa escolaridade, mas que possuíam apreciável inteligência, ingressavam nas escolas de sargentos e nas escolas de especialistas. Eis que um grande potencial de inteligência, sem escolaridade, foi para os quadros militares, no nível de sargento. Lembro que havia um famoso concurso de literatura, o Prêmio VALMAP, que era ganho por sargentos. O que é isso? É talento disponível para a ascensão social. Havia, dessa forma, um potencial, no nível de sargentos, que Goulart procurou incentivar, tentou mobilizar.

Em 1962, sendo Tenente-Coronel, aluno do CEMCFA (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas), da ESG, em pleno regime Goulart – já lá se vão 38 anos – fui a Santa Maria–RS. O Comandante da Região Militar, General Olympio Mourão Filho, fez uma reunião e dirigiu-se aos alunos deslanchando uma verborragia brutal contra os sargentos. A solução dele, um absurdo que me deixou estarrecido, era muito simples: extinguiria o quadro de sargentos. Admitir que aquele homem, General-de-Divisão recém-promovido, estivesse louco ou tomado de motivações muito profundas, por causa dessa cisão. Mais tarde, fui compreender tudo aquilo, quando ele se "largou", lá de Juiz de Fora, à frente da tropa, e desencadeou o processo do Movimento militar de 1964.

Acontecimentos que determinaram o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964

Os acontecimentos que desencadearam o Movimento foram, basicamente, o comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, e o discurso do Presidente Goulart, no dia 30 de março, no Automóvel Clube.

Gostaria de lembrar outras circunstâncias, como, por exemplo, o Castello ser o Chefe do Estado-Maior do Exército. Apesar daquela citação que li, ele estava convencido de que alguma coisa tinha que ser feita, mas isso violentava seu espírito legalista. Preferia que as coisas acontecessem naturalmente. Além do mais, era muito fiel à hierarquia. O Ministro era seu colega de turma, Jair Dantas Ribeiro, classificado à sua frente, na Escola Militar. Isso tinha grande influência, pois a ordem hierárquica é imperativa, está presente a vida toda, vem de cadete e vai até o fim. Ele via o Jair com carinho, queria que o Ministro se opusesse àquilo tudo, desejava que o Jair fosse um novo Lott, que "segurasse" os excessos e se tornasse o condestável do Goulart. Pretendia colocá-lo em brios, a fim de que alertasse o Goulart, que fosse o seu "freio". Realmente, tentou tudo.

Por outro lado, aqui no Comando do I Exército, estava o Armando de Moraes Âncora, um General oriundo da Cavalaria, flor de pessoa, soldado extraordinário, homem bonísssimo, que gostava do esporte hípico, exímio cavaleiro. Acontece que esses dois homens estavam gravemente enfermos. O Âncora tinha um processo asmático terrível, tinha crises seriíssimas. O Jair estava à morte, doente terminal no hospital.

O Castello procurava "segurar" os mais açodados e não conseguia convencer o Jair. Quando sentiu que ele iria morrer, que estava por dias – e realmente foi o que aconteceu – praticamente, deu o sinal. Por outro lado, é preciso entender que já havia uma intensa articulação por todo o País.

Houve um chefe militar que esteve presente ao processo Revolucionário de 1964, desde antes de 31 de março, até o último dia do Movimento militar: João Baptista de Oliveira Figueiredo. Naquela ocasião, era Tenente-Coronel de Cavalaria, eficiente articulador, por todo território nacional.

Estava com ele na Escola de Estado-Maior. Figueiredo exercia forte liderança, com enorme energia. Teve participação fundamental nos episódios da Cruzada Democrática, no Clube Militar. As eleições do Clube foram muito importantes na criação desse clima todo, que levou ao Movimento de 1964, e o Figueiredo liderava as articulações.

Comenta-se que, já perto do dia em que eclodiu o Movimento de 1964, o Goulart sabendo que ele era o elemento fundamental dessa articulação, teria man-

dado chamá-lo. Figueiredo respondeu que ficara sensibilizado com o fato de ter sido convocado, mas que era muito tarde, porque o Presidente, estava praticamente deposto. Não sei se isso é verdade ou não, mais dá bem a medida do quanto esses acontecimentos contribuíram para a eclosão.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade – movimento reacionário no dizer dos opositores da Revolução

Sou muito cético em relação a todos esses movimentos de massa. Penso que são fabricados. Há uma parte espontânea e uma outra de acionamento. Quando os "sem-terra", por exemplo, ou "sem-teto", chegam ao Rio Sul (*shopping center* no Rio de Janeiro), alguém alugou o ônibus, alguém pagou e os levou até lá. Todos os movimentos, tudo o que acontece é preparado. São ativistas, são militantes, que esquematizam tudo isso.

Essa Marcha também foi preparada. Havia o clima, a possibilidade de fazer, mas o acionamento foi realizado pelos empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Lá, por exemplo, usaram uma coisa interessante: 32 + 32 = 64. Era um *slogan*. Lá em São Paulo 32, quer dizer o quê? 32 era a Revolução Constitucionalista.

Por serem todos preparados, não significa dizer que esses movimentos sejam reacionários. São reações, mas não no sentido de que sejam vanguarda do atraso ou contrários ao progresso social, e sim reações contra alguma coisa pior. Não se pense, porém, que sejam movimentos espontâneos. Foram movimentos muito bem preparados e articulados e que deram os seus frutos.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Mais uma vez, não sou monolítico. Vontade nacional é uma expressão de globalidade impressionante. Não há propriamente uma vontade nacional, existem muitas vontades nacionais. É aceitável dizer que as Forças Armadas foram intérpretes da classe média, que estava marginalizada pelas ameaças do regime de Goulart. A classe média estava profundamente insatisfeita e queria ver Goulart "pelas costas". Também é aceitável reconhecer que foram intérpretes do empresariado que estava inquieto, com receio de que as "Ligas Camponesas" e as reformas de base pudessem alterar o rumo de seus negócios.

É fora de propósito pensar que elas possam ter interpretado o que se passava na vida estudantil. Pensar que pudessem interpretar o que se passava na vida universitária, nem de longe, ainda menos na vida cultural. Lembremo-nos de que, nessas ocasiões, a vida cultural acende. Seu protesto é extremamente criativo. Nun-

ca houve, na vida do País, um período de floração teatral tão expressiva, como nesse momento de protesto.

A mesma coisa ocorria no mundo da música popular: as canções de protesto, esses grandes mitos da música popular dos nossos dias – a famosíssima Ellis Regina, que não aceitava, em hipótese nenhuma, ser convidada para cantar em ambiente militar – essa gente toda, tinha horror a tudo o que significasse Força Armada.

Penso que, não há uma vontade nacional propriamente dita, há vontades nacionais e há vontades majoritárias, em cada área de circulação. A sabedoria está em saber conviver com essas vontades. E, nesse ponto, fracassamos totalmente.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu no Governo Vargas, um ditador terrível, implacável, que entregou a mulher de Prestes, a Olga Benário, grávida, à Gestapo; e que teve sua filha numa prisão nazista. Getúlio, que fez tantas outras coisas lamentáveis, como se veio a saber depois, exercia repressão violentíssima. Na Polícia Civil, no prédio da Rua da Relação, ocorreram tragédias inenarráveis; Nem mesmo a pena de Graciliano Ramos, o grande Graciliano, que escreveu *Memórias do Cárcere,* conseguiu retratar fielmente os porões da ditadura de Vargas.

No entanto, Vargas o que fez? Conviveu com a cultura, conviveu com os pensadores. O seu período, incluindo o do Estado Novo, teve um Ministério da Educação de grandes figuras, como o Ministro Capanema. Fez-se presente, foi querido, foi aceito nos meios universitários, dando aqui e ali um passo a mais à esquerda. Pôde, então, atravessar o período crítico da sua ditadura sangrenta e voltar como o "pai dos pobres", para ser, finalmente, o grande mito da política brasileira. É preciso reconhecer que esse homem teve sabedoria, foi um estadista, e conseguiu conviver com as diversas vontades que formam a vontade nacional.

Revolução de cunho comunista em andamento para a mudança institucional do Brasil

Gostaria de lembrar ter assinalado que existia pelo mundo a fora, no quadro da guerra fria, um grande esforço de expansionismo marxista-leninista, principalmente, na África e na Ásia e, menos intensamente, na América. É óbvio que os partidários do marxismo-leninismo pensavam na possibilidade de mudança da ordem institucional brasileira, no sentido de criar condições para a implantação de um regime desse tipo no País. Acreditavam que se isso fosse feito, num país da extensão territorial do Brasil, seria altamente significativo dentro do quadro mundial dessa expansão.

Os comunistas já tinham conseguido transformar o Estado cubano. Se Cuba, uma ilha, era uma ameaça imensa aos Estados Unidos, imagine-se o Brasil. Por

outro lado, havia em nosso País uma verdadeira psicose anticomunista. Diz-se que essa psicose nasceu em 1964. Nada mais falso e injusto, pois o responsável por essa psicose chama-se Getúlio Vargas.

A Revolução Comunista, em 1935, foi sangrenta, a repressão, por sua vez, brutal, com os episódios que se passaram na polícia – na Rua da Relação – as mortes, os assassinatos, as coisas foram realmente terríveis, tendo sido desencadeada, também, uma grande campanha psicológica de repúdio ao comunismo.

Vargas aproveitou-se disso, em 1935, para desencadear uma propaganda anticomunista, que tomou conta do País e, principalmente, das Forças Armadas, porque o golpe comunista de 1935 ocorreu, principalmente, dentro de um quartel do Exército, o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Vargas inaugurou a peregrinação anual ao Cemitério de João Batista, no dia 27 de novembro, e toda aquela verborragia de repúdio ao regime comunista. Depois, passou para Praia Vermelha, e praticamente chegou aos nossos dias. Aquilo era renovado, arquitetado e repetido, tomando conta do organismo das Forças Armadas. As pessoas ficaram totalmente intoxicadas por essa reação violenta contra o marxismo-leninismo.

Penso que é um ponto de vista perfeitamente razoável ser antimarxista, mas, também penso, ser compreensível que alguém seja marxista. Se existe alguém que seja marxista, querendo expor as suas idéias, e não desejando usar meios violentos, devo, democraticamente, aceitar.

A intoxicação foi de tal ordem que, entre nós, entre os nossos companheiros, uma quantidade imensa de pessoas admitiu que ser democrata era ser exclusivamente anticomunista. Até hoje isso existe. Companheiros extraordinários que tive, peças importantíssimas ao longo do regime militar, acreditavam que ser democrata é ser anticomunista. Não é bem assim, praticar a democracia é também admitir que alguém possa pensar em termos marxistas-leninistas.

Além disso, não podemos deixar de aceitar que, se o marxismo gerou um regime monstruoso como o stalinismo soviético, a pior das ditaduras; o marxismo também contribuiu para a evolução social da humanidade. As democracias sociais européias, o próprio trabalhismo, tudo isso foi, um pouco, resultante das idéias marxistas, apenas levadas como idéias, dessa forma contribuindo para a evolução do trabalhismo, das relações entre patrão e empregado, e dos regimes democráticos. Pensar que ser democrata é ser, exclusivamente, anticomunista, não passa de verdadeiro barbarismo.

Mas havia esse movimento buscando uma república sindicalista, na "lei ou na marra". Até se admite que pudesse vir espontaneamente, mas na "lei ou na marra"...

Sem dúvida, existia tal movimento, por exemplo, no “grupo dos onze”, no seio das “Ligas Camponesas” e de outros movimentos semelhantes. Eu não cometeria a injustiça de afirmar que Goulart era um comunista. O que era Goulart? Nada mais do que um despreparado, um antiamericanista convicto, um demagogo populista, influenciado por esse tipo de pensamento do “na lei ou na marra”.

Participação pessoal na eclosão do Movimento e nas suas conseqüências

Quando o Movimento de 1964 eclodiu, encontrava-me na Escola de Estado-Maior, como instrutor, em uma das minhas presenças, nos 11 anos em que lá estive. Era um perplexo observador. Acompanhava tudo com muito interesse. Estava solidário com os meus companheiros. Devotava-me às atividades de instrutor da área de tática geral e vivia engajado nos meus temas táticos.

Lá se encontravam pessoas muito comprometidas com a eclosão do Movimento, mas eu não era uma delas. Gostava muito do meu Comandante, o General Bizarria Mamede, homem ponderado. Solidarizava-me com ele. Para onde fosse iria junto, e a Escola estava basicamente afinada com a eclosão do Movimento. Havia uns poucos varguistas, alguns dos quais até tinham posição correta, de muito caráter. Lembro-me de um deles, que defendia seus pontos de vista com muita dignidade, que eu respeitava. Por outro lado, existiam aqueles famosos oportunistas, indecisos, que estavam à espera de alguma coisa a seu favor.

Depois que o Movimento eclodiu, o Mamede afastou-se da Escola de Estado-Maior e foi substituído pelo João Bina Machado, que foi muito carinhoso comigo. Era um grande homem, um grande General, muito preocupado com as áreas estudantis, com as áreas universitárias. Fez-me “peça de manobra” do plano dele, de aproximar-se dos estudantes. Por isso, fui seu conferencista, por todo o território nacional, divulgando os propósitos do Movimento militar de 1964. Dessa forma, atuei como propagandista na compreensão das razões do Movimento militar de 1964. Andei pelo Rio Grande do Sul, por Mato Grosso, pelo Nordeste, por toda parte.

No Rio de Janeiro, o Bina Machado teve a coragem de encontrar-se com os estudantes do famoso CACO Livre (Diretório da Faculdade Nacional de Direito) na Escola de Estado-Maior, e nos colocou a debater com os estudantes de Direito, no auditório da Escola, no antigo auditório, aquele maior, que até hoje está lá. Eu debatia com os estudantes, mas era uma tarefa extremamente ingrata. Estávamos lá, basicamente, o Sérgio Pasquale, o Ney Eichler e eu, que era aquele a quem ele mais acionava. Discuti, debati muito e é quase inacreditável que o Bina Machado tenha

conseguido, realmente, algum sucesso. No fim, ele falava. Os estudantes reconheciam alguma coisa. Saíam irredutíveis, mas reconhecendo ser uma boa aproximação. Havia um ponto de contato.

Depois, o Bina "inventou" um simpósio para aproximar os meios estudantis militares e os meios estudantis civis. Imaginou um Simpósio de Educação e Segurança Nacional. O Bina fazia isso com muita coragem, em plena Revolução, nos seus primeiros tempos, tempos de enormes incompreensões.

Quando o simpósio aconteceu, no princípio do Governo Castello, o Comandante já era o General Reynaldo Mello de Almeida, grande companheiro, que se fez solidário com o seu antecessor, embora não estivesse muito de acordo com aquele arrojo. Estávamos reunidos na Escola de Estado-Maior, professores civis e militares, de vários níveis, do Colégio Militar, da Academia Militar e das várias universidades. Nesse simpósio nasceu a idéia do Projeto Rondon.

Houve uma coisa pitoresca, até caricata. O evento estava para ser realizado, mandamos um texto preparatório para várias redações de jornais, difundimos o simpósio por aí afora, e, afinal, no dia, apareceram lá uns "cabeludos", uns poucos jornalistas. No primeiro dia do seminário foi publicada, no famoso *Correio da Manhã*, uma matéria, com manchete de página inteira – princípio do Governo Castello – no canto, com os seguintes dizeres: "Militares intervêm na Educação." O texto, era mais ou menos assim:

"Militares, reunidos na Escola de Estado-Maior, resolveram..." e aí fizeram um diagnóstico da situação nacional, da educação, e decidiram propor diversas medidas que, em seguida, relacionaram. Ficamos estarrecidos; como é que podiam fazer aquilo. Logo depois, recebemos uma ligação do Planalto, do General Geisel, Chefe da Casa Militar do Presidente Castello Branco. O Reynaldo era chamado, para explicar o que ocorria. Ninguém sabia o que havia acontecido.

O Geisel contava que o Raimundo Muniz Aragão, Ministro da Educação, irmão do General Muniz Aragão, tinha chegado ao Planalto, ao Gabinete Presidencial, com o recorte de jornal, dizendo:

– "Demitam-me, porque se é para os militares consertarem a Educação, não contem comigo."

O Castello estava uma "fera", mas muito mais zangado estava o Chefe do Gabinete Militar, o Geisel, com o pobre do Reynaldo, que nada tinha a ver com isso. Como novo Comandante da Escola de Estado-Maior, estava honrando o planejamento de seu antecessor.

– Não é nada disso. Está instalado, aqui, um seminário, muito tranqüilo. Mas vou procurar investigar o que houve – respondeu o Reynaldo.

Chamou-me e perguntou:

– Octávio, quero saber como é que saiu essa notícia.

Procurei sondar, no *Correio da Manhã*, quem era o repórter que dera a notícia e consegui. Horas depois, por influência de pessoas conhecidas, cheguei ao "cabeludo" que tinha escrito aquilo. Era a figura mais estranha – escrevi até uma crônica sobre isso, publicada nos jornais. Chegou o sujeito, com uma cabeleira estranha, um tipo gozadíssimo, que me olhou e disse:

– Coronel, eu estava na redação, de saída, ia para minha casa, e me deram este troço aqui – o "troço" era o nosso pequeno folheto que continha os objetivos do seminário – e o chefe da redação ordenou:

– Cubra isso aqui e escreva qualquer coisa para amanhã.

– Peguei aquele "troço", tinha um encontro com uma garota, não podia perder o meu tempo com aquela besteira – o "cara" me falando, e eu o ouvindo, tranqüilamente. Continuou:

– O que eu fiz? Lembrei que no jornal havia um texto sobre educação, era um diagnóstico do IPEA. Órgão do Ministério do Planejamento, um estudo sobre a educação nacional. Diagnóstico e propostas de solução. Ora, estava na "cara", concluí, Seminário de Educação e Segurança, realizado na Escola de Estado-Maior, o que será? Vão querer consertar a educação nacional. Então, "sapequei" o texto do diagnóstico e as propostas do IPEA e publiquei.

Dei-me por satisfeito, procurei o documento do IPEA, apanhei o texto do *Correio da Manhã*, e os levei ao General Reynaldo, juntamente com a "peça". O Reynaldo não quis olhar o cidadão, que era execrável e não deixou "incensar" o gabinete dele, porque fedia. Era um tipo "melenudo", desses que usam muita gomalina. Escreveu matéria extensa, de "fora a fora" e abalou as estruturas do Planalto. O Seminário prosseguiu e nele nasceu o Projeto Rondon que foi uma idéia do Professor Wilson Choeri – hoje Diretor do Colégio Pedro II – mais tarde apoiado por um oficial de Cavalaria, e, depois, pelo Coronel Pasquale. Graças ao apoio do Ministro Affonso de Albuquerque Lima, conseguiram viabilizar o Projeto, que se tornou um grande êxito. Hoje, ainda existe com um outro nome.

O Congresso Nacional e o Movimento de 31 de Março de 1964

Os políticos são quase sempre oportunistas, pensam na sua sobrevivência, no dia de amanhã. A não ser aqueles extremados, aqueles radicais, aqueles intransigentes, que se põem contra tudo e reagem intensamente, a maioria dos políticos procura ver como vai conviver com a nova situação. Então, o Congresso Nacional,

de uma maneira majoritária, procurou conviver com o novo regime, e buscar meios e formas de influir na escolha do futuro presidente.

Vários líderes da maior importância, dentre eles o ex-Presidente Juscelino, que nessa ocasião era Senador da República, procuraram articular-se de maneira a evitarem o mal maior. Qual seria o mal maior? Seria escolher qualquer outro chefe militar que não fosse o Castello Branco. O Castello era legalista, eles bem o conheciam, um homem de pensamento, a maior expressão de cultura militar daquele tempo. Temiam escolher um radical, explosivo, e havia outros em torno dele. Então, contribuíram, influenciaram para a escolha do Presidente Castello Branco.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Os principais líderes civis foram: Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e, de certa forma, Adhemar de Barros. Os principais líderes militares foram: o Castello, por ser Chefe do Estado-Maior do Exército; os três Ministros militares de 1961, que já estavam na reserva, o Denys, o Moss e o Sylvio Heck. Todos foram importantes, principalmente o Denys, muito ativo nos bastidores, o Cordeiro de Farias, e, em escala menor, os Geisel. O Costa e Silva apareceu de repente; embora, naturalmente, já viesse trabalhando. Apareceu no final, quando a situação se deteriorou. Em Pernambuco, estava o Justino, que não era confiável; e, ainda, o Muricy. Basicamente, foram esses.

A preparação do Movimento: elaboração interna e/ou influência externa, particularmente dos Estados Unidos

Creio que já ficou clara a sintonização com a guerra fria. Se de um lado havia o propósito da esquerda, de criar aqui um foco subversivo – a teoria do foco – que pudesse resultar numa área liberada, da mesma maneira havia, principalmente da parte dos norte-americanos, uma antipatia muito grande, ojeriza mesmo à demagogia do Governo Goulart e, portanto, certo favorecimento a tudo aquilo que pudesse resultar num movimento contra este último.

Isso é mais claro, está mais nítido, porque se encontrava aqui, como Adido Militar, o famoso General Vernon Walters, grande figura, que conheci no tempo da Força Expedicionária Brasileira, poliglota fantástico, amigo pessoal do Presidente Castello, amigo de quase todos os chefes militares – que depois foi sucedido pelo General Moura. O Vernon tinha um grande prestígio junto aos militares, por isso, havia uma sintonia muito grande. Agora, dizer-se que havia um compromisso militar de ajuda, que havia uma "famosa" esquadra que estaria pronta a intervir,

seria isso possível? Não acredito que tivesse havido. Por outro lado, não era desconhecida a posição de simpatia, por parte do Embaixador Lincoln Gordon. Então, ocorreu só internamente? Não, não foi só internamente, porque isto tudo estava sintonizado com o clima da guerra fria.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal

Já me referi à baixa qualidade dos quadros militares à disposição de João Goulart e a excelente qualidade dos existentes, nas escolas, que estavam prontos para desencadear o golpe de Estado de 1964. Os bons militares, as melhores inteligências da Instituição, estavam "asilados" na Escola Superior de Guerra, ou nas escolas de estado-maior das três Forças Armadas, ainda mais, nos seus estados-maiores e no EMFA. O que havia de pior estava no esquema militar de Goulart, os generais "faz-tudo" estavam do lado de Goulart. Havia um homem de qualidade, inteligente, que era o Chefe de Gabinete Militar, o General Argemiro Assis Brasil, mas se encontrava fora da realidade. Enganou-se completamente.

Por outro lado, superestimaram as possibilidades da cisão "por baixo", isto é, cisão pelos quadros de sargentos. Imaginavam que fossem reagir, violentamente, contra os oficiais. Ocorreram raros episódios, absolutamente inexpressivos, no quadro das Forças Armadas como um todo. Reafirmo, isso se deveu à diferença entre a qualidade dos que apoiavam Goulart e a dos que eram contra, além de terem superestimado as possibilidades do primeiro grupo.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, no Vale do Paraíba: o conseqüente incentivo às Forças vindas de São Paulo e o desestímulo às Forças que vinham do Rio.

Em princípio, em tese, eu seria contra, porque, para mim, as escolas são absolutamente intocáveis. Lembro-me, por exemplo, que, ao eclodir o Movimento de 1964, os comandantes, os "Bina Machado", os "Mamede" reportaram, "para cima", que a Escola estava se articulando. Havia tantos oficiais nos correios; tantos oficiais na escuta. Veio uma ordem do General Castello Branco para colocar "todo mundo" dentro da Escola e voltar à vida normal. Ele dava absoluta prioridade ao funcionamento das escolas militares e, nesse ponto, tinha a experiência de situações já vividas, em que as escolas foram fechadas, com grave prejuízo posterior para a vida militar.

Durante a guerra, a EsAO foi fechada, e durante muitos anos não aperfeiçoou oficiais, com enormes inconvenientes para a vida normal da Instituição. Não

deveria ter acontecido. Uma força expedicionária da dimensão da FEB não justificaria interromper o funcionamento da EsAO.

Voltando à Academia, no sentido simbólico estou de acordo, foi bonito, teve grande efeito psicológico. Os chefes que estavam lá devem ter medido isso, devem ter entendido que seria importante, e eu respeito os seus pontos de vista, as suas decisões. Se, porém tivesse havido combates, acontecido alguma coisa, se, realmente, a situação se deteriorasse, talvez acabássemos lamentando a tomada daquela decisão. Assim, volto à origem, em tese, seria contra, mas nas circunstâncias especiais em que as coisas se passaram, talvez tenha sido uma boa solução.

A decisão do emprego operacional certamente evitou derramamento de sangue, em face da inevitabilidade do choque entre as tropas do II Exército e as do I Exército.

Não diria certamente, nem inevitável, mas afirmaria que esse gesto simbólico, da presença da Academia, talvez tivesse contribuído para que o fato não acontecesse.

Revolução de 31 de Março de 1964: união e robustecimento da coesão das Forças Armadas

Evidentemente se fortaleceram a união e o robustecimento da coesão. As Forças Armadas passaram a se conhecer melhor, aproximaram-se mais, isso foi extremamente positivo. A deterioração viria depois, um pouco mais tarde, em face da competição entre os órgãos de informações, mas, de maneira geral, o tempo do regime militar foi de profunda compreensão entre as Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março e sua ideologia

A ideologia do Movimento, basicamente, confrontava as ideologias antimarxista e democrática. Para os obstinados, os anticomunistas convictos, a ideologia tinha esse ideal. Para outros, que não eram tão anticomunistas, que não consideravam ser democrata unicamente adotar a postura anticomunista, basicamente era a defesa da democracia, a defesa do estado de direito e das instituições democráticas e, como conseqüência, alcançar, o mais rapidamente possível, a normalização da vida pública nacional.

O apoio da mídia ao Movimento

Costumo dizer que não há posições irreversíveis, não há posições globais, mas os órgãos mais expressivos da mídia posicionaram-se a favor do Movimento,

como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*. Lembro-me dos editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã:* o "Não!" e o "Basta!" São dois editoriais memoráveis contra o Governo Goulart. "Basta, basta, fora, fora" eram as expressões mais contundentes. *O Estado de São Paulo,* também. Na eclosão, deveria haver a necessidade de uma intervenção, e houve. A mídia esteve de acordo; entretanto, mais tarde as coisas mudaram.

Denominação do Movimento de 31 de Março de 1964: revolução, contra-revolução, golpe

Não é revolução. Revolução é uma impropriedade, é uma maximização do golpe de Estado que houve. Revolução é uma coisa mais complexa. Nas ciências humanas, o tema está, até hoje, associado à idéia de uma transformação profunda do *status quo* de uma determinada situação política, social e econômica; transformação caracterizada por uma modificação vertical nas relações de Poder, e pela violência, cruenta ou não, feita às instituições vigentes.

A revolução não é um simples revezamento nos comandos, de elites idênticas pelo seu *status* sócio-político; ela revolve o solo social, trazendo à superfície suas forças subterrâneas. Distinguem-se dois tipos de revolução: a revolução política, um movimento radical para mudar o regime político, como foi, por exemplo, a Proclamação da República, e as revoluções sociais.

Basicamente, as grandes revoluções da história da humanidade são duas: a francesa e a russa. A primeira encerrou o antigo regime – a monarquia absoluta, a aristocracia nobiliárquica, pela implantação de um novo regime, passando-se o controle do Poder para a burguesia mercantil. Isso é uma revolução, você tinha uma situação, em que a monarquia era nobiliárquica, o rei era filho dos deuses, por um legado divino, o povo não influía, não contava. Com o desenvolvimento da burguesia mercantil, os burgueses surgem na vida pública, na vida política, e fazem a Revolução Francesa. Começa um novo tempo da história da humanidade.

O sistema econômico passou da organização profissional das corporações de ofício, para o sistema capitalista, em que até hoje nos encontramos, numa economia que se diz globalizada. Fez-se a proclamação das liberdades individuais, que não existiam; e inaugurou-se a democracia política, com os três poderes. Até hoje, não se inovou nada diferente do tempo da Revolução Francesa.

A outra revolução é a russa, claramente uma revolução. Pretendeu instalar uma ditadura do proletariado, acabou com as liberdades individuais e tentou

impor uma economia coletivista. Fracassou, evidentemente. Houve um período de expansão, um período de consolidação, a "mão de ferro" de um tremendo ditador, Stálin. Desgraçadamente, muitas das nossas grandes inteligências se embeveceram por Stálin, por incrível que pareça, a gente os encontra. Sou admirador fervoroso de Graciliano Ramos, que escreve admiravelmente bem. Pois há um livro de memórias de viagens, de Graciliano Ramos, que dá pena. O meu querido conterrâneo das Alagoas, que escreveu *Vidas Secas,* que escreveu *As Memórias do Cárcere,* se embevece só de ver, à distância, o ditador Stálin, e diz isso com todas as letras. Está escrito no livro de viagens.

Jorge Amado, a mesma coisa, com toda a sua grandeza literária; Oscar Niemeyer, um dos maiores arquitetos do mundo, é um stalinista convicto. O famoso João Saldanha, o maior mentiroso desta República, o mais brilhante e simpático mentiroso desta República, que até hoje aquece a admiração de tantos cronistas, também se rendeu a Stálin. Repetem que teria dito ao Médici: "Se ele, Saldanha, não escalava os ministros do Presidente, porque iria deixar que o mesmo escalasse o time dele?" Na verdade, João Saldanha nunca falou com o Médici. Embora ele não tenha dito tal frase, ela é sempre citada, até em livro, repetida por toda parte, e não há quem vá desmentir.

Agora mesmo, vão erguer, em Macaé, um monumento projetado pelo gênio de Oscar Niemeyer, a João Saldanha. O grande feito dele foi, pessoalmente, com um grupo de desarvorados, escrever na pedra do morro Dois Irmãos, ali na entrada do túnel, "Viva Stálin". É um dos grandes feitos do João Saldanha, figura humana interessantíssima e simpática. Adorava os seus comentários esportivos, mas, sem dúvida, era o maior mentiroso da história deste País.

Intentona de 1935, uma revolução?

Trata-se de uma impropriedade, do mesmo modo que, algumas vezes, digo "a Revolução de março". Foi um *pustch,* um golpe de Estado. Na verdade, 1935 foi uma revolta, não uma revolução. Também não gosto da expressão intentona, que contém uma idéia preconceituosa.

Os sucessos econômicos da Revolução, especialmente na década de 1970, sua omissão pela mídia e pela maioria de comentaristas econômicos

Isso se dá, de um lado, por preconceito ideológico, de outro, porque as idéias de natureza econômica são extremamente controvertidas. Há pessoas que,

ao comentarem o "milagre econômico", adiantam ter sido extraordinário, extremamente benéfico. Há outros economistas, também da maior envergadura, da maior categoria, que afirmam terem sido cometidos erros imensos. Simplesmente, digo que não devemos comparar situações.

A opção adotada, naquele momento, pela Revolução – já estou eu com a impropriedade, não é uma revolução no sentido sociológico – foi sem dúvida acertada. Tratava-se de dar um empurrão no Brasil, de aquecer a economia, de desenvolvê-la, mesmo com endividamento externo. Era preciso buscar capitais lá fora, capitais tomados de forma estatal, já que havia pressa, não os havia internos, nem como recrutar isso de repente, com a finalidade de alavancar um grande surto de industrialização. Tudo isso foi incontestavelmente positivo.

Havia outros que lutavam por um projeto de Brasil-Potência. O Brasil precisava de ser uma grande potência. E isso era uma ilusão, uma ingenuidade.

Esse endividamento externo gerou a modernização do parque industrial brasileiro. As telecomunicações avançaram, as estradas avançaram, o setor energético avançou, houve uma porção de coisas extraordinárias que foram equacionadas.

Tudo isso poderia ter ido adiante, mas houve circunstâncias imprevisíveis. Vieram os choques do petróleo. O mundo mudou. De repente, uma dívida, que era relativamente compatível com as possibilidades, de um País que estava em desenvolvimento, ficaram incompatíveis com os novos compromissos assumidos. O Brasil não podia parar, precisava de energia, então, por mais caro que fosse o petróleo, era impositivo continuar importando.

Posteriormente, outras coisas discutíveis aconteceram. Houve, por exemplo, a abertura feita no Governo Geisel para a Europa. Geisel, com as suas idiossincrasias antiamericanas, resolveu ir para a Europa, para a Alemanha e perpetrou o Acordo Nuclear, que, até hoje, se discute. Há quem diga que o Acordo era absolutamente necessário, outros que acham que foi uma barbaridade, um crime que se cometeu. Em termos econômicos, tudo é discutível, até hoje estão sendo discutidas. Há quem pense de uma maneira, há quem pense de outra, e há sempre aqueles que raciocinam *a posteriori:* "Bem, deveria ter feito isso", mas depois que conhecem os resultados do que se fez.

As críticas vieram porque as coisas acabaram mal, e isso culminou no período governamental do Figueiredo, na famosa "década perdida", conseqüência dos choques de petróleo, do Acordo Nuclear e das imensas despesas, por exemplo, do setor energético, de Itaipu. A construção de Itaipu começou a ser planejada e realizada no Governo Médici e foi implantada no Governo Geisel.

Tenho dúvidas até hoje. Tendo servido no Paraguai, como Instrutor da Missão Militar de Instrução naquele país: faria qualquer coisa, menos uma associação com o governo paraguaio. Penso que é um potencial de problemas para a eternidade, opção extremamente discutível. Felizmente, vai tudo muito bem, mas a que custo, uma barbaridade de preço.

Para completar, devo dizer que o Movimento de 1964 valeu-se de grandes economistas, tivemos figuras extraordinárias, como Roberto Campos, com todas as restrições que lhe possam ser feitas, Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim, Pastore, Veloso, Simonsen, este um teórico maravilhoso e um prático desastrado.

A "batalha da comunicação social": postura dos governos revolucionário

Essa menção à comunicação social tira um flagrante de mim mesmo, pois sou parte dessa pergunta: Fui Assessor-Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), no Governo Médici. Comandei o CEP (Centro de Estudos de Pessoal), durante dois anos, organizei os cursos de Comunicação Social; estudei profundamente o assunto, tenho opiniões firmes a respeito de comunicação, de mídia.

Não há imagem permanente, não há nada mais mutável do que a imagem. Só o drama congela a imagem. A imagem de Vargas, quando desfilou de carro no dia 4 de agosto de 1954, para entrar no Hipódromo da Gávea, estava lá embaixo. No dia 25, morto, a imagem dele estava lá em cima. Por quê? Porque o drama de Vargas congelou a sua imagem. Num só instante, passou da pior imagem do mundo para a melhor, ao lado de Deus Pai Todo Poderoso.

O famoso Teotônio Vilela, que conheci de perto, era alagoano como eu, pessoa maravilhosa, encantadora, udenista convicto, senhor de engenho, mau patrão, ébrio de cair, passava a noite bebendo até o último gole. Depois, fui conhecer Teotônio Vilela, líder do MDB, mártir do MDB. A morte de Teotônio Vilela emocionou a Nação como um todo, tornou-o um grande herói. O drama do seu câncer e a devoção final aos perseguidos políticos – segundo a sua opinião – promoveram a sua consagração. Sua imagem, assim congelada, passou para a posteridade.

A propósito, lembro-me de meu comando na 6ª Região Militar, em Salvador. Era muito amigo de Teotônio Vilela e conhecia, à distância, o Cardeal Vilela, o irmão dele, pessoa do mais alto nível. Antes de ir para Salvador e assumir o Comando, procurei munir-me dos livros do Teotônio. Li seus romances, enfronhei-me na obra de Teotônio – livros piores do que os do Sarney, que já não são grande

coisa. Na Bahia, depois das visitas oficiais, fui visitar o Cardeal, dele ficando amigo até o último dia do Comando.

Durante a minha passagem pela Região Militar, o Cardeal Vilela, o Cardeal Primaz do Brasil, não saía do aeroporto de Salvador, sem que eu estivesse lá. Os outros dois oficiais-generais, o da Marinha e o da Aeronáutica, também, sempre prestigiavam o Cardeal.

Certa feita, visitei-o e puxei conversa sobre Teotônio Vilela e aí, "lá pelas tantas", inadvertidamente, comecei a falar sobre a literatura:

– Cardeal, é uma pena, se o Teotônio não tivesse enveredado pela carreira política, talvez viesse a ser um bom romancista. Ele levantou-se, encarou-me e disse:

– General, o Teotônio é um dos maiores escritores do Brasil.

Caí das nuvens, diante da força do amor fraterno. Tentei salvar-me:

– Ele poderia ter sido muito maior, escrito muito mais.

Para arrematar, lembro que houve, no Brasil, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado por Vargas, um órgão de comunicação e de censura. Todos os jornais eram censurados. A censura, no Movimento militar de 1964, é gota d'água se comparada à censura dos tempos de Vargas. Com Getúlio, o jornal era papel carbono, tudo igual, tudo absolutamente igual.

O DIP era dirigido pelo Lourival Fontes, um homem brilhante. O País ficou vacinado contra todo tipo de trabalho publicitário. Passou a ter pequenas secretarias de imprensa e não se fez mais nada. Quando veio o Movimento de 1964, quiseram convencer o Castello a criar um órgão de comunicação, mas ele entendia que "a verdade se impõe por si mesmo". E lhe respondiam: "Impõe-se, mas demora muito e nós temos pressa." E ficaram naquela coisa, ora forçavam o Castello, vinham por "portas traversas, "um falava com o outro", e cercavam o Presidente, para ver se conseguiam que ele criasse alguma coisa semelhante.

Afinal, tiveram a idéia de fazer o Serviço Nacional de Informações, que era um órgão de informações, e todo militar sabe o que representa um órgão dessa natureza. A informação é absolutamente necessária para qualquer instituição militar. Sem informações nada se faz.

Levaram-lhe um projeto de órgão de informações, de duas vias, informação para dentro e informação para fora. Iriam fazer, no SNI, mais ou menos, a mesma coisa que se fez no DIP, porque o DIP era comunicação e censura. No SNI, seria comunicação-divulgação e comunicação-informação. Era essa a idéia. O Castello leu aquilo tudo e disse: "Eu não quero nada disso." Fez o SNI, cujo primeiro titular foi o Golbery; enquanto o Figueiredo funcionava na Agência Central, aqui no Rio de Janeiro.

Posteriormente, no Governo Costa e Silva, começaram a convencê-lo de que era preciso fazer alguma coisa. O Hernani D'Aguiar – que tinha servido comigo na Escola de Estado-Maior – amigo do Costa e Silva e de D. Iolanda, conseguiu convencer o Presidente. Criou-se, então, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que não surgiu ostensivamente, mas, envergonhadamente, no desvão de uma Portaria do Gabinete Presidencial, que mudava o efetivo do Gabinete e designava os encarregados de comunicação. Um deles era o D'Aguiar, o chefe.

Conseguiu, assim, criar o primeiro órgão de comunicação. A concepção era inicialmente ufanista. Ele achava que o Jean Manzon era o máximo. Imaginava que a divulgação presidencial deveria ser algo desse tipo: olhem o que o Governo está fazendo, o Governo é uma maravilha, o Governo está fazendo isso, aquilo. Era uma comunicação "chapa branca".

Nessa ocasião, encontrava-me no CEP e acompanhava os cursos de comunicação. Tinha uma convicção profunda de que, primeiro, a imagem é mutável e não adianta você querer impô-la. Eu dizia, em aula:

– Posso estar desenvolvendo, aqui, a maior teoria sobre comunicação e, nesse momento, lá fora, um soldadinho meu, sentinela estar respondendo mal a uma senhora que lhe fez uma pergunta. Estou desenvolvendo uma teoria sobre a imagem, e a imagem do Exército está, lá fora, na sentinela, dando um "coice" no rosto de uma senhora que lhe pediu informação. Imagem deve ser verdade.

Mutatis mutandis, tivemos agora o episódio da "grama da Praia Vermelha", absolutamente semelhante. Não adianta, o Exército gastar uma fortuna, lá em Brasília, com um órgão admirável, fazendo um trabalho maravilhoso – aliás, tem feito muito bem, tem sido ótimo – e, de repente, vem um oficial, que resolveu destruir o gramado de lá, com razão ou sem razão, mas destruiu. No dia seguinte todas as televisões, todos os jornais noticiam; então, o dano à imagem é brutal e irreversível.

Eu tinha essas convicções e achava que a imagem deveria ser uma coisa institucional e não "chapa branca"; ser impessoal, falar de governo, falar em presidente, mas não citar qualquer nome. Deveria ser uma imagem que o cidadão, em sua casa, contemplasse, na televisão, e o surpreendesse pela beleza da mensagem. Deveria conter alguma coisa bonita, no sentido do desarmamento dos espíritos, da união, da confraternização, da esperança.

Para surpresa minha, em outubro de 1969, o Médici, que estava por tomar posse dentro de dias e jamais tinha me visto na vida – também não conhecera aquele gaúcho, em lugar nenhum no Exército Brasileiro – eu Coronel e ele General-de-Exército, chamou-me e disse:

– Resolvi convidá-lo para Assessor-Chefe de Relações Públicas e quero dizer-lhe mais; vamos para Brasília, assumirei no dia "tal" – disse lá o dia de que não me lembro mais, cerca de 72 horas depois – e quero que escreva o meu discurso de posse.

Fiquei absolutamente zonzo. Muni-me dos meus poetas, gosto muito de poesia, busquei os poetas gaúchos, o Augusto Meyer, o Mário Quintana. Pedi ao Presidente que me adiantasse alguma idéia, algum plano de governo. E a resposta foi que eu procurasse os ministros que escolhera.

Saí atrás dos ministros. Ninguém me dava nada. Nessa ocasião, ainda não tinha chegado o Ministro Leitão de Abreu, que seria o Chefe da Casa Civil.

O Chefe do SNI era o Carlos Alberto da Fontoura; Chefe do Gabinete Militar, o João Baptista de Oliveira Figueiredo. Não cheguei lá pela mão deles, nenhum dos dois gostava de mim, principalmente o Figueiredo. Com este, convivia cuidadosamente. Servimos na Escola de Estado-Maior, longo tempo e, no Paraguai, dois anos. Fizemos viagens juntos, mas nunca consegui me afinar com a personalidade do Figueiredo. Tinha grande admiração por ele, acho que era uma figura interessantíssima, mas não consegui ser seu amigo.

Estava lá eu, tentando fazer o discurso de posse. Preparei um discurso literário, à falta de melhor coisa. Já tinha algum treinamento porque, quando o Presidente Costa e Silva foi lançado candidato, por intermédio do Andreazza encomendou-me uma plataforma, que seria lida para a ARENA, para os políticos. Fui para Biblioteca Nacional, consultei os discursos de posse de todos os presidentes da República. Fiz uma pesquisa exaustiva e preparei um discurso para o Costa e Silva apresentar-se como candidato da ARENA. Nunca servira com ele, nunca o vira, tudo foi intermediado pelo Andreazza, que era meu amigo.

Um belo dia, o Presidente me chamou. Aliás, foram duas vezes. Na primeira vez, foi aqui no Palácio Laguna (Palácio Barão da Laguna, antiga residência do Ministro do Exército, situado no Bairro do Maracanã). Pareceu-me um homem cansado. Disse que o trabalho estava bom e que iria mandá-lo para o "oráculo" dele. O oráculo era, depois vim a saber, o jurista Vicente Rao. Dias depois, chamaram-me outra vez, porque o "oráculo" tinha manifestado suas reações, todas pertinentes. Introduzi as modificações e retornei ao Presidente. Curiosamente, nessa noite, Costa e Silva estava absolutamente lúcido, inteligente, brilhante. Fez observações até de português, de redação, todas adequadas.

A partir daí, decorreu mais um mês, até o dia do discurso. Sua maneira de proceder era diferente do Médici. Ninguém podia saber nada do que o Médici iria falar, antes da hora. O Costa e Silva gostava de lançar "balão de ensaio". De vez em

quando, chamava o Ibrahim Sued e alguém, por sua ordem, dava uma "dica": o Presidente, no seu discurso, vai dizer isso, aquilo, aquilo outro. Comecei a ver que o publicado nessas notinhas de jornal, estava no trabalho que eu havia preparado para ele. Fiquei observando, o tempo foi passando. Quando chegou o dia do discurso, quase nada sobrara da minha minuta. Talvez apenas 10% tinha sido aproveitado, e ainda assim, o mais irrelevante. Os outros 90% teriam sido escritos, pelo menos, por seis mãos, porque os estilos eram totalmente diferentes. Essa tinha sido a minha experiência de discurso presidencial, mas ainda assim, a pesquisa fora muito útil.

Redigi, então, o do Médici, que foi usado integralmente. O Presidente não fez qualquer observação, aceitou basicamente todo o meu trabalho. Durante o primeiro ano de Governo, escrevi tudo. Depois chegou o Chefe da Casa Civil, enciumou-se, tomou conta e fez os pronunciamentos mais duros. Escrevi alguns discursos importantes, como o da seca do Nordeste, que intitulei: "Visão do Nordeste". Teve bastante repercussão. Depois, passei a trabalhar inteiramente perdido dentro do Palácio do Planalto. As pessoas não acreditam, mas eu era uma "ilha" dentro do Governo. Embora fosse o homem de comunicação, via muito pouco o Presidente, somente nos atos oficiais. Não sabia o que estava se passando na área de repressão, não sabia o que estava se passando na área política, na área econômica.

Participava das viagens, quase só como passageiro. Era subordinado diretamente ao Médici, mas ligado, administrativamente, ao Gabinete Militar. Convivia, com dificuldade, dentro do palácio, mas ia procurando dar o meu recado, fazendo as minhas campanhas. Um dia tomei-me de coragem e disse ao Presidente:

– Tenho tentado falar com o senhor, mais vejo que gasto, cada vez mais, o seu tempo, inutilmente, de maneira que apreciaria fazer um trato com o senhor: vou continuar executando o meu trabalho, inteiramente à sua revelia. Quando o senhor não gostar, é só me chamar, "puxar minhas orelhas" ou me mandar embora. Assim, fiquei até o último dia do Governo.

Na ocasião, as pesquisas adiantavam ser tudo uma maravilha. Dizia-se que o Presidente era popular, que o Estádio do Maracanã, que vaiava até minuto de silêncio, aplaudia o Médici e que eu era o "mago" de tudo aquilo. As imagens são inteiramente fictícias, são deterioráveis.

No tempo que passei no Planalto, era uma figura absolutamente estranha. Para as esquerdas, era uma espécie de Doutor Goebbels tupiniquim, aquele mago da propaganda alemã. As transmissões da Rádio Tirana e da Rádio Havana citavam-me, nominalmente, pelo nome do alemão. No entanto, para os nossos companheiros, principalmente os da área de informações, eu era um poetinha, um ingênuo,

um subliterato, um "bobalhão". Invadiam minha área de atuação, "atropelavam-me", lançavam-me barbaridades, como aquela do "Brasil, Ame-o ou Deixe-o". Até hoje pago meu preço como autor presumível, mas o dístico foi lançado pela "Operação Bandeirantes", em São Paulo. Além disso, as peças publicitárias feitas pela minha assessoria, foram sempre criticadas cruelmente pelas áreas "quentes" envolvidas na repressão às guerrilhas urbana e rural.

Certa vez, em uma palestra em Brasília – não me esqueço até hoje, estava lá um oficial do Centro de Informações do Exército, fiz esta afirmação: "A verdade é a essência da informação." Posteriormente, o Comandante da EsNI (Escola Nacional de Informações), construída no setor policial, aproveitou a frase e gravou-a na parede do prédio da Escola: "A Verdade é a essência da Informação. Presidente Médici."

Um camarada do SNI, da área de guerra psicológica, presente à palestra, diante da platéia estarrecida, levantou-se e contestou minha afirmação. Disse que às vezes era preciso mentir, desde que fosse em proveito da causa. Tive que voltar, muito cuidadosamente, para colocar as coisas nos seus devidos lugares, e dizer que eu era um homem de comunicação e ele um homem de guerra psicológica. Eram duas posições diferentes, e eu aceitava a posição dele, compreendendo suas condições funcionais.

Quando o Presidente Geisel trouxe o seu parente Humberto Esmeraldo, como Secretário de Imprensa, praticamente acabou com a AERP. Voltei para o Exército, para o Gabinete do Ministro, e depois fui para o Estado-Maior do Exército. A comunicação ficou com o Humberto Esmeraldo, que era o homem da imprensa, naquela euforia de Governo novo, Governo da abertura. A nova comunicação passou a denegrir a imagem do governo anterior, coisa a que assisti com extrema paciência, pois já não tinha nada a ver com aquilo. Cuidava de minha vida, e cada um faz o que acha certo.

O Humberto foi nomeado Diretor da Caixa Econômica, e aí levaram o Camargo, que tinha sido o meu "segundo" na AERP, para trabalhar com o Geisel. A AERP passou para ARP; e continuaram a fazer, mais ou menos, o que tínhamos realizado, juntos. Dispunha de bom trânsito com o Presidente. Deram-lhe as funções de porta-voz, embora não tivesse as características necessárias. Eu não tinha sido porta-voz do Médici. Ao contrário, ele é que lia os textos que eu escrevia. Em seguida, veio o Rubem Ludwig – esse sim, um bom porta-voz, pessoa da melhor qualidade. Saiu-se muito bem, mas o trabalho prosseguiu na mesma linha.

Mais tarde, veio o Figueiredo, com um projeto igual ao do "Seu Arthur", uma idéia lançada pelo Ibrahim Sued. Posava de homem simples, bacana, igual a

você, ao homem comum, mas não deu certo. O Figueiredo quis ser o "João do povo". Vieram aquelas intervenções intempestivas. O Saïd Farhat, o "mago da publicidade" bem paga, era o seu Ministro da Comunicação Social, com recursos muito superiores aos que, anteriormente, havíamos tido – afinal, não tínhamos recurso algum, não possuíamos dinheiro, nem gente, não tínhamos nada, apenas três pessoas, eu, o Camargo e o Embaixador Baena Soares, mais um representante no Rio, e outro em São Paulo.

Posteriormente, o Saïd Farhat, com o seu Ministério da Comunicação Social, incomodou a área fundamental do Governo, que era o SNI. Aí o Medeiros "despachou-o" para casa, de volta para São Paulo, e o Farhat voltou a ganhar dinheiro na sua agência. Mais tarde, puseram o Carlos Átila, que saiu da carreira diplomática, foi um bom porta-voz, depois premiado com o lugar de Ministro do Tribunal de Contas da União. Já se encontra aposentado e, é hoje, um bom advogado em Brasília. Foi excelente homem de comunicação e admirável porta-voz.

Diria que a chamada "batalha" da comunicação não foi propriamente perdida, pois foi útil naquelas circunstâncias. No entanto, outros fatos negativos que ocorriam no submundo da repressão preponderaram como a imagem que realmente ficou. "Os gramados devastados" ou "as sentinelas que responderam mal às senhoras que pediram informações" ocorreram, aos milhares, de forma muito mais cruel. Esses excessos cometidos foram maximizados e se fixaram, afinal, como a imagem definitiva. A "batalha" não foi perdida. Não se perdeu, nem se ganhou. Fez-se o que era possível fazer.

General, parte daquele discurso que o senhor fez, um trecho dele, está lá na Academia da Força Aérea, em Pirassununga. O primeiro discurso do Médici, da posse, está lindo, na entrada do refeitório.

Espanta-me que ainda esteja lá, até hoje.

Houve repercussões favoráveis, sou testemunha do Médici aplaudido no Maracanã pelas duas torcidas. Vi isso mais de uma vez.

Creio que a imagem não se fabrica, a imagem é a imagem da verdade, e o homem de comunicação tem o dever de contribuir para que a verdade seja a melhor possível, porque a verdade sendo a melhor possível, a imagem também será. É esse o meu ponto de vista.

A guerrilha e o terrorismo

Esses atos foram terríveis, ocorreram, principalmente, depois do AI-5. Passamos a viver um clima de guerrilha urbana, e, em seguida, clima de guerrilha

rural. Tentaram a teoria do foco, primeiro na serra do Caparaó, depois em Registro, na Ribeira do Iguape, depois em Xambioá. Esses anos foram terríveis.

Lamento que essa realidade tenha existido. Se você pegar os livros dos subversivos, todos relatam isso, se vangloriando. O Jacob Gorender cita essas coisas com a maior naturalidade, sobre os grupos que fizeram, o que realizaram, o Sirkis e todos os outros. Vários desses escreveram. Queixamo-nos muito do patrulhamento dos outros, mas temos o nosso, também. Tenho a coragem e a sinceridade de dizer que possuímos o nosso patrulhamento. O que são veículos do tipo *Ombro a Ombro, Letras em Marcha, Revista do Clube Militar,* senão saudosismo, fazendo patrulhamento, com um ressentimento brutal? É, num outro sentido, mas é o mesmo patrulhamento.

Devemos ter é a capacidade de examinar, de estudar todos esses fenômenos e tirar dele as lições, para aprender. História militar não é só a história das batalhas. A nossa história militar precisa ser mais sociológica, precisamos compreender melhor a sociologia militar, precisamos estudar os aspectos sociais da história, isto é absolutamente fundamental.

Há dois livros recentes, grandes livros, muito interessantes, muito bem feitos; o livro do meu amigo Maya Pedrosa, grande sucesso – *A Grande Barreira* – a grande barreira é o Exército; e o outro, *O Exército na História do Brasil.* Meu Deus do Céu, os dois falam "à beça" de tudo isso que estamos comentando e param na posse do Castello. O que vem depois é o que precisamos estudar a fundo, para que nunca mais aconteça. Mas não se encontra nenhuma palavra sobre isso. O livro *A História do Exército* termina na posse. O capítulo do início do Movimento militar de 1964 se chama "Vocação Democrática do Exército". Em nome dessa vocação democrática do Exército, muita barbaridade foi feita, e pagamos até hoje.

É o que tenho o dever de dizer, e é, pelo esforço voltado para este trabalho de história militar que, com esta intenção, afirmo, com a indispensável crueza de expressões, que vivi todos esses momentos – nunca passei por qualquer órgão de informações – mas sei o que foi tudo isso.

A luta armada no campo e na cidade: objetivos, orientação, apoio externo. Falta de canais para a manifestação das esquerdas e o recurso à luta armada

O problema é o de sempre. As reações ao Movimento de 1964 situam-se em dois grandes grupamentos. De um lado, os verdadeiros marxistas-leninistas que desejavam criar o foco, desejavam a guerrilha urbana e a guerrilha rural. Quanto

pior melhor para eles. Esses eram os maiores responsáveis, deviam ser reprimidos violentamente, e o foram. O outro grande grupamento era o das pessoas que não se conformavam com a eternização do golpe de Estado, com a violação do estado de direito, com o AI-5, e ansiavam pela volta à verdadeira democracia, para que as instituições democráticas voltassem a funcionar. Esse era o grupamento maior, menos ativo, mas bem maior.

Os nossos responsáveis, os mais radicais, os mais extremados e os mais comprometidos com a missão de conseguir manter o regime, confundiam uma coisa com a outra, e, para eles, tudo era comunista, tudo era absolutamente comunista. Devia ser perseguido, repudiado, seguido e expurgado da vida nacional. Em nome disso, quantas injustiças se cometeram?

Os órgãos de informações e de operações de informações: SNI, DOI: criação e necessidade

Nenhuma instituição vive sem um órgão de informações, seja ela militar, política, ou empresarial. Tem que haver órgão de informações; mas a exacerbação da informação e a intensa utilização política desses órgãos geram distorções. A malha de informações foi de grande extensão. O País foi ocupado pelo Exército, no tempo do Médici, sendo Ministro o Orlando Geisel. Depois, foi ocupado pelo SNI. Tudo era SNI. Os melhores cargos dentro das Forças Armadas destinavam-se aos egressos do Serviço Nacional de Informações. Criaram-se agências por todo o País.

Todos os governadores eram escolhidos com o "sinal verde" do SNI. Isso não é regime militar, é muito mais do que regime militar. Diria, numa expressão que tenho a coragem de citar aqui: "foi um criptogoverno, ou seja o governo invisível, o governo da informação, governo no qual ninguém fazia nada sem o aval do órgão de informação". Essa situação começou ainda no Governo Médici, com o General Fontoura; aumentou com o Figueiredo, que era o homem da total confiança do Geisel, e que ampliou o SNI, cedendo-lhe meios poderosíssimos. Havia até fábrica dentro do SNI (a "Prólogo", que fabricava criptógrafos). Possuía serviço de saúde próprio. Desfrutava de muitos privilégios.

Chegou-se ao paroxismo, no próprio Governo Figueiredo. O Medeiros, Chefe do SNI, era como se fosse irmão do Figueiredo, ambos egressos do próprio Serviço Nacional de Informações, que, já tendo produzido dois presidentes, por que não fazer o terceiro? Seria seguir a ordem natural das coisas, e o SNI chegaria a fazer o terceiro.

Digo e reafirmo, e repetirei à exaustão: fomos além do militarismo, chegamos ao absurdo de 21 anos de militarismo, e, afinal, à exacerbação de um criptogoverno, ou seja, o governo do primado dos órgãos de informação, o governo do poder invisível. Não havia qualquer transparência no Governo, de fora não se sabia nada do que poderia acontecer.

Os episódios estão aí, como o Riocentro que, de vez em quando, vai e volta, assim como outras operações semelhantes. O Serviço Nacional de Informações ganhou expressão internacional, adquiriu meios da melhor qualidade, vindos do exterior e comprados a custos altíssimos. O SNI tinha até órgãos de gravação. O Presidente gravava os seus pronunciamentos no SNI, e dispensava os órgãos da mídia privada. Ora, se existiam engenheiros militares técnicos em som e em imagem, que eram contratados pela Globo e outras emissoras, por que o governo não utilizava essa gente? Mas foi o que fizeram e chegou-se a esse absurdo.

A bomba do Riocentro e a bomba do Recife: destaques no noticiário

O noticiário sobre a bomba do Riocentro volta a toda hora, embora a explosão no aeroporto Guararapes tenha entrado no esquecimento. Exatamente, porque há esse intento óbvio. Da nossa parte, é preciso reconhecer que aquilo foi um absurdo, bem como deve-se admitir que o sucedido no aeroporto, em Recife, tenha sido outro descalabro.

Mas eles se vangloriam.

Erradamente. Cumpre-nos dizer as coisas, falar a verdade, como o fato se apresenta. Como realmente é. No entanto, a de nossa responsabilidade, a que ocorreu nos nossos "quintais", foi uma farsa, e não deveria ter havido.

"Anos de chumbo"

É uma expressão genérica, cruel. Se "anos de chumbo" houve, foi dos dois lados. Houve na morte do capitão americano, na morte do empresário (Boilesen), na sarjeta de São Paulo, na morte do tenente da Polícia Militar. "Anos de chumbo" houve em toda parte. Devemos todos contribuir para que a verdade apareça, quaisquer que sejam as conseqüências, e estudar, internamente – como estou fazendo um pronunciamento interno, oferecendo um testemunho para a Instituição, que é a minha vida. Dediquei-me a ela e tenho o dever de dizer o que penso e o que sempre pensei, 18 anos depois de a ter deixado. Durante o episó-

dio do Riocentro, falei a meus chefes o que pensava, manifestei a minha opinião; por isso, depois, paguei o meu preço.

A permanência da Revolução no Governo do País

Penso que houve uma demora e essa demora foi um grande erro. O Castello pretendia fazer uma intervenção pretoriana. Sua intenção era dar um jeito no País, reorganizar a "casa" e entregá-la ao poder civil. Os militares são preparados para guerra. Dentro da mentalidade militar há um inimigo, então, se o outro é inimigo meu, devo tentar destruí-lo. Para o político não há nada disso, para o político há o diálogo, o "tenho que conviver". O que disse ontem talvez não diga amanhã, o que não é próprio da índole militar. Então, levar os militares ao Poder é sacrificá-los, eles não nasceram para isso, eventualmente, um ou outro possui vocação política, mas não é da sua formação natural.

A mesma coisa acontece no confronto entre padres e militares. Participei de seminários de congraçamento entre militares e religiosos, e me coube fazer uma palestra sobre o estudo de situação dos militares, e confrontá-lo com o procedimento dos religiosos. Mostrei, exatamente, que o religioso tinha a obrigação de ver, em cada adversário, uma ovelha a trazer para o seu rebanho, e o militar tinha que ver, em cada adversário, um inimigo a destruir. Dentro dessa concepção, deveríamos estabelecer a compreensão mútua e procurar conviver, bem como tirar partido das diferenças.

Querer que os militares, por decreto, se transformem em grandes políticos, em grandes estadistas, é muito difícil, porque a formação da vida inteira, nas diversas escolas militares, é autoritária, preconiza a violência. Somos pessoas treinadas para a guerra. Na índole da nossa formação está a frustração, porque somos preparados para realizar uma coisa, que somos os primeiros a querer que jamais aconteça – a guerra. No entanto, temos formação moral para conviver com esse problema a vida toda, sermos educadores, bons militares e não sucumbirmos à frustração, mas absorvermos isso tranqüilamente.

O meu amigo Camargo escreveu um livro *A Espada Virgem*. Acho deplorável o nome. Entendeu que muitos companheiros da repressão eram pessoas que nunca tinham usado a espada na guerra, por isso o fizeram na repressão. Essa a razão do nome *Espada Virgem*. Creio que não há espada virgem, a espada é atuante, é um símbolo de grandeza, de dignidade, de altivez.

Se a mim foi dado, por felicidade, realizar a minha tarefa de militar, até na guerra, minha espada não foi virgem. Minha espada conviveu com os meus princípios de soldado e de cidadão.

Vantagens destinadas às Forças Armadas, durante os governos revolucionários

As Forças Armadas não se aproveitaram de qualquer vantagem. Costumo dizer, conversando com gente de esquerda, que somos os verdadeiros socialistas do País. Os militares vivem com o seu "dinheirinho", têm o suficiente para comer, para um pequeno lazer, para criar seus filhos com dificuldade e assim chegam ao fim da vida. Terminei meu périplo castrense depois de 43 anos de serviço, tendo passado pela Presidência da República e por comissão no exterior, com "zero" na conta corrente, com o carro que tive que devolver ao Exército, porque era um carro vinculado, e com um apartamento a pagar pelo Sistema Financeiro da Habitação. Não tive outra família, sempre tive uma só, vivi para ela e me sinto plenamente realizado, porque amei e amo o meu Exército. Realizei basicamente tudo o que queria, principalmente a formação da minha família, e a educação dos meus filhos. Então, isso de vantagens é absolutamente falso

Há um livro sobre a vida de Juracy Magalhães, escrito pelo senhor Alberto Gueiros. "Lá pelas tantas", numa introdução – palavras dele, não são palavras de Juracy – enaltecendo-o, diz que ele chegou a General, sem amealhar fortuna. Aquilo me indignou. Fiz contato com o Gueiros e lhe disse:

– Olha, você é terrível, fez-me um grande mal; você é duplamente falso; primeiro, Juracy não é General. Ele foi tudo no País, mas não chegou a General da ativa. Foi ministro de tudo, embaixador, presidente da Vale do Rio Doce. Era um homem extraordinário, só não foi o que queria ser, Presidente da República. Dizer que chegou sem amealhar fortuna, é um agravo a todos nós, que vivemos nessa "miséria dourada". Cite-me um só oficial que tenha chegado a General e conseguido amealhar fortuna.

Ele me fitou e respondeu:

– Na próxima edição, vou tirar a afirmação, basta isso?

– Não basta, chegar a General sem amealhar fortuna vale dizer que todos amealhamos fortuna. Pois bem, não amealhamos nenhuma fortuna, nenhum de nós. Estamos cumprindo a nossa obrigação, na nossa "pobreza dourada", com a maior dignidade.

Avaliação sobre os 20 anos de Revolução

Faço a avaliação: teve aspectos extremamente positivos e extremamente negativos. Faltou dizer isso, quando se falou em SNI, CODI e DOI. Comete-se grandes erros ao condenar o Movimento de 1964. *A posteriori,* é muito fácil. Errou o

Movimento de 1964 ao entregar a repressão aos militares. Vargas não fez isso. Entregou a repressão total à polícia, polícia civil e aos "cabeças vermelhas" ali do morro de Santo Antônio, a famosa Polícia Especial. Fizeram barbaridades, fizeram horrores, mas o Exército de então foi preservado. Cometemos esse erro, envolvemos o Exército na repressão. Criamos os CODI e os DOI. Entregamos a centralização das ações "na mão" do comando unificado, construímos essa unidade de comando. É possível que tivesse de ser feito, mas foi uma lástima que tivesse acontecido. Pagamos até hoje por isso.

O desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País

O desengajamento foi uma conseqüência natural. Primeiro, o cansaço. Houve uma sensação de cansaço. Os chefes militares tiveram um bom senso extraordinário, no período do colégio eleitoral que elegeu o Tancredo. Permaneceram muito tranqüilos. Resistiram a pressões de toda ordem. Conseguiram conduzir bem a passagem, então houve o desengajamento, e o Exército voltou a ser profissional, como deve ser. Isso é extremamente necessário. Então, foi uma conseqüência natural da exaustão, do longo tempo, e da necessidade de sair. Isso coincidiu com outras circunstâncias, do quadro político, econômico e social.

O "revanchismo", a partir de 1985

Tem havido "revanchismo" de parte da mídia, dos políticos e autoridades em geral, e permanece até hoje. Entendo que a Lei da Anistia foi muito apropriada, as pessoas que viveram essa fase e que têm seus parentes, seus descendentes, lutam, ainda, por coisas absolutamente inimagináveis, e compete às autoridades conduzir isso com muita precaução, e muito cuidado, e isso nem sempre tem ocorrido.

A imagem do Exército Brasileiro e os índices de aceitação muito favoráveis

Acho que essa imagem tem melhorado muito, não só pelo trabalho do órgão de comunicação, muito bem feito, como pela própria posição tranqüila e de espectador do Exército. Se ele continuasse a intervir, incessantemente, a imagem não estaria tão boa. É melhor que fiquem esperando, que fiquem querendo que o Exército se pronuncie, do que querendo condenar os seus pronunciamentos. Não nos iludamos, a imagem é mutável.

Mensagem final

Falei muito, talvez tenha dito demais, e de forma extremamente enfática. Gostaria de lembrar, voltando aos pródromos da evolução histórica do Exército que, como instituição, soube equilibrar-se, eqüidistante de todos os extremados radicalismos. Soube sofrear os impulsos mais subversivos, e contribuir para retardar o advento de transformações mais revolucionárias e extemporâneas. Soube dar um basta ao cesarismo, na hora certa em que as democracias derrotavam o nazi-fascismo. Soube opor-se ao populismo demagógico e, afinal, desempenhou o seu mais difícil papel quando, no quadro da guerra fria mundial, opôs-se, com sacrifícios institucionais e pessoais, à tentativa socialista brasileira, feita quase nas antevésperas da agonia do socialismo soviético. Altíssimo foi o preço pago pela Instituição, nesse seu incompreendido serviço prestado ao povo brasileiro, pois os desafios das ações e reações, que nos levaram a duas décadas de militarismo, renegaram o idealismo dos tenentes, que foi, afinal, a sua origem mais remota.

Gostaria de reafirmar que vejo com muita atenção o difícil papel que vivem os chefes militares de hoje. Ouço, por aqui e por ali, dizerem: “Não há mais chefes militares como antigamente, os de hoje não reagem.” Meu Deus do Céu, os nossos chefes militares são bons ou melhores do que os de todos os tempos. Sou um eterno otimista, depois de mim virá um melhor do que eu, os nossos chefes militares, das três Forças, não só deste Governo, mas dos anteriores – o meu amigo Zenildo, agora, o meu amigo Gleuber, são pessoas admiráveis. Mas é preciso situá-los nessa conjuntura, dificílima para eles. Não podem fazer, agora, o que os outros faziam em tempos de autoritarismo, de total liberdade para agir. Agora, são terríveis “engolidores de sapo” e precisam de enorme bom senso, amor à Instituição e ao Brasil.

Penso que são equilibrados, estão absolutamente certos, procuram melhorar o Exército, profissionalmente, e conviver com esses tempos difíceis. Nada indica haver conflitos em potencial, mas as Forças Armadas, interpretando o pensamento brasileiro, são muito sensíveis contra modernos e inadmissíveis conceitos de soberania relativa, que se procura generalizar nos começos de uma nova ordem política mundial.

Interpretando os sentimentos e as convicções do povo brasileiro, nós, militares, defendemos o ponto de vista de que, antes de ser um patrimônio da Humanidade, como procuram dizer tantas vozes da cobiça internacional, a Amazônia é, majoritariamente, um patrimônio do Brasil. Estou convencido de que a marcha para à Amazônia, a vigilância em favor da Amazônia, esse amadurecimento das nossas elites militares para essa certeza de que se trata de um patrimônio nosso,

tudo isso é um conflito em potencial, para o qual estamos preparados. Este sim é um grande dever, e não o dever de estar intervindo politicamente a toda hora.

O pretorianismo está distante, compete-nos contribuir para exercitar a democracia, uma contribuição saudável para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. É preciso pensar que, ao longo desses 15 anos que se seguiram ao regime militar, de 1985 a 2000, têm havido muitas crises, mas não houve um só conflito. No entanto, ao longo de toda a história republicana, até 1985, ocorreram conflitos a toda hora, às vezes no mesmo ano, vários conflitos, terríveis, envolvendo condições sociais, políticas, econômicas.

Nesses 15 anos, apesar de todos os problemas, apesar de todos os "revanchismos", apesar de todas as incompreensões e apesar de todos os "sapos" que estamos engolindo, temos enfrentado crises: crise do cruzado, crise do Governo Collor, crise da reeleição, crises atrás de mais crises, mas conflitos, sequer um.

Devemos estar atentos para esses grandes movimentos sociais que estão em marcha. É dever nosso, também, estar atentos para essa área da contravenção e do crime organizado, nas cercanias das áreas urbanas, e mesmo nas áreas rurais; não que sejamos polícia – que não é esse o nosso papel – mas devemos estar solidários com o poder civil, para encontrar uma solução para os problemas da violência e da segurança pública.

Este é o meu sentimento, como soldado e como cidadão, que ama profundamente o seu Exército, e que tem uma admiração, cada vez maior, pelos soldados que ele continua a formar.

Espero que as minhas palavras sejam compreendidas como manifestação de muito amor no coração, muito amor à nossa Instituição, para que não voltemos a viver, um dia sequer, no futuro, situações como as que vivemos no longo período de mais de 20 anos do Movimento militar de 1964.

General-de-Divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga

- Natural da Cidade de Pouso Alegre, MG.
- Último posto da carreira: General-de-Divisão.
- Integrou a Força Expedicionária Brasileira no posto de 2º Tenente.
- Foi Chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Comandante da 1ª Divisão de Exército, Comandante da 1ª Região Militar e Chefe do Centro de Informações do Exército.
- No exterior, foi Adido das Forças Armadas (ADIFA) junto à Embaixada do Brasil na República do Senegal.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. Nos Estados Unidos da América, em Maryland, cursou a *The Chemical Corps School*.
- Em 1964, era major, servindo na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 06 de setembro de 2000.

Inicialmente, devo dizer da minha satisfação de participar deste Projeto, porque nós da reserva, às vezes, nos sentimos frustrados por não termos oportunidade de cooperar, de alguma maneira, com o Exército, nossa escola e a nossa vida. Então, é muito agradável fazê-lo. Sinto-me até vaidoso, além de gratificado, mas faço uma ressalva como em outras vezes: o meu currículo mostra que me dediquei, em grande parte da minha carreira, à atividade de informações, que se caracteriza por um homem mudo, de ouvidos grandes. Assim, estive sempre voltado para ouvir, não sendo, provavelmente, o homem de transmitir, mas vou procurar fazer o possível. Estimo que seja útil para o Exército o que possa relatar.

Participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento

A minha ligação com a Revolução mostrou-se muito estreita. Em 1963, portanto às vésperas da Revolução, servia na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), como instrutor. Se formos aos arquivos da EsAO, verificaremos que os temas de cooperação das Armas e Serviços do antigo CAS, atual SECODAS, Seção de Cooperação das Armas e Serviços, eram pautados no ambiente da política nacional; então, a Escola já previa aquela situação, a possibilidade de guerrilha, de movimentos armados por parte dos sindicatos.

Um dia, estava numa sala de aula da Escola, ministrando instrução, quando fui chamado pelo comandante. Falei ao interlocutor:

– Estou terminando o 'tempo' (tempo de aula); favor avisar ao comandante que, dentro em pouco, descerei.

– Não senhor, é para suspender o que estiver fazendo e ir ao gabinete dele.

Dirigi-me, então, ao Gabinete do Comandante e ele disse:

– Braga, farde-se para se apresentar ao Estado-Maior do Exército (EME); é ordem do General Castello que você se apresente, hoje, no Estado-Maior.

Honestamente, não sei... o militar nunca sabe ou pergunta o porquê das coisas. Fardei-me e fui ao EME. Ao chegar, designaram-me para a 2ª Seção que tinha duas subseções: uma tratava de informações externas, relacionamento com os demais países; a outra de política interna e segurança interna, era a 2ª/2ª, e eu fui encaminhado exatamente para essa Subseção.

Com isso, tive a oportunidade de assistir, por exemplo, ao comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, pois a janela da 2ª Seção se debruçava sobre a praça fronteira à Central do Brasil; assisti, ninguém me contou, o que foi o comício de 13 de março.

Então, a minha participação nos pródromos da Revolução está ligada às funções que desempenhei, seja na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que é um cadinho explosivo, com 300 a 400 capitães, de várias armas, e ministrando instrução sobre os temas do CAS, calcados nos problemas nacionais, seja na 2ª Seção do EME, com suas peculiaridades.

O Chefe da 2ª Seção / EME já era o Coronel Abrantes?

Não, o Chefe da 2ª era o Coronel Pamplona, artilheiro, faleceu há pouco tempo; dei-me muito bem com ele, homem de qualidades extraordinárias.

No desenrolar do período revolucionário, e logo que cheguei à 2ª Seção, recebi uma missão, também muito especial, além dos pedidos normais de busca: deram-me para fazer – e lamento ter sido, penso, exageradamente honesto – a revisão da correspondência do Chefe do EME, o General Castello Branco, antes que o Sargento Oswaldo – um tipo alemão, olhos claros, louro, comprido, que era de confiança do General Castello – a datilografasse. Quantos documentos passaram por mim, para serem verificados! Jamais diria que corrigi o texto de Castello Branco, não! O trabalho praticamente era adaptar a ortografia às novas regras. Às vezes, saía um "ele" com dois "ll", saía farmácia com "ph". Era um tipo de... não sei se o revisor de jornal faz isso. Jamais modifiquei sequer uma linha da correspondência, apenas atualizava, vamos dizer assim, a ortografia, e a recomendação era: "terminado de fazer o trabalho, destruir a cópia". E eu destruí todas as cópias, inclusive os diálogos, sempre elegantes, sempre cordiais entre generais, mas extremante sérios, como entre ele e o Ministro Jair Dantas Ribeiro. Tenho lembranças de alguns desses documentos, que não existem mais. Eis que lamento profundamente ter sido tão discreto, já que poderia ter, pelo menos, arquivado essas coisas.

Seria a história escrita, documental e, agora, nós temos a História Oral, só as memórias...

Só a memória, o que resta da memória de um velho soldado de 77 anos.

Daí a importância da História Oral, porque traz aqui o nosso General Braga, tão querido de todos nós, e dizemos isso muito à vontade, para relembrar esse trecho de sua vida, junto ao General Castello Branco, no Estado-Maior.

Uma das finalidades da História Oral é preencher as lacunas dos documentos escritos.

Retornando, o Chefe da 2ª Seção nos reuniu, nos dias que antecederam à Revolução, e organizou grupos de oficiais da 2ª Seção do EME, não de todos os oficiais – admissível, pois não havia uma total identidade de pensamento entre os oficiais da 2ª Seção; na 2ª/2ª, no entanto, no grupo que era formado pelo Carlos

Pinto e o Pamplona, o pensamento era unânime – para que fizéssemos a segurança do Presidente Castello Branco, na época, Chefe do EME, durante a noite, em casa, contra a vontade dele.

Por que fazíamos isso?

Porque já tínhamos um exemplo do passado, aquele em que o Ministro Lott surpreendeu a todos, quando, à noite, tomou a decisão e preencheu os postos, então desocupados.

Estávamos de sobreaviso, com armamento individual, uma pistola 45 e uma metralhadora INA (Indústria Nacional de Armas), dentro de dois carros, nas proximidades da casa do General Castello Branco, para proporcionar-lhe segurança, reconheço, muito precária.

Lembro-me bem de um deles, porque falava muito, o artilheiro Ruy de Castro, que estava sempre comigo na viatura, a mesma que, mais de uma vez, levou o Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, da casa dele, na Rua Redentor, a um apartamento, na Avenida Atlântica, no posto 6 – procurei identificar, na época, quem seria o morador daquele apartamento, quando me informaram ser o Coronel Danilo Nunes, Presidente da COBAL, homem inteligente e sempre muito simpático. O General Castello Branco freqüentava aquele apartamento nas reuniões que fazia com determinadas pessoas, que não seria de bom alvitre receber em casa. Sempre admiti esse procedimento, considerando a intranqüilidade reinante no País.

Importante ter abordado esses aspectos, inclusive mostrando a despreocupação do próprio General Castello Branco com a sua segurança e com esse apoio próximo.

Ele era, realmente, contrário a tal cuidado. Fazíamos porque o Castello Branco era nosso ídolo, não se tornou agora, sempre foi. O livro do General Geisel faz uma menção, mais ou menos, sobre isso; uma das razões é que muitos oficiais tinham sido alunos do Castello Branco, e consideravam tal fato uma honraria. Ele fora meu Instrutor-Chefe na Escola Militar e, depois, fui trabalhar com ele.

Correspondência trocada entre o Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, e o General Castello: clima que imperava à época

Normalmente, tratavam desses assuntos e da discordância do General Castello Branco quanto ao rumo dos acontecimentos. A correspondência versava praticamente sobre isso. Tínhamos receio da atitude do Ministro, porque sabíamos o que se passava, e queríamos, dentro das possibilidades, proteger a figura do Chefe do Estado-Maior; não era contra o Ministro, era a favor do General Castello.

Missões atribuídas aos oficiais da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, logo após a eclosão da Revolução

Diria que não foi logo após a Revolução, foi até um pouco antes, quando a situação se tornou insustentável, creio que no dia 30 de março. Recebemos a missão de procurar locais que pudessem servir de PC (Posto de Comando) alternativos, para os chefes militares, durante a Revolução, pois não se esperava um movimento vitorioso em tão curto prazo de tempo, que a ação fosse tão rápida. A mim coube, exatamente, pesquisar um PC alternativo.

Tive a sorte de ter um cunhado – Radamés Latari, já falecido – que possuía um consultório dentário na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, esquina de Rua Santa Clara, muito amplo, sala de espera grande, com dois sofás, dois gabinetes dentários, telefone, televisão, geladeira, enfim, tinha todo o conforto para um PC alternativo. Ele nos cedeu o consultório, e instalamos rádio e telefone, em ligação direta com o Estado-Maior do Exército.

O nosso PC não foi ocupado. Mas o trabalho da 2ª Seção não foi em vão. Quando o General Muniz Aragão chegou às proximidades da Vila Militar, para entrar em ação, ou seja, assumir o comando da Brigada Pára-quedista, ou uma outra função, ficou num desses PC alternativos – a casa de um funcionário civil da Aeronáutica, em Marechal Hermes. Essa foi, portanto, a nossa missão: procurar PC alternativos e aguardar os acontecimentos.

Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE)

Servi no CIE, já no posto de general, decorrendo um hiato bem grande para o período em que estive na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, quando teve início a Revolução. Nesse intervalo, fiquei afastado do Exército pouco mais de um ano, tendo retornado para ser promovido a coronel, já no Governo Médici; passei boa parte do Governo Costa e Silva em quarentena. Quando me encontrava na África, fui promovido a General-de-Brigada. Deixando aquele continente, comandei a Brigada-Escola, função que muito me honra ter exercido. Em 1979, assume a Presidência o General Figueiredo, tendo, como Ministro do Exército, o General Walter Pires que tinha sido o meu Comandante na 1ª Divisão de Exército, na oportunidade em que comandei a Brigada. Nessa ocasião, convidou-me para ser o Chefe do CIE.

Assim, fiquei afastado todo esse tempo. No CIE, com a Revolução em pleno desenvolvimento, desempenhava a função, integrado ao sistema do Serviço Nacional de Informações, não tendo, assim, um caso específico para relatar.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

Já afirmei que sou homem de formação "boca calada e ouvido grande". Acho a Revolução de 1964 uma árvore frondosa, que deu frutos extraordinários para o nosso País durante vinte anos, e esta árvore, por ser frondosa, tem raízes profundas. Quero me ater, porém, a fatos próximos à Revolução, evitando as fases anteriores, mesmo porque eu não sou pesquisador de História.

Vivi, estranhamente, os fatos que vou relatar, para constatar como há relação, na nossa vida, entre certos acontecimentos.

Vamos para 1930, lembrando que nasci em 1922 e, em 1930, eu tinham apenas oito anos.

Meu pai servia em Belo Horizonte, no 12º Regimento de Infantaria, a respeito do qual existe um livro – não sei se é da Biblioteca do Exército – denominado a "Odisséia do 12º RI". O 12º RI era uma unidade legalista, ou seja, apoiava o Presidente Washington Luís; e quem marchava do Sul para o Rio de Janeiro para depô-lo? Getúlio Vargas, veja bem, Getúlio Vargas.

O 12º RI foi cercado, metralhado, assaltado e o Comandante – Coronel Bragança – foi morto no seu gabinete de trabalho. Cabe o comentário: "Braga, que memória prodigiosa!" Mas se explica, porque o meu pai servia lá, foi preso e minha mãe nos levava para visitá-lo. Ele era o médico da Unidade. Então, ouvíamos falar de Getúlio Vargas, de Luís Carlos Prestes, do Secretário de Segurança de Minas, à época. O Secretário de Segurança era Otacílio Negrão de Lima. Mais tarde, o Castello Branco apóia a eleição do Francisco Negrão de Lima, irmão de Otacílio, no Rio de Janeiro. Embora não seja pesquisador de História, participei desses fatos, por questões familiares.

De 1930, quero pular para 1935, ano da Intentona Comunista. Onde é que está meu pai – o Doutor Braga? Está servindo na Escola Militar do Realengo, que teve participação neste movimento, por quê? Porque existia uma célula comunista nos Afonsos. Quem chefiava a Intentona Comunista de 1935? Luís Carlos Prestes.

Quando chega o ano de 1964, vejo no palanque, junto ao Presidente João Goulart, Luís Carlos Prestes, aquele mesmo chefe de 1935, de uma Intentona que assassinou muitos dos nossos, que morreram dormindo, com a traição perpetrada na calada da noite. Ao lado de Prestes, que era um brasileiro comunista a serviço da Rússia, de onde viera para chefiar a Intentona de 1935, está o Brizola, está o Miguel Arraes, a fina flor da esquerda brasileira, e com eles os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Então, há um vínculo entre o passado e o Movimento de 1964.

Agora, a causa imediata da Revolução está na eleição de Jânio Quadros e João Goulart, no final de 1960 e, a assunção, em 1961. No regime eleitoral então vigente, havia possibilidade de votar no Presidente, de uma chapa, e no Vice-Presidente, de outra, uma aberração. Não existia vinculação dentro das chapas.

Os dois grandes partidos da época eram, de um lado, a UDN, partido de princípios conservadores, mas que vinha, desde Getúlio Vargas, fazendo oposição, e jamais tinha sido governo; de outro, a grande força política, o PTB, com alguns aliados, como o Partido Comunista, de Luís Carlos Prestes. Este segundo bloco tinha força popular, que vinha de Getúlio Vargas, particularmente junto aos sindicatos. Surge, assim, uma chapa populista, a chapa "Jan-Jan", Jânio Quadros e João Goulart, que são eleitos: Presidente Jânio Quadros e Vice-Presidente João Goulart, um da chapa da UDN, o outro da chapa do PTB, partidos adversários e que postulavam a condução do País.

Acho que, neste fio muito tênue, está a raiz do Movimento de 1964. É eleito Jânio Quadros, líder popular, vindo, do bairro de Vila Maria, na capital de São Paulo, cidadão de caráter estranho, até no aspecto físico. Às vezes, punha talco na cabeça, sacudia e dizia que era caspa; usava uma vassoura como símbolo da luta contra a corrupção, e dizia que era para limpar o País da ação daninha dos corruptos; caricato, se transformou em messiânico, porque o povo, fica meio perplexo com esses tipos – a liderança messiânica – nós estamos cansados de ver isso.

Assume o Jânio Quadros, com duas posturas, uma interna e outra externa, formando uma verdadeira dicotomia. Internamente, servia no Recife na época em que Jânio determinou ao Ministro do Exército que fizesse a repressão às Ligas Camponesas e ao movimento estudantil, naquela cidade, a qual foi feita, eu assisti.

Preocupava-se, era uma esquisitice, com fatos que não caracterizavam problemas específicos do Presidente da República, como certas proibições de rinhas de galo e do uso de lança-perfumes e de biquínis. Até mesmo, usava um uniforme safári, para desempenhar suas funções, enquanto o traje normal de todos os presidentes é o terno e gravata. Outra conduta esquisita do Jânio Quadros era governar através de bilhetes, ultrapassando seus Ministros. Ele mandava bilhetes para as autoridades de segundo e terceiro escalões, contendo ordens suas. São os famosos bilhetes de Jânio Quadros. Em pouco tempo, sua figura ficou desgastada.

E ainda houve uma condecoração para o Che Guevara.

Isso foi depois, o ponto final, porque, antes, na política externa, condenou publicamente a atuação dos Estados Unidos na baía dos Porcos, em Cuba; mandou o João Goulart para a China, creio, até, que incumbido de reatar relações com aquele país comunista. João Goulart estava em Paris, retornando da viagem,

quando aconteceu a condecoração de Che Guevara, Ministro da Economia de Cuba, com a mais alta condecoração que o Itamaraty concedia a personalidades estrangeiras, a Ordem do Cruzeiro do Sul. Foi condecorado às vésperas do Dia do Soldado, a 19 de agosto.

Ora, ele tinha sido candidato pela UDN, partido de Carlos Lacerda, um jornalista excepcional, um orador vigoroso e extraordinário, o qual fez um discurso, no dia anterior à renúncia. Não sei, talvez esteja exagerando, mas é opinião minha – até que ponto influiu, na psique do Jânio Quadro, o discurso do Carlos Lacerda, produto da condecoração do Che Guevara.

O certo é que ele abandona o Governo e deixa o Brasil perplexo. Os reais motivos, até hoje, são uma interrogação não respondida por ele próprio que alegou as tais "forças ocultas". Resultado – e eu lhe disse que a causa imediata estava na eleição da dupla Jan-Jan – quem deveria assumir a Presidência da República? Em princípio, seria o Vice-Presidente.

No dia 25 de agosto de 1961, estava presente a uma recepção no Clube Náutico do Recife, oferecida anualmente – não sei se ainda existe – à oficialidade, em comemoração ao Dia do Soldado; na oportunidade, o Comandante do IV Exército – hoje, Comando Militar do Nordeste – General Arthur da Costa e Silva, a quem caberia fazer a oração de agradecimento pela homenagem, foi absolutamente enfático, não deixou dúvidas, e foi aplaudido:

"É do conhecimento de todos que o Sr. Jânio Quadros deixou o Governo. Em conseqüência, está vaga a cadeira de presidente da República, mas isso não é problema, porque a Constituição é clara, assume o Vice-Presidente João Goulart."

Isto eu ouvi, lá em Recife.

Mas, em 1961, as comunicações não se comparavam com as dos dias atuais. As ligações diárias com o EME eram feitas em horários prédeterminados. Às vezes, o rádio não conseguia receber os sinais, não entrava no ar; a falta de informação, de ligação, de coordenação dos Comandos Militares era um fato. Nós fomos muito felizes por termos realizado a Revolução de 1964 sem derramamento de sangue, porque, como em 1961, também faltou coordenação.

Enquanto, no Recife o General Costa e Silva fazia aquela declaração pública, o I Exército – hoje, Comando Militar do Leste, com sede no Rio de Janeiro – construía o "eixo" Rio de Janeiro-Brasília, com o Congresso, na Capital Federal, para impedir a posse de João Goulart. Os ministros militares fizeram um manifesto contrário à posse de João Goulart.

No III Exército – hoje, Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre – o General Machado Lopes adere ao Brizola; e quem era o Brizola? Apresentava-

se como herdeiro político de Getúlio Vargas – eis por que fiz questão de falar no Movimento de 1930. Brizola liga-se a Machado Lopes e chama o João Goulart, para que ele vá para Porto Alegre. A finalidade é refazer a marcha de Getúlio Vargas, de Porto Alegre ao Rio de Janeiro e, depois, Brasília, onde assumiria a Presidência da República.

Afinal, encontra-se uma fórmula conciliatória, nascida de diversos grupos, porque não eram só militares os que reagiam. Muitos civis também não o queriam; a Igreja e a mídia tinham receio do comunismo. Estavam apavorados, porque João Goulart tinha pregado, quando Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, a república sindicalista e fomentado a subversão no movimento sindical, inclusive, com a preparação de líderes combativos.

O Brasil todo estava assustado com o que iria acontecer e a esquerda sempre foi muito atuante, o "tambor" da esquerda sempre bate mais alto do que os demais. Repetiam, naquela época, expressões como: "vamos fazer as reformas na 'marra'", "tomar o Governo na 'marra'". Tudo era na "marra", e havia companheiros nossos, os quais se diziam não comunistas, mas aceitavam todas essas teses doutrinárias de João Goulart e Leonel Brizola. Por isso é que destaquei o fato de não terem sido todos os oficiais da 2ª Seção que fizeram parte da segurança do Castello.

A solução, a fórmula mágica encontrada para evitar o confronto, de conseqüências, só Deus sabe quais, foi o parlamentarismo, visto que, com o mesmo, o Poder do Presidente reduzir-se-ia, à medida que teria de reportar-se ao Parlamento. Mas, até a emenda constitucional que propôs o parlamentarismo foi perversa, porque previa uma data de duração do regime, ou seja, seria regime parlamentarista o tempo necessário para que pudessem neutralizar os militares e aquele pessoal que não queria o João Goulart. Os chefes militares teriam concluído a permanência na ativa e estariam na "reserva".

Uma das primeiras medidas do João Goulart, quando assumiu a Presidência, foi propor o fim do parlamentarismo. Um ano depois, o presidencialismo retornou.

Lembro-me da propaganda da Elza Soares nas emissoras de rádio: "Diga não, diga não ao parlamentarismo." O plebiscito se resumia em dizer "sim" ou "não" ao parlamentarismo. E houve uma enorme "orquestração" para se dizer "não".

O parlamentarismo nunca foi aceito no País; foi uma saída para contornar a crise gerada pela renúncia, sem propósito, de Jânio Quadros e, agora, continuam determinadas figuras querendo tentar ressuscitar essa idéia, quando já se viu que, desde aquela época, muito claramente, ninguém queria o parlamentarismo. O presidencialismo tem uma tradição de aceitação pelo povo brasileiro.

Com a propaganda, o "não" ao parlamentarismo teve uma vitória esmagadora.

Nosso País está inserido no mundo ocidental, logo não estamos sós e, como tal, não podemos fazer aquilo que queremos, senão o que é mais ou menos admitido nesse mundo ocidental. Alguém já disse o seguinte: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil", do que discordo, mas, infelizmente, é uma realidade, que mal ou bem, somos conduzidos a aceitar.

Seria o caso de indagar, por que o Governo Revolucionário foi reconhecido, tão rapidamente? Porque os Estados Unidos vinham de um desastre na Coréia – não se diz derrotados, porque são os Estados Unidos – mas foram derrotados, sim, na Coréia, onde perderam milhares de soldados, e, em seguida, empenharam-se no Vietnã, de onde voltaram humilhados. Estavam, os Estados Unidos, apavorados com a idéia do comunismo e viram, com simpatia, a Revolução brasileira.

Sem falar na amizade existente entre o Vernon Walters – se não me engano era Adido Militar da Embaixada americana no Brasil – com o Castello, conhecimento vindo da guerra, onde fora Oficial de Ligação do V Exército dos Estados Unidos com a Força Expedicionária Brasileira.

Enfim, os Estados Unidos viam com muita satisfação a Revolução, tanto que até tiveram um embaixador raptado. É importante colocar esses pontos de vista.

Influência da guerra fria na Revolução de 31 de Março de 1964

Teria que acrescentar pouca coisa. Acabou a Segunda Guerra Mundial, com dois grandes vencedores, essa é a realidade: a União Soviética – uma "União" artificial – e os Estados Unidos da América do Norte, dividindo a liderança e procurando, cada um, expandir o seu campo de ação, razão das guerras da Coréia e do Vietnã. Tirando esses dois grupos, o primeiro mundo, capitalista, e o segundo mundo, socialista, sobrou o terceiro mundo, a América Latina, a África e a Ásia. Para onde vieram os soviéticos exportar o comunismo? Para a América Latina, em Cuba.

Se nós não tivéssemos feito a Revolução de 31 de Março, Cuba, como ficou demonstrado posteriormente, se encarregaria – mandou o Che Guevara para a Bolívia – de realizar a expansão do comunismo. Imagine o temor dos Estados Unidos de que o Brasil, com esta imensa extensão territorial e enorme população, se tornasse comunista. São essas as conseqüências da guerra fria, aqui no Brasil.

Panorama político anterior a 31 de março de 1964

Caos absoluto, caos absoluto. O País continuava temeroso com as reformas propostas por João Goulart; as Forças Armadas perplexas pelas seguidas manifes-

tações de indisciplina: sargentos da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram em Brasília; os marinheiros não atenderam a proibição do ministro da Marinha para não realizarem uma convenção. A hierarquia foi abalada pelo próprio Presidente da República. A economia estava desorganizada; a inflação altíssima – mais tarde, Castello Branco faria cair a inflação de cento "e tantos" por cento ao ano para vinte e "poucos" por cento ao ano.

Havia um clima de desagrado geral, ou seja, os dois lados, independentemente de ideologia, exigiam uma solução, porque, como estava, não poderia continuar.

Na verdade, havia uma insatisfação geral com o Governo Goulart.

Insatisfação geral. É fácil imaginar a Igreja católica, no Brasil, ser proibida de funcionar, no caso do País seguir a doutrina comunista, a exemplo do que aconteceu com a Igreja católica, na Rússia, que foi fechada, trancada, amordaçada.

"Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"

As "Ligas Camponesas" foram elementos de um movimento exclusivo do Nordeste. Encontrava-me lá, no Recife, em 1961, com o General Arthur da Costa e Silva, Comandante do IV Exército, que recebeu ordem para reprimi-las. E o que era esse movimento? Era a invasão da cidade, por hordas de trabalhadores, carregando bandeiras vermelhas, pleiteando – não a reforma agrária – mas a desapropriação das terras dos usineiros. A Faculdade de Direito do Recife juntou-se àqueles trabalhadores e tumultuaram o Recife, sob a liderança de Francisco Julião.

O "grupo dos onze" é invenção do Leonel Brizola; tenho a impressão de que copiada ou reflexo de sua antiga formação militar, no Exército, pois o efetivo do Grupo de Combate (GC) é de onze pessoas. Colocou na cabeça essa idéia e começou a incentivar, pelo rádio e pela televisão, a organização de tais grupos. Na verdade, nunca vingaram. Acredito que tais grupos participariam da luta armada para a implantação da república sindicalista preconizada pelo governo.

Cisão nas Forças Armadas

A quebra de disciplina nas Forças Armadas foi proposta pelo Comandante-em-Chefe, João Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, na reunião com os marinheiros, um espetáculo terrível de indisciplina. Foi assistido pela televisão, praças e sargentos jogando gorros para o ar, abraços, e ele, o Presidente, se inflama, sai do roteiro – estava lendo o discurso que defendia aquelas reformas que pretendia – e conclama à indisciplina: "que os graduados se unam ao povo e

vamos, todos, impor ao Congresso a nossa vontade". Isso foi sugerido pelo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, pelo Presidente da República.

E, hoje, pretendem esconder tudo, como se esse enxovalhamento da autoridade não tivesse ocorrido no Brasil.

O desencadeamento da Revolução

Os principais acontecimentos que motivaram o desencadeamento da Revolução foram: a eleição da "dobradinha Jan-Jan", e, depois, o comício e o discurso do João Goulart na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares e da fina flor do esquerdismo: Luís Carlos Prestes – não foi outra pessoa não, foi Luís Carlos Prestes – Leonel Brizola, Miguel Arraes, Dante Pelacani e muitos mais.

Houve, ainda, a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, mas a motivação última para a eclosão do movimento revolucionário de 1964 foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil; gota d'água que, praticamente, fixou a data de 31 de março, pois tenho a impressão que a Revolução estava em marcha, mas a falta de comunicação dificultava o entendimento. A evidência estava na dicotomia de pontos de vista do discurso do Costa e Silva, na recepção do Clube Náutico, e o pensamento do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, a que já me referi antes.

A divulgação desses fatos facilitou para que todos começássemos a buscar quase um consenso.

Mas, aí, já com um certo retardo, porque o General Olympio Mourão Filho não esperou o consenso. Constituiu o Destacamento Tiradentes – um Grupo de Artilharia, o 10º RI e tropa da Polícia Militar de Minas – e se pôs na estrada, na direção do Rio de Janeiro, com a intenção de depor o Presidente. Fixou aquela data, visto não haver um pensamento geral para iniciar o Movimento em 31 de Março. Ele precipitou os acontecimentos.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Resposta imediata ao comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964, que assisti perplexo, com inúmeras bandeiras vermelhas, bandeiras comunistas, e muita agitação. Se compararmos as datas, veremos que, no dia 19, o povo respondeu com a Marcha da Família. Não tenho conhecimento, considerando as informações e o tempo de vida que possuo, de outra manifestação popular com tamanha repercussão, quanto a dessa marcha realizada em São Paulo. Depois, repetiu-se em quase todos os Estados do Brasil, nas capitais e em cidades do interior, caracterizando

a amplitude nacional do Movimento. A Revolução não foi um movimento local, feito por três ministros militares. Esta é a razão de ser uma Revolução.

Forças Armadas – Exército: intérpretes da vontade nacional

Não admito discussão sobre isso, porque o descontentamento grassava de norte a sul do País. A intranqüilidade que se vivia era terrível, não só do capitalista, ameaçado de perder o seu patrimônio, mas de outros setores da sociedade. A Igreja, por exemplo, tinha medo, e com razão, do comunismo.

Até entre os intelectuais – nós achamos, injustamente, que toda a intelectualidade é de esquerda – existiam muitos que temiam a direção que tomava o País, como Milton Campos, que foi candidato a Vice-Presidente e era um renomado jurista, Bilac Pinto, Magalhães Pinto e tantos outros.

Mudança da ordem institucional – Revolução de cunho comunista em marcha

Estava sendo preparada, embora evitassem o termo comunista. Não diziam, por exemplo, "vamos fazer uma revolução comunista". O discurso era "vamos estabelecer uma república sindicalista, na marra", "não temos adversários", "somos os mais fortes", "somos os intérpretes da opinião pública". A República sindicalista era o caminho para atingir o comunismo.

Atitude do Congresso em face do Movimento

Perplexidade. Admitiu o Ato Institucional nº 1 com absoluta docilidade; recebeu o nome do Castello Branco para ser votado, e foi votado, com absoluta tranqüilidade, e, além disso, elementos do Congresso não perceberam que tinha ocorrido uma Revolução, queriam apresentar ao Castello Branco uma legislação de emergência. Não leram o Ato Institucional e não viram que o mesmo legitimava as decisões revolucionárias e que, a partir daí, seria o Executivo que iria determinar os rumos dos acontecimentos.

Reação dos sindicatos, CGT, UNE e outras associações de idêntica natureza, em face do êxito da Revolução

Desprezível. Ao lado da Policlínica do Exército, na Rua Moncorvo Filho, próximo do Quartel-General, onde servia, encontrava-se a sede da Faculdade de

Direito, com o seu diretório estudantil, o CACO, que era, na ocasião, um reduto comunista. No dia da Revolução, incendiaram cadeiras, sem maior repercussão, e desapareceram. Já disse e repito: A esquerda nunca foi o que propalou que era. Sempre exagerou.

A Revolução de 31 de Março de 1964 chegou a bom termo sem nenhum derramamento de sangue, foi um Movimento que se impôs rapidamente, uma revolução bendita, ninguém, praticamente, colocou-se contra. O povo estava cansado de tanta anarquia e incompetência.

A Revolução: movimento exclusivamente brasileiro

Foi um movimento interno, planejado e executado exclusivamente por nós, com raízes que se estendem até os anos 1930, como abordei antes. Qualquer outra versão acerca deste assunto não corresponde à realidade.

O "esquema militar" do Governo e o desmoronamento

Nunca houve "esquema militar". Por exemplo, no dia do comício da Central, no Rio de Janeiro, coube ao Coronel Domingos Ventura, como Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, realizar a segurança do mesmo, o que não significa que ele fosse de esquerda ou comunista. Meu Deus, tanta gente se envolveu em ocorrências e fatos, sem ter nada a ver com isso.

Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na Revolução

Eu era Aspirante-a-Oficial do Exército – que não deixa de ser um cadete do quarto ano – quando fui, com a Força Expedicionária Brasileira, combater na Itália, portanto estou certo de que foi acertada a decisão do General Médici, quando empregou os cadetes da Academia. A nossa formação profissional visa ao combate, à luta; não somos formados para professor de escola pública, mas para ser militar. Assim, a tropa constituída por cadetes é da melhor qualidade e bem adestrada. Tenho que empregar a tropa de que disponho.

Principalmente, em se tratando da soberania do País.

O grande objetivo, afinal.

Os cadetes também foram empregados na Intentona Comunista, contra os Afonsos (Base Aérea dos Afonsos). E foi acertado o seu emprego. É a melhor tropa combatente de que se dispõe. Ninguém deixou os cadetes trancados em Realengo.

Apreciando a nossa Revolução de 1964, o General Médici agiu muito bem, evitando, inclusive, o possível confronto entre as tropas dos I e II Exércitos.

A mídia e o apoio ao movimento

A mídia é um capítulo à parte. Está sempre voltada para o detentor das grandes promoções, das grandes propagandas, dos grandes recursos.

A Rede Globo de televisão foi muito apoiada pela Revolução. Os laços de amizade do Roberto Marinho com o Figueiredo vêm desde à época em que este era tenente, quando o Roberto ia cavalgar na Escola Militar do Realengo.

Li um artigo do Roberto Marinho, em 1984, tecendo os maiores louvores aos governos da Revolução, inclusive ao Governo Figueiredo, vinte anos depois da eclosão da Revolução. Está em uma revista do Clube Naval, trazida por um capitão-de-mar-e-guerra. Acho que deveria ser publicado, para iluminar a memória dos esquecidos, que hoje são tantos, para ver a posição do Roberto Marinho, não só em 1964, mas em 1984, vinte anos depois.

No Governo Figueiredo, houve um desencontro de posições entre o Roberto Marinho e o Figueiredo. Ocorreu uma enchente no Nordeste e a TV Globo fez uma promoção – dessas normais dos domingos, em que toneladas de alimentos e roupas foram mandadas, inclusive dinheiro. O Figueiredo notou que não se falou no apoio do Governo Federal, e ficou meio ressentido com o Roberto Marinho.

Por isso, fui encarregado pelo então Ministro Octávio Aguiar de Medeiros, a quem rendo as minhas maiores homenagens, um homem honesto, sério, artilheiro... para falar com o Roberto Marinho.

O General Medeiros foi o meu Instrutor-Chefe no Curso de Artilharia da AMAN, respeitadíssimo, de reconhecida liderança...

Ele me encarregou dessa missão, a ser cumprida no Rio de Janeiro, no palacete, em Laranjeiras – tinha dia e hora marcados, um domingo – para ver se aquele mal-estar entre companheiros de montaria, na Escola Militar do Realengo, dos idos de 1930 – 1935, 1936, 1937 – era eliminado.

A Rede Globo era o Roberto Marinho, razão por que digo Rede Globo. Ela se beneficiou de um acordo feito com uma empresa americana – não me recordo agora o nome – para trazer material de televisão. Recebeu, era necessário, o aval do ministro das Comunicações. Então, a Rede Globo foi beneficiária da Revolução e o Roberto Marinho retribuía com elogios à mesma.

Hoje, deixa que a sua empresa jogue pedras na Revolução que tanto lhe ajudou. Também muitos outros jornais e revistas apoiaram o Movimento de 1964, como a Cadeia Associada, do Assis Chateaubriand.

Alguns se insurgiram, como Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, fazendo surgir a imprensa marrom.

Pelo menos ele é coerente. Desde aquela época, até hoje, fustiga os militares que participaram da Revolução. É aquela minoria, minoria mesmo, bem "pequenininha" que, já na época, não queria a Revolução, e continua, até hoje, no mesmo diapasão.

A grande imprensa – *o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, o Jornal do Brasil, o Correio da Manhã* – era favorável.

Coesão nas Forças Armadas

Entendo que a coesão aumentou, particularmente no Exército, pois sobre as Forças Armadas não teria conhecimento tão aguçado para emitir um juízo mais direto.

O Exército afastou alguns de seus membros simpáticos àquela situação, entre os quais elementos atuantes e eficientes, e o pessoal, que ficou, uniu-se, quer pelo êxito do Movimento, quer pelo sofrimento.

Inclusive porque acabaram as greves diárias, que correspondiam a prontidões constantes nos quartéis; acarretavam sacrifício e o isolamento do militar de sua família, pela impossibilidade de, ao término do expediente, regressar ao lar, pois a tropa vivia de sobreaviso, prontidão ou em ordem de marcha, sem saber o dia de amanhã. As Forças Armadas sofriam as conseqüências daquele verdadeiro desgoverno.

Um Movimento sem ideologia

Inegavelmente. Penso que não havia qualquer ideologia. O Movimento se propunha a defender a democracia, a eliminar a corrupção e desenvolver o País.

Colocou-se, ainda, contra o marxismo-leninismo.

Depois de 1935, o Exército ficou muito ferido, marcado pelo assassinato de companheiros que dormiam, altas horas, no quartel do 3º RI, na Praia Vermelha. Por isso sempre manteve – estou ausente do Exército desde 1985 – uma mentalidade anticomunista notória. Todos nós estávamos, e estamos convencidos, de que o comunismo representa um mal para o País e para o mundo. Está demonstrado hoje: O que ele fez à União Soviética, à Rússia e aos seus satélites? O que restou da União Soviética e dos países que a integravam?

Felizmente, a mentalidade anticomunista permanece viva em nosso Exército, nessa virada do milênio, exatamente como no período revolucionário.

Revolução, Golpe ou...

Qualquer outra denominação é apelido, porque, na realidade, foi uma Revolução. Um movimento de âmbito nacional realizado para atender o clamor público; irmanados todos os segmentos da sociedade: operários, religiosos, militares, jornalistas, empresários, profissionais liberais e outros. Se a esmagadora maioria clamava por uma mudança, como não denominar de Revolução? Se um governo é deposto e uma nova ordem, uma nova Constituição é estabelecida, através da qual se legitima e determina os rumos a serem seguidos, extraordinariamente benéficos para o Brasil, como é que não houve Revolução? O resto é apelido.

Governos militares ou governos de presidentes militares

Os presidentes é que foram militares. No primeiro Governo da Revolução, os ministros que tiveram maior prestígio foram Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente, do Planejamento e da Fazenda. Eram os verdadeiros "deuses" do Governo, e assim foi nos estados e municípios, cujos governantes, na maioria, eram civis.

O Congresso e o Judiciário mantiveram suas atribuições e o Governo propiciou uma alternativa de Poder para os opositores, criando um partido, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), onde poderiam debater, politicamente, os acertos e os desacertos da Revolução.

Isso realmente foi excelente, porque nunca existiu nem existe nos regimes de exceção, como no de Cuba, e não se via na União Soviética e nos seus satélites, países de um só partido.

Na União Soviética, em pleno regime comunista, não seria preciso fazer guerrilha, roubar ou assaltar banco, bastaria escrever um livro que insinuasse não estar de acordo com o regime comunista vigente, o autor iria "bater" na Sibéria. Há livros escritos por "dissidentes" soviéticos, de grande projeção, que atestam isso.

Líderes da Revolução

Os civis que tenho na lembrança; embora a memória possa falhar, são Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Armando Falcão, Bilac Pinto, Adhemar de Barros, Nei Braga e vários outros... Sei que posso estar cometendo uma injustiça em só citar esses.

Dos militares, de que me recordo, colocaria como o número um o General Castello Branco, razão da união de todos na Revolução; não houve defecção, porque

ele era um padrão de comportamento moral e de preparo profissional. É um destaque que não se pode deixar de fazer.

Outros militares foram o Costa e Silva, os dois irmãos Geisel, o Muricy, o Mourão Filho, o Carlos Luís Guedes, o Golbery, enfim, vários outros.

31 de Março de 1964 – benefícios e prejuízos

A Revolução de 31 de Março de 1964 – voltarei a exprimir-me através da figura – é uma árvore frondosa que deu frutos maravilhosos. Quem viveu a época anterior à Revolução tem que ser justo e dizer que houve uma modificação extraordinária nas telecomunicações, nas estradas de rodagem, na ampliação dos portos, na produção de energia.

Neste setor, além da construção de hidrelétricas, partimos para a aquisição das usinas nucleares, fruto do acordo com a Alemanha, principalmente; conseguimos a multiplicação da produção de petróleo – quando, dos conflitos no Oriente Médio, o barril do petróleo atingiu a níveis, naquela época, nunca antes imaginados.

Na área social, realizamos conquistas marcantes para o trabalhador, como o Banco Nacional da Habitação, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a instalação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Chegamos a ser a 8ª economia do mundo. Após os governos revolucionários, os subseqüentes fizeram-nos descer, nessa escala, várias posições, infelizmente.

Poderíamos acrescentar o retorno da autoridade, que foi fundamental...

Também, a volta da disciplina, da hierarquia, do respeito...

Ordem e progresso. A vontade nacional voltou a existir com uma força impressionante na década de 1970, chegando a patamares nunca antes atingidos, inclusive na observação de estrangeiros que estudaram o Brasil. Ray Cline, consagrado estrategista norte-americano, considerou-a a maior do mundo, ao lado da vontade nacional francesa, em sua obra publicada em 1975, com o título de Avaliação do Poder Mundial (World Power Assessment).

Orgulhoso, eu lembro do Natal de 1964, o Ano Novo na praia, como o povo estava feliz.

Era uma maravilha, não tinha banditismo; embora a prioridade fosse o desenvolvimento, havia total segurança.

Silêncio sobre os sucessos econômicos obtidos pela Revolução

Fui à posse, na Academia Brasileira de Letras, em outubro de 1999, do Ministro Roberto Campos. A oração dele foi enorme, cinqüenta minutos, e ao

referir-se a cada um da mesa – o Roberto Marinho estava presente – ele fazia uma peroração. Sobre este disse: "Dr. Roberto Marinho consegue uma coisa prodigiosa. Desde que o conheço, é o maior propagandista do governo, na primeira página; nas páginas interiores, às vezes, existe alguma coisa favorável."

Então, a mídia não faz promoção da Revolução, porque tem que ser favorável ao governo do momento. Se a mídia não se atrelar ao governo, as grandes verbas de publicidade, que são governamentais, não chegam, e a mídia precisa dessas verbas para sobreviver. Depois da saída do João Figueiredo, veio o Sarney, quando a esquerda começou a influir, de modo crescente, passando a ter um domínio absoluto no Governo.

E nós, militares, fazemos parte do contexto. O Presidente atual foi recebido, ano passado ou há dois anos, nos Estados Unidos, quase como um herói, porque tinha sido oprimido pela Revolução. O "cidadão" saiu daqui com um convite para ser professor no Chile, com o visto passado pelo Itamarati, e hoje passa por exilado.

Exilado voluntário, ganhando cinco mil reais como aposentado do magistério.

Exilado? Descende de uma família modesta, de militares – fui ajudante-de-ordens de um dos tios dele, General Ciro Espírito Santo Cardoso, que nada possuía – pois esse nosso Presidente é um homem de rico patrimônio, dono de fazenda, em Minas Gerais, de sítio e de apartamentos em São Paulo, e emprega o Exército para defender as suas terras.

Então, a mídia tem que ser favorável a quem libera o dinheiro. Infelizmente, esta é a regra.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada

Entendo que não perdemos a "batalha da comunicação social", simplesmente porque nunca nos engajamos nela. Tive um colega – não citarei o nome – que disse assim: "A galinha põe o ovo e canta", mas não aprendemos isso na Escola Militar. Nós realizamos, porque temos que realizar, porque é parte do nosso trabalho, porque é parte da nossa profissão, porque é o nosso ideal, nosso amor ao Exército, porque faz parte do nosso amor à Pátria.

Nós não estamos habituados a trabalhar em troca de recompensas. Acredito que a gente pense o seguinte: "O meu trabalho, os outros hão de reconhecer." Assim pensava o Presidente Castello Branco.

No entanto, não adianta atingir meia dúzia de pessoas intelectualizadas. É preciso chegar ao "povão", como o Brizola, com aquele lenço vermelho no pescoço e o Jânio Quadros, com uma vassoura na mão e desgrenhado.

Não é que a Revolução fosse aparecer com uma "vassoura na mão e desgrenhada", mas publicasse nos jornais as fotografias de suas inúmeras realizações, como, por exemplo, aquela maquinaria toda colocada no porto do Rio de Janeiro. Nunca vi qualquer referência, nos jornais, sobre esse investimento; temos pudor de dizer o que realizamos e, praticamente, ninguém sabe.

Guerrilha e terrorismo

Os adeptos do extremismo revelaram constituir uma minoria inconseqüente, que decidiu partir para um confronto, por meio da luta armada, apesar de o Governo ter disponibilizado um meio, um canal, para quem quisesse fazer oposição, que foi o MDB.

O Ulysses Guimarães fez isso...

Fez isso, e propôs uma série de absurdos, dentre os quais o "é proibido proibir" da Constituição. Qual o lugar no mundo que se pode imaginar uma coisa dessas: "é proibido proibir". É preciso estabelecer limites. A democracia não permite tudo, tem certas coisas que precisam ser sufocadas, como guerrilhas, por exemplo.

A Colômbia está nessa situação, porque não combateu, devidamente, seus próprios inimigos.

Fidel Castro criticou a guerrilha no Brasil, desenvolvida no ambiente urbano, chamando-a de guerrilha suicida, porque não contava com o apoio de ninguém, e foi reprimida pelo Governo, como tinha que ser. Não se pode aceitar o assalto a banco, o seqüestro de autoridades, paralisações, sem que se faça uma repressão a tais ações. Por que não utilizaram o meio que a Revolução lhes deu para contestar, que era o partido de oposição? Derrotados na cidade, foram para o campo, onde também só colheram revezes.

Era, também, um grupo inexpressivo. Faltava-lhes apoio popular!...

Sempre foi pequeno grupo, que ecoou com uma intensidade enorme – pensamos que viesse uma "carga d'água", e tudo não passou de um "chuvisco".

Uma "meia dúzia" de inconseqüentes.

Como foi Aragarças.

Luta armada

Seu objetivo foi conquistar o Poder e impor um regime comunista.

O AI-5: necessidade ou excesso

Qualquer um de nós, no lugar do Presidente Costa e Silva, faria a mesma coisa. Ele se destaca com a Revolução de 1964 e assume a Presidência da República,

substituindo o Castello Branco. O *status* vigente, repito, é o seguinte: a Revolução se autolegitima, tem o Poder. Embora tivesse tempo previsto, marcado, poderia fazer e acontecer.

Quando o Márcio Moreira Alves faz o pronunciamento na Câmara, o problema já vinha acontecendo desde o início de 1968 – como servi na África, sei disso – vindo do movimento estudantil da França, que se alastrou, atingiu a África, atravessou o Atlântico, chegou à América e ao Brasil.

Então, já às voltas com o movimento estudantil, um enorme problema, ocorre o pronunciamento do Márcio Moreira Alves, desrespeito total, em plena festa da Independência do nosso País. Quer dizer, o indivíduo sem orgulho por sua Pátria ou colocando-a abaixo de seus pruridos ideológicos, no dia em que se comemora a Independência, transforma tudo num caso pessoal contra as Forças Armadas: – que não se prestigie o 7 de Setembro, que as esposas, que as mulheres, não atendam aos militares –, foi o fulcro de sua mensagem atrevida.

O Costa e Silva pediu ao Presidente do Congresso uma medida, em âmbito parlamentar, contra o Deputado Márcio Moreira Alves, mas não obteve a menor resposta.

"Como é que eu, detentor do Poder, vindo de uma revolução... tenho que reavivar a memória dessa gente?!".

Costa e Silva foi mais enérgico do que o Castello Branco, porque não estabeleceu a data de término do Ato Institucional nº 5, ou seja, não disse que terminaria "daqui a 12 meses, 14 meses, após a data de publicação".

E com inteligência, porque não é racional jogar o remédio fora, quando o doente melhora. Às vezes, você precisa manter o remédio guardado por mais tempo, porque pode haver uma recaída, então, é bem provável que ele estivesse agindo dentro dessa idéia.

SNI, DOI, Lei de Segurança Nacional

Primeiro o Serviço Nacional de Informações. Não tenho idéia de como um presidente da República ou o presidente de uma grande empresa – e digo isso com convicção – possa prescindir de informações. Qualquer pessoa, até para serviços domésticos, para admitir um empregado, precisa obter dados sobre a origem, conversar com o ex-patrão, saber os hábitos. É o mínimo que se quer em informações.

Talvez, seja uma questão semântica. Criou-se uma implicância em torno do nome; engraçado, se tivesse sido chamado Serviço Nacional de Inteligência, ao invés de Serviço Nacional de Informações, não haveria cisma.

A palavra "informações" levou o pessoal a achar que todo mundo estava ali para "dedurar". Houve uma deformação muito grande e "informação" passou a significar indicação de pessoas para serem cassados. Esta idéia prevaleceu, mas trabalhar em informações é uma função muito digna, muito honrosa, que visa acompanhar as políticas do Governo, onde está dando certo, onde está emperrando, se possível levantar os óbices e apresentá-los, para que possam ser ultrapassados.

O serviço de informações é indispensável em qualquer governo – veja Israel com o Mossad, veja os Estados Unidos com a CIA, veja a Argentina com o SIDE, veja a Inglaterra com o M15. Não podemos abdicar do nosso serviço de inteligência. Tanto não se pode, que se preparou uma fórmula para se resolver o problema, criando-se, neste Governo, a Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN. Então, qualquer um que fosse presidente desejaria ter um serviço de informações ou de inteligência, ou, mesmo que não presidente da República, mas que fosse presidente de uma grande empresa, nacional ou multinacional, não poderia prescindir de tal serviço.

A outra questão é sobre os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOI (Destacamento de Operações de Informações). Não estávamos preparados para fazer face àquelas ações de seqüestros, assaltos a banco e outras típicas de guerrilha e terrorismo. Na EsAO, afirmei, os temas em estudo eram voltados para a situação brasileira e não me lembro de ter levantado tais assuntos, no sentido de saber como acabar com seqüestros e assaltos a banco. Dessa forma, alguns oficiais foram enviados para fora do Brasil, aprender com outros países que já tinham sofrido com essa problemática. Cito dois: Estados Unidos e Inglaterra.

Constituímos aqueles centros e destacamentos para combater os guerrilheiros, repito, aqueles que não quiseram agir pelos meios institucionais postos à disposição.

Então, formaram-se os destacamentos de operações de informações, com pessoal do Exército, com elementos da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Polícia Civil, e até civis que quiseram colaborar, para fazer a repressão a esse tipo de guerrilha urbana. Fizeram-na com muito sucesso.

Houve erros? Cometeram-se excessos? Talvez tenham sido cometidos. Por que existiram excessos? Porque os DOI, ao invés de ficarem subordinados, diretamente, aos Comandantes de Exércitos (Comandos Militares de Área), atuavam sob o controle operacional das suas 2ª Seções, e estas, devido ao imenso rol de atividades, deram certa liberdade aos destacamentos.

Houve excessos de parte a parte. Por exemplo, num inquérito sobre a Ação Libertadora Nacional, de que fui encarregado, meu escrivão era o Capitão Perdigão. Este oficial ia passando pela Lagoa (Bairro da Cidade do Rio de Janeiro), quando o

carro dele foi fechado, saíram dois ou três terroristas, atiraram e quase matam o Perdigão. Alguém tinha que fazer face a esse tipo de operação. E certamente foi, com sucesso, o destacamento de operações.

Não prescindo do serviço de informações, nem na minha casa, como não posso prescindir dos CODI e dos DOI, caso tenha que enfrentar movimentos de guerrilha, seqüestro e terrorismo. Mas não necessito nem de governo revolucionário, quando não existe nem guerrilha nem terrorismo.

SNI e CIE – custos

Tenho liberdade de comentar sobre isso, porque chefiei o CIE e chefiei a Agência Central do Serviço Nacional de Informações. A Agência era muito mais onerosa. Para começar, devo dizer que o CIE coordena, administra o sistema de informações dentro da Força, dentro do Ministério do Exército; é subordinado ao ministro do Exército, que é o seu maior cliente. Quando se reúne, para trocar informações, com os serviços de informações das outras Forças – CENIMAR da Marinha, CISA da Aeronáutica – deixa de ser um sistema para pertencer a uma comunidade de informações, uma comunhão. Quando passa à comunidade, une-se, também, com a 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que teve as suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Defesa, atual coordenador dessa comunidade.

Então sintetizemos: ele é sistema dentro do Ministério do Exército, passa a pertencer à comunidade de informações, e essa comunidade a integrar o sistema do Serviço Nacional de Informações, que é acionado pela Agência Central (AC). Essas informações são básicas, para podermos entender.

Já, a Agência Central tem como principal cliente o presidente da República, que administra o Sistema Nacional de Informações. Seja o CIE, seja o SNI, ou melhor, a Agência Central do SNI – porque, interessante, não há outra definição para o Serviço Nacional de Informações: são o ministro e a agência concomitantes; o chefe da agência é o substituto do ministro, o chefe da agência despacha com o presidente da República, na ausência do ministro. Então, há uma certa facilidade de se misturarem as coisas – ambos são encarregados, ainda, de tomar as medidas de contra-informações, e, também, são elementos operativos. O CIE não só administra, ele também tem a sua 3ª Seção, tem a sua 2ª Seção, assim como a AC, também é operativa.

Com esses conceitos, creio que podemos começar a raciocinar em termos amplos, não vamos descer a detalhes, mesmo porque estamos vivendo os anos de pós-Revolução.

O CIE, quanto às informações de caráter externo, sejam do campo político, econômico, psicossocial, militar, e de caráter genérico, ele se vale da 2ª Seção do

EME, que produz informações, até mesmo, utilizando os meios de comunicação: rádio, televisão, revistas especializadas, jornais etc. Fazia-se, àquela época, uma brincadeira: dizia-se que o EME era uma seção de recortes; realmente recortava-se muito jornal, e fazia-se gravações de televisão (hoje, a gente vê a guerra em casa). Mais ainda, os adidos militares, cumprem um programa do Sistema Nacional de Informações e respondem periodicamente a um relatório. Aquilo que interessa ao EME, ela (2ª Seção) acompanha, também, através do SNI, particularmente, sobre a evolução dos países vizinhos, ou aqueles com quem temos relacionamento e seja necessário, como os Estados Unidos.

Assim, funciona a parte externa do CIE.

O SNI, para o campo externo, usa o que produz a comunidade de informações – os serviços de informações dos ministérios militares. Recebe as informações do: CISA, do CENIMAR, do CIE e da 2ª Seção do EMFA.

Além dessas informações, para o campo externo, dispõe, no Ministério das Relações Exteriores, do CIEx – sigla que causa muita confusão, pois CIEx é o Centro de Informações do Exterior, e pertence ao Ministério das Relações Exteriores. E, finalmente, o SNI tem os seus agentes no exterior; esses agentes, na sua maioria, eram ligados a serviços congêneres no exterior, vamos supor: ao Mossad, de Israel, ao M15, da Inglaterra, à CIA, dos Estados Unidos etc.

Esses agentes podem ser civis ou militares?

Sim, o nosso agente nos Estados Unidos era um civil, de excelente qualidade; na Europa, tínhamos dois agentes militares. Então, vimos o problema no campo externo.

No campo interno, de quem se vale o CIE? Através do Estado-Maior do Exército, das informações vindas dos Grandes Comandos: dos I, II, III e IV Exércitos e do Comando Militar da Amazônia. Ele se vale dessa cadeia para ter informações no campo interno e, repito, é um órgão operativo, pois também tem os seus órgãos de operações.

Já, o SNI recebe as informações relativas ao campo interno do CIE, do CISA, do CENIMAR e do EMFA; além disso, é interessante a gente ver, recebe informações setoriais, porque, em cada Ministério, existe uma DSI (Divisão de Segurança e Informações) que é ligada diretamente ao ministro da pasta correspondente; todas as DSI prestam informação ao SNI, prestam não, trocam, porque elas também recebem. No Ministério da Justiça não existe a DSI, existe a 2ª Seção do Departamento de Polícia Federal. O próprio SNI, além da Agência Central, dispunha, na época, espalhadas no território nacional, 12 agências.

Isso basta para sentirmos a organização de um modo muito geral, para sentir que o ônus que cabe à Agência Central é enorme, muito maior do que o do

CIE. Acho que é só avaliarmos que, em um, o principal cliente é o ministro do Exército, e, no outro, é o presidente da República.

O SNI tem que estar apto a atender ao presidente da República em problemas específicos. Por exemplo, tínhamos um grupo estudando exclusivamente a energia nuclear; um outro grupo voltado, somente, para o problema da informática. Naquela época, estávamos "caminhando" em informática. Chegamos a montar ou fomentar, a criação de uma empresa de informática, a Prólogo, que foi vinculada ao SNI.

Lembro-me de que o SNI tinha um determinado grupo de homens, extremamente bem preparados, conhecedores profundos dos países sul-americanos, refiro-me ao sul-americano, porque conheci, de perto, esse grupo que me passou um quadro preciso, extremamente correto, da América do Sul e, em especial, da Bolívia, para onde fui designado como adido militar.

O maior peso de informações provenientes do estrangeiro procedia dos países sul-americanos, sem dúvida.

Fui para a Bolívia, na qualidade de Adido, parecia que ia para um país que já conhecia, sem nunca ter visto, pela gama de informações que me foram transmitidas. Realmente, quando se falou em extinção do SNI, no Governo Collor, fiquei me lembrando daqueles homens, extremamente capazes, e o que o Brasil, o presidente da República e o Exército, todos, perderiam com a desativação de uma estrutura tão eficaz. Parece-me que, havendo erros estruturais no SNI, que fossem corrigidos, mas não acabar com o Sistema.

Não era erro, havia que adaptá-lo à nova legislação.

O SNI tinha, vinculado a ele, uma Escola Nacional de Informações, a EsNI.

Uma Escola maravilhosa. Muito aprendi ali, também, antes de ir para o exterior, mas muito mesmo.

A Escola funcionava muito bem, possuía elementos de primeiríssima ordem.

Os cursos denominados "A", "B" e "C" me deixaram entusiasmados de ver como eram realizados e em que elevado estágio o Brasil havia chegado, em termos de informações. A EsNI era ligada, intimamente, ao SNI e, por isso, principalmente, tínhamos informações, naquela época, da melhor qualidade.

E é terrível que o povo esteja tão desinformado quanto a tarefa que nós exercíamos, tendo sido enganado com uma idéia completamente distorcida.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Apraz-me recordar uma figura pela qual tenho muito apreço, um intelectual de primeira grandeza, de raras qualidades intelectuais, que é o Roberto

de Oliveira Campos. Ao receber o "fardão" da Academia Brasileira de Letras, alude exatamente isso:

"Dizem que fui ministro do governo dos 'anos de chumbo', que sempre apoiei o governo dos 'anos de chumbo'. Quero testemunhar, afirmar – e ele, com aquela eloqüência peculiar, que estou procurando mais ou menos reproduzir, mas saiu em todos os jornais – o seguinte: hoje põem na conta dos 'anos de chumbo' uma ou duas centenas de cadáveres, vamos dizer mais do que uma centena de cadáveres. Eu os prefiro aos 'anos de aço' dos regimes comunistas, que têm, para exibir, milhões de defuntos, milhões de mortos, não porque eles tivessem protestado com arma na mão, mas porque, simplesmente, tivessem tentando escrever contra o regime."

Esta, também, é a minha opinião. Endosso a posição do Roberto Campos.

A demora da Revolução

Penso que demorou exatamente o tempo justo. O Presidente Castello Branco se impôs o término da Revolução; seus ministros pediram que ficasse mais um ano, mais um ano e pouco, para ver os resultados do que havia plantado – tinham sido extraordinários – e ele aquiesceu. Nessa permanência, aparece o Costa e Silva postulando à Presidência da República, contando com um apoio expressivo, fazendo discurso na Vila Militar, e, dessa forma, assumiu a Presidência da República.

Começa o movimento estudantil – já disse que esse movimento, de 1968, foi importado do estrangeiro, veio da França, passou pela África e chegou aqui – depois recrudesceu, as greves e ações terroristas começaram a aparecer, em escalada, e a Revolução teve que se opor a isso, foi obrigada.

Aliás, outro fato a ser comentado: a Revolução, que, hoje, eles criticam, só aconteceu porque eles mesmos nos obrigaram a agir assim. Os CODI e os DOI surgiram, porque o inimigo agiu em primeiro lugar; foi uma resposta às guerrilhas urbana e rural. Então, foram eles que começaram e, hoje, invertem o processo, de forma descarada. Mas, no fundo, sabem que tudo aconteceu como resposta ao que criaram, levando a Revolução a permanecer no Poder por tempo maior do que o imaginado inicialmente.

Razões do desengajamento

A nossa formação militar não admite situações que nos obriguem a "engolir sapos". É inimaginável um militar, no cargo de Presidente da República, aceitar determinadas críticas contundentes que firam o desempenho honesto de suas atribuições ou firam sua honra profissional. O exercício da atividade política

permite determinados modos de atuar, marchas e contramarchas, afirmações e negativas, desmentidos, caminhos tortuosos, tudo isto, naturalmente, incompatíveis com a mentalidade militar.

Assim, uma vez terminada a fase da repressão militar, para colocar o País em ordem, missão em que foi necessário o emprego da força, já que houve mudança de cenário, o Presidente Geisel pôde propor que se fizesse uma abertura lenta e gradual.

Estou com o Castello Branco, quando impôs a si um tempo para novamente entregar o País a quem teria condições de "ouvir e aturar" certas coisas, que é o político – ele sabia, pelo seu caráter, que não conseguiria suportar um procedimento dessa espécie, ou seja um presidente da República tem que se conduzir politicamente. Quando o remédio que ele propôs, em nome da Revolução, fizesse efeito, admitia um ano, depois aceitou dois anos, passaria o bastão

O político fala hoje uma coisa, amanhã está dizendo outra ou abraçando o seu adversário de ontem, não é o nosso temperamento. Acredito que a Revolução não se exauriu, ela se ajustou à época.

Os resultados econômicos do último governo, dito militar

A situação que tornou os resultados econômicos adversos, vinha progressivamente se agravando desde o final do Governo Geisel, como reflexo da crise do petróleo, no Oriente Médio.

As crises vêm se sucedendo, até hoje, e estamos em dificuldades, com a dívida externa, que cresceu demais, sobretudo nestes últimos anos.

Esse problema sempre foi muito prejudicial para nós que dependemos da importação de petróleo. Mesmo assim, repito, o Brasil chegou a ser a 8ª economia mundial. Será que alguém, é tão "cego" que não "enxergue" isso?

"Revanchismo"

Não tenha dúvida, pode comprar qualquer jornal que irá observar o mais completo e despudorado "revanchismo". Parece que eles fazem escala, tenho a impressão que a mídia faz revezamento para tentar denegrir os militares perante o povo. Veja a primeira página do periódico: "O algodão do Hospital Central do Exército é comprado com preço majorado". Uma semana fica essa notícia, discussão, sindicâncias abertas, a palavra do ministro, a palavra "desse", a palavra "daquele", e ninguém explica por que aumentou o preço do algodão em 10 centavos, até porque não há quem majore preços quando depende da burocracia

interminável dos órgãos públicos, a qual leva o vendedor a aguardar um prazo enorme para receber.

Quando termina aquela questão, eles entram com uma nova manchete: "navio da Marinha transportando contrabando", e aquela canalhice passa a ser assunto de todos os jornais, das revistas, televisão, e, quando vai terminando, acredite, já está em pauta outro assunto para tentar prejudicar o conceito das Forças Armadas junto à população. É bom lembrar, feitas as apurações, quase sempre nada se comprovou de irregular. Mas, aí, nada publicam nem ratificam.

Chegaram ao desplante de, ao falar do passado de um marginal, citar que o referido elemento foi militar, porque o mesmo prestou o serviço militar obrigatório. Veja do que os revanchistas são capazes!

O desaparecimento do comunismo

Além de Cuba, penso que só não desapareceu no Brasil, onde há comunistas de todas as linhas e tendências: ortodoxos, albaneses, chineses, cubanos – engraçado que, felizmente para nós, estão extremamente divididos.

No mundo, na aldeia global, a União Soviética desmoronou, e, com ela, a força do comunismo, como regime de governo, mostrando que, onde ele parecia imorredouro, não conseguiu sustentar-se e implodiu. Foi, durante tantos anos, uma ditadura comunista implacável, que nunca aceitou contestação por menor que fosse. E o que restou da União Soviética? Nada, absolutamente nada.

A recompensa do sacrifício

O Exército tem um vínculo de comunicação com o povo, e muito positivo: são esses milhares de conscritos que, anualmente, chegam aos quartéis, onde aprendem o que é disciplina, o que é ordem, o que é amar a Pátria. Aqueles que serviram fora das benesses das grandes cidades, em locais muito distantes, aprenderam, até, hábitos de higiene. Enfim, o Exército é uma escola prodigiosa, não aquela voltada para as letras, mas para a educação de nosso povo, aprimorando o comportamento cívico e moral.

A diferença entre o jovem conscrito que chegou ao quartel e aquele que regressa é sentida por quem o recebe. Aí está o que entendo sobre quem faz a verdadeira propaganda do Exército junto ao povo. Quando você vai ao restaurante e encontra um cidadão que lhe diz: "O senhor é o Capitão Braga, é o Coronel Braga ou o General Braga? 'Pôxa', que bom aquele tempo, quando fui seu cabo"; podemos

constatar seu orgulho em dizer que foi cabo do Exército Brasileiro, de tal Unidade. Acho que essa gente é que faz a promoção do nosso Exército.

Eles saem da Força falando bem, porque trabalham com o nosso pessoal, testemunham a modéstia em que vivemos, bem como o respeito, companheirismo e dignidade com que eles e seus familiares são tratados, diferentemente de como a imprensa propala. Mesmo que os jovens reservistas não digam, quem convive com eles sente que mudaram.

Creio, portanto, que a nossa promoção é essa, porque não fazemos nenhuma propaganda.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Aduziria que os responsáveis pelos regimes repressivos são os mesmos de 1930. Sempre a luta da esquerda, comunista ou não comunista, que não se conformava ao regime democrático.

Agora, creio que o futuro vai indicar o caminho deles, porque não têm mais o espelho da União Soviética, da Albânia ou mesmo da Rússia. Cuba luta para sobreviver sem a ajuda da URSS.

Por tudo isso, tenho a esperança de que o povo não se deixe levar pelo proselitismo da mídia e ajude o Brasil a ter um futuro de paz e de maior tranqüilidade.

Como vivi grande tempo da minha profissional dentro do sistema de informações – gosto mais de ouvir do que falar – acredito que falei muito mais do que pensava que fosse falar. Este Projeto é da maior importância, merece os melhores votos, as bênçãos de Deus, para que possa chegar às livrarias, permitindo a todos nós, a toda nossa gente, o acesso a uma publicação que relate a verdade sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, o que, hoje, infelizmente, você não encontra.

General-de-Brigada Gabriel D'Annunzio Agostini

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Na II GM, durante a Campanha da FEB, na Itália, exerceu a função de Capitão Comandante de Companhia de Recompletamento, do Depósito de Pessoal e, depois, Oficial de Ligação.
- Comandou o 3º RO 105 – Regimento Mallet, em Santa Maria, RS. Chefiou a Seção de Planejamento do II Exército. Como General, ocupou os cargos de Diretor de Armamento e Munições; Diretor de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos; e Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (CEMCFA).
- Na eclosão da Revolução, respondia pelo Comando do 3º RO 105, em Santa Maria, RS. Logo a seguir, assumiu o Comando efetivo da Unidade.

Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2000.

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, caberia ao Vice-Presidente, Sr. João Goulart, que estava na China, assumir a Presidência da República.

Os ministros militares reagiram contra a posse de Goulart, devido à sua gestão anterior no Ministério do Trabalho, estimulando greves de trabalhadores e atos de baderna, inclusive.

A solução para o impasse foi a experiência frustrada do regime parlamentarista. Passado algum tempo, o Governo preparou um plebiscito visando ao retorno do regime presidencialista.

Vencedor da consulta popular, João Goulart assumiu o cargo de Presidente do País e incentivou os comunistas a se infiltrarem na administração federal. Chegou-se a uma situação insustentável, fazendo eclodir a Revolução, em 31 de março de 1964.

Nessa época, servia no 3º Regimento de Obuses 105 – "Regimento Mallet"–, localizado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, inicialmente respondendo pelo comando e, depois, efetivado comandante.

A população da cidade girava em torno de 150 mil habitantes. Santa Maria, localizada no centro geográfico do Rio Grande, destacava-se por ser um importante entroncamento ferroviário – as rodovias eram inexistentes, à época – e centro cultural dos mais adiantados.

Havia a Universidade Federal de Santa Maria, inclusive meu filho foi formado lá, e uma bem servida rede de escolas primárias e secundárias. Possuía quatro estações de rádio: Rádios Imembui, Medianeira, Santamariense e Guaratan, e dois jornais: *A Razão* e *A Cidade,* este de tendência comunista.

Santa Maria era uma grande guarnição militar, com dois quartéis-generais: o QG da Divisão de Infantaria (DI) e o da Artilharia Divisionária (AD/3); quatro unidades de combate: o 7º Regimento de Infantaria (7º RI) com dois batalhões, o 3º Batalhão de Carros de Combate Leve (BCCL) com três companhias, o 3º Regimento de Obuses 105 (3º RO 105 – "Regimento Mallet"), com dois grupos, e o 3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Contava, ainda, com o Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e, também, com a Base Aérea de Santa Maria, que já estava organizada.

A situação de intranqüilidade reinante no País já se fazia sentir em Santa Maria. Em 1961, a Guarnição foi favorável à posse de Jango Goulart. Argumentavam, na defesa desta posição, a prescrição constitucional e o fato da oposição basear-se numa questão de ordem política e não de ordem ideológica, como depois se revelou.

A partir daí, os comunistas passaram a atuar largamente, tendo como centro da agitação as oficinas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) que possuía

da ordem de cinco mil operários. O líder era Baltazar de Mello, e havia, ainda, uns quatro ou cinco homens com cursos na URSS.

Eles conheciam a técnica para atemorizar os indecisos. Por qualquer motivo, eram decretadas greves que, devido à posição central de Santa Maria no Estado, paralisavam, quase totalmente, as atividades.

As greves eram incentivadas, também, em todas as classes e, em repetidos comícios, exigiam o fechamento do comércio. Santa Maria era considerada uma cidade "comunizada".

Naquele tempo, no Rio de Janeiro, foram se sucedendo o comício da Central do Brasil, o levante dos marinheiros e fuzileiros navais e, por último, o evento do Automóvel Clube, presidido pelo próprio João Goulart.

Finalmente, na manhã de 31 de março de 1964, o Exército tomou uma atitude contra-revolucionária, desencadeada a partir de Minas, que se irradiou a todo o País.

Participação pessoal

Convidado pelo Comandante do Regimento, Coronel Ruy de Paula Couto, cheguei à Unidade em janeiro de 1964, a fim de ocupar o cargo de subcomandante. Senti que o desencanto atingia grande número de oficiais, pois presenciavam o descalabro reinante, com o conluio dos principais chefes militares que davam cobertura àquele estado de coisas.

A criação do "espírito de classe", insuflado, em particular, entre os sargentos, feria profundamente a coesão dos quadros, pela quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina, e criava uma constante desconfiança entre os diversos círculos.

Em fevereiro de 1964, quando passei a responder pelo comando, o Regimento se preparava para as manobras de fim de período. A intensificação da instrução nessa fase colaborou para que fosse mantido um benéfico ambiente de trabalho. Durante o período da manobra, recebemos um radiograma que transferia o licenciamento do pessoal, previsto para o dia 4 de março, logo após a manobra, para 4 de maio. Isso constituiu uma séria preocupação para o Regimento, pois, após o término das manobras, difícil seria encontrar motivação para a instrução. No intuito de garantir, da melhor maneira possível, o enquadramento dos homens, foi elaborado um intenso programa de instrução diária, baseado, essencialmente, em Educação Física, Ordem Unida e Controle de Tumultos. Esta última teve ênfase especial, simulando-se comícios, tumultos, apedrejamentos etc. Servia na Unidade, um graduado muito bom, o Sargento Porto, que simbolizava um líder político

discursando, incitando o povo ao tumulto, trazendo realismo ao treinamento. Foi muito importante, porque deu experiência e confiança aos homens.

Algumas reuniões eram realizadas com os oficiais e sargentos, quando, então, comentavam-se os atos de serviço; em todas, era enaltecida a necessidade de disciplina, da coesão e da dedicação ao serviço. A propósito do incidente havido com os marinheiros e fuzileiros navais, no sindicato dos metalúrgicos, acentuei que aquele fato era um absurdo, pela destruição da disciplina, que era o sustentáculo de qualquer Força Armada.

Acreditava, mesmo, que o impacto causado pelo problema naquele sindicato, o comício havido no dia 13 de março, junto ao Quartel-General, próximo da Central do Brasil, e a reunião do Automóvel Clube, no dia 30 de março, chefiada pelo Presidente da República, trouxeram tal perplexidade aos companheiros possuidores de espírito militar, que criou uma força aglutinadora, capaz de compelir à reação.

No Regimento, esse mal-estar era visível, particularmente porque a cidade sempre foi considerada um centro de agitação e se temia que fatos daquela natureza viessem aqui ocorrer.

Alguns dias antes do Movimento de 31 de Março, fui visitado por um oficial, relatando que já se esboçava, entre os chefes militares, uma reação e já existia um chefe responsável.

Dia 29 de março, chegou às minhas mãos o documento elaborado pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, confirmando a notícia trazida pelo companheiro. Na oportunidade, respondi um questionário sobre o assunto.

Esse documento circular, dirigido aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações subordinadas, fazia uma análise da situação política e a decorrente conduta militar. Aliás, consta do livro: "A Revolução de 1964 – um depoimento para a história pátria", do Marechal M. Poppe de Figueiredo, APEC Editora S. A., 1970.

Dia 31 de março, às 17h, encontrava-me em casa e um soldado foi avisar-me de que havia ordem de rigorosa prontidão. Dirigi-me ao Regimento e, ao passar pelo QG da 3ª DI, já encontrei o General Mario Poppe de Figueiredo em seu Gabinete de Comando, procurando notícias no rádio, pois nada sabia.

Fui, em seguida, para o Regimento e transmiti a ordem de prontidão. A Unidade estava com o seu efetivo praticamente completo. Tinha havido, alguns dias antes, ordem para licenciar 50% do efetivo, a fim de fazer economia, mas do total de oitocentos homens, licenciei apenas cinqüenta e comuniquei à DI por meio de

ofício. Foi uma inspiração que tive: telefonei para o QG, dizendo que não podia licenciar. Como não houve reação, permaneci com o efetivo praticamente completo.

Sentindo controlada e calma a situação dentro da Unidade, voltei ao QG, para acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos. O Paula Couto estava no comando da Artilharia Divisionária (AD/3) e o Coronel Edmundo da Costa Neves era o Chefe da Circunscrição de Recrutamento (CR) – atualmente Circunscrição do Serviço Militar (CSM).

Na parte da tarde, já corriam pela cidade notícias de greve geral. Permaneci no QG, conversando, esperando alguma informação, que não chegava. À noite, dirigi-me, juntamente com o Coronel Paula Couto, à gare local da Viação Férrea, onde tivemos oportunidade de conversar com o Inspetor, que estava num carro dormitório, e que nos afirmou nada saber sobre greve. Voltamos ao QG, chegamos lá às 23h45min, e comunicamos ao General o resultado de nosso entendimento. Quinze minutos depois, com surpresa, verificamos que chegava ao QG a notícia de greve na Viação Férrea. Na mesma hora, recebi ordem para desencadear o plano de ocupação, pois a área nos cabia pelo Plano SEGIN (Segurança Interna).

Determinei ao Comandante do II Grupo o cumprimento da missão, para a qual, inclusive, já estava alertado. Imediatamente, deslocou sua tropa, de modo que, por volta de 0h45min, toda área da Viação Férrea estava ocupada, até o quilômetro dois.

Essa ordem verbal do General Poppe de Figueiredo foi, posteriormente, confirmada pelo seguinte memorando:

1. "Confirmo minha ordem verbal para que o 3º RO-105 passe a executar o PLANO SEGIN – REP (repressivo), ocupando os seguintes pontos sensíveis: (seguem-se os nomes em código).
2. Deverá, outrossim, manter cerrada vigilância em todo seu setor, nele mantendo a ordem, bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomeração humana.
3. Deverá ficar em condições de, mediante ordem, ocupar, mesmo à força, a Prefeitura Municipal, fazendo silenciar a estação de rádio que de lá está transmitindo."

O Prefeito de Santa Maria era um comunista inveterado.

Ao II Grupo, cabia a missão principal de manutenção da ordem pública. Criado em 1962, não possuía viaturas nem material de comunicações para atender a qualquer situação operacional, enquanto o I Grupo estava pronto para atuar como Artilharia.

Durante aquela noite, as informações ainda eram escassas. O Comandante da 3ª DI continuava em busca de orientação, já começando a ficar aflito. Apenas ao amanhecer, soubemos que o General Ladário (Ladário Pereira Telles) tinha assumido o comando do III Exército, em substituição ao General Benjamin Rodrigues Galhardo.

Levando em conta a peculiar situação da Cidade de Santa Maria, seja no aspecto físico, seja militar, era necessário evitar luta no seu interior, sob pena de comprometer os resultados da Revolução em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Não tenho dúvida de que o Estado pararia. Considerando que a área atribuída ao Regimento – a Viação Férrea – era a mais crítica dentro da cidade, foi determinado ao 3º BCCL, ao amanhecer, que o reforçasse com um pelotão de carros de combate. Aliás, o Comandante teve o cuidado de entregar o comando dos cinco carros a um 2º sargento, casado com uma sobrinha minha, meu amigo, de inteira confiança.

Durante a manhã, procurei esclarecer os oficiais e sargentos do Regimento acerca dos acontecimentos. Sempre tive em mira ressaltar a necessidade de coesão e de disciplina. Sentia certa pressão dos oficiais, cerca de sessenta, na época em que cheguei. Dizia-lhes:

– Olha, não pode, não tem jeito. Vamos ficar quietos e reagir quando necessário. Agora, iremos tumultuar Santa Maria.

Às 8h45min, dirigi-me à Viação Férrea.

Foi no dia 1º de abril?

No dia 1º de abril, às 8h45min, com o intuito de verificar como estava o meu II Grupo. Ao chegar, tive conhecimento de que havia ordem para organizar uma composição, com 119 vagões, a fim de transportar tropa para Curitiba. Essa ordem havia chegado no "Movimento" da Viação Férrea. Recomendei ao tenente, que tomava conta da "gare", que não autorizasse encostar vagão algum ali. Logo imaginei que deveria ser tropa de Santa Maria.

Cheguei ao QG, para dar a notícia, e soube da determinação do III Exército, de embarcar, com destino a Curitiba, um batalhão do 7º RI, uma bateria do 3º RO 105 e uma companhia de carros do 3º BCCL. Nesse ponto estou divergindo do livro do General Poppe, nomeado acima, quando fala em um Grupo de Artilharia e cita como destino da tropa a Cidade de Cruz Alta. A idéia, porém, permanecia a mesma, ou seja, ocupar a ferrovia, o tronco principal sul, no corte do rio Pelotas.

Conversei com o General Paula Couto sobre o assunto e chegamos à conclusão de que aquela ordem não poderia ser cumprida, mas que haveria tempo, até a hora da partida do trem, para evitar o seu cumprimento.

Voltei ao Regimento, falei com o Subcomandante, S3 e com os Comandantes dos I e II Grupos, sobre a ordem de embarque. A repulsa foi unânime; disse mais para eles:

– Não vamos tomar uma atitude a não ser empurrando o General na frente.

Pouco tempo depois, chegou a notícia de que um grupo de oitenta ferroviários, aproximadamente, havia tentado entrar na gare da Viação Férrea para formar o trem, mas foram impedidos por meu pessoal que, diante da atitude agressiva dos mesmos, intimou-os a se retirarem, sob ameaça de serem alvejados. A estação estava sob nosso controle e não haveria jeito de entrarem.

Sempre conversamos com o General Poppe de Figueiredo, acerca do perigo de ocorrer qualquer tumulto na cidade. Às 11h da manhã do dia 1º de abril, ele resolveu aderir à Revolução. Reuniu, na sala de instrução da 3ª DI, o Estado-Maior – o Chefe do Estado-Maior, Coronel Ramão Menna Barreto, ainda não chegara da visita à família na fronteira, não sei se em Uruguaiana ou Santana do Livramento, de modo que não compareceu à reunião, embora conste, no livro citado, a sua presença, mas logo que soube dos acontecimentos, retornou e assumiu a sua função – ,o Coronel Paula Couto, o Coronel Edmundo, o Coronel Ito do Carmo Guimarães, Comandante do 3º BCCL, e eu, Comandante do Regimento Mallet. O Coronel Paula Couto substituía o General Rubens Barra, titular da AD/3, em férias.

Vivamente emocionado, o General Poppe, em rápidas palavras, disse que havia pesado a importância da decisão que tomaria e que não poderia ficar indiferente à ação nefasta do comunismo que se infiltrava entre nós. Era necessário dizer um "basta!" – expressão dele – a tudo o que vinha acontecendo e decidiu "não cumprir as ordens do III Exército e combater o comunismo dentro da cidade". Assim que ele acabou, levantei-me e disse:

– General, o "Mallet" está, unanimemente, com Vossa Excelência.

Logo após ter ouvido a decisão do Comandante da 3ª DI, dirigi-me ao Regimento e, de imediato, reuni os oficiais. Também estava emocionado. Fiz uma exortação contra o comunismo, transmiti a decisão do General Poppe e, ao terminar, disse ao meu pessoal que havia reafirmado o apoio unânime do "Mallet". A sensação foi de desafogo e euforia entre eles, exceto um capitão.

Esse oficial, após a dispensa dos demais, veio falar comigo e disse:

– Coronel, o senhor não consultou o pessoal?

Respondi-lhe que a ocasião não comportava isso e que havia transmitido uma decisão.

Determinei, em seguida, a reunião dos sargentos. Repeti o que tinha dito aos oficiais e nada de estranho notei; todos permaneceram em silêncio. Depois, na parte da tarde, o presidente do círculo dos sargentos veio dizer-me que dois não haviam aceitado a decisão, e choraram, porque eram amigos do General Osvino Ferreira Alves, já na reserva.

Os sargentos eram ligados a ele.

O Osvino era um homem bom, mas estava do outro lado. Desfrutava de prestígio entre os sargentos e exerceu, durante cinco anos, o comando da 3ª DI, ocasião em que realizara verdadeira "política de sargentos".

Gostaria de citar o Boletim Divisionário número 16, desse mesmo dia 1º de abril, quando foi tomada a decisão de aderir a Revolução:

"Nossa Pátria passa por um momento decisivo de sua História. Herdamo-la de nossos pais, cristã e democrática. Assim queremos transmiti-la aos nossos filhos. Nos últimos tempos, vem nosso País sendo levado para o comunismo ateu e totalitário, numa flagrante violação da vocação do povo brasileiro.

Após os últimos episódios, de conhecimento público, nos quais a disciplina das Forças Armadas foi praticamente destruída, a situação atingiu a um ponto que se desenhou nítida, sob o império do mais puro e legítimo patriotismo, a necessidade de ser, enquanto é tempo, oposto um dique à avalanche comunista.

A 3ª DI alia-se aos camaradas da 2ª DC (Uruguaiana), 3ª DC (Bagé) e demais Grandes Unidades que já manifestaram sua decisão de cooperar na missão sagrada de impedir a comunização de nossa grande Pátria. (a) Mário Poppe de Figueiredo. General-de-Divisão Comandante da 3ª DI"

Aproximadamente às 15h do dia 1º de abril, a DI recebeu um aviso de que, defronte ao "Palácio Rosado" – era a sede do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), costumeiro ponto de reuniões e comícios de comunistas – estava se iniciando uma reunião de duzentos a trezentos ferroviários. Como eu estava "à mão", o General determinou:

– Dissolve isso!

Dei ordem ao II Grupo, que estava sendo substituído pelo I Grupo na ocupação da área, que tomasse a seu cargo a missão, logo após concluída a substituição. Passei três carros de combate, que estavam na gare, na Viação Férrea, distante mais ou menos um quilômetro, à disposição da Unidade. Deveriam permanecer na gare, mas de olho na reunião.

Assim que teve duas Baterias prontas, o Comandante do Grupo (Major Maia) aproximou-as a uns cem metros do local e as dispôs em linha, de acordo com a técnica de controle de tumulto, mandou armar baionetas e dirigiu-se ao "Palácio Rosado", a fim de concitar os ferroviários a se retirarem. Eles não acreditaram, e ninguém queria sair. O Major Maia deu-lhes três minutos para que o fizessem. Terminado esse prazo, deu ordem para as Baterias avançarem, o que fizeram em passo cadenciado e com as baionetas em riste.

Diante da aproximação da tropa, um grande número logo foi embora, mas outros quiseram resistir e os soldados, depois me disseram, tiveram que cutucá-los com baioneta para que saíssem. A reunião foi dissolvida.

A população, que morava nas vizinhanças, manifestou-se, aplaudindo a tropa, tomada de uma emoção muito grande. Ocupamos o "Palácio Rosado" para lá passar a noite e muitas senhoras obsequiaram os soldados com doces e café, como manifestação de seu agrado.

Nesse mesmo dia, apesar de convocado pelo General, não pude comparecer à sua presença, tendo designado o Major Alexandre para representar-me. Foi incrível a petulância com que os cinco líderes da subversão na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, chefiados pelo Sr. Baltazar de Mello, numa entrevista, foram ao Comandante da 3ª DI, exigir que fosse respeitado o seu direito de greve.

Relatou-me o Major Alexandre que o General esclareceu, calmamente, que esse direito estava sendo respeitado, mas que se garantia, também, aos outros trabalhadores que desejavam trabalhar, o direito de fazê-lo.

Baltazar de Mello respondeu:

– Depois, se fosse outra tropa, mas com aquela tropa medonha do "Mallet", tivemos a impressão de que iríamos ser massacrados.

– Não, a tropa do "Mallet" é muito disciplinada – retrucou o General – e, dirigindo-se ao Major Alexandre, completou:

– Não é, Major?

– É verdade, General. Só que os soldados aprenderam que ninguém pode interferir no cumprimento de sua missão.

– Muito bem, senhores, está encerrada a entrevista. Major, o senhor pode ir para a sua Unidade – concluiu o General.

Então, note-se a petulância com que quiseram enfrentar o General. Referiam-se àquele grupo de oitenta ferroviários que forçaram a entrada na gare da Viação Férrea, para formar o trem. Queriam ter o direito de parar a VFRGS.

No dia 2 de abril, pela manhã, começamos a trabalhar para que o General Poppe assumisse o comando do III Exército. Surgiram rumores de que estavam ocorrendo problemas na 3ª DC, em Bagé, chegando notícias de ocupação do QG, pelos sargentos, de oficiais presos e que o General teria se refugiado em uma Unidade.

Com a tomada da gare da Viação Férrea, o Comando do III Exército, em Porto Alegre, ficou imobilizado; nenhuma tropa conseguiria chegar a Santa Maria. Em termos estratégicos, seria conveniente estabelecer o Comando do III Exército na cidade, sob as ordens do General Poppe, substituindo o General Ladário, solidário ao Governo de João Goulart. Achávamos que as mesmas medidas tomadas

dentro de Santa Maria deveriam ser repetidas no âmbito do Estado, possibilitando a coordenação entre as 2ª e 3ª DC.

Assim, nesta mesma manhã de 2 de abril, o General Poppe assumiu o comando revolucionário do III Exército, em Santa Maria.

O restante do dia 2 e o dia 3 foram calmos, embora com muitos boatos na cidade. Durante a noite de 3 para 4 de abril, foi preso o líder ferroviário Baltazar de Mello.

Durante o dia 4 sentiu-se que a situação dentro dos quartéis estava consolidada e foi, então, feito um plano para aprisionar o pessoal de esquerda. À noite, oficiais e sargentos reconheceram os seus locais e, ao amanhecer do dia 5, 12 patrulhas, todas comandadas por oficiais, realizaram as prisões previstas nas suas missões. Cometemos o erro, e assumo, junto com os tenentes, a responsabilidade pelo mesmo, de não ter feito as prisões durante a noite do dia 4. Respeitamos a privacidade do lar, enfim, por um descuido, não fizemos as prisões nesta noite, dando oportunidade aos comunistas e esquerdistas de destruir toda a documentação que possuíam, e, dessa maneira, perdemos muitas informações. Mas, paciência, respeitamos a inviolabilidade do lar.

O Major Alexandre (Alexandre Máximo Chaves Amêndola), oficial de estado-maior, minha "mão direita", em Santa Maria – foi encarregado do primeiro inquérito. Realizados os interrogatórios iniciais, ele disse:

– Olha, não pode ser apenas um inquérito. Tem que ser subdividido em vários outros, abrangendo a Viação Férrea, a Universidade etc. e repartidos entre as Unidades.

Assim foi feito, e os encarregados dos inquéritos tiveram um trabalho insano, apesar do permanente apoio do Regimento que passou a executar "batidas" por todo o território do Município de Santa Maria.

Foram operosos cinqüenta dias que, muitas vezes, se prolongavam pela noite a dentro. Trabalho realizado com calma e em ambiente de serenidade, caracterizou-se pelo maior respeito mútuo entre todos empenhados naquela faina.

O Major Alexandre, com o auxílio de dois capitães, inquiriu da ordem de quatrocentas pessoas, muitas das quais, inocentes úteis. Indiciou apenas nove. O promotor, na Auditoria, alterou este número para 32. Veja a brandura do Alexandre.

No final da jornada de 5 de abril, a vida de Santa Maria estava normalizada. Magnífica manifestação, nunca vista na cidade, aconteceu em 17 de abril, reunindo cerca de cinqüenta mil pessoas que se deslocaram da praça Saldanha Marinho até o QG da Divisão: foi a denominada "marcha do agradecimento". Na área fronteiriça do quartel, fizeram discursos e entregaram uma placa comemorativa.

A verdade dos fatos é totalmente diferente daquelas versões que se divulgam hoje. Em nossos dias, as novas gerações ouvem falar da "marcha do agradecimento"!?

Existe uma foto no Museu Mallet, ampliada, exibindo aquela massa de gente, que, de forma espontânea, deslocou-se pela Rua do Comércio até o Quartel-General.

Agora vou me permitir transcrever as conclusões que, como Comandante do Mallet, rascunhei durante a confecção do relatório oficial encaminhado à Divisão, cerca de vinte dias depois da Revolução. São opiniões derivadas de uma situação vivida e marcadas com as emoções daqueles momentos, pelas quais me desculpo.

"Não há como negar que a Revolução de 31 de Março correspondeu de fato aos anseios do povo brasileiro. Foi a consecução de uma autêntica aspiração nacional, brotada do mais fundo da alma de um povo cristão, que via seu País descambar para um regime ateu, desumano e totalitário.

A maciça ação psicológica, conduzida e custeada pelo próprio Governo, estarrecia a todos os homens de bom senso e atordoava o povo, que pressentia a fome bater-lhe à porta, pelo descalabro econômico produzido por uma inflação preconcebida. As Forças Armadas sentiam afrouxarem-se os laços da disciplina, da camaradagem e da coesão e já perdiam o crédito e o respeito da opinião pública.

Os "esquemas militares", construídos nos bastidores palacianos para dar cobertura à ação subversiva do Governo, prestavam-se a toda sorte de concessões para apoiar sua ação nefasta.

Tudo isso, porém, caiu ao primeiro sopro, porque aqueles que se diziam "autênticos" líderes não eram senão fantoches, alçados aos altos postos governamentais, pelos azares de um fato histórico, e sustentados pelo espírito democrático e de disciplina que, ainda, restavam nos corações dos militares de bem.

O sentido de Salvação Nacional foi a "idéia-força", a bandeira que, num só instante, num só brado e num só impulso, juntou a todos para alijarem os impostores do Governo e se reunirem em torno dos verdadeiros chefes que sintetizavam os seus anseios.

Nesse episódio, sem dúvida, o "Regimento Mallet" desempenhou um papel importante. Coeso, disciplinado e eficiente, não desmereceu seu passado glorioso de bons serviços à Pátria. Foi, sem dúvida, uma Unidade incansável, elástica e flexível que mais dava quanto mais se pedia.

Por estar com seu efetivo praticamente completo no quartel, por ter 80% das suas viaturas rodando e seus meios de comunicação funcionando, foi o elemento mais solicitado pela DI para atuar, mesmo nas áreas de outras Unidades. Transportou

inclusive tropa do 7º RI para Val da Serra e Passo do Verde. Deu “batidas” na Região Serrana e no Passo das Tropas; chegou a Silveira Martins, Arroio Grande, Arroio de Só, Fachinal etc.

Acredita mesmo, este comando, que, graças ao alto conceito que desfrutava na Guarnição e à sua eficiência, foi o “Regimento Mallet” a força catalítica que desencorajou elementos de outras Unidades a aderirem aos apelos feitos pela Rádio Guaíba, em Porto Alegre, por Leonel Brizola, para irem em seu apoio.

Não desmereceram, assim, os soldados de hoje aos lauréis conquistados pelos nossos antepassados, a custo de sangue e bravura. Os sofrimentos físicos suportados durante as batalhas por nossos heróis do passado foram substituídos pelos sofrimentos morais a que foram submetidos os de hoje, antes da jornada de 31 de Março. A consciência e a tranqüilidade do dever cumprido foram, porém, a mesma, após a refrega.

Para aqueles, restaram os danos materiais a serem consertados para continuar na luta. Para estes, resta um Exército que precisa ser reagrupado moralmente, ter reconstruída sua disciplina, restabelecido seu espírito de camaradagem, reconquistado o respeito da opinião pública, que sempre vê nas Forças Armadas o grande poder moderador que, através da História, tem restituído a esta jovem Nação a tranqüilidade necessária para crescer.”

Ninguém escreve algo desta natureza se não existir em torno um grupo de pessoas entusiasmadas com o sucesso da Revolução.

No início de abril, surgiu o problema da escolha do novo prefeito, pois o titular tinha sido preso por ser comunista atuante. Chamado para colaborar, compareci ao QG. O General expôs o problema e disse:

– Olha, precisamos encontrar um nome para assumir a Prefeitura. Agostini, você que é santamariense, conhece muita gente, vai receber esta tarefa.

Lembrei-me do Dr. Miguel Meirelles que já tinha sido prefeito. À noite, fui à casa do Meirelles, junto com o Alexandre, e fomos recebidos. Quando dissemos o motivo da visita, ele falou:

– Mas, estou de mudança para Porto Alegre. Olha a minha mobília, quase toda pronta para o transporte. Vou morar em Porto Alegre, onde tenho uma filha. Não posso.

Dada a nossa insistência e os esclarecimentos sobre a situação, concordou em aceitar o cargo, por seis meses. Demos ciência ao General que solicitou o comparecimento do Presidente da Câmara de Vereadores, acompanhado dos vereadores que desejasse, ao Quartel-General.

O General expôs-lhe a situação e, num gesto de respeito à estrutura política, pediu-lhes a colaboração para a escolha de um novo prefeito. Informou-lhes sobre a consulta ao Dr. Meirelles que todos conheciam.

Reunidos, os vereadores deram unanimidade para o Doutor Miguel Meirelles e elegeram um Vice-Prefeito, Dr. Francisco Pereira, também um médico nosso amigo. O nome do Vice, que deveria substituir o Meirelles, não foi sugerido por nós.

Permito-me, agora, para melhor compreensão dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, dar um retrato dos fatos ocorridos no III Exército e 3ª DI.

III Exército

Tudo faz crer que o Governo João Goulart, ao ter mandado o General Ladário assumir o Comando do III Exército, em Porto Alegre (General Ladário assumiu às 3h do dia 1º de abril de 1964), tinha em vista duas hipóteses. A primeira, seria repetir o que acontecera, em 1961, quando o Rio Grande do Sul apoiou sua posse no Governo Federal. Criar no Estado sulino um centro de resistência para lutar pelo seu Governo. A segunda hipótese, caso a primeira não se positivasse, era dominar, desde logo, Porto Alegre e, em seguida, conquistar o restante do Estado, empregando a força.

Pode-se admitir que João Goulart não tivesse certeza de receber palmas na chegada – os desmandos do período de 1961 a 1964 levaram os brasileiros, especialmente os gaúchos, a desejarem seu afastamento – pois não acompanhou o General Ladário, chegando, em Porto Alegre, somente às 3h30min da madrugada do dia 2, num avião Avro, após o General já estar no comando. Teria que realizar a segunda hipótese.

O General Ladário, também, tinha consciência disto e, às 5h, logo depois de ter assumido o comando do III Exército – chegara, ao aeroporto, à meia-noite do dia 1º, e já tinha marcado sua posse para às 3h da manhã – determinou que as tropas com sede em Bagé, Santa Maria, São Gabriel e Santa Cruz do Sul, se deslocassem para Cruz Alta e Passo Fundo, que é o caminho, por ferrovia, para a fronteira do Rio Grande com Santa Catarina. Nessas duas cidades, estabeleceria pontos fortes, a fim de barrar qualquer força que viesse do Norte, isolando o Rio Grande para a resistência.

Pelo curto prazo que teve, a operação deveria estar planejada com antecedência. A ordem foi transmitida, no QG do III Exército, ao Comissário Militar da Rede, Coronel Domiciano Muller Ribeiro que lembrou, inclusive, o fato dos ferroviários estarem em greve. O Chefe do Estado-Maior do III Exército respondeu que não se preocupasse com isso. Apesar da greve geral em todo o País, decretada às 24h do dia 31 de março, os ferroviários de Porto Alegre foram ao QG comunicar que eles garantiriam o transporte da tropa.

Não sabiam que estávamos ocupando o pátio de Santa Maria, impedindo a passagem de trens. A 1ª DC, em Santiago do Boqueirão, favorável ao Governo Goulart, não poderia deslocar-se, por depender da ferrovia.

Aliás, o General Poppe resolveu enviar um emissário a Santiago, o Coronel Edmundo da Costa Neves, para, em seu nome, convencer o General João de Deus Nunes Saraiva, Comandante da 1ª DC, a também tomar parte na Revolução.

O General Saraiva recebeu-o grosseiramente, perguntando:

– Que é que você quer?

Depois de tomar conhecimento da missão do Coronel Edmundo, disse:

– Admiro-me muito o Poppe estar fazendo isso. Sou militar e está escrito que devo servir o governo.

Como o Coronel insistisse, alegando a situação do País, o comunismo, a desordem, retrucou, muito irritado:

– Vá embora! E fique sabendo: se souber que você está visitando qualquer Unidade sob meu comando, coloco-o na cadeia!

Aderiram à Revolução, no Rio Grande, além da 3ª DI, as duas DC, a 1ª e a 3ª.

Na 3ª DC, o General Hugo Garrastazu enfrentou momentos bem graves nas guarnições de Bagé, Dom Pedrito e Jaguarão, exceto São Gabriel e, com calma, concordou em parlamentar com o pessoal, restabelecendo a ordem.

A 1ª DC, de Santiago, apesar de se ter declarado fiel ao Governo Goulart, não poderia deslocar-se, por depender da ferrovia.

Logo após, o General Poppe assumiu o Comando do III Exército, em Santa Maria, aproximadamente às 10h do dia 2 de abril...

Ele era o General-de-Divisão mais antigo?

Não, o Ladário era o mais antigo; assumiu a 6ª DI, em Porto Alegre, e, interinamente, o Comando do III Exército, substituindo o Galhardo, que fora nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Galhardo era quatro estrelas

Sim, era quatro estrelas.

O segundo General mais antigo, então, era o Poppe?

Exatamente, era o Poppe que, como dizia, após assumir o Comando do III Exército, declarou às emissoras de rádio e à imprensa que enviaria um Grupamento Tático (GT) para Porto Alegre, a fim de recompor a ordem naquela cidade. Jango que, ao chegar à cidade, entre 3h30min e 4h da madrugada do dia 2, fora para a casa do Comandante do III Exército, já desocupada, perguntou ao General Assis Brasil, seu Chefe da Casa Militar, presente na ocasião:

– Vocês têm condições de resistir a esse GT?

– Não, não temos condições – respondeu o Assis Brasil.

Não se sabia a grandeza da força militar desse GT que se deslocaria, aproveitando a rodovia existente entre Santa Maria e Porto Alegre.

Diante da resposta negativa, o Sr. João Goulart deixou Porto Alegre, de avião, aproximadamente às 11h30min do dia 2 – chegara às 3h40min da madrugada e saiu às 11h30min – dirigindo-se para o Uruguai. Alguém disse que ele passou por uma fazenda, antes de ir para aquele país, mas isso não consta do nosso documento.

Bem, quando o Brizola – estava sempre junto do Presidente – soube que o João Goulart queria deixar o País, certamente fugiu aquela esperança de estabelecer no Rio Grande uma base para reagir ao movimento; sentado ao lado do Ladário, ficou uma fera. Ameaçou fazer em Porto Alegre um "bogotazo", reedição das tremendas desordens, incêndios e chacinas havidas na capital colombiana, anos atrás.

Inicialmente, sei que o Brizola ficou em Porto Alegre. Depois, no "Mallet", tive notícia de que ele fugiria para o Uruguai, passando por Santa Maria. Até organizei um posto com duas metralhadoras, na estrada que conduz à fronteira, para impedir sua fuga, mas ele não passou.

Alguns dizem que passou vestido de mulher, outros na mala de um carro, mas lá, no posto, a fiscalização foi bem-feita.

Esses foram os acontecimentos no nível III Exército. Passemos à 3ª DI.

3ª DI

A 3ª DI era a maior e mais bem dotada Guarnição militar no Estado do Rio Grande do Sul. Sua maior concentração de tropa estava em Santa Maria. Logo após terem chegado os detalhes sobre o Movimento Revolucionário, na noite do dia 31 de março, começaram as preocupações.

O número de sargentos na Guarnição era bem grande e muitos deles eram admiradores do General Osvino, um dos líderes do Governo Goulart, e que havia servido em Santa Maria por vários anos. Sabia-se que havia estado – nessa época, era Diretor da Petrobrás, já na Reserva – na cidade fazia pouco tempo e não dera conhecimento à 3ª DI. O Poppe, não sei por que, se por delicadeza ou por certa desconfiança, fez-lhe uma visita.

Outro problema que nos inquietou foi o anúncio pelo jornal *A Cidade,* em manchete de letras vermelhas, que os sargentos de Santa Maria estavam se constituindo em "grupos dos onze", no figurino de Leonel Brizola.

Outra grande preocupação era a possibilidade de que algumas das Unidades da cidade tomassem atitude, antes da decisão do Comandante da 3ª DI. Uma luta dentro de Santa Maria seria um problema grave e poderia, inclusive, comprometer a Revolução no Rio Grande do Sul.

Enfatizo que, desde a madrugada do dia 1º de abril, os Coronéis Edmundo, Paula Couto e eu, quando possível, assessorávamos o General Poppe, pois ele se encontrava sem o Chefe do Estado-Maior, em visita à sua cidade, como citado anteriormente, e os Chefes de Seção eram majores.

Finalmente, às 11h do dia 1º de abril, o General Poppe decidiu aderir à Revolução, nos termos já registrados nesta entrevista e, a seguir, transmitiu sua decisão aos comandantes de Unidades, em reunião no QG. Teve a discordância do Comandante do 7º RI, meu companheiro, na FEB – não lembro o seu nome – logo substituído no comando.

Algumas das outras Unidades, da Guarnição de Santa Maria, tiveram pequenos problemas, principalmente com os sargentos, mas tudo foi resolvido dentro dos quartéis.

A partir da manhã do dia 2 de abril, começou a ser aventada, estou repetindo, a idéia do General Poppe de assumir o comando do III Exército, em Santa Maria. Tínhamos medo de que alguma Grande Unidade tomasse a iniciativa e fosse empreender uma ação particular qualquer e não fosse bem-sucedida. Poderia comprometer o resultado do movimento. Receio semelhante àquele, havia dentro da Cidade de Santa Maria.

Além disso, era necessário que se organizasse um comando único, dentro do Estado, das tropas contrárias ao Governo João Goulart. Havia necessidade de coordenação e cabia isso ao General Poppe de Figueiredo. Foram esses os argumentos usados por nós e acatados por ele, que decidiu assumir o comando do III Exército, em Santa Maria.

Isso surpreendeu a todos: ao Ladário, porque não esperava que um camarada de Santa Maria fosse dizer que era o comandante do III Exército; às Grandes Unidades que ainda não haviam aderido; e ao próprio General Costa e Silva, novo Ministro da Guerra que, informado, respondeu:

"Felicito digna atitude assumida. Aprovo integralmente decisões Vossa Excelência. (a) Gen Costa e Silva, Ministro da Guerra."

O General Poppe determinou que faria a sua viagem a Porto Alegre no dia 3 de abril, à tarde. Exigiu, exigiu não, estou exagerando, ele quis que os integrantes da escolta dele fossem do RO (3º Regimento de Obuses 105), que dispunha de viaturas etc. Convidou o Governador Ildo Meneghetti – que fugira para Passo Fundo – a encontrar-se com ele em Pantano Grande e entrarem juntos em Porto Alegre.

O Comandante da escolta foi o Capitão José Arribamar de Oliveira, meu capitão. Era um nordestino tamanho de um "Pão de Açúcar"; recomendou-se que a escolta fosse bem armada, porque não se sabia o que a mesma poderia encontrar.

Naquele tempo, ia-se a São Sepé e, de lá, tomava-se a BR-37, para Porto Alegre.

Bem, concluo afirmando o importante papel desempenhado pela 3ª DI, na vitória da Revolução no Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, por ter mandado ocupar a viação férrea no momento em que soube da greve dos ferroviários, às 24h do dia 31 de março, antes mesmo de se declarar favorável à Revolução – só foi declarar-se às 11h do dia 1º. Com isso imobilizou o Estado, não permitindo que houvesse qualquer movimento de tropas, determinado pelo General Ladário. Considero que a ocupação, logo determinada, foi a ação mais importante e coube ao "Mallet" esse encargo, com apoio de carros de combate.

Em segundo lugar, por ter aderido à Revolução, logo que possível, prevenindo qualquer ação contrária, no importante Centro de Santa Maria. Ele aderiu às 11h, então, houve uma demora.

Finalmente, por ter assumido o comando do III Exército. Com a aprovação do Ministro da Guerra, inviabilizou qualquer iniciativa do General Ladário.

O Ministro chamou o Ladário ao Rio, no dia 3 de abril, que se fez acompanhar do General Silvino Castor da Nóbrega, Comandante da 5ª Região Militar, e do General Ottomar Soares de Lima , Chefe do Estado-Maior dele. Foi uma medida preventiva, para evitar choque, porque o General Poppe deveria chegar a Porto Alegre entre 5h e 6h da tarde, o que realmente aconteceu.

A entrada do General Poppe e do Governador Meneghetti, em Porto Alegre, na parte da tarde, despertou grande manifestação popular, deslocando-se para a praça fronteiriça do Palácio do Governo, onde o governador fez um discurso de agradecimento.

Assim, o Brasil rejeitou, em três dias, sem derramamento de sangue, os arroubos daqueles que desejavam impor-nos o regime comunista.

No relatório apresentado pela 3ª DI, existe uma página onde estão registrados a reação do povo ao movimento e os problemas havidos nas Unidades da Divisão e, em ambos, existem referências ao 3º RO 105. Vejamos:

"Apoio da População

Em todas as guarnições, a população civil que, nos primeiros momentos, manteve-se em expectativa, ao pressentir a vitória da Revolução democrática, passou a colaborar espontaneamente com o Movimento revolucionário, destacando-se nesse mister a classe média em geral, as classes conservadoras e empresariais em particular.

A parte da população que poderia tentar resistir à Revolução, manteve-se apenas na expectativa.

Em Santa Maria, no dia 17 de abril, foi realizada a "marcha do agradecimento", quando cerca de 50 mil pessoas deslocaram-se da Praça Saldanha Marinho até o QG/3ª DI, a fim de prestar sua homenagem às Forças Armadas pela sua decisão de erradicar o comunismo do Brasil."

"Moral da tropa

Os problemas surgidos nas Unidades da 3ª DI, durante a Revolução, foram poucos. O 7º RI, que teve seu comandante em exercício reformado pelo Ato Institucional, um 2º Tenente da Reserva (R2) preso por ordem do Comandante do III Exército e seis sargentos transferidos, foi a OM que maior abalo sofreu e, conseqüentemente, maiores preocupações causou ao Comando da Divisão.

No 3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, alguns oficiais e a maioria dos sargentos, nos momentos iniciais, colocaram-se contrários à decisão do comandante da DI. Essa circunstância determinou a ida do E2 da Divisão à Unidade, a fim de orientar e reforçar a ação do Comandante, o que solucionou satisfatoriamente o problema.

No 3º BCCL, houve muita intranqüilidade nos primeiros dias da Revolução. Nas Unidades onde os comandantes eram ligados ao governo deposto (8º RI e 9º RI), a ação enérgica e eficiente dos subcomandantes neutralizou, completamente, qualquer reação.

Esses foram os fatos que prejudicaram, de certo modo, o moral da tropa da 3ª DI que, como um todo, pode ser considerado muito bom.

Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevado o 3º RO 105 que desempenhou, na Guarnição de Santa Maria, um papel muito importante, pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do Comando da Divisão. (a) General-de-Divisão José Canavarro Pereira."

Esse relatório da 3ª DI foi feito em data posterior, razão pela qual está assinado pelo novo comandante.

Gostaria de dizer, numa espécie de balanço da situação, que os três comandantes das Unidades de combate da 6ª DI, sediadas em Porto Alegre, haviam sido indicados pelo Ministro Jair Dantas Ribeiro, ao qual seriam leais em qualquer circunstância.

O Comandante da Artilharia Divisionária era o General Barra, que estava em férias, no Rio de Janeiro. Quando soube da Revolução, veio para Porto Alegre e passou um telegrama ao Poppe, com o seguinte final: "... não desejando aderir, particularmente para não me colocar contrário eminente amigo Ministro Jair Dantas Ribeiro vg decidi permanecer neste QG pt ..." E ficou em Porto Alegre.

O General Saraiva, Comandante da 1ª DC, em resposta ao Coronel Edmundo, que lá esteve, por ordem do comandante da 3ª DI, num pequeno avião particular, disse, entre outras palavras: "Me admiro o Poppe fazer uma coisa destas. Eu sou soldado leal e de forma alguma ficaria contra o governo".

O Quartel-General da 3ª DC, em Bagé, foi tomado pelos sargentos que chegaram a imobilizar os oficiais no seu interior. O general teve que se transferir para uma das suas Unidades. Finalmente, houve entendimento.

Como era mesmo o nome do general?

Garrastazu.

Garrastazu! Deve ser parente do Médici.

Não sei dizer. As Unidades de Dom Pedrito e Jaguarão também tiveram problemas com a quase totalidade dos sargentos.

Então, havia o nosso lado, o lado bom da 3ª DI – o 8º RI, em Santa Cruz do Sul e o 9º RI, em Pelotas, onde os subcomandantes desempenharam um papel de relevo – porque havia o ruim.

Houve um fato, no Quartel-General da 6ª DI, que passo a citar, sem fazer qualquer interpretação do mesmo. O General Adalberto Pereira dos Santos, comandante da Divisão, relata em boletim datado de 30 de abril, o seguinte:

"Cerca das 21h do dia 31 de março, chega a notícia de que o General Galhardo, Comandante do III Exército, e o General Adalberto haviam sido exonerados dos seus respectivos comandos.

Viaja para o Rio Grande do Sul, o General Ladário Pereira Telles, nomeado Comandante da 6ª DI, mas que assumiria, interinamente, o comando do III Exército.

Às 22h30min, o General Galhardo chega ao QG da 6ª DI e, frente a este comando e em presença do meu chefe de Estado-Maior, declara textualmente: 'Não passarei o comando do III Exército ao General Ladário. Eu o prenderei em meu gabinete.'

Os dois quartéis-generais eram defronte um ao outro ou no mesmo prédio, não recordo. O Galhardo afirmou que prenderia o Ladário, conforme consta no boletim do Adalberto, um mês depois da eclosão da Revolução. Mais adiante, a mesma nota deste boletim diz o seguinte:

" ... Mais ou menos às 24h do dia 31 de março, quando já se encontrava no aeroporto o General Ladário, este comando foi chamado ao QG do III Exército pelo seu Comandante, General Galhardo, que lhe declara também, textualmente: 'General

Adalberto, resolvi não tomar atitude; vou passar o Comando ao General Ladário, que dentro em pouco estará aqui neste gabinete.'

Estava assim consumada a traição. Pouco ou nada restava a fazer. O que se seguiu foi a passagem do Comando do III Exército e o da 6ª Divisão de Infantaria."

E o Adalberto foi para ...

Foi para Cruz Alta, obrigado pelos acontecimentos, mas não pudera fazer nada, porque a 6ª DI estava com "a turma toda" comprometida com o Jair Dantas Ribeiro.

A Revolução de 31 de Março e a influência da guerra fria

Tenho lido e ouvido muito que os Estados Unidos estavam dispostos a nos apoiar. Acho que não exerceu uma influência direta. O fato é que o comunismo, este sim, infiltrava-se em todo o mundo.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de Março

Totalmente dominado pelo comunismo. Eram greves diárias, custo de vida incontrolado, os preços dos gêneros de primeira necessidade subindo. O povo estava desanimado, daí a reação favorável, quando da eclosão da Revolução, saindo às ruas para nos aplaudir. Em Santa Maria, foi uma quantidade de pessoas nunca vista.

Havia, por parte de alguns chefes militares, desinteresse na solução dos problemas, na oposição àquela comunização, porque eram escolhidos para a promoção ao generalato os oficiais mais políticos, diferente de hoje, onde o perfil militar predomina. Tanto é verdade que a Revolução deixou de promover, para obrigarem a pedir passagem para a reserva, da ordem de quarenta generais.

Erros cometidos pela Revolução

Quem não erra? O erro foi não reformar a justiça, o ensino. Teria sido importante afastar aqueles radicais, o que não foi feito por escrúpulos do Castello Branco.

Sucesso econômico da Revolução

A década de 1970 é considerada a de maior progresso do Brasil. Os índices de crescimento atingiram 10% anualmente, durante seis anos, a partir de 1968,

inclusive, até 1973. Hoje, quase ninguém comenta. Recentemente, na televisão, infelizmente não me lembro do nome do jornalista, embora seja muito conhecido, inclusive, não se coloca a nosso favor, disse, textualmente, que o País se desenvolveu com a Revolução. Os outros presidentes que sucederam aos do período revolucionário, e citou Sarney e Collor, segundo o jornalista, nada fizeram.

Guerrilha e terrorismo

Sobre a guerrilha de Registro, no sul de São Paulo, refiro-me ao relatório que fiz, quando servia, à época, no II Exército. Nesta ação guerrilheira, estava envolvido o Lamarca, ladrão de armas do 4º RI, um bandido que matou a sangue frio, com coronhadas na cabeça, um Tenente da Polícia Militar.

A luta armada visava a desorganizar o País e assumir o Poder. O AI - 5 surgiu, justamente, quando houve o acirramento das posições da esquerda.

Estive em São Paulo na fase pior, em 1969 e 1970. O General Comandante só saía acompanhado por mim e dois ajudantes-de-ordens, todos com armamento pesado.

Numa ocasião, quando prendemos a mulher de um camarada, ele telefonou para o QG e disse:

– Vou matar a mulher do oficial mais antigo.

O General Canavarro e o Comandante da Região Militar, General Dale Coutinho eram viúvos; o General Airosa, solteiro. Então, o mais antigo era eu. A minha mulher passou quinze dias fechada dentro de casa, até a prisão do cidadão.

Após ser preso, afirmou que, por duas vezes, aproximou-se do carro do Canavarro. Por isso, nos deslocávamos assim, os dois ajudantes-de-ordens na frente, com submetralhadora na mão, eu, ao lado dele, com uma pistola, e o carro escoltado por duas caminhonetes, uma na frente e a outra atrás. Foi a fase pior. Vivia-se angustiado pelo perigo diário que se corria.

Hoje, os militares não andam com arma, dessa forma, porque não há esse perigo iminente. Naquele momento, havia um inimigo, querendo nos enfrentar.

Um inimigo que matava friamente.

Chamavam de "justiçamento".

Como o fuzilamento do Diretor da Ultragás, Boilesen, muito nosso amigo.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Trabalhamos muito e ganhamos pouco. Apertamos o cinto. As Forças Armadas receberam verbas pequenas. Depois, já no fim, veio o Plano de

Reaparelhamento do Exército (PERE), quando pudemos, então, comprar o que era possível. Participei do PERE, na antiga Diretoria Geral do Material Bélico; era chefe de gabinete. Naquela época, adquirimos viaturas. A ENGESA, por exemplo, desenvolveu veículos com estímulo nosso.

Apesar da situação de penúria em que se encontrava a Força, com as viaturas, por exemplo, sem pneus e baterias, a Revolução não disponibilizou verbas para sanar efetivamente o problema. Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.

"Revanchismo"

A mídia volta-se, quase toda, contra nós. Mas, penso que devemos evitar o debate estéril.

Quando fomos transferir os ossos do Mallet, patrono da Artilharia brasileira, herói nacional, do Rio de Janeiro para Santa Maria, fizemos uma solenidade bonita com tiros de salva e discursos, remetemos o programa para os meios de comunicações, e nenhuma notícia foi publicada pelo jornal *O Globo*. Não estou certo se os outros jornais publicaram, mas *O Globo* não publicou.

O Globo nos apoiou durante os vinte anos de Revolução. Por que mudou? Por que deixamos o Poder?!

Esta omissão assemelha-se às comemorações do 7 de Setembro, que é o dia da Pátria, não o do Exército. Eles se enganam quando pensam, como existe desfile militar, que é dia do Exército ou das Forças Armadas. O Sete de Setembro é o dia do aniversário da Pátria, onde todos os brasileiros são, ao mesmo tempo, anfitriões e convidados. Infelizmente, essa imprensa revanchista, para não divulgar o desfile, ignora essa realidade.

A rede de televisão Globo transmitiu apenas algumas poucas tomadas da parada cívica de Brasília e de São Paulo. Assim se define uma posição.

Exército – a recompensa do sacrifício

Somos honestos, não estamos envolvidos em escândalos financeiros, apesar do que procuram inventar, referindo-se a compras supostamente superfaturadas, mas não conseguem êxito, porque agimos com total correção. Não almejamos o poder ou cargos políticos, nosso objetivo é que o País progrida. Isto é reconhecido pelo povo que nos faz alcançar índices de mais de 80% nas pesquisas. Todas as estatísticas nos favorecem, deixando-nos tranqüilos.

E eles, os revanchistas, envergonhados, porque tentam nos denegrir, mas o povo não acolhe as suas investidas.

Mensagem final

Muito boa idéia a criação deste Projeto. As entrevistas devem ser difundidas, em livros ou em outro tipo de publicação. Aproveitá-las, ainda, nos quartéis e escolas para orientar os militares e civis mais jovens sobre os fatos reais da Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Brigada Ferdinando de Carvalho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), de Curitiba, PR, e a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército, RS. Foi Diretor de Processamento de Dados do Exército.
- No exterior: Chefe da Divisão de Planejamento do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa, em Washington–DC, EUA, e Assessor Militar da Delegação Brasileira junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington-DC, EUA.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, a Escola Superior de Guerra e o curso de Comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth, Kansas, EUA.
- Autor de livros e diversos artigos. Conquistou vários prêmios em salões de pintura.
- Em 1964, era Tenente-Coronel. Presidiu, logo após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista.

Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2000.

O Movimento de Março de 1964 foi uma reação legítima das Forças Armadas, que tinham sido atingidas profundamente em seus valores fundamentais, e de todo o povo brasileiro. A causa foi a imposição ao País de um processo planejado e apoiado, até pelo exterior, visando transformá-lo na segunda república comunista da América Latina, a exemplo de Cuba.

Este movimento, que foi propriamente uma Contra-Revolução, livrou o País de uma crise que, seguramente, iria desembocar numa luta fratricida, com gravíssimas conseqüências. O nosso Brasil, possivelmente, seria violentado em suas tradições.

Devemos conceber a Revolução de 1964 como uma explosão da nacionalidade brasileira, ameaçada de perder os seus valores fundados na tradição democrática e liberal, e a reação de suas Forças Armadas que nunca suportaram ações violentadoras dos seus postulados fundamentais.

Raízes da Revolução de 31 de Março de 1964

A tentativa de implantação do comunismo em nosso País já vem de muito longe, enquadrada na estratégia mundial desenvolvida pela União Soviética, de espalhar essa doutrina pelo mundo inteiro.

A Intentona de 1935 fracassou, entretanto, mais tarde, o Partido Comunista alcançou uma breve situação de legalidade. Suas atividades conspiratórias contra o regime democrático brasileiro fizeram com que ele fosse colocado, novamente, na ilegalidade. Contudo, o processo de comunização continuou, infiltrando-se em todos os setores fundamentais da vida nacional. As bases da economia estavam sendo violentadas por constantes greves e agitações, muito bem orquestradas. Tudo segundo os princípios da doutrina comunista.

As Forças Armadas, sempre avessas a qualquer tipo de infiltração subversiva, mas diante do forte processo em andamento, de comunização do País, foram atingidas, e os seus fundamentos, a disciplina e a hierarquia, constantemente, violados.

A Revolução de 1964 não teve uma preparação, vamos dizer, demorada. Surgiu quase como um fenômeno espontâneo de defesa. As Forças Armadas uniram-se aos reclamos da nacionalidade.

De modo que suas raízes, como disse, vêm de longe.

Influência da guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, no Movimento de 1964

Todos sabemos – a História está aí para corroborar – que a União Soviética, inicialmente aliada ao nazismo e ao fascismo, depois aderiu ao grupo de Nações

Aliadas, por ter sido invadida pelos exércitos de Hitler. Após a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética colocou-se numa posição de domínio de toda a Europa Oriental, estabelecendo uma verdadeira repartição entre os Mundos Ocidental e Oriental. Após a morte de Stálin, quando vieram a público os crimes que aquele ditador cometera na sua própria nação, o seu sucessor, Kruchev, desenvolveu a doutrina da coexistência pacífica, um ardil, porque, como ele próprio definia, era uma forma de luta que se impunha naquela ocasião.

Imediatamente, os partidos comunistas, no mundo inteiro, aderiram a essa mentalidade, com algumas deserções, algumas reações. No Brasil, o Partido Comunista se dividiu: Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguindo a linha "Kruchevista", e Partido Comunista do Brasil (PC do B), adotando a linha "Stalinista".

O PCB, traduzindo a política da coexistência pacífica, apresentou, em edição nacional, o chamado caminho pacífico da revolução brasileira. Em síntese, consistia na intensificação das ações políticas para a conquista do Poder. O apelo à violência seria feito caso os democratas reagissem, quando, então, eles se julgariam no direito de, também, adotar a luta armada. Foi essa a mentalidade utilizada por eles para penetrar em todos os setores da nacionalidade.

Panorama político, no Brasil, anterior a 31 de março de 1964

Infelizmente, a nossa política é muito oportunista. O Partido Comunista, embora estivesse na ilegalidade – eles até usavam isso para se promoverem – dispunha de uma organização de divulgação muito boa, tinha um grande valor como propagandista político. Em vista disso, muitos políticos se valiam de alianças escusas com o Partido Comunista, objetivando a propaganda eleitoral, e assim se comprometiam. O Partido Comunista exigia recursos, que eles davam e, depois que esses políticos conseguiam o seu intento, era cobrado o preço das alianças.

Desse modo, havia, também, uma penetração muito grande dos comunistas no meio político. Uma minoria que reagia contra isso era sempre ridicularizada, sempre colocada "em xeque", para atender os objetivos dos comunistas. Era esse o panorama político.

Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart

Sim, havia uma insatisfação bastante evidente, porque a inflação era muito grande, e o Governo, incapaz. O povo sofria, sofria muito. A propaganda do Governo acenava com grandes reformas, muitas delas violentavam as bases da economia

brasileira. O clima de insatisfação existente era explorado pelos comunistas, pois alegavam que a situação brasileira era derivada, justamente, da falta dessas reformas estruturais, o que, evidentemente, se tratava de uma verdadeira falácia.

Em conseqüência, as pessoas mais sensatas estavam alarmadas e apavoradas, com o desenrolar daquela situação, que parecia não ter solução.

O descalabro das greves

Greves eram anunciadas a todo momento, com os motivos mais fúteis. Foi criado o Comando Geral de Greve, depois transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), chefiado por extremistas que alimentavam aquela situação de inquietação, com paralisações de todo tipo. Instituíram, inclusive, a greve de solidariedade, quando todas as categorias interrompiam suas atividades em apoio àquela em greve. De modo que não se sabia onde aquilo iria terminar. A situação econômica cada vez se agravava mais.

Posição da Igreja, em relação ao governo deposto em 1964

A maioria da Igreja era conservadora, mas havia, também, uns padres subversivos, que, a troco de uma reformulação das bases religiosas da Igreja, colaboravam para aquela situação de inquietação.

Atuação das "Ligas Camponesas" e do "grupo dos onze"

A nossa organização rural era precária e, em conseqüência, essa inquietação reinante no País alastrou-se, naturalmente, no campo e, depois, foi explorada. Começaram a surgir, então, as chamadas "Ligas Camponesas", chefiadas por Francisco Julião e, também, grupos de camponeses armados, que levaram para o meio rural esse ambiente subversivo. O próprio Kruchev, nas suas instruções para o PCB, dizia que a revolução tinha que nascer no campo. Daí, a formação daqueles grupos armados para iniciar a revolução.

Depois, surgiram, nas cidades, os chamados "grupos dos onze". Tinham instruções muito detalhadas, elaboradas por Leonel Brizola, sobre como agir, por exemplo, em relação ao problema de fuzilamento de prisioneiros etc. O nome "grupo dos onze" surgiu de uma idéia de Brizola, para explorar o amor que o brasileiro tem pelo futebol. Assim como num time de futebol, seriam onze homens em cada grupo armado, para agitação nas cidades e em outras áreas,

O meio militar: tentativas para criar cisão nos quadros das Forças Armadas; o ambiente nos quartéis

Surgiram vários incidentes e movimentos no meio militar, alimentados por agitadores infiltrados. Cito, por exemplo, o problema da elegibilidade dos sargentos. Alguns, apesar de não ser permitido, se candidataram e foram eleitos. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) vetou a posse, gerando vários movimentos, passeatas, manifestações e, inclusive, uma revolta dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília. Essa revolta foi sufocada, mas, imediatamente, o Governo os anistiou, demonstrando, com esse procedimento, que estava, nitidamente, mancomunado com os revoltosos. Basta dizer que, no dia da revolta, o Presidente ausentou-se de Brasília, propositalmente.

Alguns chefes militares, de pouco prestígio nas Forças Armadas, manifestavam-se como partidários do Governo. A situação foi se agravando, e nós tivemos, então, aqueles problemas da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e da reunião do Automóvel Clube, onde o Presidente manifestou-se solidário com os cabos que se rebelaram e sargentos, em geral, desprestigiando os chefes militares.

Março de 1964: o comício da Central

O comício da Central foi chamado de "comício das reformas". Existe nele um aspecto interessante. O Presidente anunciou, durante o mesmo, uma série de reformas julgadas fundamentais. Isso visava desprestigiar o Congresso, na medida em que o colocava num dilema: aprovava a mensagem presidencial solicitando as reformas e se desmoralizava, o Brasil ia sofrer na sua base, ou as refugava e fornecia o pretexto para a sua dissolução. Logo, o comício da Central do Brasil visou, essencialmente, atingir o Congresso brasileiro.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Lembro-me de que a marcha foi preparada sumariamente, quase que na "última hora", mas obteve uma grande adesão de todos os setores que estavam contidos, proibidos de se manifestar. Então, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade adquiriu grande expressão. Mostrou que, no Brasil, existiam setores descontentes com o rumo que o País tomava, e que iriam reagir contra a escalada comunista.

Forças Armadas: intérpretes da vontade nacional

Sim, as Forças Armadas, em particular o Exército, o são. Como já afirmei, a Revolução foi um movimento espontâneo, mas as nossas Forças Armadas não agem divorciadas do sentimento do povo brasileiro. Elas executam aquilo que, muitas vezes, o povo não pode fazer, porque não tem recursos materiais para isso. Ao longo de nossa História, temos visto as manifestações das Forças Armadas sempre em atendimento a esses anseios do povo brasileiro.

Revolução de cunho comunista

Sem dúvida, havia uma revolução de cunho comunista, em preparação no País. Permito-me explicar como isso acontece: os comunistas nunca fizeram ou nunca iniciaram uma revolução, nem na União Soviética. Eles foram sempre os grandes aproveitadores das revoluções. A isso chamam de transformação da revolução. A revolução surge como um movimento determinado e depois se transforma. Lenine advertia: "Não é possível triunfar apenas com a vanguarda." E o Partido Comunista é a vanguarda, é a direção.

A estratégia aplicada no Brasil tinha duas fases distintas. Na primeira, haveria uma espécie de golpe revolucionário, aplicado pelo próprio Governo João Goulart, originando um regime de força. O Congresso seria fechado e promover-se-ia um expurgo, nas Forças Armadas, de todos os elementos contrários.

Na segunda fase, esses elementos golpistas seriam postos de lado, e os comunistas assumiriam o Poder. Esse era o plano para a revolução comunista no Brasil. Eles não iam iniciar a revolução; quem iria fazê-lo era João Goulart.

Há, inclusive, uma carta enviada a Miguel Arraes por um jornalista, seu parente, contendo as conclusões de várias entrevistas de confidentes de João Goulart, como Samuel Weiner e outros, em que ele diz que o Presidente estava entusiasmado com a possibilidade de aplicar esse golpe, fechando o Congresso e estabelecendo uma outra Constituição para o Brasil. Era o que ele chamava de "República Sindicalista", uma república dominada pelos sindicatos.

Mas os comunistas estavam preparados para a segunda fase, que era assumir o Poder, eliminando esses que a iniciaram.

Participação pessoal

A minha participação pessoal ocorreu da seguinte forma: eu e um grupo numeroso de oficiais, preocupados com a situação nacional, começamos a nos

reunir, não propriamente para conspirar ou estabelecer uma base revolucionária, mas para acompanhar a evolução da situação e nos manter informados de tudo que estava acontecendo e por acontecer. Eu me filiei a esses grupos.

No momento em que se declarou a crise nacional, com a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março de 1964, no Rio de Janeiro, tomou-se a decisão de que as Forças Armadas deveriam reagir.

Começamos, então, a percorrer as Unidades, para angariar adeptos, e eu tive participação nesse trabalho. Nos primeiros dias, procurou-se obter adesão de Unidades do Exército e, também, neutralizar certas reações que surgiram. Lembro-me até de que fui a uma Unidade e o Comandante me disse:

– Estou de acordo, mas, se houver algum problema, vocês assumem a responsabilidade?

Respondi que assumiríamos a responsabilidade. Eu era um Tenente-Coronel, mas dei aquela resposta para elevar o moral, ali, naquele momento. Realmente, depois apareceram problemas, e fui conselheiro para adoção de certas providências.

A minha participação foi bem grande, como encarregado do Inquérito do Partido Comunista, cujos detalhes talvez não tenham lugar nesta entrevista. O interessante é que a Revolução foi em 31 de março, mas só em agosto é que perceberam que o principal inquérito não tinha sido instaurado: o Inquérito do Partido Comunista, que era ilegal e atuava na clandestinidade, a fim de conhecer a sua participação no período que precedeu a Revolução de Março de 1964. Fui encarregado, então, de um inquérito sobre um partido, do qual não sabíamos onde era a sede e nem quais eram os seus integrantes.

O trabalho foi muito árduo, durante dois anos. Inicialmente, com muita dificuldade, depois, contamos com a colaboração do Exército e da Marinha. Percorremos o Brasil inteiro, levantando dados e ouvindo pessoas. Não nos interessava prender "A" ou "B", ou perseguir alguém, nem transformar o inquérito em meio de vingança, ou qualquer coisa dessa natureza. O que valia era levantar as informações existentes, ouvir o que os elementos, tidos como comunistas, tinham a dizer. Uns negavam, outros confessavam.

Para conduzir esse inquérito, nós organizamos uma verdadeira Unidade.

Tínhamos uma equipe para interrogatórios, constituída por oficiais muito credenciados e competentes, que sabiam como conduzir uma inquirição; dispúnhamos de uma equipe de interpretação de documentos, além de outra, de justiça, para dar forma jurídica àquilo que estava sendo feito, para apresentação final ao tribunal. Ao final do mesmo, depois de concluído o relatório, somavam-

se mais de 150 volumes. Foi preciso um caminhão para o transporte até o Superior Tribunal Militar.

Ali estava consubstanciada, com clareza, toda a participação dos comunistas, mostrando os principais elementos envolvidos. Procurei dar uma forma tal ao relatório final de modo que não pudessem desintegrá-lo, mais tarde. Parece, contudo, que conseguiram fazê-lo. Essa foi uma participação muito grande.

Confesso que a minha firmeza, em levar a efeito este inquérito, me trouxe conseqüências prejudiciais. Tive que me indispor com alguns elementos, alguns chefes, porque queriam terminar o inquérito de "qualquer maneira", e eu não queria isso. Mas, entreguei o relatório e cumpri o meu dever militar.

Durante o tempo que estive no Comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba realizei, em todo o Paraná, uma verdadeira "cruzada" de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele Estado, além das suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista.

Atitude do Congresso Nacional

Quando eclodiu a Revolução, o Congresso adotou uma atitude passiva. Havia elementos ativos, mas uma minoria. Eu até ajudei o Deputado Bilac Pinto, redigindo um documento sobre "Guerra Revolucionária", que ele leu no Congresso. Mas era uma minoria. O Congresso, praticamente, não se aliou.

Comportamento das entidades ditas esquerdistas (UNE, CGT, PUA etc.)

Logo após a Revolução, esses elementos se desintegraram e, temerosos, fugiram. É interessante, porque não houve uma perseguição contra os mesmos.

Naturalmente, havia uns mais exaltados, que queriam "botar fogo". Por exemplo, a União Nacional de Estudantes (UNE), alguns desses mais exaltados foram lá e queimaram tudo. Depois, quando fizeram o inquérito da UNE, faltaram elementos de prova. Na verdade, são os aproveitadores – sempre existem os aproveitadores – mas eram elementos que ficaram conhecidos.

Não houve, propriamente, por parte da Revolução, uma perseguição que justificasse essa fuga, essa debandada, sobretudo para o Chile.

Eram os "exilados voluntários".

Eles é que iam embora. A Revolução não estava perseguindo quem quer que seja. Os mais conhecidos nós sabíamos, mas, de um modo geral, houve muita gente que se exilou voluntariamente.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Considero, como principal líder da Revolução, o Marechal Odylio Denys. Lembro-me bem, quando houve a renúncia do Jânio Quadros, e o Marechal estava até com o pé quebrado, mancando, ele se portou com altivez. Não tolerou a posse de João Goulart, a não ser dentro de um regime parlamentarista. Descortinava o futuro. Depois que o Marechal Denys se ausentou do Ministério, começaram as negociações e acabou-se com o parlamentarismo, através de um plebiscito.

Então, ele era o principal líder militar.

Bom, tivemos o Marechal Castello Branco, que depois assumiu a Presidência da República. Ele era homem muito legalista, e custou a se "enfronhar" na necessidade de haver uma revolução contra aquele estado de coisas. A própria nota que ele redigiu era conservadora.

Depois que assumiu a Presidência da República, executou um belo trabalho. Faço apenas um reparo. No meu ponto de vista, errou quando apoiou a candidatura, para o Governo da Guanabara, do Senhor Negrão de Lima, que estava comprometido com o Partido Comunista. Naquele tempo, havia uma disputa eleitoral muito grande no Rio de Janeiro. O Governador Carlos Lacerda, que estava deixando o Governo, tinha muito prestígio, bem superior ao de Negrão de Lima. Mas, Carlos Lacerda era um só e o seu candidato, Flexa Ribeiro, Secretário de Educação, não tinha força eleitoral.

Negrão de Lima, receoso de perder a eleição, solicitou o apoio do Partido Comunista, que entrou com dinheiro. Essa informação chegou ao inquérito que eu estava conduzindo, e procurei fazer com que o Marechal Castello Branco não apoiasse o Senhor Negrão de Lima, mas não consegui. Esse é o reparo que faço, mas isso é uma coisa que ficou diluída em face do trabalho do Marechal Castello Branco, como Presidente, que foi muito benéfico para o País.

De modo que o considero, também, como um líder revolucionário.

Outro líder foi o General Olympio Mourão Filho. Impulsivo, ele queria desencadear a Revolução o mais cedo possível... Depois, foi para o STM...

Trabalhou com o Marechal Denys. O Marechal foi para Juiz de Fora.

Com o Marechal e com o General Carlos Luís Guedes.

Sempre achei o General Emílio Garrastazu Médici um grande chefe, homem de sólida envergadura moral e muito ponderado. Conversávamos com ele e logo sentíamos confiança no seu julgamento e atitudes. Foi, também, um destacado líder da Revolução e, posteriormente, um bom Presidente da República.

Dentre os líderes civis, destaco o Carlos Lacerda. Homem de impulsos, mas que prestou grandes serviços à Revolução. Só divergi dele no momento em que criou a chamada "Frente Ampla", aliado a Juscelino e João Goulart. Nesse momento, o Carlos Lacerda perdeu todo o valor para...

E perdeu o apoio dos militares.

Carlos Lacerda veio aqui, nesta minha atual casa, e me visitou, também, lá em Curitiba. Disse-lhe que o Exército, as Forças Armadas, não aceitariam a sua aliança com elementos já decaídos.

Sou favorável à anistia, mas faria uma série de restrições. Elementos como Leonel Brizola, João Goulart, e outros sabidamente comprometidos, eu os anistiaria e eles poderiam voltar para o País, mas sem o direito de exercer funções políticas.

Foi muito ampla e irrestrita.

Para mim deveria ser restrita.

Além do Carlos Lacerda, gostaria de citar outros líderes civis?

Bom, não me lembro. No Congresso, Bilac Pinto era um homem ponderado, de valor e um lutador. Havia outros, dos quais não me recordo.

E o Governador de Minas Gerais.

Magalhães Pinto. Tinha defeitos, mas foi um Chefe, teve atitude.

Penso que também em São Paulo, o Adhemar de Barros.

O Adhemar de Barros, também, foi um elemento útil, além de ser um democrata convicto.

Apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

A Revolução não recebeu apoio externo, foi um movimento exclusivamente brasileiro. Entretanto, sua eclosão trouxe reflexos que se propagaram por toda América Latina e permitiu que a "onda" comunista fosse neutralizada. Em conseqüência, eu acho que teve uma influência muito importante.

Desmoronamento do "esquema militar" do Governo João Goulart

A Revolução surpreendeu a todos. Não esperavam, houve uma espanto geral que fez desmoronar o propalado "esquema". Reunidos na fortaleza de São João, esperávamos reação por parte dos fuzileiros do Almirante Aragão, e essa reação não ocorreu.

Creio que, talvez, por falta de liderança.

Aqueles líderes eram falsos. Na hora, fugiram, deixando seus asseclas sem orientação. Então, tudo caiu como um “castelo de cartas”.

Chefia e liderança nas Grandes Unidades e Unidades que estiveram na iminência de um combate

O Exército, pelo menos, demonstrou que tinha chefes; que, realmente, exerciam o comando de suas Unidades.

Contaram-me, não assisti, que aqui do Rio, enviaram o General Ladário Pereira Telles para assumir o III Exército, cujo Quartel-General (QG) localizava-se em Porto Alegre, a fim de tomar providências com o fito de neutralizar a Revolução. Chegando, reuniu-se com o Brizola e mais um outro general, de quem não me recordo o nome, e resolveu desencadear uma série de medidas. Dentre elas, disseminar todas as Unidades pelo território do Rio Grande, de modo que não pudessem se congregar. Estavam discutindo esta solução, numa carta topográfica (mapa): “Esta Unidade vai para tal lugar, esta outra vai para tal lugar”, quando chegou um oficial do Estado-Maior com uns telegramas que diziam, simplesmente, o seguinte: “Não obedecemos mais o Comando do III Exército”. Os Comandantes das Unidades estavam contrafeitos, porque eram favoráveis à Revolução, e não aceitavam aquelas imposições. Isso demonstra que estavam, realmente, à testa de suas Unidades.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN

Acho que foi correto. A Academia Militar das Agulhas Negras é a mocidade militar da Força Terrestre, não poderia ficar alheia. Ninguém pode contradizer essa providência adotada pelo General Médici, que estava no exercício do comando.

Quando eu era cadete, houve a sedição integralista de 1938 e, imediatamente, toda a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, tomou posição. Nós, de Artilharia, fomos defender os nossos materiais, os nossos canhões, prontos para obedecer os nossos comandantes.

Objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução

Os objetivos principais eram Brasília e Rio de Janeiro, os centros políticos mais importantes do País. As tropas que vieram de Minas e São Paulo, convergindo para o Rio de Janeiro, visavam assegurar, aqui, a posse do centro decisório. Em Brasília, buscava-se neutralizar determinados elementos do Governo.

Robustecimento da união e da coesão das Forças Armadas, após 31 de março de 1964

Entendo que isso realmente aconteceu. As Forças Armadas, quase *a posteriori*, sentiram a validade e a necessidade do Movimento. Essa consciência adveio da percepção do que poderia ter ocorrido com o País, se não tivesse havido a Revolução de 1964. Essa percepção da importância fundamental do Movimento revolucionário foi o amálgama da união.

Ideologia da Revolução de 31 de Março

A ideologia que inspirou a Revolução era a de manutenção dos valores tradicionais da nacionalidade brasileira, porque sabemos que o povo brasileiro nunca aceitou as doutrinas radicais e extremistas. Sempre zelou pela integridade territorial, um fundamento básico em toda nossa História. O Brasil jamais se fragmentou, porque as manifestações com essas tendências, foram repudiadas e combatidas.

Procedimento da mídia

A mídia, naqueles tempos, era mais noticiosa. Naturalmente, com o agravamento da situação, começaram a se manifestar. Lembro-me de que o *Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã* e outros publicaram manchetes: "Basta!", "Fora" Nesse momento, eles sentiram a responsabilidade e apoiaram a Revolução.

O termo Revolução

Acho que o termo correto seria contra-revolução, mas, por uma questão de simplificação, denominamos de Revolução.

Governos militares

Há um artigo de Roberto Campos, sobre o tema: "O autoritarismo militar que não existiu no Brasil." Governo militar é referido quando as Forças Armadas assumem a responsabilidade total da administração, enfim, de tudo. Normalmente, é adotado em países ocupados por forças militares.

Tivemos governos presididos por chefes militares, assim como, no passado, foram os de Deodoro, Floriano, Hermes da Fonseca, Gaspar Dutra, que foi um grande Presidente. E, afinal, a maioria dos nossos Presidentes, se não foram militares, pelo

menos eram reservistas das Forças Armadas. De modo que, chamar os governos da Revolução de Governo Militar é uma impropriedade e uma manifestação tendenciosa.

Volta aos quartéis

Os militares nunca saíram dos quartéis. Alguns foram chamados para certas funções técnicas, para as quais eles eram competentes. Inclusive, realizaram um belo trabalho.

Benefícios da Revolução

A Revolução trouxe grandes benefícios para o nosso País. Não tenho de cor as suas realizações. Poderia citar, como exemplo que, antes da sua eclosão, era grande a dificuldade de deslocar-se nas rodovias do País. Não havia ligação entre o Sul e o Norte. A Revolução cortou o País de estradas. Construiu-se muita coisa. Houve um avanço extraordinário, levando a economia do País "lá para cima". A inflação baixou, de um modo estrondoso. Naturalmente, hoje, tudo isso é esquecido, mas ainda farão justiça ao nosso Movimento revolucionário, pelos benefícios que trouxe ao País.

Mas os sucessos econômicos da Revolução não são comentados.

Há uma "ciumada", sempre, e, também, um propósito deliberado, tendencioso, de desvalorizar as realizações da Revolução. Mas creio que virá o dia em que será feita justiça ao período revolucionário.

Erros da Revolução

É difícil a questão de apontar erros. As coisas dão certo, ou não. Se dão certo, está muito bem; caso negativo, houve erro.

Em um País extenso, como é o Brasil, com enorme população, naturalmente podemos encontrar setores em que ocorreram falhas. Roberto Campos aponta alguns erros na Revolução, como, por exemplo, segundo ele, perseguições políticas no período de 1968 a 1974. Mas, não são relevantes.

Roberto Campos foi revolucionário. Ele apontava os benefícios e alguns erros. Dizia que não se deu grande impulso ao ensino básico, investindo-se mais no setor universitário. Outra falha, apontada por Campos, foi a pouca valorização do problema da organização agrária. Acontece que o País é imenso e o desenvolvimento nunca se faz de forma homogênea. Há sempre um setor, agrário ou industrial, que avança mais do que o outro. É natural que a evolução político-

administrativa leve a esse quadro diferenciado. Assim, não considero terem ocorrido erros fundamentais.

O Ato Institucional nº 5, por exemplo, penso não ter sido necessário, porque a própria Constituição continha dispositivos que permitiam combater a "onda" subversiva. Mas, naquele momento, o Governo sentiu-se "jogado contra a parede", ameaçado, e reagiu, editando-o.

Todos os ideais da Revolução podiam se perder ali.

A meu ver, houve uma reação justificada, mas que não era necessária. A própria Constituição permitia que, em determinadas situações, fosse decretado o estado de sítio e, com ele em vigor, providências de toda a natureza poderiam ser tomadas. Mas, não podemos acusar nossos governantes de terem sidos atrabiliários, porque eles foram provocados por uma situação que parecia não ter solução.

A "batalha da comunicação social"

Em geral, o militar é um pouco "fechado". O General Médici não, era muito "aberto", mas o General Ernesto Geisel e o próprio General Figueiredo eram muito "fechados".

Castello era "fechadíssimo", um homem difícil. Quando comandou a Escola de Comando e Estado-Maior, fui seu auxiliar e conheci essa característica. Eu o auxiliei muito. Nas vésperas das conferências ele me convocava e lá ia eu, de madrugada, para a Escola, para fazer aqueles esboços e quadros que, depois, seriam expostos. Ele improvisava muito.

Aproveitou esse pintor de renome para fazer os croquis, os esboços.

O próprio distintivo da Escola de Estado-Maior é de minha autoria. Certa vez, o Castello disse:

– Gosto do Ferdinando, mas de vez em quando brigo com ele.

Ações de guerrilha e terrorismo praticadas por extremistas

No seio do Partido Comunista, houve divergências sobre o caminho da luta armada. Por exemplo, o Prestes era contra a luta armada e o Marighella era favorável. Contaram-me que, numa conversa entre eles, o Prestes disse:

– Olha, se você vai partir para essa questão da luta armada, ano que vem você não estará aqui, ao meu lado.

Apareceram várias "explosões". Eram movimentos esparsos.

Havia aquela teoria alimentada por certos setores da esquerda, de que uma revolução, iniciada no interior, se propagaria para as cidades. No curso do Inquérito

sobre o Partido Comunista, tomei parte numa sindicância sobre uns guerrilheiros, lá em Mato Grosso, e também tive contato com o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório.

O Jefferson contou-me, depois de sua prisão, lá no Paraná, que o Leonel Brizola encarregou-o de propagar a luta armada revolucionária no Brasil. O Brizola estava no exílio, em Montevidéu, e deu-lhe duzentos dólares, não estou bem lembrado, dizendo:

– Olha, você "invade" o Brasil que, imediatamente, irá receber adesões de toda a natureza, e a revolução vai se propagar pelo País inteiro.

Ele, então, com uns quinze homens, aproximadamente, invadiu uma cidadezinha, lá do interior do Rio Grande do Sul, e lançou uma proclamação que ninguém ouviu, porque era madrugada e a cidade, normalmente, adormecia às 8h da noite. O grupo atravessou Santa Catarina e chegou ao Paraná, onde travou combate com um Pelotão de Infantaria, num local que visitei. Conseguiram escapar. O Coronel Jefferson foi, afinal, aprisionado, condenado pela Justiça e acabou fugindo, se exilando, novamente, no Uruguai.

Cerceamento das liberdades de imprensa e de expressão

Não, absolutamente. É uma impropriedade dizer que houve cerceamento das liberdades de imprensa e expressão. Admite-se que tenha havido alguma restrição sobre um ou outro elemento que tenha se manifestado, sobre qualquer assunto, de forma grosseira ou imoral. Mas, mesmo assim, devem ter sido casos muito esporádicos. De um modo geral, a imprensa era livre, o Congresso e a Justiça funcionavam perfeitamente, de modo que a democracia estava em pleno andamento. Não há justificativa para essa acusação.

Luta armada

Outra falácia dos que criticam a Revolução, querer justificar a luta armada como uma conseqüência da falta de canais para as manifestações dos opositores ao regime. A luta armada foi uma manifestação esporádica de elementos que queriam "aparecer", e se deram mal. Ficou restrita a umas operações no interior do País, sem repercussão. Ninguém tomou conhecimento.

Objetivos da luta armada. Orientação e o apoio externo

Sei que muitos elementos foram treinar em Cuba, centro da propagação da revolução comunista na América Latina. Recebiam o incentivo para realizar essa

luta armada no interior do País, porque achavam que seria mais fácil, pelas dificuldades de comunicação etc. O mesmo raciocínio com relação ao interior de outros países, como Peru e Bolívia. Acho, então, que o apoio primordial foi de Cuba, treinando e incentivando esse pessoal.

Serviço Nacional de Informações (SNI) e Destacamentos de Operações de Informações (DOI)

Órgãos de informação são fundamentais para qualquer país. Veja a situação do Presidente atual que não tem conhecimento de nada. "Ah!, eu não sabia!" Um presidente não pode alegar desconhecimento sobre o que determinado "fulano" fez. O Serviço Nacional de Informações (SNI), assim como os órgãos de informações que as Forças Armadas – o Exército, a Marinha e a Aeronáutica possuíam – forneciam, para o Governo, subsídios para que pudesse agir. Quanto à atuação de polícia, teria sido preferível deixar a cargo dos órgãos especializados.

Com relação aos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), quando foram criados, eu não estava no Brasil, mas nos Estados Unidos. A meu ver...

Estava na Junta Interamericana de Defesa.

Sim, nos Estados Unidos. Lá, atendendo a pedidos, fiz conferências sobre a Revolução, em universidades, para esclarecer etc. Na Junta, também, me prestigiaram muito, quando souberam que eu tinha vários livros escritos contra o comunismo. A Junta era essencialmente anticomunista. Cuba foi expulsa.

Duração do Movimento revolucionário de 1964

Acho que demorou o tempo necessário. Muitos dizem que o período revolucionário foi demorado, mas a passagem ou troca das lideranças não é um processo repentino, tem que ser paulatino. A Revolução, como movimento político, foi se esgotando de forma natural, de acordo com a mentalidade brasileira, que não tolera mudanças repentinas. Ainda que muita gente considere que tenha havido uma demora muito grande, este não é o meu pensamento.

Vantagens e benefícios para as Forças Armadas

As Forças Armadas não se aproveitaram da Revolução. Pelo contrário, foram prejudicadas, porque os próprios governos revolucionários deram prioridade a

outros setores da vida nacional, deixando-as em segundo plano. Sacrificaram-se ao máximo, para atender aos outros setores.

Máximo de desenvolvimento e o mínimo de segurança.

Essa expressão foi do General Golbery. Dela, discordei, sistematicamente, porque segurança é fundamental. Tem que haver equilíbrio.

Não há melhor processo para enfraquecer um país do que dissociar e destruir as Forças Armadas. As grandes nações decaíram quando suas Forças Armadas foram colocadas em plano secundário.

Avaliação dos vinte anos de Governos Revolucionários

Foi um período de progresso nacional, de grande exaltação da brasilidade, de criação de uma consciência nacional e, sobretudo, da neutralização de todos aqueles fatores que concorriam para a divisão político-administrativa. O que o Brasil alcançou de progresso, na maioria dos setores nacionais, deve à Revolução de 1964. Fez-se, em muitos setores, naquele período, bem mais do que em toda a História brasileira.

Influência da conjuntura internacional na "abertura" política

Acho que influiu, principalmente, porque desmascarou a grande esfinge comunista, isto é, tornou evidente e consciente o fato de que o comunismo não resolve problema de espécie alguma. Em 1918, eles prometeram um progresso extraordinário, uma condição de vida melhor, mais elevada, para o operário, e o mesmo foi massacrado.

A União Soviética atravessou um período de penúria, de que o mundo todo tomou conhecimento, por meio da fuga, do êxodo dos habitantes daqueles países que formavam. Isso ficou demonstrado pela existência do Muro de Berlim, construído para impedir que as pessoas se libertassem daquela situação, e por onde ocorriam fugas de todo jeito, com as pessoas se sacrificando, preferindo perder a vida, a ficar encerrado dentro daquele ambiente.

O que tem acontecido com os cubanos, enfrentando o mar, em frágeis barcos, para tentarem se livrar daquele regime. Tivemos conhecimento, hoje, do drama provocado pelo acidente com o submarino russo, com todas aquelas pessoas no fundo do mar, pedindo socorro à Inglaterra e aos Estados Unidos. Essa era a nação que queria dominar o mundo.

Lembro-me de um filme, no qual um russo, que era artista num circo e se exilou nos Estados Unidos, foi a um supermercado e perguntou:

– Onde é a fila do café?

– Aqui não tem fila para o café. Aqui há café de todas as qualidades – respondeu um cidadão.

Vê-se, então, qual era a mentalidade do russo, sujeito àquelas privações decorrentes de um ambiente administrativo intolerável. Compara-se com o que temos, felizmente, em nosso regime democrático.

"Abertura", desde o Governo Geisel

A "abertura" era válida, mas esse termo não está bem aplicado, parecendo que, antes, havia um "fechamento". O que houve foi uma transição, de um governo centralizador, com Presidente militar, para civis.

Entretanto, não foi bem realizada, porque certos elementos viciados, agitadores contumazes, continuaram a agir. Eu teria cancelado a atividade política desses elementos. Agora, utilizam-se do pretexto de que a democracia é livre etc.

"Revanchismo", de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares

Existe uma má vontade contra os militares. Na minha avaliação, contudo, isso não começou depois da Revolução. Mesmo antes, sempre houve uma "ciumada", embora as Forças Armadas procurassem se integrar ao meio social brasileiro. Muitos de nós, que pertencemos às Forças Armadas, viemos de origens civis. Na minha família, eu sou o único militar. Depois, minhas irmãs casaram-se com militares. Sou filho de um guarda-livros, homem trabalhador, humilde e honesto. Fiz exame para a Escola Militar, concorrendo com milhares de outros civis. Não tinha nenhuma origem nobre, era uma pessoa como outra qualquer, e a Escola Militar sempre esteve aberta. É assim nas Forças Armadas. Elas estão sempre abertas ao acesso de qualquer brasileiro, desde que tenha competência para vencer aquele exame.

O comunismo e o término da bipolaridade

O comunismo não desapareceu, tomou outras formas, se adaptou. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) mudou de nome; o Partido Comunista do Brasil (PC do B) manteve o seu.

Desde o tempo do meu inquérito que digo o seguinte:

– Não sou contra os comunistas; sou contra o comunismo.

Concordo que o cidadão possa ter a idéia que quiser, adotar concepções de qualquer espécie. Existem verdadeiras aberrações, e nós não podemos impedir que apareçam minorias simpáticas a essas doutrinas. Nem por isso vamos matar ou perseguir alguém, mas procurar mostrar que o caminho não é esse, e deixar essas pessoas de lado, para que não influam. Só isso.

O comunismo não morreu, mas não vai ressuscitar com a força que teve. Ele está confinado, apenas, àqueles elementos que não se conformam com o seu destino.

Poderíamos dizer que faliu, mas não morreu.

Faliu, não deu certo. O camarada tem uma casa comercial que não dá certo, e vai à falência. Ele vai ser responsabilizado pelo dinheiro, mas não há necessidade de perseguição.

Imagem do Exército Brasileiro junto à sociedade

Os elevados índices de aceitação das Forças Armadas, junto à sociedade, atestados por diversas pesquisas de opinião, demonstram que sempre gozaram de muito prestígio, queiram ou não seus detratores, porque o processo de seleção é muito bem-feito. O militar vai ascendendo na hierarquia, passando por uma série de crivos, e a elite civil reconhece isso. Servi na Escola Superior de Guerra, onde conviviam civis e militares, e eles nos respeitavam muito.

No interior do Brasil, somos muito benquistos. Não sei dizer com relação à cidade grande, mas em todo o interior do território nacional as Forças Armadas têm um prestígio muito grande. Quando se fala em Exército, Marinha e Aeronáutica há inequívocas demonstrações de respeito.

Mensagem final

Os brasileiros devem reconhecer, na Revolução de 1964, um passo muito seguro e sério para o desenvolvimento político, econômico e social do nosso País. Queremos que o povo brasileiro tenha a idéia do que foi, realmente, a Revolução de 1964, ou, melhor dizendo, a Contra-Revolução de 1964.

Julgo que o Projeto de História Oral possui um mérito muito grande, dentre outros, por constituir-se na manifestação do reconhecimento que devemos ter por todos aqueles chefes que já nos deixaram, que não estão mais presentes, mas que foram homens de grande envergadura moral e de patriotismo inexcedível. Legaram, por meio de sua modéstia e desprendimento, o exemplo de como deve proceder o verdadeiro brasileiro.

A minha mensagem é de valorização da Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Brigada Hélio Ibiapina Lima

- Natural da Cidade de Fortaleza – CE.
- Último posto da carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o 1º Batalhão de Construção, em Caicó-RN e, como Coronel, o 2º Batalhão Rodoviário, em Lajes-SC. No posto de General, o 2º Grupamento de Fronteira, em Cascavel. Foi Diretor de Material de Engenharia do Exército.
- No exterior: aluno do Curso de Informações e Contra-Informações, na Escola das Américas, Panamá (1966) e Adido Militar junto à Embaixada do Brasil no Equador (1969/1970).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Chefe da 1ª Seção do Comando do IV Exército, em Recife, PE. Presidiu Inquérito Policial Militar de 2 de abril a junho de 1964, que visava apurar as ações subversivas na área do IV Exército.

Entrevista realizada no dia 08 de agosto de 2000.

Raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964

Havia, sem dúvida, uma forte corrente, integrada pelos revolucionários de 1922, 1924 e 1930, que estimulava seus filhos e netos a levarem avante os ideais defendidos por eles e seus companheiros. Isso aconteceu no Recife. E não eram só militares, pelo contrário, em sua maioria, civis.

A incapacidade política e administrativa de João Belchior Goulart e a de seus auxiliares eram um fator de estímulo aos ímpetos revolucionários de muitos militares e civis. Finalmente, a adesão do próprio Chefe do Governo e da maioria de seus auxiliares às idéias dos marxistas brasileiros, seu comportamento agressivo e sem competência, iriam constituir a gota que faltava para transbordar o caldeirão, resultando em poderosa ação militar, aclamada pelas populações atribuladas – umas mais, outras menos – como conseqüência dos desmandos do Executivo, testemunhados pelos Legislativo e Judiciário, acuados e garroteados.

Guerra fria

Sem dúvida, a denominada guerra fria teve alguma influência na ação militar de 31 de março de 1964. Entretanto, no meu entender, ela foi muito menos substancial que a sustentada pela cruenta Intentona Comunista de novembro de 1935, quando as Forças Armadas, Marinha e Exército, à época, e as próprias Polícias Militares, de forma mais destacada as do Rio de Janeiro e Pernambuco, passaram a constituir a grande barreira, hoje ainda, mobilizada em defesa do Estado Brasileiro.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

No período que antecedeu à deflagração do Movimento revolucionário, os partidos políticos não tinham programas, não se orientavam adequadamente, embora tivessem ideais, mas não possuíam consistência política.

O Executivo, mal estruturado, trabalhava por iniciativa dos Ministros ou do próprio Chefe de Governo. Não havia planejamento.

Ao Ministério das Relações Exteriores, faltavam objetivos de longo alcance. O Brasil abandonava os seus vizinhos da América do Sul, ignorava os países africanos e asiáticos e vivia da esperança das "amizades" com os norte-americanos e europeus, mas por eles explorado, recebendo, como compensação, migalhas e incompreensões.

Os norte-americanos davam maior importância aos argentinos, venezuelanos e colombianos que aos brasileiros, seus leais escudeiros; da mesma forma assim se comportavam os europeus.

Clima de insatisfação

Fora de dúvida, era grande a repulsa ao Governo João Goulart. A prova maior foi a aclamação imediata, das chamadas classes produtoras, à ação armada do dia 31 de março, particularmente, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, alastrando-se celeremente por todo o território nacional.

Os seguidores do Senhor João Goulart, apavorados, fugiram da luta feroz que eles mesmos apregoavam e deixaram que seus dispositivos de segurança ruíssem como castelos de cartas. Não houve resistência em qualquer parte do território nacional.

Posição da Igreja

O apoio da Igreja ao Governo deposto no dia 31 era insignificante, mas em ambiente de grande expectativa: primeiro, a respeito do que aconteceria com o movimento eclesial de base, ativo em quase todas as dioceses, e mais fortemente estruturado no Nordeste, tanto que as dioceses, preocupadas, foram procurar o Comandante do IV Exército, para se informarem sobre o que poderia suceder com aquele movimento; segundo, a infiltração da Ação Popular nos meios católicos, em especial nos círculos operários e nos movimentos jovens (JOC e JEC); terceiro, desconfiança nos prováveis chefes revolucionários: seriam positivistas? Católicos? Maçons? Ateus? Os salesianos, por exemplo, que se preocupavam muito, indagavam, a todos nós, se o Castello era maçom, inimigo dos católicos. Respondíamos:

– Olha, o Presidente Castello vai a missa todos os domingos no Convento do Carmo, aqui no Recife. Logo, não pode ser ateu nem maçom.

"Ligas Camponesas", "grupos dos onze"

As "Ligas Camponesas", de inspiração marxista, cresceram no Nordeste, especialmente na zona canavieira, com base na orientação e apoio cubanos e no comportamento retrógrado e intolerável dos "capitães" da indústria do açúcar e

do álcool: os plantadores de cana – senhores do engenho – e os industriais da cana – os usineiros.

É interessante observar que os dois grupos, geralmente péssimos patrões, sempre se comportaram como inimigos e jamais tentaram resolver a grande tensão social existente entre eles e a massa trabalhadora. O senhor de engenho posicionava-se, em relação ao usineiro e ao trabalhador, como o "recheio do sanduíche". Sofria as pressões do trabalhador e do usineiro. Qualquer empréstimo que o senhor de engenho fizesse, o usineiro era intermediário nos contratos, nunca avalista. Conseguiu uma figura jurídica que ninguém entendeu, essa de intermediário ou interveniente. De maneira que o senhor de engenho jamais poderia pedir auxílio ao usineiro, quando não tinha com o que pagar.

E isso era tão forte que, após eu ter apurado e levantado essa estupidez comercial que existia entre eles, no Nordeste, o Presidente Castello determinou que fosse abandonada aquela idéia da interveniência; entretanto, o Banco do Brasil não concordou e preferiu trabalhar com a ingerência dos usineiros. Foi preciso uma segunda investida para que conseguíssemos acabar com aquela prática.

A respeito do "grupo dos onze", o que sei, é de literatura. Por observação direta, muito superficialmente. No Nordeste, sua ação, até 31 de março de 1964, foi quase nula.

O meio militar na fase pré-revolucionária. Possibilidade de cisão nos quartéis

A política partidária e a oferta desabrida de empregos e de outras benesses constituíram uma tentativa de criar cisão nos quadros das Forças Armadas, mas, em maior intensidade, na Marinha e na Aeronáutica.

Militares como o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Almirante Pedro Paulo de Albuquerque Suzano e o Brigadeiro Francisco Teixeira, em fase inicial, para citar apenas os de mais alta patente e mais responsáveis, por suas ambições políticas e por simples escravização ideológica, fugindo aos seus juramentos profissionais e ao respeito ao Estatuto dos Militares, tentaram subverter a ordem e a disciplina castrenses, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra oficiais, desrespeitando as Instituições, praticando ações político-partidárias dentro dos quartéis, protegendo graduados e oficiais ligados ao esquema governamental da época. De outro lado, líderes civis e altas patentes das Forças Armadas – Ademar de Queiroz, Sylvio Heck, Grüm Moss – buscaram preservar a disciplina nas Forças Armadas.

Posteriormente, Almirante Aragão, Generais Osvino Ferreira Alves, Assis Brasil e o Brigadeiro Teixeira foram os que mais atuaram para fomentar a discórdia

nas Forças Armadas, com a quebra da disciplina, o estímulo à desobediência, esteios das ações subversivas que caracterizaram o Governo Goulart.

São exemplos as inúmeras transferências de oficiais do Exército para as Circunscrições de Recrutamento, Nordeste e Amazônia, a discriminação de oficiais para missões no exterior etc. Outros, foram a revolta de sargentos em Brasília, a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais, as tentativas de organização de clubes de cabos e soldados nos moldes das organizações trotsquistas de 1916 e 1917.

Por isso, é interessante citar um fato que aconteceu no IV Exército. O Sargento Abdias Morais de Araújo Lemos era um excelente profissional; fazia o último ano do curso de Veterinária e pertencia à 1ª Seção do Estado-Maior do IV Exército, da qual eu era o chefe. Autorizei, e o General Castello concordou, que ele trabalhasse como serviço acabado, isto é, todas as vezes que houvesse qualquer solicitação da universidade ele seria dispensado, desde que o arquivo, pelo qual era responsável, estivesse em dia e em ordem. O General Castello, Comandante do IV Exército, fez objeção, inicialmente, mas depois aceitou as minhas ponderações e o Sargento terminou o curso.

Na época da conclusão, o Comandante já não era mais o Castello. O Sargento Araújo Lemos foi inscrever-se para candidatar-se à matrícula na Escola de Veterinária do Exército, após o competente exame, e não pôde fazê-lo, porque já tinha ultrapassado a idade, por dois meses. Voltou desanimado. Fui ao Comandante do IV Exército que remeteu um ofício ao Ministro, General Lott, pedindo uma tolerância, mas a resposta foi negativa. Igualmente, o pedido para que se fizesse mudança na Portaria que regulava a inscrição não foi aceito.

Resolvi que ajudaria o Sargento, da maneira que pudesse. Então, usando de um artifício, escrevi uma carta ao Ministro, como se fosse o Diretor da Faculdade. Utilizei um endereço não padronizado, que possuía com um meu vizinho. Na carta, sabendo que o Ministro disputava eleição, dizia o seguinte: ... "que ele estava contrariando um pobre sargento que merecia tanto etc. e tal... e aquele sargento iria, naturalmente, caso atendido, fazer propaganda eleitoral dele etc. e tal". Assinei um nome qualquer, como Diretor da Faculdade, não me lembro mais, e coloquei no correio, sem esperança de receber resposta.

Passado muito pouco tempo, veio a resposta, dizendo que estava sendo preparada a Portaria e o Sargento Araújo Lemos chegou a Tenente Veterinário. O artifício dera certo.

Quando voltou do curso, entreguei-lhe para leitura o dossiê que possuía. De admirador extraordinário do Lott, ficou vermelho, sério e disse: "A partir de hoje, sou inimigo desse homem." Eis aí o poder do populismo... A atração do voto...

Pessoas como o Lott, com vida conhecida dentro do Exército, extraordinária... Nunca poderíamos admitir que fosse capaz disso.

Ainda antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964

Poderíamos acrescentar a fase do Juscelino Kubitschek, por sua administração irresponsável, eivada de corrupção. Endividou o País além do aceitável, promovendo o aumento exagerado da inflação, dando margem à vitória de Jânio da Silva Quadros, com a figura patética da vassoura, para limpar a corrupção do País.

O Governo de Jânio Quadros, de curta duração, com o término inesperado e quase catastrófico, desmoralizou o sistema político nacional e provocou ainda maior desunião no seio das Forças Armadas. Porém, logo a seguir, chamou atenção dos chefes militares para os perigos que corríamos, se desunidos estivéssemos, na hora do acerto de contas.

Finalmente, alguns movimentos de âmbito nacional, como o Terço em Família, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e outros, que estimularam a tomada de posição das Forças Armadas para a derrubada do Sr. João Goulart.

Acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964

Lembro os documentos do General Castello, no encerramento dos cursos da EsAO (1963) e mandados distribuir aos Grandes Comandos de Área, pedindo a adesão e citando as possibilidades de ação. Outro acontecimento foi a entrega da espada de ouro ao Lott. Também, as atividades subversivas do Almirante Aragão, no Nordeste, quando percorreu a região, querendo formar os Clubes de Cabos e Soldados, não só dos Fuzileiros Navais, mas do Exército, Marinha e Aeronáutica; a permissividade da Administração João Goulart em relação à atuação de líderes subversivos; o comício da Central do Brasil; a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais e a reunião do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964. Esses foram os acontecimentos, a meu ver, determinantes.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Sei que opositores da Revolução classificam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como um movimento reacionário. Para mim, não tem sentido essa acusação. Foi, isto sim, um movimento da sociedade, autêntico e livre. Nada tendo

de reacionário. Famílias se reuniram e mobilizaram as outras, amigas, vizinhas, e foram às ruas...

Em vários Estados e Municípios.

Absolutamente natural.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Olha, quem não aceita que, em 1964, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da Vontade Nacional, ao deflagrarem a Revolução, certamente não percebeu os sentimentos dos brasileiros à época, ou, depois, acabou envenenado pela campanha deletéria produzida, após a consolidação do movimento revolucionário e a eleição do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Somente quem não acompanhava os acontecimentos, poderia pensar que o Exército saiu às ruas sozinho. Havia um clamor público pedindo:

Chega! Basta de baderna!

A não ser que, mais tarde, como procurei destacar, tornou-se oposição à Revolução e, por conseguinte, posicionou-se contra a ação militar que a deflagrou.

Aí, então, os companheiros da primeira quinzena de março, as classes produtoras, jornalistas e muitos outros pressentiram que a Revolução não era uma "revanche" de determinado grupo, apoiado pelo Exército, contra o outro. Caracterizar-se-ia, porém, por perseguir os mesmos ideais de 1930: seriedade administrativa, respeito às leis, respeito ao cidadão e guerra à corrupção política, econômica e social. Não se tratava de um movimento partidário, não era um movimento de ricos contra os pobres, embora os ricos pensassem que era. Por isso, começaram "a travar" a Revolução.

Os amigos de ontem uniram-se aos inimigos de sempre, foram cooptados por eles e passaram à luta contra-revolucionária.

Tentativa de mudança da ordem institucional do Brasil, através de uma revolução de cunho comunista, em pleno andamento, durante o Governo Goulart

Esse é um fato que ninguém pode negar. E como se poderia negar, em face dos fatos históricos, do desembaraço assombroso dos grupos de pressão, pelas posições do próprio Presidente João Goulart e, sobretudo, das frases lapidares dos Senhores Luís Carlos Prestes, Clodsmith Riani, Assis Brasil, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gilberto Cardoso etc.

Luís Carlos Prestes dizia: "Já estamos no Governo, só falta o Poder."

Clodomith Riani, repetia o seguinte: “Não tem Ministro do Exército, nem Ministro da Marinha; a gente derruba na hora! E derrubariam mesmo.”

As mulheres saíram às ruas e não houve outra alternativa senão o Exército acompanhar o seu povo, tomar uma atitude, no meu entender, dentro da linha de comando. Essa era uma preocupação do Castello Branco, do Joaquim Justino Alves Bastos, do Costa e Silva e de outros chefes militares.

Participação pessoal

Terminei o Curso de Estado-Maior e fui para o Nordeste, já em plena preparação, nos pródromos da Revolução. Inicialmente, chamava-se Zona Militar do Norte, depois, na época da deflagração do Movimento, passou a denominar-se IV Exército. Como E1, Chefe da 1ª Seção, esforcei-me para desenvolver uma autêntica ação social. O objetivo era prestigiar o Comandante da Área e seus subordinados, no sentido de mantê-los ligados a seus oficiais e sargentos, evitando manifestações de indisciplina na área e desobediência na hora de agir.

Por exemplo, quando um sargento casava, o Comandante da Zona Militar do Norte, ou do IV Exército, passava um telegrama de saudações. Tínhamos o trabalho e o cuidado de levantar os nomes. Quando terminava um curso ou via-se transferido para função de destaque, o militar era cumprimentado. Se fosse transferido para alguma guarnição afastada, com poucas facilidades, indagávamos se poderia ocorrer algum problema de adaptação da família etc. Em suma, havia uma preocupação constante de manter o Comandante próximo do pessoal de sua área de Comando, da sua tropa.

Como em Pernambuco a PM estava profundamente infiltrada, bem como a Polícia Civil, porque o Arraes era o Governador, verificamos que as Unidades das Forças Armadas, no Recife, estavam sem segurança que, normalmente, é atribuição das polícias estaduais. Quer dizer, poderia haver, de um momento para o outro, um assalto a quartel, exigindo uma pronta ação defensiva, sem que, preventivamente, houvesse possibilidade de preveni-lo.

Como conseqüência, planejei, com o Tenente-Coronel Antonio Bandeira, uma vigilância diária, noturna, das entradas da cidade. Havia, naquela época, a possibilidade da invasão das “Ligas Camponesas”. Elas, de vez em quando, invadiam a SUDENE ou vinham e faziam uma pressão incrível no Governo Arraes, objetivando que o mesmo cedesse a seus propósitos.

A missão de vigilância era executada por equipes constituídas por um oficial superior, geralmente do Estado-Maior da Região ou do IV Exército, por um oficial

subalterno e um sargento, retirados das Unidades, deslocando-se em uma viatura cedida por amigos civis da cidade. Começávamos às 20h e terminávamos às 5, 6h da manhã; noite inteira rodando por aqueles locais onde pudesse ocorrer reuniões etc. Possuíamos aparelhos de rádio, para ligação imediata com o Comando, e telefones selecionados naquelas diversas ruas. A qualquer hora, poderíamos acordar o dono do telefone e utilizar o aparelho para avisar sobre situações presumivelmente perigosas. Felizmente, não houve necessidade.

As equipes prestaram esse serviço, em 1963, no Comando do General Castello, e, em 1964, quando era Comandante o General Justino Alves Bastos. Eles sabiam desse trabalho noturno de vigilância e prevenção.

Eu era o elemento de ligação principal do General Castello e seu grupo de oficiais – coronéis e generais da reserva – que passavam lá, no Nordeste, trazendo as notícias e levando documentos. Foi o caso daquele documento que passou pelas minhas mãos para ser entregue ao General Justino, ao qual farei referência, mais adiante.

Cuidei de defender vários oficiais que foram alvo, naquela época, da ira dos elementos contrários e que serviam na área. Um deles foi o 2º Tenente de Infantaria Talião, no Recife. Ele era, até, cearense. No evento de inauguração do Seminário da Várzea – era o período do Governo Juscelino – desacataram o Sargento Comandante da Patrulha da Polícia do Exército. O graduado chamou o Tenente Talião, da Companhia de Guardas, substituto do Tenente da PE que não pôde estar na ocasião. Aquele oficial não tinha experiência.

Havia uma ordem de não deixar ninguém entrar. Era o Juscelino que iria proceder a inauguração. O Chefe de Gabinete do Prefeito, no entanto, insurgindo-se contra a ordem do Sargento, disse que o Dr. Pelópidas da Silveira, Prefeito de Recife, iria passar. E, realmente, o Prefeito foi para o palanque. O Tenente Talião, quando chegou, chamado pelo Sargento, também foi desrespeitado. Na confusão que se seguiu, um PE deu uma "picotada", com o cassetete de borracha, na cabeça do Chefe de Gabinete. O referido senhor caiu dentro de um pequeno lago artificial, com plantas – não se afogaria de jeito algum – e permaneceu em decúbito frontal, de maneira que teve dificuldade para respirar e, certamente, bebeu um pouco de água. A própria PE tirou-o de lá.

Pois bem, fizeram um inquérito e, em menos de 12h, indiciaram o oficial. Eu deveria mandar o processo para a Auditoria, mas intercedi a favor do Tenente, junto ao General Zeno Estillac Leal, Comandante, à época:

– General, o senhor não devia mandar isso para a Auditoria, e sim arquivar.

– Por quê?, perguntou algo surpreso, o General Zeno.

– Porque esse inquérito foi muito malfeito – respondi-lhe.

– Mas não foi preparado pelo Tenente-Coronel Chefe de Polícia?

– Mas está malfeito, pois não ouviu ninguém e, além do mais, não fez Inquérito Policial Militar, coisa alguma. Só apresentou para o senhor a proposta de solução.

O General Zeno decidiu encaminhar o inquérito, entretanto, mandou constar que o fazia por apreço à Justiça, pois o seu destino deveria ser o arquivo. Mesmo assim, providenciei advogado e o oficial foi "salvo pelo gongo". Quase que o pobre do 2º Tenente de Infantaria foi "arcabuzado".

Outro caso foi o do Tenente-Coronel Antonio Carlos de Andrada Serpa que servia em Teresina, Piauí. No Dia do Reservista, na solenidade do 25º BC, o Coronel Jacir, Comandante, fazia uma oração à Bandeira e, em determinado trecho, passou a chamar a atenção dos soldados: "Hoje, a Bandeira é essa, verde e amarela. Amanhã, qualquer que seja, mesmo que, com foice e martelo, a nossa obrigação é prestar continência a essa Bandeira e não discutir."

Estavam presentes, da Circunscrição de Recrutamento (CR), o Coronel Péricles, Chefe e Comandante da Guarnição, e o Serpa, Adjunto. O Serpa protestou, na hora, junto ao Chefe da CR. Aguardou cinco dias e, como não foram tomadas providências, se queixou. Acabou sendo punido com quatro dias de cadeia.

O Comandante da Região Militar, em Fortaleza, era o General Alberto Ribeiro Sallaberry. Ele não quis se envolver, ficou com medo de tomar partido e, por isso, relatei o acontecido ao General Assunção, Comandante da Zona Militar do Norte (ZMN), que gostava muito do Tenente-Coronel Serpa. Adiantei que o mesmo ficaria com a carreira liquidada, em virtude da prisão. Ele argumentou que nada poderia fazer, pois era encargo do Comandante da Região. Respondi-lhe que poderia avocar o inquérito, o que foi feito, e conseguimos inverter a posição: anular a cadeia do Serpa e punir o Péricles com os mesmos quatro dias. Mas o Assunção fez algo muito inteligente. Deixou o Sallaberry assinar a Solução do IPM. Quando voltava do Rio de Janeiro, de férias, entreguei-lhe o inquérito no aeroporto de Guararapes. Expliquei que a Solução seria sua, pois teria de aplicar a punição prevista na mesma. Ele disse:

– Mas não é possível!

Coitado do Sallaberry; ele possuía bom coração e não queria aceitar a solução, entretanto acabou cedendo.

Também defendi o Tenente-Coronel Rubens Pereira de Araújo, Comandante do 15º RI, no incidente com as "Ligas Camponesas" em Rio Tinto, Paraíba. Consegui anular a punição aplicada pelo Comandante do Grupamento de Engenharia de Construção, General Augusto Fragoso.

Qual o motivo da punição?

Ele prendera alguém das "Ligas Camponesas", lá em Rio Tinto, e o Fragoso achou que não deveria tê-lo feito.

Esses fatos que o senhor está citando aconteceram antes da Revolução, quando havia despropósitos de toda ordem.

Exatamente, referem-se a fatos ocorridos antes da Revolução. Todos eles se deram no período do Juscelino. O acontecido com o Albuquerque Lima, que vou relatar agora, foi mais recente, após a renúncia do Jânio, em 1961.

O Albuquerque Lima recebeu ordem do Ministro Denys para assumir o Comando do Grupamento de Engenharia, pois o General Augusto Fragoso, seu Comandante, se indispusera com o Costa e Silva, Comandante do IV Exército, na ocasião. O motivo foi a questão da legalidade, levantada pelo Brizola, que contou com a simpatia do General Fragoso, ao contrário da posição defendida pelo General Costa e Silva. O Fragoso veio preso para o Rio de Janeiro.

Pois bem, o Affonso não conseguiu assumir o Comando e aí, apelou para mim:

– Ibiapina, você poderia vir aqui, em João Pessoa?

Fui, com muita dificuldade. Lá chegando, ele se encontrava em apuros:

– Não posso assumir o Comando do Grupamento porque os oficiais não querem deixar!

– Coronel – ele ainda era Coronel – vou rapidamente a Campina Grande, falo com o Coronel Queiroz, ele o apóia e o senhor assume na hora.

O Queiroz era o Comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, tropa aguerrida, pertencente ao Grupamento. Mas ele recusou a idéia e foi embora, não assumiu.

Outro episódio que contou com a minha atenção foi o incidente entre os oficiais do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, de Teresina, com o Tenente-Coronel João Campelo de Rezende Lima, Subcomandante do Batalhão, que era francamente do "outro lado". Queria punir os tenentes, quando protestavam contra as suas pregações esquerdistas. Nós do IV Exército os protegemos.

Todas essas intervenções visavam a evitar problemas na área do IV Exército e manter o nosso grupo sob a proteção normal dos regulamentos e das autoridades responsáveis pela área.

Gostaria, ainda, sobre minha participação pessoal nos pródromos da Revolução, de dizer que seria o Comandante da área de Pernambuco, em caso de tentativa de intervenção ordenada pelo General Lott, então Ministro da Guerra. Foi durante o período de Governo do Juscelino. Quase que fizeram a intervenção no Estado de Pernambuco.

O Cordeiro de Faria, Governador do Estado, não me designou diretamente, ficou preocupado e procurou o General Assunção, dizendo-lhe que iria resistir e perguntou:

– E a Zona Militar do Norte o que vai fazer?

O General Assunção disse:

– Eu também vou resistir.

Seria natural que o General Assunção assumisse o Comando da área do Estado, mas estava prestes a deixar a Zona Militar. Seu sucessor era uma incógnita.

E decidiram que o melhor era designar um Comandante para a área. Houve uma reunião no quartel da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, presentes o Coronel Antonio Bandeira, o Hélio Galdino Martins, o Newton Araújo de Oliveira e Cruz, o Octávio Aguiar de Medeiros, que foi, mais tarde, Chefe do SNI e o Ivan Ruy Andrade de Oliveira que era o Comandante do Grupo de Obuses (I/7º RO). O Galdino, oficial mais antigo, não quis ser o Comandante da área, com o argumento de que deveria ser o Comandante da ZMN. O Bandeira não quis porque ele era paraibano e poderia não dar certo. Depois veio o Ivan Ruy que também recusou porque era pernambucano e seria melhor que o Comandante não fosse pernambucano. O Galdino, estagiário no Comando do IV Exército, por término do curso de Estado-Maior, não queria se empenhar numa missão dessas. O Newton Araújo de Oliveira e Cruz, oficial mais moderno presente, começou a olhar para mim e eu disse:

– Vou aceitar, mas tem uma coisa: vocês vão comandar comigo, vão me obedecer!

O problema maior era o Coronel Bráulio, Comandante da Polícia Militar (PM), cuja Organização ficaria sob meu Comando, na hipótese da intervenção, embora com a supervisão do Governador e conhecimento do Comandante da Zona Militar do Norte. O Bráulio era um Coronel de Infantaria – não me lembro do nome dele todo – com Estado-Maior, do qual gostávamos muito. Terminada a reunião, fui dizer ao Cordeiro de Faria:

– Bem, pode ser eu, mas pergunto: o Coronel Bráulio? O que vamos fazer?

Respondeu-me:

– Não, o Coronel Bráulio vai ficar sob as suas ordens.

Com o General Assunção, comentei que o Coronel Bráulio, um homem sério, deveria ser o Comandante. Respondeu-me que o Bráulio não queria. Então, fiquei responsável por esse encargo por muito tempo. O Lott andou perto de intervir, mas não o fez.

Em outra participação, logo depois da eclosão do Movimento, fui o encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) destinado a apurar as ações subversivas na área do IV Exército. Recebi a missão em 2 de abril de 1964. O

General Estevão Taurino de Rezende Netto, já na reserva, era o Chefe Geral da Comissão de Investigação, e eu me subordinava diretamente a ele. Depois, a abrangência do meu inquérito foi limitada, com a nomeação de um oficial para cada Estado e Instituição.

Tempos mais tarde, separaram a Zona Rural, antes minha atribuição, que passou para o Tenente-Coronel Paiva, artilheiro, de São Paulo, mais antigo do que eu. A Universidade, para o Manuel Costa Cavalcante; a SUDENE, para um Coronel de Infantaria, sem curso de Estado-Maior, Salvador Batista do Rego, paraibano e muito amigo do Presidente Castello Branco.

Razões da separação da área rural

Os problemas eram muitos. Era bastante gente. Mesmo aliviado das atividades do campo, ainda tive que ouvir oitocentas pessoas. Não era fácil! Eu e os dois escrivães, Noaldo e Jovino, trabalhamos, sistematicamente, de 3 de abril até 12, ou 14 de junho de 1964, praticamente, dia e noite.

A infiltração era tão grande que o pessoal já não tinha mais cuidado. Veja, por exemplo, o atual Vice-Presidente da República, Dr. Marco Antonio Maciel. Era advogado e tinha um escritório em atividade; ganhava muito dinheiro. Nessa época, o Coronel Antonio Bandeira era o E2 do IV Exército. Pois bem, o Dr. Marco Maciel foi fazer um curso de capacitação política, em Cuba, inclusive, aprender a trabalhar com explosivos. Certo dia, o Bandeira, que já comandava o 14º RI, e eu assumira a função de E2, me disse:

– Ibiapina, o Marco Antonio Maciel está querendo uma carteirinha de agente.

Eram cartões de agente do IV Exército, semelhantes àquelas de anotação dos cadetes, que usávamos para os "olheiros e informantes". Respondi:

– Não dou! Você conhece a ficha dele no IV Exército, afinal, você era o E2! Por que você não dá como Comandante do 14º RI?

Não deu.

Depois, o Marco Antonio Maciel se arrependeu muito de ter ido fazer aquele curso. Na época do Geisel, já era Deputado, quis ser líder do MDB – naquele tempo era só MDB. Chegou, apresentou-se no Congresso, como candidato a candidato a líder. O Golbery mandou chamá-lo:

– Venha cá, você vai ser líder?

– Eu tenho direito! Sou Deputado! – interrompeu o Marco Maciel.

– Olha, mas com essa ficha aqui... – o Golbery mostrou a ficha para ele.

– Bem, então, até logo... Felicidade...

– Mas, vai embora? Não vai mais fazer força? – perguntou surpreso, o Golbery, acerca de sua intenção de ser líder do MDB.

– Como o senhor, naturalmente, vai publicar tudo isso...

– Lógico que vou. Mas, você não conhece ninguém que possa dizer que você foi lá por um outro motivo? – atalhou o Golbery.

*Hoje, aquela ficha o ajudaria muito, mas, naquela época, não ajudou***.**

O Marco Maciel escreveu ao General Antonio Bandeira, Comandante do III Exército, à época. Bandeira, então, preparou uma carta, declarando que o Marco Maciel tinha ido, como Representante do IV Exército etc. Mas sei que não foi. Essa carta parou diretamente nas mãos do Golbery. Daí em diante, ele foi... líder e mais outras coisas.

Mas, quando afirmo sobre a grande infiltração que havia, você pode constatar como um rapaz, com profissão liberal assentada, organizada, se manda para fazer um curso de capacitação política, em Cuba. Por isso, anos depois, no Governo Geisel, ele teve problemas para ser líder do MDB, pois o Golbery era "seguro na virada".

Também, de minha responsabilidade, no dia 1º de abril de 1964, foi a escolha do Coronel Sylvio de Mello Cau, para Comandante da PM de Pernambuco. O Justino havia indicado o Coronel Ivan Ruy e o alertei que o Ivan Ruy tivera um problema com a polícia. Foi um atrito entre uns cabos da PM e elementos do 7º RO; o Coronel interveio, prendendo-os, e a polícia permanecia encrespada com ele.

Indiquei, ainda, nessa mesma data, 1º de abril, o Dr. Álvaro da Costa Lima para Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Mais tarde, foi substituído pelo próprio Ivan Ruy. Quando soube que o Ivan Ruy tinha sido indicado para o Comando da PM, falei com o Justino. A decisão foi deixar o Álvaro da Costa Lima como Assistente do Ivan Ruy que ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública.

A respeito da minha participação pessoal, era o que tinha a dizer.

Atitude do Congresso

O que observei, lá do Nordeste, acerca da atitude do Congresso, ao ser deflagrada a Revolução, foi o propósito de, imediatamente, apossar-se do Governo, como acontecera, anteriormente, com a saída do Jânio e em outras ocasiões. Não conseguindo, seguiu a linha da omissão. Por ocasião da eleição do General Castello Branco à Presidência da República, tentaram até ausentar-se, obrigando-nos, no IV Exército, a buscar cada um dos deputados e senadores e indicar-lhes local e hora para o embarque. Eles não queriam nem votar.

E, depois de terem votado, começaram a abraçar o Castello.

Para o desempenho do General Castello, foi altamente negativo sua eleição ter sido realizada pelo voto dos senadores e deputados. Eles não mereciam ter esse privilégio. Foi o primeiro e, talvez, o maior erro da Revolução que se iniciava.

Quando ainda na primeira quinzena de abril de 1964, o Tenente-Coronel Alfredo Corrêa Lima pediu-me, pelo telefone, por solicitação do Coronel Affonso de Albuquerque Lima, que estava no Rio, que falasse com os deputados da área, pedindo-lhes os votos para o Castello, neguei-me a cumprir tal missão.

O Tenente-Coronel Corrêa Lima, que faleceu há pouco tempo, perguntou-me: "O General Castello não é seu amigo?" Respondi-lhe: "Por isso mesmo, não desejo tal situação para um amigo!" Por que, pedir votos para deputados que, não somente ele, mas todos nós, considerávamos inoperantes e sem patriotismo?

Atitude dos sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução

As organizações esquerdistas, todas sem exceção, omitiram-se, inteiramente amedrontadas. Uma coisa interessante, o General Justino Alves Bastos, na tarde do dia 30 de março de 1964, reuniu o Estado-Maior do IV Exército e modificou radicalmente o Plano de Defesa. Foi uma mudança de sua autoria; posso dizer que não foi do Coronel Sá Barreto, que era o Oficial de Planejamento; que não foi do Bandeira, que era E2; e que não foi do E3, Hugo Pergentino Maia. Foi da cabeça dele, General Justino.

Os Comandantes dos Regimentos da área da 7ª Região Militar já tinham dito que não acompanhariam seu Comandante de Região, General Altair Franco Ferreira, para defender o João Goulart. Nessa mesma tarde, foram redigidas e expedidas as Ordens de Operações do IV Exército, via rádio. De maneira que o 15º RI, às 11h da noite de 31 de março, já estava em posição, em Goiana, ponto principal de reunião dos adeptos do Governo. O Batalhão de Serviços do 1º Grupamento de Engenharia ocupou Caruaru, ponto de referência de todo o Oeste de Pernambuco, e o Batalhão de Maceió fez o mesmo, com relação a Palmares, PE. O fato é que todos aqueles lugares, onde as organizações, como UNE, CGT, PUA etc. tinham programado se reunir, foram previamente ocupados, na noite de 31 para 1º de abril. Quando eles começaram a chegar, a cidade já estava ocupada.

Fiquei admirado com a rapidez demonstrada pela tropa, no deslocamento para os diversos pontos previstos no Plano de Defesa. Foram batidos todos os recordes existentes nos manuais de emprego, quanto ao item de tempo necessário para cumprir missão. Tenho a impressão de que havia alguma previsão, que o

pessoal estaria alertado, porque não seria possível gastar tão pouco tempo. Foi muito inferior ao previsto em qualquer manual.

Pois bem, o pessoal das organizações esquerdistas começou a telefonar para o Governo, perguntando o que fazer. Não obtinham resposta porque o mesmo também não sabia como proceder, pois tinha perdido o apoio deles. De maneira que, passado os primeiros momentos, se esconderam completamente. Posso dizer que em todo o período da realização do Inquérito e, depois, quando fui designado Chefe da 2ª Seção, no IV Exército, praticamente não tivemos mais trabalho algum.

Já se dava uma desmobilização grande, quando aconteceu a primeira ocorrência, em julho de 1966, o atentado no aeroporto de Guararapes, em Recife, tentando vitimar o candidato Costa e Silva. Morreram um almirante e um jornalista, além da existência de vários feridos graves, entre eles, o Coronel Sylvio, mais tarde General, que ficou com o corpo cheio de estilhaços.

Por que eles nunca se preocuparam com o atentado de Guararapes como fazem em relação ao Riocentro? Isso não demonstra "revanchismo"?

Pois sabe o porquê? Não houve punição. O inquérito conduzido pela Aeronáutica – o atentado ocorreu dentro do aeroporto – foi muito malfeito. Apesar disso, na prática, soube-se quem foi o responsável. O terrorista errou ao confiar demais no operário bombeiro que fez o dispositivo: um cano de duas polegadas, para encher de explosivo. Visitou-o três vezes. Quando aconteceu a explosão, e os jornais começaram a noticiar, o bombeiro apresentou-se na Aeronáutica para confessar o que sabia, e apontou o engenheiro Ricardo Zaratinni.

Hoje, o pessoal de esquerda tenta inocentar o Zaratinni, mas foi ele.

Principais líderes civis e militares

Como líder militar da Revolução de 31 de Março, destaco o General Arthur da Costa e Silva, por sua coragem, firmeza nas posições, inteligência e determinação. Não tivesse morrido e seu Governo teria sido o mais marcante de todos. É a minha opinião. General Humberto de Alencar Castello Branco, por sua inteligência, dedicação, noção de responsabilidade e liderança sobre os oficiais do Estado-Maior do Exército. Orientou a parte mais difícil da Revolução, sem dúvida nenhuma. O Presidente Castello, aliás, acho que era até uma virtude, prezava demais o seu ponto de vista a respeito de não conspirar.

Às vezes, eu dizia:

"General, o senhor repete tanto que nunca conspirou. Então, o que é que nós fazíamos? O senhor estava no Rio de Janeiro, e me telefonava, dizendo que eu o

esperasse no aeroporto dos Guararapes, porque precisava falar comigo. E, então, me perguntava: "Quem é o Comandante do 14º RI?" Respondia: "É o Castilho." "Confia nele? Se confia, então está bem." "Quem é o de Natal?" "Mendonça Lima." "Confia nele?" "Confio." "Quem é o de João Pessoa?" "Ednardo D'Ávila Mello." "Confia nele?" "Respondo: e se não confiasse?" "Se não confiasse, na hora você tinha que arrumar um capitão para comandar." Aí, concluía assim: "General, isso não é conspiração?"

Ele ria, mas achava que não tinha conspirado.

Outro foi o Odylio Denys, por sua liderança militar e civil entre os revolucionários, por sua capacidade de arregimentação e por sua tenacidade revolucionária. Iniciou-a em 1922 e esteve presente, na linha de frente, em 1964.

O General Joaquim Justino Alves Bastos, lá no IV Exército, comportou-se muito bem. Nunca teve dúvidas do lado em que deveria atuar e nós, também, não tivemos, porque ele sempre se definia. Quando presidiu o Clube Militar, o Justino era muito ligado ao pessoal do outro lado, e sofreu as conseqüências. Mas, só isso não dava para se dizer que pudesse estar, radicalmente, do outro lado. No Nordeste, foi um elemento do Marechal Denys. Sua transferência deveu-se ao Denys, ligados desde a época da destituição do Café Filho.

O Justino operou, com rara felicidade, a área mais difícil, sob o ponto de vista operacional. Eram nove Estados, com apenas dois Governadores decididamente favoráveis à ação militar: Alagoas, Coronel Luiz Cavalcante, e Bahia, Dr. Lomanto Junior. A tropa do IV Exército, quase que, realmente, entrou em luta para valer. O II e o I Exércitos também estiveram na iminência do combate, mas seria entre nós. O IV Exército, no entanto, se não fosse o Justino ter mudado o Plano, na véspera, como já registrei acima, teria enfrentado aquela massa que estava preparada. Sem dúvida, a Revolução seria bastante cruenta, no Nordeste. Estavam combinados até com o Petrônio Portela, do Piauí, que ainda chegou a vir até Pernambuco, onde quase foi apanhado. Ele, do aeroporto mesmo, voltou para o Piauí e foi preso por lá.

O General Justino foi o primeiro a declarar ao General Castello o apoio às ações programadas para o dia 2 de abril de 1964, data indicada como início da Revolução, em Minas Gerais, no documento trazido pelo Coronel Fernando Menescal Villar e a mim entregue, com a missão de mostrá-lo, "como informação", ao General Justino. Interessante ressaltar que ele foi o único Comandante de Área que respondeu por escrito. Não posso garantir que o texto seja rigorosamente esse, mas é muito semelhante:

"1. De pleno acordo.

2. O IV Exército não tem condições de iniciar as operações – quer dizer, alguém saindo, ele sairia imediatamente, como, aliás, aconteceu. Não iniciaria as operações.

3. O IV Exército não poderá operar ao Sul da Bahia – não tinha como fazê-lo, pois não possuía viaturas.

4. O IV Exército deverá ter liberdade de ação em sua área."

Quando mostrava a mim e ao Bandeira, antes de entregar a seu Assistente, Major de Artilharia, Waldyr Pereira da Rocha que levaria o documento, com a resposta escrita por ele, ao General Castello, perguntei-lhe o significado do último item. Explicou-me que não iria pedir permissão para deixar ou tirar um Governador e, dito e feito, apeou do Poder o Petrônio Portela e o Seixas Dória, Governadores dos Estados do Piauí e Sergipe, respectivamente; quase tirou o Coronel Virgílio Távora, do Ceará – mandou o General Isaac Nahon, Chefe de seu Estado-Maior, dizer-lhe: "Como Governador, faz, agora, uma declaração favorável ao Movimento ou, então, ele (Justino) o substituiria no Governo." O Nahon pediu-me para acompanhá-lo e assisti a conversa – e, tirou o Arraes, Governador de Pernambuco. Não deixou que o Humberto de Souza Mello destituísse o Governador Lomanto, da Bahia, e de quem recebera cooperação.

Na Marinha e Aeronáutica, prefiro não destacar os líderes, para não correr o risco de cometer injustiças. Sinceramente, desconhecia os nomes dos que estavam em Recife, naquela época.

Esses que citei eram os principais, os de graduação mais alta. Mas havia muitos outros oficiais.

Dentre os civis, no Nordeste, com os quais convivia, decididamente, à época da ação militar, não sei qual o líder. O próprio Cid Sampaio, que ajudou a tirar o Arraes e aconselhou o Justino a deixar o Paulo Guerra, Vice-Governador, estava em dúvida se deveria assumir o Governo. Estava com medo... Não era líder de coisa alguma.

Apoio externo à Revolução de 31 de Março de 1964

O movimento revolucionário não recebeu qualquer tipo de apoio externo. Em todo o processo, não encontrei os vestígios de orientação e apoio dos Estados Unidos apregoados pelos marxistas. Lá em Pernambuco, não havia, como dizem, nenhum navio norte-americano, nem em alto mar. Não existia mesmo.

É uma ignomínia dizer que os Estados Unidos estavam orientando o processo de deposição do Governo Goulart.

"Esquema militar" do Governo Federal

O rápido e incruento desmoronar do chamado "esquema militar", ao desencadear-se a Revolução, aconteceu por tratar-se, realmente, de uma fantasia. Era

um fantasma. Nenhum dos militares que compunham o propalado sistema de segurança do Governo Goulart possuía liderança, nas Forças Armadas, nem a menor influência na tropa... nem em coisa alguma. Nada lideraram, desapareceram do mapa.

Chefia e liderança

Sobre o exercício da chefia e liderança pelos oficiais das Forças Armadas, especialmente das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, como as da 4ª RM/DI, do II Exército e AMAN, creio tratar-se de um atributo que, naquela 4ª Região, não era um ponto de muito destaque. Mas eles contavam; primeiro, com o Marechal Odylio Denys, que estava por lá e, ainda, arrastou pessoas como o Muricy e outros para o início da Revolução.

Agora, porque penso não ter havido uma liderança forte? A missão dos opositores era ingrata: defender um governo impopular derrotado e fujão. Então os revolucionários vieram, sem combate, até o centro do Rio de Janeiro, estacionando no Maracanã.

Quer dizer, eles planejaram, talvez, a ação, mas nada com o objetivo de assumirem uma liderança de âmbito maior.

Quanto à AMAN, sem dúvida, o exercício da chefia e liderança mostrou-se forte e positivo e, por isso, evitou o choque entre as tropas dos I e II Exércitos. O Comando do II Exército não me pareceu ter muita disposição para um confronto com o I Exército.

Emprego operacional dos cadetes da AMAN

Parece não haver dúvida que a decisão do General Médici, de empregar os cadetes, foi correta. A “inteligência” do Médici foi avaliar e concluir, aliás com acerto, que ninguém no Exército teria a coragem de destruir a juventude militar. Por certo, pesaria a responsabilidade de fazê-lo. A AMAN postou-se a cavaleiro da rodovia, no cumprimento da missão contida na ordem do General Emílio Médici, para impedir a passagem. Uma espécie de tampão, respeitado pelos dois Comandos.

O primeiro a chegar foi o II Exército, cuja tropa estacionou na área da Academia. O Grupamento composto por cadetes, então, estava pronto para oferecer a reação possível contra a vanguarda do I Exército. Felizmente, não houve luta e o General Anfrísio da Rocha Lima resolveu voltar.

Quando estudava esse episódio, o filho do Anfrísio veio dizer:

– Mas General, o senhor contou que eles retraíram?

Expliquei que tinha procurado uma palavra que não ofendesse os participantes da ação. Disse assim:

– Olha rapaz, o retraimento é a operação militar mais difícil que existe. Ele executou essa operação com perfeição, quando um de seus flancos estava desguarnecido, porque um comandante se bandeou para junto da tropa de Minas.

A decisão do Médici de empregar os cadetes elevou o moral da tropa do II Exército que se deslocava para a Região. Seria muito difícil enfrentar o I Exército e obter êxito, devido ao melhor armamento, maior quantidade de munição e todas as demais condições, que eram superiores às do II Exército.

A Academia Militar também não teria poder de combate para resistir. Era uma responsabilidade muito grande. Seria o mesmo que mandar atirar numa quantidade enorme de civis desarmados. Pouca gente teria a coragem de fazer uma coisa dessas.

O Médici confiava que, ao empenhar os cadetes, não haveria mortes. Os outros iriam pensar e recuar. Qualquer um de nós ajuizaria dessa forma. E foi de uma felicidade extrema.

Objetivos estratégicos visados nas operações militares

Nas operações planejadas pela 4ª RM/DI, vejo algum objetivo estratégico. Na execução das mesmas, quando chegaram ali na Baixada, vindos de Minas, após descerem a serra, no meu entender, consideraram o assunto liquidado.

A união e a coesão das Forças Armadas, após 31 de Março de 1964

Quando me indagam se as Forças Armadas tiveram suas coesão e união robustecidas, após a deflagração do Movimento revolucionário, posso afirmar, positivamente, em relação ao Exército. A Marinha e a Aeronáutica não cooperaram muito, mas depois voltaram. No início, a adesão foi de tal monta que cessaram as desavenças havidas por ocasião das decisões sobre a aviação embarcada. Entretanto, os desentendimentos da época do Lott, como Ministro da Guerra, permaneceram sem serem atingidos e desanuviados.

Recordo, por exemplo, que, ao chegar a Recife, após o término do curso de Estado-Maior, em abril de 1956, com o Lott no Ministério da Guerra, era bastante difícil o estudo do Plano de Defesa pelos Estados-Maiores das três Forças. O Exército chegava e dizia o seguinte:

– O meu limite é a ilha do Recife.

Ora, a mesma era área da Marinha que, por sua vez, afirmava:

– Aqui não entra ninguém, pois eu toco fogo.

Havia preparado lá um "mundaréu" de tambores de gasolina para incendiar, caso o Exército quisesse passar para aquele lado.

Em vez de se defenderem contra o inimigo comum, travavam uma luta entre eles. Na emergência, foi preciso organizar um Estado-Maior Conjunto, paralelo aos das três Forças, a fim de evitar os atritos. Assim, quando a 7ª Região Militar determinava a ocupação dos pontos sensíveis, embora previstos no Plano, permaneciam desocupados. A Marinha sabia que não atravessaríamos o limite e não mandava tocar fogo nos tonéis. O mesmo acontecia com a Aeronáutica, lá na Base Aérea.

Existência de uma ideologia no Movimento de 31 de Março

Não, não existia de jeito algum. Combatemos, isso sim, uma ideologia, a marxista.

Apoio da mídia ao Movimento

Houve. Posso citar vários exemplos. Até publicamos, na nossa revista do Clube Militar, o editorial do *O Globo*, do dia 3 de abril de 1964. Nunca houve algo tão entusiástico com a Revolução do que esse editorial. Escrevi uma carta para o Dr. Roberto Marinho, solicitando o nome do autor. Ele não respondeu. Mandei dizer para ele que não entendia o motivo de não querer dizer... Um editorial tão bonito. Hoje eles dizem tudo ao contrário daquela época. O editorial afirmava que o Brasil estava, então, seguro por décadas.

Revolução de 31 de Março de 1964

Inicialmente, foi uma ação militar contra a baderna existente, que durou até 15 de abril de 1964, data da posse do Presidente Castello. Depois, começa, realmente, a Revolução, não de rua, mas na administração do País.

Não havia, nessa fase inicial, propriamente uma Revolução, com o comando estabelecido. No Recife, veja um fato interessante, o Justino quis segurar o Arraes, apesar de tudo, como Governador; naturalmente, sob condições. Encarregou o Comandante do III Distrito Naval, que era o Almirante Dias Fernandes, de levar-lhe a proposta de demissão do Secretário de Segurança Pública, Humberto Freire de Andrade, e do Secretário de Fazenda, Jovanir Sampaio. Seriam substituídos por nomes indicados pelo Comando do IV Exército, e, assim, Arraes continuaria no Governo.

O Governador não respondeu. O Almirante Dias Fernandes foi, às 8h da manhã, fazer esse contato ordenado pelo Justino e não mais saiu do Palácio, até às 14h, quando se deu a prisão do Arraes, pelo Comandante do 14º RI, Coronel João Dutra de Castilho. Queria, também, ser candidato a Governador. O Palácio estava cheio de gente, a fina flor do esquerdismo.

O Justino manteve os outros governadores, enquanto pôde. O Castello, acredito, também não queria cassar governador, inclusive, fez questão que o Costa e Silva, Ministro da Guerra, assegurasse o funcionamento do Congresso. Depois veio a Revolução.

Governos militares

Não foram governos militares. Essa é expressão consagrada para o Governo estabelecido em área inimiga ocupada, em tempo de guerra. A área que vai sendo liberada é controlada mediante a instalação de um governo militar.

Os governos da Revolução não foram mais do que governos presididos por militares, generais. Em todos eles, sem exceção, os ministros políticos eram civis.

Benefícios e prejuízos da Revolução para o País

Do ponto de vista econômico e organizacional, foi uma retumbante vitória. Passou para a oitava economia, entre as nações do mundo. Do ponto de vista psicossocial e, em particular, da Educação, deixou muito a desejar, porque, apesar da ótima orientação empreendida, como a criação da disciplina Educação Moral e Cívica, dos programas brasileiros de combate ao analfabetismo, deixaram o setor na mão dos contra-revolucionários. Do ponto de vista político, foi um fracasso, porque já na passagem para a "nova república", como eles chamaram, voltaram vários problemas, como a quantidade exagerada de partidos políticos. De qualquer modo, o País lucrou muito com a ação revolucionária que resultou em um equilíbrio que se prolongou por quase 20 anos.

Principais erros cometidos

Houve erros porque não existe obra humana sem defeitos. O primeiro erro foi a impaciência do Presidente Castello, em terminar o processo revolucionário. Ele queria que o exemplo dele, durante um ano, fosse suficiente para consertar aquilo que vinha errado de quase um século.

O segundo grande erro foi o descuido dos substitutos, fazendo-o durar, desnecessariamente, por tanto tempo. O certo seria entregá-lo a um civil, após o período do General Médici. O General Costa e Silva tinha a idéia de trazer à normalidade o processo revolucionário, caso tivesse terminado o Governo.

Outro erro foi deixar o sistema educacional entregue aos opositores do Movimento revolucionário de 1964.

Finalmente, o Movimento pecou por ter descuidado do registro e da ampla informação sobre os objetivos conquistados. Quando quis defender o Governo Figueiredo, o Delfim Neto não teve condições de falar a respeito do Ministério do Planejamento nem do Ministério da Fazenda, de sua época. O Figueiredo, que sabia bastante do assunto, informou-me sobre a produção de barris de petróleo, no dia de sua posse e ao sair; disse-me que, ao assumir, não dispunha de numerário suficiente; bem como passou-me outras informações, tudo por telefone. Ao final, diante de meu pedido, recusou, no seu estilo de falar, uma entrevista:

– Ibiapina, eu não vou dar entrevista a você, de jeito algum. Você não entrevistou os outros!?

– Mas Figueiredo, os outros já morreram! – insisti.

– Não, porque vão dizer que quem escreveu isso fui eu – retrucou irredutível.

E a entrevista não foi possível.

Sucessos econômicos

Estou ciente de que renomados conferencistas civis, com passagem pela Escola Superior de Guerra, em conferências e simpósios, fazem menção ao sensível crescimento da economia, durante os governos revolucionários, possivelmente os maiores da economia brasileira. Mas tais opiniões não têm a devida e justa divulgação. Na parte final de meus comentários sobre o tema anterior – principais erros cometidos – fiz algumas observações sobre a questão. Pecamos muito pela ausência de relações públicas e outros aspectos da Comunicação Social. Caso contrário, teríamos levado isso muito à frente.

Acertos da Revolução de 1964

A mídia e os detentores do poder, normalmente, não fazem este tipo de comentário. Na área econômica, podemos destacar os empreendimentos industriais; o comércio exterior; o reequipamento dos portos, aumento da rede rodoviária e das instalações hidrelétricas; o desenvolvimento dos aeroportos; modernas

conquistas no setor das comunicações nacionais e internacionais; e a obtenção da quase auto-suficiência do petróleo. Passamos a ser primeiro mundo em quase todos esses itens.

No campo político, conseguimos a redução do número de partidos, o que todo mundo desejava; a organização e regulamentação do processo eleitoral, acabando com a desordem existente. O Brasil ficou conhecido no exterior, por sua capacidade administrativa.

Nos campos da legislação trabalhista, psicossocial e educacional, destacamos a criação do FGTS, um avanço muito grande na proteção do trabalhador, a criação do seguro desemprego; a aposentadoria do trabalhador rural; aumento de universidades e do número de vagas, algo também extraordinário; e a criação e fomento da pesquisa.

Sobre o trabalhador rural, ainda ontem estava lendo um artigo do Temístocles de Castro e Silva, no qual ele dizia o seguinte: "O que seria do País se não houvesse um General que criou o Funrural?" Continuava, no seu escrito, afirmando a completa descapitalização do pessoal do campo, no Ceará, que não consegue mais plantar nem criar. Mais adiante, mostra que o Tasso Jereissati só tem propaganda, ao contrário da época da Revolução, que não alardeou, por intermédio da propaganda, o que foi feito. O Governador faz propaganda do que não fez, e o pessoal, que não conhece o Ceará, acredita que é verdade.

Terrorismo, guerrilha

O confronto com a guerrilha e com o terrorismo, atuante nas ações de seqüestro, assaltos a banco etc., foi uma forma de luta que vencemos no combate, mas fomos derrotados nos seus desdobramentos e, hoje em dia, pagamos o preço. Frise-se, contudo, que eram homens doutrinados pela ideologia marxista e, por isso, inconformados com os procedimentos que os contrariassem. É muito difícil convencê-los de que perderam porque estavam no caminho errado e sua causa não era justa. E esta é a razão do "revanchismo".

Cerceamento da liberdade

Houve cerceamento de liberdade, porém, para coibir abusos. É evidente que a censura não tinha qualquer intenção de causar prejuízos à divulgação do pensamento e das idéias dos diversos segmentos da sociedade brasileira. O teatro funcionou, praticamente, como queria. Havia censura, quando era contrário à moral pública, e

isso é muito do contra-revolucionário e do sectário. Não viam que estavam dentro de um processo de destruição da sociedade, da família, do Estado.

Canais para a manifestação da oposição

Não há como concordar com os críticos da Revolução, quando alegam que a inexistência de canais para a manifestação dos opositores ao Regime provocou a luta armada. É argumento que deve ser bem estudado e melhor esclarecido, porque não tem "pé nem cabeça". É um absurdo.

Objetivo da luta armada

Acima de qualquer outra razão, o objetivo da luta armada, no campo e na cidade, era desestabilizar o Governo, anulá-lo. A orientação vinha de Cuba, da Rússia, da França, da Itália e do Chile. O apoio vinha da China, da Bélgica, da Itália e da Albânia. Isso, sem dúvida nenhuma, ficou comprovado, não só na fase inicial da Revolução, como mais tarde. Recebiam auxílio expressivo.

O AI-5

Aos que se lembram da situação, em 1968, do desrespeito à autoridade federal por grupos marxistas, espalhados pelo Brasil inteiro, sabem que o AI-5 foi uma necessidade decorrente dessa conjuntura muito difícil.

O responsável pela criação do AI-5 já havia definido o que fazer com o instrumento de punição, no mais curto prazo. Infelizmente, faleceu antes de cumprir suas promessas. Foi lastimável que não o conseguisse. Acho que não haveria esse movimento tão radical, tanta exploração em torno do Ato Institucional, se o Costa e Silva tivesse conseguido desenvolver a sua programação. Morreu exatamente na hora em que iria começar.

Órgãos de Informações e de Operações de Informações

A criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) foi uma necessidade, pois essa organização determinou "que fazer" e "como fazer" com os agentes da subversão, e é certo que imprimiu ordem e foi eficaz na ação repressiva.

Caso tenha havido excessos, a prática não era institucional. Ninguém mandou e nem teria coragem de mandar judiar de ninguém. A Legislação e os Regulamentos baseavam-se na obediência aos preceitos humanos.

O panorama político e o comportamento do Congresso Nacional

O Congresso Nacional não entendeu o que estava acontecendo com o Brasil. Não percebeu que, com a Revolução, fora dissolvido e, por ela mesma, em seguida, autorizado a funcionar. Não cooperou, muitas vezes foi omisso e em outras comportou-se com hostilidade. A atuação política dos governos presididos por militares foi muito fraca e daí o retorno de seus adversários ter sido fácil e muito prejudicial ao País.

Permanência da Revolução e a governabilidade

Sem dúvida, a Revolução demorou-se muito no Governo do País. Foi muito longa e isso, certamente, representou um erro injustificável. Tenho a impressão que poderia ter terminada no Governo Médici.

Vantagens auferidas pelas Forças Armadas

Ao contrário, as Forças Armadas, durante os Governos revolucionários, não se aproveitaram, não levaram qualquer tipo de vantagem, mas sim, perderam espaço. Iríamos ter um substancial aumento a ser concedido pelo Governo do João Goulart, no momento em que houve o movimento armado. Lembro-me bem disso.

Desengajamento dos governos revolucionários

Em primeiro lugar, o engajamento estava caminhando para uma permanência com prazo indeterminado. Por outro lado, o sistema dava sinais de desentendimento entre as forças empenhadas, e a corrupção não tardaria a ser o prato do dia, pois já estava começando a tornar ostensivos os primeiros sinais. A condução política, pouco a pouco, passava para as mãos de elementos sem nenhum compromisso com as idéias iniciais. Finalmente, a luta pelo poder, em curto prazo, se agravaria no próprio meio militar. Já na época do Figueiredo, apareceram dois candidatos, e poderiam aparecer muitos mais. A inexistência de alternância entre as Forças Armadas era problema que deveria terminar sem perda de tempo, porque a Marinha e a Aeronáutica já sentiam cócegas.

Não acredito, entretanto, que a equipe Geisel desejasse realmente a abertura política. Não havia nela uma "massa" democrática que me convencesse estarmos caminhando para um afrouxamento de comando político. Geisel e Golbery desejavam, mesmo, sem dúvida, a "mexicanização" do Brasil: 50 anos de partido único. Por isso, passaram o Governo ao General Figueiredo, sem recursos financeiros, sem

o Ato Institucional nº 5 que usaram até o último momento e com um mínimo de apoio político – entretanto, escolheram o homem errado para a missão de retorno, evidentemente estratégica.

Geisel diria, seis meses depois de deixar o Poder, em seu sítio, em Teresópolis, ao então Comandante da 1ª Brigada da 1ª DE, cujo nome não me recordo, e que lhe fazia uma visita de cortesia – o Comandante do I Exército era o General Gentil:

– Tudo segue conforme o planejado.

Nessa ocasião, o General Figueiredo estava no maior sufoco; greves em todo o País, sem controle. Era aquela época do "prende e arrebenta", como ele próprio dizia.

Um jurista pernambucano, muito amigo do Coronel L. P. Macedo Carvalho, da BIBLIEX, que deve saber o seu nome, comentava, na Escola Superior de Guerra, isto a que me refiro aqui. Citava Golbery:

"As Forças Armadas estão se isolando do Governo. É preciso que nos aproximemos da sociedade. Para isso, temos que entregá-lo aos políticos, porque são malucos e corruptos. Então, rapidamente, o Brasil deixa de ser organizado, e para voltar a sê-lo, de novo, as mulheres voltam às ruas e as Forças Armadas atuam outra vez. Mas aí, não se tornará organizado para o que as mulheres querem, e sim para que nós fiquemos com um partido único e mexicanizemos o Brasil."

Se era mentira, é por conta dele, já falecido, mas acho que tinha um certo sentido, corroborado nessa frase do Geisel: "Tudo segue conforme o planejado."

"Revanchismo" e Lei da Anistia

O "revanchismo", praticado por autoridades e políticos, ostensivamente coonestado pela mídia, em relação aos militares, é mais do que evidente, incessante e bem cruel; não tem respaldo na Lei e muito menos se apóia na verdade. A partir de 1995, passou a contar com o beneplácito claro do Governo.

A Lei de Anistia é absurda, pois só protege os contendores de um lado e, justamente àquele cujos membros buscavam a escravização de nossa Pátria, submetida às ideologias alienígenas e a governos estrangeiros.

Radicalismo ideológico

Entendo que o comunismo jamais existiu no Brasil. Houve, desde a década de 1930, marxistas envolvidos em todas as suas manifestações. Comunismo é o Partido Comunista no Poder. Isso só aconteceu na URSS, na China, na Albânia, nos países da Cortina de Ferro, nos países do Sul da Ásia, na Coréia do Norte e em Cuba. Esporadicamente, também estiveram no Poder na França, na Itália e em países da América Central.

No Brasil, atualmente, pela tática da infiltração, os comunistas estão no PSDB, no PMDB, e fazem fachada no PPS, no PSB etc. Aí se apresentam como socialistas, enganando a todos que pensam haver diferença fundamental entre os marxistas e os socialistas. Esquecem-se que os líderes da URSS sempre afirmaram que o objetivo final é o socialismo. O matiz mais importante, em todo o mundo, agora, é o gramscianismo. Embora quase tão velho como o marxismo, só no final do apogeu da URSS, Antonio Gramsci adquiriu importância fundamental.

O foco principal, no momento, parece estar no Brasil, onde se concentram os esforços, tendo em vista a influência que exerce como País líder da América Latina. Estão, como nunca, se organizando.

Recentemente, quando morreu o Presidente do Partido Comunista Brasileiro, que tinha sido, por muitos anos, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a minha filha foi ao enterro. Ela fora professora, na sua época. No cemitério, havia 200 jovens que cantaram o Hino Nacional, como ninguém, na hora do enterro desse ex-reitor da Universidade. Diziam o seguinte: “Todos têm que cantar, ninguém pode desconhecer o hino do Brasil.” Quer dizer, estão vestindo uma outra carapuça, completamente diferente, querendo se modificar. Não sei para que...

Imagem do Exército Brasileiro

É muito salutar a constatação do alto índice de credibilidade do Exército, no seio da sociedade brasileira. É a Instituição, realmente, com maior credibilidade, bem maior do que a Igreja católica. É importante zelar para que assim continue. As pesquisas, criminosamente, não são divulgadas. A inimizade do mundo da esquerda contra a “grande barreira” é doentia e intolerável.

O povo acredita na sinceridade, patriotismo e boas intenções das Forças Armadas. Não conseguiram, até hoje, destruir isso.

Palavras finais

A História, um dia, mostrará que, desde o Descobrimento do Brasil até nossos dias, não houve outro período de tanto planejamento e progresso, de tanta dignidade nacional, quanto o período de 1964 a 1985.

Um dia, sem dúvida, far-se-á justiça.

Sinto imenso orgulho por ter vivido este período e ter concorrido, com uma gota d’água, por insignificante que fosse, para o mar de tranqüilidade, prosperidade e equilíbrio que o Brasil viveu. Muito obrigado.

General-de-Brigada José Antônio Barbosa de Moraes

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Brigada.
- Comandou o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Santana do Livramento, RS, e o Grupamento Leste Catarinense, depois 14ª Brigada de Infantaria Motorizada. Exerceu as funções de Subchefe do Exército no EMFA.
- Comandou a Força Pública de São Paulo.
- No exterior: Cursos de Administração de Pessoal e do Colégio Interamericano de Defesa, nos Estados Unidos da América. Foi Assessor da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID), em Washington, e Observador Militar da OEA para a Zona Desmilitarizada na fronteira de Honduras com El Salvador.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução, era Major, e chefiou a 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª RM/DI, em Juiz de Fora, que deu início ao movimento armado, em 31 de março.

Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2000.

Agrada-me a oportunidade de narrar o que presenciei durante a minha estada em Juiz de Fora, no ano de 1964.

É de minha inteira responsabilidade o que afirmo. Não sou cientista político, essa classe recentemente inventada, mas, apenas, uma testemunha ocular dos acontecimentos ocorridos em Juiz de Fora, em 1964.

Participação pessoal na Revolução: nos pródromos, na eclosão e nas conseqüências

Após o término do curso da Escola de Comando e Estado-Maior, em 1961, fui estagiar em Juiz de Fora e lá permaneci. Os oficiais, todos, já estavam muito preocupados com os desmandos e a falta de competência do Governo Goulart.

O comando da 4ª Região Militar (RM), 4ª Divisão de Infantaria (DI) (4ª RM/DI) e Guarnição de Juiz de Fora era exercido pelo General Ladário, tido por nós como homem do governo, um amigo chegado ao Comandante do I Exército. Entretanto, para nossa surpresa, a conduta do General foi absolutamente correta. Atendeu a todas as propostas do Estado-Maior, no sentido de promover os estudos sobre o assunto Guerra Revolucionária e assistia às conferências, prestigiando-as.

Em agosto de 1963, o General Olympio Mourão Filho assumiu o comando da 4ª RM/DI, já profundamente apreensivo com a conduta do Governo do Presidente João Goulart. Assim, desde o comando da 3ª DI, em Santa Maria, iniciara um trabalho visando a alertar os companheiros sobre as dificuldades que o País enfrentaria, no desenrolar dos acontecimentos. De Santa Maria, o General Mourão foi transferido para São Paulo, a fim de comandar a 2ª Região Militar e, nessa função, continuou a conspirar, agora ligando-se a muitas personalidades civis do Estado.

Fiquei surpreso com sua resposta, no dia em que recebeu o comando da 4ª RM/DI, após o término da apresentação dos oficiais, quando o Chefe do Estado-Maior perguntou:

– General, vamos reunir os sargentos, agora, ou o senhor prefere mais tarde? – perguntou, achando que o General queria dirigir-lhes a palavra.

– Absolutamente, eu me ligo aos meus oficiais. Estes ligam-se aos sargentos.

A atitude foi de satisfação, visto que, naquela época, havia uma demagogia muito difundida de ouvir os sargentos para saber de suas aspirações e auscultá-los acerca dos fatos correntes.

Algum tempo depois, determinado dia, o General me chamou e pediu-me que fosse à casa dele. Lá chegando, perguntou-me:

– O que você acha da situação?

– General, o País está numa situação muito difícil, mas não há ambiente para qualquer reação, pois o Exército está imbuído do princípio da legalidade – respondi.

– Concordo, mas muita coisa vai acontecer e precisamos estar preparados para enfrentar o que vem por aí. Você está de acordo com isso? – perguntou, a seguir.

– Estou – disse.

– Posso contar com você?

– Pode.

O General iniciou uma série de visitas às Unidades, acompanhado de seu Estado-Maior (EM). Naquelas ocasiões, havia uma reunião de sargentos, na qual um oficial do EM fazia uma preleção sobre Guerra Revolucionária, e uma outra, para oficiais, na qual o General Mourão dizia, ao final, o seguinte:

– O Exército está de costas para a parede, não pode mais recuar; ou toma a ofensiva ou será destruído.

Impressionava-me sua coragem. Fiquei com a sensação de que ele seria imediatamente exonerado do comando; no entanto, esta conversa repetiu-se em todas as Unidades da 4ª DI, e ele continuou à frente da GU, talvez, porque tivesse fama de "boquirroto" ou fosse um oficial-general sem prestígio, no Exército. Os outros generais não tomavam muito conhecimento dele, e esta pode ser a razão pela qual o Governo não tenha se preocupado.

Durante os preparativos da Revolução, foi organizado um Estado-Maior revolucionário, naturalmente com pessoas da confiança do General Mourão, e realizaram-se várias reuniões com o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, oficiais desta corporação e oficiais da Guarnição de Juiz de Fora.

Iniciamos, então, os estudos, de modo que no momento aprazado tivéssemos condições de reagir. Durante esta fase de planejamento, foi levantada, até, a hipótese de sublevar a 4ª DI e partir contra o Governo. Havia uma diferença de opinião entre nós, do Estado-Maior, e o General Mourão; achávamos que a situação com a qual nos depararíamos seria muito difícil; o máximo que conseguiríamos fazer seria ocupar posições nas alturas de Minas Gerais e enfrentar quem viesse contra nós e, ao mesmo tempo, tentar chegar ao Porto de Vitória, para ficar em condições de receber qualquer tipo de apoio, inclusive estrangeiro. Mas o General Mourão retrucava: "absolutamente", pois considerava o esquema de sustentação do Governo parecido com um castelo de cartas e que, ao primeiro empurrão, desmoronaria.

Esse debate dominou os estudos, mas, nas vésperas da Revolução, chegou-se à solução de conciliação. Desceríamos de Minas, na direção do Rio de Janeiro, até onde pudéssemos, quando, então, nos instalaríamos para resistir e, assim, despertar o Brasil para a reação.

Há uma acusação de que o General Mourão precipitou os acontecimentos e partiu antes da hora. Isso não é verdade, porque ele desconhecia qualquer hora preestabelecida para o início do movimento. Por quê? Porque o General Mourão não conseguia ser recebido por nenhum dos grandes líderes da Revolução, no Rio de Janeiro, como o Castello. Ninguém acreditava nele e, por isso mesmo, não poderia ter recebido qualquer determinação acerca do momento da eclosão do Movimento.

A outra prova sobre isso, que apresento, é que, numa reunião, na casa do General Mourão, presentes, além do próprio General, os oficiais do seu Estado-Maior e da Polícia Militar de Minas, inclusive o Comandante Geral da corporação, este me perguntou:

– Moraes, que dia é a Revolução? Porque a situação é a seguinte: a minha tropa está disseminada pelo Estado e, para ter condições de iniciar qualquer movimento, preciso reuni-la. No momento em que fizer isto, estarei denunciando o início da Revolução.

Pedi que esperasse um instante, voltei-me para o General Mourão, que estava sentado num sofá, e perguntei:

– General, que dia é a Revolução?

– O mais depressa possível – esta foi a resposta dele.

Voltei ao Comandante da Polícia Militar e falei:

– Reúna a sua Polícia.

Essa história ninguém me contou, mas presenciei. Vou prolongá-la um pouco, explicando as razões e o porquê do General Mourão ter partido no dia 31 de março.

O General Mourão e os oficiais do seu Estado-Maior, após a inspeção de uma Unidade, cujo nome não recordo, regressaram tarde a seus lares. No dia seguinte, o General Mourão contou que, ao chegar à casa, sua esposa, Dona Maria, estava assistindo, na televisão, ao discurso do Jango na reunião do Automóvel Clube do Brasil. O General Mourão olhou ligeiramente e disse:

– Não quero mais ver a cara desse indivíduo. Vou dormir.

– Olympio, se você quer fazer uma revolução, tem que vir assistir.

Assisti e fiquei convencido de que, naquele patamar a que os fatos atingiam, se não houvesse uma reação imediata, os indecisos, que eram muitos, diriam que o Exército perdera as condições para tal e que deveriam engrossar as fileiras do outro lado, que seria o vencedor.

Por isso, mandei chamar vocês todos, concluiu.

De fato, às 4h da manhã, fui chamado em casa, para dirigir-me ao QG. O General determinou que toda a RM entrasse em rigorosa prontidão e, dessa for-

ma, iniciamos a Revolução. Isso foi o que aconteceu em Juiz de Fora, nos pródromos da Revolução.

Oficiais que constituíram o Estado-Maior revolucionário do General Mourão

O Tenente-Coronel Virginio Vargas Moreira Brasiliano, Chefe da 2ª Seção; Major Antonio Curcio Neto, Chefe da 1ª Seção, o Major José Ramos de Alencar, Chefe da 4ª Seção, e eu que assumi a chefia da 3ª Seção, de meio-dia do dia 31 de março até 4 de abril.

Problemas e defecções

Em Minas Gerais, era muito mais difícil, precisaria de muito mais coragem, ser contra-revolução do que a favor, tanto por parte dos sargentos quanto dos oficiais. A prova é que tivemos, apenas, três defecções: um coronel veterinário, irmão do Tancredo Neves; o Chefe do Serviço de Obras da RM, que era um comunista reconhecido; e mais um terceiro oficial, o Comandante do 10º Batalhão. O restante estava unido pelas mesmas idéias.

Importante, porque a situação era insuportável.

Houve um momento em que não havia essa grande união, mas o Governo do Jango atuou de tal maneira desastrosa que todos passaram, em dado instante, a compartilhar da idéia de que aquele estado de coisas não poderia continuar.

A atuação do Marechal Odylio Denys

É de meu conhecimento que o Marechal Denys esteve em Juiz de Fora em duas ocasiões. Não quero dizer com isso que ele não estivesse lá em outras oportunidades, inclusive, é bom salientar, eu era Major, nível hierárquico muito distante de Marechal. É possível que ele tivesse estado em Juiz de Fora e eu não o tenha visto, embora ache improvável, tal a intimidade que tinha com o General Mourão, durante o período revolucionário.

Sei que o General Denys esteve na reunião do aeroporto de Juiz de Fora, entre o Governador Magalhães Pinto, o General Mourão, o General Guedes e o Comandante da Polícia Militar de Minas, no sábado, 28 de março.

A outra ocasião em que tomei conhecimento da presença do Marechal Denys, na cidade de Juiz de Fora, foi na manhã do dia 1º de abril, quando ele chegou ao QG. Naquela oportunidade, aconteceu até uma coisa engraçada. O filho do Coronel

João Baptista da Costa deslocava-se do Rio com destino a Juiz de Fora, para encontrar-se com o pai, que era Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, quando soube da eclosão da Revolução. Na Cidade de Três Rios, observou que havia muita tropa do I Exército, subindo na direção de Juiz de Fora, e telefonou para o pai, a fim de avisá-lo. O Coronel Baptista disse:

– Verifique quem está no comando.

O rapaz voltou e informou:

– É o Coronel Raimundo, Comandante do Regimento Sampaio.

– Veja se consegue trazê-lo ao telefone – pediu ao filho, o Coronel Baptista.

O rapaz, depois me contou, entrou no PC e deu o recado ao Coronel Raimundo. Seu Estado-Maior aconselhou-o a não comparecer ao posto telefônico, desconfiados de uma cilada. Discutiram se devia ir ou não, e resolveram, após o estabelecimento de algumas medidas de segurança, que sim, poderia ir.

Quando o Coronel Raimundo atendeu o telefone, o Coronel Baptista, do outro lado da linha, passou o aparelho para o Marechal Denys, de quem o Coronel tinha sido Assistente. Conta o filho do Baptista que, ao Marechal Denys dizer: "Alô Raimundo!" este fez continência com o telefone na mão; não sei se isso é verdade, mas o rapaz, filho do Coronel Baptista, me contou.

Deste momento em diante, o Coronel Raimundo aderiu à Revolução a ponto de seu Regimento incorporar-se ao Destacamento, comandado pelo General Muricy, que se deslocava na direção do Rio de Janeiro.

Raízes da Revolução de 1964

No dia 31 de março de 2000, o General Jonas, em conferência no Clube Militar, precisou muito bem os pródromos da Revolução. Citou as revoluções de 1930 e 1932, a Intentona Comunista de 1935 e outras causas. Eu não vou tão longe e ficaria com os episódios de indisciplina: dos marinheiros; as atitudes dos sargentos em diversas Unidades, principalmente no Rio Grande do Sul e em Brasília; a aceitação tácita e mesmo o incentivo do Governo àquela situação. Esses, na minha opinião, foram os motivos imediatos da Revolução.

Influência da guerra fria na Revolução

Acredito que tenha influenciado mais a conduta do Governo Goulart, pressionado pela esquerda. Após conquistarem Cuba, uma ilha no Ocidente, seria um sonho para as lideranças esquerdistas soviéticas e de outras procedências

tomarem o Poder num país como o Brasil, de dimensões continentais. Alcançado esse objetivo, o apoio para as esquerdas seria fantástico, o que justifica a sua atuação decidida, a ponto de Luís Carlos Prestes afirmar que eles (os comunistas) estavam no governo, faltava o Poder.

Panorama político brasileiro, à época

Embora o meu pai tenha sido deputado federal e sempre tenha ouvido falar em política, na minha casa, não me interessava por esse assunto, particularmente nos meus primeiros anos de Exército. Importava-me com os assuntos da minha profissão, os quais vivia intensamente, até que comecei a ficar desesperado com o que estava acontecendo no País. Existe uma hora em que você não pode mais ficar alheio aos fatos políticos que se desenrolam no seu País, fingindo que não os vê.

O General Mourão, um dia, me perguntou:

– Você achava que eu estava louco?

– Achava – respondi.

– Por que veio comigo?

– Estava desesperado e o senhor me sinalizou um caminho.

Clima de insatisfação contra o Governo Goulart

Havia, principalmente pela reconhecida incompetência de um fazendeiro despreparado, do Rio Grande do Sul, para governar um País tão complexo e extenso.

A Igreja e o Governo Goulart

O capelão de Juiz de Fora era um dos maiores revolucionários daquela época; a Marcha da Família foi incentivada pela Igreja. Naquele momento, nunca se deve dizer inteiramente, mas a expressiva maioria da Igreja posicionou-se favorável à Revolução.

"Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"

Meu conhecimento é de ouvir falar. As Ligas se desenvolveram, particularmente, no Nordeste, e o grupos dos onze, do Brizola, no Rio Grande do Sul. Naquele tempo, vivia muito o quartel e minhas preocupações, em âmbito nacional, ficavam restritas aos problemas como um todo, desconhecendo pormenores da atuação desses

movimentos. Depois, fiquei mais politizado, é claro. Com a Revolução, me envolvi em muita coisa.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 1964, tentativas de cisão

Esse trabalho de cisão foi mais forte em algumas regiões, como no Rio Grande do Sul e em Brasília, cidade onde houve até uma revolta dos sargentos da Marinha e Força Aérea. Em Minas Gerais, praticamente, o ambiente estava tranqüilo, pois os sargentos não estavam nessa linha. Até cito um fato que descreve o quadro reinante em Minas, antes do desencadeamento da Revolução. Servia na Seção do Serviço Militar Regional; certa vez, um sargento aproximou-se de mim e perguntou:

– Major, até quando vamos aturar isso?

Quantas vezes ouvimos tal indagação: até quando o Exército vai concordar com esse estado de coisas? Era o povo, era o próprio sargento, a implorar, quase, que se fizesse alguma coisa.

É verdade, mas não podemos esquecer que as origens do Exército Brasileiro estão no povo. Não há castas; os oficiais vieram do povo. Eu, filho de um fazendeiro e deputado do Estado do Rio, no dia em que disse a minha mãe que iria para o Exército, naquele tempo as mulheres usavam chapéu para sair de casa, ela voltou, tirou o chapéu e o choque foi tão grande que não saiu.

Influenciados pelas conversas que ouvem dentro de casa e aquelas com seus amigos, então não há hipótese do Exército, por meio de seus integrantes, tomar qualquer atitude, enquanto não sentir que é exatamente o que o povo quer.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Foi a demonstração pública do apoio da sociedade ao que o Exército estava pensando em fazer e que, diante de demonstrações como aquelas, fez.

O Exército, intérprete da vontade nacional

Não tenho a menor dúvida sobre isso.

Mudança da ordem institucional: a revolução comunista em andamento

Não resta a menor dúvida sobre o objetivo de criar um país comunista num extenso território como o brasileiro. A atitude dos sindicatos era clara. Lembro-

me de um episódio, em Juiz de Fora, antes que o General Mourão assumisse o comando, quando um líder sindical, no gabinete do general, insistia em restringir o tempo de duração da parada de 7 de Setembro, para que eles pudessem desfilar em homenagem a João Goulart. Esse fato serve para mostrar a enorme interferência dos sindicatos junto ao Governo.

Era pois natural que ocorressem preparativos para um golpe de esquerda, dado o grande interesse do comunismo internacional na submissão do Brasil.

Fiquei muito surpreso e intrigado pelo fato do Jango e sua *entourage* ter acelerado tanto os desacertos e as provocações às Forças Armadas, como a campanha das "reformas na lei ou na marra" e outras por esse mesmo caminho.

Certa vez, depois da Revolução, numa solenidade em São João Del Rey, creio, o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª DI (ID/4), sediada em Belo Horizonte, deu-me uma explicação que achei muito razoável. Falou que os movimentos contra o Governo, por exemplo, Marcha da Família e outros, estavam crescendo muito e eles (os comunistas) sentiram que, talvez, não conseguissem se manter. Decidiram, pois, precipitar os acontecimentos para tentar desencadear, antes, o movimento deles, afinal abortado pelo de 31 de março. Daí, muitos historiadores dizerem que foi uma contra-revolução, e não uma revolução.

Comportamento dos sindicatos e entidades esquerdistas, logo após a Revolução

É outra coisa engraçada. Muito acintosos e provocadores no fim do Governo Goulart, como no próprio dia da Revolução, quando foram vistos, por pessoas que subiram do Rio para Juiz de Fora, no entroncamento de ferrovias, em Três Rios, vários ferroviários em cima dos vagões, armados de porrete e fazendo um grande alarido.

Quando o destacamento que desceu para o Rio de Janeiro passou por Três Rios, não havia mais ninguém, tinha acabado tudo, porque eles têm muita coragem até serem enfrentados. Nesse momento, quando são combatidos, a grande parte que constitui a massa de manobra perde a coragem.

Líderes da Revolução

Sou suspeito, porque o meu observatório se restringe a Minas Gerais, especialmente a Juiz de Fora. Ali, o líder inconteste, na minha opinião, foi o General Olympio Mourão Filho. Os demais, em Minas, foram caudatários do General Mourão, embora também líderes: General Carlos Luís Guedes e o Governador Magalhães Pinto.

Fora de Minas, no Rio de Janeiro, destaco, também, um grande líder que foi o Carlos Lacerda. São os que destaco. É claro que, depois, surgiram outros, mas não estavam no meu "chão".

Gostaria de fazer uma observação especial. Quando eclodiu a Revolução, encontrava-me na 3ª Seção, quando chegou um general, alto, que não conhecia e me disse:

– O General Mourão mandou que você me pusesse a par da situação.

Era o General-de-Brigada Antônio Carlos da Silva Muricy, que tinha deixado suas funções no Rio e se apresentado em Minas, acompanhado dos tenentes-coronéis Walter Pires de Carvalho e Albuquerque e Heitor de Caracas Linhares. Mais tarde, apresentou-se o Major Alísio Sebastião Mendes Vaz. Esses quatro oficiais saíram do Rio e se apresentaram em Minas, para a Revolução; passaram a integrar o Destacamento Tiradentes como Comandante e membros do Estado-Maior.

Eles, verdadeiramente, deram um salto no escuro. Eu, que estava chefiando a 3ª Seção do Estado-Maior do General Mourão, diante de um insucesso, poderia dizer que cumpria ordens, pois estava dentro da minha cadeia de comando, mas eles não teriam essa desculpa. O Walter Pires, depois, foi Ministro do Exército, no Governo Figueiredo; o Linhares, oficial de Infantaria, febiano (integrou a Força Expedicionária Brasileira) era mais um revolucionário autêntico; como o Alísio, de Engenharia. O Linhares e o Alísio tinham servido em Juiz de Fora, pouco meses antes da Revolução, e, ainda, estavam ligados à 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria.

O General Mourão entregou o comando do Destacamento que veio para o Rio, ao General Muricy e esses oficiais, mais o Coronel Cid Osório, constituíram o Estado-Maior.

A Revolução de 31 de Março – Movimento exclusivamente brasileiro

Comenta-se muito a esse respeito, mas não tenho conhecimento de algum apoio externo, embora no plano inicial do Estado-Maior revolucionário, que já comentei anteriormente, admitíssemos a possibilidade de enfrentar muitas dificuldades, inclusive não conseguir descer das Alterosas, constasse, além da defesa de Minas, a conquista do Porto de Vitória, com o objetivo claro de receber apoio estrangeiro.

No caso de uma guerra interna, não há dúvida de que os Estados Unidos iriam apoiar os anticomunistas. Daí a nossa previsão de dominar um porto para poder receber o necessário reforço em armamento, munição etc.

Aliás, como imprevidência dos integrantes do Governo Goulart, mesmo depois de iniciada a Revolução, os caminhões transportadores de combustível

continuaram trafegando normalmente, do Rio para Juiz de Fora, quando a primeira providência sensata, em termos de operações militares, seria cortar de Minas esse suprimento vital.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo

É coisa natural, infelizmente existe uma banda podre e outra boa. Todos os elementos que integravam a banda boa não aceitavam os desmandos e as manifestações de indisciplina, correntes no Governo Goulart, que, por sua vez, valeu-se da banda que convivia bem com a anarquia generalizada.

O Comandante do Primeiro Batalhão de Caçadores (1º BC) de Petrópolis, por exemplo, deslocou sua tropa e, no corte do rio Paraibuna, cerca das 18h de 31 de março, estabeleceu contato com o Destacamento Tiradentes que descia de Minas. As duas tropas se enfrentaram; as tentativas de entendimento não lograram sucesso; um tenente do BC passou para o nosso lado, convencido da pureza dos ideais que defendíamos. Criada a situação de fato, foi notificado, ao Comandante do BC de Petrópolis, que o Destacamento atacaria logo que as circunstâncias o permitissem. Nesse instante, desfez-se a resistência e o Comandante do Batalhão desapareceu, proporcionando um triste exemplo. No avanço para o Rio de Janeiro, recolhemos, na estrada, soldados do Batalhão de Petrópolis abandonados por seu comando.

Qual o nome do Comandante do Batalhão de Petrópolis?

Coronel Kerensky (Coronel Kerensky Túlio Motta).

Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na Revolução

Ouvi alguns comentários criticando a decisão do General Médici. Minha opinião a respeito desse assunto é que a juventude militar do Brasil não poderia estar ausente de um momento tão grave na vida do País. Aplaudo a atitude tomada pelo General Médici de empregar os cadetes como tropa pronta para combater.

Objetivos estratégicos do Movimento

Além do apossar-se do Porto de Vitória, não havia. O poder de combate da Divisão era muito limitado e, quanto a isso, não tínhamos ilusões. Embora os batalhões estivessem muito bem apoiados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), estivessem completos, sem restrições, mesmo assim a Divisão era muito

fraca, sem condições de enfrentar tropas do I Exército, a não ser numa situação de combate defensivo, de desgaste, até que o País acordasse e mais elementos viessem formar do nosso lado.

União e coesão das Forças Armadas

Não fugindo do modelo sul-americano, tivemos, ao longo de nossa História, diversas revoluções e, como sempre acontecia, o Exército interferia para decidir, resolver o problema, como é de sua característica, e retirava-se. Nunca o Exército assumiu o Poder. Na Revolução de 1964, aconteceu uma coisa inédita no Brasil.

Para assumir o Governo, o Exército não poderia estar dividido nem divergir das demais Forças Singulares. Lembro-me de um líder, nesta época, o General Muricy, que sempre, em qualquer conversa, enfatizava a necessidade de manter a união.

Não tenho dúvida de que conseguimos robustecer a união e a coesão das Forças Armadas.

Um movimento sem ideologia

Nossa ideologia estava consubstanciada no dístico da Bandeira: Ordem e Progresso. Acreditávamos que este País não poderia progredir sem ordem e o Governo Goulart estava implantando o caos. Repetindo, nosso intento era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e colocar ordem no País.

A mídia e o apoio ao Movimento

É outro fato que vale a pena lembrar. A mídia, em sua quase totalidade, apoiou o Movimento. É só ler os editoriais do *O Globo*, do *Jornal do Brasil*, do *Estado de São Paulo* e de vários outros; nem parece os mesmos jornais que hoje comentam a Revolução.

Revolução, Contra-Revolução, golpe ou....?

Inicialmente, imaginava ser uma Contra-Revolução. Depois que o Governo do Presidente Castello Branco se instalou, dei-me conta de que estava havendo uma revolução no Brasil, com a modificação total dos métodos de governo, da legislação, da maneira de dirigir e administrar o País etc. Não há dúvida de que, em 31 de março, houve uma Revolução no Brasil.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

Foram governos presididos por militares. Na Revolução de 1930, por exemplo, contrariamente à de 1964, os interventores nos Estados eram tenentes e havia muito militar no Governo. Nos governos da Revolução de 1964, os ministros eram civis, em sua maioria, inclusive, ocupando ministérios importantíssimos. Algum ministro militar deveu-se à competência e capacidade do mesmo.

Benefícios ou prejuízos

Meu Deus do céu! Quem disser que não trouxe benefícios é cego ou não quer ver. Em primeiro lugar, evitou a tragédia da comunização do País, que rondava vários países, no mundo. Falam em cento e pouco a quantidade dos mortos na Revolução, mas se forem analisar os números em Cuba, na China ou na Rússia, ultrapassam os milhões.

A Revolução de 1964 trouxe benefícios fantásticos. O País progrediu muito, passando, praticamente, do estágio de Nação com economia de base agrícola para industrial, alcançando o pedestal de oitava economia do mundo. Isso não é brincadeira, é um progresso formidável.

Erros cometidos

Apontaria um, que já citei e considero o principal da Revolução. Certa vez, numa entrevista em Florianópolis, fiz menção a ele: começar o Governo com lideranças velhas.

A Revolução de 1930 escolheu tenentes que, durante quase meio século, desempenharam papel importante na História do Brasil: Juarez Távora, Cordeiro de Faria, Amaral Peixoto, Eduardo Gomes e outros.

Hoje, não temos ninguém daqueles tempos revolucionários, com prestígio nacional, porque começamos com homens de bem, sérios, mas pessoas velhas.

Sucessos econômicos – A "batalha da comunicação social"

Muitas vezes temos visto, entre outros, conferencistas civis, da UNICAMP, da ESG também, realçarem os sucessos econômicos Todos se referem, principalmente, à década de 1970. Fora desses institutos, entretanto, tais comentários e análises não são divulgados, porque, embora vitoriosos na parte militar, perdemos a guerra da comunicação social e isto aconteceu por vários motivos. O primeiro

motivo e que marcou, praticamente, todo o período revolucionário, foi a repulsa do Castello Branco, primeiro Presidente, à atividade de propaganda. Esta contrariedade muito forte em Castello deve ter sua origem nas lembranças do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Governo de Getúlio Vargas, ou de Goebbels, chefe da propaganda, na Alemanha nazista.

Castello não admitia isso, e a Revolução não mostrou os seus feitos. Por outro lado, os derrotados correram e ocuparam as cátedras, os meios de comunicação e passaram a contar a história do jeito deles, não a verdadeira.

Guerrilha e terrorismo e o AI-5

As esquerdas, não conformadas com a perda do Governo, partiram para retomá-lo, apelando para a estratégia comum do mais fraco, qual seja, o emprego da guerrilha e do terrorismo.

Para sorte nossa, as Forças Armadas, em particular o Exército, derrotaram a guerrilha e enfrentaram o terrorismo com sucesso, o que nos salvou de estarmos, hoje, vivendo os graves problemas da Colômbia, México – Chiapas – e outros países. Se não tivéssemos vencido aquele começo de guerrilha, estaríamos atualmente com "regiões liberadas" e o País dividido.

O AI-5 foi indispensável, senão todo o trabalho realizado teria sido perdido.

Canais para a manifestação da oposição e luta armada

Sem dúvida, houve censura, porque havia um projeto a ser executado, e que corria o risco de ser destruído pela imprensa manipulada pelos adversários. Mas, as perseguições de que se queixam não existiu. Só foram procurados e combatidos aqueles que pegaram em armas; os que estavam trabalhando nunca sofreram qualquer ação do Governo no sentido de tolhê-los. Absolutamente nada.

Hoje, é comum alguém dizer que foi torturado, querendo fazer-se de vítima e granjear simpatia com a situação atual. Houve sim, alguma tortura, não na proporção em que é denunciada, dentro de um quadro de obtenção de informações, como conduta de combate, jamais pelo prazer de torturar.

Objetivos da luta armada

A tomada do Poder. Como não conseguiriam por outros meios e eram fracos, tiveram que apelar para a guerrilha no campo e em área urbana, bem como para o terrorismo.

SNI, DOI e Lei de Segurança Nacional

Combater sem dispor de informações, e o que havia era um verdadeiro combate, é impossível. O Governo atual resolveu abrir mão do SNI e, por causa disso, a todo momento, surpreende-se seja com uma situação desconhecida ou não prevista, seja com um auxiliar nomeado que não presta. Se tivesse informações isto não aconteceria.

Evidente que obtidas as informações e sabendo-se da disposição do adversário, partia-se para a luta. Para tanto, era necessária uma coordenação e criaram-se os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

Apesar das afirmações contrárias, a Revolução de 1964 não queria ser arbitrária e buscou, na lei, o apoio às suas ações, como a Lei de Segurança Nacional.

O Congresso Nacional

Lembro-me de um único fato ligado ao Congresso Nacional que despertou minha atenção. Os políticos de Minas Gerais pressionaram e o Parlamento nacional promoveu o Mourão ao posto de General-de-Exército. Parece que ele ia cair na compulsória como General-de-Divisão.

Embora existam pessoas com pensamento diferente, para mim, o General Mourão foi um grande líder da Revolução de 31 de Março de 1964.

É verdade, inclusive designaram alguém para o exterior – o Magalhães Pinto intercedeu nesse sentido – para abrir a tal vaga que não existia.

Sim, mas quem o promoveu a General-de-Exército foi o Congresso e não o Governo. Entre o Castello Branco e o Mourão, não sei o motivo real, havia certa inimizade ou algum tipo de desacerto.

Talvez tenha ficado uma mágoa pelo fato do Mourão ter concluído o curso da Escola Militar em quarto lugar, na frente do Castello, que foi o décimo, e ter sido ultrapassado por ele, nas promoções. Sei disso porque o Mourão me mostrou o boletim de classificação, ao serem declarados aspirantes. Registre-se, contudo, que em nenhum momento o Castello, uma pessoa excepcional, fez algo contra seu companheiro de turma.

O Costa e Silva foi o primeiro dessa mesma turma.

É verdade que o Castello queria que o Mourão desistisse do Movimento, chegando, inclusive, a telefonar-lhe com essa intenção e, também, para o Magalhães Pinto, que disse não ser mais possível, pois a tropa já tinha saído?

Dizem que houve esse telefonema do Castello para o Mourão, mas nada sei a respeito.

Ontem à noite, no Liceu Literário Português, perto do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, numa conferência, – estavam presentes o General Meira Mattos e o Brigadeiro Murillo Santos, amigos do Castello, sendo que o último foi seu Ajudante-de-Ordens e piloto – foi dito que o Castello não aceitava participar de conspiração e que, apesar de simpatizar com a reação em marcha, só se decidiu três ou quatro dias antes da eclosão da Revolução. Acho natural esse comportamento, pois o Castello era um homem de muita visão, muito ponderado; ele sabia do risco que acarreta uma revolução. Revolução é algo extraordinário na vida de um país e ele tinha receio do que pudesse acontecer. Quem não tinha medo era eu, porque era muito jovem.

A preocupação advinha, também, da lembrança de 1961, quando houve divisão nas Forças Armadas.

Sim, uma forte divisão que acabou com a assunção do Goulart naquela farsa do regime parlamentarista.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Olha, sem dúvida foi uma ditadura, visto que os presidentes do regime revolucionário não eram eleitos pelo voto direto do povo, embora o fossem pelo Congresso. Mas, há alguns detalhes nessa ditadura que merecem sejam trazidos à atenção: primeiro, nenhum dos presidentes quis perpetuar-se no Poder; todos se preocuparam em passar o Governo para o sucessor.

O outro ponto característico foi o fato de todos eles (os presidentes da República) serem contrários a regimes ditatoriais; possuíam formação democrática e estavam conscientes de viverem uma circunstância para a qual não havia outra alternativa.

Particularmente, o General Figueiredo, pela tradição e exemplo do pai dele, tinha verdadeiros dramas de consciência, porque era um homem de formação democrática e estava vivendo num regime de exceção.

Muito diferente da ditadura cubana, por exemplo, que ninguém comenta.

O Castello é muito criticado, nas análises sobre seu período de Governo, pelo fato de não ter interferido no Judiciário. Ele tinha uma enorme preocupação com a opinião pública internacional.

Vinte anos de governos da Revolução

Estou convencido de que foi a solução ideal para o Brasil; o resultado foi muito melhor do que se poderia imaginar. Por vezes me questiono se agi certo ao aderir ao Movimento e não me arrependo de minha atitude.

Mais à frente, alcançado o desenvolvimento pleno, nosso País vai agradecer muito aos revolucionários de 1964.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Vantagens? Pelo contrário, como os presidentes eram militares e contemporâneos dos ministros, havia uma preocupação destes em não trazer mais problemas aos tantos que os presidentes já tinham. Então, as Forças Armadas nada reivindicaram e, praticamente, nada receberam.

O desengajamento

O desengajamento foi uma conseqüência natural da ausência de lideranças que pudessem durar no cenário político do País. O Governo Figueiredo assumiu o Poder dentro de um quadro político de "abertura", legado pelo Governo anterior, do Presidente Geisel. Saliente-se, a bem da verdade, que o Governo do General Geisel fez a "abertura" para vigorar no governo seguinte, do General Figueiredo, e não no dele.

A situação enfrentada pelo Governo Figueiredo assemelha-se àquele momento mais perigoso em que o cavaleiro está com o pé no estribo e inicia o movimento para montar sobre o cavalo, antes de chegar ou firmar-se na sela.

O Figueiredo, antes de estar firme no Governo, recebeu o bombardeio da "abertura" liberado pelo término da censura, do AI-5 etc. Mesmo que o Figueiredo fosse Jesus Cristo, não deixaria de ser atacado do jeito que foi, porque havia algo represado há muito tempo.

Influência da conjuntura internacional

Acredito que não houve influência. No ideário da Revolução, desde o seu início, constava o retorno à democracia, e todos os presidentes almejavam realizá-lo, apenas aguardavam as condições favoráveis para fazê-lo.

O "revanchismo"

Não há dúvida de que existe. É comandado pelos derrotados que dominaram a cátedra, os jornais, a televisão e o rádio.

A eficiência é de tal monta que a anistia, uma tradição brasileira utilizada por Caxias nas lutas do Sul do Brasil, Juscelino com relação aos revoltosos de

Aragarças e em outras ocasiões de nossa História, promovida no Governo Figueiredo, valeu somente para um dos lados, o perdedor.

Por intermédio do "revanchismo", atingiram as carreiras dos coronéis Avólio e Ustra, adidos militares na Inglaterra e Uruguai, respectivamente, e o exercício da profissão, como médico, do General Fayad.

O desaparecimento do comunismo

O mundo inteiro entendeu que o comunismo é uma balela; nos lugares onde foi implantado, não resolveu os problemas. Restou, porém, uma parcela da população que continua raciocinando com o comunismo e, dentro dela, está a esquerda brasileira, presa à teoria apresentada na década de 1950.

Exatamente, e eles (os comunistas) continuam a ensinar as velhas lições aos inocentes úteis, aos analfabetos políticos e a outros grupos imantados.

As velhas lições, inclusive no Movimento dos Sem Terra (MST), preparando-o, de forma intensiva, para operações do tipo guerrilha; o objetivo desse Movimento é tomar o Poder pela força e não a reforma agrária, como apregoa. Fui criado em fazenda, conheço o homem do campo e, sendo assim, posso afirmar que não existem agricultores integrando o MST, mas alguns baderneiros e inocentes úteis, como sempre acontece.

Exército Brasileiro – a recompensa do sacrifício

A imagem do Exército tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Entendo ser uma prova da inteligência do povo, que sabe em quem pode confiar.

Mensagem final

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi a salvação do Brasil. O País deu um salto de desenvolvimento vertiginoso e, muito mais do que isso, evitou o pulo enorme para a retaguarda, desejado por alguns. Sou um apologista da Revolução de 31 de Março.

Coronel Luís de Alencar Araripe

- Natural da Cidade de Lambari, MG.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Foi Comandante do I Grupo do 5º Regimento de Obuses 105mm (I/5º RO 105), Lapa, Paraná, (1967/69). Serviu no Serviço Nacional de Informações (Seção do Exterior), em 1977.
- Foi Diretor do Departamento Geral da Polícia Federal, no Governo Sarney.
- No exterior: Redator da "Military Review" (Edição Brasileira), em Fort Leavenworth, Kansas, EUA e Assessor da Delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, Genebra, Suíça (1961 e 1977).
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Instrutor da Escola de Guerra Naval. No mesmo ano, exerceu as funções de Chefe de Seção na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General Costa e Silva (Escalão Avançado).

Entrevista realizada no dia 30 de junho de 2000.

Vivi a Revolução de 1964, em todas as suas fases. À época de sua deflagração era instrutor da Escola de Guerra Naval, um observatório privilegiado. Fui para a Escola saído do Estado-Maior do Exército, e nela assisti à efervescência que quase levou à virtual neutralização da Marinha, tal era o grau de desordem e de indisciplina reinante na Força. A Escola de Guerra Naval estava instalada no edifício do então Ministério da Marinha, hoje Comando do 1º Distrito Naval, no centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Na Escola de Guerra Naval, participei da angústia dos colegas da Marinha ante o clima de anarquia em que era mergulhado o nosso País, vendo as nossas Forças Armadas acometidas pela subversão e às vésperas de se desintegrarem. O sentimento foi tão forte, a ponto de levar-me a pensar que não haveria condições para viver num Brasil como aquele que faziam prever os fatos ocorridos anteriormente a 31 de março de 1964.

Depois da Escola de Guerra Naval, no rápido decurso da Revolução, ocupei outro observatório também privilegiado, como integrante do grupo de oficiais chefiados pelo Coronel Jayme Portella de Mello, que constituiu o chamado Estado-Maior do General-de-Exército Arthur da Costa e Silva. Posteriormente, servi no Gabinete do Ministro da Guerra, Costa e Silva.

Vitorioso o Movimento, antes de ir para o Gabinete, passei alguns dias na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que funcionava no prédio onde se localizava a Casa da Borracha, na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro.

A 22 de abril de 1964, Portella e nós, que com ele estávamos na Secretaria do Conselho, fomos para Brasília, servir no Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, o Escav. No ano seguinte, aprovado em concurso, fui nomeado Redator Brasileiro da Military Review, em Fort Leavenworth – Kansas, Estados Unidos. Ao voltar, servi no SNI e no Estado-Maior do Exército, onde acompanhei todo o processo revolucionário até a transição que se operou com a transferência da Presidência da República do General Figueiredo para o Presidente José Sarney.

Escolhido pelo Senador Tancredo Neves, Presidente-eleito, e nomeado pelo Presidente Sarney, fui Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, do qual me exonerei por não concordar com a perseguição que se pretendeu fazer a um policial honrado, designado Superintendente da Polícia Federal do Ceará, acusado, sem provas, de haver participado de torturas. Era o início do "revanchismo".

Com a saída da Polícia Federal nessas circunstâncias, encerrou-se minha participação no processo revolucionário.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

As raízes do Movimento de 31 de Março de 1964 têm sido bastante estudadas, de maneira que a elas vou me referir de forma bastante sintética. Parece-me dever concentrar-me em episódios de que participei, ou dos quais tenha conhecimento especial. As causas do Movimento remontam à renúncia do Presidente Jânio Quadros. Participei do episódio como oficial de logística do Grupamento de Unidades-Escola. Esta GU deslocou-se para os limites entre S.Paulo e Paraná, a fim de atuar contra as tropas que haviam divergido da posição dos ministros das Forças Armadas, de não dar posse na presidência ao Vice-Presidente João Goulart. Lembre-se do documento profético daqueles ministros, mencionando a incompetência e as ligações de Jango com a área subversiva, que o faziam incapaz para o desempenho das funções de Presidente da República. Anos depois, Ulysses Guimarães, o "Doutor Ulysses", iria chamá-los de "os três patetas".

Causa imediata da Revolução, a "gota d'água", foi a reunião de sargentos no Automóvel Clube do Brasil, a 30 de março, com intensa participação do Presidente João Goulart. Creio que não deva estender-me mais sobre o assunto.

A guerra fria e a Revolução

A Revolução de 31 de Março tornou-se um episódio menor no panorama mundial da guerra fria, porque venceu fulminantemente. Mas o Movimento foi extremamente relevante no cenário latino-americano[1]. Passou-se aqui o que acontecia em tantas outras regiões do mundo, ou seja, uma disputa de área de influência entre a União Soviética e seus satélites, de um lado, e aqueles países que não queriam sucumbir ao jugo comunista e que, naturalmente, alinharam-se com as potências ocidentais, e em particular os Estados Unidos. Que isto não sirva, como fazem as esquerdas, para afirmar que o Movimento de 1964 foi fomentado e apoiado pelos Estados Unidos. Não! Ele foi um movimento autenticamente nacional.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de Março de 1964

O panorama político brasileiro anterior a 31 de Março de 1964 é outro capítulo sobre o qual acredito deva ser sucinto, pois sobre ele muito se tem escrito. Não há como os jornais da época para proporcionar uma visão bastante

[1] Lembre-se da frase do Presidente Nixon, quando da visita do Presidente Médici, em 1971: "Para onde for o Brasil, para lá irá a América Latina." Frase que despertou ciúmes em muitos países latino-americanos. *"Não há como a verdade para ferir..."*

precisa – e dramática – do cenário de anarquia, de incompetência do Governo Jango; e do conseqüente resvalamento do País para um regime, se não comunista em um primeiro estágio, mas, pelo menos, de esquerda radical.

Aprovação do Governo Goulart

O clima de insatisfação existente em relação ao Governo Jango é evidenciado por vários fatos, mas pode ser sintetizado em um único deles: o Movimento de 1964 se processou em 24 horas, sem que tivesse ocorrido confrontação armada. Houve uma quase unanimidade nacional que representou a culminação de um elenco de manifestações, quer de caráter popular, quer do Parlamento e da imprensa, expressando a insatisfação e, mais que isso, o descrédito do Governo e, em particular, de Jango. Basta citar a manchete de primeira página de 1º de abril de 1964 do, à época, prestigioso *Correio da Manhã*, referindo-se ao Presidente João Goulart: Fora!

A Igreja e o Governo Goulart

Para os jovens de hoje, entender a posição da Igreja naquela época é bastante difícil, pois, atualmente, se encontra muito dividida e tendendo para a esquerda. Em 1964, porém, a Igreja estava alinhada com a opinião pública nacional, amedrontada com a marcha do Brasil para o comunismo. Nunca será demais insistir nesse temor da comunização do Brasil, pois há quem pretenda ter-se tratado de uma fobia dos militares. O apoio da Igreja em 1964 foi praticamente unânime, ressalvada a fração que depois se mostrou estar alinhada com o catolicismo "progressista", ou melhor, marxista; mas este era praticamente inexpressivo. Os grandes líderes da Igreja alinharam-se com a Revolução de 31 de Março de 1964. Exceção marcante foi o Arcebispo de Brasília, D. José Newton.

"Ligas Camponesas", "grupos dos onze" e movimentos semelhantes

Sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze", o que sei é o que li nos jornais. Tratava-se, o primeiro, de movimento mais interessado na subversão do que na reforma agrária. O segundo, exclusivamente na subversão. Mas não tive qualquer contato especial com eles.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 31 de março. Exemplos

Falar no que se passava no meio militar e sobre o ambiente existente nos quartéis é algo delicado. Mas que deve ser dito.

O General Cordeiro de Faria, em depoimento que deu à Fundação Getúlio Vargas, usou uma expressão cáustica sobre o Exército. Disse ele:

– O Exército dormiu janguista e acordou revolucionário.[2]

Parece exagero, mas o comentário não está longe da realidade. Havia no Exército uma grande massa que não demonstrava maior preocupação ante a ameaça janguista, que não queria se engajar; e uma minoria de militantes, como sempre acontece, extremamente ativa. Os movimentos nunca são feitos por maiorias; uma minoria os faz. O resto segue na esteira.

No entanto, existia em todo o Exército um temor silencioso, um desejo difuso de por fim, de alguma maneira, à desordem e à subversão. Atestado desse ambiente foi o fato de nenhum corpo de tropa ter resistido, ou se oposto, ao Movimento. Houve, é verdade, dentro de algumas Unidades, grupos de sargentos e um ou outro oficial que, por convicção ideológica se alinharam com o outro lado – porque havia no Exército uma penetração da esquerda, pequena, mas ativa. Houve, também, o contingente de aventureiros, a pensar que estava apostando no vencedor. Fora isso, criou-se dentro do Exército uma massa crítica, a qual, deflagrado o Movimento, deu lugar a uma reação em cadeia, fazendo com que ele e as duas outras Forças Armadas, com o sólido suporte popular (que não tiveram na renúncia de Jânio), determinasse a vitória–relâmpago da Revolução.

O desencadeamento da Revolução

O grande catalisador do desencadeamento da Revolução no Brasil, e isso parece pacífico, foi o comício de 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A ele o Presidente vai, e faz uma pregação subversiva a subtenentes e sargentos. Esse evento não foi algo isolado, mas a culminação de vários outros, como a revolta dos marinheiros, o comício da Central etc. Porém, aquele comício do Automóvel Clube do Brasil, no dizer até de vários líderes de esquerda, foi a "gota d'água", no copo que já estava cheio.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: movimento reacionário?

Qualificar de movimento reacionário a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* é um claro exemplo de manipulação da semântica, atividade em que são especialistas as esquerdas. Aliás, estamos "encharcados" por essa semântica que,

---

[2] Camargo, Aspásia & Góes, Walder de: Meio Século de Combate – Diálogos com CORDEIRO DE FARIAS – Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 1981 (pág. 566).

com muito sucesso, aliás, estabelece a dicotomia: tudo o que não for de esquerda é fascista. E todos nós acabamos, de certa forma, adotando-a. Vejo, freqüentemente, falarem: que tal coisa é uma atitude *fascista!* Ora, porque não dizer que é uma atitude *comunista*! Afinal, fascismo e comunismo estão extremamente próximos no autoritarismo e na intolerância. Então, dizer que a *Marcha* foi reacionária, realmente, é uma manipulação semântica.

Forças Armadas – Exército: Intérpretes da vontade nacional

Em 1964, as Forças Singulares, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional. Há provas exaustivas de mais esse exemplo da histórica sintonia do Exército com o Povo. Uma dessas provas foi a unanimidade que houve em todo território nacional – governadores, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, artigos de jornais e a decisão do próprio Congresso, que declarou vaga a Presidência. Aliás, se houve "golpe", foi esse. No Congresso, não houve resistência efetiva, apenas uma oposição muito pequena à declaração de vacância da Presidência da República, quando Jango ainda estava em território nacional, no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o fato de ter havido oposição dentro do Congresso desfaz a idéia de um "golpe" militar, porque golpe militar não tolera oposição: prende-se todo mundo e, quem não tiver de acordo, paciência. Lembre-se, a propósito, da homenagem prestada pelo Congresso às Forças Armadas, pouco após a vitória na Revolução.

Mudança da ordem institucional: a Revolução comunista em andamento

Nos primeiros meses de 1964, tornou-se claro estar em andamento uma revolução de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil. Lembre-se da frase famosa e imprudente de Luís Carlos Prestes, que corrobora essa afirmativa: "Nós já temos o governo, só nos falta o Poder". Isso é algo muito bem documentado, e é preciso uma ginástica enorme de desinformação, para tentar obscurecer os fatos.

Participação pessoal na Revolução

Passando à minha participação pessoal na Revolução, comecemos pelos pródromos do Movimento.

Como todo brasileiro, civil ou militar, sofri o clima de inquietação, de medo mesmo, ante o que acontecia e estava por acontecer. Não estando disposto a viver

em um país sob um regime semelhante ao de Cuba, cheguei a uma encruzilhada: ou me engajava em alguma coisa, ou ia embora do Brasil.

Houve companheiros que escolheram outra via, pediram licença do Exército e foram trabalhar em empresas privadas. Cheguei a pensar em fazer o mesmo, e dei alguns passos nesse sentido, valendo-me do fato de ser bacharel em Direito. No entanto, dei-me conta de que, mesmo fora do Exército, continuaria insuportável viver num país com um de regime comunista; ou comunistóide, como seria mais provável.

Como, já disse, instrutor da Escola de Guerra Naval, participei daquele processo de degradação da Marinha: o episódio no Sindicato dos Metalúrgicos e a marcha dos marinheiros, que vieram com a Bandeira Nacional à frente, algo carnavalesco. Houve, nesse momento, o episódio histórico de grande coragem do Comandante Branco, que correu de encontro à passeata, e arrancou a Bandeira das mãos dos baderneiros[3].

Decidi ligar-me a elementos que estavam conspirando para a eclosão de um movimento que pusesse um paradeiro àquilo, vindo a incorporar-me ao grupo chefiado pelo à época Coronel Jayme Portella de Mello.

Como se conduziu esse grupo?

O Portella era uma figura bastante interessante. De poucos amigos, tratava a estes de modo fraterno, mas conspirador nato, mostrava-se extremamente avaro na partilha de informações. Por outro lado, quem o tivesse como inimigo, não precisaria de outro. Era uma pessoa objetiva, determinada. Nunca percebi nele vestígios de intelectual, nunca detectei intimidade sua com os livros. Em compensação, provou ser inteligente e possuir fino senso político e notável capacidade de manipulação de pessoas.

Portella nos mandava fazer ligações com os colegas do Rio de Janeiro, reservando-se – esse era seu temperamento – os contatos com os grandes personagens da Revolução, como os generais Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar (Juiz de Fora), e Cordeiro de Faria (sem funções desde a renúncia de Jânio), no Rio. E, naturalmente, Costa e Silva, seu chefe no Departamento de Produção e Obras (DPO). Não se fale de Castello, de quem o separava mútua e declarada ojeriza. Portella fazia largo uso da expressão "revolucionário autêntico", que irritava Castello, a ponto de, em discurso feito como Presidente, sobre ela exercitar sua mordacidade. Ligado a Costa e Silva e a Cordeiro, dois generais que não se entendiam, para dizer o menos, Portella provava notável habilidade, preservando a amizade dos dois, e participando dos grupos de cada um deles. Mesmo com certos castelistas, como o General Meira Mattos, mantinha relações estreitas.

---

[3] CMG, Rafael de Azevedo Branco, depois Almirante e Ministro do Superior Tribunal Militar.

Portella foi um elemento extremamente importante na preparação da Revolução no Rio. Rompemos relações, depois, e ficamos inimigos, mas isso não me impede de valorizar esse papel, a par de sua forte personalidade, retidão e honestidade. Homem que esteve em altíssimas posições; morreu pobre. Possuía uma determinação feroz: tinha que derrubar os "comunas" e os "gregórios", como estigmatizava os que se haviam alinhado com o Ministro da Guerra, Marechal Lott, em 1955, no golpe preventivo para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, a quem chamava o "Juça". Portella foi o grande "catequista" de Costa e Silva para a Revolução. Seu livro "A Revolução e o Governo Costa e Silva" é um testemunho valioso, pormenorizado, essencial para a história do Movimento de 1964[4].

Costa e Silva, General-de-Exército, Diretor do Departamento de Produção e Obras, era o chefe de Portella, que com ele mantinha muito bom relacionamento. Contou-me ele que, certo dia, Costa e Silva chamou-o e indagou, matreiro:

– Portella, está havendo uma conspiração aí. Que negócio é esse?

– É, tenho ouvido dizer isso – respondeu o Portella, "malandro" que era.

– Olhe, vá dizendo logo, porque eu sei que você está metido nisso.

Em seu livro, Portella dá versão diferente ao início de suas relações de conspirador com Costa e Silva, e defende-o da qualificação de revolucionário de undécima hora, a qual reserva para Castello. Na verdade, o Chefe do DPO, ao falar com seu subordinado, já deveria estar conspirando, embora àquela época, ninguém "abrisse o jogo".

Com o correr do tempo, passaram a conversar. Costa e Silva, segundo o Portella, pretendia, ao eclodir o Movimento, ir para São Paulo, onde havia sido Comandante de Região. No Rio, não dispunha de tropa, mas em S. Paulo contava com largo círculo de amizades, a começar pelo Comandante do II Exército, General Amaury Kruel. Os dois eram fraternais amigos desde o Colégio Militar de Porto Alegre.

Portella contou-me, ainda, ter dito a Costa e Silva estar ele enganado. O Rio de Janeiro não estava perdido. Havia muita gente "nas encolhas", mas na hora decisiva haveria de se alinhar conosco. Os dois estreitaram essa troca de idéias, até a eclosão do Movimento.

Que nem Costa e Silva nem outro conspirador contava com tropa no Rio, disposta a levantar-se, parece-me um fato. Certa feita, Portella mandou-me ao apartamento do então Coronel João Baptista Figueiredo, à Rua Conselheiro Lafayette, em Copacabana, para participar de "uma reunião com oficiais da tropa da Vila

[4] Editora Guavira Ltda. – Rio de Janeiro, 1979. O livro teve cooperação do Coronel José Maria Covas Pereira. Colaboração bem maior do que admite aquele que foi o mais competente e fiel colaborador de Portella.

Militar". Lá encontrei dois coronéis e, à certa altura da conversa, perguntei-lhes a que Unidades pertenciam. Nenhum servia na Vila, ambos tinham funções burocráticas...

Alarmado, dei conta da reunião a Portella, que sorriu. Espere, respondeu, enigmático; e pleno de razão. A voz silenciosa do Exército falaria na hora certa.

Minha participação, na fase de eclosão do Movimento, envolveu um insólito e revelador contato com Costa e Silva, sobre o qual me estenderei mais adiante. Antes disso, vale relatar alguns acontecimentos ocorridos nos dias imediatamente anteriores à Revolução.

Às vésperas do 31 de março, houve uma reunião no Clube Naval. Meu colega, Tenente-Coronel Ruy de Castro, e eu fomos ao Clube, onde assistimos àquela sessão melancólica, em que não se resolveu nada, já que nada se podia resolver, pois não mais havia uma estrutura de comando da Marinha. A horas tantas, chegou a notícia de que Kruel havia se levantado em S. Paulo. Houve palmas, mas logo se constatou tratar-se de boato.

Na manhã do dia 31, saí de meu apartamento em Botafogo, para encontrar-me com o Ruy de Castro que morava na Tijuca. Fui de carro e, ao passar em frente ao Palácio Guanabara, vi-o cercado por tropas. Alguma coisa havia acontecido. Voltei para Botafogo, para o edifício de apartamentos do Portella, imóvel muito modesto, sem elevador, situado em uma vila transversal à Rua Real Grandeza. Ao chegar ao apartamento, a mulher de Portella, Dona Cylene, emocionada, mas exultante, disse-me:

– Olhe Coronel, "estourou" a Revolução em Minas, e o Jayme está no apartamento do vizinho, aí em frente.

Portella estava ao telefone, e anunciou-me, apenas com um sorriso:

– Recebi uma ligação do Mourão, a Revolução começou em Minas!

– Coronel! Vamos cair fora daqui, porque essa vila está mais do que referenciada, respondi.

Pensava que eles (o pessoal do Jango) eram competentes, tinham um serviço de inteligência nos acompanhando. Em seu livro, para dar um tom heróico às nossas atividades de revolucionários, Portella fala em ruídos indicando escuta telefônica e na intensificação de buscas do I Exército, para localizar os "QG" revolucionários. Nada disso existiu, ficou provado, após o desmoronamento do Governo Jango.

– Para onde nós vamos? – perguntou o Portella.

– Vamos para a minha casa, respondi.

Não havia outro lugar para ir, prova de que nada havia sido planejado. Assim, fomos para o meu apartamento, ali perto, à Rua Voluntários da Pátria, 410. Um aspecto pitoresco do episódio, porque nesse mesmo edifício morava, nada mais nada menos, do que Luís Carlos Prestes e sua filha Ana Leocádia. Encontrávamo-

nos no elevador, de vez em quando. O carro de Prestes na garagem era cedido por um deputado comunista, Roberto Morena, se não me engano. Vê-se que o lugar não era muito saudável. À falta de alternativa, fomos para lá.

Portella deu telefonemas e mandou telegramas para Niterói e para outras cidades, anunciando à sua turma – "os meus meninos" – como chamava – a deflagração do Movimento em Minas.

Hoje, pode parecer estranho, mas, a 31 de março, ninguém sabia do início da Revolução em Minas. Até mesmo no Quartel-General (QG), pouquíssimos sabiam. A cidade estava em completa tranqüilidade. Mourão e Magalhães Pinto haviam selado as fronteiras de Minas, e a um telefonema do Rio, perguntando o que estava ocorrendo, Mourão respondera, mesmo depois do deslocamento das tropas:

– Não, aqui está normal, aqui não há nada. Estava no papel dele.

De minha casa, Portella e eu fomos para um apartamento à Rua Duvivier, em Copacabana, residência do Dr.Aurélio Guimarães, falecido há pouco tempo. Aurélio era médico, e se dizia coronel. Até hoje não apurei o porquê do coronel, mas o fato é que se tratava de corajoso e entusiasmado partidário da Revolução. No apartamento, estava o pessoal do grupo do Portella e Costa e Silva: General Syseno Sarmento, Coronel Munhoz, tenentes-coronéis Epitácio, Massa e outros.

Às horas tantas, explodiu no apartamento um telefonema de Costa e Silva a Portella. O General anunciava que iria para o QG (o então Quartel-General do Exército, na Praça Duque de Caxias – Campo de Santana.).

– Mas General, o senhor vai para o QG?! A Revolução "estourou" em Minas, e o senhor vai para lá?! – perguntou admirado Portella. – Costa e Silva explicou que não queria ir. Mas acrescentou:

– O Castello está lá. Não sei o que deu na cabeça dele. Disse-lhe que não fosse e ele foi. Não vou deixá-lo sozinho[5].

Nenhum de nós aceitou a explicação, e passamos a conjecturar sobre ela.

Eram típicos do Costa e Silva esses rompantes, esses lances gauchescos, no caso, um tanto sem sentido. E lá se foi Costa e Silva para o QG. Não terem prendido os dois dá uma idéia do que chamavam o "dispositivo militar" do Governo. Chegaram a mandar fechar os portões e não deixar ninguém sair. Mas Castello, Costa e Silva e os seus oficiais saíram. No pátio do QG, estava estacionada uma Bateria do Grupo de Canhões de 40mm (G Can 40). Esta Unidade, por sinal, era comandada por um

[5] O General Carlos Luis Guedes, em *Tinha que ser Minas* - Editora Nova Fronteira, 1979, escreve que Castello, depois de tentar convencê-lo a mandar a tropa de Minas de volta aos quartéis, foi para seu gabinete no Estado-Maior do Exército, pois estava certo do fracasso do Movimento. Até hoje, não encontrei outra explicação para a ida de Castello para o QG.

parente meu, Tenente-Coronel Celso Freire de Alencar Araripe, que era janguista. Na renúncia do Jânio, oficial do Estado-Maior do Grupamento de Unidades Escolas (GUEs), fiquei contra a posse do Jango. Celso apoiara a posse. Vitoriosa a Revolução, nos encontramos, e ele comentou melancólico: "Não tive dúvidas de que lado estava você. Coisas de política."

Permanecemos no apartamento do Aurélio, com a alma em pedaços, esperando o pior. Comentávamos:

– O nosso chefe vai ser preso, e esta Revolução vai abortar, vai dar em coisa nenhuma.

As informações eram extremamente precárias. De Minas não vinha mais nada; tudo o que se sabia era que o Mourão havia "saído". Mais tarde, informou-se que Magalhães havia lançado um manifesto, e Mourão, outro. Chegavam notícias nebulosas, desconexas... A Vila Militar está se movimentando... Mas ninguém sabia para onde nem de que lado.

No apartamento de Aurélio, Portella recebeu uma informação, aliás, uma ordem – deveríamos nos deslocar para a casa de Carlos Eduardo Marcondes Ferraz – o Carlô, amigo de Costa e Silva – à Rua Estácio Coimbra, 84, que Portela em seu livro chama de "QG 1". Aliás, os três QGs mencionados por Portella e, provavelmente todos os outros, eram simples apartamentos de simpatizantes da Revolução, onde se reuniam os oficiais com ela comprometidos, "estados-maiores". O emprego dos termos "QG" e "estados-maiores", exige certa "licença revolucionária". As atividades dos oficiais nos apartamentos se resumiam em dar e receber telefonemas, no único aparelho existente. E, como o que mais faz o soldado na guerra, esperar...

Tais coisas não são ignoradas pelas esquerdas, mas nenhum interesse têm elas em alardeá-las. Mais vale cultivar o mito de terem sido vencidas por uma Revolução sinistramente preparada pelos militares, com a ajuda dos Estados Unidos.

Estácio Coimbra é o nome de uma rua sem saída, note-se, transversal da São Clemente, em Botafogo. A ela cheguei, no início da noite, e encontrei, no seu extremo, uma casa luxuosa e um ambiente meio de *society*. Serviam-se cafezinho, biscoitos. A conversa corria animada. Costa e Silva dominando o ambiente. Até então, eu não o conhecera pessoalmente. Pareceu-me um cenário um tanto "feliniano": que Revolução é esta, em que nós estamos numa casa de um rico senhor, a especular sobre o que estaria acontecendo no Rio, em S. Paulo e em Minas, a tomar cafezinho e a comer bolinhos? – pensei, um tanto inquieto.

O cenário parecia confirmar o dito que corria entre nós, de que nossas conspirações eram de "fritar bolinho". Reuniam-se oficiais num apartamento, a dona da casa fritava uns bolinhos, trazia-os juntamente com o cafezinho, e lá ficávamos

até tarde, falando mal do Governo e de como afastá-lo. Tudo sem nenhuma objetividade, porque, como disse, não existia base militar e planejamento para a Revolução. Nós militares somos visceralmente legalistas e cultores da hierarquia e disciplina. Rebelar-se fora da cadeia de comando não faz parte da nossa cultura. Da cultura da minha geração, é claro. A de Cordeiro de Faria era diferente, os oficiais, com freqüência revoltavam-se, abandonavam tudo, carreira, família, para se baterem pela causa revolucionária. Cordeiro tinha dificuldade em conviver com essa diferença, mas é certo que os que se engajaram na Revolução de 1964 o fizeram com a mesma disposição dos revolucionários da década de 1920.

O cenário da Estácio Coimbra foi me deixando alarmado. Chegavam boatos de que o Governo mandara comprar (na Casa Garson, precisava-se), cinqüenta gravadores para monitorar os telefones. Por essa e outras informações, achava absurdo permanecermos dentro de uma casa situada no fundo de uma rua sem saída, recebendo e fazendo ligações telefônicas pela rede comercial. Na verdade, porém, o ambiente era esse, mais para o "society" que para o revolucionário. Vitoriosa a Revolução, comentando o episódio com o Marechal Ademar de Queiroz, homem de inteligência e humor, ouvi dele que no seu grupo se passava coisa semelhante, e que quando alguém lhe assinalara o ambiente de "esculhambação" (sic), ele contestara: – Sossegue. Do lado de lá (do Jango), a "esculhambação" é muito pior. "Pioríssima", diria José Dias, como nos contaria Machado de Assis.

No meio da noite, testemunhei um telefonema de Costa e Silva para Kruel, em que o primeiro dizia:

– Amaury (General-de-Exército Amaury Kruel), você não sai? Nós estamos esperando você!

Não sabíamos o que o Kruel respondia, e Costa e Silva continuava falando alto, pois era aos berros que se falava nas primitivas ligações interurbanas de antes da Revolução.

– Isso é coisa do Aluízio, que está te atrapalhando. Manda ele embora e sai.

Aluízio, Aluízio de Miranda Mendes era o General Comandante da 2ª Divisão de Infantaria, e Kruel, falando do QG do II Exército, parecia contemporizar. Falaram bastante. Terminada a conversa telefônica de Costa e Silva com o seu amigo e compadre Amaury, agravou-se o meu desespero ante as mirabolantes notícias sobre os gravadores da Casa Garson. Com irreverência, antiga e incurável – eu não conhecia o Costa e Silva, nem lhe tinha dado "boa-noite" ao entrar – aproximei-me do General e disse-lhe:

– Oh General! O senhor não pode ficar aqui. O senhor é o nosso chefe da Revolução e está falando com o Comandante do II Exército. Vamos ser todos engaiolados neste fundo de beco. Vamos sair daqui! O senhor tem que sair daqui!

A resposta foi realmente estarrecedora. Disse ele, com toda a candura:

– Eu não tenho para onde ir...

– Não seja por isso. O senhor vai para casa do meu tio.

Era o único lugar. Na minha casa não dava, porque o Luís Carlos Prestes se encontrava no edifício.

– Posso ir para lá? - perguntou Costa e Silva.

– Pode. – Sem ter falado com o meu tio; decidi ali, na hora. E dei o endereço do apartamento.

Complementei:

– Vou para lá esperá-lo.

Eu havia pedido ao meu tio a chave do apartamento, avisando-o:

– Olhe, a Revolução vai estourar. Se der errado, se fracassar, vou-me embora do Brasil, não quero viver aqui. E pedira-lhe para tirar dinheiro do Banco e cuidar de minha família. Excessivamente dramático, admito, mas o desfecho da Revolução que, àquela altura tardava, era imprevisível.

Meu tio morava em Copacabana, à Rua Rodolfo Dantas, 97, apartamento 301, um apartamento de grande luxo. Chamava-se João Augusto da Fonseca e Silva, casado com minha tia, Alice Araripe da Fonseca e Silva. Cheguei ao escritório do apartamento, que era amplo, arrumei-o, mais ou menos, e, pouco depois, chegava Costa e Silva com o Ajudante-de-Ordens (Aj O), Capitão Hilton do Valle, e todo o grupo. Há pouco tempo, quando fiz palestra sobre Costa e Silva, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Valle e eu recordamos aquela noite. Acompanhavam Costa e Silva o General Syzeno Sarmento, o Tenente-Coronel Teotônio, enfim, o pessoal que ele chamava de seu estado-maior. Hilton do Valle trazia uma caixa de madeira clara, de forma altamente suspeita, contendo uma metralhadora INA. Todos tinham uma arma portátil, e nada mais. Era tudo improvisado. Não havia segurança... Nada que lembrasse um QG ou um estado-maior. Mas sobrava determinação de fazer o que fosse possível, sem nenhuma consideração para com os riscos incorridos.

Levei o grupo para o escritório. Bati à porta do quarto de meus tios e anunciei:

– Tio João! Não se assuste, mas o comando da Revolução está aqui.

– Está muito bem – respondeu ele, abrindo a porta, com mais naturalidade do que se eu houvesse anunciado a chegada de um outro sobrinho dele, vindo do Rio Grande do Norte, a sua terra.

Como estava, de pijama e todo descabelado, Tio João foi falar com Costa e Silva:

– General, o senhor disponha de tudo aqui. Tudo. Se precisar dinheiro...

Meu tio era um homem muito rico, e estava furioso com baderna nacional. Septuagenário e não mais trabalhando, estava disposto a tudo para opor-se a ela.

Apareceu então minha Tia Alice, anunciando:

– Vou fazer um café, não vou acordar a Rita.

Mais um flagrante pitoresco. A empregada chamava-se Rita, pessoa muito boa, muito querida, mas "janguista doente". Quando se falava mal do Jango, até saía da sala.

Minha tia trancou a porta da cozinha e fez café e sanduíches, para o Costa e Silva e para todos nós.

Quase ao raiar do dia, viu-se da janela o que pareceu um movimento suspeito, nas imediações do apartamento. Não era nada, apenas uns vagabundos que passavam. O local era de bares da boêmia carioca, mas o grupo achou melhor não arriscar. Também achei... Então, resolveram sair para outro apartamento.

Costa e Silva rumou para um apartamento, na Avenida Atlântica, de um civil seu amigo, se não me engano Comodoro do Iate Clube. Quanto a nós, voltamos para o apartamento do Aurélio. Finalmente, soubemos que Jango havia fugido. Era a noite de 1º de abril de 1964.

Quase tudo isso está registrado no livro do Portella, que é um depoimento muito interessante e minucioso sobre a Revolução e Costa e Silva. Depoimento compreensivelmente contaminado pela exaltação do Movimento de 1964 e pela admiração muito grande – e justificada – do autor pelo seu chefe.

Da minha participação pessoal, no que poderíamos enquadrar nas chamadas conseqüências, resume-se o seguinte: Costa e Silva se autonomeou Comandante-Chefe do Exército Nacional. De minhas Folhas de Alterações, consta ter sido eu, a 1º de abril de 1964, nomeado "para fazer parte de seu Estado-Maior". Costa e Silva mandou Portella assumir a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, localizada no prédio da antiga Casa da Borracha, na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana. Portella e eu a encontramos ocupada por uma equipe de oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, chefiada pelo Major José Tancredo Ramos Jubé.

A Secretaria fora deixada vazia, exceto pela presença de um delegado da Polícia Federal, Dr. Luiz Sette Câmara, por sinal primo de minha mulher, e de um soldado. Os oficiais da Secretaria, companheiros como Donato Ferreira Machado e outros tinham ido embora. Eram de esquerda e atuantes, tendo sido cassados. Portella deu-me um pedaço de papel onde escrevera o nome de alguns oficiais a convidar para o Conselho. Lembro-me de que um dos que chamou pessoalmente foi o João Figueiredo, então Coronel, também seu amigo. Mas Figueiredo já tinha compromisso com Castello. Tive um candidato pessoal, o querido colega de turma Tenente-Coronel Edmundo Adolpho Murgel. Organizamos as seções, cabendo-me a Seção de Informa-

ções, área em que possuía alguma experiência. Nas minhas funções, fiz contatos, recebi visitas e tive uma primeira visão da parte não ostensiva do 31 de Março.

Sobre visitas, e a propósito da adesão do povo à Revolução, há um episódio interessante. Portella, certa feita, chamou-me e ordenou:

– Araripe, estou muito ocupado, e há umas mulheres da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) que pediram uma entrevista. Você as recebe.

Ingenuamente, preparei-me para uma amena conversa com circunspetas damas da sociedade. A CAMDE era uma associação de senhoras, militantes, muito aguerridas, e que representaram papel relevante na mobilização do povo em favor do Movimento. Elas chegaram, bem vestidas, falantes, seguras. Nos sentamos, foi servido cafezinho de estilo, e em dois minutos a cerimônia havia sido posta de lado. Subitamente, uma das senhoras virou-se para mim e disparou:

– Os senhores estão pensando que fizeram a Revolução? Quem fez a Revolução fomos nós, os senhores aderiram.

Não estava longe da verdade. Cordeiro de Faria dá grande crédito à participação civil, em particular das mulheres, no desencadear da Revolução[6]. Esse fato contrapõe-se à qualificação de golpe militar do Movimento de 1964. Não há dúvida de que as mulheres foram atuantes, saíram para as ruas, fizeram discursos e reuniram gente. A Revolução andou mal em não lhes cultivar o apoio.

As senhoras, em coro, continuaram:

– Os senhores estão sendo muito moles com essa gente. Eles vão enterrar os senhores. A nossa Revolução vai para o "buraco" pela fraqueza dos senhores. Os senhores não sabem com quem estão lidando.

E muito mais disseram que, atônito, não pude guardar. Resumindo: passaram-me uma educada, mas severa descompostura. Eu não ia entrar em polêmica com elas, e só pensava que Portella me aprontara uma boa. Naturalmente, ele previra tudo, era "malandro", já conhecia bem aquele pessoal.

Limitei-me a responder à dura advertência:

– A senhora tem razão. Vou levar o assunto para o meu chefe etc.

Elas saíram, firmes, não satisfeitas, mas, pelo menos, bem atendidas. Foi outro episódio curioso de 1964.

Apareceram mais pessoas, para informar-se e para...aderir. Aliás, esse verbo foi extensamente conjugado, pós-31 de março. Contaram-me, eu não estava lá, o caso do Gabinete do Ministro da Guerra, que teria sido "tomado de assalto". Os

[6] Sempre faço questão de deixar claro que nós militares fomos a retaguarda da Revolução. A vanguarda foi a opinião pública e, dentro delas, as mulheres. *Meio Século de Combate... Obra cit. P. 548.*

membros do Gabinete do General Jair (Jair Dantas Ribeiro) saíram, e um pessoal novo assumiu, apossou-se das mesas. Alguns conseguiram "segurar-se" por lá. Nessa hora, está sempre faltando mão-de-obra qualificada. Mas, todo movimento no mundo é assim.

Na Secretaria Geral do Conselho, assisti ao delinear de um conflito virulento e de conseqüências lamentáveis para a Revolução, e para o Exército. Foi a guerra de atrito entre o "grupo Costa e Silva" e o "grupo Castello Branco". Sem economizar palavras, seus líderes odiavam-se. Portella não tolerava os Geisel, e não tolerava o que ele chamava "o pessoal da Sorbonne", que era o pessoal dos Geisel, Golbery à frente. Desse último, tinha ódio; em certa medida correspondido.

Portella queria permanecer como Secretário do Conselho, e Castello, que não era tolo, não iria permitir isso. Escolheu o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, à época fora do Exército, prestando serviços na polícia do Estado. Como ele, estavam outros oficiais, como o Tenente-Coronel Aviador Gustavo Borges, radical, que teve intensa atuação na Revolução. Era homem do Governador Carlos Lacerda, mas foi um dos raros lacerdistas das Forças Armadas a romper com seu guru, após aquela associação espúria com Juscelino, Jango e outros, na chamada Frente Ampla. Nunca mais quis conversa com Lacerda.

Em depoimento a Aspásia Camargo, a mesma que entrevistou Cordeiro de Faria, Lacerda queixa-se de não ter esse ex-colaborador e amigo entendido a Frente Ampla. Lacerda, com seu carisma, transmitiu a alguns oficiais de destacada ação no Movimento de 1964, amigos meus, a crença da validade da Frente. De minha parte, vejo-a como expressão da fome de poder de Lacerda e da ânsia de seus parceiros de Frente de voltar ao Poder.

É curioso como um homem de talento, genial, como era Carlos Lacerda, possa ter cometido um erro palmar daqueles. Castello tinha uma admiração profunda por ele, era o seu candidato à sucessão. Mas Lacerda colocou na cabeça que o Castello queria eliminá-lo da sucessão.

Castello colocou Ariel na Secretaria do Conselho, como disse, e Costa e Silva, nomeado Ministro da Guerra, designou Portella Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, em Brasília, o Escav. Posição importante, porque embora o Gabinete do Ministro ainda permanecesse no Rio, como foi o caso de grande parte dos órgãos de governo, Brasília ganhava força, tornava-se "a Corte" de fato. Lá se tem constante ligação, até visual, com o Poder. Costa e Silva, levando Portella para a Corte, conferia-lhe posição de prestígio e, o que é mais importante, dava-lhe o "ouvido do chefe". Indo com Portella, pude assistir, mas não participei, dessa luta surda entre ele e os líderes do "grupo Castello".

Portella, exímio manipulador, construía em torno do Costa e Silva toda uma legenda de ser ele o paladino da Revolução, o que não aconteceria com Castello que, Cristão Novo, aderira ao Movimento à última hora. O que era verdade, mas não resultava de covardia, tibieza ou aventureirismo, mas porque Castello era, visceralmente, um democrata. Não acreditava em soluções militares, não queria revoluções, queria preservar o Exército de envolvimento na política.

Castello Branco acreditava – e nisso, no meu entender, demonstrou extrema falta de capacidade de julgamento – que a crise de Jango se resolveria, como todas as crises brasileiras, através de um jogo político. Como acontecera com a renúncia do Jânio, sem haver o comprometimento do Exército, o apelo à força. Acreditava que seria possível terminar aquela desagregação com acertos políticos. Não queria a Revolução. Quando ela triunfou, fez o que lhe pareceu adequado para que fosse de curta duração. O resultado foi o contrário.

O General Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar (Belo Horizonte), conta haver Castello lhe telefonado e, depois, telefonado ao Governador Magalhães Pinto, instando para que fizessem suas tropas voltar a quartéis, porque seriam massacradas[7]. Seguido o conselho, teria sido o desastre total. Alertado, o Governo de Jango tomaria medidas que fariam extremamente difícil nova eclosão do Movimento. Castello, com todas as suas inegáveis qualidades de chefe militar, no episódio, foi de uma falta de visão surpreendente.

Ele cismou que aquilo era uma "quartelada?

Castello cismou que o Movimento eclodido em Minas era uma quartelada, e ele não queria uma quartelada, até porque a julgava fadada ao fracasso.

O clima conflituoso com o Planalto foi muito estimulado por Portella. Ele construía a imagem de Costa e Silva e minava a de Castello e a do pessoal dele, a turma da "Sorbonne", como dizia. A questão era haver quem preconizasse o que chamavam uma "faxina", e Castello contemporizava com as punições, às vezes demasiado. Achava que os problemas podiam ser revolvidos através de cooptação, e não da punição. Na verdade, muitos gostariam de ser cooptados. Portella criou um ambiente em que se atribuíam à tibieza de Castello e do grupo dele os erros cometidos em não sancionar "a", "b" ou "c".

Isto era uma constante, até que um dia ocorreu um episódio fortuito, causador do primeiro forte atrito meu com Portella. Os processos de cassação saíam do Rio de Janeiro e iam, por intermédio do Gabinete do Ministro do Exército, diretamente para o Planalto, onde Castello os despachava. Não passavam

[7] Carlos Luís Guedes – Obra citada.

por mim, que era o Chefe da D-2, o serviço de informações do Escav, nem antes nem depois do despacho.

Certo dia, houve um curto-circuito nesse esquema. Recebi um envelope da Presidência da República, contendo o processo de cassação de um general. Dele constava um despacho insidioso de Castello: "Deixo de aplicar as sanções do Ato Institucional à vista das ponderações do Ministro da Guerra." Quando o processo "bateu" na minha mão, acordei: que história é essa! O fraco aqui é o Castello! E, agora, o Presidente escreve ter sido o Ministro quem recomendou a não punição!

Promovi uma reunião com alguns oficiais do Escav, em minha sala – iniciativa audaciosa, reconheço – e convidei Portella para ela. Peguei o processo de cassação e entreguei-lhe, perguntando:

– Que me diz o senhor disso?

Portella, curioso, tomou do papel e, ao perceber-lhe o conteúdo, ficou lívido e explodiu:

– Vocês estão querendo me pressionar! Jogo fora os "arreios" e vou embora.

– Veja, Coronel, a questão não é de pressão. O senhor diz que o fraco é o Castello, e olhe aí, quem não cassou esse malandro – retruquei.

Tratava-se de um malandro, mesmo. Não lhe digo o nome, já morreu. Mas o fato é que esse general foi para Brasília, no dia da Revolução, para ver o que dava. Chegou lá e aderiu, mas fora contra. Por isso, fez-se um processo, mas ele não foi cassado.

Eu sentia pelo Portella uma admiração muito grande, justificada pela sua determinação, correção e pela linha inflexível, invariável, em favor da Revolução. O episódio abalou nossa amizade. Foi o princípio. A partir daí, nossas relações se desagregaram e acabamos inimigos.

No segundo trimestre de 1964, o Congresso prestou uma homenagem solene ao Exército, pelo triunfo da Revolução. Poucos recordarão esse fato, e não sei de quem tenha conhecimento de um curioso episódio que teria tornado "histórica" a homenagem.

Foram designados oficiais do Escav para receber no aeroporto os generais que participariam da cerimônia. Um deles era Machado Lopes, Comandante do III Exército na renúncia do Jânio. Naquela oportunidade, inicialmente, ele formou com o Ministro da Guerra Marechal Denys, mas, pressionado por Brizola, virou a casaca e aderiu ao Movimento em favor da posse de Jango. Seu Chefe de Estado-Maior, General Antônio Carlos Muricy, discordou e foi para o Rio.

No dia marcado para a cerimônia, Ruy de Castro, meu amigo, que servia no Gabinete, encarregado das relações com o Congresso, chegou à minha sala e propôs:

– Araripe, vem aí esse *@#% (um palavrão) do Machado Lopes.

– A homenagem é para todo mundo – respondi.

– Mas esse canalha não pode ser homenageado. Foi ele quem deu origem a tudo que levou à Revolução!

Ruy falava com certo *parti pris*, porque tínhamos marchado para São Paulo com o GUEs, na renúncia do Jânio, para seguir contra o Rio Grande do Sul. Estávamos entusiasmados e, de repente, veio a solução do parlamentarismo. E Ruy continuou:

– Vou fazer o seguinte: vou pedir ao fulano, designado para receber o Machado Lopes, para trocar comigo. Vamos pegar o &*@%$ de carro, levá-lo para a Asa Sul e deixá-lo nu.

– Vamos largar um General-de-Exército nu, na Asa Sul?! Olha Ruy, essa idéia tem certas virtudes, mas francamente, não tenho coragem de fazer isso.

– Então, a gente pega e dá umas “porradas” nele.

– Não pode! O “cara” é velho! , argumentei, divertido. Ruy ainda insistiu, mas terminamos nos contentando em saborear a idéia. Que tinha suas virtudes, repito.

Machado Lopes, sem se dar por achado, ignorante do risco corrido, partilhou das homenagens tranqüilamente, depois de ter feito aquela “porcaria” no Rio Grande. E não se posicionou por convicção, como foi o caso do General Ladário Pereira Telles, anos depois. Ladário, meu comandante no GUEs, ficara a favor da posse de Jango, quando da renúncia de Jânio. Era a legalidade, argumentou inflexível, ainda que isso implicasse ficar contra o Marechal Odílio Denys, seu amigo. Resistiu a todos os meus argumentos para rever sua decisão. Fracassados os meus esforços, pedi para ser transferido. Ele me respondeu, melancólico:

– Não saia, porque vou perder. Não perdeu, venceu. Quando lhe disse que a sua vitória inviabilizara minha permanência no GUEs, tentou convencer-me a ficar. Não conseguindo, concluiu: Então diga para onde quer ir. Respondi: Para a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. E para lá fui, praticamente imposto por Ladário.

Ladário, em 1964, de forma coerente, ficou favorável à legalidade, à posse de Jango, indo para o Rio Grande, unindo-se a Brizola. Por esta e por outras atitudes, foi um dos chefes que mais admirei em minha carreira. Era um general. Mas, felizmente, não repetiu em 1964 o êxito que teve em 1961.

Aprovado em concurso para redator da Military Review, em 1965, prometera a Portella abrir mão da nomeação. O conflito levou-me a mudar de idéia, o que deixou Portella feliz. Apesar de inimigo, ao desligar-me do Escav deu-me um honroso e circunstanciado elogio. Assim era o depois General Jayme Portella de Mello, todo-poderoso Chefe do Gabinete-Militar do Presidente Costa e Silva.

Nos Estados Unidos, recebi a visita do Costa e Silva, evidentemente agastado comigo. Como já disse, quem tinha o Portella como inimigo, não precisava de outro. O Ministro tratou-me secamente, fez-me umas perguntas, meio tolas, sobre a Revista, dando-me a certeza de não freqüentá-la.

Mas era inteligente.

De cultura humanística deficiente, Costa e Silva era extremamente inteligente e sagaz. Via as coisas ao longe, possuía muito boa capacidade de julgamento e expressava-se bem. Inspirava confiança nos subordinados, decidia com oportunidade e rara firmeza.

Nós, oficiais do Escav, preparamos uma exposição sobre a Revolução, a ser feita por Costa e Silva, em São Paulo, e transmitida pelo rádio. Reunimo-nos durante horas, tentando prever perguntas e formular respostas. Tudo pronto, propusemos-lhe um treino para "enfrentar" os repórteres. Ele aceitou, mas ficou protelando, porque era um tanto preguiçoso, não era de gastar o tempo com o que não lhe interessava. Até que, um dia, como insistíssemos, respondeu:

– Me dá esse negócio aí.

Nós lhe demos o "negócio", um calhamaço. Ele não fez o treinamento proposto. Creio que nem leu o "negócio". Mas falou e respondeu com desembaraço de um velho conhecedor dos assuntos tratados.

Aliás, há no livro do Senador Auro de Moura Andrade, que foi Presidente do Congresso, um trecho de comentário de Adhemar de Barros sobre Costa e Silva, bastante expressivo: "Cuidado com ele. É muito mais esperto que nós, que todos nós".[8] Costa e Silva somava à argúcia a habilidade política. Basta dizer que manteve invariável lealdade a Castello, mas conseguiu se sustentar e preservar a ambição de sucedê-lo na Presidência, derrotando os desafetos castelistas.

Portella adquiriu influência crescente sobre Costa e Silva, começada com a conspiração e com ponto de inflexão no episódio da Comissão Militar Brasileira em Washington, a CMBW.

Dois ou três meses após ter assumido a chefia do Escav, recebi do Rio uma portaria com a nomeação do Portella para a Chefia da Comissão Militar Brasileira, em Washington. Portella era pobre como um "rato de igreja", seu apartamento era humilde, num terceiro andar, prédio sem elevador. Entreguei-lhe a portaria para que a entregasse a Costa e Silva, que a levaria à assinatura de Castello – uma "casca de banana". Portella reagiu, usando expressão muito de seu gosto.

---

[8] Moura Andrade, Auro de – *Um Congresso contra o arbítrio –Diário e Memórias – 1961-1967, Editora Nova Fronteira, 1985 – pág. 263.*

– "Seu Arthur" está enganado comigo. Não vou.

– O senhor vai para Washington, e depois volta.

– Eu não vou. Não fiz a Revolução para ganhar comissão no exterior. Me dá isso aqui.

Portella pegou a portaria e foi despachar com o Costa e Silva. Voltou sorrindo, e eu perguntei-lhe:

– Como é que foi a história?

– Disse a ele que se quisesse levar isso ao Presidente, que levasse também o meu decreto de transferência para reserva, porque não aceito, em hipótese nenhuma.

Não sei de colega que teria feito esse gesto.

Mas Portella não tinha gosto algum pelas coisas materiais. Queria Poder. Amava o Poder, mas nada de sua "pompa e circunstância". O "negócio" dele era o exercício do Poder, principalmente, para "arrebentar" os comunistas, os "gregórios" e os seus inimigos particulares. Levei a portaria aos camaradas de gabinete para que a assinassem, e a entregamos ao Portella, como lembrança. O episódio reforçou a nossa admiração por ele, e firmou-o na estima de Costa e Silva.

Conspirador por natureza, Portella cultivava o segredo e monopolizava o contato com o Ministro. Aos poucos, fui me dando conta de que o Chefe do Escav tinha uma rede de informações particular, muito superior à da D-2, chefiada por mim. Meu ressentimento foi agravado por ter acedido em ir para Brasília, a instâncias de Portella, pois minha mulher havia perdido um filho prematuro, e estava novamente grávida. Não podia ir para Brasília, onde se dizia serem Varig e Vasp os nomes dos bons médicos da cidade.

O conflito entre nós foi-se agravando, e chegou à troca de desaforos. Sempre tive dificuldade em conviver com a deslealdade e a invasão de minha área de atribuições. Como medida de precaução, fizera o concurso para redator da *Military Review*, assegurando a retirada do Escav.

Cumprido meu tempo na Military Review, voltei ao Brasil em 1966. Indicado pelo meu querido colega Octávio Aguiar de Medeiros, fui nomeado para o Serviço Nacional de Informações, o SNI, chefiado pelo General da Reserva Golbery do Couto e Silva.

Lotado na SC/2 - Seção do Exterior, mantive constantes relações de trabalho com Golbery, uma das culturas mais amplas e intelectos mais poderosos que conheci, dentro e fora do Exército. De longa data, mantinha com ele relações pessoais, estimuladas pelas nossas afinidades políticas.

Relembro outro episódio que ajuda a entender o ambiente do período revolucionário. Já no Governo Costa e Silva, nosso colega, Coronel Sérgio Faria

Lemos, assessor do Ministro da Fazenda, de Costa e Silva, Professor Delfim Neto, promoveu uma reunião de oficiais revolucionários, dentre eles Ruy de Castro, na casa do Tenente-Coronel Amerino Raposo. Analfabetos em economia, ouvimos uma fascinante aula do Ministro sobre sua pasta, e lhe fizemos várias perguntas. Guardei a impressão de tratar-se de um homem extraordinário, de inteligência ágil, capacidade de expositor e invejável senso de humor. Muito simpática a reunião.

No dia seguinte, os jornais noticiam: "Delfim sabatinado pelos coronéis". Costa e Silva, fulminante, mandou demitir todos os episódicos "alunos" de seu Ministro.

No meu caso específico, constava da relação de oficiais previstos para comandar no ano seguinte, mas tinha sido considerado imprescindível e não iria sair do SNI. Quando você é amigo, é importante. Em quinze dias, deixei de sê-lo. Telefonaram-me do Gabinete do Ministro:

– Araripe, que diz você de ir comandar o Grupo da Lapa?

– Grande honra para mim ser Comandante de Unidade de Artilharia. Fantástico para mim! Ótimo! Quando é que vou ser nomeado?

– Já, estou aqui com a Portaria assinada.

– Está bom, ótimo! Quando devo seguir?

– O mais depressa possível.

Só sei que saí do SNI um tanto às pressas, por causa daquela reunião, que vazou para a imprensa. Costa e Silva ficara uma "fera", achando que os coronéis estavam querendo mandar no seu governo. E queriam mesmo. Mas faltou-nos competência. Éramos idealistas e ingênuos.

No comando da Unidade, localizada na Cidade da Lapa (Paraná), participei da reação dos camaradas do Exército, ante agitação estudantil e tentativas de derrubar a Revolução, que resultaram no AI-5;

Os programas nucleares brasileiros

Passei para a reserva em 1975, trabalhei em duas empresas privadas, em S. Paulo e no Rio. Em 1979, meu amigo Medeiros levou-me novamente para o SNI, a fim de assessorá-lo no acompanhamento dos programas nucleares e de desenvolvimento de mísseis.

Se existe um assunto no Brasil, sobre o qual muito se fala, e pouco se conhece, é o Programa Nuclear brasileiro. Ou os programas nucleares. O Governo Geisel verificou que o País estava ignorando um ramo da tecnologia e, mais do que isso, um componente do Poder de importância vital, principalmente, para um País que, àquela época, aspirava tornar-se potência mundial. O Brasil havia deixado no limbo, por anos, a energia

nuclear. A única coisa que se havia feito, até então, fora comprar uma usina Westinghouse, para equipar Angra 1, numa transação desastrosa para o Brasil.

Quando se fala em energia nuclear, muitos pensam que Angra 1 e Angra 2 são duas usinas semelhantes. Não é verdade. Elas, apenas, são do mesmo tipo, a urânio enriquecido, refrigerada a água leve pressurizada. O grande erro de Angra 1 foi não ser uma usina contratada no modelo "turn key - chave na mão". Acreditava-se que um País com larga experiência em hidrelétricas, para construir uma usina nuclear, não enfrentaria algo muito diverso; dela poderíamos participar amplamente. Como conseqüência, o contrato de fornecimento da usina de Angra 1, pela americana "Westinghouse", contemplou forte participação brasileira no processo construtivo. Aproveitando-se disso, os americanos livraram-se de grande parcela de responsabilidade por esse processo. Angra 1, aliás, como outras usinas da Westinghouse no mundo, demandaram muitos anos, além do previsto, para entrar em funcionamento. Em Angra 1, aconteceu toda sorte de incidentes: incêndios, defeitos de equipamento, má gerência de fundos e tudo mais que é possível ocorrer de errado numa usina. No caso de Angra 2, do Programa de Centrais Nucleares do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, contratada com a alemã "KWU-Siemens", a dilação nos prazos de construção decorreu da falta de recursos financeiros e do retardo de decisões do Governo brasileiro.

No Programa do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, a construção é feita com crescente participação brasileira, sob o controle conjunto de brasileiros e da "KWU-Siemens", permanecendo com esta a responsabilidade final ao longo de todo o processo construtivo. Pronta, a usina só é recebida depois dos testes e da aprovação alemã. Não aconteceram em Angra 2 as barbaridades que houve em Angra 1.

Ressuscitar a energia nuclear foi uma das grandes iniciativas do Presidente Geisel, mas o projeto, incluindo o desenvolvimento e implantação de todas as instalações do ciclo nuclear, e a construção de oito usinas, foi demasiado ambicioso. No acompanhamento do Programa Nuclear do Acordo, trabalhei em estreita ligação com o Presidente da Nuclebrás, Embaixador Nogueira Batista, homem extremamente inteligente, dedicado e competente. Mas, ao Programa, faltou o que é essencial em qualquer projeto: a previsão de recursos. Eles não foram garantidos e eram extremamente vultosos. A sobrevinda da crise econômica da década de 1980 não suportou o esforço financeiro correspondente, e o Programa entrou em colapso. Das oito usinas, somente duas foram construídas, a um custo enorme, decorrente da ampliação dos prazos de financiamento.

O Governo Figueiredo, que sucedeu ao de Geisel, teve a grande virtude de, sobrevindo a crise financeira, lançar o chamado Programa Paralelo ou Autônomo,

bem mais modesto, mas com a vantagem de serem, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, feitos no Brasil. O Programa contou com a direção do Professor Rex Nazareth Alves, Presidente da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, um *workaholic* de extraordinária competência técnico-científica, e recebeu forte apoio de dois militares, generais Otávio Aguiar de Medeiros (SNI) e Danilo Venturini (Gabinete Militar). O Programa Autônomo produziu resultados importantes, levando ao domínio do processo de enriquecimento do urânio, ao desenvolvimento de outras tecnologias do ciclo do combustível nuclear e ao projeto de construção de um submarino de propulsão nuclear, conduzido pela Marinha. Trata-se de uma grande iniciativa do Governo Figueiredo, à qual o Presidente Sarney deu continuidade. O Presidente Collor matou-o com estardalhaço, emprestando credibilidade à crítica de que, apoiado por militares, visava à construção de armas nucleares.

Desengajamento controlado: o discurso do General Malan

As manchetes dos jornais de 15 de dezembro de 1970 reproduziam frases do discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Alfredo Souto Malan, preconizando o que chamou de “ o desengajamento controlado das Forças Armadas de outras atividades que não fossem as de soldado, e o advento de um Brasil democrático, forte e livre. Estávamos no segundo ano do Governo Médici, nos, agora, cognominados, por importação do francês, “anos de chumbo”.

O discurso fora proferido por Malan na solenidade de entrega de espadas aos novos generais, presente o Ministro Orlando Geisel. Eu tinha o encargo de assessorá-lo na feitura de certos documentos, como discursos dessa natureza. Ao receber a primeira minuta daquela fala, Malan comentara zombeteiro:

– Você está propondo um discurso de Presidente. O Médici não vai gostar. Mude esse texto.

Naquela época, perseguíamos o ideal de um Brasil, grande, forte. Tínhamos a convicção de que o País, crescendo como vinha, teria ponderável projeção no concerto das nações. O discurso que preparei refletia tal idéia. Reescrevi-o, abaixei-lhe o tom e entreguei-o ao General. Ele sorriu e plantou-me outra bandarilha:

– Agora deixei de ser Presidente e sou Ministro. O Orlando não vai gostar.

– Então, diga-me o que o senhor quer, porque eu não sei.

– Já vi que você não sabe mais escrever. Vou ter que eu mesmo fazer isso.

No dia seguinte, Malan teve um encontro com Geisel. Ele ia sempre conversar com o Ministro, o Orlando, como chamava, ao baixar a sua guarda de cerimônia,

não muito forte, e por mim sempre alfinetada. Horas depois, entregou-me duas folhinhas de papel que, ainda, tenho em casa, e perguntou:

– O que você acha disso?

Olhei o papel e resumi:

– General, isso dá um magnífico discurso. Mas será um discurso político.

Eu dizia o óbvio, por provocação, pois Malan a toda hora cortava uma conversa, acusando-me de trazer política para dentro de seu gabinete. Pretendia salvar as aparências, pois fazia a observação e deixava-me falar. Provocou-me:

– Então, escreva, vamos ver.

Escrevi. As linhas gerais do discurso são: uma breve introdução sobre as razões da participação do Exército no processo político; a seguir, explicava-se porque esse processo havia se intensificado, em grau nunca visto na nossa História; contudo, havia uma constante nessa participação militar: a certeza da sua transitoriedade, ou seja, em momento algum se pretendeu substituir os poderes políticos do regime democrático; a conclusão era de que já se desfrutava de um grau de segurança interna razoável para promover o desengajamento controlado do Exército do processo político.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e a primeira idéia de "Abertura"

Naquele discurso de Malan, pela primeira vez, foi lançada, em ambiente militar, a idéia da necessidade de uma abertura. A idéia da abertura, Malan provavelmente a trouxe "lá de cima", e eu fiz o "bordado", para justificá-la, fundamentar suas razões. Do meu ponto de vista, a oportunidade era excelente. As relações das Instituições com o Governo eram muito boas. Médici tinha um grau de popularidade que nenhum outro presidente alcançara, nem Juscelino, nem Getúlio.

A idéia do "desengajamento controlado" foi mais tarde reproduzida por Golbery, com o nome de "distensão lenta e segura". É a mesma coisa. Tratava-se de desmontar do tigre, sem ser por ele devorado.

Para tranqüilizar, ou melhor, não excitar muito o Médici, coloquei uma frase que dizia: "... deveria se pensar nisso, e o juiz dessa oportunidade seria o Presidente da República". Malan perguntou:

– Por que você diz isso? Por que colocou que ele é o juiz? O juiz é o País, não é o Médici.

– General, eu também acho, mas há que fazer uma concessão. Afinal, o homem é Presidente da República, não convém irritá-lo desnecessariamente.

Discutimos muito, mas ele concordou. O discurso ocupou as manchetes de todos os jornais do Brasil. Guardo-os em casa: *O Globo*, *Estado de São Paulo*. Foi um furor...

Há uma passagem que não consigo explicar satisfatoriamente. O ritual da solenidade de entrega das espadas, aliás, codificado por Malan com minha cooperação, tinha como complemento um almoço no Hotel Nacional. Orlando Geisel, com sua postura de imperador – não se dirigia a uma pessoa qualquer – conversava com Malan, no corredor em frente ao restaurante. Ao passar pelos dois, Malan chamou-me:

– Araripe, você tem aí uma cópia do meu discurso?

– Tenho.

– O Ministro está pedindo.

Entreguei a cópia a Malan que a repassou ao Ministro. Este comentou, aquele jeito sentencioso, a voz grossa, que eram a sua marca:

– Malan, seu discurso está muito bom. Discurso de estadista! Por que você não faz uma plaquette dele e distribui?

– Podemos fazer isso? – perguntou o Malan, virando-se para mim.

– Claro! – respondi e fui cuidar do assunto, antes que mudassem de idéia.

Geisel empregou uma palavra de origem francesa – *plaquette* – que há muito eu não ouvia. Chamei o Coronel Milton Wanderlei, meu adjunto, e mandamos fazer não sei quantas centenas de cópias, para distribuir em todo o Brasil: universidades, unidades, generais, políticos. Enviamos para tudo que foi lugar, em 24 horas. Wanderley e os ajudantes-de-ordem de Malan formaram dentre os poucos que haviam gostado do discurso. O Tenente-Coronel Eliano Moreira de Sousa, Assistente do General, era um entusiasta da idéia do desengajamento, e quem o conhece sabe que não era por ser Assistente.

A resposta ao discurso de Malan ficou bem aquém do esperado. Políticos, da oposição ao Governo, o exaltaram. Pedro Aleixo, Vice-Presidente de Costa e Silva, Amaral Peixoto, Tales Ramalho, Tancredo Neves e outros. Mas a maioria calou. Jornalistas, como Carlos Castello Branco, dedicaram-lhe análises elogiosas. Naquela época, a inflação estava em 10%, o crescimento em 10%, e não faltava emprego. Tudo estava dando certo, a popularidade de Médici era enorme. Além do que a lembrança de 1964 ainda estava viva.

Ullyses Guimarães, em 1964, fora co-autor de um projeto de Ato Institucional que previa cassações por 15, em lugar de 10 anos. Em 1970, na oposição, líder do MDB, exasperava-se: “Enquanto houver, cachaça, samba, carnaval, mulata e campeonato de futebol, não haverá rebelião no Brasil. O Corinthians segura mais o

povo do que a Lei de Segurança Nacional." Existe mesmo um desabafo do ex-Capitão Lamarca, terrorista em fuga para a Bahia: "Há três anos o Brasil está crescendo a 10% ao ano e a esquerda foi a última a saber." Tudo isso está registrado em livro do brasilianista "Thomas Skidmore"[9].

Quanto ao cidadão comum, perguntava ele: "Se está dando certo, para que mudar"; e não se aceitava a resposta de ser quando tudo está dando certo é que é a hora de mudar. Quando a situação está ruim, não se pode. Naquele momento, era hora de "desmontar do tigre". Se deixar o tigre com fome, ele nos devora. Aliás, a demora em desmontar vai-nos fazer perder bons nacos de carne abocanhados pelas jaguatiricas revanchistas.

Orlando, irmão do sucessor do Presidente Médici, Ernesto Geisel, era o Condestável do Governo. A ele, o Presidente confiou a área de segurança. Qual teria sido sua motivação, ao dar a Malan a pauta para o discurso do desengajamento – e há indícios de que deu – e ao sugerir a feitura da "plaquette"? Aí está um aspecto intrigante do discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O "Estado de S. Paulo", após uma seqüência de análises e de elogios ao discurso, publicou matéria criticando a omissão dos políticos ante a proposta de Malan.[10]

Quanto ao Exército, a reação foi negativa.

Desengajamento controlado: críticas & silêncio

A maior crítica dos militares foi a do silêncio. No Estado-Maior, ninguém falava no assunto. Pelo menos comigo não falava. Houve duas exceções, que eu saiba. Os generais Rodrigo Octávio Jordão Ramos e Vinício Nazareth Notare foram ao gabinete de Malan para cumprimentá-lo. O resto parece que não gostou. Malan disse-me ter recebido "pauladas", mas resistiu ao peso da minha indiscrição, não revelou de quem. Só me contou haver pedido demissão ao Geisel, que descartara a idéia.

O discurso de Malan voltou a ser mencionado por políticos e pela imprensa. Um ano depois de pronunciado o discurso, a revista *Veja* publicou o artigo "O Desengajamento Controlado", no qual assinala o que muito poucos viram: a motivação do discurso não é política, e sim reflete uma necessidade das Forças Armadas. Ainda em 1971, *O Estado de São Paulo;* em 1974, a revista *Visão;* em

---

[9] Skidmore, Thomaz – BRASIL – *De Castello a Tancredo* Editora Paz e Terra, 1988 – Traduzido do original em inglês *The Politics of Military Rule in Brasil – 1964-1985.*

[10] *O Estado de S. Paulo,* 19 Dez 1971 – p. 3 – "A fala de Malan cai no vazio da omissão".

1983 *O Globo*, voltam a falar no discurso de Malan. Mas falta, até hoje, uma análise crítica dos motivos pelos quais não se aproveitou aquela oportunidade para a desejável abertura.

Depondo sobre a abertura, em 1992, um general, aliás, talentoso ex-colaborador do Presidente Médici, opinou que se ele fosse um estadista, teria feito a abertura. Mas não passava de um Capitão de cavalaria, fulminou. O General Carlos Alberto Fontoura, em artigo no "Ombro a Ombro" contestou esse juízo. Profundamente injusto e preconceituoso.

A transição e Pedro Aleixo

A transição deveria ser feita por um civil habilmente selecionado. Pedro Aleixo, Vice-Presidente de Costa e Silva, por exemplo, revolucionário de forte personalidade, seria de difícil aceitação, por ter-se oposto ao AI-5. Aliás, meu bravo conterrâneo fora o único parlamentar a não aderir ao golpe de Getúlio, em 1937.

Médici, em depoimento prestado a um jornalista, pouco antes de falecer, disse que não teria sido viável ser sucedido por um civil, porque ainda havia a subversão. Realmente, a guerrilha de Xambioá não havia sido debelada. Embora em História seja difícil falar-se em hipóteses, é possível que a luta contra as esquerdas armadas pudesse ter sido ultimada sob um presidente civil, com forças policiais, desonerando o Exército desse ônus. Afinal, a subversão nunca conseguiu o apoio da população, que via, na ordem, a garantia do bom estado da economia.

O Presidente tinha um prestígio imenso. Sua figura inspirava respeito, parecia um grande patriarca. Ele e a família eram absolutamente intangíveis. Gostava de futebol. Que presidente arrisca-se a ir ao Estádio do Maracanã? Nenhum, só o Médici. Pediram-lhe um palpite sobre o resultado do jogo contra a Itália, pela decisão da Copa do Mundo de futebol de 1970, e ele acertou a vitória do Brasil por "4 a 1". Tinha o dom que Napoleão dizia ser indispensável aos generais: sorte.

É preciso restaurar essas verdades, contrapondo-as ao constante fustigamento à memória do Presidente Médici. Quanto ao desengajamento, perdeu-se a oportunidade, e nada mais há que fazer, senão melancolicamente, registrar essa perda.

Líderes da Revolução

O grande líder civil da Revolução, completamente esquecido, ou posto em segundo plano, é o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Ele teve mais coragem do que todos. Mobilizou seu Estado e administrou o bravo, difícil e

imprevisível revolucionário Comandante da 4ª Região Militar, General Olympio Mourão Filho. Conspirou com governadores, políticos e militares. Somou coragem e senso de oportunidade. Arriscou sua fortuna de banqueiro, pois se a Revolução fracassasse, a primeira coisa que fariam seria apropriar-se do dinheiro dele. Afirmou-se ter-se empenhado na Revolução para salvar seu dinheiro. Não precisava disso, colocava-o nas Bahamas, onde estaria bem protegido. O fato é que, sem Magalhães Pinto, dificilmente a Revolução eclodiria em março. É possível mesmo que um golpe de esquerda viesse a impedir qualquer movimento nosso. Lembre-se da frase do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes: "Não sei de que lado virá o golpe, mas sei que virá, e a primeira vítima serei eu."

Magalhães foi posto de lado por ter a ambição legítima de ser presidente. Nós militares nunca confessamos desejar postos ou funções, não achamos isso de bom tom. O máximo que conseguiu Magalhães vitorioso foi ser Ministro do Exterior, e somente terminado o período de Castello, no Governo de Costa e Silva. Quanto aos militares, o único que não queria ser presidente chamava-se General Emílio Garrastazu Médici. Todos os outros quiseram e perseguiram a Presidência, ou o governo de Estados. Por outro lado, terminados seus mandatos, nenhum Presidente militar admitiu a quebra da tradição republicana, aceitando uma prorrogação de mandato. E não lhes faltaram estímulos para isso.

Tivemos outros líderes civis, cujos nomes não me ocorrem agora. Daniel Krieger, por exemplo, foi um grande líder civil, Bilac Pinto, outro. Não os soubemos aproveitar e muito menos estimular vocações de líderes civis autônomos.

Sobre os líderes militares. Mourão e Guedes, em Minas foram os que tiveram a coragem de sair à frente, quando ninguém se animava a ser o primeiro. Depois deles, tudo foi mais fácil. Cordeiro de Faria, sobre quem publiquei um artigo no centenário de seu nascimento[11], foi um grande líder, homem muito injustiçado no Exército. Soldado, viu tiros disparados em combate, esteve na guerra, o que poucos podem dizer; tenente, muito moço, comandou um destacamento da Coluna Prestes; participou de revoluções, onde "arriscou o pelego"; fundou a ESG e foi governador. Tinha um jeito especial de lidar com as pessoas, um talento extraordinário para persuadir. Com tudo isso, sua receptividade dentro do Exército era fraca. Era um político, alegava-se.

O Marechal Denys foi outro chefe de grande importância. Já idoso, articulou, conspirou, e foi para Juiz de Fora, participar da eclosão da Revolução. Não tinha

[11] Araripe, Luiz de Alencar – Marechal Cordeiro de Faria – O Soldado e o Político – : Convivência e Conflito – *A Defesa Nacional,* nº 790 – Mai-Jun-Jul-Ago 2000.

tropa sob seu comando, mas conseguiu a adesão de um regimento comandado por amigo seu e que se preparava para atacar a tropa comandada por Muricy.

Kruel, no II Exército, Justino Alves Bastos, no IV Exército, o bravo Muricy, largando seu posto no Rio, para comandar a vanguarda de Mourão (clamoroso erro político de que Mourão haveria de se penitenciar), Meira Mattos, arrancando de Mato Grosso com seu batalhão, sem dar satisfações a seu vacilante general. E, por último, entretanto mais importante, Costa e Silva e Castello, camaradas, amigos, duas figuras que encontraram, na antinomia, os mecanismos hábeis para a integração.

A Revolução: Movimento exclusivamente brasileiro

Está fartamente provado que não houve auxílio externo, apesar de, por motivos óbvios, continuarem as esquerdas a dizer o contrário. Nos primeiros dias de abril de 1964, o então Coronel Vernon Walters, adido militar americano, esteve na Secretaria do Conselho, onde falou sobre navios americanos carregados de suprimentos e rumando para o Brasil. A rápida vitória da Revolução mandou-os de volta à posição onde ficam, prontos para serem orientados para áreas de crise. Tratava-se da Operação Brother Sam, da qual mais tarde se ouviria falar. O Senador Afonso Arinos, Ministro do Exterior escolhido por Magalhães Pinto para negociar o reconhecimento do Governo revolucionário de Minas, teria a missão de negociar, também, o apoio aos governos estrangeiros, inclusive ao americano. Mas nem houve tempo para isso, contou-me.

Walters fora oficial de ligação com a FEB, na Itália, e possuía largo círculo de amigos no Exército, a começar por Castello; amigos tanto revolucionários como partidários de Jango, como foi o caso do General Cunha Mello. Oficial de Inteligência, era seu dever manter informado o Governo dos Estados Unidos, diria o Conselheiro Acácio. Walters fez isso com a sua conhecida competência.

O desmoronamento e o "esquema militar" do Governo

Quando no Escav, em Brasília, ouvi – não é anedota, aconteceu – que Jango, no aeroporto de São Borja, ao embarcar no avião que o levaria para o Uruguai, voltou-se para o General Assis Brasil, seu Chefe de Gabinete Militar e disse-lhe, no melhor sotaque de gaúcho fronteiriço:

– General, muito obrigado por tudo. Agora, queria lhe dizer uma coisa: aquele seu dispositivo militar... Mas que dispositivo de m... E soltou o palavrão adequado.

Não havia dispositivo algum, a não ser que se dê esse nome a uns poucos oficiais e generais que estavam ao lado de Jango, uns por ideologia, outros por

puro aventureirismo. Excetue-se a figura por todos os títulos respeitável do General Ladário Pereira Telles, Comandante da 1ª Região Militar e que aceitou assumir o comando do III Exército em Porto Alegre. Pelos motivos que já expus.

Aventureirismo semelhante ocorreu na Marinha, onde se destacou o inefável Almirante de Fuzileiros Cândido Aragão. Assinale-se ter sido na Marinha que ocorreu o maior número de cassações.

Chefia e liderança: a iminência do combate

Ao agravar-se a desordem do Governo Jango, fui à casa do ex-Chefe de Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas, de quem me fizera amigo na Conferência de Desarmamento, em Genebra, para falar-lhe do desespero ante a omissão dos chefes militares. Ribas, que fora Chefe de Estado-Maior de Cordeiro, na FEB, procurou tranqüilizar-me, dizendo haver chefes militares que não estavam parados. Cordeiro era um deles, mas seu juízo sobre os colegas era devastador e traduz o que vi: "Os generais, com raras exceções, viviam de cabeça baixa. Todos eram contrários ao Governo, mas não tinha coragem de manifestar suas posições... a cúpula militar, é triste dizer isso, aderiu por força das circunstâncias."[12]

Não convivi com os oficiais da tropa que esteve na iminência de combate, como esteve o GUEs em 1961. Não posso julgar a motivação, os planos e o comportamento dos que saíram do Rio para combater a tropa de Mourão e aderiram. Agora, quem se rebelou, saiu de quartel e ocupou posição, para mim, já é alguém que merece respeito, porque a maioria ficou a ver "que lado dava". O General Walter Pires de Albuquerque, por exemplo, largou sua função aqui no Rio e, juntamente com alguns oficiais, foi se apresentar a Mourão, em Juiz de Fora. A AMAN, sob o comando de Médici, entrou em posição, para fazer frente aos que marchavam do Rio, evitando o choque dessas forças com as que viessem de S. Paulo. Deflagrada a Revolução em Minas, o IV Exército, sob o comando do General Justino Alves Bastos, levantou-se. Esse pessoal tem valor. "Há que se tirar o chapéu para ele."

Os cadetes da AMAN na Revolução

Li um opúsculo, escrito pelo Coronel Soriano, com depoimentos de oficiais que participaram do emprego da AMAN em apoio à Revolução, e verifiquei que seu comandante, General Médici, não tinha outra atitude a tomar.

---

[12] Meio século de Combate – Cordeiro de Farias... Obra citada, pág. 567 e 566.

Médici, em reunião de que participei no SNI, com o comparecimento do General Câmara Senna, Adido no Uruguai e em férias no Rio, falou da participação da AMAN na Revolução, da entrada em posição da Academia para fazer face às tropas que vinham do Rio de Janeiro, pela via Dutra, na direção de São Paulo. Integravam a coluna, que viera da Vila Militar, o Regimento Escola de Infantaria (REI) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA), ambos do Grupamento de Unidades-Escola.

Kruel era amigo do Jango e demorou-se a decidir. Mas, São Paulo trabalhou bem, assim como Pernambuco, graças às lideranças locais, militares e civis. Em outros lugares não foi assim. O Rio ficou "morno". O pessoal saiu daqui simpático ao Movimento, e juntou-se à tropa de Mourão.

Havia uma "listinha", que está comigo – poderia ter trazido – escrita à mão pelo Portella, com o nome de oficiais; ao lado de cada nome, ele colocava a classificação simplista: "nosso" ou "Gregório"[13].

Um Movimento sem ideologia

A esquerda estabeleceu uma dicotomia infernal: direita e esquerda. São de direita todos movimentos que não forem de esquerda. O Movimento de 31 de Março de 1964 não teve nenhuma ideologia. Foi contra: contra o comunismo, contra a quebra da hierarquia e da disciplina, contra a incompetência levada ao mais alto nível, da administração e da política do Governo Jango. Esse ponto, talvez, tenha sido mais significativo do que o comunismo, diretamente. Jango estancieiro, rico, não era comunista.

Muitas ações desenvolvidas ao longo da Revolução de 1964 se aproximam do ideário de esquerda. Uma delas, por exemplo, é o nacionalismo e a estatização, idéias às quais sou infenso. Chamar a Revolução de direita é esforço para estigmatizar os participantes do Movimento, especialmente os militares.

A Mídia e o apoio ao Movimento

A mídia apoiou a Revolução. Apoiou em massa. Em certa oportunidade, pesquisando sobre o discurso do General Malan, consultei microfilmes na Biblioteca Nacional, e lá recordei os títulos de jornais relativos ao combate ao terrorismo

---

[13] Gregório Fortunato era o nome do fiel guarda-costas de Getúlio, que se entregou ao tráfico de influência e se tornou personalidade poderosa. Foi o mandante do atentado em que morreu o Major da Aeronáutica Rubens Vaz e ficou ferido Carlos Lacerda. "Gregório" passou a ser o apelido desse tipo de auxiliar, e depois, foi aplicado aos que foram favoráveis à posse de Juscelino, à posse de Jango etc.

durante o Governo Médici. Todos eles elogiosos. O apoio era total, sem exceção, uns mais firmes outros menos, mas o apoio da mídia, principalmente dos grandes jornais, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, era claro. Todos a favor do combate.

Revolução, golpe ou Movimento de 31 de Março de 1964?

Substituir a palavra "revolução" por "golpe" é outro expediente semântico que as esquerdas manipulam. Revolução seria somente a soviética, a de Fidel Castro. E a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, a Revolução Americana etc. Em termos contemporâneos, revolução somente os movimentos de inspiração comunista. Mas na tradição brasileira, chama-se revolução a todos os movimentos armados que aconteceram, desde o Império até os nossos dias.

Embora não fosse tão profundo como devesse, o Movimento de 1964 representou uma ruptura violenta da ordem institucional, seguida de substancial modificação nas estruturas e nos processos de governo. Tratada inicialmente de Revolução, só mais tarde, com objetivos óbvios, os esquerdistas passaram a chamá-la de golpe – "golpe militar" –, deixando de lado Magalhães Pinto e todos os civis que, mais do que muitos militares, trabalharam pela Revolução. No Brasil, com Deodoro, nas deposições de Getúlio, na renúncia de Jânio, por exemplo, houve golpes de estado. Em 1930 e 1964, houve revoluções, na terminologia brasileira, até então aceita.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

Os governos da Revolução não podem ser reunidos sob a rubrica de governos militares, o que se faz com o objetivo de estigmatizá-los. Foram governos de presidentes militares, nos quais preponderava o elemento civil, os três poderes funcionavam e os pressupostos da democracia, com raros intervalos de crise, funcionavam. Foram governos de presidentes militares, com períodos de maior ou menor autoritarismo.

Benefícios ou prejuízos, ou, uns e outros?

O benefício primordial da Revolução foi ter posto um termo àquela "marcha batida" para a comunização; e, pior ainda, para o caos social, político e econômico. O segundo benefício é perfeitamente quantificado por índices de desenvolvimento. Para qualquer lado que se olhe, o que se vê é um gigantesco salto nos transportes, energia, comunicações, indústria, agricultura, educação, fazendo com que o Brasil

alcançasse o 8º lugar na escala mundial de desenvolvimento. Posição de que já decaiu. São dados objetivos, matemáticos, com resultados visíveis, que continuam sem a devida divulgação ou são negados hoje, por motivos óbvios.

Uma negativa torna-se muito mais fácil de adquirir credibilidade, se feita em termos absolutos, sem concessões. É muito simples dizer: "Paulo é um mau sujeito." Dizer que ele fez coisas boas e más dificulta dar credibilidade à sua ruindade, não corresponde ao interesse, que não é de avaliar, e sim de degradar Paulo. Assim, só se reconhece o que houve de mau na Revolução e, mais do que reconhecer, inventa-se.

É certo que houve prejuízo para o País, decorrente do fato de a Revolução haver durado mais do que deveria. Os revolucionários são os primeiros a reconhecer isso. Houve um momento em que se poderia ter desmontado do tigre, durante o Governo Médici, época áurea da Revolução, em termos de prosperidade do País e prestígio popular do Governo.

Aquele foi o grande erro que cometemos, mas não o cometemos sozinhos, porque, se nos reportarmos aos jornais da época de Médici, não havia uma opinião pública nacional querendo mudança; pelo contrário, as eleições foram ganhas pelo Governo, em todos os planos. "Ah não! Mas houve pressão." Então como explicar que na época de Geisel, o Governo tenha perdido fragorosamente nas urnas? Tiveram até que inventar aquela história do "biônico". Mas, no Governo Médici não, a Arena, partido do Governo, venceu ampla e democraticamente. E não houve uma única cassação.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada?

A batalha da comunicação social, perdida pela Revolução, começou logo nos primeiros dias do Movimento. Castello tinha profunda aversão a qualquer idéia de DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda, da ditadura de Getúlio Vargas, ícone de muitos libertários anti-Revolução. Os outros governos da Revolução participavam dessa idéia, embora, com certo acanhamento, tenham divulgado suas realizações. Mas não cuidaram da conquista da opinião pública. No Governo Médici, a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, sob a orientação extraordinariamente capaz do então Coronel Otávio Costa, realizou um trabalho que lembra, mas não é igual, ao dos marqueteiros dos nossos dias. Trabalho facilitado pelo alto desempenho da economia e pela imagem de Médici. Os outros presidentes, por excesso de escrúpulo, não atuaram sobre a opinião pública, deixando livre o espaço para as esquerdas, extremamente ativas, dentro e fora do Brasil. Foi um erro fatal para a imagem da Revolução.

Guerrilha & terrorismo

A Revolução cometeu muitos erros, é verdade – é acaciano dizer que erros todos cometem – mas a esquerda cometeu erros palmares, reconhecidos por ela própria. Um desses erros foi partir para luta armada, que não deu o resultado visado por ela; pelo contrário, antagonizou a opinião pública, que se colocou do lado das forças da ordem. E sem apoio popular não há guerrilha que sobreviva.

A luta armada esteve longe de atingir seus objetivos de conquista do Poder e exacerbou as correntes mais radicais da Revolução. Levou água para o moinho daqueles que achavam ser preciso manter o regime de presidentes militares, durante um tempo maior. Assinale-se o êxito da Revolução em rapidamente ajustar-se à luta contra o terrorismo e a guerrilha, debelando-os com um mínimo de baixas, dos dois lados. Há que comparar os números de mortos e desaparecidos citados pelas esquerdas com os de lutas semelhantes, na América Latina e em outros países.

A Revolução e a liberdade

Durante os governos dos presidentes militares houve cerceamento da liberdade, em grau variável, isto é um fato. O cerceamento deve ser avaliado sob dois aspectos. Ninguém conduz uma guerra, principalmente uma guerra contra a subversão, que envolvia, além dos militantes engajados na luta armada, elementos de universidades, da imprensa, da Igreja etc., sem realizar um certo controle de opinião. Assim, foi e é em todos os países ao enfrentarem a subversão

Outro aspecto da luta foi o excesso de zelo dos que consideravam qualquer divergência como "contestação", a um passo da subversão. Realmente, cometemos esse erro, também ocorrido em outros lugares. Houve, às vezes, certos tipos de cerceamento desnecessários, nada inteligentes, mas que serviram para antagonizar a Revolução, e que são explorados até hoje.

Canais para a manifestação da oposição & luta armada

Essa falácia já tem sido destruída através de uma simples cronologia. No dia 30 de março de 1964, ao iniciar-se a Revolução, em Minas, embarcou para a China um grupo de esquerdistas para treinamento de guerrilha. A guerrilha também fora preparada, de forma bisonha, é verdade, em Goiás, antes da Revolução.

O desencadeamento da luta armada, antes que conseqüência, foi fator de estreitamento dos canais de expressão, isso sim. A própria esquerda, hoje, na autocrítica que Jacob Gorender faz no livro *Combate nas Trevas,* reconhece a falta de resultados positivos na guerrilha[14].

Objetivos da luta armada

As esquerdas continuam a repetir, com notável desenvoltura e sucesso, que a luta armada visou a restituir o Brasil à democracia. A luta armada nunca teve esse objetivo. Isso foi confirmado por Gorender e por combatentes de todas as facções de esquerda. Eles lutavam por uma mudança radical nas instituições, divergindo apenas sobre qual o tipo de regime de esquerda que instalariam no Brasil. Uns eram favoráveis ao regime de Cuba, e para lá foram em busca de inspiração ideológica e de treinamento militar. Outros fizeram o mesmo em relação à China, e até a Albânia! Os mais moderados preferiam o sistema praticado na então União Soviética.Não havia quem preconizasse a adoção de uma democracia nos moldes da Suíça, ou da Alemanha, do Japão e, muito menos, dos Estados Unidos. Os nossos terroristas não elegeram esses países como fornecedores de modelos de democracia, e sim como supridores de diplomatas a serem seqüestrados. Assim, difícil seria encontrar-se "combatentes da liberdade" entre os nossos guerrilheiros e terroristas.

Felizmente, não conseguiram eles recrutar combatentes dentre democratas infensos à Revolução. Alem do que, faltos de apoio popular, fracassaram na luta armada.

O AI-5: necessidade ou excesso?

Não havia como deixar de decretar o AI-5. Costa e Silva resistiu o quanto pôde, mas, se não assinasse o Ato, cairia, ou seu o Governo ficaria tão desmoralizado, que depois era só dar um "empurrãozinho" para alijá-lo. O AI-5 foi uma contingência, e o seu desencadeamento se dá em decorrência do ato insano de um jovem deputado, Marcito (Márcio Moreira Alves), que "acendeu o fósforo para ver se tinha gasolina no tanque". Ele até hoje se defende, dizendo que não, que aquilo foi pretexto. Não foi, mas serviu para explodir o paiol, porque já havia todo um clima de revolta contra a audácia crescente dos adversários da Revolução.

[14] *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada* – Editora Ática S.A. – S. Paulo – SP, 1987.

SNI, DOI e Lei de Segurança Nacional

O SNI foi criado logo no início da Revolução. Foi uma iniciativa importante, pois todos os países desenvolvidos possuíam órgãos semelhantes. O Governo não se preparou para o combate à subversão armada, e foi perdendo terreno na luta contra elementos treinados nas técnicas de terrorismo e de guerrilha, em Cuba, na China e em países satélites da União Soviética. Criados no aceso da luta, a OBAN-Operação Bandeirantes e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), bem como os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), conseguiram reverter a maré montante das ações armadas das esquerdas.

Ótimos resultados foram obtidos na luta antiterrorista, com mínimo de sacrifício de vidas, em tempo curto, algo de fazer inveja a países como a Colômbia, com quarenta anos de guerrilha e 40% de seu território dominado pelas FARC (Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia), para mencionar a mais importante das forças subversivas colombianas.

Forças Armadas: vantagens & ônus

A restauração da ordem, da hierarquia e da disciplina constituiu o primeiro e essencial benefício que as Forças Armadas – e com elas, o País – receberam da Revolução. Como contrapartida, pesados foram os ônus que 1964 trouxe às Forças Armadas e, principalmente, ao Exército.

Lembre-se do lema do General Ernesto Geisel: "O máximo de desenvolvimento, com o mínimo de segurança", que explica o baixo nível de prioridade que mereceram a modernização do equipamento do Exército e, mesmo, a questão salarial dos militares.

Os presidentes militares colocaram, nas mãos de oficiais da reserva, áreas de importância vital nos planos de desenvolvimento de seus governos. Esses militares, como os coronéis Andreazza, Guedes, Corsetti, Haroldo, o Comandante Quandt, os coronéis Costa Cavalacanti e Osíris Silva, para citar somente alguns deles, realizaram empreendimentos extraordinários nos terrenos dos transportes, das comunicações, da energia, da indústria aeronáutica, do desenvolvimento tecnológico e de outras áreas. A Revolução liberou o potencial de competência desses oficiais para a aplicação em projetos de interesse nacional. Tivessem eles permanecido em suas corporações, e não teriam tido a oportunidade de realizar-se como grandes empreendedores que foram, de fazer em favor de sua Força Armada o que fizeram em benefício do País.

Razões do desengajamento

A oportunidade do desengajamento das Forças Armadas do processo político nacional foi decisão dos próprios governos revolucionários, como preconizara o discurso do chefe do Chefe de Estado-Maior do Exército, de dezembro de 1971. Assim é que, desde Castello, todos os presidentes militares expressaram, por palavra e atos, a consciência da transitoriedade do processo revolucionário. Trata-se de uma constante que pode ser observada nos discursos de posse, onde a tônica, com variadas expressões, era a retirada, a normalização democrática, ou como chamavam alguns, a redemocratização do Brasil.

O processo da anistia, por exemplo, foi conduzido pelos presidentes militares. Geisel anulou o AI-5 antes de passar a Presidência para o Figueiredo. Figueiredo levou a anistia ao paroxismo.

Jô Soares, em engraçado programa de TV da década de 80, que retratava as atribulações de um "exilado" brasileiro em Paris, que vivia de bicos (*je vive de becs*, comentava o "exilado"), coloca na boca do personagem o comentário que faz ao saber da extensão da anistia decretada pelo Presidente: *"Então, o Figueiredo entrou para o PMDB!"*

Afirmar que o desengajamento dos militares decorreu de pressões visa, naturalmente, a valorizar a atuação dos "combatentes da liberdade", mais do que a daqueles que, honestamente, queriam o aceleramento do processo de redemocratização. Mas não é certo. Claro é que o clima político interno e internacional contribuiu para a abertura, mas foi a vontade dos militares que desencadeou e conduziu o processo, segundo ritmo que não contemplou a adoção das eleições diretas. Certamente, as Forças Armadas assim agiram desejosas de se desonerarem do alto preço que estavam pagando pela responsabilidade assumida. A instâncias da opinião nacional, lembre-se sempre. Raras e pouco importantes foram as divergências entre militares sobre o imperativo do desengajamento.

O desgaste da imagem da Revolução

O segundo choque do petróleo, de 1979/80, com efeitos devastadores sobre a economia mundial, abalou o milagre brasileiro (sempre colocado entre aspas pelas esquerdas). Milagre que teve seu zênite no Governo Médici, despencando em curva descendente no Governo Geisel, para experimentar uma inflexão positiva no período Figueiredo. O conseqüente desgaste político era inevitável, e a oposição explorou-o impiedosamente, como era de seu dever. Exploração que incluiu fazer

tábua rasa de indicativos da recuperação da economia, em curso quando da transmissão do governo por Figueiredo. Foi uma notável inversão de tendência da crise econômica, que vai desabar, isto sim, com o primeiro governo civil, em que a inflação vai a mais de 1.000%.

Comparem-se os índices de desempenho econômico do Governo Figueiredo, com os dos governos que o sucederam – taxas de inflação e de crescimento, por exemplo – e ver-se-á que o paralelo é extremamente lisonjeiro para o último Presidente da Revolução. Mas a população não estuda índices, e as dificuldades econômicas agravaram o desgaste da Revolução.

O "revanchismo"

O "revanchismo" é a reação natural do perdedor. No caso da Revolução, é algo tão flagrante, que nem as esquerdas se interessam em negar. A anistia é o instrumento legal que o Estado usa para coibir o revanchismo. Entre nós, a anistia somente tem validade plena em relação a um lado, em relação ao outro, o da Revolução, não. Um terrorista condenado pela Justiça é nomeado ministro, juiz; um general-médico de quem se diz, apenas, ter participado de tortura, não pode ocupar funções em sua corporação. Os exemplos de dois pesos e duas medidas são abundantes. É o "revanchismo".

Os velhos profissionais da mídia ressentem-se de restrições ao trabalho sofridas ao tempo dos presidentes militares. Ressentimento natural. Eles transmitem esse ressentimento aos novos profissionais, cujo conhecimento da história da Revolução se restringe à abundante e bem difundida bibliografia de esquerda. Cabe aqui uma crítica às Forças Armadas, que não estimularam a produção de escritos, livros e artigos sobre o Movimento de 1964. Tome-se esta muito louvável História Oral que chega com mais de 35 anos de atraso. Castello Branco convidou para Chefe de seu Gabinete Civil, o acadêmico Luiz Vianna Filho, e entregou-lhe documentação que resultou na biografia do primeiro Presidente militar. Os outros presidentes não tiveram esse cuidado.

Tenho alguma experiência sobre "revanchismo", pois fui alvo de dois ataques deles. No primeiro sobrevivi. No segundo fui abatido.

O Presidente eleito Tancredo Neves havia me convidado para ser Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; Tancredo faleceu antes de assumir, mas seu substituto, o Vice-Presidente José Sarney, nomeou todos os escolhidos por Tancredo.

Já no Departamento, fui convidado pelo Senador Afonso Arinos de Melo Franco, para ser seu assessor na Comissão de Estudos Constitucionais, mandada

organizar por Tancredo e mantida por Sarney. Além de assessorá-lo, tornara-me seu amigo. Em 1961, na Conferência de Desarmamento, em Genebra, Suíça, lembrei-lhe minha "comprometedora" "folha corrida", de resto sua conhecida: integrante do Estado-Maior do Comandante do Exército na Revolução, do Gabinete de Ministro da Guerra Costa e Silva, do SNI, duas vezes. Afonso Arinos riu, insistiu na minha presença, e eu aceitei. No dia seguinte, um simpático jornalista do *Jornal do Brasil* entrevistou-me e foi pedindo cuidadosamente o meu currículo. Ditei-o.

Divulgado o meu nome, desencadeou-se uma onda na imprensa sobre minha nomeação, com entrevistas de políticos fulminando-a. Diziam que o Senador havia levado para a comissão alguém que servira ao regime militar, em particular ao SNI. Desencadearam-se pressões para que Afonso Arinos desfizesse minha nomeação. Um furibundo deputado sentenciou que eu deveria ir para o purgatório, ou melhor, para o inferno, expirar minhas culpas, antes de participar da Comissão. Dias depois, encontramo-nos no aeroporto de Brasília e conversamos animadamente.

Afonso Arinos foi inflexível. Conhecia-me desde Genebra, disse, e não via motivo algum para desfazer minha designação. Assim, fiquei eu na Comissão, até o fim de seus trabalhos, tendo o privilégio de voltar a conviver estreitamente com um homem do nível de Afonso Arinos. No decorrer das atividades da Comissão, que se estenderam ao longo de muitos meses, constatei o amargo ressentimento existente em relação ao regime, que eles chamavam de "regime militar". Naquela época, ainda não se chegara à perfeição de falar de "ditadura militar".

Durante a elaboração do anteprojeto de Constituição a ser oferecido ao Governo, constatei que tudo o que fora feito no período dos presidentes militares não era digno de consideração, ou merecia referências desprimorosas. Eis, pois, já no Governo do Presidente Sarney, um exemplo de "revanchismo"; e de rara resistência a ele, como não me canso de assinalar, do meu querido amigo, já falecido, Senador Afonso Arinos. Sempre se referindo com naturalidade à minha participação na Revolução, tirante algumas alfinetadas prontamente retribuídas, meu convívio com os membros da Comissão foi muito cordial e proveitoso, sob todos os aspectos.

Já no segundo ataque de revanchismo não tive semelhante êxito.

– Você tem medo de ser Diretor da Polícia Federal? – perguntou-me, de repente o Presidente eleito Tancredo Neves. Já corriam rumores sobre minha nomeação para Diretor, de modo que não vacilei: – Não, Presidente. Tenho duas condições: nenhuma interferência política no Departamento e recursos adequados para cumprir as missões precípuas. Encerrando o diálogo sobre o assunto, Tancredo respondeu: –Você terá isso. Tancredo, advogado em Belo Horizonte, era velho amigo de meu Pai, Arnaldo de Alencar Araripe. Desembargador em Minas.

Em minha primeira entrevista com o Ministro da Justiça, acordamos em que as nomeações e exonerações, que lhe levasse para assinatura, seriam feitas segundo critérios estritamente técnicos. Nada de política. Assim aconteceu durante um ano, durante o qual tive muito boa convivência com o Ministro, político hábil, de viva inteligência. Com os membros de seu gabinete, homens de esquerda, todos de excelente nível, como o Dr. Cristóvão Buarque, mantive relações igualmente cordiais.

Nomeado o Superintendente da Polícia Federal no Ceará, a Prefeita de Fortaleza, Maria Luiza, do PT, denunciou a nomeação, por tratar-se, segundo ela, de um delegado torturador. Nenhuma prova aduziu disso, nem poderia aduzir, porque não existia. Simultaneamente, desencadeou-se na imprensa um movimento para "fulminar" esse delegado, como torturador.

Desde o primeiro momento, deixei muito claro que a anulação somente seria feita após a minha saída do DPF. Criado o impasse, enviei carta ao Presidente Sarney, dizendo-lhe compreender o ingrediente político da questão, mas que eu não mais tinha condições de permanecer à frente do DPF. O Presidente chamou-me ao Planalto e entregou-me carta vazada em termos muito honrosos para mim. Como conseqüência, passei o cargo ao meu substituto legal, e o delegado teve a sua nomeação anulada.

Desaparecimento do comunismo

A queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da pátria do socialismo foram o enterro de segunda classe do comunismo, na Europa. A guerra fria terminou, a bipolaridade foi substituída pela unipolaridade, em que reina, incontrastável, uma única hiperpotência. O comunismo, como ideologia, não desapareceu inteiramente, mas está alquebrado, tendo por menagem certos círculos intelectuais. Dele, ocasionalmente, irradia-se para os meios estudantis. Na Rússia, sobrevive, desmoralizado pelo monumental fracasso da União Soviética. Na China, o Partido é mais um instrumento de exercício do Poder do que uma ferramenta ideológica. Restam a Coréia do Norte e aquela "relíquia" que se chama Cuba.

Em todo lugar do mundo, os partidos comunistas mudaram o desacreditado nome. Com a mudança fizeram-se respeitáveis, repudiam a herança infame de Stálin, Mao Tsé-tung e preparam-se para repudiar a de Fidel. Mas estão atentos às conquistas das FARC, e acreditam que elas possam servir ao Brasil.

Nos países subdesenvolvidos, o comunismo não morreu. Está encantado, como diria um poeta de esquerda.

Exército – A recompensa do sacrifício

As pesquisas de opinião registram, invariavelmente, altos índices de aceitação do Exército. Isto pode ser interpretado sob dois aspectos. O primeiro é que a verdade, por mais que se a jogue no fundo do poço, termina por aflorar. A segunda é que o Exército tem demonstrado extraordinária resistência, uma forte capacidade de sobreviver às duras provações que lhe têm sido impostas. Estamos fazendo a nossa "travessia do deserto", debaixo do sol do patrulhamento, e do frio do menoscabo, sem comida, literalmente, e quase sem água, mas sem desanimar. Se o objetivo for quebrar os dentes da Força, desmoralizá-la, tirar a motivação do soldado – e eu acho que é – não têm conseguido. Com todas as restrições e agruras, continuamos a acreditar em Pátria, servir, sacrifício, e em outras noções ora em desuso. O povo percebe isso através da densa cortina estabelecida pela mídia.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Considero o Projeto de História Oral do Exército brasileiro uma contribuição extraordinária para recuperação da memória da Revolução de 1964. Empreendido quase dez anos depois de projeto semelhante, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas, e com recursos incomensuravelmente menores, não será possível louvá-lo suficientemente, na medida de seu valor. Além do objetivo imediato, a reconstituição de fatos e de suas percepções pelos atores de 64, ele terá amplo efeito multiplicador, dando oportunidade a quem queira fazer análises críticas, factuais, honestas que hão de sobrepor-se a textos meramente laudatórios, simétricos dos que visam a infamar a Revolução.

A Revolução de 1964 e os que a fizeram não têm por que temer a Verdade Histórica. Colecionem-se os muitos e graves erros cometidos, e coloque-se, a seu lado, o portentoso elenco de acertos da Revolução. Avaliem-se as alternativas para as decisões maiores tomadas ao longo de duas décadas de presidentes militares. Faça-se exercício semelhante com os períodos de governo que precederam e sucederam a Revolução e, ao fazê-lo, comparem-se virtudes e fragilidades de presidentes militares e de presidentes civis. Ao fim desse esforço, feito com reta intenção e boa técnica, emergirá uma Revolução da qual o Brasil e os revolucionários de 1964 muito têm de se orgulhar.

Quando se fala em transferência do Poder para o civil, é preciso não promover uma autoflagelação, assumindo culpas que não nossas, ou pelo menos, que não serão somente nossas. Em 1964, a participação do Exército no processo político

ocorre no vácuo gerado pelo Poder civil. Não se viu o militar pressuroso em intrometer-se na arena política; pelo contrário, ele resistiu muito a essa incursão. Por fim, não mais havia como ignorar um universo de desordem, ausência de autoridade e medo, para o qual resvalavam as Forças Armadas e, com elas, o País. Eis por que o militar, em união com líderes civis e com sólido apoio do Povo, assumiu a responsabilidade de gerir a massa falida que, na palavra de Castello, era o Brasil de 1964; e de, recuperada, restituí-la à plenitude democrática. Assim, não é justo nem verdadeiro fazer recair sobre os militares todos os desacertos do processo revolucionário de 1964, silenciando, ao mesmo tempo, sobre suas grandes realizações.

O efeito demonstração destas entrevistas haverá de criar no Exército a consciência, já existente em muitos países, das vantagens – e, também, das limitações – da colheita de depoimentos no calor dos acontecimentos. Não há por que se restringir a fontes tradicionais o trabalho do historiador militar. Incompleta será a história de 1964 sem o testemunho de seus atores, maiores e menores, transmitindo, oralmente, sem cautelas de escritor, sua visão de acontecimentos vividos.

De meu ponto de vista, qualquer depoimento de pessoa qualificada é útil para a reconstituição do fato histórico, quando não seja porque o cruzamento de fontes permite confirmar a veracidade de versões, e identificar sua distorção, intencional ou não.

De inteligente professor, com o vezo de ir diretamente ao ponto das questões, guardo a resposta a um oficial, que fazia a defesa prévia de não estar pretendendo denegrir a FEB:

– Em um trabalho de História é redundante dizer que não se pretende denegrir ou exaltar alguém ou alguma coisa. Do que se trata é de perseguir a verdade.

Creio que esta História Oral está fazendo exatamente isso.

Coronel Amerino Raposo Filho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Exerceu, pós-1964, funções no Ministério da Justiça, com destaque para a reorganização da Polícia Federal.
- Conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola Superior de Guerra (ESG) e Escola de Guerra Naval (EGN). Membro fundador do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos).
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA.
- Em 1964, como Tenente-Coronel, comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, em Uruguaiana, RS. Em 25 de abril desse ano, foi transferido para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; mais tarde, passou a servir na Agência Nacional do recém-criado SNI.

Entrevista realizada no dia 3 de fevereiro de 2000.

Não sei se os já decorridos 36 anos de espaço-tempo histórico político permitem construir uma retrospectiva e um desenho nítido do cenário político-estratégico do intervalo compreendido entre 1945 e 1964, que teve, em 31 de Março de 1964, o seu epicentro e desfecho político-militar.

Embora tenhamos que recuar, na história, para o período pós-Segunda Guerra Mundial, para melhor compreendermos as motivações do 31 de Março de 1964, é impositivo, também, percorrer os decênios seguintes, de 1965 a 1984, analisando os principais aspectos do cenário político-estratégico para se recolherem observações consistentes acerca desse Movimento revolucionário. É uma tarefa na verdade difícil, não só pela proximidade do cenário vivido, como pelo fato de tratar-se de conflito político-estratégico, de caráter interno, e com nuanças de índole político-militar. Ademais, muitos dos personagens, atores e coadjuvantes, dos dois lados, estão vivos. De qualquer forma, comentaremos alguns pontos, desde o período antecedente a março de 1964 até a abertura política, nos anos de 1980.

Antes, porém, para definição de responsabilidade histórico-militar e profissional, ofereço meu depoimento, escrito em 1972, sobre a participação da Unidade que tive a honra e o privilégio de comandar, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, de 11 de janeiro de 1962 a 25 de abril de 1964, o então 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4º GA75 Cav). Minha designação fora proposital, por castigo, por ter sido contra a posse do Vice-Presidente João Goulart, em setembro de 1961, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Farei um resumo dos antecedentes e da participação decisiva do 4º Grupo e da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), no Movimento de 31 de Março de 1964. É importante, sobretudo, por terem se constituído no centro de resistência na fronteira sudoeste e o pólo de irradiação da Revolução no Rio Grande do Sul. Com referência ao período posterior a 1964, comentarei sobre o que pude observar, inclusive como ativo participante, principalmente na segunda metade dos anos de 1960, uma vez que, de Uruguaiana, fui para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, em seguida, para a Agência Nacional do SNI, então nascente. Cumulativamente, exerci outras funções no âmbito do Ministério da Justiça, de reorganização da Polícia Federal e na presidência de comissão interministerial para reformular os crimes contra a Fazenda Nacional.

Os acontecimentos, a seguir citados, estão detalhados nesse documento entregue ao Projeto de História Oral do Exército. Vou apenas mencioná-los, evitando-me alongar em demasia.

Antes da minha chegada ao 4º Grupo, deu-se a renúncia de Jânio e a conseqüente Cadeia da Legalidade de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, com

graves reflexos em Uruguaiana. O Comandante e o Subcomandante do Grupo foram presos e transferidos da guarnição. Eles eram abertamente contra a posse de João Goulart. As atitudes dúbias do então Comandante da 2ª DC, General Ênio da Cunha Garcia, que logo em seguida foi chefiar o Gabinete do Ministro Segadas Vianna, contribuíram para criar um ambiente insuportável nas relações entre o Grupo e o 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), outra Unidade da Divisão com sede em Uruguaiana, inclusive com reflexos na família militar reunida em um único quarteirão, na cidade. O Grupo quase foi cercado e atacado pelo 8º RC.

Foi esse o quadro de desarmonia que encontrei, em 11 de janeiro de 1962. Através de ligações com o Comandante do 8º RC, Coronel Carlos Alberto da Fontoura, que já conhecia, do tempo de instrutor na Escola de Estado-Maior, entendemos que a união das duas Unidades seria fundamental. Já prevíamos uma situação de gravidade crescente para o País e não poderia ocorrer, no futuro, essa desunião. Felizmente, conseguimos, nos anos de 1962 e 1963, um relacionamento crescente de absoluta sintonia entre os oficiais. Empenhei-me a fundo, nesse sentido, com verdadeira obstinação.

Ainda, sobre o ambiente, em 1962 e início de 1963, devo mencionar o relacionamento bastante estreito com a guarnição militar de Paso de Los Libres, na Argentina. O grau de amizade entre os militares de Libres e Uruguaiana, cidades vizinhas, na fronteira entre os dois países, era tal que os argentinos nos pediam que abrigássemos suas famílias em nossas casas, em Uruguaiana, caso os acontecimentos internos da Argentina não lhes fossem favoráveis. Ao contrário de nós, não tinham confiança na população civil, pois havia uma separação muito grande entre esta e a casta militar. No 7º Grupo de Artilharia Leviano, no 6º Batalhão de Pontoneiros e no 9º Regimento de Infantaria, Unidade-Escola, fizemos muitos amigos. Já naquela época, eles tinham um Serviço Nacional de Informações, com agência em Libres.

Em meados de 1963, o Comandante do III Exército, General Jair Dantas Ribeiro, já assumira o cargo de Ministro da Guerra. Dois oficiais do seu Gabinete, ambos de sua absoluta confiança, Coronel Carlos Ramos de Alencar e Coronel Geraldo Knaack de Souza, foram nomeados Comandantes do 8º e do 7º RC, em Uruguaiana e Livramento, respectivamente. De lá, também, saiu, por promoção a General, o Coronel Joaquim de Melo Camarinha, designado Comandante da 2ª DC, em substituição ao General José Horácio da Cunha Garcia, irmão do General Ênio e de atuação anticomunista. Tornou-se evidente, com o desenrolar dos acontecimentos, que eram pessoas da absoluta confiança do Governo de então. As relações de comando silenciaram totalmente, restringindo-se aos assuntos de instrução da tropa.

É importante ressaltar que o fundamento do nosso comando estava baseado no respeito à Lei, à Ordem, à Constituição e aos poderes constituídos – na época dizia-se constituídos, e não constitucionais – mas independentes e harmônicos. Repúdio à demagogia e à pregação subversiva e comunista. Compromisso, sempre renovado todo sábado, no comentário que fazíamos à tropa e, em especial, aos oficiais e sargentos reunidos na mesma sala de instrução.

A coerência e a pregação crescente, inclusive na área civil, na Faculdade de Filosofia de Uruguaiana, onde lecionava História, três noites por semana, na Rádio Charrua e em palestras nas associações civis, serviram para semear idéias em face das "nuvens negras" que surgiam no panorama nacional.

Essa nos pareceu uma estratégia fundamental e decisiva para que nossa Unidade se tornasse um pólo de irradiação, para o que viesse a ocorrer, no Rio Grande.

Ainda outro ponto, que frisávamos nesse período, era que, enquanto estivéssemos no Comando do Grupo, não se repetiriam os fatos que se seguiram a 25 de agosto de 1961, quando houve suicídio, exoneração e a punição de oficiais superiores. O Grupo não seria conduzido pelos acontecimentos, mas a eles se anteciparia, no mínimo.

Em 1963, no que tange a Uruguaiana e à 2ª DC, o ambiente era muito bom, a despeito da chegada dos oficiais oriundos do Gabinete do Ministro. Nossas relações com o Comando da DC eram as melhores possíveis. Os oficiais do Estado-Maior haviam sido nossos alunos na Escola da Praia Vermelha, e estavam identificados com o mesmo propósito. O recém-nomeado Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, Coronel Luiz Serff Sellmann, cursara a Escola de Estado-Maior comigo e comandara o Grupo de Uruguaiana por três anos (1958/1959/1960). Era o oficial mais antigo, de absoluta seriedade e idoneidade.

Um episódio, com reflexo em todo o Exército, foi o famoso telegrama do Comandante do III Exército, General Jair, ao Presidente Goulart, dizendo-lhe que não tinha condições de garantir a ordem, se o povo se insurgisse contra a recusa do Congresso em promover o plebiscito para a volta do presidencialismo. Houve uma reunião dos Comandantes de Unidades com o Comandante da 2ª DC, ainda o General José Horácio da Cunha Garcia, decidindo-se pela necessidade urgente e imperativa de uma comunicação, pois, consultadas as cinco guarnições, Livramento, Quaraí, Alegrete, Rosário e, obviamente, Uruguaiana, a resposta foi unânime: não existiam problemas para manter a ordem, ou mesmo se identificavam sinais de fraqueza, do ponto de vista da cadeia de Comando.

O Comandante da DC aquiesceu e um rádio seguiu para o Comandante do III Exército, enfatizando que a Divisão se mantinha absolutamente coesa, disciplinada,

cumpridora de seus encargos constitucionais e profissionais. A segurança, a ordem e a tranqüilidade estavam asseguradas em todas as cinco guarnições. A repercussão desse telegrama serviu para integrar e unir ainda mais as Unidades, definindo nossas posições em face do que pudesse acontecer, no futuro.

Outro fato estranho, que não se menciona, foi a coincidência do levante dos sargentos, em Brasília, com a ida do Presidente João Goulart ao Rio Grande, não se sabe com que propósito. Sublinho sua omissão e tolerância nas decisões relativas a esse episódio, gerando conseqüências graves. No cenário que precedeu 1964, a meu ver, é importante revelar essa situação, e o agravamento do quadro em todo o País.

Acompanhávamos as notícias de perturbação e indisciplina que começaram a chegar do Rio de Janeiro e de outras áreas. Aproveitamos para alertar oficiais e sargentos, na instrução de quadros, para os dias sombrios que o País estava enfrentando. Ligações foram feitas para os oficiais do QG e as guarnições sob o Comando da 2ª Divisão de Cavalaria – em Uruguaiana, o Grupo de Artilharia, o 8º Regimento de Cavalaria, além do Hospital e Esquadrão Comando; em Quaraí, o 5º RC; em Livramento, o 7º RC e o 8º GA75 Cav; em Alegrete, o 6º RC, o 12º Batalhão de Engenharia de Combate e o 3º GCan75 AR e, em Rosário, o 2º RCM. Tínhamos absoluta segurança, com exceção do Comandante do Batalhão de Engenharia e de um capitão, Subcomandante do Grupo de Artilharia, em Alegrete, além do Comandante do 7º RC, em Livramento, e talvez, em Uruguaiana, do Comandante do 8º RC, de que a 2ª DC estava absolutamente comprometida com uma reação unânime contra a subversão da hierarquia, da disciplina e da ordem constitucional vigente. Essa foi a força irradiada de Uruguaiana, que se refletia para todas as guarnições da 2ª DC.

Um outro episódio que devo mencionar foi o da ida do Presidente da República, acompanhado do Chefe da Casa Militar, a Uruguaiana, em dezembro de 1963, a fim de paraninfar a turma de formandos do Colégio Santana e da Faculdade de Filosofia – o Presidente fora aluno desse colégio e, no ano de 1941 ou 1942, por sinal, fora expulso por falta de aproveitamento e razões disciplinares. Fomos todos, oficiais e sargentos da guarnição, ao ato militar no aeroporto. Ao término do mesmo, o Comandante da DC convidou-me para, junto com o Comandante do 8º RC, seguir, no carro dele, para a solenidade na Faculdade. Mas não aceitei, iria recolher-me com os oficiais e sargentos. Ao ato militar eu comparecera, mas ao ato político não iria. Como professor da faculdade, não haveria nenhum problema, mas não o faria porque não podia me dissociar da condição de Comandante de Unidade. A segurança da faculdade e de toda aquela região era promovida por

uma Bateria sob meu comando. Ele insistiu para que meditasse no que estava fazendo, mas não fui.

Esse fato é importante pelo que sucedeu dois meses depois, quando fui convidado para Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da EsAO, em substituição ao Major Fontoura. Fiquei em Uruguaiana, aguardando a nomeação que sairia em uma semana. Mas nada aconteceu. Recebi a comunicação, do Comandante da EsAO, de que minha nomeação fora suspensa, por ordem do Chefe da Casa Militar e, logo a seguir, fui transferido do comando da Unidade para a Diretoria de Ensino, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1964. O que, de fato, não chegou a acontecer, pois, como entrei em férias antes do período de trânsito, ainda estava no Comando do Grupo em 31 de março de 1964. Faço esse registro, porque é quando começa a ficar bem nítido o divisor entre coisas certas e legais e coisas arbitrárias e ilegais. O motivo foi a minha não ida à solenidade na faculdade, em dezembro de 1963.

Em Uruguaiana, esperava-se uma festa muito grande para o Presidente, porque, na fronteira sudoeste, 77% do eleitorado eram do PTB. No entanto, a manifestação da população não correspondeu à expectativa.

Dois meses depois, em fevereiro de 1964, em um avião especial chamado *Esperança,* o Governador Lacerda foi dar início a sua campanha à Presidência da República, começando por Uruguaiana. A praça, onde se realizou o comício, ficou absolutamente apinhada de gente para saudá-lo e ouvir os discursos. Ninguém esperava. Foi um fenômeno que surpreendeu a todos os observadores e que criou um desnível muito grande, confrontando-se a ida do Presidente da República, precedida de muitas providências, com o comparecimento massivo da população quando o Governador iniciou sua campanha, dois meses depois. Foi impressionante.

O Governador ficou hospedado no Hotel Glória e me mandou um convite para ir ter com ele. Fui ao seu encontro, tendo dado ciência ao Comandante da DC, que nada comentou em relação a isso.

Ainda, nessa época, dezembro de 1963, coube ao Grupo atualizar o Plano de Segurança Interna de Uruguaiana. Nesse sentido, desenvolvi e intensifiquei ao máximo as reuniões e contatos com os quadros, principalmente para reconhecimentos e estabelecimento de medidas do que caberia a cada fração executar, em caso de perturbação da ordem. Esse período foi importante para estabelecer perfeita unidade de vistas e de propósitos entre tenentes, capitães e oficiais superiores do Grupo, do 8º RC e do QG/DC.

Concomitante a tudo isso, uma diretriz do General Castello Branco, do Estado-Maior do Exército, determinava que fosse ministrada, aos quadros, com intensidade, a instrução de Guerra Revolucionária. Em virtude de uma série de

razões, inclusive por estar em dia com esta matéria, e porque não transferiria a tarefa para oficiais sob meu Comando, antevia uma oportunidade para o Comandante do Grupo transmitir, a seus quadros, o que realmente pensava. Passei a ministrar, semanalmente, duas horas de aula, conjuntamente para oficiais e sargentos do Grupo, nos meses de fevereiro e março. Enquanto isso, no 8º RC, aspirantes e segundos-tenentes eram designados como instrutores. Em nenhuma ocasião, o Comandante, embora um homem preparado, se apresentou para desenvolver o tema. O resultado foi que os oficiais do 8º, incluindo o Subcomandante, começaram a fazer ligações com os oficiais do meu Grupo para saber como era conduzida a instrução de Guerra Revolucionária e para esclarecer pontos que ficaram confusos nas sessões de instrução.

Em 28 de março, deu-se a última aula, quando declarei que encerraria aquela programação do Estado-Maior do Exército porque não tinha cabimento estar transmitindo conhecimento sobre aquelas fases de Guerra Revolucionária para oficiais e sargentos, quando, a meu ver, o Brasil estava se comunizando, de cima para baixo. Haja vista, enfatizei, os episódios do Sindicato dos Marinheiros, a passeata do Almirante Aragão, com a presença da bandeira brasileira. Não via mais razão para continuar com o programa, previsto até meados de abril, e dei ciência ao Comandante da 2ª DC, naquela mesma manhã de sábado, 28 de março. Para minha surpresa, o General não esboçou qualquer reação, apenas dizendo que achava precipitada a minha decisão.

Dias antes, em 13 de março, os jornais chegaram a Uruguaiana, como todos os dias, no avião da Varig das 5h da tarde. No final da jornada daquele dia, já estávamos cientes dos acontecimentos – mais tarde, exibi aos oficiais e sargentos as fotografias estampadas nos jornais, como material da "última aula". Bem, fui ao Comandante da DC e, diante dos oficiais do seu Estado-Maior, perguntei-lhe o que achava de tudo aquilo. Respondeu não ter nada a comentar. Todo mês, desde que assumira, em meados do ano anterior, o General Camarinha visitava o Rio de Janeiro, em virtude de razões particulares, e ia ao Gabinete do Ministro, onde antes servira, voltando orientado e atualizado. Não nos disse absolutamente nada, nenhuma orientação ou definição sobre os episódios da Central do Brasil – ele estava no Rio, no dia 13 – apesar de minha insistência.

Com isso, fui adquirindo autonomia, como desejava, para fazer as ligações com lideranças civis e outras guarnições, visando uma alternativa em que tivesse de tomar qualquer decisão.

A partir do comício da Central do Brasil, tomamos a iniciativa de intensificar o contato com os estancieiros, principalmente de Uruguaiana e Quaraí, porque

sabíamos da grande quantidade de metralhadoras, granadas e munições contrabandeada para aquelas localidades. Seria uma coisa terrível, aqueles homens não tinham preparo e sua intenção era resistir à comunização e à tomada da terra. Então, sob a minha responsabilidade e a de vários outros oficiais do Estado-Maior da DC, orientamos os estancieiros, em reuniões noturnas, sobre medidas para atuação coordenada. Tudo isso se deu no mês de março. Essas medidas foram intensificadas, juntamente com o compromisso dos estancieiros em ceder dezenas de viaturas, caso a 2ª DC solicitasse, em qualquer eventualidade.

Na semana que precedeu o 31 de março, a Rádio Charrua e os alto-falantes anunciavam a vinda do Presidente João Goulart a Uruguaiana, em 4 de abril, para assinar os nove primeiros atos de reforma agrária, na própria área a ser desapropriada. Diariamente, as notícias eram difundidas; seriam fretados dezenas de aviões para transportar a Banda de Fuzileiros, do Almirante Aragão, autoridades, representações de classes, estudantes etc.

Não tínhamos dúvida de que teríamos problemas em Uruguaiana, pois com a notícia, começou a afluência de líderes, políticos e agitadores. Entre eles, o que só vim a saber em 2 de abril, estava um coitado que não sabia nem assinar o nome, mas que tinha a missão de matar o Comandante do Grupo. Mais tarde virou um grande aliado nosso. Curiosamente, o mais idoso deles instalou-se em um barraco exatamente em frente ao paiol do Grupo. Tínhamos tudo absolutamente levantado e acompanhado. Deslocar-se-iam para Uruguaiana comunistas "históricos" de outras partes do Rio Grande e, até, de outros Estados. O resto do País, inclusive o Estado-Maior do Exército, ignorava o que de extremamente grave e sério se preparava para Uruguaiana, a 4 de abril.

Perguntei ao comandante da DC qual era a orientação e não houve resposta. Apenas se cumpririam as ordens do Ministro e do Governo, com relação às medidas de segurança para a chegada do Presidente e comitiva. Disse-lhe, então, que achava estar ele equivocado e que, provavelmente, isso não ocorreria em Uruguaiana, em 4 de abril. Quem afirmava isso era o Comandante com a responsabilidade pela segurança de Uruguaiana, desde o aeroporto. Nenhum comentário foi feito. Também, o Comandante do 8º RC, Coronel Alencar, ao ser por mim interpelado, disse que cumpria as ordens do Ministro Jair, pois viera de seu Gabinete e não queria discutir assuntos políticos.

O General Heraldo Alves, na época instrutor da ECEME, pôde testemunhar que o Comandante do 8º RC não tratava de problemas que considerasse fofoca política. Quando veio ao meu Grupo, com um questionário, expliquei-lhe tudo "em meia hora". Ao declarar que iria levá-lo ao 8º RC, alertei-o para que tomasse

cuidado, pois se não fosse muito hábil, o Comandante o colocaria para fora, o que efetivamente aconteceu. O silêncio, a omissão, tudo isso era sintomático.

Intensificamos as reuniões entre os militares da guarnição, buscando manter-nos unidos, informados e preparados para o pior. As providências passaram a ser mais cuidadosamente implementadas. Ficou assentado que não se reproduziria o comício da Central do Brasil, em 4 de abril.

Coincidentemente, no dia 28 de março, à tarde, após encerrar o programa de instrução de guerra revolucionária e comunicar ao Comandante da DC o porquê de minha decisão, fui levar um oficial ao aeroporto. Lá chegando, encontrei o Coronel João Jacobus Pelegrini, antigo Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, ao tempo de minha chegada à Uruguaiana, na época servindo em Porto Alegre; nos conhecíamos muito bem. Ele me levou para um canto do aeroporto e disse que trazia uma missão "pessoal e secreta" do General Adalberto Pereira do Santos, Comandante da 6ª DI, em Porto Alegre, e do Coronel Carlos Alberto Fontoura, que fora Chefe do Estado-Maior em Uruguaiana, depois de Comandante do 8º RC e que fora para Porto Alegre chefiar o Estado-Maior do General Adalberto, na 6ª DI. Disse-me o Coronel Pelegrini que ficaria em Uruguaiana por mais alguns dias, tempo suficiente para que eu fizesse a ligação com as cinco guarnições e desse resposta ao documento que trazia. Ele era portador da diretriz do General Castello Branco, de 20 de março de 1964, e de um questionário anexo que deveria ser respondido e, mais tarde, consolidado com o de outras guarnições e remetido para o Rio de Janeiro. O Estado-Maior do Exército poderia, então, tomar ciência de como estava a situação no III Exército. Em síntese, o longo questionário pretendia conhecer a situação da DC, em face do que estava ocorrendo no País. Inclusive, indagava, em termos percentuais, qual a parte pró e contra, em cada OM, em oficiais e sargentos.

Disse-lhe que se quisesse poderia voltar no mesmo avião, que partiria a seguir para Porto Alegre. Ele sorriu e perguntou-me se eu não entendera. Respondi que sim e ele tornou a afirmar que ficaria por uns quatro ou cinco dias até que eu fizesse contato com as cinco guarnições. Expliquei que não faria contato nenhum, pois já os havia feito. Não éramos crianças para não percebermos o grau de agitação vivido pelo País e já tínhamos assumido a nossa responsabilidade, em Uruguaiana, como comandantes operacionais. As únicas exceções estavam nas Unidades de Artilharia e Engenharia de Alegrete, e em um graduado de uma outra Unidade.

Insistiu, pois o questionário deveria ser preenchido. Ao que retruquei que, numa situação de crise, o chefe não precisa de documento escrito, bastando ter a confiança em quem mandava auscultar. Pedi que transmitisse ao Coronel Fontoura

e ao General Adalberto que estivessem absolutamente certos de que, havendo alguma reação, nós, da 2ª DC, nos levantaríamos solidários. Mesmo assim, ele não retornou naquele dia e ficou até o domingo.

Ainda no aeroporto, afirmei que "aquele que está preparado para o pior pode fazer o melhor" e estávamos preparados para a vinda do Presidente a Uruguaiana, no dia 4 de abril, fato que não chegara a seu conhecimento em Porto Alegre. Relatei-lhe as providências que tomaríamos e, portanto, qualquer outro problema que surgisse seria de somenos. Estávamos preparados para o pior. Voltou a insistir para que lhe desse tudo por escrito o que me fez recusar pela segunda vez, com os mesmos argumentos anteriores. Empenhava a minha palavra ao Comando da 6ª DI.

Em resposta a uma indagação que lhe fiz, o Coronel Pelegrini disse que o General Adalberto, como mais antigo na área de Porto Alegre, depois do General Benjamim Rodrigues Galhardo, assumiria o Comando do III Exército, caso necessário, e iniciaria a resistência. E, mais, dispunha de 77 oficiais em Porto Alegre que pensavam da mesma maneira. Disse ao Coronel Pelegrini que reagiríamos por nossa conta quando Goulart e Brizola viessem a Uruguaiana, em 4 de abril. Na hipótese de reação isolada nossa, solicitava que o General Adalberto entrasse em ligação com o Major Léo Etchegoyen, em Porto Alegre, que tinha ligação com a Varig, para conseguir os aviões necessários ao transporte dos 77 oficiais para a minha cabeça-de-ponte em Uruguaiana, onde teríamos função para todos. Até hoje, nenhum oficial chegou e eu cumpri tudo o que prometera.

Mais tarde, no Estado-Maior do Exército, declarei, ao então Comandante da 6ª DI, agora nas funções de Chefe do Estado-Maior do Exército, que a única solicitação que lhe fizera não fora atendida. O fato é que ele e o Coronel Fontoura disfarçaram-se de padres e foram para Cruz Alta, alegando, depois, que o fizeram para readquirir a liberdade de ação. Conseguiram sair de Porto Alegre, para obter uma nova capacidade operacional, o que, no meu entender, não responde a absolutamente nada. Numa crise, e numa crise interna, quem estiver no seu bojo não pode sair, caso contrário é porque não quer correr o risco que esta acarreta.

É relevante afirmar que, nessa fase pré-revolucionária, tudo fizemos para que houvesse uma definição mais clara do Comandante da 2ª DC, em Uruguaiana.

De 11 de janeiro de 1962 a 25 de abril de 1964, quando embarquei de Uruguaiana para o Rio, as responsabilidades por todos os atos praticados pelo Grupo foram da exclusiva responsabilidade de seu comandante. Tivemos esse cuidado, porque de maneira nenhuma iríamos seguir o caminho que estávamos vendo, em outras áreas, com a descentralização da responsabilidade, para depois

as autoridades de cima se absterem, “tirando o corpo fora”, como ocorrera comigo em Uruguaiana. O Comandante da 2ª DC se omitiu, dizendo estar havendo precipitação de nossa parte, por estarmos julgando com muito rigor o que ocorria no País e, especialmente, no Rio de Janeiro. Contra-argumentava, afirmando que a noção que tínhamos de disciplina, de hierarquia e de legalidade ou ilegalidade era uma só; não poderia haver outra interpretação. À frente de uma tropa, não poderíamos proceder de forma dúbia. Se ele não me orientava, podia ter certeza, no entanto, que eu, aos meus oficiais e sargentos, os orientava a todos.

Em nenhum momento, caso fracassasse o movimento eclodido em Uruguaiana, outros profissionais, pelo menos na minha Unidade, poderiam correr qualquer risco. Registro esse aspecto devido a sua importância. Em situações de crise e segurança interna, o fundamento de qualquer comando deve ser: assumir a responsabilidade pelos atos que sejam praticados. Em conflitos bélicos com outros países, toda a estruturação é feita contra o inimigo definido, do lado oposto, e até por uma questão de sobrevivência, todos naturalmente se acomodam à estrutura piramidal. No entanto, isso é raro ocorrer nos conflitos de segurança interna.

A partir de 28 de março, sábado de Aleluia, os fatos estavam se acelerando e a ida do Coronel Pelegrini a Uruguaiana nos aguçou ainda mais e nos alertou para outro aspecto, o de que não estávamos sós. Pela primeira vez, tivemos conhecimento de que alguma coisa estava preocupando o Estado-Maior do Exército. Até então estávamos em Uruguaiana por conta de uma programação e procedimentos nossos, enquanto os fatos se desenrolavam no País.

No sábado e no domingo, promovemos uma série de reuniões na minha casa e na de outros oficiais. Nenhuma ligação havia entre essas reuniões e os Comandantes da 2ª DC e do 8º RC, embora parecessem acompanhar, preocupados e vigilantes, as reuniões que fazíamos, a pretexto de tomar uma cerveja e comer um bolo, para comemorar um aniversário fictício. A peça chave no 8º RC era o Major Tolentino Job Barbieri, S3 da Unidade, um homem excepcional, seja na coordenação, seja no que pudesse vir a ocorrer.

Chegamos ao 31 de março, às 5h da tarde. Oficialmente, eu estava em férias, transferido para a Diretoria de Ensino. O Major José Campedelli, E2 da 2ª DC, à paisana, entregou os jornais que vinham do Rio de Janeiro, ao General Camarinha, no portão de sua residência, ao lado da minha. O jornal *O Globo* dizia “Minas se levanta, risco de guerra civil.” Junto com o jornal, apresentou-lhe um radiograma ostensivo do Ministro da Guerra, General Jair, determinando prontidão rigorosa e aplicação do plano SEGIN, de Segurança Interna. Citava, ainda, o artigo relativo à “ordem de marcha”, do RISG.

Aproximei-me deles, também à paisana, e o Comandante da DC pediu que o texto também fosse lido para mim. Quando o Major Campedelli acabou de ler eu disse ao General Camarinha que me fardaria e me recolheria ao Grupo, reassumindo o Comando. Determinaria prontidão e prepararia as subunidades para a execução das medidas, inclusive fora do quartel – plano SEGIN repressivo –, mas precisava saber qual era a orientação dele para que a transmitisse aos oficiais e sargentos. Respondeu-me que nada sabia; que o texto era claro e era uma determinação do próprio Ministro.

Continuei chamando-lhe a atenção para o que o jornal estampava na primeira página. Contou-me, então – ele estivera no Rio de Janeiro e sabia de todas as informações, obtidas junto ao Gabinete, de onde saíra, promovido a General, para comandar a 2ª DC, como homem de confiança do Ministro –, que presenciara o comício da Central do Brasil e que tudo isso era "coisa do Mourão que, dentro de poucos dias, vai cair na compulsória, por idade". Não me contive. Ele não estava falando com uma criança, mas estava usando um argumento absolutamente infantil. Então, um General, porque está para cair na compulsória, vai levantar um Comando de Divisão e um Governador de Estado e colocar o País no risco de uma guerra civil? Ele, caindo em si com relação à bobagem que dissera, completou que precisávamos estar unidos. Perguntei-lhe, então, em torno do quê? E ele respondeu que em torno do nosso Ministro, o General Jair. Contrapus, pois o que ocorrera no comício comprometia-o, e o que se desenrolava no resto do País deixava dúvidas sobre seu comportamento. Ele então abriu o flanco totalmente, dizendo que devia sua promoção ao Ministro. Refutei suas palavras. Entre o compromisso motivado pela sua promoção e a minha fidelidade a princípios voltados contra a subversão, a corrupção e a comunização do País, eu não tinha dúvidas quanto à minha escolha. Se ele achava que devia ficar submetido ao telegrama do Ministro Jair e só, então eu não precisava mais da orientação dele. Sabia o que diria aos meus oficiais e sargentos. Pedi licença e saí.

Antes, ainda em minha casa, recebi a visita de cinco ou seis líderes civis – comerciantes e fazendeiros – que ali estavam para hipotecar solidariedade a todas as medidas de reação que o Comandante do Grupo viesse a tomar contra o Governo Goulart e oferecer as viaturas de que precisássemos. Fiquei constrangido porque pessoas estranhas ouviram minha discussão com o Comandante da DC.

Na outra casa ao lado da minha, na varanda, estava o Coronel Luiz Serff Sellmann, Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, apresentado em dezembro de 1963, que assistira a discussão que se dera ali na calçada, na presença do E2. O Coronel Sellmann pediu-me cuidado, para que não perdesse a calma, e sugeriu levar, à noite, o Comandante da DC para visitar o Grupo e o 8º RC, com a intenção de

amenizar a situação. O Sellmann, de quem conhecia muito bem o pensamento, só queria me poupar. Fui para o Grupo, sabendo que o Coronel Sellmann levaria o Comandante da DC, às 11h30min da noite. Reassumi o Comando e todo o pessoal foi notificado para, imediatamente, apresentar-se. Orientei os quadros quanto ao que se passava, o que ouvira do Comandante da 2ª DC e o que, a partir de então, me parecia ser a atitude adequada. Determinei que o Grupo ficasse em condições de operacionalizar, imediatamente após a ordem, as medidas previstas no Plano de Segurança Interna, Repressivo (SEGIN – REPRESSIVO).

Às 23h30min, chegou o Comandante da DC com o Chefe do Estado-Maior. Já estávamos todos armados, aguardando. Ele conversou durante uns 40min a 50min, falando sobre a Revolução de 1932, em São Paulo, pois fora revolucionário, ainda como Tenente. Conversamos outros assuntos, mas sobre a situação do País nenhuma palavra do General. Obviamente, também nada perguntei. Não era o caso. O impasse da tarde continuava. Nada de importante ocorreu.

Ultimadas as medidas de segurança, passamos a noite com o rádio ligado, procurando saber o que ocorria em Minas e no resto do País. Preparamos um documento para ser lido às 6h da manhã, na Rádio Charrua, de solidariedade ao levante de Minas Gerais, informando que estaríamos desencadeando um planejamento repressivo.

Às 5h30min, reuni os oficiais e sargentos no cassino e disse a eles que convidaria o Coronel Sellmann, Chefe do Estado-Maior da Divisão, para assumir o Comando da 2ª DC, no quartel do Grupo revoltado, pois era o Coronel mais antigo das cinco guarnições e fora Comandante da Unidade, por três anos. Fui, no meu jipe, ao QG e o encontrei reunido com o Estado-Maior, decidindo sobre o que iriam fazer. Pensavam da mesma maneira, favorável ao Movimento. Disse, então, ao Coronel Sellmann que estava ali para convidá-lo a assumir o Comando da 2ª DC, no meu Grupo. Ele se emocionou e disse, sem hesitação, que me acompanharia. Então, junto com o E5, o Major Gilberto Oscar Miranda Schmidt – também aluno nosso e primeiro da turma dele, oficial de primeira ordem, que até ficou como interventor na prefeitura, logo depois de 1964 – assim procedeu. Quando chegamos ao meu Gabinete, pediu que reunisse os oficiais e sargentos e, antes, lhes explicasse tudo, para melhor compreensão do quadro de gravidade vivido pelo País, e sobre a necessidade de uma atitude da 2ª DC. Depois, ele, Coronel Sellmann, compareceria à reunião. Respondi-lhe que não era necessário, pois já estavam reunidos, no Cassino dos Oficiais, esperando sua vinda, sabendo já do que se tratava. Ele, mais uma vez visivelmente emocionado, depois de referir-se ao fato de já ter sido Comandante do Grupo, assumiu o Comando da GU, solidarizando-se conosco.

Em seguida a esse ato, que há de ficar, para sempre, para honra e glória do Grupo, fomos ao 8º RC verificar se a Unidade iria aderir ao nosso movimento e acompanhar a decisão tomada. Era só atravessar uma cerca. Combinamos que ficaria melhor, para evitar constrangimentos, que eu mesmo falasse com o Comandante do 8º. Atravessamos a cerca. O Comandante, Coronel Alencar, estava andando de um lado para outro, no pátio, preocupado, porque vira a viatura do Chefe do Estado-Maior entrar no Grupo e não sabia o que estava acontecendo. Fomos ao seu Gabinete e solicitamos sua vinda ao nosso encontro, pois não percebera a nossa presença.

Ao chegar, declarei, de forma direta e curta, que a 2ª DC se levantava em apoio ao Movimento desencadeado de Minas e queríamos saber se ele nos acompanhava. Indagou se todas as Guarnições estavam de acordo, ao que respondi positivamente. Após um lapso de tempo, precisou: “O Coronel Knaack, Comandante do 7º RC, está de acordo?” Eu já esperava, era a dobradinha que saíra do Gabinete do Ministro. Respondi que a estação rádio do Grupo já estava no ar, em contato com todas as Guarnições e Unidades da DC e, se ele quisesse, poderia falar com o Comandante do 7º RC.

Todas as Guarnições estavam conosco, incluindo o 7º RC. Sabia-o, porque quem, efetivamente, comandava a Guarnição de Livramento, o Subcomandante do 8º Grupo de Artilharia 75, a Cavalo, Tenente-Coronel Nivelli Vossio Brígido, meu colega de turma do Realengo. Nós nos conhecíamos bastante e ele estava radicado em Livramento, desde Aspirante. O 7º RC, com certeza, acompanharia o Grupo... Iria no “bolo”... O Knaack acompanhava tudo.

De qualquer modo, ele ouviria a palavra do Comandante. Liguei para o Knaack e a frase que disse ficou famosa. Ao ser perguntado se estava conosco ou contra nós, respondeu: “Estou na direção de Belo Horizonte.” Nas várias vezes que seu nome subiu para promoção, o General Orlando Geisel, quando Ministro, invocava esse diálogo. Era tão esperto que não se colocava, nem a favor nem contra e, por isso, algumas vezes, fora retirado da lista. Só conseguiu ser promovido, por causa do General Humberto Souza Mello.

O Coronel Alencar, ouvindo a resposta do Knaack e percebendo que, praticamente, havia unanimidade pelo Movimento, respondeu que, também, acompanharia a DC e não iria destoar das outras Unidades. Logo a seguir, perguntou: “E o General Camarinha?” Informei-lhe que estava em casa, “se omitira”, e que o Coronel Sellmann acabara, minutos antes, de assumir o Comando da 2ª DC, no 4º GA 75 Cav e, inclusive, estava presente ali, no seu quartel, e que eu lhe falava na qualidade de Comandante de Unidade. Nesse momento, o Coronel Sellmann

interveio, como combinado, confirmando tudo o que eu havia dito e explicando as razões do General estar "fora do quadro". Ele, então, se assustou. Fez, a seguir, a proposta de irmos, nós dois e o Sellmann, à casa do General Camarinha convencê-lo a participar do Movimento e reassumir o Comando da DC.

Nesse ponto, deixamos claro – Coronel Sellmann e eu – que isso poderia ficar para depois. A situação era absolutamente concreta e não tínhamos tempo a perder. Enviaríamos uma mensagem pela Rádio Charrua e desencadearíamos as medidas de segurança repressivas, em Uruguaiana e nas demais Guarnições da DC. Sairíamos com as Unidades.

Efetivamente, horas depois, o Coronel Sellmann, por sugestão do próprio Estado-Maior da DC e nossa, foi à casa do General Camarinha tentar convencê-lo. Na verdade, uma longa conversa, penosa, ao cabo da qual e depois de cena dolorosa, acedeu ele em ficar à testa da Divisão.

O curioso desse fato é que, depois, ele virou herói. Dava ordem para todo mundo e fez elogios enormes para cada um de nós. Mas, foi bom, porque isso facilitou a tarefa da 2ª DC em termos de coordenação. Primeiro, polarizar o levante no Rio Grande; segundo, irradiar esse procedimento para a GU de Santa Maria. Nós conhecíamos a posição do Coronel Ramão Mena Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) e a de vários oficiais, mas o General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante da Divisão, que se dizia nosso, ainda estava indeciso. Era preciso "catucá-lo" e, com o General Camarinha no Comando da DC, ficou mais fácil o diálogo. O General Poppe foi convencido a assumir o Comando do III Exército, por ser o mais antigo. Assim sendo, o problema se resolveu da periferia para o centro.

Paralelamente a tudo isso, o Governador Leonel Brizola, ensandecido, histérico, aos gritos desesperados, mandava insistentes mensagens para os sargentos de Uruguaiana, principalmente do 4º Grupo de Artilharia, durante a jornada de 1º de abril. Exortava-os a pendurar, nos postes da Praça Central, em frente ao QG, e nas ruas principais, o Comandante e oficiais. Dizia que, enquanto não conseguissem fazer isso, que pegassem suas mulheres e filhos. Mandava pendurar no poste com as solas dos pés cortadas – como faziam os farroupilhas, que penduravam o inimigo em um poste, ou numa árvore qualquer, com as solas dos pés cortadas. Em minutos, a pessoa morria, porque a sola do pé é extremamente irrigada por capilares. Tanto que os orientais usam muito os pés na acupuntura. Permitam-me estar reproduzindo isso, mas são expressões textuais do Brizola.

A mensagem era repetida o dia inteiro, por horas. A certa altura, dizia: "... Aos heróicos e bravos sargentos do 4º Grupo. Reproduzam o feito dos irmãos de

Bagé." Eles tinham acabado de tomar o QG da 3ª DC. Adotei, então, uma medida, que, no meu entendimento, era adequada do ponto de vista psicológico. A Bateria de Comando ligou os alto-falantes do quartel para a transmissão da palavra do Brizola e dos locutores. Tudo era ouvido, 24h, pela tropa, assim como, a população no entorno. O som também era ouvido no quartel do 8º RC. Partíamos da premissa de que não adiantava esconder porque todos possuíam rádio. Sabiam da exortação do Brizola, lá de Porto Alegre, tentando reproduzir a "Cadeia da Legalidade". Não digo isso para condená-lo, mas até para exaltá-lo, para mostrar que ele realmente assumiu uma posição de risco total e dela não se afastou, a não ser quando foi para o exílio, no Uruguai.

Tomei, então, a iniciativa de discutir, em reuniões de manhã e à tarde, para oficiais e sargentos, o que acabavam de ouvir e deixávamos clara a nossa posição. Com isso, não tivemos problema algum; o procedimento foi irrepreensível. De meu conhecimento, somente dois casos de dúvida.

O problema mais sério ocorreu no 5º RC de Quaraí, onde 49 sargentos, dos 53 existentes se recusaram a cumprir ordens de se deslocarem, na manhã de 2 de abril, junto com o Regimento, para a região de Harmonia. Apenas quatro sargentos haviam permanecido fiéis ao Movimento. Um sargento disse: "Eu não sei o que está ocorrendo. Nós estamos com o Presidente", e 48 o acompanharam. O Comandante os substituiu por cabos que foram comissionados para as funções desses sargentos, e o Regimento deslocou-se para cumprir sua missão. Os 49 sargentos foram recolhidos ao meu Grupo, onde ficaram presos, tendo o quartel por *ménage*. Houve, além desses, o recolhimento de um capitão, do Grupo de Artilharia de Alegrete, que estimulara a reação dos sargentos, sobre quem, aliás, já pairava uma dúvida, agora confirmada. Excelente oficial, por sinal.

No dia 2 de abril, os sargentos e o oficial presos ocupavam todas as instalações da Unidade. Assim, os líderes comunistas civis foram trancafiados em compartimentos adaptados para prisão. Entre eles, um arquimilionário que jogava todas as noites na Associação Comercial e era tido como líder comunista, no Rio Grande do Sul. Na verdade, era um grande burguês. Foi o primeiro a ser preso.

Nos contatos feitos da própria estação rádio do Grupo, repeti ao Comandante do Batalhão de Engenharia, de Alegrete, Coronel Monte, a mesma pergunta que fizera a todos os Comandantes de Unidade, nas cinco guarnições: "Se estava conosco ou contra nós?" A primeira resposta que deu foi a de que estava com o Governador Brizola. Perguntei-lhe se meditara sobre o que estava dizendo, pois, em Alegrete, sede do BE, todos estavam com a 2ª DC. Confirmou a resposta anterior e desligou. Algum tempo depois, quando de uma segunda rodada de contatos, falei-lhe

diretamente, pelo rádio, dizendo que renovava meu apelo. Nos conhecíamos das manobras de quadro e com tropa. Conto esse episódio, também, com emoção e valorizando sua figura. Ele meditou e cerca de meia hora depois, anunciou: "Eu, afinal, não fico contra a minha Instituição." Logo após, sofreu uma forte ameaça de enfarto, baixando o Hospital da Guarnição. Pesou a estrutura piramidal, naquela situação extrema.

Neste ponto, gostaria de destacar a eficácia das medidas repressivas tomadas, em Uruguaiana, no desembocar do Movimento Revolucionário. O Estado-Maior da DC, procedendo de maneira excepcional, funcionou como se fosse o desenvolvimento de um quadro operacional, um tema tático, coordenando as cinco guarnições, em solidariedade a Minas. Não houve problema algum; todo o Estado-Maior da DC estava conosco. Os Comandantes do 8º e do 7º RC não ofereceram qualquer dificuldade às ações desencadeadas. O próprio Comandante da DC, após sua adesão, queria fazer coisas absurdas, "ser mais realista do que o rei", como se fala, sendo necessária a intervenção do Chefe do Estado-Maior. É um fenômeno psicológico curioso, em que a pessoa parece querer recuperar-se de um drama anterior.

Durante o mês de abril, desenvolveu-se uma atividade muito intensa, no Grupo. Instaurou-se mais de uma dezena de inquéritos, simultaneamente, para ouvir todos os agitadores, que já se encontravam em Uruguaiana, para aquele "encontro de João Goulart" com o "povo de Uruguaiana", em 4 de abril, líderes e pseudolíderes políticos, recolhidos ao Grupo.

No dia 25 de abril, acredito que, do Gabinete do Ministro, foi enviado um avião da FAB, pilotado pelo Comandante Hélio da Costa Campos, tendo por co-piloto o Tenente Gomes, para levar-nos, minha senhora e eu, de volta ao Rio de Janeiro. Ao chegar ao aeroporto Santos Dumont, lá se encontravam, dentre outras personalidades, o General José Horácio da Cunha Garcia, que fora Comandante da 2ª DC, no início do meu período no Grupo até meados de 1963, e o General Syseno Sarmento, Chefe de Gabinete do General Costa e Silva. Passei o resto daquela noite redigindo um relatório sobre os fatos de meu conhecimento, no Rio Grande do Sul, pois deveria entregá-lo no dia seguinte, pela manhã, ao General Syseno. Objetivava, entre outros fins, a transferência de determinados elementos da 2ª e da 3ª DC.

Ao final deste relato dos acontecimentos da extrema fronteira sudoeste, gostaria, ainda, de ressaltar três episódios ocorridos nesse mês de abril de 1964, que me parecem de relevo. Em geral, relacionam-se à compreensão psicológica do procedimento de determinados homens.

O primeiro se deu a 2 de abril: uma senhora, toda rasgada, chegou ao Grupo, fugindo do marido que tentara matá-la e quebrara todo o barraco onde

moravam, após ingerir mais de meio litro de cachaça. Contou-nos que ele achava-se um desgraçado, por não ter cumprido a missão de matar o Comandante do Grupo de Artilharia, como lhe fora determinado. Agora, estava querendo, inclusive, matá-la. A senhora conseguiu fugir e foi relatar o ocorrido. Disse-lhe que não se preocupasse e mandei que cuidassem dela. Peguei o jipe e fui, com o Comandante da Guarda, conversar com ele. O Subcomandante queria mandar uma escolta, mas recusei, pois não seria o caso de prisão, mas de usar meios psicológicos para resolver o caso. Obviamente, fomos ambos armados. Cerca de 3h da tarde, chegamos ao barraco, naquela região do meretrício, estando as mulheres fora das casas; um alvoroço. Combinei com o sargento que tentaria, com toda paciência, falar com o homem pela porta da frente do barraco e, caso não conseguisse convencê-lo a abri-la e tivesse que forçar a porta, ele entraria pela de trás, evitando surpresas.

A voz do homem estava meio enrolada pela bebida e por mais de 10min tentei convencê-lo a uma conversa, sem sucesso. Estava obstinado numa única coisa: que eu entrasse, porque iria me matar, mantendo a porta entreaberta. Notei que ele estava atrás da porta que empurrei com um pontapé, surpreendendo-o. Ele caiu ao chão, como previsto, e entrei. Presenciei uma cena dolorosa. Ele chorava, com um pedaço de pau na mão, dizendo ser um desgraçado. Tentei convencê-lo de que não havia nada contra ele e que fosse comigo para o Grupo. Convencê-lo a ir, sem forçá-lo, foi outra dificuldade. No Grupo, mandei dar-lhe um banho e chamei um dos encarregados de inquérito para ouvi-lo. O homem era pequenininho e usava um gorro alpino, não sei porquê. Estava descalço e não sabia assinar o nome, totalmente analfabeto. Fiz o interrogatório. Perguntei-lhe porque dissera que tinha sido, era e sempre seria comunista, e ele respondeu que os seus chefes sempre lhe disseram que no Nordeste o homem é explorado pelo homem. Disse-lhe que se era comunista por esse motivo eu também o era, porque pensava da mesma maneira. Ele me olhou. O encarregado do inquérito e o escrivão não estavam percebendo onde eu queria chegar e ficaram assustados. Insisti nesse ponto, com mais umas cinco perguntas.

Quando terminei, esclareci que os chefes que lhe puseram tais idéias na cabeça estavam trancafiados no xadrez. Um desses, muito rico, o mais importante, negava a todo momento que fosse comunista, enquanto ele continuava absolutamente convicto de que era e sempre seria comunista. Perguntei: "Sabe o que eu vou mandar fazer com você?" Respondeu, sem titubear, que seria fuzilado. Disse-lhe que um cidadão como ele merecia respeito, principalmente meu. Era um homem de bem que não sabia o que estava dizendo, queria fazer o que lhe mandaram. Ofereci a proteção

do Grupo para o tempo que quisesse; se desejasse ir para casa e fosse necessário, providenciaria proteção para ele e a mulher. Coloquei-o à vontade para escolher o que quisesse, com a certeza de que teria a minha garantia de que nada lhe aconteceria.

O homem chorava. Ajoelhou-se para beijar meu coturno e pedi que não o fizesse, pois merecia muito respeito. Assumira uma responsabilidade, correndo riscos, por absoluta pureza de sua alma, e os patifes que puseram essas idéias em sua cabeça continuavam afirmando que nunca tinham sido comunistas. Para tirá-lo daquela sala, foi difícil, e ele ficou grato pelo resto do tempo que passei lá.

Um outro episódio que até hoje me emociona, quando rememoro, ocorreu a meia hora de despedir-me de todos e ir para o aeroporto com minha mulher. Estava no meu PC, quando o Subcomandante avisou-me que o Sargento Osório, o mais antigo dos 49 presos do 5º RC, de Quaraí, pedira permissão para falar comigo. Inclusive, prontificava-se a ouvi-lo, não havia inconveniente, pois eu já estava de saída e o sargento encontrava-se muito tenso. Respondi-lhe que queria saber o que ele tinha a falar. O Sargento Osório era daqueles graduados que davam gosto de ver. Absolutamente profissional!

Disse que sabia que eu estava para ir embora e que não pensasse que o seu propósito seria o de minimizar a pena que lhe viesse a caber, como sargento mais antigo. Eu ouvira o seu depoimento, ele assumira tudo. Afirmou estar convicto de que sua carreira estava encerrada, mas que falara tudo o que achara que deveria dizer. Manteve-se calado por alguns instantes. Perguntei-lhe se tinha algo mais para comunicar-me, além disso. Aí, ele começou a falar, se emocionou e eu também. Contou que, se os 49 sargentos do 5º RC, de Quaraí, estivessem no meu Grupo nada daquilo teria ocorrido. Não sabiam de nada, porque não tinham sido preparados para os acontecimentos que acabaram por acontecer. Naquele dia 2 de abril, quando se recusaram a acompanhar o Regimento que iria deslocar-se para a Região de Harmonia, o que sabiam era que a Unidade estava se levantando contra o Presidente da República. Somente a partir do convívio de 20 e poucos dias com os sargentos do meu Grupo, foi que tomaram ciência de tudo o que ocorrera durante o ano, e naquele mês de março.

O terceiro episódio aconteceu há dois meses, quando o então Capitão de Artilharia Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas, de Alegrete, Subcomandante do 3º GCan 75 AR, notório esquerdista, veio ao Rio de Janeiro e telefonou para mim. Ele foi reformado. É muito inteligente e formou-se em Engenharia, em Porto Alegre. Hoje, está muito bem e aposentado. Quando atendi, disse que eu ficaria surpreso ao saber com quem estava falando, mas logo o identifiquei. Ele comentou sobre minha memória e eu disse que era por não ter me esquecido do comportamento que tivera,

quando preso no Grupo. Repetiu-me aquela história toda e mais uma passagem que não conhecia, a respeito do nosso Comandante da DC.

Dias antes do 31 de março, o Comandante estivera em Alegrete, chamara-o à parte e lhe disse: "Freitas, em breve irei precisar muito de você." Bateu-lhe no ombro e saiu. Depois, foi falar, não se sabe o que conversaram, com o Comandante do Batalhão de Engenharia, brizolista. Depois de me contar isso, perguntou: "Agora, o senhor quer saber da segunda parte?" E, de imediato, passou a relatar o acontecido, quando estava preso. O General Camarinha na visita que fizera ao Grupo, andando pelo seu interior, encontrou-o, pois a prisão era o quartel como *ménage*. Levou-o a um canto e disse-lhe: "Freitas, infelizmente a coisa ocorreu um pouco diferente, mas se você quiser, vou ver o que posso fazer para minimizar as conseqüências, enfim, a sua pena." Disse-me o Freitas que deu-lhe uma lição: "General, não faça nada! O senhor me procurou lá em Alegrete e disse que contava comigo. Agora, o senhor está querendo 'lavar as mãos' do que ocorreu! Eu não preciso de nenhuma interferência sua! Assumi tudo e sei o que vai ocorrer comigo. Muito obrigado."

Isso é mais um aspecto daquilo que sabíamos, em relação à posição evasiva do Comandante da DC. Ele tinha um compromisso com o Ministro, mas o problema é que foram surpreendidos com a reação, em Uruguaiana, da 2ª DC.

Agora, à guisa de uma pequena conclusão, considero importante mostrar o cenário anterior a 1964, no Brasil, fora do Brasil, no Rio Grande e em Uruguaiana, para que se tenha a visão nítida de que vivíamos uma situação absolutamente anômala, com desestruturação, inclusive, do Poder: indisciplina, desrespeito às autoridades e aos chefes militares e omissão de alguns. Esse quadro cresceu até ser interrompido. O papel das Forças Armadas foi atender à convocação da sociedade brasileira para estancar aquele mar de desordem e de indisciplina.

Existia, à época, o risco da implantação de uma ideologia esquerdista ou mesmo comunista. Portanto, o que as Forças Armadas fizeram foi intervir no processo que estava em marcha acelerada, para deter, conjurar e extirpar as promessas e instrumentos de subversão da ordem, em nível governamental e institucional, que poderiam redundar na implantação de um regime de extrema esquerda. Daí, meu ponto de vista de que o Movimento de Março não foi uma revolução. Absolutamente. Teve um sentido contra-revolucionário, visando a impedir que o golpe, que estava em progressão, descambasse numa revolução.

Mas gostaria de lembrar que o risco, muito grande, era de natureza institucional, governamental e interno. Em nossos dias, é imensamente maior, porque atenta contra a soberania e a autodeterminação. Está voltado contra a integridade do patrimônio territorial e cívico, portanto, em oposição ao Estado Nacional. Pois

bem, o que hoje ameaça o Brasil, o risco que nosso País corre, é o da desestruturação do Estado Nacional, podendo, inclusive, fragmentar-se. Portanto, muito pior do que o que estava ocorrendo em 31 de março de 1964. Amanhã, o que dirão as futuras gerações sobre cenário atual brasileiro, presenciado por nós outros?

Raízes do Movimento revolucionário

Podem ser considerados como raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, de origem externa, os seguintes fatos: a expansão do comunismo soviético, no período pós-1945, na Europa e em outros continentes; a vitória do comunismo de Mao Tsé-Tung, na China, em 1949, exportando sua ideologia, inclusive para a América Latina; a divisão da Coréia pelo Paralelo 38, decorrente do comunismo ali implantado; a introdução do comunismo, por Fidel Castro, em Cuba, e a expansão de sua ideologia marxista-leninista para a América Latina; a Guerra dos 30 Anos no Vietnã, 1946/1976, culminando na derrota e expulsão dos franceses e, depois, dos norte-americanos; radicalização da bipolaridade, com a ameaça de conflito nuclear entre Estados Unidos e a União Soviética, com a instalação de mísseis soviéticos em Cuba.

De origem interna: antagonismo político-militar, envolvendo parcela das Forças Armadas, nos anos 1950; o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, acentuando a dicotomia entre os denominados “golpistas gorilas”, direitistas e os esquerdistas “comunistas populistas”. O antagonismo entre esses grupos aumenta, radicalizando-se as posições nos anos de 1950 e início dos anos de 1960; reflexo da guerra fria, com poucas opções político-estratégicas e político-econômicas para o Brasil e cenário interno instável, do ponto de vista político-ideológico. No período de 1960 a 1964, quatro governos no Brasil de características contraditórias e antagônicas: Juscelino Kubitschek, final de Governo, Jânio Quadros, João Goulart e Castello Branco, este a partir de abril de 1964.

Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional

Sem dúvida nenhuma, as Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrarem o Movimento de 31 de Março de 1964. A reação das Forças Armadas deu-se no sentido de acolher os reclamos da Sociedade Brasileira, sobretudo da classe média, que se preocupava e se desesperava com a desordem que estava se generalizando no País, atingindo até a cúpula do Governo central. Isso estava exigindo uma providência que, em última análise,

traduzia uma vontade nacional. Nesse sentido, a intervenção das Forças Armadas, a que não quero chamar de revolução, foi um Movimento para impedir e deter aquela avalanche de indisciplina em todos os níveis, exigido pela sociedade brasileira.

Revolução comunista: propósito das esquerdas

Eu, na verdade, não diria, com ênfase, que o movimento das esquerdas pudesse conduzir necessariamente à implantação de um regime comunista. O fato é que as agitações eram um estímulo para os movimentos ideológicos de esquerda pretenderem tirar proveito. Isso era evidente. Vi acontecer na Cidade de Uruguaiana. As esquerdas aproveitaram-se disso e exacerbaram-no. Resta a dúvida se seria, então, para implantar o regime de natureza ideológica, marxista, comunista. Eis um problema que deixou de ser concretizado pelo fato de as Forças Armadas, na sua intervenção, interromperem o processo. Nesse sentido, fica claro que a grave subversão da ordem foi interrompida. Se chegaria a concretizar-se num quadro político-ideológico de índole comunista, os fatos posteriores é que iriam mostrar.

Atitude do Congresso Nacional

Não tenho dúvida nenhuma de que a participação do Congresso, pelo menos em sua grande maioria, foi no sentido de dar apoio irrestrito ao movimento. O Congresso partiu de uma compreensão lógica e inteligente. Tratava-se de um fato consumado, cabendo-lhe minimizar os problemas que pudessem surgir. Nesse sentido, o Congresso interveio para encerrar qualquer crise, acolhendo o pleito que as Forças Armadas apresentavam, no sentido de buscar a normalização da vida do País.

Comportamento dos sindicatos e entidades esquerdistas, logo após o início da Revolução

É uma coisa curiosa. Os sindicatos e entidades tidas como esquerdistas obviamente vinham participando do processo de agitação, estimuladas por líderes idealistas e entusiastas. A UNE, de estudantes universitários, era um caso típico. Estava envolvida por aquela propaganda que podia até ter modificado alguns de seus ideais. No entanto, depois de 31 de março de 1964, houve uma calmaria muito grande e isso facilitou o processo de intervenção em algumas instituições.

Principais líderes, civis e militares

Lembro que o Presidente Castello Branco, nos dois primeiros meses de Governo, disse, inúmeras vezes, no seu Gabinete, que o líder civil desse Movimento fora o Governador Carlos Lacerda. Até mesmo, chegou a falar que ele deveria estar no lugar dele, na Presidência. Veja a colocação do próprio Presidente Castello Branco, porque Lacerda era a pessoa que estava polarizando toda aquela reação ao Governo deposto. Além dele, o Governador Magalhães Pinto, figura notável. Foi do seu Estado que o Movimento de 1964 começou, com o General Mourão Filho. Ademais desses dois civis, considero, também, o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Foi pronto na sua adesão, o que facilitou, em muito, a ação do II Exército.

Entre os líderes militares, destaco o General Costa e Silva que, desde antes da eclosão do Movimento, se posicionara contra o Governo Goulart, e o Marechal Odylio Denys, que se deslocou para Minas e, graças a seu prestígio e passado exemplar de Chefe Militar, foi muito importante para a deflagração do Movimento. E, sem dúvida alguma, também, a figura, já histórica, do Marechal Dutra, que fizera um ou dois pequenos pronunciamentos. Ele não era homem de fazer declarações, mas devido a seu passado, o posicionamento favorável ao Movimento era um estímulo. Posicionou-se antes da eclosão do Movimento.

Gostaria também de ressaltar uma outra figura da maior importância na conspiração militar, por todas as articulações que fez: o Marechal Ademar de Queiroz. Pela forma como atuava, exercia uma liderança tipo horizontal, diria interior, ele não aparecia. No entanto, sendo, seguramente, o maior amigo do Presidente Castello Branco, influiu sobremaneira no sentido de trazer o então Chefe do Estado-Maior do Exército para o processo revolucionário. Cabe a ele, Marechal Ademar de Queiroz, este cometimento. Foi, inclusive, quem sugeriu alguns nomes para participarem da cúpula do Governo Castello Branco. Cito, por exemplo, o General Ernesto Geisel e o General Golbery do Couto e Silva. Dois nomes que ele apresentou como sendo indispensáveis na composição do Governo. De maneira que o destaco, sem embargo de figuras de proa, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, na Aeronáutica, por sua atuação equilibrada, e o Almirante Rademaker, na Marinha, dentre vários outros.

A Revolução de 31 de Março de 1964: auxílio externo

Este é um tema muito explorado. Existem, inclusive, livros de brasilianistas, pesquisadores norte-americanos, tratando com muito cuidado desse aspecto: o

Movimento Revolucionário teria sido exclusivamente preparado em âmbito interno ou teria recebido algum tipo de auxílio externo, em especial dos Estados Unidos.

Na minha opinião, é evidente que as embaixadas e os adidos militares, sobretudo dos Estados Unidos, estavam acompanhando aquele desacerto crescente, de crise sobre crise, aguardando um desfecho, como efetivamente ocorreu. Eles não poderiam deixar de acompanhar a evolução daquela conjuntura. O que se pode discutir, dessa questão, é se eles estariam interferindo. Até onde sei, também havia preocupação de outras representações diplomáticas, como as da União Soviética e da China.

Eu mesmo posso dar um testemunho. Quando o avião, que me conduzia de Uruguaiana ao Rio de Janeiro, fez escala em Porto Alegre, em 25 de abril de 1964, ao descer no aeroporto Salgado Filho, com minha família, encontrei o Adido Militar dos Estados Unidos, Coronel Vernon Walters. Conhecia-o da FEB, quando ele ainda era Capitão e intérprete junto ao V Exército. Aproximou-se de mim e falou, demonstrando surpresa:

– Puxa! Você está aqui!?

– O que você está fazendo aqui? — perguntei-lhe do mesmo modo, também surpreso, por encontrá-lo em Porto Alegre.

– Estou indo para a 3ª DC, em Bagé. Ouvi dizer que houve problemas naquela região e quero observar os acontecimentos.

– Você está bem informado! — eu gostava de brincar e, também, dizer o que queria.

– Olha, já sei de tudo o que aconteceu, em Uruguaiana, com a 2ª DC — completou o, então, Coronel Walters.

Vejo isso de uma maneira quase natural, porque eles deviam estar acompanhando a evolução do movimento.

"Esquema militar" do Governo Federal

Foi rápido o desmoronamento do chamado "esquema militar" apregoado pelo Governo Federal, a partir do desencadeamento do Movimento. Acredito que os maiores surpreendidos, sem dúvida nenhuma, foram os assessores diretos do então Presidente João Goulart. Ele próprio, antes de partir para o exílio, em Porto Alegre, perguntou, ao General Assis Brasil, de que valera o esquema. O que me parece é que a surpresa foi resultante da rapidez com que se realizou o Movimento de 31 de Março.

Tive a oportunidade de deixar claro, nesta entrevista, que tal surpresa também ocorreu em relação aos Comandantes da 2ª DC e de algumas Unidades subordinadas. Inegavelmente, estavam comprometidos com o Ministro, o General

Jair, e foram surpreendidos pela maneira extremamente rápida e silenciosa com que explodiu a reação da grande Unidade.

De maneira que, na minha opinião, a surpresa foi dupla. Tanto da parte do Governo, portanto do General Assis Brasil e do General Jair, como também da nossa parte. Esperava-se um Movimento, até sangrento, de dificuldades crescentes, mas, afinal, predominou a compreensão.

Até onde sei, no Rio Grande do Sul, houve a perda da vida de um oficial da Aeronáutica, em Porto Alegre, que tentou atirar no Brigadeiro Wanderley, quando este, a pedido do General Castello Branco, foi verificar o que ocorria por lá, com a Força Aérea. O oficial fora, até, subordinado do Brigadeiro Wanderley que gostava muito dele. Era um Coronel muito agitado, muito nervoso, e num momento irrefletido tirou a "ponto 45" e disparou duas vezes contra o Brigadeiro Wanderley, atingindo-o, porém, de raspão. O Assistente do Brigadeiro reagiu rápido e eliminou o oficial. A viúva do Brigadeiro mostrou-me a camisa com as manchas de sangue, há uns anos. Foi essa a baixa no Rio Grande.

Graças a Deus, o Movimento conseguiu a concórdia nacional, pouco depois.

"Chefia e liderança"

Existe sempre uma indagação em torno do aspecto "chefia e liderança", no tocante ao desempenho dos oficiais das Forças Armadas, especialmente das tropas do Exército, em todo esse episódio, com ênfase para os que estiveram na iminência de um combate. Essa questão, ligada à anterior, deve servir, inclusive, de lição para a atualidade brasileira e o futuro do nosso País. Enganam-se todos aqueles que acham que as Forças Armadas estão inermes, sem acompanhar o desenrolar de determinadas conjunturas. O que ocorreu, naquela época, foi exatamente isso. Havia agressão, desafio, desrespeito, greves, comícios, agitação generalizada; enfim, demonstrações de toda ordem do poder cada vez maior do lado da subversão. Algumas autoridades diziam, inclusive, contar com o apoio unânime dos chefes militares. Nada menos verdadeiro. O silêncio não queria dizer passividade ou submissão àqueles fatos que esboçavam a desgraça para o nosso País. A prova está no que ocorreu, em Uruguaiana, com a 2ª DC, depois com a 3ª DI, em Santa Maria, a seguir, no Rio Grande e no País inteiro, de uma maneira muito rápida e fulminante. E essa rapidez demonstrou que havia "chefia e liderança", em todos os escalões e áreas e impediu que ocorresse um choque mais sério no movimento.

Torno a enfatizar que, ainda hoje, se enganam aqueles que pensam que o fato das Forças Armadas estarem sendo agredidas, ofendidas, seus chefes militares alvo,

inclusive, de vilipêndios, isto signifique que estejam desatentas e desinteressadas. Venho de uma família absolutamente de civis e tenho orgulho de ter pertencido às Forças Armadas. Tenho absoluta convicção de que elas estão ciosas de seu propósito de defender a soberania e a integridade do patrimônio territorial e cívico, a autodeterminação e, seguramente, como foram ontem e são hoje, serão amanhã, inteiramente fiéis ao nosso País.

Lembro-me de uma frase dita no final do discurso do Comandante da Escola Militar do Realengo, a 25 de agosto de 1940, o então Coronel Álvaro Fiúza de Castro, quando recebemos o espadim de Caxias e prestamos o primeiro juramento diante da Bandeira Nacional. Estavam presentes o Presidente da República e o corpo diplomático com diversos embaixadores. Naquela época, todo o mundo oficial comparecia a uma solenidade daquelas. Ele terminou o discurso com uma expressão que jamais esqueci: "Sede, em última análise, Cadetes, servos da Soberania e da Integridade da Pátria, tudo sacrificando, inclusive a vida, pela sua sobrevivência integral, intangível, para os pósteros." Ainda me emociono, ao lembrar.

Isso é o que norteia a vida de todos nós, a partir de um juramento, como esse, diante da Bandeira.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN

Não tenho dúvida alguma de que foi um procedimento extremamente correto. Se fosse Comandante da AMAN, como era o General Emílio Garrastazu Médici, teria tomado a mesma decisão. Era a juventude militar que mal iniciara a carreira das Armas, mas valia muito pelo simbolismo, pelo que representava. Jovens que estavam prontos a se imolar, caso fosse necessário, diante de um problema extremamente grave no Brasil.

Graças a essa intervenção da AMAN, encerrou-se o episódio no vale do Paraíba, onde talvez não estivesse longe de reproduzir-se a luta fratricida que ocorrera na Revolução de 1932, naquela mesma região.

A mídia

O apoio da mídia ao Movimento é um problema extremamente complexo. Está claramente reconhecido que a mesma mídia, cujos órgãos reverberavam contra aquela agitação, correndo risco de comprometimento de seu patrimônio, acomodou-se depois de 1964, exceto a Rede Globo que ofereceu o seu irrestrito apoio até outubro de 1984, quando se aproximava o final do Governo Figueiredo, conforme se verifica no artigo do jornalista Roberto Marinho, no jornal *O Globo*, intitulado *Julgamento da Revolução,* de 7 de outubro de 1984.

Na verdade, a mídia em geral julgou que seria beneficiária da restauração da ordem e da tranqüilidade no País, promovida pelas Forças Armadas, com respaldo da sociedade brasileira e, em especial, da classe média, o que sempre é bom relembrar. E o que temos visto de lá para cá? Uma tentativa de solapamento, na medida em que alguns interesses escusos foram, aparentemente, dificultados, porque o Governo, sobretudo o de Castello Branco, não estava preocupado em se promover e agradar a mídia.

Hoje, enquanto as esquerdas da época assumem a liderança, no País, a mídia insiste em continuar a reviver e desenterrar problemas, sem procurar entender a razão de alguns excessos, e ignora as inúmeras realizações, pós-1964. Em toda oportunidade, ressalva o risco de uma ditadura militar, de um governo forte, que traria o ofuscamento da opinião pública, como teria acontecido. Mentira! Ditadura existe agora. Ditadura da mídia e dos bancos. Isso declaro, com responsabilidade, para ficar gravado. Há duas ditaduras no Brasil, hoje, e que não havia, depois de 1964.

O que houve, de 1964 a 1985, foi um Governo forte que se destacou pelo progresso extraordinário que realizou. O País foi estruturado. Passou de uma posição ridícula, na economia mundial, para a oitava economia do mundo. Não é com pouco esforço que se consegue. Organizou em bases modernas a administração pública. O Decreto-lei 200 é um exemplo. Criou um serviço de inteligência. O Brasil, com a imensa dimensão territorial que possui, não dispunha de um serviço de informações, quer externo quer interno. Não há muito, acabaram com o SNI; depois, tentaram fazê-lo ressurgir; verdadeira confusão. Pois hoje, posso falar com segurança, com conhecimento de causa, está uma bagunça. O que se construiu, no período revolucionário, foi absolutamente necessário.

O Governo Castello Branco reestruturou a Polícia Federal, que prestou e está prestando os mais relevantes serviços ao Brasil. Havia, na época, uma polícia local, chamada de Departamento Federal de Segurança Pública.

A Reforma Agrária estaria implantada, caso seguissem o Estatuto da Terra editado pelo primeiro Governo da Revolução. Era e é, ainda, um instrumento absolutamente revolucionário, ou seja, para resolver o problema da distribuição da terra para o trabalhador. Num País, com a dimensão do Brasil, não se pode entender que falte terra para o homem que nela trabalhe.

Benefícios e prejuízos acarretados pela Revolução

Que ela trouxe benefícios para o País, estou absolutamente convicto. Poderia citar mais de uma dezena de grandes realizações. Agora, cometeram-se erros e

vou desfilar alguns deles. Por exemplo: descuidamos da juventude do nosso País. Deveria ter sido a preocupação maior o zelo por aquela geração que iria projetar as reformas que estávamos fazendo, que iria conduzir as bandeiras de um Brasil reformulado. Alguns chefes, preocupados em evitar que se traduzisse em propaganda ou promoções, ficaram muito recolhidos e o trabalho subterrâneo foi-se fazendo na juventude, nas universidades. Daí, as dificuldades que foram observadas depois. Esse, talvez, seja um aspecto.

Outro problema foram os próprios sindicatos. Acho que o Movimento de 1964 deveria ter tido o cuidado, muito grande, de trazê-los para a grande reforma de que o Brasil estava carecendo.

Nós mesmos, nas Forças Armadas, também sofremos. É um paradoxo, é algo até de difícil compreensão, embora possamos entendê-lo, em parte, pela preocupação dos governos, sendo as Forças Armadas tutelares da administração pública, de deixá-las como que meio desequipadas, como uma espécie de exemplo de austeridade. Predominava a máxima do maior desenvolvimento com o mínimo de segurança indispensável. Isso acarretou problemas que, agora, estão se evidenciando, com a necessidade de mais equipamentos. Perdemos o ritmo da evolução. Isso, em parte, decorre de um descuido, tão preocupados estavam os governos em desenvolver e retomar o tempo perdido.

Extremismo: Ações de guerrilha e terrorismo

As ações de guerrilha e terrorismo configuram o cenário que vivemos, depois de 1964, sobretudo nos anos de 1970. Entre elas, uma de grande expressão foi a Guerrilha do Araguaia, na área de Xambioá, no sul do Pará. Evidenciam, aquelas ações, o papel do Movimento de 1964, no sentido de bloquear o processo de subversão que estava se desenvolvendo. A surpresa provocada pelo Movimento revolucionário, democrático, e o êxito dos Governos decorrentes, seguramente, deviam estar estimulando a oposição ideológica a se arregimentar, de uma ou de outra forma, para através de ações isoladas, intimidar, perturbar e, se possível, galgar o Poder.

Isso me faz lembrar o primeiro volume de memórias de Gilberto Amado, onde está escrito: “As autoridades que dispõem do Poder, o usam ou são, por ele, destruídas.” Ele queria dizer, adaptando-se para o caso pós-1964, que um Governo que dispunha até de institutos discricionários e revolucionários, os atos institucionais, na medida em que ficasse em situação difícil e em dúvida quanto a usá-los, estava estimulando o lado contrário a admitir tal situação

como uma fraqueza. Esse “jogo” obrigou os Governos a editarem outros atos institucionais, o que poderia ter sido evitado e, por outro lado, estimulou a subversão e a prática de atos mais agressivos, como assaltos a bancos, assassinatos de autoridades e a tentativa de criar uma área liberada no interior da Amazônia, na região de Xambioá.

Nesse quadro de fluxos e refluxos, compreendo que a uma ação normalmente se antepusesse uma reação, a menos que os governos pós-31 de março abrissem mão do seu Poder para entregá-lo às guerrilhas e à subversão. Não estou justificando determinados atos, que diria excessivos e a mídia generaliza como tortura.

Agora, em qualquer situação, o que não podemos entender, acho inconcebível, é que um companheiro nosso, que prestou juramento perante a Bandeira Nacional, que tinha a responsabilidade constitucional de preparar homens e defender a Instituição, pratique atos de deserção, assassinatos, assaltos e seqüestros. Isso não poderia ficar sem uma resposta.

De maneira que, compreendo esse cenário, lamentando que tenha havido necessidade de redução, em alguns casos, pela violência. Admito que o conflito, a luta, só pode ser entendido como um binário. Uma vez desencadeado o choque, um dos lados é o vencedor e esse Poder maior tem que absorver o menor, se possível pela persuasão, caso necessário pela ação e, até, pela força.

Por exemplo: a bomba no Quartel-General do II Exército. A sentinela que estava ali cumprindo a sua missão foi a primeira a ser sacrificada. O que o inocente soldado tinha a ver com um ato de terrorismo daquele? Ele estava apenas cumprindo seu dever, quando foi vítima daquele ato de terrorismo indiscriminado e odioso. As autoridades teriam que aceitar isso passivamente? Obviamente que não.

SNI, DOI/CODI e Lei de Segurança Nacional

Penso que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI, Centros de Operações de Defesa Interna e Destacamentos de Operações de Informações, bem como impositivo o agravamento da Lei de Segurança Nacional.. Uma escalada em que o avanço de um lado provoca a reação contrária, no caso de instituições bem estruturadas. Lembro-me do que ocorria na Itália, atrás da linha de frente, no Comando do V Exército. Havia dezenas de cursos para acompanhar a doutrina que estava evoluindo: cursos de minas, de comando de pelotão, de alpinismo e muitos outros. O Manual do Instrutor do Exército americano, distribuído à FEB, dizia, na primeira página, que “o oficial ideal é aquele que nada teme... nem mesmo uma idéia nova”. Adequavam-se à evolução doutrinária.

O problema de 1964 foi idêntico. Teria que adaptar a estrutura à nova ordem implantada, a uma realidade que exigia medidas mais sérias. Criou-se um órgão de inteligência, o SNI; como órgão operacional, a Polícia Federal, reestruturada por inteiro; e outros órgãos de segurança, para viverem a nova fase. É idêntico ao que ocorreu na guerra convencional, na Itália. Tem-se que adequar os meios, a estrutura e a parte operacional ao fato novo.

Permanência dos governos revolucionários

Sobre a conveniência da demora do Movimento de 1964 no Governo do País, eu responderia sim e não. Minha posição, aliás, é resultante de profunda meditação. Se o primeiro Governo da Revolução fosse mais cirúrgico nas medidas iniciais, seguramente estariam facilitadas a segunda e a terceira fases, podendo haver um encurtamento dos vários períodos. Ao contrário do que aconteceu na área militar, bastante penalizada, todos devem se lembrar do grande número de oficiais reformados, verificamos um cuidado excessivo na área civil.

Acredito que se tivessem sido tomadas determinadas medidas cirúrgicas, talvez pudesse ter sido reduzido o período de 20 anos. No entanto, isso não é e não deveria ser motivo para tanta crítica da mídia. E ela o faz porque não teve chance de tirar proveito, como desejava, do fato de ter aplaudido a eclosão do Movimento de 31 de Março. Passou, então, a criticá-lo.

Até hoje, a mídia insiste nisso na medida em que se beneficia da conjuntura atual. Disse acima que o País, na atualidade, está submetido a duas ditaduras: a da mídia e a dos banqueiros. A mídia faz o que quer e diz o que bem pensa. E a melhor maneira de se beneficiar é procurar denegrir e execrar um passado do qual ela não pôde tirar muito proveito, porque tal comportamento lhe é extremamente compensador, no presente.

Governos revolucionários e as conseqüências para as Forças Armadas

De modo geral, as Forças Armadas não se aproveitaram da existência de governos revolucionários para auferirem qualquer tipo de vantagem, absolutamente; algumas exceções, porém, ocorreram. Já comentei que a desambição das Forças Armadas se traduziu, em grande parte, em um despreparo em relação ao aperfeiçoamento do equipamento. Os governos ficaram obsessivamente preocupados com a retomada do processo de desenvolvimento em detrimento da segurança. Destaquei até uma frase que ficou famosa: "máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança".

Avaliação dos 20 anos de Governo da Revolução

Devido à minha presença muito próxima do núcleo central do Poder, pós-1964, poderia citar as principais realizações do Governo Castello Branco. Claro que estava investido de poderes excepcionais e só assim poderia promover as reformas profundas da estrutura, reformas, portanto, institucionais. Num período extremamente curto – de 14 de abril de 1964 a 15 de março de 1967 – o rol de realizações foi imenso. No campo da Reforma Administrativa, bastaria citar o Decreto-lei 200, chamado de Lei de Diretrizes, documento extremamente importante que mudou a administração pública. Cada ministério era vértice de um sistema. Esse decreto, infelizmente, está totalmente desrespeitado nos dias de hoje. Essa foi das maiores realizações do Governo Castello Branco. Para a edição definitiva do Decreto-lei 200, houve 11 edições provisórias anteriores até se chegar ao decreto final.

Implementou-se profunda Reforma Eleitoral, de que há muito carecia o País. Outra reforma foi a bancária: Houve a criação do Banco Central, incumbido de definir a política econômica e financeira do País, enquanto que o Banco do Brasil passaria a ser uma instituição bancária normal, como as demais, executiva das atividades financeiras. Reforma Habitacional: Todos se lembram da revolução acontecida no campo habitacional com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e as ações decorrentes.

A Reforma Agrária, sobre a qual já falei, mas gostaria de reiterar. O Engenheiro José Gomes de Souza, autor do Estatuto da Terra, quando fazia, a nosso convite, conferência sobre Reforma Agrária no Colégio Interamericano, citava três momentos revolucionários, em termos de reforma agrária. A primeira grande revolução de reforma agrária foi a das 13 colônias americanas que se emanciparam. Cada revolucionário recebeu um trato de tantos hectares no processo pela independência dos Estados Unidos. A segunda foi no Japão depois de 1945. Pela espada, o General MacArthur promoveu uma reforma agrária profunda. Ambas traduziram-se na criação de um Estado nacional extremamente desenvolvido e poderoso. No caso do Japão, depois de totalmente destruído. A terceira, dizia o conferencista, foi o Estatuto da Terra do Brasil, um instrumento absolutamente revolucionário. Infelizmente, não houve seqüência e está por ser implantado até hoje. O Governo Castello Branco editou-o com a intenção de promover os atos decorrentes, mas terminou o seu período. E as dificuldades estão aí de toda ordem. Há proprietários de terra do primeiro mundo, como o Sr. Rockfeller e empresas multinacionais, que possuem quase metade da Amazônia, impedindo a equação do problema agrário. O Estatuto da Terra foi obra do Governo de 1964.

Outro ato importante foi a criação do chamado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), depois transformado no atual Ministério do Interior. Sua função era coordenar os órgãos que tratavam das regiões menos desenvolvidas como a SUDENE, SUDAM, Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste e outros. Juntamente com esse, foi criado o Ministério Extraordinário do Planejamento e da Coordenação Econômica que, em dois meses, editou o famoso PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Foi o primeiro instrumento elaborado no Brasil decorrente de um planejamento econômico, preciso no diagnóstico e na adequada terapêutica para restaurar o País. Foi o ponto inicial para a mudança de posição do Brasil na ordem econômica mundial.

Dois instrumentos absolutamente fundamentais para um Estado-Nação das dimensões e do peso geoestratégico do Brasil foram instituídos: o SNI, para a produção de informações estratégicas acerca do que estava ocorrendo interna e externamente e que fosse do interesse do País, e a completa reestruturação da Polícia Federal, de que carecia o Brasil.

Tal era o valor emprestado pelo Governo Castello Branco às atividades da Polícia Federal, que foram inseridos, na Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, 14 itens sobre as suas atribuições. Para que se possa avaliar a importância desse órgão, em 1964, quando o Governo Castello Branco assumiu, para nos comunicarmos com a Amazônia Ocidental, usávamos telefones e rádios dos contrabandistas de Belém e Manaus. Afirmo isso com absoluta responsabilidade. Era o que ocorria. A Amazônia Ocidental não existia para a Polícia Federal, como região observada e controlada.

Lamentavelmente, hoje, pela ação da mídia e de pressões externas, procura-se reduzir o valor do Serviço Nacional de Informações e da Polícia Federal, dois órgãos fundamentais, que viabilizam a visão político-estratégica do Governo, através da informação, assim como a atuação operacional, policial, em todo o território nacional.

Podemos, também, falar na Reforma das Telecomunicações. Criamos a Embratel e, graças às reformas promovidas no primeiro Governo da Revolução, o Brasil passou ao primeiro mundo em termos de telecomunicações. Em seguida, no outro período governamental, veio a Telebrás. Chegamos a produzir, em Campinas, a fibra óptica, com pesquisa e tecnologia totalmente nacional, desenvolvida por técnicos militares do IME e do ITA. Todo esse patrimônio está, hoje, totalmente entregue às multinacionais. É doloroso dizer isso.

Poderia citar inúmeras outras medidas do Governo Castello Branco como, em 1965, a reforma do padrão monetário, com a criação do Cruzeiro Novo, a Lei

de Mercado de Capitais e o chamado Plano Mestre Decenal de Pesquisa Mineral, até 1974, com prioridade para encontrar água no subsolo que resolvesse ou minorasse o problema da seca no Nordeste. Foram contratados técnicos do México e de Israel, que tinham experiência no setor.

No plano internacional, é preciso relevar que aderimos muito sofregamente ao Ocidente. Talvez, em razão do cenário internacional, apontado no início, polarizado diante de problemas como o de Cuba, China, Coréia, Vietnã e outros. Uma posição mais equilibrada provavelmente pudesse ter sido mais favorável ao Brasil. Isso é um fato que a História pode registrar.

O Governo Costa e Silva, iniciado em 15 de março de 1967, por pretender liberar mais aceleradamente, encontrou dificuldades que desaguaram na edição do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Como expliquei no início da resposta, me ative ao primeiro Governo.

Polícia Federal

Quando procuro traçar um paralelo entre o atual desempenho da Polícia Federal, em nossos dias, e o de sua época de criação, estabelece-se uma questão que remete à própria reorganização da Polícia Federal. Foi com absoluta prioridade que o Presidente Castello nos deu a missão de reestruturá-la, tornando-a, efetivamente, capaz de atuar no âmbito nacional. Até então, estava restrita ao Distrito Federal, em nível de polícia estadual. Percebia-se a necessidade de um instrumento operacional, em nível federal, vale dizer, de nível mais alto. É essa a colocação piramidal dos serviços de segurança pública num Estado nacional, como o Brasil.

O Governo deveria dispor de uma autoridade com liberdade de ação no nível operacional, processante, isto é, responsável por seus atos, enquanto que um Serviço de Inteligência, como o SNI, fizesse avaliações, estimativas. Apresenta um outro viés, de assessoria ao Poder central.

A missão ficou a nosso cargo, com plena liberdade para a realização desse propósito, que se traduziu no Projeto de Lei da Polícia Federal e pela segunda vez – a primeira foi o Projeto do SNI, de julho a agosto de 1964 – foi invocado o Parágrafo Único do Artigo 4º, do Ato Institucional nº 1, que previa o prazo de 30 dias para a apreciação pelo Congresso de projetos de relevância do Governo. Vejam a importância atribuída a esses dois institutos. Solicitou-se ao relator, Deputado Peracchi Barcelos, que o projeto não sofresse emendas, o que aconteceu. Logo no segundo dia de tramitação foram apresentadas 109 emendas, 107 das quais de uma só origem, dos advogados da H. Stern. Por quê? Porque um dos propósitos da

Polícia Federal, previstos na sua reorganização, era reprimir os ilícitos penais contra os interesses da União e, no caso dessa Firma, o contrabando e o descaminho de pedras preciosas e ouro.

Criamos duas Divisões, uma de repressão ao contrabando e descaminho e outra de polícia fazendária. Em uma exposição que fiz sobre a nova Polícia Federal, o projeto foi considerado modelar pelo FBI, na expressão do próprio Diretor, Sr. J. Edgar Hoover, no seu Gabinete, em julho de 1965, quando fui convidado para conhecer a estrutura do FBI e da CIA. Ele teve a humildade de dizer que esta era a organização dos seus sonhos. Perguntei-lhe, porque, estando há 40 anos na direção, não realizara algo semelhante, e ele respondeu que, ao contrário do que se possa imaginar, os americanos são muito conservadores. Muitas ações que constitucionalmente são da alçada da Polícia Federal estão sendo executadas por outras entidades, que as assumiram, à medida que as necessidades foram exigindo.

Conto esse fato para valorizar o Governo de 1964, na medida em que deu prioridade e garantiu a realização da nova estrutura. A característica dessa Polícia Federal foi a descentralização em superintendências que cobrem todas as áreas do território nacional. Como lembrei, há pouco, não tínhamos nem como falar com a Amazônia Ocidental, a não ser através de contrabandistas. A Direção Central, em Brasília, coordenaria todas as atividades, através das superintendências, cujo número seria variável, consoante a evolução da conjuntura nacional ou regional.

A minha inspiração foram as mesmas idéias que depois geraram o Decreto-lei 200. Conheci-as no trabalho com o Hélio Beltrão, no Governo da Guanabara, em 1961. Basicamente, centraliza a direção e o controle, mas descentraliza a execução, proporcionando, assim, uma dinâmica operacional extremamente flexível e eficaz.

Essa organização, depois de implantada, produziu excepcionais resultados, durante décadas. Lamentavelmente, com profunda tristeza de minha parte, esta pirâmide tão bem concebida, fundada, inclusive, na Constituição de 1967, vem sendo dilapidada. As 14 atribuições foram retiradas da Constituição de 1988.

Consta em uma revista da Interpol da Bélgica, edição francesa – tenho um exemplar em meu poder – uma apresentação que fiz de toda essa reorganização da Polícia Federal, no ano de 1964, inclusive com os comentários da própria Interpol belga.

Acho totalmente inconcebível e incompreensível que esse patrimônio de 1964, incluindo o próprio SNI, venha sendo desmontado, enquanto o próprio FBI, com o consentimento do Governo Federal, instalou uma agência em Brasília. Faço questão de deixar registrado que é com profunda mágoa que vejo o FBI imiscuir-se em nossas atividades, por solicitação do nosso próprio Governo.

Criamos uma Polícia. O Estatuto do Policial, o último dos cinco projetos que deixei pronto, editado em 24 de dezembro de 1964, foi mais rigoroso do que o Estatuto dos Militares, que serviu de modelo. Nele, estavam estabelecidos o processo de seleção, de admissão, cursos de aperfeiçoamento. Criamos uma carreira de policial federal.

Não sei como está hoje, mas a questão que o senhor levantou demonstra preocupação sobre desvios ou o atual destino da Polícia Federal. Procurei responder, mas existe uma gama imensa de aspectos a serem abordados.

"Revanchismo" das autoridades constituídas e da mídia, em relação aos militares. Lei da Anistia

Acho curiosa essa questão do "revanchismo". Se os que foram contra 1964 estão, hoje, na cúpula do Governo Federal, como pode haver "revanchismo", nesse sentido? Eles assumiram o Poder e deviam se preocupar em fazer o que fizemos, de 1964 em diante: promover o desenvolvimento acelerado do País e implementar as reformas necessárias. A segurança do Estado Nacional cada vez torna-se mais frágil e desestruturada. Fortes interesses de alguns países do primeiro mundo voltam-se para nosso subsolo amazônico, rico em minerais estratégicos, como o nióbio, sob a capa de preservar a floresta amazônica.

É exatamente "revanchismo" o que se observa, pois estão procurando denegrir, desmoralizar e até desestruturar as Forças Armadas, esquecidos de que nas constituições, desde o Primeiro Império, as únicas instituições nacionais e permanentes são as instituições militares. Tudo isso tem um sentido absolutamente nítido, porque lhes cabem as preocupações maiores do Estado, ou seja, defender a soberania e o patrimônio nacionais e preservar a sua autodeterminação.

Esquecem os que assim procedem de que, antes de 1964, isso também ocorria e, para surpresa de muitos, o quadro mudou por inteiro.

Agora, verificamos que o panorama é extremamente mais grave, como ressaltei antes, porque estamos desestruturando o estado nacional, estamos assistindo a ofensas gravíssimas à unidade nacional, estamos vendo a intromissão de poderes externos na nossa terra.

Talvez busquem no rótulo do "revanchismo" dominar, definitivamente, o nosso estado nacional já fragilizado, ou silenciar, mais ainda, as Forças Armadas que, como costumamos dizer, não estão cegas, nem surdas e, certamente, estão acompanhando a evolução da conjuntura. Como ocorreu no passado remoto e no passado recente, com certeza ocorrerá no futuro, as Forças Armadas estarão prontas

ao cumprimento de sua destinação constitucional, porque essa está acima dos governos. Está no topo... No estado nacional.

Sobre a segunda questão contida na pergunta, da Lei de Anistia, editada pelo Governo Figueiredo, também acho curiosa. Anistia, pelo próprio conceito, é o perdão com silêncio sobre aquilo que ocorreu de um lado e de outro. Anistiados muitos agitadores, parece que tais atos não os satisfizeram e querem mais ainda.

A intenção da Lei da Anistia promulgada era colocar uma pedra. No entanto, volta e meia, se destampa o poço e ocorrem erupções. A meu ver, são situações descabidas. Obviamente, em detrimento do nosso sofrido País.

A imagem do Exército Brasileiro

O fato conhecido de que a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como o atestam várias pesquisas de opinião, denuncia a angústia da população brasileira, que está sofrendo. Está espantada com tanta privatização, com o volume imenso de recursos financeiros conseguidos e, estranhamente, não se vêem resultados, não se conhece o destino do mesmo, de qual "buraco" está escapando tudo isso. Até a água estamos privatizando, embora não claramente. Quando se privatiza uma hidrelétrica, o mesmo acontece com a água, que a operacionaliza.

Continuam os problemas de saneamento, habitação, saúde, educação, alguns piores do que antes. Veja as epidemias que estão voltando, as doenças contagiosas que estão se ampliando e isso tudo deveria estar bem mais minimizado.

A opinião pública não se deixa enganar por muito tempo. Ela começa a observar que as Instituições que não tiveram a preocupação de se promoverem, que não usaram o Poder, a partir de 1964, para construírem uma imagem faraônica de salvadores da Pátria, que trabalharam para o desenvolvimento nacional foram as Forças Armadas. É o reconhecimento da sociedade brasileira ao papel desempenhado pelas Forças Armadas. E não deixa de ser um alerta dessa mesma comunidade nacional de que algo poderá, no futuro, ocorrer, para reverter este quadro.

Para o escalão superior das Forças Armadas, tal quadro deve motivá-lo, no sentido de que é preciso acompanhar melhor a evolução da situação. Primeiro, porque está havendo esse recado de baixo, a manutenção em alto grau da credibilidade nas Forças Armadas; depois, porque o compromisso das Forças Armadas é com o futuro do País, e não com governos momentâneos. Tudo isso deve servir de meditação para o escalão de chefia, no sentido de conjugar esses dois focos: a expectativa e esperança crescente da sociedade sobre o que possam fazer as Forças

Armadas e as suas responsabilidades em relação ao destino do estado nacional, que hoje corre um risco infinitamente maior do que antes de 1964.

Todas as pesquisas feitas nos últimos anos deixam as Forças Armadas em uma situação muito boa. Entretanto, a própria mídia, os políticos e lideranças de toda natureza, incluindo aqueles que foram beneficiários do Movimento revolucionário, e cito enfaticamente o Presidente do Congresso, Senador Antônio Carlos Magalhães, fazem novamente carga sobre as mesmas, sobre o período revolucionário, em termos como "ditadura", "anos de chumbo" etc. O Senhor não acha isso um paradoxo? O povo diz que as Forças Armadas são muito boas, realizaram e realizam trabalhos meritórios em relação ao País, enquanto as elites insistem em criticar-nos. Não há um propósito muito específico nesse tipo de acusação?

É, na verdade, uma situação antinômica e paradoxal, que a mídia está procurando desfazer, seja minimizando a divulgação dessas pesquisas, omitindo-as, seja por meio de membros do Congresso, procurando obscurecer, via manobras políticas, o papel das Forças Armadas, em razão de interesses não revelados. Pretendem que as Forças Armadas fiquem apenas voltadas ao cumprimento das atividades castrenses, retirando-as do processo decisório nacional.

A criação do Ministério da Defesa vale como teto interpolar aos Ministérios Militares e o Poder político. Todos sabemos, e isso é elementar em qualquer unidade política no mundo, é corolário constitucional, que as Forças Armadas integram e participam da formulação e da execução da política nacional, ou não seriam elas incumbidas da defesa da soberania e do estado nacional. Ora, se elas são retiradas da mesa em que se delibera ou se formula a política nacional, é prova evidente de se contrapor aos resultados da consulta à opinião pública. Às elites políticas, apoiadas pela mídia, interessa retirar as Forças Armadas do processo decisório da política nacional.

Isso é extremamente grave, pois compromete o destino de grandeza do nosso País e, ainda pior, está sendo feito em atendimento a pressões externas. Reiteradas vezes o Secretário de Defesa dos Estados Unidos aqui esteve para cobrar a implantação do Ministério da Defesa. É evidente que não é para defender o Brasil ou prestigiar as Forças Armadas, mas para retirá-las do processo político nacional.

Daí, esse paradoxo entre uma situação de absoluta admiração e preocupação. Cresce a aceitação da opinião pública, mas a mídia está preocupada em que as Forças Armadas não ganhem expressão política nacional. Buscam, sempre que podem, atingi-las. As Forças Armadas são realmente uma preocupação para eles, que não se preocupam com o Brasil, enquanto futuro, enquanto estado nacional. As Forças Armadas só existem com essa preocupação.

Tenho a impressão de que essa aparente antinomia se justifica pelos interesses escusos momentâneos. Antes de 1964, a Globo, na iminência de ser atacada, como ocorreu nos anos de 1950, e prejudicada nos seus interesses financeiros imediatos, fez campanha pró-1964. Logo depois, tirou proveito com a empresa americana *Time Life*, que ficou muito conhecida naqueles anos, conseguindo projetar-se a ponto de, nos anos de 1965 e 1966, fazer seus pagamentos, incluindo o salário dos funcionários, em dólar. Na medida em que foram satisfeitos os propósitos de um Poder novo, passou a ser tempo de afastar a expressão militar, porque pode não ficar muito bem amanhã. Essa mídia cuida zelosamente de seus interesses, e os políticos, obviamente, tiram o maior proveito dela. Quando os índices favoráveis às Forças Armadas aumentam, pressão da mídia sobre o passado recente ou remoto, supostamente comprometedor das Forças Armadas, também aumenta.

Comentários finais

À guisa de conclusão, e de forma resumida, podemos fazer algumas colocações. O 31 de Março se impunha, em decorrência dos cenários externo e interno precedentes. Os acontecimentos dos outros continentes e da própria América Latina importavam em reflexos na conjuntura interna brasileira. Desenvolvia-se um processo que, embora não se possa classificar de desagregador, era, pelo menos, estimulador da indisciplina, da desmoralização de chefes ilustres, do desgaste das Forças Armadas. Parecia, às lideranças da agitação que se promovia no País, em nível governamental e regional, que as Forças Armadas, por seu silêncio, estivessem apoiando toda aquela situação.

No momento decisivo, as Forças Armadas coesas se levantaram. As pequenas deflexões nem tempo tiveram de se apresentar como alvo compensador a alguma disputa nesse conflito. O País, em virtude de um Movimento bem articulado, desencadeado e controlado, restaurou de imediato a hierarquia e a disciplina. Veio o desenvolvimento acelerado e a criação de instituições de que o País carecia, através dos atos dos governos que se seguiram.

Frisamos que o processo de 1964 estava longe de ser uma revolução. Segundo Ortega y Gasset, revolução é mudança de usos jurídicos, políticos, econômicos, sociais e militares. O Movimento de 31 de Março não se propôs a isso, mas a restabelecer a ordem, a normalidade e imprimir uma velocidade crescente no processo de desenvolvimento do País. Apenas impediu a concretização de um golpe que poderia transformar-se em revolução. É esse o meu entendimento conceitual do Movimento de 31 de Março. Não foi de maneira nenhuma uma

revolução como muitos dos nossos companheiros, inclusive no melhor dos propósitos, procuram hoje titular o Movimento. Ao contrário, a ordem constitucional foi estabelecida com a Constituição de 1967, normalizando a vida e sem mudanças jurídicas, econômicas ou políticas. Ao contrário, fortaleceu-as nas várias expressões do Poder Nacional.

Tudo o que ocorreu em 1964 deveria servir de advertência a todos nós, nessa entrada do século XXI. Ao meu ver, o risco que o Brasil está correndo é infinitamente maior. Encaminha-se, aceleradamente, para a desestruturação do Estado-Nação e a desarticulação do todo nacional. Aceita-se, por exemplo, que o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, diga: "Os brasileiros pensam que são donos da Amazônia, mas não são, a Amazônia é de todos." Aceita-se o Presidente da França, François Mitterrand, dizer: "A Amazônia é patrimônio da humanidade", reiterado pelo atual Primeiro-Ministro da Inglaterra. E, pior do que tudo, aceita-se autoridade do Departamento de Estado americano, dizer que há três prioridades, e que a terceira delas é preservar a Amazônia. E pergunto: "Preservar a Amazônia para quem?"

É preciso que tenhamos todo o cuidado, desvelo e preocupação com essas tentativas de desestruturação do estado nacional e de supressão de partes do espaço tridimensional brasileiro. É uma situação mais grave que 1964.

A mensagem que deixo aqui é de esperança, porque quando temos fé, os cristãos sabem, a esperança é disso corolário. O Brasil tem tudo para, no século XXI, ser o centro regional de poder da América do Sul, pelos recursos que tem, pela paz reinante em 130 anos com as dez unidades políticas que lhe são vizinhas na América do Sul, o que não ocorreu até hoje com nenhum outro país. Esse é o galardão maior, o destino de grandeza do nosso País.

Coronel Mário Dias

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: Coronel.
- Foi Observador Aéreo do I Grupo de Obuses da FEB, durante a Campanha da Itália.
- Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), (1961/1965); Oficial de Gabinete dos Ministros Costa e Silva e Adhemar de Queiroz (1965/1967); Assistente-Secretário dos Generais Muricy e Lyra Tavares (1967/1969) e Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACos M), Rio de Janeiro (1969/1971).
- Foi Assessor Especial do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1983/1989).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Observador Aéreo.
- Em 1964, era Instrutor da ECEME.

Entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2000.

Primeiramente, gostaria de prestar justa homenagem àquele que muito fez pela Marinha e pela Revolução. Refiro-me ao meu irmão, o falecido João Marcos Dias. Em 1955, por ocasião do golpe militar do General Lott, João Marcos era Oficial de Reparo da Esquadra, comandada pelo Almirante Pena Botto. A propósito, sempre que sua Força saía, o Almirante, que diziam ter sido "vacinado com água salgada" e que "usava óculos vermelhos", pois, para ele, todos eram comunistas, pedia ao capelão:

– Reze para pegarmos mau tempo e, assim, treinar nosso pessoal.

Após o golpe, meu irmão foi premiado com um convite para comandar o Paraguaçu, navio monitor, fluvial, construído em 1893, que estava encostado há vários anos, incapacitado para navegar. João Marcos restaurou o navio e, pouco depois, saiu em viagem para Assunção. Inclusive, durante o período em que esteve lá, navegou muito no Rio Paraguai. Quando voltou ao Rio de Janeiro, foi convidado para montar uma companhia de navegação. Entregaram-lhe uma sala, uma mesa, cadeira e um telefone, a partir do que construiu, em doze anos, a maior companhia de navegação marítima da América Latina: a Docenave. No Governo Geisel, foi destituído da função; a partir daí, resolveu fazer, para si próprio, o que havia realizado em prol daquela companhia. No Ceará, numa cidadezinha litorânea chamada Chaval, comprou uma companhia de navegação que fazia transporte de Belém para Fortaleza e, em pouco tempo, conseguiu alcançar o seu objetivo. Hoje, segue por todos os oceanos, um navio com a palavra "Chaval" no seu costado e, especificamente na popa, uma homenagem de sua família: "Marcos Dias".

Em 1963, meu irmão foi procurado por capitães e tenentes da Marinha que queriam o lançamento de sua candidatura a presidente do Clube Naval. Ele retrucou:

– Vocês estão fazendo bobagem.

E tinha suas razões. O Almirante Rademaker era o candidato do nosso lado e havia um almirante janguista como candidato do lado oposto. Portanto, se o meu irmão aceitasse aquela proposta, dividiria as forças do Almirante Rademaker, mas, mesmo assim, prometeu procurar este último para expor a situação daqueles jovens. Eles queriam ter a posse do Clube Naval que, até então, era privativo de almirantes. Meu irmão cumpriu com sua palavra. A princípio, o Almirante Rademaker deu-lhe uma resposta negativa, argumentando que a chapa já estava montada. Inclusive, meu irmão era do Conselho Diretor do Almirante. Posteriormente, o almirante janguista acabou retirando sua candidatura. Foi quando aqueles jovens voltaram à casa do meu irmão e insistiram no lançamento de sua candidatura. Mais uma vez, ele reagiu contrariamente, alegando que faltavam somente quinze

dias para as eleições e que tal atitude seria loucura. Após tanta insistência, ele se lançou candidato e saiu vitorioso.

Em 1964, com a Revolta dos Marinheiros, o Clube Naval, sob a presidência do meu irmão, lançou um grande manifesto ao Ministro da Marinha, pedindo disciplina naquela Força e demonstrando revolta com a situação. Com certeza, a Marinha foi a maior vítima das Forças Armadas devido à indisciplina dos seus marinheiros e à fraqueza demonstrada por alguns almirantes.

Meu irmão faleceu há sete anos, mas deixou seus descendentes, que, até hoje, mantêm a Chaval funcionando e o navio com o nome do meu irmão singrando os mares. Futuramente, se Deus quiser, teremos vários "Marcos Dias" navegando pelos mares.

Raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964

O Exército, desde a Proclamação da República, sempre esteve presente aos movimentos em busca de um Estado capaz de ser merecedor do respeito e da admiração dos outros povos, pela sua grandeza territorial e também pelas potencialidades de sua gente. Mas, foi na década de 1920, com o Movimento "Tenentista", que o Exército passou a participar, mais efetivamente, dos movimentos revolucionários. Sua presença foi marcante em 1930, 1932 e 1935, e também em 1945, com a queda do famigerado Getúlio Vargas e a derrubada dessa que foi uma verdadeira ditadura. Duas coisas caracterizaram o Governo de Vargas: a corrupção e a chantagem. E por que não incluir a tortura? Enfim, em 1945, tivemos a volta da democracia. Logo depois, voltou, outra vez, o Governo Vargas, com mais demonstração de corrupção e chantagem, sendo que, nessa fase, a tortura deixou de existir, porquanto tal prática era mais difícil numa democracia. Finalmente, houve o suicídio de Vargas que, me desculpem, foi a grandeza do Brasil. Tratava-se de um homem tremendamente pernicioso. Houve também o Movimento de 1955, do General Lott e, posteriormente, os governos de Juscelino, Jânio Quadros (de infeliz memória, porque seu Governo durou pouquíssimo tempo; embora oferecesse muita esperança, pelo menos para o povo que acreditava nele) e João Goulart. Este último era um pelego, um dos maiores latifundiários do Brasil, que se dizia defensor da reforma agrária. Nesse caso, teria que fazê-la nas suas terras, em primeiro lugar. Goulart foi apoiado pelo seu cunhado Leonel Brizola. No seu Governo, a influência comunista e, também, a dos pelegos, já encaminhavam o Brasil para uma situação de caos. A desordem vinha da cúpula. Porém, se temos na nossa bandeira a expressão "Ordem e Progresso", é porque amamos a ordem. Como,

então, aceitar que se provocasse a desordem? Só havia uma solução: o Exército, apoiado pelas outras Forças Singulares, agir de modo a acabar com aquele descalabro existente no Brasil.

Movimento de 31 de Março de 1964: influência externa e o papel da guerra fria

Pode-se pensar nisso de duas maneiras. Primeiramente, sem dúvida alguma, houve influência da guerra fria. A bipolaridade existente no mundo de então, entre a Rússia e os Estados Unidos, fez com que surgissem movimentos, em todos os países, com o objetivo de sustentar a democracia, pois aqueles que não a mantiveram, como Cuba, cederam ao comunismo.

Quanto à influência externa, gostaria de fazer um relato. Vernon Walters, general americano que foi Adido Militar dos Estados Unidos no Brasil, em seu livro *Missões Silenciosas,* diz que não houve movimentação alguma por parte dos americanos. Ele diz que, com base em informações que vinham do Brasil, havia uma "contingência". Esse é o termo usado por ele. Segundo Walters, os Estados Unidos tomaram uma posição de resguardo, preparação e planejamento. Mas não sabia da existência de movimento de tropas para isso. No entanto, em 1965, levei provas do exame de habilitação à Escola de Comando e Estado-Maior, para Juiz de Fora. Lá, o General D'Ávila Mello, que comandava a 4ª RM convidou-me para almoçar. Nesse almoço, apareceu, de repente, o General Vernon Walters. Foi uma surpresa agradável, porque ele era querido por nós dois. Começamos a conversar e ele disse que havia uma força-tarefa ao longo da costa brasileira pronta para atuar em defesa da Revolução. Se ele me desmentir, está desmentido.

No entanto, nós não fomos a eles buscar esse apoio.

Realmente, nunca pedimos auxílio a quem quer que fosse.

O panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

A Câmara e o Senado primavam pelas discussões de plenário. Foi um período de grande oratória, dos discursos famosos de Carlos Lacerda, principalmente antes de tornar-se governador. Temos que reconhecer que se tratava de um grande tribuno, mas eram só palavras. Nada de positivo. Também havia uns malucos que pregavam a reforma agrária e a justiça social sem definir o que era a justiça social. Falavam por falar. Essas idéias atraíam o povo humilde e menos culto e ajudavam a vencer as eleições. Mas chamar isso de política é até piada.

O desenvolvimento estava estagnado; não havia política.

Quem leu a teoria política de Rui Barbosa em que ele conceitua política como a arte de gerir – hoje, um pouco discutida se Arte ou Ciência – não pode admitir que o que se fazia naquela época fosse política.

Clima de insatisfação contra o Governo deposto

Era total. A maior demonstração disso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Posição da Igreja em relação ao Governo Goulart

Comparo a Igreja ao Exército. Da mesma forma que encontrávamos, no Exército, elementos comunistas, como Jefferson Cardim de Alencar Osório e Carlos Lamarca, dentre outros, a Igreja também os possuía, naquela época. Helder Câmara e Evaristo Arns são alguns exemplos. De qualquer forma, eram a minoria. Eu vou citar somente um caso para que se possa ter uma idéia da percentagem. No dia da Revolução, na Escola de Comando e Estado-Maior, houve uma reunião dos instrutores. O Coronel Ênio Gouvêa dos Santos, mais tarde General, era o mais antigo e a presidiu. Nessa ocasião, decidiu-se que deveríamos tomar parte na Revolução, criando estados-maiores ou fornecendo elementos nossos para os estados-maiores das grandes unidades. Terminada a reunião, um elemento se levantou e perguntou:

– E para nós do "país verde", qual é a missão?

Em outras palavras, no conjunto de quase cem instrutores, existia um equivalente, em termos gerais, a 1%, que não era nem comunista nem legalista; ele era contra tudo. "País verde" significava país neutro, nos exercícios da Escola.

As "Ligas Camponesas", o "grupo dos onze" e outros movimentos semelhantes

Antes da Revolução, estive no Nordeste, em uma viagem de instrução com a Escola de Comando e Estado-Maior. Assim, observei que, na região, a influência das Ligas Camponesas era muito grande. Viam-se pixações e havia uma certa hostilidade em relação ao Exército, pois podíamos estar contrariando os princípios deles. Sem contar que eram homens armados de garrucha.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de hoje, lembra os daquela época, sendo que o MST, já unido ao Movimento dos Sem Teto, é um movimento social muito grande. Perigosíssimo para o Governo e mesmo para a Nação. Porque nós não vemos nenhum movimento contrário. Nem no campo político.

Pelo contrário, há praticamente um favorecimento, na medida em que se decide tapar os olhos. No entanto, quando a casa do Presidente da República foi atingida, houve um movimento de força para opor-se à ação deles.

A guerrilha na Colômbia também era incipiente.

Na América Latina, diria, pois existiam na Colômbia, no Equador, no Peru e no Chile esses movimentos de fundo comunista. Esta é a verdade. No momento em que eles tomavam o Poder, eles ostentavam sua ideologia.

Meio militar: cisão nos quadros das Forças Armadas. Ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária

Vou contar o que se passou comigo durante o Governo de Lott. Assim, posso garantir a veracidade do fato. Em 1955, morava no Leblon. Uma vez, saindo da praia, com a minha mulher e meus filhos, vi um carro estacionar e, logo atrás, um outro parar. Um homem saltou de um dos carros e foi para o outro. Identifiquei-o como sendo o General Adhemar de Queiroz. Disse à minha mulher que levasse os nossos filhos, pois permaneceria ali vendo o que ia acontecer. Quando cheguei à casa, depois de ele ter ido embora, telefonei para "um ligação" meu e disse:

– Vi um absurdo agora.

E contei sobre dois chefes militares, opostos ao Governo, reunidos na praia, sem nenhuma reserva. Ao final, fiz um oferecimento:

– Ofereço, a vocês, três apartamentos. Um é o meu, que darei um jeito de esvaziar; colocarei a minha família para fora nos dias de reunião. O segundo é do meu irmão que está de "castigo", em Ladário, MT, e o outro, dos meus pais, que, com freqüência, vão a Petrópolis, onde possuem um sítio.

Foi dado até um código a esse edifício: "Jacarepaguá". As reuniões eram combinadas, dizendo-se o seguinte: "Haverá reunião às 3h, em Jacarepaguá." Todos entendiam. E, quando entravam no edifício, (eu) dizia qual era o apartamento que deveriam ocupar. Dessas reuniões, participavam General Adhemar de Queiroz, General Muricy, na época tenente-coronel, o muito saudoso Ivano Gomes, revolucionário de primeira ordem, Coronel Boiteaux, de Infantaria, Coronel Luís Mendes, de Infantaria, e outros que, naturalmente, apareciam por lá, mas não eram efetivos nas reuniões. O movimento que havia no meio militar, na prática, ocorria fora dos quartéis, através dessas reuniões.

Nessa época, deu-se uma passagem interessante. Servia na Escola de Instrução Especializada (EsIE), em Realengo, e recebi a missão de bloquear a saída do 3º BCC. Planejei tudo. Analisei o que era possível realizar. Vi, por exemplo, que o batalhão só tinha uma saída e que ficava num terreno baldio, de fácil ocupação. Então,

planejei levar um grupo de homens e, com um tiro de bazuca, neutralizar a saída do primeiro carro, o que impediria a saída dos demais. Quando disse isso, em reunião, perguntaram-me:

– Você vai destruir um carro de combate brasileiro que custou não sei quanto?

– Nós estamos em guerra ou não? – respondi com outra pergunta e continuei:

– Se estamos em guerra, vale tudo. Se não estamos, estou perdendo o meu tempo aqui. Vou, sim, destruir. Vou treinar os meus homens para dar vários tiros de "bazuca".

Esse era o espírito existente na ocasião. Queria-se uma modificação, mas não havia uma engrenagem, nem um ambiente nacional propício, como aconteceu em 1964, quando a Nação inteira pediu a revolução. Tenho até hoje jornais da época da Revolução em que vemos a Marcha da Família, as palavras de políticos, a maioria de nosso lado, já no dia 31 de março.

Acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução

O nosso companheiro Maia Pedrosa, em seu livro *A Grande Barreira,* enumera uma série de causas imediatas. Prefiro resumir a dois acontecimentos: o comício do dia 13 de março de 1964 e a revolta dos marinheiros.

O General Walters, no livro que já citei, fala sobre a legalidade de Castello Branco. Indiscutivelmente, Castello nunca foi um revolucionário. Ele era um legalista por excelência. Cabe aqui recordar que, no dia 25 de março de 1964, quando começou o motim dos marinheiros, Castello Branco já estava convencido de que devia tornar-se um revolucionário.

Lembro-me de que o meu irmão pediu-me que o levasse à casa de Castello Branco, em Ipanema, se não me falha a memória, na Rua Redentor, e eu o fiz. Lá chegando, apresentei meu irmão, que falou: "General, queremos ver a sua liderança. A Marinha, respondo por ela, pois os almirantes não mandam mais, ficará totalmente do seu lado. Assuma a revolução."

Talvez esse momento tenha sido a gota d'água que fez quebrar a legalidade. Considero Castello Branco um monumental estadista. Esse homem deu ao Brasil três coisas que bastariam para caracterizar um governo: o fundo de garantia, a queda da inflação e, principalmente, um decreto que considero um primor: o Decreto-lei 200. No dia em que o Brasil cumpri-lo à risca, seremos uma grande nação. Posso falar sobre esse Decreto-lei porque, sendo assistente do General Muricy, fui designado para participar de uma comissão de representantes do Exército que trabalhou, juntamente com a equipe da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela redação do mesmo. Nos reunimos na AMAN para debatermos como deveria ser implantado, dentro

do Exército. Tirando a minha pessoa, a fina flor da intelectualidade do Exército estava ali representada: Cerqueira Lima, Confúcio Pamplona, Amerino Raposo, enfim, figuras de proa. Recebi o programa do seminário e vi que haveria reuniões diárias de 8h às 12h, de 14h às 18h e de 20h às 24h. Quando li "Primeiro dia: Estratégia do Decreto-Lei 200", pensei: "Meu Deus, para que debater tanto tempo sobre estratégia, se esse é um assunto de meia hora?" Surpreendentemente, à meia-noite do primeiro dia em que debatemos a estratégia, a turma pediu para prorrogar o tempo. Foi aí que começamos a compreender a maravilha que era o Decreto-Lei 200. Ninguém queria ausentar-se para dormir, mas sim prosseguir a reunião.

O Decreto-lei 200, a contenção inflacionária e a criação do FGTS, para não citar inúmeros outros feitos, permitem-me dizer que o Governo de Castello Branco foi o melhor que tivemos no Brasil até o dia de hoje.

Forças Singulares: Intérpretes da vontade nacional

Sem dúvida alguma, as Forças Armadas, em particular o Exército, assumiram essa postura. É bom lembrar a Marcha da Família. O povo clamava pela Revolução.

Os adversários disseram que foi um movimento reacionário.

Isso é brincadeira.

Revolução de cunho comunista, comandada por Goulart, para a mudança da ordem institucional

Dizer que o movimento comunista, sem dúvida em progressão, era comandado é forçar demais. Com certeza, não! João Goulart não comandava nada. Acho que nem os empregados do Palácio ele comandava. Era manipulado por Darci Ribeiro, por Leonel Brizola, por Waldir Pires, enfim, por aquela turminha que o cercava e que o dominava completamente. Ele fazia tudo que eles indicavam.

Na verdade, era um títere a serviço daquele golpe de esquerda que se avizinhava.

Não sei se devemos dizer "revolução" ou "golpe de mão".

Mas com a idéia de transformar o Brasil em um país comunista.

Penso que "revolução" não é o termo certo. De acordo com o *Dicionário Larousse*, uma revolução é uma "mudança profunda ou completa de uma estrutura política, econômica e social." Eles visavam a fazer essa mudança? De jeito algum. Não tinham nem condições nem capacidade.

Seria um satélite da Rússia ou da China, não é isso?

Quando me encontrava na Escola de Comando e Estado-Maior, na fase pós-revolucionária, começamos a agir em vários setores. Tive a sorte de flagrar um comunista

chamado Marco Jacobovist que dava ordens por telefone para diferentes elementos, instalados no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Localizado o "aparelho", mandávamos uma turma lá, mas o apartamento foi encontrado vazio, só com o telefone. Pensava: tenho que pegar esse camarada, acredito que Deus ajuda quem trabalha e atrapalha o vagabundo. Por isso, pedia a Deus que me ajudasse, se estivesse fazendo uma guerra justa, e Ele me auxiliou. Num dos telefonemas, o sujeito disse o seguinte:

– É a última vez que eu falo com vocês – e desligou.

Isso foi gravado pelo nosso pessoal. Logo imaginei que ele estivesse para fugir, mas não sabíamos o seu nome, porque, para cada lugar, era usado um codinome diferente. Então, comecei a acionar a Aeronáutica. Precisava saber os horários dos vôos. Não sei explicar o porquê, mas achei que iria para o Uruguai. Dito e feito. Um Coronado da Varig havia sido fretado para uma viagem particular para o Uruguai. Acionei a FAB e pedi que mandassem uma patrulha e prendessem quem estivesse no avião. Um tenente da FAB chegou lá e encontrou o sujeito, acompanhado de um advogado, já embarcando. O advogado abriu a pasta e mostrou o *habeas corpus*. O tenente me telefonou perguntando o que fazer. Respondi:

– Rasgue o *habeas corpus* e traga o advogado também para o quartel.

Pegaram os dois. Então, é revolução ou não é? Pois bem, descobrimos que ele morava em Ipanema e, se não me engano, quem chefiou a busca no apartamento foi o Attila Viana, de Cavalaria, depois General. Atuou muito bem; trouxe do apartamento, sem exagero, um pacote de depósitos bancários referentes a remessas de dólares do estrangeiro para o Brasil, em nome dele. O dinheiro vinha da Bulgária, Iugoslávia, Checoslováquia, ou seja, de países da Cortina de Ferro, para fomentar a revolução no Brasil. O volume de dinheiro era impressionante; eram depósitos de 60 mil, 80 mil dólares.

Participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento

Penso ser interessante relatar um fato cômico. Chefiei uma turma que foi para Alexandre Mackenzie, sede da então, Cia Telefônica Brasileira (CTB), a fim de fazer escuta telefônica. Quando percebia que a conversa se resumia a notícias de família, deixava passar. Mas quando se tratava de assuntos mais importantes, mandava gravar. Se visse, mais tarde, que não interessavam, apagava a gravação. Certa vez, um cidadão pediu uma ligação para Auro de Moura Andrade que havia sido cogitado para ser o Primeiro-Ministro. Na ocasião, discutia-se a adoção do parlamentarismo. Então, essa pessoa disse:

– Auro, é o fulano que está falando. Você sabe, quando a minha esposa sonha, os sonhos dela sempre se realizam e ela sonhou, esta noite, com você no cargo de Primeiro-Ministro do Governo e eu, o seu Chefe de Gabinete.

Imagine um governo que age com base num sonho.

Quanto à minha participação, naquela época, era instrutor de Geografia e Blindados na Escola de Comando e Estado-Maior, o que significava um trabalho intenso. Quase não dispunha de tempo. Mas quando a situação começou a agravar-se, participei de uma reunião na casa do General Figueiredo, naquela época Tenente-Coronel, Chefe da Seção de Cultura Geral da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e meu chefe direto. Participaram da reunião Alzir Benjamin Chaloub, Mário Andreazza, Figueiredo e eu.

Em que dia ocorreu essa reunião?

Não me recordo. Deve ter ocorrido uma ou duas semanas antes de 31 de março. Bem, nessa reunião, ficou decidido que eu ficaria encarregado da Artilharia de Costa. Procurei os comandantes e cheguei à conclusão de que havia um deles posicionado do "lado de lá". Tratava-se de Cândido Manoel Ribeiro, Comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), a Unidade que representava maior perigo para nós, pela capacidade de deslocamento. Cândido era comunista mesmo. Mas conversei com os comandantes de Bateria e todos me prometeram que, caso fosse dada a ordem de deslocamento para as suas Subunidades, não cumpririam.

Cândido Manoel Ribeiro, apesar de Comandante do 8º GACosM, não tinha curso de Estado-Maior. Era do esquema do Goulart e do Assis Brasil.

Pelo Governo de Goulart, se não me engano, passaram sete ministros da Guerra diferentes. Dentre eles, Jair Dantas Ribeiro, Ladário, Kruel ... Só esse fato já mostra a incapacidade do governante.

Servi como Assistente-Secretário do General Lyra Tavares, de saudosa memória, e testemunhei o que representava a movimentação de um oficial-general. Participava das reuniões, calado, mas observava muitas coisas.

Após a Revolução, pertenci aos Gabinetes dos Ministros Adhemar de Queiroz e Arthur da Costa e Silva. Mas em 1965, servia na Escola de Comando e Estado-Maior. Certa feita, encontrava-me em sala, trabalhando, quando o Comandante, General João Bina Machado, me chamou e apresentou-me ao General Moreira Paz, Comandante da 11ª Região Militar, em Brasília. O meu Comandante disse:

– O General está procurando oficiais para o seu Estado-Maior, em Brasília. Como você está com tempo findo na Escola, lembrei-me de você. Qual a sua idéia?

– Será um grande prazer. Estou no Rio há nove anos e devo afastar-me. Sinto-me feliz em servir com o General, prontamente respondi.

Dias depois desse convite, recebi um telegrama, com a seguinte mensagem: “Foste honrado com a nomeação para Oficial do meu Gabinete.” Estava assinado “Arthur da Costa e Silva”. Na mesma hora, vesti o meu uniforme e fui ao Ministério agradecer a nomeação e, ao mesmo tempo, dizer que eu não poderia atendê-lo, porque estava para sair do Rio. Eu imaginava o Gabinete no Rio. Mas ele argumentou assim:

– Qual foi a cigana que o enganou dizendo que você ia para o Gabinete no Rio? Você vai para o Gabinete em Brasília.

Nesse momento, tiraram-me a escada. Não havia mais nada a dizer, a não ser que me sentia honrado com a escolha. Segui, então, para Brasília. Quando cheguei lá, quem chefiava o Gabinete era o General Jayme Portella, na época coronel, um revolucionário de primeiríssima, um conspirador. Eu era o quarto oficial, em antigüidade, naquele Gabinete. No meu primeiro dia, orientou-me:

– Você vai pelo corredor, passa pela sala dos elevadores e, quando vir a primeira porta à direita, entre e assuma a Divisão.

– Mas Coronel... – foi a minha reação.

Entretanto, ele foi positivo:

– Não tem “mas” ... É para lá e é agora.

Assim, fui assumir a Divisão. Entrei na sala, sentei-me e, quando apareceu uma senhora, perguntando se desejava alguma coisa, disse-lhe:

– Desejo. Sou o novo chefe desta Divisão e desejo saber de que Divisão se trata e quem serve comigo.

Naquele momento, fiquei sabendo que chefiava a 1ª Divisão e que havia seis seções subordinadas. A 1ª Divisão era a única que ficava em Brasília; as demais estavam no Rio. Imediatamente, pensei:

– Houve um gato. Raciocinei da seguinte forma, se havia oficiais mais antigos do que eu, já que era o quarto em antigüidade, como eu poderia ocupar uma função de coronel *full*? Imaginando ter havido um engano, voltei ao Coronel Portella e expus o meu ponto de vista. Ele disse:

– Gabinete é diferente. Você, um tenente-coronel; vai, sim, chefiar uma seção de coronel, na qual há oficiais mais antigos, porque queremos assim.

Voltei para a minha sala, pedi àquela senhora que reunisse os oficiais ali. Quando chegou o Coronel Caraciolo Azevedo de Oliveira, que era meu subordinado, porém mais antigo do que eu, tomei a posição de sentido e pedi permissão a ele para iniciar a reunião. Ele ficou encabulado. Então, disse-lhe:

– Coronel, esse será o meu tratamento, sempre. Embora seja seu chefe e tenha curso do Estado-Maior e o senhor não, a hierarquia será respeitada aqui dentro.

Mesmo assim, sentia que causava ciúmes. E tive que esforçar-me muito. Até então, Instrutor de Geografia da Escola de Comando e Estado-Maior, caí numa Divisão em que teria que lidar com a Lei de Movimentação, a Lei de Promoções, a Lei do Estatuto dos Militares, enfim, assuntos com os quais não tinha contato algum. Por isso, passei 15 dias hospedado no Hotel Nacional sem ir lá, só estudando essas leis. Depois de passar tantos dias trancado, procurei o Coronel Portella e disse a ele que eu queria buscar a minha família, para morar em Brasília. Ele respondeu:

– Está bem. Você vai na sexta-feira e volta no domingo.

Aquela foi uma resposta típica do Coronel Portella.

Despachava na casa dele. A 1ª Divisão tinha 80% dos documentos que chegavam ao Gabinete. Os 20% restantes eram divididos por outras divisões. Cheguei lá, um dia, já no final do expediente, e pedi que ele lesse um determinado caso. Eu acrescentei:

– General, eu puniria, com 15 dias de prisão, esse oficial. Cometeu uma irregularidade muito grave, pois utilizou pessoal e viaturas da sua Unidade, em seu sítio particular.

– Ele merece uma prisão, mas não precisa ser de 15 dias; pode ser de seis. O importante é a prisão; seja de um ou 20 dias. Em seguida, colocou o processo em cima da minha mesa e reclamou:

– Você criou o maior problema para mim. Você sabe que esse camarada é meu primo e que a mãe dele já está telefonando para mim?

Evidentemente, sugeri que ele alterasse aquele parecer. No entanto, ele disse:

– Não modifico!

Agradeci-lhe e peguei a pasta. Mostra que ali não havia nepotismo; havia justiça.

Tempos depois, estava despachando com o Coronel Calderari, que era o então Chefe do Gabinete (o General Portella já havia saído), quando me relatou que o General Costa e Silva estava completando dois anos como ministro e que, por aquela razão, haviam preparado uma solenidade muito íntima no salão de honra do Gabinete. Ele me pediu, por isso, que redigisse o discurso de saudação. Quando acabamos de despachar, ele falou:

– Bom, retornaremos às 2h da tarde. Vou descansar após o almoço.

Peguei a minha papelada, deixei-a lá no cantinho e fui para a Subsistência. Lá, almocei e pedi lápis e papel. Modéstia à parte, tinha bastante facilidade para escrever. Fiz longos discursos, ao longo da minha vida, para os outros lerem. Só que, naquele discurso, tive a infelicidade de botar, no último parágrafo, o seguinte: "Neste momento, levantamos o pensamento ao Todo-Poderoso, pedindo que conceda

à Vossa Excelência um cargo para gáudio de 130 milhões de brasileiros." Eu lançava, naquele momento, a candidatura de Costa e Silva à Presidência da República.

Tudo havia sido feito às pressas naquele dia. Depois de redigir o discurso, voltei para despacho com o Ministro, até às 17h30min. Saímos correndo, porque a reunião era às 18h. Eu havia pedido à secretária do Gabinete que datilografasse o escrito. Quando o peguei de volta, percebi que faltavam umas palavras. Isto porque minha letra é horrível. Então, preenchi as lacunas, à mão, e dei o discurso para o Coronel Calderari que o leu de ponta a ponta. Diante dele, estavam microfones de todas as estações de rádio. No dia seguinte, uma manchete do *Correio Brasiliense*, um jornal do Distrito Federal, anunciava: "Lançada a candidatura de Costa e Silva à Presidência da República." Por sinal, a imprensa e os políticos exploraram o ocorrido barbaramente. Afinal, o discurso havia sido feito pelo Chefe do Gabinete. Fui apenas um "escrevinhador"; nem escritor fui, nem poderia apresentar-me como o autor de tais palavras. De qualquer forma, é preciso dizer que desconhecia o acordo que havia entre Costa e Silva e Castello Branco, pelo qual a questão da candidatura ficaria em aberto para posteriormente ser discutida. Pois bem, lancei Costa e Silva, involuntariamente.

Do meu feliz convívio com Adhemar de Queiroz, lembro-me de que o seu mandato foi do tipo "tampão". Quando Costa e Silva, já candidato à Presidência, saiu em viagem, Adhemar de Queiroz assumiu e permaneceu no Ministério até que Costa e Silva fosse empossado Presidente da República.

Atitude do Congresso Nacional após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964

Em 1966, fui nomeado representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Nacional de Trânsito. Lá chegando, perguntei ao companheiro a quem ia suceder, Mário Silva O'Reilly, um grande amigo, qual era a situação. Ele me explicou que existiam dois Códigos: um aprovado pela Câmara e outro, pelo Senado. Cabia dar andamento. Não poderia introduzir palavras que não estivessem nesses Códigos.

Aprofundei-me no assunto. Estudei bastante. Fiz reunião com os conselheiros e redigimos um Código que satisfazia essa condição e que nos parecia ser o melhor. Não podíamos introduzir outras idéias a não ser aquelas que já estavam lá. Numa manhã, fui ao Palácio do Planalto e solicitei uma audiência ao General Geisel. Fui atendido, e disse o seguinte:

– Sou representante do Estado-Maior do Exército e estou de pés e mãos atados. Se não me apoiarem, não vou fazer nada.

– Qual é o apoio que você quer?

– É muito simples. Que o senhor telefone para o Deputado Raimundo Padilha e peça-lhe para apoiar-me – respondi com muita sinceridade.

O General Geisel, então, telefonou para ele na minha presença e, depois, falou:

– Ele está lhe esperando, agora.

Fui ao encontro do deputado, que era o Líder do Governo ou Presidente da Câmara, não me lembro bem. Mas, antes, tive que ir à casa colocar um traje civil, porque havia uma determinação para ninguém entrar fardado no Congresso. Pouco tempo depois, estava lá. Expus a situação ao deputado e pedi seu apoio. Ele respondeu:

– Está bem. Vamos te dar esse apoio. Tenho que reunir uma comissão mista, com deputados e senadores, e nessa reunião serão debatidos os dois casos.

– Deputado, quero um pouco mais. Primeiro, que a reunião seja feita ainda hoje. Poderíamos marcar às 5h da tarde, se o senhor me der a relação dos senadores e deputados que compõem a comissão. E, segundo, que a reunião não seja no Congresso. Sei que isso é forçar demais, mas o senhor tem o forte argumento de que é preciso fazer consulta a certos documentos que estão no Ministério da Justiça, realmente a sede do Conselho. E estarei lá.

Ele concordou imediatamente.

A minha conversa com o Deputado ocorreu de manhã e, às 5h da tarde, entraram os senadores e deputados na sala de reunião do Ministério da Justiça. Presidiu essa comissão o Senador Queiroz, dono do *Jornal do Comércio* do Recife. A título de ilustração, ele tinha uma rádio cujo locutor sempre dizia “Rádio Jornal do Comércio falando para Recife, para Pernambuco, para o Brasil e para o mundo”, mas ela não era ouvida nem em Olinda. Então, ele, já velhinho, disse:

– Estamos aqui reunidos e está presente, também, o Coronel Mário Dias, representante do Conselho Nacional de Trânsito, que vai nos assessorar. Está aberta a sessão.

Eu, em traje civil, levantei-me e disse:

– Com licença, o senhor permite que fale?

– Pois não.

– O senhor sabe quantos homens da FEB morreram na Segunda Guerra? Foram 454. O senhor sabe quantos morreram em desastre de trânsito no Brasil, no ano passado? Não sabe. Foram 26 mil, quase o efetivo da Força Expedicionária, e não me consta que exista um monumento para esses milhares de mortos em desastres de trânsito, como o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra. E o senhor sabe por que essas pessoas morreram?

Naquele momento, comecei a alterar a voz, a ficar mais agressivo. Mas continuei:

– Porque não trabalhamos. Temos, aqui no Brasil, em vigor, um código de 1943, quando as multas eram avaliadas em mil réis – a moeda da época era o cruzeiro. Senhor Presidente, proponho que se tranque aquela porta e que ela só seja aberta depois de totalmente terminado o Código.

– Submeto à apreciação do plenário – foi a sua resposta.

Mais do que depressa, todos disseram: "Aprovado." Levantei-me, tranquei a porta e, assim, começamos às 5h da tarde. Às 21h, um deputado disse:

– Senhor presidente, nós podíamos fazer uma interrupção, um jantar...

– Presidente, não há necessidade disso. Com licença – interrompi o deputado.

Abri a porta e mandei que os garçons entrassem com os sanduíches e refrigerantes. Estava tudo orquestrado. Fartamo-nos à vontade. Também estava com fome. Quando acabaram, determinei: "Garçons, fechem a porta." E prosseguimos. No entanto, à 1h da madrugada, vi que era momento de assumir aquela situação. Tinham discutido somente até o Artigo 2º e eram 267 artigos, se não me falha a memória. Daquele momento em diante, passei a comandar, e disse:

– Meus senhores, vamos fazer o negócio mais rápido para a gente poder acabar mais cedo. Artigo 3º, sou pela seguinte redação.

Então, lia aquela redação já aprovada no Conselho. E continuava:

– Artigo 4º, parágrafo 1º: cancelado.

Enfim, às 5h da manhã, comuniquei:

– Meus senhores, vou agora para o Ministério da Guerra. O nosso parecer será datilografado e, às 4h da tarde, dar-se-á a sessão do Congresso Nacional em que será lido este relatório. Espero que seja aprovado. Deus há de nos favorecer.

Devo dizer que a redação do relatório ficou mais ou menos assim: "A comissão resolve acatar, do Código aprovado pela Câmara dos Deputados, o Artigo 1º, o parágrafo 2º do Artigo 2º, o Artigo 3º etc. Do projeto aprovado pelo Senado, o artigo tal" e assim por diante. Era realmente algo difícil de ser entendido porque aquilo era junção dos dois Códigos. No final, colhi as assinaturas dos deputados e senadores e entreguei o documento a Raimundo Padilha. O mesmo foi lido no plenário pelo relator, a quem dei a seguinte orientação:

– Estarei na torrinha, lá em cima. Se fizer tal gesto, significará que o voto foi favorável, e este outro gesto, que foi contra.

– Foi lido dessa maneira: "Resolvo aprovar: artigo tal", sem mencionar do que tratava o artigo. Também não houve distribuição de uma mensagem para ser acompanhada pelos deputados e senadores. Mas estou contando esse fato para mostrar como eram o Senado e a Câmara: subservientes. Não houve nenhum tipo

de reação, algo como "Onde é que nós estamos? Reunião no Ministério da Justiça? Por quê? Reunião tem que ser no Congresso." Mas nada disso foi levantado.

Os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas,
logo após o início da Revolução

Se os deputados e senadores se omitiram, quanto mais os "famosos" líderes sindicais, da UNE e outros.

Principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964

Comecemos pelos militares: Arthur da Costa e Silva, Jayme Portella, Muricy e o nosso Castello Branco. Citei o nome dele por último porque foi o último a tornar-se revolucionário. Antes, a legalidade fazia-o relutar, questão de foro íntimo, impedia-o de agir.

O senhor diria algo sobre o nosso Marechal Odylio Denys?

Odylio Denys participou, sem dúvida, mas não foi um líder da Revolução. Ele, assim como o Mourão Filho e o Guedes, tornou-se líder do movimento armado, o que é diferente.

Dos civis, citaria Carlos Lacerda. Mas que, movido pela ambição, depois, tornou-se um líder discutível, polêmico. Podemos citar Bilac Pinto. Pedro Aleixo também foi um líder, mas, posteriormente, por ter sido boicotado, diante da possibilidade de ser presidente da República, passou para o lado oposto.

"Esquema militar" do Governo Federal

Foi rápido e incruento o desmoronar do chamado "esquema militar". E explica-se muito simplesmente. Como aconteceu com o 8º GACosM, só o comandante era comunista. O restante não era.

Também foi um grande erro do Jango nomear, se não me engano, sete ministros da Guerra em dois anos e meio de Governo. Isso não é possível. Ninguém monta um esquema desses.

"Chefia e liderança"

Esse aspecto deve ser apreciado quanto à atuação dos oficiais das Forças Singulares, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, muito próximas do derramamento de sangue. Persiste, para alguns poucos,

a dúvida se o Médici acertou ao empregar os cadetes. É lógico que sim. O cadete é um soldado superaperfeiçoado; por sinal, muito mais do que o soldado comum de tropa. É o único que conhece muito mais armas e tem idealismo.

E não houve defecções. Se houvesse a possibilidade de defecção, ele poderia ainda pensar em usar ou não. Mas, como estava, era para empregar mesmo.

A ligação de um general para a sua esposa, depois do 31 de março, foi gravada. Ela perguntava:

– Você está bem?

– Não. Estou péssimo. Errei no momento da decisão.

Isso porque ele era do lado de lá e, quando sentiu que o lado de cá era mais forte e mais poderoso, poderia ter mudado logo, mas não o fez, como o Kruel, que mudou. Se não me engano, foi o Ladário. Não quero cometer uma injustiça, mas tal atitude era própria do Ladário.

Robustecimento da união e da coesão

Sem dúvida alguma, ocorreu o fortalecimento da união e da coesão das Forças Singulares, após o 31 de Março de 1964.

A ideologia do Movimento de 31 de Março de 1964

Era uma só ideologia: a de um Brasil melhor. Todos desejávamos que o Brasil fosse respeitado.

Vou contar uma passagem da minha vida. Em 1968, não me recordo bem o ano, estava no Comando do 8º. Fazia seis anos que não gozava férias e me sentia cansado. Portanto, pedi férias ao Comandante da Artilharia de Costa. Havia lido um prospecto do Clube Militar, oferecendo viagens à Europa. O General disse: "Mário, vá aproveitar." Então, após cruzar a fronteira da França com a Alemanha, já no Estado alemão, tive a satisfação, como brasileiro, de entrar numa casa de câmbio e ler: "Moedas: Brasil, Cruzeiro." Fazia parte dessa excursão um argentino que se indignou: "Por que não 'Argentina, peso'?" Infelizmente, não tinha um cruzeirinho sequer no bolso para trocar. Isso quer dizer que o Brasil, naquela época, era muito respeitado. Éramos a oitava potência econômica do mundo. Porém, nunca mais voltamos a essa posição, nem mesmo com esses economistas que temos por aí.

Diariamente, eles são citados pela mídia, inclusive pelas suas constantes andanças pelos Estados Unidos, normalmente em busca de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O apoio da mídia

Nos dias da Revolução, e assim considero o período de 31 de março a 5 de abril, ela apoiou. Depois, não.

Com exceção das Organizações Globo que apoiaram até o final de 1984, ou seja, durante vinte anos, mudando, depois, inexplicavelmente. Elas gostam de estar junto do Poder, mais do que qualquer outra organização.

É preciso apreciar um pouco da História. A formação do jornalista brasileiro era feita na Escola de Filosofia que funcionava na Casa de França, em um edifício quase em frente à Academia Brasileira de Letras. Na época, a Faculdade de Filosofia era dominada por comunistas e eles lançavam a semente na cabeça daqueles estudantes. Para eles, as idéias marxistas eram a salvação do Brasil. Conseqüentemente, nós encontrávamos, na mídia brasileira, a predominância de comunistas.

E quem não era comunista tinha uma postura antimilitar.

O que relatei ocorria na década de 1940. No entanto, é preciso notar que um aluno da década de 1940 poderia ser professor na década de 1950. Se ele já viesse impregnado de idéias comunistas, seria fácil influenciar seus alunos, formando-se uma cadeia. Ainda hoje, nos cursos de Jornalismo, encontram-se, provavelmente, grandes pensadores comunistas.

Denominação do Movimento de 31 de Março de 1964 – Revolução?

Coerente com o conceito que comentei há pouco, não há dúvida de que houve uma revolução.

Governos da Revolução – militares?

Prefiro dizer que eram governos chefiados por militares. Mas não eram governos militares, sem dúvida. Os militares, na verdade, ocuparam vários cargos de importância. Tivemos alguns ministros e presidentes de fundações, por exemplo, que eram militares. Mas por que aconteceu isso? Porque no relacionamento do militar com o civil nem sempre existe profundidade; ou ele é superficial ou, então, é o resultado de leituras de jornais e revistas.

Quando aconteceu a Revolução, que todos queriam, encontrava-me na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Fui sondado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi criado naquela época, mas respondi:

– Nunca tive e não aceito cargo civil algum. Só terei no dia que passar à reserva.

E assim foi.

Revolução: benefícios ou prejuízos para o País?

Três exemplos justificam a Revolução: o fundo de garantia, o Decreto-lei 200 e a redução da inflação.

Erros

Ocorreram erros. Reconheço. Não vamos negar que houve tortura. Isso porque alguns companheiros não leram *Dos delitos e das penas,* escrito no século XVIII por Cesare Beccaria, no qual se mostra como a tortura é insignificante e injusta. Não havia necessidade disso.

Mas não era institucionalizada.

Não foi institucionalizada, mas foi praticada, porque assim permitia a índole das pessoas que a cometiam. Eu entendo a tortura, apenas em alguns casos. Vou citar um acontecimento. O meu quartel dava segurança para todos os generais da área. Só aos capitães dava-se esse serviço. Para compensar, os capitães tinham o direito de fazer as refeições em casa. Certa vez, um capitão, de serviço foi atacado por três terroristas que atiraram nele. Por sorte, a bala atingiu de raspão a sua cabeça. Fui avisado e, imediatamente, corri para o Miguel Couto. Consegui uma equipe de neurologistas para operá-lo, mas eles passaram a noite procurando fragmentos de ossos localizados no cérebro. Reconheço que esse companheiro, com quem não tive mais contato, foi uma vítima daqueles terroristas cretinos. Ele perdeu certos reflexos. Tanto é que sofreu dois desastres de trânsito estúpidos. Em um deles, o caminhão que estava na sua frente estancou e ele entrou no caminhão por não ter tido o reflexo de usar o freio. Estou contando esse caso, para dizer que, naquele momento, senti ódio. Se um daqueles camaradas aparecesse na minha frente, não sei o que faria, mesmo sendo totalmente contra a tortura. A prova disso são as cartas escritas por prisioneiros meus, no 8º GACosM, reconhecendo que eu era um indivíduo que mantinha a dignidade humana.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. No entanto, o Prof. João Manoel, da UNICAMP, um grande nome da economia, disse que a década de 1970 foi o período de maior importância da nossa história, em termos econômicos. Ele também destacou a própria década de 1960

Como já me referi, devido à influência da Escola de Filosofia, a mídia ficou muito impregnada de esquerdismo.

Além disso, há o "revanchismo".

Há o maldito "revanchismo". Não entendem o espírito de pacificação e a magnanimidade do Duque de Caxias. Em suas campanhas, Caxias não tinha a intenção de dominar os adversários porque eram todos brasileiros como ele.

Ele fazia daquele inimigo um amigo. Procurava integrá-los ao nosso Exército. Assim aconteceu nos Farrapos, na Revolta do Rio de Janeiro etc.

Esse é o espírito do brasileiro. Está escrito na nossa bandeira "Ordem e Progresso". Nós amamos a ordem e não queremos baderna. Não queremos o Movimento dos Sem Terra, nem dos Sem Teto. Aceitamos as carências como verdadeiras e vamos procurar solucionar os problemas que existam, o que é diferente, mas não à força e sob pressões indevidas e fora da lei. Só se age à força na desordem.

A "batalha da comunicação social"

O Marechal Castello Branco, por exemplo, não gostava da comunicação social como instrumento a serviço do Movimento de 1964 e ainda proibia que se fizessem manifestações favoráveis à Revolução. Procurava fazer as coisas bem-feitas, mas não as divulgava. Detestava o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do tempo de Getúlio Vargas, que, na verdade, era uma repetição da propaganda praticada na Alemanha nazista por Goebbels. Pessoalmente, acho que o Governo, seja ele qual for, principalmente o democrata, mesmo porque eu só admito esse tipo de governo, tem que mostrar o que faz.

Vou ilustrar este ponto de vista com um fato ocorrido. Quando comandava o 8º GACosM, certo dia, fui convidado pelo Rotary Clube a participar de uma reunião na qual iram fazer uma homenagem ao Dia do Soldado. Achei que a história vivida por um capitão do meu quartel poderia ser explorada nessa ocasião. A esse oficial, ainda tenente, foi dito o seguinte: "Estão precisando de voluntários para Manaus. Você é voluntário?" Ele aceitou. Lá, recebeu a missão de montar um pelotão de fronteira em um lugar onde não havia nada. Pois bem, aquilo representou uma epopéia, à qual resolvi dar outra tonalidade. As fotografias, que o capitão possuía, levei a um especialista para que as transformasse em *slides*. Preparei um visual muito bom. No dia da reunião do Rotary, quando me deram a palavra, falei:

– No lugar de palavras, vou apresentar aos senhores o Capitão Acyr de Oliveira que vai mostrar o trabalho que realizou.

Ele contou a história das peripécias que viveu, exibiu fotografia cheia de sanguessugas e todos ficaram bastante impressionados. Um professor, orador do Rotary, agradeceu e chamou-o de "Bandeirante do século XX". Concordei e acrescentei:

– Existem inúmeros bandeirantes dentro do nosso Exército. A nossa fronteira não é guarnecida ombro a ombro, mas de pelotões em pelotões e essas frações são formadas, criadas dessa forma. Disse isso porque, no final da apresentação, o capitão havia apresentado um *slide* em que aparecia um posto médico, um armazém de subsistência e alojamentos. Tudo aquilo havia sido construído sob sua liderança. Esse homem fez tudo isso em um lugar que não oferecia condições para tal. Eis a beleza deste feito.

Guerrilha e terrorismo – o AI-5

A propósito do AI-5, guardo o Ofício nº 01/68, do General Lyra Tavares, Ministro do Exército, de 5 de setembro, em que ele pede ao Presidente da República providências sobre os discursos que o Sr. Márcio Moreira Alves estava fazendo no Congresso contra os militares, um todo de sandices, que acabou redundando naquele ato institucional. Por acaso, há uma fotografia, não sei se da *Manchete* ou do *Cruzeiro*, em que apareço com o General Lyra Tavares e o Coronel Massa, de Engenharia, subchefe do Gabinete Militar. Nas minhas mãos, trazia o AI-5 para ser lido pelo locutor Alberto Cury, dirigido à toda a Nação brasileira.

Especificamente quanto ao terrorismo, é oportuno lembrar um princípio de Newton: "a toda ação corresponde uma reação igual e de sentido contrário." Não justifico, mas explico a existência do terrorismo. Entendo que é um ato covarde, como aquele que foi praticado no aeroporto do Recife, em que um companheiro nosso perdeu a mão e um almirante morreu. E havia muitos civis inocentes no local. No entanto, até hoje não foram indenizados, enquanto que Zuzu Angel tem até um túnel com o nome dela.

Foi vista, de longe e à noite, por um camarada cujos olhos eram superiores às lentes de um binóculo. Um fenômeno ... Uma visão sobrenatural, digna dos deuses... Esse sujeito deve ter sido muito homenageado pelas esquerdas em razão desse "olhar de águia"...

Lá do último andar de um prédio. Viu, à noite, que o carro dela foi "fechado". O acidente pode ter sido ocasionado por má condução do veículo, em virtude do excesso de consumo de álcool em alguma comemoração.

Órgãos de Informações e de Operações – SNI e DOI

Só o maluco do Collor dispensa um Serviço Nacional de Informações. Nenhum chefe, civil ou militar, decide sem informações. Não se pode decidir sem estar bem

informado. O SNI poderia ser modificado? Talvez. Discute-se se houve um certo desvirtuamento dele. Penso que não houve, mas a questão é polêmica.

Apoio externo e objetivos da "luta armada"

A "luta armada" recebia recursos em dinheiro e instrução específica. Muitos comunistas brasileiros foram a Cuba, a fim de serem instruídos sobre guerrilha, planejamento e execução de atos de terrorismo. Eram formados em Havana. Portanto, o apoio seguia duas vertentes: treinamento e apoio em dinheiro, com a participação de países satélites da União Soviética. Não sei se vinham diretamente da União Soviética, mas, de qualquer forma, eram vultosas as quantias. Aliás, há vários trabalhos publicados que revelam esses valores.

O objetivo deles era a tomada do Poder.

Na verdade, não sabiam o que eram objetivos táticos nem estratégicos. Eram trabalhados pelas lideranças. Não possuíam estrutura, nem capacidade, para o que se propunham.

"Ditadura militar", "anos de chumbo"

Sem dúvida alguma, a verdadeira ditadura foi a de Vargas. O Congresso permaneceu fechado. Na Revolução, tínhamos o Congresso aberto, capaz de cumprir suas atribuições.

Não houve interferência na Justiça.

Nada foi feito nesse sentido. Então, que ditadura foi essa?

Permanência da Revolução nos governos do País

O Presidente Castello Branco, sabiamente, fixou a data do término do seu Governo: 15 de março de 1966. Como era legalista, tinha pavor que se pensasse em ditadura e, por isso, marcou o término do processo Revolucionário. Se tivesse ambições políticas e, evidentemente, se não houvesse ocorrido aquele fatídico desastre de aviação, continuaria a merecer o apoio das Forças Armadas.

Castello Branco restabeleceu o princípio da autoridade que, aliás, hoje não existe, como não existia antes de 31 de março de 1964.

Forças Armadas: vantagens auferidas

Uma afirmação desse teor serve como piada. Contarei uma história da época em que era Assistente-Secretário do General Lyra. Era seu propósito criar um campo

de instrução em Formosa e, assim, levar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o Grupamento de Unidades-Escola para lá. Desejava passar à História como o construtor de Formosa. O Assistente-Secretário é também o ombro da autoridade; um dia, quando vínhamos de Brasília para o Rio de Janeiro, ele me confessou:

– Sabe, hoje sou um homem derrotado.

– Por quê? – perguntei.

– Não consegui um centavo sequer do Presidente da República para construir Formosa.

O pedido de recursos não serviria para beneficiar os militares, mas para construir um campo de treinamento profissional. No entanto, o Presidente deu-lhe a seguinte resposta:

– Muito me admiro, Lyra, que você, meu colega de turma, venha trazer um pedido de dinheiro, sabendo que não tenho verba.

Portanto, dizer que os militares se beneficiaram é uma piada; é desconhecer a verdade.

A “abertura”: influência da conjuntura internacional

Sem falar sobre a “abertura” em si, posso adiantar que considero o Governo Geisel como um período de muitos erros e poucos acertos. Primeiramente, quando ainda era presidente da Petrobras, numa reunião do Ministério, foi discutido o problema de uma possível crise do petróleo em 1972, e o Presidente Médici perguntou-lhe se a Petrobras tinha condições de dar ao Brasil autonomia em petróleo. Ele respondeu: “Perfeitamente.” Entretanto, sabia que isso não era possível. Como se não bastasse, levou seis meses para fazer o edital de contrato de risco e ainda entregou para licitação áreas em que não havia nem água, quanto mais petróleo. A Petrobras sabia disso. Foi um grande erro dele.

Outro grande erro foi o acordo nuclear. Não tínhamos condições, como não tivemos até hoje, de construir oito usinas. Foi o “Sonho de uma noite de verão”. Tudo em decorrência da vaidade de um homem. Conheci os quatro Geisel. Poucos sabem que existia um coronel chamado Henrique Geisel, que era o mais velho deles e que foi meu comandante, em São Leopoldo. Conheci também Orlando Geisel e Bernardo Geisel. Esse último foi diretor de uma mina de carvão, no Rio Grande do Sul. Por isso, afirmo que a vaidade era a característica principal dos Geisel.

Melhor governo revolucionário, em termos de desenvolvimento econômico, de progresso

Sem dúvida alguma, o de Castello Branco. Em seguida, colocaria o de Costa e Silva que, apesar dos pesares, teve um período tranqüilo. Diziam que era pouco inteligente, mas, pelo contrário, era muito vivo e sabia onde tinha o nariz. O Governo Médici também foi bom. Nessa época, houve tortura e ninguém vai negar isso, mas resultou de uma guerra de momento, contra a escalada das guerrilhas urbana e rural.

O radicalismo ideológico dos tempos da bipolaridade. A queda do Muro de Berlim e a situação do comunismo

Situação do comunismo? Gosto de viajar e conheço quase todos os continentes, com exceção da Oceania. Se Deus me der saúde, ainda vou à Austrália e à Nova Zelândia. Conheço a África, o Oriente, a Europa quase inteira e a América nem se fala. Quando visitei a China, pensei assim: "Deviam mandar os comunistas brasileiros para a China para saberem o que é comunismo." Tenho uma fotografia que foi tirada sobre a Muralha da China e nela aparecem dois oficiais, calçando "sandálias franciscanas", conversando. Na ocasião, pedi a minha mulher que ficasse perto deles, mas, na verdade, focalizei os dois.

Em que época foi isso?

Na década de 1980. A China tem grandes construções, mas os edifícios, todos os de seis andares, não possuem elevador. Para o pobre coitado que esteja com 76 anos, como eu, e tenha que enfrentar os seis andares, sem elevador, isso é uma forma de morticínio, lento, mas provocado. Quem, em visita à China, estiver hospedado num hotel americano, não terá problemas. Mas os hotéis chineses são péssimos: roupa de cama cerzida, sabão com um cheiro horrível etc. Assim ninguém consegue viver. Só fiquei num hotel chinês; no restante do período, hospedei-me em hotéis americanos. Imagine um país que não tem gelo. E não pára por aí. A nossa guia era chinesa e falava fluentemente o espanhol, sem sotaque. Ela tinha uma formação fabulosa. Perguntei a ela:

– A senhora conhece a Espanha?

– Nunca saí da China, respondeu-me.

Também nos contou que morava em um apartamento de 40m^2. Aí falei:

– Minha senhora, é uma área um pouco maior do que a minha piscina!

Ela e o marido, um engenheiro, estavam juntando dinheiro para comprar a primeira geladeira. Na minha casa, tenho três. Lá, não há sistema de crediário. Tudo é à vista naquele país em que há duas moedas: o yuan do povo, que não vale nada, e o yuan do turista, que é vinculado ao dólar. Um outro fato me ocorreu

agora. A minha mulher viajou num avião chinês em que o cinto de segurança não fechava. Chamei a comissária para falar sobre aquele absurdo, mas não teve jeito. Se tivesse havido um problema maior no vôo, minha mulher teria morrido.

Mas o comunismo ainda existe ou morreu?

Embora esteja relatando fatos passados na década de 1980, acredito que o comunismo não tenha morrido, porque a miséria continua. Através das notícias de Cuba, por exemplo, sabemos que o ganho popular é de um dólar, por dia. Isso é um salário de fome.

Imagem do Exército Brasileiro

Os resultados favoráveis das pesquisas de opinião atestam confiabilidade. O povo está descrente de várias instituições, por exemplo, do Congresso, do Executivo, do Judiciário e até da própria Igreja. Mas ainda confia nas Forças Armadas, apesar de a mídia tentar denegrir, de certa forma, os militares do Exército e das demais Forças Singulares. Mas elas continuam de pé e o povo continua a acreditar nelas, como sempre acreditou. Haja vista que, volta e meia, as pessoas apresentam a intervenção do Exército como solução para a violência. Só que o Exército possui outra missão constitucional e, portanto, é treinado para cumpri-las. Em uma viagem com a Escola de Estado-Maior, estive em Foz do Iguaçu e encontrei com o Curvo (Coronel Ademar Marques Curvo), de Infantaria, Comandante do Batalhão de Foz de Iguaçu. Ele me mostrou uma porção de caminhões apreendidos e comentou:

– Estamos, agora, numa campanha violenta para coibir o contrabando de café.

– Curvo, não entra nessa! O Exército foi feito para outras coisas. Isso é função de polícia – alertei-o.

Dois ou três meses depois, o ordenança dele entrou no Gabinete e matou-o.

Mensagem final

Primeiramente, foi um movimento que nasceu tendo que dar certo. Era impossível que o Brasil continuasse com aquele regime de João Goulart. A Revolução tinha que acontecer.

Ela foi benéfica ao País? Respondo, recordando que, em 1963/64, para conseguir uma ligação telefônica do Rio para Petrópolis, esperava-se de uma hora e meia a duas horas. Hoje, há a discagem direta. Isso nasceu na Revolução. Por sinal, acabou de falecer o Galvão, o primeiro Presidente da Embratel, o homem

que construiu essa empresa e que era um general do Exército. O apelido dele era "Santo Antônio" porque se parecia muito com o santo.

A via Dutra só tinha uma pista. Cansei de fazer a viagem entre Rio e São Paulo, em situação extremamente precária. A partir de 1964, mudou essa situação terrível, com a duplicação da rodovia.

Desconhecer a obra revolucionária é repudiar a verdade. Penso que a Revolução decorreu de um grande gesto das Forças Armadas. O primeiro presidente desse período, Castello Branco, soube transformar um simples movimento revolucionário em uma verdadeira Revolução sem que houvesse derramamento de sangue.

Coronel José Tancredo Ramos Jubé

- Natural da Cidade de Goiás, GO.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Na Segunda Guerra Mundial, integrou o III Grupo de Obuses da FEB, na função de Auxiliar do Comandante da Linha de Fogo.
- Serviu na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (1961); no Gabinete do Ministro Costa e Silva (abril de 1964 a 1967); e no Gabinete Militar da Presidência, período Costa e Silva (1967/1969). Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Campanha, Fortaleza (1972/1975).
- No exterior: Adjunto do Adido Militar (Washington, DC); Assessor da Junta Interamericana de Defesa e da Comissão Militar Mista Brasil-EUA (1969/1972).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra. Na vida civil, formou-se em Direito e Administração de Empresas;
- Na eclosão da Revolução de 1964, era Major, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ainda, em 1964, foi Oficial do Gabinete do Ministro do Exército (General Costa e Silva), onde exerceu as funções de Relações Públicas, Assessor Parlamentar e Oficial de Ligação junto ao Congresso Nacional.

Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2000.

A Revolução de 31 de Março de 1964 representou um marco na História do Brasil. Mudou o nosso País, a ponto de podermos falar em Brasil, antes e depois de 1964, máxime no que tange ao planejamento de governo, ao desenvolvimento econômico e à inserção internacional do Brasil.

Participação pessoal na Revolução: nos pródromos, na eclosão e no seu desenvolvimento.

Nos pródromos da Revolução, era instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Vivia-se, lá, um ambiente de insatisfação contra o Governo João Goulart. Nas reuniões, discutíamos o destino do nosso País, diante da situação de verdadeiro descalabro que mal suportávamos.

De formação cristã e democrática, não nos conformávamos com aquela procela em que o País se debatia... E começamos, efetivamente, a conspirar. Lembro-me, até com certa saudade, quando os então Majores Fernando Guimarães de Cerqueira Lima e o Marinho – cujo nome completo, agora, infelizmente, não me recordo – foram à minha casa e me convidaram para participar da atuação revolucionária. Aceitei, incontinenti.

O grupo de oficiais da ECEME, que passei a integrar, era coordenado pelo General Ulhôa Cintra – não ouço mais o seu nome – enteado, se não me engano, do Marechal Dutra. O General achava que haveria um encontro entre o I e o II Exércitos, no vale do Paraíba, e planejávamos a respeito. Interessante, o fato aconteceu, felizmente, sem o uso da força.

Por causa disso, fui incumbido de ir a Volta Redonda, para avaliar a situação do Batalhão cuja parada era naquela cidade; tive a sorte de encontrar um colega da época de Escola Militar: o Major Autran, irmão do Paulo Autran, esse grande ator do teatro nacional. Relatou-me a situação do material e do efetivo, e pude notar que a Unidade se inclinava para uma posição contrária ao Governo João Goulart.

Eclodida a Revolução, na noite do dia 31 de março, o então instrutor de História Militar, Coronel João Baptista Figueiredo, chamou-me e perguntou se me encontrava em condições de ocupar a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Prontifiquei-me a cumprir essa missão. Reuni um grupo de oficiais-alunos da ECEME e, em duas Kombis, dirigimo-nos para a Secretaria.

Conhecia o local, onde já servira anteriormente; lá chegando, cerquei a área. O prédio situava-se na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana. O andar térreo, era ocupado, naquela ocasião, pela Casa da Borracha.

Montado o dispositivo, todos armados, bati na porta. Um rapaz abriu-a, sem o menor cuidado. Apontei-lhe a pistola. Tratava-se de um sargento, meu conhecido, do 8º GACosM (8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado). Disse-lhe:

– Olha, Sargento Roberto – se não me engano esse era o nome – vocês estão cercados. Quem está aí?

– Eu e um cabo da Marinha; não existe mais ninguém. Todos foram embora.

Fiz um sinal, com a mão, para agrupar o pessoal. Entramos no interior do edifício e ocupamos a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Houve gente que, na pressa para abandonar o local, deixara até o paletó no encosto da cadeira. Tomamos algumas providências adicionais e passamos a noite ali.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, apareceu o Coronel Jayme Portella de Mello, nomeado Chefe da Secretaria-Geral. Transmiti-lhe o cargo com tudo normalizado.

Após pouco tempo na Secretaria-Geral, fui nomeado para o Escalão Avançado (Esc Av) do Gabinete do Ministro, em Brasília. Lá, encontramos um excelente oficial de Infantaria, Adhemar Americano do Brasil, que servia no Gabinete do Governo anterior, mas seguiu conosco, porque sabíamos que era favorável à Revolução. Foi uma "mão na roda" encontrá-lo, pois nos ajudou bastante.

Da minha participação na Revolução, ressalto como mais importante o comando da ocupação da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Raízes do Movimento de 1964

Com relação a isso, devo fazer, antes, uma ligeira digressão.

Há uma diferença entre raízes e causas, e faço essa diferença no sentido etimológico. Se consultarmos o Larrousse (*Enciclopédia Delta-Larrousse*) ou se formos ao Aurélio (*Dicionário da Língua Portuguesa,* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira) – o tão consultado Aurélio, em todo o lugar – verificaremos que causa é algo que provoca uma resposta, incontinenti. Quanto à raiz, é a origem, o começo. Então, chego à seguinte conclusão: a raiz é um fator mais antigo, que alimenta a futura resposta. Já a causa é algo incontinenti: chegou, pede logo a resposta.

Dentro desse aspecto, raciocino da seguinte maneira: quais foram as causas da Revolução de 1964? O mau Governo do Presidente João Goulart; o comunismo apoderando-se de todas as funções básicas do Brasil; a indisciplina nas Forças Armadas e a inflação que crescia.

E onde estão as raízes da Revolução?

As raízes, no meu entender – muita gente discorda disso –, estão no ciclo revolucionário dos anos de 1920, porque despertou a idéia, o modo de atuar. Vejamos o seguinte: quais os objetivos dos líderes que conspiraram, montaram e executaram a Revolução de 1964? Combater o comunismo, a administração danosa do Governo e a corrupção. Nos anos de 1920, quais eram os objetivos? Atacar as oligarquias, melhorar as condições da cidadania e combater, também, a corrupção.

Nos anos de 1920 – Revolução de 1922, Revolução de 1924 – não se falava em atacar o comunismo, porque o mesmo ainda não estava forte no Brasil. O Partido Comunista Brasileiro, recém-fundado no início de 1922, não tinha força alguma.

Já em 1930, foi fator de preocupação. No preparo da Revolução, Siqueira Campos e João Alberto Lins de Barros, os dois de Artilharia, foram a Buenos Aires, onde se encontrava Luís Carlos Prestes e o convidaram para chefe da mesma.

Nessa ocasião, Prestes respondeu:

– Regresso com vocês, para a Revolução, desde que a mesma seja para fazer o Brasil comunista.

Concluíram que Prestes já havia aderido às idéias comunistas; abandonaram o propósito inicial e só trouxeram o dinheiro para fomentar a Revolução de 1930. E houve até aquele acidente: quando voltavam, o avião caiu no rio da Prata, na altura de Montevidéu. Siqueira Campos, que era um atleta, morreu de angina, durante o nado, procurando a praia; João Alberto, franzino e que nunca se dedicara ao esporte, salvou-se, nadando até a terra.

Se em 1922 e 1924 não se pensava em combater o comunismo, o mesmo não se pode dizer de 1930, na medida que anularam a possibilidade da chefia da revolução ser empolgada pelo líder que elegeram, mas que se declarara comunista.

Resumindo, para mim, as raízes estão nos movimentos dos anos de 1920; as causas, nos anos de 1962, 1963 e 1964.

A influência da guerra fria no Movimento de 1964

Guerra Fria é a paz armada. A guerra é contida pelo potencial militar dos dois oponentes. Mas por que teria influído em nosso Movimento?

Lembro-me do ano de 1957, quando participei de uma manobra com a Escola de Estado-Maior, em Mato Grosso. Os russos haviam lançado o *Sputnik* e, em seguida (1961), Gagarin (Yuri Gagarin), tornou-se o primeiro homem a viajar fora da atmosfera da Terra.

Aquilo entusiasmou o mundo comunista. Provocou uma motivação incrível e os “vermelhos” imaginaram ter superado os Estados Unidos. Com o assassinato

do Presidente Kennedy, ficaram ainda mais eufóricos, quase exaltados. Com isso, puseram as "manguinhas" de fora, se revelaram.

No meu ponto de vista, então, a guerra fria, para nós aqui no Brasil, serviu para mostrar quem eram os inimigos da democracia, porque, naquele estágio, quando parecia que a Rússia superara seus concorrentes, também, no desenvolvimento da tecnologia nuclear, a excitação fez com que aparecessem e, na Revolução de 1964, foi mais fácil combatê-los.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março

No Congresso Nacional, como hoje, existiam vários partidos, partidos demais e, como sempre, as agremiações giravam em torno de homens e não de idéias, o que, para mim, é um defeito, um pecado mortal da nossa política. Entretanto, muitos apontavam os erros do Governo. Recordo-me de alguns nomes notáveis, como Bilac Pinto, que, por intermédio de belíssimos discursos, mostrava que o País caminhava para a guerra revolucionária, objetivo claro da esquerda.

Lembro-me, também, do Padre José Godinho, Deputado por São Paulo, orador de grande cultura humanística que, decididamente, alertava sobre a situação deletéria que estávamos vivendo. O Deputado João Calmon, do Espírito Santo, foi outro corajoso combatente no campo político, que procurava alertar o Congresso.

Havia, no País, sob todos os aspectos, um ambiente amplamente desagradável.

Os operários, dominados pelos sindicatos sob direção comunista, eram insuflados a fazerem baderna e a adotarem posições de contestação e rebeldia.

O empresariado rural – sou de Goiás, conheço bem a problemática dessa área ligada ao campo, em meu Estado – vivia época de incertezas muito grandes, com a desapropriação de terras ao longo das rodovias, ferrovias, lagoas e rios. Criou-se um clima de ameaças, de expropriações, gerando instabilidade, pois ninguém tinha garantia da posse de suas terras.

Ninguém tinha sossego. Por inspiração da esquerda comunista, o Governo João Goulart, incentivava as desapropriações às margens das rodovias.

Isso inquietava, também, os industriais com fábricas nessas áreas, de grande importância para facilitar o escoamento de seus produtos e, naquela ocasião, ameaçadas de desapropriação. O empresariado industrial vivia em desassossego, porque os impostos aumentavam, a obtenção de crédito era um problema e as greves, ilegais e constantes.

O povo estava infeliz, o que explica as reações crescentes e as famosas passeatas da Família com Deus pela Liberdade, que contavam , especialmente com as senhoras da CAMDE (Campanha da Mulher Democrática).

Clima de insatisfação contra o Governo Goulart

Havia, realmente, um clima de insatisfação. Lembro-me que, certa vez, Brizola foi a Belo Horizonte participar de um Congresso, se não me engano um Congresso Internacional do Operário Sul-Americano, algo parecido, com a presença de delegações de vários países. Um grupo decidido entrou no local e expulsou-o de lá, terminando com a reunião. De outra feita, o Brizola foi a Formosa, em Goiás, querendo, também, provocar agitação, mas o povo da localidade o repudiou.

Mas não se tratava só do Brizola. Ocorreram outras manifestações de desagrado do povo, em face do rumo que o País tomava. A CAMDE, organizando aquelas passeatas que reuniam multidões, demonstrava o grau de insatisfação reinante.

Persistiam as condições revolucionárias. Aliás, o General Castello Branco, em determinada oportunidade, disse que uma revolução é legítima, em virtude das causas que a originam.

A Igreja e o Governo Goulart

Vou citar apenas as autoridades maiores da Igreja.

No Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal na ocasião, tinha um programa de rádio chamado *A Voz do Pastor,* onde chamava a atenção dos ouvintes sobre os fatos que estavam acontecendo. Dizia que o povo estava sendo conduzido para uma realidade diferente e alertava para os perigos do comunismo.

No Rio Grande do Sul, Dom Vicente Scherer, o célebre Arcebispo de Porto Alegre, mostrava que a situação era catastrófica para o País.

Na Câmara dos Deputados, as vozes do Padre Godinho, já citado, e do Monsenhor Arruda Câmara juntavam-se ao coro daqueles que alertavam sobre o perigo dos rumos seguidos pelo governo.

As "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"

Havia um programa na Rádio Mayrink Veiga denominado *Repórter Petrobrás*. O nome era para opor-se ao *Repórter Esso,* da Rádio Globo. O *Repórter Petrobrás* era um programa rigidamente controlado pelo Governo e o Brizola participava às sextas-feiras. Em certo momento, disse o seguinte:

– Minhas entidades nacionalistas estão caminhando muito bem, quando chegarem ao efetivo de 300 mil, o que está perto de acontecer, então, irei atuar.

Significava que pretendia desencadear uma revolução. Depois, soubemos que havia, de fato, essa idéia por parte de elementos do governo Goulart. Trezentos

mil ultrapassavam o efetivo das Forças Armadas, naquela época. Mas o Brizola, bem sabemos, sempre foi um fanfarrão.

Quanto às "Ligas Camponesas", criadas por Francisco Julião, vou relatar uma experiência pessoal que tem ligação com as mesmas.

Em 1962, recebi uma missão para ir ao meio-norte de Goiás e produzir um relatório sobre a chamada "República de Trombas". Havia um elemento complicador, pois a mesma não admitia gente estranha em seu território.

Estimava-se serem dez mil habitantes a população de toda a área, em sua maioria posseiros, com maior incidência de baianos e cearenses. De um modo geral, os que demandavam aquela "República" tinham sempre um passado a esconder, inclusive condenados pela Justiça. O ânimo de todos era a defesa intransigente de suas "posses". Com a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, passando próxima ao território da "República", as terras foram valorizadas e novos proprietários, com documentos legais ou forjados, surgiram na região, atritando com os posseiros.

O líder local era o José Porfírio de Souza, homem "chucro", mas com sensibilidade e carismático. Começou a montar uma cidade com aquela gente que precisava de terra, traçando os limites da área, ou da "República", como eles mesmos diziam. Sei que um limite era o rio Tocantins, outro a serra Dourada, mais a oeste a Rodovia Belém-Brasília.

Como disse antes, não se entrava com facilidade na área. Quando recebi a missão, me disseram:

– Você vai à Cidade de Porangatu, procura o cartório, e deve encontrar um cavalheiro chamado Amorim, que vai orientá-lo como entrar em Trombas.

– Por que me escolheram? – perguntei.

– Porque você é goiano, logo conhece aquilo lá mais do que qualquer um aqui, do Estado-Maior.

Quando cheguei, o Amorim já me esperava, olhou para mim e disse:

– O senhor, com essa cara de "gringo", não vai conseguir entrar. Vai ter dificuldade.

Acompanhavam-me dois sargentos, sendo que um deles era "filho" de Trombas. Tínhamos saído com uma espécie de "Abre-te Sésamo", que era o pagamento do imposto rural devido por esse sargento, lá em Trombas, que de fato era uma cidadezinha. Seria a minha segurança.

Mas o Senhor Amorim ficou preocupado comigo. No dia seguinte, à hora do almoço, chegou acompanhado de uma senhora que me perguntou:

– O senhor é que vai para Trombas?

– Eu tenho que ir lá – respondi.

– Se o senhor vai para lá – interveio o Amorim – esta senhora é a sogra do José Porfírio; o senhor poderia levá-la para mim?

Foi a nossa sorte. Embarcamos na caminhonete e saímos. Na entrada da área, paramos diante de uma porteira, fechadíssima e com sentinelas. Ela disse:

– Fulano, sou eu, pode abrir que eu estou indo para a minha casa.

Abriram a porteira e entrei em Trombas.

Lá, pude verificar que era uma sociedade organizada no molde socialista. A produção era entregue à Associação de Lavradores que se encarregava de vendê-la em Anápolis e Goiânia.

A distribuição de terras, convém frisar, obedecia a alguns fatores. O candidato recebia a quantidade de lotes dependendo da idade, número de braços, para o trato da terra – filhos e dependentes –, disposição física e, principalmente, tratar ele mesmo da gleba e ser um "associado".

O José Porfírio de Souza era pessoa muito ligada ao Deputado Estadual de Pernambuco Francisco Julião, a quem considerava ídolo e orientador. Não conversamos pessoalmente, apenas trocamos um rápido cumprimento, quando estive em sua casa. Pediu desculpas, porque ia viajar e sumiu, deixando um "lugar-tenente" que me passou algumas informações sobre a organização e a produção da Associação.

Notei que os homens portavam armas, de tipos bem variados. Havia desde as rudimentares de caça, do tipo "espingarda de papo-amarelo", até boas carabinas. Organizações do Terreno (OT) eram encontradas nas proximidades do povoado. A Associação possuía planos para a sua defesa; cada "grupo", conforme a hipótese, sabia o que fazer.

Quanto à assistência médica, no caso de serem insuficientes os recursos locais, os doentes eram levados para Goiânia, onde três médicos, previamente contratados pela Associação, os atendiam, entre os quais se incluía um notório comunista.

Os políticos de âmbito estadual e mesmo federal cortejavam José Porfírio, porque era voto certo. O Vice-Governador já tinha estabelecido contato com ele.

Ao entardecer, me despedi, o sargento deu o dinheiro do imposto e regressamos a Goiânia. Não queria dormir em Trombas ou Formoso, porque tinha receio de que, à noite, pudessem fazer qualquer "trapaça" conosco.

Então, a "Liga Camponesa" não estava mais só no Nordeste, mas procurando atuar no Norte goiano e com probabilidade de expandir-se para Mato Grosso e outros lugares.

O cenário militar; tentativas de dividir as Forças Armadas

Os comunistas são terríveis; utilizavam uma técnica, trazida do exterior, que ensinava como deveriam infiltrar-se nas organizações. Para mim, dividiram as Forças Armadas. Isso me faz lembrar 1893 (Revolta da Armada), em que o Exército andou meio brigado com a Marinha, apesar de alguns marinheiros, hoje, afirmarem que a Marinha não foi contra o Exército, foi contra o Governo Floriano.

Assim, explorando essa técnica, os comunistas começaram a arquitetar problemas no meio militar. Criaram o MMC, que me disseram significar Movimento Militar Comunista, não sei se é verdade, com o objetivo de aliciar pessoas (a sigla, na verdade, significava Movimento Militar Constitucionalista) e, também, promoveram e incentivaram a indisciplina que floresceu nas Forças Armadas.

Incitavam oficiais e sargentos, uns contra o outros.

Inclusive, o sargento poderia fazer uma reclamação direta ao Ministro, passando "por cima" da cadeia hierárquica. Isso criou um mal-estar muito grande. Procuraram dividir as Forças Armadas e quase conseguiram.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade: movimento reacionário?

Acho graça nessa qualificação. Na minha opinião, era um movimento forte, unido pelo pensamento cristão e uma resposta digna contra o Governo de tendências agnósticas. Revelou a coragem da mulher brasileira; mostrou que o povo não estava amorfo, que tinha condições de reagir, como de fato o fez.

Quando falo na Revolução, me lembro daquela imensa quantidade de senhoras rezando, com o terço na mão, porque, na verdade, do jeito que estava, tinham que apelar para Deus mesmo, pois não havia Governo. E, graças a Ele, a solução surgiu com a Revolução de 1964, respondendo ao apelo aflito da sociedade brasileira.

Forças Armadas: intérpretes da vontade nacional

Mais do que intérpretes, as Forças Singulares foram as executoras da vontade popular, ao abraçarem a causa, fazendo-a seguir adiante.

Revolução de cunho comunista

Havia, havia sim uma revolução comunista sendo preparada. Aliás, muitos comunistas notórios já o admitiram.

O Congresso Nacional e a eclosão do Movimento

O Congresso agiu com equilíbrio e serenidade. Nos primeiros momentos do Movimento revolucionário, muitos parlamentares comunistas fugiram para as suas bases, como costumam dizer. Mas não houve surpresa no Legislativo, porque os deputados que citei, enquanto combatiam o Movimento revolucionário de esquerda em andamento, esclareciam seus colegas que poderia surgir uma outra onda, contrária.

Convém ressaltar a atuação do Presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, que ajudou muito a Revolução. Ele considerou vago o cargo de Presidente da República, diante do sumiço do Senhor João Goulart e, obedecendo à ordem sucessória, deu posse ao Deputado Mazzilli (Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados). João Goulart, naquela hora, ainda poderia estar no Brasil, talvez no Rio Grande do Sul, pensando em fugir para o Uruguai.

Por isso, entendo que o Congresso ajudou a Revolução, com esses atos e, mais tarde, por ter declarado o *impeachment* do Senhor João Goulart, quando ficou conhecida sua fuga para o Uruguai. O Congresso agiu bem, até porque seria uma das instituições mais prejudicadas com o advento do regime comunista em nosso País.

Os diversos segmentos e entidades esquerdistas

Tentaram greves, fizeram algumas ameaças que não foram bem-sucedidas, em face, sobretudo, da fuga das lideranças comunistas, o que concorreu, também, para o sucesso da Revolução em 48 horas.

Lideranças civis e militares

Considero, entre os militares, o então General Costa e Silva, que adotou a idéia de acabar com a anarquia no Brasil, desde as suas primeiras manifestações, embora muita gente ignore esse fato. O livro do General Jayme Portella aborda, com muita propriedade, este aspecto. O Presidente Castello Branco foi outro grande líder da Revolução; também pensava da mesma forma, antes da eclosão do Movimento, embora nunca tenha sido conspirador; não podemos esquecer o General Olympio Mourão Filho, pois deu a partida ao Movimento, junto com o General Carlos Luís Guedes.

Também, devemos lembrar o General Amaury Kruel que, entre a amizade com o João Goulart e a verdade da Revolução, ficou com essa última posição.

Releva citar, ainda, o General Muricy, que veio à frente das tropas de Minas rumo ao Rio de Janeiro.

E o Marechal Denys...

Certamente é mister incluí-lo na lista dos militares. Vinha atuando com bastante antecipação. Tinha sido Ministro da Guerra e identificava bem as raízes da Revolução. Indo para Juiz de Fora, atuou decisivamente para a vitória do Movimento revolucionário.

Por outro lado, destaco alguns líderes civis notáveis: Magalhães Pinto que deu a partida, ajustado com os Generais Mourão e Guedes. Não podemos omitir os nomes de Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e daqueles deputados a que já me referi.

Por fim, não podemos esquecer que a Revolução foi tramada pela oficialidade mais jovem. Vários tenentes-coronéis, majores, capitães e até tenentes andaram fazendo o proselitismo para a eclosão da Revolução. Não podem ser esquecidos; raramente se fala neles, mas também, merecem citação.

A Revolução: movimento exclusivamente brasileiro

Não houve qualquer ação externa, nem mesmo americana. O Embaixador. Lincoln Gordon manteve o seu governo informado de tudo acerca da Revolução, como era de sua obrigação, mas, ao eclodir o Movimento, foi tão surpreendido como o foram os comunistas.

Vou recordar um fato interessante, ocorrido pouco depois de consolidada a Revolução. O Embaixador Lincoln Gordon pediu, através do General Vernon Walters, adido militar, que era coronel à época, muito amigo de todos nós – tinha sido oficial de ligação da FEB com o V Exército americano, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial – uma audiência com o Ministro Costa e Silva, que era o Comandante Supremo da Revolução. Marcada a data, o Embaixador, que falava português, chegou e disse o seguinte:

– Vim aqui pedir para os senhores assegurarem a liberdade de imprensa e os direitos humanos, e saber o motivo da invasão da Associated Press.

– Olha, Embaixador – falou o Ministro Costa e Silva, surpreso, olhando para ele – pensei que o senhor não tivesse dúvidas sobre isso. Claro que vamos cumprir a lei. Quanto à Associated Press, não é uma empresa do governo americano, nem ligada à sua embaixada. É uma empresa particular.

E prosseguiu:

– Pensei que o senhor viesse aqui cumprimentar-nos pelo êxito da Revolução, que evitou a comunização do Brasil, o que acarretaria real prejuízo para os Estados Unidos.

Essa foi a resposta do General Costa e Silva. O Sr. Lincoln Gordon ficou meio "sem graça" e saiu.

Além disso, convenhamos, o General Mourão surpreendeu a todo mundo, inclusive o próprio General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, que só soube do movimento de Minas Gerais depois que ele já estava na rua, que dirá o Sr. Lincoln Gordon.

Mas, ele (o Embaixador Lincoln Gordon) gosta do Brasil. Há pouco tempo concedeu uma entrevista, muito boa, publicada, se não me falha a memória, no *O Globo*, na qual declara que, lamentavelmente, o Brasil perdeu uma década – e essa década perdida foi a de 1980.

Levantou quatro questões que devemos considerar, na atual conjuntura: primeira, manter a estabilidade da moeda – ninguém discorda disso; segunda, manter a liberdade de expressão, quer dizer, não permitir atitude autoritária – também concordo com ele; terceira, fazer as reformas, principalmente as política, tributária ou fiscal; e quarta, a do Judiciário – o Judiciário precisa de uma reforma, urgente.

O desmoronamento do "esquema militar" do Governo

Desmoronou porque não existia. Toda a tropa estava favorável à Revolução. A quantidade de gente insatisfeita com o Governo, no meio da tropa, era bem maior do que a que acompanhava o sistema. Aquilo era um blefe, e como tal desmoronou, semelhante a um castelo de cartas de baralho.

Chefia e liderança na iminência do combate

Penso ser o ponto alto da Revolução. Os comandantes das tropas que tomaram parte no Movimento armado, bem como seus comandados, deslocaram-se preparados para combater, mas sabiam que, do outro lado, havia elementos favoráveis à Revolução. Assim, em vez de atirar, buscaram conferenciar, conversar, e tudo terminou em paz.

Em Resende, aconteceu um caso interessante: a tropa do I Exército, que partiu do Rio de Janeiro, deparou-se com uma posição defensiva guarnecida por cadetes da Academia Militar, e não tomou a iniciativa de atuar militarmente. A que veio de São Paulo chegou, quando o General Kruel lia a sua proclamação. Houve demonstração de presença de espírito e acentuada liderança.

O General Médici, Comandante da AMAN, intermediou com bastante habilidade, a conversa, ocorrida na AMAN, entre o General Kruel, Comandante do

II Exército, e o General Âncora, Comandante do I Exército. Foi uma demonstração de equilíbrio admirável... O General Âncora percebeu que não havia mais clima para a manutenção de qualquer altercação.

Os cadetes da AMAN na Revolução

Sou sincero; fui instrutor da Academia durante quatro anos, gosto demais da AMAN; os meus dois filhos nasceram lá. Empregar cadetes, havendo possibilidade de combate, é coisa muito delicada. Pelo que sei, o General Médici foi informado pelo General Kruel de que ele aderira ao Movimento revolucionário. A pendência estava na posição da Vila Militar no Rio de Janeiro. Acredito que a decisão do General Médici buscou evitar um confronto entre os I e II Exércitos, o que ele teve a felicidade de conseguir. A providência divina guardou a nossa Academia e o seu Comandante, porque nas duas vezes anteriores, em que empregaram cadetes em operações, durante movimentos revolucionários, houve razões de arrependimento.

Uma, foi a campanha da vacinação, um fracasso, e a Escola Militar voltou, para ser vacinada. A segunda vez foi na Revolução de 1922, quando a Escola Militar rebelada, comandada pelo então Diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo, Coronel João Maria Xavier de Brito, deslocou-se para enfrentar as tropas da Vila Militar. A Engenharia, sob o Comando do Juarez Távora; a Artilharia, que só levou uma Bateria de Canhões Comandada por Stênio Caio de Albuquerque Lima. Nos primeiros tiroteios, morreu um cadete. O Coronel Xavier de Brito, verificando a grande superioridade dos efetivos em pessoal e material das tropas da Vila Militar, e que seria insensato e desumano prosseguir, pois toda a Escola Militar poderia ser dizimada, decidiu recuar.

Por ser a garantia da continuidade do Exército e o elemento fiador do nosso futuro, acho que a Academia Militar deve, em princípio, ser poupada. Mas, no caso em questão, tudo indica que houve um entendimento prévio entre os Generais Kruel e Médici.

Na Escola de Estado-Maior, no dia da Revolução, tive uma outra missão que me esqueci de abordar: ordenaram-me que fizesse contato com o assistente do General Kruel, Comandante do II Exército. Como os telefones da Escola não paravam, fiz a ligação de minha casa. Ele falou::

– Não, o General Kruel já aderiu à Revolução e vai lançar, dentro de poucos minutos, um manifesto.

Assim, creio que o General Médici soube do manifesto, ficou tranqüilo e pôde agir daquela maneira.

O cenário militar: os quartéis na fase anterior a 31 de março

A Marinha e a Aeronáutica enfrentavam problemas de indisciplina muito acentuados. Na Aeronáutica, aliás, todos os comandos eram exercidos por oficiais ligados ao Governo Goulart, sendo que os outros – os "contras" – ocupavam cargos burocráticos. Das três Forças, o Exército foi o que demonstrou, sem dúvida, mais disciplina, naquela ocasião.

Na Marinha, a indisciplina chegou a tal ponto que o Ministro, quando viu os marinheiros reunidos num sindicato (rebelião dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos), e, ao ter mandado os fuzileiros navais para prendê-los, constatou a adesão dos mesmos à revolta, perdeu as condições de atuar e solicitou auxílio ao Exército. Acionado o Batalhão de Guardas, a Unidade cercou o sindicato e efetuou as prisões necessárias.

Houve protestos, diziam que era um absurdo empregar o Exército contra a Marinha. Para acalmar, João Goulart afirmou:

– Não, vocês não vão ser prisioneiros do Exército, mas hóspedes e acabou mandando liberar os rebelados, o que levou o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, a solicitar exoneração do cargo.

Aproveitando o episódio, o Presidente nomeou, para a pasta da Marinha, um novo Ministro que demonstrou ser muito "vermelho", chamado Paulo Mário.

O fato é que, com essa situação de indisciplina de um lado e do outro, todos cerraram em torno do Exército, originando a união e coesão desejadas, resultado feliz que até hoje perdura.

Um Movimento sem ideologia

A base era a democracia cristã, fortaleza inexpugnável e força maior contra o ateísmo comunista, que é temporário. Haja vista ser a única ideologia que começou e acabou no mesmo século, como disse o Papa João Paulo II.

Como já lembramos, as raízes da Revolução estão nos idos dos anos de 1920, em que se lutava pela democracia e não se estava preocupado com o comunismo, porque o mesmo, ainda, não existia no País, em termos de valor.

A mídia e o apoio ao Movimento

Por incrível que pareça, apoiou, e não foi pouco. Lembro-me das manchetes do *Correio da Manhã*: "Basta! e Fora!" Do *Jornal do Brasil:* "Renuncia, João Goulart!"

Todos os jornais de peso apoiaram, com manchetes bem "chamativas" e entusiásticas. As estações de rádio transmitiram tudo; a TV Rio filmou a tomada do Quartel-General da Artilharia de Costa pelo General Montagna e alguns oficiais-alunos da ECEME. A veiculação dessas notícias favoráveis à Revolução é um sinal claro de que a mídia nos apoiou, naquela ocasião, sendo que a Rede Globo apoiou antes, na eclosão do Movimento e durante todo o período revolucionário. Com a saída da Revolução do Poder, a partir de 1985, ela mudou, inexplicavelmente, de posição. Interessante!

Revolução ou golpe

Isto está claro na doutrina do Direito. Ainda ontem, tive uma discussão doutrinária com uma funcionária da "Defesa Nacional", aqui no pátio (do Palácio Duque de Caxias). Ela chamou de "golpe" e eu retruquei.

– O senhor não acha!?

– Não, não é golpe – e expliquei. Dá-se o nome de golpe a toda ação política, cujo objetivo é destruir o que está estabelecido e vem de cima para baixo.

Por exemplo: a criação do Estado Novo foi um golpe perpetrado por Getúlio, pois o povo não participou. Cito um outro caso: quando Napoleão se coroou imperador da França, foi um golpe, porque o povo não pediu que ele se tornasse imperador.

Revolução dá-se de baixo para cima, com a participação da maioria do povo que decide apear do Poder as autoridades constituídas. Assim, foi a Revolução Francesa, onde o povo terminou com a monarquia, e a própria Revolução Bolchevista russa, que expulsou do Poder a família imperial.

A nossa Revolução foi o povo que a quis, como nós já comentamos aqui. Agora, a mídia, esquerdista, querendo menosprezar o Movimento, chama-o de golpe. Mas eu não aceito esse epíteto.

Benefícios ou prejuízos, ou uns e outros

A Revolução não mudou o sistema político brasileiro. Manteve o funcionamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados, das Câmaras de Vereadores e dos governos estaduais. Logo, politicamente, no momento da eclosão, absorveu todo o sistema.

Economicamente, sabemos que a dupla famosa – Bulhões e Roberto Campos – resolveu o problema da moeda, o financeiro. Surgiram, então, muitas novidades: a bolsa de valores mudou, implantaram-se extensas malhas viárias e sobrevieram

muitos outros benefícios que mudaram a imagem do Brasil, mas que os revanchistas, através de um cerrado "patrulhamento", impedem a sua divulgação.

Mas houve erros?

O erro é passível, todo ser humano erra. Entendo que o grande erro da Revolução, se é que podemos falar nesses termos, foi ter perdurado muito. Deveria ter realizado as mesmas medidas políticas em prazo mais curto.

O interessante é que todos os presidentes pensaram nisso. O Presidente Castello, por exemplo, não queria admitir a ampliação do seu mandato por mais um ano, embora, depois, tivesse que aquiescer, por tratar-se de uma decisão do Congresso Nacional. O Presidente Costa e Silva, que foi obrigado a fazer o AI-5, morreu com uma Constituição nova, na mão, a fim de normalizar, mais rapidamente, a vida do País.

O General Geisel já subiu ao Poder pensando em uma "abertura". Planejou e tomou a decisão, na hora que julgou adequada, de encerrar a vigência do AI-5. De fato, no dia que achou oportuno – posto que não marcara data – baixou um ato extinguindo o AI-5. Mas, não concedeu a anistia, deixou-a para o seu sucessor. O AI-5 se autolimitava, porque estabelecia que o Presidente, quando julgasse oportuno, poderia suspender a sua execução.

Portanto, o erro foi ter demorado, embora concorde com a opinião dos que pensam não ter sido a demora provocada pelo simples desejo de querer permanecer. Por outro lado, a "luta armada" contra o sistema forçou a permanência do *status quo* revolucionário.

Alguns apontam como outro erro da Revolução o fato de não ter aparecido nenhum líder civil. Citam, apenas, o Petrônio Portela que morreu em plena atividade política, e outro – é até gozado – o Jarbas Passarinho, cuja origem é militar, mas que foi, realmente, um grande líder, bastante atuante.

Exército – a recompensa do sacrifício

É verdade que os resultados obtidos pela Revolução têm sido enaltecidos em centros de saber destacados, como a Escola Superior de Guerra, sem que recebam a devida divulgação. Tenho a impressão que alguns companheiros vêm ressuscitando a velha idéia do "grande mudo", enquanto setores de esquerda da mídia não descansam. Ocultam tudo que possua mérito e só mostram os erros, à maioria das vezes insignificantes, se comparados com os aspectos positivos, em meio a tantas realizações magníficas que são escamoteadas.

Realizações bem-sucedidas

No campo do desenvolvimento econômico e financeiro, já citei a estabilidade da moeda e o crescimento da malha rodoviária. No campo social, a Revolução enfrentou a questão dos excedentes, na área da Educação. Lembro-me, uma vez, ter lido a manchete de um jornal: "O Brasil acabou, hoje, com os excedentes." Era um problema, nos concursos para Medicina, Direito e outras carreiras, ser aprovado e não estar relacionado nas vagas destinadas à matrícula.

Voltada, ainda, para o social, a Revolução enfrentou o problema da aguda falta de moradia, sobretudo para as classes menos favorecidas, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e as cooperativas habitacionais, sistema que funcionou com inegável êxito.

Outro passo muito grande foi dado no campo da pesquisa, bastante incrementada com a Revolução. Orgulho de nosso País, a EMBRAER, foi criada no Governo Costa e Silva. É importante ressaltar, particularmente para os mais jovens, que essa empresa vitoriosa é um produto da Revolução.

Poderíamos citar inúmeros e extraordinários avanços provindos da Revolução de 1964. A própria Caixa Econômica Federal deixou de ser um antro de "politicagem", que atendia determinadas autoridades e "afilhados políticos", e pôde criar uma política com "P" maiúsculo, em benefício da população.

A "batalha da comunicação social": perdida ou desprezada

Não sei se perdemos, pois ainda está em tempo de salvar tudo, mas há um certo arrefecimento. Nós não somos muito ligados ao público externo, existe aquele ranço, aquela insegurança, nada se pode mostrar.

Um pequeno exemplo, vivido por mim, serve para ilustrar o que acabo de afirmar. Fui à AMAN, acompanhado de meus dois filhos, nascidos lá, e quis mostrar-lhes a casa em que moramos. Disseram-me:

– Ah! O senhor não pode entrar por aqui, tem que ser por lá.

Acabei desistindo. Há um canhão alemão, no Parque de Artilharia, troféu de guerra, trazido pela FEB, que eu e o Tenente Vieira Ferreira pusemos sobre uma base. Calculei o embasamento e o Vieira ficou com a missão de arranjar um guindaste e colocar o canhão sobre seu pedestal; pois não consegui mostrar o canhão para os meus filhos, porque era proibido entrar nos Parques.

Quando estava servindo nos Estados Unidos, fui várias vezes a West Point (Academia Militar dos Estados Unidos) e visitei tudo que quis, sem qualquer restrição.

Possuímos esse complexo de “grande mudo”, de viver para dentro. Não pode, é preciso expandir, mostrar o que somos. Li uma frase do Chacrinha no *New York Times:*

– Quem não se comunica, se trumbica.

O próprio Castello Branco era avesso à propaganda. Dizia que não queria um DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, no Governo Vargas).

Nos dias de hoje, não pode ser assim. Você faz e tem que mostrar o que fez.

Getúlio Vargas está presente, até hoje, com o nome posto em várias ruas, avenidas e fundações, porque, realmente, o DIP funcionou.

O DIP funcionou; acompanhamos a minisérie da TV Globo, *Aquarela do Brasil;* no final de cada capítulo, aparecem trechos de um jornal cinematográfico do DIP, que assistíamos nas salas de projeção, quando éramos estudantes. Nele, só se fala no Chefe da Nação, no Getúlio.

Guerrilha e terrorismo

Minha impressão é que os comunistas, com a derrota, perderam espaço e partiram para o terrorismo, conforme preconiza a guerra revolucionária. Houve a resposta, o revide bem-sucedido por parte da Nação agredida.

Canais para a manifestação da oposição e luta armada

Muito se fala que, durante o processo revolucionário, em face do cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística, houve prejuízo para a divulgação do pensamento e idéias, em diversos setores da sociedade. Entretanto, qualquer revolução, quando ocorre, cerceia a liberdade. Houve, de fato, censura relativa na imprensa e no teatro, porque ambos são os meios de comunicação mais diretos ao povo. Mesmo na imprensa, os livros circularam a vontade. Na Grécia Antiga, sem imprensa, era o teatro que levava as idéias ao povo.

No Teatro, a censura foi branda – eu sou testemunha disso. Vi muita ofensa direta à Revolução e às Forças Armadas.

A censura era necessária naquele momento, não se podia fugir disso. Quanto às artes plásticas, não houve cerceamento. O Oscar Niemayer continuou fazendo suas obras, à vontade. Quanto à “luta armada”, trata-se de ação isolada, apoiada de fora.

Inclusive, havia o MDB, partido de oposição, para manifestarem as suas idéias.

Nem todos os canais de comunicação foram cortados. Agora, esse fato não justifica a “luta armada”. A mesma decorreu das concepções marxistas-leninistas próprias da guerra revolucionária, visando a combater os governos pós-1964. Os

adeptos da "luta armada" não queriam diálogo nenhum. Os que falam ao contrário são os perdedores ou os atuais aproveitadores que pensam em ficar bem com aqueles que, agora, estão no Poder. Há gente que parecia ser nossa e que, hoje, faz este papel dúbio.

Apoio externo à "luta armada"

O exemplo clássico de que recebiam apoio externo são os recursos recebidos, de Cuba, pelo Senhor Leonel Brizola. Inclusive, por não ter prestado contas do mesmo – as ações que seriam financiadas, jamais ocorreram – ficou considerado como *el ratón*, conforme comentários da época.

A orientação comunista, no Brasil, provinha de Moscou, da China e da Albânia. Portanto, havia uma orientação externa.

O AI-5: necessidade ou excesso

Foi necessário, não havia outra alternativa. O General Geisel declarou, no seu depoimento no Projeto *A Memória Militar sobre 1964,* da Fundação Getúlio Vargas, que o Costa e Silva só tinha duas opções: decretava o AI-5 ou renunciava. E ele não era de renunciar.

Se não decretasse o AI-5, a Revolução acabaria. Graças à função que eu exercia, possuo um papel, com as anotações de próprio punho do Presidente da República, citando as funções e a votação, durante a reunião do Conselho de Segurança que aprovou o Ato Institucional*. Todos os componentes votaram a favor, exceto o Dr. Pedro Aleixo (Vice-Presidente da República), que optou pelo estado de sítio, dada a sua formação, mais jurídica do que revolucionária.

Melhor do que nós, os ministros tinham conhecimento da situação e decidiram, por ampla maioria, aprovar o AI-5, em face da sua necessidade.

SNI e DOI

Ninguém, vamos dizer assim, consegue administrar, eficazmente, sem dispor de informações. Como diretor de empresas, qualquer relatório ou ação que se faça, depende de informações. Imagine a administração pública, em âmbito federal. O Serviço Nacional de Informações era necessário.

---

* A reprodução desse documento está no final da entrevista do Coronel José Tancredo Ramos Jubé.

Quanto aos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), sirvo-me de um exemplo, acontecido comigo, para ilustrar minha opinião. Encontrava-me no Ceará e fui encarregado de um Inquérito Policial Militar, com a finalidade de averiguar se havia crime contra a segurança nacional em um fato ocorrido naquele Estado.

Recebi a papelada, comecei a estudar e confirmei que segurança nacional é problema da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. Tanto que, ao externar essa opinião, o General Comandante da Região – Oscar Jansen Barroso – concordou.

Mas, como a Polícia Federal estava recém-formada – foi criada, àquela época pelo Presidente Castello Branco – ainda sem os recursos suficientes para operar eficazmente, foi necessário aproveitar os DOI, organizações operacionais, apêndices dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), utilizando as estruturas dos Comandos de Área.

Naquela época, alguém tinha que executar a operação, porque o inimigo estava atuando.

O inimigo não parava de atuar, a Polícia Federal ainda não estava adestrada e nem tinha recursos, logo a solução foi o emprego das Forças Armadas.

Tinha que ser. Penso que foi uma solução para atender às exigências do momento.

Sim, naquela ocasião, foram necessários, mas se acontecesse hoje, com a Polícia Federal, dotada de todos os recursos, não teriam sido criados.

O panorama político e o Congresso

O Congresso sempre fez o que o Governo pediu, embora houvesse exceções. O AI-2, por exemplo, foi editado porque o Senador Daniel Krieger informou ao Presidente Castello Branco que o Congresso não iria aprovar certas reformas, como desejado e eram necessárias.

Além disso, houve a insatisfação, no meio militar, com o resultado das eleições para Governador nos Estados da Guanabara e Minas Gerais. Para esses Estados foram eleitos, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro. O pessoal não aceitava, mormente porque, em um inquérito feito pelo então Coronel Ferdinando de Carvalho, o Negrão de Lima andou implicado.

Para acalmar a reação militar e permitir a posse desses dois Governadores, segundo a vontade popular, a Revolução decretou o AI-2. Conheço, porque estava em Brasília e vi quando foi assinado o AI-2. Foi um constrangimento muito grande para o Presidente Castello Branco. Como, aliás, foi para o Presidente Costa e Silva, ao assinar o AI-5. Ambos sofreram muito com isso.

O Presidente Costa e Silva estava governando o País com uma Constituição aprovada pelo Congresso, no Governo Castello. Pela mesma, não iria conseguir sanar o "caso Moreira Alves", porque o Congresso, dessa vez, também, negou apoio.

Embora, hoje, muita gente ache que o Deputado Márcio Moreira Alves só falara bobagens naquela oportunidade, a conotação dada ao discurso foi outra.

Essas foram as duas vezes em que o Congresso negou apoio à Revolução.

"Ditadura militar" – "anos de chumbo"

Setores da mídia, dominados pela esquerda, quanto mais puderem comentar, pejorativamente, um movimento contra o comunismo, certamente o farão.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Creio que as Forças Singulares não auferiram qualquer tipo de benefício, foram até prejudicadas. Se houve alguma vantagem, que me lembre, e tive que pensar muito para descobrir, foi a criação do Fundo do Exército, um sonho antigo, equiparando-se, nesse aspecto, à Marinha que já possuía o seu.

A EMBRAER foi um ganho para o Brasil e não só para a Aeronáutica. Suas aeronaves competem com renomadas empresas, no mundo inteiro, em um setor industrial categorizado.

Vinte anos de Revolução

Minha avaliação só pode ser positiva. Este País passou a ser respeitado no exterior. De 1969 a 1972, morei nos Estados Unidos e freqüentava, por força de minhas atribuições, desde as mais simples organizações até a Casa Branca, onde estive umas três ou quatro vezes. Essa experiência permitiu-me aquilatar o prestígio internacional do Brasil, adquirido no período da Revolução.

Lembro-me bem, quando houve uma reunião do BID e o Ministro Delfim Neto, representante do Brasil naquele conclave, chegou a Nova York e seu avião não pôde decolar para Washington, em virtude de forte nevasca que interditou o aeroporto La Guardia.

Esse fato motivou o adiamento da abertura da reunião, até a chegada do Ministro Delfim, o que aconteceu uma ou duas horas depois, mais ou menos. Isto é prestígio que a Revolução deu ao Brasil. Antes, não existíamos lá fora.

A conjuntura internacional e a abertura política

O que interessa aqui é a pressão dos Estados Unidos, a maior potência do mundo. Acho que o governo americano fez muito pouca, praticamente nenhuma, pressão sobre o Brasil, para que se fizesse qualquer tipo de "abertura" política.

Já me referi à visita do Embaixador Lincoln Gordon ao Presidente Costa e Silva.

No Governo do General Geisel, visitou-nos o Presidente Carter que enviou a mulher na frente. Rosalyn Carter trouxe um questionário, no qual perguntava tudo, mas sob o enfoque dos direitos humanos. O Presidente Carter era um homem voltado para os direitos humanos. Mesmo assim, insisto em que não houve pressão para que o Governo fizesse a abertura política. Foi uma decisão própria do Presidente Geisel.

Lembro que foi o Presidente Geisel que denunciou o Acordo Brasil-Estados Unidos, voltado para o setor de material bélico, o que fê-lo quando lhe aprouve, despreocupado com as conseqüências de sua decisão, naquela época, soberana realmente.

A imagem da Revolução

O General Figueiredo fez um Governo que reputo difícil. Enfrentou alguns problemas perturbadores. O segundo choque do petróleo (1979), que ocorreu no início do seu mandato, abalou o mundo e, por conseqüência, teria que abalar o Brasil, também. A inflação estava voltando e precisou ser combatida. A própria saúde do Presidente foi fragilizada com os problemas no coração. Sou um enfartado e sei que um problema de coração transmite desagradável sensação de receio e provoca uma certa perda: – "Será que ainda tenho condições de fazer isso?"

Aconteceu o problema do Riocentro, bastante explorado pela mídia. Também, Figueiredo rompeu com o Vice-Presidente da República; perdia a tranqüilidade nas ausências do País, quando precisava transmitir o cargo. O General Geisel até entendia que ele deveria ter renunciado, quando voltou de seu tratamento de saúde. Então, essas coisas prejudicaram o Governo dele. Se desgastaram a Revolução, não afirmo, mas o Governo dele, com certeza.

A Lei da Anistia e o "revanchismo"

O "revanchismo" é fruto da permanente insistência do comunismo em conduzir o processo da guerra revolucionária e, também, um pouco, da ampla abrangência da Lei da Anistia. Note-se que, hoje, os homens que combatiam a

Revolução são recompensados, como Lamarca, do qual esqueceram ser um desertor, ladrão e assassino.

O Ministro da Justiça, Gregori, estimula esse "revanchismo". E ele é até incoerente, porque, na ocasião da beatificação de Frei Galvão, que poderá tornar-se o primeiro santo brasileiro nato da Igreja católica, representou nosso País junto ao Vaticano. Ora, ele não é católico, não é cristão; é agnóstico. Deveria ter dito: "Presidente, eu não confio nem acredito nisso. O senhor mande outro."

Uma vez, comentando isso, disseram-me: "A mulher dele possui parentesco com Frei Galvão."

Nesse caso, ele que providenciasse a viagem dela.

O que não pode é um homem que não acredita em religião, é esquerdista, representar o Brasil católico. Que fosse acompanhando a esposa, e o Brasil mandasse um outro, pelo menos católico, para a cerimônia de beatificação pelo Papa.

Isso até pode ser uma artimanha da esquerda para desgastar ou desmoralizar o setor da Igreja que não reza pela cartilha deles.

A queda do Muro de Berlim – término do comunismo, da bipolaridade e do radicalismo ideológico

A explicação que encontro para a bipolaridade prende-se a três aspectos: primeiro, a busca pela hegemonia mundial; tanto um lado quanto o outro queriam dominar o mundo; segundo, é a propriedade privada, algo que existe desde os tempos do Egito antigo, onde eram disputadas as terras, às margens do rio Nilo, para o plantio, sempre que as águas do rio desciam e voltavam ao nível normal. A propriedade privada está no nosso cerne, mas a filosofia marxista, expressa em várias obras, principalmente no *O Capital* e no *Manifesto Comunista,* são contrários a mesma. A Rússia, em 1917, quando adotou o comunismo, desapropriou tudo, passando o Estado a ser o único patrão. Só o Estado poderia ser proprietário.

O terceiro aspecto que, no meu entender, concorreu para a bipolaridade, além da hegemonia pretendida e da propriedade privada, foi o sentimento religioso cristão do lado ocidental, contra o ateísmo predominante no lado oriental.

No entanto, mesmo com a queda do Muro de Berlim e a desmoralização, o comunismo não acabou. Ainda, existe; está latente, mas sem a força que possuía.

No Brasil, por sorte nossa, fragmentou-se e está enfraquecido: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) transformou-se em Partido Popular Socialista (PPS), mas antes, surgiu o tal do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Lutam, no

momento, para conscientizar os jovens, através de organizações como a União da Juventude Comunista e União da Juventude Socialista, porque os jovens desconhecem o que o comunismo fez no mundo. Assim, o comunismo ainda não acabou no Brasil.

A revista *Época,* de 24 de julho de 2000, publicou uma reportagem muito boa sobre a situação do movimento comunista, no Brasil, intitulada *Os Sobreviventes*. A matéria trata de "quem são e o que pensam os brasileiros que remam contra a maré mundial e continuam, 11 anos depois da queda do Muro de Berlim, fiéis à utopia comunista". Entre os nomes citados está o de Salomão Malina, integrante da FEB, que conheci na Itália.

Credibilidade do Exército

Algo excelente, que nos chega sem compromisso, espontaneamente, do sentimento popular. Apesar da mídia. Precisamos explorar essa situação e, para tal, é impositivo desenvolver nosso sistema de relações públicas.

Quando fui Comandante do 10º GO (10º Grupo de Obuses), atual 10º GAC (10º Grupo de Artilharia de Campanha), em Fortaleza, recebi, em minha Unidade, um tenente veterinário. Quase não havia aplicação para os seus conhecimentos. Pensei, li a fé de ofício do oficial e verifiquei que se tratava de um esportista, com destacado poder de comunicação. Nenhum de meus subordinados possuía o curso de Educação Física. Então, decidi designá-lo oficial de treinamento físico, o que ele aceitou com a maior boa vontade; mas, na parte da tarde, seria Relações Públicas. Orientei-o para não permanecer somente no quartel, sair e difundir o trabalho da Unidade.

O resultado foi que a rádio falava do GO, a imprensa sempre publicava algo do GO. Chegou a um ponto que o General Jansen Barroso me disse:

– Pelos jornais, Tancredo, acho que a única Unidade que existe aqui é o seu GO.

O fato era que a Unidade tinha um oficial de Relações Públicas atuante.

Este exemplo serve para ilustrar aquilo que quero enfatizar: não podemos ter burocratas nessa função. O homem de Relações Públicas deve ser criativo, aquele indivíduo de ponta, que vai levar as notícias.

A elevada credibilidade que o Exército brasileiro desfruta junto à opinião pública nacional é verdadeira e justa e não se pode deixar de lado.

Apesar de sofrermos pesadas investidas através do "revanchismo", nossa credibilidade supera a da Igreja. No entanto, estão manobrando para não publicar os resultados. Há um movimento no sentido de pesquisar apenas "instituições do

campo social", como a nossa é do campo militar, não seríamos incluídos. Veja que existe uma ação para impedir o nosso crédito, até nisso.

Agem de forma permanente, constante, latente mesmo, mas é da técnica.

Passados 37 anos servindo ao Exército, acredito não existir organização tão democrática quanto a nossa. Quando estava na FEB – era 2º Tenente – fui ao Quartel-General da Artilharia Divisionária (QG/AD) e, lá chegando, encontrei, como calculador da Central de Tiro da AD, Oswaldo Gudole Aranha, filho de Oswaldo Aranha, que era o nosso Chanceler. O Exército trata a todos com igualdade: o pobre tem a mesma condição do rico.

Outro exemplo me ocorre agora. Em 1941, não sei se por demagogia, um filho do Getúlio – Getulinho – sentou praça no Forte de Copacabana, como soldado raso. Não levou vantagem alguma ou recebeu qualquer deferência especial. Dormia no mesmo alojamento das demais praças. Mostra o ambiente democrático nas Forças Armadas. Depois, coitado, logo que saiu do Exército, sofreu um acidente e morreu.

Alguma coisa mais sobre a Revolução

Desejo que este Projeto realce a mudança extraordinária que ocorreu no Brasil. De um País desconhecido, tornou-se a oitava potência econômica do mundo.

A Revolução de 1930 foi, também, vitoriosa, mas suas conquistas foram limitadas, a ponto de provocar uma reação paulista – a Revolução Constitucionalista. Na verdade, o que ela fez, foi abrir caminho para a ditadura, de 15 anos, do Senhor Getúlio Vargas.

Já, em 1964, o Brasil transformou-se verdadeiramente apresentando uma mudança admirável, para gáudio de todos que participaram da Revolução e que muito se orgulham de tê-la feito.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1- Vice-presidente — Estado de Sítio —

2- Ministro da Marinha — Representação do ato praticado pelo Dep. M. M. Alves — Sim

3- Ministro do Exército — Sim

4- Min. Rel. Ext. — Sim

5. Min. Fazenda — Sim.

6. — Min. Transportes — Sim

7. — Min. Agricultura — Sim

8. — Min. Trabalho — ~~Sim~~ Sim

9. — Min. Saúde — Sim

10 — Min. Aeronáutica = Sim

11 — Min. Educ. e Cultura — Sim c/ modificações

12 — Min. Minas e Energia = Sim.

13 — Min. Interior — Sim —

14 — Min. Planejamento — Sim

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

15. - Min. - Communicações - sim
16 - Chefe S.N.I. - sim
17 - Chefe E. M F A. - sim
18 - Chefe E. M. Armada - sim
19 - " " E. M. Exército - sim
20 - " - Chefe E M. Aeronautica - sim -
21 - Min. Justiça - sim
22 - Chefe Gab. Civil - sim
23 - Chef Gab. Militar - sim

Tenente-Coronel Moacir Véras

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Último posto na carreira: Tenente-Coronel.
- Na Segunda Guerra Mundial, integrou, no posto de 2º Tenente, a Força Expedicionária Brasileira, exercendo a função de Oficial de Manutenção e Auxiliar de Linha de Fogo da 2ª Bateria do III Grupo de Obuses 105mm, hoje 20º GAC – Grupo Bandeirante.
- Foi oficial de Estado-Maior da 6ª Região Militar, em Salvador, e da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.
- Na Reserva, foi Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Gama Filho e, posteriormente, Vice-Reitor da mesma Universidade.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 13 de setembro de 2000.

Participação pessoal nos pródromos, na eclosão e no desenvolvimento da Revolução

Em 1955, servia no 10º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (10º GACav), em Campo Grande-MS, na época ainda Estado do Mato Grosso, quando fui abordado por um major da 4ª Divisão de Cavalaria, a fim de assinar um documento a favor da posse do Presidente Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Recusei-me e disse ao major que um militar não deveria participar de abaixo-assinado; militar que não estivesse satisfeito com alguma coisa, deveria, isto sim, "pegar em armas" para defender as suas convicções.

Logo depois, em novembro daquele mesmo ano, houve aqueles problemas com o General Lott, Ministro da Guerra. Estava à disposição do Estado-Maior do Exército, porque me inscrevera no concurso para a Escola de Estado-Maior. Mas, naquela ocasião, todas as situações especiais foram canceladas e tive que voltar à minha função de Fiscal Administrativo, no Grupo. A nossa missão foi ocupar as barrancas do Rio Paraná, para fazer face a um movimento que, de São Paulo, chegasse a Mato Grosso.

Embarquei e, no caminho, disse a meu Comandante:

– Coronel, quando chegarmos às barrancas do Paraná, vou procurar saber o que o outro lado pensa; não vou chegar lá atirando!

Isso me valeu a transferência para a 16ª Circunscrição de Recrutamento (16ª CR), em Florianópolis, em janeiro de 1956, nas condições de ter que viajar por terra, não podendo fazê-lo de avião. Na época, o período de trânsito, para o militar se apresentar pronto para o serviço, era de dez dias.

O Comandante da DC, de olho em mim, naturalmente desde a minha declaração sobre o abaixo-assinado, foi a pessoa que intercedeu para minha transferência.

Na ocasião, chegara para comandar a CR de Campo Grande o então Coronel Syzeno, mais tarde promovido a General e, depois, Ministro do Superior Tribunal Militar. Fui recebê-lo na estação ferroviária, providenciei a hospedagem e outros apoios. A minha mulher, grávida, estava no Rio e o Coronel Syzeno me disse o seguinte:

– Garoto, vai para o Rio, encontre lá a sua mulher e não tem nada de ir por terra; você já está na má conduta, então enfrente logo o problema.

Foi o que fiz. Chegando ao Rio de Janeiro, segui para o Estado-Maior do Exército, onde encontrei um ex-instrutor, Milton Pedro de Carvalho, que informou sobre minha aprovação no concurso para Escola de Estado-Maior. Perguntei como deveria proceder e ele orientou-me para que voltasse à CR.

Realmente, fui para lá e, inclusive, levei minha mulher, grávida de sete meses. Chegando ao destino, encontrei o Coronel de Artilharia chefe da CR que, ao receber-me, perguntou:

– O que veio fazer aqui? Não tenho lugar para você.

Expliquei-lhe que, em virtude do mal-entendido de Mato Grosso, acabara sendo transferido para lá. O Coronel esclareceu que era o responsável pelo estado de sítio em Santa Catarina; que recebia muitas cartas e me consultou se poderia ajudá-lo a respondê-las. Respondi afirmativamente, o que me levou à função de Secretário do Chefe da CR, tomando conhecimento de todas aquelas denúncias e respondendo às cartas.

O Coronel Syzeno já me tinha dito que, ao chegar a Florianópolis, procurasse o Almirante Bozísio, Comandante do Distrito Naval. Assim fiz e ele achou ótima minha função, pois permitiria mantê-lo informado das questões relativas ao estado de sítio. Passei a agir como um oficial de ligação com o Distrito Naval.

Mais tarde, concluído o curso da Escola de Estado-Maior, fui estagiar na 6ª Região Militar, em Salvador, apresentando-me no início de 1959. Um belo dia, o Coronel Fortunato convidou o Frota, eu e o Bona, da minha turma, para uma reunião em um hotel na Cidade de Salvador. Chegando ao local, fomos apresentados a um Coronel de Infantaria e ao Coronel Burnier, da Aeronáutica. Convidaram-me para uma revolução e explicaram como iria ocorrer, inclusive forneceram o código existente para seu desencadeamento, a ser publicado no *Diário de Notícias*.

Terminada a reunião, comentamos entre nós o que fora dito e chegamos à conclusão de que aquela revolução jamais poderia chegar a bom termo. Tudo era muito primário. O código também foi por nós questionado. Então, nos desinteressamos completamente e nada mais soubemos sobre aquelas idéias.

Mais adiante, ainda na 6ª Região Militar, houve o problema de Aragarças. O Fortunato havia enviado uma correspondência para o Burnier, que fora apreendida no Aeroporto do Rio de Janeiro, quando este oficial vinha de Assunção, no Paraguai. Na carta, o Fortunato dizia que o Véras, o Bona e o Frota haviam desertado. Assim, entrei no episódio de Aragarças e acabei tendo que responder àquele IPM. Quando inquirido pelo general encarregado do mesmo, a que eu atribuía a inclusão do meu nome naquele episódio, respondi que, pelas minhas atitudes anteriores, tivessem admitido que me pusera de acordo com a rebelião. Mas isso terminou aí e continuei na 6ª RM.

No início de 1963, vim para a 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, e fiquei na Seção do Serviço Militar. Em 28 de fevereiro de 1964, passei a responder pela 2ª

Seção do Estado-Maior da Região. O Comandante era o General Ladário que não aceitava as posições sobre a situação do Brasil e do Governo, defendidas pelo Chefe da 2ª Seção da época, o Coronel Gondim.

No dia 30 de março, assumi, efetivamente, a 2ª Seção da 1ª RM.

A nossa atuação, durante o desencadeamento da Revolução, foi justamente no campo logístico, buscando negar apoio àquelas Unidades que julgávamos estarem contra a Revolução. Então, não lhes fornecíamos combustível e outros suprimentos.

Quem era o Comandante da Região nesse momento?

Não era mais o General Ladário. Ele já havia assumido o Comando do III Exército, no Sul. À frente da 1ª RM estava o General-de-Divisão Estevão Taurino de Rezende Netto, que fizera o Inquérito de Aragarças. A saída do General Ladário nos permitiu cortar o suprimento das Unidades em que não confiávamos.

Havia o 8º GMAC, lá do Leblon – atual 8º GACosM – cujo Comandante se posicionara contra a Revolução.

Havia em Niterói, o Rio Branco e o Imbuí, e algumas Unidades da Vila Militar que partiram contra São Paulo. Mas esse pessoal caiu com o início da Revolução. O comandante do GEsA, por exemplo, perdeu, em plena Rio – São Paulo, duas Baterias de Tiro, que passaram para o campo revolucionário.

E o Grupo 155, também, ficou leal ao Governo Goulart, o que redundou na substituição do Freixinho, seu comandante.

Quem comandava o GesA, à época, era o Coronel Aldo Pereira. Foi esse que justamente ficou na rodovia Presidente Dutra, quando as duas Baterias que estavam com o seu Grupo conseguiram bandear-se para o lado da Revolução, com o General Médici, e foram recebidas, triunfalmente, na Academia Militar, representando a primeira parcela da coluna de tropas do I Exército, favoráveis à Revolução. Não passaram as três baterias, porque uma já estava em posição, por ter sido a primeira a chegar, controlada, de perto, pelo Comandante do Grupo.

E a sua participação pessoal?

Citaria o contato com o Coronel Syzeno Sarmento, no mês de março de 1964, antes da eclosão da Revolução, quando comentamos aquela manifestação dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos. Trocamos algumas idéias sobre a ação desenvolvida pelos nossos adversários, no sentido de ferir a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, estando à frente desse movimento o próprio Governo, o que nos preocupava.

Na 1ª Região Militar, cortamos, como disse, o suprimento, principalmente o de Classe III – combustível – para as Unidades que se posicionaram contra a Revolução.

Raízes do Movimento de 31 de Março de 1964

Entendo que tudo isso foi a resultante de crises políticas mal resolvidas. Na verdade, o Exército, ou melhor, as Forças Armadas sempre foram utilizadas pelos políticos para resolverem determinadas situações. Quando não eram mais necessárias, devolviam o Poder a eles e a coisa, praticamente, continuava do mesmo jeito.

Então, creio que a idéia da Revolução foi passar tudo isso a limpo. Penso na Revolução como um movimento para democratizar realmente o Brasil. Deveria dar solução a uma série de problemas, até então não resolvidos, para depois, passar o Poder aos civis que continuariam a governar. Esse era o entendimento.

A guerra fria e a Revolução de 31 de Março

A guerra fria teve influência por duas razões: a primeira foi a exacerbação do movimento comunista, pois a Rússia se sentiu em condições de difundir e, mesmo, impor as suas idéias, pois também fora vitoriosa na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, os americanos estavam preocupados com a situação do Brasil, o maior país da América do Sul, ao sul dos Estados Unidos e já havia o problema de Cuba. Um país das dimensões do Brasil, comunizado, representaria uma ameaça muito grande para eles.

Isto posto, entende-se que, no bojo da guerra fria, os dois lados influíram na eclosão do Movimento. No meu entender, a grande dívida que o Brasil tem com a Revolução de 31 de Março é a seguinte: a Revolução impôs uma grande derrota ao comunismo internacional, evitando que o Brasil se transformasse em um satélite da União Soviética, miserável e sem liberdade como todos os outros.

Panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964

Era deplorável: misto de corrupção, inflação, greves, desabastecimento, uma baderna completa. O *Correio da Manhã*, no editorial do dia da Revolução, 31 de março, definiu bem aquela situação, ao dizer: "O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!" Além disso, na primeira página publicou uma manchete, em letras garrafais: BASTA!

Exato, o Correio da Manhã *foi contundente, como toda a grande Imprensa, em nosso País.*

Desaprovação ao Governo João Goulart

Desaprovação, sem dúvida alguma! Em nome das reformas de base, o que se pretendia, na verdade, era comunizar o País. Aquele comício da Central do Brasil e a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil foram a gota d'água, tornando a insatisfação insuportável! Os meus conhecidos civis viviam me cobrando:

– Mas vem cá, vocês das Forças Armadas aceitam isso? Não fazem nada? Deixam tudo acontecer, assim desse jeito?

Então, havia uma clara insatisfação do povo.

A Igreja e o Governo Goulart

O problema da Igreja era um pouco parecido com o do Exército, porque tanto a Igreja quanto o Exército são duas instituições que prezam muito a disciplina, a ordem e a hierarquia. O programa do Partido Comunista previa ações de infiltração no Exército e na Igreja também, a partir de 1961. A Teologia da Libertação nada mais é do que a comunização da Igreja.

Na fase inicial, quando se deram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, na qual as mulheres de Minas e São Paulo caminhavam de terço na mão, a Igreja apoiou. No desenrolar do ciclo revolucionário, uma parte da Igreja resolveu tomar partido e mudou de lado, surgindo a "igreja progressista", e os esplendidamente intitulados por Nelson Rodrigues "padres de passeata" etc.

Uma parte significativa, que se intitulou "igreja progressista", tomou partido, embora muitos outros católicos de peso tenham se mantido fiéis ao seu passado, como o próprio Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Ele se manteve contra a comunização do País e sempre assim se posicionou, como Dom Vicente Scherer, lá no Rio Grande do Sul, em atitude bem clara e definida.

Agora mesmo, com relação a esse plebiscito que a CNBB resolveu fazer, o nosso arcebispo, aqui no Rio de Janeiro, não concordou. Foi contra, decididamente, por entender que dívida externa, dívida interna não são problemas da Igreja. Isso, ainda, é conseqüência desse movimento, da "igreja progressista" que, hoje, na virada do milênio, apóia, abertamente, o Movimento dos Sem Terra em suas invasões, inclusive em fazendas produtivas, o que é um absurdo.

"Ligas Camponesas" e "grupo dos onze"

As "Ligas Camponesas", hoje, se chamam MST. O que não foi possível fazer naquela época está sendo feito agora.

Aproveitando a falta de autoridade.

Exatamente, pela omissão da autoridade responsável. No momento, quantas repartições públicas estão ocupadas? Parece que são dez. Como é que pode! É o descrédito da autoridade! Já o "grupo dos onze" é coisa do Leonel Brizola; recebeu dinheiro do Fidel Castro e não prestou contas. Até hoje o Fidel cobra. O "grupo dos onze", realmente, fez muito pouco. No meu entender, a idéia do Brizola era fazê-los funcionar mais dentro dos quartéis, com os sargentos. Em 1961, quando o Jânio Quadros renunciou, encontrava-me em Salvador, Bahia, e fui escrivão de uma sindicância sobre o Coronel Kardec Leme. Ele servia na 6ª RM e tentou sublevar os sargentos do QG da Região, em agosto de 1961. O General João de Almeida Freitas, que era o Comandante, prendeu-o, e determinou sua remoção, para Recife.

Cisão nas Forças Armadas

Tenho a impressão de que as preocupações foram maiores na Marinha. Talvez por causa do regime "embarcado", no qual o Comandante, autoridade máxima, no exercício de suas funções, fica bastante isolado. Ocorreram problemas com marinheiros, fuzileiros navais, além da figura exótica do Aragão, o "almirante do povo"...

Bem me lembro da imagem do "Almirante do Povo" em uma passeata, carregado pelos marinheiros e fuzileiros navais. Um vexame total!

Na Marinha, recordamos tudo isso. No Exército, havia uma insatisfação entre os sargentos. Também foram motivados à sublevação, à insubordinação, mas não chegou a ser uma coisa flagrante.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: um Movimento Reacionário?

Entendo que isso seja coisa de vencido, de perdedor. O vencido sempre procura minimizar os méritos do vencedor.

O perdedor está com a palavra, nos dias de hoje. Por isso cria essa imagem, completamente deturpada.

Essa expressão "anos de chumbo" é, por exemplo, invenção dos derrotados. Naquela época, só estavam inseguros terroristas e guerrilheiros! Hoje, entretanto, ninguém tem a menor segurança. Não há segurança nas ruas, nas estradas. Está aí a Rio-Petrópolis com assaltos seguidos, não temos sossego dentro dos ônibus, em nossa casas, em lugar algum.

Na Grajaú-Jacarepaguá, não podemos passar. Na Linha Vermelha, também.

Então, não sei. Falam tanto nos "anos de chumbo". E hoje, vivemos anos de quê? Uma penumbra, uma Idade Média. Vivemos em total insegurança.

Mudança de ordem institucional: a Revolução Comunista em andamento

Certamente os comunistas pretendiam subverter a ordem. O Presidente Goulart era muito fraco, de maneira que não conduzia nada, era conduzido. Mas não há dúvida de que havia um grupo interessado em modificar o regime em que vivíamos; um grupo que queria comunizar o Brasil com o apoio do Governo e aproveitando sua tibieza.

O Congresso Nacional e a eclosão da Revolução de 31 de Março

Considero que os políticos não têm inimigos, como eles próprios assim se definem. São uma massa que toma a forma do vaso que a contém. Estão com quem está no Poder, de maneira que se conformam com o que acontece, ou seja, vivem se acomodando e esquecendo o que aconteceu, se não lhes serviu. O inimigo de ontem é o amigo de hoje; o amigo de ontem é o inimigo de hoje. Enfim, eles se acomodaram.

Sindicatos, organizações, agremiações comunistas, como a UNE e o CGT, após a Revolução

Houve um período de calmaria. Depois, aos poucos, foram se insurgindo, se reunindo. Primeiro, dispersaram e, mais tarde, reagruparam-se. No meu entender, acho que a Revolução durou mais do que deveria. Sempre ouvi falar sobre Revolução, durante todo o tempo em que estive na ativa, que, sinteticamente era arrumar e entregar ao Poder civil. Mas os problemas que aconteceram, como o seqüestro de embaixadores, atentados, bombas em quartéis etc, foram adiando o retorno e tais fatos acabaram determinando sua duração, prorrogando demais o período revolucionário.

Os principais líderes civis e militares da revolução

Como líder da Revolução, cito o Marechal Castello Branco. Foi o chefe, e a sua morte prematura deixou a Revolução órfã. Até me arrisco a dizer que andou trocando de mãos. Depois, com o General Geisel, voltou ao objetivo primordial, quando teve início a abertura, o que já deveria ter acontecido antes.

A época seria 1973, quando Médici, praticamente, venceu a luta contra as guerrilhas.

Talvez nessa ocasião não pudesse, pois a abertura precisava ser gradual; não deveria ser precipitada, em face da eventualidade de uma retomada das guerrilhas

urbana e rural. Sucederia o pior. Penso que aconteceu o que tinha que acontecer, eis que a luta armada e os fatos que dela advieram determinaram que a Revolução acabasse se alongando.

A Revolução – Movimento exclusivamente brasileiro

Reitero que o governo dos Estados Unidos temia que o Brasil se tornasse comunista. Não recebi nenhuma informação de que os americanos tivessem atuado, direta ou indiretamente, mas acredito que o receio de que o Brasil se perdesse em direção à esquerda, pudesse levá-los a desenvolver algum tipo de ação em benefício da Revolução. Penso, no entanto, que isso não aconteceu, porque o sucesso da Revolução foi impressionante.

No mínimo, eram simpáticos à Revolução. Hoje, o nosso Movimento democrático já não lhes interessa, porque acabou a bipolaridade. Então, a ordem é massacrar a Revolução de que tanto eles se beneficiaram.

Hoje, só existem Partidos Comunistas em Cuba, na China, Coréia do Norte, no Brasil e em alguns outros de expressão menor. De peso, acredito que em nenhum lugar mais, nem na Rússia.

Desmoronamento do "esquema militar" do Governo João Goulart

Só poderiam estar iludidos, mal-informados, acreditando-se donos da situação; tão poderosos que, na hora em que dessem o grito, todo o mundo iria aceitar, sem dizer nada. Mas se enganaram!...

É possível que apenas guardassem as imagens do que acontecia nas metrópoles, crédulos no comportamento de determinados graduados sob sua influência, sem levar em conta que, de um modo geral, o interior do Brasil estava alheio àquela onda de comunização e subversão ocorrida no Rio e em Brasília.

As "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" não progrediram. Tiveram pouca influência. Então, todo aquele esquema inicial não prosperou, ao contrário, ruiu. Além disso, também, a nossa ação foi muito rápida.

E o que é importante, sem derramamento de sangue!

O Brasil estava na seguinte situação: um escalão avançado em Brasília e um escalão recuado no Rio de Janeiro. A Revolução veio diretamente sobre o Rio de Janeiro. Fechou o Rio, Brasília caiu.

Entendo que a ação rápida da tropa de Minas, que marchou em direção ao Rio de Janeiro; a da tropa de São Paulo, após a decisão do General Kruel, e o po-

sicionamento da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – que, dentro de suas tradições, desde 1922, sempre se pronunciou – isolaram, completamente, o Rio de Janeiro e, então, Brasília caiu.

Objetivo estratégico

Embora houvesse um escalão avançado, o próprio Jânio Quadros, quando renunciou, segundo dizem, se sentia muito isolado lá em Brasília. Pressentiu que, de Brasília, não governava coisa alguma. Brasília era completamente isolada. Quem levou o Governo para Brasília foi Castello Branco. Assim, em 1964, o principal objetivo estratégico, ainda, era a Cidade do Rio de Janeiro.

Fortalecimento da união e da coesão nas Forças Armadas

Sim! sem dúvida, isso ocorreu. Até porque as Forças Singulares livraram-se dos elementos comunistas e dissociadores, como o próprio Lamarca e outros, geradores da desunião.

Um Movimento sem ideologia

A ideologia se traduzia em transformar o País numa verdadeira democracia, porque não o era, realmente, no tempo de João Goulart, e não sei se hoje ainda o é. Uma pena, pois o Brasil tem tudo para tornar-se uma grande Nação democrática.

A mídia e o apoio ao Movimento

A mídia se comporta, mais ou menos, como os políticos. O apoio se volta para quem está no Poder, pois é beneficiada, recebe, como troca, as concessões e *benesses* desse mesmo Poder.

Também, a mídia, em 1964, estava verificando que o rompimento total com o que sobrava de autoridade, no País, estava próximo. O senhor mesmo citou o Correio da Manhã.

Revolução ou golpe

Acredito no termo Revolução, porque se trata de um Movimento que vem de baixo para cima, e o Exército e as Forças Armadas, como um todo, foram levados, impulsionados, obrigados, pelo povo, a desencadeá-lo.

Os nossos amigos, os cidadãos brasileiros, pediam que se fizesse algo. E o algo aconteceu pela mão dos que usavam farda, por meio de todos que usavam farda.

Exatamente. Eles me questionavam permanentemente.

Isso aconteceu com todos os militares. Duvido que algum militar tenha deixado de receber esse apelo da população, em busca de uma providência salvadora, porque, realmente, o desgoverno era total.

Governos de militares ou governos de presidentes militares?

O Congresso não foi fechado. Continuou funcionando. Os presidentes foram substituídos periodicamente e eram eleitos através da Câmara e do Senado. Nunca houve um ditador como Pinochet, no Chile, que ficou lá o tempo todo. A maioria dos ministros era civil, logo tivemos governos cujos presidentes eram militares.

É só conferir na votação do AI-5. A expressiva maioria que votou a favor do AI-5 era civil, não é isso? Outro aspecto: o Judiciário não foi tocado; foi mantido integralmente.

O Legislativo foi expurgado, mas continuou funcionando. Houve a imposição do bipartidarismo, como tinha que ser. Recentemente, tivemos quatorze candidatos a Prefeito do Rio de Janeiro. Quatorze candidatos não é possível!

Benefícios ou prejuízos, ou, uns e outros

Caso não tivessem ocorrido as duas crises do petróleo, o Brasil de hoje seria outra coisa. Aquelas duas crises influíram bastante, porque o Brasil ia muito bem, quando houve a primeira crise, no início do Governo Geisel. Assim mesmo, sabe-se que as décadas de 1960 e 1970 foram muito boas para a economia brasileira, principalmente a segunda, a melhor década de toda a vida econômica do País. Nela, o Brasil cresceu mais de 10% ao ano, o que é fantástico. Nas telecomunicações, o País era uma ilha. Dificilmente, se conseguia comunicação nem entre Rio-São Paulo; você tinha que dar o número e ficar esperando, e nem sempre obtinha êxito. Solicitava a ligação de manhã para falar à tarde. Houve um progresso fabuloso nas telecomunicações. Nos transportes e no setor energético, também houve um crescimento muito grande.

Lembro-me de que falar de Itu para São Paulo era um problema tremendo.

Era um drama! Não se conseguia, a linha estava sempre interrompida. A Revolução acabou com isso.

A indústria naval foi outro setor que progrediu a largos passos; se não me engano, chegamos a ser o terceiro do mundo na produção de navios.

Erros cometidos

Um erro que se cometeu foi a tortura, penso. É o que exploram, hoje. Não sei se seria possível evitar, especialmente no calor do combate.

A tortura jamais foi institucional. Quem praticou, usou a sua própria e espontânea vontade, porque, pelo que se sabe, não houve a menor participação dos chefes.

Realmente, não houve, mas cometeram esses erros.

Foram excessos na repressão ao movimento armado do inimigo, uma resposta à sua ação. O inimigo também fez uso da tortura, especialmente nas ações de seqüestro e terrorismo em geral.

E o que é pior: executaram esses tipos de tortura contra inocentes. Civis, empresários, embaixadores e suas famílias foram submetidos à pior das torturas, aquela que é realizada de forma indireta. Fracos e acovardados diante da repressão, agrediram os inocentes. Ninguém utilizou de forma tão brutal o dito: "Os fins justificam os meios." Nós respondemos à ação do inimigo. Eles começaram, deram a partida: seqüestros, assaltos a bancos, bombas em jornais, em quartéis, guerrilha rural, guerrilha urbana.

Devo acrescentar, também, que grande parte da tortura foi cometida pela Polícia. Vou dar um exemplo: em 1947, quando cheguei ao Grupo Bandeirante, fui logo encarregado de um inquérito policial-militar. Tratava-se de um roubo de binóculos e o provável ladrão já tinha dado baixa, retornara ao mundo civil. Por isso, tivemos que pedir auxílio à Polícia. Naquela época, já conhecia o procedimento policial. O cidadão, ex-soldado, apanhou e pronto confessou que era o ladrão, o que, realmente, era. Entretanto, quando, ainda, se encontrava no quartel, embora suspeito, alertei que não iam bater nele. Esta é a nossa verdadeira formação, somos preparados para guerra, onde não se admite tortura. Certamente, a tortura, uma deformação, foi feita e induzida, principalmente, por alguns elementos policiais, habituados que estavam a tais procedimentos, no quotidiano.

Acertos da Revolução, sucessos econômicos e "revanchismo"

Praticam o "revanchismo" toda vez que omitem os atos positivos realizados pela Revolução, mesmo que reconhecidos pelas mais destacadas personalidades do campo econômico, isto só para citar uma área da ação governamental. O silêncio sobre a década de 1970 ou, pior do que isso, apenas referirem-se à ela como anos de chumbo e sangue, em virtude do combate ao terrorismo e à guerrilha, tudo não passa de puro revanchismo.

É a desgastada posição do vencido que pretende ocultar as virtudes do vencedor. Em 1964, a inflação, que era galopante, acabou e a economia se equilibrou. Não fossem as crises do petróleo, o Brasil teria crescido mais ainda do muito que cresceu. Naquela época, o País importava quase dois terços do petróleo que consumia; durante a Revolução, mudou-se essa escrita, com aumento significativo de sua produção. Chegamos a crescer, anualmente, a mais de 10%, mas a mídia e os que, hoje, detêm o Poder, omitem o fato para as atuais gerações, essa verdade inquestionável.

A "batalha da comunicação social": perdida ou não travada?

A mídia, de ordinário, fica de acordo com quem está no Poder, com quem a sustenta com patrocínio, propaganda e, ainda, lhe concede vultosos empréstimos em bancos públicos, quase que a fundo perdido. Os vencidos assumiram, estão no Poder. Basta olhar em torno, ver ministros, toda essa gente que participava da agitação na década de 1960, olha o Serra...

Até porque fizemos a mais ampla, geral e irrestrita anistia que já se viu.

Só para um lado: o lado deles, porque, deles para nós, não houve. Volta e meia você toma conhecimento de alguém dizendo ter sido torturado. Há médicos, até hoje, que estão sendo cassados pelos órgãos de classe, porque assinaram atestado de óbito; ate psicólogo já foi cassado...

Então, a anistia foi para um dos lados só?!

O Adido Militar no Uruguai, o Coronel Ustra, foi denunciado, sem nenhuma prova, por uma artista, Beth Mendes que integrava uma organização subversiva, com o codinome de Rosa, e cortaram a carreira dele. A palavra dela valeu como uma sentença. Inacreditável que tais fatos estejam acontecendo.

Lá em Londres, foi o Coronel Avólio, Adido Militar, que voltou da missão com a carreira encerrada. Depois, foi o General Fayad, médico brilhante, sob todos os aspectos, que sofreu uma verdadeira perseguição, mesmo com a justiça tendo se definido claramente a seu favor. Mesmo no posto de general, sofreu permanente retaliação dos revanchistas de plantão.

A bomba do Riocentro é a toda hora lembrada, mas sobre a de Recife, ninguém fala. A anistia foi só para um lado.

Guerrilha & terrorismo

Tudo isso veio de fora; inspiração estrangeira. Fidel Castro e o primeiro nome que me ocorre, porque os cursos de treinamento, em grande parte, foram

feitos em Cuba, outros realizados na Europa. Isso tudo mostra que eles partiram para a Luta Armada, preparados convenientemente e apoiados. Tivemos que nos defender.

Canais para a manifestação da oposição & Luta Armada

Houve censura. Se ocorreu um movimento revolucionário armado é porque o *status* anterior não era bom, nem mesmo aceitável. A Revolução estabelece e impõe um novo Poder e ela mesmo se legaliza. Quem está contra terá que ser cerceado.

Aliás isso pode ser constatado em todos os movimentos de origem comunista. Mas havia o MDB, partido, claramente de oposição, por intermédio do qual era possível expor as idéias contrárias, como fez o Ulisses Guimarães.

Foi até candidato a presidente.

Havia outros canais, existiam jornais, por exemplo, que estavam mais abertos à oposição do que à situação.

Não se poderia admitir que o lado contrário tivesse acesso a todos os meios de comunicação, a fim de fazer propaganda contra um Poder que fora instalado de forma revolucionária.

Mas, isso aconteceu, principalmente com relação a livros publicados que faziam a divulgação e a apologia do Movimento Comunista Internacional.

O AI-5: necessidade ou excesso

O Congresso jamais concordaria em dar licença para processar o deputado por suas manifestações políticas e anti-revolucionárias, ainda mais porque, durante muito tempo, negara esse tipo de permissão, mesmo, em face de ilícitos capitulados no Código Penal.

A Revolução talvez ficasse desmoralizada, porque houve o pronunciamento...

Tinha que ser tomada uma atitude.

A respeito da necessidade ou não do AI-5, sabemos que Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, era favorável ao estado de sítio, no entanto, todos os outros ministros queriam o AI-5

Não é conveniente julgar os acontecimentos muito tempo depois de ocorridos. Na ocasião, houve circunstâncias, informações que conduziram àquela decisão. É a mesma coisa que você dizer: "Ah, se eu soubesse não teria escolhido tal profissão!" Mas na hora em que você escolheu essa profissão, ela era interessante,

então você escolheu certo. Agora, querer julgar uma atitude que se tomou há mais de trinta anos, no meu entender, torna-se difícil.

Forças Armadas – vantagens e ônus

Que eu saiba, as Forças Armadas não tiraram vantagens da Revolução. Talvez até o contrário.

Havia um dito da época do Governo Geisel – máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança. Por isso, poucos recursos eram destinados às Forças Armadas. Foi um período muito difícil. Lembro-me, na televisão, do "vinte maior que quarenta" do Camargo, porta-voz do Governo Geisel, em 1977 ou 1978, para dar um aumento irrisório aos militares.

A primeira atitude do Castello Branco foi acabar com as promoções ao posto de general, no ato de passagem para a reserva, dos coronéis. General, só se fosse promovido na ativa. Acabou com o general de pijama.

O Exército amargou um período de dificuldades, que só melhorou quando entrou o Sarney.

Tudo a título de dar o exemplo. Aliás, o melhor Ministro do Exército que já tivemos foi o Calógeras, que era um civil.

Razões do desengajamento

A abertura política tinha que ser feita. No meu entender, deveria ter sido antes. Circunstâncias diversas e já comentadas acarretaram o alongamento. Não era o pensamento do Marechal Castello Branco, que desejava cumprir somente o restante do mandato do João Goulart. Ele resistiu muito, neste sentido.

O desgaste da imagem da Revolução

Havia a necessidade da abertura, vieram o término do AI-5, a anistia, e começaram a chegar os anistiados. Tudo isso concorreu para o desgaste, além da crise do petróleo e da própria doença do Figueiredo.

Exército Brasileiro – A recompensa do sacrifício

Eu acredito que, no conceito do mundo civil, o Exército continua confiável, como sempre foi. Por este motivo, as pesquisas de opinião são favoráveis.

Talvez, por isso, não estejam divulgando tanto essas pesquisas, pois nós estamos acima até da Igreja, apesar do "revanchismo", apesar da mídia.

Penso que a atitude que o Exército tomou, de calar-se, foi melhor do que manter uma discussão do tipo "eu fiz, eu aconteci e tal". Deixou o mundo civil julgar e eu acho que o povo está julgando certo, pois o Exército continua confiável.

Mensagem final

Lamento que o Brasil não tenha aproveitado mais a oportunidade criada com a Revolução. Poderíamos, hoje, estar em muito melhores condições de desenvolvimento e de credibilidade, se tivéssemos aceitado as teses da Revolução, que visavam criar condições para fazer do Brasil uma grande Nação, uma verdadeira democracia, sem corrupção, com inflação aceitável para um País em desenvolvimento. Acho uma pena que o Brasil não tivesse aproveitado a oportunidade. Eu não me arrependo de ter participado do Movimento. Se pudesse faria tudo novamente, sem dúvida alguma.

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Aricildes de Moraes Motta
Geraldo Luiz Nery da Silva
Aurelio Cordeiro da Fonseca
Adeliz de Siqueira Ferreira
Euclydes Corrêa de Souza Filho
Sergio Ferreira de Albuquerque
José Luiz Leitão de Souza
Maria Cristina Santiago da Silveira
Letícia Maria Lima Godinho

GRAVAÇÃO

Subseção de Audiovisuais
da 5ª Seção do
Comando Militar do Leste

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 3

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História Tomo 3

Coordenador Regional – RJ e MG
Entrevistador
Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Assistente
Aurelio Cordeiro da Fonseca

Capa
Murillo Machado

Revisão
Solange d'Almeida Telles
Ivan Pedro César da Cunha

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-328-5 (t. 3)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Heitor Furtado Arnizaut de Mattos

- Natural da Cidade de Salvador, BA.
- Durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália, comandou a 7ª Companhia de Fuzileiros do III Batalhão do Regimento Sampaio, orgânico da Força Expedicionária Brasileira (FEB).
- Principais funções exercidas: Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, de Brasília (julho de 1964 a outubro de 1966); Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria–RS; Diretor de Transporte do Exército; Diretor de Armamento e Munição; Comandante Militar do Planalto (junho de 1977 a janeiro de 1979); Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; Comandante do IV Exército (setembro de 1981 a setembro de 1983).
- No exterior, realizou o curso de Infantaria de Fort Benning e exerceu a função de Professor de Português na Academia de West Point, ambos nos Estados Unidos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (1967).
- Na Revolução de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel, servindo em órgão do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 7 de novembro de 2000.

Que fatos, General Arnizaut, o senhor gostaria de abordar nos pródromos, na eclosão e nas conseqüências da Revolução de 31 de Março de 1964?

Pode-se depreender, do copioso material existente, que o programa de expansão da idéia motriz do movimento subversivo, desde o seu início, é uma impressionante busca de conquistas, de parceiros, de posições e de dominação.

Volto um pouco no tempo, mais precisamente à Intentona Comunista de 1935, da qual participei, como cadete do 1º ano da Escola Militar do Realengo, integrando uma patrulha destinada a prender elementos comunistas rebelados da Escola Militar de Aviação dos Afonsos. Na época, essa Escola subordinava-se ao Ministério da Guerra, pois, ainda, não havia o Ministério da Aeronáutica. A Intentona de 1935 foi a primeira experiência comunista violenta, sangrenta, apoiada e conduzida por Moscou no Brasil, visando à substituição do regime democrático pela ditadura do proletariado, semelhante às existentes na União Soviética e em seus satélites.

Nessa intentona, estão as raízes da reação ao Movimento Comunista Internacional (MCI) no Brasil, reiniciado, com todo ímpeto, durante o Governo do Senhor João Goulart que, ao implantar o caos no País, obrigou o povo e as Forças Armadas a depô-lo, por meio do Movimento Revolucionário de 1964.

Na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel, servindo no Grupo Combinado de Logística do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul, órgão do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Pouco ou quase nada se comentava, no local de trabalho, sobre a Revolução. Entretanto, participava da Cruzada Democrática, grupo de oficiais do Clube Militar, que se reunia na Casa de Deodoro, próximo ao prédio do antigo Ministério da Guerra, na Praça da República, no Rio de Janeiro. Nas eleições do Clube, invariavelmente, existiam duas chapas: a nossa, da Cruzada, contrária ao rumo político que os acontecimentos apontavam, e a chapa vermelha, de oposição às nossas idéias.

Desencadeada a Revolução, em 31 de março de 1964, fui chamado para fazer parte do Gabinete do Ministro Costa e Silva. Seu Chefe de Gabinete era o Coronel Syseno Sarmento. Organizou-se, logo a seguir, um Escalão Avançado do Gabinete em Brasília, chefiado pelo Coronel Jayme Portella de Mello, ao qual me integrei. Pouco tempo, ali, permaneci, pois vim a ser indicado para comandar o Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília.

Ao citar esse trajeto da minha carreira militar, quero concluir que não tive participação em fatos efetivos relacionados com a Revolução. Busquei apoiá-la como oficial de estado-maior e comandante de batalhão, dedicando-me ao cumprimento de minhas atribuições com todo o empenho possível.

O primeiro Presidente da República, após a Revolução, Castello Branco, teve uma atitude de desprendimento ao recusar permanecer no cargo tempo superior ao

mandato do deposto João Goulart. Conseguiram, com muito esforço, que ele ficasse mais um ano. Essa atitude do General Castello foi bem diferente do atual Presidente que tudo fez para prorrogar seu mandato, com a reeleição.

O Governo Goulart caracterizou-se pela demagogia e por criar uma situação conflitante entre componentes das Forças Armadas. Os governos da Revolução modificaram extraordinariamente a situação, desenvolvendo o País, que se tornou, em pouco tempo, a oitava economia do mundo. Não transformaram seus governos em valhacouto de elementos das Forças Armadas, mas convidaram os melhores nomes para o exercício de alguns importantes cargos federais, como o General Rubens Ludwig, que foi Ministro da Educação, e o Coronel Andreazza, Ministro dos Transportes, ambos muito bem-sucedidos em suas gestões.

Comenta-se muito sobre a edição do Ato Institucional nº 5, mas o testemunho de Fernando Gabeira, guerrilheiro urbano da época, no livro *A Esquerda Armada no Brasil, 1967/1971,* de Antonio Caso, publicado em 1976, justifica-o plenamente, quando diz: "...a promulgação do AI-5 acabou com todas as possibilidades de vida do movimento de massas no Brasil". Isto é, criou-se um instrumento jurídico para por fim aos atos esquerdistas violentos, comuns nas ruas das cidades brasileiras.

A anistia, idealizada para pôr fim aos constrangimentos dos dois lados, transformou-se numa oportunidade para aqueles, que eram contra a Revolução, extravasarem suas frustrações. Muitos deles, exercendo importantes cargos no governo atual, continuam se beneficiando da anistia, ao mesmo tempo que reverenciam Fidel Castro, outorgando-lhe todo tipo de distinção quando o que esse homem fez de mais marcante foi sacrificar milhares de vidas humanas no *paredón*.

Havia insatisfação da população com o Governo Goulart?

Houve insatisfação, caracterizada nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas diversas capitais e em outras cidades do País, chegando a reunir um milhão de pessoas tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Enquanto o Governo organizava e realizava comícios e pronunciamentos, a população carioca, como tantas outras, colocava velas nas janelas, pedindo a Deus que a situação reinante melhorasse, considerando que o Brasil caminhava, celeremente, para a substituição de sua frágil democracia pelo comunismo ateu.

Quem estava com Goulart? Líderes sindicais comunistas, os chamados pelegos, e seus seguidores, em número reduzido, mas muito atuantes, além dos estudantes da esquerda radical, partidários da luta armada, como diz claramente Vladimir Palmeira, no livro *A Esquerda Armada no Brasil*, por mim já citado, o qual fala, no capítulo referente aos estudantes, dos 300 alunos mais convictos e mais combativos

da massa universitária, dentre os quais ele se encontrava, e que não acreditavam em soluções pacíficas para a problemática nacional. Para eles, que apoiavam o Governo do Presidente João Goulart, "a violência era uma necessidade imperiosa".

Esta realidade, que tanto perturbava a vida nacional, contribuiu para a insatisfação da população com aquele governo, que nunca se posicionou contra a anarquia e os desmandos que se generalizaram.

Qual era a posição da Igreja, na época, com relação ao Governo Goulart?

Uma parte considerável da Igreja, a sua maioria absoluta, em 1964, estava contra o Governo deposto. Depois, surgiu a chamada "Igreja Progressista" que se posicionou contra a Revolução, influindo decisivamente nas decisões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não sabemos ao certo qual o lado que defende. Passa a impressão que a maioria dos seus representantes está sempre do lado do "bandido", como se diz, de modo pejorativo. Surgiram, também, elementos que, até hoje, se aproveitam da Igreja para seu proselitismo, como Frei Beto, Leonardo Boff e outros, que denigrem a verdadeira Igreja Católica Apostólica Romana, tão bem conduzida por sua Santidade o Papa João Paulo II.

Como o senhor viu, na época, as "Ligas Camponesas" e outros movimentos semelhantes?

Tudo isto constitui o esquema comunista de atuar. Naquele tempo, havia as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, apoiadas pelo Governo de Arraes, hoje, existe o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), provido de meios de toda ordem, sem os quais não poderia realizar os amplos e constantes deslocamentos e invasões perturbadores da vida no meio rural.

Então, o que gostaria de destacar é o esquema do Partido Comunista (PC): explora o contingente humano das chamadas "organizações de massa" para as ações do movimento e conta com o apoio dos "aliados". O PC não deve se expor.

"Ligas Camponesas", "grupo dos onze", MST são organizações, ontem e hoje, que frutificaram pelo trabalho persistente e obcecado dos comunistas, contando com "aliados" no Governo que as facilitam e apóiam nas ações, como Arraes e Brizola, no passado, e Mário Covas, Prefeito de Santos, que alimentava esse pessoal e, agora, é Governador de São Paulo. O esquema, apesar de derrotado, é sempre o mesmo, corrigindo alguns erros.

Com relação ao meio militar, antes da eclosão da Revolução, houve cisão nas Forças Armadas?

Os elementos, a serviço da desagregação, buscaram jogar sargentos contra oficiais, visando à cisão nas Forças Armadas. A criação dos "generais do povo" objetivava o domínio desses chefes para que alcançassem o que desejavam – a implantação de uma

república sindicalista de natureza comunista. Os sargentos passaram a receber toda a força, ao invés dos oficiais, provocando a desarmonia na relação entre os mesmos.

O Exército e as Forças Armadas em geral foram intérpretes da maioria da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?

Sem dúvida! Já citamos os movimentos populares das Marchas da Família, pedindo um basta àquele estado de coisas.

Quantas vezes fui interpelado por vizinhos e amigos civis, querendo saber até quando as Forças Armadas permitiriam a baderna e o grevismo, incitados pelo governo, tomarem conta da vida do País.

Veja, que até a imprensa ficou do lado da Revolução.

No Editorial de *O Globo*, de autoria do senhor Roberto Marinho, publicado em 7 de outubro de 1984, ou seja, no final do período revolucionário, disse o jornalista a respeito da Revolução de 1964:

> *"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemonos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.*
>
> *(....) Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários."*

Quais foram os principais líderes militares e civis da Revolução?

Entre os militares, citaria os generais Mourão, Guedes, Muricy e o Marechal Denys que foram os responsáveis pelo desencadeamento da Revolução, junto com o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais. O General Médici, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), teve um papel muito importante. Entre os civis, incluiria, junto com o Magalhães Pinto, o Governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, assim como o Governador Adhemar de Barros, de São Paulo.

O Movimento de Março de 1964 foi exclusivamente de preparação interna ou houve participação externa?

De meu conhecimento, não houve qualquer participação externa. O próprio embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, já declarou que nada teve a ver com a eclosão da Revolução, a não ser de observação.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do "esquema militar" do Governo?

Não havia nem "esquema", e sim o favorecimento de determinados elementos para mostrar que estavam atendendo ao Exército. Promoviam chefes sem liderança ou capacidade, os "generais do povo", como citei. Podiam ser "generais do povo", mas não do Exército.

Uma observação importante sobre os governos da Revolução é que, obtidos os excelentes resultados com relação ao desenvolvimento do País, achavam, principalmente o Marechal Castello Branco, que não precisavam fazer propaganda dos mesmos. Acreditavam que os próprios êxitos e o fato de atuarem com correção, prescindiam, por isso mesmo, de tal atitude. A imprensa, por sua vez, dominada por comunistas, omite os fatos favoráveis.

Os desmandos do Governo Goulart tornaram-se um ônus muito pesado para o primeiro governo da Revolução?

Para falar do primeiro governo da Revolução, para recordar o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, deixe-me falar pela mensagem do inesquecível Gustavo Corção:

> *"Nenhum outro jamais encontrou, no País, quadro igual de devastação, de destruição, de desmoralização e de anarquia. UMA GREVE POR DIA. Promovida pelo inimigo cruel que ocupava os postos, desde a Presidência da República; a desmoralização da autoridade sistematicamente promovida nas escolas, nos lugares de trabalho, nas repartições e na família; e um índice de inflação que, no ano de 1964, chegaria infalivelmente a 144%.*
>
> *Viveu-se o CAOS. E um caos perverso, preparado para entregar a grande Nação Brasileira ao comunismo russo ou chinês."*

O Governo Castello Branco caracterizou-se como de austera restauração da ordem. O regime foi conduzido com uma lógica e um vigor intelectual impressionantes. Numa faixa um tanto rígida de comportamento entre as exigências da "linha dura" e o seu desejo de manter, o mais possível, a estrutura democrática do País, naquilo que não colidisse com os objetivos da Revolução.

Todavia a maior dificuldade estava na delicada situação econômico-financeira. O Brasil devia alguns bilhões de dólares entre empréstimos e financiamentos de déficit do Estado. Deveria pagar em 1964, 1,8 bilhão de dólares, o que correspondia a um percentual de cerca de 50 % do total da receita das nossas exportações.

O seu desabafo em carta a seus filhos e netos é bem o retrato da situação:

"Sou verdadeiramente o síndico de uma falência cuja massa falida está numa desordem incrível. O trabalho é hercúleo. Conto com muita gente, paciência do povo e esperança de um número de brasileiros...!"

O Plano de Ação Econômica do primeiro governo da Revolução (PAEG) constituiu-se numa tentativa vitoriosa de substituir a paixão pela razão, na direção dos negócios econômicos. Além disso, deu soluções a problemas crônicos, como as regras para a exploração do subsolo, a reforma agrária, com o seu Estatuto da Terra, enfim as primeiras medidas retificadoras da ordem econômica.

Foi o Presidente da "consolidação da Revolução pela sua autoridade moral e intelectual".

Castello Branco, no Ato Institucional nº 2, exigiu a inclusão do item que impossibilitava a sua reeleição. Que diferença para o atual primeiro mandatário que colocou o continuísmo à frente de todas as suas obrigações para com a Nação.

Já no Governo Castello Branco, começaram as primeiras ações da luta armada comunista, que cresceu, a partir de 1968, na administração Costa e Silva.

Quais os objetivos dessa luta armada desencadeada no campo e na cidade? Houve apoio externo?

A luta armada foi uma opção da esquerda, que rompeu com a linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – a linha adotada pelos velhos comunistas, como Luís Carlos Prestes –, que queriam tomar o Poder através de ações subversivas. Já, os apóstolos da luta armada buscaram a destruição do Estado e do Exército, por meio do emprego da violência como único caminho para a tomada do Poder, contando com considerável apoio externo, principalmente de Cuba e da China comunista.

Na página 96, do livro *A Esquerda Armada no Brasil,* o ex-Sargento José Ronaldo Tavares de Lira diz textualmente:

"Nós, os sargentos, que nos organizamos depois do golpe, juntamente com os operários e estudantes, optamos imediatamente pela luta armada, pois estávamos convencidos de que aquele regime não poderia ser derrubado de outra forma.

Com esse propósito, o grupo organizado iniciou reuniões de estudos políticos e aprofundou a questão da luta armada, tratando de conhecer melhor os processos revolucionários armados de outros povos.

Simultaneamente ao estudo político, o grupo iniciou também a sua preparação militar, naturalmente mais intensa para os elementos civis incorporados, isto é, os operários e estudantes."

No mesmo livro, na página 109, Carlos Marighella diz que: "O Objetivo dos revolucionários brasileiros é a subversão do atual regime militar e, por conseguinte, a derrubada da ditadura instaurada no Brasil."

Mesmo antes da Revolução, em Minas Gerais, por exemplo, a Polícia apreendeu o Plano Revolucionário do Partido Comunista para o movimento que ele faria eclodir, em curto prazo, mas que foi totalmente aniquilado pela Revolução de Março. Desse documento, constam as seguintes recomendações sobre o processo de neutralizar a ação das Forças Armadas, nos quartéis ou nos navios:

"É necessário, no plano de ação, regular todos os pormenores. Cada oficial suspeito à revolução deverá ter um agente responsável pela sua eliminação. Essa eliminação terá que ser executada, na hora prescrita, sob pena de morte do responsável por ela.

Quanto aos sargentos, é preciso fazer a ficha de todos os que puderem prejudicar o movimento, pelo seu prestígio na tropa, pela sua inteligência e coragem, para que sejam incluídos no plano de eliminação."

Os diversos grupos que conspiraram a favor da nossa Revolução uniram-se, obtendo o seu fortalecimento, e derrotaram o grupo engajado na luta armada definitivamente. Gabeira aponta no seu testemunho, naquele livro já citado, que "as manifestações estudantis nas ruas do Rio de Janeiro, depois da Revolução de 1964, tinham um único segredo tático e muito simples: andar sempre contra a direção do trânsito". A edição do AI-5 pôs fim a essa situação.

A anistia promulgada pelo Governo Figueiredo acabou com todas essas questões, mas a esquerda está apelando. Veja o caso do Capitão Carlos Lamarca, Comandante de uma Companhia do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, SP, que desertou, em janeiro de 1969, sem antes furtar de sua Unidade grande quantidade de armamento e munição, aproveitando-se de sua condição de comandante de subunidade e oficial prestigiado, pois havia sido recrutado, em 1962, para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas (ONU) e esteve destacado, quase durante um ano, na Zona de Gaza, perto do canal de Suez. Traidor de seu comandante e companheiros, entregou todo o material – fuzis automáticos, metralhadoras e pistolas – à organização esquerdista Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua esposa, após a deserção, passou a receber os vencimentos e, agora, querem dar indenização para a família da companheira comunista com quem veio a viver. É um absurdo!

O que o senhor acha, na sua experiência pessoal, dos 20 anos da Revolução?

Nesse período, o Brasil experimentou o maior crescimento de sua história. Passamos de uma posição superior a 40ª, para a oitava economia do mundo, orgulho

para todos os brasileiros. Combateu-se, sem tréguas, a corrupção e o descalabro administrativo, e os governos da Revolução instituíram o planejamento de longo prazo, dando um sentido e direção a todos que desejassem investir no desenvolvimento do País. Evitamos a desmoralização das Forças Armadas, elemento essencial na luta contra o avanço comunista, permitindo a sua ação para manter o povo livre dos opressores comunistas.

A principal razão da euforia dos brasileiros autênticos, que se postam em uma posição de observadores imparciais, fundamenta-se no fato de que houve uma continuidade administrativa, política e, principalmente, na área econômica, dentro da substituição dos primeiros mandatários.

Os governos da Revolução de 1964 podem ser definidos pela idéia-força: continuidade sem continuísmo.

Após este período, o País vem caindo, com governos incompetentes.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente? Desapareceu o comunismo?

O comunismo não desapareceu, apesar da derrocada do regime na sua fonte: Rússia e demais países da antiga Cortina de Ferro. Os comunistas permanecem defendendo suas idéias, em Cuba, Coréia do Norte e, inclusive, no Brasil.

No seu entender, a Revolução permaneceu muito tempo no Poder?

O período revolucionário durou o tempo necessário, acabando na época certa. Porém, faltou a Revolução providenciar para que a Lei da Anistia não valesse só para um lado, como acontece hoje.

General, o senhor gostaria de abordar algo mais a respeito da Revolução?

Deixo para o Projeto diversos documentos e livros abordando este período de nossa História. Gostaria de ter falado muito mais. Quando fui convidado, vibrei, procurei reunir as informações, mas creio não ter sido aproveitada, como desejava, a grande quantidade de fontes compiladas e consultadas em minha preparação.

Destaco, neste final de entrevista, um artigo do jornalista Olavo de Carvalho com o título de *A Mão Esquerda*, que aborda com muita propriedade o modo de funcionamento do movimento esquerdista, chamando a atenção para o espírito de clandestinidade, um dos componentes tradicionais de seu modo de ser. Afirma Olavo em seu artigo que "este País não conhecerá a normalidade democrática enquanto a esquerda não abdicar de sua eterna vocação de agir por baixo do pano, sob a desculpa de que é perseguida e coitadinha de mais para ser sincera e franca".

General-de-Divisão César Montagna de Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Desempenhou, entre outras, as funções de instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do Grupo-Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro; Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; Comandante da 3ª Divisão de Exército (3ª DE) – Divisão Encouraçada; e Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- Em novembro de 1955, servia no Grupo-Escola de Artilharia, quando foi preso e transferido para a Circunscrição de Recrutamento (CR) de Goiânia, por ter manifestado discordância sobre decisão do Ministro da Guerra, na época, o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott.
- No exterior: Além de sua participação na campanha da Itália, foi aluno do Curso de Artilharia do Fort Sill e Adido Militar, ambos nos Estados Unidos.
- Possui todos os curso regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Na reserva, presidiu o Clube Militar no biênio 1981/1982.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea, quando comandou a tomada do Quartel-General da Artilharia de Costa, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2000.

Quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Alguns remontam as raízes da Revolução de 1964 ao Movimento de 1922. Não aceito isto, apesar de reconhecer que os oficiais daquela época tiveram importante participação no Movimento de 1964. Teríamos que, obrigatoriamente, de referenciá-las aos movimentos de 1924, 1926, 1930 e 1932 e até ao de 1935.

Nas raízes do Movimento de 1964 encontram-se os acontecimentos da década de 1950, a eleição de Getúlio Vargas e, depois, o atentado contra o Carlos Lacerda, que causou a morte do Major da Aeronáutica Rubens Vaz. Em 1953, houve um manifesto dos coronéis que levou a deposição de Jango, Ministro do Trabalho de Vargas. Todos esses fatos, no fim, culminaram com o suicídio de Vargas, em 1954.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Assisti, como aluno, à Revolução de 1930. Senti na minha carne as revoluções de 1932 e 1935.

Fui à guerra. Após o regresso, servindo com o General Cordeiro, participei da deposição de Getúlio Vargas, em 1945. Nessa ocasião, passei a conviver com a política. Eleitor da União Democrática Nacional (UDN), perdi com o Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, quando foi eleito o General Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Getúlio. Nesse mesmo pleito, Getúlio conseguiu eleger-se senador por 12 Estados diferentes! Naquela época era possível.

Em 1950, Getúlio, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi sufragado para o cargo de presidente da República, derrotando, mais uma vez, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Voltou ao Poder com toda a força, numa luta especial contra a UDN e, em particular, contra o Carlos Lacerda. O Vice-Presidente de Getúlio era o Café Filho. No seu Governo, houve o atentado contra Carlos Lacerda, a morte de Rubens Vaz, foi divulgado o memorial dos coronéis, como já disse, e, depois, ocorreu o suicídio de Getúlio, em 1954. Nessas circunstâncias, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Café Filho que escolheu para Ministro da Guerra o General Lott, um *troupier* de primeira grandeza.

Nessa fase, surgiram movimentos de insatisfação, em particular na Aeronáutica e no Clube Militar. O presidente do Clube Militar era o General Canrobert Pereira da Costa e o Vice-Presidente Juarez Távora. Uma reunião, realizada em julho de 1955, resultou na prisão e transferência de vários oficiais. O Presidente Café Filho, em virtude de problemas médicos, passou o cargo ao Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados. O General Lott, Ministro da Guerra, suspeitando

que o presidente em exercício, junto com Café Filho, agia no sentido de não respeitar o resultado das eleições recém-realizadas, ou seja, ambos pretendiam "dar um golpe", depôs Carlos Luz como também impediu que Café Filho reassumisse.

Não concordei e expus meu ponto de vista contrário, vindo, por isso, a ser preso e transferido para Goiânia. O golpe militar do Lott, em novembro de 1955, dividiu o Exército e, na Aeronáutica, provocou vários movimentos de rebeldia, sem o êxito pretendido por seus idealizadores, pois não possuíam a base militar necessária.

A vitória eleitoral da UDN, com Jânio Quadros, em 1960, teria diminuído a tensão existente, porém a atuação desse político tirou as esperanças do povo brasileiro. Em 1961, tentamos impedir que o Jango assumisse o Poder, mas foi em vão e, mais uma vez, o Exército se dividiu. Era este o panorama político existente no País.

Havia na verdade um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Não há dúvida, a insatisfação existia em todas as classes. Basta consultar os jornais e as revistas daquela época. Tenho, aqui comigo, um número da revista *O Cruzeiro*, de abril de 1964, com um artigo do David Nasser, escrito três meses antes, que profetizava o que iria acontecer no Brasil. Portanto, este é um documento dos vários que existem nesse sentido, caracterizando, claramente, que a insatisfação era completa. O nosso David Nasser, no final do artigo, dizia o seguinte, alertando aqueles que viam o Exército como simples elemento de manobra:

"...Assim será com a Marinha. Assim será com a FAB. Assim será, principalmente, com o Exército Brasileiro. O grande mudo. Porque o velho leão – preso e espezinhado na jaula da legalidade – não está morto, embora o pareça."

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

Olha, nós católicos – sou católico também – estávamos insatisfeitos e preocupados com os caminhos que a Igreja vinha tomando. A Igreja foi muito influenciada pelos comunistas. Padres e bispos, após a revolução, começaram a colocar as "manguinhas" de fora e perturbaram o Governo. Era esta a situação.

Mas, assim mesmo, general, não sei se o senhor concorda, havia uma parte significativa da Igreja que participou ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Havia uma facção que, realmente, contestava: os conhecidos padres progressistas, entre aspas.

Entretanto, padre progressista, mesmo, ficou mais caracterizado após a Revolução.

O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? O senhor poderia citar exemplos?

Estávamos diante de um quadro de guerra revolucionária. Brizola, animado pelo êxito de sua campanha pela posse de João Goulart, em 1961, criou o "grupo dos onze". O Julião as "Ligas Camponesas".

As medidas tomadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), a fim de instruir os quadros – oficiais e sargentos – sobre a doutrina de guerra revolucionária foram oportunas e acertadas. O EME produziu uma série de documentos que facilitavam o entendimento do assunto. Passamos a dominá-lo e, como tal, a reconhecer nos fatos que ocorriam a existência de uma guerra revolucionária em andamento. A sensibilidade do EME permitiu a inclusão, nos currículos dos estabelecimentos de ensino militares, o assunto guerra revolucionária.

O próprio General Castello Branco, que era o chefe do EME, quando proferiu a aula inaugural do ano letivo de 1964, no mês de fevereiro, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), teve o ensejo, como chefe, de deixar uma mensagem, para a reflexão dos capitães, sobre o assunto.

Surgiu, portanto, um alerta entre os oficiais e sargentos do Exército referente ao desenvolvimento de ações ligadas à doutrina revolucionária comunista. Eu mesmo, quando servia na Seção do Serviço Militar da 2ª Região Militar, tive a oportunidade de conscientizar sargentos e alunos dos diferentes Tiros-de-Guerra, em São Paulo.

Os diretores do Clube Militar, integrantes da Cruzada Democrática, que havia sido criada por nós, sustentavam uma dura luta para manter-se na presidência. Conseguimos ganhar as eleições em 1960, permanecendo até 1962, quando infelizmente perdemos, mais uma vez, as eleições. Quem venceu, não foi um elemento integrante da Cruzada Democrática, do Clube Militar.

General, o senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas do Movimento de 31 de Março?

Sobre os êxitos da Revolução, devemos enaltecer o trabalho das mulheres. Existia, aqui, no Rio de Janeiro, não sei se o senhor conheceu, uma organização de mulheres da qual a presidente era a irmã do General Justino Alves Bastos – Amelinha Alves Bastos. A presidente da Cruz Vermelha, também, era muito efetiva. Contavam com a ajuda e orientação do Coronel Antonio de Mendonça Molina.

Outro ponto que gostaria de acrescentar, e assim registrar, é que, sem dúvida nenhuma, a decisão do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, amigo do Presidente Goulart, de aderir ao movimento que havia eclodido, evitou a guerra civil no País, que começava a caracterizar-se. Creio que os historiadores chegarão a essa conclusão: não houve a eclosão da guerra civil, em face da atuação de Kruel.

O senhor poderia fazer um relato do episódio que ficou conhecido como a tomada do quartel-general da Artilharia de Costa, ocorrido em 1º de abril de 1964?

Como é do conhecimento geral, a Revolução Democrática de 1964 foi deflagrada, em Juiz de Fora, pelo General Olympio Mourão Filho, com o apoio imediato do Governador Magalhães Pinto, na manhã de 31 de março, no dia seguinte à reunião dos sargentos, no Automóvel Clube do Brasil.

Eclodida a Revolução, procurou-se logo a adesão das demais unidades da Federação.

No Rio de Janeiro, o Comandante do I Exército mobilizou suas forças contra o General Mourão e foram organizadas forças-tarefas (FT) que se deslocaram para Minas e para São Paulo onde o General Amaury Kruel só se definiu a favor do Movimento, por volta da meia-noite do dia 1º de abril. O Coronel Arídio Brasil, Comandante do Forte de Copacabana, amigo do General Kruel, decidiu aderir somente após aquele definir-se.

O clima durante todo o dia 31 de março era de grande tendência pró-revolução, contando com o apoio do Governador Carlos Lacerda.

O Quartel-General (QG) do Exército estava alvoroçado, nossos contatos mostravam que o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Ademar de Queiroz, diretores de departamento e grande número de oficiais, se definiam a favor da revolução.

O Ministro da Guerra, no Rio, contava com o Comando do I Exército e da 1ª Região Militar (1ª RM). Na Vila Militar, o comando da divisão controlava suas unidades.

O Comandante da Artilharia de Costa, General Morais que, interinamente, acumulava o Comando da 1ª RM, era contra a revolução. A Fortaleza de São João e o Forte da Lage já se definiam pró-revolução, contávamos, ainda, com poucos elementos no Forte Duque de Caxias e no 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (8º GMAC), depois, 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM).

Quando o Forte de Copacabana aderiu, na madrugada, houve uma ligação com a Escola de Comando e Estado-Maior que enviou para lá um grupo de oficiais, entre eles os coronéis Espírito Santo e Cerqueira Lima.

O General Morais, ao chegar ao QG, pela manhã, tomou conhecimento das atitudes do Coronel Arídio, tentou demovê-lo e o recriminou por ter aceito o reforço de oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Um caminhão, que tentava sair do Forte de Copacabana, foi impedido e aprisionado pela tropa do QG que recebeu um reforço de contingentes enviados pelo Forte Duque de Caxias.

Naquela ocasião, eu, que servia na Diretoria da Artilharia de Costa, tinha decidido verificar, pessoalmente, o que estava ocorrendo na minha área. Constatei o impasse entre o Forte de Copacabana e o QG, tendo em seguida me dirigido para a ECEME.

Na Escola, presenciei um diálogo entre o Coronel João Figueiredo e o General Orlando Geisel e aquele dizia que devíamos tomar o QG para resolver a situação. Logo me prontifiquei a fazê-lo e o General Orlando disse que seria uma "tenentada" mas autorizava.

Foram dadas ordens e 20 oficiais do 1º ano da Escola se apresentaram como voluntários para a ação. Eles portavam seus próprios armamentos; organizamos um comboio de carros particulares (o meu Citroen, uma Kombi, uma Rural Wyllis e um outro carro); no total éramos 21 oficiais, eu e meu primo Coronel Oscar de Souza que também servia na Diretoria e me acompanhava desde o início do dia e 19 oficiais da ECEME, pois um tinha ficado preso no elevador do prédio de moradia.

Na esquina das ruas Raul Pompéia com Francisco Otaviano paramos o comboio e meu primo, que estava à paisana, verificou a situação. No portão, encontrava-se um cabo, armado com uma metralhadora Thompson; a guarda estava normal e o trânsito fluía sem alteração. Dei as ordens e o Coronel Dickson Grael, mais antigo oficial da ECEME, passou-as para os alunos. Seguimos em grande velocidade pela Rua Francisco Otaviano e, usando a surpresa, desembarcamos dos carros mesmo sem parar totalmente, invadimos o QG.

Na minha frente estava o cabo com a Thompsom, tomei-a das mãos dele e prossegui encontrando na varanda com um capitão de quem também tirei a pistola e entrei no QG.

No interior, estavam o Tenente-Coronel Borges Fortes e um coronel, sentados. Perguntei pelo General Comandante e ele respondeu que o nome dele era Coronel Rubens, repeti a pergunta e obtive a mesma resposta. Dei voz de prisão ao coronel e fui à estação rádio VHF chamando as Unidades subordinadas, dizendo que, em nome da Revolução, havia tomado o Quartel-General de Artilharia de Costa.

Durante a invasão, houve alguns tiros porém só foi ferido um sargento que, ao perceber o movimento, tentou me atingir com sua arma e foi baleado por um dos alunos da ECEME e um outro oficial, por uma baioneta de um dos guardas.

Isto tudo aconteceu por volta das 11h30min do dia 1º de abril.

A TV Rio, que funcionava exatamente em frente ao QG, conseguiu filmar parte do que aqui encontra-se relatado e colocou no ar, logo depois do acontecido.

O Presidente Goulart, que estava no Palácio Laranjeiras, tomando conhecimento da rápida evolução dos acontecimentos no Rio fugiu para Brasília e em seguida para Porto Alegre.

Ao finalizar este relato gostaria de registrar os nomes dos oficiais que me acompanharam na ação, foram eles:

– Oscar Couto de Souza, Dickson Grael, Agnello de Araújo Brito, Omar Oliveira da Silva, Milton da Silva Oliveira, Benedito Onofre Bezerra Leonel, Sillas Bueno,

Agostinho Moura de Almeida, João Saraiva, Ruperto Clodoaldo Pinto, Rubens Bayma Denys, Flavio Moutinho de Carvalho, José Eduardo Portela Soares, Atahualpa de Albuquerque, Helder Macedo Gaudie Ley, Túlio Soviero, Mero Mendes Ferreira, José Meireles, Hugo Floriano Magalhães Mota e Niaze Almeida Gerude.

Agradeço a cópia do depoimento feito pelo General Montagna, em 1953, que inclui parte do filme produzido pela TV Rio e perguntamos quais os principais acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução?

Resumiria, citando os acontecimentos ocorridos depois do célebre comício da Central, no dia 13 de março. Creio que até esse episódio havia um propósito, mas não existia liderança. Depois, ocorreu aquele problema de 13 de março...

Quando sentimos que estava havendo uma ação direta sobre a disciplina e a hierarquia. A partir daí, o Movimento não pôde ser mais retardado.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução?

Acho, sem dúvida. Agora mesmo, tivemos a oportunidade de assistir a um vídeo. Todo mundo contente, feliz, após o Movimento. Havia mesmo era insatisfação com o Governo Goulart, fato hoje omitido.

Havia uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Fato inconteste. Poderíamos até, em vez de nomear de Revolução, denominar o Movimento de Contra-Revolução de 1964.

Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

Sou muito intransigente nesse aspecto, porque acho que foram covardes e procuraram defender os seus interesses particulares. Nunca pensaram no Brasil. Caso contrário, teriam aderido à Revolução.

Importante assinalar que mesmo aqueles que não eram da ala esquerdista, também, não fizeram força para dar o apoio de que o Presidente Castello Branco precisava.

É um ponto importante, porque o Castello Branco era intransigente a favor da legalidade e da Democracia. Ele respeitou muito a Câmara dos Deputados, o Congresso de uma maneira geral e, também, o Judiciário. Aliás, para nós revolucionários, achamos até que não foi tão bom, porque bastante gente que procedia muito mal ficou por aí, impune.

Como se portaram, após a Revolução, os sindicatos e as entidades taxadas de esquerdistas?

Eram oposição sistemática a toda iniciativa do Governo revolucionário. Qualquer coisa que o Governo tentava realizar era contestada, arranjavam um meio qualquer para atrapalhar.

Quais foram, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Vamos começar pelos militares, prefiro. O General Mourão foi o Comandante da 3ª Divisão de Exército (3ª DE), no Sul, e como ele falava abertamente sobre todos os casos do João Goulart, foi transferido para a 2ª Região Militar, em São Paulo. Como continuasse a falar claramente em revolução, transferiram-no para Minas, e com um detalhe: não poderia levar ninguém, só foi ele. Não pôde levar nem o Chefe do Estado-Maior.

Esta é uma particularidade que muita gente não conhece, ou seja, a maneira como o General Mourão foi parar em Minas Gerais.

Desde abril de 1963, servia na Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea e pude sentir a grande liderança do General Ademar de Queiroz, meu comandante.

Ele convocava os generais e coronéis para que procurassem se conscientizar da situação e agir contra o que estava ocorrendo no País. Naquelas oportunidades encontrou apoio de vários coronéis como Joaquim Fontoura, Policarpo, Antônio Carlos Serpa e Jayme Portella.

O General Ademar aproveitava as viagens de serviço para tomar pulso da situação e verificar as perspectivas de atuação. Teve a oportunidade de, em agosto de 1963, contatar o General Castello Branco em Recife.

Infelizmente, passou para a reserva antes do início da Revolução, ainda em 1963.

Entre os líderes civis, sem dúvida nenhuma, temos que render homenagem ao Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O próprio Carlos Lacerda também enalteço. Digo sempre que o Carlos Lacerda deixou de ser "lacerdista", mas continuei a sê-lo, pois lutava pelos princípios que ele defendia. Depois, ele foi se unir ao Juscelino Kubitschek!

A Revolução de 31 de Março foi exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Jamais tive qualquer notícia sobre isso.

Qual foi o posicionamento dos Estados Unidos em relação à Revolução de 31 de Março?

Imediato reconhecimento. Mantínhamos muita ligação, pois éramos aliados deles. Lutamos juntos na Segunda Guerra Mundial, na Itália.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O militar, por formação, procura sempre respeitar a legalidade, dedicando-se às tarefas normais no âmbito de suas atribuições; por isso vários companheiros trabalhavam em diversos escalões do Governo, mesmo sem identificarem-se com eles.

Muitos que estavam em Unidades do Exército, não se harmonizavam com o pensamento de seus comandantes e agiram por conta própria, como aconteceu no Grupo-Escola, em Resende. As Baterias de Artilharia do Grupo que receberam ordem do Comandante para ocupar posição contra a tropa revolucionária, passaram para o lado desta e só restou ao Comandante retornar a seu aquartelamento.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial naquelas tropas engajadas diretamente na iminência de um combate: a 4ª RM/DI do General Mourão, o II Exército do General Kruel, a AMAN que entrou em posição com os seus cadetes, bem como o próprio I Exército que teve tropas lançadas na direção de São Paulo?

Diria, nesse sentido, que houve de tudo. Muitos revelaram grande liderança e ação de chefia, comprovaram a capacidade de comando; por outro lado, certos comandantes de Unidade nada conseguiram com seus subordinados, como o Comandante do Grupo-Escola, citado anteriormente que, sem ação, assistiu ao êxodo das Baterias de Artilharia do seu Grupo, sem força para reagir.

Foi correto o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964?

A atitude do General Médici, sem dúvida nenhuma, foi muito acertada. Ele procurava fazer com que os seus cadetes não fossem influenciados. Além disso, na AMAN só havia pessoal competente, de valor. No momento oportuno, de maneira discreta, tomou a sua decisão. Entendeu que era necessário colocar os cadetes em posição defensiva, aproveitando o corte do rio, para impedir a progressão das tropas vindas do Rio.

Este episódio teve um outro fato importantíssimo. Elevou extremamente o moral das tropas de São Paulo que vinham contra as do Rio com pouquíssima munição, com menos meios e por isso estavam bastante preocupadas. A decisão do General Médici foi fundamental.

O senhor acredita que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Sim, construíram a união que perdura até nossos dias. De 1964 para agora decorreram vários anos, um período enorme, em que prevalece o entendimento e a união que não havia antigamente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Foi um movimento democrático, contra a ideologia comunista. Nada tinha de discricionário.

A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar exemplos?

Apoiar o Movimento não quer dizer que tenha havido colaboração com o mesmo. A mídia já vinha repetindo que estava insatisfeita com a situação.

No correr dos governos revolucionários, gradativamente passou a insurgir-se, contrariada com as medidas sobre a liberdade de imprensa.

Entretanto, nós é que apoiamos a revolução que o povo e a mídia desejavam. A mudança de posição da mídia deveu-se a inúmeras outras razões não bem esclarecidas.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou prejuízos ao País?

É algo que nem precisamos comentar. O expressivo número de benefícios é inegável. De uma posição de quase total insignificância, o País passou à oitava economia do mundo.

Tive a oportunidade de fazer uma palestra, no aniversário do Movimento de 1964, no Clube Militar, quando estava no cargo de presidente, e repassei, justamente, todos esses benefícios devidos à Revolução. A revista do clube publicou a palestra.

O que o senhor tem a nos dizer acerca das ações de guerrilha e terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis e bancos) praticados por extremistas?

Essas ações fazem parte do esquema da guerra revolucionária. Não era outra coisa senão a guerra revolucionária em andamento, do modo como a conhecemos.

O AI-5 foi necessário?

Sim, precisávamos dar uma parada na crescente agitação. O episódio que provocou o processo foi culpa de um congressista, ainda jovem, o Márcio Moreira Alves, que, hoje em dia, milita na imprensa escrita e, em algumas situações, tem-se aproximado dos militares.

Foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

Ninguém faz nada sem informações. Um dos mais graves erros do Governo Collor foi o repúdio aos serviços de informações. Os DOI eram destacamentos para realizar investigações. Acredito que foi acertada a criação desses órgãos.

A Revolução muito se demorou no Governo do País?

Não posso afirmar categoricamente, mas acredito que possa ter demorado mais tempo que o desejado inicialmente. De qualquer forma, o Brasil já vivia em pleno regime democrático, no último período governamental sob égide revolucionária.

Qual a sua opinião acerca do panorama político nos governos revolucionários, principalmente, o comportamento do Congresso Nacional?

A maioria dos parlamentares agiu de forma covarde, porque barganhavam apoio. Não havendo interesse, apenas apoio reticente. Até hoje procedem assim: não pensam no próprio País, mas vigiam de perto seus interesses particulares.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito disso?

É um processo que visa a desestabilizar ou difamar o Exército. Hoje em dia, raros órgãos da imprensa publicam notícias que valorizem as Forças Armadas. Por exemplo, as comemorações do Dia da Vitória, acontecida há três dias, um episódio glorioso para as Forças Armadas, não mereceram a mais ínfima referência.

Durante os governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagem?

Sabemos que não... nunca se colocou, por exemplo, o problema salarial, como questão de frente.

Como o senhor avalia os anos da Revolução?

Durante a Revolução, os governos estabeleciam as metas que deveriam ser atingidas. Cada um deles fazia o seu planejamento, determinava as ações a realizar e trabalhava intensamente para atingir aqueles objetivos. Assim, tiraram o Brasil de uma posição inferior e proporcionaram anos de prosperidade, logo, posso considerar que a Revolução honrou seus compromissos, cumprindo os seus propósitos com elevado patriotismo e competência.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" que se iniciou no Governo Geisel?

Diria que houve muita condescendência, de tal modo que prejudicou até a nós mesmos, os militares.

Houve ou existe, ainda, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, da própria Imprensa e, também, de certos setores da sociedade, dita sociedade civil, em relação aos militares?

A mídia e determinados próceres governamentais, inequivocamente, o demonstram, pois ignoram deliberadamente ou mistificam qualquer assunto de natureza militar.

E a lei da anistia, como é que o senhor a interpreta?

A anistia só funcionou para o lado deles.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da revolução?

Tudo indica que não conseguimos sequer participar dessa "batalha da comunicação social", como seria desejável. É de estranhar, porque tínhamos pessoal de reconhecida capacidade. Não poderia indicar a razão específica, mas tínhamos a vontade e oficiais preparados. Infelizmente não logramos sucesso.

Como o senhor analisa, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse particular?

Para nós, no dia a dia, nos diálogos com outras pessoas, fica a impressão de que o comunismo acabou, de que não há mais comunistas. Entretanto, o comunismo não acabou! Ele está aí presente nas mais diversas "linhas de conduta", apenas disfarçado, mas atuante. Os partidos comunistas, no Brasil, continuam em atividade.

Talvez sem a mesma força do passado!

Na atual situação, o próprio Presidente sente os efeitos da "abertura" que patrocinou. O movimento denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, que poderia ter sido atacado no início, nas suas origens, não o foi. Foram deixando, deixando, e agravou-se o problema que estamos assistindo, agora, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, quando tiveram que tomar uma medida séria para impedir que o Presidente fosse desmoralizado.

A imagem do Exército brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Reconhecimento pelo que o Exército tem feito. Felizmente, há os que se colocam a nosso favor, até mesmo por um descuido da própria Imprensa. De qualquer forma, de vez em quando, já vemos divulgados alguns documentos e informações sobre as nossas atividades, por parte de alguns jornalistas. Sem dúvida alguma, e em todos os sentidos, reconhecem que ainda somos um elemento de grande importância para a sociedade e para o País.

General Montagna, a mensagem final. O que o senhor desejaria deixar com relação ao Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Desde o tempo em que era o presidente do Clube Militar, tínhamos vontade de desenvolver projeto semelhante. Chegamos a fazer algumas gravações. Procurávamos preencher uma lacuna, a da ausência de informações do passado, preservando a memória.

Logo que recebi o convite para a entrevista, acedi em comparecer, na intenção de colaborar através de meu conhecimento. Não sou historiador, nem grande pesquisador. Até costumo dizer que sou um "colecionador de papéis". Possuo documentos interessantes, que compulso com satisfação desde aquela época.

General-de-Brigada Ruy Leal Campello

- Natural da Cidade de Rio Grande, RS.
- Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), inicialmente como 1º Tenente Subcomandante da 5ª Companhia do II Batalhão do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) e, posteriormente, promovido a capitão, como seu Comandante.
- Principais funções militares: Como Oficial Superior – Oficial de Estado-Maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Oficial de Gabinete do Ministro Odylio Denys, Costa Silva (Adjunto da D/2) e Orlando Geisel, bem como Comandante do Regimento Sampaio (1º Regimento de Infantaria); Como Oficial-General – Diretor de Movimentação, Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e Diretor de Pessoal Civil.
- Missões no exterior: Integrante do Batalhão Suez, na Península do Sinai e Chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington (EUA).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era Tenente-Coronel Adjunto da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército – Geografia, História e Estatística. Integrou o Estado-Maior do General Orlando Geisel – Comando da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e, a partir de maio, passou a integrar o Gabinete do Ministro do Exército General Costa e Silva.

Entrevista realizada no dia 8 de novembro de 2000.

Inicialmente, devo agradecer a lembrança de meu nome para participar deste importante projeto para a História da Força. Na verdade, falar sobre a Revolução de 1964, no momento atual, quando buscam denegri-la, é fundamental e necessário.

Vivi, intensamente, os acontecimentos que culminaram com o Movimento Revolucionário de 1964. Felizmente, tive, naqueles momentos, naquela conjuntura, chefes que souberam posicionar-se, e cujos exemplos e orientações, pude, mais tarde, transmitir àqueles com quem servi.

Qual foi a sua vivência pessoal, a sua participação, nos pródromos, no surgimento e, posteriormente, no desenvolvimento da Revolução de 1964?

Com relação aos pródromos, atenho-me, para não alongar muito o tempo da entrevista, aos acontecimentos que provocaram o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964. Uma análise mais abrangente sobre as causas do Movimento nos remontaria ao período do começo da República.

Assim, me posiciono no 25 de agosto de 1961, data da renúncia do Presidente Jânio Quadros. À época, encontrava-me como adjunto da Divisão de Informações (D/2) do Gabinete do Ministro da Guerra, Odylio Denys. Escusado dizer que o Presidente Jânio Quadros contava com o apoio integral do Exército. A Força enxergava no Presidente Jânio uma pessoa capaz de colocar ordem no País, naquela conjuntura, mas que acabou tornando-se a maior "gafe política", surpreendendo a todos com a inesperada renúncia. Transformou-se no homem que desperdiçou a oportunidade de realizar um governo exitoso, com o apoio das três Forças Armadas e da população, porque não reconhecer. Sua atitude colocou o País à beira do caos.

A ação dos três ministros militares consegue contornar a *débâcle* política. Novo Governo toma posse e nomeia ministério. A D/2, então chefiada pelo nosso querido amigo, de saudosa memória, Newton Castello Branco Tavares, apresenta ao Ministro Segadas Viana, substituto do General Denys, a renúncia coletiva, a despeito do pedido do General Segadas, que nos queria manter na Seção.

Bem, aí... é uma parte pessoal, mas interessante. O novo chefe da D/2 tinha sido meu instrutor na Escola Militar do Realengo e na Escola de Comando e Estado-Maior, o Coronel Augusto de Oliveira Pereira, posteriormente General-de-Divisão. Ele me faz um apelo:

– Campello, não conheço a D/2, você pode ajudar-me?

– Coronel Pereira, não posso permanecer na D/2 - respondi.

Exatamente na mesma hora em que estou falando, chega o novo Chefe de Gabinete do Ministro Segadas Viana, o General Ênio Garcia, trazendo um documento na mão, e confidencia:

– Augusto, "isso assim, assim..."

Embora presente, não ouvi. O general saiu e eu disse:

– Coronel Pereira, por esta razão é que não posso permanecer na D/2, porque aqui, nesta Divisão, o que o ministro ou o chefe de gabinete falasse, era na nossa presença. Não posso ficar num lugar em que serei um homem marcado por pertencer a um outro *time*.

Finda a missão no Gabinete do Ministro Denys, o Tenente-Coronel Campello é classificado no Estado-Maior do Exército (EME), na Seção de Geografia, História e Estatística. No fim do ano de 1963 – setembro de 1963 – o General Castello Branco assume a Chefia do EME e, interessante registrar, vai encontrar um grande número de oficiais completamente engajados no processo revolucionário. O EME era tratado como se fosse um "depósito de pessoal": quem não estivesse concordando com o governo, iria para o Estado-Maior do Exército.

No EME, vivi aqueles acontecimentos cruciais dos anos de 1963 e 1964, até a eclosão, propriamente, do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

O senhor gostaria de destacar alguma atitude ou ação do nosso Marechal Castello Branco, nesse período, ele que foi fundamental?

Acabo de entregar-lhe um trabalho, de minha autoria, intitulado "Marechal Castello Branco", elaborado para o painel de que participei, no dia 18 de setembro último, atendendo a um convite do General Negreiros, em homenagem ao Marechal Castello, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Nesse ensaio, conto o que vi, não propriamente no Estado-Maior, mas antes, durante e depois, quando o General Castello assume a Presidência da República.

Quando o General Castello foi empossado na Chefia do Estado-Maior, a situação do País era caótica. Vou contar um fato que ocorreu em fevereiro de 1964 – 21 de fevereiro de 1964 – justamente a data da comemoração da tomada de Monte Castelo, importante vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial.

Poucos dias antes – dois ou três – há um anúncio, uma notícia, de que seria prestada, na Vila Militar, no Regimento Escola de Infantaria, uma homenagem ao Presidente da República, um almoço, ao qual compareceria o nosso lembrado Marechal Mascarenhas de Moraes.

A notícia causou espécie, porque o almoço aconteceria na hora praticamente da comemoração de Monte Castelo. E, diga-se de passagem, que, naquela época, a solenidade ficava totalmente a cargo da Associação dos Ex-combatentes, pois não constava no calendário das comemorações. Então, em companhia do Coronel Hugo Abreu que,

na ocasião, servia no Quartel-General da 1ª RM/2ª Seção, fomos falar com o Marechal Mascarenhas. Ele tinha um gabinete que funcionava próximo ao da 1ª Região Militar – um gabinete em que ele dava um expediente mais *pro forma*, para receber os amigos e tal. Nosso objetivo era alertá-lo de que não ficaria bem deixar de comparecer à solenidade do dia 21 de fevereiro. O Marechal não gostou, e praticamente nos despediu, mas deixou um sinal no ar: "O que vale é que esta situação está por pouco."

Dado o respeito que tínhamos pelo nosso Comandante da FEB, encerramos a visita. Quando de nossa entrada no gabinete do Marechal, cruzamos com dois generais: o Comandante da Vila Militar, General Oromar Osório, e o General Wallenstein Teixeira de Mendonça. Naquela oportunidade, quando entramos, disse ao Hugo: "Já perdemos a nossa visita." Eles já tinham feito convite ao Marechal, já tinham estado com ele.

O que fazer? Lembramos, então, do nome do Chefe do Estado-Maior do Exército. O Coronel Hugo Abreu pede-me para levar a efeito a nova tentativa:

– Campello, você conhece melhor o General Castello, você serve no Estado-Maior do Exército.

– Bom, eu o conheço, mas não tenho intimidade com o General. Mas, nesta hora, vou falar com ele, pode deixar – respondi.

E fui ao General Castello – o Coronel Murillo Gomes Ferreira, seu Assistente, é testemunha. Contei-lhe a história, e o Murillo insistiu:

– Não, você vai falar com o General.

Recebido em seu gabinete, o General Castello convidou-me a sentar à direita da cabeceira da mesa de reuniões. Disse-lhe, então, o que acontecia, destacando o motivo de meu desejo em falar-lhe.

– Porque o senhor é chefe de prestígio e confiança de todos nós e, portanto, o homem capaz de convencer o Marechal a não comparecer a essa cerimônia.

– Coronel Campello, muito obrigado por suas palavras. O senhor não está autorizado a transmitir a ninguém. Não deverei comparecer a esse almoço - gravei a resposta do General Castello.

A entrevista estava encerrada. Não disse o que iria fazer. Feito isso, levantei-me, cumprimentei-o e saí.

Mas voltei à sala do Assistente, Coronel Murillo e, da outra porta do corredor, foi possível ver o General Castello, de túnica e gorro, frente aos elevadores do 6º andar. Concluímos: ele deve ir conversar com o Marechal Mascarenhas. Ao final da tarde, correu a notícia de que o Marechal Mascarenhas não iria à Vila Militar, em virtude de indisposição.

No dia seguinte, 21 de fevereiro, manhã chuvosa, houve a solenidade e o único oficial general presente foi o Chefe do Estado-Maior do Exército, Castello

Branco. Pedimos que ele depositasse a coroa em nome do Exército; as Unidades mandavam, também, coroas... a cerimônia, naquela época, era muito grande. Como o término da solenidade permitiria, ainda, a ida ao almoço, que seria, mais tarde, ocorreu que fomos verificar se o general fora ou não. Fizemos isso, naquela situação. Tínhamos que conferir para possibilitar a divulgação, imediata, da decisão do General Castello, que provaria cabalmente as suas convicções.

Assim, terminada a cerimônia, voltamos ao Quartel-General (QG) e fui ao Gabinete do Estado-Maior do Exército. Perguntei ao Coronel Murillo:

– Onde está o General Castello?

– Campello, você quer saber onde está o General Castello? Olha a porta aí!

O General Castello estava na cabeceira da mesa, tomando uma refeição, mandada buscar na área da Central – porque naquele tempo não havia refeição no QG. Ele não tinha ido mesmo! Sua decisão podia, agora, ser divulgada amplamente.

Esse é o Castello Branco!

A verdade é que o General Castello, a partir da assunção da chefia do EME, ficou em evidência, e trazia consigo a esperança capaz de atender à solução para a difícil conjuntura que envolvia o País. E ele assumiu essa qualidade de somar, no âmbito da cúpula do Exército, porque havia aqueles que ainda tergiversavam, por algum motivo. Por ocasião do início dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola Superior de Guerra (ESG), em março de 1964, faz importantes declarações e esclarecimentos quanto à missão do Exército e seus reflexos para a tranqüilidade da Nação. A 13 de março, na Central do Brasil, teve lugar concreta demonstração da crise, ante os discursos de líderes sindicais. O General Castello expediu circular às Unidades subordinadas ao Estado-Maior do Exército, fazendo ver a todos o quadro dramático que se apresentava. Enviou emissários portadores de um documento, onde estavam enfatizadas as conseqüências dos acontecimentos em curso.

Então, naquela ocasião, o chefe do Movimento estava aparecendo: era o General Castello, o Chefe do Estado-Maior do Exército. Isso foi de grande importância para o desenrolar dos acontecimentos, a partir de 31 de março.

De um modo geral, como o senhor situaria o panorama político brasileiro?

Olha, só vendo o que nós sofremos neste País, onde imperava o caos. Basta lembrar, aqui, no Rio de Janeiro: a greve do pessoal do setor de gás, obrigando-nos a ter que comprar "fogãozinho" de querosene para confeccionar as refeições; a greve dos coveiros do Cemitério São João Batista e lembro, acerca dessa paralisação, um episódio. Indo ao cemitério, com o General Castello, para o enterro do pai do General

Adhemar Villela dos Santos – o General Castello era amicíssimo dele, por ligações desde Realengo e do 12º Regimento de Infantaria, de Belo Horizonte – vimos os caixões colocados na entrada do cemitério, pois, em virtude da greve, o sepultamento não era realizado.

Faltavam feijão, arroz e outros tipos de suprimentos. Não havia transporte para chegar ao trabalho e sei muito bem disso porque enfrentei esse problema, num período mais recuado, dentro dos pródromos da Revolução, quando era major, adjunto da 4ª Seção da Zona Militar Leste (posteriormente I Exército e, atualmente, Comando Militar do Leste), e tínhamos que atualizar o planejamento para assegurar o transporte da cidade, no caso da greve dos bondes. O Coronel Syzeno Sarmento, depois General, era o Chefe da 4ª Seção. O plano, em síntese, consistia no emprego de meios de transporte alternativo nos itinerários dos bondes, para conduzir a população, naturalmente, buscando minimizar a situação. O Exército, naquela ocasião, podia fazer isso.

Nos idos de março de 1964, o panorama político era o pior possível, um caos.

Como a maioria da população reagia em relação ao Governo João Goulart? O povo estava insatisfeito?

Essa situação retratada antes, acrescida do tremendo processo inflacionário existente e, ainda, uma exploração sem limites, redundava em insatisfação popular. A par disso, havia a pressão dos sindicatos junto à Presidência da República e, assim, a todo instante aumento de vencimentos e de preços. Era uma verdadeira calamidade.

O Governo desmoralizava-se nesse ambiente. Não podemos esquecer nosso processo político errado que elege o vice-presidente na esperança de que ele não venha a atuar ou substituir o presidente. Nós, militares, sabemos muito bem que a missão do subcomandante é substituir o comandante. O Jânio Quadros renuncia, e aí? Mas, aqueles que conheciam o Jango, que estavam a par da situação política, não queriam deixá-lo assumir, pretendendo uma outra solução que, realmente, não era uma solução legal. O fato é que, não se conseguiu implantá-la naquela oportunidade.

O País sofreu, naquele espaço, as conseqüências de uma posse imposta pelas condições constitucionais.

O parlamentarismo foi, então, a solução de emergência que adotaram, com a concordância dos ministros militares, que agiram desse modo, para evitar um mal maior. Os ministros receberam vários apoios à atitude tomada, inclusive dos nossos próprios companheiros, mas, vamos e venhamos, eram patriotas, eram chefes, mas não queriam ser responsabilizados pelo derramamento de sangue. Aí, entra um outro episódio, que é o posicionamento do III Exército.

Queria lembrar que o João Goulart, de uma forma hábil, criou o plebiscito que derrubou o parlamentarismo, voltando tudo ao que os ministros militares não queriam: ele presidente, num regime presidencialista.

Pois é, com o parlamentarismo, o Jango teria as suas ações cerceadas naturalmente pela presença do Primeiro-Ministro, o que o contrariava.

João Goulart queria amplos poderes que a situação anterior – o presidencialismo – propiciaria e, acabou conseguindo, inclusive, com a atuação de oficiais próximos a ele. Houve, até, uma antecipação da data do plebiscito. E aí, João Goulart ficou "dono do País".

Qual era a posição da Igreja, naquela época?

Nesse "espetáculo", assim podemos chamar, da renúncia do Jânio Quadros, houve um fato ligado a importante prelado da Igreja católica: o pronunciamento de Dom Vicente Scherer, que era o Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, através do qual posicionou-se a favor da assunção do Jango Goulart no cargo de Presidente. Era um homem tradicionalista, católico – é um pleonasmo – sempre atuou conosco, mas naquele ambiente do Rio Grande – está falando o velho gaúcho aqui – todos foram envolvidos, entre estes, especialmente o General Machado Lopes, me perdoe se cito o nome de um chefe que já não está mais entre os vivos, a quem eu admirava, mas nunca entendi o seu posicionamento, também favorável à posse de Jango. Lembro-me, como se fosse hoje, do "radiograma" que dele recebemos, no qual respondia ao Sr. Ministro Denys: "O III Exército, unido e coeso, não obedece, não recebe mais ordens do Marechal Denys. Assinado: General Machado Lopes, Comandante do III Exército."

Esse rádio existe na D/2 do Gabinete do Ministro. Mas é preciso dizer que, no estado-maior do General Machado Lopes, estava o General Assis Brasil, posteriormente Chefe da Casa Militar da Presidência da República, e outros oficiais, que, talvez, tenham, até, remetido esse "rádio", sem o conhecimento dele. Não sei... Não sei...

Quem sabe? Tudo pode ter acontecido.

Não sei... Não posso saber. Mas sei que o General Antônio Carlos Muricy lá estava, movimentado, para assumir a chefia do Estado-Maior do III Exército, mas voltou e veio se apresentar ao Gabinete do Ministro, aqui no Rio. Não concordara com a atitude do General Machado Lopes. Quando perguntam quais eram os líderes da Revolução, o General Muricy é um deles.

Qual a sua visão quanto às "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"?

As "Ligas Camponesas" surgiram em Pernambuco, com o Francisco Julião. Sabe-se que no Brasil existem regiões agravadas pelo clima árido onde as dificuldades

são maiores, a vida é mais difícil, o povo é mais pobre, sofre mais. No Nordeste, a vida é muito dura e aqueles homens pobres e sofridos eram, realmente, explorados pelos senhores de engenho. E a exploração tornava-se um caminho fácil de ser trilhado para o proselitismo político.

Esse homem, Francisco Julião, inclusive foi eleito deputado federal, aproveitou a situação existente e veio a criar, naquela região, as "Ligas Camponesas", espécie de quistos, perigosos e difíceis de controlar. O Governo do Estado de então, Miguel Arraes, estava de acordo com isso tudo e, também, o Professor Paulo Freire, organizador de uma cartilha que ensinava a ler assim: "Letra 'f' – 'f' de fome. O Brasil tem fome."

Acresce-se à exploração do povo, o problema da posse e divisão da terra. Muito bem, esse era o espetáculo, principalmente no Nordeste do País.

O "grupo dos onze" já era coisa diferente e aí aparece Leonel Brizola, líder que cresceu no Governo do Jango, cuja cadeia da legalidade ganhou vulto. Explorou o "espeto" do gaúcho e o Rio Grande cerrou com o Governo, embora não estivesse 100% de acordo com o Brizola. Na hora "H", o Brizola soube reagir e formou a cadeia de rádio, chamada cadeia da legalidade, ajudado pelo seu vigor de homem moço, e criou um clima extremamente perigoso.

Mais tarde, com o "dedo" de Leonel Brizola, aparecem a "Operação Pintassilgo" e aquelas ações de guerrilha no Paraná, Caparaó etc. Mandou, inclusive, gente para receber treinamento de guerrilha em Cuba e, dizem, recebeu dinheiro, que não se sabe como...

Sumiu o dinheiro.

Mas tudo isso realmente aconteceu.

Inclusive o "grupo dos onze" tinha uma semelhança com um grupo de combate não é?

Tinha, porque o grupo de combate possuía onze homens; era uma estrutura paramilitar.

Essas guerrilhas, Caparaó e a outra, de Foz do Iguaçu, em que o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, aquele célebre comunista, tomou parte, acabaram nos criando uma série de entraves, pois havia repercussão no campo internacional.

E o que se passava no meio militar? Houve um trabalho para criar cisões, separações entre oficiais e sargentos, e com isso ferir a hierarquia e a disciplina?

O trabalho existiu, feito, justamente, pelos sindicatos que tinham voz ativa. Visavam ao atendimento de certas reivindicações, tal como a eleição dos sargentos que, inclusive, foi um ponto crítico, pois as campanhas políticas passaram a ferir a hierarquia.

Os sargentos começaram a ser explorados e jogados contra os chefes. São episódios que tomaram vulto e tornaram-se cruciais nos antecedentes do Movimento de 1964.

O senhor falou de acontecimentos cruciais. Poderia citá-los, particularmente em março? O que aconteceu em março de 1964?

É fácil rememorar todos os fatos graves acontecidos na Cidade do Rio de Janeiro, em março de 1964.

O primeiro deles, pela ordem, foi o comício na Central do Brasil, dia 13, no qual o Presidente reúne aquela turba toda, com reivindicações, a maioria das quais o Governo não tinha condições de atender. Era exploração política e contou com a pureza dos ministros militares. O General Castello foi ao gabinete cobrar do Ministro da Guerra dizendo-lhe que ele não deveria ter comparecido.

Depois, foi o problema do Sindicato dos Metalúrgicos, onde os marinheiros, lá reunidos, diziam-se rebelados. Houve a intervenção de tropas do Exército e os principais implicados foram levados presos para o Batalhão de Guardas. Aí, relaxaram a prisão e eles saíram, inclusive conduzindo nos ombros os almirantes Aragão e Suzano; uma vergonha! Esse espetáculo fez com que aquela gente que não acreditava, ainda, no estágio avançado de deterioração política que estávamos vivendo, ficasse, também, revoltada. Esse foi um dos acontecimentos...

Em seguida, outro episódio, no Automóvel Clube do Brasil; nesse, o Ministro da Guerra não comparece, estava baixado, adoentado, recolhido ao hospital. O General Chefe do Gabinete compareceu ao Automóvel Clube do Brasil.

Não havia mais o que fazer. Foi a gota d'água.

Porque o discurso do Jango foi um discurso anarquista.

"Senhores sargentos...", lembro-me, porque escutei, "Senhores sargentos...", e seguiu aquela coisa toda... Reunir aqueles homens... Estavam sendo enganados e jogados contra os seus superiores, porque nosso Exército é democrático e trata com dignidade seus integrantes. Nós, oficiais, temos grandes amigos, entre os sargentos.

Então, essa foi à gota d'água.

Não podemos nos esquecer de mencionar a revolta dos sargentos, em Brasília, em 1963, que foi o primeiro caso complicado, a causa primeira.

General, sua opinião a respeito da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Eu ia falar sobre esse fato. As Marchas da Família aconteceram em São Paulo, inicialmente, e em Porto Alegre e, depois, no Rio de Janeiro já comemorando a Revolução.

Houve em Minas também.

Em Minas, parece que houve também. Existe um número da revista Reader's Digest, dessa época, que publica um artigo muito bonito, intitulado: "A Nação que se salvou a si mesma", onde estão estampadas fotos do espetáculo proporcionado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Há um outro documento, que possuo, este publicado pela Editora Civita, de São Paulo, não sei se hoje ainda existe, estudo muito bonito, com o título: "Do comunismo de Karl Marx ao Muro de Berlim." No final, aborda os antecedentes do Movimento de 1964 e a assunção da Presidência da República do Marechal Castello Branco.

As Forças Armadas, de um modo geral, e o Exército, em particular, foram intérpretes da vontade da maioria do povo brasileiro?

Creio que não há nenhuma dúvida a respeito. Lembremo-nos das perguntas que nos eram dirigidas: "Mas, o que vocês estão fazendo!? Como é que vocês estão deixando acontecer isso!?"

Trabalhava, naquela ocasião, como oficial de informações, e recebia essa gente toda, que nos procuravam para dar um basta naquele caos.

Havia, então, um movimento de cunho comunista em andamento no País?

Havia, e para comprová-lo vamos aos pródromos da Revolução de 1964. Em 1922, aparece o movimento comunista. Depois, em 1935, irrompe a Intentona Comunista, liderada por Prestes, quando o Brasil se dá conta do perigo vermelho.

Essa gente nos deu muito trabalho. Só agora, com a queda do Muro de Berlim, os mais incrédulos se convenceram de que o regime comunista não era aquilo que eles pensavam, muito embora existam, ainda, vários recalcitrantes.

Outro dia, indo à sede da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), passei por um "sobradão" antigo, na esquina da rua das Marrecas com aquela rua do Quartel-General da Polícia Militar, e está lá, escrito na frente do prédio: "Partido Comunista do Brasil, fundado em – não lembro a data completa – de 1922." Eles ainda estão aí!

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

O Congresso Nacional foi surpreendido, assim como o País todo. Aqueles que supunham haver um "esquema militar" capaz de conter ou de anular o esforço, pode-se dizer, revolucionário, desmoronaram juntos com o Governo.

A verdade é que havia alguns militares, ditos do "esquema", que não tinham se convencido da necessidade de romper com aqueles ditames legais sob os quais fomos educados. Como dizia o General Castello, era preciso colocar a lega-

lidade sob censura. Não era possível continuar obedecendo, porque o Exército não é guarda pretoriana. Estávamos sendo usados numa direção que não convinha ao País.

Então, o "esquema" desmoronou e os parlamentares governistas, na hora "H", mudaram. E, surgiram vozes no Congresso apoiando a Revolução, até porque os governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, justamente os de maior peso, sem detrimento dos demais Estados da Federação – sentiam os acontecimentos mais de perto e podiam aquilatar a gravidade do momento histórico que estavam vivendo – posicionaram-se a favor do Movimento de 1964.

Assim, sem apoio, desmoronou-se o Governo e o próprio Presidente abandonou o barco, essa é a verdade. Aqui no Rio, no Gabinete do Ministro da Guerra, todos abandonaram os seus postos.

Como foi sua participação pessoal na eclosão do Movimento de 1964?

No anoitecer do dia 1º de abril, o General Orlando Geisel reúne os oficiais que o acompanhariam, integrando o seu estado-maior, a fim de assumir o comando da 1ª Divisão de Infantaria e Guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

O general me chamou e fez a pergunta:

– Campello, você tem algum problema?

– Não senhor, não tenho problema – respondi.

– Perguntei, por que eu estou aqui... – e concluiu o General Geisel – então, você vai comigo para a Vila Militar, pois a conhece bem.

Faziam parte do estado-maior que o General Geisel levou para a Vila Militar, o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, o Tenente-Coronel Darcy Lázaro, o Major Leônidas Pires Gonçalves, o Major Ivan de Souza Mendes e eu. Nessa época, eu era tenente-coronel, logo acima, na hierarquia militar, dos dois majores. O pátio interno do Palácio Duque de Caxias estava regurgitando de tropas das seguintes Unidades: o Grupo de Artilharia de São Cristóvão, comandado pelo Tenente-Coronel Araripe; o Batalhão de Guardas; a tropa do Regimento Mecanizado do Coronel Gahyva.

Embora pertencesse ao Estado-Maior do Exército, passei pelo QG do I Exército que parecia um velório, ninguém se entendia lá dentro.

Embarcamos nas viaturas que nos transportaram à Vila Militar. Entramos no QG da 1ª DI e o comandante, General Oromar Osório, já a essa altura, tinha conhecimento do que estava acontecendo, da derrocada do tão falado "esquema militar". O episódio em que o Marechal Odylio Denys conclama o Coronel Raimundo, Comandante do Regimento Sampaio, a apoiar a Revolução, convencendo-o a não prosse-

guir contra as forças da 4ª Região Militar que se deslocavam de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, pusera, praticamente, fim ao Destacamento Cunha Mello, com tropas da Vila Militar.

O General Oromar estava somente acompanhado de um tenente-coronel de Cavalaria – no momento não vem o nome – e do ajudante-geral. Não há resistência, nem relutância ante a evidência dos fatos. O General Geisel determina a convocação dos comandantes das Unidades da Vila Militar e, pouco mais tarde, é feita a passagem do comando da 1ª DI.

Qual era o posto do General Geisel?

O General Geisel era general-de-divisão.

Os comandantes das Unidades, cerca de duas horas da manhã, comparecem ao QG da 1ª DI. Os oficiais entraram em forma e, de acordo com o regulamento, o General Oromar Osório entregou o comando da 1ª Divisão de Infantaria e Guarnição da Vila Militar em Deodoro. Em alto e bom som, com sua voz de trovão, ouviu-se o General Geisel: "Assumo o Comando etc." A convite do Geisel, os oficiais acompanharam o General Oromar à saída do Quartel-General. Um espetáculo para ser rememorado.

Nessa altura, o General Muniz Aragão conseguiu, com firmeza e sua destacada autoridade, assumir, simultaneamente, o Comando do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs). Um outro chefe que também se impôs.

Foi uma fase crucial do Movimento revolucionário e a atitude, o comportamento, a desenvoltura e o prestígio do General Orlando Geisel e de outros chefes pesaram bastante para que fosse fortalecida a coesão do Exército.

Alguns dias depois, o General Orlando Geisel passou o comando da 1ª DI ao General Ulhoa Cintra que forma outro estado-maior; e sou nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Costa e Silva, outro chefe que devemos destacar pela conduta, pelo pulso, pela energia, como um chefe capaz de conduzir os subordinados num momento difícil.

Esse homem, ali, no 9º andar do Palácio Duque de Caxias, Gabinete do Ministro, à época, controlou a maioria dos oficiais que queriam saber como e o que iria acontecer, e nos fechou a porta: "Os senhores esperem, porque nós estamos decidindo." Lá dentro, estavam o General Castello, o General Costa e Silva e outros oficiais-generais. Quando foi decidido quem devia, ou quem não devia, aí, então, vem o General Geisel: estava nomeado Comandante da 1ª DI. É uma atitude revolucionária, o General Aragão, toda aquela gente estava ali, e a decisão saiu naquela hora. O General Everaldo Oliveira Reis – Ministro do STM –, na época, Major servindo no Estado-Maior do Exército, estava lá conosco.

Como se portaram os sindicatos e entidades extremistas, esquerdistas, logo após o início da Revolução?

Foram surpreendidos duas vezes: ao ser desencadeado o Movimento e, também, pela perda do apoio que tinham na Presidência da República. Tudo que eles faziam contavam com o apoio do Governo. É aquela história do "já temos o Governo, falta-nos o Poder".

Quais os principais líderes, civis e militares, da Revolução de 31 de Março de 1964?

No Estado da Guanabara, já extinto e que abrangia a Cidade do Rio de Janeiro, era o Carlos Lacerda. Apesar de ter sido um líder da Revolução, no transcurso da Revolução criou problemas. Tinha outras ambições políticas. Carlos Lacerda, realmente, era um líder político, como hoje não existe mais. Tinha uma dialética clara, capaz de destruir tudo e de arrastar multidões.

O Governador Magalhães Pinto posicionou-se com firmeza pela Revolução, em Minas Gerais, e foi um dos líderes de 1964. Colocou, inclusive, a Polícia Militar do Estado ao lado do Exército. Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros, um homem inteligente e esperto, também, mas que, é inegável, ajudou 100% o Exército. Podemos fazer-lhe restrições, mas, nessa hora, demonstrou coragem política e ficou com a Revolução.

E, no Rio Grande do Sul, o Governador Ildo Menegheti.

Essa gente deu real apoio à Revolução, enquanto, de outros governadores, não se sabia muito bem qual seria a atitude.

Creio que esses que citei foram os principais líderes civis, aqueles que tiveram, vamos dizer, um peso ponderável no transcorrer dos acontecimentos. Mas, evidente, houve outros líderes que, no momento, não me vêm à mente.

Entre os militares o senhor já citou vários, mas gostaria que agora fossem repetidos.

Entre os militares há uma gama deles. Já falei no General Castello, no General Costa e Silva, no General Orlando Geisel e, também, no General Ernesto Geisel.

Foram meus chefes e desfrutei da satisfação, honra e privilégio de ter tido a oportunidade de servir com esses homens. Na minha carreira, aprendi bastante com eles. O País, não só o Exército, deve muito a esses líderes. Foram decisivos, de verdade.

Destaco, ainda, o General Muricy, que foi um chefe de primeira grandeza, no bojo desses acontecimentos; o General Syzeno Sarmento e outros.

E com o General Muricy, lá em Minas, o Marechal Denys.

O Marechal Denys, chefe experiente, que soube posicionar-se. Estava cometendo "o crime" de esquecê-lo. Servi com o Marechal Denys no Comando da Zona

Militar do Leste, atual Comando Militar do Leste, e, depois, com a ascensão do mesmo ao cargo de Ministro, fui para o Gabinete, no qual permaneci até setembro de 1961. Assim, acompanhei-o em momentos cruciais da vida nacional, quando da crise política motivada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Bem, antes disso, nos fatos acontecidos após a eleição do Juscelino – e aí aparece a figura do General Lott – era major, adjunto da 4ª Seção da Zona Militar do Leste, chefiada pelo Coronel Syzeno, e posso afirmar que o Presidente Juscelino só governou porque tinha o apoio da Zona Militar do Leste, aqui no Rio. O General, depois Marechal, Denys tinha a guarnição do Rio de Janeiro "na mão".

Quando de serviço de permanência, durante a madrugada, ouvia-se a campainha do Quartel-General soando, avisando a guarda para entrar em forma; ia-se verificar e era o Marechal Denys que chegava. Vinha de correr as principais Unidades aqui no Rio.

Você tinha que se apresentar: ele estava deitado numa cama de campanha e, no escuro, víamos a brasa de seu cigarro – era um homem que fumava permanentemente. Era o Marechal Denys.

Nessa ocasião, era um legalista, mas o General Castello também era um legalista, e muitos oficiais também comungavam com esse espírito, porque é bom que se saiba, ninguém estava a fim de mazorcas.

A verdade é que se chegou a um ponto em que o próprio Governo se tornou ilegal, pelos seus atos.

A Revolução de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo? Os Estados Unidos tiveram alguma participação?

Esse é um problema político, evidente. Todos sabem que os Estados Unidos eram e são uma potência mundial e vivia-se a época da bipolaridade. Do outro lado, estava a União Soviética, que não existe mais. Então, o Brasil tinha uma posição de importância, atestada por frase que ouvi do próprio Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, na Casa Branca, em Washington – na ocasião o Presidente era o General Garrastazu Médici: "para onde for o Brasil, irá a América do Sul". Diga-se, por oportuno, que ali fui presente por ser o Chefe da Comissão Militar Brasileira, em Washington.

Admite-se, pois, que estavam informados sobre o que ocorria, não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. Havia troca de informações.

Troca de informações sim, mas quanto a algum apoio?

Consta que o Embaixador dos Estados Unidos da América, Lincoln Gordon, considerando que poderia faltar petróleo, no caso do prolongamento da crise con-

seqüente do Movimento revolucionário, porque, na ocasião, a nossa produção era muito pequena, teria sugerido prestar esse tipo de apoio. Aí, teria vindo uma fração de uma Esquadra do Atlântico Sul, com suprimentos, para o caso de necessidade, mas que não chegou a entrar em águas nacionais, porque a Revolução, de imediato, tornou-se vitoriosa. Nada disso foi comprovado.

Servia, na ocasião, em nosso País, o Coronel Vernon Walters, adido militar junto à embaixada americana e cheguei a vê-lo na D/2.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" do João Goulart?

O General Meira Mattos abordou muito bem essa questão, quando declarou que a situação criada pelo Presidente, decorrente das atitudes por ele tomadas, foi de tal ordem negativa, que seria viável afirmar que ele, João Goulart, praticamente estava praticando suicídio. Isso porque, ao jogar os sargentos contra os oficiais, jamais poderia contar com esquema algum, nem mesmo com os próprios militares que com ele serviam.

Nessa hora devemos destacar o General Amaury Kruel que, apesar de amigo pessoal do Jango, era um soldado, e foi contrário àquelas medidas que feriam a disciplina militar. Assumiu o comando do II Exército, tornou-se uma dúvida, naquela hora da eclosão do Movimento, mas aliou-se aos demais revolucionários. Não citei o seu nome entre os líderes militares, mas faço-o neste momento. O General Kruel foi um líder, também, e sua decisão em posicionar-se a favor do General Castello e do General Costa e Silva, assumiu importância capital. Afinal de contas, eram colegas de turma.

Não se deve omitir, outro ponto, que concorreu para as dificuldades de funcionamento do "esquema militar" governista, pois tem a ver com o isolamento de Brasília. Aquele movimento dos sargentos aconteceu pela precariedade das ligações. Então, veja bem, todo fim de semana havia uma "revoada" de Brasília para o Rio de Janeiro. Nada funcionava, porque o centro das atividades, o centro nevrálgico estava aqui, no Rio de Janeiro.

O emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a favor da Revolução de 1964, foi correto?

Creio que o General Médici agiu como Comandante. Possuía sob seu comando uma tropa de escol, altamente instruída, e tinha que se posicionar. Estabeleceu ligação efetiva com o General Kruel, ao qual prometeu apoio, do mesmo modo que tinha ligação com o General Âncora, que era o Comandante do I Exército, sediado

no Rio de Janeiro. Além de evitar, com sua decisão, um possível choque entre os I e II Exércitos, que marchavam um na direção do outro, soube, com habilidade, realizar, na AMAN, o encontro entre os generais Kruel e Âncora, encontro que encerrou qualquer tipo de hostilidade no Vale do Paraíba.

O General Médici nunca exporia a mocidade militar brasileira a um desastre militar. Ao decidir empregá-la, fê-lo sabendo, *a priori*, a decisão do General Kruel, favorável ao Movimento revolucionário. Seguramente, não aconteceria aqui o desastre da "escola militar francesa de Saint-Cyr", quando empregada e dizimada, na batalha de Char-Le-Roi[1], ao Sul da Bélgica, em 1914, na Primeira Grande Guerra. O General Médici era um chefe e fez o que devia fazer.

Qual a sua apreciação sobre o aspecto "chefia e liderança", do lado da Revolução?

Já citamos os líderes, como os generais Médici, Castello, Costa e Silva, Muricy, sem omitir o General Adalberto Pereira dos Santos, lá no Sul, homens que chefiavam, comandavam, lideravam.

Essa liderança faltava no tal "esquema militar" do Jango, o senhor não concorda?

Voltando ao General Muniz Aragão, presenciei sua ação na Vila Militar, ao assumir o comando da Brigada Pára-quedista – na ocasião era Núcleo da Divisão Aeroterrestre. O comandante em exercício, General João Costa, foi praticamente destituído, embora tenha se apresentado, no outro dia de manhã, ao General Geisel por ter passado o comando ao General Aragão.

Registro um fato interessante, até hilariante, passado com o General Muniz Aragão. Chegou um informe de que estaria ocorrendo uma reunião suspeita no Clube dos Sargentos da Vila Militar. O General Aragão não conversou, entrou no jipe e cruzou a ferrovia, pela passagem de nível da estação da Vila Militar – o QG/GUEs era em Deodoro e o clube ficava naquela estrada São Pedro de Alcântara.

O General Aragão, aquele imenso homem e com um enorme bastão de comando na mão, adentrou a reunião. Sem delongas, mandou recolher todos os sargentos, presos, ao Regimento Andrade Neves (2º Regimento de Cavalaria de Guardas). Veja bem a delicadeza da situação: os sargentos recolhidos presos ao Regimento Andrade Neves. A situação na Vila era de calma, os comandantes, todos, tinham-se apresentado ao General Geisel.

No final da manhã, as famílias dos sargentos ficaram sabendo, pois os mesmos não foram almoçar, e formou-se uma fila no portão das armas do Regimento

---

[1] Char-Le-Roi – Cidade centro-sul da Bélgica, local da 1ª Batalha da Primeira Guerra Mundial.

Andrade Neves. O Comandante da Unidade, Coronel Anísio Rocha, oficial da Arma de Cavalaria, porte atlético – embora fosse do "esquema" – estava com o General Aragão. Logo a notícia chega ao QG/DI e o General Orlando Geisel ordena que eu vá resolver o problema. Busco contato, inicialmente, com o General Aragão, no QG /GUEs, mas encontro-o descansando e o Coronel Freitas Lima não quer chamá-lo.

Resolvi falar com o Anísio. Lá chegando, o coronel disse que recebera ordem de prendê-los, mas que não havia nada com eles: eram o Presidente, o Vice-Presidente, o Tesoureiro etc. do clube, que estavam reunidos para passar os cargos da administração daquela organização em decorrência da mudança do comando da Vila Militar o que seria uma norma. À essa altura, já sabia, também, da inocência deles. Ponderei ao Anísio que, como nada havia contra os sargentos, poderia liberá-los e comunicar ao General Aragão, até porque o General Geisel não desejava esse tipo de problema na Vila Militar, principalmente naquela hora em que todos precisavam estar unidos. O coronel tergiversou um pouco, mas concordou comigo e liberou os sargentos.

Quando o General Aragão soube do fato, vou-me permitir uma expressão febiana, a "cobra fumou". Não tive mais notícias. Comuniquei ao General Orlando Geisel que tinha mandado soltar os sargentos e ele disse que eu deveria cientificar a solução ao General Aragão, pois todos conhecíamos o general e era preciso cuidado para não feri-lo. Veja bem a situação de um oficial de estado-maior. Disse ao General Orlando que, sem dúvida, falaria com o General Aragão. Não consegui contato e, portanto, prossegui nas minhas tarefas. À noite, estava de serviço de permanência no QG/DI, e ouvi um barulho na escada – havia grampos metálicos que prendiam o tapete nos degraus. Era o General Aragão que entrou na sala de reuniões, com o seu famoso bastão de comando na mão, e permaneceu tirando uma "pestana". Resolvi entrar, fazendo algum barulho – ele era meio surdo – logo despertando-o, e após pedir licença, expliquei-lhe a história. Respondeu-me que, apesar de tudo, o Anísio não poderia ter tomado tal atitude, sem primeiro falar com ele.

O episódio foi encerrado nessa conversa; não sei, depois, o que aconteceu com o Anísio. Foi um incidente que mostra a delicadeza de certas medidas, mas que têm que ser tomadas, a despeito das sutilezas; por outro lado, o oficial de estado-maior deve tomar a si a responsabilidade e acatar a ordem. Eu a cumpri, acabou a prisão dos sargentos.

Mais tarde, ficou esclarecido que teria havido um mal-entendido na informação que chegara ao QG/GUEs. A reunião estava sendo realizada na sede do Clube dos Sargentos localizada no bairro do Rocha e não no clube da Vila Militar.

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

O objetivo estratégico era levantar, despertar e carrear os integrantes das três Forças Armadas e a população para o objetivo final, que era a deposição do Governo Goulart. Era o que se tinha em vista e o que, realmente, o General Mourão conseguiu, ao desencadear o Movimento.

Neste momento, gostaria de registrar a atuação decidida, também, do então Coronel Meira Mattos que, sem esperar ordem, marchou na direção de Brasília.

Outros fatos foram vividos por mim, na Vila Militar.

Recebi a determinação, por exemplo, do General Orlando Geisel, de ir ao Parque de Motomecanização que estava abandonado. Com os devidos cuidados, aproximo-me do portão das armas, determino que os jipes, eram dois, parem e acendam as luzes. Nisso vem um sargento que tinha servido comigo no Batalhão Suez – por isso o General Geisel levou-me para a Vila Militar, por minha experiência – e perguntei o que havia. O sargento, que era de outra Unidade responsável pela guarda, respondeu que estava, justamente, esperando alguém, pois o quartel estava vazio, sem ninguém.

O Coronel Cerveira, já falecido, Chefe do Parque de Moto, que era comunista, abandonara a Unidade, tendo antes cedido todas as viaturas para o Destacamento Cunha Mello, formado para confrontar-se com as tropas do General Mourão, vindas de Minas. Determinei ao sargento que permanecesse na guarda da Unidade e, no dia seguinte, de manhã, chegou novo comandante.

O Ivan de Souza Mendes teve que ir a Santa Cruz para acionar o comando do Batalhão de Engenharia. Lembro-me de que conversei com o Ivan: "Ivan, você é de Engenharia, portanto, terá maiores facilidades de entendimento." O Comandante do Batalhão era do "esquema", mas sem saber o que estava fazendo – esqueço o nome dele, já faleceu.

Com a Revolução, robusteceu-se a coesão e a união dentro das Forças Armadas?

Claro, porque naquele período, vamos dizer, o clima de desconfiança existente, aos poucos, foi desaparecendo, pois não havia mais motivo. Esse foi um momento desagradável que vivemos, de não poder falar, como estamos falando aqui, entre camaradas.

Vou contar um fato. Vindo do estágio feito na 3ª Divisão de Cavalaria, em 1954 – veja bem, em 1954, no início do ano seguinte, sou transferido para a Zona Militar do Leste, e vou ser adjunto do meu Comandante de Batalhão na Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Coronel Syseno Sarmento.

No dia 24 de maio, na homenagem a Osório, na Praça XV, no Rio de Janeiro, não estava sabendo da efervescência política que tomava conta dos quadros naquela ocasião, era um negócio muito sério, e troco umas palavras com um oficial de Artilharia,

o Carlos Molinari Cairoli, um homem inteligente. Nem bem acabei de falar, ele me diz: "Campello, quero te dizer uma coisa: estou com o General Lott." Não entendi, aquilo passou. À tarde do dia seguinte, fui chamado pelo Coronel Comandante do Batalhão de Infantaria Blindado de São Cristóvão, que me perguntou: "Você falou isso assim, assim?" Respondi: "Coronel, o senhor vai me perdoar, claro que falei, sou soldado, mantenho a minha palavra, o senhor vai me desculpar, mas vou comunicar este fato ao meu chefe de seção." E levei o assunto ao conhecimento do Coronel Syzeno, e aí, então, fui esclarecido sobre as ligações, os grupos que se formavam, que discordavam, nessa ou naquela direção. Isto é um exemplo dos tais pródromos a que todos se referem. Veja as dificuldades por que passavam os oficiais mais modernos, inclusive na tropa.

Esse é o mal da política dentro das Forças Armadas...

Desastroso.

E o camarada para sobreviver, para superar isso, precisava ter calma, discernimento, e chefes. Aí acontece o quê? O General Syzeno Sarmento, meu coronel chefe de seção, no episódio do Cruzador Tamandaré vai juntar-se ao grupo revolucionário – e me dá ordem pelo telefone: "Ruy, você ponha a sua túnica e vá apresentar-se ao QG da Zona Militar do Leste. Veja bem, não vou fazer nada contra o Marechal Denys, mas vou para São Paulo."

Tive sorte, porque me conduzi acertadamente, e como um homem da 4ª Seção, um major que fazia tudo. Sabia das viaturas, da gasolina, dos suprimentos, os recursos de todas as Unidades, conhecia o plano de transporte, em caso de eclosão de um problema qualquer, trabalho feito por mim. Ficava tudo nas minhas mãos e também nas do Tenente-Coronel Siculo Perlingeiro que tinha solicitado transferência do QG. Permaneceu só o adjunto. Então eu era "o homem", embora não estivesse de acordo com determinadas coisas. Mas o que iria fazer? Fiquei lá, cumpri a missão, e depois o tempo encarregou-se de indicar-me outros rumos.

O Movimento de 31 de Março tinha ideologia? Caso positivo, qual era a ideologia?

O Movimento visava a marcar uma posição contrária ao marxismo, portanto voltado para a defesa da Democracia, na qual vivíamos e fomos educados.

Nunca, em hipótese alguma, aceitaríamos adotar uma posição favorável ao marxismo ou algo dessa ordem, pois tínhamos sido formados no ideal democrático.

A mídia apoiou o Movimento?

Naquela época não se usava o termo mídia, que é originário do inglês *media,* mas a palavra imprensa. Seu significado envolve todos os meios de comunicação, imprensa falada, televisada etc.

A mídia apoiou. Entretanto, é interessante destacar que, agora, criticam e posicionam-se contra o Movimento de 1964, quando todos conhecem os serviços que a Revolução prestou ao País. Outro dia, peguei o jornal *Estado de São Paulo*, num consultório, e vi um reclame, tenho-o na memória, citando a edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). A finalidade precípua do AI-5 foi proporcionar condições para o endurecimento de certas medidas, justamente para que se pudesse concretizar o processo revolucionário. Então, os homens do "Estadão" rememoram os fatos, dizendo que parte da imprensa aceitou a censura e as diretivas do comando da Revolução etc., mas que o "Estadão" não os tinha absorvido, e que naqueles espaços do jornal deixados pelo corte da censura, publicaram poesias – o reclame diz a quantidade – sendo que a maioria delas com trechos dos Lusíadas. Isso foi há poucos dias; comemoram as atitudes tomadas pelo *Estado de São Paulo*.

Entretanto, esse jornal apoiou a Revolução, e *O Globo* a mesma coisa. Inclusive, a Revista do Clube Militar publica, neste último número, um editorial do *O Globo,* datado de 1984, portanto vinte anos depois, a favor da Revolução.

O termo revolução está correto? Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Esse termo – revolução – se consultarmos o "Aurélio", verificamos tratar-se de um movimento que visa a modificar o *status quo* com o emprego da força, mas que eu complementaria com um "se necessário". Em 1964, houve uma revolução no processo político, sem derramamento de sangue. Felizmente, não houve necessidade disso, e chamou-se de Revolução.

O povo apoiou, pois queria tranqüilidade e liberdade para tomar a sua condução e ir para o trabalho, receber o seu salário, comprar os gêneros de que precisasse ou que pudesse comprar e não aquela história de que "hoje não tem gás, amanhã não tem bonde, hoje falta arroz..." Isso não é vida!

Lembro-me de que, naqueles dias antes da eclosão da Revolução, tínhamos uns postos de comando e controle, onde trabalhavam oficiais ligados ao Movimento, localizados em determinados apartamentos, na cidade. No dia 31 de março, junto com outros oficiais, estava num desses locais, que depois soube pertencer ao General Intendente Xexéo, na época, Diretor de Intendência do Exército. O Xexéo estava em Brasília e residia no apartamento do Darcy Lázaro, seu cunhado.

Quando houve a notícia da eclosão da Revolução – porque as rádios estavam no ar, informando sobre o movimento da tropa de Minas Gerais e a fuga do Presidente – os apartamentos daquela rua, cujo nome não me lembro, ficaram regorgitando de gente na janela, batendo palmas, uma reação popular espontânea.

Nós descemos para ver e, a seguir, rumamos para o Quartel-General. Corria a tarde do dia 31 de março.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não era propriamente um governo militar. Mas, não se pode negar que o governo tinha um reforço muito grande daqueles homens, daqueles chefes militares, de confiança de cada um dos presidentes. Técnicos, altamente categorizados, em condições de cumprir as missões que lhes eram dadas. Mas, não era um governo militar, na acepção do vocábulo. O Congresso – a Câmara e Senado – continuaram em pleno funcionamento.

Qual a sua visão sobre os vinte anos de Revolução?

O Brasil não parou. O País foi marchando, nas sendas do progresso. De 1964 a 1985 o desenvolvimento foi notável, em todos os sentidos, na educação, nos transportes, nas comunicações, na energia. Foi um período de tranqüilidade de que desfrutamos. Mas chegou o momento em que o processo revolucionário esgotou-se, e não havia mais condição de prosseguir. Outros caminhos deveriam abrir-se ao País, mesmo porque a opinião pública internacional pressionava e criava dificuldades.

Na sua opinião, por que razão os sucessos obtidos pela Revolução – a década de 1970 por exemplo, considerada como a melhor de todas da História do Brasil, em termos de sucesso econômico – não aparecem, não são ventilados?Por que as novas gerações de brasileiros não têm conhecimento disso?

O problema é o seguinte: uma vez substituídos aqueles homens que estavam ligados diretamente à Revolução de 1964, os grupos de oposição, já no Governo, procuram denegrir o trabalho dos que os antecederam.

Agora, não sei por que esses brasileiros que assim procedem, agem dessa forma, ou seja, puro "revanchismo". Os homens que governaram o Brasil, na fase revolucionária, procuraram dar o melhor de si para o desenvolvimento nacional, decisão elogiável, não resta dúvida alguma. A Revolução aconteceu forçada pelos próprios desmandos de homens irresponsáveis, muitos dos quais ainda estão por aí, fazendo parte do Governo atual. Eles foram agentes da baderna.

Na sua opinião, a Revolução cometeu erros? Se houve, quais foram eles?

Todo governo comete acertos e erros. Mas não poderia dizer "só cometeu erros". Citaria, como um deles, a sua duração por mais tempo que o necessário.

Outro problema muito grave foi justamente o que ocorreu no Governo Costa e Silva, a partir da edição do Ato Institucional Nº 5, relacionado com as cassações. Nós falamos em "revanchismo"; houve gente que se valeu daquele instrumento para vingança.

Quero citar um fato, para mostrar um pouco do que foi o General Costa e Silva, um soldado investido na Presidência da República, como aquele homem chefiou o processo revolucionário. Respondia pela Divisão de Informações e fui ao Palácio Laguna com processos de cassação de oficiais da Escola de Sargentos das Armas, para decisão do Ministro Costa e Silva. Os processos eram resultados de inquéritos feitos pela Comissão de Investigação Sumária. Havia outros mais.

O Ministro me recebe – eu levava o expediente de manhã – vê e suspira: "Mas Campello! Esses moços... o Exército precisa deles, eles não sabem de nada." Nessa hora, o assistente do Ministro entra em ação, influenciando, favoravelmente, pela cassação. Era um erro da Revolução. Mas, nesse instante, o Ministro afasta-se para atender um telefonema – naquela época não existia telefone sem fio. Aproveito, então, para admoestar o assistente: "Seu 'fulano' faça o favor de não se meter, de não meter o 'bedelho' aqui. O Ministro é o juiz, e eu sou o responsável pelo expediente que trago em mão. Você cale a boca."

O Ministro retorna e pergunta: "Campello, o que é que você acha? O Exército vai perder esses meninos, não gostaria de assinar isso. O que é que você acha?" Respondi: "Creio que o senhor tem toda a razão." E ele acabou não assinando. Esse é o papel do oficial de estado-maior. Acho que é importante registrar o fato que mostra a figura do Chefe General Costa e Silva.

O General Castello atuou da mesma maneira, porque, em algumas ocasiões em que o General Costa e Silva concordou com a cassação, o General Castello, na Presidência, "lá em cima", quando conhecia melhor os homens do que o Costa e Silva, não assinava.

Nessa questão, foram cometidos, com toda a certeza, alguns erros.

Outro ponto em que elementos ditos revolucionários foram além das suas atribuições diz respeito ao problema dos Centros de Operações de Defesa Interna/ Destacamentos de Operações de Informações (CODI/DOI). Eles não foram responsáveis; o erro foi colocar o Exército em missões de polícia, advindo com isso uma deterioração dos princípios morais de nosso pessoal, porque eles foram trabalhar com gente de outra formação. Foi um prejuízo para a oficialidade mais jovem.

E que até hoje tem repercussão.

Isso calou fundo, foi um erro nosso. Em outros aspectos, nos campos político, econômico, social etc., o saldo do período da Revolução foi mais do que positivo.

O senhor acha que as Forças Armadas tiraram proveito da situação?

Negativo!

O Exército sempre deu "a mão a cortar" e até hoje tem sido assim. Nunca exerci alguma função fora do Exército, nos meus quase 47 anos de serviço.

E dentro desse aspecto, na verdade se falava em máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança, então até fomos prejudicados.

E temos sido até hoje, porque muitos não entendem que as exigências da segurança precisam ser olhadas criteriosamente; o Brasil tem expressão, e não podemos ficar de braços cruzados. Os tempos passam, os fatos evoluem. Tivemos oportunidade de trabalhar com outros Exércitos, de andar fora do País, em missão, então concluímos sobre nossas necessidades. O Exército é um dos estamentos da nacionalidade, não podemos deixar isso à parte.

Nós somos avessos à comunicação social, como é que o senhor vê isso?

Isso seria um demérito, seria um engano, seria um erro, porque o Exército não deve recolher-se e permanecer no anonimato, como está acontecendo, isso é estultice. Aqui no Rio é diferente, mas em muitas guarnições sabe-se que o Exército é parte importante da vida local. Comandei, em Pelotas, a 8ª Brigada. O General Adalberto, Vice-Presidente da República, esteve lá e perguntou-me: "De onde é que você tirou tanta tropa? Respondi: "General, sou Comandante de uma Brigada, então, não posso trazê-la para apresentar-se e prestar continência ao senhor? A população de Pelotas nunca viu isso."

Passei lá um ano, quase dois, era absolutamente o "dono do lugar", e a Brigada executou duas manobras no terreno, com tiro real. O Grupo de Artilharia só fazia exercício de tiro lá no Norte do Estado, em São Jerônimo.

O Comandante da Brigada colocou a GU em Pinheiro Machado. Dois anos seguidos, duas manobras. Na primeira, 90% das espoletas do Grupo falharam. Por quê? Não eram utilizadas, não atiravam, a Região recolheu tudo. Mudou o Comandante e no outro ano veio a munição nova. O Comandante da Região chama o General: "Mas Campello, como é que acontece isso, você não tem gasolina? Não, eu tenho gasolina." E saiu outro exercício. O General Mourão comandava a Divisão.

Atiraram, todas as armas, tudo bonito. Então, o Exército pode atuar, tem que realizar seu trabalho, é disso que precisamos. Os grandes políticos nada faziam, vinham ao QG do General denunciar uns aos outros.

Então esclarecia: "Não estou aqui para fofoca, minha tarefa é comandar a Brigada, você vá reclamar isso lá na Prefeitura, ou com o Governador do Estado, não entro nesse negócio." Aproveito para lembrar que no dia 7 de Setembro, em Pelotas, Dom Chemello – religioso de alta hierarquia da Igreja – não quis rezar a missa da

Independência, que normalmente é celebrada, dizendo que "o Brasil não era um País independente". E ele está aí, Dom Chemello.

Essa é a parte da Igreja de passeata, os "progressistas"; esses homens são deletérios, mas estão aí.

Quanto às ações de guerrilha e terrorismo, quais foram as conseqüências? Qual era o objetivo desse pessoal? Recebiam apoio externo?

Acredito que havia apoio externo. Eram ações altamente prejudiciais ao Governo. Veja bem, no seqüestro do embaixador americano – eu era o E3 (Chefe da 3ª Seção, de Operações) do I Exército, na ocasião – o Governo foi desmoralizado, e esse era o objetivo deles.

Um detalhe interessante, para ver como são as coisas. Dentre os presos trocados por um dos embaixadores seqüestrados, estava um capitão. Servira no Batalhão de Guardas, onde assisti várias vezes aos exercícios de alarme em que ele atuava. Aquele homem dava serviço de permanência, com acesso à mesa do Chefe de Estado-Maior do I Exército. De repente, descobriram uma correspondência pessoal que o incriminava. Preso – era um camarada moreno, forte – veio aquele espanto: "mas como! aquele fulano!" Ninguém sabia de nada, veja o perigo.

É um fato real que pode ser comprovado. Não sei o seu nome, mas está registrado entre os elementos trocados, consta o capitão Fulano e ele deve estar por aí, porque foi anistiado, já voltou, passado o tempo. O que aconteceu em 1935, exatamente isso, pode acontecer a qualquer hora.

Eis uma razão para o cumprimento de uma medida de segurança sem afrouxamentos.

A Revolução cerceou a liberdade de tal modo que justificasse essa forma de atuar dos opositores ao regime? Havia falta de meios para questionar ou dialogar com o Governo, obrigando-os à luta armada?

Sofriam vigilância e controle, mas, através da imprensa, tinham voz – havia declarações da imprensa contrárias ao Governo, aqui e ali apareciam, pois a censura existente não era 100% efetiva. Recebiam recursos originados do exterior, essa é a verdade.

Creio que o surgimento de guerrilhas no País, as tais tentativas para criar "zonas liberadas", e aqui é preciso salientar a imensidão territorial brasileira como fator que favorecia a montagem das mesmas, foi um dos fatos que levaram à aprovação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). O Governo, para combatê-las, não poderia fazê-lo, vamos dizer, através do diálogo, que não convence a todos, talvez alguns,

os mais cordatos, mas aqueles que são fanáticos... Veja bem o que ocorre no mundo hoje. O fanatismo é algo que não tem limite.

O senhor acha que foi necessária a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)? E quanto aos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)? Qual a sua opinião a respeito?

A destruição do Sistema Nacional de Informações é um crime.

A cadeia de informações do Exército, por exemplo, tem que funcionar, pois o comandante não pode tomar uma decisão sem estar bem informado. O desmoronamento do esquema governamental de Jango aconteceu porque eles estavam mal-informados.

Quanto aos DOI/CODI, embora com uma participação muito importante em momento extremamente difícil, houve uma expansão de ações indevidamente executadas. Eis um fato para ilustrar. Determinada manhã, cheguei ao Regimento Sampaio e encontrei o xadrez com muitos presos. Dentre os presos, não havia um soldado do Regimento. Soube que fora ordem do oficial de permanência da DI para que fossem recolhidos ao xadrez. Eram todos jovens, estudantes.

Conversei com eles e afirmavam que nada tinham feito. É sempre assim, afinal estão mal-orientados. Mas, deixá-los, ali, jogados no chão, eles ficariam revoltados pelo resto da vida. Falei com o Comandante da DI, General Castilho, já falecido, e ponderei a retirada dos presos, mencionando que a DI dispunha de uma Companhia de Polícia, o xadrez do Regimento não tinha condições para recebê-los e que não era conveniente mantê-los comigo. O General relutou um pouco, a princípio, mas acabou concordando e acionou a Companhia de Polícia para tomar providências.

Então, por tal razão, registro que, sem controle ou a assistência do comando superior, podem ocorrer excessos. E isso cala fundo.

Hoje, muito se fala em "anos de chumbo", "ditadura militar" etc. Fazem parte do "revanchismo"?

Não tenha dúvida e já está mais do que *demodé*. Acho isso falta de assunto, falta de argumento, porque em todos os países as crises existem, são vividas, passam e o país continua. São exemplos a Revolução Francesa e a Comunista. Agora, aqui, tudo lançam contra o Exército.

Pensamos, o sujeito vai dizer hoje que foi um crime a destruição do Arraial de Canudos, um genocídio. Querem reescrever a história, denegrindo aqueles que realmente construíram a nacionalidade. Está faltando à mocidade de hoje a educação moral e cívica, que antigamente, no ginásio, aprendíamos. No Exército,

incutimos esse espírito no nosso soldado. É o que está faltando, e o Brasil precisa desta mensagem.

A conjuntura internacional acelerou a "abertura"? Como o senhor analisaria a "abertura" do Governo Geisel? O Governo Figueiredo tinha condições de continuar?

O General Ernesto Geisel era um homem de grande inteligência, de grande visão. O então Coronel Ernesto Geisel foi meu chefe, fui adjunto dele na 2ª Divisão de Informações. Conheci-o muito bem, tive a honra de servir com ele, foi o último homem que me ensinou alguma coisa.

Ele estava certo, tinha que haver uma abertura, e na conjuntura internacional no concerto das nações, o Brasil estava sendo prejudicado.

Então era necessária – lenta, gradual e segura – para permitir que se voltasse ao *status* anterior, mas não àquele processo de corrupção que precedeu a Revolução.

Foram homens, inclusive, que saíram do Governo como tinham entrado, você não aponta nenhum deles numa CPI –Comissão Parlamentar de Inquérito – nenhum.

Todos saíram pobres.

Pois é. Permitam-me contar aqui um pouco da minha vida, porque vivi junto com eles.

Quando terminei a Escola Superior de Guerra, depois do Comando da Brigada, colocaram-me como Diretor do Pessoal Civil. Na Diretoria, aprendi muito. Recordo-me de que, certa vez, fiz um expediente para recompletamento de pessoal civil, e no estudo que foi realizado na Diretoria, examinamos a possibilidade de nomear, para determinadas funções, ainda que não na quantidade de que precisávamos.

Descobrimos que existiam recursos, inclusive, que o Exército não estava utilizando. E o estudo bateu "na mão" do Ministro – outro homem de quem não falei, o General Frota, um Chefe que deve ser citado, porque, também, soldado, chefe e líder. O Ministro impedido por um problema que não vem ao caso, fez com que o expediente fosse levado pelo seu assistente para o Presidente despachar.

Só para não ficar a dúvida, o problema foi do Frota com o Geisel, não é?

Exatamente.

A discordância.

O General Frota desentendera-se com o Presidente, e então não comparecia ao despacho. O coronel que levou o expediente está aí, é membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. O Presidente da República, General Ernesto Geisel, perguntou: "Quem é que fez isso?" O assistente do Presidente da República, General Hugo Abreu, informou: "Foi o General Campello."

O Presidente despachou: "Aprovo" e lá estava o despacho no canto superior direito do ofício com a assinatura – E. Geisel.

O Ministro do Exército tinha me dito que não adiantaria, que não iria acontecer nada, porque o Presidente não assinaria, e eu insisti. Mas o General Geisel conhecia bem o Exército e seus oficiais.

Quando o expediente voltou, aprovado, o Ministro me chamou, e perguntou: "Mas Campello, como é que conseguimos isso?" Respondi: "General, o senhor tem ou não tem um chefe, um Diretor de Pessoal Civil? Porque nós estamos aqui para ajudá-lo, para trabalhar, está aí o resultado."

General, com a queda do Muro de Berlim acabou o comunismo, ou qual é a situação do comunismo no atual contexto?

Uma ideologia, uma idéia, não se funde ou termina, permanece, pois há sempre seus fanáticos seguidores. Os problemas internos, na União Soviética, chegaram a um tal ponto que o comunismo faliu, econômica e politicamente. Apesar das mudanças de seus líderes, aquela gente toda – eles não puderam sustentá-los. Mas o comunismo em si, a idéia, esta não morreu, porque existem os doutrinados e ainda há outros iludidos com a política, em circunstâncias diversas.

As pesquisas de opinião têm mostrado o Exército numa posição importante, prevalecendo até sobre outras Instituições, mais de 80% de aprovação. Qual a sua opinião a respeito?

Vejo isso como natural, é o reconhecimento do trabalho que o Exército está fazendo e sempre fez. É pena que não possa ser maior, pelas dificuldades econômicas existentes, pelas possibilidades diminutas de incorporação de determinados cidadãos, que só teriam a lucrar com o serviço militar.

General, a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

O que eu tenho a dizer é que procurei responder às indagações com a maior sinceridade possível, e peço até que me desculpem se em algumas coisas fui prolixo, ao relatar determinados fatos.

Durante o meu tempo de serviço ao Exército, tive a maior felicidade na carreira profissional, e recebi o apreço de todos esses chefes aqui citados, com os quais convivi nessas ocorrências. E, como militar, orgulho-me de ter com eles trabalhado e servido, antes, durante e depois da Revolução, até a minha passagem para a reserva, em cumprimento de lei. Por isso, do Exército só tenho boas impres-

sões, pela vivência e amigos que fiz dentre os que comandei e que, vez por outra, ainda os encontro. E fui um homem de guerra...

5ª Companhia do "Sampaio".

Pois é, a 5ª Companhia do Sampaio.

Certa vez disse ao General Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior: "Aqui dentro há um major que é filho do meu cabo motorista na FEB. E ele disse: "Como, General? Mas que bonito vou mandar chamar o major!" E esse é o nosso Exército.

Pois isso é a felicidade! Guardo a mensagem que recebi daqueles com quem convivi e trabalhei, pois muito me ajudaram e não posso esquecer a vivência na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e em outras paragens de nosso Brasil; o Batalhão Suez, na Península do Sinai; e, em Washington como Chefe da Comissão Militar Brasileira.

É preciso que se relate com franqueza aquilo que se fez, sem querer deprimir ou assacar coisas contra os que já passaram, porque erros sempre ocorrerão. Afinal, todos trabalharam visando ao bem do Brasil e tenho a satisfação de ter com eles servido e colaborado.

General-de-Brigada Cid de Goffredo Fonseca

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu a função de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Cadeira de Geografia Política e Econômica, e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); comandou o Colégio Militar de Belo Horizonte; a 2ª Brigada Mista (Corumbá – MS); a 11ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas – SP) e, na reserva, chefiou a Agência do Serviço Nacional de Informação (SNI) em Belo Horizonte (MG).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra. No exterior, cursou, em Fort Leavenworth (EUA), o "Command and General Staff College".
- Em 1964, era estagiário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), servindo no Comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora.

Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2000.

É com muito prazer que participo deste Projeto, porquanto me sinto, de certa forma, orgulhoso por ter tomado parte no desembocar da Revolução de 31 de Março de 1964, de uma forma muito efetiva, já que, na oportunidade, servia em Juiz de Fora.

Lamento não ter possibilidade de reproduzir com fidelidade todos os acontecimentos vividos naquela ocasião, porque já se vão mais de 36 anos, o que pode explicar alguma falha de memória.

Que fatos o senhor gostaria de registrar, relacionados aos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, à sua eclosão, e depois às suas conseqüências?

Quero referir-me, inicialmente, ao ano de 1963, quando cursava o terceiro ano da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME). Naquela oportunidade, a Escola nos transmitia conhecimentos sobre guerra revolucionária e seus diversos estágios, conforme se desenvolviam no Brasil. Assim, conscientes da situação que vivíamos no País, acompanhávamos, exatamente, a condução do processo revolucionário comunista que estava sendo implantado.

Terminado o curso da ECEME, fui classificado em Juiz de Fora, na 4ª Região Militar (RM), no Quartel-General (QG). Apresentei-me no dia 5 de março de 1964, isto é, muito próximo do início da Revolução, e logo participei de uma manobra de quadros no Sul de Minas. Estranhei o fato de caber a dois estagiários, eu e o Major Ari Capella, a organização de, praticamente, todo o exercício, criando os incidentes que seriam desencadeados.

Entretanto, é que estávamos nas vésperas da Revolução e a execução da manobra visava, também, ao reconhecimento do eixo Belo Horizonte-São Paulo e à realização de contatos com os comandantes de organizações militares daquela região. A manobra terminou no dia 22 ou 23 de março. Antes de 31 de março iríamos passar, ainda, por algumas experiências muito interessantes.

No primeiro domingo de folga, viajei com minha mulher e filhos. Fomos a Barbacena, cidade de grata recordação para minha família: minha mãe fora criada lá, meu avô era professor do Colégio Militar de Barbacena, época em que minha mãe era mocinha; por isso queria rever a cidade de que minha mãe tanto gostava.

Procurei uma fazenda de cultivo de flores – Barbacena é conhecida pelas plantações e pelas flores – e fomos a uma, chamada Três Marias, cujas proprietárias eram três senhoras. Chegamos à sede da fazenda, batemos palmas, e uma delas nos atendeu muito gentilmente: "O senhor está vindo numa época muito ruim, estamos vivendo um momento de crise, o mato está tomando conta da fazenda, o meu capataz internou-se na floresta, porque disse que não quer ser comunista, e todo mundo vai ser comunista! Estamos envidando todos os esforços para buscá-lo. Mas o culpado

disso, meu senhor – disse ela para mim, sem saber da minha identidade – é o Exército Brasileiro que não dá um jeito nesse País." Ficamos, então, ouvindo aquela recriminação ao Exército que não tomava uma atitude, com relação àqueles acontecimentos.

Voltamos a Juiz de Fora e, no dia seguinte, ao passar pela praça principal, eram 7 ou 8h da noite, vi uma concentração humana, com tochas acesas, rezando, de uma forma muito emocionante, para a salvação do País.

Dois dias depois, Leonel Brizola iria fazer uma palestra num cinema de Juiz de Fora, e a população toda estava indignada, não queria de forma nenhuma a presença daquele cidadão. O que fez o General Mourão, que era o Comandante da 4ª RM? Simplesmente colocou-nos de prontidão, para que não houvesse nenhuma conotação, nenhuma participação do Exército naquele evento.

E, assim foi. A população civil "correu" com o Brizola e não o deixou falar. Seguiu-se a Semana Santa, aquele ambiente ainda extremamente conturbado, mas perguntei ao Chefe do Estado-Maior:

– Coronel, dá para eu ir ao Rio de Janeiro?

– Pode ir, não tem problema nenhum – respondeu-me.

Dessa forma, viajei, a fim de passar a Semana Santa no Rio de Janeiro. Saí de lá na noite de segunda-feira, dia 30 de março, em que houve a reunião de João Goulart com os cabos e soldados, no Automóvel Clube do Brasil.

Nessa oportunidade, estava na casa do meu sogro. Quando acabou a reunião, acordei a minha mulher e meus filhos, peguei o carro e voltei rapidamente para Juiz de Fora, porque, depois daquilo, ninguém mais podia esperar outra coisa, a não ser a nossa revolta contra a tal sucessão de ignomínias.

Cheguei à casa por volta das seis ou sete horas da manhã, uniformizei-me, fui para o quartel, e já tínhamos começado a Revolução. O General Mourão explicou-me o que estava havendo, e me mandou para a 3ª Seção do Estado-Maior, onde fiquei poucas horas, porque, logo depois, o próprio General Mourão disse-me: "Cid, você vai para o Destacamento Tiradentes, com destino ao Rio de Janeiro, vai integrar o Estado-Maior do Destacamento."

Lá pelas quatro horas da tarde, mais ou menos, já nos encontrávamos com todo o dispositivo pronto, o Esquadrão na estrada, deslocando-se em direção ao Rio de Janeiro, fazendo a vanguarda, quando dirigi-me ao gabinete do General Mourão, a chamado dele. Nesse momento, o telefone tocou e o Major Antônio Cúrcio Neto, que era o assistente do General, atendeu e disse: "É o General Castello." O General Mourão atendeu, e pelo que pude deduzir, do que ouvi, informava ao General Castello que não podia mais retornar, que já estava com a tropa toda na rua, e não havia mais nenhuma possibilidade de voltar atrás.

Parece-me que o General Castello insistia que tinha havido uma precipitação, vamos dizer assim, ou um adiantamento em relação à hora de começar o Movimento; foi isso que percebi da conversa do General Mourão com o General Castello Branco.

Logo após, chegou o General Muricy, do Rio de Janeiro, acompanhado do Tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde veio a ser o Ministro do Exército. Vieram, também, o Tenente-Coronel Heitor de Caracas Linhares e o Major Alísio Sebastião Mendes Vaz que compunham – vamos dizer assim – o seu Estado-Maior.

A preocupação inicial que percebi no General Muricy, com relação ao nosso eixo de atuação para o Rio de Janeiro, era a possibilidade de uma intervenção da tropa que viesse de São Paulo, na região de Três Rios, utilizando para tal a ligação que passa por Volta Redonda e vai atingir a Rodovia Presidente Dutra. Havia a intenção de fazer a cobertura em face dessa direção.

No fim da tarde de 31 de março, o General Muricy se deslocou com a tropa, pela estrada, em direção ao Rio de Janeiro, e determinou que eu permanecesse em Juiz de Fora, para receber um Batalhão, do 12º RI que estava vindo de Belo Horizonte para Juiz de Fora.

Esse batalhão chegou por volta de nove horas da noite, mais ou menos, um pouco desequipado, despreparado, pois, na verdade, estávamos vivendo o início da instrução militar. Veio sem armas coletivas, só armamento individual; tivemos dificuldade também para alimentar a tropa. Ainda providenciei a distribuição de metralhadoras, morteiros e munição, recebidos do Depósito Regional de Armamento. Surgiu um problema de abastecimento, porque as viaturas vieram com os tanques vazios e verifiquei que o rendimento de uma bomba de gasolina civil era extremamente pequeno para uma operação militar – um conta-gotas reduzido.

Lá pelas duas horas da madrugada o batalhão deslocou-se, para reforçar as tropas comandadas pelo General Muricy, que desciam em direção ao Rio de Janeiro, e eu também segui para integrar-me ao Destacamento.

O primeiro contato do Destacamento foi com o Batalhão de Petrópolis – esse eu não vivi, porque estava na preparação do batalhão do 12º RI. O encontro que presenciei foi com um batalhão do Regimento Sampaio, comandado, na época, pelo Coronel Raimundo.

Ele vinha formando um grupamento tático, com um Grupo 105 do Regimento Floriano, da Vila Militar.

Nesta oportunidade – vivi esse problema – conseguimos colocar o Marechal Denys, que já se encontrava em Juiz de Fora, no QG, sabendo da presença do Regimento Sampaio, diante de nós, em comunicação com o Coronel Raimundo,

Comandante da Unidade, pelo Seletivo da Central do Brasil. O Marechal Denys manteve um contato importantíssimo com o Coronel Raimundo: "Raimundinho, venha para o nosso lado!" E o Coronel passou para cá, integrando-se ao nosso grupamento. O Coronel Raimundo havia sido Assistente-Secretário do Marechal, pelo qual tinha um especial apreço e admiração.

O Grupo do Regimento Floriano quis voltar, não quis incorporar-se à tropa, mas, nesse momento, o General Muricy agiu com muita rapidez, colocou um caminhão interceptando a estrada, e o Grupo permaneceu conosco.

O Destacamento prosseguiu sua marcha e, algum tempo depois, fizemos contato com um batalhão do 2º Regimento de Infantaria e um Grupo de Artilharia, possivelmente o outro Grupo do Regimento Floriano. Estas Unidades, realmente, se desdobraram à nossa frente, ocuparam posições, armas coletivas e tudo mais. Estava chefiando o Grupamento Tático (GT) oponente o General Cunha Mello.

Houve conversações entre o Estado-Maior dele e o nosso, mas acredito que, àquela altura dos acontecimentos, o fator decisivo foi a própria renúncia do Comandante do I Exército e ministro interino. Vivíamos a tarde de 1º de abril.

Nessa altura, o 2º Regimento de Infantaria ou um dos seus batalhões – não estou bem certo – entrou em forma e voltou para o Rio, não se alinhou conosco, bem como o outro Grupo do Floriano. Nós prosseguimos.

Quando chegamos à altura da entrada de Petrópolis, onde há, até hoje, um monumento de uma carruagem, o General Muricy ordenou: "Cid, você vai ficar aqui e mande um GT para lá, outro GT para cá, e outro GT para acolá". Eu, como o mais moderno do Estado-Maior, era o recebedor de ordens diretas; os três GTs nossos eram à base dos três regimentos de Infantaria da 4ª RM/DI, o 10º, o 11º, e o 12º.

Já eram cerca de dez horas da noite, chovia, eu me encontrava até desprevenido, porque estava sem nenhum agasalho, mas fiquei no cruzamento fazendo a distribuição da tropa.

Naquele momento, um civil chegou-se a mim e disse:

– Major, posso ajudá-lo?

– Como?

– Estou com aquele carro ali - era um Willman, um carrinho pequenininho da época.

– Aceito e muito obrigado.

E o cidadão ficou do meu lado, como meu motorista, com a sua "viatura", o Willman.

O General Muricy tinha ido para Petrópolis, dormir em um hotel, cujo nome me informou. Mais ou menos às onze horas da noite, chegam o General Mourão e

sua mulher D. Maria, no carro dele, com o motorista; acompanhava-o um cidadão, mais tarde, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ministro Neder.

Isso mesmo. Vinham, também, os majores Cúrcio Neto e Moraes. O General Mourão indagou:

– Cid, onde está o General Muricy?

– O General Muricy está em Petrópolis, no hotel.

– E onde está a tropa?

– Estamos com um GT em “tal” lugar, o outro em “tal” lugar e o terceiro em “tal” lugar.

– Ordem para o General Muricy: descer com a tropa agora, com a “testa” no gasômetro.

– Sim senhor.

A bordo do Willman, fomos para o hotel em Petrópolis. O General Muricy não estava dormindo, transmiti a decisão do General Mourão e voltei para dar as ordens para os grupamentos táticos. Começamos a descer a serra, de madrugada, chovendo, com um material muito usado, era o que tínhamos na época; o nosso Grupo de Artilharia, de Juiz de Fora, o 4º RO 105, seus caminhões eram todos da guerra, e é bom não esquecer que as estradas eram as da época, e não as de hoje.

Não eram as estradas que a Revolução construiu, transformando completamente as rodovias em todo o País.

Desci a serra no carro do Prefeito de Juiz de Fora, que já vinha transportando o General Muricy e o seu Estado-Maior: Tenente-Coronel Walter Pires, Tenente-Coronel Linhares e Major Alísio Mendes Vaz.

Havia necessidade de o General Muricy encontrar-se com o General Mourão, antes da chegada ao Rio de Janeiro e, por isso, descemos a serra a toda velocidade; conseguimos encontrar o carro do General Mourão mais ou menos na altura da Refinaria de Duque de Caxias; fizemos sinal, ele parou a viatura, e os dois ficaram conversando, mas não cheguei a ouvir o que falavam.

Em seguida, entramos novamente no veículo e continuamos. O rádio do carro anunciava o nome do Comandante Supremo das Forças Armadas e do novo Comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste. Quando chegamos em frente ao Gasômetro, o General Muricy determinou: “Cid, salta aqui e espera o Destacamento Tiradentes.”

Provavelmente, em torno de quatro horas da madrugada. Trocavam tiros naquela região do Cais do Porto, e eu saltei, com o “meu 38” e meu anjo da guarda, em frente a um quartel do Corpo de Bombeiros, onde, hoje, está a Estação Rodoviária Novo Rio.

Cheguei ao quartel, mandei chamar o oficial de dia, que veio um pouco assustado. Expliquei o que estava fazendo ali, e ficamos esperando que o Destacamento Tiradentes chegasse.

O General Muricy e o General Mourão seguiram para o Quartel-General. O que ocorreu lá, não fui testemunha, nem tomei conhecimento. Lá pelas cinco e meia da manhã, apareceu no quartel do Corpo de Bombeiros, o Governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Pouco nos falamos, ele estava procurando ler os jornais e, nessa ocasião, ofereceu o Maracanã, para estacionamento do nosso Destacamento.

Aproximadamente às sete e meia da manhã, começou a chegar o Destacamento Tiradentes. A testa parou à altura do Gasômetro, ocupando toda a Avenida Brasil, porque o Destacamento era relativamente grande: composto de três regimentos de Minas Gerais e o 1º Regimento de Infantaria, também já incorporado, além de mais dois ou três batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais e um dos Grupos do Floriano. Ali ficamos até que recebemos ordem de nos deslocar para o Maracanã, onde fizemos uma defesa circular – como não podia deixar de ser, porque o Maracanã o exigia e atribuímos um setor a cada Unidade.

O momento político era realmente muito tenso. Tanto o General Mourão quanto o General Muricy, praticamente, ficaram no Quartel-General e houve uma hora, nesse dia 2 de abril, em que eu era o único oficial, do comando do Destacamento, presente. Os boatos eram intensos, de luta, de conflitos, e motivados pelos mesmos chegavam a meu conhecimento, a todo instante, solicitações de envio de tropas. São exemplos o Colégio Militar do Rio de Janeiro, querendo que mandássemos uma tropa para proteger o Colégio, "que seria atacado por não sei quem", depois, a Escola de Comando e Estado-Maior que queria uma tropa para proteger a Escola, "porque os fuzileiros iriam atacar" etc. e, ainda, o general que tinha ficado como Chefe de Estado-Maior do I Exército me pediu um batalhão, para ser colocado dentro do prédio do Quartel-General. E eu sem autoridade para atender a coisa alguma. Aí, foi quando chegou o Comandante do 12º RI – Coronel Dióscoro Vale – coronel antigo, com curso de Estado-Maior, comandante de uma Unidade que recebeu a incumbência de impedir a saída de tropas para missões fora do Maracanã.

Os dias que passamos no Maracanã foram de muitas visitas de autoridades.

E a logística, como funcionou?

Não me lembro qual a Unidade que nos atendeu lá no Maracanã, mas sei que comida não faltou, e não éramos tão poucos, constituíamos um "senhor" grupamento. Numa daquelas manhãs, recebemos a visita do Governador de Minas

Gerais, Magalhães Pinto, que veio abraçar-nos, muito contente com o sucesso da Revolução, e tivemos oportunidade de conversar durante uns 15 minutos.

Finalmente, voltamos para Juiz de Fora, e o regresso foi realmente consagrador. Em todos os lugares, por todas as pequenas cidades e vilas por que passamos, a tropa era recebida com flores, música, com alegria extraordinária, de toda a população brasileira. Quer dizer: o Brasil sentia-se, naquele momento, pelo menos por parte da população civil, aliviado das incertezas que havia sofrido.

Era um desassossego permanente. Greves, anarquia, invasões de terras, o cais do porto não sossegava, greves umas em cima das outras; Santos, por exemplo, não trabalhou mais.

Um desassossego permanente, incitado ou com o apoio do próprio Governo.

E vieram, mais tarde, os governos com presidentes militares. Tivemos o fantástico Governo do Marechal Castello, que restabeleceu a ordem e permitiu a recuperação do País, de tal modo que a economia crescesse e se fizessem as reformas fundamentais de que a Nação necessitava. É muito difícil formar uma equipe de governo como a do Marechal Castello, ou seja, gente de alto nível.

O Marechal Castello, com a sua postura única, correto, conferiu dignidade ao Governo, de que andávamos, há muito, necessitados.

Restaurou a autoridade, que sucumbira completamente.

Em 1963, um amigo, o General Albino Silva, foi meu vizinho na Vila Militar, quando era Coronel Chefe do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria. A minha mulher e a Dona Sîlvia, esposa do Coronel Albino Silva, se deram muito bem, fizemos uma grande amizade.

O General ocupava o cargo de presidente da Petrobrás, desde outubro de 1963, e já não o via há muitos anos. Após sua saída da Vila Militar, tinha ido para o gabinete da Presidência, onde fora Chefe da Casa Militar. Um dia, passando pela antiga sede da Petrobrás, na Praça Pio X, pensei: “Vou tentar dar um abraço no General Albino Silva, meu amigo” – eu gostava muito dele – e fui ao gabinete. Para surpresa minha, atendido imediatamente, ele me relatou a situação de terror que estava vivendo dentro da Petrobrás, com os comunistas se assenhoreando de tudo. Mas o interessante foi que afirmou: “A revolução vem aí, não há mais condições de se permanecer nesse estado de total desagregação e anarquia”; entretanto, ele imaginava que ocorreria grave conflito; como eu, também, acreditava na deflagração do Movimento.

Inclusive, durante o nosso deslocamento, tomei uma série de medidas para proteção da tropa, ou seja: desembarque dos passageiros e retirada dos ônibus da estrada, a fim de liberar a rodovia. Fizemos tudo o que nos ensinaram em operações. Eu

achava que acabaríamos combatendo; os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoaram a nossa tropa repetidas vezes, numa delas soltando folhetos, mas não saiu disso.

Esses folhetos eram contra o Movimento?

Eram contra, sugerindo que os militares sofreriam as conseqüências e pediam para que as mulheres fizessem os maridos voltarem e deixassem de reagir contra o Governo.

Depois da Revolução, o General Guedes ficou no comando da 4ª RM e o General Mourão, após ter sido promovido a general-de-exército, pelo Congresso Nacional, foi comandar o IV Exército, no Nordeste.

Um dia, conversando com o General Guedes, ele falou, brincando comigo:

– Cid, você então achava que ia haver guerra?

– Sim senhor, achava.

– Nada disso, Cid, era só dizer "uuu" e eles todos sairiam correndo.

E foi o que aconteceu, fizemos "uuu" e toda aquela canalha comunista saiu correndo, com o "rabo entre as pernas", desesperada. Se houve certa resistência ao Movimento, por parte de alguns do nosso grupo, foi mais por submissão à legalidade, à Constituição, sentimento que temos arraigado dentro de nós, influindo na tomada de uma atitude extrema, como a do Movimento de 31 de Março de 1964.

Após o Governo Castello, seguiram-se outros governos revolucionários, com extremo sucesso; desfrutávamos de parte da população uma aceitação muito grande, porque os acertos foram inúmeros e não havia desemprego.

O Brasil, antes de 1964, estava, realmente, muito atrasado. Realizamos, indubitavelmente, um progresso muito grande, crescemos em todos os sentidos, em todos os setores, como nas comunicações, por exemplo. Para lembrar, a ligação telefônica entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro levava de quatro horas a dois dias, e assim mesmo era preciso ir à estação telefônica para ligar, porque pouquíssimos possuíam telefone no domicílio. O impacto, também, na educação – a ampliação do ensino universitário – foi uma coisa extraordinária, bem como nos transportes e em todos os demais campos de atividades, que experimentaram um crescimento impressionante.

No momento, porém, estamos vivendo o "revanchismo" dos perdedores, que lutam desesperadamente para que o silêncio seja total a respeito das marcantes realizações da Revolução.

E onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

A identificação dessas raízes é muito difícil. Vivemos, depois de 1945, com a volta da Força Expedicionária Brasileira (FEB), momentos de busca de uma real

democracia no País, sem falar nos movimentos anteriores, de 1922, 1924 e 1930, que marcaram a nossa História. A Intentona Comunista de 1935 deixou cicatrizes inapagáveis, também, pela covardia dos seqüestradores de Luís Carlos Prestes.

Mas a coisa começa, realmente, na volta da FEB e a queda do Getúlio, como conseqüência. Procurava-se um governo moralizado; apareceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, mas ele foi derrotado, e os insatisfeitos com a derrota passaram a "ruminar" aquela frustração, até que Juscelino Kubitschek foi eleito, com a participação do grupo com o qual não concordávamos.

Posteriormente, houve a eleição de Jânio Quadros, como uma esperança nacional. Com a dele, a de João Goulart, como contrapeso, para o cargo de vice. Em seguida, tivemos a renúncia do Jânio.

Com uma votação expressiva, era o "homem da vassoura", que ia acabar com a corrupção...

Renunciou inesperadamente, ensejando a vinda de João Goulart – que havia sido mandado pelo Jânio Quadros para a China, com o intuito de, na sua ausência, reassumir como ditador –, mas os ministros militares não permitiram. Na esteira de João Goulart veio o plebiscito, que trouxe o presidencialismo de volta e, mais uma vez, todos nos sentimos enganados. Tudo isso foi se acumulando. O movimento sindical brasileiro, daquela época, era da pior espécie, repleto de pelegos vinculados ao Presidente da República, suscitando greves que se sucediam, não deixando o País trabalhar.

Havia a subversão de base e, também, de cúpula.

As raízes, portanto, vêm de longe, mas os fatos, a partir de 1961, levaram a maioria do povo brasileiro, inclusive a Imprensa, a sinalizar claramente para as Forças Armadas que aquela situação não poderia perdurar.

A guerra fria influiu nisso tudo, uma vez que havia uma bipolaridade?

Não tenho dúvida, porque a Rússia e a China fizeram, não só muita propaganda dentro do País, como investiram uma enorme quantidade de dinheiro nos movimentos, aparentemente populares, voltados, no entanto, para a tomada do Poder. Vivemos, no Brasil, uma atuação acentuada e permanente do Movimento Comunista Internacional, o MCI.

Havia realmente um clima de insatisfação contra o Governo deposto?

Sim. Houve uma espécie de alívio nacional, após o Movimento de 31 de Março. Não há dúvida de que, tentando consertar o Governo, contrariamos alguns interesses, mas a Nação inteira respirava com um período de extrema felicidade, e de progresso, com inflação controlada e trabalho para todo mundo.

O crescimento em termo de faculdades e universidades, também, foi muito grande, em conjunto com a iniciativa privada. Abriu-se a possibilidade do ensino superior, antes um sonho longínquo, para muita gente, que, na verdade, pôde participar dessa nova realidade.

Hoje, vamos à Zona Norte, aos subúrbios e à periferia do Rio de Janeiro, e encontramos vários centros universitários, criados naquela época de fé no Brasil e de bem-estar, na época do saudoso Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e, depois, seu Comandante – General Rubens Ludwig –, como Ministro da Educação.

O "Rubão" realmente fez um trabalho magnífico no Ministério da Educação.

Recordo-me do "inimigo", sempre presente, questionando: "O senhor estaria no lugar certo?" – falando para o Rubão – "um general na Educação?" Ele retrucou: "Meu caro, comandei a Academia Militar das Agulhas Negras, aquilo não é só uma Academia, é uma cidade acadêmica, lidando diuturnamente com diferentes problemas de Educação; apenas alarguei o horizonte, agora vendo a Educação global do Brasil, mas lá está o modelo que vai me permitir, sem dúvida, o sucesso." O Rubão era inteligentíssimo, uma liderança. O homem escolhido, a dedo, para a Educação.

É, foi verdade. Realizou um grande trabalho na área da Educação.

O senhor pode dizer alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"?

Não saí do Exército um minuto, permaneci na Força durante todo o tempo. Com relação ao "grupo dos onze" só sei o que o noticiário publicava, porque a mim não afetou nada, devido ao meu trabalho no quartel. Eram grupos armados, instituídos pelo Brizola para apoiar a revolução comunista e amedrontar os vacilantes, mas não conseguiram nenhum sucesso. Quanto às "Ligas Camponesas", foram muito mais atuantes, principalmente, no Nordeste.

O que se passava no quartel onde o senhor servia? Procurou-se criar uma cisão dentro das Forças Armadas?

Desculpe a expressão, mas "eles caíram do cavalo", porque não houve a menor cisão dentro do Exército, se um ou outro companheiro relutou, foi por aquele espírito de legalidade, de forma nenhuma por ideologia. Naturalmente que, dentro do Exército Brasileiro, dentro das Forças Armadas, existiam os elementos de esquerda, os comunistas, mas eles se esconderam.

Naquela oportunidade, dentro de toda a 4ª RM, a única cisão que tivemos foi a da banda de música do 11º Regimento, de São João del Rey, que se negou a cumprir ordens, no primeiro momento, já que estava bem infiltrada por aqueles elementos.

Havia então, realmente, um movimento de cunho comunista em andamento pelo País, incitado, inclusive, pela cúpula?

Conhecemos as palavras de Luís Carlos Prestes afirmando que eles tinham o Governo, só faltava o Poder.

E os sindicatos, e aquelas organizações esquerdistas, como se portaram após o surgimento da Revolução?

O exemplo mais frisante que tenho foi o depoimento de um comunista, que tinha sido infiltrado nas minas de ouro de Morro Velho; em suas declarações, disse que, durante dez anos de catequese, tinha conseguido quatro adesões, o operário brasileiro não queria nada com ele.

Nos inquéritos após a Revolução, só viemos a descobrir alguma coisa efetiva dentro da Igreja, onde padres comunistas infiltrados faziam um trabalho de catequese muito grande. Nas universidades, pouca coisa, principalmente na Universidade de Juiz de Fora, onde fiz um inquérito depois da Revolução. A subversão mesmo, em termos de estudantes, estava na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em determinadas faculdades no Rio e em São Paulo.

Quais os principais líderes civis e militares no Movimento de 31 de Março de 1964?

Posso dizer, com alguma autoridade, que o General Olympio Mourão Filho foi o grande chefe, de uma coragem e de uma determinação muito grandes, antecipando exatamente tudo o que iria acontecer; dessa forma, conseguiu congregar em volta dele toda a tropa, e a sua precipitação, segundo o próprio Marechal Castello, foi muito benéfica.

O primeiro apoio que recebemos veio do IV Exército, do General Justino Alves Bastos.

Foi o primeiro a aderir, com a tropa toda "na mão", prendendo o Arraes e dominando com extrema tranqüilidade todo aquele "barril de pólvora" que era o Nordeste.

O outro chefe militar com o qual convivi foi o General Carlos Luís Guedes, também decididamente revolucionário, sabendo exatamente o que fazer. Essa foi a minha experiência.

E o senhor citou o Marechal Denys, que foi para lá.

O Marechal Denys também esteve presente, desde a primeira hora. A sua contribuição foi importante.

O nosso Movimento foi exclusivamente interno ou houve alguma ajuda externa?

Não posso responder a essa pergunta, por desconhecer qualquer outra ligação que possa ter havido. Pelo menos nunca ouvi falar em nada disso, nas operações, ou na preparação, ou mesmo na ECEME.

Aí, vale muito a palavra do General Meira Mattos, com todo o seu conhecimento – era Coronel Comandante de Unidade quando da eclosão da Revolução, foi parar em Brasília, com a sua tropa, e depois foi até interventor em Goiás, homem, que desde a guerra, era ligado aos americanos e ao General Vernon Walters, que fora oficial de ligação americano à alta cúpula da FEB e ao seu comandante, o inesquecível Marechal Mascarenhas de Moraes. Segundo Meira Matos, Vernon Walters, à época da Revolução Adido Militar no Brasil, falou que assistiu, acompanhou, mas não teve nenhuma interferência, nem os Estados Unidos. Esse negócio, de que a "esquadra americana estava ao largo" etc., não houve, embora os Estados Unidos tivessem que ficar atentos a qualquer acontecimento, não houve nenhuma interferência.

É verdade.

Como é que o senhor viu o desmoronamento do esquema militar do Assis Brasil, que daria apoio ao João Goulart?

Desmoronou, porque era baseado numa falácia, numa mentira muito grande, deslavada.

Vou contar um fato muito interessante: na reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, o João Goulart se sentiu mal e o General Assis Brasil mandou vir uma ambulância, onde estava um médico amigo meu. Por volta das onze horas da noite, estacionou a ambulância na porta do Automóvel Clube do Brasil, que estava um deserto.

Atendeu o Presidente João Goulart, que perguntou ao Assis Brasil:

– Como é que está a coisa?

– Aí fora há um comício a nosso favor - respondeu o Assis Brasil.

Não havia ninguém, era mentira cínica, e esse caso veio confirmar aquela afirmação do General Guedes, quando me disse que era só fazer "uuu" que todos sairiam correndo.

O senhor gostaria de acrescentar algo sobre o aspecto "chefia e liderança"?

Só acrescentar um fato muito significativo: o Comandante do Regimento de Juiz de Fora tinha passado o comando dois ou três dias antes e o Subcomandante declarou-se contrário ao Movimento. Então, o Regimento, no dia 31 de março, estava sem comando; a solução foi dada pelo Tenente-Coronel Everaldo José da Silva – mais tarde general, já falecido – eu vi, fui testemunha, do que ele disse: "Vou assumir o comando do Regimento." E ele, Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, adentrou o quartel do 10º, colocou a Unidade em forma e saiu com ela para o Rio de Janeiro. Foi uma das demonstrações inequívocas de liderança. Tratava-se de um tenente-coronel

de Infantaria, do Estado-Maior da 4ª RM, não tinha nada com o Regimento, entrou lá e toda a Unidade o acompanhou. Isso é liderança.

E os cadetes da AMAN, qual a sua opinião a respeito do emprego deles pelo General Médici?

Não participei, pois nessa oportunidade encontrava-me em Juiz de Fora, mas para nós foi decisivo, porque a Academia tomou posição, logo tudo muda de figura. A Academia, para nós, é sagrada.

O Exército lhe dedica todo o afeto e respeito.

A Revolução robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas?

Creio que sim. Mesmo porque, naqueles momentos que antecederam à Revolução, a Marinha de Guerra do Brasil encontrava-se num estado lamentável.

O 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

Não, acredito que não, se houvesse ideologia seria a anticomunista.

Anticomunista, exatamente, defesa da democracia e da liberdade.

É exatamente esse o meu ponto de vista.

E a mídia, na época, apoiou o Movimento?

Completamente, talvez com exceção de algum jornal, como a *Última Hora*. Mas *O Globo* teve uma participação a nosso favor, como também o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, que eram os jornais mais importantes do Rio, na época; a imprensa estava toda a nosso favor. No momento, os esquerdistas, que representam a quase totalidade da Imprensa, se valem desse privilégio para solaparem o Movimento de 1964 e em conseqüência as Forças Armadas.

Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Revolução ou contra-revolução?

Uma revolução estava em andamento, por parte deles. Fizemos um movimento contra aquela situação de desespero a que se tinha chegado.

Os governos revolucionários foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Presidentes militares. Nós não tivemos, absolutamente, governos militares, tivemos governos com presidentes militares, cujos principais ministérios estavam "na mão" de civis, os governos estaduais todos "na mão" de civis, e havia, de nossa parte – isso é necessário que se entenda – uma ojeriza em interferir nos dois outros

Poderes, especialmente no Judiciário, o que é da nossa formação. O Presidente Castello, por exemplo, ao limitar o seu Governo, depois de uma Revolução, para aquele período que ainda restava do Governo do João Goulart, deu uma demonstração de falta de apego ao cargo, apego ao Poder.

O exemplo melhor que tenho disso foi no dia 16 de abril de 1964; o General Mourão havia sido promovido a quatro estrelas. O Presidente Castello havia sancionado a lei do Congresso Nacional, promovendo o Mourão a quatro estrelas. Ele reuniu o seu Estado-Maior e alertou: "Vamos ao Castello, quero agradecer a minha promoção." Foi marcada, então, pelo Marechal Castello Branco, uma recepção, às 4h da tarde, no Palácio; o Presidente apertou a mão de cada um de nós, o General Mourão falou o motivo pelo qual ali estava e o Marechal disse: "Muito bem senhores, a Revolução acabou, vamos voltar aos quartéis, vamos trabalhar." Com isso, tento responder a sua pergunta.

Por que ninguém fala dos sucessos econômicos da Revolução, principalmente, na década de 1970?

Por dois motivos principais, no meu julgamento: primeiro, há necessidade de esconder aqueles sucessos do período revolucionário, para evitar que o povo e o mundo façam comparações e atestem os fracassos dos governos seguintes ao do Presidente Figueiredo. Então, omitir ou desvirtuar tudo que possa desmerecê-los.

Como precisam dizer algo a respeito daquele período, optaram por vincular aqueles vinte anos à alguma coisa tenebrosa e, assim, criar o mito da ditadura impiedosa, contrária aos direitos humanos, os "anos de chumbo", onde as Forças Armadas e a Polícia só praticaram tortura. Teria ocorrido, então, segundo eles, uma luta sem tréguas, dos maus, dos violentos, contra os terroristas bonzinhos que só queriam o bem do Brasil. Vale, portanto, toda e qualquer mentira, que deve ser sempre repetida para que acabe sendo aceita como verdade, técnica bem conhecida, mas muito eficaz.

O segundo motivo, é que, muito sabidamente, fazendo a análise do fracasso em 1964 – quando queriam tomar o Poder – tiveram a nítida certeza de que, dentro das Forças Armadas, haviam fracassado, redondamente; aqueles poucos que lhes eram favoráveis, não serviram para nada e que, junto do operariado, nos sindicatos, também, não conseguiram o que buscavam, porque foi outro fracasso. O que restava para eles? As universidades e a imprensa. Pois bem, apoderaram-se da imprensa e das universidades, fazendo uma verdadeira lavagem cerebral em todas as escolas, em todas as universidades brasileiras, e esse é o quadro que estamos vivendo.

Exatamente, aplicação cuidadosa e permanente da Estratégia de Gramsci.

Foi o que fizeram e, nisso, se mostraram competentes.

Quais os principais erros e acertos da Revolução?

Quanto ao desenvolvimento, é difícil tipificá-los, sobretudo numa Nação como o Brasil, um gigante, pela imensa superfície e extensão do litoral, pelo tamanho da sua população, por sua faixa de fronteira, pelas especificidades de suas macrorregiões naturais.

Todavia, podemos dizer que, no período revolucionário, particularmente no final do ano de 1973, durante o Governo Médici, estivemos próximos de nos tornarmos uma Nação poderosa, pelo esforço desenvolvido na gestão dos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e, Médici, principalmente com este último, em que se viveu o Milagre Econômico, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), acima de 10%, e elevado nível de emprego. Não há como contestar. O inimigo pode até ficar constrangido pelo fato de o Brasil ter crescido tanto nessa época, mas não dá para contestar; por isso esconde, omite, oculta, fala em tortura, tema preferido, inventa mais outros problemas, para não aparecer a realidade.

As dificuldades que impediram a manutenção do crescimento naqueles níveis acima de 10%, a partir de 1974, se devem, principalmente, às duas crises do petróleo, a de 1974 e a de 1979/1980. Não fosse tal adversidade conjuntural, nós, que saímos da 49ª posição para a oitava economia do mundo, poderíamos ter ido mais à frente, a um passo do que convenceram chamar de Primeiro Mundo. Infelizmente, as duas crises, principalmente a segunda, impediram o nosso crescimento nos níveis antes alcançados.

Podemos dizer que tivemos numerosos acertos, particularmente nas áreas das Comunicações, dos Transportes, da Energia, da Habitação, do Emprego e Ensino Superior. Quanto a erros, devemos salientar que foram pequenos diante dos acertos. O inimigo, sobre esse aspecto, vai insistir, nas torturas, nas torturas dos pobres terroristas que assaltavam, lançavam bombas, seqüestravam – e por isso torturavam –, matavam friamente, pela "democracia". Eram todos "muito bons", enquanto nós "éramos todos muito maus". Estão dando nome de ruas e de praças para todos eles, o que confirma a minha assertiva: eram todos "muito bonzinhos"!

Sem que esqueçamos, passaram a inaugurar bustos, nomes de ruas, praças, rodovias de vários terroristas, assaltantes, seqüestradores, "democratas convictos".

O que visavam aquelas ações terroristas de seqüestros, bombas em quartéis, assaltos a bancos e atividades de guerrilha rural que o inimigo colocou em prática no cenário brasileiro?

Alguns aventureiros visando à tomada do Poder, fizeram essas "brincadeiras" todas, e aí penso que cometemos um erro crasso, erro que deriva de uma peculiaridade de nossa formação. Não divulgamos, exatamente, certos fatos que

aconteceram, tratamos Xambioá e outras operações contra guerrilhas, com extremo sigilo, dentro do próprio Estado-Maior do Exército, onde eu servia; ninguém dizia uma palavra porque não estava autorizado a fazê-lo, inclusive.

O que os brasileiros sabem a respeito foi ou está sendo contado pelos nossos maiores inimigos, gente que, por suas ações, perdeu vantagens ou posições na época da Revolução, têm ódio mortal a todos os militares das Forças Armadas e policiais que os derrotaram, impedindo a colimação de seus objetivos. Eles derramam toda a sua verrina em seus escritos, o que é fácil perceber pelas adjetivações e argumentações. Aí se incluem, especialmente jornalistas, escritores e artistas.

Como o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações?

Inicialmente, tivemos um sucesso muito grande na organização do Serviço Nacional de Informações (SNI). Como órgão de informações, recrutava funcionários do Governo para trabalhar nesse setor e, à medida que se tornavam desnecessários, eram devolvidos aos órgãos de origem. Isso possibilitou uma seleção muito boa e a realização de um trabalho bastante dinâmico e eficaz, na busca de informações para o Governo.

E fundamental, porque não há governo sem informações.

Mais tarde, como tudo, em todas as partes do mundo, na parte administrativa talvez tenha havido uma deformação, com relação a "cabide de empregos". Mas, fazer informação não é brincadeira, e a nossa tentativa foi muito boa.

Chefiei uma agência do SNI após o período revolucionário, já no Governo do Presidente Sarney, órgão que funcionava com muita lisura.

Aí, com o desgoverno Collor, o SNI tinha que acabar mesmo, para não aparecer...

Aconteceu mais uma "jogada de arquibancada" daquele "rapaz".

A Revolução demorou-se muito no Governo do País?

Creio que demorou o tempo certo, mas poderia ter permanecido mais tempo, pois seria benéfico para o País, não tenho a menor dúvida. Entretanto, a conjuntura mundial havia mudado, os Estados Unidos eram os novos "donos do mundo", pregando a "democracia", investindo contra governos militares. Havia, no entanto, a possibilidade de termos prosseguido com aqueles governos, como fez o México, com o PRI, por mais de sessenta anos, e, ainda, continua no Poder, mas nós não tivemos habilidade para isso.

As Forças Armadas, no seu modo de ver, se beneficiaram da Revolução?

Pelo contrário, e dizem até, dentro da nossa Instituição, que governos civis, como o de Sarney, atendeu aos nossos anseios de modo muitíssimo melhor. Os

presidentes militares foram muito duros com o Exército Brasileiro, como forma de dar exemplo. O campo do desenvolvimento é que foi contemplado com quase todos os recursos existentes.

A conjuntura mundial veio acelerar a abertura política?

Veio acelerar, não tem dúvida nenhuma, fica até, vamos dizer assim, "marcado como indesejável", todo governo que não seja absolutamente democrático, entre aspas.

Entre aspas, nós já não sabemos o que é democracia, depois que se criou a República Democrática da China, a palavra democrática pode até ser equivalente a comunista!

Mas não se metem com a China, porque a China possui bomba atômica.

No seu entender, a atuação política e os resultados econômicos do último Governo da Revolução chegaram a desgastar a imagem da Revolução?

O último Governo foi do General Figueiredo, por quem tinha uma amizade muito especial. Figueiredo abraçou a bandeira da democratização do País de uma forma total e absoluta e, de certa forma, cometeu, no meu julgamento, um erro – disse isso a ele: abriu mão do Poder... e do Poder não se abre mão.

Um dia, conversando com o Aureliano Chaves, falei:

– O senhor nos abandonou?!

– Não abandonei. Perguntei ao General Figueiredo quem era o candidato dele. O General Figueiredo declarou: "Não tenho candidato." Aí perguntei: "Então, posso ter meu candidato próprio?" Ele respondeu: "Pode, o senhor pode trabalhar à vontade."

Dessa indefinição do General Figueiredo, resultou o problema. Foi uma pena, naquela oportunidade, ele ter deixado de indicar o candidato, pois o Congresso Nacional aprovaria com extrema facilidade. Figueiredo falhou, nesse ponto.

O comunismo continua vivo ou desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Segundo um filho meu, o último lugar em que o comunismo ainda persistirá, será nas universidades brasileiras.

Embora o comunismo tenha perdido a expressão que obtivera no mundo, na imprensa e nas universidades brasileiras, vai sobreviver, ainda, por muito tempo.

Atualmente, pesquisas de opinião têm mostrado que as Forças Armadas estão muito bem conceituadas. Qual a sua interpretação desse fato?

Recebo com muita naturalidade esta informação, porque não tenho a menor dúvida sobre esta realidade. Cheguei a ter em mãos uma pesquisa dessas, na qual 86 ou 87% do povo brasileiro nos consideram a Instituição mais confiável do nosso País.

O povo tem, realmente, carinho e admiração especial pelas Forças Armadas, e uma confiança muito grande no Exército.

Por oportuno, vou apresentar aqui dois exemplos que confirmam essas pesquisas. Comandava a Brigada de Campinas, em 1985, quando uma manchete de jornal, no dia 8 de setembro, estampava em letras garrafais: "Mais gente na Parada de 7 de setembro do que no carnaval." Com muita franqueza, mesmo nós, oficiais, ficamos empolgados com a quantidade enorme de pessoas que foi ao desfile, comparecendo com suas bandeirinhas do Brasil. Uma festa de gala na comemoração do aniversário da Pátria, ocasião em que o povo, mais uma vez, ficou do nosso lado, apesar de ter se encerrado o ciclo revolucionário, em janeiro de 1985.

O povo não "virou a casaca" como aconteceu com a Rede Globo, que esteve conosco vinte anos e, ao deixarmos o Poder, passou a nos jogar pedra sempre que pode. Ela tem, indubitavelmente, predileção impressionante pelos que estão mandando, diferente, muito diferente, desse nosso povo-bom, leal e agradecido...

Atente que todos temos testemunhados a retaliação permanente da mídia em relação às Forças Armadas. Mas o povo não se engana facilmente, percebe onde está a verdade e a decência; soube mostrar ao Exército o caminho a seguir em março de 1964, apontando a necessidade imperiosa de dar um basta ao governo do caos, valendo-se, inclusive, das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Mas o segundo exemplo, que gostaria de destacar, acontece todos os anos, em todos os quartéis: é a "solenidade de Entrega da Boina" – evento realizado após o período de formação individual – onde as famílias dos soldados se fazem presentes nos aquartelamentos. Todos os pais – padrinhos e madrinhas – felizes de ter o filho servindo ao Exército Brasileiro.

Estes exemplos e milhares de outros servem para evidenciar que o inimigo interno – aquele que não enxerga outra coisa senão "a tortura" e "os anos de chumbo" da "ditadura" – não conseguiu, com toda a mídia à sua inteira disposição, abalar a confiança do povo em nossa Instituição e naqueles que a integram.

Desejamos ouvir, no fecho de sua entrevista, uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Senti-me muito feliz em estar aqui com vocês, apesar dos 36 anos que nos separam do transcurso do grande acontecimento que estamos, hoje, recordando –

a Revolução de 31 de Março de 1964 – o que me levou a um esforço de memória considerável. Penso, contudo, ter contribuído de alguma maneira.

É imperioso que, através de todas as formas possíveis, reavivemos o espírito que dominou a Nação brasileira naquela oportunidade, porque o nosso País é muito grande, muito poderoso, para ficar entregue a pessoas totalmente descredenciadas para governá-lo, pelo alheamento sempre demonstrado com relação à defesa de sua soberania e da integridade do patrimônio nacional.

Professor Olavo Luiz Pimentel de Carvalho

- Filósofo, escritor, jornalista e conferencista.
- Carreira jornalística: Começou a trabalhar, com menos de 18 anos de idade, na Empresa Folha da Manhã S/A. A seguir, trabalhou em vários órgãos da imprensa escrita, entre os quais: jornal *A Gazeta*, revista *Atualidades Médicas*, semanário *Aqui, São Paulo*, *Jornal da Semana*, *Jornal da Tarde (O Estado de São Paulo)*. Atualmente é colunista semanal dos jornais *O Globo* (Rio de Janeiro), *Jornal da Tarde* (São Paulo), *Zero Hora* (Porto Alegre) e das revistas *Época* (São Paulo) e *Bravo* (São Paulo).
- Estudos: Começou muito jovem estudos de Filosofia, Psicologia e Religiões Comparadas, sendo orientado por professores particulares e conselheiros qualificados. Estudou Filosofia, formalmente, no Conjunto de Pesquisa Filosófica (Conpefil) da PUC do Rio de Janeiro, apresentando dois trabalhos de conclusão de curso: "Estrutura e Sentido da Enciclopédia das Ciências Filosóficas de Mario Ferreira dos Santos" e Leitura Analítica da "Crise da Filosofia Ocidental" de Vladimir Soloviev. Estudou Desenho Artístico na Escola Panamericana de Arte, em São Paulo. A partir de 1975, concentrou seus esforços no estudo das Artes Liberais – as sete disciplinas básicas para a formação dos letrados na Europa Medieval (Lógica, Retórica e Gramática; Aritmética; Música; Geometria e Astrologia).
- Cursos e Conferências: A partir de 1977, começou a dar conferências e, logo em seguida, cursos sobre os vários assuntos que vinha estudando, a convite de várias entidades culturais.
- Escritos: Autor de mais de uma dezena de livros publicados, entre os quais *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras* (1996).
- Em 1964, era adolescente. Entrou em cena logo depois, como militante do Partido Comunista.

Entrevista realizada no dia 20 de março de 2002.

É uma satisfação imensa poder estar aqui, na condição de testemunha atípica, porque não fui propriamente um participante dos acontecimentos de 31 de março de 1964, mas entrei em cena logo depois, como militante do Partido Comunista, de onde assisti a toda a história da Revolução, pelas costas, por assim dizer.

Minha satisfação de estar presente, neste momento, deve-se sobretudo à natureza deste projeto, a de uma memória da História do Brasil que está sendo apagada; a memória do que se passou nos últimos quarenta anos está sendo totalmente apagada, caricaturada, recortada, reescrita, safenada, já fizeram "o diabo" com essa história. E é importante que se recordem essas coisas exatamente como se passaram. É importante lembrar que, ao eclodir a Revolução, eu me encontrava exatamente do lado contrário. Quer dizer, não posso de maneira alguma ser acusado de ter algum preconceito a favor do Movimento de 31 de Março de 1964. Muito aos poucos, revendo o que se passou e, de maneira muito gradativa e cuidadosa, fui mudando de opinião.

Hoje, tenho a certeza de que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma coisa necessária, benéfica, quaisquer que tenham sido as distorções e erros que possam ter ocorrido depois.

Mas, naquele momento, o que se pode dizer é que as Forças Armadas fizeram o que era preciso fazer. No cômputo geral, creio que as realizações daquele período – que a imprensa acostumou-se a chamar, certo ou errado, não sei, de "período militar" – são absolutamente notáveis, objetivamente falando, se compararmos com tudo que foi feito ao longo de quinhentos anos de História do Brasil.

Se meu depoimento servir em alguma coisa para ajustar o foco e restaurar um pouco o sentido de realidade com relação àqueles acontecimentos, ficarei muito satisfeito.

Depois desse objetivo preâmbulo feito pelo Professor Olavo de Carvalho, solicitaremos ao nosso colaborador, que vem somar muito aos fatos que estamos reunindo em nosso Projeto, que nos conte a sua experiência, vivida dentro da esquerda, nas hostes contrárias aos que fizeram o Movimento revolucionário de 1964. Esta importante entrevista traz-nos o conhecimento, as informações e os dados sobre aqueles que foram os nossos adversários, e que, comprovadamente, pretendiam realizar uma revolução de cunho marxista-leninista em nosso País. Supomos que estivesse prevista para 1º de maio, possivelmente – é uma idéia que fica.

O Professor Olavo de Carvalho mostrará justamente esse outro lado, que tinha, em João Goulart e em Leonel Brizola, incentivadores de peso. Com a palavra o nosso colaborador, para enriquecer o nosso conhecimento através da sua vivência.

É necessário dizer que, em 1964, eu era apenas um menino, um adolescente, e fui, certamente, a menor das testemunhas desses acontecimentos. Mas, apesar do tamanho, da insignificância, essa testemunha estava colocada numa posição muito propícia para enxergar as coisas que estavam acontecendo.

Nos meses que antecederam o Movimento de 1964, havia, no colégio em que estudava – era estudante secundarista na época, aluno do Colégio Estadual de São Paulo – facções políticas bem definidas, com uma maioria esquerdista e uma minoria (mas não tão minoria assim) à direita, que depois apoiou o Movimento de 1964.

Mas a parte esquerdista era, naturalmente, a mais ativa, e fui diretamente envolvido por ela, sem ter tido muito contato com a outra facção. Tão logo perceberam que eu existia, já me cercaram, curiosamente, com o pretexto católico. Era a esquerda dita católica, liderada, ali na escola, por uma moça muito simpática, muito bonita, muito sedutora. Era mais velha do que nós, e exercia uma liderança fantástica sobre aquela meninada toda. Creio que estavam todos de algum modo apaixonados por ela, e ela usava isto muito bem. Pouca coisa sei da vida da personagem, mas vi a atuação dela.

Então, a pretexto de catolicismo, de catequese e até de Primeira Comunhão, se colocavam idéias flagrantemente marxistas na cabeça de cada menino. Muitos anos depois, por uma coincidência da vida, voltei a encontrar essa pessoa num ambiente de trabalho – mas quase dez anos depois – e aí fiquei sabendo que nunca tinha sido católica coisíssima nenhuma, que aquilo era exclusivamente uma atividade política. Isso é para se ter idéia do ponto em que as coisas já se encontravam no ambiente secundarista.

Não vejo por que citar o nome da criatura. Ela era importante no movimento secundarista da época: era ligada à AP (Ação Popular), o mesmo movimento em que militava o Presidente da República atual e o seu candidato, o “vice-rei” José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), na época.

Analisando um pouco a personalidade daquela moça, posso extrapolar algumas conclusões para a mentalidade da época, porque, usando a Igreja como instrumento de doutrinação marxista, ela sabia que estava mentindo, mas em nenhum momento lhe passou pela cabeça que pudesse haver algo de errado nisso. Quer dizer, a contradição moral de se utilizar uma fachada para veicular uma mensagem que negava essa mesma fachada era algo que não chegava a ser problema na cabeça dessa gente.

Foi ali que comecei a receber as primeiras informações sobre o estado de amortecimento moral, que é típico do militante esquerdista: mesmo que ele faça a coisa mais errada do mundo, se está trabalhando para a finalidade que acha ser da

revolução, mesmo os piores pecados e crimes não são pecados nem crimes. A pessoa se torna incapaz de perceber, incapaz de questionar sua própria atividade desde um ponto de vista moral. Eu não sei se está ficando claro.

Muito claro.

Observei muito esta peculiaridade nesta criatura e em todos aqueles que, na época, eram líderes estudantis, e que hoje são pessoas bastante importantes. Sob esse ponto de vista, não mudaram absolutamente nada.

Quanto ao outro grupo, o grupo da direita, só vim a aproximar-me dele muito tempo mais tarde, por uma ligação de amizade pessoal, e porque me convidaram para fazer parte de uma turma de teatro que estavam organizando. Como entendia um pouco do "negócio", fui prestar uma certa ajuda técnica (mas o teatro não era de catequese política – era uma coisa assistencial para crianças pobres). Não tive qualquer conversa política com eles.

Então, embora tivesse amigos dos dois lados, a influência ideológica que recebi foi maciçamente da esquerda. Não tinha, ao menos na época, a menor desconfiança das implicações maiores da coisa, mas seguia o tipo de pessoas que me rodeavam na ocasião.

Eu era um sujeito muito ativo socialmente: falava muito, fazia discursos, mas tinha pouca discriminação. Também não complicava, aceitava as coisas do jeito que via, e acho que esse era mais ou menos o estado de espírito de todos. Portanto, o julgamento negativo que fizemos do Movimento de 31 de Março foi mais ou menos assim, um pouco no automatismo das reações coletivas.

No dia 31 de março, a eclosão do Movimento foi noticiada no colégio como uma verdadeira catástrofe, alguma coisa terrificante que havia acontecido, e nós não tínhamos bem uma idéia do que era. Mas o dia 31 de março foi para nós muito significativo, porque me recordo de que eu e um grupo de outros alunos do mesmo colégio, não sabendo direito o que devíamos fazer, colocando-nos quase espontaneamente na condição de "peões de obra" a serviço da esquerda, fomos procurar lideranças estudantis, e até lideranças políticas de mais alto calibre, para nos colocar à disposição, para saber o que deveria ser feito. Algum tipo de manifestação, coisa e tal.

Recordo-me de que não encontramos ninguém, em parte alguma; tinham todos desaparecido. Então, fomos até a Faculdade da Rua Maria Antônia, seguimos para a UNE, dirigimo-nos à casa de um deputado, cujo nome não lembro (acho que era o Davi Lerer, irmão de um colega nosso), e à casa de um vereador. Mas foi um sumiço geral. Esse sumiço nos impressionou muito, porque evidentemente tinham todos fugido. E, se tinham fugido, concluímos nós, é porque deveria haver um inimigo muito perigoso no encalço deles.

Quer dizer, julgamos a periculosidade, a agressividade do Movimento de 1964, pela reação de fuga dos seus inimigos. Se havia tanta gente fugindo era porque devia haver um perigo real, algo como uma "Noite de São Bartolomeu", uma carnificina que se anunciava.

Depois de passados muitos anos é que fui me dar conta de que, de fato, não houve carnificina alguma, não se matou rigorosamente ninguém naquele Movimento. Começou a violência depois de 1968, já em resposta às ações da própria esquerda. Em suma, não havia nenhum caráter violento no Movimento de 1964. Não mesmo.

Parece que morreram duas pessoas: uma, que sei, de um acidente – o sujeito pegou um revólver e acertou um colega, um estudante, aqui no Rio de Janeiro – e o outro não conheço as circunstâncias em que ocorreu, mas foram duas pessoas. Quer dizer, um movimento militar, um movimento contra-revolucionário que, num País de dimensões continentais, mata duas pessoas, é o movimento contra-revolucionário mais pacífico de toda a história humana. Mas não era isso que víamos. Nós julgávamos a índole da causa pelo efeito que estávamos assistindo, presenciando, e o efeito era a debandada geral. Depois, foi todo mundo para dentro de embaixadas e consulados, um foi para o Uruguai, outro Paris, outros se esconderam. Enfim, havia uma reação de pânico.

Nós ainda passamos na redação do jornal *Última Hora* – onde mais tarde viria a trabalhar – e o ambiente era exatamente este: de pânico. Ou seja, uma reação normal do ser humano é graduar o seu medo pelo tamanho da ameaça, pela gravidade da ameaça, mas nós fizemos uma espécie de julgamento ao contrário. Nós deduzimos o tamanho da ameaça pelo tamanho do medo que sentíamos.

Vejo hoje que não havia perigo algum, que não estava acontecendo absolutamente nada. Ninguém foi fuzilado, não houve nada, nada, nada. No entanto, quando me lembro dessa cena, recordo muito o romance do Józef Konrad, *Lorde Jim*.

Jim é um capitão de um navio mercante que está transportando uns peregrinos que estão indo fazer as orações em Meca. Lá no meio do trajeto cai uma tremenda tempestade; o comandante e os tripulantes chegam à conclusão de que o navio vai afundar, mandam todo mundo abandonar o barco, e eles próprios o abandonam, mas os peregrinos não.

Os peregrinos:

– Não, nós confiamos em Allah, e vamos rezar.

E ficam lá rezando no navio, enquanto o capitão e os marinheiros deixam a embarcação. E vão remando para o porto. Quando o capitão chega ao porto, lá está o seu navio, ancorado, que os peregrinos haviam conseguido salvar.

Evidentemente ele perde o emprego, é desmoralizado, expulso da Marinha Mercante, e, a partir de então, passa o resto da vida fazendo gestos de heroísmo

grandiloqüentes e totalmente inúteis para ver se seria capaz de redimir-se daquele único ato de covardia.

Penso que toda a história da esquerda, nas duas décadas que se seguiram, foi uma sucessão de atos teatralmente heróicos, para ver se curava essa neurose causada pela reação covarde que teve em 31 de março.

Inclusive, a necessidade que esse pessoal tem de inflar e aumentar a descrição de violências e crueldades a um ponto absolutamente fantasista não se explica tanto como uma intenção deliberada de falsear, mas como um simples mecanismo neurótico de autodefesa. É claro que é uma mentira, está certo, mas não é uma mentira que sabe que é mentira. Mais do que uma mentira, é um falseamento psicológico total, é um falseamento da sua própria história. Não estão só falseando a história dos outros: estão falseando a sua própria, em primeiro lugar. Imaginemos a situação desse pessoal, depois, pensando assim: "Mas nós fugimos do quê? Fugimos do nada." Essa constatação é a coisa mais deprimente do mundo.

Mas é claro que esse encadeamento lógico do acontecido só fui percebendo aos poucos. Na hora, estava persuadido de que havia realmente uma ameaça fascista, uma espécie assim de marcha de Mussolini sobre Roma. Um negócio desse tipo é o que imaginávamos estar acontecendo.

Quer dizer, participei do primeiro ato, digamos, de uma imensa farsa. Mas não foi uma farsa deliberada e, sim, uma farsa neurótica, onde o indivíduo se engana a si próprio, entra numa espécie de vivência falsa da sua própria vida. Falseia a sua própria biografia para si mesmo, e acaba tendo que falsear a dos outros.

Todo esse discurso acusatório e calunioso que é feito é menos uma esperteza política ou maquiavelismo político. Trata-se de uma ingenuidade neurótica de pessoas que querem disfarçar sua atuação vergonhosa, covarde e vil engrandecendo uma ameaça imaginária.

Isto foi o que vi no próprio dia 31 de março. Com base no que vivi naquele dia, creio que daria, se tivesse algum talento de romancista, para contar toda a história dos trinta anos seguintes, porque todos os elementos já estavam dados ali.

Até hoje, uma coisa me surpreende muito em todas as pessoas da militância esquerdista; é a imensa capacidade que esse pessoal tem de viver num universo mitológico, completamente fora dos fatos, fora da realidade, sem conhecer nada, nada, nada, da psicologia concreta das pessoas das quais estão falando. E isso para mim tem mesmo uma estrutura de falseamento neurótico, de falseamento histérico da realidade.

Mas a partir desta primeira reação, que observei naquele dia, também me enganei com relação ao que estava acontecendo. Foi só aos poucos, muitos anos

depois, que soube que não tinha morrido ninguém, porque, pelo que vimos da reação, imaginávamos que ali já tivessem morrido umas 10 mil pessoas.

Quando, muitos anos depois, soube que só tinham morrido duas pessoas no 31 de março, que o Brasil nunca chegou a ter mais de dois mil presos políticos durante trinta anos, é que percebi e falei: "Espera aí, nós vivemos uma pantomima naquela época, nós nos enganamos redondamente, ou fomos enganados, fomos enganados por nossa própria culpa."

Mas, continuei acreditando nessa visão tenebrosa que a esquerda tinha dos acontecimentos pelos anos seguintes. Assim, quando foi por volta de 1965, acabei entrando mesmo no Partido Comunista, partindo daquela primeira experiência na esquerda católica, entre aspas, porque de católica não tinha nada, nada. Mas partindo daquilo, acabei entrando no Partido Comunista, quando comecei a trabalhar como jornalista. Tão logo saí da vida estudantil e entrei na vida profissional de jornalista, na primeira semana de trabalho, já fui cooptado para fazer política.

E aí começou uma outra história. Assisti, mais ou menos, de onde me encontrava, toda a crise que houve dentro do Partido, em função das discussões para saber qual a estratégia que deveria ser seguida em função do novo regime. Sobre isto terei a oportunidade de tecer comentários proximamente, mas queria narrar um episódio que aconteceu logo após a minha entrada no Partido.

Fui convidado a ingressar no Partido por um jornalista nordestino da *Última Hora*, um jornal de esquerda na época, mas que havia acabado de ser comprado pela *Folha de São Paulo*. A *Última Hora* entrou em crise.

Era, vamos dizer, o grande baluarte jornalístico de defesa do Governo João Goulart. A *Última Hora* continuou, depois de 1964, travando combate a favor do governo caído, contra o novo regime, durante muito tempo, creio que por sete ou oito anos.

Mas, a seção de São Paulo da *Última Hora*, que não era a mais importante – a mais importante era a do Rio – estava meio mal financeiramente, e foi vendida para o grupo *Folha de S. Paulo*, que, naquela época, era de direita.

Então ficou uma coisa muito estranha, porque se tratava de um jornal esquerdista dentro de uma organização direitista. Mas, aos poucos, fui entendendo a política da *Folha de S. Paulo* de fazer um jornal de esquerda e um jornal de direita. Mais tarde, eles mudaram a diretoria da *Última Hora* e colocaram um sujeito de direita, ao mesmo tempo em que abriram um novo jornal, um vespertino chamado *Folha da Tarde*, e colocaram lá todos os esquerdistas que eram da *Última Hora*. Então, você tinha a *Folha de S. Paulo*, edição matutina, que era a *Folha da Manhã*, de direita, e tinha a *Folha da Tarde*, que era esquerdista. Não é bonito? Direitista de manhã, e à tarde esquerdista.

Tão logo me convidaram para entrar no Partido, comecei a freqüentar as reuniões da base – as unidades mínimas do Partido chamam-se bases –; tinha uma base na *Folha de S. Paulo*, uma base no *Estadão* etc. Na base da *Folha de S. Paulo*, onde se reuniam os jornalistas que trabalhavam nos vários jornais da organização *Folha*, comecei a minha atividade.

Mas, poucas reuniões depois, apareceu um sujeito do comitê estadual, que, na ausência do chefe da base, nos reuniu e disse o seguinte: "Companheiros, o companheiro 'fulano de tal' – que era o chefe da base – criou uma situação extremamente delicada. Arrumou uma amante que, temos sérias razões para acreditar, é uma agente do DOPS (Departamento da Ordem Política e Social). Então, decidimos isolá-lo durante algum tempo, para podermos investigar e tirar a limpo esta coisa. Precisamos arrumar um lugar para depositar esse camarada, deixá-lo meio sem contato com o pessoal da profissão durante algum tempo, até que possamos esclarecer tudo."

Em suma, o que ele queria dizer era cárcere privado, em última instância. E nomeou quatro idiotas para achar um lugar para colocar o camarada.

E um dos quatro era eu. Não me recordo exatamente quem eram os outros. Um dos quatro, salvo engano, era o jornalista Rocco Bonfiglio, irmão da Mônica Bonfiglio, que aliás faz programas de TV sobre anjos, essa coisa toda. Muito boa pessoa, era muito meu amigo também, naquela época.

Não sei quem foi que encontrou o lugar, mas colocamos o camarada num barraco, numa favela, que era para lá do fim do mundo. Lembro-me de que a gente caminhava até o zoológico de São Paulo, depois caminhava outro tanto, passava três ou quatro morros mas, no fim, colocamos o sujeito lá e, de três em três dias, alguém ia levar comida e cigarros para ele. E o sujeito ficou depositado lá um tempão. Levei comida para ele três ou quatro vezes. Depois designaram outras pessoas para fazer isso, e eu não soube mais de nada. Um dia escuto, entre dois militantes, na redação, a seguinte conversa:

– Sabe quem estava aí, na portaria? Aquele f. d. p. do fulano de tal – que era aquele antigo chefe da base. Não deixamos nem entrar.

Isso queria dizer que o sujeito estava virtualmente excluído. Junto da exclusão do Partido, estava excluído da profissão, pelo menos em São Paulo. Achei aquilo tudo normal, porque pareciam medidas de segurança, e passados outros meses, certo dia, estou num bar na frente da *Folha de S. Paulo*, tomando um cafezinho, e aparece o tal do sujeito, magro, chupado, barbudo, com um ar de mendigo. E vem falar comigo. E eu, como militante devotado, virei-lhe as costas e não falei com ele.

Também levei anos para compreender a significação moral – ou imoral – daquilo que fiz, porque na verdade ocorreu o seguinte: houve um cárcere privado,

exclusão da profissão, discriminação odiosa, a destruição total de uma vida, de uma carreira, no fim das contas, por causa de uma desconfiança. E todo mundo considerava isso normal, porque o Partido tinha todo o direito de agir assim. Nem se questionava.

Não tive o menor problema moral na época por ter procedido assim. O bem estava conosco; do outro lado não eram nem gente. Portanto, ninguém ia perder tempo tendo bons sentimentos para com um sujeito que pensa de outra forma e tem outra orientação política.

Na época, estive insensível a esta coisa. Entretanto, mais tarde, analisando o que se passou, eu vejo... Por exemplo, hoje, esses que pedem indenização porque dizem que "foram excluídos da profissão" e não sei o que mais. Ao contrário, no Partido era normal excluir uma pessoa, fechar uma boca, jogar um cidadão na miséria, na exclusão, no silêncio e no isolamento total. Então, esse negócio de que "fomos discriminados", são "lágrimas de crocodilo". Isso é a coisa mais falsa e torpe a que se pode assistir. É uma coisa medonha, que não considero moralmente justificável.

Note bem, não estou me desculpando de nada, estou me inculpando. Estou dizendo que estava lá, e, embora fosse um peixe pequeno, insignificante, estava fazendo aquilo. Entendo que o mínimo de obrigação que tenho, para limpar um pouco esse meu péssimo começo de vida, é, no mínimo, contar isso aí e desmascarar essa gente. E ressaltar: vocês não são melhores do que eu, e eu, absolutamente, não prestava na época.

Foi aos poucos que fui enfrentando resistências interiores e sobretudo superando a preguiça de pensar no assunto – porque o inconsciente humano reage de maneira passiva, tira de você a vontade de pensar em certas coisas, e aí você não pensa mesmo. O que vai criar um conflito, vai fazer você se sentir culpado, a defesa é não querer pensar naquilo, então você desliga e não pensa mais.

Mas como tive muito tempo para pensar nessas coisas, pude, depois, revendo a minha conduta e a de todos os outros, concluir que, moralmente, aquele ambiente do Partido era muito inferior ao dos militares que fizeram a Revolução de 1964.

Eram pessoas que não tinham senso moral, não tinham senso de humanidade, tinham apenas um senso de auto-engrandecimento, uma arrogância que a Igreja chama de impecância essencial. Quer dizer, é a incapacidade de pecar. O que quer que eles façam não é pecado. Eles se arrogam o dom da impecância divina e, por isso mesmo, sentem que são bons e que o outro lado é muito mau.

Uma prova inequívoca dessa desproporção no julgamento, de si e dos outros, foi justamente o que aconteceu nos anos seguintes, à medida que a esquerda – e sobretudo a ala mais radical do Partido Comunista – reagindo contra um regime

autoritário mas muito brando e que havia se imposto sem a menor violência, foram buscar ajuda logo de quem? Da ditadura mais sangrenta que havia na América Latina, a de Fidel Castro. Até aquela altura, Fidel Castro já havia fuzilado 17 mil cubanos, e logo depois, para a intervenção em Angola, matou 100 mil angolanos no prazo de poucas semanas.

Uma vez, num artigo, comparei: é como se, para proteger uma mocinha que está sendo assediada por um galanteador de rua, você a colocasse sob os cuidados de um notório estuprador e assassino. Foi isso o que a nossa esquerda fez.

Eu poderia até ser contra o novo regime, mas o novo regime não era um regime assassino, não era um regime violento, não era um regime cruento. E eles foram pedir ajuda e se aliar ao que havia de mais violento, de mais cruel na América Latina. Qual a justificativa moral que se pode apresentar para isso? Moralmente, qual é o sentido que faz uma coisa dessas? Com um único ato deste, o indivíduo já desmascara o seu intuito na mesma hora.

Porque, se o sujeito, para reagir contra o Governo do Marechal Castello Branco, vai pedir ajuda a Fidel Castro, isto significa claramente que o indivíduo nada tem contra o uso da violência, nada tem contra o derramamento de sangue, nada tem contra o genocídio. Tem apenas contra o Marechal Castello Branco, é o que bem se entende.

Está perfeito.

Então isso é absolutamente imperdoável do ponto de vista moral. A um ato de covardia, que marcou a reação deles a 31 de março, segue-se uma escolha moral absolutamente injustificável e brutal, uma opção pelo partido genocida. E tudo isso, analisando psicologicamente, é de uma brutalidade, de uma monstruosidade que nada pode justificar.

E veja: com toda a violência que se seguiu nos vinte anos subseqüentes, no Brasil não morreram mais do que quinhentas pessoas, entre as quais trezentas eram do lado da esquerda e duzentas do lado do Governo. Quinhentas mortes em vinte anos, num País do tamanho de um continente. Em Cuba, em um prazo bem menor, e com uma população creio que dezessete vezes menor do que a do Brasil, tinham morrido 17 ou 18 mil pessoas, sem contar os cem mil angolanos.

O autoritarismo é um mal. Creio até que os representantes do governo sabiam que era um mal, consideravam-no um mal necessário. Mas o fato é que ninguém quer um autoritarismo. Acredito que não havia, dentre os líderes de 1964, um único que tivesse uma posição doutrinária favorável ao regime autoritário enquanto tal. O que podia acontecer era admitir-se uma situação autoritária temporária, um autoritarismo curativo.

Depois não conseguiram sair do autoritarismo, essa é a verdade, não conseguiram sair. Mas ninguém era a favor. Não havia um senso doutrinário, digamos, fascista: "Não, temos que ter um governo forte, um partido único." Ninguém queria isso.

Quer dizer, é um autoritarismo que foi montado para remediar uma situação que existia, e que depois não se soube desmontar. Agora, contra isso, você se aliar a um governo francamente genocida, recordista de presos políticos na América Latina? Tem preso político até hoje! Até hoje existem, pelo menos, cem notórios presos políticos em Cuba.

Você conhece a total repressão à liberdade de imprensa, você sabe que a perseguição religiosa continua, você está informado da brutal, brutalíssima repressão aos homossexuais. Os homossexuais têm, hoje em dia, liberdade no mundo inteiro. Só em Cuba (e no mundo islâmico) é que não têm. E se um homossexual pega AIDS, por exemplo, é confinado no hospital e perde toda a liberdade civil. Como é que um governo que faz essas coisas, um governo monstruoso como esse de Cuba, poderia nos ajudar a restaurar a democracia no Brasil? Por que iria ajudar a restaurar no Brasil justamente aquilo que extinguiu, definitivamente, no seu próprio país? Logicamente não faz o menor sentido, e moralmente é imperdoável.

Então, esses dois capítulos – a covardia inicial, seguida dessa escolha errada do Partido – são capítulos da novela psicótica da esquerda nacional. Eu não tenho a menor dúvida de que toda a esquerda nacional, desde então, está possuída por uma fantasia psicótica.

É por isso que hoje em dia eu não aceito mais quando a pessoa diz: "Temos que discutir as divergências ideológicas, respeitosamente." Respondo: "Está bem, uma divergência ideológica pode-se discutir respeitosamente, mas uma psicose não." Uma psicose não se respeita, e aliás nem se desrespeita: uma psicose se diagnostica e se cura.

Agora, como é que se cura uma psicose? Pelo velho método psicanalítico do desmascaramento. Tenho um amigo, um grande gênio da psicologia clínica, que dava a seguinte definição para neurose: "Neurose é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita." Até hoje, toda a história da esquerda brasileira é exatamente a história dessas duas grandes mentiras esquecidas: a covardia de 1964 e a aliança macabra com um governo genocida para combater um autoritarismo brando.

Muitos traços estranhos da conduta dessa gente se explicam por essa coisa, e acho que a história desses subterrâneos psicológicos da esquerda nacional ainda precisa ser escrita. Temos que sondar isso, corajosamente, e trazer tudo à plena luz do dia.

Muitos ex-militantes, quando apresento isso a eles, arregalam os dois olhos e concordam: "Meu Deus, é exatamente isto que aconteceu!" Só que perceberam aos

poucos. Eu mesmo, na época, não percebia nada de errado. Foi aos poucos que fui revendo. E como é que comecei a rever? Para contá-lo, é preciso remontar ao tempo da ruptura entre as duas alas da esquerda.

Em 1966, salvo engano, saiu um livro escrito pelo Caio Prado Júnior. Caio Prado Júnior era um grande historiador comunista, dono da Editora Brasiliense, intelectual ricaço, típico comunista paulista quatrocentão e era um homem muito inteligente. Na medida em que é possível um comunista ser honesto, o que hoje me parece um círculo quadrado, era um homem honesto. Com essa ressalva, era honesto. Ele não mentia conscientemente.

Mas surgiu um debate na esquerda, no Brasil, sobre a burguesia nacional, se ela existia mesmo ou se era toda aliada ao imperialismo.

Caio Prado Júnior defendia a tese de que não existia burguesia nacional alguma. Parênteses: em todo o período anterior, toda a estratégia do Partido Comunista se baseava na idéia de que o Brasil não tivera ainda a sua revolução burguesa, tipo Revolução Francesa. Então, o Partido deveria apoiar as forças progressistas da burguesia para conseguir montar um governo democrático burguês, que depois seria transformado num governo socialista, ou democrático popular, como eles diziam.

Quando houve o Movimento de 1964 e ocorreu a queda da esquerda, esta, naturalmente, entra no *mea culpa*, no dever de sondar: “onde foi que nós erramos?” Mas toda essa investigação dos próprios erros era falseada na base, porque se baseava na mentira. Só admitiam poder ter errado do ponto de vista estratégico, mas nunca do ponto de vista moral.

Era, pois a mentira básica: “Temos que encontrar uma explicação, encontrar um erro estratégico que nos justifique, porque, se for um erro estratégico, estamos moralmente absolvidos.” Quando na verdade não houve nenhum erro estratégico: o que houve foi um profundo erro moral. E digo a eles: “Vocês caíram porque simplesmente não prestam, são covardes, não valem o que comem.”

Isto posto, a explicação deveria ser de ordem moral e humana, mas eles queriam encontrar uma explicação estratégica que parecesse científica. Então, dentro das discussões que se seguiram, para encontrar onde estava o erro estratégico, apareceu o livro do Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*. Esse livro argumentava do seguinte modo: nunca houve burguesia nacional, a nossa burguesia foi sempre aliada do imperialismo e, se não existe burguesia nacional, não pode haver aliança com a burguesia nacional, e, portanto, não cabe a estratégia da revolução democrática e pacífica, da revolução burguesa – que era, até então, propugnada pela linha mestra do partido, chefiada por Luís Carlos Prestes.

Com base no livro do Caio Prado, vai se formando uma ala radical disposta a romper com a estratégia clássica do PCB, que era a aliança com a burguesia, e partir para uma solução violenta. Essa é a origem das guerrilhas.

É evidente que toda a argumentação usada para levar a decisão à guerrilha era falsa. Toda ela era uma racionalização neurótica – como se diz em psicanálise – para ocultar o fato básico. O fato básico é que a esquerda já vivia na mentira e na covardia muitos anos antes. Por quê? Porque a guerrilha já tinha começado em 1961 e, em 1961, Cuba já estava dando ajuda às "Ligas Camponesas" do Francisco Julião para fazer uma guerrilha no Brasil.

Portanto, veja que coisa absurda: se já havia a guerrilha, já havia a ala radical, e a guerrilha já estava em ação desde 1961, como que é que o fracasso poderia ser explicado por culpa da estratégia pacifista do Prestes? Não tinha estratégia pacifista nenhuma, eles já estavam fazendo guerrilhas antes! E, no entanto, toda aquela argumentação pomposa e pseudo-intelectual do Caio Prado (aqui para mim e cá entre nós, acho ele um palhaço) que vem desde a história colonial, baseada em dados econômicos, mas ocultando o básico. Se ele estava argumentando que não existe burguesia nacional e, portanto, a estratégia pacífica foi a culpada do nosso fracasso, ele está simplesmente omitindo o fato de que não havia estratégia pacífica nenhuma, de vez que já havia guerrilha, aqui, desde 1961.

Então é sempre uma linguagem pomposa que esconde o fato básico. O fato material, o fato bruto, de que já havia a guerrilha.

Não sei por que se dá àquele homem tanta importância, quando se trata de um bobão; toda a obra dele não vale nada, porque tudo é muito bonito, mas não funciona.

Seria válido ler Caio Prado, mesmo considerando o seu facciosismo, apenas para saber o que ele diz, até para poder questioná-lo?

É pura perda de tempo. Sobre esse livro *A Revolução Brasileira*, afirmo: todo este esforço brutal para arrumar argumentos intelectualmente respeitáveis contra a estratégia do Prestes não vale nada, porque se esquecem de que já havia guerrilha e já existia a estratégia violenta. E se já havia a estratégia violenta, não foi a estratégia pacífica a razão do fracasso, meu Deus do céu! É uma coisa tão simples, que a gente explica em dez linhas, e o homem escreve um livro inteiro com argumentação econômica, muito elegante, esquecendo o básico.

É a falsa elegância intelectual de pessoas mais velhas com cultura muito deficiente. O Caio Prado tinha uma cultura filosófica de professor secundário, no máximo. Aliás, por aqueles anos, houve um famoso caso envolvendo o Caio Prado, ao qual não assisti, mas do qual tomei conhecimento por intermédio de um veterano do movimento anarquista chamado Jaime Cubero, que me relatou isso.

O Caio Prado era o ídolo filosófico dos comunistas, na época, e os anarquistas também tinham o seu ídolo filosófico, que era o falecido Mário Ferreira dos Santos, este sim de uma capacidade fantástica.

Certo dia realizaram um debate para analisar uma questão do ponto de vista marxista e do ponto de vista do Proudhon, do anarquismo. Chamaram então o Caio Prado para apresentar o ponto de vista marxista e o Mário Ferreira para apresentar o ponto de vista anarquista. Falou primeiro o Caio Prado, aquela coisa toda elegante; quando terminou, o Mario Ferreira se levantou e disse: "Olha, o ponto de vista marxista não é esse que você disse, não. De modo que eu vou refazer a sua conferência, antes de começar a minha." E refez toda a conferência do Caio Prado. Quando foi dito que iriam publicar a transcrição, o pessoal comunista ameaçou jogar uma bomba na gráfica anarquista para evitar que o seu filósofo fosse exposto àquela vergonha. Isso é só para dar uma idéia do que um filósofo de maior envergadura pode fazer com um Caio Prado da vida.

Note bem, destes intelectuais do Partido Comunista, o único que respeito, pelo trabalho intelectual, é o Jacob Gorender. Seu livro, *O Escravismo Colonial,* é um trabalho realmente de muito peso para a gente.

Eles, hoje, sempre afirmam que queriam, de um modo geral, a democracia, e eram contra os "gorilas". Mas o Gorender não diz isso, e sim que eles queriam mesmo era uma...

Revolução comunista. Gorender, pelo menos, tem essa virtude, de um comunista que assume publicamente...

Porque os outros são todos "democratas". Dizem isso cinicamente!

Na história do Partido Comunista, sempre houve dois discursos, um para dentro e um para fora. Tem o discurso em *petit comité,* o discurso dos congressos dos partidos, e tem a propaganda para fora, que é totalmente diferente. No Partido dos Trabalhadores (PT), ocorre exatamente a mesma coisa. Se você acompanhar as discussões nos congressos do PT, verá que não têm absolutamente nada a ver com o discurso que é feito, depois, para o público.

Essa duplicidade é uma coisa crônica na história do comunismo. Mentir, representar outro papel, para o comunista é uma coisa natural, principalmente aqueles que tiveram a experiência da clandestinidade. A clandestinidade é uma mentira, é ter uma vida de mentira. Você representa um papel fictício para fora e outro para dentro. Só que, durante o tempo em que você está na clandestinidade, é obrigado a fazer isso, porque, teoricamente, está correndo um risco. Mas acontece que, ao passar o risco, você continua a praticar aquilo que se incorporou à sua personalidade.

Significa dizer que a hipocrisia, a mentira, a farsa, fazem parte da estrutura de caráter do comunista; são treinados para isso, e acabam incorporando estes hábi-

tos nefandos. No fim, aquilo se torna inteiramente natural, a duplicidade de consciência. E observei muitos e muitos casos disso aí.

São exemplos que não acabam mais. Quer dizer: para o comunista, encarar a sua atuação política num certo plano e a sua vida pessoal num outro plano inteiramente diferente, sem ser capaz de julgar uma pela outra, é a coisa mais normal do mundo.

Por exemplo, Karl Marx tem páginas muito ácidas sobre os burgueses que exploram sexualmente as suas empregadas. Entretanto, Karl Marx teve um filho com a sua própria empregada, e jamais deixou que esse filho se sentasse à mesa junto com a família. E ele não percebia nada de incoerente nisso, porque já estava na mentalidade dupla.

E este mesmo tipo de conduta observa-se, também, no total desprezo para com as mulheres do povo que você usa sexualmente. Notei isto em todos os militantes comunistas que conheci, com exceção daqueles que eram casados com mulheres muito ciumentas e não podiam se dar ao luxo dessa brincadeira. Usavam a mulher, assim, como se fosse um lixo.

Mas isso todos faziam. Posso citar nomes de pessoas que hoje são importantes e vi tendo esta conduta, o que me horrorizava. Na verdade, este tipo de coisa foi um dos primeiros pontos que começaram a me incomodar bastante ali dentro. Você assiste àquele tipo de "machismo de coronel do sertão" que usa a mulher e joga fora, e lhe parece a coisa mais natural do mundo.

E aí a coisa já não combinava muito comigo, porque eu já fazia mais o gênero romântico, galanteador, e não gostava de ver as mulheres serem maltratadas. Mas só muito mais tarde descobri que esse era um padrão de conduta que já vinha de Karl Marx...

Até nesse sentido eram discípulos de Karl Marx.

Eram discípulos no sentido psicológico, não doutrinário. Você não precisa conhecer o pensamento do sujeito para imitar uma conduta psicológica que já se tornou tradicional dentro daquele meio. Essa duplicidade de caráter, duplicidade de língua – o famoso *bilinguis maledictus*, de que fala a Bíblia, "maldito homem de duas línguas" – isto aí é a coisa mais comum, e era considerado normal.

Creio que não existe obra mais significativa da mentalidade comunista do que a de Bertolt Brecht. Brecht dizia assim, cinicamente: "A verdade ou a mentira são igualmente úteis, desde que sirvam ao comunismo." Quer dizer, o comunismo está acima da verdade e da mentira. O sujeito educado assim está autorizado a mentir o quanto queira, inclusive para si próprio. Isso eu observei muito.

Mas voltando a história da rachadura no Partido, havia o pessoal que queria continuar com a linha do Prestes, que era a velha estratégia pacifista apregoada pela União Soviética...

A linha do Kruschev.

... que não queria encrenca

A União Soviética, após a década de 1950, tornou-se um freio para o movimento comunista. Por quê? Antes dos interesses da revolução mundial, tinham que vir os interesses do que já fora conquistado, da preservação da União Soviética. Então, a União Soviética torna-se um freio. E a parte, vamos dizer, ativa, vem ou da esquerda da Europa Continental – francês, alemão, que nada tem a perder – ou então vem da China, ou de Cuba. Mas a União Soviética sempre puxava o freio.

A União Soviética, quando queria fazer alguma ação mais arriscada, sobretudo no Terceiro Mundo, usava o aparato dos países satélites. Existe um livro, muito interessante do Ladislav Bittman chamado *The KGB and Soviet Disinformation*. Esse Bittman era o Chefe da Seção de Desinformação da espionagem tcheca, e ele afirma que os soviéticos, para agir, sobretudo, no 'terceiro mundo', não iam direto: mandavam agentes da Tchecoslováquia, ou da Albânia, ou coisa assim.

Na época, a argumentação do Caio Prado pareceu muito razoável e convincente a uma certa ala, com Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, que, então, aderiram à teoria da guerrilha. Teoria que estava exposta, sobretudo, no livro *A Revolução na Revolução* do Régis Debray, um livrinho de cinqüenta páginas, mas uma babaquice, uma bobagem fora do comum. Naquela época, aquilo nos parecia o supra-sumo, porque víamos Debray e Mao Tsé-tung como se fossem profetas.

A teoria dele se apoiava na possibilidade de derrubar o poderio imperialista no mundo através da disseminação de focos de guerrilha. Por isso, ficou conhecida como teoria foquista.

O foco, aqui, se resumia numa figura de retórica, que era: "1, 2, 3, muitos Vietnãs". Eles espalhavam Vietnãs por todo lado. Então, juntavam a argumentação nacional do Caio Prado com a argumentação internacional, que vinha de Régis Debray e Che Guevara, e era em grande parte disseminada por um jornalista australiano chamado Wilfred Burchett, um sujeito que trabalhava no jornal americano *National Guardian*. Burchett era muito usado, no Brasil, como um argumento de neutralidade, na base do "Está vendo? Até o jornalista do *Guardian* diz essas coisas", e tal. Hoje, com a abertura dos arquivos de Moscou, sabemos que Burchett sempre foi agente pago da KGB.

Juntando essas várias argumentações, formou-se a convicção de que se devia partir para um movimento de guerrilha. Mas é curioso que, quando entrei no Partido, fui logo cercado por essa gente – por essa ala que, para simplificar, chamarei de "ala do Marighella" –, e nunca ouvi um dos "velhos" (como chamávamos o pessoal do Prestes) falar diretamente. Só ouvia a palavra dos "velhos" através dos

seus críticos. Nunca conheci nenhum dos velhos, não vi ninguém desse pessoal do Prestes. Só recebíamos a versão do Marighella, que nos chegava através do Comitê Estadual de São Paulo, chefiado na época, parece, por um sujeito chamado José Costa Pinto, se bem me lembro (já são mais de trinta anos). Então, a versão que nos chegava vinha pelo Costa Pinto e pelo grande intelectual do Partido na época, o Nabor Caires de Brito, que a gente chamava de "O Capitão". Era o único homem de cultura que tinha ali no meio, e era um defensor ferrenho das teses do Marighella.

Eis que as teses dele nos chegavam por Costa Pinto, Nabor Caires de Brito, Mário Alves, e nunca pelos "velhos". Veja que coisa: no Partido, mesmo dentro da rachadura, dessa cisão, predominava o total controle da opinião. Quer dizer: de algum modo, aquele sujeito que estava colocado dentro da turma do Marighella não ouvia diretamente a opinião do lado adversário.

Professor, o senhor deixou muito claro que, dentro desse quadro da cisão, havia um patrulhamento muito severo, que nos pareceu ser uma constante dentro daquele clima em tal momento. Está correta esta idéia?

Exatamente. Na época, a coisa era justificada como uma situação imposta, digamos, pela própria repressão. Então, o movimento minoritário, perseguido, tinha que ser duro com os seus militantes. Mas acontece que, aos poucos, fui, por leituras e depoimentos que encontrei, descobrindo que nos países onde o Partido Comunista exercia o Poder – e onde, portanto, não podia alegar que era perseguido pelo governo – era pior ainda. Então, aquela história de que a repressão interna era uma autodefesa contra a repressão externa revelou-se como uma mentira absolutamente sórdida.

Por exemplo: em Cuba, onde o Partido Comunista exercia o Poder e não estava perseguido por ninguém de dentro do seu próprio território, o partido exercia sobre os seus militantes e sobre a população em geral um controle ainda mais drástico e mais pesado. Isso foi uma das primeiras coisas que me chamaram a atenção.

Essas pequenas rachaduras na coerência aparente da retórica do Partido foram aos poucos se alargando na minha mente, até que se tornou insustentável a minha permanência naquela entidade. Mas o que eu estava contando era a questão do famoso "racha" entre o Marighella e o Prestes.

Cisão Marighella / Prestes

Na época, parecia que toda a iniciativa da rachadura partia da ala Marighella, que, influenciada pelo livro do Caio Prado Junior, pelo livro do Régis Debray e pela situação internacional, tinha aderido à estratégia das guerrilhas e tomava, portan-

to, a iniciativa de forçar o Partido a segui-los; caso contrário, se separariam dele, como acabaram fazendo.

Mas hoje vejo de uma maneira um pouco diferente, porque a guerrilha já estava condenada ao fracasso desde o início, pelo próprio tamanho do território. Você não pode fazer uma guerra de guerrilha num País da extensão de um continente. É um negócio condenado desde logo ao fracasso.

A guerrilha poderia prosseguir durante duzentos anos, sem jamais alcançar uma vitória (pelo menos no sentido estritamente militar da coisa). No entanto, enquanto essa ala do Marighella se afundava no negócio das guerrilhas, a outra ala apostava numa estratégia de mais longo prazo – e que, verdadeiramente, se revelou viável.

Logo depois do Movimento de 1964, começaram a chegar ao Brasil as obras de dois autores importantes: Antônio Gramsci, de tremenda influência dentro do Partido, e Herbert Marcuse. Então vejamos como é que se colocam as idéias desses dois.

Vamos tratar primeiro do Marcuse, hoje um pouco esquecido, mas absolutamente decisivo para a época. Marcuse foi o último rebento da Escola de Frankfurt e, intelectualmente, o menor dos frankfurtianos.

A escola começa lá em cima com Max Horkheimer (homem de uma capacidade extraordinária) e, depois, vai descendo, descendo, até chegar em Herbert Marcuse. Mas Marcuse, embora fosse o menor deles, teve mais influência e conseguiu mais repercussão pública. Na verdade, creio que foi o único pensador da Escola de Frankfurt que alcançou tão grande repercussão.

Hoje em dia, fala-se muito em Walter Benjamin, mas não dentro de um contexto imediato de discussão estratégica, e sim no sentido cultural mais amplo. Mas o Marcuse, já na década de 1950, prosseguindo aquelas análises, feitas pela Escola de Frankfurt, que partem da constatação do fracasso do leninismo, já havia chegado à conclusão de que aquela estratégia insurrecional não poderia dar certo. Isto é, se o movimento comunista chegasse a tomar o Poder num país pela estratégia insurrecional leninista – com a idéia da vanguarda organizada e armada – ocorreria naturalmente um estado de guerra civil interna, como houve na própria Rússia, e uma ditadura monstruosa acabaria se instaurando, como de fato aconteceu na União Soviética. Então, segundo a Escola de Frankfurt, a verdadeira estratégia do movimento comunista não deveria ser apenas insurrecional, mas essencialmente cultural. É claro que Gramsci já havia escrito isso, mas as obras de Gramsci só foram divulgadas mais tarde.

Marcuse usava uma expressão absolutamente fantástica: dizia que a estratégia deveria ser não a de atacar diretamente o sistema, mas a de fazer sua decomposição difusa. Isto é, você espalharia, por tudo quanto é lado, militantes e intelec-

tuais – sem ligação aparente uns com os outros – que iriam corroendo, aos poucos, todos os valores, instituições etc., e destruindo sua estrutura de dentro para fora.

Essa estratégia, aplicada nos Estados Unidos, deu certo, e, hoje, os Estados Unidos não são mais, de maneira alguma, a mesma nação que fora até a década de 1960. A cultura americana tornou-se uma cultura francamente antiamericana. Nunca houve, em país nenhum do mundo, uma classe letrada que estivesse maciçamente contra o próprio país, como nos EUA.

Os Estados Unidos são o maior exportador de propaganda antiamericana que existe; a propaganda antiamericana que circula no mundo é 80% produzida em Hollywood e Nova York, e isso tudo foi um estado de coisas criado pela tal da "revolução cultural" que, nos Estados Unidos, foi mais marcuseana, na verdade, do que gramsciana. Mesmo nos Estados Unidos, a difusão de Gramsci é bem posterior.

Outra novidade que Marcuse introduzia era a idéia de descaracterizar o proletariado industrial como classe revolucionária por excelência.

Marcuse acreditava que o proletariado industrial havia se integrado perfeitamente à economia capitalista e estava, como de fato demonstrava, satisfeito com ela. Porque Marx previa o empobrecimento cada vez maior da classe operária no capitalismo – e o que aconteceu, historicamente, foi exatamente ao contrário. A classe operária se elevou a um padrão de vida que era impensável no século XIX, enquanto era exatamente nos países socialistas que ela decaía economicamente até o nível da miséria, da total dependência do Estado.

Marcuse enfatizava que a classe revolucionária já não poderia ser localizada dentro do proletariado, mas que tinha que ser encontrada naquelas pessoas que estavam, por uma razão ou outra – fosse econômica, fosse puramente psicológica – desconfortáveis dentro do sistema.

É claro que os primeiros que estão sempre desconfortáveis são os muito jovens, ou os adolescentes. Toda a nova geração que aparece no cenário histórico está – obviamente, por definição – insatisfeita. Por quê? Porque ela tem aspirações de Poder prematuras. O anseio de Poder da juventude, uma das marcas características do século XX, faz com que a nova geração sempre se considere marginalizada. O que é bastante paradoxal, porque ela não é realmente marginalizada, é a principal beneficiária do sistema. Mas se sente marginalizada porque sua reivindicação de Poder não é atendida de imediato. E note-se que isto sempre foi aproveitado por todos os movimentos de massa do século XX.

Uma vez li um artigo do falecido Otto Maria Carpeaux – que, aliás, era um homem de esquerda – no qual ele dizia claramente o seguinte: "Olha, toda a violência do século XX é obra dos jovens; você não vê massa de velhinhos quebrando

lojas, atacando judeus na rua. Você identifica que as massas de militantes comunistas, nazistas, fascistas, são todas compostas de juventude."

Quer dizer, a cor e o pretexto ideológicos não importam muito: o que importa é que aparece um movimento político que dá vazão a esse impulso, a esse desejo de Poder. Não vejo como um desejo de liberdade de maneira alguma. É particularmente impossível – ou no mínimo extremamente ilógico – que alguém que deseje a liberdade vá se arregimentar num movimento de massas.

Assim, a primeira faixa que Marcuse via como revolucionária – como substituta do proletariado – seria a de estudantes. A segunda faixa reuniria as pessoas que estão marginalizadas por um motivo moral: as prostitutas, os *gays*, os delinqüentes.

A segunda seria o lumpemproletariado. Marcuse foi o primeiro a dizer claramente que o lumpemproletariado, do qual Karl Marx falava com o maior desprezo – ele dizia que o lumpemproletariado era sempre ideologicamente ambíguo – adquiria uma força revolucionária na nova situação – no capitalismo já mundializado, bem-sucedido economicamente).

A terceira seriam as chamadas minorias insatisfeitas, entre as quais as nações mais pobres do Terceiro Mundo. Com isso você pode ver que Marcuse formulou toda a atmosfera e toda a simbologia da esquerda de hoje. A esquerda essencialmente marcuseana é uma esquerda que já não arregimenta proletários, mas arregimenta prostitutas, *gays*, minorias raciais etc.

As obras de Marcuse começaram a ser editadas no Brasil mais ou menos por essa época, 1965-1966, enquanto se desenrolava aquela discussão dentro do Partido. Ao mesmo tempo, a Editora Civilização Brasileira do falecido Enio Silveira, a maior editora do Partido, começava a publicar as obras de Antônio Gramsci. Antônio Gramsci praticamente organiza e articula a estratégia da revolução cultural, cujo conteúdo ideológico e publicitário, por outro lado, o pessoal tinha absorvido de Marcuse.

Não houve nenhum contato entre os dois, evidentemente. Gramsci nunca soube da existência de um sujeito chamado Marcuse, mas, antes mesmo da difusão das idéias de Marcuse, Gramsci já criara um aparato para operacionalizar – e, portanto, viabilizar – aquilo tudo.

Marcuse dava o pretexto ideológico e Gramsci a modalidade de organização partidária. Tudo estava sendo estudado pelos "velhos" do Partido, pelo pessoal do Prestes. Então, enquanto uma meia dúzia de malucos se dedicava à guerrilha, ia para a guerrilha para morrer, o que fazia o Partidão? Fazia, por exemplo, o treinamento de pessoas para ocuparem as cátedras de Educação Moral e Cívica abertas pelo Governo.

Note-se que nenhum dos governos militares jamais foi totalitário. Não existe governo totalitário sem doutrinação das massas. Os governos militares se recusavam

obstinadamente a fazer doutrinação das massas; no máximo, promoviam, às vezes, um filme ou outro, não como doutrinação ideológica, mas como conteúdo cívico, patriótico ou relativo ao passado, jamais uma referência ideológica direta. E a educação patriótica era a mais ideologicamente neutra possível, tanto que o programa de Educação Moral e Cívica foi entregue pelo Governo aos cuidados do Padre Fernando Bastos d'Ávila, um homem da esquerda, mas que acredito ter encaminhado aquilo da maneira mais honesta que podia, na época.

Imediatamente, o Partido percebeu que aquele negócio de Educação Moral e Cívica era um tesouro, uma oportunidade extraordinária. Então, vários movimentos de esquerda, não comprometidos diretamente com a guerrilha, começaram a treinar e colocar pessoas nas cátedras de Educação Moral e Cívica.

Como é que eu sei disso? É muito simples: minha própria mulher trabalhou nessa empreitada, na época, fazendo exatamente isso. Era muito comum. Ela estudava Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC). E havia um grande número de estudantes de Ciências Sociais, militantes de esquerda, que foram ocupar as cátedras de Educação Moral e Cívica e as transformaram em instrumentos de pregação comunista subsidiados pelo Governo militar.

Uma outra iniciativa que começou, então, foi a ocupação sistemática das chamadas "Sociedades Amigos de Bairros", que, dentre as suas atividades, faziam reivindicações à Prefeitura, como tapar um buraco, fazer um encanamento de esgoto, coisas assim. Enquanto a ala do Marighella se dedicava àquela coisa estéril da guerrilha, o pessoal do Partidão ia se infiltrando em todas essas organizações. Outro detalhe importante foi a organização da classe jornalística. Nisto, como no caso da Educação Moral e Cívica, quem criou inadvertidamente o instrumento para a ação comunista foi o próprio Governo, regulamentando a profissão de jornalista e tornando obrigatória a sindicalização.

Antes, os sindicatos eram muito pequenos. Só tinham, parece, 5% da classe sindicalizados na época. Como a sindicalização se tornou obrigatória e os sindicatos, por sua vez, eram pequenos demais para promover sozinhos uma campanha de sindicalização tão grande, quem foi que tomou a iniciativa? O Partido. Você me pergunta: "Como é que você sabe?" Resposta: eu estava lá, eu estava fazendo exatamente isso.

Então, nós nos dedicávamos a sindicalizar as pessoas e colocá-las automaticamente em nossa órbita ideológica. Isso começa em 1965-1966. Ao chegar à metade da década de 1970, podemos dizer que o Partidão já tinha o controle praticamente total da bolsa de empregos na profissão jornalística no Estado de São Paulo.

Sugiro até a leitura do livro *O Repórter e o Poder*, do José Carlos Bardawil, jornalista já falecido, muito meu amigo – talvez o melhor amigo que tive nessa profissão. Bardawil era um sujeito completamente maluco, mas foi o melhor repórter

político que conheci em toda a minha vida. Sempre muito injustiçado na profissão, exatamente por não ter ligação com corriola nenhuma, ele não era nem comunista nem anticomunista. Nesse livro, ele dá vários depoimentos que mostram o poder imenso que, já na década de 1970, o Partido tinha sobre a classe jornalística.

As conseqüências disso podem ser comparadas com o que está no livro *La Grande Parade*, de Jean-François Revel, da Academia Francesa. Nesse que é seu último livro – foi publicado em 2000 –, ele analisa o fenômeno da hegemonia esquerdista dentro dos meios jornalísticos franceses, e, como uma das provas dessa hegemonia, dá os resultados das eleições sindicais, nas quais 75 a 80% dos jornalistas franceses votam nas chapas de esquerda, e diz: "Olha, basta você comparar as eleições sindicais dos jornalistas com as eleições gerais do país, e você vê que a distribuição do espectro ideológico dentro da classe jornalística é diferente do que acontece no resto da nação."

Quer dizer que o jornalista não expressa a opinião da nação, mas a opinião do grupo em particular. Em geral, na melhor das hipóteses você chega a um equilíbrio entre esquerda e direita nas eleições gerais, e a direita geralmente sai ganhando. Mas dentro da classe jornalística não: são 75 a 80% de esquerda.

Ora, no Brasil, qual seria esta porcentagem? A porcentagem é rigorosamente 100%, porque, há mais de vinte anos, em nenhuma eleição sindical jornalística, tem existido gente suficiente sequer para formar uma chapa de direita. Não há nem chapas de direita. Então, isso quer dizer que a situação de hegemonia, de controle ideológico da classe jornalística, é infinitamente mais grave aqui do que na França.

Aqui são 100%, simplesmente. Não há mais jornalistas de direita. Veja a minha situação particular, por exemplo. Bom, não me considero um militante de coisa nenhuma. Sou um homem que discorda desse estado de coisas, mas não tenho ligação com partido ou organização ou facção de qualquer espécie. Simplesmente dou a minha opinião. E virei o quê? Um tipo esquisito. Quer dizer: a minha figura contrasta de tal maneira com a totalidade da classe jornalística que só isso já basta para mostrar que simplesmente não existe direita no jornalismo brasileiro. E, como não existe direita como facção identificável, qualquer sujeito isolado que critique a esquerda é visto como se fosse ele próprio "a direita", o "representante" de organizações e facções que, na verdade, nem sequer existem.

A minha situação pessoal é tão singular no Brasil, tão estranha, que esse fenômeno mesmo já basta para mostrar o total controle da opinião pública pelo esquerdismo militante.

Nos Estados Unidos, também existe essa hegemonia. A esquerda, também, a partir da década de 1960, usando a técnica da "decomposição difusa", como diz o Marcuse, ou da "longa marcha para dentro das instituições", em termos de Gramsci,

foi tomando aos poucos todos os jornais, canais de televisão etc. Isso também aconteceu lá. Só que a diferença, entre aqui e lá, é que lá esse fenômeno é estudado, conhecido, discutido e denunciado. E aqui não há nada disso.

Tenho na minha casa – dos que eu comprei recentemente – mais de trinta livros americanos sobre esse fenômeno. Um dos mais interessantes é de uma senhora chamada Tammy Bruce.

Tammy Bruce é militante feminista, lésbica e abortista, e essa senhora, com tudo isto na cabeça, ficou horrorizada com o que os esquerdistas estavam fazendo não só para dominar todos os meios de comunicação, mas para impedir que os seus adversários tivessem direito à palavra. E Tammy escreve um livro que se chama *The New Thought Police* (A Nova Polícia do Pensamento). Você não vai dizer que é uma direitista, conservadora etc. Nada disso, é exatamente ao contrário.

Recentemente saiu o livro *Bias* do jornalista Bernard Goldberg. "Bias" significa preconceito. Goldberg, que também é um homem da esquerda – nunca votou no Partido Republicano na vida – trabalhou na CNN por 28 anos, e, ao longo desses 28 anos, foi documentando a falsificação sistemática do noticiário.

À menor pressão de qualquer movimento esquerdista, notícias eram suprimidas, fatos eram alterados. Ele mostra, como um dos exemplos disso, o fato de que, hoje em dia, se acredita no mundo inteiro que a AIDS está igualmente distribuída entre homossexuais e heterossexuais. Isso é falso: é um mito criado pela CNN.

Os números são sistematicamente falsificados e, dentro desse processo de falsificação, ele destaca a distorção de notícias para torná-las favoráveis ao governo cubano, porque Cuba é a menina dos olhos dos jornalistas americanos. Não se mexe com Cuba. Ele conta tudo isso.

No Brasil, não há nenhum estudo a esse respeito e, quando chega uma notícia relativa ao livro do Goldberg, o que acontece? Leia essa resenha que a revista *Veja* fez do livro do Goldberg agora em janeiro. Como é que ela noticia? Primeiro, ela apresenta o livro como se fosse uma esquisitice, como se esse Goldberg fosse o único que está falando essa coisa, quando na realidade já existe uma vasta bibliografia – inclusive acadêmica – a respeito do fenômeno da desinformação esquerdista na imprensa americana.

Tratando o Goldberg como um tipo esquisito e singular, a revista, ainda, insinua que ele escreveu isso por inveja de um outro fulano. Trata logo de desqualificar o autor. *Veja*, neste caso, pratica a desinformação explícita – toda a imprensa nacional faz isso. E todos esses livros que existem sobre o assunto nos Estados Unidos jamais chegam até aqui.

E estas coisas já são conseqüências daquela operação iniciada naquela época. São os frutos que o movimento comunista colhe hoje da "longa marcha para dentro

das instituições" iniciada naquela oportunidade. Então, como é que vejo esta época hoje? Vejo que esperto foi o velho Partidão, e não o pessoal do Marighella. Espertos foram Prestes e sua turma, que apostaram em Marcuse, em Gramsci etc. Portanto, numa estratégia difusa, disfarçada, tênue e de longo prazo, o Partidão simplesmente usou a turma da guerrilha, como diz o caipira, como "boi-de-piranha". Por quê? Porque o Governo concentrou todas as suas atenções no combate à guerrilha...

E não se apercebeu dessa infiltração dentro da universidade.

Isso mesmo: o Governo deixou o campo totalmente livre para ação da chamada esquerda pacífica. Mas totalmente livre. Tanto que o chamado período militar – que hoje esses mentirosos profissionais apresentam como período de censura, controle de informações etc. – foi o período de maior crescimento e prosperidade da indústria de livros esquerdistas no Brasil.

Cheguei a discutir isso com uma senhora que ocupa um cargo importante na Secretaria de Educação do Governo do Paraná. Ela estava segura de que havia queima de livros em praça pública, como no nazismo, que a edição de livros estava totalmente controlada pelo Governo. Eu disse: "Minha senhora, não foi nada disso. Nunca houve sequer censura de livros, que eu saiba só dois livros foram proibidos, um, o do Debray, e o outro, sobre a guerra de guerrilha no Vietnã, porque ensinava a fazer bombas." Só esses dois livros foram proibidos. Em vinte anos de regime militar, não houve controle nenhum. Justamente nesse período, as editoras comunistas cresceram para caramba, muitas vezes com financiamento do Governo, como foi o caso de Enio Silveira. O próprio Enio Silveira me disse que, se não fosse a ajuda dos governos militares, ele já teria falido.

Então, o que realmente deu certo para os comunistas, com o passar do tempo, foi a estratégia do pessoal "velho", com os guerrilheiros servindo apenas como "bois-de-piranha".

Professor, só um detalhe: na sua exposição, ficou claro que antes o senhor estava bem ligado a esse grupo do Marighella, através de vários companheiros, mas depois esclarece que o senhor, sua esposa e outros verificaram que a ciência e o trabalho mais objetivo estavam do lado dos "velhos", do Luís Carlos Prestes. Aí, o senhor passou a trabalhar, tanto o senhor como a sua esposa ...

Não, nós não passamos não. Isto eu percebi muito mais tarde, quando já tinha saído do Partido fazia uns dez anos. Percebi que o que aconteceu no Partido não foi propriamente um racha, mas foi uma espécie de artimanha, muito bem bolada pela turma dos "velhos" que devem ter pensado assim: "Eles querem fazer guerrilha, deixem que façam."

Para atrair o Governo.

Exatamente. Eles foram, literalmente, os "bois-de-piranha". Então, da guerrilha mesmo, o que foi que sobrou? Nada.

Houve alguma pressão da parte do grupo do Marighella, quando o senhor quis sair do Partido?

Não, não. Não mudei de lado dentro do Partido e, aliás, nem rompi com o Partido. Simplesmente, fui saindo devagarzinho, porque, vendo as contradições, o absurdo da coisa, fui ficando chocado, sobretudo com relação àquela atuação guerrilheira. Era muito esquisito e óbvio que ia fracassar.

Achava que havia um negócio meio diabólico por trás de tudo. Hoje, entendo o que aconteceu. Hoje, entendo essa premeditação dos "velhos" em usá-los como "bois-de-piranha", entendo o que houve de maligno. Mas, na época, como disse, só senti o cheiro de enxofre no ar e pensei: "Não, isso aqui está muito mal explicado, é muito absurdo. Não vou participar deste negócio. Está na cara que vão todos morrer".

Hoje em dia, o que é que sobrou da guerrilha? Ora, a guerrilha hoje pode ser usada como instrumento de propaganda: você pode tirar proveito dos cadáveres. São trezentos cadáveres no total, trezentos cadáveres da esquerda, embora eles tenham matado duzentos do Governo, do outro lado.

Então, isso pode ser usado como instrumento de propaganda, mas esse é o único uso eficaz que se pode fazer dela. Enquanto eles estavam fazendo guerrilha, o lado dos "velhos" estava montando o aparato cultural inteiro. Estava tomando todas as universidades, os meios de comunicação, as instituições de cultura – que, hoje, dominam totalmente, da maneira mais cínica que se possa imaginar.

E o Governo totalmente alheio a esse aspecto, voltado apenas para a luta armada.

Completamente alheio. O Governo militar estava totalmente voltado para a luta armada e, propositadamente, deixava a esquerda pacífica atuar como quisesse, primeiro, porque o Governo não tinha nada contra a esquerda pacífica. Ele só não queria dois tipos de coisa: a luta armada e a corrupção. Se não ocorresse nenhuma dessas, os esquerdistas podiam fazer propaganda ideológica à vontade.

Era a teoria do Golbery, a teoria da panela de pressão. Ele dizia: "Não pode fechar a panela de pressão por todos os lados que ela explode. É preciso deixar uma válvula de escape."

Ora, a válvula que foi deixada foram as instituições de cultura, os meios de comunicação, as universidades...

Eram as áreas mais importantes, o centro da estratégia de Marcuse e Antônio Gramsci, que, na época, era desconhecida. A primeira referência que vi, no

meio militar, a Antônio Gramsci, foi já na década de 1980, no artigo do General Fábrega – José Saldanha Fábrega Loureiro – mas, aí já era tarde. Hoje, estou certo de que o pessoal da guerrilha foi usado e enganado, e que o Governo também foi usado e enganado. E o velho Partidão demonstrou a sua astúcia fora do comum e sua capacidade de ação de longo prazo.

Paciência e persistência.

Uma paciência fora do comum, porque a gente não pode esquecer o seguinte: hoje em dia, temos vários partidos que concorrem às eleições, mas o movimento comunista tem cento e cinqüenta anos de idade, tem uma continuidade de geração para geração. Cada geração aprende com a anterior. Nada se perde: toda a experiência adquirida é repassada, discutida, processada e há um contínuo reexame da estratégia e dos acontecimentos. Todo esse legado, toda essa herança está, hoje, na mão dos partidos de esquerda. E os partidos do outro lado, Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Progressista Brasileiro (PPB) etc? São partidos que surgiram ontem, que não têm respaldo histórico nenhum e, sobretudo, não têm uma intelectualidade organizada capaz de examinar as coisas.

Então, esses outros partidos são apenas partidos pragmáticos, empíricos. O que nós vemos hoje é uma luta entre políticos caipiras pragmáticos, e, do outro lado, uma intelectualidade organizadíssima que inclui milhares de pessoas.

Você vê, por exemplo, na *internet*, o que existe de discussões contínuas de estratégia é uma grandeza. Agora, aqui, hoje em dia, chegamos a acreditar que políticos do tipo "coronel do sertão", puramente pragmáticos e sem cultura, são capazes de enfrentar uma coisa dessas. Isso é absolutamente ridículo.

Professor, qual é o paralelo que o senhor faz entre a "Liga Camponesa", daquela época, do Julião, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de hoje? Será que, naquela oportunidade – em que a "Liga Camponesa" acabou derrotada – teria havido vontade política para eliminá-la, coerente com essa idéia de combater o que era luta armada, e, hoje, não há a mesma vontade de enfrentar o MST?

A diferença básica é dada justamente pelo contexto cultural e psicológico. Na época, em 1961, as "Ligas Camponesas" já estavam recebendo dinheiro e armas de Cuba para fazer guerrilha. Quer dizer, a guerrilha começa em 1961 – não em 1964, 1965, 1966 ou 1967. Portanto, explicar a guerrilha como reação ao Governo militar é uma mentira sórdida.

Havia já um plano contínuo de movimento guerrilheiro, mas na época, na sociedade civil e na cultura brasileira, não havia uma atmosfera favorável a isso. A maior parte dos jornais, por exemplo, era contra.

Você vê, por exemplo, em 1964. É claro que houve gritaria contra o movimento militar entre intelectuais militantes de segundo escalão. Mas as grandes figuras da intelectualidade brasileira, os homens de grosso calibre ficaram todos a favor dos militares – Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Miguel Reale: era o que havia de melhor.

O próprio Otto Maria Carpeaux, que depois ficou contra o novo regime, era a favor da derrubada do João Goulart. Escreveu dois artigos fulminantes contra o João Goulart nas vésperas do Movimento de 31 de Março. O que havia de melhor no pensamento brasileiro estava a favor do Movimento de 31 de Março, e só a arraia miúda que englobava o pessoal de teatro, cinema, atores – que não são intelectuais, são gente de *show business*, de uma intelectualidade mais popular, o proletariado intelectual – ficou com a esquerda.

Mas digo isso só para mostrar como a atmosfera cultural e psicológica, na época, não era tão favorável à esquerda, ao passo que, hoje, ela é de tal modo favorável que mesmo pessoas que são contra – ou pensam que são contra – a esquerda não se sentem com autoridade bastante para reagir contra o MST.

Isso quer dizer que essas pessoas se julgam a si mesmas de acordo com os padrões e critérios do adversário. Por quê? Porque esses padrões e critérios são longamente impostos através de novelas de televisão, filmes, programas de rádio, aulas universitárias, treinamento de crianças nas escolas... As crianças já são ensinadas a pensar exatamente como comunistas, desde a escola primária.

Hoje, você já não tem anticorpos psicológicos para reagir contra uma coisa dessas. Você se deixa invadir, contaminar, enfraquecer.

Então, digamos que o propósito das "Ligas Camponesas" era exatamente o mesmo do MST, mas há essas diferenças: em primeiro lugar, a atmosfera cultural e psicológica e, em segundo lugar, é preciso ver que o Governo Fernando Henrique Cardoso ajudou muito mais o MST do que o Governo João Goulart ajudou as "Ligas Camponesas".

Sempre digo que o Governo Fernando Henrique Cardoso é o verdadeiro criador do MST, porque, se não fosse o dinheiro do Governo, despejado ali em quantidades astronômicas, não haveria MST nenhum. E ainda chegam a montar essa falcatrua dos Títulos da Dívida Agrária, por exemplo: você tem uma fazenda que certo dia é reivindicada pelo MST. Então o Governo vai lá, desapropria e, ao invés de pagar com dinheiro – a indenização justa e imediata, como a Constituição exige – paga com Título da Dívida Agrária que, depois, o Governo aceita para pagamento na compra de estatais – privatizações essas das quais, portanto, a esquerda se beneficia, o MST se beneficia, ao mesmo tempo em que a imprensa esquerdista desce o cacete nas privatizações. Ora, aí é o próprio ladrão que denuncia o roubo em seguida. Isso é uma

monstruosidade, é de um descaramento, de um cinismo fora do comum. Esse esquema da dívida agrária foi criado pelo governo para favorecer o MST. Se não fosse isso, o MST simplesmente não existiria.

Uma vez, num artigo, perguntei ao Lula: "O senhor acha mesmo que poderá fazer mais pelo socialismo do que fez o seu antecessor?"

O MST não é uma organização sindical, não é um partido político, não é uma guerrilha: é uma mistura de tudo isso. O que era exatamente uma mistura de tudo isso era o soviete na Rússia. A organização do MST – quem estudar um pouquinho o assunto verá – é rigorosamente a cópia do soviete, e o soviete serve para quê? Para desmantelar a estrutura agrária e preparar a futura administração socialista do campo. É exatamente isso que o MST está fazendo.

Na Rússia, a criação dos sovietes levou décadas. Aqui, tudo foi feito em oito anos, com o dinheiro do Governo. Portanto, o MST deveria erguer uma estátua para o Fernando Henrique, porque ele é seu verdadeiro criador. Mas sempre, para um esquerdista, é normal entrar dentro do aparato do adversário, e consentir ser publicamente identificado como adversário, enquanto trabalha para a esquerda. É exatamente o que fez o Fernando Henrique.

Fernando Henrique é um homem que fomentou a revolução socialista neste País com o dinheiro do Governo, o tempo todo, ao mesmo tempo que posava publicamente de agente do imperialismo, homem da direita, consentindo até em "levar uns tomates".

O sacrifício que Fernando Henrique fez da sua pessoa e do seu prestígio em favor da esquerda o tornaria a meu ver uma espécie de santo para esse pessoal. Ele é um mártir, que se oferece assim: "Olha, eu vou lá, faço a parte suja do serviço, poso como homem da direita, para dar dinheiro a vocês e para fomentar a educação marxista das crianças, a criação do MST, a criação do aparato fiscal que será usado, depois, para destruir todos os níveis da direita. Faço tudo isso e ainda consinto em posar como homem da direita e levar os tomates que a esquerda queira jogar em cima de mim." É um "santo"! A esquerda tem de beatificá-lo.

Professor, quais foram os principais erros da Revolução, nesses vinte anos em que esteve no Poder?

Diria que são os erros crônicos da política brasileira. Primeiro, o empirismo e o praticismo – valorizar só o aprendizado prático: acreditam que é possível resolver tudo no improviso, sem uma compreensão teórica mais profunda do que está acontecendo. O desprezo pelo conhecimento é uma marca característica do Brasil, onde conhecer o assunto de que se fala não é considerado normal.

Tenho um amigo que nasceu no morro da Rocinha e, desde pequeno, era muito estudioso. Enquanto os outros iam jogar futebol, ficava lendo. Mais tarde, entrou num programa de auditório para responder sobre a vida de José do Patrocínio, ganhou um dinheirão e saiu da favela. Ele me disse o seguinte: "Sofri mais discriminação na favela por estudar do que aqui embaixo por ser preto." É algo que faz rir, mas precisamos entender que isso é uma coisa muito arraigada no Brasil. Gente que estuda é vista como esquisita.

Esse pragmatismo imediatista foi o grande erro da Revolução, mas não somente o grande erro da Revolução: é o grande erro de toda a classe governante do Brasil desde o início do século XX.

Acreditaram poder resolver o problema do comunismo apenas com base na ação militar, e acabaram descuidando completamente do aspecto cultural e psicológico mais profundo. O que conseguiram com isso foi uma espécie de vitória de Pirro: venceram a guerrilha, mas ao mesmo tempo já estavam sendo comidos pelas beiradas pela revolução cultural gramsciana.

Venceu militarmente, mas perdeu psicologicamente.

Perdeu culturalmente. E isto era inteiramente previsível para quem conhecesse bem as obras de Marcuse, Gramsci e tal. Inteiramente previsível. Não tentar formar uma intelectualidade à altura de compreender e superar a estratégia comunista foi um erro enorme, mas a gente vê que esse erro não ocorreu só na Revolução: ele persiste hoje.

Esses políticos do PFL, do PPB, acreditam que podem vencer o PT, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) etc., na base do puro empirismo, do improviso eleitoral, sem nenhuma análise mais aprofundada. No Brasil, o cultural ainda exerce uma função ornamental e de prestígio, e não uma função utilitária. Então, quando se vê um camarada como estudioso, ele é celebrado como um grande intelectual, mas mesmo assim ninguém estuda o que o sujeito está ensinando. Penso que precisamos mudar rapidamente isso, e criar uma concepção mais austera e mais utilitária do estudo e da cultura.

A gente não pode continuar estudando por boniteza, para brilhar, para ser doutor, para entrar para a Academia. Temos que estudar porque o estudo é o único instrumento de valor que o ser humano possui. Sem o conhecimento, o ser humano está liquidado.

Veja o que aconteceu no México, por exemplo, onde havia a guerrilha em Chiapas. O governo mexicano tinha uma superioridade militar infinita em relação aos guerrilheiros e, no entanto, perdeu. Os guerrilheiros de Chiapas puseram o governo de joelhos, tanto que todas as exigências dos guerrilheiros tiveram que ser aceitas depois pelo

Presidente Vicente Fox. Ele teve que engolir tudo aquilo. Por que aconteceu isso? É simples: enquanto o governo apostava nos meios de ação puramente militares, eles apostavam na formação de redes de informação e de pressão no mundo inteiro.

A guerrilha tinha contato com toda a imprensa européia e americana, com todas as redes de televisão e todas as universidades. Dessa forma, quando o governo mexicano dava um passo contra a guerrilha, instantaneamente a mídia internacional inteira caía de pau no governo mexicano.

O guerrilheiro podia matar, assaltar, estuprar, tocar fogo... podia fazer de tudo, que ninguém falava nada. Mas se o governo dava um passo, a mídia internacional inteira caía sobre ele.

Se a gente perguntar: "Mas e o governo mexicano, que aparato internacional tinha na mídia? Que contato?" Nenhum. Não se pode vencer essa gente somente por meios militares, de maneira alguma – não quer dizer que os meios militares sejam dispensáveis, de maneira alguma também – mas eles têm que ser empregados dentro de uma estratégia muito mais geral, e não isoladamente.

Entendo que o ocorrido em Chiapas – gostaria de ouvi-lo a respeito – está se repetindo na Colômbia; só não acontece com tanta força por causa do narcotráfico, que realmente repele um pouco na hora de ser apoiado.

Este é o ponto fraco deles. Ponto fraco porque, como o movimento esquerdista internacional perdeu o apoio financeiro da União Soviética, passou a se apoiar no narcotráfico. Agora, não podemos nos esquecer de que essa rede do narcotráfico foi montada pela própria União Soviética, cinqüenta anos atrás. A União Soviética previa a dificuldade de continuar financiando a distância o movimento revolucionário na América Latina, e já pensava na criação de fontes locais de financiamento, e, na década de 1950, surge a idéia de aproveitar o narcotráfico.

Isto está contado num livro de um autor chamado Joseph Douglass. Esse Douglass usa as análises feitas pelo General Jan Sejna do Estado-Maior do Exército tchecoslovaco, e que testemunhou, pessoalmente, todas as operações realizadas pela KGB para se apropriar das redes de tráfico – incipientes na época –, dominá-las e utilizá-las em favor da revolução latino-americana.

Isso foi um projeto cuja implementação levou cinqüenta anos, e cujas conseqüências nós vemos hoje. Quer dizer, essa coisa de FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) não surgiu do nada, foi longamente preparada. O livro chama-se *Red Cocaine*, cocaína vermelha. Esta obra tem que ser traduzida e publicada no Brasil, para que todos entendam o que aconteceu durante esse período todo. A associação da revolução, do movimento comunista internacional com o narcotráfico é muito antiga – muito antiga e muito íntima.

Por exemplo, recentemente um assessor de Fidel Castro deixou a função e conseguiu ir embora para os Estados Unidos, onde chegou contando que a conta pessoal de Fidel Castro, nos bancos suíços – que eles chamam lá de "reserva del comandante" – é inteiramente usada para lavagem de dinheiro do narcotráfico. E contou que o próprio Fidel Castro foi o sujeito que conseguiu articular os vários cartéis do tráfico latino-americano, parar com a disputa entre eles e organizá-los. Quer dizer, Fidel Castro é sem dúvida o maior traficante de drogas da América Latina – e não é de hoje, pois isto é muito antigo.

Hoje em dia, não há nem atmosfera para você discutir isso, porque parece uma coisa muito estranha. Ora, tudo é esquisito para quem não conhece. Mas para mim, que estou estudando essa coisa há trinta anos, nada disso aí é novidade. Mas se você disser uma coisa dessas em público hoje, soará enormemente estranho.

Por quê?

Porque, há vinte anos, no Brasil, ou quase trinta anos – até mesmo no tempo do regime militar – teve início o controle esquerdista da cultura nos meios de comunicação. Todo o material que se descobriu nos últimos vinte ou trinta anos a respeito do comunismo internacional está bloqueado, censurado, e não chega ao Brasil. Os livros estão todos em francês, inglês e espanhol. Aqui não chegam de jeito nenhum.

Em 1975, como resultado dos trabalhos desenvolvidos no primeiro lustro da década de 1970, o renomado Professor e Estrategista Ray Kline apresentou uma obra na qual afirmava que a vontade nacional do Brasil se igualava à da França, ocupando o primeiro lugar entre os 78 países selecionados para avaliação do Poder Mundial. Havia uma determinação nacional, um entusiasmo contagiante em torno do "Brasil grande", um verdadeiro retorno à fase do "tenentismo", no afã de que o Brasil ganhasse uma dimensão de crescimento, em todos os campos do Poder, semelhante à expressão do seu espaço físico de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Mas aquela euforia desapareceu quase que totalmente. Hoje, o que manda é a vontade internacional. Embora se fale hoje, o fato já se evidencia desde Collor, haja vista, entre outros fatos, a Reserva Ianomâmi, que foi uma imposição de George Bush, o pai do atual Presidente dos Estados Unidos.

Como se operou essa transformação, como se apequenou a vontade nacional, se o Brasil chegou a crescer a 10% ao ano, de 1969 a 1973, no período de estudos de Ray Cline?

Bom, como é que acontece isso? Em primeiro lugar, a expressão "Nova Ordem Mundial" só começa a circular na imprensa brasileira depois que foi usada num discurso do George Bush, o pai, no tempo da Guerra do Golfo. A partir daí, todo mundo acordou para o fenômeno da Nova Ordem Mundial e começou a discuti-la.

Muito bem, esta questão de Nova Ordem Mundial está sendo discutida e planejada pelo menos desde a década de 1920. Houve um projeto inteiro – em 1928 já estava totalmente formulado – que saiu num livro de Herbert George Wells, intitulado *The Open Conspiracy*. Toda a Nova Ordem Mundial está delineada ali.

A idéia da Nova Ordem Mundial é essencialmente uma criação da chamada Fabian Society, Sociedade Fabiana. Os socialistas fabianos são socialistas moderados, inventores da chamada "terceira via" que também já estava formulada na década de 1920.

Onde surge a "terceira via"? Surge de um fator muito simples: o capitalismo é um regime que produz uma tal riqueza, uma tal prosperidade que acaba criando, junto com a prosperidade geral, certas fortunas que transcendem a própria mecânica do capitalismo. Por exemplo, um sujeito que cresceu e que enriqueceu num regime de livre concorrência, quando chega ao topo do capitalismo, isto é, se tornou uma das grandes fortunas, percebe que, embora a sua fortuna tenha sido criada pelo regime de livre concorrência, ele já não pode estar submetido à mesma. Nesse momento, surge o problema dinástico, porque ele aspira passar aquela fortuna para os seus descendentes e perpetuá-la. Então, ele já não quer mais livre concorrência, porque deseja garantir a continuidade.

Isso quer dizer que a classe capitalista se forma na livre concorrência, mas se consolida como um poder dinástico, e, portanto, já não mais de tipo capitalista, e sim de tipo aristocrático.

Então, dentro do regime capitalista puro, capitalista liberal, ninguém pode garantir que o pobre de hoje não será rico amanhã e o rico de hoje não será pobre amanhã, porque o mercado é um negócio flutuante e imprevisível. A partir do momento em que a grande riqueza criada pelo capitalismo liberal tenta se perpetuar através das gerações e se torna um poder aristocrático, passa a funcionar como uma força estranguladora do capitalismo.

Então, é isto que explica o seguinte: se você pegar as duzentas maiores fortunas dos Estados Unidos – a começar por Rockefeller, Morgan etc. –, você verá que, nas eleições americanas, desde o começo do século, eles jamais apoiaram o candidato pró-capitalista, mas sempre o candidato estatista, intervencionista, controlador da economia, semi-socialista. Isso acontece porque essas grandes fortunas, esses grandes bancos internacionais, vivem de emprestar dinheiro para o governo, que é o grande cliente deles. Precisando do endividamento público, precisam do governo intervencionista.

São republicanos ou democratas?

Hoje em dia seria democrata. Mas essa diferença já não é tão importante, porque os candidatos que eles elegeram – republicanos ou democratas – eram todos

intervencionistas. Os que defendiam a economia liberal e o livre mercado sempre foram jogados para escanteio.

Inclusive aqueles dos quais você menos esperaria isso. Por exemplo, Ronald Reagan. Teoricamente, Reagan seria um homem do capitalismo liberal, uma espécie de Margaret Thatcher – ex-Primeira-Ministra britânica – de terno e gravata, mas, quando você vai ver, o que é que o Reagan fez? Ele fez o maior endividamento público de toda a história americana.

Quer dizer, durante a administração Reagan, o Estado cresce mais ainda. Eles sempre apoiaram mais uma política intervencionista. Ao mesmo tempo, essa mesma elite sempre usou a União Soviética – e o movimento comunista de modo geral – como instrumento de pressão em cima do governo americano. Se você for ver a própria história da União Soviética, sua história inteirinha, você vai ver que a União Soviética só existiu graças à ajuda americana.

Um exemplo: quando termina a Segunda Guerra, os americanos fazem o Plano Marshall para os países da Europa Ocidental – França, Alemanha e outros. E como era o Plano Marshall? Os Estados Unidos davam dinheiro para aqueles países para que se reconstruíssem, com a condição de que comprassem seus materiais nos Estados Unidos – forçando a venda, portanto. Isso quer dizer que, através desse plano governamental, o contribuinte americano era obrigado a subsidiar firmas das quais ele, normalmente, não compraria. Evidentemente, é uma política antiliberal, intervencionista. Já para a ajuda à URSS não impuseram condição nenhuma: deram-lhe simplesmente um empréstimo a fundo perdido, que jamais foi pago – e nunca reclamaram do calote. Neste caso, o Governo foi pressionado pelas grandes fortunas: Rockefeller, Morgan etc.

Ora, quando vemos que esses grandes bancos vivem do endividamento público, eles têm que ser contra o capitalismo liberal, e têm que ser a favor de um regime intervencionista. Mas o comunismo total, por outro lado, também não serve para eles. Então o que fizeram? A "terceira via" foi a solução que encontraram, pois já tinham pensado nisso. Tudo está escrito, publicado, desde a década de 1920.

Então, esse pessoal vai empurrando o mundo cada vez mais, para uma espécie de socialismo *mezzo a mezzo*, um socialismo que, no fundo, seria idêntico à economia fascista, à economia nazista – porque é um regime estatista –, mas conservando-se o Poder das grandes empresas, como você tem na China hoje, também.

Alguma coisa parecida com Lord Keynes – John Maynard Keynes?

Lord Keynes é um característico socialista fabiano. Agora, as relações do socialismo fabiano com a União Soviética foram sempre muito boas. Eles sempre apoiaram a União Soviética. Aí, aparecem umas situações que são tão estranhas

que beiram a inverossimilhança, como por exemplo o seguinte caso: Dean Acheson foi Secretário de Estado americano; seu escritório de advocacia era oficialmente o escritório que representava os interesses do governo soviético nos Estados Unidos. Isso quer dizer que o advogado da União Soviética era Secretário de Estado americano. Como é possível uma coisa dessas? É muito estranho!

Você vê que havia ali um conluio de interesses que chega a ser sinistro, sob certo aspecto, baseado sobretudo na mentira. Ora, essa turma do Acheson – que eles chamavam os "Homens Sábios", eram cinco ou seis – inventou a política de "contenção do comunismo". O que significa "contenção do comunismo"? Significa não fazer nada contra ele, deixá-lo como está.

Então, de fato, bloquearam as iniciativas anticomunistas nos Estados Unidos, porque necessitavam da União Soviética para usá-la como instrumento de chantagem em cima do governo americano. A mecânica disso também é muito simples: se o banqueiro vive de emprestar dinheiro ao governo, qual é a garantia que ele tem de que o governo vai pagá-lo? A qualquer momento, o governo pode criar uma moratória, dar-lhe um chapéu e não pagar mais nada.

Ele precisa de um instrumento de pressão externa; é a garantia que ele tem. É por isso que você vai ver, sempre, esse pessoal – Rockefeller etc. – subsidiando o movimento esquerdista, como subsidiaram o Mandela na África do Sul.

Mandela, que estava na cadeia há vinte anos, membro de um grupo eminentemente assassino e genocida – o chamado Congresso Nacional Africano, que, na verdade, é o Partido Comunista – repentinamente...

Teve o apoio total das grandes fortunas.

Exato. Ele foi posto no Poder por Rockefeller, e chegou a admitir isso. Assume o Poder e no dia seguinte é retirado da cadeia, seis meses depois é Presidente da República, e a primeira coisa que faz é tirar uma fotografia abraçado com David Rockefeller. E a esquerda toda acha isso lindo.

Se alguém que eles entendessem da direita aparecesse abraçado com o Rockefeller...

Meu Deus do céu, seria linchado.

O Movimento Comunista Internacional sempre trabalhou para o interesse desses grandes banqueiros e vice-versa. Mas este também é um assunto sobre o qual no Brasil ninguém sabe nada. Existem centenas, milhares de livros sobre este assunto – existe um bocado de livros alucinados também, negócio de teoria da conspiração, mas há estudos muito sérios, diga-se, onde você entende a coisa com uma translucidez total, sobretudo porque é ridículo pensar em termos de conspiração. O termo certo seria o do Wells, *Open Conspiracy*, conspiração aberta. Todas essas

discussões sobre "terceira via", sobre Nova Ordem Mundial, vêm sendo publicadas na revista *Foreign Affairs* desde 1920.

Está escancarado; ninguém está escondendo nada. Apenas eles têm uma continuidade temporal formidável e, também, como o Partido Comunista, discutem e refazem incessantemente a sua estratégia; por essa razão, um país como o Brasil fica que nem barata tonta no meio disso, porque você não tem uma intelectualidade capacitada para discutir a situação, diagnosticá-la e saber onde estamos. A nossa intelectualidade nem mesmo percebe que toda a nossa esquerda, aqui, é manipulada por essa gente.

Uma vez, no Rio Grande do Sul, tive um debate com o prefeito de Porto Alegre, Raul Pontt. Ele não me conhecia e esperava que chegasse lá um típico representante do imperialismo americano. E, sem me conhecer, começou a me atacar por esse lado.

Eu disse: "Espere, meu amigo. O senhor está enganado: o representante do imperialismo americano aqui é você, porque o seu partido é subsidiado por Rockefeller, pela Fundação Ford etc. Nunca recebi subsídio de ninguém, vocês é que trabalham para eles. Por exemplo, diga-me quando o MST invadiu uma propriedade estrangeira no Brasil? Nunca!" Nunca, eles nem tocam nisso. Ao mesmo tempo, obviamente, recebe subsídio até do governo inglês. Quer dizer, estamos sendo manipulados por tudo quanto é lado, e esse movimento de esquerda todo é um dos principais instrumentos de manipulação.

Ora, se nós não adquirirmos informações suficientes, não criarmos uma camada, uma classe de intelectuais capacitados a discutir e dar, ao restante da Nação, o panorama exato do que está acontecendo, vamos entrar num desespero e num ódio interno que, no fim, só vai favorecer a destruição do Brasil.

Por exemplo, quando identificamos a idéia de Nova Ordem Mundial com a idéia de interesse nacional americano, estamos cometendo um erro, porque a Nova Ordem Mundial nada tem a ver com o interesse americano, mas tem vínculos com duzentos banqueiros. Se, para formar a Nova Ordem Mundial, for necessário destruir os Estados Unidos, como de fato vem sendo feito – a cultura americana já foi destruída –, eles o farão.

Então, por exemplo, um ponto de apoio que o Brasil poderia ter no exterior, são exatamente os conservadores americanos, que são contra a Nova Ordem Mundial. Mas aqui ninguém sabe disso, porque identifica a Nova Ordem Mundial com os Estados Unidos.

Digo: meu Deus do céu, isso é uma loucura!

Mas já é um estereótipo muito difícil de apagar.

Dificílimo. E você vê um sujeito subsidiado pela Nova Ordem Mundial, como o pessoal do MST, falando contra a Nova Ordem Mundial e identificando-a com o governo americano e com a nação americana. É monstruoso, é a total falsificação. Quando vemos esse banditismo, essa violência toda, essa corrupção e tal, nada disso surge do nada. Uma nação precisa estar enlouquecida, precisa ter perdido o senso da realidade para chegar a esse ponto.

Professor, acusam os presidentes militares de terem cerceado a liberdade de pensamento das elites. Pelo que o senhor nos disse até agora, a coisa não ocorreu desta forma, não foi...

Foi exatamente o contrário. Houve cerceamento da imprensa noticiosa diária, dos jornais. Os jornais eram policiados para não publicarem notícias que pudessem ser usadas pelo pessoal da guerrilha, mas no meio universitário, intelectual e editorial não houve controle nenhum, nenhum, nenhum. Pelo contrário, nunca houve tanta propaganda esquerdista quanto naquela época. É só você acompanhar a curva ascendente da publicação de livros de esquerda, que é um fato empiricamente verificável.

O que vem justamente derrubar essa balela, essa história de que o pensamento nacional foi extremamente prejudicado pela censura.

O pensamento nacional? Que pensador saiu daí? Fernando Henrique Cardoso? Florestan Fernandes? São uns palhaços, uns idiotas. Em sua obra, Florestan nunca fez outra coisa senão aplicar à análise da sociedade brasileira uma ordem emanada de Stálin, em 1932. Stálin mandou: "Agora, vocês peguem os movimentos de minorias raciais e dêem a eles o teor de luta de classe." E Florestan Fernandes dedicou a vida a cumprir esta ordem – ele nunca fez outra coisa, e não passou de um propagandista de uma norma stalinista. Aquilo não é ciência, nem nada.

Alberto Oliva é autor de um livro que se chama *Ciência e Ideologia*, a respeito do Florestan Fernandes. Depois que você o lê, não sobra nada da obra pretensamente científica do Florestan.

Darcy Ribeiro é um homem totalmente alucinado. Não tem obra científica nenhuma; apenas uma adaptação da antropologia aos cânones marxistas, que faz em *O Processo Civilizatório*. Não creio que essas pessoas pudessem fazer a menor falta ao País.

Quando dizem que o pensamento brasileiro foi sufocado, isto é autolisonja. Pensamento brasileiro à época? Que eu saiba... Que grandes pensadores existiam aqui? Havia o Mário Ferreira dos Santos, que a esquerda toda ignorava e que continua ignorando; havia o Miguel Reale; havia o Vilém Flusser, um emigrado tcheco que chegou aqui e, em três anos, aprendeu a escrever em português – escrevia um português maravilhoso. Flusser era um grande filósofo, e nunca lhe deram a menor atenção.

Flusser acabou indo embora, na década de 1970, por não suportar mais a mesquinhez do meio. Não foi perseguido por ninguém, não foi posto para fora por ninguém. Os caras que foram demitidos da USP e de outras universidades, eram para ser demitidos mesmo, mas não por motivo político: eram para ser demitidos por inépcia.

A visão que esse pessoal tem da coisa é tão falseada que existe um livro sobre a época, intitulado *A Fúria de Calibã*, escrito por Nelson Werneck Sodré – general e historiador comunista – que tenta traçar o panorama do que define como caça às bruxas da época – o tal "terrorismo cultural", essa coisa toda. E conta que um foi demitido, o outro exilado etc. Ninguém de verdadeiro relevo intelectual. No meio da narrativa, Sodré adianta que, naquele ano (refere-se a 1965, creio) publicou oito livros que foram comentados e aplaudidos por toda a imprensa. Quer dizer, o homem publicou livremente as suas obras naquele ano, foi aplaudido na imprensa, e ainda tomou posse no Instituto Brasileiro de História e Geografia Militar, numa cerimônia à qual estava presente o Presidente da República. Agora você imagina se, em Cuba, é possível uma situação dessas: Fidel Castro comparecer a uma cerimônia na qual vai tomar posse, na Academia, um homem da oposição. O próprio Nelson Werneck se desmascara no livro.

Quando cheguei nesse ponto, pensei: "Olha, com essa página aqui ele neutralizou tudo o que está querendo mostrar no livro, porque se ele mesmo diz que era o principal, uma das principais cabeças pensantes, e tinha toda esta autoridade..."

Naqueles anos, foi publicado o livro que mencionei anteriormente, *A Revolução Brasileira*, do Caio Prado Júnior, que rediagnosticava toda a história brasileira chegando a uma conclusão favorável à luta armada. Este livro foi publicado, resenhado e comentado, e acabou determinando toda a estratégia da esquerda por vinte anos. O livro nunca foi apreendido, não sofreu censura de espécie alguma.

Pois Werneck Sodré agora será homenageado por um simpósio para o qual estão convidando várias pessoas selecionadas.

Não nego que a obra inteira do Werneck Sodré tenha um certo valor documental. Não chega a ser intelectualmente relevante, mas como documento tem lá a sua importância.

Entendo que, dessa comunistada toda, durante o século XX, a única contribuição intelectualmente relevante foi o livro do Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, um livro que reinterpreta a economia do período colonial e mostra que se tratava de uma formação econômica *sui generis*, desconhecida por Marx, e que o Gorender chama de escravismo mercantil. Essa, para mim, é a grande obra, a grande e única obra do pensamento marxista, cuja virtude é justamente fazer uma análise fora dos cânones marxistas. Porque, de acordo com o marxismo, vem primeiro o escravismo, depois o feudalismo, depois o capitalismo e depois o socialismo. Gorender mostra que, no meio

disso, surge, no próprio Brasil, uma formação econômica que está completamente fora dessa escala. De tudo o que li de bibliografia marxista brasileira, o único livro que eu conservaria para o século XXI, seria esse. O resto jogaria fora; é tudo bobagem, inclusive a obra inteira do Caio Prado.

Professor, e o AI-5? Não precisava? Foi necessário? Como é que o senhor viu, uma vez que, naquele período, cerca de vinte bombas foram lançadas em diversos locais?

A maneira como vejo é a seguinte: havia um atordoamento geral. Exageraram a importância da guerrilha e minimizaram a importância da esquerda pacífica. É muito fácil você julgar retroativamente – "se estivesse lá, faria tal ou qual coisa".

E na época, havia muita pressão, por tanta bomba explodindo – só no QG do II Exército foram duas, em meses diferentes no mesmo ano.

Creio que foi uma medida tomada sob impacto – o movimento guerrilheiro parecia muito maior do que realmente era. Mas foi só no final que o Governo se tocou de que o negócio era mínimo. Entretanto, realmente, não parecia isso.

Não parecia. Foi muito semelhante àquele tão apregoado esquema do Goulart.

O Governo maximizou a ameaça guerrilheira e minimizou a ameaça cultural. Nesse sentido, o AI-5 foi um erro, mas somente visto de hoje. Na época, ninguém sabia. Ninguém tinha lido Antônio Gramsci, nem Marcuse, nem nada. Foi o que pareceu necessário fazer naquele momento.

Hoje, todo mundo fala em ditadura militar, em "anos de chumbo". No seu entender, isso é decorrência de "revanchismo" ou nós é que estamos criando esse "revanchismo", achando que ele existe?

Não, é pior do que "revanchismo". "Revanchismo" é uma atitude psicologicamente compreensível, ditada pelo ressentimento. Mas o que há é um aproveitamento pérfido de uma situação criada pela própria esquerda, porque a única utilidade que a guerrilha poderia ter dentro do plano comunista seria fabricar mártires.

Todo o mundo sabia que a guerrilha não iria vencer. Logo, aquele pessoal foi empurrado para morrer, só para poder servir de material publicitário. Todo mundo, dentro da esquerda, sabia que a guerrilha não tinha chance.

Parece até que, por arrependimento, eles hoje estão indenizando todas essas famílias.

Acho que a insatisfação, o rombo na alma desse pessoal, torna a ferida incurável. Eles terão que se dar todas as auto-satisfações do mundo. Primeiro, porque em 1964 não havia nenhum perigo iminente para a vida deles, e todos correram. Já comentei isso. Você passa o resto da vida tentando disfarçar o ato de covardia. Depois

do ato de covardia, você tem – exatamente como no livro do Józef Konrad, *Lorde Jim*– uma sucessão de atos perfeitamente inúteis de coragem suicida destinados a limpar o seu passado perante você mesmo e escondê-lo dos outros.

A esquerda não fez outra coisa senão isso, e esse desejo de indenização não é tanto pelo dinheiro: é a busca de uma compensação psicológica pela farsa estúpida na qual comprometeram a sua vida. E quanto mais culpados estão, mais necessitam de compensação.

Por exemplo, nada justifica, que contra um governo cuja pior malvadeza era demitir funcionários públicos, você recorra à ajuda de ditaduras genocidas como as de Cuba, Alemanha Oriental e China.

Foi isso que fizeram aqui. Pedir socorro a Fidel Castro contra o Marechal Castello Branco é um crime imperdoável. Resistir contra o novo regime, muito bem, é direito seu, mas pedir ajuda a esse tipo de gente não tem o menor sentido. Você não pode dizer que Fidel Castro estava interessado em instaurar a democracia no Brasil. Por que ele deveria querer para nós o que ele não queria para o seu próprio país, ou os chineses, ou o alemão oriental?

Dizem que lutavam pela democracia, como esse palhaço e mentiroso do Aloysio Nunes Ferreira, Ministro da Justiça: "Nós éramos patriotas, lutando pela democracia." Eram coisíssima nenhuma. Eram comunistas lutando a favor do regime da Alemanha Oriental, do regime de Cuba, pois era isso o que eles queriam. É simplesmente inaceitável, historicamente falando, dizer que eles lutavam pela democracia.

O que o senhor estava dizendo do "revanchismo"?

É mais do que um "revanchismo", é uma vontade de dissipar aquele sentimento confuso que você tem dentro de si (a culpa mal conscientizada, a culpa não declarada). Isso cria uma configuração neurótica, da qual o sujeito tenta escapar mediante a busca de compensações morais. Então eles têm que estar continuamente fazendo homenagens a si mesmos, dizendo: "Éramos mártires, éramos patriotas, éramos maravilhosos." Um puxa o saco do outro, joga confete no próximo etc.; mas isto também não basta: é preciso poder; mas poder também não basta: é preciso dinheiro. Em suma, são satisfações neuróticas buscadas para compensar o próprio quadro neurótico que eles mesmos criaram com suas mentiras existenciais. Estão todos mentindo para si mesmos há trinta anos. É aquela coisa: "Neurose é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita." Isto é a vida deles. Eles mentiram em 1964 e já esqueceram a mentira, mas continuam vivendo com base nela.

Quando você vai procurar apoio de Cuba e diz que é para instaurar a democracia, você está mentindo, evidentemente. Mas esse fato é melhor esquecer. Você

não é capaz de contar mais a sua história com sinceridade, não é capaz de dizer: "Éramos comunistas, queríamos aqui uma ditadura como a de Fidel Castro mesmo, queríamos fuzilar todo mundo e não nos deixaram, e ficamos loucos da vida porque não nos deixaram."

Não podendo confessar isso em público – e talvez não confessem nem para si mesmos –, vivem na base da mentira, e é justamente isso que os induz a buscar compensações morais, psicológicas, financeiras, etc. Quer dizer, o destino do País está sendo decidido pela neurose de um grupo – pela neurose, pela mentira existencial de um grupo de idiotas pretensiosos.

A abertura levada a cabo durante o processo revolucionário, iniciada pelo Presidente Geisel, estendeu-se pelo Governo Figueiredo, condutor do processo para a concessão da anistia ampla, geral e irrestrita. Qual a sua análise a respeito?

Na época, eu estava trabalhando no *Estadão*, no *Jornal da Tarde*, edição vespertina do *Estado de São Paulo*. Era um dos jornais mantidos sob censura mais rígida. Do ponto de vista daquela pequena comunidade jornalística, a única coisa que interessava é que existisse a abertura.

Para nós, então, foi um alívio, foi maravilhoso. Mas vendo a coisa agora, noto que a abertura só serviu para entregar o Poder de vez àquele pessoal todo que estava preparando a revolução cultural gramsciana. Só serviu para devolver o Poder a um inimigo renovado e fortalecido.

Por quê? Porque não foi feito o trabalho de combate cultural que tinha de ter sido feito. Quando digo combate cultural, não quero dizer botar os camaradas na cadeia. Você não pode combater uma idéia metendo ninguém na cadeia. Precisa fazer exatamente o que estou fazendo. Ir lá, desmoralizar a idéia e desmoralizar o charlatanismo. Só que, para isso, você precisa dispor de intelectuais preparados.

Hoje, estávamos falando isso, que é preciso listar as idéias por eles lançadas e mostrar que elas são falsas, mentirosas. Mas eu pergunto: quem vai fazer isso?

Às vezes nem é uma questão de divergência ideológica. Não tenho divergência ideológica com sujeito nenhum, porque não acredito em ideologia alguma. Apenas tenho noção do verdadeiro ou do falso, tenho um certo critério científico e filosófico para raciocinar e sei distinguir uma verdade, ou pelo menos uma teoria provável, de um charlatanismo, de uma vigarice.

Denunciar insistentemente a vigarice, a mentira intelectual, a impostura intelectual – como a chamou Alan Sokal –, é isto que é o verdadeiro combate cultural. Isso é militância cultural, não ideológica. Você não faz isso para defender uma ideologia. Se você aceita que, para atacar uma ideologia, tem que ser em nome de outra,

você já caiu na armadilha marxista. O que é preciso é desmentir uma ideologia não em nome de outra, mas em nome de uma verdade elementar.

Se o sujeito pensa que a soma de dois mais dois dá quatro, e a ideologia diz que dá cinco, será que para combater a ideologia é preciso fazê-lo em nome de outra que diz que dois mais dois são seis? Não. Mas dizer que dois mais dois são quatro, o que não é ideologia: é verdade, é razão, é bom senso, e a gente tem que atacar é por aí.

Desses vinte anos de período revolucionário – até 1985 –, emergiu um novo País e, assim, foi ter às mãos da Nova República, sob a Presidência de Sarney. Foi a consolidação da abertura. Qual o seu significado?

A abertura só serviu para entregar este País na mão do que havia de pior – quer dizer, uma geração profundamente corrompida, que é a minha própria. Eu vi a formação dessa geração, e esse pessoal foi formado na base da vaidade, do desejo de Poder ilimitado, da falta total de consciência moral, da incapacidade de julgar-se a si mesma pelos seus próprios atos, do total desconhecimento até do segundo mandamento de Jesus Cristo, que manda você "amar ao próximo como a si mesmo", quer dizer, no mínimo, julgar o outro exatamente pelo mesmo critério com que julga a si próprio.

Posso dizer que, no Brasil atual, a prática do segundo mandamento está proibida. Você sempre é levado a julgar o outro por um critério totalmente diferente daquele com que se julga. Para um marxista, isso é a coisa mais normal do mundo. Jamais consentirá, partindo do princípio de que o outro é o burguês, maldito etc., em se submeter a um julgamento pelo mesmo critério dele. Então você já está defendido contra a repressão da própria consciência moral.

Um grande psiquiatra chamado Igor Caruso afirma que a origem das neuroses não é a repressão do instinto sexual, mas a repressão da consciência moral. É quando você não deixa a sua consciência falar, não se deixa julgar. É a geração dos Zés Serras, dos Lulas, dos FHCs, na qual me alegro de ter sido um marginal e solitário, porque hoje tenho horror dessa geração.

Graças a Deus, segui o meu caminho à margem, afastei-me de todo mundo da minha geração. Chegou uma época em que só tinha amigos ou trinta anos mais velhos ou trinta anos mais novos, ninguém mais da minha geração. Hoje, restabeleci contato com alguns. Afastei-me da minha geração para poder observá-la com mais frieza e chego à conclusão de que é a pior geração que já existiu neste país: a mais cínica, a mais amoral, capaz de usar os pretextos éticos e morais mais elevados para cometer as maiores baixezas.

Hoje, por exemplo, fala-se em combate à corrupção. Quando foi lançada a campanha "Ética na Política", imediatamente diagnostiquei: "Depois de dez anos de

campanha pela ética na política, campanha de combate à corrupção, a corrupção não terá diminuído em nada. Ao contrário, terá aumentado, mas a esquerda estará mil vezes mais forte, porque era tudo um pretexto para destruir inimigos políticos da esquerda", como de fato foi. Ao mesmo tempo em que você destrói o Antônio Carlos Magalhães – "Ah, ele mexeu lá no painel eletrônico" –, você deixa no Poder homens como Olívio Dutra, amiguinho íntimo do pessoal das FARC, do narcotráfico. Passamos a perder totalmente o senso da gravidade dos delitos.

Nós nos preocupamos em perseguir os ladrões de galinha e deixamos o assassino estuprador à solta. Isto é uma corrupção do senso moral do País.

É claro que o governo militar teve os seus pecados – eu mesmo nunca deixei de os denunciar –, por exemplo, carregar nas tintas da repressão à guerrilha e esquecer totalmente o combate cultural. Isso é uma coisa grosseira, não só grosseira intelectualmente, mas moralmente errado, penso.

Mas, de qualquer modo, comparando a classe que governou o Brasil durante o período militar e a classe governante de hoje, o padrão moral desceu formidavelmente. Investigue as vidas dos presidentes Médici, Castello Branco, Costa e Silva, para ver se roubaram um palito de fósforo.

Meu Deus do céu, eles nem pensavam em fazer uma coisa dessas!

A mentalidade na época era outra. O Castello Branco não deixava comprar uma aspirina para ele com o dinheiro do Governo, era sempre do próprio bolso. E note bem que isso na época não era ser santo, era normal.

Creio que essa corrida geral ao dinheiro público também é um mecanismo de compensação – às vezes não é só o desejo material, mas também o desejo de satisfazer o ego. Porque a pessoa está se sentindo muito mal, sente-se infame, sabe que não presta, sabe que é um nada, então precisa rodear-se de compensações.

Nos últimos anos, eu notava que era o único brasileiro que dizia: "Não quero ganhar mais dinheiro não, está bom assim. Não quero dinheiro, mas quero sossego, quero tempo para poder estudar. Dinheiro não adianta. Preciso de tempo, não de dinheiro." O pessoal achava que eu estava maluco, porque a idéia de que você precisa ganhar cada vez mais, mais, mais, tinha-se impregnado na cabeça de todos.

Vou contar um episódio. Em 1970 e poucos houve uma greve dos jornalistas em São Paulo; reivindicavam aumento salarial. Fui à assembléia, com um amigo meu, e disse a ele: "Vou fazer uma experiência, agora, só para mostrar a você como esse pessoal não presta. Vou subir lá e farei uma proposta que ninguém vai aceitar, e ficarão revoltados. Quer apostar?" Então, pedi a palavra – ninguém me conhecia na época, o pessoal, tudo geração nova, ninguém sabia quem eu era. Disse o seguinte: "A nossa classe é muito diversificada salarialmente; temos aí o fulaninho que acabou

de entrar na profissão, ganha tanto (o equivalente a R$ 500,00 por mês, mais ou menos), e temos aí o Mino Carta, que recebe 80 mil. Não é justo reivindicar um aumento uniforme de 30% para todo mundo, e, então, vamos fazer um aumento escalar. Quem tem um salário menor tem um aumento maior, e quem tem um salário maior, tem um aumento menor." Quase me lincharam. Foi um "não" generalizado. Desci e falei para o meu amigo: "Está vendo?" *Quod erat demonstrandum*, fui lá e demonstrei: esse pessoal não presta, absolutamente.

Vamos comentar a imagem das Forças Armadas junto à sociedade, com elevados índices de aceitação verificados em várias pesquisas. Antes, essas pesquisas eram abertas, mas, como os índices se mantiveram constantemente elevados, deixaram de ser publicadas. Diríamos que, como as pesquisas só apresentavam resultado indesejável para os que nos são contrários, sumiram. Alegam que, nelas, não deve figurar organizações militares. Gostaríamos do seu comentário a respeito.

As Forças Armadas conservam toda a sua confiabilidade, porque o que elas possam ter feito de mal, fizeram contra uma fração ínfima da população, que é a *intelligentzia* militante. Para quem estava ali, dentro da intelectualidade esquerdista, aquilo tudo era muito desconfortável, mas para o restante da população realmente não era assim.

Negar as imensas conquistas dos governos militares é coisa de louco. No discurso que fiz no Clube Militar – que intitulei "Reparando uma injustiça pessoal" – fiz ver que os progressos da economia, no tempo do regime militar, conseguiram se integrar na atividade econômica, retirando da marginalidade e da miséria uma quantidade imensa de pessoas. Fiz ver que nunca se conseguiu resultado similar em nenhum plano econômico do século XX. Nem o Plano Qüinqüenal do Stálin, nem o New Deal, do Roosevelt, realizaram coisa igual, e nós produzimos essa coisa maravilhosa, e conseguimos tirar da miséria total o que hoje seria – guardadas as proporções estatísticas – o equivalente a 60 milhões de pessoas, um terço da população brasileira. Isso foi obra da Revolução.

Se continuasse naquele pique, o Brasil não teria, atualmente, um só miserável. Hoje, dizemos que temos 8% de miseráveis, mas quantos eram os miseráveis na década de 1960? Eram 40%! Então quer dizer que conseguimos retirar da miséria 30%, meu Deus do céu! Isto é uma obra maravilhosa, nós devíamos estar todos orgulhosos disto.

Mas quando digo que devemos nos orgulhar disto, estou atribuindo a mim mesmo a realização daqueles indivíduos que na época eu condenava e criticava. Eles o fizeram, eu não. Não ajudei em nada e a esquerda também não ajudou em nada. Só ajudou a afundar.

Sobre isso que o senhor está afirmando, ouvi do Professor Carlos Lessa – que agora teve uma votação extraordinária para Reitor de uma de nossas universi-

dades – mais ou menos, o seguinte: "Eu e todos que éramos contra os governos militares éramos, também, contra qualquer medida importante, que sabíamos ser importante, mesmo as voltadas para o civismo, patriotismo, que precisavam ser implementadas, mesmo assim contestávamos, asseverando que tudo que fosse feito de nada adiantaria, porque não havia eleição direta; – isso aqui é bom, mas não há eleição direta. Enquanto não houver eleição direta, não concordamos com coisa nenhuma."

Depois de dizer que estava tudo errado, porque não havia eleição direta, eles se reuniam e comentavam: "E quando tiver eleições diretas, o que nós vamos dizer, para poder nos justificar?"

E nós nunca podemos nos esquecer de que essa ascensão da esquerda não foi obtida por meio eleitoral, mas por meio de controle da imprensa, por meio do chamado "patrulhamento ideológico", da censura e do controle ditatorial que eles exercem sobre todos os meios de informação. Foi assim que eles conseguiam subir. Não foi através da concorrência eleitoral, leal; eles não foram leais na concorrência eleitoral nem por um único minuto.

Professor Olavo, uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército.

A mensagem é a seguinte: não temos que nos envergonhar do que foi feito de bom durante todo o período militar, e, sobretudo, ninguém que tenha participado do regime de 1964 tem que abaixar a cabeça perante esses criminosos que são cúmplices do genocídio.

Todo esse pessoal da esquerda trabalhava para Cuba. Muitos eram oficiais do Exército Cubano, oficiais do serviço secreto cubano – ou seja, pessoas que estão metidas numa cumplicidade com o que foi o maior crime do século XX. A despeito de tudo isso, vêm se fazendo de santos, de fiscais da moralidade alheia, quando não têm moral para falar de ninguém.

Os militares podem ter errado em muitas coisas, mas nunca cometeram crimes nessa escala, e fizeram muita coisa boa pelo Brasil. Então não há nenhum motivo de vergonha. Ninguém deve aceitar a ser criminalizado pelo bem que fez – e, acima de tudo, você nunca deve sacrificar o que existe de mais nobre em você em favor do que existe de mais baixo no outro. O critério de moralidade de hoje é a baixeza desse pessoal comunista.

Ninguém deve baixar a cabeça perante essas mentiras tão sórdidas e grotescas. Não devemos permitir que essa gente julgue ninguém, pois eles não têm autoridade. Nosso dever é mostrar exatamente como eles têm sido e como estão comprometidos com o mal.

Coronel José Maria Covas Pereira

- Natural da Cidade de Nova Friburgo, RJ.
- Exerceu as funções de instrutor da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Integrou o Escalão Avançado (ESCAV) do Gabinete do Ministro do Exército, em Brasília; Comandou o 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE), no Rio de Janeiro; e serviu na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME).
- Foi Assistente-Secretário do Chefe do Gabinete Militar da Presidência (Governo Costa e Silva), General Jayme Portella de Mello e Chefe da Seção de Assuntos Políticos da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- No exterior, coordenou a segurança da representação brasileira à Reunião dos Chefes de Estados americanos em Punta del Este, Uruguai, e comandou o Batalhão São Domingos, na República Dominicana.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, estava em curso de transferência da ECEME para o EME e apresentou-se àquela escola.

Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2000.

Inicialmente devo manifestar minha satisfação de encontrar-me entre amigos, relembrando aqueles momentos gloriosos da Revolução de 31 de Março de 1964. Gostaria de abordar principalmente a minha participação nos atos verificados durante os dois primeiros governos, onde tive uma participação bastante ativa.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, posteriormente, no seu desenvolvimento?

Inicialmente, nos pródromos. Estava em curso de transferência de instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército para o Estado-Maior do Exército. Não tive uma participação muito ativa, apenas marginal, na eclosão do Movimento. Integrando à Escola de Estado-Maior, fui comandar uma barricada improvisada com os bondes virados, na altura da Avenida Pasteur, no bairro da Urca. E, posteriormente, me apresentei ao Estado-Maior do Exército, quando tudo estava sanado e resolvido.

Já no Estado-Maior, recebi um telefonema do Gabinete do Ministro e fui convidado para integrar o Escalão Avançado do Gabinete, em Brasília. E, na madrugada seguinte, o então Coronel Jayme Portella de Mello apanhou-me em minha residência, na Rua Constante Ramos e viajamos num Caravelle.

Éramos seis oficiais para substituir 22 e ocupar o Gabinete do Ministro em Brasília. Trabalhávamos dia e noite, inclusive sábado e domingo, hospedados num apartamento da Superquadra 309. Posteriormente, chegou mais gente para completar o efetivo e recebemos o próprio nacional residencial.

Vivemos os fatos normais da vida do Ministério, sendo que, no fim do ano, fui mandado representar o Ministro do Exército durante a intervenção em Goiás.

Fiquei mais ou menos uma semana, até que a situação se resolveu, porque não houve a resistência esperada. Então, demos posse ao interventor Coronel Meira Mattos e retornei à base.

Numa passagem de ano, ao cumprimentar o Ministro do Exército, no Rio, ele me disse: "Quero falar com você." E convidou-me para comandar o 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE).

O convite pareceu-me extremamente gratificante, porque, como tenente, tinha sido um dos fundadores da Unidade, no tempo do General Zenóbio da Costa. Assumi o comando da PE no período pós-revolucionário, quando havia uma agitação muito grande, estando lá detidos líderes sindicais, chineses etc. Era uma confusão permanente e eu pernoitava na Unidade quase todo dia.

Houve vários incidentes, durante o ano, que merecem um comentário, como por exemplo, quando fui surpreendido, na PE, com a chegada de muitos intelectuais que participaram de uma manifestação no Hotel Glória, inclusive, do Antônio Callado.

Liguei para o I Exército e recebi a determinação de mantê-los presos durante alguns dias. Com essas pessoas, estava até um amigo meu, o Tiago Melo, companheiro de dupla de vôlei na praia.

Depois, recebi o Presidente Juscelino, recém-chegado da Europa, que respondia um Inquérito Policial Militar (IPM) na Unidade, sede de quase todos os IPMs instaurados no Rio, e trazido no bojo de uma manifestação popular. Fizeram um comício até na porta da PE. Ofereci-lhes, estava acompanhado de Dona Sarah, chá. Foi ouvido no IPM relativo ao Partido Comunista, a cargo do então Coronel Ferdinando de Carvalho. O ex-Presidente passava quase o dia inteiro lá, nunca foi detido, sempre foi tratado com toda a cordialidade. Acompanhava-o um advogado, ora o Sobral Pinto, ora o Stevenson, que permanecia na sala do oficial de dia, porque não tinha acesso ao IPM.

Felizmente, tudo no quartel sempre correu muito bem, apesar de tratar-se de trabalho um pouco cansativo. Até que chegou o momento em que se deu a eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, na qual a oposição venceu.

Ganhou o Negrão de Lima.

Exatamente, Dr. Negrão de Lima. Então com certa surpresa, fui chamado ao I Exército, cujo Comandante, o General Adalberto Pereira dos Santos me determinou: "Você vai planejar, organizar e dirigir a posse do Dr. Negrão de Lima." Evidentemente, não era uma tarefa que me deixasse muito satisfeito, porque era o candidato da oposição.

Posteriormente, tive a felicidade de ver que ele fez um grande governo e foi uma criatura muito equilibrada, mas na hora... E, também, pensei que iria participar na função de polícia, controlando, vigiando, mas não foi isso; tratava-se de organizar e dirigir, e fui cientificado de que fosse executada em caráter pessoal: "fica entre eu e você só". Recebemos tropas da Marinha e da Aeronáutica. Fizemos uma demonstração de força nas proximidades da Câmara de Vereadores e Palácio Guanabara. Havia dois perigos: um da parte do pessoal da oposição, de fazer um carnaval; e o outro, de alguém do nosso lado, da linha dura, querer impedir a posse. Felizmente, tudo correu tranqüilamente.

Mais tarde, fui novamente chamado ao Comando do I Exército e o General Adalberto me alertou: "Haverá mudança no Batalhão São Domingos." Entregou-me a relação de todos os previstos para o embarque e acrescentou: "Não posso mandar para essa missão um oficial que nunca tenha comandado. Assim, você seguirá à frente desta Unidade." Já tinha havido um problema com o Batalhão Suez...

Fui, então, para São Domingos. De imediato, não fiquei muito satisfeito em largar a PE, porque gostava muito do Batalhão, mas depois... também achei formi-

dável aquela missão de comandar uma tropa de Infantaria, a Unidade-Escola, unidade de combate completa, em território estrangeiro, numa missão internacional. Foi também muito gratificante esse segundo comando.

Quando retornei de São Domingos, o Presidente Costa e Silva já tinha sido eleito. Telefonei para o General Portella que me convocou: "Passa aqui no escritório." Estava situado no edifício Royal, perto do cinema Roxy, onde me disse: "Vamos para Brasília." Usei de toda a lealdade com ele e respondi: "Chefe, vou ser promovido a coronel! Sou o número três ou quatro. Há cinco ou seis vagas! Vou sair logo!" Ele disse: "Não, vamos tomar posse primeiro, depois a gente vê o que fazer."

Viajei para Brasília, e, logo de início, mandaram-me organizar a segurança da representação brasileira à Conferência dos Chefes de Estados americanos, em Punta Del Leste, Uruguai. Era uma preocupação, pois quase todos os exilados estavam por lá, inclusive o Brizola. Todo mundo andava lá pelo Uruguai. Então, estavam preocupados com tal situação.

Na realidade, eu era adjunto da Subchefia Exército. O Calderari era Coronel e, também, adjunto da mesma Subchefia. Quando chegamos ao Uruguai, conseguimos montar um dispositivo muito bom, auxiliados pelos Adidos Militares que lá se encontravam, principalmente o do Exército, o Coronel Câmara Sena, oficial excepcional. E o Brasil pôde estabelecer um dispositivo que foi considerado o mais bem apresentado, melhor do que o dos norte-americanos. A imprensa uruguaia publicou: "Brasil se apresenta como grande potência." De fato, os adversários poderiam fazer qualquer coisa que estávamos preparados para tudo, não haveria problema.

Regressando do Uruguai, fui promovido e transferido para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a fim de chefiar a Divisão de Assuntos Políticos. Aí, é preciso recordar uma passagem interessante. A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança, desde o tempo do Castello, e mesmo anteriormente, estava instalada no Rio, na Rua Uruguaiana, em cima da Casa da Borracha. O General Portella determinou: "Você continua aqui no Gabinete em Brasília; o pessoal prepara a documentação e manda pelo malote. Você estuda e despacha comigo." Os documentos urgentes eram despachados logo e os demais aos sábados, até que o Conselho se transferiu para Brasília, instalando-se no prédio do Estado-Maior das Forças Armadas.

Nessa ocasião, começamos a preparar o Conceito Estratégico Nacional que foi editado pelo Presidente Costa e Silva, pela primeira vez. Tantos luminares tinham passado por lá e ninguém o fizera antes. Assim, o Presidente Costa e Silva foi quem o editou e eu fui o relator.

Encontrava-nos naquela faina normal do Gabinete, quando, por causa do sucesso no Uruguai, fui encarregado da supervisão das instalações governamentais

nos Estados. Não tinha nada a ver com isso, claro! Fazia parte do Conselho de Segurança, mas fizeram questão de que fosse dirigir aquele trabalho.

Então, instalamos não só a presidência como todos os órgãos de direção dos ministérios em várias regiões. Durante uma semana, a atenção ficava concentrada naquelas regiões. Fizemos isso no Nordeste, na Amazônia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Era uma sobrecarga tremenda de serviço. Na volta da instalação na Amazônia, que foi a mais pesada pela deficiência de recursos, especialmente de transporte, de alojamento, de tudo, o Presidente foi a todos os Estados e territórios e procedeu a inauguração. Acho que foi o único que fez isso.

Depois a visita da rainha da Inglaterra. Foi a primeira vez que a Soberana do Reino Unido veio ao Brasil. E eu, que estava tão cansado e tinha tanto assunto a tratar, fiquei em Brasília. O Portella veio para o Rio, permaneci, como disse, em Brasília, colocando os assuntos em dia. À tarde, tocou o telefone, era o General Portella, que ordenou:

– Pega as tuas coisas rápido e vem para o Rio.

– O que é que houve? – perguntei.

– Quando você chegar, eu explico.

Peguei as coisas e vim para o Rio. Desembarquei e fui direto para o Palácio, enquanto pensava sobre o que estaria acontecendo.

E o Portella esclareceu: "Ontem, o Magalhães Pinto – Ministro das Relações Exteriores – esteve aqui despachando com o Presidente e disse que a vinda da rainha poderia ser um fracasso com repercussão internacional, um desastre, porque tudo que era setor: Exército, Marinha, Aeronáutica, Prefeitura etc., ninguém deixava 'meter a mão no que era seu', não havia coordenação. E o Ministro pediu, então, para nomear um coordenador que falasse em nome do Presidente, desse ordem para tudo, e o Presidente mandou escalar você." Ordem é para ser cumprida. Disse duas coisas para o Portella: "Primeiro, é preciso passar um telex para todos os governadores, ministros, prefeitos dizendo que sou o dono da bola, para todo mundo, e reservar um lugar para mim, junto à rainha, nos comboios, nas cerimônias... para estar junto dela em tudo e, depois, providenciar para que o Itamarati me informasse sobre tudo o que iria acontecer, porque me encontrava inteiramente por fora de toda a programação."

À noite, no aniversário de Dona Iolanda, houve um "coquetelzinho" em Laranjeiras, compareci. O Presidente estava tão preocupado que, ao me ver, disse: "Ué! Você ainda está aqui?" Isso porque a rainha chegaria na segunda-feira seguinte, em Recife. Respondi-lhe: "O senhor pode estar tranqüilo porque amanhã sigo para Recife." E, no dia seguinte, já me encontrava no destino. Foram 12 dias terríveis, porque ficava, dia e noite, acompanhando a rainha.

Doze dias para percorrer quase o Brasil inteiro. Quando ela ia dormir, eu já voava para o próximo destino, para ver como é que fora montada a recepção, se estava tudo em ordem, inspecionar a segurança etc. Felizmente, tudo correu muito bem. O fato é que, quando ela foi embora, um dia, no Conselho, apaguei. Olha que sou um homem forte, muito forte, mas botei a cabeça na mesa e apaguei. Todo mundo ficou preocupado pensando que fosse um enfarte. Fiz exame de sangue e estava estafado em último grau. Aí, passei uns dias tomando soro, entretanto, quando fiquei bom, ninguém falou em férias, deram-me mais trabalho, fizeram-me tocar para frente.

Lembro-me de que, nos primeiros dias do Governo Castello Branco, apareceu na televisão o General Costa e Silva, Ministro da Guerra, mostrando um grupo de chineses que estava ilegalmente no Brasil. Gostaria de saber se o tal grupo era perigoso e qual o destino daquele pessoal.

É verdade, mas depois ficou esclarecido que não eram, assim, tão perigosos. Estavam em missão comercial. Mas, no meio daquele negócio, logo após o desencadeamento do movimento armado, todos do mundo comunista eram suspeitos. Ao sair deixei os chineses na Polícia do Exército, engajados no processo para provar que estavam apenas ligados a atividades comerciais em nosso País.

Coronel, como é que se deu a criação da chamada "Frente Ampla", do Carlos Lacerda?

A Frente Ampla foi criada quando já tinham sido cassados Jânio, Jango e o Juscelino. O Governador Carlos Lacerda tentou um golpe político para herdar os votos do eleitorado, que estava sem líder, e inventou essa Frente Ampla. Se tivesse tido sucesso, seria uma beleza para ele, porque herdaria tudo, mas deu em nada. Além de não herdar os votos dos outros, ainda perdeu os que eram dele.

Perdeu os votos não há dúvida.

Consideramos ilegal a Frente, em uma sessão do Conselho de Segurança e, com isso, liquidamos o problema. Até que chegou o AI-5 que foi, mais ou menos, imprevisto. A causa imediata de sua assinatura está no fato ocorrido no Congresso, por causa de uma declaração do Deputado Márcio Moreira Alves, que se demonstrou inconseqüente, contra a Revolução e os militares em geral. Um grupo muito ligado ao Carlos Lacerda tentou fazer crer aos deputados que não haveria problema nenhum caso fosse negada a permissão para que o deputado fosse processado, porque, segundo esse grupo lacerdista, o Exército não estava preocupado com isso. Puro engano! Concorreram, então, para complicar o dilema criado com o tal discurso.

Que grupo era esse ligado ao Lacerda?

Era um grupo de militares, inclusive muito bons, mas criaram essa imagem falsa. No desdobramento, veremos o que aconteceu. O Presidente chegara de Minas e quando estava se deslocando de carro, na altura do bairro de Laranjeiras, no Rio, teve a notícia de que o Congresso havia negado a permissão para processar o deputado. Aquilo foi uma paulada nele!

Em Brasília, vi a manifestação que o pessoal estava promovendo no Hotel Nacional. Bebendo e gritando: "Liberdade do Congresso!" Numa euforia terrível. Pensei, essa gente não sabe o que está aprontando. Seguiu-se a pressão, causada por esses maus brasileiros. As provocações do Márcio Moreira Alves e, depois, o Congresso, obrigaram o Presidente Costa e Silva a editar o AI-5. Ele não teve saída.

O Presidente era um homem que se esforçava em cumprir a Constituição. No passado havia sido preso na Fortaleza de Santa Cruz, em defesa da Constituição. Tendo tomado posse em 15 de março de 1967, Costa e Silva governou até a data do AI-5, 13 de dezembro de 1968, sem usar medida de exceção, sem ato de exceção nenhum, só com a Constituição, que não foi feita por ele, a Constituição nascera no Governo Castello Branco, datada de 1967.

Logo que começou o Governo Costa e Silva, recordo-me de que o Gama e Silva, Ministro da Justiça, que não era de brincadeira, sugeriu ao Presidente: "Vamos prorrogar o Ato estabelecido no Governo Castello", com o qual Castello governou até o último dia. Mas Costa e Silva não quis: "Não, não. Vamos governar com a Constituição!" Então, ele governou, em 1967 e 1968, obediente à Constituição.

Mas, em 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional nº 5, sem o que a Revolução teria parado ali, porque, naquela ocasião, esse mesmo grupo trabalhou para depor o Governo e estabelecer um outro, criar um triunvirato com a presença do Carlos Lacerda.

Quando o ato foi editado, na mesma hora, o General Portella telefonou para Brasília mandando que eu preparasse um dossiê a respeito das principais lideranças que se voltaram contra o Governo, com a finalidade de interromper o processo revolucionário. Os referidos cidadãos deveriam ter os seus nomes encaminhados para todos os órgãos de informação que integravam a comunidade de informações: Agência Central do SNI e os órgãos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, de modo a juntar toda a documentação, numa pasta, referente aos elementos indicados.

Depois, como era norma para funcionamento do Conselho de Segurança, fazia-se o resumo dos dados a serem examinados pelo Conselho. E ele marcou a sessão do Conselho para o dia 30 de dezembro de 1968, lá no Palácio Laranjeiras; foi a primeira sessão para decisões sobre cassações. Eu vim de Brasília, trouxe as pastas

(uma para cada cidadão, contendo as informações individualmente) e, então, após o estudo dos dossiês de cada um, foram cassados o Governador Carlos Lacerda, o Mário Covas, que é Covas também, mas não é meu parente. A primeira turma foi cassada, portanto, em 30 de dezembro de 1968 e, a partir daí, houve sessões periódicas para cassação. Há um detalhe que é preciso ser levado muito em consideração: 80% dos cassados o foram por corrupção e não por subversão. Isso eles não dizem! Apenas alardeiam: "Fui cassado!" Eles vivem se gabando de terem sido cassados. Que se diga que 80% dos cassados o foram por corrupção.

É importante que se diga isso.

As pastas estão lá no Conselho de Segurança, para comprovação.

E há, também, muitos exilados voluntários, ou seja, deixaram o País porque quiseram.

Mas os exilados são todos voluntários. Exilados realmente foram aqueles trocados pelos embaixadores, são os únicos exemplos. Nem o Brizola foi exilado, ninguém foi exilado. Os únicos exilados foram os trocados por embaixadores seqüestrados, o que ocorreu por solicitação dos próprios representantes da luta armada, fatos posteriores ao Governo Costa e Silva. O primeiro ato de terrorismo, sob a forma de seqüestro, foi o do embaixador americano, fato que ocorreu quando o Governo brasileiro já era exercido pela Junta Militar. O Presidente fora vitimado pela trombose; os seqüestros vieram logo após a doença que obrigou o Presidente Costa e Silva a deixar o Governo.

Voltando às questões das cassações, devo ressaltar que o Presidente um homem muito, muito equilibrado, procurava ser justo, e era bastante religioso. Vendo o sofrimento dele, ficávamos pesarosos. Normalmente, nos reuníamos quando ele determinava. Íamos para o Palácio Alvorada. O General Portella e eu com as pastas; passávamos as manhãs discutindo e lendo a documentação ali contida. Ouvia com cuidado, fazendo comentários: "Não, mas isso não!"; o Portella e eu apertando. "Não, mas vamos lá, leva para a sessão; vamos submeter ao Conselho de Segurança." Nas sessões, os membros do Conselho dão o parecer, mas a decisão é do Presidente da República; não é por votação de 6 a 5, por exemplo. Não existe isso. Cada um dava a sua opinião para que, depois de ouvidos todos, o Presidente pudesse decidir.

Assim, cada um emitia a sua opinião, para permitir a decisão do Presidente.

O Governo prosseguira normalmente até 29 de agosto de 1969, quando o Presidente teve a trombose e foi uma coisa terrível. Decidiu-se trazê-lo para o Rio – ele que acabara de aprovar a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), que era o sonho da Aeronáutica – e o Portella telefonou dispensando toda a recepção com a idéia de poupar o Presidente que já enfrentava aquele problema sério. A Aeronáutica, também, não poderia adivinhar...

Formou toda a Escola de Aeronáutica em uniforme de gala para receber o Costa e Silva, por causa da criação da EMBRAER. Todavia, estava previsto que o Presidente iria desembarcar de maca, para a ambulância, porém, quando ele viu a Escola de Aeronáutica formada em uniforme de gala, fez questão de descer pela escada e deu um adeus e entrou no carro. Foi sua última aparição em público.

Seguiu-se um período difícil, pois as ambições desembestaram. Foi um período pavoroso.

Como prosseguiu? Criou-se uma Junta para substituí-lo, não é verdade?

Formou-se uma Junta Militar.

O problema foi o seguinte: pela Constituição, o presidente deveria ser o Senhor Pedro Aleixo, uma excelente figura, sem dúvida nenhuma. Mas o Vice-Presidente Pedro Aleixo, por formação jurídica, tinha sido o único a manifestar-se contra o AI-5. Achava que bastava a decretação do estado de sítio para fazer face aos problemas com que o Governo se defrontava. Porém, todos os demais ministros civis e militares foram favoráveis ao AI-5, sendo Pedro Aleixo a única exceção. Aí, os ministros militares ficaram com receio de entregar-lhe o Governo e ele acabar com o AI-5 naquela hora. Esta era a preocupação de todos.

Porque ele fora o único a optar pelo estado de sítio.

Neste momento, desencadeou-se um processo complicado que acompanhei de perto, na casa do Ministro do Exército, na Rua General Canabarro, perto da entrada da Quinta da Boa Vista. Reuniram-se todos para discutir a situação.

Hoje é o Palácio Laguna.

Palácio Laguna. Foi uma reunião complicada. Apareceram as mais diversas linhas de ação para solucionar a questão, até que acordaram que o Presidente seria o Médici.

Então, decidiram pelo Médici.

Pelo seu indiscutível valor como cidadão e como soldado, valor moral e profissional, e, também, porque o Médici fazia parte do Gabinete do Costa e Silva. Era o Chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Chefe do SNI. Tanto que ele votou favorável ao AI-5, não é isso? Inclusive justificou o seu voto com muita clareza.

O Médici era uma pessoa muito sensata e o seu governo foi mais ou menos uma extensão do Governo Costa e Silva, inclusive mantendo o Ministério. O momento, ano de 1969, era favorável – o milagre brasileiro foi de 1968 a 1973 – então estava tudo andando bem, porque iria mudar? Uma demonstração de bom senso. Deu continuidade.

Eu e o Jayme Portella continuávamos nas funções, no Gabinete Militar. Eu era o Assistente dele e o acompanhava ao Palácio Laguna. Nós é que assessorávamos os ministros militares, enquanto integravam a Junta Militar.

Até que o Presidente Médici tomou posse. Nesse momento, o General Figueiredo assumiu a chefia do Gabinete Militar e nós tomamos outro destino.

Então, o senhor deixou a função naquele momento? Separou-se do Portella?

Não havia jeito de separar-me dele, porque ele queria que eu trabalhasse a seu lado. Tinha confiança total. O que aconteceu foi o seguinte: vim apresentar-me ao Estado-Maior do Exército e era muito amigo, também, do General Bina Machado, que morreu há pouco tempo.

Fui Ajudante-de-Ordens dele.

Gostava muito do general. Foi meu Subcomandante na Escola de Estado-Maior e Comandante no IV Exército. Presidia uma Comissão para Estudos de Superdotados e eu pertencia à Comissão Técnica.

O General Bina mantinha uma ligação muito estreita com o mundo estudantil.

Afinal me pegou, naquele período, para trabalhar na reestruturação do Exército, na 7ª Seção do Estado-Maior – Organização e Métodos.

Era a Reforma Administrativa, com Beltrão no Ministério do Planejamento e o Bina como representante do Exército, para a implantação da Reforma entre nós.

O Beltrão foi um dos poucos ministros que não continuaram, porque não quis. Fui testemunha ocular. Estava conversando com o Beltrão, no saguão do Palácio Laranjeiras, quando chegou o Médici e foi direto até o Beltrão. Convidou-o para continuar, na minha presença, mas o Beltrão não aceitou o convite. Em seu lugar, então, entrou o Reis Veloso, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que era o braço direito dele.

O Beltrão era um indivíduo extremamente competente e personalidade muito interessante, gostava de tocar violão. O Beltrão não queria mais sair de Petrópolis.

Então foi por isso... era muito ligado a nós. Eu me lembro de reuniões da Reforma Administrativa, inclusive para tratar da aplicação do Decreto-Lei nº 200, ele presidindo e o General Bina representando o Exército.

Uma das coisas que fizemos no tempo do Conselho de Segurança Nacional, e mereceu muita discussão, foi o Decreto-Lei nº 477. Uma bomba no meio estudantil. O problema era o seguinte: vinda da França, chegou aquela onda de agitação estudantil que se espalhou pelo mundo inteiro. No Rio, muitas agitações, também, com a "estudantada" na rua. Eu acompanhava as reuniões, que não foram poucas. Os comandantes de Área e os governadores mostravam uma preocupação muito grande,

porque não havia uma lei federal que autorizasse a colocar o agitador fora da escola. Os reitores botavam e a justiça mandava reintegrar. Não havia como punir os agitadores, e manifestavam essa apreensão. De minha parte insistia, como era da minha obrigação, com o General Portella para que levasse o fato ao Presidente, até que este autorizou a elaboração de um instrumento legal, para coibir os excessos.

É interessante, também, ressaltar que o Ministro Gama e Silva era um "ferrabrás", "mandava brasa", mas, com o aluno, se mantinha cauteloso, porque tinha sido reitor da Universidade de São Paulo. Houve hora em que desejava até "cassar alguns bispos", os ditos "progressistas" e que estimulavam as ações contra-revolucionárias, e, também, certos cardeais, mas com os alunos ele não mexia.

Soubemos que o Secretário de Justiça de São Paulo, agora me falha o seu nome, um jurista muito citado pela Escola Superior de Guerra, possuía umas anotações sobre o problema.

Aliás, o D'Aguiar escreveu um livro sobre essa questão, também.

D'Aguiar é meu amigo desde o Colégio Militar. Li o livro que escreveu. O problema do D'Aguiar é que ele tem uma visão um pouco diferente, uma visão de Relações Públicas: uma bandeira em cada sala... A minha visão é outra, a minha conduta é a da "linha das informações", é outra, portanto. Então, o D'Aguiar, em seu livro emite uma opinião contrária a respeito do Decreto-Lei nº 477.

Bem, como dizia, o Portella me telefonou, fui a São Paulo e o Secretário me passou algumas anotações suas que serviriam de base.

O Procurador Geral da Justiça Militar, Jacy Guimarães Pinheiro, mais tarde Ministro do Superior Tribunal, junto comigo, no Palácio Laranjeiras, montou o Projeto-Lei 477, cuja exposição de motivos preparei. O Portella levou ao Presidente; este despachou para o Gama e Silva e, a partir daí, não teve mais jeito.

O documento veio de cima para baixo.

Aí, é que vem a curiosidade: foi o único decreto, único instrumento que o Gama e Silva abrandou, porque tínhamos previsto cinco anos de perda de liberdade para todos – aluno, professor, funcionário – que fossem apanhados em agitação e ele atenuou para três anos, por serem estudantes. Ele sempre agravava, quase nunca abrandava, mas os alunos foram os únicos beneficiados e, no entanto, ele é o mais acusado pelo Decreto 477. Quando ele até o abrandou.

Se lhe coubesse decidir, talvez nem saísse, não sairia.

Se fosse esperar pela iniciativa dele, de fato não sairia.

Uma das obrigações que competiam à Secretaria-Geral do Conselho era declarar os municípios de interesse da Segurança Nacional. O Gama e Silva, por conta dele, fez um estudo a respeito. O seu Gabinete era cheio de jornalistas, o que ele

fazia saía publicado em tudo quanto era jornal. Naquele tempo, eram três mil e tantos municípios e, agora, são quase seis mil, quase duplicou com esse negócio de criar município para dar emprego a mais prefeitos e a mais vereadores.

Então, Gama e Silva fez um estudo daqueles três mil municípios e considerou uns mil e tantos de segurança nacional, mas isso da cabeça dele. Porém, quando os jornais publicaram, o Presidente não gostou nada e mandou que o Conselho fizesse um estudo para chegar a um número razoável de municípios de segurança nacional.

Preparamos um estudo e estabelecemos critérios, chegando a 70 e poucos municípios e o Presidente determinou que todos os membros do Conselho de Segurança Nacional, em número de 25, opinassem. As opiniões ficaram equilibradas. O Passarinho, que era do Pará, sugeriu que tirasse o município tal e pusesse um outro. Sem excessos. Neste momento, veio o parecer do Gama e Silva: "Muito bom..." mas ele entendia que tinham esquecido os seus, anteriormente selecionados. Se pudesse, colocaria todos os municípios como sendo de Segurança Nacional. Era um homem que tinha uma impulsão tremenda, utilizada, é verdade, no interesse do Brasil.

Impulsão para bem servir ao País.

Ele não era fácil. O Gama e Silva não falava. Para Ato Institucional ou qualquer outro ato, a atitude dele era de puxar uma caneta e já fazia. Era um homem para frente.

E o Gama e Silva participou do Governo Médici?

Gama e Silva foi um dos poucos que não ficaram. Quem saiu, também, como disse, foi o Hélio Beltrão, saiu porque não quis continuar. O Médici tirou, ainda, o Tarso Dutra, que era da Educação, e passou o Passarinho para o lugar. O Júlio Barata entrou no Trabalho. Estas foram as modificações. O Gama e Silva também, como disse, deixou o Ministério da Justiça. O resto ficou como antes.

O senhor foi para onde? Permaneceu com o General Jayme Portella?

O Jayme Portella ficou "um osso atravessado". O General Geisel não se dava nem com o Portella nem com o Costa e Silva.

O senhor sabe por quê?

Sei. Costa e Silva queria dar ao General Ernesto Geisel o IV Exército, mas ele não quis. Conseguiu do Castello nomeá-lo Ministro do Superior Tribunal Militar. Assim, o Ernesto já estaria meio fora de combate.

Mas o negócio era o seguinte: com a Revolução, o Ernesto passou a Chefe do Gabinete Militar do Castello e o irmão dele, o Orlando, foi nomeado Comandante da Vila Militar. A nomeação de um Comandante era privativa do Gabinete do Ministro.

O Ministro Costa e Silva nomeou aqueles da "linha dura" para comandar Unidades e para o GO 155 ele mandou o "careca" Fontoura. Acontece que comandava o Grupo "um peixe" do Orlando, o Nilton Freixinho.

Coronel Freixinho.

Freixinho que, na Revolução, estava tipo PSDB, "em cima do muro". E aí...

Costa e Silva mandou o Fontoura.

Mandou o Fontoura. E o que o Orlando fez? Manteve o Freixinho, não deu posse ao oficial nomeado pelo Ministro Costa e Silva, que, então, o demitiu, o exonerou, mas, aí, começou o problema.

Começou o problema, mas não tinha outra solução.

O Comandante não quis dar posse.

O Ministro nomeou, como é que o Comandante da Vila não ia dar posse?

É aquela história: "Dois veados galhudos não bebem água na mesma gamela", os galhos se embaralham. O Orlando era um cara duro.

É verdade.

Era um cara duro. O Portella ficou atravessado; onde meter o Portella?

O problema interessante é que o Médici foi promovido e ele era o quarto ou quinto na lista do Alto Comando. O Costa e Silva fez o Médici General-de-Exército, na marra, pois no Alto Comando, havia aqueles que não queriam.

Veja só, um homem que teve uma participação exemplar na Revolução, mesmo assim, havia quem não o quisesse.

Mandaram o Médici para o III Exército... Mas, havia um problema, aliás, vários problemas. A idéia de manobra era que o Médici, depois de estar na tropa, viesse a ocupar o cargo de Ministro do Exército, porque, por incrível que pareça, o Ministro Lyra Tavares preferia ser Ministro do Superior Tribunal a ser Ministro do Exército. Ele era um intelectual, daí essa sua preferência.

Mas, quando o Médici foi promovido a General-de-Exército, não tinha um general de sua confiança para ser o Chefe do Estado-Maior. O homem de confiança do Médici era um coronel da minha turma de Escola Militar, chamado Miguel Pereira Manso Neto, Chefe do Gabinete do SNI; ele quase que fazia o trabalho todo do SNI. Porém, um coronel não podia chefiar o Estado-Maior do III Exército. Nesse momento, vemos as coincidências, pois o João Figueiredo, que era Comandante do Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília, Comandante dos Dragões, é promovido a General pelo Costa e Silva. Então, Figueiredo foi ser o Chefe do Estado-Maior do Médici no III Exército, no Rio Grande do Sul.

O Figueiredo, que sempre foi muito esperto, o que é que aconteceu? Nessa hora em que o Médici foi alçado à Presidência da República, o Figueiredo deu o

lance do Geisel. Porque, se você olhar a história anterior do João Figueiredo, ele sempre foi o homem do Geisel e do Golbery. Pertenceu ao antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), quando o Golbery era o chefe. Acompanhou a vida inteira o Geisel e o Golbery. É um detalhe que teve uma importância incrível para o Brasil, porque, quando o Costa e Silva sofreu a trombose a 29 de agosto, os dois Geisel, em mais três meses estariam fora do panorama político brasileiro, uma vez que o Ernesto já era Ministro do Superior Tribunal Militar e o Orlando cairia na compulsória. Mas como o João poderia manobrar? Colocar o Orlando como Ministro do Exército, porque, assim, poderia estar na reserva sem nenhum problema. E o Médici o nomeou.

Orlando era também muito esperto. Montou uma manobra para ficar com ascendência sobre as Forças Armadas. Conseguiu que o Médici convidasse o Almirante Rademaker, que era "carne de pescoço", um homem duro na Junta Militar, para ser Vice-Presidente, cargo que ele não poderia recusar; com isso, tirou o Rademaker da jogada e botou um "cupincha" dele, o Barros Nunes, Adalberto Barros Nunes, que tinha um irmão no Exército, o "Cacau", que era meu amigo. Mas o Adalberto era um homem maleável. O líder na Marinha naquela ocasião era o Januzzi mas não foi escolhido, porque o Orlando não queria outro para fazer sombra a ele. Assim, somente o Márcio de Souza e Mello permaneceu atravessado no seu caminho, na Pasta da Aeronáutica. Esse Márcio era muito parecido – mesmo bigode, mesmo corpo e rosto e, também, usava óculos escuros – com o Costa e Silva, às vezes, quando ele chegava, o pessoal pensava que era o Costa e Silva.

Então, ficou com o Márcio e aproveitou umas daquelas tiradas, meio doidas, do Burnier, que era Chefe do Gabinete, para se livrar também do Márcio. Empenhou-se e conseguiu ver, como Ministro da Aeronáutica, o Joelmir Araripe de Macedo, que era um engenheiro construtor de pistas, já reformado. Quer dizer, ficou com as três Forças nas mãos. Então, ficou dono da situação, contando ainda com o Figueiredo como seu "ponta-de-lança", que era um homem-chave no seu esquema.

O Figueiredo foi instrutor comigo lá na Escola de Estado-Maior e, depois, quando eu era coronel no Gabinete, ele comandava os Dragões; mostrou-se, de fato, um homem inteligente.

No final do Governo, os jornais andaram publicando que o Médici, quando deixou a Presidência, evitava receber o Figueiredo e que o filho do Médici não queria apertar a mão do João, pois achava que ele havia traído seu pai – o Presidente Médici. Geisel não era o preferido de Médici. João o convencera a escolhê-lo; foi uma manobra política.

Li o livro do Roberto, o filho do Médici.

O Roberto é muito boa pessoa mesmo. É um homem de valor como o pai.

Gostei muito de ler o livro, no qual diz o seguinte: "O grande erro de meu pai foi trazer o Geisel para substituí-lo, porque o Figueiredo sempre lhe dizia que o Geisel estava longe do Golbery... e nunca esteve."

O João fez uma jogada...

O Roberto diz que o João nunca foi amigo do Médici.

Aí é que está, o João fez a jogada do Geisel. É tudo uma questão de ângulo, o João foi coerente, porque sempre foi o homem do Geisel e do Golbery, desde capitão, basta analisar o seu currículo. Então, o Figueiredo se manteve fiel ao passado. Mas, o Médici e o Portella acreditaram que o Figueiredo e o Geisel estavam desvinculados do Golbery, o que, na verdade, jamais aconteceu.

E, além disso, Ernesto Geisel não deu seguimento ao que o Médici fez como Presidente.

Não deu, não deu continuidade ao trabalho do Médici; ele entrou com políticas equivocadas e idéias meio megalomaníacas.

Com aquelas usinas nucleares todas, deixando de dar seqüência à obra do Médici na Amazônia.

Não deu.

Até hoje se critica a Transamazônica, mas o Médici fez um grande trabalho. Pena é que não deram continuidade.

É uma boa estrada. A crítica mais procedente que fazem ao Médici é que a Transamazônica não estava no plano rodoviário, não tinha prioridade nenhuma, todavia o Andreazza passou-a para prioridade número 1. Foi a única crítica. Mas é uma estrada boa, estive na Transamazônica.

Mas as críticas que hoje fazem os inimigos da Revolução são infundadas, porque não deram seguimento à obra. Basta verificar: qualquer estrada, por melhor que seja, sem manutenção, desaparece.

Qualquer estrada é sempre boa. Houve um Presidente da República, Washington Luís, que afirmava: "Governar é construir estradas."

Mas, voltando às jogadas, podemos dizer, que o João preparou a jogada do Geisel e, depois, o Geisel preparou a jogada do João.

É verdade.

O senhor continuou com o General Portella até quando?

Nós nos desvinculamos naquela época. Fiquei com o Bina Machado. Vale lembrar que, para se livrarem do Portella, passaram a 10ª Região Militar, que era Comando de General-de-Brigada, para Comando de General-de-Divisão.

Ele foi para o Ceará.

Foi para o Ceará e eu lhe disse: "Vai que depois eu vou." Ao chegar, indicou, de imediato, meu nome para Chefe do Estado-Maior da Região. Ninguém poderia ser, só eu. No fim, adorei, mas não tinha vontade alguma de ir para lá.

Ficou telefonando, escrevendo, até que achei que tinha obrigação de ir, era importante, porque marcaram a manobra do Exército Brasileiro, com os alunos da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), naquela área. Tinha que tirar esse problema da cabeça do Portella, porque ele era um homem inteligente e capaz, mas nunca fora instrutor de escola e nunca "montou" tema. Isso é o que fiz a vida toda. E, então, lá chegando, preparei um tema de guerrilha urbana, "martelo e bigorna", no Piauí, que os instrutores da ECEME – tinham sido meus alunos – gostaram. Era obrigação do amigo.

Não havia como deixar de ajudá-lo. Foi um apoio importante, porque era o velho instrutor fazendo o que sabia...

Era o que mais sabia: montar ou elaborar temas, para exercícios militares.

O senhor ficou com ele lá até quando?

Até quando ele saiu. O Portella queria vir para o Rio, mas lá a gente estava mais sossegado, acho que foi bobagem ter voltado. O Portella era um homem pobre, desprendido com relação a dinheiro ou projeção social, porém, pelo Poder, ele tinha atração. Ele sempre quis estar perto do Poder. Dizia para o Portella: "A gente não faz muita vantagem em ser honesto não, porque não temos atração por dinheiro, nunca cogitamos ser ricos."

Coronel, voltando aos pródromos da Revolução, quais foram as raízes do Movimento?

Penso que as raízes vêm de longo tempo. Estão na reação, não só das Forças Armadas como da sociedade em geral, a uma contínua penetração das idéias extremistas na vida brasileira. Isso vem de longa data.

Nas Forças Armadas, quando eu era capitão, instrutor da Escola de Educação Física, já existiam a chapa azul e chapa amarela no Clube Militar – uma democrática e a outra ligada aos comunistas.

A ação comunista, mais próxima de 1964, deu-se a partir da renúncia do Jânio, com a sua substituição pelo Jango, um Presidente despreparado, em cujo Governo os sindicalistas, conhecidos por pelegos, é que mandavam!

Mas, se for lá atrás, vai a 1935?

Ah! Exatamente. As raízes estão lá no fundo e podemos vê-las muito claras na Intentona de 1935, de Luís Carlos Prestes, onde o nosso pessoal morreu dormindo,

traição dos comunistas que o Brasil precisava conhecer. Uma traição que o Exército nunca mais esqueceu.

A guerra fria influiu na Revolução?

Influiu, porque havia uma bipolaridade e cada um procurava atrair países para o seu lado. Na América, a "ponta-de-lança" deles era Cuba. Inclusive, há aquela história dos cem mil dólares mandados para o Brizola, que sumiu com esse dinheiro destinado ao apoio à revolução comunista. Por isso, durante algum tempo, Fidel Castro não queria conversa com Brizola.

Cuba era a ponta de penetração. Se o Che Guevara tivesse tido êxito naquela sua incursão na Bolívia teria complicado um bocado, mas, felizmente, ele foi derrotado.

O que gostaria de destacar a respeito do panorama político anterior a 31 de março?

Há a destacar dois fatos: um era a agitação sindical, com base na ação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e, outro, a tentativa de subversão hierárquica nas Forças Armadas, o que contou com o apoio ostensivo do Jango e que se transformou no estopim da nossa reação.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Havia, sem dúvida, numa faixa considerável da população. Só o pessoal ligado ao Governo, os líderes comunistas sindicais e estudantis e os seus liderados é que eram favoráveis ao Goulart. O restante dos brasileiros, principalmente a classe média, a classe conservadora estava contra aquela bagunça, contra aquela...

Contra aquela anarquia.

A não ser os que estavam ganhando, ganhando dinheiro; muita gente ganhou bastante daqueles Institutos de Aposentadorias e Pensões – exemplo dos comerciários (IAPC), dos industriários (IAPI) e outros. Ali muita gente ganhou dinheiro.

O que se passava realmente no meio militar? Foi possível observar a tentativa de quebrar a hierarquia, de criar cisões?

Cisões foram criadas. Não senti tanto na pele, porque não me encontrava na tropa, mas quem estava sentiu perfeitamente. Havia também o problema da promoção. Quem estivesse do lado do Governo, era promovido, em princípio, por merecimento. Eu havia sido instrutor, durante seis anos, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e Instrutor de Tática Geral da Escola de Estado-Maior e fui promovido a tenente-coronel, em 25 de dezembro de 1963, por antiguidade.

Está aí um exemplo do que aconteceu com aqueles que não se alinharam àquele Governo.

É a promoção de que tenho mais orgulho, embora tenha sido por antiguidade.

Foi uma das formas de sacrificar aqueles que não comungavam das idéias do Governo.

Prejudicaram a todos que se mostraram contrários às tais reformas de base.

Poderia citar alguns fatos que determinaram realmente o desencadeamento da Revolução?

Creio que foram o comício da Central, a rebelião dos marinheiros no sindicato de Triagem e, principalmente, a reunião dos graduados com o Jango, no Automóvel Clube do Brasil.

Houve muita indisciplina na reunião do Automóvel Clube do Brasil, como também na reunião dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos, em Triagem.

Houve, mas a do Automóvel Clube do Brasil foi a mais grave.

Sem dúvida, porque contava com a presença do próprio Presidente incentivando a indisciplina.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Foram marchas inesquecíveis que deram respaldo ao movimento armado. O Exército foi impelido a responder às pressões da sociedade. O Exército não parte para a ação sozinho, quer antes o claro respaldo do povo. As marchas exerceram este papel.

O desejo do povo, da grande maioria, foi, ali, demonstrado cabalmente. Por isso, o inimigo diz que aquela marcha foi um movimento reacionário?

Claro! Contra eles é reacionário!

Interessante, o que eles fazem contra a democracia não é reacionário!

Nesse caso é "progressista". Só rindo mesmo. O certo é que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade da maioria do nosso povo, expressa nas Marchas da Família, com toda a clareza.

Havia, em andamento, um movimento de natureza comunista?

Havia sim. Podemos lembrar daqueles movimentos no Nordeste e em Goiás, o das "Ligas Camponesas". Havia uma penetração comunista muito forte em todos os setores do Governo. Os sindicatos é que, na verdade, comandavam o País.

Isso se via no porto de Santos.

Exatamente, no porto de Santos, o movimento era generalizado. O normal do dia a dia era a greve.

A nossa vida na caserna passou a ser afetada por greves, uma em cima da outra, e prontidão quase que diária. Para quem estava na tropa, como nós, era uma dificuldade para sair do quartel, porque, quando acabava uma prontidão, começava outra. Era uma anarquia generalizada, onde aqueles que queriam trabalhar não conseguiam chegar ao emprego, porque os grevistas tinham o poder de paralisar os transportes.

Como se portaram os sindicatos e outras organizações esquerdistas após a vitória do Movimento revolucionário?

Após a vitória do Movimento – vou usar uma expressão popular que caracteriza bem o que penso – "todo mundo enfiou o rabo entre as pernas" e os líderes fugiram ou foram presos. A chave da questão é prender os líderes e isso foi feito.

Eu recebi o comando do Batalhão de Polícia do Exército com um contingente preso, que lá ficou durante a minha gestão, tendo em vista a necessidade de neutralizar as lideranças extremistas.

Quais são, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Os líderes civis mais em evidência foram o Magalhães Pinto, que determinou a saída da sua Polícia Militar junto com as tropas dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, revolucionário desde os preparativos, e o Carlos Lacerda, que ficou cercado no Rio de Janeiro. Esses são os líderes civis mais em evidência. Quanto aos líderes militares que mais se destacaram, citamos o Castello, o Costa e Silva, o Marechal Odylio Denys e os generais que estavam em Minas, Mourão e Guedes, todos eles com uma importância muito grande.

Mas a verdadeira mola do Movimento funcionou de coronel para baixo. Digo isso, por exemplo, porque o II Exército viria com ou sem o Amaury Kruel.

O senhor acaba de destacar um aspecto muito interessante neste depoimento. Soubemos, cerca de zero hora de 31 de março para 1º de abril que o Kruel havia decidido favoravelmente. Foi uma alegria geral, um longo abraço entre os oficiais, pois, finalmente, iríamos contra a baderna que se instalara no País. Acredito que o nosso pessoal, em Itu, não esperaria por muito mais tempo.

Ele tomou o bonde andando.

O senhor está dizendo exatamente o que se disse naquela noite de 31 para 1º. Mas foi bom, porque partimos com a ordem do nosso Comandante de Exército; foi muito melhor assim. "Sairíamos de qualquer maneira... Não dava mais", disse o 1º Tenente QOE Souza, oficial que veio de soldado, de sargento, mas que interpretou, com muita sensibilidade, o espírito que nos animava; era impossível continuar convivendo com aquela situação de anarquia generalizada, que caracterizava o nosso País.

Anarquia total, não havia hierarquia, não havia mais nada.

Exatamente, não havia mais nada. O senhor viu bem, porque, realmente, a nossa tropa acabaria por vir. Não tinha mais opção. O General Kruel demorou, mas quando optou, optou certo, seguiu a grande maioria do povo brasileiro.

Optou certo, o alemão deu sorte!

Houve, no Movimento revolucionário, influência externa, inclusive dos Estados Unidos, ou não?

Não, claro que não, acredito no seguinte: o Movimento foi interno, tinha a simpatia deles, que poderiam prestar apoio, em caso de necessidade, o que não se verificou. Uma vez jantei com o Vernon Walters, oficial ligação do V Exército americano com a nossa Força Expedicionária Brasileira.

Então, jantei com ele em Brasília, no Hotel Nacional. Os norte-americanos, com seus navios petroleiros, tinham condições de nos suprir de óleo, em caso de necessidade, se houvesse greves. Assim, ocorrendo necessidade, creio que existiria possibilidade de apoio externo, o que não se concretizou. O principal é que nós a fizemos, porque houve necessidade e a fizemos sozinhos.

Há um livro de memórias, muito interessante, do Roberto Campos "A Lanterna na Popa" – um livraço, com mil e trezentas páginas, por aí – que é uma pedrada nos imbecis! Ele conta a viagem do Lacerda à Europa, logo depois da Revolução, onde o Governador da Guanabara foi recebido com honras etc. e tal. E o francês, que é um cara chato, é chato que é danado, numa entrevista, no aeroporto de Orly, o jornalista perguntou:

– Governador, estão dizendo que foram os americanos que apoiaram esse Movimento.

O Lacerda tinha uma língua terrível. Respondeu:

– Como? Acho que você está enganado. O que foi feito com o apoio dos americanos foi a libertação da França.

Deu um pontapé no orgulho francês. O Lacerda era terrível! Era um gênio. E a entrevista continuou:

– Como é que o senhor pode explicar uma Revolução em que não correu sangue?

– Isso é muito simples. É porque as revoluções no Brasil são como os casamentos na França – respondeu o Lacerda.

De Gaulle não quis mais recebê-lo.

"A Lanterna na Popa" é um livro muito interessante. Roberto Campos é uma "cabeça"; assisti maravilhosas conferências dele na Escola Superior de Guerra.

O rápido desmoronamento do tal esquema militar ocorreu por quê? É aquilo que perguntaram ao Lacerda: Por que não houve reação? Como interpretar esse fato?

É porque o esquema do Governo era um "gigante de pé de barro", sem qualquer consistência embaixo. Não havia liderança alguma. Na hora, acabou mesmo.

Interessante é que parecia que tinham força.

Tinham aproveitadores para enriquecer com aquela bagunça, mas ninguém iria morrer por eles. Engraçado que o Assis Brasil dizia: "Nosso esquema é imbatível."

Falavam demais, e me preocupava, como jovem tenente, observar aquela aparente divisão de forças.

Felizmente, era só na aparência. A falação e a orquestração estão entre as técnicas usadas pelos extremistas.

E o comandante destacado para enfrentar o Mourão foi o Coronel Raimundo, que tinha sido assistente do Marechal Denys! Com a palavra do Marechal, o Raimundo, que tanto o admirava, passou a apoiar as tropas mineiras.

E a liderança do nosso lado? Como o senhor viu os exemplos de liderança nas tropas contrárias ao Governo?

Não houve, assim, grande oportunidade de observar melhor. Essa do Mourão ter partido, a saída dele foi intempestiva. Tudo estava programado para um pouco depois...

Creio que o problema do Automóvel Clube do Brasil precipitou a saída do Mourão.

Precipitou. Mas valeu para dar a partida, para sair da inércia. De qualquer modo foi um exemplo de uma boa liderança.

Assim como o Muricy.

O Muricy, o Guedes, sem dúvida, boas lideranças também.

O senhor é favorável àquele emprego dos cadetes da AMAN?

Sou favorável sim. Formei-me oficial com 18 anos de idade e poderia ter ido participar da guerra mundial, na Itália. Por que não lutar aqui?

A Revolução robusteceu a coesão das Forças Armadas?

Ah, robusteceu! Tirando, certamente, aqueles que se julgavam capazes de orientar a política brasileira, de forma antidemocrática. Sem esse pessoal, aumentou bastante a coesão.

O Movimento de 31 de Março tinha uma ideologia? Qual a sua posição a respeito?

Um conjunto de convicções políticas, sociais e econômicas norteava a Revolução. Não havia, nitidamente, uma ideologia no Movimento, havia, sim, o ideal

democrático opondo-se à ideologia extremista totalitária. Observava-se o repúdio às ideologias extremistas, alienígenas, internacionalistas, adotadas pelos adversários da Revolução.

O termo Revolução está certo? Como é que nós vamos chamar o Movimento de 31 de Março?

Acho que, na realidade, foi mais uma contra-revolução, porque quem estava preparando uma revolução eram eles. Para mim, foi uma contra-revolução.

Foi uma contra-revolução que, na verdade, transformou-se numa Revolução?

Numa Revolução, exatamente, com o "andar da carruagem".

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Na realidade, os presidentes eram militares que deram características democráticas aos governos, mais do que as que estão sendo observadas agora. Ninguém pensou em reeleição. Nem tentou personalizar a Revolução.

Inclusive, ouve-se falar, a todo momento, da compra de votos de certos parlamentares, mas ninguém quis apurar, nem a OAB, nem a Globo... Fazem escândalo, quando é o prefeito de Londrina que está envolvido. É brincadeira! Isso só tem um termo: "manipulação da opinião pública", desvia a atenção das coisas importantes para coisas secundárias. É o que a gente vê no jornal, na televisão, na mídia em geral.

A Rede Globo de Televisão conta uma historinha dos Estados Unidos, uma outra historinha da Inglaterra, ocultando o que o povo precisa saber, como, por exemplo, a situação caótica em que o País se encontra em virtude das dívidas interna e externa, e dos juros escorchantes, que prejudicam a produção, deixam os brasileiros desempregados e impedem o desenvolvimento.

Compra de voto de deputado no Congresso para mudar a Constituição ninguém dá bola, ninguém quer apurar.

É verdade. O Banco Central, em um só dia, deu de presente mais de um bilhão a dois bancos inexpressivos e alegou que estava evitando uma debacle nas finanças do País. Parece mentira que isso tenha acontecido, todo mundo viu, e ninguém foi para cadeia...

Voltando à Revolução de 1964, que benefícios ela trouxe para o País?

A meu ver a Revolução significou o grande passo para frente dado pelo Brasil. O Brasil era a 48ª economia do mundo e passou para a oitava economia, nunca houve um salto tão expressivo. O Brasil não tinha nada.

Era tenente na PE, Oficial de Motores, e ia buscar viaturas em São Paulo – ia e voltava em estrada de terra. Nem a Rio–São Paulo era asfaltada. Quase não havia estradas asfaltadas no Brasil.

Veja só, peguei essa estrada asfaltada no início da década de 1960, com uma única pista. Completamente ultrapassada, mão nos dois sentidos. Desastres pavorosos. Foi a Revolução que a duplicou, a partir de 1964.

E a ponte Presidente Costa e Silva, cujo nome os adversários da Revolução escondem? Quantas vezes a gente ficava em Niterói, a noite toda esperando entrar com o carro na barca e agora temos uma ponte – a ponte Presidente Costa e Silva. E os revanchistas falam em obra faraônica, fingindo não dar valor a uma façanha espetacular que eles nunca seriam capazes de realizar.

E aqueles caminhões na Avenida Rio Branco, entupindo a Praça XV e também a avenida, para atravessar de barca. A nossa ponte não custou um tostão ao Governo. O pedágio pagou tudo e ainda fez a estrada para Manilha, só com o pedágio, não custou um tostão.

E a Revolução cometeu erros?

Muitos. Nós cometemos muitos erros, mas o maior deles foi a incapacidade política, inapetência política para passar o Governo. Começamos com a "faca e o queijo na mão" – o maior partido era nosso, havia lei da fidelidade partidária, tinha tudo para manejar e fazer um sucessor confiável que desse continuidade às realizações da Revolução, principalmente de 1968 a 1973, quando o Brasil mais cresceu em toda a sua história.

Mas o Figueiredo não era um homem político, embora inteligente. Ele mostrou uma grande inapetência política. Ele entrava em choque até com a ARENA, o partido da Revolução.

O Figueiredo foi mal escolhido?

Sim, mas mal escolhido por quê? Porque o Golbery e o Geisel não queriam largar o Poder. No primeiro ano, foi o Golbery de primeiro-ministro e o Geisel telefonando de Teresópolis dando as ordens. Escolheram um que não tivesse tino político, para que pudessem continuar mandando. Foi posto lá de propósito, sabiam que ele não tinha veia política, capacidade política.

E terminou melancolicamente, saindo pelos fundos. Aquilo tornou-se um final feio, sem necessidade nenhuma. Também deu azar, porque tudo tinha sido montado para o presidente da ARENA, que era o Petrônio Portella, ser o seu substituto.

Ele já era o presidente da ARENA, tinha tudo "na mão". Mas "se matou". Lá em Florianópolis, teve um enfarte. O que é que ele tinha que fazer? Ou ficar lá ou

ir para São Paulo internar-se. Mas, ele não querendo prejudicar a sua candidatura, voltou para Brasília, a 1.100m de altitude.

Brasília é um cemitério. É muito alta. Mata todo mundo. Ele convenceu o médico a não interná-lo, e, por isso, morreu. Esse médico foi suspenso depois pelo Conselho Regional de Medicina, porque não o internou. Acho que o Figueiredo ficou tonto com a morte do Petrônio Portella e largou tudo.

O senhor acha que nós perdemos a "batalha da Comunicação Social"?

Perdemos.

Perdemos ou nós não quisemos participar dela?

Perdemos. Houve umas tentativas, pois lembro-me de que o Costa e Silva e esse rapaz, de quem gosto muito, o Hernani D'Aguiar, criaram a tal AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, que trabalhou bem inicialmente. Mas, depois, ele saiu e o Octávio Costa foi para lá. Uma bela pessoa também, mas, depois dele, o negócio se perdeu e eles não conseguiram dar o desenvolvimento necessário a essa atividade. Essa batalha nós perdemos.

E as ações de guerrilha, seqüestros de embaixadores, como é que o senhor viu essas ações criminosas? Há adversários que dizem que isso aconteceu porque não demos a eles a possibilidade de diálogo.

Conversa... o sujeito para entrar numa ação armada é porque se trata de fanático, sabe que vai morrer mesmo. Tanto que houve uma cisão entre o pessoal que queria fazer oposição e o pessoal da luta armada. Preponderou o pessoal da luta armada – Marighela, Lamarca, Toledo – que não queriam dialogar com ninguém.

Quando morreram, acabou a luta armada, porque não houve chefe para substituí-los. É aquele negócio que vale: "Pega o chefe, o líder, que a coisa acaba."

Uma vez perguntaram a Napoleão o que é que ele achava da Revolução Francesa e ele respondeu: "Se pudesse metralhar os quatrocentos primeiros, o resto estaria correndo até hoje." Ninguém, no Ocidente, quer morrer!

Quais eram os objetivos dessa luta armada? O que eles queriam?

Bom, o objetivo da luta armada é minar o regime, enfraquecê-lo, para a tomada do Poder.

O Ato Institucional nº 5, então, foi necessário?

Absolutamente necessário. O Costa e Silva tomou essa medida a contragosto, mas não tinha outra alternativa. Costa e Silva pretendia revogar o AI-5 e

reabrir o Congresso, em 7 de setembro, e morreu, em 29 de agosto. Na verdade, ele morreu em dezembro, mas teve aquela trombose em 29 de agosto que o levou a perder a fala.

Perdeu a condição de escrever, ficou incapaz.

Foi um azar danado e isso nos trouxe os Geisel que já estavam liquidados e, pode-se considerar, nesse momento, o término da Revolução.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) foram fundamentais? Como o senhor viu a criação desses órgãos?

Penso que todo o país que se preza tem que possuir um serviço de informações; não é possível o que ocorre agora: alguém nomeia um indivíduo para o Banco Central e na mesma hora aparecem inúmeras informações contra ele. Tinha que ter visto antes de nomear, não é possível que isso funcione assim. Nomeia-se e no dia seguinte a pessoa é massacrada. Não há informações. Quem acabou com o SNI foi o senhor Collor que não queria que ninguém descobrisse seu esquema de roubalheira e preparou tudo para que não houvesse informações sobre coisa alguma a respeito.

Ele prometeu até que ia fazer isso, já de caso pensado.

Sobre os DOI, temos que conversar. O DOI naturalmente é um instrumento interessante para enfrentar a luta armada. Você tinha que adaptar as forças de reação àquele tipo de guerra.

É da doutrina que, para enfrentar a guerra revolucionária, deve-se usar os mesmos métodos deles. O livro do Che Guevara mostra como usar a "unidade de guerrilha": dormir de dia e lutar à noite. Você tem que fazer tudo como eles fazem, senão você perde a guerra.

Veja lá em Juquiá, em Registro, não se fez igual...

E não tivemos sucesso; ali tinha que empregar uma Unidade especializada. Mas, mesmo com os DOI, fizemos algumas bobagens, cometemos alguns erros.

Em São Paulo, por exemplo, o DOI do II Exército ficava na Rua Tutóia. Aqui, no Rio, fizeram uma tolice enorme. Puseram o DOI dentro do quartel da PE, onde estacionava a 2ª Companhia. Uma loucura, porque você mistura uma unidade convencional com uma unidade de caras barbados, cansados. Você mistura uma unidade convencional com uma unidade que visa combater o terrorismo, que atua em outro tipo de guerra. E, depois, isso marcou a Unidade para o resto da vida.

Criou uma situação injusta, porque não era a PE que atuava. Ele diz que foi torturado na PE; ele não sabe que não é pela PE, não tem uma placa para ler.

Lembro-me de quando era coronel na PE, Unidade de que gosto muito, porque fui fundador, tenente, capitão e, depois, comandante; lembro-me, quando estava comandando, de que lá chegou Eloi Dutra, que fora Vice-Governador do Rio. Ele residia na Constante Ramos, na mesma rua em que eu morava. Era casado com uma mulher com quem me dou muito, grande figura humana, a Yara Vargas, embora de opinião política contrária. O Eloi Dutra quando chegou à PE, vindo do Uruguai, tendo passado, antes, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, disse-me: "Ao saber que vinha para PE, fiquei descansado, sabia que estava garantido, que nada me fariam." Jamais, houve uma acusação contra a PE, antes de colocar o DOI dentro da Unidade. Aquilo foi uma burrice total. Todo mundo dizia: "Foi a Polícia do Exército", quando a PE não tinha nada a ver com o problema.

Hoje, muito se fala em ditadura, "anos de chumbo". O que o senhor pensa disso?

Eles batizam tudo, porque querem botar para baixo o período revolucionário. Essa Lei da Anistia... a gente vê cada descalabro nessas pensões. O Dias Gomes, quando morreu, parece que recebia onze ou doze mil de pensão especial, por causa daquela novelista?! Por quê? Houve uma distribuição de dinheiro à vontade para toda essa gente. O contribuinte está pagando essa conta.

Distribuição indiscriminada, sem a menor justificativa.

Não, não há uma explicação lógica.

O bandido Lamarca largou a mulher, mandou-a para Cuba com o filho e ficou com a amante – a tal Yara – e agora a família recebe tudo, por causa dos seus "predicados" – traidor, ladrão, desertor, assassino, a sangue frio, do jovem Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo. Uma covardia brutal!...

A respeito da Yara, tenho um fato interessante. Eu estava ocupando interinamente o Comando da 10ª Região, em Fortaleza, CE, o Comandante do IV Exército, em Recife, PE, era o Bina Machado e o Argus, um oficial de Cavalaria, o comandante da 6ª RM, em Salvador, BA. Numa reunião em Recife, o Argus encontrava-se numa "sinuca de bico", porque estava com o cadáver da tal Yara, amante do Lamarca, na geladeira: "O que é que eu faço com o cadáver dessa mulher?"

Ela se matou, não foi isso?

Matou-se quando viu que ia ser presa, e sobrou para o Argus.

Veja só!

E o Lamarca fez a loucura de se meter no interior. Se há pessoa desconfiada, é o sertanejo. Ele tem horror de ver um desconhecido nas terras dele. Não há lugar melhor para esconder-se do que a cidade grande, onde passa-se despercebido.

A Revolução demorou-se muito no Poder?

O problema não foi tanto da demora. O negócio foi aquela "abertura do Geisel", processo horroroso, porque fez a tal "abertura", mas governou, com o Ato, até o último dia. Quer dizer: "abertura" com os outros.

Figueiredo foi mal escolhido para o cargo. Não é que fosse ruim, não, era um homem inteligente, mas não era político. Fez muita bobagem! O melhor seria passar o bastão, depois do Médici. Tínhamos sido campeões do mundo, o Brasil estava crescendo de forma impressionante, mais de 10% ao ano, coisa nunca vista em toda a História do Brasil. Nunca chegamos a uma auto-estima tão expressiva! A vontade nacional, em alta, foi constatada até pelos americanos. Mas, infelizmente, o Médici apontou o Ernesto Geisel como substituto. Foi o seu grande e único erro!...

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem durante o período revolucionário?

As Forças Armadas não viveram uma situação normal. Faltava muita coisa, estavam quase tão humilhadas como estão agora, sem dinheiro para nada. Hoje, não há dinheiro nem para dar comida ao soldado, obrigam os chefes militares, sem opção, a mandá-los para casa. É uma vergonha...

Qual a sua avaliação a respeito da tal abertura do Governo Geisel?

Acho que a abertura foi concebida e executada de maneira muito defeituosa. Está certo que se fizesse a abertura, mas com cuidado, mantendo a ordem e, principalmente, projetando um elemento civil nosso para nos substituir, para dar continuidade ao processo de retorno à democracia plena. Ele fez tudo ao contrário.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Um pouco, desgastaram um pouco. Mas não chegaram a destruir a imagem da Revolução. Não devemos esquecer o problema do "choque do petróleo", logo no início do Governo Figueiredo, o segundo e mais violento.

E o "revanchismo" existe mesmo hoje?

Existe, claro, claro que existe. Vários oficiais nossos vêm sendo hoje perseguidos pelos revanchistas. O General Fayad, o Coronel Ustra, o Coronel Avólio e tantos outros. Enquanto isso, os terroristas de ontem, são designados ministros. Claro que o "revanchismo" não poderia ser maior. O "revanchismo" dos perdedores atingiu o grau máximo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando, nas pesquisas de opinião, altos índices de aceitação pela sociedade. O que o senhor acha disso?

Acho muito bom e penso que, cada vez mais, isso irá continuar acontecendo. O Exército será sempre a reserva moral que o povo poderá utilizar em caso de crise.

Coronel, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

A última coisa que quero dizer é que tenho um orgulho enorme de ter participado da Revolução de 31 de Março e de ter contribuído com o que considero como o grande salto do Brasil para a frente.

Coronel Italo Mandarino

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Foi Instrutor do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Analista da Comissão de Investigação Sumária do Exército, nos anos de 1969 e 1970; Adjunto da 2ª Seção e Chefe da Seção de Planejamento do I Exército (atual Comando Militar do Leste); Comandante do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) e Chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), ambas as Unidades em Fortaleza, CE; Assistente do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (EME); Chefe de Gabinete do Departamento Geral do Pessoal (DGP) e Assistente do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- No exterior: Adido Militar junto à Embaixada brasileira, em La Paz, Bolívia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso Superior de Guerra, da ESG. No mundo civil, diplomou-se em Ciências Administrativas.
- Em 1964, era Capitão Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do 10º Regimento de Infantaria (10º RI), Juiz de Fora, MG. Na eclosão da Revolução de 1964, comandou as tropas que constituíram a vanguarda do Grupamento de Forças de Juiz de Fora (Destacamento Tiradentes), que se deslocou para o Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2000.

É uma satisfação muito grande prestar mais uma colaboração ao Exército, ajudando a preservar a sua história. Por isso, foi com imensa alegria que recebi o convite para esta entrevista e aqui estou à disposição para responder as questões formuladas.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Bem os fatos são muitos, o campo é vasto, mas eu poderia dizer que tudo para mim começou no ano de 1963. Cursava a EsAO. Foi um ano duro para todos militares que viveram essa conjuntura. Recebíamos salários baixos, vivíamos à sombra de um regime de exceção de natureza comunista, em constante preocupação. Não sabia se estudava ou se partia na tentativa de fazer alguma coisa para manter a família ou, ainda, se comparecia a determinadas reuniões, onde se discutiam os atos do Governo.

Tudo começou, repito, no ano de 1963. Embora a vida não fosse das melhores naquela época, eu servia, até então, no Batalhão de Comando e Serviços da Academia Militar. Morava em uma boa casa do quartel a um preço pequeno e levava uma vida tranqüila. Todavia, em 1963, a coisa começou a agravar visivelmente.

Sentia-se perfeitamente e nós discutíamos, amplamente, nas salas de aula, nos intervalos e nos exercícios no campo, o perigo que o Brasil estava correndo, sujeito a transformar-se numa filial, na América do Sul, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), qualquer que fosse o regime adotado: sindicalista, comunista etc.

Era uma permanente preocupação para nós, que recebíamos uma formação essencialmente democrática no Colégio Militar, por sete anos, e na Academia Militar, assistindo ao Brasil caminhar a passos largos para um destino incerto.

A tristeza e a preocupação que nos envolvia empurrou-nos para participar ativamente das reuniões que ocorriam no Clube Militar e em clubes civis. Para aquilatar a gravidade da situação, em diversas ocasiões, o saco de lona de manobra, com os equipamentos de campanha e o capacete de aço, estavam prontos dentro de casa. Da mesma forma procedia a maioria dos capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), para que pudéssemos, a qualquer momento, assumir uma função na área da Vila Militar quando se desse a eclosão do Movimento revolucionário que todos estavam esperando.

Mas passou o ano de 1963, o curso da EsAO chegou ao fim e nada aconteceu.

Consegui estudar bastante, sacrificando-me o mais que pude, vindo, em conseqüência, a ser muito bem classificado, além de convidado para instrutor da Escola. Embora tenha ficado muito honrado com o convite, o Gabinete do Ministro não concordou com a minha permanência no Rio de Janeiro, o que, também, acon-

teceu com uma boa parte dos companheiros concludentes do curso e pertencentes às diversas Armas e aos Serviços de Intendência e Saúde.

Em virtude da minha classificação, optei, então, por servir em Juiz de Fora, uma ótima guarnição, onde me apresentei assim que terminaram as férias regulamentares.

Fui recebido pelo Comandante do 10º RI, o então Coronel José Bretas Cupertino, mais tarde General, que, nas primeiras conversas, deixou transparecer qual era o seu ponto de vista sobre aquela situação reinante. Da mesma forma, disse-lhe francamente o que pensava.

Creio que por isso, o Coronel Bretas designou-me para o comando de uma Companhia de Fuzileiros, apesar de já ter cursado a EsAO e haver oficiais sem o curso no Estado-Maior do Batalhão. Passou-me, então, o comando da 2ª Cia, dizendo-me que queria a tropa muito bem formada e apta para o cumprimento de qualquer missão e que, para tanto, deveria dedicar-me inteiramente a ela.

Alguns fatores facilitaram o meu trabalho, sendo um deles o fato de que a minha família ficou no Rio de Janeiro e eu, sempre sexta-feira à tarde, às vezes aos sábados, pegava a litorina de Juiz de Fora para o Rio, vindo passar o fim de semana com a família.

No Rio de Janeiro, não ficava alheio ao que acontecia no Brasil, buscando contato com os companheiros, às vezes recebendo-os em casa para saber o que se pensava, o que se dizia e o que se esperava.

Normalmente, retornava bem informado para continuar a preparação de minha subunidade, adestrando continuamente os meus recrutas. O dia a dia era de instrução, instrução e mais instrução. Dormindo no quartel, ficava, praticamente, as vinte e quatro horas do dia com a minha tropa. Contava com tenentes exemplares, de excelente formação e pensamento afinado com seu Comandante de Companhia que, por sua vez, falava a mesma linguagem do Comandante do Regimento.

No Regimento, havia um clima de preparação para alguma coisa que parecia prestes a acontecer. O nosso Comandante de Batalhão era o Major Hindemburgo – Hindemburgo Coelho de Araújo –, um militar de origem alemã, muito exigente, um ótimo profissional, e do Regimento, como já mencionei, era o Coronel Bretas Cupertino.

Quando chegamos ao final de fevereiro, um mês antes da Revolução eclodir, o Ministro da Guerra retirou do comando da Unidade o Coronel Bretas, substituindo-o pelo Coronel Calvão – Clovis Calvão da Silveira, que era do seu círculo de amizade –, com ordem para assumir o mais rapidamente possível.

Durante esse tempo todo, ouvíamos as pregações do General Olympio Mourão Filho em suas visitas ao quartel, como Comandante da 4ª Região Militar, enfatizando a sua preocupação e orientando os seus comandados para que se mantivessem

atentos, porque alguma coisa teria que ser feita para evitar que o Brasil caísse na órbita da União Soviética. Ressaltava a importância da união de todos contra o processo de comunização a que estávamos submetidos.

Lembro-me de uma tentativa de visita de Leonel Brizola à cidade de Juiz de Fora, ao Sindicato dos Metalúrgicos. Nossos oficiais haviam já, de uma certa forma, decidido que ele não entraria na cidade; seria bloqueado na entrada e impedido de tumultuá-la.

Só fazia tumultuar, mas, felizmente, a ação de comando do General Mourão impediu que isso ocorresse e a sua passagem por Juiz de Fora se deu sem maiores problemas para ninguém.

Cabe destacar que pouco sabíamos a respeito do que acontecia nos patamares dos escalões superiores, tanto nos escalões regional e divisionário – 4ª RM/DI, quanto no do General Carlos Guedes, ou seja, no comando da Infantaria Divisionária (ID/4). Mas a gente lia os jornais, a gente conversava... O que ocorria era uma repulsa generalizada à situação vigente, considerada inadmissível pela oficialidade. Como ficava no quartel toda a semana, à noite, no refeitório, podia constatar que era difícil conter os tenentes, os mais irritados, sem dúvida.

A partir do dia 13 de março, com o comício da Central, ninguém aceitava mais aquela situação. Todo mundo estava decidido a partir para briga e acabar com aquilo de uma vez. Era duro de ouvir, de assistir, de ler sobre aqueles fatos e ter que engolir em seco, porque a disciplina exigia que assim se fizesse.

No quartel, houve algumas manifestações de nossa parte junto ao novo Comandante, Coronel Calvão – amigo do Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro – que o colocara no comando no lugar do Coronel Bretas Cupertino, de quem o ministro recebera referências desfavoráveis. O Coronel Calvão procurou assumir o comando, de imediato, alegando para tal a desculpa da necessidade de ocupar a residência funcional.

Com esse Coronel, a coisa continuou mais ou menos no mesmo ritmo de antes, não havendo de sua parte nenhuma interferência, buscando, inclusive, em todas as ocasiões, atender às determinações do General Mourão. A tropa estava sendo preparada, indo para o campo, fazendo exercícios de tiro durante o período todo. Enfim, vivíamos em prontidão permanente, conseqüência das greves diárias que assolavam o País.

Ninguém tinha sossego.

Realmente, não se tinha sossego. Um dia, no final do mês de março de 1964, fui chamado à Região Militar para falar com o General Mourão. Ao ser recebido em seu gabinete, onde se encontrava o Coronel Everaldo, Chefe da 3ª Seção do Estado-

Maior Regional, o General me perguntou se a minha Companhia estava em condições de, não era liderar, mas de participar do início de uma revolução contra o Governo. Disse-lhe que havia preparado a tropa com esse objetivo e que ele podia contar comigo, meus oficiais e com os meus sargentos, para qualquer tipo de missão...

Ficamos por aí, nada mais foi dito sobre o assunto. Na Companhia, acelerei mais a preparação do meu pessoal, a manutenção de viaturas e do armamento, a recuperação dos fogões de campanha, a instrução de tiro enfim até que, no dia 30 de março, à noite, recebi, no quartel, onde me encontrava, a ordem do próprio Coronel Calvão para que preparasse a Companhia e ficasse em condições de sair para cumprir missão, a qualquer hora, a partir da manhã de 31 de março.

Passamos a nos preparar imediatamente. A Companhia devia receber um reforço em metralhadoras e morteiros da Companhia de Petrechos Pesados, além de uma fração do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Após tais reforços, estávamos prontos para o cumprimento da missão.

Às oito horas da manhã de 31 de março, mais ou menos, houve um tumulto, um fato anormal na área do comando do Regimento. Ficamos sabendo que o Coronel Calvão havia deixado o comando com o subcomandante – Tenente-Coronel Eurico Américo da Silva Bastos, também contrário à revolução – indo se apresentar ao General Mourão, porque não queria participar de nenhum movimento contra o Ministro do Exército e ele pressentia que isso estava acontecendo.

Pouco depois, chegou ao quartel o Tenente-Coronel Everaldo José da Silva, E3 da 4ª RM/DI, que assumiu o comando do Regimento, reuniu os oficiais, mandou o Tenente-Coronel Bastos apresentar-se ao quartel-general, escoltado, e determinou ao Comandante do Batalhão Major Hindemburgo que transmitisse à Companhia ordem para realizar uma marcha em direção ao Rio de Janeiro, devendo, inicialmente, deslocar-se até o Paraibuna, divisa dos dois Estados, cruzar o rio e apossar-se das passagens sobre o mesmo, de maneira a impedir a entrada de elementos vindos do Rio de Janeiro no Estado de Minas Gerais.

A minha viatura foi a primeira a sair na Revolução de 1964, o que se deu por volta das dez horas da manhã do dia 31 de março. Antes de iniciar o deslocamento, instruí os meus oficiais sobre a missão que cada um deveria cumprir, dei as ordens ao tenente comandante da fração de carros, ao reforço vindo da Companhia de Petrechos Pesados (CPP), enfim, aquelas atividades típicas de um capitão que vai cumprir um tipo de missão como essa, deslocando-se à frente, como Vanguarda do Grupamento de Forças de Juiz de Fora.

Um dos oficiais do Estado-Maior da 4ª RM nos acompanhou nessa marcha de aproximação que se transformou, depois, numa marcha para o combate, até que

chegamos à ponte sobre o Rio Paraibuna, sem oposição, por volta das quatorze horas. Estabelecemos uma boa posição de defesa, cerca de 500m após ultrapassá-la, aproveitando as características favoráveis do terreno para esse tipo de operação. O nosso desdobramento foi realizado com dois pelotões mais um reforço de carros do lado direito do rio, considerando-o da nascente para a foz, enfiando a estrada e, do outro lado, colocamos mais um pelotão. A região era realmente muito boa para defesa. Fechamos a rodovia e o túnel da ferrovia – nesse ponto, a ferrovia e a rodovia se encontram –, ocupamos a estação ferroviária, onde instalamos o PC inicial da Companhia e avisamos a Estrada de Ferro que estava suspensa a entrada de composições em Minas. A tropa cavou seus abrigos individuais, as peças de metralhadora e de morteiro, também, tomaram posição e cavaram os seus abrigos e ficamos aguardando novas ordens.

Interessante que, na minha descida para o Paraibuna, cruzou comigo uma viatura e dentro dela reconheci o General Muricy fazendo sinais. Disse-lhe que iria para a Coluna, mas ele mandou que eu continuasse. O General Muricy vinha do Rio de Janeiro para assumir o comando da tropa que se deslocava de Minas para o Rio. Mais tarde, nos encontramos na estação de Paraibuna quando o General retornou com as demais tropas – o "grosso" no jargão militar– do Grupamento de Forças de Juiz de Fora, o denominado Destacamento Tiradentes, que era constituído pelo restante do 10º RI, ou seja, o 10º RI menos a nossa Companhia, pelo 11º RI, de São João Del Rey, por um Batalhão do 12º RI, de Belo Horizonte, por um Grupo de Artilharia, de Juiz de Fora, o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, três Batalhões da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sendo um deles de Juiz de Fora e tropas de apoio logístico.

O restante do 12º RI deslocou-se para Brasília?

Exatamente, o restante do 12º RI foi para Brasília.

O Destacamento Tiradentes cerrou e, entre dezessete e dezoito horas deste dia 31 de março, já se achava em posição ao longo da rodovia, antes da ponte sobre o Rio Paraibuna, em território mineiro.

Essa foi a minha primeira jornada diurna acompanhando a Companhia, distribuída com um pelotão projetado à frente, elemento de ponta, o qual ocupou uma posição localizada junto e atrás de um pequeno córrego.

Então a Vanguarda estava realmente articulada?

Estava articulada. É importante dizer que começamos a receber pessoas que vinham do Rio de Janeiro em direção a Juiz de Fora – muitos militares da reserva de todos os postos e graduações, e mesmo civis que chegavam para aderir ao Movimento, para integrar as tropas do Destacamento Tiradentes. Lançamos patrulhas à frente tanto do lado da ferrovia como do lado da rodovia, uma vez que, a partir da

ponte em frente ao museu, hoje chamado de Museu Rodoviário, o Rio Paraibuna, que não é largo, separa a ferrovia da rodovia, sendo, no entanto, naquela região, encachoeirado e estava com um grande volume de água, na época.

Um obstáculo portanto.

Sem dúvida, uma vez que a ligação entre um lado e o outro do Rio Paraibuna só poderia ser feita pela ponte sobre o rio, que estava em nosso poder.

Como passou a sua tropa a noite de 31 de março para 1º abril?

Começamos a noite na posição, em Paraibuna. Dali, patrulhas iam e vinham. A minha tropa pôde ser alimentada com ração quente porque trouxemos os fogões de campanha, aqueles fogões antigos, à gasolina, que funcionaram muito bem nas mãos do nosso subtenente e de um 1º sargento muito antigo e tarimbado, que saiu preparando a refeição, desde que partimos. Assim, jantamos bem, apesar da grande movimentação ocorrida durante o dia todo.

Nesse movimento motorizado, as viaturas do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado foram transportadas por caminhões-prancha, requisitados pela 4ª RM, na cidade de Juiz de Fora. Na região de Paraibuna, os carros foram desembarcados e ocuparam posições, aproveitando a cobertura vegetal existente na região e ficaram aguardando novas ordens.

Nessa noite, aconteceram vários fatos curiosos.

Como disse, havia uma constante chegada de pessoal vindo do Rio – militares da reserva e civis querendo aderir ao Movimento – trazendo muitas informações. Quando escureceu, o primeiro informe que recebemos falava de um ônibus com tropa deslocando-se em nossa direção. Confirmamos a notícia, pela informação de um oficial, que se tratava de uma tropa do 1º Batalhão de Caçadores (1º BC) de Petrópolis, que vinha com ordem de impedir a nossa passagem em direção ao Rio de Janeiro. Fizemos uma avaliação, através de contatos realizados, quando essa tropa desembarcou do ônibus e entrou em posição em frente a nossa linha, que fora estabelecida atrás de um riacho afluente do Paraibuna.

Passamos a manter contato com aquele pessoal, através dos nossos tenentes Reynaldo De Biasi e Rômulo Bini Pereira, contemporâneos, na Academia Militar, do tenente que comandava a fração que descera do ônibus. Ali, eles se encontraram e conversaram, tendo os meus tenentes tentado convencer o comandante do pelotão que aquela era uma guerra perdida para eles, motivo pelo qual não deviam pensar em sustentar a posição e, sim, passar para o lado de cá.

O problema residia no fato de o tenente estar cumprindo ordens do seu comandante, o Tenente-Coronel Kerensky Túlio Motta, do 1º BC, até que chegou ao

local o referido coronel que queria conversar com o General Mourão. Após ter informado a respeito o General, que ficou de recebê-lo a qualquer hora, fui ao encontro do Tenente-Coronel Kerensky lá no ponto de encontro das duas linhas e o escoltei até a estação de Paraibuna, onde se encontravam os generais Mourão e Muricy com os seus estados-maiores.

Na conversa, o Tenente-Coronel Kerensky pediu um prazo para responder se sairia ou não da frente. Na verdade, o que ele queria era ganhar tempo, porque já tinha informações, e nós também, da vinda de tropas do 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio –, do 2º Regimento de Infantaria e de um Grupo do 1º RO 105 – Regimento Floriano – Unidades localizadas na Vila Militar, e mais a tropa do 3º Regimento de Infantaria, tudo isso sob o comando do General Cunha Mello – Luiz Tavares da Cunha Mello – Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria (ID/1), na época, com a missão de se anteporem às Unidades do General Mourão. O Kerensky, cuja tropa era o que ele reuniu dentro de um ônibus, ou seja, alguns sargentos fiéis ao Jango – sargentos ideologicamente identificados com a manutenção daquele estado de coisas – além de alguns tenentes, cumpridores de ordens, cabos e soldados que se encontravam no quartel, naquela tarde. O que queria, realmente, era ganhar tempo para a chegada do Destacamento Cunha Mello.

O General Mourão percebeu que o Tenente-Coronel Kerensky queria mesmo era ganhar tempo e, em conseqüência, lhe disse que ele teria duas horas para abrir a via de acesso e, na sua frente, deu ordem a nossa Artilharia que entrasse imediatamente em posição ficando em condições de, mediante ordem, bater a posição do BC, em apoio à Infantaria em primeiro escalão, que era a minha Companhia.

O momento foi de grande impacto. O comandante da Bateria de Tiro foi ao meu Posto de Comando (PC) para obter os dados topográficos necessários à concentração dos seus fogos sobre os elementos do 1º BC. A região é toda rochosa tanto onde eles se encontravam quanto onde nós estávamos. A minha tropa havia sofrido muito para cavar os seus abrigos individuais, não tendo conseguido proteção plena, dada a natureza daquele terreno rochoso. Daí, a minha grande preocupação com o tiro de Artilharia tão próximo aos meus homens mais à frente. Os nossos abrigos não ofereciam a segurança necessária na eventualidade de uma preparação da Artilharia na área prevista.

Após passar os dados para o Comandante da Bateria de Tiro, fui alertar o Chefe do Estado-Maior do Destacamento sobre aquela minha preocupação. Mas ele me respondeu:

– Mandarino, temos que ir para frente. Não podemos ficar parados aqui diante de um efetivo desse que é ínfimo.

– Já estou com os meus morteiros 81 e 60 em posição. Temos, ainda, os carros M3 A1 do Esquadrão de Reconhecimento em apoio. Com eles, podemos abrir o caminho e ir embora – ponderei.

Na verdade, pude constatar que não havia intenção de usar a Artilharia. Era mais uma pressão psicológica sobre o comando da tropa contrária. O Tenente-Coronel Kerensky retornou a Petrópolis e, quando amanheceu o dia, o Tenente Comandante do Grupamento, com boa parte de seus homens em forma, apresentou-se a mim aderindo ao Movimento revolucionário. O tenente cumpria ordens, mas não estava nada motivado para defender a causa daquele Governo.

Levei-o, junto com seu pelotão, marchando, aos generais Mourão e Muricy que os receberam com toda a consideração e os incorporaram ao 10º RI, resolvendo-se, assim, o impasse criado pelo Tenente-Coronel Kerensky.

Informes e informações não paravam de chegar ao meu conhecimento, lá na frente, por gente que penetrava em nossas linhas, bem como para o General Mourão, por telefone, de partidários da Revolução, que estavam no Rio de Janeiro, e de integrantes do dispositivo revolucionário já estabelecido no, então, Estado da Guanabara.

De meia-noite até às quatro horas da manhã, a intranqüilidade foi muito grande, com as dúvidas que pairavam sobre a conduta a ser adotada pelo Regimento Sampaio. Por volta das cinco horas, estava já nascendo o dia, quando recebemos a informação de que a Unidade, tendo à frente o seu Comandante, Coronel Raimundo Ferreira de Souza, vinha integrar-se ao nosso Destacamento. Fui lá para frente esperá-lo. Ao chegar a primeira viatura – o jipe do comandante do Batalhão do Regimento Sampaio, Coronel Mendonça, e um dos oficiais do seu Estado-Maior, Capitão Torraca, – liberamos todas as barreiras e a Unidade entrou em nossas linhas e se incorporou ao Destacamento Tiradentes.

Mal clareou, a Companhia recebeu ordem de prosseguir para o Sul. À frente, coloquei duas viaturas do Esquadrão de Reconhecimento e fizemos a “marcha do papagaio”: andava, parava, reconhecia, recebia notícias de gente que abordava o comboio e prosseguia.

Assim fomos até que recebemos ordem de parar, porque havia informação de que o 2º Regimento de Infantaria estaria disposto a nos enfrentar. Identifiquei alguns capitães conhecidos e majores, sendo um deles o Major Alírio Granja, que estava representando o General Cunha Mello e queria entrevistar-se com o General Mourão. Após obtida a autorização, foi escoltado até o Comandante do Destacamento – General Muricy –, com quem manteve longa conversação. Terminada a entrevista, retornou às suas linhas. Pouco depois, recebemos ordem para prosseguir com o deslocamento. Na estrada, encontramos muitas viaturas do 2º RI estacionadas ao

longo da rodovia, passamos por elas sem nenhuma reação e prosseguimos em direção à Cidade do Rio de Janeiro.

Prosseguindo o Movimento do anda e pára, anda e pára, eis que chega a informação de que o 3º RI e o General Cunha Mello estavam em Areal, com a pretensão de defender a região. A essa altura da marcha estávamos comendo ração fria, aquele famoso catanho: sanduíche de mortadela, ovo cozido, maçã ou banana e guaraná. Mas o interessante era a vinda de fazendeiros e sitiantes, que possuíam propriedades nas proximidades da rodovia, acompanhados do seu pessoal, com carroças contendo latões de leite para distribuir aos soldados, toda vez que a coluna parava. Chegavam, também, algumas pessoas com sacos de laranja e caixotes de banana, que distribuíam para a tropa. O apoio moral e material recebido de todos que se aproximavam do comboio nos animava muito a prosseguir.

Durante o nosso deslocamento, sobrevoou a Coluna, pela manhã, um avião da Força Aérea Brasileira que soltou, sobre nós, panfletos com mensagens contrárias à Revolução e ao General Mourão. Era um comunicado da Presidência da República e, no verso, uma proclamação à Nação, do Ministro da Guerra[1].

O Ministro Jair estava doente, nessa ocasião, refazendo-se de graves problemas de saúde, inclusive de uma cirurgia a que fora submetido.

Proclamação mentirosa, porque, em momento algum, esse senhor saiu do hospital, sacrificando sua saúde, tendo o comandante do I Exército – General Moraes Âncora – exercido o cargo de Ministro da Guerra, nesses dias, inclusive quando foi à Academia para o derradeiro encontro com o General Amaury Kruel, o qual pôs fim, oficialmente, ao Movimento armado.

Há uma falha técnica em ambos os documentos, que os tornam inverossímeis; consiste na citação dos generais rebelados na ordem inversa das suas patentes, o que é inaceitável principalmente na Proclamação do Ministro da Guerra, onde tal impropriedade não seria cometida.

O tal comunicado, que fala em apoio das Forças Armadas àquele Governo, é, também, inteiramente falso porque 90% do Exército estavam contra tudo aquilo.

Considero, também, que 90% do Exército e das Forças Armadas eram totalmente contra o Governo, aliado da subversão e a serviço dos que queriam a implantação de um regime comunista em nosso País.

Implantação que, com total apoio do Governo, estava em marcha acelerada.

Não há dúvida nenhuma quanto a isso. O processo de comunização do País seguia em ritmo acelerado.

---

[1] A reprodução dos documentos encontra-se no final da entrevista do Coronel Italo Mandarino.

Todo brasileiro de bom senso sabia, tinha consciência do que um regime comunista poderia representar para a nossa gente. Bastavam os exemplos claros de outros países, como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Cuba, e as conseqüências dessa implantação para os seus sofridos povos.

E o que houve, o que aconteceu em Areal, quando a Coluna ali chegou?

Gostaria de dizer, antes, que esses panfletos lançados sobre a Coluna, em várias oportunidades, eram exatamente iguais. Creio que eles não tiveram tempo de preparar outros, porque eram sempre os mesmos. Todos os soldados que os encontravam vinham me trazer e eu os analisava e guardava.

Mas, enfim, chegamos a Areal já na tarde do dia 1º de abril, onde estava o 3º RI e mais tropas divisionárias da ID-1. Mas chegou-nos a informação de que ninguém queria combater as tropas de Minas. Cumpria-se simplesmente a ordem de deslocamento, com o objetivo já definido de mudar de lado, chegando à frente das forças mineiras.

O General Cunha Mello percebeu isso e buscou contato com o General Mourão, no sentido de retrair, de voltar para o Rio de Janeiro porque já havia tomado conhecimento, também, do que estava acontecendo no restante do País, não valendo mais a pena o confronto. Sabia o General Cunha Mello do que estava acontecendo no IV Exército, no Recife; sabia o que estava acontecendo com o II Exército, cujo comandante, embora tivesse demorado muito a decidir, acabou optando por integrar o Movimento revolucionário, mandando suas tropas contra o Rio, onde estaria a maior resistência.

Como Deus é brasileiro, o General Médici, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), compensou o atraso das tropas do II Exército, decidindo rapidamente por fechar a via Dutra com os nossos cadetes, tirando o ímpeto dos comandos que desejavam partir contra as tropas de São Paulo.

Na tarde do dia 1º de abril, veio, pelo rádio, a notícia da fuga do Goulart...

Tudo isso estava acontecendo. A essa altura, o General Cunha Mello, em contato com o General Mourão, pediu-lhe que desse duas horas para o seu retraimento a fim de que não ficasse a impressão de que ele estaria fugindo e sendo perseguido. Fez mais umas duas ou três exigências que foram atendidas pelo General Mourão.

Mas, antes mesmo das duas horas solicitadas, prosseguimos com o nosso Movimento em direção à Cidade do Rio de Janeiro. Ultrapassamos Petrópolis pela manhã e não houve nada, embora se esperasse alguma coisa lá. Passamos por dentro de Petrópolis, embora o Cunha Mello tivesse solicitado que não o fizéssemos para não criar um ambiente desfavorável ao 1º BC, do Kerensky, mas a nossa tropa passou e, ao descer, mandamos uma subunidade para a Fábrica Nacional de Motores.

Uma notícia segundo a qual os operários, em obediência ao Sindicato dos Metalúrgicos, iria fazer uma greve, levou o Destacamento a designar uma subunidade, sob o comando do Capitão Veloso, do 10º RI, para enfrentar o problema. Mas não houve greve nenhuma, não houve nada.

Enquanto isso, prosseguimos no nosso Movimento até a refinaria de Duque de Caxias, onde, também, havia a suposição de que os empregados fariam greve, fechariam tudo e até notícias de que destruiriam a planta produtora de gasolina, mas nada disso aconteceu. O Comandante do 11º RI, de São João Del Rei, Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho, na época, enviou para lá, mais tarde, uma Companhia do seu Batalhão que entrou na refinaria e tomou conta de tudo sem nenhum problema.

Daí para frente, o Movimento transcorreu tranqüilamente até a divisa entre o Estado do Rio de Janeiro e o, então, Estado da Guanabara, quando o General Mourão parou toda a tropa veio até a Cidade do Rio de Janeiro e depois de entendimentos com altas autoridades da Revolução que se encontravam na cidade, prosseguimos o deslocamento e fomos acantonar no Estádio do Maracanã, onde ficamos até o dia 6 de abril, dormindo naquela famosa cama-rolo ou no chão duro do estádio.

A alimentação também mudou, pois passamos a ser alimentados diretamente pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Os nossos subtenentes iam ao SAPS, na Praça da Bandeira, recebiam a alimentação e traziam para o Maracanã, onde aguardamos, entre marchas e contramarchas até 6 de abril, quando iniciamos o nosso retorno.

Na Avenida Rio Branco, assistindo à chegada em solo brasileiro, vinda da Itália, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), menino, ainda, fiquei impressionado com o que vi – uma verdadeira apoteose.

No retorno de nossa tropa a Juiz de Fora, assistimos a uma festa com características semelhantes, claro que não com o volume de povo da Cidade do Rio de Janeiro, mas foi algo apoteótico também.

Nossa façanha foi, da mesma forma, comemorada em Belo Horizonte – uma festa admirável que ocorreu cerca de uma semana depois da de Juiz de Fora.

Essa foi a minha participação e da Companhia que tive a honra de comandar. Confesso, porém, que tive medo, apreensão, ansiedade, talvez não pelos prejuízos físicos que eu pudesse vir a sofrer, mas pelos danos à minha tropa, e aos meus soldados, incorporados no dia 6 de janeiro de 1964 e empregados em campanha a 31 de março, com menos de três meses de instrução. Eu os tinha preparado intensivamente, mas fica evidente que, naquele curto espaço de tempo, não teriam absorvido os ensinamentos para participar de um combate. Mas, graças aos meus oficiais e sargentos, todos, sem exceção, de ótima qualidade, pudemos cumprir a missão.

Coronel, antes de prosseguirmos com nossas perguntas, gostaria que nos falasse sobre os documentos que vai deixar em sua pasta-arquivo, relacionados com a atuação do Destacamento Tiradentes.

Sim, vou deixar, aqui, alguns documentos guardados comigo desde 1964, todos amarelados pelo tempo, que complementam o que disse sobre a nossa participação na Revolução de 31 de Março.

Muito prezo todos esses documentos, porque pertencem a uma importante fase da nossa história, assim como da minha própria história de vida.

Entre eles destaco o Boletim Especial da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria, datado de 9 de maio de 1964, com mais de quarenta páginas, que relata os episódios vividos por essa Grande Unidade e seus Chefes, desde a assunção do Comando pelo General Olympio Mourão Filho, em 28 de agosto de 1963, passando pelas operações ofensivas executadas nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril, ao longo do eixo da, então, BR-3 – Juiz de Fora-Guanabara – até o retorno vitorioso a Minas Gerais, sob intensa aclamação do povo das localidades por onde passava o Destacamento Tiradentes, e sua dissolução na manhã do dia 7 de abril de 1964.

O Anexo nº 5 desse Boletim Especial exibe a Proclamação à Nação e às Forças Armadas[2] do General Mourão, lido no seu Gabinete, às 17h do dia 31 de março, após terem nossas tropas atingido o primeiro objetivo, isto é, a ponte sobre o Rio Paraibuna, a qual foi transmitida por todas as estações de rádio da cidade de Juiz de Fora e pela Rádio Globo do Estado da Guanabara, através de uma ligação telefônica.

Registra no seu relatório, o General Mourão, que após a divulgação da Proclamação, o Quartel-General tornou-se pequeno para receber o número incalculável de brasileiros que a ele compareceu hipotecando solidariedade ao Comandante da Região.

Tenho, aqui, uma curiosidade. Quando do desfile em Juiz de Fora, a população, no lugar de confetes, nos jogava esses pequeninos retângulos de papel.

[2] A reprodução do documento encontra-se no final da entrevista do Coronel Italo Mandarino.

Vou deixar em minha pasta alguns exemplares. Foi a forma que o povo escolheu para saudar o Regimento Vanguarda do Destacamento.

Há um documento que acabamos de copiar porque o senhor não deseja se desfazer do original. Gostaríamos de saber alguma coisa sobre ele.

Trata-se de um documento que me foi oferecido pelo General Antônio Carlos da Silva Muricy, intitulado "Os motivos da Revolução Democrática Brasileira", que reúne duas entrevistas do general, na televisão, Canal 2, do Recife, realizadas nos dias 19 e 25 de maio de 1964, quando em visita àquela Capital, onde servira como Comandante da 7ª Região Militar. Nas entrevistas, ao jornalista Fernando Ramos, o General Muricy relata, com precisão, o que ocorreu em Minas Gerais. Este documento tem importância muito especial pela dedicatória do General Muricy para mim, Comandante da Companhia Vanguarda.

Dedicatória que faço questão de ler nesse momento: "Ao bravo comandante da Vanguarda do Destacamento Tiradentes, Capitão Mandarino, com a amizade e as homenagens do seu Comandante Antonio Carlos Muricy."

Retomando a nossa entrevista, eu lhe pergunto: onde estão as causas imediatas da Revolução de 1964?

Creio que a Revolução estava para eclodir a qualquer momento, no início de abril. No entanto, a antecipação para 31 de março foi, sem dúvida, uma decisão pessoal do General Mourão, indignado com o que aconteceu no dia 30, na véspera, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango Goulart pregou abertamente a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. O General Mourão abortou a Revolução e atribuo essa revolta, porque foi uma revolta, ao desgaste que o Governo estava imprimindo às Forças Armadas.

Diariamente, era aquele massacre em cima de nós – éramos, para eles, os "gorilas". Aliás, hoje em dia, estamos sofrendo algo muito parecido. Um parênteses, se é possível fazer uma comparação, estamos sofrendo hoje um massacre que me deixa preocupado, porque há coisas muito semelhantes às que ocorriam em 1963 e início de 1964. O que se diz e o que se faz contra as Forças Armadas, hoje em dia, está me levando a fazer um paralelo com o que vi em 1963 e, em particular, nos três primeiros meses de 1964. Essa foi uma das razões que nos levaram, naquela época, a um movimento contra aquele estado de coisas.

Uma outra razão da Revolução de 1964 está no espírito democrático do povo brasileiro que não aceitava a implantação em nosso País de um regime do tipo cubano, russo ou chinês. Não adianta que o povo brasileiro não gosta de comunis-

mo. Aqui não tem futuro um regime comunista ou socialista, o brasileiro é, por convicção, democrata.

Talvez, também, a Intentona Comunista de 1935.

As lembranças de 1935 podem ter influenciado, mas acho que o comunismo de 1935 está muito distante, vamos dizer assim, do comunismo pós-Segunda Guerra Mundial que mudou completamente a forma de agir. Depois de 1945 tornou-se um comunismo servil, inteiramente submisso à União Soviética (URSS), embora estivesse centrado nos mesmos princípios de Karl Marx e Lênin. A ideologia comunista passou a comandar o processo de comunização dos países, criando, a partir da Segunda Guerra Mundial, os seus satélites, alguns bem distantes territorialmente mas ideologicamente unidos a Moscou, submissos a Moscou.

A guerra fria, espelhando a bipolaridade Ocidente-Oriente, influiu na Revolução de 1964?

Sim, houve reflexos porque o bloco soviético queria crescer através do domínio das nações do Terceiro Mundo, integrando-as à órbita comunista. O bloco soviético, valendo-se do Movimento Comunista Internacional, empenhava-se na tomada do Poder em países de fraco poder nacional, particularmente naqueles em que o Governo era simpatizante da ideologia marxista-leninista. Aquele clima de luta entre os Estados Unidos, representando a democracia, e a URSS, liderando o bloco dos governos totalitários, o totalitarismo de esquerda, teve grande influência no mundo todo, inclusive no Brasil que optou, como se sabe, pelo lado das democracias.

Atribuo ao comunismo o atraso do nosso País hoje. Digo-lhe uma coisa: se não existisse essa eterna luta entre a esquerda radical e o ideário brasileiro teríamos mantido o desenvolvimento que conseguimos atingir no final da década de 1960. Não fosse isso não teríamos obstáculos ao nosso crescimento.

Concordo plenamente com essa sua idéia. O ideário brasileiro democrático de progresso e desenvolvimento tem um forte óbice pela frente que é a esquerda radical, retrógrada, enquadrados aí, também e principalmente, os responsáveis por esses últimos anos de Governo, reeleitos por uma manobra enganosa. São os esquerdistas neoliberais que estão entregando o Brasil ao capital estrangeiro, através das privatizações irresponsáveis.

A Revolução de 1964 durante, o tempo que esteve no Poder, com seus presidentes eleitos pelo Congresso – ciclo dos presidentes militares – só não obteve resultados maiores, embora tenham sido enormes em relação ao atraso em que vivia este País, porque encontrou sempre como óbice a esquerda radical, dificultando, entravando, incentivando as guerrilhas urbana e rural...

Hoje, estamos enfrentando os mesmos problemas que advêm da ideologia gerada por Marx e Engel e colocada em prática por Lênin e Stálin.

O senhor poderia fazer uma breve síntese do que foi o Governo de João Goulart, após o retorno ao presidencialismo?

Na época, como já disse, era capitão, cursando a EsAO. Hoje sou um coronel com setenta anos de idade. Mas, o que ocorria, em nosso País, eram crises internas permanentes no campo político, social, econômico, financeiro e mesmo militar.

Crises provocadas, muitas vezes, por motivos fúteis. Tudo em obediência aos ditames da ideologia comunista, abraçada com convicção por uma minoria de esquerdistas extremados.

Existia uma série de bandeiras, levantadas pelos comunistas, para enganar o povo. Quem é que não queria o salário mínimo que eles prometiam? Todos queriam, mas só que não era possível, tratava-se de uma balela repetida para dar a impressão de que era factível. Iriam desapropriar terras às margens das rodovias, para serem distribuídas aos necessitados do meio rural, causando uma euforia dentre os que iriam recebê-las, ao mesmo tempo que gerava uma grande apreensão e ansiedade nos que seriam despojados de suas propriedades.

O segmento formado pelas lideranças de esquerda no País, embora minoritário, era competente, dedicado e decidido. Enquanto que as lideranças democráticas, salvo alguns exemplos inesquecíveis, eram apáticas e só, quando o perigo do cutelo chegou muito perto, se levantaram e a Revolução teve apoio quase que geral na massa popular e nas elites em particular.

Então, havia um clima de insatisfação?

O Governo, apesar das fantasias criadas, conseguiu gerar um clima de insatisfação na maioria do povo brasileiro.

Por incrível que pareça, um fator muito importante era a fraqueza do nosso dispositivo militar, da concentração estratégica de nossas Forças. O nosso País, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados e 80 milhões de habitantes, na época, era um verdadeiro arquipélago, porque não conseguia comunicar-se de um lado para outro, o que só acabou com as ações implementadas durante os governos revolucionários, que realizaram uma mudança radical no setor das comunicações e dos transportes, dentre tantas outras revoluções planejadas e executadas com sucesso, nesse mesmo período.

Era um verdadeiro arquipélago. A Revolução uniu o País por via eletrônica, como pela via dos transportes.

Antes, os comandos militares tinham dificuldade para se comunicarem e havia grande deficiência de meios de transporte, razão que acredito tenha estimu-

lado a ação do inimigo interno e possibilitou a realização do comício da Central do Brasil, naquelas condições dramáticas, como também a rebelião dos marinheiros e fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, e, por fim, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, uma verdadeira agressão às Forças Armadas, como nunca se viu no País.

Além disso, os militares viviam ansiando por um lar onde pudessem viver condignamente com a família. Aí, João Goulart entrou, prometendo financiamento pleno para a aquisição da casa própria a quem levasse um requerimento em sua presença. Ele despachava: "Aprovo", e a Caixa Econômica atendia. Conheci vários militares que tiveram os seus requerimentos aprovados e adquiriram sua casa própria financiada pela Caixa Econômica a perder de vista. Desta forma, o Governo considerava que estava preparando um dispositivo militar que lhe daria total cobertura para seus planos de implantação da república sindicalista – comunista dos seus sonhos. Muitos subtenentes e sargentos do Exército foram ao Automóvel Clube do Brasil naquela noite com o requerimento dentro de uma pasta para conseguir o "aprovo", que lhes daria o financiamento da casa própria até um determinado valor, como acontecera com alguns conhecidos meus.

Qual foi a posição da Igreja com relação ao Movimento Revolucionário de 1964?

A Igreja, naquela época – 1963/1964 – ainda não estava intoxicada pelas idéias e pela ideologia marxista.

A maioria do clero apoiou o Movimento, preocupada com a marcha comunizante em que o País se envolvera. Havia exceções, como o senhor Helder Câmara e alguns outros.

Assim, de um modo geral, a Igreja não era adepta do comunismo, nem facilitava as suas manobras. A Igreja em 1963/1964 era anticomunista e por isso se colocara contra o Governo deposto.

O senhor lembra das "Ligas Camponesas" e do "grupo dos onze"?

As "Ligas Camponesas" tinham por objetivo invadir terras no campo, atuando, principalmente, no Nordeste e em Mato Grosso, destruindo o direito de propriedade, garantido pela Constituição vigente na época, que era a Constituição de 1946. As suas atividades eram criminosas, como são hoje as atividades do MST.

O "grupo dos onze" foi criado para atuar nas cidades, principalmente. Era um núcleo de uma força armada paramilitar. A reunião de três desses grupos constituiria um pelotão. Os pelotões formariam as subunidades e, daí, chegar-se-ia até o Exército Popular Revolucionário.

Houve tentativas de criar cisões dentro das Forças Armadas? Em Minas Gerais, o senhor chegou a contestar alguma ação nesse sentido?

Não percebi esse problema em Juiz de Fora. No entanto, mesmo no meu Regimento, existiam dois homens que se manifestaram contra a Revolução. Mas o fizeram francamente: "Não vou participar porque sou amigo do General Jair a quem devo muito."

Em Juiz de Fora, era, como ainda é até hoje, um lugar onde muitos oficiais da reserva viviam. Tínhamos um exército de oficiais da reserva que ficou, em Juiz de Fora, defendendo as nossas famílias.

Como o senhor viu as Marchas da Família com Deus pela Liberdade? Qual a influência dessas Marchas na ação do Exército em prol da Revolução?

Foi o apoio popular que se manifestou através dessas Marchas e de outros atos. Era a massa popular se posicionando, com as mulheres de terço nas mãos. O principal apoio civil veio da classe média, dos empresários, da maioria dos políticos, do pessoal que sentiu o perigo iminente da implantação do comunismo no País. Os políticos, empresários e banqueiros com suas "cabeças a prêmio", assustados com o "paredão", como ocorrera em Cuba.

Havia, a seu ver, um movimento comunista dentro do País para instaurar um novo regime?

Havia um movimento comunista em andamento em nosso País em grau bem avançado de organização.

Na sua opinião, quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Entre os militares, destacaria Castello Branco, Costa e Silva, Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, além de inúmeros oficiais superiores e mesmo capitães.

Dentre as lideranças civis, citaria Magalhães Pinto, Demóstenes Madureira Pinho, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Por que desmoronou o esquema militar de João Goulart que o chefe da Casa Militar considerava tão poderoso?

O esquema militar era uma presunção. Generais comunistas havia, muito poucos, como o Osvino, porque o Exército sempre fez uma filtragem muito bem-feita ao longo da vida do militar. Havia outros que eram amigos do Jair ou do próprio Jango, como o caso do Kruel, que tinha sido ministro do Goulart. O que aconteceu é que, por mais que se diga que não há, sempre fica uma parte afetiva que influencia nas decisões. Por isso o Kruel demorou a definir-se.

O Marechal Denys, por sua vez, levou muita gente para o lado da Revolução. O trabalho realizado pelo Marechal, em Minas Gerais, de preparação da Revolução foi extremamente importante, inclusive suas ligações com o Governador Magalhães Pinto. Foi um dos líderes que esqueci de citar.

A Revolução de 31 de Março contou com algum apoio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Existem histórias de que o governo americano tentou estimular e apoiar a nossa Revolução. Mas no meu entender, por tudo que sei e estudei a respeito, a iniciativa foi brasileira, a execução foi brasileira e as conseqüências foram todas geradas e produzidas por brasileiros.

Em nossa Revolução, americano não entrou para nada, o que não quer dizer que ele não estivesse atento a tudo que se passou. É claro que os Estados Unidos não queriam que se implantasse aqui uma república soviética.

Tenho a impressão de que os norte-americanos não avaliaram bem a gravidade do movimento sindicalista-comunista no País. Se eles tivessem percebido o alcance desse movimento, teriam tomado alguma providência concreta. Houve uma notícia sobre um navio deles, transportando munição e combustível, que teria sido desviado para cá.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto no seu entendimento?

No meu entendimento, foi uma decisão do General Médici de grande alcance. Oficiais e cadetes da AMAN juntos formam uma tropa muito bem adestrada, de grande eficiência moral e profissional. A influência psicológica da participação da nossa mocidade militar foi de tal ordem que paralisou as tropas do I Exército.

Era um grupo seleto de homens que se posicionou, na hora devida, contra a baderna e a subversão.

A participação dos cadetes foi extremamente saudável, para os próprios cadetes e para as outras turmas que chegavam à Academia.

O cadete, tomando posição, trouxe para o lado da Revolução a sua família, os parentes, os amigos.

Quais os objetivos estratégicos visados pela ação de Minas Gerais?

O planejamento revolucionário, visualizado pela manobra das tropas de Minas Gerais, pode ser resumido com as seguintes considerações: Cercar o Rio de Janeiro, pela Dutra (vindo de São Paulo) e pela BR 040 (vindo de Juiz de Fora) e ir em direção a Brasília, saindo de Belo Horizonte, com o 12º RI e demais tropas.

Daí, a importância do apoio de São Paulo, da posição do II Exército, fundamental para o coroamento, com sucesso, do planejamento estratégico concebido em Minas Gerais.

A chamada mídia apoiou o Movimento?

Até onde me lembro, na época, apoiou. A mídia começou a colocar-se contra nós a partir dos atos institucionais, se não estou enganado. *O Globo,* apoiou a Revolução durante os vinte anos. Só deixou de fazê-lo quando deixamos o Poder.

Exatamente. Apoiou até o fim do Governo Figueiredo e, daí em diante, mudou de lado, por interesses contrariados ou por motivos inconfessáveis...

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março – de Revolução ou Contra-Revolução?

Não havia acontecido nenhuma revolução no País, embora estivesse sendo preparada pelos comunistas. Então, acho que o nome mais adequado é Revolução de 31 de Março de 1964.

O fato é que uma revolução exige medidas duras, extremamente enérgicas, a revolução lembra sangue e a nossa foi muito branda, muito complacente. Por isso, estamos sofrendo as conseqüências agora. Nós devíamos "ter cortado algumas cabeças" e alijado algumas figuras que até hoje não deixam o País progredir.

Gente que nunca pensou grande, em Brasil forte, soberano... gente que não se liberta das ideologias alienígenas...

Nunca pensaram... sempre atrapalharam a vida deste País. Vamos ver o exemplo: esse tal Brizola. Esse senhor governou o Rio de Janeiro duas vezes depois de anistiado e destruiu praticamente o Estado. É um tipo que abomino, não gosto nem de falar nesse elemento.

Infelizmente, nos escapou, segundo dizem, vestido de mulher, pela fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não há dúvida de que foram governos cujos presidentes eram militares. Existia um Congresso – uma Câmara, um Senado – existia um judiciário, existiam direitos individuais e constitucionais.

Existia tudo aquilo que se via quando o presidente era civil, só que os presidentes militares eram eleitos pelo Congresso, como foi também Tancredo Neves. Os ministros que tinham grande influência nas decisões dos governos revolucionários eram todos civis, que já transitavam na política nacional.

Aqueles que saíram do Exército, a maioria composta de técnicos, era pessoal qualificado para função que iria exercer e todos se houveram muito bem.

Em que áreas os benefícios da Revolução de 31 de Março mais se fizeram sentir?

Nos mais diferentes setores, com ênfase especial na área da Habitação, dos Transportes, das Comunicações, da Energia. A Revolução projetou o nome do País no exterior, transformando o País na oitava economia do mundo.

Os resultados só não foram melhores por causa dos dois choques do petróleo – um em 1974, começo do Governo Geisel, e outro em 1979, início do Governo Figueiredo.

A Revolução foi prejudicada, também, pela política equivocada de Ernesto Geisel, inclusive na escolha do seu sucessor.

O Brasil poderia estar diferente, se Geisel tivesse preparado a sua sucessão, tivesse participado dela, escolhido um civil da nossa inteira confiança para sucedê-lo. Era a hora de nós nos afastarmos da política, da política partidária, mas o País deveria ir para as mãos de um político consagrado, respeitado e da nossa confiança, mas com livre trânsito no Congresso, pelo passado e pela sua ilibada reputação.

Pergunto-lhe, então, quais os erros da Revolução?

Os erros da Revolução foram, em primeiro lugar, o seu prolongamento desnecessário.

O segundo erro volto a comentá-lo: a Revolução não soube preparar o seu sucessor. O terceiro erro está no fato de a Revolução ter sido muito branda, excessivamente branda.

E a comunicação social feita pela Revolução?

O Médici saiu-se muito bem nesse aspecto também. O próprio Costa e Silva não foi mal.

Já o Castello Branco e o Geisel eram homens fechados, arredios, detestavam tudo que pudesse ser entendido como propaganda.

Com relação à mídia, o Figueiredo, também, deixou muito a desejar. Algumas frases que andou dizendo feriram a sensibilidade até das pessoas menos sensíveis. O Figueiredo foi uma má indicação do Geisel...

Havia gente muito melhor para tão elevado cargo...

Foi uma infelicidade.

Professores renomados têm enfatizado, na Escola Superior de Guerra (ESG), os sucessos econômicos da Revolução, destacando, inclusive, o período revolucionário de

1968 a 1973, principalmente o referente à década de 1970, como o mais importante de toda história do Brasil. Por que a mídia omite esta verdade indiscutível?

De alguns anos para cá, a mídia colocou-se numa atitude contrária à Revolução. Impede que qualquer elogio seja feito à Revolução. "O que é da Revolução não é bom" – esta é a máxima a ser seguida sempre. Assim, é mister encontrar nos vinte anos de Revolução qualquer coisa negativa para aumentar, ampliar e difundir. É pecado mortal qualquer jornalista falar sobre coisas boas da Revolução.

O que o senhor gostaria de abordar sobre a guerrilha rural e o terrorismo – bombas em quartéis, seqüestros de embaixadores, assaltos a bancos, assassinatos etc. – ocorridos no Brasil, de 1968 a 1972, principalmente?

Apesar de tudo isso, muito bem lembrado em sua pergunta, o Brasil progrediu e muito. Poderia, é claro, ter progredido muito mais, já que esse processo infame atrapalhou bastante o surto desenvolvimentista que se instalou no Brasil com a Revolução.

Estas ações criminosas obrigaram a Revolução a reagir, criando o AI-5, que foi extremamente eficaz para eliminar todas as práticas que atentassem contra a lei e a ordem.

Toda essa ação criminosa teve origem nas diversas organizações comunistas de vários matizes, mas todas voltadas para a luta armada, as quais proliferaram nos anos de 1968, 1969 e 1970 e que exigiram respostas enérgicas da Revolução, que, ainda, teve de enfrentar a corrupção que vinha da República Velha, através das gerações e que insistia em perdurar.

O emprego do AI-5 não se deu somente no ataque à ideologia comunista, mas se voltou, também, contra os corruptos, contra os criminosos de todo o tipo. Como analista, integrei a Comissão de Investigação Sumária do Exército durante dois anos – 1969 e 1970 – além do meu trabalho normal na 1ª Região Militar. E, aí, contou-se com um instrumento eficaz para eliminar da vida pública os corruptos, corruptores e todo tipo de cafajeste que existia neste País. Com o AI-5, se fez muita coisa. A quantidade de processos que entrava nessa Comissão de Investigação Sumária era algo inacreditável, retrato da sujeira e da "bandalheira" existente neste País. Foi cassada e excluída da vida pública muita gente, muito mais gente por corrupção do que por problemas ideológicos.

Felizmente, a Comissão tinha força, tinha Poder. Era corrupção de desembargadores, juízes, empresários, políticos de todo tipo – ministros, governadores, parlamentares, prefeitos, secretários – e, inclusive, gente da própria Força.

Analisava-se a vida do cidadão, detalhadamente, após a realização do Inquérito Policial Militar (IPM) ou de qualquer outra forma de apuração de fatos. Qualquer nome que chegava, se as provas não se mostrassem convincentes, o processo era devolvido para que se fizessem novas apurações com o objetivo de determinar a culpa ou não do envolvido em fatos ligados à corrupção. Uma vez constatado o fato criminoso, não havendo nenhuma defesa possível, era sugerida a cassação, solicitada pelo presidente da Comissão, constituída só de generais e de um grupo de analistas que trabalhavam em apoio à Comissão. Foi aí que pude ver como havia corrupto neste país e como se cassaram corruptos, mas, hoje, infelizmente, quase todos voltaram às funções que exerciam.

Como o senhor viu a ação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

Nenhum governo pode viver sem um sistema de informações.

Só quem não entendeu isso foi o Collor de Mello, que desativou o SNI.

Não sei bem o que o Collor queria ao extinguir o SNI, mas não era ficar sem o Serviço de Informações. O objetivo deveria ser outro, mas, com isso, acabou com as informações do País, do Governo, dos ministérios.

Quanto ao trabalho dos DOI, conheci de perto, uma vez que fui chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar e tinha um DOI diretamente subordinado a mim. Fui, também, da 2ª Seção do I Exército e observei de perto o trabalho do DOI. Pode até ter havido exagero na conduta de algumas pessoas que lá trabalhavam, mas posso afirmar que não era essa a orientação dada pelos Escalões superiores.

É impossível, no entanto, afirmar que todos os homens que prestaram serviço nos DOI, tinham, como seria desejável, elevados princípios éticos e morais.

Hoje em dia, a Imprensa, maldosamente, estende a todo o Exército, o trabalho afeto aos DOI dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), dizendo que o Exército se excedeu no combate aos adeptos da luta armada e que os excessos eram do conhecimento dos chefes.

O primeiro fato a ser lembrado é que os companheiros que exerceram funções nos DOI, via de regra com muita exação e eficácia, eram em número reduzido, não sendo correto, portanto, se estender a todo Exército as atribuições privativas de alguns poucos. Deste reduzidíssimo universo, insignificante número fugiu à ética em suas atividades. Na verdade, o trabalho dos integrantes dos DOI foi, de um modo geral, excelente sob todos aspectos.

Esquecem ainda os detratores que esses Destacamentos de Operações de Informações, que estavam subordinados ou sob o controle operacional das 2ªs Se-

ções dos Comandos de Área (Exército ou Regiões Militares), atuavam descentralizadamente. A descentralização é uma exigência da operação, já que a subversão se caracteriza por um tipo de comportamento que exige essa atuação descentralizada. E, numa ação descentralizada, até em operações tradicionais, é difícil manter o controle na ponta da linha.

Às vezes, o agente, o integrante do DOI, o elemento que está no combate toma medidas, decisões que têm que ser tomadas e não há tempo para consultar o chefe, nem lhe pedir o aval para agir, porque senão ele não cumpre a missão que lhe cabe, causando a morte, a perda da vida de um companheiro ou de outras pessoas que não têm nada com o caso. É, por isso, muito difícil o controle de órgãos descentralizados desse tipo sem dúvida nenhuma.

Mas, olha, apesar de tudo isso, que levou, é claro, a excessos, cometidos em princípio, à revelia dos chefes, dos comandantes, os DOI, como disse, fizeram um trabalho extremamente eficiente e eficaz. Estou certo de que a relação custo-benefício da criação e atuação dos DOI leva a balança a pender para o lado positivo sem dúvida nenhuma.

Houve custos, inclusive de vidas preciosas para as Forças Armadas e Polícias, mas os benefícios foram extraordinários. O que se conseguiu foi a eliminação quase que total do terrorismo e da guerrilha urbana e rural em nosso País e, para isso, muito devemos ao pessoal da ponta, aos nossos DOI.

Podíamos estar como na Colômbia...

Na Colômbia e em outros lugares do mundo. Foram eles os principais responsáveis pelo trabalho de inteligência. Era ali que saía o informe, o indício, o fato revelador de alguma coisa, da informação que ia se transformar no fundamento para determinar o ataque a uma atividade irregular qualquer. Não tenho a menor dúvida sobre isso.

As Forças Armadas auferiram algum tipo de benefício durante a Revolução?

O único benefício que as Forças Armadas receberam foi do Presidente Castello Branco que, no início do seu mandado, fez uma nova lei de Remuneração, elevando os salários dos militares, que eram baixíssimos, ridículos, melhorando a vida do nosso pessoal. Em contrapartida, cortou uma série de direitos ou de expectativas de direitos dos militares.

As Forças Armadas, em si, no que tange a material, ficariam sempre em plano secundário, porque a Revolução, para dar o exemplo, priorizou o desenvolvimento em detrimento do campo da segurança.

Os presidentes militares que dizem que “mandavam no País” não se aproveitaram dessa situação para dar à classe nenhum privilégio. Ao contrário...

A conjuntura internacional acelerou a "abertura" política?

Sem dúvida nenhuma. Refletiu diretamente sobre o que iria se passar internamente. Enfim, somos muito sensíveis ao que acontece lá fora. Até na moda, se observa isso. Qualquer invenção, vinda de fora, é copiada imediatamente, por mais tola que seja.

Existe o chamado "revanchismo"?

Claro que existe e em alto grau, não tenha dúvida. Todos aqueles que foram cassados, a maioria absoluta por corrupção – mas eles não dizem que o foram por corrupção, dizem apenas que foram cassados – estão, hoje, com sede de vingança; eles não esquecem; estão diuturnamente voltados para a revanche. O "revanchismo" advém de qualquer problema pessoal ou qualquer fato ocorrido com a sua facção política.

O que está acontecendo com a nossa remuneração, assim como o que se verifica com o orçamento do Exército que foi reduzido a números que se situam abaixo do mínimo admissível são frutos do "revanchismo".

Se tem que cortar de algum lugar, os revanchistas cortam das Forças Armadas.

Coronel, após a queda do Muro de Berlim e do radicalismo ideológico existente no tempo da bipolaridade, como o senhor analisa a nova situação? Desapareceu o comunismo? Como o senhor vê o fato de existir uma única superpotência, no mundo atual?

Eles não deixam de ser comunistas e, portanto, internacionalistas, mas com uma nova roupagem. Essa nova roupagem indica a necessidade de divulgar a doutrina marxista, mas de forma camuflada, dissimulada, mascarada, através da mídia e da educação, principalmente a universitária.

Para eles, não há necessidade de Forças Armadas fortes, nas nações periféricas, bem preparadas, dotadas de material moderno, porque elas devem existir apenas para missões de Polícia, para o papel de gendarmerias. Veja, este grupo dos Oito – G8 – está voltado única e exclusivamente para tratar dos seus interesses, para eleger políticas, objetivos, que lhes sejam favoráveis e, normalmente, prejudiciais aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O que têm feito, por exemplo, as Organizações Mundial do Comércio (OMC) com o Brasil é uma barbaridade. A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos subsidiam a agricultura, o aço e nós sofremos as conseqüências.

Assim, além do comunismo, com essa nova roupagem, há outras forças que não deixam os países emergentes progredirem.

O tal dever de ingerência, defendido pelos poderosos, e a teoria da soberania restrita, limitada ou compartilhada, que só valem para os países pobres e para os que

não possuem armas nucleares, são um instrumento perigoso, na mão das nações desenvolvidas, que muito nos pode prejudicar.

Preocupa-me muito o que se fala sobre internacionalização da Amazônia: "Amazônia – patrimônio ecológico mundial" e outros temas envolvendo aquela região.

Diante de tudo isso, diante dessa nova ordem mundial, fico angustiado ao pensar no futuro do nosso Brasil, ao pensar nos meus filhos e netos, qual vai ser, daqui para frente, o destino do País e de nossa gente.

Coronel, a imagem das Forças Armadas, apesar da ação nefasta da mídia, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isto?

Realmente, isto é uma verdade, agora comprovada pelas pesquisas, o que vejo como muito saudável.

Apesar de todo esse visível "revanchismo", presente diariamente, sobretudo na imprensa escrita e televisionada, as Forças Armadas contam com a aceitação da sociedade, principalmente daqueles em cujos lares há um soldado que esteja servindo agora ou tenha servido em anos anteriores. O soldado do Exército é o maior propagandista, junto aos seus familiares e amigos, do que é a Força Terrestre.

É hora de solicitarmos a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Aceitei esse convite com muita honra e procurei, durante esta entrevista, ser útil ao meu Exército e ao meu País. Abri minha cabeça, minha mente e o meu coração para relatar fatos, episódios e pontos de vista de quem viveu, intensamente, os acontecimentos relativos ao 31 de Março.

Nesta oportunidade, que me foi oferecida, falei, como nunca o fizera, sobre as minhas atividades antes da Revolução, na sua eclosão, e durante o período revolucionário. Sendo mais de ouvir, hoje estranhamente "soltei a língua", dizendo o que acho, o que penso, o que fiz, esperando haver colaborado, de alguma forma, para o sucesso deste Projeto que considero extremamente relevante.

Comunicado Da Presidência Da República

Na manhã de hoje, parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais, rebelou-se sob o comando dos Generais Guedes e Mourão, inspirada no manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os Podêres constituídos.

Diante dessa situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que fôssem imediatamente tomadas as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidades do Primeiro Exército.

O movimento subversivo, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Fôrças Armadas, está condenado a igual malôgro, esperando o Govêrno Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado.

Não pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que procuram instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o Govêrno Federal, com o apoio do povo e das Fôrças Armadas, se acha empenhado em encaminhar pacificamente, através do Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias à recuperação econômica e social do País.

É lamentável que se tenha escolhido como palco para deflagrar a nova aventura golpista o Estado de Minas Gerais, depositário das melhores tradições cívicas do povo brasileiro.

A Nação pode permanecer tranqüila.

O Govêrno Federal manterá intangíveis a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que êle se inspira, pois conta com a fidelidade das Fôrças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

Em 31 de março de 1964.

PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO

Cumprindo determinações expressas do Senhor Presidente da República assumo, neste momento de intranqüilidade para a Nação Brasileira, o comando efetivo das ações legais contra o movimento de subversão que está caracterizado no Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais CARLOS LUIZ GUEDES e OLYMPIO MOURÃO FILHO, os quais nesta data exonero dos Comandos que a Nação lhes confiou. A Nação tôda já está bastante alertada sôbre as fôrças que agora estão tentando subverter o regime democrático, à luz do qual temos feito a evolução pacífica e cristã de nossa Pátria.

Fiel aos princípios legalistas que imprimo a tôdas as minhas diretrizes, agirei com a máxima energia contra os sublevados, alertando-os antes, para que não se deixem enganar por falsos defensores da Democracia, que os estão conduzindo para uma verdadeira luta entre irmãos.

Cerremos fileiras, brasileiros, em tôrno dos princípios democráticos que regem nossos destinos, e esta fase crítica em breve estará ultrapassada, para o bem de nossa Pátria.

Embora em estado de convalescença, não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir êste dever que tenho para com minha Pátria e para com o regime democrático, que defendo.

Haveremos de cumprir nossa missão, haja o que houver, custe o que custar.

General de Exército Jair Dantas Ribeiro
Ministro da Guerra

À NAÇÃO
e às
Fôrças Armadas!

Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Sr. Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Fôrças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de mêdo e desespêro.

Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome do operariado brasileiro, quando é certo que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interêsses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.

E o atual Govêrno, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil vêm servindo essas organizações, dá-lhes apôio oficial ou oficiosamente, concedendo-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, generais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social.

Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico "Círculo de Sargentos", e, recentemente, essas organizações e êsse Govêrno tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despudorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar.

O Povo, Governos Estaduais e Fôrças Armadas, animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem êsse processo de aviltamento das fôrças vivas da Nação, tão bem concebido e caprichosamente executado pelo Sr. Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, em um ajuntamento de sub-homens, que se submetam a seus planos ditatoriais.

Na certeza de que o Chefe do Govêrno está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Fôrças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve êste manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com êle se tornarem coniventes.

Eis o motivo pelo qual conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.

O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, êle mesmo, chefe de govêrno comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acôrdo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica.

Coronel Affonso de Alencastro Graça

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Ajudante-de-Ordens do General Cézar Montagna de Souza; Assistente de Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1), no Rio de Janeiro; Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, RJ; Chefe de Seção da 6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME); Chefe de Seção do Gabinete do EME e Chefe do Estado-Maior da AD/2, Santos, SP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Capitão Comandante da 3ª Bateria de Obuses, do Grupo Escola de Artilharia (GEsA), e integrou, nessa função, o Grupamento Tático (GT) que se deslocou pela Rodovia Rio–São Paulo para fazer frente às tropas revolucionárias paulistas.

Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2000.

Recebi, com muita satisfação, o convite para prestar uma contribuição ao importante trabalho que está sendo desenvolvido, na Coordenadoria de História Oral, sobre a nossa memória, no trabalho que trata da Revolução de 1964.

A minha participação foi a de um jovem oficial, de um capitão que vivia, na época, preocupado com os problemas da sua Bateria, da sua Unidade e da instrução e que se viu envolvido, como todos os oficiais da época, por uma situação muito difícil, de desordem generalizada em nosso País, de quebra da hierarquia e da disciplina. Este jovem oficial empenhou-se, naquele momento, de acordo com as suas idéias e seus ideais, para construir um País melhor, mais bem administrado e governado com seriedade. Foi ímpeto de um jovem capitão, de um jovem idealista.

Qual a sua experiência pessoal nos pródromos do Movimento de 1964, na sua eclosão e, depois, no seu desenrolar?

Comandava uma Bateria de Obuses, no Grupo-Escola de Artilharia. O Grupo-Escola, para quem não sabe, era uma Unidade muito empenhada na instrução e no apoio à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Vivíamos diariamente, diuturnamente, em função da operacionalidade, da instrução e da participação em demonstrações para a EsAO. Era uma organização militar de muito trabalho, que não dava margem a que seus oficiais se preocupassem com aspectos políticos, com outros misteres a não ser aqueles do dia a dia: verificar se a peças estavam limpas, se as viaturas estavam disponíveis, se a munição era suficiente, se os soldados achavam-se preparados ou se o curso de cabo funcionava bem. Enfim, era Grupo-Escola cujo trabalho intenso nos mantinha sempre absorvidos.

Entretanto, a situação política do País, na época, disso me lembro bem, era preocupante. A oficialidade, os sargentos e os soldados viviam com uma angústia muito grande. Uma angústia não só material, como, também, de ver que alguns valores que cultuávamos, desde a nossa formação castrense, estavam sendo subvertidos. Sentia-se a ação deletéria que procurava separar os sargentos dos oficiais. O ambiente, enfim, não nos trazia alegria, não nos trazia satisfação. Esse era o clima, um clima de insegurança.

Já servia no Grupo-Escola e lembro-me de quando o Presidente Jânio Quadros renunciou e a posse do Vice-Presidente foi contestada. Houve uma turbulência política e o Grupo se posicionou contrariamente à posse de João Goulart. Mas a situação evoluiu e ele acabou assumindo. O nosso comandante, que nos liderava na época, foi afastado e assumiu, em ambiente de muita tristeza e de muita tensão, o novo comandante.

O senhor lembra o nome do comandante que, em 1961, se opôs à posse do João Goulart?

Foi o Coronel Azevedo, Coronel José de Azevedo Silva.

É preciso que se entenda que a formação militar propiciada pelo Exército, a formação do cadete, do tenente, trás no seu bojo um repúdio muito grande ao regime comunista. Uma conseqüência da Intentona de 1935, quando os oficiais foram traiçoeiramente assassinados, dormindo. Então, a nossa formação já trazia, da Escola Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), essa antipatia, essa ojeriza, pelo regime comunista. Na época, achávamos que a posse de João Goulart seria o primeiro passo para uma transformação que nos pretendia levar à implantação do comunismo. Praticamente, todos os oficiais alimentavam essa crença.

O Coronel Azevedo foi afastado em virtude de sua posição contrária à posse de João Goulart, assumindo o comando um oficial que, na época, era muito prestigiado – Coronel Aldo Pereira. Assumiu num ambiente de grande tristeza. Não houve nem a passagem de comando festiva. Houve uma formatura bastante sumária e ele foi empossado quase sem nenhuma solenidade. O novo Comandante, o Coronel Aldo, acabava de vir de um meio muito diferente do ambiente da Artilharia de Campanha, ou seja, procedia da Artilharia de Costa. São Unidades de Artilharia que têm um outro tipo de emprego, de instrução, de tempo para execução de seu dia a dia. Foi trazido do ambiente da Costa, em meio a uma crise, para o ambiente da Campanha que era de muita atividade, de intensivo preparo para a instrução. Havia muita responsabilidade, porque, semanalmente, fazíamos escola-de-fogo, atirávamos com munição real e o erro, nessa situação, seria imperdoável e refletiria muito mal para o Grupo, a Unidade-Escola da Artilharia de nosso Exército. Tínhamos responsabilidade com a EsAO. O nosso ambiente era de intenso trabalho operacional. Não tínhamos tempo para demonstrações de ordem unida e de educação física, que o comandante tentou implantar no quartel. Tencionou dar uma outra conotação ao ambiente de trabalho da Unidade e que não pôde ser adotado, apesar das suas boas intenções. O Grupo-Escola não comportava o desvio da sua tarefa precípua: apoiar a EsAO.

Nesse meio tempo, no decorrer do Governo João Goulart, o envolvimento do País com os comunistas continuou crescendo de uma forma muito rápida. As greves se multiplicavam, bem como a politização de alguns setores das Forças Armadas. Tivemos o exemplo da Marinha, na qual os marinheiros criaram um sindicato, e o dos sargentos em geral, que começaram a se afastar dos oficiais, motivados por esse "trabalho de sapa", que era feito para minar a disciplina. Esse ambiente foi criando um mal-estar significativo dentro da Unidade.

Acompanhávamos, de perto, tudo isso. O Grupo-Escola recebia missões que cumpríamos, vamos dizer assim, com o estômago embrulhado. Íamos vender feijão, porque não havia feijão no supermercado. Saíamos, com as viaturas operacionais

carregadas com feijão. Os oficiais e os sargentos recebiam a missão de venderem o feijão para o povo, que sofria também com a falta de outros alimentos básicos, como o leite, o arroz, a carne, o açúcar etc. A parte econômica foi se deteriorando de uma maneira alarmante, com reflexos muito pronunciados na esfera social.

Recordo-me de que era Capitão, tinha mulher e três filhos, na época, e o meu dinheiro acabava no meio do mês. Faltava dinheiro na metade do mês! Apesar da nossa dedicação, de nossa formação militar, que nos faz suportar muita coisa, sentíamos que algo teria que ser feito para mudar aquele triste panorama. Os oficiais estavam muito insatisfeitos, procurando trocar idéias em reuniões no Clube Militar. Participamos de algumas delas, que nos deixavam bastante indignados com toda aquela situação que, ali, era mostrada abertamente. Víamos agressões diretas ao Governo e o mesmo não tomava providência nenhuma a não ser incentivar o tumulto, a desordem social que ia, como disse, num crescendo, impressionante.

Éramos jovens, mas não crianças, e sentíamos na carne o problema todo. Era esse o ambiente antes da Revolução de 1964 e que vivi como Capitão, Comandante de Bateria do Grupo-Escola.

A cisão, que parecia ser um dos objetivos do Governo, ficou bem caracterizada no Grupo Escola de Artilharia (GEsA). Este era, realmente, um dos objetivos do Governo? O senhor chegou a observar isso dentro do Grupo-Escola?

Nossa formação é legalista, aliás, no Exército, todos temos quase que uma obsessão pela legalidade e, realmente, havia a preocupação de evitar a ruptura da ordem legal, e isso nos deixava com um dilema muito grande. O País possuía uma Constituição, que precisava ser cumprida. Havia um compromisso de defender a ordem legal e as instituições, todos nós sabemos. Assim, alguns oficiais achavam que a legalidade deveria ser mantida a qualquer preço; outros, no entanto, se revoltavam com aquela situação caótica na qual o Governo mergulhara o País e desejavam fazer qualquer coisa para acabar com aquele estado de coisas insuportável. Situava-me, na época, entre os que achavam que algo devia ser feito, aliás a grande maioria pensava dessa forma. É preciso entender que a maioria da oficialidade não aceitava as intromissões na disciplina e na hierarquia, sobretudo vindas de fora do quartel. Queríamos ver o problema resolvido.

Algumas coisas nos motivaram muito a reagir, como a infiltração claramente populista e socialista dentro dos quartéis. Na época, um sargento chamado Garcia, vinha visitar os outros graduados dentro da Unidade. Cheguei a colocar esse tal sargento para fora da Bateria, porque ele estava, lá dentro, conversando com os sargentos, não sobre a instrução, sobre a técnica de tiro, sobre o que fazíamos

todos os dias, mas sobre política, abertamente e em pleno expediente, o que é uma outra coisa com a qual não era possível conviver. Havia, realmente, esse problema, ou seja a idéia de criar um antagonismo, uma cisão, entre graduados e oficiais.

Quais foram os motivos determinantes, para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março e qual foi o papel do GEsA nesse movimento?

A situação foi se complicando. Houve o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, e, no dia 30, a reunião dos sargentos, presidida pelo próprio João Goulart no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia – Rio de Janeiro.

O nosso Grupo estava de prontidão e, no dia seguinte, eclodiu a Revolução, em Minas Gerais. O Automóvel Clube foi a gota d'água. Lembro-me de um sargento – chamava-se Figueiredo – que, aliás, era um bom profissional, muito competente, cujas convicções eram, para mim, claramente comunistas. Ele e alguns outros sargentos tiveram permissão para comparecer àquela reunião embora a Unidade estivesse de prontidão. Em que pese, não ter permitido que nenhum dos meus sargentos fosse, aquele desobedeceu, contrariando ordens diretas. Ia puni-lo, disciplinarmente, quando o comandante – Coronel Aldo Pereira – impediu-me, alegando que ele tinha autorizado os sargentos, que desejassem, a comparecerem à reunião. Então, havia todo esse contexto. Não que o Comandante, o Coronel Aldo, fosse comunista. Sabíamos que ele não era comunista. Ao contrário, tratava-se de um oficial que tinha, até então, muito conceito na Força. Tenho a impressão de que o problema estava na sua possibilidade de acesso ao generalato e, por isso, não queria dar nenhum motivo para que as condições do momento o desgastassem profissionalmente.

Dentro desse clima adverso, o Grupo, com a eclosão do Movimento em Minas Gerais, passou a integrar um destacamento, um grupamento tático (GT) que deveria ser empregado. Entretanto, não sabíamos como seria empregado, apenas recebemos a ordem de fazer parte desse grupamento.

Quando o Grupo recebeu essa determinação, nós, comandantes de Bateria e o S3, que era o Capitão Willy Seixas, tivemos uma pequena conversa e resolvemos que, dentro do quartel, não podíamos fazer nada, porque estávamos presos no seu interior e não havia como tentar alguma coisa. Não adiantava o Grupo-Escola sublevar-se dentro do quartel e não poder atuar, ficar ali confinado. Resolvemos o seguinte: estávamos em ordem-de-marcha e qualquer que fosse a missão recebida pela Unidade, passaríamos a atuar junto com as forças revolucionárias. Essa era a idéia. Mas era, apenas, conversa de comandantes de Bateria com o S3, todos, mais ou menos, com a mesma hierarquia. Éramos capitães, tínhamos a mesma idéia, mas não havia nenhum plano. Seria na "conduta", como se diz. Pretendíamos fazer a coisa na "conduta".

Prosseguindo, o Grupamento constituía-se do Regimento Escola de Infantaria (REI) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA). O Grupo iniciou uma marcha, dentro de uma situação, em direção à Viúva Graça, exatamente, com a finalidade de bloquear as forças que, sabíamos, dirigiam-se ao Rio de Janeiro.

Ultrapassamos aquele local e, quando chegamos próximos a Volta Redonda, houve um alto, os comandantes de Bateria foram reunidos e informaram-nos a situação: o Regimento Escola de Infantaria estava desdobrado no terreno, a cavaleiro da Rodovia Presidente Dutra. A Bateria vanguarda já estava em posição e recebemos ordens para reconhecer posições e ocupá-las a fim de atuar em proveito do Regimento Escola de Infantaria, fazendo face à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)! Quer dizer, só essa idéia de entrarmos em posição e atirar nos cadetes, realmente, era um caso de se passar à história, se acontecesse. Essa situação foi ponderada na hora, não me lembro se foi pelo Seixas ou pelo Brunner que falou: "Vão atirar em cadetes?" Lembro-me bem de que o Coronel Aldo respondeu: "Somos militares e recebemos ordem. Ela é legal, a missão existe, e devemos cumpri-la. É uma missão amarga, mas que deverá ser cumprida." Com essa decisão do Comandante, resolvemos mudar a situação ali, naquela hora.

Ao sairmos da reunião, fomos para junto das nossas subunidades, reunimos os oficiais, os tenentes, e dissemos que iríamos sair dali, ao encontro das tropas da AMAN. Mandamos que os oficiais, os linhas-de-fogo e os oficiais de reconhecimento, organizassem as Baterias e ligassem os motores, que sairíamos dali sob o comando do Capitão Seixas. O Capitão Seixas – S3 – seria o comandante desse grupamento, Grupo menos, no jargão militar, ou seja, o Grupo com duas Baterias de Obuses, porque uma Bateria já estava em posição, como Bateria Vanguarda e não teria como sair rapidamente. Tínhamos o REI desdobrado à nossa frente e evidentemente iríamos passar, com nossas viaturas e obuseiros, pelo meio do Regimento Escola de Infantaria. E isso foi feito.

Os tenentes foram para as peças, alguns sargentos não concordaram e foram presos pelos tenentes que ocuparam as posições desses sargentos nas peças. Fui encarregado pelo Capitão Seixas de seguir à frente com uma viatura leve, com um jipe, uma viatura de um quarto de tonelada, ao encontro das tropas da AMAN, para avisar que viríamos, que o Grupo iria aderir ao Movimento e que eles não se assustassem, quando vissem o comboio do Grupo-Escola chegando à posição da Academia.

Quando cheguei perto da AMAN, fui barrado pela tropa que estava em primeiro escalão e barrado, até digo, com certo aguerrimento. Mas, pedi que tivessem calma e expliquei a situação, que o Grupo estava aderindo ao Movimen-

to e que não se assustassem, porque, por ali, logo iriam passar as duas Baterias da Unidade. E foi o que aconteceu.

Vocês ultrapassaram o Regimento Escola de Infantaria?

Ultrapassamos, passamos pelo meio do Regimento Escola de Infantaria e não houve nenhum tipo de problema. Tenho a impressão de que não houve, porque o próprio Regimento Escola não estava ali com boa vontade. Havia um consenso, como se gosta de falar hoje, na tropa, entre nós que vivíamos aquele problema, que a situação tinha que ser resolvida naquele momento. Não tivemos nenhuma ligação com o Regimento Escola de Infantaria, nem falamos com nenhum oficial do REI, nem houve nenhuma coordenação. As duas Baterias se deslocaram pelo meio do Regimento e foram em direção a Resende.

Fomos muito bem recebidos na AMAN. Após o nosso acolhimento, a situação evoluiu muito rapidamente. Tenho a impressão de que houve um acordo, entre os comandantes do I e II Exércitos, na própria AMAN, para que não houvesse nenhum derramamento de sangue, que não houvesse nenhum confronto. O Presidente fugiu e a Revolução, esse nosso movimento patriótico, tornou-se vitoriosa, graças a Deus.

Inclusive, quero lembrar e complementar que nós, do 2º RO 105, de Itu – SP, estávamos no parque do Curso de Artilharia, quando soubemos que o GEsA havia chegado, naquele momento, na área do ginásio da Academia. Foi uma vibração enorme! Saímos correndo para lá, onde congraçamos com vários tenentes do Grupo-Escola, junto ao campo de futebol. Lembro-me de ter abraçado os tenentes Pizzoti e Matheus – Armindo da Luz Matheus, da minha turma de Academia, o qual me falou da existência de alguns sargentos presos.

Interessante, essa situação dos sargentos. Eles não foram, realmente, presos, vamos dizer assim, presos. Eles não aceitaram participar, alegando exatamente o problema da legalidade. Não é que eles estivessem contra os seus comandantes, contra os seus tenentes, contra nós, contra todos nós. Eles faziam parte da Unidade, do conjunto, apenas tinham o receio de ferir a legalidade, além da falta de informação que, acredito, na verdade houvesse, porque não doutrinávamos ninguém, ao contrário, eles é que estavam sendo doutrinados por essa pretensa república socialista sindicalista, que já estava mais ou menos implantada. Tanto que, depois, regressaram conosco, nenhum deles respondeu a inquérito ou a coisa nenhuma, posteriormente. Esses mesmos sargentos reassumiram suas funções quando o Grupo voltou ao seu aquartelamento, com exceção do sargento Figueiredo, a quem já me referi, que era comunista mesmo.

Esse sargento tornou-se um caso interessante. Quando saímos do quartel, tive o cuidado de determinar que ele permanecesse no interior da Unidade. Assim, a Turma de Manutenção da Bateria, chefiada por ele, deslocou-se sob o comando de um outro sargento. Dei ordem direta para que ele permanecesse no aquartelamento. Quando saímos, esse sargento pegou uma viatura e foi atrás para avisar ao Coronel Aldo que tínhamos a intenção de aderir ao Movimento. Por isso e, também, devido a outros envolvimentos, ele foi preso. Respondeu a inquérito e, nesse inquérito, há um fato curioso – fui testemunha de defesa! Seu advogado arrolou-me como testemunha de defesa. Compareci à Auditoria, naturalmente, para prestar o depoimento como testemunha. O advogado dele, perguntou o seguinte: "O senhor deu algum elogio ao sargento Figueiredo?" Respondi: "Dei mais de um elogio ao sargento Figueiredo, pois..." Ele interrompeu-me e falou: "É só isso que quero saber. O senhor está dispensado." Quis esclarecer que os elogios eram meramente profissionais, porque não se tratava de um mau sargento, mas sim de um bom profissional. Pecava pelo problema ideológico, mas não tinha raiva dele e até acredito que gostasse muito de mim. Houve esse único caso com um sargento. Os outros todos voltaram, reassumiram as suas funções e continuamos o nosso trabalho diuturno da caserna, sem nenhum problema.

Onde estão as raízes do Movimento de 1964? Em 1922? Em 1935? Em 1961, com a renúncia do Jânio Quadros? Quando foi que isso tudo começou?

Acho que o Brasil veio vivendo esse processo político desde a Proclamação da República. Acredito que o grande mérito da Revolução de 1964 foi redemocratizar o Brasil. Se pensarmos bem, educou democraticamente o povo. Nunca se votou tanto no País quanto durante a Revolução. O Congresso nunca teve tanta responsabilidade como teve, elegendo todos os Presidentes da República, no período revolucionário. Representou uma escola, vamos dizer, uma verdadeira escola. Colocamos a turma na escola, houve uma certa coação, não vamos negar, mas fizemos o pessoal aprender a exercitar a democracia, que existe.

O objetivo da Revolução não era implantar um regime ditatorial no País, nem podia ser. O Exército Brasileiro, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), defendeu a democracia, participou de uma luta a favor da democracia. E o ideal de todo o militar, acredito nisso, é viver exatamente no regime democrático. Acho que o grande mérito da Revolução foi o de ensinar ao País, durante um período considerável, como proceder democraticamente e o resultado é que estamos vivendo uma democracia, em toda a plenitude.

O que fez eclodir a Revolução foi, justamente, esta maturação, esta procura, ao longo da República, de um regime que desse estabilidade ao País. Desde a

República, temos vivido uma instabilidade muito grande. Quem tem memória se lembra. No momento em que as coisas não tinham mais solução viável, estava dentro de nossa missão – por isso o Presidente Castello Branco foi muito sábio quando redigiu, dias antes da eclosão da Revolução, aquela nota – que é defender a Constituição, os poderes constituídos, a lei e a ordem, nessa seqüência. Depois de tantas demandas e diante da instalação do caos pelo próprio Governo Goulart, aliado do Movimento Comunista Internacional, chegou a hora que era impositivo defender a lei e a ordem e restabelecer a autoridade e a seriedade em nosso País. Acredito que a Revolução foi o eclodir dessa evolução política, desde a Proclamação da República.

A guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, teve influência no Movimento Revolucionário de 1964?

Criada a bipolaridade, países pró-Estados Unidos e países pró-União Soviética, na verdade, tanto um pólo quanto o outro queriam suplantar e, se possível, anular o oponente. Assim, cada pólo procurava atrair cada vez mais outras nações para a sua esfera de influência. Houve muito dinheiro correndo por parte de quem apoiava a esquerda. Sobre isso ninguém tem dúvidas. Ocorreu uma orquestração, acompanhada de recursos para fomentar a subversão e a luta armada. Ninguém pode ignorar como o Brasil se mostrava, naquela época, com o surgimento das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze". Tudo isso envolveu muito dinheiro direcionado para nosso País. Lembro-me, ainda, de que um estivador, no porto de Santos e do Rio, ganhava praticamente a mesma coisa que um general – uma desordem social muito grande. Assim, a guerra fria teve influência na Revolução de 1964, pois exacerbou a separação entre direita e esquerda.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, na maioria do povo?

Acho que a grande insatisfação com o João Goulart decorria, realmente, dessa desordem social, e quem mais sofreu, na época, foi a classe média. A classe média foi muito atingida. Tenho a impressão de que a Revolução foi feita pela classe média.

E a posição da Igreja com relação ao Governo deposto. Ela era a favor daquele Governo ou contra?

Na época, como disse, era Capitão do Exército Brasileiro, e não tinha tempo para me preocupar com as tendências da Igreja. Executava o meu trabalho diário, cumpria a minha obrigação, o meu dever, e não sobrava tempo para outras coisas.

Acordava às 5h da manhã, chegava à casa às 8h da noite, após enfrentar, no retorno, um trem da Central do Brasil apinhado. Ia dormir exausto. Por isso não cheguei a conhecer bem a posição da Igreja. Tenho a impressão, porém, de que a Igreja ficou do lado da classe média, porque ela sentiu a desordem, vivenciou esse problema.

Que significado o senhor daria à Marcha da Família com Deus pela Liberdade que o inimigo, hoje, diz ter sido um movimento reacionário contra o sindicalismo?

A marcha foi uma demonstração da qual tomei conhecimento, depois que aconteceu e pelos jornais. Foi um movimento espontâneo, porque havia realmente uma insatisfação muito grande no seio da classe média e, também, de alguns menos favorecidos, de alguns pobres, sem falar nos empresários que viviam sobressaltados com as ameaças vindas dos sindicatos e do próprio Governo.

Havia, naquela época, uma revolução de cunho comunista em andamento para a mudança da ordem institucional no Brasil?

Certamente havia um movimento para a mudança da ordem institucional. Se esse movimento iria desembocar em um regime comunista tipo Cuba ou se iria desembocar num regime socialista diferente, não sei. Acredito que iria terminar, como eles próprios diziam, na tal república sindicalista, com um regime tipicamente comunista.

Como se portaram os sindicatos, após a Revolução?

Depois da eclosão do Movimento, no período do Governo do Marechal Castello Branco, o que rememoro é a grande liberdade de manifestação. Tanto que lia nos jornais e ouvia, também, agressões de toda ordem ao Governo e ao Presidente. Os sindicatos e todas as organizações extremistas criadas, aproveitando a liberdade existente, tentaram reviver, alguma coisa parecida com o que estava acontecendo antes da Revolução, mas com uma intensidade e gravidade muito superiores. Isso, realmente, foi o motivo do endurecimento progressivo do Movimento revolucionário, que obrigou o Governo, em dezembro de 1968, a instituir o AI-5, para que a Revolução pudesse prosseguir fazendo face aos inimigos que passaram a agir.

A Revolução de 1964 foi de preparação exclusivamente interna ou houve apoio externo, principalmente dos Estados Unidos?

No meu horizonte de oficial intermediário, de capitão, tenho plena certeza de que não cogitávamos, nem pensávamos nos Estados Unidos. Ninguém estava querendo saber o que os Estados Unidos estavam achando ou deixando de achar. Fez-se aquilo, porque julgamos que era o momento oportuno, que a ordem estava

sendo subvertida, que a hierarquia estava sendo destruída, que íamos brevemente ter conselhos – sovietes –, dentro das Unidades. Por isso, fizemos o movimento.

A bem da verdade, os norte-americanos, estão, até hoje, surpreendidos com a eclosão e a vitória, em dois dias, da nossa Revolução.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar apregoado pelo Assis Brasil, que trazia até uma certa preocupação a nós, porque eles se diziam extremamente fortes e que as reformas seriam feitas pela lei ou pela força?

É preciso que o público externo, compreenda que os militares possuem a mesma formação. Passamos pelos bancos da Academia Militar e recebemos idênticas lições de moral e ética; esse esquema, de que tanto falavam, era composto por oficiais que também tiveram a nossa mesma formação e que, no fundo, estavam sabendo que o processo em curso não estava certo. Mesmo os mais populistas. Lembro-me de que, no Exército, havia um general que realizava inaugurações com os sargentos. Comportava-se do mesmo modo do tal Almirante Aragão. Não me lembro o nome dele!

E havia aqueles que realmente tinham poder e participavam do esquema, mas não possuíam a liderança necessária, como era o caso do Assis Brasil...

O Assis Brasil, realmente, não possuía liderança nenhuma. Nesse esquema de que falavam, não havia ninguém que pudesse chegar perto de um líder como o Castello Branco. Não tinham. Cabe salientar que a oficialidade subalterna estava insatisfeita, toda ela estava insatisfeita. Não havia ninguém que estivesse contente com aquela baderna. O militar é formado dentro de um *status* de ordem e de trabalho. A desordem não agradava a ninguém. Acredito que nem ao próprio esquema militar citado.

Qual a sua apreciação sobre a chefia e a liderança do nosso pessoal? Na verdade, neste episódio do Grupo-Escola de Artilharia, foram os Capitães Comandantes de Bateria e o S3 que ditaram o caminho. Como o senhor viu o problema da liderança?

O Grupo-Escola era uma unidade muito peculiar, porque tínhamos saído de um problema complicado que fora o da posse do João Goulart. Em 1961, o novo comandante, Coronel Aldo Pereira, tinha como objetivo a pacificação dos ânimos. Tanto que ele não mudou nenhum comando de subunidade, não alterou em nada a organização do Grupo e não alterou as funções. Todos permaneceram na mesma situação. Ele tentou aparentar que estava tudo muito bem. Enquanto isso, os oficiais – o Seixas, o Brunner e até os próprios comandantes de Bateria –, nas conversas com ele, tentavam, às vezes, reclamar da situação a que chegara o País e as Forças Armadas. Vou citar um exemplo: chegou uma ordem para que se informasse

quais os oficiais que tinham comparecido às reuniões do Clube Militar. Alguns oficiais, de outras Unidades, foram punidos. O Coronel Aldo não informou quais os oficiais do Grupo-Escola que compareceram. Nós, nessa reunião que ele fez para falar sobre isso, apresentamos, com certa veemência, as nossas preocupações sobre a situação que estava vivendo o País, mas a posição dele foi sempre de tentar acalmar, de tentar harmonizar, mas a insatisfação era muito grande! E a liderança que havia, realmente, nesse momento da vida nacional, era a dos oficiais de nível intermediário – a liderança dos capitães. Ele não liderou, ele não absorveu aquela insatisfação que estávamos sentindo.

Quanto tempo vocês ficaram na Academia Militar, depois da chegada, na tarde do dia 1º?

Se não me engano, ficamos poucos dias, uns dois ou três, porque, nesse meio tempo, a Revolução se afirmou integramente. O General Médici, Comandante da AMAN, em uma reunião que teve conosco, informou que só autorizaria o regresso do Grupo-Escola após a mudança do Comandante do Grupo. Então, quando nos liberou para o retorno, o Coronel Aldo não era mais o Comandante. O novo Chefe já era o Coronel José Pinto de Araújo Rabelo. Nesse meio tempo, o Coronel Aldo foi afastado do comando – evidentemente não havia outra solução.

Qual era a turma de formação do Capitão Seixas, S3 do Grupo?

O Seixas é mais antigo do que eu. Era um capitão, na "boca" para ser promovido a major. Mas existe um outro elemento que gostaria de citar e que desempenhou um grande papel de liderança entre nós capitães - o Brunner. O Seixas não estava há muito tempo no Grupo. Ele viera do Regimento Floriano para a Unidade. Com quem tínhamos mais diálogo e conversávamos abertamente sobre a situação, na qual vivíamos, era o Brunner, o Silvio Pereira Brunner, que exercia a função de Adjunto do S3 (Adjunto do Oficial de Operações), oficial que poderia ser considerado uma real liderança na Unidade.

O Grupo-Escola de Artilharia, na sua história, vive dois episódios semelhantes: esse, quando duas de suas Baterias deixam a coluna e vão para a Academia Militar e, em 1955, na época da "novembrada" , quando o Grupo se deslocou para o Campo de Santana.

É, isso foi no tempo do General Montagna, quando ele era o S3 do Grupo. O GEsA sempre teve uma tradição revolucionária. Sempre foi uma Unidade muito profissional, qualquer coisa que afetasse a sua operacionalidade ou que alterasse aquele esquema rígido de instrução, de cooperação, aquela vida, aquela rotina da

caserna que obedecíamos integralmente, trazia sempre algum tipo de conseqüência para o desempenho do pessoal.

Como o senhor viu o emprego dos cadetes da Academia Militar, pelo General Médici, naquela situação?

Penso que os cadetes da AMAN foram muito bem empregados, como o foram os soldados que, também, tinham 18 anos e saíram das suas casas, deixando as suas famílias. Os cadetes são profissionais e foram muito bem conduzidos, pelo General Médici, outro líder incontestável.

As Forças Armadas robusteceram a sua união, a sua coesão, após a Revolução?

Acredito que as nossas Forças Armadas sempre foram muito unidas e coesas e a Revolução não mudou muito esse quadro. Os movimentos que ocorreram, sempre, foram feitos com união. Não podemos esquecer da Intentona Comunista, que marcou as Forças Armadas com carimbo de fogo. Todo mundo sabe e fala nisso exatamente porque houve uma traição.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia? Qual era o seu grande objetivo?

A ideologia da Revolução estava consubstanciada na retomada do respeito à ordem, que desaparecera no Governo deposto, o governo da desordem. Penso que, no aspecto ideológico, as Forças Armadas têm a sua missão, precípua prevista na Constituição. Se as pessoas entendessem melhor os militares, veriam que cumprimos missão. E uma das nossas missões é garantir a manutenção da lei e da ordem. A respeito das ideologias e dos sistemas políticos nós, como cidadãos, temos o nosso pensamento, mas, como militares, estamos voltados para o exato cumprimento das tarefas previstas na Constituição. O papel do militar é servir! Servir ao Estado, servir à Pátria e não a governos. Naquela quadra da vida nacional, servir à Pátria era fundamentalmente impedir a sua comunização – grande objetivo das Forças Armadas, ao partirem para a Revolução.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

O Exército, depois da Revolução, continuou a comportar-se da mesma maneira como se comportava antes. Esse negócio de governo militar é entre aspas, porque o governo foi eminentemente civil. As organizações e as instituições funcionaram com o seu pessoal civil, os políticos eram civis, os ministérios eram constituídos de civis, as universidades eram dirigidas por civis. O Judiciário continuava inteiramente independente. O militar ficou dentro do quartel, fazendo o que tinha que fazer e o

cidadão brasileiro continuou a trabalhar onde tinha que trabalhar e o presidente a exercer as suas funções de presidente. Acredito que havia, sim, um suporte militar. As Forças Armadas estavam comprometidas com esse sistema. O suporte desse sistema era consubstanciado nas Forças Armadas, mas elas não tinham influência se o Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, por exemplo, empregava lá A ou B ou se a Prefeitura arranjava dinheiro para construir uma ponte aqui ou acolá. Disso, o Exército não estava nem tomando conhecimento. Quer dizer, apenas dava o apoio ao pleno e livre funcionamento das instituições vigentes na época.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou trouxe problemas para o País, de um modo geral?

A Revolução só trouxe benefícios. Ela embasou, solidificou o sistema democrático no País. Isso não é invenção minha – o sistema democrático está aí consolidado e com o "senhor" Brizola eleito governador, duas vezes, do Rio de Janeiro; os Presidentes eleitos e o Congresso funcionando. Isso é fruto da Revolução de 31 de Março de 1964. Se a Revolução não tivesse posto um ponto final ao caos vivido no Governo Goulart, o futuro do nosso País seria desastroso, sem dúvida nenhuma.

Na parte das grandes realizações físicas, não preciso falar: telecomunicações, transporte, energia, Itaipu, está tudo aí, para todo o mundo ver. Casa própria para classe média e para os pobres, com o Banco Nacional da Habitação (BNH) e as Cooperativas Habitacionais, tudo muito bem-sucedido, para tristeza e desespero dos revanchistas! E se não foi feito melhor, foi porque os governos da Revolução tiveram que perder tempo e aplicar recursos no combate ao terrorismo e às guerrilhas, que tumultuaram o País, mas sofreram irrefragável derrota.

Os governos da Revolução se sucederam normalmente. Todos os Presidentes terminaram seus mandatos nas datas previstas.

Como o senhor chamaria o Movimento: de revolução ou de contra-revolução?

Acho que o movimento foi uma revolução, uma revolução porque mudou o Brasil. A primeira mudança real, que o País testemunhou, deu-se com a seriedade dos presidentes da Revolução de 1964 no trato da coisa pública. Hoje, poucos lembram disso, fruto da ação da mídia voltada para outros interesses, mas, daqui a cem anos, a história vai mostrar que valeu a pena.

A Revolução cometeu erros? Quais foram?

A Revolução cometeu erros, como todo mundo comete. A Revolução tinha uma missão que era a de organizar o País. Evidentemente, houve excessos, mas

foram muito poucos. E aqueles que aconteceram foram provocados, exatamente, pelo confronto com uma ideologia contrária, que não aceita conviver com outras. É a ideologia de um partido único – o comunista.

Os excessos da nossa Revolução não foram característicos de perseguição política, não foram. O senhor Leonel Brizola está aí, como tantos outros líderes. Agora, foi um confronto armado. Se alguém vem com uma metralhadora atirando em você, você tem que revidar! Quando alguns organizam um movimento de guerrilha, querendo proclamar a independência de uma parte do território brasileiro, nos moldes do que se vê na Colômbia, o governo é o responsável por chegar lá e acabar com essa "brincadeira". Se há uma subversão da ordem, caracterizando perigo para todo o cidadão, o governo tem que defender o cidadão. Houve excessos, não há dúvida de que houve, mas está sujeito a isso qualquer regime em que há essa necessidade de impor uma regra, uma norma e uma educação... Quem vai para a chuva é para se molhar! Quer ser guerrilheiro, quer ser terrorista, e quer que sirvam para ele *champanhe* e uísque! Nada disso! Não pode! Ele tinha que ser recebido da mesma forma como vinha nos receber, e arcar com o ônus das suas atitudes. Isso é evidente, eles entendem muito bem!

O senhor chegou a falar dos principais sucessos econômicos e sociais do período revolucionário. Da mesma forma, célebres professores da ESG – do mundo civil e de universidades variadas – citam a década de 1970 como a mais pródiga da economia brasileira. Por que, hoje, ninguém fala nisso? Por que este fato não é mostrado ao Brasil?

Primeiro, porque houve, durante o tempo da Revolução, todo um trabalho ideológico nas universidades e nas escolas, feito livremente e sem nenhuma coação, formando esse clima de aversão, criando esse fantasma do autoritarismo, de que tanto falam. Aliás, existe aqui uma clara incongruência: como uma "revolução tão violenta e feroz" que falam os inimigos, poderia permitir a existência dessa liberdade! A história vai corrigir tudo isso.

Que nada mais é do que aplicação, no Brasil, da concepção revolucionária do italiano Antônio Gramsci, dada conhecer ao mundo pelo seu trabalho nos Cadernos do Cárcere.

Pergunto-me se algum cidadão que trabalhou, que estudou ou que viveu sua vida normal foi coagido, perseguido, preso e torturado pela Revolução? Nenhum. Os perseguidos foram os amantes da luta armada e não podia ser de outra forma. Um outro fato é que nenhum oficial da tropa, fazendo o seu trabalho diuturno se envolveu na luta contra esses fora-da-lei. Ao lado da Polícia, estavam os nossos

valentes integrantes dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Estes, sim, combateram os participantes do Movimento Comunista Internacional e os derrotaram. Hoje, essa nossa gente é criticada violentamente pela mídia que, no entanto, faz questão de ignorar a ação solerte dos terroristas. A essa mídia não convém falar das realizações da Revolução. Eles se empenham em esconder todos os nossos acertos o mais que podem.

A mídia procura omitir os acertos da Revolução, o que é um fato incontestável. Podíamos, então, dizer que foi perdida a "batalha da comunicação social" ou que não queríamos participar dela, porque tínhamos, inclusive, ojeriza em realizar propaganda e mostrar a realidade da Revolução?

Não gosto da nossa imprensa, em razão do que leio no jornal. Não é porque tenha algum problema contra os jornalistas. A imprensa, por meio do jornalista, comporta-se de forma que muito me desagrada – detém o Poder, sem a responsabilidade. É difícil não criar uma certa prevenção pelo que se lê na nossa imprensa. O militar não é afeito a isso; essa coisa não nos é familiar.

Com relação à guerrilha e ao terrorismo, como o senhor viu esse problema? Casos de tortura foram gerados pelo terrorismo? O que eles buscavam com a luta armada?

Eles faziam o seu papel pelas suas convicções ideológicas, utilizando a luta armada contra o regime vigente. Eles tinham esse ideal. Quero que se entenda bem: respeito o guerrilheiro que está, no meio do mato, brigando, que tem a sua ideologia. Ele não é safado, não é ladrão, não é desonesto. Ele tem uma ideologia e está lutando contra quem pensa diferente dele. Houve, porém, o desvirtuamento, por causa, exatamente, desse clima de ódio que a ideologia provoca na luta contra o adversário.

Assim, o camarada que estava nos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), e surpreendeu o guerrilheiro que estava atirando no amigo dele e o matou, tem raiva daquele prisioneiro. Pode exceder-se e se excedeu, na época. Sabemos que não foi só no Brasil, os excessos ocorrem, ainda hoje, em qualquer lugar, em todos os países do mundo. O homem é o homem – sujeito às suas paixões e a cometer violências. O que aconteceu foi isso, lamentavelmente, e em índice muito menor do que dizem por aí. Nessa época, encontrava-me, na ativa, servindo na Vila Militar, e nunca vi ninguém dar um safanão sequer em qualquer preso. Nunca presenciei isso. Inclusive, quando as unidades recebiam presos, tínhamos ordens de ir verificar se eles estavam sendo bem tratados. Ninguém respeita mais um prisioneiro de guerra do que o próprio militar.

Houve aberrações na luta contra o terrorismo, que são inerentes ao comportamento individual, quer dizer desvios do próprio homem. Isso houve.

E haverá sempre.

Os DOI foram necessários?

Os Destacamentos de Operações de Informações foram criados, na época, para fazer frente à luta armada imposta pelo movimento contrário, baseada na guerrilha, no terrorismo e em atividades subversivas diversas levadas a cabo na cidade e no campo. Do lado de cá, criaram-se os DOI para, juntamente com restante do sistema legal, combater esses grupos armados e obstinados. Evidentemente, que o lado das organizações legais tinham muito mais condições e poder do que o outro, mas travou-se uma luta armada, ninguém pode dizer que não houve.

O senhor acha que a Revolução demorou-se muito no Poder?

Tenho um conceito muito pessoal – acho que ela cumpriu o seu destino. Acredito que, talvez, o Presidente Castello Branco, ao terminar o seu mandato, pudesse devolver o Poder a um político civil que tivesse afinidades de ideais com a democracia, com o desenvolvimento, com a paz e a ordem, para evitar esta pecha de militarismo. O Congresso cumpriria sua missão de eleger os presidentes da República, através de eleições indiretas, e eu não tenho nada contra eleições indiretas. Eleições indiretas acontecem na maioria dos países do mundo. Por que o Congresso não poderia eleger um presidente da República?

As nossas Forças Armadas, em particular o Exército, auferiram benefícios com a Revolução?

O Exército continuou o mesmo. Todos os meus companheiros que viveram a Revolução, como vivi, também não se beneficiaram. Hoje, sou coronel e estou na reserva. A minha declaração de bens é modesta. Comprei o meu apartamento pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e eduquei os meus filhos com muita luta. Não tenho outras posses, não preciso e vivo muito feliz. A minha satisfação sempre foi, vamos dizer, a minha profissão. O militar não se beneficiou e nem se prejudicou – cumpriu a sua missão.

Na época, o AI-5 foi necessário?

O AI-5 deve ter sido muito estudado, antes ter sido editado. Pesou toda uma sucessão de fatos de que não tive conhecimento, e nem podia ter, no meu escalão. Acredito que o Governo chegou à conclusão de que era impositivo. Não se faz levianamente uma coisa dessas.

O "revanchismo" está presente na mídia e nas ações de vários políticos. Como o senhor vê esse problema?

Não me preocupo muito com isto, porque esse "revanchismo" não leva a lugar algum. Há até uma passagem, na Bíblia, que diz: "Uma casa dividida contra si mesma não vai para frente." Não tem que haver "revanchismo" nenhum. Isso, mais para o futuro, será entendido com toda certeza. A Revolução foi um fato histórico completo e acabado e estamos seguindo a nossa história, o nosso destino que, queira Deus, nos leve a um bom porto.

A imagem das Forças Armadas e, em conseqüência, do Exército Brasileiro tem obtido elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O Exército sempre foi respeitado, bem como as Forças Armadas. Ele é respeitado não só pelo seu poder, por sua força intrínseca. Ele é respeitado, porque o Exército é o povo. O Exército é constituído de brasileiros, na sua grande maioria jovens, de todas as camadas da sociedade, onde não há distinção de classe, de credo ou de cor. Sempre digo, lá em casa, aos meus filhos, civis, que não existe organização mais democrática do que o Exército. Não existe, realmente! Ele é composto de brasileiros que estão imbuídos da missão de defender o seu País. Quer coisa melhor do que isso? Como é que o povo não vai gostar de uma instituição que existe para preservá-lo? Não pode deixar de ter respeito. O Exército é feito do povo. Quem o serve? O soldado, que o cidadão vê vestido de verde-oliva na rua, é filho da Dona Maria, lá de Padre Miguel, é filho da Dona Antônia, do Largo da Abolição, é povo, igual a todo mundo. Por isso, o Exército é respeitado. Ele, também, educa e dá uma profissão a esses jovens. O Exército está, também nos pontos mais difíceis do território nacional, é o primeiro que chegou às nossas fronteiras, e o primeiro a educar o índio, a trazer o socorro nas calamidades.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou certo de que esse trabalho é algo grandioso, principalmente na abordagem histórica, para que, mais tarde, se possa saber o que realmente aconteceu nesse período da vida brasileira. Que saibamos a verdade sobre as erupções que sucederam em nossa trajetória, como o nosso povo se comportou, por que fizemos ou deixamos de fazer certas coisas. Acho muito importante preservar a memória do País para as gerações futuras como ensinamento e, também, como exemplo, enfim. Essa iniciativa do Exército merece, portanto, o nosso aplauso. Sinto-me gratificado por terem lembrado deste velho Coronel.

Coronel Everton da Paixão Curado Fleury

- Natural da Cidade de Carmo do Paranaíba, MG.
- Foi Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), por longo período, no Governo Figueiredo.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Capitão Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte e comandava a Bateria de Alunos que fez parte do Grupamento Tático (GT/12) que se deslocou para Brasília, onde atuou. Ao longo do mesmo ano, foi encarregado de diversos inquéritos destinados a apurar atividades subversivas no Estado de Minas Gerais e nomeado membro da Subcomissão de Investigações Sumárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de Minas Gerais.

Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2000.

Antes de mais nada, quero agradecer e dizer que me sinto extremamente honrado de poder participar, com meu singelo depoimento, do Projeto de História Oral que o Exército Brasileiro ora realiza. O Exército participou de eventos da maior importância, como a organização da Força Expedicionária Brasileira e sua ida para a Itália e o Movimento militar realizado no Brasil em 31 de março de 1964, no qual, modesta e intensamente, participei com a pequena subunidade que comandava, na época.

Após a mensagem inicial do Coronel Fleury, perguntamos qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?

No meu entendimento, as causas próximas da eclosão da Revolução de 1964 encontram-se em 1961 com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. A guarnição de Belo Horizonte participou intensamente, desde aquela época, dos acontecimentos políticos que sacudiram o País naqueles anos. No CPOR de Belo Horizonte, onde servia, eram realizadas, pelo menos uma vez por mês, palestras de autoridades militares e de personalidades importantes da vida civil, particularmente da Política e do Empresariado mineiro, mostrando à nossa sociedade o caminho que estava tomando o Brasil com o desgoverno do senhor João Goulart, não só no período parlamentarista, como também, e principalmente, no presidencialista, que ele conseguiu implantar com a antecipação do plebiscito previsto para o final de sua gestão.

Então, a nossa Guarnição foi muito ativa. Os militares – capitães, jovens tenentes, majores – eram muito politizados e por essa razão, creio eu, tiveram uma participação muito intensa no Movimento de 1964.

Qual era o objetivo dos generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, na verdade, deram partida ao Movimento?

Fizemos uma contra-revolução, um movimento que atendia à opinião pública brasileira. Isso é preciso ficar bem claro. Porque, hoje, tentam reescrever a História do Brasil, principalmente a recente, de uma maneira mentirosa. O Exército atendeu ao clamor da opinião pública. Essa é a grande verdade. Em todo lugar, quando a coluna militar chegava, não conseguíamos passar direto, tínhamos que parar. O povo parava a tropa para nos homenagear.

Então, insisto, fizemos um movimento contra uma revolução, que estava prestes a eclodir, de cunho socialista ou comunista, como queiram, com uma capa de sindicalismo atuante que agitava permanentemente o quadro político da época. Na verdade, era o Movimento Comunista Internacional querendo colocar o pé na América do Sul e no seu país mais importante, que era o Brasil.

E na eclosão, onde atuou a sua Companhia?

Na época em que comandava a Bateria de alunos do CPOR, foram organizados dois grupamentos táticos, em Minas Gerais. Um, em Juiz de Fora, que seguiu para o Rio, e outro, em Belo Horizonte, que seguiu para Brasília, com a finalidade de ocupá-la, porque, na guarnição de Brasília, até aquele momento, não tínhamos definição se podíamos contar ou não com os companheiros que lá serviam.

Esse grupamento ficou apelidado de Grupamento Caicó, porque foi comandado pelo nosso querido e saudoso General Dióscoro Gonçalves Vale, que era natural de Caicó, RN. Ele, na época, era Coronel Comandante do 12º RI e também do GT Caicó, como nós assim apelidamos, o GT do 2º/12º RI. A minha Bateria, junto com uma Bateria do 14º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), na época II/4º RO105, de Pouso Alegre, as duas Baterias constituíram um Grupo de Artilharia em apoio ao GT.

Eu era Comandante da Bateria de Alunos, mas fui chamado a exercer a função de Oficial de Ligação com o Estado-Maior do GT, e quem comandou, efetivamente, a Bateria foi o meu grande amigo e compadre Capitão Fernando de Almeida Godói, que era Instrutor também. É bom que se ressalte que a minha Bateria foi constituída, na sua maior parte, de alunos do CPOR, voluntários. Todos, todos, sem exceção, universitários e a grande maioria universitários do curso de Engenharia Civil.

É muito importante que se diga isso, porque estamos mostrando, através deste depoimento, que a universidade, naquela época, estava cansada do Governo Goulart também. Os estudantes que estavam ao lado deles formavam uma minoria.

Eram uma minoria, sem dúvida nenhuma. Aquele grupo encastelado na UNE sempre foi “manobrado” pelo comunismo internacional. A expressiva maioria não era disso. Tanto não era que, no CPOR, por exemplo, na época, tínhamos, se não me engano, duzentos alunos ou um pouco mais. No meu Curso, o de Artilharia, tínhamos oitenta alunos, a Infantaria uns cem e a Cavalaria quarenta, aproximadamente. Eram raros, raros os alunos compulsados a fazer o CPOR; todos eram voluntários. Os meus alunos eram todos voluntários, sem exceção.

E foram voluntários para marchar?

E, voluntariamente, foram para Brasília. Todos marcharam. A Bateria não foi, todavia, constituída só de alunos, por causa do efetivo, tive que completar com soldados, que, aliás, pertenciam ao Curso de Artilharia. No Curso, havia uma Bateria composta por soldados de nosso contingente. Por quê? Porque, em caso de atuação nas atividades de segurança interna, não podia empregar o aluno obrigatoriamente.

O aluno era universitário. O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, naquela época, fazia o expediente durante as férias universitárias. No período curricular

da universidade, o aluno só vinha ao quartel aos domingos. Então, para efeito de segurança interna, eu tinha uma Bateria composta por soldados que, com os meus sargentos, os monitores, integravam o contingente do CPOR.

Importante firmar essa idéia: o CPOR, com todos os seus universitários, se deslocou até Brasília.

Deslocamo-nos para Brasília, fazendo inicialmente um movimento tático, porque havia informações de que uma parte da tropa de Brasília se dirigira para divisa do Estado de Goiás com Minas Gerais, definida pelo rio São Marcos, para preparar, na divisa, uma posição defensiva com a finalidade de nos enfrentar. De fato, quando chegamos, verificamos que havia, na margem oposta do rio, uma elevação com espaldões para canhões antiaéreos, certamente para uma Bateria Antiaérea, com sede na área. Mas, felizmente, a partir de Paracatu, quando lançamos um destacamento precursor para os reconhecimentos, verificou-se que o pessoal de Brasília havia retraído e aderido. Então, a partir daí, o movimento não foi mais tático.

Deixou de ser uma marcha para o combate.

Exatamente. Daí em diante, levamos poucas horas para chegar a Brasília.

Foi uma marcha administrativa.

Exatamente. A primeira parte do movimento obedecia a uma organização tática e a segunda parte foi uma marcha administrativa.

Chegando a Brasília, encontraram algum problema? Como transcorreu a chegada à Capital?

Chegamos a Brasília, pela madrugada, à uma hora da manhã mais ou menos; estacionamos a coluna ao longo do eixo monumental, enquanto se fazia um reconhecimento. Algumas autoridades militares de Brasília, que haviam aderido ao Movimento revolucionário, vieram nos receber, indicando-nos a distribuição dos acantonamentos pelas unidades e subunidades.

Na época, a Guarnição de Brasília não estava completa, os quartéis se encontravam em obras – Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e o Grupo de Artilharia estavam sendo construídos. Então, distribuíram a tropa pelo canteiro de obras lá existente.

Foi um acantonamento mesmo.

Exatamente, e uma parte da tropa da Polícia Militar de Minas Gerais – porque houve um Batalhão de Polícia que foi conosco – inclusive integrou o Destacamento Precursor, diga-se de passagem, teve uma participação muito importante. Esse Batalhão ficou acantonado no Teatro Nacional de Brasília, que estava em plena construção, com a estrutura pronta e os andaimes. Nesse canteiro de obras, ficou, também,

o Estado-Maior, o Comando do GT e eu também. Eram quartinhos de engenheiros e de funcionários da obra e também salas de desenho. Ocupamos aquele canteiro de obras de engenharia, na verdade, fizemos uma ocupação militar de Brasília. Entramos em posição no eixo monumental, na Praça dos Três Poderes, enfim, tomamos conta. Dissemos mesmo: "Agora estamos comandando militarmente Brasília."

Depois, houve uma adesão completa. Foram nomeados novos comandantes de unidades e, ao final de 19 dias, retornamos a Belo Horizonte. Saímos de lá depois da posse do Presidente Castello Branco. Tivemos a honra de desfilar para o Presidente Castello na Praça dos Três Poderes e, em seguida, retornamos a Belo Horizonte, sendo a nossa viagem de regresso mais demorada do que a nossa ida, porque, em todo lugar, que a gente passava – Paracatu, Sete Lagoas, Curvelo – o povo nos parava, à beira da estrada. Matavam um boi, assavam a carne e nos convidavam para comer o churrasco. Não havia como recusar e, assim, chegamos a Belo Horizonte às 8h da noite. E cheguei ao quartel à 1h da manhã, porque ficamos presos no engarrafamento das ruas. Realizamos, ainda, um desfile na Praça da Liberdade, e a adesão pública era total, impressionante, não resta a menor dúvida.

Isso que dizem hoje, intitulando o Movimento revolucionário de "golpe militar", "ditadura militar" e "anos de chumbo", corresponde a uma manobra dos derrotados em 1964 no sentido de reescrever, de uma maneira mentirosa, a história do nosso Movimento. Podem ter ocorrido deslizes, posteriormente, uma vez que forçou-se o endurecimento em virtude dos seus inimigos estarem resolvidos a enfrentá-lo, em 1968 e 1969, tentando, mais uma vez, a tomada do Poder.

Retraíram em 1964, mas se prepararam e assim que puderam contra-atacaram, com terrorismo seletivo e indiscriminado, seqüestros, assaltos a quartéis, a jornais...

Na verdade, o que não se pode admitir é que digam que foi um golpe militar, porque foi um Movimento exigido pelo povo. Não houve um planejamento muito grande, porque não havia tempo, mas foi um Movimento organizado e executado com a partida dada em Minas Gerais, porque, em nosso Estado, estava mais maduro o ideal da Contra-Revolução, que iria opor-se à anarquia sindical estimulada, permanentemente, pelo Governo.

Não podemos negar a liderança do Marechal Castello Branco que, embora não tivesse um comando efetivo de tropas naquela época, expediu um documento, como Chefe do Estado-Maior do Exército, que foi, ao lado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o grande inspirador da nossa atitude, das nossas ações vitoriosas.

Julga o senhor que a guerra fria, Pós-Segunda Guerra Mundial, influiu no Movimento, na situação vivida em 1964?

Não podemos deixar de reconhecer que teve influência, porque houve uma bipolarização entre o capitalismo e o comunismo. O comunismo internacional, querendo expandir-se no mundo inteiro, lançou os seus tentáculos na América, conquistou Cuba e queria "botar o pé" no Brasil, que era, sem dúvida, o País mais importante da América do Sul, o qual, se fosse realmente dominado pelo comunismo internacional, poderia tornar o quadro mundial bem diferente do que é hoje.

Poderia ter mudado a história do mundo.

Acredito que sim.

Havia, em 1963/1964, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Não resta a menor dúvida, porque o Governo João Goulart foi um Governo pontilhado de greves, greves constantes que mexiam com a vida de todo mundo. Era greve ferroviária, greve rodoviária, greve dos portos, de metalúrgicos, enfim eram greves em atividades essenciais e greves de solidariedade a outras greves, que a população, principalmente nos grandes Centros, como no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, já não agüentava mais, cansada, atormentada, desgastada, com tanta anarquia. E a tropa também. O Exército vivia ocupando estações da Leopoldina e da Central do Brasil, ocupando portos etc. ou vivendo de prontidão dentro dos quartéis, como era o nosso caso. É interessante fazer aqui um parêntese para lembrar um aspecto de ordem particular: os meus três filhos nasceram em Belo Horizonte, onde servi desde 1960. Um nasceu em 1959, um outro, em 1961, e o caçula, em 1963. Pois bem, nos três partos da minha mulher, eu estava de prontidão nesse quartel que é, hoje, a 4ª Companhia de PE e que era, antigamente, o CPOR de Belo Horizonte. Durante esses três eventos importantíssimos de minha vida, encontrava-me de prontidão. É evidente que os meus comandantes me dispensaram para ver a minha mulher. Eis como a gente estava, o ambiente em que se vivia no País naquela época.

E, hoje, contam uma outra história, quando o panorama político brasileiro era justamente marcado por greves, agitação permanente, com efeitos terríveis sobre a economia e a vida das pessoas.

Numa análise pessoal, creio que, ao Governo, interessava aquela agitação, porque se encaminhava para a instauração de uma república sindicalista, vamos assim dizer, um primeiro passo para chegar a uma república comunista. O Governo tinha interesse naquela agitação.

Queria, no entanto, manter a agitação a seu comando, mas perdeu completamente o controle para o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) etc. As autoridades militares do Governo João Goulart cons-

truíram um "castelo de cartas", deu-se um "peteleco" na primeira carta e o castelo desmoronou. O sistema militar de apoio a Goulart, com os famosos "generais do povo", caiu de podre, assim como o sindicalismo dominado pelos pelegos.

E a posição da Igreja na época?

Sou católico e conhecia a posição da minha Igreja. A Igreja católica, na época, estava fundamentalmente do nosso lado contra o Governo Goulart. Primeiro, porque ideologicamente o Governo estava enveredando pelo caminho do comunismo ateu que a Igreja sempre condenou. Segundo, porque a Igreja, que é milenar, sabia muito bem que, economicamente, o sistema comunista nunca frutificou em país nenhum. O lugar em que ele mais cresceu foi na União Soviética, que hoje é essa "colcha de retalhos" que conhecemos. A Igreja sabia que aquele sistema econômico não funcionava, além de ser um sistema ateu e a Igreja evidentemente não queria isso.

Agora, havia alas da Igreja, sem sombra de dúvida, que acabaram tomando outro caminho e participaram intensamente, como todos sabemos.

Principalmente a partir de 1967, 1968 e daí para frente.

Exatamente mais para frente um pouco, surgiram a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), movimentos de esquerdistas ligados à Igreja, que começaram a radicalizar. Em 1964, já havia padres extremamente atuantes, com certa influência na guarnição de Belo Horizonte. Tivemos um padre que era um caso sério – o famoso Padre Lage, que, inclusive, acabou sendo preso em Brasília.

Havia os famosos "padres de passeata".

Realmente, existia essa famosa "ala progressista" que chamamos de "padres de passeata", desde 1964 em menor escala, aumentando muito a partir de 1968, 1969.

E as "Ligas Camponesas", e o tal do "grupo dos onze" do Brizola?

Sobre as "Ligas Camponesas" tenho pouco a dizer, porque atuaram mais no Nordeste, através do trabalho de Francisco Julião. Já o movimento "grupo dos onze" espalhou-se pelo País inteiro e, em Minas, dizíamos que era o "grupo dos brizolistas". Existia efetivamente, mas também desmoronou como um "castelo de cartas". Essa é que é a verdade.

E o que se passava no meio militar? Buscaram a cisão dentro das Forças Armadas? Como procediam os adversários do Brasil nessa época?

Estou certo de que, realmente, havia uma clara intenção de criar cisões dentro de cada Força Armada. Sem sombra de dúvida houve um trabalho de sapa para divorciar oficiais e sargentos do Exército.

Na própria reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, que foi um dos estopins da Revolução, buscou o Presidente da República aliciar os sargentos para quebrar a disciplina e a hierarquia, exatamente com o apoio dele, do próprio Presidente, o que é inaceitável! Já acontecera um movimento de sargentos em Brasília, realmente sério.

Então não resta a menor dúvida de que houve uma preocupação em criar a luta de classes de um modo geral e, dentro do segmento militar, uma luta dos sargentos e cabos contra os oficiais.

No seu entender, quais os principais acontecimentos que desembocaram na Revolução de 31 de Março?

Como citei no início, acho que começou mesmo em 1961 com a renúncia de Jânio e a posse de Jango contra uma grande parcela das Forças Armadas e da opinião pública. Depois, aquela campanha da antecipação do plebiscito que foi um engodo, porque o evento estava previsto para o final do Governo Goulart.

O engodo "diga não ao parlamentarismo".

Aí começaram todos aqueles problemas de greve, as famosas reformas de base etc. Creio que as causas mais próximas que podemos apontar como o estopim foram: a revolta dos marinheiros – um fato gravíssimo; o comício do dia 13, na Central do Brasil; a reunião no Automóvel Clube do Brasil, verdadeira gota d'água, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo e em Belo Horizonte, uma vez que a do Rio ocorreu após a vitória da Revolução, sendo chamada, portanto, de Marcha da Vitória... Um testemunho pessoal: não posso precisar bem a data, talvez meados do mês de março, Leonel Brizola veio a Belo Horizonte para fazer uma reunião política pregando, em última análise, as Reformas de Base, "grupo dos onze", aquela coisa toda.

O avião em que viajava desceu no aeroporto da Pampulha e fomos para a antiga Secretaria de Saúde que, hoje, é o Minas Centro, na Avenida Augusto Lima, um prédio antigo, tradicional, que foi transformado num enorme auditório; é um local para grandes eventos normalmente. Naquela época, era mais modesto.

Pois bem, as mulheres mineiras, com rosário na mão, não deixaram o Brizola entrar no auditório da Secretaria de Saúde, ele não proferiu a palestra e voltou para o avião. Aquelas mulheres que haviam liderado a Marcha da Família com Deus pela Liberdade estavam lá e não deixaram. Nós o botamos dentro do avião: "volta".

Evidentemente, havia uma série de companheiros nossos, como o General Bragança, que se destacaram por sua importante participação. Aliás, eram vários Braganças, família tradicional. Tratava-se do José Bragança, aquele barbicha famo-

so, que foi general da ativa, o que mais se empenhou. Ele estava junto com essas pessoas que impediram o Brizola de proferir a palestra. Outra participação muito relevante, que não posso deixar de citar, foi a da PM de Minas Gerais, cujo Comandante, Coronel José Geraldo, exerceu um grande papel na Revolução em nosso Estado, ao lado do Governador Magalhães Pinto.

Creio que a destacada atuação do Coronel Comandante da PM de Minas influiu decisivamente nas atitudes tomadas pelo Magalhães Pinto. Digo isso sem desmerecer o Governador, apenas porque as atitudes desassombradas não são muito comuns nos políticos.

Apesar de que ele, como banqueiro, sabia que estava correndo sério risco, porque o Governo estava engajado na implantação da tal República Sindicalista Comunista.

Mas a Polícia Militar de Minas Gerais, sem sombra de dúvida, desempenhou um grande papel. Evidentemente, que o General Guedes, em Belo Horizonte, exerceu também uma forte influência sobre tudo que ocorreu nas áreas militar e política da Capital do Estado.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da grande maioria da vontade nacional?

Sem sombra de dúvida, não tenho o menor questionamento quanto a isso. Inclusive, à época, tivemos alguns companheiros e grandes amigos que titubearam em aderir ao Movimento, porque achavam que seria uma quartelada: "Isto é uma quartelada que estão fazendo em Belo Horizonte, em Juiz de Fora." E nós, então, os convencemos de que não; que era um Movimento que estava atendendo aos reclamos da nossa sociedade, da opinião pública brasileira.

Havia uma revolução de cunho comunista em pleno andamento no nosso País?

De cunho comunista, não resta a menor dúvida.

E o Congresso Nacional como se portou diante da Revolução de 1964?

A primeira atitude do Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, foi declarar vago o cargo de Presidente da República, medida que se revelou extremamente importante e afinada com o pensamento castrense e da maioria dos parlamentares, porque as autoridades militares, em Brasília, estavam contra Jango, assim como quase todo o Congresso, que sofria ameaças constantes dos seguidores do Governo, inclusive de fechá-lo.

Ele viu que aquela era realmente a solução.

Declarou vago o cargo e deu posse ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, quando João Goulart deslocou-se para o Sul. Isso foi muito importante para que o Jango desistisse de tentar qualquer reação, acabando por deixar o País, em fuga para o Uruguai.

E como se portaram os Sindicatos, aquelas Entidades Esquerdistas cujos líderes dedicavam-se permanentemente à agitação e ao grevismo?

Na verdade fizemos a coisa bem-feita. As lideranças não conseguiram se pronunciar, porque foram todas ou quase todas surpreendidas, vindo a fugir ou acabaram silenciadas através de prisão. Estávamos vivendo uma situação de fato. Não havia lei marcial, mas era quase uma situação em que o Poder militar, dentro do Poder nacional, tinha assumido o controle da situação. A participação e reação desses sindicatos, nas primeiras horas foi praticamente nenhuma.

Nula, porque realmente foram surpreendidos.

Sabíamos que era meia dúzia de líderes sindicais que tumultuavam o País. A grande massa dos trabalhadores não queria saber disso, o que ficou claro com o desencadeamento do Movimento revolucionário.

Os agitadores se valiam da massa. Eram sempre as mesmas pessoas que já conhecíamos bem. Dentre eles, Dante Pelacani, Clodomith Riani, Oswaldo Pacheco (líder da CGT), Hércules Correia (Deputado Federal), os Ministros Abelardo Jurema e Amauri Silva e outros mais, figuras extremamente atuantes no processo de tumultuar, permanentemente, a vida nacional.

Houve auxílio vindo do exterior ou a Revolução foi um Movimento somente de natureza interna?

Não acredito que tenha havido auxílio externo. Não posso dizer isso de cadeira, porque não participei num escalão que dispusesse desse nível de informação. Era apenas um capitão. Mas quero crer que a motivação que a jovem oficialidade mantinha naquela época nos levava a agir, e todos os outros capitães e tenentes e alguns majores... Sem pensar nunca em apoio externo. Acredito, entretanto, que, para o governo americano, tenha sido um alívio. Porque, caso se instaurasse no Brasil um regime comunista, os Estados Unidos estariam em uma situação complicada...

Isso é que os americanos deviam estar lembrando hoje, ao invés de ignorar aqueles que os ajudaram, indiretamente, salvando por duas vezes, o Brasil da sanha do comunismo. Hoje, eles "jogam pedra" nos antigos aliados, que perderam a importância com o término da guerra fria.

Hoje, têm enorme interesse no nosso território.

Naquela época algumas lideranças de esquerda, algumas intelectuais diziam que nós militares estávamos “vendo fantasmas” no perigo do regime comunista. Hoje, muitas lideranças liberais, inclusive os ditos intelectuais, estão afirmando que estamos vendo fantasmas com relação à cobiça dos países ricos, sobretudo dos norte-americanos, em torno da nossa Amazônia.

Releva cuidar desse nosso rico patrimônio, porque está todo mundo com um “olho deste tamanho” em cima dessa área, como o Movimento Comunista Internacional estava de olho no Brasil, sobretudo na década de 1960 e no início da de 1970.

Mas veio a segunda fase, vamos dizer assim, do nosso Movimento, que recrudesceu em 1969, porque a esquerda passou para a luta armada, com as guerrilhas urbana e rural. O Governo só tinha mesmo que endurecer; não podia ceder, de forma nenhuma.

É importante que fique claro isso, uma vez que o adversário diz que passou para a luta armada, porque não obteve campo fértil para negociação, o que é uma grande mentira!...

Não se conseguia dialogar com eles, trocar idéias. O problema era o seguinte: a esquerda festiva, vamos dizer assim, através de espetáculos musicais, de peças de teatro etc., fazia a cabeça de parte da população, da esquerda, talvez até mais honesta, daqueles esquerdistas que eram idealistas ou, então, comunistas por convicção, que partiram para a luta armada.

Foram os que perderam a vida.

Não podemos deixar de admitir que, do lado de lá, não houvesse idealistas. Muitos acreditavam naquilo e tinham o seu ideal, mas foram insuflados pela esquerda festiva que vivia com o copo de uísque na mão na Zona Sul do Rio de Janeiro, especialmente no Leblon. Essa é que é a verdade.

Os dirigentes que se encontram no comando do País não estão, agora, indenizando as famílias de terroristas por remorso?

Muito provavelmente.

Para mim é remorso, porque jogaram na luta inocentes-úteis, jovens em sua maioria, para perder a vida, enquanto eles, os homens da doutrina, estão, hoje, muito bem instalados no Poder. Estão indenizando, também, porque os esquerdistas gostam muito de dinheiro. Dinheiro para eles tem mais valor do que qualquer tipo de homenagem ou honraria.

Realmente, sem dúvida nenhuma.

Custa-se a acreditar que o terrorismo esteja sendo premiado com 100 a 150 mil reais. É uma brincadeira irresponsável que se está fazendo com o dinheiro da Nação...

Acredito que o problema está ligado ao "revanchismo". Esta é uma oportunidade que a gente tem de extravasar alguns sentimentos que estão contidos, algumas palavras que estão "presas na garganta". Mas acho que esse "revanchismo" não poderia existir. O que esse pessoal não compreende é que nós, por desejo do povo brasileiro, fizemos um Movimento contra o Governo do caos e fomos vitoriosos. Então, um Movimento, seja uma revolução, uma contra-revolução, seja o que for, vitorioso, ele se institucionaliza, por si só, através da força. Na Sociologia, se aprende isso.

Pois bem, eles foram os vencidos, ficaram à margem, não resta a menor dúvida. Agora, ao assumirem o Poder, diga-se de passagem, com o nosso beneplácito, é bom que se diga isso, se voltam contra os que os anistiaram. Quem fez a anistia não foi a oposição, foi o Governo dito militar. Nossa Revolução foi quem liberou tudo!...

Anistia ampla, geral e irrestrita.

Tem gente até que diz que a anistia foi muito ampla, mas acho difícil fazer uma anistia pela metade. Então, não recrimino. Penso que foi bem-feito, fizemos uma anistia ampla, geral e irrestrita. Após isso, politicamente, eles ganharam o Poder. No entanto, não lhes cabe querer reescrever a história do País, agora, porque ganharam politicamente, vinte tantos anos depois. Não! Naquela época, ficaram à margem da lei; agiram ilegalmente e têm que admitir isso. Aquelas pessoas que assaltaram bancos cometeram os mesmos crimes que os demais assaltantes de banco cometem. Por que agora indenizá-los à custa dos cofres públicos? Isso é, realmente, inconcebível! Pessoas que mataram, que seqüestraram, que cometeram os mesmos crimes hediondos que cometem bandidos comuns venham ainda a ser indenizadas. Então, é preciso que entendam isso e não continuem a fazer daquelas pessoas que foram criminosas, ontem, heróis nacionais, hoje. De maneira nenhuma!...

Quer dizer que fomos os grandes vilões?! Isso é que não pode!... Fica "entalado" na nossa garganta. Estou tendo a satisfação de poder dizer isso talvez só para os nossos militares, mas é uma satisfação trazer a verdade dos fatos para a juventude militar de hoje para que ela saiba exatamente o que se passou. Fomos vitoriosos e não fizemos nenhum "revanchismo" contra aqueles que não aceitaram a nossa vitória em 1964 e partiram para a luta armada.

Exatamente. Apelaram para a luta armada.

Apelaram para a luta armada e foram derrotados. Mas, depois que ganharam através do voto, estão tendo todo o apoio das Forças Armadas. Um governo, composto de adversários, e nem por isso deixamos de apoiá-los. É preciso que eles, também, entendam isso; que não podem glorificar, agora, pessoas que, à época, foram autores de crimes hediondos, que se voltaram contra o Estado, contra a lei vigente no País.

E o emprego operacional dos cadetes da AMAN, como o senhor viu a decisão tomada pelo General Médici?

Eu estava muito longe, mas vibrei como se fosse cadete. Porque entendo que adesão do Corpo de Cadetes ao Movimento deve ter exercido uma grande influência na tropa do II Exército, cujo Comandante custou muito a aderir à Revolução, o General Kruel. Não que fosse um homem indeciso, mas era amigo pessoal do Presidente da República, seu conterrâneo. Então, na verdade, o II Exército muito se beneficiou da posição adotada pelo General Médici. Reafirmo que a adesão da Academia teve uma influência fundamental sobre o próprio General que marchava contra São Paulo, à frente das tropas do I Exército, aqueles que iriam se defrontar com o II Exército, cujos meios eram inferiores aos que vinham do Rio. Assim, a adesão da Academia à Revolução evitou um provável confronto no Vale do Paraíba.

A Revolução de 31 de Março trouxe para a nossa força a união e a coesão? Ela foi importante nesse aspecto?

Foi muito importante. Houve num primeiro momento, na eclosão do Movimento, uma dissociação de um grupo de sargentos, influenciados pelas lideranças esquerdistas. Houve a revolta dos sargentos de Brasília, o problema de sargentos aqui no nosso 11º RI, e em Pouso Alegre etc. Mas, após o Movimento, após se colocarem os "pingos nos is", prevaleceu uma união muito grande dentro do Exército e do Exército com as outras forças singulares e auxiliares.

E a mídia apoiou o Movimento?

Completamente. Bateu palmas. Se o senhor compulsar *O Globo*, o *Estadão*, o *Correio da Manhã*, os grandes jornais da época, como também *O Estado de Minas*, eram só aplausos, assim como as revistas de então.

O Cruzeiro, Manchete, Fatos e Fotos falaram até em Carnaval da Vitória e, hoje, os esquerdistas escondem tudo isso. A mídia mudou de posição, passando a influenciar e a modificar a opinião pública em perfeita consonância com a estratégia gramsciana.

Perfeito! É a doutrina de Gramsci que, hoje, a mídia e os professores universitários esquerdistas aplicam diariamente, os primeiros, influenciando a opinião pública, e a cátedra fazendo a cabeça da juventude no Ensino Superior.

Reconheceram, pela nova estratégia, que não era importante o operário, viram que o importante era contar com o apoio dos meios de comunicação e da cátedra universitária.

Exatamente. O que vale é a opinião publicada. Não é a opinião pública, é a opinião publicada. Alguns jornais, por exemplo o *Estadão*, na época sofreram censura,

não vamos negar que tenha havido. Todos sabemos que incidiu sobre os jornais, embora não tenha havido sobre os livros, sobre as Editoras, e o *Estadão* ficou muito ressentido, publicava aquelas páginas em branco ou, então, páginas com propaganda. Tem, portanto, certa razão de cultivar ressentimentos, mas não de fazer um "revanchismo" da ordem que faz hoje, assim como a *Folha de São Paulo, O Globo,* o *Jornal do Brasil* etc.

Em outubro de 1984, o Roberto Marinho, em seu jornal, estava defendendo, abertamente, a Revolução, quer dizer, vinte anos depois do Movimento de Março de 1964, ou seja, no final do período revolucionário, dizendo da importância da Revolução quando ia deixar o Poder em 1985. E hoje, muda de posição completamente, o que aponta uma contradição absurda, injustificável. Que forças ocultas fizeram a Rede Globo adotar, com a "abertura", posição tão estranha?!

A Revolução foi de governos militares ou de governos cujos presidentes eram militares?

Participei ativa e diretamente do Governo Figueiredo. No meu currículo consta que pertenci ao Gabinete do SNI, num espaço de tempo pequeno do Governo Geisel, no período em que o General Figueiredo se desvinculou do SNI para candidatar-se, deixando, na Chefia do Serviço, o meu chefe, General Medeiros que, ao ser nomeado, acompanhei.

Dessa forma, passei nove meses no Governo Geisel e mais uns seis anos no Governo Figueiredo. Esse período, caracterizou-se por governos fortes, sem sombra de dúvida, chefiados por presidentes militares, mas os civis do Governo exerciam as suas funções com total liberdade. Eles até se valiam de estar em governo forte para atuar com total autonomia. Praticamente, todo o primeiro escalão era civil, com exceção dos ministros militares.

O fato de termos presidentes militares permitiu a consecução de grandes objetivos, alcançados, principalmente, no campo econômico, mas também no social, uma vez que os ministros contavam com total apoio; havia o que se chama vontade política para realizar, para fazer o Brasil crescer.

E os benefícios, quais foram?

Outra grande injustiça que se faz hoje consiste em não reconhecer o progresso que o Brasil experimentou, principalmente nos primeiros 15 anos da Revolução. Porque, depois da segunda crise do petróleo, ocorrida a partir do início da década de 1980, realmente o País ficou balançado.

Mas o Brasil, antes da Revolução de 1964, não possuía um Plano de Telecomunicações, que foi feito no Governo Castello Branco. O Brasil não tinha um Plano Nacional de Viação, feito no Governo do Castello Branco; um Plano Energético, foi feito...

Feito e executado.

Então, a infra-estrutura toda de governo não existia no Brasil. Era no "vai da valsa". Essa é que é a verdade. O Brasil deu um importante salto em qualidade, a partir de 1964.

O Juscelino mandava construir uma represa em Minas Gerais, porque era mineiro; outro fazia uma represa não sei onde, não havia uma seqüência, um planejamento. Os governos militares deixaram um sistema de geração de energia no Brasil e um sistema de telecomunicações invejáveis para a época, sem falar na rede de transporte rodoviário.

A gente era jovem, falar de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, pedia-se a ligação à telefonista e ela informava: "três horas de espera, quatro horas de espera, cinco horas de espera". Em 1967, já se falava para o Brasil inteiro, na hora.

Lembro-me de quantas vezes, na Academia, em Resende, ficávamos horas esperando e acabávamos desistindo, sem falar com o Rio.

A infra-estrutura desenvolvida para o País já seria suficiente para dar grau dez à economia, durante os governos militares. Essa infra-estrutura sólida, portanto, contribuiu para o desenvolvimento econômico do País, especialmente na Indústria e mesmo em parte da Agricultura; impediu o desemprego, fortalecendo o mercado de trabalho nacional.

Assim como a gente reconhece o mérito do Presidente Juscelino por ter transferido a Capital do Brasil para Brasília, desenvolvendo o interior do País, o País inteiro precisa reconhecer que, de 1964 até 1983, auge da segunda crise do petróleo, o Brasil viveu uma fase de progresso constante, tornando-se a oitava economia do mundo, posição que passamos a ocupar, vindo da 48ª posição.

Quais foram os erros que a Revolução cometeu, no seu entender?

Erros todo mundo comete. Todo aquele que quer trabalhar, quer fazer alguma coisa, uma hora, erra. Então, erros houve, sem sombra de dúvida. Mas todos aqueles que podemos catalogar foram os que, de uma maneira ou de outra, derivaram de ações que tinham que ser feitas.

Vou dar um exemplo, não quero nem dizer que tenha sido errado ou não: comenta-se muito o Plano Nuclear desencadeado pelo Presidente Geisel. Pois bem, o Presidente Geisel e equipe podem ter se enganado na dimensão do Programa, no número de usinas que utilizariam aquela tecnologia. Porém, o Brasil tinha que dominar a tecnologia nuclear, como conseqüência da primeira grande crise do petróleo. Usinas nucleares, sem sombra de dúvida, porque o Sudeste brasileiro não tem mais onde gerar energia hídrica. Se insistir, o aproveitamento é tão oneroso que não compensa.

Assim, precisávamos partir para a termonuclear, porque a termoelétrica já possuíamos. Tínhamos que partir, sob pena de ficarmos atrasados, em relação ao mundo, de cinqüenta a sessenta anos. Então, pode ter havido erro no dimensionamento, mas, no todo, houve acerto. Ele enxergou a importância do domínio daquela tecnologia.

O plano de substituição de importações, também do Presidente Geisel, foi um plano ousadíssimo, embora tenha endividado o País. Mas foi um projeto, que desencadeado, propiciou grande desenvolvimento em várias áreas.

A Indústria de Base, a Indústria Petroquímica, que não existiam, foram implantadas. Toda essa substituição de importações, que o Presidente Geisel determinou no seu Plano Nacional de Desenvolvimento, teve conseqüências: acarretou um endividamento a curto prazo, relativamente grande, mas o benefício que a política trouxe, e que teria que ser implementada, mais cedo ou mais tarde, ninguém pode negar.

Por isso, houve erros, mas os erros foram todos oriundos de alguma ação que não poderia deixar de ser executada. No campo político, houve erros também, mas nada que significasse algo nefasto para o País, absolutamente.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os melhores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

É aquilo que todos reconhecem – a mídia, hoje, muito mais do que ontem, diga-se de passagem, está dominada pela esquerda, atrelada à estratégia de Antonio Gramsci.

Talvez, aí, resida um erro dos governos do Movimento de 1964; talvez, não tenhamos sabido atrair a Imprensa para nossa causa, como devíamos. Hoje, a mídia, na sua maioria, apóia o governo neoliberal que, na verdade, é composto de adversários da Revolução. Esse apoio não é de graça. A mídia precisa dos elevados recursos que o governo gasta com a sua propaganda, o que a Revolução não fez.

Tivemos muitos pruridos e não soubemos manter o apoio que a Imprensa nos ofereceu, principalmente na eclosão da Revolução.

A começar pelo Castello Branco, avesso à comunicação social. Temia que comparassem o Movimento de 1964 com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da era Vargas.

O Presidente Castello, na minha opinião, foi o grande estadista que o Brasil teve desde que me entendo por gente, mas realmente, foi o homem que menos utilizou propaganda, reagindo sempre a qualquer divulgação das realizações do Governo e foram tantas...

A guerrilha, o terrorismo, os seqüestros de embaixadores, essa coisa toda obrigou a Revolução a partir para o cerceamento das liberdades? Gostaria que o senhor fizesse uma análise desse período. O AI-5 foi necessário?

Acredito, realmente, que uma ala radical da esquerda partiu para a guerrilha e para os mais variados atos de terrorismo, valendo-se, principalmente, de seqüestros de embaixadores, para trocar pelos seus prisioneiros, e de assaltos a banco, para financiar as suas ações, sobretudo a guerrilha.

Não vejo como o Governo poderia conter isso dentro de um regime no qual todas as liberdades democráticas fossem preservadas. Tanto é, que todas as Constituições sempre mantiveram o estado de sítio, ou algum outro estado de exceção para ser empregado nessas horas. Como estávamos, ainda, em pleno desenvolvimento do Movimento revolucionário, foi editado o Ato Institucional nº 5, que era mais adequado do que o estado de sítio, mostrando-se, realmente, eficaz...

Para neutralizar aquelas ações do inimigo interno, violento e determinado, mas que acabou fragorosamente derrotado pela forças encarregadas da segurança do País.

O nosso Movimento mesmo quando agiu com mais severidade, empregou a violência legal, vamos dizer assim, preocupou-se em se autoprogramar, para que a sua duração fosse limitada no tempo, para que não se transformasse numa ditadura, como a esquerda, hoje, não se cansa de falar, ditadura que mantinha o Congresso, que fazia eleições diretas para governadores, prefeitos e parlamentares estaduais e federais.

Uma ditadura na qual o Poder Judiciário era intocável.

Os próprios tribunais militares absolviam réus políticos. Não estou nem criticando os tribunais, porque os processos, muitas vezes, não continham provas cabais, provas contundentes, por falta de empenho em ir até as últimas conseqüências contra os criminosos. Mas é uma demonstração de que não tínhamos uma ditadura e nem vivemos "anos de chumbo".

Depois a anistia, extremamente ampla, geral e irrestrita, permitiu que o pessoal condenado voltasse e, hoje, está aí desempenhando cargos elevados, inclusive o de juiz, e matou gente. Não poderia... A Revolução foi mais do que magnânima, e o resultado está, aí, muito claro...

Temos Ministros de Estado que foram terroristas, criminosos comuns. Não é possível!...

Quais eram os objetivos da luta armada? De onde vinha a orientação, o apoio externo para essa luta desencadeada pelo pessoal de esquerda?

Todas essas facções criminosas, numerosíssimas, compunham o Movimento Comunista Internacional em nosso País. Naquele momento, Cuba apoiava o Brizola,

enquanto a Albânia estava apoiando outras lideranças comunistas, mas tudo fazendo parte do grande Movimento Comunista Internacional, que queria, realmente, se instalar no Brasil, para dominar, em seguida, a América do Sul como um todo.

O senhor serviu longo período no SNI e, portanto, conhece a "Linha de Informações". Qual a sua análise a respeito da criação do Sistema de Informações e dos Órgãos de Operações no Brasil?

A criação do SNI, sem sombra de dúvida, foi uma necessidade porque nenhum País ou mesmo nenhuma grande empresa pode viver sem informações, sem um Sistema de Informações. Tanto na área federal, como nas estaduais, há que existir uma coordenação, em alto nível, de todos os órgãos voltados para as informações. Um Serviço de Informações de alto nível, para assessorar diretamente o Presidente da República e seus ministros, o Brasil não tinha. Então, a criação do SNI atendeu a uma grande necessidade.

Tanto é assim que o Presidente que aí está recebeu o Governo sem um Serviço de Informações, que foi extinto pelo Collor, mas procurou reativá-lo com outro nome. Pode haver diferenças na sua regulamentação etc., mas a função é a mesma. São produzidas informações para o Governo, para o Presidente da República e seus ministros. E disso, país nenhum do mundo pode prescindir.

Como estávamos vivendo uma situação de luta armada, criaram-se, também, os Órgãos de Operações de Informações dentro das Unidades do Exército, os quais passaram a conduzir as ações. Foram os órgãos de execução, criados para a linha de frente das informações.

Servi muito tempo no SNI e fui Instrutor da Escola Nacional de Informações. Depois, fui alçado a Chefe da Assessoria do Gabinete do Ministro e, finalmente, a Chefe do Gabinete do Ministro. Portanto, modéstia à parte, acho que estou bem credenciado para falar sobre isso.

O Serviço de Informações, em qualquer lugar do mundo, não é um órgão de execução, e sim de assessoramento. Eram as Forças Armadas e as Polícias militares que deviam operar para colher informações, a chamada operação de informações. O SNI era apenas um órgão que recebia as informações para analisá-las, adequá-las e informar ao Presidente. Então, é um órgão imprescindível. E os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) foram organizações criadas para aquela conjuntura, para atender às necessidades daquela época e, sem sombra de dúvida, cumpriram, com todo empenho, suas missões.

Antes, não tínhamos nada disso. Como enfrentar o terrorismo?

Diga-se de passagem, não aprendemos com ninguém, montamos um sistema com a nossa criatividade e funcionou muito bem.

Evidentemente que até se fala muito em tortura, mas isso foi um caso ou outro que fugiu o controle, que se afastou da teoria; a doutrina não era absolutamente ligada à tortura, nunca estimulou tortura alguma.

Não havia a pré-intenção. Entretanto, em toda a coletividade existem as ovelhas negras, as pessoas que se excedem, sendo também a recíproca verdadeira, porque, do lado deles, houve muito torturador. Aquele tenente da PM, que morreu em São Paulo com a cabeça esmagada por coronhadas para não levar um tiro, porque se dessem tiro, fariam barulho e as tropas do Exército escutariam, foi torturado até a morte.

Foi torturado até a morte e a sua família não foi indenizada. Então, a indenização é só para um lado?

Exatamente! A família dele não recebeu nenhuma indenização.

No tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas auferiram vantagens?

Não, não. Entendo que as Forças Armadas ganharam um pouco na sua operacionalidade e havia necessidade de uma renovação de material e equipamento, mas, que, no fundo, foi muito modesta. De toda forma, a indústria bélica brasileira se desenvolveu no tempo dos governos revolucionários. Tivemos a Engesa, a Imbel, a Bernardini, a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos) e tantas outras. Fizemos algum reequipamento e algum rearmamento, até porque o nosso material estava completamente obsoleto: as nossas viaturas eram do início da década de 1940.

Nós, tenentes ou capitães, lidávamos com viaturas que tinham vindo da guerra e que continuaram a nos servir *ad aeternum*. Houve uma modernização do equipamento do Exército, mas isso, absolutamente necessário, foi feito com muita parcimônia.

Proveito pessoal não houve, pelo contrário. Os nossos aumentos, por exemplo, foram sempre muito modestos. Não há quem tenha coragem de desmentir essa assertiva.

E os próprios recursos para as Forças Armadas sempre foram muito reduzidos: "o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Então, era muito mais importante as rodovias, as hidrovias, os portos, as telecomunicações, a energia, o programa habitacional, com base no Banco Nacional da Habitação (BNH), e nós sempre ficávamos em plano secundário e aceitávamos, sem nenhum problema, essa filosofia, voltada para o crescimento econômico e social.

Dentro do espírito de crescimento, as Unidades de Engenharia – Batalhões Ferroviários e Rodoviários – experimentaram um grande progresso, participando ativamente das obras para criar a estrutura exigida para impulsionar o progresso. Os Batalhões receberam equipamentos de última geração para atuarem juntamente

com as empreiteiras de grande porte, fazendo o trabalho que as mesmas não queriam realizar. Estradas na Amazônia, no Centro-Oeste etc. é isso que eles faziam, atuando com muita correção, com muita capacidade e por um preço bem barato.

A Revolução se demorou muito no Poder?

Honestamente, procurou-se encurtar o máximo possível o período dos presidentes militares, mas a luta armada impediu. Muita gente diz: "que o período revolucionário tinha que ser encerrado no Governo Médici, porque foi um Governo vitorioso, todo mundo estava satisfeito, menos os guerrilheiros e terroristas". E estava mesmo. Víamos a satisfação do povo na rua. Auto-estima elevadíssima.

Mas acontece o seguinte: estávamos vivendo, ainda, uma situação de fato, de guerrilha. O presidente civil, que assumisse naquela época, ainda teria problemas a resolver no campo da segurança. Daí, o Presidente Geisel ter concebido um projeto com o Ministro Golbery, um projeto de "abertura" que demandava mais um Governo militar, que se encarregaria de fazer a anistia e acabar a "abertura" por ele iniciada e foi o que aconteceu.

Então, penso que o Governo Geisel era necessário e o Governo Figueiredo acabou sendo necessário pelo projeto do Presidente Geisel. Por isso, ficamos vinte anos no Poder. Dizer que, em 1973, tínhamos que fazer eleições, seria temerário, porque ainda existiam focos da guerrilha e ela estava muito recente, muito recente, acabara em fins de 1972.

E como o senhor viu esses vinte anos de Revolução. Qual o saldo em sua opinião?

Nós até já comentamos esse assunto. Creio que, no campo econômico, houve um progresso muito grande sem dúvida nenhuma. No campo psicossocial, também tivemos resultados muito favoráveis na área de educação, com o Ministro Jarbas Passarinho e, depois, com o Ministro Rubens Ludwig.

Alcançamos um progresso muito acentuado, principalmente no ensino superior, com um considerável aumento de vagas, sem haver essa proliferação, que existe hoje, de pequenas faculdades, que não reúnem condições nem de ostentar o nome de faculdade. Mas, na área da educação, houve, ainda, o Projeto que ficou na mão do Professor Simonsen, o "*Mobral*", cujo êxito é inquestionável, até porque o Simonsen foi um vencedor onde esteve presente. Um outro Projeto, também plenamente vitorioso, foi o Projeto "*Rondon*". O Projeto que existe hoje, chamado *"Comunidade Solidária*", nada mais é que o Projeto "*Rondon*", o mesmíssimo, com outro nome, para dar a idéia de coisa nova, mas que não é. Trata-se de cópia do Projeto "*Rondon*". A Força Aérea Brasileira (FAB) leva o estudante para aqui, para ali, é a mesma coisa,

mudaram o nome e ele, agora, é conduzido pela primeira dama, única diferença. Ele é o Projeto "*Rondon*"!...

O senhor destacou muito bem, na área social, a criação do BNH e a política desenvolvida por aquele Banco. Quantas residências!...

O BNH foi uma grande solução para o problema da falta de moradias. Foi um sucesso absoluto, principalmente até o final da década de 1970.

Outra grande realização foi a reforma política, feita pelo Presidente Castello Branco. Era o tipo da reforma que partiu realmente da cabeça de um estadista. Aquele negócio de 15, 20 ou 30 partidos era um verdadeiro absurdo, como, aliás, acontece hoje, em que se vê aquele erro palmar se repetir.

Nós não temos partidos com ideologia definida no Brasil, temos, sim, grupos que se organizam de acordo com seus interesses. E mudam daqui para ali, de lá para cá, de acordo com a conveniência e o interesse eleitoreiro da conjuntura.

Sem dúvida, a reforma política efetuada foi das melhores, começando pela Constituição de 1967, que foi substituída pela de 1988, a tal "Constituição Cidadã", mas que acabou se constituindo na "Constituição da Ingovernabilidade", como bem disse o Presidente José Sarney.

Exatamente, a Constituição que só apresenta direitos, não há deveres. Uma brincadeira dos revanchistas.

É verdade.

Só há direitos.

E está aí. Agora, vem sendo objeto de remendos constantes.

Como o senhor vê o "revanchismo" dos políticos, das autoridades e da mídia? E a Lei da Anistia, como está funcionando?

A Lei da Anistia foi uma lei de mão única. Deveria ser de duas mãos, mas foi de mão única. A anistia foi para eles, para os adversários, para nós não.

Não resta dúvida de que há um "revanchismo" muito grande e a Lei da Anistia, na verdade, hoje, só existe para um lado. Volta e meia, o senhor pode reparar, uma vez por mês em média, a Imprensa levanta algum problema do passado. Quando está tudo bem, volta o caso do Riocentro; depois, quando está tudo bem, surgem as ossadas de guerrilheiros não sei lá das quantas, apresentados sempre, como idealistas, nunca se fala que eram comunistas, a serviço de uma doutrina internacionalista. Vem a Operação Condor, vem aquele negócio dos guerrilheiros colombianos do Traíra, que dizem ser garimpeiros, e assim por diante.

Mas ninguém recorda a bomba do Recife, que matou um almirante e um jornalista. Dessa bomba, ninguém quer saber. E o guerrilheiro colombiano veio

parar aqui dentro do nosso País, matou três soldados e eles estão preocupados em fazer justiça ao guerrilheiro. Querem saber, se ele era guerrilheiro ou se era garimpeiro. Como se o guerrilheiro, não pudesse ser, ao mesmo tempo, garimpeiro...

Era um assassino que matou três soldados brasileiros. Se era garimpeiro, guerrilheiro ou bandoleiro, isso é secundário!...

O guerrilheiro, em princípio, não é só guerrilheiro, ele normalmente tem uma outra atividade...

É lógico, tem uma atividade para disfarçar, para dar-lhe cobertura. Aquela região ali só tem atividade de garimpo, não há outra coisa.

A não ser nas zonas liberadas, como existem dentro da Colômbia, onde o guerrilheiro é só guerrilheiro. Lá não souberam neutralizar os comunistas, que acabaram criando uma zona liberada: um país dentro de outro país.

Exatamente, e nós corremos um sério risco ali na fronteira. Se o Governo brasileiro não se inteirar disso, não reforçar o Exército, com pessoal, aumentando os efetivos, reforçar com material, recursos, corremos um sério risco.

Um sério risco, porque, hoje, ao ocupar-se o pedaço de um país, a ONU vem e reconhece. Fica aquilo rolando toda a vida. "Direito a não intervenção", impedindo a retomada de terras invadidas. Por isso, não se pode deixar entrar um metro dentro de nossa fronteira.

Hoje, quem é o inimigo? O Muro de Berlim caiu e o comunismo, morreu? Desapareceu, como alguns dizem? E o Dono do Mundo, hoje, é o inimigo?

O comunismo continua, não tenha dúvida, embora esteja, vamos dizer assim, "fingindo de morto". Na Rússia, tem havido movimentos de ressurgimento do comunismo. As esquerdas, de uma maneira geral, na minha opinião, não fazem muita diferença do que eram no passado; persistem no desiderato de chegar ao socialismo. A tendência do socialismo é descambar. É um plano inclinado para um regime ditatorial...

Exatamente, regimes de exceção, regimes totalitários. O comunismo é internacionalista, mas se apresenta como nacionalista. Submete-se ao catecismo que vem de fora, alienígena.

O "inimigo" atual, vamos dizer assim, talvez não caracterize como um único inimigo, mas reconheço um grupo de países desenvolvidos que tem uma grande cobiça sobre o nosso território, principalmente sobre 56% do território brasileiro – a Amazônia legal, que ocupa 56% do território brasileiro ou seja metade mais um pouco do nosso território. Essa é que é a verdade!

Como podemos ficar com metade do nosso território sem explorar?! Deixar a mata virgem intocável para o americano, o francês, o inglês etc. respiraram o ar puro,

o que é uma grande balela, pois a Amazônia não é o "pulmão do mundo" coisa nenhuma. Não sou técnico, mas já li muito a respeito, isso é uma grande balela. Pelo contrário, o que ela exala de oxigênio durante o dia, libera de gás carbônico durante a noite. O grande pulmão do mundo são os mares, é a água, inegavelmente.

Mas, então, vejo, hoje, um grande perigo nessa cobiça internacional sobre a Amazônia. Grandes autoridades, como François Mitterrand, Gorbachev, Margareth Tatcher etc., já declararam que o Brasil não pode almejar soberania completa, absoluta, tem que ser uma soberania compartilhada, limitada, restrita, especialmente sobre aquela importante área de nosso território.

Inventam essas teses que nos obrigam a redobrar a atenção, porque, ali, além de ser uma área ecologicamente muito importante é, também, uma região de grandes riquezas. É bobagem vir com a idéia da intocabilidade da Amazônia. Quem diz isso não foi lá ou, se foi e conheceu a Amazônia detalhadamente, está agindo de má-fé. Porque a Amazônia possui áreas que, realmente, não podem ser tocadas, mas tem outras que precisam ser aproveitadas para o nosso desenvolvimento, o que não implica destruição daquele ecossistema.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isso?

Antes mesmo dessas pesquisas de opinião começarem a aparecer, já tinha tirado as minhas conclusões. A quantidade de pessoas do povo, quando me refiro às pessoas do povo, quero dizer o taxista, com quem você roda dez minutos, o barbeiro, que fica meia hora cortando o seu cabelo; o padeiro, com quem você conversa; o jornaleiro, que você encontra na banca; essas pessoas do povo há tempo que repetem: "pois é, estamos com saudades do Governo militar, essa coisa hoje não é possível continuar assim etc., o Exército tem que fazer alguma coisa..."

Exatamente, falta emprego, não há crescimento e ninguém tem segurança. Está muito pior que em 1964.

A gente retruca: "Vocês estão enganados, o Exército não pode... O Exército só pode fazer alguma coisa no momento em que, pela clara e insofismável determinação do povo, a nossa segurança estiver dependendo da sua atuação." É preciso que o povo brasileiro queira que o Exército faça alguma coisa. O Exército nunca fez nada contra a vontade do povo, sem o aval do povo. O Exército entrou em 1964, porque o povo exigiu. Mas a gente sente que, hoje, o povo brasileiro está muito sofrido, e sem forças para exigir o que necessita. O povo quer emprego, implora por segurança, por saúde. O índice de desemprego está enorme. Hoje, aquele que está empregado "levan-

ta a mão para o céu todo dia", bota a cabeça no travesseiro e reza um Pai Nosso, agradecendo pelo emprego que ainda tem.

O camarada que pode pagar um plano de saúde dá graças a Deus, porém, quando tem que ficar na fila do SUS, se sente perdido, sua auto-estima desaparece inexoravelmente.

Hoje, são esses aspectos que encaro. Não se tem mais segurança para andar na rua, para ficar mesmo dentro de casa. O povo se encontra indefeso, acuado, atormentado.

E a política do Governo com as privatizações favorece o desemprego, porque quem compra alguma coisa quer desativar, reduzir custos, não é isso?

O Banespa foi comprado, agora, por 7 bilhões e pouco. Ora, se o preço mínimo foi de 1 bilhão e 800 por aí, como pagaram 7 bilhões. Alguma coisa está errada ou foi superavaliado pelo comprador e o Banco Santander é muito amador, o que ninguém acredita, pois senão, não seria um banco internacional! Verifica-se, facilmente, que o nosso preço mínimo é que está totalmente incorreto.

Então, o que é que acontece? "Eles querem entregar", na opinião de um ministro, ex-ministro de governos militares, que foi pichado de ser entreguista, o Ministro Delfim Neto. Diz ele, "que o nosso sistema financeiro, que é importantíssimo, está cada vez mais na mão do capital estrangeiro". Há artigo dele publicado na Revista do Clube Militar nesse sentido. Os Estados Unidos não têm, em seu sistema financeiro, 10% de bancos internacionais em termos de volume, e esse é o caminho a seguir.

Gostaríamos de ter, agora, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. A palavra está livre para o fecho de sua participação.

No início, disse da minha honra, da minha satisfação e orgulho de poder prestar este depoimento. Este Projeto é uma iniciativa louvável e gostaria de pedir que o mesmo, ao seu final, depois de todo executado – evidentemente, será levado ao nosso público interno – seja levado, também, ao público externo, principalmente aos jovens. Porque o jovem, hoje, está sendo doutrinado, está recebendo uma lição de História do Brasil completamente reescrita, deturpada, e não é só na história recente. Vai ver o que falam sobre a Proclamação da República, vai ver o que falam sobre a Guerra da Tríplice Aliança, da atuação de Caxias, de Tamandaré, de ícones de nossas Forças Armadas, nossos heróis.

A nossa história está sendo totalmente desfigurada. Então, este Projeto, ao final, se puder atingir também as escolas, acho que prestará um grande benefício

ao Brasil. Não vamos dizer que somos os donos da verdade, mas vamos mostrar o outro lado. Há uma verdade deles e outra nossa: comparem, analisem, estudem e tirem as conclusões. O que é inaceitável é o País ficar só com a verdade que está sendo, hoje, difundida pelos derrotados pela Revolução, aqueles que, agora, a chamam de golpe.

Se este Projeto colimar esse objetivo terá prestado um grande serviço à Pátria. Sou muito grato por essa feliz oportunidade.

Coronel Henrique Carlos Guedes

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Foi comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército e do 55º Batalhão de Infantaria; Chefiou a 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM). No final da carreira exerceu a função de Assistente da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército – Brasília/DF.
- Serviu, nos anos de 1960-1961, no Batalhão Suez, baseado no Oriente Médio.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Motomecanização.
- Em 1964, era Comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército / Juiz de Fora – MG.
- O Coronel Henrique Carlos Guedes é filho do General Carlos Luís Guedes que, ao lado do General Olympio Mourão Filho e com o apoio do Governador Magalhães Pinto, desencadeou o Movimento Revolucionário de Março de 1964.

Entrevista realizada em 21 de novembro de 2000.

Considero este Projeto de grande relevância, porque oferece a oportunidade para muitos dos que viveram a Revolução de darem os seus depoimentos, particularmente os que dele participaram, em Minas Gerais, onde nasceu, do que muito nos orgulhamos. Gostaria de iniciar, lembrando um trecho da orelha do livro "Tinha que ser Minas", que meu pai escreveu e que publicamos em 1979:

"... Por isso, Minas se levantou, como por isso, um ano e sete meses depois, Minas estava de novo levantada, sem generais e sem armas, contra a Revolução que havia deflagrado. Outra coisa não refletiu a esmagadora vitória de Israel Pinheiro nas eleições diretas realizadas no País para o Palácio da Liberdade em outubro de 1965. Ironia profunda pois se a liberdade estava ameaçada antes, ameaçada ficou logo depois que a Revolução, por obra de outros líderes de primeira e de última hora, encontrou um meio de alijar, marginalizar e até humilhar Magalhães Pinto, Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Não lhes foi perdoado ter saído primeiro, ter arriscado primeiro, ter vencido primeiro."

Meu pai escreveu o livro, e só o publicamos em 1979, em atenção a sua vontade, mas este projeto, se Deus quiser, vai colocar as coisas nos seus devidos lugares. Porque posso garantir, de viva voz, como testemunha ocular da história, usando um chavão, que se Minas não saísse, não teria havido a Revolução de 1964." São essas as minhas palavras iniciais.

Devo frisar que a orelha do livro, utilizada pelo Coronel Henrique Guedes neste seu prelúdio, é da lavra do conhecido jornalista Carlos Chagas, escrita em setembro de 1979. É, portanto, de um civil, jornalista, todos esses importantes conceitos sobre a Revolução de 1964 e as suas três maiores figuras em Minas Gerais.

A respeito de João Goulart, Carlos Chagas diz tudo com impressionante poder de síntese: "Que Jango evoluía e deixava seus aliados investir contra a ordem, ameaçando a liberdade, nem há de que duvidar. Por isso, Minas se levantou..."

Depois desse preâmbulo, vamos perguntar ao Coronel Guedes qual foi a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Bom, nos pródromos do Movimento de 1964, tomei parte nas tentativas iniciais para construir uma revolução. Meu pai, conforme poderá ser visto no livro, engajou-se bem antes nesse trabalho, mais precisamente, no final de 1961, com o infeliz episódio envolvendo o General João Punaro Bley e um jornalista desclassificado – cujo nome não vou citar, para que não fique gravado num documento para o Exército, mas a história desse cafajeste e de seu jornaleco, que cobrava propina para não difamar suas vítimas, é bem conhecida do pessoal que servia em Belo Horizonte naquela época. Esse jornalista, contando com assessores, desacatou e

agrediu o General Punaro Bley e, por isso, teve a sede do seu jornal semidestruída por oficiais e sargentos da guarnição. A nossa gente não perdoou as ofensas de ordem moral sofridas pelo General Punaro.

Por causa disso, meu pai veio para Minas Gerais, nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4), em substituição ao General Punaro, passando, na nova comissão, a acompanhar a situação explosiva em que se encontrava o Brasil, durante o desgoverno João Goulart. Iniciou suas articulações dentro de Minas Gerais, visto que a conhecia profundamente: era filho de São João Del Rey, comandara o 12º RI em Juiz de Fora, depois transferido para Belo Horizonte, servira durante muito tempo no Quartel-General da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e comandara, como coronel, interinamente, a ID4, quando sua sede era em São João Del Rey. Ao verificar que a situação do País estava se degringolando a cada dia, começou a juntar as pessoas necessárias para mudar aquele quadro perverso. Foi fazendo isso aos poucos, reunindo o pessoal e tomando as providências para conscientizar e mobilizar a nossa gente contra a anarquia que imperava impunemente.

Minha participação acontece na fase final, quando servia em Juiz de Fora. Comandava a 4ª Companhia de Polícia do Exército e meu pai ia à cidade participar de reuniões com o General Mourão, e as reuniões aconteciam na minha casa. Quando tinha que receber emissários do Governador Magalhães Pinto, eu os apanhava no meu carro – um fusquinha – no aeroporto de Juiz de Fora e os conduzia para lá. Então, comecei a tomar parte na Revolução, antes de sua eclosão.

Devo confessar que fiquei assustado, porque o plano dele, levantar Minas Gerais, para mim, à primeira vista, era ousado demais. Um dia, perguntei: "Pai, como é que vamos sair daqui contra o Rio, se o I Exército possui, na guarnição do Rio de Janeiro, o núcleo de uma Divisão Blindada, uma Divisão de Infantaria, o Regimento-Escola de Infantaria, o Grupo-Escola de Artilharia, o Grupo de 155mm, mais de trinta mil homens, enquanto, em Minas Gerais, temos apenas cinco mil." Ele me deu uma resposta que achei interessantíssima: "Meu filho, em 1930, o Getúlio não contava, inicialmente, com nenhuma Unidade no Rio de Janeiro, elas aderiram, uma a uma, no curso dos acontecimentos, então, não se preocupe que vai dar certo. Nós iniciaremos a Revolução e as adesões virão em seguida. O povo e o Exército estão cansados das inconseqüências desse governo títere."

Na eclosão da Revolução, já era capitão, no comando da 4ª Companhia de Polícia do Exército, cabendo-me uma missão pesada, na minha opinião, claro. Junto com o meu amigo, o então Tenente Waldyr Abbês, aquele núcleo de Companhia de Polícia do Exército, sob o meu comando, com efetivo de apenas 76 soldados,

ficou totalmente responsável pela segurança da cidade de Juiz de Fora. Por quê? Porque todas as Unidades operacionais de Juiz de Fora, acrescidas do Batalhão de Polícia – o 2º BPM –, se deslocaram para o Rio de Janeiro. É preciso frisar a valiosa colaboração da Polícia Militar de Minas Gerais, na Revolução, inclusive nos acompanhando no deslocamento para o Rio.

Foi uma coisa impressionante. A cidade ficou sob as ordens e sob a segurança dessa nossa 4ª Companhia de Polícia do Exército. Este fato por si só permite avaliar como tínhamos o apoio maciço da população. Isso, a esquerda, hoje, quer esconder, quer ocultar... Daí a importância deste Projeto que a desmascara e desmente.

Exatamente, o senhor tocou no ponto certo – o apoio maciço da população tornou possível o fato de menos de oitenta homens realizarem a segurança de uma cidade como Juiz de Fora.

Sem dúvida, tínhamos todos a nosso favor, porque reagiam à comunização do Brasil, posicionavam-se contra o desrespeito de Jango Goulart em relação às Forças Armadas, que atingiu o ponto máximo durante a reunião do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, onde o Presidente da República, ao discursar, insuflou abertamente os graduados presentes a uma rebelião. Vale, ainda, lembrar o caso do sindicato dos metalúrgicos em Triagem, no Rio, onde os marinheiros e fuzileiros cometeram um ato generalizado de indisciplina, acobertados pelo comunista Almirante Aragão e o próprio Presidente. O povo brasileiro não os queria mais e, talvez, nisso residiu a grande fraqueza da Revolução: foi vitoriosa sem maiores problemas, sem derramamento de sangue, porque não havia quem quisesse se arriscar por aquele desgoverno. No dia 3 de abril, estava tudo resolvido.

Coronel onde se encontram as raízes da Revolução de 31 de Março?

As raízes estão na insatisfação com o Governo João Goulart, de diversos setores da sociedade, em todo o Brasil. No entanto, o desencadeamento da Revolução se deu em Minas Gerais.

Houve a influência da guerra fria no Processo Revolucionário?

Inicialmente sim, porque, naquela época, vivia-se uma situação de confronto muito clara: os que estavam a favor dos soviéticos, com o sistema comunista vigente, e os partidários das nações democráticas ocidentais. Era a famosa bipolaridade nascida e alimentada pelo histórico conflito Leste – Oeste.

O que caracterizava bem o quadro da guerra fria, da parte da União Soviética, era a tentativa de implantar o comunismo nas nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, no mundo. Obtiveram êxito em Cuba, onde Fidel Castro enganou os

próprios americanos que o apoiaram. Este ditador sanguinário, que matou milhares de cubanos e mantém presos todos os que discordam do regime implantado na Ilha, empenhou-se abertamente para exportar o comunismo para o Brasil.

Quando em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, demagogo da pior espécie, renunciou, por motivos que só ele sabia e levou para o túmulo, teria que assumir o Vice João Goulart, chamado de Jango. O regime eleitoral então vigente dissociava a chapa para presidente – Jânio pertencia ao partido da União Democrática Nacional (UDN) e Jango ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado às forças políticas da esquerda. Mas, os ministros militares da época – Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e o Brigadeiro Grum Moss – não concordaram com a posse, considerando a sua atuação anterior, como Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas, quando participou como agitador de primeira grandeza, aliado a sindicalistas, conhecidos por "pelegos", escolhidos a dedo para manobrar os trabalhadores, promovendo aberta subversão na atividade produtiva, através de greves de toda ordem.

Contra a posição dos ministros militares, colocou-se Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul que, para o enfrentamento, criou a cadeia da legalidade, valendo-se do rádio, que, na época, era o principal veículo de comunicação de massa; estava fortalecido pelo apoio recebido do General Machado Lopes, Comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre.

Finalmente, chegaram a um consenso, com a participação do Congresso, e o senhor João Goulart assumiu a Presidência, mas sob o regime parlamentarista, sendo escolhido para Primeiro-Ministro, inicialmente, um mineiro, o Dr. Tancredo de Almeida Neves.

Mas o regime parlamentarista durou muito pouco, porque a esquerda se valeu de um plebiscito – utilizando uma propaganda maciça, estonteante, que mandava dizer "Não" ao parlamentarismo – e, assim, derrubou o regime, com a adoção, novamente, do presidencialismo. Vale lembrar que esse plebiscito era para ser realizado no término do Governo Goulart, em 1965, mas a esquerda conseguiu antecipá-lo para janeiro de 1963, creio que 6 de janeiro, se não estou enganado.

Daí em diante, Jango conduziu uma atividade política que levou o caos a todos os setores das atividades econômicas e sociais, de modo que a maioria do povo, atormentada com a situação existente, passou a clamar contra aquele estado de coisas tendente a desaguar na república sindicalista sonhada por Goulart, Brizola, Luís Carlos Prestes e todos os comunistas encastelados no Governo. Nesta república, o Presidente passou a apoiar e prestigiar as praças, acolhendo suas reivindicações, inclusive de se elegerem deputados, considerando que, naquela época, os

graduados eram inelegíveis. João Goulart passou a ceder a todas as postulações da esquerda e o ambiente foi se tornando cada vez mais difícil, a ponto de as greves, que se superpunham, paralisarem as atividades em todo País, com a conseqüente falta dos principais gêneros de primeira necessidade (arroz, feijão, leite, carne, açúcar etc.), tornando insuportável a vida da população.

O povo brasileiro, na sua esmagadora maioria, não aceitava aquela desordem, agravada pelo crescimento incontrolado da inflação. Passou a ser muito comum os civis procurarem os militares para questionarem a nossa passividade diante do caos em que o Governo mergulhara a Nação.

No final de fevereiro de 1964, a sensibilidade do povo mineiro ficou demonstrada através de uma comissão de médicos que procurou meu pai, no quartel-general em Belo Horizonte, fazendo-lhe a entrega de um manifesto à Nação brasileira, com centenas de assinaturas, transcrito no livro "Tinha que ser Minas", demonstrando o rumo da opinião pública, principalmente da parte mais esclarecida da população.

Como esse Manifesto diz bem o que era o Brasil às vésperas da Revolução, vou apresentá-lo em seus trechos mais significativos, lembrando que no livro de papai, aparece, também, o nome dos seus signatários, mostrando o grande número de brasileiros que o assinaram.

À NAÇÃO BRASILEIRA

Nós, médicos em Minas Gerais, abstração feita de tendências político-partidárias, consignando a todos os compatriotas o nosso protesto contra o descalabro político, moral, econômico e social que deprime o País, conclamamos a todos para que se compenetrem de suas responsabilidades de cidadãos livres e democratas.

Nesta hora grave da nacionalidade, a ninguém, e muito menos aos que exercem mandato do povo, será lícito julgar que a democracia em nossa Pátria não corre perigo. Os que julgam que não, direta ou indiretamente, favorecem o comunismo ateu.

A omissão das maiorias permitiu a minorias atuantes e atrevidas a extinção do regime democrático em grandes nações do mundo e a escravidão de seu povo pelo ateísmo vermelho e sanguinário.

A nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, ser indiferente ou comodista, a menos que acumpliciado com os que, em luta fratricida, se propugnam talar de sangue o solo generoso da Pátria.

Ante a sanha desagregadora, de destruição, de subversão e aviltamento de valores, omitir-se alguém será crime contra o imenso patrimônio que nos legaram nossos veneráveis antepassados e que queremos transmitir aos nossos filhos.

Ilustres concidadãos, inclusive altas patentes de nossas Forças Armadas, são perseguidos e punidos porque têm a bravura cívica de alertar o povo e suas autoridades sobre a ameaça que ronda o regime democrático.

Através de greves ilegais, criminosas e até desumanas, de pregações por falsos congressos operários; de doutrinações espúrias e a pretexto de alfabetizar; de mistificações de toda ordem, os coveiros do regime, sob as vistas complacentes e a conivência de certas autoridades, cavam a cova rasa de nossas instituições e liberdades. Escudam-se sob um falso nacionalismo.

Agitadores têm livre acesso ao rádio e à televisão, pregando a anarquia, a desmoralização e até o fechamento do Congresso Nacional, sentinela viva da democracia, enquanto que sofrem vexames de toda ordem e ameaças de suspensão aquelas emissoras e telemissoras que cedem seus canais aos autênticos democratas que denunciam os crimes que se armam contra a vocação do povo e seu regime democrático.

Aos agitadores, inimigos do regime, serve, desgraçadamente, a inflação galopante, que parece ganhar propósitos de quebrar o ânimo e desalentar brasileiros.

Por tudo isso e por tudo mais que todos vêem e sentem, nós, médicos de Minas Gerais, destemerosos como todos os patriotas e democratas convictos e conscientes, erguemos do alto desta montanha, onde nasceram e morreram para a liberdade Tiradentes, Filipe dos Santos e tantos outros baluartes da nossa independência, este veemente protesto contra o pertinaz trabalho de aniquilamento da autoridade, de conspurcação da legalidade. Outrossim, apelamos para os nossos colegas de todo o Brasil, assim como para todos os brasileiros democratas a fim de que se mantenham vigilantes, protestem e lutem com destemor pela sobrevivência democrática e de homens livres.

(....) Apelamos, confiantemente, para as gloriosas Forças Armadas que, guardando as tradições de fidelidade à lei, à ordem, à soberania do País e à vontade democrática da esmagadora maioria de seu povo, atuem, agindo em todo instante, pela sustentação e valorização da democracia, dizendo um BASTA aos agentes da perniciosa guerra fria.

Apelamos para os brasileiros de todas as profissões: do operário ao empresário, do escrivão ao ministro dos tribunais superiores do País, do aluno ao mestre, do camponês ao proprietário rural, do enfermeiro ao médico, do vigário ao cardeal, do soldado ao marechal, do marinheiro ao almirante, do soldado ao brigadeiro, do cliente ao advogado, ao engenheiro, ao dentista e ao contador, do bancário ao banqueiro, do comerciário ao comerciante, para que todos participem da atuação e da resistência democrática, denodadamente, empenhadamente, emprestando com a sua contribuição maior autenticidade à funcionalidade de nossa instituição.

(....) Imperioso é que funcionem os dispositivos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e das Forças Armadas, para proteger as instituições vigentes, a Constituição da República, o Congresso, baluarte da democracia, e assim toda a nobre população brasileira reclamando ordem, paz e sossego para que possa continuar trabalhando pelo engrandecimento da pátria comum, todos, absolutamente todos, governantes e governadores, combatendo, dizendo NÃO, NÃO e NÃO a essa minoria de agitadores, de anarquistas e desocupados que se agrupam no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na União Nacional dos Estudantes (UNE), nas LIGAS e outras organizações que, a serviço das greves, dos tumultos, das desordens, de espancamentos e assassinatos, procuram transformar o nosso Brasil num imenso e monstruoso paredón, onde tombariam todos aqueles que defendem a liberdade e a dignidade da pessoa humana, da Pátria e da família.

Vinde, pois, colegas e brasileiros de outras profissões, somar conosco nesta empenhada resistência democrática, bênção para o esforço dos que nos antecederam e clareira tranqüila para o futuro portentoso da Pátria, com o seu povo livre e com a sua dignidade edificada.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 1964.

Diante de tudo isso, e vendo que as Forças Armadas pareciam acomodadas, foram realizadas, em diversas cidades do País – nas capitais e no interior – as inesquecíveis Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais o povo brasileiro, sobretudo a mulher brasileira, de terço nas mãos, clamou pelo fim da subversão, das greves e das barbaridades de toda ordem, pelas quais o Governo Goulart era o grande responsável, mercê de suas descabidas ações ou vergonhosas omissões.

Meu pai fez uma histórica reunião no Edifício Acaiaca, aqui em Belo Horizonte, bem como na Associação Comercial, onde as mais representativas lideranças do nosso Estado foram cientificadas de que o Exército, por tradição, só se engaja em questão política quando perfeitamente convencido de que esse é o desejo do povo. Assim, o povo tem que demonstrar claramente o que quer.

E o nosso povo o fez de diversas formas, inclusive através das Marchas da Família, já citadas. A Marcha do Rio de Janeiro deu-se no dia 2 ou 3 de abril se não me engano, uma multidão semelhante à de São Paulo, já comemorando a vitória da Revolução. Em Belo Horizonte, além da Marcha da Família, o povo mostrou claramente a sua posição, expulsando Leonel Brizola da cidade. Brizola veio aqui, tentou falar, mas não conseguiu, tendo que voltar, às pressas, para o Rio.

O povo foi para as ruas, por diversas vezes, com efetivos muito maiores do que os reunidos no comício da Central do Brasil, pelo Jango, apesar de todas as

providências que a esquerda e o Governo tomaram, a começar pela escolha do local e do horário de sua realização, na hora em que a massa de trabalhadores deveria voltar do trabalho nos trens da Central e foi impedida de fazê-lo, com o fechamento das roletas. Além disso, colocaram à disposição do pessoal dos subúrbios – da Central, da Leopoldina e da Linha Auxiliar – dezenas de ônibus, que puderam ser vistos pela televisão, em sua concentração na área da Central do Brasil, junto ao Quartel-General do Exército.

Isto ninguém comenta, porque não interessa à esquerda que a atual geração e as que vêm por aí conheçam a verdade. Infelizmente, hoje, estamos, sob o domínio absoluto da "sinistra" que, por nossa culpa, voltou e se encontra no Poder.

E a Igreja, de que lado estava?

A Igreja, em 1964, estava do nosso lado, sem nenhuma dúvida, com raras exceções, como a de um padre que foi preso pela Polícia do Exército, por estar à frente de um "grupo dos onze", organização criada pelo Brizola, para atuar em prol da revolução que pretendiam realizar. Mas a Igreja, em peso, estava do nosso lado. Mudou depois, quando para cá vieram padres estrangeiros, a maioria proveniente de um seminário na Bélgica. Essa gente chegou mostrando claramente que se posicionava contra nós militares.

Com eles, aparece Leonardo Boff, com a tal Teologia da Libertação, já conhecida na Bélgica, que se volta contra tudo que a Igreja tradicional – a Igreja Católica Apostólica Romana – ensinara até então.

Coronel, gostaria de falar mais alguma coisa sobre o "grupo dos onze" e as "Ligas Camponesas"?

O "grupo dos onze" foi uma invenção do Leonel Brizola, cunhado de Jango Goulart, candidato a Presidente na primeira eleição prevista para a república sindicalista, tendo adotado o lema: "Cunhado não é parente, Brizola pra Presidente." O "grupo dos onze" seria uma espécie de grupo de combate para atuar, pelas armas, no sentido de atingir os objetivos dos extremistas de esquerda.

Já as "Ligas Camponesas" saíram de uma idéia de um elemento de Pernambuco, chamado Francisco Julião, que chegou a ser deputado federal. Creio que as tais Ligas tenham servido de inspiração para o atual MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). As "Ligas" atuavam fundamentalmente no Nordeste, na invasão de canaviais, causando muita inquietação no País, nos primeiros anos da década de 1960. Estiveram presentes, também, em Goiás e Mato Grosso, com uma organização bem engendrada.

O que se passava no meio militar durante o Governo deposto? Tentaram criar cisões dentro do Exército?

Os nossos inimigos – na verdade, os inimigos do Brasil – tentaram separar o quadro de subtenentes e sargentos do quadro de oficiais. Estavam certos de que poderiam conduzir a revolução, que preparavam, contando apenas com os graduados e com alguns poucos generais e coronéis que integravam o seu esquema, alijando todos os demais oficiais. Todavia, acabaram, mais tarde, plenamente convencidos de que haviam cometido um enorme equívoco. Verificaram, na prática, que a tentativa de subverter a hierarquia nas Forças Armadas, agredindo a disciplina militar, constituiu-se no maior erro por eles cometido – um erro palmar – que os levou à contundente derrota.

Quando comandava a Companhia de PE, lembro-me de que havia um sargento candidato a deputado federal – o tal Sargento Garcia – que queria eleger-se com o apoio de seus pares, mas a legislação eleitoral da época vedava às praças concorrerem a cargos eletivos. É interessante observar como a legislação, em 1960, era correta.

Atualmente, como conseqüência de uma greve feita pela Polícia Militar de Minas Gerais, que deixou uma ferida profunda na Instituição, dois cabos e um sargento se elegeram deputados. Esses indivíduos estão tentando mudar o regulamento da Polícia Militar para transformá-la numa pseudopolícia militar, num simulacro de polícia militar. Querem acabar com as punições disciplinares, querem acabar com a exigência de certas convenções existentes nos uniformes, querem reduzir a autoridade dos oficiais etc. O mais estranho é que se candidataram com os nomes de Sargento Fulano, Cabo Beltrano, o que é expressamente vedado por uma lei chamada de Estatuto dos Militares. Na verdade, quando eleitos, passam automaticamente para a reserva, mas insistem em querer caracterizar que são parte de uma bancada militar e isso não existe.

Embora já se tenha abordado o assunto, por alto, quais foram os acontecimentos que, no seu entender, contribuíram decisivamente para o desencadeamento da Revolução em Minas?

O comício da Central do Brasil, transmitido pela TV para todo o País, e a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, apoiados diretamente por vários ministros de João Goulart, entre os quais Abelardo Jurema, Amauri Silva e Darci Ribeiro, e pelo próprio Presidente, foram os dois primeiros acontecimentos que mostraram à Nação que aquele Governo perdera a credibilidade e, mais ainda, a legitimidade, deixando, em conseqüência, de merecer qualquer apoio da maioria da população brasileira.

Entretanto, foi na reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio, que o Governo já ilegítimo de Jango selou a sua sorte. O Presidente, em discurso, voltou-se

contra a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas. Foi a pá de cal para o desgoverno, e o Exército Brasileiro, jungido pela explosão cívica de suas Grandes-Unidades (GU) e Unidades em Minas Gerais, apoiadas em todo o Estado, iniciou a Revolução.

Impossível, daí em diante, o desgoverno subsistir. O nosso Exército em Minas Gerais e o Governo do Estado interpretaram os anseios de todos os brasileiros avessos à anarquia e à afronta às Forças Armadas.

Para Minas Gerais, o desgoverno João Goulart cavou a sua sepultura no mês de março de 1964, principalmente na reunião do Automóvel Clube do Brasil.

Havia uma revolução em andamento no País, uma trama urdida pelo Governo deposto e seus aliados?

A verdade é que tudo caminhava a passos largos para transformar o Brasil numa grande Cuba. O próprio Luís Carlos Prestes declarava que os comunistas já estavam no Governo, faltando-lhes só o Poder.

Por falar em Cuba, vale lembrar que os americanos mantêm, através dos anos, as suas posições. Não perdoam o ditador Fidel Castro – o matador de milhares de cubanos – como também não perdoam seus demais inimigos, como o Fernando Gabeira que não consegue visto de entrada para os Estados Unidos. Não deixam porque o Deputado Gabeira participou do seqüestro de um embaixador norte-americano. Ele é um criminoso aos olhos da Justiça americana. Não entra mesmo.

Nem hoje, nem nunca, apesar de o Antônio Carlos Magalhães, como Presidente do Senado, através de um documento de sua lavra, encaminhado aos Estados Unidos, ter alegado que Gabeira, na época, era muito jovem, imaturo, não pensava como adulto. No entanto, sabia seqüestrar embaixador de outro país. As sandices de ACM foram totalmente ignoradas pelas autoridades norte-americanas!

E qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Político, em nosso País, adere. Cumpriram tudo que os revolucionários determinaram. O grande problema derivou da tentativa de adotar, então, procedimentos amparados por uma base legal. Na minha opinião, tinha que fechar tudo e começar de novo, mas resolveram optar por uma eleição para Presidente da República, considerando tratar-se de uma revolução democrática. O Congresso elegeria o Presidente e, assim, começaram a série de erros que culminou no que, hoje, assistimos no Brasil.

Como reagiram os sindicalistas e as entidades promotoras da agitação, no País, como a UNE, após a queda de Goulart?

Gosto muito de usar o jargão popular para certas coisas: "puseram o rabo entre as pernas", correram, fugiram, sumiram. Como Comandante da Companhia de PE, mandei buscar um sindicalista, agitador emérito, que foi encontrado debaixo da cama.

Aliás, um dia destes, li um artigo do Arnaldo Jabour que, hoje, escreve no jornal *O Globo* e tem um espaço nos noticiários da TV Globo – eu deveria ter recortado aquele artigo – em que ele confessava que, no dia 1º de abril, acordara órfão, pois até o dia anterior sentia-se dono do País.

Em suma, ele ficara órfão, com a vitória fulminante da Revolução de 1964.

Em síntese, seria isso. No dia 1º de abril, tudo que ele achava que iria acontecer não aconteceria mais por causa dos militares.

Hoje, como jornalista, milita nas Organizações Globo.

Do senhor Roberto Marinho que, no fundo, sempre proporcionou guarida à esquerda, embora tenha apoiado, por mais de vinte anos, a Revolução, enquanto foi Governo, inclusive por meio de artigos em seu jornal, onde tecia os maiores elogios ao Movimento Revolucionário de 1964.

Enquanto a Revolução esteve atuante, contou com o apoio dele.

Quando cursava a Escola de Estado-Maior, perguntei a um amigo instrutor de Comunicação Social, na época, Tenente-Coronel Alceste Guanabarino, da minha turma, já falecido, por que Roberto Marinho deixava que os esquerdistas se infiltrassem em seu jornal. Ele me respondeu que, conversando com o empresário que visitava o Comando do I Exército, ele afirmara que quem sabia fazer jornalismo era o pessoal da esquerda, o que não podia deixar de ser considerado pela direção de um jornal.

O senhor Roberto Marinho é um dos grandes males deste País, na minha opinião. Como o depoimento ficará gravado, quero dizer o que penso.

Quais os principais líderes militares e civis da Revolução?

Fora da ordem hierárquica, começo pelo meu pai – o General Carlos Luís Guedes; em seguida o General Mourão, que era o meu comandante e que fez boas e oportunas conferências, antes da Revolução, para os oficiais da guarnição, mostrando o caos em que o Brasil se encontrava, por força de um governo submisso aos extremistas a serviço do Movimento Comunista Internacional.

O General Mourão nos assustava, porque reunia os oficiais e, sem meias-palavras, criticava, violentamente, o desgoverno Goulart, apontando o Presidente da República como o principal responsável pela anarquia e pela subversão existentes no País. Concluía, alertando que aquela situação, não poderia perdurar. Se houvesse, no QG, um espião, o nosso General seria preso e perderia o comando. Essa é mais uma prova da importância das informações para um governo. E aquele desgoverno, sem

dúvida, era uma nulidade em termos de inteligência, porque o General Mourão dizia o que queria e nada lhe acontecia, quero crer, por desconhecimento, por desinformação do esquema pró-Goulart. O mesmo acontecia com relação a meu pai, crítico severo, em Belo Horizonte, da situação reinante no Brasil. A deficiência das informações em nível federal permitiu a realização de suas históricas reuniões na Capital mineira, denunciando a comunização do Governo, que acabaria deposto.

Isso que acabo de destacar, os oficiais comentavam entre si. Podem testemunhar tais fatos o General Rômulo Bini, ainda na ativa, e os coronéis Reynaldo De Biasi e Waldyr Abbês.

Tivemos, ainda, as lideranças dos generais Amaury Kruel, em São Paulo, e Lima Câmara, no IV Exército, assim como ao General Médici, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Entre os civis, o líder inconteste foi o Governador Magalhães Pinto que lançou o Manifesto de Minas Gerais, necessário para a eclosão da Revolução e importante pela clareza e objetividade, ao anunciar os propósitos revolucionários.

No Rio de Janeiro, conhecemos a brilhante resistência do Governador Carlos Lacerda, ameaçado pelos fuzileiros do Almirante Aragão, integrante do esquema de João Goulart, e, em São Paulo, Adhemar de Barros, que atuou desde os pródromos da Revolução.

Registre-se que houve os revolucionários de primeira e os de última hora.

Meu pai nunca foi perdoado pelo General Costa e Silva porque, perguntado sobre ele, por um jornalista, respondeu: "Olha, só tive conhecimento de que o General Costa e Silva era revolucionário, no dia 2 de abril, antes não sabia." Diante de nova pergunta: "E o General Castello?" ele disse: "O General Castello tomou algumas providências mas, na hora em que a Revolução eclodiu, telefonou-me para que eu voltasse com as minhas tropas, e deu expediente no QG, no Rio, em 31 de março, como se nada houvesse acontecido, para que, se alguma coisa desse errado, poderia dizer que nada tinha a ver com o movimento iniciado."

É o que meu pai declara em seu livro e ouvi ele conversando...

Muitos depoimentos dizem isso: que o Castello atuou no sentido de deter o avanço da coluna de tropas, de Minas.

Não há mais dúvida; são muitas pessoas convalidando. O Castello fez proclamações mostrando que o estado de coisas no País era deplorável, no entanto, na hora do vamos ver, não apoiou...

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Nenhum auxílio externo, absolutamente nenhum auxílio externo.

A única coisa que ocorreu e isso está no livro do meu pai – cujo exemplar, que tenho aqui, é do meu irmão – foi uma conversa sigilosa de meu pai com o Vice-Cônsul dos Estados Unidos, o Sr. Lawrence Laser, que o procurou, oferecendo apoio em pessoa. Meu pai recusou, dizendo que, se fosse o caso, pediria apoio material – blindados, armamento leve e pesado, munição, combustível e material de comunicações. Foi-lhe imposta a condição de que não seria desembarcado em solo brasileiro um só homem, para que não fosse desvirtuado o caráter da Revolução. Também, nada lhe foi oferecido em troca, bastando-lhe a consideração dos riscos para a segurança norte-americana que um Brasil comunista representaria.

Em seu livro, diz meu pai: "Meu interlocutor (Lawrence Laser), por sua vez, mostrava-se impressionado com a receptividade do Movimento revolucionário no dia 31 de março e o entusiasmo da população em Belo Horizonte. As filas extensas nos postos de apresentação de reservistas e voluntários; a mobilização incalculável dos meios de transportes – caminhões de todos os tipos, jamantas, carros de passeio; a ordem, a organização, tudo concorrendo para que, no seu espírito, se firmasse a idéia da sanidade e do vulto do Movimento, finalmente desencadeado por uma nação que não queria perecer."

Entretanto, a incrível derrocada do famoso e ameaçador dispositivo sindical-militar de Jango e de sua pretensa popularidade, que, afinal, se revelara um mito, tornou desnecessária qualquer ajuda material.

Devo frisar que somente a total incapacidade daquele verdadeiro desgoverno o faria cair como caiu, ficando a conversa de meu pai com o Vice-Cônsul Lawrence Laser, sem nenhuma conseqüência. O referido diplomata mora na Virgínia e possui uma firma no Brasil, podendo, portanto, confirmar, tranqüilamente, o que aqui afirmamos.

No dia 31 de março, pela manhã, um avião levou o Dr. Oswaldo Pieruccetti para Vitória como emissário do Governo de Minas. Naquela capital, ajustaram-se todos os pontos de vista, integrando-se, no Movimento, todo o Estado do Espírito Santo – Governo, força policial, bem como a guarnição federal, por seu comandante Coronel Newton Fontoura de Oliveira Reis. Assim, ficou assegurado o porto para entrada de suprimentos a serem transportados pela E. F. Vale do Rio Doce, cujo tráfego seria garantido pelo 6º Batalhão de Infantaria de Governador Valadares. O auxílio material americano deveria entrar pelo Porto Vitória, o que, também, foi dito pelo meu pai ao Sr. Laser. Mas, felizmente, como disse, as tratativas não precisaram prosseguir, com a queda do Governo, sem luta, o que foi, para o País, a melhor solução.

Embora o senhor já tenha falado sobre o assunto, o que gostaria de acrescentar a respeito do rápido desmoronamento do esquema militar de João Goulart?

Na verdade, não havia esquema militar. O General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, pensava que possuía um esquema militar que, simplesmente, nada tinha de concreto. Ele e seus assessores se empenharam para criar o tal esquema em determinadas guarnições e em algumas Grandes Unidades, como na Brigada Pára-Quedista, onde muitos sargentos receberam, naquela oportunidade, um financiamento para comprar casa pela Caixa Econômica. Isso influiu no desempenho da Brigada que ficou dividida e acabou não saindo, deixando de manifestar-se, não optou por lado nenhum, porque as coisas, lá, não estavam bem. Enquanto o General Muniz de Aragão não chegou, a Brigada mostrou-se indecisa.

O grupamento de tropas que se voltou contra Minas, partindo do Rio, foi comandado pelo General Cunha Melo. Ele, por exemplo, achava que a guerra estava ganha. Perdeu, porque não sabia que o Comandante do Regimento Sampaio – Coronel Raimundo – na verdade, um revolucionário, contribuiria, decisivamente, para a sua derrota.

Nesse ponto, surge um dos líderes da Revolução, que esqueci de citar anteriormente, cometi um lapso – o Marechal Odylio Denys. Ele foi para Juiz de Fora, antes da eclosão da Revolução, conseguiu ligar-se com o Coronel Raimundo, seu ex-Assistente, solicitando que ajudasse as tropas mineiras a tirar o Brasil das mãos despreparadas de Jango e do fanfarrão Brizola que faziam o jogo dos comunistas infiltrados no Governo, nos sindicatos e nas Forças Armadas.

Com a adesão do Coronel Raimundo, as coisas ficaram feias para o lado dos janguistas.

Cabe frisar que os capitães e tenentes eram todos contra o Governo do caos.

Na faixa de coronéis candidatos a generais, Jango Goulart contava com alguns apoios. Naquela época, antes da Revolução de 1964, faziam o general o Ministro da Guerra e o Presidente da República. Depois, o Marechal Castello Branco criou o Alto-Comando, que contribuiu para a despersonalização de alguns coronéis e generais, na minha opinião. Em tais casos, um general ou um coronel deixaria de lutar, por suas idéias, com seus superiores hierárquicos, por forma a não criar problemas, senão a sua promoção poderia ficar ameaçada. Desagradar um superior, às vezes sem saber, passou a concorrer para a sua provável degola.

A “invenção” do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco acabou com a altivez daqueles tipos de coronéis sem personalidade. Em 1954, no meu tempo de cadete, um coronel era respeitadíssimo. Os coronéis da Vila Militar derrubaram o Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, que era o Jango Goulart. Penso que era bastante saudável para a nossa Instituição, um sistema que não privilegiava o carreirismo.

Em 1952, meu pai, como coronel, indispôs-se com um general, dentro do quartel que comandava, e nada aconteceu a ele. O general tratou-o de forma indelicada

e meu pai falou: “Se o senhor não está gostando, aponte as falhas e volte outro dia.” Assim procedia um coronel nomeado comandante de Unidade pelo Presidente da República.

Em 1935, quem nomeava comandante de companhia era o Ministro da Guerra. É interessante como o Exército vai mudando. Então, naquela época, a autoridade do coronel era limitada em relação ao capitão. Meu pai se desentendeu com um coronel que pouco poderia fazer com ele, porque fora nomeado pelo ministro. Para tirar um comandante de companhia, o coronel precisava solicitar ao Ministro da Guerra.

As peculiaridades castrenses de cada época nos são familiares, porque estamos na terceira geração de oficiais do Exército. Meu pai e os meus dois tios fizeram a primeira; eu e os meus dois irmãos fizemos a segunda; e o meu filho está fazendo a terceira. Não sei se virá alguém para fazer a quarta.

Voltando a 1964, como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Considerei muito bom. Os cadetes constituem uma tropa sempre muito bem preparada. Não houve, pois, o menor problema, o que se deve principalmente à admirável liderança do General Médici.

Quem não gostou foi minha mãe, porque meu irmão caçula era cadete. Minha mãe virou-se para meu pai e falou: “Carlos, como é? Vão você, o Henrique, em Juiz de Fora; o Carlos Alberto, aqui; e até o Luiz Carlos, que é um menino, lá em Resende.” Mas foi muito bom termos toda a família engajada nesse movimento de redenção nacional. Muito nos orgulhamos de nossa participação.

Realmente, a participação da Academia foi muito importante, porque segurou as tropas que vinham do Rio para fazer face às de São Paulo.

Claro, porque os oficiais, que comandavam a coluna, que vinha do Rio na direção de São Paulo, ao serem informados de que iriam enfrentar cadetes, pensaram duas vezes. Considerando a parte psicológica, só um desatinado poderia admitir atirar e, talvez, vitimar nossos cadetes.

O moral do II Exército foi lá para cima com a notícia que nos chegou em pleno deslocamento pela Via Dutra. Vínhamos com o Regimento Deodoro, de Itu, sob o comando do Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, cumprindo ordem do General Kruel. Nossas tropas criaram alma nova com a decisão do General Médici.

Todo mundo vibrou ao saber que a Academia entrara em posição. Foi uma bela decisão. O General Médici falou, mais tarde, sobre a participação da AMAN, com meu pai.

Quando alcançamos a Dutra, não sabíamos o que estava acontecendo – a preocupação era grande, particularmente porque não víamos a Infantaria na nossa

frente. O General Zerbine – Euclides de Jesus Zerbine – Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DE (ID/2) conseguiu segurar o 6º RI no quartel, o Regimento que deveríamos apoiar.

Passou por um susto, também, o nosso Batalhão em 1º Escalão, onde vinha o Tenente De Biasi, hoje Coronel. No corte do Paraibuna, defrontou-se com o Batalhão de Caçadores (BC) de Petrópolis, sob o comando do Coronel Kerenski. Instado pelo Comandante da Unidade de Petrópolis para sair com o seu Pelotão, o De Biasi lhe respondeu que iria informar ao seu Comandante de Batalhão. O certo é que, ao amanhecer do dia seguinte, o Kerenski sumiu. Ao clarear do dia, o De Biasi não viu mais o BC de Petrópolis. Outro fato interessante, ligado à Revolução em Minas Gerais, foi a posição da Escola de Sargentos das Armas (ESA).

Naquele 31 de março, meu pai, considerando necessário o apoio da ESA para a passagem de tropas por Três Corações, telefonou, pessoalmente, para o Coronel Gilberto Pessanha. O comandante da ESA recusou-se a cooperar, optando por uma neutralidade injustificável, em luta decisiva para os destinos do País, dizendo-lhe: "Comando uma escola que, além do mais, está no primeiro mês de instrução; por esse motivo, resolvi considerar esta guarnição como um país verde."

Para os civis, que, por ventura, venham a ler o livro que tornará pública esta entrevista, faz-se necessária uma explicação relacionada com o nosso estudo de temas táticos, onde há sempre um país azul (que nos representa) e um vermelho (que se contrapõe a nós). Quando há algum país neutro, ele é normalmente, designado pela cor verde. Assim, quando queremos designar um território vizinho, que não nos incomodará, mas também não nos dará qualquer ajuda, buscamos representá-lo na carta com a cor verde. Este é, pois, o significado da resposta de Gilberto Pessanha, uma decepção que meu pai não esperava.

Por causa dessa posição do Pessanha, ele não foi promovido a general. Na ocasião em que a comissão de promoções estava tratando do assunto, meu pai alertou: "Esse não. País verde é o mesmo que 'em cima do muro', não dá para promover."

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas de Minas Gerais?

Partimos com duas colunas: uma que deveria chegar a Brasília, Capital do País, vindo de Belo Horizonte, e outra que, de Juiz de Fora, iria para o Rio de Janeiro, naquela época, o objetivo estratégico mais importante, onde tinha sede o grosso das forças do Exército. A ordem era lutar para ocupar o que fosse necessário ou mesmo que fosse possível.

Felizmente, degringolou o famoso esquema militar e sindical e a vitória aconteceu naturalmente.

Acabamos realizando duas grandes marchas administrativas. Na marcha para o Rio de Janeiro – considerando a área sindical – o nosso maior problema, aquele que nos trazia alguma preocupação, era a passagem pela região da Refinaria Duque de Caxias, por causa dos petroleiros. Poderia haver alguma sabotagem, mas aqueles líderes de sindicatos que tanto agitaram o País não quiseram saber de nada, não procuraram acionar o seu pessoal. Encolheram, correram, sumiram! Assim, a tropa chegou ao Rio, como previsto, depois, evidentemente, de negociar, em alguns momentos, com Unidades contrárias que acabaram decidindo pelo retraimento, pela retirada.

No Rio de Janeiro, a tropa acantonou no Maracanã aguardando ordens. Aí, sucederam-se alguns erros. O primeiro deles foi cometido pelo General Mourão, quando viu que a vitória estava assegurada. Pegou o seu carro, com dois majores – Cúrcio e o Moraes –, e foi para o Quartel-General do Exército, na Praça Duque de Caxias, onde se encontrou com o Costa e Silva que, àquela altura, era o "rei da Revolução". Costa e Silva acenou-lhe com a presidência da Petrobrás e ele aceitou. No meu modo de ver, não tinha que assumir a Petrobras. Meu pai me telefonou – estava na PE, em Juiz de Fora – e perguntou:

– "Cadê" o Mourão?

– Não sei – respondi

– Onde está o Mourão?! – insistiu.

– Não sei pai. Ele saiu daqui (Juiz de Fora) quando viu que o pessoal estava indo para o Rio de Janeiro. Ele foi para o Rio.

Outra atitude do Mourão que não entendi, até hoje, foi chamar o Muricy para comandar a coluna que veio para o Rio.

Para o meu pai, a missão atribuída pelo Mourão ao General Muricy constituiu-se numa grande surpresa, porque a sua participação não estava no esquema traçado. A sua ida para Juiz de Fora deveu-se ao fato de não estar conseguindo, no Rio, os companheiros necessários para iniciar o Movimento.

Após o contato do Mourão com o General Muricy, recebi ordem para aguardá-lo, em Juiz de Fora, preparando fardamento e armamento para seu uso, missão que me coube como Capitão Comandante da Companhia de Polícia do Exército, naquela guarnição. O General Muricy apareceu lá de "pára-quedas" e depois "posou de líder".

Outro fato sem compreensão, para mim, foi o Coronel José Bretãs Cupertino, que havia comandado o 10º RI, regressar a Juiz de Fora. Antes, estava contra a conspiração que levaria à Revolução, chegando a ser preso pelos oficiais. Todavia, não sei por que motivo, retornou, inclusive solidário ao nosso movimento. Fora substituído no comando do 10º RI pelo Coronel Everaldo – Everaldo José da Silva –,

um grande coronel, respeitado e admirado pelo seu valor moral e profissional. Pena que tenha morrido, porque, senão, poderia conceder excelente entrevista. Foi febiano, herói da Segunda Guerra Mundial, promovido, com muita justiça, ao posto de General.

Embora uma de nossas colunas tenha se dirigido para Brasília, considerando que, oficialmente, ali estava a Capital Federal desde 1960, havia, no Brasil, de fato, duas grandes guarnições, capazes de decidir a sorte do País: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Daí, a importância atribuída à chegada das tropas de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A mídia apoiou o Movimento?

De início, apoiou integralmente, com raríssimas e inexpressivas exceções.

Pouco depois, no entanto, apareceu, no *Correio da Manhã*, o Carlos Heitor Cony com suas críticas despropositadas. Uma turma de rapazes de Belo Horizonte tinha decidido aplicar-lhe um corretivo, mas foi dissuadida pela interferência direta de meu pai que, ao ser informado da idéia, prestes a ser executada, pelos próprios jovens, irritados com as críticas descabidas à Revolução, explicou-lhes que era preciso conviver com o contraditório, porque a Revolução viera para defender a democracia contra os defensores do partido único, aqueles para os quais a grande síntese era o marxismo-leninismo. Meu pai lhes disse, ainda, que o nosso movimento era pelo diálogo amplo, em oposição, portanto, ao monólogo comunista. O certo é que, na minha presença, concordaram com meu pai.

Mais tarde, também, o Antonio Calado voltou-se contra a Revolução. Mas os jornais, em geral, estavam a favor, até que os êmulos de esquerda iniciaram uma ação muito bem trabalhada dentro dos veículos de comunicação de massa, bem como nas faculdades de Comunicação Social, onde se estudam Jornalismo e Relações Públicas.

Seguindo a concepção revolucionária de Gramsci, que considera a sociedade civil como o primeiro objetivo a conquistar, através da guerra psicológica, principalmente, ou seja, por meio da penetração cultural para minar, na linguagem deles, o Estado burguês e a sua sociedade.

Está correto o termo Revolução para o Movimento de 31 de Março?

Acredito que sim, embora não tenha havido derramamento de sangue, tão presente em todas as revoluções, como a Francesa e as comunistas – todas banhadas em muito sangue – a nossa foi, sem dúvida, uma Revolução, porque nascida de realizações do povo brasileiro, cansado da incompetência e da subversão do Governo deposto. Foi a incontida reação popular deste abençoado País, com o apoio das Forças

Armadas, que frustrou os objetivos do Movimento Comunista Internacional – a tomada do Poder, aproveitando-se da situação *sui-generis* de já ser Governo.

No Movimento de 1964, muitos civis trabalharam e conseguiram realizar grandes feitos, inclusive através da Comissão Geral de Investigação – a CGI – que processou muita gente corrupta, embora sua atuação tivesse sido emperrada permanentemente.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Quem foi militar nos governos da Revolução, além do Presidente? Os ministros militares, é claro. Nos vinte anos de Revolução, podemos apontar o Coronel da reserva Jarbas Passarinho, o Capitão-de-Mar-e-Guerra da reserva Euclides Quandt de Oliveira, o General da reserva Rubens Ludwig, especialista em Educação e ex-Comandante da AMAN, o General Dirceu, engenheiro de construção, que foi chamado a prestar serviços como Ministro dos Transportes, o Coronel engenheiro Corsetti, que modificou radicalmente a situação das comunicações no País, e o brilhantíssimo Ministro Andreazza.

Os demais eram civis, como os Ministros Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Hélio Beltrão, Gama e Silva, Langoni – homens de reconhecida competência e de largos conhecimentos profissionais.

Houve, portanto, presidentes militares e não governos militares, que possuem outras características, completamente diferentes daquelas dos governos da Revolução.

Dentre os presidentes militares, um foi imposto, na hora, pelo Congresso – Castello Branco – e um outro se auto-impôs. O grande presidente militar deste País chamou-se Emílio Garrastazu Médici, em cujo Governo o Brasil manteve o crescimento do seu Produto Interno Bruto, mais de 10% ao ano; foi o período do Milagre Brasileiro, que os adversários recalcados insistem em questionar. No fundo, sabem que estão tentando mistificar, porque o Milagre aconteceu; foi o governante vitorioso, também, no combate à guerrilha, tanto a urbana como a rural. Ao eliminá-las, atraiu sobre ele a revolta e o rancor da esquerda brasileira que sonhava ver o nosso País transformado numa grande Cuba. Nesse grupo de derrotados, estão os defensores de Fidel Castro, de Karl Marx, de Trotski, de Lênin, de Guevara. A esse conjunto de brasileiros internacionalistas, mas que se dizem nacionalistas, pertencem todos os integrantes do Fórum de São Paulo, criado para estender, ao Brasil, a revolução cubana.

O período dos presidentes militares viveu suas mais significativas conquistas, em todos os campos do Poder Nacional, na gestão do saudoso Presidente Médici, queiram ou não os revanchistas – aqueles que sonhavam ver o Brasil como a Colômbia de hoje, o que, felizmente, não aconteceu, graças ao maior dos presidentes revolucionários.

O Presidente Médici durante todo o seu mandato foi amado pelo povo, o que até adversários da Revolução reconhecem. Só não foi amado pelos terroristas, guerrilheiros e elementos que os apoiavam – uma minoria sem nenhuma expressão no contexto nacional. Pelo povo trabalhador, diligente, que dá duro e ganha pouco na luta pela sobrevivência, o Presidente Médici era muito querido.

No entanto, depois de tantos e tão expressivos acertos, não posso deixar de consignar o seu grande e único erro: deveria ter passado o Governo para um civil, entregaria o Governo com a casa arrumada, com o PIB crescendo a mais de 10% ao ano, com a inflação de 15% ao ano, inflação que viera dos 400% ao ano, no tempo do incompetente Jango Goulart; passaria a um civil, um País que se transformou totalmente naqueles dez anos – 1964 a 1974.

Ernesto Geisel recebeu a casa arrumada mas, como dizia o meu amigo Ministro Frota, sendo ele um socialista disfarçado, criou 254 empresas estatais. Além disso, fez-se acompanhar daquele que fora o "anjo mau" do Castello Branco – Golbery do Couto e Silva. O retorno do Golbery ao Governo, aquele homem que conheci coronel no QG da ID 4 – Infantaria Divisionária da 4ª DI –, "exilado" do Rio de Janeiro e aceito pelo meu pai em Belo Horizonte. A sua "expulsão" do Rio de Janeiro teve como causa o episódio do discurso do Coronel Bizarria Mamede, discurso que teve uma repercussão enorme, no enterro do General Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar.

Golbery era um homem de idéias; nunca foi um realizador, aquele que faz as coisas. Com as suas idéias sobre Geopolítica, acabou conseguindo ser incluído no rol dos intelectuais do Exército.

Meu pai me dizia que o Exército tem duas linhas: a dos intelectuais, e as do que fazem as coisas. O mais interessante é que a linha dos intelectuais conta com a admiração do Exército. É a linha apreciada, achada importante e confiável. O resultado é que, os intelectuais nem sempre descem de seus pedestais para conhecer a realidade da tropa e seus anseios. Nisto reside sua falibilidade.

O Exército sempre teve intelectuais de peso, como Benjamin Constant, atuante na época da Proclamação da República, e outros mais, de reconhecido valor para a Força. Entretanto, é preciso lembrar que as coisas bem-feitas são muito mais produto da vontade, da determinação.

E quais foram as coisas bem-feitas – os acertos – da Revolução que o senhor gostaria de destacar?

A Revolução de 1964 mudou completamente o País.

Em 1964, para falar com meu pai, em Belo Horizonte, eu, em Juiz de Fora, tinha que pedir à telefonista para conseguir a ligação no dia seguinte. Mantínhamos

um soldado de plantão ao telefone para pegar o sinal de discar. O sistema telefônico deste país saiu da pré-história, em 1964, para um lugar no primeiro mundo. E a esquerda diz que, da Revolução, vieram os entulhos autoritários...

Tenho, em casa, guardado o Guia Quatro Rodas de 1985 no qual se lê o seguinte: "Quando começamos – refere-se ao Guia –, em 1965, o Brasil tinha dez mil quilômetros de estradas asfaltadas; hoje, em 1985, temos cento e dez mil quilômetros, portanto, mais que decuplicou.

A geração de energia elétrica foi o setor em que assistimos a mais completa revolução – saiu do nada para marcos invejáveis, também de primeiro mundo.

A economia brasileira, como um todo, passou da 49ª posição para a 8ª economia do mundo. Sobre isto a esquerda silencia, mas, no fundo, morre de inveja por tão importante conquista. Ela se pergunta: "Como foram capazes de conseguir tal transformação?"

Mas cometemos alguns erros. Um deles foi o número de estudantes matriculados em escolas superiores que cresceu assustadoramente, graças ao Jarbas Passarinho, que implantou um tipo de exame classificatório em função do número de vagas, que passou a ser abundante. Mas a qualidade deixou muito a desejar. Não havia uma nota mínima, quatro ou cinco por exemplo. Havendo vagas, um vestibulando com nota dois, em Português ou em Matemática, estava aprovado.

Volvendo aos acertos, que foram inúmeros, temos que lembrar do impressionante crescimento da Agricultura, setor onde se acumularam recordes de produção, de áreas cultivadas, de regiões inteiras incluídas no esforço produtivo, como o Centro-Oeste que se agigantou no plantio da soja. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) representou um salto de qualidade no setor agrícola, acompanhado pela criação de várias escolas agrotécnicas, inclusive na região amazônica.

Ao falar de Amazônia, lembramos de projetos maravilhosos, como o Projeto Rondon, que o atual Governo aproveitou, mas não teve a ombridade de manter o nome original. Apelidou-o de Projeto Solidariedade, jogada da esquerda no Poder para assumir a paternidade de um projeto criado e desenvolvido, com imenso sucesso, pela Revolução de 1964.

Avulta de importância a nova política de impostos implantada com a Revolução, trazendo reconhecidos benefícios aos nossos municípios.

No campo social, a política habitacional, com o Banco Nacional da Habitação (BNH) separou nitidamente os Brasis de antes e depois da Revolução. O êxito da política adotada pelos governos revolucionários alavancou a Indústria da Construção Civil, que, infelizmente, no atual Governo, entrou num marasmo, contribuindo para a queda do Produto Interno Bruto na indústria.

A Central de Medicamentos (CEME), no setor da Saúde, teve um desempenho extraordinário. Passamos a produzir remédios de ótima qualidade e baratos. Neste particular, posso falar com total segurança, porque o Coordenador Geral da CEME era meu cunhado que ficou viúvo cedo, com o falecimento de minha irmã. Ele percorria todo o Brasil à procura das empresas que produzissem remédios mais baratos e mandava para os hospitais, que viveram uma fase áurea, nesse particular. Nessa estrutura vitoriosa, a esquerda conseguiu penetrar com grave prejuízo para o seu funcionamento, que, hoje, não é nem a sombra do que foi.

O mesmo aconteceu no campo, com o MST, criado com o propósito de tumultuar a atividade rural. Todo mundo sabe que o problema deles é político – o que eles menos querem é a reforma agrária, porque os seus líderes não são agricultores, são agitadores, diplomados em invasão de terras. O atual Presidente não sabe a diferença entre autoritarismo e autoridade. Assim, com medo de ser tachado de autoritário, ele abriu mão completamente de sua autoridade. Ele é um Presidente que perdeu totalmente a autoridade, permitindo que os líderes dos sem-terra façam dele gato e sapato.

Os êxitos da Revolução não são difundidos. Qual a razão?

Porque perdemos a batalha da comunicação, como é óbvio. Meu filho é um garoto, garoto que já tem trinta anos e que me questiona: “Pai, a gente não sabe o que a Revolução fez, vocês nunca disseram, vocês nunca se valeram da mídia para tal fim. Por quê?” Porque deixamos os marxistas tomarem conta das universidades, inclusive dos Cursos de Comunicação Social, onde estavam os jornalistas. Os garotos que foram para a universidade passaram a aprender com professores marxistas, graças à teoria da sístole e diástole do Golbery. O “bruxo” dizia que de algum lugar os contrários teriam que dispor, para que se manifestassem, e eles foram fazer isso nas universidades. Na cabeça do Golbery, o Movimento Democrático Brasileiro – o MDB – depois PMDB – não tinha poder suficiente para a manifestação da oposição.

Em vez de realizar um trabalho de peso para que a democracia fosse reforçada nas universidades, fortalecendo a cátedra democrática, procurando penetrar nos diretórios estudantis, – todos comandados, por comunistas –, dificultando, de forma inteligente, a ação livre do MCI no ensino superior, o “intelectual” Golbery fez ao contrário, tornou a universidade uma “área liberada” de todas as correntes comunistas – marxistas, trotskistas, maoístas. Médicos, engenheiros, professores, advogados, jornalistas etc. nas universidades do Governo, foram formados por professores quase todos marxistas. E, ainda, inventaram a profissão de sociólogo. O que faz um sociólogo? Tudo é um artifício para difundir o marxismo, abertamente, e com o aval de

serem diplomados. Aliás, perdi conceito, como aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), porque, numa daquelas aulas de Sociologia, perguntei à senhora que ministrava o assunto: "Para que serve um sociólogo?" O Coronel do Corpo de Alunos, de Cavalaria, cujo filho é oficial de Intendência, meu colega deu-me uma "bronca" pela "desconsideração" com a professora.

Na verdade, o que ocorreu é que esses "intelectuais" têm como missão fazer a cabeça dos meninos, mostrando tudo pela ótica marxista, com essa conversa de determinismo histórico, de teoria da mais valia, de teoria do valor trabalho, e os garotos, hoje, só falam a língua deles, porque passaram o tempo todo, na escola, ouvindo esses idiotas falarem...

Vivem com essa história de tese, antítese e síntese e, no final, a "grande síntese" está no socialismo, só que, na prática, não se conhece nenhum país socialista que tenha dado certo, embora, na doutrina que eles apresentam, o socialismo seja uma panacéia.

Na cartilha deles é uma panacéia.

E o "revanchismo" da mídia contra a Revolução?

A mídia aplicou o "revanchismo" em todas as oportunidades. Pode ser mostrado, claramente, através de exemplos. Vamos citar a Rede Globo, a rede que apoiou a Revolução durante os vinte anos, de 1964 a 1984, e, depois, mudou. Mudou exatamente no momento em que deixamos o Poder, passando, daí para frente, para agradar outros senhores, a ser a maior crítica de nosso Movimento revolucionário.

Mas, valendo-me da Rede Globo, lembro-me da crítica que fizeram ao Hospital da Aeronáutica. Infernizaram a vida do Ministério da Aeronáutica – houve isso, houve aquilo... até que o Tribunal de Contas julgou legal. Aí, a Globo silenciou, mas não publicou nada para esclarecer a verdade.

Depois, mudou suas acusações para o Exército, denunciando a compra de fardamento superfaturado, com a alegação de que um capote, uma capa de plástico, custavam muito mais para o Exército do que as lojas vendiam para o público em geral.

O Exército mostrou que o problema era outro – a loja vendia por preço menor no balcão e na grande cidade, mas não assegurava aquele preço quando o produto tinha que ser transportado para regiões distantes. Uma coisa, era o preço do item em Belo Horizonte, no Rio ou em São Paulo, outro era o preço para a região Amazônica, como em São Gabriel da Cachoeira (próximo à fronteira da Venezuela e da Colômbia), Tabatinga (fronteira com a Colômbia e com o Peru), Cruzeiro do Sul (a cidade do Acre mais a oeste do Brasil) etc. O Exército provou que o preço pago para que todas as guarnições fossem atendidas – o preço da licitação –, não podia ser o adotado nas

grandes cidades da região Sudeste. Na Amazônia, eles não queriam nem participar, por preço nenhum, por maior que fosse. Assim, o preço da licitação – aparentemente mais alto – era o preço médio para atender ao Brasil todo, inclusive às guarnições do Exército muito longínquas, como as da Calha Norte, por exemplo.

Além disso, o Exército mostrou, ainda, que uma coisa é o preço, à vista, de uma determinada loja, outra é o preço de uma licitação, porque só depois de dois, três, quatro meses, é que o vencedor do certame licitatório vai receber, logo, esse fato não pode deixar de ser levado em conta. Isso numa situação normal, porque os recursos ainda podem ser contingenciados, ficando o vendedor nas mãos dos donos do Poder – dos ministros da Fazenda e do Planejamento –, que dão as cartas, que decidem sobre a liberação desses recursos. Então, ainda, há esse risco enorme que acaba influindo na construção dos preços.

Após dirigir suas acusações contra o Exército e a Aeronáutica, chegou a vez da Marinha. A mesma Globo passou a acusar a Marinha de estar fazendo contrabando em seu navio-escola. Veja a gravidade dessa denúncia. Depois de um tremendo blá, blá, blá, a Marinha provou por A mais B que não houve contrabando nenhum, que as mercadorias existentes no navio correspondiam às compras feitas pelo seu pessoal, exatamente dentro do valor permitido em lei para cada um – quinhentos dólares. Desmascarou os acusadores, mas teve que fazê-lo através de matéria paga pelo Clube Naval, para chegar ao grande público. O jornal *O Globo,* se não estou enganado, acabou não publicando o manifesto do Clube Naval, o que foi feito pelos outros grandes jornais. *O Globo* negou-se a publicá-lo, mesmo como matéria paga.

Atualmente, é muito raro algum jornalista escrever a favor das Forças Armadas, que dirá da Revolução de 1964!

Às vezes, o Carlos Chagas escreve alguma coisa a nosso favor.

Ele é um dos defensores da Amazônia e sabe que as Forças Armadas têm uma atenção especial com a região.

É hora de destacar a importância do Calha Norte e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), dois projetos fundamentais para a Amazônia. Infelizmente o Calha Norte, no atual Governo, ficou em plano muito secundário não recebendo verbas semelhantes àquelas alocadas pelo Governo Sarney, o tempo áureo do Calha Norte.

Não havia recursos para ele. Mas existiam para dar indenizações milionárias aos assassinos terroristas e ladrões de bancos. Mais de quarenta e seis milhões de reais foram gastos em indenizações aos terroristas até meados do ano 2000. Para essa gente, não faltou dinheiro.

Como não faltou dinheiro, também, para salvar bancos no Governo FHC – o famoso Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro (PROER).

Quais os objetivos da luta armada no Brasil e de onde vinham o seu apoio e a sua orientação?

O apoio e a orientação vinham de fora, do exterior, principalmente de Cuba e da União Soviética.

O objetivo da luta armada, de uma forma simplificada, era comunizar o País. Perderam em 1964, mas voltaram, partindo para a luta armada, muitos sob a inspiração do senhor João Amazonas, que, poupando a sua pele, pegou uns pobres coitados, uns garotos para lutar. Morreram quase todos e ele ficou vivo, à frente do Partido Comunista do Brasil, sempre agitando e empurrando os outros para a luta.

Mandaram vir gente de fora para instruir os combatentes, mas acontece que encontraram um osso duro de roer pela frente. Embora tenham matado alguns amigos meus, perderam a luta armada.

O AI-5 foi necessário?

Analisando friamente, hoje, alguém pode dizer que foi pesado, entretanto, na época, foi mais do que necessário.

Tudo isso porque o Castello Branco nunca acreditou, é uma opinião de meu pai e minha própria, que havia sido feita uma Revolução. Ele considerou que, com a Revolução –, vamos falar em linguagem de quartel –, tinha havido apenas a "troca da guarda". Estava tudo como "dantes no quartel de Abrantes" e não era verdade.

Então, deu-se muita asa aos subversivos que foram reunindo forças, reunindo meios... Trata-se da aplicação daquele princípio milenar – não há vácuo de poder, não existe espaço vazio que alguém não ocupe.

No momento em que você recua, alguém avança. Ocorreu que se deixou a esquerda avançar muito mais do que devia, considerando que a Revolução era democrática. Com aquele espírito de prevalência da democracia, os adversários voltaram, fazendo o que queriam, agravando muito o quadro político no Governo Costa e Silva que, por sua vez, também não soube conduzir com correção os fatos, na minha opinião.

Assim, o AI-5 foi necessário, porque a coisa estava feia, ou se fazia uma nova revolução, sob a forma institucional ou se entregaria o Poder de volta. Porque, embora a Imprensa e a militância de esquerda diga, hoje, que houve vinte anos de ditadura, isso nada mais é que uma deslavada mentira. É muito fácil comprovar com fatos que não houve ditadura alguma. Os candidatos contrários à Revolução em 1965, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, ganharam as eleições e foram empossados tranqüilamente. Em 1974, nas eleições para o Senado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, perdeu. Que ditadura é essa que

realizava eleições? Só porque o Congresso elegia o Presidente da República e as Assembléias Legislativas... Pois isso é coisa que acontece no mundo inteiro.

Esses que falam em ditadura são os mesmos que batem palmas para o "comandante" Fidel Castro, há quarenta anos no Poder, sem qualquer eleição direta ou indireta. Pode haver uma incoerência maior do que a de bater palmas para um homem que botou tanta gente no paredão e está, há quatro décadas, no Poder sem que o povo se pronuncie?

Se ele não é ditador, quem o é? Quem passou o bastão para outro, de acordo com a Constituição? Esses é que são os ditadores? Que diabo de ditadura é essa? Ditadura que fazia eleições e empossava senadores, deputados federais e estaduais, governadores, vereadores, prefeitos de todos os municípios – exceto os que fossem considerados de segurança nacional – e que o Congresso elegia os Presidentes da República. Essa é ditadura e a do "comandante" Fidel Castro não é?

Não há mais nada a comentar, a não ser que o AI-5 era o remédio adequado para tratar com aquela verdadeira malta.

Como viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) pela Revolução?

O SNI é fundamental para qualquer governo. Ninguém pode governar sem informações.

Agora, se o SNI, em algum lugar, desviou-se de sua missão, isso não justifica ter-se acabado com ele. A solução era adequá-lo, era o seu aprimoramento naquelas áreas, regiões ou cidades onde o controle de suas ações houvesse detectado qualquer disfunção no órgão.

É básico que qualquer presidente de qualquer Estado tenha um serviço de informações que assessore.

Só para citar, a maior democracia do mundo – os Estados Unidos – tem o FBI para assuntos internos, CIA para assuntos externos, a NSA, que ninguém conhece e que faz qualquer negócio e informa ao presidente. Além de tudo isso, têm um Serviço Secreto das Forças Armadas. Aliás, as Forças Armadas de todos os países do Grupo dos Sete têm um serviço secreto nos moldes dos norte-americanos. E todos são democracias – Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá.

Agora, aqui no Brasil, ridicularizaram o Serviço de Informações, coisa da Rede Globo, que passou a chamar os agentes de "arapongas". Ela deu início a esse processo de desmoralização, quando a Revolução deixou o Poder.

Os acertos da Revolução foram abordados, assim como um dos erros, referente ao ensino universitário. Quais foram os outros erros cometidos?

Para mim e para meu pai, o primeiro grande erro foi o Exército não ter se afastado, após a limpeza de que o Brasil tanto necessitava. Deveria ter passado, o quanto antes, o bastão a um civil, que, a meu ver, poderia ser o Governador Magalhães Pinto, que se engajara efetivamente na Revolução. Não estou dizendo que ele fosse ótimo.

Nós ficaríamos com a autoridade moral de entrarmos se ele não procedesse bem, se não agisse como um verdadeiro estadista.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, no período revolucionário?

Entendo que só auferiu desgaste, empobrecimento das Forças e dos militares, sucateamento de seu material. Esta é a realidade nua e crua.

Vou citar um exemplo muito elucidativo. O 12º Regimento de Infantaria, por exemplo, tinha dois Batalhões, cada um com duas Companhias de Fuzileiros...

Um Batalhão saiu para Brasília e outro, para o Rio de Janeiro. O efetivo do Regimento era de 1.144 homens. Sei disso porque fui fiscal e conhecia bem a grade de rancho.

Havia um coronel Comandante do Regimento, com o curso de Estado-Maior; um tenente-coronel Subcomandante; dois tenentes-coronéis Comandantes de Batalhão; dois majores Subcomandantes de Batalhão; um major S3 (Operações), um major S1 (Pessoal); um major S2 (Informações) e um major S4 (Logística). Os Comandantes de Companhia eram todos capitães.

Hoje, chama-se 12º Batalhão de Infantaria, com três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Apoio – não tem setecentos homens no efetivo. Por quê? Não há dinheiro, é a resposta. Precisam cortar o efetivo por falta de dinheiro. É uma triste realidade.

Dizem que o velho, se não serve para nada, serve para contar história. Em 1965, era Oficial de Transporte do Regimento. Tínhamos 105 viaturas, todas rodando, porque havia meios para fazê-las rodar. Hoje, não sei o número de viaturas do Batalhão; sei, por informações de oficiais que nele estão servindo, que o grau de indisponibilidade é muito grande.

Mas essa história é de um tempo em que, felizmente, não se mandava soldado para casa por falta de comida, nem se cortava efetivo simplesmente para reduzir custos sem nenhuma explicação operacional.

Uma coisa que sempre admirei na Artilharia, é o cuidado com o material. Quando fiz a Escola de Motomecanização, aprendi a cuidar do material. Então, eu mantinha todas as minhas viaturas funcionando, porque a Infantaria tem um pro-

cedimento que a Artilharia não utiliza: centralizar a manutenção das viaturas. A Artilharia encarrega as Baterias de cuidar das viaturas e elas são fiscalizadas pelo Grupo. Isso é fator de competição – cada Bateria quer ter o maior índice de disponibilidade de viaturas.

Cabia-me, no Regimento, manter as viaturas rodando.

A conjuntura internacional acelerou a "abertura" política?

As democracias do dito primeiro mundo, principalmente os Estados Unidos, muito se beneficiaram do Movimento de 1964, que extirpou o comunismo da América do Sul – foi um presente sem nenhum custo para eles. No entanto, não viam com bons olhos os nossos governos de presidentes generais, que contavam com total respaldo de nossas Forças Armadas.

O Geisel, com todos os erros cometidos, bateu firme nos americanos, denunciou o acordo militar com os Estados Unidos e partiu para buscar o apoio do alemão, para a realização do acordo nuclear.

Foi uma das grandes coisas feitas no País, porque senão o Brasil nada teria nessa área. E, depois, ainda aparece o Collor desbancado por corrupção, fechando o "buraco" de Cachimbo para mostrar ao mundo que o Brasil queria ficar entre as nações submissas, aquelas que não possuem arma nuclear. Por que Israel, China, Índia e Paquistão podem possuí-la e nós não? Porque essa esquerda ignorante, que infelicita o País, quer vê-lo por baixo, dependente, sem voz e sem segurança? Justamente porque a esquerda não está preocupada com a nossa soberania, com a nossa segurança. Isto está claro em todas as decisões do atual Governo.

Concluindo, portanto, podemos afirmar que a conjuntura internacional contribuiu para a abertura política, mas a abertura só foi realizada porque era um compromisso da Revolução chegar à plenitude democrática.

Qual a sua opinião sobre a Lei da Anistia?

Para mim, foi um desastre, porque só veio para beneficiar bandidos, terroristas, assassinos, que hoje, estão aí donos do Brasil.

O inimigo se apropriou da anistia que, em vez de representar esquecimento, aproximação entre contendores, vem servindo como lei da vingança dos bandidos derrotados, contra nós que lutamos para salvar a Nação.

Fidel Castro está até hoje no Poder, porque matou cerca de 17 mil cubanos que se opuseram a ele. Comunista não dá anistia! Stálin se manteve no Poder até morrer, porque matou todo mundo que lhe era contrário. Mao Tsé-Tung, muito querido dos estudantes brasileiros comunistas, se manteve no Poder o tempo todo,

porque matou mais de trinta mil chineses. Agora, a nossa Revolução, que não matou ninguém, a não ser alguns poucos guerrilheiros durante o longo período de vinte anos, é chamada de "ditadura" e referenciada a "anos de chumbo".

Aí, fica a pergunta: Não seria melhor se tivéssemos agido como Fidel Castro, Stálin ou Mao Tsé-Tung, tão amados pela esquerda brasileira?!

A atuação política e econômica do último Governo da Revolução – Governo Figueiredo – desgastou a imagem da Revolução?

Sim, entendo que sim. Como disse, a Revolução deveria ter entregue o Poder a um presidente civil, antes.

Qual a sua análise a respeito da situação do comunismo após a queda do Muro de Berlim. O comunismo desapareceu ou permanece como aquele inimigo capaz de agir em todas as oportunidades que se apresentarem? E sobre a ameaça que pode vir do lado dos que se diziam nossos grandes amigos, quando lutamos a seu lado na Segunda Guerra Mundial?

Primeiro, gostaria que fossem lidos os artigos do Professor Olavo de Carvalho, ex-comunista. Como explica muito bem o Professor, eles, os comunistas, estão aí, presentes. O grande país comunista do mundo é o Brasil, porque ainda não experimentou o comunismo. É o único país, dito democrático, no qual a Imprensa é 100% esquerdista, e só fala a linguagem ditada pelo partido único de todos os países comunistas.

Agora, a ameaça do outro lado também existe, e não é coisa de agora. Os norte-americanos e seus aliados ingleses nos vêem como verdadeira colônia, exportadora de bens primários, a preço de banana, e importadores de tudo o mais. Para eles, nosso Exército deve, tão-somente, exercer papel de polícia. Nada de efetivos e armamento que permitam a dissuasão e a esquerda faz o jogo deles, à risca, porque a ela, "revanchista", não interessa Forças Armadas bem treinadas e dotadas de material moderno, por menor que seja a sua quantidade. Faz parte da vingança a que já me referi.

Para demonstrar que esta ameaça não é coisa de agora, volto à década de 1970. Naquela década – pouca gente sabe disso – o Brasil encomendou, num estaleiro da Inglaterra, uma plataforma de extração de petróleo em alto-mar. Pagou "uma nota" para exploração em águas profundas, onde está o grosso do nosso óleo. Vocês sabem em que dia os ingleses puseram essa plataforma para navegar em direção ao Brasil? No dia da maior tempestade no Mar do Norte. Aí, a plataforma naufragou e a Companhia de Seguros indenizou a Petrobras, mas o naufrágio atrasou a nossa nova

prospecção em mais de três anos, com prejuízos incalculáveis para o Brasil e os brasileiros que dependem de mais óleo diesel, de mais gasolina, de gás etc.

Esse é um fato importante do período da Revolução e que mostra bem o comportamento dos "nossos amigos" ingleses.

Um outro fato, ligado, ainda, aos ingleses: Vamos falar da conferência do Almirante Aquino, responsável pelo programa de construção do submarino nuclear de nossa Marinha de Guerra, realizada no auditório do Comando Militar da Sudeste, em São Paulo. Contou o Almirante que uma das turbinas do submarino construídas no Brasil deveria ser testada na Inglaterra por falta de condições de fazê-lo no País. A turbina, enviada para a Inglaterra, ficou lá por mais de um ano e não voltava. Foram feitas todas as gestões possíveis para tê-la de volta, mas tudo foi em vão, inclusive a participação, para esse fim, do Ministério das Relações Exteriores. Após quase dois anos sem que a peça retornasse, concluiu-se que ela deveria ser de muito boa qualidade, motivo por que os ingleses resolveram retê-la. O referido fato fez com que a Marinha decidisse investir no processo e no material para testar turbina semelhante. Após um ano de trabalho e dias antes daquela palestra, o teste da turbina, agora realizado por brasileiros, mostrou a excelência do equipamento, exatamente como se desconfiava, pela retenção, na Inglaterra, de turbina semelhante.

Perfeito o seu relato. Foi exatamente o que nos contou, em 1995, o Almirante Aquino, em palestra programada pelo seu xará General Aquino, Comandante Militar do Sudeste, para todos os oficiais subordinados, o que prova que entre nações só vale o interesse, a ponto de levar um país a agir de forma tão velhaca com relação a outro, dito "amigo".

O americano está com a mania, agora, de dizer que não compra o nosso produto porque permitimos trabalho infantil, além de taxar violentamente o nosso suco de laranja, que é muito melhor que o deles. O nosso sapato e o nosso aço enfrentam barreiras cada vez mais difíceis. Eles querem livre comércio, como fizeram em 1946, no Governo Dutra, com os dólares que a gente recebera das reparações de guerra.

Encheram-nos de pente de plástico, de coca-cola e uma porção de porcarias, em que gastamos os nossos dólares. O que eles querem é que compremos os produtos deles, mas nossos, só se interessam por matérias-primas.

Nós brasileiros contamos, ainda, com uma esquerda burra e uma direita idiota, como vimos no caso da Informática. Perdemos a corrida da informática. Hoje, não fabricamos um *chip* de computador, não fazemos nada, enquanto a Malásia faz, a Tailândia faz, a China comunista... Hoje, vemos chegar aqui material feito na China em profusão. Por quê? Porque os gringos não queriam que a gente progredisse nessa área, pois quem tem informática, hoje, tem o mundo.

Exatamente. Hoje, até as decisões da justiça dos outros vale para os periféricos, para os sem-bomba, que não apitam nada... A extraterritorialidade da justiça para os sem-poder.

Ah! Isso é outra enorme imbecilidade. O tal de Baltazar Garson não se mete com os líderes dos países do Grupo dos Sete! Mas quis processar o General Pinochet – ex-presidente de país do Terceiro mundo –, por crimes que ele diz Pinochet ter cometido. O certo é que, graças a Pinochet, o Chile é, hoje, um oásis dentro da América do Sul, mas esses elementos de esquerda vão acabar conseguindo estragar tudo, como na Argentina, onde o Presidente de De La Rua, vai acabar de destruir com o que ainda resta por lá. E quem se lasca com a incompetência da esquerda na América do Sul? O povo já tão sofrido.

A imagem das Forças Armadas, e, em conseqüência, a do Exército Brasileiro vêm apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião pública. O que o senhor acha disso?

O Exército Brasileiro, fora esses reduzidos círculos de intelectualóides, conta, junto ao povo bom de nossa grande Nação, com todo seu carinho e a sua admiração. Este povo gosta da gente, porque sabem que, quando precisam de cestas básicas, eles as recebem, quando a responsabilidade da sua distribuição cabe ao Exército.

Gostam do Exército, porque sabem que, na hora difícil em que precisarem de um auxílio, nas calamidades públicas, estaremos com eles. Gostam da gente, porque sabem que seus filhos têm, nos quartéis, uma escola de amor à Pátria, à Família, escola de civismo, escola de camaradagem e de solidariedade humana.

A mídia, que não gosta da gente, consegue, no entanto, envenenar uma boa parte da classe média, que faz coro com os pseudo-intelectuais, contra tudo que seja favorável às Forças Armadas.

É a revolução gramscista no Brasil, atuando obstinadamente nos meios de comunicação e, também, na área do ensino.

Mas, apesar da ação permanente das doutrinas exóticas, alienígenas, sobre a sociedade o povo nos adora. A gente observa, quando chega o soldado, o povo respeita, admira, o que, infelizmente, não acontece com relação à Polícia. Na ECO 92, o Exército foi respeitadíssimo no Rio, para desespero dos extremistas de esquerda, da bandidagem, dos anarquistas, daqueles que querem ver o circo pegar fogo. O sucesso foi tão grande que, a toda hora, os governadores e prefeitos, no Rio de Janeiro, querem ter o Exército nas ruas. Aí, servimos, principalmente para aqueles que têm interesse de que determinado evento transcorra sem problemas.

Governadores, secretários de Segurança querem desfigurar a missão do Exército. Querem vê-lo nas ruas como Polícia. Sobre isso, respondi uma vez a um repórter: “Quero saber se eu fosse comandante de um jovem de 19 anos, morto por um traficante, o que é que iria dizer à mãe dele? Responder que ele foi mandado para essa missão, se a sua convocação pelo Exército destinava-se à defesa da Pátria?” Na verdade, o que se impõe é aumentar os efetivos da Polícia, treiná-la, porque as missões contra o crime organizado cabem a policiais bem pagos, bem equipados e bem instruídos. Policial mal pago, o traficante compra!

Ao homem que veio de sua casa para o Exército, para a vida castrense, cabe uma missão muito mais nobre, incompatível com a atividade de prender criminosos e vagabundos.

Temos para tais atividades três tipos de Polícia: a Polícia Federal, para o combate ao narcotráfico, a Polícia Civil, fundamentalmente investigativa, e a Polícia Militar, de atuação ostensiva, basicamente nas favelas e nas ruas. É preciso enfatizar que Polícia Militar que faz greve deve perder o nome de militar, porque está no estatuto dos militares que lhe é vedado o direito de greve.

Coronel, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Na minha mensagem final, primeiro, cumprimento o General Gleuber por ter determinado a realização deste Projeto, bem como pela idéia, se foi dele. Cumprimento sua pessoa, pelo trabalho que está realizando, assim como a sua equipe que se encontra em Belo Horizonte, ajudando-nos a contar a nossa História, que irá contrapor-se às inverdades que são ditas por aí pelos incansáveis revanchistas.

Fico muito recompensado por ser chamado para esta entrevista que espero tenha alguma utilidade, sendo certo que o fato de ter podido relatar os acontecimentos por mim vividos foi-me extremamente compensador, principalmente porque pude expor idéias que estavam guardadas comigo, sem que pudesse externá-las, para alegria do meu coração.

Coronel Waldir Abbês

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Foi Instrutor-Chefe do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), no 10º Regimento de Infantaria, em Juiz de Fora, MG.
- Além do Curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), possui os Cursos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Em 1964, era 1º Tenente, subalterno da 4ª Companhia de Polícia do Exército (4ª Cia PE), fração subordinada à 4ª RM / 4ª DE, em Juiz de Fora (hoje em Belo Horizonte). No mesmo ano, foi promovido a Capitão, tornando-se Comandante da referida Cia.
- Atualmente, é empresário no Setor de Hotelaria, em Barbacena, MG, e Presidente do Grupo Inconfidência (grupo cívico), para o período de 2002 a 2004.

Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2000.

Tenho grande prazer em participar do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Esse episódio, na verdade, já faz parte da história brasileira. Não fosse a Revolução de 1964, hoje seríamos uma república sindicalista, pela qual o Governo de João Goulart muito se empenhou, seguindo a doutrina preconizada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) – a famosa guerra de extermínio. No nosso País, interessa-nos a democracia.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, durante o seu surgimento e nas suas conseqüências?

Esta pergunta permite uma resposta ampla, mas é básica, acredito, para as demais perguntas. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, assume o Poder o Presidente João Goulart. Abre-se, então, o arsenal para a subversão em larga escala, através de Cuba, subversão essa que vinha apoiada pela Rússia e pela China.

Nessa época, foi estimulada a criação de sindicatos rurais e urbanos, com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a do Partido Comunista do Brasil (PC do B), este último compromissado com a linha chinesa de luta armada, de violência. Também, nesse mesmo período, a União Nacional de Estudantes (UNE) promove passeatas e comícios, exige o afastamento de reitores, impede determinados professores de ministrarem suas aulas, incentiva pichações.

As greves, insufladas pela UNE e pelos sindicatos, estes controlados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), eram apoiadas abertamente pela Presidência da República. O Planalto transformou-se num canal de acesso livre aos líderes sindicais, os chamados pelegos, voltados permanentemente para a realização de greves, em todo o País. Em larga escala, as greves cresciam, paralisando a vida nacional e apoiadas pela cúpula.

O País viveu um período caótico, surgindo, nessa conjuntura, Leonel Brizola, o agitador profissional, por excelência, que se dizia pronto para a luta, e, com ele, aparecem os "grupos dos onze", que se encarregariam de executar as ações em força nas cidades. Entram em cena, também, Miguel Arraes e, principalmente, Francisco Julião com as "Ligas Camponesas", encarregados da guerrilha rural, que partiu para a invasão de terras, nos moldes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) de hoje.

Os desmandos políticos, as convulsões sociais e a anarquia – as agitações, paralisações e desordens – tiveram início no momento em que João Goulart assumiu o Poder, chegando ao apogeu em março de 1964. O que acontecia? As leis não eram cumpridas e o caos instalou-se na administração.

Nesse período, muitos políticos pretendiam ser os futuros candidatos à Presidência da República, como o Leonel Brizola, o Magalhães Pinto, o Adhemar de Barros, o Carlos Lacerda, o Miguel Arraes, dentre os principais. Jango Goulart tratou, também, de reatar as relações diplomáticas com a Rússia, as quais tinham sido encerradas em 1947, abrindo o canal que aquele país aguardava. Na verdade, um "prato feito" para os comunistas se infiltrarem no País, buscando subverter a ordem e reforçar as ações do MCI.

As empresas tipo Petrobras e Banco do Brasil passaram à direção de comunistas. Então, havia dois brasis: um Brasil conservador, daquele brasileiro ainda ingênuo, acomodado por índole, que não percebia o perigo, e um outro, formado por grupos de esquerdistas, mobilizados e extremamente ativos.

Faltava transporte, ninguém conseguia ir trabalhar, locomover-se, os motoristas de praças foram imensamente prejudicados, porque não se lhes permitia rodar com seus veículos; pessoas morreram em ambulâncias; as ferrovias foram paralisadas, o transporte aéreo prejudicado, as faculdades não funcionavam.

Em decorrência disso, o Brasil caminhava para sua completa comunização. Os fatos mostravam claramente esse processo, que, do seu limiar, sofreu um constante agravamento, obedecendo as diversas fases da guerra revolucionária. A rebelião dos sargentos, em Brasília, em setembro de 1963, foi o primeiro grande estopim para desencadear o movimento de todos os homens de bem da Nação contra aquele Governo que se tornara espúrio.

Seguiu-se o comício pelas reformas, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, o famoso comício da Central, no qual os comunistas já se comportavam como donos do Brasil. A esse ato político, compareceram o Presidente e todos os ministros.

O General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, fez um alerta ao público militar que soou como um toque de reunir diante do caos. Acontece que ele deu o toque de reunir, mas não iniciou a marcha para o combate exigida para enfrentar o calamitoso problema.

A situação tornou-se ainda mais grave com a rebelião dos marinheiros conduzida por um graduado, conhecido por Cabo Anselmo, com a participação do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Aí, o clima passou a ser de completa baderna, com o total desprezo à hierarquia e à disciplina, que norteiam a vida das Forças Armadas.

A gota d'água veio com a reunião dos subtenentes e sargentos da PM da Guanabara, com João Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, além de graduados das forças singulares, quando exigiram as reformas "custasse o

que custasse". Foi a reunião que primou pelas demonstrações de indisciplina em grau inaceitável. Gravem bem a data: 30 de março de 1964. Essa situação caótica iria chegar ao fim no dia seguinte.

Atingiu-se o paroxismo da anarquia, o apogeu da subversão. Aí, o General Olympio Mourão Filho, junto com o General Carlos Luís Guedes, diante do clima reinante, na noite de 30 de março, decidiram pela Revolução que começou em 31 de março de 1964, logo de madrugada. Por isso, disse, no início, que a Revolução de Março de 1964 libertou o País da comunização, sem dúvida nenhuma. A população jovem precisa saber de tudo. Nosso grande erro foi não aproveitar a oportunidade para divulgar, convenientemente, aquela situação. O País vivia uma quadra gravíssima de sua História republicana.

É importante lembrar que o povo apelou dramaticamente para que as Forças Armadas dessem um basta àquele estado de coisas insuportável. O apelo aconteceu, fundamentalmente, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais a mulher brasileira, de terço na mão, foi o ponto alto.

O General Mourão e o General Guedes demonstraram uma grande qualidade que pouca gente conhece: ambos se comunicavam, de forma admirável, com civis e militares de suas guarnições.

O General Mourão, logo que assumiu o comando da 4ª Região Militar, em 1963, bem antes da Revolução, começou a programar instruções no Quartel-General, convidando pessoas das mais diferentes profissões – médicos, dentistas, advogados, professores, estudantes, empresários, padres, motoristas de táxi, funcionários civis etc. Todas as profissões participavam, de forma que o auditório do Quartel-General ficou até pequeno para tanta gente. E o General Mourão, no fim das palestras, mostrava, para aquele pessoal de Juiz de Fora e da micro-região, o descalabro da situação no Brasil e a incompatibilidade do comportamento do Governo com relação à lei, à ordem e à disciplina, pregando a necessidade de uma reação e verificando que o apoio era unânime.

O mesmo fazia, em Belo Horizonte, o General Guedes; cuja influência e prestígio eram muito fortes na cidade. Aliás, os dois generais eram muito acatados pela maneira com que tratavam as coisas do País, bem como pela estreita ligação que mantinham com a população.

Assim, quando se deu o início ao Movimento, já compreendíamos o significado da subversão, da guerra revolucionária e psicológica, o que era uma ação psicológica, a importância de um Aciso (Ação Cívico-Social) durante as manobras, de modo a nos aproximarmos da população. E começamos a conhecer as técnicas destrutivas e construtivas usadas pelos comunistas para a tomada do Poder, o que

a maioria da oficialidade antes não sabia. O trabalho desses Chefes foi extremamente importante para mostrar as técnicas comunistas já postas em prática.

Os diversos setores ou segmentos da sociedade começaram a identificar a situação: as forças singulares, a Polícia Militar, o CPOR, o NPOR, a Polícia Civil, a Igreja, as mulheres de Minas, ou seja, toda a população começou a perceber onde os comunistas queriam chegar. A população toda, inicialmente, estivera ingênua, passiva, só observando e sem meios para dar uma resposta à altura.

Então seria lícito perguntar qual a única instituição, em nível nacional, que tinha condições de arregimentar todo esse bloco para combater os comunistas? O Exército Brasileiro. Somos até suspeitos para falar, porque vivi no Exército muito tempo. A gente vivia num ambiente de disciplina, de moral elevada, de espírito de corpo fortíssimo e mesmo de eficiência operacional, apesar das sérias dificuldades pelos parcos recursos, pouco dinheiro, poucos veículos e pouco material. Mas o Exército, com o espírito de corpo extremamente elevado, sempre conseguiu superar isso tudo. Quando comandei a Companhia de Polícia do Exército, a Unidade passou a desempenhar um papel importantíssimo, em estreito contato com a 2ª Seção do Estado-Maior, trabalhando bastante, tanto nas questões preventivas, quanto nas repressivas e operacionais, para proteger a população brasileira. Eram nossas preocupações primeiras o Brasil e a população, em nossa modesta esfera de atribuições. Nós não queríamos tomar o Poder de ninguém, não havia esse espírito. A intenção era lavar a alma da Nação, livrá-la da permanente ação dos comunistas. Então, por isso, em face desses fatos e das instruções dos dois grandes generais – Mourão Filho e Carlos Guedes –, transmitidas a nós, por eles, nos auditórios da Região e da Brigada, respectivamente, ficamos preparados e conscientes da nossa responsabilidade para enfrentar os comunistas que vinham com tudo para cima da gente com intuito de tomar o Poder.

E há outro aspecto importante: naquela época, nos defrontávamos com um fator perigosíssimo – a clandestinidade. Você não sabia de onde vinha a subversão, a violência, de onde vinha tanto dinheiro, tanto material para propaganda etc. E o Exército, com todas as dificuldades, conseguiu, em 1964, dar uma varrida nos comunistas. Essa é que foi a realidade.

Na prática, atendemos à vontade soberana do povo.

Foi atendido o anseio popular.

Anseio dos empresários e de todos os homens e mulheres que queriam a liberdade, incompatível com o comunismo.

Todos os segmentos da sociedade pediram a intervenção imediata e, em Minas Gerais, com mais forte razão, porque os dois generais estavam muito consci-

entes da necessidade de partir para essa ação, perfeitamente enfronhados com a sociedade. Reconhecendo a liderança de ambos, a população veio aos quartéis pedir a intervenção, pedir a retirada do caudilho, que fazia o jogo dos comunistas. Esse foi o fator preponderante: o povo, cansado da anarquia generalizada, convocou as Forças Armadas a agirem contra aquele governo.

O que o senhor está dizendo sobre Minas Gerais nós assistimos no interior de São Paulo, onde o povo também nos provocava para uma ação contra aquele estado de coisas.

Insuportável. Ninguém agüentava!... Ainda mais numa situação de luta contra a clandestinidade. A esquerda trabalhava covardemente contra a Nação. E outra coisa importante que devo deixar bem claro: não fomos a Cuba nem à China nem à Rússia para agredir o país deles; eles é que vieram para agredir a nossa população, a população brasileira que trabalhava, que tinha um compromisso com o sustento das suas famílias.

E o povo foi paralisado, porque ninguém conseguia trabalhar com tanta greve, mormente no setor dos transportes, onde o ir e vir ficou impraticável.

Ninguém trabalhava. Eram só greves, paralisações, e o País sofreu nesse período de 1961 a 1964, grandes prejuízos. Tive oportunidade de ver uma coisa terrível numa cidadezinha de Minas Gerais, Três Rios. A rodovia cortava a cidade, não como hoje, que passa por fora. Então, na transposição da linha ferroviária – havia uma bifurcação com trechos para o Rio de Janeiro e São Paulo – o pessoal profissional da estação parava o trem, ou seja, exatamente na passagem de nível tirava as máquinas e deixava os vagões carregados de minério, fechados. No período de 1º de janeiro de 1964 até mais ou menos 29 de março, todo dia, havia uma paralisação nessa ferrovia. Os vagões, às vezes, transportavam bois, que ficavam sem alimentos, parados ali durante duas, três horas. A população da cidade ficava prejudicada pela paralisação do transporte, com o pessoal passando por baixo do comboio. Não só a população em geral se sentia prejudicada, como também a Cidade de Três Rios, que sofreu, nessa época, grandes prejuízos. Esse era o quadro. O clima de baderna assolava a cidade, como tantas outras. Desassossego total!

A minha participação foi, justamente servir na Polícia do Exército, com o único objetivo de proteger a Nação Brasileira como um todo, na esfera de minhas modestas atribuições.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes, podemos dizer, não são tão recentes. Começaram com os comunistas, em 1935. Mais tarde, voltaram a atuar na época do Presidente Dutra. Isso é tão

verdadeiro que o Presidente Dutra neutralizou o Partido Comunista, que mantinha, desde aquela época, um quadro de permanente agitação. Não interessava para o País conviver com um Partido que provocava a subversão da ordem democrática. Então, a raiz nasceu em 1935, com a Intentona, cuja chefia foi entregue a Luís Carlos Prestes, vindo da Rússia com esse encargo. Em 1935, assassinaram, covardemente, o nosso pessoal que se encontrava dormindo nos alojamentos.

O clima de agitação permanente, também vigorou durante todo o período crítico, difícil, caótico, insustentável, iniciado em setembro de 1961, quando João Goulart assumiu a Presidência da República, substituindo Jânio Quadros, que renunciara. Diga-se de passagem, um Governo fraquíssimo, manipulado pelos agitadores que se uniram àquela figura despreparada para o alto cargo de Presidente da República e, nesse período, o País sofreu desmandos constantes de todas as naturezas – políticas, econômicas, sociais e militares – que contribuíram decisivamente para o clima de incerteza, agitação e desagregação interna. A anarquia em alto grau foi a marca do biênio 1962/1963 e dos primeiros meses do ano de 1964. A tarefa do primeiro presidente militar, para tirar o País da anarquia que se instalara, foi realmente difícil.

Na realidade, as raízes longínquas encontram-se em 1935, mas as causas mediatas da Revolução de 1964 coincidem com os atos vividos no Governo João Goulart, desde a sua posse até os episódios ocorridos em março de 1964, que se constituíram no estopim do Movimento revolucionário.

Em 1961, ele assumiu, após regressar da China, onde manteve contatos políticos em um dos países que, justamente na época, participavam ativamente do fortalecimento do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Então, a ideologia vinha de fora, utilizava muitos recursos materiais e financeiros obtidos no exterior, particularmente da União Soviética, da China e de Cuba, o país impulsionador do MCI na América Central e do Sul.

A guerra fria teve influência na Revolução?

Sem dúvida.

Há um aspecto muito importante a observar: o laboratório da guerra fria se instalara na Europa, essa é que foi a realidade. Os comunistas soviéticos subjugaram os povos de numerosos países da Europa e os colocaram sob o tacão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo à frente um dos maiores trucidadores de homens de todas as épocas – o ditador Stálin, que se ombreou com Hitler em crimes contra a humanidade. É muito difícil saber qual foi o mais desumano!...

Vários países foram ocupados. A Polônia em 1944; a Hungria, em 1947; Tchecoeslováquia, em 1948; Bulgária, Albânia, Romênia, Iugoslávia, em 1949. E,

com isso, houve, no hemisfério Norte, a aplicação de técnicas destrutivas violentas, contra esses países, sendo a Hungria um dos que mais sofreram com a violência comunista. O povo húngaro sofreu um massacre nunca visto com tanta intensidade.

No Brasil, em 1963/1964, pôde-se constatar que a guerra fria se instalara em nosso Continente e que os processos, usados na Europa e na China (comunizada em 1949), estavam sendo passados para cá, explorando-se, sobretudo, a propaganda que se valeu de uma série de artifícios para promover os comunistas, transferindo toda experiência adquirida em termos de agitação e propaganda.

Então, o que é que aconteceu? As regras da propaganda foram largamente utilizadas: observar o detalhe – regra da simplificação: texto conciso e claro; a orquestração, para, através da insistência, transformar mentiras em verdades, criando versões que se sobrepunham aos verdadeiros fatos; o apelo aos sentimentos dos consciente e inconsciente, também foi empregada. A propaganda visava apresentar, aos democratas inocentes, o comunismo como uma panacéia.

Outra técnica exaustivamente utilizada pelos comunistas tinha como objetivo fazer com que o grupo sobrepujasse o indivíduo. A individualidade deveria ser massacrada e desaparecer em benefício da força do grupo, que ditava o comportamento sem objeções ou resistências.

Outra "arma" grandemente explorada, por incrível que pareça, e que causou um grande mal, foi o boato. Eles usavam o boato para causar desassossego e pânico.

O problema da desapropriação de terras nas margens das rodovias, deixando os proprietários no ar, sem saber ao certo o que iria ser desapropriado e o que não o seria. Lançavam aquele boato: "Vai desapropriar isso, vai desapropriar aquilo" e os fazendeiros ficavam atônitos...

Ficavam preocupados. Pouca gente recorda de um outro fato da época, gravíssimo: o surgimento dos *hippies*, início da década de 1960, a chamada "paz e amor" e a depravação imperou em larga escala no País, influenciando a moral da população. O comunista aproveitou isso.

Vivemos um clima de insatisfação durante o Governo João Goulart?

Ah!, sem dúvida nenhuma. O Governo de João Goulart foi o Governo da chamada irresponsabilidade, da situação caótica, da subversão e da imoralidade, esta veiculada por uma imprensa alternativa, de baixo nível, que surgia naquela ocasião. A imprensa de alto nível não foi afetada, mas apareceu a de baixo nível que se deliciava com as oportunidades que lhe propiciavam os comunistas e simpatizantes. Estes estavam adorando aquela situação que, no fundo, favorecia o crescimento da subversão.

Os grandes jornais estavam contra aquele estado de coisas, justamente porque viam que o País caminhava, a passos largos, para a completa comunização.

E o caminho para a comunização poderia ser alcançado através da via eleitoral, que era uma possibilidade, ou através da tomada do Congresso – o chamado "assalto ao Parlamento" – pressão de cúpula e pressão de base, ações contínuas, cada vez mais violentas, de matizes diversos, para facilitar a tomada do Poder. Nessa conjuntura de permanente atuação comunista, quando a população acordasse, o Poder já teria sido tomado. O próprio Parlamento legislava para a derrocada da democracia e para o surgimento de um regime totalitário. Nos episódios ocorridos em vários países da Europa, o comunismo foi implantado dessa forma. Quando os povos acordavam, os seus países já estavam comunizados, não havendo mais nenhum sinal de democracia.

E mesmo em Cuba, com pretexto de derrubar um ditador, quando se viu a ilha estava toda comunizada, não é isso?

Exatamente.

Qual a posição da Igreja na época? Nós já falamos sobre isso, mas qual foi exatamente o papel da Igreja naquela conjuntura?

A Igreja teve um papel importantíssimo, pois viu que o Governo estava criando um clima insustentável, com a subversão da ordem. A Igreja teve uma participação ativa não só nos movimentos de rua, como também em palestras em rádio e televisão e nos próprios templos, alertando a população, porque, na época, o âmbito político estava totalmente desacreditado.

O Governo era fraco e estava dissociado da população. Ainda no campo político, o que aconteceu? Tivemos antagonismos e preocupações de toda a ordem. A área político-administrativa, corrupta e em decomposição, fazia o discurso das reformas de base, uma verdadeira incógnita, onde tudo era indefinido.

No campo psicossocial, a luta de classe estava sendo implantada e exploradas as contradições regionais. No campo econômico, os meios de produção foram muito prejudicados pelas greves, principalmente pelas paralisações de ferrovias, rodovias e portos, com prejuízos tremendos para a agricultura, com a perda de produtos agrícolas para exportação e fornecimento à população, internamente. Os portos viviam parados, como o de Santos.

O Porto de Santos não trabalhava mais.

Realmente, não trabalhava mais. Sofreu, em quase três anos, cerca de cem paralisações, ou mais, por greves dos estivadores e dos trabalhadores em terra.

Paravam muitas vezes sem carregar ou descarregar bens que se deterioravam, que apodreciam no porto...

E no meio militar, o que se passava?

O ambiente nos quartéis estava se tornando perigoso, embora a quase totalidade da tropa estivesse preocupada com o destino da Nação e atenta para a desagregação que o Governo se empenhava em fomentar dentro das Forças Armadas.

Ao Governo, interessava criar o máximo de cisões possíveis. Foi feito esse trabalho sub-reptício para afastar o pessoal graduado dos oficiais. O panorama que se buscou implantar era o de dividir, desunir, criar antagonismos.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que, em Minas, também foi um exemplo?

Foi um movimento espontâneo da família de Minas, mais propriamente brasileira, porque praticamente a movimentação ocorreu em todos os Estados da Federação, que organizaram Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Cidades grandes e pequenas realizaram suas marchas da família, posicionando-se claramente contra o caos, pelo qual o Governo era o principal responsável.

Quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução?

Acredito, em última análise, que houve uma intensificação da subversão, no período de 1961 a 1964, a qual constitui uma das formas de se fazer a guerra revolucionária preconizada pela União Soviética. Ficou caracterizada em três acontecimentos bem nítidos, ocorridos na Cidade do Rio de Janeiro: o comício da Central do Brasil; a rebelião dos marinheiros, tendo como palco o Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro de Triagem; e, finalmente, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, na qual o Presidente da República incentivou abertamente os sargentos a se voltarem contra os seus superiores. Sabe-se que o General Mourão decidiu-se pela Revolução, imediatamente após a tal reunião, inaceitável sob todos os aspectos.

O Exército, as Forças Armadas em geral, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrar-se o Movimento revolucionário? Na verdade, as Forças Armadas, com a Revolução, interpretaram o sentimento do povo brasileiro?

Entendemos que sim, porque as Forças Armadas, aquarteladas em todo o território nacional, incorporadas à vontade nacional, realmente foram intérpretes fiéis dos anseios do povo, ao desencadearem a Revolução de Março de 1964, com pleno apoio da população civil, dos empresários, das Polícias Militares, das Polícias Civis, dos universitários, dos CPOR, dos NPOR, daqueles que estudavam no Colégio Militar e no Colégio Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais). Então, houve

uma participação ativa, do segmento civil da população, embora o carro-chefe fosse representado pelas Forças Armadas.

Estava em andamento uma revolução de cunho comunista no País, fomentada tanto pela cúpula do Governo, como pelas bases?

A proliferação das ações subversivas deu-se de várias maneiras, caracterizando muito nitidamente um movimento planejado para chegar-se a uma revolução comunista, com base no anarcossindicalismo. Parte dessas ações foi realizada pelas "Ligas Camponesas" que atuaram, também e principalmente, por intermédio da luta armada. Os "grupos dos onze", que se tornavam cada vez mais ameaçadores, tinham como incentivador Leonel Brizola, um agitador profissional que ficou bem conhecido do povo brasileiro. No início, conseguiu enganar a muitos, mas, com o tempo, o País conscientizou-se de que se tratava de um falastrão desqualificado.

Na ação das "Ligas Camponesas", destacou-se Francisco Julião, que levou essas organizações a darem um grande prejuízo à Nação. A função precípua do movimento era prejudicar a imagem do nosso País como um todo, desestabilizando a produção agropecuária e a vida no campo.

A guerra que praticaram foi suja e muito prejudicial à economia do País. A dinâmica da subversão usada por eles incluía várias formas de atuação, como as greves e paralisações constantes, que tiveram acentuado peso específico dentro da pré-revolução que tramavam.

O meio militar enfrentava os problemas de moradia e do apoio à saúde. A dificuldade de residência se tornava mais grave quando se davam as transferências de uma guarnição para outra e a moradia no destino era mais cara que na origem, retirando do homem maior percentagem de seu salário para poder residir na nova moradia.

Nós, muitas das vezes, não tínhamos como pagar.

Diante desse problema, verificou-se o aumento do espírito de corpo e da solidariedade entre os integrantes do Exército para enfrentar essa questão específica. A eficiência operacional nunca foi perdida com tudo isso pela frente, e o ambiente, nos quartéis, era de muito profissionalismo.

Voltar a crescer e viver em paz era o nosso objetivo naquela conjuntura negativa. Um grupo que teve um papel extraordinário, para levantar o moral do pessoal dentro do quartel, foi o dos ex-combatentes que participaram da Segunda Guerra Mundial. Eles ajudaram a manter a democracia em nosso País. Nossos "pracinhas" realizaram inesquecível trabalho na Itália, vencendo o nazifascismo naqueles campos de duras lutas, dando uma satisfação ao clamor do povo, revoltado

com o torpedeamento de nossos navios, com a perda de mais de mil brasileiros em nosso próprio litoral.

Sim, com muita determinação, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuou no teatro de operações europeu, mas, em 1964, o povo voltou a pedir a intervenção dos militares para impedir, nesta oportunidade, a escalada do comunismo em nosso País.

Exatamente.

Qual foi a posição do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

O Congresso aceitou, na época, o estado de coisas advindo da Revolução, agindo com muita objetividade. Entendeu que o melhor era apoiar, porque a situação anterior estava realmente caótica. Então, a participação do Congresso foi no sentido de colaborar decisivamente sob todos os aspectos. Aliás, o Congresso era a Instituição mais ameaçada pelo Governo deposto e seus fanáticos seguidores.

As entidades esquerdistas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) etc., logo após o início da Revolução, como se portaram? Elas, que agitavam tanto antes, o que fizeram?

A agitação característica da ação dessas entidades desapareceu de imediato com a Revolução. Foram apanhadas de surpresa e não conseguiram esboçar qualquer reação. E a população, que queria paz e tranqüilidade para trabalhar, ficou livre da baderna.

Não havia mais clima para isso. A família brasileira quase foi destruída por causa desse pessoal.

Quais foram, a seu ver, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Considero o General Castello Branco uma grande liderança, principalmente pela sua importante contribuição através de palestras e conferências, como a palestra de setembro de 1963 para oficiais das Forças Armadas e lideranças civis, alertando sobre o perigo iminente de uma convulsão intestina no Brasil.

Castello Branco revelava sua preocupação com o aumento da ação dos extremistas de esquerda, sobretudo a esquerda clandestina. Sem dúvida, estávamos às portas de uma guerra civil. No início, quando fez a palestra, o pessoal não assimilou bem, mas, depois, ao observar os desmandos daquele governo, a nossa gente passou a entender a sua mensagem. Ele exerceu esse papel importantíssimo, o de alertar as forças da Nação e contribuir para evitar, sem dúvida, uma guerra fratricida. Posteriormente, adotou outra medida muito importante: criou a IGPM – Inspetoria Geral de Polícias Militares – e, com isso, orientou e controlou as Polícias Militares,

por meio do Exército, que se encarregou de realizar, nas organizações policiais militares, inspeções técnicas, administrativas e operacionais, com o objetivo de unir a Força Terrestre às Forças Auxiliares, o que trouxe excelentes resultados em todo o período revolucionário.

Além do General Castello Branco, houve também a participação fundamental de dois generais: o General Carlos Luís Guedes, em Belo Horizonte, que tinha o apoio incondicional da população, ela estava toda com ele, e o General Olympio Mourão Filho, esse nem se fala, tinha o apoio de toda Juiz de Fora. E os dois generais, por causa daquelas brilhantes palestras, realizadas com freqüência, de orientação ao público interno e externo, sobre subversão, guerra revolucionária, guerra insurrecional, técnicas destrutivas, propaganda comunista etc., souberam mostrar as ameaças que tínhamos pela frente.

Dentre os militares, é importante, ainda, destacar, no caso de Minas Gerais, o Comandante da Polícia Militar do Estado, o Coronel PM José Geraldo de Oliveira, que foi extremamente valioso para o êxito da Revolução.

A única Polícia Militar em que o General Castello Branco não precisou intervir para melhorar a disciplina foi a de Minas, cujo efetivo, na sua maioria, era oriundo do Exército. O Comandante da Polícia Militar – Coronel José Geraldo – exerceu um decisivo papel à frente de sua Polícia e junto à população de Minas Gerais, o que repercutiu nos demais Estados da Federação. O Coronel José Geraldo foi um admirável e convicto colaborador. Na instrução do pessoal, no trato do material, na apresentação de seus policiais, na participação austera, em tudo, estava bem viva a sua ação de comando. A Academia de Polícia Militar de Minas Gerais recebeu influência do Estado-Maior do Exército, cujo pessoal, em determinada época, organizou, na Academia, a Seção Técnica de Ensino e a Seção Psicotécnica, que eram modelares.

No meio civil, cabe destacar o Governador Magalhães Pinto, porque ele, como Governador, foi da maior importância para a posição adotada no Estado, a favor da Revolução, bem como para alavancar a Polícia Militar em todos os sentidos. O Movimento revolucionário muito ganhou com o prestígio de seu apoio.

Por outro lado, o Governador Magalhães Pinto, político hábil e empresário riquíssimo, sabia que, se o País fosse dominado pelos comunistas, iria perder as suas empresas, tudo o que conseguira, trabalhando através de muitos anos.

Poderia, inclusive, perder até a própria vida. Como aconteceu em Cuba, onde quase todo mundo foi para o paredão, onde 17 mil cubanos foram trucidados pelos comunistas, tendo à frente Fidel Castro, que continua muito amado pelas esquerdas brasileiras, que falam tanto em democracia, mas morrem de amores pelo ditador cubano, há mais de quarenta anos no Poder.

Ao recordar, ainda, os grandes nomes da Revolução, permito-me voltar ao Presidente Castello Branco, lembrando um detalhe interessante: quando classificado no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte – pouca gente sabe disso –, servia com ele o Cabo José Maria Alkmin, aquela inteligência privilegiada que o próprio Castello Branco levou para a Vice-Presidência da República, tendo ficado, a seu cargo, um trabalho muito significativo na área política, graças a seu espírito empreendedor.

Um mineiro que se destacou na eclosão da Revolução e na sua institucionalização.

Um brasileiro que merece nossa consideração, assim como Milton Campos, um modelo de cidadão, um estadista por excelência e um homem que muito serviu à Nação. Aliás, acredito que Milton Campos deva, hoje, ser lembrado como modelo ideal de político – de político estadista.

São esses homens, que deram uma grande contribuição à Revolução, particularmente os generais Mourão e Guedes, que merecem todo o nosso reconhecimento e respeito.

O senhor lembra da atuação do Marechal Odylio Denys, em Minas Gerais?

Sem dúvida a sua participação foi admirável, particularmente em Juiz de Fora, onde se encontrava, na eclosão do Movimento. Mantinha, também, um contato permanente com as grandes unidades de Minas Gerais, a AMAN e o II Exército, porque era um homem de muito prestígio no Exército e de moral elevada. Tinha acesso fácil a todos os quartéis e fazia um alerta aos militares, pregando, também, a necessidade da participação da população. E ele veio juntar-se ao Mourão Filho em Juiz de Fora na oportunidade do desencadeamento da Revolução.

Porque acreditava que Minas Gerais, com o Mourão Filho e Carlos Guedes, saberia, na hora exata, responder à escalada da subversão.

E outra coisa: dizia que Minas Gerais era o caminho para resolver esse angustiante problema. Era o único Estado que oferecia a conjugação de fatores psicossociais – família religiosa, tradicional, muito forte – geoeconômicos e geopolíticos que facilitariam o surgimento bem-sucedido do Movimento de 1964. Por isso, que se obteve um êxito fabuloso.

A Revolução de 31 de Março foi de natureza interna ou houve alguma interferência externa?

Não houve interferência externa. Acredito, pelo fato do Brasil estar ligado aos Estados Unidos e a outros países da América e da Europa, no desenvolvimento da guerra fria, uma guerra sem fronteiras, que o nosso País, logicamente, devesse manter um vínculo político muito forte com o Ocidente, como um todo. Acontece, todavia, que

a Revolução de Março de 1964 surpreendeu os norte-americanos. Um Movimento, uma Revolução genuinamente brasileira que, na realidade, espantou o mundo por ter derrubado o comunismo ameaçador, de um dia para outro, sem derramamento de sangue.

Este Projeto de História da Revolução de 1964 é muito significativo, porque serve de exemplo, para estudo em toda escola militar de qualquer exército do mundo. Exportamos esse ensinamento de como anular uma ação solerte de subversão, de guerra revolucionária, de guerra psicológica, de técnicas destrutivas comunistas, através da determinação de um punhado de homens.

É interessante que se afirme novamente o fato de que sofremos a ação deletéria do comunismo internacional, exportado pela União Soviética, China e Cuba. Eles queriam expandir o Poder, dominar o mundo. A sua política imperialista, voltada contra a nossa democracia, contra a nossa liberdade, acabou derrotada. Foi um feito que atordoa, até hoje, os extremistas de 1964, além dos que atuaram de 1967 a 1973, e seus eternos simpatizantes, aqueles que não se cansam de enaltecer os comunistas, na busca insistente de transformá-los em heróis.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" do João Goulart, que era tão apregoado?

Pelo fato de ser um Presidente fraco, fraco sob todos os aspectos, cercou-se de um "esquema militar" que se revelou tão débil como era o próprio Presidente. Aquele pessoal que tinha um vínculo com o Governo, ou administrativo ou por interesse, este fora criado em cima de impulsos escusos, onde os interesses da Nação não estavam presentes nem de longe.

Em conseqüência, o propalado esquema era da boca para fora, não tinha substância nem base, vindo a ruir diante da determinada participação das Forças Armadas, instigadas pelo chamamento incisivo do povo.

O "esquema" de Goulart caiu em 1964, de podre, como caiu, mais tarde, o Muro de Berlim, com seus 46 km de extensão, onde morreram tantas pessoas tentando fugir do comunismo.

Mais ou menos parecido com o que acontece, até hoje, em Cuba, de onde as pessoas fogem, desesperadas, em frágeis embarcações, com a esperança de deixarem o inferno...

Então, na realidade, o que aconteceu? O "esquema" era um engodo, como o comunismo foi o maior engodo praticado contra a Humanidade. Esta é a grande realidade!

Ao contrário do "esquema militar" de Jango, a "chefia e liderança" do Movimento Revolucionário de 31 de Março ficou patente?

Não tenho dúvida, especialmente com a participação de líderes civis e militares do gabarito de Castello Branco, Carlos Guedes, Mourão Filho, Garrastazu Médici, Marechal Denys, Governador Magalhães Pinto, Coronel José Geraldo, Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, José Maria Alkmin, que se tornou Vice-Presidente da República e o grande político Milton Campos.

Essa plêiade de líderes exerceu uma influência muito grande nos comandos subordinados e também nos demais escalões. Uma influência altamente positiva pelo exemplo dado, porque o exemplo arrasta multidões. Então, o que é que aconteceu? A presença atuante desses homens influenciou todas as lideranças subordinadas e até mesmo o meio civil, numa identidade de propósitos que contribuiu para que houvesse uma inter-relação muito forte entre a 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, a AMAN, sob o comando do General Médici e o II Exército, de São Paulo, num todo que concorreu decisivamente para a sustentação da Revolução de 31 de Março, quando foi desencadeada.

Como o Senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Uma decisão do General com o apoio de seus comandados, de suma importância. Por ser a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) centro formador de futuros líderes, chefes e comandantes (cadetes) e possuidora de pessoal altamente qualificado (instrutores), sabidamente conhecedores da gravidade da situação nacional, tinha o General Médici condições de empregá-los, desde que fosse necessário. E o General, em tempo hábil, empregou seu pessoal rapidamente, ocupando, no Vale do Paraíba, uma posição defensiva, de modo a impedir o encontro do GUEs (Grupamento de Unidades Escolas) com as tropas de São Paulo que demandavam o Rio de Janeiro.

Exatamente e, no momento em que ele entra em posição, que conseguiu a adesão de subunidades do Rio, levantou o moral do pessoal de São Paulo, que pensava bater de frente com o Rio de Janeiro gerando um choque terrível.

Choque que não houve felizmente, graças ao papel da AMAN.

A Revolução robusteceu a união e a coesão dentro das Forças Armadas?

Sem dúvida nenhuma. A Revolução gerou forte coesão não só nas Forças Armadas, mas, também, na população que havia sentido na própria pele os prejuízos decorrentes da subversão provocada pelos comunistas. Com a Revolução, se restabeleceu o princípio da autoridade, encarnada pelo Presidente Castello Branco, pelo seu exemplo, pela sua dignidade. As agitações foram imediatamente contidas e houve uma série de procedimentos em benefício da população sofrida.

E a mídia apoiou o Movimento?

O Movimento de 1964 recebeu grande apoio da mídia. Aconteceram problemas, como o ocorrido em Minas Gerais. Refiro-me ao jornal *Binômio,* de baixíssimo nível, de responsabilidade de um jornalista, também de baixo nível, comunista ferrenho, chamado José Maria Rabelo. O General João Punaro Bley fez uma palestra no Quartel-General, para militares e civis e, no dia seguinte, o jornal desconsiderou e ofendeu o General. O pessoal de Belo Horizonte já conhecia a maneira do jornalista ofender as pessoas, caluniar. No outro dia, o General foi ao Jornal, com o motorista, e José Rabelo, junto com seu grupo, desacatou e agrediu o General Punaro.

O General, ao voltar para o quartel, não conseguiu evitar que um oficial percebesse a agressão acontecida, o que motivou, em última análise, o empastelamento do jornal, que nunca mais funcionou. E a população de Belo Horizonte gostou dessa represália, porque o tal jornalista tinha a mania de caluniar, insultar e difamar as pessoas.

O senhor acha que o termo Revolução é correto? Como é que o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março?

Acho que o termo revolução é muito correto porque significa um processo de transformação da sociedade, significa uma transformação econômica, política e social profunda, além de eminentemente moral.

O moral estava tremendamente abalado. Então, a Revolução de 1964 teve esse sentido. Eclodiu sem exterminar ninguém, porque não era um movimento baseado em ideologia, como a de Fidel Castro, em Cuba, que exterminou a parcela da população que não a aceitava. Na Hungria, morreram milhões de pessoas; na própria Rússia, a revolução comunista matou 30 milhões de pessoas internamente e, fora do território russo, 100 milhões; nunca se viu nada parecido na história da humanidade. Em nosso País, durante a Revolução, quem partiu para a luta armada foram os subversivos, dentre os quais morreram trezentos e, entre os nossos duzentos, números que não têm termo de comparação com as revoluções tramadas e realizadas pelo MCI.

Não possuíamos essa idéia de extermínio, comum na ideologia totalitária comunista. O espírito do Movimento de 1964 era patriótico, de defender a Nação, de defender o povo brasileiro, para poder viver em paz, em uma democracia sadia; o espírito das Forças Armadas era esse.

A nossa Revolução foi uma Revolução, porque modificou radicalmente o Brasil, levou-o, por exemplo, à posição de oitava economia do mundo, quando éramos a 48ª.

Os governos da Revolução eram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

A Revolução teve governos presididos por militares e constituído por ministros civis, respeitados pela competência. Então, nunca houve governo militar em nenhuma fase do período revolucionário.

E quais foram os benefícios que a Revolução trouxe ao País, além de todos aqueles que o senhor já citou?

O grande benefício proporcionado pela Revolução foi a anulação do chamado MCI – Movimento Comunista Internacional – em nosso País. Esse foi o seu grande mérito no campo político. O Brasil tornou-se um grande canteiro de obras, principalmente na década de 1970, período áureo da engenharia brasileira. Nunca se construiu tanto como nessa época – grandes estradas, portos marítimos e fluviais, construção e ampliação de aeroportos, construção naval, nasceu a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) essa companhia excepcional que faz grandes pesquisas no campo dos alimentos, com tecnologia avançada, empregada por consagrados profissionais formados nesse período. Dezenas de hidrelétricas foram construídas, como a de Tucuruí e, sobretudo, a Itaipu Binacional, que atende ao Paraguai e à Região Centro-Sul do País, ou seja, mais de dez estados da Federação. Sem a hidrelétrica de Itaipu, não contaríamos com a infra-estrutura necessária no campo energético para o crescimento econômico que se obteve no período revolucionário. As nossas empreiteiras tiveram um grande trabalho durante todo o período, gerando uma infinidade de empregos.

Fizemos, também, hidrelétricas menores, mas de grande importância, como a do Funil, complementada pela Nhangapi, no Vale do Paraíba.

Nasceu a Zona Franca de Manaus, trazendo um impulso para a economia da capital e do Estado do Amazonas como um todo.

Outra obra de vulto foi a Transamazônica, que hoje criticam, mas ali deu-se a partida para a arrancada no sentido da integração da Amazônia ao restante do País. Se a chamada nova república desse prosseguimento àquele trabalho pioneiro em plena selva, estaríamos com a Transamazônica em outra situação, mas ninguém cuidou mais de sua manutenção.

Além disso, é bom que se diga, nasceram grandes universidades brasileiras, em nossas cidades. E com as telecomunicações o que aconteceu? Nós que éramos, digo e repito isso várias vezes, nós que éramos o quinto pior do mundo em termos de telecomunicações, o quinto país pior do mundo, passamos a ser o quinto melhor do mundo em termos de telecomunicações. Espetacular avanço, com reflexos até nos dias de hoje.

Antes da Revolução, não conseguíamos falar de Resende para o Rio de Janeiro. No início da década de 1960, ficávamos naquela fila interminável na Academia, esperando a hora de falar com o Rio e, muitas vezes, íamos dormir sem completar a ligação.

Criou-se o Banco Central, antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o BNH – Banco Nacional da Habitação, que passou a desenvolver um plano espetacular de construção de moradias, para as classes média e pobre:

Quanta gente conseguiu comprar o seu apartamento através do BNH.

E houve uma deputada que fez um grande trabalho nessa área, Sandra Cavalcante. Essa mulher trabalhou muito. Veio do grupo do Lacerda e se integrou ao Governo Federal. Mulher muito inteligente, fez um trabalho louvável e muita gente foi beneficiada, naquele período, com a criação do BNH.

Ressalto, mais uma vez, que a grande conquista da Revolução foi anular as ações subversivas comunistas, as quais, diga-se de passagem, eram constantes, progressivas, permanentes e presentes em todo o território nacional. Uma verdadeira guerra dos comunistas contra o povo brasileiro, apoiada do exterior.

O País sofreu em todos os seus Estados esse problema terrível de enfrentar as ações do Movimento Comunista Internacional. Com a Revolução, nasceu novamente a liberdade da nossa gente e fortaleceu-se a justiça social, que fora muito prejudicada.

Hoje, a Colômbia é um país que está sofrendo muito, o que nós não desejamos que aconteça aqui; os guerrilheiros conseguiram formar, dentro da Colômbia, uma zona liberada, um estado guerrilheiro dentro do estado nacional. A Colômbia tem, portanto, um grave problema a resolver. E todo mundo sabe que o guerrilheiro na luta pela sua causa comete qualquer tipo de crime. Para ele, o importante é a derrubada do governo legal, não medindo conseqüências para atingir esse desiderato.

Já os guerrilheiros, aqui no Brasil, criaram a guerrilha de Xambioá, a guerrilha de Caparaó, mas os brasileiros, em tempo oportuno e com determinação, acabaram com o projeto deles de criar zonas liberadas em nosso território.

Por outro lado, enfrentamos os terroristas, um tipo de gente sem o menor escrúpulo, verdadeiros débeis mentais, que agem covarde, solerte e impiedosamente, espalham o pânico, o terror, assassinam inocentes, tudo pela causa.

Em todo o nosso território, as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil, os homens e as mulheres enfrentaram esse tipo asqueroso de gente, muitos dos quais morreram na luta contra os terroristas, que tudo fizeram para espalhar o pânico em nossa Pátria. Tantos brasileiros dignos morreram por ela e, no entanto, os homenageados pelo atual Governo foram os terroristas e guerrilheiros traidores. O principal traidor, o desertor Lamarca, roubou armas do quartel em São Paulo – 63 fuzis, cinco

metralhadoras – e munição, aliciou sargentos, cabos e soldados, traiu a Nação e matou o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar, com violentas coronhadas na cabeça, esfacelando-a totalmente. Além de tudo isso, traiu o Comandante dele e os amigos com quem convivia.

O Coronel Lepiani, um homem puro, que acreditou nele. Inclusive houve uma senhora de um sargento, a qual levou o problema ao Coronel, que não encaminhou a denúncia para frente, achando que se tratava de um equívoco da referida senhora.

Foi necessário, portanto, eliminar os traidores, Lamarca e o tal de Marighella, os quais muitos crimes cometeram contra a Nação brasileira. Foi dura a luta para vencer esse pessoal altamente nocivo à vida nacional.

A bomba do aeroporto de Recife, que matou um jornalista encarregado da cobertura da chegada do General Costa e Silva naquela cidade, foi outra ação terrorista sobre a qual os comunistas evitam falar. A luta foi vencida afinal, mercê de muito sacrifício e determinação.

Quais foram os erros cometidos pela Revolução?

Erros foram cometidos fruto da inexperiência inicial, porque a guerra revolucionária moderna pegou as Forças Armadas meio de surpresa. Enquanto as Forças Armadas agem dentro da lei, respeitando a população, respeitando o Judiciário, respeitando os políticos, os comunistas, no seu trabalho sub-reptício, não têm limitações. A tomada do Poder justifica tudo.

Por outro lado, alguns erros deveram-se à complexidade dos problemas brasileiros e as dificuldades em consolidar a coesão no extenso território nacional. Por exemplo, um erro aparente da Revolução diz respeito à permanência por muito tempo no Poder. O ideal é que tivéssemos saído logo após o Governo do General Médici, quando o ato seria muito favorável, mas aconteceram problemas gravíssimos nesse período, com o desencadeamento do terrorismo seletivo e sistemático, que criava o pânico na população. Esse quadro exigiu que o período revolucionário se estendesse.

Veio a crise do petróleo. Duas crises, uma em 1973/1974 e a outra já no Governo Figueiredo, a segunda crise do petróleo, a partir de 1980, as quais dificultaram bastante, porque ficou tudo muito difícil em face do preço muito alto do barril.

Quando o General Geisel assumiu o Poder foi a primeira crise. O petróleo estava custando três dólares o barril e, mais para frente um pouco, passou a 12 dólares, mas o General Geisel conseguiu levar o Governo a bom termo apesar da crise. Já a segunda crise, ocorrida na década de 1980, trouxe conseqüências negativas para o último Governo da Revolução.

A Revolução não entrou na batalha da comunicação social? Por quê?

Entramos, mas sem uma participação efetiva, no trabalho da comunicação social. Teria que ter sido feita maior divulgação dos fatos que consagravam os governos revolucionários, principalmente por meio da televisão, meio ideal para divulgar tudo e a população mostrava-se ávida por conhecer melhor as realizações que estavam transformando o Brasil. Deixamos de mostrar grandes realizações essa, para mim, uma grande falha e tinha que tornar visível a intromissão na política brasileira feita por Fidel Castro, a verdadeira face deste ditador, que, desde 1961, estava trabalhando junto ao Governo João Goulart para, justamente, transformar o Brasil na tal república sindicalista.

O próprio Castello achava que o povo tomaria conhecimento de tudo naturalmente, o que não é verdade.

Tem que mostrar, inclusive fazer a divulgação dos acertos e dos obstáculos enfrentados. Então, o objetivo principal não era só apresentar feito, mas mostrar, também, os óbices, as dificuldades, a ação do inimigo interno e externo e isso foi uma falha de nossa parte. Faltou divulgação...

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, particularmente na década de 1960 e 1970, fundamentalmente na década de 1970, destacada como a melhor da história econômica do Brasil por renomados conferencistas da ESG, como, por exemplo, o Professor João Manuel, da Unicamp, não têm nenhuma divulgação hoje. Por que esse trabalho imenso está esquecido totalmente? É o "revanchismo"?

Para mim, caracteriza "revanchismo". Mas vejo com naturalidade que aqueles que foram derrotados pela Revolução não queiram reconhecer qualquer valor no Movimento que lhes bloqueou a tentativa de tomada do Poder. Cabia a nós, quando tivemos a oportunidade de mostrar, fazê-lo sem cerimônia. Não o fizemos e o adversário, hoje, vai tentar esconder das atuais gerações e das futuras os grandes feitos da Revolução.

O AI-5 era necessário quando surgiu?

O AI-5 foi extremamente necessário, porque os juristas, diante da crise, da situação de desafio ao Movimento revolucionário, criaram-no para fazer face ao inimigo, que partira novamente, para o confronto. A ação dos terroristas, em escalada nítida, a partir de 1968, com atentados, seqüestros, assaltos a banco, com as explosões, cada vez mais constantes, de bombas em quartéis e em bancas de jornais, dentre os quais *O Estado de São Paulo,* atingido duas vezes, obrigou a reação da Revolução através da decretação do AI-5. O AI-5 foi, portanto, uma resposta ao terrorismo inconseqüente, apoiado do exterior.

Como é que o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações – os DOI?

Não há organização que possa funcionar bem sem informações. Um país precisa contar com um sistema de informações perfeitamente integrado e coordenado por um órgão central. A Revolução, sabiamente, criou o Sistema Nacional de Informações e o seu órgão diretor.

Em face da intensificação da guerrilha, do terrorismo, de ações destrutivas, da influência de Cuba, atuando aqui, para subverter a ordem e provocar a guerra revolucionária por meio de dezenas de organizações terroristas clandestinas, de extrema esquerda, o sistema de informações cresceu de importância na neutralização de todas essas células comunistas, calcado em dados e conhecimentos confiáveis, obtidos com oportunidade.

A ação contundente para buscar as informações a respeito dessas organizações terroristas exigiu a criação dos DOI, pertencentes aos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), cujo espírito único era estruturar a Nação para defender-se dos inimigos movidos pela ideologia comunista.

Os inimigos eram tão obcecados que se sentiam no direito de agir como "justiçadores", matando aqueles que resolviam deixar o Movimento.

Realmente, assassinaram vários brasileiros pelo fato dos mesmos terem renunciado ao terrorismo.

Muitos que falavam em Revolução, como certos jornalistas famosos, hoje, só se referem à ditadura, aos "anos de chumbo". Como o senhor vê isso?

Hoje, muitos dos que falam em ditadura, "anos de chumbo" são, sobretudo, os que deixaram o País para dar aula na Europa, com predileção por Paris, que abrigou uma grande quantidade deles. Muitos que, hoje, se dizem banidos foram para o exterior, voluntariamente, criticar e difamar o País. Depois, voltaram, querendo se apresentar como heróis, o que é simplesmente grotesco.

E eles, antes, defendiam justamente as ditaduras como era o caso das ditaduras totalitárias de ideologia comunista.

Eram exatamente adeptos das nações que exportavam a subversão e a luta armada.

A gente não entende como é que eles mantêm uma posição de duplicidade: criticam atos de força e vivem homenageando os ditadores, chamando de comandante ou de presidentes, o ditador de Cuba, Comandante Fidel Castro, Presidente Fidel Castro. Que presidente é esse que está há mais de quarenta anos no Poder, sem qualquer tipo de eleição!

Não mantêm a menor coerência. São de um cinismo impressionante.

As Forças Armadas durante o período revolucionário se aproveitaram da situação? Auferiram alguma vantagem?

As Forças Armadas foram compelidas pelo povo a assumirem o Poder, representadas pelos presidentes militares, que não tiraram nenhum proveito pelo fato de terem recebido a responsabilidade pela condução do País. Da mesma forma, as Forças Armadas não tiveram a menor vantagem, a não ser a satisfação de terem impedido a comunização do nosso País e terem contribuído para o nosso crescimento e paz social.

Deu-se sempre a prevalência daquela idéia-força: máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança. Então, para os quartéis, também vinha muito pouco. Foi justamente, na Revolução, que começamos a receber menor quantidade de meios materiais, porque os recursos eram destinados ao crescimento do País.

Para dar o exemplo, estivemos sempre apertando o cinto, passando o tempo todo com o cinto apertado, não é isso? Para permitir maiores gastos no campo do desenvolvimento, a segurança ficou, digamos, prejudicada no período da Revolução. Essa é que é a verdade.

A conjuntura internacional acelerou a abertura política. Como o senhor viu a abertura do Geisel e depois do Presidente Figueiredo? Como o senhor interpreta essa parte do desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

O desengajamento, como disse, foi um pouco demorado em decorrência da guerrilha, do terrorismo, da ação deletéria do comunismo internacional em nosso País. Houve a demora, mas a promessa feita pelo Presidente Figueiredo, quando assumiu, cumpriu à risca; obedeceu ao compromisso de passar o Poder e passou.

A expressão militar investiu-se da expressão política do Poder nacional, por contingências da época.

E a partir de 1985, com a Nova República, surgiu, como vimos, o chamado "revanchismo" por parte dos políticos, crescendo, ao passar dos anos, em progressão geométrica.

Entendo que há um "revanchismo" gritante, que a população percebe, por mais ingênua que seja. Também nota o sucateamento das Forças Armadas.

Com a queda do Muro de Berlim, o comunismo desapareceu ou não? Qual a situação do comunismo no Brasil nesse contexto?

O termo "comunista" não deveria existir mais, pelo menos no Brasil; não deveria nem aparecer nos dicionários. Assassinaram, dentro da Rússia, 30 milhões e, fora da Rússia, 100 milhões. Não há explicação. Creio que o comunismo está extinto. Agora,

por outro lado, a população brasileira deve ficar atenta porque os extremistas, como é o caso dos comunistas, são insaciáveis. Não pode ficar acomodada e descuidada.

As Forças Armadas têm sido reconhecidas, em pesquisas, como instituições do maior crédito. Como analisa o fato em relação à imagem do Exército?

Não só a Força Terrestre, mas as Forças Armadas como um todo têm tido uma atuação realmente elogiável. Elas estão nos quartéis, adestrando-se, com todas as dificuldades e têm uma consciência muito grande de tudo que representam e representaram para o Brasil, pela atuação na Revolução de 1964. Se não fosse as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro e é bom que se repita, as Polícias Militares, a Polícia Civil, as mulheres, os professores, os alunos de bem, o País seria transformado numa república sindicalista.

Afirmamos com muita humildade: "Sem a Revolução de 1964, a história do comunismo mundial seria outra." Os comunistas teriam obtido grande prestígio no mundo. Um câncer ideológico que começou em 1917, na Rússia, e terminou em 1989, 72 anos depois, tendo representado uma enorme desgraça para o mundo, uma grande mentira, uma terrível falácia, um gigantesco engodo.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Desejo registrar que nós brasileiros, os autênticos brasileiros, muito nos orgulhamos de nossa participação na Revolução de Março de 1964, que evitou, no momento propício, a comunização de nosso País, para a qual caminhava, com celeridade, contando com o apoio do Governo deposto. Ela teve excepcional importância para a História do Brasil, bem como para a história do mundo. Conseguimos com os nossos próprios meios, com a grande capacidade do homem brasileiro e da mulher brasileira, com o apoio das Forças Armadas, em particular do Exército, superar a guerra civil, as convulsões e fazer com que o País voltasse à plena democracia e à ordem tão almejadas. A nossa mensagem final é de louvor à Revolução de Março de 1964, por tudo que realizou para o bem do Brasil.

Coronel Reynaldo De Biasi Silva Rocha

- Natural da Cidade de Vila Velha, ES.
- Comandou o 12º Batalhão de Infantaria em Belo Horizonte, MG e chefiou a 3ª Seção da 4ª Brigada de Infantaria e da 4ª Divisão de Exército (4ª DE), ambas com sede, também, em Belo Horizonte. A 4ª Brigada foi, depois, transferida para Juiz de Fora, MG, e a 4ª DE transformou-se em 4ª RM/DE, com a transferência da 4ª Região Militar (4ª RM) para a Capital do Estado.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era 1º tenente, servindo no 10º Regimento de Infantaria (Juiz de Fora, MG). Na eclosão da Revolução integrou a Companhia que se deslocou, na vanguarda do Destacamento Tiradentes, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2000.

Inicialmente desejo me manifestar dizendo que sou uma pessoa muito calma, muito controlada, mas hoje sinto uma certa emoção e parece que estou vivendo aquele dia 31 de março, no meu 10º Regimento de Infantaria (10º RI), quando nós nos preparávamos para sair do quartel.

Hoje à noite, quando deitei, me tocou funda emoção, e é como me sinto agora, muito satisfeito em falar de um Movimento puro, íntegro, que tanto fez pela Nação, e que temos que manter sempre enaltecido, sempre lembrado, para que as jovens gerações absorvam o que passamos, e mantenham sempre dentro de si aquele pensamento de que salvamos o Brasil do comunismo, através dos governos revolucionários, de que muito fizemos pela nossa Pátria.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Desde meados de 1961 eu era integrante do 10º RI. No início de 1964, era 1º Tenente, Instrutor do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) de Infantaria da minha Unidade. Entre nós, havia uma grande inquietude pela situação vivida pelo Brasil, advinda, particularmente, da revolta dos sargentos, ocorrida, em setembro de 1963, na cidade de Brasília, que trouxera uma real apreensão ao nosso quartel.

É uma coisa interessante como dois sentimentos me dominavam: um sentimento de vergonha – estava envergonhado pela minha inação, de não ter ainda tomado uma posição – e uma vontade forte, um senso de responsabilidade acentuado de dizer: "Temos que salvar o País."

Uma curiosidade: em um contato com o meu futuro sogro, um pouco antes do meu casamento, disse: "Coronel Pinho, se não for tomada uma providência logo, vou participar do primeiro bando armado que for à rua se insurgir contra esse governo." O meu sogro até procurou me controlar, mas eu já estava tão revoltado que foi o que senti na época.

Éramos tenentes do 10º RI, sem experiência. Como desconhecíamos as estratégias e táticas comunistas, valeu muito a presença de alguns oficiais que lá serviam, e gostaria de destacar os capitães de Infantaria Ítalo Mandarino e Ney Castro e Silva Fassheber, e os capitães COR (Curso de Oficial da Reserva) Pedro Prado Perez e Almenor Pereira Guimarães – oficiais da reserva oriundos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foram à Segunda Guerra Mundial e, quando retornaram, com um estágio especial, passaram a integrar os quadros da ativa. Eles eram muito estimados e, realmente, se constituíram nos nossos líderes no Regimento.

Pesaram muito, também, as palestras que o General Mourão, Comandante da 4ª RM/DI, realizava em seu Quartel-General (QG), congregando a oficialidade da guar-

nição e civis influentes da cidade. Ele nos transmitia, nos ensinava, nos doutrinava, e incutia em todos nós aquele ideário anticomunista.

Em nosso quartel, o Coronel José Bretas Cupertino, que era o Comandante, fora substituído pelo Coronel Clóvis Calvão da Silveira, oficial leal ao esquema de João Goulart. O Subcomandante, Tenente-Coronel Eurico Américo da Silva Bastos, também era um oficial esquerdista, e se ombreava com o Comandante.

Nós, sabedores dessas tendências do Coronel Calvão e do Tenente-Coronel Bastos, fingíamos obedecer às ordens, mas, na realidade, fazíamos o que achávamos que tínhamos que fazer, fingindo aceitar. Então, eles não tinham nenhuma ascendência sobre a oficialidade.

A área logística do quartel também se preveniu. Tínhamos lá, com muito orgulho, com muito prazer, o 2º Tenente Hilton Nocchi Abreu, e ele, na calada da noite, pelas madrugadas, ia estocando suprimentos, preparando tudo sem ser observado, já aguardando a saída que sabíamos que, em breve, iria ocorrer.

No dia 31 percebemos que estava próxima a Revolução. Começamos a ver movimentação, bem cedo, na rua, viaturas se deslocando, nos dando uma sensação de que seria naquele dia. Antes, o Comandante da minha Companhia, a 2ª Companhia de Fuzileiros, Capitão Mandarino, tinha dito que eu ministrasse uma instrução de combate à baioneta, às 7h da manhã. Nessa instrução, usei a seguinte expressão: "Quem quer 'passar fogo' nos comunistas levante o fuzil", e toda a Companhia levantou o fuzil. Realmente, já vínhamos fazendo uma certa doutrinação.

Foi dado o toque de oficiais, nesse dia 31 de março de manhã. Quando nos encontramos, em frente ao pavilhão de comando – eu, o Tenente Rômulo Bini Pereira e o Tenente Álvaro Henrique Vianna de Moraes, que viriam a ser generais, presentes outros oficiais, entre eles os tenentes Costa e Roberto, já falecidos –, percebendo que aquele toque poderia ser uma armadilha para nós, combinamos o seguinte: "Vamos prender o Coronel." Então, nós, que estávamos embaixo, partimos preparados para prender o Coronel Calvão.

Quando chegamos, percebemos um companheiro nosso junto ao telefone, bloqueando qualquer contato do Comando com o Governo Goulart. Então, ali nos asseguramos de que, no quartel, o telefone estava bloqueado. Naquele tempo, havia um único telefone para receber as ligações externas.

O Coronel Calvão, taticamente, sentindo a nossa maneira de pensar, tentou ganhar tempo, disse que iria sair conosco e que desse um passo à frente quem quisesse participar do movimento. Todos o fizeram, menos o Tenente-Coronel Bastos, seu Subcomandante.

A 2ª Companhia de Fuzileiros, sob o comando do Capitão Mandarino, foi destacada para cumprir uma missão de grande importância, antes do deslocamento da

tropa da guarnição, e eu fui enquadrado nessa Companhia, onde já me encontrava há um ou dois dias.

Ali fui, oficialmente, integrado à Companhia, comandando o 1º Pelotão de Fuzileiros. Do íntegro Capitão Mandarino, recebemos a síntese da missão: "Apossar-se ou conquistar e manter, a qualquer custo, a ponte sobre o rio Paraibuna." A mesma situava-se no limite entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, na Rodovia União-Indústria, que era a rodovia da época.

Quando nos preparávamos para sair do quartel, percebemos a presença do General Mourão, que destituiu o Coronel Calvão do comando e o conduziu para o Quartel-General. Ficamos, também, muito entusiasmados e confiantes, ao vermos no comando da tropa que se deslocaria para o Rio de Janeiro, o íntegro e respeitado E3 da 4ª RM/DI Coronel Everaldo José da Silva, oficial ex-combatente, herói da FEB, militar de grande valor moral e profissional que, posteriormente, promovido a General, comandou a 4ª Brigada de Infantaria.

Nós nos deslocamos rapidamente para a região em questão e, entre 12h e 13h, nos apossamos da ponte, por não existir a presença do inimigo. Ocupamos seus dois lados e ali permanecemos.

No início da tarde, chegou à área um pelotão de fuzileiros do 1º Batalhão de Caçadores (1º BC), de Petrópolis, Unidade contrária a nós, comandado pelo 2º Tenente Hélio Seabra Monteiro de Barros – muito conhecido pelo seu apelido Toró – que se postou a 200m da ponte, do lado fluminense.

Em dado momento nós, aos gritos, combinamos um encontro em um local intermediário, acompanhado de alguns militares, e eu, conversando com ele, usei a seguinte expressão: "Ó Monteiro de Barros! Você está do lado dos comunistas?!" Ele se surpreendeu, porque tinha sido recém-classificado na Unidade; e nós continuamos naquela conversa, naquele diálogo, ele me fazendo muitas perguntas.

Depois de um certo tempo, ele pensou e falou com os seus sargentos: "Acho que o pessoal da tropa mineira, aqui, está certo. Vamos passar para o lado de lá?" E os sargentos talvez muito ciosos, orgulhosos, de pertencer ao tradicional 1ª BC de Petrópolis – teve um que chorou, inclusive, pelo amor que ele tinha à Unidade – não quiseram. E o Tenente Monteiro de Barros passou a função do comando do pelotão ao sargento adjunto e cruzou para o nosso lado, foi um fato muito significativo.

Interessante! E ele veio, sozinho, para o lado de cá?

Sim. Ao final da tarde, chegaram tropas do 1º BC e ocuparam o terreno após a ponte, no lado do Rio de Janeiro, debaixo do grande paredão de pedra negra que lá existe, um lugar realmente muito bonito.

Quem comandava a Unidade era o Coronel Kerenski.

E, à noite, ele, que era partidário realmente do Governo Jango, acompanhado de alguns militares, encontrou-se comigo. Eu estava na estrada, próximo à linha de contato. Kerenski já me conhecia, tínhamos estado lá em Petrópolis em competições esportivas. Ele disse:

– Viemos tomar a ponte do Paraibuna.

– Coronel, infelizmente a ponte já foi tomada; o senhor, por favor, aguarde, que vou cientificar o nosso Comandante da sua presença aqui – respondi.

O comando do 10º RI estava com quem, a essa altura?

O Coronel Calvão foi preso e o Coronel Everaldo saiu à testa. Eu o vi à frente; então, ele devia ser, realmente, o Comandante da Unidade, porque a nossa tropa, 2ª Companhia de Fuzileiros, se deslocou independente, com rapidez para chegar à ponte o quanto antes. Tínhamos que tomar a ponte, combatendo, se preciso fosse.

Mais tarde ficamos sabendo que o 1º Tenente de Infantaria José Rodrigues, Comandante de uma subunidade do 1º BC, tinha sido preso, porque queria passar com a Companhia para o nosso lado. Demonstrou o seu valor, teve coragem, decisão e acabou sendo preso pelo seu comandante de Batalhão, Coronel Kerenski.

O nosso Comandante de Companhia, o Capitão Mandarino, que eu considero arrojado e valoroso, percebendo que aquela situação estática do Destacamento Tiradentes iria permitir aos adversários cerrar tropas para deter o nosso avanço, por várias vezes se expressou comigo da seguinte maneira: "De Biasi, precisamos abrir fogo o mais rápido possível, para reiniciar o avanço; vou falar com os nossos superiores a respeito."

Mais tarde, soube que o 4º RO 105 AR (4º Regimento de Obuses 105 mm Auto-Rebocado), atual 4º GAC (4º Grupo de Artilharia de Campanha), tinha cerrado e entrado em posição para bombardear as tropas do 1º BC, que estavam sob o paredão de pedra.

Desejo destacar a presença marcante dos irmãos Fassheber: o Capitão de Infantaria Ney e o 1º Tenente Frederico. Este último não pertencia à Unidade e eu não sei se, na época, ele estava em licença para tratamento de saúde. Acabou sendo reformado pouco tempo depois. Mas eles estavam ali, animando todos nós, junto de nossas posições avançadas, em contato com as primeiras frações do 1º BC. As palavras deles, tenho certeza, calaram fundo nas mentes daqueles militares: "É, fico pensando nas placas de pedras que vão cair em cima de vocês quando começar o bombardeio da Artilharia." E vimos olhares bastante ansiosos e assustados do pessoal que estava do lado de lá.

A noite avançou e, quando amanheceu, percebemos que a tropa do 1º BC tinha desaparecido, ninguém mais estava na frente do paredão.

No dia 1º de abril, cedo, após acolhermos o 1º Regimento de Infantaria (1º RI), que aderira ao Movimento, reiniciamos o deslocamento e fui designado, realmente, para comandar o escalão de reconhecimento da vanguarda do Destacamento Tiradentes.

Na entrada de Três Rios, cidade que oferece várias opções rodoviárias, entramos em posição de combate, na expectativa de enfrentar tropas adversárias. Ficamos algum tempo aguardando e prosseguimos, sem resistências.

À frente, em Areal, nos defrontamos com as tropas das forças antagônicas.

O Major Alirio Granja, um pára-quedista, ex-combatente da FEB, que era parlamentar do adversário, em encontro com superiores nossos, que se achavam nas minhas proximidades, disse:

– Vamos resistir às tropas mineiras, e daqui nós não saímos.

Depois de algum tempo, de um diálogo que a nada conduzia, o Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho, febiano, Comandante do 11º RI – Unidade de Infantaria que se deslocou para Areal – manifestou-se da seguinte maneira:

– Vocês estão "enchendo o saco"! Se vão resistir vamos atacar agora.

Pouco depois, ouvi o comando: "Preparar para o ataque", e a nossa tropa deslocou-se para o pé da encosta da elevação com que nos defrontávamos. O Major Granja questionou:

– Vocês vão mesmo atacar?!

– Sim – responderam os nossos chefes.

– Dê-nos uma hora para nos retirarmos - pediu o Major Granja.

– Vocês têm trinta minutos para sair da frente, ou passaremos por cima - completaram os nossos comandantes.

Sem demora, as tropas contrárias se afastaram, retornando ao Rio de Janeiro, e o Destacamento reiniciou o Movimento.

Essa tropa, em que estava o Major Granja, pertencia a que Unidade?

Havia uma Bateria de Artilharia, apoiando um batalhão de Infantaria, compondo um Destacamento, vindo do Rio contra nossas tropas.

Devo ressaltar que, quando havia uma parada da nossa coluna, procurávamos fazê-la crescer, porque todo caminhão de combustível que vinha do Rio de Janeiro, inocentemente se deslocando em direção a Belo Horizonte, dava meia-volta e entrava na coluna, maneira encontrada de arranjar o nosso combustível. Então, fomos pegando viaturas que nos interessavam, integrando-as à Coluna e descendo com ela bem híbrida, constituída de viaturas militares e civis.

À frente, num alto-horário da coluna, tivemos o prazer de encontrar o Capitão de Infantaria Edison de Oliveira Pimenta, pára-quedista, e o 2º Tenente, tam-

bém de Infantaria, Carlos Eduardo Pereira Peixoto, que eram oficiais que tinham servido conosco no 10º RI, e que, corajosamente, tinham chegado ao local por estradas secundárias, vindo se incorporar à Coluna, prontos para cumprir missão.

No trajeto para o Rio, fomos panfletados por um avião, incitando que deixássemos de cumprir o nosso intento e retornássemos. Depois, fiquei sabendo que íamos ser bombardeados por aeronave da Força Aérea, que viria do Rio de Janeiro. Por alguma razão que eu desconheço, acabou não acontecendo.

O deslocamento prosseguiu pela noite. Ao alvorecer do dia 2, adentrávamos à área urbana do Rio de Janeiro. Uma parcela do 10º RI se dirigiu para ocupar a Refinaria Duque de Caxias e a Fábrica Nacional de Motores, e a parcela da qual eu participava encaminhou-se para o estádio do Maracanã, onde ficamos acantonados.

Fomos alertados de que a nossa tropa iria permanecer no Rio de Janeiro, por desejo do Escalão Superior, pelo fato de ser uma tropa altamente leal, enquanto a situação no Rio se definia, naquele momento de mudanças nos comandos.

Alguns dias após, retornamos, extremamente satisfeitos, para Juiz de Fora, por termos cumprido a missão, com todo sucesso. Durante o deslocamento de volta, recebemos de um grupo de militares da 4ª RM/DI, quando nos aproximávamos de Juiz de Fora, a imagem de Nossa Senhora, que foi incorporada à Coluna vindo a entrar na Cidade, à frente de toda tropa, para alegria do povo que nos esperava. Naquele tempo, a religiosidade no Brasil era muito acentuada...

Findo esse acontecimento, permaneci no quartel incumbido das tarefas normais e, no segundo semestre de 1964, fui transferido para o 3º BC (3º Batalhão de Caçadores), em Vila Velha. Posteriormente, fui movimentado, em dezembro de 1966 para 1º/11º RI (1º Batalhão do 11º RI), que já não era mais Regimento, já era 1º Batalhão do 11º RI. Ao término da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1970, fui classificado e, já em 1971, apresentei-me ao 12º Batalhão de Infantaria (BI) onde, como Capitão, passei quatro anos, com orgulho, comandando uma Companhia Operacional, tipo SUOPES (Subunidade de Operações Especiais), nome que, mais tarde, passou a identificar essas Subunidades especiais.

Era uma Companhia especializada em combate contraguerrilha urbana e rural, e pronta para ser empregada em qualquer parte do território nacional. Foram anos dos quais não me esqueço, até acabei comandando o mesmo quartel no qual comandei essa Companhia.

Trabalhei até o final da carreira com simplicidade, dedicação e entusiasmo, procurando honrar os indeléveis ideais da Revolução de 31 de Março de 1964, com especial atenção ao exercício da liderança, à doutrinação anticomunista, à formação de nossa juventude militar e à preparação contraguerrilha da tropa, lembrando

aos companheiros e subordinados, em todas as ocasiões, a pureza e o amor à Nação que nortearam aquele Movimento.

Aprendemos bastante a respeito do Destacamento Tiradentes. Gostaria de recordar, aqui, o fato da adesão à Coluna por parte do Regimento Sampaio, que viera do Rio de Janeiro.

Na manhã de 1º de abril vimos o Regimento Sampaio chegando com as suas viaturas. Como fui atender a outras solicitações, não senti se ele passou em direção a Belo Horizonte, mas ele realmente aderiu à causa que defendemos e confraternizou-se conosco. Outro companheiro, na frente, nos disse, demonstrando alívio: "Ah! O pessoal do Regimento Sampaio esteve aqui, eles estão com a gente ..."

Porque, realmente, a nossa ID/4, Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, estava totalmente isolada. Tínhamos ido para frente sem saber bem o que estava acontecendo.

A saída de vocês foi realmente um lance no escuro.

Mas tinha que ser.

Tem uma coisa interessante, e isso eu gostaria de enfatizar. É um ponto de vista pessoal: diria que a Revolução de 1964 foi um Movimento de capitães e tenentes.

O ardor era dos tenentes e capitães. Os oficiais superiores estavam querendo sair com a gente, mas eles já tinham passado por outros "morros", em outras épocas, e já não tinham aquele entusiasmo que tínhamos. Notei isso em todos os tenentes, de todas as armas, e em todos os quartéis. A Companhia Leve de Manutenção, a Artilharia, o meu quartel, quando nos encontrávamos era uma "festa": "Vamos embora, vamos sair..." Era um ambiente de festa.

É, fundamentalmente, foi um movimento de capitães e tenentes.

Eu não queria afirmar isso, porque fico pensando: "Será que estou sendo justo em falar dessa maneira?"

Mas eu diria, complementando, que havia alguns oficiais superiores convictos – como nós, capitães e tenentes, que tínhamos a certeza de que era insuportável continuar naquela situação – oficiais importantes, especialmente os coronéis, por terem o comando, por terem influência. Então, tínhamos alguns majores, tenentes-coronéis e coronéis vibrantes que estavam conosco para enfrentar o que viesse; os outros, vamos dizer, seguiram a marcha dos acontecimentos.

É verdade. Nós, lá no quartel, combinamos que: "se, por acaso, nossos comandantes superiores falharem, sairemos, comandados por capitães e tenentes. Vamos levar esse Quartel para o Rio de Janeiro". Havia essa determinação.

E lá, na ponte do Paraibuna, conversando com os 2º tenentes Bini e Moraes, atualmente generais, combinamos o seguinte: se por acaso falhasse o movimento,

nós iríamos partir para a guerrilha, não voltaríamos aos quartéis, seríamos guerrilheiros dali para frente.

Eu queria complementar: meu pai comandava o 13º BC, de Joinvile, eu tinha um irmão no 1º BIB em Barra Mansa – Tenente Remo Rocha Filho – e o meu cunhado também servia no 13º BC. A nossa convicção era tanta que eu, com toda pureza de coração, pensava naquela época: "quem vier do lado de lá eu atiro. Que não venha meu pai ou parente, porque eu vou atirar".

Foi aquela convicção, não considero um lance de coragem, considero, sim, um sentimento de honra: Tínhamos que salvar o País, não podíamos ser comunizados, sabíamos como era nocivo o comunismo, aquilo não podia ocorrer.

Não podia continuar aquela baderna no País, uma falta total de autoridade, uma coisa terrível, insuportável, e o próprio civil cobrando de nós. Por isso, hoje fico irritado quando vejo falar que a Revolução foi feita pelas Forças Armadas.

O povo muito nos incentivou a sair dos quartéis.

Quais foram as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Meu pai, Coronel Remo Rocha, realmente tinha participado dos acontecimentos da Intentona Comunista de 1935, e ele já me falava sobre isso, sobre comunismo, sobre a traição dos comunistas em 1935. Mas, minha convicção, que fez com que partisse contra essa nova tentativa dos marxistas-leninistas, baseava-se, também, em três aspectos. Primeiro, o espírito intuitivamente anticomunista do povo brasileiro, avesso à brutalidade, à destruição dos valores familiares e ao sentido ateísta que caracterizava o regime marxista.

Um outro aspecto a ser considerado vem da luta pela democracia empreendida pela Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Trouxe-nos muito entusiasmo com a liberdade que o mundo passou a usufruir, depois da queda daqueles regimes brutais, que a FEB ajudou a derrotar. Então, notava um sentimento de liberdade muito grande, tínhamos aquela vontade de continuar livres. O terceiro aspecto, um privilégio do jovem militar brasileiro do pós-guerra, é que fomos amplamente preservados da influência do comunismo, pelas seguintes razões: não fomos contaminados pelas ideologias radicais que marcaram o período pré-guerra, como as defendidas por Prestes e Plínio Salgado.

Eu ouvia falar de Prestes, mas eram fatos remotos, não conhecia a sua periculosidade, e também a ideologia fascista, que orientou o integralismo de Plínio Salgado.

Outra razão muito interessante foi a inspiração marcante da imagem americana. O americano foi o grande vencedor da guerra aos olhos do mundo e ele era muito admirado nos seus valores e ideais de liberdade. Parece que estou querendo inventar,

mas houve uma grande propaganda americana na época da guerra, nos filmes de John Wayne e Errol Flynn, mostrando o militar americano como verdadeiro herói, através de filmes espetaculares; aquela propaganda tinha um grande efeito para nós, pois eram aqueles os filmes que assistíamos.

Como se vê hoje, o cinema americano sempre foi uma arma política, e eu não prestava atenção nisso. Com aqueles filmes, o americano nos passava a idéia de que ele tinha uma mentalidade correta ao apreciar os fatos.

Finalmente, outra razão que contribuiu para preservar da influência comunista o jovem militar brasileiro do pós-guerra foi o pronto repúdio que recebíamos do Exército a essa doutrina vermelha, sobretudo nos discursos contundentes que ouvíamos nas solenidades comemorativas da Intentona Comunista. Realmente, calavam fundo.

Quero destacar, dos três aspectos citados um pouco acima, o espírito anticomunista, inclusive que se percebia intuitivamente no povo brasileiro, que é um povo unido, criado e protegido por Deus. Nós somos livres e gostamos do livre arbítrio, assim como detestamos a brutalidade. Queremos a religiosidade, queremos a família, então esse sentimento já é do nosso povo, que não queria o comunismo. Não éramos só nós; todos, praticamente, pensavam assim. Nós, apenas, por termos a força, agimos e fizemos o que o povo tanto queria.

Então, a guerra fria, a bipolaridade, influiu, realmente, no Movimento de 1964?

Na minha opinião, acho que influiu como prevenção, ao mostrar o significado do regime comunista, embora eu entendesse, inicialmente, que a ameaça comunista era um problema a ser resolvido entre os Estados Unidos e a Rússia.

Até muito próximo à eclosão da Revolução, desconhecíamos, ainda, as estratégias, as táticas marxistas de atuação no Brasil e não conseguíamos aquilatar bem, avaliar, com convicção, os objetivos, o avanço comunista e o grau de risco que estava embutido nos fatos que ocorriam. Não conseguia perceber o real perigo, com toda a sinceridade.

A guerra fria parecia distante, e não tão ameaçadora ao Brasil. Ela, em si, não fez gerar, dentro do Exército, providências para o trabalho conjunto de doutrinação e treinamento para contenção comunista, tornando o Movimento de 31 de Março de 1964 um acontecimento genuinamente nacional.

E sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de março, como é que vivíamos aqui no País, no Governo João Goulart?

O Governo João Goulart procurava conduzir o nosso País para o modelo sindicalista. Todos deveriam ser sindicalizados, eles incitaram até os militares para se sindicalizar...

Eu sentia que João Goulart era um Presidente esquerdista, mas o radicalismo para a implantação do comunismo era nitidamente do Brizola. O Jango me parecia um homem mais moderado. Só senti a sua real periculosidade no comício da Central do Brasil.

Ali, começou a ficar bem claro que ele estava no mesmo "baú". A partir do comício do dia 13 de março, só não percebeu a sua verdadeira intenção quem não quis.

Isso. Eu já considerava o movimento trabalhista muito radical, fora de controle, tanto no meio urbano, como no meio rural. Uma coisa que se via com clareza é que a massa de manobra utilizada pelos comunistas era de operários. Naquela época, a juventude universitária, estudantil, não tinha essa presença; já havia radicalismo na juventude, mas era minoria.

Não sei se seria correto dizer que tínhamos uma sociedade avessa ao operário violento. A sociedade não aceitava aquelas palavras de ordem que vinham dos sindicatos, do operariado, em favor da greve e da violência. Esse procedimento não atraía simpatia, ao contrário, era repelido pela sociedade.

Antes de 31 de março de 1964, os operários é que eram extremamente aguerridos...

Porque eram justamente alvo de toda atenção do Governo, que apoiava abertamente tudo que o sindicalismo queria.

O apoio era total e uma coisa que, também, se via é que o Governo Federal se mostrava muito desorganizado e corrompido. Jango, de fraca personalidade, era manipulado pelo Brizola. "Cunhado não é parente, Brizola para presidente", era o que se ouvia.

Além disso, o Congresso como um todo parecia que temia os rumos traçados pelo Presidente Goulart, tanto que o parlamentarismo foi uma saída. Era assim que eu observava na época.

Havia, na maioria do povo, um clima de insatisfação, em relação àquele estado de coisas?

Havia, por grande parte da sociedade, excluindo quem? O movimento trabalhista, os ditos "intelectuais", a maior parte dos segmentos ligados à cultura, alguns setores estudantis radicais e uma pequena minoria das Forças Armadas, uma pequena minoria de oficiais, quase todos muito antigos e parte dos sargentos influenciados pela propaganda governamental. Mas o povo brasileiro não desejava ver o País convertido ao comunismo. Sobre isso, não há a menor dúvida.

Os comunistas acabaram com a liberdade por onde tomaram o Poder, mas pregam a liberdade para os outros países, inclusive eleições diretas. Por que não querem eleições nem diretas nem indiretas em Cuba? Por que chamam o Fidel Castro

de comandante, de presidente, quando ele é, na verdade, o maior ditador do mundo, há mais de quarenta anos no Poder; e outra coisa, tudo à base da "mão de ferro", levando o pessoal a fugir para Miami, correndo um risco imenso, arriscando tudo.

Por que uma pessoa é levada a fugir com tão pouca chance de sobreviver?!

Pois é, eles arriscam tudo para ver aquele regime pelas costas, como no caso do Muro de Berlim, que eles só passavam para o lado da Alemanha Ocidental, ninguém quis passar para o outro lado.

Com toda a sinceridade, a Revolução de 31 de Março de 1964 deixou em mim a certeza de sua grande importância para o Brasil e para a nossa gente, que eu não abandonei até o último dia da minha carreira, e, até hoje, me mantenho convicto dessa realidade acreditando que, futuramente, como já está começando a ocorrer, a Revolução vai ser reconhecida pelo seu verdadeiro valor, por tudo que representou e representa, não tenho dúvida.

Faria tudo de novo, sem dúvida, como o velho Coronel Remo Rocha dizia, um pouco antes de morrer: "Reynaldo, se eu pudesse, seria, novamente, um cadete de Infantaria."

O velho Coronel Remo Rocha, tão conhecido e conceituado dentro do Exército. E a Igreja naquela época, apoiou a Revolução?

Eu considerava, em parte, contrária, porque existiam padres esquerdistas, embora constituíssem uma minoria.

Minoria, a Igreja em geral era contra aquele Governo desatinado.

A religiosidade católica era extremamente destacada no Brasil, naquela época.

Isso, a Igreja apoiou integralmente, porque os contrários não tinham a menor expressão.

A minoria, na verdade, era totalmente inexpressiva.

Era uma minoria os que estavam do outro lado, tanto que a Igreja tinha uma força imensa, e passou, depois, a perder, a cada momento, a sua força, surgindo aí outras religiões, por quê? Porque ela fugiu do espírito, abraçou-se ao materialismo, com parte de sua alta hierarquia adotando caminhos equivocados, contrários à palavra da própria Igreja, que, antes fora, boa e santa. Hoje, há cardeal defendendo seqüestrador. É o fim...

É isso, também penso exatamente assim. O sentido vertical da cruz foi abandonado, ficou só o horizontal perdendo muito a Igreja com essa nova posição.

O senhor chegou a ter conhecimento da ação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze", naquela época?

Eu ouvia mais a respeito da organização do "grupo dos onze" de Leonel Brizola. Agora, o que foi aquilo para mim? Olhando para a doutrina da guerra revolucionária, representavam as células iniciais do futuro exército revolucionário comunista. Eles faziam células, grupos de combate, que iriam evoluir.

Para o "exército de libertação", como costumam intitular o exército revolucionário que vai servir ao novo regime.

Como acontece lá na Colômbia, que existe o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias Comunistas), chamadas, a partir de meados da década de 1990, de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, cujas forças guerrilheiras começaram assim, por células.

Exatamente.

E o que se passava no meio militar? Houve tentativas de criar cisões? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Vou fazer alguns comentários, dividindo essa pergunta em partes. O que se passava no meio militar? Era, como repito novamente, grande o desconhecimento da estratégia e das táticas atuantes do comunismo no Brasil. Li alguns livros, aprendi o que meu pai me falava, e a nossa sorte foi termos sido informados e instruídos pelos capitães, já citados, e pelas palestras do General Mourão.

Mas nós estávamos realmente com um conhecimento muito incipiente do que fosse o perigo; não tínhamos noção do elevado risco que corríamos. Só depois da iminência da Revolução, engraçado, fui ver como estavam certos os velhos capitães e o General Mourão naquilo que nos mostravam, e aí eu falei: "Amigo, estamos na iminência, realmente, de ver o Brasil comunizado." Custei a perceber essa realidade.

Éramos puros, porque a Academia – a Academia Militar das Agulhas Negras – não falava nisso. Nunca se falou nada sobre comunismo.

Não falou, no meu tempo, não falou.

Ela falou na década de 1960, ou mais precisamente a partir de 1961/1962, mas nós já tínhamos saído, você em 1959, um pouco antes de a Academia — através do nosso eminente General Médici e de seu Subcomandante, o então Coronel Antonio Jorge Corrêa — começar a mostrar o problema.

Quanto à pergunta relativa a tentativas de criar cisões, respondo que sim, ao tentar lançar os subtenentes e sargentos contra os oficiais. Lá em Juiz de Fora, havia a Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército, que agia, no início, como se fosse um clube, mas evoluiu para uma entidade politizada, querendo fugir às normas da hierarquia e da disciplina.

Eles pregavam a esquerdização e, em uma ocasião, no tempo do Coronel Bretas, José Bretas Cupertino, ainda Comandante, eles compareceram ao nosso quartel, para fazer uma palestra, de onde foram expulsos pelo Comandante.

E outra coisa, que também achei, foi que o meio universitário atraiu os graduados, criando idéias novas para eles. Repare que a oficialidade só veio fazer faculdade depois da Revolução, na época não tínhamos contato com a faculdade. A atração do meio universitário sobre os graduados foi iniciada antes, e os subtenentes e sargentos se orgulhavam, alguns se achando superiores intelectualmente a nós. Eu notava em alguns sargentos esquerdistas, que existiam no meu quartel, esse tipo de pensamento.

Mas nós não, o oficial não foi afetado. Sou engenheiro civil, fiz o curso já como major, tenente-coronel, freqüentava à noite uma faculdade.

Então, o sargento, nessa época, foi de duas maneiras politizado: por essas associações e pelo meio universitário que os atraiu e lançou esses elementos como uma cunha para cindir.

Sem falar nas ações premeditadas de João Goulart, do Governo como um todo, que vivia em cima dos sargentos, dos graduados, inventando uma série de coisas, como convocações para reuniões, de modo a atraí-los e separá-los dos oficiais.

Veja que a sublevação da Marinha e a revolta dos sargentos em Brasília foi fruto disso aí; os inimigos da democracia foram dando "asa"....

E foram armando e tentando criar a cisão.

E sobre a outra pergunta, de como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária, eu diria que, em Juiz de Fora, de repúdio total ao comunismo, em sua grande maioria, excetuando-se alguns graduados, que não eram tidos como esquerdistas, mas como inocentes-úteis, entusiasmados, desconheciam o que estava por vir...

Vou citar um fato que, Graças a Deus, não chegou a ocorrer. Quando estávamos no Rio, no Maracanã, comandava a CCS (Companhia de Comando e Serviços) do 10º RI o Capitão Kleber Caldas Camerino, filho do General Camerino. E, ali, havia alguns sargentos que não tinham sido detidos em Juiz de Fora, antes de sair, e que começaram a fazer umas anotações.

E pegou-se uma pasta de um deles, com anotações de "gorilas" etc. Percebemos o perigo, e ficamos atentos, tanto que começamos a patrulhar as arquibancadas; mas foram dois ou três elementos, uma coisa muito pequena.

O Camerino, na época, se ofereceu ao Coronel Bretas, que havia retomado o comando da sua tropa, no Rio, e dele ouviu palavras que até hoje me arrepio em dizer: "Coronel, ofereço-me para fuzilar esses sargentos. Eu sou responsável pela Companhia e cabe-me fuzilá-los." O Coronel falou: "Não faça isso, Camerino, o nosso

quartel tem um moral muito elevado e não podemos perder isso. De maneira que vocês vão ter que continuar policiando, convivendo com esse pessoal".

Eles nada fizeram, começamos a observá-los de perto, a encará-los, e eles foram percebendo, verificando que não podiam fazer nada. Notava-se, entre nós, o repúdio total àquela situação, que gerou a Revolução. Todos nós queríamos dar um basta àquele estado de coisas.

Quais os principais acontecimentos, no seu entender, determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Citaria o comício da Central do Brasil do dia 13 de março, de divulgação nacional, o qual pesou muito; nele, o Presidente mostrou uma faceta bem mais agressiva de sua personalidade, defendendo, com uma veemência incomum, as tais reformas de base, que ele não definia com clareza. Eram verdadeiras incógnitas.

A sublevação na Marinha – com o Almirante Aragão sendo levado nos braços pelos marinheiros – foi um dos maiores vexames que o País assistiu, mostrando que a disciplina na Força Naval estava comprometida.

Finalmente, a reunião do Presidente com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil, também no Rio de Janeiro, deixou claro que João Goulart estava disposto a acabar com os pilares básicos das Instituições Armadas, que são a hierarquia e disciplina.

Gostaria de destacar aqui o poder de decisão dos generais Mourão e Guedes. Consta que eles tomaram uma atitude que surpreendeu até o então General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Eles se anteciparam e "atropelaram" o restante da Força Terrestre, mas tinha que ser feito... Acertaram em cheio, surpreendendo, também, os comunistas brasileiros, que sumiram de cena, amedrontados com a iniciativa daqueles Chefes decididos.

Foram geniais, porque não dava para esperar mais nada. Castello Branco, com toda a inteligência dele, falhou em entender que podia esperar mais.

O que seria de Marx, Lênin, se não tivesse a ação; a ação é que resolve: só a ofensiva conduz à vitória.

Qual foi o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Foi uma demonstração clara, pela sua amplitude, do desejo da sociedade civil de que o País não se tornasse comunista. Foi um apelo desesperado para que as Forças Armadas tomassem uma atitude decisiva. Eu senti vergonha, na época, por aquele apelo da sociedade brasileira; foi, naquela hora, que eu decidi: "Vou sair primeiro, com quem tiver."

Esse movimento – essa Marcha da Família com Deus pela Liberdade – é uma amostra cabal de que a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi apenas uma atitude do segmento militar, mas uma aspiração ardorosa do nosso povo.

Então o Exército e as Forças Armadas, como um todo, foram intérpretes da vontade nacional?

Com toda certeza foram.

Havia, na época, uma revolução de cunho comunista em andamento no País?

Sim. Os seguintes fatos demonstraram essa realidade: aceleração do processo de sindicalização do País; tentativas de cisões no seio das Forças Armadas; criação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze"; distribuição velada de armamento no meio operário.

Em Juiz de Fora, numa ocasião, foi visto uma viatura passar cheia de metralhadoras para os operários da época, ali na minha cidade, nas nossas barbas, porque eu estava em Juiz de Fora.

E, também, manifestações culturais, induzindo à revolta popular. Exemplo foi a encenação de uma peça campal chamada "Cristo Total", onde eles mostravam que Cristo encarnava o povo que estava sendo agredido, morrendo na cruz, com o intuito de levar o nosso povo a se revoltar, como se o povo do Brasil fosse o Cristo. Queriam que o povo se rebelasse e adotasse o regime comunista que ia libertá-lo. Isso é o que eles queriam. Quem não viu isso é porque não quis ver ou porque não lhe interessava ver!

Na verdade, o povo demonstrava angústia, sofrimento, pela incapacidade do Governo, que queria instituir no País uma revolta, com o objetivo de implantar o comunismo.

Queria levar o povo a pensar que o comunismo iria libertá-lo daquela situação. Aquela peça campal passou em Juiz de Fora, assistida pelos tenentes Bini e Moraes, que inteligentemente lá estiveram, deu-lhes a oportunidade de informar ao Comando e comentar comigo.

Quando da eclosão do Movimento, qual foi o comportamento do Congresso Nacional?

O Congresso aguardou a evolução dos acontecimentos, para escolher a opção mais sensata. Acabaram apoiando, mas notei uma grande demora em institucionalizar a Revolução.

O Congresso demorou no que concerne à institucionalização da Revolução, mas acabou apoiando a solução com Castello Branco à frente do novo Governo.

Demoraram, porque estavam acostumados com o passado, que dali sairia o novo presidente, o presidente saía sempre do meio civil.

Exatamente, foi isso que eu notei, uma diferença. Eu que estive lá na morte do Presidente Getúlio Vargas – era aluno da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo – e em outras situações, notei sempre que as intervenções militares eram rápidas e efêmeras. O pessoal participava, resolvia e passava o Governo para um novo presidente civil.

E foi isso que me impressionou muito. Eu falei para os meus companheiros: "Mudou a forma dos militares verem as coisas. Não esperava por esse desfecho, que, realmente, me surpreendeu. As coisas mudaram!" Aí, é que eu fui perceber o grande sentido da Revolução, que iria, para o bem do Brasil, muito mais longe do que impedir a sua comunização que foi o primeiro grande benefício que ela nos trouxe.

E os sindicatos, aquelas organizações taxadas de esquerdistas, como é que elas se comportaram?

Para mim eles fizeram um "alto", uma parada política, fizeram um recuo tático e adotaram uma posição defensiva, ficaram na expectativa.

Alguns deles, mais tarde, se uniram aos estudantes, partindo para o terrorismo e para a guerrilha, e novamente se deram mal.

E quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Destaco, como líderes militares, os generais Mourão e Guedes – os principais –, além do Marechal Castello Branco, e, como líderes civis, Carlos Lacerda, que considero o principal deles, e o Governador Magalhães Pinto. O Governador Adhemar de Barros também tinha posições contrárias ao Governo deposto. Esses foram os que mais se destacaram, na minha opinião.

E, aqui, em Juiz de Fora, os nossos oficiais souberam da presença do Marechal Denys?

Soube, engraçado, lá na coluna, no dia 31 de março, tanto do General Muricy, quanto do Marechal Denys, mas eu não sabia onde eles se encontravam. Mas ouvi falar do apoio total, do incentivo, do Marechal Denys, assim como do General Muricy. O que nos animou muito, porque eram militares muito conceituados.

E a nossa Revolução foi de caráter interno ou houve interferência externa do americano, por exemplo? Os Estados Unidos ajudaram a Revolução?

Diria que foi um movimento de preparação puramente interna. Não há dúvida. O escalão era muito alto para mim, mas eu soube, na época, que o Marechal

Castello Branco foi incisivo em dizer aos americanos que o problema era do Brasil e que não era de bom alvitre pensarem em intervir. E falava-se, inclusive, no possível desembarque de tropas americanas no Nordeste: outra grande balela!

Um fato, também, importante foi a publicação de um opúsculo, um fascículo, logo depois da eclosão da Revolução, chamado "A Nação que se Salvou a Si Mesma", que mostra com argumentos convincentes que o Brasil foi salvo por nós, sem nenhuma ajuda externa.

Então, quando eu me lembro daquele folheto, digo que foi um movimento puramente nacional.

Quando o seu pelotão foi ali para a ponte, para "segurar" a ponte a qualquer preço, foi por coração, sozinho, correndo todos os riscos, porque havia a convicção da necessidade de agir assim.

Pode ter certeza de que eu falei que atiraria em quem quer que fosse do lado de lá, pensando em assim agir, em relação até mesmo a um parente meu que estivesse contra nós, porque a nossa convicção era tão grande com a nocividade do comunismo, que o nosso pensamento só podia ser aquele.

E o esquema militar que o Jango Goulart tanto anunciava por que não funcionou?

Sabemos que, dentre os nossos princípios de guerra, está um muito aplicado por Napoleão: a surpresa. Então a surpresa foi decisiva, aquilo aniquilou qualquer tentativa de uma reação ordenada. Lembro-me de uma das capas da Revista Petrobras que continha o desenho camuflado de fuzis e armas de uma possível revolução comunista, que iria se manifestar em maio de 1964. A Petrobras estava completamente infiltrada de comunistas a ponto de apresentar em sua revista oficial um sinal claro do que estava por vir.

Recordo-me desses fatos. Então, percebíamos que eles poderiam fazer alguma coisa, pelos estoques de armas que sabíamos entrar no Brasil, embora não se soubesse, ao certo, onde esse armamento era enterrado, como parte da preparação de uma revolução comunista, que viria fardada, inclusive.

Nesse esquema militar, devo destacar aqui também, que, além da surpresa, ele não esboçou reação, particularmente, pela falta de liderança, falta de organização, ausência de idealismo, que se juntou à incompetência, ao espírito oportunista e à covardia de seus integrantes. Penso que eles não tinham nenhuma liderança.

Essa resposta, espelha a realidade. E dentro do Movimento de 31 de Março de 1964, quais as maiores demonstrações de chefia e liderança nas tropas que se deslocaram?

Conhecemos bem esse aspecto de chefia e liderança. Chefias são atributos que devem ser desenvolvidos em função de comando. Já a liderança é, normalmente,

carismática, a pessoa não precisa ter contato nenhum com a gente e pode nos liderar, não precisa nem ser da nossa profissão.

Havia um sentido de chefia, embora não muito marcante. Com toda a sinceridade, diria que o Exército, naquela ocasião, estava muito deteriorado, muito desgastado, muito desmotivado.

Mas a liderança surgiu com aquela doutrinação anticomunista, que começou com os generais Mourão e Guedes em suas palestras importantíssimas e que procuramos fazer chegar aos graduados, muitos deles indecisos, e aos soldados nos quartéis. O que levou a tropa foi o sentimento de sinceridade que uniu a todos ali, e foi transmitido de tal maneira ao soldado, que não deixou dúvida nenhuma de que aqueles eram os chefes que eles deviam seguir. Foi essa liderança natural. Aquilo contagiou, era um ardor que vinha de todos nós, e o recruta foi contagiado completamente. O exercício da liderança pôde ser notado, a liderança que tanto admiramos.

O soldado sentiu que aquilo era sincero e espontâneo.

Instintivamente, os militares que estavam mais desmotivados cresceram e eles mesmos passaram a adotar uma outra postura; aquilo contagiou a todos, foi um movimento que uniu, e o aspecto mais importante da liderança, na minha opinião, é a sinceridade ao falar: "Esse camarada vai fazer o que ele pensa", foi o que eles perceberam e sentiram na nossa doutrinação, que o comunismo não seria do nosso agrado, porque era internacionalista, contrário às tradições e à índole do povo brasileiro.

Poderia destacar, nas operações militares, os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Sim. Vou falar por mim, realmente nunca li nada a respeito. Mas, tendo feito a Escola de Estado-Maior, diria que, principalmente, foi a tomada da Capital Federal pelas tropas da 4ª RM/DI, que foram para Brasília, bem como a liberação do eixo Rio-Brasília para as tropas que fossem leais ao Movimento. Caso não fôssemos acudidos, não houvesse adesão de outras tropas, iríamos fazer um retardamento naquele eixo, para permitir que a Capital Federal fosse tomada por tropas nossas vindas por outros eixos. Foi assim que eu percebi. Não tínhamos certeza de que iríamos ter adesão de alguém, estávamos completamente sozinhos.

Exatamente. E a ida para o Rio também tinha, estrategicamente, a intenção de ir, como foi dito, ao encontro dos Grandes Comandos sediados no Rio, assim como ao encontro do Estado-Maior do Exército que, naquela época, estava no Palácio Duque de Caxias. Todos os Departamentos e Diretorias permaneciam, também, no Quartel-General. O Rio, ainda, preservava uma grande expressão. Brasília e Rio de Janeiro, realmente, significavam muito em termos estratégicos.

Quanto ao emprego operacional dos cadetes da AMAN, qual a sua opinião a respeito?

No âmbito da 4ª RM/DI, vibramos com a presença efetiva da AMAN no Movimento, o que nos transmitiu grande força moral. A participação da juventude da Academia Militar numa ação considerada nobre, porque estava em jogo o destino do Brasil, representou fonte de muito entusiasmo para os mais antigos.

O aspecto principal é que sabíamos que a cartada era decisiva, pois pressentíamos que o comunismo, se não freado, dominaria o Brasil, e que nenhum militar poderia ser deixado à margem, mesmo que tal atitude acarretasse o sacrifício de muitos dos futuros oficiais do Exército.

Considerei perfeitamente válido. O General Médici os empregou como uma tropa de combate. Encontrei, depois, companheiros da Academia, que estiveram presentes naquela ocasião, que ratificaram que os cadetes foram empregados como uma tropa de combate, estabelecendo uma posição defensiva na Rodovia Presidente Dutra para impedir ou retardar a passagem das tropas do Rio na direção de Resende.

E ele, ali, definiu a situação: elevou imensamente o moral das tropas do II Exército e diminuiu todo o ímpeto de ação da tropa do Rio de Janeiro.

Quem iria "topar" com os cadetes ali na frente? O que é que eles iriam fazer? Atirar nos cadetes?! É como se fossem os nossos filhos que estivessem ali, senti como se fosse um filho meu. Foi uma decisão correta e corajosa.

Inclusive puderam acolher as tropas do Rio que adotaram posição contrária ao Governo que estava sendo deposto para que a Nação voltasse a ter paz e pudesse trabalhar.

Para nós, que vínhamos na Coluna do II Exército, marchando contra o Rio de Janeiro, a decisão do General Médici criou-nos alma nova, mas estou vendo que o pessoal de Minas, da mesma forma, vibrou com aquela sábia decisão do Comandante da nossa AMAN.

A Revolução robusteceu a união e a coesão entre as Forças Armadas?

Sim. Após a Revolução, aquele ideal anticomunista uniu todos nós. A vitória do Movimento foi fundamental, porque quem vence sempre se aglutina e o grande senso de responsabilidade que nos contagiou, mostrando que éramos, dali para frente, os grandes guardiões da Nação.

E aquele receio, dentro do quartel, daquelas possíveis dissensões, foi afastado e nos sentimos livres daquele perigo.

Graças a Deus não fizemos uma ação em força contra esse pessoal, que eu achava também muito desavisado, inocente, romântico. Depois os sargentos foram

percebendo e, hoje em dia, ainda, encontro com alguns deles, daquela época: "Coronel, como eu estava enganado naquele tempo!"

E a mídia apoiou o Movimento?

Na mídia, vou destacar, antes de tudo, uma figura que ficou no esquecimento do Brasil: o radialista, o homem de televisão, Flávio Cavalcante. Flávio Cavalcante antes da Revolução fez um programa – que me marcou bastante – onde ele levou vários pracinhas e enalteceu o valor do militar. Mostrou a importância do militar brasileiro e o espírito de liberdade que os pracinhas defenderam. O anticomunismo que ele pregou, diretamente, no seu programa e a coragem que teve me marcaram muito. Foi um profissional que caiu no esquecimento, porque ele não era da linha esquerdista.

A maioria dos jornais e estações de rádio e televisão foram favoráveis à Revolução e contra o Governo deposto. Alguns jornais, como o *Correio da Manhã*, depois ficaram contra nós. Engraçado, eu não lia muito naquela época, estava muito mais preocupado com o quartel, com a instrução. Mas na maioria das estações de rádio, também notava uma crítica contundente aos atos de João Goulart e de vários de seus ministros.

Lá em Juiz de Fora, eu via, também, a posição da mídia, contrária aos desmandos do Governo. Tenho impressão de que a mídia, como um todo, estava realmente conosco, apenas alguns setores, de pouca expressão, eram favoráveis à política janguista.

E as revistas da época, na hora da Revolução, quando saíram, foi um apoio integral.

Total, nos jornais e nas revistas, logo após a Revolução, foi uma vibração muito grande.

"Carnaval da Vitória", coisas dessa natureza, nas manchetes.

Quando voltamos para Juiz de Fora, o povo nos jogava flores; lembro-me bem, vínhamos pela estrada e várias senhoras jogando flores na gente; o povo em massa nas ruas aplaudindo o nosso retorno.

Quando chegamos ao Rio de Janeiro, no Maracanã, junto aos caminhões o pessoal vinha oferecer frutas, cigarros para a tropa. Valeu sentir o povo do nosso lado, rapazes, senhoras, a sociedade estava conosco.

Como é que poderíamos chamar o Movimento de 31 de Março, Revolução ou contra-revolução?

Eu diria que o termo Revolução está certo. Porque se nós definirmos revolução – eu tenho essa definição em um livro, até muito bom – como "uma transformação radical que atinge uma sociedade em todos os níveis: econômico, político, social e ideológico", realmente, o Movimento de 31 de Março de 1964 encarna esse significado. Em todos esses níveis, a Revolução penetrou profundamente.

Não foi um Movimento puramente militar, nada disso; foi um Movimento popular que eclodiu contra a ideologia comunista e que mudou tudo, purificando a política e integrando até os municípios à Nação, que eram completamente alijados da sua riqueza.

Na parte econômica, sem comentários. No social, como melhorou o nível da população, com aquela política, que ficou consagrada, voltada para a construção de habitações para a classe média e de baixa renda, através do Banco Nacional da Habitação (BNH). Sua filosofia era toda direcionada para o social.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Eles eram governos cujos presidentes eram militares. Porque há uma diferença: o governo militar, ele tira partido do Governo para beneficiar as Forças Armadas, para desenvolver a atividade bélica, o que não aconteceu em nenhum momento.

Ele utiliza-se, à vontade, do Poder em benefício da classe ou, particularmente, de seus integrantes, o que gera corrupção; e, naquela época, foi ao contrário, o que se dizia era isso: "Temos que, cada vez mais, mostrar a nossa integridade, temos que nos sacrificar pela Nação, temos que ser a classe que vai mostrar o maior espírito de sacrifício." Foi esse o sentido claro das palavras dos nossos chefes.

E as decisões vinham de ministérios civis.

Civis, completamente. Os Ministérios entregues a civis que tinham um poder imenso, como os do Planejamento, Fazenda, Justiça. Nós, muitas vezes, não gostávamos de certas decisões, mas aceitávamos e procurávamos adotar uma posição conciliatória.

Quais os principais benefícios que a Revolução trouxe para o País?

Trouxe benefícios no campo moral, trouxe desenvolvimento econômico e tecnológico que projetou a nossa Nação em âmbito mundial. No campo social, melhorou a vida, de um modo geral, do nosso povo, sobretudo no setor habitacional e no ensino superior. No campo político, apoiou a integração dos municípios com o afluxo de recursos, o que permitiu que eles se desenvolvessem.

Achei que a Revolução trouxe o prejuízo da crescente estatização, mas justifico. Havia, naquela época, um nacionalismo muito exacerbado ao achar que nós precisávamos ser auto-suficientes em tudo e na defesa do nosso patrimônio; temendo o imperialismo mundial, procurou-se estatizar tudo.

Isso tirou um pouco a competitividade dos nossos produtos, pois o desenvolvimento tecnológico ficou um tanto estagnado, perdendo, de certa forma, na

competição mundial, mas justifico, pelas razões elevadas que eles tinham, razões ligadas ao fortalecimento da soberania nacional.

Por que ninguém divulga os sucessos econômicos da Revolução, principalmente os da década de 1970?

Eu vejo que, hoje, existe uma grande parcela da mídia que é, ideologicamente, esquerdista, contra. E vejo, também, que outro segmento procura, sempre que possível, criar uma dicotomia entre Força Armada e os meios intelectuais, buscando criar uma barreira, uma separação, entre militares e o setor da inteligência nacional.

Eles evitam manter ligações com as Forças Armadas. Eles, via de regra, são avessos ao contato conosco. Eu li um artigo na Revista do Clube Militar muito interessante, mostrando que a única Instituição inteiramente nacional é o Exército, porque o homem de certo estudo, desde o século XVIII, era muito ligado à Europa e o militar brasileiro atrapalhava, porque só pensava em fazer a defesa do País; eram homens mais simples, que queriam defender a nossa Nação, e contra os quais, desde aquele tempo, o civil preparado já guardava certa prevenção.

Uma coisa interessante chama atenção, na sociedade: apesar de estarmos juntos, civis e militares, em 1964, lutando no mesmo barco, hoje, a mídia, a Universidade e os responsáveis pela Educação no Brasil se colocam frontalmente contra o militar, uma prevenção que já é histórica, mas está muito estimulada hoje, pela influência dos esquerdistas nos setores da Imprensa e da Educação, onde o domínio deles é praticamente total.

E houve uma ação dos perdedores de 1964, através da estratégia gramsciana, de entrarem no meio intelectual, no meio estudantil e na mídia, pois Gramsci e seus seguidores viram que a Revolução não poderia ser feita através dos sindicatos. Com isso, eles passaram a atuar, inteligentemente, nos setores que conduzem a opinião pública em todo País – mídia e professores de nível superior – os quais foram comunizados dentro da filosofia gramsciana, e essa gente, que hoje combate o militar, é, justamente, a responsável pelo "revanchismo".

É verdade. Sobre a mídia eu diria que existe uma terceira corrente que nos é contrária. Eu ousaria dizer, fruto dos meus conhecimentos desde os tempos de garoto, de rapaz, que as Organizações Globo – e os líderes dos Diários Associados da época falavam muito sobre isso – sempre se constituíram em "testas de ferro" do americano, para procurar "quebrar" a nossa sociedade. Valem-se, hoje, do fato de que não há nada como a Globo, no mundo da televisão. É uma coisa realmente fantástica, impressiona muito. Assim, ela emprega toda essa eficiência para favorecer o americano e esse favorecimento implica, em última instância, atuar para a

redução da auto-estima dos brasileiros e do prestígio das Forças Armadas, por meio dos mais diferentes artifícios em sua programação.

Nota-se nas novelas principalmente, mas em quase tudo que programa, o empenho em desestruturar a Família brasileira, reduzir a auto-estima da nossa sociedade e denegrir, sempre que possível, as Forças Armadas.

Desestruturar tudo é a regra geral, salvo algumas exceções, como uma minissérie – intitulada *Aquarela do Brasil* –, que vem sendo bem conduzida atualmente. Eu, apenas, assisti a um ou outro capítulo, mas o meu irmão me fala que essa minissérie tem valorizado a Força Expedicionária Brasileira.

Então existe uma linha esquerdista, outra inocente ou orgulhosa da sua inteligência e uma linha ligada ao americano. Esta é a pior, porque a televisão, hoje, é uma forma de domínio de corações e mentes, porque tudo é bonito e atrativo, tanto que falei sobre a propaganda que nós, como rapazes, cadetes, víamos, na época, no cinema, naqueles filmes americanos de Errol Flynn, aquele outro, John Wayne, "o americano realmente é o maior, é o herói, é quem defende a liberdade", quer dizer, aquilo calou fundo na gente.

E hoje, a Rede Globo faz o jogo dos americanos e ingleses, abertamente, desestruturando o Brasil, dando grande ênfase a tudo que é negativo.

Já reparou que todas as refeições, na televisão, nas novelas, são fartas? O povo fica revoltado, "eles estão comendo e eu não". Parcela significativa das famílias tem os seus amantes, homens e mulheres; eles procuram desestruturar a família, mostrando sempre a família se desintegrando, por meio de conflitos permanentes entre casais e entre pais e filhos.

Eles não divulgam o que temos de bom, o que a Revolução fez, tanta coisa caiu no esquecimento, de maneira proposital.

Quem tem, como o Brasil, uma organização desse tipo, garota-propaganda dos americanos e ingleses, não precisa ter inimigo, porque ela sozinha destrói o Brasil. É só exploração de aspectos vulgares, como apologia ao corpo, a ostentação, e nada sobre virtudes, sobre o espírito, tudo voltado para a matéria.

Veja, por exemplo, esta moderna arma, a Internet. Estou me negando a participar da Internet, sabe por quê? Sinto, agora, o golpe final do domínio dos corações e mentes, porque é muito atrativo, todos querem se integrar à rede, poder acessá-la, mas o que sinto, é que nela estão embutidas toda a cultura e as diretrizes americanas. Absorve-se essa cultura toda através da Internet, e eu falo, previno os meus filhos sobre isso.

Mas temos que reagir usando a própria Internet.

A nosso favor. Parece que aí está um caminho.

Quanto às ações de guerrilha, terrorismo, assaltos a quartéis, a bancos etc., particularmente a partir de 1967/1968, qual a sua opinião a respeito?

Vou considerar dois pontos de vista: o do inimigo e o nosso. Vendo pelo lado do inimigo, achei atitudes válidas, sem considerar o aspecto ético e moral. Eram ações que se aplicam em guerrilhas, urbana e rural, ações que uma guerra revolucionária utiliza.

Sob o nosso ponto de vista, aquelas ações nos trouxeram inquietude mas, como aspecto positivo, geraram uma forte união dos militares. Quem estava, ainda, em dúvida, naquela hora, fez o que tinha de fazer – quando falo isso, já tenho uma tendência de falar em Exército e o faço muito orgulhoso.

No seu ponto de vista, eles iniciaram a luta armada ou nós os levamos a iniciá-la? Quem tomou a iniciativa?

Foram eles, não há dúvida. Eles iniciaram a luta armada e nós a reprimimos.

O que alguns deles dizem é que nós os levamos à luta armada, porque não abrimos canais para eles, o que não é verdade; eles não queriam, por doutrina, dialogar.

Além disso, não seria a abertura de canais que diminuiria a impetuosidade dos opositores. Eles adotaram, por convicção, a luta armada, por serem radicais, extremistas, violentos. Eles queriam manter o radicalismo, modo de atuação da linha chinesa de guerra revolucionária, que é a da luta armada, para a tomada do Poder. Essa é a maneira correta de ver o problema. Qualquer atitude que se tomasse, no sentido de buscar soluções pela persuasão não teria valor nenhum. E se, naquela época, à luz daquela conjuntura, fizéssemos alguma concessão, seria uma demonstração de fraqueza nossa, sem dúvida.

Foi necessário o cerceamento da liberdade?

Sim. O que acontecia? Naquele tempo, tanto nas ações do DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), aqui no Rio, como nas operações da OBAN (Operação Bandeirantes), lá em São Paulo, quando morria um terrorista, passava a ser um mártir, e as instituições encarregadas da repressão solapadas, gerando uma simpatia pela vítima, que realmente nada mais era do que a massa de manobra dos intelectuais comunistas. A grande massa foi conseguida no meio universitário, que se encantava com a doutrinação com o discurso comunista e partia para a ilegalidade e para o crime.

Aí, começou a haver uma ação da Imprensa que gerava uma tendência ao domínio, particularmente em relação aos estudantes, de corações e mentes, que teve que ser cerceado, a Imprensa teve que ser cerceada. Então, eu achei que,

taticamente, foi uma ação perfeitamente válida, senão teríamos, talvez, o perigo da tomada do Poder.

No seu entender, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Sim, porque, naquele tempo, o País passou a viver um clima exacerbado, insuflado pela guerrilha urbana e pelo movimento estudantil, extremamente radical, que colocaram em risco as Instituições e a própria Revolução, levando o Presidente Costa e Silva, com o apoio de todos os ministros – civis e militares – a assinar o AI-5, para enfrentar o caos que se avizinhava.

O Congresso mesmo, em 1968, através de um deputado, cujo nome eu me dispenso de citar, resolveu entestar a Revolução.

A Câmara, naquela ocasião, negou autorização para que o tal parlamentar fosse processado. Aquilo ali foi a gota d'água, e, por isso, achei perfeitamente válido o AI-5. Como tudo, esse episódio tem que ser visto à luz da conjuntura.

Quais eram os objetivos da luta armada, no campo e na cidade? De onde vinha o apoio externo?

O objetivo, como sempre, da guerra revolucionária, é a tomada do Poder; e a orientação vinha, particularmente, da União Soviética, da China, de Cuba e de outros países comunistas. Agora, o apoio externo era mais estruturado na União Soviética.

Hoje em dia muita gente fala em ditadura militar, "anos de chumbo". Qual a sua opinião a respeito?

São termos usados para intimidar os militares que, infelizmente, os aceitam sem contestar.

Ditadura existiu e existe em Cuba, mas os esquerdistas adoram Fidel Castro, que é chamado por eles de Presidente. Veja que absurdo!

O que é necessário dizer é que, se houve ditadura, ela foi exercida com altruísmo, na busca dos interesses do povo e que muito realizou pela Nação. Os fora da lei, os terroristas e seus simpatizantes chamam a época da repressão ao terrorismo, de "anos de chumbo", o que é um paradoxo. Aceitam e aplaudem o terrorismo violento e sanguinário e condenam a justa repressão aos crimes do terror. É um contra-senso, sem dúvida.

E a batalha da comunicação social nós perdemos?

Veja, um cidadão ordeiro e bem informado é a favor da Revolução; todos cidadãos de bem se colocam do nosso lado, pela ordem e pelo progresso que havia no período revolucionário.

As famílias, as pessoas que nos encontram, dizem logo que o Exército, as Forças Armadas são as únicas instituições moralizadas e idealistas que existem, tanto no passado, como no presente.

Acho que nós não perdemos a batalha da comunicação social. Está faltando uma reação dos órgãos do Exército e das Forças Armadas voltados para a comunicação. Precisamos ir à mídia e publicar, com coragem, o nosso pensamento, as nossas posições, mostrar o valor das nossas Instituições, para que as atuais e futuras gerações conheçam a verdade sobre os acontecimentos.

Está faltando uma ação da nossa liderança militar, em ir à frente, corajosamente, defender a nossa Revolução. Depois das paixões e com mais maturidade, a sociedade já começa a entender o que realmente aconteceu, o que se constata pela aceitação que as pesquisas sobre o Exército e as Forças Armadas, em geral, feitas junto à opinião pública, mostram.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi fundamental para oferecer ao Governo as informações de que precisava? E os Destacamentos de Operações de Informações, qual a sua opinião a respeito desses órgãos?

Acredito que o SNI era peça fundamental para fornecer ao Governo informações a nível estratégico. O Presidente muito se valeu da ação do SNI, nem há dúvida.

Sem informações, não é possível.

Em nível estratégico, sobretudo. Já em nível tático, tínhamos os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), em todos os Comandos de Grandes Unidades e, inteligentemente, foi criado um Destacamento de Operações de Informações, os DOI, porque o "verde-oliva" não estava acostumado à contraguerrilha. Até, então, atuávamos de fuzil, para fazer o que nós sabíamos: combater em guerra convencional.

Para a guerrilha, foi necessário trabalharmos com agentes descaracterizados, à paisana e com novas técnicas. Por meio do CODI, congregou-se órgãos civis e militares: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, onde houve uma grande troca de informações. Os DOI e os CODI absorveram e passaram a dominar os conhecimentos necessários para realizar a contraguerrilha urbana, com muito bons resultados.

Havia a necessidade de criar uma doutrina operacional de contraguerrilha urbana. Outro ponto é que o pessoal da tropa, do Exército, precisava também participar, sem desmerecer absolutamente a Polícia Militar, até porque a Polícia mineira brilhou, como sempre, aqui, em Minas Gerais, naquela época. Eles realmente eram muito bons e se desincumbiram com muito acerto em várias missões de combate. Mas, para obtenção de informações confiáveis, que necessitavam de sigi-

lo e eficiência, a fim de conquistar certos objetivos, passou a ser importante para o CODI ter essa fração (o DOI) na mão.

A Revolução demorou-se muito no Governo do País? Quais foram os seus erros?

Acho que demorou, mas como é que eu justifico isso? O grande receio é que os velhos vícios, nas mãos de governos civis, retornassem, e isso talvez tenha afetado essa demora na passagem. Por que querer tirar o idealismo e a pureza dos governos da Revolução? Acho, portanto, que a idéia de preservar as conquistas obtidas foi uma das razões. Não criamos lideranças civis, e, aí, está uma das falhas a lamentar. No momento apropriado, não havia quem pudesse receber a chefia do Governo.

E as Forças Armadas, auferiram vantagens de qualquer ordem na época da Revolução?

Não. Austeridade e espírito de sacrifício são características que nunca vão nos abandonar, de maneira nenhuma. Eu realmente digo isso: foi o período em que os militares auferiram menores vencimentos, que eu conheço, fora o Governo do Presidente Figueiredo, onde houve uma certa melhora. Anteriormente, a situação foi muito difícil.

Quanto às Forças Armadas como Instituições, os recursos que elas receberam em todo o período revolucionário foram sempre escassos. A idéia era dar o exemplo, começando pelas Instituições Armadas.

Realmente, os nossos próprios meios, os nossos materiais, equipamentos ficaram em segundo plano; era o máximo de desenvolvimento e o mínimo de segurança.

No seu ponto de vista, a conjuntura internacional acelerou o processo de abertura? O desengajamento dos governos revolucionários deu-se por quê?

Tenho para mim que a conjuntura internacional pouca influência teve. Acho que o que pesou, realmente, foi a vontade espontânea dos militares. Abrimos porque quisemos abrir, tínhamos moral para permanecer, continuar, e muita coisa ainda seria feita. Mas, tínhamos um compromisso com a democracia, além de naturais desgastes; e sentimos que era chegado o momento de passar o Governo. O Brasil era outro, respeitado internacionalmente.

Houve "revanchismo" por parte dos políticos, de autoridades, bem como da própria mídia que, inclusive, evita publicar o que hoje nós queremos, deixando de levar os nossos pontos de vista ao conhecimento do público em geral?

Esse "revanchismo" é uma atitude natural nos políticos, em geral, e que existe, também, aqui no Brasil. Parte dos elementos, que, na época, eram opositores, partiram para o "revanchismo", sobretudo nessa última década, o que é visível

tanto por parte dos políticos como da mídia. Esta, pelas suas características, evita falar qualquer coisa favorável à Revolução. Lembro mais uma vez a necessidade de se penetrar nessa mídia com coragem, defendendo os nossos ideais e o nosso Movimento. É mister começarmos, porque vai haver receptividade, a sociedade vai receber bem, mas precisamos mostrar iniciativa e vontade para começar.

Pode ter certeza, porque notamos, em conversa com civis, como eles reconhecem: "Realmente, como vocês estavam certos naquela época."

O comunismo desapareceu após a queda do Muro de Berlim?

Eu diria que aquele radicalismo deixou de existir, em face da falência econômica e ideológica da Rússia, que era o principal elemento, dentro da União Soviética, que criava aquele radicalismo da bipolaridade. O comunismo caiu no descrédito. A China possui um regime totalmente deturpado: capitalismo na parte econômica e, ideologicamente, comunista. O comunismo de Cuba não tem, hoje, qualquer expressão, porque não conta mais com o apoio da União Soviética, que desmoronou.

Como conclusão, vemos que a situação do Brasil é de busca de uma atitude independente, sem sujeição aos Estados Unidos, única grande potência.

Até o crescimento da China para nós é importante, porque irá se contrapor ao americano, tornando-se uma preocupação para eles, para que não se sintam tão "donos do mundo".

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como têm atestado várias pesquisas de opinião. Qual o seu ponto de vista a respeito?

Na visão da sociedade, o Exército, ao lado das demais Forças Armadas, é uma Instituição moralizada e respeitada. Hoje, numa análise mais madura e desapaixonada, verifica o desprendimento e a pureza de sua atuação em toda a história da sua existência, especialmente quando deu o seu leal apoio ao movimento revolucionário de 1964, interpretando fielmente o desejo do povo brasileiro.

Qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, que pode ser aquela "porta" para a entrada na mídia, mostrando os fatos reais, verdadeiros, da Revolução, de modo a neutralizar as versões inverídicas divulgadas pelos seus críticos?

A Revolução de 31 de Março de 1964 mudou a História do mundo. Se não tivesse ocorrido, teríamos a comunização do País ou a intervenção americana para contê-la, com conseqüências imprevisíveis. Tenho orgulho de ter participado dela ativamente.

Fiquei muito satisfeito com esse Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964, porque vai demonstrar que não fizemos nada mais do que cumprir com a obrigação. Realmente, considero que tínhamos que fazer aquilo, por obrigação. Atendemos ao apelo desesperado do povo, e, com ele, fizemos a Revolução, por brio, por vergonha na cara. Não podíamos decepcionar a nossa gente, que não suportava mais tanta confusão e incompetência. Tivemos que fazer a Revolução, que baniu o comunismo, que já se sentia dono do Brasil.

Mas acho que esse Projeto não terá o impacto que dele se espera, se não forem tomadas duas atitudes: primeiro, que a história da Revolução seja divulgada, sob a forma de ação psicológica, como uma matéria, na Academia Militar, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), na Escola de Sargentos das Armas (ESA) e em outras escolas militares existentes.

Há muita gente entre nós que nem sabe o que se passou. À mocidade de hoje em dia, temos que mostrar a Revolução, como a Intentona Comunista nos era mostrada no passado. Há necessidade de haver uma ação psicológica, institucionalizada, dentro do Exército, para que possamos atingir o objetivo, o que seria a primeira parte.

Além das escolas, teríamos que chegar aos quartéis com toda a intensidade, porque os programas-padrão de instrução não mostram o papel desempenhado pela Revolução e os motivos de sua eclosão, e isso precisa ser divulgado.

Atingir o meio civil seria bom, dentro das nossas possibilidades, que são restritas.

A Revolução de 31 de Março de 1964 precisa ser comemorada com mais coragem, está sendo muito discreta. Com toda a sinceridade, está faltando vibração e entusiasmo na comemoração do aniversário da Revolução.

Sinto que não há um caráter chamativo, que sintamos aquela satisfação, e há tanta necessidade que o façamos. Falam: "Não, De Biasi, esse ano não vai ser comemorado, disseram para não fazer." Isso aí, para mim, "pesa". Eu sou muito sincero, e acabo comparecendo poucas vezes. Então, a Revolução precisa ser comemorada com espontaneidade, com coragem, com orgulho.

E outra coisa que não faço absolutamente como crítica: considero a nossa hierarquia e disciplina sagradas, mas o nosso Comando, do nosso Exército, precisa manifestar-se mais incisivamente, com riscos pessoais. Há necessidade de quem nos representa falar com coragem, com sinceridade, entrar na mídia, rebater, aceitar as farpas que vão surgir, os desgastes, mas mostrar aquilo que está latente, que já pertence ao povo brasileiro: o sentimento que a Revolução semeou. Os ideais estão embutidos na alma do brasileiro.

É só motivar que os frutos virão. A nossa juventude militar é receptiva, mas ela não viveu o período revolucionário. Então, é importantíssimo, também, que

essa juventude seja conscientizada, que a matéria Ação Psicológica, com base na Revolução de 31 de Março de 1964, seja apresentada, com ênfase, nas escolas, seja uma matéria ministrada com todo capricho, para que o pessoal tenha o máximo empenho em participar. Precisa ser uma ação psicológica permanente, para não desaparecer mais.

Devo ressaltar a minha emoção por ter sido chamado e aqui comparecido para dar o meu depoimento sobre a nossa Revolução. Eu, um simples militar, que participei, naquela época, procurando muito humildemente cumprir as minhas tarefas, com toda a abnegação possível, buscando a orientação nos belos exemplos que o nosso Patrono, o Duque de Caxias, nos legou, ele que foi um líder à frente de seu tempo.

Nós, das Forças Armadas, em toda a nossa História, fomos o Poder Moderador, trabalhando dentro da caserna, mas com o pensamento voltado para o País, que queremos sempre grande.

É essa a mensagem que eu gostaria de deixar. Reitero a satisfação que tive em vir aqui para essa entrevista, por poder colaborar. Tenho fé que as minhas palavras sejam bem recebidas, não no sentido de crítica, absolutamente, eu respeito os meus chefes, exatamente como a Instituição prega, mas gostaria de lembrar: estamos todos receptivos, esperando essa ação que será muito bem recebida dentro dos quartéis e no País como um todo.

Coronel José Carlos Lisbôa da Cunha

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), além de ter pertencido ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Comandou o 1º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (1º GAC AP) – Regimento Floriano e foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.
- No exterior, exerceu o cargo de Assessor do Comando-Geral do Exército do Equador, cumulativamente com o de Assessor do Instituto de Comando e Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
- Graduou-se em Ciências Administrativas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Superior de Guerra, da ESG.
- Em 1964, era tenente, instrutor do Curso de Artilharia da AMAN.

Entrevista realizada no dia 16 de novembro de 2000.

Inicio a minha participação, neste Projeto de História Oral do Exército, afirmando o quanto me é prazeroso retornar a este Quartel-General – onde, na juventude, servi como Capitão Ajudante-de-Ordens do insigne e respeitado General Aristóbulo Codevilla Rocha – para falar de um marcante e decisivo episódio da história de nosso País – a Revolução de 31 de Março de 1964.

Na expectativa de poder contribuir para o escopo do Projeto, fico, então, à inteira disposição para atender às suas perguntas.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964 e na sua eclosão?

Quando a Revolução eclodiu, era o então 1º Tenente Lisbôa, recém-promovido a este posto. Naquela época, a minha visão sobre os acontecimentos nacionais era bastante reduzida e se limitava ao que era informado pela mídia local, nem sempre precisa ao relatar os acontecimentos. Por este motivo pretendo restringir as minhas declarações à interpretação dos fatos conforme me apresentaram na ocasião, aqueles mesmos que observei e em que pude participar dentro dos limites funcionais de minhas atribuições. Nessas circunstâncias, creio que o meu testemunho pode ser mais útil, além de fiel e preciso.

Após declarado Aspirante, em dezembro de 1959, fui classificado no então I/5º RO 105 AR, situado em Lapa – PR, comandado pelo Tenente-Coronel Nilton Freixinho, oficial extremamente dedicado às suas funções e muito firme em suas decisões, sempre acatadas disciplinadamente por todos os subordinados.

O ambiente na Unidade era de muita tranqüilidade, de trabalho e acima de tudo de respeito aos chefes. Não se falava em política, de ameaças relacionadas a doutrinas espúrias ou de perigos iminentes. Os oficiais e sargentos se dedicavam inteiramente à instrução da tropa, de forma objetiva e produtiva. Todos eram motivados e se voltavam, exclusivamente, para o cumprimento da missão.

Esta tranqüilidade funcional foi momentaneamente interrompida quando participamos ativamente dos acontecimentos nacionais que se sucederam à renúncia do Presidente Jânio Quadros, período de 25 de agosto a 8 de setembro de 1961. A situação exigiu e a Unidade se mobilizou e se deslocou para Curitiba, impulsionada por seu comandante. Não houve uma só voz discordante quando ele declarou "estar de pleno acordo com os seus superiores" e nos mandou simplesmente "tomar ciência de sua decisão". Na verdade, naquele momento, desconhecíamos os perigos pelos quais mais adiante iríamos passar. Não havia ainda uma ameaça clara às instituições nacionais, como se veria dois anos depois. Mesmo assim, recordo-me de ter sido designado, nesta época, para preparar sessões de instrução especializada denomi-

nadas “combate em localidades” e “controle de distúrbios”, a serem ministradas pela primeira vez no âmbito da tropa. Tive que recorrer a manuais americanos, pois muito pouco havia sobre estes assuntos.

No ano seguinte, fui indicado para freqüentar a então Escola de Defesa Antiaérea (EsDAAe), situada na Vila Militar, e, ao término do curso, em 1963, designado para servir no Primeiro Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (1º GCan 90 AAe). Creio ter sido este o mais difícil período de minha vida profissional. Experimentei, a partir daí, momentos duros que até então desconhecia e que culminaram, logo adiante, no Movimento de 1964.

Estranhei muito o ambiente que encontrei na Unidade, então comandada pelo Coronel Antônio Sá Barreto Lemos Filho, bem diferente daquele que deixei no Paraná. Nitidamente havia uma forte cisão entre os oficiais. De um lado, alguns poucos que seguiam as orientações do Comandante e, por isso, passaram a ser de sua confiança. De outro, a maioria formada de tenentes e sargentos, comunistas ativos, que procuravam minar o comando em todos os seus campos de atuação, buscando, como objetivo final, destruir as suas bases de disciplina e de hierarquia.

Assim que cheguei, fui designado para a função de Comandante da Linha de Fogo (CLF) da 2ª Bateria, comandada pelo Capitão Fernando Octávio Tavares Ferreira. Lá, encontrei os tenentes Luiz José e Fernando, amigos com os quais passei a compartilhar as minhas dúvidas e apreensões.

Não demorou muito e tivemos uma reunião sigilosa com o Capitão Tavares. Este nos comunicou que o Comandante escolhera a nossa Bateria para ser a Subunidade de sua inteira confiança. Conseqüentemente, deveríamos indicar para movimentação interna aqueles que não se enquadrassem dentro do seu pensamento. Não foi difícil e, logo a seguir, compúnhamos a “Bateria do Comandante”, como ele nos dizia reservadamente. A todos os momentos entrávamos em “prontidão”. Quando isso ocorria era normal que o Coronel Sá Barreto fizesse uma reunião com os oficiais para alguns acertos, inclusive relativos ao desencadeamento do plano de segurança da Unidade. Terminada a reunião, ele sigilosamente nos convocava para outras missões em que cada um de nós, além das atribuições de rotina, deveria se preocupar com todos os movimentos de determinados oficiais e sargentos, particularmente à noite, quando instalávamos postos de observação que nos permitiam monitorar as suas atividades.

No grande esforço para tentar reverter aquela situação, o Coronel Sá Barreto – não sei se ainda é vivo – designou-me para ministrar uma série de instruções referentes ao assunto guerra revolucionária. Assim procedi e, poucos dias depois, no cassino de oficiais (refeitório), o 1º Tenente Amorim disse-me:

"Lisbôa, tome cuidado. Ainda existem aqui no quartel algumas alamedas sem nome." Novo na Unidade, procurei informar-me e fiquei ciente de que as alamedas tinham o nome de militares mortos em serviço... A partir daí, recordando-me dos ensinamentos de 1935, tirava serviço a cada três dias, mas não me recolhia durante a noite para o quarto destinado ao oficial de dia, localizado no corpo da guarda. Agindo com mais cautela, passei a andar pelo quartel atento a tudo e, quando exausto, entrava na boléia de qualquer viatura para dar uma breve "cochilada".

O ambiente era tenso. Os tenentes passaram a concorrer a outra escala de serviço, a de Comandante de Pelotão de Choque, devendo estar preparados para serem empregados, particularmente nas estações da Estrada de Ferro. Algumas vezes desloquei-me para Deodoro, ocupei a estação com os meus soldados e, pelo menos em duas ocasiões, deparei-me com a difícil situação de ter que me confrontar com badernistas que tentavam quebrar os trens. Na missão, quase sempre indefinida que recebia de meus superiores, apesar de inquirir a respeito, nunca me foi dada explicitamente a ordem de "quando atirar", se necessitasse reagir. A idéia que tinha era de que estava ali como uma espécie de "bucha de canhão", com a finalidade de permitir criar uma situação difícil e incômoda, envolvendo o pessoal militar que, na realidade, atendesse a outros objetivos não claramente explícitos.

Acreditava que havia no ar uma grande conspiração e que a minha Unidade era parte integrante dela. Aos poucos, comecei a ligar os fatos... Por exemplo, certa vez fui à 3ª Bateria (os mais perigosos estavam reunidos nas 1ª e 3ª Baterias) procurar o Tenente Amorim a quem me referi anteriormente. Ele era o Diretor do Curso de Formação de Cabos (CFC) e, intencionalmente, não coordenava a instrução com os tenentes das Baterias. Certamente, agia assim na tentativa de desestabilizar a Unidade e estava conseguindo o seu objetivo, pois a instrução de cabos era um verdadeiro caos... Encontrei-o na reserva dos sargentos recebendo, de um deles, detalhada orientação sobre "ordens" que deveriam ser seguidas. Perplexo, observei que o referido tenente estava sendo enquadrado pelo sargento, em flagrante inversão de todos os valores hierárquicos que conhecia. Compreendi, naquele momento, que alguma coisa de grave estava para acontecer...

Foi neste ambiente de incertezas que, já no final do ano de 1963, a Unidade recebeu a visita do Major Camargo, Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da AMAN, trazendo um convite para eu ser instrutor daquela Escola, o que aceitei imediatamente, com uma sensação de grande alívio.

Começou aí uma nova fase da minha vida pré-revolucionária. Agora, era um oficial mais esclarecido, consciente dos perigos pelos quais passava a nossa Instituição e o País. Rapidamente, apresentei-me para as novas funções. O ano letivo

ainda não começara e aproveitávamos aquele período de calma para adiantar a montagem de exercícios. Foi assim que o meu chefe, o Capitão Dickens Ferraz, convocou-me para um reconhecimento no campo. Ainda não o conhecia bem, mas já dava para perceber que se tratava de um oficial competente no qual poderia confiar, bem diferente daqueles capitães que eu deixara no Rio. No alto de um morro, ele foi direto ao assunto e me indagou mais ou menos assim:

– Você deve estar por dentro da situação grave pela qual passamos. Quero saber de que lado você está?

Fiquei um pouco surpreso e embaraçado com a inesperada pergunta, mas sentindo a importância daquele momento, respondi-lhe prontamente:

– Eu estou do lado de tudo aquilo que possa combater a situação lamentável e triste em que se encontrava a Unidade de onde vim.

O Capitão Dickens disse-me então que, a partir daquele momento, eu me mantivesse em alerta para agir sob o comando de chefes íntegros e confiáveis, aguardando a ordem que deveria vir em breve. Acrescentou, ainda, que deveria preparar uma Bateria de Obuses, com todo o material e munição necessários, para sair mediante ordem. Essa Bateria seria enquadrada pelos cadetes que, logo a seguir, começariam a ter instrução de material comigo. Finalmente, recomendou total sigilo sobre tudo aquilo que conversáramos.

No dia 31 de março de 1964, se não me falha a memória, uma terça-feira, cerca das 18h, chegou a ordem de "preparar para sair". Fui até a Bateria de cadetes para reuni-los e embarcamos tudo o que estava previsto durante a noite e madrugada, inclusive grande quantidade de munição que eu e meu sargento já havíamos loteado no paiol.

O curso letivo da Academia passara de três para quatro anos e estávamos justamente vivendo aquela fase de transição. Sem saber exatamente o que acontecia, porém engajados inteiramente na missão, os cadetes do 3º ano, únicos disponíveis no curso, mal tinham iniciado a Instrução de Artilharia e já estavam sendo convocados para guarnecer as peças em todas as suas funções. Nos dois primeiros anos, freqüentaram o Curso Básico. Assim, possuíam poucos conhecimentos de linha de fogo e de técnica de tiro.

A Bateria foi organizada e na manhã seguinte estava pronta para cumprir missão. Era comandada pelo Capitão Dickens. Os outros oficiais integrantes eram: 1º Tenente Marcello Rufino dos Santos (Oficial de Reconhecimento – O Rec), 1º Tenente Luiz Seldon da Silva Muniz (Comandante da Linha de Fogo – CLF) e eu, 1º Tenente José Carlos Lisbôa da Cunha (Auxiliar do CLF). Recebemos a missão de apoiar as ações de um Batalhão integrado por cadetes do Curso Básico e do Curso de

Infantaria, comandados pelo Major Geise Ferrari, Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria, o qual, tempos depois, reencontraria como brilhante Chefe na Seção de Ensino/2 (SE/2) da ECEME.

Na manhã de 1º de abril, nos deslocamos pela Rodovia Presidente Dutra na direção do Rio. Eu e o Muniz ficamos na estrada, em Posição de Espera, enquanto o nosso Comandante de Bateria (Cmt Bia) e o Marcello procuravam uma posição inicial para ocupação. A situação não era muito clara... Permanecemos atentos com o nosso material colocado em posição de tiro nos acostamentos da rodovia, com a preocupação de enfiar com nossos fogos uma lombada mais à frente, de onde poderia vir a ameaça inimiga. Foi quando observamos, lá em cima, viaturas que se deslocavam em disparada na nossa direção. Observamos que não eram da Academia, pois não dispúnhamos de caminhão REO. Houve alguns instantes de muita tensão entre nós. A situação indicava que deveríamos cumprir as ordens recebidas e impedir com o fogo a passagem das tropas que viessem do Rio. Foi então que, nesse momento, observamos militares posicionados em pé, junto à boléia das viaturas, acenando com uma camiseta branca em sinal de paz. Deixamos que o comboio se aproximasse e constatamos que se tratava de uma Bateria do Grupo Escola de Artilharia (GesA), conduzida pelo seu Capitão-Comandante e por alguns tenentes que tinham os sargentos sob a mira de suas pistolas. Tenho ainda muito viva na minha lembrança aquela imagem, em que companheiros, na verdade de duas baterias de obuses, passavam para o nosso lado de uma forma decisiva, tranqüila e pacífica. Logo à frente, distingui o meu fraterno amigo, o 1º Tenente Oacyr Pizzotti Minervino, que, eufórico, contou-me, com detalhes, como se passara aquela incrível façanha.

Julgamos por bem que nossos companheiros seguissem para a AMAN, a fim de que os prisioneiros fossem recolhidos e para que o restante do pessoal e do material recebesse uma nova destinação. Já sabíamos de antemão que seria a de reforçar o nosso poder de fogo.

Ainda presenciamos a passagem do carro que conduzia o General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, para a reunião que teria na AMAN com o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, e, logo em seguida, recebemos ordem para entrar em posição.

A região era muito acidentada. O acesso para o local escolhido era único, bastante estreito e de difícil transitabilidade. A posição ficava no fundo de um vale, cercado de elevações íngremes, bem diferente daquelas que estávamos acostumados em nossos exercícios. Enquanto o Muniz cuidava da Central de Tiro, eu apontava a Linha de Fogo e preparava toda a munição. Tive que tomar um cuidado redobrado

pois, como já me referi anteriormente, os cadetes estavam iniciando aquelas atividades. Aproveitei para adiantar a instrução...

Em seguida, fui ajudar o Muniz na Central de Tiro. A situação exigia o Tiro Vertical, o único meio de podermos vencer um enorme morro que se estendia bem a nossa frente. Os cadetes mal conheciam os fundamentos da Técnica de Tiro e, assim, nós dois assumimos literalmente as funções de CH (controlador horizontal) e de CV (controlador vertical).

A noite começou a cair e com ela uma chuva constante. Não tínhamos muitos recursos para nos proteger. Ficamos bem molhados, porém com o moral elevadíssimo e bastante motivados. Ninguém dormiu naquela noite... A expectativa era muito grande e aguardávamos ansiosos pelos acontecimentos, prontos para o início do fogo, se necessário, mesmo que de maneira precária, pois os nossos elementos de pontaria não eram precisos (foram retirados de uma carta topográfica).

Tarde da noite, o Marcello retornou após exaustivos trabalhos de reconhecimento e, a partir daí, pudemos atualizar a nossa Central de Tiro com os dados novos que ele trouxera.

Amanheceu e o dia continuava instável, com muita chuva. Nada de importante havia acontecido, pelo menos que fosse de nosso conhecimento. Reinava entre nós muita expectativa e alguma incerteza.

Pudemos observar que estávamos enterrados, com muita lama ao nosso redor. Logo nos preocupou a hipótese de uma rápida saída de posição...

No meio às naturais preocupações que a situação apresentava, o nosso Comandante trouxe a notícia de que tudo se normalizara com a reunião havida na Academia e que deveríamos regressar.

Tivemos imensa dificuldade em desmontar a grande quantidade de munição preparada na véspera. Ficamos preocupados em diminuir os riscos de acidentes que poderiam advir de um manuseio inadequado por parte dos cadetes. Foi um trabalho muito tenso e difícil, felizmente levado a bom termo.

Mais adiante, nos deparamos com outros problemas: obuseiros e viaturas atolaram na lama. Tivemos que fazer uso de viaturas-guincho para sair de posição e, finalmente, colocar a Bia na estrada.

Partimos para a AMAN e, quando lá chegamos, fomos surpreendidos por uma entrada triunfal preparada a partir do Portão Monumental. Lá estavam dispostos ao longo da reta todos aqueles que não haviam participado diretamente da operação militar, mas que estavam imbuídos do mesmo espírito de patriotismo que nos movera, a Bandeira com a sua guarda, a banda de música, militares formados, inclusive de Unidades vindas de São Paulo, civis moradores da Cidade de Resende, amigos e fami-

liares vindos de nossas vilas militares, além dos oficiais do GEsA que passaram para o nosso lado. Desfilamos garbosamente sob aplausos, com uniformes sujos e alguns até rasgados, mas de cabeças erguidas, conscientes de que havíamos feito o que era certo e de melhor para o nosso País. Estávamos todos muito orgulhosos e felizes!

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Para mim, constituiu-se na maior demonstração de civismo até hoje ocorrida no Brasil, provando que a sociedade brasileira, na sua totalidade, estava unida em torno dos grandes objetivos que orientaram o Movimento de 31 de Março. Foi uma manifestação espontânea e direta que partiu da família brasileira e que deu um testemunho público de seu amor às liberdades então ameaçadas e de seu espírito sinceramente cristão.

Infelizmente, ao longo dos últimos anos e a serviço de outros interesses, esta imagem vem sendo diminuída das suas reais proporções, numa incrível tentativa de esvaziar o que foi aquele grande sentimento popular.

Como doação, estou deixando em minha pasta-arquivo, cópia de uma publicação da época – *Revista Manchete* - Edição Histórica, de abril de 1964 –, que corrobora as minhas afirmações.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Houve incontestáveis líderes do Movimento de 31 de Março. Dentre eles, poderíamos citar os generais Kruel e Mourão e o Governador Magalhães Pinto, por exemplo. Porém, na minha visão participativa do acontecimento, destaco a efetiva atuação do General Médici, Comandante da AMAN, que, se antecipando à ação do II Exército, colocou cerca de seiscentos cadetes em posição na Rodovia Presidente Dutra, barrando as forças do I Exército que se dirigiam para São Paulo. Esta ação evitou o encontro das tropas que vinham de São Paulo e de Minas com as forças deslocadas do Rio, criando as condições para a reunião de cúpula que houve em Resende entre os generais Âncora e Kruel, permitindo, finalmente, que o Movimento fosse vitorioso sem qualquer derramamento de sangue.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim, houve um fortalecimento de princípios e de idéias que muito contribuíram para isso. Por outro lado, foi feito um judicioso trabalho de expurgo de suas fileiras, daqueles elementos contaminados com a doutrina comunista.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na época do Movimento, houve o apoio maciço da mídia. A publicação que encaminho bem demonstra isso. Basta verificar as manchetes de capa:

"Um milhão de cariocas na marcha pela liberdade."
"Mourão Filho – A história secreta da Revolução."
"Minas – São Paulo – Rio – O eixo da vitória."

Com o decorrer dos tempos, surgindo novos interesses, a mídia passou claramente a apoiar os movimentos de esquerda que, hoje, procuram desfigurar os verdadeiros ideais que levaram os militares à Revolução de Março de 1964. Altera os fatos, criando a sua própria versão, lança-a aos incautos, tudo com o objetivo escuso de mudar a história e de denegrir a imagem de nossa Instituição junto ao povo brasileiro.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Do meu Posto de Observação (PO), até certo ponto restrito, não dispus das melhores condições para observar tudo o que se passava. Cumpria as minhas missões e tinha a certeza de que estava contribuindo para um projeto redentor que faria mudar o País. Por certo, que houve erros. Não creio que esteja em condições de julgá-los, principalmente agora, entretanto gostaria de citar aqui um fato que me marcou muito e que jamais saiu de minha lembrança.

Não estou certo se isso se passou em 1972 ou 1973. Cursava a ECEME, quando uma equipe de oficiais, chefiada pelo saudoso General Milton Tavares, apresentou aos alunos uma palestra sobre a atuação do Exército Brasileiro na guerrilha de Xambioá. Quando terminou, disse-nos que nenhuma palavra sobre aquele assunto poderia ser difundida. Estranhei muito essa atitude, pois, apesar dos argumentos apresentados, pensava que tais fatos deveriam ser amplamente divulgados para o conhecimento de toda a população brasileira.

Anos mais tarde, constatei que estava correto no meu juízo. Acompanhei muito triste a história distorcida, criada pela imprensa sensacionalista, que ocupou o lugar dos fatos verdadeiros, que deixamos de informar no momento oportuno. Observamos perplexos que os bandidos de ontem eram agora apresentados como "heróis nacionais, que lutaram e morreram para libertar o Brasil do Poder e do jugo militar". No meu ponto de vista, esta total inversão de valores, ocorrida aí, e em outras situações semelhantes, foi fruto, exclusivamente, de nossa inabilidade em conduzir algumas situações nas quais admitimos o silêncio como a melhor conduta. Penso ter sido um grande equívoco...

Tal omissão abriu um espaço que foi prontamente ocupado pelos nossos inimigos, fortalecidos por uma Lei de Anistia, mal-elaborada e mal-aplicada, que deu ensejo ao "revanchismo" surgido logo a seguir, agora com proporções gravíssimas quando coloca em risco as instituições militares e, conseqüentemente, a soberania nacional.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral da Revolução de 31 de Março de 1964?

Considero estar no rol daqueles brasileiros, militares ou não, que pertencem a uma geração privilegiada. Pudemos viver e acompanhar os fatos que antecederam o 31 de Março... Presenciamos a destituição de um Governo sem esperanças, que quase submeteu o Brasil à utopia comunista... Participamos e fomos testemunhas da vontade popular que legitimou aquele Movimento através do grito de liberdade de suas mulheres, mães de família, preocupadas com o destino incerto reservado a seus filhos... Vimos o Brasil crescer e prosperar como nunca...

Novas gerações se sucederam e se beneficiaram das mudanças, mas não souberam exatamente por que e como elas ocorreram. Motivos diferentes nos fizeram calar sobre os acontecimentos passados e o pior, permitimos que os nossos inimigos de antes, agora travestidos de "nobres idealistas", "recontassem a história à sua moda".

Os espaços deixados por nós foram rápida e eficientemente ocupados nas escolas, nos poderes constituídos, nas principais instituições e na mídia em geral, sempre com o cuidado de distorcer os fatos e de difamar a figura daqueles que, no passado, lutaram pelos mais nobres ideais do País.

Hoje, aos 64 anos, estou na reserva. Levanto os olhos e vejo o Marcello e o Muniz, por exemplo, ocupando os últimos cargos funcionais de nossa carreira. Depois deles, poucos restarão em condições ainda de transmitir as experiências vividas no passado. Se pudesse, numa atitude extrema, sairia por aí bradando às alturas o que de bom a Revolução de 31 de Março fez ao Brasil. Mas isso não é possível e de pouco adiantaria... Porém, mesmo que até certo ponto possa parecer tarde, reconheço o extraordinário esforço que o nosso Exército realiza, através dessa importante e valiosa iniciativa para, ainda em tempo, escrever a verdadeira história da Revolução, com base em livres depoimentos daqueles que a testemunharam.

Entretanto, na minha avaliação, este trabalho não se encerra aí. Após elaborado, será preciso difundi-lo amplamente, de forma pertinaz e contínua, a despeito das pressões contrárias e dos obstáculos que certamente surgirão.

Finalmente, faço votos de que os brasileiros possam usufruir, em todos os sentidos, do seu conteúdo altamente positivo.

Tenente-Coronel Pedro Cândido Ferreira Filho

- Natural da Cidade de Piracaia, SP.
- Exerceu, entre outras funções, a de instrutor do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Detém experiência profissional em atividades de segurança e inteligência, assim como em administração de pessoal e de materiais.
- É bacharel em Direito pela Faculdade Milton Campos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Na eclosão da Revolução, em 1964, era 1º Tenente e Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do então 12º Regimento de Infantaria, com sede em Belo Horizonte, hoje 12º Batalhão de Infantaria Motorizado. Nesta condição, integrou o Destacamento que seguiu, naquela oportunidade, para Brasília.

Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2000.

Gostaria de salientar que me senti muito honrado ao receber o convite para falar sobre a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Naquela época, era 1º Tenente de Infantaria e comandava a 2ª Companhia de Fuzileiros do, então, 12º RI. O Regimento foi a primeira Unidade a sair do quartel para derrubar o Governo João Goulart e o nosso Batalhão seguiu para Brasília, tendo ocupado a Capital Federal.

Gostaria, também, de ressaltar que a Revolução de 1964 se constituiu num fato histórico marcante e imorredouro, não só para o Brasil, mas para todo o mundo, o que digo com grande satisfação. Se ela não tivesse ocorrido, o Brasil cairia, sem dúvida, nas mãos dos comunistas e, pelo peso que o nosso País representa dentro das Américas, fatalmente, todos os países latino-americanos, principalmente da América do Sul, tornar-se-iam comunistas. Em conseqüência, podemos dizer, sem falsa modéstia, que a História do mundo seria outra.

Quais as suas participações pessoais nos pródromos da Revolução, nos seus surgimento e desenvolvimento? Desejamos saber mais a respeito dos antecedentes, do desencadear da Revolução e do seu desenvolvimento.

Praticamente, acabava de assumir o Comando da 2ª Companhia de Fuzileiros, quando eclodiu a Revolução. Viera transferido da AMAN, onde fora instrutor do Curso de Infantaria, para o 12º RI. A AMAN dedicada à formação de oficiais, manifestava forte acento anticomunista. Não me esqueço de uma reunião de oficiais realizada, se não me engano, no auditório do Curso de Infantaria, na qual um companheiro afirmou entre outras coisas: "O Brasil já é um País comunista e a maior célula comunista se encontra no Palácio do Planalto". Nas reuniões eram lidos, principalmente, documentos oriundos do Estado-Maior do Exército, redigidos de próprio punho pelo General Castello Branco. Essas reuniões, na Academia Militar, pretendiam mostrar o grau de "comunização" a que chegara o Brasil.

Carregava, pois, comigo, além da minha formação herdada de meu pai, que era um grande democrata, a forte influência anticomunista adquirida no período em que servi na AMAN, como instrutor.

Em Belo Horizonte, senti que estava em terreno propício para a derrubada do Presidente João Goulart. E posso salientar que, na primeira reunião, na véspera do dia 31 de março, dos oficiais superiores com os capitães e tenentes, a todos foi perguntado se concordavam participar – aí está a característica democrática da Revolução. Os oficiais foram, portanto, inquiridos se concordavam participar de um movimento que visava à derrubada do Presidente João Goulart. E, aqui, afirmo que o Comandante da 1ª Companhia, o primeiro oficial a ser perguntado, disse "não", e este humilde oficial, ao ser indagado, disse "sim". Então, aqui do 12º RI,

posso dizer que fui o primeiro oficial a dizer “sim” à Revolução de 1964. Partimos para Brasília e o outro Batalhão deslocou-se para o Rio de Janeiro. Fomos vitoriosos com o auxílio das tropas de outras áreas do País. É isso o que tenho a dizer.

As raízes desse Movimento estariam onde, no seu entender?

Aqui, em Minas, há um fato, um episódio muito importante, do qual pouco se fala. Foi a quebra do jornaleco chamado *Binômio*. *O Binômio* era um jornal panfletário que explorava as pessoas, exigindo dinheiro para não divulgar notícias que lhes fossem adversas. Esse jornal, certo dia, publicou uma matéria que era degradante para o Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4) – na época, General Punaro Bley. Ele teve a coragem de ir à redação do *Binômio* e tirar satisfação. Foi acompanhado do motorista. Este ficou na rua, no carro, esperando, e o general subiu e foi enfrentar a direção do jornal. Destratado e agredido, saiu de lá ferido, machucado. Voltou para o QG (Quartel-General). Um companheiro, um oficial que estava de serviço, viu o estado do General e comunicou aos comandantes de Unidades que, basicamente, naquela época, eram o 12º RI, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e mais a Base Aérea que ficava, exatamente, junto ao aeroporto da Pampulha.

Os comandantes de Unidades do Exército resolveram ir ao jornal impedir que a próxima edição saísse porque, fatalmente, publicaria coisas desagradáveis contra o General, inclusive fotos. Reuniram oficiais, somente oficiais e sargentos, pegaram um ônibus da Aeronáutica que ficava sempre no pátio do 12º RI e foram ao jornal *Binômio*. Era o final do ano de 1961.

Quando lá chegaram, foram recebidos de forma muito agressiva. Os militares, então, resolveram o seguinte: “Vamos impedir a saída da edição de amanhã e de qualquer outra edição; vamos empastelar o jornal.” A ordem era não deixar nada inteiro que tivesse mais do que 20cm. Tudo que tivesse mais do que 20cm deveria ser quebrado. E assim foi feito. Oficiais e sargentos dessa gloriosa guarnição assim agiram e destruíram o jornaleco *Binômio,* que nunca mais circulou em Belo Horizonte ou em lugar nenhum, graças a Deus.

Era um jornal panfletário da pior categoria. Isso uniu a Guarnição, porque o Presidente queria a punição de todos os oficiais. Foi feito um inquérito e todos diziam: “Nós fomos lá quebrar o jornal, para defender a dignidade de um general do Exército.”

A única punição que sobrou foi a transferência dos Comandantes do 12º e do CPOR para outra guarnição, e, também, do Comandante da Base Aérea. Ninguém mais foi punido. Mas esse fato gerou uma coesão muito grande no meio militar de Minas Gerais; somado a uma série de outros, fez com que as tropas de Minas tivessem fortalecido o espírito revolucionário, levando-as à eclosão da Revolução de 1964. Não

estou preconizando a quebra de nenhum jornal nos dias de hoje mas, naquela época, foi necessária, fundamental, ação das mais corretas, exaltada no Brasil. Foi uma lição e um exemplar corretivo, em virtude do desrespeito à pessoa humana, comum naquele jornal. Não conheço na História do Brasil outro fato semelhante. Os oficiais e os sargentos saíram e foram alertados para que nada além de 20cm sobrasse, e não sobrou nada além de 20cm. O jornal nunca mais saiu. De vez em quando, se recorda essa história e falam sobre isso, mas, graças a Deus, *Binômio* nunca mais.

Essa foi uma das motivações para a coesão da nossa guarnição. Evidentemente, as presenças do General Carlos Luís Guedes – pai dos nossos colegas Luiz Carlos Guedes e Henrique Guedes – e a do General Olympio Mourão Filho, que comandava a Região Militar, foram de fundamental importância também.

A guerra fria contribuiu para a eclosão da Revolução?

É evidente que havia a divergência ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. O mundo estava dividido em dois pólos e fazia parte da filosofia, da ideologia comunista, estender sua influência no mundo. Os exemplos da História, presentes, na Europa, na América, na Ásia e na África, mostravam como vários países caíam nas mãos dos comunistas ou entravam em sua órbita e o Brasil seria o próximo. Na guerra fria, acirrada disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobressaía a ação do Movimento Comunista Internacional, voltado para a expansão da ideologia comunista, ameaçando o mundo ocidental, particularmente. A humanidade vai reconhecer, um dia, que a Revolução de 1964 mudou a história da esquerda na América do Sul, podemos dizer assim. A Revolução de 1964 e a Queda do Muro de Berlim concorreram para a falência da expansão do comunismo, em suas áreas geográficas.

O 12º RI chegou vitorioso a Brasília para cumprir a missão que lhe coube. Qual foi exatamente o papel que desempenhou o Regimento?

Os deslocamentos, tanto do 1º Batalhão para Brasília quanto do 2º Batalhão para o Rio de Janeiro foram retardados por forças contrárias que, depois, retraíram. O nosso batalhão enfrentou, nas margens de um rio – cujo nome não me lembro – que corta o eixo rodoviário antes de Brasília, um pelotão de carros de combate, comandado por um companheiro meu. Só mais tarde, soube de sua presença no episódio. Mas, felizmente, o pelotão recuou para a sua base que ficava em Brasília e o Batalhão continuou e chegou lá sem derramamento de sangue.

No desembocar do movimento, todos sabemos, não houve troca de tiros, felizmente, e com a ajuda de Deus, sem dúvida. O 12º RI estava com três meses de

incorporação, tínhamos realizado tiros, apenas, de 30m, nada além disso. O soldado era bisonho e, naquela época, muito mais atrasado, sem instrução e sem cultura. Não tinha o nível do soldado de hoje. Saímos, evidentemente, para uma aventura, foi uma aventura a Revolução. Mas Deus é brasileiro.

É importante que se assinale a surpresa da Revolução. Vou comentar um fato, também, sobre o qual pouca gente fala. É um documento baixado pelo Estado-Maior do Exército, assinado pelo General Castello Branco, chamado "Lealdade ao Exército". Esse documento, alguns comentam, nos estimulou, provocou a ordem de partida para a Revolução, não porque ordenasse partir, pelo contrário. O documento, dizem os historiadores, deu o "toque de reunir" para as Forças Armadas, mas não determinou a ordem de partida. Foi considerado, pelos militares de Belo Horizonte, pelos generais, principalmente, um documento pouco incisivo para a situação que enfrentávamos. Mas, naquele momento, o Movimento teve início. Minas antecipou a Revolução e desagradou, inclusive, ao General Castello Branco, como os fatos mostraram mais tarde.

Os generais que a iniciaram foram, praticamente, preteridos no Governo da Revolução. Nenhum deles desempenhou cargos importantes. Nenhum deles recebeu do governo revolucionário a atenção que merecia, muito menos qualquer privilégio. Os generais mineiros quando leram aquele documento "Lealdade ao Exército" acharam, vamos dizer na nossa linguagem, fraco. Eles queriam uma ordem de partida e não um toque de reunir. E foi, então, que a Revolução eclodiu, e se não eclodisse, naquele dia, com a forte motivação da reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, talvez a história fosse outra, porque os generais, apesar do forte clamor do povo, custam a quebrar a inércia, pesam demais as conseqüências de seus atos. O próprio Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, estava do outro lado.

Todos os fatos geradores da Revolução – a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, em setembro de 1963; o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964; a rebelião dos marinheiros e fuzileiros, liderada pelo Cabo Anselmo, contando com o apoio do Almirante Aragão – provocaram a difusão desse documento "Lealdade ao Exército". Ele precisa ser lido e interpretado. Provocou o "pontapé inicial". Mas os militares de Minas Gerais, quando tomaram conhecimento daquele documento, acharam que ele estava muito aquém do necessário e foi, assim, que a Revolução, em Minas, antecipou-se, ao eclodir no dia seguinte ao da reunião do Automóvel Clube do Brasil, onde João Goulart desafiou, levianamente, a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, recebendo o troco de imediato.

Gostaria de ressaltar as atitudes de uma instituição e de uma autoridade. Primeiramente, sobre o Governador Magalhães Pinto. Banqueiro, ele sabia quais

seriam as conseqüências para sua empresa se os comunistas tomassem o Poder. Quando percebeu o que acontecia, em Minas, concluiu que estava na hora de apoiar o Movimento. E outra coisa importante: a gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. A Polícia aderiu totalmente, todos os batalhões aderiram. Um se deslocou com o 1º/12º RI para Brasília. Outro se deslocou para o Rio de Janeiro. As unidades do interior garantiram a ordem em Minas Gerais. Houve algumas reações contra a Revolução, mas foram abafadas por esses batalhões da Polícia e pelos nossos tiros-de-guerra. É importante salientar isso: os tiros-de-guerra ajudaram a garantir a ordem, internamente, em Minas Gerais.

Deslocamo-nos em ônibus. Imagino, hoje, se o pelotão de carros de combate, que se nos antepunha, atirasse em nossos ônibus, após alguns disparos. o deslocamento estaria comprometido. O outro batalhão, que foi para o Rio de Janeiro, também movimentou-se de ônibus, por isso as tropas do Rio de Janeiro que se opusessem à coluna, do mesmo modo, teriam mais poder de combate do que as de Minas. Porém, é preciso entender que faltava convicção aos oponentes e sobrava entre nós; exatamente, a consciência militar falou mais alto. É importante que se diga que o que estava na nossa cabeça, naquela época, era derrubar, exterminar a aventura comunista que queria estabelecer-se no Brasil. Para isso, fazia-se necessário interromper, acabar com o malfadado Governo João Goulart. Tanto é que o Presidente Castello Branco convocou eleições diretas, em 1965, normalmente. A Revolução, depois, teve os seus desdobramentos, mas o objetivo maior era impedir a comunização do País, derrubando o governo da anarquia e grevista, em atendimento ao clamor do povo brasileiro.

O senhor poderia nos dizer algo a respeito do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março?

O panorama político era o pior possível, a partir da renúncia do Jânio Quadros – um fato que ninguém esperava. Ele fora eleito com a maioria absoluta. Este modesto tenente, na época, votou naquele cidadão, em Resende. Votei e ele renunciou alegando presença de “forças ocultas” que o impediam de governar. Todos asseguram que ele queria ficar no Poder como ditador, mas ninguém sabe o que ia, realmente, na cabeça dele. Os militares, acertadamente, resolveram impedir a posse de João Goulart, que era o Vice-Presidente e que, no momento, estava passeando pelos países comunistas.

Com a violenta reação de seus correligionários, funcionou o “jeitinho brasileiro”. Adotaram o parlamentarismo, com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro do novo regime. Aí, veio o “diga Não”, uma campanha publicitária terrível que fez a

cabeça de todos os brasileiros para que declarassem em plebiscito "Não" ao parlamentarismo. E assim foi. O Governo João Goulart volta ao regime presidencialista, com plenos poderes. Os comunistas, praticamente, eram os donos do Governo. Os sindicatos e as empresas estatais estavam nas mãos de comunistas: os sindicatos, os funcionários, os ministérios, a Petrobras e o Banco do Brasil, tudo nas mãos deles.

Desde então, em ritmo frenético, começaram a ocorrer os eventos que mais degradavam o País: a rebelião de Brasília, a anarquia no Rio de Janeiro incentivada pela cúpula, com o João Goulart à testa; o Miguel Arraes, no Nordeste, o Brizola, no Sul, formando unidades paramilitares ameaçadoras – os "grupos dos onze" – com o intuito de criar um movimento de guerrilha. O Brasil não trabalhava mais, era greve em cima de greve. Aproximava-nos do caos. A Revolução chegou na hora exata. Foi extremamente importante para exterminar o comunismo, que já estava no Governo, como dizia Prestes. Não há dúvida disto. E, evidentemente, houve outros desdobramentos, depois.

Como se manifestava o clima de insatisfação, da maioria do povo, contra o Governo?

Temos alguns exemplos como o das mulheres, saindo às ruas com os seus terços na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Saíram, em Minas e em São Paulo, marchas memoráveis clamando por democracia e por liberdade. Os empresários estavam preocupados e deram todo o apoio à Revolução. A própria Igreja estava apreensiva. Por isso aderiu e apoiou a Revolução. Em meio à insatisfação generalizada, havia minorias que se alinhavam com o Governo: os sindicatos, os empregados na indústria, nas minerações, e militares, também, que bateram palmas para os comunistas, inclusive o nosso General Lott, que recebeu a espada de ouro das mãos do João Goulart.

E o que se passava no meio militar? Tentavam uma cisão dentro das Forças Armadas, especialmente entre oficiais e sargentos? Como atuavam, tentando minar a hierarquia e a disciplina?

Foi uma coisa gritante. Não sofri muito com isso, porque vivia na AMAN. Lá, prevalecem os valores de hierarquia e de disciplina, embora existissem uma ou duas células comunistas. Quando cheguei à AMAN, havia serviço de oficial de dia à Ala (nome como era conhecido o prédio onde localizavam-se os apartamentos dos cadetes). O tenente, "o frango" (gíria militar) de serviço dormia na Ala. Cada uma dispunha de um oficial, tal a preocupação, pois havia o núcleo ligado ao Lamarca. O grave problema, que penso ter existido naquela época, não na AMAN, mas em vários quartéis, principalmente na Marinha, foi o da quebra da disciplina.

Os militares partidários do Governo criaram um canal paralelo – pouca gente sabe disso – de informações. Foi inventado através do, então, Quadro Auxiliar de Oficiais. Esses oficiais tinham acesso ao Gabinete do Ministro. Tinham força para derrubar comandantes. Lembro-me de um sargento que por razões óbvias eu o puni várias vezes, que foi promovido ao Quadro de Oficiais Auxiliares – e, quando promovido, pegou a farda de sargento, arrancou as divisas e, nela, colocou as estrelas de tenente. Ao encontrar-me, falou, com um ar de superioridade: "Tenente, agora, estou no Gabinete do Ministro. Qualquer coisa, me procure." Falou isso comigo: "Qualquer coisa me procure."

Havia, naquela época, o famoso Batalhão Suez. Para nele ingressar, tinha que ser ligado a um desses caras e foi inclusive o caso do Lamarca. Ele integrou o Batalhão Suez, pela ligação que tinha com oficiais que influíam na composição daquele Batalhão. E quando ele voltou aconteceu um fato, também, que pouca gente fala. Cobraram dele: "Você foi para Suez, graças a nossa interferência. Agora, você vai fazer alguma coisa para nós." E deram a missão de roubar as armas do 4º RI.

Havia, portanto, esse canal de inteligência. O Comandante que punisse um sargento, que fosse mais rigoroso com os sargentos, podia perder o Comando. Ele era destituído.

Além do mais, havia entre os oficiais... o 12º, tivemos dois companheiros que não aderiram à Revolução. Falei do comandante da 1ª Companhia, mas houve um outro elemento que disse "não". Então, havia, mesmo aqui, que era o núcleo da Revolução, adversários convictos. E a Revolução foi tão humana, foi tão "bacana" que nada, absolutamente nada, houve contra eles: ficaram em suas casas, enquanto eclodia a Revolução. Quando terminou o Movimento, a punição que sofreram foi uma transferência, sendo que um para o Norte e outro para o Sul. Não sei para que guarnições. Um deles até fez Estado-Maior. Vejam vocês!... Não houve aquilo que falam da Revolução: "anos de chumbo". Isso é invenção da imprensa, logicamente.

Havia, na verdade, uma revolução de cunho comunista em andamento no País?

É lógico. Tanto é que aconteceu, exatamente, o seguinte: a Revolução Democrática de 1964 pegou a revolução comunista, em preparação, de surpresa. Aí, é que ressalto a importância de Minas Gerais, a importância do General Mourão e do General Guedes de precipitarem o Movimento, porque se não houvesse a Revolução de 31 de Março, teria havido outra, a de esquerda, talvez um mês depois – 1º de maio quem sabe. Só que da parte deles. Mas foram surpreendidos, e quando falam que vieram os "anos de chumbo", certamente cometem um ato falho pelo que fizeram, isto é, partiram para a luta armada, na tentativa de combater os governos

revolucionários, desencadeando as guerrilhas urbana e rural que, graças a Deus, destruímos, porque, caso contrário, o Brasil poderia ter-se transformado numa Cuba. Os comunistas entraram lá e permaneceram. Continuaríamos comunistas pelo resto da nossa existência, mas reagimos e evitamos essa desgraça.

Como o Congresso Nacional reagiu ao Movimento de 1964?

Os políticos, como sempre ocorre, tendem para o lado mais forte. Havia muitos parlamentares – não há dúvida quanto a isso – democratas, mas havia um grande número do lado de lá, mas que, também, foram surpreendidos e resolveram colaborar. Tanto é que, se não me engano, em 15 de abril, o Congresso elegeu o General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, Presidente da República. Dois ou três dias depois, desfilamos – inclusive este modesto oficial – fazendo continência a um Presidente–General, primeiro Presidente da Revolução. Olhei à direita e fiz a minha continência para ele, com imenso prazer. Castello Branco foi, no Exército, sobretudo na campanha da Itália, um exemplo de oficial. Como Presidente, mostrou-se, como sempre, o patriota exemplar, modelo de correção e de amor ao País, em todos os seus atos. Que falta faz um homem como ele, para defender os interesses brasileiros no exterior, com aquela admirável força moral!

Como disse, os políticos aderiram, de um modo geral, porque a classe política sabia que o comunismo não era bom para eles. Então, aplaudiram. Aqui, em Minas Gerais, contamos com a liderança de Magalhães Pinto; no Rio de Janeiro, do Carlos Lacerda e, em São Paulo, do Adhemar de Barros. Foi importante a adesão deles. No Nordeste, sofremos a oposição de Arraes e, no Sul, do Brizola, mas, com a fuga de Jango para o Uruguai, essas resistências caíram.

E os sindicatos e as entidades taxadas de esquerdistas – UNE, CGT, PUA – como se portaram, logo após o início da Revolução?

A Revolução pegou todo mundo de “calça-curta”, de surpresa. Não houve reação. Assim, como tenho falado, a Revolução não deu um tiro. Eles se fecharam e se reorganizaram e partiram para fazer cursos de guerrilha fora do País. Os líderes sindicalistas foram, então, realizar cursos no exterior e voltaram preparados para a guerra. Voltaram, a partir de 1966 e 1967. Começaram, então, os atentados contra pessoas selecionadas, os assaltos a bancos, as bombas em quartéis e em jornais, e tudo o mais que se pode incluir no capítulo do terrorismo no Brasil. Iniciaram, também, a guerrilha rural, aquela guerrilha lá de Registro, SP, com o desertor Lamarca que matou, a coronhadas na cabeça, para evitar barulho de tiro, covardemente, um companheiro, um tenente da Polícia de São Paulo, o Tenente PM Alberto Mendes

Júnior. Eles estavam preparados, e agiam sem dó nem piedade. “Os fins justificam os meios” – é a máxima dos comunistas, muito valorizada pela linha da luta armada.

Temos de dar graças a Deus por ter havido o Movimento de 1964, exatamente após a Semana Santa, um mês antes dos comunistas iniciarem a sua revolução. A nossa começou numa segunda-feira, após a Semana Santa. Esse foi um outro grande mérito. As pessoas estavam fora, voltando para as suas bases e nós de prontidão. Na eclosão da Revolução, João Goulart, se não me engano, estava no Rio. Quando viu que a coisa ficara feia, tentou reagir de Brasília e, quando constatou que, de lá, também não dava, saiu correndo para o Rio Grande do Sul e, dali, fugiu para o Uruguai.

As nossas tropas foram acolhidas em Brasília e, inicialmente, ficaram em situação difícil, porque os militares de lá eram, quase todos, elementos de confiança do Ministro e do próprio Presidente. Mas, depois, fomos recebidos normalmente. Era aquele negócio, nossos companheiros de turma, colegas, entenderam que estávamos certos.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Já citei alguns, mas destaco entre os civis: Magalhães Pinto, Lacerda e Adhemar. O Milton Campos, também. Em sua homenagem, fundou-se uma faculdade que recebeu o seu nome e que tem se saído muito bem nesse “provão”, do MEC. Entre os militares, temos que citar os generais de Minas Gerais – Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, realmente, colocaram a Revolução na rua, atendendo aos apelos do povo brasileiro.

Outro grande chefe, foi, sem dúvida, o General Médici, que mobilizou os cadetes, conseguindo deter as tropas da Vila Militar que se deslocavam pela Via Dutra, evitando o confronto com as Unidades de São Paulo que marchavam contra o Rio. O General Médici evitou o derramamento de sangue, como o fez, também, o grande Marechal Odylio Denys, que, de Juiz de Fora, conseguiu a adesão do Regimento Sampaio à causa da Revolução, através de contato telefônico com seu antigo assistente, Coronel Raimundo, Comandante daquele Regimento.

Temos que falar, ainda, do saudoso General Murici, que comandou as tropas mineiras até o Rio de Janeiro, bem como do então Coronel Dióscoro do Vale, depois General, que foi à frente das tropas onde eu me encontrava, até Brasília, nosso objetivo final.

Devo, mais uma vez, falar de um militar que merece um lugar de relevo na História do Brasil – trata-se do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco – o nosso primeiro Presidente da Revolução, grande pelo seu valor moral e profissional e pela seriedade e firmeza com que tratou dos interesses do Brasil, interna e externamente.

Destaco, também, o papel do General Golbery do Couto e Silva, que após 1955, ano em que aconteceram aqueles fatos ligados à posse do Juscelino – o General posicionara-se contra – veio "esfriar", como se dizia naquela época, em Belo Horizonte. A cidade era bem mais calma do que o Rio ou Brasília. Aqui, foi um dos que começou a reunir o pessoal, oficiais da ativa e da reserva. Foi um dos brilhantes homens da Revolução.

A Revolução de 1964 foi exclusivamente de natureza interna ou houve ajuda externa?

A Revolução não contou com a ajuda de ninguém do exterior.

Isso é outra grande palhaçada inventada por aqueles que não têm compromisso com a verdade. Não houve nada que saiba, pelo menos dentro da minha esfera de atuação e de tudo que li, até agora, escrito por gente séria. É lógico que o americano bateu palmas. É evidente que sim, seria um absurdo, se ele não adorasse. Caiu do céu para eles! Mas dizer que havia navios americanos na nossa costa, que recebemos dinheiro, tudo fantasia! Fizemos a Revolução em ônibus e usando o fuzil ordinário, que já era peça de museu, o fuzil ordinário 1908 – o FO. Onde estava a ajuda americana? Cadê o apoio americano? Se a Revolução tivesse sido abortada, tenho a certeza de que todos estaríamos no paredão! Não teria ninguém para socorrer, ninguém viria ao nosso encontro, ninguém se meteria aqui, não. É o tipo da acusação fácil de fazer, mas onde estão as provas? Vários livros de autores sérios, inclusive civis, negam este fato.

Gosto de dizer que a nossa Revolução foi "crioula", e, vou dizer mais, uma Revolução que veio do povo. Ela ocorreu, como dizem popularmente, porque "Deus é brasileiro". Ele nos ajudou. Um pelotão de carros de combate, como citei, fazendo frente a nós, se ele atirasse teríamos ido para o "buraco" – o nosso batalhão, o soldadinho e o batalhão da PM. Nossas melhores armas eram a metralhadora Madsen e o morteiro 81. Tudo velho! A munição escassa, e o soldado, como falei, mal-instruído, porque, logo que incorporara, foi mobilizado. O I Exército, por exemplo, estava preparado. Tinha tudo lá, inclusive, o Grupamento B que era o grupamento que incorporava em junho. Ele estava no auge da instrução, perfeitamente adestrado, e nós, aqui, começando.

Coronel, a que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar de João Goulart, de Assis Brasil e companhia?

É o que falo – o fator surpresa. Eles foram pegos, mesmo, de surpresa e houve uma coesão nacional, contra o Governo Jango. A falta de liderança entre eles era uma coisa visível. Achavam que a guerra estava ganha, grande balela, porque o brasileiro,

até hoje, não quer saber de comunismo. Quem quer? Naquela época, tanto quanto hoje. Atualmente, se perguntar, ninguém quer. Os próprios comunistas estão deixando de lado a hipocrisia e o fingimento: não querem ser mais comunistas. Temos, apenas, duas ou três nações. E a própria China está mais "coca-cola" do que nós. Posso dizer, em uma frase, o seguinte: "O comunismo foi o maior engodo que a humanidade já conheceu, a maior mentira, a maior impostura, a maior falácia, o maior embuste imposto ao homem."

Assim, tivemos, aqui, o caso da Intentona Comunista que é sempre lembrada, no dia 27 de novembro. Companheiros foram mortos, assassinados no Rio, em Belo Horizonte, em Natal e em Recife. Aquilo tudo ficou na alma de muitos militares que viveram esses problemas. Os oficiais e praças, da época, tiveram que enfrentar a criminosa Intentona Comunista. Hoje, há uns cretinos que dizem que a Intentona é exagero nosso. Claro, não foram eles que morreram!...

Como é que o senhor viu a chefia e liderança dentro das tropas revolucionárias: o General Médici na AMAN, o General Mourão em Juiz de Fora, o General Carlos Guedes, em Belo Horizonte e nosso Coronel Meira Mattos em Mato Grosso e depois em Brasília?

Já falei da liderança do General Guedes e do General Mourão. Não há dúvida de que foram líderes, corajosos, machos. Colocariam a cabeça deles na guilhotina, iriam para o paredão, se perdessem, como ocorreu em Cuba. Foram valentes, foram homens, foram brasileiros, foram heróis brasileiros que, um dia, a História vai reconhecer.

Um fato muito importante, básico, para quem desencadeou, saiu na frente, para quem deu os primeiros passos da Revolução, foi a hora que nos informaram: "A AMAN aderiu." Foi fundamental... porque a nossa "mãe" aderiu. Então, a AMAN – que, para nós, é tudo – quando aderiu, sob o Comando lúcido do General Médici, mostrou-nos que a vitória estava próxima. Quem iria posicionar-se contra a AMAN ? Era a nossa "mestra" e estava dizendo: "Oponho-me a tudo isso que está aí." A AMAN aderiu na noite de 31 para 1º de abril – na primeira noite. Quando ouvimos a notícia, bradamos: "Ganhamos a Revolução. Essa ninguém toma, é nossa." E foi uma grande felicidade. Os revolucionários tiveram o apoio do "cadetal" e o cadete, ao entrar, sinalizou, para todos nós, que o Brasil estava salvo!

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Tomo a liberdade de fazer a minha crítica à Revolução, porque temos que ter, também, esta capacidade. Fui revolucionário quando disse "sim" e dei um passo em frente, na sala de reuniões do nosso 12º RI. Dissemos "sim", porque o objetivo foi apresentado com muita clareza: "Derrubar João Goulart e exterminar o comunismo

no Brasil." Então, bradei o meu "sim", bem como a totalidade dos oficiais jovens, na faixa de 1º tenente e capitão, porque os oficiais superiores já tinham, logicamente, decidido. O nosso objetivo era acabar com o comunismo.

Uma coisa tem que ser reconhecida: parte do nosso Exército pode até ter apoiado ditaduras, como a de Getúlio, mas o Exército é eminentemente democrático. A nossa filosofia é a democracia. A Revolução é, hoje, chamada de "ditadura" pela imprensa, pelas esquerdas, pelos perdedores, mas os generais presidentes – "ditadores" para eles – não se perpetuaram no Poder, nenhum deles se perpetuou. Foi um regime autoritário, só na medida da necessidade.

Daí, vem, exatamente, a minha crítica, a crítica deste humilde oficial, crítica que advém de minha posição política, da maneira como vejo as coisas. O maior erro da Revolução foi não ter passado o comando para os civis, após o Governo Médici. Baixamos a inflação a 6% ao ano, tínhamos um crescimento do PIB de mais de 10% ao ano, passando do 59º lugar na escala de pujança econômica mundial, para oitava posição. Era um outro Brasil, completamente diferente daquele de 1963. Ainda, tricampeões mundiais de futebol. Então, aí erramos.

Se tivéssemos deixado o Poder após o Governo Médici, com as guerrilhas urbana e rural derrotadas, praticamente exterminadas, teríamos saído no momento certo, pois não havia mais luta armada, apenas idéias esquerdistas, como até hoje existem em profusão. E, graças a Deus, vamos permitir que existam, porque jamais vão vigorar no mundo e muito menos no nosso País. O mundo cansou e o Muro de Berlim, construído e mantido pelos soviéticos, caiu.

O Brasil estava pronto para a "passagem do comando", porque o militar – reconheço isso – é péssimo político. Não temos jogo de cintura, não sabemos fazer aquelas jogadas que o político conhece bem. Para nós, na hora de cassar o fulano: "Não interessa, cassa o fulano." O político não faz isso, nenhum político faz. Ao tomar uma decisão, ele quer agradar a todos, os dois lados. E o militar não é assim. A Revolução foi feita no momento certo e pelas pessoas que podiam fazer – os generais. Entretanto, demorou-se demais no Poder – foi o grande erro.

Saímos pela porta dos fundos. Se tivéssemos saído no fim do período Médici, teríamos saído na hora exata, vitoriosos sob todos as aspectos. E melhor, ficaríamos em condições de voltar. Hoje, não temos essa condição. É preciso que se diga isso. Saímos pela porta dos fundos. O General Figueiredo retirou-se pela porta dos fundos e não "passou o comando" ao Sarney. Saímos sendo criticados. Foi o grande erro da Revolução, o maior talvez. Se tivesse decidido: "Vamos convocar eleições diretas..." Outro engano que a Revolução cometeu com a continuidade: deixou de formar os políticos. Atualmente, não temos políticos, temos isso que estamos ven-

do por aí, essa politicalha. O que estamos assistindo, é uma tristeza, não formamos novos políticos, diferentes desses que estão por aí que não têm qualquer compromisso com o País e com o seu povo. Não se criaram os partidos necessários, apenas aqueles determinados pela Lei e o foram artificialmente. O resultado está aí...

Sintetizando, na minha maneira de ver, cometeu-se um erro. Modéstia parte, é uma opinião muito pessoal, mas acho que foi um grande equívoco da Revolução não ter transferido, para os civis, o Poder, após o Governo Médici. Veio o Geisel que enfrentou a crise do petróleo, em 1974, e a economia do País sentiu. Depois, veio à década de 1980 – a década perdida – e saímos pelos fundos.

A Revolução aumentou a coesão, a união das Forças Armadas?

Não há dúvida, isso foi um fato. Gosto de dizer que a nossa geração teve um grande mérito, tivemos um inimigo e, quando tem um inimigo, o Exército é mais unido: do soldado ao general. Naquela época, os quartéis eram atacados, éramos agredidos na rua, assassinados etc. Se não houvesse a coesão militar, a luta armada vermelha venceria. O inimigo audacioso e traiçoeiro acabou por unir mais o nosso Exército.

Quem é o nosso inimigo no momento? Seja ele qual for, para o Exército, para as Forças Armadas, a missão continua a mesma: "Defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, a lei e a ordem." Avulta de importância, portanto, a defesa da soberania.

A Amazônia, sobretudo, é uma grande área vazia, aguardando a nossa presença efetiva, pois o que lá existe, em termos de homens, é muito pouco para guardá-la, como aquela nobre região exige. A estratégia da presença, principalmente na Calha Norte, é uma necessidade cada vez mais urgente.

Gostaria de ouvir a sua opinião sobre a necessidade de dar maior prioridade à garantia de soberania do Brasil na Amazônia, mormente na Calha Norte, por meio de alocação de recursos orçamentários para atividades na área, inclusive dos nossos batalhões, companhias e pelotões, como fizemos anteriormente nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo com Médici, Figueiredo e Sarney.

Antes, nos preocupávamos com a fronteira Sul. Hoje, temos que nos preocupar com a Amazônia, porque a cobiça estrangeira sobre a nossa Região Norte está nos jornais e na imprensa em geral. O que é dito no exterior: "A Amazônia é do mundo, não é do Brasil, o mundo precisa da Amazônia." A humanidade quer essa área, campeã em recursos de toda a espécie. Infelizmente, eles estão, sim, de olho na Amazônia – acreditem ou não os desavisados e os acomodados. Alguma coisa precisa ser feita com base na liberação de recursos orçamentários. Caso contrário, vamos ter

que lutar para defendê-la como fizeram heroicamente os nossos antepassados. Então, precisamos voltar as nossas antenas, agora, para o Norte e ocupar aquela região. Uma ação integrada de civis e militares faz-se urgente.

O termo Revolução está correto? Como deveremos chamar o Movimento de 31 de Março?

Acho que foi uma Revolução. Foi uma Revolução porque derrubou um presidente, que, pelos seus atos, tornou-se ilegítimo; e ocupou o Poder, atendendo ao apelo aflito do povo brasileiro. Assim, houve uma Revolução e pacífica, porque os seus adversários não tiveram como detê-la, apesar de desejarem ardentemente. O povo apoiou e bateu palmas. Fomos recebidos, aqui em Belo Horizonte, como salvadores da Pátria.

Ela entrou no campo econômico, no campo político, em todos os campos. Baniu o comunismo e restabeleceu o princípio da autoridade, que desaparecera completamente em 1962 e 1963. Transformamo-nos na oitava economia do mundo. Crescimento do Produto Interno Bruto em seis anos, de 1968 até 1973, em torno de 10% ao ano. Foi o milagre brasileiro que os perdedores insistem, sem argumentos, em questionar. Felizmente, hoje ainda, muita gente tem saudades da Revolução, apesar do esforço dos “revanchistas” em esconder ou denegrir aquilo que foi feito. Não havia esse desassossego, essa insegurança, característica da atualidade.

No período revolucionário, lembro que, no Rio de Janeiro, você saía, deixava o carro em Copacabana e não precisava fechá-lo. Deixava o carro, voltava, e ele estava no mesmo lugar, ninguém mexia. Hoje, você não pode deslocar-se, fica preso dentro de casa, encurralado, trancado e, assim mesmo, é um perigo porque o ladrão vai lá e o agride.

Coronel, que governos da Revolução merecem o seu aplauso?

Para o Marechal Castello Branco, temos que “tirar o chapéu”. Tem que tirar mesmo. Foi, realmente, um homem espetacular, um dos maiores democratas que tivemos, mais democrata do que a maioria dos muitos políticos que pousam de paladinos da democracia. Ele teve que ser duro, cassou, tomou algumas medidas fortes, mas foi, antes de tudo, um grande estadista. Um homem que ninguém pode falar da sua honestidade, da sua lisura, do seu caráter, sob todos os aspectos. Ninguém pode falar. Com ele, aprendemos, novamente, o que é autoridade, dentro e fora do País. Nunca pretendeu perpetuar-se no Poder, e, se quisesse, teria apoio para isso, mas não quis.

Depois do Castello, vamos tirar o chapéu para o Médici, o Presidente de que os “revanchistas”, extremistas de toda espécie, têm pavor, porque ele foi bom em

tudo, inclusive por acabar com o terrorismo e com a guerrilha rural. Então, esses dois governos destaco por dever de justiça. Orgulhamo-nos deles e os perdedores os detestam, porque eles foram excelentes sob todos os aspectos.

A fase dos presidentes Geisel e Figueiredo, da "abertura", mais política, foi onde erramos, no meu modo de ver. Nós, os militares, não temos vocação política e não sabemos fazer "abertura".

Quais os benefícios que a Revolução trouxe para o País?

O crescimento deu-se em todos os campos da atividade. Na economia, em especial na infra-estrutura econômica, e no campo social. Não tínhamos estradas, energia elétrica, telecomunicações, não tínhamos nada. Na área social, principalmente em termos de habitação, para a classe média e para os pobres, a Revolução, também, entrou para a História. Os perdedores estão envergonhados porque não conseguiram, até hoje, fazer nada parecido. Na educação superior, também evoluímos muito. As faculdades e universidades cresceram significativamente. As gestões de Jarbas Passarinho e de Rubens Ludwig têm que ser lembradas pelo grande alcance das mesmas. Com relação à educação, aqui em Minas, foram abertas várias universidades, aumentando muito o número de vagas no ensino superior. Assim, o País se desenvolveu, cresceu em torno de 10% ao ano, de 1968 a 1973, e os perdedores ficam estupefatos e envergonhados, porque nunca mais se viu nada parecido. Por tudo isso, pela vergonha que sentem de sua incapacidade, eles procuram, a todo custo, esconder os inúmeros sucessos da Revolução.

Escamotear todas essas realizações da Revolução é, para eles, um grande objetivo. Descaradamente, escondem tudo das novas gerações! Eles vão morrer de vergonha quando o Brasil souber exatamente o que a Revolução fez e que eles encobrem, valendo-se do fato de não termos divulgado o que realizamos.

O Brasil progrediu, abriram-se estradas – riscamos este País de rodovias –, que agora estão aí abandonadas, porque nem manutenção os perdedores fazem: não há dinheiro para nada, porque tudo é destinado ao pagamento de dívidas astronômicas que não param de crescer. Melhoramos os nossos portos e aeroportos. Toda esta parte de infra-estrutura econômica foi efetivamente desenvolvida: energia, com base nas hidrelétricas, e telecomunicações que se ampliaram de modo impressionante. Cresceu a indústria de transformação, principalmente, em São Paulo, Minas e Rio. A siderurgia, também evoluiu bastante. Criamos importantes estatais que, hoje, estão sendo praticamente doadas, entregues de "mão beijada".

Volto, com a maior alegria, a falar do General Médici. Foi Subcomandante da AMAN, quando lá estava como Tenente. Sempre foi um homem simples, que nos

tratava com toda a consideração. Vibrávamos muito com a sua forte personalidade. Tinha a felicidade de ir ao Maracanã e ser aplaudido, no estádio, pelas duas torcidas. Dizem que não há uma fotografia dele abraçando qualquer político.

Ele, General, Presidente, revolucionário, deixou este País numa situação tão admirável que todo mundo tem saudade, menos os terroristas e seus asseclas, é claro. Eu, na época, estava fazendo estágio em Porto Alegre e viajei para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Eu me orgulhava de ser brasileiro.

Na Argentina, chegava nos restaurantes, olhava só o lado esquerdo do cardápio e não via o lado direito – eu, minha mulher e a minha filha – comíamos sem olhar. Senti-me rico na Argentina, naquela época, no início da década de 1970.

Tenho saudades desse período, em que a nossa auto-estima era enorme. Estou errado? Claro que não. Foi uma época que deixou saudades. Foi a época brilhante deste País. Ganhamos a Copa, no México. O Presidente previu o placar do último jogo: 4 x 1. Exatamente. Foi fantástico. Falou isso na véspera, no sábado. O jogo foi no domingo. O General Médici disse que o jogo iria ser de 4 x 1 e no dia dá 4 x 1. Os revanchistas não o suportam, porque ele foi de uma grandeza inigualável, sob todos os aspectos.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução são citados, inclusive, por professores renomados, professores civis da Escola Superior de Guerra (ESG), da UNICAMP, como o professor João Manuel. Este, por exemplo, diz que a década de maior progresso para o Brasil, em todos os tempos, foi a década de 1970, e elogia, também, a de 1960 do período revolucionário. Eu pergunto: Por que hoje não se fala nisso? Quais são os motivos determinantes dessa omissão? Por que não há uma divulgação como deveria?

Isso é muito simples, na minha maneira de ver. O problema está na mão da imprensa e a ela não interessa divulgar. Atua, hoje, de forma muito diferente do que na época da Revolução, em que essa mesma imprensa batia palmas para nós, porque morria de medo dos comunistas que se assenhorearam do Governo Jango, ameaçando acabar com a iniciativa privada e conseqüentemente estatizar os jornais e a mídia em geral.

Hoje, acham que, pelo fato de ter havido repressão ao terrorismo, a Revolução falhou. Ledo engano, fomos bons demais com os criminosos que tentaram, como em 1935 e 1963/1964, mais uma vez, entre 1968 e 1973, chegar ao Poder pela força. E nós, militares, não tivemos alternativa a não ser combatê-los e vencê-los. Acho que, se eles, envergonhados, não dizem o que a Revolução fez de importante, cabe-nos divulgar, relembrando os nossos acertos para eles se envergonharem ainda mais.

Além do crescimento econômico, social, político etc., a Revolução exterminou o comunismo no País. Isto é que tem que ser dito, com todas as letras. A autoridade renasceu, porque estava morta com o fantoche Jango. Houve uma série de medidas que não seriam normais num regime plenamente democrático, mas que foram extremamente válidas, no período revolucionário, para acabar com a luta armada.

Não há interesse, hoje, de se dizer, realmente: "Olha, a Revolução salvou o Brasil do comunismo. Salvando o Brasil do comunismo, salvou a América do Sul, salvando a América do Sul, salvou a América Latina, salvando a América Latina mudou a História Mundial." Se tivéssemos nos tornado comunistas, talvez o muro alemão – O Muro da Vergonha – estivesse ainda lá e, quem sabe, mais ampliado... Contribuímos decisivamente para a queda do Muro de Berlim. Mostramos, em 1964, que o comunismo era um enorme engodo. Agora, isso ninguém diz, a imprensa não comenta, nem como matéria paga. Ela não vai publicar: Dirá: "Não, não está em consonância com a linha do jornal."

A verdade, muitas vezes, incomoda. Eles querem dizer: atirou, matou, destruiu. Quantos mortos eles tiveram? Quantos mortos tivemos? Trezentos deles contra duzentos nossos, para uma Revolução, convenhamos, é pouco. O que é que se pode fazer?! Houve depois a anistia, perdoou-se, procurou-se esquecer. Mas eles usaram e usam a anistia só para um lado. Aqueles que ficaram contra a Revolução estão melhor do que nós, que fomos os vitoriosos.

A nossa Revolução não é aplaudida, porque não há interesse da imprensa, não há interesse da mídia.

Sabemos que existe muita gente que foi do outro lado, batia palmas para o outro lado, torcia para o outro lado, mas, quando saíram do País, nunca foram morar em Moscou ou em Havana. Ficaram no primeiro mundo – Paris, Londres ou então no Chile. Elogiam muito os comunistas, mas nunca foram para a Cortina de Ferro. Não foram viver em Cuba. No fundo, sabem que o comunismo é um engodo!

Meu pai já dizia isso. Quando eu era menino, houve a Intentona Comunista e várias manifestações. O Iêdo Fiúza, do Partido Comunista, disputou as eleições presidenciais de 1945 e meu pai ficou apavorado. Venceu o Dutra.

"Por que o comunismo não deu certo?" É uma boa pergunta. Nós não somos comunistas, o ser humano não é comunista. Eu tenho um netinho. Ele não empresta a bolinha dele para ninguém e, mais tarde, quando tiver uma bicicleta, não emprestará a bicicleta dele para ninguém. Mais à frente, quando possuir o carrinho dele, não o emprestará. Nós, seres humanos, não somos comunistas, nunca fomos e nunca seremos a não ser que se mude o nosso "computador" – o programa do nosso "computador". Nós, seres humanos, não temos o comportamento que o comunista pregava. Nós não

temos, somos contra, por um problema de programa do nosso "computador". E não deu certo, porque não somos comunistas, ninguém é comunista. É pura utopia...

Ele é muito bom para as elites comunistas, para os dirigentes comunistas, para os donos do Partido Comunista, mas não para o "povão". Tanto é que ninguém, lá na União Soviética ou em outro país de Cortina de Ferro, tem saudade do comunismo, ninguém! Em Cuba, fogem quando podem, arriscando a vida na tentativa de se livrarem daquele pesadelo que já dura mais de quarenta anos!

Quais eram os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde eles buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada foi uma contra-revolução, porque foram surpreendidos e, como todos que são surpreendidos, retraem e procuram se reorganizar. Eles se organizaram e buscaram o apoio externo. É sabido, é público e notório, os apoios externos recebidos de tudo quanto é maneira: em instrução, em material e em dinheiro. Buscaram apoio externo e partiram para destruir a Revolução, para acabar com a Revolução, através da implantação do comunismo no Brasil, em estrita obediência à filosofia do Movimento Comunista Internacional (MCI).

À frente do MCI, estava a União Soviética. Eles queriam estender o seu império ao continente americano, para isso, fizeram várias tentativas, não só no Brasil mas, também, na América Central e no coração da América do Sul, com a tentativa de Che Guevara na Bolívia, onde foi morto pelo Exército. Temos, inclusive, a própria Cuba, que caiu nas mãos dos comunistas, com toda a proximidade dos americanos. Ninguém apoiava o Fulgêncio Batista, todos queriam a sua queda e Fidel Castro derrubou o ditador, mas bandeou-se para o lado do comunismo e está lá até hoje, tão ditador como o que ele ajudou a derrubar. Espero que seja o último reduto comunista na América. Mas quiseram estendê-lo para o Brasil, para a Nicarágua (os sandinistas) e para a Bolívia como dissemos, para não falar do Peru (Sendero Luminoso e o Tupac Amaru, duas organizações comunistas ligadas à luta armada); da Colômbia (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – as FARC – e o Exército de Libertação Nacional – ELN); da Argentina, do Chile e do Uruguai, estes três últimos com toda uma história de luta contra o comunismo que queria, a todo custo, se instalar no Poder também no sul do continente americano.

A guerrilha rural e a guerrilha urbana foram movimentos contra-revolucionários que teriam obtido sucesso se nós não estivéssemos unidos... Felizmente, as Forças Armadas estavam coesas contra esse inimigo insistente e impiedoso que estava na nossa porta, no nosso quintal. O 12º foi atacado em 1935. Vários militares morreram pelo País afora, sentinelas foram assassinadas, como no quartel do II Exér-

cito, em 1968, fato que, juntamente com muitos outros atos terroristas, incentivou a implantação do AI-5. No nosso caminho, havia um inimigo. Não pense que eles estavam brincando. Fizeram a guerrilha no Pará e, se não fossem as nossas ações determinadas, eles não teriam sido neutralizados. As ações de combate vitoriosas foram sempre precedidas por operações de inteligência.

O AI-5 foi necessário?

Lógico, foi muito necessário. O AI-5 foi, talvez, a medida mais correta, mais oportuna. Dizem que foi a segunda revolução. A primeira foi em 31 de março de 1964 e a segunda com a assinatura do AI-5, em dezembro de 1968. Estava na Academia Militar, quando foi assinado. Acho que foi medida extremamente correta. Foi uma segunda revolução, desta feita jurídica. Vamos bater palmas para aqueles que votaram a favor da medida – os ministros de Costa e Silva sem exceção e o Presidente que teve o descortino de assiná-lo. Foi graças ao AI-5 que o Governo Médici, ao assumir, pôde derrotar o inimigo interno, apoiado do exterior, e trazer o País à normalidade, acabando com as guerrilhas urbana e rural.

E a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)? Pode algum país viver sem informações? E os Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (os DOI/CODI)?

Acho que o SNI, evidentemente, foi uma necessidade. Pertenci ao SNI – como está no meu currículo – por 17 anos. O que vou dizer agora, aqui, ninguém publicaria. E digo isso, porque participei, fui elemento do SNI por 17 anos. O SNI foi um dos órgãos que mais participaram da democratização do País, por incrível que pareça. Na área de inteligência, o SNI nunca "pisou na bola". Os trabalhos do SNI concorreram – é preciso que se diga isso e falo com a maior serenidade – para a democratização do nosso País. Não vou citar casos porque estaria quebrando o meu sigilo. O homem de informações deve morrer com o trabalho que fez. Não é o caso de citações. Mas posso dizer com toda a tranqüilidade: o SNI foi um dos órgãos que mais contribuíram para a democratização do nosso País.

Os DOI/CODI foram criados, também, numa época muito oportuna, depois do AI-5. Foi uma medida corretíssima. Cometeram erros, como lá em São Paulo, mas o que fizeram de proveitoso é digno de todo realce. Quanto se fez. Quantos "aparelhos" – imóveis ocupados por terroristas – foram estourados?! Os nossos companheiros – nunca fui de operações – colocaram a pele no fogo, arriscaram as suas vidas e as de suas famílias. Alguns morreram, outros ficaram feridos, mas a missão foi cumprida. Não vou dizer que não houve exagero, não houve enganos.

Houve, claro. Acho que toda revolução erra, mas os acertos foram muito superiores. Anulam todas as falhas. Se não houvesse esses órgãos que o Exército criou, principalmente os DOI/CODI, talvez a Revolução não tivesse o êxito que teve, porque foi exatamente, com aquelas operações, que a guerra foi ganha. As nossas polícias não estavam bem preparadas para fazer face à guerrilha urbana e à guerrilha rural, principalmente à urbana. Os policiais militares e civis integraram os DOI/CODI, inclusive o próprio delegado Romeu Tuma, hoje senador por São Paulo. Acho que os DOI/CODI foram a execução, o braço armado da atividade de informações.

E as Forças Armadas, durante esse período da Revolução, obtiveram benefícios, locupletaram-se?

Nunca, nunca. Todos nós sabemos que nos primeiros dias, após a Revolução, tivemos um aumento de remuneração considerável, mas estávamos, há muito tempo, sofrendo um terrível achatamento salarial. Lembro-me de que não havia assistência médica – nenhuma assistência médica – não havia moradias, não havia próprios nacionais residenciais (PNR) para quase ninguém. Eu estava na AMAN e morava em Monte Castelo, numa casinha. Tudo bem. Mas, quando fui transferido, a situação ficou muito difícil. Os oficiais não possuíam automóvel, eram pouquíssimos os que tinham. Nem os comandantes possuíam. Telefone não havia nem para comprar, nem quem tivesse dinheiro poderia adquirir. O oficial vivia mal, o sargento, também, pessimamente remunerados. A Revolução recompôs isso. Mas, no Governo Geisel, voltamos a um aperto salarial medonho.

A tese, nesse Governo, era "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança possível". Com isso, até a nossa remuneração foi afetada. Os investimentos no campo do desenvolvimento foram muito ambiciosos, principalmente no setor da energia nuclear, o que não aconteceu no da segurança. Esta tese foi respeitada inteiramente com prejuízo para as Forças Armadas e seus integrantes.

Alguns militares ocuparam cargos civis, mas nenhum deles se locupletou. Os que conhecemos morreram pobres, como os presidentes militares. É aquilo que já falei: não vou dizer que acertamos em tudo, mas os benefícios superaram, em muito, as falhas.

A atuação do Governo Figueiredo, último Governo dito revolucionário, contribuiu para desgastar a imagem da Revolução?

Acho que o General Figueiredo, brilhante general do nosso Exército, chefe do SNI, onde se destacou, não possuía, contudo, habilidade política para realizar a transição de um governo revolucionário para uma democracia plena. Faltava-lhe vocação para fazer composições políticas. Além de tudo veio a crise do petróleo e

ele teve que fazer aquela cirurgia, em Cleveland, teve que ir para lá e aí, dizem as más línguas, voltou bastante desanimado, perdeu todo o entusiasmo. Quando a pessoa escapa de um problema como aquele, cria um sentimento de autoproteção muito acentuado, passando a dar muito valor à vida, porque sabe que morreu e voltou. Já li um trabalho escrito por um psicólogo sobre isso. O comportamento do Figueiredo, com aquele quase abandono do Poder, contando os dias que faltavam, fugindo do enfrentamento com os políticos, foi negativo para a Revolução. Ele podia ter passado o Governo ao Aureliano Chaves, mas não o fez, infelizmente.

O Muro de Berlim caiu. Acabou o comunismo?

Nada foi imposto de modo tão brutal à humanidade como o comunismo. Foi um engodo, uma mentira. Apresentaram-no como se fosse o paraíso, a salvação da pátria, como se fosse o regime de igualdade para o ser humano. Seria um basta ao capitalismo selvagem. Já falei, aqui, que não somos comunistas, o ser humano não é comunista, a não ser que nos modifiquem. Mas, se estou lá com o meu carrinho e o senhor pedir emprestado talvez eu lhe ceda, mas vai ser com muita preocupação. Nós não somos comunistas, não gostamos de emprestar nada. É, então, uma questão de cabeça. Tenho dois filhos adolescentes e eles brigam por bobagem. Às vezes, tento apaziguá-los, mas eles dizem: "Não, isso aí é meu, pai, comprei com o meu dinheiro, com a minha mesada." E daí, como é que eu vou falar, apelar para o comunismo para eles não brigarem? Não vai adiantar, porque a cabecinha dele não aceita isso.

O comunismo foi um grande engodo, uma grande mentira que empolgou a Revolução Russa de 1917, veio para o Brasil em 1922 e nós começamos a "engolir" sua doutrina, a partir de então. Houve uma série de acontecimentos para divulgá-lo. O Prestes, com a coluna que levou seu nome, saiu como o salvador da pátria; veio, em 1935, a Intentona Comunista. Em 1937, se o Getúlio não fecha, não dá o golpe, os comunistas tomavam o Poder, todos sabiam disso.

Em 1946, o Partido comunista disputou a eleição e caiu na ilegalidade pela Constituição desse mesmo ano. Em 1963, Jango Goulart traz o comunismo para dentro do seu Governo, quando o regime voltou a ser presidencialista, mas foi um desastre porque não dá certo, nunca deu e nunca dará. Partido único, não permite outro. Aliás, ele caiu, em 1946, exatamente por isso. Ele prevê que o partido é único e a Constituição, da época, sabiamente, dizia que não poderia existir um partido que não admitisse a pluralidade partidária.

O Muro de Berlim caiu, mas o comunismo não acabou. Ele está aí, na contramão da História, em busca do Poder, principalmente nos países periféricos, onde há fome e há miséria, ingredientes que facilitam a sua penetração.

As Forças Armadas estão bem situadas em termos de pesquisas de opinião. Uma valorização significativa, acima de 80%, sendo muito bem aceitas pelo povo. Como é que o senhor vê essa realidade, apesar do "revanchismo", centrado na ação da mídia que faz, atualmente, o jogo dos gramscistas ou dos donos do Poder no mundo – os norte-americanos –, diretamente interessados no solapamento das Instituições castrenses dos países latino-americanos?

O Exército sempre participou da vida do País, sempre esteve ativamente ligado à vida do nosso povo: o Brasil cresceu e desenvolveu-se com o apoio do Exército. Hoje, nos quartéis, ocupa o seu lugar no coração dos brasileiros. Atualmente, nenhum dos assuntos nossos, se positivos, são notícia: ninguém fala, nenhum jornal, ninguém diz nada. No entanto, o homem do povo vai para os quartéis, trabalha no Exército, vê o que é a Instituição por meio das suas Unidades, dos CPOR, NPOR, Tiros-de-Guerra e Colégios Militares. O povo sabe que o Exército permanece cumprindo suas missões, mesmo sofrendo restrições terríveis. O povo acredita no Exército, sabendo que nele pode confiar.

Por isso, vemos o Exército, as Forças Armadas, disputando com a Igreja a primazia nessas pesquisas. As Forças Armadas, com toda justiça, aparecem, à frente, bem na frente, secundado pela Igreja. É a opinião do povo agora conhecida pelas pesquisas, que os revanchistas, envergonhados, escondem, evitam publicar.

Os revanchistas envergonhados sabem que há muita gente com saudade do período revolucionário, principalmente do período em que o Poder público atuou vigorosamente contra o terrorismo. Assim, os revanchistas, formados na cartilha de Antonio Gramsci, empenham-se, desesperadamente, por qualificar os melhores anos da vida brasileira – os anos do milagre econômico, em que o Brasil cresceu a mais de 10% ao ano, os anos em que registramos a maior vontade nacional do mundo – como sendo os anos de chumbo.

Veja a incoerência e a maldade dos revanchistas para enganarem as novas gerações, desinformadas sobre o período revolucionário.

Costumo dizer assim: "Você quer ir para o Exército, vai. Entretanto, você nunca vai ser rico." Você vai ter a sua vida digna, vai ter o seu trabalho gratificante, maravilhoso, agora, rico você nunca vai ser. Essa é uma realidade a não ser que você se case com uma fazendeira rica. Tudo bem, mas se não encontrar uma mulher rica na sua frente e, hoje, elas também estão escolhendo bastante... então vai ser difícil.

Assim, acho que, por tudo isso, essas pesquisas são favoráveis, principalmente quando se vê as polícias, os políticos e até o Judiciário envolvidos em muitas podridões. Não existe moralidade administrativa, tudo se deteriorou demais. Cada caso esconde o outro. Surge um problema a imprensa explora, mas

surge um segundo e ela se esquece daquele e se concentra no mais recente. Ninguém vai para a cadeia.

Então, acho que, de qualquer forma, o cidadão sabe que existe um Colégio Militar, um CPOR etc., etc.. Ele sabe que estamos atentos. Acho que ele pensa assim: “Tenho onde bater ainda, tenho uma porta onde bater. O Brasil sabe que poderá contar, sempre, com uma reserva moral – as suas Forças Armadas.”

Coronel, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964?

Já falei muita coisa, dei os meus recados humildes. Sinto-me extremamente gratificado por ter podido falar sobre a Revolução de 1964, da qual participei tomado pelo ideal sublime de ver o Brasil livre da camarilha que cercava o despreparado Jango – gosto de dizer isso – que fui revolucionário de antes da Revolução, seguindo o meu velho pai que era um anticomunista convicto; então, eu, graças a Deus, tornei-me também um anticomunista.

Quando cheguei ao 12º, houve um fato interessante. O Jango Goulart vinha para Belo Horizonte, no dia 21 de abril, fazer uma visita. Quando me apresentei pronto para o serviço, houve uma reunião e, naquele momento, o subcomandante chamou-me ao seu gabinete e disse-me: “O Presidente vem aqui no dia 21 e sua Companhia vai fazer a guarda de honra, vai fazer a segurança do Presidente.” Eu falei: “Pois não.” Ele continuou: “O senhor vai receber ordem da ID/4” – naquela época era a ID/4. Eu, oficial recém-egresso da AMAN, fiz a minha continência, meia-volta volver e pronto. Ia sair para cumprir a missão.

Quando desci, ao pátio do quartel, havia uns cinco ou seis oficiais me esperando com a cara amarrada, botaram o dedo no meu nariz e disseram:

– Você aceitou a missão?

– Não é para aceitar?! – perguntei meio assustado e continuei. – Disseram-me que a minha Companhia vai fazer a segurança do Presidente.

O que eu vou contar, agora, era um segredo até este momento. Eles perguntaram:

– E você concordou?

– Como, não é para concordar?

– Não é, porque ninguém, ninguém aceitou essa missão. Aqui, ninguém vai cumprir essa missão.”

Fiquei na “minha”, numa “banana danada”. Puxa vida, eu, tenente recém-chegado, voltar lá para o Comandante e dizer: “Eu não vou cumprir a missão.” Eu não estava acostumado com aquilo. Um companheiro, que já me conhecia, desde o tempo em que tinha sido Aspirante ali na mesma Unidade, pegou-me pelo braço e me levou

para um canto. "Você vai cumprir a missão. Agora, ela vai ser muito diferente da que lhe deram." Deixo, para aqueles que venham a conhecer essa minha entrevista, que tirem a sua conclusão – qual seria a incumbência desse humilde tenente, na época. Graças a Deus, houve a Revolução de 1964, senão as coisas iriam complicar. Sou muito grato à Revolução, muito grato, porque ela me impediu de participar de uma missão... Deixo à cabeça dos senhores a conclusão sobre qual seria a minha verdadeira missão, naquela oportunidade. Não há dúvida do que iria acontecer aqui. De qualquer forma, acho que me sairia bem. Tenho plena convicção.

Gostaria de acrescentar mais um fato, nessa minha mensagem, que penso ser importante. A única baixa da Revolução de 1964 foi de um soldado da minha Companhia a quem gostaria de prestar uma homenagem – Soldado Alcides Salles Filho. Desapareceu, em Brasília, e nunca mais foi encontrado. Saí com uma equipe, para encontrá-lo e não o vimos jamais. Devo essa homenagem a ele e a sua família, da qual fiquei amigo. Hoje, estamos distantes, mas é importante salientar isso: a única baixa da Revolução de 31 de Março foi a do Soldado Alcides Salles Filho, da 2ª Companhia de Fuzileiros do 12º RI. Acho que ele merece essa homenagem pela sua participação num movimento que veio, em boa hora, salvar o Brasil.

Estou aproveitando esta oportunidade para registrar esse acontecimento que é mais um a ser somado a tantos outros que compõem o quadro da Revolução de Março de 1964.

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Aricildes de Moraes Motta

Geraldo Luiz Nery da Silva

Aurelio Cordeiro da Fonseca

José Luiz Leitão de Souza

Kátia Maria Borges de Oliveira

Sergio Ferreira de Albuquerque

Sinésio Ramos Martins

GRAVAÇÃO

Subseção de Audiovisuais

da 5ª Seção do

Comando Militar do Leste

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*376*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Junho de 2003*

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 4

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 4
Ceará

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: “Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder.” Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar “basta!” ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do “milagre brasileiro”. Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Domingos Miguel Antonio Gazzineo

- Natural da Cidade de Manaus–AM.
- Dentre as principais funções militares exercidas, destacam-se: Comandante da 6ª Companhia de Fronteira, Guajará-Mirim–RO; instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília; Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, Campo Grande–MS; Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, Natal–RN; Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial; Comandante da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Chefe do Departamento Geral de Pessoal (DGP); e Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Realizou curso de Administração da Escola Superior de Guerra do Peru, em 1975/1976. Formado em Administração pela Faculdade Moraes Júnior.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era capitão, aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Vila Militar do Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 1º de junho de 2000.

Inicialmente, expresso a minha satisfação em participar deste Projeto de História Oral. Em segundo lugar, agradeço pela oportunidade e pela inteligência de um Projeto que irá cobrir algumas lacunas, principalmente na comunicação com a juventude que, hoje, atraída pela mídia eletrônica, dificilmente lê os escritos existentes. No que diz respeito à Revolução de 31 de Março, existe também uma falha: há uma literatura vasta, um registro muito rico anterior à Revolução. Mas persiste um vácuo, pertinente à época dos governos militares.

Acredito que o Projeto permitirá aos jovens, hoje conduzidos por idéias distorcidas a respeito da Revolução, conhecerem-na de forma mais simples, de maneira mais confortável, através de entrevistas, de gravações, onde poderemos externar um pouco da nossa emoção. Pois bem, como tenente e capitão, participamos daquela fase anterior à Revolução, época de verdadeira ebulição que aconteceu no Brasil. E a Revolução era um ideal que acalentávamos, a fim de mudar o panorama existente até então.

Explorando os antecedentes mais remotos, gostaria de fixar minha posição. Fui um garoto que cresceu na Amazônia, em Manaus, cidade em que se vivia com dificuldade. Passei a guerra lá; os navios não chegavam, com receio da ameaça de torpedeamento, que era real. Filho de imigrantes italianos, sofri muito no colégio por este fato, mas o amor ao Brasil era maior do que tudo, inclusive para meu velho pai, já falecido, que, embora nascido na Itália, considerava-se brasileiro. Vivíamos a Segunda Guerra Mundial e, como criança, mesmo adolescente, não possuía, ainda, um pensamento político, entendimento sobre fatos políticos. Vivíamos sob a ditadura de Getúlio Vargas, o grande chefe a quem ninguém contestava. Eu não tinha, por exemplo, idéia de conturbação política. Todos os esforços, na minha adolescência, todas as energias, estavam voltados para a Segunda Grande Guerra, na qual o Brasil tomou parte, com bastante mérito. Participávamos, inclusive, com entusiasmo, de campanhas para angariar ou para recolher aquelas sucatas que tivessem alguma utilidade.

Não conhecia, não tinha idéia da problemática política interna do Brasil. Acredito que fosse normal na juventude, não sei a de hoje se ainda é assim; pode, talvez, ser um pouco mais engajada. Como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza e, depois, como cadete, também ficávamos alheios às coisas políticas. Quando digo política, não me refiro à política partidária, mas à Política com "P" maiúsculo. Permanecíamos muito voltados para os assuntos próprios da nossa profissão, procurando aprender bem as lições, não só do ensino fundamental, como do ensino militar. Era aquele entusiasmo pela nossa arma, pela Infantaria, querendo conhecer cada armamento. Assim, nos distanciamos um pouco dos pro-

blemas políticos, vividos depois da guerra: a queda de Getúlio, o Governo Dutra etc. O fato é que saí da Academia Militar sem uma noção maior desse embate político. Aspirantes, começamos no 3º RI, em Niterói, a tomar conhecimento dos problemas nacionais, do Governo Getúlio Vargas – já não mais como ditador, mas como Presidente eleito – e daquele "mar de lama" de que falava Carlos Lacerda. Como aspirantes, estávamos, sem dúvida, muito voltados para ministrar a instrução, para acompanhar a vida do soldado. Mas não podíamos ficar alheios, porque até o nosso Regimento se envolvia na conjuntura política de então.

Um fato interessante foi a passagem de comando do 3º RI, à noite, às 21h, porque o nosso Comandante foi designado, às pressas, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, naquela crise forte de Getúlio Vargas. Aspirantes não nos ligávamos muito, mas ouvíamos, de alguns capitães, quem estava de um lado, quem estava do outro, do lado do Getúlio ou do lado do Carlos Lacerda. Por isso, é interessante que, neste tipo de entrevista, a gente tente examinar esses fatos. Pois bem, na véspera da morte de Getúlio Vargas, o nosso Regimento recebeu a missão de atravessar a baía para o Rio de Janeiro, em cuja entrada havia um navio da Marinha, um destróier. Se tentássemos cruzar a baía na barca da cantareira – a Marinha estava numa posição divergente da do comando do Exército, que se inclinava mais para o lado do Getúlio – fatalmente não iríamos conseguir. Vivíamos de prontidão, durante alguns meses, quase todo dia, o que nos levava a tomar conhecimento dos problemas políticos correntes. Na véspera da morte de Getúlio, recordo-me de que o meu entrevistador, levantada a prontidão, tinha ido a uma festa. Encontrava-me de serviço e chegou a hora "H", hora de agir. Como avisá-lo? Mas sabíamos onde ele estava – se não me engano, no Icaraí Clube – mandamos apanhá-lo. Ora, como o Regimento vivia entrando e saindo de prontidão, aquilo já assumia ares de galhofa. Naquele dia, dada a ordem para colocar o Regimento "sobre rodas", levou-se tudo na brincadeira, e o pessoal não acreditou. Porém, distribuída a munição, o silêncio foi total: todo mundo ficou ciente de que a coisa era séria mesmo. Entretanto, na última hora, com o suicídio de Getúlio, veio uma contra-ordem e o Regimento não se deslocou. Está claro que, naquela época, já víamos algumas dissensões pessoais, um era a favor; outro, contra. Assim, começamos a tomar conhecimento e participar das coisas políticas do Brasil, além de nossa profissão.

Depois, dessa turbulência, vida que segue, chegamos aos 11 e 21 de novembro de 1955, quando o Brasil "volta aos quadros constitucionais vigentes", de acordo com o General Lott, então Ministro da Guerra. Era o início de mais um "movimento". O General Lott "impediu" o Presidente Carlos Luz e, com isso, co-

meçamos, novamente, a tomar posições políticas: Sou deste lado ou sou do outro? Sou a favor? É correto pensar assim? Não devo pensar assim? Assistíamos surpresos a um engajamento partidário do General Lott, que era o Ministro da Guerra. Mais tarde, a espada de ouro que recebeu dos políticos fê-lo pender um pouco para a esquerda, embora se tratasse de um militar correto, um dos grandes chefes que o Exército já possuiu. Acabou envolvido, naquele roldão político, ao receber a tal espada de ouro e as manifestações de apoio dos "pelegos" e do pessoal de esquerda. Confesso que, naquela época, sob o dilema de votar em Jânio Quadros ou votar em Lott, acabei sufragando Jânio, que era uma grande esperança, o que desejávamos, alguém que varresse, como a propaganda dizia, a corrupção. Embora sem engajamento político-partidário nessa luta, estávamos inclinados para o lado do Jânio Quadros. Estou falando de coisas remotas só para fixar que, a partir daí, gradativamente, passamos a nos enredar no embate político e a pugnar pelas idéias próprias: sou assim, penso assim, sou contra isso, sou a favor daquilo.

Depois, veio a renúncia de Jânio Quadros. Nessa época, servia na fronteira. Ouvia-se uma estação de rádio gaúcha, transmitindo a Voz da Legalidade, de Leonel Brizola. Uns poucos foram influenciados por aquela pregação, o que nos consternou bastante, porque dividia as Forças Armadas. Enquanto o III Exército colocava-se a favor de João Goulart, outros grandes comandos punham-se contra a sua assunção ao Governo. João Goulart já possuía um passado duvidoso, não digo subversivo, mas de muito engajamento na área dos pelegos e dos sindicatos. Então, podíamos antever: quando os chefes militares tentassem impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, após renúncia do Jânio Quadros, ocorreriam problemas. Aquela forma de intervir seria uma tentativa de evitar problemas futuros. Aliás, exatamente, o que viria acontecer.

O Governo de João Goulart, inicialmente com "o pulo do gato" do parlamentarismo, perdeu um pouco da sua força. Mas não funcionou bem, porque o Primeiro-Ministro, Tancredo Neves era muito ligado a João Goulart, o que proporcionava séria instabilidade política. A área econômico-financeira, enfraquecida, acarretou uma inflação violenta. A subversão ocorria em todas as áreas: eram greves e mais greves, comícios e perturbações, até um pouco parecido com o que está acontecendo hoje. O fato é que presenciávamos, naquela época, o Governo ser invadido, nos postos-chave, por elementos nitidamente comunistas. Associavam-se os problemas de ordem político-institucional, a convulsão social, a derrocada econômica, acarretando preocupação e, às vezes, pânico.

Veio a campanha do plebiscito para acabar com o parlamentarismo. Naquela ocasião, estava em Fortaleza, servindo no 23º BC, e me lembro do Comandante

da Região, que tendia a participar da campanha do plebiscito, o que chocava e gerava um descontentamento muito grande no seio da oficialidade. Através do plebiscito, voltamos ao presidencialismo e Jango assumiu o controle das forças políticas e sindicais com todos os sectários de Leonel Brizola e de outras lideranças especiais. Desta forma, as pressões chegaram a um estágio tal que nos forçavam a assumir uma posição. Lembro-me do General Castello Branco, como Comandante do IV Exército, que reuniu toda a oficialidade no auditório do antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), atual Companhia de Guardas. Ao pessoal, um pouco afoito, que pretendia tomar alguma atitude, ele dizia: "Somos um País democrático, temos uma Constituição e não podemos revogá-la, a não ser que haja algo muito grave e tenhamos que agir para prevenir um mal maior". Quis até prender um capitão, cujo nome, por questão de ética, não devo revelar, que se levantou e disse algo um tanto inconveniente. Mas o General Castello Branco estava ali servindo de bombeiro. Não era hora de fazermos nada, tínhamos que ficar calmos, tranqüilos.

Depois o estado de coisas foi se agravando e piorou com a revolta dos sargentos, em Brasília, em julho de 1963. Essa fase pré-revolucionária, em Fortaleza, foi bastante agitada. Havi, um chefe, que admiro muito, o então Coronel Hélio Lemos, Comandante do 10º GO 105, que era revolucionário e líder. Ele conduzia o pessoal, e se fazia respeitar por todos. Chegou a ser preso, punição que cumpriu na Unidade em que eu servia, no 23º BC. E nós, os oficiais, fomos recebê-lo à porta. A oficialidade vivia fazendo-lhe visitas. Ao término da sua prisão, foi homenageado pela sociedade, comovida pelos mesmos ideais democráticos. O Iate Clube ofereceu um coquetel em desagravo ao Coronel Hélio Lemos. Lembro-me de que, proposto para comandar a Companhia de Guardas, naquela época aquartelada na praia, fui chamado e advertido: "Se você for a esse desagravo, poderá perder o comando!" Paciência, vou perder o comando, mas vou. E fomos. Realmente, não comandei. Talvez nem tenha sido por isso, porque, logo em seguida, fui para a EsAO. Era esse o clima que existia aqui em Fortaleza: militares e civis, todo mundo ansiando por alguma coisa.

No Ceará, o Governador Virgílio Távora, coronel da reserva remunerada do nosso Exército, que mantinha ligações com o Presidente João Goulart, pois fora seu ministro, adotava uma posição de relativa discrição. Ainda hoje, muita gente diz alguma coisa do Virgílio Távora. No entanto, muito equilibrado, não pendeu nem para um lado nem para o outro, creio.

No final daquele conturbado 1963, matriculei-me na EsAO, o primeiro curso de apenas quatro meses de duração, sem a família. Alojados na Vila Militar,

quatro oficiais em cada apartamento, ocupei uma unidade no térreo, que dava frente para a Brigada Pára-quedista, juntamente com o capitães Frazão, Álvaro e Djacir. Aliás, naquele edifício só havia "arataca", nordestino, em especial, o cearense. O nosso saudoso Clésio, no último andar, o Jackson... Foi um período difícil, aula de manhã e à tarde; e, o pior, vivíamos numa situação financeira muito complicada. Precisávamos de dinheiro para deixar com a esposa e para sobrevivermos no Rio, e os vencimentos extremamente baixos. O Presidente João Goulart fazia alguns acenos para captar a simpatia, principalmente dos pára-quedistas, que recebiam financiamento para comprar carro, normalmente um Gordini, o carro apropriado do momento, o carro que se podia ter, desde que se estivesse do lado do governo. Mas vivíamos numa verdadeira miséria: sábado e domingo, de manhã, à tarde e à noite, íamos para o rancho da EsAO porque não tínhamos o recurso necessário para fazer um lanche na rua. Era, de fato, uma situação revoltante. Na Vila, também mantínhamos contatos com outros oficiais, todos numa angústia muito séria e determinados a fazer alguma coisa, mas sempre, contidos pelos chefes. Além disso, a EsAO obrigava-nos a uma dedicação muito grande, pois o curso nos exigia bastante. Mesmo assim, dávamos umas escapulidas para o Clube Militar, onde a efervescência era grande: reuniões, debates e tudo mais.

O comício da Central do Brasil, acompanhei pela televisão. Foi algo terrível, chamavam a gente de "gorila" e gritavam outros insultos que nos faziam estremecer de raiva. Do palanque, os dirigentes políticos – guardados por soldados da PE, o que era uma contradição – berravam, provocando, em nós, uma irritação cada vez maior. E para acirrar ainda mais os ânimos, deu-se o levante dos marinheiros, a gota d'água que mexeu no brio de nossa profissão, por afetar a disciplina. Vimos marinheiros amotinados, marinheiros tomando o seu líder, Almirante Aragão, nos braços, jogando-o alegremente para cima e, finalmente, lançando gente do navio, na água. Aquilo era a indisciplina total, ameaça frontal à Instituição. No dia 30 de março de 1964, eu, o Djacir, o Frazão e todos que estávamos engajados na luta contra a comunização do País, fomos para o Clube Militar e forçamos uma reunião de emergência. O presidente do Clube, o General Magessi, disse: "Só posso promover essa reunião se houver um pedido apoiado, estatutariamente, pelo número necessário de assinaturas". Então, fomos para a porta do Clube, na tentativa de colher a assinatura de cada um dos companheiros que adentravam as suas dependências. Assim conseguimos fazer a reunião e, em seguida, decidimos atravessar a Avenida Rio Branco, caminhando para o Clube Naval, que ficava do outro lado. Prestaríamos, assim, nossa solidariedade àqueles

companheiros de farda, pelo que estavam sofrendo. Quando saímos na Avenida Rio Branco, quantos civis, quantas mulheres que identificaram o Clube Militar nos que estavam ali, prorromperam: "Vocês não são homens? Olhem o que está acontecendo! Vocês não vão fazer nada?" Então, isso é uma prova de que não houve um movimento militar, mas uma atitude espontânea de apoio e solidariedade do civil, de todas as classes, à nossa iniciativa. Eram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e tantas outras manifestações a ocorrer, simultaneamente, que acabamos convencidos de que seria inevitável acontecer alguma coisa. No Clube Naval, um almirante velhinho, da reserva, fez um discurso extremamente inflamado, agradecendo e mostrando que a Marinha estava morrendo, estavam acabando com ela. Teve um enfarte nessa hora, foi tirado de lá carregado. Aquela sessão, com gente chorando, chorando de emoção, de revolta, foi, sem dúvida, o ponto crucial da Revolução, ainda no dia 30 de março de 1964. No final, chegou uma ordem para que voltássemos para a nossa Unidade.

Regressamos, então, para a EsAO, na certeza de que alguma coisa iria ocorrer. Havia confiança nos nossos chefes. O General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, baixara uma diretriz muito bem elaborada. Não pregava a Revolução, não pregava nenhuma ação, mas demonstrava claramente que o Exército não era guarda pretoriana; que o Exército não aplaudia porque não podia vaiar, nem se engajava com tal ou qual facção, mas estava pronto para cumprir a sua destinação constitucional de manter a lei e a ordem. Vivíamos, em nossos apartamentos, em clima de tensão, porque corria muita história, muito boato e o que ocupávamos dava a frente para a Brigada Pára-quedista. Dizia-se que os sargentos pára-quedistas iriam tomar aqueles apartamentos e nos prender ou qualquer coisa assim. Dávamos guarda à noite, armados, era uma escala de serviço que durou os 15 dias que antecederam a Revolução. No dia do Movimento estávamos escalados de serviço.

Convém lembrar que venho relatando o nosso dia a dia, aliás da maioria dos oficiais, em pé-de-guerra, verdadeiramente. Tínhamos uma fotografia ampliada, um pôster do Carlos Lacerda que, naquela época, encarnava a resistência ao Governo João Goulart, motivo por que nós lhe devotávamos grande admiração. Afinal, no dia 31 de março, com aulas na EsAO, lá pelas tantas, vimos, pela janela, Unidades deslocando-se, inclusive carros de combate, sem que soubéssemos, exatamente, o que estava acontecendo. Tanto que, no intervalo de aula, fomos ao chefe de ano da Infantaria e dissemos que não podíamos ficar ali, inertes na sala. O que estava acontecendo? Respondeu-nos: Eclodiu um movimento, iniciado em Minas Gerais. Há tropas daqui deslocando-se para enfrentá-lo. Sabíamos, pelas

conversas que mantínhamos com oficiais do 1º RI, do 2º RI, Unidades da Vila, que a maioria não ficaria do lado do Governo. Então, decidimos solicitar ao general comandante dispensa das aulas, diante de tudo o que estava acontecendo. Consultado, o Comandante da Escola resolveu liberar os oficiais. Os que moravam ou que serviam em Unidades próximas, iriam para seus quartéis. Ficaram os "aratacas", e o pessoal do Rio Grande do Sul, que serviam longe, sem saber o que fazer.

Na 1ª Divisão de Infantaria, hoje Divisão de Exército, ali ao lado da Escola, o Comandante, até certo ponto, era leal ao Governo João Goulart. Então, um grupo de oficiais resolveu tomar o quartel da 1ª DI; fomos até a Escola de Instrução Especializada (EsIE), comandada pelo nosso ex-Instrutor-Chefe de Infantaria da AMAN, o Coronel Pereira. Ele me recebeu e disse: "Isso é coisa de capitão; não vou dar armamento para vocês, numa aventura dessas; voltem para os seus lugares. Vocês não podem fazer isso, vocês já são capitães." Mas havia aquele entusiasmo que, geralmente, aflora. E, como tal, vazou um pouco; a 1ª DI foi toda cercada e defendida, com carros de combate voltados para a EsAO. Retornamos à Escola, fomos ao instrutor-chefe e dissemos que queríamos fazer alguma coisa, colaborar com o Movimento. E, naquele dia 31 de março, fui mandado para o 1º RI, onde nunca tinha servido, com a incumbência de assumir o comando de uma subunidade.

Conto esses detalhes, porque foi uma situação extremamente incômoda e difícil para mim: chegar ao 1º RI, no dia da Revolução, ir para uma subunidade que não tinha o seu capitão e, como capitão, assumir o comando, todo mundo olhando desconfiado, e eu sem conhecer ninguém. Recebi logo a missão de deslocar-me para o Palácio Duque de Caxias, então Ministério da Guerra, para fazer a sua guarda, porque também ouviam-se boatos de que iriam invadi-lo. Foi uma noite tensa, sem dormir, esperando um confronto a qualquer momento. Graças a Deus nada aconteceu e, no dia seguinte, a minha Companhia foi substituída. Entretanto, já naquela noite tornou-se possível manter um contato com os oficiais, com os sargentos. Ficamos sabendo que estávamos do mesmo lado, mas, mesmo assim, eu ainda não tinha inteira confiança na companhia que comandava, pois assumira o comando naquele dia. Na volta, falei com o Instrutor-Chefe: "Olha, foi incômodo assumir esse comando no dia da Revolução. Por que não nos manda, pelo menos, para uma Unidade que já conhecemos?" Então, selecionado, fui para o 3º RI, onde servira como aspirante e assumi o comando da companhia em que fora subalterno, a CCAC (Companhia de Canhões Anticarro). Assumi à noite e me lembro de que o Tenente que estava comandando a Subunidade, interinamente, era um "alemão" alto que, mais tarde, tornou-se muito meu amigo. Encontrava-se nas elevações, porque, no 3º RI, a defesa é feita fora do quartel, em cima dos

morros. Verificando as posições, ele me disse: "Capitão, se o comando não tem confiança em mim, deveria dizer, e não mandar o senhor assumir." Respondi: "Não, estamos aqui para somar e não para dividir. Nós na EsAO, sem aulas, e a companhia sem o Capitão. Estamos do mesmo lado, vamos trabalhar juntos." E assim foi. As aulas da EsAO foram suspensas. Conseguimos, com a FAB, um avião que fosse para Fortaleza, onde permanecemos uns quinze dias. Depois regressamos ao Rio e fizemos, como se faz hoje, quando há greve de professores: tivemos que trabalhar dobrado para terminar o curso na época certa.

O mais interessante foi presenciar, sentir a vibração do povo do Rio. Por onde passasse alguém fardado, o pessoal aplaudia, chamava para entrar em casa, almoçar, era uma vibração geral! Não foram o Exército, a Marinha e a Força Aérea que fizeram a Revolução. Foi o povo brasileiro quem a fez. Decorridos alguns meses, já estávamos sob o entusiasmo da "campanha do ouro para o bem do Brasil".

Depois, começa o Governo Castello Branco, sem dúvida o melhor homem, naquele momento, porque era um democrata. Tudo o que aconteceu depois foi fruto de circunstâncias. Tendo assumido o Governo num momento extremamente difícil, com o País politicamente conturbado, Castello Branco evitou muitos problemas, por ser conciliador, pela capacidade de comando e liderança, inclusive sobre os civis. Conduziu um governo que operou uma verdadeira transformação e pacificou a Nação. Para mim, o grande homem da Revolução foi o General Castello Branco, muito injustiçado, hoje. Deus podia tê-lo preservado um pouquinho mais, porque, naquela crise subseqüente, talvez fosse a pessoa indicada para voltar ao Governo. Não queria a prorrogação do seu mandato, porque fora eleito, inicialmente, só para completar o período de João Goulart, embora, depois, tenha sido preciso prorrogá-lo. Inclusive, ele gostaria de ter sido substituído por um civil. As realizações nas áreas econômica, política e social, de que o Brasil ainda desfruta hoje, devem-se ao Presidente Castello Branco, tal o trabalho que realizou.

Sobre os governos da Revolução, desejo abordar alguns pontos que, a meu ver, são importantes. Primeiro, as mudanças que ocorreram no País. Quem conheceu o Brasil antes de 1964, sabe da transformação que houve. Ainda hoje, sobressai o Estatuto da Terra, deixado pelo General Castello Branco. Se pudéssemos dar um contorno ideológico a esse estatuto, constataríamos que ele é bem mais progressista do que poderiam imaginar muitos indivíduos que se dizem da esquerda.

Ainda, sobre o General Castello Branco, há um fato narrado pelo meu comandante, na PE – que servira no Gabinete Militar – acerca da cassação do Mauro Borges, Governador de Goiás. Fica bem clara a imparcialidade e toda a sua nobreza de caráter. Irritado ante as acusações de que se tratava de um esquerdista, decla-

rou: “Conheço esse rapaz, foi meu aluno na ECEME. Um rapaz bom que vocês estão querendo pichar de esquerdista. Vou fazer uma intervenção de 30 dias. Se não me provarem nada, ele volta para o governo.”

Castello não gostava de atos de exceção. Entretanto, o pessoal de esquerda começou a se reagrupar, e criar problemas. Por isso, impôs-se a necessidade de Atos Institucionais para regular a Revolução. Mas o Governo Castello Branco esteve sempre muito voltado para a redemocratização do País, ideário do movimento. Tínhamos que lutar contra a corrupção, eliminar o caos econômico e combater a subversão. Infelizmente, por obra do próprio pessoal de esquerda, o Governo teve que se mobilizar para anular a subversão. Embora, hoje, reclamem muito, dispararam o primeiro tiro, com atentados, com terrorismo, com assaltos etc. Justificam-se, dizendo que era a única maneira que tinham de sobreviver. Entretanto, quando no governo, reclamam, se os outros fazem com eles o que fizeram naquele passado bem recente. Ninguém apóia jogar ovo no ministro, bater no governador ou ocupar prédio público, mas os que, na atualidade, recebem essas afrontas, faziam o mesmo anteriormente, e o faziam até com mais violência. Por isso, o pessoal de esquerda prestou um desserviço muito grande ao País, quem sabe, propositadamente.

De outra parte, o combate à corrupção não teve uma prioridade destacada, embora atuasse, por exemplo, a Comissão Geral de Investigações, de cujo desempenho na apuração daqueles escândalos – que não eram maiores do que os atuais – nasceu uma fase punitiva, necessária, em face do clamor popular. Realizou-se, também, um esforço muito grande para mudar o panorama econômico do País, por isso passamos a ser a oitava economia do mundo. As realizações, que hoje são encobertas e muita gente evita comentá-las, representam algo notável que precisa ser mais bem escrito e divulgado. Quando se fala em dívida externa que a Revolução deixou, constata-se que não totalizava nem um décimo da que existe hoje. Mas deixou saldo positivo através de empreendimentos, nas áreas de comunicações, de transportes e outros setores. Nossas estradas eram ótimas: lembro-me de que, certa vez, quando estive no Peru, fiz, com uma comitiva, viagem de visita ao Brasil. Voltaram encantados com as nossas rodovias, com o nosso progresso. Era o chamado milagre brasileiro. Milagre, fruto de muito trabalho, de muita dedicação.

A ação punitiva foi necessária. Entretanto lembro-me de que o General Castello Branco ao passar o Governo para o General Costa e Silva, deu margem a uma certa dissensão: servia na PE, e o Comandante, muito meu amigo, estava do lado do Costa e Silva. Havia outros oficiais que pensavam como o Castello – passar o Governo para um civil – mas, em decorrência do próprio Movimento, terminou o General Costa e Silva sendo eleito. Que bom! Porque, na realidade, havia uma explicação para isso:

o pessoal da subversão começou a fustigar o Governo muito democrático, do General Castello. Começaram a se sentir livres para voar e se reorganizar, cometendo atos de violência e atentados. Assim, a imperiosa necessidade de dar continuidade à obra administrativa e combater à subversão. Compromisso assumido pelo General Costa e Silva e demais governos que lhe sucederam.

Graças a Deus, mantivemo-nos unidos durante esse tempo todo, embora divergindo numa coisa ou noutra. No episódio de guerrilha e na luta contra a subversão, acabou ocorrendo algo um pouco danoso para o Exército. Fomos obrigados a reunir, por exemplo, nos DOI (Destacamento de Operações de Informações), gente nossa, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Por isso, terminamos por adotar métodos de interrogatórios de presos, e outros, que não nos eram comuns, mas sim à Polícia, principalmente a Polícia Civil, que estava acostumada a lidar com esse esquema. O que, até hoje, pesa, porque é nesta tecla que nossos adversários, sobretudo da mídia, mais batem, e acusam-nos de tortura. Sou contra a tortura. Bater ou maltratar alguém que está indefeso não faz parte da nossa índole, nem eu jamais faria isso. Mas reconheço que, às vezes, foi necessária uma certa dureza, para prevenir atentados, para descobrir, junto àqueles fanáticos que eram presos e se recusavam a falar, onde seria o próximo ato terrorista. São exemplos, o assassínio do Soldado Mário Kozel Filho, no II Exército, e as ações do Lamarca, entre muitos outros. Então, era preciso executar uma busca de informações mais agressiva, sem querer justificar a tortura, às vezes cometida, ou outro qualquer excesso.

O Presidente Geisel iniciou a abertura política, uma das metas do seu Governo, mesmo lutando contra algumas resistências, e o fez muito bem. Creio que houve um erro de estratégia, porque a abertura política começou pela imprensa, a primeira coisa foi a distensão da imprensa, realmente o setor mais controlado. Quantas vezes tivemos de ir à redação dos jornais censurar alguns deles, exatamente para evitar a doutrinação explícita de rebelião, de subversão etc. Uma Revolução, quando começa, tem que se prevenir dos contra-ataques. Somos infantes e sabemos que quando se conquista um objetivo, a primeira coisa é preparar-se para prevenir a ação do inimigo. Então, a Revolução foi obrigada a agir assim. Mas a liberação da imprensa, talvez tenha sido um erro estratégico, porque todos os esquerdistas que estavam sem poder atuar, tolhidos pela ação enérgica de repressão, correram para lá, e lá estão até hoje. Assim, a grande mídia atual, que sempre contou com pessoal competente, absorveu muitos desses elementos de esquerda, que continuam a fazer jorrar sangue daquela época. Sofremos, ainda, as conseqüências disso.

Depois, no Governo do General Figueiredo, veio a anistia. A meu ver, tínhamos de terminar com as divergências entre essas facções esquerdistas e as Forças

Armadas. Hoje, o seu pessoal quer desenterrar coisas do passado, acontecidas ou não, e se esquece de seus próprios erros. Dizem "não" à Revolução, "não" porque houve tortura, porque teríamos participado da Operação Condor – rebuscam isso e procuram cadáveres – mas ocultam seus próprios crimes. Deveriam ficar olhando para frente, e não para trás, para esses pontos nebulosos da fase revolucionária, enquanto se esquecem da parte negra deles. Temos, no Governo, hoje, gente que foi terrorista, gente que assaltou bancos. Por que garimpar erros de um lado e não ir buscá-los do outro? Assim, a anistia não é válida. Este é um ponto que tem de ser considerado.

É fato incontestável que os governos militares mudaram o perfil do País em todos os campos. Anteriormente, por exemplo, havia as passeatas dos excedentes que queriam ingressar nas faculdades. Hoje, pelo contrário, as escolas de nível superior até abriram demais, e todo mundo ingressa na faculdade. Com a Revolução, a segurança interna melhorou, como evoluíram as nossas Polícias Militares, sob a supervisão da Inspetoria Geral das Polícias Militares. Pena que muita gente que se aproveitou desses governos, que participou de tudo isso, esteja, agora, a execrar a Revolução, certamente por conveniência política. Chamam-na de "ditadura militar" e assacam outras provocações, mas fingem esquecer que dela se beneficiaram. Não vou citar nomes, mas sabemos que existem muitos deles e conhecemos seus rumos. A gente fica triste com isso. Tudo por algum interesse político.

A propósito, tenho um fato para contar, ocorrido em 1965. Éramos capitães e servíamos no 23º BC (Batalhão de Caçadores). O General André Fernandes comandava a 10ª Região Militar e o Coronel Tácito era o Comandante do 23º BC. Eu morava na Vila Militar, e fazia um curso de informática, à noite, na IBM. Pegava o meu ônibus – naquela época, capitão não tinha carro, capitão com carro estava fora do padrão – ia para a aula e voltava. Um dia, cheguei às 22h, vi um grupinho que estava conversando ali por perto e fui lá. Perguntei o que estava havendo. Mostraram-me um jornal que saía toda a tarde, em Fortaleza. Não me lembro do nome, mas trazia escrito em letras garrafais: a Assembléia devolve inquérito feito pela 10ª Região. Na realidade, o que tinha acontecido era o seguinte: algumas acusações gravíssimas, a seis deputados estaduais, comprovadas durante o inquérito do contrabando de café. Era a venda de ambulâncias, kombis que vinham como ambulâncias. Um indivíduo as descaracterizava – retirando a sirene e demais acessórios próprios de uma ambulância – e as vendia. O inquérito comprovou todas essas falcatruas, mas a Assembléia decidiu devolvê-lo, recomendando o seu arquivamento. A voz geral foi de indignação. Já era demais, aquilo não podia ficar assim! Fomos para o Círculo Militar, chamamos os companheiros e ficou estabelecido que,

no dia seguinte, iríamos procurar os nossos comandantes. Fiquei encarregado, no 23º BC, e o Capitão Julião, no GAC (Grupo de Artilharia de Campanha) – naquela época ainda era GO (Grupo de Obuses). Então, no dia seguinte, propositadamente, não entrei em forma com a minha Companhia. Mas quando o desfile começou, cheguei perto do palanque, junto ao Coronel Tácito, que perguntou:

– O que houve, Gazzineo?

Respondi-lhe que estava atrasado. Ele disse, então:

– Sobe aqui para ver tua companhia desfilar.

Antes de chegar ao Coronel Tácito, tendo falado com um major, pedi:

– Major, me auxilie a falar com o Comandante, pois o senhor é oficial superior, tem mais acesso a ele do que eu.

Era o Eraldo Novais Costa, que respondeu:

– Está bem, vou com você.

Quando terminou o desfile, expliquei:

– Não me atrasei, Coronel, apenas queria falar com o senhor.

Então vamos para o meu gabinete; convoque o Major Horácio, também.

– A situação é essa... desejamos que seja feita alguma coisa – expliquei, já no gabinete do comandante.

– Vocês não estão querendo imprensar-me na parede, estão? – disse o Coronel Tácito.

– Não, pelo contrário, desejamos que seja feita alguma coisa organizada – respondi.

Em meio à conversa, toca o telefone do GO, que está na mesma situação. Em seguida, os comandantes pegaram os carros e deslocaram-se para o Comando da Região. O General André Fernandes não conversou, escreveu num papel: prender os deputados fulano, fulano, fulano, fulano, fulano e fulano. Entregou metade para um e metade para o outro. No 23º BC, fui chamado pelo Comandante que, também, num papelzinho, escrevera: prender os deputados fulano, fulano e fulano. Vou omitir os nomes dos deputados, pois há gente até que já faleceu. Lendo o papel, disse, referindo-me a um deles: "Mas nem sei onde é que ele mora." O Comandante observou: "Você não disse que era isso que queria?" O parlamentar morava numa pensão, no centro da cidade. Designei um sargento que tinha um fusquinha velho, mandei botar o traje "paisano" e ir à frente. Fui atrás, com dois sargentos, armados de metralhadora. A recomendação era clara: isso não pode vazar, porque se o Presidente souber, reunirá a Assembléia e fará um escarcéu. Então, mandei o sargento na frente e lhe disse: "Te vira numa história de cobertura e vai ver se o deputado está ali na pensão." Ele entrou, procurou saber onde era o quarto, bateu à porta e perguntou:

– É aqui que se encontra o deputado fulano de tal?

– Sou eu, sim – respondeu.

– O senhor pediu um carro do Posto Vitória? – retrucou o sargento.

– Eu não.

– Então, o senhor não é o deputado... – acrescentou o sargento.

– Sou eu, sou eu, sim – confirmou o deputado.

– O senhor não pediu um carro? – voltou a perguntar o sargento.

Diante da negativa do deputado, o sargento desceu e fez sinal com a mão de que ele estava lá. Subimos, entramos no quarto do deputado, que estava de pijama, e eu falei:

– Deputado, o senhor está preso.

– Sou deputado e tenho imunidade. Quem deu essa ordem de prisão?

– Foi o Comandante da 10ª Região – respondi.

– Vou telefonar para o presidente da Assembléia.

Disse-lhe, então, que seria melhor que trocasse o pijama, pois ficaria muito desagradável levá-lo daquele jeito. Ele foi para a frente do armário e quando começou a trocar de roupa, desmaiou. Nós o colocamos na cama, abri a porta e, por sorte, ia passando alguém conhecido, por ali, que chamei.

– O que houve? – perguntou-me.

– Quero que sirva de testemunha, porque não matamos esse senhor - falei.

Chamei a dona da pensão, que disse:

– Ih! Capitão, ele teve um enfarte há uns meses e está-se recuperando.

– Quem é o médico dele? – indaguei.

– O irmão – respondeu a mulher.

– Chame-o imediatamente e não diga o que está acontecendo.

Ocorreu que ela já havia dito e o irmão veio querendo fazer um pequeno comício. Aconselhei-o a atender o irmão. Ele fez isso, o deputado melhorou e trocou de roupa. Mas, na hora do desmaio, eu havia ligado para o 23º, e informado que a situação se complicara. O Comandante observou: "Você não era um dos que queriam fazer alguma coisa? Resolva o problema." E foi resolvido. Levamos o deputado, não no meu jipe, mas no fusquinha do sargento. Quando viu o sargento que tinha batido na porta dele, quis saber: "Esse aí não é o motorista do Posto Vitória?" Respondemos negativamente, informando que se tratava de um sargento nosso. O deputado, então, saiu-se com essa: "Molecagem que fizeram comigo", e ficou irritado. Agora vem a parte mais importante. O General Comandante do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, imediatamente voou num avião da FAB para Fortaleza, telefonou para o Presidente da República, seu colega de turma, e disse:

– Castello, foi feito isso assim, assim.

– Mande soltar os homens – respondeu o Presidente.

O Comandante do IV Exército ainda tentou explicar:

– Castello...

– Não! Quem está falando não é o seu amigo, é o Presidente da República, este é um País democrático e não podemos admitir isso; mande soltar, imediatamente, os homens – replicou Castello Branco.

E a ordem foi cumprida, com gente chorando de revolta. E os deputados foram soltos. Só que, no dia seguinte, o presidente da Associação dos Parlamentares do Brasil veio à Assembléia e cassou o mandato de todos eles.

Contei este fato para mostrar a postura do General Castello Branco – um homem essencialmente democrático. Seu gesto fez arrefecer o nosso entusiasmo no afã de acabar com a corrupção, com os males todos, aquele impulso de fazer as coisas. O General Castello Branco controlou muita coisa neste País. A ele rendo minha homenagem. Depois disso, todos conhecemos a história da subversão que se alastrou, da guerrilha urbana, da guerrilha rural. Houve uma ação enérgica para combatê-las e, graças a Deus, saímos vitoriosos. Embora não estivéssemos devidamente preparados para enfrentá-las, adaptamo-nos muito rapidamente e tivemos sucesso. Hoje, isso tudo serve de pano de fundo para reclamações do pessoal da esquerda.

Na realidade, os governos da Revolução exerceram um papel muito importante. Certamente não lhes foi possível cumprir todo o seu ideário. Houve aproveitadores militares e civis, alguns militares e muitos civis, parasitas dos governos da Revolução e que, hoje, colocam-se contra ela. É por isso que o General Castello Branco aludia às vivandeiras que viviam nos quartéis. Antigamente, a um encerramento de curso de cabo no quartel, compareciam do governador ao prefeito. Todo mundo estava presente, um panorama com o qual a Revolução se habituou. Entretanto, ao longo deste período do pós-Revolução, quando assistimos coisas erradas, freqüentemente jogam a culpa na Revolução, apesar de termos devolvido o Poder aos civis há quase vinte anos.

Nota-se a incapacidade dos atuais governantes em dar continuidade à solução de determinados problemas que a Revolução, com energia e determinação começou a corrigir, procurou resolver. Atualmente, vivemos um Governo – é essencial que se diga a verdade, não estou querendo insultar – nitidamente formado por uma gente que tem um ranço preconceituoso com a Revolução. E os há, em cargos importantes, elementos que, embora formalmente nos tratem com cortesia e respeito, mal sufocam dentro de si uma raiva irrefletida em relação ao passado.

Muitas vezes, consciente ou inconscientemente, procuram denegrir a Revolução e até trazer-nos prejuízos. Entretanto, esquecem o que foi feito; não o foi pelo Exército, pela Força Aérea, pela Marinha, mas pelo povo brasileiro. Deixa-me muito triste, às vezes, a falta de coerência e de coragem. Reverencio aqueles cidadãos civis que, ainda hoje, declaram terem sido revolucionários, que participaram da Revolução. Mas precisam de coragem para dizer isso, porque, via de regra, levam pedradas. Mesmo assim, não se omitem. Por outro lado, a maioria evita dizer que participou, que estava do nosso lado, e usa isso até como palanque político. Em nossos dias, vivemos uma situação, todo mundo sabe, muito difícil, e o povo anda revoltado. Muito estão, não digo saudosos da Revolução, mas reconhecem que as coisas não estão caminhando bem, pior do que naqueles tempos.

Vivemos, hoje, sob uma "ditadura democrática", com o domínio avassalador do Executivo sobre os outros Poderes, seja através de "negociação", seja através de barganha. Hoje, vemos voltar aos quartéis aqueles que outrora repetiam: "É preciso fazer alguma coisa, isso não pode ficar assim." Entretanto, devemos ter juízo, muito juízo; os ambientes interno e o de fora do País são diferentes dos daquela época. Hoje, qualquer ação que saia da normalidade não receberá apoio como naquela época recebeu. Talvez as coisas se deteriorem de tal forma que precipite a um estado de convulsão tão grande que se torne necessária um tipo de intervenção qualquer. Poderemos agir, mas só se levados por absoluta necessidade. Todo cuidado, porque as vivandeiras já voltam a percorrer os quartéis e insistem: "olha, é preciso fazer alguma coisa". Devemos, o pessoal da reserva, o pessoal da ativa, permanecer unidos, atentos, acompanhando tudo, mesmo descontentes. Dou razão a determinados grupos que se mantêm atuantes. De quando em quando soltam um boletim, às vezes um pouco forte; é importante mais comedimento. Mas, cumprem a finalidade de manter o espírito vivo, e ressaltar que não estamos totalmente entregues. É desejável muito juízo, porque essa ebulição social que existe hoje, esse movimento, essa revolta popular contra a situação, é empurrada e arrastada, no mundo, pela globalização, querendo ou não.

É uma situação grave, a que se vê no Brasil e na Argentina, de resto em toda América do Sul. Muito cuidado, porque todos testemunhamos o que aconteceu, recentemente no Paraguai: uma tentativa de golpe, frustrada, que só fez desmoralizar mais as Forças Armadas. O que aconteceu, na Argentina, cinco tentativas de golpes, colocou o Exército daquele país numa situação extremamente difícil. Devemos ter bom senso, muito equilíbrio, para manter viva a nossa chama, manter viva a nossa união, manter viva essa coerência de atitudes. Mas sempre preparados para que, quando necessário, possamos agir junto ao povo, com o povo brasileiro.

Temos um futuro. Um país rico, como o Brasil, jamais poderia estar passando por uma situação de miséria como esta que se vê nos dias atuais. Hoje, se constata um empobrecimento geral da população e não venham dizer que foi culpa da Revolução, pelo contrário. Estamos em uma fase da História em que o mundo todo caminha para o chamado liberalismo. Mas isso acaba se desvirtuando, o liberalismo vira anarquia e a própria população sente necessidade de mudança. O mundo tem vivido assim, ao longo dos tempos, só que esse ciclo não retorna ao mesmo nível. Sempre volta a um patamar um pouquinho diferente. Queira Deus não sejamos convocados novamente – não sei se agora, talvez não, mas, no futuro – para fazer outra intervenção, levados, como da vez anterior, pela mão do povo.

Devemos manter essa visão de presente e de futuro, sem esquecer aqueles que se sacrificaram pela Revolução. Lamentamos a perda de vidas, inclusive nossos companheiros de bancos escolares, Toja Martinez, da Escola de Comando e Estado-Maior, morto covardemente por uma subversiva. Tivemos outros episódios com diversos companheiros e oficiais estrangeiros que faziam cursos no Brasil, como ocorreu com o Capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler e com o major do Exército da Alemanha Ocidental Edward Von Westernhagem, assassinados pela subversão. Nada pode cair no esquecimento, temos que manter viva essa chama. Não é “revanchismo” nosso, “revanchismo” existe do outro lado, mas o povo brasileiro tem que saber o que realmente aconteceu. Houve excesso? Erros todo mundo comete, mas houve ações que foram absolutamente necessárias para evitar o mal maior.

Este é o meu testemunho. Não cobri todas as partes que gostaria de cobrir, porque há muito ainda para dizer; mas espero, sempre, oferecer uma mensagem para a juventude brasileira, que desconhece inúmeros fatos. Tenho certeza de que meus companheiros irão abordar outras áreas que não examinei e que, formando um painel, conseguiremos, de maneira objetiva, através da mídia eletrônica – meio de comunicação preferido pelos jovens de hoje – apresentar os episódios reais que, atualmente, são distorcidos por um tipo de literatura sórdida, que divulga a “verdade” do lado contra-revolucionário. Há até quem insista em afirmar que houve golpe militar imposto pelos americanos, no bojo da guerra fria.

A Revolução de 1964, naturalmente, não nasceu só daqueles fatos, mas de todo um passado que nos leva a olhar certas doutrinas, como o marxismo, o comunismo, com muita desconfiança. Temos a consciência plena de que fomos atraiçoados em 1935 e em outros movimentos eivados de covardia. A doutrina, marxista, atrai o jovem idealista por pregar a igualdade, no jogo das oportunidades. Fui um garoto pobre, meu pai foi um imigrante italiano, digo isso só para

enaltecer o sentido democrático no Exército Brasileiro. Não tenho parente no Exército, mas esse ambiente democrático permitiu-me chegar ao mais alto posto da hierarquia. Então, naturalmente o indivíduo mais pobre, o miserável, aquele que está sofrendo, está no desconforto, que não tem oportunidade, é levado a aceitar uma doutrina que acha ideal. Mas, infelizmente, aqueles que pregam a doutrina, fazem-no da boca para fora e, com essa postura, aproveitam-se dela para fins eleitoreiros, na maioria das vezes. Aprendemos a identificar isso. E vimos que, muitas vezes, a tentativa de tomada do Poder, como ocorreu em 1935, sempre se deu através da traição. Por isso, temos o anticomunismo nas veias, independente de guerra fria. Não foi, portanto, nenhuma imposição do grande país do Norte que nos levou à Revolução. O soldado brasileiro já havia sentido na pele o que tinha acontecido antes. E outros fatores, além desses, contribuíram para eclosão e, também, para o sucesso do Movimento de 1964.

Um desses fatores foi a atuação da Igreja católica, que via naquelas ações do Governo João Goulart uma verdadeira invasão da ideologia marxista, que a própria Igreja combate, pelo menos combatia, com mais vigor. Nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, os religiosos estavam conosco. Depois, infelizmente, houve uma dissensão, houve a defecção de uns grupos, mas não da Igreja como um todo. A Igreja, tenho a certeza, foi fator preponderante para o sucesso imediato da Revolução de forma incruenta. Os religiosos estavam conosco, combateram conosco, pela palavra. Mas, depois, grupos diversos, levados por uma nova corrente – a Teologia da Libertação – e até por infiltração marxista na própria Igreja, posicionaram-se e combateram o Movimento Revolucionário. Entretanto, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram importantes para o desembocar e para a consagração da Revolução de 1964. Foi uma demonstração de que o povo brasileiro, essencialmente cristão, estava com a Igreja e, conseqüentemente, conosco.

Outro fator preponderante foi a união entre civis e militares, em face das investidas da esquerda contra a hierarquia e a disciplina, o que integrou sentimentos nobres para o desembocar da Revolução. Sem dúvida, a admiração do povo pelas Forças Armadas, mais do que provada através das pesquisas divulgadas pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), sempre existiu. Naturalmente, o civil, o "paisano" olha o militar como cidadão diferente quando, na realidade, não existe tal diferença. Somos irmãos, pais, avós; nossos filhos estudam juntos, não somos uma casta. Mas, naquela época, deu-se um movimento de solidariedade muito acentuado entre civis e militares, espantoso mesmo; e estou convicto de que a Revolução foi feita mais por eles do que por nós, embora

apoiada decididamente pelas Forças Armadas. Foram eles, os civis, que propiciaram esse clima favorável que nos levou a participar de uma Revolução ímpar na História, sem derramamento de sangue, sem enfrentamento, porque conduzida pela quase totalidade da população, marchando ombro a ombro para o bem comum. E não digo isso só em relação às classes mais abastadas, isso acontecia em todas as camadas sociais.

Sem dúvida, a hierarquia e a disciplina compõem o princípio básico da autoridade, tão apreciado pelos homens de bem. Sobre esse princípio da autoridade, nossa profissão possui algumas características que são reconhecidas pelos civis, por mais que sejam refratários aos militares. Uma das coisas mais animadoras é ouvir o civil dizer que gosta de ir a uma solenidade no quartel, por saber que começa na hora. Isso me enche de satisfação: saber que nossa metodologia de trabalho e a organização favorecem-nos na realização de qualquer empreendimento. Eles reconhecem isso.

O princípio da autoridade, tão judiciosamente aplicado pelos governos revolucionários, satisfez uma exigência da vontade nacional. E houve um apoio maciço, no início. O que aconteceu, mais tarde, decorreu de um pequeno erro da Revolução, a meu ver um mal necessário: aceitar o apoio de determinados indivíduos que aderiram, no primeiro momento, mas de passado duvidoso, embora a Revolução não pudesse prescindir deles naquela hora crítica. Às vezes, era um governador que não se encaixava bem no ideário da Revolução, mas que, naquele momento decisivo, era necessário que estivesse do nosso lado, para consolidar o Movimento. Todavia, certos elementos, também adesistas, que pretendiam usar a Revolução para encobrir suas ações condenáveis e não o conseguiram, começaram a manifestar-se contra. Assim, aquela participação, quase total no início, começou a sofrer dissensões, de modo que, ao ser pressionado o infrator, ele começava a tramar contra a Revolução.

Mas, voltando à comunização do Governo Jango, não era possível esquecer a célebre frase de Luís Carlos Prestes: “Nós, os comunistas, estamos no Governo, falta-nos o Poder.” E estavam mesmo, isso está mais do que comprovado. A infiltração era grande em todos os setores, mas o grande erro que cometeram foi a autoconfiança exagerada, como a que a equipe de João Goulart tinha no seu esquema de governo. Era tão grande a autoconfiança que, em determinadas ocasiões, via-se, por aí, o pessoal manifestar-se de modo eufórico, até cínico, mesmo, fazendo determinadas bobagens abertamente. Eles estavam, realmente, no Governo e iriam tomar o Poder, se não fossem contidas, a tempo, suas ações comunizantes, cujo sucesso seria mais do que provável. Nessa contenção, sobressaíram-se líderes

civis e militares. Tenho uma admiração muito grande por alguns deles. Entre os civis: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e tantos outros, que fica difícil enumerá-los. No Exército, o General Castello Branco foi o grande líder. O General Denys foi outro que trabalhou muito pela Revolução. Foram muitos os líderes militares que deixo de citar, para não me alongar muito.

Basta a elevada expressão moral e patriótica desses líderes para sustentar a autenticidade do Movimento de 1964, sem a intromissão externa que certas pessoas apregoam ter existido, por pura aleivosia. Nós sempre admiramos o povo amigo dos Estados Unidos pela sua pujança, por suas idéias e ideal democrático, mas sempre cultivamos uma clara independência de opiniões e de atitudes. Na Segunda Guerra Mundial tivemos que adotar outra doutrina militar; até então, seguíamos a doutrina francesa. Tivemos que passar para a doutrina americana e isto teve muita influência no nosso Exército. Embora, na época da Revolução, como capitão, não tivesse acesso aos altos escalões, não creio que o Movimento de 1964 houvesse recebido algum tipo de imposição do Governo dos Estados Unidos. Imposição houve sim, a imposição do povo brasileiro para que se combatesse o comunismo internacional. Claro que recebemos o beneplácito do Governo americano, inclusive no pronto reconhecimento do novo Governo, o que foi muito importante. Até pode ter havido colaboração em alguns setores, mas nunca uma imposição do Governo norte-americano. O que havia era a vontade de fazer aquilo que o povo brasileiro, e nós também estávamos exigindo, acabar com aquela situação terrível em que vivíamos. Para tanto, jovens oficiais, pensamos em fazer uma Revolução. Por isso, o nome tem que ser Revolução mesmo. É diferente de um golpe, de uma quartelada, fruto de um grupinho que se reúne e vai tomar o Poder. O que houve foi a vontade nacional, o povo brasileiro mobilizado a fim de transformar, para melhor, a vida do País. E uma quartelada, um golpe, não se mantém por muito tempo, porque lhe falta a base de sustentação. E a Revolução se manteve por tanto tempo, exatamente porque tinha o apoio popular.

As ações que a esquerda praticou – a guerrilha, o terrorismo, o seqüestro de embaixadores, os assaltos a bancos e a quartéis – considero puro banditismo. O pessoal da esquerda alega, hoje, que era a única maneira que tinha de reagir. Ora, penso que a maneira correta de reagir seria através da idéia, do debate. Por exemplo, sou extremamente antimarxista, anticomunista, mas respeito determinados indivíduos que adotam esse credo, essa ideologia, desde que respeitem a convivência com outras que se lhes oponham. Cada um tem direito de ter os seus pensamentos, as suas idéias. Agora, o que não pode é conturbar. Suas ações de luta armada, desviavam energias que poderiam ter sido dirigidas para realizações

benéficas, não para contestar uma autoridade que, mesmo de forma revolucionária, tinha sido legalmente constituída. Isso não era uma manifestação ideológica, era uma ação de banditismo.

A esquerda, antes de cometer tais loucuras, deveria ter meditado no seguinte pensamento do General Castello Branco, ao interpretar o perfil dos grandes homens públicos: "não usaram o Poder como instrumento de prepotência, não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos, dele nunca se serviram." Isto seria construir, jamais destruir. Podemos dizer que este pensamento é extremamente realista, sobretudo em se tratando de nós, militares. Ninguém procurou aproveitar-se da situação para benefícios próprios ou da Instituição. O Exército, seja quanto aos vencimentos, material, equipamentos, continuou a lutar com enormes dificuldades. Se tivéssemos nos aproveitado do momento, o nosso orçamento de defesa teria sido largamente aumentado, e nunca o foi.

Em toda coletividade, entretanto, aparece um ou outro que procura aproveitar-se, que usa de prepotência ou de qualquer recurso irregular. Isto pode acontecer e não deixou de acontecer na Revolução. O problema é que, hoje, os que praticam esse tipo de coisa, já o teriam realizado, ontem, como se fossem representantes dos militares, como se encarnassem as figuras dos militares. Mesmo na época, eram raras exceções. Sempre disse para minha tropa que o militar não precisa ser um indivíduo grosso e mal-educado, e sim, necessariamente, um cidadão educado. Mas muita gente, por aí afora, acha que o militar é um tipo prepotente, que quer impor as suas idéias, quando, na verdade, não é isso o que ocorre. Não existe Instituição mais democrática do que a nossa, que ouve o subordinado, que escuta o que ele tem a dizer. Mas, tais tipos, do aproveitador e do prepotente, hoje, são atribuídos ao militar, embora os que difundem, levianamente, tais infâmias, tenham a consciência do contrário. Um ou outro caso pode ter acontecido, mas o conjunto dos legítimos revolucionários não se aproveitou da Revolução para tais fins.

Também, com relação às Forças Armadas, a afirmativa é verdadeira. E creio que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica aumentaram a sua coesão; em função disso, aumentaram a cooperação em trabalhos comuns, inclusive.

Como falei antes, o nosso orçamento para a defesa não levava em consideração os nossos vencimentos. Dizem até que o atual Presidente, ao referir-se ao tema "vencimentos", fez o seguinte comentário: "Vocês passaram vinte anos no Poder e não resolveram o problema de vencimentos; agora, eu é que vou resolver?" Isso demonstra exatamente não ter havido aproveitamento. Seria justo, até, um pouco mais de compreensão política do problema. Mesmo assim, o militar não

se deixa abater ante as agruras próprias da profissão e ante as injustiças que vem sofrendo. O militar tem uma formação que lhe infunde moderação, aumenta seu interesse e dedicação ao aprimoramento do preparo profissional.

No que tange à Revolução, o militar contou ainda com um eficiente sistema de informações, com o apoio imprescindível da população, tanto quanto com a índole pacífica do povo brasileiro.

A violência é filha do ódio, irmã da vingança, do "revanchismo". Se o nosso soldado e o nosso povo não são violentos é porque não alimentam o ódio. A exemplo de Caxias, a Revolução deixou uma Lei de Anistia que estabelece a reconciliação e o perdão mútuos. O incompreensível é que uma minoria ainda rancorosa e revanchista, que deve a sua liberdade à Lei da Anistia, desrespeite esta mesma lei, ao tentar incriminar seus supostos e antigos desafetos. Não dá para compreender. Não digo que tenhamos esquecido, não me esqueço do que aconteceu. Mas as nossas atitudes, as nossas posturas são de conciliação e conciliação quer dizer harmonização, convivência pacífica, isto é, deixar para trás os desencontros passados. Vamos olhar para frente, temos muito o que fazer, deixemos o que aconteceu para trás. E isto é tão verdadeiro que, hoje, há gente que assassinou e está aí em altos cargos. Agora, quando designamos para certa função um militar que trabalhou numa Unidade ou numa organização militar que abrigava presos políticos, fazem um escândalo do tamanho do mundo. Então, essa esquerda continua viva, ativa e rancorosa e adota uma tática, de mistificação contra todos nós. Mas é inadmissível que isso aconteça, porque se ocorreu de um lado, tem que ocorrer do outro. Se formos buscar fatos passados, vamos garimpar dos dois lados, pois a Lei da Anistia não tem sentido unilateral. Esta é que tem sido a minha posição na ativa e na reserva.

Certos grupos de esquerda que não respeitam a Lei da Anistia, aproveitam-se deste capitalismo desumano que nos está sendo imposto, que se sustenta da miséria, da corrupção e da ignorância, para possibilitar a sobrevivência do comunismo no Brasil. Enquanto este capitalismo selvagem produz a miséria social, as esquerdas dela se alimentam politicamente. Ora, o comunismo, desmascarado pela derrocada na União Soviética e pelo fracasso de Cuba e de outros países, mostrou que não é aquela doutrina que se propôs a trazer para os povos do mundo a felicidade geral, a igualdade. Isto está mais do que comprovado.

Recentemente, muita gente ficou espantada quando o General Leonel, ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, disse: "Nós somos muito mais socialistas do que todos esses que estão aí." E é verdade. Dentro do quartel, preocupamo-nos com o alojamento, a alimentação, a instrução, sobretudo com a saúde do

soldado. Fazemos, exatamente, aquilo que eles pregam da boca para fora. Nós o fazemos, dentro de determinado limite, naturalmente, enquanto o comunista sobrevive da miséria, aproveitando-se das contradições e explorando a revolta que o pessoal tem contra essa ganância do capitalismo.

As nossas Forças Armadas repudiam a ganância e a exploração política da miséria, que estão levando o povo brasileiro ao retrocesso sociopolítico. As Forças Armadas são parte do povo, que as reconhece plenamente. Por isso, apesar de não termos um espaço na mídia, o povo sabe julgar pelo que vê, pelo que sente, pois o homem do povo tem seus filhos incorporados nos nossos quartéis. O homem humilde conhece o que existe e o que fazemos lá dentro. E a mídia, que segundo dizem, não tem ideologia filosófica, tem a ideologia financista, isto é o dinheiro: o espaço é de quem paga mais. Nós não temos dinheiro para fazer propaganda. Por intermédio do CComSEx, com meios normalmente precários, procuramos preencher determinados espaços que nos são negados pela grande imprensa, pelos grandes jornais, pelas grandes empresas de televisão. Estes estão ali para vender escândalos, para vender miséria, para vender anúncios e fazem aquilo que o anunciante quer: liquidar, arrasar. Nós não temos espaço, nós não somos escândalos. Por tudo isto é que penso que este Projeto de História Oral do Exército foi uma idéia inteligente: penetrar nos espaços que nos foram negados pela mídia comprometida. Sendo assim, esta iniciativa no campo da História poderá colocar à disposição dos brasileiros, sobretudo dos nossos jovens, os dados fidedignos necessários a um conhecimento justo de nossa instituição e da razão de ser de sua existência.

A propósito, temos consciência de uma situação: é que, hoje, a guerra envolve todos os campos da atividade humana, em particular, o campo econômico. A grande guerra de hoje é a guerra econômica, a que depende desse poder absoluto capaz de, sem disparar um tiro, sufocar um grupo, uma coletividade, um país. Temos que nos preparar para isso. Agora, em todos os campos em que se possa desenvolver uma disputa, é sempre necessária uma força que dê respaldo às decisões superiores, seja como poder coercitivo, seja como poder que vá despertar o temor de uma intervenção qualquer, isto é, dissuadir. Tenho que ter uma força e é isso que muita gente não entende e insinua: "Para que Exército? Para que Marinha? Para que Forças Armadas, sem ameaça de guerra?" Se não tivermos uma força que dê respaldo às nossas postulações como Nação responsável, certamente seremos presa fácil, nos contenciosos internacionais. Então, a nossa missão é – como fazer isso, não sei – despertar este sentimento que, tenho certeza, já existe no povo brasileiro; não exacerbado, mas de equilibrados nacionalismo e

patriotismo, e a convicção de que necessitamos de Forças Armadas eficientes e eficazes no cumprimento de sua missão constitucional.

Em 1964, fomos chamados a defender a Nação contra a investida de grupos internos, acionados de fora, por potências estrangeiras, e o fizemos numa ação que podemos considerar dissuasória. Tivemos nossos mártires entre os mortos e entre os que, hoje, são injustamente perseguidos. Sobre os mártires, pronunciou-se magistralmente o então Ministro do Exército, General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia." Esta frase é de uma inspiração sensacional. Os companheiros foram esquecidos. Mais do que isso, são considerados, às vezes, como bandidos. E não o são. Então, temos que guardar essa memória e a tropa tem que estar informada e lembrada disso, sempre. Não sei se seria o caso de dar qualquer retribuição pecuniária, nem isso é totalmente válido; o que é válido é o reconhecimento que devemos ter em relação a esses heróis.

Não sei por que motivo nunca fui levado a servir num órgão desses que cumpriam missões difíceis. Mas compreendo a situação do pessoal que tinha uma tarefa a cumprir, uma missão delicada, numa guerra complexa e sem glória, estranha às doutrinas tradicionais. Foi uma guerra suja que nós não provocamos. E os que foram envolvidos nessa guerra, muitas vezes foram surpreendidos por tanta sujeira, mas tiveram que cumprir as tarefas desafiadoras. Alguns deram o seu sangue para isso. Quantos deles! Então, não podemos esquecer. Quero crer que esses fatos já não circulam externamente ou, então, são vistos sob um ângulo diferente. Mas dentro dos nossos quartéis, temos que estar lembrando esses nomes sempre, porque foram mártires, vivos ou mortos. A Revolução teve um ideário e o cumpriu, inclusive vencendo essa guerra maldita que utilizava o terrorismo e a guerrilha contra o povo brasileiro.

A Revolução mudou o panorama de nosso País, mudou a cabeça do povo brasileiro. Escondem isso, mas mudou o panorama sócio-econômico. Não alcançou a distribuição equânime, mas fez o que foi possível. A meu ver, a miséria, hoje, é maior do que naquela época. Vê-se o Brasil de forma diversa – como ele era visto lá fora, e como ele é visto hoje – na educação, nos transportes, nas comunicações etc. Não há dúvida de que o ideário foi cumprido, não integralmente, porque gostaríamos que a Revolução tivesse tido mais amplitude. Mas os pontos principais do seu ideário foram cumpridos. E o grande ideário – embora o pessoal conteste, dizendo que tivemos uma ditadura – foi o de criar as condições para que

construíssemos um Estado Democrático. Mas ainda falta bastante: igualdade, oportunidade, justiça acessível a todos, escola, saúde, segurança pública etc. Mas este deve ser o nosso propósito permanente.

E como encerramento, quero dizer o seguinte: sinto-me extremamente orgulhoso de, modestamente, até mais com idéias do que com ações, ter participado da Revolução de 31 de Março. Todos devemo-nos sentir assim e propalar isto aos quatro ventos. Mostrar à nossa tropa, mostrar à nossa juventude, ao povo, o que foi, realmente, a Revolução. Não perder os laços com aquela época. Defender a dignidade do nosso pessoal, sobretudo daqueles sacrificados, aos quais já me referi. Esse pessoal tem sido até prejudicado na carreira, por ter tomado parte em determinadas tarefas que eram para ser executadas. Cumprimento da missão custasse o que custasse. Temos que ter respeito por eles. Temos que deixar bem claro, principalmente ao público interno, que a História da Revolução não é história com "h" nem com "e", mas História com "H" maiúsculo. O que estamos contando tem sido encoberto pela maioria da nossa mídia que, ao referir-se à Revolução, o faz de maneira mentirosa, falaciosa.

Levar isso aos nossos jovens sargentos e oficiais, aliás o que sempre fiz. Na área de ensino, nunca deixei de comemorar o 31 de Março para levar a mensagem do que realizamos, de quanto nos orgulhamos de ter realizado, assumido todos os erros próprios da natureza humana, mas com uma gama imensa de acertos que, tenho a certeza, servirão de estímulo para que continuemos unidos, fraternos, dentro dos quartéis e com o povo brasileiro. O CComSEx foi extremamente feliz quando adotou o lema do "braço forte, mão amiga", pois na hora da necessidade o braço forte está pronto para defender a Pátria, e a mão amiga está sempre estendida para a nossa população. Estendida até para aqueles que nos combatem. Entretanto, se houver necessidade de uma nova ação, que possamos estar prontos, em condições especiais de união para executá-la. Não como um golpe, mas para atender, com satisfação, a alguma necessidade que surja, vinda do povo brasileiro. Que esta Nação, com a graça de Deus, se desenvolva e chegue a um patamar de felicidade que faça com que seu povo deixe de sofrer o que vem sofrendo ainda hoje.

General-de-Divisão Francisco Batista Torres de Melo

- Natural da Cidade de Fortaleza–Ceará.
- Principais cargos e funções: Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza–CE; Chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar–MS; Comandante da Brigada Mista, de Corumbá–MS; Comandante da Brigada-Escola, da Vila Militar–RJ; Comandante da 12ª Região Militar, Manaus–AM; Comandante da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Diretor de Transportes do Exército; e Diretor de Inativos e Pensionistas do Exército.
- Comandou as Polícias Militares dos Estados do Piauí e São Paulo.
- Atividades civis: mandato de vereador na Câmara Municipal de Fortaleza; diretor do Lar Torres de Melo; e provedor da Santa Casa de Misericórdia, em Fortaleza.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Livros e trabalhos publicados: *Um Comando de Polícia,* 1970; *Liberdade, Disciplina e Democracia,* 1970; *Idéias,* 1985; *O Homem e os Valores Morais,* 1985; *Coisas da Vida,* 1993; *e Comandar,* 1994.
- Em 1964, era Major e exercia o Comando da Polícia Militar do Piauí.

Entrevista realizada em 2 de junho de 2000.

Por que abraçamos as idéias da Revolução de 1964? Quando era menino, presenciei uma polícia arbitrária entrar na casa de meu pai e ir quebrando até os móveis. Depois, vi meu pai – que lutava pelo princípio da liberdade, igualdade e fraternidade – repudiar a Intentona Comunista de 1935, onde brasileiros criminosos mataram brasileiros. Mais tarde, vi a casa do meu pai sendo cercada pelos integralistas. Por isso, sempre pensei que a melhor coisa que poderia existir para o meu País seria um sistema de liberdade, como a democracia.

Então, vida que segue, prosseguimos os estudos, até que se deu a volta de Getúlio Vargas, época em que, com tristeza, o meu País foi deixado à sanha de pessoas não muito recomendáveis, atores de episódios que se confirmaram na autobiografia de Samuel Wayner. No governo Kubitschek, até a embaixada em Washington foi negociada à base de dólar. Tudo isso me amargurava. Recordo que, na disputa eleitoral entre Juarez Távora e Juscelino Kubitschek, a campanha de Juarez foi esmagada por uma demagogia barata e dinheiro correndo solto.

Na eleição de Jânio, estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, oportunidade em que convenci a minha senhora, com 15 dias pós-parto, a votar. Fiquei decepcionado, depois, com o homem irresponsável que abandonou o seu cargo. Na Escola de Estado-Maior, a minha turma não aceitava a chegada de Jango, que representava um socialismo arcaico e não concebíamos que o País entrasse na degradação moral.

Certa feita, recebi ordens e fui para a telefônica, ouvir conversas: eu, o então Coronel Montagna, o Domingues, hoje também general, meu companheiro de turma de Estado-Maior, e outros. Quando os políticos conversavam, ninguém falava em Pátria ou País, mas disputavam os cargos que poderiam ocupar para benefício próprio. Uma noite, um senador de Pernambuco, aos berros, mostrava-se satisfeitíssimo, porque tinha fechado um acordo com Brizola, vitorioso. Naquela ocasião, Herbert Levy, Deputado e Presidente da IBM, que conversava com Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, com Virgílio Távora, Governador do Ceará, e com Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, disse: “Olha, de hoje em diante não converso mais, chega! E o Brasil, Magalhães?” Recordo-me bem, como se fosse hoje. Ninguém pensa no Brasil! Será possível que são tão irresponsáveis? Chegamos a esse ponto?

Após término do curso da Escola de Estado-Maior, vim para a 10ª Região Militar. Era o meu chefe, hoje general da reserva, o Coronel Gentil Nogueira Paes. Eu, Tenente-Coronel, fui para a 2ª Seção. A gente pouco dormia, pois Fortaleza era uma cidade anárquica, com greves constantes. Travava-se verdadeira guerra, e a gente no sacrifício, como o Coronel Hélio Lemos e muitos outros. Até que a Faculdade de

Direito entra em greve e a baderna se agrava. Montamos uma operação que culminou com o seu fechamento; nela, tomaram parte o 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) e o 10º Grupo de Obuses, hoje 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC). Ficamos a uns dez quarteirões da Faculdade de Direito, na praça, esperando, com a paciência de Jó, até que saísse o último aluno. Mais ou menos meia-noite, apagaram todas as luzes, foram embora, certos de que no dia seguinte voltariam para continuar a baderna. Ao voltarem, a faculdade estava ocupada; ainda me lembro que um aluno confessou: "Bobeamos, perdemos a guerra".

Depois veio a campanha do parlamentarismo: "sim" ou "não", por meio de um plebiscito. Nunca vi tanto dinheiro "rodando" na minha vida, aqui no Ceará. Consideravam determinante que o Presidente João Goulart voltasse ao Poder, no sistema presidencialista; e olhávamos aquilo com muita tristeza. Eu, Elery, Idalécio Nogueira Diógenes, Manoel Theophilo e outros comentávamos: "Isso não vai dar certo". Fizemos, também, a nossa campanha contra o "não": "sim", ao parlamentarismo. Éramos quatro ou cinco, mas sempre pensando no Brasil, enquanto eles pensavam em "mamar" nos cargos que exerciam.

No Ceará, participamos de algo muito interessante: um grupo, constituído por Antônio Guimarães, que já morreu – quase todos já morreram – Hélio Lemos, o Comandante do 23º BC, o Coronel Diegues, eu e outros, fundou um clube, chamado "Arca de Noé". Todos os sábados nos reuníamos com o pessoal dos sindicatos e a gente conversava, tomava uns aperitivos e almoçava. Dessa forma, fomos nos preparando e trocando idéias. O resultado é que, em 1964, quando eclodiu a Revolução, o único Estado brasileiro em que não houve greve foi o Ceará. Os sindicalistas compreenderam que o Brasil não podia continuar com a anarquia existente, conseqüência daquela ação psicológica desenvolvida com o objetivo de conscientizar a opinião pública.

Certo dia, recebemos ordem, eu, o Eliano Moreira de Sousa e o Coronel Alexandrino, para montar uma operação – uma manobra – em Teresina, no Piauí. Veio a revolta na Polícia Militar. Era um sábado. Organizamos o Estado-Maior, para resolver a situação, cujo chefe era o Coronel Alexandrino, e na segunda ou terça-feira, chegou o General Comandante da 10ª Região Militar, que tomou a seguinte decisão: "Vamos ocupar". Decidimos isolar a polícia do Piauí, a uma hora da tarde; em Teresina, é hora em que todo mundo dorme, por causa do calor; se fôssemos de noite, a cidade estaria toda na rua. Então, isolou-se o local, cortaram-se luz e água e fechou-se a polícia.

Um dia, estou no campo, com Manoel Theophilo, em uma manobra, quando chegou o General e disse: "Você vai comandar a Polícia Militar do Piauí". No primei-

ro dia, um fato até muito hilariante na minha vida, o General me dá posse, presente o Governador Petrônio Portela e, depois, vai todo mundo embora. Não conhecia ninguém em Teresina nem mesmo um oficial, fiquei sozinho. Olhando para a minha mesa de comando, vi um processo. Ao compulsá-lo, pude deduzir que alguém o tinha colocado na mesa para saber quem eu era. Tratava-se do processo de um cabo que fazia dentadura e, na hora de fazer a dentadura, "cantava" as mulheres, criava "sarna" nas mulheres dos outros e causava aquela confusão. Tinham feito o processo e dei, na mesma hora, a solução: Expulsar o cabo. Devolvi o processo com o despacho e, meia hora depois, voltou o Subcomandante, branco:

– Coronel, o senhor vai expulsar o cabo?

– Já está expulso – respondi.

– Não faça isso, porque ele é um homem perigoso, é o chefe da turma da surra.

– Então, ele vai dar uma surra em mim – retruquei.

Lido o boletim, o homem foi entregue à Polícia Civil.

Assumi em dezembro e, em meados de janeiro, preparei uma palestra e convidei toda a sociedade teresinense. A palestra dizia respeito à ação comunista e a iniciei mais ou menos assim: "Sou um 'reacionário' – houve aquele barulho dentro da sala – porque defendo as minhas idéias, como um comunista também é 'reacionário', ao defender as suas idéias". Só que as minhas idéias são as boas, as deles não prestam. Comecei a fazer uma análise. Isso provocou tumulto em Teresina: O homem é contra os comunistas e "não abre nem para o trem", diziam. Então, passaram a conhecer a minha posição e toquei para a frente. Começamos, assim, a conversar com todos que eram a favor da ordem, do respeito, da dignidade da pessoa humana.

Em 31 de março de 1964, estava em Fortaleza, fazendo exame de saúde, para ser promovido, quando Idalécio, que era o Subchefe da 2ª Seção, me telefona: "Torres a Revolução está aí". Então, peguei o carro, com o motorista, saímos e levamos 24h para chegar a Teresina, pois não havia estrada e ainda furou um pneu. Chegamos às 3h da tarde do dia 1º de abril. Fui direto para a Circunscrição do Serviço Militar, onde encontrei um dos bons amigos que tive na vida, o Coronel Francisco Façanha, Comandante da Guarnição, além do Coronel Correia Lima, Comandante do 25º BC, e Manoel Theophilo. Aí estudamos a situação, conversamos e ficou certo que iríamos ao Governador Petrônio Portela comunicar que a Guarnição de Teresina estava ao lado da Revolução. Lembro-me bem das palavras do Coronel Correia Lima: "Mas o Torres é o Comandante da Polícia Militar, está do nosso lado, é amigo, mas também tem que ser leal ao governador". Que beleza de atitude! O companheiro estava me preservando, porque eu estava do lado da Revolução, mas tinha que ser leal ao

governador. Na reunião com o governador, só quem falou foi o Coronel Façanha. Quando nos levantamos para sair, o Governador Petrônio disse:

– É, estou só, não tenho amigo.

– Não, governador, o Comandante da Polícia Militar do Piauí é leal ao senhor, e sou seu amigo. Vamos em frente, vamos continuar ao lado da Revolução e mudar este País! – e apertei a mão dele.

– Muito obrigado, Torres – foi a sua resposta, emocionado, lembro-me bem.

Fizemos a Revolução, veio o General Castello Branco, um dos maiores homens que conheci. Um dia, entro no Palácio do Governo e um senador, que já faleceu, bateu no meu ombro e disse: "Coronel, o senhor é muito novo, aprenda a engolir sapo". "Senador, o diabo é que às vezes o sapo é grande demais e não passa na goela", disse-lhe. Despedimo-nos, ele certo de que os políticos estavam donos, novamente, da situação. Era a eleição dos governadores. Uma semana depois, na mesma porta, encontrando o senador, disse-lhe: "Lamentavelmente o sapo era grande demais e eu o vomitei". Então nos abraçamos, ele foi em frente.

Tenho um outro fato muito interessante sobre a Revolução. Com o AI-2, os políticos pensavam que um major do Exército, comandando a Polícia Militar do Piauí, sabia de tudo. Mas não sabia de nada, apenas comandava a minha Polícia Militar e estava lutando para que ela se tornasse uma grande instituição. Então, um dia, o governador, não o Petrônio, mas um que o estava substituindo, me chama para onde havia uma roda de gente discutindo sobre o AI-2, o que seria do Brasil: "Como vai, Coronel? O que vai acontecer?" "Meu amigo, não sei de nada, sou apenas o Comandante da Polícia Militar. Mas se vocês precisarem de mim, me procurem, pois vou para o comando da minha polícia, porque tenho muito o que fazer, não posso ficar conversando". Abri a porta, saí; aí, voltei rapidamente e disse: "Olhem, falem mal de mim, mas falem baixo, porque senão fico ouvindo". Foi aquela gargalhada, porque a vida é assim, cada um preocupado consigo e nunca, realmente, com o País.

Ao deixar o Comando da Polícia Militar do Piauí, voltei para o Ceará. Daqui, fui tirar o Curso de Comunicação Social, um dos bons cursos que fiz na minha vida. Ao concluí-lo, o Chefe do Estado-Maior do IV Exército, o General Correia, mandou-me chamar e montamos um Plano de Operação de Comunicação Social para o IV Exército. Aqui no Ceará, fruto desse plano, eu, o Professor Caio Lóssio, o Professor Paulo Roberto Pinto e outros, sob os auspícios da Universidade Federal do Ceará, organizamos um Curso de Problemas Brasileiros, que era ministrado na Faculdade de Direito, onde havia mais de mil alunos. A cada dia, um professor, uma pessoa do comércio, da indústria, analisava problemas diversos. Os jovens começaram a en-

tender, começamos a conversar com eles. Fiz questão de fazer a palestra sobre o problema da evolução jurídica do Brasil, analisando as Constituições, e todo mundo ficou com receio. Mas estava bem preparado, tinha tirado o Curso de Comunicação Social, conhecia as Constituições e, depois, defendi a Constituição de 1967. Para espanto meu, os alunos passaram a fazer perguntas, em pleno período da Revolução, sobre o que bem desejassem e, ainda surpreso, fui aplaudido de pé por quase seiscentos estudantes da Faculdade de Direito.

Durante todo esse período no Ceará, na função de Chefe da 2ª Seção do Quartel-General da 10ª Região Militar (QGR/10), nunca se usou absolutamente nada que desrespeitasse a pessoa humana. Lutamos tanto por isso que vou contar um caso. Em Fortaleza, vive um casal de médicos que, ainda hoje, se diz comunista, o Dr. Francisco Monteiro e sua esposa. Lembro-me bem deste fato: estes dois jovens estudavam na Faculdade de Medicina e lá moviam uma perseguição contra eles. Então, vieram à Região acompanhados das mães, e procuraram o General Comandante, que falou: "Ninguém está perseguindo ninguém; não estamos fazendo Revolução para perseguir ninguém". Hoje, esses dois jovens médicos não esquecem: devem o curso deles ao Exército. Muita coisa aconteceu no Ceará, mas sempre respeitou-se a pessoa humana.

Depois, fui comandar o CPOR, que desejava funcionasse dentro da Universidade. Organizamos uns campeonatos e estimulamos no CPOR as atividades culturais. Lembro-me bem de que montamos uma grande peça de um teatrólogo cearense, *O Morro do Ouro*, e levamo-la Brasil afora. Depois foi a época da dança. Tínhamos um grupo de moças – o Comandante do IV Exército apoiou – que andou o Brasil todo, sempre visitando os quartéis, pois nos quartéis desenvolve-se o civismo: neles, devotados, aprendemos a amar a Pátria.

A meu ver, o CPOR deveria ser o centro de união entre a sociedade e o Exército. Sempre que podia, ajudava a comunidade, participava. Daí, imaginamos a Festa das Nações. Estávamos na época do terrorismo, da luta armada de uma minoria de esquerda contra a Nação. Era o período de Governo do General Médici e a gente fazia a Festa das Nações, no Náutico, com a participação de toda a sociedade. O CPOR, o Exército, aqui, eram queridíssimos, a gente vivia de braços dados. Aconteceu até um fato interessante: um tenente, ao assumir o serviço de oficial de dia, com tanta gente dentro do quartel – tinha curso de flauta e duas escolas públicas – que me falou: "Comandante, como vou poder tirar oficial de dia? É todo mundo entrando no quartel, e se jogam uma bomba?" "Meu Tenente, no dia em que, no nosso País, os quartéis tiverem seus portões fechados e o povo não puder entrar, estaremos perdidos! Deixa o povo entrar. Se alguém jogar uma

bomba, vai perder e nós vamos ganhar, porque seremos as vítimas”, observei. O tenente entendeu e disse: “É, o senhor está certo”. Era a guerra da comunicação social que nós ganhamos. Ao término do meu Comando, fui tirar o Curso Nacional de Informações. Lá, aprendi muito, vi muita coisa, vi quantos maus brasileiros há neste País, quanta canalhice existe por aí.

Concluído o curso, ao visitar um amigo, ele me disse: “Você vai comandar a Polícia Militar de São Paulo”. Não sabia de nada, estava no Estado-Maior do Exército, e ele completou: “Fique quieto, você foi indicado e vai comandar”. Passei três meses esperando. Encontrei São Paulo no auge da onda de assaltos e de outros crimes cometidos pela esquerda. Nós nos preparamos, ganhamos a guerra do assalto, mas os esquerdistas, os comunistas, os terroristas haviam ensinado os bandidos a assaltar bancos, a praticar seqüestros, era um horror. Mas conseguimos controlar São Paulo. Você podia andar com relógio, com pulseira, tínhamos mil viaturas na rua e a bandido não se pode dar trégua. Direitos humanos se destinam ao cidadão que procede bem e não aos canalhas que roubam e assaltam. Aliás, a aplicação da doutrina dos direitos humanos é muito relativa. Como é que se pode conceder direitos humanos a um senador ou deputado federal que rouba a Nação, infelicita e atraiçoa o povo? É pior do que um bandido que assalta um banco.

Em São Paulo, o que mais me entristeceu foi o problema do menor. Tive que afastar um batalhão que fazia guarda de um depósito de menores, para evitar um mal maior, em face do tratamento desumano a que estavam relegadas as crianças. O que vi? Crianças, em depósitos de menores, roídas pelos ratos, por causa da incúria, da irresponsabilidade. Tivemos que agir com energia contra esse descalabro. Depois do Governo do Sr. Paulo Egídio Martins, graças a Deus, chegou o Dr. Mário Altenfelder, para mim um dos grandes homens que honraram este País. Demo-nos as mãos, tomamos conta de 40 mil jovens, muitos deles, hoje, formados. O problema das prisões do Carandiru, das prisões de Santos, das prisões para mulheres, tudo isto é falta de respeito à pessoa humana. Até que um dia recebemos ordens para construir – eu não, o Erasmo Dias, que era o Secretário de Segurança – uma prisão especial para receber aqueles que tinham sido condenados pela Justiça, porque a pessoa pode até ser comunista, o que não pode é matar os outros. Para os que haviam cometido crimes, assaltos, assassinatos de companheiros – mataram um tenente nosso – como eram “presos políticos”, então fez-se uma prisão especial para eles, em São Paulo. Fui procurado até por um bispo, a mando de Dom Evaristo Arns, para examinar as condições da prisão. Juntos, eu e o Erasmo mostramos-lhe a prisão, percorremos todas as dependências, muito boa prisão, de muito respeito à pessoa humana, até que fiz uma pergunta:

– Senhor bispo, nunca vi o senhor ou qualquer padre rezando no túmulo do Capitão Mendes, que teve a sua cabeça esmagada pelo Lamarca e seu bando. Por que o senhor não reza pela alma do Capitão Mendes?

– Não, o senhor me entenda, as nossas missas são comunitárias – respondeu.

– E quando é missa para comunista, é individual? – perguntei.

Ele calou-se. Então, é preciso que a Igreja se posicione em busca de Deus e não das coisas terrenas.

Depois, aconteceu o caso da Pontifícia Universidade Católica (PUC): cercamo-la às 7h da manhã, ficamos ali, sempre acreditando que uma operação inteligente resolve o problema. Ficamos de 7h da manhã até mais ou menos 7h da noite, eu com um grande oficial, o Coronel PM Paulo Nilson, comandante da tropa. O nosso raciocínio era simples: quem está dentro, pode sair; quem está fora, não entra. E, à proporção que as horas iam passando, os alunos iam saindo, de volta à casa. Estávamos certos de que, lá pela meia-noite, iríamos ganhar a guerra da PUC. Por outras razões, não nossas – a Polícia Militar não tem nenhuma culpa no problema da PUC – houve um incidente, lembro-me muito bem, e o Paulo Nilson, se aproxima, com lágrimas nos olhos, e diz: “Coronel, vamos pagar para o resto da vida a invasão da PUC, que não fizemos; pelo contrário, salvamos muitas moças”. Quando recebi ordem de prender os estudantes e levá-los para o batalhão de choque, chegaram os ônibus. Olhando aquela multidão de alunos, mal-orientados por professores que não têm o sentido da beleza da educação, fui colocando os jovens dentro do ônibus, com muito respeito. De vez em quando, via uma grávida, olhava-a e dizia: “Vá embora, fuja daqui”. Dava fuga. O que adiantava levar uma jovem grávida? Então, fomos transportando as moças para o batalhão e me lembro bem da agonia dos pais. Abraçava um pai, e perguntava: “Qual é a sua filha?” Sempre voltado para a comunicação social. Dois dias depois, estando meu filho na casa da namorada, chega uma moça, em estado interessante e, conversa vai, conversa vem, ela diz: “Olha, ontem conheci um Coronel do Exército” – aí, falou sobre o incidente da PUC. Quando me viu com esta barriga, disse: “Vá embora”. O meu filho informou: “Era o meu pai”.

A seguir, vem a crise do petróleo, mais questões políticas e os politiqueiros criando problemas, confundindo liberdade com libertinagem. Fui promovido a General, o Presidente Geisel me escolheu, me promoveu. Conhecia o Presidente Geisel, e vi a Revolução terminar com o meu prezado amigo General João Figueiredo, que foi um homem espetacular, um coração grandioso. O General Figueiredo saiu magoado porque sabia que os politiqueiros deste País, hoje no Poder, iam fazer a desgraça do nosso Brasil. Assim vi parte da Revolução.

Mas há outros aspectos. A Revolução de 31 de Março de 1964 foi o resultado da vontade nacional, única e exclusivamente, na defesa de nossa Pátria, contra a ação diabólica que movia o comunismo internacional na busca da liderança mundial. A agressão desencadeada, no Brasil, em 1964, foi a segunda tentativa de tomada do Poder. A primeira foi em novembro de 1935, a Intentona Comunista, quando foram assassinados, entre vários brasileiros inocentes, 28 militares. Isto afrontou a Nação e feriu a alma do militar brasileiro, que não esquecerá jamais essa atitude covarde, particularmente de irmãos de farda.

Por outro lado, os comunistas encontraram, nos anos de 1961 a 1964, o clima ideal para pôr em prática as suas idéias sinistras. João Goulart era um homem despreparado para a Presidência, não estava em condições de assumir o Governo. Deixava-se cercar por gente que tinha a intenção de empolgar o Poder, os comuno-socialistas e os aproveitadores do caldo social. A coisa pior do mundo é ter um chefe em quem não se deposita confiança. A Nação não tinha chefe, ninguém sabia que rumo iria tomar, trazendo para dentro das Forças Armadas uma coisa inaceitável, a indisciplina.

Outra face visível na desordem do Governo de Jango era o descalabro da economia do País: inflação galopante, desvios de recursos, corrupção. Se olharmos bem a história deste País, veremos que a sua desorganização econômica começou com o Governo JK. O Juscelino, na ânsia de tornar-se eterno no Poder, eterno na história pátria, quis marcar a sua presença com a construção de Brasília e utilizou criminosamente todo o dinheiro da Previdência Social, entre outros desacertos. Quando JK deixou o Governo, Jânio quis consertar a economia, mas, irresponsável, renunciou ao cargo de presidente e deixou para Jango a desorganização herdada, sem força para segurar o barco. E os "pelegos" tomaram conta do Governo. Já Luís Carlos Prestes vinha dizendo que os comunistas estavam no Governo, só lhes faltava o Poder. Aí, deu no que deu. No período compreendido entre o final de 1963 e começo de 1964, a situação mais se agravava: inflação, infiltração comunista, corrupção e, sobretudo, a deletéria ação da esquerda, ameaçando a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas.

Nessa época, terminei o Curso de Estado-Maior. A quase totalidade dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) não aceitava a baderna. Depois, fui transferido para a 10ª Região Militar, onde os oficiais sempre foram muito amigos dos seus subordinados. Vivíamos todos preocupados, porque nós, militares, sempre nos preocupamos com nosso País e não suportaríamos que a baderna chegasse aos quartéis. Houve algumas dissensões pelos quartéis do Sul do País; no restante do Brasil, a reação foi pronta e uníssona, com um caso ou outro

isolado de defecção. No Ceará não houve problema, nem no Piauí nem no Maranhão. Mas a Presidência da República achava que tinha força, que podia fazer isso e aquilo, meteu-se a realizar comícios. Mas as Forças Armadas estavam unidas, sempre no cumprimento de sua missão constitucional. A Nação estava inquieta, começava a manifestar-se contra aquele estado de coisas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram um apelo às Forças Armadas. Na verdade, o Movimento de 1964 não foi um movimento militar, mas um movimento da sociedade brasileira. Governadores como Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ildo Meneghetti, não podiam aceitar a desordem. As Forças Armadas, que são parcela do povo brasileiro, estavam aguardando a manifestação do sentimento nacional que iria explodir e explodiu com aquelas Marchas. Isto foi o que aconteceu. Não saímos dos quartéis em busca do Poder, porque nunca desejamos o Poder. Queremos é que o Poder sirva à Nação e não ter o poder para dele nos servir. Por isso, abraçados, povo e Forças Armadas, chegamos, graças a Deus, a 1964. É bom que se enfatize que nos governos militares não havia só militares, mas também civis. Os ministros eram, preponderantemente civis. Nunca soube que Roberto Campos vestisse farda, nem Delfim Neto, nem Magalhães Pinto, nem Milton Campos.

Por isso, não tenho dúvida nenhuma de que as Forças Armadas, em especial o Exército, representavam a vontade nacional. Aliás, sempre foi assim, o Exército brasileiro sempre foi legalista, e mais, as Forças Armadas sempre foram legalistas. Como foi em 1930, em 1932, em 1935, em 1938, em 1945, quando Getúlio foi deposto porque era um ditador. Aliás, só tivemos uma época de ditadura neste País, que foi a ditadura Vargas. O restante, dentro da lei e da ordem. O que combatíamos eram as desordens.

Voltando aos primórdios da Revolução de 1964, pode-se dizer que ela contou com outras instituições: o Congresso era favorável, a mídia era favorável e a Igreja, também. Todos estavam certos de que estávamos marchando, aceleradamente, para um governo de exceção, sob a ideologia comunista, onde só eles teriam o direito de mandar e desmandar e nós iríamos para o patíbulo, como foram 100 milhões de habitantes deste planeta.

A Revolução, como não podia deixar de ser, teve seus líderes. Entre outros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Aliomar Baleeiro, Herbert Levy, Ildo Meneghetti, Castello Branco, Costa e Silva, Odylio Denys, Mourão Filho. Foram estes homens, dentre outros, que articularam a salvação do Brasil.

A Revolução de 1964, pela sua motivação nacional, como expressão da alma brasileira, foi um movimento interno, sem influência de fora. Nunca vi nenhum estrangeiro dando palpite neste País. Ao contrário, atualmente, temos é que reforçar as medidas que não permitam a qualquer estrangeiro vir dar palpite. Temos que

preservar, acima de tudo, a soberania nacional. Naturalmente, existem as convenções internacionais, os acertos diplomáticos, mas a Revolução de 1964 foi um grito da alma brasileira, isto é que precisa ficar bem claro. Foi o grito da alma nacional em busca da manutenção de sua soberania. Para garantir tudo isto, as Forças Armadas precisam estar unidas e coesas ao lado do povo, como sempre estiveram, sobretudo em 1964. Por isso, acredito nas Forças Armadas. Um país não pode chegar à anarquia; o povo não pode ser abandonado; alguém tem que zelar por isso e, esse alguém é o povo, irmanado às Forças Armadas, juntos. Por tal, o Brasil é um grande País. Adulto, crente no valor da liberdade consciente, uma verdadeira ideologia da liberdade. Sim, a ideologia da liberdade, da igualdade e da fraternidade contra a ideologia da morte, do assassinato, do partido único, um partido que não aceita Deus. Não posso admitir que se possa viver num regime comunista, não dá para entender; é igual ou pior do que o regime nazi-fascista.

Interessante é que o Movimento de 1964 ficou consagrado como Revolução, termo, a meu ver, não muito apropriado, porque não mudamos, mas aperfeiçoamos o sistema. Continuaram Congresso, a Justiça, o Supremo Tribunal Federal a funcionar. O que faltava, na época, era moralidade administrativa, e isso o General Castello Branco soube impor pela sua capacidade, postura. Ninguém "colocava a mão no ombro do Presidente", porque o presidente representava a autoridade, a operosidade, a seriedade do País. Praticamente, não houve Revolução. Eles, os comuno-marxistas, é que nos atacaram; então, tínhamos que nos defender e o fizemos, com empenho, para o bem do Brasil.

Quem conheceu o País, como conhecemos, antes de 1964, sabe que para viajar de Fortaleza para Teresina, levava-se 24h com pernoite em Serra Grande. O Brasil transformou-se, o Brasil mudou, com as hidrelétricas, com os portos, com as estradas, com a indústria naval, com a indústria de ponta de fibra ótica, com os aeroportos. O Brasil era considerado como um conjunto de ilhas populacionais isoladas. Tudo mudou neste País: as universidades foram ampliadas, o Brasil cresceu e se transformou na oitava economia do mundo. O brasileiro passou a confiar mais em si mesmo e a fortalecer a vontade nacional. O novo Brasil, o Brasil do Maracanã, com o povo, de pé, aplaudindo o Presidente Médici. O que se fez por este País não tem preço. Agora, o pior de tudo isso é que aqueles que foram derrotados e, hoje, encontram-se no Poder, nada fizeram. Até a Petrobras vê-se ameaçada de perder seus avanços e conquistas tecnológicas e a sua própria nacionalidade. Se não fosse 1964, o que seríamos hoje?

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que houve algumas falhas. Erro mesmo só reconheço um: perdemos a "guerra da comunicação social". Os adversá-

rios da Revolução foram muito inteligentes: infiltraram-se na Igreja, nos cursos de comunicação social e na mídia. O Brasil não poderia ter continuado no regime em que estávamos, o Congresso elegendo o Presidente. Mas isso foi uma questão apenas de regras, como na Alemanha e na Itália, onde quem elege o presidente é o Congresso. É uma questão meramente de jogo político. O que deveria existir era a continuidade da responsabilidade dos homens públicos. Perdemos a "guerra da comunicação social". Tudo isso comandado de fora e com muito dinheiro. Para mim, foi um grande erro. Mas, o que fazer? A obra humana sempre tem defeito. No decorrer do processo revolucionário buscou-se, com muito empenho, evitar outros erros, como o enraizamento da luta armada que, por não respeitar nem a lei nem a pessoa humana, teve que ser combatida com medidas fortes. Daí, o AI-5, uma maneira decidida de levar o País um pouco mais à frente. Quando o General Castello Branco entregou o Governo ao General Costa e Silva, o País já possuía uma Constituição, a de 1967, e o povo vivia a plena liberdade constitucional. Só que não se sabe usar a liberdade no Brasil, sabe-se, isto sim, fazer libertinagem; não era possível continuar aquela anarquia reconhecida pelos comunistas, agora sob a forma de luta armada. Então, impôs-se uma medida de força, porque os terroristas de esquerda matavam inocentes, assaltavam bancos, trens-pagadores e estabelecimentos comerciais Deflagraram a guerrilha rural, mas foram desbaratados, durante o Governo Médici, por força das medidas de exceção proporcionadas pelo AI-5.

As Forças Armadas nunca quiseram estar no Poder. A missão delas, da qual não abrem mão, é defender a Nação como um todo, manter a unidade nacional, a soberania. Isto é o que queremos, e que o povo seja feliz. Um povo sem saúde, sem educação, sem segurança, não pode ser feliz, nem mesmo alimentar uma esperança de melhores dias. Este desinteresse das Forças Armadas brasileiras para o exercício do Poder é histórico e latente em cada um de seus integrantes. O militar brasileiro é um homem simples, de hábitos morigerados, um homem que deseja proteger a sua família, terminar os seus dias numa casa, possuir um carrinho e ter a felicidade de educar os filhos. O Presidente Castello Branco, quando saiu do Poder, continuou a ser o homem humilde que sempre foi. Como cidadão comum, circulava aqui pelas ruas de Fortaleza. Costa e Silva morreu pobre. Médici, cuja viúva, hoje, passa necessidades, nunca levou nada, nunca roubou. O General Geisel faleceu, nunca se ouviu dizer que ele fosse milionário. O General Figueiredo, igualmente. Isso é uma característica do militar brasileiro, que pensa, não em si, mas em sua Nação, na sua família. Já os homens públicos têm a ânsia do Poder, de se manter no Poder pelas suas vaidades, e levam a Nação à desgraça. Isto é válido em qualquer país: na Rússia, na China, na Alemanha, seja onde for. É por isso que

estes homens, com tanta dignidade, passaram, mas a História está reconhecendo seu trabalho e seu mérito. Foram estes homens que conduziram este País para o desenvolvimento, para a modernização.

Hoje, o Brasil todo tem luz, todo mundo acende a luz, tudo por causa das grandes hidrelétricas. A propósito, no dia da inauguração de Boa Esperança, pelo Presidente Castello Branco, estava no Piauí e o Bispo de Oeiras, conversando comigo, disse: "Coronel, sabe que o Piauí mudou? Quando não tinha luz, a pressão era de fora para dentro; o marido chegava em casa e dizia: quero isso, quero aquilo outro. Agora, com luz, a mulher diz para o marido: quero geladeira, quero batedeira, quero isso, quero aquilo outro". Como se vê, a luz muda até o comportamento social da família.

Na área social, o Brasil se transformou com a Revolução. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço está aí. E o Estatuto da Terra, não o aplicam porque querem é confusão. Há o apoio ao idoso do campo, com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Estava no CPOR, quando chegou o primeiro representante do FUNRURAL, fiz o que pude para ajudá-lo; nunca mais o vi. Hoje, no Nordeste, as pequenas comunidades vivem com o dinheiro que o velho recebe do FUNRURAL. Muita coisa a LBA, naquela época, fez por este Brasil. Existiam, aqui, o Asilo de Mendicidade e outras obras sociais que eram dirigidas com dignidade. Havia respeito. Tínhamos emprego, saúde e a professora ganhava, no Ceará, cinco salários mínimos, no Governo de Virgílio Távora. Pensava-se no povo, não se pensava no dinheiro. O dinheiro não era a razão de ser, o dinheiro existia para ajudar a fazer a felicidade do povo. Hoje, todo mundo só quer saber do câmbio, quanto subiu o dólar, se a bolsa baixou, o que diz o FMI, e o povo nessa angústia toda. Mas a Revolução aumentou a oferta de eletricidade, de estradas, portos, universidades, tudo isto em benefício da sociedade. De lá para cá, não vi nenhuma obra social de vulto. Vejo o Programa do Leite, mas roubam o leite. Acabaram com os hospitais; sou provedor da Santa Casa e assisto todo mundo correndo para lá, o povo empobrecendo. Quem pagava seguro, quem pagava plano de saúde, já não pode mais, está indo para a Santa Casa; não é um, nem dois, nem três e nem quatro casos. Os alunos, sem escolas; os professores, em greve. Se isso é plano social, estou completamente fora do mundo.

Há quem diga – e não é pouca gente – que nos governos militares o povo era feliz e não sabia. Havia honestidade em tudo. Não conheço nenhuma falcatrua no serviço público, cometida nesse período; e olha que fiz parte de uma comissão de investigação no Governo de Itamar Franco. O Ministro Zenildo, por quem tenho muito respeito, me telefonou e disse que eu iria fazer parte da Comissão Especial de Investi-

gação. Em todos os processos que examinei, constatei a bandalheira que existe neste País, a falta de vergonha. Entretanto, não vi nenhum militar metido em problema dessa natureza. O Presidente Figueiredo, uma vez em Manaus, acompanhado do General Walter Pires, ouvia reclamação do pessoal militar e ambos repetiam: temos que dar o exemplo. Se formos dar aumento aos militares, como ficam os outros? O militar é o último, porque pensa no País. Então, nunca desejamos tirar vantagens, estamos no nosso cantinho, direitinho, nos nossos quartéis. Eles agora querem que a gente saia, vá para a rua de novo. Boa coisa não é, porque eles não pensam no Brasil.

A mídia, desorientada pelos comunistas que dela se apossaram, insiste em que houve "ditadura", "anos de chumbo", "golpe", no período de 1964-1985. Encobrem os crimes que os comunistas cometeram e, mais ainda, os perpetrados pelo comunismo internacional. Só em Cuba, foram mais de 17 mil pessoas assassinadas no *paredón*, a mando de Fidel Castro e Che Guevara. Aqui, no Brasil, lamentamos as três centenas de mortes ocorridas na Revolução Democrática. Um livro que todos nós deveríamos ler, o *Livro Negro do Comunismo*, conta a história da Revolução Comunista na Rússia e em todos os países da "cortina de ferro". Foi a maior mortandade na História da Humanidade. O livro comenta as ordens escritas de Stálin mandando matar prisioneiros – havia mais de cinco milhões de condenados – e querendo saber quantos foram mortos, porque, se não atingisse aquele número, o carrasco seria punido. Foi um horror; os comunistas, os fascistas e os nazistas de Hitler se excederam na mortandade. Aqui, o que aconteceu? Testemunhamos um povo pacato que acreditava nas suas Forças Armadas, criamos um serviço de informações eficaz, conseguimos derrotar os baderneiros e os comuno-marxistas, graças a Deus. O Brasil sempre soube combater a existência ou a ameaça da ditadura, seja de esquerda, seja de direita, como em 1945, sem provocar um grande número de mortos. Isto é uma dádiva de Deus.

As Forças Armadas brasileiras, como já disse, não são adeptas de regimes ditatoriais, nem da própria permanência no Poder. O que houve, no Brasil, a partir de 1964, foram circunstâncias que empurraram os militares a salvarem a Nação, antes que a situação do País desandasse. Tiveram, os governos da Revolução, que dosar o grau da liberdade com medidas fortes para enfrentar graves momentos do processo revolucionário, como o caso do AI-5, em face da luta armada da esquerda, em 1968. Por isso, tínhamos de fazer a abertura, mas democracia não quer dizer anarquia. Democracia é o regime do cumprimento da lei. O Presidente Geisel achou por bem aperfeiçoar a democracia através da abertura política, que o Presidente Figueiredo concretizou. Democracia não quer dizer eleição de presidente da República. Democracia quer dizer Constituição respeitada, com suas leis complementares confiáveis, a fim de serem cumpridas. Como o Presidente Castello Branco, que

fazia questão de cumprir a lei. Durante todo o regime revolucionário, em que só o presidente era militar, nunca se deixou de cumprir ordem de um juiz. Hoje, não se cumpre mais ordem de juiz, não se cumpre ordem do Supremo Tribunal Federal. Cada um faz o que quer e entende. A abertura foi uma coisa necessária. Entretanto, os que assumiram o Governo, a partir de 1985, apenas estavam com sede do Poder, para se beneficiarem do Poder, e não para beneficiarem a Nação e o seu povo. Todo mundo sabia, todos os estudiosos sabiam que o Brasil iria ficar às escuras. O Brasil, agora, está comprando energia à Argentina, à Bolívia, ao Paraguai. Por quê? Porque não construíram uma hidrelétrica, uma termelétrica, nada. A abertura foi necessária, sim, mas democracia não é discutir o sexo dos anjos. Democracia é o cumprimento da lei, e não a fabricação de leis para beneficiar aqueles que estão no Poder.

Os políticos brasileiros não gostam de cumprir a lei, muito menos os comuno-marxistas, que querem apenas usufruir os benefícios da Lei da Anistia. Não aceitam que os mesmos benefícios favoreçam outros brasileiros, igualmente nela enquadrados. Eles não conhecem o sentido da imparcialidade. A Lei da Anistia só saiu porque o Presidente João Figueiredo teve o próprio pai perseguido pelo Getúlio, e não admitia que houvesse discriminação. Os "democratas" não queriam a volta de Miguel Arraes e nem de Brizola. Queriam uma lei de anistia restritiva, só para eles, porque tinham medo de que, quando aqueles voltassem, assumissem o Poder. Eles, os comunistas, estavam querendo a anistia e o Poder para eles, mas o General Figueiredo bateu o pé e disse: "Não, vai ser para todo mundo".

Eles, agora, ganharam o Poder. Comunista não clama por Deus, não acredita em Deus, mas tem dentro de si o ódio, só sabe odiar. É por isso que estamos vendo o desmantelamento que está ocorrendo no País, atualmente. Estão querendo vingar-se e não estão nada interessados no bem-estar do povo brasileiro. O lema deles, quando não estão no Poder, é: quanto pior, melhor. Para eles, essa é a filosofia, sempre foi assim no comunismo. Leiam a história de Hitler, leiam a história do comunismo e vocês verão que todos esses regimes ditatoriais, por que passamos no século XX, foram de sangue.

Às vezes, fico pensando que estamos num regime comunista mal-disfarçado. Porque tudo o que fazem é criar o ódio. Não sei por que este ódio, ódio ao mundo, ódio a tudo o que foi feito, não há continuidade. Estão destruindo para sobreviver, para dizer que vão reconstruir alguma coisa depois. A humanidade não vive de destruição, nem de reconstrução, a humanidade vive de evolução daquilo que existe.

No livro *Geopolítica do Caos*, de um escritor francês, há uma análise profunda da evolução social e do sistema político mundial. O sistema clássico é: Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto existem, atualmente, dois outros poderes que

estão destruindo o mundo: o poder econômico e o poder da mídia; e o pior é que estão se juntando, convenientemente. Então, querendo dominar o mundo, a globalização compra tudo e tem a mídia subjugada pelo poder do dinheiro. Enquanto isto, as Forças Armadas e a sociedade civil entendem que o dinheiro existe para o bem do povo e não para o benefício de grupos, como está acontecendo no mundo atual. Também é por isso que as nossas Forças Armadas, por sua tradicional conduta na defesa do povo e serenidade diante dos fatos, são queridas e merecem a confiança de todos. Mas as Forças Armadas, mesmo ameaçadas pelo abandono e falta de apoio de governantes comprometidos ou incompetentes, permanecerão atentas e estarão formando um só corpo com todos os brasileiros que, realmente, amam este País. Será insensatez dos países ricos quererem sufocar a verdadeira democracia, escravizando os povos dos países menos desenvolvidos com esta globalização, antiética e desumana, dos especuladores que se mascararam de neoliberais.

Este é um dos momentos mais delicados que atravessamos na História de nossa Pátria. Como disse há poucos dias o economista Celso Furtado, perdemos a nossa soberania. Estamos vivendo um novo Império Romano. Quem conhece a História de Roma sabe que as legiões foram colocadas em determinados pontos da fronteira; dali para a frente estavam os bárbaros. Estamos vivendo nessa mesma situação. Vamos dar o exemplo: os Estados Unidos constroem navios poderosos, submarinos, mas não querem que os outros países tenham o direito de ter também submarinos nucleares. Eles querem que as Forças Armadas, particularmente as da América Latina, desapareçam. Mas o grande calcanhar-de-aquiles desse intento são as Forças Armadas brasileiras, que têm arraigado espírito nacionalista, amam o Brasil. Então, tudo é preciso ser feito para desmontá-las.

É preciso, pois, que tenhamos muito cuidado. Uma solução é, em nossas escolas, nos nossos quartéis, cultivar e fortalecer o amor à Pátria, do contrário causaremos prejuízo irreparável à nossa soberania e ao nosso povo. Até já falam em Guarda Nacional para substituir o Exército. É preciso que se aja com inteligência e firmeza para evitar o pior para o Brasil, bem como o amesquinhamento de suas Forças Armadas. É urgente que se reinicie a educação cívica do povo brasileiro – das pessoas mais simples às mais abastadas – fazendo-lhes ver que, sem soberania, sem o território integrado, sem liberdade, sem democracia, sem os nossos costumes, de nada vale um país sem alma, estável. Não seremos nada, senão escravos. No civismo puro e arraigado do nosso povo, em união com suas Forças Armadas, está a salvação do País e da Nação.

Tenho freqüentado várias reuniões e tenho pregado, desesperadamente, o ensino humanístico, o conhecimento do Brasil. Ontem, vi, graças a Deus, na Facul-

dade de Medicina, a volta ao ensino humanístico para o mundo. O que conseguiram fazer das universidades, onde não se estuda mais Filosofia, não se estuda Ética, não se estuda Moral? Enquanto nos países adiantados estuda-se Filosofia durante 13 anos, no Brasil somente 13 meses. É preciso voltar à formação do homem para o homem, e não promover a formação do homem para ganhar dinheiro, do homem egoísta. É preciso formar o brasileiro como ser humano. O que está acontecendo em nosso País é a destruição da alma do brasileiro. Hoje, você já ouve o compatriota dizer: "isto não é um país, vou para os Estados Unidos, vou para a Inglaterra". É lamentável.

Inserido no tema civismo está o culto aos grandes vultos nacionais, aos heróis, àqueles que arriscaram e até perderam a vida em defesa da Pátria, por uma causa nobre. Temos nossos heróis do passado, que não podemos esquecer; mas temos nossos heróis recentes, que devemos também cultuar, porque lutaram com determinação no combate ao terrorismo de esquerda, que violentou o povo brasileiro. A estes mártires se referiu, com reconhecimento, o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que na hora da agressão e da adversidade cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas de arma na mão, nessa guerra suja, para que a Nação não fosse levada à anarquia". É a Nação agradecida diante de seus mártires. E uma nação só sobrevive quando se curva perante seus heróis.

Em Fortaleza, certo dia, sugeri ao General Basto que prestasse uma homenagem ao Aldenor Maia, herói da Segunda Guerra Mundial, que rendesse uma homenagem a quem arriscou a própria vida nos campos de batalha. Hoje, o auditório da 10ª Região Militar ostenta o nome do General Aldenor Maia.

Uma Nação que não honra seus vultos históricos, que não respeita as suas tradições e não reverencia seu passado de lutas, pode desaparecer. É o que está acontecendo hoje: um caderno, feito pela TV Globo, com a pretensão de livro de História, diz o seguinte: "Vários movimentos de liberdade foram abafados por um homem chamado Luís Alves de Lima e Silva, a quem deram, de favor, o título de Duque de Caxias". Querem desfigurar a imagem de Caxias, que lutou pela unidade nacional e, como extensão, aviltar as Forças Armadas. Todos os anos, no dia 8 de maio, o Presidente da República deveria estar no Rio de Janeiro reverenciando os heróis que morreram na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, em defesa da liberdade, e, não, sair daqui para curvar-se diante do ditador comunista de Cuba. É preciso preservar a verdade, é preciso ter coragem de dizer isto, é preciso que o Congresso Nacional, no dia 8 de maio, reverencie os heróis da Pátria, senão o Brasil perde a noção da História e, quando se perde a noção da História, perde-se o senti-

do de Nação. É neste grande jogo que estamos e é preciso reagir, com coragem, sem medo. Temos de salvar o Brasil, pois recebemos uma herança dos nossos antepassados e temos que repassá-la para os nossos filhos.

Para se ter uma idéia da falta de patriotismo e de espírito público da maioria de nossos políticos, vou contar um fato ocorrido em 1961, por ocasião da queda do Jânio. Estava sentado numa cadeira, na Companhia Telefônica; no andar de baixo estava o Coronel Montagna. A telefonista disse: "O Juscelino vai falar com o Jango, em Paris". Liguei para o Montagna e perguntei: "Pode autorizar?" Autorizou. Na conversa, ouvi o Juscelino pedir, implorar, a vinda do Jango e este dizer: "Eu não, vou nada, vou nada; aquele pessoal da FAB é um bando de doidos" – alegava medo de ter o seu avião derrubado. Aí o Juscelino respondeu: "Rapaz, venha; o que interessa é o PSD, PTB, o resto que se lasque". Quer dizer, o País à beira de uma guerra civil e um político da estatura do Juscelino pensando em PSD e PTB. Fui conversar com o Montagna, e disse: "Meu Deus do céu, e o País, e a Nação?" Isto me marcou profundamente: a falta de caráter do homem público brasileiro.

Mas, nesses momentos é que você identifica os que têm e os que não têm caráter. Um dia me chega um cidadão e diz: "Tenho uma denúncia a fazer". Ele contou um caso muito escabroso, muito esquisito e, quando acabou, perguntei: "Meu amigo, você tem algum parentesco com esse cidadão?" "É meu cunhado", respondeu. "A porta está ali, vá embora", disse-lhe. Quer dizer, os canalhas se aproveitam desses momentos para tirar vantagens.

Graças a Deus, no Brasil não existem só esses maus cidadãos. Há homens de elevado sentido de honradez, de dignidade pessoal. Vou citar apenas dois que conheci, em certas circunstâncias: o General Sílvio Frota e o General D'Ávila Melo. Foram dois homens que admirei muito, pelo caráter. Uma vez, no aeroporto do Rio de Janeiro, ao ver o General Frota, disse (eu estava na ativa e ele, na reserva): "O senhor dá licença?" Ele parou, olhou e disse: "Pois não" (ia com a senhora). "Eu sou o General Torres de Melo, só queria ter o prazer de abraçá-lo, porque abraço um homem". Ele se emocionou e disse: "Mas, general!" "O senhor soube fazer justiça para comigo", respondi. Era um homem de caráter íntegro, incapaz de cometer uma injustiça. Essa passagem me marca porque, quando quiseram me destruir, ele me fez justiça. Nunca tinha visto o General Frota.

Um outro homem, que admirei, foi o General D'Ávila Melo. Não o conhecia, mas me propôs, sem me consultar, para o Comando da Polícia Militar de São Paulo. Presenciei a demissão do General D'Ávila Melo. E tive a oportunidade de vê-lo conduzindo o seu fusquinha. Eu era o comandante e ele foi visitar um amigo na Avenida São João. Foi parando o seu carro e então um soldadinho meu, de trânsito, disse: "O

senhor não pode parar aqui, vá parar acolá!" E com aquele jeito humilde dele, obedeceu, parou e entrou no prédio. O porteiro, depois, chamou o soldado e disse: "Rapaz, tu sabes quem é esse cidadão? É o Comandante do II Exército". O soldado sumiu. O General D'Ávila Melo me telefonou pedindo que levasse o meu soldado para dar-lhe os parabéns, pois havia cumprido com o dever. Foi difícil encontrar o soldado. Quer dizer, era um homem íntegro, um homem sério. E sofreu a injustiça dos homens: foi demitido, pagou por algo que não fez. Lembro-me bem de que se despediu com lágrimas nos olhos. Não me esqueço da sua figura, um homem impoluto. Mas a história e o destino dos homens estão nas mãos de Deus. E o General D'Ávila Melo sofreu as agruras da vida. Lembro-me bem: morrendo de câncer no hospital, eu me despedindo, e ele dizendo: "Hein, Torres, como a história é diferente!" Mas o que se vai fazer? É a mesma coisa para todo mundo, em todo lugar. Acusam-me de ter invadido a PUC. E eu não invadi a PUC. O que vou fazer?

Todas estas informações, verdadeiro compêndio de História, deveriam ser levadas aos quartéis e projetadas, como filmes, como instrução, mostrando o que se fez – e há realizações maravilhosas. Acredito que o Exército, às vezes, perde muito em não ouvir aqueles chefes mais experientes e que fizeram um pouco de história. Todos amaram e amam este País chamado Brasil.

General-de-Brigada Luciano Salgado Campos

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: instrutor e Comandante de Bateria no Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do 10º Grupo de Obuses 105mm, em Fortaleza–CE (1964/1966); Diretor da Diretoria Patrimonial de Brasília (DPB); Comandante do 1º Grupamento de Fronteira, em Manaus–AM; Comandante da Artilharia Divisionária 5, em Curitiba–PR (1979); e Chefe da Agência Brasília, do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Governo Costa e Silva.
- Foi Chefe de Gabinete do Ministério das Minas e Energia (1979/1982).
- No exterior: adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Alemanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia na AMAN, nas funções de Chefe da Seção Técnica de Ensino.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

Uma espirituosa pessoa do meu conhecimento costumava dizer que devemos começar, sempre que possível, qualquer coisa, pelo começo. Então vamos começar pelo começo. Em 1961, servia no Estado-Maior da 10ª RM, em Fortaleza. Desde aquela época, com o desdobramento da renúncia de Jânio Quadros e os acontecimentos que levaram ao desgoverno João Goulart, admiti que teria de violentar os meus próprios princípios, teria que violentar minha consciência democrática e participar de alguma coisa para salvar o nosso País, que estava seriamente ameaçado em sua estabilidade. E me preocupava em preservar, nessa ação, objetivos nobres, que se enquadrassem no espírito do meu juramento perante a Bandeira, quando ingressei no Exército.

Em 1962, vi-me transferido, inicialmente, para Salvador, Bahia. Essa movimentação já se deu por motivos políticos, pois que, servindo em Fortaleza, fui deslocado por ordem do então Presidente João Goulart. Mas, em seguida, com a intervenção de amigos, a minha transferência foi retificada, da Bahia para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Lá chegando, no início de 1962, encontrei, como Comandante, o então General Pedro Geraldo de Almeida que, um mês e meio depois, foi substituído pelo General Emílio Garrastazu Médici, um grande chefe, ao qual devotei profunda admiração e amizade; mais tarde iria tornar-se um notável Presidente da República. Alguns elementos, principalmente da mídia, procuram caracterizá-lo com um ditador impiedoso, carrasco, torturador. Muito ao contrário, era um homem afável, de boníssimo coração e que prestou inestimável serviço ao País. Sua popularidade era tão grande que um fato ocorrido com ele jamais aconteceu com outra autoridade no Brasil. Ao assistir a um jogo de futebol entre o Vasco e o Flamengo, no Rio de Janeiro, por dificuldades no trânsito, chegou uns dez minutos depois de iniciado o jogo. Quando entrou no estádio, na Tribuna de Honra, ao anunciarem o seu nome, todo o estádio se levantou e, de pé, o aplaudiu entusiasticamente.

Em Resende, em face da evolução dos acontecimentos e ao desdobramento da situação política no País, as nossas preocupações eram as mesmas do General Médici, o Comandante da Academia. As dele, entretanto, eram agravadas pela grande responsabilidade de comandar um efetivo numeroso, mais de mil cadetes, além de oficiais, praças e civis funcionários. Essas preocupações levaram-no a realizar minucioso trabalho preparatório, numa objetiva visão do futuro, e assim preparar-se para o que viesse acontecer. Resolveu aprestar a AMAN, sem alarde: era uma conspiração silenciosa. No Estado-Maior da Academia, eu era o chefe da Seção Técnica de Ensino e tinha chegado a ser o Subdiretor de Ensino. Então, o Comandante encarregou-me de fazer uma palestra, inicialmente, para oficiais e

cadetes e, depois, pelo bom resultado obtido, também para subtenentes e sargentos. O assunto era Democracia: seu conceito, virtudes, vantagens, como o único regime compatível com a história e a tradição do Brasil. Esta introdução foi seguida de uma vasta explicação sobre a ameaça que pairava sobre o País, de tornar-se uma república sindicalista, sob a orientação de Moscou, a exemplo do que já acontecera com Cuba.

Como chegamos, na AMAN, ao 31 de março de 1964? Sabíamos e acompanhávamos, todos os dias, pelo noticiário da imprensa e pelo teor das conversas e discussões, que a Nação estava mesmo seriamente ameaçada: ocorria desordem em toda parte; o País estava fora da lei. Tudo dentro da filosofia bolchevista do "quanto pior, melhor". Começávamos a observar a quebra da disciplina e da hierarquia, importantes pilares de sustentação das Forças Armadas, como de qualquer Força Armada, tanto nos quartéis quanto nas bases e navios. A população, diziam os jornais, estava, em toda parte, atemorizada e, a grande maioria, revoltada. A inflação, galopante. Vivia-se num regime de insegurança. O resultado disso foi um crescente clamor público, um angustiado apelo que, incontido, estava prestes a explodir. E as motivações vieram com o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, a que estiveram presentes o Presidente e todos os seus ministros, inclusive o Ministro da Guerra. Depois, no dia 30 de março, houve uma reunião, que se tornou famosa, do Presidente com graduados, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Aí, deu-se a explosão da revolta popular, esse desespero da massa que levou à grande Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, mais de 500 mil pessoas reunidas nas ruas de São Paulo. Marcha esta que, depois de eclodida a Revolução, foi repetida no Rio de Janeiro. A marcha contou com a participação de todas as camadas da população, particularmente da classe média que, àquela época, esteve sempre muito sacrificada. Queriam um basta na baderna. Alguma coisa tinha que mudar, ou melhor, tudo tinha que mudar. E por que tudo isso vinha acontecendo? Tudo isso era decorrência de quê? Da incompetência de um comandante fraco, demagogo, deslumbrado com o Poder, joguete incapaz nas mãos dos comunistas e dos corruptos, pois havia muita corrupção, a corrupção já estava generalizada no País. Acrescida da impunidade, haveria de provocar, como desfecho natural, uma rebelião, um movimento para terminar aquele descalabro. Ou melhor falando, uma Revolução, para mudar, acertar as coisas, botar o País nos eixos, novamente. E o que se queria era isso, uma Revolução, e não, simplesmente, um golpe militar para tomar o Poder pela força, como de resto sempre vinha acontecendo em nosso continente. Foi um movimento revolucionário natural, não teve nenhum plano meticuloso, não teve uma organiza-

ção perfeita, não havia, mesmo, nenhuma coordenação. Tanto que o seu eclodir se deu de surpresa, para muitos dos próprios revolucionários. Mas foi o resultado da vontade do povo e de sua disposição para a luta. Foi o povo, a vontade nacional mobilizada que, praticamente, ordenou às Forças Armadas que defendessem o País, usando as armas que, afinal, são do próprio povo. E veio a Revolução, que eclodiu num rompante de valentia e decisão do General Mourão, ao descer com as tropas de Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro, com uma vitória surpreendentemente rápida, pois o Governo estava podre.

Na AMAN, não esperávamos a Revolução para 31 de março. Sabíamos que ela viria, mas quando, não. Estávamos todos, no dia 31 de março, à tarde, na Matriz, numa cerimônia de casamento da filha de um professor muito querido. Praticamente toda a oficialidade estava lá, quando alguém trouxe a notícia de que as tropas de Minas se deslocavam para o Rio e que a Revolução tinha "arrebentado". Acorremos todos à AMAN, onde já encontramos, em seu gabinete, o General Médici. Lá, ao contrário da Revolução como um todo, havíamos realizado uma preparação, pode-se dizer, meticulosa. Não só com esclarecimentos, palestras, mas com outras ações, atividades e conversas do nosso General e dos seus subordinados imediatos. Tanto que, na Revolução, a AMAN participou com, praticamente, 100% de seus integrantes. Havia um tenente em quem não depositávamos muita confiança, por algumas opiniões que ele externava, mas, no dia, ele estava lá firme conosco e sem qualquer discussão. Em dois sargentos, também, não confiávamos muito. Por coincidência, tinham pedido, na véspera, uma licença para ir às suas residências, tratar de problemas de doença na família. Entretanto, no dia 2 de abril, pela manhã, os dois se apresentaram e participaram de todos os trabalhos que se seguiram, ligados à Revolução. Tudo isso se deveu a essa figura extraordinária de homem, de chefe e de líder carismático, que era o General Médici.

Ainda no 1º de abril, tivemos momentos de preocupação quando chegou a notícia de que o Regimento-Escola de Infantaria (REI), vindo da Vila Militar, subia a Serra e estava se aproximando de Resende, em direção a São Paulo, como força legal em defesa do Governo. O Regimento-Escola vinha integrado ao Grupo-Escola de Artilharia, formando um Grupamento Tático (GT). Então, o General Médici, tendo a informação de que o GT se aproximava de Barra Mansa, tomou a decisão histórica: com o material humano de que dispunha na AMAN, especialmente cadetes, aproximadamente 800 cadetes, jovens de 18, 19 e 20 anos, o General barrou a passagem do REI, nas alturas de Barra Mansa. Mas o Grupo-Escola de Artilharia, que vinha atrás do REI, passou, rompeu as próprias linhas do REI, a linha de contato, e todos os oficiais e sargentos, acenando lenços brancos, passaram para o nosso lado. Fo-

ram recebidos e acolhidos festivamente na AMAN e nossos meios ficaram reforçados. Não tínhamos notícias muito precisas de São Paulo. Ainda não sabíamos, por exemplo, como iria comportar-se o General Kruel, que era Comandante do II Exército. Sabíamos que mantinha ligações com o Presidente João Goulart. De repente, ele aparece em Resende. Ao mesmo tempo, no gabinete do Comandante da AMAN, onde me encontrava, assisti ao General Armando de Morais Âncora, representando o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que estava muito doente, acamado em casa, apresentar a rendição das forças legais à Revolução. As forças que subiram do Rio para combater o General Mourão, que vinha de Minas também, já haviam aderido à Revolução. Não houve nenhum problema, mas na região de Resende/Barra Mansa ocorria o inusitado: o REI, parado, em face das forças da AMAN, numa situação estática. Então – é preciso que se registre – nunca vi nada escrito sobre isso, ali se concretizou a vitória da Revolução.

Da AMAN, fui transferido para Fortaleza, para comandar o 10º GO 105, o atual 10º GAC. O Grupo tinha sido uma das peças mais importantes da Revolução, no Ceará, e para ele vim com uma missão intuída pelos "sopros" que recebi. Missão com dupla finalidade: dar continuidade ao processo revolucionário e fazer com que a Unidade retornasse ao trabalho profissional, ao seu preparo para o cumprimento da missão constitucional. Assim foi feito. Foram dois anos de intensa atividade, de muita instrução, de muitos inquéritos, de muitas sindicâncias, de muitas participações, sempre com todo respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos. Durante esse período, o episódio que registro e quero mencionar foi o da prisão de seis deputados estaduais, que estavam passando dos limites, ao reagirem à Revolução. Três ficaram no quartel do 10º GAC e três ficaram no 23º BC. Só os liberamos depois que foram cassados pelos seus próprios pares. Devo registrar que, mais tarde, já general da reserva, vindo a Fortaleza, encontrei dois dos meus ex-prisioneiros. Um, numa entrevista, se não me engano na TV Ceará, sendo eu um dos entrevistadores. Depois da entrevista, veio abraçar-me e agradecer-me pelo modo digno e respeitoso com que foi tratado. O outro era um grande jornalista e escritor, falecido recentemente, que, nas escadarias do Náutico, quando me viu, abriu os braços, enlaçou-me, agradecendo o tratamento que lhe foi dispensado. Todos esses ex-prisioneiros eram homens de curso superior e foram alojados em quartos de oficiais, com alimentação de oficiais. Aliás, na minha Unidade, a alimentação dos oficiais era a mesma das praças.

Do 10º GO, cumpridos os meus dois anos de comando, fui transferido para o Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde passei pouco mais de um mês, um mês e meio. Certa manhã, o General Médici, que era o Chefe da 1ª Subchefia do Estado-

Maior, como General-de-Divisão, mandou-me chamar e me convidou para servir novamente com ele. Foi curioso o que me disse:

"Eu ontem fui chamado pelo Costa e Silva" – o General Costa e Silva ia assumir a Presidência da República em substituição ao General Castello Branco – "que me convidou para ser o presidente da Petrobrás. Disse a ele que não aceitava, a menos que fosse ordem para cumprir missão. Não aceitava porque muito pouco entendia de petróleo. Mas, hoje, ele me chamou de novo e me convidou para ser o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), dizendo-me logo que não podia deixar de aceitar, porque todo oficial estuda, aprende, desenvolve e produz informações, não só informações de combate, mas informações sobre a situação de modo geral".

E, assim, fui para Brasília com ele, sendo nomeado Chefe da Agência Brasília do SNI. Naquele tempo não havia Agência Central e a Agência Brasília do SNI fazia a cobertura nacional, principalmente dos poderes Legislativo e Judiciário, produzindo informações para as decisões do Governo.

Do SNI, depois de quatro anos e meio, fui nomeado adido do Exército na República Federal da Alemanha, de onde continuei a cooperar com a Revolução. Tenho a consciência tranqüila – digo até com certo orgulho – de que estávamos no caminho certo, a despeito do que dizem hoje os frustrados de então. Os resultados foram muito mais positivos que negativos, tanto no plano econômico quanto no social. Foi durante a Revolução que se criou o Sistema Financeiro da Habitação, que se fez o Estatuto da Terra (que não foi cumprido), que houve um grande desenvolvimento no parque industrial do Brasil e o progresso notável das telecomunicações. Como todos podem recordar, antes, o nosso serviço de correio era péssimo. Hoje, temos um serviço postal igual aos melhores do mundo, e as telecomunicações estão aí para confirmar o elevado índice de desenvolvimento que obtivemos. Mas, reunidos todos os esforços e as incontáveis realizações decorrentes, o maior feito da Revolução foi ter guindado o Brasil de 48ª à oitava economia do mundo, no Governo Médici.

Houve falhas e houve desacertos. Falhas: primeiro, porque os militares não são preparados para o Poder político, e sim para a guerra, para cumprir a sua nobre missão de defesa da Pátria; segundo, porque os governos revolucionários não se constituíram só de militares, já que a grande maioria dos seus componentes era de civis, inclusive de políticos aderentes que se passaram para a Revolução, muitos deles não merecedores de inteiro respeito, pois tratavam mais dos seus interesses pessoais. Mas o desacerto maior da Revolução, a meu ver, foi ter entregue o Poder político aos civis, antes do tempo, sem que tivesse concretizado todos os seus objetivos, pois teve que desviar parte de sua atenção e esforço para neutralizar a

luta armada comunista – que praticava o terrorismo e fomentava as guerrilhas de Xambioá, de Registro e de Caparaó – bem como suplantar reações e muitas outras dificuldades encontradas. Essa entrega antecipada do Poder ainda teve a agravante de ter propiciado o retorno de todos os cassados à atividade política, prematuramente. Muitos deles voltaram, criando novos e graves problemas para o País. Tivemos uma grande infelicidade no acidente que vitimou o Marechal Castello Branco, o impecável Marechal Castello Branco, cearense que muito honra o Ceará e este País. Ele, na certa, teria voltado ao Governo ou, pelo menos, teria continuado como um mentor, orientando os seus companheiros para a recuperação total do País.

Hoje, depois de 16 anos de Nova República, o que se vê no Brasil? O esquecimento mesquinho de todos os bens morais deixados pela Revolução; a estagnação de todas as iniciativas de desenvolvimento por ela empreendidas, hoje negadas pelo complô formado por dirigentes, políticos e pela mídia; o desmando, a corrupção, o entreguismo e a mentira, em todos os setores da vida nacional; e a depreciação das instituições sérias. O povo, alienado, de nada participa. Mas as pesquisas indicam uma rejeição crescente aos dirigentes atuais e, tudo isto junto, mostra que a situação de hoje é pior do que aquela vivida antes da Revolução de 1964. Naquela época, os comunistas estavam apenas no Governo, como dizia o comunista maior, Luís Carlos Prestes, ainda não tinham o Poder. Hoje em dia, pode-se assegurar que os comunistas estão no Governo e detêm o Poder, mascarados de neoliberais. Embora digam que os comunistas acabaram, com a queda do Muro de Berlim e com o desmoronamento da União Soviética, eles se mimetizaram de "bonzinhos". São os "bonzinhos" dos "direitos humanos", só de esquerda; da "ecologia", contra os nacionais; da "caridade", a serviço da demagogia política. O certo é que estão aí mais vivos do que nunca, desnacionalizando o patrimônio nacional e infernizando a vida do povo brasileiro.

Este povo tem que saber que foi enganado, já que, em nome da democracia, os comunistas e seus aliados neoliberais usurparam o Poder. É preciso que não nos esqueçamos da traição comunista de 1935, da Intentona Comunista, pois a Intentona deixou uma marca profunda no peito e na alma dos brasileiros, em especial, dos militares. Não só dos contemporâneos daquela época, mas também dos que vieram depois, porquanto todos tomamos conhecimento daquela selvageria e do holocausto que representou, com a morte traiçoeira de muitos de nossos companheiros na calada da noite. Esse conhecimento tem-se repetido todos os anos; as vítimas da Intentona sempre são lembradas e homenageadas na data fatídica de 27 de novembro. Agora, com os comunistas no Poder, mesmo assim, se rememora o 27 de novembro, na Praia Vermelha em frente ao monumento, e nos quartéis.

Dizem que o Sr. João Goulart era comunista. Não creio. O Sr. João Goulart não era bem um comunista. Ele era um fazendeiro simplório, inculto, medianamente inteligente, mas muito esperto, deslumbrado pelo Poder que lhe tinha sido doado pelo seu padrinho, Getúlio Vargas, facilmente influenciado pelas esquerdas, pensando, de certo, que continuaria no Poder e se tornaria, como o seu padrinho, um futuro e próximo ditador. Entretanto, o maior crime do Sr. João Goulart, no meu entender, foi o conluio com os comunistas para transformar o Brasil numa "república popular sindicalista", escravizada à União Soviética. Daí, as agressões à ordem interna, subvertida por inúmeros movimentos, todos impulsionados por comunistas.

Acompanhei, naquela época, pelos noticiários dos meios de comunicação – jornais, rádio, TV – a criação e o desenvolvimento das "Ligas Camponesas" do Sr. Francisco Julião. Cresceram assustadoramente e partiram para provocar a intranqüilidade no campo, pois pretendiam implantar no Brasil a reforma agrária, inclusive pela força. Já os "grupos dos onze", que foram criados pelo Sr. Leonel Brizola, visavam, indisfarçavelmente, a tomada do Poder, em guerra de guerrilha. Outros muitos movimentos subversivos foram criados e desenvolvidos e deram muito trabalho às forças legais.

No curso desses movimentos ocorreram alguns fatos que foram fundamentais para o desencadeamento da Revolução: o comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964 e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 subseqüente. Realizou-se, também, a grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, onde, no meu entender, na voz e no clamor do povo, estava a ordem às Forças Armadas para tomarem uma posição. Agora, o que as Forças Armadas fizeram foi uma repetição do seu comportamento histórico: atender aos anseios do povo. As Forças Armadas agem assim, desde o tempo do Império, ao se contraporem a interesses oligárquicos, como outrora pretendiam fazer dos militares caçadores de escravos fugitivos. As Forças Armadas sempre atenderam aos anseios maiores da nacionalidade. Pois elas são constituídas de membros que vêm da classe humilde. Nossos soldados, sargentos, oficiais, todos são povo, principalmente da classe média. Encarnamos, pois, o braço armado do País, que atende ao desejo da Nação como um todo. As Forças Armadas, portanto, responderam aos anseios do povo, naquela época.

O General Castello Branco, em sua célebre Nota Reservada de 20 de março, dizia que a insurreição é um recurso legítimo do povo. Assim pensavam os demais líderes civis e militares da Revolução, que não queriam um movimento faccioso. Dentre esses líderes, que foram muitos, citarei os que considero os principais: os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente da Guanabara e de

Minas Gerais; o Marechal Castello Branco, pelo trabalho fantástico que realizou, principalmente com aquele manifesto, ainda como Chefe do Estado-Maior do Exército; o Marechal Odylio Denys, que foi o grande mentor e trabalhador do miudinho, do detalhamento, de levar aos outros companheiros a Revolução; o General Mourão e o General Guedes, pela sua impetuosidade, fazendo eclodir à Revolução, por não poderem esperar mais; e o General Médici, pelo trabalho fantástico, até hoje não muito conhecido, que realizou na AMAN.

A atuação desses líderes junto à tropa, associada à satisfação do cumprimento do dever, em prol da vontade nacional e ao sucesso incruento obtido em pouco mais de 24 horas, tudo isto robusteceu a união e a coesão nas Forças Armadas. Mais ainda: antes, naquela situação horrível que estávamos vivendo no Governo João Goulart, havia, dentro dos quartéis, alguns simpatizantes do lado de lá. Havia dissensões, discussões, discordâncias. Criavam-se inimizades. Depois da Revolução, quando as coisas foram colocadas nos seus devidos lugares, isso acabou e a união e a coesão voltaram, graças a Deus, até hoje, embora haja muitos esforços de fora para provocar desunião, principalmente entre as três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica.

O vigor de uma Força reside, exatamente, na sua união, na sua coesão interna. Esta união, esta coesão, apesar de robustecida com a Revolução, antes já existia, nascida da própria formação das Forças Armadas, que sempre fundiram todos os seus esforços na defesa da Pátria, da nacionalidade, o que, aliás, fizeram em 1964, com o respaldo do povo. Portanto, não houve uma ideologia, mas um ideário que foi seguido, patrioticamente, pela Revolução.

Na realidade, a Revolução foi mesmo um movimento para mudar, para acertar, para repor o País nos eixos, e não simplesmente um golpe militar ou uma quartelada para tomar o Poder pela força, como acontece, periodicamente, na América Latina. A Revolução não se baseou em nenhuma ideologia, porque, a meu ver, a democracia não é uma ideologia, mas um sistema de vida e um regime político de governo por excelência, comprovadamente o melhor para o Brasil. Foi uma Revolução contra a ideologia comunista, a ideologia que nos levaria a uma ditadura bolchevista, a exemplo do que acontecia na Rússia e, até hoje, em Cuba e na China.

A Revolução, portanto, se dispôs a mudar a face do Brasil para a de um País moderno. Para tanto, precisava de uma nova estrutura. E, entre os requisitos para essa nova estrutura, impunha-se um serviço de informações eficiente, um SNI, à semelhança de todas as grandes nações do mundo: os EUA têm a CIA, a Inglaterra tem o serviço de inteligência, além da Scotland Yard. Todos os grandes países têm o seu serviço de informações. Para quê? Produzir informações para seus dirigentes, para o Governo tomar as suas decisões, saber das pessoas, das coisas, dos fatos, do

que acontece. O SNI prestou grandes serviços ao País. Foi, infelizmente, extinto no Governo Collor. Hoje, o Governo, sentindo que não pode viver sem ele, recriou-o, usando o nome de ABIN (Agência Brasileira de Inteligência).

Quanto aos órgãos internos de informações, como os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), que vieram com o agravamento da Lei de Segurança Nacional, foram necessários para a neutralização da luta armada contra a Revolução. Precisava-se de órgãos especificamente preparados para isso. Bem que esses órgãos estão fazendo falta, hoje em dia. As conturbações violentas, nas cidades e no campo, estão-se revelando mais mortíferas do que no tempo da luta armada comunista. Os métodos são os mesmos: clandestinidade, terrorismo, seqüestro, assalto. Parece até que há um certo interesse ou conivência política com o terrorismo atual.

Com relação ao campo, por exemplo, não existe uma política agrária, mas inventaram uma "reforma agrária", sem ter o que reformar em termos de estrutura político-jurídica, o que só tem servido de anteparo às investidas do ilegal e acobertado Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O único ensaio de política agrária no Brasil surgiu com o Estatuto da Terra, deixado pelo Presidente Castello Branco. Incompreensivelmente, não o puseram em execução. Contrariava, de certo, alguns interesses, portanto foi deixado para depois. E o assunto reforma agrária, que teria sido resolvido satisfatoriamente, a nosso ver não o foi. O MST é a volta das "Ligas Camponesas", é a volta da subversão no campo, tendo como pretexto a reforma agrária. Naquele tempo, achava-se que as "Ligas Camponesas" tinham a influência do Sr. Francisco Julião, a influência subversivo-comunista. Mas o principal objetivo era a reforma agrária. Hoje, acredito que o MST está muito mais voltado para a ideologia do que, realmente, para a reforma agrária. Tanto que se sabe, agora, que muitos dos líderes do MST não são os miseráveis que buscam uma nesga de terra para sua agricultura de subsistência: são líderes que vivem muito bem, inclusive tirando vantagens dos que pagam contribuições.

Os líderes do MST, muitos preparados ideologicamente no exterior, aproveitam-se das liberdades inerentes às democracias para criarem áreas de conflito envolvendo as camadas mais carentes da sociedade, sobretudo do campo, contra a administração do País. É o que têm feito. Nos países que adotam o regime ditado pela ideologia comunista, esses líderes não ousam conturbar a ordem, porque são eliminados inexoravelmente. Aqui, no Brasil, juntam-se a esses líderes seus sócios da mídia e mais alguns políticos, para detratarem a Revolução, chamando-a de "ditadura", "anos de chumbo" e de tantas outras coisas. Isto só pode significar o chiado dos frustrados subversivos, que não têm o que fazer e o que dizer. Hoje, a

ditadura econômica sobre o povo é muito maior do que naquele tempo. Durante a Revolução, vigia um regime de restauração da democracia em que funcionava o Poder Legislativo, na maior parte do tempo. Uma ditadura?! Uma ditadura em que se escrevia nos jornais o que se queria! Uma ditadura que só trouxe benefícios ao povo brasileiro, de um modo geral! Uma ditadura bendita, esta! Aplicou, rigorosamente, todos os recursos públicos do seu período em proveito do povo brasileiro e do desenvolvimento do País, sem permitir que ninguém auferisse vantagem, em especial os militares.

Aliás, sempre foi apanágio do militares a seriedade com a coisa pública, sobretudo quando se trata de sua própria remuneração. Todos sabem que é sempre reduzida em relação a outros órgãos e, apesar de trabalharem dedicadamente, sem horários fixos, com prontidões, com exercícios no campo, com manobras, com riscos, com muitos riscos, nunca os militares tiveram maior preocupação em recorrer a qualquer ato ilícito para conseguir aumento de salário. Não será agora que o faremos, apesar de estarmos, há cinco anos, sem reajuste e o que o Governo vem prometendo, há muito tempo, vai nos ser dado em quatro prestações: duas em 2001 e duas em 2002. Isto é ridículo e de fazer rir! Mas, continuamos vivendo modestamente e trabalhando, pensando mais no País do que em dinheiro, em riqueza e em bem-estar.

Mas, voltando à ameaça do marxismo, enfrentado pela nossa Revolução, lembro-me do conluio atual – do narcotráfico e das Forças Revolucionárias da Colômbia – em plena área fronteiriça e contígua ao Brasil, por agravar de muito nossas preocupações com a cobiça da nossa Amazônia. Agora mesmo, quando se sabe das ameaças internacionais que pairam sobre aquela região, sente-se a preocupação redobrada das Forças Armadas com a sua segurança. Sabe-se, também, que a preservação da soberania de um território como o da Amazônia não é problema apenas das Forças Armadas, que têm missão específica, mas envolve todo um povo, através da interação de todos os setores da vida nacional, a começar pela educação eficiente que, na sua maior parte, é responsabilidade do Governo. A harmonia e a determinação dos brasileiros, na Amazônia, dependem, fundamentalmente, dessa educação e do grau de civismo que ela lhes deverá transmitir.

Estive na Amazônia, recentemente, preocupado com o Plano Colômbia. Na fronteira assisti, na carta, a um exercício de reconhecimento do terreno das forças do Exército. Voltei entusiasmado com o que estão fazendo o Exército e a Aeronáutica, na área. A Marinha não vi, porque está embarcada, mas na área. Naqueles postos especiais de controle podemos ver um tenente, com vários soldados, cabos e sargentos, tomando conta de uma extensão enorme. Pontos aonde só se tem acesso

de avião da FAB, que exige pista de pouso pequena, ou de canoas, pois nem barcos podem navegar naqueles afluentes do rio Negro, cheios de corredeiras empedradas. Andei no que eles chamam de voadeira, que é um barco comprido, de alumínio, com motor de popa. Praticamente, o barco voa acima d'água. Lá, tive a oportunidade de compreender a preocupação do Brasil com o que está acontecendo na Colômbia, onde as Forças Armadas Revolucionárias já se apoderaram de cerca de 40% do território nacional, que o Governo não controla mais. Agora, com esse acordo feito com os EUA, o Governo da Colômbia está cercando e pressionando essas forças, que poderão refluir sobre o Brasil. Elas se apóiam no plantio, na indústria da coca e no tráfico da cocaína; e poderão transferir vários de seus integrantes para o Brasil, para expandir a plantação de coca. Felizmente, encontrei uma situação muito segura, sob inteira responsabilidade do nosso pessoal. Entretanto, o que mais me encheu o coração de alegria foi verificar, na entrada de todos os postos de fronteira, dos quartéis, quer dos Batalhões de Infantaria de Selva, quer dos de Engenharia, de todas as organizações militares, uma tabuleta à porta, dizendo: "Fizemos antes, faremos sempre! Guararapes." Este aviso lembra que foi nos Montes Guararapes, em Pernambuco, que portugueses e seus descendentes, os brasileiros de Vidal de Negreiros, os índios de Felipe Camarão e os negros de Henrique Dias, uniram-se, enfrentaram e derrotaram, nas duas batalhas, em 1648 e 1649 as forças holandesas, bem mais numerosas, bem armadas e municiadas, que ocuparam o litoral do Nordeste brasileiro, continuamente, durante 24 anos. Este fato prega o aviso de que a epopéia dos Guararapes será repetida contra quem quer que ponha os pés na Amazônia, como uma resposta muito mais violenta do que aquela que o Vietnã deu na Ásia. Todavia, temos que estar preparados com o melhor do que dispomos, com a nossa consciência de brasileiros desperta para a complementação da obra da Amazônia, ampliando o Projeto Calha Norte pela interação de todas as forças vivas da Nação, de todos os ministérios empregados no desenvolvimento daquela região.

O Projeto Calha Norte, lançado desde o Governo Sarney, tinha grandes e importantíssimos objetivos e a sua execução reunia cinco ou seis ministérios. Até hoje só recebeu a participação das Forças Armadas, que estão realizando a sua parte. Recentemente, com o problema do Plano Colômbia, começaram a aparecer, na área, alguns elementos da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. A participação mais efetiva e significativa, como saúde, educação e transporte, ainda está por vir.

Os brasileiros precisam tomar consciência da vibrante epopéia que foi a formação de nosso espaço territorial e, nele, a importância do valor do espaço amazônico. Indo aos primórdios da nossa História, podemos verificar que o Tratado de Tordesilhas (1494), ratificado pelo Papa Júlio II, em 1506, estabelecia para Portu-

gal a linha meridiana que ligava Belém–PA a Laguna–SC, abrangendo apenas uma estreita faixa de terra, junto ao litoral leste, distante 370 léguas do Cabo Verde. Tudo mais, a oeste, pertencia à Espanha. Depois houve a fusão das coroas de Portugal e da Espanha, sob o cetro de Felipe II, da Espanha. Então, a Península Ibérica tornou-se um só Estado. Durante esse tempo (1580/1640), os espanhóis negligenciaram e os portugueses, com destemor e bravura, foram avançando para oeste, empurrando, muitas vezes à ponta de espada, a Linha de Tordesilhas até as faldas da cordilheira dos Andes. Em 1750, estava concretizada a tese do *uti possidetis*, que fundamentava a assinatura do Tratado de Madri, graças à cultura e ao prestígio político de Alexandre de Gusmão – o brasileiro que foi secretário de João V e ministro do ultramar português. Assim, estava triplicada e legalizada, em Madri, nosso espaço territorial, praticamente com a configuração atual, no coroamento pacífico daquela epopéia. Hoje, o Brasil é maior em largura do que em comprimento. Temos um país continental com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, ao passo que a Espanha deixou, na América do Sul, o quê? Nove pequenos países que Simão Bolívar, o grande Simão Bolívar, com toda a sua campanha, todo o seu sacrifício, não conseguiu reunir numa só nação. Lá em cima, nas Guianas, estão ainda os restos da ambição externa que sempre houve sobre a Amazônia. Estão lá a Guiana Inglesa, a Francesa e a Holandesa (esta, transformada em Suriname), que são o resto da Amazônia.

A Amazônia, sempre ambicionada, além das riquezas vegetais, cuja exploração é combatida, alegando-se desmatamento, quando, na verdade, porque desmatamento significa desenvolvimento e progresso também, eles estão preocupados é com a água, e a Amazônia tem 20% da água do Planeta, que está começando a faltar, no mundo. Falta água na China, na Europa. Na Alemanha, aproveita-se a água de um rio poluidíssimo, o rio Reno. Os EUA já chegaram a planejar o aproveitamento de geleira do pólo, mas verificaram que, se o fizerem, isso vai ser um desastre de inundações. De imediato, o que eles pretendem são as riquezas minerais que estão no subsolo: ouro, diamante, cobre, zinco, estanho, cassiterita e petróleo, muito petróleo; mas, sobretudo, o nióbio. Com um piloto da FAB, sobrevoamos, numa aeronave Bandeirante, as minas de nióbio, que ficam nas proximidades do pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil, 2.991 metros, quase 3 mil metros de altura. Essas minas de nióbio encontram-se em elevações com crateras arredondadas cheias de água. Por que o nióbio? Porque o nióbio é o metal mais duro da natureza e indispensável às naves espaciais, que vão a Marte, à Lua, porque resiste ao tremendo esforço de ingresso na atmosfera. O nióbio é também usado nos mísseis atômicos.

De toda essa riqueza vem o grande interesse de nos tomarem a Amazônia. O curioso é que o Sr. Al Gore, o candidato democrata a presidente dos EUA, declarou

que o Brasil não sabe tomar conta da Amazônia, que acabou a fase da contemporização e que agora é a ação militar. Imaginem esse homem presidente dos EUA! O outro, o Sr. Bush, no penúltimo debate da sua campanha presidencial, perguntado por uma jornalista, sobre a Amazônia, declarou que o Brasil devia vender as florestas tropicais para pagar a sua imensa dívida. Jocosamente, o nosso Deputado Delfim Neto, na Câmara dos Deputados, declarou nos jornais, no próprio *Diário do Nordeste*, que os dois estão querendo tomar a Amazônia: um, pagando e o outro, de graça.

Assim, nós, brasileiros, devemos ter consciência de que temos de defender a Amazônia, como Henrique Dias, Felipe Camarão e Vidal de Negreiros o fizeram, lá nos Guararapes. Esta terra é sagrada, esta terra é nossa. A História da Civilização nos mostra que o poderio dos povos é transitório. Recordemos a grande Roma, Cartago, a Inglaterra, a Rússia, o Japão, e, hoje, a grande nação do mundo, os EUA, que já esgotou, do seu meio ambiente, recursos e áreas para desenvolver. Quem possui esses recursos para ser um grande país? Só o Brasil. Basta que nós, brasileiros, o queiramos, que tenhamos bons governantes, para tornar o Brasil o grande País prometido para o futuro. Deus nos deu tudo, especialmente uma grande população, uma mistura de raças que tem vastíssimos atributos de inteligência, de capacidade e de vontade.

Desta forma, e por tudo isto que me foi dado tratar nesta entrevista, com vistas a esclarecer e animar os nossos concidadãos, vejo, neste Projeto de História Oral do Exército, um grande feito, uma grande realização. Os ensinamentos que podemos colher do tema Revolução são muitos. Vou tentar resumi-los em três: primeiro, ela eclodiu para salvar o País do comunismo e livrá-lo da corrupção, que já se tornava generalizada; segundo, não foi uma Revolução meticulosamente preparada, veio da angústia do povo, daquela vontade irrefreada de mudar, de não aceitar aquela situação que desgraçava o nosso País; terceiro, as falhas e desacertos, principalmente ao final dos governos revolucionários, ao devolvermos o Poder antes do tempo, antes que tivéssemos consolidado um projeto ao longo do seu exercício.

General-de-Brigada Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: oficial de Estado-Maior da 10ª Região Militar, Fortaleza–CE; Comandante do 10º Grupo de Obuses 105mm, Fortaleza; oficial de Estado-Maior da 4ª Divisão de Cavalaria (atual MS), do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, e da 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército; Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Recife–PE; e Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria–RS.
- No exterior: Chefe da 1ª e 5ª Seção da Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS) e da Brigada Latino-Americana, em São Domingos, República Dominicana; e adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Colômbia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, chefiava a 1ª Seção da 26ª Circunscrição de Recrutamento, em Teresina-PI.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

A Revolução de 31 de Março de 1964 encontrou-me na chefia da 1ª Seção da 26ª Circunscrição de Recrutamento, hoje CSM, em Teresina-PI. Mas devo voltar um pouco mais no tempo, para comentar acontecimentos que nos levaram àquele ano.

Antes mesmo de 1961, o Brasil vivia um quadro de greves, de tumultos, ao arrepio de qualquer controle legal. Nossas movimentações eram realizadas via marítima e viajávamos acompanhados da família. As permanências nos portos poderiam durar dias, bastaria que a estiva ou o Sindicato dos Estivadores achasse que o imediato do navio tivesse cometido um erro, para interromper suas atividades, instantaneamente. A situação vinha-se agravando, não só no setor portuário, mas também em outras áreas de trabalho, o que provocava a sensação de intranqüilidade, indistintamente. Além desses acontecimentos, assistíamos a movimentos de rebeldia nos meios estudantil e operário, muitas vezes provocados e estimulados por ativistas ideológicos.

Depois da renúncia de Jânio, assumiu o Governo o Sr. João Goulart que passou a conduzir o País de forma atabalhoada. Os postos-chave eram controlados pelos "pelegos", pessoal que entrava e saía do palácio como se dele fosse dono. A situação se agravava, dia após dia. Nas Forças Armadas, as prontidões eram freqüentes e não se tinha sossego. Os acontecimentos que agitavam o País pioraram de meados de 1963 ao primeiro trimestre de 1964, começando a evidenciar os sinais de uma crise muito perigosa para o Brasil. Em todos esses episódios, eram patentes as afrontas às Forças Armadas, em especial, ao Exército, e a quebra da disciplina militar. No Piauí, onde me encontrava, ocorreu uma rebelião na Polícia Militar, sem grandes conseqüências.

Transferido de Teresina, fui para o Quartel-General (QG) da 10ª RM, em Fortaleza-CE, onde se manifestaram as primeiras reações pré-revolucionárias. E ressalto, dentre essas reações, a participação vibrante do lendário 10º Grupo de Obuses 105 (hoje, 10º GAC), numa referência afetiva ao meu 10º Grupo de Artilharia Transportado (10º GAT), onde fui tenente e capitão.

Destaco, também, a Arca de Noé, cujo significado pré-revolucionário pouca gente conhece. Não era a Arca de Noé bíblica, que reuniu todos os bichos da Terra, mas uma Arca de Noé que acolhia, harmonicamente, os sindicalistas, os patrões e os empregados, pessoas de diversas procedências, mas com um só pensamento: a defesa da Pátria! A ela se deve, por exemplo, a imunização dos portuários cearenses às idéias anarquistas vindas de fora. Estas, portanto, são reminiscências de um período vivido, pouco antes da eclosão do Movimento Revolucionário de 1964.

Oficial do Estado-Maior do Comando da 10ª RM, classificaram-me como Subcomandante do 10º GO 105. Nessa função, fui convocado para integrar as forças

brasileiras que seriam enviadas a São Domingos, em missão de paz. São Domingos é uma república situada na Ilha Espaniola, no Mar do Caribe, cujo território ocupa dois terços, ficando o outro terço com o Haiti. De 1930 a 1961, suportou a ditadura do Generalíssimo Rafael Leonidas Trujillo. Em 1963, foi empossado Juan Bosch que, acusado de permitir a infiltração comunista, foi deposto e substituído por um triunvirato. A agitação política que se seguiu fez surgir duas facções, uma favorável e a outra contrária ao retorno de Bosch. As lutas entre essas duas facções foram-se espalhando de uma forma tal que dominaram todo o território nacional, causando tremenda violência e muitas mortes, sobretudo na capital. A ordem política e social do país estava-se desmoronando a largos passos. Depois de algumas tentativas da Organização dos Estados Americanos (OEA), sem sucesso, foi convocada a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que, a 6 de maio de 1965, decidiu criar uma Força Interamericana de Paz (FIP), a fim de garantir o funcionamento das instituições democráticas na República de São Domingos. Para comandar a FIP, composta de contingentes do Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai, foi designado o General do Exército Brasileiro, Hugo Panasco Alvim. O contingente brasileiro se compunha do I Batalhão do Regimento-Escola de Infantaria e de uma Companhia do Corpo de Fuzileiros Navais; e recebeu a denominação de Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS), cujo comandante foi o então Coronel Carlos de Meira Mattos. Foi neste contingente que tomei parte. A ele coube, entre outras, a difícil missão de garantir a neutralização da área do Palácio Nacional, sede do governo dominicano. Pacificados os ânimos, em 1º de julho de 1966, e concluída a missão da FIP, a FAIBRAS foi extinta, em 30 de setembro de 1966.

De volta ao Brasil, no começo de outubro de 1966, nomeado Comandante do 10º GO 105, partilhei da preocupação de toda a Guarnição de Fortaleza com certos movimentos de contestação que começavam a desenvolver-se na área. Ativistas de esquerda resolveram tumultuar os meios estudantis e outros, insuflando-os à prática da desordem e à tomada de atitudes de afronta às autoridades. Lembro-me de que, no dia 7 de setembro de 1967, em frente à Igreja do Carmo, por onde transcorria o desfile militar do Dia da Pátria, um grupo de estudantes, liderados por conhecidos comunistas locais, surgiu em passeata agressiva e desrespeitosa à data, invadiu a igreja e enrolou a imagem de Nossa Senhora com um pano preto, em sinal de protesto. Era um ato grotesco que intentava provocar a reação da tropa e a criação de vítimas, a serem, em seguida, exploradas. Mas a tropa, orientada e bem comandada, não aceitou a provocação, não reagiu, e o desfile prosseguiu. Este fato mostra o início da escalada da violência ideológica que evoluiu para o terrorismo generalizado, para as guerrilhas, e no todo, para a

luta armada, provocando o endurecimento da Lei de Segurança Nacional, com a promulgação do AI-5.

O Estado democrático brasileiro jamais poderia permitir que uma minoria irresponsável ensangüentasse a sociedade, a Nação, em nome e em benefício de uma ideologia escravizante, o comuno-marxismo da "ditadura do proletariado". Tinha que agir, agir enérgica e rapidamente. E assim foi feito. Enquanto os comunistas procuravam levar a luta armada para todo o Brasil, atuando com maior intensidade no Rio de Janeiro e, sobretudo, em São Paulo, as forças de segurança não lhes davam trégua, os encontros foram muitos e sangrentos, apesar de os comunistas agirem na clandestinidade e covardemente. Neste clima, concluí o meu comando no 10º GO 105; de lá fui servir, como oficial de Estado-Maior, na 4ª Divisão de Cavalaria, em Mato Grosso. Passei dois anos e meio, numa situação muito tranqüila, pois os confrontos da época não chegaram àquela região. Depois voltei para o QG da 10ª RM.

Demorei pouco em Fortaleza, porque fui nomeado adido das Forças Armadas na Colômbia. Naquela época, por volta de 1975, a situação na Colômbia já era complicada, por causa das forças de guerrilha que infestavam seu território. Hoje, o país não tem a mínima tranqüilidade, está perdendo as suas condições de Estado nacional. A guerrilha, aliada ao narcotráfico, mantém-se ativa e a mortandade aumenta dia a dia. Tudo isto, porque o governo colombiano não tomou, na época oportuna, as medidas que foram adotadas aqui, a partir de 1968. O preço que a Colômbia está pagando, hoje, é extremamente maior do que o que teria pago se tivesse agido em tempo útil. É bom que os detratores do AI-5 se lembrem disso. Hoje, na Colômbia, se aliaram dois dos piores males que afligem a humanidade: o terrorismo ideológico de esquerda e o narcotráfico. Tudo isto se constitui num grande perigo para a nossa Amazônia, ameaçada de internacionalização por potências estrangeiras, pois a Colômbia faz fronteira com o nosso País, exatamente no território amazônico.

Pois bem, o Brasil estaria numa situação muitas vezes pior do que a Colômbia, se não tivesse tomado, a tempo, as providências que tomou. Se não tivesse, à frente do Governo, um homem da estatura do Presidente Médici, que jamais se furtou a tomar decisões difíceis, por mais extremadas que parecessem, desde que em nítido benefício do Brasil e de seu povo. Foi o que fez, desde o início de seu Governo: decidiu combater e aniquilar a "Luta Armada" com a qual os comunistas, derrotados em 1964, resolveram, de maneira irresponsável e covarde, ensangüentar o País e afrontar os governos revolucionários. Neutralizada a "Luta Armada", a decisão do Presidente Médici livrou o Brasil da situação desastrosa em que

vive a Colômbia nos dias de hoje. Este fato não o reconhecem os seus difamadores que, possuídos daquela mesma ideologia odienta, favorecem os "direitos humanos" da esquerda e beneficiam os criminosos de ontem. Incriminaram os órgãos de informações por suas atividades, mas silenciam sobre a clandestinidade e a covardia com que se ocultavam para praticar seus crimes.

O certo é que, apesar desses entraves, o Governo Médici despertou no País uma fase de progresso nunca vista antes: o Brasil passou da 48ª para a oitava potência econômica; a inflação caiu para 12% ao ano e a dívida externa, para seis bilhões de dólares. Médici gozava de uma popularidade de que nenhum homem público desfrutou no Brasil. Assim, passou o Governo ao Presidente Geisel que encontrou o terreno preparado para iniciar a abertura política, cuja execução esteve sempre no seu pensamento. Abriu o caminho para a plena democracia, o qual teria que passar, ainda, pela reconciliação nacional, cuja garantia estaria na Lei da Anistia, promulgada no Governo do Presidente Figueiredo. Com a Lei da Anistia, o Presidente Figueiredo encerrava o ciclo dos governos militares e o período revolucionário.

A Lei da Anistia, esquecimento dos crimes cometidos por todos os envolvidos na "Luta Armada", permitiu o retorno e o convívio harmônico das diversas tendências. Mas nunca foi respeitada pelos esquerdistas. Enquanto assaltantes de trens pagadores e terroristas de ontem encastelam-se em ministérios do Governo atual, os que cumpriram com o dever são perseguidos tenazmente. Inclusive quem não participou de nenhuma ação, como o filho do Presidente Médici. Apesar de ser um excelente engenheiro, até hoje não conseguiu emprego, por trazer o nome Médici. Portanto, a Lei da Anistia, em termos de produção de efeitos – apesar da universalidade do seu espírito – só tem beneficiado os apátridas.

O facciosismo ideológico radicalizado, grandemente acirrado pelas ONGs internacionais, invade e domina os meios de comunicação social; estes, aliados a políticos de maus bofes, teimam em negar os incontáveis benefícios deixados pela Revolução de 1964, em todos os campos da vida nacional. Dessas realizações falarei mais adiante. Por enquanto, citarei, apenas, o exemplo da Amazônia que, na sua vasta extensão, antes do ciclo revolucionário, não dispunha de acesso aos seus pontos mais excêntricos. A assistência à saúde, à educação e outros benefícios se tornavam, praticamente, inviáveis, pois a maioria dos pontos a alcançar era inacessível. Durante o período revolucionário, abriram-se campos de pouso e se instalou um sistema de telefonia especial. Esses meios e outros facilitaram a presença mais eficiente em toda a área amazônica. Aqui, cabe dizer que os problemas da Amazônia não são de fácil solução, mas também não são impossíveis de serem resolvidos, e concluo esta afirmação com a célebre frase do General Rodrigo Octávio

Jordão Ramos: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la.”

É oportuno comentar alguns antecedentes da Revolução e certas circunstâncias que a envolveram durante e depois dos governos revolucionários. Iniciarei esses comentários com a Intentona Comunista de 1935. O que foi essa Intentona? Tudo começou com a intenção (daí, intentona) da Revolução Comunista Russa de 1917, de expandir o comunismo e dominar o mundo através do Komintern – criado e financiado por Stálin – para implantar os partidos comunistas em países considerados estratégicos, inclusive no Brasil. A doutrina básica do comunismo refletia a filosofia de Karl Marx, fundamentada no “materialismo histórico”, impregnada de um processo revolucionário violento, agravado ao longo do tempo pela tirania de Stálin. Em 1922, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro, cujo chefe maior foi Luís Carlos Prestes. Daí para frente, os comunistas brasileiros, orientados pela III Internacional Comunista – Komintern – e apoiados por Moscou, começaram a articular um movimento para implantar, no Brasil, o regime comunista. Este movimento se desencadeou em novembro de 1935, começando em Natal-RN, com a deposição e prisão de autoridades, com assaltos, seqüestros, estupros e todo tipo de violência. Estendeu-se para o Recife, onde houve confrontos e mortes entre as forças da ordem e bandos comunistas armados. Tornou-se mais grave no Rio de Janeiro. Na noite de 27 de novembro de 1935, foram atacados vários quartéis e mortos 28 militares, enquanto dormiam nos seus alojamentos. O mais brutal desses ataques ocorreu no 3º RI, na Praia Vermelha. Essa Intentona Comunista de 1935, por suas características de traição e de perversidade, traumatizou a alma brasileira e vacinou o nosso militar contra essa ideologia malsã. Foi, portanto, um marco deplorável na vida nacional e o antecedente preponderante da Revolução de 1964.

Outros motivos, porém, a impulsionaram. O panorama político que se vinha formando, havia mais de uma década, não era dos mais promissores. Crescia a luta por interesses e posições pessoais. Os candidatos eleitos eram, cada vez mais, despreparados para o honesto desempenho das funções públicas. A corrupção aumentava assustadoramente. A administração pública se degradava. Com isto, a inflação prosperava, a dívida externa subia e o povo pagava a conta. Este panorama foi se agravando, a partir de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e com a posse de João Goulart na Presidência da República, chegando ao ápice da irresponsabilidade no primeiro trimestre de 1964. Os comunistas, infiltrados no Governo, ocupavam-lhe os postos-chave, com a conivência do Presidente Jango. A ordem nacional se deteriorava por força dos tumultos generalizados por todo o País, sobretudo nas grandes cidades, onde eles os conduziam através de entidades

como UNE, CGT, PUA e CNTI. As greves, os comícios, as manifestações de rua, com afronta à autoridade, eram freqüentes. As "Ligas Camponesas", do comunista Chico Julião, inquietavam o interior do Nordeste com invasões de propriedades, assaltos, estupros, seqüestros, mortes e outras violências. Os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola, infestavam as capitais e o interior do País, formados por pessoas de caráter violento, com o intuito de integrarem uma polícia política, quando o comunismo dominasse, ao estilo da polícia política soviética de 1917. Enquanto isto, eram agredidas a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Este, em largos traços, era o quadro que se vinha delineando no Brasil, do final de 1963 para o começo de 1964. Para se ter uma idéia, vou contar alguns casos ocorridos em locais diferentes, dos quais fui, a um só tempo, testemunha e protagonista. O primeiro se deu em Manaus-AM, no GEF (Grupamento de Elementos de Fronteira), onde eu servia com o General Augusto César de Castro Muniz Aragão. Naquela época, o GEF só dispunha do 27º Batalhão de Caçadores (27º BC), em Manaus. Seguindo a orientação nacional, o Sindicato dos Estivadores paralisou o porto de Manaus e mandou colocar barricadas por toda a cidade, inclusive na entrada do 27º BC. O Governador era Gilberto Mestrinho, um oportunista aliado de Jango, que ficou indiferente àquele estado de coisas. O General Muniz Aragão determinou que eu fosse até ao 27º BC, somente eu e o motorista, que dirigia o carro do General. Ao chegar às proximidades do quartel, encontrei uma forte barricada feita de pedra, a impedir o acesso ao batalhão. Então, disse para o responsável: "O senhor vai tirar essas pedras, porque vou ter que ir ao 27º BC". Respondeu-me o cidadão que estava lá: "O Sr. pode passar por cima da calçada". Retruquei-lhe que calçada não era lugar de trânsito para carro: "O senhor vai tirar as pedras e eu vou passar". E assim foi feito. Ao voltar do batalhão, estava a barricada no mesmo lugar. Disse ao mesmo cidadão: "Faz favor". Ele atendeu: "Já vou tirar". Isto mostra a inconsciência com que o homem simples do povo cumpre determinações desse tipo e o respeito que mantém pelo pessoal do Exército. Em situação semelhante, estavam os pilotos da FAB, que não podiam ter acesso aos aviões. Neste caso, alguns soldados desimpediam o acesso, jogavam as pedras no rio e os pilotos decolavam com seus aviões. Diariamente se armava uma confusão em Manaus, provocada pelos "pelegos" e outros, que só prejudicava a população. Fechavam o mercado e ninguém podia fazer sua feira. Certa feita, chegou ao mercado um sargento franzino, do Rio Grande do Norte, muito disposto, e foi entrando. Disseram-lhe: "O mercado vai fechar", ao que o sargento respondeu: "Só depois que eu fizer as compras do general". Assim foi feito. Noutra ocasião, houve um comício político da oposição em uma certa ilha, nas proximidades de Manaus. O pessoal do Governo fechou a entrada, de modo que

ninguém podia sair de lá, e quem tentasse, seria surrado. Alguns fugiram a nado e foram ter com o General Muniz Aragão, que lhes disse: "Não vou interferir, porque isto é problema civil". Mas um velhinho, já cansado, falou com o General e lhe despertou mais do que respeito. Então o General chamou o Comandante da Companhia de Comando e, no carro da Subunidade, foi à ilha, entrou sozinho, convocou todo mundo que estava lá dentro e saiu com a multidão que o acompanhava. Num dado momento, o secretário de Polícia, que estava escondido para não atender aos ilhéus, disse: "General!" O general virou-se para ele e respondeu: "Não trato com canalhas". Eram coisas desse tipo que infernizavam a pacata população de Manaus, a mando dos "pelegos" de Mestrinho e de Jango. Entretanto, o respeito ao militar era notório naquela capital.

De Manaus, vim transferido para Teresina–PI, onde fui servir na 26ª CR (Circunscrição de Recrutamento, hoje, Circunscrição do Serviço Militar-CSM). Pouco tempo depois, ocorreu uma espécie de rebelião na Polícia Militar do Piauí cujas causas não ficaram muito claras, presumivelmente ligadas a vencimentos. A PM/PI concentrava-se em Teresina, no Quartel-General, na Praça Pedro II, com poucas frações distribuídas pelo interior, e sem ter muito o que fazer na Capital. Houve uma intervenção da própria Guarnição Federal de Teresina, que resolveu aquela situação, sem maiores conseqüências. O inquérito instaurado apurou, entre outras coisas, a penúria em que se encontrava a PM/PI, fato este que poderia servir à contumaz exploração ideológica da época. Em seguida, foi-lhe designado um novo comandante, na pessoa do então Major Francisco Batista Torres de Melo, que lhe deu nova estrutura organizacional e outra dinâmica de vida.

Pois bem, esses casos aqui enfocados mostram o quadro resumido do que ocorria, em larga escala, pelo País afora, com a nítida intenção de tumultuar, confundir e mudar a identidade cristã do povo brasileiro, submetendo-o ao comunismo sem Deus. Este era o clima que predominava no mês de março de 1964, com perspectivas caóticas.

No dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil, ao lado do edifício do então Ministério da Guerra e do Comando do I Exército. A turbamulta foi se formando nas proximidades da Praça da República e se concentrou em frente à Central do Brasil, protegida pela Polícia do Exército, por determinação do Comando do I Exército. As provocações prosseguiam sob a batuta das lideranças comunistas e entidades comprometidas, como UNE, CGT, CNTI e outras. Ao comício, compareceram o Presidente da República e todos os ministros, inclusive os militares. Os oradores, que não foram poucos, exigiam as "reformas na lei ou na marra", a instalação de uma Constituinte, o fechamento do Congresso Nacional e todo o

poder para os sindicatos. No dia 26, houve, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o levante dos marinheiros dirigidos pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. No dia 30, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, sargentos, cabos e soldados ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, ocasião em que se repetiram as mesmas exigências do dia 13, com o apoio e reforço do Chefe do Governo. Era a agressão frontal à ordem vigente, comandada pelo próprio Presidente da República, com desrespeito à Constituição e ao Congresso Nacional, com a intenção de desestabilizar as Forças Armadas, quebrando-lhes a disciplina e afrontando-as. Era, sobretudo, uma agressão ao povo e à Nação, cuja tranqüilidade deu lugar a uma inquietação indefinida e constrangedora.

Todavia, enquanto isto se passava, havia já um certo tempo, homens de responsabilidade, no meio civil e militar, da ativa e da reserva das Forças Armadas, articulavam um plano de ação para dar um basta à irresponsabilidade reinante. Ao mesmo tempo o povo se manifestava nas grandes capitais, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que impeliam as Forças Armadas à sua missão constitucional. O Clube Militar reunia freqüentemente seus associados para debaterem a situação do País e tirarem suas conclusões, que eram sempre no sentido de sufocar a ameaça que pesava sobre a Nação. A Imprensa repudiava a situação de desordem criada e a Igreja, condenando a doutrina comunista e o anarquismo em que estava mergulhado o País, estimulava e organizava aquelas marchas do povo. De tudo isto se vê que era o povo, como um todo, na sua integridade, na sua identidade de povo brasileiro, que procurava livrar-se da desastrada situação, criada pelo próprio Governo – a serviço do comunismo – para a implantação de uma famigerada república sindicalista no Brasil. O povo brasileiro encontrou essa saída nas suas Forças Armadas, que não lhe negaram o cumprimento do dever na hora oportuna. Por isso, a Revolução foi a expressão mais autêntica da vontade nacional, imposta aos comuno-janguistas e sem necessidade de apoio externo. Nossos homens foram revolucionários autênticos, pois não se amofinaram na hora de enfrentar a ação decisiva. Nem depois, ao assumir o ônus de consertar e dinamizar a Nação. Entre eles, os nossos líderes, que foram muitos, tanto civis como militares. Sem nenhum demérito para os civis, vou citar apenas alguns militares que conheci ao longo da minha vida castrense: Marechal Odylio Denys, generais Castello Branco, Mourão Filho, Carlos Guedes, Muniz Aragão e vários outros. Pois bem, foi com este povo brasileiro abençoado por Deus, com as Forças Armadas heróicas e autênticas, com os revolucionários conscientes, com tais líderes indomáveis que, no dia 31 de março de 1964, a Revolução deu seu primeiro grito, de cima das serras mineiras, que

ecoou em Resende, em São Paulo, em Curitiba, no Recife, em Fortaleza, em todos os recantos do Brasil. Vinte e quatro horas depois não se ouvia mais a voz incendiária de comunista em parte alguma do País. O "imbatível esquema militar" de Jango desapareceu sem deixar rastro e a paz e a tranqüilidade voltaram ao seio da Nação. A democracia estava assegurada. Restava agora arregaçar as mangas e entregar-se ao desafiante trabalho de reconstrução do Brasil.

Começa o ciclo dos governos revolucionários de que já falei. No curso desses governos militares, no entanto, os comunistas, inconformados com a derrota, resolveram, a partir de 1968, empregar o terrorismo como forma de contra-ataque, que eles chamaram de "Luta Armada". A ação decidida do Governo, munido dos necessários instrumentos de combate ao terrorismo e às guerrilhas clandestinas, precisou de pouco tempo para derrotá-los. Aqui se ressalta a importância dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), cuja atuação mostrou, aos terroristas, a pouca valia de sua clandestinidade. Essas operações, contudo, produziram mártires, aqueles que, no cumprimento do dever, em defesa da lei e da ordem, da tranqüilidade do povo e da Nação, sacrificaram a própria vida; e aqueles que, sobrevivendo, ainda hoje são perseguidos e discriminados pela ação de uma minoria de cultores do ódio, da intolerância e do "revanchismo", a serviço de ONGs internacionais. Os verdadeiros brasileiros e nossas Forças Armadas jamais esquecerão esses heróis nacionais, como o Major José Júlio Toja Martinez Filho, o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima e tantos outros barbaramente assassinados por terroristas apátridas. Esses mesmos terroristas que, hoje, beneficiados pela Lei da Anistia, oferecida pela Revolução de 1964, abusando da liberdade de comunicação e mostrando a perfídia que os caracteriza, insistem na mentira, segundo a qual a Revolução foi fruto da ingerência americana.

Ora, uma afirmação como essa vem mostrar a obstinação comunista em espalhar o erro para enganar os desavisados, encobrindo a verdade histórica. Em 1935, o desiderato vermelho era a tomada do Poder e ainda não havia guerra fria. Em 1964, o propósito era o mesmo e existia guerra fria, criada por Stálin, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, como meio de expansão do comunismo para o domínio do mundo. Portanto, se houve guerra fria em 1964, no Brasil, procedeu do lado comunista, afinal derrotado em menos de 24h. Daí, a vindita rancorosa e o "revanchismo" que alimentam contra as Forças Armadas, desde então. Além do mais, a Revolução, pelo seu próprio significado de salvação da Pátria, dos valores nacionais e da tranqüilidade do nosso povo, robusteceu a coesão e a união das Forças Armadas, o que irritou, mais ainda, os comunistas, que as queriam divididas e desestabilizadas.

Outro aspecto que sempre frustra os comunistas decorre das incontáveis realizações da Revolução, em todos os campos da vida nacional. Realizações estas que eles negam, quando podem, ou então sobre elas silenciam, por sua mesquinhez e obscuridade. As pessoas de bom caráter sabem que a energia de que o Brasil dispõe, hoje, vem de fontes construídas no período revolucionário: Boa Esperança, Sobradinho, Tucuruí, Itaipu e outras hidrelétricas. Boa parte das rodovias pavimentadas foi construída entre 1964 e 1983 e, hoje, essas estradas estão intransitáveis, por falta de conservação. O Estatuto da Terra, deixado pelo Governo Castello Branco, que seria o início de uma política agrária no País, foi abandonado e o que se vê, hoje, é a demagogia rural em torno de uma reforma agrária improfícua e a violência no campo, provocada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e outros instrumentos beneficentes das classes mais humildes foram iniciativas dos governos revolucionários. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado no Governo Médici para amparar o trabalhador rural com mais de sessenta anos é, hoje, a principal fonte de recursos que movimenta a economia das cidades do interior do País. Como já disse, foram tão numerosas as realizações do período revolucionário que não tenho condições de citá-las todas nesta simples entrevista.

Fala-se que foi muito longa a duração do período revolucionário. Eu não considero dessa forma. A Revolução teve a duração que a garantia da segurança interna permitiu. A intenção do Presidente Médici era passar o Governo a um civil, mas o terrorismo, as guerrilhas, a "Luta Armada", com todas as violências que os comunistas empreenderam, não o permitiram.

Criticam, também, os erros da Revolução. A Revolução foi implementada e conduzida por pessoas, sujeitas a erros. Só comete erros quem realiza, quem produz, quem dinamiza. Quem nada faz não comete erros, a não ser o da sua inação. A Revolução também cometeu seus erros, embora com uma grande diferença de muitos regimes que andam por aí: os erros eram corrigidos imediatamente. Por isso, os acertos da Revolução foram mais numerosos do que seus erros. A honestidade com que os governos militares enfrentaram e resolveram os grandes problemas nacionais da época, corresponde à projeção do conceito do então Presidente Castello Branco, ao definir, em um dos seus pronunciamentos, o perfil dos grandes homens públicos: "Não usaram o Poder como instrumento de prepotência. Não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca se serviram." Contudo, verifica-se, nos dias atuais, um verdadeiro complô, principalmente oriundo da atu-

al mídia, contra tudo o que diz respeito à Revolução de 1964. Dela o povo não pode tomar conhecimento, para não querê-la de volta. Por isso, estas coisas aqui comentadas, estes fatos, estas realizações, estes homens, pela sua nobreza, pelo benefício visível que trouxeram à Nação e ao povo brasileiro, vêm sendo silenciados. Imaginam, tais detratores, que a Revolução de 1964 tem que ser extirpada da História do Brasil, como se alguém pudesse suprimir, na evolução da nacionalidade, um importante elo da corrente do tempo, do encadeamento da História. Tudo indica que a vocação da mídia de hoje, em face do tratamento que tem dado aos fatos, é a negação ou desvirtuação da História, nela prevalecendo – na busca do lucro – a exploração do consumismo, do conluio, da ganância, da mentira, da irresponsabilidade, da difamação, dos escândalos diários. Com este comportamento, a mídia representa sério obstáculo à intensificação do nosso processo educacional, em todas as áreas e níveis, de que tanto necessitamos para ultrapassar o atraso – maus costumes políticos, corrupção, impunidade e desníveis sociais – em face da ameaça atual da globalização.

A preocupação com o destino do País invade as mentes dos brasileiros conscientes e muitos deles, freqüentemente, me têm perguntado por que as Forças Armadas não tomam conta do Governo, como em 1964. Respondo que a missão das Forças Armadas se limita ao emprego do poder bélico, do poder armado para defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. A intervenção das Forças Armadas na vida político-administrativa só deve ocorrer quando a Nação e o seu povo estiverem sob extrema ameaça, circunstância que as impele ao cumprimento de sua missão constitucional, à semelhança do que ocorreu em 1964.

Na realidade, a solução dos problemas, no momento atual, não depende somente das Forças Armadas: urge a necessidade de formar-se uma consciência nacional, através de um processo de educação que, partindo da família, passando pela escola, seja acessível a todos os brasileiros, sem distinção de classe, cor ou credo; que, no bojo dessa educação, ressaltem-se o civismo, a verdade histórica e o culto aos valores nacionais. A solução dos problemas é muito mais de cunho político-administrativo: depende da vontade política, não de um único setor, mas da interação de todos os setores, de todos os ministérios, com a aplicação planejada, consciente e honesta dos recursos disponíveis. Um exemplo oposto a tudo isto tem sido a execução do Projeto Calha Norte que, destinado à integração da Amazônia, só vem recebendo atenção dos ministérios militares, ficando os demais ministérios envolvidos, indiferentes, até hoje.

A vontade política, imbuída de uma responsabilidade verdadeiramente nossa, inclui a harmonia de todos os brasileiros para o fortalecimento da unidade nacio-

nal, com atenção especial para a Amazônia, em face da cobiça e das ameaças internacionais sobre ela. Em torno da unidade nacional todos os meios devem ser mobilizados: recursos humanos, materiais e técnico-científicos, sobretudo a mídia que, convertida com convicção a um autêntico patriotismo, será a grande escola de formação da opinião pública nacional.

Quanto às Forças Armadas, elas têm que estar continuamente preparadas para o cumprimento de sua missão. O País pode passar cem anos sem ter uma guerra, mas suas Forças Armadas não podem passar um minuto sem que estejam preparadas para ela. Esta preparação implica atualização de meios e de doutrina. Um país que se preza não pode amesquinhar suas Forças Armadas. Se o fizer, corre o risco de se surpreender.

Finalmente, quero congratular-me com esta iniciativa do Projeto de História Oral que, entendo, será de grande importância para a divulgação do Exército, através das entrevistas.

Por último, quero dirigir-me a todos os jovens do meu Brasil, de hoje e de amanhã. Quero dizer-lhes que a Revolução de 31 de Março de 1964 foi a salvação deste País. Na verdade, em 1964 estava prevista a deflagração do golpe comunista para 1º de maio, Dia do Trabalho. Em seguida, o domínio do Poder pelas lideranças de Moscou, as execuções das lideranças brasileiras não comunistas, incluindo o próprio Jango e a implantação da propalada "república popular sindicalista" ou "ditadura do proletariado". Com isto, o Brasil, sob o domínio da União Soviética e, com ele, certamente toda a América Latina, integraria imenso potencial físico e humano a flanquear, pelo sul, os EUA. Pois bem, a Revolução evitou isto e preservou a democracia e a tranqüilidade do povo brasileiro. Daí, o ódio que os comunistas alimentam contra a Revolução e contra as Forças Armadas. Chamam-na de "ditadura", de "golpe", de "anos de chumbo", de tudo o que eles, de fato, iam implantar no Brasil, se tivessem vencido. Como dominaram os meios de ensino, sobretudo as universidades e os meios de comunicação de massa, divulgam o que lhes vem à mente e não permitem o direito de defesa. Portanto, meus caros jovens, sugiro-lhes que busquem a verdade dos fatos para que vocês não sejam enganados e formem um julgamento errado sobre fatos sérios da nossa História. O Brasil é a nossa Pátria, a terra onde nascemos, que nos oferece os meios de viver, que nos oferece as suas riquezas, o local da nossa casa; o Brasil é o nosso lar. Se nós não defendermos a nossa Pátria e sua História verdadeira, quem irá defendê-las? Por isso, a mocidade brasileira não se pode deixar iludir por invencionices de irresponsáveis. A mocidade brasileira, na sua sede de conhecimentos, tem que despertar para pesquisas, para averiguações que a conduzam até onde está a verdade histórica.

Coronel José Antônio Bayma Kerth

- Natural da Cidade de São Luís do Maranhão–MA.
- Principais atividades militares: Instrutor do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); oficial de Estado-Maior da 10ª Região Militar; Comandante-Geral da Polícia Militar do Ceará.
- Atividades civis: Diretor de Esportes da Federação Cearense de Futebol; assessor especial do Governador do Estado do Ceará, Virgílio Távora; Secretário do Interior e Justiça do Estado do Ceará.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o curso da Escola de Educação Física do Exército e da Escola Superior de Guerra (ESG). Curso civil: Administração Geral e de Finanças, na Fundação Getúlio Vargas.
- Na eclosão da Revolução servia no 2º Regimento de Obuses (2º RO 105), Itu-SP, quando deslocou-se, junto à sua Unidade, na direção do Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 30 de maio de 2000.

Inicialmente, entendo que o primeiro antecedente da Revolução de 31 de Março de 1964 foi a Intentona Comunista de 1935. Por outro lado, vacinou as Forças Armadas contra o comunismo porque, pela nossa formação, não aceitamos a deslealdade e a traição. E o marco dessa agressão marxista foi assassinar companheiros, enquanto dormiam. Por isso, definitivamente, colocou a população brasileira, cristã, e maiormente católica, contra a infiltração do comunismo ateu. Em seguida, temos que considerar outros fatos importantes: A Segunda Guerra Mundial apresentou dois aspectos, de certa maneira, antagônicos. Com a vitória dos aliados, o Brasil, que combatera ao lado dessas potências – Estados Unidos, Inglaterra, França – e, ao mesmo tempo, ao lado da Rússia, acentuou ainda mais o sentimento de democracia. Contudo, a Rússia já era um país comunista, portanto, totalitário. Mas, trouxemos esse ideal democrático que ajudou, inclusive, na deposição de Getúlio Vargas. Por outro lado, um acordo entre os vitoriosos, formalizado ao final da guerra (a Rússia também foi vencedora), permitiu o expansionismo soviético que dominou grande parte da Europa e causou até a divisão da Alemanha em Ocidental e Oriental. Isso proporcionou um incremento muito grande ao comunismo mundial, uma doutrina expansionista, tanto que a China, em seguida, também se tornou comunista. Aí começou a desenvolver-se a guerra fria: se, do lado de cá, surgiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o outro lado respondeu com o Pacto de Varsóvia. Evidentemente, isso acarretava reflexos no resto do mundo, inclusive no Brasil.

Como aspirante-a-oficial, em Fortaleza, no 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC), alvorecer de 1952, já me deparei com a eleição do Clube Militar, na qual existiam uma “chapa amarela” e uma “chapa azul”, conseqüência dessa guerra ideológica que chegara ao Brasil. A “chapa azul”, identificada com os ideais democráticos, venceu. Depois, houve uma série de episódios significativos, dos quais não tomei parte, como em 1954, por exemplo, ano do Manifesto dos Coronéis, pois estava na Companhia de Manutenção, em Recife, num lugarzinho meio isolado, de onde a gente acompanhava os acontecimentos, mas não participava ativamente deles, não vivia os problemas.

Em 1955, houve o incidente que envolveu o General Lott e o Almirante Penna Boto. Estava na Escola de Educação Física, casualmente, quando se deu o caso. Cheguei à praia e tomei até um susto, pois ouvi os disparos e confirmei, depois, tratar-se de tiros de canhão que um dos fortes da Artilharia de Costa disparara contra o navio *Tamandaré*, que estava zarpando para São Paulo. Ouvi falar, na ocasião, que o navio não fora atingido, pois a idéia deliberada era não atingi-lo mesmo. Apenas passei por cima desses fatos, porque não os vivi realmente.

Era instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde a gente fica um pouco isolado, quando houve a renúncia de Jânio Quadros. Então, assumiu o Governo o Sr. João Goulart. Adveio o problema do parlamentarismo; depois, o plebiscito e a volta ao presidencialismo. Em 1963, fui para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), justamente naquele ano que antecedeu a Revolução de 1964. O Governo João Goulart cometia uma série de desmandos, apoiando-se no *slogan* "Reformas, já!" e intimidava a sociedade, com greves, paralisações, uma coisa terrível, o que de, certa maneira, foi influenciando e aborrecendo o povo brasileiro. Quero lembrar que houve uma participação muito importante do Clube Militar do Rio de Janeiro, ponto de reunião de debates e de discursos dos militares da ativa e da reserva do Exército e da Aeronáutica. Não me lembro de ninguém da Marinha, mas deveria ter, também. Compareciam, com assiduidade, alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e de Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Instituto Militar de Engenharia (IME). Ia, quase sempre, da EsAO, com dois companheiros da turma de 1952 – Carneiro Leão e Penteado – porque passara quatro anos como instrutor da AMAN e fiz a EsAO com a turma seguinte à minha. Não discursava, mas estava sempre ativo, participando. Essas reuniões no Clube Militar eram muito importantes porque tinham uma certa repercussão e ajudavam a unir os militares em defesa de um ideal: evitar que o Brasil se comunizasse. Naquela ocasião, os quartéis já estavam em efervescência, o pessoal da ativa já discutia, conspirava, como gostavam de dizer.

Em 1964, fui servir na cidade de Itu, no 2º RO 105. Naquele ano, ocorreu, penso, o erro decisivo do Governo João Goulart, a tentativa de subversão da hierarquia. Houve o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março. Dias depois, a rebelião dos marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo e, no dia 30, o almoço-comício do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Aquilo atiçou com os brios do Exército. Surge um paradoxo interessante: parte da mídia, que acredito estivesse a favor do Governo Goulart, dava tal dimensão a esses comícios, à subversão da ordem, que as notícias começaram a exaltar os meios militares e a sociedade. Como reação da sociedade, organizaram-se as famosas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, um movimento organizado pelas mulheres, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras capitais, o que também ajudou a incitar as lideranças civis e militares. Até que, no dia 31 de março de 1964, partem de Minas Gerais o General Guedes e o General Mourão, com suas tropas, em direção ao Rio de Janeiro. A Revolução foi desencadeada dessa maneira. Estava em Itu, como já disse. Ao tomar conhecimento dos fatos, toda a oficialidade dirigiu-se ao Comandante, Coronel Benedito Maia Pinto de Almeida, meu instrutor-chefe na AMAN, General-de-

Exército, posteriormente. Então, nos falou: Olhem, vou entender-me com o Kruel, Comandante do II Exército; sou pessoa da confiança dele; vou dizer que vocês todos estão em pé de guerra. A Unidade entrou em ordem de marcha. Autorizado, podia partir. Contudo, o General Kruel determinou que o 2º RO 105 aguardasse, porque estava tentando falar com João Goulart, para ver se o demovia de suas posições anteriores, evitando, assim, o confronto. Não se sabia, no Regimento, que ele era revolucionário; inclusive, fora um dos que assinaram o Manifesto dos Coronéis, de 1954. Embora tivesse um relacionamento de amizade ou parentesco com o Presidente, era identificado com o Movimento de 1964. À noite, então, o General Kruel informou que não tinha conseguido êxito com João Goulart e nos liberou.

E se iniciou o deslocamento para o Rio de Janeiro, porque tínhamos informações que o General Médici, Comandante da AMAN, estava conosco. Havia dúvidas com relação ao Rio de Janeiro. Constituímos um Grupo de Campanha reforçado; Capitão, fui designado S/3 e o Lotus Silva de Paula, da minha turma, S/4. Saímos de madrugada, num jipe, antes da partida da Unidade. A linha de possível encontro que tinha em mente, ao partir, era a região de Alpargatas-SP. Paramos nos postos e requisitamos combustível; logicamente, dentro da possibilidade de algum confronto. Era mais efeito de entusiasmo, porque sair um jipe na frente de um comboio, sem saber o que vai encontrar adiante, realmente é coisa de gente jovem, que estava pensando em tomar parte ativa no Movimento. Quando atingimos a Alpargatas, nada. Chegamos bem antes do Regimento e, aí, esperamos. O 2º RO chegou à tarde, mais ou menos às 16h, sob o comando do Coronel Benedito. Concluímos que o pessoal do Rio de Janeiro, ou não tinha largado ou tinha sido barrado, porque, pelos nossos cálculos, era evidente que tinha que estar por ali, naquela ocasião. Como os nossos presumíveis adversários não se manifestaram, a impressão que se tinha era de que a guerra estava ganha, pois não havia nenhuma notícia de qualquer ação mais forte, vinda pelo rádio. Por isso, o 2º RO prosseguiu para Resende. O General Médici estava no comando. Lá, soubemos que ele tinha colocado a tropa de cadetes em condições de enfrentar a ameaça que pudesse vir do Rio de Janeiro.

Em Resende, aconteceu outro fato interessante, do qual participei, uma dessas coincidências: soube que tinha havido uma reunião, no saguão, área que antecede o Gabinete do Comando, e fui para lá. Era o General Âncora, Comandante do I Exército, conversando, dialogando com o General Médici. Pelo que soube, ele viera dizer que o I Exército tinha aderido à Revolução, o problema estava resolvido. Ficamos mais uns dias em Resende e, depois, regressamos para São Paulo, onde passamos uns dias acantonados no Ibirapuera e retornamos para Itu. Agora,

uma demonstração de que o povo, naquela ocasião, estava com a Revolução: fomos recebidos, em Itu, com festas, a cidade praticamente nas ruas, a nos aplaudir.

No dia 15 de abril de 1964, o General Castello Branco assume a Presidência da República. A meu ver, por ser um militar muito competente, mas extremamente legalista, talvez não fosse o mais indicado para ser o primeiro presidente revolucionário. O General Castello Branco, por seu temperamento, e fiel à legalidade, procurou dar à Revolução o aspecto mais democrático possível, limitando-se a corrigir os fatos mais graves, preocupado em fazer tudo de um modo pacífico, conciliando com o Judiciário, com o Congresso, a fim de proporcionar ao Brasil um estado de normalidade. É indiscutível que Castello Branco foi um grande Presidente, um estadista, um cidadão sério, que deu dignidade ao cargo. Realmente, uma pessoa que inspirava confiança sob todos os aspectos. Entre as suas iniciativas, destacam-se a reforma administrativa e a reforma financeira, que o tornaram um Presidente, até hoje, muito respeitado pela Nação inteira.

Depois, o General Costa e Silva teve uma passagem muito rápida, porque foi vítima de doença e morreu. Seu sucessor, o General Médici, viu-se diante de sérias dificuldades, entre os quais os reflexos da revolução cultural que nasceu na França. Foi quando os comunistas, fanatizados, se organizaram e atuaram na guerrilha, em seqüestros e outras ações violentas, inspiradas do exterior. O General Médici enfrentou com sucesso esses golpes terroristas em seu Governo. Vou citar, ligeiramente, três dessas ações: a deserção do Lamarca do 4º RI – Quitaúna-SP – com roubo de armamento; o seqüestro do Embaixador americano Charles Burke Ellbrick; e a explosão de um carro-bomba no QG do II Exército, que matou o jovem soldado Mário Közel Filho, de serviço como sentinela.

A coisa era tão "braba" que, em certa ocasião, eu e o Gerson Mendonça de Freitas, um colega de turma de 1952, fomos designados para, em São Paulo, reforçar o Estado-Maior do II Exército. Fiquei adido ao QG do II Exército e o Gerson, à Segunda Divisão. Foram presas duas pessoas, presumivelmente os comunistas responsáveis pelo atentado à bomba ao QG do II Exército, aquele que vitimou o soldado Mário Kösel Filho, hoje nome de rua, Rua Sargento Kösel Filho. Pois bem, eram uma mulher de codinome Dora e um outro terrorista, de codinome GG, um ex-sargento da polícia gaúcha. Desci ao saguão do Quartel-General, encontrei os dois e comecei a conversar com eles. Ela, mulher magra, sofrida, mulher revoltada, para quem a revolução comunista era um caminho. Muitas vezes os comunistas se fazem passar por idealistas, mas essa mulher demonstrava muita frustração; senti que estava magoada com qualquer coisa. Comecei a conversar com ela e confirmei que o comunista é convicto mesmo; ao dialogar com a gente,

já tenta nos conquistar para a sua ideologia. Assim, Dora começou a falar sobre a desigualdade humana. Então, interferi: – Como é que você defende uma tese dessas, uma idéia até bonita, uma coisa utópica mas, de qualquer maneira, bonita, e você pega uma bomba, enche de bomba uma caminhonete que explode e mata um jovem de 18 anos no portão de um quartel do Exército? Você não viu que era um menino que estava lá? Vocês não sabiam que os sentinelas são assim, em todos os quartéis?. Ela retrucou: – Ah! Mas foi pelo Partido, e pelo Partido faço qualquer coisa! Naquele momento identifiquei a verdadeira filosofia do comunismo internacional: não ter qualquer pudor para alcançar os seus objetivos.

O General Médici, ao mesmo tempo em que enfrentava a guerrilha e o terrorismo, dava um impulso muito grande ao País; foi a época do milagre brasileiro. O Brasil passou a ser a oitava economia do mundo, com um Presidente prestigiado, por quem o povo vibrava. Era homem alegre, simpático, ia ao Maracanã e era aplaudido. Era um militar realmente carismático e fez um governo sério: seu filho foi seu único secretário particular. Aliás, todos os governos revolucionários, nesse aspecto, foram muito dignos.

Seguiu-se-lhe o General Geisel. De temperamento diferente – sério, autoritário e determinado – decidiu fazer a abertura política. Tomou a decisão e, logicamente, procurou governar com esse propósito. Muito obstinado, adotou posições firmes com relação à interferência americana na formação militar do nosso pessoal. O General Geisel, entretanto, dentro desse intento de promover a abertura política, a meu ver cometeu um excesso. Quando morreu o jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato, demitiu o Comandante do II Exército, o General D'Ávila Melo, sob todos os aspectos um oficial digno, febiano, um militar de muito valor. Eu o conheci pessoalmente, pois comandou a Infantaria Divisionária à qual o meu Regimento estava subordinado. Do mesmo modo, a demissão do Ministro Frota foi, segundo penso, outro erro cometido durante a Revolução.

Depois da Revolução consumada, no meu ponto de vista cometeu-se um engano, ao prestigiar os oficiais considerados mais prudentes, mais moderados, em detrimento dos revolucionários autênticos. Vou citar dois exemplos recaídos sobre oficiais cearenses: na Brigada Pára-quedista, o Comandante de um Grupo de Artilharia, o Coronel Boaventura, oficial muito competente – foi até secretário na ONU –, militar de grande valor intelectual e revolucionário atuante; no Regimento Santos Dumont, o Coronel José Aragão Cavalcante, também de grande valor profissional, revolucionário autêntico, desde os idos de 1954. Pois bem, esses oficiais, que teriam, mais tarde, papel destacado na Revolução, ainda antes do 31 de março, haviam recebido ordem para seqüestrar o Sr. Carlos Lacerda, Governa-

dor do Rio de Janeiro. Ambos se recusaram a cumpri-la. Se o Lacerda tivesse sido seqüestrado, será que a Revolução ganharia a força que ganhou? Lacerda foi o maior líder civil da Revolução, o único que tinha um discurso, uma capacidade oratória muito convincente. Por sua brilhante inteligência, foi um político terrível, um aliado poderosíssimo da Revolução. Aqueles dois oficiais com participação decisiva na Revolução, logo em seguida, foram promovidos ao posto de Coronel, por merecimento. Quando entraram no quadro de acesso para General, entretanto, começaram a ser ultrapassados, sem qualquer justificativa mais plausível.

No fundo, a gente avaliava e pressentia, com preocupação, que, a partir desses episódios, a Revolução começava a perder substância. Isso, mais tarde, se repetiu no episódio do General Frota, quando da escolha do General Figueiredo e, mais à frente ainda, quando o General Figueiredo iniciou o processo de transferência do Poder para os civis. Nesse particular, tenho a convicção de que, assim como eu, a maioria do Exército era favorável à entrega do governo aos civis. Todavia, hoje, com o passar do tempo, vejo que a anistia poderia ter sido deixada para que os civis a concedessem, porque, ao fazê-lo, com isso, facilitamos, apressamos o retorno dos subversivos do estrangeiro; os comunistas ganharam tempo, pois esquecemos que estávamos lidando com gente sem escrúpulos, para quem o acordo de nada valia. Se são elementos que matam alguém dormindo, na calada da noite, como podemos acreditar que, adiante, cumprirão os acordos? Tenho a impressão de que um Presidente civil, numa hora dessas, talvez tivesse sido menos generoso e mais cuidadoso em fazer a anistia. Acredito que o Exército, não só durante os quatro governos revolucionários, mas também, depois, devia ter-se preocupado mais em mostrar o que tinha realizado e por que estava combatendo. Deixamos correr muito à vontade a "batalha da comunicação" e, com isso, hoje em dia, estamos sofrendo as conseqüências. Foi dessa maneira que vi e analiso esse período da Revolução de Março de 1964.

Quanto ao panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964, na minha visão, à época, como Capitão, julgava-o conturbado. Houve a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de parlamentarismo, com Tancredo Neves Primeiro-Ministro e, logo em seguida, o plebiscito. Se a situação do Brasil já era muito confusa, complicou-se mais ainda, por causa da intenção de Jango de utilizar os sindicatos, sujeitando-se a uma influência muito grande dos pelegos comunistas. Então, na minha ótica, a situação política do Brasil era muito problemática; não tinha uma resultante que se pudesse identificar com precisão.

Fala-se que a absurda inflação herdada de Juscelino e a frustração das esperanças e das expectativas da sociedade, causada pela renúncia de Jânio, tive-

ram reflexos na degradação do Governo Jango. Não vejo dessa maneira. Entendo que o Governo de João Goulart não tinha um rumo definido, tomou ares de populista, sem saber como proceder. Getúlio Vargas era populista, mas agradava a todos, e Jango desagradou a todo mundo, chocando a sociedade, permitindo a eclosão de inúmeras greves, estimulando a subversão da ordem, uma coisa terrível. João Goulart não tinha aptidão para ser Presidente da República, muito menos naquelas circunstâncias. Nem a Igreja apoiava o governo deposto em 1964. Não digo que ela fosse favorável à Revolução, mas não o era ao Governo de João Goulart. A Igreja sentiu, naquela ocasião, a influência comunista no Governo, embora não estivesse ainda infiltrada pela esquerda, como chegou a ficar, posteriormente.

Com relação às articulações preparatórias, sabemos que os militares da ativa, naquela ocasião, participavam dos debates no Clube Militar. Havia, realmente, essa identificação. A vantagem do Clube Militar era de ser o local onde todos, inclusive membros das outras Forças, se reuniam para discutir. Ao mesmo tempo em que discursavam, conversavam uns com os outros e a integração era maior. Essas articulações se desenvolviam em função de acontecimentos que feriam, realmente, a consciência nacional, de militares e civis, e foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 1964. Tais acontecimentos compreendiam as paralisações, as greves, os comícios, a subversão escancarada da ordem e, nas Forças Armadas, a subversão da hierarquia e da disciplina. Por isso é que a Revolução nasceu com uma participação muito ativa dos civis. As Forças Armadas contavam com um apoio amplo da opinião pública.

Diante de tudo isso, as Forças Armadas, particularmente o Exército, nada mais fizeram do que atender ao apelo do povo brasileiro, que configurava a vontade nacional, no sentido de dar um basta ao estado de anarquia reinante no País. Daí, a eclosão do Movimento de 1964. Tanto isso é verdade que a Revolução ocorreu sem ser disparado um tiro. O único problema foi saber se o I Exército se incorporava aos revolucionários e se o III Exército aderia. No meio civil não houve qualquer reação. Pelo contrário, houve grande euforia. Já comentei que o 2º RO 105 foi recebido, em Itu, com palmas; a população foi às ruas para a entrada do Regimento. Em todo o País, o povo participou mais ou menos assim. Estamos lembrados de que houve até a Campanha do Ouro Pelo Bem do Brasil. A população estava vibrando, estava acreditando num processo novo, de renovação do País, de novas idéias.

Já no Congresso Nacional, os políticos estavam apreensivos e em dúvida. Não apoiavam o Governo de João Goulart. Não sei se, ao contrário, estariam apoiando a Revolução. Quanto à Justiça, não se sabia exatamente como se posicionava. No que diz respeito à Imprensa, por seu comportamento, estimulou a Revolução, porque

criticava com muita ênfase a realização dos comícios, o avanço do comunismo sobre as Forças Armadas, sobre a Nação. Evidentemente, esse estardalhaço concorreu para que o povo, as mulheres brasileiras e os militares, em geral, concordassem que estava na hora de reagir. Aí, surgiram alguns nomes importantes: no meio civil, no Rio de Janeiro, o Governador Carlos Lacerda; em Minas Gerais, o Governador Magalhães Pinto; militares da reserva, sobretudo, os do Exército, o Marechal Denys e o General Cordeiro de Faria; e, da ativa, porque tomaram a decisão de iniciar a Revolução, embora houvesse outra grande quantidade de oficiais igualmente dispostos, o General Guedes e o General Mourão, em Minas Gerais.

Quanto à característica da Revolução de 1964, entendo que foi uma iniciativa interna. Sem interferência externa, sobretudo dos EUA. A meu ver, os EUA apoiavam a Revolução do mesmo modo que União Soviética, Cuba e China apoiavam o outro lado. Interferência externa não houve. Portanto, a Revolução foi mesmo uma reação interna contra o comunismo. Como disse antes, desde 1935.

Agora, se se quer enquadrar a Revolução de 1964 no contexto da guerra fria, tem-se que considerar os dois lados. A guerra fria não foi uma guerra unilateral, pois nasceu de um conflito ideológico. A guerra fria propiciava uma disputa no terreno da guerra psicológica – através de propaganda, veiculação de notícias, de idéias. Eram dois grupos, dois sistemas antagônicos. E como esses dois grupos – capitalismo e comunismo – não podiam coexistir, por ser quase impossível conciliar a filosofia capitalista com a filosofia comunista, pois os sistemas são totalmente incompatíveis, então só havia um jeito: um engolir o outro, para expandir-se. O comunismo iniciou a expansão. Tentou a África, mas não conseguiu, porque o regime tribal não o favorecia. Na Ásia, conquistou a China, mas houve problema no Vietnã e na Coréia. Na Índia, nada conseguiu, porque o povo indiano é muito religioso. Tentou vir para a América Latina onde, na América Central, conseguiu dominar Cuba e disseminou-se nos demais países. Na América do Sul obteve alguns sucessos, infiltrando-se no continente, por causa do estágio cultural de seus povos. Nos Estados Unidos, o macarthismo reagiu de imediato. O Senador Joseph Raymond MacCarthy foi considerado um radical, mas naquela ocasião fez o que era certo. Se se analisar bem, ao tomar aquela posição radical em prejuízo de alguns artistas – como Charles Chaplin, que foi mandado embora – ele estancou a ameaça comunista nos EUA. Tanto que lá não tiveram a menor chance. O conflito ideológico foi total e global, menos nos Estados Unidos.

A guerra fria, como já disse, nasceu dos dois lados. E trouxe também a corrida armamentista e a corrida espacial. Vê-se que a "guerra nas estrelas" foi uma conseqüência da guerra fria. O desenvolvimento das armas nucleares, a con-

quista da Lua, tudo isso foi conseqüência da guerra fria. O russo colocou o homem em órbita, através do *Sputnik;* os Estados Unidos puseram o homem na Lua. Depois, vieram os foguetes intercontinentais e interplanetários, culminando com a ameaça da guerra espacial, cuja conseqüência foi a vitória dos Estados Unidos, porque eram mais ricos, mais poderosos, mais organizados. O outro lado não teve condições de acompanhar a evolução do processo. Por isso a guerra fria se exauriu, sem o emprego de arma nuclear, restringindo-se, apenas, a guerras secundárias, sem chegar ao desenlace definitivo de destruição.

Aqui no Brasil, o conflito ideológico compreendeu aspectos subterrâneos, clandestinos, mascarados, mas revelou as intenções de tomada do Poder e os métodos traiçoeiros, desde a Intentona Comunista de 1935, o que acentuou o repúdio do povo brasileiro, em especial de suas Forças Armadas, sobretudo do Exército, a qualquer tipo de atividade comunista. Por isso, na verdade, não existia um esquema militar do Governo Jango com base na tropa, já que a tropa toda era contra o Governo. O suporte estava nas pessoas, nos maus assessores, falsos oficiais do Estado-Maior, vamos chamar assim, que não informavam ao chefe a realidade. Para mim, o que ocorreu foi isso.

Não se pode negar os incontáveis benefícios trazidos pela Revolução de 1964. Quando os esquerdistas, hoje, criticam o nosso Movimento revolucionário, não citam nada com relação ao período: é como se não tivesse existido. Mas, nesse tempo, o Brasil elevou-se à condição de oitava economia do mundo. O País se desenvolveu nas áreas de comunicações, energia hidrelétrica, energia nuclear e implantou o Pró-álcool; no campo social, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Banco Nacional da Habitação (BNH); no campo financeiro, criou o Banco Central, fez o saneamento das finanças do País e implantou a reforma administrativa. Portanto, a Revolução restabeleceu a dignidade do cargo de Presidente da República e o Brasil, realmente, deu um salto de progresso magnífico. É bem extensa a relação de realizações importantes deixadas pela Revolução. O Projeto Rondon, por exemplo, criado com o intuito de integrar estudantes universitários de diversas regiões do Brasil, fez com que o pessoal do Sul vivesse as experiências do Norte e de outras regiões. Hoje, mudaram-lhe o nome para Comunidade Solidária. Trabalhamos no Projeto Rondon, fazendo planejamentos, levando estudantes do Sul do País para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste e vice-versa; fazendo com que cada um conhecesse outras realizações em diversos pontos do País, como a Transamazônica. Não se pode esquecer, também, a excelente rede de rodovias pavimentadas, embora devêssemos ter feito um esforço maior com relação ao transporte ferroviário. Outro dia, ouvi um senador do Espírito Santo criticando a Revolução.

No meio da conversa ele disse que a grande obra que existe no seu Estado é o Porto de Tubarão. Quando foi idealizado? Sem dúvida, foi na época da Revolução de 1964.

Entretanto, ao lado das críticas destrutivas e infundadas dos adversários, temos que reconhecer que cometemos nossos erros, nossos enganos. Já comentei que, a meu ver, a primeira falha foi estratégica: ter colocado o General Castello Branco como primeiro presidente revolucionário. Não pela falta de qualidade, mas pelo excesso de virtudes. O legalismo de Castello Branco impediu que a Revolução chegasse a atuar de maneira mais enérgica. Em segundo lugar, veio o problema, digamos, de privilegiar os moderados, em detrimento dos autênticos. E, finalmente, no campo econômico, a que já me referi, de construir poucas estradas de ferro e, aqui no Nordeste, o de ter deixado para depois a transposição das águas do Rio São Francisco.

A principal falha da Revolução, entretanto, foi no campo da comunicação social. Tínhamos que ter propalado, naquela ocasião – e continuar a fazê-lo, até hoje –, o que a Revolução fez de bom para o País e mostrar também com quem se estava lidando; relatar o que se passava, quem eram os comunistas. Deveríamos fazer contra eles a mesma campanha que fazem contra nós, até hoje. Divulgar nossas realizações, com maior ênfase, de maneira a demonstrar, para o povo, a importância e o grande valor da Revolução, por ter evitado que o Brasil se tornasse um país dominado pela ditadura comunista. Se não fizemos a devida divulgação das realizações da Revolução de 1964, não seria o adversário que iria fazê-lo.

A mídia abriga pessoas que só pensam em aumentar a audiência, promovendo escândalos. Atacavam e atacam a Revolução, chamando-a de "ditadura militar". Reclamavam da falta de liberdade de imprensa. Propositalmente, essas pessoas se esquecem de dizer que o regime com o qual simpatizam e que admitem implantar no Brasil seria muito mais fechado, ditatorial e com menos liberdade de imprensa do que o que criticam. Até a Igreja já estava infiltrada naquela ocasião. Na missa, havia gente que fazia propaganda comunista: um teatrinho de colonos brigando com proprietários, por exemplo. E no regime deles em outros países, que liberdade permitiam? Quantos jornais havia na União Soviética? Eu não me lembro de nenhum, a não ser do *Pravda*. Quantos jornais havia na China Comunista? Um jovem, porque se posicionou contra o regime, foi eliminado na Praça da Paz Celestial. As aleivosias da mídia são muito mais fruto de uma cegueira obstinada, do que de falta de conhecimento da verdade. Somente porque não querem aceitar a realidade existente nos países comunistas. Quantas pessoas morreram na Rússia de Stálin? Quantos presidentes houve em Cuba, nestes últimos quarenta anos?

Ao chamar a Revolução de "ditadura", portanto, querem passar a idéia de que o Movimento revolucionário foi um meio para que militares tomassem o Po-

der por diletantismo e nele permanecessem por vinte anos. Entretanto a História, mais cedo ou mais tarde, mostrará a verdade. Já se vê o caso, por exemplo, do Gabeira, o que seqüestrou o Embaixador americano Charles Burke Ellbrick. O Gabeira, numa entrevista a que assisti, na TV, a respeito do seu livro *O que é isto, companheiro?*, quando começaram a apertá-lo sobre o conteúdo, teve a coragem de dizer mais ou menos o seguinte: “Vocês estão muito enganados. Tanto do lado deles, como do nosso, há gente boa e gente ruim. Isso não é privilégio de um lado, e estou arrependido. Se fosse hoje, não seqüestraria ninguém.”

A grande verdade é que não somos nós que vamos resgatar a História. Mais adiante vão aparecer as perguntas: Quem fez Itaipu? Quem fez Tucuruí? Quem criou o FUNRURAL? Ah! BNH, quem? Fundo de Garantia? Postos de Saúde? Hospitais? Energia Nuclear? Pró-álcool? Então, vão chegar a uma conclusão, não tem outra saída: isso tudo surgiu na época dos governos militares, que teriam feito muito mais se não tivessem desviado esforços para combater a luta armada que a esquerda comunista desencadeou no País.

Mas, com o desenvolvimento dessa luta armada comunista, a Nação teve que se instrumentalizar para combatê-la e o fez com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), e reforçando a Lei de Segurança Nacional, com o AI-5. Eram meios necessários para combater a guerrilha. Tinha-se de agir com muita velocidade para poder dominá-la, identificando os guerrilheiros e suas células/aparelhos.

Mesmo assim, não creio que a Revolução se tenha prolongado demasiadamente. Tanto que, derrotado o comunismo, o Governo Geisel começou a fazer a abertura política. A abertura foi iniciativa nossa. Vou citar um exemplo: o General Geisel chegou a demitir um outro general de grande valor, um oficial respeitadíssimo no Exército, só para mostrar que a abertura era para valer. A abertura representou, dessa forma, uma conquista do povo, mas por iniciativa dos governos militares. Há gente, entretanto, que não quer enxergar o esforço desenvolvido pela Revolução para a abertura política, e fala de cerceamento da liberdade de imprensa.

Antes de passar para outro assunto, gostaria de abordar esse tema, muito ligado ao anterior: a tortura. Na guerra de guerrilha houve violência de parte a parte. Violência houve, tanto que citei aquele exemplo da comunista Dora, responsável pela explosão no Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Por acaso existe tortura maior do que um terrorista seqüestrar uma pessoa? Já imaginou, a família toda, sem saber se vai encontrar vivo o seu ente querido? Ou receber seu filho despedaçado por uma explosão, como foi o caso da família do jovem Mário Kösel? Então, foi uma guerra suja, na verdadeira acepção da palavra, iniciada pelo comunismo internacio-

nal. Não foi uma guerra de brasileiros contra brasileiros, mas uma guerra de brasileiros traidores, instruídos e treinados no exterior (China, Cuba, Albânia), em todas as formas de terrorismo, com a finalidade de impor a ditadura comunista no Brasil.

Mas essas verdades não interessam aos nossos adversários, que estão preocupados apenas com aleivosias e excessos inventados. Excessos existem em todos os países, desde a mais remota antigüidade até os dias de hoje. Basta ver o noticiário e consultar os livros de História. Por tudo isto que a Revolução teve que enfrentar e vencer, durante esses vinte anos, podemos considerar que foram anos positivos para o País, um alívio para a Nação. Tornar-se a oitava economia do mundo é uma coisa indiscutível e conhecida internacionalmente. Todos os resultados que estão aí, à mostra, tudo o que aí está, hoje em dia, praticamente foi criado ou lançado no período de 1964 a 1985. Agora mesmo vai ser concluída uma dessas usinas de energia nuclear; quando foi iniciada a sua construção? No Governo revolucionário. Agora mesmo estão pretendendo estender energia de Tucuruí ao restante do País. Quando começaram a construir e concluíram Tucuruí? No Governo revolucionário. E por aí vai. Acho, assim, que os Governos revolucionários trouxeram um benefício muito grande ao Brasil. E o benefício maior, a meu ver, foi evitar que nos tornássemos um país comunista.

Mas, agora, vou tratar de um outro tema mais constrangedor, porém mais esclarecedor, porque é resultado da abertura dos arquivos de Moscou, assunto abordado, com muita perícia, por seis escritores franceses, todos comunistas ou ex-comunistas, em *O Livro Negro do Comunismo*. Lá ficou plenamente comprovado que o comunismo internacional foi responsável por mais de 100 milhões de mortes, desde sua implantação na União Soviética, na Europa Central, na China, em Cuba e nos demais países envolvidos. Aqui na América Latina, em particular, em Cuba, na Colômbia e no Peru, ocorreram dezenas de milhares de mortes por motivos ideológicos. Enquanto isto, os comunistas brasileiros teimam em desconhecer as revelações macabras dos arquivos de Moscou, e em fazer o maior alarde contra apenas três centenas de mortes que eles mesmos provocaram, durante o período revolucionário. Entretanto, gostaria de acrescentar só uma coisa que os comunistas sabem, mas não dizem. Nesses arquivos de Moscou há uma referência muito importante: Carlos Prestes recebia dinheiro da União Soviética para fazer a revolução aqui no Brasil. E isso vem confirmar o quê? Comprovar, justamente, a subordinação do comunismo daqui ao de Moscou, entre outros.

Voltando às ações revolucionárias, reafirmo que vivemos uma guerra de informações. Ganhamos pela informação e, evidentemente, pelo apoio do povo, porque informação sem o apoio do povo é difícil. Para mim, pois, as razões principais desse pequeno número de mortes, se comparado ao morticínio havido nos muitos países

onde se deu a violência comunista, são estas duas: eficiência da informação e o apoio do povo. Contudo, freqüentemente me fazem esta pergunta: por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País? E respondo: porque o objetivo dos militares foi, justamente, defender o País do comunismo internacional. E, derrotado o comunismo aqui dentro, iniciou-se a abertura política.

Porém, essa transferência do Poder implicava um processo de pacificação interna, que só se verificaria com a Lei da Anistia. E essa Lei da Anistia foi promulgada e já completou 15 anos. Entretanto, continua o "revanchismo", até hoje. O Muro de Berlim foi derrubado em 1989 e a Alemanha, num instante, se pacificou, se uniu. Lá o radicalismo era muito maior: quem pulava o muro era sacrificado; a ação era violenta, porque a Alemanha ficou dividida mesmo. E no Brasil, a Lei da Anistia não deu certo até hoje. Por isso, reafirmo: a Lei da Anistia deveria ter sido promulgada por um governo civil. Assim, retardar-se-ia o retorno dos exilados, e possivelmente a pacificação nacional seria melhor negociada.

Há a idéia de que o comunismo se revitaliza ao explorar a miséria e a corrupção, subprodutos de um capitalismo desumano, dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos. Contudo, para mim, o comunismo está é liquidado. Minha impressão é esta. Entretanto a educação é fundamental. Devemos mostrar o que se passa no Brasil, a realidade nacional. Novamente, volto: temos que batalhar na luta pela informação, renovando valores pátrios, ressaltando os nossos heróis. Em suma, é uma questão de cultura, de educação e, evidentemente, de uma repartição melhor de renda, de mais empregos. A ausência de tudo isso favorece o discurso desses ressentidos. Mas, a meu ver, o comunismo não deu certo em parte nenhuma. A própria China serve de exemplo. Cuba está sentindo que há a necessidade de democratizar-se, de estabelecer um intercâmbio com os outros países. Entretanto, apesar do fracasso do comunismo, ele poderá mascarar a sua natureza negativa, mudando de nome e explorando a inveja e o egoísmo, próprios da condição humana, para continuar com sua intenção de tomada do Poder. Vender a sua imagem mascarada está muito dentro da chamada "batalha da comunicação social" que, para mim, continuamos perdendo.

A função principal da comunicação é vender a imagem, por meio da exposição ou da divulgação do bem ou serviço a oferecer. E o que está acontecendo? O adversário nos ataca, sistematicamente, e ninguém responde, ninguém contra-ataca; não digo nem contra-atacar mas, pelo menos, explicar, dar uma satisfação, mostrar à opinião pública a realidade. Um exemplo: agora mesmo o Senador Antônio Carlos Magalhães disse o seguinte: "O Exército tem trezentas mil pessoas que não fazem nada, pois não vai ter guerra; então, vamos usá-las em segurança públi-

ca." Usar em segurança pública eu não discuto, o que, eventualmente, poderia ocorrer; mas essa mensagem "que não fazem nada", essa é uma afirmativa que temos de rebater. Primeiro, por não corresponder à verdade, certamente por se tratar da intervenção de neófito em relação à carreira militar. E, depois, não apenas o Exército, mas as Forças Armadas, têm a obrigação, o dever de estar bem preparadas para uma guerra, fato possível, que pode ocorrer a qualquer momento, como sempre ocorreu. O Brasil tem áreas cobiçadas, é um País importante, tem a Amazônia, o que significa que devemos estar preparados para defendê-lo. Alguém tem que contra-atacar, alguém tem que transmitir essa mensagem ou, então, tem que estar mostrando, todo tempo, a importância do Exército. Num país como o nosso, com gente sem emprego, passando fome por aí, esta gente – exemplifiquemos com um absurdo – ao ouvir dizer que há trezentos mil militares ganhando dinheiro para jogar voleibol, para não fazer nada, naturalmente torna-se vítima de uma exploração tendenciosa. É o tipo da mensagem que exige uma resposta pronta, à altura da agressão, uma mensagem para derrubar essa falsa idéia e mostrar o que os militares fazem, na realidade.

Para se ter uma medida da falsidade dessa idéia do senador sobre o Exército, vou comentar um fato ocorrido aqui em Fortaleza, recentemente. Num simpósio de jornalistas realizado nesta capital, presente a elite de cinqüenta profissionais de todo o País, o jornalista Armando Vasconcelos resolveu fazer, entre eles, uma pesquisa sobre as Forças Armadas. O resultado foi um índice de aprovação elevadíssimo, confirmando índices anteriores. A tanto conduz o fato de que – além de instruirmos soldados, educarmos homens – construímos, também, ferrovias e estradas de rodagem, com os Batalhões de Engenharia; estamos na Amazônia e no Pantanal, numa vida sofrida. Ajudamos, enfim, a expandir o Brasil.

Na realidade, sempre integrados à Nação e a seu povo, aflige-nos, nos dias atuais, a ameaça à nossa soberania, à nossa nacionalidade, em face dessa globalização antiética e desumana, promovida pelos países ricos contra os países em desenvolvimento e apoiada por certos grupos internos, que só pensam em beneficiar-se a si mesmos. Contra isto, só um povo consciente de seu próprio valor, de sua própria nacionalidade, patriota por formação, poderá se insurgir. Para tanto, o caminho a longo prazo é a educação deste mesmo povo, a preservação da sua cultura e a revitalização dos valores nacionais.

E continuo a dizer que, além desse caminho de longo prazo – educação, cultura, revitalização de valores nacionais –, urge dispormos de espaço na comunicação social. Temos que sempre dar respostas e sempre andar juntos. Se não podemos andar na frente, pelo menos sigamos ao lado do adversário, para esclarecer honestamente e, assim, conquistar a opinião pública. E é com uma opinião pública

bem brasileira, com um povo bem informado, que evitaremos os agentes do totalitarismo comunista, nazifascista e outros, de que já fomos vítimas. Assim, permaneceremos, constantemente, alertas, lembrando-nos sempre desses episódios do passado, sem deixar que caiam no esquecimento.

Por falar em episódios do passado, não podemos esquecer que a luta armada de esquerda, no período de 1968 a 1975, provocou várias mortes de companheiros nossos, que lutaram para a manutenção da lei, da ordem e dos poderes constituídos. Os que sobreviveram são, hoje, injustamente tratados por essa mesma esquerda que domina a mídia e, até, alguns setores do Governo. Em favor desses heróis, referiu-se, com reconhecimento, o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: “Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação jamais seja levada à anarquia.” Apesar de esta frase estar presente em alguns quartéis, o ideal é que ela estivesse estampada em qualquer ambiente militar. Entendo que deveríamos evocar o 31 de Março como um marco que nos libertou da ameaça comunista. Deviam ser erigidos dois monumentos: um, em Minas Gerais, onde o Movimento eclodiu; outro, na AMAN, onde, no meu entendimento, se consolidou a vitória da Revolução de 1964, com a adesão do II Exército.

De fato, na AMAN se ganhou a guerra quando o General Médici determinou que os cadetes entrassem em linha, no Vale do Paraíba, em face das possibilidades de reação das tropas do Rio de Janeiro. Essa reação se esvaiu porque, realmente, a tropa do Rio de Janeiro se sentiu, psicologicamente, impotente para atacar os companheiros jovens, os futuros oficiais do Exército. Ali a guerra foi ganha, porque foi lá que se deu a histórica reunião do General Âncora, Comandante do I Exército, com o General Médici, que representou, na ocasião, o Comando Revolucionário. Então, são dois marcos memoriais: um, na Academia Militar das Agulhas Negras – até para servir de exemplo para os futuros oficiais; outro, em Minas Gerais.

É também uma forma de valorizarmos a Revolução de 31 de Março, preservando-lhe a memória. Valorizar e ainda demonstrar o orgulho de, direta ou indiretamente, termos colaborado para que o Brasil se tornasse uma Nação verdadeiramente democrática e não uma ditadura comunista. E o orgulho de termos uma democracia autêntica. Então, o que mais se pode fazer? O orgulho, como um sentimento nobre, de fazer parte daquilo que é nobre, as Forças Armadas. Por conseguinte, se conseguirmos passar para as gerações futuras esse orgulho cívico, evidentemente não existirá melhor maneira de marcar, na alma do povo brasileiro, a importância do Movimento de 31 de Março de 1964.

Coronel Luciano Moreira de Souza

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza; intendente na 1ª Companhia do 3º Batalhão de Fronteira–Oiapoque; Chefe do Estabelecimento Regional de Subsistência da 7ª Região Militar (ERS/7), Recife; representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Exército, como membro do Conselho Fiscal da IMBEL.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Serviu 20 anos na Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – Previdência Privada (APLUB), com matriz em Porto Alegre.
- Na eclosão da Revolução de 1964 servia no ERS/10, em Fortaleza. Foi interventor do SAPS/Ceará (Serviço da Alimentação e Previdência Social), nesse mesmo ano.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército, no que diz respeito à Revolução de 1964, chegou em boa hora. Penso até que deveria ter chegado um pouco antes, porque, embora a História tenha uma tendência natural de pôr as coisas nos seus devidos lugares, a mídia, nas suas várias manifestações, vem apresentando constantemente uma falsa imagem dos fatos. E isso nos preocupa, porque os objetivos dos meios de comunicação são políticos, ideológicos e comerciais, enquanto o objetivo dos militares se restringe à defesa da Pátria e à vivência dos valores espirituais, morais e éticos da nacionalidade, que jamais poderão morrer. Há um caráter futurista, também, do Projeto, bastante interessante: ele é voltado para as novas gerações, para as gerações futuras, para os jovens. Esses jovens que ainda não sabem o que é a saudade, porque os fatos estão muito recentes e a saudade precisa de tempo para crescer. Esses jovens que têm tudo, porque têm um futuro e, nele contido, o dever cívico que os prende à Nação e a responsabilidade de manter a integridade territorial e a soberania nacional. Assim sendo, se lhes afigura, desde já, uma missão muito mais difícil do que foi para nós, para a nossa geração, e para as gerações passadas, especialmente em face da cobiça internacional manifestada, nos dias atuais, em relação à Amazônia e ao Pantanal. E aqui lhes fica este alerta.

Mas, ao comentar-se a Revolução de 1964, devemos falar primeiro sobre a Intentona Comunista de 1935, porque, para mim, a Intentona foi sua causa principal. Imagine o seguinte: em 1922 realizou-se, no Rio de Janeiro, o congresso constitutivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, desde o início, desejava integrar a III Internacional, conhecida como Komintern, uma agência criada por Lênin após a Revolução Comunista em 1917. Para pertencer à III Internacional, várias condições eram impostas, entre as quais uma delas dizia: "O Partido Comunista Brasileiro deverá renunciar ao patriotismo e a qualquer forma de pacifismo social". Começava o Partido Comunista, portanto, negando a noção de Pátria e desconhecendo a índole pacífica do povo brasileiro, que é inerente ao caráter nacional. Luís Carlos Prestes, seu precursor em nosso meio, abraçou esse credo comunista com muito fanatismo. Ele próprio, já senador em 1946, depois de anistiado, fez no Senado um discurso no qual afirmava que, se o Brasil entrasse num conflito armado com a Rússia, não pegaria em armas ao lado do Brasil. Chegou-se a esse ponto. Mas, antes, desvairados por esse fanatismo ideológico, os comunistas desencadearam a Intentona de 1935, quando companheiros nossos foram sacrificados, mortos, em data e hora marcadas, no Rio de Janeiro, Recife, Natal e João Pessoa, o que abalou profundamente o Exército. Graças a Deus o comunismo, nessa época, não foi implantado, mas deixou uma semente de traição que germinou e produziu frutos daninhos, na tentativa de comunizar o Brasil em 1964.

Novamente Deus iluminou o povo brasileiro e suas Forças Armadas que, mais uma vez, preservaram a nacionalidade. De fato, a Revolução Democrática de 1964 soube vencer a falsidade ideológica e as desordens subversivas de então, provocadas pelo comuno-janguismo. Como se vê, desde 1935 o Exército já havia adotado uma posição histórica, de repúdio definitivo ao comunismo. Assim, a Intentona de 1935 foi, no mínimo, a causa psicológica principal que criou as condições necessárias para que eclodisse a Revolução de 1964.

Entretanto, não foi a Intentona Comunista de 1935 a única causa da Revolução de 1964. Criou-se, entre uma e outra, um panorama político-partidário de mazelas morais, frustrações, vilanias, decepções e outras indignidades que originaram os fatores mais próximos da Revolução. Em janeiro de 1956, o Sr. Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República. Trazia um projeto muito ambicioso de desenvolvimento, que propagava os prazos de "50 anos em 5". Então, passou a promover um desenvolvimento descontrolado e extremamente oneroso para o País. Começou aí uma inflação desenfreada no Brasil. Essa inflação, que hoje lutamos para debelar e vencer, foi implantada por Juscelino Kubitschek. Nesse projeto se incluíam, também, a construção e a transferência da Capital Federal para Brasília, tudo em cinco anos. Então, o que aconteceu? Concessões e maus hábitos gerados e institucionalizados no Brasil, até hoje. Tudo às expensas do Tesouro. Basta que se diga que no Brasil todo trabalhador trabalha de segunda a sexta-feira, mas os nossos senadores e deputados, que nunca se mudaram para Brasília, seguem para o trabalho na terça e voltam na quinta. Alguns comparecem a uma única reunião, na quarta-feira. Esses maus hábitos, prejudiciais à moral, servem de péssimo exemplo ao povo brasileiro.

A seguir, sob o entusiasmo de expressiva massa de eleitores, assumiu a Presidência da República o Sr. Jânio Quadros, em quem o povo brasileiro depositava uma grande esperança. O símbolo de Jânio era uma vassoura, com a qual intencionava acabar com a corrupção, iniciada no Governo de Juscelino Kubitschek com aquele desenvolvimento descontrolado. Contudo, Jânio frustrou as expectativas do povo brasileiro. Era um político sem compromissos partidários, que vinha de São Paulo. Dominava-o certa instabilidade emocional que o impulsionava a reações e atitudes imprevisíveis. Mesmo assim, conduziu o Governo do País com firmeza e bom senso durante os sete primeiros meses, quando, a 25 de agosto de 1961, resolveu renunciar ao cargo, o que provocou uma decepção generalizada. Esta desilusão se acentuou ainda mais em face da transferência dos problemas existentes para o seu substituto constitucional, o Vice-Presidente João Goulart, que não contava com a confiança do povo.

João Goulart era um homem despreparado, sobretudo para realizar sua aspiração de tornar-se o herdeiro e executor do projeto político de Getúlio Vargas. Como se dizia na época: se o Getúlio era um feiticeiro, Jango era apenas um aprendiz de feiticeiro, nada mais. Tanto que, com suas costumeiras concessões políticas, ligou-se às forças sindicais e o Brasil passou a ser um campo de experiência, de demagogia e de agitações comuno-populistas, respaldadas na herança negativa do Governo Juscelino e na renúncia intempestiva de Jânio Quadros.

Convém, lembrar que Jango já havia sido eleito, por duas vezes, Vice-Presidente da República. Na primeira vez, com Juscelino; na segunda, em chapa oposta a Jânio. Em ambas as vezes, usou de todas as tramóias, as mais fraudulentas, junto a partidos políticos inescrupulosos, incluindo os comunistas, com os quais se comprometeu perigosamente. Seus compromissos com os comunistas o fizeram presa das forças sindicais de esquerda, que intentavam usá-lo para implantar a chamada "república sindicalista", nos moldes socialistas. Certamente isto o levou a fazer uma visita à China, onde se encontrava no dia da renúncia de Jânio. Assim, essas tropelias de Jango o afastaram, cada vez mais, da confiança do povo e provocaram fundadas reações contrárias à sua posse no Governo. Contudo, depois de vários entendimentos, em que foi aceita a forma parlamentarista como condição para sua posse, Jango assumiu a Presidência da República. Não se fizeram esperar as manobras e articulações de seus aliados, em especial dos comunistas, até conseguirem aprovar, em plebiscito, o retorno à forma presidencialista. Não demorou e o Governo estava todo infiltrado de comunistas que, praticamente, dirigiam todos os seus escalões e conduziam os tumultos e desordens em todos os setores da vida nacional. O País estava entregue aos "inimigos" íntimos de Jango, como costumo dizer.

Assim, chegou-se a 1963, quando a situação já estava muito difícil. Eu estava na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e presenciei, no Rio de Janeiro, todos aqueles acontecimentos desagradáveis que se sucederam. O ano de 1964 entrou numa conjuntura altamente explosiva, pois, à semelhança até de fatos que já acontecem hoje, havia as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze", assaltos a bancos, seqüestros (inclusive de autoridades estrangeiras) e outros desvarios. Essa situação foi crescendo e o caos político-econômico foi-se agravando, até que chegou março de 1964, que funcionou como uma válvula de escape daquela desordem.

Seguem os desatinos: no dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil (concentração em frente ao então Ministério do Exército e Comando do I Exército, garantida por tropas da Polícia do Exército), ocasião em que foram agredidas as

instituições constitucionais do País, com ameaças de fechamento do Congresso, implantação das "reformas de base", de inspiração comunista, tudo na "lei ou na marra" e com afronta às Forças Armadas; no dia 26, o levante dos marinheiros, sob a liderança do Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão – Comandante dos Fuzileiros Navais – e sua reunião no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, numa acintosa e provocante quebra da disciplina militar; e no dia 30, o tumultuado almoço do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, que sargentos, cabos e soldados ofereceram ao Presidente da República e ao seu ministério, ocasião em que se repetiram as mesmas agressões do comício do dia 13 e se acentuou a ruptura da disciplina militar.

A demagogia subversiva e anti-hierárquica ganhava as ruas e, no caso dos marinheiros, alguns almirantes, descompostos em suas fardas, eram carregados, nos braços, por cabos e soldados. De resto ocorreram, naquele mês de março de 1964, fatos que nunca poderiam acontecer num Governo de responsabilidade, inaceitáveis a um povo ordeiro, pacato e pacífico como o nosso. Já tardava a reação do povo. Assim, houve em São Paulo a grande Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, acompanhada de veemente apelo às Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional. Simultaneamente, também, já se fazia sentir a indormida articulação e o magistral planejamento da reação armada, com o menor trauma possível. E finalmente irrompia a Revolução de 31 de Março de 1964.

Mas, antes de prosseguir enfocando esse Movimento, que salvou o Brasil e seu povo de uma verdadeira catástrofe, impõe-se caracterizar a índole perversa da mais perigosa entidade atuante no meio comuno-janguista, que eram os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola (naquela época estimava-se em cerca de 1.300 grupos). Um documento de cinco a seis folhas, apreendido pelo Exército logo após a Revolução, na célula comunista de Niterói, dedica um capítulo ao papel dos "grupos dos onze" na guarda e julgamento dos prisioneiros. Por oportuno, dele transcrevo o que se segue:

"Devemos instruir os grupos dos onze companheiros para missões especiais de prisão, guarda e julgamento sumário de prisioneiros de guerra. Os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem os seus aprisionadores e não lutem posteriormente para sua condenação. Os grupos dos onze serão como foi a guarda vermelha da Revolução Socialista de 1917, na União Soviética, da qual seguirão o vitorioso exemplo".

Um outro documento que merece citação era intitulado "comunicado terrorista nacional". Foi expedido pelo correio, logo após a Revolução, para expressivas figuras das classes liberais, e terminava assim:

"Vendilhões do templo que se arvoram em anjos justiceiros. Todos vocês terão o seu amanhã junto ao paredão, quando voltarmos para restaurar a independência brasileira. Brizola está presente".

O que poderia acontecer? Graças a Deus, foi o que aconteceu: veio a Revolução de 1964.

Na verdade, o que se passou no Brasil, em 1964, teve repercussão e influência muito grande na paz e no destino da democracia do mundo inteiro. Se o Brasil tivesse se comunizado, naquela época, teríamos aqui, na América Latina, uma grande Cuba, que exerceria sua influência, sem dúvida, em todo o mundo. Como é que o Brasil, sendo uma Nação tradicionalmente cristã, suportaria – como suportou o povo de Cuba, depois de 40 anos de Fidel Castro – a autorização de seu ditador para que fosse comemorado o Natal de 1999, porque o Papa ia visitar o País? Qual seria a reação do nosso povo? Seríamos levados em curto prazo, sem dúvida nenhuma, a uma luta fratricida, com muito derramamento de sangue, para a reconquista de nossa vivência democrática. E o Exército sempre teve uma incomparável constância, sempre em sintonia com os anseios nacionais, na conquista e manutenção dos grandes objetivos da Pátria. Por isso, a voz que o soldado ouviu em 1964, sem dúvida nenhuma foi a mesma voz que ouviu em Tuiuti ou em Guararapes: a voz da união e da coesão. Não podia ser diferente. Graças a essa união, a essa coesão, tivemos uma Revolução pacífica que, por sua vez, refletiu e fortaleceu essas características de nossas Forças Armadas.

Na realidade, uma Revolução é uma transformação, normalmente de forma violenta, de uma estrutura político-econômico-social. Essa transformação de inigualável dimensão aconteceu no Brasil, entretanto, sem violência. Esta foi a melhor maneira, bem brasileira, de como se pôde fazer a nossa Revolução. As três grandes revoluções do mundo, que tiveram repercussão pelas grandes modificações na parte política, econômica e social, foram a Revolução de Cristo, o Grande Benfeitor da Humanidade, a Revolução Francesa e a Revolução Socialista de 1917. A notável repercussão mundial que teve a Revolução de Março de 1964 e as projeções futuras do que foi realizado, guardadas as proporções, coloca o nosso movimento cívico-militar nesse mesmo nível. A Revolução de 1964 provocou uma profunda modificação na parte política, econômica e social, principalmente na política, impedindo a comunização do Brasil. Destaca-se, entretanto, pela moderação com que foi conduzida, desde o primeiro momento.

Em 1976, quando cursei a Escola Superior de Guerra, ouvi várias citações do nosso Presidente Castello Branco, nas quais explicitava que, nos países em desenvolvimento, o processo político poderia ser interrompido para que se vol-

tasse a uma situação, a uma linha correta dos objetivos nacionais. O Presidente Castello afirmava haver uma diferença entre uma missão política e uma função política. A função política é exercida pelos políticos; a missão política pode ser atribuída aos militares. Tão logo possível, a função política deveria, depois de uma Revolução ou de um movimento dessa natureza, ser devolvida aos civis.

Vamos relembrar alguns fatos ocorridos após a Revolução de 1964. Poderá parecer a muitos que, no dia seguinte, estava tudo resolvido. Não, não estava. Antes de se pensar em desenvolvimento, há que se resolver o problema político, a segurança interna. Basta citar-se o que testemunhei, em 1968, como aluno da Escola de Estado-Maior: as passeatas do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco bloqueada por "intelectuais" e "estudantes", a UNE fechando as universidades. Isso, em 1968, depois de quatro anos! A intenção que alguns políticos subversivos revelavam era a de que recrudescesse todo aquele movimento. Impunha-se, pois, a utilização de medidas enérgicas. Por isso veio o AI-5. No final de 1968, o Presidente Costa e Silva adoeceu e, com o agravamento da doença, em 1969, teve que se afastar do Poder. Quem assumiria? O Dr. Pedro Aleixo, que era o Vice-Presidente civil escolhido pelos governos militares? Mas seria o momento adequado? Então, o Congresso se reuniu e elegeu o General Médici, que teve, no seu período de Governo, o ônus do restabelecimento da ordem. Estourou células comunistas, enfrentou o terrorismo, combateu as guerrilhas e derrotou o inimigo, em pouco tempo. Este movimento das esquerdas foi tão agressivo e violento, que os próprios comunistas o apelidaram de "luta armada". Depois, veio o Governo do Presidente Geisel que, logo no início, enviou uma mensagem ao Congresso dizendo: "O máximo de desenvolvimento, com o mínimo de segurança possível". Assim, começou a operar-se uma evolução que deu origem a uma grande modificação no processo revolucionário. Geisel preparou o terreno para que, em seguida, fosse feita a transição, a volta à normalidade democrática, como era o desejo do Exército, interpretando o pensamento do Presidente Castello. Essa transformação tinha que efetivar-se o mais cedo possível, o que se operou no Governo Figueiredo. Poder-se-ia pensar que, com pouco mais de 21 anos, a Revolução tenha demorado demais. Não demorou. Uma análise mais profunda mostra que as coisas aconteceram no seu devido momento. Havia muito o que consertar e muito o que realizar.

Os consertos não foram poucos e, nem sempre, indolores. As realizações foram incontáveis e benéficas, conduzidas dentro de um processo racional que pode ser resumido na seguinte frase: "Os governos militares criaram uma infra-estrutura que deu ao País as condições de um desenvolvimento progressivo". Na área de infra-estrutura, foram remodelados, para atenderem a exigências futuras,

todos os portos fluviais e marítimos, e os aeroportos; foram construídas a Ponte Rio-Niterói, a Estrada do Aço, rodovias e ferrovias. Itaipu, que é a maior hidrelétrica do mundo, interligada a outras usinas energéticas, como Boa Esperança e Tucuruí, deu as condições de desenvolvimento que nos permitiram dizer, com orgulho, que temos o maior parque industrial da América Latina. Isto se deve a Itaipu e às que foram citadas, construídas nos governos militares.

No campo das telecomunicações, criou-se tudo o que ainda existe hoje. De fato, em 1964, praticamente nada tínhamos neste setor, mas em 1974, dez anos depois, em menos de um minuto ligávamos, por telefone da melhor qualidade, com qualquer ponto do território nacional. Ainda no Governo do Presidente Médici foi inaugurada a televisão a cores, que não deixava nada a desejar em relação às melhores do mundo. O sistema de telecomunicações do Brasil, implantado durante os governos militares, foi considerado empreendimento tecnológico de país desenvolvido, que se deveu à alta qualidade dos técnicos formados pelo nosso Instituto Militar de Engenharia (IME), entre os quais os Ministros das Comunicações, o Coronel Higino Corsetti e o Comandante Euclides Quandt de Oliveira. Assim, o IME tornou-se uma entidade de primeira grandeza na preparação de excelentes profissionais técnicos, como estes que atuaram na área de comunicações.

No que diz respeito ao campo social, ater-me-ei apenas aos setores de educação, saúde e assistência social, de uma maneira sucinta, devido à extensão do tema e à limitação deste espaço de tempo. Na educação, foram adotadas as seguintes medidas, entre várias outras: aumentar a escolarização, da faixa dos sete aos 14 anos, que passou, entre 1970 e 1980, de 67% para 83,7%; incrementar a matrícula nas universidades, que subiu, entre 1964 e 1981, de 100 mil para 1,3 milhão; estímulo substancial ao ensino dos 1º e 2º graus; reestruturação da educação básica (1º grau), que passou de quatro para oito anos; estímulos e subsídios ao ensino do 3º grau (superior), através do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); do Fundo de Financiamento para Estudos e Projetos (FINEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo que, no início dos anos de 1980, já havia enorme rede de mestrado e doutorado e a institucionalização da pesquisa.

Nos meios urbano e rural, para atender às populações mais carentes, foram criados os Programas Nacionais de Ações Sócio-Educativas e Culturais (PRODASEC, meio urbano; e PRONASEC, meio rural); Programa de Expansão e Melhoria da Educação Básica do Meio Rural (EDURAL) e Programa de Apoio às Populações Carentes da Zona Canavieira do Nordeste (PROCANOR).

Quanto à saúde, tem-se que atentar para a complexidade crônica do problema. Sempre houve duas estruturas: a de saúde pública, que cuidava da medicina

preventiva, e a previdenciária (dos Institutos de Aposentadoria e Pensões), à qual cabia a medicina curativa. Já se pode visualizar que a grande maioria do povo era excluída das condições de tratamento de saúde. Os governos revolucionários tentaram de várias formas unificar essas estruturas, pouco conseguindo. Criaram-se várias entidades de saúde, com vistas a essa unificação: o Sistema Nacional de Saúde, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde (PIASS), o Prev-Saúde, o Conselho Consultivo de Administração Previdenciária (CONASP) e as Ações Integradas de Saúde (AIS). Estas últimas conseguiram transferir mais recursos federais para Estados e Municípios, aumentando os níveis de eqüidade e universalização dos atendimentos e estimulando a produtividade dos órgãos de saúde em todos os níveis, criando programações conjuntas, evitando a duplicidade de esforços.

Com relação à assistência social, várias foram as iniciativas tomadas: a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH); o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL); o Estatuto da Terra; implantação da Lei Orgânica da Previdência Social (aprovada desde 1960), unificando-se a Previdência com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passou a atender a outras classes de trabalhadores – empregados domésticos, jogadores de futebol, garimpeiros, estudantes, ministros religiosos e outros; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ligado à política habitacional; o Programa de Integração Social (PIS), financiado pelas empresas privadas; o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), financiado pelos órgãos governamentais.

Para se ter uma noção mais ampla de todas as realizações da Revolução de 1964, sugiro a leitura do livro do Coronel Ivany Henrique da Silva – *Heróis a Lutar* – em particular o seu Capítulo 12, que apresenta um relato completo dessas realizações (Blue Chip Gráfica e Comunicação Ltda. – Rua Cardoso Marinho, nº 18A-20220-370-Santo Cristo–Rio de Janeiro–RJ).

Fala-se muito que os governos militares gastaram exageradamente com essas iniciativas, sobretudo no campo energético, em particular com a construção de Itaipu. Todavia, é preciso que se entenda que o desenvolvimento traz retorno. Não se gasta com o desenvolvimento, mas nele se investe. Sem dúvida, os governos militares investiram muito para o progresso do País. Veja-se que, de um certo tempo para cá, os noticiários, com freqüência, vêm expressando a preocupação com um possível racionamento de energia. Imagine-se se não existisse Itaipu. Por outro lado, não se tem notícia de nenhum incremento ponderável na produção de energia, de 1985 para cá. Ao que se sabe, a idéia do Governo é de ir resolvendo o problema, paulatinamente, com a construção de hidrelétricas menores.

Mas outros problemas vêm surgindo, ao lado do energético, talvez por falta de aproveitamento de instrumentos deixados pela Revolução. O Estatuto da Terra, por exemplo, que era, no meu entendimento, o embrião de uma política agrária, foi posto de lado e o campo sofre uma espécie de convulsão, que pode evoluir para coisa pior.

O Governo tem sido muito concessivo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois deu fôlego às suas atividades. As reivindicações democráticas e dentro da lei são perfeitamente válidas. O que me parece é que o Governo tem tentado resolver o problema da reforma agrária, mas as coisas não podem ser feitas com a velocidade mágica que todos desejamos. Esses movimentos, se agissem dentro da lei, seriam admissíveis. Qualquer classe tem, democraticamente, o direito de fazer as suas reivindicações. O que não se pode admitir é que haja invasão da propriedade privada, que é um direito constitucional. Nem se pode aceitar a invasão de prédios públicos. E o Governo tem-se reunido com esses invasores, que têm descumprido a lei, para discutir o problema da reforma agrária. Parece-me, assim, que está sendo criada uma cobra que não se sabe de que tamanho vai ficar. Lembro-me de que, no Governo Geisel, houve, em certa ocasião, um início de greve de ferroviários na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e o Presidente Geisel se deslocou para lá. Os assessores estranharam e disseram para ele: "Presidente, o Sr. vai ao Rio por causa de uma greve?". Ao que o Presidente teria respondido que sim. E foi ao Rio de Janeiro, para resolver o problema no nascedouro. Por isso, acho que o Governo atual foi um pouco ultrapassado, porque vem sendo concessivo e extremamente tolerante com essas invasões de propriedades. Podemos ser tolerantes, mas não podemos contemporizar com o descumprimento da lei. Por isso, esse movimento tem que ser dissolvido, por agir fora dos limites da lei. E assim, minha tese é muito simples: o que é contra a lei, tem que ser proibido. E a continuar como vem, queira Deus não aconteça um confronto de perigosas proporções, como vi, há pouco, em Minas Gerais: aquelas senhoras todas preparadas para causar impacto psicológico. O Governo de Minas não impediu ou não quis tomar as providências para impedir a invasão da fazenda do Presidente da República. O Exército foi chamado e se defrontou com aquelas crianças nos braços das mães, ficando impossibilitado de tomar qualquer atitude, pois nos repugna enfrentar pessoas inocentes. Os ideólogos do MST e os governantes sabem disso e aproveitam-se desses aspectos, para envolver inocentes e desacreditar o Exército. É, portanto, de grande preocupação a situação a que chegamos. É preciso, pois, que se tome uma medida imediata para que as coisas sejam feitas dentro da lei.

Contudo, tem-se que retirar o estímulo a essas agitações político-ideológicas no campo, estímulo este devido à falta de uma política agrária, de um processo

de posse e aproveitamento racional e justo, pelo homem do campo, das terras improdutivas, que assegure o bem-estar das pessoas, bem como as condições de produtividade da terra e de comercialização dos produtos. Não se faz uma reforma agrária efetiva, apenas distribuindo um pedaço de terra a cada pessoa, mas criando as condições já citadas. Como já falei, entendo o Estatuto da Terra como o embrião daquela política agrária que, implantada, poderia ser reformada, pois não se reforma o que não existe.

Por falar em terras improdutivas e em condições de produtividade, lembrei-me das do Nordeste, que têm grande produtividade mas são improdutivas por condições circunstanciais, sobretudo de clima. Tenho um cunhado que, sendo dessa área, costuma dizer que ser agricultor no Nordeste é empobrecer alegremente. O amor à terra no Nordeste tem um sentido atávico, é uma coisa de tradição. As terras improdutivas, realmente, têm que servir para a solução do problema agrário. Se alguma terra existe apenas para atender a interesses comerciais, especulativos, e nada produz, é aí que se deve agir. Agora, a invasão de terras produtivas, fora da lei e do planejamento, jamais trará soluções, mas somente problemas. Aplique-se uma política agrária racional, com uma reforma agrária justa, e a solução do problema, talvez, não demore muito, desde que se aja com mais rapidez.

Sobre o início da minha vida militar, lembro-me de que ingressei na Escola Preparatória de Fortaleza com 15 anos de idade, e acho que foi naquela casa que fiz a minha primeira barba. Na minha Companhia, que era a Segunda, estava escrito na parede: *Si vis pacem para bellum*, isto é, "se queres a paz, prepara-te para a guerra." Assim, já iniciando a minha vida militar, fui aprendendo que a missão do Exército é de segurança interna e externa, através dos meios bélicos. Por isso, manter a Nação soberana e coesa não é missão exclusiva do militar, mas de todos os cidadãos brasileiros, que devem estar sempre mobilizados e integrados numa consciência nacional, através da interação de suas forças vivas. Nós, militares, estamos mais restritos ao campo bélico. É preciso, pois, que haja uma consciência de toda a sociedade para que se possa manter a Nação coesa e unida. Vou citar aqui o exemplo da Amazônia, pois acho que se enquadra muito bem neste tema. A Amazônia legal tem mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, engloba nove Estados brasileiros e ocupa 60% do território nacional, uma área equivalente à metade do continente europeu. E, para começar, vai aqui um alerta da história: tínhamos 12% do território nacional coberto pela mata atlântica. Hoje, essa porcentagem se reduziu para menos de 3%. Isto prova que precisamos zelar pelo nosso potencial. Por isso e por outras razões, a Amazônia vem-se constituindo numa enorme preocupação. Acho que o Governo já deveria ter feito um alerta

internacional para enfatizar um basta nas intenções manifestas das potências mundiais. Sobre essas intenções manifestas, separei algumas declarações transcritas de um impresso distribuídos pelo Clube Militar: Margaret Thatcher, ex-Primeira-Ministra inglesa: "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas"; Al Gore, candidato a Presidente dos EUA, pelo Partido Democrata: "Ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é deles, mas de todos nós." Parece que a diferença que há entre Al Gore e Bush, é que Bush admite que a Amazônia seja dada como pagamento da dívida externa, e Al Gore acha que a Amazônia deve ser internacionalizada. François Mitterrand, ex-Presidente da França: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia". Pode-se, como militar, aceitar essa expressão "soberania relativa"? John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra: "As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todo o mundo. As campanhas ecológicas das ONGs internacionais, sobre a região da Amazônia, estão deixando a fase propagandista para dar início à fase operacional, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região."

Todas estas manifestações de pensamento de dirigentes de países desenvolvidos, como EUA, França e Inglaterra, aqui citados, são expressões de uma realidade que, aos poucos e sutilmente, está sendo posta em prática, para desestabilizar ou deteriorar a política interna dos países amazônicos, sobretudo de autodeterminação e soberania. Vou citar algumas atitudes preocupantes daqueles países desenvolvidos, que a imprensa comenta: a interferência abusiva do FMI na política econômica dos países sul-americanos; a influência perniciosa das ONGs internacionais, nos assuntos internos destes países; a transnacionalização dos patrimônios nacionais sul-americanos; o Plano Colômbia, aparentemente contra o narcoterrorismo, a ensejar a instalação de base militar americana na Amazônia colombiana; a perspectiva de instalação de outras bases militares americanas em países que circundam a Amazônia brasileira e o Pantanal; além de outras atitudes inaceitáveis, por impositivas, desrespeitosas e tirânicas. A ONU não tem poder de decisão: quem manda lá são as grandes potências (Inglaterra, França, Rússia e China), encabeçadas pelos EUA, que têm a última palavra no seu Conselho Deliberativo. Eis, entre outras, as principais ameaças, que já se tornam realidade, embora muitos reajam em acreditar nelas. Então, diante deste quadro, parece estarmos já atrasados com relação ao planejamento e à implantação de uma política de salvação nacional, com a participação esclarecida de todos os brasileiros que, conscientizados da real situação nacional, não faltarão com a sua parcela de esforço à interação das forças vivas da Nação, em benefício do País. Nessa política de salva-

ção nacional deve haver respostas, não só para a pusilanimidade das atitudes externas, mas também para as iniciativas tomadas ou consentidas, internamente, contra o nosso patrimônio ecológico, sobretudo da Amazônia e do Pantanal, e, mais ainda, contra o nosso patrimônio moral e ético.

Empresas asiáticas estão devastando a floresta amazônica, nesses últimos 20, 30 anos. Fala-se que já se devastou uma área correspondente ao território francês. Será que o Governo não tem capacidade de controlar esse crime? Quando o problema tiver chegado aos seus limites, quem vai resolvê-lo? Qual é a prioridade da segurança, hoje? Qual é a prioridade da Amazônia para o Governo brasileiro? Esse alerta internacional exige um posicionamento mais definido, inclusive para angariar a simpatia e a ação de intelectuais, de jornalistas, do povo como um todo, e tem que ser puxado pelo Governo. Parece-me que o Ministro do Meio Ambiente não está encontrando o seu caminho. Não está sabendo evitar esse grande pretexto de dizer que a Amazônia é o pulmão do mundo, como desculpa para internacionalizá-la, o que pode acontecer, mesmo sem intervenção armada. Eis a grande preocupação. No começo dizia que a grande missão dos jovens do futuro, das novas gerações, será exatamente manter a integridade territorial e a soberania nacional, e essa missão tornar-se-á muito mais difícil, para eles, se continuarmos de braços cruzados, no presente.

Vê-se, pois, que o problema exige muito mais uma solução política do que militar, embora a solução militar deva estar implícita na solução política. Por isso é que as Forças Armadas são necessárias e têm que estar contínua e atualizadamente preparadas para uma pronta resposta em força ou, no mínimo, com poder dissuasório. É irresponsabilidade perigosa e inconseqüente considerá-las desnecessárias ou privá-las dos meios necessários à sua preparação e ao seu emprego. É a atualidade da velha sentença romana: *Si vis pacem para bellum*. Todavia, este tema entrou aqui por uma imposição do momento atual, embora tenha conotações de causa e efeito com a segurança e a soberania nacional, com a Revolução de 1964 e, mais ainda, com as Forças Armadas.

Fala-se que os militares perderam a “batalha da comunicação social”. Não sei se essa batalha foi perdida. Parece-me é que estamos um pouco omissos e é certo que perdemos espaço na mídia, por motivos já identificados. O que se vê na televisão e nos jornais, diariamente, é alguém falando na “ditadura militar”, nos “anos de chumbo”: é a mídia apresentando uma falsa imagem dos fatos. Isso é constante. Estamos um pouco omissos talvez por essa mídia nos negar espaço, não nos dando oportunidade de repor a verdade histórica. Entretanto, não perdemos a batalha porque o prestígio das Forças Armadas, no seio da sociedade brasileira, ainda é

muito grande. Mas precisamos ampliar essa simpatia popular, precisamos ter o apoio do povo, não podemos perder o que, até hoje, temos, graças a Deus. O que me parece é que não nos podemos contentar apenas com mensagens episódicas como acontece, por exemplo, na Semana da Pátria ou no Dia do Marinheiro, quando aparece na televisão uma publicidade, um pronunciamento, que é uma coisa passageira. Precisamos ter um programa elaborado pelo nosso Serviço de Comunicação Social das Forças Armadas, um programa constante, não para responder às ofensas que são ditas por aí, mas para mostrar a nossa missão, os problemas do País, o que estamos fazendo. Tenho netos de 13 e 14 anos que estão sempre acessando a Internet. Vamos pegar um site, a página do Exército Brasileiro, vamos ampliá-la, botar aquele famoso item que há em outros sites: "Fale conosco." Vamos botar os meninos para conversar com o Exército, fazer perguntas, para que possamos tirar-lhes as dúvidas durante 24h por dia, nessa grande "batalha da comunicação social". Vivemos num mundo em que as coisas acontecem com extrema velocidade. Vamos usar a Internet, vamos à televisão, aos jornais, aos intelectuais, sempre mostrando o papel das Forças Armadas, a nossa preocupação com a integridade territorial, com a manutenção da soberania nacional, com a conquista dos objetivos permanentes, com a preservação da democracia. Isso é que precisamos mostrar, mas temos que mostrar sempre. Hoje, agora e sempre. E não deixar que as forças adversas, os fatores adversos cresçam e fiquemos omissos. Precisamos agir muito e intensamente, com bastante ênfase na área da comunicação social.

Como dizíamos, as Forças Armadas, em especial o Exército, são muito bem reconhecidas pela opinião pública, perante o povo brasileiro, que sabe e sente o que nelas se passa. Os integrantes das Forças Armadas são da classe média, que é povo. Nas Forças Armadas servem, anualmente, milhares de conscritos que, ao concluírem o serviço militar, retornam às suas casas, encantados com o que viram, com o que fizeram, com o que aprenderam de moral, de disciplina, de vida e com o tratamento recebido nos quartéis. Eles transmitem tudo isto aos seus familiares, e se transformam nos veículos mais eficazes da imagem real e positiva das Forças Armadas.

Em boa hora, talvez com um pouco de atraso, surgiu a feliz iniciativa deste Projeto de História Oral do Exército que, por certo, irá contribuir, sobretudo, para o conhecimento da verdade histórica de fatos recentes.

Este é o caráter futurista do projeto, sem dúvida nenhuma. A nossa Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados das Forças Armadas (ASORFAC), considera que somos da reserva ativa. E esse é o meu estado de espírito, é assim que me sinto, nesse momento, como uma reserva ativa. Isso é, também, um exercício de

cidadania. A cidadania é uma moeda de duas faces: de um lado, sabemos exigir os nossos direitos; do outro, sabemos cumprir com as nossas obrigações. Cidadania é isso: direitos e obrigações. Vivemos dentro da sociedade, devemos a ela dar um retorno. Entretanto, o que se verifica é que o nosso conceito de cidadania é muito passional: assimilamos, com certa naturalidade, as agressões que são feitas, os instrumentos agressores que são usados, com regularidade e, por outro lado, vivemos a afrontar a lei. Parece que não faz parte da nossa cultura que a lei existe para ser cumprida. Isso é exercício de cidadania. O grande Cícero já dizia: "Sejamos escravos da lei para sermos livres." Esta é a grande mensagem que desejo deixar para as gerações futuras: o exercício da cidadania em toda a sua plenitude, dentro dos direitos e das obrigações, sobretudo dentro do cumprimento da lei. As nações são grandes, pobres ou ricas em função da vontade do seu povo. O Japão tem um subsolo paupérrimo, é vítima de terremotos e é uma das grandes nações do mundo, por causa da atitude do seu povo. O Canadá, e outros países que podemos citar, têm uma cultura de cumprimento da lei. Aqui mesmo, em Fortaleza, a Câmara de Vereadores já aprovou lei que passa por cima da Constituição, tratando a Constituição como uma obra filosófica ou literária. Vota-se uma lei municipal que derruba a Constituição em vigor!

Eu poderia citar aqui outros exemplos desta natureza. Vou, porém, comentar um exemplo de cidadania construtiva, positiva. Em 1973/1974 chefiava o Estabelecimento Regional de Subsistência da 7ª Região, em Recife. Um capitão, que tinha seis filhos, adotou um menor abandonado. Aquilo, evidentemente, foi notícia, a história corria aos quatro ventos, e comentava-se: "O capitão tem seis filhos e botou dentro da casa dele um menor abandonado!". Alguns chegavam para ele e perguntavam: "Por que você fez isso, rapaz?" Ele respondia: "Olha, não posso resolver o problema do menor abandonado do Brasil, mas de um eu posso."

Então, é aí que está o caráter da cidadania: se cada um fizer a sua parte, se cada qual cumprir a sua obrigação, teremos, com certeza, um Brasil unido e feliz, pois, afinal, é o que todos desejamos – esse exemplo do capitão vale mais do que todas as aulas de um colégio.

Coronel Genivaldo Catão Torquato

- Natural da Cidade de Campina Grande–PB.
- Principais cargos e funções militares: Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife–PE; Ajudante-de-Ordem do General Antonio Augusto Gomes Tinoco, Comandante da 6ª Região Militar; oficial de Estado-Maior das 6ª e 10ª Regiões Militares, respectivamente, em Salvador–BA e Fortaleza–CE; Instrutor-Chefe da Divisão e do Departamento de Ensino da Escola Nacional de Informações; Comandante de Grupo de Artilharia de Campanha; Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar, em Manaus–AM; e oficial de Estado-Maior do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Nacional de Informações – Curso "A".
- Em 1964, servia na guarnição de Natal quando irrompeu a Revolução.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2000.

É uma satisfação muito grande estar aqui, oportunidade rara e inesperada de poder participar de um programa tão importante quanto este do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro.

Iniciaria por rememorar a primeira experiência política que tive, de certa maneira determinante para as minhas posições. Havia terminado a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas deposto, em 1945, ocorrera a eleição do General Eurico Gaspar Dutra – que viria a fazer um excelente governo – e a instalação da Constituinte que iria elaborar a Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946. Naquela ocasião, adolescente, meu velho pai me chamou e disse: "Meu filho, hoje você vai ver comigo como funciona o regime democrático, bramindo por direito neste País", e citou a frase de alguém, cujo nome não me lembro agora: "O pior dos regimes democráticos é melhor do que a melhor das ditaduras". E acrescentou: "Você vai comigo assistir a uma sessão da Assembléia Legislativa da Paraíba". Em lá chegando, aquele aparato para mim desconhecido; jamais tinha visto coisa parecida. E assisti a umas cenas que me deixaram estarrecido, na minha concepção de jovem, ao ver um deputado levantar-se e xingar um outro, dizendo: "Vossa Excelência é uma cavalgadura". Aquilo me decepcionou, de certa forma, e talvez tenha contribuído para alguma ojeriza, para o meu afastamento de qualquer atividade de natureza político-partidária. No ano seguinte prestei concurso para a Escola Preparatória de Fortaleza. Antes, porém, já tivera um primeiro contato com o Exército. O Capitão Jesus, que servia no 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, procurou-me em casa e pediu autorização ao meu pai para eu ir ao quartel, a fim de operar uma máquina de projeção de filmes de 16 milímetros, porque não tinha quem trabalhasse com ela, e eu já trabalhava com uma, na paróquia de João Pessoa. Então, autorizado por meu pai, ia para o quartel passar alguns filmes sobre prevenção de doenças venéreas e outros assuntos.

Naquela ocasião, comecei a entrosar-me no ambiente militar e entendi que o meu caminho era aquele, que deveria ir para o Exército. Fiz exames, vim para a Escola Preparatória, daqui fui para a AMAN e, em 1953, saí aspirante. Gostaria de fazer um pequeno parêntese para dizer o seguinte: do meu pai e da minha mãe, recebi um nome digno, sobre todos os títulos; e, do Exército, recebi o resto. Tudo o que sou, que tenho, recebi do Exército Brasileiro, ao qual rendo uma homenagem profunda, por ser uma instituição que honra este País. Aspirante, fui servir em Juiz de Fora, e depois de uma passagem rápida, fui para Olinda-PE. Aí começaram os problemas. Getúlio tinha retornado em 1951; inclusive, a minha Carta Patente – uma preciosidade – é assinada por ele. Os primeiros passos em Olinda, nos idos de 1954, foram preocupantes, vivíamos de prontidão. Aí, aconteceram vários episódi-

os que acompanhei à distância, sem entender ainda – como tenente novinho – o que estava ocorrendo. O atentado da Rua Tonelero, a morte do Major Vaz, a República do Galeão, a assembléia no Clube Militar, as pressões para a renúncia do Getúlio e o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Naquela ocasião, tinha início um processo irreversível, que acabaria desembocando na Revolução de 1964.

O ano de 1958 veio me encontrar em Natal, no Rio Grande do Norte. Era Presidente da República o Sr. Juscelino Kubitschek, desde 1956. Em 1961, Jânio o substituiu. Seis milhões de brasileiros haviam depositado as suas esperanças naquele cidadão. Era uma esperança fantástica, algo novo estava acontecendo neste País. Alguns fatos, entretanto, desvirtuaram aquele início tão promissor. A condecoração de Che Guevara foi como uma bofetada no rosto do Exército. Não podíamos entender aquele fato. Depois, veio a renúncia, e com ela, a decepção do povo. Jango, o Vice-Presidente, encontrava-se na China e provocou o grande drama: ele não deveria, nem poderia assumir. Os militares não confiaram em João Goulart, por suas idéias esquerdistas. Isso trouxe, pela primeira vez, a dissensão no seio das próprias Forças Armadas. E a cisão foi provocada exatamente por um general que resolvera divergir do restante do Exército. Mas o possível confronto diluiu-se diante, talvez, do jeitinho brasileiro que vem, ao longo dos anos, trazendo uma maneira diferente de tratar dos problemas. Aquilo que alimentava o temor de um confronto iminente, jogar irmãos contra irmãos, diluiu-se numa solução conciliadora: o parlamentarismo.

Jango é empossado. A partir daí, o processo de comunização começa a se acelerar. A subversão comunista aterroriza o campo, e as esquerdas começam a pulular dentro dos diversos órgãos do Governo, chegando ao ponto de, praticamente, dominar todos os setores de direção do País. Aí atuam os principais atores: CUT, PUA, UNE, UBES, CNTI, CGT, AP, que tumultuavam as cidades, com greves e outros movimentos desordeiros. As "Ligas Camponesas", através de ações no campo, criavam um clima de violência. Essas entidades, de linha comuno-marxista, provocavam a dissensão no seio da família brasileira e traziam uma preocupação muito grande a todos nós. Jango consegue o retorno do presidencialismo, o que lhe garante mais forças e melhores condições de trabalho.

As Forças Armadas, por sua vez, compreendem que havia chegado ao País a guerra revolucionária, através daquelas entidades, e o Estado-Maior intensifica o estudo desse tipo de guerra. Na ESG, aprimora-se a Doutrina de Segurança Nacional. Na ECEME, a Doutrina de Segurança Interna e Segurança Pública. Os três estudos se completavam. Criava-se um ambiente de antagonismo em todo o País.

Em maio de 1963, deu-se um episódio constrangedor em Natal. O Governador Aloísio Alves convidara o Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos, para

trazer a mensagem da Aliança para o Progresso, um projeto de desenvolvimento financiado por seu país. O Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, que se opunha formalmente a essa visita, declarou ao próprio Governador que iria ignorar a presença do Embaixador na cidade. Naquela ocasião, o Governador fez conhecer, pela imprensa, a posição do Sr. Djalma Maranhão, que contradizia a sua. Meio perdido, Djalma Maranhão, comunista convicto, comunicou o fato a Leonel Brizola que, incontinente, apanhou um avião, no Rio de Janeiro – ele era deputado – chegando a Natal na ocasião em que se desenvolvia a solenidade com o Embaixador Lincoln Gordon. Juntos, Leonel Brizola e Djalma Maranhão promoveram um comício, palco para ataques aos Estados Unidos, naquela linguagem que é peculiar ao pessoal de esquerda. Depois, Brizola passou a um ataque violento, veemente, ao General Antônio Carlos da Silva Muricy, que era o Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7), em Natal, presente à solenidade, junto ao Governador. Leonel Brizola tachou-o de gorila, de outros apelidos e de fujão, porque ele tinha saído, naquela ocasião, da guarnição onde estava, no Rio de Janeiro, para Belo Horizonte, para dar continuidade a um trabalho. Essa agressão ao General Muricy gerou uma reação violenta nos quartéis; a guarnição não se conformava com aquilo e uns seis oficiais se juntaram, resolvidos ao desagravo pessoal. Um outro oficial mais calmo, mais tranqüilo, levou o fato ao conhecimento do General Muricy, que convidou à sua residência os oficiais da guarnição, principalmente os mais exaltados, e convenceu-os de que uma ação dessa natureza seria exatamente a munição de que precisariam para configurar a situação dos militares como "gorilas", ou seja, como opressores, perversos, ditadores. Então, isso é sugestivo, o próprio ofendido conteve a ação que estava na iminência de se desencadear.

A partir dali os tumultos se ampliaram e se generalizaram; nas cidades, eram comandados pelos sindicatos; no campo, principalmente pelas "Ligas Camponesas". Nas Forças Armadas já se notava a quebra da disciplina e da hierarquia, com a rebelião dos sargentos em 1963, em Brasília. No campo, principalmente na Região Sul, os grupos de Leonel Brizola – os "grupos dos onze" – eram a contrapartida das "Ligas Camponesas" do Nordeste.

Em 1964 encontrava-me ainda em Natal quando irrompeu a Revolução. Lá, participamos ativamente de ações preparatórias. Havia um grupo de oficiais que já se vinha dedicando ao assunto e recebia alguma orientação do General Antônio Carlos Muricy, que disse, em certa ocasião, não ter havido uma coordenação. Houve várias coordenações do Movimento, mas não houve uma coordenação geral. Naquela época, recebemos a visita de um civil que fazia a ligação de um pessoal do Sul, conosco. Procurávamos sentir como estava a nossa guarnição, principalmente o

nosso quartel. Dos outros aquartelamentos tínhamos poucas notícias. Certa vez me perguntaram se eu tinha condições de fazer um contato com o 16º RI, em Natal. Respondi positivamente, pois contava lá com um grande amigo, o então Capitão Clésio Ferreira da Costa, falecido há alguns anos, com quem costumava jogar xadrez. Convidei o companheiro para jogar uma partida na minha residência, e enquanto as esposas conversavam numa sala ao lado, perguntei como ele, pessoalmente, estava vendo aquele tumulto, o que tinha acontecido em Brasília, essa situação de desmando e de desgoverno, essa preocupação nossa, enfim. E ele me disse:

– Realmente estamos acompanhando, por quê?

– Olha! Vou abrir o jogo. Está em curso um processo para que, durante o mês de abril, seja desencadeado um movimento, tentando resolver a situação.

– Resolver como? Botando abaixo o governo? – perguntou-me.

Respondi afirmativamente, ao que ele replicou:

– Não conte comigo, estou fora, porque isso é ilegal.

– Meu amigo, você tem duas alternativas: esquecer que esteve hoje aqui, ou me denunciar, porque o processo vai ocorrer – disse, meio perdido.

Não tínhamos idéia de quando esse processo irromperia, se precipitado por algum acontecimento, ou não. O certo é que o Movimento se desencadeou e a situação em Natal foi controlada, por várias razões, pelo Coronel Mendonça Lima, que comandava a guarnição, pois o General Comandante se encontrava em Brasília e só chegou depois dos oito primeiros dias da Revolução, quando tudo já era fato consumado. O almirante, procurado para assumir, disse que não tinha condições de controle; era bom que ficasse nas mãos do Exército. O Comandante da Base Aérea foi substituído, e o que o substituiu aderiu, imediatamente, à ação e ao Movimento. Assim, acompanhei a evolução dos acontecimentos que culminaram com a Revolução de 1964, em Natal.

Na verdade, a Revolução se revestiu de aspectos diferentes, nos diversos Estados, embora fosse motivada por causas imediatas semelhantes. Entretanto, diria que a Revolução de 1964 é resultante de um processo evolutivo da formação política do Brasil, cujas raízes estão profundamente fincadas na forma de como foi instalada a República, e passa, necessária e obrigatoriamente, pelas revoluções de 1922, de 1924, de 1930, de 1932; pela Intentona Comunista, obviamente um fato muito grave; pelo golpe de 1937; pela redemocratização do Brasil, em 1945, e pelo processo de comunização que há muito tempo se desenvolvia, e mais se acentuou após a renúncia de Jânio quadros.

Lógico que a tudo isto estava associado o panorama político a que me referi, embora de maneira superficial. A este propósito, gostaria de lembrar, mais especi-

ficamente, aquilo que vivenciei no Rio Grande do Norte, a atuação dos sindicatos e das ligas camponesas. Havia alguns sindicatos. O principal e o mais atuante, que paralisava a economia do Estado, era o Sindicato dos Ferroviários, porque grande parte da produção do Rio Grande do Norte era escoada através da ferrovia. Naquela época, as nossas rodovias eram extremamente precárias, a malha viária, na sua grande maioria – até a BR - 116 – era toda só de piçarra. O segundo grande elemento perturbador da ordem, anteriormente já citado, eram as ligas camponesas, que inclusive atuavam através de invasões, algo parecido com o que hoje está sendo praticado pelos chamados "sem-terra". No campo, principalmente, havia um descalabro, provocado por invasões de fazendas produtivas. Cito um exemplo: tivemos a oportunidade de fazer uma manobra com o nosso grupo de artilharia, o II/7º Regimento de Obuses 105mm, numa área que nos foi cedida pelo proprietário, que não tinha o menor direito, nem de chegar à porteira. Era uma fazenda altamente produtiva, exportava toda a produção da região de Sapé, na Paraíba, para o Exterior. Fizemos um acampamento por lá e tivemos a oportunidade de ver o que é capaz de desestruturar uma organização que funcionava bem e que fazia seu comércio com o Exterior, rendendo dividendos para o País. Pois bem, a fazenda foi invadida, foi loteada entre as famílias e, a partir dali, cada uma resolveu plantar no seu quinhão ou deixar de plantar. Na realidade, a produção de abacaxi caiu, até se tornar, praticamente, inexistente, tal a desestruturação deixada.

Eis o resultado da ação perversa das "Ligas Camponesas" do comunista Chico Julião, cujos integrantes não tinham a menor noção de preparo do campo nem de respeito às pessoas, mas eram insuflados à prática dos crimes mais hediondos: seqüestros, estupros, assassinatos e outros. A maioria dessas pessoas nem trabalhava na zona rural e suas lideranças eram os eternos aproveitadores da miséria alheia, que eles mesmos provocavam. Coisa própria da mentalidade comuno-marxista. Atualmente, vem-se repetindo o mesmo comportamento das "Ligas Camponesas" nesses movimentos chamados Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos integrantes se compõem de hordas andantes para invadir e destruir propriedades produtivas, e extorquir as pessoas que realmente se organizam para trabalhar no campo.

Entretanto, no que diz respeito à subversão ideológica, ela não se restringiu ao campo, mas, como um câncer, espalhou-se por todos os setores vitais da vida nacional. O objetivo era desestabilizar, definhar a Nação para dominá-la, implantar a "ditadura do proletariado", tomar-lhe o poder.

A disseminação da ideologia comunista, acompanhada das ações subversivas e terroristas que a esquerda praticava em todo o território nacional, era precedida de uma propaganda de origem interna e externa – União Soviética, China, Albânia,

sobretudo de Cuba – de feito clandestino. Foi o que se observou da farta documentação apreendida nos sindicatos, especialmente no Sindicato dos Ferroviários e junto com as "Ligas Camponesas", no Rio Grande do Norte. Entre essa documentação, encontravam-se publicações de natureza doutrinária, livros de caráter ideológico, como o *Manifesto Comunista*, observações sobre viagens à União Soviética, inclusive sobre o ensino, além de outros documentos. Outro processo de subverter a ordem e de incutir nas pessoas, sobretudo nos alfabetizados, a doutrina comuno-socialista, era o chamado Método Paulo Freire, cuja campanha de divulgação era "De pé no chão também se aprende". Não se discute a objetividade do método, mas o seu conteúdo, recheado de luta de classe, usado pelo comunismo para antagonizar a sociedade, através da exploração das contradições sociais existentes. As ligas camponesas se utilizavam de todos esses expedientes para espalhar a violência no campo, e no Rio Grande do Norte ainda se aproveitavam, não da aliança, mas da indiferença de uma parcela do clero, que hoje se mudou de vez para o lado das esquerdas. Confunde-se caridade evangélica com aliciamento ideológico dos mais humildes, para deles se aproveitar para fins políticos.

Certa vez se fez presente no Rio Grande do Norte uma das maiores figuras do episcopado brasileiro – Dom Eugênio Sales – de quem Célio Borja diz ser o prelado mais respeitável no Brasil, pela cultura geral e teológica. Pois bem, Dom Eugênio, com o intuito de se contrapor às "Ligas Camponesas", criou um mecanismo, dentro da própria Igreja, para cooptar as lideranças do campo, num bloco capaz de entestar aquelas ligas. Teve algum sucesso. No mínimo, despertou a consciência daqueles desprotegidos da lei para o perigo que os rodeava. E, como o entendo, o desabrochar dessa consciência foi o maior estopim a fazer explodir o Movimento de Março de 1964. Pois ao termos consciência de que o comunismo estava em vias de dominar o Brasil, todas as forças vivas desta Nação – a Igreja, a Família, o Povo e as Forças Armadas – agiram como um raio, e em menos de 24h devolveram a tranqüilidade ao País.

Nessa ativação da consciência nacional contra o perigo iminente, tiveram expressão muito boa os formadores de opinião que, na época, também se sensibilizaram com o problema. Todavia, quando as coisas correm num crescendo para encher um continente, existe sempre a última coisa que o faz extravasar. Aqui, neste sentido metafórico, o continente é a própria sociedade consciente que se vai extravasar, com a ocorrência de mais três fatos desastrosos que ela não suportaria mais. O primeiro foi o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, onde se virou pelo avesso o que ainda restava da ordem legal, na presença do Presidente da República e de seus ministros, incluindo os militares. Houve quem quisesse impedir esse comício, mas o General Antônio Carlos Muricy se opôs, dizendo que o exagero

irresponsável da esquerda nos seria bem mais vantajoso. O segundo fato, a 26 de março, foi o levante dos marinheiros chefiados pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Era a evidência da indisciplina na Marinha, com o risco de propagar-se nas duas outras Forças Singulares. O Ministro da Marinha tentou punir os amotinados, sendo demitido pelo Presidente da República. O terceiro fato foi o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964, oferecido por sargentos e cabos ao Presidente da República e a seus ministros. Nova demonstração de indisciplina e a repetição dos discursos do dia 13 de março. É provável que este terceiro fato tenha feito o General Mourão Filho precipitar os acontecimentos, pois a eclosão do Movimento estava prevista para 2 de abril de 1964, por razões táticas, como já disse. De qualquer forma, essa eclosão tinha que ocorrer antes de 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, data que vários documentos da cúpula comunista indicavam para a implantação final do comunismo no Brasil.

Há muito tempo o povo brasileiro vinha-se manifestando contrário aos desmandos que se sucediam no País. Movimentos nesse sentido foram desencadeados, sendo que o mais importante ganhou expressão nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Em todos esses movimentos, a tônica era uma concitação às Forças Armadas, em especial ao Exército, para que cumprissem sua missão constitucional e dessem um basta naquele estado de coisas. Isto não deixa dúvida a quem quer que seja, de boa-fé, de que as Forças Armadas agiram pelo povo, com o povo e para o povo, portanto, integradas a ele, de quem foram intérpretes fidedignas, intérpretes do sentimento nacional. E foi com essa característica de povo que o movimento vitorioso ficou conhecido como Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Revolução, sim. Pelo seu aspecto de abrangência popular de âmbito nacional, pelas transformações profundas que ela realizou na vida do País. Tirando-o do atraso e colocando-o no caminho do progresso, através de realizações que o sustentam até hoje, porque, de lá para cá, nada se fez. Admite-se, contudo, que ela não tenha transformado certos setores, como a Justiça, talvez por circunstâncias justificáveis; mas nem por isso deixa de ser Revolução. E esta Revolução teria trabalhado muito mais pelo Brasil e por seu povo se não tivesse sido obrigada a desviar esforços para combater guerrilheiros, terroristas, seqüestradores e outras coisas ruins, que os comunistas arrumaram para prejudicar o povo brasileiro. Combateu-os e venceu-os a todos, mesmo com o preparo em guerra revolucionária que eles adquiriram no Exterior (Rússia, China, Albânia, Cuba).

O tamanho dos prejuízos sofridos pelo povo brasileiro crescia na medida em que aumentava a extensão dos crimes planejados e praticados pela esquerda

ideológica contra a Revolução de 1964. Um dos maiores prejuízos para a sociedade brasileira foi o desvio de parcela de sua juventude para as ações terroristas de cunho ideológico-marxista. Outro prejuízo irresponsável se constituiu nas três centenas de mortes praticadas e provocadas pelos comunistas, sem contar os inúmeros paraplégicos deixados. Para se ter uma idéia, no dia 25 de julho de 1966 a Ação Popular fez explodir uma bomba no Aeroporto dos Guararapes, no Recife. Foram assassinados aí dois cidadãos – o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho – e 14 outros ficaram feridos e mutilados. Este foi um dos primeiros atentados bestiais praticados pela esquerda, que cometeu outros crimes abomináveis contra civis inocentes e contra instituições, praticando seqüestros de pessoas comuns e até de autoridades, como foi o caso do Embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick. O pior de tudo isto, porém, é que os bandidos atuais, os integrantes do crime organizado, retiraram, dessas ações delituosas da esquerda, todas as lições de que necessitavam para a prática de seus crimes, incluindo as táticas e técnicas de seqüestro, de atentado, de arrombamento. Agora, o maior cinismo da esquerda é não aceitar a contra-ofensiva dos órgãos de manutenção da ordem interna, como se ela e seus lacaios fossem absolutos nas terras do Brasil.

Atualmente, numa significativa semelhança, os criminosos, os bandidos comuns, de que já falei, se sentem absolutos na prática de seus crimes e na impunidade. Na verdade, a partir da "Constituição Cidadã", o volume de direitos sem deveres aumentou tanto que, o que era crime antes, passou a ser direito, sendo, depois, incorporado aos "direitos humanos" da esquerda, pois nota-se que, em qualquer lugar, esses "direitos humanos"estão sendo manipulados, até na ONU. O que os comunistas queriam, em 1968, eram leis semelhantes às que existem hoje, que os ajudassem a implantar no Brasil, inicialmente, um regime de anarquia e, em seguida, um estado comunista. A Revolução os derrotou e reforçou a democracia no Brasil; não era admissível permitir que alguns ideólogos degenerados mergulhassem o País numa violência irracional. E, contra a violência, só mesmo lei forte e ação enérgica. Foi assim que surgiu o imperativo de promulgar o Ato Institucional nº 5, que se legitimou por sua finalidade: combater a violência e outros abusos que começaram a ser praticados contra o povo brasileiro, em desrespeito à própria Revolução.

Por motivos e finalidades semelhantes, foram criados os DOI, o CODI e o SNI. Nas condições do pós-guerra, da guerra fria e de outras situações internacionais criadas, representam o apoio que não possuía o sistema de informações. Só uma mente perturbada, como a do Sr. Fernando Collor, ou comprometida com políticos

contrários aos interesses nacionais, cometeria a loucura de desativar os nossos órgãos de informação, uma perda irreparável para os interesses do Brasil. Basta considerar que o nível de cultura do pessoal de informações era dos mais elevados do mundo. A Escola Nacional de Informações (EsNI) fazia uma seleção rigorosa do pessoal, tanto do ponto de vista intelectual como cultural, e mantinha intercâmbio com órgãos de informação de vários países, como os Estados Unidos, Alemanha, França e Israel. Os civis, que constituíam a grande maioria dos alunos, recebiam formação de alto nível para análise de problemas internos e externos e para assessoramento da Presidência da República. Há que se compreender, porém, que pode até ter havido equívocos. E onde não os há, em se tratando de atividade humana? Todavia, a competência e a disciplina foram as características marcantes da formação da EsNI. A preparação de brasileiros com tal nível de formação seria uma garantia da continuidade de comportamentos governamentais, capazes de projetar, num futuro distante, a posição externa e o bem-estar interno que a Revolução já havia conquistado para o Brasil. Em tais circunstâncias, a própria Revolução poderia considerar cumprido o seu papel no que diz respeito aos governos militares, restituindo o poder aos civis. Neste caso, entendo que a grande oportunidade teria sido no final do Governo Médici, tendo em vista que o País, até então a 40º economia do mundo, fora alçado à oitava posição, sinônimo de desenvolvimento e de tranqüilidade social. Era o milagre brasileiro. O tempo, além dessa oportunidade, seria desgastante, já que a nossa preocupação tem outra destinação, a guerra. Entretanto, isto não quer dizer que não temos capacidade de exercer o poder, em certas circunstâncias. Tanto temos que a tivemos em 1964, quando fomos obrigados a assumir o Poder. Era uma Revolução que se legitimou pela sua própria finalidade, pelo aval do povo e pela vitória incontestável.

Uma Revolução cria suas leis e seus direitos, com uma diferença: a Revolução de 1964 procurou ser a mais legalista possível, dada a sua característica fundamental de defensora da democracia. Mesmo assim, teve que usar meios disciplinadores para assegurar seus objetivos. Assim, foi obrigada a cassar os maus políticos e os subversivos da ordem; e a combater a violência ideológica. Se houve excessos, não eram institucionalizados nem faziam parte da doutrina da Revolução. A imprensa, na maioria das vezes, disse o que quis, sem restrições, desde que útil ao País, à formação de uma opinião pública sadia. Em suma, os formadores de opinião pública sempre gozaram de todos os direitos durante a Revolução, menos um: o de ser contra a Revolução. Talvez seja por isso que, até hoje, aqueles mesmos terroristas preparados em Cuba e alhures para implantar a violência no Brasil, chamam a Revolução de 1964 de "ditadura", "anos de chumbo" ou "golpe de estado". Eles que, nos

dias de hoje, chafurdam a mídia e os órgãos formadores de opinião pública, escondem o que se passa nas ditaduras comunistas. E mentem, e difamam, e criam escândalos, e propagam o crime e a violência, e ganham dinheiro à custa disso.

Durante o período revolucionário funcionou tudo o que funciona numa democracia. O Congresso – que eles queriam fechar – funcionou. O Poder Judiciário – que eles não respeitavam – funcionou. O Poder Executivo – que eles queriam transformar no superpoder ditatorial do proletariado – funcionou às mil maravilhas. Ainda houve eleições, devidamente previstas no calendário eleitoral. E os ministros, que assessoravam o presidente, eram, na sua maioria, civis, escolhidos, cada um, por sua competência e zelo pela coisa pública. Com tais características, aqueles que viveram a Revolução e dizem a verdade, exclamarão aos quatro ventos: "Bendita ditadura, que salvou e fortaleceu a nossa democracia!" A História dirá isto um dia, que não deve estar longe.

Falei há pouco em zelo pela coisa pública. E um dos mandamentos maiores deste zelo é o comportamento irreprochável no trato com os recursos públicos. Neste comportamento se enquadram todos os militares que exerceram cargos, encargos e funções públicas, durante o período revolucionário. Jamais se ouvirá falar que se tenham aproveitado dessas situações para auferir vantagens pessoais. Muitos deles saíram mais pobres do que quando entraram. Cito, como exemplo, os próprios presidentes militares, todos já falecidos. Levaram uma vida simples, frugal, espartana mesmo. Morreram como viveram, na simplicidade. Em especial, apresento o exemplo do Coronel Mário David Andreazza, de quem as más línguas diziam que se havia locupletado de recursos do Ministério dos Transportes. Ao falecer, o Coronel Andreazza não tinha com que custear o próprio enterro. Os amigos o fizeram. A viúva do Presidente Médici, em idade avançada e doente, vive praticamente às expensas de amigos.

A Revolução foi um marco no desenvolvimento do País. Inaugurou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e, através dele, desencadeou um processo de realizações em benefício do País. A Revolução dotou o Brasil de um dos sistemas de comunicação mais modernos do mundo, e construiu mais de 70.000km de estradas pavimentadas de boa qualidade. A Ponte Rio–Niterói, a Estrada do Aço, as hidrelétricas de Boa Esperança, Tucuruí e Itaipu, são obras da Revolução, que ainda construiu o Porto de Tubarão e os aeroportos do Galeão e de Guarulhos. O Banco Central, o Banco Nacional de Habitação, o FUNRURAL e o Estatuto da Terra – embrião de uma política agrária no País – são também realizações do período revolucionário. Na verdade, seria necessário um trabalho específico para comentálas. E não é demais dizer que o Brasil vive hoje dessas realizações, sobretudo no

campo energético e no campo das comunicações e dos transportes. Deu-se um salto enorme na educação, tanto no ensino básico, como no universitário. Todos os campos do desenvolvimento receberam os benefícios da Revolução. Por isso, os homens honestos deste País consideram-na um marco da nossa História, e enxergam um Brasil antes e depois de 1964. Porém os derrotados até calam, de má-fé, diante das realizações do período revolucionário, como se fosse possível criar um hiato, no tempo e na História, para elidir a Revolução.

O que eles queriam era a violência permanente dos países comunistas, sendo exemplo a União Soviética, a China, a Albânia e Cuba. Sabe-se, hoje, que mais de cem milhões de vidas foram ceifadas pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), nos países por ele dominados. A recente abertura dos arquivos de Moscou, sede do MCI, confirma esses crimes, comentados por autores franceses, todos comunistas ou ex-comunistas, no trabalho intitulado *O Livro Negro do Comunismo*. Uma boa parcela desses crimes é debitada à América Latina, especialmente à Colômbia, ao Peru e, sobretudo, a Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram executadas a mando de Fidel Castro e Che Guevara. Enquanto isso, considerando-se este balanço macabro de cem milhões de mortes atribuídas ao MCI, no mundo, estima-se, no Brasil, não mais que três centenas de mortes – mesmo assim, lamentáveis – fato que se deve, em sua maior parte, ao espírito pacífico do povo brasileiro, à formação de alto nível de suas Forças Armadas, ao excelente sistema de informação, mas sobretudo ao apoio do povo. As nossas Forças Armadas repudiam a distinção de raças, de credos e de classes sociais. São cristãs e vêm, na maioria de seus integrantes, da classe média, do povo, das três raças, numa só: a raça brasileira. Daí, sua nobreza de pensamento e sentimento.

Ainda no começo do período revolucionário já se pensava em devolver o Poder aos civis, assim que fosse concluída a missão que a Revolução se impôs. O Presidente Castello Branco pensou e pensou muito nesse sentido, mas a própria esquerda, com a sua desastrada luta armada, contribuiu, decisivamente, para o alongamento do período revolucionário. Debelada a luta armada, estava preparada a grande oportunidade para a transmissão do Poder, no final do Governo Médici. Entretanto, urgiam medidas de reconciliação nacional, que começaram com a abertura política do Presidente Geisel, culminando com a Lei da Anistia do Presidente Figueiredo. Missão cumprida, Poder devolvido aos civis, os militares se voltaram para a sua missão constitucional de defesa da soberania da Pátria.

Vejo nessa abertura política, sobretudo na Lei da Anistia, as mudanças mais significativas para o pleno funcionamento do poder civil. Lamentavelmente, os vencidos de 1964, até hoje, não as quiseram compreender devidamente. Cegos pelo

ranço ideológico, pela intolerância política e pelo "revanchismo", não quiseram compreender a grandeza que elas continham, até para a sobrevivência política do País. Elas personificam o exemplo que deu certo – o exemplo de Caxias – ao concretizar a unidade nacional com o respeito mútuo entre os brasileiros que se digladiavam na fase das nossas lutas internas, por ele vencidas, alcançando a pacificação.

Com a queda do Muro de Berlim e com o desmoronamento da União Soviética, os vencidos de ontem perderam as bandeiras e o encosto, e por isso esperneiam na obstinação corrosiva, como uma maneira de sobreviver. Assim, estão tratando, por exemplo, a Lei da Anistia, que maldosamente interpretam como se expressasse o apanágio de direitos, única e exclusivamente deles, e não o perdão de seus crimes e de todos os brasileiros envolvidos, capacitando-os à harmonia geral da Nação brasileira. Cometeram crimes, tiveram mortos nessas ações criminosas e, agora, com a conivência do próprio Governo, escorando-se nuns "direitos humanos" de uma perna só, exigem indenizações, que estão sendo concedidas aos seus familiares, ultrajando a própria Lei da Anistia. Enquanto isto ocorre, aqueles que deram a vida em defesa da lei e da ordem do povo brasileiro – como o Major Martinez e muitos outros, mortos no cumprimento do dever – estão jogados na vala do esquecimento público. Aqueles que sobreviveram, mas lutaram, denodada e bravamente, pela mesma causa da defesa da ordem, são execrados, perseguidos ferozmente por aqueles que integram os "direitos humanos" de uma perna só, personificados no famigerado grupo Tortura, Nunca Mais. É a ignomínia unilateral da Lei da Anistia. Esses companheiros, verdadeiros heróis em vida, estão entregues aos seus próprios destinos, expostos a todo tipo de vitupério, de injustiça, e até de agressão. Ao mesmo tempo se erige busto ao terrorista Marighela, levanta-se estátua ao *condottiere* comunista Carlos Prestes, o Deputado José Genoíno Neto se confessa guerrilheiro de Xambioá, e tudo fica na mais acomodada aceitação. É um contra-senso. De repente, o imoral é decente, a mentira passou a ser verdade, o crime se torna virtude e por aí vai. Que hermenêutica é esta? Onde a foram buscar? Que gênio diabólico a idealizou tão fora da razão e do juízo?

Interessante é que as Forças Armadas ensarilharam tais armas há muito tempo, mas a guerra suja unilateral continua. As injustiças continuaram contra o General Dr. Fayad, proibido de exercer a Medicina pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, por ter sido considerado suspeito de ter participado de torturas. Contra o Dr. Campelo, que não é militar, mas proibido de assumir a chefia da Polícia Federal, por denúncia de tortura formulada por um padre que nunca o vira antes. Outras injustiças têm ocorrido e vêm ocorrendo, sem que ninguém dê um basta nisso. Parece até que os dirigentes do País estão coniventes

com tais injustiças. Todavia, os admiradores e autores de tais injustiças, que não acreditam nem neles mesmos, também não acreditam na inteligência e na capacidade de julgar do povo brasileiro. E é exatamente este grande e sábio povo quem julga as suas Forças Armadas. Ele as julga pelo que sabe e pelo que sente. Sabe, porque acompanha as suas Forças Armadas na seriedade de sua formação, na sinceridade de sua ação, na responsabilidade de seus atos e na sua destinação constitucional. Sente, porque vive a vida dedicada e sofrida da caserna, através dos filhos que, anualmente, prestam o serviço militar. A família cria um sentimento crescente de admiração ao militar e, conseqüentemente, às Forças Armadas. Daí o elevado conceito de que os militares gozam perante a opinião pública. Por outro lado, esse conceito demonstra o quanto o povo brasileiro está unido às suas Forças Armadas, que já anularam ameaças passadas contra a Nação, vindas do comunismo e do nazifascismo.

Atualmente, porém, as ameaças são bem diferentes e mais capciosas, partidas do capital especulativo internacional e, em especial, da cobiça dos demais países, principalmente da Europa e dos Estados Unidos sobre a nossa Amazônia. Para enfrentarmos tal ameaça, torna-se necessária essa união entre brasileiros, e imprescindível um desenvolvimento abrangente de todas as camadas sociais, para o que só há uma solução: uma maciça aplicação de recursos na área educacional, capaz de proporcionar uma mudança na pirâmide social, pela melhoria na distribuição de renda. A má distribuição de renda no Brasil é vergonhosa, um dos entraves ao nosso desenvolvimento. Tenho feito, aqui em Fortaleza, algumas pesquisas em certas entidades, como o Lar Torres de Melo, por exemplo, e tenho constatado que o nível educacional de nosso pessoal é baixíssimo e, conseqüentemente, a sua produtividade tem que ser baixa. Por outro lado, para nos contrapormos à ameaça à Amazônia, há necessidade de uma intensificação do civismo, principalmente junto à juventude. Hoje, relegado a um plano secundário, menos por culpa dos jovens e mais por culpa da escola, que deixou de cultuar o civismo. Haveremos de vencer essa nova ameaça, com a graça de Deus, mas também com união, com educação abrangente e de qualidade, com desenvolvimento, com justa distribuição da riqueza, condições que, em seu conjunto, oferecem as perspectivas de rápida saída do atraso.

Quanto ao caso específico da defesa da Amazônia, cumpre entender que não é uma missão única e exclusiva das Forças Armadas. Urge reativar o Projeto Calha Norte, com a participação efetiva de todos os ministérios, impulsionados por uma vontade política rigorosa e firme. Ao mesmo tempo, há que se mobilizar a opinião pública em torno da seriedade que o assunto exige, para que o povo,

consciente do problema, preste sua colaboração irrecusável à manutenção da Amazônia dentro da soberania nacional. A Amazônia é uma região muito ampla, com enormes vácuos populacionais, subsolo muito rico e detentora do maior manancial de água potável do mundo. Tais características, entre outras, a tornam perigosamente cobiçada pelas potências mais poderosas da Terra. Seu abandono relativo, além de facilitar essas ameaças, cria condições de surgimento de quistos, e permite o desenvolvimento de ações de cunho ideológico ou econômico.

Comentarei, a este propósito, a experiência adquirida, em decorrência do surgimento de um quisto na área compreendida pelas terras que ficam ao norte do então Estado de Goiás, hoje, norte de Tocantins, ao sul do Pará e a sudoeste do Maranhão, portanto, na junção de três Estados. Reconhece-se, de antemão, a propriedade com que esta área foi escolhida: se a intenção das ações a serem desencadeadas era criminosa, a coibição por parte dos Estados envolvidos e, mesmo por parte da União, se tornavam difíceis, dado o relacionamento jurídico. Pois bem, o Sr. João Amazonas, do PC do B, iludiu vários jovens, sobretudo universitários, e os jogou dentro dessa área, com o objetivo primordial e deliberado de formar uma "área liberada" para o movimento comunista internacional, que fosse reconhecida pelos países da cortina de ferro, os países comunistas da Europa Centro-Oriental. Essa região de selva, de mata densa, de fácil transporte fluvial, rica de alimentos, permitindo adequada sobrevivência, foi criteriosamente selecionada para ações de guerrilha, com a finalidade já indicada. E quem eram os guerrilheiros? Jovens enganados, explorados nos arroubos de sua juventude, orientados na ilusão de que iriam salvar o Brasil, e, assim, foram mandados para lá. Envidaram todos os esforços e adotaram todos os métodos e processos para que a área não fosse descoberta, nem conhecidas suas intenções pelas autoridades constituídas. As Forças Armadas, que eles tachavam de repressivas, por um acaso e por uma sorte, descobriram a área e o que lá se passava, antes que fosse tarde demais, antes que eles dominassem o lugar e o ocupassem à maneira militar. A conquista da população local era vital para o sucesso de um ou outro lado. Mas essa população ficou do lado da ordem. Não havia grandes antagonismos exploráveis na área, e sua população, paupérrima, vivia simplesmente da extração da castanha-do-pará. Não havia investimentos governamentais ou iniciativas privadas que viessem atender às carências daquela gente. Começou-se, então, a desenvolver trabalhos que beneficiassem aquela população. E foi assim que se conquistou o seu apoio.

Os guerrilheiros, também, tentaram obter o apoio da população, através de trabalhos em benefício dos rurícolas locais, distribuindo remédios e fornecendo receituários. Entre eles havia estudantes, em níveis de pré-vestibular de Medicina,

inclusive um cearense chamado Dover Cavalcante. A área, porém, era muito ampla e a população, muito dispersa. Não conseguiram lá grande coisa em termos de apoio, mas prosseguiram nas atividades da guerrilha: instrução militar, conhecimento do terreno, busca de suprimentos. Os guerrilheiros tinham suas normas de ação, rígidas e severas. Aí se previam faltas consideradas gravíssimas, punidas com a pena de morte, a que eles chamavam de "justiçamento", como por exemplo: fuga perante o inimigo – o inimigo éramos nós, das forças da lei e da ordem – apropriação de bens, roubo, abandono da área sem autorização. Isto criava, no espírito do guerrilheiro, uma aparente dedicação à causa, que se radicalizava na obstinação pelo medo, a ponto de se entregar ao sacrifício extremo, em qualquer circunstância.

Mas, voltando ao Dover Cavalcante, este rapaz conseguiu ser retirado da área pelas forças da ordem e entregue aos cuidados de um outro cearense, oficial do Exército, cujo nome não estou autorizado a citar, a quem já havia assegurado desejar voltar a Fortaleza, onde tinha família bem constituída e onde, de público, poderia confessar seu equívoco em relação àquela ideologia sem Pátria e sem Deus. A partir daí, seu conterrâneo redobrou os esforços para recuperá-lo: conseguiu liberá-lo de processos mais demorados a que teria que responder; trouxe-o para Fortaleza, onde o convenceu a continuar os seus estudos; orientou-o, por muito tempo, no sentido de cumprir seu desejo de abandonar aquela ideologia que estava estragando a sua vida; de forma que, através de todas essas medidas, o oficial em questão conseguiu do Dover a garantia explícita e sincera de sua recuperação. Entretanto, passado algum tempo, antes mesmo de cumprir sua pena no Presídio Paulo Sarazate, em Fortaleza, de onde conseguiu autorização para fazer o vestibular e freqüentar o curso de Medicina, Dover se revela o mesmo guerrilheiro de antes, o mesmo marxista radical da linha albanesa, que sempre adotou. Uma vez libertado e já formado em Medicina, graças à ajuda dedicada e desinteressada daquele oficial, vivendo livremente, escreveu um artigo execrando o Exército. Era a forma de reconhecimento que todo comunista sabe fazer: a ingratidão. O comunista perpetra qualquer crime contra quem quer que seja que não comungue de suas idéias, mas julga que suas futuras vítimas têm obrigação de ajudá-lo. O Dover é exemplo típico. Faleceu recentemente, aferrado à ideologia comuno-marxista.

Agora, uma pergunta que me faço para me dar azo a respondê-la: "Como as forças da ordem vieram a tomar conhecimento das guerrilhas do Araguaia?" Aqui em Fortaleza havia um casal de jovens estudantes, de cujo nome não me lembro agora, que, envolvidos com a subversão, prestavam contas à Justiça. De repente, este casal fugiu da área e passou a ser procurado pela Polícia Federal. Entrou para a clandestinidade. De acordo com a história que os dois contaram posteriormente,

foram para São Paulo procurar apoio junto a outros elementos, também clandestinos. Foram levados para Xambioá, onde se preparava um núcleo de guerrilheiros. Sem dinheiro, o casal andou se apropriando de certa quantia e se foragiu. Duas faltas gravíssimas que, conforme as normas já citadas, eram punidas com a morte. Foragidos, sem destino, os dois voltaram para Fortaleza, onde foram detidos pela Polícia Federal, que os ouviu. Contaram uma história sem muito sentido, com referência a um lugar chamado "Shangrilá", que não tinha como ser identificado. A conversa deles levava a crer que nunca haviam passado por Xambioá, que eles vinham de uma outra área. Em vista dessa confusão criada, o rapaz foi mandado para São Paulo e convencido a contar o que sabia. A inteligência de São Paulo conseguiu identificar "Shangrilá" como sendo o codinome de Xambioá, área de jurisdição da 8ª Região Militar.

Acionada, a Polícia do Pará desencadeou ações de patrulha na área. Nessas ações de patrulha, foi assassinado um cabo, por um dos chefes guerrilheiros, chamado Negrão, e os guerrilheiros seqüestraram o cadáver, negando-se a entregá-lo. A área de informações da 8ª RM confirmou a existência de focos de guerrilha em Xambioá, no sul do Pará. Então, a 8ª RM se preparou para combater o que se pensava fosse um simples embrião de guerrilha. Os contatos iniciais, porém, mostraram que não se tratava de um simples embrião, mas de um movimento guerrilheiro que já havia tomado vulto, e que o nosso pessoal não estava preparado para enfrentá-lo. O Estado-Maior do Exército, que vinha acompanhando os acontecimentos, enxergou a gravidade da situação e, confrontando dados de outros órgãos de informações, resolveu montar uma operação de vulto, com base numa Brigada de Infantaria e três batalhões, para operar na área, no prazo exíguo de quarenta e cinco dias.

Neste período, foram feitos alguns prisioneiros, entre os quais o Dover Cavalcante, personagem da história já contada, resumidamente. Tomou-se conhecimento da existência de três destacamentos guerrilheiros distintos, atuando em forma de triângulo, na área. A doutrina do PC do B que, através de João Amazonas, conduzia aquele movimento guerrilheiro, preconizava a tomada do Poder pela força. Donde se conclui que aqueles três destacamentos constituíam o embrião de um exército revolucionário, que enfrentaria as Forças Armadas brasileiras e partiria para a tomada do Poder, em prol do comunismo internacional. Aquela área onde estavam atuando se iria ampliando, até formar uma "área liberada" reconhecida pelos países comunistas, transformando-se, assim, numa questão internacional. Esses três destacamentos estavam em torno de três pontos: Marabá, São Gerardo do Araguaia e Serra das Andorinhas, próximas, relativamente, à fronteira tríplice

entre os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. A Brigada, então constituída, manteve um patrulhamento cerrado, uma espécie de cinturão de isolamento da área, com a colaboração das polícias estaduais. Nosso pessoal, entretanto, oriundo de áreas diversas, sem conhecimento das peculiaridades locais, revelou-se despreparado para aquela operação. Havia uma organização, formada na 10ª RM, por uma companhia do Ceará, outra do Piauí e outra do Maranhão, o que dificultava a uniformidade da ação. Ocorreram acidentes fatais com gente nossa e algumas prisões de guerrilheiros, a que já me referi. Esses aspectos negativos observados, associados à doutrina de contraguerrilha, consagravam a tese de que é inócuo combater-se guerrilha com ações convencionais. Então, as operações se descaracterizaram: elementos de informações se infiltraram na área, o apoio da população foi conquistado e a guerrilha se esvaiu.

Agora, quem era o pessoal que compunha a guerrilha? Todos eram filiados ao PC do B e se dividiram em três categorias. Os chefes – João Amazonas, Maurício Grabois e outros. Os comandos, preparados na China, em Cuba, na Albânia. E a massa dos guerrilheiros, composta de jovens universitários ou pré-universitários, na maioria, e que, enganados por João Amazonas e outros, se empolgaram pela ideologia comuno-marxista e entraram para a aventura infeliz da guerrilha. Estes, para a felicidade do Brasil, não tinham grandes preparos, eram comandados. Seu armamento era precário: espingardas, revólveres e facas. Esperavam armamento externo, contrabandeado através da Albânia, que nunca lhes chegou às mãos. Não tinham meios de comunicação, a não ser rádios comuns com os quais espreitavam algumas notícias da capital albanesa sobre o desenrolar das próprias guerrilhas. O mantimento de boca era farto, mas tirado da própria área. Por isso, felizmente, jamais sensibilizaram a opinião pública. Assim, de maneira sucinta, tentei transmitir uma noção sobre as guerrilhas do Araguaia, que entraram no contexto da luta armada da esquerda ideológica contra a Revolução de 31 de Março de 1964. E foram derrotadas.

Apresto-me, agora, a ler umas palavras que escrevi, dirigidas especialmente aos jovens do meu País: “A mensagem de fé de um homem está na maneira de como ele vive a sua vida, e não nas palavras que ele diz” (Henri Drumont, em *O Dom Supremo*). E diria para você, jovem, que tudo, absolutamente tudo, na vida, tem um custo. Quando você faz ou deixa de fazer alguma coisa, paga um preço. Drogas, bebida, dinheiro fácil, desonestidade, desrespeito às leis do País, às normas da sociedade, tudo tem o seu custo, por vezes, altíssimo. São caminhos mais diretos para a destruição de vidas, inclusive a do agente das ações. Só há um caminho, meu jovem, a ser percorrido, pelo qual também você pagará um preço, mas do qual se

orgulhará. Assim como a seus pais e, mais adiante, aos seus filhos, eu lhe aponto o caminho da luta para vencer na vida, com as armas da honestidade, da dignidade, do estudo e do trabalho. O entusiasmo, a mente aberta e sonhadora, a impetuosidade e todos os atributos que são intrínsecos e inerentes à juventude, constituem a matéria-prima de que se aproveitam os elementos interessados em "modificar o mundo", à maneira deles; transformando jovens em massa de manobra, para a consecução de interesses escusos. Jovem, não se iluda com o canto de sereias dos que lhe queiram cooptar para a luta em prol de ideologias estranhas, que nada têm a ver com as nossas origens e com a nossa formação. Ame este País, dele se orgulhe. O Brasil é uma grande Nação. Depende apenas de nós, do nosso esforço, do nosso trabalho, fazê-lo cada vez maior e mais respeitado no concerto das nações.

Coronel Paulo César Romero Castelo Branco

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais atividades militares: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); assessor de gabinete do Ministro do Exército; Comandante do 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza-CE; e Chefe de Seção de Doutrina, no Estado-Maior do Exército.
- No exterior: Adido das Forças Armadas junto à Embaixada brasileira em Teerã, no Irã; Delegado permanente do Exército Brasileiro junto à Conferência dos Exércitos Americanos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso da Escola de Educação Física do Exército.
- Foi assessor da Secretaria de Segurança Pública, em Fortaleza-CE.
- Em 1964, era Segundo-Tenente.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Inicialmente, entendo revolução como uma transformação de costumes, uma evolução de comportamentos, uma mudança cultural, uma mudança em política, seja econômica ou social, e a chamada Revolução de 31 de Março de 1964 não foi isso. Ela foi, sim, um movimento de socorro a um país que estava indo para o abismo. Então eu prefiro chamar de Movimento de 31 de Março de 1964. Muitos analistas, jornalistas, professores, enfim, pessoas que tentam explicar o Movimento – se eu chamar Revolução me perdoem, mas eu já defini o que é que eu penso – remontam a causas de antes da Revolução de 1930. Eu prefiro dizer que, pelo seu significado traumatizante, o antecedente mais distante do Movimento de 31 de Março foi a Intentona Comunista de 1935. Porque foi ali que a ideologia comuno-marxista, pela primeira vez, deu um sinal trágico ao Brasil e à nossa sociedade e fez com que analisássemos a perversidade de que era capaz o Movimento Comunista Internacional (MCI). Bom, depois tivemos o fenômeno da Segunda Guerra Mundial (II GM), que foi uma luta da democracia, do sistema democrático contra o sistema nazi-fascista e, logo em seguida, a guerra fria. Mas, por que é que eu estou citando esses dois acontecimentos? Porque, no bojo desses dois eventos, o de 35 e a II GM, escondia-se a intenção comunista de domínio do mundo, e o meio fundamental para o MCI passar da intenção à prática era a guerra fria. A guerra fria iria estabelecer duas opções à sociedade brasileira e, principalmente, às Forças Armadas: a partir daí, ou se era comunista ou democrata.

O panorama político-administrativo do País, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, apresentou alguma estabilidade política até 1960; era, entretanto, completamente carente de um planejamento administrativo, o que levou a empreenderem-se obras de uma maneira atabalhoada e muito onerosa aos cofres públicos. Depois de Juscelino e dos sete meses do governo de Jânio Quadros, houve muita instabilidade política devido à renúncia deste (25 de agosto de 1961) e à desconfiança generalizada com que contava o Sr. João Goulart que, na qualidade de Vice-Presidente, deveria assumir a Presidência da República. Essa desconfiança, inspirada na sua demagogia populista, nos seus comprometedores conchavos político-partidários e, sobretudo, na sua aliança e compromissos com os comunistas, levou os demais Poderes do País a adotarem uma forma que lhe reduzisse o poder. Foi assim que se introduziu na política brasileira a forma parlamentarista, que permitiu a posse de Jango. Durou pouco a forma parlamentarista. Os aliados de Jango, em particular os comunistas, tanto fizeram que conseguiram o retorno ao presidencialismo, com Jango investido de todo o poder que a Constituição lhe facultava e de outros que a má-fé lhe recomendava.

Daí para frente, os desatinos, as desordens, os tumultos estimulados e dirigidos pelos comunistas, com o aval do Presidente da República se sucederam em cascata,

diariamente. Os empreendimentos estavam parados; os dinheiros públicos, desviados, sumiam; os impostos subiam; a dívida externa aumentava; a inflação galopava; a Nação empobrecia e o povo se desesperava. Este era o quadro, pintado em março de 1964, que me permite afirmar existir um Brasil antes da Revolução e um outro Brasil, depois da Revolução. Antes da Revolução, para se ter uma comunicação com o Rio de Janeiro, tinha-se que ir ao posto dos Correios e Telégrafos, lá no centro da cidade de Fortaleza, e pedir a ligação para o Rio. No setor de transportes, entre as cidades do Nordeste – só para exemplificar – não havia uma estrada asfaltada, não havia uma ponte. Quem quisesse se deslocar para Natal-RN, como eu fiz várias vezes, demoraria 48hs em estrada lamacenta; e, se estivesse chovendo, o rio não permitiria a passagem. No setor de comunicações de massa, o que é que existia? Somente os Diários Associados de Assis Chateaubriand. Enfim, nós éramos "los macaquitos" da América do Sul. Nós não éramos um país: éramos um exportador de bananas que tinha uma pequena fábrica ou montadora de fusca. Essa é que era a realidade brasileira, antes da Revolução.

Vem o Movimento de 31 de Março e, a partir daí, o Brasil passou a ser outro. No setor das comunicações, em que se começou a ter televisão, surge a Rede Globo, que é filha da Revolução. No setor de transportes, as estradas foram asfaltadas e consideravelmente aumentadas. As comunicações telefônicas, via satélite, começaram a surgir. Enfim, o Brasil teve um desenvolvimento rápido e de qualidade. A inflação foi lá para baixo e passou a ser da ordem de 15%; o resultado final e benéfico foi um surto de desenvolvimento que, hoje, não se tem mais. Entretanto, há pessoas, sobretudo na mídia, que, por motivos inconfessáveis, continuam a querer negar tudo isso, dando às gerações futuras uma idéia de que a Revolução foi um mal e não um bem. Esta opinião malévola não me faz mudar o meu pensamento, segundo o qual, embora não tenha havido planejamento prévio de golpe, de derrubada de um governo ou mesmo de implantação de uma política especial, a Revolução foi um socorro mais que oportuno.

Todavia, houve um planejamento tático de última hora para resolver o problema imediato do Brasil, para ocupar esse vácuo político, econômico e social. Houve articulações em busca do apoio dos governadores, porque sem eles ficaria mais difícil uma solução rápida. A sociedade, angustiada mas altiva, veio ao encontro deste plano, estimulando-o com aquelas famosas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Então, diante da iminente derrocada das instituições e da ordem política e social, provocada pela anarquia comuno-janguista, levantou-se o povo brasileiro, articularam-se as lideranças militares da ativa e da reserva entre si e com expressivas figuras políticas ainda não envolvidas na situação degenerescente de então. Daí, a

mobilização do autêntico poder militar e civil de que a Nação precisava, naquele momento crucial. Estreitaram-se os entendimentos entre Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros e destes com os generais Odylio Denys, Cordeiro de Farias e Castello Branco. Os acontecimentos se precipitaram e, no dia 31 de março de 1964, as tropas de Minas, ao comando do General Mourão Filho, coadjuvado pelos generais Carlos Luis Guedes e Antonio Carlos Muricy, com o apoio do Marechal Denys e do Governador de Minas, Magalhães Pinto, iniciaram o deslocamento na direção do Rio de Janeiro, sede do I Exército, cujo comando se suspeitava integrado ao esquema de Jango. Decisão idêntica à de Minas tomou o II Exército, ao comando do General Amaury Kruel que, deslocando-se de São Paulo, ao alcançar a cidade de Resende, já encontrou a Academia Militar das Agulhas Negras, comandada pelo General Emílio Médici, em posição, com seus cadetes na região de Resende/Barra Mansa, defrontando-se com tropas do I Exército. De quase todos os pontos do País, chegaram as adesões político-militares ao Movimento que, em pouco mais de 24 horas, já estava vitorioso, sem derramamento de sangue. Jango abandonara o posto, fugindo para local ignorado, e o Congresso declarou vaga a Presidência da República, ocupada, interinamente (30 dias), pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Sob o comando do General Arthur da Costa e Silva, oficial-general mais antigo na ativa, organizou-se o Alto Comando Revolucionário, que iria deliberar sobre as medidas e procedimentos a serem observados daí para frente. Entre as deliberações estava a inovação do processo de eleição indireta, pelo Congresso, do Presidente da República. Por esse processo foi eleito, para completar o mandato de Jango, o General Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do ciclo revolucionário.

Como a maioria dos integrantes do Exército Brasileiro, ele tinha uma educação fundamentalmente legalista. Por isso, achava que se deveria arranjar uma maneira de consertar as coisas, com o poder constituído. Bom, mas ele foi eleito, assumiu como uma missão a mais a ser cumprida e já com o tempo marcado para sair. E, segundo os analistas, fez um dos melhores governos que esse País já teve, no curto espaço de tempo que se impôs, porque o seu sonho era, depois de consertar aquilo que estava errado, passar o governo ao seu substituto, com um Brasil pacificado e constitucionalmente governável.

Durante o seu mandato, o Presidente Castello Branco esteve aqui, no Ceará, algumas vezes, quando tive o privilégio de participar de sua segurança, sob a orientação do Coronel Lívio Silva de França ou do Coronel Pouman, que eram do Gabinete da Presidência. Certa vez, conversava-se sobre o próximo Presidente da República, indagando-se quem poderia ser. Dessa conversa, além do Presidente, participavam o

General Ernesto Geisel, Paulo Sarasate e Virgílio Távora. Quando os comentários versaram sobre o General Costa e Silva, Castello Branco a ele se referiu nestes termos: “Costa e Silva é um bom Ministro da Guerra, mas será um péssimo Presidente da República”. Ele, que conhecia o seu ministro mais profundamente, podia ter dele essa visão. O fato é que Costa e Silva foi eleito seu substituto e, se a visão de Castello incluía seu estado de saúde, foi aí que ela se confirmou, pois Costa e Silva adoeceu gravemente, pouco tempo depois de assumir a Presidência da República, vindo a falecer.

Depois de um curto tempo de reajuste da situação, o Congresso elegeu o General Emílio Garrastazu Médici que, além de ter enfrentado, com sucesso, a chamada “luta armada” de esquerda, promoveu um surto de desenvolvimento no País como jamais se viu. Basta dizer que o Brasil passou da 48ª para a 8ª potência econômica do mundo. A popularidade do Presidente Médici era tal que, quando foi assistir a um Fla/Flu, no Maracanã, e o locutor anunciou a sua presença, 100.000 pessoas que lotavam aquele estádio o aplaudiram de pé. Por isso, parece-me que aquela foi a primeira grande oportunidade de os militares entregarem o poder ou convocarem uma eleição geral, direta, em que o próprio General Médici, sendo candidato, certamente sairia vencedor. É um ponto de vista.

O certo é que o sucedeu, na Presidência da República, o General Ernesto Geisel, homem sério, discípulo do General Castello Branco, que, sendo legalista como seu mestre, iniciou um processo de abertura política, revogando o AI-5, instrumento adotado no combate à “luta armada”. Este processo teve continuidade com o seu sucessor, o General João Baptista Figueiredo, que no início de seu governo, em pesquisas realizadas na época, obteve 86% de aprovação. Isso mostra que o povo gostava de suas atitudes francas e decididas e não acreditava naquela imagem truculenta que os adversários costumavam passar. Ao Presidente Figueiredo coube a elaboração e promulgação da Lei da Anistia que, embora não cumprida pelos que mais a exigiram, é a expressão da boa vontade em pacificar a Nação, harmonizando as pessoas para uma convivência proveitosa. Assim, o final do governo do General Figueiredo, no começo de 1985, foi também o final do ciclo revolucionário dos governos militares. De lá para cá, o que se vê é a farsa enganosa: a “Nova República”, os governos civis ditos “democratas”, a “Constituição Cidadã” de 1988, a execração da Revolução como obra construtiva, buscando mascarar a descontinuidade e a inação que vem ocorrendo desde 15 de janeiro de 1985. Dentro deste contexto, comentarei algumas passagens que não dizem respeito à Revolução, mas revelam, contra ela, a insensatez e o desvario de alguns.

Ainda há pouco, num programa de TV a cabo, chamado de “500 anos do Brasil”, discutia-se o AI-5, pintado como a pior coisa que já aconteceu nesse País.

Fiquei pensando, com os meus botões: "Será que foi a pior coisa?". Hoje em dia, temos os "Lalaus" da vida, o senador Luiz Estevão, pessoas declaradamente desonestas, que praticam roubos, ficam impunes e se foragem, porque não há um instrumento punitivo, como o AI-5. Não se nega que o AI-5 tenha sido um instrumento de força, pois foi criado para combater a "luta armada" comunista, produzida e imposta pelo terrorismo e pelas guerrilhas, a partir de 1968. Portanto, embasava a função punitiva, de uma Revolução que buscava a ordem, para realizar o desenvolvimento e a segurança que a Nação exigia.

Enquanto, hoje, a mídia investe contra o AI-5, a sociedade brasileira reclama, com razão, da insegurança contra bandidos, assaltantes, terroristas, seqüestradores, corruptos e ladrões de toda a natureza, inclusive os de colarinho branco, todos soltos, por falta de um instrumento destes que a Revolução usou no momento certo, exatamente para coibir essa revoltante situação. Ao contrário, para agravar, atualmente existem certas ONGs de "direitos humanos" pernetas, que só pendem para a esquerda, às quais parecem estar atreladas as atuais autoridades. Tudo isso, porém, é o resultado daquele 15 de janeiro de 1985, quando assumiu o Governo um intelectual que provocou a minha decepção, ao deixar o País com uma inflação de 80%. Depois, veio nova esperança num presidente jovem que, naquele parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília, com o punho levantado, bradou que ia mudar este Brasil, que ia para a televisão dizer que daria um tiro no tigre e acabava com a inflação. Deu no que deu: cassado por corrupção, a esperança novamente se transformou em decepção.

Em seguida, elegeu-se um filósofo, sociólogo, poliglota, com experiência internacional. Porém, a esperança do povo ainda mais se esvaiu, quando as "políticas" articularam-lhe a reeleição. E a esperança cada vez mais se extingue. Não mais existem aquelas motivações construtivas que alimentavam a esperança do povo nos governos militares, quando se construíam estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, moderno sistema de telecomunicações, evoluía o sistema de educação e, sobretudo, cuidava-se da segurança pública. Se o desenvolvimento de hoje é mais visível do que antes de 1964, graças às realizações deixadas pela Revolução, a ambiência operacional é bem pior, porque nada se fez desde 1985, e o povo, marginalizado, alienado e desinformado, só tem o direito de ser enganado, sobretudo nas campanhas eleitorais. Isso tudo vem dando margem ao ressurgimento de movimentos de cunho ideológico que estão se propagando no meio popular e ameaçam a ordem política e social. Lideram tais movimentos o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) – bem mais grave que as "Ligas Camponesas", enfrentadas desde antes da Revolução – e o Movimento dos Sem Teto que, além de

não respeitarem a lei, estimulam o desrespeito à autoridade constituída que, por sua vez, nem sabe ser autoridade.

Pois bem, houve outros absurdos, desprezou-se uma doutrina política que, persistentemente praticada, teria garantido o desenvolvimento permanente e crescente do País. A doutrina do desenvolvimento com segurança, criada e cuidadosamente estudada na Escola Superior de Guerra, foi posta em prática pelos governos revolucionários. Daí o sucesso da Revolução e da sua ideologia genuinamente brasileira, em que se enfatiza a preocupação permanente com o bem-estar do povo e com a segurança nacional, através de um desenvolvimento autônomo e de um nacionalismo econômico, ordenado e ordeiro. Os derrotados de 1964 chamam o período em que se aplicou essa ideologia de "época da ditadura militar". Eles, que queriam implantar ditaduras do tipo "estalinista" e "maoísta", no Brasil, insistem em querer nivelar com elas a liberdade responsável que aqui se viveu, na época dos governos militares. Eu tive a honra de participar da representação do Brasil em Teerã, no Irã, que é uma ditadura xiita (islâmica). O que eu vi lá? O político e o profissional liberal – o médico, o dentista, o advogado – que, pela manhã, trabalhavam na sua profissão e, à tarde, iam para o Congresso Nacional, onde discutiam os problemas do país, trabalhando de graça. Direitos humanos, direito da mulher, não existem por lá. A mídia é proibida de se manifestar. Onde é que aqui, no nosso Brasil, o vereador, o deputado, o senador e o prefeito trabalham de graça para o País? Todos só pensam em alcançar o Poder, em conseguir um emprego político. Aqui se voltam para o interesse pessoal. No exemplo dado, apesar de ditadura, os interesses estão voltados para o interesse do Estado. Numa democracia consciente, deveriam voltar-se para os interesses nacionais.

Mas, até aqui, comentamos assuntos diversos que parecem distanciar-se do tema principal, que é a Revolução de 1964. Não. Não se distanciam; esses assuntos todos guardam fortes conotações com esse Movimento. Todavia, vamos continuar comentando certas situações que antecederam a Revolução de 1964, entre elas, a inflação.

Na verdade, a inflação moderada remonta ao Governo Dutra, que teve de investir para atender ao estágio de desenvolvimento que se impunha, depois da II GM. Citada inflação agravou-se no Governo Juscelino, que investiu em sua programação de governo, para dar continuidade ao desenvolvimento. Entretanto, falou-se, com muita freqüência, da prodigalidade do processo de distribuição e destinação de recursos para a construção de Brasília. De fato, Brasília estava dentro do programa de "50 anos em 5" com que Juscelino definia o seu plano de governo, o que exigia muita rapidez na execução das obras e aplicação dos recursos disponíveis para

atender aos compromissos. Aí é que deve ter ocorrido o desvio dos recursos, o que contribuiu, de certa forma, para inflacionar a vida nacional. Em 1960, Brasília estava concluída, mas ninguém queria mudar-se para lá: toda a administração do País continuava no Rio de Janeiro. Só a partir de 1964, já no Governo Castello Branco, é que a maioria da administração pública passou, definitivamente, para Brasília, que começou a desenvolver-se como capital do Brasil. Não tenho dúvidas de que essa inflação, agravada no Governo Juscelino, associada à decepção e aos prejuízos com a renúncia de Jânio, acentuou-se ainda mais a partir de 1961 e, juntando-se à anarquia e às desordens praticadas pelos comunistas, nos anos 1962-1963 e começo de 1964, levou o País, o povo brasileiro, a um estado de angústia generalizada. Portanto, inflação, mais renúncia de Jânio, mais anarquia comunista, somaram-se para criar um quadro caótico a exigir medidas corretoras da situação criada. Foi aí que se impôs a Revolução de 31 de Março de 1964.

Embora já tenha comentado a anarquia generalizada que impôs a eclosão da Revolução de Março de 1964, detalho a seguir as causas imediatas que, ao violentarem a consciência nacional de civis e militares, foram determinantes ao seu desencadeamento: o apogeu da pregação subversiva, ocorrida no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964; a quebra da disciplina militar, demonstrada no levante dos marinheiros, chefiados pelo Cabo Anselmo com o apoio do Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, realizado a 26 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; novamente, a quebra da disciplina militar, levada a efeito por sargentos, cabos e soldados ao oferecerem um almoço ao Presidente Jango e a todo o seu ministério, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março. As Forças Armadas não podiam esperar mais. Já dispunham do apoio do povo. Só lhes restava desencadear o Movimento. Jango abandona o cargo e foge para local ignorado. O Congresso declara vaga a Presidência da República. Portanto, não houve subversão da ordem constitucional, não houve golpe, houve reação à subversão da ordem; não houve usurpação do poder, houve abandono do cargo de presidente. Venceram: a Nação, o povo e suas Forças Armadas.

Nos dias atuais, a má-fé, a virulência e o revanchismo não permitem que a mídia e certos políticos reconheçam esta realidade; por isso, omitem a verdade dos fatos perante a opinião pública. Atitude idêntica assumem com relação às figuras de maior destaque nacional que lideraram a Revolução de 1964, como os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda e de Minas, Magalhães Pinto; e de São Paulo, Adhemar de Barros e os generais Odylio Denys, Cordeiro de Farias, Castello Branco, Costa e Silva, Mourão Filho e muitos outros. A esses líderes militares se

deve, em grande parte, a harmonia de pensamento que norteou os comportamentos uniformes no irrompimento da Revolução e que, posteriormente, evitou a pulverização da ação por grupos de tendência política própria, como havia no passado. Essa harmonia de pensamento, associada à necessidade e às circunstâncias do momento para a deflagração da Revolução, robusteceu, sobremodo, a união e coesão nas Forças Armadas.

Contrastando com a mídia de hoje, a grande imprensa de então, liderada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, apoiou o Movimento de 1964, destacando-se ainda a Rede Globo de Roberto Marinho, a Rede Manchete de Adolpho Bloch, o *Estado de S. Paulo* da família Mesquita, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e outros. Aqui no Ceará, sobressaíram-se as figuras de Paulo Cabral de Araújo, Manoelito Eduardo e João Calmon. Este último, apesar de não ser cearense, tinha aqui suas ligações. Depois é que essa mesma imprensa, certamente por outros interesses, iniciou uma oposição ao sistema revolucionário e, infiltrada de ideólogos comuno-marxistas, agravou essa oposição ao nível da insensatez a que chegou a mídia atual. De fato, a mídia atual defende a liberdade de expressão, mas age como verdadeira tirana, porque só ela tem os meios de comunicação com a opinião pública, dificultando qualquer retorno de manifestação do pensamento. Quando se refere à Revolução de 1964, falseia a verdade e omite fatos históricos, conforme veremos a seguir.

A mídia chama a Revolução de 1964 de "ditadura militar", mas esquece o que é ditadura e omite a "luta armada", os terrorismos, as guerrilhas que os comunistas prepararam e dirigiram contra o povo e que os governos militares tiveram que conter, com energia e decisão. Daí, a necessidade do endurecimento da Lei de Segurança Nacional, com a promulgação do AI-5, e da criação dos órgãos de segurança: Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Tudo isto foi criado para combater a "luta armada", portanto, combater o crime contra o povo, dentro da lei. Se isso for considerado "ditadura", então é deixar prevalecer o crime, como está ocorrendo hoje.

Além do Irã, onde morei algum tempo, estive na China, na Rússia e na Turquia, onde dominam as mais radicais ditaduras. No Irã, todo mundo é revistado nos aeroportos. Ninguém tem o direito de ir e vir e, muito menos, de expressar sua opinião; sua casa é invadida (a minha casa foi invadida duas vezes, apesar de eu pertencer ao Corpo Diplomático); o cidadão se sente pressionado constantemente e sua família é vigiada 24 horas por dia; lá ninguém tem acesso à comunicação social, porque não existe; o que existe é, única e exclusivamente, a imposição dos programas estatais do governo. Tais ditaduras o pessoal da mídia não revela, é

omisso, propositadamente omisso. É omisso e aleivoso, quando considera malefícios os benefícios deixados pela Revolução e que, ainda hoje, sustentam a vida do País, que de 1985 para cá não recebeu nenhum acréscimo de desenvolvimento.

A Revolução de 1964 desenvolveu o mais avançado sistema de comunicação da época. Só no período de 1963 a 1983, entre muitas outras, deixou as seguintes realizações: rodovias pavimentadas, passaram de 19 mil para 75 mil quilômetros (hoje, intransitáveis, por falta de conservação); energia instalada, passou de 4.480MW para 35.000MW e energia em instalação, de 1.000MW para 16.000MW (é a esta energia que se deve o consumo de hoje, ameaçado de racionamento); crianças de 10 a 14 anos em escola, de 5 para 9 milhões; universitários, de 124 mil para 1,3 milhão. Isto aqui é apenas um ligeiro exemplo dos benefícios deixados pelos governos revolucionários (quadro comparativo de Glycon de Paiva, comentado por João Batista Peixoto). Muito mais se fez: criaram-se o BNH (habitação), o FUNRURAL e o PRORURAL (assistência ao homem do campo), o Estatuto da Terra e muitas outras realizações, nos campos da saúde, da educação e no setor social. O Estatuto da Terra, de que já falei, era o embrião de uma política agrária a ser implantada no País. Foi esquecido pela "Nova República", que preferiu dar margem ao surgimento de movimentos ideológicos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que nada constroem, mas estão levando a violência ao campo e enganando o trabalhador rural.

Na verdade, tudo isto vai caindo no esquecimento do povo, porque na mídia atual, alguns grupos de esquerda e certos políticos, que jamais pensaram nos interesses do País, mas nos seus próprios, abominam tudo o que veio da Revolução de 1964, até a Lei da Anistia que os beneficiou. Assim, poucos sabem que as Forças Armadas, sobretudo o Exército, tiveram vários de seus integrantes mortos no cumprimento do dever contra a agressão ideológica armada; que outros, que sobreviveram à mesma missão, são patrulhados pelos derrotados de 1964, encastelados em certas ONGs que, a serviço de seus países de origem, vivem interferindo nos assuntos internos do nosso País. Promovem os "direitos" dos criminosos e execram quem os combate, até suas vítimas, cujos direitos não há quem defenda. O esquecimento dos nossos mortos e a perseguição aos sobreviventes da ação legal, contra o crime ideológico armado, constituem tremenda iniqüidade e injustiça, que precisam ser reparadas com urgência.

Entretanto, apesar dos incontáveis acertos e benefícios deixados pela Revolução de 1964, reconhecem-se alguns erros cometidos no período revolucionário, todos devido a circunstâncias especiais e, nem sempre, imputáveis à alta direção revolucionária. A duração do período revolucionário poderia ter sido

reduzida, como pretendia o Presidente Castello Branco, mas o acirramento das agressões armadas da esquerda, já comentado, não o permitiu. Quanto à tortura, que a mídia e os "direitos humanos" tanto exploram, houve casos isolados, cometidos à revelia do Governo, que tomava medidas drásticas sempre que deles tinha conhecimento.

O Presidente Geisel, por exemplo, ao tomar conhecimento do caso Herzög, imediatamente demitiu o comandante do II Exército, em São Paulo, onde se deu o ocorrido. A liberdade que as esquerdas tiveram, para conduzir os meios estudantis e os meios de comunicação de massa, foi outro erro dos revolucionários. Das universidades saíram, envenenados contra a Revolução, os dirigentes de hoje: jornalistas, sociólogos, deputados; dos meios de comunicação social continuam saindo as maiores infâmias contra a Revolução de 1964 e seus integrantes. Esse foi o maior erro, no meu entendimento, tão grande quanto a incoerência das esquerdas em chamar de "ditadura" um regime que lhes deu tanta liberdade. Mas esses detratores, ao pretenderem estender tão decantados erros a todos os militares, não entendem que o povo brasileiro, louvado na sua inteligência e no seu senso de justiça, sabe julgar os fatos, as pessoas e as instituições. Em recente pesquisa realizada, o Exército Brasileiro teve o maior índice de aceitação junto ao público nacional. Isto, porque o povo sabe e sente o que se prega e o que se faz dentro dos quartéis, por onde, anualmente, passam milhares de seus filhos que, jamais esquecendo o seu período de serviço militar, transformam-se nos maiores propagandistas das Forças Armadas.

Ao concluir esta exposição em que tive a oportunidade de externar o meu pensamento sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, faço-o com esta minha mensagem final, que visa a reforçar o que transmiti, no curso desta entrevista, quando me referi à falta de coragem social, à falta de coragem política, à falsidade. Para tanto, eu gostaria de citar dois exemplos: um é do grande político, já falecido, Tancredo Neves. Badalado, festejado, homenageado com justa razão, porque passou 50 anos na política nacional, Tancredo Neves teve a grande vantagem, o grande privilégio de, em seis meses de campanha política, fazer com que a Nação brasileira se enrolasse, se enroscasse na Bandeira Nacional e aprendesse a cantar o Hino Nacional. Agora eu pergunto, em 50 anos de política, qual foi a ponte ou qualquer outra obra ou realização que Tancredo Neves construiu, empreendeu ou inaugurou em benefício do povo? Nenhuma. Então, o homem que passou 50 anos na política e a única coisa que fez, que acho válida e até bonita, foi ser político, é decantado... é herói nacional! O outro exemplo é a figura lúcida de Ulisses Guimarães, outro grande político, responsável pela anistia, relator da "Constituição Cidadã"; o homem que, em alta

voz, no Congresso Nacional, declarou promulgada a Constituição de 88. Volto à mesma pergunta: qual foi a ponte, o fio de pedra que ele construiu ou sentou, qual foi o poço que ele furou, que realizações empreendeu? Nada! Diante desses dois maiores chefes políticos que, no meu modo de ver, não fizeram nada, pergunto, à guisa de mensagem, aos jovens do Brasil: e a Revolução, que durante vinte anos desenvolveu este País, através dos governos militares, promovendo o desenvolvimento social, político, cultural e econômico, TAMBÉM NÃO FEZ NADA? Onde está a verdade? Será que querem construir uma história com "H", enganando os nossos filhos? Caros jovens do Brasil de hoje e de amanhã, atentem para a grande diferença existente entre os discursos de palanque e as realizações do cargo eletivo.

Coronel PM Raimundo Cabral Ribeiro

- Natural da Cidade de Santana do Cariri–CE.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial PM pela Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Ceará, em 30 de novembro de 1960.
- Cursos militares: realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Polícia Militar-CE; o Curso Superior de Polícia na *École des Officiers de la Gendarmerie Nationale*, na cidade de Melun, capital do Departamento do Seine-et-Marne, França e o Curso Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
- Atividades militares: Comandante de Batalhão PM/CE; Chefe de seção do Estado-Maior PM/CE; Chefe de Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará e chefe da Casa Militar do Governo cearense.
- Ao longo do período da Revolução de 1964, foi Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar do Ceará e esteve à disposição da Presidência da República, de 1976 a 1979, na Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) de Fortaleza.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

Para falar sobre a Revolução de Março de 1964, somos levados a abordar, pelo menos, três fatores preponderantes. O problema de ordem econômica, pois àquela época a inflação atingia níveis galopantes; em conseqüência, o povo vivia as agruras do custo de vida, que estava em alta. A corrupção, que grassava em toda a vida nacional e, por fim, o aspecto ligado à ideologia. Não se pode negar que havia o desejo explícito de se implantar, no nosso País, uma república comunista.

Antes de 1964, o quadro político brasileiro era caótico. Enfrentávamos as greves, as passeatas, as depredações, as invasões no campo, os saques nas cidades, atos de puro vandalismo. Depois, existiam os apelos freqüentes para que se implantassem as reformas de base, que levariam, necessariamente, o País ao comunismo. O clima de insatisfação não só existia, como era crescente. O povo sofria, tinha medo, vivia apavorado. A sociedade, essencialmente católica, temia o que seria do Brasil com o comunismo; e, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, implantou-se o populismo. Infelizmente, vivemos essa época. Sem dúvida, a inflação herdada do Governo Juscelino Kubitschek contribuiu para agravar todos esses fatores que desencadearam a Revolução.

A expectativa que o Presidente Jânio Quadros conseguiu gerar no seio da sociedade, realmente, foi muito grande. Esperava-se que ele promovesse as reformas moralizadoras de que o Brasil carecia, até porque a bandeira que ele elegeu foi a bandeira do combate à corrupção. Mas, inesperadamente, depois de sete meses de governo, eis que renuncia, atitude que frustrou os brasileiros, até hoje sem uma explicação convincente.

E os adeptos do comunismo – o qual vive e se alimenta de antagonismos, sobretudo de ordem sócio-econômica – aproveitaram-se duplamente da conjuntura vigente à época. De um lado, denunciando as precárias condições dos assalariados e, de outro, apregoando o ideal de uma república sindicalista, tarefa bastante facilitada pela insensibilidade que caracteriza o patronato nacional diante dos problemas de natureza social.

Há que se considerar, ademais, a posição desfavorável da Igreja em relação ao governo anárquico de João Goulart, que assumira a Presidência da República em setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. A Igreja nunca foi comunista; podemos até dizer que ela é anticomunista, apesar de conhecer os males provocados pelo capitalismo, principalmente pelo capitalismo desumano. Depois, a população brasileira é, na sua grande maioria, católica apostólica romana, de tal forma que a posição da Igreja foi decisiva. Sabemos que, em Belo Horizonte e em São Paulo, aconteceram as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade e, no Rio de Janeiro, contou com o apoio do seu cardeal-arcebispo.

A inquietude que permeava o tecido social chegara aos quartéis e ressoava como um alerta geral, associado à Intentona Comunista de 1935, episódio que permanece vivo na memória dos militares brasileiros. Existia um quadro típico de guerra revolucionária, mas, em oposição, havia a reação da sociedade. Haja vista, por exemplo, o manifesto que os professores universitários lançaram, inclusive subscrito pelo professor Sobral Pinto. Cerca de quatrocentos professores denunciavam a complacência do Governo ante a tentativa de comunização do País. Não se pode olvidar o ultimato da Confederação Geral dos Trabalhadores. A CGT deu um prazo de trinta dias para que o Congresso, "na lei ou na marra", promovesse as reformas, em que o Governo tinha interesse. Agora, quero crer que os fatos que promoveram o desencadear da Revolução foram o Comício da Central do Brasil, em 13 de março, a rebelião dos marinheiros, amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos, em 26 de março, que culminaria com a demissão do Ministro da Marinha e, por fim, a gota d'água: o almoço no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964, com o presidente rodeado por sargentos das três Forças Armadas. Ora, duas das coisas que os militares prezam mais são a hierarquia e a disciplina, princípios que vinham sendo dilapidados há algum tempo; por isso, estavam profundamente ofendidos na sua alma. Como se não bastasse, no auge da anarquia o pioneiro marxista no Brasil, solidário a Moscou, Luís Carlos Prestes, disse textualmente: "Os comunistas estão no Governo, falta-nos apenas o Poder". Depois de uma declaração dessas, não há mais o que comentar; isto simplesmente veio a ratificar a decisão dos comunistas da tomada do Poder, o que, por sinal, era de domínio da opinião pública.

A respeito da divulgação de opiniões e conceitos sobre a Revolução, observa-se o início de retaliações a partir do período de transição política, principalmente depois da Lei da Anistia. Comentários de jornais e de outros meios de comunicação referem-se àquele Movimento como tendo sido um golpe militar articulado, imposto e conduzido pelos americanos por meio da guerra fria contra a Rússia, ou seja, para combater o comunismo. Trata-se, evidentemente, de uma insinuação malévola; até mais que insinuação, uma provocação. Se admitíssemos essa hipótese como verdadeira, seríamos levados a aceitar o fato de que, onde houvesse guerra fria ou reflexo da mesma, no mundo, o golpe militar seria iminente. Em contrapartida, estaria ausente, ou sob controle, a intenção comunista de tomada do Poder.

A Intentona Comunista de 1935 foi a primeira tentativa de tomada do Poder, pela força, mesmo sem guerra fria. Os militares sabiam dessa intenção, razão por que não se pode pensar em imposição de americano, absolutamente. Daí, terem-se antecipado ao golpe comunista com a Revolução de 1964 que, se não tivesse trazido outros benefícios, bastariam apenas dois, para justificá-la: evitar a implantação, no

Brasil, de um governo comunista, satélite da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, depois, devolver a paz e a tranqüilidade ao povo brasileiro, condições indispensáveis, em qualquer parte do mundo, para que haja desenvolvimento. A esse respeito, cabe destacar a valiosa contribuição prestada pelos órgãos de informação que, como é notório, existem em todos os países do mundo ou em quase todos. Os órgãos de informação prestam excelente assessoria aos governos e, até, eu diria, fornecem elementos que permitem a sobrevivência das Nações. No caso brasileiro, não só eram uma necessidade, como uma lacuna, até imperdoável, na estrutura orgânica do Estado. Foi por intermédio da eficiência do sistema de informação, por exemplo, que se chegou à necessidade do endurecimento da Lei de Segurança Nacional, decorrência do acirramento da luta armada. E a Revolução precisaria implementar as medidas que deveriam ser realizadas nesse campo.

Da vinculação direta ou indireta dessas medidas de Segurança Nacional com a Segurança Pública, e na qualidade de policial-militar, gostaria de me reportar aos benefícios que a Revolução proporcionou às Polícias Militares. Antes, no entanto, permitir-me-ia lembrar que a origem destas instituições remonta à época do Império, tendo como embrião a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia – criada pelo Decreto Regencial de 13 de maio de 1809 – atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ao criá-la, D. João VI o fez à semelhança daquela que existia em Lisboa e os seus integrantes foram escolhidos entre os soldados do Exército português. O comandante da Guarda Real submetia-se, de um lado, ao governador das Armas da Corte, como chefe militar e, de outro, vinculava-se ao Intendente Geral de Polícia. A característica policial-militar, no Brasil, decorre, pois, de razões históricas. As corporações responsáveis pela segurança pública surgiram como força militar de elite – modelo vigente, até hoje, na Europa – acorde com o descortino de estadistas e em respeito aos sentimentos e anseios da população. Comparativamente, basta dizer que, no Ceará, por exemplo, entre o decair do Império, em 1889, e o ano de 1947, a denominação do Corpo de Segurança sofreu quatorze alterações. Em termos nacionais, a única força de apoio repousava sobre a legislação federal de interesse do Exército, conformando-as à condição de reserva e força-auxiliar e, por isso, voltadas para as operações típicas da Força Terrestre. Constitucionalmente, a sua missão não estava definida; não sabendo orientar-se, as suas atividades desenvolviam-se empiricamente.

Com o advento da Revolução, um dos seus primeiros atos foi a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), no Estado-Maior do Exército que, ao reorganizar as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, conferiu-lhes uma estrutura cientificamente organizada e, *pari passu*, estabeleceu-lhes “um quadro

de competência tipicamente policial, para emprego em suas atribuições específicas". Responsáveis, com exclusividade, pelo policiamento ostensivo fardado, a partir da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, essas corporações têm o seu próprio chão. Além da missão constitucional e da doutrina policial-militar, é justo observar a importância da IGPM na área de ensino e instrução que, no afã de aperfeiçoar o conhecimento técnico-profissional, efetivou o intercâmbio entre as próprias Organizações Policial-Militares e entre estas e as Forças Armadas, tornando possível a participação de oficiais e praças em vários cursos e estágios oferecidos pelo Exército, realizados no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), e pela Marinha, destinados, sobretudo, aos integrantes dos Corpos de Bombeiros, ligados à busca e salvamento. Essa política permitiu que vários oficiais, de quase todos os Estados brasileiros, participassem, no exterior, de cursos promovidos por suas congêneres, sendo exemplo: a França, a Itália, o Chile e os Estados Unidos.

Sem dúvida, as Polícias Militares vivenciaram uma página nova na sua trajetória. Como órgão de assessoria do então Ministério do Exército, com atribuição normativa, a IGPM organizou o arcabouço de toda a legislação pertinente àquelas corporações, adequada às peculiaridades de cada Estado, a qual foi submetida à apreciação e aprovação das respectivas Assembléias Legislativas, possibilitando a unidade de doutrina em todo o território nacional. Concomitantemente, a IGPM elaborou e difundiu as diretrizes e normas correspondentes às áreas de pessoal, ensino e instrução, apoio logístico, informações e assuntos civis, consubstanciadas nos Manuais Técnicos que ficaram conhecidos como "os amarelinhos". Promoveu, também, um Seminário de Ensino para a reforma do currículo escolar, adequando-o à natureza específica da missão, até então atrelada à missão operacional do Exército. As visitas e inspeções bienais, realizadas regularmente pela IGPM, não se restringiam apenas à fiscalização do cumprimento da lei: permitiam conhecer e avaliar, *in loco*, aspectos de ordem prática, inerentes ao desempenho, à eficiência e às carências dos recursos materiais e humanos de cada instituição, ações que viabilizavam, rapidamente, a correção e/ou o aperfeiçoamento correspondente.

Convém ressaltar que essas visitas e inspeções eram chefiadas pelo próprio general-inspetor, que se fazia acompanhar do seu Estado-Maior e que, ao final, levava ao conhecimento do Governador, através de uma visita de cortesia, as suas impressões acerca das condições gerais em que se encontrava cada organização policial-militar. Posteriormente, a ligação com os governadores se fazia através dos comandantes-gerais. O estímulo era direto, diferentemente do que ocorre desde 1987, no Ceará: um dos seus governadores, mesmo em meio ao seu terceiro mandato, jamais visitou a Polícia Militar; sempre se fez representar, mesmo nas comemorações

de aniversário. Um outro dado relevante diz respeito ao emprego do efetivo na atividade-fim e na atividade-meio. Os documentos que tratam desse assunto estimavam que, no máximo, 15% do efetivo poderia ser utilizado em atividades diferentes do policiamento ostensivo, numa demonstração de cuidado e zelo pela ordem pública, em benefício do cidadão.

Em termos de perturbação da ordem, a Polícia Militar constituía a linha de frente da própria Revolução, dentro da missão que lhe era confiada; do mesmo modo que o é, hoje, em relação aos problemas ligados à segurança pública. A diferença consiste na disponibilidade dos recursos. A IGPM, por exemplo, repassou para os Estados – em particular aqueles situados nas regiões mais pobres – o equipamento e o material necessário à implantação de pelotões ou companhias responsáveis pela administração do controle de distúrbios. Somente na hipótese do agravamento da desordem, com a perda do controle da situação, é que o Exército assumiria o comando da operação. Aqui no Ceará, por exemplo, tal hipótese não chegou a ocorrer.

Atualmente, as Polícias Militares encontram-se "sucateadas", enfrentando sérias dificuldades para exercer o seu mister constitucional – não obstante a configuração da "guerra civil" a que o País assiste – num contraste flagrante em relação à diligência constatada, pelo menos no Ceará, durante duas décadas, de 1964 a 1985.

Entre 1971 e 1975, por exemplo, no governo César Cals, a Polícia Militar viveu a sua fase áurea. Para se ter uma idéia da vontade política, à época, basta dizer que, em 1971, existia um único aparelho de ar-condicionado em toda a corporação; quatro anos depois, a Polícia Militar possuía uma formidável dotação de material bélico, material de comunicações, motocicletas e viaturas, e a área construída simplesmente dobrou. Nessa época a Academia de Polícia Militar mudou-se para as novas instalações, no bairro Água Fria, zona nobre da cidade. Construiu-se o quartel do Comando Geral, afora a construção da Companhia de Material Bélico, do quartel do Corpo de Bombeiros, na Esplanada do Mucuripe, dos quartéis do 2º BPM, em Juazeiro do Norte e da 3ª Cia/3º BPM, em Camocim. Além da construção do Clube dos Oficiais, na Praia do Futuro, sem falar na recuperação das instalações do hospital, do Centro Odontológico e das várias unidades e subunidades espalhadas pelo interior do Estado. Quer dizer, são mais do que eloqüentes o cuidado, o apoio e o prestígio conferidos às Polícias Militares. E é este o caso do Ceará, que, em última instância, demonstra a nossa preocupação com a ordem e a segurança pública, dirigidas, prioritariamente, para o respeito à dignidade do homem e, por extensão, ao bem-estar da população.

Mas houve também dificuldades, no estrito cumprimento do dever, inclusive com vítimas, na defesa da ordem pública. No município de Registro, no Vale da

Ribeira, em São Paulo, por exemplo, o jovem 1º Tenente PM Alberto Mendes Júnior, no comando de uma patrulha em perseguição a Carlos Lamarca e a seus guerrilheiros, foi, por estes, capturado, juntamente com os demais integrantes da patrulha. Em troca da própria vida, o Tenente Mendes negociou a liberdade dos companheiros e, ali, friamente, foi trucidado. Aqui mesmo, no Ceará, num dos municípios da Serra da Ibiapaba ou Serra Grande, um casal de fazendeiros foi seqüestrado e morto numa ação terrorista, fato sobejamente conhecido e amplamente noticiado pelos jornais da época. Deste episódio participaram, entre outros, um policial civil e uma mulher, esta eleita, posteriormente, deputada federal pelo Ceará. Vários outros casos existem, Brasil afora.

A propósito, certa mídia explorou a tortura como tema preferido; houve até a publicação de um livro, sobre o assunto, "Brasil, Nunca Mais", sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo. À "ditadura" atribuem mais de quatro centenas de mortes; e, em oposição, foram mortos mais de cem militares. Comparados estes números, à luz dos objetivos de cada lado, é fácil depreender a desproporção dos resultados: enquanto todo o Estado matou terroristas para defender a lei, a ordem, os poderes constituídos e o povo brasileiro, grupos terroristas que lutavam pela tomada do Poder, impuseram pesadas baixas entre elementos do Exército e de outros órgãos responsáveis pela segurança.

A partir de 1983, as Polícias Militares passaram a ter comando próprio, coincidindo com o início da falta de apoio, falta de recursos e com o afastamento gradual da IGPM. Era o início da caça às bruxas, principalmente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. A missão constitucional destas organizações atinge uma escala crescente de comprometimento, fato que se pode atribuir, entre outras causas, às deficiências de ordem material e de recursos humanos. A assistência social, praticamente, não existe e a assistência médico-odontológica deixa muito a desejar. No momento em que não se dispõe de homens e nem de recursos, a missão fica prejudicada; muito diferente de quando o policial-militar, na rua, de serviço, policiando, recebe uma boa instrução, uma boa assistência e, bem fardado, tem consciência de que alguém zela por ele, sem demagogia e sem publicidade falsa. É evidente que, em tais circunstâncias, o cidadão comum passa a respeitá-lo, enquanto o bandido passa a temê-lo. Não por acaso, o atual secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania declarou ao jornal *O Povo*, de 30 de junho de 1997, página 12: "Nossos equipamentos são do tempo da 'lili pistola', o material de comunicação é da década de 1970. O policial fala aqui e o criminoso ouve lá".

Hoje, fala-se muito na unificação das Polícias Militar e Civil ou na desmilitarização da primeira, sob o argumento de que as Polícias Militares são violentas ou

incapazes. Ora, seria muita ingenuidade imaginar que a violência produzida no Brasil é resultante da ação das Polícias Militares. Se a Polícia Militar ou qualquer polícia é obrigada a agir com violência é porque ela atua num mundo de violência crescente; e essa violência crescente está subjacente aos problemas de ordem social. O descaso que se observa em relação à educação e à saúde, somado ao desemprego que grassa no País, são causas intrínsecas da violência. Nesse contexto, as Policias Militares sofrem e, infelizmente, encontram-se órfãs. E por serem a parte mais fraca, são exploradas pela mídia como responsáveis maiores, causa e efeito da violência. Não seria de bom alvitre devolvê-las ao controle e à supervisão da IGPM? Certamente, reverter-se-ia o clima de insegurança e o desequilíbrio que infelicita o País. Ademais, seria ótimo que os defensores da unificação e/ou desmilitarização buscassem exemplos e inspirações na *Gendarmerie Nationale da França*, uma força essencialmente militar, correspondente, no Brasil, à Polícia Militar, com atribuições consagradas de Polícia Judiciária, perfazendo cerca de 40% das suas atividades.

A propósito, existe uma preocupação permanente do Governo francês em relação à segurança da população, inferência resultante da participação da *Gendarmerie Nationale* no Orçamento da Defesa Nacional: "A parte da *Gendarmerie Nationale*, em 1995, permanece estável em torno de 2,5%, ou seja, 13,3 bilhões de francos", equivalentes a mais de US$ 2 bilhões de dólares, "e deverá crescer 5% até o ano 2000" (excertos do discurso de Monsieur Bernard Prévost, Diretor Geral da Gendarmerie Nationale, publicado na *Revue de la Gendarmerie Nationale*, 3º trimestre, 1996). Vale ressaltar que os valores acima correspondem aos investimentos específicos com a segurança pública: aquisição e manutenção de viaturas, motos, aeronaves, equipamento, material bélico e material de comunicação. Em 1995, os recursos com outras rubricas, inclusive pessoal e encargos sociais, foram mais de oito vezes superiores à parte destinada, especificamente, à defesa, ou seja, cerca de US$16 bilhões de dólares. Em termos comparativos, acredito que, no nosso País, nem o orçamento do Ministério da Defesa – englobadas as três Forças Singulares – aproxime-se desses valores, o que denota o desprezo a que foram submetidas.

Por oportuno, em carta de 16 de maio de 1806, dirigida ao Rei de Nápoles, disse Napoleão: "A *Gendarmerie* é a maneira mais eficaz de manter a tranqüilidade de um país; espalhada por toda a superfície (territorial), presta informações precisas. O único inconveniente é que custa um pouco caro".

Finalmente, para ficarmos no Ceará, poderia citar pelo menos três providências adotadas pelo governo estadual, nestes últimos anos, associadas, intimamente, à auto-estima dos policiais-militares. O nível hierárquico do comandante-geral da Polícia Militar, na estrutura organizacional do Estado, equiparava-se ao nível de

secretário de Estado; hoje, equipara-se ao nível de terceiro escalão. A nossa Academia de Polícia Militar – responsável pela formação dos futuros oficiais – está localizada nas proximidades da Universidade de Fortaleza, na Água Fria, zona nobre da cidade, uma das razões por que ali se encontra aquartelada. Pois bem, recentemente perdeu uma parte do terreno em que se encontra encravada para, anexada ao Centro de Convenções, ampliar a área de estacionamento de veículos. A alegação apresentada é de que aquela área é muito nobre para ser usada pela Polícia. Por fim, uma lei estadual recente extinguiu as graduações de 3º sargento e 2º sargento e os postos de aspirante-a-oficial e de 2º tenente. Anteriormente, houve, também, a extinção do Batalhão de Polícia de Trânsito, com exercício em Fortaleza, cujas atividades passaram à alçada do município, não obstante os laivos de inconstitucionalidade. Na prática, são medidas que marcham rumo à unificação e/ou desmilitarização que os néscios em Segurança Pública consideram o elixir da modernidade e a panacéia adequada à extinção da violência. Diante desse panorama, gostaria de lembrar o conceito de Polícia, consagrado pela Grécia antiga: "Polícia é o termômetro que mede o grau de civilização de um povo."

Concluindo a minha participação, gostaria de aduzir o seguinte: a Revolução poderia ter divulgado as suas realizações. Não o fez – quem sabe – por parcimônia e zelo com os recursos públicos. Poderia ter divulgado, sim, para que a opinião pública pudesse julgar as razões que a levaram às cassações. Por fim, gostaria de agradecer o privilégio de, como oficial da Polícia Militar, na reserva, poder participar da História Oral do Exército e, em particular, pelo cavalheirismo e pela maneira amiga com que fui acolhido.

Tenente-Coronel Idalécio Nogueira Diógenes

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Dentre as Unidades que serviu, destacamos o 23º Batalhão de Caçadores, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, ambos em Fortaleza, os QG da 10ª e 11ª Regiões Militares, respectivamente, em Fortaleza e Brasília e a 25ª Circunscrição do Serviço Militar.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola de Transmissões (1949).
- Atividades civis: Presidente da Fundação de Assistência ao Desporto do Ceará (FADEC); Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL); Presidente da Radiobrás; e Assessor da Presidência da TELECEARÁ.
- A partir de 1962, como oficial de Estado-Maior, serviu, sucessivamente, nas Regiões Militares de Fortaleza e Brasília.

Entrevista realizada em 18 de setembro de 2000.

É um prazer, para mim, a oportunidade que tenho de dar um depoimento ao nosso Exército sobre uma das fases mais difíceis que enfrentamos no País, não apenas o Exército, mas toda a Nação. Esta fase, a meu ver, teve início com a renúncia, em 25 de agosto de 1961, do então Presidente da República, Sr. Jânio Quadros e, conseqüentemente, a posse do Vice-Presidente, Sr. João Goulart, em 7 de setembro de 1961. Foi um acontecimento que chocou toda a Nação, principalmente o Exército, porque Jango, cuja atuação já conhecíamos bem, só gostava do cargo, só gostava de festa. Mas, quanto ao Poder, tínhamos muita preocupação, tanto que houve um movimento no Exército, na época, para não lhe dar posse, pelas implicações que traria à Nação. A nossa consciência moral, entretanto não nos permitia condená-lo sem uma culpa formalizada. Impedir a posse do Jango seria um golpe. Como julgá-lo? Felizmente chegou-se a um acordo, não o que esperávamos. A posse dele, infelizmente, teria que ocorrer, mas num regime parlamentarista. A partir daí, quando Jango se sentiu no poder, começou a movimentação do pessoal ligado às esquerdas para acabar com o parlamentarismo, e voltar ao regime presidencialista, o que acabou ocorrendo.

Naquela época, se fizermos um retrospecto, veremos que a rebelião comunista no mundo era generalizada e ameaçava dominá-lo, apossar-se da Europa, apoderar-se do Brasil. Na América Latina, o agente do comunismo, através da Rússia, era Cuba. Daí começaram a infiltrar os elementos comunistas no Brasil, particularmente na área do Nordeste. Desses elementos, que constituíram as "Ligas Camponesas", vários de seus líderes tiveram cursos no exterior. Depois estenderam essa atuação ao Estado de Goiás – que começava a ser um núcleo de guerrilha – particularmente o distrito de Trombas, Município de Formoso. Entretanto, diziam os incautos que tudo era só preocupação do Exército, que queria o Poder. Guerrilha era bobagem. Todavia, encontrávamo-nos numa fase já adiantada de guerrilha. Em 1963, acredito, estávamos entrando na terceira fase. Os atentados começavam a aparecer. Aqui no Estado, e em outras regiões distantes das grandes capitais, houve justiçamento, crime contra quem ousava discordar da doutrina político-ideológica dos comunistas; na Serra Grande, um lugar cearense quieto, tranqüilo, assassinaram um cidadão que nem era anticomunista, era um simples fazendeiro, um pouco mais rico, tinha algum dinheiro. Um latrocínio a serviço dos objetivos da revolução comunista. Isto nos preocupava terrivelmente e foi-nos conscientizando sobre a situação, obrigando-nos a nos reunir, a procurar ligações com os companheiros de outras unidades.

Em Fortaleza, um dos pontos de reunião, próximo ao Quartel-General (QG), era a casa de um comerciante, Aquino Guimarães, e a minha casa, onde reuni,

algumas vezes, o comandante do 23º BC, Coronel Diegues, o Coronel Hélio Lemos, comandante do 10º Grupo de Artilharia de Campanha (10º GAC), na época 10º Grupo de Obuses (10º GO), o Dr. Armando Falcão e outros de cujo nome não me lembro bem. Mas nos encontrávamos numa preocupação muito grande, porque não enxergávamos uma maneira de nos antecipar aos acontecimentos. Pensávamos muito mais em nos preparar para, caso resolvessem tomar o Poder, pudéssemos reagir. Neste caso, teríamos a opinião pública a nosso favor. Particularmente, queríamos evitar que os comunistas se tornassem vítimas perante a população. E o tempo ia passando, e a nossa preocupação, aumentando.

No Recife, quando lá estive, no fim do ano de 1961, como aluno do 3º ano da Escola de Estado-Maior, o General Costa e Silva demonstrou, claramente, a sua insatisfação perante todos e disse da preocupação quanto ao andamento da situação política, sob a aparente conivência do próprio Governo. Felizmente, já em 1964, na aula inaugural da EsAO, se não me engano, o General Castello Branco – sem que o Governo tivesse condições de impedi-lo e sem ter deixado margem a que o Governo tomasse alguma medida disciplinar ou outra de qualquer natureza – disse, praticamente, que assumia o comando de um movimento com o objetivo de acabar com a inquietação, com o simulacro de governo e com a tentativa de comunização do Brasil. A partir daí, ouvíamos nos quartéis um respirar profundo. Felizmente, o General Castello deixou claro que chegara a hora da reação.

Agora, é interessante voltar um pouquinho atrás, para mostrar como os comunistas vinham procedendo, para justificar essa nossa atitude e a tomada de posição do General Castello Branco. As ligas camponesas, aqui no Nordeste, particularmente na Paraíba e em Pernambuco, faziam, talvez, pior do que o MST de hoje, porque ameaçavam diretamente com invasões armadas e apregoavam o apoio que recebiam de Cuba. Sabíamos que era real, não era sonho, porque tínhamos informações e conhecíamos perfeitamente o mecanismo que usavam. Isso nos preocupava profundamente, a tal ponto de o comandante da Base Aérea – o Coronel Hipólito, que também participava dessas reuniões – querer derrubar o avião do Jango, aproveitando-se de uma viagem dele para apoiar as "Ligas Camponesas", na Paraíba. Mais calmos, o comandante do 23º BC, eu e o Dr. Armando Falcão convencemo-lo de que aquilo era inoportuno, já que o Sr. João Goulart, depois, seria endeusado. Basta imaginar que, não obstante tudo o que fizeram contra a Nação, com todas as badernas, depois de quatro décadas, as esquerdas ainda querem fazer de Jango uma vítima. Sabiamente, o Hipólito reconheceu que tínhamos razão, recuou do seu propósito, ficou, talvez, engasgado, com o Jango na garganta o tempo todo, mas raciocinou como um oficial de Estado-Maior, que tinha visão e vivia a situação.

Outros fatos extremamente importantes nos fizeram persistir e não recuar dos nossos propósitos. A rebelião dos sargentos de Brasília, em julho de 1963, não foi uma rebelião planejada. Foi até ingênua, porque mal preparada. Mas os objetivos eram claros. Acredito mesmo que o Partido Comunista não se interessasse em que eles ganhassem, naquela oportunidade. Destinava-se apenas a espicaçar e, talvez, desmoralizar as Forças Armadas. Eles chegaram a ameaçar o QG da Aeronáutica, o da Marinha e o do Exército. Não fizeram nada, por causa do despreparo. O QG da 11ª Região ficava ao lado do QG da Aeronáutica, este último chegaram a tomar. As metralhadoras, por falta de manutenção e por despreparo deles, engasgaram, como diz o matuto. Não conseguiram atingir os alvos. Aqueles prédios eram como caixas de fósforo: o piso de concreto sobre colunas, o resto todo de vidro. Se realmente fossem competentes e preparados, teriam liquidado o QG do Exército e, aí, não digo que fossem tomar o Poder, mas iriam causar um transtorno muito grande, criar um problema extremamente sério. Felizmente, se deram mal ao cercar o Batalhão de Guardas, que os dispersou. O Exército não estava envolvido e os sargentos dos corpos de tropa não tinham problemas. Os problemas eram mais de sargentos de QG. Aqui, no QG da 10ª Região, apareceram uns fogueteiros, outros na Aeronáutica e mais alguns nos Depósitos de Subsistência, sobretudo da Aeronáutica, onde o pessoal era menos enquadrado do que na tropa.

A tática que os agitadores estavam usando, na época, por nós já conhecida, constituía-se de atentados contra as autoridades, visando a amedrontar a população. Ações tipicamente comunistas estavam no seu calendário e na sua doutrinação, segundo a qual a Nação amedrontada, normalmente, adere. E, quando não adere, fica tão acovardada que não é capaz de reagir, este seria um dos objetivos. Outro objetivo deles era provocar uma reação das Forças Armadas, por exemplo: "derruba o avião do Jango; mata um comunista aqui, porque matou o outro". E era isso realmente que eles queriam, arranjar a vítima, quanto mais vítima melhor. Como não fizemos o que esperavam, não reagimos atabalhoadamente, como gostariam que tivéssemos reagido, realizaram o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Foi não apenas uma reação, mas um convite à baderna. Para se ter uma idéia, convidaram, praticamente sob ameaças, o Ministro da Guerra, que era fraco, o General Jair Dantas Ribeiro, e ele compareceu. Antes do comício, fora contatado pelo General Castello Branco, seu colega de turma, que perguntou:

– Você vai ao comício da Central?

– Castello, você sabe, insistiram tanto que eu vou. Mas vou como observador.

Ora, o ministro é exemplo, ele tinha que dar exemplo. A presença do Ministro da Guerra no comício não interessava ao Exército, fosse ele observador ou não. A

presença dele no comício significava, para nós, que o Exército estava sem comando. Como sempre procuramos obedecer à cadeia de comando, queríamos um comandante a quem pudéssemos respeitar.

E o comício foi a gota d'água, porque nele o Governo jogou sargentos contra oficiais, claramente, sem cerimônia. A afronta à disciplina não podia continuar. Se não nos apressássemos, iríamos pegar a revolução deles – comunistas – já iniciada e em franca evolução. Acredito que todos chegamos à mesma conclusão: enfrentar uma revolução em que eles tomaram a iniciativa. E, em guerra, tomar a iniciativa é essencial. Estaríamos limitados, possivelmente, a uma atuação igual à do Vietnã, em que as duas partes externas tomaram o controle da guerra. Seríamos a bucha para canhão. Cuba estava preparada, através da Rússia, financeira e materialmente, para desembarcar armamento no Brasil, onde já contava com alguma coisa e com elementos por ela infiltrados. E os Estados Unidos, tranqüilamente, não iam deixar sua retaguarda à mercê dos comunistas. E numa hora dessas, de desespero, aceitaríamos ajuda. Nunca pedimos, mas aceitaríamos ajuda dos Estados Unidos ou da Argentina, de alguém que nos fornecesse armamento. Porque, quando chega o desespero, ninguém pode avaliar. Foi esse desespero que, felizmente, as Forças Armadas, basicamente, o Exército, enxergaram antecipadamente. Pelo próprio preparo, talvez pelo exemplo do Vietnã, anteciparam-se na ação e, com o apoio do povo, conquistaram a vitória, em menos de vinte e quatro horas.

Só com a reação armada talvez não tivéssemos tido condições de enfrentar o inimigo tranqüilamente. Mas contávamos com o apoio da população, que nos motivou ao cumprimento de nossa missão constitucional, apelando para que déssemos um basta naquele desgoverno. Este apelo fazia parte dos pronunciamentos proferidos nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, feitas, particularmente, pela população, e orientadas pelas mulheres de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais. Este foi o estímulo de que precisávamos no meio civil. Também recebemos o estímulo de boa parte do Congresso, o que chamávamos de "banda de música", extremamente importante: Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, entre outros, nos ajudaram muito, porque viam que estávamos sozinhos. Uma boa parte da imprensa, igualmente, nos apoiou, como *O Estado de S. Paulo*, que tinha começado uma luta contra a ditadura, desde 1937, e continuou. Os seus donos eram autênticos, chegaram a perder o jornal, arbitrariamente, e se exilaram na Argentina. Os Diários Associados nos deram apoio. O *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, foi outro jornal que nos ajudou, e tinha uma credibilidade imensa, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Sem dúvida, uma colaboração extraordinária.

Esses foram os precedentes que nos possibilitaram desencadear a Revolução, não o "golpe", como eles designam pejorativamente o nosso Movimento, numa aleivosia contra as Forças Armadas, que salvaram o País da ruína a que eles queriam nos levar.

Agora, passada esta fase, gostaria de falar, ligeiramente, sobre o período dos governos militares. Tivemos a felicidade de encontrar um homem extremamente equilibrado, que conhecia muito bem a História nacional e internacional, o General Humberto de Alencar Castello Branco. Ele refletia muito sobre o julgamento posterior da Nação, preocupado em não fazer vítimas para depois se transformarem em heróis. Tínhamos o exemplo de 1937 quando, por um golpe de Estado, Getúlio pôs muita gente para fora, inclusive no Exército. Alguns ladrões e homossexuais, que depois de 1945 julgavam-se heróis, como Nemo Canabarro e muitos outros. Então, tivemos a sorte de escolher, para presidente, o General Castello Branco, que conhecia a História, era desprendido e não tinha apego ao Poder. O erro que cometemos na época, acredito, foi termos imaginado que dentro de dois ou três anos tudo estaria recomposto e poderíamos entregar a Nação aos civis. Deveríamos tê-la entregue, sim, mas, a meu ver, com cinco ou seis anos, após o governo sério, respeitado, moderado, como foi o do General Castello Branco, que teve a coragem de se desgastar dentro do nosso próprio meio, para evitar os excessos. De certo, teríamos tido um resultado melhor.

Após um curto período de Costa e Silva (15.03.67 a 31.08.69), assume a Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici. A esquerda, que vinha preparando ações violentas já há algum tempo, aproveita essa fase para acirrá-las, sob a forma de luta armada. Começam os terrorismos, atentados e seqüestros, que os comunistas chamavam de guerrilha urbana. Empreenderam a luta no campo, que já havia experimentado o exemplo triste das "Ligas Camponesas". Surgiram as guerrilhas de Xambioá, no Araguaia, e do Registro, em São Paulo. Isso obrigou o Governo a um endurecimento na aplicação da Lei de Segurança Nacional, e a reforçá-la com o Ato Institucional Nº 5, considerado pelos comunistas e filocomunistas ato arbitrário de perseguição. O fato é que a luta armada de esquerda – e suas seqüelas – motivaram o alongamento dos governos militares, que jamais tiveram a intenção de perpetuarem-se no Poder. Todavia, impunha-se uma preparação para a transmissão do Poder aos civis. Esta preparação se deu no Governo do General Geisel, com a abertura política, e prosseguiu no Governo do General Figueiredo, que buscou a harmonia nacional através da Lei da Anistia, tão mal e perversamente interpretada nos dias atuais. Desta forma, considerada cumprida a missão que a Nação atribuíra às Forças Armadas, o Poder foi devolvido aos civis, no início de 1985.

Gostaria de comentar, agora, alguns fatos passados que fundamentaram decisões e atitudes recentes na História do País. Em 1935, os comunistas mostram sua

verdadeira face, na tentativa de tomada do Poder no Brasil. Naquele ano, assessorados por elementos estranhos – russos e alemães – e dirigidos por Luís Carlos Prestes, os comunistas fizeram eclodir movimentos revolucionários de terror em Natal e em Recife nos dias 23 e 24 de novembro, respectivamente, concluindo essa triste aventura no Rio de Janeiro, com vinte e oito militares mortos à traição, na madrugada de 27 de novembro de 1935. Esta insanidade ficou conhecida na História como Intentona Comunista de 1935 e causou um trauma muito grande nas Forças Armadas, um marco terrível. Ficamos conhecendo, de perto, o que era ser comunista militante e atentamos para o cuidado que deveríamos ter com o Partido Comunista e a sua preocupação diária, cotidiana, em conquistar o Poder a qualquer custo. Isso nos preocupava. Evidentemente, não creio tivesse sido essa a causa principal da Revolução, mas a influência psicológica foi grande e profunda, um assunto que conhecíamos, temíamos, e nos mostrou tudo aquilo de que eles eram capazes. A Intentona Comunista, um marco de más lembranças, de tanto estigmatizar a alma do militar brasileiro, se lhe encravou na mente, como a alertá-lo: lembrai-vos de 35! Isso se refletiu em 1964.

Outros fatos se originaram do panorama político anterior a 1964. Na verdade, vou enquadrar estes fatos no período de 1955 a 1961. Em 1955, saímos de uma crise que se iniciara em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas. O País estava em clima de campanha eleitoral para presidente da República. Realizadas as eleições, saiu eleito o Dr. Juscelino Kubitschek, pelo então PSD, em aliança com o PTB, que deu o vice-presidente, o Dr. João Goulart. Juscelino assumiu o Governo e se lançou à construção de Brasília, a qualquer preço, e a outros empreendimentos de alto custo que, ao lado de generosidades com os aliados políticos, levaram o País a uma situação inflacionária perigosa. Não obstante, revelou-se um governante dinâmico, com o lema "50 anos em 5", mas sem se dar conta de quanto aquilo custaria ao povo brasileiro.

Enquanto isso, Jango preparava o terreno, aproveitando-se da situação, segundo suas intenções políticas futuras. Jango não era uma pessoa de profundo preparo cultural e político, apesar de ter acompanhado a experiência de Getúlio, quando foi Ministro do Trabalho. Contudo, entregou-se a uma espécie de demagogia populista que não escolhia conveniência de alianças partidárias. Começou, desde então, seu namoro com os comunistas. Dessa maneira, fomos chegando a 1960, quando novo clima de campanha eleitoral para a Presidência da República se preparava no País. Desta feita, surgiu um candidato esquisito, que vinha de vereador, foi deputado e governador de São Paulo. Era o Dr. Jânio da Silva Quadros, que se candidatara por um partido pequeno, mas com o apoio da então UDN. Sua maneira

de fazer política entusiasmava e conquistava o eleitorado, incluindo propostas de saneamento e moralização da administração pública. Sua característica política ficou retratada no "homem da vassoura". Realizadas as eleições, foi eleito o Dr. Jânio Quadros com a maior votação já havida, mais de seis milhões de votos. Como vice-presidente, foi eleito o Dr. João Goulart, pela chapa de oposição a Jânio, e com o apoio dos comunistas.

Tudo bem. Jânio Quadros assume o Governo no início de 1961 e começa a pôr em prática suas idéias moralizadoras, que empolgam o povo e lhe reanimam as esperanças de um Brasil cada vez mais promissor. Foram sete meses de governo sério. O povo sempre mais confiante. Essa confiança, porém, se desmoronou no dia 25 de agosto de 1961, quando Jânio, de maneira inesperada, resolve renunciar à Presidência da República. Pouco tempo antes tomara outra decisão inexplicável: condecorara o revolucionário comunista cubano Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Assim, a presença efêmera de Jânio Quadros, no cosmo governamental do Brasil, foi como a luz irrequieta de um astro enlouquecido e fugaz.

Se a renúncia decepcionou a Nação, a condecoração deixou-nos uma grande dúvida: de que lado estava Jânio? Ao lado de tudo isto, Jango, o vice-presidente, que, pela lei, era o substituto de Jânio, além de sua aliança com as esquerdas, estava, no dia da renúncia, perambulando pela China Comunista, o que aguçou a desconfiança nacional. Daí, várias crises estavam à vista: a crise econômica, nascida da inflação crescente; a crise política, oriunda da improbidade da maioria dos políticos; a crise institucional, visível na expressão pouco recomendável de Jango para assumir o Governo do País, e outras, em fermentação. As Forças Armadas comungavam da desconfiança do povo em relação a Jango. Assim, os três ministros militares sugeriram ao Congresso estudar uma forma de reduzir os poderes do presidente da República. Foi aí que surgiu o parlamentarismo, adotado como forma de governo, naquelas circunstâncias.

Jango é, então, empossado. Mas, no parlamentarismo, o presidente é apenas o chefe de Estado, quem governa mesmo é o primeiro-ministro, escolhido pelo Parlamento. Então, os aliados de Jango, em especial os comunistas, caíram em campo, em busca do retorno ao presidencialismo, através de um plebiscito, por eles completamente manipulado. Realizado o plebiscito, vence o presidencialismo e Jango passa a governar com todas as forças que a Constituição lhe permite. Os comunistas se infiltram, com a conivência do Presidente, em todos os escalões do Governo e comandam quase todos. Os sindicatos são por eles dominados. Entidades como a UNE, a CGT, a CNTI, a PUA e outras estão nas mãos dos comunistas e

orientam todos os tumultos e greves nos meios estudantis e sindicais. Nas Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina são ameaçadas, em especial pelo cunhado do Presidente, Leonel Brizola, que insuflava sargentos contra oficiais. Aqui no Ceará, as atividades subversivas eram as mesmas do restante do Brasil: greves, badernas e tumultos de estudantes e trabalhadores. Era esta a situação vivida entre 1963 e 1964, tumultuada e perigosa, nas capitais e no campo.

As "Ligas Camponesas" eram uma organização terrorista criada pelo comunista Francisco Julião, mais conhecido como Chico Julião, para espalhar a violência no campo, através de invasões de propriedades, assassinatos, seqüestros, e agressões de toda ordem, impingindo o medo e formando núcleos eleitorais pró-comunistas. Inicialmente, essas "Ligas Camponesas" desenvolveram suas ações criminosas nos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no interior do Nordeste. Depois, estenderam-se, conforme já citei, a outras áreas do País, principalmente ao Estado de Goiás, mais especificamente aos municípios de Formoso, distrito de Trombas, e, mais tarde, Araguaia. As ações criminosas das ligas camponesas se robusteceram e se ampliaram em virtude do apoio oficial, sob a influência dos comunistas junto à alta administração federal. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, vou citar o caso do distrito de Trombas, município de Formoso-GO, com base em documentação oficial a que tive acesso. Ali existia um cearense, José Porfírio de Sousa, mais conhecido como Zé Porfírio, que tinha o comando total da área e mantinha quatrocentos homens em armas. Não se sabe de onde vinha o armamento, mas se pode imaginar. Quando ocorriam eleições em Formoso, os mil e duzentos votos do distrito de Trombas iam todos para Zé Porfírio ou para o candidato que ele apoiasse. Os outros candidatos recebiam "zero voto". Outra área infectada era Araguaia, famosa, mais tarde, por emprestar esse nome – "guerrilha do Araguaia" – aos focos guerrilheiros que por lá se instalaram. De início, como um núcleo denominado "guerrilha de Xambioá".

Por aí se vê a interligação desses movimentos subversivos – "Ligas Camponesas" do Nordeste, "Ligas Camponesas" de Goiás, guerrilhas do Araguaia – alimentados por elementos treinados no exterior e experimentados nas guerrilhas urbanas e nos tumultos provocados nas capitais. Eram, sobretudo, estudantes universitários, sindicalistas e trabalhadores. Todos influenciados e arrebanhados pelos comunistas aliados a Jango.

Outro quisto perigoso que se estava formando eram os chamados "grupos dos onze" – organizados por Leonel Brizola – espalhados pelas cidades e pelo interior para irradiar o terror e a violência. Brizola visava, com esses grupos, a formar uma força de sustentação do futuro governo comunista que esperava instalar-

se no País. Era uma espécie de "guarda bolchevista" da Rússia, em 1917. Pois bem, era esta, resumidamente, a situação estrutural da subversão comunista no Brasil, no final de 1963 e começo de 1964.

A partir de março de 1964, as ações foram-se tornando mais ousadas, mais às claras, com o envolvimento cada vez maior da cúpula governamental.

Dentre os episódios mais graves, reitero o que já afirmei, sobre o Comício da Central do Brasil. Realizado a 13 de março de 1964, ao lado do então Ministério da Guerra, a ele compareceram o Presidente da República e todos os ministros, inclusive os militares. Parecia uma provocação. Nesse comício, em que falaram vários oradores, entre eles Leonel Brizola, o mais exaltado, exigiam-se, entre outras extravagâncias, as reformas de base, "na lei ou na marra", maior poder aos sindicatos e o fechamento do Congresso. Logo em seguida, urdido pelos comunistas como demonstração de indisciplina nas Forças Armadas, deu-se o chamado "levante dos marinheiros", comandado pelo Cabo Anselmo e apoiado pelo Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. O Ministro da Marinha tentou punir os amotinados, mas foi demitido pelo Presidente Jango. Enquanto isto, outras arruaças de praças indisciplinados se verificaram, sobretudo no Rio de Janeiro. No dia 30 de março de 1964, sargentos e cabos das três Forças ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Durante os discursos, repetiram-se as mesmas exigências do comício da Central do Brasil.

Esses três episódios mostravam o avanço das ações comunistas na direção da tomada do Poder, a ponto de Luís Carlos Prestes, o chefe maior de todos os comunistas do Brasil, pronunciar, no Recife, a seguinte frase: "Nós, os comunistas, já estamos no Governo, só nos falta o Poder". Esse pronunciamento confirma a intenção comunista da tomada do Poder que, aliás, estava prevista para o dia 1º de maio de 1964, Dia do Trabalho, conforme indicava a documentação da cúpula comunista, apreendida na época. Então, esses três eventos, associados ao "1º de maio" e ao estímulo das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, apressaram o desencadeamento da Revolução e precipitaram o seu eclodir para 31 de março de 1964.

Agora, vou citar aqueles que considero os principais líderes do Movimento de 1964: o General Castello Branco que, desde muito, arquitetava discretamente uma maneira de reagir e que fez conhecer a sua orientação por meio de documento "reservado", de 20 de março de 1964. Os generais Mourão Filho, Carlos Guedes e Muricy, que deram início ao Movimento. O Marechal Odylio Denys, que coordenou o início do Movimento em Minas Gerais. O General Costa e Silva que, desde muito, articulava o Movimento. No meio civil destaco, entre muitos, os governadores

Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, grande e imbatível líder; Adhemar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

O que aqui está dito é dirigido a todos os brasileiros, incluindo os derrotados de ontem, e certa mídia, que hoje tenta, por todos os meios, os mais pífios e pérfidos, desfazer a imagem real da Revolução de 1964. Considerá-la "golpe imposto pela guerra fria americana" é desconhecer ou tratar, com má-fé, a história da guerra fria inventada por Stálin, durante a Segunda Guerra Mundial, para usurpar e dominar a Europa Central. A guerra fria de Stálin se estendeu a todos os países, depois da Segunda Guerra, com a intenção do domínio comunista do mundo. Encontrou reação porque guerra unilateral não existe, guerra só existe entre dois lados antagônicos. Se houve guerra fria no Brasil, foi do lado dos comunistas, que foram derrotados e, agora, vêm com essa história do "tatu que perdeu o buraco". Será que os comunistas consideram a Intentona de 1935, quando eles sofreram a primeira derrota, como fruto da guerra fria americana? Em 1935 não havia guerra fria, mas a intenção comunista era a mesma de 1964: a tomada do Poder. Foram derrotados em ambas as datas. Mesmo derrotados em 1935, os comunistas ainda tentaram fender a união das Forças Armadas, infiltrando elementos doutrinados no seio delas. Houve oficiais do Exército que se empolgaram com o marxismo e, discretamente, esforçavam-se em conquistar adeptos no seu meio, até na Escola de Comando e de Estado-Maior, como foi o caso do Carneiro, do Corbusier e de outros. Foram expulsos do Exército sem conseguir o intento comunista de rachar a união entre seus integrantes. Esta união se manteve intacta não só no seio de cada Força, mas também entre as três Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. E os sacrifícios por que passaram, as sensações de risco vividas em conjunto, a vitória rápida e incruenta, concorreram para robustecer aquela união e a coesão nas Forças Armadas.

A Revolução de 1964 envidou todos os esforços para reduzir, ou mesmo eliminar, a miséria, a ignorância, o capitalismo corrupto e a política enganosa. Essas mazelas, no seu conjunto, fornecem o caldo de cultura com que se alimenta o comunismo. Todavia, a eliminação de tais mazelas exige, através de medidas sérias e sinceras, no mínimo, pelo menos o período de uma geração, período este que, jamais, esteve nas cogitações da Revolução. O comunista se serve da miséria para se autopromover como "bonzinho". Todo movimento de desprotegidos tem comunista por trás. Aproveita-se da ignorância para mentir e enganar. Condena, mas aceita o capitalista corrupto como o seu fornecedor de miseráveis. Faz vista grossa à política enganosa, porque é seu campo de ação. É por causa disto que o comunismo ainda sobrevive no Brasil. Além disso, há comunista que não gosta de

trabalhar, mas se julga com direito de viver à custa de quem trabalha. Aqui em Fortaleza, conheço um cidadão, apelidado de "Tio Patinhas", comunista do PC do B, da linha albanesa, que considera esta "linha" a mais pura do comunismo. Ele tem um irmão, ex-oficial do Exército, muito inteligente e capacitado. "Tio Patinhas" diz para o irmão que não é comunista:

– Meu irmão, você tem que me sustentar, porque eu só trabalho para o comunismo.

Isto chega às raias do cinismo. O outro comunista desembuchava o seguinte raciocínio:

– Nós temos que fazer a revolução comunista para destruir o capitalismo. Precisamos de capital para fazer a revolução.

Este comunista ou é imbecil ou pensa que os outros o são. Estes são casos que ilustram o que é comunismo. Como já disse, este comunismo ainda sobrevive porque encontra ambiente favorável à exploração dos antagonismos, das contradições sociopolítico. Se reduzirmos ou eliminarmos a miséria, a ignorância, a corrupção, a exploração política e os desníveis sociais, o comunismo morre de inanição. Essa missão, porém, exige o empenho sério e decidido de todos os governos de todos os níveis, de toda a sociedade, do professor, do profissional liberal, da classe empresarial, enfim, da sociedade mobilizada. A mídia, os formadores de opinião pública têm um papel extremamente importante nessa tarefa, senão estivessem tão comprometidos com aspectos contrários.

Por falar na mídia, que tem sido levianamente severa com a Revolução de 1964 e com as Forças Armadas, especialmente com o Exército, é de admirar o espírito isento de julgamento do povo brasileiro. Recentemente, o Exército, dentre várias instituições, recebeu um dos mais elevados conceitos; mais de 80% de manifestações favoráveis. A que se deve tão animador conceito? À confiança que o povo deposita em suas Forças Armadas, em especial, no Exército. O povo julga pelo que sabe e pelo que sente. Sabe, conhece a sinceridade e a dedicação do que se pensa nos quartéis, através dos milhares de jovens que, anualmente, prestam o serviço militar e saem, física e mentalmente, hígidos e felizes. São vozes permanentes de defesa das Forças Armadas, cuja presença confiável é sentida pelo povo na tradição de sua ação decisiva em defesa do Brasil, como ocorreu em 31 de março de 1964.

Finalmente, sem a pretensão de expedir uma mensagem na acepção da palavra, gostaria que as pessoas desapaixonadas se detivessem – mesmo que não tenham o nosso pensamento – sobre as causas da Revolução, sobre o comportamento das Forças Armadas e dos seus presidentes. Refletissem sobre o que eles fizeram

em benefício do Brasil. Meditassem sem paixão, sobre esses problemas. E que isso servisse para formar uma opinião, não envenenada, a respeito do que foi e do que se deve pensar sobre a Revolução de 1964.

Por sua formação legalista e voltada, sempre e unicamente, para a defesa da Pátria, as Forças Armadas jamais pensaram em fazer uma Revolução destinada especificamente à tomada do Poder. Foram forçadas a fazer a Revolução de 1964 com o objetivo claramente exposto, a 30 de março de 1964, por seu chefe, o General Humberto de Alencar Castello Branco. De fato, em documento escrito, do próprio punho, e entregue ao General Adalberto Pereira dos Santos, então comandante da 6ª DI, em Porto Alegre, através do Coronel Confúcio Pamplona, o General Castello Branco afirmava ser objetivo da Revolução: restabelecer a federação, eliminar o plano comunista de tomada do Poder, defender as instituições militares e estabelecer a ordem para o advento das reformas legais – este, o item que considero mais importante.

A preocupação dos presidentes revolucionários, particularmente do seu primeiro presidente, em evitar os excessos e não fazer injustiças, deveu-se à idéia fixa de construir uma Nação e não vingar-se de quem quer que fosse. O Brasil deve à Revolução o fato inconteste de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. Teríamos a Rússia, via Cuba, com os comunistas de um lado e os Estados Unidos do outro, apoiando-nos, quiséssemos ou não. Esse é o maior mérito da Revolução. Isto justifica, a meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns. A Revolução, que não foi provocada por nós, foi o preço mais barato que o Brasil teve que pagar para sair do caos.

Tenente-Coronel Elias Lima Barros

- Natural da Cidade de Itaiçaba–CE.
- Dentre as funções exercidas no Exército, destaca-se a de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Fortaleza. Serviu no 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa-PB e no 23º Batalhão de Caçadores, Fortaleza-CE.
- Atividades civis: Chefe do escritório da SUDENE/CE, durante doze anos.
- Cursos civis e militares: Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Ceará; Escola Preparatória de Fortaleza; Academia Militar das Agulhas Negras, Arma de Infantaria; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- Ao eclodir a Revolução de 1964, era Major, Chefe da 2ª Seção da 25ª Circunscrição do Serviço Militar, Fortaleza.

Entrevista realizada em 14 de dezembro 2000.

Se me perguntarem qual o motivo que levou os militares à Revolução de 1964, eu, de pronto, respondo que não houve nenhum interesse, nenhuma intenção, nenhuma vontade na ocupação do Poder. O objetivo foi outro, bem superior: livrar o Brasil de ser dominado pelos comunistas. Tudo se encaminhava de acordo com os interesses do Presidente João Goulart, em obediência a normas, a instruções do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

Como tudo girava em torno do Presidente, convém relembrar suas peripécias à frente do Governo, as quais transtornaram a normalidade do País. Em 1961, João Goulart assume a Presidência da República, em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros, depois de uma série de contratempos políticos. O Presidente João Goulart permitiu uma série de tumultos e desordens, que já vinham contrariando e preocupando grande parte da sociedade brasileira. Vivia-se um verdadeiro clima de tensão social, em conseqüência das constantes greves, atos de terrorismo, assaltos, desacato às autoridades e, o pior, vários casos de quebra da disciplina militar,o que intranqüilizou as Forças Armadas e as deixou de sobreaviso. A essas ações, desencadeadas nas grandes cidades por organizações classistas lideradas pelo PCB, como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Pacto de Unidade e Ação (PUA), vieram associar-se outros movimentos de mesmo diapasão e origem ideológica, em pontos diversos do País. Sempre com a conivência do governo, infiltrado de comunistas em todos os escalões.

No Nordeste, as atividades desagregadoras do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, estendiam-se à zona canavieira, provocando o desentendimento entre usineiros e trabalhadores. No interior de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, as “Ligas Camponesas”, lideradas por Francisco Julião, espalhavam o terror e a violência entre os trabalhadores do campo. No Sul, desconsertava-se toda a harmonia social, através da palavra incendiária do cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, autor da expressão “na lei ou na marra”. Não restava dúvida de que estava em curso, partindo do seio do próprio Governo, um processo de conspiração para a entrega do poder ao comunismo internacional. No dia-a-dia, a situação ia-se tornando cada vez mais grave, até o ponto em que três episódios, provocando a repulsa nacional ao estado de coisas a que chegara o País, forçaram a reação do povo brasileiro, que apelou para suas Forças Armadas no sentido de darem um basta naquela situação.

Refiro-me, inicialmente, ao comício realizado no dia 13 de março de 1964, conhecido como comício da Central do Brasil, concentrado ao lado do então Ministério da Guerra. Este comício foi palco de arruaças, desordens, tumultos e ameaças a instituições nacionais e contou com a presença do Presidente da República e de

todos os seus ministros, inclusive os militares. As entidades comunistas comandavam o espetáculo e faziam agitar as bandeiras com a foice e o martelo. Os discursos exigiam as reformas "na lei ou na marra", o fechamento do Congresso Nacional e todo poder aos sindicatos, provocação dirigida, principalmente, às Forças Armadas, cujos ministros, comprometidos com o Governo, autorizaram dispositivos militares de segurança a essas desordens. A segunda ocorrência teve lugar no dia 26 de março de 1964: foi a Rebelião dos Marinheiros no Rio de Janeiro. Um grupo de marinheiros se amotinou sob a liderança do Cabo Anselmo, recebeu o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais e, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, promoveu reuniões de cunho político-ideológico. A tônica dos pronunciamentos e o sentido do próprio ajuntamento revelavam profunda agressão à disciplina militar. O terceiro episódio ocorreu no dia 30 de março de 1964, na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando sargentos das três Forças Armadas ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros. Os pronunciamentos não esconderam o sentido político-ideológico que os embasava e repetiram as mesmas agressões e ameaças do comício da Central do Brasil. Esses três fatos, porém, representam apenas pontos culminantes da anarquia política e da agressão à disciplina militar.

No decorrer desse processo subversivo, que se aprimorou durante o Governo Jango, o povo não ocultou a sua preocupação com o rumo a que estava sendo levado o País pela própria equipe do Governo, ensandecida pela ideologia comunista. O povo foi às ruas e, através das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, realizadas nas grandes capitais brasileiras, formulou um veemente apelo às Forças Armadas para que cumprissem a sua missão constitucional. Solidárias, as suas lideranças, da ativa e da reserva, articularam-se no sentido de atender ao apelo que a Nação brasileira, angustiada, lhes dirigia. Desta forma, a vontade soberana do povo brasileiro, encontrando eco nas Forças Armadas, deu a resposta legítima e fulminante ao processo subversivo-ideológico, através da deflagração da Revolução, no dia 31 de março de 1964. Daí para frente, iniciou-se e desenvolveu-se um processo de resgate da seriedade político-administrativa do País, sob o primado da liberdade com desenvolvimento, da ordem com progresso, que se estendeu até 1985, sob a orientação dos governos militares. Então, iniciou-se o ciclo dos presidentes militares, com a posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em 15 de abril de 1964, eleito pelo Congresso Nacional.

O Presidente Castello Branco, no seu discurso de posse, já anunciava uma arrancada para o desenvolvimento, dentro de um clima de ordem e respeito às leis. E os resultados desta arrancada não se fizeram esperar. No primeiro decênio,

tivemos uma queda da inflação, de 96% para 12%, e um crescimento econômico girando em torno de 7%. Deu-se, nessa época, o chamado "milagre brasileiro", em decorrência da expansão industrial e agrícola e do controle da inflação, o que gerou um crescimento econômico bem significativo, entre 8% e 10%. Além disso, nos governos militares implantou-se um plano de governo, o Plano de Integração Nacional, que promoveu o desenvolvimento da infra-estrutura sócio-econômica nacional. Impulsionou a infra-estrutura das telecomunicações, das rodovias, das ferrovias, dos portos, da navegação de cabotagem, do setor de energia, com a construção das hidrelétricas de Itaipu, de Tucuruí e Boa Esperança e com a incrementação de outros projetos energéticos. Essa dinâmica planejada produziu aquilo que o povo pedia na rua: tranqüilidade e desenvolvimento econômico, dentro de um clima de paz e de respeito às leis.

Tudo corria de acordo com o planejamento cuidadosamente elaborado e dentro da legitimidade das medidas revolucionárias adotadas. Por volta de 1968 – já no Governo Costa e Silva – no entanto, uma facção revanchista, violenta e antipopular, resolveu desestabilizar o governo revolucionário, intensificando o terrorismo e promovendo as guerrilhas rural e urbana por meio de elementos treinados em Cuba, na China, na URSS, na Albânia e em outros países comunistas. A essas ações terroristas e de guerrilha denominaram "luta armada". Para combater essa luta armada, o governo foi obrigado a desviar meios do esforço construtivo, a endurecer a Lei de Segurança Nacional e a editar o Ato Institucional Nº 5. Todavia, com a graça de Deus e o esforço do Governo Médici, a luta armada foi dominada com relativa rapidez, deixando, mesmo assim, um rastro de violência e mortes, provocadas pelo terrorismo, pela guerrilha e pelo combate a essas ações de esquerda. Cessada a causa, cessou o efeito, isto é, dominada a luta armada, perdeu o sentido a continuidade do AI-5, revogado pelo Presidente Geisel, que deu início à chamada abertura política, com vistas a buscar a reconciliação nacional. Com isso, pacificar-se-ia a Nação e já se poderia pensar em restituir o poder aos civis, uma vez afastado o perigo comunista. Este, o passo final dado pelos governos militares. As medidas preparatórias e necessárias para a transferência do poder aos civis ficaram a cargo do Governo Figueiredo, que as coroou com a promulgação da Lei da Anistia.

De maneira geral, foi assim que se desencadeou a Revolução de 31 de Março de 1964 e foi este o quadro por ela desenhado ao longo de vinte anos, entre 1964 e 1985. Foi um período que muito marcou a vida militar, muito bem retratado num pensamento arquivado no Clube Militar, que me permito ler: "Orgulhosos estão os que cumpriram o seu dever como Deus permitiu que o fizessem. Orgulhosos estão todos os brasileiros, que sabem avaliar a grandeza e o significado do caminho

da reconciliação nacional que nos foi legado por Caxias e pelos de sua época. Orgulhosos do Brasil estarão nossos filhos e netos e os que vierem depois, por poderem prosseguir no caminho da liberdade, da Justiça e das realizações que lhes pudermos legar".

Até este ponto, ative-me em comentar a Revolução nos seus aspectos mais imediatos, nos fatores mais diretos de sua eclosão, nas circunstâncias que mais a envolveram, decorrentes de posicionamentos do próprio governo de então. E nos lances político-administrativos inspirados na sua própria essencialidade de pensamento, que mudaram a face do Brasil.

De agora em diante, apresentarei o que penso sobre os fatores mais remotos, aspectos sócio-políticos que antecederam o Movimento de 1964, sua vigência e realizações, e algumas perspectivas que projetam, no tempo, certas possibilidades com relação ao Brasil.

Inicialmente, não se pode deixar de falar da Intentona Comunista de 1935, como uma causa remota. As características de covardia, traição e violência de que se revestiram as ações dos comunistas brasileiros, estimulados pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), traumatizaram a Nação e as Forças Armadas, em particular o Exército, que teve vinte e oito de seus integrantes mortos, enquanto dormiam, na noite de 27 de novembro de 1935. Foi, no mínimo, uma causa psicológica. Acredito mesmo que se a Intentona Comunista de 1935 não foi a principal causa da Revolução de 1964, pelo menos deixou cravado em nossa mente um dos episódios que mais contribuíram para a sua eclosão, por dois motivos principais: pôs em evidência os meios sórdidos empregados pelos comunistas para a tomada do Poder e o repúdio que o militar bem formado passou a dedicar a tais ações comunistas e às suas intenções.

João Goulart, antes mesmo de se deixar dominar pelos comunistas, já não contava com a confiança do povo brasileiro, que o via como um político aventureiro, capaz de qualquer conchavo para alcançar o seu objetivo, o Poder. Ao assumir a Presidência da República, a sua aliança com os comunistas, o seu despreparo para o exercício do governo, a sua omissão e o seu demagogismo populista acentuaram o descrédito e a intranqüilidade da Nação. O estado de desordem implantado no País, com a sua conivência, confirmava a sua irresponsabilidade.

A subversão estava em plena evidência. Os conceitos marxistas e da Internacional Comunista eram discutidos nas universidades, nas praças públicas, nas ruas, em todos os lugares, um verdadeiro processo de convencimento de massa. Uma elite intelectualizada se aproveitava da boa-fé e do entusiasmo dos jovens, dos operários, do homem do campo e até dos graduados das Forças Armadas, e

disseminava princípios ideológicos, num processo de subversão da ordem, com vistas à tomada do Poder. Os *slogans* mais conhecidos na época eram os da "reforma de base", da "reforma agrária", "na lei ou na marra". Era o que se ouvia, não só nas universidades, mas nas praças públicas e nas ruas.

Tudo isso desaguou naqueles três episódios de que já falei. Superpostos, por sua gravidade, precipitaram o irrompimento da Revolução. O comício da Central do Brasil, ao lado do então Ministério da Guerra, a Rebelião dos Marinheiros e o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, esses três acontecimentos puseram a nu a intenção comunista de afrontar e desmoralizar as Forças Armadas, quebrando, assim, a disciplina militar. Por outro lado, a acomodação diante desses episódios significaria a capitulação das forças vivas do País e demonstraria a fragilidade do povo brasileiro para se opor ao esquema comuno-janguista. Isso precipitou a convicção de vitória de Luís Carlos Prestes, ao pronunciar aquela célebre frase: "Nós, os comunistas, estamos no Governo, falta-nos apenas o Poder".

Apesar da aparente invencibilidade de tal esquema, três instituições – o Congresso Nacional, a Igreja Católica e a Imprensa – embora não agissem aberta e desassombradamente, com a freqüência necessária, não concordavam com a situação criada. O Congresso estava sob pressão, ameaçado de fechamento, caso não aprovasse as "reformas de base". Reagiu o quanto pôde, e a maioria de seus integrantes apoiaria qualquer movimento capaz de dar um basta naquele estado de coisas. A essência da doutrina católica, a perseguição e o martírio de padres católicos nos países comunistas e a negação marxista da religião jamais levariam a Igreja a apoiar a comunização do Brasil. Na verdade, a grande maioria dos padres e bispos católicos não só apoiaram, mas estimularam as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, o que significava antecipar aprovação a qualquer movimento que anulasse o esquema comuno-janguista. Da mesma maneira se vinha comportando a Imprensa. Os grandes jornais da época – *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e outros – investiam freqüentemente contra a desordem criada e até estimulavam o surgimento de algo que pusesse um fim àquela situação. Era a manifestação do apoio antecipado à Revolução. Não incluo aqui os jornais governistas, como a *Última Hora*, que alimentavam lá os seus interesses.

Curioso é que certa mídia, hoje, tem um comportamento hostil à Revolução, uma herança, acredito, dessa imprensa janguista, orientada e conduzida por maus brasileiros, e sem nenhum interesse em recompor, com exatidão, a verdade dos fatos ocorridos em 1964. Ao contrário, prefere encobri-la com o manto negro da mentira e da falsidade, escondendo, da opinião pública, a evidente participação da vontade nacional na eclosão da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

Elementos de esquerda, através dessa mesma imprensa comuno-marxista, não se cansam de insinuar ter sido a Revolução o resultado de imposição norte-americana, através da guerra fria, taxando-a de "golpe militar". Assim, forjam a idéia de que o Brasil era subserviente aos EUA, mas esquecem o que hoje aprovam, em mascarada aliança com os "neoliberais" nacionais. Escondem a cronologia da guerra fria, que sabem ter sido uma invenção de Stalin, como meio de expansão do comunismo no pós-guerra. Aliás, a guerra fria nasceu ainda durante a Segunda Guerra Mundial, para efetivar a intenção comunista de domínio do mundo. Se houve guerra fria em 1964, foi única e exclusivamente comunista. Na verdade, os desatinos comunistas praticados durante o Governo Jango provocaram uma reação generalizada do povo brasileiro que, apelando para o espírito de brasilidade de suas Forças Armadas, efetivou o desmantelamento daquele governo e de seus agentes. Iniciativa legítima, genuína e interna, simbiose entre a vontade do povo e o seu segmento armado.

As Forças Armadas, na ânsia de atender ao chamamento da Nação, arrostaram sacrifícios de várias naturezas, mormente na condução do período revolucionário. Mas cumpriram o seu dever de resguardar e de aprimorar a democracia com responsabilidade. E saíram robustecidas na sua união e na sua coesão, porque souberam restaurar a ordem institucional com espírito de desapego ao poder, promovendo a abertura política e promulgando a Lei da Anistia, prova irrefutável de sua intenção de conciliação nacional.

A atuação das Forças Armadas brasileiras, de 1964 a 1985, não teve a motivação de nenhuma ideologia escudada em filosofia expansionista de tomada do poder, com prejuízo para a vida democrática de um povo, como eram as filosofias comuno-marxista e nazi-fascista. A atuação e o comportamento dos militares foram providos de princípios nobres – fulcro de sua legitimidade – e sublimaram os fins a que se propuseram. Impunha-se, naquele momento conturbado da vida brasileira, preservar a soberania nacional e a democracia contra as agressões comunistas. Promover o desenvolvimento com ordem e responsabilidade. Desenvolver a liberdade com consciência, fundamentando-a numa base educacional aprimorada. E garantir o bem-estar social dentro de um processo de distribuição da riqueza, com justiça. Estes foram os principais objetivos perseguidos e, em grande parte, conquistados pela Revolução, com respeito à dignidade da pessoa humana, mas também com respeito à autoridade constituída, muito confusa nos dias de hoje. Nesses princípios se delineava o que se pode chamar de "ideologia do todo nacional para o seu povo", síntese de pensamento nosso, puramente brasileiro, expressão de nossa consciência histórica de povo livre.

Entretanto, o desenrolar do período revolucionário não se deu pacificamente. Os inconformados com o fracasso de suas iniciativas desatinadas partiram para um "revanchismo" mais desatinado ainda, empregando o terrorismo e a guerrilha, com elementos jovens envenenados pelo marxismo e treinados nos países comunistas. Para combatê-los, fez-se necessário endurecer a Lei de Segurança Nacional e promulgar o AI-5, conforme disse anteriormente. Por outro lado, a duração do período revolucionário poderia ter sido abreviado, não fora a insegurança provocada por esses grupos de esquerda. É tradição da ética militar brasileira, comprovada em vários episódios da vida nacional, desinteressar-se pelo Poder. Apenas em 1964, após uma ação vitoriosa, tiveram os militares que assumir a direção político-administrativa do País em face da insegurança que ameaçava as instituições e o povo brasileiro. Entenderam os militares que enquanto perdurasse tal estado de insegurança deviam permanecer à frente do Governo. De fato, logo que cessaram as ameaças à paz interna, os presidentes militares prepararam o ambiente político-jurídico exigido para a transmissão do Poder aos civis, o que se verificou em 1985.

Fala-se hoje, com freqüência, de cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão do pensamento, de expressão artística e de tortura contra presos, durante os governos militares. Eu diria que a responsabilidade do Governo – chamado para restabelecer a ordem – exigiu, em determinada ocasião, alguma medida de exceção, a fim de evitar o clima de desestabilização que já estava ocorrendo com os atentados, os seqüestros, os atos de terrorismo e outras ações violentas. Quanto à prática de tortura, deve ter havido casos isolados e lamentáveis, jamais com o aval do Governo. Tudo decorreu do estado emocional que envolvia os protagonistas, mas nunca esteve no pensamento do Governo Central apoiar tais ilícitos. Houve um fato elucidativo nesse sentido: a decisão do próprio Presidente Geisel. Ao tomar conhecimento do caso do jornalista Vladimir Herzög, em São Paulo, de imediato afastou das funções o Comandante do II Exército. Essa decisão demonstra a repulsa do militar brasileiro a atos de violência e "revanchismo", resultado de sua formação e, sobretudo, de sua índole, herdada do nosso povo, de que é parte integrante.

Nota-se com clareza que o "revanchismo", o ódio e a violência estão ocultos nesses comentários depreciativos e até infamantes, sobretudo da mídia, contra os governos militares, extensivos aos militares brasileiros de um modo geral. Se, de um lado, comentam o cerceamento da liberdade e a tortura, de outro, tentam omitir ou subestimam as realizações empreendidas pelos governos militares. Pela importância das realizações empreendidas, volto a comentá-las setorialmente. No campo da infra-estrutura, por exemplo, tivemos significativo e inegável avanço nas telecomunicações, na navegação de cabotagem, nos portos, nas rodovias e nas

ferrovias. No setor energético, a construção das hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Boa Esperança. Também verificou-se expressivo aumento no estudo e nas pesquisas de prospecção do petróleo e na produção de aço. No campo social, destacam-se a criação do Banco Nacional de Habitação, o estabelecimento de um salário mínimo mais abrangente, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Recentemente, uma publicação jornalística enfatizava que o FUNRURAL foi a mais importante medida, no campo social, dos últimos cinqüenta anos.

Lamentavelmente, essas realizações não tiveram prosseguimento nos governos subseqüentes aos governos militares. Basta atentar para o estado em que se encontram as nossas estradas e para o abandono do programa de produção de energia, ameaçando de racionamento o seu uso e limitando o desenvolvimento e o bem-estar do povo. A julgar pelo esquecimento do Estatuto da Terra, também não há interesse em solucionar o problema agrário, sujeito a tumultos político-ideológicos a infernizar a vida do homem do campo. Na época da construção de Itaipu, os maledicentes diziam que era um elefante branco. Hoje, um grande percentual da energia fornecida ao Centro/Leste do Brasil vem de Itaipu. O Porto de Tubarão-ES, o Porto de Itaqui-MA, a Ponte Rio – Niterói e muitas outras foram obras dos governos militares.

É bom que se diga que todos esses empreendimentos não ensejaram desvios ou malversação de recursos públicos, porque havia uma moral a preservar e uma autoridade que se fazia respeitar. O militar, escravo de sua própria consciência, fruto, em grande parte, de sua formação e do respeito ao povo a que pertence, jamais pensou em tirar vantagem da situação a que fora chamado a resolver. A honestidade e a seriedade com que tratou os problemas da coisa pública permitiram os incontáveis benefícios trazidos à Nação e ao povo brasileiro. Mesmo assim, jamais animou os militares a idéia de continuarem no Poder. Reagiram, mesmo, à assunção do Poder e só o fizeram em face das circunstâncias críticas então vividas. A formação do militar, repito, criou-lhe a tradição, que se impregnou na sua índole, no seu temperamento, de não lutar pelo Poder e muito menos nele se perpetuar, pois sua missão constitucional não é governar, mas defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Restaurada a segurança interna, livre das desordens, do terrorismo, das guerrilhas e de outras ações violentas das esquerdas, enxergaram os militares a oportunidade de restituir o Poder aos civis e o fizeram em 1985.

Apesar de o comunismo ter tido as suas ações violentas neutralizadas entre 1964 e 1985, período que os seus adeptos denominaram de “anos de chumbo”,

não se iludam os brasileiros, muito menos os jovens do Brasil. O comunismo se debilitou com a queda do Muro de Berlim, seguida da derrocada da União Soviética, mas isto não significa que ele tenha implodido ou sido erradicado da face da Terra. Ele teima em sobreviver à custa da miséria alheia causada, muitas vezes, por um capitalismo perverso e ganancioso, gerador de políticos corruptos e inconscientes da grandeza da pessoa humana, que preferem vê-la na miséria, na ignorância e no atraso, para explorá-la mais facilmente. Mas é aqui que o comunista encontra alento para sobreviver e até para se robustecer. Poucos brasileiros têm muito, e muitos brasileiros nada têm. Ou, os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Conseqüentemente, presas fáceis das hostes comunistas, agora mimetizadas de boazinhas: "direitos humanos", "ecologia", "liberdade", "caridade" e outros sentimentos nobres, no conjunto, abusivamente utilizados como chamariz aos menos avisados, sobretudo aos jovens.

Pesquisas recentes constatam ser o Brasil o país mais corrupto da América Latina, e a Fundação Getúlio Vargas chegou à conclusão de que, se a corrupção no Brasil se limitasse ao nível da do Canadá, a renda "per capita" do brasileiro se elevaria para R$ 6.000,00 (seis mil reais). Sendo a corrupção um problema de causa e efeito, ao erradicá-la, praticamente deixariam de existir – ou ficariam dentro de níveis civilizados – pobreza, desemprego, comunismo, violência e outras mazelas. Então, a solução do problema foge à exclusividade das Forças Armadas, mas encontra abrigo seguro na formação de uma consciência nacional reta, onde têm que estar engajadas, decididamente, todas as forças vivas e morais de nossa Nação, com destaque para a Justiça e para a Religião. Os militares não foram formados para neutralizar a corrupção ou promover o nivelamento social.

Além da corrupção, a consciência nacional despertará o País para o grande perigo que estamos vivendo – a globalização – que vem fazendo carrear as nossas riquezas para os países desenvolvidos, e a dependência das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a cujo critério ficam os empréstimos, os débitos e as políticas econômicas internas de cada uma.

As Forças Armadas poderão até participar do processo de educação de uma consciência nacional, mas não podem se afastar do papel constitucional de defesa da Pátria, para o que se torna imprescindível manter o seu poder dissuasório em níveis operacionais e estratégicos compatíveis com a estrutura nacional. Mesmo assim, a garantia da soberania nacional e da integridade territorial não depende exclusivamente das Forças Armadas. O conjunto de medidas para assegurar a soberania nacional exige a interação de todos os setores da vida do País. É triste recordar o que ocorreu com o Projeto Calha Norte. Nenhum dos ministérios envolvidos tomou

qualquer providência que lhe cabia, restando, única e exclusivamente, a ação das Forças Armadas com sua presença na Amazônia, hoje perigosamente ameaçada pela cobiça externa. A interação de todos os ministérios na Amazônia criará as condições necessárias para se enfrentar, com altivez, as atuais ameaças. Nesse sentido, convém atentar-se para a seguinte realidade: se, em 1964, os militares, com o apoio do povo, lutaram para evitar a tomada do Poder pelo comunismo internacional, hoje, todo o povo brasileiro, consciente de sua soberania, terá que lutar para evitar a ocupação internacional da Amazônia. A cobiça pela Amazônia tem sido revelada por líderes de vários países, como a Rússia, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. A primeira-ministra inglesa, Margareth Tatcher, chegou a fazer o seguinte e provocante pronunciamento: "Se os países subdesenvolvidos não podem pagar suas dívidas, que vendam seus territórios, suas riquezas..." Os EUA, a pretexto de combater o narcotráfico, vêm instalando bases militares em toda a América do Sul, por coincidência, todas na fronteira com o Brasil.

Mas, ao lembrarmos essas perspectivas sombrias sobre a nossa Amazônia, invade-nos a mente o emaranhado de ações contraditórias que há anos vêm martirizando o povo da Colômbia e pondo em risco a soberania da Amazônia colombiana, nossa vizinha. Inicialmente, a guerrilha ideológica, lutando para entregar a Colômbia ao comunismo internacional, ao mesmo tempo em que o narcotráfico se desenvolvia nas suas florestas, estimulado por um superlucrativo comércio clandestino internacional de cocaína. Em seguida, a aliança da guerrilha com o narcotráfico e, mais recentemente, o surgimento das "Forças Armadas Revolucionárias Colombianas", FARC, de inspiração antigovernista. As Forças Armadas constitucionais da Colômbia não conseguiram neutralizar as desordens internas e o Governo colombiano tenta um acordo com as FARC. As ações de guerrilha e a produção de cocaína prosperam dia a dia, e os EUA resolvem "apoiar" o país vizinho. O chamado "Plano Colômbia" se revela uma verdadeira intervenção militar e oferece o ensejo de implantação de bases militares americanas na região, ameaça permanente à Amazônia brasileira.

Se não quisermos passar pelos mesmos sacrifícios que ora afligem o povo colombiano, urge prepararmos um programa específico de defesa da Amazônia, dentro de um Projeto Nacional. E mobilizarmos o povo brasileiro através de todos os meios de formação da opinião pública, como se faz numa Copa do Mundo (de futebol). Pois está em jogo o território nacional, sem o qual não teremos direito nem mesmo ao futebol. Nós, brasileiros, não podemos esquecer o esforço e os sacrifícios de nossos antepassados em conquistar e manter este nosso fabuloso território, desde a serra de Pacaraima, no norte de Roraima, ao arroio Chuí, no

extremo sul do Rio Grande do Sul; da Ponta do Seixas, no litoral paraibano, à serra da Contamana, no Acre. Cabe-nos o dever intransferível de mantê-lo a qualquer custo. Não podemos esquecer o admirável exemplo da irmanação de nossas três raças formadoras, num imbatível baluarte brasílico contra o invasor holandês, derrotado nas duas batalhas dos Montes Guararapes, em meados do século XVII, onde se geraram a nossa nacionalidade e o Exército Brasileiro. Do mesmo modo, teremos que repetir os feitos de Guararapes, no momento atual. O território brasileiro é dos brasileiros e é sagrado. O povo brasileiro confia no seu próprio valor, na sua vontade de ser e de agir. E alimenta crescente confiança nas suas Forças Armadas, em especial no seu Exército, ao qual vem dedicando elevados índices de aceitação, conforme recentes pesquisas. Isto se deve ao seu passado, desde Guararapes, ao que é no presente, e ao que, com toda certeza, será no futuro. Juntamente com suas co-irmãs, a Marinha e a Aeronáutica, responsáveis por realizações que mudaram a face do Brasil entre 1964 e 1985 e que se refletem até os dias de hoje.

Lamentavelmente, o que se vem constatando, de 1985 para cá, é a tendência, malévola e inócua, de alguns, de tentar destruir a memória da Revolução. Essa tendência se tem revelado não só na opinião da mídia atual, mas sobretudo no comportamento de certas pessoas, diametralmente oposto ao que fora consagrado durante aquele período. Onde se vivia uma democracia consciente e responsável, passou-se a conviver com uma demagogia inconseqüente e perniciosa. Onde havia a autoridade orientadora e respeitável, hoje se vê a promiscuidade degenerativa. Onde se praticava a verdade político-administrativa transparente, hoje se adota a falsidade enganadora das manipulações e dos subterfúgios que entorpecem a Nação. Onde se tinha o planejamento racional, exeqüível e duradouro, hoje se abraça o aventureirismo árido de qualquer realização. Onde havia a liberdade com responsabilidade, hoje existe a libertinagem com permissividade.

Felizmente, o brasileiro é um povo admirável, paciente e pacífico, por índole. Humilde e sempre esperançoso. De alma grande, do tamanho de si mesmo. Simples e inteligente, capaz de discernir – apesar dos engodos da mídia – que está sendo enganado e marginalizado. Nesse povo, sobretudo na sua juventude, reside a esperança de um Brasil autêntico, soberano, desenvolvido, autodeterminado, construtor efetivo do seu bem-estar. Confio em que este mesmo povo transformará esta minha esperança em realidade, em conjunto com suas Forças Armadas. Como se fez nos Guararapes, nas lutas pela preservação da unidade nacional, ao comando de Caxias, bem como na Segunda Guerra Mundial e na Revolução Democrática de 31 de Março de 1964.

Tenente-Coronel Murilo Walderk Menezes de Serpa

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Foi Instrutor e Chefe da Seção Técnica de Ensino da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (EPF) e do Colégio Militar de Fortaleza; e Comandante de Companhia do 25º Batalhão de Caçadores.
- Funções civis: Secretário de Educação do Estado do Ceará; Presidente da Empresa Cearense de Telecomunicações; Presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor; assessor especial do Governador Virgílio Távora; delegado regional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Ceará (1988/1999).
- Cursos civis: Faculdade de Ciências e Letras, RJ; Faculdade de Filosofia, CE.
- Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Comunicações e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1982, a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução de 1964, servia na Escola Preparatória de Fortaleza (Seção Técnica de Ensino).

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Ao analisar a Revolução de 1964, em vez de ditadura, como muita gente a ela se refere, compreendo tratar-se de um Movimento cívico-militar, porque partiu da sociedade, que reclamava das invasões de terra, da hiperinflação, de um Governo desorientado, capaz de substituir um senhor General Kruel e, ao mesmo tempo, colocar um "general" Osvino para tomar conta da Petrobrás, só para carrear recursos para fazer a sua subversão. Verificamos que na própria Igreja, Dom Eugênio Sales, que considero um santo, queria afastar todos os padres da política; mas, do outro lado, havia um Dom Evaristo Arns, que só celebrava missa quando morria um subversivo. Aqui mesmo, em Fortaleza, tivemos um arcebispo que nunca celebrou missa na páscoa dos militares; por fim, havia um padre, em Minas Gerais, cujo carro portava o adesivo "OPTEI" (o "O" azul e o "PT" vermelho), quer dizer, era petista. Hoje o Partido dos Trabalhadores (PT) é mais evoluído, mas naquela época era um partido radical.

Verificamos, também, a inquietação que reinava nas Forças Armadas, principalmente no Exército. Estando eu, naquela época, na ativa do Exército, entendo o porquê: o pessoal do governo tentava tumultuar, procurava levar os sargentos para os movimentos políticos. O sargento Garcia, por exemplo, foi eleito deputado federal. No meu tempo de estudante, no Liceu do Ceará, existia um caderno, o "Avante", que tinha o Hino Nacional na capa e, na contra-capa, o Hino à Bandeira e uma pessoa empunhando a bandeira do Brasil. Então, éramos educados nesse sentido, sentido de nacionalidade. O Ceará é chamado de "terra da luz", não por causa do sol, como muita gente pensa, mas pelo seu pioneirismo na libertação dos escravos, em 1884. Cem anos depois, no dia 25 de março de 1984, não tivemos uma só manifestação para comemorar data tão significativa. Nós não cultuamos mais os nossos heróis, os nossos fatos históricos, deixamos tudo de lado. A insensatez é tamanha que, em Belém do Pará existe um monumento ao radical comunista Marighela, que o povo não sabe nem quem é. No Rio Grande do Sul, existe um outro monumento ao pioneiro comunista Luís Carlos Prestes. Enquanto isso, ao maior brasileiro do século, o cearense Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que completaria 100 anos no dia 20 de setembro do corrente ano, ao que se sabe, pelo Brasil afora não houve nenhuma comemoração. Aqui em sua terra, ocorreu apenas uma solenidade pública, da iniciativa do comando da 10ª Região Militar.

Na realidade, não estamos mais acordando a mocidade para os grandes fatos. Quem está preocupado com a evolução da colonização do Brasil, que nos possibilitou, legalmente, a soberania política e territorial? Porque, da educação se descurou, o Brasil está paulatinamente sendo descolonizado. Hoje os donos do Poder, no mundo, fazem guerra para a conquista de mercados, ou seja, hoje a

guerra é pela colonização econômica, que vai tomando conta das telecomunicações, da energia, da Amazônia, de tudo. Por quê? É tempo de recordarmos o Presidente Castello, quando profetizou a necessidade do nacionalismo econômico! A mocidade não está sendo alertada. Lembro-me de que, quando professor, eu dedicava de cinco a dez minutos da aula para comentar os fatos nacionais e internacionais mais importantes. Hoje não se faz mais isso. E a Revolução, então, chegou no momento oportuno, não por imposição militar, mas chegou, entre outras manifestações populares, por causa das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte. A Revolução chegou, apoiada por entidades que já não suportavam mais a desordem. Para que se tenha idéia da desorganização do País, em termos pecuniários, um contínuo da Petrobrás ganhava igual a um tenente-coronel do Exército, e um ascensorista da Câmara Federal ganhava igual a um piloto de jato da Força Aérea. O General Osvino, à frente da Petrobrás, pagou todas as despesas com os comícios da Central do Brasil e do Automóvel Clube. Era o dinheiro da Nação a serviço dos comunistas e corruptos.

A Intentona Comunista foi o referencial da Revolução de 31 de Março de 1964. Como aspirante no 15º RI, em João Pessoa/PB, onde servi durante dois anos, ouvi histórias terríveis sobre a Revolução de 1935. Basta lembrar o episódio das mortes dos companheiros em Natal, no Rio de Janeiro e no Recife, enquanto dormiam. Sabe-se também de um sargento que assassinou um tenente da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos. Inclusive o meu quartel, o 15º RI, sofreu um atentado, incendiado que fora a mando de Gregório Bezerra, ativista e líder, a serviço de Prestes.

Por isso, às vésperas da Revolução, eu, um capitão e um sargento, independente do pessoal de serviço no quartel, passamos a noite acordados, temendo um novo ato subversivo.

Acredito que, se João Goulart (Jango) não era comunista, foi muito competente para do comunismo se servir, pois sempre dava um passo para a democracia e dois para o comunismo. Ao nomear o General Kruel Comandante do II Exército, deu um passo equivocado para a democracia, porque Kruel, preservando seu conceito nas Forças Armadas, fortaleceu a Revolução. Mas, na mesma ocasião, Jango nomeou o General Osvino Ferreira presidente da Petrobrás. Como afirmei: um passo para a democracia e dois para o comunismo. Na realidade, o General Kruel só tinha jurisdição no Sudeste, enquanto o General Osvino tinha jurisdição em todo o Brasil. A verba do General Kruel era pequena, a do General Osvino era uma verba monstruosa e podia gastar à vontade.

Em 1963, na revolta da Polícia Militar do Piauí, sendo eu oficial de operações, recebi, como comandante da Guarda de Honra, o Presidente João Goulart. Do meu

conhecimento, foi a primeira vez, na minha vida militar, que um homenageado chamou o comandante da tropa para ficar ao seu lado. Conversamos e, do primeiro ao último momento, ele tentava dar razão à revolta da Polícia Militar, para finalmente indagar: "O senhor não acha que essa revolta é justa, já que o pessoal da Polícia Militar está passando fome?". A minha resposta: "Não, presidente. O pessoal da Polícia Militar tem uma cadeia de comando; eles têm que observar os degraus dessa cadeia para ponderar os seus direitos. A indisciplina é um dos fatores que mais destroem as Forças Armadas".

Naquela oportunidade, a Igreja, no Nordeste, tinha o pessoal conservador, sob a orientação de Dom Eugênio Sales, que não aceitava interferência política. Ainda hoje há muito padre que não aceita isso. Do outro lado, tínhamos a Igreja progressista, que optava pela política, servindo somente às esquerdas, a exemplo das reuniões de Dom Evaristo Arns, num estádio de futebol em São Paulo. Aqui mesmo no Ceará, naquela época, tínhamos dificuldades de conseguir sequer que Dom José Delgado, arcebispo local, celebrasse uma missa por nós.

A inquietação era muito grande na área militar, muito grande mesmo. Os brasileiros que serviam nos quartéis, os bons brasileiros, estavam inquietos com a situação: não aceitavam o que o governo fazia, discordavam da invasão de terra, da hiperinflação e dos desmandos. Todavia, alguns companheiros nossos se bandearam para o lado de lá e até participaram de comícios. Esse foi o caso de um capitão, em Natal: fardado, participou de um comício ao lado do Sr. João Goulart. Apesar de punido disciplinarmente, tornou a ficar à disposição do Sr. João Goulart e, pouco tempo depois, foi nomeado para um alto cargo no Governo.

Entre as ocorrências que violentaram a consciência nacional, podemos citar, por exemplo, a seguinte afirmativa de Luís Carlos Prestes: "Temos o Governo, falta-nos o Poder". Tivemos também a manifestação que o bloco do governo federal quis fazer em Minas, e o próprio Governador Magalhães Pinto até já autorizara, mas a população foi para a frente da igreja e não permitiu que o comício fosse realizado. Foram fazer o comício em Brasília, todos hospedados por conta do Governo no Pálace Hotel. Esses fatos, interligados aos dos comícios da Central do Brasil e do Automóvel Clube, representaram os maiores ataques aos militares. Também não se pode esquecer o levante dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, com a cena do Cabo Anselmo, carregando o Almirante Aragão nas costas. Todos esses fatos, no conjunto, fizeram eclodir a Revolução, razão por que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão somente intérpretes da vontade nacional.

Entre os principais líderes civis da Revolução, poderia destacar os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, de São Paulo, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Na área militar,

tivemos o Marechal Castello Branco, o Marechal Denys, o General Kruel, o General Peri Bevilácqua e o General Muricy.

Algumas pessoas, ao comentarem o Movimento de 1964, procuram obscurecer o mérito das nossas Forças Armadas sob o argumento de que a Revolução teria sofrido influências externas, sobretudo o auxílio dos Estados Unidos, o que não corresponde à verdade. O que aconteceu foi o seguinte: o governo de João Goulart beneficiou-se, na verdade, da omissão dos intelectuais, da tibieza dos democratas e da desorganização do povo; mas não conseguiu o objetivo maior, que seria a desagregação das Forças Armadas. Infelizmente, certa mídia passou a insinuar que, através da guerra fria, foi imposto, pelos EUA, um "golpe" militar. Será que essa mídia desconhece a Intentona Comunista, marco nacional da traição desses apátridas, bem anterior à guerra fria, ou ignora e subestima a experiência dos militares?

Costumo dizer que a mídia, para sobreviver economicamente, se necessário, usa até a notícia antiética, os escândalos e o pessoal da camisa vermelha, que eu chamo de torcedor do América, sem ofender ao América. Por isso, nas mais das vezes, não permitem a divulgação de notícias fidedignas. Nós passamos doze anos como delegado da Escola Superior de Guerra no Ceará. Não conseguimos publicar, sequer, uma notícia da Escola. Os jornalistas "de esquerda" achavam que a Escola Superior de Guerra era uma entidade paramilitar. Em 1982, quando fiz aquele curso, éramos 134 alunos, 94 civis e 40 militares, uma diferença muito grande. Eu não conseguia divulgar nenhuma notícia, eles não permitiam. A meu ver, a mídia de esquerda foi responsável pela distorção da verdade.

Sabe-se que, por interesses escusos, tudo fizeram para transferir a Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro para Brasília. Queiram ou não, o Rio de Janeiro continua sendo a capital cultural do País. A Escola Superior de Guerra era subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e passou ao Ministério da Defesa. Até os cursos foram reduzidos, resultado do patrulhamento a que ora se assiste.

A temática da doutrina de segurança nacional era, por assim dizer, a antítese, o remédio para enfrentarmos o comunismo, mentor da luta de classes e da desarmonia. A metodologia da ESG estabelecia o "Desenvolvimento com Segurança", como solução para sairmos do atraso, reduzindo nosso desnível social (miséria) – caldo de cultura no qual sobrevive o comunismo. Em última análise, a doutrina de segurança nacional encerrava um projeto capaz de se contrapor ao comunismo, caso tivesse sido tratado com o merecido esmero, mesmo porque o ponto primordial da nossa sadia cultura é o bem comum.

Enfim, a hoje chamada mídia apoiou ou não o Movimento? O editorial de 07 de outubro de 1984, do jornalista Roberto Marinho – do jornal *O Globo* – tece

loas e mais loas à Revolução. Hoje, o mesmo Roberto Marinho acha que a Revolução é culpada por todos os males que assolam o nosso País.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, por exemplo, os extremistas nunca desistiram. A prática dessas ações era a moeda utilizada em troca da liberdade dos seus líderes, guerrilheiros que estavam presos. Atualmente, temos um ministro de Estado que, naquela época, era motorista do carro em que se encontrava o embaixador americano – seqüestrado e mantido em cativeiro, depois devolvido à liberdade. Temos também um deputado federal, que era o encarregado de manter aquele embaixador no cativeiro. Como se observa, essa gente impune hoje sobrevive encastelada no poder público! O próprio Capitão Lamarca, considerado "um bom oficial", fugiu do quartel levando todo aquele armamento, ação que prejudicaria a promoção do Coronel Lepiane, que deveria ter saído general. O mesmo Lamarca, entre outras ações terroristas, matou um tenente da Polícia Militar de São Paulo a coronhadas, o ato mais covarde da história da Revolução. Por sua vez, a viúva de Lamarca, desertor, considerado morto para o Exército, recebia uma pensão de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e, agora, o governo concedeu-lhe R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais) de gratificação. E nós tivemos cento e oito militares mortos naquele período.

Sobre o perfil de homens públicos, devo particularizar o Presidente Castello Branco, com quem tive a honra de servir três vezes: ele, Comandante da Região, e eu, oficial de comunicações; ele, Diretor de Ensino do Exército, e eu, Chefe da Seção Técnica da Escola de Cadetes; por fim, ele, Comandante do IV Exército, e eu, S/3 do 25º BC. Essas passagens levaram-me a admirá-lo, pois conhecia do soldado ao general. Vou citar uma passagem interessante que aconteceu comigo, por ocasião da despedida do General Castello, em Teresina. Naquela época, ocorria a greve dos aeroviários – muitas greves, tivemos cerca de seis mil greves. A minha cunhada e a esposa de um companheiro queriam vir para Fortaleza. Fomos então falar com o General Castello – ele viajava sozinho no avião, de seis lugares. "O senhor podia nos dar uma carona? São duas pessoas que vão para Fortaleza". Sabe qual foi a resposta dele? "Quem comanda o avião é o piloto, não sou eu! Fale com o piloto". Por isso, tenho-lhe uma admiração muito grande.

Em um dos seus pronunciamentos, o então Presidente Castello Branco afirmou, ao definir os grandes homens públicos: "Não usaram o Poder como instrumento de prepotência. Não usaram o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca se serviram". Como se vê, passados os anos, parece que o autor dessa expressão vaticinava um conceito que hoje se ajusta ao caráter do próprio autor e dos demais presidentes militares.

Sobre as realizações dos governos militares, nos diversos campos de atividades, poderia citar, entre outras, a universalização do ensino fundamental; o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que permitiu a aposentadoria de milhões de brasileiros; a recuperação de todas as nossas estradas; a revitalização das nossas usinas. Hoje não temos escolas, não temos hospitais, não temos estradas para o escoamento da produção. Nós, os servidores públicos, há seis anos não temos um aumento. Passei oito anos dirigindo a Secretaria de Educação deste Estado do Ceará. Durante esse tempo, nunca vi uma fila para matricular um aluno. Exatamente o contrário do que atualmente se constata.

Com 20 anos no governo, os militares e as Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer tipo. De maneira nenhuma. Um grupo de militares, naquela época, entendia que devíamos corrigir as distorções dos nossos vencimentos; nem isso foi feito. Pertenço a este grupo. Com trinta anos de serviço passei para a reserva com um ordenado pequeno. Há pessoas que, com pouco tempo de serviço, têm um ordenado altíssimo. Qual foi o militar que usufruiu do pagamento de precatório? Nenhum. Naturalmente, por outro lado, existem críticas à Revolução. Para mim, seu maior erro foi a falta da formação de líderes. Onde é que se formavam os líderes? Nos centros acadêmicos, nos diretórios, nos centros culturais. Como se tinha muito medo de subversivo, faltou uma solução capaz de preservar o futuro. Hoje em dia, peço, citem-me um líder civil ou um líder militar. Não os temos. Agora, se eu pedir a lista de dez corruptos, contamos nos dedos das mãos e passamos para os dedos dos pés. O pior de tudo é que a mídia e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução.

As Forças Armadas não se desengajaram da vida política do País, elas é que foram afastadas da sociedade e do governo. Acabaram com os ministérios militares porque os ministros não se davam ao papel de "vaca de presépio".

A "batalha da comunicação" foi perdida porque nos afastamos efetivamente dos clubes de serviço, das entidades de classe, dos colégios, das universidades. Anteriormente, quando se tinha um fato histórico de interesse do Exército e das Forças Armadas, a divulgação através da imprensa fazia-se naturalmente. Hoje, tornou-se difícil até mesmo a publicação de um artigo em jornal. Por isso é que este Projeto que ora estamos realizando é fabuloso. Para mim foi um prêmio, um prêmio muito grande.

Na atualidade, não podemos concordar com tudo que o Governo faz. Temos que ter discernimento para analisar o que é bom e o que é ruim. Quando há uma privatização que traz prejuízo para a Nação, alguém tem que falar. Está faltando alguém, como foi sugerido num artigo do jornalista Carlos Chagas: "E o corneteiro tocou". Então, está faltando alguém que mande o corneteiro tocar.

Se não houver uma ação muito forte para que possamos retornar ao campo da ética e da moral, que são fatores de nacionalidade, mais uma vez seremos levados a adiar o sonho de uma grande Nação, séria e respeitada. Felizmente este Projeto, por sua fidedignidade e por seu alcance mais livre e democrático, através da mídia eletrônica, oferecerá uma valiosa contribuição ao resgate dos fundamentos sobre os quais se assenta a nacionalidade.

A imagem, hoje, do Exército, malgrado a má vontade de um segmento malsão da imprensa, vem alcançando elevados índices de aceitação junto à população, conforme as melhores pesquisas de opinião. Sem dúvida, essa aceitação é uma resposta às injúrias assacadas contra as Forças Armadas.

Cumpre ainda lembrar que a Revolução de Março de 1964 revelou, através da Lei da Anistia, a abertura à reconciliação e ao perdão mútuo. Assim, ao vencermos aquela minoria comunista, renovamos a postura de Caxias, emérito pacificador das nossas lutas internas, braço forte da unidade e da soberania nacional. No entanto, o rancor e o "revanchismo" dos derrotados não têm permitido a harmonia de todos os brasileiros. Na verdade, a anistia foi unilateral. Só vem beneficiando aos adversários. Não tivemos anistia. O revanchismo foi uma constante, haja vista a perseguição à área militar.

Em relação à cobiça da Amazônia, as Forças Armadas não podem permanecer isoladas naquele sagrado chão, como vem ocorrendo na execução do projeto Calha Norte. É preciso que haja a integração de todas as ações, daí a necessidade da presença de outros ministérios naquela região. Precisamos estar juntos, civis e militares, cidadãos brasileiros, todos em harmonia, para enfrentarmos aquela séria ameaça e os demais problemas deste Brasil, que representam o nosso atraso: educação, saúde, corrupção, impunidade, desemprego, concentração de renda.

Por fim, cumpre-me ainda ressaltar, neste País, o tremendo desequilíbrio, em termos de direitos e obrigações. Os homens de bem têm muitas obrigações e pouquíssimos direitos. Com os bandidos, dá-se exatamente o contrário. Se nós trabalharmos em harmonia, em conjunto, certamente conseguiremos superar as dificuldades que ora nos impõe o laxismo oficial. Infelizmente, o "desmonte" das prefeituras, por exemplo, atesta essa assertiva.

Encerrando a minha participação neste Projeto de História Oral, devo ressaltar o benefício que a Revolução nos proporcionou: salvar o Brasil da comunização. Do contrário, seríamos, certamente, uma outra Guatemala ou Cuba. Lamentável, hoje, é a constatação do patrulhamento e da pressão a que vimos sendo submetidos todos nós, os brasileiros, que contribuímos para o bem-estar da Nação, numa inversão que a todos envergonha e humilha.

Tenente-Coronel José Carneiro da Cunha

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Atividades militares: Comandante de Bateria no atual 10º Grupo de Obuses 105 (10º GO 105), Fortaleza, CE; Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Fortaleza; e Subcomandante do 1º GO 155 na Vila Militar, RJ.
- Atividades civis: Diretor Administrativo da TV Educativa; professor da Escola Técnica Federal do Ceará; e professor da Universidade Estadual do Ceará.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Licenciado em História pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.
- Produção intelectual: *Condicionantes Econômicos dos Holandeses no Ceará; Didática da História; Compêndio da História do Ceará*. Outras produções: *Tempestade de Risos;* artigos publicados em estabelecimentos de ensino.
- Na eclosão da Revolução, era aluno da EsAO.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Inicialmente, gostaria de expressar o meu agradecimento por essa oportunidade de participar, de dar um testemunho do que vi e daquilo com que convivi, durante a Revolução de 1964. É claro que somente o meu testemunho não abordaria todo o conteúdo da Revolução. É apenas uma parcela de colaboração e, por isso, me sinto, evidentemente, lisonjeado. Ao mesmo tempo em que o faço, espero que as gerações vindouras tenham a oportunidade de conhecer a realidade que, muitas vezes, aparece distorcida.

Para tanto, gostaria de iniciar mostrando que, a meu ver, o nome que hoje se usa, Movimento Cívico-Militar, adequa-se melhor, porque, em verdade, a população brasileira também participou de modo efetivo daquele acontecimento. Não somente as Forças Armadas se empenharam na luta contra a pretensão comunista, mas a população brasileira também, de forma muito decisiva. Por outro lado, é bom esclarecer que os comunistas tinham a intenção de tomar o Poder, e ainda têm, porque trata-se de um movimento internacional.

Na verdade, mesmo antes, em 1935, haviam tentado. As razões são claras, principalmente pela extensão territorial do nosso País, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, limitando-se com todos os países da América do Sul, exceto o Chile e o Equador. E dentro da nossa História, da nossa historiografia, houve uma sucessão de fatos que apontam naquela direção. No Governo do Sr. Getúlio Vargas, por exemplo, de 1930 a 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vinha dirigindo vários agitadores no País, funcionava numa semiclandestinidade, através da Aliança Nacional Libertadora, que lhe serviu de fachada até o dia 11 de julho de 1935, quando foi fechada, juntamente com outras frentes comunistas. O PCB viveu na ilegalidade até 1945, quando voltou à legalidade. Entretanto, em 1946, voltou à ilegalidade, já no Governo do General Dutra. Mesmo na clandestinidade eles continuaram atuando, às vezes até de maneira muito mais efetiva, mais eficiente. E num momento de muitas dificuldades, que foi a renúncia do Sr. Jânio Quadros, no Dia do Soldado, 25 de agosto de 1961, praticamente surgiu a oportunidade para que o Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, vislumbrasse a tomada do Poder. Naquela oportunidade, o Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, estava visitando a China. Houve, então, uma acomodação política e a introdução do parlamentarismo permitiu a posse de Jango. Todavia, em 06 de janeiro de 1963, num plebiscito à Nação, o eleitorado decidiu voltar ao sistema presidencialista de Governo. Os comunistas, naquele momento, segundo o seu dirigente maior, Luís Carlos Prestes, "estavam no Governo, faltando-lhes apenas o Poder". Esse foi um momento difícil da situação política do País, redundando no desencadeamento do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964.

Enquanto não dispunham da força armada para agir a seu favor, os comunistas estariam impedidos de tomar posse. Esse seria o ponto principal: tentar dividir as Forças Armadas. Evidentemente, não conseguiram, graças a Deus e para a alegria de todo o País. A Igreja sempre esteve ao lado da família brasileira e do amor à Pátria, posição que a levou a ficar ao lado das Forças Armadas. Comungando dos mesmos ideais de moral e ética, a Igreja Católica estava de acordo com as idéias básicas da nacionalidade: Deus, Pátria e Família.

É bom salientar que a índole da oficialidade brasileira vem de uma formação democrática e tem como base, como pilar, o respeito à lei e à ordem. É evidente que a oficialidade, de um modo geral, com raras exceções, estava em pleno desacordo com o que estava acontecendo e, nos quartéis, havia toda uma expectativa, uma apreensão em face da situação que o País estava vivenciando. Na época, lembro-me bem disto, era capitão no 10º Grupo de Artilharia, aqui em Fortaleza, e todos vivíamos preocupados diante da incerteza sobre o rumo a que se pretendia levar o País. Mas, tínhamos confiança em que a nossa tradição e a nossa formação não permitiriam que o País fosse levado à desordem institucional. E as escolas de formação de oficiais, principalmente a Escola de Aperfeiçoamento – freqüentada por capitães, pessoas que já tinham uma certa experiência de vida – eram um foco de resistência a essa desordem. Além disso, o nosso Clube Militar e os seus congêneres também estavam empenhados na luta contra a instalação do caos no Brasil.

Inicialmente, no Governo do Sr. João Goulart, a partir de 1963, houve uma série de fatos que violentaram a consciência nacional. Eu diria que Jango não era comunista, não era uma pessoa ligada ao Partido Comunista. Ele era apenas um indivíduo a pensar que, com a ajuda dos comunistas, podia fazer um governo popular, um governo com as mesmas características do seu mentor político, Getúlio Vargas. Acredito que João Goulart estava agindo de forma, talvez, até inocente, não se pode garantir. Mas a legalização do Partido Comunista, que ele queria; uma reforma agrária de forma totalmente injustificada; a atuação do ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que exigia inclusive o fechamento do Congresso e a instalação de assembléias de operários e de sargentos, todos esses fatos desencadearam vários problemas gravíssimos. Um deles foi a reunião de marinheiros e fuzileiros navais, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a presença do Almirante Cândido Aragão, levado nos ombros em passeata, pela Av. Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O mais grave, na minha forma de ver, foi o comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, presentes o Presidente da República e os ministros militares. Isso deu uma força enorme ao anarquismo predominante. Além disso, houve um almoço dos sargentos, no

Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido, não só aos ministros, mas também ao Presidente João Goulart, cujo pronunciamento reforçou as exigências descabidas e provocadoras do comício do dia 13. Foi o estopim para a reação do povo brasileiro e das Forças Armadas.

Tudo leva a crer que o Congresso preferiu não tomar uma posição efetiva. Os seus membros, com algumas exceções, ficaram assistindo ao desenrolar dos acontecimentos. E não se pode negar a realidade dos fatos: no Congresso Nacional havia um grupo de simpatizantes do movimento comunista. E como simpatizantes permitiam e até estimulavam a continuação do desmando, a fim de facilitar a implantação do comunismo. Na verdade, não agiram em sentido contrário, não tentaram impedir a ascensão dos comunistas ao Poder. Depois que se desencadeou a Revolução, tomaram outro caminho. Mas, na crise, de um modo geral, a atitude comum foi a de deixar ver o que ia ocorrer.

É claro que a Revolução foi um movimento interno, sem o auxílio de nenhum país. Não se pode negar que os Estados Unidos da América viam aquela situação com muita ansiedade, com muita preocupação. Não só porque o Brasil representava um potencial enorme para cair nas mãos dos comunistas, mas também porque americanos e russos estavam em plena guerra fria. É evidente que os EUA, que mantinham transações comerciais e políticas com o Brasil, estavam apreensivos e, se fosse o caso, dispostos a ajudar. Mas não houve nenhuma interferência. Todo o Movimento Cívico-Militar nasceu dentro do Brasil, dentro da sua população e das suas Forças Armadas. Não houve nenhuma ação dos Estados Unidos nem de qualquer outro país.

As causas mais remotas da nossa aversão ao comunismo remontam aos pródromos da Intentona Comunista de 1935. Recorremos à historiografia brasileira. Sabemos que o Brasil se tornou uma República em 1889. A partir daí, até o final da Primeira ou "velha" República (1930), de todos os presidentes, apenas três eram militares, sendo um deles sobrinho do Marechal Deodoro, o Hermes da Fonseca. Os civis sucederam-se a partir de Prudente de Morais. Neste período da Primeira República, o País vivenciou um clima, posso dizer, democrático, com alguns senões, é evidente, porque a política beneficiava interesses oligárquicos. Por isso, ficou conhecida como "política oligárquica". Essa a razão que fez surgir, na História Republicana, a raiz e a "bandeira de luta" por uma verdadeira democracia – o chamado movimento dos tenentes (1922-26) – que desembocou na Revolução de 1930, cuja vitória deu início à chamada "Nova República" ou "Segunda República". A partir de 1930, coincidindo com o início da Segunda República, o Partido Comunista Brasileiro, fundado desde 1922, experimentou um rápido crescimento, sob a

liderança do então Tenente Luís Carlos Prestes, que mais tarde viria a afirmar que, em caso de uma guerra entre a Rússia e o Brasil, estaria do lado da Rússia. Não se pode imaginar quão grande falta de patriotismo. Na verdade, é o que se comenta. Nunca vi isto escrito como um fato histórico. Entretanto, os comunistas, sempre impulsionados por Prestes, cresceram e, em 27 de novembro de 1935, promoveram a Intentona Comunista. A lembrança dessa data está se esvaecendo. Não está sendo lembrada como antes. Mas, muitos companheiros morreram, deram as suas vidas em pleno serviço ativo, nos quartéis. Um fato triste, doloroso. Graças a Deus, entretanto, os comunistas não obtiveram sucesso. Esse é o quadro anterior à Revolução de Março de 1964.

Felizmente, com a experiência da Intentona de 1935, tivemos a oportunidade de deter a segunda tentativa, com a posse dos oficiais-generais que governaram este País de 1964 a 1985, na minha ótica, de forma correta. E se hoje estamos com a democracia consolidada, devemos atribuir tal feito à atividade desses bravos, que prestaram valiosíssimos serviços ao Brasil. Outrossim, não se deve olvidar que a Intentona Comunista, marca da traição, deixou o militar muito consciente do mal que representa o comunismo. É necessário que lembremos os mortos não só da Intentona, mas as nossas vítimas mais recentes, quando a Revolução enfrentou o comunismo. Além de outros companheiros que não morreram, mas ainda hoje andam patrulhados.

Uma das condicionantes primeiras para restabelecer a verdade seria esclarecer a população brasileira, e este Projeto poderá ser um marco. Como professor universitário, ministrei a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros que, na minha concepção, era uma oportunidade para formar o cidadão, dando ao jovem os conhecimentos de que ele não dispunha. No primeiro e segundo graus, agora denominados de Ensino Fundamental, havia duas outras disciplinas: Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica. Essas três disciplinas foram eliminadas do currículo do ensino brasileiro. O motivo, nós sabemos. Sem elas, o que se encontra hoje na universidade? Um grande número de pessoas, jovens na sua maioria, recebendo informações completamente desvirtuadas sobre o que foi a Revolução, o Movimento Cívico-Militar de 1964. De modo geral, até os nossos filhos viam sob um outro ângulo a nossa posição de oficial. Minha filha – dou meu testemunho – que era estudante do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará – onde, durante vários anos, fui professor da cadeira de História do Ceará – numa ocasião, disse-me: “Paizinho, muitas pessoas pensam que o senhor é um algoz, que o senhor maltrata as pessoas”. Quer dizer, esses meninos, esses jovens têm uma visão totalmente distorcida da realidade. Ora, se isto ocorre

nessa área, imagine noutras em que eles não têm sequer notícia da Revolução e do espírito de justiça do militar!

Na minha forma de entender, portanto, deveríamos dar conhecimento desses fatos não somente aos jovens, mas à Nação como um todo. Isso é um pouco difícil porque os meios de comunicação infelizmente não projetam os fatos históricos de maneira imparcial. Não sei nem se eles têm alguma outra intenção, mas o fato é que aparece, muitas vezes, um quadro completamente deformado dos reais acontecimentos revolucionários. A legislação brasileira de ensino, por sua vez, deveria cuidar com seriedade da formação do cidadão. Infelizmente, não existe nada que crie um sentimento fidedigno e patriótico. Eu me lembro que, na Escola Técnica Federal, durante a fase da Revolução, hasteávamos a Bandeira Nacional e cantávamos o Hino Nacional. Toda semana havia essa solenidade. Hoje, os jovens não têm essa oportunidade de aprendizado, de conhecer a realidade dos fatos. O que lhes está sendo contado tem a forma deturpada. O ensino formal, muitas vezes, não permite criar um ambiente de maior entendimento, de maior fraternidade, o que poderia estender-se aos clubes, às paróquias. Urge, pois, a preservação da fidedignidade dos fatos, para que a Nação tenha conhecimento efetivo do que houve, do que realmente aconteceu.

Aproveito a oportunidade para indagar: se a Nação não conhece o seu passado, como vive o presente e se prepara para o futuro? Hegel, um pensador alemão, tem uma frase muito interessante: "Quem não conhece os erros do passado está fadado a repeti-los no presente". Lógico, se não se sabe o que ocorreu, não se pode tomar determinadas medidas para corrigir e fazer frente a futuros problemas. Isto, que está sendo feito neste trabalho do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, é mais do que oportuno, já devia ter sido feito. Na verdade, houve uma lacuna, mas o Projeto chega ainda em tempo, para mostrar à posteridade e tentar esclarecer o que realmente ocorreu. É bom mesmo esclarecer que, àquela época, o Movimento, que durou de 1964 até 1985, tentou preservar a Nação, mostrando ao seu povo, à população, o que é o patriotismo, o que é o amor às instituições, o que é o respeito à dignidade humana, fazendo todo o possível para que, em verdade, nossa gente tivesse a oportunidade de viver num país onde se respeita o direito do outro, onde a moralidade é fundamental. Lamentavelmente, isso não está ocorrendo nos dias atuais. O que vemos hoje, nas novelas e em certos programas, é o desregramento das informações sócio-políticas. Sabe-se que a missão da imprensa é informar. No entanto, ela não tem o direito de fazer da informação um artigo de especulação, sobretudo do que não deve ser feito. Pois isso fere os valores éticos e morais do nosso povo, principalmente pela ênfase que se tem dado à cidadania.

Sob este aspecto, a Revolução de Março de 1964 foi um momento feliz. Tentou dar ao estudante, ao povo brasileiro, uma formação patriótica, o que, no momento atual, não está ocorrendo. Acredito mesmo que as autoridades, as pessoas que têm o poder de legislar sobre a educação, não estejam interessadas em nos enganar a todos. Mas está faltando alguma coisa que complemente este aspecto, que proporcione à juventude, principalmente aos jovens estudantes, uma formação patriótica de respeito às instituições e às leis do País.

Sem sombra de dúvida, o ponto essencial é a educação. Sem educação não se pode ter tecnologia, não se pode ter nada mais na formação do cidadão. É claro que não é somente a instrução, pois assim ficaria faltando alguma coisa. O ponto primeiro seria projetar, em verdadeira grandeza, uma educação para formar o cidadão, dando-lhe conhecimentos para seguir adiante, na sua conduta de homem livre e responsável. Uma coisa interessante: não sou formado em Direito, mas por conta da disciplina que lecionei, tive a oportunidade de consultar e trocar idéias com os meus alunos sobre a Constituição atual. Ela fala muito em direitos e muito pouco em deveres. Essa forma de entendimento cria uma expectativa prejudicial a todos nós. Não podemos dizer que o homem só tem deveres! Nada disso. Ele deve ter direitos, mas a todo direito corresponde um dever. Somente educando as pessoas é que se pode chegar a esse entendimento. Daí advém, é claro, todo um clima de expectativa. O mundo moderno está voltado para o "ter". Outrora, conjugava-se o verbo "ser". Hoje em dia, só se conjuga o verbo "ter", praticamente. Excesso de egoísmo. Uma corrida do ganho, do poder, do dinheiro. Tudo isso levando ao laxismo, ao afrouxamento moral, ao desligamento das coisas essenciais do homem, como o seu dever para com a família, a sociedade e a Pátria. Acredito que vamos reverter esta situação que, a meu ver, é apenas conjuntural. Mesmo porque o povo brasileiro é abençoado, não se pode negar.

Ao longo da nossa História houve momentos difíceis. Durante o Império, por exemplo, mesmo aqui nesta terra, a Confederação do Equador sacrificou cinco patriotas, que morreram na Praça dos Mártires, o nosso "Passeio Público". Houve a renúncia de Dom Pedro I, deixando como governante Dom Pedro II, com apenas cinco anos, que, não podendo assumir, cedeu lugar às "Regências" que ensejaram revoluções em quase todo o território nacional. Destaco o Pará, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Sul. Conseguimos vencer tudo isso. Portanto, esta é uma Nação que realmente tem as bênçãos do Senhor Jesus. E por isso, nós vamos vencer. Mas é preciso, sem dúvida nenhuma, que se dê aos jovens essa necessária e fundamental educação para prepará-lo como cidadão brasileiro. Infelizmente, falta-nos um Projeto Nacional. Citarei exemplos: em termos de legislação pertinente à educação,

existe a Lei de Diretrizes e Bases que não expressa, na sua grandeza, tudo aquilo que é necessário. Falta-nos um projeto exeqüível, sim. Não sei se poderíamos atribuir às Forças Armadas essa missão. Acredito que não, mas elas poderiam contribuir, poderiam ajudar nesse sentido, estimulando a participação de todos os brasileiros. O Projeto Calha Norte, por exemplo, até hoje só contou – para sua execução – com os militares, apesar de outros ministérios estarem envolvidos. É preciso levar para a Amazônia, também, pelo menos os Ministérios da Educação e da Saúde, estratégia que, além de integrar todos os brasileiros, viabilizaria as ações e, conseqüentemente, o êxito do projeto.

Sobre a motivação do Movimento de 1964, é claro que não pode haver movimento que não tenha, em si, uma ideologia orientadora daquilo que se deseja. Por isso, a designação Movimento Cívico-Militar, significando a ideologia do respeito à legislação, a ideologia de Deus – como o Supremo Criador de todas as coisas – a ideologia da Pátria, a ideologia da família, da ética e da moral. Então, o Movimento foi feito dentro de uma ideologia que se opunha, exatamente, à outra ideologia sem Deus, aquela que estava querendo tomar posse do País. O Movimento de 1964 tinha uma ideologia exatamente contrária à outra ideologia, a ideologia comunista, comunizante, socialista ou qualquer coisa nesse sentido. O Movimento Cívico-Militar de 1964 estava eixado para o propósito de uma ideologia que seria o bem-estar dos cidadãos deste País, a democracia em sua expressão maior, para que os brasileiros pudessem viver e conviver em paz. Sim, porque há uma diferença fundamental entre esses dois verbos. Viver é muito simples: você se alimenta, dorme, enfim, satisfaz às suas necessidades. Conviver, eis o grande problema que a sociedade enfrenta. A própria formação do núcleo-base, a família, se desenvolve na convivência. Só o viver não resolveria o problema. Daí porque a ideologia de 1964, do Movimento Cívico-Militar, pregava a existência da família ordenada, coesa. Essa condição do conviver, a partir da família, passando pela sociedade e entrando no contexto da Nação e do universo dos demais países, é, realmente, difícil. Viver não é tão difícil, tendo os meios necessários. Viver e conviver, em sentido amplo, no entendimento maior, no respeito mútuo, é necessário para que os brasileiros possam dar-se as mãos.

A doutrina cristã estabelece que a unidade exista na pluralidade. Você é você e eu sou eu. Nós dois constituímos uma unidade, mas você sendo você, e eu sendo eu. Numa orquestra sinfônica, encontram-se diversos instrumentos, todos afinados pelo diapasão, com o mesmo objetivo. Cada um tem o seu papel específico, sem que o outro seja prejudicado. No conjunto, tem-se a harmonia. Esta mesma harmonia deve ocorrer conosco, em sociedade. Essa convivência, que traduz a

harmonia, é, realmente, fundamental. Na sua expressão como pessoa, como indivíduo, você tem as suas características próprias, que Deus lhe deu, inerentes à sua individualidade. Em sociedade, você passa a conviver harmonicamente com os seus irmãos, respeitando os seus direitos, os seus deveres.

Para concluir, eu diria que o Brasil viveu, realmente, momentos difíceis nos anos 1960/1964, mas conseguiu ultrapassá-los. E essa data de 31 de Março de 1964, deveríamos reverenciá-la da mesma forma como fazemos com o 7 de Setembro de 1822, e como fazemos com o 15 de Novembro de 1889, em que se instalou a Independência do Brasil e a sua República, embora haja quem seja a favor de uma Monarquia, algo que não se discute aqui. Além dessas duas oportunidades, deveríamos incluir o *31 de Março de 1964*, que não foi uma quartelada nem um golpe de estado, mas uma tomada de posição contra um movimento que queria subjugar o Brasil às garras da tirania comunista, da idéia socialista comunizante e materialista.

Por fim, trazendo os ensinamentos da Revolução de 1964 para a problemática atual e considerando a necessidade de harmonizar todos os brasileiros, dirijo-me à juventude do meu País para dizer: acredito, com toda convicção, que todo brasileiro que ama a sua Pátria deseja, sinceramente, que as futuras gerações elevem-na ao mesmo nível dos países prósperos, mas sérios; pois onde campeia a desordem não pode haver progresso, não pode haver paz, não pode haver nada. Os jovens devem estar compenetrados de que, ordenando-se a si próprios, estarão ordenando a sociedade e, ao mesmo tempo, contribuindo para que se consubstancie a ordem e o progresso, os direitos e os deveres de cada um. E, desta forma, estarão colaborando para o convívio harmonioso do povo brasileiro.

Tenente-Coronel Silvio de Magalhães Sampaio

- Natural da Cidade de Quixadá–CE.
- Unidades onde serviu: 3º Grupo de Canhões 88mm Antiaéreos; II/7º Regimento de Obuses 105mm (Natal); 10º Grupo de Obuses 105mm (Fortaleza); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Rio de Janeiro); I/7º Regimento de Obuses 105mm (Recife); Depósito Regional de Motomecanização da 7ª RM (Recife) e no Colégio Militar de Fortaleza, como professor.
- Atividades atuais: Engenheiro civil; Sócio-gerente da firma Siros Engenharia e Administração Ltda.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO–1970). Formado pela Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Católica de Pernambuco.
- Nos pródromos e na eclosão da Revolução, servia no Grupo de Obuses, em Fortaleza.

Entrevista realizada em 22 de setembro de 2000.

Com a escalada do Movimento Comunista Internacional, durante a guerra fria, notadamente nos países da América Latina – região que apresentava fortes distorções sociais – o Brasil foi envolvido com a campanha marxista. Tal campanha preconizava a tomada do poder para a implantação de um regime comunista que, fatalmente, expandir-se-ia para os países vizinhos, devido ao papel preponderante que o Brasil desempenhava entre os países sul-americanos. Assim, a propaganda comunista se desenvolveu em todos os setores da Nação: no meio político, no meio civil, principalmente no meio estudantil e no meio operário. Finalmente, com a assunção do Sr. João Goulart na Presidência da República, seus asseclas do Movimento Comunista Internacional objetivaram a tomada do poder, vez que detinham em suas mãos o próprio governo.

As Forças Armadas, como parte da população, não ficaram incólumes ao movimento comunista que as atingiu em cheio, principalmente os quadros subalternos de cabos e sargentos e, em menor escala, a oficialidade, graças à sua formação acadêmica orientada por instrutores de excelente caráter democrático. Com a tentativa de quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, a maioria da oficialidade, aliada a setores representativos da Nação, trabalharam diuturnamente para combater o movimento comunista que estava no governo e queria se apossar do poder.

Quando da precipitação dos acontecimentos – o comício da Central do Brasil, prestigiado pelo próprio Presidente da República, acompanhado de seus ministros, inclusive militares; a insurreição da Marinha; e a assembléia dos sargentos, realizada no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro – os militares, aliados à população civil, que, já nas ruas, pedia a atuação das Forças Armadas para combater o caos comunista que se avizinhava, com o apoio de alguns governadores, iniciaram o deslocamento das tropas do Estado de Minas Gerais, comandadas pelo General Mourão Filho. E graças a essa preparação obtiveram um êxito muito rápido, que culminou com a fuga do Presidente da República e de alguns auxiliares e com a prisão de políticos e dirigentes sindicais contrários ao nosso Movimento.

Com a vacância do Poder, decretada pelo presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, foi empossado na Presidência da República, interinamente, o Deputado Ranieri Mazilli, até que se escolhesse um substituto para, efetivamente, terminar o mandato iniciado pelo Dr. João Goulart.

Graças ao Comando Revolucionário e a alguns políticos ligados ao Movimento, chegou-se ao consenso na escolha do General Humberto de Alencar Castello Branco, que era um homem portador de aptidões militares, de honra e de dignidade, de grande aceitação no seio das Forças Armadas e da sociedade. A ele, nessa ordem, sucederam-se o General Arthur da Costa e Silva, o General Emílio Garrastazu Médici,

o General Ernesto Geisel e, finalmente, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Todos eles propiciaram grandes transformações no País, cujos frutos são o resultado do desenvolvimento que obtivemos na indústria, na tecnologia e no campo social.

O Governo Geisel iniciou o processo de distensão, que visava à retirada dos militares do poder. Mas essa saída deveria ter sido lenta, porque os seguidores do movimento comunista e os maus brasileiros que faziam da política um meio de aproveitamento pessoal continuavam à espreita para a tomada do Poder. E o Governo Figueiredo culminou com a Lei da Anistia, cujo objetivo era o congraçamento entre todos os brasileiros. Infelizmente, entretanto, tem sido usada como revanchismo por parte daqueles que não têm a grandeza de espírito para interpretá-la adequadamente.

Convém observar que o panorama político, antes mesmo de 31 de março, apresentava-se conturbado devido à proliferação de pequenos partidos, criados apenas para dar sustentação ao governo de João Goulart. É bom que se diga que João Goulart, em todas as funções que exerceu – no Ministério do Trabalho, na Vice-Presidência da República e como chefe do Poder Executivo – demonstrou falta de preparo suficiente para exercer tais funções e falta de autoridade, servindo apenas aos interesses do comunismo.

O meio militar sempre acompanhou o desenvolvimento político daquela época, tema de discussão nos quartéis entre a grande maioria dos oficiais, que não concordavam com os desmandos do governo, e uma pequena minoria que se servia de uma pseudolegalidade para defender a situação vigente.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de Março de 1964. O Exército, ao deflagrar o Movimento, antes de tudo, atendeu a um apelo nacional. O povo foi às ruas a fim de pedir a sua intervenção para evitar o caos que se avizinhava, verdade que se apóia na declaração do Sr. Luís Carlos Prestes, agente pioneiro, no Brasil, da ideologia comuno-marxista: "O comunismo está no Governo, falta-nos o Poder". Uma pessoa de bom senso jamais poderia duvidar das palavras de Carlos Prestes, por sua própria condição de porta-voz do Movimento Comunista Internacional no Brasil.

Não vamos aqui enumerar todos os que trabalharam na preparação e desempenharam papel de liderança no Movimento. Entretanto, não podemos esquecer alguns nomes que estão gravados na História deste País. Entre os militares, citaria o General Humberto de Alencar Castello Branco, o General Odylio Denys, o General Nelson de Melo, o General Cordeiro de Farias, o General Muricy, o General Meira Matos, o Almirante Sylvio Heck, o Brigadeiro Grum Moss e alguns coronéis com quem convivi. Lembraria ainda o General Jaime Portela, o Coronel Hélio Lemos e o Coronel Francisco Boaventura Cavalcante.

Infelizmente, a mídia atual insinua que, através da guerra fria, os norte-americanos impuseram-nos o "golpe militar". Ora, a guerra fria não é recente, iniciou-se quando terminou a Segunda Guerra Mundial. A mídia encontra-se, atualmente, infiltrada de elementos esquerdistas que querem incutir na juventude, por desconhecimento ou por revanchismo, fatos que não existem. Não precisaríamos de ajuda externa para desencadear a Revolução. A bem da verdade, os órgãos de comunicação em geral, naquela época – como até hoje acontece – viviam mais de benesses do Governo. Entretanto, gostaria de citar alguns jornais, alguns meios de comunicação que apoiaram o Movimento. Inicialmente, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*. Estranhamente, esses mesmos jornais, hoje, voltam-se contra o Movimento revolucionário, esquecendo uma coisa importante, o seu próprio passado.

Para combater o comunismo, o governo revolucionário precisava de instrumentos adequados à realidade, razão por que promulgou o Ato Institucional nº 5. E com o acirramento da guerrilha e dos atos terroristas, sentiu a necessidade de criar os órgãos de informação e de operações e recorrer à aplicação da Lei de Segurança Nacional. Aliás, os países desenvolvidos sempre tiveram, na sua organização, um órgão de informação. Daí a criação do Serviço Nacional de Informações, que tinha como objetivo primordial oferecer ao Governo os subsídios necessários para que se pudesse desencadear um trabalho de grandes transformações no Brasil. Por outro lado, os órgãos de operações foram criados não por livre vontade do Governo, mas por uma necessidade, uma resposta às guerrilhas urbana e rural que se alastravam no País.

Em termos de realizações, os governos militares promoveram grandes transformações no Brasil, hoje esquecidas. Graças aos governos revolucionários foram criados por exemplo, o BNH, a EMBRATEL – que deu início ao sistema de comunicação do País – e a EMBRAER – que deu grande incremento à indústria aeronáutica. Houve grandes transformações na legislação fiscal e foi criado o Banco Central, além da revolução que foi a ajuda ao homem do campo, tão abandonado. Basta dizer que durante os governos militares foi criada uma aposentadoria que nunca existiu neste País: a aposentadoria rural. Infelizmente, os governos subseqüentes ao ciclo revolucionário abandonaram a obra da Revolução de 1964. O governo, hoje, está atrelado ao capital estrangeiro, realiza as coisas que são ditadas pelo capital estrangeiro, e pouca coisa se faz pelo campo social, o mais prejudicado.

Atualmente, muito se fala sobre a "ditadura militar", sobre os "anos de chumbo", jargões utilizados por uma parte da mídia, a fim de incutir nos jovens a idéia de que os governos revolucionários só trouxeram malefícios ao País, o que

não corresponde à realidade. Haja vista, por exemplo, que a Lei da Anistia, promulgada pelos governos militares, representa a abertura à reconciliação, ao perdão mútuo. Renova a postura de Caxias, que no século passado, quando o Brasil enfrentava as lutas internas, manteve a Nação indivisa. Quer dizer, enquanto o braço armado da Monarquia vencia as lutas internas e perdoava a todos, a anistia, hoje – em contraposição aos valores encarnados por Caxias, patrono e, essencialmente, o pacificador da Nação brasileira – está impregnada de "revanchismo". E, de certa forma, os corruptos e os terroristas aproveitam-se da lei, numa inversão, como se fossem os heróis, e nós, militares, os traidores da Pátria. Infelizmente, o "revanchismo" dos derrotados e descontentes não tem a grandeza para interpretar a Lei da Anistia, cujo fim deveria ser a pacificação dos brasileiros, submetidos ao propósito maior que é o engrandecimento da Pátria, com paz e justiça social.

Hoje vejo, estarrecido, a premiação pecuniária de guerrilheiros urbanos ou rurais, que se travestiam de heróis para esconder o seu banditismo, enquanto os que tombaram em defesa do nosso regime estão esquecidos. Felizmente, as pesquisas de opinião revelam que as nossas Forças Armadas têm os maiores índices de aceitação e credibilidade por parte do público, que sempre vê as Forças Armadas como a salvação da Nação. Isso porque o povo sabe que os militares vivem apenas em defesa dos interesses nacionais, esquecendo-se de premiação pecuniária.

A Nação não pode esquecer os que sucumbiram em defesa do Movimento de 31 de Março de 1964. E deveria construir um monumento à Revolução de 1964, sem que seja necessário escrever o nome dos que morreram ou dos remanescentes, porque os seus nomes estão gravados na História do Brasil. Enquanto isso, por causa da boa índole do povo brasileiro, e nós somos povo, não se chegou às últimas conseqüências, quando houve a guerrilha rural que se desenvolveu em Xambioá, pois se a mesma fosse transformada numa guerra, as únicas opções seriam matar ou morrer. Poupou-se muita gente, e muitos dos que foram poupados estão, hoje, na política, como porta-vozes da vontade nacional.

Gostaria de dizer, no meu modo de pensar, que soberania é um termo muito amplo. Uma Nação não é soberana apenas pelo poder das armas. Uma Nação só é soberana quando ao seu povo é dado o direito de utilizar suas riquezas com paz e justiça social. O totalitarismo financeiro exercido pelos países detentores do poder mundial objetiva, tão somente, transformar-nos num país apenas produtor de produtos primários. A região amazônica, por exemplo, hoje se encontra povoada por organizações não-governamentais, organizações que têm origem, principalmente, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. Propagam que a Amazônia é intocável, não sendo permitido utilizarmos nossas próprias riquezas. Ali existem

galpões ocupados pelo Exército, mas que eram destinados à FUNAI e ao INCRA, ou seja, estão cedidos ao Exército, porque aqueles órgãos governamentais estão deixando de cumprir as suas atribuições funcionais. A questão da ocupação da Amazônia não pode ser só militar, sendo imprescindível a convergência de todos os órgãos da administração do País, através dos seus Ministérios (Saúde, Educação etc) para que se faça, realmente, uma ocupação sustentável e efetiva. Não podemos deixar as nossas fronteiras abandonadas como está acontecendo agora na fronteira com a Colômbia, onde temos problemas enormes, onde encontramos um presidente que, infelizmente, chegou a negociar com a guerrilha, que hoje domina quarenta por cento daquele país.

Gostaria de me reportar, agora, à Revolução de 1964 aqui no Ceará, Estado que, de certa maneira, antecipou-se aos acontecimentos. Quando o Sr. João Goulart assumiu a Presidência da República, os oficiais que aqui serviam, por não concordarem com o procedimento adotado pelo Poder Executivo, de seguir fielmente o movimento comunista, chegaram a lançar um Manifesto, que lhes custou prisão e transferência. No 10º Grupo de Obuses 105mm (10º GO 105), a totalidade dos seus componentes não se intimidou diante das ameaças. Eu estava servindo lá, nessa época. O Grupo, sob o comando do Coronel Hélio Lemos, antecipou-se aos acontecimentos, junto com a sociedade, preparando-se materialmente e com pessoal para combater o governo central. Foi criada, nessa época, uma entidade civil chamada "Arca de Noé", idealizada pelo então Capitão dos Portos, o Comandante Fernando Cavalcante, que, aos sábados, reunia-se com pessoas de todas as classes sociais, na Capitania. A "Arca de Noé" tinha como objetivo a união de todas as categorias, exatamente o contrário do movimento comunista, que preconizava a luta de classes para a tomada do poder. Tínhamos representantes de todas as classes sociais: estivadores, militares, advogados, juízes, industriais, todos em harmonia, inclusive os representantes de sindicatos patronais e de empregados. As reuniões da "Arca de Noé" tiveram início em 1961. Em 1963, a "Arca de Noé" passou à condição de pessoa jurídica. Seu objetivo era o de promover a união entre todas as classes sociais e o combate ao comunismo internacional. Gostaria de ler uma carta, de 10 de abril de 1963, que o professor e escritor cearense Milton Dias, já falecido, dirigiu ao Comandante Fernando Cavalcante, à época, já transferido e servindo no Rio de Janeiro. Então, ele diz na sua carta:

"Prezado Fernando, contraí mais um vício, o da "Arca de Noé". Aos sábados, tenho a felicidade de encontrar toda aquela bicharada heterogênea, simpática e palradora. O barco vai navegando bem, apesar da ausência sempre lamentada do ilustre comandante-fundador. Com vento de terra, com vento de mar, com algum uísque e os salgadinhos que o Charles providencia, vai-se remando, esperando a

hora e a boa sorte de ver o amigo por cá, para a visita de inspeção e cordialidade. Recomende-me à sua senhora. E ao amigo, um abraço cordial, com votos de boa sorte. Milton Dias".

Oportunamente, levarei ao Comandante Fernando, que mora aqui em Fortaleza e está velhinho, uma cópia deste vídeo, a fim de que saiba que "entrou na História Oral do Exército Brasileiro", como Capitão dos Portos que aqui foi. Ele sentir-se-á recompensado.

Realmente, no Brasil não conheço iniciativa semelhante. A "Arca de Noé" foi o antídoto, o fundamento filosófico mais eficaz de combate ao comunismo, no seio da sociedade cearense. E o mais interessante: essa idéia foi tão boa e tão oportuna, o diabo desse barco com esses bichos todos, não é? Em vez de naufragar, navegou bem, e em harmonia com o quartel. Numa das suas reuniões, fui o secretário. De início, as reuniões eram só na Capitania dos Portos, mas depois aconteceram em outros locais. Pessoas de todas as classes nos ajudavam. Chegamos, inclusive – através da "Arca de Noé" – a armar um contingente para combater o comunismo. E tínhamos condições de incorporar o dobro do que incorporávamos no quartel.

Gostaria de dizer que não era só o GO que fazia parte desse movimento. Contávamos com grande parte dos oficiais de outras unidades, como por exemplo, o então Capitão Djacir e o então Capitão Gazzineo, hoje General-de-Exército. Tanto nas reuniões do Círculo Militar como nas da Capitania dos Portos, em todas ele esteve presente.

Aqui no Ceará, a Revolução, apesar de prender, de tomar atitudes mais enérgicas, aconteceu sem maiores problemas. Para exemplificar, basta lembrar que, no meio civil, um dos freqüentadores mais ardorosos da "Arca de Noé" era o presidente do Sindicato dos Arrumadores de Carga do Porto de Fortaleza. E essa gente se comunicava com o Comandante Fernando Cavalcante. Inclusive, o Coronel Hélio foi homenageado por esse sindicato, fato publicado num dos jornais da época. Um outro fato interessante foi a homenagem prestada ao comandante Fernando. Punido e transferido, ele veio do Rio de Janeiro para ser homenageado como fundador da "Arca de Noé".

Gostaria de tecer umas considerações, de certo modo hilariantes, sobre um caso que aconteceu. Estávamos de prontidão há mais de trinta dias, quando nos foi dada a missão, a mim, ao então Capitão Manoel Justo e ao Capitão José Ribamar Alves Cordeiro, para fechar a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, entidade que não era legal. Saímos do quartel com a tropa embarcada em três viaturas modelo 1947. Do tempo da guerra , porém muito bem cuidadas. Na volta para o quartel, eu vinha na última viatura e, na primeira, vinha o Capitão Ribamar,

que, em vez de tomar o caminho do quartel, tomou o caminho da Praça do Ferreira. Eu, naturalmente, segui o comboio, mas qual não foi a minha surpresa ao chegar, cerca das vinte e três horas, à Praça do Ferreira, onde ficavam todos aqueles donos de lojas, esperando para fechar as vitrines. Eis que ocorreu a cena dos soldados correndo atrás das pessoas, sob o comando do Capitão Ribamar. Não ficou ninguém na praça, eram taxistas. À indagação do porquê daquilo, o Ribamar me disse que era apenas, em caráter preventivo, uma demonstração de força, mas teve taxista que abandonou o carro. Na verdade, um fato hilariante. Felizmente, no Ceará não houve derramamento de sangue, pois nem o povo nem os militares o desejavam.

Ao encerrar este depoimento, gostaria de deixar uma mensagem destinada às gerações futuras, para que meditem e se preparem para enfrentar os problemas que se avizinham. Precisamos sair do atraso e elevar nossos níveis educacionais. Não se deixem enganar pela propaganda nefasta de brasileiros que empunham a bandeira das causas sociais, mas não vão além da retórica. Não escutem a propaganda enganosa da mídia, que tenta pregar a globalização do capital predador dos países detentores do poder mundial, os quais nos atiram migalhas. Enquanto, disfarçadamente, tentam arrancar nossas riquezas. Não se esqueçam dos exemplos e dos fatos reais que fazem parte da nossa História, pois sem o culto à memória e ao civismo nunca seremos uma Nação completamente livre. Preparem-se, desde já, para o combate em todos os campos, contra aqueles que tentam nos assaltar, transformando-nos em colônias do capital alienígena, sob o pretexto de nos oferecer proteção. Finalmente, saibam escolher dirigentes que realmente levem o nosso País ao lugar de destaque que ele merece entre as Nações.

Major José Ramos Torres de Melo Filho

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Atividades militares: Comandante de Companhia (Cmt Cia) no 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º BE Cmb); instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da 7ª Região Militar; Cmt Cia no 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt Eng); Fiscal Administrativo e Cmt Cia no 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BECnst); Chefe da Seção Técnica, Subcomandante e Comandante interino no 2º BECnst.
- Atividades civis: ex-diretor adjunto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); ex-presidente da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) e COHAB-Fort; ex-presidente da Cia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA); ex-presidente do Lar Torres de Melo; presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC); vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Atualmente é o presidente da Federação de Agricultura do Ceará.
- Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – Arma de Engenharia; da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e do Instituto Militar de Engenharia (IME). Cursos civis: Extensão em Engenharia Econômica; e Escola Politécnica do Rio de Janeiro.
- Produção intelectual: livros e artigos publicados em jornais; palestras proferidas em seminários.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era capitão, aluno da EsAO.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Desejo, inicialmente, agradecer ao Projeto de História Oral do Exército a oportunidade de falar aos brasileiros sobre a Revolução de 31 de Março de 1964 e congratular-me com tão feliz iniciativa que, certamente, contribuirá para consolidar a verdade dos fatos históricos recentes na consciência de nosso povo.

Do meu ponto de vista, a Revolução de 1964 tem suas origens mais remotas na luta contra os costumes oligárquicos da velha República e pelos ideais pátrios revelados nos movimentos dos tenentes, nos idos de 1922, 1924. Estes, em sua luta, foram traídos: ideologicamente, por Luís Carlos Prestes, que se tornou um apátrida comunista, liderando, em 1935, a Intentona e, politicamente, por Getúlio Vargas, que após a Revolução de 1930 assumiu um governo provisório e, posteriormente, uma ditadura, de 1937 a 1945. Feito ditador, Getúlio afastou-se mais ainda daqueles tenentes, entre os quais destaco Juarez Távora, Eduardo Gomes, Juraci Magalhães e Siqueira Campos. Ao implantar o Estado Novo, em 1937, Getúlio outorgou uma Constituição de caráter nazista, a "polaca". Todos aqueles companheiros sonhavam com um Brasil livre da corrupção e dos maus costumes políticos da Velha República, com um Brasil onde se praticasse o voto secreto e direto, pondo termo à eleição a "bico de pena", quando se escolhia, previamente, quem seria o eleito.

A traição de Getúlio aos ideais de 1930 levou-o a vacilações, no seu governo, em plena Segunda Guerra Mundial, quando teve que se definir para que lado penderia: se ficava ao lado da Alemanha ou das democracias aliadas. Por um certo tempo, deu a entender estar mais perto de Hitler, afrontando, mesmo, o sentimento nacional. Somente depois que os alemães puseram a pique vários navios brasileiros, provocando muitas mortes e grandes prejuízos e acirrando ainda mais o sentimento nacional, foi que Getúlio decidiu declarar guerra à Alemanha, aliando-se aos Estados Unidos. Assim, surgiram a presença americana aqui, no Nordeste, e a nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB), que iria participar da guerra no território italiano.

Garotos adolescentes, com treze ou quatorze anos de idade, assistíamos àqueles preparativos da FEB e à chegada ao Ceará dos primeiros norte-americanos que vinham para bases militares, de onde seria feito o abastecimento das tropas aliadas que lutavam na África. A FEB, então, preparou-se, deslocou-se para a Europa e combateu no Teatro de Operações da Itália contra a ditadura nazi-fascista. Enquanto isso, o Brasil vivia a ditadura Vargas, infundida no Estado Novo de 1937. No dia 8 de maio de 1945, termina a guerra na Europa e as tropas brasileiras, vitoriosas, retornam ao Brasil e não aceitam a continuidade da ditadura getulista. No dia 29 de outubro daquele ano, o General Oswaldo Cordeiro de Farias entrega a Getúlio uma

carta dos generais, forçando a sua renúncia. Getúlio deixa o Poder e, como não havia vice-presidente nem Congresso, assumiu a Presidência da República, interinamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o cearense José Linhares.

A redemocratização envolvia uma série de medidas, como o retorno dos exilados e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente da República, entre outras. Mesmo afastado, Getúlio não deixou de influir na campanha, através de seus prepostos, em favor do seu candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra, seu ex-Ministro da Guerra. Os outros candidatos foram o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN e, pelo Partido Comunista, o Dr. Iedo Fiúza. Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República e governou com muita seriedade e dignidade pessoal, respaldado no "livrinho", como ele chamava a Constituição de 1946. Entretanto, a campanha eleitoral que o elegeu conduziu-se a reboque de conluios e conchavos produzidos pelos prepostos do presidente deposto, filiados ao PSD e ao PTB. Isto vem mostrar que, lamentavelmente, a partir de 1945, substitui-se a velhacaria eleitoreira de antes de 1930 por outra mais requintada. Em 1950, estando para vencer-se o mandato do General Dutra, inicia-se nova campanha eleitoral para eleger o próximo presidente da República. Candidatam-se: pela UDN, novamente, o Brigadeiro Eduardo Gomes; pelo PSD, o Dr. Cristiano Machado e pelo PTB, o Dr. Getúlio Vargas. O Partido Comunista Brasileiro, que teve o seu registro eleitoral cassado em 1947, não tendo candidato, infiltrou os seus filiados no PTB e no PSD. No decorrer da campanha, o PSD, que havia lançado a candidatura de Cristiano Machado, orientou os seus eleitores a votar em Getúlio. Daí, a nova semântica do verbo "cristianizar", que significa um partido trair seu candidato, conforme o fez o PSD com Cristiano.

Repete-se a velhacaria eleitoreira. Assim, Getúlio retorna ao Poder e assume a Presidência da República no dia 31 de janeiro de 1951. As circunstâncias do Poder, porém, já não eram as mesmas de outros tempos. Getúlio, mais idoso, já não podia viver a sua autoridade pessoal única, pois o regime era democrático. À sua revelia, formaram-se conluios fraudulentos entre seus familiares e apaniguados. A própria segurança pessoal do Presidente arquitetava ações criminosas contra adversários políticos. Para satisfazer a compromissos partidários, Getúlio nomeia Ministro do Trabalho o seu afilhado João Goulart, o que não agradou nem a seus correligionários. A corrupção dominava a administração pública. Estes comportamentos comprometedores envolviam a responsabilidade e a autoridade do Presidente da República e chegavam ao conhecimento da imprensa, que reagia de maneira diversa: a situacionista os silenciava ou lhes reduzia o impacto; a oposicionista os divulgava e lhes explorava o escândalo. Carlos Lacerda, o incansável jornalista e temido tribuno, tornou-se o porta-voz da oposição na imprensa e, na

política, lançou-se a uma batalha violenta contra a corrupção urdida no Palácio do Catete, onde morava e trabalhava o Presidente, figura central das denúncias. Essa atitude de Carlos Lacerda atraiu o ódio e a ação da guarda pessoal de Getúlio, comandada por Gregório Fortunato, homem de antecedentes pouco recomendáveis, mas da inteira confiança do Presidente. O certo é que no dia 5 de agosto de 1954, no começo da noite, deu-se, na Rua Tonelero, em Copacabana, no Rio de Janeiro, um atentado contra Carlos Lacerda, que saiu ferido a bala e teve seu companheiro, Major-Aviador Rubens Florentino Vaz, morto na hora.

A agitação tomou conta da imprensa e da política. A Aeronáutica saiu em campo na busca dos criminosos, instaurando um inquérito na Base Aérea do Galeão, que passou a ser conhecida como "República do Galeão". A Marinha solidarizou-se com a Aeronáutica e, no dia 22 de agosto de 1954, a grande maioria dos oficiais-generais do Exército assinou um manifesto, redigido por Juarez Távora, solidarizando-se, também, com os companheiros da Aeronáutica, na exigência da renúncia do Presidente Getúlio Vargas. O inquérito da Aeronáutica, presidido pelo Coronel-Aviador Adil de Oliveira, já havia apurado a responsabilidade direta da guarda pessoal de Getúlio no atentado da Rua Tonelero. Daí, a crise se aguça, os fatos se precipitam e culminam com o trágico suicídio do Presidente.

A situação política nacional, porém, estava longe de uma solução que contentasse a gregos e troianos. As Forças Armadas queriam a solução constitucional, isto é, assumiria a Presidência da República o Vice-Presidente João Café Filho, o que, de fato, ocorreu. Os partidos políticos, entretanto, lutavam entre si em busca do melhor proveito possível para suas posições. Café Filho nomeara para Ministro da Guerra o General-de-Divisão Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, em substituição ao General Zenóbio da Costa. O Presidente adoece, é hospitalizado e substituído, interinamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Luz, dentro dos preceitos constitucionais. No dia 3 de novembro de 1955, falece o General Canrobert Pereira da Costa. O Coronel Jurandir de Bizarria Mamede, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), fez um discurso ao pé do túmulo de Canrobert, considerado político pelo Ministro da Guerra, General Lott que, decidindo puni-lo, embora estando o Coronel Bizarria Mamede fora de sua jurisdição, foi levar sua decisão ao Presidente Carlos Luz, que a desaprovou. Carlos Luz resolveu demitir, do Ministério da Guerra, o General Lott e foi por este deposto, no dia 11 de novembro de 1955. No dia 20 de novembro, Café Filho, o presidente legítimo, estava restabelecido de sua enfermidade e ia reassumir o seu cargo, mas foi impedido pelo General Lott, que forçou o Congresso a votar o seu impedimento. Assume, então, a Presidência da República, o

Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos. Estes dois golpes de Estado ficaram conhecidos como a "novembrada do General Lott".

Aqui, cumpre-me fazer uma observação que reputo relevante. Essa síntese histórica dos fatos ocorridos entre 1930 e 1955 parece dispensável, não fora a necessidade de demonstrar que os ideais da Revolução de 1930, do tenentismo, foram frustrados ou mesmo traídos durante esse período de 25 anos. E continuarão frustrados, a partir de 1955, pela continuada velhacaria político-eleitoreira de nossas pseudo-elites que, cada vez mais, amesquinham-se e desacreditam-se. Não há dúvida de que perlustraram a política brasileira, nesses períodos, muitos homens da estirpe de Milton Campos, Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Luís Viana Filho, Raul Pila, Bilac Pinto e de muitos outros que mereceram a credibilidade do povo e da História.

Prosseguindo na frustração dos ideais tenentistas de 1930 – um dos desaguadouros da Revolução de 1964 – a campanha eleitoral de 1955 repetiu os mesmos conluios e conchavos eleitoreiros da campanha de 1950, agora com renovadas sutilezas de sócios comunistas atuantes no PTB de João Goulart, com respingos no PSD de Juscelino. Eram candidatos à Presidência da República: o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como candidato a vice-presidente, o Dr. João Belchior Marques Goulart (Jango), aí conchavada a aliança PSD-PTB e o General Juarez do Nascimento Fernandes Távora, pelo PDC, com apoio da UDN.

Eleitos e empossados Juscelino e Jango, o Presidente se deixa absorver pelos problemas administrativos, sobretudo com a construção de Brasília e entrega os afazeres político-sociais a Jango, que deles se aproveita para ampliar consideravelmente sua influência eleitoreira e o prestígio comunista dentro de seu partido, o PTB. O ministro da Guerra de Juscelino continuou sendo o General Lott que, persistindo em prestigiar vários militares indisciplinados, começou a sufocar a hierarquia militar, premiando os subtenentes e os sargentos com promoções e vencimentos acima do que tinham direito os oficiais. Tido como um dos oficiais-generais mais corretos e respeitados no Exército, de repente o General Lott vira a cabeça com atitudes de quem está com a "mosca azul" da política, comportando-se como candidato do PSD às próximas eleições para presidente e envolvendo o pessoal do Exército nessas suas intenções, o que não agradava às Forças Armadas. Assim, termina o período de Governo de Juscelino, com um certo desenvolvimento para o País, com a construção de Brasília, com muito desvio de recursos públicos, com muitos conluios partidários e com uma inflação assustadoramente em ascensão.

Em 1960, no último ano do Governo Juscelino, desenvolve-se a campanha eleitoral para presidente e vice-presidente da República, nos mesmos moldes das anteriores. Para presidente: o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, pelo

PSD, com o apoio do PTB, cujo candidato a vice-presidente era Jango; o Dr. Jânio da Silva Quadros, pela UDN, que lançara candidato a vice-presidente o Dr. Milton Campos. Ocorreu que, nas eleições propriamente ditas, Jango, que costurava seus interesses políticos com os de Jânio, mandou descarregar a votação do PTB no candidato da UDN. Assim, Jânio Quadros, eleito Presidente da República, com grande maioria de votos, e Jango Vice-Presidente, tomam posse no dia 31 de janeiro de 1961. Jânio inicia o seu governo enchendo de esperança o povo brasileiro que, em face das medidas a que se propunha adotar, acreditava que o Brasil, daí para frente, tomaria um rumo político-administrativo irreversivelmente promissor. Entretanto, no dia 25 de agosto, enquanto seu substituto constitucional, o Vice-Presidente Jango, passeava ociosamente pela China, com paradas em outros países comunistas, Jânio, inexplicavelmente, renuncia ao seu mandato, criando uma frustração generalizada em todo o País e uma crise da maior gravidade.

Os antecedentes políticos de João Goulart, o seu despreparo para o exercício do cargo, e sobretudo a sua aliança comprometedora com os comunistas, criavam profundas desconfianças na sociedade brasileira – acentuadas com sua viagem à República Popular da China – e desaconselhavam sua assunção ao cargo de presidente da República. As Forças Armadas perfilharam esta posição, embora com a abstenção do III Exército, com sede em Porto Alegre, sob o comando do General José Machado Lopes. O Congresso Nacional, em concordância com os ministros militares, votou uma Emenda à Constituição adotando o sistema parlamentarista de governo, que reduzia os poderes de Jango. Durou pouco o parlamentarismo no Brasil republicano. Os aliados de Jango, à frente os comunistas, caíram em campo, arranjaram e manipularam um plebiscito que repôs o presidencialismo, devolvendo todos os poderes constitucionais ao presidente. Daí para frente, as prevaricações à ordem pública se precipitaram em todos os setores da vida nacional. Os comunistas, que já estavam infiltrados no Governo, receberam mais alento do próprio Presidente, assumiram posições de mando em todos os postos-chave da administração pública e intensificaram as desordens subversivas através de entidades por eles lideradas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras. Na Câmara dos Deputados, os parlamentares de esquerda se organizaram na chamada Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), de onde partiam certas orientações subversivas e apoios a possíveis incriminados de ações desordeiras.

Nessa altura dos acontecimentos, as greves políticas, os tumultos de rua, as afrontas e provocações às instituições e às autoridades intranqüilizavam os brasilei-

ros, particularmente os residentes nas grandes cidades, e acentuavam-se certas atividades tendentes a dissociar as Forças Armadas pela quebra da disciplina e pelo confronto hierárquico. Daí os fatos graves que se sucederam a partir do segundo semestre de 1963. Jango, iludido por seu chefe do Gabinete Militar, General Assis Brasil, e por seu Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, acreditava imbatível o seu esquema militar. Na madrugada de 12 de setembro de 1963, praças da Aeronáutica e do Corpo de Fuzileiros Navais, da ordem de quinhentos, liderados por sargentos instigados por elementos de esquerda em conluio com deputados da FPN, rebelaram-se em Brasília, cometeram vários desatinos e só foram contidos por ação direta do Comando Militar de Brasília. Isto ficou conhecido como a Revolta dos Sargentos de Brasília. As agitações se acentuaram; agora, com a participação das "Ligas Camponesas" do comunista Francisco Julião, no campo, e dos "grupos dos onze" de Leonel Brizola, espalhando o terror em todo o território nacional.

Os acontecimentos se agravavam. No dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, ao lado do edifício onde funcionavam o então Ministério da Guerra e o Comando do I Exército, aglomerou-se a turbamulta, convocada e instigada por agentes comuno-janguistas para realizar um "comício-monstro" que ficou conhecido como comício da Central do Brasil. A esse comício compareceram o Presidente da República e todos os seus ministros, incluindo os militares. Nesse comício se exigiam, em resumo, a implantação das reformas de base "na lei ou na marra", a convocação de uma Constituinte, o fechamento do Congresso Nacional, todo o poder aos sindicatos e outras sandices. Todo o ajuntamento foi garantido e protegido por tropas da PE do I Exército. Tudo, nesse comício, visava a testar a eficácia do esquema subversivo para, invertendo a ordem interna – com o desrespeito às instituições, com a provocação e, mesmo, com o afrontamento às Forças Armadas – implantar a "república popular sindicalista" nos moldes de Pequim, escravizada à União Soviética.

No dia 26 de março, amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, marinheiros e fuzileiros navais, liderados pelo Cabo José Anselmo – presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade não reconhecida – com o apoio do Almirante Cândido Aragão e orientação do Deputado comunista Max da Costa, da FPN, promoveram instigações contra o almirantado e oficiais da Marinha, em acintosa atitude de insubordinação e rebeldia. Estava, mais uma vez, patenteado o clima de agressão contra a disciplina militar, estimulado por agentes comunistas com a conivência do Governo. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, dispôs-se a abafar o levante e punir os amotinados, mas foi exonerado pelo Presidente da República. Esta situação teve um des-

dobramento extenso e envolveu o Corpo de Fuzileiros Navais, cujas tropas, enviadas para manter a ordem, foram substituídas por elementos blindados e choques da Polícia do Exército, sob o comando do Coronel Ventura. Também se envolveram na confusão, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os coronéis Pinto Guedes e Cyro Labarthe Alves, emissários do Ministro da Guerra e do Presidente da República e os deputados federais Ferro Costa, Sílvio Braga e Max da Costa Santos, que, ao entrarem no Sindicato, já encontraram seus colegas Demistóclides Batista, Antônio Garcia Filho, Adão Pereira Nunes e Hércules Correia, todos da FPN. Esse tumulto só chegou ao fim no dia 30 de março, quando negociações entre a CGT e o Presidente Jango, culminaram com a não punição dos amotinados, recolhidos ao Batalhão de Guardas do I Exército e o atendimento às reivindicações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais.

Na noite de 30 de março de 1964, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, cerca de cem sargentos dos três ramos das Forças Armadas ofereceram um banquete ao Presidente da República e a seus ministros. Os discursos lá pronunciados repetiam com ênfase as exigências do comício do dia 13; mas o pronunciamento de Jango, em especial, constituiu prova inequívoca de sua intenção de desestruturar as Forças Armadas.

E o que fazia a consciência viva e sadia da Nação ao longo de todos esses desmandos? E a sociedade, e o povo brasileiro permaneciam inertes, em face de tudo isso? Não. Do centro dessas procelas de águas turvas começavam a firmar-se idéias límpidas, e essas idéias começavam a adquirir vozes, e essas vozes se somavam e se refletiam em eco forte, que animava a Nação. Quando essa catástrofe começou a abater-se sobre o povo brasileiro, velhos líderes da ativa e da reserva das Forças Armadas, em especial do Exército, conscientes dos resultados funestos que aqueles desmandos trariam ao Brasil, começaram a articular-se entre si, com a tropa e com lideranças civis não comprometidas com o Governo Jango. De outra maneira, ainda mais ostensiva, as associações militares e outras instituições já vinham trabalhando no sentido de uma reação nacional.

Inicialmente muito tímido, o Clube Militar, com o tempo, foi-se encorajando, graças, em grande parte, à presença de oficiais-alunos da EsAO, do IME e da ECEME e, juntamente com o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica, teve um papel de grande relevância na preparação do Movimento de 1964. Havia uma ala conhecida como "Cruzada Democrática", que reunia muitos oficiais que pensavam igualmente sobre aquele momento nacional. Entre esses oficiais, incluíamo-nos eu e meu irmão, Artur Torres de Melo, então major, e outros bem conhecidos, como os então coronéis Arnizaut de Matos, Sebastião Chaves e João Baptista Figueiredo.

Aí, confabulávamos sobre a situação do País, sobre o que deveria ser feito e como. Motivado pela "Cruzada Democrática", no dia 3 de julho de 1963, o Clube Militar promoveu uma grande reunião, com mais de três mil oficiais, presidida pelo General Magessi da Cunha Pereira, seu presidente. Capitão e aluno do 3º ano do IME, compareci a essa reunião juntamente com o Artur, e fizemos, cada qual, um pronunciamento contra o estado de coisas reinante, imputando as responsabilidades ao Ministro da Guerra e ao Presidente da República. Os dois discursos, por sua veemência, valeram-nos trinta dias de prisão para cada um, dados pelo Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Mas nós, os oficiais mais jovens, não arrefecemos e continuamos nessa batalha, sem sabermos bem qual o pensamento dos nossos chefes.

No dia 20 de março de 1964, porém, em sua célebre Nota Reservada, dirigida aos grandes comandos, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, externara o seu pensamento, muito acatado em todo o Exército, afirmando, depois de alguns considerandos: "A insurreição é um recurso legítimo do povo". Era o sinal verde para a contra-ofensiva armada que só aguardava, daí em diante, o estímulo popular para legitimá-la. E este estímulo não demorou. O povo, incentivado pela grande maioria do Clero que, à época, não estava tão dividido em alas ideológicas, mas unido no verdadeiro ensino do Evangelho, saiu às ruas e deu a maior demonstração de repúdio ao descalabro que o comuno-janguismo estava tentando impor ao País, através de manobras sórdidas e farsantes. O povo brasileiro se organizou em quase todas as capitais, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, destacando-se as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e, entre outras coisas, pedia que as Forças Armadas cumprissem sua missão constitucional e dessem um basta àquela desordem que grassava no País e estava destruindo a Nação. Nessa mesma direção pronunciavam-se os órgãos mais representativos da imprensa brasileira, como os jornais *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil* e outros. O Congresso Nacional, através da Ação Democrática Parlamentar, que reunia a grande maioria dos deputados, terçava armas com os parlamentares comunistas que integravam a Frente Parlamentar Nacionalista. Assim, o Povo, a Igreja, a Imprensa e o Congresso Nacional analisavam e legitimavam, *a priori*, a ação militar que se iria desencadear como efetivação da insurreição do povo. Era o estímulo que faltava.

A gota d'água que extravasaria o copo da paciência nacional pingou no dia 30 de março, naquele banquete no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Na verdade, o desencadeamento da ação militar estava previsto, em princípio, para o dia 2 de abril, antecipando-se de um mês ao golpe comunista, marcado para 1º de

maio, Dia do Trabalho. O Comandante do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, General Armando de Morais Âncora, e alguns comandantes de suas Grandes Unidades eram, francamente, simpatizantes do Governo Jango e, com certeza, apoiariam aquele golpe comunista. Mas aquela "gota d'água" precipitou os acontecimentos. O General Olympio Mourão Filho, comandante das tropas federais sediadas em Minas – em consonância com os generais Carlos Luís Guedes e Antônio Carlos Muricy, com o apoio e orientação do Marechal Odylio Denys e em entendimento com o Governador do Estado, Magalhães Pinto – deu início ao Plano de Ação de Minas, com o deslocamento de suas tropas para o Rio de Janeiro, na madrugada do dia 31 de março de 1964. No dia 1º de abril as tropas de Minas prosseguiam no seu deslocamento e, do Rio de Janeiro, partia, às 6h, a 1ª Divisão de Infantaria, para entestá-las. No mesmo dia e mesma hora, também do Rio de Janeiro, partiram tropas do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs), na direção de São Paulo, para se oporem às unidades do II Exército, comandado pelo General Amaury Kruel que, aderindo às tropas de Minas, deslocava-se para o Rio de Janeiro, passando por Resende. Ainda no dia 1º de abril, às 8h30min, uma vanguarda do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), solidária com as tropas mineiras, deslocou-se para Barra Mansa para defrontar-se com as tropas do Grupamento-Escola vindas do Rio de Janeiro. Comandava a AMAN o General Emílio Garrastazu Médici. Às 10h30min, o grosso do Corpo de Cadetes ocupa, militarmente, a região de Resende/Barra Mansa, tomando posição ao longo da rodovia Dutra, para barrar a progressão das tropas do I Exército (GUEs), antecipando-se, assim, à chegada do II Exército.

Era esta, pois, a situação delicada e preocupante daquele dia 1º de abril de 1964, nas duas frentes, onde um tiro só, de qualquer lado, poderia transformá-las em campos de batalha de extensões e resultados imprevisíveis. Há um velho refrão que diz: "Deus é brasileiro". De fato, Deus se mostrou, decididamente, brasileiro nesse dia. As tropas da 1ª Divisão de Infantaria aderiram às forças mineiras. Das tropas do GUEs, parte aderiu ao Corpo de Cadetes da AMAN e a outra parte não reagiu.

Às 13h, no gabinete do comandante da AMAN, deu-se um encontro entre os generais Kruel e Âncora, que respondia pela função de ministro da Guerra. Desse encontro, o General Âncora concluiu ser o mais sensato mandar que as tropas, que estavam no Vale do Paraíba, regressassem aos seus quartéis.

Era a vitória do bom senso com que as Forças Armadas brasileiras brindaram seu povo, libertando-o do anarquismo destrutivo do comunismo. As tropas de Minas, agora reforçadas pela 1ª DI, prosseguiram no seu deslocamento sobre a Guanabara. O 5º Regimento de Infantaria do II Exército cerrou sobre Barra Mansa e substituiu o Corpo de Cadetes, que regressou à AMAN com a convicção e com o

santo orgulho do dever cumprido. Outras unidades procedentes de São Paulo estacionaram na região de Resende. O Presidente João Goulart foragiu-se do Rio de Janeiro e de Brasília, abandonando o cargo e tomando rumo ignorado. Os comunistas silenciaram a falácia, que lhes era muito própria, com que enganavam os desavisados, com tanta desenvoltura. O "imbatível" esquema militar de Jango esboroou-se como bolha de sabão, pois era uma farsa.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional, convocado pelo Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, considerou vaga a Presidência da República, assumindo-a o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ranieri Mazzili, enquanto se definia a nova ordem revolucionária, que veio com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. O seu artigo 2º estabelecia que a eleição do presidente e do vice-presidente da República seria feita por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal, dentro de dois dias, a contar da data de publicação daquele Ato. No dia 11, o Congresso Nacional, em sessão conjunta, elegeu presidente da República, por maioria absoluta, em primeiro escrutínio, o General Humberto de Alencar Castello Branco, e Vice-Presidente, o Dr. José Maria Alkimin. No dia 13, Castello Branco passou, oficialmente, para a reserva do Exército, no posto de marechal, de acordo com a lei. No dia 15, deu-se a posse, perante o Congresso Nacional, do presidente e do vice-presidente. O Marechal Castello Branco condicionara a sua candidatura à limitação de seu mandato para 31 de janeiro de 1966, quando terminaria o mandato do governo anterior.

Com Castello Branco, começa o ciclo dos presidentes militares e nova fase na história política brasileira, a mais difícil da Revolução. Isso, pelo acúmulo e gravidade dos problemas a serem resolvidos – intrínsecos aos interesses nacionais defendidos por Castello – ostensivamente contrários às pretensões subalternas de pessoas e grupos que, presunçosamente, atribuíam à Revolução, como único papel, assegurar os seus interesses pessoais, pouco ou nada patrióticos.

O Marechal Castello Branco, que guardava, entre muitas outras, as qualidades de inteligência, de cultura e de caráter, era um democrata por natureza, um legalista por formação e um patriota por amor ao Brasil. Era este o homem que começava a conduzir os destinos da Nação, cuidando para que fossem contidos os excessos, as arbitrariedades e as violências de uma minoria exaltada. Foi ele o rochedo onde se esboroaram os vagalhões dessas tendências mesquinhas, no começo da administração revolucionária.

Com este fecho, pretendi concluir a síntese dos fatos históricos e políticos que, na minha visão, levaram a Nação brasileira ao Movimento Cívico-Militar de

1964. Daqui para frente, permitir-me-ei fazer alguns comentários, aparentemente independentes, mas interligados, todos eles pertinentes à Revolução, sobretudo quanto ao seu desenvolvimento.

Começo pelo Governo Jango, uma fase triste na História do Brasil. Triste porque Jango, na sua voracidade de poder, jamais se preparou para exercê-lo com proficiência. Caráter maleável, cultura escassa, deficiente formação política, confundia a popularidade de seu mestre e patrono, Getúlio Vargas, com o populismo peleguista e promíscuo que dominou sua personalidade insegura. Os conchavos e conluios estavam sempre presentes nas negociações eleitoreiras, inclusive com os comunistas, desde que lhe rendessem votos para alcançar seus objetivos, sem se preocupar com a subserviência que lhe trariam os compromissos assumidos. Assim, chegou à Vice-Presidência e, por uma urdidura perversa de gênio maléfico, à Presidência da República, onde herdou a inflação de Juscelino, a decepção com a renúncia de Jânio e a subversão que Lott deixara nos quartéis, prestigiando assessores de tendências marxistas e invertendo a hierarquia salarial entre oficiais e praças. Essas mazelas todas se foram multiplicando no seu governo que, infiltrado de comunistas, deu o maior respaldo à subversão da ordem pública, por eles conduzida através de entidades como a UNE, a CGT, o PUA, a CNTI, a FPN e outras. Essa subversão, generalizada e diária nas capitais, alastrou-se para o interior, sobretudo no Nordeste, através das "Ligas Camponesas" do comunista Francisco Julião e dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola.

Na verdade, a Nação estava paralisada e intranqüila e a disciplina militar começava a ser agredida. Os tumultos tomavam vulto e a fanfarronice das esquerdas fazia os menos avisados acreditarem na iminência de uma catástrofe. No dia 13 de março de 1964, o comício da Central do Brasil; no dia 26, o levante dos marinheiros e, no dia 30, o banquete no Automóvel Clube. Estes acontecimentos, de que já havia falado, violentaram a consciência nacional, forçando o povo a manifestar o seu repúdio à desordem, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade e provocaram a ação armada, conforme descrevi antes, que fez desmoronar o esquema comuno-janguista, em pouco mais de vinte e quatro horas, sem derramamento de sangue.

A Justiça, por sua função de julgar, e julgar soberanamente, com uma consciência isenta, não podia-se manifestar. Como, de fato, não se manifestou. Além do mais, a Justiça, com tais características, é um dos poderes do Estado. Mas não é um poder político, no sentido faccionário. O seu poder é de julgamento, inclusive das ações dos demais poderes. Assim, tinha que conviver com aquela situação desastrosa, que ela não podia aceitar, e confortar-se, confiante, nas virtudes que lhe são

próprias, embora eivada de alguns vícios imanentes à condição humana de seus integrantes. Mesmo assim, a ação armada foi exigência do povo brasileiro, manifestada diretamente nas ruas ou através da Igreja, da Imprensa, do Congresso Nacional e de outras entidades que integram a vida do País. Portanto, a Revolução de 1964 foi fruto da legítima vontade do povo brasileiro, efetivada por suas Forças Armadas.

Inicialmente, não se podia dizer que a Revolução se tivesse fundamentado em alguma ideologia de base filosófica. Sua dinâmica inicial foi estimulada mais por um arraigado sentimento anticomunista, originário do repúdio aos crimes da Intentona e à tese anticristã da teoria marxista. Todavia, a decisão de assumir a condução político-administrativa do País levou-a a aplicar a ideologia do "desenvolvimento com segurança", estudada na Escola Superior de Guerra. Portanto, uma ideologia genuinamente brasileira, que jamais precisou de suporte filosófico externo, como a ideologia comuno-marxista.

De qualquer forma, vitoriosa, a Revolução estava legitimada por si mesma e tratou de se institucionalizar. Aí, optou pela forma de eleição indireta, pelo Congresso, para presidente e vice-presidente da República, pela qual foi eleito o Marechal Castello Branco, primeiro presidente do ciclo revolucionário, para completar o mandato do governo anterior. Entretanto, considerando exíguo o prazo de dois anos para que o primeiro governo revolucionário levasse a Nação à sua normalidade orgânica e institucional, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, prorrogando o mandato de Castello Branco até 15 de março de 1967, embora contra a sua expressa vontade.

As dificuldades eram muitas e diversificadas, e algumas delas pareciam intransponíveis, sobretudo as criadas por grupos de revolucionários conhecidos como de "linha dura", que muito mais atrapalhavam do que ajudavam na reconstrução do País, nesses três primeiros anos do governo revolucionário. O Governo Castello Branco superou todas essas dificuldades, menos duas, prejudiciais ao Governo e ao Brasil, impostas por esses grupos, as quais ele teve de tolerar para evitar uma cisão dentro do Exército, naquela fase delicada e decisiva. Uma delas foi a cassação de Juscelino, que provocou a retirada do apoio do PSD ao bloco governista do Congresso e, indiretamente, o afastamento de Carlos Lacerda, que pretendia ser o presidente em 1967; a outra foi a candidatura de Costa e Silva, que não tinha o preparo e a visão do real alcance das medidas modernizadoras de Castello Branco, nem as condições de higidez física para suportar o esforço do cargo de presidente. O fato é que Costa e Silva foi eleito, tomou posse no dia 15 de março de 1967 e teve que enfrentar os primeiros passos da "luta armada", iniciada ainda em 1966, com o atentado do aeroporto dos Guararapes, no Recife-PE.

Costa e Silva, então, endurece a Lei de Segurança Nacional com a edição do AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Certamente, a sobrecarga de preocupações imposta pela ação de governo o levou a contrair, no final de agosto de 1969, uma grave enfermidade cardiovascular que o afastou do Governo e o levou à morte. Este imprevisto trouxe algumas graves conseqüências: o Vice-Presidente, Deputado Pedro Aleixo, não assumiria a Presidência por ser contrário ao AI-5; os três ministros militares, General Aurélio de Lyra Tavares, Almirante Augusto Hademaker e o Brigadeiro Márcio de Sousa e Mello assumiram, interinamente, a direção do País, enquanto aguardavam o desfecho da doença do Presidente; o agravamento irreversível da enfermidade de Costa e Silva indicou a eleição de novo presidente, sendo escolhido o General Emílio Garrastazu Médici.

Médici assume o governo e, enfrentando a "luta armada" com decisão e energia, derrota-a em pouco tempo, sem se descurar da alta administração do País. Foi um governo muito-bem sucedido, tanto nas atividades de desenvolvimento quanto nas de segurança interna. Médici encerrou o seu mandato, passando o Governo ao seu substituto eleito, General Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. Geisel promoveu a abertura política, numa preparação gradativa para a normalização democrática, revogou o AI-5 e deu continuidade ao plano de realizações da Revolução, com destaque para o setor energético, através da construção de Itaipu. Concluiu o seu mandato em 15 de março de 1979, transferindo o Governo ao seu substituto legal, o General João Baptista Figueiredo. O Governo do Presidente Figueiredo prosseguiu com o plano administrativo do País e, certamente avaliando os resultados positivos da política de distensão do seu antecessor, preparou e promulgou a Lei da Anistia, que pretendia ser o instrumento de pacificação e conciliação nacionais. Com isto, a 15 de março de 1985, encerrou o seu mandato e, também, o ciclo dos governos militares, restituindo o Poder aos civis.

Mas não se poderia comentar um movimento revolucionário sem falar sobre os líderes que o prepararam e o acionaram. Na realidade, não foram poucos esses líderes, dos quais, sem demérito para muitos, citarei apenas alguns que me vieram à memória, no momento. Entre os civis: os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, respectivamente da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo. Entre os militares: generais Castello Branco, Costa e Silva, Amaury Kruel, Garrastazu Médici e, em especial, por terem deflagrado o Movimento em Minas Gerais, o Marechal Odílio Denys e os generais Mourão Filho, Carlos Guedes e Antônio Carlos Muricy. Esses líderes, respaldados na estatura moral e intelectual que emolduravam suas personalidades, com o emprego das Forças Armadas brasileiras e com o apoio do povo, fizeram uma Revolução que foi a expressão da vontade nacional.

Entretanto vivia-se, na época, um clima de guerra fria entre o bloco democrata, liderado pelos EUA, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. Por isso é que se constata a insinuação da mídia malsã de que, por meio da guerra fria, os norte-americanos nos impuseram o "golpe militar" de 1964. Esta hipótese, entretanto, não resiste à perquirição da verdade histórica. Na realidade, a Nação brasileira se insurgiu contra a ameaça de uma interferência externa, arquitetada pelos agentes de Moscou. Quer dizer, o que mais pesou na decisão de deflagrar o Movimento Cívico-Militar de 1964 foi a agressão comunista ao Brasil, com a conivência do Governo Jango. E pela gravidade da agressão seria até compreensível que se aceitasse o apoio – e não a interferência – de países amigos, se necessário, mas dispensável naquele momento. Assim, é pura sandice da esquerda afirmar que a Revolução teria sido fruto da guerra fria americana. É ignorância histórica, má-fé ou as duas coisas a um só tempo, o que é intrínseco ao caráter comunista. A intenção soviética, de tomada do Poder no Brasil, era a mesma em 1935 e em 1964. Onde estava a guerra fria americana em 1935? A guerra fria foi um meio arquitetado por Stálin, na Conferência de Yalta, em plena Segunda Guerra Mundial, para ajudar a implantar o comunismo no mundo. Era um instrumento do MCI. Logo, se houve guerra fria no Brasil, esta foi comunista e derrotada, única e exclusivamente, por brasileiros. Portanto, a Revolução foi um movimento genuinamente brasileiro e vitorioso, sem nenhuma participação externa.

Vencidos em 1964, os comunistas jamais se conformaram com a derrota. Começaram, então, a articular uma reação ao regime revolucionário, por meios violentos. Era a reação terrorista que eles chamaram de "luta armada". Mas, antes de prosseguir neste assunto, gostaria de apresentar uma ligeira síntese histórica dos antecedentes do comunismo instituído no Brasil, de acordo com Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*. Como tudo que o comunismo afirma é controvertido, esta síntese não pode deixar de conter as suas controvérsias. Em 1922, foi criado o Partido Comunista do Brasil, sigla PCB, dentro da orientação da 3ª Internacional Comunista – Komintern – da linha estalinista. Em 1947, o PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Pretendendo anular a mesma, a cúpula comunista brasileira, em 11 de agosto de 1961, resolveu mudar a sua denominação para Partido Comunista Brasileiro – mesma sigla PCB – buscando assim obviar uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido "brasileiro". O TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro. Do seu lado, os estalinistas argumentaram que o Comitê Central se afastara da linha anterior e criara um novo partido, decorrente do Programa e Estatutos encaminhados ao TSE. Assumindo a defesa do verdadeiro partido comu-

nista, um grupo de militantes estalinistas, então, houve por bem permanecer fiel ao Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B, consumando-se a cisão. O PC do B adotou a linha maoísta-chinesa, optando pela revolução violenta e imediata, pouco se envolvendo, entretanto, com as ações urbanas, que ficaram a cargo de outras entidades por ele orientadas, tais como: Ação Popular (AP), Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR/Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR/8), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outras cujos integrantes eram, na sua maioria, treinados na China, em Cuba, na Albânia e em outros países comunistas, e todos viviam na clandestinidade. Essas entidades se consideravam autônomas, mas eram interdependentes nas ações terroristas, e o seu conjunto se autodenominou de “esquerdas do Brasil”. O PC do B, que desde 1961 se vinha estruturando para estender a revolução ao campo, passou a preparar as guerrilhas rurais.

Era este, em suma, o panorama estrutural da esquerda ideológica brasileira em 1966. Sua primeira manifestação de violência ocorreu no dia 25 de julho, com o atentado ao aeroporto dos Guararapes, no Recife com o propósito de eliminar o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva. A ação criminosa, frustrada com relação a Costa e Silva, que se encontrava em João Pessoa, causou a morte do Almirante Nelson Passos Fernandes e do jornalista Edson Régis de Carvalho e feriu 14 pessoas, das quais oito ficaram mutiladas e paralíticas para o resto da vida. Este atentado foi assumido pela AP (Ação Popular) e praticado pelo terrorista Raimundo Gonçalves Figueiredo (Raimundinho), com a provável cumplicidade de Herbert José de Sousa (Betinho), o seu coordenador nacional, e Jair Ferreira de Sá, militante.

De julho de 1966 a dezembro de 1968, já no Governo Costa e Silva, as ações terroristas, que se foram tornando mais freqüentes e preocupantes, associadas à afronta do Deputado Márcio Moreira Alves, na Câmara dos Deputados, às Forças Armadas, obrigaram o Governo a endurecer a Lei de Segurança Nacional, promulgando o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e a criar os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI).

Quanto ao SNI (Serviço Nacional de Informações), cabe aqui, por oportuno, um esclarecimento. O SNI foi organizado e implantado no Governo Castello Branco, pelo General Golbery do Couto e Silva, como agência de informações de alto nível para assessoria nas decisões do Governo. Portanto, não pertence ao mesmo

nível de finalidade dos DOI e CODI. O SNI é extremamente necessário como órgão de inteligência e, com esta qualificação, existe em qualquer país do mundo.

Voltando, porém, aos atos terroristas, em 4 de setembro de 1969, durante o governo da Junta Militar, o embaixador americano Charles Burke Ellbrick é seqüestrado e, em troca do seu resgate, foi exigida a libertação de 15 terroristas presos. Caso os seqüestradores não fossem atendidos, o embaixador seria morto. O Governo teve que ceder à realidade das circunstâncias. Entretanto, foi no Governo Médici que a luta armada se intensificou, com atentados, seqüestros, assaltos a bancos e a quartéis, assassinatos seletivos e a guerrilha rural, conduzida pelo PC do B de João Amazonas, e outras violências. As operações de segurança interna recrudesceram e a luta armada foi derrotada. Jacob Gorender, um comunista convicto e um historiador voraz, condena as ações violentas, mas aplaude os resultados e classifica o seqüestro do embaixador Ellbrick de "golpe de mestre".

Não podemos esquecer nem deixar de lamentar que, nesses encontros, tivemos mortos de ambos os lados. É o resultado inevitável do choque entre duas alas que se digladiam. Alguns, mortos em confronto entre as forças legais e grupos armados de esquerda; outros, eliminados covardemente por ações e justiçamentos terroristas da própria esquerda. No total, umas três centenas de pessoas. Destas, a ordem de uma centena pertencia às forças da lei e a um grupo de cidadãos indefesos, vítimas ocasionais ou selecionadas para serem eliminadas por aquelas entidades de esquerda. Os demais eram veteranos ideólogos, treinados para a violência em países comunistas, e jovens universitários, na sua maioria induzidos ao terrorismo de esquerda por líderes comunistas que, ainda hoje, andam por aí, intocáveis, graças à Lei da Anistia que eles não respeitam. Aqueles que defenderam a lei e a ordem, em favor do povo brasileiro, e foram mortos, estão hoje esquecidos. Os que sobreviveram são execrados, juntamente com suas famílias, por subserviência nacional a ONGs estrangeiras. Os terroristas mortos são, hoje, ressuscitados como heróis e com indenizações arranjadas através de manobras pouco transparentes. Dos que sobreviveram, muitos estão aboletados na alta administração do País, nos poderes da República, e outros continuam instilando o seu veneno ideológico rotulado de remédio. Onde está a Justiça!? Onde, a Lei da Anistia!?

Contudo, apesar de vencida a "luta armada" de esquerda, seus autores transmitiram uma infeliz herança aos bandidos comuns que, atualmente, integram o crime organizado no País, adotando os mesmos métodos e processos violentos de terrorismo que eles praticavam, incluindo o contrabando e o roubo de armas.

Além do mais, se a Revolução venceu a "luta armada" de esquerda, perdeu a "batalha da comunicação social". Julgo que deveríamos ter divulgado não só as

operações contra a guerrilha do Araguaia, mas também os motivos das cassações de todos os que foram nela envolvidos. Outra falha pela qual estamos pagando caro, até hoje, foi o abandono, em mãos adversárias, dos meios de comunicação e dos meios de ensino, em especial o universitário. O Governo Médici, apesar de obrigado a desviar esforços para combater a "luta armada", alcançou os índices mais elevados da economia brasileira, em todos os tempos, e a popularidade pessoal de Médici era incontestável perante a opinião pública. É aqui que, no meu entendimento, a Revolução perdeu a grande oportunidade de, convocando eleições diretas, ver seu candidato a presidente da República, sobretudo o próprio Médici, eleito, sem sombra de dúvida. Por isso, julgo que os dois governos que lhe sucederam teriam sido um alongamento desnecessário do período revolucionário. Desta forma, as medidas adotadas por Geisel ou Figueiredo, necessárias numa extensão do período revolucionário, seriam absorvidas por um governo eleito diretamente pelo povo e orientado pelo ideário e pelos princípios da Revolução. Daí por que considero extenso o período revolucionário.

O certo é que nenhum empreendimento humano está isento de falhas. E, como já fiz ver, a Revolução de 1964, como iniciativa humana, teve seus pecados. Porém, a grandeza e a quantidade de suas virtudes ultrapassam de muito e ensombreiam esses poucos erros cometidos. Neste entendimento se inserem as suas incontestáveis realizações físicas e morais em favor do povo brasileiro, a começar pela paz e tranqüilidade que ela lhe trouxe. Mas vou falar apenas das principais realizações físicas do período revolucionário. A criação do Sistema Nacional da Habitação, apoiado no Banco Nacional da Habitação (BNH), foi uma iniciativa do Governo Castello Branco que beneficiou milhões de brasileiros, criando-lhes condições de adquirirem sua casa própria. Ao BNH se vincularam a Caderneta de Poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Instituíram-se o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Unificou-se a Previdência Social, com a implantação de sua Lei Orgânica, aprovada desde 1961, e com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que estendeu o atendimento a outras classes de trabalhadores. Criou-se o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que vem socorrendo milhões de trabalhadores do campo, com mais de sessenta anos de idade e, hoje, possibilita a sobrevivência do pequeno comércio do interior. O Estatuto da Terra, também criado no Governo Castello Branco, é um instrumento jurídico de grande alcance no estabelecimento de uma política agrícola e agrária disciplinadora, racional e justa da posse e do uso da terra. Foi, incompreensivelmente, abandonado e substituído por uma reforma agrária que não tem o

que reformar, pretensiosa, caloteira e conflitante, origem de movimentos político-ideológicos de caráter violento no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que a reforma agrária vem fazendo é desestabilizar a propriedade rural, sem nenhuma estrutura agrária, sem nenhum proveito para o homem simples, com despesas elevadas por conta do contribuinte e com grandes retornos eleitoreiros para certos políticos, tudo dentro do modelo exato de lições tiradas de alguns regimes político-ideológicos já ultrapassados. O MST é uma via ideológica da reforma agrária pela violência – lembremo-nos da divergência de métodos do PCB e do PC do B – uma entidade ilegal e um alongamento do braço da CUT. A implantação do Estatuto da Terra teria evitado tudo isso.

Entre os anos de 1963 a 1983, a produção de grãos passou de 19,4 para 55 milhões de toneladas e a capacidade de armazenamento, de 5 para 57 milhões de toneladas. No mesmo período, a escolaridade de crianças de 10 a 14 anos aumentou de 5 para 9 milhões e o efetivo de universitários, de 124 mil para 1,3 milhão. Estimulou-se o ensino de 1º e 2º graus e se ampliou o período de educação de base (1º grau) de 4 para 8 anos. Criaram-se o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsáveis, a partir do início da década de 1980, pela grande rede de mestrados e doutorados e pela institucionalização da pesquisa. Outros programas foram criados para atender, ainda, o pessoal do campo: Programa de Ações Sócio–Educativas e Culturais (PRONASEC), Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL) e o Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras (PROCANOR).

A estrutura viária do Brasil passou por um processo de verdadeira recriação durante o período revolucionário. Entre 1963 e 1983, as rodovias pavimentadas passaram de 19 para 75 mil quilômetros; os nossos navios de cabotagem aumentaram de 1,5 para 3 milhões de toneladas de peso bruto; os nossos portos passaram a funcionar a partir de 1964; os portos marítimos foram consideravelmente ampliados e o porto de Tubarão foi construído. Construíram-se, também, a ponte Rio–Niterói, a ferrovia do Aço e o aeroporto de Guarulhos. A estagnação atual, que se verifica nas rodovias federais, construídas na época da Revolução, lamentavelmente ocorre, também, quanto ao prosseguimento das grandes metas, nas áreas de produção energética e mineral. Assim, as construções da estrada de ferro que permite transportar o minério de ferro de Carajás e do porto de Itaqui, em São Luiz-MA, destinado ao seu embarque, representam, desde a descoberta do minério ao seu transporte, a realização da meta da auto-suficiência mineral até a década de 1980 (Governo Figueiredo).

Quanto à produção de energia, ainda no espaço de 1963 a 1983, passou-se de 4.480 para 35.000mw de potência instalada e de 1.000 para 16.000mw de potência em instalação. Foram construídas as hidrelétricas de Sobradinho, Boa Esperança, Tucuruí e Itaipu que, à época, permitiram instalar a maior linha de transmissão de energia do mundo. Este esforço, somado ao aumento da produção de petróleo e de energéticos renováveis, observado durante o Governo Figueiredo, autorizava estimar que, até a década de 1990, o País alcançaria a sua auto-suficiência energética. Entretanto, a redução ou estagnação na produção energética, a partir de 1985, vem restringindo, drasticamente, o consumo de energia, com ameaça de racionamento e conseqüente prejuízo para o desenvolvimento nacional.

As comunicações receberam o maior surto de desenvolvimento durante o período revolucionário, após sua situação calamitosa de antes de 1964. Para se ter uma idéia, convém sejam comparados os seguintes dados fornecidos por Glycon de Paiva, referentes ao período de 1963 a 1983: telefones, um milhão (1963) para dez milhões (1983); telex, zero (1963) para 52 mil (1983); municípios com telefone, zero (63) para 3.500 (83); municípios com DDD, zero (63) para 2.500 (83). O Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado em 1962 e, com ele, criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que só foi instalada em 1965. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, que vinculava o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o Departamento Nacional de Correios e Telégrafos e a EMBRATEL, que passou a ser o coração do ministério, encarregada da criação e da modernização de todo o sistema de comunicações do País. A missão da EMBRATEL não era pequena para quem nada tinha de comunicações em 1964: dotar o País de uma infra-estrutura de telecomunicações nacionais e interligá-la ao sistema internacional por satélite. Já a partir de 28 de fevereiro de 1969, o Brasil podia assistir aos programas internacionais por satélite, como a descida do homem na Lua, graças a um dos sistemas de telecomunicações mais modernos do mundo. A nossa telefonia passou a falar com todos os pontos do planeta e o nosso serviço de Correios e Telégrafos, mais tarde Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (EBCT), está no rol dos mais eficientes serviços do mundo.

O sucesso nas comunicações e nos demais setores da administração pública foi obtido graças a um planejamento austero, exeqüível e construtivo, ao lado de uma vontade política e de uma honestidade de propósitos inatacáveis. As atividades específicas de comunicações contaram com o concurso da excelente formação técnica dos homens saídos do Instituto Militar de Engenharia (IME), entre os quais se incluem os ministros das Comunicações Higino Corsetti e Euclides Quandt de

Oliveira. Por aí se vê que a Revolução de 1964 trouxe benefícios incalculáveis ao povo brasileiro e não se identificaram os prejuízos que, por acaso, queiram-lhe imputar os inconscientes.

É fato que um acontecimento histórico, do mesmo modo como uma empresa, tem seu balanço de créditos e débitos. Mas, no caso da Revolução de 1964, seus pontos positivos ultrapassaram, de muito, os possíveis aspectos negativos. Entre estes, a longa duração do seu período, pois continuo achando que, talvez, devêssemos ter passado o Governo um pouco antes. Entretanto, considero uma falácia dizer-se que os governos militares que, em certo momento, dirigiram os países sul-americanos, eram atentatórios à democracia e à dignidade humana. Ao contrário, foram exatamente eles que as preservaram de tiranias ideológicas vindas de fora. Por outro lado, os governos militares do Brasil reativaram a consciência nacional quanto à manutenção de nossa unidade territorial, hoje ameaçada pela visão distorcida de meio ambiente, incutida pelas ONGs internacionais a serviço das grandes potências. É o caso da Amazônia, uma área de quase dois terços do território brasileiro, dotada de fabulosas riquezas minerais, vegetais e hídricas e de uma população rarefeita, pacata e simples, miscigenada e indígena. Não é de agora que essa área vem sendo persistentemente cobiçada por causa de seus dotes naturais, pelos países do G7 ou G8, quase todos doutores em pirataria, ao longo de suas histórias. Essa Amazônia tem sua história legitimamente luso-brasileira.

O Tratado de Tordesilhas de 1494 estabelece o meridiano deste nome como linha divisória entre as colônias espanholas e portuguesas. Na América do Sul, essa linha ligava Belém-PA a Laguna-SC. A leste dela ficava o Brasil, que era da ordem de um terço do que é hoje. Em 1580, a Coroa Portuguesa, por falta de herdeiros, fundiu-se à Coroa Espanhola, sob Felipe II, e a Linha de Tordesilhas tornou-se desnecessária. Na mesma época, começaram as invasões ao Brasil, pelos inimigos da Espanha: holandeses, ingleses e franceses. Ao expulsá-los, os luso-brasileiros avançaram simultaneamente para o Norte e para o Oeste, expandindo o território brasileiro para além da linha limítrofe, até as faldas dos Andes. Nesta epopéia, Jerônimo de Albuquerque, que já havia expulsado os franceses do Maranhão, preparou duas expedições: uma, ao comando de Bento Manoel Parente, para o Norte, a qual encantoou esses inimigos, sobretudo os franceses, nas Guianas, para além do rio Oiapoque; a outra, em 1637, comandada pelo Capitão Pedro Teixeira, para Oeste; com o objetivo de explorar o rio Amazonas, chegou a Quito e, por onde passou, implantou marcos da Coroa Portuguesa. A gigantesca conquista e ocupação daquele imenso espaço, a oeste do meridiano de Tordesilhas foi, posteriormente, legitimada pelo Tratado de Madrid, em 1750, com a vigência

do *uti possidetis*, graças à visão política e à determinação de homens da estatura de Alexandre Gusmão, entre outros. Os fortes do Castello, em Belém-PA; de São José de Macapá, em Macapá-AP; de São Joaquim, na confluência dos rios Uiraricoera e Branco, em Roraima; do Príncipe da Beira, no rio Guaporé, por exemplo, bem demarcam aquelas ações heróicas.

Um dos maiores brasileiros do século XX, o moderno bandeirante da Amazônia, criador dos 1º e 2º Grupamentos de Engenharia de Construção do Exército, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos deixou um pensamento que é a expressão mais ajustada ao que deveria ser a preocupação de todos os brasileiros de hoje, com relação à Amazônia: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".

Contudo, a missão de desenvolver e defender a Amazônia, como de resto a soberania nacional, não cabe apenas às Forças Armadas, mas ao conjunto da Nação, na interação das forças vivas que a dinamizam. Nesse sentido, urge promover-se a mobilização da consciência nacional para que gere uma vontade política capaz de solucionar o problema. Às Forças Armadas cabe a solução dissuasória. Por isso, têm que estar constante e atualizadamente preparadas, na sua instrução, na sua doutrina e nos seus equipamentos. Já a solução dos problemas político-administrativo-sociais do País cabe à ação integrada das demais forças, conduzidas com seriedade e consciência por seus altos dirigentes. Em sentido contrário, já tivemos um exemplo recente, pouco edificante, no Projeto Calha Norte: dos ministérios envolvidos, só os militares – quando existiam – cumpriram suas missões, como puderam. Os demais, pouco ou nada fizeram.

É preciso que se tenha em mente que o eixo das preocupações com a defesa da soberania nacional se deslocou, em grande parte, do Cone Sul para a Amazônia. Urge reavivar o civismo e o culto à verdadeira História e aos heróis da Pátria, de todos os tempos, incluindo os do período 1964/1985, aqueles que deram ou arriscaram a vida em defesa do Brasil e de seu povo. Isto significa resgatar a identidade nacional. É preciso, também, que se valorize uma educação objetiva, efetiva e acessível a todos os brasileiros, sem distinção de classe, credo ou cor, pois será essa educação iniciada na família, continuada na escola e vivida na sociedade que solidificará a consciência nacional permanente. Esta, por sua vez, não aceitará conviver com a miséria e com o atraso – fabricados por um capitalismo inconsciente e perverso – e explorados por ideologias e políticos mentirosos, enganosos, desonestos e corruptos. Essa mesma consciência nacional que, bem formada, blindar-se-á contra essa guerra suja e surda da globalização aética, do totalitarismo financeiro e da utopia ideológico-marxista e promoverá a reconciliação e a harmonia entre todos os brasileiros.

Agora, sem falar na urbanização descontrolada que parece um fenômeno irreversível, passemos a tratar dos campos, onde dorme, esquecido, o futuro do Brasil e do mundo. É isto mesmo, o grande celeiro do Brasil e do mundo encontra-se nas terras brasileiras interiorizadas. Estas terras estão distribuídas pelas grandes regiões, todas potencialmente ricas, menos o Nordeste, por depender do clima. Urge integrá-las racionalmente, de modo que a população de uma, que não tenha grande capacidade de sustentação, possa ser apoiada por outra, de maiores recursos. O que é preciso e urgente é que se criem as condições sociais mínimas necessárias para o embasamento das populações do campo – com educação, saúde e um sistema de cooperativismo honesto e eficiente – o que significa preparar o campo. Não desertificá-lo, como atualmente vem fazendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Nordeste, mas dotá-lo de uma agricultura de ponta. Para completar o significado da generosa prodigalidade da natureza, é necessário e essencial a transposição das bacias do Tocantins e do São Francisco, interligando-as às bacias secundárias existentes, ativando, assim, fabulosa malha hidroviária, capaz de minimizar a dependência climática. Pois bem, preparando-se o campo e humanizando-o, de maneira racional e efetiva, estar-se-á contribuindo, sobremodo, para o bem-estar da população nordestina, em harmonia com o conjunto nacional.

Já falei das riquezas da Amazônia, de que não podemos abrir mão. Agora, acabo de ressaltar a fertilidade e o papel sócio-econômico das terras brasileiras como um todo, dessas terras ubérrimas que os portugueses nos legaram e que nos cabe desenvolver e defender, a qualquer custo, lembrando as palavras do General Rodrigo Octávio. Resta-me ainda, para concluir, falar do povo que habita essas terras. Um povo integrado, desde as origens, pelo cruzamento de três raças fortes. Um povo simples, modesto, alegre e decidido, de crença e de tradições, hábitos e costumes únicos, sem discriminação, mourejando num rico e imenso território. Um povo que contém em si o maior potencial ecumênico da humanidade a ser guarnecido por uma sólida educação – instrução, ciência e tecnologia – poderá alcançar a plenitude da consciência nacional. O Brasil, assim, cumprirá grandioso destino, consubstanciado no bem-estar do seu povo e no transbordamento – para todas as nações do mundo – da harmonia do seu potencial ecumênico e de amor ao próximo, emanado de sua cristandade.

Por fim, direi ainda algumas palavras como mensagem aos brasileiros de hoje e de amanhã.

Acho que alguns chavões estão se formando e muitos deles têm que ser repetidos até a exaustão. Estamos, de fato, na era do conhecimento e da informação

e do desenvolvimento de nossa cultura. E o conhecimento se inicia no banco do ensino fundamental. Temos que fazer do ensino fundamental uma batalha nacional, que tem de ser superada no mais curto espaço de tempo. Com isso vamos melhorar os índices de desenvolvimento humano, de qualidade de vida, de criatividade e de realizações. Devemo-nos lembrar do que a Coréia conseguiu em curto espaço de tempo, bem como Singapura e Índia, através da formação de doutores e pós-doutores em grande quantidade; de pessoas capazes de gerar as novas tecnologias do futuro, incluindo a Biotecnologia, que mudará totalmente todos os conceitos atuais. Assisti, recentemente, a uma palestra em que o palestrante dizia que nós não sabemos, sequer, o nome das profissões que serão exercidas no ano 2025. O ano de 2025 será amanhã, muito próximo, mas não sabemos o que será. Por isso, não podemos perder, mais uma vez, o bonde da História. Perdemos o bonde da era do carvão, perdemos o mundo do petróleo, perdemos a oportunidade do átomo. Não podemos perder, agora, a virada da informação e do conhecimento. E essa jornada, só podemos fazer juntos, planejando e construindo. No passado, as Forças Armadas foram sempre pioneiras em muitas coisas. Atualmente, o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e uma infinidade de escolas militares renovam aquele pioneirismo na área das novas tecnologias. Agora, a Biotecnologia está trazendo inúmeras descobertas, inclusive na área rural, como os transgênicos, combatidos por quem não sabe o que é isso. Toda essa maravilha vai acontecer e nós seremos os beneficiados.

Gostaria de deixar, como mensagem final, a sugestão de que o julgamento do Movimento de 1964 não seja feito antes dos próximos cinqüenta anos, porque, quando Napoleão foi preso e levado para Elba e, depois, para Santa Helena, havia caído em desgraça perante seu povo e, mais tarde, perante os povos da Europa. Hoje, a França e o mundo inteiro ainda rendem homenagem, não a um general Napoleão Bonaparte ou a um imperador, mas a um homem que conseguiu mudar a História do mundo pelos conhecimentos que tinha, inclusive, na área do Direito e da Economia. Era um homem que via além do seu tempo. Não nos devemos contentar em ver apenas até um palmo à frente do nariz, mas além do horizonte. Pois tudo é superável quando se tem vontade, fé e determinação.

Desembargador Edgar Carlos de Amorim

- Natural da Cidade de Almino Afonso–RN.
- Cursos civis: Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Ceará; graduado e mestrado em Direito, especializado em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará.
- Atividades militares: marinheiro da Marinha de Guerra, durante cinco anos.
- Principais atividades civis: Professor de Direito Internacional Privado, Penal e Administrativo, na Universidade Federal do Ceará; escriturário do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (durante dez anos); Juiz de Direito nas comarcas de Jaguaribe, de Iguatu, de Sobral, de Maranguape e de Fortaleza (Vara de Registro Público); Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (desde 1987); Corregedor da Justiça Eleitoral do Ceará; e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- Livros publicados, entre outros: *Teoria e Prática da Enfiteuse* – Ed. Forense, 2ª Edição; e *Direito Internacional Privado* – Ed. Forense, 6ª Edição. Tem vários artigos publicados nos principais jornais do Ceará e do Rio Grande do Norte e em revistas especializadas.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2000.

É com prazer que aqui estou, para cooperar com o Exército Brasileiro e dar a minha opinião sobre o Movimento de 1964. Para que cheguemos às causas desse Movimento precisamos fazer um resumo, muito rápido, da maneira como o Brasil surgiu e das crises que antecederam 1964, o que nos dará uma noção exata dessas mesmas causas.

Sabemos, de antemão, que o Brasil foi colonizado por Portugal, um país pobre que veio somente explorar as novas terras, e não deixar riquezas. Proclamada a Independência, o Brasil não passou por crises econômicas: para cá trouxeram os escravos, que trabalhavam de graça para os senhorios, a eles não se pagava nada. Nesse período houve escaramuças, revoltas, e surgiu a figura sem par de Caxias. Ora o guerreiro vitorioso, ora o pacificador. A unidade do nosso território devemos a Caxias. Assim como os países explorados pela Espanha se dividiram em outros países, em outras nações, Caxias evitou que fôssemos divididos em três, quatro ou mais Estados independentes. Esse trabalho foi fenomenal para todos nós, e Caxias, realmente, é um vulto que jamais pode ser apagado de nossa História. Onde ele não podia pacificar, ele vencia. Era um pacificador e, ao mesmo tempo, o guerreiro vitorioso. Pois bem, quando veio a Guerra do Paraguai, o negro teve um destaque muito grande. Em conseqüência do destaque do negro – que fazia parte do nosso Exército, era brasileiro mesmo – surgiu a idéia de libertação dos escravos. E, embora tardiamente, a Igreja tomou a frente do movimento. E como sabemos, a Princesa Isabel libertou os escravos. Para mim, a escravatura foi um erro muito grave, porque deveriam os portugueses, depois os brasileiros, trabalhar por igual com o preto. Mas como, no início, isso não ocorreu, ficamos viciados, o branco viciado a viver à sombra do trabalho do preto.

Então, libertados os escravos, veio a famosa crise econômica, que até hoje não terminou. Ninguém mais produzia. Os pretos, porque ficaram debandados, numa libertação sem preparo, de afogadilho, à nossa moda. Daí por que o período republicano foi todo de revolta, de insurreição. E sempre à frente de tudo, o Exército, ou as Forças Armadas, principalmente o Exército, procurando apaziguar, procurando pôr ordem nas coisas, procurando harmonizar, vez que não adiantava mais dar um passo atrás, mas procurar viver o presente e o futuro que se vai fazendo presente, mas com base, sempre, naquilo que se passou.

Tivemos, em razão da crise econômica, a Revolução de 1930. Por quê? O País era essencialmente agrícola. Os centros urbanos estavam à beira-mar e o português não quis se deslocar para o interior e ficara na praia, olhando para o rumo de Lisboa, pensando em voltar. Daí por que as nossas capitais, as nossas principais cidades estão todas localizadas nas praias. Surgiu o fluxo de agricultores em busca

das grandes metrópoles, e a crise econômica passou a provocar a favelização. Não o crescimento das grandes cidades, mas o inchamento e a exploração do trabalho, pelos industriais. A indústria foi surgindo na área urbana, mas o trabalho não tinha proteção nenhuma. Passou a haver uma espécie de exploração do homem pelo homem, lembrando-nos a revolução industrial na Europa, exploração que deu origem ao comunismo. Foi preciso haver a Revolução, tendo à frente Getúlio Vargas, que mais adiante instituiu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dando proteção ao trabalho urbano.

O Brasil participou, como sabemos, da II Guerra Mundial na Europa, e saiu-se vitorioso. O Exército nunca foi derrotado, graças a Deus, não perdeu nenhuma guerra. E chegou-se a um momento em que já não havia razão de ditadura, porque não havia mais o risco de o Brasil se tornar comunista, ou integralista, ou nazista ou fascista, e foi preciso que Getúlio Vargas deixasse o Poder. As Forças Armadas impuseram a saída de Getúlio Vargas, que queria continuar. Aquele seria o momento exato de o Brasil conseguir a sua independência econômica. Não devíamos nada a ninguém, tenho certeza. Eu não leio isso, mas faz parte da minha visão pessoal. Pelo contrário, todas as nações do Ocidente deviam ao Brasil, inclusive os Estados Unidos. Ah! Surgiu, na época, a matéria plástica, no Brasil uma novidade muito grande. Lembro-me de que o Presidente Truman veio ao Brasil só trocar um "bocado" das nossas reservas, em dólar, por matéria plástica. Eu era marinheiro, estava no navio Beberibe, e os nossos destróieres ficaram em fila, na baía da Guanabara. E o Truman vinha no Missouri, aquele encouraçado onde ocorreu a rendição incondicional japonesa.

Depois tivemos o Governo Dutra, um governo muito equilibrado, não deixava roubar e nem roubava. Aplicava pouco, porque não sabia gastar, mas equilibradíssimo. Daí para cá apareceu a figura de Juscelino Kubitschek, e apareceu mesmo. Inventou de fundar Brasília, e não havia necessidade: Goiânia adaptava-se muito bem como capital brasileira, e isto já estava previsto há anos. E Brasília foi construída sem recursos, à custa da emissão de papel-moeda. A inflação, então, apoderou-se do Brasil, inflação galopante, responsável, indiretamente, pela Revolução de 1964. Fazer uma cidade como Brasília, sem ter dinheiro, só emitindo papel e tomando dinheiro emprestado ao exterior, parece loucura!

Junto com a inflação, veio Jânio Quadros, que não tinha muito juízo, naquela empolgação da "vassoura". Até eu votei nele; é, eu tenho votado muitas vezes errado... Certo mesmo, só votei uma vez, no General Juarez Távora, mas não ganhou. Pois bem, veio o Jânio Quadros e, naquela loucura dele, condecorou o Che Guevara. E nasceu, então, um mal-estar no Exército e nas Forças Armadas. Felizmente, o Exército evitou que o comunismo tomasse conta do Brasil. E teria acabado com o

Brasil, porque como é que se entende um regime em que o povo não pode acreditar em Deus? Mas, se não tivesse havido a Segunda Guerra Mundial, o comunismo teria caído muito antes. Sem Deus, não podia subsistir. Porque, sem Deus, somos matéria, não temos espírito, somos uma coisa. Que ideal posso ter se sou uma coisa?

Mas, o Jânio Quadros, "maluco", redigiu uma carta-renúncia e encaminhou-a ao Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade que, por sua vez, convocou extraordinariamente o Congresso Nacional, que decretou a vacância do cargo de Presidente da República. Então, o Vice-Presidente, que era o Senhor João Goulart e estava na China, foi convocado às pressas para assumir. As Forças Armadas, entretanto, reagiram, porque ninguém acreditava em João Goulart, que era manobrado pelos pelegos, e era o pelego-chefe. A solução encontrada veio através da adoção do parlamentarismo, que permitiu a posse na chefia do Governo do Deputado Federal Tancredo de Almeida Neves, como Primeiro-Ministro, permanecendo o Senhor João Goulart como Chefe de Estado.

Mas aquele governo não poderia subsistir. Primeiro, pela predominância da corrupção. Para se ter uma idéia, em contato com um deputado federal da época, o padre Palhano, já falecido, com acesso ao Palácio do Governo, disse-me que, lá, eles dialogavam e dividiam o produto do contrabando na presença do próprio Presidente da República: o partido tal, leva tanto; para o sindicato tal, vai tanto. Em segundo lugar, porque o primeiro-ministro não mandava nada. Na prática, o Senhor João Goulart era o Chefe de Estado e de Governo, e em pouco tempo restabeleceria o presidencialismo. E, reassumindo o poder pleno de Presidente da República, tratou logo de insultar as Forças Armadas, e o povo também. Havia a inflação disparada e a desordem em toda parte. O povo foi às ruas e a Igreja apoiou o Movimento. As Forças Armadas foram chamadas pelo povo. Todo mundo aplaudiu, quando se soube que o Exército estava ocupando as principais posições, os principais postos. Graças a Deus, os militares tomaram conta do Poder e moralizaram as ações de governo. Foi um período de tranqüilidade. Chegou-se até a falar em "milagre brasileiro", interrompido pela alta do petróleo.

Quanto ao termo Revolução, para designar a tomada do poder pelos militares, acho inadequado. Não chamo Revolução, digo Movimento de 31 de Março de 1964 porque, a meu ver, só houve rompimento da ordem jurídica e da ordem política, não houve rompimento da ordem econômica. E também não chamo de quartelada, como dizem os comunistas, porque o Exército, a Aeronáutica e a Marinha foram para as ruas a chamado do povo. Então, eu prefiro chamá-lo Movimento Cívico-Militar, que tratou da moralização dos costumes políticos e da preservação das instituições públicas: uma espécie de salvaguarda de tudo isso.

Só condeno o Movimento de Março por ter demorado tanto tempo no Poder, porque o poder apodrece os frutos, os cereais e a própria vida física. E o Exército também sente isso, tanto assim que o general vem para cá ser Comandante da Região só por dois anos.

Entretanto, durante o período revolucionário, apesar de longo – se eu não disser a verdade, o Exército não vai colher nada do que estou dizendo, o Projeto perde o sentido – o Brasil não ouviu falar de nenhum crime de improbidade administrativa praticado por militar. Às vezes falavam mal do Coronel Mário Andreazza, responsável pela construção da Ponte Rio-Niterói. Mas, quando ele morreu – tenho testemunho de pessoas que foram ao enterro dele – foi preciso fazer uma cota para que o coronel tivesse um enterro digno da pessoa que era, pelo cargo que ocupava. É sinal de que esse homem, que fora ministro dos Transportes do governo revolucionário, não se aproveitara daquela função para auferir vantagens pecuniárias, pois era um homem probo.

Outro ponto importante foi a ordem implantada. Durante esses vinte anos, não houve essa onda de crimes. Podia-se dormir até no meio da rua, pois todo mundo temia os militares, todo mundo achava que os militares sabiam resolver tudo. E, hoje, vive-se uma verdadeira guerra civil.

Vou falar agora dos desacertos da Revolução. Primeiro – até já fiz referência a isso – foi o tempo de permanência no poder. Depois do General Castello Branco, deveria ter havido eleição, e já era a oportunidade de Carlos Lacerda ser presidente da República. Entretanto, desentenderam-se, porque às vezes a Revolução engolia os seus próprios correligionários. Um outro erro, no meu ponto de vista, foi o movimento não ter extinguido o Senado, uma instituição que onera muito a República e só serve para atrapalhar os projetos de lei. Pelo menos, deveria ter deixado cada Estado com um só representante, e não três. Outro desacerto: não reformulou o ensino a ponto de atingir todas as camadas sociais. Continuamos com um índice de analfabetismo praticamente igual ao que tínhamos antes de 1964. Outro erro – é um ponto de vista meu – foi não ter transformado o Brasil numa verdadeira federação. O Brasil é uma federação de fachada, é um Estado unitário, leiam a Constituição. Todos os poderes estão encaixados na União, com o presidente da República. E o Congresso não se movimenta, é lento. Multidão não resolve nada. Nós temos quase 600 congressistas, entre deputados e senadores, uma verdadeira multidão. Quem quiser resolver alguma coisa não convoque multidão. A multidão é tão fraca que, às vezes, um único homem provoca a sua dispersão. É só dar um tiro. Isso foi um erro grave. Os Estados Unidos têm uma federação. Quando um Estado adota uma lei que dá certo, todos os outros vão copiar. Quando não dá certo, ninguém copia. Aqui,

não, é só a União fazendo e errando, errando. Quer dizer, desperdício de dinheiro. Rui Barbosa, ao tomar a Constituição americana e traduzir para a nossa, em 1891, fez uma federação. Aos Estados federados, entretanto, não se permitiu legislar sobre Direito Comercial, Direito Penal e Direito Penitenciário, para que não se ferisse a unidade da República. Então, não estávamos, ainda, politicamente organizados para se ter uma federação. Foi preciso reformular tudo, mas ainda há uma concentração muito grande de poderes com a União, embora com o nome de federação. Só a fachada. Ainda bem que hoje já se dá aos Estados brasileiros mais poderes para legislar.

O erro maior do Movimento foi não cumprir a Constituição de 1967, que determinava: o ensino será gratuito para os pobres, e pago para os ricos. Então, os comunistas, que estavam infiltrados nos jornais e nas próprias universidades, nunca permitiram que isso ocorresse. E o ensino, hoje, é gratuito para pobres e para ricos. Nos países de primeiro mundo o ensino é gratuito somente para o pobre – depois que ele conseguir meios, paga, nada é de graça. O ensino no Brasil é totalmente gratuito para os ricos, para explorar o povo. Em conseqüência, vêm os estudantes da Nicarágua, do Chile... Sabe quanto custa a mensalidade de um estudante numa Faculdade de Medicina do Chile? Dois mil reais. Aqui no Ceará existem dez ou quinze chilenos estudando Medicina porque não podem pagar lá. Formam-se aqui e vão ganhar dinheiro no Chile, à custa do nosso pobre País. Tudo isso está errado.

Gostaria, agora, de lançar um olhar retrospectivo sobre fatos ocorridos antes e que, a meu ver, contribuíram para a eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964.

Em primeiro lugar, não se pode deixar de falar na Intentona Comunista de 1935, um movimento subversivo subserviente a Moscou. A Intentona se constituiu num exemplo triste de antipatriotismo e de deslealdade. Nunca se vira, antes, militar matando militar, defendendo ideologias estrangeiras. Isso é até revoltante! Acho que o começo do mal foi aí, tudo se iniciou aí.

Muito depois da Intentona, já nas décadas de 50 e 60, tivemos os presidentes Juscelino Kubitschek (1956-61), Jânio Quadros (31.01.61-25.08.61) e João Goulart (07.09.61-31.03.64). Além da inflação herdada do Governo Juscelino, as esperanças e expectativas frustradas com a renúncia de Jânio complicaram ainda mais o Governo do Senhor João Goulart. Aliás, aquilo não era governo, era desgoverno. Mas o fato que serviu de causa imediata, determinante para eclosão da Revolução, foi a quebra da disciplina na área militar. Não pode haver força nenhuma, mesmo que não seja militar, sem ordem e sem hierarquia. Em conseqüência, as Forças Armadas foram obrigadas pelo povo a ir para a rua a fim de defender o próprio povo.

É oportuno lembrar que o Senhor Luís Carlos Prestes, líder marxista pioneiro, recém-chegado ao Brasil – procedente da Rússia – à época da Intentona Comunista,

em conversa com o interventor da Bahia, Juraci Magalhães, disse que se o Brasil entrasse em guerra com a Rússia, ficaria do lado dos russos. E mais tarde, no ápice da bagunça do Governo João Goulart, Carlos Prestes declarou publicamente: "O comunismo já está no Governo, só nos falta o Poder". Com essa declaração, Prestes – ex-capitão do Exército – foi de uma infelicidade a toda prova: dizendo que estaria do lado da Rússia, ele falou como mercenário, pois recebia dinheiro daquele país. Não era, realmente, um idealista.

Gostaria, agora, embora sucintamente, de tecer um comentário sobre a relação entre o Movimento de 1964 e o Poder Judiciário. A Revolução preservou muito a Justiça, praticamente não tocou na Justiça. Ainda hoje eu digo: na época da Revolução de 64 – nesse período eu já era juiz – nunca um militar se dirigiu a mim dizendo que eu julgasse desse ou daquele jeito ou dizendo a alguém que não cumprisse um mandado de um juiz. Hoje, acontece muito isso. Infelizmente, aqui no Ceará, muitos mandados não são cumpridos, coisa que nunca aconteceu no período revolucionário. E havia o AI-5, muito oportuno para a época, porque o Congresso se rebelou contra os próprios militares, querendo inverter a ordem, numa época que não era propícia para a liberação do poder. E houve a revolta do Deputado Márcio Moreira Alves de Goiás, num discurso muito violento contra a Revolução. Então, ali era preciso, mesmo, endurecer, os militares fecharam até o Congresso.

Por outro lado, declarar que, através da guerra fria, o Brasil ou os militares impuseram o "golpe" é completamente errado, não é verdade. A guerra fria era entre os Estados Unidos e a Rússia. Os militares brasileiros desmontaram, derrubaram o Governo de João Goulart porque estava podre, não podia subsistir. E nós tínhamos a obrigação de agir como agimos. Um detalhe importante: em decorrência da Revolução, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, não resta a menor dúvida. Ademais, a ideologia desse Movimento era a implantação da ordem e a realização do progresso.

Um dos aspectos mais dignos da Revolução está no comportamento dos presidentes militares, pois todo aquele que ocupa o poder público e dele não se utiliza em proveito próprio ou de familiares merece os nossos aplausos. Aliás, não se teve notícia, durante o período revolucionário, de nenhum militar envolvido com crime de improbidade administrativa.

Outro ponto importante dos militares – que merecem todo o nosso respeito – é o fato de, apesar de ficarem por esse tempo todo no Poder, não terem aumentado seus vencimentos. Continuarem ganhando salários baixíssimos. Nessa atitude dos militares encontramos um sinal de patriotismo, de honradez e de dignidade.

Sob o ponto de vista de realizações, nos governos militares houve um progresso muito grande: a construção da Transamazônica, a ferrovia do aço, as telecomuni-

cações, a energia. O mais lamentável é que os governos subseqüentes não deram prosseguimento à obra da Revolução. Abandonaram o problema do campo e não puseram em prática o Estatuto da Terra, uma iniciativa do Castello Branco. Não puseram em prática porque, na verdade, nunca se levou a sério esse negócio da terra. O Estatuto da Terra é uma lei ainda hoje atualizada, mas não se pode exigir tudo. Faltou uma coisa nele: quanto às propriedades improdutivas – devia ter sido fixado – os proprietários teriam um prazo, por exemplo, de cinco anos, para explorá-las; do contrário, as suas terras seriam confiscadas pelo Estado e repassadas para quem quisesse produzir. Só isso. Agora, não sou muito a favor da reforma agrária. Acho que deveríamos criar empresas agrícolas com a participação do agricultor, nos lucros, como se fosse uma espécie de acionista, trabalhando lá dentro, todo mundo trabalhando. Seria uma forma melhor, porque coletiva, familiar, e teria um dono. Sem o dono, o Estado é um péssimo empresário.

Quanto às acusações que fazem à Revolução, sobre mortes e tortura, é notório, primeiramente, que as baixas ocorreram do lado das Forças Armadas e dos comunistas também. Não morreram só comunistas, morreram militares no cumprimento do dever. O Exército veio do povo, reflete o pensamento do povo e é aquilo que o povo é. O povo brasileiro é muito humanitário, compreensivo, e esses falsos revolucionários não contavam com o apoio do povo. Eram despreparados e, por isso mesmo, não tiveram como enfrentar as Forças Armadas com maior rigor, com maior eficiência, com maior preparo e, facilmente, com a graça de Deus, foram dominados. Assim sendo, não há por que reclamar. Na Rússia, por exemplo, naqueles dez dias que abalaram o mundo, morreram mais de um milhão de pessoas. Eles mataram não só aqueles que estavam no Poder, mas também aqueles que ajudaram a vencer os agitadores. No Brasil não houve quase nada; só morreram aqueles que se aventuraram, mesmo, a insultar as Forças Armadas, e que se expuseram. Mas quem era mais comedido, não morreu, e está aí, agora, nos seus cargos. Voltou todo mundo. E estão nos jornais, escrevendo tudo.

Façamos um mutirão nacional, com seriedade, para educar o povo. Vamos desenvolver a área agrícola, instruir esse povo, devolver a área agrícola a esse povo pobre. Senão, teremos repetições de 1964, e não há dúvida: vamos caminhando para uma nova 64. E não nos enganemos, à proporção que nasce gente sem ter o que comer, mais engrossa a miséria. Graças a Deus, esperamos não seja preciso tão cedo um movimento dessa natureza, porque o comunismo já não existe mais, apenas um ou outro atirador na Imprensa, no setor do ensino, querendo pregar idéias arcaicas.

Não podemos nos esquecer de que, às dificuldades reais, rotineiras e cotidianas, veio somar-se o totalitarismo financeiro, que conduz à globalização, numa ameaça

à própria unidade nacional e à nossa soberania. Não podemos e nem devemos hostilizar os Estados Unidos, mas é preciso tratá-lo com um certo cuidado, porque o americano podendo explorar, explora. E nós estamos sendo vítimas dessa exploração, estamos sendo explorados pela dívida externa. Naturalmente esse enfrentamento exige a união de todos os brasileiros, civis e militares. Há de ser um esforço conjunto.

Para sair do atraso, todo mundo tem que ajudar, mas, sob a orientação das Forças Armadas, tendo como carro-chefe as Forças Armadas, fiscalizando a aplicação dos dinheiros públicos, porque o nosso político é viciado. Estou dizendo aqui e não tenho medo nem de ser preso: dois terços daqueles que estão no Congresso elegem-se comprando voto.

Mas, no meu otimismo, num dos livros que escrevi, tenho um artigo sobre a Fé. Precisamos ter fé, porque a doutrina de Cristo é baseada na fé. Temos que acreditar na grandeza deste País, muito rico, muito imenso, muito próspero. Está faltando só instruir e educar o povo, dar uma lição de como progredir, como desenvolver. É preciso que todos se unam, como se estivessem de braços dados, como se estivéssemos jogando uma partida decisiva de futebol. É preciso solidariedade e, ao mesmo tempo, harmonizar e lutar para acabar com esse fantasma que tanto nos atormenta, que é o analfabetismo.

Deve haver um congraçamento em torno de tudo isso, para que, um dia, o nosso País seja próspero e feliz. É o que mais desejo, porque vou deixar aqui os meus netos, minha geração, e quero que o Brasil continue em busca do progresso e da grandeza.

Empresário Francisco Martins de Lima

- Natural da Cidade de Areia Branca–RN.
- Cursos civis: Colégio Cearense, Colégio Nóbrega (Recife–PE) e Colégio São João (Fortaleza–CE).
- Atividades civis, entre outras: Diretor-Financeiro da empresa Casemiro Filho Indústria e Comércio S/A; Diretor-Presidente da empresa Sal Norte e da Indústria Salineira Casemiro Filho S/A (Participação); Comodoro do Iate Clube de Fortaleza; Diretor da Associação Comercial do Estado do Ceará; Representante da Classe Patronal, na Delegacia do Trabalho Marítimo do Estado do Ceará; e membro do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação.
- Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha (SOAMAR), do Ceará; ex-Presidente nacional da mesma, SOAMAR–Brasil.
- Em 1964, participava do Sistema de Administração Portuária, em Fortaleza–CE.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Esta entrevista abrange o período de 1963 a 1964, época em que se acentuavam os tumultos que se vinham desenvolvendo no País, com o beneplácito ou conivência do próprio governo. Nessa época, eu participava do Sistema de Administração Portuária, possivelmente um dos órgãos mais afetados pelos distúrbios de então. A situação calamitosa, provocada por sindicatos orientados e conduzidos por comunistas infiltrados no governo, estendia-se a todo o País e ameaçava desestruturar a Nação e a vida do povo brasileiro. Urgia portanto, uma reação desse povo, capaz de anular os distúrbios que estavam perturbando a sociedade brasileira, em especial a sua economia. O fato é que a reação não se fez esperar. O povo ordeiro do Brasil, respaldando suas Forças Armadas, formou um conjunto articulado e, em pouco mais de vinte e quatro horas, deu um basta no estado de anarquia vigente. Foi a Revolução de 31 de Março de 1964. Não a considero golpe, nem imposição pela força, como querem alguns desatinados. Vejo na Revolução de 1964 a expressão legítima e justa da vontade do povo brasileiro. Foi um movimento rápido, muito bem articulado e coordenado, em que os adversários não acreditavam e, surpreendidos, mostraram que estavam completamente despreparados, graças a Deus. As Forças Armadas estavam conscientes de uma tomada de posição, no momento oportuno, em defesa da Pátria, da democracia e do povo brasileiro, que as estimulou. É assim que vejo a Revolução de 1964: como uma reação justa e legítima das forças vivas da Nação, através de seu povo, por intermédio de suas Forças Armadas, em defesa da lei e da ordem, contra os abusos de grupos ideológicos acobertados por um governo demagógico e irresponsável. Meus parabéns a todos que dela participaram. É o meu ponto de vista, que mantenho vivo como membro da Revolução de 1964. E quando falo de reação justa e legítima, quero referir-me ao panorama político imediatamente anterior a 31 de março de 1964. Greves, distúrbios, tumultos de toda ordem vinham-se desencadeando num crescendo tal, com o respaldo ou conivência do Presidente da República, Sr. João Goulart, que o povo perdeu sua tranqüilidade e condições de trabalho. Era um ambiente de desordem generalizada. O governo não controlava mais coisa alguma, não tinha comandamento nenhum sobre grupos radicais organizados, que infestavam o próprio governo e lá estavam para subverter a ordem, com propostas bem definidas de tomada do Poder pelo comunismo internacional.

Enquanto isto, o homem que se fez Presidente da República, por caminhos sinuosos, o Sr. João Goulart, não estava preparado para o exercício das funções decorrentes do mais elevado cargo da administração do País. Mergulhou num populismo promíscuo e demagógico, com vistas, unicamente, a angariar prestígio eleitoreiro, buscou aliados partidários, com os quais assumiu compromissos à custa do erário público e de posições na Administração Pública e, entre esses

aliados, estavam os comunistas que dominavam o seu governo; alicerçou a sua influência política em processos politiqueiros, que vinham do tempo em que Getúlio lhe apadrinhou posições de relevo no governo, até a de ministro do Trabalho. Com isto, exacerbou a desconfiança e a intranqüilidade do povo brasileiro, que começou a manifestar-se nas ruas contra a situação reinante, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade desencadeadas no Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais do País.

Naquele momento, o clero, com poucas exceções, deu todo o apoio a esses movimentos, embora, depois, se tenham ampliado as divergências contra a Revolução. Aqui no Ceará podemos citar, entre outros, dois exemplos de opositores: Dom José Delgado, arcebispo de Fortaleza, e Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús, mais por pendor ideológico surgido de interpretação do Vaticano II do que por doutrina religiosa. Mas tudo indica que essa parcela divergente do clero, ou ignorava as perversidades e as violências cometidas pelas esquerdas ou era adepta delas. Um exemplo das bestialidades praticadas foi a aventura das “Ligas Camponesas” e dos “grupos dos onze”. Eram sistemas de guerrilha que estavam sendo implantados na América Latina, em especial no Brasil, por elementos treinados por países comunistas, além dos ativistas internos já citados. Assim, as “Ligas Camponesas” tiveram uma ação nefasta no campo, sobretudo no Nordeste e em Goiás, onde invadiram propriedades, assassinaram camponeses, estupraram e assaltaram. Era o terror espalhado no campo, nos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás, sobretudo nesses Estados. Os “grupos dos onze” eram compostos por elementos orientados por Leonel Brizola para espalhar o terror nas capitais e no campo, por todo o território nacional, e tinham a finalidade de se transformarem em força de subversão do governo comunista que eles esperavam instalar no Brasil: era uma espécie de polícia soviética do tempo de Lênin. Estes mesmos elementos, derrotados em 1964, conseguiram ampliar seus quadros com outros jovens que, enganados, especialmente universitários, aderiram às suas fileiras e, mais tarde, se entregaram a assaltos e seqüestros para arrecadar recursos para as guerrilhas. Felizmente, esses movimentos não contavam com o apoio do povo, entraram para a clandestinidade e foram, finalmente, derrotados.

Porém, esses fatos ocorreram já depois de 1964, nos governos militares. Em 1964, o que violentou, de fato, a consciência nacional de militares e civis foram três fatos da maior gravidade para a ordem pública e para a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas: o comício da Central do Brasil, o levante dos marinheiros comandados pelo Cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, e o almoço no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido ao presidente e seus ministros

por sargentos e praças. O conjunto destes três fatos constitui a "gota d'água que transbordou o copo" da paciência do povo brasileiro e de suas Forças Armadas, fazendo eclodir o Movimento de 31 de Março de 1964. É por isso que a Revolução de 1964 representou legitimamente a vontade nacional, tendo, como fiéis intérpretes da vontade do povo, da sua cultura e dos seus objetivos nacionais, as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro.

O povo brasileiro, irmanado em três raças fortes, base da sua formação, em perfeita harmonia com suas Forças Armadas, iria reagir à ideologia comunista estimulada pelas apátridas declarações do Sr. Luís Carlos Prestes. A primeira delas foi quando Prestes, numa discussão no Senado com o ex-interventor da Bahia, Juraci Magalhães, declarou que, em caso de guerra entre o Brasil e Rússia, combateria ao lado da Rússia. A segunda declaração, já em março de 1964, foi no Recife, ao fazer o seguinte pronunciamento: "Nós, os comunistas, já estamos no governo, só nos falta o Poder". Por aí a gente vê e confirma o grau de infiltração e de comandamento comunista no Governo Jango. Já na primeira declaração dava para avaliar o grau de desamor, de deserção, de traição que ele havia atingido em relação ao Brasil. Mais ainda, havia aqui, no Brasil, muitas suspeitas sobre remessa de dinheiro russo para custear as atividades comunistas no País. Essas remessas, que vinham endereçadas ao Sr. Carlos Prestes, foram confirmadas com a abertura dos Arquivos de Moscou. Com tudo isso, tornava-se compreensível o fato de o Sr. Prestes considerar-se dono do Governo Jango e partir para a tomada do Poder. Julgava, portanto, não haver contramão nessa empreitada. Mas encontrou, de saída, pela frente, o povo brasileiro e suas Forças Armadas, unidas e coesas, que infligiram ao comunismo internacional a pior de todas as suas derrotas. Mesmo assim, os comunistas tentaram enganar a muitos desavisados e conseguiram arrastar uns tantos para suas arapucas, envenenando as mentes de jovens estudantes secundaristas e universitários, de trabalhadores e operários que se engajaram nas esquerdas através da UNE, da CGT, da PUA, da CNTI e de outras entidades por eles dominadas. Com esse pessoal, invadiram sindicatos e outras organizações trabalhistas e passaram a provocar todo tipo de desordem e arruaça, como greves, tumultos, comícios de contestação, quebra de ônibus e de trens e outros desatinos, sem contar com as violências que já vinham sendo praticadas no campo, pelas "Ligas Camponesas" e pelos "grupos dos onze". E, diga-se de passagem, os cabeças de toda essa anarquia eram treinados fora do País. Era o totalitarismo ideológico, através da desordem, para a tomada do Poder e a implantação da "ditadura do proletariado".

O que se estranha é que, no momento atual, tais ameaças se repitam na busca do Poder, apenas com motivações diferentes. Duas alas se digladiam, ambas

sem colocar em evidência efetiva qualquer preocupação com o desenvolvimento e com a defesa do País e de seu povo. Uma, integrada de "ex-militantes" comuno-terroristas, mascarados e ligados a um neoliberalismo caolho e, conseqüentemente, identificada com a globalização financista e escravizante de nossa Pátria; a outra, à esquerda, atiçada por ideólogos marxistas que ignoram a derrocada do comunismo no mundo e buscam repetir seus intentos de tomada do Poder por qualquer meio, agora camuflados de democratas, de bonzinhos, de religiosos humanitários e de outros mimetismos. Ambas as alas, distanciadas do nacionalismo econômico profetizado pelo Presidente Castello Branco, podem desestruturar o Brasil – como Nação autêntica e soberana – tornando-o subserviente aos interesses internacionais. Isso nos inspira a nós, brasileiros autênticos, justificados cuidados e preocupações com os rumos a que está sendo levada a Nação brasileira.

No emaranhado a que conduziram o País, até o momento atual nem as verdadeiras lideranças se distinguem, no meio de tantos aventureiros que transformaram a política em politicalha generalizada. Sabemos que existem valores autênticos, verdadeiros, mas parecem omissos. Na Revolução de Março de 1964 distinguíamos altas lideranças nacionais, tanto no meio civil como no âmbito militar. Do meio civil, cito os nomes de Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, e de Carlos de Lacerda, Governador do então Estado da Guanabara; do meio militar, invoco os nomes dos Marechais Odílio Denys e Castello Branco. Estes quatro cidadãos desempenharam papel preponderante em todos os passos da Revolução. Não sendo omissos, souberam transformar os riscos, os desgastes e os sucessos do Movimento em elementos de reforço, coesão e união do povo com suas Forças Armadas. Asseguraram, assim, a ideologia da liberdade e da preservação da democracia, com a garantia da soberania e do desenvolvimento nacional. Portanto, o Movimento Cívico-Militar de 1964 possibilitou uma verdadeira reviravolta no estado de coisas então vigente: em lugar da "ditadura do proletariado", mascarada em "república sindicalista", a consolidação da democracia; em substituição à intranqüilidade e à anarquia vigente, a paz e a ordem à família brasileira; ao invés do atraso e da entrega do Brasil ao comunismo internacional, o desenvolvimento e a garantia da soberania nacional. Caracterizou-se, assim, uma Revolução justa e legítima e, no meu entendimento, não há outro termo que a defina. Revolução que salvou o País da escravidão comunista e enriqueceu a Nação com suas inúmeras realizações.

Infelizmente, em certo momento a Revolução foi obrigada a desviar parte de seus esforços para combater o crime organizado empreendido e conduzido, na clandestinidade, pelos comunistas desesperados e inconformados com a derrota sofrida. Tais crimes compreendiam ações terroristas de toda sorte, levadas a efeito

por elementos treinados em Cuba, na China, na Albânia e em outros países comunistas. Eram assaltos a bancos, a quartéis e a outras instituições que lhes rendiam o "capital" necessário ao custeio de seus crimes; seqüestro de pessoas, até de embaixadores das nações amigas; assassinatos selecionados de pessoas cuja eliminação interessava à sua causa mesquinha; desencadeamento de quadrilhas e outros desatinos a que chamaram de "luta armada". Os articuladores desses crimes foram derrotados, mais uma vez, pela ação decisiva dos governos da Revolução.

Todavia, desses crimes organizados ficou a lição nefasta da violência que grassa hoje no território nacional, de pronto assimilada pelos bandidos comuns, ou talvez até estimulada, de alguma forma, por remanescentes daqueles mesmos grupos terroristas de ontem. Atentem para os atuais defensores dos "direitos humanos", que mais beneficiam aos criminosos e bandidos: "direitos humanos" amparados numa perna só – a esquerda ideológica e revanchista. A intensificação da "luta armada" obrigou a um endurecimento da Lei de Segurança Nacional, que culminou com a edição do AI-5, necessário em face da situação criada pelos terroristas; evitável, se outras medidas tivessem sido adotadas, gradativamente, ao longo dos primeiros anos da Revolução. Do que ouvi de eminentes revolucionários, como Francisco Boaventura, Hélio Lemos e outros, as medidas revolucionárias saneadoras deveriam ter durado oito anos, no máximo. Durante esse período, seriam tornados inelegíveis todos os políticos profissionais de tradição duvidosa e abertas as chamadas "eleições de outono", sendo então renovada toda a estrutura política desta Nação. Com isso, teriam sido evitados todos os transtornos futuros, inclusive os que provocaram o AI-5. Seria preparada, desta forma, uma nova geração de liderança política que soubesse respeitar, acima de qualquer outro interesse, os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Além do endurecimento da Lei de Segurança Nacional e do AI-5, necessária se fez também a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Nenhum país, em nenhuma época, pôde sobreviver sem antecipar providências contra o que se tramava para prejudicá-lo. O conhecimento antecipado de tais tramas sempre foi proporcionado pelas informações. A busca incessante dessas informações, que persiste até hoje, com mais requinte e por qualquer meio disponível, é indispensável a qualquer nação que queira preservar sua soberania.

Quanto ao tempo de duração da Revolução, o meu ponto de vista, conforme já fiz ver, é de que ela podia ter-se restringido a um período de oito a dez anos, no máximo, caso se tivesse valido das medidas atrás indicadas. No que diz respeito ao

cerceamento da liberdade de imprensa e de expressão artística e da prática de tortura contra pessoas, não aceito os comentários levianos e infundados de certa mídia que, hoje, tenta enlamear tudo o que se refere à Revolução, medrosa e incapaz de dizer a verdade sobre aquele período. Claro que contra alguns excessos houve a censura da Revolução, o que é absolutamente normal. Imagine-se uma situação invertida: o comunismo internacional vencedor no Brasil – a censura e as exceções teriam sido amplas e radicais, como em Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram executadas no *paredón* e, ainda hoje, toda a imprensa e expressão artística são escravas do Partido Comunista cubano. De torturas falam, sem consistência e sem conhecimento, os adeptos brasileiros do regime cubano. Pode falar de tortura, no Brasil, quem alimenta preferência por um regime responsável pela morte de 17 mil cubanos? Se houve alguma tortura durante o período revolucionário, foram casos isolados, abominados pelos dirigentes de então, que não admitiam tais vilanias.

Ao invés de estar deformando a opinião pública com essas aleivosias que não conduzem a nada – a não ser amesquinhar, ainda mais, o caráter de seus autores – a mídia autêntica sentir-se-ia pelo menos útil, divulgando ao povo brasileiro as inúmeras e benéficas realizações do período revolucionário, pois são a elas que devemos a nova dimensão da dinâmica nacional – sobretudo nos setores energéticos e de comunicações. De lá para cá, nada se fez nesses campos e se realizou muito pouco nos demais setores. Vou fazer aqui algumas indagações. Respondam conforme seus conhecimentos e consciência. Quem construiu Itaipu, Tucuruí, Boa Esperança e outras hidrelétricas? O maior sistema de comunicações, copiado por países mais desenvolvidos? O Sistema Financeiro de Habitação, com o BNH? A Assistência ao Trabalhador Rural, com o FUNRURAL? O Estatuto da Terra? A ponte Rio – Niterói? A ferrovia do Aço? Os mais de 70 mil quilômetros de estradas pavimentadas de alta qualidade, hoje quase intransitáveis, por falta de conservação? As usinas nucleares Angra I e Angra II? Conjunto do pólo de mineração de Carajás e do porto de Itaqui, com infra-estrutura de transporte, através de ferrovia, e muitas outras realizações empreendidas no período de 1964 a 1985?

As respostas conscientes e honestas a estas indagações darão a medida da verdade, ao mesmo tempo em que mostrarão o tamanho da mentira e da omissão dos meios de comunicação social e dos agentes da má-fé, em prejuízo da opinião pública brasileira.

Quanto ao comportamento dos políticos, em especial dos congressistas, na evolução do período revolucionário, o que se observou foi a atitude de muitos deles, voltada mais para seus interesses pessoais do que para os interesses do País e de seus representados, e todos mimetizados de patriotas, mas escondendo as

conveniências que lhes eram favoráveis, embora muitas vezes inconfessáveis. Era o antigo vício dos maus costumes políticos que vinha revigorar a velha e maléfica tradição e que, infelizmente, não foi erradicada da vida brasileira, porque persiste o interesse de muitos em que o voto do povo não seja consciente. Persiste, também, a falta de qualificação da maioria dos candidatos ao exercício de cargos eletivos. Muitos que respondem a processos na Justiça, ainda assim são eleitos e degeneram o desempenho das funções decorrentes do cargo eletivo que ocupam. Aí, sim, configura-se a pior de todas as ditaduras: a da mentira, a da enganação, e a dos interesses espúrios. Enquanto isto, a mídia e esses mesmos maus políticos desandam suas aleivosias contra a Revolução de 1964, inquinando-a de "ditadura militar", "anos de chumbo" e outros epítetos de má fama. Se alguém se der ao trabalho de ler os jornais do período de 1964 a 1985, constatará as críticas mais variadas ao regime militar, que não só as tolerava mas, muitas vezes, as aceitava, quando honestas, como colaboração à sua administração. Onde se viu isto, numa ditadura? A maior característica de uma democracia é a representação popular através do Congresso Nacional; e houve tantas eleições quantas necessárias para a renovação do Congresso, nesse período, através de um pluripartidarismo. Onde se viu isto nos regimes ditatoriais tipo nazi-fascista e, sobretudo, comuno-marxista? Os presidentes militares foram legitimamente eleitos, para cada período de governo, pelo Congresso Nacional. Das eleições indiretas, é a mais clara e limpa em comparação com outras consagradas em países que se dizem democratas. Onde se viu essa alternância no Poder Executivo na ditadura comunista cubana, onde Fidel Castro se aboletou no Poder há mais de 40 anos? Houve eleições para governadores, nesse período, quando foram eleitos e empossados até os adversários do regime vigente. O Poder Judiciário funcionou normalmente nesse período. Onde esteve a ditadura?

Quanto aos "anos de chumbo", se houve foram provocados pelos derrotados do regime vigente. Não se podia admitir o crime organizado por marginais ideólogos contra o povo brasileiro e contra a Nação. Se o regime revolucionário tivesse permitido a continuidade do terrorismo armado e ideológico comuno-marxista, estaria negando a sua própria finalidade. Nesse período revolucionário, as Forças Armadas, em especial o Exército, cumpriram rigorosamente com o seu dever e, apesar das enormes responsabilidades e até de baixas entre seus integrantes, nada exigiram, obedientes à sua formação abnegada. Nada exigiram, a não ser as condições mínimas de operacionalidade que a Nação lhes podia garantir. Salário? Jamais se pleiteou situação diferente das demais categorias assalariadas. Os salários dos militares são hoje os mais baixos de todas as categorias pagas pelo Governo Federal. Para se ter uma idéia, um coronel recebe um salário médio de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), enquanto um

motorista da Câmara dos Deputados ganha da ordem de R$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês. Com tudo isto, entretanto, o período revolucionário foi pródigo em benefícios deixados à Nação, conforme já disse antes, e é desses benefícios que o País está sobrevivendo hoje, sobretudo no que diz respeito a energia e comunicações.

Entretanto, ao lado desses incontáveis benefícios e de todos os acertos creditados à Revolução, temos que reconhecer que houve alguns erros que devemos debitar à condição humana de seus dirigentes. Já citei o alongamento do período revolucionário que, no meu entendimento, não deveria ter ultrapassado os dez anos, desde que adotadas as medidas sugeridas. O abandono dos meios de comunicação social e do ensino, em todos os níveis, nas mãos dos comunistas, foi outro erro pelo qual a Nação está pagando um preço muito elevado, hoje. Estas são as principais falhas que eu aponto. Outros erros, sobre os quais se ouvem comentários por aí afora, ficam por conta da maledicência da mídia, muito bem financiada por maus brasileiros.

Essa mesma mídia que vive fazendo os maiores escarcéus sobre os "direitos humanos" dos terroristas "desaparecidos", estimula o desrespeito à Lei da Anistia, que prevê a reconciliação nacional e o perdão mútuo entre as partes que se digladiaram durante o período revolucionário. A Lei da Anistia é a expressão da tradição fraterna brasileira, espelhada na postura pacificadora de Caxias, que, ao harmonizar os ânimos, durante as lutas internas que ocorreram até 1848, na Revolução Praieira, convenceu as partes beligerantes a uma convivência pacífica que lhes era muito mais útil do que a permanência nas agressões sem sentido. Pois bem, a Lei da Anistia, nos dias atuais, continua sendo considerada letra morta pelos próprios órgãos do Governo, que preferem estimular o ódio, o rancor e o revanchismo.

Até aqui falei sobre a Revolução de Março de 1964 em âmbito nacional. Agora, direi algo sobre como ela se desenvolveu no Estado do Ceará.

Estive sempre ligado, aqui em Fortaleza, às atividades portuárias. Acompanhei, de perto, todos os tumultos ideológicos que envolveram os sindicatos da orla marítima, em particular o dos estivadores. Na qualidade de Benemérito do Sindicato da Orla Marítima, tinha penetração em todas as atividades dos sindicatos e acompanhava as tendências de seus sindicalizados e de suas lideranças. As greves se tornaram freqüentes por qualquer motivo, por mais injustificado que fosse. Jamais me conformei com tal estado de coisas e comecei a procurar maneira e meios de combatê-lo. O Comandante da 10ª Região Militar era o General Nicolau Fico, ligado ao Governo Jango, que fazia vistas grossas aos tumultos que aqui ocorriam. Tinha muita convivência com o General e o mesmo conhecia meus pontos de vista, contrários à situação subversiva da época. Entretanto, devido à nossa

amizade, não adotou nenhuma medida contra mim. Substituiu-o no comando da Região, o General Almério de Castro Neves, que também se mostrou indiferente aos movimentos de subversão da ordem, sob a alegação de que cumpria ordens superiores. Enquanto isto, promovi muitas reuniões com amigos para tratar de articular medidas contra o estado de coisas reinante. Essas reuniões se realizaram, inicialmente, na minha residência; depois, na casa do Cláudio Martins, do Cartório Martins. Finalmente, por sugestão do meu amigo Fernando Cavalcante, que era o Capitão dos Portos e integrava a turma de uma entidade denominada Arca de Noé – onde se reuniam os pré-revolucionários cearenses – resolvemos congregar, nessa entidade, os sindicatos da orla marítima que, assim, ficaram protegidos das influências maléficas da cúpula do Sindicato Nacional da categoria. Nisto, valeu-me muito minha situação de Benemérito do Sindicato da Orla Marítima, como, também, a orientação revolucionária oriunda dos meus contatos com o Coronel Hélio Lemos, assíduo freqüentador da Arca de Noé.

Por força de minha posição revolucionária aqui no Ceará, indo ao Rio de Janeiro tive a satisfação de me encontrar com alguns revolucionários de lá, entre eles o Coronel Francisco Boaventura Cavalcante, o Coronel César Montagna e o Major Aviador João Paulo Moreira Burnier, que me transmitiram seu entusiasmo e a justeza dos propósitos revolucionários. Assim, de regresso a Fortaleza integrei o Movimento revolucionário e acompanhei seus primeiros passos aqui no Ceará, os quais foram muito bem conduzidas por autênticos líderes, como o General Francisco Humberto Ferreira Ellery, o Coronel Hélio Lemos e outros.

Já disse que no comando da 10ª RM estava o General Almério de Castro Neves que, tendo-se ausentado temporariamente, se fez substituir pelo oficial mais antigo da Região Militar, o Coronel Aluízio Brígido Borba. O 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) era comandado, interinamente, pelo Tenente-Coronel Esio Lima Verde, enquanto aguardava a chegada do comandante efetivo, o Coronel Tácito Theóphilo, que se encontrava de férias. No comando interino do 10º Grupo de Obuses (10º GO) estava o Major Egmont Bastos Gonçalves, aguardando a apresentação do Coronel Luciano Salgado Campos, nomeado comandante da unidade, em substituição ao Coronel Hélio Lemos, que fora destituído do comando em virtude de suas atividades revolucionárias. Para o Governo do Estado, havia sido eleito e empossado o Coronel Virgílio do Nascimento Fernandes Távora que, embora da UDN, mantinha antigas relações de amizades com o Presidente Goulart.

Era este o ambiente político-militar existente no Estado do Ceará, no dia 31 de março de 1964, quando irrompeu a Revolução. O certo é que nesta situação vivíamos a expectativa de podermos reagir ante o quadro anárquico-político que se

espalhava pelo País, o que nos transmitia uma certa tranqüilidade quanto às possíveis ações revolucionárias, em que pese a tentativa de alguns excessos pretendidos por companheiros mais exaltados. Citarei apenas uma dessas tentativas de excessos, motivada, a meu ver, mais por conotações político-partidárias do que revolucionárias. Pretendeu-se depor o Governador Virgílio Távora, que se achava no Rio de Janeiro, mas essa pretensão foi frustrada pela ação eficaz e oportuna do General Ellery, que soube conduzir o esforço revolucionário para outra direção mais consentânea.

Destaco ainda aspectos gerais de antes da eclosão da Revolução, neste Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza. Assim, cumpre-me detalhar fatos que tornaram o Movimento *sui generis*, aqui no nosso Estado. Em primeiro lugar, a criação e o funcionamento da Arca de Noé, na Capitania dos Portos, já referida, com feição de um clube beneficente, de apoio a creches, a escolinhas, mas que, na realidade escondia todas as articulações revolucionárias possíveis. Outro aspecto interessante foi a denominação dada a essa entidade – Arca de Noé – em comparação com a Arca de Noé do dilúvio. Enquanto esta acolhia todos os animais para a preservação da fauna pré-diluviana, a nossa Arca de Noé acolhia todas as pessoas que quisessem empenhar esforços para preservar a nossa autenticidade de Nação democrática, então ameaçada pela ideologia comuno-marxista. Nela, se buscava a harmonia entre patrões e empregados, durante as nossas reuniões, muito animadas, amistosas e imunes a qualquer idéia de luta de classes. De lá partiu a libertação de todos os nossos sindicatos, sobretudo os da orla marítima, os quais se desatrelaram da cúpula nacional do sindicato ideológico. Por isso, com a expansão destes sentimentos de harmonia, a república sindicalista tão propalada não teve vez aqui, no Ceará.

Outra passagem interessante ocorreu quando da prisão do Coronel Hélio Lemos, comandante do GO, no 23º BC. Os sócios da Arca de Noé, que eram poucos, aproximadamente uns quarenta, fizeram uma campanha tão eficiente de visitação ao prisioneiro que mais de duas mil pessoas fizeram fila em torno do quarteirão do 23º BC. De fato, a Arca de Noé absorvia as lideranças patronais e sindicais numa prática preventiva de harmonia de classe, possibilitando, também, salutar convívio civil e militar. Ao Comandante Fernando Cavalcante Macedo, da Capitania dos Portos do Ceará, deve-se sua idealização, organização e funcionamento. Mesmo transferido para o Rio de Janeiro, os trabalhos da Arca de Noé não sofreram solução de continuidade. O Comandante Newton Braga de Farias, nomeado para a Escola de Aprendizes-Marinheiros, absorveu aqueles trabalhos e promoveu outras reuniões com autoridades militares, Marinha, Exército e Aeronáutica, no âmbito da Escola.

Enquanto se desenrolavam essas atividades, aqui no Ceará, as pessoas mais ligadas aos quartéis foram informadas de que a Revolução havia irrompido às 11h

do dia 31 de março de 1964. Procuramos, então, avisar àquelas pessoas mais aproximadas da Arca de Noé e tomar medidas de segurança com relação às mais vulneráveis. O entusiasmo revolucionário inicial – com algumas atitudes excessivas a que já me referi – com o tempo foi cedendo lugar a comportamentos ponderados e racionais, em conformidade com o procedimento revolucionário que norteou o período compreendido entre 1964 e 1985.

Ao final, devo registrar que, à época da Revolução de Março de 1964, praticamos a harmonia entre patrões e empregados e entre os diversos sindicatos e que, a Arca de Noé, também unida e em sadio convívio com os militares das Forças Armadas, viveu intensamente o espírito de harmonia da Pátria brasileira, pondo em prática, nesta Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a antítese da tese comuno-marxista da luta de classe, derrotando, assim, no campo das idéias e das ações, o ódio materialista e anticristão.

Gostaria de levar a todos os brasileiros, em especial aos nossos jovens, uma mensagem de união e de patriotismo, fazendo ver a todos que um país deve sua existência soberana ao amor e à dedicação de seus filhos. Que esse amor e essa dedicação se expressem na ação e no comportamento efetivos de todos em prol da Pátria e se confirmem em atos cívicos de cumprimento do dever e de respeito aos símbolos nacionais, em particular, à Bandeira e ao Hino. Que os nossos estudantes, em todos os níveis, adquiram o hábito sadio de cantar o Hino Nacional, diariamente, em suas atividades escolares. O Brasil é um país caracteristicamente cristão, pela própria formação de seu povo. Por isso, a minha súplica a Deus para que todos os brasileiros se dêem as mãos, numa perene harmonia de interesses, na busca constante da paz.

Jornalista Themístocles de Castro e Silva

- Natural da Cidade de Canindé–CE.
- Principais cursos civis: Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC); Relações Internacionais, da Escola Superior de Guerra (ESG), 1983; Relações Públicas, pela Assessoria da Presidência da República (1983).
- Principais cargos e funções: oficial de gabinete do ministro do Trabalho; diretor geral da Secretaria de Administração; técnico em Administração (em caráter efetivo, desde 1961); Secretário de Governo e Administração, Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Ceará; deputado estadual (eleito em duas legislaturas); deputado federal (suplente convocado – 1973); revisor, redator, redator-secretário da *Gazeta de Notícias*; redator dos Diários Associados de Fortaleza; do jornal *O Povo* e da *Tribuna do Ceará*; diretor do jornal *O Estado*, em Fortaleza.
- Livros e trabalhos publicados, entre outros: Antes e Depois da Revolução de 31 de Março de 1964.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

A Revolução de 1964 recebeu uma denominação não muito adequada. Na verdade, foi uma contra-revolução, porque a Revolução já estava na rua. Recordo-me de que o Chefe do Estado-Maior do Exército, o grande cearense General Humberto de Alencar Castello Branco, expediu a mensagem-circular de 20 de março de 1964, quase a dizer "estamos atentos, estamos atentos", alertando para a situação do País, que se deteriorava. Era visível a inquietação nas Forças Armadas.

Tínhamos um presidente – João Goulart – que não sabia o que queria nem tampouco para onde iria levar o povo, inteiramente sob o controle das entidades sindicais. Os comunistas, infiltrados nos sindicatos por eles apropriados, aproveitavam a oportunidade para mais uma tentativa de tomada do Poder. A primeira, todo mundo sabe, foi em 1935, quando revoltosos – em Natal, Recife e Rio de Janeiro – mataram vinte e oito militares brasileiros. A segunda tentativa seria, não digo, pela força, mas uma tomada pacífica, através da infiltração no governo. O próprio Luís Carlos Prestes, num comício em Recife, disse que os "comunistas já estavam no Governo, faltava-lhes apenas o Poder". O Presidente da República, Senhor João Goulart, uns vinte dias antes de 31 de março de 1964, cometeu a insensatez de assinar um decreto desapropriando as terras agricultáveis às margens das rodovias, e encarregou a Superintendência Agrária recém-criada – um comunistóide dirigia o órgão – de fazer a reforma agrária, a tal reforma de base, nessa área. As atividades das entidades sindicais agitavam o Rio de Janeiro e São Paulo. Um sargento queria ser candidato a deputado federal. O Tribunal Eleitoral não registrou a sua candidatura – não tinha condições legais – e criou-se aquela efervescência dentro das Forças Armadas.

Comecei dizendo que era inadequada a denominação de Revolução. Ela foi, na verdade, uma contra-revolução. São detalhes a que, no decorrer da entrevista, esclareceremos. Entretanto, na listagem das causas não se pode esquecer um fato histórico que julgo o impulsor principal do movimento, marca psicológica permanente a fustigar a alma do militar brasileiro: a Intentona Comunista de 1935. Na verdade, com a abertura dos Arquivos de Moscou, transcritos no livro intitulado *Camaradas*, de William Waack, que possuo, está tudo claramente revelado. O Senhor Luís Carlos Prestes recebeu instruções em Moscou, para fazer a revolução aqui, naquele ano. Foi, como se viu, uma loucura: eles, totalmente despreparados, apanharam o País de surpresa. Mas é aí que se põem em destaque duas figuras de soldados extraordinários: o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Marechal Eurico Gaspar Dutra, esteios da reação que sufocou a rebelião comunista. Em Natal, não foi nem uma revolução, mas uma palhaçada: um sapateiro ficou na Secretaria da Fazenda, outro do mesmo nível ocupou a Secretaria de Educação etc. Façamos justiça ao

ex-Governador Dinarte Mariz, que conheci muito quando fui repórter no Congresso Nacional, e ele era o Governador do Rio Grande do Norte. Interventor do Estado, armou, rapidamente, os cidadãos do interior e desencadeou a reação. Em Recife, Gregório Bezerra – depois de muito tempo, recebido como uma espécie de herói pelo Cardeal Evaristo Arns – fuzilou o Capitão José Sampaio Xavier, pai do jornalista Dorian Sampaio, que morreu há três dias, vítima de uma parada cardíaca. Gregório Lourenço Bezerra, que era sargento do Exército e comunista, ao assaltar o Quartel-General da 7ª Região Militar, interpelado pelo Capitão Sampaio, descarregou-lhe uma rajada de metralhadora. Pois bem, esse Gregório Bezerra agiu, também, em 1964, e não foi linchado porque não o permitiu o General Ibiapina, hoje presidente do Clube Militar. Os companheiros queriam vingar a morte do Capitão Sampaio. No Rio de Janeiro a ação criminosa dos comunistas, ainda mais violenta, foi prontamente contida: no Campo dos Afonsos, pela atuação rápida e fulminante do Brigadeiro Eduardo Gomes, e na Praia Vermelha, no então 3º RI, pelo Marechal Dutra. Na verdade, como já disse, foi um movimento orientado de Moscou, aqui representado pelo Sr. Luís Carlos Prestes, que chegou a afirmar no Senado, num debate com o cearense Juraci Magalhães, que no caso de uma guerra, de um atrito de qualquer natureza entre a União Soviética e o Brasil, ficaria com a União Soviética.

Outros fatores se conjugaram para a eclosão do Movimento de 1964: a inflação deixada pelo Governo Juscelino e agravada no Governo Jango, a frustração pela renúncia de Jânio, o panorama político-social, em crescente degenerescência etc. Costumo dizer que o Presidente Juscelino, com a construção de Brasília – um sumidouro de dinheiro – fundou uma cidade e afundou o País. Quando fui oficial de gabinete, espécie de secretário do Ministro do Trabalho, algumas vezes levava despacho do ministro para o Palácio do Catete. Vinha telefonema de lá, avisando que o presidente ia viajar, saindo do aeroporto militar, no centro da cidade. Então, corria o ministro para lá com o despacho, eu segurando a pasta do ministro, o avião com as hélices rodando, já partindo, o ministro entregando os processos, e o presidente autorizando-os, sem os ler e sem nada. Dentro daqueles processos estavam milhões e milhões da Previdência Social, retirados dos Institutos para a construção de Brasília. Portanto, quando se fala em crise, em rombo da Previdência Social, em inflação, temos que voltar ao período de 1956 a 1961, no Governo Juscelino, quando a situação se agravou. Foi o rombo antecipado da Previdência, com o dinheiro desviado e a inflação crescente com a construção de Brasília. Para precipitar a edificação da cidade – eu era repórter na Câmara dos Deputados – Afonso Arinos de Melo Franco, de Minas Gerais, fez um

discurso desafiando o presidente da República: transferir a capital federal, da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, mudança prevista na Constituição de 1891. Quarenta e oito horas depois Juscelino anunciou que ia mudar a capital e acabou mudando.

Brasília, inicialmente, foi a capital do funcionário público. Lá não se fazia nada. Não sei agora, mas cansei de ir ao Rio de Janeiro, onde redigia os ofícios, datando-os de Brasília. Com todo esse açodamento, quanto custou ao País a mudança da capital? Milhões que poderiam, hoje, estar ajudando a muitos brasileiros famintos. Sabe-se que a transposição das águas do São Francisco, o projeto que aliviaria o Nordeste dessas secas inclementes que aqui se abatem sobre nós, de vez em quando, custaria um bilhão de reais. Ora, um bilhão, diante do que se gastou para construir Brasília, evidentemente não representa coisa nenhuma. Esta é uma amostra do quadro inflacionário deixado por Juscelino em 1961.

Jango podia ter contornado a situação, mas, incompetente, e com a mente voltada para um populismo demagógico, agravou-a, ao se envolver com uma reforma agrária inconseqüente e outras, conhecidas como reformas de base, impostas pelos comunistas. A infiltração comunista, embora acentuada no Governo Jango, já se fazia sentir em outros setores, até entre o clero. Daí o comportamento da Igreja que, antes mesmo de Juscelino, ainda quando o Cardeal do Rio de Janeiro era Dom Jaime de Barros Câmara, já absorvia os dois lados: o lado que é a maioria, graças a Deus, chamado conservador, e o lado progressista, aquele dos padres que mais tarde Nelson Rodrigues apelidou de "padres de passeatas". A maioria, felizmente, sempre teve uma linha sensata, em qualquer crise. Naquela época, recorria-se ao Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que interferiu muito, inclusive no 24 de agosto de 1954, quando do suicídio do Getúlio. O Rio de Janeiro, hoje, tem Dom Eugênio de Araújo Sales, do Rio Grande do Norte. São Paulo tinha Dom Paulo Evaristo Arns, sobre cujas atividades o próprio Vaticano foi obrigado a tomar providências. Reduziu a sua força eclesiástica em um terço, até que ele se aposentou, mas deu muito trabalho, inclusive patrocinando publicações inverídicas e falsas sobre o Movimento de 31 de Março.

Essa infiltração comunista, a que já me referi, não respeitou nenhum setor da vida brasileira: no campo, estava presente nas "Ligas Camponesas". Na sociedade, como um todo, através dos "grupos dos onze". As "Ligas Camponesas", do Chico Julião, foram o embrião do que é hoje esse perigoso Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que, embora sem personalidade jurídica, tem as razões e os recursos do governo, consegue audiência com ministros e tem mais regalias, em termos oficiais, do que aqueles que, na verdade, trabalham na agri-

cultura. É um movimento político-revolucionário, com aulas de revolução marxista nos assentamentos. Movimento que tem as suas horas de recuo e de avanço, em função do comportamento do Governo. Diga-se de passagem que o homem da reforma agrária no Brasil, o Sr. Raul Jungmann, é um comunista de carteirinha, indicado pelo Sr. Roberto Freire que, durante muito tempo, foi o líder dos comunistas em Pernambuco e que hoje é senador. Quando caiu o Muro de Berlim, o partido comunista mudou de nome e passou para um tal de PPS, que é o mesmo partido com a mesma ideologia. Aqui no Ceará, depois da queda do Muro de Berlim, os comunistas, que não deixam de ser comunistas, mudaram de sigla e só, dentro da velha tática que usam para enganar os desprevenidos, a exemplo do ex-Governador Ciro Gomes.

Quanto ao meio militar, embora não estivesse integrado a ele, ouvia falar alguma coisa sobre como estava o ambiente, naquela ocasião, nos quartéis. Quem primeiro se apressou em dirigir-se aos militares, como inicialmente citei, foi o Marechal Castello Branco, que era general-de-exército naquela época e chefe do Estado-Maior do Exército. O General Peri Constant Bevilácqua, que era o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), expediu a famosa Instrução nº 7, gravei bem o número. Olhe que o General Pery Bevilácqua era liberal convicto e legalista exacerbado, até por tradição de família. Mas ele expediu a Instrução nº 7, advertindo a Nação sobre a atividade dos comunistas na vida sindical. Logo depois, não sei se por gestão dos militares – esses detalhes não podem ser identificados – o General Amauri Kruel, que era compadre de João Goulart, foi procurá-lo para tentar convencê-lo a dissolver o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Sindical de Debates e outras entidades que estavam intranqüilizando a Nação, promovendo greve por cima de greve, reivindicação por cima de reivindicação. Ainda me lembro, através de um registro que os jornais fizeram, de que o Porto de Santos, o maior porto da América Latina, parou trezentas embarcações carregadas – as mercadorias apodreceram – em solidariedade a seis enfermeiras da Santa Casa, que entraram em greve.

Mas eu me referia ao encontro do General Kruel com o Presidente João Goulart. Depois da exposição do general, o presidente virou-se e disse: "Eu não posso dissolver essas entidades, porque elas são o meu V Exército." Na época, só havia os I, II, III e IV Exércitos. Então, o general despediu-se e foi embora e todo mundo sabe o que houve em 31 de março: o V Exército não apareceu.

Todavia, o Exército foi chamado pelo povo, as Forças Armadas foram convocadas, como estão sendo atualmente, não digo na mesma proporção. Mas naquela época, em São Paulo, no Rio de Janeiro e até aqui em Fortaleza, milhares

e milhares de pessoas, sobretudo de senhoras, encheram as ruas, em protesto contra a situação, num movimento sob o nome de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O Exército, se não tivesse agido, teria dado uma demonstração de conivência com o caos que já estava estabelecido.

O espírito legalista dentro do Exército é um dogma. As Forças Armadas só agem quando não há outros recursos. E quando agem, é com o aval do povo, uma vez que são responsáveis pela segurança do País. Quando viram que a coisa podia transformar-se numa espécie de guerra civil, tiveram de intervir. No entanto, afastaram-se do Poder antes do tempo. Digo isso com toda a minha responsabilidade. Os militares pensavam que, com a volta do País ao leito constitucional, tudo continuaria normal. Está aí o resultado, que não convém comentar, porque nem faz parte dos assuntos da entrevista. E é por isso que jornalistas, meus companheiros, conforme vem-se manifestando Carlos Chagas, que foi o secretário de Imprensa do Presidente Jânio Quadros, têm perguntado: "Onde andam as Forças Armadas?" Dizendo claramente que são o único setor para o qual o povo pode apelar, porque não se confia em mais ninguém. Concluindo, as Forças Armadas fizeram muito bem, mas o espírito legalista não lhes permitiu completassem o trabalho. Um movimento como este, quando explode e se torna vitorioso, gera as suas próprias leis. Se foi vitorioso e respaldado pelo povo, foi porque a ordem jurídica anterior estava fendida e não teve forças para detê-lo, claro. Então, o Movimento de 31 de Março tinha que gerar as suas próprias leis e seguir em frente. Mas não: primeiro, dividiu logo a vitória com o outro lado, admitindo para Vice-Presidente da República o Sr. José Maria Alkmin, representante da situação deposta, Juscelino e Jango. Depois, com o Presidente Costa e Silva, a Revolução cometeu o mesmo equívoco, indicando para vice-presidente um cidadão muito ilustre, um cultor do Direito, o Dr. Pedro Aleixo, politicamente, entretanto, contrário ao Movimento vitorioso. Tanto assim que se recusou a assinar o AI-5, que deveria ter sido editado no começo da Revolução.

Exatamente porque a Revolução não quis, ela própria, gerar as suas leis, surgiram as crises posteriores, impondo corretivos graduais através dos primeiros Atos Institucionais. Primeira crise, ato 1. Segunda crise, ato 2. Terceira crise, ato 3. Na primeira eleição que se fez, deu-se a vitória do outro lado, para os governadores do Rio de Janeiro, da Guanabara e de Minas Gerais. Mas o certo é que as Forças Armadas tiveram o apoio indiscutível do povo brasileiro e de outras instituições. Pela primeira vez eu vi o Congresso Nacional reagir. Tanto assim que Brizola, que era cunhado do presidente, fez várias pregações para fechá-lo. O presidente, que era filiado ao PTB, não tinha maioria no Congresso Nacional. A

maioria pertencia ao PSD, composto com a UDN. Aqui, uma observação curiosa: enquanto Getúlio Vargas esfriou o PTB para afastar os comunistas do trabalhismo, o seu afilhado João Goulart se aproveitou do PTB exatamente para incorporá-los. Mas havia uma reação do Congresso – Poder é Poder. Entretanto, não há cultura, na política brasileira, para um Congresso independente. No Poder Legislativo sempre há uma dependência, seja pela corrupção, seja pelo favoritismo. É o que observamos agora, na atual fase, fase da reeleição: compra de deputados, e outras coisas. O Congresso reagiu, mas não podia fazer nada, porque não tinha condições, embora naquela época, dispunha de uma tropa valente: Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, João Agripino, Afonso Arinos e tantos outros que desapareceram, o que é lamentável, pois, à falta de homens dessa têmpera, a qualidade da vida política brasileira está cada vez pior. Enquanto o Poder Legislativo nada podia fazer, o Poder Executivo, enredado por entidades de esquerda, como a União Nacional de Estudantes (UNE), a CGT, o PUA e a Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria (CNTI), comandava, sem estorvos, os desatinos nacionais.

Todas estas entidades estavam atreladas ao Executivo. Eu digo isso porque fui presidente de um órgão do Ministério do Trabalho chamado Comissão Técnica de Orientação Sindical, uma espécie de pára-choque do ministro do Trabalho. E me lembro de reuniões que tive com o Coronel Luna Pedrosa, com o Comandante Adalberto Nunes, que foi Ministro da Marinha e com o irmão dele, um coronel do Exército. Nós nos reuníamos exatamente para estudar essas atividades dos sindicatos. Pois Jango, como Vice-Presidente de Juscelino, mantinha o seu escritório no Ministério do Trabalho, no 14º andar. O gabinete do ministro era no 8º, mas a movimentação sindical era toda no 6º andar, onde eu trabalhava. E sabia dos acontecimentos porque tinha meus homens presentes nessas reuniões – uma espécie de SNI antecipado. Desse modo, mantinha-me bem informado das atividades dos sindicalistas e transmitia as informações ao ministro, para que ele não fosse surpreendido quando viessem falar-lhe. Então, quando o ministro ia lá ou era procurado pelos sindicalistas, já sabia o que queriam. Viviam quase todos montados no dinheiro do fundo sindical, dinheiro para passagens, movimentações, comícios. Mas todas elas – CGT, PUA, UNE – deram muito trabalho, sobretudo a última; inclusive, existe um livro: *UNE, Instrumento de Subversão,* de Sonia Seganffredo. Essa mesma UNE que, em 1964, era presidida pelo atual Ministro da Saúde, José Serra e, em 1968, provocou o atentado do Calabouço, aquela crise criada pelo assassinato de um estudante que nem era estudante, era um funcionário do Calabouço. Essa crise ampliou o quadro de conturbações existente e se transformou na gota d'água para a edição do Ato Institucional nº 5.

Neste emaranhado de coisas que precederam a eclosão do Movimento de 1964, havia uma liderança séria que se vinha articulando contra os desmandos patrocinados pelo Governo Jango. Era Carlos Lacerda, o grande líder civil. Havia outros, como Afonso Arinos e Bilac Pinto. Este, havia comentários, o Presidente Castello Branco teria mandado para Paris – eu estive e almocei com ele em Paris – a fim de poupá-lo, pois, segundo consta, desejava fosse o seu sucessor, mas a política atrapalhava.

Quanto às lideranças militares, não tive muito contato, mas sabia que vários chefes se engajariam no momento oportuno. O noticiário dos jornais apontava, como uma reserva moral e cultural, o General Castello Branco, Comandante do IV Exército, no Recife, de onde teria sido transferido por interferência de Miguel Arraes. Antes, em 1961, ficou muito conhecido o Marechal Odylio Denys que, mais tarde, em 1964, esteve ao lado do General Mourão Filho, estimulando-o e orientando-o.

Em termos de liderança, pois, o Movimento de 1964 revelou-se rico não só em quantidade, mas também em qualidade, tanto no meio civil como no militar. Daí, a capacidade de articulá-lo, desencadeá-lo e conduzi-lo, sem a necessidade de influência externa, particularmente dos EUA. Por isso, o americano não meteu o dedo aqui, como insinuam os comunistas e filocomunistas. Os EUA ficaram muito agradecidos, por se terem livrado de um problema maior, sem trabalho, sem outros aborrecimentos futuros, pois se o comunismo tomasse conta do Brasil, tomaria conta também da América Latina. Os EUA devem nos agradecer o 27 de Novembro de 1935 e o 31 de Março de 1964, pois foi o nosso País que fez abortar todo e qualquer movimento comunista aqui. Essa insinuação de influência externa é muito parecida com uma outra, segundo a qual o Movimento de 1964 foi fruto da guerra fria. Revela ignorância da História, ou má-fé, aquele que desconhece que a guerra fria foi iniciativa de Stálin, como meio para o domínio do mundo pelo comunismo, através da tomada do Poder nos países envolvidos. Se houve guerra fria aqui, em 1964, foi do lado dos comunistas, jamais de americanos. Mas essas insinuações fazem parte da propaganda comunista.

Os comunistas têm raiva dos militares, claro, porque estes nunca permitiram que eles tomassem conta do Brasil. Assim, estão sempre querendo tirar o mérito das Forças Armadas. Nunca, no Brasil, as Forças Armadas agiram por inspiração de A, de B ou de C. Elas sempre tiveram os seus grandes chefes que souberam conduzi-las nos momentos de crise nacional. Além do mais, existe na alma do nosso povo, de nossas Forças Armadas, uma verdadeira ideologia da liberdade democrática. E, pelo que se deduz, pelo que está na História, o que esteve na base da ideologia foi a defesa do regime democrático. As Forças Armadas do Brasil não

têm uma ideologia específica no sentido filosófico ou exclusivista. Sua ideologia é a democracia e a responsabilidade de garantir a soberania nacional, a lei e a ordem, e a de sustentar os poderes constituídos da República.

Em 1964, ainda não havia esta baixeza de espírito, na mídia, que até apoiou o Movimento Cívico-Militar. Primeiro, o Sr. Roberto Marinho, que hoje chama a Revolução de golpe, foi quem mais a aplaudiu. E destacou um dos seus repórteres, Raul Brunini, meu velho amigo, para acompanhar Carlos Lacerda. Para onde Carlos Lacerda ia, havia a cobertura ampla – não havia a TV Globo – através do jornal e da Rádio Globo. E por contar com o prestígio de Carlos Lacerda que, por sua vez, contava com o seu apoio, Raul Brunini foi eleito duas ou três vezes deputado. Quando deputado federal pelo Ceará, fui a São Paulo com o Governador Lacerda, naquele avião "Esperança", fazendo a campanha dele. Estávamos – eu, Armando Falcão e o padre Godinho – chegando a São Paulo, quando Lacerda me pediu para visitar o jornal *O Estado de S. Paulo*, do Sr. Júlio de Mesquita Filho. Visitar *O Estado de S.Paulo* significava obter o seu apoio. Todos os dias, Júlio de Mesquita Filho conversava com o Sr. Carlos Lacerda. Uns dez ou quinze dias antes da eclosão do Movimento – o que foi fundamental, pela autoridade moral do autor – o Marechal Dutra deu uma entrevista ao jornal *O Globo*, na primeira página. Foi, como se diz, a pá de cal no Governo do Sr. João Goulart.

Entretanto, a Revolução cochilou com relação à comunicação de massas. Ela não soube comunicar-se e eu cito até um episódio, felizmente superado: o presidente da República chegou a baixar um ato, proibindo os jornalistas de exercerem a sua função. Uma coisa inadmissível, que provocou um grande clamor e as reações que ainda hoje perduram. O que estou dizendo aqui não é, propriamente, uma crítica à censura em si, porque, num movimento desses, quem não faz censura está brincando. A esquerda, quando toma o Poder, é a primeira coisa que estabelece definitivamente, como em Cuba, onde há quarenta anos a censura reina absoluta. Então, este comentário não diz respeito à censura, mas à ausência, dentro do governo, de um canal para comunicar-se com a imprensa. Houve um comunicador muito bom, que foi Humberto Barreto, junto ao Presidente Geisel, mas não era jornalista. Com o Presidente Castello Branco, ficou um jornalista do *Diário de Notícias*, de cujo nome não me recordo. Excelente pessoa, mas muito tímido, o que significa não ter sido uma boa escolha, por não ter servido à causa como deveria. Houve, pois, esse cochilo da Revolução com relação à imprensa. Hoje, isto serve de pretexto a certas críticas descabidas à Revolução, que são formuladas sob o impulso ideológico. Quando Lula foi candidato, a federação de jornalistas, pela primeira vez, fez uma pesquisa: quase 80% da classe votavam no Lula. Depois que criaram essas tais escolas de

comunicação, quase todas dominadas pelo PT, as redações se encheram de críticos que antes não havia. Então, começaram as difamações, as calúnias que não havia antes: "ditadura militar", "golpe", agora com maior insistência. Como estão observando o fracasso do poder civil e não querem a volta dos militares, procuram jogar a opinião pública contra as Forças Armadas, com todos os depreciativos que o ranço ideológico e a ignorância da História lhes inspiram.

Na verdade, o único ditador que houve no Brasil foi um civil, o Presidente Getúlio Vargas, responsável pela maior fase de desenvolvimento deste País. Ninguém me contesta, porque está na História. Um ditador derrubado que o povo foi buscar para presidente, depois de cinco anos que havia deixado o Poder. Por onde se conclui que a ditadura não é, necessariamente, um mau regime. Derrubaram o Peron na Argentina, Peron voltou pelos braços do povo. O Hugo Banzer, na Bolívia, passou oito anos como ditador. Dizem dele pior do que dos nossos militares. Agora, o povo o elegeu Presidente da Bolívia. O tão praguejado General Pinochet passou, não sei se treze anos no Governo do Chile, cuja economia, hoje, por sua causa, é a mais saudável da América Latina. No Chile, agora, o candidato vitorioso ganhou por menos de 1% contra o candidato de Pinochet, que estava preso na Inglaterra. Se Pinochet estivesse lá, certamente o resultado seria diferente. Então, aqui para nós, quando vence a esquerda, é "revolução"; quando não é a esquerda que vence, é "golpe". A ruptura constitucional é a mesma: tanto numa revolução, como num golpe, caracteriza-se a ruptura institucional. Mas, como é da esquerda, que tem várias correntes de corruptos, até o nome é mais suave.

A esquerda é uma espécie de escola de samba, tem ala de todo lado: ala A, ala B, ala C. Algumas dessas alas são enganosas, usam a demagogia eleitoreira. As outras, a maioria, são violentas e destrutivas. Por isso, vou dizer o seguinte: quando seqüestraram o embaixador americano Mr. Charles Burke Ellbrick, em troca de presos políticos, foi lido um manifesto em todas as emissoras de rádio e televisão, redigido pelo Sr. Franklin Martins, hoje comentarista político da Rede Globo. Tal manifesto confessava assalto a bancos, assalto a quartéis, assalto às delegacias e anunciava, depois de tudo isso, a guerrilha rural. Todas essas coisas estão expressas nesse manifesto. Se alguém o desejar, posso fornecer depois, pois eu o tenho. Pois bem, o presidente era o General Médici. Qual é o presidente que, diante de um documento desses, cruza os braços? Nenhum. Era a luta armada para derrubar o regime. Foi quando, logo depois, nascida em Ibiúna, São Paulo, surgiu a guerrilha do Araguaia, que o Presidente Médici liquidou logo, felizmente.

Era a maquinação contra o Brasil, que sempre fez parte de toda ação comunista, caracterizada pelo terrorismo: seqüestro, atentados, assaltos a bancos, a

quartéis e a trem pagador, sem contar com as guerrilhas urbana e rural. Nessas ações foram assassinados mais de uma centena de brasileiros inocentes. Mas, mesmo em face do acirramento dessas ações criminosas, ainda há quem afirme que a Revolução muito se demorou no governo do País. Muito se demorou? Este não é o maior problema, as Forças Armadas não se demoraram. Mas, no último período, as coisas não correram como se esperava, parecendo ter-se acomodado com a doença do presidente Figueiredo. E vamos dizer a verdade, conheci o Presidente Figueiredo, estive várias vezes com ele aqui em Fortaleza. Inclusive, uma vez, ele me convidou para ir para Brasília. Grande cidadão, excelente amigo, fui à sua posse. Ele era um grande soldado, um grande militar, mas não mostrava vocação para o governo. Tanto assim que, nos últimos dias, naquela sua apatia, indiferença mesmo, em não passar a faixa ao Presidente Sarney, saiu pela porta dos fundos, dando a idéia de que estava ali em nome das Forças Armadas, de que estava correndo, de que estava apressado, de que a anistia fora concedida antes da hora.

Anistia é perdão, e perdão só se concede quando se tem certeza de que o sujeito que cometeu o crime está arrependido. E isso não ocorreu com a anistia concedida pela Revolução. Está aí o resultado: o "revanchismo" implantado. Como as Forças Armadas tinham muita coisa ainda para fazer, deveriam ter administrado a abertura, evitando-se, inclusive, a posse do Presidente Sarney, ao arrepio da Constituição. Quem deveria assumir era o presidente da Câmara, pela hierarquia constitucional.

As Forças Armadas só fizeram bem ao Brasil, tanto que, hoje, apesar de toda a campanha movida contra os militares, pela esquerda e pela imprensa, ainda se constituem na instituição de maior credibilidade deste País, perdendo apenas para a Igreja Católica. Corroborando com essa credibilidade, sou testemunha das inúmeras vezes em que civis interpelam um general, um coronel: "Onde é que vocês andam diante da situação nacional?" Todo mundo está reclamando autoridade, condução, seriedade na coisa pública. Os escândalos já não chocam mais, de tão rotineiros. Pode ser que eu me engane, mas as coisas marcham para um desfecho em que as Forças Armadas vão ter de intervir novamente. Mesmo enfrentando a campanha insidiosa que lhes é movida, sua credibilidade perante o povo brasileiro cresce a cada dia. Essas aleivosias da esquerda e de parte da mídia são contraditórias e inconsistentes, fruto de uma obstinação ideológica e mesquinha. Com esta motivação, vão sempre dizer: "O golpe e a ditadura prejudicaram a cultura." A ditadura de Getúlio, de 1937 a 1945, foi a fase mais fértil da cultura popular brasileira, a julgar pelas músicas, pelas composições. Hoje, está aí a liberdade, liberdade à vontade. Vê-se a qualidade da música brasileira: só tem barulho e pornografia.

Na verdade, está na História. Ocupávamos a 40ª posição em matéria de economia mundial e chegamos à 8ª economia do mundo, com a Revolução de 1964. O Presidente Castello Branco começou a reforma do Estado. Criou o Banco Central, o Fundo de Garantia, o Estatuto da Terra, o Banco Nacional da Habitação (BNH). Quantos milhões de brasileiros têm casa própria hoje, pelo sistema de habitação, deixado pelo Presidente Castello Branco?

As obras, as hidrelétricas projetadas e construídas, as pontes e a obra social que a grande maioria da sociedade não conhece – e acredito que muitos militares também desconheçam – por coincidência, na sua maioria foram realizações do homem que mais responsabilizam pelos chamados "anos de chumbo", o Presidente Médici. Graças a ele foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que garante a sobrevivência de quarenta milhões de brasileiros. São oito milhões de brasileiros, com uma média de cinco integrantes por família, amparados pelo salário mínimo da Previdência Social, único dinheiro que, hoje, circula no interior do País. Antes não tinham, absolutamente, coisa nenhuma. Foi também o Presidente Médici quem deu cidadania à empregada doméstica e ao atleta profissional, beneficiários da Previdência Social. E tantos outros empreendimentos realizados. A verdade é que essa foi das grandes fases de desenvolvimento do País, muito parecida com a fase do Presidente Getúlio Vargas, principalmente na área social. Diga-se mais, que os direitos sociais conferidos pela Revolução, o atual governo está usurpando: estabilidade e outros direitos adquiridos.

Vou citar alguns outros exemplos de realizações da Revolução: Itaipu, Boa Esperança e Tucuruí, no campo energético; a ponte Rio – Niterói, cuja importância só quem conhece o valor econômico do Rio de Janeiro pode avaliar, ela que veio substituir aquelas barcas velhas da Cantareira; o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Entretanto, apesar dos incontáveis empreendimentos realizados, a Revolução deixou as nossas universidades entregues à esquerda, uma falha, a meu ver. Foi no meio universitário que a esquerda se fortaleceu. Por isso, politicamente, a universidade, hoje, é rebelde ao Movimento de Março, exatamente por influência da esquerda que lá pontifica, como na imprensa.

Fica muito difícil, quase impossível, estabelecer-se um paralelo entre as realizações do período revolucionário e as do pós-Revolução. No primeiro, como já disse, foram inúmeras as obras, particularmente no campo social. No período pós-Revolução, não se tem notícia de nenhum empreendimento palpável nesse campo ou em qualquer outro, principalmente no meio rural. A não ser a dilapidação do patrimônio nacional, por meio de privatizações criminosas. Durante o período re-

volucionário o Estatuto da Terra foi criado, pelo Presidente Castello Branco, para fazer uma reforma agrária sem demagogia, uma reforma agrária séria. Mas, como as entidades que falam sobre a reforma agrária, que tanto a reivindicam, não querem realmente tal reforma, porque são movimentos políticos, tipo MST, pouco se tem evoluído nesse aspecto. O Estatuto da Terra jamais foi aplicado, porque é obra da Revolução. Vamos ao que estão fazendo no meio rural: no ano passado, foram 500 milhões de reais que o governo gastou em assentamentos. Desse montante, o MST ilegal levou 3% (Zé Rainha e outros). Com os generais, não houve isso.

Atualmente, cada deputado, cada senador recebe R$ 1,5 milhão por ano, R$ 6 milhões num mandato de quatro anos, para fazer o que quiser, aplicar onde quiser, dar a quem quiser. Com os generais, não tinha isso. Deputados são eleitos para legislar. O governo atual, quando tem um projeto com dificuldade de aprovação, anuncia: "Vou liberar tanto da verba de parlamentares." São essas verbas, que não têm fiscalização, que a maioria dos prefeitos botam no bolso, como as do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por exemplo. O FUNDEF, instituído há três anos, é um programa de grande significação, pois é destinado a melhorar a qualidade de vida e a situação do professor, e melhorando a situação do professor, melhora a qualidade do ensino e favorece o aluno. Mas roubalheira não tem limite. Estão roubando quase tudo da merenda escolar. Não há fiscalização e não é possível fiscalizar. A verba dos 513 deputados é outro exemplo. Admitamos que se dilua ou pulverize por dez ou doze obras financiadas com esse dinheiro: 100 para uma obra, 20 para outra e 40 para outra obra. Qual é o Tribunal de Contas que pode fiscalizá-las? Multiplique dez por 513 e se verifica que não há condições, só nesse setor, avalie nos demais. É dinheiro que se joga fora, dinheiro do Orçamento que o próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães, em entrevista de página inteira na *Folha de S. Paulo*, cita, dizendo categoricamente: "O Orçamento é um dos mais fortes instrumentos de corrupção do País."

A propósito, insinuam, maldosamente, que os militares auferiram vantagens do Poder. Eu asseguro o contrário. Lembro-me de que o Presidente Castello Branco assumiu o governo tirando vantagens dos militares. E todos eles saíram do governo pobres, inclusive o Presidente Figueiredo, que tinha um sítio em Petrópolis e está vendendo; não sei se já o vendeu. Não conheço nenhum militar rico, não porque não haja possibilidade, mas pela formação que o militar recebe, desde a escola. Se comete um ato desabonador de sua conduta, não fica no Exército, porque lá não há lugar para ele. É o grande contraste entre as atitudes do civil e as do militar. Por exemplo, essas explosões do Deputado Bolsonaro: ele vive um conflito, porque saiu

de uma Casa onde tudo é sério, tudo é na hora, onde se presta conta de tudo, não se desvia um centavo. Aí, vai para a atividade política, que é o contrário: é um querendo passar o outro para trás, um dá rasteira no outro, apropria-se de uma verba etc. É por isso que ele explode e tem lá suas razões.

Voltando às ações comunistas, no mundo, existe um trabalho escrito por seis historiadores franceses, todos adeptos ou ex-adeptos da esquerda, que deveria estar na estante de cada brasileiro. Trata-se do *Livro Negro do Comunismo*, registro das cem milhões de mortes ocorridas na implantação e expansão do comunismo na Rússia, na Europa Central, na China, em Cuba e em outros países. Comparados estes cem milhões de mortes com as três centenas havidas no Brasil, durante o período revolucionário, pode-se admitir que houve um milagre. E houve mesmo, a começar pela vitória do lado democrático, da democracia. Se tivesse vencido o lado comunista, nossa estatística seria outra bem diferente, bem mais macabra. Além da vitória da democracia contamos, para esse milagre, com a moderação, com o nível de instrução, com o preparo do nosso soldado, com a eficiência das informações, mas, acima de tudo, com a índole do militar brasileiro, com a índole do nosso povo, que não é de matar ninguém. E mais, estávamos numa defensiva, nós nos livramos de uma agressão, como em 1935.

Tivemos guerrilhas urbanas e rurais que foram desbaratadas graças à pronta ação dos governos revolucionários, evitando-se, assim, muito mais mortes. Enquanto isso o comunismo, como já vimos, matou cem milhões de pessoas no mundo, ou seja, quatro vezes mais do que o nazismo. Mesmo assim, acusam o Chile de mortandade, com três mil mortos. Porém, com relação a Cuba, com dezessete mil assassinatos cometidos no *paredón*, por Fidel Castro e Che Guevara, e mais de vinte mil cidadãos foragidos do regime comunista, ninguém diz nada.

Diante de tudo isto, diante da guerra, o Brasil é uma espécie de aprendiz. Nós não somos de matar, nós somos de nos defender, essa é a verdade. E a alma do povo e dos militares brasileiros é tão generosa que, apesar de todas as agressões dos comunistas, inspirou a abertura da política, que considerei precipitada. E tanto isso é verdade que, praticamente, estamos numa situação pior do que a do período de João Goulart, em matéria de estabilidade, de falta de confiança no governo, em matéria de desorientação do governo. Em termos de crise social, é evidente que estamos muito pior. Por isso é que a Revolução devia ter demorado mais, para não ter que voltar de novo.

Em face da generosidade da alma do militar brasileiro, revigorada no exemplo de Caxias para o perdão mútuo, a abertura política culminaria, naturalmente, com a Lei da Anistia, demonstração do seu espírito pacifista, do espírito de harmo-

nia, do espírito de paz. Mas o brasileiro, com a sua formação, a sua índole, foi traído na sua boa-fé. Os fatos estão mostrando que o "revanchismo" está aí. O pior é que, se não conta com o apoio, conta com a indiferença do governo, que está cercado de revanchistas. Quem são seus principais assessores? O secretário-geral da Presidência, Sr. Aluízio Nunes Ferreira, era o motorista de Marighela nos assaltos a bancos, integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), e um dos assaltantes do trem-pagador da ferrovia Santos – Jundiaí. Quem é o Sr. José Gregory, Ministro da Justiça? O secretário de segurança de São Paulo, na época, de cujo nome não me lembro, foi obrigado a botá-lo na cadeia, juntamente com a mulher, porque eram atuantes na subversão. Hoje, evidentemente, a situação é outra. Mas é esse José Gregory, que foi preso em São Paulo como baderneiro. Quem é o homem da reforma agrária? O Sr. Raul Jungmann, um comunista de carteirinha. Quem é José Serra, ministro da Saúde? Presidente da UNE em 1964, a perigosa UNE!

Esta é a biografia que os jornais estampavam, não estou dizendo nenhuma novidade. É o pessoal que, atualmente, constitui o governo. Daí, volto a afirmar, este revanchismo ou conta com o apoio do governo ou, no mínimo, com a sua indiferença.

Contudo, os criminosos de ontem são os heróis, os "democratas" de hoje, e as Forças Armadas são, por eles, desprestigiadas, provocadas e afrontadas. Mas, quando os "sem-terra" ameaçam invadir o sítio do presidente, são destacados duzentos homens do Exército para protegê-lo, num verdadeiro acinte, vez que as Forças Armadas não são guardas territoriais de ninguém. As Forças Armadas têm uma destinação constitucional muito nobre, não se destinam a tomar conta de fazenda, nem de sítio de ninguém. Mas persiste o ódio irracional da esquerda contra as Forças Armadas, em especial contra o Exército, porque, na verdade, os militares daqui, com o apoio do povo brasileiro, derrotaram os comunistas, pela segunda vez, o que eles não perdoam. O bom senso dos povos também derrotou os comunistas de quase duzentas nações no mundo de hoje. Há quatro ou cinco remanescentes nesse regime, porém o comunismo, em si, terminou. Agora, há aqueles que exploram as dificuldades dos trabalhadores e a inquietude dos jovens. Exploram e mudam de sigla.

O comunismo atual pertence a dois tipos de gente: os fanáticos e os idiotas. Na realidade, o comunismo, depois de setenta e tantos anos de experiência na União Soviética, desintegrou-se de tal maneira que, no Leste Europeu, também não existe mais. Karl Marx, no seu Manifesto de 1848, disse que o capitalismo ia explodir dentro de suas próprias contradições. Ora, mais de cem anos depois, o que se viu foi exatamente o contrário. O comunismo opressor, desumano e incompetente desapareceu.

Não obstante, o movimento de esquerda, que não é oposição, exerce influência predominante sobre a mídia, fato que se pode atribuir a um descuido dos mili-

tares que, hoje, sofrem a falta de espaço para a comunicação com o povo. Entretanto, trata-se de um erro que ainda pode ser corrigido. Basta que as Forças Armadas tenham, e têm que ter, no seu orçamento, uma verba específica para as suas comunicações sociais. Mesmo porque qualquer ministro convoca uma rede, a qualquer hora, para dizer o que quer. Entretanto, já vi e ouvi muitas calúnias e ofensas contra as Forças Armadas que, para se defenderem, têm que apelar para um jornalista amigo, que transmita suas notícias, suas informações. Do contrário, não sai nada. É uma luta desigual. Enquanto o governo tem R$ 1,6 bilhão, este ano, para fazer propaganda bonita e enganosa na televisão, as Forças Armadas não devem ter um centavo. Debite-se à Rede Globo a invencionice sobre o superfaturamento do Exército, sobre o contrabando da Aeronáutica, sobre o contrabando na Marinha. Eu os defendi, como jornalista, porque sei que há grandes investidas levianas da ideologia marxista, que domina o jornalismo investigativo que inventaram. Ora, as Forças Armadas, patrimônio da Nação, a instituição de maior credibilidade, aquela em que o povo confia, não podem ficar expostas a aleivosias gratuitas de irresponsáveis. Qualquer indivíduo que se diz jornalista chega e denuncia em letras garrafais: "Há contrabando no Exército." Se o Exército divulga uma nota explicativa na "Seção de cartas", esta nota sai num canto de página. O tratamento é desigual, e isso contribui, também, para o amesquinhamento do Exército.

Fala-se muito no direito de resposta, previsto no inciso V do artigo 5º da Constituição Federal. Mas quem é que cumpre lei neste marasmo moral? A resposta sai num cantinho de página, quando a lei manda colocá-la no mesmo local e na mesma página da acusação. Nunca o fazem. Então, o Exército, as Forças Armadas, têm que agir. Ou o Ministério Público. Ou os seus advogados. Tem que haver medidas para o cumprimento da lei. Do contrário, ganham alento a mentira e a calúnia, ao gosto da esquerda que adota a regra de Voltaire, ao dizer: "A mentira repetida passa a ser verdade." É tortura estardalhaçante pelos meios de comunicação, prato cheio para os "direitos humanos". Se a gente conversa com um jovem da universidade sobre patriotismo, ele vem logo com esta: "Todo general é um torturador." É o que meteram na cabeça dele, é o que está na televisão e nas manchetes dos jornais de todos os dias.

Agora, é preciso entender que nos meios de comunicação social existem profissionais sérios, que não foram contaminados pelo veneno ideológico. Não são a maioria, mas são justos na opinião que emitem. Recentemente, aqui no Ceará, houve uma reunião de cinqüenta jornalistas convocados pelo Armando Vasconcelos, da qual participei e na qual foi feita uma pesquisa sobre as Forças Armadas, que tiveram um elevado resultado favorável, quase cem por cento. Isto

se explica porque lá estavam jornalistas responsáveis, aqueles mais antigos, de cabeça no lugar. Não eram os que transmitem os boatos por telefone e os jogam nos jornais e nas TVs. Os que estavam lá eram responsáveis, os diretores, a chamada velha guarda que, felizmente, ainda existe. Mas a maioria, jovens recém-saídos da escola e que certamente nasceram depois de 1964, vão pela onda do golpe, da ditadura e cometem um grave erro histórico, pois só houve um ditador no Brasil, até hoje, que foi Getúlio Vargas. Como é que se conserva, numa ditadura, o Congresso aberto? Como é que se compreende uma ditadura que faz eleição de dois em dois anos, que perde a eleição, como aconteceu com a Revolução? E a oposição tomou posse. Isto não é ditadura, nem golpe. No entanto Fidel Castro, quando chega aqui, tem manchete na primeira página de todos os jornais. É o "presidente", não é tratado como ditador. Mas há quarenta anos não há eleições em Cuba. E só ele manda em tudo, poder absoluto e tirânico, ditadura caracterizada como a de Stálin, na antiga União Soviética. Por ironia, á Fidel Castro veio ao Brasil e recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Rio de Janeiro e, em Niterói, por parte dos estudantes, recebeu outro diploma. Estudantes "democratas". Os mesmos que chamam o governo dos generais de "ditadura".

Estes jovens desinformados, e de formação distorcida, precisam sair em busca da verdade histórica do Brasil, e nela situar o papel eminente das Forças Armadas na formação de nossa nacionalidade, desde as memoráveis batalhas dos Montes Guararapes, no meado do século XVII. Daí, a responsabilidade das Forças Armadas na defesa da Pátria e na manutenção da soberania e da unidade nacionais. A ameaça atual, consubstanciada nesse neoliberalismo e nessa globalização perversa, parece sobrepujar a capacidade de ação das Forças Armadas. Não é isso. O povo, consciente de seu patriotismo, de sua nacionalidade, está com elas.

Por isso – opinião pessoal, muito sincera – acredito que, não só o Exército, mas as Forças Armadas, devem mostrar que os responsáveis pela segurança deste País são elas. Chegou a hora, não de derrubar presidente da República, mas de exigir respeito do presidente. As Forças Armadas têm sido muito tolerantes com o processo de desgaste e desmoralização de que estão sendo vítimas. Criar um Ministério da Defesa, substituir o ministro, general de quatro estrelas, por um civil que perdeu a eleição, é difícil compreender, duro de aceitar. Demitir um comandante, no caso o comandante da Aeronáutica, por quê? O que ele disse? Todo mundo sabe que o Brigadeiro Bräuer se referiu, indiretamente, a um caso de uma secretária do ministro da Defesa, envolvido com ela em negócios pouco lícitos, na terra dela.

A Nação, através do presidente da República, confere a patente de general. Não é o presidente da República. Na verdade, a carta-patente de general assim se

inicia: "A Nação Brasileira, por seu presidente da República, houve por bem distinguir o coronel .... com o posto de general-de-brigada." Estas expressões e este sentido são os mesmos que constam das cartas-patentes de todos os postos de oficiais-generais das três Forças. Portanto, o general não é empregado do governo, é um servidor da Pátria. Assim como o general deve respeito ao presidente, comandante-em-chefe das Forças Armadas, como está na Constituição, o presidente, também, deve respeito aos generais.

Lembrei-me, agora, dos patriotas que, no cumprimento da missão de defender a lei e a ordem, foram sacrificados pelos terroristas da esquerda. Lembrei-me também daqueles que sobreviveram, no cumprimento da mesma missão, e, por isso, são perseguidos, até hoje, pela mesma esquerda. Estes mártires me levaram a apreciar a célebre frase do General-de-Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, então Ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia."

Corroborando o sentido de solidariedade dessa frase, entendo que a maior homenagem, que os vivos podem prestar aos mortos, é sustentar o seu ideal. Eles morreram por um ideal e os que ficam são os responsáveis para que esse ideal não pereça. Materialmente, pode-se erigir-lhes um mausoléu, um busto, algo que recorde a sua nobreza extrema. Mas, espiritualmente, a melhor homenagem e mais significativa que podemos prestar-lhes, a meu ver, é que todos nós, civis e militares, sustentemos o ideal pelo qual eles morreram.

É com a intenção de homenageá-los que vou dirigir as minhas palavras finais ao povo brasileiro, tanto às gerações atuais como às que virão. De fato, preocupa-me, no outono da vida, a situação degradante que estamos vivendo. Preocupa-me, o meu País, pelas suas condições, principalmente culturais. Somos um País – quem o diz é o Tribunal Superior Eleitoral – com 80% de analfabetos. E eu aprendi que democracia é estágio cultural. A ditadura não é, apenas, colocar as baionetas na rua e implantar o regime. Ditadura é a ausência de cultura política, é prometer e não fazer, é enganar o povo, é trair a Pátria. Portanto, democracia não é isto a que todos estamos assistindo. É triste constatar que o Brasil vai ficando cada vez mais distante de alcançar este estágio cultural. A qualidade dos políticos, dos governadores, está caindo. Ninguém cita mais um estadista, como no passado, e isto me preocupa. A educação é praticamente uma tragédia, a qualidade do ensino é péssima. A saúde é outra tragédia. Se temos um sucesso econômico aqui e ali, em determinada área, isto não basta. Eu me preocupo muito quando ouço, e muita gente diz: "Ah! O Poder é do civil." Onde está escrito que só

quem pode governar é o civil? O militar passa a vida estudando. Os militares que governaram o Brasil foram exemplo de dignidade, de seriedade, acima de tudo de honestidade e patriotismo. Por que o militar não pode participar do governo? Por que o presidente da República, reeleito, enxota os militares do Poder? Foi de propósito, para que os militares não saibam o que se passa nos bastidores?

Honestamente, eu me preocupo muito com o destino do meu País. Se continuar como está, pelo que eu estou observando, as Forças Armadas não vão dormir tranqüilas. Vão ter que voltar, porque a situação está chegando a um ponto intolerável de desrespeito ao povo e às leis, de desrespeito à moral, que é a fonte dos direitos. E de desrespeito aos trabalhadores, tirando-lhes direitos de trinta, quarenta, cinqüenta anos. Tratando o professor como se trata um delinqüente. Cuida-se do delinqüente com "direitos humanos" e aqueles que, na verdade, tiveram seus direitos humanos violados, são abandonados. Isso me deixa triste, mas eu confio. Não vejo perspectiva no atual governo. Passamos por cima de cento e tantos anos de tradição republicana para criar uma reeleição que foi sinônimo de barganha, de falta de pudor, de falta de escrúpulos num processo eleitoral. E para fugir ao casuísmo, fez-se extensiva aos Estados e aos Municípios. Só quem não conhece a política brasileira, só querendo muito mal a este País para criar um processo eleitoral como esse a que vamos assistir, e que vai ser – tome nota – o maior festival de corrupção da República. Infelizmente. Mas, acredito no meu Brasil e acredito mais ainda nas suas Forças Armadas. Uma Nação não se deixa destruir impunemente. Na hora "H", com o respaldo do povo brasileiro, elas vão reagir, como em 1964. Não sei quando, mas vão. Muito obrigado.

Jornalista José Blanchard Girão Ribeiro

- Natural da Cidade de Acaraú–CE.
- Principais cursos civis: Liceu do Ceará e Colégio São José; curso de Letras Neolatinas (bacharel/licenciado), na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e de Direito, na Faculdade de Direito do Ceará (UFC).
- Atividades civis, entre outras: Diretor da Rádio Dragão do Mar; Diretor-Presidente da Televisão Educativa do Ceará, Canal 5; Editor-Chefe dos jornais *O Povo* (Fortaleza–CE) e *O Norte* (Parnaíba–PI); advogado (de 1965 a 1973); publicitário (Metas Publicidade e Cysne Propaganda e Comunicações); Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Fazenda; e, atualmente, assessor especial do Governador do Estado do Ceará.
- Livros publicados, entre outros: *Doutor Valdemar – O Médico e o Político* (1989, Stylus Editora); *O Céu É Muito Alto*, Memórias (Imprensa Universitária); *Mucuripe – De Pinzon ao Padre Nilson* (1997, pela Fundação Demócrito Rocha); *Sessão das Quatro* – crônica histórica (também pela ABC Fortaleza); *Mestre Hélio – O Piloto da Mansão* (Tiprogresso), e *Passageiros do Ontem e do Sempre*.
- Em 1964, exercia o mandato de Deputado estadual, na Assembléia Legislativa do Ceará, tendo sido cassado, nesse mesmo ano, pela Revolução.

Entrevista realizada em 18 de setembro de 2000.

Em 1964, encontrava-me no exercício do mandato de deputado estadual, não mais no da minha atividade tradicional, que é o jornalismo. Havia sido, por conta do jornalismo, eleito deputado estadual. Como deputado, e antes como jornalista, convivi com um dos períodos mais agitados, turbulentos e, também, da mais rara importância histórica para o nosso País, período que remonta a 1960. O ano de 1961 foi o epílogo de uma série de outros acontecimentos, iniciados, talvez, em 1955, com a posse do então presidente eleito, Juscelino Kubitschek, e que levou o Ministro da Guerra, o General Teixeira Lott, a intervir no processo e assegurar a posse do eleito. A partir daquele momento, os fatos políticos se precipitaram de maneira muito agressiva, abrindo-se uma espécie de fosso entre as mais diferentes correntes em ação, em atividade.

Em 1961, eleito Presidente da República, o Sr. Jânio Quadros surpreende a Nação com uma renúncia intempestiva, até hoje não explicada. Isso gerou uma situação emergencial dolorosa. Estivemos na iminência de um confronto entre brasileiros, sob todos os pontos de vista, lamentável. Mais uma vez, mantendo a tradição histórica do País, conseguimos encontrar uma solução, embora precária: diante da posição assumida pelo III Exército, no Rio Grande do Sul, em confronto com outras unidades das Forças Armadas, foi assegurada a posse do Vice-Presidente da República, em face da renúncia do titular, através de uma Emenda Constitucional que implantou o regime parlamentarista. Essa solução foi um arranjo heróico, emergencial, algo para evitar o pior. Deixou, entretanto, um rastro de frustração entre aqueles que não aceitavam a ascensão do Sr. João Belchior Marques Goulart à Presidência da República.

Uma vez no Poder, João Goulart, sentindo, entre outras coisas, a falta de embasamento parlamentar, procurou dar uma conotação populista ao seu governo e arrancar – e de certo modo conseguiu – apoio em áreas fundamentais da sociedade brasileira. No meio estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de congêneres estaduais; no meio operário, através dos sindicatos, e no meio rural, através dos movimentos, a princípio denominados "Ligas Camponesas", que o governo, de certo modo, endossou através da sindicalização rural.

Essas coisas criaram um clima angustiante e turbulento, passamos a viver uma situação de permanente instabilidade. Os sindicatos, com ou sem pretexto algum, muitas vezes decretavam greves. O País se tornou, realmente, presa fácil de uma situação política bastante delicada. Isso criou uma situação de iminente choque entre correntes diversas do pensamento nacional. Havia aqueles que aceitavam as proposições vindas do governo da União, através de bandeiras chamadas de "reformas de base", e os que julgavam que, por trás daquilo, havia outros interesses, talvez continuístas.

Naturalmente, eu não era um deputado de voto puro e simples, de sim ou não. Era um deputado participante, um deputado que tinha realmente atuação, pela minha própria origem de jornalista, de homem que gosta do debate. E endossei, dentro dos melhores propósitos, das melhores intenções, a política de apoio às reformas de base. A meu ver, o Brasil carecia, e ainda carece até hoje, de profunda reforma administrativa, de reformas do campo, pois estamos assistindo a essa situação bastante delicada, que é esse movimento de camponeses pelos vários pontos do País. Assim, como deputado, e não mais na função de jornalista, testemunhei o eclodir do Movimento de 1964, e pude fazer uma apreciação a respeito do que aconteceu. Exatamente o que espero transmitir, nessa oportuna iniciativa do Exército Brasileiro, com o objetivo de recompor, através de depoimentos de várias procedências, a história verdadeira do nosso País naquele importante período da vida nacional. Realmente, um período rico, sob o ponto de vista histórico. Entendo mesmo que houve uma espécie de afirmação da cidadania nacional. É isso que pretendo fazer na entrevista, não obstante o fato de ter sido tolhido na minha carreira política de deputado, atingido no primeiro momento pela própria Assembléia Legislativa, o que não vem ao caso aqui discutir. Eu e mais oito ou nove deputados, não me recordo, fomos atingidos. Posteriormente, o comando da Revolução aprovou ou ratificou a posição da Assembléia, cassando os nossos mandatos, suspendendo os nossos direitos políticos, inclusive me encarcerando. Foram oito meses e alguns dias de prisão, em 1964, mas isso nada pesa na minha opinião histórica, na minha visão histórica. Procuro tornar-me rigorosamente isento de qualquer paixão, de qualquer sentimento ideológico e, principalmente, de qualquer sentimento de ódio ou de revindita contra quem quer que seja.

Pretendo formular, dentro do mais estrito sentido da verdade, os meus pontos de vista sobre tudo o que pude testemunhar com relação ao Movimento de 1964. Há, porém, fatos mais remotos, relacionados com esse Movimento, que não acompanhei. Sobre a Intentona Comunista de 1935, por exemplo, disponho apenas de informações históricas, pois eu era muito criança, na época. Julgo, contudo, que a Intentona gerou, fermentou na mente do militar brasileiro, particularmente do Exército, uma aversão, um temor permanente à subversão comunista. Não creio que tenha sido, exatamente, a lembrança de 1935, por si só, a causa principal do Movimento de 31 de Março de 1964. É evidente que, ao envolver-se nessa questão político-institucional, o Exército, de modo particular, e as Forças Armadas, de modo geral, tinham em mente a lembrança da Intentona de 1935. A formação anticomunista deixava os militares brasileiros em estado de alerta, em estado de permanente advertência em relação a uma possível renovação de um evento semelhante.

Agora, o episódio de 1964 tem outras matrizes, outras origens. 1964 envolve um período internacional muito complexo e sucedeu a um panorama político turbulento a que já me referi ligeiramente. De fato, era um momento de extrema instabilidade política e administrativa, em razão da origem do Governo do Sr. João Goulart, colocado no Poder contrariando os altos comandos militares, que não tinham confiança nele – guindado à posição de Presidente da República, pela renúncia do Sr. Jânio Quadros – em razão de episódios anteriores, quando ele foi Ministro do Trabalho no Governo de Vargas. E a turbulência observada durante o seu período de governo cristalizou a desconfiança das Forças Armadas. Havia a todo momento e a qualquer pretexto, greves nacionais de ferroviários, de bancários, de comerciários, uma verdadeira conturbação da ordem, que depois se alastrou para o campo, com as ligas camponesas, que despertaram a população despolitizada, ignorante e faminta, digna de uma visão social mais humana.

Tudo isso serviu de instrumento político para a disputa em torno de certos interesses. O ponto pior, crucial, a meu ver, foi o envolvimento de militares subalternos. Deu-se o episódio de Brasília, envolvendo sargentos, entre os quais um que fora eleito deputado federal, dentro daquela defesa do direito do voto para sargentos, cabos e soldados. E por fim, no apagar das luzes do Governo de Jango, o movimento dos marinheiros. Tudo isso vi com preocupação. Eu tinha uma visão bastante clara de que aquilo podia levar a soluções extremas, em razão da ameaça às duas pilastras de sustentação das Forças Armadas, a disciplina e a hierarquia, ruptura que ampliou o grau de insatisfação no meio militar.

Havia também – e não se pode deixar de colocar em pauta – os interesses políticos contrariados. Nós tínhamos, então, uma liderança política muito forte no Brasil, o Sr. Carlos Lacerda. Jornalista combativo, orador inflamado, capaz de incendiar uma multidão com facilidade, Lacerda vinha, de longas datas, combatendo as forças que apoiavam João Goulart. Lacerda era o antigetulista por excelência. Houve o episódio da Rua Tonelero, quando perdeu a vida um jovem major da Aeronáutica, o que provocou aquela reação conhecida como "República do Galeão". Tudo aquilo formou o caldeirão de inquietação do País.

Já no final de 1963, os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros, de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, formavam um cordão de isolamento contra o Governo Federal. Os três mais importantes Estados do País cercavam, politicamente, o Presidente da República. Essas coisas, além do clima agudo da guerra fria, o mundo dividido em duas correntes bem definidas, a iminência de uma guerra atômica, tudo isso entrou no caldeirão que fermentou naquele período. A população que foi para as ruas, pressionada, a favor do Governo

João Goulart, com as bandeiras de reformas de base, e as famílias católicas contra o Governo de João Goulart, temendo o comunismo, tudo isso se compôs na formação do pensamento do militar. E é aí que vejo o embrião do Movimento Militar de 1964.

Não resta dúvida de que esse Movimento envolvia, como centro de um processo, o Governo João Goulart, que vou colocar em dois tempos: como eu o via e como eu o vejo. Eu via o Governo Goulart como governo popular, autor de propostas importantes para o País: reforma agrária e reforma da Constituição, por exemplo. Via também um presidente da República sem o pulso para conter determinados excessos, dominado por grupos periféricos que o rodeavam e se aproximavam do seu governo. Todos sabemos, o Exército sabe mais do que eu, João Goulart seria o último comunista do mundo. Estancieiro milionário, dono de grandes fazendas no Rio Grande do Sul e no Uruguai, Jango não tinha nenhuma vocação para comunista; podia ter vocação para caudilho, como mostrava o seu pensamento populista ou por herança, talvez: ele foi uma cria do Vargas. Como João Goulart não tinha uma base sólida, ficou isolado dos governantes dos principais Estados e pelo Congresso, que era dominado pela UDN e pelo PSD, forças tradicionalmente conservadoras que não aceitavam aquelas teses. Então, buscou amparo nos sindicatos, no meio estudantil, nos intelectuais, e fez aquela agitação de rua, levantando aquelas bandeiras. Apesar disso, não via nele um homem a serviço de Moscou – linguagem que se usava na época – como não estava, também, a serviço de Washington. Jango era um homem que queria fazer o seu traçado próprio, dentro da realidade do continente sul-americano, política que Jânio Quadros, de certo modo, tinha iniciado, mas eqüidistante das grandes potências. Depois, este bloco de eqüidistantes ficou conhecido como o "Terceiro Mundo", liderado pelo Marechal Tito, da Iugoslávia, corrente que se situava entre as duas forças hegemônicas do mundo: a União Soviética e os Estados Unidos. João Goulart não queria, como objetivo final, a implantação de um regime comunista, mas também não teve força suficiente para deter as agitações que poderiam redundar numa situação política difícil. Essa a posição, como eu via, do Governo João Goulart.

Hoje, vejo que se tivesse havido mais empenho, algum esforço no sentido de deter a avalanche de agitações, talvez o desfecho tivesse sido outro. Entretanto, já há documentos históricos que mostram que teria havido a ingerência do General Amaury Kruel, amigo particular de João Goulart e, na época, comandante do II Exército, em São Paulo. De fato, o General Amaury Kruel ainda tentou uma solução apaziguadora, antes do desfecho dos acontecimentos, e não foi atendido. Goulart vinha sendo influenciado por outras lideranças mais fortes e acabou fazendo aquilo que foi, talvez, a despedida melancólica, a decretação do fim do seu governo: o

comício da Central do Brasil. Assim, todas essas razões mediatas e imediatas, o panorama internacional conturbado, difícil, delicado, estão no bojo da substância geradora do Movimento de 1964.

Além disso, outros dois fatores se refletiram, de certa forma, no Movimento de 1964: a inflação herdada do Governo Juscelino e a frustração com a renúncia de Jânio. A inflação é sempre má conselheira. E a inflação pegou o Brasil numa fase em que a sociedade se transformava de sociedade tipicamente rural em sociedade urbana. Havia um processo, para mim, capenga, de industrialização. O Brasil começou fabricando automóvel de luxo, quando devia ter começado a fabricar tratores; mas essa decisão mudou o perfil da sociedade brasileira: as cidades incharam, não cresceram. Em 1964, havia uma insatisfação da classe média, perdendo o poder de compra com a inflação. Isso também contribuiu para as agitações de rua, que não tinham um mero caráter ideológico. Admitamos que houvesse exploração ideológica, mas não era uma motivação só ideológica. A classe média estava insatisfeita, frustrada, porque como classe que pensa mais, depositara as suas esperanças em Jânio Quadros, cuja renúncia, até hoje, não foi bem explicada. Por conta disso, a exacerbação dos acontecimentos se acentuou. A inflação foi mais uma gota de gasolina no caldeirão de efervescência, e envolveu, praticamente, todos os setores da vida nacional, de acordo com sua linha de pensamento ou com a defesa de seus interesses.

A Igreja Católica, por exemplo, com a sua tradição histórica, anticomunista, assumiu uma posição relevante, incorporou-se àquele segmento que estava um tanto amedrontado com o que estava acontecendo. Em diversas capitais do País, as Marchas da Família com Deus, pela Liberdade, os terços em família e outras atividades e procedimentos nascidos no seio da Igreja, por iniciativa de sua alta cúpula, mobilizaram o povo católico brasileiro. Naquele tempo, o nosso povo não era muito influenciado por essas religiões evangélicas que, depois, despontaram no País. Assim, a Igreja Católica teve um papel relevante, inclusive contribuindo para o desfecho do Movimento. E a partir do momento em que segmentos da sociedade e da própria Igreja se manifestavam, o governo foi perdendo substância e enfraquecendo.

Muitos, entretanto, julgam que essa situação era devida ao próprio estado de subversão que Jango mesmo estimulou. A meu ver, subversão é uma palavra de espectro muito amplo, muito exagerado. Houve agitação, muitas vezes programada, outras vezes espontânea. Como disse, havia uma insatisfação nos setores médios da sociedade em relação ao aumento do custo de vida, à inflação, que faz perder o poder aquisitivo. Essa agitação, talvez, extrapolou os limites do desejável, foi o

caldo de fermento da solução política que eu diria, não desejada. Acredito que ninguém de bom senso desejaria uma solução de violência, de forma anormal. Por isso, diante da insegurança e da incerteza, a Igreja, a Imprensa, o Congresso, todos os segmentos sensatos do País, defendendo a tese de que o governo estava caminhando para um terreno perigoso, conduziram o povo a um clima favorável a uma solução de força.

As agitações e a violência a que me referi, tanto no campo como nas cidades, contavam com entidades de frente que as conduziam. Havia, por exemplo, as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze". Quanto a estes últimos, o que sei é o que li nos jornais, onde tomei conhecimento de sua existência. Mas a respeito das "Ligas Camponesas", diria que houve, na sua formação, um primeiro momento de sinceridade na busca de solução para um problema que ainda hoje é angustiante. Não percamos de vista que as "Ligas Camponesas" de ontem são o MST de hoje, com muito mais força, mais organização, com muito mais recursos e poder de objetividade nas suas reivindicações. As "Ligas Camponesas" foram o embrião de todo um movimento de campo em defesa da principal bandeira levantada pelo Governo Goulart, a bandeira da reforma agrária. Nesse sentido, Jango chegou a decretar a desapropriação de terras às margens das rodovias federais e das grandes reservas hídricas. Um ato que abalou profundamente a estrutura agrária do País, os grandes proprietários, foi a determinação do governo de fazer as desapropriações por meio da dívida ativa da União. Era a desapropriação pelo valor histórico, não pelo valor de mercado, com títulos da dívida, causando enorme pânico no seio dos proprietários e gerou uma grande reação ao movimento do governo.

Isso acelerou o despertar de uma consciência nacional de militares e civis, para o desencadeamento do Movimento de 1964. Eu diria, havia uma dualidade da consciência nacional. A consciência nacional daqueles que, certo ou erradamente, se propunham a defender as bandeiras do governo, e a consciência nacional dos latifundiários, que não aceitavam as medidas do governo; de políticos, conservadores de modo geral, que entendiam que o governo estava descambando para a esquerda, e temiam uma manobra de golpe dos continuístas, partindo do Governo Goulart, em razão das suas origens getulistas. Aquele grito do Octávio Mangabeira deve ter ecoado na memória de Carlos Lacerda e de outros políticos de então: "Lembrai-vos de 35!" Getúlio Vargas, embora não estivesse mais vivendo a cena, era uma figura presente, através de Jango.

Ao Governo Goulart, que não teve forças para conter a exacerbação das greves, faltou autoridade: ele se deixou levar pelas lideranças sindicais. Lembro-me de uma greve na Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro, quando o Ministro

da Viação e Obras Públicas, o Senhor Expedito Machado, dialogava, permanentemente, com o Presidente da República, a respeito de como fazer. O que se via era a autoridade de um ministro, representante imediato do presidente, debilitada pela força contrária. O governo perdeu bastante a sua autoridade, o que foi fundamental no desencadear dos acontecimentos. Todavia, algumas lideranças dessa força contrária não viam qualquer tentativa de golpe dentro do governo. Eu cheguei a conversar com algumas lideranças importantes, pela minha condição de deputado, e de nenhuma delas senti a intenção golpista, continuísta. Pelo contrário, Miguel Arraes, por exemplo, Governador de Pernambuco, disse a mim que estava organizando uma frente de governadores do Nordeste para impedir qualquer tentativa golpista vinda do governo, donde se conclui que ele também temia um golpe. Do governo ou contra o governo. Isso veio da boca do Dr. Miguel, ele ainda é vivo. Aí, o Sr. Abelardo Jurema, que era o Ministro da Justiça, procurou entrar em contato com as direções dos partidos. Eu mesmo conversei, aqui, com o então Governador do Ceará, o Coronel Virgílio Távora, que me disse: "Eu estou inteiramente solidário com a Constituição". Então, havia nas principais lideranças brasileiras, a intenção de manter a estrutura constitucional. A quebra da constitucionalidade foi, realmente, provocada por uma série de contingências, de circunstâncias especiais, as greves, principalmente as greves, e, notadamente, o movimento dos sargentos em Brasília e o movimento dos marinheiros.

Não há dúvida. Para os brasileiros legalistas, ordeiros, homens pacatos, ligados à Nação e irmanados numa harmonia nacional, a agitação dos sargentos em Brasília, o comício da Central do Brasil e a anarquia e o desrespeito flagrante às autoridades, naquela reunião dos marinheiros, representaram fatos afrontoso à consciência dos verdadeiros brasileiros. Na verdade, ninguém aceitava aquilo de bom grado, pois ficou claro que Jango perdera por completo o controle da situação. É preciso que o político, na hora azada, use um pulso forte capaz de conter as figuras radicais que o cercam, se misturam no governo e o envolvem. Aqueles episódios, porém, me permitem reafirmar que havia, no País, uma dualidade de consciência nacional: um segmento dos que estavam temerosos com o rumo que a situação estava tomando, e um outro segmento composto de camponeses, sindicatos, estudantes, União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Entendo que as Forças Armadas, em especial o Exército, tomaram a posição que representa o pensamento dos que estavam temerosos, isto é, de todos aqueles brasileiros, pacatos legalistas, que não queriam a solução anticonstitucional, nem muito menos a anarquia.

Não pretendia aludir aqui a certos comportamentos verbais do Senhor Luís Carlos Prestes. As circunstâncias, entretanto, me obrigam à coerência. Certa vez, já em março de 1964, Prestes declarara que os comunistas já estavam no governo; faltava-lhes o Poder. Vejo, nessa declaração, uma visão vesga de Carlos Prestes, idêntica à que ele tivera em 1935. Noutra ocasião, muito depois, por volta de 1946, Prestes teria declarado, no Senado, que, em caso de guerra do Brasil contra a Rússia, ele ficaria do lado da Rússia. Eu não me recordo desse episódio, embora afirmem que esteja registrado nos anais do Senado. Se ele, de fato, disse isso, fê-lo numa interpretação completamente equivocada da realidade. Pelo menos, não coincide, de modo algum, com o que pensa a grande maioria das pessoas que, a meu exemplo, partilhavam da defesa das soluções favoráveis às reformas do País.

Essas reformas, para nós, constituíam uma coisa. A tomada do Poder por forças estranhas era completamente outra, e não estava no nosso nível de cogitação. Não obstante, havia uma espécie de composição de forças políticas: de um lado, o Governo Jango com o seu populismo; do outro lado, as forças partidárias e outras instituições que discordavam do governo. Neste lado, podemos incluir o Congresso Nacional, a Justiça e a Imprensa.

O Congresso Nacional – na sua maioria, dois terços ou mais – era composto de grandes proprietários, grandes industriais, de representantes do poder financeiro do País, dentro das legendas majoritárias que eram o Partido Social Democrático, PSD e a União Democrática Nacional, UDN. Esses partidos não poderiam dar, dentro da sua visão histórica das coisas, o respaldo que o Presidente da República queria. O Congresso era contrário à maioria das teses sustentadas pelo Presidente da República, que tinha a sua bancada, a bancada do PTB, uma bancada pequena de esquerda, que lhe dava a sustentação para algumas coisas. Na época ainda do parlamentarismo surgiu a figura de Santiago Dantas, um homem extremamente culto e inteligente, que procurou negociar determinadas soluções, sem muito êxito. Essa situação emperrou tanto a ação de governo, que levou João Goulart a buscar outros caminhos. Aí, creio, está o seu erro, o infeliz encaminhamento dos fatos – eu particularmente não desejava, creio que a maioria que estava na situação, também não desejava – através do golpe das instituições. Ninguém queria, mas acredito que a mídia tenha tido um papel decisivo, principalmente na época dos Diários e Rádios Associados do Brasil, liderados pelo Sr. Assis Chateaubriand, ao se colocar, totalmente, em posição contrária ao Presidente da República.

A Justiça, por sua vez, ficou indiferente aos movimentos. Dentro do estrito cumprimento das determinações codificadas, das normas codificadas, dava solução; mas não teve um papel que pudesse ter brecado qualquer excesso, fosse do lado

governista, ou do lado dos que combatiam o governo, no desdobramento de uma situação tão delicada como aquela. Mas, depois, a própria Justiça se sentiu atingida e reagiu, como a Imprensa, também, quando sentiu a força da censura em cima dela. Então, a Justiça rebelou-se, houve uma série de pronunciamentos contrários e houve, inclusive, membros do Supremo Tribunal Federal atingidos pelo Movimento revolucionário, o que acabou desfigurando o STF. Isso foi muito ruim para o País de modo geral. Até mesmo o *habeas corpus* foi suspenso, e foram tomadas várias medidas dessa natureza, que só os militares, a nível de força, conseguem adotar.

Agora, ao lado do governo, as entidades tidas como de esquerda, tipo UNE, CGT, PUA e CNTI, agitaram as multidões antes da eclosão do Movimento de 1964, mas, após, mantiveram-se apáticas. Na verdade, hoje, vejo o comportamento dessas entidades sob a seguinte ótica: faziam guerra de retórica, era mais discurso. Não havia nenhuma preparação para a tomada do Poder pela força, mesmo porque não havia força. Lembro-me de uma reunião, aqui no Sindicato dos Ferroviários, a que estive presente, na condição de deputado, num auditório muito lotado, uma verdadeira multidão. Vez por outra despontava alguém no canto da sala. Um dizia: "Não queremos isso, queremos conciliação". Outro: "Queremos ir para a luta armada, queremos lutar". E eu fazia sempre aquela pergunta: "Você tem as armas? Se tem, venha, porque você só pode fazer uma guerra, se tiver armas". Então, a arma era a retórica. Inclusive, há hoje suspeitas de que houvesse elementos provocadores, instigando os presentes, tipo cabo Anselmo.

Não havia a preocupação de tomar o Poder. Talvez, neste ponto, Luís Carlos Prestes tivesse razão: o Poder não estava nas suas mãos, o governo sim. Então, como tomar o governo, se o governo já era deles? Mas havia aqueles elementos radicais que achavam que podiam tomar o Poder pela força. Mas como pela força, se eles não tinham armas? Então, eles, na hora em que eclodiu o Movimento do Exército, foram tomados de surpresa, não tiveram reação nenhuma. O Movimento de 1964 não encontrou a menor resistência, pelo menos de imediato, nas primeiras horas. No fim do 31 de março, para o 1º de abril, não houve qualquer resistência, em nenhum ponto, nem de estudantes, nem de operários, nem de camponeses, nem de ninguém: eles não estavam preparados para isso. Foram tomados de surpresa. O Movimento foi muito bem preparado na sua logística e soube manter um sigilo desconcertante na deflagração. Além do mais, os próprios aliados de Jango fizeram uma onda muito grande em torno da "invencível força do governo".

Repetia-se, na época, insistentemente, que o governo estava muito forte em razão de um dispositivo militar. Mas esse dispositivo militar, em que o governo confiava, não funcionou ou não existia, era uma farsa. O Ministro da Guerra, não

sei quem era, não me lembro mais. Entretanto, o chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil, era uma personalidade muito requisitada. Diziam que tinha o controle das Forças Armadas, que o governo tinha as Forças Armadas na mão. Tudo, porém, era ilusório. Em razão disso, os janguistas não se prepararam para coisa nenhuma: se o governo tinha o controle das Forças Armadas, para que eles se iriam preparar? Estavam fazendo discursos, exigindo aquelas reformas na marra, fazendo aquelas agitações no grito. Não se ganha nada no grito: ou se negocia, ou se estuda ou se prepara e se vai para a luta devidamente preparado. Mas eles não estavam preparados para a luta. Era uma guerra retórica, e eles eram uns poetas agitados. Enquanto os janguistas poetizavam, o outro lado se articulava, se mobilizava, através de líderes.

Acredito que a essência do pensamento revolucionário não nasceu nos quartéis, mas no mundo civil. A cabeça pensante do Movimento de 1964 chama-se Carlos Lacerda, o grande estimulador da vontade popular. O ano de 1964 foi o epílogo. Carlos Lacerda vinha de há muito combatendo Getúlio de todas as formas que podia, até mesmo denunciando a negociata da *Última Hora*, de Samuel Wayner. Em torno de Carlos Lacerda se agregaram várias outras lideranças de âmbito nacional, motivadas contra o posicionamento do governo, comportamento a que já me referi. Então, resumindo, as principais lideranças da Revolução foram Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, entre os civis. No meio militar, o grande líder foi o General Castello Branco, na preparação e na coordenação do dispositivo militar. No meu julgamento, são estes os líderes mais importantes do Movimento de 31 de Março de 1964. Todavia, repito, a sua grande figura foi Carlos Lacerda. Porém, seguindo um princípio que todo mundo conhece, as revoluções terminam por devorar os seus próprios geradores.

Diante da expressão desses líderes e da sua atuação no Movimento de 1964, torna-se pura falácia dizer-se que os norte-americanos impuseram o "golpe" de 1964, através da "guerra fria". Eu não tenho elementos fáticos para dizer isso, nem acredito nessa história. Agora, dizer que havia uma torcida organizada dos Estados Unidos em favor do Movimento, aí sim. Ora, o mundo estava dividido em dois campos distintos, e seria muito ruim para a política norte-americana, por exemplo, o Brasil sair da sua esfera de influência. Li, há algum tempo, uma reportagem da revista *Veja*, em que o repórter vasculhou os arquivos do então embaixador americano no Brasil, o Sr. Lincoln Gordon, na qual ele diz ter havido preparativos para uma eventual (ele não usou essa expressão) "guerra civil". E se houvesse um choque em que pudesse o Governo Goulart impor-se, eles talvez tivessem interferido ou ajudado de certo modo. E fala-se, mas nunca se teve confirmação, da existência de uma operação *Brother Sam*, uma operação com uma

esquadra americana no Caribe, pronta para intervir. Tudo isso não passa do terreno das especulações, não há um fato histórico comprovado.

No livro que um amigo me emprestou – interessante, por sinal, do ex-deputado Marcelo Linhares, a respeito da figura do General Humberto de Alencar Castello Branco – há um detalhe segundo o qual, na noite em que foi decretada a vacância do Poder, pelo Senador Auro de Moura Andrade, entrou um grupo no Congresso Nacional e desse grupo fazia parte um diplomata americano. Não quer dizer que fosse proibida a presença de um diplomata americano, mas é sintomático que o americano torcia por aquela solução. Os fatos posteriores, como a intervenção no Chile, entre outros, mostram que os Estados Unidos tinham interesse em manter sob a sua esfera de influência, como potência hegemônica, países como o Brasil e todos os demais que vivem em torno da economia americana.

Ainda nesse mesmo sentido, a mídia atual é pouco ou nada inteligente, quando, ao referir-se ao Movimento de 1964, "golpe militar", como classifica, inclui as Forças Armadas sob imposição da guerra fria americana. A mídia de hoje não quer investigar a origem da formação cultural anticomunista do militar brasileiro. Conforme anteriormente comentei esta formação se encravou na alma do nosso militar a partir da Intentona Comunista de 1935, pelos seus resultados. Por outro lado, as Forças Armadas brasileiras, em 1964, não teriam necessidade de apelar para o apoio norte-americano ou de outrem. Os nossos militares tinham, como têm, um sentimento próprio, nascido de sua própria formação cultural, da sua formação histórica contra o comunismo. Por isso, estavam temerosos. Se o temor era procedente ou não, aí são outras considerações ou, como se diz, "outros quinhentos". Mas, temor alicerçado em quê? Alicerçado na experiência oriunda de 1935. Todos os analistas de hoje, todos os historiadores brasileiros admitem que a Intentona foi um marco definidor da política brasileira até hoje, servindo, inclusive, como referencial para a Revolução de 1964. Por isso, qualquer movimento hoje pode ser até perigoso, porque, mesmo nacionalista, com o caráter mais puro do mundo, de sentido de brasilidade, nada impede que alguém possa confundi-lo como sendo de conotação comunista, na tentativa de sensibilizar as Forças Armadas. Neste caso, havendo um toque de comunismo, as Forças Armadas estão de sobreaviso. Por isso, 1935 foi o grande erro das esquerdas ou de Carlos Prestes, particularmente.

Ainda com relação à preocupação que dominava a mente de cada militar e se projetava dentro de cada Força – Marinha, Exército e Aeronáutica – em torno dela se robusteceu a união e a coesão nas Forças Armadas, durante e após o Movimento de 1964. De certo modo, até concordo que essa coesão e essa união se possam estender à Nação e ao seu povo, pois são fatores fundamentais de sua segurança.

Embora a missão de executar essa segurança – a Segurança Nacional – caiba às Forças Armadas, é a Nação, o povo, quem a delega e quem exerce a autoridade de mantê-la. No Movimento de 1964, o sentimento de Segurança Nacional sobrelevou qualquer outro, e transformou-se em ideologia do próprio Movimento. A doutrina de Segurança Nacional nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Escola Superior de Guerra, como fruto de muita discussão, análise e estudos realizados no Estado-Maior das Forças Armadas. Embora sem esquecer que a origem do Movimento de 1964 estava no meio civil, foi o militar quem tornou efetiva e nele inoculou a ideologia da Segurança Nacional, por considerá-la em jogo, naquelas circunstâncias. Entretanto, convém lembrar que a Escola Superior de Guerra sempre reuniu civis e militares, mais civis que militares. Portanto, a doutrina de Segurança Nacional, que é essencial e genuinamente brasileira, contou, ao ser elaborada, com a inestimável colaboração dos civis.

Em face da provocação e do acirramento dos antagonismos e das contradições sociais da época, e de sua exploração por interesses políticos, aquela união e aquela coesão estavam ameaçadas, elas que, como já disse, fundamentavam a Segurança Nacional. Daí, a ideologia da Segurança Nacional acompanhada, também, de um desenvolvimento nacional, capaz de, pelo menos, reduzir aqueles antagonismos, aquelas contradições. Era o "Desenvolvimento com Segurança" ou "Segurança com Desenvolvimento". Duas atividades cujos resultados se harmonizavam perfeitamente na sua interação: tranqüilidade e bem-estar. E foi assim que o lado antijanguista entendeu a situação de 1964, junto ao qual estava a mídia da época. Vou citar alguns representantes dessa mídia de então: *O Globo* e, basicamente, os Diários Associados. *O Globo* não tinha o poder que tem hoje a Rede Globo, mas já era uma potência. Ao lado do *O Globo*, tínhamos outros grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*. Aqui no Ceará, os jornais locais, as emissoras associadas, o jornal *O Povo*, todos se comportaram favoravelmente ao Movimento de 1964. O jornal *O Povo* era dirigido por um dos homens mais aproximados do Marechal Castello Branco, o então Deputado Paulo Sarazate. Assim, vê-se que a imprensa, no primeiro momento, apoiou integralmente o Movimento. Depois, começaram as diferenças, as desavenças. *O Estado de S. Paulo*, através de seus dirigentes, os Mesquita, entrou em choque com o Movimento, e o jornal chegou a publicar na primeira página, no lugar das manchetes, versos de Camões. Diziam que era por causa da censura. O *Correio da Manhã*, hoje desaparecido, fez o mesmo. O colunista Carlos Heitor Cony fazia críticas acerbas ao Movimento. Mas, no primeiro momento, a única voz discordante era a da imprensa montada por Jango, oriunda do tempo do Getúlio, no caso, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que ficou isolado. A

imprensa, de modo geral, passou a chamar o Movimento de 1964 de Revolução; uns poucos o denominavam de Contra-Revolução.

O ex-Vice-Presidente da República – o Deputado mineiro Pedro Aleixo – dizia que não tinha havido uma revolução. Quando muito, uma contra-revolução. Para mim, nem uma contra-revolução existiu, porque eu não acreditava que houvesse uma revolução em marcha. Eu já disse mais de uma vez, anteriormente, que havia, uma agitação promovida por retóricos, em sua grande maioria. Digamos, entusiastas emocionais, que supunham chegar ao Poder com aqueles discursos de porta de fábrica. Esse tipo de agitação não poderia comportar a denominação de revolução e, conseqüentemente, o pressuposto de Pedro Aleixo de que teria havido uma contra-revolução, quer dizer, uma manobra contra uma revolução em marcha, também não procede. Então, se não houve revolução por parte do governo, a meu ver não houve uma contra-revolução. Houve um movimento de quebra da constitucionalidade, em razão dos fatores já antes citados: o excesso de emotividade, a exacerbação dos movimentos sociais, principalmente das greves e – nunca é demais lembrar – a participação, em determinados momentos, de militares subalternos. Aquela revolta dos sargentos em Brasília foi um fator muito sério e, por último, já no apagar das luzes do governo, o movimento dos marinheiros.

Quanto às ações de guerrilha e de terrorismo, como seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos, a aeroportos, jamais – nem antes, nem durante, nem após, nem agora e nem nunca – eu apoiaria coisa assim, atitude dessa natureza. Mas, todo movimento que nasce de um processo violento, gera reação violenta. Então, as bombas, o terrorismo, o seqüestro do embaixador americano, por que tudo isto? Porque havia não sei quantos líderes, não sei quantos presos. Assim, se eles não foram seqüestrar o embaixador americano por brincadeirinha, foram seqüestrar o embaixador americano porque queriam, em troca, receber a libertação dos seus líderes. Então houve seqüestro, houve assaltos a bancos, houve uma série de coisas malucas, inclusive, para arrecadar fundos para o movimento. E o mais estúpido de todas as iniciativas, um dos erros mais brutais da esquerda, foi a tal guerrilha do Xambioá, no alto Araguaia. O cúmulo do despreparo, uma radicalização que acabou ceifando algumas centenas de vidas preciosas, sem razão.

Mas, voltando ao tema do que ficou conhecido, na época, como "luta armada", que abrangia terrorismo, seqüestros, guerrilhas, houve quem defendesse o endurecimento das leis existentes e até a promulgação de leis extraordinárias como o AI-5. Sob a ótica do governo militar, era necessário. Por quê? O AI-5 surgiu de um discurso infeliz do Deputado Márcio Moreira Alves, de certo modo, infantil, mas que feriu os brios das Forças Armadas. Esse foi o pretexto imediato

para a decretação do AI-5, mas havia outros motivos. Ninguém pode esquecer a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro. Havia uma contestação nas ruas, e o governo militar, que chegara ao Poder pela força, tinha de se impor. Assim, sob o seu ponto de vista, o AI-5 era necessário. O meu ponto de vista pessoal, é absolutamente o contrário. Como homem de formação em Direito, um legalista, um bacharel em Direito, jamais o aceitaria. As leis tipo AI-5 são chamadas leis de dissensão, só aceitáveis, só admissíveis, nos regimes de força.

Entretanto, alguém pode contra-argumentar dizendo que o governo precisava de instrumentos legais, fortes o bastante para evitar um mal maior ou algo pior, naquelas circunstâncias. Sim, mas entendo que são detalhes conjunturais, considerando-se que, dentro do próprio comando revolucionário – uso o termo para definir – já havia dissensões, pois já se falava, abertamente, de linha liberal castelista e linha dura. Então, o governo tinha que se instrumentalizar para se defender, entre outras coisas, contra as suas próprias entranhas. Desta forma, o AI-5 tornou-se uma necessidade de sobrevivência. Eu o vejo, sob a ótica dos militares, como um instrumento de sobrevivência daquela realidade, que não comportava qualquer descuido. Por qualquer inadvertência, os revolucionários podiam ser golpeados pela direita ou pela esquerda. Daí por que o governo se instrumentalizou, valeu-se de alguns juristas e preparou a lei, mas uma lei de dissensão.

Contudo, a execução dessa lei passou por alguns excessos cometidos por certos grupos. A existência de órgãos de informação, de elementos de operações de informação é uma necessidade para todo governo. O exercício do Poder não pode prescindir dos órgãos de informação. O Poder reclama informação, porque precisa estar atualizado. O que não se justifica é que esse órgão de informação, como ocorreu em determinado momento no Brasil, se transforme numa comunidade à parte, pairando, inclusive, acima do próprio Poder. Isto foi-se transformando em algo perigoso. Foi necessária uma atitude máscula, até drástica, do Presidente Ernesto Geisel, para conter os excessos de certa ala que queria, cada vez mais, radicalizar o processo. Então, a partir daí, refreou-se um pouco a ação dos DOI-CODI que, se trabalharam em sintonia com o governo, levaram a culpa por muitas coisas cometidas pelos órgãos de segurança policiais, tipo DOPS, do delegado Fleury. É a história do papagaio e do periquito: o papagaio come o milho e o periquito leva a culpa.

Por falar no Presidente Geisel, lembrei-me de que muita gente indaga quanto à duração do Movimento de 1964. Ninguém pode dimensionar um fenômeno político-institucional pelo seu tempo de duração. A Revolução Comunista de 1917 durou setenta anos. Foi muito ou foi pouco? É difícil de dizer. Os efeitos, para o

povo russo, foram positivos ou negativos? O próprio Poder que se instalou em 1964, com o círculo dos presidentes militares, chegou à conclusão, em determinada etapa histórica, que estava se exaurindo, de que as razões da sua presença já não existiam. Era preciso mudar. Assim, veio a distensão lenta e gradual, uma maneira de colocar o País, gradativamente, nas suas esferas democráticas. Nesse ponto, o Governo Geisel, em princípio, e, posteriormente, o Governo Figueiredo, concluíram essa passagem sem muitos traumas. Ao contrário do que aconteceu em muitas partes do mundo, aqui foi, praticamente, sem traumas.

Falei há pouco em governos militares. A propósito, gostaria, agora, de tecer algumas considerações sobre os presidentes do período revolucionário e sobre os militares de um modo geral. A formação do homem da caserna, do militar, é de austeridade. Ele não tem a preocupação do político profissional, de chegar ao Poder pelo desejo de glorificar-se. Não há um bonapartismo, não querem mesmo repetir Napoleão Bonaparte, eles estão ciosos é pelo cumprimento do dever. O General Dutra, que foi presidente – embora militar, foi um presidente civil – dizia: "Eu quero é que se cumpra a Constituição", por ele denominada carinhosamente de "livrinho preto" ou "cartilha". Os presidentes militares não tiveram – eu sou absolutamente isento para dizer isto – a preocupação de se exaltar, de se tornar heróis nacionais ou de enriquecer. Realmente, não houve essa preocupação. Todos passaram, uns mais expressivamente, no caso do Castello, que deixou o nome mais forte; o Geisel, que deixou um nome forte também, outros menos. No caso do General Médici, há muitas restrições ao seu governo. Foram épocas de maior enfrentamento das forças contrárias. O General Costa e Silva, também. Não foram exaltados, mas foram pessoas que passaram pelo Poder sem deixar ranhuras na sua honestidade, o que é uma coisa importante. Eu gostaria de, a bem da verdade, assinalar: não deixaram os seus nomes envolvidos com corrupção, com nenhuma bandalheira. Isso honra sobremaneira a participação dos militares no Poder.

Todavia, o que mais se critica nos governos militares é o cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística, e a prática de tortura contra presos políticos. Aliás, não se poderia esperar outra coisa, pois qualquer regime de força, qualquer regime de exceção tem cerceamento de liberdade. Por isso, a imprensa reagiu, estrebuchou o quanto pôde contra a censura, principalmente nos jornais escritos.

Depois de 1964, passei, oficialmente, um tempo ausente da imprensa. Mas sabia que os jornais estavam, de certo modo, impedidos de divulgar determinadas matérias. Vinham ordens expressas, às vezes dos comandos militares, a maioria das vezes, dos órgãos de segurança do Estado, por meio da Polícia Civil. Isso existiu,

tortura também. Há denúncias sérias de tortura no Brasil, responsabilizados alguns, como o General D'Ávila Melo, por causa do jornalista Vladimir Herzog, de São Paulo, um fato lamentável e que emocionou e comoveu muito o País. Houve, infelizmente, esses excessos. Mas isso não deve ser pretexto para se alimentar um sentimento de vingança permanente, de ódio. Para tanto, foi feita a Lei de Anistia e, desse modo, o País deve, de certa forma, passar uma borracha sobre esse passado. Passado que não ilustra a tradição liberal brasileira, não dignifica, e deve ser esquecido. Mas sempre com a preocupação de não permitirmos, jamais, que isso volte a acontecer.

Reconheço, porém, que é muito difícil controlar e segurar o comportamento de todos, num governo. Assim como o Governo João Goulart não teve força para segurar os seus radicais, os presidentes militares também não tiveram forças para segurar os seus radicais. Teve-as o Geisel, porque agiu de maneira forte e rápida. Mesmo assim, teve um momento crítico, no seu governo, para segurar o leme, lá em São Paulo.

Mas, não obstante as características próprias de um regime de força, eu vejo, com destaque, nas realizações dos governos militares, as obras de infra-estrutura. Houve uma tentativa de ocupação da Amazônia, infelizmente não concluída, com a Transamazônica. Rasgaram-se estradas. O sistema de telecomunicações do País deu um salto de qualidade enorme. Esses são fatos que podem entrar para a história dos governos militares como altamente positivos. No campo social, propriamente dito, houve o chamado milagre brasileiro, interrompido por uma das crises do petróleo. Com efeito, estamos gravando aqui, hoje, e estamos com uma crise de petróleo novamente à vista, que mexe não só com o Brasil, mexe com o mundo todo. O milagre brasileiro entrou em decadência, a partir da crise do petróleo. Assim, não foi possível registrar uma situação de euforia nacional, no campo social. O Estatuto da Terra, que data do primeiro governo militar, do Castello Branco, de certo modo foi esquecido não só pelos governos militares, como pelos governos civis subseqüentes, que não lhe deram execução. Acredito que dentro dos parâmetros legalistas do assunto, o projeto do Estatuto da Terra, até o ponto em que li, é mais positivo do que o projeto do atual governo, para a reforma agrária.

Com relação ao meu entendimento sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ocorreu uma coisa interessante. Na época, eu me coloquei frontalmente contrário – não por ter sido esterilizado, marginalizado da vida pública – mas por não admitir a quebra da estabilidade do emprego, uma conquista do trabalhador brasileiro ao longo dos anos, que o primeiro governo militar derrocou. Era o pensamento do Senhor Roberto Campos, dentro do conceito da escola econômica que ele defende ainda hoje. Então, foi criado um fundo de garantia, de certo modo

uma contrapartida para a perda da estabilidade. Infelizmente, o FGTS, se tornou um instrumento que o governo usou para mil outras finalidades, e acabou nunca beneficiando os trabalhadores. Raramente, hoje em dia, se vê alguém beneficiado. Agora mesmo estamos presenciando o desvirtuamento do FGTS.

Já a aposentadoria do campo, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), responde por uma proteção social razoável. As cidades interioranas estão vivendo quase que exclusivamente dessa aposentadoria rural. Mas criou uma insolvência para a Previdência Social. Tirou-se de onde nunca se tinha colocado nada. Então, aquela gente que foi beneficiada, extremamente merecedora de um certo amparo, nunca contribuiu para a Previdência. Assim, o que se tirou para pagar, nunca foi dado em retribuição. Aí, há um desequilíbrio das finanças da Previdência Social, em razão daquela lei do campo. Mas não deixa de ser um ponto valioso a iniciativa do FUNRURAL. Vejo, na cidadezinha de Aquiraz, onde tenho uma pequena propriedade que, quando pagam a pensãozinha dos ruralistas, o comércio se movimenta, e só se movimenta naqueles dois dias em que os ruralistas recebem o FUNRURAL. Não fora isso, e a situação dessa gente seria insustentável. Penso que poderiam ser criados mecanismos compensatórios capazes de garantir mais aposentadorias rurais, de modo a tornar mais atraente a vida dessa gente do interior e fixá-la no campo. Pois as exíguas condições de vida no campo, há muito vêm provocando a fuga do ruralista para as capitais, principalmente, no Nordeste. Então, essa aposentadoria para o meio rural trouxe seu lado positivo, embora com prejuízo para a Previdência Social.

Mas há que se fazer muito mais, em benefício do homem do campo. Infelizmente, os governos que vieram depois do regime militar não puseram em prática o Estatuto da Terra e, de certo modo, se descuraram do problema da terra que, a meu ver, na minha ótica – posso até estar enganado – responde pelo agravamento da realidade nacional. Sim, porque o homem do campo, abandonado, vem para a cidade e gera a violência urbana, gera a falta de habitação, gera a falta de escola, complica o transporte coletivo, complica tudo! Então, o inchaço das grandes cidades decorre dessa falta de amparo ao campo, da falta de solução para o problema fundiário. O Brasil é dos raros países do mundo que têm, potencialmente, resposta para esse problema. O Brasil tem áreas agricultáveis imensas, clima favorável em toda parte. Por isso, é lamentável que até hoje não se tenha uma solução para o problema. Agora, adotar qualquer uma, de última hora, abreviadamente, também não é solução.

Por outro lado, ainda com relação às iniciativas dos governos militares, sobretudo no campo energético, os governos subseqüentes pouco fizeram para

continuar produzindo a energia necessária às demandas do País, que já começa a sentir graves dificuldades. Esta é uma das grandes preocupações. Ainda hoje li na imprensa uma nota da Federação das Indústrias de São Paulo, apelando para que os industriais de todo o País, e não apenas de São Paulo, busquem o controle do consumo de energia, porque se delineia, no horizonte, uma crise energética muito séria. Isto significa que não houve um crescimento da produção de energia elétrica à altura do desenvolvimento do País, o que foi um erro fatal dos governos subseqüentes aos militares. Enquanto Itaipu, Tucuruí e outras usinas foram feitas naquele período, muito pouca coisa foi feita posteriormente. Além dessa pequena hidrelétrica de prosseguimento a Paulo Afonso, aqui no interior do Nordeste foi feita uma outra, recentemente; e umas menores, lá pelo Sul. E não se fez mais nada.

Apesar do desenvolvimento inegável trazido pelos governos militares, hoje em dia muito se fala sobre "ditadura militar" e "anos de chumbo". No meu entendimento, o que houve no País foi um período longo de governos não democráticos. Aí, dizem: "Ah! o Congresso funcionava". Sim! O Congresso funcionava precariamente, sob a permanente ameaça de cassações. Tudo isso caracteriza um período. Período que, a grosso modo, a imprensa hoje chama de ditadura, outros preferem chamar de governos autoritários, uma terminologia mais leve, menos pesada. De qualquer maneira, o que importa é o seguinte: o País viveu um período diferente, um período de vinte anos fora da regularidade das suas instituições. Isto posto, quero dizer que é preciso, em termos de comunicação fidedigna, que hoje em dia se restabeleça perfeitamente tudo o que aconteceu naquele período. Sempre com a preocupação de não se permitir que amanhã, a qualquer pretexto, seja por qual motivo for, essa quebra da normalidade aconteça. Nesse ponto, é sobremodo louvável a iniciativa deste Projeto História Oral do Exército, em querer fazer este trabalho, que ora se desenvolve em Fortaleza e, estou informado, em outras capitais, inclusive no Distrito Federal. Assim, quanto ao que a mídia fala em relação aos "anos de chumbo", é preciso que os militares também dêem a sua versão. Foram "anos de chumbo"? Por que foram "anos de chumbo"? Houve "chumbo" por quê? Porque havia "chumbo" do outro lado. Então, a comunicação é essencial. Vamos reproduzir o pensamento clássico do inolvidável Chacrinha: "Quem não se comunica, se trumbica".

Houve, realmente, um período de exceção, com muitos erros e alguns acertos, como citei há pouco. Houve no País um desenvolvimento dentro de uma certa tranqüilidade, certa ordem, mas houve excessos também, praticados por radicais, como sempre, incrustados em qualquer movimento. Mas é preciso que esse período seja contado corretamente, didaticamente, por meio deste Projeto. Exatamente para que se tenha uma realidade histórica imune a leviandades. Por exemplo, há

quem insinue que nos vinte anos de governo, os militares e as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens. Não. Honestamente, acredito que não houve vantagens. Ainda hoje os militares se queixam de que são muito mal remunerados. Não houve, nem mesmo, o cuidado de legislar em causa própria. Houve, inclusive, na época, muitas críticas a certas figuras do Governo Costa e Silva. Depois, ficou evidenciado que nada daquilo era verdade, e o cidadão que era mais acusado, morreu numa pobreza extrema: o Coronel Mário Andreazza, que foi Ministro dos Transportes, cujas contas de hospital foram pagas pelos amigos. Portanto, é esta a minha opinião sobre este assunto, mesmo tendo sido atingido pela Revolução, e depois de seis anos de processo, absolvido por unanimidade, pela Auditoria Militar. Uma oportunidade muito boa que se concede a uma pessoa que teve esse papel, essa participação direta ou indireta na situação, e que tem esse ensejo de se manifestar. Muito obrigado por isso.

Creio que o Projeto, volto a dizer, que o Exército está elaborando, é muito importante para a História do Brasil. Aduziria apenas mais isto: o momento nacional é de coesão. Lembro-me bem, aqui, da figura de Nelson Mandela, que depois de mais de trinta anos de cárcere, lutou, sem rancores, para unificar negros e brancos na África do Sul. Encontrou, após sua libertação, um aliado no Presidente branco Frederick Le Clerc. Os dois se abraçaram e selaram um compromisso, dentro de um pensamento único: seremos sempre adversários, mas não inimigos. Temos que aprender a viver num sistema aberto, livre, respeitando-se as idéias de todos, sem sectarismo, sem radicalismo e, principalmente, com o espírito de conciliação pacifista. A hora, lembrando Caxias, é de se marchar ombro a ombro, e nunca de enfrentamento de classes ou de categorias profissionais. Não devem existir vencidos nem vencedores, mas simplesmente brasileiros, juntos, a trabalhar por um Brasil melhor para usufruto de todos os seus filhos. Um Brasil que possa enfrentar, com sobranceria, com suas Forças Armadas bem preparadas, bem instrumentalizadas, qualquer agressão, parta de onde partir.

Jornalista Manoel Eduardo Pinheiro Campos

- Natural de Guaiúba; Distrito de Pacatuba–CE.
- Formação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará (1948).
- Principais cargos e funções: jornalista, radialista, diretor-presidente da Ceará Rádio Clube; ex-diretor dos jornais *Correio do Ceará* e *Unitário,* Rádio Araripe (Crato–CE) e TV Ceará, Canal 2; diretor dos Diários Associados Ltda, Rio de Janeiro–RJ; e Secretário de Cultura e Desporto (Governos Virgílio Távora e Manoel Castro).
- Membro efetivo da Academia Cearense de Letras; do Instituto do Ceará; da Academia Cearense de Retórica; e da Comissão Cearense de Folclore.
- Obras publicadas (algumas, entre 44 editadas): *Águas Mortas*, *O Tropel das Coisas*, *Dia da Caça*, *O Demônio e a Rosa*, *O Morro do Ouro* e *A Rosa do Lagamar* e várias antologias premiadas.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Gostaria de deter-me, inicialmente, naquilo que poderíamos considerar a primeira parte da entrevista ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Falarei, portanto, sobre o que aconteceu aqui no Ceará.

Os dias que antecederam a Revolução, no Ceará, foram cruentos, perversos, bastante difíceis. Eu dirigia dois jornais, o *Unitário* e o *Correio do Ceará*. Também a TV Ceará e a Ceará Rádio Clube, e mais uma estação de rádio no interior. Acontece que éramos muito visados, porque fazíamos parte dos Diários Associados. Por isso, aquelas pessoas que hostilizavam a sociedade e as Forças Armadas atribuíam os tropeços do País aos Diários Associados e acoimavam de entreguista a nossa política, vamos dizer assim, redacional, ao dar ênfase ao relacionamento com os Estados Unidos e analisar os fatos internacionais com bom senso e cautela, o que inspirava a opinião de pessoas qualificadas para analisar tais fatos. Por isso mesmo, fomos perseguidos, no Ceará, por aquelas pessoas que faziam parte da baderna, quando o nosso jornal esteve ameaçado de ser empastelado várias vezes. Toda passeata de protesto passava, necessariamente, pela Rua Senador Pompeu, onde se encontrava a sede dos nossos dois jornais. Era um verdadeiro tormento, porque paravam, gritavam, ameaçavam. Essa realidade foi-nos forçando a revigorar ainda mais nossa posição. Aquilo não podia continuar. Imaginávamos que tal situação fosse corrente em todo o País. Onde tínhamos empresas, sofríamos o mesmo massacre, a mesma pressão dos desordeiros que desfilavam sob a orientação do comando sindical, do comando da Central Sindical, do Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Tudo isso exercia uma influência terrível nas pessoas de bom senso. Então, situando-nos contra isso tudo, sentimos, em determinado momento – não sei se estou revelando algo indiscreto – que, em Fortaleza, não me refiro ao comando da Região, mas alguns militares não estavam muito satisfeitos com as ocorrências e procuravam uma abertura, através de pessoas que pudessem ajudar, colaborar. Fui procurado, então, por um oficial, o Torres de Melo – naquele tempo ele era major, se não me engano, responsável pela 2ª Seção – que me levava, às vezes, umas pequenas insinuações: "Olha, não seria bom fazer um comentário, um editorial? Essa coisa não está passando do limite?" Passei a perceber que ele, da sua parte, seguia a orientação do próprio comando da Região. E esse relacionamento prosseguiu de tal modo que o nosso envolvimento com a Revolução, principalmente com o Exército, em Fortaleza, foi algo percebido até pelas pessoas que não estavam bem a par desses fatos.

Quando arrebentou a Revolução, estávamos, seguramente, a favor do Movimento e saímos na frente, abertamente, com matérias que são conhecidas. E mantínhamos na redação um jornalista que, penso, foi ou ainda será entrevistado neste Projeto de História Oral, e que teve plena liberdade para escrever e publicar um livro

sobre a Revolução de 1964. Ele mesmo diz que jamais foi censurado pelo seu diretor, no caso, eu, Manoel Eduardo Pinheiro Campos. Nunca houve censura. Ele dizia o que queria contra o João Goulart, contra os ministros. Isso já era uma maneira enfática de demonstrar que não estávamos solidários com aquela situação, não estávamos solidários com o situacionismo, com a maneira como o governo orientava e administrava o País. Feito isso, participamos muito ativamente e, em particular, influímos na escolha do próprio Governador do Estado do Ceará, o Sr. Plácido Castello, homem de bem, cujo nome foi escolhido na sala da direção do *Correio do Ceará*, à noite, presentes aquelas pessoas que estavam comandando, praticamente, a Revolução no Ceará. Citaria os nomes do General Humberto Ellery, que era uma espécie de representante militar, e do Michel Gradvohl, que tinha um acesso muito grande ao comando da 10ª Região, além de mim, ponta-de-lança da informação, porque detinha um poder muito grande: os dois jornais, uma estação de rádio e uma de televisão. Naquele tempo, os nossos jornais não eram os primeiros lugares em tiragem, mas tinham uma boa circulação. Porém a estação de televisão e a estação de rádio ocupavam o primeiro lugar. Assim, tínhamos o privilégio de contar com a audiência de quase toda a população, não só de Fortaleza, mas de todo o Ceará.

Feito este relato, quero dizer que não me arrependo do que fiz, mas corri um grande risco. Não era o dono das empresas e não recebi orientação para apoiar a Revolução. Apoiei-a de moto próprio, sob a minha inteira responsabilidade. Vamos supor que as coisas não tivessem dado certo. Teria perdido o meu emprego e não estaria hoje falando como falo, como representante jurídico de todas as Empresas Associadas do Brasil. E, naturalmente, teria sido punido por ter participado de um movimento sem uma orientação da direção geral. Mas tive a grande satisfação de, logo depois, saber que as Empresas Associadas, no Brasil todo, em São Paulo principalmente, onde morava o Dr. Assis Chateaubriand, haviam se posicionado a favor da Revolução: uma glória e uma realização para mim.

Ao longo do tempo, fomos fazendo amizade com os militares. No dia da comemoração que se realizou, inclusive com o desfile da tropa e diante da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, sede do Comando, tive a honra de ser convidado para, em nome da Revolução, fazer o discurso, não digo à tropa, mas àquelas pessoas que estavam formadas, àquelas pessoas que desfilaram. Fui eu, Manoel Eduardo Pinheiro Campos, quem falou sobre os ideais da Revolução, sobre o programa e sobre os bons propósitos que deveríamos alimentar daquela data em diante.

Tudo isso me honra profundamente. Quando vinham a Fortaleza o Comandante do IV Exército e outros comandantes, sempre me fiz presente. E toda vez que o Presidente da República, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, vinha a

Fortaleza, sempre participava de jantar, com ele, na casa do Senador Paulo Sarasate. Quero até esclarecer o seguinte: na divisão de cargos administrativos, depois da Revolução, coube-me, por determinação do governo, a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Não aceitei. Não que eu não quisesse administrar a Cidade de Fortaleza, não que eu não desejasse dar a minha participação mais ativa ainda à Revolução, mas porque a minha mulher me chamou – e ouço muito a minha mulher, sou bem casado há 52 anos – e ponderou: "Olhe, você não é político. Depois, você vai entusiasmar-se pela política, vai perder o fio da meada da sua vida e, talvez, deixar os Diários Associados, que são a sua casa." Eu a escutei e escutei muito bem. Continuei dando o meu esforço, o meu trabalho, a minha contribuição à Revolução, mas desisti de ser prefeito.

Tenho mais um relato de que me orgulho muito: lembrado o meu nome para governar o Estado do Ceará, indicado o meu nome ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, ele disse: "Não! Nós não podemos dar tanto poder a esse rapaz. Ele já tem bastante poder e não ficaria bem nós o elegermos, o indicarmos para o cargo de Governador do Estado do Ceará." Esse detalhe está contado no livro escrito por Marcelo Linhares, um livro em que é narrada toda a história da vida do Virgílio Távora no Ceará. Quero contar outro fato que também muito me honra: embora estivéssemos, naquela hora, contra o Governador Virgílio Távora, em determinado momento esse trio – não sei se informo erroneamente – tomou a si, objetivamente, a direção do Movimento Revolucionário no Ceará. Mas, de minha parte, fui apenas consultado. Houve um momento em que o Michel Gradvohl e o General Humberto Ellery estiveram a ponto de pedir a renúncia do Governador Virgílio Távora. Fui chamado a participar, e disse: "Em absoluto, não vou participar, porque o Coronel Virgílio Távora pode ter muitos defeitos, mas é um homem honesto, um homem íntegro, e não vou contribuir para uma ação desse tipo. Tenho a impressão de que ele deve exercer o seu governo normalmente, e nós precisamos evitar nos imiscuir nessa parte." Os dois foram, segundo me contaram, até lá – eu estou contando isso, porque é um detalhe que pouco aparece na história política do Ceará – e o Virgílio Távora, muito arguto, disse: "Bom, se os senhores quiserem, podem tomar conta do governo; não crio nenhum obstáculo." Eles recuaram e recuaram muito bem, pois aquele seria um ato insensato. O governador acabou por cumprir o seu período administrativo com muito aplauso.

Com o passar do tempo, fui observando que movimentos revolucionários, movimentos que hostilizam governos, movimentos de transposição, de transformação, são movimentos que, realmente, acontecem de repente. Mas têm hora para acontecer. Depois, infelizmente, passa esse momento. Então, senti que o nosso momento era

aquele. O que deveríamos fazer, fizemos. Fizemos com base em amizades como a do Coronel Hélio Lemos, que foi punido, em Fortaleza, como a do Romeu Aldigheri, um dos primeiros homens, no Ceará, a fazer parte do movimento revolucionário, a produzir e a imprimir boletins, com dinheiro dele, com o esforço dele. O Michel Gradvohl ainda está vivo, pode contar essa história, pode confirmar. Muitos oficiais ainda estão vivos. Pena que tenham morrido o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco e o Plácido Castelo, mas o José Walter está aí e foi prefeito de Fortaleza, no meu lugar. E esses fatos não me levam a arrependimento de nada do que fiz, apenas atenuei a minha participação. Nunca fui censor de ninguém, nunca disse: "Não pode publicar essa nota, não deve publicar essa nota." E sempre ofereci o direito de resposta às pessoas que se sentiam acusadas, mesmo às que foram punidas pela Revolução. Quando eu achava que uma pessoa estava no direito de defender-se, sempre lhe concedia esse direito, jamais impedi que as pessoas se defendessem. Assim, acho que contribuí com a Revolução, e muito me honra ter dela participado.

Fiz várias conferências, várias palestras. Ajudei no que pude a Revolução, aos ideais da Revolução. Não tive a menor decepção com o Exército, onde fiz bons amigos. Soltei até alguns presos políticos aqui do Ceará. Era amicíssimo do General André Fernandes e lembro-me bem de que estava preso o Dorian Sampaio, que era deputado, e foi cassado e preso. Telefonei da redação do *Correio do Ceará* – eram 4h da tarde, tinha muito acesso, muita facilidade de falar com o general – e disse a ele: "General, esse homem já foi punido, eu o conheço, é um jornalista. Acho que o Exército já fez o que podia fazer, já o exemplou, já deu o castigo que ele, no pensamento das Forças Armadas, merecia. Vamos soltar esse homem, esse homem tem família, tem mulher, tem filhos, e tal." E, incontinente, o general o soltou. Devo-lhe esse favor. E no dia em que o General André Fernandes saiu de Fortaleza, fui convocado para fazer o discurso de saudação. Acredito que fiz um belo discurso – dizem até que sou, razoavelmente, bom orador. E nesse dia fiz um discurso tão bonito que sensibilizou a todos e o general ficou às lágrimas, a ponto de não poder ordenar o seu pensamento. Era uma excelente criatura. O Exército perdeu um excelente comandante de Região, um homem de um coração imenso.

Aliás, não tenho nada a dizer contra os comandantes de Região. Os que vieram para o Ceará, ao longo do tempo, sempre me trataram muito bem. Do General Itiberê Gouveia do Amaral, por exemplo, tenho até um espadim, presente que me deu. Era mineiro e quando chegou, muito desconfiado em termos de apoio à Revolução, nos chamou um a um para conversar na casa dele. Nesse tempo, a casa do general ficava na Av. Santos Dumont, esquina com a Rua Silva Paulet. Fui lá e fiquei muito amigo dele. Era um homem que tinha, naquela época, naquela

hora, bastante prestígio. Sua filha casou-se até com um cearense, o Capitão Francisco de Assis Bastos (o Chiquinho). Isso tudo serviu para nos entrelaçar. Mas, fui refluindo dessa minha posição, vamos dizer assim, de liderança, porque não havia mais sentido. A realidade, agora, cabia às Forças Armadas, à administração federal, ao governo do ínclito Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Sobre a Revolução, em si, existiam motivos, causas que foram determinantes para a sua eclosão, anteriores ao próprio Governo do Senhor João Goulart. É o caso, por exemplo, da Intentona Comunista de 1935, considerada pelos militares o marco nacional da traição comunista. Embora não me capacite tanto a uma abrangência de julgamento nessa área, posso dizer que, efetivamente, a estrutura da Intentona Comunista, graças a Deus, foi desmontada pelo Exército, pelos bravos, pelos que morreram, pelos que deram exemplo à Nação. Todavia, aquela estrutura, de certa forma, continuou, mesmo porque, coincidentemente, foram os anos de maior prestígio para a União Soviética, para a mãe Rússia. A Rússia já tinha um peso muito grande e passou a competir com os Estados Unidos, numa porfia internacional. Havia bastante dinheiro, havia bastante recursos para, por debaixo dos panos – nos bastidores, como se diz – promover uma injeção de má-fé. Uma injeção, vamos dizer, de reversão de brasilidade em algumas pessoas. Depois dos episódios de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, essa realidade parou um pouco, mas depois continuou. E continuou porque os governos anteriores passaram, inconscientemente, a ajudar o Governo de João Goulart. Eu me demoro um pouco no Jango, porque tenho a impressão de que todas aquelas coisas passadas, do tempo do Juscelino e de períodos anteriores, desde os episódios causadores da Intentona Comunista (1935), denunciavam o Poder e a interferência de Moscou que desejava transformar o Brasil num foco da III Internacional. Um ponto de luta, uma ponta-de-lança do comunismo na América Latina, à custa de dinheiro.

Infelizmente esses governos, para mais ou para menos, também subsidiavam, por uma questão política, aquelas pessoas, aqueles maus brasileiros. Não se explica de outra maneira o crescimento vertiginoso daquela idéia de entreguismo, contra não só os Diários Associados, mas também contra outros órgãos de imprensa e contra aquelas pessoas de bem. Era a época em que se vendia a idéia do imperialismo, idéia que estava calcada, sobretudo, na intenção bolchevista de prejudicar, de assorear o pensamento das lideranças no Brasil. A Intentona foi, realmente, a pedra fundamental. Foi uma tristeza, mas, paradoxalmente, foi uma arrancada da consciência, não só do Exército, mas das Forças Armadas em favor de nosso empenho cívico, em defesa da Pátria. Tudo isso partiu desse momento, que reputo histórico. E se o Exército, que guarda as maiores intenções de respeito à Pátria e à soberania,

se o Exército não tivesse tomado isso a peito, talvez tivéssemos submergido. A Intentona, portanto, foi uma prova de fogo. A Intentona provocou a decisão do Exército, desculpem-me, a decisão – vou generalizar – das Forças Armadas, na antecipação das medidas de defesa da nossa soberania. Eu acompanhei, acho, todos aqueles relatos que foram feitos, aquele heroísmo, tanto em Pernambuco como no quartel em Natal e no Rio de Janeiro. Tudo isso serviu como uma prova, uma amostragem para os brasileiros – aqueles maus brasileiros que estavam sendo envolvidos – de que tínhamos capacidade de reagir. E não era um pensamento de estrangeiro, não era uma ideologia estrangeira que iria modificar o nosso sentimento cívico de amor à Pátria. Foi um episódio histórico que nem precisa ser explicado, mas lembrado. E deve ser lembrado sempre, com a maior ênfase, para não se repetir.

Desde o começo, venho procurando ligar-me, inteiramente, àqueles anos nefastos, àquele período infeliz que antecedeu a Revolução. O ano de 1964 foi o ano de uma tragédia que só foi completar-se quando houve o comício da Central do Brasil, nas proximidades do quartel do Ministério da Guerra; quando se deu o levante dos marinheiros e quando ocorreu o almoço do Automóvel Clube, respectivamente a 13, 26 e 30 de março daquele ano. As Forças Armadas, com o apoio do povo, tomaram uma decisão e partiram para a ação, diante daqueles fatos que estavam acontecendo. Tudo isso ocorreu por quê? Aí, volto àquela história: os caminhos do dinheiro não eram só os que vinham da União Soviética. Os caminhos do dinheiro eram também os do próprio dinheiro do povo brasileiro, através da PETROBRAS, através das empresas de telecomunicações, que começavam a pagar, a subsidiar a subversão à moda deles. Depois é que se foi saber, quando as forças reagentes do País triunfaram, quanto dinheiro era escoado, por exemplo, para a União Nacional dos Estudantes (UNE), para a baderna, para hostilizar as pessoas, os jornais, a sociedade enfim. Então, quando eu incluo essa remessa de dinheiro da União Soviética, talvez, também, ela chegasse a esses escalões, a esses degraus da subversão. Mas na verdade o próprio governo brasileiro, o governo constituído naquela época fazia isso, pois o próprio Ministro do Trabalho, o Senhor Almino Afonso, era um homem notoriamente sindical, só que um sindicalista disfarçado, porque ele era, na realidade, um comunista. E, depois, o próprio presidente da República nomeou para o Ministério do Trabalho um cidadão – eu não estou lembrado do seu nome – que participara da Intentona Comunista, atitude que fugia a qualquer regra de bom senso. E as reformas de base propostas pelo governo eram mais pólvora, um subterfúgio, algo para aquelas pessoas que não queriam o bem do Brasil, mas queriam subverter, queriam tomar o Brasil e aproveitavam todo esse movimento, que não era reforma de nada, apenas um arremedo, para usufruir vantagens e desagregar a sociedade, a família brasileira. Em uma palavra, o Governo

João Goulart era nocivo, e ele, o chefe, despropositado, despreparado. Não tinha condição, não merecia ter sido alçado ao comando do governo nacional, de maneira nenhuma. Em suma, o período anterior à Revolução caracterizou-se pela irresponsabilidade, pela falta de governo, falta de orientação, falta de moral, subserviência a determinados pelegos, a pessoas que não tinham nada para dar ao Brasil, mas tinham a ambição de usurpar o governo a qualquer preço, ambição de entregar o Brasil à influência de potência estrangeira. Tudo isso forma uma mistura corrupta e acaba resultando num péssimo governo de um mau brasileiro. E, para agravar o que já era grave, surgiu a ameaça à disciplina militar, a subversão liderada pelo cabo Anselmo, numa inversão da ordem hierárquica militar, um fato que não podia ocorrer e não tem explicação. A convocação ululante de baderneiros, de comunistas, de pessoas irresponsáveis, no comício da Central do Brasil, pôs em perigo as nossas tradições. Não pôs em perigo só a nossa estabilidade, pôs tudo em perigo. Era, pois, a hora da Revolução, hora ajudada por um desfile, que foi a passeata das mulheres, lá em São Paulo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, simbolizando o apoio da família católica brasileira à Revolução, na luta contra o comunismo ateu. E ainda houve a rebelião dos sargentos, no Automóvel Clube, que foi mais uma agressão à hierarquia e à disciplina. Por isso posso afirmar convictamente que, ao deflagrar a Revolução, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão somente intérpretes da vontade nacional.

Não se pode tirar o mérito dos militares. As Forças Armadas tinham que tomar essa atitude, tinham que se posicionar dessa maneira. As Forças Armadas não estavam defendendo a si próprias: estavam defendendo a família, a coletividade, a comunidade e os nossos quase quinhentos anos de história. Essa é a verdade. Foi um momento de afirmação de brasilidade e uma afirmação cívica, que deveria acontecer. Ai de nós se o Exército, as Forças Armadas, aglutinadas pelo mesmo ideal, não tivessem tomado tal posição. Infelizmente, depois da Lei da Anistia, algumas pessoas têm insinuado que, no clima da guerra fria, os norte-americanos impuseram o "golpe militar" de 1964. Lamenta-se que essas pessoas, por ignorância ou má-fé, não conheçam a cronologia dos fatos, pois antes da guerra fria já ocorrera a Intentona, alertando-nos sobre o que é o comunismo. Agora inventaram uns comentaristas políticos que se chamam de cientistas políticos, falsos sociólogos etc. Isso não existia no Brasil e, se não me engano, está se espalhando no mundo inteiro. Abro parênteses só para explicar. Temos um exemplo desconcertante de distorção da verdade no episódio do Caldeirão, ocorrido em Juazeiro do Norte–CE, no tempo do padre Cícero que, por intermédio dessa "sociologia", tais "expertos" têm comentado, sempre, de maneira errada. Há poucos dias fiz um levantamento de subsídios à história e à interpretação do Caldeirão, para mostrar que as pessoas não têm nem o bom senso para contar a verdade. Um,

conta um fato; outro, analisa um outro fato. Um, diz que morreram quatrocentas pessoas; outro, diz que morreram duas mil pessoas; terceiros, dizem que morreram só vinte pessoas. Aqui, alguém diz que o avião soltava bombas incendiárias; outro, diz que o pessoal foi metralhado. Este exemplo não é anedótico, mas estou usando esta minha explanação para mostrar que devemos ter cuidado com as interpretações. Cada cabeça tem uma sentença, cada pessoa tem uma maneira de dizer. Cabe a nós repelir as insinuações malévolas, insustentáveis. Eu não sei como a guerra fria, posterior aos fatos da Intentona, poderia forçar – numa circunstância tão imperiosa, tão radical, tão terrível como aquela que o Brasil viveu naqueles momentos de março de 1964 – como a guerra fria poderia dar essa força ao "golpe". Não, me desculpem. Eu estou falando quase anedoticamente, quase humoristicamente, só para demonstrar que não acredito nessa versão. Repilo qualquer insinuação desse tipo. Até porque a coesão de um país é feita pelo consenso honesto das pessoas que são administradas e que administram, das pessoas que mandam e das pessoas que obedecem, das pessoas que são orientadas e das pessoas que orientam.

Sabe-se que naquele período angustiante, realmente, as Forças Armadas conseguiram unir todo mundo. Não uniram aquelas classes que, desde o primeiro momento, estiveram contra a Revolução. Vou ser bastante explícito. Aqui no Ceará, assisti à primeira missa, celebrada na Igreja da Imaculada Conceição. O celebrante, o próprio bispo, aparentemente querendo abençoar a Revolução, fez restrições ao governo anterior. Então, a Revolução não foi essa coisa tão terrível como as pessoas apregoam. Se tivesse sido, teria procurado hostilizar, inclusive, os padres.

A propósito, pesquisas feitas no Brasil, recentemente, indicam que as Forças Armadas são as instituições que possuem o maior índice de credibilidade, quer dizer, as coisas, os fatos ilustram-se por si mesmos. É claro que o consenso geral, a unanimidade, num país monumental, num país grandioso como o nosso, é muito difícil. Posso dizer, entretanto, que as Forças Armadas conseguiram o máximo. Se não conseguiram 100%, conseguiram, no meu modo de entender, entre 80% a 90%. Souberam fazer a sua parte. Aqueles desgostosos existirão sempre, como existe em nossa família, às vezes, um filho ingrato ou uma nora ingrata. Não tenho a menor dúvida de que, depois da Revolução, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão.

As Forças Armadas não se assentaram sobre qualquer base ideológica, durante o período revolucionário. Aliás, posso adiantar que, nas nossas conversas, o que se defendia era o respeito à liberdade de expressão, à democracia e ao direito de ir e vir, ou seja, um governo do povo, para o povo, no qual se inserem as Forças Armadas como guardiãs de governados e governantes, mais nada. Jamais alguém me falou do sentido ideológico da Revolução. A Revolução foi feita para garantir aqueles direitos

que já estavam assegurados na nossa Constituição, a plenitude democrática, e para proporcionar a paz. E tanto é verdade que toda a grande mídia aprovou isto. Os grandes jornais, mesmo que se lamentassem e sofressem alguma pressão de censura, como *O Estado de S. Paulo* e os Diários Associados, de uma maneira geral, todos estiveram solidários todo o tempo, inclusive as emissoras de televisão, capitaneadas pela Rede Globo. Estou falando da grande mídia, dos meios de comunicação de massa.

Tenho a impressão de que todos nós estivemos a favor. Depois veio a discordância. Isso é natural em todo movimento. Há pouco tempo, assistia a um filme sobre Joana d'Arc, o que Joana d'Arc fez, e acabou condenada. Quer dizer, a santa guerreira, que deu unidade à França, foi condenada, foi queimada. Então, essas coisas são comuns a todo movimento, é próprio da natureza humana. Essa é a verdade.

Sobre o termo "revolução", quero dar uma explicação. Não se trata de uma palavra cunhada agora, mas no século XV. E antes da palavra "revolução" existia uma outra, quase com a mesma intenção, "revolta", uma palavra do século XIII. Acontece que existem aquelas pessoas que não querem aceitar a legitimidade da Revolução de março, Movimento que procurou fazer tudo corretamente. Movimento que procurou dar ao Brasil um dirigente realmente digno, capaz de restaurar a segurança, a paz e a tranqüilidade da família brasileira. Essas pessoas apegam-se – como hoje ouvi nos noticiários das nossas emissoras – ao "golpe". O que é golpe? Veja no dicionário, na etimologia. Golpe não quer dizer nada disso. Golpe não é revolução. Golpe é crise, é pancada; golpe é uma reação. "Golpe" tem um poder, um significado muito diferente, mas os "sociólogos" modernos, essas pessoas que fazem a historiografia mais política do que real, essas pessoas deturpam a palavra. Quando dizem que a Revolução de março foi um "golpe", elas querem apenas denegrir, diminuir e vingar-se da Revolução. Só isso.

Sobre a guerrilha e o terrorismo, com seqüestros, assaltos a quartéis e a bancos, inclusive a colocação de bombas em bancas de jornais, tudo isso foram ações, não há dúvida, praticadas por extremistas. Tomo isso tudo como entrave. Esses fatos, esses episódios que aconteceram são desagradáveis, mas acontecem em todos os movimentos. São desagradáveis, mas acontecem na França, na Inglaterra, em qualquer país. Não aconteceu no Brasil como algo a servir de exemplo, como reação. Aconteceu como um fator, vamos dizer, de indisposição, de repulsa de algumas pessoas. Acredito que, por isso, para enfrentar essa violência, tornou-se necessária a criação dos órgãos de informações, bem como a utilização da própria Lei de Segurança Nacional que, num primeiro momento, poderia ter parecido uma extrapolação às iniciativas do governo revolucionário. Mas, na verdade, tenho a impressão de que a própria sociedade não tinha ainda uma noção, nem nós, do que se passava de corrosivo, de mau.

Como defender-se de pressões que estavam sendo feitas? Como é que se pode, realmente, pôr cobro aos excessos, aos exageros? Em função do quadro que existia, algumas medidas repressivas deviam existir, como realmente existiram.

A meu ver, entretanto, a Revolução muito se demorou no governo. E, mais uma vez, vou usar da minha sinceridade. Dentro do meu raciocínio provinciano, de um homem que mora numa capital progressista mas ainda modesta, e que naquela época, na época da Revolução, não havia muitos recursos culturais ou mesmo políticos, não tenho a formação para fazer um julgamento. Posteriormente, analisando bem, tenho a impressão de que a Revolução deveria ter durado quatro anos. E nesses quatro anos, o Marechal Castello Branco deveria ter convocado a sociedade, o povo, para acorrer às urnas. E ele (o governo) e o Exército presidiriam as eleições, seriam os regentes desse processo da retomada da democratização. Mas também refluo um pouco, eu não sei das coisas que estavam acontecendo, inclusive das coisas que aconteceram, intimamente, no relacionamento político dos chefes da Revolução. É muito difícil julgar. Quem pode explicar, escrevendo as suas memórias depois, é cada comandante, cada presidente, contando lealmente, do jeito que estou falando aqui. Mostrando por que foram tomadas determinadas medidas e por que a Revolução demorou tanto. O mundo é sábio. Governo nenhum pode demorar muito. As ditaduras é que demoram muito, como estamos vendo em Cuba, como vimos na União Soviética, na Rússia e em outros países, onde as pessoas conservam-se no Poder por achar que são os salvadores. No nosso caso, não havia um salvador. Uma instituição é que foi salvadora de tudo. As Forças Armadas é que foram as salvadoras de tudo. E depois ficaram, talvez, numa posição difícil de dizer: "Vamos tirar o apoio que estamos dando, o apoio ao ideal com que fizemos a Revolução." Tudo isso é muito intrincado, e faço votos que outros entrevistados procurem responder com essa mesma lealdade com que estou respondendo.

A convite do governo, acompanhei o Presidente Geisel numa viagem a Paris. E vi de perto a entrevista que ele deu. Àquela época, no começo do seu governo, não se falava ainda em abertura, e ele já acenava, pelo menos com diálogo, facilitando as perguntas dos repórteres. Tomei parte nessa entrevista coletiva e ele falou lealmente, sem nenhuma arrogância, sem nenhuma pretensão. Falo isso não para mostrar que fui convidado, que viajei. Não é nada disso. É para dizer que testemunhei, em alguns momentos, essa maneira, essa postura de um presidente sério. Geisel era um presidente duro, mas tinha a compreensão de que era preciso ir aliviando, ir se preparando para reintegrar o País ao seu desenvolvimento normal, porque às Forças Armadas não compete administrar o País, essa é que é a verdade. As Forças Armadas só tomaram essa posição no momento em que nós, civis, não tivemos as condições de honrar as

eleições ou de honrar a maneira de governar o País. Eu insisto, todos os presidentes militares se comportaram com dignidade; um ou outro, com alguns deslizes, que isso é normal. Afinal de contas, um governante, uma pessoa que administra, está sujeita a cometer erros. Isso é normal. E não podemos fazer uma avaliação que dê um grau 12, um grau 10 a todos os governantes. Naturalmente, eles se saíram muito bem; uns com a pontuação 8, outros com a pontuação 10, outros com a pontuação 12. Eu dou 10 ao Geisel e 12 ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Quanto ao cerceamento das liberdades e à prática de tortura, essas coisas vieram à tona e passaram a ocorrer muito mais perto dos nossos dias, muito mais perto do final da Revolução. Tenho a impressão de que, talvez, há uns vinte anos. Aconteceram, realmente, alguns desmandos. Mesmo o organismo tendo a melhor das intenções, às vezes sofre a truculência de um chefe, a truculência de um militar ou de um civil. Os delegados são civis e, às vezes, exorbitam. Trata-se de atributos do gênero humano. Não acredito que essa truculência tenha-se realizado, tenha-se consumado como um fim, como um padrão, como um objetivo da Revolução. De maneira nenhuma. Nenhum presidente da República ia querer governar um país e sair como uma pessoa que sufocou os ideais democráticos, que prejudicou, mandou espancar, mandou torturar. De maneira nenhuma. Mas, acredito que no curso das medidas que foram tomadas, algumas pessoas exorbitaram. Tenho a impressão de que a própria História vai julgar e, julgando, vai inocentar aquelas pessoas que governavam o País naquele momento, e não tiveram culpa nenhuma.

Hoje em dia muito se fala sobre “ditadura militar”, “anos de chumbo”. Entretanto, as pessoas que falam de ditadura deviam, antes, fazer uma comparação entre o regime que nós experimentamos no Brasil e o regime que outros países experimentam. Cuba, por exemplo. A União Soviética no apogeu do comunismo. Aí, sim. Era a pessoa não ter vontade para nada. Até certo ponto, por exemplo, fui molestado pela Revolução que eu fiz. Mas, é coisa perdoável. São coisas que acontecem. E conto um fato característico: em plena Revolução de 1964, minhas peças de teatro faziam, praticamente, críticas às pressões políticas. As peças *O Morro do Ouro* e *A Rosa do Lagamar* têm uma conotação muito popular, muito do povo, e nunca a Revolução me incomodou, de maneira nenhuma. Portanto, nunca houve censura, e o espetáculo foi apresentado. Naturalmente, outros espetáculos foram censurados, até indevidamente, sem a menor necessidade. Mas essas coisas acontecem. O presidente da República não pode ver como estão sendo cumpridas todas as suas ordens, num país continental como o Brasil. Narro um episódio referente ao Ceará. Aqui, existia uma Comissão Geral de Investigação (CGI). Pois um repórter nosso do *Correio do Ceará* – veja as coisas atabalhoadas, desnecessárias – foi ao Forum (esse Forum que

foi demolido, implodido há pouco tempo) e viu, lá, afixado para o público ler – quer dizer, não era um segredo de Estado – que a CGI ia ser despejada. Então o jornal simplesmente transcreveu a nota oficial do Cartório da Justiça. Por conta disso fomos indiciados: o Teobaldo Landim e eu, Eduardo Pinheiro Campos. Ora, mais! indiciados porque tínhamos transcrito algo que era do domínio público! Como as pessoas cumprem mal as coisas! E, na hora do interrogatório, fizeram uma coisa horrível, uma coisa que não se faz, principalmente, com um cidadão alfabetizado, como eu me julgo. Estava conversando – como estávamos conversando aqui, antes do início – com um ilustre militar e, de repente, ouvi uma máquina batendo: *pei-pei-pei*, aquele catabi: *tututu-tututu-tututu*. E eu me virei e perguntei: "O que está havendo?" O datilógrafo: "O depoimento já começou." Então repliquei: "Alto lá! Não vou negar nada do que disse até agora, mas faço questão que, no meu depoimento, seja dito que, a partir deste momento, o depoente se inteirou de que estava sendo interrogado." Pronto. Não tem dúvida nenhuma, porque o que falei aqui é real. Então... olha! Isso é um fato deplorável, vergonhoso. É um fato que depõe, não contra o Exército, contra a Revolução, mas contra aquele mau funcionário, mau oficial, mau cidadão que estava tomando um interrogatório sem o mínimo de educação, de ética e de decência. Quantos fatos semelhantes não ocorreram no País, quantas coisas? Estou tirando por mim. Quantas coisas aconteceram e nós não sabemos? Há coisas irrelevantes. Uma simples notícia, por exemplo. E quantas pessoas foram punidas por fatos assim! Não que a Revolução mandasse punir essas pessoas. Eu não acredito que o Presidente da República estivesse sabendo de um ato desses, porque, se o aviso estava aberto ao público, não tinha que abrir inquérito. Como, se estava divulgado?

Bom, desculpem-me essa explanação, mas é para justificar que a maioria dos fatos que se sucederam, que aconteceram, aconteceram ao arrepio do mando, ao arrepio da orientação da pessoa superior. Essa é que é a verdade. Não se pode, senão, exaltar a probidade dos governos militares. Portanto durante o período revolucionário, os militares e as Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem. De maneira nenhuma, eu nunca vi. Só tenho uma observação. É que, por excesso de zelo, nas medidas que estavam sendo tomadas pelo Poder da Revolução, pelo Presidente da República, pelos governos, por aquelas pessoas que o orientavam, houve um temor de que determinados cargos fossem exercidos por civis. Conseqüentemente, houve um excesso de ocupação de cargos por parte dos militares. Isso é até anedótico. Houve um momento em que quase não havia oficiais para ocupar tantos cargos. Esses cargos já estavam com os sargentos. Eu não tinha nada contra os sargentos, não. Eu acho que o Exército vale muito pelos seus bons

sargentos, claro. Entretanto, tínhamos que abrir mão e começar a dar as chefias a pessoas civis. Teria sido um caminho na retomada da redemocratização do País.

Diante dos benefícios que a Revolução proporcionou ao País, estes detalhes são, de fato, insignificantes. E posso citar, entre outros benefícios, a moralidade da coisa pública que, talvez, tenha forçado os novos políticos a se comportarem melhor. Foi um lembrete para que percebessem que as pessoas podem ser poderosas, entretanto, não podem ser poderosas ou desonestas o tempo todo, pois tudo tem o seu tempo. As pessoas devem estar sempre bem nutridas de boas intenções para exercer o seu mandato, que deveria estar, antes de tudo, a serviço e em benefício da coletividade. Eu acho que a Revolução abriu os nossos olhos, mostrou à população, de uma maneira geral à sociedade, que nós não poderíamos estar livres do livro ético, daquele mandamento de decência, de cumprir os seus preceitos, observar o manual de civismo que todo cidadão deve guardar: ser um homem honrado, um homem de palavra. Honrar os seus compromissos, respeitar a sua família e a família dos outros. Respeitar a Pátria, os religiosos e a religião. Tenho a impressão de que a Revolução trouxe o revigoramento desse ideário, que estava esquecido.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de fazer um registro. Acho que não sou um revolucionário instintivo, por vocação, de maneira nenhuma, mas o Brasil todo deveria repensar este momento. Estamos precisando, hoje, de uma grande revolução, uma revolução moral. O Brasil já teve a sua Revolução Militar, e agora está cobrando a todos os brasileiros a sua Revolução Moral. Nós não podemos continuar de braços cruzados, assistindo a essa deterioração da família brasileira através dos meios de comunicação, através dos espetáculos públicos. Nós precisamos dar cobro a isso, precisamos educar. A sociedade precisa mostrar aos militares que pode fazer uma Revolução sem armas, à base do revigoramento do espírito. Estamos confundindo, hoje, beleza feminina com sexo. A beleza da mulher só vale pelas nádegas e pelos seios. Costumo dizer que, pelas partes côncavas e convexas estamos, desgraçadamente, dando pouco valor à cultura, ao intelectual e às pessoas de conceito na sociedade. Estamos fomentando o adultério abertamente, fazendo com que o toleremos em nossas casas, pois as novelas, todas, têm, pelo menos, um ou dois casos de adultério. Se não tiverem esse ingrediente, não prestam? E porque esse decaimento moral está alcançando as pessoas da rua, estas pessoas já começam a raciocinar mal. Desculpem-me se estou sendo moralista. Não sou nenhum homem perfeito, mas vejo isso com muito desagrado. E vejo que esse problema não é unicamente brasileiro. Parece que está ocorrendo, no mundo inteiro, uma catastrófica revolução anticultural. Agora mesmo vi, numa revista, uma entrevista com um grande escritor sul-americano, revoltado porque os livros que estão em primeiro lugar no *The New York Times*, são

livros de segunda categoria, uma subliteratura. E tudo isso acabará afetando, exatamente, a família, que é o pedestal de toda Nação. Através da família vamos às tradições, através da família alcançamos a nossa dignidade. Sem passado, não vamos ter nem presente e nem futuro. E isto não é nenhuma demagogia, pois não sou candidato a nada. Desejo tão-somente expressar-me, porque já não há espaço nos atuais meios de comunicação para se dizer essas verdades do jeito que estou dizendo.

Voltando à abertura democrática, disse que participei de entrevistas com o Presidente Geisel, e já sentia que ele era o inspirador de uma espécie de distensão política. Essa opinião pode ser desvaliosa para outras pessoas, pois poderão entender que estou julgando mal. Mas, pelos conceitos emitidos – não conversei pessoalmente com ele, conversamos a dois, a três – as idéias dele eram muito bem centradas. Era um homem que estava procurando cumprir, levar adiante a sua carga de responsabilidade, mas já pensando em dividi-la com pessoas que pudessem, como ele desejava, apressar a abertura.

Com relação à Lei da Anistia, que permitiu a reconciliação e o perdão mútuo, gostaria de dar uma explicação. É preciso ter muita grandeza de espírito para que a pessoa que se julga prejudicada faça, em determinado momento, uma reflexão, uma avaliação do que sofreu, e tenha a dignidade de perdoar. Mas isso não é raro. Conheço, no Ceará, várias pessoas que foram punidas, que foram cassadas, e que não estão usando a palavra revanchismo, nem estão utilizando o momento de liberdade – o momento de democracia que estamos vivendo, quando se fala abertamente do presidente da República e atiram-se ovos em ministros de Estado – para revidar. E não podemos imaginar que se sintam tolhidas para fazer o seu contra-ataque. Essas pessoas sabem que se estivessem do outro lado também teriam usado dos mesmos meios para punir ou para evitar um mal maior.

Mas, hoje, o que há de modo geral são pessoas que não deixaram de ser o que são. São indivíduos que, mesmo no caixão, já perto de morrer, ainda serão políticos à sua maneira. São pessoas que, embora extinto o Partido Comunista Brasileiro, têm a "honra" de terem participado dele. Isso é a verdade dos fatos, é uma questão de posicionamento humano das pessoas que querem continuar lutando por um ideal que não conta para nós, mas conta para elas. Não obstante, o tema envolve algumas considerações. Não diria que o comunismo, como nós entendemos, que foi criado, proclamado e exercitado na União Soviética, ainda sobreviva. O que existe entre nós, agora, é uma forma de luta contra um determinado ideal utópico, que não corresponde ao nosso. É o ideal de maus brasileiros, de pessoas que ainda pensam poder chegar à solução dos nossos problemas por caminhos já repudiados em várias partes do mundo. Por exemplo, estamos assistindo, ultimamente, ao esfacelamento, pode-se dizer,

de Cuba, onde havia um comunismo que proibia qualquer manifestação de capitalismo. O que está havendo, hoje, o que nos deve preocupar é muito mais um movimento subterrâneo, movimento que, talvez, esteja até crescendo, de pessoas insatisfeitas, mas de maus brasileiros; de pessoas que pararam de pensar, de pessoas como esses sociólogos improvisados que ficam interpretando os fatos à sua maneira.

O que nos compete, realmente? De nossa parte, a reformulação da nossa própria sociedade, uma mudança de mentalidade, principalmente de pessoas que detêm o capital, quer dizer, da forma como exercitam o capitalismo. Eu não acredito que o capitalismo, no Brasil, possa ter a qualificação de “capitalismo selvagem”. Ocorrem, entretanto, demonstrações evidentes de um capitalismo desumano, que distribui pouco, que divide pouco. Então, nesta hora, – para sufocar aquele movimento, que outro nome tenha, comunismo ou fascismo, não sei dizer, não quero considerar o título, mas há um movimento subterrâneo dessa natureza – cabe a nós, compete a nós, e mais extensivamente a esse todo de pessoas ricas, de pessoas que têm dinheiro, sobretudo ao empresariado, distribuir melhor a riqueza, pois precisamos progredir repartindo com sensatez a nossa fortuna, estendendo a mão, ajudando, empresariando projetos culturais, projetos de autêntica reforma agrária, procurando dar um incremento maior para que as pessoas não vivam de maneira tão ruim, tão contundente, tão miserável.

Por outro lado, disse que o assunto merecia algumas reflexões. Não vamos nos iludir. Nós não podemos acabar com a miséria. Não se acaba com a miséria. Porque, se fosse para acabar com a miséria, na criação, a instituição do cristianismo não existiria. É bíblico: pobres e ricos, sempre tereis. O que nós devemos instar e devemos propor é que os ricos sejam menos ricos, e os pobres menos pobres. Uma equação difícil de ser realizada, mesmo porque, muitas vezes, o pobre é pobre também por deficiência dele próprio, e não por falta de recursos. Quantas vezes nós queremos, à nossa volta, ajudar uma pessoa a estudar? Damos-lhe uma posição na nossa empresa, desde que procure se modificar, procure estudar, e a pessoa teima em não querer aprender. Certamente o número de pessoas desse tipo representa uma quantidade mínima, mas elas existem. E, existindo, sempre vamos invalidar aquele conceito utópico de que todo mundo está no mesmo patamar das oportunidades da vida. Nós nunca teremos este patamar, infelizmente.

Compete aos brasileiros, entretanto, com preponderância de civis – por nossa posição na sociedade – procurar resolver esses problemas. Há várias maneiras de solucioná-los. Primeiro, votando bem, procurando eleger as pessoas de bom senso, que tenham um programa, que queiram trabalhar, as pessoas reconhecidamente idôneas e honestas, rejeitando os maus políticos, as pessoas que têm infelicitado a sua terra, a sua comunidade, o próprio Estado ou o País. Temos que ir às urnas procuran-

do selecionar pessoas que possam cooperar conosco num trabalho de redenção nacional. Mas, não é um trabalho que deva ser feito pelo Exército ou pelas religiões. É um trabalho para ser feito por toda a comunidade, por todos os brasileiros, civis e militares, ou seja, pelo Exército, pelas Forças Armadas, pelas lideranças civis, pelas forças mínimas, pelas forças mais modestas. Um trabalho que deve começar pela nossa própria casa, pela nossa família. Quando nós nos reunimos ao redor de uma mesa de refeição, devemos ter princípios, devemos ensinar aos nossos filhos e não devemos permitir que sejam educados pela televisão. Não podemos permitir que a televisão seja a "babá dos nossos filhos". Temos que voltar a ser professor, pai e mãe dos nossos filhos. Isso é o mínimo de que precisamos, porque o mundo nunca prescindiu dessa consciência de responsabilidade. E estou sentindo que o civismo pregado pela Revolução precisa voltar. Precisamos ter manuais de civismo, de como obedecer. Estamos todos muito livres. Os nossos filhos estão muito livres. Nos meus 18 ou 19 anos, pelos anos 1940, 1941 e 1942, íamos à praia de manhã para voltar às 11h, porque o sol já estava quente. Hoje, as pessoas vão à praia às 11h, ao meio-dia. Ao sair para dançar, divertir-me (como fui um filho de criação, um filho cedido por pais que não puderam me criar), por respeito aos meus pais, nunca cheguei a casa depois das 22h. E esse era o horário-limite. As pessoas de bom senso chegavam a essa hora. Hoje, os filhos, as filhas estão saindo de casa às 22h, 23h porque o mundo começa a funcionar a partir da meia-noite. Então, o mundo é outro. Não sou contrário a esse mundo, mas sou a favor de que se tenha responsabilidade. Que se procure entender que não se pode levar a vida com tanta liberdade, sem um preceito de guarda, de respeito e de moral. Quer dizer, são parâmetros que envolvem e passam pela família, pelos pais e, principalmente, pela nossa formação. As instituições públicas, de uma maneira geral as Forças Armadas – o Exército, a Marinha, a Aeronáutica – todos os nossos Poderes, os ministérios, todos nós devemos nos unir para pregar, exatamente, essa retomada de civismo, essa reeducação moral que está fazendo falta ao brasileiro.

Por isso, é alvissareiro relembrar que a imagem do Exército vem apresentando, hoje, elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, o que eu acho simplesmente maravilhoso. Não porque o Exército ou as Forças Armadas, antigamente, tivessem uma postura, vamos dizer, de arrogância. Era porque os militares talvez estivessem muito enquadrados na sua maneira de ser, muito enquadrados no seu contexto militar e, hoje, eu acho que não deve mais existir esse contexto. O militar é um civil, não resta a menor dúvida, como o civil é um militar, na hora em que for preciso cumprir com o seu dever. Assim, vejo esses índices de aprovação por parte do povo, a favor das Forças Armadas, como algo consagrador. Vejo aqui, pela postura do atual comandante da Re-

gião. Ele está promovendo almoço com pessoas, com as lideranças, um caminho excelente. Entendo que o Exército – quando falo do Exército, quero referir-me às Forças Armadas – precisa e deve, realmente, manter essa postura, mostrar ao povo que é o prolongamento da sociedade, um prolongamento da família, acima de tudo. Acho que isto está absolutamente correto.

A solução, agora, certamente vai depender de todos os brasileiros, isto é, deve ser adotada por toda a sociedade. Deve haver uma solidariedade nessa luta. Uma luta, por exemplo, de todos os setores em favor da preservação da Amazônia, que é fundamental não só para o mundo, mas, principalmente, para nós. Uma luta contra o tráfico de drogas, uma luta contra a liberalização, contra a imoralidade, contra o desmantelamento da sociedade. Todos temos que estar unidos e em harmonia: as Forças Armadas, o Clero, as lideranças, a própria sociedade, o povo, porque a casa bem arrumada não interessa só ao Exército, às Forças Armadas, mas interessa à família brasileira, interessa a nós todos, ricos ou pobres. Não tenho a menor dúvida. Por extensão, devemos nos unir aos chefes militares, aos comandantes militares, às corporações militares, a todo tipo de corporação bem intencionada, para defender não só a Amazônia, não só o Brasil da invasão dos traficantes, da invasão das pessoas que querem subverter a ordem, mas, sobretudo, a favor da união da família, a favor da nossa união. Nós podemos cair algum dia – e nunca cairemos – mas se cairmos, cairemos unidos, porque sempre estaremos dispostos a lutar pela nossa Pátria, pelos nossos princípios.

Ao final deste meu relato devo confessar que me propus a falar porque, como brasileiro, não poderia deixar de emprestar a minha colaboração à formação daquilo que acho importantíssimo, não só no Exército, mas em qualquer instituição: a formação de dados históricos. Devo dizer também que reputo este Projeto digno do aplauso de todos os brasileiros. Por outro lado, quero aproveitar este momento para, reafirmando todos esses meus propósitos – propósitos de união, de trabalhar pelo País, de servir ao País, mesmo na minha idade – dizer da intenção maior de solicitar, por intermédio das Forças Armadas, a todos os militares que por ventura venham a escutar minha fala ou ler o que disse, que não deixem de atentar para o dever que têm de trabalhar em conjunto com a sociedade e com o povo. E fazer com que o povo acolha esta proposta de trabalho, de cooperação, no mesmo tom, e não se acanhe de buscar o acesso direto às Forças Armadas, o acesso direto a esta proposta de brasilidade, de defesa da soberania, que é a nossa proposta, a proposta de todos os bons brasileiros. Sentir-me-ei altamente recompensado e feliz se, do resultado dessa série de entrevistas, de depoimentos, os brasileiros receberem uma influência benéfica para se unirem sempre, em torno do ideal sublime de servir à Pátria.

Professor Luiz Coelho de Carvalho

- Natural da Cidade de Acopiara–CE.
- Principais cursos civis e militares: Educação Física; preparação de oficial da reserva do Exército (CPOR); orientador educacional; Bacharel em Direito; Geral de Polícia (Washington, EUA), Superior de Polícia, Brasília.
- Principais cargos e funções desempenhadas: professor, orientador educacional; advogado; Delegado de Polícia.
- Produção intelectual: Livros – *Habeas Corpus; Direitos Individuais na Constituição; As Faces Poliédricas da Polícia Civil; Estórias da História Lusitana, Luso-Brasileira e Brasileira*. Trabalhos sobre Vitimologia apresentados nos simpósios internacionais realizados nas cidades do Rio de Janeiro, Córdoba (Argentina), Adelaide (Austrália) e New Orleans (EUA), e no III Congresso Brasileiro, em Porto Alegre. Autor de crônicas publicadas em jornais e revistas, versando sobre assuntos variados.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

Preliminarmente, a satisfação de encontrar-me aqui para servir ao Projeto de História Oral do Exército e poder ser entrevistado sobre a temática da Revolução de 31 de Março de 1964. No século XVII, o padre Vieira dizia, na sua sabedoria, que "a omissão é o pecado que se faz, não fazendo". Felizmente o Exército quase ia sendo omisso, pois deixar de dar à Revolução o apreço que ela merece, seria impedir as gerações futuras de conhecer uma valiosa página da nossa tradição; e tradição só se faz escrevendo e deixando gravado, como agora está acontecendo. Reputamos um dos maiores acontecimentos políticos de repercussão nacional e internacional, a Revolução de 1964. Como o foi, por exemplo, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a queda da Primeira República, em 1930, entre tantos outros.

A Revolução, que não chegou a tanto, foi um Movimento revolucionário para enxotar, pela força do seu povo e das suas Forças Armadas, os subversivos, os comunistas que se espelhavam na Rússia e queriam implantar um regime perverso, totalmente contrário à nossa índole, esquecidos de que este País sempre viveu sob a égide de homens que souberam dar suas vidas por um Brasil autenticamente brasileiro.

Quando iniciamos nossa vida universitária, no Rio de Janeiro, acidentalmente fomos presidente do Diretório da nossa faculdade e segundo secretário do Diretório Central da Universidade do Brasil. Dois anos depois, éramos derrotados como candidato a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Aí já sentíamos que as classes universitárias estavam sendo infectadas, inoculadas pelo germe do comunismo russo. Para a presidência da UNE foi eleito o então estudante de Engenharia Hélio Almeida que, depois de formado, foi ministro do Governo João Goulart. Daí em diante, passamos a verificar que era necessária uma ofensiva contrária àquelas idéias esdrúxulas, que não combinavam com a nossa realidade. E nos veio a oportunidade de voltar ao Ceará, convidado pelo General Francisco Humberto Ferreira Ellery para exercer as funções do cargo de Delegado de Ordem Política e Social da nossa Secretaria de Segurança Pública. Convivemos, a partir de fins de 1968, com uma situação muito próxima à subversão, a luta da Polícia, a luta de todos que acompanhamos o Movimento Revolucionário de 1964, para que o Brasil retornasse, como retornou, às origens de um regime pacífico, autenticamente identificado com as suas vocações, com a sua índole. E aqui estamos para oferecer algumas informações sobre a nossa atuação na Revolução de 1964. Sem querer verter lágrimas, somos um dos que pagaram e estão pagando caro pelo sacrifício de ser fiel à inclinação de amor à Pátria.

No verdor da nossa adolescência, no sertão adusto, a 360km da Capital, três vezes por semana o trem deixava o jornal do dia. Mesmo atrasado, nunca esquecemos um jornal que, no fim de novembro de 1935, trazia a manchete sobre a Intentona

Comunista. Adolescente, ainda no curso primário, fui sabendo o que era a Intentona, o que era o comunismo e aquilo me ficou gravado. Qualquer notícia sobre a Intentona, para mim, era sinônimo de traição, de covardia; sinônimo de deslealdade de um capitão, de uns militares que, na Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, intentaram contra os seus soldados, contra os seus comandados, por não professarem as suas idéias. E me recordo da fotografia de um capitão sem boné, sem talabarte, preso naquele nefasto levante da Praia Vermelha. Então, acompanhou a minha vida o sinônimo de comunismo como intentona, traição, covardia, rebelião contra os princípios da nossa Pátria, para a implantação de idéias esdrúxulas.

O Governo de João Goulart negou o que se podia imaginar sobre um homem líder, um preceptor, um estadista como Getúlio Vargas. Fossem quais fossem os seus pecados, Getúlio era, acima de tudo, um patriota. E é de estarrecer que João Goulart, nascido ao seu lado, criado e vivendo aquela mentalidade política de Getúlio Vargas, viesse a se perder, talvez, até por desejo de afirmação, entregando-se a um "ideologismo" que, não acreditamos, fosse da sua vocação.

João Goulart, a meu ver, não era comunista nem deles se utilizava. Ao contrário, foi usado pelos comunistas para aquela traição que quiseram impor aos autênticos brasileiros – foi manipulado. Os quartéis, naturalmente, inibidos pelo espírito de disciplina – e eu os conheci quando freqüentei o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), no Rio de Janeiro – mesmo no auge da guerra iriam até a undécima hora, aguardando que as coisas não degenerassem. Mas, no ápice, houve o extravasamento e os militares souberam atender aos reclamos do próprio povo, como as mulheres da Guanabara, acendendo e colocando as suas velas, silenciosamente, nas janelas, naquele momento de desespero, junto com as paulistas, nas Marchas da Família com Deus, pela Liberdade. Tudo isso levou o Exército à posição que tomou. E o Clube Militar, solidariamente, contribuiu para o desabrochar da Revolução de 1964.

Entre os episódios subversivos que levaram à eclosão do Movimento, alguns merecem destaque, como por exemplo os excessos no comício da Central do Brasil, a rebelião dos marinheiros e a dos sargentos, exigindo e impondo a adoção de medidas subversivas e sendo atendidos pelo próprio Presidente da República. Esses fatos, realmente marcantes, foram as causas imediatas da partida das Forças Armadas contra a baderna que estava tomando conta do País.

Luís Carlos Prestes, na época, afirmava que os comunistas estavam no Governo; faltava-lhes apenas o Poder. Como estratégia, ele tinha razões para fazer essa declaração. Mas como errar é próprio da pessoa humana, por mais estrategista que fosse, seu vaticínio serviu de alerta. Ainda sobre Prestes, à época em que

era senador, sabe-se que, interpelado por Juraci Magalhães – cearense, interventor da Bahia – sobre com quem ficaria, na hipótese de uma guerra entre o Brasil e a Rússia, não hesitou em afirmar que ficaria do lado dos russos.

A cegueira ideológica é como a droga, os tóxicos que estão aí em volta. Não adianta a inteligência, não adianta a lógica, não adianta a experiência, a pessoa fica totalmente dominada. Associando-se, então, a Intentona aos episódios de março de 1964, ao sectarismo exacerbado, não há dúvida de que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram tão-somente intérpretes da vontade popular. O Congresso Nacional, em toda a nossa história política, sempre foi autenticamente uma maioria nativista que quis o bem do País, não se importando com as minorias que procuraram inocular aquele germe do bolchevismo. Com relação ao Poder Judiciário, acredito que se manteve neutro, a serviço do País, mesmo porque os seus intérpretes, os magistrados, são homens sensatos, homens que pensam, não são revolucionários. E ao constatar que a Revolução foi feita em benefício do povo e com respeito à Justiça, que deve servir ao povo, não haveria por que não apoiá-la.

Quanto aos líderes da Revolução, podemos destacar o Marechal Odylio Denys, o General Mourão e o General Castello Branco, entre outros nomes. E no tocante a civis, há que se fazer justiça ao Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais; ao Governador da Guanabara, Carlos Lacerda; e ao Governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Todos ofereceram integral apoio à Revolução; não importa se, depois, contrariassem alguns dos seus princípios.

À Revolução não se pode atribuir outra ideologia, senão a do amor ao País e ao seu povo. Tanto que recebeu o apoio da imprensa, à exceção daqueles grupos sectários. Mas, por conta do acirramento das ações subversivas, guerrilha e seqüestros, o AI-5 tornou-se necessário. As ações adversas recrudesceram de tal forma que, ou o poder militar reagia, ou seria tragado. Informação é previsão, é cautela, é prevenção. Então, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os demais órgãos de informações surgiram como instrumentos de que se valeu a Revolução para estar em condições de conhecer o inimigo e antecipar-se às suas ações; do mesmo modo que – por analogia – a propaganda existe e constitui recurso eficaz para o comércio ou para a indústria, por exemplo.

De conformidade com o raciocínio do General Castello Branco, nosso primeiro presidente revolucionário, pode-se afirmar que os militares muito se demoraram no Poder. O objetivo da Revolução era devolver o País à normalidade democrática no menor espaço de tempo possível. Entretanto inimigos foram pertinazes e combativos, exacerbados nas ações subversivas de tal forma que, para evitar um

mal maior, houve a necessidade de prolongar-se o período revolucionário além do que inicialmente se previra.

O Estatuto da Terra não interessava, como não interessa, aos extremistas, aplicados em perturbar a ordem. Como não interessa, ainda hoje, aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, sob liderança marxista, são formados fora do País para manipular aqueles que, na verdade, carecem da terra para sobreviver.

Com relação ao cerceamento das liberdades, de que tanto se acusa a Revolução, na verdade não experimentamos um regime de plenitude democrática, mas, graças a Deus, não foi tão drástico como apregoa certa mídia, que busca apenas denegrir a boa imagem dos militares. Estes, na minha opinião, cumpriram muito bem o seu mister. Basta lembrar que alçaram o País à condição de oitava economia do mundo.

A respeito da abertura política, iniciativa do Presidente Geisel, vê-se que a intenção dos militares não era permanecer ou dilatar os seus governos por mais tempo, como já comentei, mas repor o País na sua verdadeira senda, a democracia. Entendemos, portanto, que a avaliação do Presidente Geisel coincidiu com os objetivos da Revolução, ou seja, devolver o Brasil à normalidade política. Se o comunismo, derrotado pelos militares, ainda sobrevive, claro que isso se pode atribuir à exploração dos desníveis sociais, à corrupção e à miséria, subprodutos do capitalismo desumano, dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos, tríade do atraso. Temos meditado, durante os trinta anos de delegado de polícia, sobre o problema da criminalidade. O pretexto para explicá-la, hoje, é a pobreza, o analfabetismo e o abandono do lar. Ora, sempre houve, e haverá, abandono do lar, fome e pobreza. Todavia, com a população crescendo a taxas geométricas e a produção crescendo em progressão aritmética, é fácil perceber que as causas da pobreza e da miséria tendem a recrudescer. E os maus políticos, a se aproveitarem dos conflitos resultantes. Por outro lado, precisamos de políticos, de líderes, de industriais, de homens do comércio com uma mentalidade voltada para a dignidade, para a honestidade. A saída, pois, encontra-se na ultrapassagem da dialética marxista, da luta de classes, ou seja, no combate às causas e não aos seus efeitos, negando, pois, a carniça aos abutres.

Os militares promoveram, no Governo Figueiredo, a anistia, atitude que não somente lembra, mas renova a postura de Caxias, quando, no século passado, depois de vencer as lutas internas e fratricidas, perdoou a todos. Por isso, Caxias, ao promover a paz entre os brasileiros, tornou-se o braço forte da unidade nacional. Lamentavelmente, os comunistas até hoje não compreenderam ou não querem com-

preender o gesto de nobreza que a Lei da Anistia contém. Infelizmente, o rancor e o revanchismo têm caracterizado as suas ações. Não aceitam o convite à pacificação, mas têm-se aproveitado dos benefícios que essa lei lhes concedeu. Para não ser injusto, quero também lembrar os nossos mortos e aqueles que, ainda hoje, são patrulhados e perseguidos pela sanha vingativa da peçonha comunista.

Ao final da nossa participação neste Projeto de História Oral do Exército, gostaria de dirigir-me aos brasileiros, sobretudo aos jovens desta e das próximas gerações, para concitá-los ao amor ao nosso País. Amor sincero e desinteressado. Tão difícil, à primeira vista, sobretudo pelo exemplo que os governos pós-Revolução nos têm dado – abandono, violência, destruição, subserviência, corrupção – numa demonstração de desamor ao Brasil e aos seus filhos. A partir do momento em que todos tomarmos consciência de que o futuro da Nação depende de mãos limpas e honradas, e fizermos dessa divisa a luta de cada um, de per si, com harmonia de propósitos, não há como segurar este País. Não há como mantê-lo atrelado às promessas vãs de maus brasileiros, de políticos inescrupulosos e oportunistas, que desejam e promovem o bem-estar próprio, individual, em detrimento da população. Lembremo-nos, mais uma vez, das palavras do padre Antônio Vieira: "A omissão é o pecado que se faz, não fazendo." E esta omissão não vai acontecer. Não permitamos que aconteça. Jamais.

Professor Cid Sabóia de Carvalho

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais cargos e funções desempenhadas: funcionário do Ministério da Fazenda, servindo na alfândega local (Fortaleza) e na delegacia da Receita Federal; Procurador substituto da Fazenda Nacional; Procurador do Tribunal de Contas dos Municípios; professor da Faculdade de Direito e do Curso de Comunicações e Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC); e assessor especial do Governador Virgílio Távora.
- Senador da República (1987 a 1995) e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Economia do Senado Federal.
- Cursos: de Direito, na Faculdade de Direito da UFC, em 1966.
- Pertence à Academia Cearense de Letras e à Associação Cearense de Imprensa; Jornalista profissional, atua em rádio, jornal, televisão e integra o Grupo Cidade de Comunicação e o Jornal *Tribuna do Ceará*.
- Entre os livros publicados destacam-se: *Gritos e Murmúrios*; *Pássaro de Fogo*; *Plenilúnio*; *Notas de Constituinte*; *Tribuna Senatorial*; *Tenho Dito*.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Inicialmente, quero dizer que, quando a Revolução aconteceu, eu era funcionário público federal do Ministério da Fazenda, servindo na Alfândega de Fortaleza e acadêmico de Direito da Universidade Federal do Ceará. Estava, portanto, nesta fase da minha vida, já com ampla atuação na imprensa e em rádio e jornal, onde sempre trabalhei. Passei por vários periódicos, aqui em Fortaleza. Então, a minha visão sobre a Revolução é a do jornalista profissional e do acadêmico que se formava, pois estava já nos últimos anos da Faculdade de Direito.

A Revolução começou muito bem, com ampla simpatia do povo. Quando rebentou, havia mesmo um desejo popular de apoiá-la. Tanto assim que não se viu muita contestação ante o fato de o primeiro presidente – General Humberto de Alencar Castello Branco – ser eleito de forma indireta. Esse homem era respeitado antes mesmo da Revolução, muito antes, durante a Segunda Guerra Mundial. Comandou a 10ª Região Militar, aqui em Fortaleza. Um homem de absoluta formação democrática, de grande intelectualidade. Por tudo isto, o fato de ser o primeiro Presidente da República pelo Movimento revolucionário, levou-o a uma grande simpatia, principalmente no Ceará. Ainda mais que a Intentona Comunista levou o País a um estado de repúdio, a uma repelência ao comunismo, ojeriza absorvida pela alma do povo brasileiro em face do derramamento de sangue, inclusive, com o sacrifício de pessoas conhecidas, cujas mortes foram lamentadas, como o Capitão Sampaio, pai de Dorian Sampaio.

Pois bem, culturalmente o comunismo não teve grande aceitação no Brasil, sobretudo depois da Intentona Comunista de 1935. O Partido Comunista Brasileiro, mais tarde Partido Comunista do Brasil, tropeçou bastante na História por causa desse trauma emocional no seu caminho. Pôr o Partido Comunista na ilegalidade não foi medida que demolisse o comunismo. Pelo contrário, posto na ilegalidade, o Partido Comunista sobreviveu, pois teve o charme da ilegalidade entre as coisas legais. Note-se que Lampião, hoje, é decantado, há uma cultura formada em torno dele. Embora, no seu tempo fosse repelido – por ser um cangaceiro perverso, uma pessoa má, que matava à toa – depois mudaram-lhe a face. Exatamente porque foi perseguido e morto barbaramente, o que inspirou, no povo, a simpatia por ele. Uma espécie de cultura do sentimentalismo imediato do nosso povo, que o historiador Raimundo Girão nunca entendeu nem aceitou. Na verdade, um fato de difícil explicação para historiadores. Assim foi o comunismo, que provocou a Intentona de 1935, fato extremamente brutal que traumatizou a sensibilidade dos militares. Por causa desse fato central, as Forças Armadas, em especial o Exército, tornaram-se cada vez mais anticomunistas. Então, quando as pessoas se formavam nas escolas militares já traziam, dos ensinamentos históricos, essa rejeição ao comunismo, que estava, por sua vez, na própria sociedade.

Voltemos aos momentos imediatamente anteriores à Revolução de 1964. Jânio Quadros foi eleito, extraordinariamente eleito Presidente da República. Falo de cátedra sobre isso, porque trabalhei em São Paulo, na sua campanha. Transmiti, como locutor, para um grande número de emissoras do País, o último comício de Jânio Quadros, na Praça Roosevelt, cercada de edifícios iluminados, de onde se jogavam papéis picados, agitavam-se bandeiras e davam-se outras demonstrações de aceitação do candidato. Uma festa imensa, quando Jânio fazia o seu último discurso. E nas proximidades, Adhemar de Barros, que também fazia o seu último comício, não contava com quase ninguém, porque a população de São Paulo aparentemente estava toda se acotovelando na praça Roosevelt.

Jânio Quadros foi eleito porque nele se depositava uma grande crença nacional. Todo mundo acreditava que Jânio Quadros seria a solução moral do País, o homem que ia varrer a corrupção, que já era grave – não tão grave como a de hoje, mas já era muito grave – no final do Governo Juscelino Kubitschek. Muito embora Juscelino tenha sido um grande homem, as acusações eram constantes e crescentes sobre a corrupção nacional, incluindo "química" administrativa e uso indevido de verbas. Formou-se um movimento muito forte em oposição ao PSD, daí o General Lott, sendo apoiado por Juscelino, não obteve grande repercussão. Jânio era a grande esperança.

A decepção nacional veio com a sua misteriosa renúncia, a que atribuo a precipitação do País nessa situação em que se encontra ainda hoje, e mais se encontrava naquele tempo. Como ninguém entendeu a renúncia de Jânio, nem ele mesmo, começaram a surgir hipóteses e conjecturas. Entre estas, razoável a de que ele julgasse que o Congresso não aceitaria a sua renúncia. A ser verdadeiro esse julgamento, mostra o quanto Jânio desconhecia do Direito, porque a renúncia não é ato que se aprecie, a renúncia é apenas aceita. Ninguém pode renunciar sob condições, sob pressões. Renunciou, renunciou. É uma mera vontade que se expressa, unilateralmente, e produz todos os efeitos. Jânio, mal instruído, deve ter acreditado que o Senador Auro Soares de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso, iria rejeitar o seu pedido e fazer-lhe um apelo para que não saísse. Ao contrário, o Congresso teve outro comportamento: foi lida e aceita a renúncia. Daí, vieram as providências constitucionais e, depois, um grande vazio, porque o Vice-Presidente da República, substituto constitucional de Jânio, era o Senhor João Belchior Marques Goulart. Este homem primava em passar, ao longo da sua vida, a imagem de uma pessoa vazia, de uma pessoa sem doutrina. Ninguém pode encontrar em João Goulart nem mesmo a doutrina trabalhista de Getúlio Vargas. Os seus próprios antecedentes criaram um clima que provocou um problema, uma reação militar.

Lembro-me muito desses dias, quando houve até censura nas emissoras de rádio. Eu mesmo li um certo noticiário na Rádio Verdes Mares, com militares dentro do estúdio, uma comissão que visitou as rádios para advertir sobre a gravidade daquele momento. A Rádio Verdes Mares, por determinação do diretor de então, José Júlio Cavalcante, resolveu suspender o noticiário, parou o jornalismo, a fim de evitar algum entrechoque. Criou-se uma situação dificílima e condicionou-se a posse de João Goulart à adoção da forma parlamentarista de Governo, com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro. Durou pouco o parlamentarismo. Num plebiscito arranjado e tumultuado, o povo, mais uma vez desinformado e enganado, pronunciou-se pela volta do presidencialismo, que deu a Goulart todos os poderes como Presidente da República. Deu-se o pior, porque, à rejeição ao comunismo, uniu-se a irresponsabilidade de João Goulart, que passou a quebrar os princípios da administração e da ordem política e social. No meio militar não havia mais a hierarquia, não havia mais o poder da disciplina. A Nação começou a ser entregue a movimentos de força e de desordens. Viu-se que o País estava à beira do caos político e administrativo. Não posso dizer que João Goulart fosse comunista, ele não tinha cultura para tanto. Ele não tinha conhecimento marxista, não tinha a filosofia hegeliana, não conhecia nada de Engels. Ele era uma pessoa apenas irresponsável e vazia. O Brasil não podia mesmo dar um passo à frente, principalmente em política internacional. Seria um desastre o prosseguimento daquela situação.

Veio, então, o Movimento cívico-militar, com breve resistência, o qual noticiávamos pelo rádio. Logo recebemos a visita de alguns militares, que nos recomendaram prudência, a fim de evitar noticiários distorcidos sobre determinadas reações, movimentos de tropas, resistência. Depois de muitos anos, entrevistei Leonel Brizola e consegui uma visão mais real de tudo o que ocorreu. Na verdade, não houve resistência à Revolução. Ela estava calcada em razões irrefutáveis: o sentimento anticomunista e o profundo repúdio à irresponsabilidade presidencial. De fato, estava tudo muito sem direção, o País estava sem rumo. Jango, como era chamado, entrara para a História como um grande irresponsável. Por isso, a Revolução de 1964 foi muito bem aceita e recebida pelo povo brasileiro como a garantia da pacificação nacional, sobretudo quando se anunciou que o General Castello Branco era o novo Presidente da República. Houve um alívio imediato e a Nação se tranqüilizou, pelo prestígio e pela respeitabilidade desse grande homem.

Dizia-se que o General Castello Branco queria apenas sanear o País para, então, convocar eleições gerais, já sob outros princípios, o que não pôde acontecer. Julgo que o próprio Castello Branco não conseguiu o intento de devolver o

País à sua plena normalidade democrática. As suas primeiras medidas foram realmente saneadoras e não sofreram grandes contestações. Termina o Governo de Castello e logo depois ele falece, naquele lamentável acidente aéreo, ocorrido aqui no Ceará, em Messejana, quando voltava da fazenda de Raquel de Queiroz.

Naquela época, Castello Branco parecia estar isolado. Tínhamos na Presidência da República um outro segmento. Esse segmento absorveu os primeiros acontecimentos, mais graves, pelos quais se justificou a Revolução. Foi exatamente nesse momento, já no segundo governo revolucionário, que surgiu essa reação, porque começaram a acontecer fatos que violentavam os princípios da Revolução. Esses fatos forçaram as exceções às regras do governo revolucionário, que eram claras e garantiam ao cidadão comum viver sem nenhuma perturbação. Os transtornos ficariam por conta das pessoas que os praticassem, com o objetivo de se confrontarem com os princípios da Revolução. Quem não se meteu com isso, quem tinha a vida comum, o funcionário que trabalhava, o pedreiro que construía, o engenheiro, o advogado, não sofreram, absolutamente, nada, nenhuma restrição. Mas começaram as restrições exatamente para abafar uma visível reação comunista no País, a meu ver improvável, porque o comunismo no Brasil nunca teve uma grande expressão partidária. Então, os problemas e as rejeições à Revolução, as rejeições mais sérias, começaram a partir do AI-5.

A idéia que tenho é que a Revolução foi traída no seu espírito inicial. Tanto assim, que foi possível recobrar o seu verdadeiro leito quando o General Geisel chegou à Presidência da República. E já se havia passado um dos períodos mais dramáticos da vida institucional brasileira, ocorrido no Governo Costa e Silva, com sua enfermidade e morte, com a sua substituição interina por uma Junta Militar e, sobretudo, com a promulgação do AI-5, que ainda não pôde ser bem explicado. Fui colega do senador Jarbas Passarinho, que certa vez disse no Senado, e repetiu conversando comigo, que, se voltasse o tempo e as mesmas circunstâncias, atuaria do mesmo modo, com relação ao AI-5. Os documentos mostraram pronunciamentos de então, entre eles o de Passarinho, achando que era necessário o AI-5. A minha visão jornalística julga que não o era. A meu ver, houve ali uma avaliação do inimigo, que o projetou maior do que era, na realidade. Então, vigorou o AI-5, e por conta dele se consumaram alguns atos arbitrários, acontecimentos que, hoje, na História, atraem protestos e posições divergentes. Mas o General Geisel não foi um presidente omisso. Pelo contrário, foi um presidente muito justo. Começou o seu governo com a abertura política, em circunstâncias diferentes das que encontrara o Presidente Médici. Geisel procurou endereçar o País à normalidade democrática, pois qualquer Revolução faz parte de uma pato-

logia social, que o General Geisel não desejava, mas queria a plena normalidade, o que era a patente do seu governo.

Por fim, a Revolução recai nas mãos de um presidente que considero mal julgado, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Este homem nunca foi mau, nunca foi ruim, muito pelo contrário, era um cidadão de emoções naturais, não exercia o Poder além do que devia e abdicava de atos intolerantes. Sem o General Figueiredo não teria havido Tancredo Neves, que se projetou na vida nacional por meio da eleição indireta que disputou com Paulo Maluf. Isto só foi possível porque houve um Presidente Geisel e um Presidente Figueiredo, isso é preciso que se diga, porque é verdade.

No decurso do tempo, os acontecimentos que vieram a partir de Tancredo Neves – com sua morte – Sarney, depois Collor, só serviram para justificar uma nova avaliação de 1964, principalmente a partir de Collor. Mais notadamente agora, no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, ao contrário do que existe hoje, a Revolução preservava o Brasil, havia nacionalismo, moralidade. A existência de um Sérgio Paranhos Fleury não era própria da Revolução, mas uma traição ao ideário traçado por homens como Castello Branco, Geisel e Figueiredo, que não tinham essa alma perversa, não eram pessoas irresponsavelmente repressoras. Eles podiam ser repressores, na medida em que o exigissem os interesses de um estágio cultural da Nação. Repudiavam-se os rumos que João Goulart quis dar ao País – não eram os rumos do povo – por não ser o porto que atraía os brasileiros. Portanto, a Revolução veio ao encontro das aspirações do povo brasileiro, apesar de algumas traições saídas de seu seio, manifestas nos casos de tortura que se comentam e atribuem aos "Fleurys", que só fizeram desvirtuar a nossa Polícia Civil.

A linha doutrinária da Revolução não incluía tais desvarios, pois era patriótica, nacionalista e, acima de tudo, responsável por um Estado mediador, que garantisse a vida do cidadão. O servidor público, por exemplo, o trabalhador, o cidadão comum não sofreram perseguição durante a Revolução de 1964, que tinha por base de comportamento o cumprimento da lei. O Poder Judiciário não sofreu restrições. O Direito Administrativo, o Direito Civil, o Direito Penal não sofreram influências. O Direito Processual Civil experimentou algumas inovações porque o Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid, impôs um Código de Processo Civil que destoava dos princípios da Revolução. Por isso, tentou-se consertá-lo e eu, quando senador, atuei em mais ou menos treze leis nesse sentido. Alguns criticavam a Revolução porque havia decretos, determinações secretas, inerentes ao processo revolucionário. Entretanto, no que se referia à normalidade democrá-

tica, à vida do cidadão – como as ações judiciais, os mandados de segurança, os habeas corpus, o funcionamento do júri – tudo funcionava normalmente no País.

A Revolução, por exemplo, jamais interferiu no ensino do Direito. Disto eu sou testemunha, porque, em 1968, eu era professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, onde nunca tive notícias de imposições no exercício da docência. Por outro lado, havia as regras de exceção, das quais a sociedade não tinha conhecimento. A gente ouvia na *Voz do Brasil:* "O coronel fulano foi punido de acordo com o decreto secreto tal". Eles não misturavam as circunstâncias revolucionárias com as circunstâncias da vida normal do País. Então, era possível à legislação nacional manter o Direito, o que não está sendo possível agora. Tivemos uma Constituição revolucionária, mas se alguém examiná-la com isenção, não vai encontrar muitos excessos na Constituição de 1967 nem na Emenda Constitucional Nº 1, de 1969. Portanto, houve uma adaptação da regra constitucional às circunstâncias revolucionárias. Notava-se que os militares tinham o maior cuidado com tudo que não dizia respeito à Revolução em si.

Continuemos a examinar a Revolução de 1964 sob outros aspectos. Durante o período revolucionário, o Estado brasileiro era responsável. Tínhamos a Previdência, cujos serviços funcionavam. Havia, de quando em quando, algum escorrego, porque se nomeava um ministro não muito adequado, ou que queria investigar a Previdência, sem dela entender o suficiente. Apesar desses senões, tínhamos Previdência e era possível ao assistido por ela ter acesso aos seus serviços. Eu me lembro de que me operei da vista, de um descolamento de retina, em Minas Gerais, por conta da Previdência Social, que arcou com todas as despesas. Funcionava um Ministério do Trabalho atento. A Justiça do Trabalho, que funcionou de maneira extraordinariamente progressiva, crescendo durante a Revolução, está-se acabando.

O que dá uma nova conceituação à Revolução de 1964 é exatamente o neoliberalismo. Quando o neoliberalismo começou a dominar o País, é que se pôde verificar que a Revolução teve os seus méritos, em todos os setores da vida nacional. Mantinha-se uma política responsável quanto à construção e à manutenção da rede de estradas pavimentadas, que passou de 19 mil quilômetros para 75 mil, entre 1963 e 1983. Nunca se fez tanto contrabando no País como se faz hoje. Nunca houve tanta droga quanto existe hoje. Eu me lembro de que os comandantes militares, entre eles o Comandante da 10ª Região Militar, tinham grandes preocupações com a juventude, por causa da droga.

Eu era Procurador da Fazenda, durante os anos de Revolução, quando se tomava todo o empenho no cumprimento das metas fazendárias, para não haver descaminhos, contrabando, para que tudo fosse dentro da lei. Hoje, não temos a

segurança de que a nossa legislação seja cumprida, em face da subserviência ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os presidentes militares não se curvaram ao FMI, que experimentou grandes rejeições do Presidente Figueiredo. Quando Collor assumiu o governo, começou a supremacia do FMI dentro do Brasil. Como Senador da República, participei de encontros com senadores e deputados norte-americanos, que se comportavam como nossos patrões. Daí para cá, o Brasil vem sendo ameaçado na sua soberania.

Outra grande diferença da Revolução para o momento atual é a política de fronteiras, de segurança nacional, fruto de uma doutrina de preservação do território, da cultura, de o Brasil ser Brasil. Até uma partida de futebol era importante, desde que o nome Brasil estivesse em jogo. Uma luta de boxe era importante se o nome do Brasil estivesse em jogo. Então, credite-se à Revolução as benéficas medidas que mantiveram a nossa integridade e a soberania nacional e estimularam a cultura, o livro e o teatro. Quem acabou com os órgãos que cuidavam da cultura não foi a Revolução, foi o Collor, que surgiu no cenário político-nacional em plena degenerescência paranóica, desmontando bibliotecas, fechando outros órgãos culturais, jogando livros nas ruas, destruindo móveis, arrasando tudo. Fechou todas aquelas entidades que, no governo revolucionário, funcionaram como parâmetros do Estado. Por exemplo, se falássemos de saúde, os melhores hospitais eram os do governo. Se falássemos de escolas, as melhores escolas eram as do governo. A Revolução tinha por princípio o fato de que o governo deveria fazer sempre o melhor, e o que ficasse com a iniciativa privada tinha que seguir aqueles parâmetros. Hoje, dá-se o contrário: ninguém pode mais comparar a Universidade Federal com a Universidade de Fortaleza, que cresceu trinta vezes, crescimento que começou ainda durante a Revolução. Enquanto isso, as universidades federais decresceram. O ensino público e gratuito recebeu grande e continuado estímulo durante a Revolução, que também criou o MOBRAL, numa benemérita luta contra o analfabetismo. O Projeto Rondon, o MOBRAL e outras iniciativas edificantes foram criações da Revolução de 1964.

É por isso que a Revolução tem que ser vista, comparativamente, com os fatos anteriores e posteriores. O ciclo revolucionário não foi pior, na violência, do que outros períodos de que se têm conhecimento. A ditadura de Vargas, por exemplo, foi mais arbitrária do que o período da Revolução de 1964. A literatura registra, segundo Jorge Amado, Graciliano Ramos e outros autores, inclusive um ex-senador, comparando o Brasil com a Argentina, que o período getulista foi terrível. Para se ter uma idéia, o meu pai foi condenado a vinte e cinco anos de reclusão porque, na época, o Brasil vacilava entre ficar com os países do eixo ou

com os aliados. Como o meu pai se pronunciou em prol dos aliados, respondeu a inquérito em tribunal de exceção e foi condenado a vinte e cinco anos de reclusão, embora tenha sido anistiado, quando Vargas caiu do governo. Por outro lado, os pecados da Revolução de 1964, os acontecimentos negativos de sua época, constituem, hoje, um pingo d'água diante da violência praticada para atender aos interesses do neoliberalismo e da globalização. A Revolução se confrontava com pessoas desafetas do seu ideário, enquanto o neoliberalismo leva o Estado a um confronto geral, a um confronto com as populações, cada vez mais pobres, em conseqüência do achatamento salarial. Hoje, a política do governo é ir acrescendo um pouco ao salário mínimo, deixando os demais estagnados, o que significa um achatamento e uma redução salarial, ao arrepio da Constituição.

A Revolução produziu a Constituição de 1967, que era cumprida. Hoje, nós temos uma Constituição, democraticamente produzida – da qual eu fui constituinte – que não é cumprida. E o primeiro a descumpri-la é exatamente o Governo. A Revolução de 1964, portanto, comparada com este neoliberalismo perverso, agiganta-se num conceito bem melhor do que aquele que, antes, dela se fazia. Para mim, a ditadura está agora implantada, a ditadura econômica, onde não há nenhum disparo de arma, não há medida de força, mas há medidas econômicas que cerceiam a liberdade do cidadão. E isto é muito grave.

Como já caracterizei, a Revolução de 1964 tinha um ideário benéfico à vida nacional. Para implantar este ideário e com ele prosseguir, teve que se confrontar com pessoas que, doutrinariamente, eram-lhe contrárias e que se encastelavam na ideologia comunista, responsável pela Intentona de 1935. Com efeito, este foi um acontecimento que prejudicou notadamente a doutrina comunista, porque marcou, indelevelmente, a alma brasileira, em especial a alma do militar. Por isso, não encontrará, jamais, na cultura nacional, um lugar em que se encaixe como um fato historicamente bem aceito. Alguém de formação doutrinariamente comuno-marxista poderá até tentar encontrar justificativas para ela, mas a pureza da alma brasileira jamais encontrará razões para aceitá-la. O próprio Luís Carlos Prestes, líder do comunismo no Brasil, comportou-se de maneira muito contraditória em algumas passagens de sua vida. Preso por Vargas, teve a mulher deportada para a Alemanha, onde faleceu num campo de concentração. Mais tarde, apoiou Getúlio, de quem recebeu dinheiro, comportamento que só fez macular a sua imagem.

Quando Prestes morreu, fiz um discurso no Senado por entender que ele, apesar de tudo, teve um papel importante na História do Brasil, e porque não se pode examinar qualquer fato histórico com uma visão unilateral. Entretanto, não se pode negar que Prestes pregou um sectarismo, criou uma intolerância tão grande às

idéias contrárias às suas, que afastou os próprios comunistas do comunismo. E quais foram os comunistas que se afastaram? Os de verdade, aqueles que tinham formação filosófica, que absorveram o materialismo histórico, que compreendiam a dialética. Por isso, essas pessoas não podiam ficar, foram quase expelidas, e o comunismo ficou naquela intolerância radical. Este foi o comunismo enfrentado pela Revolução de 1964. Não era um comunismo responsável, doutrinário, político, mas um comunismo à margem, rebelde, inconseqüente. Talvez com os partidários do comunismo doutrinário a Revolução tivesse podido conviver, aceitando-os dentro da liberdade de opinião, dentro da independência de crença, da liberdade individual. E tudo podia ter sido conduzido por este caminho. Mas o problema estava no comunismo de Prestes, que criava um confronto com a Nação e com a própria nacionalidade.

A Revolução não podia tolerar um comunismo que se tinha como internacional, um comunismo alienante, que pretendia vincular o Brasil a uma potência estrangeira, à União Soviética, com plena rejeição à nacionalidade e ao nacionalismo. Por isso não creio que a Revolução tivesse fundamento nos EUA, no capitalismo norte-americano. Eu não encontro onde está a rendição do Brasil aos EUA, pela Revolução de 1964. Como, se a Revolução não abriu as portas para a indústria norte-americana? Pelo contrário, a Revolução consolidou a indústria automobilística, cujos carros, mais tarde, o Collor os chamaria de carroças. A Revolução não abriu os portos, exatamente como uma proteção ao produtor nacional. Ora, a rendição de um país a outro não é só política, mas se identifica, também, pela política econômica. E a nossa não era submissa aos Estados Unidos.

Pois bem, do que se disse até aqui, viu-se que o comunismo irresponsável, radical e alienante da Intentona de 1935 ressurgiu em 1964, provocando o confronto dos verdadeiros patriotas e nacionalistas que fizeram a Revolução. Todavia, devo fazer aqui algumas observações. Hoje já não se fala, praticamente, em comunismo. Não tem mais fundamento o esquerdismo que acirra a intolerância entre esquerda e direita. O verdadeiro esquerdismo nacional não pensa na submissão do Brasil a nenhum país estrangeiro. Portanto, os nossos esquerdistas de hoje, como os enxergo, são nacionalistas, o que os aproxima dos nossos militares e de todos os legítimos revolucionários de 1964. Na verdade, a Revolução se fundamentou na idéia de País, de Pátria, de Nação, de povo – não vejo influências estrangeiras – e não se precisou de guerra para haver a Revolução, embora esse termo – revolução – seja uma palavra que, no seu estrito sentido, signifique muita coisa, inclusive violência com tiros, com muitos mortos e com campos de batalha improvisados. Não foi necessário o emprego do espírito guerreiro das Forças Armadas, que apenas quiseram sanear o governo e pôr o País nos seus trilhos, sem a violência guerreira.

Foi este o espírito que prevaleceu no período revolucionário e que, no início, recebeu o apoio de várias instituições, inclusive da Igreja Católica. Depois, parte do clero absorveu uma influência destoante, cuja origem ficou difícil de se identificar, e adotou uma posição de confronto. Todavia, creio que tais divergências partiram de correntes que entraram em conflito dentro da própria Igreja. Entretanto, no momento atual, a sinceridade cristã manda que se defenda o Cristianismo, agora sofrendo muito mais agressões do que dos governos que se projetaram a partir de 1964. O neoliberalismo é tipicamente anticristão e se confronta com as religiões cristãs. A partir do momento em que o importante é o capital, o mercado, desaparece a valorização do ser humano, o seu direito ao trabalho, o direito de não ser escravizado, de não ser submetido a opressões. É engano pensar só em opressão física, pois há opressão política, administrativa, psicológica, que é o que existe agora. Daí por que o nosso atual governo é anticristão, com toda certeza. Todavia, aquela ala divergente do clero não está tomando posições na intensidade com que se posicionou depois de 1968/1970, quando começou o seu movimento de rebeldia – muito bem aceito, diga-se de passagem – porque invocava a volta à normalidade democrática, com eleições diretas, o grande pleito de todo mundo, por fazer parte da cultura brasileira.

Voltando ao neoliberalismo, observa-se que toda a sua essência capitalista e mercantilista, eivada de imposições internacionais tirânicas, está imprimindo uma influência bastante negativa em nossa cultura política. Sobretudo, infundindo comportamentos que podem elevar a irresponsabilidade política a níveis inimagináveis. Fruto dessa cultura, a política nacional teve fases de grande projeção, com grandes políticos à sua frente, embora marcada, de quando em quando, por nódoas que parecem enegrecer-se com tais influências neoliberais.

Quando irrompeu, a Revolução encontrou um Congresso com grandes expressões políticas nacionais. Ninguém pode esquecer, no confronto PSD x UDN, as figuras que se notabilizaram, sendo exemplos Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, Luiz Viana Filho e muitos outros que se agigantaram nesses grandes confrontos entre oposição e situação, quando o Congresso mostrou um nível intelectual muito alto. Com a Revolução houve, naturalmente, aquelas medidas de adaptação e o Congresso sofreu os reflexos do bipartidarismo. Mas à medida que decorriam os governos da Revolução, a vida política ia-se tornando mais aberta, inclusive com a transformação do MDB em PMDB e da ARENA em PDS que, ao lado de outros partidos, compuseram o pluripartidarismo, que levou o Congresso a uma maior representatividade.

Acho difícil comparar a vida congressual antes e depois da Revolução, inclusive porque muitas figuras, de longa trajetória política, antecederam e atuaram durante e depois da Revolução. Entretanto, o que se pode pôr em relevo é que os

planos econômicos pós-Revolução ensejaram uma grande agressão à representatividade do Congresso Nacional. A deterioração do Direito Eleitoral permitiu fosse o Congresso, nos dias atuais, formado por empresários falidos, que usaram os últimos recursos para comprar uma cadeira de deputado federal, ou para conquistar uma senatória ou uma suplência de senatória, na expectativa da morte do deputado ou do senador. Com isto, há um simulacro de representação popular, graças, em grande parte, aos planos econômicos. A política econômica do Sarney comportou erros, mas tinha a boa intenção de ser democrática. Porém, a partir do Collor, as medidas são antidemocráticas e se refletem na própria eleição. O Plano Collor I, o Plano Collor II e o Plano Real projetaram as bases para uma distorção eleitoral muito grande e nos deram o Congresso que aí está, absolutamente irresponsável. Daí, o comportamento político de hoje, o pior que já existiu.

A Revolução criou o bipartidarismo, um divisor de águas, pessoas governistas ou antigovernistas. Isso levou a dois partidos – a ARENA e o MDB – sem doutrina, uma situação apenas ocasional, governistas de um lado, oposicionistas do outro. Passada essa fase, surgiram os diversos partidos. Cada um com sua doutrina programática, que muitas vezes visava mais a interesses partidários, faccionários, do que aos interesses do Brasil e de seu povo. O que se acentuou, mais ainda, depois do período revolucionário. Além disso, antes, mas sobretudo depois da Revolução, as trapaças eleitoreiras enublaram a programação partidária e elegeram pessoas completamente desvinculadas de compromissos com o povo, mas totalmente voltadas para os seus interesses pessoais. Daí, certos partidos servirem apenas de "legenda de aluguel" para muitos candidatos que não têm a menor convicção partidária. Daí, também, a absoluta falta de credibilidade desses políticos, assim eleitos, perante o povo que, sentindo-se enganado, não lhes deve nenhum reconhecimento como autoridade. Assim, o princípio de autoridade se esmaece e se extingue. E este era o panorama do início de 1964.

A Revolução, portanto, chegou quando e porque havia uma crise de autoridade no País. Na época, passavam-se coisas absurdas. Fazia-se vista grossa ao contrabando, proibido por lei. Desrespeito que recebia a proteção dos juízes, que se utilizavam de tropas para garantir uma ilicitude, ou seja, liberar mercadorias ilegais que os fazendários se recusavam a liberar. A corrupção grassava. Não havia uma alfândega em que não existisse um inspetor corrupto, não existia uma guardamoria em que o guarda-mor não fosse uma pessoa suspeita. Quando irrompeu a Revolução, o que havia era uma grande crise de autoridade. A Revolução restaurou o princípio de autoridade, porque tinha autoridade. A Revolução se impôs pela autoridade moral que lhe era imanente. Depois do período revolucionário, confundiu-se demo-

cracia com demagogia, observando-se, como virtudes, a libertinagem, a promiscuidade pública e a permissividade, que fizeram o País desaguar numa espécie de anarquia política, no aniquilamento do princípio de autoridade.

Atualmente, a crise de autoridade é maior do que quando a Revolução arrebentou. Mas o que vem a ser autoridade? O conceito filosófico de autoridade é por demais vasto e abrangente, e não cabe discuti-lo aqui, nesta entrevista. Para sermos práticos, poderíamos esboçar o seguinte conceito: autoridade é o poder ou o direito que emana do cargo ou da posição que qualquer pessoa qualificada ocupa, com responsabilidade, no seio da sociedade onde vive. Neste contexto, podem-se inserir o soldado de polícia, o religioso, o cientista, o magistrado, o vereador, o deputado, o senador, o Presidente da República e outros. O que se vê hoje? Autoridades incriminadas por atos ilícitos. Policiais envolvidos com o crime. Magistrados comprometidos com a corrupção, como aquele Presidente de Tribunal de São Paulo, o Dr. Nicolau dos Santos Neto. Deputados sendo cassados por crimes de morte, de contrabando, de tráfico de drogas. Um senador, Luiz Estêvão, cassado pelo Senado como integrante de quadrilha. O senador, Presidente do Senado, e outro senador, acusados dos piores crimes de corrupção, e cada um apresenta volumosas pastas de documentos comprobatórios dos crimes. Esta, hoje, é a triste imagem da autoridade brasileira, de crise total, por falência de sua credibilidade. Aqui surgirá, certamente, a seguinte pergunta: De onde vem a autoridade? A filosofia analisa a autoridade com base em três fundamentos. O primeiro deles é a natureza (Aristóteles); o segundo fundamento da autoridade é a divindade (Agostino/Tomista, com base em São Paulo); e o terceiro são os homens (os estóicos, Cícero, Ockham e outros). Ao se atentar para essa terceira concepção filosófica, concluir-se-á que a autoridade, nos cargos eletivos, hipoteticamente, vem do povo.

Hipoteticamente, porque a fonte – o povo – foi poluída por uma Imprensa que, igualmente, corrompeu-se. Notadamente as cadeias de televisão, que se corromperam e levam aos lares as piores mensagens, numa amostra flagrante da decomposição moral do brasileiro. Lamentavelmente, em nome do lucro e da audiência, a televisão tornou-se um agente de degeneração da família.

Então, o povo, como fonte do poder – o poder emana do povo, pelo povo, para o povo, este o princípio democrático – teve poluída a apuração da sua vontade. O povo está sendo levado às urnas sob um critério de massificação pelo delito, pelo crime, pela influência econômica, pela exploração da fome, da miséria. O bom candidato não é o que pode desempenhar bem o seu mandato, mas aquele que pode dar o médico, levar a parteira, levar uma cesta de alimentos, de quando em quando. Então, em face do fracasso da política econômica, notadamente do Plano Real, o povo ficou

suscetível à falsidade na sua manifestação. Desta forma, ao se apurar o resultado de uma eleição, que é a manifestação do povo, não se apura uma licitude, apura-se uma ilicitude. Do âmago dessa ilicitude sai a maioria dos nossos políticos que vão integrar os executivos e os legislativos dos três níveis do poder. A administração pública, dessa forma, fica sujeita a ilicitudes, e a legislação produzida foge a todos os princípios morais, para encharcar-se de casuísmos, em apoio a interesses escusos.

Entretanto, o critério de formação da lei é muito sério. O verdadeiro fundamento da lei é a moral. A moral fundamenta a lei, e o conjunto de leis é a expressão do Direito, ou seja, as leis são as fontes do Direito, e a moral é a fonte das leis. Já o critério atual de eleição ampara a convicção dos senadores e dos deputados de que podem fazer projetos desvinculados dos costumes. Supõem que podem fazer as leis segundo a cabeça deles. Por exemplo, uma lei que foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados – ainda vai para o Senado – dispõe sobre sigilo bancário, em apoio a um interesse fazendário. O que ditou a lei, o projeto aprovado, foi o interesse da Fazenda, não da moralidade. Por isso, essa lei é inconstitucional. A maioria das leis produzidas pelo Congresso, no Governo Fernando Henrique Cardoso, são inconstitucionais, pois ferem o espírito da Constituição. Inclusive essa que trata da contribuição obrigatória sobre movimentação financeira, parâmetro para quebrar o direito de sigilo bancário, embutido no direito à privacidade.

A lei, sem o fundamento moral, associada à malévola interpretação dos direitos humanos e das imunidades parlamentares, facilita a impunidade dos criminosos e prejudica a vida do cidadão de bem. Por isso, a impunidade vem crescendo desmesuradamente, o crime está aumentando mais do que a normalidade, e as quadrilhas se tornaram mais fortes do que as polícias. Além disso, a vontade política de solucionar os problemas está completamente ausente dos poderes públicos. A segurança pública está desorientada e à mercê de planos paliativos que a nada conduzem. Enquanto isso, o crime organizado prolifera, zomba da lei e escarnece das forças policiais, execradas pela mídia inconseqüente. Com isso, a violência cresce a níveis assustadores e o cidadão de bem, completamente indefeso, não tem para quem apelar. Mas a ele se conferem mais obrigações do que direitos, enquanto aos criminosos, mais direitos do que obrigações, o que é uma antinomia do momento político-jurídico atual. Falou-se que a lei é a fonte do Direito. Porém o Direito tem por meta o equilíbrio entre direitos e obrigações, isto é, a cada direito corresponde uma obrigação. Infelizmente, o desequilíbrio entre direitos e deveres é resultante de um estado patológico em que parece ter mergulhado a Nação.

No caso do Direito do Trabalho, o Brasil acaba de registrar um grande equívoco. O Direito do Trabalho é um Direito misto, nem é público nem é privado, e a

Justiça do Trabalho jamais deveria funcionar como o Judiciário comum. Ela tem que funcionar mais sob os aspectos sociais, de interesse classista. O aspecto social não diz respeito só ao empregado, mas também ao empregador. O Direito do Trabalho não pode ser uma arma de punição ao empregador. Ele é também sua arma de proteção, e mais do que qualquer outro ramo do Direito, há que existir um perfeito equilíbrio entre direitos e deveres, para a harmonia entre empregado e empregador, porque um precisa do outro. Tanto assim, que a Justiça do Trabalho tinha representação classista – representantes dos empregados e dos empregadores – que discutiam entre si, antes que o Juiz aplicasse a lei. A aplicação da lei teria mais um aspecto social. Com o advento do neoliberalismo, baniu-se da Justiça do Trabalho a representação classista, o que a igualou à Justiça comum. O segundo passo, ao que se entende, é extingui-la, pois a Justiça comum a substituirá. As decisões mais sociais que legais passarão a não mais existir. Nessa patologia nacional se encaixa também o desequilíbrio entre os direitos e os deveres daqueles que trabalham a terra. Por isso, urge que se definam esses direitos e esses deveres, dentro de fundamentos morais, através de uma política agrária justa. Com isto, evitar-se-ia o surgimento de organizações ilegais, como o MST, que vêm tumultuando o campo, espalhando a violência, provocando confrontos com as forças legais e afrontando as decisões da Justiça e o princípio da autoridade. Exemplo típico foi o episódio de Eldorado dos Carajás, em que as decisões da Justiça do Pará foram contestadas e desconsideradas e ainda permanecem pendentes.

Se, por um lado, esses movimentos ilegais, liderados por ativistas ideológicos, movidos por interesses escusos, procuram violentar o campo, por outro lado, essas lideranças encontram terreno propício aos seus intentos no Código de Processo Civil projetado por Alfredo Buzaid, quando Ministro da Justiça no Governo Médici. Este Código absorvia a idéia de uma propriedade soberana. Por conta disto, a exibição de posse, a emissão de posse, a reintegração de posse e todas as medidas possessórias passaram a ter respaldo jurídico, o que reduz a condição social do Direito, em benefício da condição individual. Uma grande distorção que dá margem ao surgimento de organizações político-ideológicas, como o MST, que, apesar de ilegal, já adquiriu até personalidade jurídica, pois o governo confabula com ele, faz acordo com ele e libera verbas para ele. Então, o governo reconhece a existência do MST, cuja função é invadir propriedades. Mas o Poder Judiciário manda desocupar a propriedade invadida e, a partir daí, não se sabe qual é a ordem política verdadeira.

Sabe-se que a propriedade é protegida pela lei, mas a desobediência à lei é estimulada a partir do momento em que o Governo reconhece a personalidade

jurídica coletiva do MST, para discutir, com o Ministro da Reforma Agrária e outros ministros, exigindo até a presença do Presidente da República ou por ele sendo recebido, sem que seja uma instituição legalmente organizada.

Castello Branco foi tão grande que as leis que ele deixou, no seu período, são básicas à democracia em plena Revolução. Uma delas foi o Estatuto da Terra que, nas previsões de política agrícola, política agrária, é uma lei muito avançada para o seu tempo. Bastaria o cumprimento do Estatuto da Terra para não termos o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Lamentavelmente, o Presidente Castello Branco não teve tempo de fazer cumprir o Estatuto da Terra que, entre as coisas avançadas que ele deixou, está entre as mais avançadas da Revolução. Considero, pois, o Estatuto da Terra, um passo avançado no Direito. Inclusive, levando o Direito Civil a uma outra concepção – quando se trata da propriedade rural – ao criar uma sistemática para a propriedade urbana e outra para a propriedade rural. Trata-se, portanto, de um instrumento jurídico muito avançado para o seu tempo.

Outro grande passo da Revolução foi a criação do Banco Nacional de Habitação, da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sem os quais não se teria a casa própria. Sem a sua interação, não teríamos o Sistema Nacional de Habitação. O Pró-Álcool foi outro ponto positivo e muito importante, tanto para a economia, quanto para o setor social, porque desenvolveu uma tecnologia nacional altamente avançada, criminosamente combatida por interesses dos países produtores de petróleo. A Revolução também soube conviver com o ensino público e gratuito, especialmente quando teve, nessa área, em certo período, o Senador Jarbas Passarinho, excelente Ministro da Educação, ele que teve uma visão muito prática, muito técnica e muito nacionalista da educação.

Durante o período revolucionário, foi instalado no País o sistema de telecomunicação, considerado dos mais avançados do mundo, com tecnologia completamente nacional. Ainda hoje se deve a esse sistema as bases das telecomunicações de que o Brasil dispõe. O sistema energético brasileiro multiplicou por oito a sua potência instalada, passando de 4.480MW, em 1963, para 35 mil megawatts, em 1983. A sua potência em instalação evoluiu de mil megawatts para 16 mil megawatts, no mesmo período. Isto se deve à construção de Boa Esperança, de Tucuruí, e, sobretudo, de Itaipu. Extraordinária, também, foi a evolução dos meios de transporte, ampliaram-se portos e aeroportos e construiu-se Tubarão. Construíram-se os aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Guarulhos, em São Paulo. Como já citei, as rodovias pavimentadas passaram de 19 mil quilômetros para 75 mil quilômetros, no período de 1963 a 1983. Muitas outras realizações, em todos os setores da vida nacional, foram levadas a efeito no período revolucionário.

Todavia, esse mesmo período registrou alguns pecados, que considero uma verdadeira traição aos princípios da Revolução. Os mais graves desses pecados foram os casos de tortura, que atribuo a indivíduos sem qualificação moral para integrar-se no espírito da Revolução. Por isso, considero uma grande injustiça imputar-se tal crime, de maneira generalizada, aos militares, sobretudo aos nossos generais, aos nossos coronéis, até porque a Revolução não foi feita só por militares. Julgo, entretanto, que a Revolução sofreu uma espécie de distorção no seu curso, um tipo de patologia semelhante à da Revolução Francesa. Por outro lado, pouco se fala no acatamento rigoroso com que a Revolução tratava as decisões judiciais. As ordens emanadas da Justiça eram cumpridas com seriedade, ao contrário do que acontece hoje, freqüentemente desconsideradas até por autoridades. No período revolucionário, os advogados podiam desempenhar as suas funções, normalmente. Tudo isto vem mostrar que a Revolução respeitou os limites do Poder Judiciário. Com relação à Justiça Militar, fui relator, no Senado, de um projeto que lhe dizia respeito. A conclusão a que se chegou foi de que os julgamentos daquela Corte eram sérios, e os princípios democráticos, rigorosamente respeitados.

No setor social, além das inúmeras iniciativas benéficas aos mais humildes, como o FUNRURAL, o PIS e o PASEP, a Revolução estimulou os movimentos sociais, que foram intensos durante seu período, inclusive com a criação de centros sociais, a fim de levar as providências governamentais às comunidades. Aqui, no Ceará, tivemos um governador extraordinário, César Cals, marcante nesse campo. Esses movimentos sociais já haviam sido inaugurados, no nosso Estado, durante o extraordinário Governo Virgílio Távora que, através de saneamento básico, buscou melhorar a situação social das favelas. No seu primeiro governo havia, nesse sentido, uma grande preocupação da primeira dama do Estado, dona Luisa Távora.

No plano federal, as atividades sociais eram uma constante. Foram valorizadas e dinamizadas as funções da Legião Brasileira de Assistência que, hoje, não existe mais. Por incrível que possa parecer, o que se pensava de mal da Revolução, em determinado tempo, está acontecendo é agora. Decompuseram os órgãos de assistência social. A própria Previdência vem sendo desestimulada para favorecer as previdências privadas e os fundos de pensão, numa economia toda voltada para o mercado, como se o interesse social fosse uma mercadoria. Durante a Revolução é inegável a valorização do interesse social, em cuja dinâmica enquadro a implantação do Banco Nacional de Habitação, que também não existe mais. A pedra no caminho da Revolução é só essa história da distorção, de que já se falou. Tenho a impressão de que muito general da época, que ainda sobrevive, muito coronel, muita gente que participou da Revolução, hoje se surpreende ao se deparar com essa história. Creio que houve uma traição aos

próprios princípios revolucionários. Não se viu, na deflagração do Movimento revolucionário, o espírito guerreiro. Pelo contrário, com ele veio o espírito pacificador.

É importante, porém, compreender o Brasil no conjunto de sua História. Não podemos compreender a Revolução, estudando-a isoladamente. É preciso analisá-la diante dos antecedentes de Getúlio Vargas, comparando-a com os fatos que vieram, posteriormente, através da política neoliberal que assolou o Brasil, a partir do Governo Collor. Devemos verificar os fatos históricos, desde o Brasil colonial, o Brasil imperial, o Brasil de Pedro I, de Pedro II, da Primeira República. Atentar para as medidas intolerantes adotadas, logo após a Proclamação da República, com a perseguição e a deportação de jornalistas. De tudo isso deve-se ter uma visão geral, para se chegar a uma conclusão fundamentada. Entretanto, o que mais está emporcalhando a História nacional, a História do Brasil, é esse capítulo de agora. Com as privatizações desnacionalizantes, indecentes, indecorosas, inexplicáveis. Com o comportamento do Congresso, fazendo da Constituição uma irresponsável colcha de retalhos, resultado do conluio de pessoas não habilitadas, intelectualmente, que a alteram para pior, inclusive na parte referente à administração pública, que foi demolida no Brasil. Por isso, tomo a Revolução de 1964 como um período em que houve construção, e o neoliberalismo de agora, como o período de demolição. A Revolução procurou recompor o todo nacional, controlando as atividades internas e ocupando os espaços, para a garantia da integridade nacional. Depois, com a redemocratização, não era preciso um Estado tão grande. Poderia ter sido reduzido, mas não decomposto, como foi, para se tornar, apenas, um ente arrecadador de impostos e de taxas.

Agora vem a pergunta: e como harmonizar os brasileiros no sentido de recuperar, de reconstruir tudo o que foi demolido? Formando uma consciência cívica, nacionalista, através de uma educação que comece na família, continue na escola e prossiga na sociedade. Educação que não seja apenas instrutiva, mas também patriótica, de amor ao Brasil. Educação que oriente para o voto consciente e independente, a fim de que os brasileiros possam escolher os verdadeiros patriotas que vão ocupar os cargos eletivos. Esta visão me permite reforçar a crença que tenho no Brasil. Apesar de tudo o que aconteceu, em todos os períodos, apesar dos subterrâneos do Estado Novo, apesar dos casos isolados de tortura praticada por pessoas sem qualificação revolucionária, apesar das distorções de agora, apesar das negativas de nacionalidade, o País há de sobreviver e não vai ser aniquilado pela globalização. Não permitiremos a internacionalização da Amazônia. Ceder a Amazônia para atender a interesses do capitalismo internacional, não admitiremos. Para tanto, precisamos buscar na Revolução de 1964 o seu espírito de justiça, o seu espírito patriótico, o seu espírito nacionalista, e infundi-lo no espírito da verdadeira democracia.

Professor Luiz Queiroz Campos

- Natural da Cidade de Fortaleza–CE.
- Principais cursos: de Direito, na Faculdade de Direito do Ceará; Estudo da Doutrina de Segurança Nacional (ADESG).
- Principais cargos e funções desempenhadas: oficial de gabinete do Prefeito Municipal de Fortaleza; escriturário e procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, (1947 a 1970); secretário executivo da União das Classes Produtoras (1950 a 1967); diretor do jornal diário *Gazeta de Notícias*, (1954 a 1967); presidente da Caixa Econômica Federal do Ceará, (de 1957 a 1962); vice-prefeito de Fortaleza e prefeito interino (1963 a 1967); delegado regional, área do Nordeste, do Banco Nacional da Habitação (1966 a 1986); e professor da Universidade Federal do Ceará, no Curso de Comunicação Social, (1963 a 1993).
- Presidente do Instituto Brasil/EUA/Ceará, de 1973 a presente data.

Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2000.

Sempre tive uma atuação, desde os tempos universitários, voltada para os problemas nacionais. O início de uma época de atividades muito intensas, ocorreu, logo após a queda da ditadura Vargas, em 1945, e o término da Segunda Guerra Mundial, acontecimento que marcou a minha personalidade e a minha maneira de ver o mundo, as pessoas e os problemas. Anteriormente, vivi as manifestações da ascensão do nazismo, que se aliou ao fascismo de Mussolini, período que envolveu a minha adolescência, a minha formação, a aquisição de novos conhecimentos, enfim, a necessidade de ver e interpretar as coisas.

Marcado por uma personalidade voltada para o amor à liberdade, pude, com isso, me antepor ao marxismo e ao nazismo. Não obstante a União Soviética ter-se aliado aos países que combatiam o nazismo, nem assim colhera a minha simpatia ou apoio. Ainda muito jovem tinha a compreensão disso porque, desde cedo, passei a ler bastante, e lia todos os jornais. Tive a sorte de, com apenas quinze anos, ser funcionário do escritório de advocacia do Dr. Aldenor Freire, que ficava em frente ao consulado dos EUA, aqui em Fortaleza. O serviço me permitia acompanhar o desenvolvimento das ocorrências da guerra. Tudo isso me proporcionou um amadurecimento precoce. Tive de enfrentar a vida muito cedo, porque o meu pai, operário, faleceu quando eu tinha dezoito anos, o que me obrigou a assumir todos os encargos de família, ainda acadêmico. O trabalho no escritório de advocacia, o contato com os americanos durante o período da guerra, as notícias dos jornais e do rádio – a grande novidade da época – nos traziam informações, às vezes, de difícil captação. Tudo isso marcou a minha personalidade, um traço que mantenho até hoje, na defesa dos bons propósitos, da unidade, da paz, porque sofremos muito com o clima da guerra.

Outro enfrentamento foi viver, na adolescência, um período de cerceamento da liberdade do povo brasileiro. Foi, na história política do nosso País, o período em que tivemos várias etapas de governos de dissensão, e foi o mais forte e o mais desumano, podemos dizer. Ainda mais porque se implantou com o respaldo jurídico de uma Carta Constitucional importada de um país que sofria a influência do nazismo. A Constituição do Estado Novo, de 1937, ficou conhecida por "a polaca" até nos estudos de Direito. Isso nos marcou, e criamos uma aversão – devo dizer com toda sinceridade – ao ditador Vargas. Não obstante reconhecer nele algumas qualidades como administrador e político, o período getulista caracterizou-se pelo sofrimento do povo brasileiro. Talvez, ainda hoje, os jovens, os meus filhos, os meus netos estejam respondendo com o seu sacrifício.

Aluno da Faculdade de Direito, como secretário do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, enfrentava o processo de infiltração ideológica do nazismo, do integralismo e do comunismo. Até se cogitou, num certo momento – pela aversão que se tinha à

ditadura Vargas – da possibilidade de encarar o comunismo como solução, idéia de certo modo predominante nos meios acadêmicos. Muito antes, porém, experimentara profundas decepções na identificação com certas lideranças do integralismo e do nazismo, movimentos para os quais nunca tive nenhuma tendência. Diante do comunismo, também comecei a criar uma certa aversão, por achar que aquilo era uma farsa. De modo algum poderia trazer solução para os problemas da humanidade e, de modo particular, para os do Brasil, cujo povo recebeu uma formação liberal desde os tempos da Colônia. Depois, tive a sorte de ingressar no jornalismo, um atendimento ao fascínio que me empolgava. Sentia a necessidade, ao conhecer aquelas coisas que aconteciam no mundo e aqui no Brasil, de dizer a verdade, de emitir a minha opinião, que comecei a tê-la muito cedo. Por isso que abracei o jornalismo: para acompanhar os acontecimentos, registrar o que sucedia no mundo e transformar tudo isso em informações, fornecendo elementos para a pesquisa sociológica, a pesquisa científica, a pesquisa do próprio Direito, da Política e da História, principalmente.

Do jornalismo, comecei a entrar na política, de início, trazido por familiares e amigos, como o Deputado Armando Falcão, meu colega de colégio, contemporâneo; depois, amigo meu e do meu sogro. Envolvi-me com o Dr. Menezes Pimentel, que foi diretor do Instituto São Luiz, onde estudei, e fui membro do Partido Social Democrático (PSD). Com o retorno de Getúlio, em 1951, o Brasil passou a viver um verdadeiro mar de lama, que caracterizou aquele período e influenciou muito as minhas atitudes. Antipatizante de Getúlio, até fui antiético. No dia do seu suicídio, escrevi um artigo violento atribuindo àquele tiro uma situação muito negativa, de graves repercussões para o futuro. Juntei-me aos que lutavam contra a corrupção, mas não tinha definições pessoais em relação a lideranças. Dediquei-me ao meu partido, no qual atuei, chegando a ser advogado durante muito tempo. Acompanhei com atenção e preocupação todos os fatos que interessavam à vida nacional.

Como jornalista, a minha participação constou de um artigo diário, durante dez anos, e de uma crônica diária, durante doze anos, lida na Ceará Rádio Clube, enfocando os problemas sociais, políticos e econômicos. Atuei, durante três anos e meio, na Rádio Dragão do Mar, fundada pelo PSD, onde se investigaram os erros cometidos contra os interesses da sociedade, contra os quais me insurgia, ao escrever no *Ponta de Lança*, espécie de porta-voz da emissora. Estas minhas atitudes atraíram ameaças e agressões de elementos contrários – às quais reagi com altivez – mas me valeram o respeito e a admiração da opinião pública. Depois, assumi a presidência da Caixa Econômica, por nomeação do Presidente Juscelino, e fiz o possível para moralizá-la, o que incrementou o meu prestígio junto ao povo de Fortaleza, que me elegeu vice-prefeito, em 1962, ao lado do então Coronel Murilo

Borges. A Prefeitura passava, então, por uma forte crise; os escândalos se sucediam com freqüência. O Coronel Murilo Borges adoeceu gravemente e teve que se tratar em São Paulo, ocasião em que assumi o cargo de prefeito, no seu impedimento. Aqui, teve início um processo de união pelo Ceará, do qual tomei parte ativa junto ao Governador Virgílio Távora, com o objetivo de harmonizar os partidos políticos numa só direção, contra a articulação das esquerdas que se movimentavam desde a renúncia do Sr. Jânio Quadros. Esse processo teve uma repercussão nacional e alertou as forças políticas do País contra o que poderia ocorrer, antes de 31 de março de 1964.

A Revolução me encontrou na vice-prefeitura de Fortaleza. Depois, fui convocado para trabalhar num grande projeto da Revolução, que foi o Banco Nacional da Habitação (BNH), do qual fui delegado regional, a partir de 1966, durante vinte anos. O grande desafio do BNH era criar o sistema financeiro de habitação, munido de um instrumento de captação de recursos para alimentar toda a política habitacional do governo. Os estudos realizados nesse sentido – com a participação da Fundação Getúlio Vargas – sugeriam a criação de uma Caderneta de Poupança que, desde a sua implantação, já no Governo Costa e Silva, serve ao povo brasileiro. O Sistema Nacional de Habitação foi o grande passo na solução do problema da moradia, e um marco nas inúmeras realizações dos governos revolucionários. Foi um período caracterizado pelo desenvolvimento em todos os sentidos, material e moral, onde os comportamentos tinham o traço de civismo, de cultura, de estudo, de entendimento mútuo, de respeito à autoridade e, sobretudo, de respeito aos símbolos nacionais. Aproximando o pensamento de um aspecto filosófico, considero que o comportamento humano pode proporcionar o entendimento que todos almejamos, como fim único da felicidade humana, que é a paz.

Pois bem, a Revolução, na sua dinâmica edificante, nos indicava comportamentos construtivos no sentido da paz interna. Entretanto, ela não foi efeito de uma combustão espontânea. Ela nasceu de provocações e ameaças à própria instituição nacional, à própria Nação brasileira. Algumas dessas provocações, dessas ameaças, vinham de longe, no tempo. A Intentona Comunista de 1935, por exemplo, foi, certamente, a mais séria e traumatizante delas, cujas origens vêm de muito antes. Em 1921, a União Soviética, comunista desde 1917, havia organizado e instalado o Komintern – Internacional Comunista – com a finalidade de espalhar a Revolução Comunista pelo mundo, inclusive pelo Brasil, através de um esquema montado na Argentina. Desta forma, vieram para cá vários agentes comunistas da União Soviética e da Alemanha, e outros daqui foram preparar-se na União Soviética, a fim de subverter a ordem no Brasil. Hoje está provado – através de documentos revelados dos arquivos secretos de Moscou, já publicados em livros – que o próprio

Getúlio Vargas, tentando atrair o apoio de Luís Carlos Prestes para a Revolução de 1930, fornecera-lhe vultosa quantia que, não aplicada aqui no Brasil, nem gasta com ele próprio, foi usada para o levante comunista que se preparava, tramado e dirigido da União Soviética. O trauma deixado pela brutalidade e traição desencadeadas pela Intentona Comunista de 1935, em Natal, Recife e, sobretudo, no Rio de Janeiro, na madrugada do dia 27 de novembro, sensibilizou a Nação brasileira e suas Forças Armadas, em especial o Exército, que perdeu vinte e oito dos seus integrantes, assassinados covardemente. Se as Forças Armadas já desconfiavam dos comunistas, a partir daí firmaram a convicção de trabalhar contra o esquerdismo marxista e a comunização do Brasil. Essa convicção repercutiu em 1964, como uma marca inextinguível na alma do militar. Daí provém o processo de formação anticomunista do militar, incorporado à sua profissão dentro dos quartéis. Não foi um simples processo político. Por isso, essa aversão ao comunismo é anterior a 1964, e persiste em muitos líderes das Forças Armadas.

Por outro lado, o panorama político brasileiro se vinha degenerando, havia muito tempo. O retorno de Getúlio ao cenário político nacional, em 1951, trouxe uma nova metodologia político-eleitoreira, com base num populismo demagógico para implantar uma república sindicalista liderada por "pelegos", pessoas subservientes aos chefes políticos. Um jovem, sem a preparação política e a instrução necessária, mas da intimidade de Getúlio, passou a liderar esses "pelegos" e a conduzir a área jovem do populismo. Era João Goulart. Esse populismo despertou o interesse das esquerdas que, derrotadas em 1935, mas em plena liberdade em 1945, agora se aliaram a Getúlio e a seus "pelegos". Daí, o processo de sindicalismo de esquerda no Brasil e a infiltração comunista nos meios trabalhista e operário, conseqüência da degenerescência política que se implantou no País. Desta forma, a Previdência Social, as universidades, as repartições públicas e outras entidades de serviço social, que eram coisas sérias – tenho que confessar – no período de 1951 a 1954, transformaram-se em antros de aventureiros incapazes, sob a égide do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em ascensão. Então, arrastaram os trabalhadores brasileiros para a baixaria da corrupção e da demagogia enganadora. No curso de tudo isto, já no ápice da decadência política – e sobretudo moral – do chamado "mar de lama", dá-se o triste desfecho do suicídio de Getúlio, a que se segue um intervalo conturbado. E sucedem-se, ao sabor do então Ministro da Guerra, General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, os presidentes Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, até a eleição e posse de Juscelino, em 1956, cujo Vice-Presidente foi, exatamente, João Goulart.

Juscelino, já Presidente da República, preocupado com o desenvolvimento do País e com a construção de Brasília, entregou a área fundamental do Ministério do

Trabalho e da Previdência Social a João Goulart, que a transformou em verdadeira sinecura político-partidária com a participação de comunistas, aproveitadores e "pelegos". Juscelino, que não pôde consertar os desmandos de João Goulart na área social de seu governo, estava para concluir o seu mandato presidencial e acompanhava o desenrolar da campanha eleitoral à Presidência da República, entre o General Lott, pelo PSD, e o Dr. Jânio Quadros, pela UDN. João Goulart se candidatou, novamente, a vice-presidente da República, pelo PTB, em aliança com o PSD do General Lott. A realidade eleitoral, porém, foi outra: João Goulart abandonou o candidato do PSD, General Lott, mandou votar no candidato da UDN e renovou sua eleição a vice-presidente, agora, com Jânio Quadros na Presidência da República. Todavia, Jânio, num daqueles seus acessos de insensatez, renuncia à Presidência da República, no dia 25 de agosto de 1961, e deixa o governo do País entregue à sua própria sorte.

A reação à posse de João Goulart como Presidente da República foi imediata e consistente. Os seus antecedentes não lhe recomendavam a confiança necessária e suficiente para assumir o governo munido de todos os poderes do sistema presidencialista. Apelou-se, então, para o sistema parlamentarista que, adotado naquelas contingências, teve pouca duração. Logo se retornou ao presidencialismo, por força de um plebiscito arranjado pelos aliados de Jango, com expressão para os comunistas. Estes intensificaram a infiltração no governo, dominaram a maioria dos cargos de segundo e terceiro escalões, conturbaram a vida da Nação e subverteram-lhe a ordem interna, com a conivência do próprio Jango, que não tinha capacidade, nem competência, nem autoridade para envolvê-los e, muito menos, para contê-los. Como já falei, João Goulart não tinha preparo intelectual nem político, e para agravar a situação, se fazia acompanhar de um outro aventureiro e incendiário, que era seu cunhado, o Sr. Leonel Brizola. O certo é que Jango mostrou, na sua incompetência, o que era o precipício para onde estava empurrando o País, já às portas de um golpe comunista, de cujo *paredón* não escapariam nem ele, nem Brizola.

Por outro lado, a inflação herdada de governos anteriores, a frustração com a renúncia de Jânio, e o aviltamento das reformas de base, tudo isto formava o caldo de cultura que os comunistas temperavam, porque dele necessitavam para a tomada do Poder. Esses fatos, porém, podiam e eram explorados pelos comunistas para espalhar a desordem nas cidades. Precisavam, também, tumultuar o campo, sobretudo nas regiões mais sacrificadas. Encarregaram o comunista Francisco Julião de organizar as ligas camponesas e disseminá-las pelos sertões nordestinos. Essas ligas camponesas, sob a farsa de distribuição da justiça no campo, através de uma reforma agrária, levaram a violência ao interior de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, até, de Goiás. Invadiram propriedades, seqüestraram, assassina-

ram, saquearam, criaram um verdadeiro inferno para os habitantes simples do interior. Na verdade, como já era de se esperar, as ligas camponesas, ao contrário de promover uma reforma agrária que conquistasse a simpatia do homem do campo, despertaram nele uma verdadeira aversão aos seus promotores. Outra iniciativa infeliz foi a idéia de Leonel Brizola de criar os grupos dos onze, disseminados pelo território nacional com o objetivo de fornecer uma força violenta de sustentação do comunismo, quando este dominasse o Brasil. Uma espécie de "polícia bolchevista" da Revolução comunista de 1917, na Rússia.

De maneira geral, o esquema comuno-janguista, entre o segundo semestre de 1963 e o primeiro trimestre de 1964, conseguiu destruir a ordem interna no Brasil e paralisar as atividades fundamentais, através de greves, tumultos, concentrações contestatórias e outras atividades político-ideológicas. A insegurança e a intranqüilidade começaram a tomar conta da sociedade e do povo brasileiro, em geral. Três ocorrências, porém, vieram agravar essa situação, já bastante crítica, no começo de março de 1964. No dia 13, deu-se o comício da Central do Brasil, na Praça da República, no Rio de Janeiro, ao lado do edifício onde funcionavam o então Ministério da Guerra e o Comando do I Exército. A este comício, que foi garantido por tropa do I Exército, compareceram o presidente da República e todos os seus ministros, inclusive os ministros militares. Nele se exigiam as reformas de base "na lei ou na marra", o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte e todos os poderes aos sindicatos. A afronta às Forças Armadas, em especial ao Exército, ficou patenteada. No dia 26, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ocorreu o levante dos marinheiros, liderado pelo cabo Anselmo, com o apoio do almirante Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais. Aí se cometeram todos os atos atentatórios à hierarquia e à disciplina militares, estimulados pelos comunistas. O resultado imediato dessa ocorrência foi a demissão do então ministro da Marinha, Almirante Sylvio Mota, por ter tentado punir os amotinados. Já no final de março de 1964, no dia 30, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, sargentos, cabos e soldados ofereceram um almoço ao Presidente da República e a seus ministros, onde são repetidas as exigências do comício do dia 13, endossadas por Jango. Aqui se confirma o desrespeito à hierarquia e a ruptura da disciplina militar, como resultado dessas atividades comunistas.

Enquanto desmoronava o Estado, e a intranqüilidade e a incerteza dominavam o povo e a Nação, lideranças várias articulavam meios e maneiras de neutralizar a situação vigente. A grande maioria do Clero católico – apesar de certa influência dos "padres operários", cuja maneira de agir se assemelhava à dos sindicalistas de esquerda – começou a compreender que tinha que estar nas ruas, junto com o povo, de-

monstrando o contrário do esquema comuno-janguista. Entendimento idêntico tiveram outras lideranças sérias, que consideravam a necessidade de o povo respaldar uma ação armada. Daí, as grandes manifestações populares, através das Marchas da Família com Deus, pela Liberdade ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e em outras capitais do País. Aqui, no Ceará, já citei o episódio da união pelo Ceará entre a UDN e o PSD, como um alerta à Nação contra o avanço das esquerdas. Mas havia outros movimentos, com objetivos, de certa forma, semelhantes. A "Arca de Noé", por exemplo – que reunia pessoas de todos os padrões, contra a ação comunista – isolou o Sindicato dos Portuários e outros, das influências maléficas vindas do Sul. Na verdade, todas essas manifestações populares davam expressão à opinião pública nacional, necessária à legitimação da ação armada e à autenticidade jurídica da Revolução.

Ao mesmo tempo em que essas manifestações populares ocorriam, as lideranças militares da ativa e da reserva, sobretudo do Exército, articulavam-se entre si e com algumas lideranças políticas não comprometidas com o esquema de Jango. Essas lideranças militares sabiam que contavam com o apoio da opinião pública, mas precisavam do sinal verde de uma figura de respeito, de um nome impoluto. Este sinal verde se deu no dia 20 de março, numa célebre mensagem reservada, desta data, na qual o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, dirigindo-se aos seus subordinados, diz, depois de alguns considerandos: "A insurreição é um recurso legítimo do povo." Não se pode dizer que tenha havido um planejamento profundo para a ação revolucionária. Houve combinações e acertos para o emprego de forças, numa ação cogitada para o início de abril de 1964, em face da informação de que o golpe comunista seria desfechado no dia 1º de maio, Dia do Trabalho.

Entretanto, os acontecimentos se precipitaram, possivelmente devido às ocorrências do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. O General Mourão Filho – com o apoio do Marechal Odylio Denys, do General Carlos Guedes e do General Muricy – resolve, no dia 31 de março, desencadear a Revolução a partir de Minas Gerais, com o beneplácito do Governador Magalhães Pinto. À medida que os quartéis, os navios, as bases tomavam conhecimento da presença do General Castello Branco na vanguarda dos acontecimentos, as ações iam tomando impulso cada vez maior, de forma que, em pouco mais de vinte e quatro horas, o Movimento estava vitorioso, sem derramamento de sangue.

Esse Movimento teve inúmeros líderes civis e militares. Eram tantos que não me é possível citar a todos, como seria do meu desejo. Vou nomear aqueles que minha memória aponta, no momento. Entre os civis: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Entre os militares: General Castello Branco, General Mourão Filho,

General Carlos Guedes, Marechal Odylio Denys, Marechal Cordeiro de Faria, General Muricy, General Peri Bevilácqua, Coronel Meira Mattos. O General Castello Branco era um chefe muito conhecido, dentro e fora das Forças Armadas, pela sua integridade moral, pela sua cultura, pelo seu espírito legalista e democrata. Não aceitava o estado de desordem a que levaram o País, mas não tinha vocação para conspirador. Sentiu a angústia do povo e da Nação e percebeu que era legítima a sublevação nacional, na defesa da própria identidade do Brasil. Por isso é que, a 20 de março de 1964, emitiu aquela mensagem reservada, dirigida a todos os grandes comandos do Exército. Daí para a frente tornou-se o articulador número um da Revolução, a quem todos os demais recorriam no ajustamento das medidas a serem adotadas. Preocupa-se, contudo, em manter o País dentro de uma estrutura legal, dentro de uma ordenação jurídica e perguntava: "Vamos derrubar? E o que vamos fazer, depois?" O próprio desenrolar dos acontecimentos – e ele mesmo, na Presidência da República – responderão, com atos, a essa preocupação e a essa indagação. Essa personalidade notável e respeitada deu à Revolução suas principais características de genuinidade. Incruenta e rápida, na sua ação imediata. Autodefinida, nas suas decisões. Ordenada juridicamente, no seu desenrolar. Reformadora, por excelência. Castello Branco tinha a plena consciência de que a Revolução não era fruto de arroubo das Forças Armadas, nem, muito menos, de um grupo de líderes, mas da vontade ecumênica do povo brasileiro, demonstrada nas ruas, expressão voluntariosa da opinião pública nacional.

Castello Branco, como todos os homens sérios e conscientes deste País, entre os quais me incluo, sempre acreditou na Revolução como uma iniciativa legítima da vontade nacional. E, por ter transformado, no seu percurso, a face do Brasil, não se restringindo ao simples movimento inicial de neutralização da desordem, ela se transformou numa verdadeira Revolução. Entretanto, como em toda sociedade, existe sempre uma minoria que, por ignorância, frustração ou má-fé, não quer enxergar as verdades nacionais, e tenta negá-las ou diminuir-lhes o valor histórico. Entre essas pessoas, que integram a nossa sociedade atual, se incluem algumas da mídia e alguns "políticos" que, tendo a obrigação de informar a verdade para a formação de uma opinião pública isenta, fazem o contrário e se desacreditam, em face da realidade existente. Mentem, quando difamam o processo revolucionário adotado no Brasil, a partir de 1964. Dizem que os norte-americanos impuseram o "golpe militar", através da guerra fria, mas não têm a coragem de dizer que os EUA não aceitavam a comunização do Brasil. Essas pessoas sabem que a Revolução foi desencadeada, única e exclusivamente, por iniciativa interna, para evitar que o comunismo dominasse o Brasil e o entregasse à União Soviética. Sabem, também, que a guerra fria foi

invenção de Stálin, durante a Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Yalta, como meio de pôr em prática a sua intenção de dominar o mundo. Foi no contexto dessa guerra fria que os comunistas tentaram escravizar o Brasil, e encontraram a resistência altiva do povo brasileiro. Os EUA, com certeza, apoiaram a Revolução brasileira, mas jamais pensaram em fazer aqui uma intervenção militar. Fala-se, porém, de um possível dispositivo militar americano no Caribe, pronto para apoiar o Brasil no caso de uma ação armada soviética que, graças a Deus e às nossas Forças Armadas, não ocorreu. Portanto, se houve guerra fria, foi do lado comunista. Se houve intenção de golpe de Estado foi, também, do lado comunista, cuja cúpula planejara tal golpe para 1º de maio de 1964.

Esses, são os mesmos comunistas que, em 1961, começaram a preparar os seus quadros na União Soviética, na China, em Cuba, na Albânia e noutros países comunizados, para lançá-los nas atividades de violência que tencionavam espalhar pelo Brasil. Frustrados com a derrota, resolveram reiniciar essas atividades em 1966, com o atentado do aeroporto dos Guararapes, no Recife, intensificando-as a partir de 1968, com a denominação de "luta armada". Agiam na clandestinidade, incorporados a várias entidades terroristas, como: Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Política Operária (POLOP), Ação Popular (AP) e outras. Aí, começaram as ações terroristas, seqüestros de embaixadores, os assaltos a quartéis e a bancos, os assassinatos seletivos, as guerrilhas de Registro, no Vale da Ribeira, em São Paulo, do Caparaó e Xambioá/Araguaia, e outras violências.

Em face de todos esses desatinos, o Governo viu-se obrigado a desviar esforços do desenvolvimento para combater a violência, a endurecer a Lei de Segurança Nacional, promulgando o AI-5, e a criar os órgãos de operações e de informações (DOI/CODI) para suplantar os efeitos da clandestinidade do adversário. Quanto ao AI-5, na verdade, ele foi protelado ante o respeito ao Presidente Castello Branco, por sua convicção fortemente democrática. Entretanto, as ações de Marighela e de outros terroristas forçaram a produção de documento tão rigoroso, o que não exime uma análise cuidadosa das circunstâncias que levaram à sua promulgação. Naquele 13 de dezembro de 1968, quando a violência terrorista atingia níveis insuportáveis, o AI-5 era absolutamente necessário. No que diz respeito ao Serviço Nacional de Informações (SNI), qualquer país do mundo tem o direito e até a obrigação de organizar e manter um serviço de inteligência, capaz de assessorar corretamente o presidente da República, em todas as questões de interesse nacional.

Até aqui, comentamos aspectos causais e circunstanciais em que se deu e por que passou a Revolução. No decurso de sua vigência, porém, aliaram-se a seriedade

político-administrativa, a capacidade de planejamento e a honestidade de propósitos, para produzir um acervo admirável, em quantidade e qualidade, de realizações de grande utilidade para o Brasil e para o seu povo. Na dianteira dessas realizações estão a restauração da ordem interna, da paz e da tranqüilidade do povo brasileiro, e a preservação e a garantia do regime democrático. Para reanimar a memória de meus concidadãos, sobretudo dos jovens, gostaria de enumerar algumas realizações da Revolução, todas voltadas para a construção do bem-estar do povo brasileiro. Começarei pelo setor de Assistência Social, destacando, logo, a iniciativa do Presidente Castello Branco de criar o Sistema Nacional de Habitação já comentado anteriormente. Este sistema possibilitou, sem rombo e sem distorções financeiras ou técnicas, a aquisição da casa própria para milhões de brasileiros. Infelizmente, foi criminosamente extinto por essa "nova república". A este sistema estiveram intimamente ligados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Caderneta de Poupança, que ajudei a criar. Ambos ainda existem. Instituíram-se o Programa de Integração Social (PIS), financiado pelas empresas privadas, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), financiado pelos órgãos governamentais. Foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que vem socorrendo milhões de trabalhadores do campo, com mais de sessenta anos de idade, e está ajudando a desafogar o pequeno comércio do interior.

O Estatuto da Terra, instrumento jurídico para estabelecer uma política agrícola e agrária disciplinadora, racional e justa da posse e do uso da terra, também foi criado pelo Presidente Castello Branco. Incompreensivelmente foi abandonado e substituído por uma reforma agrária que não tem o que reformar, pretensiosa, caloteira e conflitante, origem de movimentos político-ideológicos de caráter violento no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O que a reforma agrária vem fazendo é desestabilizar a propriedade rural, promovendo esbulhos sem nenhum proveito para o homem simples, mas com despesas elevadas por conta do contribuinte. O MST, via ideológica da reforma agrária pela violência, é uma entidade ilegal que se alonga como um braço da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que a implantação do Estatuto da Terra teria evitado. Antes de todos esses percalços na agricultura, a produção de grãos, entre 1963 e 1983, passou de 19,4 para 55 milhões de toneladas, e a capacidade de armazenamento passou de 5 para 57 milhões de toneladas.

E o que foi feito na área da Educação? A escolaridade para crianças de dez a quatorze anos aumentou, entre 1963 e 1983, de 5 para 9 milhões. A matrícula nas universidades, no mesmo período, passou de 124 mil para 1,3 milhão. Houve um estímulo substancial no ensino dos primeiro e segundo graus, bem como a

reestruturação da educação de base (primeiro grau), que passou de quatro para oito anos. Também houve estímulo e subsídio para o ensino superior, através do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de modo que no início da década de 1980 já havia uma enorme rede de mestrado e doutorado e a institucionalização da pesquisa. Nos meios urbano e rural, para atender às populações mais carentes, foram criados os Programas Nacionais de Ações Sócio-Educativas e Culturais, PRODASEC e PRONASEC, respectivamente, além do Programa de Expansão e Melhoria da Educação Básica do Meio Rural (EDURAL) e do Programa de Apoio às Populações Carentes da Zona Canavieira do Nordeste (PROCANOR), complementares às ações do PRONASEC.

A Saúde no Brasil sempre sofreu os efeitos de uma dualidade estrutural. A Saúde Pública, da alçada do ministério e das secretarias estaduais, cuidava da medicina preventiva. A medicina curativa ficava a cargo da Saúde previdenciária proporcionada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, depois, pelo INAMPS. A Revolução fez várias tentativas para unificá-las, sem grandes resultados. As principais tentativas foram a criação do Sistema Nacional de Saúde, do Programa de Interiorização das Ações de Saúde, do Prev-Saúde, do Conselho Consultivo de Administração Previdenciária e das Ações Integradas de Saúde. Estas últimas garantiam mais recursos federais aos Estados e Municípios, aumentando a eqüidade e a universalidade, estimulando a produtividade dos serviços de Saúde, criando programações conjuntas e evitando a duplicidade de esforços. Entretanto, as distorções na aplicação de todo este processo de evolução da Saúde vêm criando efeitos cada vez mais danosos aos assistidos, como ocorre, hoje, quando se trata do Sistema Unificado de Saúde.

A estrutura viária passou por um processo de verdadeira recriação, durante o período revolucionário. As rodovias pavimentadas evoluíram de 19 mil quilômetros para 75 mil quilômetros. Os navios de cabotagem passaram a transportar, no mesmo período, de 1,5 para 3 milhões de toneladas de peso bruto. Os portos marítimos foram ampliados e o porto do aço de Tubarão foi construído. Construíram-se a ponte Rio–Niterói e a estrada do Aço, bem como o aeroporto de Guarulhos. Quanto às rodovias federais, construídas naquela época, lamentavelmente os governos subseqüentes deixaram-nas ficar intransitáveis, por falta de conservação.

As Comunicações receberam o maior surto de desenvolvimento, durante o período revolucionário. Para se ter uma idéia dessa situação, convém sejam comparados os seguintes dados, fornecidos por Glycon de Paiva, referentes ao período de 1963 a 1983. O número de telefones instalados passou de 1 milhão para 10

milhões. O número de municípios com telefone passou de zero para 3.500, e os municípios com DDD, de zero para 2.500. O Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado em 1962 e, com ele, criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que só foi instalada em 1965. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, que passou a vincular o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o Departamento Nacional de Correios e Telégrafos e a EMBRATEL – esta, o coração pulsante do ministério – encarregada da criação e modernização de todo o sistema de comunicações do País. A missão da EMBRATEL era grandiosa para quem ia começar do nada, ou seja, dotar o País de uma infra-estrutura de telecomunicações nacionais, e interligá-la ao sistema internacional por satélite. A partir de 28 de fevereiro de 1969, o Brasil pôde assistir aos programas internacionais por satélite, como a descida do homem na Lua. A nossa telefonia passou a falar com o mundo e o serviço dos Correios e Telégrafos, mais tarde, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), entrou para o rol das empresas mais eficientes do planeta. Tudo isto se deveu a um planejamento austero, exeqüível e construtivo, ao lado de uma vontade política e de uma honestidade de propósitos inatacáveis, somente possível pela excelente formação técnica dos homens saídos do Instituto Militar de Engenharia (IME), à frente os ministros das Comunicações Higino Corsetti e Euclides Quandt de Oliveira.

Outro aspecto muito observado do militar no exercício de função pública é a honestidade pessoal, fora de qualquer suspeita. Essa honestidade, que faz parte da formação do militar, se transformou na garantia da honradez com que a administração do País era conduzida. Conheci pessoalmente o Ministro Mário Andreazza, a cuja área estava vinculado como delegado regional do BNH. Era um homem simpático e tratável, em quem sempre depositei toda a minha confiança. Num certo momento, começaram a surgir boatos desabonadores à sua honestidade. Estes boatos foram aumentando de maneira tal que começaram a abalar a minha convicção na sua idoneidade. De repente, falece Mário Andreazza. Conheci, então, o seu estado de carência. Foi preciso que os amigos custeassem o seu enterro.

Era sobre essa idoneidade moral do militar que repousavam as condições necessárias para moralizar a área política. E houve tentativas dessa moralização, quando não no aspecto punitivo, pelo menos pelo exemplo que eles deram na aplicação integral dos recursos públicos, sem desvio, sem corrupção. Todavia, a moralização da política, numa democracia de fato, não se pode coadunar com a dialética marxista que nega, exatamente, os valores democráticos. Essa moralização depende fundamentalmente de uma cultura, de uma educação efetiva que ensine a

pessoa humana a respeitar-se a si mesma, respeitando os outros. Partindo deste ensinamento, a pessoa humana irá palmilhar a educação, para dela compreender a sua própria condição de viver, sendo útil a si mesma, à família, ao próximo, à sua Pátria, à humanidade, para que se conheça como criatura de Deus. Então, a preparação, o entendimento, a idoneidade, o amor à verdade, o respeito à História e à tradição, formarão os alicerces do futuro, que temos de fazê-los confiáveis para nossos filhos e netos.

Mais necessário se torna tudo isto, se considerarmos a complexidade em que vivemos, em face dessa globalização e desse neoliberalismo que as grandes potências, os sete grandes (G7), impuseram ao mundo como "nova ordem", que só beneficia a eles e vem carreando todos os malefícios para os demais países, incluindo o nosso. É aqui que se precisa, mais ainda, de todos esses conceitos altruístas da educação, postos em prática. Assim, todos os brasileiros se sentirão mais brasileiros, colaborando com o todo nacional, cada um fazendo a sua parte, conscientemente. Então, partindo do indivíduo consciente, porque educado, forma-se o povo, também consciente, com seus dirigentes e suas instituições, cada um fazendo o que lhe compete. Os poderes públicos são fruto desse povo, portanto, de uma consciência nacional, para a construção, para a defesa, para a soberania, para a grandeza do País, usando as especialidades dos seus diversos setores. E a especialidade das Forças Armadas é a dissuasão, quando todos os demais meios fracassam numa contenda entre países. Por isso, elas têm que estar muito bem e permanentemente preparadas para cumprir a sua parte, como os demais setores terão que cumprir as que lhes competem. E é no cumprimento dessas obrigações setoriais que reside a dignidade das pessoas nelas envolvidas. Exemplo típico dessa falta de cumprimento das obrigações setoriais tornou-se o problema atual da Amazônia. Só as Forças Armadas cumpriram, como puderam, as missões que lhes foram atribuídas no Projeto Calha Norte. Os demais ministérios envolvidos nada, praticamente, fizeram até o momento. O resultado disso é que se vêm avolumando as dificuldades para a defesa da Amazônia, sobretudo em face do acirramento das ameaças externas à soberania do Brasil, na região Norte.

Depois dessas considerações que, de certa forma, podem ter extrapolado o tema, voltarei à Revolução de 1964 para comentar a situação dos que estiveram envolvidos na "luta armada", sobretudo depois da Lei da Anistia. Duas categorias de pessoas estiveram envolvidas nessa luta. De um lado, os que lutaram de armas na mão, mergulhados na clandestinidade, usando os meios do terrorismo e da guerrilha para destruir a Revolução e implantar o regime comunista no Brasil. De outra parte, os que se antepuseram ao desiderato comunista em nome e em defesa da lei.

No confronto, houve vítimas fatais e sobreviventes, de ambos os lados, e inocentes vitimados por ações terroristas. O espírito da Lei da Anistia é o esquecimento dos crimes cometidos, com vistas a uma conciliação nacional, necessária ao pleno funcionamento da democracia no País. O que está acontecendo? Familiares de mortos terroristas estão sendo indenizados; e muitos terroristas vivos, transformados em heróis. Os mortos da lei estão sendo execrados, e os que a defenderam e sobreviveram estão sendo perseguidos para o resto da vida, em plena "democracia".

Vou citar um caso ocorrido aqui, no Ceará, o chamado "Crime da Serra Grande". Três terroristas, muito conhecidos hoje, assassinaram friamente um pequeno fazendeiro, jogando-o do alto de um desfiladeiro, com o objetivo de roubar dinheiro para custear a subversão armada. Foram presos, processados e condenados à pena máxima. Com a Lei da Anistia, foram perdoados e levam, hoje, a vida dos "justos". Os "juristas" que, hoje, manipulam a Lei da Anistia, transformaram-na num instrumento de duas faces: uma, benéfica aos terroristas de esquerda; a outra, punitiva para com os defensores da lei. Esta segunda face não deixa de ter efeitos negativos, do ponto de vista psicológico, sobre os atuais órgãos de segurança pública, encarregados de combater o crime organizado.

Agora, antes de emitir a minha mensagem final, permito-me fazer dois comentários que considero importantes para a complementação de fatos históricos já conhecidos. O primeiro diz respeito a um episódio ligado à fatalidade, que vitimou o Marechal Castello Branco, e o segundo se refere à situação pré-revolucionária, aqui no Ceará, com destaque para o movimento a que se chamou *Arca de Noé*.

Em julho de 1967, o Marechal Castello Branco já havia deixado a Presidência da República e estava aqui no Ceará, sua terra natal, passando umas férias. Resolveu passar uns dias em Quixadá, na Casa de Repouso das Irmãs, na Serra do Estevão, onde costumava descansar por um curto período. Além do clima agradável da serra e da tranqüilidade do ambiente, atraía-o a proximidade dos amigos Armando Falcão e Raquel de Queiroz, que tinham propriedades nas imediações. No dia 17 de julho, Castello foi almoçar com Raquel de Queiroz, na fazenda *Não Me Deixes*, de onde faria uma visita a Armando Falcão para, em seguida, viajar para Quixeramobim, onde se hospedaria na fazenda *Teotônio*, de seu velho amigo Plínio Câmara, que era meu sogro, já falecido na época. Castello gostava de passar as férias na fazenda *Teotônio*, com sua esposa Dona Argentina, na companhia de seu amigo Plínio Câmara, e iria relembrar esse tempo. Gerardo Câmara, filho mais velho, após o falecimento do pai, passou a administrar a fazenda e foi quem planejou a viagem do Presidente Castello para *Teotônio*. Convocou a minha esposa, Maria Helena, para dar o toque familiar na casa da fazenda e fazer a recepção ao

marechal, como a dona da casa. Era época de férias escolares e lá se vai a Maria Helena com os nossos cinco filhos. Eu não pude estar presente, porque estava a serviço, nos EUA. Pois bem, no dia 17 de julho, o Gerardo mandou um carro para a Casa de Repouso, a fim de transportar o Marechal Castello. Este carro sofreu uma pane e não chegou ao destino. No dia seguinte, foi mandado outro carro. Castello pernoitara na Casa de Repouso e, crendo, acertadamente, ter havido algum problema com o carro, resolveu viajar para Fortaleza, naquele avião do Governo do Estado. De Fortaleza, viajaria, de carro, para a fazenda *Teotônio*. Quando o segundo carro chegou à Casa de Repouso, ele já havia partido. Minutos depois, por volta de 10h do dia 18 de julho, soube-se do triste acidente que consternou o Brasil todo, o Ceará, em particular, e, em especial, a fazenda *Teotônio*. Na época, muitas vozes, sobretudo nas universidades, ecoaram o sentimento de que tivesse havido um atentado premeditado ao Marechal Castello Branco. Nada disso. Foi tudo minuciosamente investigado, nada foi apurado e todas as circunstâncias levam a uma fatalidade, a uma espécie de complô dos fados infaustos.

Quanto à situação pré-revolucionária aqui, no Ceará, registravam-se, apenas, algumas greves, tumultuadas por agentes das esquerdas. Era Governador do Estado o Coronel Virgílio Távora, e Prefeito de Fortaleza, o General Murilo Borges, de quem eu era vice-prefeito. O Comandante da 10ª Região Militar era o General Almério de Castro Neves, com quem mantínhamos bom relacionamento. Além das greves, havia, também, contestações estudantis insufladas pelas esquerdas. Numa dessas manifestações, um grupo de estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) agrediu, seriamente, o General Murilo Borges, que foi obrigado a hospitalizar-se durante um certo tempo. Na realidade, essas associações classistas, sindicais e outras assemelhadas ainda não estavam completamente contaminadas como as suas similares do Sul, mas já estavam bastante infiltradas das idéias subversivas da esquerda. Para rebatê-las, não havia, propriamente, um movimento que se pudesse classificar de pré-revolucionário. Não havia um movimento militar de rua, mas, certamente, existia, dentro dos quartéis, uma mentalidade muito forte contra o anarquismo que se instalava no País. Politicamente, o movimento mais concreto que existia era a "União pelo Ceará", formada pela UDN e pelo PSD, os dois partidos mais fortes de então. Contudo, a partir de 1961, começou a tomar vulto um encontro de pessoas das mais variadas categorias, sob a liderança do Comandante Fernando Cavalcante, da Capitania dos Portos. Lá se conversava sobre o rumo que as coisas estavam tomando no País, discutia-se o que fazer e as conclusões eram, de uma maneira geral, unanimemente contrárias às desordens comuno-janguistas que se espalhavam pelo Brasil. Todas de muita dignidade, as pessoas que lá se reuniam

mostravam uma grande variedade de padrão de vida, de nível social, por isso, se resolveu denominar o ajuntamento de *Arca de Noé*, porque, como a arca bíblica, reunia todas as espécies de "bichos" de boa vontade. Eu passei a freqüentar a *Arca de Noé* e lá encontrei o Secretário de Segurança Pública, General Clóvis Alexandrino Nogueira, o Coronel Hélio Lemos, Comandante do 10º GO 105, o Presidente do Sindicato dos Estivadores, profissionais liberais, militares da ativa e da reserva, uma sociedade unificada, harmônica, enfim, uma sociedade brasileira. Essa história de "sociedade civil" e "sociedade militar" é insinuação de luta de classes, é coisa de comunista. Pois bem, essa *Arca de Noé* tomou fôlego e se transformou num grande movimento pré-revolucionário aqui, no Ceará. Por causa dela, nenhum sindicato da orla marítima ou outras associações de classe aderiram ao anarquismo imposto por seus congêneres do Sul, e havia uma base revolucionária muito respeitável nos seus quadros. No dia 31 de março de 1964, havia muito tempo, a *Arca de Noé* já era mais que uma Revolução: era uma harmonia das idéias positivas que apoiaram todo o período revolucionário.

Depois desses enfoques que julguei oportunos nesta minha entrevista, chegou a hora de transmitir minha mensagem final a todos os brasileiros de boa vontade, à mocidade, aos homens de bem, aos políticos, aos militares, aos jornalistas, aos operários, a quem posso reafirmar: é preciso se ter, realmente, uma conscientização da Pátria, do cumprimento dos nossos deveres. Nós não podemos estar lembrando idéias importadas, a não ser para o nosso próprio beneficio. Precisamos ter aquele espírito da *Arca de Noé*, ou seja, harmonia, união. O homem, na verdade, é trepidante. Promovemos as mudanças e estamos sempre predispostos a transformações. Por isso é que o mundo evoluiu. É preciso não desrespeitar essa tendência, mas com o sentido do beneficio. Que essas transformações sejam um progresso em favor do entendimento, da tranqüilidade e da utilidade para todos. Essa tranqüilidade, essa harmonia, pode ser estabelecida através de uma exigência mínima, que vem da origem da humanidade: que todos tenham atendidas as suas necessidades. Tudo para se alcançar o fim último de cada um de nós, que é o bem-estar, a felicidade, o sucesso que cada um pode ter. E este sucesso está em podermos falar uma linguagem única, a linguagem do amor ao próximo e do respeito aos direitos, às liberdades, aos mais velhos, às crianças. A outra exigência do ser humano está ligada à primazia da sua liberdade de pensar. Aqui está a grande mensagem do futuro, acompanhada do apelo aos jovens, às crianças, aos padres, aos cristãos, aos militares, aos operários, aos estudantes, a todas as pessoas de boa vontade: viver a harmonia do amor entre as pessoas, erradicando de nosso pensamento a idéia de destruição e de terror.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 5

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 5
Distrito Federal

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

→ Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

→ Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização*. 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Samuel Augusto Alves Correa

- Principais funções militares: instrutor do Curso de Engenharia da Escola Militar do Realengo; Instrutor-Chefe do Curso de Engenharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ); Comandante do Batalhão Escola de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ; Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, Lages, SC; Comandante do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, em João Pessoa, PB; Subchefe e Representante do Exército junto à Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos; Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, PR; Comandante do III Exército, atual Comando Militar do Sul; Chefe do Estado-Maior do Exército (EME); Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- Exerceu, ainda, outras comissões, entre as quais destacamos a de adido do Exército junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América e Embaixador do Brasil no Iraque, no período de 1980 a 1983.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra, em 1962; Advanced Engineer Course, *Fort Belvoir*, *Virginia, EUA,* em 1949; Senior Officer International Defense Management Course, da *Navy Management Systems Center, Monterrey, California, EUA*, em 1971; e Special Senior Executive Orientacion Course, *Department of Defense Computer Institute, em Washington, DC*, em 1973.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, Santa Catarina.

Entrevista concedida em 19 de outubro de 2000.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os acontecimentos que marcam a vida dos povos, normalmente, não surgem de repente, mas decorrem de fatos anteriores identificáveis por meio da pesquisa histórica.

A Revolução de 31 de Março de 1964 – de início, foi preferida a denominação de Revolução Democrática Brasileira, em seguida substituída pela de Revolução de 31 de Março de 1964. Há quem prefira Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, que também é válida, pois, na verdade, ela veio contrapor-se à Revolução Sindicalista de João Goulart. Não aprecio as qualificações de "governos militares" e de "regime militar", pois a participação de civis nos governos ou no regime da Revolução de 31 de Março de 1964, foi mais numerosa do que a dos militares e, por vezes, mais de linha dura – seguindo a regra esboçada acima, teve seus antecedentes que se podem situar nos idos de 1935, quando a Intentona Comunista de 27 de novembro ensangüentou quartéis e lares brasileiros, de forma traiçoeira covarde, fria e cruel, que marcou indelevelmente os militares brasileiros, posicionando-os em definitivo contra o comunismo; ou, mesmo antes, na década de 1920, caracterizada por inquietações políticas acentuadas.

É do meu feitio não me colocar no centro dos acontecimentos, focalizando a minha atuação pessoal; todavia, tive que me afastar desse modo de ser em várias ocasiões, a fim de ajustar-me ao propósito declarado pelo Projeto de História Oral, de obter relatos das ações pessoais dos colaboradores convidados, de seus respectivos chefes, companheiros e subordinados. Mesmo assim, procurei fazê-los com a discrição devida. Espero ser bem compreendido.

A Rússia, o Movimento Comunista Internacional e a guerra fria

A Rússia valeu-se do Movimento Comunista Internacional (MCI) para infiltrar-se em vários países e expandir seu imperialismo ideológico muito antes da guerra fria que, após a Segunda Guerra Mundial, manteve perigosamente exacerbados os antagonismos existentes entre ela e seu principal oponente, os Estados Unidos da América (EUA). Assim, houve ações no sentido de aliciar e conquistar adeptos, que, a um só tempo, contribuíram para fortalecer seu lado e enfraquecer o do adversário. Desse modo, o ambiente internacional existente durante a guerra fria estimulou o crescimento da esquerda comunista em nosso País, somente não sendo maior devido às políticas em prol do trabalhador, implantadas e estimuladas por Getúlio Vargas.

Assim mesmo, o Brasil continuou a ser alvo da atuação persistente dos comunistas liderados por Luís Carlos Prestes, que chegou a ponto de declarar aberta-

mente: "Já estamos no Governo, apenas ainda não temos o Poder." Arregimentados sob a garantia das leis, os comunistas infiltraram-se nas associações de estudantes e dos trabalhadores e agitaram os camponeses. Greves freqüentes e reuniões estrepitosas inquietavam a Nação, que ansiava por ter solução pacífica e negociada para seus problemas sociais. Os militares, ainda que aglutinados em torno de seus chefes, unidos e coesos pelos valores basilares da hierarquia e da disciplina não poderiam ficar à margem dessa inquietação. Não tardou que passassem a ser, também, alvo da investida que visava enfraquecê-los.

O Governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961)

Eleito por expressiva votação em outubro de 1960, Jânio Quadros assumiu o Governo em janeiro de 1961, tendo como Vice-Presidente João Goulart, sob a esperança de que varresse em definitivo a corrupção e a ineficiência administrativa e iniciasse nova era de progresso e prosperidade para o País.

Sua atuação dinâmica e eficiente, entretanto, teve somente a duração de sete meses, pois cometeu o desatino imperdoável, frustrante e impatriótico de renunciar, de modo inopinado, em agosto de 1961.

Durante muito tempo, a Nação, atônita, se perguntou o porquê da renúncia. Estou entre os que acreditam que foi um artifício bem articulado, mas pessimamente realizado, para abalar a sociedade, os políticos e os militares, que não aceitariam seu gesto, mas que reagiriam para demovê-lo e fazê-lo voltar, mais forte, nos braços do povo.

Os ministros militares, também surpreendidos com a renúncia, julgaram que o Vice-Presidente não tinha condições de assumir o Governo, dado que era fraco, primário, despreparado politicamente e submisso ao cunhado, o Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola; devido às suas ligações estreitas com os pelegos comunistas; à sua demonstração de muito entusiasmo e admiração pelos regimes da Rússia e da China, durante sua visita a esses países; ao fato de que a sua presença no Governo estimularia movimentos de greve e agitações sociais; e de que as Forças Armadas seriam transformadas em milícias, enfim, o País correria graves riscos com sua posse.

Para agravar a situação, Brizola agiu rapidamente, mobilizando a Brigada Militar e meios de comunicação, sobretudo as estações de rádio reunidas sob o nome de "Cadeia da Legalidade", para garantir o regresso e a assunção de João Goulart. Lembro que, na época, Goulart estava ausente do Brasil, em visita à China Comunista.

Abeirando-se o País da guerra civil, julgaram os líderes políticos que a emenda constitucional do parlamentarismo, reduzindo bastante os poderes do Presidente,

seria a melhor solução capaz de debelar a crise. E, a 3 de setembro, o regime parlamentarista foi aprovado pelo Congresso.

A Emenda Parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963)

Os ministros militares, ainda que relutantemente, aceitaram a emenda parlamentarista, considerando que, desse modo, estariam contrariando os comunistas que "queriam uma solução pelas armas, a qual seria lucrativa, qualquer que fosse o resultado, introduzindo no Brasil uma cunha interna que se eternizaria e que lhes daria novas oportunidades para outras lutas futuras"; não confiavam, todavia, os ministros, na sinceridade de propósitos do Governo parlamentarista empossado, pelo Congresso, a 5 de setembro de 1961.

Como Presidente, João Goulart logo confirmou suas más qualificações para o exercício do Poder e o seu propósito de realizar, o quanto antes, o plebiscito relativo à forma definitiva do regime, visando a recuperar os poderes que, no seu julgamento, lhe tinham sido confiscados. Como conseqüência, seu Governo foi medíocre resultando em trocas freqüentes do Primeiro-Ministro e da mais alta administração do País, o que produziu um efeito de causação circular muito nefasto em todos os setores.

Antecipando o plebiscito para 1963, seguiu-se-lhe a campanha pelo "não ao parlamentarismo", verdadeira cruzada em que se empenharam os recursos financeiros do Governo, mobilizaram-se os líderes políticos e as entidades esquerdistas – UNE, CGT, PUA etc. – além do Sr. Leonel Brizola, como sempre, ambicioso e sem escrúpulos.

A volta do presidencialismo (janeiro de 1963 a março de 1964)

Como era de se esperar, o "não" ganhou e o presidencialismo passou a reger a vida do País, a partir de janeiro de 1963.

Empolgado com os novos poderes que a vitória lhe ensejava, João Goulart sentiu-se à vontade e fortalecido para implantar a República Sindicalista com que sonhava.

Teria, contudo, que remover os dois principais obstáculos que se lhe antepunham: o Congresso e as forças militares, que estavam frustradas com o retorno a uma situação pior do que aquela contra a qual se tinham posicionado em 1961, pois João Goulart e Leonel Brizola valeram-se dos já conhecidos esquemas para subverter a Nação:

• apoio às entidades que aglutinavam trabalhadores urbanos, incitando-os para as greves e contra os patrões;

• mobilização do sindicalismo das entidades portuárias, ferroviárias e outras;

• agressividade no meio rural através das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, no Nordeste, e de Leonel Brizola, no Sul do país, com invasão de propriedades, destruição de culturas e prática de violência;

• incitação das entidades estudantis para as passeatas, greves e agitação urbana;

• conluio declarado com os comunistas, que em todos os setores passaram a atuar com seus métodos tradicionais;

• infiltração nos quartéis por meio de líderes comunistas, como o Almirante Aragão na Marinha, os "generais do povo", no Exército, e outros, na Aeronáutica. Tal fato criou reflexos muito sérios na disciplina e na hierarquia da tropa, como o da Rebelião dos Sargentos que, a 12 de setembro de 1963, aconteceu em Brasília, onde graduados da Marinha, Aeronáutica e Exército, a pretexto da inelegibilidade dos sargentos, mas, na realidade, visando a implantar uma República Popular no Brasil, ocuparam várias organizações e áreas do centro da capital federal.

Com essas ações multiformes e desagregadoras, a situação econômica do País se deteriorou rapidamente, a produção agroindustrial se ressentiu e a inflação atingiu níveis muito altos, o que se traduziu em custo de vida elevado, insegurança e desassossego para a população, que passou a se organizar para a reação, promovendo as Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, passeatas com público numeroso para protestar contra esse estado de coisas anárquico, nas principais capitais do País.

Afinal, dois acontecimentos constituíram a gota-d'água salvadora: o comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964, que reuniu a cúpula do Governo e seus apoiadores, para atacar afrontosamente os militares e preconizar a reforma agrária imediata, "na lei ou na marra" e a reunião do Presidente João Goulart com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil em 30 de março de 1964, em que os temas do comício de 13 de março foram repetidos de modo mais explosivo ainda, contra os pilares basilares da hierarquia e da disciplina.

Na noite de 31 de março desse ano, as tropas sediadas em Minas deflagraram o movimento que vinha sendo preparado. A adesão ao Movimento foi generalizada, o que levou João Goulart a fugir para o Rio Grande do Sul, visando a resistir, com o apoio do seu cunhado; mas, cedo, verificou que não teria sucesso. Assim, a 2 de abril se exilou no Uruguai, abandonando o Governo.

DESENCADEAMENTO E ESCALADA

Participação do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv)

Estava servindo no Rio de Janeiro, quando fui convidado para comandar o 2º Batalhão Rodoviário – Batalhão Rondon – sediado em Lages, Santa Catarina, assumindo a honrosa missão em 19 de março de 1964.

Tinha o posto de Coronel e havia absorvido a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), que girava em torno do binômio fundamental Desenvolvimento e

Segurança; e mais, ficara informado dos fundamentos teóricos e práticos da Guerra Revolucionária, a guerra daqueles dias, adotados pelo MCI.

Assim esclarecido, vivi o ambiente de inquietação e angústia existente na antiga capital federal, nos meses que precederam a Revolução de 31 de Março de 1964, participando e me identificando integralmente com a idéia geral de que algo deveria ser feito para deter os desmandos e a insurreição originados no seio do próprio Governo, como procurei relatar nos "Antecedentes Históricos" expostos preliminarmente.

Pela própria Diretoria de Engenharia, tinha sido alertado de que o Batalhão participara, com entusiasmo, da Campanha da Legalidade de 1961, liderada, com sucesso, por Leonel Brizola, a partir do Rio Grande do Sul; logo, poderia ter dificuldades no comando.

Assumindo o comando, passei a inspecionar as subunidades destacadas nos trabalhos de construção do Tronco Principal Sul (TPS), a visitar as unidades vizinhas do 3º Batalhão Rodoviário de Vacaria e do 1º Batalhão Ferroviário de Bento Gonçalves, indo até Porto Alegre, sede do III Exército (III Ex), onde contatei o seu Chefe de Estado-Maior, General Antonio Jorge Corrêa, com quem troquei impressões sobre o descalabro da conjuntura, ficando tranqüilizado no que se referia à nossa sintonia.

Regressei por Florianópolis, em cujas imediações o nosso Batalhão tinha obras em execução, sendo procurado, na noite de 31 de março, por emissário do Almirante Murilo Vasco, Comandante do Distrito Naval, que me colocou a par dos últimos acontecimentos alarmantes ocorridos no Rio de Janeiro, centrados na reunião do Automóvel Clube do Brasil.

Decidi não prosseguir, como planejara, até Curitiba, onde me apresentaria ao Comando da 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), seguindo diretamente para Lages.

Encontrei a Unidade já de prontidão, ordenada pelo III Ex, tendo complementado as providências tomadas com outras, visando a manter a tropa dentro do quartel e impedir a escuta, pelo rádio, das últimas notícias. E passei a atuar junto aos oficiais e sargentos, centralizando as informações, tendo ciência do desenrolar dos acontecimentos no Rio, São Paulo e Minas Gerais.

No dia 1º de abril, pela manhã, recebi telefonema da parte do Comando da 5ª RM/DI, então exercido interinamente pelo General Dário Coelho, dando-me conhecimento da decisão que tomara de apoiar o Movimento iniciado em Minas e querendo saber qual era a minha posição. Não titubeei em lhe dar o meu apoio imediato, dados os antecedentes citados. As notícias que captara durante a noite, que passara em claro, ouvido colado no rádio, convergiam para a decisão baseada em minha convicção.

E assim, nosso Batalhão passou a cumprir todas as ordens emanadas da Revolução. Cabe registrar a atuação exemplar dos seus oficiais e sargentos que se mantiveram unidos e coesos, obedientes à disciplina e à hierarquia.

A 5ª RM/DI organizou um Destacamento, sob o comando do nosso Batalhão, constituído por frações de tropas de várias unidades – 2º BRv, 5º Esqd C Mec, 1ª/13º RI, 1ª/5º RO –, o qual se deslocou para Lages, a fim de barrar, na rodovia BR-2, qualquer tentativa de deslocamento que fosse feita partindo do território gaúcho. Assim foi que ocupamos posições a cavaleiro da citada rodovia e preparamos destruições que, ao longo dela, retardariam ou impediriam o deslocamento vindo do Sul.

Ainda em sintonia com a 5ª RM/DI, atuamos, a partir de 8 de abril, para prender pessoas vinculadas aos "grupos dos onze", que tinham sido organizados em nossa área, para dar curso à subversão comandada por Brizola. Essas pessoas foram alojadas em nosso Batalhão, fichadas, interrogadas e, afinal, soltas, respeitando-se-lhes, em toda a linha, a dignidade inerente à pessoa humana.

As duas ações anteriormente citadas foram de curta duração, já que, vitoriosa a Revolução, a 2 de abril, com a fuga do ex-Presidente João Goulart para o Uruguai, retornou o nosso Batalhão às suas atividades normais de construção rodoferroviária, ainda que atento às ações subversivas latentes.

Mesmo que modesta, a participação do 2º BRv, no quadro geral da Revolução, foi efetiva e convincente, sintonizada com os anseios e aspirações do povo brasileiro, sintetizados no ideário da Revolução Democrática Brasileira.

Até 20 de janeiro de 1967, esforcei-me por cumprir a missão de comandar o 2º BRv, unidade de elite da nossa Engenharia de Construção, o que me consumiu toda a dedicação e todo o fervor. De longe, embora, acompanhei a escalada da Revolução, percebendo as dificuldades de se combater a subversão e a corrupção e de se implantar um governo correto, honesto, patriota e eficiente.

No meu julgamento, a Revolução de 31 de Março de 1964 se impôs para livrar o Brasil da implantação, pela dupla Goulart e Brizola, da República Sindicalista, os quais contavam com o apoio dos comunistas, pelegos, sindicalistas, trabalhadores e estudantes. Foi a única solução para o grave problema criado pelo próprio Presidente, que se colocou à testa da subversão.

A Escalada de 1964 a 1974

Tendo João Goulart abandonado o Governo e fugido para o Uruguai, seu cargo foi considerado vago, a partir de 2 de abril de 1964, assumindo-o, naturalmente, o Presidente da Câmara, Dr. Ranieri Mazzili.

Em termos de Revolução, todavia, impunha-se decidir quanto ao seu futuro imediato: restituir o Poder aos políticos, como acontecera, via de regra, no passado, ou valer-se da oportunidade para reformar o País, introduzindo, patrioticamente, as reformas de base de que tanto necessitava.

O Comando Supremo da Revolução

A opção adotada, considerada impositiva pelas circunstâncias, foi de aprofundar o Movimento por meio da criação do Comando Supremo da Revolução (CSR) e da conseqüente institucionalização indispensável para a implantação, de fato e em definitivo, da Revolução.

Assim, o CSR foi organizado de modo espontâneo e imediato, com os ministros militares, sob a chefia do General Arthur da Costa e Silva, oficial mais antigo em função na Guarnição do Rio de Janeiro. O Ato Institucional nº 1 (AI-1) foi editado, possibilitando a atuação legal do novo órgão, que agiu no sentido de:

• manter a união das Forças Armadas, evitando a luta pelo poder de políticos e militares;

• assegurar o exercício do Poder e o funcionamento do Governo até a posse do novo Presidente;

• presidir a aplicação das punições estabelecidas pelo AI-1; e

• coordenar a escolha do novo Presidente pelas forças em disputa, o que resultou na escolha do General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco, com aprovação geral, considerando-se que não havia um líder civil com credenciais melhores para se manter no Poder, com o respeito e a confiança indispensáveis da parte de todos.

O Governo Castello Branco

O esforço de Castello Branco, que, de imediato, confirmou as suas qualidades notáveis de líder, administrador e estadista, foi extraordinário, no sentido de colocar a casa em ordem, mas o tempo de que dispôs foi extremamente curto para a obra de recuperação nacional de que o País tanto necessitava para sair do caos político, econômico e social em que estava mergulhado.

Imperceptivelmente, desde os primórdios da Revolução, sem que seus líderes mais expressivos estimulassem, foram-se formando duas correntes de opinião e de ação, acordes com a cultura, o temperamento e o modo de ser de cada um: a linha moderada e a dura, que passaram a caracterizar a conduta dos militares em geral. Os componentes de cada linha não constituíam, obrigatoriamente, compartimentos estanques e hostis, mas admitiam interpenetrações capazes de evitar radicalismos inconvenientes. Havia, assim, nuances de um lado e de outro.

Admite-se que, apesar do propósito deliberado de não haver proselitismo, a linha moderada girava em torno do Presidente Castello Branco, e a linha dura, em torno do Presidente Costa e Silva; com o tempo, surgiram sucessores de menor expressão, que acabaram por não ter mais influência.

Pessoalmente, não apreciava o radicalismo da linha dura, inclinando-me para a moderada, o que não me impediu de, como Comandante da 5ª RM/DE, desencadear duas operações contra a subversão, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, as quais efetuaram prisões e desmantelaram os aparelhos existentes. A moderação também não me dificultou, em outras oportunidades, estar sintonizado com as escaladas da Revolução que julgava fossem de interesse para o Brasil.

O Presidente Castello Branco, numa demonstração de desapego ao cargo, procurou limitar a duração do seu Governo para o fim do período previsto para João Goulart (1965), concordando, afinal, ante as pressões recebidas, com a prorrogação até 1967.

Implantado o novo regime político, com firmeza e serenidade, o Presidente Castello Branco expurgou dos quadros político e administrativo, civis e militares, afastando os subversivos e os corruptos; acelerou o ritmo do desenvolvimento econômico; reduziu a inflação; melhorou as condições de vida; reduziu os desequilíbrios sociais; corrigiu a balança de pagamentos; incentivou as exportações; enfim, numa atuação multiforme, realizou amplas reformas no País.

Convencido de que o AI-1, por si só, não lhe concedia os poderes de que estava necessitando para ampliar e aprofundar as reformas, com mais tranqüilidade do que a que os agitadores de todos os matizes estavam permitindo, o Presidente decidiu, em 27 de outubro de 1965, editar o Ato Institucional nº 2 (AI-2). "A Revolução está viva e não retrocede"; "Democracia supõe liberdade, mas não importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação."; "Não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem"; "Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco"; e "Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará", foram afirmações basilares do AI-2.

O Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estendeu a eleição indireta do presidente e vice-presidente para os governadores e vice-governadores dos estados e regulou as eleições em geral.

O Ato Institucional nº 4 (AI-4), de 7 de dezembro de 1966, convocou o Congresso para, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição elaborado pelo Presidente da República. E assim foi feito.

Em síntese, o Presidente Castello Branco restaurou a ordem, promoveu a retomada do desenvolvimento, servindo ao Brasil com coragem, firmeza, serenidade e inteligência.

Durante o Governo Castello Branco (14 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), continuei no Comando do 2º BRv, como já mencionei, tendo recebido, a Unidade, a honrosa visita do Presidente, por ocasião da inauguração da ponte rodoviária sobre o Rio Pelotas, na BR-2, fronteira de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Presidente Castello Branco queria que o seu sucessor fosse um civil para que o País tivesse a normalidade democrática; por isso, procurou, com afinco, entre os líderes civis, um que o substituísse. Como não o conseguisse, aceitou, então, a candidatura do seu Ministro da Guerra, General-de-Exército Costa e Silva.

O Governo Costa e Silva

O Governo Costa e Silva, iniciado em 15 de março de 1967, sob os auspícios da Constituição de 1967, foi dinâmico e empreendedor, empenhando-se em combater a inflação; lançou o Mobral, movimento de alfabetização em massa dos adultos; desenvolveu a frota mercante; reaparelhou vários portos; transformou as comunicações; criou a Embraer; estendeu ao trabalhador rural os mesmos direitos dos urbanos e impulsionou a construção de casas populares.

A oposição, todavia, se concentrou na área estudantil, sob a forma de protestos, passeatas e agitação nas ruas, com o apoio de políticos da Câmara de Deputados. Pronunciamentos de suma gravidade, insultuosos e ofensivos às Forças Armadas foram feitos pelo Deputado Márcio Moreira Alves, o que fez com que o Presidente Costa e Silva solicitasse à Câmara licença para processá-lo, o que foi negado. A resposta, ainda que dada a contragosto pelo Presidente Costa e Silva, mas consentânea com as circunstâncias, veio por meio da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968. Esse Ato se constituiu em nova escalada, pois possibilitou, entre outras providências, que se colocasse o Congresso em recesso.

O Ato Institucional nº 6 (AI-6) reduziu o número de Ministros do Superior Tribunal Federal (STF).

O Ato Institucional nº 7 (AI-7), de 26 de fevereiro de 1969, suspendeu as eleições parciais.

O Ato Institucional nº 11 (AI-11), de 14 de agosto de 1969, voltou a determinar as eleições em 750 municípios.

As tensões acumuladas durante o seu Governo foram de tal ordem que, mais ou menos na metade do seu mandato, a 26 de agosto de 1969, o Presidente

teve uma trombose cerebral irreversível, que o impediu de revogar, como pretendido, o AI-5 e de convocar o Congresso, restabelecendo a democracia.

Impossibilitado de continuar no exercício do cargo, ainda que não formalmente vago, o Presidente Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar, constituída pelos ministros militares. Estes julgaram que a situação do País era de suma gravidade – com a escalada da subversão e dos assaltos a bancos para financiá-la – o que impedia que a Presidência fosse entregue ao Vice-Presidente, Pedro Aleixo que, ademais, fora o único integrante do Governo que não concordara com o AI-5, um Ato nitidamente revolucionário. Para agravar ainda mais a situação, ocorreu o seqüestro do Embaixador dos EUA no Brasil.

A Junta Militar editou o Ato Institucional nº 12 (AI-12), em 31 de agosto de 1969, que definiu as suas responsabilidades na condução do novo Governo, exercido até 31 de outubro de 1969, não sem antes suspender o recesso do Congresso, promulgar uma nova Constituição e participar da escolha do sucessor do Presidente Costa e Silva.

Fixados os critérios para o substituto, coube ao Alto Comando do Exército indicá-lo, recaindo a escolha no General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici. Seu nome, submetido ao Congresso, foi aprovado por ampla margem de votos em 30 de outubro de 1969.

Durante o Governo Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969) e da Junta Militar (31 de agosto de 1969 a 31 de outubro de 1969), exerci as seguintes funções, como Coronel: Adjunto da 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), vindo do Comando do 2º BRv e Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Engenharia e Comunicações.

Promovido a General-de-Brigada em 25 de julho de 1968, fui designado para a chefia do Estado-Maior do IV Exército, com sede no Recife, Pernambuco, até 16 de maio de 1969 e Comandante do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º GptECnst), com sede em João Pessoa, Paraíba, até 27 de fevereiro de 1970.

Foram funções, em que, em termos de Revolução, assim atuei:

• Como ChEM do IV Ex, engajei-me profundamente no planejamento das ações psicológicas na área, para o que nos ligamos aos estudantes, levando-os a cooperar com a Revolução e a impedir que agissem de modo inadequado e radical, como nos CCC (Comandos de Caça aos Comunistas – jovens empolgados no combate ao comunismo);

• Cooperei com o Comandante do IV Ex em sua ação pessoal junto a Dom Helder Câmara, no sentido de atenuar ou anular a sua ação contra a Revolução;

• Participei de um programa de televisão de esclarecimentos em relação à Revolução de 1964;

• Como Comandante do 1º GptECnst, dediquei-me aos trabalhos de construção que me absorveram toda a atenção. Todavia, tive que atuar junto ao Bispo Dom "Pelé" a fim de neutralizar a sua ação nefasta junto aos colégios, por ocasião das grandes datas nacionais.

O Governo Médici

Durante o Governo Médici (31 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974), empenho foi feito no sentido de instaurar a democracia plena e realizar o desenvolvimento econômico e social.

Todavia, a subversão e a luta armada ainda existentes prejudicaram grandemente a consecução desses objetivos.

O Presidente Médici colocou em primeiro plano a Política de Integração Nacional, priorizando a Amazônia, através da construção do eixo longitudinal de penetração Cuiabá–Santarém e da estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia (Rodovia Transamazônica); e determinou a implantação da Perimetral Norte.

Criou, ainda, os Programas de Assistência ao Trabalhador Rural, de Distribuição de Terras, de Estímulo à Agroindústria, de Desenvolvimento do Centro-Oeste, de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o PIS (de Integração Social), o PASEP (de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Sua atuação multiforme e variada abrangeu os corredores de exportação, a construção da ponte Rio–Niterói, o início da construção da usina nuclear de Angra dos Reis, a remodelação do sistema ferroviário, o aumento das rodovias pavimentadas e outros marcos duradouros de realizações que transformaram a fisionomia do País.

Estava eu, ainda, em missão nos EUA, quando houve a sucessão do Presidente Médici. Considerando que a Revolução ainda não terminara, que havia focos de subversão e de luta armada a combater, e que o então Presidente da Petrobras, General-de-Exército Ernesto Geisel, possuía as credenciais adequadas e melhores do que qualquer outro candidato para o exercício do elevado cargo, o General Médici decidiu apresentá-lo à homologação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Congresso (400 votos contra 76).

No Governo Médici, exerci os seguintes cargos: Comandante do 1º GptECnst, até 27 de fevereiro de 1970; Diretor de Vias de Transporte, de 6 de maio de 1970 a 21 de janeiro de 1971; Subchefe do EME, de 21 de janeiro de 1971 a 21 de janeiro de 1972; e Adido Militar em Washington – EUA, até 15 de maio de 1974 e Delegado na Junta Interamericana de Defesa (JID).

Em 31 de março de 1974, fui promovido a General-de-Divisão.

DESENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (DE 1974 A 1984)

O Governo Geisel

No Governo Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979), houve a abertura ou distensão lenta, gradual e segura, visando à completa normalização democrática no governo seguinte.

Houve nova escalada, porém, com o recesso do Congresso durante 14 dias, em decorrência do Ato Complementar nº 102, de abril de 1977, editado para possibilitar, principalmente, a reforma do Poder Judiciário; em termos de abertura, o Presidente Geisel promoveu a revogação do AI-5 e do Decreto nº 477, ligado à área estudantil, bem como outras medidas de distensão.

O Presidente Geisel deu prioridade ao desenvolvimento, especialmente no que se refere à energia – usinas de Itaipu e Tucuruí –, transportes, produção de aço e do petróleo – contratos de risco –, a agricultura, habitação, saneamento, abastecimento de água, mineração, energia nuclear para fins pacíficos, aproveitamento do álcool como combustível para os automóveis e muitos outros empreendimentos previstos nos planos de desenvolvimento. Na política externa, adotou o pragmatismo responsável.

Durante o Governo Geisel, exerci os seguintes cargos: Adido Militar em Washington – EUA, até 15 de maio de 1974; Comandante da 5ª RM/DE, de 28 de junho de 1974 até 20 de janeiro de 1977; Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 31 de janeiro de 1977 a 9 de dezembro de 1977.

Promovido a General-de-Exército, em 25 de novembro de 1977, assumi o cargo de Comandante do III Exército, de 12 de janeiro de 1978 a 16 de janeiro de 1979 e de Chefe do EME, de 19 de janeiro a 15 de março de 1979.

Em termos de Revolução, a minha atuação foi a seguinte:

• No Comando da 5ª RM/DE, desencadeei duas operações contra a subversão, desmantelando os esquemas existentes nos estados do Paraná e Santa Catarina. Foram efetuadas as prisões necessárias e abertos os inquéritos correspondentes. Cuidados especiais foram tomados para que fosse preservada a dignidade da pessoa durante o aprisionamento dos subversivos. E outras ações contra a corrupção foram, também, promovidas, além de ações psicológicas junto ao meio estudantil universitário – por oportuno, cabe pequena digressão sobre o problema da tortura. Afirmo que esse método nunca foi institucionalizado ou adotado pelos chefes militares. Reconheço que existiu, esporadicamente, aqui, ali ou acolá, mas jamais com o assentimento da grande maioria dos militares, que não adotou tal método no tratamento dos subversivos.

• No Comando III Ex, mantive contato permanente com os Comandantes de Organizações Militares (OM), no sentido de que minhas diretrizes quanto aos presos fossem obedecidas, na luta contra a subversão.

• Como Comandante da 5ª RM/DE e do III Ex, tive, em várias ocasiões, oportunidade de me encontrar com o Presidente Geisel e conversar a respeito da conjuntura brasileira. Assim é que, quando ele passou por Curitiba, se não me engano no segundo semestre de 1974, reuniu, em recinto fechado, os três militares de mais alta hierarquia do Exército, Marinha e Aeronáutica e lhes disse que, em seu Governo, estava promovendo a abertura, pois já tínhamos dez anos de Revolução, o Poder prolongado não era bom e podia viciar e corromper, tornando cada vez mais difícil o retorno à democracia etc.

• Em outra ocasião, em 1979, em uma de suas passagens por Porto Alegre, onde então residia, o Presidente Geisel, após um dia de trabalho afanoso, foi homenageado com um jantar, no palácio, pelo Governador do Estado; após o churrasco, dirigimo-nos, os participantes de maior graduação, para uma sala mais reservada, onde o Governador informalmente apresentou as suas necessidades no campo educacional. Demonstrando muito conhecimento em relação ao Estado gaúcho, o Presidente Geisel, com autoridade, respondeu ao Governador que ele não precisaria daquelas verbas, já que estava investindo recursos estaduais muito maiores para fazer obras que não lhe competiam, já que elas eram de âmbito federal. Impressionou-me a segurança de seus argumentos, sua autoridade em relação ao Governador e a clarividência de suas observações.

• No episódio da promoção do General-de-Divisão Figueiredo a General-de-Exército, a fim de remover preventivamente, dificuldades futuras para sua indicação à presidência, defini-me com clareza e firmeza a respeito, apoiando essa medida que, vitoriosa, resultou na preterição do General-de-Divisão Hugo Abreu, este demissionário da Chefia do Gabinete Militar, por discordar do Presidente Geisel no que concernia à sucessão.

• Posicionei-me contra a candidatura do General-de-Exército Euler Bentes Monteiro, que se colocara em nítida oposição à Revolução, ao aceitar disputar a Presidência. Minha opção foi, também, clara e firme a favor do candidato da Revolução.

O Presidente Geisel, no afã de dar continuidade ao processo de abertura, procurou um candidato civil que fosse capaz de levá-lo a bom termo, mas não conseguiu; voltou-se, então, para a área militar, detendo-se no nome do General João Baptista Oliveira Figueiredo. Submetida a sua indicação à ARENA e ao Congresso, foi ele eleito, por este, por 355 votos contra 226.

Quando seu nome foi homologado pela ARENA, o General Figueiredo me sensibilizou com um telefonema, colocando-me a par da homologação e ressaltando a importância desse fato e as grandes dificuldades que ele teria de enfrentar. Em um gesto de grandeza, enfatizou o apoio que precisaria ter por parte dos seus amigos e companheiros da alta hierarquia militar. Prometi-lhe, com sincero entusiasmo, o meu apoio.

O Governo Figueiredo

O Governo Figueiredo (15 de março de 1979 a 15 de março de 1985) renovou o seu compromisso de fazer do País uma democracia. Para isso, promoveu a anistia, a reformulação partidária e outras medidas. As tensões, de toda espécie, existentes em seu Governo causaram-lhe um enfarte das coronárias, sendo submetido a uma cirurgia.

Posicionou-se contra as eleições diretas para a escolha do Presidente, mas, mesmo assim, não impediu que seu opositor fosse eleito por voto indireto.

Durante o Governo Figueiredo exerci os seguintes cargos: Chefe do EME – já o era desde 19 de janeiro de 1979, até 6 de junho de 1979; Ministro-Chefe do EMFA, de 18 de junho de 1979 a 18 de janeiro de 1980; e Embaixador do Brasil no Iraque, de 30 de janeiro de 1980 a 31 de maio de 1983.

Nessas funções, procurei contribuir, no que fosse possível, em benefício da Revolução de 31 de Março de 1964, atuando mais no campo das ações psicológicas e de orientar e esclarecer os militares e, também, a opinião pública, no que se referia à conjuntura nacional.

Assim foi que, de modo mais significativo:

• Proferi, como Chefe do EME, uma palestra para os oficiais e sargentos, no auditório do Quartel-General (QG) do Exército, situado no Setor Militar Urbano de Brasília, por ocasião do 15º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964, recordando seus antecedentes, as suas realizações e exortando todos, civis e militares, a cooperar para o engrandecimento do Brasil.

• Expedi duas Ordens do Dia, quando assumi e passei as funções de Ministro Chefe do EMFA.

Penso que cabe registrar a minha ida para o Iraque em decorrência de nomeação feita pelo Presidente Figueiredo: o Presidente Saddam Hussein, do Iraque, que na época estava muito interessado no Brasil, inclusive por nossa atuação no campo da energia nuclear, encareceu ao nosso Governo que o próximo embaixador fosse um oficial da mais elevada hierarquia militar, que gozasse de toda a confiança por parte do nosso Presidente e fosse devidamente credenciado para

estabelecer ligações diretas, fáceis e confiáveis entre os dois governos. Muito desvanecido e honrado fiquei com a preferência do meu nome, empenhando-me em prestar os melhores serviços ao meu País e a seu governo.

Quando voltei ao Brasil, em junho de 1983, a campanha das eleições diretas já estava nas ruas empolgando o povo.

CONCLUSÃO

Na verdade, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi uma contra-revolução, pois impediu que uma outra revolução, em pleno andamento, atingisse os seus objetivos finais. De fato, a situação no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, se abeirava do caos político, econômico e social, com a comunização acelerada dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, de professores e estudantes e de líderes políticos mobilizados por João Goulart e Leonel Brizola que pretendiam implantar no País regime de ideologia materialista e exótica – A URSS constituía-se em fascínio para muitos, empolgados com a grande mistificação, que foi, afinal, após 80 anos de ditadura, engano, despotismo e perfídias, desmascarada, resultando no esfacelamento desastroso da mãe-pátria do comunismo – incompatível com as aspirações, tradições e sentimentos do nosso povo. Sob o olhar complacente e cúmplice das autoridades governamentais do mais alto escalão, quando não por elas mesmas inspiradas e conduzidas, amiudaram-se as greves, a agitação e a violência, criando um ambiente de insegurança e inquietação; a deterioração dos bens de produção se acentuou, elevando a inflação a níveis insuportáveis; por fim investiram contra os pilares de sustentação das forças militares, a hierarquia e a disciplina.

O povo saiu para as ruas e praças para protestar e reagir nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, indicando o caminho a seguir. E teve, sem tardança, o apoio dos paladinos e defensores da Lei e da Ordem, os seus soldados de terra, mar e ar.

Assim foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964 que trouxe, no seu bojo, um ideário, uma verdadeira síntese, que bem traduzia os mais legítimos anseios e aspirações do nosso povo, como, entre outros, "a ordem democrática baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo, na luta contra a corrupção".

Vitoriosa a Revolução e decidida a sua continuidade, impôs-se a sua institucionalização, isto é, a sua legitimação jurídica, o que foi feito por meio

dos Atos – Institucionais e Complementares –, que lhe permitissem dar continuidade à recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil.

Os agentes da Revolução, embora imbuídos do espírito e fervor revolucionários, não eram deuses, mas homens e, por isso, acertaram e erraram, foram afirmativos ou omissos, mas muito fizeram pelo engrandecimento do País; os seus opositores, recuperando-se da derrota, valeram-se de todos os meios disponíveis, inclusive da luta armada, para lhes dificultar ou mesmo impedir o êxito.

Avalistas da Revolução, acreditando nela e julgando-se responsáveis para que não se frustrassem seus ideais superiores, os governos da Revolução, compostos de civis e militares, aqueles mais numerosos do que estes, criaram novos instrumentos que lhes fortalecessem a ação. E, assim, a Revolução teve uma duração maior do que almejado de início. Essencialmente democrática, foi obrigada pela atuação radical e intransigente dos seus opositores mais fanáticos, a agir com mais autoridade.

Assim mesmo, a partir de 1974, foi iniciado o processo de abertura, que, conduzido de modo lento, gradual e seguro, durou um decênio.

Valeu o esforço despendido durante a Revolução, com patriotismo, honestidade, no interesse do povo e do País; atingiram-se metas ambiciosas no que se refere ao desenvolvimento; venceu-se, em toda a linha, a subversão; não se obteve, todavia, no que se refere à corrupção, o êxito desejado.

Os dois últimos governos da Revolução procuraram implantar, em toda a extensão, a democracia, promovendo a anulação dos Atos Institucionais, a anistia aos que se posicionaram contra a Revolução etc.

Estamos, desde então, vivendo em regime democrático, mas ainda muito vulnerável, que carece de substancial aperfeiçoamento para reduzir a corrupção administrativa e a permissividade dos costumes. O estado de Direito, que caracteriza a democracia, exige o respeito às leis que consubstanciam os direitos e os deveres de todos nós; por isso, me preocupo, civicamente, quando vejo, em escala crescente, as invasões de terras particulares e de prédios públicos, violentas ou não, feitas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), a pretexto de forçarem o Governo a acelerar a desejada e indispensável Reforma Agrária.

Ressentimo-nos, os que participaram da Revolução, com idealismo e elevados propósitos, com o "revanchismo" que aflora com freqüência nas apreciações da mídia ou em pronunciamentos de ex-agentes da subversão que, agora em posições de mando, denigrem e falseiam a verdade histórica, em relação à Revolução de 31 de Março de 1964. Por isso, é sobremodo louvável e importante a presente inicia-

tiva de nossa Instituição – o Exército Brasileiro – em colher os depoimentos capazes de corrigir graves deformações que têm ocorrido junto à opinião pública. Tenho dito.

General Samuel, tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper um clima de liberdade existente no País, ou o "dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores, empresários reivindicavam às claras, e o conflito era transparente" no narrar do jornalista Flávio Tavares, em seu livro "Memórias do Esquecimento". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Sim, considero que houve várias razões, cabendo ressaltar as seguintes: a fraqueza, o despreparo e o primarismo de Goulart e a ambição e falta de escrúpulos de Brizola; a irresponsabilidade do próprio Governo em mobilizar e manipular as massas trabalhadoras urbanas e rurais através das greves, invasões e agitações, visando à implantação de uma república sindicalista de cunho comunista contrária às aspirações tradicionais do povo brasileiro; investida contra os fundamentos basilares das Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina envolvendo-as em suas maquinações políticas e lhes estimulando reivindicações incompatíveis com o dever militar; a desorganização da economia do País decorrente das greves freqüentes nas cidades e no campo, acarretando o custo de vida crescente, inflação galopante etc.; e a insatisfação e os protestos da população angustiada, inquieta e assustada com tal estado de coisas, que se traduziam nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, como já foi focalizado.

Todavia, tenho a convicção de que se a dupla Goulart-Brizola não tivesse tido o açodamento e a imprudência de investir contra os fundamentos basilares da disciplina e da hierarquia, afrontando as Forças Armadas, guardiãs da Nação, poderia não ter havido o desencadeamento da Revolução.

O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Não tenha dúvidas a esse respeito, pois o povo passou a viver sobressaltado, inquieto, inseguro e angustiado com as greves freqüentes. O desrespeito à propriedade, a agitação e a violência geradas nas cidades e no campo, atribuindo esse descalabro ao próprio Governo, que, ao invés de coibir a ação deletéria dos seus agentes, insuflava-os num crescendo, adotando métodos em tudo semelhante ao dos comunistas de triste memória. Como conseqüência, surgiu no seio do próprio povo o movimento de reação que se traduziu nas principais cidades do País

em Marchas com Deus pela Liberdade e passaram a protestar com veemência, pacificamente, de modo organizado contra tal estado de coisa. E era comum serem os militares argüidos em plena via pública. Até quando tolerariam tal situação? Quando colocariam um ponto final? Vitoriosa a Revolução, ao desafogo seguiramse os aplausos e o apoio generalizado.

Em seu entender está correto o termo "Revolução"? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Em suas origens que remontam o Ato Institucional nº 1, o Movimento de 31 de Março de 1964 recebeu o nome de "Revolução". Acréscimos houve, posteriormente, como "Brasileira", "31 de Março de 1964" e "Democrática". Prefiro a denominação pela qual é mais conhecida de "Revolução de 31 de Março de 1964", que obedece à tradição histórica, é simples, e a caracteriza cronologicamente. A denominação "Contra-Revolução", ainda que válida, é mais recente e não tem o mesmo sabor histórico.

Em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Vitoriosa a Revolução impunha-se decidir quanto ao seu futuro de imediato. Restituir o Poder aos políticos, como aconteceu via-de-regra no passado, ou valer-se da oportunidade para reformar o País e introduzindo, patrioticamente, as reformas de base de que tanto necessitava. A opção adotada, considerada impositiva pelas circunstâncias, foi aprofundar o movimento por meio da criação do comando supremo da Revolução e da conseqüente institucionalização, indispensável para a implantação, de fato e em definitivo, da Revolução, possibilitando sua continuidade na recuperação financeira, econômica, política e moral do País. Passos gigantescos foram dados no que se refere ao desenvolvimento do País. Muito gostaria de apresentar dados precisos sobre as realizações mais expressivas durante os dois decênios da Revolução, no campo das ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, navegação, comunicações, produção econômica etc. Mas, infelizmente não disponho deles e não tive como obtê-los em curto prazo.

Finalmente, General, para encerrar a nossa entrevista, que mensagem final o senhor deixaria conosco para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964?

É sobremodo louvável e importante a presente iniciativa da nossa Instituição – o Exército Brasileiro – em colher os depoimentos capazes de corrigir graves

deformações da verdade histórica que tem ocorrido junto à opinião pública. Urge que tais deformações não criem raízes mais profundas, mas sejam corrigidas de modo inteligente, contrapondo-se à mentira e à mistificação, e que a verdade verdadeira e os fatos prevaleçam sobre as versões. Estou convencido de que, de acordo com a história, a tradição e o sentimento do nosso povo e a cultura política predominante atualmente na comunidade das nações, o melhor regime de governo é aquele em que impera a democracia, apesar de seus graves defeitos. Em 1964 forçaram-se as nossas Forças Armadas em corrigir democraticamente os rumos perigosos que estavam sendo seguidos pelo Governo de então. Conseguiram êxitos substanciais e memoráveis no que se refere ao progresso do País. Não conseguiram manter o mesmo propósito inicial, forçadas que foram pelas circunstâncias opostas pela oposição, intransigente e tenaz, de garantir a continuidade e autoridade da Revolução com medidas mais fortes. Encerrado o período da Revolução, passamos a viver em regime democrático, ainda muito vulnerável, já que carece do substancial aperfeiçoamento para eliminar a corrupção, a permissividade dos costumes e a violência que voltou a inquietar as cidades e o campo. Minha mensagem final, ainda que mantendo fidelidade ao ideário admirável da Revolução de 31 de Março de 1964, é de que as Forças Armadas se mantenham unidas, coesas e preparadas para bem cumprir as missões que a Constituição lhes reserva, cooperando assim para que a prática democrática se aperfeiçoe por força da ação do tempo e do empenho dos homens. Deste modo, os mais sentidos anseios e as mais legítimas aspirações do povo brasileiro serão alcançados, assegurando-lhe o bem-estar coletivo, a tranqüilidade individual, a harmonia política e social, a ordem democrática e o respeito à dignidade da pessoa humana, que hão de ser o apanágio da grande pátria dos nossos sonhos.

Senador Jarbas Gonçalves Passarinho

- Natural da Cidade de Xapuri, AC.
- Foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em 1943 e sua última promoção, ao posto de Coronel, ocorreu em 1964.
- Entre as principais funções que exerceu no Exército, destacam-se as seguintes: Instrutor do curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belém, em 1943/1944, e de Belo Horizonte, em 1949; Instrutor do curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1946 a 1948; Comandante de Bateria de Cadetes, também na AMAN, em 1951 e 1952; e Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, entre 1962 e 1963.
- Na vida civil: Superintendente da Petrobras, na Amazônia, em 1959/1960; Governador do Pará, em 1964/1965; Senador da República, pelo Pará, em três mandatos, 1967 a 1974, 1975 a 1982 e 1986 a 1995; Ministro do Trabalho, no Governo Costa e Silva, de 1967 a 1969; Ministro da Educação e Cultura, no Governo Médici, de 1970 a março de 1974; Líder do Governo Figueiredo, no Senado Federal, de 1979 a 1980; Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, em 1981/1982; Ministro da Previdência e Assistência Social, no Governo João Figueiredo, de novembro de 1983 a março de 1985; Ministro da Justiça, no Governo Collor, de 1990 a 1992; Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, no Congresso, em 1993; e, atualmente, é Conselheiro da República.
- Tem várias obras publicadas, dentre as quais destacamos: romance "Terra Encharcada", que recebeu o prêmio Samuel MacDowell, publicado em 1959; "Águias e Papagaios", crônicas publicadas em 1982; "Na Planície", memórias políticas, publicadas em 1991; "Um Híbrido Fértil", memórias, publicadas em 1996.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era Oficial de Operações do Comando Militar da Amazônia, em Belém, no Pará. Durante os governos revolucionários, exerceu as funções de Governador, Ministro de Estado e Senador da República.

Entrevista concedida em 24 de outubro de 2001.

As análises feitas após anos da ocorrência de um evento tendem a esquecer o ambiente em que ele se desenrolou. No quadro mundial da época em que ocorreu o Movimento revolucionário de 1964, vivia-se a chamada guerra fria. O senhor julga que esse ambiente global pós-Segunda Guerra Mundial teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A pergunta é muito oportuna, porque realmente está-se fazendo uma espécie de revisão da história escrita, esquecendo fatores fundamentais que fizeram com que aquela velha frase, de Ortega y Gasset, seja verdadeira: "Eu sou eu e a minha circunstância." Na ocasião havia o quê? Havia a chamada guerra fria. Nós vivíamos o auge da guerra fria.

O Movimento Comunista Internacional (MCI), a partir da vitória sobre o nazismo e o fascismo, em 1945, quando as tropas soviéticas ficaram à margem oeste do Rio Elba, ampliou-se com cem milhões de pessoas do Leste Europeu, dominado pela União Soviética, e vinha até a fronteira da Mongólia. Logo, em 1949, Mao Tsé-tung toma conta da China e, em seguida, o Ho Chi Min comanda as guerras de libertação da antiga Indochina – agora Vietnã – e derrota os exércitos franceses e os exércitos americanos no Vietnã. Isso mostra como o movimento vai se espraiando da Europa ao Mar da China e para a África.

Na África, começa com a libertação da Argélia, porque o MCI não se apresentava – nisso que os militares vão estudar depois como guerra revolucionária – como uma ideologia comunista. Ele aproveitava uma ideologia que fantasiasse ou mascarasse o verdadeiro objetivo comunista. Ele aproveitava o quê? A luta pela libertação do domínio colonialista das potências imperiais. Existia então, na Argélia, uma guerra de libertação que é a famosa luta da Argélia. Da Argélia, o MCI ocupou o Congo – mais tarde, na União Soviética, havia uma universidade para estrangeiros cujo nome era Lumumba, aquele que fez a libertação do Congo – e já estava encurralando as tropas portuguesas em Angola e Moçambique e criando extremas dificuldades – e felizmente criou – para aquele regime anti-humano do *apartheid* na África do Sul. Eram usadas as grandes motivações fundamentais para servir de biombo para o movimento comunista preparado pela União Soviética. O lado ocidental não preparou um líder africano. Veja o Congo Belga que, depois de quinhentos anos de domínio pela Bélgica, não tinha sequer um belga com o curso superior. Acabou sendo preparado, muito inteligentemente, pela União Soviética para fazer daí a expansão do comunismo internacional. Da África já havia passado para a América Latina e para o Caribe. Na América Latina, possuímos elementos de informação – O marxismo na América Latina – que mostra exatamente a chegada do movimento comunista, nessa época, na Venezuela, na Colômbia onde existe até

hoje, lutando para a conquista do Brasil, que era o objetivo de primeira qualidade para eles. Implantá-lo logo aqui. Nós já vivíamos debaixo dessa possibilidade.

O que estou relatando seria praticamente a seqüência de um pensamento de Lênin. Quando Lênin entrou em disputa com Trotsky, a respeito da expansão imediata do comunismo na Europa, como queria Trotsky, disse: "Não, o caminho para Londres passa pela China e pela África." Já estava no Caribe com Fidel Castro.

Entendo ter havido um erro fundamental da América do Norte, quando Fidel Castro foi vencedor do movimento guerrilheiro que derrubou o governo infame do Sargento Fulgêncio Batista, de uma corrupção deslavada. Fidel, de 1959 até 1961, ficou sendo hostilizado pelo MCI, porque o partido comunista cubano tinha apoiado Fulgêncio Batista. De modo que, só em dezembro de 1961 – tenho o discurso comigo aqui, que o Ministro Gibson Barbosa me deu – Fidel Castro declara-se comunista; foi aprender marxismo-leninismo nessa ocasião. Bom, a partir daí virou cabeça-de-ponte para que epoucassem os movimentos comunistas dentro da América Latina. A Venezuela, a Colômbia etc., já estavam atingidas, como falei. Fidel fez aquela viagem ao Chile, que redundou, afinal, na deposição do Allende. Foi um dos fatores da ligação de Cuba com Allende. Definia-se, assim, uma estratégia, que os militares estudam, a da guerra revolucionária.

Conhecem-se várias conceituações de guerra revolucionária. Adotávamos no Estado-Maior do Exército Brasileiro uma última que abrangia cinco fases. A primeira, segunda e a terceira já estavam em curso no Brasil: propaganda, arregimentação, mobilização, o domínio das redações – na ocasião ainda não havia televisão – dos jornais, das revistas etc., enfim dos órgãos de comunicação de massa.

Os patrões ficam muito satisfeitos com o resultado financeiro. Aquilo que Almeida Garrett chamava "o excremento do demônio". Desde que entre nos cofres "o excremento do demônio", está resolvido. O restante da equipe fazia, então, a cabeça das pessoas. Note que o Gabeira – presenteou-me com seu livro "O que é isso companheiro", com a dedicatória: "Ao Senador Jarbas Passarinho, por acima das nossas desinteligências"; tenho aqui na estante – era jornalista do *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* estava infestado e, no entanto, totalmente a favor de 1964. Foi um dos órgãos que mais se bateram pela deposição do João Goulart, mas a base fazia o pensamento, preparava a chamada opinião pública que virou a opinião publicada – em vez de opinião pública, eles publicam e nós ficamos de acordo.

Nessa ocasião, pois, já tínhamos infiltrações nessas áreas e na Igreja Católica, a chamada Teologia da Libertação, que vai começar com Camilo Torres na Colômbia. Esse, pelo menos, teve a dignidade de largar a batina e pegar o fuzil, morrendo em combate. Muitos dos nossos "não"; vivem na batina como garantia ou já não usam

sequer a batina. Mas, quando é necessário louvar o Marighela, louvam o Marighela; quando é necessário dizer que Cristo e Marx eram compatíveis, também fazem isso. E era uma das formas de infiltrar, quebrando muito, infelizmente, a reação da Igreja Católica, considerada a maior reação ao movimento comunista mundial – pelo que aconteceu logo depois que os bolchevistas tomaram conta do país.

Então progredíamos nas três fases iniciais. Tínhamos uma ideologia, nessa ocasião, extremamente nacionalista, e que foi aproveitada. Importa dizer que expressões do tipo "somos vítimas das multinacionais" e "somos contra o FMI" causam um efeito extraordinário. Então esses eram os pontos de vista levantados, inclusive pelo Prestes.

Nós, militares, ficávamos preocupados ao constatar o êxito da expansão da guerra revolucionária, como se fosse um tema: "conquista dos continentes", conforme Lênin dizia: "Até chegar a Londres, se fosse o caso." Tínhamos portanto a ideologia, nacionalista e populista; e preocupávamo-nos bastante, porque os Estados Unidos estavam enfrentando a luta no Vietnã, de uma maneira drástica, para eles tenebrosa até, e naturalmente interessáva-nos que não aparecesse um novo foco no Terceiro Mundo. Esse problema da guerra revolucionária – onde dominava a estratégia revolucionária – era uma conseqüência do teorema, era um corolário do teorema, o teorema era a guerra fria. E com isso começamos a perceber que era preciso um trabalho de conscientização da força militar para entender a guerra revolucionária, descrita para nós como sendo, apenas, uma afirmação nacionalista, embora, na verdade, fosse um trabalho do Movimento Comunista Internacional (MCI).

O Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, onde estava presente o General Castello, que não era o titular nessa ocasião, organizou um curso de Guerra Revolucionária: Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária, que recebi quando Chefe do Estado-Maior da 8ª Região Militar, no Pará. Um trabalho do próprio Estado-Maior do Exército, quase clandestino e todos eram informados de que deveria ser reservado. No Pará, recebíamos os fascículos (o Senador Passarinho exibiu um exemplar do documento), nos quais estavam incluídos todos os ensinamentos sobre a guerra revolucionária e a forma pela qual progrediam e conquistavam seus objetivos; inclusive sobre a guerra psicológica preparatória da guerra revolucionária.

A Igreja estava envolvida por esse grupo – Ação Popular (AP) – que, mais tarde, veio pontificar na Teologia da Libertação, que chamo de Sociologia da Libertação, condenada pelo Papa atual, mas seguida ainda por eles. Através de um documento – consta do meu livro "Na Planície" – mostro a reação de bispos brasileiros que viram como Dom Padin, o principal encarregado da Juventude Universitária Católica (JUC), estava possivelmente sendo iludido. Aparecem nesse

protesto Dom Scherer, Porto Alegre; Dom Agnelo Rossi, Ribeirão Preto; o Cardeal do Rio de Janeiro Dom Eugênio Sales. E aparece, também, um do Pará, Dom Alberto, o qual era arcebispo de Belém. Esses foram os primeiros que reagiram, mostrando inclusive como já estava ocorrendo a cooptação do grupo de universitários católicos para aquela Ação Popular.

Na Ação Popular (AP), famosa, são reconhecidos como seus membros, notáveis homens do Governo atual, Paulo Renato, o Ministro da Educação, José Serra, outros mais etc. Todos pertenciam à AP. A AP era um movimento da esquerda católica não comunista. Depois, no decorrer das guerrilhas, transformou-se na APML – Ação Popular Marxista-Leninista. Pegaram o Padre Henrique Vaz, que era o cérebro, e o chutaram; despediram esse camarada logo. Isso tudo aconteceu antes de 1964, quando discutiam em Belo Horizonte o que seria o manifesto da Ação Popular, infiltrando-se, portanto, na Igreja.

A expressiva maioria dos padres ainda manifestava total aversão ao movimento comunista. Fazia-se uma tentativa de transformar o Papa João XXIII no grande promotor, de mãos estendidas para os comunistas. Não é isso que está na *Mater et Magister*. Tive a oportunidade de ministrar cursos a respeito desse documento a estudantes e, principalmente, a jovens formados no Pará, jovens advogados, bacharéis etc., esclarecendo que não existe referência em nenhuma passagem da *Mater et Magister* à ideologia comunista. O texto fala nos irmãos de pensamentos diferentes, que é outra coisa.

Então, vinha também a pressão nas áreas política e militar. Como é que estávamos na área política? Com um Presidente da República, infelizmente, despreparado, ambíguo na sua posição, era apelidado, no Rio de Janeiro, de "Ônibus Elétrico". Talvez, falando hoje, o pessoal não saiba o que era. Apenas uma espécie de ônibus, que funcionava com eletricidade... Um ônibus que parava, ora à direita, ora à esquerda. Então se dizia que João Goulart era isso. Ora virava para direita, ora virava para esquerda. Mas um latifundiário não podia ser comunista – e não era – mas estava altamente comprometido, em entendimento com Prestes.

Dênis de Moraes e outro jornalista publicaram um livro com várias entrevistas do próprio Prestes. Claro que o Partido Comunista utiliza em suas publicações um *imprimátur*, um *nihil obstat*: "não passa, sem que tenha sido revisto primeiro". O livro relata como era o relacionamento de Prestes com João Goulart, e comenta, até, algo curioso. Quando João Goulart falava: "Olha, procura o Darcy Ribeiro", ele, Prestes, não gostava de procurá-lo, porque o Darcy era muito à esquerda. Para o Prestes! Essa posição do Prestes também é confirmada em outro livro que tenho lido e relido "Combate nas Trevas", do Gorender, onde o autor

mostra, exatamente, quando Prestes começou a criar a cisão no partido – gerou o embrião para a cisão do partido. Queria chegar à revolução socialista ou comunista através do chamado etapismo; uma etapa seria a conquista, com a burguesia, do Poder, para depois, então, erguer o regime deles. Esse seria o entendimento com a burguesia. Mais tarde, isso levou à ruptura comandada pelo Gorender, Mário Alves, Pedro Pomar e outros, que chamo até de dissidência paraense – o atual presidente do PC do B, também é um deles. Romperam com Prestes, já mais tarde, depois de 1964. Em 1951 já se implantara o embrião desse processo.

Dentro dos partidos, sobretudo do PTB, havia infiltrações. Devemos lembrar que essas infiltrações existiam até em outros partidos conservadores. Quando o Presidente Eurico Dutra, por exemplo, assumiu o Governo e pouco depois houve aquela frase infeliz do Prestes, no Congresso, respondendo a uma pergunta do Senador Juraci Magalhães: “Se houver uma luta entre o Brasil e a União Soviética, de que lado o senhor fica?” Ele respondeu que ficaria do lado da União Soviética. A afirmação serviu para o processo judicial, que, por 3 a 2, acarretou o fechamento do Partido Comunista. Vários deputados não foram atingidos, porque elegeram-se pelo partido do Adhemar de Barros ou por outros partidos, não estavam no Partido Comunista, e ficaram até o fim de seus mandatos. Então, já havia essa infiltração política também. Ocorriam, ainda, greves de natureza política, todas elas comandadas. João Goulart fazendo um papel perigoso com os seus pelegos, quer dizer, o grupo que ele favorecia para servi-lo e para, dessa forma, impedir que os comunistas tomassem conta de todo o movimento sindical. Havia isso também, e, ao lado, a área militar.

Tínhamos, na área militar, os chamados “nacionalistas”, e os outros eram “entreguistas”. No Governo do Goulart, vejam como constituíram o Conselho de Segurança Nacional. A Secretaria do Conselho sempre foi ligada ao Presidente da República. Ali só trabalhavam oficiais escolhidos a dedo, e, exatamente, todos os que tivessem uma nítida orientação de esquerda. Já haviam criado no Clube Militar o problema da sua ocupação, ainda com o General Estillac Leal. Bem, com a infiltração, começávamos a ter receio de uma repetição de 1935. No Quartel-General em que servia, em que fui Chefe de Estado-Maior e depois, ao chegar o ano de 1964, E-3 (Oficial de Operações) pensávamos no que havia acontecido lá no Rio de Janeiro, no 3º RI na Praia Vermelha.

Esse era o quadro que vivíamos. Ambiente de guerra fria e seu desdobramento seria a guerra revolucionária.

Na guerra revolucionária, o MCI criou uma falsa ideologia nacionalista, na verdade para seguir seus objetivos conquistando os continentes. E seríamos a

próxima etapa, porque o Brasil era extremamente importante, a tal ponto que, muitos anos depois, Nixon disse ao Presidente Médici, quando este foi visitá-lo nos Estados Unidos: "Para onde o Brasil for o continente irá." Isso criou uma ciumeira terrível. Lembro-me de que nessa oportunidade era Ministro da Educação, estava na Venezuela. Interpelado por um jornalista venezuelano indignado, disse-lhe: "Vá aos Estados Unidos e pergunte ao Nixon, não a mim. Ele é quem disse que para onde o Brasil se inclina o resto se inclina também." Esse era o quadro, portanto, em que ocorreu o Movimento de 31 de Março de 1964. Como é que se pode esquecer isso, não é? Como é que se pode retirar essa circunstância do fato histórico real?

E a pergunta seguinte que surge é justamente essa – a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um Movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, particularmente por parte dos Estados Unidos?

Trata-se de uma velha mentira. Não chamo calúnia, porque não é crime, mas é uma injúria de que o grupo comunista jamais abriu mão, tentar transformar em verdade à força de repetir. Fui, depois, amigo pessoal do Embaixador Lincoln Gordon. Agora ele está escrevendo um livro de memórias, onde repele essa falácia novamente. Não houve, em nenhum momento, a atuação dos Estados Unidos, em termos militares, de apoio à derrubada de Goulart. Havia preocupação com João Goulart, mas a maior preocupação era com Allende, como comprovaram mais tarde, muito maior. Esse mal-estar com João Goulart estava ligado aos momentos em que o "ônibus" parava na esquerda, o "Ônibus Elétrico". O próprio Vernon Walters, por exemplo, também desmente categoricamente. Mas não adianta, porque falseiam o tempo todo, talvez baseados num fato, no qual acredito, possivelmente seja verdadeiro. Na ocasião encontrava-me no Pará e não estava a par disso, era o que chamamos no Exército de "pica fumo". Depois, fui colega do Magalhães Pinto no Senado. É provável que o Magalhães Pinto tenha mantido algum entendimento com o próprio Embaixador Lincoln Gordon para o caso da nossa ação militar durar muito tempo, além do previsto. Não teríamos porto para receber suprimentos para as tropas de Minas, a fim de prosseguir numa luta que assumisse contornos de uma guerra civil. Isso então, sim, teria explicado o famoso *Brother Sam*: embarcações americanas preparadas para vir ao Brasil, trazendo combustíveis para que as forças revolucionárias contra o Goulart não minguassem sem esse suprimento. É a única coisa em que acredito, e que pode ter ocorrido. Acredito mesmo que tenha havido. Tanto que no livro do Embaixador Gordon, ainda em inglês – está para ser traduzido para o português – consta que essa tropa nem se

movimentou, porque a queda foi muito rápida; iniciando em 31 de março, no dia 1º de abril já estava resolvido o assunto.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964?

É uma triste resposta a que vou dar. Penso que cometemos um gravíssimo erro.

Lembre-se de que, logo depois que o Presidente Castello tomou posse surgiu essa história de "linha dura". Uma das maiores surpresas foi o primeiro aluno da minha turma – a quem quero um bem imenso – Francisco Boaventura Cavalcante Júnior, que nunca pensou dessa maneira, ter sido envolvido por um grupo ligado ao Lacerda. A questão surgiu com as eleições diretas para governadores, que resultou na derrota do candidato oficial do Lacerda, no Rio, e do candidato oficial do Magalhães Pinto, em Minas. Foram eleitos o Embaixador Negrão de Lima, e do outro lado o Israel Pinheiro.

O Castello era um democrata. Foi meu comandante na Escola de Estado-Maior e mantinha pressão permanente, afirmando: "O Exército não pode, ao mesmo tempo, servir a dois senhores. Ou se é militar, ou se é político, porque até seus juramentos podem conflitar numa hora dessas. O Exército, se fizer política, não é mais força armada, é milícia." Ele queria realmente – como fez – "autolimitar-se" no ato institucional. Essa é uma das críticas que fazem ao Marechal. Usava também uma expressão muito interessante. Para mim, várias vezes, falou, várias não estou certo, mas algumas, sem dúvida: "Olha, Passarinho, é muito simples falar em ditadura; fácil é mergulhar, vir à tona é que é o difícil." É verdade, se mergulharmos, vir à tona é complicado. Ele não aceitava ser chamado de ditador.

Certa feita – havia elegido o meu candidato a governador do Pará, naquelas eleições diretas – fui convocado ao Rio e fiz um programa de televisão de cinqüenta minutos com o Eron Domingues. Nunca tinha ido à televisão. Depois, falei com aquele rapaz das mulatas, o Sargentelli. Verifiquei que o problema era tentar neutralizar a ação da "linha dura", associada ao Lacerda, que estava no Rio de Janeiro, em Bangu, tentando fazer a Vila Militar derrubar o próprio Castello. Nessa ocasião, fui procurado, no Hotel Serrador, onde me hospedara, por coronéis meus amigos – não foi Francisco Boaventura – mas outros coronéis, da minha turma, da turma da frente e outras turmas atrás. Em determinado momento, fiquei indignado quando um coronel, bem mais antigo do que eu, disse: "Passarinho, você está enganado, o Castello é um comunista." Espantei-me com a irracionalidade de tentar classificar o Castello como comunista, e ainda acrescentaram: "Nossa ligação com Castello está interrompida, mas você pode dizer-lhe

que se ele não der posse a esses dois governadores, colocamos a tropa na rua para apoiar a decisão e ele continua o nosso chefe." Aí viajei a Brasília. Antes ainda falei: "Não concordo, mas vou lá, se vocês não têm uma linha de comunicação, vou a ele." Comuniquei ao General Ernesto Geisel, que era o Chefe da Casa Militar, no Rio, e voei para Brasília. Castello ouviu-me e disse:

– Sei quem são, sei quem são, Governador – às vezes, chamava com um pouco mais de cerimônia: Coronel Fulano, Beltrano?

– Fui seu comandado, Presidente, não se dá a fonte. O senhor pensa que pode ser isso. Estou falando em nome de companheiros, dizendo, previamente, que não concordava com eles. Isto posto, me disse isso exatamente:

– Vá ao Daniel Krieger e conte que recebeu esse tipo de proposta. Eu não aceitaria em hipótese nenhuma. Vou dar posse aos que forem eleitos. Assumo o risco.

Fui ao Krieger. O Krieger soltou um palavrão na ocasião. Um palavrão.

Voltei ao Pará. Estou lá, logo toca o telefone – era Juraci Magalhães, Ministro da Justiça.

– Quero comunicar ao Governador que o Presidente está assinando o Ato Institucional nº 2.

Ato Institucional não tinha número! O Ato Institucional era só um Ato Institucional. Depois teve tanto número que foi a 11, 12. Bem, eu tinha um problema no Pará. Possuía uma única prova documental de uma corrupção terrível – um sujeito que estava sendo protegido no Tribunal de Justiça. E aí perguntei:

– Então, voltou o período em que vamos ter o direito de fazer este saneamento?

– Não, é um revólver carregado do qual não se puxa o gatilho, de ordem do Presidente Castello – respondeu-me Juraci.

Naquele dia, em Brasília, em que me convocou, ficou satisfeito – passei um telegrama comunicando a vitória – porque ganhamos as eleições de modo retumbante. Nei Braga também foi chamado, porque seu candidato, também, havia vencido no Paraná. Era uma forma de neutralizar essa ação – é a primeira manifestação que vejo de cizânia dentro do Exército. O Castello para nós foi tão importante que perguntávamos: "Quem entrou nisso? Ah! O Castello entrou? Castello, que sempre foi um legalista total, que nunca tinha participado de nenhum movimento! Exceto agora, por tratar-se de combater a ideologia comunista! E eles contra?" O velho Dutra também foi uma pessoa importante, quando se soube que também estava favorável a isso. E o Costa e Silva, outra figura destacada, por ser o general mais antigo e que, por isso mesmo, foi ministro. Esse é o primeiro momento.

Aí irrompeu a luta entre os castellistas e Costa e Silva, que seria o Presidente. Despachando aqui com o Presidente Castello, uma vez, disse-me:

– Ah, você viu? Agora é diferente; o Costa está dizendo lá na Europa, onde se encontra, que se submete à indicação do partido.

– Pois é, Presidente, fazer essa campanha o tempo todo, para jogar um contra o outro... – falei.

Sei, particularmente, que o Castello não tinha a menor simpatia direta pelo nome do Costa e Silva, pela razão que vou contar aqui. Fui chamado a Brasília, nesse episódio dos coronéis. No Palácio Alvorada, Castello recebeu-me e escreveu num bloco de memorando assim: “31 de janeiro de 1966 é o fim do meu mandato”. Castello não queria a prorrogação do seu mandato. Foi prorrogado por um voto de diferença, o mínimo necessário para a aprovação da emenda constitucional que adiava as eleições presidenciais, porque ele não queria de jeito algum. Eu disse:

– Perdão, Presidente, o meu mandato é 31 de dezembro de 1966, mas o seu não. O seu foi prorrogado por um ano.

– Não jurei defender prorrogação, jurei defender o Ato Institucional que não fala em prorrogação – respondeu.

Castello costumava dizer, e nós sabíamos – fui aluno dele na Escola de Estado-Maior: “Não sou teimoso. Teimoso é quem teima comigo.” Com isso, perguntei:

– Já é decisão, Presidente?

– É – disse.

Está bem, o que eu vou fazer... Ele escreveu quatro nomes. A memória pode me trair ao dizer qual foi o primeiro e qual o segundo. Um foi, digamos, Cordeiro de Faria; segundo, Juraci Magalhães; na outra hipótese, Juraci seguido de Cordeiro; terceiro, Bizarria Mamede; quarto, Costa e Silva. E eu, baseado nas aulas que nos dava, dizia:

– Presidente, os dois primeiros para mim não passam pelo seu crivo. São aqueles que não podem servir à política e ao Exército.

Porque ambos passavam uma temporada no Exército, saíam generais, voltavam, iam ser senadores, governadores. Ele não gostou, claramente, mas resistiu e voltou ao bom humor. E acrescentou:

– E o Dr. Bizarria – chamou-o por Dr. Bizarria, formalmente.

– O General Mamede é meu amigo, de cujo Estado-Maior saí para ser Governador no Pará, e que no outro dia ia fazer-me continência no aeroporto; mas falta adrenalina, o que sobra no Costa – ainda falei.

Parou a conversa. Mas aí, por outra a razão. Talvez Castello tivesse receio pelos problemas familiares de Costa e Silva.

Surgiu então Costa e Silva como Presidente. Logo após, apareceu a história dos castellistas e Costa e Silva. Os castellistas inventavam que o Costa e Silva era

troupier, boçal, ignorante etc. Inventavam brincadeiras... Anedotas o tempo todo. Aí me "deu na telha" procurar saber a origem escolar deles. Costa e Silva, me contando depois, foi coronel-aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, na mesma turma em que o Castello foi tenente-aluno. Na turma de Infantaria Costa e Silva foi o 3º e Castello ficou bem atrás. Castello foi sempre um artesão, estudioso, estudioso a vida inteira; e se diz que Costa e Silva começou a flanar um pouco, depois de ter se tornado capitão, já não se dedicava tanto ao estudo. Essa era a diferença, mas nunca foi burro. O Deputado Delfim Neto dá o mesmo testemunho que dei. Costa e Silva era bem inteligente e sua capacidade de apreensão era muito grande.

Eu, por exemplo, estive visado, porque fui Ministro do Governo Costa e Silva, no grupo do Geisel. Veja como perdemos o senso da unidade que precisávamos ter para justificar a nossa vitória contra uma ameaça comunista no Brasil. Aí aparece, posteriormente, o Médici.

Um dia, Senador, recebo alguns professores que tinham ido ao Palácio e um deles voltou estarrecido, dizendo:

– Eu não estou entendendo.

– O quê?

– Mandaram-me falar com Fulano, cheguei e fui atendido por uma pessoa do Palácio, um oficial, que me disse: "Agora sim, temos um estadista no Governo e não um estadista de estádio de futebol, de radinho de pilha" – referia-se ao Médici.

Fizemos com que entre nós a cizânia crescesse. A mesma que vai aparecer mais tarde, na luta entre os chamados radicais, que vão se opor, inclusive, ao fim do chamado regime militar, permitindo aquelas coisas que nos levaram até a uma participação em terrorismo, como as bombas atiradas em certos lugares – a questão do Riocentro. Aqueles fatos ocorreram, porque um grupo ainda não tinha se disposto a aceitar a passagem do governo para a área civil. Então, desgraçadamente, esta sua pergunta me deixa triste em ter que fazer este comentário.

Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros cometidos além dos que o senhor já disse?

É fácil. Lembro-me de quando, na Escola de Estado-Maior, primeiro ano, no Curso de História Militar, tive que criticar Napoleão por ter perdido a guerra em Waterloo. É muito fácil criticar depois das coisas feitas. Você imagina um major acusando Napoleão, porque uma tropa não atuou como devia, na ocasião!

Acho que o Movimento, a que chamo de contra-revolução, conseguiu resultados espetaculares, primeiro, no campo econômico. Foi indiscutível. Éramos a 48ª, 49ª economia do mundo. Entregamos o Poder aos civis, em oitavo lugar. Já somos a

11ª hoje. Quando Ministro do Trabalho, por exemplo, crescíamos a 9% ao ano. Tinha o encargo da política salarial, e dávamos, exatamente, desses 9% menos 3% de crescimento demográfico, 6% de acréscimo à correção monetária dos salários dos trabalhadores. O que, em grande parte, justifica o porquê das guerrilhas não terem sido bem-sucedidas no Brasil. Primeiramente racharam, dividiram-se todos, felizmente para nós; e, segundo, não contaram com apoio popular em nenhum momento. Isso era de importância capital. Nenhuma guerrilha prospera se não tiver apoio popular. Aí, sim, é *clausewitz,* pode-se entrar nas guerras populares que ele citou.

Em outras circunstâncias, fazem críticas à política econômica: "Ah, porque o Delfim dizia que primeiro é preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo", mas a distribuição da renda é infame!...Vinte e tantos anos depois, o tal plano de distribuição de renda é pior. Somos apontados, hoje, como campeões do mundo em má distribuição de renda. Num artigo que escrevi recentemente para o *Correio Braziliense*, toco exatamente nesse ponto. Esse foi realmente um problema importante.

Socialmente, o maior projeto de renda mínima (que não tinha esse nome) é o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que me coube aplicar, resolvendo uma greve dos trabalhadores canavieiros, em Pernambuco – resolvi uma greve sem nenhuma violência. Fui até Dom Helder, conversei com ele. Isso irritou um pouco o pessoal do IV Exército, mas depois fui até lá apaziguá-los. Era Chefe do Estado-Maior o meu amigo, José Pinto, já havíamos trabalhado juntos. Mas terminei a greve, como? Oferecendo o embrião da previdência rural no campo. Nenhum governo anterior tinha pensado em favorecer o trabalhador do campo, nenhum. Fomos nós. Agora vem o meu querido amigo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e diz o seguinte numa entrevista no *Globo*: "FUNRURAL, o maior projeto de renda mínima do mundo; estamos transferindo 26 bilhões por ano." Mas não diz quem criou. Esse fundo foi também criado por nós.

O problema da Educação. O Governo de Goulart propalava que havia distribuído à Educação todos os meios, o que era mentira. Eles aplicavam 2% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação brasileira, 2% de um patamar econômico baixo. Nós aplicamos 4% do PIB que chegou à oitava economia do mundo. Bem, cuidei primeiro dos estudantes secundaristas, onde estava o "gargalo". O filho do trabalhador pobre já não chegava ao ginásio. Fui filho de pai que tinha perdido – pior ainda, tinha ganhado dinheiro, mas perdeu no Acre. Entrei para o ginásio, mas via colegas meus ali, já eram raros os que vinham dos segmentos mais modestos da população paraense. O motivo era que 74% da oferta, manobrada por aquela gente que foi deposta com o Governo do Jango, eram da escola particular secundária, sobrando para o filho do pobre disputar 26% das vagas restantes.

Para ingressar no Pedro II, por exemplo, ainda havia uma disputa social. Modificamos isso, invertendo o processo. Foram mais de 70% de oferta pública, ensino gratuito, contra o quinhão particular.

Em 1963, sabe quantos estudantes universitários havia no Brasil? Estou dando dados do Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), não estou chutando nada, não estou me servindo nem do órgão oficial do governo ao qual pertenci. Anuário Estatístico da Unesco de 1965. Tínhamos para cada cem mil habitantes no Brasil, 132 estudantes universitários. A Argentina tinha 708, o Chile e o Uruguai mais de 600. Sabe de quem nós ganhávamos? Guatemala, Honduras e Haiti. Quando deixei o Ministério da Educação, eram 830 universitários para cada grupo de cem mil habitantes. Já tínhamos um milhão de estudantes e hoje são mais de 2 milhões, mas aproveitando o impulso que veio de lá. Modificamos, portanto, todo esse quadro. Aplicamos na Educação 4% do PIB e fomos buscar recursos lá fora, empréstimos para serem utilizados no programa do ensino médio.

As telecomunicações: quando me encontrava no Pará, antes de 1964, as casas comerciais tinham o "*boy* do telefone". Era um garoto pago para ficar esperando o sinal e pegar o telefone, tirar do gancho. Quando, quarenta minutos depois, soava o sinal, ele gritava, porque se o telefone estivesse ocupado era um drama. Você viu, chegamos ao satélite. Eu não ouvia, naquele período, alguém dizer assim "A linha caiu". Hoje, de vez em quando, estou no telefone e ouço isso: "caiu a linha". Mas, sem dúvida, a área econômica, as telecomunicações foram espetacularmente desenvolvidas naquele nosso período.

Onde está o erro? Termos demorado muito. Estou convicto de que deveríamos ter entregue o Poder a um civil, portanto, aos políticos civis, ao término do Governo do Presidente Médici. No final do Governo Médici, em 1973, tínhamos uma "imensa" dívida externa de 12 bilhões de dólares. Doze bilhões de dólares! E tínhamos 6 bilhões de dólares em reservas, no conceito de caixa, quer dizer, disponível de imediato. Então, dos 12 bilhões de dívida total subtraímos 6, resultado é uma dívida relativa de 6 bilhões. Exportávamos, no ano, 6 bilhões e 200 milhões de dólares, logo, em menos de um ano, poderíamos pagar a dívida externa brasileira. Onde é que está agora? Só a nossa dívida pública, que em 1994 era de 60 bilhões de reais, está hoje em 620 bilhões de reais. É fácil você citar o fato agora e concluir que nada foi feito: "não fizeram nada!" e publicar isso sem a responsabilidade de serem apresentadas as fontes, como estou citando, no momento. Cadê a fonte?

Bom, tínhamos o melhor resultado na economia brasileira nessa ocasião, ainda que, no todo, tivéssemos dificuldades com a repartição de renda, é verdade.

Lembro-me de uma frase do Médici, quando foi ao Nordeste num dos severos momentos de seca. Ele dizia assim: "A economia vai bem, mas o povo vai mal." Isso é dele, frase do Presidente da República, que reconheceu. Acho que duramos o que não deveríamos durar e quase teríamos durado mais se Figueiredo não tivesse força para fazer a entrega do Poder, e o erro, portanto, teria sido de natureza política. Veja o ensinamento que a China comunista está nos dando. Ela fez a abertura econômica toda e segurou politicamente o Partido Comunista como único partido. Na União Soviética, o Gorbachov quis fazer o contrário e "quebrou a cara". Não se pode então começar só pela política, mas coordenar o avanço econômico com a liberação, ou a chamada distensão de natureza política com a parte econômica, o que não fizemos.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução de 1964, muitos dos quais o senhor já citou. Poderia lembrar mais alguns?

Para mim – e a gente cita assim de memória, rapidamente – se tivéssemos a oportunidade de fazer comparações entre o ontem e o hoje, acho que ganharíamos de 10 a zero. Politicamente, iríamos perder, porque quando o Presidente Geisel, por exemplo, deu a contramarcha nessa história... Médici exigiu que o Congresso fosse aberto para sua posse, diminuiu seu mandato em meses. Diminuiu o mandato e restabeleceu eleições diretas para governadores de Estado. E com o Presidente Geisel, deveria haver uma distensão... um General-de-Exército da ativa – como era o Médici – passando para um General da reserva que deveria transferir o cargo para um civil, mas acabou voltando para um General da ativa – Figueiredo – que foi promovido para tornar-se Presidente. E o que foi feito então? Aquele pacote de abril, quando tive de enfrentar o Brossard no Senado. Terrível, quer dizer, os governadores voltaram a ser eleitos indiretamente, o Congresso acolheu o biônico no Senado.

Tudo isso com o Presidente Geisel que, inclusive, recebeu o País com a guerrilha praticamente acabada – a guerrilha urbana. Só ficou a guerrilha do Araguaia, sessenta pessoas, as quais podiam ser vencidas com um simples cerco. Foi um erro. Fizeram disso a razão pela qual o Médici não deveria entregar o Poder a um civil, porque ainda restava o problema da guerrilha. A guerrilha foi do Marighela. A guerrilha foi do traidor, do Lamarca; não se pode dizer a mesma coisa do Prestes. O Prestes se demitiu do Exército para fazer o que quisesse. Lamarca, além de ficar como capitão, levou sargento, envolveu subordinados, levou armamento, munição, roubou tudo aquilo para vir atirar contra nós. É completamente diferente.

Deixou companheiros em má situação no quartel.

É. Liquidou o coronel que seria promovido a general.

O senhor viveu de perto a edição do AI-5. Foi necessário? Qual a sua opinião?

Pago até hoje por ter assinado o AI-5. Quando me perguntam: "O senhor assinaria?" Respondo: "Nas mesmas circunstâncias, assinaria." Sabe, era ainda um coronel, por isso mesmo, quando o Médici indicou o meu nome para ser candidato, conta-se que, no Alto Comando, o General Orlando Geisel disse: "Gosto muito do Passarinho, mas não faço continências para coronel." Então, a minha possível candidatura morreu ali. Um coronel, Ministro do Trabalho, resolvendo bem, graças a Deus, as questões na área do trabalho, sem maiores violências, exceto a greve de Osasco. Essa greve foi proposital, está citada no livro "A Esquerda Armada no Brasil". Existia um presidente de sindicato, um garoto de 21 anos, chamado José Ibrahim, que ainda hoje faz política sindical. O sentido era político, não havia o menor propósito de reivindicação salarial, que já fora resolvida em Minas.

Então, naquele momento em plena reunião, assisto o quê? O Ministro do Exército, General Lira Tavares, depois que Pedro Aleixo sugerira, apenas, o estado de sítio, toma a palavra e diz: "Não é possível, o Exército não tem condições de manter a ordem no país diante das guerrilhas que estão aí, das violências que são praticadas." E exemplificava: "Marighela, um comunista notório, tradicional a vida inteira, foi preso num determinado momento, antes do AI-5. Em seguida – os bacharéis em Direito sabem melhor do que eu – entrou o *habeas corpus*. Foi preso, mas três dias depois estava fora. Não havia como manter as liberdades fundamentais para lutar contra um grupo que queria acabar com essa liberdade, se chegasse ao Poder." Por isso o AI-5 foi uma medida correta: primeiro, porque foi uma resposta, ao contrário do que propalam – lê-se neste mesmo livro "A Esquerda Armada..." – eles adotam uma cronologia onde mostram que isso começou em 1965, ainda no Governo Castello, com o Coronel Cardim, nome parnasiano, Jéfferson Cardim de Alencar Osório. Repetem sempre que a guerrilha foi uma resposta ao AI-5. Não, a resposta é que foi o AI-5. Ao lado do Ministro do Exército fala o Ministro da Marinha – diz a mesma coisa; o Ministro da Justiça foi o primeiro e sugeriu um ato muito mais violento, inclusive. Quando chegou a minha vez de falar, fui o primeiro, exceto o Vice-Presidente, a usar a expressão "para não chegarmos à ditadura". Inicialmente, fiz o elogio da posição do Vice-Presidente, Pedro Aleixo, tentando fazê-lo caminhar conosco, porque ele não estava numa luta contra nós, mostrava apenas que podia haver um estágio intermediário. E, a minha frase está lá, reproduzida, agora, pelos jornais: "A mim me repugna, senhor Presidente, como a Vossa Excelência, enveredar pelo caminho da ditadura, mas se eu não tenho alternativas, às favas os meus escrúpulos de consciência." Pago por isso, repito, até hoje. Porque tinha escrúpulos!

Entrei no Movimento de 1964 para defender a democracia, e, em seguida, estou dentro de um regime fechado por lealdade aos meus e por necessidade disso. Estão aí as FARC na Colômbia, hoje dominando 40% do território e fazendo o Presidente da República da Colômbia ir, de olhos vendados, ao encontro do guerrilheiro comunista que se encontra na área liberada do país. E ninguém diz guerrilheiro comunista, diz esquerdista. É uma forma inteligente da esquerda desvirtuar as palavras. O assalto a banco, por exemplo, era expropriação; matar um camarada – mataram o Capitão Chandler, do Exército americano e aquele outro, o industrial Boilesen – é justiçamento. E embarcamos nisso, escrevemos a mesma coisa. Acho que o AI-5 foi absolutamente necessário para que pudéssemos entregar o Poder, depois, com as liberdades restabelecidas.

Vamos voltar então um pouco ao dia 31 de março e 1º de abril de 1964. O senhor poderia narrar, à época, na área em que servia – Comando Militar da Amazônia – o que ocorreu nas antevésperas?

Bom, nas antevésperas tínhamos uma preocupação justamente com a área militar para que não acontecesse o que tinha ocorrido em 1935. Como já tinha deixado de ser Chefe do Estado-Maior e assumido o cargo de Oficial de Operações, fiz todos os planos possíveis e imagináveis – é o que se espera de um E-3. Primeiro a Marinha. Tínhamos confiança num capitão de Fuzileiros que, por sua vez, não tinha confiança na sua tropa. Ele dizia: “Só confio em mim e no meu subcomandante.” Do sargento ele tinha medo – eu não sabia – por causa da influência do Almirante Aragão, dos Fuzileiros Navais. Bom, o comando da Aeronáutica tinha um colega meu de turma, da Escola Preparatória de Cadetes, inteiramente janguista, mas que nunca foi comunista, e comandava os sargentos especialistas – de radar, etc. – que nem tinham prática de tiro, de armamento, mas eram muitos. O brigadeiro tinha receio de abrir uma luta interna. Então, eu tinha que fazer planos, sozinho, quer dizer, o Exército sozinho contra a Marinha, contra a...

O que eu fazia? Eu pegava os “calcos” – engraçado, o nosso dicionário Aurélio não inclui “calco”, que nós usamos no Exército para cobrir a carta, para não sujar a carta, então, papel transparente – e os guardava na minha casa, porque sem ele todas as minhas instruções não seriam decifradas, e deixava no cofre da 3ª Seção o Plano de Operações. Este, sem o “calco” não valia nada. Receio tínhamos dos colegas oficiais, não era dos sargentos, que tinham cometido assassinatos em 1935, aqueles episódios de assassinatos de colegas nos alojamentos. Por isso dormia de prontidão na minha própria sala da 3ª Seção, numa cama; na

outra, um boneco como simulacro. Era esse o clima que estávamos vivendo, naquela ocasião, em março, quando tudo começou.

Mas só tínhamos no Comando Militar da Amazônia um pensamento: sustentar o João Goulart até o final do Governo. Nós nos preparamos para resistir a um golpe que poderia vir do Jango, porque sabíamos de sua ligação com o Prestes. O Prestes, teoricamente, estava sendo procurado pela polícia porque pertencia a um partido ilegal, no entanto transitava na Presidência da República, foi recebido pelo Arraes no Palácio de Governo. O Arraes saudando-o e ele, agradecendo, dizia o seguinte. Está em documento, tenho prova disso. "Nós comunistas estamos no Governo, mas ainda não detemos o Poder." Luís Carlos Prestes falando isso! Admitíamos que Jango tivesse a mesma intenção do general argentino Perón, fazer uma república justicialista, e se falava realmente numa tentativa de entrar com uma proposta de emenda constitucional, dando-lhe o direito de reeleição.

Não sabíamos o que o Brizola queria, a não ser o seu nacionalismo exaltado, as coisas contra os americanos o que seja, o imperialismo estrangeiro. Muito bem. Tínhamos dúvida sobre o Arraes. Quem era ele? Tracei planos de ação, com nossa descida do Pará sobre Goiás, no primeiro momento... Tudo isso foi planejamento que se pede de um Estado-Maior; e a 2ª Seção me dava os dados a respeito da possibilidade de problemas internos no Palácio, sobretudo no sindicato, chamado de "sindicato do terror", o dos bancários e, principalmente, no dos petroleiros.

Isso lá em Belém?

Lá em Belém. O 26º Batalhão de Caçadores não tinha senão uma viatura. Conseguimos, na área civil, o apoio para que o Batalhão fosse motorizado no primeiro momento em que pedíssemos e fizemos reservas de combustíveis em área próxima ao cais do porto. Preparando-nos para uma luta, porque o General Assis Brasil dizia que tinha um tripé, que na hora que alguém quisesse derrubar o João Goulart seria arrasado. Isso ele dizia, e caiu, depois, sem um tiro.

Bom, o que aconteceu? Dia 31 começamos a ouvir, tarde da noite, notícias sobre a movimentação conduzida pelo Mourão que, como se sabe, saiu intempestivamente. O próprio Castello ainda tentou fazer com que ele voltasse – já não dava – quando, então, o Magalhães Pinto decidiu o início do processo revolucionário. Não tínhamos informação segura, era tudo precário demais. Comunicação quase nenhuma, ouvir o rádio, uma dificuldade enorme. Escutava-se a rádio Mayrink Veiga, noticiando que o Castello estava preso e outras coisas mais, um monte de inverdades. Mas eu tinha uma ligação com São Paulo, através de radioamador. Eu era radioamador. Tínhamos um grupo clandestino com o Coronel Sebastião.

Dia 31, à noite, passamos em prontidão rigorosa. Os oficiais – todos os oficiais menos dois – eram partidários de um movimento, que nós chamávamos de "vamos almoçá-los, antes que nos jantem". Essa era a expressão. Os adversários estavam prontos para dar um golpe e nós queríamos nos antecipar. Esse era o ambiente que dominava; somente dois oficiais do Estado-Maior faziam restrições, não chegando a serem contra. Quando chegou o dia 1º, o meu comandante havia chegado, há pouco tempo, em Belém – o General Ramagem (Orlando Gomes Ramagem), ex-comandante de batalhão na Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Batalhão Ramagem, que lutou bravamente na Força Expedicionária Brasileira – tinha comemorado aniversário dias antes e, ao saudá-lo, o Chefe do Estado-Maior falou em nosso nome (ele levou um chefe de Estado-Maior, então passei a E-3). O General respondeu que a estrela dele já tinha brilhado e não ia deixar de fazê-lo novamente. E que, assim como havia lutado contra um regime totalitário na Europa, ele lutaria contra o regime totalitário comunista. Aquilo, para nós, foi um alento muito grande.

Os sargentos eram inteiramente leais a nós, como os da Companhia do Quartel-General. Todos estavam lá, duas Companhias, uma do Oiapoque e a Companhia de Guardas. Do Exército, tínhamos a garantia. A nossa preocupação era contar com o apoio das outras Armas.

Na manhã do dia 1º, o General Ramagem convida os outros chefes militares para uma reunião e nós ainda sem informações. Ele me pediu que, como oficial E-3, fizesse o "estudo de situação", como falamos na nossa linguagem de operações. Fiz o "estudo de situação" concluindo pela necessidade de ocupar Belém imediatamente. O Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Armando Serra de Menezes, disse: "Negativo, é uma atitude imponderada e precipitada." O almirante não estava na casa, estava no Rio de Janeiro. O capitão dos portos tinha assumido, Boris Markson, e ficou com o meu ponto de vista; o Comandante da Polícia Militar, que tinha sido meu colega de ginásio, ficou também do meu lado.

"Vamos sair." "Eu não vou sair, confio no general e não vou sair para uma loucura de tentar levantar o Exército agora e ter que prender meu general." Porque era a missão que eu deveria ter.

Pedi ao General Ramagem que fosse ao posto rádio para conversar com o General Kruel, que ele conhecia desde a FEB. Imediatamente, foi. Quando chegamos lá, no momento que entramos em ligação com a rede, o General Kruel já estava com o Médici na AMAN, em Resende. E o Vinícius Kruel, que era primo dele, foi quem o recebeu. Aí fez um apelo ao General Ramagem para que, imediatamente, o Comando Militar da Amazônia se associasse ao Movimento e deu as informa-

ções. Mas, essas informações são como agora nessa guerra dos Talibãs – a primeira vítima é a verdade: "Caiu o Fulano."

Lembro-me de que o General Ramagem ainda fez uma pergunta:

– Mas como estão o I Exército e o II, e como está o IV Exército?

Este era o único onde ainda havia uma certa dúvida. No que saímos de lá, o General virou-se para mim e disse:

– Faça o manifesto de adesão.

Preparei-o e o entreguei. O General leu o manifesto e não teve dúvida: mandou distribuir e o Exército ocupar as posições previstas. A Marinha e a Aeronáutica acompanharam. Mas houve uma coisa curiosa. Uma das coisas que mais nos magoavam, naquela ocasião, era a maneira pela qual o Jango promovia generais. Só era promovido o coronel que fosse totalmente comprometido com o ponto de vista da esquerda. Então inventaram o "General do Povo", generais por quem não tínhamos grande respeito, particularmente por sua capacidade intelectual. Um deles – vamos poupar o nome – assumiu o comando, em Manaus. Quando o General Ramagem mandou, através do nosso serviço de rádio, informar sua decisão, veio a resposta do general, discordando e repelindo a decisão. O General Ramagem ordenou-me, como E-3: "Prepare imediatamente a ordem de operações contra Manaus." Fui para minha sala preparar uma operação a fim de levar a nossa força militar para atacar Manaus. Três horas depois o General, em Manaus, mudou de idéia e mandou dizer que, "refletindo melhor, concordava com o fato". Isso aconteceu no 1º de abril, o que nos levou a assinar o manifesto de apoio somente no final da jornada. Aí tudo já estava resolvido.

Tenho uma pergunta ainda sobre o cerceamento de liberdade durante o período revolucionário, de liberdade de imprensa, de expressão, de liberdades artísticas e sobre prática de tortura contra presos. O senhor tem alguma coisa a declarar sobre isso?

Tenho sim, declarar como um dever de consciência. Vamos começar pela tortura. Daí vem a tal história de que falamos ainda há pouco, na cizânia, a divisão das pessoas. Quando o Presidente Castello tomou conhecimento de denúncias, de que estaria havendo tortura no Nordeste, mandou o General Geisel, imediatamente, ir até o local. De lá, foi a Fernando de Noronha. Hoje, tenho o testemunho de uma pessoa que foi presa na ocasião, um líder sindical petroleiro que mais tarde elegeu-se Deputado Federal, o Mário Lima, da Bahia. Era engenheiro da Petrobras, quando eu ocupava o cargo de superintendente da Empresa e me contou como o General Geisel foi de absoluta correção. Encontrava-se preso lá o Arraes. Penso que posso dizer isso, Mário Lima não vai me desmentir aqui: o

Arraes chorava. Deu testemunho em relação a um Costa e Silva, coronel, que era o comandante de Fernando de Noronha, e que os tratou com absoluta correção e dignidade. Mário por ter dado esse depoimento, foi criticado pelos comunistas, porque não deveria tê-lo feito. O ator Mário Lago, certa vez escreveu assim: "o comunista nunca diz que foi bem tratado, diz que foi torturado", para criar de pronto um problema.

A preocupação do Presidente Castello era de que a tortura não vingasse, de maneira alguma, no Governo dele. O Presidente Castello foi ditador? Despediu-se de mim no Palácio; chovia, mês de outubro; pôs a mão no meu ombro e disse assim: "Dar-lhe-ei um conselho asiático: preocupe-se, mas não muito; você vai encontrar aí fora, pichado nos muros: 'Castello, macaco ditador', e eu mantenho liberdade total de imprensa, eleições diretas e dei posse aos governadores eleitos contra nós. Não mereço a ofensa." Esse era o ditador. Ditadura, que depois enfrentei no Senado, dizendo ao Marcos Freire, de Pernambuco:

– É interessante, Senador, que havendo uma ditadura no Brasil, Vossa Excelência seja eleito numa eleição direta contra o nosso candidato e venha aqui dizer que somos ditadores. Concordo que há um regime autoritário, porque tendo um AI-5, existe um regime autoritário, mas não um regime totalitário. E confunde uma ditadura como essa com uma ditadura comunista de Stálin, que não vejo Vossa Excelência acusar.

Vale para um lado, mas não vale para o outro. Então é esse o problema de ditadura. O Castello foi até o fim do Governo sem nenhuma restrição à liberdade. Costa e Silva continuou com essa mesma condição, até o AI-5.

O período que podemos chamar de autoritário, verdadeiramente, é o que cobre 13 de dezembro de 1968 até a Emenda Constitucional nº 11, de dezembro de 1978. Foram dez anos. O Presidente Costa e Silva me chamou num determinado momento, agosto de 1968. Fui à audiência no Palácio da Alvorada, porque o Palácio do Planalto estava em obras. Quando cheguei, ele disse: "Passarinho, você vai voltar para o Senado." Fez o elogio que achou cabível ao meu desempenho no Ministério do Trabalho. Até brincou, dizendo: "Quem mais vai agradecer deverá ser o Delfim, porque desenvolveu a economia, com a sua garantia nessa área. Você volta para o Senado e vai substituir o Krieger na dupla função de líder do Governo e de presidente nacional da Arena, porque o Krieger dissentiu do AI-5." Esse grupo mais exaltado quis cassar o Krieger; o Costa e Silva nunca aceitou. E me disse estas palavras que não posso esquecer:

– No dia 1º de setembro, vou outorgar uma constituição que o Dr. Pedro Aleixo está preparando junto com Miguel Reale, Themístocles Cavalcante e outros

juristas. No dia 7 de setembro, reconvoco o Congresso. Basta de cassações! – fez uma pausa e acrescentou – Eu marcho sobre baionetas, mas tenho força para fazer.

Era começo do mês de agosto.

Dia 25 ou 26 de agosto, estou no meu gabinete, entra o Senador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, e me pergunta:

– Você viu o Presidente, hoje, na Base Aérea?

– Não, nunca vou. Acho que não é o caso, não vou.

– Olha, eu acho que houve alguma coisa séria com ele. Ele não falou conosco. Os senadores estavam lá, ele bateu a mão esquerda para nós. Estava com cachecol, está quente, não está frio, houve alguma coisa.

Aí fui para o Rio. No outro dia fui recebido por D. Iolanda, que passou a mentir em nome do segredo de Estado. "O Costa está apenas com uma pneumonia muito forte e não pode receber visitas." Já era o acidente vascular cerebral. Há uma cena que não vi, dramática, citada pelo Carlos Chagas, assessor de imprensa, em seu livro. O acidente cerebral tinha sido no hemisfério esquerdo, então, perdeu a fala e os movimentos dos membros do lado direito, e o Presidente tentava assinar a Constituição e não conseguia, rasgava o papel.

O AI-5 iria acabar em menos de um ano. Durou 10. Veja bem. Para eles nunca chegaria a hora. Ia ser difícil chegar a hora da liberdade democrática e nós já estávamos no Poder há quanto tempo? Com isso, morre o Presidente, e acaba a possibilidade de uma reconciliação. Não sei se haveria essa reconciliação. Hoje estou convencido de que ele assinaria aquilo, mas continuaria a guerrilha contra nós. De qualquer maneira teria dado um exemplo.

Ditadura e tortura. A partir de Geisel acabou a censura para a grande imprensa e com Figueiredo acabou a censura da imprensa nanica. Vi um caso uma vez, com o Presidente Figueiredo, num desses jornalecos muito ordinários, que desapareceram mais tarde, uma *charge* com a mulher do Presidente da República. O Presidente engoliu aquilo para não ter que mandar apreender toda a edição e fazer violências. E nós é que somos ditadores.

A tortura veio aparecer mais tarde. Veja que o Frota era um general de posição definida, um homem da direita; o pensamento dele era nitidamente de direita. Dizia-se sobre o Frota, jocosamente, que, se o camarada chegasse com uma camisa ou com a gravata vermelha, ele já o colocava no Partido Comunista, direto, tal sua rigidez; mas não aceitava tortura, também. Não somente isso. Inclusive dava incertas nas prisões do I Exército. O que "eles" fizeram? Uma casa em Petrópolis. Nessa casa, em Petrópolis, havia violências físicas. E um tal de Jarbas Passarinho foi citado numa das sessões de tortura feitas com uma presa

chamada Inês Etiene Romeu, que agora deu testemunho, inclusive por escrito. Ela ouvia um camarada dizer: "Olha, primeiro vocês todos que pegaram em arma serão mortos; segundo, todos os quadros do Partido Comunista, porque são comunistas e devem ser mortos; terceiro, esses liberais que estão infiltrados entre nós, como esse Ministro da Educação, o Jarbas Passarinho, que é uma melancia, verde por fora mas é vermelho por dentro." Eu seria o próximo. E ainda me perguntam sobre coesão.

Senador, acredito que está em tempo de encerrarmos a nossa entrevista.

Gostaria de dizer, ainda, uma palavra, como conclusão, para declarar que louvo muito esta iniciativa do Exército de criar um banco de dados. E, desde já, após ter assinado um documento, conforme me foi pedido, pois não estou visando a direitos autorais, de jeito nenhum, indo mais longe, autorizo firme e publicamente, se houver interesse, fazer a edição da minha entrevista, retirando parte de ordem pessoal minha, com inteira liberdade.

Agora, ao Exército, devi muito. Tudo o que aprendi na minha vida veio do meu berço e do Exército Brasileiro. Acho que posso ter a honra de dizer que honrei a farda do Exército pelos elogios todos que recebi dos grandes comandantes que tive, de Castello e outros mais. Mas estou certo de que a honrei muito mais quando despi a farda e me meti no terreno traiçoeiro da política. Eu não a enxovalhei!

General-de-Divisão Orlando Morgado

- Natural da Cidade de Santos, SP.
- Antes da Revolução de 1964, o General Morgado serviu no 2º Batalhão de Engenharia de Combate, em Pindamonhangaba, SP, e foi Oficial da Seção Técnica do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB. Após a Revolução de 1964, foi Chefe da 2ª Seção da 4ª RM/ 4ª DI, em Juiz de Fora, MG; Subcomandante do 1º Batalhão Ferroviário, Bento Gonçalves, RS; Adjunto do Gabinete Militar durante o Governo do Presidente Médici; Chefe de Seção da 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército; Comandante do 2º Batalhão Ferroviário, em Araguari, MG; Comandante do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, em Manaus, AM; Comandante da 12º Região Militar, também em Manaus; Diretor de Material de Engenharia; Diretor de Obras de Cooperação; Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo, SP; e Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- No exterior: Adido Militar junto à Embaixada brasileira em Portugal.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Instituto Militar de Engenharia (IME). Como cursos civis tem o mestrado em Engenharia Rodoviária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Na eclosão da Revolução, estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), como aluno do 2º ano dessa Escola.

Entrevista concedida em 28 de novembro de 2000.

Bem, quando comecei a tomar conhecimento dos problemas ideológicos e de subversão no País, no início da década de 1960, estava no 1º Grupamento de Engenharia em João Pessoa. As "Ligas Camponesas" programaram uma grande passeata, a que tive a oportunidade de assistir em um local chamado Sapé, perto de João Pessoa, liderada por Francisco Julião. Levaram muita gente, inclusive os pobres diabos que eram aleijados pelos acidentes na retirada do agave. Esta planta, espinhenta, era colhida com foice "rabo de galo", que, desgraçadamente, por uma distração, amputava os braços dos trabalhadores. Assistimos à passeata até porque havia uma determinação do próprio Exército para que se fizesse o acompanhamento. Fomos lá e voltamos, na realidade, estarrecidos porque não acreditávamos que aquele pessoal tivesse condições de fazer uma revolução, como se dizia na época. Passado aquele primeiro choque, fomos acompanhando sempre, *pari passu,* os acontecimentos do País. Algumas coisas aborreciam os militares.

Aprovado no concurso, fiz o 1º ano na ECEME, em 1963, onde acompanhávamos mais diretamente os acontecimentos, porque o Rio de Janeiro era um rebuliço e as notícias sempre mais fresquinhas, com televisão e todas essas coisas. Não havia sensação de que alguma coisa pudesse desencadear algum tipo de luta. Sentia-se, sim, que havia exploração política. O próprio Governo procurava tirar vantagens dela e, com isso, correu o ano de 1963.

No começo de 1964, alguns fatos surgiram e nós – estávamos iniciando o 2º ano da ECEME – começamos a perceber algumas necessidades. Primeiro, a Escola passou a abordar legislação e casos históricos de luta armada. Pelo próprio currículo, numa determinada fase do 2º ano da ECEME, destacava-se a ênfase nos esclarecimentos que a Escola proporcionava aos alunos sobre casos históricos da Tcheco-Eslováquia, Rússia, Cuba e outros, todos mostrando as diferentes facetas da conquista do Poder, até mesmo pelo próprio Congresso, através de alterações na legislação. A seguir, passamos a assistir a episódios chocantes como o comício na Central do Brasil, onde o Batalhão de Polícia do Exército foi envolvido, e identificávamos, no palanque, militares, até de alta patente, imagens que repudiávamos. Entendíamos que os militares tinham que estar fora da política, mas nós os víamos lá, inclusive até um Ministro. Um Ministro, reconhecemos, era um cargo político, mas havia outros generais, e aquele espetáculo, no dia seguinte, na ECEME, foi bastante criticado. Entretanto, achávamos que se tratava de um problema restrito ao Governo, política do Governo.

A essa altura, ocorreu também o motim dos marinheiros quando, segundo consta e comentava-se na própria Escola, os oficiais da Marinha tinham sido esbofeteados pelos marinheiros, o que seria um caso muito sério. Mesmo assim a

Escola mantinha-se tranqüila, a perplexidade e discussão decorriam de ter sido um incidente com os companheiros de outra Força Armada, mas... não se sentia nenhum ímpeto, nenhum desejo de intervir na situação. Procurávamos fixar a atenção nos problemas da Escola, que já eram muitos.

No currículo escolar, o estudo de legislação era muito prático, discutiam-se as sutilezas de Poderes Constitucionais e Poderes Constituídos, a terminologia Constitucional – aquilo que está previsto na Constituição – e Constituído – aquilo que está em funcionamento. Uma coisa pode ser substituída, não pode? Para os militares que sempre foram considerados legalistas, a afronta à Constituição poderia parecer um problema muito sério. E esta afronta poderia vir do lado menos esperado, poderia vir do lado dos próprios militares.

A Escola, sentia-se, procurava dar uma noção muito precisa para que as dúvidas surgidas, nos debates entre os próprios alunos, ficassem adequadamente esclarecidas e, acredito, a própria Escola nos observava, porque sabia que, a qualquer momento, poderia precisar de nós. Como constava já existirem alguns companheiros em ligação com Unidades onde haviam servido, buscavam trocar impressões, ou seja, acompanhar os acontecimentos.

Quando chegou o dia 30 de março, deu-se a reunião dos sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Brasil. O evento, transmitido pela televisão, na realidade foi uma aula de subversão de valores, da hierarquia, da disciplina, de tudo. Como transcorreu à noite, assistimos, e fixei-me numa figura, um dos principais oradores, o Subtenente Gelci Rodrigues Correia – aliás mais tarde iria encontrá-lo novamente. Lembro-me bem do Subtenente Gelci, pára-quedista, homem muito forte, que vociferava as coisas, impressionante mesmo. No dia seguinte, de manhã, ao chegar à Escola, não tive dúvida de que alguma coisa aconteceria.

Era 31 de março. Iria ocorrer algo, porque os oficiais estavam agitados. Agitados agora, porque, antes, não se preocupavam. Até então, se o problema era da Aeronáutica cabia à Aeronáutica adotar os procedimentos cabíveis; se o problema estava na agressão dos marinheiros a seus oficiais, a Marinha que resolvesse. Mas agora parecia afetar diretamente a casa, a casa do Exército, por isso antevíamos: "bom, algo vai ocorrer". Só que, naquele momento, já estava ocorrendo. Em Juiz de Fora, o General Mourão, que não agüentava mais – como depois fui servir em Juiz de Fora, soube de casos interessantes sobre isso – resolveu dar a saída, apoiado, não só pelas suas Forças, como pela Polícia Militar (PM) de Minas Gerais, que era uma senhora Polícia, uma Polícia de muita competência, o que pude comprovar depois, quando enfrentamos a guerrilha do Caparaó. Pude testemunhar a excelência da Polícia Militar de Minas Gerais, naquela época.

Naquele dia 31, as aulas foram iniciadas na Escola mas, em seguida, meia hora, 40 minutos, entraram alguns instrutores nas salas e informaram que o General Mourão havia partido de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. A Escola estaria apoiando o Movimento e, se alguém discordasse, poderia retirar-se. Observávamos o nervosismo dos instrutores e os alunos ainda meio surpresos, até certo ponto. Integravam a turma alguns elementos ligados ao Ministro Jair e outros ligados a familiares do Presidente João Goulart. Sempre se esperava algo, a turma não era homogênea. Percebia-se isso facilmente. Ocorreu, então, que alguns companheiros levantaram-se e manifestaram seu ímpeto de agir sob a expectativa de todos. Outros: "Bem, queremos saber se podemos ir à casa para deixar dinheiro para as nossas mulheres!". Relaxamos. Nada mais do que providências administrativas do dia a dia, para o atendimento à família... Alguns elementos saíram naquele momento, outros foram ao Edifício da Praia Vermelha, armaram-se e voltaram para Escola. Todos esperando o que iria resultar daquela situação.

Continuávamos a conversar, ouvir notícias e, lá pelas tantas, chegou a informação de que um grupo de combate da Marinha estava se dirigindo para a Praia Vermelha. Estacionou uma viatura, desceram... não chegaria talvez a um grupo de combate, um cabo e oito soldados, que tinham a missão de tomar conta de uma antena transmissora no topo, não estou certo, se do morro da Urca ou do Pão de Açúcar. Estavam se dirigindo para o bondinho e, na dúvida, um instrutor e mais um ou dois oficiais resolveram interceptar e prender os fuzileiros navais. Já sabíamos que os navais estavam muito infiltrados, em termos de esquerda, por causa de um Almirante bastante comentado na época. Se não me engano, o Almirante Aragão. Isto posto, os fuzileiros, na Praia Vermelha, passaram a ser uma interrogação. Constituíam uma força profissional. Presos, foram desarmados e mantidos sob guarda durante bom tempo. Sei que depois os soltaram, porque era problema conservá-los detidos, mas, de qualquer forma foram impedidos de tomar conta da tal torre de televisão.

Continuávamos aguardando.

O desembocar da tropa do General Mourão, acredito, foi uma surpresa geral e pegou muita gente desprevenida. Talvez, se a coisa tivesse se desenvolvido mais lentamente, houvesse tempo para outras providências.

Um fato interessante aconteceu. Fomos alertados que blindados estavam se dirigindo para a Escola. Os oficiais estavam armados de pistola 45 ou revólver 45. Era a opção que se tinha na época. O blindado, por sua potência de fogo, realmente assustava e houve um corre-corre, as pessoas procurando os andares mais altos para que permitissem melhor observação; pouco depois surgiram os carros de combate.

A impotência... sem saber o que fazer, levou-nos, de pronto, a esperar para ver do que se tratava. Então verificamos que o blindado era comandado por um dos irmãos Etchegoyen, cujo intuito era proteger e não atacar a Escola. Houve um alívio geral, e com isso os carros permaneceram. O fato trouxe um ensinamento – era impositivo barrar a entrada da praça, e isso foi feito com o deslocamento de bondes – lá existiam bondes que serviam de brinquedos para as crianças – empurrou-se um deles, de modo a trancar o acesso. Um elemento foi postado na entrada, perto do Instituto dos Cegos, com um comunicador (pequeno rádio) para que informasse qualquer ocorrência, a fim de que as providências pudessem ser tomadas, antecipadamente.

O primeiro dia foi mais ou menos assim, e, com o cair da noite, fomos liberados para regressarmos às nossas casas. No dia seguinte, logo que chegamos, organizaram grupos para cumprir determinadas missões. Uma delas era ir à telefônica, onde existia uma sala muito grande com centrais, para escuta. A Escola, conforme seu plano de operações, precisava de informações e possuía uma mão-de-obra altamente qualificada: os oficiais instrutores e alunos. Foi importante porque obtivemos muito boas informações oriundas até de coincidências, porque era só colocar a "pega no jack" da central e ouvir. Se não interessasse, mudava para outro. Dizem até que as informações, na época, a respeito da ligação do Presidente Juscelino com os comunistas decorreu de uma conversa ouvida através dessa escuta na central. A gente ouvia coisas interessantes, embora as pessoas tomassem certos cuidados ao falar pelo telefone. Tive a oportunidade de ouvir dois cidadãos conversando:

– Como é que está a coisa?

– Está tudo bem;

– Mas Fulano, você está tão retraído;

– Meu filho, nessa época, quem fala menos é melhor;

– Mas por quê? Tem algum "pau furado" do seu lado? – O pau furado a que ele se referia era um fuzil.

– Não... a gente não deve, porque essas coisas você sabe como é que são.

Havia realmente bastante cuidado porque as forças estavam se definindo. O 1º RI tinha marchado em direção ao corte do Paraibuna para enfrentar as tropas do General Mourão.

Na Cidade do Rio de Janeiro, havia uma certa calma.

Em seguida, deram-nos outra missão: a *Western Union*, na época, remetia telegramas para o mundo todo.

A tarefa era impedir que fossem enviadas notícias alarmistas que não correspondessem à verdade. E, também, examinar o que viesse de lá, buscando alguma informação importante. Existia, entre nós, um revezamento, visto que era

um trabalho contínuo, dia e noite. O mais interessante é que, de vez em quando, chegava um camarada com um telegrama em alemão, e mesmo em vários idiomas de que não tínhamos noção. Então, tomávamos a iniciativa: "O senhor, por obséquio, pode passar a sua notícia, só que deve cumprir o seguinte: precisamos saber o que é, em português, ou em inglês." O grosso das mensagens era transmitido em inglês, tanto as que iam, como as que vinham. E com isso, estabeleceu-se o controle, sem alarme. Dessa forma passamos dias ali naquela escala.

Outra resolução da Escola foi criar um grupo destinado ao Ministério da Educação. Funcionavam várias escalas... na própria Escola, na Telefônica, na *Western* e foi criado mais esse grupo para o Ministério da Educação.

Pretendia-se coletar informações e saber qual era a profundidade da infiltração, porque constava que o Ministério da Educação seria um dos focos da esquerda. Imaginavam existir semelhanças de atuação nos grupos de operários e estudantes, e nos de padres e militares. Mais tarde constataram o erro dessa suposição. No Ministério da Educação, começamos a examinar o que havia. O Ministério estava vazio e precisávamos do assessoramento de alguém que indicasse os donos das mesas, para que verificássemos o que existia, mas diante deles. Não se abriu nada, não se mexeu em nada sem a presença do responsável. Verificar as publicações, os livros, os planos, tudo isso.

Fui destinado ao setor de alfabetização, eis por que tomei contato com o célebre método Paulo Freire, uma coisa simples, mas, na realidade, uma ferramenta que estava sendo usada com o propósito de subverter. Constatamos isso por intermédio dos *slides* e planos. O encarregado era o professor Darcy Ribeiro; um outro professor, Oliveira Lima, escrevia observações ao lado dos livros que ele lia, todas elas observações com linguagem de esquerda, incitamento à luta armada, material bastante esclarecedor. Identificamos, ainda, militares, normalmente QAO, Subtenentes e Sargentos que estavam relacionados para aplicação desse plano de alfabetização. Muitos deles nem sabiam do que se tratava, isso depois foi confirmado. O objetivo era ganhar um dinheirinho extra. Raros eram aqueles que tinham noção da ideologia implantada dentro daquele sistema de alfabetização. Para isso, dispunham de muitos meios: grande quantidade de caminhonetes *Rural Willys*, além de projetores, tudo bem acondicionado em caixas, para atingir os mais remotos locais.

O método Paulo Freire selecionava as palavras, palavras simples, do vocabulário próprio do universo da pessoa. Então, se o sujeito vivia da pesca, é natural que as palavras se referissem àquela atividade; se ele morava na favela, referiam-se a este ambiente; se era do porto, referiam-se ao cenário do porto. Era uma alfabetização, mas uma alfabetização tendenciosa e a gente via, até pelos *slides*,

que mostravam o trabalhador tendo que lutar contra o patrão, porque o patrão era um miserável. Na realidade, uma doutrinação subliminar bastante eficaz, principalmente no planejamento voltado para as crianças.

Naquela busca foram retirados muitos dados valiosos. Em algumas mesas abertas os donos se encabulavam porque havia lá dentro papel de jogo de bicho, essas coisas bem do brasileiro. Alguns tinham baralho, noutras gavetas revistas de mulheres sem muita roupa, alguns objetos familiares e até dinheiro guardado. Estes que possuíam dinheiro, receberam com alívio as convocações.

Bem, terminado o episódio do Ministério da Educação, uns 15 ou 20 dias depois do desencadeamento da Revolução de 1964, foram retomadas as aulas na ECEME. Alguns colegas estavam faltando, foram desligados da Escola, porque muitos eram ligados ao Ministro Jair. O fato é que retomamos as aulas e terminado o curso, fui classificado em Juiz de Fora.

Dali havia partido o Movimento revolucionário e, assim, tive a oportunidade de conversar com muitos oficiais que ainda permaneciam na área, principalmente o ajudante-de-ordens do General Mourão, o Capitão Antonio Vital Ribeiro, já falecido. Conversávamos muito e ele contava histórias muito interessantes sobre os preparativos da Revolução, as reuniões na casa do General Mourão, a vigilância que o Governo fazia, através de alguns elementos – homens à paisana, encostados em postes do lado de fora da casa – e os cuidados recomendados ao General Mourão, que ele desprezava, não tomava nenhum. Falava bem alto: "avisa lá!" Essas coisas assim; contava mais, como se organizaram, como existiam dois *estados-maiores*. O interessante é que o Estado-Maior real não era o Estado-Maior da Revolução: podia ser E-2 num e E-1 no outro. Deve ter sido uma decisão difícil de tomar, porque certas funções se misturavam. Com isso, fui tomando conhecimento de uma série de coisas a respeito da época que antecedeu à Revolução, as ligações com o Governador. A opinião do Major Vital Ribeiro não era muito favorável ao Governador de Minas, pois até a tal nota que ele leu, os militares tiveram que redigir, porque o homem queria ficar sempre em cima do muro. A tal liderança civil da Revolução foi um pouco contestada pelo pessoal de lá.

O próprio Presidente Castello, numa conversa, ou em uma palestra, disse que foi tomado de surpresa e que ainda tentou impedir que o General Mourão partisse, mas não conseguiu. Com isso, acredito que Juiz de Fora atropelou todo o planejamento e daí vem uma série de problemas que surgiram mais tarde. É preciso conjecturar: o próprio General Mourão não buscava glória; chegando ao Rio de Janeiro, poderia ter insistido em determinada posição, mas acertou tudo; o próprio Estado-Maior dele se desfez, não havia ambição, certamente.

Ainda servindo em Juiz de Fora, tivemos, em nossa área de responsabilidade, acontecimentos problemáticos, como a guerrilha de Caparaó, onde mais uma vez ficou comprovada a excelência da Polícia de Minas. Caparaó foi uma guerrilha pouco comentada, em relação à do Araguaia, porque foi neutralizada com muito mais rapidez.

Na época, o Estado-Maior do Exército havia encaminhado um estudo dizendo que deveriam ser levantadas as áreas propícias à guerrilha, porque se sabia que Cuba, por intermédio do seu Presidente Fidel Castro, estava financiando a guerrilha na América do Sul, particularmente no Brasil. Então todas as áreas propícias tinham que ser levantadas e deviam merecer acurada vigilância.

Em que ano foi isso?

Em 1967. O Estado-Maior da Região, da 4ªRM / 4ªDI, fez o estudo de situação. O E-3 analisou as áreas, o E-2 coletou informações sobre elas; fizemos um estudo, na realidade, de todo o Brasil. Considerei-o muito importante, pois os problemas se deram em três áreas que levantamos como propícias. No nosso setor de atuação, a Região do Caparaó atendia diversas premissas básicas: divisão de jurisdição – de um lado Minas, do outro, Espírito Santo – relevo acidentado com elevações rochosas, montanhoso pode-se dizer e, por ser um parque, era uma área pouco habitada. Informamos à Polícia, ao P2 da PM de Minas, sobre os estudos realizados. Começaram a chegar informações de que alguns elementos estranhos estavam na área do Caparaó. Elementos que fugiam àquelas características do adepto de escaladas, do excursionista ou mesmo de turista. A própria Polícia colocou lá um subtenente que era um azougue, o homem era, realmente, perito em termos de busca de informações. O encarregado do parque passou a informar a área aproximada onde aquele pessoal estava circulando, e ele os encontrava, de vez em quando. Mas achava estranho o movimento.

Com isso, ficou decidido mandar dois tenentes à área para coletar informações. E aí surgiu o desencontro, pois não avisamos à PM. A ID (Infantaria Divisionária) designou dois instrutores de alpinismo de um clube de Belo Horizonte e os mandou para Juiz de Fora. Eles instruíram os dois tenentes e resolveram acompanhá-los. Só que um deles, depois, ficou com medo e voltou; o outro acompanhou os oficiais, permaneceu ainda de um a dois dias. Mais tarde, diz o pessoal, ele, realmente, começou a ficar com medo. Às vezes são preocupações de família.... talvez outras razões.

Mas os dois tenentes foram... Receberam recursos do I Exército, mas a falta de meios pode acarretar alguns problemas desfavoráveis. Pintamos um jipe de azul e os dois tenentes foram para a área. Quando chegaram, o Subtenente imediatamente localizou o jipe, foi em cima, raspou e verificou que a viatura tinha sido recen-

temente pintada. Descobriu a tinta verde e aí procurou os dois oficiais. “Sei que vocês são oficiais, sou o Subtenente Fulano e já tomei conhecimento de muito mais coisas, porque percorri o parque inteiro.” Então, prosseguiu: “olha, vocês estão vendo aquela pequena mata lá? Aquela mata está preparada para emboscada”. E aí guiou os tenentes e mostrou o que havia descoberto.

Realmente era uma técnica. Abrir uma picada de modo a conduzir, quem ali entrasse, à frente de algumas árvores cujos troncos já estavam entalhados para colocação de armas. E ele acrescentou: “esse pessoal acampa e anda pelo parque”. Aí os tenentes voltaram, reportaram o que viram. A preocupação aumentou e, novamente, o subtenente mandou informação precisa de que havia um grupo de vinte homens. Poderia haver um outro, mas não estava certo disso.

Os vinte homens ele conseguiu conhecer melhor, utilizando a “técnica da lata de lixo”. O sujeito quer saber como vive um camarada, vai à lata de lixo dele. O subtenente agiu dessa maneira, nos pequenos acampamentos que o pessoal fazia e depois abandonava; escarafunchou as fossas de detritos.

Qual a técnica dessa guerrilha do Caparaó? O que eles faziam? Abriam a fossa, defecavam, jogavam o lixo, aí defecavam de novo em cima, jogavam mais lixo e defecavam. Normalmente a última camada era de dejetos humanos para que a pessoa que ali chegasse, cometesse o engano. O subtenente teve a paciência de ir em cada fossa, limpar e analisar pilhas, rótulos, garrafas, latas de conserva para poder definir a quantidade de pessoas acampadas e acertou, o que é impressionante; conseguiu fazer isso em dois ou três lugares.

Aí fomos atropelados pelos acontecimentos. A própria PM, com um dos Batalhões que tem ali perto, em Manhuaçu – há dois Manhuaçu. Num deles existe um Batalhão de Polícia – informados de que havia gente reunida, resolveram partir para lá e capturaram a maioria. Quando estavam num descanso de uma marcha – eles diziam que era uma marcha – capturaram o pessoal, exceto dois que haviam saído e que foram apanhados mais tarde, fora da área.

Esses dois foram, rapidamente, levados para Juiz de Fora. Os outros, a Polícia tratou conforme sua doutrina... É aí que a gente começa a aprender; quando se emprega uma Força diferente, é preciso conhecer quais os métodos que utiliza, porque às vezes somos surpreendidos. Por exemplo, a PM. Para eles, como talvez a Polícia Civil, a captura daquele pessoal fora um feito que tinha que ser noticiado aos quatro ventos e podiam fazer congraçamento com os elementos capturados, serem fotografados abraçados. Não deram tratamento conforme a doutrina correta de informação. Não estavam preocupados em interrogar, saber detalhes. Para eles, a captura fora o grande lance, conduzir os presos para o

Batalhão. Acabou, na realidade, até em confraternização, o que atendia aos guerrilheiros que queriam promoção, queriam imprensa, essas coisas todas.

Os dois, que haviam conseguido sair da área, foram presos e levados logo para Juiz de Fora. Em seguida, vieram à minha presença, porque era o E-2. Fitei ambos demoradamente, mas olhava um deles, em especial, e pensava: “este homem, lembro bem, mas...” um tipo magro, ferido, cortado... Os dois estavam juntos com o restante do pessoal, apenas tinham saído para levar mensagens para o Rio de Janeiro e São Paulo. Inclusive, nós apreendemos até uma carta que depreciava os marinheiros.

Naquele grupo, que estava em Caparaó, quase metade era de marinheiros. Tinha até civil. Dois ou três civis, mas a maioria dos elementos era de sargentos. Um sargento da Aeronáutica, vários marinheiros, sargentos da Marinha. Verificamos mais tarde que se tratava de um pessoal que tinha estado preso num navio fundeado ao largo na Baía de Guanabara. Não me lembro do nome do navio. Ali procuraram ajustar-se e foram convocados por Leonel Brizola que recebeu dinheiro de Fidel Castro para fazer a guerrilha.

Dizem que, na realidade, Brizola com uma parte dos recursos comprou umas fazendas e usou um “dinheirinho” para financiar a guerrilha, por isso o pessoal não possuía muitos meios. O armamento era nada, praticamente nada, uma metralhadora velha ainda com cabo de madeira, um fuzil antigo, e algumas armas individuais, coisa muito pequena. Diziam que talvez tivessem um depósito, mas que nunca foi achado. Se existia, deve ter-se deteriorado.

Sentamos e conversamos com os dois camaradas que pegamos com farta correspondência, inclusive correspondência do pessoal da guerrilha para os seus familiares; eram tipo pombo-correio.

Quando as pessoas fazem refeições juntas, ocorre um certo relaxamento na segurança, caem algumas barreiras psicológicas, essas coisas todas. E ali ficamos, aquele homem magro, muito fechado, o companheiro, mais aberto, mas observávamos que o primeiro realmente não falava. Permanecia quieto, mas começamos a falar. Eu olhava aquele camarada e matutava: “este sujeito, eu conheço, realmente conheço este camarada”, só que ele tinha nove carteiras de identidade. É interessante, apreendidas, com ele, nove carteiras de identidade. Conseguiram os espelhos de várias procedências, Rio Grande do Sul, do Nordeste e cada uma com um nome. Continuei olhando até que, uma hora, ele levantou para pegar água, um copo, uma coisa qualquer, e eu o reconheci e disse:

– Já sei quem você é – ele tomou um susto, porque realmente estava magro, meio acabado, e surpreendeu-se – você é o Subtenente Gelci da reunião de 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro.

– Não senhor, eu nem sei quem ele é.

– É você!... não tenho dúvida, embora mais magro, naquela época você era pára-quedista.

Era muito forte, aquele preparo todo, realmente, ficou no campo. Sei que, lá pelas tantas, ele não teve saída, porque concluiu que tinha sido descoberto.

Olhando-o, pensei: "mas como o destino é interessante. Assisti a uma cena na televisão onde esse homem falava, quase autoritário, e, alguns anos depois, revejo-o nesta situação. Gelci então falou:

– Estou nessa situação por causa do Exército.

– Você está nessa situação por causa do Exército?

– É, o Exército me considerou morto.

– O Exército o considerou morto?

– É, colocaram-me para fora, me consideraram morto e pagam uma pensão para minha família, isso é uma desmoralização.

– Bom, isso é um problema de enfoque, porque se o Exército não o tivesse colocado para fora – você, realmente, queria a subversão – você teria conseguido o que pretendia e, talvez, muita gente tivesse morrido. O Exército procurou dar um apoio a sua família. Se o Exército não tivesse dado esse apoio e você fosse obrigado a trabalhar para sustentá-la, talvez não tivesse se metido nessa enrascada. Os enfoques são um pouco diferentes; o Exército procura ajudá-lo e você ainda está com má vontade com aquilo que está lhe proporcionando o sustento de sua família. Você se meteu nisso porque passou a ter tempo à toa.

– É, realmente, isso é um enfoque, mas o senhor há de convir que, se nós tivéssemos vencido, eu, hoje, seria um ministro.

Aí senti realmente o problema, a irrealidade, a inversão de valores que perturbou aquele pessoal. Acabei falando:

– Mas Gelci, você se considera em condições de ser um ministro? Um ministro precisa ter preparo. Conheço os problemas brasileiros, sou engenheiro e não me considero em condições de ser um ministro.

– É porque o senhor é ingênuo. Para ser ministro o que menos necessita é de preparo, precisa é de estar ligado ao chefe que vai nomear o ministro.

Aí fiquei pensando e achando graça porque, de certo modo, ele tinha razão, mas a gente vê como houve uma inversão de valores.

Dali para frente fomos obtendo uma série de informações. Com a chegada dos outros elementos, nós os reunimos e fomos identificando um a um. O que acompanhava o Subtenente Gelci era um sargento da Aeronáutica, um técnico em eletrônica, responsável pelos rádios da guerrilha. Era "amigado" com uma senhora, já de

certa idade que, ao saber de sua prisão, foi fazer uma visita. Aí aconteceu uma coisa muito engraçada. Ela chegou bem na frente dele e disse assim: “agora sei onde você está, e é ótimo...” Virou-se e pediu: “mantenha ele preso aí, porque agora sei onde ele se encontra”. Pouco a pouco, assistindo a muitas coisas, aprendemos como, realmente, a doutrinação de esquerda e a inversão de valores modificaram aquele pessoal. Tínhamos muitas oportunidades de conversar e o mais engraçado é que eles procuravam nos doutrinar. A cantilena deles era de que a gente ganhava pouco. Para o que fazíamos, deveríamos ganhar mais. Isso tudo acontecia durante a refeição, exatamente o momento preciso, para que as “defesas” se afrouxassem mais.

Almoçavam com o senhor?

Procurava sempre almoçar fora de hora. Acabava o rancho normal, entrávamos e cada um de nós escolhia dois ou três, sentava e conversava. Tinha um que se dizia advogado e não era, mas só fazia isso para ter prisão especial. Quando nós descobrimos, pediu pelo amor de Deus para continuar com a regalia. Esse camarada foi um dos que mais “abriu o bico” porque, ao aparecer a sua fotografia no jornal, veio uma carta do Rio Grande do Sul, de uma moça com quem ele tinha tido um relacionamento. Só que já era casado no Rio de Janeiro e com uma senhora belíssima que foi visitá-lo. Como fazíamos a censura da correspondência para tirar as informações, percebemos a situação. Pronto, não teve mais problema. Quando chegou, mostrei-lhe a carta e ele perguntou:

– O senhor leu? Pois é... esse é um caso que a gente tem... é um problema...

– Principalmente, se a sua esposa souber!

– Senhor Coronel, pelo amor de Deus!

– Bom, então vai me contando como o negócio é organizado.

Assim, extraímos uma série de coisas.

São coincidências e conversas, você não precisa agredir. Quem faz isso é burro ou está usando uma doutrina que desconhece. A questão é você fazer um acompanhamento psicológico. Muitos deles tinham curso de guerrilha em Cuba, iam para lá, após atravessar alguns países: Tcheco-Eslováquia e da Tcheco-Eslováquia para Cuba. Um deles contou como foi... mas, depois, se arrependeu. Possuía excelentes auxiliares, um major e um tenente-coronel e convoquei-os. Disse para eles: “Esse cara vai tentar suicídio. Vocês coloquem guarda e quando ele tentar, façam a maior algazarra possível para que os outros presos saibam que ele tentou o suicídio. Essa vai ser a maneira de ele livrar-se do ônus de ter falado.” Não deu outra. Naquela noite, o cara pegou a gilete, cortou-se e, o pessoal fez a algazarra. No dia seguinte, apareceu com aqueles esparadrapos todos, com certo orgulho e justificado perante os companheiros.

São certas situações que você tem que enfrentar... tudo aquilo, exige acompanhamento, minuto a minuto. As pequenas informações são importantes. Tanto é que, naquela época, a minha mulher dizia assim: “Deixe uma fotografia sua de tamanho um por um, para, de vez em quando, mostrar para os seus filhos.” Porque eu dormia ao lado da minha mesa de trabalho. Principalmente, quando estava para pegar o pessoal e mantinha ligações freqüentes com a PM; nisso as telefonistas de Belo Horizonte auxiliaram bastante.

Houve um momento, depois da prisão, em que foi preciso montar-se uma operação militar para fazer a varredura da área. O problema era fechar todos os lados de Minas e do Espírito Santo e de um deles ir pressionando. É a técnica da guerrilha que o pessoal chama de “martelo e bigorna”, a fim de fazer a varredura até localizar e prender o pessoal. Foi interessante porque a PM mobilizou rapidamente – a PM de Minas – dois Batalhões, e a PM do Espírito Santo não conseguiu mobilizar uma Companhia. Um negócio chocante. Foi preciso, então, mobilizar mais um Batalhão da PM e para mobilizar esse Batalhão fui obrigado a falar com um determinado coronel. A telefonista foi achá-lo com a ajuda de um sujeito, pois o coronel encontrava-se numa pequena festa, numa casa distante. Interessante essas coisas. As telefonistas ajudaram muito mesmo e com isso fechou-se o cerco e prendemos todo o pessoal do “grupo da cidade” que correu para o campo quando daquelas prisões.

Com essa manobra, acabaram detidos um coronel de Intendência que era caçador e estava com armas e o carro cheio de mantimento. Não quiseram conversa. Oficial, precisou ir a Juiz de Fora para justificar-se. Pegamos um fazendeiro com muito armamento, ia desfazer-se das armas e teve que responder processo na Auditoria por não possuir porte e eram todas americanas. Muita potência de fogo, porque tinha medo de invasão de terras.

Teria havido planejamento para guerrilha? Certamente sim. Por incrível que pareça, não se encontrou uma cárie nos dentes daquele pessoal. Antes que seguissem para a região os camaradas eram preparados cuidadosamente. O mais interessante era uma carta dirigida ao “seu Pedrinho”, codinome do Brizola, dizendo que não mandassem mais marinheiros porque eles não agüentavam o tranco. Isso serviu para que os marinheiros descarregassem tudo em cima.

Bem, a guerrilha de Caparaó trouxe muitos ensinamentos, em várias áreas.

Uma delas foi a imprensa. Como nos relacionarmos com a imprensa. Fomos descobrir que o chamado *free lancer* da imprensa é um perigo, principalmente para publicar notícias inverídicas e alarmistas. É preciso que se tenha, principalmente no Comando da Região, o repórter credenciado, porque aí o seu jornal, a revista,

assume responsabilidade. Se fizer uma burrice e for dispensado, quem vai sofrer é o jornal que tomará providência em relação a ele e ficará privado de informações.

Outra coisa interessante... e aí nós verificamos como é ampla a atuação dos americanos no mundo. Estávamos em Juiz de Fora, quando fomos procurados por um americano que era da Embaixada. Tinha ido a Juiz de Fora, especialmente para falar comigo, e levava uma carteira de identidade da CIA, que não sei se era verdadeira porque o nome era muito interessante, era Robert L. Stevenson. E ele me disse:

– Vim aqui, porque gostaria de obter um dado.

– Que dado?

– Gostaria de ter o número de série das armas apreendidas.

– Para que você quer isso?

– É que nós, americanos, controlamos toda a fabricação de armamento no mundo.

Aí fiquei na dúvida se dizia aquilo para me impressionar ou era verdade, mas como ele queria os dados de numeração das armas e como não estava autorizado, pedi que ele se dirigisse ao I Exército, detentor de todos esses dados – que não eram muitos. Soube depois que ele esteve no Ministério, no QG, junto à Central e obteve os elementos que desejava.

Uma outra passagem interessante ocorreu quando estávamos deslocando o pessoal lá da área do Caparaó para Juiz de Fora. Durante o trajeto, chegou a informação de que tinham peste bubônica. Assustamo-nos, porque estávamos deslocando pessoas com peste para uma área populosa e, talvez, tivéssemos concorrendo para ampliar o contágio de doença. Rapidamente acionamos os serviços de saúde da Região Militar e outros elementos para montar uma recepção, de modo que ninguém descesse dos "camburões" antes de fazer exame sanitário, com os médicos todos isolados, para que ninguém corresse perigo algum. E aí fomos verificar de onde tinha vindo essa informação. Como eles, para treinamento, faziam as tais marchas, acampavam, ficavam estacionados em vários lugares, quase sempre se feriam e os ferimentos provocavam um inchaço dos gânglios localizados na virilha, que o médico da PM chamava de "bubom". Não sei por que ele chamava de "bubom". De "bubom" inflamado para bubônica foi um pulo, mas, felizmente, os nossos médicos verificaram, examinaram. Todos chegaram bem assistidos e com isso nos tranqüilizamos.

Outro fato interessante é a desilusão que, às vezes, ocorre com um subordinado que acredita no seu líder. No meio desses ditos guerrilheiros havia um que era homem rústico, uma espécie de lavrador, muito forte e que tinha grande admiração

pelo líder, um ex-sargento do Exército. Quando ele presenciou o sargento descrevendo determinados fatos, se desiludiu, porque achava que a figura do chefe tinha que ser superior àquilo tudo e que o chefe não devia referir-se àquelas coisas. Ele o idolatrava. Isso conferia ao sargento uma certa categoria de líder, mas fez com que o coitado se matasse. Suicidou-se com o cinto da calça e com uma rapidez fora do comum, porque era muito forte e muito pesado. Isso nos constrangeu muito, mas mostrou como determinadas situações têm que ser bem conduzidas.

Havia um civil, economiário, que fora demitido da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul. Era um elemento altamente revoltado. Dizia abertamente, até durante a refeição que, se tivessem derrotado a Revolução, teriam matado muita gente e como não gostava de um determinado coronel, que estava à frente dele, falava dessa maneira: “Coronel, o maior prazer seria dar-lhe um tiro no meio da testa.” O Coronel ficava fulo da vida, mas eu alertava: “calma, ele está te provocando”. Não se encostou um dedo em ninguém, exatamente porque não havia necessidade.

No grupo que veio da cidade, também preso, havia um capitão pára-quedista, um homem muito forte. Na hora da afobação, um policial deu um tiro de metralhadora nele. A bala correu pela bacia e o oficial se recuperou tranqüilamente em menos de dois dias. Impressionante. Um tiro de 45! Era uma metralhadora 45! mas era de compleição bastante forte, também.

Esse grupo era articulado e supria o pessoal, no parque do Caparaó, com quem mantinha ligações. Apanhados, indicaram Bayard Demaria Boiteux como um dos intelectuais e encarregados da guerrilha, tinha como parente um oficial general, e que também foi preso. Tratava-se de um homem preparado para manter-se alerta, sempre ativo. A primeira coisa que fez foi começar a escrever uma matemática na base sete, não deixava o raciocínio embotar-se. Outro elemento, ligação de São Paulo, se não me engano chamava-se Rui, a primeira coisa que fez foi pegar uma laranja dada no almoço, cortou a casca, e, com a unha, recortou peças de xadrez; o tabuleiro riscou em uma folha de papel em branco. Então ficaram as peças amarelas e as brancas que eram as cascas de laranja viradas ao contrário. Passava o tempo todo jogando xadrez com ele mesmo. Com isso estava sempre com a mente alerta, nunca era apanhado, numa situação, desprevenido. São técnicas que devem ter sido ensinadas por alguém, pois estavam realmente bem instruídos.

Curso de guerrilha, em Cuba?

Não sei, pode ser que seja. Mas foram fatos que nos trouxeram muito ensinamento, inclusive o julgamento daquele pessoal foi um dos processos que mais rápido andaram na Auditoria. Às vezes, por questão de sorte. Um dos advogados que tentava protelar o processo, para ganhar tempo, apresentou um atesta-

do médico. Por acaso, numa reportagem de jornal, foi flagrado descendo de um avião, exatamente nesse dia, enquanto se dizia que ele estaria acamado. Então, não houve dúvida. Foi só juntar os dois fatos e alertar: "se o senhor adiar de novo, vamos... primeiro, contra o médico". Aí o processo correu, todo mundo se admirou de que tivesse andado tão rápido. Também as autoridades superiores se interessavam e resolviam todos os problemas.

Quantas pessoas no total?

Umas trinta pessoas, porque havia gente em vários lugares. Juntando os grupos que estavam lá, mais o grupo da cidade, mais os dirigentes... Inclusive, foi notada outra peculiaridade: sempre se diz que uma das características dos guerrilheiros é escrever pouco e guardar tudo na cabeça. Mas aquela foi uma guerrilha com muita escrita. Encontramos cartas, correspondência dos familiares...encontramos até textos criptografados; por sorte, também conseguimos a chave para decifrar, foi realmente muito oportuno.

Depois de Juiz de Fora, fomos para Bento Gonçalves, para o 1º Batalhão Ferroviário, e lá, como estávamos no sul, encontramos resquícios dos "grupos dos onze", aquela coisa inventada pelo Brizola que, ainda hoje, milita na política.

Fazendo o quê não se sabe, não é?

Encontramos resquícios dos "grupos dos onze" e pudemos identificar várias coisas interessantes.

Na época em que chegamos, os "grupos dos onze" já tinham sofrido várias transformações. Alguns tinham sido extintos, outros se transformaram em unidades de apoio social. Curioso: transformaram-se porque, entre eles, havia mulheres, e os camaradas passaram a levar as esposas. Algumas ministravam cursos de culinária, de tratamento a gestantes, cuidados com bebê, eram procedimentos úteis. Organizaram grupos em diversas áreas do próprio Batalhão: havia o grupo do pessoal da garagem, grupo do pessoal da oficina, grupo dos motoristas, um dos mais atuantes e que se transformou, depois, num desses aparatos sociais. Via-se que, às vezes, tratava-se de bom profissional, mas um elemento revoltado e, possivelmente tivesse aderido com o objetivo de melhoria de vida, uma coisa dessas. Ideologia não existia. Isso era atestado nas conversas, quando se observava que desconheciam qualquer teoria. Coisas que a gente pôde observar.

Tive a oportunidade, mais tarde, de servir no Gabinete Militar do Governo Presidente Médici, outra experiência notável e, depois, como Adido em Portugal. Testemunhei muitos dos ditos exilados dando seus jeitinhos para freqüentar a Universidade, mentindo sobre cursos que não possuíam. Tivemos até elementos que foram designados para governo em Moçambique e Angola.

Brasileiro?

Brasileiros, daqueles subversivos exilados. Foi como verificamos que a vida continuava tranqüilamente.

Tiramos muitos ensinamentos. Um deles, é que se fazendo acompanhamento cerrado, conversando, consegue-se praticamente tudo. Alguns desvios em que entramos, por exemplo, da tortura, forçados talvez pelo outro lado que, por sua vez, começou a seqüestrar, a matar, é um problema que tem que ser muito bem considerado. Até que ponto deva existir, se não tenho premência ou a informação não tem importância. Talvez esse procedimento tenha sido copiado de práticas policiais. Mas é um dos pontos que, hoje, usam contra nós e contra os quais não se tem determinada justificativa, por falta de acompanhamento adequado, talvez, dos próprios companheiros que estiveram envolvidos nisso; lidando só com aspectos negativos, também se tornaram negativos. É como as pessoas que estão metidas com problemas de droga, vão se tornando mais negativas e deprimidas. Há muitas outras coisas e ensinamentos para relatar que, mais adiante, devemos esclarecer.

Antes da Revolução de 1964, o jornalista Flávio Tavares menciona no livro que havia um clima de liberdade, que a Revolução veio interromper. Por outro lado, quem já conhece alguma coisa vê que, na verdade, os comunistas preparavam um golpe que a Revolução conseguiu conter. Qual a opinião do senhor sobre isso?

É verdade. Basta reconhecer que havia séria preocupação da sociedade. Eles criticam muito as Marchas da Família, porque negar um fato é uma técnica, a técnica de desmerecer as coisas. Na realidade, podemos dizer que a Revolução se antecipou. Pode-se dizer até que ela foi uma contra-revolução.

Por exemplo, o porto de Santos parou, uma vez, quase 15 dias, porque um enfermeiro aplicou uma injeção errada num paciente e o médico o suspendeu. Em solidariedade, o porto inteiro, comandado por um determinado elemento, entrou em greve. O que uma coisa tem a ver com outra? A não ser o teste. Eles queriam fazer um teste de domínio. Havia um camarada lá de Juiz de Fora, um tal de Rianni (Clodsmidt Rianni), que comandava os eletricitários. Ele incitava greves, apagões, e outros movimentos. Eram testes. Eu não tenho dúvida de que a base era sempre a luta pelo Poder. E a luta pelo Poder desse pessoal, seria muito mais danosa do que a Revolução de 31 de Março.

A Revolução como um todo foi uma conduta, não é?

Exatamente. No seu prosseguimento, continuou sendo uma conduta. Muitas coisas que poderiam ter sido planejadas, não aconteceram. E não aconteceram

por causa das experiências do dia a dia e, com isso, determinadas providências não foram tomadas. Poderiam ter sido reformulados inúmeros conceitos no País. Como não conseguiram, hoje estamos penando por isso.

Não reformularam a Justiça, não fizeram uma limpeza mais profunda, como deveria ter sido feita. Lembro-me, certa ocasião, de um dos meus companheiros de turma que possuía um calhamaço de provas sobre elementos que deviam ser cassados, afirmava ele, com tudo comprovado e que não o foram, porque decidiram não prosseguir.

Se a decisão foi sábia ou não, temos que analisar, porque, realmente, deixou-se de fazer "uma limpa" em certos locais. Num desses locais em que estive, um dos chefes da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) estava fazendo um apanhado sobre um determinado indivíduo e me mostrou: "estou reunindo estas informações e é um negócio que assusta" porque, naquela época, o cidadão já estava metido com drogas, lenocínio, terras, tudo que podia, ações próprias do crime organizado. Qual não foi a minha surpresa, quando, ao voltar, uns poucos anos depois, uns dois ou três anos, o tal indivíduo era o Governador do Estado. E, foi indicado para a função. Aí você vê como as coisas não se conjugam, porque sempre ocorre o problema da perseguição política. Torna-se difícil, realmente, porque o adversário político utiliza todas as armas.

Hoje em dia, a gente vê que a imprensa passa uma versão mentirosa sobre a Revolução de 1964. Muito se esqueceu do que foi feito de bom e hoje o que ressaltam é a tortura, a falta de liberdade, esses são chavões que aparecem sempre na imprensa. Seria isso uma conseqüência de que perdemos a batalha da comunicação?

Acredito que sim, e o principal elemento que não quis, e não o quis convictamente, usou um raciocínio bem nosso, militar. Considero justo também. Quando o Presidente Castello era o Presidente, alguns elementos tentaram convencê-lo de que o emprego da comunicação social, da propaganda de Governo, era muito importante. Apresentaram um planejamento sobre determinados procedimentos a realizar e ele recusou. A justificativa – recordo-me bem porque se conversava sobre isso, às vezes, quando estávamos no Palácio das Laranjeiras – foi a seguinte: "estou pedindo ao povo brasileiro que aperte o cinto. Por que vou gastar dinheiro procurando glorificar-me ou a meu Governo? Isto seria uma inconseqüência muito grande". E não quis fazer o uso da comunicação.

Perdemos mais ainda, depois, quando passamos a não dar respostas a certas acusações. Deixamos que o inimigo atuasse livremente, esquecendo que se trata de um pessoal que briga sobre princípios certos com objetivos ruins. Deixamos que

eles dominassem os meios de comunicação. Não apoiamos os aliados. Tivemos até, na música, cantores que eram nossos, que faziam músicas em resposta a outros músicos e não receberam apoio. Sofreram patrulhamento e nós não lhes demos apoio. Em virtude do raciocínio limitado: “de onde vamos tirar dinheiro?” Foi um problema sério, que deveria ter sido pensado e mais bem tratado na época.

Porque se fez muita coisa boa e não se disse. O povo, o povão, que assiste à novela, que lê jornal, uma noticiazinha de rodapé, uma carta do leitor, que não soubemos aproveitar, se influencia com isso.

Por intermédio deste Projeto, a gente tem percebido em vários depoimentos sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre a Revolução de 1964, a falta, nos dias atuais, do sentimento de Pátria, por quê? A esquerda que se infiltrou no Brasil, desde o século passado, vinculou-se definitivamente aos interesses estrangeiros, mascarando-se de falso nacionalismo. Nas nossas faculdades o esquerdismo se propagou, e por isso o estudante, o jovem desligou-se das coisas de sua terra. Por outro lado, a nossa mídia, as nossas empresas passaram a vivenciar menos os interesses do País. Assim, as incursões da esquerda, as tentativas da subversão, associadas ao comportamento, no mínimo estranho, dos meios de comunicação, vêm minando com o Brasil. Durante a Revolução de 1964 tivemos mais brasilidade, quando mais gente pensava no Brasil. O senhor concorda com essa idéia?

É uma realidade. Procuramos realizar muitas coisas que não tinham sido feitas, sem que tenhamos obtido retorno. Truncadas as tentativas de planejamento, tivemos que cuidar do dia a dia e, com isto, fomos absorvidos pelos problemas. Houve, também, a idéia de encerrar o ciclo revolucionário o mais rápido possível. Quer dizer, em determinados fatos e aspectos deixamos de agir como militares e começamos a agir como políticos e isto, em muitos casos, nos trouxe problemas. Quando você atua com a sistemática militar, é mais positivo e vai direto ao objetivo. Quando você atua com maneiras políticas, trabalha em movimentos erráticos. Você quer alcançar o objetivo, mas se perde em atalhos falsos, de forma que as pessoas pensam que você não quer alcançar aquele objetivo. O País vive com uma série de conceitos invertidos, a começar pelo Congresso, desviado de suas responsabilidades, divorciado de suas obrigações com o povo que diz representar. Deixamos escapar uma oportunidade única de estabelecer padrões corretos e desejáveis.

General-de-Divisão Agnaldo Del Nero Augusto

- Natural da Cidade de Pirassununga, SP.
- Entre as principais funções militares que exerceu, destacam-se: Instrutor da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) de 1963 a 1965; Adjunto da 2ª Seção do II Exército em 1971; Adjunto da Seção de Planejamento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1972 a 1973; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de 1974 a 1977; Adjunto da Seção de Contra-Informações do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1977 a 1978; Chefe da Missão Militar Brasileira no Paraguai de 1979 a 1980; Adjunto da Seção de Planejamento do II Exército em 1981; Comandante do 2º Regimento de Carros de Combate (RCC), em Pirassununga, SP, de 1982 a 1983; Chefe da Seção de Informação, de 1984 a 1986, e Subchefe, de 1984 a 1988, ambas no CIE.
- Como Oficial-General exerceu as seguintes funções ou comissões: Diretor da Escola Nacional de Informações em 1989; Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, no Rio de Janeiro de 1990 a 1991; Diretor de Transportes, de 1992 a 1993; Diretor de Administração Financeira do Exército de 1993 a 1995; e Subsecretário de Economia e Finanças do Exército de 1997 a 1998.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era capitão e desempenhava a função de Instrutor da EsSA. Ao longo dos anos, serviu na área de informações.

Entrevista concedida em 17 de agosto de 2000.

Como disse Jean Brunhes "um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade. Verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos". Esse juízo dependerá, não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e das condições em que eles ocorreram. Assim, esse juízo pode ser mutável à medida que passemos a ter mais informações sobre a conjuntura da época.

Não sei se é sabido, mas terminei de escrever um livro que trata das três tentativas de tomada do Poder pelos comunistas em nosso país. A maior dificuldade que tive foi, exatamente, descrever a conjuntura da época em que esses episódios se deram. As dificuldades se avolumaram na medida em que essas tentativas não foram uma problemática puramente doméstica. Foram fortemente influenciadas por componentes da situação internacional. Devem ser interpretadas em face do impacto do comunismo sobre as democracias, da guerra revolucionária mundial e também da guerra fria. Sem compreender que grande parte deste século foi dominada por paixões ideológicas que seduziram não apenas milhões de homens, mas muitos intelectuais e, mais especificamente, por uma paixão, mascarada como razão científica, denominada comunismo, é difícil ter-se uma verdadeira interpretação desses fatos. O comunismo nasceu como uma esperança, assim como o fascismo, antes de ser desonrado por seus crimes, foi uma esperança. Para entender a Contra-Revolução de 1964, Movimento de 1964 ou a Revolução de 1964, precisamos conhecer aspectos da conjuntura da década de 1960. Só depois disso, o que se passou na unidade onde eu servia na época poderá ser bem compreendido.

No começo, posso dizer que no início da década de 1960, vivíamos a segunda tentativa de tomada do Poder pelos comunistas. O Movimento de 1964 foi, no meu entender, primeiro, uma contra-revolução, ao se contrapor a esta tentativa e o foi até que os militares consideraram que não havia condições de entregar o Poder a uma fração de nossa elite, exatamente em função da agitação pelas ações comunistas que vinham se desenvolvendo. Em abril de 1964 permitiram o primeiro ato realmente revolucionário que transformou a contra-revolução em Revolução.

Para entender o episódio não vou esmiuçar a conjuntura desse período, o que seria extremamente longo, desgastante, mas apresentar uma cronologia dos principais fatos que balizaram a segunda tentativa de tomada de Poder pelos comunistas, definindo a estratégia adotada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), e que culminaram com a contra-revolução de 1964.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, com a vitória da aliança entre as democracias ocidentais e a Rússia, o Presidente Vargas decretou anistia e permitiu a legalização de todos os Partidos políticos. O PCB então se reorganizou – a bem

da verdade, era o único Partido nacionalmente organizado graças a seu permanente trabalho clandestino. Foi nesse período que Prestes declarou no Congresso Nacional que em caso de guerra entre o Brasil e a Rússia lutaria ao lado desta. A Rússia, por sua vez, apoiada no Exército Vermelho de ocupação, impôs seu regime totalitário a mais de uma dezena de países do leste europeu, contrariando, com isso, os compromissos estabelecidos em Yalta. Continuava, também, a incentivar e apoiar os movimentos revolucionários em todo o mundo. Com estes procedimentos, chegava ao fim a aliança entre as democracias ocidentais e a Rússia e iniciava-se o período que Walter Lipman denominou de guerra fria. O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Rússia e, em maio de 1947, foi caçado o registro do PCB, que voltou a atuar na clandestinidade.

Em agosto de 1950, o PCB lançou um documento que ficou conhecido como “Manifesto de Agosto” e que traçava uma linha revolucionária para o Partido. Defendia a Revolução como a única solução viável e progressista para os problemas brasileiros. Conclamava vários segmentos sociais a formar uma ampla “Frente Democrática de Libertação Nacional”, uma réplica da Aliança Nacional Libertadora, um dos instrumentos de que havia se utilizado no episódio da Intentona Comunista de 1935. Pregava igualmente a constituição de um Exército Popular de Libertação Nacional. O programa desta frente, prevendo o armamento geral do povo, propugnava, no último de seus nove pontos, a expulsão, das Forças Armadas, de todos os fascistas e agentes do imperialismo e a imediata reintegração, em suas fileiras, dos militares dela afastados por motivo de suas atividades democrático-revolucionárias, isto é, particularmente aqueles que haviam participado da Intentona. Nesse período, influenciados pela Revolução chinesa, os comunistas brasileiros participaram de diversos conflitos no campo, chegando a criar um território livre em Goiás com um governo paralelo, milícias e uma constituição própria. De 7 a 11 de novembro de 1954 o Partido realizou o seu Quarto Congresso no qual persiste sua preferência pela luta armada como forma de tomada de Poder.

Em fevereiro de 1956, aconteceu, hoje pode-se dizer, o famoso, XX Congresso de Partido Comunista da União Soviética, onde Kruschev denunciou parte dos crimes atribuídos a Stálin e adotou a política da Coexistência Pacífica. As resoluções desse Congresso provocaram uma fissura na Internacional Comunista, como ficou conhecida a 3ª Internacional, até então monoliticamente controlada pelo Partido Comunista da União Soviética com reflexo em todos os Partidos comunistas. No PCB, muitos militantes não aceitaram a desestalinização. A discussão desse problema, no entanto, foi proibida no seio do Partido. Alguns stalinistas foram afastados de sua direção.

Em novembro de 1956, o Vice-Presidente da República, João Goulart, lançou a denominada "frente de novembro", sob pretexto de comemorar o aniversário da destituição do Presidente Carlos Luz. Seu primeiro ato foi em homenagem ao Ministro do Exército, mentor daquele episódio, entregando-lhe uma espada de ouro. Na verdade, um dos propósitos dessa frente era rearticular as forças populistas dispersas desde o desaparecimento de Getúlio Vargas. Outro objetivo da frente era realizar o movimento populista de solidariedade ao Exército, mas com o objetivo de sensibilizar apenas parte dele. O propósito real era dividir os militares numa espécie de dois partidos políticos. O mais popular seria então formado pelos partidários do Marechal Lott e de João Goulart, aliado aos trabalhadores e aos sindicatos. De outro lado, em oposição, a parte restante da Força. Não vou me estender nem dizer nada aqui sobre o chamado golpe de novembro envolvendo este episódio de que o Marechal Lott foi o mentor, porque outros elementos têm condições de fazê-lo com mais propriedade. A partir desse episódio, surgiram as expressões Generais e Almirantes do povo, e Exército do povo de claras conotações ideológicas, amplamente exploradas pela esquerda.

Só em 1958 o PCB voltou a tratar das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em março desse ano, aprovou uma resolução elaborada por uma comissão ultra-secreta de composição desconhecida do próprio Comitê Central do Partido, que ficou conhecida como "Declaração de Março", que, em síntese, aprovava a política de Coexistência Pacífica preconizada pelo Partido Comunista da União Soviética. Com essa resolução, a Revolução brasileira deveria desenvolver-se de uma forma pacífica e em duas etapas. A primeira seria nacional e democrática. Entenda-se esse "nacional" com o propósito de eliminar o imperialismo e "democrática" visando eliminar o latifúndio, porque consideravam que o imperialismo e latifúndio eram os grandes óbices para o desenvolvimento do país. A esta, seguir-se-ia uma segunda etapa: a da Revolução Socialista.

Em meados de 1960 (estamos avançando até com uma certa rapidez), o PCB realizou o seu Quinto Congresso, cuja resolução desenvolvia e dava precisão às idéias da "Declaração de Março". O caminho da Revolução brasileira seria pacífico, a luta armada deixava de ser um princípio, sem ser descartada. Passava a um segundo plano.

Em 25 de agosto de 1961, ocorreu a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Por várias razões, este é um episódio histórico dos mais importantes, principalmente no que nos interessa mais de perto, porquanto iria caracterizar, na prática, uma divisão verificada no seio das Forças Armadas, em especial no Exército. Da mesma forma que, no movimento de novembro, vou eximir-me de aprofundar-me

nesse episódio, pois muitos outros poderão fazê-lo com mais propriedade. Nessa época, era um tenente preocupado com a instrução e pouco afeito aos problemas políticos, como a grande maioria dos nossos tenentes e capitães.

Saliento, porém, que tanto o PCB como outros líderes que aspiravam o Poder, como o Leonel Brizola, não viram ou não quiseram ver, nessa divisão que se estabeleceu, de um lado, os elementos fiéis à Constituição e, de outro, os opositores à posse de Jango, pelas razões expostas pelos ministros militares. Viram, sobretudo, a divisão e quiseram interpretá-la como, de um lado, os que eram favoráveis a suas idéias e, de outro, os opositores a ela. Ambos, PCB e Brizola, saudaram o que consideraram um equilíbrio das forças políticas no País, aspecto tido como favorável à revolução que pretendiam.

Em 7 de setembro de 1961, João Goulart, popularmente conhecido como Jango, assumiu o Poder, como é sabido, na Chefia de um governo parlamentarista. Tido como pessoa de reconhecida inteligência, de bons sentimentos, chegava à Presidência sem estar à altura da missão histórica que o destino lhe reservara. Afonso Arinos assim sintetizou os seus atributos: “inábil na ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar, metodicamente, a desordem...”.

Um mês após a posse de Jango, Leonel Brizola e o Governador de Goiás, Mauro Borges lançavam, em Goiânia, a Frente de Libertação Nacional. Não eram comunistas, mas, diga-se de passagem, a instituição dessas frentes e desses exércitos de libertação, exércitos populares... e outras denominações semelhantes, era uma prática comum aos comunistas e incentivada em pronunciamentos e artigos do próprio Kruschev. Possivelmente, por isso mesmo, o Governador Mauro Borges procurou delinear os limites da frente nos quadros da legalidade. Brizola, porém, estava convencido de que os objetivos da Declaração de Goiânia só seriam viáveis com o uso da força, daí a necessidade de se criar, com urgência, um braço armado para apoiá-lo. Na verdade, a essa época, Brizola não pretendia apenas a Presidência da República. Pretendia mais. Pretendia, aspirava ser o Fidel Castro sul-americano. Coincidentemente, o ditador cubano procurava um líder que pudesse apoiar como condutor da Revolução na América Latina.

Agora, feito esse quase preâmbulo, posso, com mais propriedade, falar sobre a estratégia do PCB.

Quando Jango assumiu a Presidência, o PCB considerou que, finalmente, ocupava esse cargo um político ao qual o Partido tinha acesso fácil e poderia ser considerado um aliado, como escreveu Jacob Gorender. Em conseqüência, baixou uma resolução com sua estratégia e suas táticas. Considerava aberta a perspectiva

de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico: a implantação de um governo nacionalista democrático, que deveria ser alcançado de forma pacífica, isto é, por meio de um intenso trabalho de massa. Como é sabido, esse trabalho de massa, também conhecido como "de base", se desenvolveria por meio de técnicas de aliciamento e recrutamento, infiltração, organização e mobilização das massas, sempre com o auxílio das atividades de agitações e propaganda.

Estabelecida essa estratégia, o PCB enumera algumas ações táticas, tais como:

• defender o plebiscito sobre as modificações introduzidas na Constituição que haviam estabelecido o sistema parlamentarista;

• apoiar a Frente Nacional de Libertação, – a frente democrática de libertação dele não tinha dado certo, mas ele pegava "um gancho" na frente de libertação nacional lançada em Goiânia;

• apoiar os movimentos grevistas;
• buscar o domínio na área sindical;
• mobilizar as massas em torno dos seguintes eixos táticos:
• restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética,
• registro legal do Partido,
• solidariedade ao povo cubano,
• suspensão da remessa de lucros para o exterior,
• reforma agrária radical,
• congelamento dos preços dos produtos de consumo popular,
• direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

Esses eram os seus principais eixos táticos.

De 15 a 17 de novembro de 1961, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) realizou seu primeiro Congresso em Belo Horizonte. A ULTAB, a exemplo das "Ligas Camponesas", era uma entidade fundada e dominada pelo PCB destinada a organizar e mobilizar os camponeses. Para esse evento, o PCB montou uma operação política com o Presidente João Goulart – o Plano de Reforma Agrária. As primeiras desapropriações seriam anunciadas durante esse Congresso. O Congresso, porém, transformou-se em uma luta agressiva às teses pacíficas do PCB. O conclave caracterizou-se pela disputa pública entre as idéias sino-cubanas de Julião e as teses do Partido. As exaltadas pregações tornaram-se ainda mais acaloradas quando Julião exigiu a desapropriação imediata dos latifúndios e a entrega das terras aos camponeses. "Reforma ou revolução" proclamou Julião. Este lema "reforma ou revolução" ou "reforma agrária na lei ou na marra" passou a ser a bandeira das "Ligas Camponesas" que, a partir desse Congresso, mudariam seu posicionamento ideológico. Antes voltado para a organiza-

ção dos camponeses, passaram a se preocupar, efetivamente, com a luta armada. Assistindo a tudo com perplexidade, mesmo assim, o convidado especial da ULTAB, João Goulart, leu o discurso previamente acordado.

Apesar da radicalização desse Congresso, o PCB saiu dele fortalecido. Ele manteve o domínio da maioria das organizações, com exceção das "Ligas Camponesas" de Pernambuco, que eram lideradas por Julião. Logo após esse evento, e esse é um dos fatos que considero de capital importância, Prestes foi a Moscou para participar do XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Encontrou-se com ninguém menos que Nikita Kruschev, Secretário do Partido Comunista da União Soviética – acho que ninguém desconhece que a função de Secretário-Geral é o posto mais importante na estrutura das organizações comunistas. Os dois discutiram a nova estratégia de tomada do Poder que o PCB pretendia implantar. Essa estratégia além de conjuminar-se perfeitamente com a política de Coexistência Pacífica, também se ajustava à política externa russa, naquele momento, depois do incidente dos mísseis, quando ela saíra com a posição desgastada. Os dois, então, discutiram essa estratégia. Participou também da reunião Mikhail Suslov, que era o ideólogo do Partido Comunista da União Soviética. Apesar de receber várias recomendações, uma verdadeira aula de como conduzir uma Revolução, a nova estratégia do PCB, que se ajustava perfeitamente à nova política de Coexistência Pacífica da Rússia, foi aprovada pelos líderes soviéticos.

Com o regresso de Prestes da União Soviética, o Partido iria dar continuidade à implantação de sua estratégia através daquele trabalho de massa. Mas a sua linha pacífica encontrou resistências na esquerda, a começar pela resistência no seio do próprio Partido. Primeiro com os estalinistas que haviam se desligado do Partido e criado o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, e as "Ligas Camponesas" que acabaram se voltando contra o seu próprio criador. Nessa época, existiam outras organizações de corte comunista que se opunham à linha pacífica do Partido, como o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Tínhamos, também nessa época, o aparecimento da organização revolucionária marxista Política Operária, mais conhecida como POLOP, e a Ação Católica, que se desligara da Igreja e estava se transformando na Ação Popular (AP) e que, em um Congresso realizado no Uruguai, já se pronunciara favorável à luta armada.

Aprovada a estratégia, o PCB nela estava engajado. Aqui é preciso considerar todo trabalho de propaganda ideológica comunista que assolava o mundo. A imagem criada em torno do eldorado comunista etc. e tal, tão bem descrita por Paul Linebarger, Zbigniew Brzezinski e Jean-François Revel e outros consagrados autores. Deixemos isso de lado, registrando apenas que essa ideologia era recebi-

da como uma esperança de um mundo melhor, como um caminho mais curto para o desenvolvimento e a justiça social, além de estar destinada a substituir o capitalismo, assim como esse substituíra o feudalismo, e reinar sobre o mundo.

Tendo a sua ideologia aceita, o trabalho de massa evoluía rapidamente. Já em 1962 os comunistas dominavam diversos sindicatos das importantes áreas de comunicações e transportes e, estavam infiltrados nos Sindicatos dos Bancários e dos Empregados das Indústrias, na União Nacional dos Estudantes (UNE), na Petrobras e em várias confederações nacionais dos trabalhadores. Como conseqüência do trabalho que desenvolviam, as greves políticas começaram a tomar conta do País. É importante esse dado para ter-se uma noção da agitação que começava a se agravar. Somente no Estado de São Paulo, em 1961, haviam sido registradas 1.700 greves. O trabalho do comunista Jover Telles sobre essas greves diz, em determinado trecho, que elas assinalavam um importante progresso, não somente pela participação numérica mas, principalmente pelos objetivos políticos que visavam. Simultaneamente com as greves políticas, em julho de 1962, foram desencadeados distúrbios com ataques a estabelecimentos comerciais com mortos e elevado número de feridos, principalmente, na baixada fluminense.

As comemorações dos quarenta anos do PCB, que foi fundado em 1922, proporcionaram a realização de comícios, festas e exposições sobre a Rússia, vale dizer, de propaganda ideológica comunista. Em agosto desse ano, 1962, o Comando Geral de Greve transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores, o famoso CGT. Com a eleição do comunista Clodsmidt Rianni para a presidência do mesmo, o PCB coroava sua hegemonia sobre os sindicatos conquistando um poderoso instrumento de pressão, permanentemente com ameaças de greve geral.

Em novembro desse ano, as Forças Armadas desarticularam vários campos de treinamento de guerrilha. Em 27 de novembro de 1962, a queda de um Boeing da Varig, no Peru, proporcionou comprometedoras informações sobre o apoio de Cuba às “Ligas Camponesas”. Esses documentos caíram nas mãos do Governador Carlos Lacerda que, naturalmente, os difundiu à imprensa e criou uma grande celeuma a respeito desse apoio direto de Cuba às “Ligas Camponesas”.

Com a crescente mobilização das massas iniciou-se a campanha pela antecipação do plebiscito que iria decidir sobre o regime de governo no País, isto é, pela revogação do parlamentarismo. Em 1963 a subversão, até então conduzida, mais ou menos, na clandestinidade, aflorou. Como não havia certeza do seu sucesso e até como uma forma de pressão, começou a colocar-se à luz do dia. Nesse ano, foi criado o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. Esse Comando, reunindo nomes como Dias Gomes, Jorge Amado e Ênio Silveira, constituiu-se num balu-

arte da propaganda esquerdista. A infiltração comunista se derramou sobre o ensino em todos os níveis, com a orientação e apoio do próprio Ministério da Educação e Cultura. A UNE criou centros populares de cultura que submeteram a população a uma intensa propaganda esquerdista. A UNE, além de receber vultosos subsídios do Ministério da Educação e Cultura, recebia subsídios financeiros e propaganda da União Internacional de Estudantes (UIE), uma entidade de fachada do Movimento Comunista Internacional onde a UNE tinha um representante: um dos vice-presidentes dessa UIE era da UNE, um brasileiro.

Paralelamente a esses fatos, ocorreu o problema da inelegibilidade dos sargentos levando a agitação para a área militar, o que, em fevereiro, torna-se manifesto. Cerca de seis mil graduados realizaram uma passeata em São Paulo, em apoio à posse dos companheiros de farda eleitos. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dominado por elementos esquerdistas, procurava atrair os subtenentes e sargentos com palestras e cursos nos círculos e clubes militares. Em 6 de março, foi realizada uma nova passeata de militares em São Paulo, desta vez com os integrantes da Força Pública de São Paulo e da Aeronáutica, comparecendo fardados. Os aniversários dos "generais do povo" passaram a ser comemorados com a presença maciça de graduados e com extremados discursos nacionalistas.

Atendendo uma específica orientação da Internacional Comunista, o PCB realizou, em Niterói – o Governador da Guanabara negou a permissão para a realização do evento em seu Estado – um encontro de solidariedade a Cuba com a presença de representantes de mais de oitenta países. Apesar das mensagens de solidariedade enviadas para esse encontro pela União Soviética e pela China, a vedete do encontro foi Prestes. Este, entre outras pregações revolucionárias, profetizou que o Brasil teria o privilégio de ser a segunda nação Latino-Americana, onde o socialismo seria implantado.

Ante os fatos sinteticamente narrados, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos, em Brasília, em 12 de setembro de 1963. Tanto assim é que providências tomadas impediram a participação dos graduados do Exército. Embora o movimento fosse controlado em poucas horas, foi grande a sua repercussão no País e no exterior. Este é um problema extremamente delicado; havia a pretensão de se fazer uma modificação na legislação de forma a corrigir essa coisa, mas, naquelas circunstâncias, ao invés de fazerem uma pressão no sentido de que aquela lei fosse realmente aprovada, os sargentos faziam manifestações políticas: Sargento também é povo e não sei o quê. Era uma coisa muito difícil para os oficiais justificarem aquilo que não tinha sentido: por que esses elementos não tinham direitos de serem eleitos? Houve, ainda, problemas sérios

com a Justiça evidentemente, pois o elemento não declarava sua situação de graduado quando se apresentava (candidatava) a um cargo eletivo. Depois de eleito, então, estava o fato consumado e começavam as querelas na Justiça.

Entre 19 e 25 de outubro de 1963, Brizola lançou, oficialmente vamos dizer assim, os seus "grupos dos onze", organizações que, de acordo com a sua orientação, deveriam considerar-se em revolução permanente e ostensiva. Os termos em que foram redigidos vários documentos relativos a esses grupos seriam cômicos se não fossem trágicos. Era uma imitação chula das instruções da guarda vermelha bolchevique. Penso que estes documentos, caso revelados, serviriam para mostrar como nós brasileiros somos condescendentes. O conhecimento daqueles documentos e as expressões que são ali utilizadas mostram que um homem como esse não poderia participar da vida pública em nosso país.

Nessa época, também, a reação a esse estado de coisas começava a crescer ostensivamente. Iniciou-se entre os empresários, que eram os mais pressionados pela situação, mas que só se tornou efetiva, com grande capacidade de mobilização, quando as mulheres se envolveram decididamente resultando, entre outras manifestações, nas grandiosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Inicialmente esses grupos trabalhavam no esclarecimento dos diversos seguimentos da população – distribuição de livros etc. – em termos de liberdade, de democracia. Houve uma hora em que parte desses grupos estava descrente da eficácia de sua estratégia e, até sentindo a morosidade de seu trabalho, começaram a se armar, tudo indicando a possibilidade de nos envolvermos numa guerra civil.

Ao que se pode inferir, o plano para a tomada de Poder constituía-se na realização de uma série de comícios-monstro durante os quais seriam anunciadas medidas populistas tais como o congelamento de aluguéis e do preço de produtos de primeira necessidade, projeto de sapato popular, desapropriações de terra etc., quer dizer, chamamentos populistas mesmo que não pudessem ser realizados. Seus idealizadores consideravam que, após uma série de comícios dessa natureza, as reformas se tornariam irreversíveis e se o Congresso não as aprovasse seria fechado com apoio popular e elas seriam implantadas pela frente única de esquerda.

Em março, houve um fato importante. Prestes voltou a Moscou e foi encontrar-se novamente com Kruschev, com Suslov e, agora, já com Brejnev, que viria a substituir Kruschev e apresentou o que ele tinha feito nesses dois anos: o trabalho de massa, inclusive a infiltração nas Forças Armadas. Veio de lá com a aprovação da União Soviética, inclusive com a proposta de financiamento para a Usina de Itaipu, que já era cogitada, naquela época. Ele relatou o seu encontro para o

Goulart. No dia 13 de março de 1964, realizou-se o primeiro desses comícios no Rio de Janeiro, na Praça da República, entre o prédio do Ministério da Guerra e a estação da Central do Brasil. Valendo-se de transportes oferecidos por órgãos estatais e do natural afluxo de pessoas no final da tarde em direção à estação da Central do Brasil, o chamado "comício da reforma" reuniu cerca de cem mil pessoas. No comício, faixas pela organização do Partido Comunista, distribuição de armas ao povo etc. e tal; e a situação de agitação já criava uma ansiedade, uma instabilidade na população.

Nesse mesmo dia, em contraposição, como sinal dessa apreensão pelos rumos que a situação política tomava no País, já angustiada, a população carioca acendeu, em milhares de residências, velas nas janelas. Seis dias depois desse comício, a 19 de março realizou-se, em São Paulo, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Mais de seiscentas mil pessoas. Eles pretendiam 130, 140 mil, vamos dizer assim, em termos de demonstração de força, superar o comício dos Cem Mil, mas conseguiram reunir mais de seiscentas mil pessoas que marchavam solenemente pelas ruas da cidade contra a comunização do país. Enquanto marchavam, vendiam exemplares de jornal com uma proclamação de mais de mil palavras que assim se iniciava: "esta Nação que Deus nos deu, imensa e maravilhosa como é, está em extremo perigo", e aí seguem-se mil palavras. Dias depois foram organizadas marchas semelhantes nas principais cidades do País.

Se tudo isso não bastasse, no dia 23 de março, e com os acontecimentos se avolumando vertiginosamente, Goulart demonstrou abertamente sua simpatia pelo movimento dos marinheiros, destinado a pôr a pique a disciplina nas Forças Armadas. Também não vou entrar em detalhes desse movimento, mas é sabido que os marinheiros da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no Rio de Janeiro, amotinaram-se, abrigando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, exonerou o Almirante Cândido Aragão, que era o "Almirante do povo", do comando do Corpo de Fuzileiros Navais e pediu a colaboração de tropas do Exército, que cercaram o sindicato. Goulart, algumas horas depois, mandou levantar o cerco e "pediu" que os marinheiros voltassem para os seus quartéis, dando-lhes a garantia de que não seriam punidos. O Almirante Sílvio Mota, apesar dos apelos que lhe foram feitos por altas patentes navais para que permanecesse no cargo, pediu a sua exoneração. Para seu lugar, os amotinados indicaram três nomes e Jango escolheu um desses nomes. Foi indicado para Ministro, o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um Oficial da Reserva e conhecido como o Almirante vermelho. Essa aí foi na verdade a gota d'água. O que era um plano defensivo passou a ser um plano ofensivo. Esses elementos

queriam, até, introduzir delegados seus nos navios, o que foi evidentemente proibido pelos elementos da Marinha.

Logo depois do comício do dia 13, foi divulgada uma nota de fundamental importância, do General Castello Branco, na qual ele expressa que, quando um presidente se propõe a anular o Congresso e a derrubar a Constituição, que foi a pregação feita pelo Brizola nesse comício, a ação militar em defesa da legalidade não só se justifica, mas é obrigatória. À nota do General Castello Branco e dois dias depois do episódio dos marinheiros, mais de mil e quinhentos oficiais da Marinha assinaram um manifesto, endereçado ao povo brasileiro. Declarava, em síntese, que chegava a hora do Brasil se defender. O Clube Militar prontamente proclamou solidariedade à Marinha; o grosso da imprensa aderiu e, se nós formos ver os editoriais da época, eles exigiam que as Forças Armadas tomassem uma atitude, esses mesmos jornais que hoje aí fazem uma propaganda contrária.

Gostaria, agora, de salientar dois aspectos que, acredito, são pouco divulgados: são as duas idas de Prestes a Moscou.

As idas de Prestes a Moscou em novembro de 1961, para apresentar a estratégia adotada por ele de tomada do Poder através do trabalho de massa, e em 1964, voltando lá, se reunindo com a cúpula do Partido Comunista que era a própria cúpula da União Soviética, relatando o trabalho feito e dizendo que iria tomar o Poder e os caras concordando com isso, mostraram, mais uma vez, uma interferência direta da União Soviética sobre os comunistas brasileiros.

Queria, também, destacar que naquele ambiente ou naquela conjuntura de guerra fria, se houvesse uma vitória de um movimento de esquerda aqui no Brasil, sofreríamos a intervenção dos Estados Unidos e da própria União Soviética, que iriam transformar nosso País num novo Vietnã. E sabemos, hoje temos vários exemplos, como sofrem as populações ante as intervenções externas, sejam elas pelos mais nobres motivos.

É a pergunta que fica sempre no ar. Quem colaborou com esse movimento comunista aqui no Brasil parece que não tinha essa preocupação. O País não lhe interessava. Se o país entrasse numa guerra civil, não interessava, o que importava era o objetivo dele, não é?

Agora estou certo de que essa vitória da Revolução, até porque a história é controversa, no meu entender, foi uma vitória no plano internacional, porque representou a maior derrota do expansionismo soviético no mundo. Um dia será reconhecida não só por ter livrado a população brasileira dos horrores do comunismo, mas também por ter limitado ou atenuado o avanço do comunismo no mundo.

Alguns autores dizem que a União Soviética, na época, utilizava a mesma estratégia que Portugal utilizou no passado para expandir-se: por meio de pontos fortes em vários locais.

Há várias teorias sobre isso, mas quanto ao problema de nosso País, não tenho dúvida de que haveria intervenção, no ambiente de guerra fria em que vivíamos; haveria intervenção dos Estados Unidos, da União Soviética e iríamos sofrer as conseqüências da disputa entre eles pela hegemonia no mundo.

É, isso é verdade.

Tendo feito esses comentários, tenho condições de dizer alguma coisa sobre o que aconteceu na minha Unidade, uma coisa muito pequenininha.

Sim, o senhor estava na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), não é?

É, em 1963 e 1964 era Instrutor da Escola de Sargentos das Armas. Fui promovido a capitão em dezembro de 1963. Na Escola, vivi os momentos que a antecederam e a própria ocorrência da Revolução de 1964. Dois aspectos se verificaram na EsSA e que devem ser ressaltados como ensinamentos. Antes, é bom frisar, como o próprio nome indica, a maioria do efetivo da Escola era constituída por Graduados. Todos nós sabíamos que o aliciamento de militares, no período que antecedeu à Revolução de 1964, se concentrou sobre os Graduados, não só por serem eles em maior número, mas de um modo geral, menos preparados para contraporem-se à investida esquerdista. E, naquela época, com essa idealização do comunismo, era fácil; creio que poucas são as pessoas da minha geração que não sofreram com o trabalho de recrutamento. Eu sofri. O cara primeiro me dá um "Jubiabá" de Jorge Amado, me dá um "Capitães da Areia". A mocidade está sempre idealística e particularmente voltada para a justiça social. Então, o primeiro aspecto que aconteceu na EsSA é que efetivamente nenhum sargento – ou se houve algum, não tomei conhecimento – se colocou contra a Revolução.

E o senhor atribui isso a quê?

Atribuo ao fato de que nós conversávamos com eles.

O outro aspecto está ligado ao nosso Coronel Comandante. Era um elemento respeitado, muito assíduo, muito disciplinado, disciplinador, de elogiável presença, além do que tínhamos grande respeito por ele porque tinha sido Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Bom, sabemos que o Comandante do Corpo de Cadetes é um oficial escolhido a dedo, porque o Cadete se mira nele, faz dele o seu exemplo e procura espelhar-se à sua imagem. Era um indivíduo, entretanto, que, como na AMAN, também na tropa, colocava-se em um pedestal e não tinha contato com seus subordinados, fossem oficiais ou o que fossem. Em torno dele, o Estado-Maior. Mas teve, vamos dizer

assim, má sorte: o elemento de ligação dele com os oficiais era o seu Subcomandante, o Coronel Plínio Pitaluga, um revolucionário conhecido, mas que foi transferido, no final de 1963. Então, o Comandante perdeu o contato com o pessoal; entretanto nós conversávamos com os sargentos, com os nossos subordinados. Dizíamos o que sabíamos estar acontecendo, que permanecíamos atentos para algum problema, e que a melhor coisa, a única coisa que podíamos fazer naquele momento era manter a união, disciplinados e coesos, até o momento em que tivéssemos que tomar uma decisão, porque não sabíamos o que iria acontecer, efetivamente ou não.

Acredito que esse trabalho preliminar foi muito importante. Por que esse trabalho começou a ser feito? Porque o nosso Comandante viajava, no máximo, a cada 15 dias para o Rio de Janeiro, onde ficava, então, a sede do Ministério. E sempre que ele voltava, na segunda-feira, em plena formatura na EsSA, apresentava as novidades, alterações de interesse geral. A partir de 1964, passou a não falar mais e começou a irritar-se com qualquer conversa que acontecia no café da manhã, entre os oficiais que faziam o desjejum na Escola, onde ele também fazia sua primeira refeição.

Começou a irritar-se e, até, a tratar mal o elemento que abordasse qualquer assunto político. Poderia ser razoável em outra circunstância, por tratar-se de assunto político dentro do quartel, mas naquela circunstância era a natureza dos fatos. A coisa estava acontecendo de tal maneira que você tinha que tomar conhecimento de tudo.

O senhor acha que ele tinha um estilo de liderança peculiar?

Peculiar não, mas um tipo atrasado de liderança, liderança de um chefe que se coloca num pedestal. Pode ser uma pessoa excepcional, mas perde a ligação com os seus homens e naquele momento extremamente crítico. Podemos até dizer: conseguimos que não houvesse nenhum sargento contra a Revolução, todos foram favoráveis à Revolução, em virtude da ação dos oficiais.

Lá dentro da Escola mesmo, havia pouquíssimos revolucionários. A coisa foi mudando conforme a situação ia evoluindo. Durante um prolongado período, até 1963, fim de 1963, entendo que a grande maioria do Exército não era favorável a nenhuma Revolução, nem golpe, nem coisa nenhuma. Mas, esses acontecimentos: a rebelião de Brasília, o motim dos marinheiros, o comício do dia 13, e depois, também, o outro lado da questão, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com esse mundaréu de gente, mostravam que aquilo ali era vontade do povo. Se eles botavam cem mil lá, São Paulo colocou seiscentos mil, então, pela matemática, tinha-se a vontade do povo. Isso foi modificando o estado de espírito do Exército, e aí começamos a nos reunir.

O senhor acha que houve um erro de avaliação da esquerda, pensando que o Exército, as Forças Armadas, estavam divididas?

Como disse inicialmente, houve uma divisão do Exército na questão da posse do Jango. Havia oficiais que não queriam ferir a Constituição; o clamor público também foi favorável... a campanha de Brizola... a opinião pública era favorável à posse de Jango. Só mais tarde é que o acerto daquelas previsões dos militares viria à tona.

Eles pensavam que se repetia a mesma coisa?

De certo modo. Achavam que havia um equilíbrio das forças, vamos dizer – não quero alternar esquerda ou direita por que não sou de direita – das forças políticas e isso era favorável à revolução deles, que sempre foram minoria. O equilíbrio dessas forças indicava a evolução da idéia socialista e o momento da Revolução se apresentava.

Ninguém tinha falado ainda sobre isso aqui, sobre esse erro de avaliação, eles pensarem que havia uma divisão nas Forças Armadas.

E havia, até como resquício da própria divisão já nascida na posse de Jango, mas isso foi se modificando. Creio que com a rebelião dos sargentos de Brasília, com o motim dos marinheiros e com o comício do dia 13, aquela expressiva maioria modificou o seu modo de pensar. Até o final de 1963 acho que havia.

Aí o que aconteceu? Fazíamos reuniões secretas e tínhamos escalado alguns elementos para conversar com uma meia dúzia de oficiais, nem isso, que constituíam o *staff* do Comandante, mas eles não abriram essa oportunidade ou fomos infelizes, o certo é que não conseguimos conversar. De certa forma, estávamos fora da Revolução, porque o General Mourão havia passado na EsSA e o Comandante tinha se declarado contra a Revolução. O Comandante, além de todos esses aspectos que citei, era o número um no quadro de acesso. Então, é claro, quieto ali, não queria que houvesse onda nenhuma que o prejudicasse.

No dia 1º, estávamos aguardando um pronunciamento do Adhemar de Barros para ter certeza de que nós, oficiais da EsSA, não iríamos embarcar num golpe, mas sim iríamos participar de uma reação, que concluíramos teria de existir. Naquele dia, o Comandante nos reuniu, na primeira hora, e falou: "olha, estou com uma autorização do Estado-Maior e do DEP, para que a Escola permaneça neutra". Aí, levantei – e eu era assinante do *Estadão* – e descrevi, mais ou menos, as coisas que estavam acontecendo, e declarei para ele: "Não concordamos com essa neutralidade. Em 1955, o problema foi estritamente nacional e político, então, julgamos que o DEP e o Estado-Maior do Exército agiram certos ao orientarem a AMAN para permanecer neutra. Agora não, vivemos um proble-

ma ideológico, e num problema ideológico não pode haver neutralidade. Somos favoráveis à Revolução."

É de imaginar aquele cara, com um tal tipo de Comando, quando um capitãozinho recém-promovido disse isso, o choque que ele levou. Então acrescentei:

– Quero pedir que o senhor nos deixe reunir aqui, quem está favorável à Revolução.

Ele concordou e saiu. Havia uns dois majores, um recém-chegado, que acredito ter ido até lá, exatamente, para provocar o problema na EsSA, disse:

– Não pode ser assim, porque não sei o que e tal...

– Olha, meu amigo, agora aqui dentro acabou o problema de hierarquia e tudo mas, trata-se de quem é favorável à Revolução e de quem é contra. Se os senhores não estão favoráveis, os senhores se retirem – disse para ele.

E eles se retiraram. Aí, enviamos um radiograma para o General Mourão – relato esse episódio, esperando que seja um ensinamento, mas que nunca precise ser utilizado: "Informo que 23 oficiais desta Escola e a totalidade dos sargentos são favoráveis à Revolução e estão à disposição de Vossa Excelência". Entregamos o rádio ao Comandante e ele só fez um acréscimo no texto: ...23 oficiais e a totalidade de sargentos desta Escola "sob o meu Comando"... – porque não era mentira, porque nós não o havíamos prendido. Tínhamos concordado que ficasse neutro e que nós iríamos agir ali... a nossa inexperiência. Dizem que chegou o rádio, o Mourão leu e disse:

– Esses miseráveis! Estão a favor da Revolução e sob o Comando desse pulha e jogou no lixo.

Depois tem uma história que o Mourão vai lá... e o pessoal vai ao Mourão. Eu mesmo não quis mais ir, mas o Alcedir foi. Depois houve inquérito e tudo mais, e parece que o encarregado foi o General Vale que tinha passado o Corpo de Cadetes para o Coronel.... Eram grandes amigos, mas tudo bem. Sobre isso General Alcedir pode contar alguma coisa com mais detalhe, mas penso que deveria contar isto aqui.

O senhor poderia falar um pouco mais sobre o Brizola, sobre o "grupo dos onze"?

O interessante é a forma como foram redigidos os documentos sobre os planos para a formação dos "grupos dos onze". As "Instruções Secretas" iniciavam com um "preâmbulo ultra-secreto" onde explicavam que o sujeito tinha que fazer um juramento, mas o compromisso tinha que ser muito cerimonioso para impressionar os companheiros. Quem tomasse conhecimento do documento, só a morte poderia liberá-lo do compromisso de honra assumido. Sabe, aquelas baboseiras do Brizola, metáforas e redundâncias que ele tem capacidade de falar e transmitir. Martelava aquilo todas as noites na Rádio Mayrink Veiga e a gente sofria.

O cabo Anselmo, numa entrevista que ele deu a um repórter, menciona que ele tinha uma lista de pessoas que seriam fuziladas, não é?

Lembro-me de ter lido. Aquelas "instruções ultra-secretas" eram uma verdadeira palhaçada, coisa que não dá para entender na cabeça de um político que pretendesse tivesse sido importante.

O senhor acha que o Brizola era comunista?

Na minha opinião, oportunista.

Li um artigo, um pouco antes da primeira eleição do Fernando Henrique Cardoso, escrito por Jorge Boaventura, intitulado "Os Surfistas da História". Entendo ser excepcional aquele artigo porque mostra que tais figuras são inteligentes e estão sempre na crista da onda: Se é o machismo, são machistas, se ateísmo, são ateus, se é globalização, estão na globalização, se têm que beijar a mão do Papa, estão lá com as mulheres beijando a mão do Papa, entendeu? Esses são os espertos. "Os Surfistas da História", quer dizer, eles estão sempre na crista da onda. É lamentável, mas o homem é assim. Muito bem.

E os fatos que ocorreram após a Revolução de 1964?

É a parte mais importante, porque é a mais contestada, particularmente o AI-5; a Revolução errou em não colocar as verdadeiras razões que levaram a esse ato de força.

Vitorioso o Movimento de Março de 1964, devemos enfatizar que as Forças Armadas, o Exército em especial, atenderam os apelos da população, mobilizada em diversos atos como as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" e muitas outras manifestações; apelos da imprensa que, de uma maneira geral, pressionava as Forças Armadas a tomar uma atitude em defesa da democracia. Exigiam que o Exército, as Forças Armadas de uma maneira geral, dessem o mesmo tratamento em termos de Executivo, Legislativo e Judiciário. É fundamental, então, recolher os artigos e editoriais dos principais jornais e revistas da época, em especial do início de 1964, para comprovar o que eu estou afirmando.

As forças vitoriosas, todavia, estavam perplexas ante a rapidez do desfecho, com o desmoronamento do propalado "esquema militar janguista", sem que se esboçasse qualquer reação. A precipitação do Movimento, partindo de Minas Gerais, fez a vitória da Revolução coincidir com a "Marcha da Família" programada para o Rio de Janeiro.

Com mais de um milhão de pessoas, essa grandiosa manifestação acabou transformando-se numa verdadeira festa de júbilo pela manutenção da democracia. As tevês e os jornais e as faixas que os manifestantes portavam atestam esta assertiva.

Esse episódio propiciou mais de um artigo da famosa revista Seleções com um sugestivo título "A Nação que se salvou a si mesma". Depois de alguns anos, em 1978, desejamos trazer a público esse artigo; inclusive a chefia da edição em português da Seleções tinha sido transferida para Lisboa, e um elemento – cujo prenome não recordo, de sobrenome Marinho – foi quem nos conseguiu contato com a direção, para que obtivéssemos autorização para publicá-lo...

Muito bem. A chamada desse artigo – penso que vale a pena ser lembrado – diz: "...a história inspiradora de como um povo se rebelou e impediu que os comunistas tomassem conta de seu País. Raramente uma grande Nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para dominação, propaganda, infiltração, terror, estavam em plena ação. A rendição total parecia iminente, então o povo disse não". Estou certo de que essa parte aqui é uma verdade, quando afirma que o povo disse não, ou as Forças Armadas, em nome do povo, disseram não.

A contra-revolução, cristalizada na manutenção do regime democrático, resultou de excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social que imperava no País.

Que fazer? A contra-revolução teria cumprido o papel tão-somente desalojando do Poder o Presidente da República e posto em fuga os seus comprometidos aliados? Na verdade, o problema era bem mais complexo: conciliar a manutenção das garantias democráticas, direito de todos os cidadãos, com medidas de prevenção contra os abusos, de modo a resguardar a democracia brasileira de novas ameaças. Diferentemente de outras oportunidades, tínhamos sido alvo de um movimento ideológico, era preciso não esquecer o que ensinara Lênin, no seu "Doença Infantil do Comunismo". "A burguesia vê apenas alguns aspectos do comunismo: a insurreição, a violência e o terror. Desde logo se esforça em preparar a resistência e a resposta a esses aspectos. É possível que a burguesia seja bem-sucedida em certos casos. Todavia, literalmente, o comunismo insinua seus viçosos brotos em todos os poros da vida social. Tendo o contágio penetrado no organismo, aí se instala solidamente e o invade por completo. Se, devido a um cuidado particular, se fecha uma dada brecha, o contágio sempre encontrará uma nova via, às vezes a mais inesperada." Essa era a preocupação do comando da contra-revolução, que já havia decidido que não era possível, diante da situação vivida, simplesmente trocar os governantes, entregando o Poder a um subgrupo da elite brasileira. Até porque era sabido que, caso guardassem alguma coerência com suas motivações ideológicas, esses mesmos dirigentes voltariam para contestar o regime, tão logo se encerrasse a fase aguda da repressão e fossem restabelecidas as garantias democráticas.

O primeiro impasse que surgiu foi conseqüente à idéia do General Costa e Silva que julgava prioritário fazer uma limpeza da área, enquanto o comando da Revolução dispunha de forças incontrastáveis. Mas seria convencido do contrário por alguns governadores e pelo Marechal Juarez Távora. Na verdade, essa limpeza não era coisa simples, como a prisão de alguns líderes, era uma tarefa ingente. Nós vamos verificar que era tão ingente que, inclusive, não foi eficaz.

Como anular os quadros mentais forjados em anos de propaganda ideológica, trabalhada persistentemente por milhares de propagandistas e doutrinadores fanáticos? As entidades que se organizaram e reagiram à situação anterior estariam ainda dispostas a participar dessa verdadeira desintoxicação ideológica? Não. Na verdade, conjurado o perigo iminente – como sói acontecer em ocasiões de crise – essas forças começaram a se dispersar, cada uma indo cuidar de seus interesses. A contra-revolução havia aglutinado forças heterogêneas e até antagônicas. Muitos políticos já agiam no velho estilo, atribuindo a esse episódio um sentido pouco diferente do que haviam vivenciado em situações anteriores.

Começavam a entrar em cena as postulações pessoais, de partidos, dos segmentos sociais, cada qual procurando fazer pender para o lado dos seus interesses o pêndulo do Poder. Eu vou apenas citar as etapas percorridas, que podem ser relatadas por pessoas que as viveram, com mais propriedade, para assinalar como a situação evoluiu para o que chamam de luta armada, na verdade, para a guerra irregular que em pouco tempo tivemos que enfrentar. Pretendo, restringir-me à seqüência que leva exatamente a essa guerra. O fato é que os impasses surgidos conduziram o comando revolucionário a editar, em 9 de abril, um Ato Institucional, o primeiro Ato verdadeiramente revolucionário que, no meu entendimento, transformou a contra-revolução em Revolução.

Embora pretenda tratar apenas da citada guerra, acho importante assinalar que o Ato Institucional estabelecia, no preâmbulo, destinar-se a assegurar, ao novo Governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e social do Brasil. Os que tomarem conhecimento das informações relativas a essas áreas, concluirão que foi bem-sucedido. No meu livro, sem pretender entrar nessa seara, ao fazer análise da estratégia das organizações subversivas, sou obrigado a verificar as condições objetivas. Ao tratar das condições objetivas, é natural considerar a problemática econômica, social, financeira etc. E assim constatar, por felicidade, que houve um êxito que considero bastante significativo.

O Ato Institucional, para demonstrar que não pretendera radicalizar o processo revolucionário, decidia manter a Constituição de 1946, limitando-se a

modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente. E para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se achava investida, a Revolução resolvia, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos poderes constantes do próprio Ato. O Ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, por intermédio de um Colégio Eleitoral que ficava encarregado de eleger indiretamente o Presidente. O Ato demonstrava o entendimento dos chefes militares – acho que está claro – de que suas intervenções ocorridas desde 1945 nada tinham resolvido. Estavam decididos a não repetir o erro de entregar o Poder a um subgrupo da elite política que poderia levar o País ao beco sem saída da corrupção e da subversão. Hoje, tenho a convicção de que nos teria conduzido a uma guerra civil, no mínimo.

Finalmente, é muito importante, no meu entendimento, o Ato deixava implícito que a Revolução trazia em seu bojo a determinação de realizar transformações profundas capazes de arrancar o Brasil da posição marginal que vinha ocupando na História, para torná-lo – ao contrário do que parecia ser o destino de outras nações periféricas – um País viável. Tivemos, então, a eleição do General Castello Branco, as primeiras eleições de governadores, sendo eleitos dois de oposição, criando suas próprias dificuldades para o Governo, mas tudo ia sendo superado com determinação.

Lembramos que, antes de 1964, tínhamos, atuando no País, cinco organizações subversivas: o PCB; o PC do B; a Organização Revolucionária Marxista – POLOP; o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e a Ação Popular (AP). Cinco organizações antes da Revolução de 1964. Com exceção das prisões efetuadas logo após a Revolução, atingindo os líderes e os agitadores mais conhecidos, as novas organizações quase não foram afetadas. A polícia não possuía um serviço de informações bem estruturado, tanto que já em abril de 1964, a POLOP iniciava a organização de um núcleo guerrilheiro. Pouco afeito a ações clandestinas, seus militantes foram presos, e a pretensa guerrilha da POLOP desarticulada no nascedouro. Como seus militantes eram, na quase totalidade, residentes na Zona Sul no Rio, essa ação ficou conhecida como Guerrilha de Copacabana. As notícias dessa pretensa guerrilha, contudo, serviram para atrair para a POLOP setores radicais da esquerda.

Era um quadro de guerrilha urbana então?

É, eles procuravam montar um núcleo, seria um foco, mas dentro da cidade, dentro do Rio de Janeiro. É preciso também a gente considerar vários antecedentes. Já havia uma dissidência dentro do Partido Comunista, culpando-os pela derrota e pela linha política até aquele momento.

Esse teria sido o primeiro momento em que os esquerdistas pensaram na luta armada?

Não, desde a derrota da Revolução havia focos. Com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética houve uma divisão quebrando o monolitismo da Rússia. E a China sempre pregou a luta armada. Cuba já estava presente, não queria ficar alheia ao movimento internacional e, também, pregava a luta armada.

Muito bem, já em maio de 1964, o PCB iniciou a sua rearticulação e, nas reuniões, discutiam as causas do fracasso da linha política (como acabamos de ver), acirrando a luta interna entre os radicais e os moderados do partido. Em junho foi a vez do PC do B reunir-se e decidir partir para luta armada. Mais rapidamente do que as esquerdas marxista-leninistas, haveriam de se articular os subversivos e inconformados políticos, que tinham fugido, a sua maioria, para o Uruguai. Sob a liderança de Brizola, montam uma ação que ficou conhecida como "operação pintassilgo". Ela previa o ataque a diversos quartéis, a tomada da Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, e o bombardeio do Palácio Piratini. Com a prisão, em novembro de 1964, do Capitão Aviador Alfredo Ribeiro Daudt, todos os planos dessa operação caíram nas mãos da polícia e ela foi abortada.

O senhor falou que não houve uma preocupação em mudar muito o sistema político vigente no País e que foram eleitos dois governadores da oposição. Uma das maiores alegações da guerrilha, para que ela fosse aceita é a de que não havia espaço político, não havia espaço para exercício da política, por isso a guerrilha. Na verdade havia esse espaço?

Havia. Inclusive, inicialmente, o nome do meu livro seria A Grande Mentira, porque eles propalaram uma grande mentira, utilizavam isso como uma guerra psicológica.

E ela passava a ser verdade.

Induziam a população a acreditar que estavam combatendo a ditadura para implantar a democracia. Nós não vivíamos um regime democrático pleno, pois até o Governo de Costa e Silva afirmava que iria melhorar as condições democráticas etc. Ora, a população estava ávida para voltar à plenitude democrática e estava, psicologicamente preparada para receber a mensagem dos comunistas. Depois disso, o passo seguinte da grande mentira é que se eles eram defensores da democracia, os terroristas eram angelicais defensores da democracia.

Ainda sobre Ribeiro Daudt, ele estava preso no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e foi levado para a 6ª Companhia de PE (Polícia do Exército) em Porto Alegre, porque achavam que teria maior segurança. Muito bem, ele fugiu de lá. O oficial de serviço (Oficial de Dia) do dia em que fugiu era o Sr. Carlos Lamarca.

Em janeiro de 1965, e sob a liderança de Brizola, foi criada no Uruguai uma Frente Popular de Libertação. Recebeu adesão de militantes do PCB, do PORT, do PC do B e da AP. Em março decidiram desencadear um plano revolucionário. O comando das operações a ser desenvolvido no Sul foi dado ao ex-Coronel do Exército, comunista Jefferson Cardim de Alencar Osório. Os ditos revolucionários haviam adentrado o Estado do Paraná, na ocasião em que os presidentes do Brasil e do Paraguai inaugurariam a Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. É interessante o comentário, porque os caras vinham fazer uma revolução e esqueceram de arrumar a viatura e foram de táxi. Invadiram o Brasil de táxi! Depois, um tal de Zébinho, arrumou um "ford-de-bigode" e foram até não sei onde. Muito interessantes essas trapalhadas do Brizola. Como os presidentes do Brasil e do Paraguai iam inaugurar a Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, foi dada ordem para que esses elementos fossem obstados de chegar até lá, fossem detidos. E nessas escaramuças, o Jefferson Cardim, fardado de coronel, fez um sinal para a viatura com tropas que se aproximava – tinha colocado seus homens na beirada da estrada – e armou uma emboscada. Lamentavelmente, aconteceu a primeira vítima fatal, o 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo, da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão. Infelizmente, quando comandei a Região, sofri um acidente, não pude ir a Francisco Beltrão para prestar a minha homenagem ao Camargo.

Com essas ações, começaram também as mentiras que iriam alimentar uma guerra psicológica, que seria movida contra as Forças Armadas e o País, e que continua até os nossos dias. Essa mentira, ou meia verdade, é contada no livro "A Esquerda Armada no Brasil", onde está escrito, em determinado trecho: "Jefferson Cardim, depois de preso, conseguiu fugir do Brasil – é verdade, ele fugiu – e anos mais tarde foi entregue pelo regime militar argentino à ditadura brasileira, cujos grupos repressivos o torturaram até a morte em 1971." O livro mente, pois o Jefferson Cardim, alguns anos depois, fez umas declarações na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ele só veio a falecer em 1995, isto é, 24 anos depois, e de morte natural.

Afora esses fatos narrados, no ano de 1965 ocorreu importante cumprimento do calendário eleitoral com o pleito de governadores, tendo sido eleitos dois políticos da oposição para os dois dos mais importantes estados da Federação. A reação à posse desses governadores foi determinante para edição do Ato Institucional nº 2, que assegurou a posse de ambos e representou um passo importante na direção da normalidade democrática. Ocorreu um impasse e, talvez, houvesse um endurecimento muito grande se não tivessem sido retomados os poderes iniciais da Revolução, de que, precipitada ou prematuramente, se abrira mão.

Em 31 de março de 1966 tiveram início os atos terroristas, com a violenta explosão no prédio dos Correios, no Recife, próximo ao Parque 13 de Maio, onde havia uma aglomeração de estudantes, particularmente, para comemoração do segundo aniversário da Revolução – naquela época ainda se comemorava o aniversário da Revolução. Deu-se, ainda, uma segunda explosão na residência do Comandante do IV Exército (sem maior gravidade) e foi encontrada uma bomba falhada na Câmara Municipal, onde ocorrera uma sessão solene – também se fazia sessão solene – comemorativa do aniversário da Revolução. Cinqüenta dias depois, foram lançados coquetéis *molotov* contra a Assembléia Legislativa. No dia 25 de julho, uma série de três bombas voltou a sacudir Recife, uma das quais no aeroporto de Guararapes. Esta última provocou a morte de duas pessoas, um jornalista e um almirante reformado, e ferimentos em outras 15 pessoas, três das quais gravemente, inclusive um guarda-civil que teve uma das pernas amputadas. Apenas o acaso, representado pela pane do avião que transportaria o Marechal Costa e Silva – candidato a presidente – até o Recife, evitou uma tragédia de maiores proporções com aquele atentado. No aeroporto, informaram que o General não viria de avião, e sim de carro, deslocando-se direto para a sede da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que era seu destino final, em Recife. A aglomeração já estava se desfazendo e por isso o atentado não provocou uma tragédia de maiores proporções.

Entram aí as primeiras perguntas: seriam, esses atos isolados, expressões radicais do descontentamento com a política econômica do Governo, com a situação política do Brasil ou seriam os primeiros movimentos de uma guerra irregular? A guerra irregular, ensina Friedrich August Von Der Heydte, que tem um livro publicado pela BIBLIEx (Biblioteca do Exército), pelo menos nos estágios iniciais é muito acanhada, de aparência pouco eloqüente, mas todas essas pequenas coisas obviamente se acumulam. O perigo de uma guerra irregular não declarada é imperdoavelmente subestimado.

Fidel Castro não aceitava desempenhar um papel secundário no desenvolvimento da revolução comunista mundial e voltasse para a Argélia. Os dois países programaram para 20 de julho de 1965, na abertura da Conferência Afro-Asiática, o anúncio do projeto revolucionário cubano-argelino. Na véspera, porém, desse evento, Ben Bella foi deposto. Em 17 de junho, quem chega à Argélia? O Embaixador argelino no Brasil, acompanhado do ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Na Argélia, Arraes queria obter recursos que permitiriam, em ligação com Márcio Moreira Alves – esse jovem que se declara nosso amigo, mas que era um subversivo e fez uma propaganda tremenda contra a Brasil – criar e sustentar uma

Frente Brasileira de Informações, uma organização criada para denegrir, aos olhos do mundo, o nosso País, em especial as nossas Forças Armadas, por intermédio de um plano que, em sua concepção estratégica, visava, numa segunda fase, a tomada do Poder através da luta armada, tarefa do Movimento Popular de Libertação, por eles mesmos criado.

Apesar da dificuldade em conciliar a normalização constitucional com a natureza e o ritmo das ações revolucionárias, o que resultava em crises constantes e no estreitamento das bases de sustentação – com a política econômica apertando, uma fatia dos empresários deixou de apoiar a Revolução; Carlos Lacerda entendia que a Revolução só se realizaria efetivamente se ele fosse presidente da República. Se a eleição não fosse direta, a Revolução estaria contra ele – o Governo revolucionário dava, apesar de tudo isso, continuidade à sua estratégia. Era de absoluta prioridade que a Revolução se institucionalizasse. Nesse ano seriam realizadas eleições de governadores em outros 11 Estados, cujo pleito se daria já sob a vigência de um novo Código Eleitoral e da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e, pela primeira vez, usar-se-ia a cédula oficial – creio que poucos lembram disso, antigamente era distribuída a cédula – aprovada pelo novo Código. A Constituição encontrava-se em elaboração por uma comissão de juristas renomados.

Além da legislação eleitoral e da Constituição, a Lei de Imprensa estava em discussão. A propósito, é interessante lembrar o editorial do *Jornal do Brasil* de 28 de setembro de 1966: "...não acreditamos que o Governo vá fazer uma reforma da Lei de Imprensa, se o Governo é que conseguiu manter a imprensa livre até agora" e outros artigos nesse mesmo sentido. Porque a imprensa era livre. O problema da Lei de Imprensa é até interessante. Roberto Campos fez uma exposição para os jornalistas sobre o problema da Lei de Imprensa; selecionou alguns artigos da lei vigente e leu. Defendeu aquilo como se fosse uma lei que contribuía para liberdade da imprensa, e os caras pensando que se tratava da nova lei, não aceitaram de jeito nenhum. O preconceito era muito forte.

Após exaustivos debates, foi encaminhado o projeto de Reforma Agrária, com previsão de desapropriação de latifúndios improdutivos com títulos da dívida pública. Foi uma questão muito séria para o Governo, porque os opositores da reforma denunciavam um retorno aos tempos de Goulart. É verdade que foi introduzido o problema da correção monetária e caberia ao Governo Federal a competência privativa para decretar impostos sobre a propriedade rural, o que atenuou muito. A reforma foi aprovada e se tivesse tido continuidade não teríamos, hoje, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), porque o projeto era tributário, quem produzisse teria menos encargos, quem não produzisse, mais encargos. Depois de

tantos anos, acredito que o problema teria sido, pelo menos, extremamente atenuado. O Estatuto da Terra não provocaria menor agitação do que a Reforma Agrária.

A Reforma Administrativa já havia sido consubstanciada no Decreto-Lei nº 200 de 25 de janeiro de 1966.

Não foi menor a batalha no Congresso para aprovação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, segundo uma especialista italiana, "como solução social previdencial, era um *know how* de exportação". Os trabalhadores, aos poucos, foram aderindo e quiséramos nós que o PIS/PASEP tivesse alcançado resultado semelhante ao FGTS. Está aí, há mais de 30 anos, nunca foi modificado.

Em novembro de 1966, o presidente unificaria todo o sistema previdenciário, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). As comunicações nacionais seriam integradas por satélite por meio da Embratel, recentemente criada na época. E dava-se seqüência, com tenacidade, à estratégia econômica, reduzindo à metade o índice inflacionário, apresentando um superávit de 600 milhões de dólares na balança comercial.

Enquanto o Comando Revolucionário ia implantando uma série de medidas – como vimos, do INPS, do FGTS, da Embratel – por outro lado esse ano, 1966, seria marcado pelo acirramento da luta interna no PCB. O crescimento da influência cubana incentivava os radicais. As células do partido implantadas em quase todas as universidades começavam a criar as dissidências que se desligavam da agremiação. Penso que discordavam da linha política dita reformista ou pacífica do partido. Nessa época, Vladimir Palmeira escreveu o seguinte, no já citado "A Esquerda Armada no Brasil": "...eu integrava, então, uma das dissidências universitárias... e tratava de criar uma organização nova, capaz de levar por diante a luta armada no Brasil". Dizia também: "...começamos este ano (referia-se a 1966) com uma perspectiva nova, a radicalização do movimento estudantil".

É preciso considerar também que, entre 3 e 15 de janeiro de 1966, realizou-se em Havana a primeira conferência de solidariedade dos povos da África, Ásia e América Latina, mais conhecida como Tricontinental. Nessa conferência, a tônica foi a defesa da luta armada, desde o discurso inicial do Presidente de Cuba, até o discurso de encerramento de Fidel Castro. Ao término da Tricontinental e por propostas do Allende, que já tinha sido eleito Presidente do Chile, foi criada, pelos países latino-americanos que haviam participado, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cujo propósito era unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano. Essa sigla, como é sabido, em espanhol significa ondas. O que se pretendia com essa organização era inundar a América Latina com imensos vagalhões de luta armada.

E criar um, mil "Vietnãs", não é?

Isso aí. Depois vem o Guevara.

Ainda nesse ano, de 29 de junho a 11 de julho, realizou-se, em Cuba, o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, no qual proclamavam solenemente que "a luta armada constituía a mais efetiva e conseqüente forma de luta e que a tomada do Poder na América Latina tinha que ser feita através da violência revolucionária".

De fato, esse ano, a que se refere o Wladimir Palmeira, foi repleto de manifestações de rua e de conflitos estudantis com a polícia. No dia 23 de setembro, foi comemorado o Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura.

Ainda neste ano de 1966, a dissidência universitária da Guanabara desligou-se do PCB e passou a ser conhecida como Dissidência Comunista da Guanabara, ou simplesmente Dissidência Guanabara.

A realização da Tricontinental e a criação da OLAS causaram agitação nos grupos brasileiros exilados no Uruguai. Em maio, realizaram uma reunião na casa do ex-Almirante Aragão que resultou na criação do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN). Apesar dos planos de atos terroristas, o único ataque que se conhece desse grupo foi um atentado à bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco, em Montevidéu.

Fidel Castro via no nacionalismo antimperialista de Brizola o canal preferencial da luta armada na América Latina, desse modo não foi difícil o restabelecimento de ligações entre ambos, interrompidas desde a Revolução de 1964, até porque Brizola enviara um representante dele para a Tricontinental e mantinha vínculos com Cuba.

E o Almirante Aragão ficou afastado desse processo?

O Aragão logo ficou doente passou ao Nicoll o comando daquele movimento.

O Cabo Anselmo, quando foi ao Uruguai, procurou o Brizola. Não foi ao Almirante Aragão a quem era ligado antes.

Eles estavam afastados, o Aragão e o Brizola.

Assim, o Brizola, com essas ligações, obteve a promessa de treinamento de guerrilheiros na ilha e auxílio financeiro que consta ter sido de mais de um milhão de dólares, embora o Luiz Mir diga que um milhão de dólares é pouco para fazer uma revolução na América do Sul. Brizola, rompido com o grupo militar que dele se afastara, pressionado por Cuba para justificar os recursos financeiros e, por outro lado, pelos seus próprios seguidores, criou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). É convencido pelos seus próprios assessores a tentar a forma guerrilheira, com base no foquismo, uma posição mais consentânea com essas ligações, pois Cuba defendia essa teoria revolucionária.

Aí, em 1966, teria início a infiltração de seus guerrilheiros no território nacional. Seriam instalados três focos guerrilheiros, um deles na região da Serra de Caparaó, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No PCB, os críticos da linha política formaram o que se dominou de "corrente revolucionária". O Comitê Central transferiu os líderes dessa corrente para outros estados, mas sofreu logo de início uma derrota em São Paulo, onde Marighela, um dos líderes dessa corrente, foi eleito primeiro-secretário do Comitê Regional. Hostilizado pela Comissão Executiva do partido, Marighela demitiu-se dessa comissão, permanecendo porém, no Comitê Central do partido.

Surgiram também divergências do seio do PC do B. Em 1965, o PC do B enviara um grupo para treinamento de guerrilha, na China – o PC do B logo se afastou da Rússia e se ligou mais à China. O partido definira o campo como cenário principal para o desenvolvimento da revolução. Em 1967, mandaria a segunda leva. Um grupo de dissidentes, que não concordava com as teses do partido, foi dele expulso. Sem homogeneidade, esse grupo dividiu-se: uma parte, que não tinha intenção de abandonar o partido, e sim tentar modificar as suas resoluções, passa a autodenominar-se Ala Vermelha do PC do B. Essa dissidência, formada por militantes das "Ligas Camponesas" com curso de guerrilha na China desejava uma ação imediata contra o Governo. A outra parte dos expulsos formada por militantes do Nordeste, acusava o partido de não dar a devida importância à região nordestina, uma área estratégica para a guerrilha etc. e tal. Cria o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

A Ação Popular em congresso clandestino realizado no Uruguai, havia já optado pela luta armada e iniciava a publicação de um jornal: *Revolução*.

Vale destacar que no projeto da Constituição que seria remetida ao Congresso, foi discutida amplamente entre os juristas e os ministros de Estado a introdução do estado de emergência, inspirado no famoso Artigo 16 da Constituição francesa. A idéia porém não prosperou. Uns acharam que era muito forte para a nossa formação liberal – para a França não era forte; para nós era – e outros achavam que era uma simples prorrogação do estado de sítio. O fato é que foi suprimido. Provavelmente se tivesse sido inserido esse dispositivo, ou uma emenda, ou algo semelhante a esse Art. 16 da Constituição francesa, nós não precisássemos ter, mais tarde, que editar o AI-5 com todas as desvantagens que o afogadilho acarretou.

O senhor falou que as organizações de esquerda foram se fragmentando e criando diversas tendências. Isso teria criado dificuldades para o combate àquelas organizações?

Penso que não. Pior seria se elas unissem e compusessem uma força só.

Havia dificuldade na identificação das organizações?

Não haveria dificuldade em identificar; acontece, porém, que os nossos serviços de informações eram péssimos. Não os tínhamos, praticamente, na época. Agora, você ter o inimigo fragmentado, em qualquer situação, é melhor do que o inimigo unificado.

Bem, o ano de 1967, tudo indicava, seria um ano de volta à normalidade democrática:

• discutida e aprovada no Congresso a nova Constituição entraria em vigor em 15 de março desse ano;

• a liberdade de imprensa permanecia intocada, como já disse; os editoriais que citei podem comprovar;

• o AI-2 perdia sua validade nessa mesma data, a da assunção do Marechal Costa e Silva.

• tendo seus militantes denunciados por habitantes da região de Caparaó, porque estavam roubando gado, galinha ou que bicho fosse para poderem se alimentar – tinham uma estrutura muito ruim, o aparato de apoio logístico era formado por intelectuais – a pretensa guerrilha de Caparaó foi desarticulada. No início de abril todos os "guerrilheiros" estavam presos.

Nós não vivíamos a plenitude democrática, mas também não seria lícito afirmar-se que o País vivia em uma ditadura. No máximo, um regime autoritário. Tanto é assim que o jornalista Flávio Tavares foi preso por sua ação na chamada "Guerrilha do Triângulo Mineiro", que ele foi organizar, após a aprovação do Brizola. Apresentando-se como "Dr. Falcão", Flávio Tavares reuniu-se com meia dúzia de pessoas no consultório de um dentista que desejava fazer a revolução na região.

Preso Flávio Tavares, Hermano Alves apressou-se a denunciar "uma escalada contra a imprensa". Para ele, a imprensa, pela sua livre operação no noticiário e no comentário, estaria a acelerar a perda de substância do Poder Militar. O jornalista Castello Branco assim comentou esse período: "...é interessante notar que Hermano Alves, ao não reconhecer as atividades subversivas de Flávio Tavares, admitia a livre operação da imprensa no regime que taxava de ditatorial".

Nesse ano, 1967, houve uma reunião da Corrente Revolucionária, dissidentes da linha política do PCB, mas seus elos também se romperam. Era o problema de divergência de suas estratégias. Não vou entrar em detalhes sobre estratégias de cada organização subversiva, mas existiam vários modelos para orientação – Cuba, a China, a Rússia etc. – e cada um tinha uma forma de tomada de Poder. Além da diversidade dos caminhos e do apoio externo, havia o personalismo de seus dirigentes. Todo mundo queria ser chefe; "muito cacique para pouco índio".

Em São Paulo, a Ala Marighela, formada quando ele se desligou do partido, seria transformada, em um primeiro momento, no Agrupamento Comunista de São Paulo, mais tarde na ALN. No Rio Grande do Sul, os dissidentes agrupar-se-iam na chamada Dissidência Leninista e, depois, participariam da formação do Partido Operário Comunista (POC). Os componentes da corrente nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara criaram um partido renovado: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

As dissidências universitárias traçaram os seus próprios caminhos diferentes dos seguidos pelos "correntistas". Também possuíam seus "chefinhos", seus Gabeira, Wladimir Palmeira e tal. Na Universidade Federal Fluminense, tomaria, inicialmente, o nome de MORELN (Movimento Revolucionário de Libertação Nacional), nome complicado. Com a morte do Che Guevara, em 8 de outubro de 1967, ela mudaria seu nome para MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Na Universidade Estadual da Guanabara, os militantes formaram a já citada Dissidência Guanabara; os dissidentes criaram a chamada Dissidência da Dissidência (DDD). Na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, foi organizada a Força Armada de Libertação Nacional (FALN). Nesse ano ainda (1967), o PCB iniciaria o reconhecimento da área para desenvolver a luta armada no campo, deslocando seus primeiros elementos para Porto Franco, no Maranhão, divisa com o atual Estado de Tocantins. Também na POLOP, ocorreu um racha, após seu Congresso Nacional de setembro de 1967. A dissidência mineira iria criar o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, os dissidentes ligaram-se com os ex-militantes do MNR, que eram na sua maioria militares e iriam criar no ano seguinte a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Embora o Governo estivesse preocupado com os desdobramentos de uma Frente Ampla que reuniria Lacerda, Juscelino e Jango, ao contrário do que se apregoava na época, o grande óbice para a normalização política do País não era essa Frente Ampla, mas as organizações subversivas, na sua maioria de corte comunista, e seus preparativos para a luta armada. Nesse ano, essas organizações já eram uma dezena e meia. Estamos em 1967: as cinco que já citamos e mais a Ala Vermelha do PC do B, o PCR, a DI da Guanabara, o MR-8, a DDD, as Forças Armadas de Libertação Nacional, o Agrupamento Comunista de São Paulo, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul e também o MNR e a Resistência Armada Nacionalista (RAN), no Uruguai. Ainda que atomizadas pelo personalismo dos seus dirigentes, pela diversidade dos focos de radiação do comunismo e dos caminhos e apoios externos oferecidos, ninguém poderia afirmar que as dificuldades da luta não as levariam a uma possível aglutinação, ou pelo menos a empreender a ação "em frente", como ocor-

rera em várias ocasiões. A verdade é que as organizações estavam decididas, ou já haviam partido para a luta armada.

As organizações subversivas de corte comunista estavam convencidas de que um abismo político e teórico as diferenciava do PCB. Como escreveu Aarão Reis, um dos participantes dessa época: "De fato, questões substantivas as separavam. Para essas, a burguesia não possuía vocação revolucionária." – parte da estratégia do PCB considerava a burguesia e essas organizações achavam que não existia essa burguesia com vocação revolucionária – (...) "Rejeitavam igualmente o caminho pacífico e o jogo eleitoral. Em seu lugar, propunham a luta armada." Citando, ainda, Aarão Reis: "A luta armada, a guerrilha rural em suas várias versões, não eram perspectivas a serem elaboradas, eram tarefas imediatas. (...) Todos imaginando-se depositários da missão histórica de vanguarda da classe operária ou das massas populares. (...) Todas pretendiam agora encarnar o papel supostamente assumido pelos *bolcheviques*, na Rússia pré-revolucionária. (...) Havia urgência no desenvolvimento da luta e já em 1967 / 1968, as ações armadas começariam a ser desfechadas no Rio e em São Paulo, principalmente. (...) Ninguém realmente punha em dúvida as possibilidades de êxito da guerra revolucionária (ou da revolução brasileira)." Na verdade, a luta armada já tinha começado.

Rio/São Paulo era um grande centro, mas o Poder estava em Brasília. Em Brasília não houve praticamente luta armada.

Brasília, naquela época, não tinha expressão nenhuma, como até hoje não tem em termos de controle, de comando.

Bom, com uma sintética exposição sobre a situação em 1968, quero aproximar-me do final de minha narração. Embora superficial, creio que é importante, porque dá uma idéia da conjuntura vivida nessa época.

Em 1968, o movimento que nasceu no nosso País provocaria um premeditado enfrentamento, agravado com a infeliz morte de um estudante pela polícia do Rio de Janeiro, criando um mártir que, tenho certeza, seus mentores desejavam. Nessa época, tanto Moscou como Pequim instruíram seus agentes a concentrarem as ações sobre os jovens, e queriam fazer com que essa contestação ocorresse em todo mundo livre. Era o aproveitamento de um momento peculiar.

Independentemente dessas articulações ideológicas, a conjuntura internacional mexia com a cabeça dos jovens, naquele ano: a Guerra do Vietnã, a invasão da Tchecoslováquia pela Rússia. Era também o ápice de um período de enormes transformações, com a televisão criando o tempo real das notícias, cultura de massas e uma revolução sexual que vinham desde a Segunda Guerra Mundial. Os

jovens queriam uma transformação profunda dos costumes e da estrutura educacional. Movida pelos ideais de um mundo melhor e ardilosamente incentivada pelas ideologias, a revolta dos jovens acabou gerando uma onda de violências.

Na Itália – acho interessante essas comparações – as universidades foram tomadas pelos estudantes. Na França, foi fechada a Universidade de Nanterre e a polícia foi chamada para ocupar o *campus* da famosa Sorbonne. Cerca de 10 mil estudantes entraram em choque com a polícia. A violência nas ruas de Paris, provocou a morte de um operário e um estudante. Na Alemanha, nas primeiras manifestações, um estudante foi morto. Tumultos, então, ocorreram, simultaneamente, em mais de duas dezenas de cidades, sendo os confrontos mais violentos ocorridos em Berlim, com mais de quinhentos feridos, entre policiais e civis. Quando foi descoberta uma rede de subversão que coordenava essas demonstrações, o Governo de Bonn proibiu qualquer manifestação.

Manifestações semelhantes ocorreram em praticamente todos os países da América. Nos Estados Unidos, foram centenas de demonstrações de vulto, sendo que na Universidade de Kent quatro estudantes foram mortos. Nada menos que quatrocentas universidades americanas foram ocupadas pelos estudantes. O confronto mais violento neste período ocorreu no México. O número oficial de mortos foi de 28 e cerca de duzentos feridos, mas esses números devem ter sido muito superiores ao difundido.

Em meados de maio, a França estava paralisada com mais de seis milhões de trabalhadores em greve. O Partido Comunista apresentou um voto de censura ao Governo, o que levou o Ministro do Interior a fazer na Assembléia Nacional um amplo relato sobre a ação subversiva no chamado movimento estudantil. Esse pronunciamento do Ministro foi tão esclarecedor, que foi impresso e distribuído a pedido de embaixadas e de organismos governamentais de diversos países que viviam uma situação semelhante.

O Ministro, na exposição, tratou dos grupos revolucionários que estavam infiltrados no movimento, seus objetivos, suas ações, a luta psicológica, os apoios internacionais, citando inclusive a Conferência Tricontinental de Havana etc... Ao tratar dos fins, Raymond Marcellin – é o nome desse Ministro – declarou, textualmente, que "o verdadeiro objetivo perseguido era a derrubada pela força do Governo e a destruição das instituições republicanas e da democracia". Veja bem, a França!

É interessante registrar duas frases da longa exposição do Ministro; a primeira, quando ele trata da guerra psicológica e diz: "a luta psicológica é da própria essência da subversão. Não nos deve surpreender (...)se a mentira tem

sido sistematicamente difundida como elemento determinante da ação". A segunda, nas conclusões, quando trata da exploração da juventude para fins políticos: "não há tráfico mais indecoroso e maquiavélico do que esse". Tivemos problemas nessa área? Lógico, acabamos de relatar que ele foi comum em todo mundo livre.

Hoje o pessoal não tem mais idéia de como era o ambiente naquela época.

Muita gente não se lembra desse problema dos Estados Unidos, do México, da França, mas o que quero reafirmar com a nossa comparação, mesmo com poucos dados relatados sobre outros países, é que o nosso problema foi até bastante atenuado, embora tivesse tumultuado bastante a vida do País.

O já citado Wladimir Palmeira, apreciando esse período, faria a seguinte analise: "Das grandes manifestações de 1968, muitos foram os jovens que saíram para integrar organizações guerrilheiras urbanas. Nesse sentido, o trabalho político, dentro do movimento estudantil, deu os seus frutos. (...)O fato concreto é que, a partir de então, existe no Brasil uma esquerda que faz a revolução com as armas na mão." Isso também consta no livro "A Esquerda Armada no Brasil".

A luta armada foi uma opção da esquerda, sugerida de fora ou uma reação à ação do Governo?

Era idéia do movimento comunista que tinha uma central dirigente, o "Komintern". A luta armada não foi uma reação ao Governo, mas exatamente o contrário, uma opção da esquerda. O que vou dizer é exatamente isso. Relacionarei, apenas, as principais ações armadas realizadas em 1968, somente pelas mais importantes organizações, para dar uma pálida idéia do que ocorria no País.

• Em 20 de março, houve um atentado à bomba contra a biblioteca do Consulado norte-americano, em São Paulo.

• No dia 5 de abril, um atentado idêntico, contra a sede da Polícia Federal, em São Paulo.

• No dia 19 de abril, durante uma passeata no Rio de Janeiro, três veículos do Exército que não estavam envolvidos na manifestação, mas estavam circulando, foram incendiados.

• No dia 21 de junho, no Rio, uma nova passeata, carros foram incendiados, lojas saqueadas, resultando em quatro mortos, sendo um deles um sargento da Polícia Militar (PM) – atingido por uma máquina de escrever atirada do alto de um edifício.

• No dia 22 de junho, ocorreu um assalto ao Hospital Geral de São Paulo, numa operação muito bem planejada onde nenhum tiro foi disparado e nove FAL (Fuzil Automático Leve) foram roubados.

• No dia 10 de agosto, o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, no qual participou o atual Secretário-Geral da Presidência, Sr. Aloysio Nunes Ferreira – terrorista que tem outras passagens com essa qualificação.

• No dia 28 de junho, houve um assalto à pedreira Fortaleza, na Rodovia Raposo Tavares, onde foram roubados cerca de vinte caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores.

• No dia 1º de julho, foi assassinado o Major do Exército Alemão Edward Otto Maximiliam. Esse rapaz era meu colega de turma de ECEME, não pertencia ao quadro principal do Exército Alemão, uma espécie de QCO (Quadro Complementar de Oficiais) ou coisa parecida, mas era um indivíduo muito simples, simplório até. Como havia morrido o Che Guevara, a ordem foi vingar sua morte. O Gary Prado, Oficial do Exército Boliviano, também era da minha turma de ECEME e estivera envolvido com a morte do Che Guevara. Na verdade, ambos estavam no curso de Estado-Maior, como vários oficiais de outras Forças Armadas de nações amigas. Os terroristas confundiram o oficial alemão com o Gary Prado e o mataram. Assassinaram um inocente, tanto que nenhuma organização subversiva se apresentou, porque pegaram os documentos na pasta dele etc. Os familiares do alemão viveram um verdadeiro inferno, porque, como nada tinham roubado dele – naquela época nem se pensava em crime político – a polícia dizia que era coisa de marginais. Acharam que ele era traficante e a família, além do trauma da perda do marido num país estranho, ainda teve que suportar a investigação. Mais tarde, em face das condições econômicas do oficial, bem como de suas atividades, as suspeitas foram consideradas infundadas. Depois, o Gorender revelou os autores do assassinato.

• No dia 2 de julho, houve a ocupação da PUC (Pontifícia Universidade Católica) / São Paulo, levada a cabo pelos estudantes; no dia 12 desse mês, invadiram a Reitoria da USP (Universidade de São Paulo) e no dia 24, a ocupação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco dessa mesma universidade.

• No dia 3 de julho, dezenas de estudantes portando metralhadoras, coquetéis *molotov* etc. ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da USP.

• Nesse mês de julho, chegaram ao Brasil o primeiro grupo de 25 militantes da já então Aliança Libertadora Nacional, do Marighela, com treinamento em Cuba.

• No dia 26 de junho, foi lançado o carro-bomba contra o QG (Quartel-General) do II Exército, no Ibirapuera, com a morte do sentinela, o soldado Mário Kozel Filho e ferimentos em outros.

• No mês de agosto, foi descoberto um desfalque no banco em que trabalhava Jorge Medeiros Valle – que ficaria conhecido como "o Bom Burguês" – e que esses recursos foram repassados para organizações subversivas.

• No dia 29 desse mês, houve um tumulto, na Universidade de Brasília, com várias viaturas policiais viradas e incendiadas, um episódio muito sério.

• No dia 20 de setembro foi executado um assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, tendo sido assassinado o sentinela, o soldado Antônio Carlos Jeffrey.

• No dia 12 de outubro, assassinaram, na porta de sua casa, um Capitão do Exército dos Estados Unidos, Charles Rodney Chandler.

• No dia 25 de outubro, no Rio de Janeiro, militantes assassinaram Wenceslau Ramalho Leite, quando lhe roubaram o carro.

• No dia 27, houve um atentado à bomba contra a loja da Sears, da Água Branca, SP.

• No dia 7 de novembro, o Sr. Estanislau Ignácio Correa foi assassinado quando lhe tomavam o carro.

• No dia 11 de dezembro, verificou-se um assalto à casa de armas Diana, que era uma das maiores de São Paulo.

• Nesse mês, houve uma ação ousada, quando, nada menos do que trinta militantes, com uma dezena de carros, assaltaram a firma Rochester S/A – Armas e Explosivos, em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, levando cerca de vinte caixas de dinamite, outras tantas bananas de gelatina explosiva e quatro sacos de cloreto de potássio.

Em 12 de outubro realizou-se, em Ibiúna, no interior paulista, o XXX Congresso da UNE. No meu entendimento, tudo foi feito para que houvesse a delação do congresso e a prisão em massa, o que de fato ocorreu. Fidel Castro e Marighela estavam convencidos de que somente os estudantes poderiam mobiliar as organizações militaristas e que o desencadeamento da luta só seria possível se seu “braço armado” saísse do meio estudantil. Em entrevista que fiz, o Dr. Lúcio Vieira, Diretor do DOPS de São Paulo, no período 1969 / 1973, me declarou que embora apenas dois e meio por cento dos detidos tivessem sido pronunciados no inquérito policial, cerca de 98,5% se tornariam militantes de organizações subversivas.

Bem, em síntese, mais de cinqüenta atentados tinham sido realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvo quartéis, jornais, meios de transporte coletivo e representações diplomáticas. Haviam realizado dezenas de assaltos a bancos e a carros pagadores para “expropriação” de fundos, vários assaltos a pedreiras para roubo de dinamite e de cordéis detonantes e diversos assaltos a casas de armas e a unidades militares e policiais para roubo de armas e munições.

Em suma, a luta armada tinha começado.

A “operação limpeza” mostrara-se ineficaz e quatro anos depois estávamos diante de um perigo maior do que o enfrentado em 1964.

Na verdade, havia começado uma guerra irregular, como tal, não declarada, conduzida às ocultas, sub-repticiamente. Uma guerra que é, freqüentemente, a mais impiedosa, porque foge a qualquer limitação, a começar pela mais antiga delas, exatamente a que tornou a guerra limitada: o princípio de que a violência na guerra deve ser empregada somente por determinadas pessoas, denominadas soldados ou militares, porque fardados e perfeitamente identificados.

Como bem disse Von Der Heydte, um especialista nesse meio: "...a guerra irregular é, de qualquer maneira, uma guerra. É guerra real não um substituto da guerra, nem uma operação que se aproxima da guerra – ou qualquer outra expressão que se pudesse usar numa circunscrição semântica". E nessa guerra, não apenas os participantes se escondem na clandestinidade com uso de codinomes, histórias de cobertura etc., eles mentem sobre seus verdadeiros objetivos.

No caso, fizeram melhor. Como a população brasileira rejeitava o regime que desejavam implantar, negavam seus próprios objetivos. Especialistas em técnicas psicológicas inverteram os termos da equação, utilizaram a técnica do "falso ideal". No caso, passaram a trabalhar a "idéia força", mais aceitável, de que a reação armada foi o único caminho deixado pelo regime ditatorial para o restabelecimento da democracia. Assim adotaram como *slogan* "a defesa dos ideais democráticos", sem revelar com que propósito, ou induzindo à crença de que esse era o objetivo da luta. A simples cronologia dos acontecimentos que vínhamos apresentando – que não estão detalhados; muitos deles nem se sabia que os responsáveis eram essas organizações subversivas, achando que era um meliante comum – mostra de maneira cristalina essa inversão dos fatos. Então o Ato Institucional nº 5 foi o efeito dessa guerra irregular, foi a busca de instrumentos para combater a causa, ou seja, a guerra irregular movida pelas organizações subversivas.

O que disse antes, sobre o Artigo 16 da Constituição francesa que trata do estado de emergência, isto é, se estivesse previsto na nossa Constituição de 1967, possivelmente não teríamos tido necessidade de editar o Ato Institucional, que foi oportuno, mas não sei se foi adequado. Foi até de afogadilho e, no caso, poderia ter sido pensado e colocado expressamente naquela Constituição. Assim o regime autoritário provocado exatamente pela escalada de luta armada no País e, como a população não havia sido – e não foi até hoje – informada com clareza das razões do AI-5 e ansiava pela retomada plena do regime democrático, estavam criadas as melhores condições objetivas para inoculação dessa "Grande Mentira", embora ela representasse uma enorme incoerência: os nossos comunistas não desejavam implantar um regime comunista – um regime pelo qual estavam lutando, um regime marxista-leninista, que é, exatamente, a negação absoluta da democracia. Tenho dito.

General-de-Brigada Ernani Jorge Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Entre as principais funções militares que exerceu, destacam-se as seguintes: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em dois períodos: de 1951 a 1952 e de 1956 a 1957, no Curso de Cavalaria; E-3 do Comando Militar do Planalto; Chefe da Seção de Informações do Gabinete do Serviço Nacional de Informações (SNI), servindo, nessa ocasião, com o General Médici; Comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (1º RCG) de 1970 a 1974; Chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada situada em Bagé, no Rio Grande do Sul; Diretor de Armamento; e Diretor de Assuntos Sociais.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada brasileira no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução era Tenente-Coronel, Comandante do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras.

Entrevista concedida em 8 de novembro de 2000.

Ao manifestar minha satisfação por participar desta entrevista, declaro que estou aberto a qualquer pergunta e responderei a respeito de minhas experiências no período da Revolução de 1964.

Hoje são conhecidas diversas versões sobre o que ocorreu antes e durante a Revolução de 1964. Uma delas é que, antes do Movimento revolucionário, havia no Brasil um clima de muita liberdade, de debates, um ambiente em que os pleitos eram feitos abertamente; a revolução veio encerrar esse estado de liberdade que existia no Brasil. Qual a impressão do senhor sobre isso?

Bom, liberdade propriamente, não existia, tratava-se mais de liberalidade que conduzia para outros caminhos que não os desejados pelos que amavam o Brasil. Acredito que o Movimento de 1964 acarretou um grande benefício para o nosso País; não fosse ele, qual seria hoje a nossa realidade sob o império de doutrinas espúrias que não aprovávamos? Mas tudo ficou decidido, naquela oportunidade, com o Movimento saindo de Minas Gerais, do qual participei, afinal, pela função que desempenhava na Academia Militar.

Qual era o ambiente nos quartéis, no meio militar, na fase imediatamente antes da Revolução, no seu caso, especificamente, na Academia Militar?

Vivi os dois anos que antecederam o Movimento, na AMAN, onde servia, desde 1962. Era um ambiente de trabalho, de atividade escolar como teria que ser. Os oficiais, além dos inúmeros afazeres, instruíam os cadetes de maneira a prepará-los para enfrentar qualquer imprevisto que surgisse. A instrução de oficiais e sargentos, sempre ministrada com muito empenho e dedicação, fortalecia o espírito de união. Era primordial conscientizá-los para o clima de incertezas que o País respirava. Dessa forma, quando eclodiu a Revolução, com orgulho constatamos que a Academia enfrentou galhardamente a situação. Apenas destoou um pequeno número de oficiais e sargentos, com espírito diverso da expressiva maioria. Como Comandante do Curso de Cavalaria, envaidecido, já constatara que, no nosso meio, não haveria qualquer dificuldade. Três oficiais que foram presos, na oportunidade, três tenentes, felizmente, não pertenciam ao Curso de Cavalaria. Atribuo esse desvio à falta de orientação aos três rapazes que estavam, dois, na Seção de Moto e um na Seção de Educação Física. Os que serviam nos cursos, de Cavalaria e nos demais, todos se portaram de maneira tranqüila e disciplinada, de acordo com os desafios e missões que se apresentavam.

Houve algum problema relacionado a cadetes?

Aparentemente, dois problemas: um no Curso de Infantaria, outro no de Intendência. Nos demais cursos não houve caso de que se tivesse tido conhecimento.

Existia algum planejamento específico da AMAN para a participação no Movimento?

Existia um plano de emprego da Academia, que foi executado com bastante precisão, pelo que alcançou o resultado desejado.

O plano foi executado sem nenhum treinamento específico?

Nenhum treinamento. Apenas planejamento minucioso para atender todas as situações previsíveis.

O senhor gostaria de acrescentar mais algum detalhe sobre os antecedentes da Revolução na Academia?

Não, nada mais que ache relevante, porque nos dedicávamos ao trabalho de conduzir a instrução dos cursos para a formação do futuro oficial.

Quem era o Comandante na época?

O Comandante da Academia era o General Médici.

E o Comandante do Corpo de Cadetes?

O Comandante do Corpo de Cadetes era o Coronel Potyguara.

O senhor acha que as Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Não há dúvida de que sim. O Exército se conduziu como o braço armado do povo, que para ele se voltou de forma a exigir sua atuação.

Houve alguma reunião na Academia após desencadeado o Movimento?

A Academia já estava ocupando seu dispositivo inicial, após entendimento com o Comandante do II Exército, General Kruel. Além de assegurar o livre trânsito em direção ao Rio de Janeiro, o objetivo era impedir a aproximação das tropas que viessem dessa cidade. E isso aconteceu exatamente. A Academia com os cadetes, oficiais e, também, efetivos do Batalhão, ocupou posições a cavaleiro da estrada Rio–São Paulo.

Quanto à reunião, na Academia, provocada pelo General Médici, que acolheu lá os generais Kruel e Âncora, este vindo do Rio, Comandante do I Exército e respondendo pelo Ministério da Guerra (denominação da época), porque o Ministro efetivo estava doente, resultou no compromisso que evitou o choque de proporções imprevisíveis.

A possibilidade de uma divisão no seio das forças do Exército, aventada por alguns, teve reflexos na Academia?

Não houve isso na Academia. A Academia não se dividiu. Os poucos elementos, já identificados como favoráveis à situação, foram neutralizados antes da eclosão do Movimento, afastados de suas funções e presos.

Em que momento a Academia saiu para ocupar as posições a cavaleiro da Rio–São Paulo?

O estudo de situação continuado e a solicitação do Comandante do II Exército, determinaram a necessidade de emprego da Academia, em tempo útil, para impedir que a tropa que vinha do Rio de Janeiro se defrontasse com a de São Paulo. Esta foi a equação de tempo.

O senhor se lembra de como recebeu essa ordem, no Curso de Cavalaria?

Lembro-me perfeitamente, porque foi um dia assim muito especial. Estávamos na cerimônia do casamento de um tenente do Curso de Cavalaria, quando ouvi, pela primeira vez, a notícia do movimento das tropas de Minas Gerais. Logo em seguida, o Comandante do Corpo de Cadetes, também presente, determinou que os oficiais fossem uniformizar-se e apresentar-se na Academia. Por volta das oito horas da noite, saímos do Círculo Militar e fomos cumprir as ordens iniciais. Até a madrugada do dia 1º, ficamos acompanhando os acontecimentos, sempre em reunião com o Comandante do Corpo de Cadetes e todos os Comandantes de Cursos. Até que, em determinado momento da madrugada, pelas quatro horas, cinco horas, talvez, fez-se a última reunião com os Chefes de Cursos, quando recebemos a informação de que iríamos iniciar o deslocamento.

E o senhor não recebeu alguma ordem específica?

Tomei conhecimento de que seria o Comandante do Destacamento...

Deveríamos preparar os cursos e sair. Fui encaminhado ao Gabinete do Subcomandante para receber a minha missão, a missão do Destacamento: deslocar-se de Resende, na direção de Barra Mansa, onde deveríamos instalar uma linha de defesa, para impedir a passagem da tropa do Rio de Janeiro.

Na altura de Barra Mansa, então?

Na altura de Barra Mansa. Como faltava pouco tempo para alvorada normal, sugeri ao Comandante do Corpo de Cadetes que nada fizesse àquela hora, deixasse que os cadetes fossem acordados com toque de alvorada. Daí iniciaríamos os preparativos para sair da Academia, e isso aconteceu.

Os preparativos demoraram o dia todo?

Não, não. Ali pelas oito horas da manhã, já estávamos na estrada. O Curso de Cavalaria, como destacamento precursor, foi imediatamente lançado e, em se-

guida, o Curso de Infantaria, com a tropa toda motorizada, dirigiu-se para a linha de defesa estabelecida. Nós, praticamente, nos instalamos naquela manhã.

Em Barra Mansa?

Antes de Barra Mansa, bem antes. O fato curioso é que, ao receber a missão, o Subcomandante da Academia, transmitindo-nos a ordem, informou-me de que o Batalhão de Barra Mansa estaria à nossa frente, na estrada. Então, o primeiro encontro da tropa do Rio ocorreria com este Batalhão e não com elementos da Academia. Ainda no meu deslocamento para a frente, fui chamado ao telefone na fábrica de explosivos *Dupont*. Era o Comandante do Batalhão de Barra Mansa, querendo saber onde me encontrava. Respondi que, se fizera contato, necessariamente, sabia minha posição. Eu é que queria saber onde ele estava, porque, para mim, deveria encontrar-se à minha frente. Respondeu-me que estava em Volta Redonda, com a tropa, e não podia sair de lá por causa do movimento que estava ocorrendo na Siderúrgica. Aí concluí que não havia ninguém na frente dos elementos da Academia.

Algum tipo de dificuldade nesse momento de chegada a Barra Mansa, para estabelecer a linha defensiva? Como o pessoal se sentia?

Correu tudo tranqüilamente. Procedíamos normalmente no cumprimento de uma missão. A única coisa que me agoniava é que o tempo estava passando e a tropa de São Paulo, que viria nos substituir, não chegava. Mais tarde, quando os primeiros elementos fizeram contato comigo, já estava anoitecendo e eu disse ao oficial que não seria conveniente fazer uma operação daquelas – de substituição – sem luz. Ficou acertado que seria no dia seguinte.

Como é que o senhor, Comandante do Destacamento, dispôs o pessoal no terreno?

A localização dos pontos que balizavam a linha determinada, quando recebi a missão, foi repassada diretamente para o Comandante do Curso de Infantaria, na oportunidade o Major Geise Ferrari. A minha tropa ficou, logo atrás, para acolher os infantes, se necessário fosse. A Artilharia já se encontrava em posição, à retaguarda.

Basicamente, cada Comandante de Curso escolheu a sua posição?

Não, não foi assim. As posições foram estabelecidas pelo escalão superior. Tanto que, inicialmente, deram uma primeira linha para a Infantaria que, depois, deu um lanço para tomar novo dispositivo.

Enquanto isso, no correr desse dia, acolhemos, lá na frente, uma subunidade (Bateria) do Grupo de Artilharia que vinha com a tropa do Rio de Janeiro. Quando

foi designada a posição que o Grupo deveria ocupar, uma Bateria desgarrou e entrou nas nossas linhas, para integrar-se aos revolucionários.

Portanto as tropas no Rio já estavam próximas das posições.

Sim, estavam próximas. Nós já tínhamos conhecimento...

A que distância mais ou menos se encontravam?

Pouca distância, não mais do que cinco quilômetros.

Quase houve o contato?

Não ocorreu porque, nesse meio tempo, o General Âncora passou, dirigindo-se à Academia. Deve ter dado ordem para deter a progressão de seus comandados, porque iria conferenciar com o General Comandante da Academia e o Comandante do II Exército.

Foram dia e noite tensos, complicados, não é General?

Sem sombra de dúvida.

O senhor pode relatar algum fato especial, algo interessante que tenha ocorrido nessa fase?

Apenas um detalhe. Depois que já estávamos instalados, aguardando a chegada da tropa de São Paulo, o Comandante do Corpo de Cadetes, Coronel Potyguara, assumiu o comando do Destacamento. A última providência que tomei foi comunicar ao oficial do II Exército – de Caçapava, se bem me recordo – que não sairia dali ao anoitecer, só no dia seguinte, o que aconteceu já no comando do coronel.

O senhor permaneceu lá dois dias, praticamente.

Um dia e uma noite. O dia 1º e a noite de 1º para 2, quando, lá pelas nove horas, retraímos. Toda a Academia.

Sem confronto, as tropas do Rio logo retornaram?

Não estou certo. A Academia fervilhava de gente, foram muitos os oficiais de outras Unidades que se dirigiram para lá. Uma tal quantidade que organizaram um acampamento no campo de esporte, ali no (*estádio*) Mark Clark. Eu não sabia. Houve uma solenidade, um desfile da tropa que retornava, entrando na Academia, sob incontida euforia. Depois, cada Curso voltou às suas instalações. Outro episódio marcante: o General Zerbini, Comandante de uma Brigada em São Paulo, não aceitou a decisão do General Kruel, saiu de lá e foi preso por tropa da Academia, quando passava na estrada para o Rio. Depois, lá dentro da Academia, foi apresentar-se ao General Kruel que, sem olhar para ele, estendeu-lhe a mão, para o cumprimento. Soube disso posteriormente.

E como era o moral do pessoal, mesmo antes que a situação se definisse?

O moral era extraordinário. Todo mundo trabalhando da melhor maneira possível e com o maior entusiasmo, vibração de cadete mesmo.

Todos os cursos estiveram sob o seu comando?

Todos os cursos e muita gente do Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, porque a tropa era completada também por soldados, mas a maior parte era de oficiais e cadetes.

É interessante acrescentar que, naquele período em que estivemos destacados, muita coisa aconteceu na Academia, que, só mais tarde, fui tomar conhecimento. Muitos oficiais de outras partes do Brasil chegaram, querendo incorporar-se ao movimento. Isso causou bastante embaraço, no que diz respeito a instalar e alimentar todo o pessoal. O almoço do dia 2 foi realizado em vários turnos, a ponto de o último começar a almoçar às 4h da tarde.

Muita gente.

E gente acampada no Campo de Instrução, no setor de Educação Física e em outras áreas.

Foram dias bem tumultuados mesmo, não?

Sem dúvida.

Qual a sua apreciação sobre o atributo "liderança", naqueles tensos momentos que o senhor viveu?

Bom, posso afirmar que, no decorrer de toda a operação e inquietude por que passamos, só pensávamos em cumprir a missão.

Com a tropa que estava lá na frente, se dificuldade houve, foi a de conter o pessoal.

Como é que a imprensa, particularmente a rádio de Resende, se comportou?

Bem, houve coisas lá em Resende, como por exemplo, a atitude do prefeito da cidade, que se apresentou ao Comandante da Academia, preso. Entregou-se! Mas o General Médici não aceitou a rendição dele.

Por quê?

Porque não via razão. Mas, aí "tinha coisa". Ele tinha alguma "culpa no cartório". Tanto assim que não tendo sido aceita, inicialmente, a sua rendição, mais tarde, acabou detido.

A rádio de Resende e uma rádio de Furnas Centrais Elétricas foram ocupadas por gente da Academia, por determinação do General Médici. Havia, também,

um morro com instalações diversas. Foram os oficiais professores que ficaram encarregados disso – controlaram a imprensa falada, escrita e televisada.

Houve uma proclamação do Comandante. Foi feita pela rádio?

Foi feita pela rádio e principais veículos de difusão: o Boletim da Academia e o *Alambari*, um jornalzinho acadêmico.

Houve a total censura da imprensa?

Inicialmente, foi necessária.

O senhor identificou alguma ideologia no Movimento de 1964?

Ideologia, propriamente, não... não vi. A preocupação era combater o comunismo e restaurar a ordem.

O senhor acha mesmo que o nosso Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma Revolução?

Não, não acho que tenha sido revolução e sim uma contra-revolução. Se não houvesse esse Movimento, talvez ocorresse uma revolução de esquerda para mudar o regime.

O Movimento de 1964 trouxe benefícios ou prejuízos para o País?

Estou convicto de que só trouxe benefícios. O fato de o Castello Branco ter sido escolhido para primeiro Presidente foi uma bênção, porque era um homem preparado, um homem sério. No pouco tempo em que exerceu funções, realizou coisas importantes para o País. Era um militar estudioso, que exerceu funções de destaque no Exército. Os governos revolucionários que se lhe seguiram, também foram benéficos para o País. E estenderam seus benefícios até os nossos dias.

Como o senhor viu o período perturbado pelo terrorismo e pela guerrilha, em especial a de Xambioá?

Foi um período crítico para nós. Felizmente e graças a Deus, conseguimos neutralizá-los ou destruí-los. Repressão, “anos de chumbo”, essa coisa toda que propalam por aí até hoje, é puro “revanchismo”. Deve ter havido excessos, isso é normal, é claro que houve, mas o saldo, para mim, foi positivo.

Penso que tudo isso que aconteceu satisfez uma necessidade. Os Atos Institucionais e organizações criadas para o combate à luta armada se tornaram

imprescindíveis e, de certo modo, foi coisa ainda muito branda, em face da conduta anti-revolucionária.

A Revolução durou o tempo certo, durou demais, ou de menos?

Talvez o tempo adequado a seus objetivos. O que mais lamento em tudo isso é que fomos tão condescendentes que, hoje, todos os que combatemos estão em postos de mando, nos prejudicam, a nós militares e ao País de um modo geral.

Os integrantes das Forças Armadas se beneficiaram pessoalmente?

Negativo. Nada do meu conhecimento... Por exemplo, nenhum governante militar saiu rico do Poder. Nenhum. E acho até que foram muito contidos conosco. Poderíamos estar hoje em melhores condições. Castello Branco foi o primeiro e nunca se serviu do Poder em benefício próprio. Aliás, nenhum militar, no Governo, trabalhou em proveito próprio, ou mesmo em proveito das Forças Armadas.

O senhor gostaria de comentar algum outro aspecto sobre os vinte anos da Revolução?

O que penso e muitos crêem é que o País foi tirado de uma situação deprimente, alcançou um período de desenvolvimento e de progresso muito grande. Tudo melhorou, na minha opinião e na opinião de outras pessoas não comprometidas com o "revanchismo". É uma pena que os governos que sucederam aos governos revolucionários não tenham mantido a linha de progresso e crescimento econômico.

Houve um período de desengajamento, a abertura política no final do Movimento revolucionário. O que tornou esse processo irreversível?

Acho que foi um excesso de escrúpulos.

Os integrantes do Movimento revolucionário tinham o cuidado de não transformar o nosso País numa ditadura. Tanto assim que havia sempre a preocupação em deixar o Poder, em preparar o País para as alternativas democráticas. Isso aconteceu, mas não da maneira como gostaria que fosse.

A conjuntura internacional influenciou no processo?

Acredito que sim.

Depois da abertura, já iniciado o ciclo dos governos civis, tem havido "revanchismo"?

Sim, e de maneira sórdida. A criação do Ministério da Defesa, nos moldes em que foi realizada, buscou, entre outras motivações, alijar os ministérios militares da cúpula do Governo.

A imagem do Exército, hoje, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade. De modo geral, as Forças Armadas, como Instituição, têm maior aceitação junto à sociedade?

Junto à sociedade sim, mas não junto às autoridades.

Como o senhor interpreta isso?

Elementos desavisados no Governo, ou fora dele, de vezo revanchista, desvirtuam a importância das Forças Armadas para o País. O povo, de um modo geral, admira, sente-se bem em relação às Forças Armadas. Os revanchistas, ideológicos ou não, cometem um grave erro, porque estão investindo contra uma Instituição que só atua em benefício do Brasil. Pode chegar a hora em que as autoridades, o povo e o País poderão ficar desprotegidos, porque suas Forças Armadas estão sendo submetidas a esse processo espúrio gerado pela cretinice dos revanchistas.

Como o senhor compara os dias de hoje com os vividos antes de 1964?

Antes de 1964, a falta de autoridade abriu caminho para a derrocada do Governo. Seguiram-na a subversão e a ruína do Estado. Hoje a falta de autoridade é disfarçada pelos reclamos de uma democracia de conveniência, na qual os aproveitadores têm o caminho livre para a corrupção. De dinheiro e de Poder.

Que mensagem final o senhor deixaria sobre a Revolução de 1964?

O que mais lamento é que nos sacrificamos pelo povo brasileiro e por nosso País e, entretanto, hoje, os jovens nada sabem sobre a Revolução, ou a conhecem de forma distorcida e desvirtuada. Lamento não termos sabido, em todos esses anos de governos revolucionários, esclarecer o real significado de nosso Movimento, em benefício do País. E me preocupa bastante, porque as autoridades atuais desconhecem os incontáveis sucessos alcançados pela Revolução, seja pela ignorância, seja pela falta de compromisso com a verdade.

Agradeço a oportunidade de falar sobre recordações até então represadas em meu íntimo. Espero que sirvam aos propósitos que a motivaram.

General-de-Brigada Dickens Ferraz

- Entre as funções que exerceu, destacamos a de Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Serviços (DGS); Chefe de Subseção da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI); Chefe de Gabinete da Diretoria de Armamento e Munições (DAM); Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), em Praia Grande, SP; e Comandante do Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH).
- Como Oficial-General, exerceu as funções de Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.
- No exterior: Foi Chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Na eclosão da Revolução de 1964 era instrutor da AMAN.

Entrevista concedida em 11 de outubro de 2000.

Muito bem. Atendendo à convocação de vocês, que muito me honra, tomei a liberdade de recuperar algumas informações e episódios ocorridos na época da Revolução, na Academia Militar das Agulhas Negras, como testemunho de um Capitão instrutor, meu cargo na época. Procurarei abordar o assunto, inicialmente, fazendo algumas considerações sobre os antecedentes históricos. Observações minhas e que, sem falsa modéstia, acredito tenham valor, porque retratam o sentimento de um oficial, ainda jovem, naquela quadra.

Começarei por 1961, quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros e o País passou a viver dias de muita intranqüilidade e incerteza. Intentavam implantar no País uma ideologia completamente divorciada da conduta livre e democrática que sempre caracterizou a vida do povo brasileiro. Eram empregadas técnicas que, já naquela ocasião, identificávamos como de guerra revolucionária. A infiltração subversiva se verificava em todos os campos do poder nacional. Não só no Poder Executivo, mas acontecia também no Legislativo, no Judiciário, bem como nos setores da indústria e outros de real importância para a vida econômica do País, principalmente na área de produção da energia.

Mesmo as Forças Armadas – aí englobamos Exército, Marinha, Aeronáutica – não ficaram livres dessa infiltração que a gente considerava deletéria, porque tumultuava, era provocativa e, sobretudo, antinacional. Creio que não podemos deixar de lembrar a sublevação de militares ocorrida em 1963, se não me engano, em setembro de 1963, em Brasília, quando o Supremo Tribunal Federal negou provimento à causa da elegibilidade de praças, mais uma tentativa, no campo político, de infiltração ideológica nas Forças Armadas. Nessa ocasião, o Supremo negou por contrariar um dispositivo constitucional. O resultado disso qual foi? Cerca de quatrocentos sargentos, particularmente da Marinha e da Aeronáutica, rebelaram-se na capital do País, de onde, na oportunidade, estranhamente, se ausentara o Presidente da República. São fatos extremamente marcantes, porque, na própria capital federal, ocorre uma sublevação de sargentos das Forças Armadas e o Presidente da República encontra-se ausente.

Atos de indisciplina, de quebra da hierarquia, marcaram a série de motins de marinheiros e fuzileiros navais, estimulados pelo próprio Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, um Almirante que chegou a participar de passeatas carregado pelas ruas do Rio de Janeiro. Um almirante fardado conduzido nos braços de marinheiros rebelados. Então, fatos dessa natureza chocaram a sociedade, como tantos outros que viriam a acontecer mais tarde. Naquela ocasião, considerávamos que as Forças Armadas estavam sendo ofendidas no seu pundonor, nos seus valores mais tradicionais. Durante o comício da Central do Brasil, na primeira quinzena de março

de 1964, se não me engano no dia 13, foram empregados soldados do Exército para garantir a manifestação de anarquia e indisciplina, um exemplo deprimente de inversão de padrões hierárquicos e valores, principalmente da tradição castrense.

Nessa época, foi marcante a reação do Chefe do Estado-Maior do Exército, de saudosa memória, General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco que, no dia 20 de março, através de circular dirigida aos subordinados, alertava sobre os perigos que rondavam as Forças Armadas, com o agravamento da situação inconseqüente, e que se lançavam os círculos de menor graduação contra os próprios chefes. Esse alerta do General Humberto de Alencar Castello Branco foi, seguramente, uma das grandes motivações de reação, não só do Exército, como das Forças Armadas, convictas de que havia uma liderança, segura e consciente da sua missão, diante de uma realidade, a ausência dos chefes, ou pelo menos sua escancarada omissão.

O descalabro, então, culminou com a assembléia no Automóvel Clube do Brasil quando o Presidente da República confraternizou "democraticamente" com as praças das Forças Armadas e das Polícias Militares, prometendo a esses grupos novas oportunidades de promoções e vantagens, o que naturalmente provocou a discórdia, a cizânia no seio das Forças Armadas e na própria Polícia Militar.

As reações surgiram através de sucessivas manifestações, tais como a posição do Chefe do Estado-Maior do Exército e outros repetidos movimentos de protesto da sociedade civil. O mais tocante, porque espontâneo, foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que mobilizou massas populares em diversas capitais estaduais, verdadeiras multidões que demonstravam sua aversão pelo que se passava e a opção pelas liberdades democráticas. Acredito que, nessa ocasião, os valores das Instituições e os sentimentos da maioria do povo brasileiro foram mais do que exaltados pela presença espontânea da grande massa, na via pública. Recordo-me de que esses movimentos foram noticiados pela mídia e causaram realmente um grande impacto em todos nós.

Na Academia Militar das Agulhas Negras, por exemplo, a gente sentia esse clima no ambiente de cadetes. Eram jovens sonhadores e idealistas, preocupados com a profissão e o futuro, mas que não deixavam de prestar atenção aos noticiários, na televisão, principalmente. Em Minas, o Governador Magalhães Pinto mantinha estreito contato com o General Mourão Filho e com outras autoridades civis e militares, que se articulavam para preparar o Movimento. Viu-se, depois, que foi acertado para eclodir no alvorecer do dia 31 de março de 1964. Esses acontecimentos – e eu dou meu testemunho com muita tranqüilidade – foram acompanhados dentro da Academia pelos Oficiais instrutores e pelos cadetes.

Sinteticamente, poderia descrever o ambiente que antecedeu o Movimento, da seguinte forma: no meio civil, circulava uma intensa propaganda de cunho ideológico, contrária à organização democrática de governo e favorável à adoção do socialismo sindical, com um governo popular em oposição às ditas elites dominantes. Havia uma insegurança geral quanto aos rumos da política nacional, orientada por um Presidente da República que se solidarizava com a radicalização da política socialista de esquerda: com os incentivos às greves generalizadas; com as inversões de programas e planejamentos de governo nas áreas econômicas e sociais; atuando no meio sindical e empresarial, com promessas e ameaças, até, aos gestores; com uma ação política especial, como por exemplo, do extremamente atuante aliado político do João Goulart, Leonel Brizola, com a pregação diária e sistemática na Rádio Guaíba, lá do Sul, do Rio Grande do Sul, que era muito ouvida na periferia da Cidade do Rio de Janeiro. Leonel Brizola fazia suas pregações socialistas, de esquerda, inclusive eivadas de incentivos à violência.

A insatisfação popular era generalizada, muito embora contida pela formação pacífica e tradicionalmente democrática da grande massa do nosso povo. Registre-se, também, de que crescia a radicalização política proveniente de instituições, cujas lideranças não representavam, na realidade, os verdadeiros anseios da Nação brasileira. Lideranças que se encontravam à frente de organizações marcadamente importantes, inclusive nas Forças Armadas. Assinale-se, nessa época, também, as ameaças dos movimentos armados que se articulavam nas áreas mais pobres da Nação, desde o Nordeste até o extremo Sul do País, com as "Ligas Camponesas" e as propaladas iniciativas de Leonel Brizola que incentivava a constituição dos "grupos dos onze". Além de tudo isso, a participação oportunista de políticos e até do clero.

Constatava-se que a Nação ansiava pela reação de suas forças vivas, com vistas à harmonia política e a estabilidade do desenvolvimento: vontade de um povo ordeiro, tradicionalmente pacífico e solidário, que é o povo brasileiro.

Identificávamos, inequivocamente, no ambiente civil, uma confiança muito grande nas Forças Armadas, evidenciada, inclusive, pela insuspeita – e eu faço questão de dizer isso – insuspeita articulação de lideranças civis no processo de desenvolvimento do Movimento revolucionário de 1964, a exemplo do que aconteceu em Minas Gerais, reunindo o Governador da época e a autoridade militar ali situada. Era ostensivo o repúdio que a sociedade devotava aos regimes totalitários vigentes nos países ditos socialistas ou comunistas da época. Isso no meio civil.

No meio militar, mais ou menos, se repetia esse mesmo quadro. Havia preocupação com os possíveis reflexos da insidiosa propaganda esquerdista no seio

das Forças Armadas, principalmente nos estabelecimentos de ensino de formação. Nós que nos encontrávamos na Academia, tínhamos toda a atenção voltada para a formação do cadete. Isso se verificava nas escolas de formação, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) de onde eu viera, antes da Academia, e escolas de especialização, caso, por exemplo, da Escola de Comunicações.

Até me recordo de um fato que é muito interessante para ser lembrado. Havia um capitão, cujo nome era Monteiro, da Arma de Infantaria, turma de 1948, seguramente, o último da turma. Trabalhava com o General Punaro Bley e presenciou o quebra-quebra do jornal *Binômio* em Belo Horizonte, depois que um jornalista agredira o General. O grupo de oficiais que servia com o General empastelou o jornal. O Capitão Monteiro escreveu-me uma carta – nunca mais me esqueci disso – quando fui nomeado Instrutor da Academia. É importante para lembrarnos do que ocorria no meio militar.

Escreveu na carta: “Dickens, muito cuidado na orientação dos nossos cadetes. Não sou o mais recomendado para aconselhá-lo, pois sou dos últimos da minha turma, mas possuo valores éticos, como militar, e queria lembrá-lo de que a AMAN, hoje, está buscando, não porque ela o queira, mas por conseqüência da situação, seus candidatos a oficiais até nas favelas do Rio de Janeiro. Então vocês precisam ter muito cuidado na formação desses moços e na sua orientação, porque o dia em que a favela descer, ninguém segura mais este País, em termos de ordem.” Isso me marcou muito naquela ocasião e fui buscar orientação na Seção Psicotécnica da Academia para fazer uma análise do Corpo de Cadetes. Esse fato, estou lembrando porque estamos falando de 1964...

O que está acontecendo no Rio de Janeiro hoje? A favela desceu, a pobreza não assistida resultou no que estamos presenciando em termos de violência. Mas apenas para lembrar, nesses detalhes, a importância de um conceito emitido por um idealista, naquela época – esse rapaz já faleceu há muitos anos. Morreu, não era Major ainda.

No meio militar, podemos, ainda, destacar, havia ação segura e cuidadosa na difusão de informações sobre o que se passava, inclusive as técnicas e processos das atividades subversivas que ocorriam em todo o País. Tais ações nos levavam aos idos de 1935, quando utilizaram as mesmas iniciativas e condutas no seio das Forças Armadas.

Foram, então, desenvolvidas palestras e selecionados temas curriculares sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI), desde as suas origens, o caráter ideológico, os objetivos, técnicas e táticas de convencimento e aglutinação, formação de quadros de liderança e tudo mais. Presentes a essas conferências e

palestras, também delas participávamos, levando aos subordinados – no caso do nível de cadetes – todas as informações.

Havia forte evidência de infiltração ideológica no meio militar, como nos movimentos de insurgência dos sargentos. A insegurança era muito grande quanto ao posicionamento de algumas chefias militares nas decisões de cunho político, como o possível emprego das forças militares na iminência de uma ação contrária ao Movimento Comunista Internacional.

De qualquer forma, no meio militar havia repúdio ao Movimento Comunista Internacional e, como conseqüência, grande preocupação quanto à posição demagógica do Presidente da República, João Goulart, na condução dos destinos do nosso País. Mais ainda, e principalmente, com o seu aliado político, Leonel Brizola, voltado para a pregação subversiva constante e clara, no incentivo à criação dos "grupos dos onze"; com as "Ligas Camponesas", sob a liderança de Francisco Julião; e com o apoio de oportunistas e de parte do clero esquerdista. Esse era o quadro, vamos dizer, sintético.

Agora, gostaria de abordar os acontecimentos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Comecemos por 1963. Terminara o Curso de Aperfeiçoamento, em 1962, juntamente com um outro oficial de Artilharia, Etualpe José Fonseca Duarte, também General, hoje na reserva. Fomos convidados, ainda durante o curso da EsAO, para sermos instrutores do Curso de Artilharia da AMAN, pelo Instrutor-Chefe da época, o então Major José Maria Toledo de Camargo, mais tarde General e assessor de relações públicas, na época do Presidente Geisel, na Presidência da República.

Nesse ano de 1963, no Curso de Artilharia, desenvolvemos um trabalho gigantesco. Sob a liderança destacada do Major José Maria Toledo de Camargo, oficial brilhante, inteligentíssimo, dotado de uma capacidade de trabalho extraordinária, fizemos a reestruturação completa dos currículos de instrução, particularmente da instrução técnica, da qual eu era o responsável.

A instrução técnica de direção de tiro mudou, totalmente, em 1962, na EsAO. Uma evolução que se processou após o retorno de oficiais aperfeiçoados nos Estados Unidos, designados instrutores da EsAO. Alterou-se totalmente o sistema de direção de tiro. Por isso, a necessidade de promover a atualização dos instrutores do Curso de Artilharia da AMAN, para o desenvolvimento do ano letivo. Foi uma missão grandiosa. Em dois meses, preparar, praticamente, uma revisão curricular total e com a introdução de um sistema novo de direção de tiro. Os antigos instrutores que encontramos – tenentes – reagiam. Era normal. Com as aulas já preparadas, tinham que modificar tudo. Houve um trabalho intenso e simultâneo com atualização e modernização dos currículos.

Em paralelo, o Comando da Academia e o Comando de Corpo de Cadetes faziam realizar palestras relativas à Guerra Revolucionária, sobre a atuação do Movimento Comunista Internacional e suas técnicas, difundiam relatórios de caráter reservado, relatórios de informações que nos proporcionavam o quadro geral da situação no País, isso em 1963. Na verdade, acompanhávamos o evoluir da situação vigente no ambiente nacional.

O ano terminou, um trabalho intenso, mas regular. Recebemos, então, nova leva de instrutores a preparar para o ano de 1964, renovação que atingiu dois terços dos instrutores do Curso, e fomos surpreendidos com a indicação do nosso Instrutor-Chefe, o Major Toledo de Camargo, para realizar um curso no exterior – ele foi mandado para França – e nós ficamos órfãos do competente instrutor-chefe. Então, com todas essas implicações, dois terços de instrutores novos, tivemos que refazer o mesmo trabalho realizado em 1963, para orientar os tenentes que não conheciam as novas técnicas... Dessa forma, repetimos a tarefa pesada.

Chegamos a 1964 com esse quadro. Cadetes de uma turma – e volto àquele ponto inicial – sob desconfiança, por suas origens. Foram desenvolvidas investigações de caráter psicológico, através da seção competente, na AMAN. Aproveito para lembrar a atuação de um companheiro de turma que exerceu influência muito grande nesse procedimento, mais tarde General, Antônio Carlos Bittencourt de Andrade. Fomos aspirantes na mesma Unidade, em Juiz de Fora, onde começamos a lide castrense como oficiais. O Bittencourt, a quem substituí na AMAN, me alertara também sobre esse problema ligado às origens do nosso pessoal – dos cadetes – e foi garimpando as informações que começamos a melhor observar o comportamento e a realidade, a vontade desses moços de serem oficiais, bem como suas crenças. Tivemos algumas surpresas, mas não de modo a caracterizá-los como elementos voltados para a esquerda, muito pelo contrário. Nós os víamos, sim, penalizados pelas dificuldades de vida, nascidos em famílias extremamente carentes, mas que mostravam um entusiasmo muito grande para superar os obstáculos. E foi sob tal enfoque, nessa fase, que encontramos a motivação para despertar naqueles moços os verdadeiros valores que sempre temos defendido. Como disse, o ano letivo teve início com uma equipe nova de instrutores. O Instrutor-Chefe interino era o Capitão Haroldo Ferreira Dias, um paranaense de boa cepa que acumulava as funções de S3 no Curso de Artilharia. O Capitão Haroldo pertencia a uma turma antes da minha, era mais antigo, então coube a ele ficar como chefe.

No dia 31 de março, o Curso de Artilharia encontrava-se de sobreaviso. Nesse mesmo dia, casava-se um tenente do Curso de Cavalaria, se não me engano o Flávio Acauan Souto, com a filha de um coronel professor. A maior parte dos

oficiais estava voltada para o casamento do Tenente Souto e a outra parte, de "molho", aguardando o que pudesse acontecer.

Conhecidos o manifesto de Minas Gerais e a posição assumida pelo General Mourão Filho, imediatamente acorremos aos Parques e colocamos os cadetes em ordem de marcha, prontos. Como mineiro não abri mão de me aliar às tropas de Minas Gerais. Tive o desplante de, acompanhado de outros oficiais, como Geise Ferrari, Raphael Cittadino de São Paulo e Antônio Mendes Ribeiro, dirigir-me ao Corpo de Cadetes para saber a posição do Comandante do Corpo de Cadetes e do Comandante da Academia. Queríamos saber! Estávamos dispostos, se não recebêssemos uma resposta em tempo, a sair e levar conosco aqueles com quem tínhamos certeza de contar, os cadetes inclusive, para galgar a Serra de Itatiaia em direção a Minas Gerais. Sem falsa modéstia, tivemos a coragem de chegar lá e dizer isso. O Comandante do Corpo de Cadetes era uma alma extraordinária. Ouviu-nos com a maior serenidade e respondeu: "Vocês se acalmem, retornem aos Parques, que daremos solução em trinta ou quarenta minutos." E, realmente, o Coronel Moacyr Barcellos Potyguara, mais tarde General-de-Exército, dirigiu-se ao comando da Academia e retornou acompanhado do Subcomandante, o então Coronel Antônio Jorge Corrêa, e informou que o General Médici havia decidido empregar uma tropa da Academia, constituída pelos oficiais e seus cadetes, além do Batalhão de Comando de Serviços, que já estava de prontidão.

É preciso que a gente, também, esclareça o seguinte: por que aquela ânsia? Estávamos vivendo, a essa altura, o dia 1º de abril. Já havia notícia da situação em Minas Gerais. Os contatos realizados, no Corpo de Cadetes, e a decisão do Comandante da Academia, praticamente, nos davam a motivação verdadeiramente patriótica para efetivar aquele anseio de reação que não apenas sentíamos, mas existia no meio de oficiais, cadetes e no meio civil, também. Os noticiários das estações de rádio e de televisão eram acompanhados, acarretando a incerteza e a preocupação para oficiais e cadetes, já organizados em grupos operacionais, levando-os a tomar as primeiras iniciativas.

De pronto foi empregada uma tropa chamada de ponta, formada pelo Curso de Cavalaria, sob a liderança do Major Ernani Jorge Corrêa, irmão do Antônio Jorge Corrêa, o Subcomandante da Academia. O Major era o Instrutor-Chefe do Curso. O Curso de Cavalaria, ponta do grupamento, dirigiu-se até a região das mais altas elevações de Barra Mansa, seu primeiro destino. Planejou-se, e depois efetivou-se o lançamento do segundo escalão, o Curso de Infantaria, sob o comando do Capitão Geise Ferrari – também órfão de Instrutor-Chefe: o Coronel Harry Schnarndorf fora designado para tirar o curso de Estado-Maior na Alemanha. Ele e

o ex-Instrutor-Chefe de Artilharia, o Major Camargo, já estavam no Rio, nessa época. Por isso, os Cursos de Artilharia e de Infantaria estavam nas mãos de capitães. Com muita honra para os capitães, sem dúvida.

Pois bem, o segundo grupamento seria o de Infantaria que deveria assumir uma posição defensiva um pouco mais atrás, na região do Ribeirão da Divisa, região essa que depois foi mudada, quando o Curso de Infantaria a atingiu. Ficou resolvido que ele se lançasse mais à frente, até as alturas de Barra Mansa. E o terceiro grupamento, comandado por mim, Capitão Dickens Ferraz na época, era formado por uma Bateria de Obuses 105 milímetros que tinha por missão apoiar a posição defensiva.

O General Médici havia decidido estabelecer a posição defensiva até que as forças de São Paulo chegassem à região de Resende. Sua decisão foi tomada após ligar-se, imediatamente, com o General Amaury Kruel, e ter recebido informações – depois soubemos – do General Âncora, no Rio de Janeiro, de que tropas do I Exército estavam se deslocando na direção de São Paulo. Já que ficaria no meio desse bolo: São Paulo de um lado e o Rio de outro, decidiu tomar sua decisão.

Tomou-a na hora precisa, de forma extraordinariamente equilibrada, lançando os cadetes como força de contenção, que chamo de escudo moral, porque entestava seguramente a força mais potente do Exército, o I Exército, com o GUEs que marchava à frente: o Grupamento de Unidades Escola enquadrava o Regimento Escola de Infantaria, o Grupo Escola de Artilharia, altamente treinados, como sempre foram.

Comandei a Bateria sob forte tensão. Meu Oficial de Reconhecimento, mais tarde General de quatro estrelas, era o 1º-Tenente, Marcello Rufino dos Santos, por mim escolhido. Para Comandante de Linha de Fogo, designei o 1º-Tenente de Artilharia, Luiz Seldon da Silva Muniz, mais tarde Oficial-General que teve como Auxiliar de Linha de Fogo o Tenente de Artilharia, recém-chegado na AMAN, José Carlos Lisboa da Cunha. Foi esse o trio de oficiais que selecionei. Lembro-me de que afirmara: “Não vamos fazer manobrinha, isso é guerra e vou escolher quem eu quiser.” Selecionei esses oficiais pela segurança que me transmitiam no dia a dia do trabalho da Academia. Já tinha experiência de um ano com eles e, para que fique registrado – isso é muito importante –, a Bateria de Artilharia não dispunha de comunicação alguma, de rádio nenhum, somente 250 tiros de Obus 105 milímetros. Era a munição passível de ser empregada em qualquer eventualidade de apoio de fogo que nos fosse solicitado.

A AMAN estava “mal das pernas”. Utilizávamos nos deslocamentos o contato visual e planejávamos a comunicação “fio” quando parássemos. Os deslocamen-

tos que fizemos, como artilheiros, foi por lances e controle à vista pela inexistência total de equipamentos de comunicação de rádio, como disse. Por incrível que pareça! Esse material de campanha essencial às operações, não existia. A comunicação "fio" era efetivamente a única alternativa de que poderíamos dispor. E o mais grave, talvez, para quem conhece técnica de tiro é que não tínhamos carta topográfica da região que iríamos ocupar e estávamos convictos de que a tropa que se aproximava, a qual deveríamos bloquear, era exatamente o GUEs, com todos os meios de rádio e farta munição.

Soubemos, depois, que as duas Baterias que iriam aderir à Academia – isso vai mais adiante no meu relato – traziam 35 mil tiros. Nós tínhamos 250. As comunicações só se tornavam possíveis pelo exemplar procedimento do Tenente Marcello, Oficial de Reconhecimento. Ele usava o recurso de mensageiro motorizado, muitas vezes ele próprio, para prestar informação ao Comandante da Bateria: onde poderíamos melhor ocupar posição e em que estágio estava o deslocamento da tropa de Infantaria, à frente.

Quanto à falta de carta topográfica, é sempre bom lembrar que uma das técnicas da direção de tiro usada com a força em movimento, previa a utilização – naquela ocasião, hoje já está mais evoluído – da carta topográfica de 1/25.000 para prancheta de tiro. E como a região era montanhosa, com grandes massas cobridoras à frente, a viabilidade do tiro convencional era muito mais difícil. Tivemos que empregar a técnica do tiro vertical, mais sofisticada.

E é preciso esclarecer o seguinte: estávamos em março de 1964, a instrução estava no seu início, tanto para os cadetes do 3º ano, como para os do 2º ano que eram os integrantes dessa Bateria. Eles não conheciam detalhes do tiro vertical e isso exigiu do Tenente Muniz desdobrar-se, porque, além de Comandante de Linha de Fogo, teve que ensinar como dirigir o tiro durante a preparação das posições. Isso às vezes parece demais salientar, mas quem conhece a técnica de tiro sabe que você não pode improvisar.

Durante toda a noite do dia 1º para o dia 2 de abril, ocupamos uma posição de apoio à posição defensiva ocupada pelo Curso de Infantaria. Chovia torrencialmente. Nós, inclusive, cogitamos da realização de tiro em posições de retardamento ao longo da Via Dutra. Tínhamos certeza de que, havendo confronto, teríamos que retardar e optar por posições sucessivas; essas posições só eram viáveis ao longo da própria estrada, da Via Dutra, porque havia elevações de ambos os lados da rodovia, terreno extremamente difícil.

As viaturas utilizadas pelo Curso de Artilharia, como tratoras, foram as do Curso de Engenharia, apropriadas para levar os pontões de Engenharia, na época.

Eram frágeis, pouco ou nada adequadas ao tracionamento de Obuses 105, bastante pesados. Tanto que durante a ocupação de posição, enfrentamos, a noite inteira, dificuldades tremendas para desatolar os caminhões. Foi uma noite terrível.

No dia 1º, devemos destacar um fato marcante: a adesão de duas Baterias do Grupo Escola de Artilharia que debandaram de sua Unidade, ultrapassaram a ponta e informaram que estavam aderindo à posição da Academia. Presenciei a passagem deles através da linha de defesa. A adesão dessas duas Baterias do Grupo Escola de Artilharia, com vultosa quantidade de munição 105, trouxe um alívio, um bálsamo extraordinário às minhas preocupações, como Comandante da Bateria, porque diminuiriam as possibilidades de ocorrer grande número de baixas. Seguramente seríamos massacrados, em face do poder de combate da tropa à nossa frente.

Além desse fato marcante, possivelmente o mais determinante da nossa disposição, recebemos a informação de que a tropa de São Paulo com bastante quantidade de artilharia, também chegara à Academia, e, dentre eles, estava o antigo Instrutor-Chefe, quando eu era cadete, o Coronel Benedito que comandava o Grupo de Itu. O saudoso Major Benedito – mais tarde General – juntamente com os capitães Morais e Passarinho (hoje nosso ilustre representante na área política), foram instrutores queridos, que nos transmitiram valores de que jamais nos esqueceremos.

Pois bem, no dia 2 de abril a posição estava consolidada, as comunicações "fio" estabelecidas, mercê de trabalho extraordinário desenvolvido durante toda a noite chuvosa do dia 1º para o dia 2. Às primeiras horas do dia recebemos ordens para retornar. Já o quadro se desanuviara e passamos a trabalhar então no regresso à Academia. Assim voltávamos às atividades normais, dentro das instalações e Parques de Material nos Cursos, embora com encargos específicos de segurança interna.

A força lançada pelo Comandante da AMAN, General Emilio Garrastazu Médici – é preciso que se repita esse nome várias vezes, o nome de um Chefe – constituída por oficiais e cadetes, foi, na verdade, um escudo moral para impedir a progressão do I Exército ou parte dele à região de Resende, até que as Unidades do II Exército chegassem. A tropa, constituindo uma vanguarda, tinha como líder o Major Ernani Jorge Corrêa – que depois veio a ser General; hoje, meu amigo, reside em Brasília. A tropa enquadrava, também, uma equipe de engenharia encarregada da possível destruição de pontes rodoferroviárias.

Os coronéis Moacyr Potyguara, Comandante do Corpo de Cadetes, e Antônio Jorge Corrêa, Subcomandante da Academia, acompanharam e incentivaram os deslocamentos desses grupamentos, suprindo-os com as informações neces-

sárias ao seu desdobramento ao longo da Via Dutra. Nós não tínhamos comunicações, eram esses homens que nos davam apoio moral e, mais do que isso, eram os nossos informantes.

Foi através deles que tivemos conhecimento dos dois manifestos lançados ao ar pelas rádios, não só de Resende, como de Itatiaia, da Cometa: um deles era "Irmãos em Armas" e o outro manifesto, o segundo, era "Irmãos das Forças Armadas".

Nesses manifestos, o General Médici proclamava a união de todos em torno dos seus ideais de paz – é bom que se diga isso – ideais de paz, democracia e tradição. Destacava as razões de emprego dos cadetes da AMAN como um símbolo mobilizador e motivador da carreira militar, e esperança de uma mocidade idealista pelas causas democráticas e da liberdade. Ele conclamava, enfim, que os cadetes da Marinha e da Aeronáutica se aliassem às forças da Revolução. Acredito que a decisão dele associada a posições anteriormente assumidas, como fiquei sabendo posteriormente, marcaram o General Médici como um dos primeiros revolucionários.

Por exemplo, em outubro de 1963, na inauguração da Usina do Funil, ali perto de Resende, o Governador do Estado do Rio buscou na Academia o apoio para uma solenidade, almoço, ou seja lá o que fosse, embora existissem outros lugares mais próprios para isso. O Comandante da Academia recebeu ordens do Ministro do Exército para que se fosse feito o apoio. Na hora em que o Governador tentou usar a palavra – era uma solenidade com a presença do Presidente da República, João Goulart estava presente – quando o Governador do Estado do Rio quis discursar, o General Médici cortou-lhe a palavra e disse que ali não era o lugar para manifestação de cunho político, pois haveria o envolvimento da Academia que não se solidarizava com manifestações políticas. Este momento, em 1963, já dava a posição do nosso chefe que era um homem de atitudes serenas, mas firmes; e isso ficou patenteado quando na Presidência da República.

Finalmente, gostaria de fazer algumas considerações sobre os benefícios da Revolução.

A mídia usa muito o achincalhe, depreciando a atividade dos governos ditos militares – eu sempre gosto de afirmar isso, governos ditos militares –, porque tivemos militares no Governo, mas não eram governos militares. Tanto assim que, a partir dessa época, convivi no Exército e no Serviço Nacional de Informações sem me envolver com decisões totalitárias, ou ditas de ação pura e exclusiva das Forças Armadas. Não vi isso.

Benefícios, poderia citar vários e acho que um dos grandes nomes que conhecemos para ser ouvido, pela experiência que tem, é Jarbas Passarinho– ilustre Senador que foi Ministro de Estado mais de uma vez. Tem muito a contar. Eu

me reporto a alguns dados, porque leio tudo que ele escreve e muita coisa que vou dizer aqui tirei de idéias que ele lançou.

O Brasil, na realidade, era subdesenvolvido. Nessa época, segundo expressão do Passarinho, o Brasil exportava sobremesa: café, cacau, açúcar, cujo valor não chegava a um bilhão de dólares. No final do primeiro Governo da Revolução, Castello Branco, com três anos, o que é que se apurou? Uma inflação que, inicialmente, era da ordem de 144% baixou para 24,5%. Nós importávamos quase todo o petróleo, gasolina, óleo diesel, querosene. Nossa energia elétrica era racionada – agora há pouco ainda lembrei aqui o detalhe da inauguração de Funil.

O País era, na realidade, a 48ª economia do mundo. Passou a apresentar um crescimento de 5% ao ano no Produto Interno Bruto, no final do Governo Castello Branco, em 1967.

O País se modernizou. Com a reforma no ensino, fez-se a reforma universitária. Jarbas Passarinho teve aí uma influência muito grande. Criou-se o salário-educação, elevando-se a taxa de escolaridade a níveis muito mais altos e reduzindo-se, de outro lado, a fonte do analfabetismo.

Foi criado nessa época o Banco Nacional de Habitação (BNH), apoiado pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) – tão lembrado hoje – chegando a construir-se, na ocasião, 4 milhões de casas, inclusive as casas populares.

Realizou-se a reforma bancária, seguida da cambial e administrativa com Decreto-Lei nº 200. Após ter feito o Curso de Estado-Maior, bati na Escola de Aperfeiçoamento, como instrutor, e tive que "rezar o terço" do Decreto-Lei nº 200 em várias aulas do CAS (Cooperação das Armas e Serviços) para explicar as vantagens dessa reforma extraordinária, levada até hoje com positivas repercussões.

Foi nessa época que se instituiu o Estatuto da Terra, depois deixado de lado. A verdade é que a Reforma Agrária não foi esquecida. Instituiu-se o Fundo Rural e a concessão de bolsa-de-estudo para os filhos de operários sindicalizados. Então a atuação dos governos revolucionários e, particularmente, o Governo Castello Branco, foi de extrema aplicação na área social. Os trabalhadores rurais passaram a ter o direito a aposentadoria por idade, sem a contribuição obrigatória para a Previdência Social. E hoje consideram isso um tema fundamental, mas omitem a verdade, pois já existia nessa época, foi implantada com a Revolução.

Introduziu-se uma política salarial que viabilizou a correção sistemática em função do processo inflacionário e dentro da opção por um "gradualismo" antiinflacionário.

Apoiou-se o sistema de planejamento. Foi dessa época a criação do Plano de Ação Econômica do Governo, o dito PAEG, que garantiu o sucesso econômico

do Governo Castello Branco e, reconheça-se, também, com uma atuação marcante da sociedade civil, porque o Castello Branco não teve apenas ministros militares. Ao contrário. Ele os teve civis, homens, até hoje presentes, de valor extraordinário, como Roberto Campos, na época, Ministro do Planejamento.

O Presidente Castello, praticamente, deu aulas de liderança e, como grande magistrado, respeitou os resultados das eleições que se processaram em 1965. Limitou, no tempo, as atribuições do Ato Institucional nº 1, buscando a rápida volta à normalidade jurídica. Como estadista que era, respeitou a separação dos Poderes, tanto Legislativo como o Judiciário. Manteve, o que foi muito importante, a liberdade de imprensa e pagou um alto tributo por isso. Foi dele a iniciativa de propor ao Congresso Nacional um projeto de Constituição, aprovado, no final do seu Governo, em 1967, Constituição essa, que, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, constata-se ser das mais liberais de todas as Constituições brasileiras.

O País experimentou um desenvolvimento significativo sob os governos ditos militares. Um deles, o do Presidente Médici, não preciso dizer, pois todos conhecem o período do "milagre brasileiro". Hoje, se repete isso como uma galhofa. Um Governo que enfrentou a guerrilha, mas manteve o desenvolvimento, em todos os setores, altamente significativo. Ampliou de modo vertiginoso a construção e pavimentação das rodovias e o setor energético...

Recordo que, depois, quando estava lá na Missão de Instrução, no Paraguai, já nos idos de 1980, ocorreu a inauguração de Itaipu, lançada na época da Revolução e concretizada ainda durante a Revolução. Um fator de orgulho nacional, não só brasileiro, mas do Paraguai, uma usina extraordinária.

Assistimos à evolução da indústria aeronáutica com a Embraer e outras consideradas de ponta, como a indústria bélica. Enfim, o País passou a figurar em 8º lugar na economia mundial, saindo do 48º no início da Revolução.

Essas contribuições, cujos benefícios são sentidos até hoje, são omitidas com o propósito perfeitamente claro, repetindo o que, inicialmente, disse: voltamos ao período pré-revolucionário, em que a ação insidiosa da propaganda e da infiltração de idéias, está aí atuante, como é presente o Movimento Comunista Internacional, desde 1922.

Durante toda minha vida, a partir da Revolução, dediquei-me ao estudo do Movimento Comunista Internacional, para poder fazer valer aquilo em que acreditava, porque, mesmo lendo todos os trabalhos sobre a base marxista e qualquer tipo de ideologia socialista ou comunista, nenhum deles conseguiu convencer-me de que estivesse errado nos meus conceitos de liberdade, nos meus valores sobre

a Instituição Exército Brasileiro. Desfrutei a glória de viver o momento da Revolução, modestamente, como Capitão, e não tenho nenhuma vergonha em dizer: foi um Movimento de redenção nacional que não pode ser esquecido.

Finalmente, gostaria de ressaltar a iniciativa do Exército em preservar esses aspectos históricos e o valor deste trabalho. Espero que o Projeto sirva, efetivamente, como um manancial de dados, principalmente para formação futura das nossas lideranças, que é o mais importante.

É o que eu tinha a falar.

Deputado Federal Antônio Delfim Neto

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- É economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo(USP). De 1952 a 1954 foi professor assistente e de 1954 a 1959, professor livre docente de Estatística Geral e Econômica da USP. Em 1963, professor catedrático da USP em Análise Macro-Econômica.
- De sua carreira pública podemos destacar: conselheiro do Conselho Nacional de Economia; membro do grupo de planejamento do Governo do Estado de São Paulo (1955 a 1960); membro da comissão interestadual da bacia Paraná / Uruguai; Secretário da Fazenda de São Paulo (1966 e 1967); Embaixador na França (1975 a 1977); eleito Deputado Federal por São Paulo, em 1986, pelo Partido Democrático Social (PDS), sendo reeleito em 1990, 1994 e 1998 – neste ano pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Presidiu, em 1997, a Comissão de Finanças e Tributação.
- Entre as suas principais obras publicadas podemos citar: "O Mercado do Açúcar do Brasil"; "O Trigo no Brasil"; "O Problema do Café no Brasil"; "Alguns Aspectos da Inflação Brasileira"; "Agricultura e Desenvolvimento"; "Planejamento para o Desenvolvimento Econômico"; "Só o Político Pode Salvar o Economista"; "Crônica do Debate Interditado"; "Ideologia da Submissão e Desenvolvimento Brasileiro"; além de vários trabalhos publicados em periódicos especializados, no Brasil e no exterior.
- Na eclosão da Revolução de 1964 era professor da USP. Exerceu as funções de Ministro da Fazenda dos Presidentes Costa e Silva e Médici (março de 1967 a março de 1974) e Ministro da Agricultura (março a agosto de 1979) e Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (agosto de 1979 a março de 1985) do Presidente Figueiredo.

Entrevista concedida em 26 de setembro de 2001.

Tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper o clima de liberdade existente no país, ou o dinamismo da própria sociedade na qual os trabalhadores, empresários, reivindicavam às claras e o conflito era transparente – isso no narrar do jornalista Flávio Tavares, em seu livro "Memórias do Esquecimento". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Esse é tipicamente o esquecimento da memória. A chamada Revolução de 1964 foi um movimento popular. Quer dizer, a Nação ocupava as ruas exigindo uma intervenção. Queria que o Governo mudasse, que não se embrenhasse naquele caminho de demagogia. Havia uma desorganização completa. Não existia liberdade coisa alguma. O que acontecia era uma grande desorganização e o País estava sendo conduzido, realmente, por um caminho muito perigoso.

A idéia de que o Movimento de 1964, levou a uma ocupação do Governo é falsa. O Jango fugiu. O Jango abandonou o Brasil. Esses canalhas estão por aí dizendo que iam salvar o Brasil e nós, hoje, temos uma prova concreta do que eles produziriam: uma nova Cuba, grande, e com muito mais esculhambação do que Cuba, porque, em matéria de esculhambação, somos muito melhores do que eles. Na minha opinião, essa é uma visão que se instalou, porque continuaram falando. Quem assistiu a tudo aquilo, quem viu o povo na rua e quem viu as conseqüências finais do Jango tomar o avião e ir embora e deixar o país abandonado, sabe que foi um movimento popular. Depois, perdeu-se em alguns aspectos, mas na sua origem ocorreu uma reação nacional. Uma reação de quem não conseguia mais viver com a desorganização que o Governo estava introduzindo, chamando de reformas de base. As proposições não tinham nenhuma consistência e eram incapazes de produzir um Brasil crescente.

Parece-me o seguinte: essa é uma verdade que virá à tona. Não vai ser restabelecida por nós, agora, mas a verdade será conhecida quando, nas universidades, começarem a fazer as pesquisas; e vai aparecer uma tese de doutoramento aqui, uma tese de livre docência lá, aí irão pesquisar realmente como o Movimento nasceu e cresceu empurrado pela sociedade que não tinha mais condições de suportar o descalabro.

É verdade que se destinava a combater o comunismo, mas era, também, para combater a corrupção. Tinha lá seus *slogans*, todos verdadeiros, é preciso reconhecer. O nível de corrupção era inaceitável pela sociedade. A tentativa de salvar o Brasil por um mecanismo de economia centralizada, de controle das liberdades, todos sabíamos que iria dar em nada.

Uma das vantagens – se você quiser chamar de processo revolucionário – é que sempre houve o cuidado de manter a economia aberta. Quer dizer, a intuição

original, ainda que não estivesse nos programas dos governos, era de que você precisava manter uma economia de mercado funcionando razoavelmente, porque era a única forma de, mais tarde, combiná-la com as liberdades – e foi o que aconteceu. O Brasil, na verdade, depois de todas as vicissitudes, das coisas extraordinárias que aconteceram nesse período, reencontrou a liberdade, suportando custos muito pequenos.

O quadro mundial dessa época, em que vivíamos ainda o período pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência?

Claro que teve. Não pode haver dúvida de que os Estados Unidos ficaram do lado do movimento autoritário. É evidente que ficaram. Não adianta permanecer discutindo se foi mais ou se foi menos, mas os Estados Unidos não viam com bons olhos, eu diria ... a comunização talvez fosse um termo exagerado, porque as pessoas que estavam no comando da baderna não tinham noção alguma de coisa alguma. Basta ver o que escreveram naquele período e o que alguns continuam escrevendo. Na verdade, era uma idéia romântica: “se eu tiver poder absoluto” – porque é disso que se trata – a briga era entre o Poder absoluto exercido pelas Forças Armadas ou por eles. Não tenho a menor dúvida, a conquista do Poder absoluto, por eles, acarretaria uma situação muito pior do que a que houve, depois, com o exercício do Poder absoluto pelas Forças Armadas.

Parece-me que, quando veio o movimento autoritário, os militares, talvez, não tivessem um projeto para o Brasil, mas, mesmo assim, construíram uma Nação. É impossível negar o fato de que nesse período, de 1964 a 1984, foram vinte anos de dificuldades extraordinárias, e o Brasil cresceu dramaticamente. Nosso País construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando. Foi trabalhando duro. Houve muitas dificuldades, particularmente, os problemas de 1982. As pessoas imaginavam que se tratava de uma crise nacional. Mas só era uma crise nacional na ignorância da oposição, porque era uma crise mundial. A crise de 1982 só foi comparável à de 1929.

Agora, dizemos que estamos em crise. A taxa de juros americana é 3% hoje. Em 1981, 1982 era 21%. Nestes dias, eles dizem: Ah! Temos uma dificuldade com petróleo. Em 1981, 1982, no Governo Figueiredo, quando se acelerou, pela primeira vez, na verdade, a produção de petróleo – essa foi uma das falhas cometidas pelo País; deveriam tê-lo feito muito antes e não o fizeram por um processo de adoração da Petrobras e da idéia de que a Petrobras era portadora da verdade – se compararmos a preços de 2000, o petróleo valia 76 dólares o barril e hoje custa 22 dólares.

Esta crise que ora vivemos e que está produzindo toda a confusão é menor do que a crise fantástica vivida pelo Brasil e pelo mundo, em 1981 e 1982. Claro, o Brasil se perdeu, como o mundo se perdeu, mas uma das coisas importantes para a qual ninguém chama atenção é que o Brasil foi o primeiro País a sair da crise, na América Latina. Quando entregamos o Governo em 15 de março de 1985, o Brasil estava crescendo a 5,5% ao ano. Tinha superávit no balanço de contas correntes, praticamente equilíbrio em contas correntes, tinha produzido o seu ajuste. O que penso é que, posteriormente, as coisas pioraram muito, mas as Estatais, nesse momento, foram importantes. As Estatais depois se perderam, se perderam, na verdade, na eleição do Tancredo – coisas que as pessoas não gostam de ouvir e nem de falar. Para eleger o Tancredo, as estatais foram divididas como um pernil, um pedaço para cada partido, para que eles constituíssem as suas administrações. Destruíram as Estatais. É por isso que sempre digo que a privatização não foi um ato econômico, foi um ato de higiene pública.

Então, confirmando, os acontecimentos determinantes para desencadeamento da Revolução...

Os acontecimentos foram esses. Havia uma angústia e é só a gente se remeter à imprensa, naquela época, assistir aos filmes das passeatas. O Brasil estava extremamente preocupado com a direção que o Presidente João Goulart estava imprimindo à sociedade. O pior é que não tinha direção, o problema do Jango não era querer socializar o Brasil, comunizar o Brasil. O Jango não queria coisa alguma, ele queria se livrar desse negócio o mais depressa possível, como fez, aliás, tomando o avião e indo embora.

Que erros foram cometidos pela Revolução de 1964?

Acho que foram muitos. Ninguém passa vinte anos sem cometer muitos erros. Primeiro é preciso dizer o seguinte: houve uma guerra – esta é a verdade. Houve uma guerra – e essa guerra produziu conseqüências. Morreu gente do lado do Governo, morreu gente da oposição, porque houve uma guerra. Hoje estou convencido: se tivéssemos sido vencidos, estaríamos reduzidos a esse negócio, "a tal Índia". Tem-se que reconhecer esse fato: aconteceram coisas abomináveis, realmente. A tortura é uma coisa abominável, imperdoável, porque se auto-alimenta – é um processo devastador. Agora, é preciso reconhecer – o Governo em si, digamos, o Governo civil tinha muito pouco conhecimento dessas coisas. Tomava conhecimento do que saía no jornal, de vez em quando, ocasionalmente, e nunca ocorreu uma interferência militar no Governo. Não existia a idéia "ah não! o sujeito apareceu fardado no Gabinete do Ministro da Fazenda..." Jamais entrou

alguém fardado no meu gabinete e, muito menos, foi alguém fazer algum pedido. As coisas tinham uma certa ordem. A administração sempre foi protegida de qualquer interferência.

Eu mesmo fui convidado, sem conhecer o Presidente Costa e Silva. Tinha sido Comandante em São Paulo e, talvez, por acaso, tivesse tido oportunidade de cumprimentá-lo, num dia de cerimônia qualquer. O Presidente convidou-me para fazer uma exposição sobre agricultura – acho que uns cinco meses antes de ser eleito. Está no meu *curriculum*, era professor da USP. Dessa forma, fui fazer uma exposição no Rio para o Presidente – uma coisa muito agradável – e, logo após terminá-la, fui embora. Passaram-se seis, sete meses sem jamais ouvir falar em Presidente Costa e Silva e fato correlato. Um dia, estava trabalhando – era Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo no Governo do Laudo Natel, e tinha continuado no Governo Abreu Sodré – recebi um cidadão no meu gabinete com uma carta do Presidente, convidando-me, por escrito (o que mostra que não havia a menor ligação) para ser Ministro da Fazenda.

Nunca houve interferência de qualquer natureza. Circulam mitos de que havia disputas fantásticas por causa dos problemas de orçamento. Nada. Desde o começo as coisas foram se acertando. Fizemos um acordo. Vocês pedem, vamos dar o que pudermos dar e depois vamos discutir, e o que acertarmos, vamos cumprir. E nunca – uma coisa importante – o pessoal militar voltou para discutir o orçamento. O que acontecia? Você liberava rigorosamente a verba no início de cada trimestre e eles a distribuíam de acordo com as suas prioridades, e não voltavam à Fazenda. Mesmo em alguns casos, quando havia pequenos problemas que sempre existem na formulação do orçamento, e tendo cometido um erro, eles agüentavam a mão no que tinham errado. O que você não podia fazer era deixar de cumprir a palavra que tinha empenhado, era liberar o "quantum" rigorosamente no primeiro dia do trimestre.

Um assunto muito discutido é o crescimento do terrorismo no mundo. Naquela época enfrentamos problemas de seqüestros de embaixadores, de assaltos a quartéis. Foi um período conturbado, ao qual o senhor se referiu como uma guerra. Qual seria seu comentário, talvez comparando com o momento atual?

Gostaria de dizer simplesmente o seguinte: conheci bem o Presidente Costa e Silva, conheci intimamente. Era um homem sensível e inteligente. Extremamente inteligente. Tanto é verdade que "não passava passarinho na frente dele". Ele ia assinar, realmente, a Constituição se não tivesse sofrido aquele derrame. 1968 foi um ano de grande infelicidade, porque se instalou o movimento de rua, mais uma

vez, no pressuposto de que poderia derrubar o Governo. Mesmo com aquele movimento, se o Presidente não tivesse tido o derrame, acho que o ciclo revolucionário teria se encerrado, no fim do Governo. Em 1971, teria havido uma eleição e tudo estaria arrumado. O Pedro Aleixo participou ativamente da feitura da Carta, o que mostra que não seria possível achar que fosse uma Carta que conservasse resquícios de autoritarismo, mesmo porque a própria Constituição de 1967 era bastante razoável. Parece-me que, naquele momento, quando o Presidente teve o derrame, as coisas começaram a desengrenar. A conjuntura era difícil no mundo inteiro. Havia uma estudantada mundial apoiada na idéia de opor-se ao Estado, um momento meio anarquista, misturado com "verde", misturado com uma porção de coisas, de forma que chegamos, outra vez, a um quadro de desorganização.

Depois criou-se a Junta. Claro que ao implantar-se um regime autoritário, deve-se esperar o nascimento de resistências porque, não adianta discutir, o homem tem dois valores construídos a despeito de todas as resistências. Não são só dois, dois são fundamentais. São a igualdade e a liberdade – a única coisa é que elas não são inteiramente compatíveis. O excesso de igualdade não produz liberdade e o excesso de liberdade não produz igualdade, de forma que é preciso combinar essas coisas, mas é natural que, em qualquer regime político onde você não encontre a manifestação desses dois valores, sejam criadas resistências. Foi assim que o mundo progrediu e era natural, portanto, principalmente depois da morte do Presidente Costa e Silva, que fossem aumentando as resistências.

Por fim, o Governo Médici que, na minha opinião, foi brilhante, ao contrário do que dizem; pode ter gerado um aspecto muito condenável, aquele processo em que se restringiram um pouco mais as liberdades, além de, infelizmente, a desagradável manifestação da tortura. Mas, foi um governo, do ponto de vista da eficiência, da economia e da honestidade, absolutamente impecável.

Sempre cito um fato, para comparar com o que hoje existe por aí: certa vez necessitávamos de aumentar o preço da carne, que estava congelado. Lembro que o Presidente Médici não gostava de perder nada, tinha uma memória de elefante – fazíamos uma exposição, no início do ano, dizendo para ele "espero que vá acontecer isso, aquilo; se acontecer isso nós vamos tomar tal medida; se acontecer aquilo, vai produzir isso"; gastávamos uma manhã, uma manhã e meia discutindo o programa do ano e, enquanto não se violassem os parâmetros, tínhamos liberdade operacional. Pois bem, havíamos congelado o preço da carne, devido a uma dificuldade de suprimento, "bateu no teto" e tivemos que pedir para mexer no preço da carne. O Presidente ficou um pouco triste, mas disse: "vou decidir isso daqui a uns dias, não quero tomar decisão agora". Dois dias depois me telefonou

o Dr. Leitão e falou: "o Presidente autorizou você a liberar o preço da carne". Aí, fiquei curioso para saber o que tinha havido e o Leitão me disse que ele mandara vender os bois que tinha para não se aproveitar do aumento do preço da carne. Isso devia servir de exemplo.

A edição do AI-5 teria sido um mal necessário?

O AI-5 foi, na verdade, um freio de arrumação. Você estava com uma dificuldade crescente e foi isso que produziu o AI-5. Hoje é fácil dizer "bom, não podia ter sido feito, devia ter sido feito". Sempre digo o seguinte: na circunstância que prevaleceu naquele instante e com o conhecimento que tinha daquela realidade, assinaria de novo.

Tranqüilamente?

Tranqüilamente talvez não. Com um pouco menos de tranqüilidade. Por quê? Porque os eventos não desejados, os efeitos não desejados das medidas, às vezes, produzem resultados muito desagradáveis.

Como o cerceamento da liberdade?

Exato.

Como o senhor apreciou o panorama político, durante os governos revolucionários?

Havia um cuidado enorme de preservar a instituição política. Ouso dizer o seguinte: respeitava-se mais o Congresso do que se respeita hoje. A medida provisória é um instrumento muito mais violento do que o decreto-lei. O decreto-lei era restrito. O governo militar sempre teve um cuidado enorme... A Casa Civil sempre foi fortíssima. O aconselhamento jurídico era feito com maior cuidado, o Dr. Leitão, um brilhantíssimo chefe da Casa Civil, sempre dizia: "Delfim, a gente pode modificar a Constituição, mas violá-la nunca." Não é o que acontece hoje.

Hoje em dia, fala-se muito em ditadura militar, "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Fico um pouco triste, porque, na verdade, pergunta-se: houve coisas desagradáveis? Sem dúvida. Houve coisas boas? Evidente. Na década de 1970, entre 1967 e 1975, o Brasil cresceu 11 % ao ano, 10% ao ano. A taxa de inflação era de 12%, 15%. Criamos, nesse período, alguns milhões de empregos. Havia um esquema no qual crescia o emprego e crescia o salário real. As pessoas se queixavam porque existia uma fórmula salarial, mas essa fórmula salarial, desde o início, preservava a participação dos trabalhadores na renda. Coisa que não acontece hoje. A participação dos trabalhadores tem caído sistematicamente.

O financeiro não prevalecia sobre "o parafuso". Quem tinha valor? Aquele que "produzia o parafuso". E o banqueiro? Era um simples intermediário. Ele faz um serviço útil e importante, mas capta a poupança aqui e aplica aqui; importante é selecionar o "produtor de parafuso" correto. Você só vive de "parafuso"; não vive de intermediação financeira. Então, havia realmente uma mudança... e, havia uma concepção de País, esta é a verdade. Tinha-se uma noção clara de que possuíamos alguma condição – mercado interno importante – e que poderíamos ser um *global player*.

O Brasil nunca recusou a integração ao mundo. Pelo contrário. Quando entregamos o Governo, dispúnhamos de 1,47% do comércio mundial, hoje, 0,8. Dou risada quando dizem: "melhorou muito com a globalização". Para quem? Para quem? Quer dizer, éramos na verdade mais ativos no mercado mundial do que somos hoje.

Então, a mim parece o seguinte: tudo isso são fórmulas encontradas para o combate à Revolução, como adjetivá-la de "anos de chumbo" etc. Eu me divirto muito. Há tipos aí que têm 28, 29 anos e dizem: "quando fui perseguido..." O sujeito nem tinha nascido. Por quê? Porque acabou virando um galardão "ter sido perseguido". Conheço dezenas deles, alguns até no Governo, que fugiram e não sabem porquê. Nesse campo, aliás, cometemos alguns erros, por exemplo, na Universidade de São Paulo. Na verdade era uma "pinimba" entre o Ministro da Justiça e aquela gente, pois nunca fomos um centro ativo. Era um esquerdismo romântico, alguns nunca foram da esquerda e, depois se apresentaram como tal, porque parecia que era elegante ser esquerda. Na USP se cometeram muitos erros, exageros. Como em todo movimento dessa natureza, alguns interesses espúrios interferem e, então, realmente geraram uma intervenção na USP, que foi, afinal, um equívoco. Não havia nenhuma necessidade de perpetrá-la. São os acidentes do processo que se estava vivendo. Não se trata de uma justificativa, apenas uma constatação.

Mas como disse antes, isso tudo um dia será trazido à tona. A história já está começando a ser revolvida, e as pessoas ficam muito tristes, principalmente os orientadores começam a ficar furiosos com os orientados, porque a verdade que emerge da pesquisa histórica, feita com uma relativa isenção, é de que os defeitos são um pouco menores e as virtudes um pouco maiores. Estou absolutamente convencido, pois a história, até agora, tem sido feita pelos que foram vencidos. Aos poucos ela vai ser relativizada – não existe verdade histórica – e, então, os exageros serão identificados.

Basta ver o seguinte: se examinarmos, hoje, as pessoas que estão no Governo e olhar as bobagens que elas escreveram numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a dívida externa.... Sempre ameaço: "o dia que você me amolar, publico o seu relatório sobre a dívida externa", porque a quantidade de tolices acumulada

nesses documentos revela como eles erram e revela, também, que eles melhoraram muito, porque mudaram. O que existe hoje nessa política que seja contrário à política econômica usada no regime autoritário? Só a entrega do País. No mais, há muito pouca diferença. Dizem: "mas o País queria inflação". Nenhum país quer inflação, Deus meu. Nenhum país quer inflação. A inflação se instalou depois daquela crise mundial e permaneceu constante, era altíssima, mas era constante. Ficou 25, 26 meses, a inflação rodando a 200% ao ano. O que estava acontecendo? Todos os salários subiam 200% ao ano, todos os preços subiam 200% ao ano. Era uma corrida maluca, porque tudo corria 200% ao ano, mas mostravam que havia um equilíbrio na distribuição da renda, porque a inflação, na verdade, é uma manifestação de inconformismo com a distribuição de renda e, em geral, o agente que não se conforma com a distribuição é o governo. Nunca se usou déficit orçamentário, não, porque... o militar nem consegue entender isso. Você imagina, eu chegar no Presidente Costa e Silva e... "olha, nós vamos financiar isso com déficit". Ou para o Presidente Médici. Mandava me internar. O Figueiredo mandava pôr uma camisa-de-força. Então o que aconteceu? As coisas aconteceram a despeito de tudo... da política.

Estava tudo certo? Claro que não. Havia muitas dificuldades. Agora uma coisa era certa – é que se formulava política para a Nação brasileira. Tinha-se um cuidado extremo na distribuição do Poder pelas regiões do País. Não é como hoje, que Brasília é o "recreio dos bandeirantes". Você era obrigado. O Presidente dizia: "você pode nomear o seu Presidente do Banco Central, mas não pode ser paulista". Sobre os outros diretores: "Ah! Têm que ser um do Nordeste, um do Rio Grande. Você escolhe quem quiser, mas tem que ter um mineiro..." Por quê? Porque tem que distribuir o poder e o conhecimento. Você pode nomear a direção do Banco do Brasil, mas não pode ser tudo cupincha não. Tem que ser distribuída geograficamente. A concepção era diferente.

Hoje eles dizem: "imagina, vocês tinham o preço do aço, um para o Brasil inteiro". É verdade. Porque eu cobrava um centavo a mais para São Paulo que consumia 60% do aço e podia vender o aço em Fortaleza pelo mesmo preço que eu vendia em São Paulo, de forma que podia construir um pólo metal mecânico em Fortaleza. Outros comentários que fazem são: "O preço do combustível era único", ou "você era maluco; você queria eliminar a distância". Não, provavelmente eu sabia mais do que eles, porque tinha lido Lösch, tinha lido Weber, conhecia a Teoria da Localização. O que eu queria é que Mato Grosso chegasse mais perto. Como Mato Grosso chega mais perto? Se eu eliminar o custo do transporte. Se eu eliminar o custo do transporte o Brasil vira um ponto. Por que isso era importante? Porque o pensamento era "integração nacional", quer dizer, você tinha que

realizar o desenvolvimento atendendo a outros objetivos que apenas o econômico. Você tinha que realizar o desenvolvimento fortalecendo a economia nacional, mas mantendo a economia nacional integrada – é nisso que difere a política anterior desta, de nossos dias. E agora acho que fica muito visível quem tinha razão. Hoje o Governo está em dificuldades porque, ele que criticava essa política, agora precisa retorná-la para tentar ganhar uma eleição.

Por que se verificou, usando um termo castrense, o desengajamento dos militares da condução política do País?

Na minha opinião, o Presidente Castello aplicou uma vacina de altíssima eficiência. Com aquelas decisões de que você só fica quatro anos no posto, ao chegar a quatro estrelas tem pouco tempo de criar uma panelinha e continuar freqüentando... Ele profissionalizou de tal forma as Forças Armadas que determinou a consciência de que elas já tinham se ausentado do Poder. Naquele instante, na verdade, as Forças Armadas foram afastadas do Poder e só se mantiveram por causa dos mecanismos institucionais que tinham sido criados.

Uma das coisas importantes é que nenhum dos presidentes militares quis continuar. Sempre aceitou o cargo como missão. Eu me lembro, o Presidente Médici saiu do Governo com um prestígio monumental. Quero dizer, o Presidente tinha coragem de ir ao Maracanã, depois de ter deixado o Governo – dos "anos de chumbo" – e ser aplaudido de pé? O que mostra que no Brasil nem a opinião publicada tem credibilidade. A opinião pública, não sei, mas a publicada não tem. Então me parece o seguinte: se ele tivesse feito uma simples manifestação de desejo, teria continuado; mas não, estava combinado... a missão terminou, entrego o cargo e acabou e não adianta vir com tentação e nada. O Governo era castrense. Ele sempre dizia:

– Delfim, vem almoçar aqui!

– Eu não! Comer arroz e feijão com bife – que era realmente o menu, ou então um churrasco.

Era uma demonstração natural de que a vaidade era muito pouco cultivada e considerada uma falha grave. Por isso registro isso: ainda se fará justiça. Vai ser preciso algum tempo para verificar-se o tempo em que isso ocorrerá. O poder militar realmente foi desengajado com aquela medida absolutamente sábia do Presidente Castello.

A conjuntura internacional, acelerou a abertura política?

Acho que sim. Deixa-me dizer, foi fadiga de material. Depois de vinte anos, acredito que não tivesse mais como continuar.

Foi uma das coisas espertas, digamos, do Golbery que, na verdade, era um grande manipulador de homens e brilhante. Penso que o Presidente Geisel também acabou se convencendo de que aquilo tinha terminado. Na verdade, havia terminado em 1974. Devíamos ter entregue em 1974. Deram-se mais cinco anos e depois mais seis. Estou convencido de que a conjuntura internacional, então, já era completamente diferente e, digamos assim, o regime militar, o regime autoritário, caiu de moda. Caiu de moda na verdade. Foi um instrumento importante, mas produziu um cansaço. Não tinha mais condição daquilo funcionar, principalmente depois da crise mundial de 1982. Essa crise, digo e repito, já disse aqui, foi de tal profundidade que se permitiu dizer o seguinte: os "marqueteiros", os manipuladores de opinião, conseguiram convencer o Brasil de que a crise era brasileira, de que a crise era do Governo brasileiro. Quer dizer, quem levou o mundo ao *default* foi o Brasil, falso absolutamente. O Brasil foi arrastado no *default*, mas a crise era mundial. Eu digo, os Estados Unidos tiveram uma recessão poderosíssima porque, veja, a taxa de juros americana era 21%. Se falar isso para alguém hoje...

As pessoas pensam que foi o Gorbatchov que acabou com a União Soviética. Nada. Quem acabou com ela foi a recessão de 1982. Em 1982 ficou claro: quebrou a Polônia, quebrou a Romênia, quebrou a Bulgária, quebrou a União Soviética. Quer dizer, depois daquilo a URSS era uma máquina faltando engrenagem. O Gorbatchov só veio para completar. Quem acabou com o mundo chamado comunista foi a recessão capitalista de 1982 que desintegrou aquilo tudo. Uma das coisas mais fantásticas é você ver a esquerda, porque a esquerda – claro que há exceções – na média, é de uma ignorância monumental. O susto com a esquerda não é o seu programa, é a ignorância com que eles pensam que vão implementar o programa. Então o que acontecia? As pessoas criticavam o Brasil: "vocês viram? Estão se endividando".

O caso brasileiro era uma coisa... Em 1974, o Brasil tinha 12 bilhões de dólares de dívida, tinha reserva de 6 bilhões e exportava 6 bilhões, ou seja, a dívida era um ano de exportação. Hoje, a dívida é quatro anos de exportação, cinco anos – já foi até mais. Mas, os países da União Soviética, que usavam a Rússia como paradigma, estavam se endividando ainda mais e eles não tinham conhecimento disso. É uma coisa deliciosa ler, hoje, os documentos que escreveram naqueles anos, porque mostra que eles não tinham o menor conhecimento do que estava se passando e, na verdade, foram adquirindo esse conhecimento ao longo destes anos.

Há coisas que são interessantes. "O Brasil cometeu erros." Houve uma CPI para dizer o seguinte: "houve as polonetas". Olha que destino! Esta semana, há 15

dias, as "polonetas" foram juntadas às "brasiletas" para dar garantia para a "brasileta". Quer dizer, o Governo emitiu papéis com a garantia das "polonetas", porque a Polônia tem um risco menor do que o Brasil. Isso mostra o quê? Eu acho que quando acontecer esta explicação que estamos falando, esta investigação histórica, mais, digamos, isenta, os documentos mais preciosos serão os mais fervorosamente escondidos pelo Congresso e que contêm o que está sendo dito, hoje, por quem está no Governo, sobre a realidade brasileira naquela ocasião. Assim, será possível comparar com o que aconteceu.

Agora dizem: "Quero dar uma opinião: nós não vamos quebrar, a Polônia não vai quebrar. O Geisel fez um acordo com a Polônia para comprar potássio, porque era uma necessidade, mas foi um erro. Deram crédito para a Polônia." Aí você olha: o erro foi eles aceitarem o nosso crédito. Aí vem outro sujeito e repete todas essas barbaridades. Quando se compulsar as CPI é que se vai ver o que eles pensavam e o que eles teriam feito deste País se tivessem posto a mão no Poder. Aliás, estamos vendo o que eles estão fazendo de nosso País.

Deputado, qual é a sua avaliação a respeito da maneira como foi feita a abertura a partir do Governo Geisel?

Acredito que foi uma coisa bem-feita. Como disse, havia uma fadiga, não tinha muita fórmula, não tinha como evitar essa abertura. Era uma necessidade, acho que fizemos a abertura com custos muito pequenos. Na verdade foi um processo... lixou-se as arestas... e, depois, fez-se a Lei da Anistia. O Brasil é um País... fez a "passagem", hoje ninguém fala mais nisso. Os outros países continuam ainda. Você vai à Argentina, não resolveu o problema; vai ao Chile, não resolveu o problema. Para onde olharmos, não houve essa absorção, essa "passagem" mais tranqüila. Restam muitas feridas. Há pessoas que continuam tendo – hoje já diminuiu muito – uma espécie de ojeriza por quem participou do Governo autoritário. Quando cheguei aqui, no Congresso, em 1986, era uma delícia, porque o sujeito entrava no elevador e ficava preocupado que eu desse uma mordida nele.

Então o que aconteceu? Algo muito interessante: os mais radicais na primeira eleição foram dizimados. O que prova que o povo tem uma intuição muito aguçada. Todo aquele radicalismo foi dizimado. E o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, hoje, é um PT domado, o PT não tem... aliás, o PT nunca teve a certeza de que o Partido Comunista tinha; o PT tinha uma noção um pouco romântica. Aliás, um dos grandes problemas é essa certeza absoluta de que produz os erros absolutos e que também nos atingiu. No caso da tortura, fomos vítimas do "sabíamos o que a história queria".

Hoje em dia, diz-se que a chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares. O senhor concorda com isso? Qual foi a razão?

A batalha da comunicação, creio, seria perdida por definição. O que acontece? A imprensa reproduzia a manifestação do desagrado que a própria sociedade tinha com a continuidade daquele processo. O jornalista, geralmente, é um animal mais crítico do que a média, por isso foi buscar o seu lugar no jornalismo.

A censura também causava algumas perturbações. Na área econômica nunca houve censura, isso tenho dito sempre – traga aqui alguma decisão que tenhamos censurado. Nunca houve censura na área econômica, por isso eles puderam "meter o pau" à vontade. E existe uma prova interessante: todos os colunistas políticos viraram colunistas econômicos, porque era o único espaço do Governo onde podiam conversar, discutir, falar, criticar. Lembro-me, quando fixamos uma meta para a inflação de 12%, em 1973, exultaram de alegria: "o Governo perdeu!", porque deu, na verdade, 14%.

Mas isso é natural. Aquela comunicação, digamos, que os "marqueteiros" fazem, vai-se esgotando. Por quê? Porque algumas das mensagens não tinham nenhuma correspondência com a realidade. Acho que se perdeu mesmo a batalha da comunicação, mas não por culpa dos comunicadores, acho até que o Governo teve gente competente manipulando isso. O que acontece é que não tinha mais correspondência com a realidade. Não havia aceitação. O receptor não aceitava mais a mensagem, ou seja, a mensagem batia nele e ele tinha um sorrizinho de dúvida. E o próprio Governo foi criando a idéia, correta, de que era preciso abrir. Quando ele diz "é preciso abrir" é porque está tudo errado. O fim do Governo vivido pelo Presidente Figueiredo foi complicado, difícil, porque era o reconhecimento implícito de que mudava-se o regime porque o anterior estava errado. Então, como convencer alguém de estar certo se estava mudando?

A verdade sofreu muito com isso. Então quando penso, por exemplo, que fizemos a Belém–Brasília em dois anos, e a Cuiabá–Porto Velho – BR 364 – está há 15 anos sendo feita. O trecho que deixamos sem asfaltar está lá até hoje. Quer dizer, a eficiência do Governo caiu dramaticamente. Os números eram completamente diferentes. Vejo aí uma grande publicidade: "o Brasil fez uma reforma agrária, distribuiu mais terras do que o Estado de Alagoas". O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) distribuiu 800 mil títulos de propriedade. O Ministro Andreazza, injustiçado, principalmente pela sua gente, construiu 4 milhões de casas, quer dizer, somando tudo que veio depois, não chega à metade. Quanto se fez no Brasil! Na infra-estrutura, por exemplo: em portos, transporte, energia... Os Governos pós-Revolução abandonaram de tal forma, "usaram até o osso" o que

haviam recebido, que adveio a crise de energia, quer dizer, voltamos a 1950, quando ocorrera a última crise de energia.

E houve finalmente um equívoco na condução do processo econômico e destruíram uma boa parte da indústria e agricultura brasileiras. E tem mais – a privatização era uma necessidade, mas foi muito malfeita. Em alguns campos foi feita de uma forma absolutamente imprópria.

É isso que eu digo, mais quatro, cinco, seis anos estes pontos vão ser ressaltados. O que aconteceu nos últimos vinte anos, vamos dizer entre 1964 e 1984 e o que aconteceu entre 1985 e 2005 que é o mesmo período? Então, vai ser um desastre. Não fizeram nenhum porto, a Revolução fez vinte. Não construíram nenhuma estrada, a Revolução, 56 mil quilômetros. Ergueram 2 milhões de casas, a Revolução 4 milhões. Como podem competir? Quais são as siderúrgicas que os atuais governos instalaram? Nenhuma, todas que existem herdaram dos governos revolucionários. Onde há um projeto igual ao Carajás? Ah! Desenvolveram o cerrado? Negativo! O cerrado é obra realmente do Governo autoritário. Foi ele que investiu em pesquisa para usar o cerrado; foi ele que fez um programa com os japoneses para construir estrada para chegar ao porto e nós estamos hoje tirando proveito disso.

Então, tenho absoluta confiança de que, percorrida uma razoável distância, quando os fatores ideológicos terão menor importância, vai aparecer a realidade. Estava olhando ontem um gráfico muito interessante, pois o Presidente disse, agora: “exportar ou morrer”. E eu contesto: “vou para a missa de sétimo dia dele, provavelmente”. Em um gráfico pode-se comparar. No período de 1965 a 1985, 12% de crescimento e o mercado mundial 10%, logo crescemos dois acima dele. No período de 1985 a 2000, 5% e 7% de crescimento, respectivamente, ou seja, crescemos dois abaixo do mercado mundial. Tudo isso é coisa que vai surgir, não vai ser agora. Eu acho que estas entrevistas são interessantes porque, provavelmente, um dia tudo isso vai ser consultado também.

A minha idéia é que, quando começarem a se realizar as teses de livre docência, de doutoramento, em torno desse período serão restabelecidas as verdades históricas – a boa e a má. As mazelas produzidas também serão explicitadas.

A imagem do Exército vem apresentando índices elevados de aceitação junto à sociedade, como as várias pesquisas atestam seguidamente. Como o senhor avalia este fato?

Ah, eu concordo. Deixa-me dizer-lhe: as coisas só são entendidas depois de passadas. “O vôo da coruja de minerva é ao amanhecer.” Quando eles olham

para o que sobrou do regime autoritário, e quando olham o que está sobrando do regime que se instalou em 1985, vêem uma diferença absolutamente fundamental. O povo sabe.

Deputado, estamos chegando ao final da nossa entrevista. Gostaria de deixar espaço para o senhor transmitir uma mensagem final no Projeto História Oral, para ser consultada futuramente.

A única mensagem que vou deixar é esta: entendo ser preciso que esse período seja estudado com relativa isenção. Diria que serão identificados alguns defeitos, alguns pecados, como também, muitas virtudes importantes, quer na forma de administrar, de comportar-se diante do patrimônio público, quer no processo ético completamente diferente: a idéia de que terminou o meu mandato, tenho que ir embora. É uma diferença fundamental, porque o civil acha isso abominável, só um idiota que, podendo continuar no Poder, vai embora. Esse processo ético é totalmente diferente. Então, penso que o fundamental é darmos instrumentos e estimular essa gente que está chegando agora, que já tem apreciável distância dessa época, a qual ele tem acesso somente pela literatura – do que aconteceu – mas que tem disposição para aprofundar estudos e pesquisas. Então acho que teremos uma avaliação mais positiva desse Movimento. Embora, como disse, vamos carregar alguns dos pecados cometidos, eternamente.

Deputado Federal José Genoino Neto

- Natural da Cidade de Quixeramobim, CE.
- Foi líder estudantil no final dos anos de 1960; integrou a diretoria da União Nacional de Estudantes (UNE) onde se engajou ativamente na resistência à Revolução de 1964, participando da preparação da guerrilha do Araguaia, de 1970 a 1972. Preso político durante cinco anos. Anistiado em 1979, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT).
- Em 1982, foi eleito para o seu primeiro mandato. Participou, com destaque, da "campanha das diretas". Reeleito em 1986, teve uma atuação marcante como Deputado Constituinte, pelo seu conhecimento do Regimento Interno da Câmara.
- Em 1990, no seu terceiro mandato, destacou-se como líder da bancada petista no Congresso. Autor de projeto de lei que regulamentava os direitos autorais no País, cujos pressupostos básicos serviram de apoio à discussão e aprovação da atual Lei do Direito Autoral. Atuou de forma ativa no processo de *impeachment* de Collor e também na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento.
- Reeleito para o seu quarto mandato com 200 mil votos, disputou a Presidência da Câmara dos Deputados com um programa que se sustentava na valorização e na defesa da dignidade da atividade parlamentar; na reorganização da Câmara e na total e absoluta transparência no exercício do mandato parlamentar. Apresentou emenda constitucional que institui o sistema de controle do Poder Judiciário; outra que altera representatividade dos Estados na Câmara dos Deputados; e uma terceira que reduz o período de recesso dos parlamentares para um mês, no ano.
- Em 1998 foi reeleito para seu quinto mandato de Deputado Federal com 307 mil votos, sendo a maior votação do País. E, em 1999, ocupou novamente a liderança da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Entrevista realizada em 14 de novembro de 2001.

Deputado, tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper um clima de liberdade existente no País. Como é dito, "o dinamismo da própria sociedade em que o conflito era transparente". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram o desencadeamento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Em primeiro lugar, concordo com essa avaliação de que o Movimento militar de março de 1964 interrompeu a ordem constitucional, diante de uma situação democrática em que o Brasil vivia, de amplas liberdades, e tinha, como grande causa dos movimentos da época, as reformas sociais tão reclamadas e tão exigidas pelo País.

É claro que havia também um cenário internacional polarizado, cenário internacional de conflitos, bem como uma reordenação econômica mundial, tendo em vista as conseqüências da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, a hegemonia norte-americana no pós-guerra.

Esse período foi antecedido por um processo de crescimento econômico no Governo de Juscelino, um crescimento econômico que foi importante, principalmente, na implantação da indústria automobilística e no surgimento de um operariado mais moderno. O Brasil urbanizava-se de forma acelerada, mas, ao mesmo tempo, convivia com estruturas sociais arcaicas. O sistema político, democrático, da Constituição de 1946, espelhava essas manifestações e desejos de mudança.

O Movimento de 1964, além de interromper o desenvolvimento da democracia brasileira, diante da bipolarização com a então União Soviética, dos movimentos de libertação no mundo e de várias ações políticas que marcavam uma nova situação pós-Segunda Guerra Mundial, esteve alinhado a um modelo econômico hegemonizado pelos Estados Unidos.

Nesse clima, entendo que o Brasil deveria ter apostado na combinação da democracia com reformas sociais. Era fundamental, porque do ponto de vista social, ao longo da nossa história, nunca realizamos reformas profundas, como a reforma agrária, como a reforma urbana, como a distribuição de renda, como a inclusão social, como a democratização das oportunidades na ordem econômica. E o Brasil, também, enfrentava, nesse momento, um dilema em relação à sua inserção no mundo, um dilema que teve fôlego para buscar uma certa autonomia no período anterior à Segunda Guerra Mundial, inclusive soube negociar a entrada na guerra. Mas, após a mesma, a reação dos países que buscavam mais autonomia e independência, em relação à ordem econômica bipolarizada entre União Soviética e Estados Unidos, também teve sua influência nos movimentos daqui.

Esse processo de polarização política, de radicalização política, foi solucionado pela força e é importante que a gente faça essa apreciação crítica, quer dizer, a força não poderia ter solucionado um processo de polarização.

Nele surgiram manifestações extremamente radicalizadas, algumas até inconvenientes, naquele momento em que não existiam condições políticas para uma confrontação geral. Haveria condições políticas para buscar as reformas e manter constitucionais os governos, isto é, a não-intervenção política das Forças Armadas.

Por outro lado, no clima de polarização, no movimento cultural, no movimento de idéias, nos movimentos sociais existentes, entendo que a década de 1960 – e se prolongou até o seu final – na verdade, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma situação de explosão social que existia no Brasil, de contestação política, de manifestações libertárias inevitáveis, dentro daquela ordem político-econômica, vinda desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas as contradições levaram a uma interrupção do processo democrático, pelo emprego da força que derrubou um governo constitucionalmente eleito e alterou as instituições democráticas do País. A partir, principalmente, das reformas econômicas, das reformas no Estado, o Brasil entrou num outro modelo econômico diferente daquele em que se debatia em 1964. Acho que a esquerda deveria ter adotado uma tática de defender com muita coerência a democracia e realizar as reformas sociais com base nas regras e nos procedimentos democráticos, até para evitar, para não dar pretexto às forças que queriam interromper o avanço da consciência democrática que veio depois do "Estado Novo", para que não prevalecessem os argumentos e a legitimidade como acabou acontecendo.

Mas, nesse momento, estava apenas iniciando a minha consciência política, saindo do interior do Ceará, para estudar em Fortaleza; não tinha uma atuação mais efetiva, era apenas um cidadão que participava das manifestações como qualquer outro, na época.

O senhor via, nesse quadro todo que acaba de relatar, alguma revolução de cunho comunista procurando se instalar, em andamento, visando uma mudança da ordem institucional?

Acho que não havia nenhuma revolução e nem a possibilidade de uma revolução comunista ou socialista no Brasil. O Governo Goulart não era comunista nem socialista. Os comunistas atuavam, mesmo na ilegalidade, com abertura, com desenvoltura, mas a plataforma que se colocava na época não era, necessariamente, um programa socialista nem comunista, e sim a plataforma das reformas de base,

da idéia da soberania econômica do Brasil. Basicamente, essas duas questões vigoravam. O problema é que havia uma polarização ideológica muito grande entre Estados Unidos e União Soviética, as influências da revolução cubana, as influências de vários movimentos no mundo, tudo deu àquelas manifestações de 1964 um cunho como se fosse uma revolução comunista. Não era nem teria condições de ser uma revolução comunista, apesar de os comunistas terem influência naqueles movimentos todos. O que o Brasil ia fazer eram algumas reformas sociais, reformas democráticas e reformas econômicas.

Existia no País um clima de insatisfação quanto ao Governo Goulart?

Acho que era um governo que já assumia enfraquecido, porque João Goulart veio como Vice-Presidente da República, na crise da renúncia do Jânio, aceitando uma série de compromissos, entre eles o parlamentarismo, casuísmo que foi montado em 1961; em seguida, com o plebiscito, o País optou pelo presidencialismo. Era um governo tíbio que tentava viabilizar-se. O Governo Goulart foi um governo produto de uma crise política a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

E nessa seqüência de raciocínio, quais os acontecimentos que a seu ver foram determinantes para a precipitação do Movimento?

Em primeiro lugar, havia uma confrontação ideológica, uma influência política muito grande para a derrubada do Governo João Goulart. O comício na Central do Brasil, as manifestações dos marinheiros e outros movimentos de sargentos – e entendo que, naquele momento, foi errado politizar as Forças Armadas com essas manifestações que teriam de ser basicamente realizadas pelos trabalhadores, pela população em geral, pelos partidos políticos – acabou precipitando, no meu modo de entender, uma iniciativa das forças mais à direita, das forças conservadoras, com um alinhamento com os Estados Unidos, no sentido da ruptura da ordem constitucional, derrubando o Governo João Goulart. Na minha avaliação, havia um clima tensionado, de polarização, de confrontação política e naquela situação alguns fatos acabaram precipitando o Movimento de 1964.

Por outro lado, também já se desenvolviam as articulações, seja no âmbito parlamentar, seja no âmbito militar, seja no âmbito econômico, no sentido de romper com a ordem constitucional, principalmente neste último, com o movimento do setor mais representativo, ou seja, o grande empresariado brasileiro, em relação a reorientar a economia do Brasil. Na verdade, as Forças Armadas foram colocadas no Poder por um mando dos setores econômicos mais fortes e com o apoio de parte da classe média.

O Exército, em particular, foi intérprete da vontade nacional?

Não dá para concordar que tivesse sido intérprete da vontade nacional, primeiro, porque não tivemos e nem temos o método para avaliar se houve uma vontade majoritária expressa naquela intervenção militar.

A intervenção militar das Forças Armadas foi motivada por uma pressão de setores políticos e econômicos – do Congresso, pelos Estados Unidos, na época – e por segmentos da classe média que participaram das marchas, apoiando o Movimento de 1964. Do ponto de vista de interpretar a maioria da população, não concordo, porque, naquele momento, considerando a vitória do presidencialismo, e, em seguida, a participação em outras manifestações, o povo não estava representado. Agora, certos segmentos civis e empresariais deram sustentação à intervenção das Forças Armadas.

Existem críticas à Revolução de 1964. No seu entendimento ela trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Temos que examinar essa questão pelo lado de cada ator político ou de cada visão política. Do ponto de vista democrático, considero que o Movimento de 1964 foi um retrocesso. Acho que o Brasil interrompeu uma trajetória democrática, uma experiência democrática, e isso causou prejuízo para nossas instituições, para as futuras gerações e radicalizou o processo político.

Do ponto de vista social, o Brasil avançou muito pouco, inclusive o próprio Estatuto da Terra, uma das elaborações do Movimento de 1964, não chegou a ser aplicado. Não chegou a ser implantado. No meu modo de entender, na questão econômica o Brasil adotou um alinhamento automático com os Estados Unidos, que começou a ser revisado no final do ciclo militar, no Governo do Geisel, a partir da crise do petróleo.

Evidentemente do ponto de vista da infra-estrutura do País, como existiam recursos disponíveis, capitais para serem investidos no Brasil e persistia o interesse em montar uma infra-estrutura razoável, o País construiu, nesse período, uma infra-estrutura estatal considerável na área de telecomunicações, no setor rodoviário, de energia.

Quanto aos valores que consideramos importantes para intervir na história da sociedade humana, temos que situar essas experiências em cada época. Por exemplo, para mim, naquele momento, a esquerda precisava ter tido uma visão mais radical em relação à democracia como meio e como fim. A própria resistência armada foi uma resposta dentro de uma situação de "beco sem saída" ou de confronto – confrontação política e ideológica – e um caminho para enfrentar aquela situação.

Do ponto de vista das instituições, das regras, dos procedimentos, dos ordenamentos, a democracia é sempre o que vale a pena. Ao longo da história da humanidade, a democracia é algo de mais fantástico que os humanos criaram, porque, mesmo com as incertezas, com os problemas, com os altos e baixos, com as curvas, com os conflitos, é a experiência de organização do Estado que dá melhores condições para resolver os problemas da sociedade humana.

A mídia, nesta última década, e aqueles que detêm, hoje, o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia destacar para nós – o senhor acabou de falar sobre alguns deles – os principais acertos?

Acho que o que tem que ser frisado – esse é o destaque que eu faria – é que, nesse período, o Brasil montou uma infra-estrutura razoável. Penso que, do ponto de vista do Movimento, devemos analisá-lo nos seus vários momentos. Até 1968, foi um processo; com o Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), ocorreu uma espécie de aprofundamento de suas ações no sentido do uso da força sem limite. E depois, na própria crise que veio com a superação do regime militar e a substituição pelo governo civil, com o processo de democratização, caracterizou-se uma outra fase. Temos que analisar... O julgamento que a gente faz tem que ser aberto. Julgamento aberto para os diversos atores que participaram. Eu participei como ator na oposição. Como oposição, tenho uma crítica no fundamental, mas não deixo de respeitar as opiniões, mesmo discordantes das minhas, daqueles que participaram do Movimento em posição oposta à minha visão e à minha militância política da época.

Deputado, o senhor já tocou praticamente duas vezes na questão da resistência ao Movimento de 1964. A nossa próxima pergunta, justamente, enfoca as ações de guerrilha e de terrorismo, tanto na resistência ao Movimento, quanto na abertura. O que o senhor poderia nos contar a esse respeito?

Em primeiro lugar, a confrontação político-ideológica no final dos anos de 1960 chegou a um nível mais radicalizado. Os comunistas, na época representados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), advogavam a tese da via pacífica, inclusive, porque havia o modelo adotado pela União Soviética como caminho para orientar vários movimentos e vários partidos. Na medida em que o Movimento de 1964 foi vitorioso e ocorreu a derrota das forças de esquerda, houve uma desmoralização política e uma perda de prestígio dessas forças. A esquerda passou a fazer uma reavaliação daquela derrota de 1964 e a questão da opção pela luta armada foi colocada no debate político e teórico. Isso está assinalado em textos, documentos etc.

Em segundo lugar, como havia uma confrontação política e essa confrontação ia se radicalizando, ia se afunilando, a opção pela luta armada se materializava concretamente nas ações da guerrilha urbana e na movimentação da guerrilha rural.

Por outro lado, as pessoas que não participavam do movimento armado também não tinham muito espaço, porque as alternativas representadas pelos partidos – os então conhecidos Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – ou pelo movimento sindical, não tinham grande fôlego, para que se oferecessem à população, como viáveis realmente. O próprio movimento estudantil de 1968, bastante forte, chegou a um ponto, para o enfrentamento do AI-5, que muitas lideranças foram estimuladas a optar pela resistência armada.

Portanto, acho que esses fatores acabaram influenciando, quer dizer, a confrontação que já havia, as avaliações sobre as causas da derrota de 1964, bem como a confrontação política que existia no mundo. Estamos falando de uma década em que ocorriam a revolução no Vietnã, a revolução cubana, o movimento de consolidação da revolução chinesa, os movimentos do Terceiro Mundo, as conseqüências da libertação da Argélia. Havia muitos movimentos no mundo e isso acabava influenciando de diversas maneiras.

E influenciaram na guerrilha do Araguaia?

Influenciaram, em parte, aqueles movimentos de guerrilha rural, de concepção de guerra prolongada, que eram referências a revolução chinesa e a experiência da guerrilha do Vietnã, pelas características da região do Araguaia. Isso tudo acabou influenciando. É claro que havia uma decisão e uma opção pela luta armada, não vamos nos iludir, a partir das avaliações da derrota de 1964. Agora, a maioria dos integrantes da guerrilha era de líderes estudantis de 1968. Na medida em que o processo político – mesmo depois de 1964 – viu-se novamente interrompido com o AI-5, e não havia limite para o uso da força contra os opositores, aquela geração foi quase, vamos dizer assim, estimulada, e tornou-se lógico o caminho da luta armada, ou ir para o exílio. Porque não existia a alternativa de oposição dentro do País, a não ser pela luta armada.

No mundo, nessa época, existiam vários modelos de guerrilha. Havia a guerra do Vietnã; estava no auge. Mas ressaltava no País um modelo cubano, a partir do foco guerrilheiro, e o modelo chinês que era uma luta demorada. Ali, no Araguaia, o que se pretendeu fazer?

A experiência do Araguaia foi mais referenciada na elaboração da revolução chinesa, nas obras do Mao e nas experiências da guerrilha no Vietnã. Foi

muito mais por esse lado do que pela experiência da revolução cubana ou pelo foco guerrilheiro, que foi a experiência do Che Guevara na Bolívia. Portanto, a concepção de guerra prolongada, de guerra camponesa, do campo para a cidade, de formar um exército durante um processo de longa acumulação de força estava mais adequada à questão da revolução chinesa e da experiência do Vietnã.

E havia uma doutrinação. Os participantes da guerrilha estavam doutrinados?

A maioria das pessoas que entraram na luta armada estavam conscientes do seu ato; ninguém foi obrigado, nem forçado e nem iludido. Evidentemente, tinham conhecimento, tinham leitura, tinham informação, participavam de debates, inclusive antes da própria experiência concreta e havia estudos das experiências internacionais. Mesmo no caso do Araguaia, estudamos as experiências de Canudos, as experiências de parte da Guerra do Paraguai, principalmente o livro do Visconde de Taunay, "A Retirada da Laguna". A própria experiência do treinamento local, também, levava à necessidade de conhecer as características da região, da geografia, do espaço, dos cenários, das sobrevivências. Não dava para transferir mecanicamente uma experiência de guerra em selva, como se fosse na China, ou no Vietnã, ou em montanha, ou em serra. Havia necessidade de uma elaboração própria na região.

O senhor considera que houve sucesso na guerrilha do Araguaia?

É claro que não houve sucesso. A guerrilha foi derrotada. Nas condições da época, era difícil que uma guerrilha, numa região tão distante, tão isolada do resto do País, em termos de comunicação e também isolada da opinião pública, viesse a obter uma vitória.

Por outro lado, acho que houve uma subestimação da capacidade de reação, de estrutura e de ação do próprio Estado, através das Forças Armadas, na repressão à guerrilha. É evidente que, nas condições do Brasil, tanto a experiência do foco, como a experiência da guerra de guerrilha prolongada, teriam poucas condições de se desenvolver pelo grau de integração que existia e pela presença forte do Estado. O Brasil atravessava um período de crescimento econômico, o chamado "Milagre Brasileiro", que depois apresentou suas conseqüências graves do ponto de vista social e do ponto de vista da extrema dependência em relação ao problema da dívida externa, mas que, naquele momento, aparecia como algo apoiado pela população. Nas condições de selva, apesar do treinamento, havia precariedade de armas, de apoio logístico e de retaguarda, em relação aos principais centros e, na medida em que a guerrilha se isolou, foi liquidada militarmente.

Atuei na fase de preparação, não participei dos combates. Foi uma experiência que se legitimou, pelos olhos da época. Pelo confronto que existia, foi muito mais algo ligado à resistência do que ofensiva militar. Dificilmente seria vitoriosa. A experiência que a gente ganha, até porque somos sobreviventes de uma situação dramática, marcante e profunda, é que a opção pela luta armada como opção política deve ser descartada. Temos que fazer a opção pela radicalização da democracia, como meio e como fim, para resolver os problemas sociais, os problemas econômicos.

Aquela região era uma região propícia para a guerra de guerrilha. Tinha cenários favoráveis, tinha selva, tinha dificuldade de acesso, uma boa cobertura. Tanto que o êxito no combate à guerrilha demorou quase dois anos, exatamente pela situação da região. Nesse sentido foi uma região bem escolhida. Agora, do ponto de vista do crescimento e da sobrevivência, chegou um momento em que ela ficou num "beco sem saída" pela força e pela presença do Estado naquela região. A guerrilha não teve condições de sair do cerco, ou por falta de capacidade militar, condições materiais, ou faltou vontade política. Aí não posso avaliar, porque não me encontrava lá naquele momento.

Quando a gente olha a história, temos que apreciá-la de maneira sempre crítica para não tender para o sentido da idolatria, ou da condenação, pura e simplesmente. Temos que analisar como uma experiência circunscrita àquela época, considerando as condições políticas e sociais em que os atores participaram e fizeram a história, naquele momento. O espaço de tempo entre 1969 e o início da década de 1970 foi um período particularmente muito duro, chamado "anos de chumbo", porque o aparato montado a partir do AI-5, conhecido como a "comunidade de informações" gerou um poder paralelo. Por isso, mais tarde, criou problemas no processo de abertura, de modo que os próprios chefes militares tiveram que se adequar à confrontação. Na verdade, um poder muito forte, com total autonomia, sem limite e, evidentemente, com um nível de práticas e de ações que marcaram muito a história do Movimento militar de 1964. Os fatos que se seguiram em seguida, particularmente no Governo Geisel e no Governo Figueiredo, causaram confrontos no ambiente interno das forças militares, em relação ao grau de independência que a "comunidade de informações" desfrutava dentro das Forças Armadas.

No confronto com a esquerda armada, aquele braço paralelo ostentou um grau de força e de autonomia muito grande. Já no final da resistência armada, praticavam a repressão em relação a organizações que não defendiam a luta armada, o que aconteceu, por exemplo, com o PCB, com a Ação Popular, com o Partido

Comunista do Brasil (PC do B) que estava na cidade – porque o PC do B só fazia luta armada no campo, nas cidades não fazia. Foi um processo de eliminação. Aí não era por causa da luta armada, já era um movimento que podia ir a um determinado ponto sem empecilhos. De uma certa maneira, a chamada abertura lenta, gradual e segura arquitetada pelo Governo Geisel – isso é uma questão aberta – pode ser avaliada, naquele momento, como um freio aplicado em um movimento que não tinha limitações. Poderia gerar, no Brasil, o mesmo que marcou a experiência particularmente da Argentina, onde a repressão acabou degringolando.

Como o AI-5 nasceu e como influiu na atitude dos militares? O senhor já tocou na questão da criação da "comunidade de informações".

Bem, em primeiro lugar, na medida em que fui oposição ao Movimento de 1964, com mais razão ainda fui e contesto o AI-5. Na época, quando o AI-5 foi decretado, morava em Fortaleza. Fui obrigado a sair de Fortaleza com outra identidade, no Natal de 1968, no porta-malas de um carro, furando as barreiras para poder ir a São Paulo. Viajei já com outro nome e outra identidade; passei a viver clandestinamente. Aí, a partir do AI-5, fiquei três anos e meio nessa situação, em São Paulo e depois, no sul do Pará, no Araguaia, quando fui preso. Permaneci cinco anos preso.

Até então, vivíamos uma situação bem diferente daquela que passou a vigorar, no final de 1968. Naquela época, mesmo com o Movimento revolucionário, ocorriam manifestações, vamos dizer assim, havia o *habeas corpus;* a repressão existia, embora com limites, mas, com o AI-5, deixou de ter limite. E a gente viveu um clima muito pesado, na época: viver clandestinamente em outra cidade, com outro nome, morando em pensão, em casa de amigo, podendo ser preso a qualquer hora, sempre fugindo, com medo de entrar em bares (porque existiam cartazes com as nossas caras). Era um clima extremamente pesado. Tanto que, depois de ter permanecido um ano e meio em São Paulo e quando comecei a tornar-me conhecido, de livre e espontânea vontade, após informado de que o PC do B preparava a luta armada, apesar de não saber onde, nem o que era, coloquei-me à disposição para participar. Era uma espécie de lógica que não tinha volta. Era um processo sem retorno e acho que, naquele momento, a esquerda que não tinha ido para o exílio e permaneceu no Brasil, se não fizesse a opção pela luta armada seria presa, porque não podia ficar no sindicato nem no partido nem na cidade.

Era uma situação de confrontação muito grande e uma geração que não tinha medo. Só sentiu o peso do medo quando foi presa, aí tinha medo sim. Mas era de uma ousadia, generosidade e desprendimento notáveis. Nessa época, par-

ticipava da UNE. Não tinha relação com grupos que faziam luta armada na cidade, mas acompanhava as repercussões daquelas ações, principalmente em 1969 e início de 1970: seqüestro do embaixador norte-americano, as repercussões quando instalou-se a Junta Militar, a pena de morte. Na concepção que defendi, do PC do B, era uma outra visão de guerrilha, mais do campo, isolada, vivendo como lavrador sem realizar ações espetaculares; tratava-se de um processo mais de longo prazo.

A experiência do AI-5 marcou todo mundo, porque foi uma ruptura dentro da ruptura e o Estado militar passou a ter todos os instrumentos legais e não tinha limite para agir. Quando o AI-5 foi lido, estava na casa de um amigo em Fortaleza. Era presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), fiz até um pronunciamento, à noite, no Clube dos Estudantes, lugar em que o DCE funcionava. Quando ouvi a leitura, disse: "Olha, não tem mais limite. Agora, ou sai do País, ou vai para a resistência armada." As pessoas que estavam participando do movimento de 1968 teriam que ir para a luta armada.

Com isso o senhor terminou na preparação do Araguaia?

É. Fui para lá em julho de 1970, exatamente no dia em que a Seleção Brasileira chegou a São Paulo, depois do tricampeonato. Aí fui para o Araguaia. Não sabia o destino, fui sabendo aos poucos; em cada lugar que chegava, era informado sobre o próximo, para onde deveria ir. Fiquei de 1970 a 1972. Fui preso neste ano e acabei como preso político, durante cinco anos.

A tortura de presos; o senhor foi torturado?

Exatamente dentro da "comunidade de informações", as pessoas eram torturadas; fui torturado. Era uma situação extremamente grave, delicada, na qual o cidadão ficava negociando a vida. Disputa entre a vontade de viver e a de não falar, e você se equilibrando no fio da navalha. Naquele período, foi um processo em que a "comunidade de informações" não se autolimitava. Inclusive, como muitos processos de interrogatórios sob tortura não eram públicos, não sei se todas as organizações militares sabiam o que acontecia naquela região. Também, como preso, tive contato com alguns militares, soldados, cabos, oficiais que se relacionavam comigo. Eles diziam: "Eu estou aqui de guarda, vou te dar água, estou vigiando, você não vai fugir, porque se fugir seremos obrigados a atirar, mas não participamos disso aí." Certa vez, um oficial chegou, e disse: "Quero tirar uma fotografia tua, mas fica numa boa que não é para interrogatório."

Mas, dentro da "comunidade de informações" isso existia sim. Acho que tem que ser bem avaliado pelas Forças Armadas, não no sentido de julgá-las,

enquanto Instituição, mas com vistas à própria integridade das Forças Armadas, pois acabou criando um desgaste, exatamente naquele período mais duro do Movimento de 1964.

A Revolução demorou demais no governo do País? Não tinha mais como progredir?

O Movimento militar esgotou-se, começou a terminar, no meio da década de 1970, porque acabara o *boom* econômico e a situação internacional mudava, com a crise do petróleo. Além disso, houve um processo de esgotamento político, na medida em que as bases do Movimento de 1964 foram justificadas naquele ano e em 1968, com o AI-5. O processo de transição também foi um processo negociado demoradamente, porque envolvia concepções antagônicas e resistências dentro das próprias Instituições militares. Então, é difícil a gente avaliar.

A conjuntura internacional veio acelerar essa abertura política, esse processo?

Acho que sim. Em primeiro lugar, porque o próprio Movimento militar de 1964 refletia bastante a conjuntura internacional. Tanto em 1964, quanto nas bases do chamado "Milagre Brasileiro". Na medida em que a situação internacional se alterou e projetou-se o problema da democracia e a situação econômica no plano internacional, a manutenção do regime militar levava o Brasil a um isolamento crescente. Em segundo lugar, porque, no Brasil, começaram a surgir movimentos sociais, seja com as greves de trabalhadores, seja com os movimentos contra a carestia e o custo de vida, os quais foram removendo aquela espécie de manto de silêncio que existia, principalmente no período áureo do AI-5.

Por outro lado, alguns chefes militares começaram a ter visões diferentes sobre o prosseguimento do regime, se faziam um regime controlado, ou o regime continuaria sem o controle. Tudo isso acabou, no meu modo de entender, convergindo para uma transição negociada, que foi o processo de "abertura".

Qual a sua avaliação desse processo a partir do Governo Geisel?

Eu acho que o Presidente Geisel, como chefe militar e chefe político – o próprio livro dele que é fruto de um depoimento na Fundação Getúlio Vargas deixa isso muito claro – em primeiro lugar, segurou a "comunidade de informações", mas, para segurá-la, dava uma no ferro e outra na ferradura. Para segurar também houve repressão, torturas e mortes no governo. Até ele admite isso no seu depoimento na Fundação Getúlio Vargas. Mas estabeleceu o controle daquela autonomia que existia na "comunidade de informações" que, depois, se descontrolou e, foi parte dessa comunidade, participou de atentados em bancas de jor-

nal, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Riocentro. Evidentemente, a ação foi importante para iniciar a transição negociada, geradora de uma dinâmica tal que no Governo Figueiredo não foi possível brecar. Mesmo havendo divergências entre os chefes militares, não podia mais ser detida porque alcançou uma dinâmica interna e externa que não tinha mais volta.

Então após o Governo Figueiredo não havia mais condição do movimento militar permanecer no Poder?

Era muito difícil, a não ser que houvesse uma espécie de golpe dentro do golpe. Com a dinâmica criada, era inevitável que o processo de "abertura" fosse negociado e foi o que acabou acontecendo, com as eleições diretas para governadores de 1982, a substituição do AI-5 pelas salvaguardas constitucionais, a modificação da Lei de Segurança Nacional e a Lei da Anistia negociada, o que acabou gerando um processo de transição para a Constituinte e a eleição direta de 1989.

Existe, ainda hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades em relação a militares? A Lei da Anistia veio resolver?

Não concordo com o "revanchismo" e nem com a opinião de que existe movimento revanchista no Brasil. Não há. Em primeiro lugar, o que existe é o seguinte: na verdade, a Lei da Anistia beneficiou quem foi punido, mas, antecipadamente, anistiou quem não foi punido, isto é, os atores do lado do governo; segundo, quando se buscam determinadas explicações não é no sentido da condenação via tribunal e sim pelo lado dos direitos humanos. É claro que o País tem que ter maturidade para entrar em contato com o seu passado e, de maneira crítica, discuti-lo sem medo, para fazer o presente e pensar no futuro. Esse é o processo que a gente tem que ver.

No caso brasileiro não dá para se falar em "revanchismo", porque não tivemos nem um processo legal que pudesse trazer essa conotação. Os debates e as opiniões sobre os envolvimentos dos atores políticos de cada um dos lados gera um contencioso, isso é inevitável. Eu mesmo procuro fazer esse debate de maneira muito racional para que a gente possa esclarecer.

Costumo usar a figura de que você tem que ver "como se estivesse num carro em que o motorista combina retrovisor com pára-brisa". Lógico que você tem que ter um retrovisor, mas não pode deixar de ter o pára-brisa, senão fica desequilibrado na relação passado, presente e futuro. Quer dizer, ninguém pode esquecer e nem arrepender-se do passado, mas é necessário não permanecer imobilizado em função dele; você tem que posicionar-se em função do futuro, incor-

porando os ensinamentos, o aprendizado do passado. A ação política, seus elementos constitutivos não podem estar presos a uma realidade que não existe mais. Tem que estar voltada para o futuro.

Acho que essa é a maturidade que tem de existir, tanto para a esquerda que esteve no lado oposto, como também para os chefes militares. Evidentemente que existiram questões, atitudes e práticas, naquele período, que interessam às Forças Armadas, na minha avaliação, erradicá-las, combatê-las.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares?

Veja bem o problema da democratização. Era inevitável que o processo de democratização do País, visando instituir um regime democrático após o ciclo militar, considerando que houve censura à imprensa, censura nas comunicações, acabasse proporcionando mais destaque ao vencido do que ao vencedor, na medida em que esse processo de liberdade acabou gerando, também, uma reavaliação. Inclusive, comparando a experiência brasileira com outros países, acho que as Forças Armadas hoje não são uma Instituição desgastada, portanto não dá para falar na batalha perdida da comunicação. O próprio prestígio das Forças Armadas hoje não é questionado, é avaliado em qualquer pesquisa.

Penso que houve um processo relativamente maduro nessa transição de não ficar só se abrindo ferida. Claro que algumas feridas são abertas e são vistas, mas não há um movimento de buscar a abertura das feridas como se fosse o problema central.

Olhando pelo retrovisor para obtermos ensinamento, após a queda do Muro de Berlim, como o senhor analisa, hoje, o radicalismo ideológico que existiu nos tempos da bipolaridade da guerra fria? O comunismo desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Em primeiro lugar, considerando o modelo de Estado, de economia e de sociedade, o que era forte na época da bipolaridade não existe mais. Portanto, a esquerda que trabalhava com um modelo de economia, um modelo de Estado e um modelo de partido tem que reavaliar esse modelo, mas, ao fazê-lo, há uma trajetória – faço questão de filiar-me à corrente representada pelo livro do Bobbio "Esquerda e Direita" – onde há valores. A história dos socialistas utópicos, libertários, dá elementos para criticá-la: modelo autoritário, monolítico, ditadura do proletariado, a experiência estatal do socialismo; mas resgata-se o modelo de lutar sempre por uma sociedade com igualdade social, relacionando igualdade com liberdade, relacionando a luta por justiça social com a luta por democracia. Não colocar o

contraponto de igualdade *versus* democracia. Temos que fundir essas questões. Nesse sentido, não temos hoje uma confrontação ideológica no Brasil nem no mundo, mas temos outro desafio que pode ser relacionado como grande desafio, que é o problema da exclusão social, o problema da miséria, da pobreza, da violência, da degradação, da qualidade de vida que hoje está ameaçando a humanidade.

Assim como a humanidade viveu a Segunda Guerra Mundial, assim como a humanidade viveu o risco de guerra nuclear, assim como a humanidade viveu o risco da bipolaridade, hoje está vivendo um risco; o primeiro é o desaparecimento de verdadeiros continentes. Está aí o caso da África. Alguns países se inviabilizando pelo lado da degradação social; a volta de um fundamentalismo étnico, religioso, radicalizado e sectarizado, em que a vida se banaliza com ações de terrorismo suicida. Para a humanidade, se o século XX foi o século da confrontação de modelos, ideologias e de guerras, acho que o século XXI vai ser o século da opção pela qualidade de vida, cidadania e democracia. Esse é o grande desafio que estamos vivendo, e o século está começando com ele. A própria questão nacional está embutida nesse problema, porque a degradação social de um país começa a ameaçar a sua integridade, o espaço de decisão nacional, a esfera de influência nacional.

O próprio mundo tem que repactuar a relação entre os estados nacionais, entre os países, entre as regiões, para buscar um mundo que não seja unipolar. Saímos de um mundo bipolar para um mundo unipolar e esse mundo unipolar está vivendo uma das maiores crises, que é exatamente o que está acontecendo hoje, exemplo de terrorismo suicida, de guerra como a do Afeganistão, de um processo de concentração de renda brutal como nunca aconteceu na história da humanidade: a distância entre países ricos e pobres e entre os ricos e pobres no interior dos países é cada vez maior.

Costumo dizer que quando Marx escreveu *O Capital*, dizia que o desempregado era um exército de reserva para entrar no mercado de trabalho. Hoje o desempregado é um exército de descartáveis, descartáveis para qualquer coisa, porque não tem espaço no mercado. Você tem que repensar esse modelo econômico, esse modelo social que não se trata de socializar os meios de produção, não se trata de estatizar, não se trata de economia planificada, mas se trata de criar uma vida socialmente civilizada.

O senhor gostaria de aduzir mais alguma idéia a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrada nesse Projeto de História Oral?

Em primeiro lugar, creio que é importante essa avaliação crítica. Eu a faço como oposição. Acho fundamental que os militares, que foram vencedores e dirigi-

ram o País, também façam um exame crítico em relação a uma questão que, no meu modo de entender, tem de ser muito pensada nos dias de hoje. O Brasil tem uma elite econômica e uma elite política que nunca querem perder nada. Elites muito perversas e muito truculentas. Em determinados momentos da História do Brasil, os militares, particularmente em 1964, submeteram-se à influência dessas elites e, mesmo com o AI-5, não tiveram força para aplicar o Estatuto da Terra. Acho importante que as Forças Armadas façam essa reavaliação... Elas hoje possuem a consciência, mas é importante aplicá-la na construção de um projeto de Nação, de um projeto de País, pois a questão de um país integrado social, econômica e democraticamente é fundamental. Recordando a História do Brasil, lembro, nos albores do Exército, enquanto Instituição, os oficiais recusarem-se a cumprir a tarefa ignóbil: de procederem como "capitães do mato". Acho que as Forças Armadas têm um papel importante, e creio que essa reavaliação de 1964 vai ser decisiva para situar uma Instituição importante, fundamental, com base nos princípios democráticos, na idéia de um País soberano, socialmente justo e economicamente próspero.

O senhor tem mais alguma mensagem para finalizar sua participação no Projeto de História Oral?

Gostaria de agradecer a participação neste Projeto como opositor, com uma visão diferente. Acho que essa "abertura" vai ajudar a visão crítica. Não estou fazendo julgamento, mas estou fazendo a minha análise como ator oposto, em caminho oposto, em campo oposto. É importante esse debate que não deve ser preconceituoso, não deve ser maniqueísta. Ninguém é dono da verdade e, especialmente, tratando-se das Forças Armadas, num gigante como o Brasil, que tem grandes desafios pela frente, temos que pensar que são Instituições fundamentais para um projeto de país. E como temos constatado no processo de democratização, são importantes a despolitização, a despartirização, a profissionalização e uma visão democrática das Forças Armadas, preocupadas, principalmente, com as tarefas relacionadas à defesa do País, com a integridade territorial, com a defesa das instituições.

Coronel Sérgio Mário Pasquali

- Natural da Cidade de Guaporé, RS.
- Entre as principais funções militares exercidas destacam-se: Instrutor da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Sargento das Armas (EsSA) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Chefe da 2ª Seção do Comando do I Exército; Adjunto da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República no Governo Costa e Silva; Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (1º GAAAé), atual 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC).
- Foi Coordenador Geral do Projeto Rondon e Presidente da Fundação Projeto Rondon e, ainda, Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministro interino naquele Ministério, no Governo Figueiredo.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ESG). Cursou, nos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, o Command and General Staff College (1969/1970).
- Possui, ainda, o curso de Opinião Pública e Relações Públicas, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.
- Em 1964, na eclosão da Revolução de 31 de Março, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 10 de abril de 2000.

É com satisfação que participo deste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. Acredito que o Projeto seja de extraordinária importância para a história do País e, particularmente, para definir bem a real participação do Exército nesse Movimento. Limitarei meu relato aos episódios dos quais realmente participei. Aquilo que conheço por informações de companheiros ou por leitura de livros e relatórios, penso que os autores, testemunhas ou participantes dos acontecimentos, devem dar seus depoimentos. De minha caminhada, a partir de 1964, vou salientar esquematicamente os seguintes fatos que, acredito, possam contribuir para compor o mosaico do período revolucionário, de 1964 a 1985.

1964 – Era aluno do terceiro ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e, naquela época, havia um clima de agravamento do quadro político nacional, decorrente da renúncia do Presidente Jânio Quadros e sua substituição pelo Sr. João Goulart. O País estava passando por dificuldades na área econômica e, na área política, particularmente, havia um movimento muito grande das esquerdas, inclusive do comunismo internacional, no sentido de ocupar espaços até então imunes à sua ação no País. Conseqüentemente, isso tudo determinou uma preocupação da área militar.

Mas o estamento castrense estava relegado a um plano secundário. O apoio político e evidente do Presidente da República destinava-se aos graduados, num processo de inversão da hierarquia. Existiam realmente alguns focos de indisciplina, como foi o caso da revolta de sargentos em Brasília, das revoltas ocorridas em alguns navios da Marinha, dos quais, inclusive, oficiais foram jogados no mar, na ocasião, e, finalmente, deram-se as reuniões da Central do Brasil, do Automóvel Clube do Brasil etc., que caracterizaram bem um clima de subversão da hierarquia e da disciplina. Esse quadro todo se refletiu, em verdadeira grandeza, dentro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército devia ter na época uns 300 a 400 oficiais superiores que, durante suas atividades, comentavam e discutiam as notícias a que tinham acesso através de jornal, televisão e rádio. Finalmente, no dia 30 de março, em função do agravamento desse quadro todo, particularmente com as reuniões da Central do Brasil e do Automóvel Clube do Brasil, as aulas na Escola foram suspensas e houve uma mobilização da ECEME.

O Comandante da ECEME era o General Jurandyr Bizarria Mamede e o seu Subcomandante o Coronel João Bina Machado que, posteriormente, substituiria o General Mamede no Comando, após sua promoção a General.

A Escola se organizou, exatamente para fazer face à situação de dificuldades políticas, econômicas que o País atravessava, e os alunos foram divididos em

equipes, recebendo as missões mais variadas. Passou a funcionar como uma espécie de central de informações e de ações. Convergiram, naquela época, para a Escola, inúmeros generais, particularmente da reserva, e alguns da ativa, que passaram, inclusive, a receber missões, porque algumas delas exigiam general de patente superior àquele que estivesse por ser abordado. No dia 31, saímos em operações as mais variadas, desde a proteção ao General Castello Branco, na sua rua, na residência e dentro do próprio Ministério do Exército.

Grupos de oficiais, de número variável, foram para estações de rádios, para o Conselho de Segurança Nacional, para Unidades, a fim de reforçar seus estados-maiores. Também foram previstos grupos para agirem nas fortalezas da baía da Guanabara, para evitar que partisse delas alguma reação.

Minha missão, especificamente, com um grupo de companheiros, foi abordar a Fortaleza de São João, verificar o estado de espírito de seus oficiais, conhecer a idéia de seu Comandante e, enfim, planejar as ações necessárias para que aquela fortaleza não apoiasse o Governo de então.

Enfim, o efetivo da Escola dividiu-se totalmente e organizou-se numa central de operações. O dia 31 de março, quase todo escoou-se nessa atividade. O General Mourão começava a sua descida de Belo Horizonte, em direção ao Rio de Janeiro. Corriam boatos de toda ordem, mas a união do pessoal da Escola era quase total. A minha turma tinha 83 oficiais, desses, só perdemos três que se negaram a participar das operações que estavam sendo montadas. Foram afastados, e 80 companheiros então foram divididos em grupos, conforme as missões recebidas.

Havia uma grande união, mas uma grande incerteza, também, sobre o que estava acontecendo. Não havia informações.

Quase não havia. As poucas que recebíamos eram desencontradas, no entanto formou-se um propósito muito forte no sentido de nos mantermos unidos, porque o Governo do Sr. João Goulart não poderia realmente continuar. O que iria acontecer depois, se a situação se agravaria e teríamos que combater, inclusive, não sabíamos. Surpreendentemente a estrutura governamental desmoronou com facilidade.

No dia 1º de abril, realmente, fizemos um contato final com as Unidades que deveríamos abordar e a única ação ocorreu no Forte de Copacabana, com o então Coronel César Montagna de Souza, que não era da Escola, mas um dos oficiais que tinham ido juntar-se a nós. Foi o único local em que se deu uma pequena ação, não chegou a ser um combate. Lembro-me de que o General Panasco Alvim, um dos generais que estavam na Escola, foi acionado para resolver o problema do

General Comandante da Artilharia de Costa, porque o Montagna, como coronel, não poderia prendê-lo, por ser oficial de patente superior.

Para abordagem da Fortaleza São João (agora vamos ver o problema do nosso grupo em particular), já tínhamos ido à Unidade e conversado com os oficiais que estavam todos conosco; aliás a oficialidade do Exército estava imbuída da gravidade dos acontecimentos que estavam ocorrendo no País e, por isso, bastante disposta a dar um basta naquilo tudo. Mas os companheiros do Forte tinham um problema, o Comandante, o então Coronel Siqueira, de quem gostavam muito. Era excelente oficial, amigo de todos nós, inclusive, mas não havia se manifestado e naturalmente por ter sido colocado no Comando, gozava da confiança dos Comandantes da Região e do Exército que se mantinham leais ao Governo. Ficamos em condições de, se fosse o caso, abordar o Coronel Siqueira. No dia seguinte, quando fomos ao Forte, conversamos com ele. O Siqueira aderiu totalmente, a Unidade estava toda do nosso lado e a primeira missão que nos coube terminou aí.

A atuação da ECEME: a partir desse ponto, passamos a agir como uma espécie de central de informações. Havia pedidos sobre a existência de focos aqui e ali. Nem sempre eram informações corretas, mas tínhamos grupos para atuar em todos esses setores em que houvesse problemas. Saíam grupos de três ou quatro em um carro, dois carros; um grupo muito grande foi para o Conselho de Segurança Nacional e outro para a 2ª Seção do I Exército. Terminada a minha primeira missão, fui para a 2ª Seção do I Exército. Trabalhávamos 24 horas por dia, atendendo todos os chamados que chegavam à Região. Foram grupos para estações de rádio, para Unidades e ficou um outro para as ações isoladas que fossem sendo indicadas para a Escola atuar. Inclusive situações nas quais, às vezes, como militares não podíamos agir, casos de oficiais superiores, e até generais que, por suas reações, tinham que ser detidos.

Muitos casos desses?

Não, muito poucos. Penso que alguns ocorreram por um princípio de lealdade, sempre muito entranhado nos militares. Toda vez que alguém assume um cargo, a lealdade ao chefe que o designou passa a ser muito importante.

Decorrida essa primeira fase, passamos para uma segunda, que ocorreu depois da posse do Presidente Castello Branco. A primeira correspondeu, mais ou menos, àquele período do Presidente Ranieri Mazzilli, quando ele assumiu, por alguns dias, como Presidente da Câmara, a Presidência da República. O Presidente João Goulart já tinha fugido para o Uruguai e precisavam ser apagados alguns focos, pequenos focos que persistiam.

Quando o Presidente Castello assumiu, o terceiro ano escolar passou a trabalhar todo para o Conselho de Segurança. Fomos divididos em grupos de três oficiais

e cada grupo recebia nomes de três personalidades importantes do País para investigar. O Conselho estava preparando as cassações, mas não queria fazê-las arbitrariamente, caçar Fulano, Beltrano e Sicrano por ouvir dizer.

Houve essa preocupação?

Sem dúvida havia. Examinar, inclusive, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek que fazia parte da lista de um dos grupos. Esse grupo era chefiado por um companheiro muito inteligente, muito competente, o Argus Gomes de Oliveira. Eu chefiava outro desses grupos. Tínhamos três personalidades para analisar. Viajamos a São Paulo, e a outros lugares a fim de prescrutar a vida pregressa das pessoas, interrogá-las abertamente. Nós as chamávamos e solicitávamos que esplicassem determinados registros ou informes, informações que possuíamos. Enfim foi uma coisa que durou, acredito, bem mais do que um mês, tendo sido realizado um levantamento cuidadoso de umas duzentas personalidades nacionais. No final do trabalho foram cassados, exatamente, aqueles que tinham problemas com o ideário da Revolução.

Interessante a preocupação em se colocar uma equipe ternária de alto nível, da Escola de Comando e Estado-Maior, para fazer esses levantamentos importantes. Houve, então, uma preocupação com a Justiça?

Muita gente pensa que as cassações foram arbitrárias, como pegar uma lista e ir cortando nomes. Não. Todas passaram pelo crivo dessa investigação. Tínhamos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) à nossa disposição e íamos ao lugar onde o sujeito estivesse. Sentávamos com ele e dizíamos francamente: “Sr. Fulano, acontece isso, isso e isso. Queremos que o senhor nos esclareça.”

Este cuidado não tem sido mencionado…

Fomos buscar documentação nos cartórios, abrimos as suas dependências para fazê-lo. Fomos buscá-la onde existisse e, realmente, fizemos um dossiê com tempo suficiente; algumas daquelas pessoas foram levadas à própria Escola de Comando e Estado-Maior para um depoimento. Lembro-me muito bem dos depoimentos de pessoas ligadas ao Presidente Juscelino, que estiveram lá. A equipe que investigava o Juscelino organizou 17 pastas de problemas ligados ao ex-Presidente. Sabedor que as pessoas eram chamadas para serem ouvidas, antes que o pessoal fosse ao encontro dele para conversar, Juscelino pediu autorização e foi embora do País. Esse foi o problema do Presidente Kubistchek.

Não chegou a ser ouvido?

Não, não chegou. Foi embora do País. Então, assim decorreu a segunda fase, a fase de investigação, de elaboração de relatórios.

Retomamos as aulas depois de quatro ou cinco meses de Revolução. Aí assinalei um episódio interessante.

Fomos, um grupo de companheiros – uns quatro ou cinco – à casa do Carlos Lacerda, no Flamengo, lembro-me bem. Determinada noite, agendamos a visita, sentamos lá e conversamos longamente a respeito das idéias dele, do que pensava, do que sabia. Ficamos até uma, duas horas da manhã, e, quando descemos do apartamento, já na calçada, todos concluímos que estávamos totalmente decepcionados com o Carlos Lacerda. A nosso ver tratava-se de um homem extremamente vaidoso, muito ávido de mando, só estava pensando nele e na possibilidade de assumir o Poder. Foi uma decepção tremenda, porque o Carlos Lacerda, naquela época, pelas campanhas que fazia na televisão contra o Governo e pelo que escrevia nos jornais, era muito apreciado pela área militar. Ele atacava os corruptos, a corrupção, as negociatas. Mas, naquele momento, naquela noite, tivemos uma decepção muito grande.

Depois, a Escola de Comando e Estado-Maior, já sob o Comando do General Bina, fez uma abertura para a área civil. O General Bina queria que houvesse uma ventilação... Um oficial que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior provinha de uma formação rígida na Academia Militar e aperfeiçoamento na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Desejava-se que, ao chegar à Escola de Comando e Estado-Maior, tivesse uma abertura para a sociedade como um todo, para o Brasil, para o mundo, isto porque estava se preparando para ser um futuro dirigente maior do Exército, um General. Era preciso, para tanto, que, àqueles princípios rígidos absorvidos nas escolas menores se acrescesse uma idéia maior, se "abrisse a cabeça", vamos dizer. Era essa a expressão que o General Bina usava.

O General Bina reorganizou totalmente a Escola. Criou as Áreas 1, 2, 3 e 4. Antes estudávamos Divisão, Brigadas e o Corpo de Exército. Ele modificou a organização e criou áreas de ensino. A Área 1 tratava exatamente da Guerra Revolucionária, a Área 2, de Operações no Teatro Sul-Americano, a Área 3, a Guerra em Ambiente Nuclear e a Área 4 incorporava assuntos civis: Sociologia, Psicologia...

Isso não havia antes?

Se alguma coisa havia, não possuía a ênfase que ele deu. Inclusive uma das minhas missões como instrutor era coordenar – fazia parte da Área 4 – um trabalho a ser realizado pelos alunos: "O Exército e a Sociedade Brasileira", para saber como os oficiais viam o Exército dentro da sociedade brasileira, com todas as suas características próprias.

Quando terminaram o trabalho (e houve uma série de aulas dadas por professores civis), solicitamos a um desses professores, com todas as credenciais indispensáveis a um debate sobre o assunto, para ler os trabalhos dos grupos, reagir e trocar idéias com os seus componentes, no sentido de apreciar se os

grupos estavam com uma idéia muito militar ou se já vislumbravam a sociedade brasileira como um todo, com as suas características e qual era a participação do Exército no conjunto dessa sociedade, como um dos seus integrantes...

Isso em 1965?

Em 1965.

Muito avançado para a época, não? Hoje ainda se discute o papel do Exército na sociedade...

Exato. Eu coordenava esse grupo de professores. Fomos buscá-los em várias universidades, inclusive na Universidade do Estado da Guanabara – na época era o Estado da Guanabara. Estava lá o Chefe do Departamento Cultural da Universidade, o Professor Wilson Schoeri.

Depois de terem estudado o trabalho elaborado pelos grupos, fizemos uma reunião antes que fossem apresentados a cada grupo e passassem a discutir, a debater as idéias levantadas a respeito do Exército e da sociedade brasileira. O Professor Schoeri, mais ou menos refletindo a idéia de todos, disse o seguinte:

– Vocês têm uma oportunidade extraordinária de conhecer o Brasil e a sociedade brasileira. Vocês perdem as características regionais. Vocês não são mais gaúchos, cariocas, paraibanos. Vocês passam a ser brasileiros, porque são constantemente transferidos, têm filhos em diferentes lugares do Brasil, casam com uma mulher de outra região e passam a ser brasileiros. Vocês têm uma visão de Brasil diferente da nossa. Precisávamos fazer com que os civis corressem o Brasil e buscassem as outras realidades de nossa terra.

– É uma idéia muito interessante, vou levar esse problema ao General Bina – respondi ao Schoeri.

Comentei a idéia com o General Bina que me disse:

– Olha Pasquali, vamos fazer uma experiência, começar a levar estudantes universitários para conhecer os outros brasis.

Sentamo-nos com Schoeri e elaboramos um projeto que foi chamado de Projeto Rondon, em homenagem ao Marechal Rondon, um dos desbravadores do País, homem que percorreu todos os brasis e procurou inserir, particularmente, o índio na sociedade brasileira. Criado esse novo Projeto, nós, junto com a Universidade do Estado da Guanabara – mudara o Comando para o General Reynaldo Mello de Almeida que o apoiou totalmente, e ainda autorizou alguns oficiais a se juntarem à Universidade – preparamos um grupo de alunos para mandar para Amazônia.

Essa foi a experiência pioneira do Projeto Rondon?

Foi o nascimento. Conheci o Weber (Coronel Carlos Aloysio Weber) que estava comandando o 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC) – primeiro

Comandante do 5º BEC – recém-instalado em Porto Velho. Liguei-me com ele, autorizado pelo General. Perguntei se podia receber uns trinta estudantes de várias universidades do Rio, para um trabalho junto àquela população pobre da região, onde ele estava construindo a estrada de rodagem para substituir a Madeira–Mamoré (era a Guajará-Mirim/Porto Velho). O Weber, um sujeito extraordinário, topou. À noite, íamos, quatro ou cinco companheiros, para dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a fim de participar da preparação da turma que iria passar um mês, um mês e meio com o Weber, no meio da selva Amazônica.

Houve um episódio interessante que deve ser registrado. Precisávamos de um avião para transportar o pessoal. Solicitamos ao Coronel Mauro Costa Rodrigues, do Gabinete do Ministro, para ver se conseguia um avião. O Chefe de Gabinete do Ministro era o General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota). Quando ele soube do pedido, pelo Mauro, proibiu. Não queria o envolvimento com estudantes. Estudante fazia greve, fazia muita confusão. Não queria que o Exército se misturasse com isso e, assim, perdemos o apoio governamental, veja que coisa absurda.

Fomos, então, nesse dia, bem tarde da noite, à casa do General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima), que era Ministro do Interior, e expusemos a ele – que nos recebeu até de robe – a idéia. Resposta: "Negativo, eu assumo isso. Vocês levem essa turma amanhã ao meu Ministério."

Telefonou, mandou vir um avião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para o Rio de Janeiro e disse para o diretor do Departamento: "Esse avião vai ficar à minha disposição durante bastante tempo, fará duas viagens a Rondônia para levar estudantes."

No outro dia, recebeu a garotada toda e os professores lá no Ministério, que era localizado onde hoje é o Museu do Índio, e fez um exposição belíssima. A garotada se entusiasmou sobre a Amazônia e essa foi a origem do Projeto Rondon. Foi a "operação zero".

Quando o pessoal voltou de Rondônia, deu entrevista para todos os jornais e para estudantes de várias universidades. Foi manchete nos jornais do Rio e a idéia a respeito dos estudantes universitários, na nossa área, mudou um pouco. O General Reynaldo mandou convidar os garotos para fazerem a exposição para Escola. O professor que os conduziu a Roraima e a Rondônia e mais os alunos fizeram uma exposição para a ECEME, admirável. Foi o nascimento do Projeto Rondon dentro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com apoio da UERJ.

Essa idéia da parceria com a Universidade do Estado da Guanabara, que hoje é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, não aparece em nenhum lugar, em nenhum documento, nunca tinha ouvido falar.

O "zero" foi lá. A idéia do Professor Wilson Schoeri e a "operação zero" foi montada na Universidade dele, embora com alunos de outras universidades, inclusive da Fluminense. Da Fluminense, da Federal. Havia um voluntariado para ir para Amazônia (naquela época não havia muita gente voluntária para ir à Amazônia), mas levamos trinta e tantos estudantes. Aí termina, vamos dizer, nossa parte na Escola de Comando e Estado-Maior.

Em seguida, o Presidente Costa e Silva assumiu o Governo e um companheiro que tinha sido nosso colega na Escola de Comando e Estado-Maior, o Hernani D'Aguiar, do *staff* do Costa e Silva, propôs a criação de uma Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) na Presidência da República. O Presidente aprovou, submeteu ao Congresso, e foi aprovada a lei de criação da AERP.

Nessa altura o senhor já estava indo para Relações Públicas?

O D'Aguiar foi à ECEME, a fim de buscar-me para a Presidência. Integrei-me à Casa Militar, como adjunto dele na AERP. Lá, juntaram-se ao grupo um diplomata e uma senhora que tinha curso de Relações Públicas, era professora na área, dona Léa Leal.

Houve alguma razão específica para sua movimentação da ECEME para a AERP?

Sim, esqueci de relatar isso. Em 1965, o Exército, que não tinha nada de Comunicação Social, resolveu investir nessa área. Matriculou, então, dez oficiais superiores, de Estado-Maior, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio e a ECEME recebeu uma quota de dois. Foram matriculados o Lepesqueur, Romero Lepesqueur Sobrinho e eu, ambos da mesma turma. Fizemos o curso de Opinião Pública e Relações Públicas da PUC. Foi quando o Exército começou a voltar-se para o problema de Comunicação Social. Os outros oito oficiais eram do Gabinete do Ministro, de Diretorias e do I Exército. Como tinha o curso da PUC, fui levado para Presidência para compor essa recém-criada Assessoria Especial de Relações Públicas. Quer dizer, a Presidência da República também não tinha um órgão de Comunicação Social, tinha apenas o assessor de imprensa.

Quer dizer que, com a Revolução, houve praticamente uma outra revolução nessa área de Comunicação das Forças Armadas e do Governo?

Sim. Essa foi uma idéia que nasceu no período revolucionário. O Presidente da República passou a ter uma Assessoria de Imprensa e uma Assessoria Especial de Relações Públicas. Cada uma com a sua missão específica.

O grupo foi montado na Presidência da República, com pessoas de qualificações diferentes. O Governo começou a trabalhar na sua imagem. Inclusive, tínhamos um diplomata na equipe, que passou a alimentar as embaixadas com informações, com documentação, enfim com tudo que a representação diplomáti-

ca precisava para divulgar a imagem do Brasil no exterior. Havia, também, uma ligação direta com os municípios. A AERP tinha mala direta com todos municípios do Brasil que, na época, eram mais ou menos quatro mil, bem como com todos os órgãos de imprensa.

Éramos quatro: o D'Aguiar como Chefe, eu, Chefe do Planejamento, coordenava tudo, e tínhamos três outros técnicos: um diplomata, uma senhora e um funcionário do Senado que atuavam nessas áreas. Então, realmente, inundou-se o País com um sistema de comunicação especial, novo, que produziu muito. Tenho até os livros do D'Aguiar. Felizmente, ele colocou tudo isso em livro e está aí para verificar-se como é que essa coisa nasceu.

Na Presidência da República, acho que obtivemos um grande sucesso, porque até nas comemorações de 7 de Setembro havia uma diretriz da Presidência para dar uma dimensão maior ao evento. Em todos os episódios e datas importantes havia uma diretriz que acionava os estados e os ministérios, bem como por ocasião das viagens do Presidente...

O Presidente transferia o Governo para uma determinada região do País, por exemplo, transferia o Governo para o Pará. Ficava lá uma semana. Íamos antes, com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), fazíamos um levantamento de opinião pública em toda região e municiávamos o Presidente de informações necessárias para o pronunciamento ao povo, assim como para determinar ações dos ministérios, na área, no sentido de corrigir problemas que estavam sendo apontados pela população daquela região.

E na fase anterior do Governo não havia nada disso?

Não havia nada disso. O período do Castello foi muito pequeno e realmente o Costa e Silva entrou com a criação da AERP que adquiriu uma dimensão extraordinária.

Acompanhei várias dessas transferências de Governo. A gente ia para área, 15 dias antes, fazia um levantamento completo, nos reuníamos com o Ministério do Planejamento – "o pessoal está reclamando isso, qual é o problema? Está reclamando aquilo, qual é o problema?" – Os problemas eram todos levantados e as soluções eram dadas com seriedade e conhecimento de causa.

Lembro-me de que, no Pará, para dar um exemplo rápido, encontramos a Universidade toda em greve, ocupada, os estudantes dentro da Universidade e havia a idéia, porque o Presidente iria lá, de desocupar à força as faculdades, para que se evitassem problemas. Argumentamos: "Não, vamos conversar com o pessoal."

O Alacid Nunes, companheiro nosso, era o Governador. Pedi a ele para fazer uma reunião no palácio com todas as lideranças estudantis, a fim de que os estudantes expusessem os problemas deles:

– O que vocês querem?

– Que o Ministro nos ouça!

– E se eu marcar uma entrevista de vocês com o Ministro?

– Nós queremos que seja pública.

– Está bem, na rádio.

E uma casualidade extraordinária. Na sala em que estava reunido com eles (era um andar superior do palácio), dispunha-se de um rádio que se ligava com a Presidência da República. Perguntei ao camarada se poderia ligar-me com o Tarso Dutra, que era o Ministro da Educação. Ele ligou e perguntei ao Ministro:

– Ministro, está acontecendo isso, isso e assim. O senhor pode dar uma entrevista livre, aberta para os estudantes, na televisão aqui de Belém do Pará?

– Posso, pode marcar que eu dou.

Eles ouviram a conversa. Voltei-me e lhes disse.

– Está marcado, vocês vão dizer ao Ministro o que quiserem, e vão ser recebidos pelo Presidente da República, também. Agora podem continuar ocupando as faculdades.

O problema deles era com o Reitor. Foi um sucesso extraordinário. Tiveram a reunião com o Presidente. O Presidente disse aquilo que eles queriam ouvir. Que realmente não era só para ouvirem, pois já determinara providências para resolver o problema. O Reitor, na época, estava fazendo economia nos prédios antigos da Universidade para jogar o dinheiro no campus novo. O ideal dele era um campus novo, com isso prejudicou o ensino nas Faculdades e os estudantes se rebelaram. Então, entraram o Ministro da Educação, o Presidente.... Vê-se que era algo sensacional isso e sem uma assessoria desse tipo nada seria feito. Dei um exemplo, poderia dar "N" exemplos desse tipo, em que o Presidente se valia de um levantamento de opinião pública para dar soluções aos problemas e para fazer os seus pronunciamentos.

Esse é um ponto interessante. O governo militar era sensível, digamos assim, a uma pressão política. Muitas pessoas da esquerda diziam que eles tinham ido para luta armada porque não havia opção política. Isso aí mostra que havia um caminho político dentro do Governo, sempre houve.

Sempre houve. É que o problema da luta armada era outro, era assumir o Poder. Era o mundo dividido. O mundo tinha duas ideologias. E a ideologia comunista estava em processo de expansão na África. Cuba estava aí, financiando, inclusive a esquerda comunista no Brasil. Esse pessoal não queria conversa, eles queriam o Poder.

Vamos entrar no episódio do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5). Estávamos nesse pé, quando ocorreu o pronunciamento do deputado, não me lembro mais o nome dele, no Congresso, acusando o Governo, as Forças Armadas; conseqüente-

mente houve um pedido de cassação do deputado por parte das Forças Armadas. O Presidente achou que o Congresso devia decidir isso. Quer dizer, se ele havia feito o pronunciamento no Congresso e se esse pronunciamento tinha sido ofensivo ao Presidente da República e às Forças Armadas, o Congresso deveria puni-lo. O Congresso não o puniu. Deu-se a votação no Congresso, e até euforia, quando o resultado favoreceu ao deputado, afrontando o Governo.

Aí o problema tornou-se complicado, porque as Forças Armadas exigiam a punição. Estávamos em pleno período revolucionário, no seu início, basicamente. Elas achavam que ainda não havia possibilidade de devolver o Poder aos civis, naquele momento. O Partido Comunista estava organizado. Havia todas as informações a respeito disso e o Governo não podia desmoralizar-se com aquele episódio. Então tinha que fechar o Congresso, em face do seu comportamento rebelde.

O problema foi levado ao Presidente. Esse é o fato histórico. Ocorreu no Palácio Laranjeiras, onde a ligação entre as autoridades era mais fácil do que no Planalto. Tive a oportunidade de acompanhar esse episódio com todos os seus detalhes.

Então, quando o fato aconteceu, os ministros militares informaram ao Presidente que a área castrense não aceitava aquela solução e que o Congresso tinha que ser fechado. O Presidente não queria isso, pois se imaginava num período de transição final entre a Revolução e o retorno à legalidade.

Na verdade acho que não foi uma revolução, entendo que foi uma contra-revolução. A revolução estava sendo montada pelo João Goulart, Brizola e seus seguidores, no sentido de comunizar o País dentro de um quadro internacional que era perfeitamente perceptível, em que o comunismo estava expandindo pela África e pela América. Já tinha entrado em Cuba.

A preocupação do Governo Militar era manter a situação interna sob cerrado controle. Mas os políticos de esquerda, não se preocupavam com o status quo *da situação interna do País. Com algumas atuações até aventureiras, colocaram em risco a situação interna que poderia agravar-se e levar o País a um desastre. Agiram mais pensando em si mesmos do que no País.*

A revolução comunista foi abortada, essa sim foi abortada, não com uma revolução, mas com uma contra-revolução. O Governo de 1964 reconduziu o País a seu rumo. Rumo que teria sido modificado pela comunização do País. A ação militar procurou manter o País no caminho da democracia. Então não foi uma revolução, foi uma contra-revolução. Isso aí é um tema que dá uma boa discussão.

O mais interessante: a atitude do Presidente – isso está muito bem claro no livro do D'Aguiar, sobre o AI-5 – que consultou muito poucas pessoas e aí entra o aspecto peculiar da decisão do Presidente da República que não pode estar con-

sultando todo mundo. O Presidente recebeu a informação dos ministros militares, consultou o seu Gabinete, o Serviço Nacional de Informações (SNI), fez uma reunião com o grupo de assessoramento imediato, e ficou, no andar de cima do Laranjeiras, caminhando a noite inteira.

Sentado lá embaixo, num banco, conversava muito com o assessor de imprensa que era o Heráclito Sales, procurando imaginar o que estaria acontecendo na cabeça do Presidente. Ele, sob pressão militar, estava ameaçado de ser derrubado se não fechasse o Congresso e o pensamento dele era conduzir o País para plenitude democrática, no final do seu Governo. Fechar o Congresso significava um agravamento, significava a tomada de uma série de medidas que representavam o endurecimento da situação nacional.

Isso foi no dia 12 de dezembro. No outro dia, houve a festa da Marinha, na Escola de Guerra Naval. O Presidente presidiu, tresnoitado, a solenidade de condecoração com a Ordem do Mérito Naval. Presenciamos isso. Aos companheiros, generais, que quiseram falar, comentar o assunto, ele respondeu: "Não, vamos nos ater à cerimônia e esse problema, a decisão sobre o fato ocorrido no Congresso, vamos tomar depois."

Voltou ao Palácio, fez uma reunião interna do seu grupo, convocou o Conselho de Segurança para o final da tarde, todo o Conselho de Segurança e repousou um pouco, tinha passado a noite inteira em claro. Ainda hoje penso nisso. Eis o problema de um Presidente da República, responsável por uma decisão dessa natureza, radical, séria, pesada. Não uma decisão para dar mais verba para cá ou mais verba para lá, ou decidir fazer isso ou aquilo.

Era uma mudança de rumo considerável.

Acompanhamos todo drama. Então, às 5h da tarde, ele reuniu o Conselho. Eu e D'Aguiar fomos as únicas pessoas, fora os integrantes do Conselho, que assistimos à reunião no Palácio Laranjeiras. A sala de reuniões tinha dois arcos. Ficamos no lado de fora de um deles, no sofá, e presenciamos a reunião – que foi até gravada e já usaram essas gravações por aí.

Todos os ministros se pronunciaram. Houve o pronunciamento do Pedro Aleixo contra um Ato Institucional – o Gama e Silva já tinha esse Ato pronto – e o Presidente ouviu a todos. Todos a favor, menos o Vice-Presidente que ele respeitava muito e que o respeitava bastante, também. Em seguida, o Presidente decidiu pelo AI-5. Determinou algumas modificações, em função de opiniões dos ministros.

Nós, da AERP, fomos então, depois disso, à Agência Nacional com o Ministro da Justiça junto, fazendo as correções no rascunho, para o Ato ser anunciado à Nação. Foi assim que saiu o AI-5.

O Presidente falou alguma coisa sobre o que ele achava? Quais seriam as conseqüências?

Não. O pensamento dele, bastante nítido, era de uma ação temporária. O grande drama era o seguinte: se ele não fechasse o Congresso, as Forças Armadas já tinham mandado dizer que ele não continuaria. Isso é importante. Esse é um episódio muito grave. O problema dele era: ou baixava um Ato, ou caía.

É lógico que não sei, caso não fizesse nada, se realmente cairia, mas o recado que foi dado, formalmente, é que cairia. Agora, não acho que tenha baixado o Ato por causa da ameaça. Esse é o problema da grandeza da personalidade do Costa e Silva. Passou aquela noite em claro, andando de um lugar para outro. É possível imaginar o que foi isso! Fazendo uma reflexão sobre o estado do País, as informações todas que possuía. Buscou as informações que precisava através de ligações com os auxiliares imediatos, colocou tudo na cabeça e ficou decidindo: "o que faço? O que é melhor para o País?" É uma responsabilidade tremenda. Acho que isso tudo teve conseqüência no derrame ocorrido mais tarde, pelo *stress* violento. *Stress* violento conseqüente de uma decisão extraordinária.

Aí cabe uma reflexão. Aquele discurso feito na Câmara foi uma quase frivolidade, não é? Em termos políticos foi uma frivolidade, mas criou uma situação que leva a gente a pensar se aquilo não teria sido um teste, uma experiência sobre a decisão do outro lado de continuar o processo.

Esse Deputado, Márcio Moreira Alves... Jantei outro dia com ele na casa do Gleuber (General Gleuber Vieira, atual Comandante do Exército). Mas naquela época, fez aquele discurso...

Ele era jovem.

Penso que não precisava ter ocorrido, mas as Forças Armadas colocaram um impasse em cima da mesa. Acho que o Presidente, por si, teria promovido uma ação política contra ele, através dos seus líderes no Congresso, mas foi colocado na parede. Um impasse. Esse é o fato histórico.

Quem sabe alguns personagens que participaram diretamente, não sei quantos ainda estão vivos por aí – como o Jarbas Passarinho, um dos que estavam presentes, era Ministro, estava nessa reunião – poderão colocar mais luz em cima disso, nesse dilema do Presidente, na decisão que precisou tomar. Não tinha outra saída e, também, havia a idéia de que existia uma revolução. Vamos chamar de revolução, porque é o nome que é dado hoje, revolução, embora a gente discorde. A Revolução estava em risco, em função desse crescimento da oposição e da esquerda. Por parte das Forças Armadas, também, existia uma razão para serem um pouco duras nisso aí. Se a Revolução viera para continuar e resolver os problemas

do País, então que fechasse o Congresso temporariamente e o reabrisse depois. Limpa o Congresso ou estragamos tudo aquilo que fizemos. Eram, portanto, dois pontos de vista diferentes.

Um lado, a preocupação com a estabilidade interna, porque se a estabilidade interna não fosse mantida abriria o campo para o comunismo, e o outro não se preocupando muito com isso, sempre pensando mais no seu individualismo.

Se o Presidente não o fizesse, as Forças Armadas possivelmente o tirariam do cargo e colocariam outro, e as conseqüências poderiam tornar-se imprevisíveis. Optando pelo Ato, assumiu o controle da situação. Depois veio a doença que realmente criou um quadro extremamente grave. Quando você analisa o período revolucionário de vinte anos, essa doença foi um desastre, porque a Revolução demorou mais do que o previsto, mais do que seria necessário.

Não podemos adivinhar, mas se ele tivesse permanecido vivo, quem sabe isso tudo não teria terminado depois do período do seu Governo, ou quem sabe, no máximo com Médici, por causa das guerrilhas no interior. Entre ele e o Médici aconteceu o "milagre brasileiro".

Lembro-me muito bem do Delfim dizer, com a idéia do AI-5: "agora ponho a economia do País para crescer", porque baixou os Atos que antes não poderia baixar, dependia de lei. Então, utilizando o Decreto-lei, começamos a viver o "milagre brasileiro". Saímos de, eu não tenho bem certeza se foi da 49ª economia – procurei esse dado para confirmar – para 8ª economia do mundo, exatamente graças às medidas de ordem econômica que foram tomadas nesse período.

Foram tomadas por causa do espaço político que se limitou.

Sim, porque o Governo teve poderes. Legislou, independeu do Congresso e tomou as soluções adequadas.

Mas, retornando ao Projeto Rondon, liguei-me com o Hélio Beltrão que era Ministro da Desburocratização e fizemos o Decreto criando, formalizando, o Projeto Rondon. O Projeto Rondon estava vivendo dentro do Ministério do Interior. O General Albuquerque Lima pediu ao Ministro do Exército que o Mauro fosse para o Ministério do Interior, pois o Mauro já fizera uma operação com quinhentos estudantes. Com o Hélio Beltrão, redigimos um decreto criando o órgão de administração direta dentro do Ministério Interior: Projeto Rondon. O Mauro veio a Brasília com a garotada que já o estava ajudando voluntariamente. Assistiram ao Presidente assinar o Decreto criando o Rondon, e o Rondon deslanchou. Isso é uma paralela que enfeita muito esta narrativa, pelo valor que entendo ele teve no sentido de proporcionar a 350 mil estudantes brasileiros a oportunidade de conhecer os outros brasis, diferentes daqueles onde estudavam, onde tinham nascido.

Acho que são válidas aquelas considerações: se o Presidente não tivesse tido o problema vascular, não tivesse morrido, se não tivesse baixado o AI-5... Aí qualquer um pode fazer várias formulações para levantar hipóteses sobre os rumos que o País poderia ter tomado, mas o que aconteceu foi isso. Ele saiu e veio o Presidente Médici, por unanimidade de voto no Alto Comando. Foi um Presidente, também, extraordinário.

Bem, deixei meu cargo antes deste episódio final e fui fazer curso nos Estados Unidos e, quando voltei, fui para o Estado-Maior do Exército (EME). Considerando que possuía o curso de Relações Públicas, redigira até os polígrafos para ECEME, quando este assunto foi instituído como uma das matérias – não sei se existe até hoje – e como tinha ido para a AERP, na Presidência da República, o Estado-Maior me colocou num grupo, chefiado pelo General Paula Couto, que estava estudando a criação das 5ªs Seções, ou seja, Relações Públicas nos Comandos de Exército da época, certo? Fui para essa seção do Estado-Maior e viajamos muito. Visitamos os comandos militares nível Exército para conversar com o pessoal, saber os problemas que apresentavam, como sentiam os desafios, e se formalizou a criação das 5ªs Seções nesses comandos.

Nos Estados Unidos o senhor fez o curso de Comando de Leavenworth – Command and General Staff College.

O que você também fez. Uma geração depois. Fiz em 1969/1970...

Cursei em 1984/1985.

Quando me encontrava no EME – viajei com o primeiro grupo do Estado-Maior que se transferiu para Brasília – fui procurado pelo Ministro Costa Cavalcante que me disse: "Pasquali, você ajudou a inventar esse negócio do Projeto Rondon e eu estou em dificuldade, porque o Mauro foi nomeado Secretário-Geral do Passarinho." O Mauro estava coordenando o Projeto Rondon dentro do Ministério do Interior (MINTER) e o Passarinho o pegou para Secretário-Geral do MEC. E concluiu o Costa Cavalcante: "Estou em dificuldade e vou pedir ao Ministro para ceder você, (Ministro do Exército – Geisel) mandá-lo para cá, porque o Projeto Rondon tem um Conselho com representantes dos Ministérios, você passa a representar o Ministério do Exército e fica coordenando o Rondon."

E fui, fiquei representando o Exército, cerca de quatro anos, três a quatro anos. Foi quando criamos os *campi* avançados da Amazônia. Vinte e dois *campi* avançados. Mobilizamos aí quase 50 universidades, em atuação permanente no Brasil.

Universidades do Brasil inteiro?

Particularmente do Sul. Na Amazônia, na época, só havia a do Pará. Estava sendo criada a do Amazonas.

Na época, foi um esforço gigantesco, não?

Foi. E conseguimos fazer tudo isso praticamente sem recursos. Por exemplo, a Viação Aérea de são Paulo (VASP) nos doou quatro aviões. Um cidadão de Santa Catarina – não me lembro, agora, o nome dele – doou um avião, um DC3. A Transbrasil doou um DC3. Eu tinha uma frota de aviões, mas era uma frota de aviões que não havia custado nada, porque fora doada.

Para a doação da VASP, fui com o Costa Cavalcante a São Paulo. A VASP fez uma cerimônia, entregou os últimos DC3 e todas as peças, desse avião, que mantinha em estoque. Deixamos os DC3 no Campo dos Afonsos, no Rio, para serem pilotados pelos oficiais da FAB. Havia um oficial da FAB no Conselho e ele fazia a escala de pilotos para os DC3, distribuindo horas de vôo para o pessoal – o aviador precisa voar. Contratamos apenas três mecânicos aposentados da PANAIR e da própria FAB para cuidarem da parte mecânica dos aviões. Pergunta óbvia: "E o combustível para as aeronaves?" A Petrobrás fornecia. Tínhamos um cartãozinho. Parava no posto da Petrobrás, num aeroporto qualquer, e abastecia de graça.

Quer dizer que o Projeto Rondon teve uma frota de aviões? Poucos sabem disso, também.

Tivemos uma frota de aviões durante muitos anos. Pegávamos, por exemplo, o pessoal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul e transportava para Boa Vista, em Roraima. Pousava no caminho, porque eram dois dias de avião. Pousava em Aragarças, normalmente pernoitava, fazia outra perna no outro dia. O Rondon foi uma aventura extraordinária.

Imagino. Foi um esforço totalmente voluntário?

Ninguém ganhava nada. O estudante que participava do Rondon não ganhava nada. Ele era transportado e alimentado.

E os funcionários, organizadores e auxiliares?

Os funcionários, por exemplo, nos *campi* avançados, tínhamos o diretor do campus, o diretor técnico que acompanhava a execução dos projetos elaborados na Universidade e coordenados com o órgão de desenvolvimento da área. A atuação não era simplesmente assim: vamos fazer isso ou aquilo. Nos reuníamos com o órgão de desenvolvimento da área, por exemplo, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Nordeste (SUDENE), do Centro-Oete (SUDECO) e identificávamos o que eles precisavam para aquela área, que recursos possuíam para aquele fim. Trazíamos professores da universidade para reunião com a Superintendência. Eram feitos planejamentos, selecionados e treinados, na origem, os estudantes que iriam desenvolver aqueles projetos, lá no *campi*. Professores PhD... Vi PhD em lágrimas, na Amazônia, dizendo: "Puxa-vida, passei uma vida estudando e, tudo que aprendi,

estou reconhecendo o valor que tem, aqui na Amazônia." Sentia-se emocionado pela oportunidade de estar vivendo e realizando uma coisa dessa.

O Rondon realmente foi uma realização extraordinária. Nasceu durante o período da Revolução, nasceu graças ao apoio do General Albuquerque Lima e viveu até depois da Revolução. Foi extinto com esses *campi* avançados cobrindo toda a Amazônia. Coisa interessante; corria toda a Amazônia, mas não a conheço, porque ninguém conhece, mas tem gente que vai a Manaus e diz que a conhece. Andei por toda Amazônia e não a conheço, porque Amazônia é um mundo. Para escolher o local desses *campi*, negociávamos com os prefeitos e com os governos dos Estados.

Então, Coronel Pasquali, o Projeto Rondon adquiriu uma grande envergadura. Ele tinha um lema: "Integrar para não entregar." O senhor poderia falar alguma coisa sobre o significado desse lema, em particular sobre o significado da palavra "integração" para o Projeto Rondon?

Uma boa pergunta. Esse lema surgiu com a "equipe zero" que saiu do Rio de Janeiro e atuou em Rondônia. A própria equipe, os próprios universitários, é que o criaram. Quando voltaram de Rondônia, nas entrevistas que deram aos jornais – era uma grande novidade a ida de universitários para a Amazônia – justificaram o lema.

Naquela época, todos lembram, havia aquele projeto, do Herman Khan, dos grandes lagos da Amazônia. Havia uma proposta da Itália, na Organização das Nações Unidas (ONU), para internacionalização da Amazônia, para assentar populações deslocadas de outras regiões do mundo. Ficaram conhecidos alguns pronunciamentos de líderes internacionais no sentido de dar uma outra finalidade à Amazônia. Coisas assim atingem muito o espírito do jovem universitário, particularmente. Foram para Amazônia e voltaram com esse lema "integrar", quer dizer: "vamos integrar a Amazônia para não entregar a ninguém".

O sentido "integração" esteve muito presente, também, nas atividades do Rondon, porque quando colocamos os *campi* avançados da Amazônia tomamos alguns cuidados – vou dar exemplos: em Benjamim Constant, colocamos a PUC do Rio Grande do Sul; em Tefé, a Universidade Federal de Juiz de Fora; em Parintins, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; em Humaitá, a Universidade de São Paulo. Selecionamos universidades de áreas culturais diferenciadas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas…

O Brasil é um país multicultural e multirracial. Disseminando esses núcleos inteligentes em diferentes regiões da Amazônia, de forma diversificada, alcançaríamos, em um número de anos difícil de precisar, uma integração real na Amazônia. Por que o pessoal de Manaus fala muito próximo do Rio Grande do Sul?

Porque os portugueses mandaram açorianos para Manaus e açorianos para Porto Alegre. E no meio, o Nordeste, que fala um português um pouco diferente.

A presença desse pessoal de áreas culturais diferentes proporcionaria uma integração da Amazônia ao País e uma integração dentro da própria Amazônia. Um dia, reconheceremos uma cultura brasileira. Hoje somos multiculturais. Esse era o motivo.

Realmente o Rondon foi algo extraordinário: trezentos e cinqüenta mil universitários; quase todas as universidades do Sul participaram do Projeto, nos *campi* avançados, nos períodos de férias. As operações de férias cobriam todos os municípios do Estado do Amazonas. Os *campi* avançados que estavam no Amazonas normalmente tinham 20, 25 estudantes, recebiam um reforço nas férias, de acordo com o planejamento feito pelo diretor do *campi*. Recebiam estudantes de medicina, engenharia, arquitetura, educação etc., de acordo com os projetos elaborados. Os *campi* passavam a ter 70, 80, 100, 150 estudantes, dependia, cada caso tinha uma solução própria e cobria todo o Estado. Então, milhares de estudantes universitários que se destinavam a posições de liderança no País, pela qualificação que adquiriram na universidade, pela sua escolaridade, passaram a conhecer a realidade amazônica. Era fantástico assistir, no final do período de atuação, esse grupo interdisciplinar discutir a problemática da região onde havia atuado. Isso entrava pela madrugada, pegava a noite toda.

Há um detalhe interessante, o Rondon não tinha nenhuma seleção ideológica. O Governo nunca interveio nesse problema. Todas as coordenações do Rondon e dois terços do pessoal eram universitários, quer dizer, o Rondon era conduzido pelos universitários, de acordo com o pensamento médio dos universitários. Você podia ter gente de todas as ideologias numa atividade do campus. E quando você assistia aos trabalhos finais era muito interessante, porque havia diferentes pensamentos políticos. Ocorriam debates do tipo: "Então vamos ver, dentro da realidade desta área aqui, o que você faria?" Ou ainda: "Qual é a sua proposta política para resolver o problema da miséria que encontramos?" Era instigante, porque provocava um amadurecimento extraordinário do estudante, face ao contato com a realidade que desconheciam. É muito curioso, o sujeito, teoricamente, numa sala de aula na universidade, levantar uma doutrina política ou defender uma ideologia e depois ir para o campus e dizer: "Olha aqui meu jovem, vê o que você pode fazer, agora, por este País." Está aí. Acho que esse foi o aspecto mais importante do Rondon. Foi mudar a cabeça do estudante, sem doutrinação nenhuma, apenas deixando que ele, sozinho, em contato com realidades diferentes daquelas onde vivia, onde nasceu e se criou, formulasse um novo pensamento a respeito deste País imenso, repetindo, multicultural e multirracial. Acho que sobre o Rondon era o que tinha a dizer.

Depois do Rondon, fui para o I Exército. O General Reynaldo Mello de Almeida, que tinha sido meu Comandante na ECEME, e o General Leônidas Pires Gonçalves, instrutor junto comigo nesta Escola, convocaram-me para o I Exército e me designaram Chefe da 2ª Seção. Isso foi em 1974, 1975.

Por que me convocaram? Porque éramos amigos, ficáramos amigos na ECEME. Era uma época difícil em matéria de combate à subversão interna. Nós três nos dávamos bem e tínhamos o mesmo pensamento.

Eles me levaram para lá e disseram: "Bom, Pasquali, vamos atuar aqui no I Exército de acordo com as idéias que temos a respeito do problema." Fizemos uma modificação grande no Destacamento de Operações de Informações (DOI) que, naquela época, reunia mais ou menos uns trezentos homens. Tiramos muitos companheiros que já tinham prestado grandes serviços e já estavam psicologicamente abalados em função da atividade que desenvolviam e fizemos uma renovação, por intermédio de uma seleção muito apurada.

O então Comandante do Destacamento, vamos dizer, encontrava-se, psicologicamente, prejudicado, pelo tempo de serviço. Procuramos uma pessoa com personalidade adequada, tranqüilo, e fizemos um trabalho mais técnico. Tornamos o DOI mais técnico.

Realmente, quando avaliamos o problema do combate à subversão no Brasil temos que considerar que, quando a subversão ocorreu, apanhou-nos de surpresa. Ainda lembro o início, quando houve aquele seqüestro de embaixadores, quando se deu uma série de atentados a bombas contra pessoas em vários pontos do Brasil. O Exército não tinha organização para combater isso. O Exército estava preparado para um combate clássico, de acordo com a formação que era dada nas escolas militares.

Naquela época, improvisamos, recrutaram-se oficiais e sargentos das unidades, que formavam equipes e saíam fazendo pesquisas a partir de uma central de informações improvisada. Nesse início do combate ao terrorismo, sem até que se tivesse uma idéia exata da dimensão disso – hoje a gente pode ter, mas naquela época a gente não sabia até onde o problema ia – foram cometidos excessos, naturalmente. Excessos de parte a parte. Parece que o número de mortos de cada um dos lados são mais ou menos próximos. Ninguém pode dizer que morreu mais gente de um lado do que no do outro. A diferença é muito pequena. E aquela época inicial gerou algumas distorções.

Depois, naturalmente, foram mandados companheiros, até para o exterior, para que fizessem cursos de especialização. Nós mesmos mandamos uma equipe para Inglaterra. Foram organizados estágios. O pessoal passou a ser melhor selecionado, do que decorreu uma atuação mais técnica e cuidadosa. Foi exatamente com esse propósito que o General Reynaldo me designou para a 2ª Seção, a fim de que transfor-

mássemos o DOI num órgão técnico, capaz de levantar todas as informações necessárias e realizar um trabalho preventivo contra o terrorismo que grassava naquela conjuntura. E entendo que fizemos esse trabalho juntos. Tínhamos identidade de pensamento, o Leônidas, o General Reynaldo e eu. Vivemos, então, um período de trabalho bastante intenso.

De lá, saí para comandar o 1º GAAAé, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, que foi transformado, depois, em Grupo de Artilharia de Campanha – 21º GAC. Desenvolvemos um trabalho de pesquisa da história do 21º GAC, que concluímos poucos dias antes de passar o Comando: dar o nome ao Grupo de "Monte Bastione", que foi a elevação na Itália de onde foi disparado o primeiro tiro de artilharia da FEB. Consegui recuperar o tubo do obuseiro que deu o primeiro tiro na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que se encontrava no Grupo de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Liguei-me com o Coronel Abdias que comandava o Grupo:

– Abdias, abra um caixote e veja se não há um papel colado no tubo. Um sargento do Batalhão de Manutenção me disse que o colou no tubo que deu o primeiro tiro na Itália.

Ele abriu e disse:

– Está aqui.

Pedi, então, ao Comandante da Região, que tinha servido no Grupo, durante a guerra, o General Serpa, que mandasse o tubo. Ele "vibrou" com o pedido. Mandou o tubo que está lá no 21º, cravado. Reunimos todos os companheiros que tinham servido na FEB, com o Grupo, para fazer, em placas de bronze, um resumo histórico da atuação da Unidade.

Aí um aspecto interessante – estamos falando de Exército – reuni todos os companheiros, organizamos uma cerimônia que é mantida até hoje: "A Cerimônia do Primeiro Tiro". Convoquei até alguns companheiros que estavam na reserva para ver a parte de toques e de cerimonial. Alguns deles se emocionaram na reunião e eu perguntei:

– Qual é o problema?

– É que voltamos da FEB, entregamos o material no quartel, fomos licenciados e transferidos para outras unidades. É a primeira vez que estamos sendo chamados para a Unidade, na qual combatemos na Itália, para participar da elaboração do histórico das placas – responderam.

Dei nome a cada alameda do Grupo – Cordeiro de Faria, o do Comandante do Grupo etc.

Organizamos uma cerimônia em que eles assumiram todos os comandos que tiveram na guerra. Os oficiais em atividade passaram as funções e os sargentos

também, foi uma coisa realmente emocionante. Estou salientando isso, porque estamos vivendo aqui um momento em que o Exército se preocupa com a comunicação, com os valores históricos, as Unidades, quase todas hoje, estão com suas designações históricas, e essa mentalidade não era válida há relativamente poucos anos. O 21º GAC, só conseguiu receber a denominação histórica, trinta e poucos anos depois. Dar o nome histórico e reunir os ex-combatentes no seu aquartelamento, dizendo que a casa era deles. Hoje o Exército evoluiu muito nisso, tem muito mais amor, apego ao passado, à história.

Bom, de lá fui para a Escola Superior de Guerra (ESG) e estava já nomeado para o seu corpo permanente, quando o velho Andreazza assumiu o Ministério do Interior, no Governo do Presidente Figueiredo. Ao assumir o Ministério do Interior, mandou me chamar, junto com o Costa Cavalcante, e disse: "Pasquali, você tem que assumir de novo o Projeto Rondon."

O Projeto Rondon marcou sua vida.

Sim, estava desde o início, desde o surgimento da idéia. Ressaltava a importância do Projeto Rondon para o Brasil, em termos de uma integração e de uma conscientização da juventude universitária. Saí da ESG, vim para o Rondon, onde permaneci quase dois anos. Criamos mais alguns *campi* avançados e expandimos as atividades com apoio total do Andreazza. Aí aconteceu aquele problema no MEC com um ministro civil, o Ministro...

Portela (Eduardo Portela).

Houve aquele incidente com o Portela e o Presidente Figueiredo pegou o Rubão (Rubens Ludwig), que fora promovido a General, para assumir o MEC. O Rubão conversou comigo naquela noite mesmo e disse: "Nós entramos juntos." Eu e o Rubão éramos companheiros de classe, desde os nove anos de idade, no colégio Rosário, em Porto Alegre: colegas no primário, no ginásio, na Escola Preparatória, na Academia Militar, depois na EsAO e na Escola de Comando e Estado-Maior. A vida inteira, juntos.

Então, entramos juntos no MEC. Assumi a Secretaria-Geral, ele assumiu o Ministério. Um pouco antes disso, ainda no Rondon, tive que escolher se ficava no Projeto – estava completando dois anos – ou se voltava para o Exército. Aí vivi um drama de muitas noites: volto ou fico. Já estava no quadro de acesso. Era o terceiro da minha turma. Na época, no quadro de acesso, seguidamente Lepesqueur, Moreira e eu. Minha turma deu nove generais e nesse estudo de situação, acabei decidindo por ficar. Pedi transferência para a reserva.

Entrei no Ministério da Educação e fiquei quase cinco anos como Secretário-Geral. Foi com o último Ministro da Revolução, o Rubão. Fizemos uma reforma completa no Ministério, levamos três meses fazendo o diagnóstico do Ministério

da Educação, criamos uma Secretaria de Modernização com alguns especialistas. Em três meses tínhamos o diagnóstico do "monstrinho", que era o Ministério da Educação. Porque você vai criando órgãos ao longo da caminhada e esses órgãos deixam de ter razão de ser, em função da evolução do próprio País, mas não são extintos, continuam.

O Ministro Ludwig conseguiu autorização do Presidente – ele delegou por Decreto os poderes constitucionais que tinha para mexer na estrutura do Ministério – e nos deu nove meses para isso. Tínhamos gasto três. Ele nos deu até o fim do ano, até dezembro. Dispúnhamos de nove meses para mexer. Extinguimos 17 órgãos, desocupamos 12 prédios, descentralizamos a atuação, demos outra dinâmica às atividades do Ministério e estabelecemos, como política básica, o esforço no primeiro grau. Naquela ocasião, chegamos à conclusão, examinando a pirâmide educacional, que não adiantava mais abrir curso de nível superior. Não havia mais uma massa de estudantes candidatos ao nível superior que permitisse uma seleção adequada. Você ia baixar a qualidade do ensino superior.

Por falta de investimentos no básico?

Por falta de investimentos no básico. Na pirâmide educacional, metade dos alunos que entrava no primeiro grau se evadia. No segundo ano do primeiro grau havia metade dos alunos do primeiro ano do primeiro grau. Então, tornava-se necessária uma correção na base da pirâmide. A pirâmide se afunilava com muita rapidez.

No nível universitário, estávamos, na época, com um milhão e meio, um milhão e 600 mil universitários e sem possibilidade de aumentar. Oitenta por cento dos recursos do MEC eram gastos nas universidades federais. Eram poucos os recursos para aplicar embaixo, embora se tratasse de atribuições constitucionais dos municípios e dos estados. Mas quando você ia ao Nordeste, o governador dizia: "Não tenho recursos para criar mais escolas ou para comprar o equipamento de que a escola precisa." Daí, pegamos os recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), jogamos tudo no Nordeste. Levamos um ano negociando com o Banco Mundial um empréstimo grande para aplicar integralmente no Nordeste. Não havendo recursos suficientes, fomos buscar na área internacional e canalizar o que tínhamos. Tudo para o Nordeste, para mudar o quadro educacional.

Foi uma grande mudança. Teria havido algum indício de reconhecimento desse trabalho, ou não?

Não sei. Na semana passada, integrantes de um grupo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) entrevistaram-me a respeito disso, porque está ocorrendo – não sei se poderia chamar de explosão – um

incremento muito grande no ensino de 3º grau. Agora, estão abrindo universidades a toda hora. Isso se deve ao que fizemos na base, porque aquilo leva anos para refletir-se lá em cima, no topo da pirâmide.

E no Brasil, é difícil você ver um trabalho desse tipo ser reconhecido.

É. Aplicamos na base.

Quer dizer que a UNESCO veio, agora, reconhecer o seu trabalho?

Não. A UNESCO veio fazer uma pesquisa de 1980 a 2000 sobre Educação no Brasil e em outros países também. Recebi uma carta dizendo que dois professores iriam fazer uma entrevista conosco. Procuramos mostrar que, na época, a nossa prioridade foi juntar educação do primeiro grau, cultura e desporto.

Criamos a pré-escola, estimulamos a pré-escola. Estabelecemos que a professora da pré-escola teria uma gratificação de 20% e se especializasse, porque deveria pegar a criança da pré-escola, e mercê da qualificação necessária, evitar que a criança se evadisse. O que estava ocorrendo é que da primeira para a segunda série do primeiro grau, metade se evadia. Você tira uma criança de casa e joga na escola, a professora a coloca na sala e vai para o quadro-negro, ela vai embora. Então, você precisava fazer uma adaptação da criança para que ela permanecesse na escola.

Estimulamos os Estados e repassamos recursos, particularmente ao Nordeste, para que a pré-escola fosse criada e os professores qualificados, buscando modificar o perfil da pirâmide educacional. O Brasil era um dos piores países da América do Sul em percentual de estudantes nas universidades, mas você não podia abrir mais universidade. Você tinha que fazer com que uma massa maior de alunos se candidatasse à universidade, e só atuando aqui embaixo. Então o exame do perfil educacional nos permitiu chegar a essa conclusão, localizar as áreas em que havia problema, carregar recursos e criar uma demanda.

Outra coisa foi "segurar" as universidades federais, porque gastávamos 80% dos recursos com elas, que representavam 25% dos alunos de nível superior. Tínhamos que deixar e estimular a criação de universidades e faculdades privadas, porque os 20% que tínhamos mantinham a área de desporto, a área de cultura, as escolas agrotécnicas e técnicas e a administração. Então, realmente, não tínhamos dinheiro. Chegava passar dois dias numa sala discutindo o orçamento, sem ver de onde a gente podia tirar um recurso a mais para apoiar a base da pirâmide.

Fomos buscar recurso internacional, canalizamos os do FNDE, congelamos as universidades federais onde elas estavam... não tínhamos mais recurso para isso. Estimulamos o desenvolvimento da área privada no 3º grau.

O interessante é que você, examinando a curva daquela época – existe aí na estatística – o número de alunos na escola crescia e o número de alunos fora da

escola também crescia. A quantidade de crianças, vamos dizer de cinco a nove anos de idade, aumentava bastante, e embora você aumentasse o número dos que estavam na escola, não era suficiente para a curva dos que estavam fora começar a decrescer, ela crescia também. Invertemos a curva – é só consultar as estatísticas, certo? E criando a base para que o nosso ensino superior tivesse um desenvolvimento maior, alguns anos depois.

Selecionei algumas perguntas, à guisa de complementação. A primeira delas se refere aos antecedentes da Revolução de 1964. As análises feitas após anos da ocorrência do evento tendem a esquecer o ambiente em que esse evento se desenrolou e, no quadro mundial da época, vivia-se a chamada guerra fria. Essa guerra fria nasceu pós-Segunda Guerra Mundial. O senhor acha que o ambiente em que vivíamos, de guerra fria teve uma influência preponderante na Revolução de 1964?

Não tenho dúvida. O comunismo estava em expansão no mundo inteiro. Cuba já tinha sido comunizada e vários países da África. A própria Angola e Moçambique tinham se tornado independentes de Portugal e estavam, todos eles, com uma assessoria russa, soviética. O comunismo estava em plena expansão e se infiltrando em todos os países, particularmente, nos países em desenvolvimento, onde, em função das dificuldades econômicas, em função da pobreza, a pregação comunista se fazia com mais ênfase. Não tenho dúvida, a Revolução de 1964 nasceu exatamente para barrar essa expansão aqui no Brasil.

Muitos hoje apregoam que o Movimento revolucionário de 1964 interrompeu um quadro de liberdade no Brasil, como disse um escritor, Flávio Tavares: "O dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores e empresários reivindicavam as claras e o conflito era transparente." Na verdade esse conflito não era transparente. Havia um conflito aparentemente aberto, mas um grande conflito subterrâneo também. No meio militar, muita gente hoje não sabe e não se divulgou o que se passou no meio militar. Como é que era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária. Houve tentativa de cooptação, infiltração nas organizações militares?

Lógico, até células foram plantadas em algumas Unidades. O Governo foi buscar generais e oficiais superiores simpatizantes ou mais do que simpatizantes da ideologia comunista para funções-chave e de responsabilidade.

Esse quadro todo foi detectado e a maioria do Exército, naturalmente, por sua formação e tradições, começou a articular-se, no sentido de impedir que isso continuasse e descambássemos para um regime diferente daquele que se coaduna com a nossa cultura, nossa formação.

Então, realmente existiu um cenário em que a Revolução se justificou plenamente no Brasil?

Não tenho dúvida.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram realmente intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrado o Movimento de 1964?

Totalmente. As Forças Armadas saíram com atraso. Você se lembra muito bem daquelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Recife. A sociedade civil já estava toda organizada no sentido de opor uma resistência à comunização do País.

A área militar, dentro dos princípios de hierarquia e disciplina, se mantinha coesa, silenciosa, mas preocupada com os rumos que o País estava tomando. Quando a coisa estourou de forma pública – com o comício da Central, com a reunião do Presidente, no Automóvel Clube do Brasil, com os graduados da Marinha, do Exército e da Aeronáutica – mexeu na instituição militar. A Instituição Militar, que tem por base a hierarquia e a disciplina, sentiu que estava prestes a desmoronar. Partiu, pois, para uma contra-revolução, não foi para a revolução. Foi para opor-se a uma revolução que estava em marcha.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Os serviços de informações existem em todos os países do mundo e o Governo acaba de recriar, com outro nome, o SNI. Não há governo nenhum, não há empresa de grande porte que possam dispensar o serviço de informações. No mundo moderno de hoje é uma necessidade indiscutível.

O problema do DOI foi exatamente uma conseqüência do terrorismo. Conseqüente da organização pela esquerda, de grupos terroristas, dos seqüestros e da organização de guerrilhas, como a guerrilha do Araguaia. Era E-2 (oficial de informações) na época. Havia no mapa do Brasil – a documentação foi apreendida com eles – cinco pontos a serem "liberados". Seriam áreas liberadas que depois formariam um conjunto. A primeira área liberada seria a do Araguaia. Como reação à ação, vamos dizer, dos comunistas – não vamos chamar de esquerda (a esquerda pode existir em qualquer época dentro de uma democracia) – o Governo teve que se organizar e criou os DOI e, como já disse, os DOI inicialmente foram improvisados. Na medida em que se aperfeiçoaram tecnicamente para a sua função, na medida em que o pessoal foi devidamente treinado e houve aquisição de experiência para a condução técnica e

adequada da atividade precípua, não tivemos mais problemas. Agora, na fase inicial, de improvisação, surgiram alguns problemas de parte a parte. Problemas que todos lamentamos, mas que ocorrem no ambiente desse tipo, de guerra, vamos dizer.

No tocante ao tempo de duração da revolução, ela se demorou muito no Governo?

Penso que ela demorou demais. É a minha impressão hoje. Houve um incidente na caminhada da revolução que se chama Costa e Silva, a doença de Costa e Silva, o AI-5 e o agravamento do problema de guerrilhas e atentados. Creio que esse foi um incidente que atrapalhou a caminhada da revolução, no sentido de terminar sua missão mais cedo. Acredito que se tivéssemos terminado bem antes, teria sido muito melhor. Agora, houve um período no qual ela não poderia passar o comando ao civis. Foi exatamente no período em que ocorreu um agravamento da guerrilha, do terrorismo, exatamente nesse final do Costa e Silva e Governo do Presidente Médici.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem vantagens de alguma ordem?

Absolutamente não. Acho que as Forças Armadas procuraram agir patrioticamente durante esse período e houve uma coisa interessante: nenhum dos Presidentes revolucionários foi acusado até hoje de qualquer problema de corrupção, ou de utilização inadequada de recurso público. Todos eles, cumpriram uma missão. Nenhum deles tinha ambição de assumir ou manter-se no Poder. Lembro-me muito do Presidente Médici. Tinha muita ligação com ele. Era Coronel Subcomandante da Academia e eu instrutor. Depois, quando Médici foi Chefe do SNI, eu estava na Presidência e todo fim de tarde ia conversar com ele. O Presidente Médici nunca aspirou ser Presidente da República. Foi guindado ao cargo, porque houve uma votação no Alto Comando e todos o favoreceram. Não tinha a ambição de Poder e nem quis manter-se no Poder. Os civis, às vezes, querem permanecer no Poder muito mais do que têm direito. Às vezes até modificando a legislação.

Hoje, conversando com meu filho que vinha aqui fazer esta entrevista, perguntei o que ele achava. Ele tinha uma frase feitas aprendida na escola: "com a revolução, os militares entregaram o Brasil aos Estados Unidos". Da sua experiência pessoal, qual a avaliação do senhor sobre os vinte anos de Governo da revolução? Houve perda para o Brasil? O Brasil ganhou? o Brasil cresceu? Houve um alinhamento do Brasil com algum bloco?

Desfrutamos, no campo internacional, de muito mais independência. Lembra-se de que o próprio Presidente Geisel acabou com a missão militar Brasil-Estados Unidos? Passamos a nos ligar com todos os países do mundo, particularmente,

mais com a Europa do que nos ligávamos antes, e menos com os Estados Unidos. Acho que o Brasil se tornou mais independente no campo internacional. Nesses vinte anos tivemos um extraordinário desenvolvimento. Éramos, se não me falha a memória, não tenho certeza disso, a 49ª economia do mundo. Ontem procurei estatísticas, até com um amigo que tem muitos livros sobre isso, e não consegui confirmar. Mas a idéia que tenho é que éramos a 49ª economia do mundo e terminamos o período revolucionário como 8ª economia do mundo. E só foi possível sairmos dessa posição para 8ª economia do mundo, porque os governos militares foram governos honestos, criaram uma Secretaria de Planejamento que executou um trabalho sério, e elaborou um planejamento, que foi executado realmente.

O País desenvolveu-se extraordinariamente, ocupando uma posição muito boa no *ranking* das nações. Entretanto, hoje, estamos passando de 8ª para 9ª ou 10ª economia do mundo. Estamos recuando. Só a seriedade, a competência técnica dos que integraram os governos revolucionários – civis competentes, não estamos falando de militares, mas de Roberto Campos, Delfim Neto etc. – é que nos permitiram esse *rush* de desenvolvimento. E não fora a revolução, não estaríamos hoje na posição que estamos dentro do concerto internacional das nações.

No caso da liberdade individual, a seu ver, houve cerceamento total da liberdade de imprensa, expressão artística, prática de tortura?

Houve. O período revolucionário cometeu alguns erros. Alguns erros foram provenientes de excessos.

O problema da censura, acredito que extrapolou os limites onde poderíamos ter chegado, em benefício da salvaguarda dos governos revolucionários contra a ação comunista.

Na parte da tortura, já abordamos isso aqui, quando nos surpreendemos com o ataque comunista, de terrorismo, guerrilhas, seqüestros etc. Não estávamos organizados e preparados para isso e ocorreram excessos que foram imediatamente corrigidos. Você quer ver um exemplo muito forte de que isso teve limites muito pequenos? Fala-se, no mundo inteiro, contra o Chile e contra a Argentina, torturas e mortes, durante o período revolucionário e não se fala contra o Brasil. Os problemas que ocorreram aqui, dentro das dimensões do País, e, particularmente, no tempo em que os governos militares permaneceram, que foi muito maior que no Chile, muito maior do que na Argentina, são ínfimos. E os ataques são contra o Chile e a Argentina e contra o Brasil não há.

Quer dizer que houve uma preocupação com a não institucionalização desse processo de descontrole no combate?

Sim. Houve imediatamente uma retomada para impedir que isso ocorresse, por excesso de algumas pessoas, de alguns companheiros o que naturalmente geraria um quadro muito pior do que realmente ocorria no momento.

Inclusive esses próprios companheiros foram tremendamente abalados com esse processo, porque realmente não havia nossa experiência de combate a esse tipo de guerra. Tínhamos a experiência de São Domingos, que era um quadro completamente diferente.

Não podemos dizer que não houve. Existiu. E, felizmente, em dimensões muito pequenas. Mas foram controlados com bastante rapidez, por parte de companheiros bem intencionados. Na época, não tínhamos a compreensão do quadro que temos hoje, olhando para trás. O sujeito não sabia o que iria acontecer, era problema de vida ou morte. Quantos companheiros nossos meteram pé na porta, num aparelho, e morreram, na soleira, com um tiro. Quem entrasse num negócio desse, com um companheiro, um amigo morto, por um problema de temperamento – até se excedia.

Não tínhamos as regras para esse tipo de coisa?

Não tínhamos. Era uma coisa nova.

Os militares perderam a batalha da comunicação social durante o processo do Movimento revolucionário?

Não sei se dá para usar o verbo perder. Partimos para o problema de comunicação social com presteza, matriculando oficiais na universidade, criando a AERP, criando as 5[as] Seções no Exército, isso imediatamente – um, dois, três anos depois. O Exército mobilizou-se, no sentido de promover uma comunicação social para atingir seu público interno e o público externo. Agora, é possível que tenha sido insuficiente, mas houve preocupação e montagem de uma estrutura para responder a isso, certamente. Acho que ela alcançou muito bons resultados. Pode não ter obtido resultados que desejávamos. A nossa imagem hoje – tenho visto no Noticiário do Exército (NE) – o Exército tem uma imagem bastante positiva perante a opinião pública brasileira.

E qual é a sua avaliação do processo de "abertura" no Governo Geisel?

Como afirmamos, a "abertura" podia ter sido iniciada antes, mas os fatos estão aí.

O Presidente Geisel não quis encerrar, passou para o Presidente Figueiredo, que era um homem extraordinário. Servi três vezes com Figueiredo. Como Cadete, na Academia, e ele Capitão Comandante do Esquadrão; servimos em Bagé e, depois, na ECEME. Ele instrutor e eu aluno. Era um homem extremamente inteligen-

te, tríplice coroado[1], simpático, amigo, mas que, infelizmente, durante o período como Presidente, sofreu um problema de saúde, sério, que acarretou mudanças.

Dou um testemunho aqui interessante. Estava no MEC e veio um prefeito de Bento Gonçalves propor que a gente comprasse a casa onde o Geisel morou – nasceu e morou em Bento Gonçalves – uma casinha pequena, barata, porque ele queria fazer o museu do Geisel – o Presidente Geisel foi meu Comandante no Regimento Escola de Artilharia, eu Capitão e ele Coronel Comandante. Disse: "Bento Gonçalves não vai ter outro Presidente da República e temos o direito de cultuar a memória de um homem que nasceu e se criou lá e foi Presidente da República." Fui lá, vi a casa. Imaginei um artifício: faria a transferência de recursos às faculdades da região dos vinhedos, que era em Bento Gonçalves, e eles comprariam a casa e promoveriam a organização do museu. O Geisel soube. Colocou areia. Aí fui a Teresópolis.

– Presidente, o senhor botou areia nisso?!

– Você sabe que sou contra essas ostentações, esse troço de promoção...

Foi uma tônica dos governos revolucionário, a discrição. Ninguém tinha ambições políticas para se candidatar a nada. Cumpriam uma missão.

Então falei ao Presidente:

– O senhor não tem nada a ver com a sua personalidade jurídica. O senhor foi Presidente da República. Sua vida como Presidente da República pertence à Nação, não é mais sua. Não perguntei ao senhor, porque sabia que iria responder assim. Servi com o senhor, e sabia que iria dizer isso. E o povo de Bento tem esse direito.

– Não me envolva nisso.

– Ninguém envolveu o senhor nisso.

– Bem, faça o que quiser.

Comprei a casa. Ele nada doou para a casa, até morrer. Tinha combinado com a Amália Lucy (filha do Presidente Geisel): "quando ele morrer, vamos tratar desse problema".

Você vê, um exemplo muito interessante. São duas doenças que prejudicaram a revolução: a do Presidente Figueiredo... aí nessa conversa com o Geisel – esse é o testemunho que ia contar – disse assim:

– Presidente, e o seu Figueiredo? - foi a expressão que usei.

– Meu não! O que eu escolhi para Presidente era outro. Há dois Figueiredos, o Figueiredo antes da doença e o Figueiredo depois da doença – retrucou.

---

[1] Expressão usada no meio militar e que identifica o oficial que obtém o primeiro lugar nos três cursos regulares do Exército: AMAN, EsAO e ECEME.

Tivemos a infelicidade de conviver com a doença do Presidente Figueiredo, que o transformou, como transforma toda pessoa que tem um insulto vascular como ele teve; e a doença do Costa e Silva, que o levou à morte. Então foram dois acidentes de percurso no período revolucionário, que nos atrapalharam bastante.

Coronel Pasquali, ao encerrarmos, gostaria de agradecê-lo pela excelente entrevista e deixar registrado, aqui, a minha admiração pela sua longa ficha de excelentes serviços prestados. Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade e acho que o Exército fez muito bem em criar o Projeto de História Oral. Era uma lacuna que tínhamos. Estamos hoje sujeitos aos ataques dos nossos inimigos e não temos o registro histórico da verdade do que ocorreu durante o período revolucionário. Congratulo-me com o Exército por essa oportunidade.

Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Após o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi designado para o Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Comandou, no período de 1970 a 1974, a Operação Bandeirante e o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército.
- Foi Instrutor-Chefe do Curso de Operações na Escola Nacional de Informações (EsNI) e Chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), no período de 1975 a 1979.
- Comandou o 16º Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Foi Oficial de Gabinete do Estado-Maior do Exército.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil, no Uruguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. É bacharel em Administração.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era capitão e servia no 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (1º G Can 90 AAé), na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 12 de setembro de 2000.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a lembrança do meu nome para cooperar na elaboração deste projeto tão importante para o nosso Exército.

Tive, como Capitão, uma pequena participação na Revolução de 1964. Posteriormente, como Major, após o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), comandei o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, por quatro anos, período em que o terrorismo estava bastante atuante. Fui também Chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), por quatro anos, de 1975 a 1978. É sobre a minha experiência e a respeito dessas etapas de minha vida que gostaria de falar. Estou à disposição para a entrevista.

Durante a fase pré-revolucionária, o que se passava no meio militar? Como estava o ambiente nos quartéis? Havia tentativa de cooptação dos militares, de infiltração nas organizações castrenses? O senhor pode citar exemplos?

No período que antecedeu à Revolução, como 1º-Tenente servia em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Comandava a então 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) o General Osvino Ferreira Alves, tido como populista, "janguista", chamado de "General do Povo". A disciplina nos quartéis era fraca. A propaganda esquerdista invadia as organizações militares e alguns oficiais, presumidos como de esquerda, tentavam obter o apoio não só dos seus pares, mas também dos sargentos.

As eleições para o Clube Militar eram disputadas, com muita efervescência política, entre as duas chapas: a amarela, dos vermelhos e a azul, dos contrários e favoráveis à Revolução.

Em 1958, fui transferido para o Rio de Janeiro para fazer o curso de Defesa Antiaérea. O ambiente que encontrei na Escola era o mesmo de Santa Maria. Estávamos divididos entre azuis e vermelhos.

Nos primeiros dias de aula, fui procurado por um colega de curso, um 1º-Tenente, oficial muito inteligente, segundo de sua turma de formação e que acabou sendo o primeiro da turma do curso que íamos fazer. Este oficial, que posteriormente foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), certo dia perguntou-me se pretendia fazer concurso para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disse-lhe que sim. Ele então me falou sobre um curso muito bom, gratuito, com aulas sempre aos sábados. Falou-me também da competência dos seus professores. Fiquei interessado e passei a freqüentar as aulas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Eu e mais alguns colegas assistimos a umas quatro ou cinco aulas e quase todos nos retiramos quando sentimos que estávamos sendo doutrinados para apoiar a política de esquerda que vinham pregando.

Vizinho a nossa Escola de Defesa Antiaérea, o 1º GCan 90 (Primeiro Grupo de Canhões 90 Antiaéreo) encontrava-se seriamente infiltrado e, pelo meu irmão, era informado de que nas Organizações Militares (OM) pára-quedistas a situação também não se mostrava diferente.

E houve, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Sim, principalmente da classe média. As medidas demagógicas e populistas, a pregação comunista, as ações do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dos sindicatos, do Pacto de Unidade e Ação (PUA) revoltavam a massa ordeira da população do País.

No Exército, a nossa insatisfação aumentava na medida em que testemunhávamos a pregação política de esquerda para que os sargentos não nos obedecessem.

Havia um desabastecimento geral, filas para tudo, éramos desacreditados pelas políticas esquerdizantes e nossos salários se encontravam num patamar muito baixo.

Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964?

O Governo João Goulart pretendia, através do que chamavam de reformas de base, instaurar uma república sindicalista, contando com a sublevação das massas operária e estudantil. O Congresso Nacional se opunha a essas mudanças. Daí então a frase tão cantada nos comícios de esquerda: "reformas de base, na lei ou na marra". Isso queria dizer: vamos fazer as reformas de base com ou sem o apoio do Congresso Nacional.

Qual foi sua participação nos dias que antecederam ao 31 de Março de 1964 e durante a eclosão do Movimento?

O Estado-Maior do Exército, preocupado com a pregação comunista no interior dos quartéis, intensificou a instrução de quadros. Palestras eram feitas rememorando o nosso passado. A Intentona Comunista de 1935 passou a ser lembrada em aulas para oficiais e praças. O Estado-Maior do Exército também passou a divulgar, não sei se semanalmente ou quinzenalmente, os famosos "amarelinhos" que, obrigatoriamente, eram lidos para a tropa. Neles, se encontravam verdadeiras aulas sobre democracia, respeito às leis, à hierarquia, à disciplina e esclarecimentos sobre o comunismo. O que o Estado-Maior do Exército pretendia era, de uma maneira muito séria, tentar reverter o quadro que existia dentro das Forças Armadas, através da instrução de quadros.

No segundo semestre de 1963, o Exército iniciou a transferência de oficiais de confiança e contrários ao comunismo para a tropa. Dentro desse contexto, em 13

de fevereiro de 1964, fui transferido da Escola de Defesa Antiaérea, onde era instrutor, para o 1º GCan 90. Nesse dia, assumi o Comando da 4ª Bateria de Canhões.

O Comandante, na época o Coronel Sá Barreto, era nosso e fazia tudo o que podia para nos apoiar. Recebi o Comando da 4ª Bateria de Canhões de um 1º-Tenente que já conhecia pelo seu passado e sabia que estava comprometido com o pessoal de esquerda. Esse tenente foi, logo em seguida, cassado pelo AI-1. Quando assumi o Comando, no mesmo dia, ele pediu para ser transferido para outra Bateria. Consenti com sua saída imediata. Como primeira providência, formei a Bateria e fiz a chamada. Faltava um sargento. Procurei saber, então, onde é que estava esse sargento.

Informaram-me de que ele faltava ao quartel porque, diariamente, ia para a Central do Brasil – estação ferroviária de passageiros, no centro do Rio de Janeiro –, onde estacionava uma Kombi do Partido Comunista, junto do qual ele ficava, com o microfone na mão, fazendo propaganda para o partido. Verifiquei que isso era verdade, coloquei-o no pernoite e dei parte de ausência. Quando ele estava para passar a desertor, apresentou-se. Chegou num estado deplorável, com um uniforme todo sujo, barbudo, uma bota – nem coturno usava – uma bota "natal", com uma faca, eu me lembro, no cano da bota; mandei que ele fosse arrumar-se, cortar o cabelo, fazer a barba... Ele saiu e não o vi mais. Soube que ele tinha baixado ao hospital, naquele mesmo dia, e que, do nosocômio militar, saía todos os dias para fazer a propaganda junto à Kombi, em frente à Central do Brasil. Esse sargento foi cassado no AI-1.

Da mesma forma, e logo em seguida, no primeiro ou no segundo dia, fui fazer a inspeção para receber a carga do material bélico da Bateria e constatei que faltava muito armamento e munição. Procurei saber onde ele se encontrava. Procura daqui, procura dali...

– O armamento está nessa sala, aqui na frente.

– Mas, com quem está a chave? Onde ela está?

A chave e a sala eram utilizadas pelo sargento que estava na Central, fazendo propaganda do Partido Comunista. Mandei, então, arrombar a dependência, retirar o armamento e a munição que lá estavam e retorná-los à sala de material bélico da Bateria, local adequado à guarda desse material.

Ao mesmo tempo, começamos uma instrução séria para o pessoal da Bateria. Os soldados tinham sido incorporados em janeiro, estávamos em fevereiro de 1964, novos ainda, mas os sargentos da Bateria tinham sido seriamente doutrinados por esse tenente que foi cassado. Comecei, então, a conversar e instruir os sargentos, os soldados, e a cuidar do material, porque a gente achava que alguma coisa iria ocorrer, para deixá-lo todo em condições de uso.

Nesse momento a incerteza era grande. A gente não sabia o que estava ocorrendo. No 1º G Can 90 havia quatro Baterias de Canhões: duas Baterias vermelhas e duas Baterias azuis. Duas favoráveis aos comunistas e duas favoráveis à Revolução.

Estávamos nessa situação, quando – o dia era 31 ou 1º, não me lembro exatamente – conversei com aquele tenente que foi cassado e perguntei:

– O que está havendo na realidade? Dizem que houve revolta lá em Minas.

– Não, isso aí é o seguinte: o General Mourão não foi promovido e está revoltado lá.

Nós não éramos informados, na tropa, sobre o que pudesse estar acontecendo. Cheguei ao quartel, tocou "formatura geral", o Comandante chamou os oficiais e disse que o Ministro Interino do Exército – que me parece era o General Armando de Moraes Âncora – havia determinado que fosse formado um Grupamento Tático (GT) para deslocar-se do Rio de Janeiro em direção a São Paulo e que o G Can 90 iria fornecer uma Bateria para integrar esse GT.

Ponderei ao Coronel que uma Bateria 90 Antiaérea nada poderia fazer durante o deslocamento da coluna, porque, sendo uma Bateria pesada, demoraria de três a quatro horas para entrar em posição, destinada à defesa de pontos fixos, sensíveis e estáticos como aeroportos, fábricas, não serviria para acompanhar uma coluna. Ele respondeu:

– Não, mas é a ordem que recebi e a Bateria 90 vai para lá.

E acrescentou:

– E você, segundo ordem do GUEs (Grupamento de Unidades-Escola), é quem vai comandar esta Bateria.

– Está bom, vou preparar a minha Bateria para sair.

– Só que tem o seguinte: recebemos uma ordem para você comandar a 2ª Bateria, o seu pessoal não vai com você. Você vai deslocar-se, mas com sargentos, soldados e oficiais da 2ª Bateria – que era a Bateria vermelha – e, junto com você, irá o Capitão Fulano – cujo nome não citarei e que era dois anos mais antigo do que eu.

Nessa hora, vi que estava sendo retirado do quartel, porque minha Bateria estava na mão, e os sargentos a meu lado. Eles sabiam que nos encontrávamos prontos para reagir e, por isso, me retiravam do aquartelamento do G Can 90 e levavam-me para integrar uma coluna, no comando de pessoal que não conhecia. Se eclodisse qualquer coisa, tinha certeza de que eles me prenderiam. Então, pedi ao Comandante que me deixasse levar o meu material nesse deslocamento do GT, porque o material estava bom e pronto. Ele concordou. Aí já consegui dar o primeiro passo. Pedi mais uma "coisinha":

– O senhor me deixa levar então os meus soldados e meus cabos, por causa da carga. Essa carga é dos sargentos, dos chefes de peças; quantos dias vamos ficar nessa coluna? Se perder o material, quem vai ser o responsável? Vai ser o sargento chefe de peça da outra Bateria? O senhor me deixa levar meu pessoal, meus cabos e meus soldados. E ele deixou.

– Então você vai com seu material, com seus cabos e soldados e os sargentos e os oficiais da outra Bateria.

Os meus soldados tinham sido incorporados em janeiro e estávamos em 31 de março. Nesse momento, o Capitão grudou em mim e eu não podia fazer mais nada. Todos os passos que dava dentro do quartel, ele me acompanhava, mas, numa oportunidade, cheguei para o meu ordenança – Valdir de Souza Lima, que chegou a 2º Sargento e infelizmente faleceu... Disse-lhe:

– Valdir, está se passando isso. Você vai ao subtenente, diga a ele que estão me tirando da Bateria, estão me forçando a sair com outros sargentos. Não fui eu que decidi não levá-los, que eles permaneçam lá, aguardando ordem. Vou ter que sair.

Disse-lhe, ainda, que procurasse o cabo Marinho – que tinha incorporado no ano anterior e era de extrema confiança. Esse rapaz depois tornou-se jornalista, no Rio de Janeiro – contasse a mesma coisa e, mais, que iríamos nos deslocar e que os soldados e cabos ficassem atentos a uma ordem minha, quando deveriam prender o sargento chefe de peça, enquanto que eu, o Valdir e o meu motorista prenderíamos o Capitão que nos acompanhava e, se por acaso eu fosse preso, que eles reagissem.

Foi nessa situação que saímos às nove horas da manhã daquele dia – não sei agora se foi 31 de março ou 1º de abril. Nos deslocamos, só com "catanho", não havia médico, enfermeiro, nem abrigo para os soldados... Choveu, os soldados ficaram todos com frio, me lembro até hoje; também sem comida, pois o "catanho" acabou. Assim nos deslocamos e fomos retardando essa coluna, como podíamos, porque as viaturas eram velhas mesmo, não funcionavam, furava um pneu, fervia o motor e a gente ia puxando aquilo como podia. Sei que chegamos ao pé de Viúva da Graça, eram nove horas da noite. Foi quando ouvi um general falando – acho que era o General Âncora, não vi a fisionomia, mas entendi:

– Eles venceram, vamos retornar. Já dei ordem para a tropa regressar.

Nessa oportunidade falei para o Capitão que estava atrás, no jipe. Embora mais antigo do que eu, ia atrás no jipe, quando nos deslocávamos:

– Fulano, vocês perderam.

Ele ficou abatido, triste. Dei ordem para a Bateria voltar. Retornamos, o Comandante estava esperando. Mandei os sargentos irem para a Bateria deles, assumi o comando da minha Bateria e falei:

– Olha, Coronel Sá Barreto, agora vamos nos entrincheirar, vou fechar a Bateria toda e ninguém vai entrar aqui. Não iremos ao rancho, não sairemos, vamos ficar aqui aguardando, porque não sei o que as outras duas Baterias vão fazer: se vão reagir, se não vão reagir, então ficaremos esperando para o que der e vier.

Falei para os meus oficiais, sargentos que fossem dormir no alojamento dos soldados, misturados, juntos com as praças. Reforçamos a guarda, ficamos municiados, armados, esperando os acontecimentos que, felizmente, terminaram por ali.

Esse Capitão que saiu comigo também foi cassado.

O que o senhor tem a nos dizer sobre as ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) que ocorreram nessa época?

Há várias décadas, a União Soviética tentava implantar o comunismo na América Latina, tendo tido êxito em Cuba. Em 1968, a partir das idéias de Carlos Marighela, que pregava a luta armada, intensificou-se a implantação da guerrilha rural e urbana no Brasil. Com o pretexto de que estavam combatendo a ditadura, foram criadas várias organizações terroristas, todas elas marxistas-leninistas, que passaram a desencadear o caos e o terror, seqüestrando aviões e pessoas, fazendo atentados, invadindo quartéis, assaltando sentinelas etc. Iniciaram, também, agitação no meio operário e estudantil e desencadearam greves políticas, passeatas, quebra-quebra e baderna generalizada.

Enquanto os subversivos estabeleciam a insegurança nas principais cidades do País, outros grupos começavam a guerrilha rural, na região do Araguaia. O objetivo dos guerrilheiros era implantar uma zona liberada, onde o Governo não poderia entrar, como ocorre hoje na Colômbia, em uma área maior do que a Suíça. Pretendiam os guerrilheiros rurais, partindo do campo, atingir as cidades, que já estariam dominadas pelos terroristas urbanos, para então, unindo forças, derrubar o Governo e criar uma república comunista, nos moldes da ditadura cubana.

A polícia era impotente para combatê-los. Com as perdas sempre crescentes de policiais mortos e feridos tornava-se a polícia, cada vez mais, acuada. Nosso inimigo era violento e matava com frieza. Constituído por profissionais, ideológica e taticamente preparados, atuava infiltrado na população, atacava de surpresa e era extremamente cruel em ação. Na sua maioria, não eram "estudantes inocentes", como diz a imprensa, mas guerrilheiros bem treinados. Para aqueles que não viveram os chamados "anos de chumbo", vejam, nesse pequeno resumo que vou fazer, a escalada do terror que assolava o País e que a mídia esquece de lembrar:

• Em 25 de julho de 1966, o aeroporto de Guararapes, em Recife, sofreu um atentado, uma bomba explodiu com o objetivo de matar o Presidente da Repúbli-

ca. Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho e o Almirante Nelson Gomes Fernandes. Foram feridos, o hoje General Sylvio Ferreira da Silva, mais 13 pessoas, inclusive uma criança com seis anos de idade.

• Em 22 de junho de 1968, assaltaram o Hospital Militar de São Paulo e roubaram os fuzis automáticos leves (FAL) que lá existiam.

• Em 26 de junho de 1968, uma Kombi cheia de explosivos é jogada contra o Quartel-General do II Exército em São Paulo. A explosão dilacerou o corpo do Soldado Mário Kozel Filho e feriu outros três soldados.

• Em 1º de julho de 1968, um comando constituído pela COLINA (Comando de Libertação Nacional) assassinou um Major do Exército alemão que estava fazendo curso de Estado-Maior no Brasil. Era o Major Edward Ernest Tito Otto Maximiliam von Westernhagen. Ele foi assassinado na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea, Rio de Janeiro, pelos terroristas João Lucas Alves, Severino Viana Colon e um outro desconhecido. Foi assassinado, porque o confundiram com o Major Gary Prado, do Exército boliviano, que também fazia curso na ECEME. O Major Gary Prado foi o homem que comandou a equipe do Exército boliviano que combateu o Guevara e o matou em combate. Eles assassinaram, por engano, o oficial alemão.

• Em 12 de outubro de 1968, o Capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, que fazia o curso no Brasil, é assassinado na frente de sua mulher e de seus filhos na porta de sua casa em São Paulo.

• Em 25 de janeiro de 1969, o traidor e desertor, Carlos Lamarca, rouba, do 4º RI, 63 fuzis FAL (Fuzil Automático Leve), metralhadoras e muita munição. Num crescendo, ia o terrorismo.

• Em 4 de setembro de 1969, o Embaixador americano Burke Ellbrick foi seqüestrado. Em troca da vida do Embaixador, exigiram, e o Governo teve que ceder, 15 terroristas que foram banidos para o México.

• Em 11 de março de 1970, houve o seqüestro do Cônsul-geral do Japão, Nobuo Okuchi, em São Paulo e, novamente, mais terroristas foram libertados em troca da vida do cônsul, cinco deles que foram banidos para o México.

• Em 10 de maio de 1970, Lamarca e seu grupo matam a pauladas seu prisioneiro, Tenente Alberto Mendes Júnior, que a ele se entregara para que seus comandados, feridos em confronto com o grupo de Lamarca, pudessem receber atendimento médico. Seu corpo só foi encontrado quatro meses depois.

• Em 11 de junho de 1970, houve o seqüestro do Embaixador da Alemanha von Holleben. Terroristas matam o Agente Irlando de Souza Régis, ferem gravemente o Agente Luiz Antônio Sampaio e ferem levemente o Agente José Banharo

da Silva que faziam a segurança do Embaixador. Em troca da vida do Embaixador, o Governo cedeu, e quarenta terroristas foram banidos para Argélia.

Esta era a situação do terrorismo, sempre crescente, no nosso País.

E como a imprensa, naquela época, encarava esses atos de terrorismo?

Hoje, a imprensa trata os terroristas como se tivessem feito ações em defesa da democracia, como lutassem por um ideal. São até endeusados por certa parte da imprensa. Mas será que, naquela época, era assim que a imprensa via esses atos de terror? Vou reproduzir o que o *Jornal do Brasil* publicou, na sua primeira página, logo depois do seqüestro do Embaixador von Holleben. Edição do *Jornal do Brasil* de 13 de junho de 1970, na primeira página, esse editorial. O título era: Nação Afrontada.

"Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil. O Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado e, na emboscada que lhe armaram, dois agentes federais tombaram, um sem vida e o outro ferido. Dois brasileiros.

Toda a Nação se sente também atingida. O manifesto em que se exprimem os agressores, declara guerra a todos os brasileiros ao advertir que, doravante, ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça sobre qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar, numa repulsa que nos sufoca de indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza confiança. A Nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o País se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado. Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da ínfima parcela de incendiados pelo ódio.

A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, à ordem e à esperança que repelem esta e qualquer outra prática de ódio e violência. A decisão do Governo, dentro limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira. Somos desde ontem uma Nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos noventa milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos, ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos. Somos uma Nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão dessa dignidade e dessa civilização."

Isso é o que a imprensa pensava da Revolução, isso é o que a imprensa pensava dos atos terroristas naquela época. Parece-me que muito diferente do que ela pensa atualmente.

O senhor acha então que foi necessária a criação dos Destacamentos de Operações de Informações?

Como vimos, acabei de relatar todos esses atos terroristas. A situação em que se encontrava o País era cada dia mais grave, o que levou a ser expedida uma Diretriz Presidencial, na 1ª quinzena de setembro de 1970.

Segundo a diretriz, os Comandantes Militares de Área tornaram-se os responsáveis pela Segurança Interna em suas áreas de responsabilidade, inclusive pelo combate ao terrorismo e à subversão. Para assessorá-los foram criados os Conselhos de Defesa Interna (CONDI), os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e, como Força Operacional dos CODI, foram formados os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

O CONDI tinha a finalidade de facilitar aos Comandantes de Área a obtenção da cooperação das mais altas autoridades civis e militares. Tinham assento neste conselho de alto nível o Governador do Estado, os Comandantes da Marinha e da Aeronáutica presentes na área.

Os CODI garantiam a coordenação e a execução do planejamento das medidas de defesa interna. Facilitavam a conjugação de esforços das demais Forças Amadas, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Federal, do SNI (Serviço Nacional de Informações) etc. Era um somatório de esforços de todos esses órgãos, em benefício da defesa interna.

Os DOI combatiam diretamente as organizações subversivas, eram eminentemente operacionais e atuavam sob o controle operacional dos chefes das 2ªs Seções dos Comandos Militares.

Além do comandante do DOI, o Exército participava de seu efetivo com alguns capitães e sargentos, mas a maioria era oriunda das polícias civil e militar. Em São Paulo éramos 250 homens, sendo quarenta do Exército; serviam o Major Comandante – que era eu – cinco oficiais, 25 sargentos e alguns cabos com estabilidade, cabos antigos. Considerando todos os DOI existentes no Brasil, naquela época, e mais o pessoal que trabalhava no CIE, ao todo, o Exército Brasileiro empenhou, no máximo, 450 homens no combate ao terrorismo.

Mesmo durante a fase em que o terror esteve no auge, o Exército continuou com suas atividades normais, com seus estabelecimentos de ensino, seus Quartéis-Generais (QG), suas Unidades operacionais, todas as suas organizações militares funcionando normalmente. O combate ao terrorismo aconteceu com a criação dos CONDI, dos CODI e dos DOI e com o empenho de apenas 450 homens do seu efetivo.

O Exército, através dos Comandantes Militares de Área, centralizou, ordenou e se tornou responsável pela condução da contra-revolução no País. Os DOI

eram uma força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados. Para corroborar esta afirmação, citarei aqui o que escreveu o terrorista Iuri Xavier Pereira, da Ação Libertadora Nacional (ALN). O documento foi apreendido num aparelho terrorista. Dizia ele o seguinte:

"(...) mas o inimigo não permaneceu inativo. Buscou adotar as medidas que lhe permitissem recuperar a iniciativa. Para uma situação crítica tomou as necessárias medidas drásticas. Não descuidou da parte técnica, incrementando o treinamento policial e aperfeiçoando seus métodos de investigação. Tomou uma medida fundamental, que é a centralização do controle da informação e da repressão, criando a Operação Bandeirante em São Paulo e o CODI na Guanabara. Conseqüentemente, o seu volume de informações e capacidade de reação e de resposta foi aumentando gradativamente".

Só o DOI de São Paulo, no período de janeiro de 1969 a maio de 1977, prendeu 2.541 subversivos e 51 terroristas morreram em combate com as equipes. Depois da criação desses Destacamentos, o terrorismo começou a decrescer, mas mesmo assim seus integrantes ainda praticaram algumas ações de vulto. Por exemplo:

• Em 27 de outubro de 1970, assassinaram o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima com um tiro na nuca, morto pelo terrorista Teodomiro Romeiro dos Santos, que estava sendo conduzido preso numa viatura militar. Esse terrorista, Teodomiro, hoje exerce um alto cargo na Justiça de Recife e já fez declaração dizendo que não se arrepende do assassinato do sargento.

• Em 7 de dezembro de 1970, perpetraram o seqüestro do Embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher; setenta terroristas foram banidos para o Chile em troca do Embaixador.

• Em 3 de abril de 1971, morre o nosso companheiro, Major do Exército José Júlio Toja Martinez Filho, quando foi efetuar a prisão de um casal de terroristas do MR-8.

• Em 15 de abril de 1971, o industrial Henning Boilesen foi assassinado por terrorista, na cidade de São Paulo, porque diziam que ele auxiliava a repressão.

• Em 5 de fevereiro de 1972, David Cuthberg, 19 anos, marinheiro de uma fragata inglesa, é morto no Rio de Janeiro, simplesmente porque pertencia a uma nação imperialista.

• Em 25 de fevereiro de 1973, o Doutor Otávio Gonçalves Moreira Júnior, delegado de polícia, meu comandado que pertencia ao DOI do II Exército, morreu metralhado na praia de Copacabana onde, em férias, tomava banho de mar.

No combate ao terrorismo em todo Brasil, nossas baixas foram 105 mortes e 343 feridos.

Segundo a revista *Veja*, de 27 de maio de 1998, o último Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) teria declarado, a respeito das ações militares no combate ao terror, o seguinte:

"...a ação militar naquele período não foi institucional. Alguns militares participaram, não as Forças Armadas. Foi uma ação paralela."

Na verdade nossa ação era institucional, pois o órgão ao qual pertencíamos havia sido criado por uma Diretriz do Presidente da República e todos fomos designados oficialmente para os DOI. Além disso, estávamos subordinados aos generais Comandantes Militares de Área de quem recebíamos ordens e continuávamos sujeitos às mesmas leis, regulamentos, promoções e disciplina militar dos demais companheiros do Exército.

É certo que o número de militares empregados no combate ao terrorismo era pequeno, mas afirmar que, por sermos apenas 1% do efetivo do Exército, não representávamos as Forças Armadas é o mesmo que dizer que o Exército não esteve presente em São Domingos, Suez ou Angola, porque o total lá empregado não foi superior ao de um Batalhão. Sim, éramos muito poucos, mas a missão foi cumprida e o nosso trabalho reconhecido. Muitos de nós receberam a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração do Exército concedida àqueles que cumpriram o dever com risco de vida. Nós, os combatentes dos DOI, não só arriscamos nossas vidas, mas, também, as de nossas famílias que continuam, até hoje, a sofrer as campanhas que sistematicamente fazem contra nós, tentando desmoralizar-nos, principalmente perante a opinião pública e aos companheiros das Forças Armadas que não viveram a época do terrorismo.

Alguns dos nossos morreram em combate, outros ficaram feridos e temos a consciência do dever cumprido. Esses poucos lutaram e venceram a batalha contra o terrorismo. Esses poucos permitiram, com seu sacrifício, que o restante das Forças Armadas pudesse voltar a trabalhar em paz nos quartéis, nas escolas e nos gabinetes.

Houve a prática de torturas contra presos?

No DOI de São Paulo, passaram 2.541 subversivos presos. Todos eles prestaram as suas declarações preliminares no DOI. Era um interrogatório comum. Quando já estava pronto para ir embora do DOI, a fim de ser conduzido ao presídio, colocávamos o preso numa sala, dávamos para ele uma folha de papel almaço, uma caneta e dizíamos: "Bem, agora você vai escrever tudo sobre a sua vida de subversão. Estão aqui o papel e o lápis."

Fechávamos a porta, ele ficava lá, sozinho e, de próprio punho, fazia o depoimento. Onde estão esses depoimentos originais? Estão todos no Superior Tribunal

Militar, no processo de cada um desses presos. Qualquer pessoa bem intencionada que leia os depoimentos, facilmente vai chegar à conclusão de que aqueles documentos nunca foram redigidos enquanto o autor estivesse sendo torturado, ou sob pressão. A maneira como a pessoa descreve, como escreve; a letra, a letra firme, a maneira como aborda as questões. Qualquer um, mesmo que não seja especialista, tenho certeza, chegará a essa conclusão.

Depois, ele ia para inquérito policial, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e confirmava o que havia dito no DOI. Posteriormente, era levado para a Auditoria. Na Auditoria, negava tudo. Negava e, se lembrado do que declarara antes, no DOI, alegava que falara sob tortura.

E por que eles faziam isso? Bom, primeiro, porque na Auditoria procuravam negar, é claro, para ver se a pena que iriam receber não seria tão grande. Segundo, tinham que se justificar perante a esquerda, perante seus companheiros porque, no interrogatório do DOI, haviam entregado a organização, denunciado seus companheiros, confessado a localização dos seus aparelhos. E, terceiro, porque tinham certeza de que jamais seriam reconhecidos.

Não conseguimos nunca testemunhas oculares. Assaltavam bancos, os bancários viam, sabiam quem eram, mas, quando chamados, não os reconheciam, não sabiam de nada, por quê? Porque os primeiros bancários que fizeram o reconhecimento foram assassinados; ameaçados, sabiam que todos aqueles que reconhecessem os assaltantes teriam o mesmo destino. Nunca mais ninguém neste País quis depor contra os terroristas.

Temos também o caso da atriz e ex-Deputada Bete Mendes, que falou tudo no DOI, prestou depoimento na Polícia, também o fez na Auditoria e, 14 anos depois, veio a público dizer que tinha sido torturada.

Isso aconteceu quando eu era Adido Militar no Uruguai. Ela foi lá, na comitiva do Presidente José Sarney – nessa época era deputada – e disse que me reconheceu, que levou um choque, lembrou que eu a torturara e pediu a minha saída. Foi aquele escândalo que todos os senhores leram nos jornais.

Pois bem, vamos ver aqui o que essa Deputada e atriz disse na Auditoria, quando foi interrogada. Vou ler aqui o trecho do depoimento dela que consta dos autos. Ela declarou tudo assistida por dois advogados, perante o Juiz, perante o Conselho de Justiça e perante o Promotor. Disse o seguinte:

"(...) que repetindo, os fatos se passaram como os narrou nesta oportunidade. Depoimento que prestou, livre e sem nenhuma coação, que de fato, sentiu-se emocionada e chorou, como todos presenciaram, copiosamente. Que chorou e ainda chora nesta oportunidade, porque está arrependida do que fez. Isto porque acha

que entrou em uma coisa séria, sem nenhum conhecimento das coisas e completamente contrária ao seu modo de ser. Que não acredita em nenhuma organização subversiva e acha inviável nos seus propósitos, porque chegou à conclusão de que eles só querem apenas destruir".

Então, isso ela falou, livremente, sem coação. Está escrito. Assinou e os advogados assinaram. Muito bem, quatorze anos depois, ela vem e arma aquele escândalo.

Mandou, ainda, uma carta para o Presidente Sarney e outra ao Ministro do Exército que, na época, era o General Leônidas Pires Gonçalves. Nessa carta, ela diz:

"(...)Ministro, fui seqüestrada, presa e torturada nas dependências do DOI."

E agora, vejam os senhores, o que ela disse mais, numa "frasezinha" na carta para o Ministro:

"(...)e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi e que estão na lista dos desaparecidos."

Muito bem. Segundo os levantamentos da esquerda, no ano de 1970, em São Paulo, teria ocorrido o desaparecimento de um único subversivo, Antônio dos Três Rios Oliveira, em 10 de maio de 1970. Bete Mendes esteve presa de 29 de setembro a 16 de outubro. Como é que poderia ver um desaparecido? Esse Três Rios de Oliveira desapareceu, como todo mundo sabe, em maio. Mentira dela. Está aqui o desmentido.

Da mesma forma, numa entrevista para a revista *Veja*, em 21 de agosto de 1985, declarou o seguinte:

"(...)o corpo de um amigo morto a pancadas foi-lhe mostrado, estendido numa maca, para desequilibrá-la emocionalmente. Tudo isso era dirigido por ele" – que sou eu – garante a Deputada Bete Mendes.

Muito bem. Ela disse que viu o corpo de um amigo morto a pancadas. Desde o dia em que ela foi presa, 29 de setembro, até 4 de dezembro, não houve nenhuma morte de terrorista do DOI-CODI de São Paulo. A esquerda sabe disso, pois tem a relação dos que morreram. Naquela oportunidade não morreu ninguém. Como é que a atriz teria visto um morto? As primeiras mortes ocorreram a 5 de dezembro, dois terroristas que morreram em combate na rua. Que morto foi aquele? No livro que escrevi, para desmentir, romper o silêncio, cobro dela:

"Deputada, venha a público, diga o nome do seu companheiro que a senhora viu, porque nós não sabemos e nem a esquerda sabe quem é."

Ela nunca respondeu.

Tem mais, ela disse – vou abordar rapidamente – declarou ao *Jornal do Brasil*, ao *O Globo*, à revista *Veja* que, quando ela chegou, as autoridades estavam perfiladas no aeroporto. Ela desceu, sentiu constrangimento de ter que me aper-

tar a mão. Levou um choque, quando me viu na frente de todas aquelas pessoas e, posteriormente, fui até ela, à noite, e agradeci pelo fato de ter-me cumprimentado e estendido a mão.

Meus senhores, a chegada do Presidente Sarney foi fotografada e filmada. Só passaram pela fila de cumprimentos o Presidente Sarney e a Dona Marly, esposa dele, mais ninguém. A comitiva do Presidente deixou o avião e embarcou num microônibus, longe da gente e foi para um hotel, onde ficariam hospedados. Não teve Bete Mendes, não teve Embaixador, não teve ninguém, só o Presidente Sarney. Como é que ela teria me apertado a mão se não passou na nossa frente? Ela afirma e a imprensa estava junto, sabe que isso não aconteceu, mas publica. Então podemos concluir, que falar sobre tortura é muito relativo.

Para entender melhor o assunto "tortura", vamos abordar o tipo de inimigo que combatíamos. Como já relatei anteriormente, eles não eram estudantes inocentes. Eram formados em países comunistas, principalmente em Cuba, onde recebiam cursos de armamento leve e pesado, de explosivos, de tática guerrilheira, de conduta em operações urbanas e rurais, comunicações, primeiros socorros etc., além de uma forte doutrinação ideológica. Quando retornavam, abandonavam a família, emprego, estudos – faculdade, colégio – e entravam para clandestinidade. Recebiam documentos falsos e tornavam-se verdadeiros profissionais do terrorismo. Viviam a soldo da organização, sob normas rígidas de segurança. Usavam nomes falsos, codinomes, organizados em células compartimentadas e um não sabia onde o outro morava. Viviam em casas que chamavam de "aparelhos" e davam uma aparência legal para essa casa: viviam com uma companheira, às vezes, com outro para dizer que era um amigo. Ali observavam normas de segurança estritamente rígidas cuja falta acarretaria punição severa, por colocar a vida dos companheiros em risco. Só se encontravam em "pontos" – como eles chamavam os locais de encontros – previamente marcados. Não falavam por telefone. Eles marcavam: "amanhã, às tantas horas, em tal lugar", e lá se encontravam. Só assim que se comunicavam.

Se fossem presos – tinham uma hora teto para chegar ao "aparelho", se não chegasse naquela hora, era sinal de que fora preso – o companheiro ou a companheira que estivesse lá esvaziava o apartamento, tirava a munição, tirava a documentação e abandonava o aparelho. Assim, quando prendíamos um terrorista, dispúnhamos de seis a oito horas para que ele nos informasse onde estava a pessoa que a sua organização mantinha seqüestrada, em cativeiro, o local onde colocaram a bomba que iria explodir no atentado que prepararam, onde se localizava o aparelho em que moravam e onde guardavam bombas e documentação que nos interessava, quais as próximas ações que intentavam fazer, quais os próximos "pontos" para

encontro com seus companheiros etc. Tínhamos pressa, pressa para salvar vidas, pressa para prender o maior número possível de terroristas e evitar que novos ataques fossem realizados. Nessa situação, devíamos interrogá-los com rigor, duramente, deixando-os com sono, cansados e pressionados psicologicamente.

Trago como exemplo o caso do empresário Abílio Diniz. Ele foi seqüestrado em São Paulo por uma frente de organizações de esquerda estrangeiras que entraram no Brasil clandestinamente. Essas organizações vieram aqui unicamente para seqüestrar e, através do dinheiro do seqüestro, financiarem a guerrilha comunista que se desencadeava na América Central. Tiveram êxito, foram muito bem na ação, seqüestraram o empresário, colocaram-no em um aparelho que havia sido muito bem preparado. Inclusive, mantiveram um caixão pronto para a eventualidade de ter que abandonar o aparelho, caso a hora teto de alguém que saísse fosse vencida. Nessa situação o empresário seria morto e colocado naquele caixão e eles fugiriam, abandonariam o aparelho. Eram dois canadenses, inclusive uma moça com "carinha de anjo", que todos viram na televisão, e havia, ainda, chileno, argentino e brasileiro.

Quando um deles saiu do aparelho para fazer contato para obter o dinheiro do resgate, numa operação muito bem-sucedida da Polícia de São Paulo, foi preso. E a polícia sabia que tinha poucas horas para encontrar o "aparelho" onde escondiam o Sr. Abílio Diniz. Caso ultrapassassem aquele tempo, certamente o empresário seria morto. Não sei, não falei com a Polícia de São Paulo, mas acho que ele foi interrogado seriamente. Pelo menos, quando todos apareceram na televisão, presos, o estado dele era de alguém meio cansado. Ninguém falou nada, foi na televisão, todos viram, a imprensa não tocou nesse assunto, mas o certo é que o Sr. Abílio Diniz foi salvo.

É claro que temos que respeitar os direitos humanos das pessoas. Devemos respeitar! Mas, em primeiro lugar, é preciso respeitar os direitos humanos da vítima, os direitos humanos dos inocentes, os direitos humanos das pessoas corretas. Depois, então, vamos respeitar os direitos humanos do bandido, os direitos humanos do terrorista. Se os direitos humanos do terrorista tivessem sido respeitados, se ele só tivesse sido interrogado na presença de um advogado, como manda a lei, será que o Sr. Abílio Diniz estaria vivo até hoje? Claro que não.

Bom, como conclusão a respeito da tortura, posso dizer que a mídia explora a tortura com estardalhaço e sensacionalismo. Os ex-terroristas procuram justificar o que confessaram, dizendo que falaram sob tortura. Hoje o *curriculum vitae* de uma pessoa é bastante valorizado quando afirma que foi torturada na época da ditadura, como dizem. Excessos condenáveis devem ter sido cometidos pela repressão, mas foram muito poucos, uma exceção.

O senhor usou um termo que, hoje em dia, se usa bastante. Muito se fala na ditadura militar, em "anos de chumbo" etc.

A mídia tem procurado mostrar o período revolucionário como arbitrário, violento, onde a crueldade, as atrocidades seriam cometidas continuamente. Ataques pessoais são feitos àqueles que trabalharam e lutaram contra o terrorismo, taxando-os de torturadores e assassinos. Apresentam testemunhos duvidosos feitos por pessoas impregnadas de "revanchismo". O objetivo é manter vivo na memória do povo o estereótipo que fizeram para Revolução: um golpe militar contra um governo democrático, que se manteve no Poder à custa da prisão, da tortura e do assassinato de inocentes.

Nesses últimos anos são constantes as reportagens feitas nesse sentido. Recentemente, tivemos a divulgação do "baú do General Bandeira", que não continha nada de novo; da guerrilha do Araguaia; da Operação Condor; Traíra; e as denúncias do Sargento Marival Chaves que trabalhou no DOI de São Paulo e no CIE, denúncias que nunca foram comprovadas, como as ossadas que ele disse que tinham sido jogadas num rio, muito raso por sinal, em busca das quais os bombeiros de São Paulo levaram semanas e semanas e não encontraram nada, como realmente não existia nada.

Quando Luíza Erundina foi prefeita de São Paulo, criou a campanha das "ossadas de Perus". Todos devem estar lembrados de que os jornais noticiavam, naquela época, nas manchetes em primeira página e as tevês nos seus noticiários de horário nobre, o escândalo que chamavam de descoberta do cemitério clandestino de Perus, organizado, segundo eles, pela ditadura em São Paulo. Fotos e vídeos mostravam corpos e mais corpos sendo desenterrados. As manchetes estampavam que lá estavam enterrados milhares de desaparecidos. Legistas da Universidade de Campinas (UNICAMP), liderados por Badam Palhares, foram recrutados para auxiliar na identificação deste número enorme de corpos de desaparecidos e que, afinal, haviam sido descobertos. A comissão de mortos e desaparecidos elaborou uma lista e por mais que se esforçasse, conseguiu listar 136 desaparecidos em todo Brasil, um número muito menor, portanto, que os milhares que dona Erundina apregoou ter encontrado.

Em todos os cemitérios, existe um local onde são enterrados os indigentes e também os corpos daqueles que, após um certo período, as famílias não renovam o aluguel das covas, ou dos jazigos ou das sepulturas onde foram enterrados. Estes, na realidade, são muitos e com o acúmulo dos anos devem chegar aos milhares. Lá nesse cemitério, podem até ser encontrados corpos de terroristas que morreram em combate e que portavam documentos de identidade falsos/verdadeiros. Falsos, porque foram conseguidos através de uma certidão de nascimento falsificada; verda-

deiros, porque foram fornecidos legalmente por um serviço de identificação a partir dessa certidão falsificada. Assim o terrorista morto em combate era enterrado como indigente, com o nome da identidade que portava no momento do óbito, caso a família não procurasse o corpo. Tudo feito às claras, devidamente registrado no cemitério e, também, no inquérito policial que apurava o caso. Nunca tivemos cemitério clandestino.

No caso dos ataques pessoais, eu, por exemplo, não necessito de que ninguém me defenda quando injustamente sou acusado pela imprensa. Tenho a minha consciência tranqüila do dever cumprido e o apoio da minha família e dos meus amigos. Mas, mentiras como essas de Perus, fáceis de serem desmontadas, são feitas para denegrir a imagem do Exército e tentar abalar a credibilidade que a Instituição tem perante a sociedade. Não sei se, em casos como este, o silêncio a que o Exército se propôs, sem se defender e restabelecer a verdade, é a melhor linha de ação.

Que mensagem final o senhor deixaria conosco para o Projeto da História Oral do Exército de Março de 1964?

Bem, no período revolucionário vencemos muitas batalhas e perdemos outras. Em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista. Outra vitória foi termos acabado com o terrorismo, o que fizemos com absoluta competência. Naquela guerra, o número de mortos, de ambos os lados, não foi superior a quinhentos, enquanto que nos países vizinhos as perdas foram muito maiores. A Colômbia, que até hoje luta contra o terrorismo, já perdeu mais de trinta mil vidas.

Infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a da comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações.

Felizmente o cidadão trabalhador e pacífico que viveu aqueles tempos não precisa disso, porque sentiu a ameaça do terrorismo e não foi molestado pela repressão.

Inegavelmente, vencemos a guerra contra a ditadura marxista.

E, quando este período, no futuro, vier a ser descrito com isenção e sem paixões, o nosso trabalho será reconhecido e as Forças Armadas, particularmente o Exército, serão apresentados como a grande barreira que impediu que o Brasil se tornasse um satélite comunista.

A eliminação do terrorismo permitiu que voltasse a democracia plena que hoje desfrutamos, que sempre desejamos e que merecemos, porque é da nossa índole, civis e militares.

Coronel Renato Brilhante Ustra

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Suas principais funções, como oficial superior, foram: Chefe de Seção de Informações da 6ª Brigada de Infantaria Blindada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de 1975 a 1976; Adjunto da 3ª Seção da Brigada de Infantaria Pára-Quedista, em 1980; Chefe da Seção de Informações da Brigada de Infantaria Pára-Quedista, no mesmo período; Assessor de Informações e Analista do Centro de Informações do Exército (CIE), Gabinete do Ministro do Exército, 1981 a 1984. No Estado-Maior do Exército, foi Chefe de Seção de Informações Estratégicas e da Seção de Planejamento Estratégico, de 1988 a 1990.
- Comandante e Diretor de Ensino da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), de 1985 a 1986.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1987.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era capitão e servia no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 14 de setembro de 2000.

Inicialmente, quero agradecer a gentileza do convite para participar do Projeto de História Oral, tendo a oportunidade de relatar fatos vividos antes, durante e após o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964. Meu relato, certamente, somar-se-á a outros para constituir o acervo destinados a futuras consultas e pesquisas no âmbito do Exército ou mesmo fora dele. O Exército Brasileiro, mais uma vez, toma a iniciativa de resguardar a verdade, propiciando aos jovens de hoje e de amanhã a oportunidade de conhecer as razões verdadeiras que motivaram a eclosão da Revolução de 1964.

O poder moderador, tão peculiar às Forças Armadas, data do tempo do Império, quando posições eram tomadas pelos chefes militares para garantir a unidade nacional, combinando as qualidades de soldado e de idealistas. Preparados intelectual e politicamente para conhecer e compreender o momento nacional, os militares sempre foram fiéis à rígida disciplina da caserna, mas jamais subservientes; silenciosos, jamais omissos e indiferentes ao que se passa no território nacional. Cultivamos a paciência, como virtude, mas jamais fomos insensíveis ao sofrimento do nosso povo. Nós, integrantes do Exército Brasileiro, nos orgulhamos em sermos um agente ativo no cimentar do sentimento de nacionalismo. Daí a importância desse Projeto de História Oral, onde ficarão registrados, sem paixões e sem quaisquer desvirtuamentos, os fatos que marcaram o Movimento de 31 de Março.

Gostaria de fazer um comentário a respeito da minha vida.

Como tenente e capitão servi na tropa, particularmente na Brigada Pára-Quedista. Depois, como oficial superior, de estado-maior, estive muito vinculado à comunidade de informações; mais tarde, como ex-comandante da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) exerci funções destacadas na área desportiva, tendo participado de eventos, não só nacionais como internacionais, o que considero ter sido uma dádiva muito grande.

É oportuno relatar um fato ocorrido bem antes da Revolução, em 1957. Embora oficial de artilharia, pela primeira vez, experimentei participar de uma situação de controle de tumulto. Naquele ano, Carlos Lacerda, então presidente da União Democrática Nacional (UDN), visitava Santa Maria, minha cidade natal, onde discursaria num comício na praça central. Adversário político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e citado como responsável pelo suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, Lacerda era *personna non grata* no Rio Grande do Sul. O PTB, à revelia da lei e das autoridades, marcou para o mesmo dia, mesma hora e lugar um comício de repúdio à presença do visitante. Foi a primeira vez que vi o Exército ser acionado, empenhar-se de fato numa função de confronto com agita-

dores. O Exército isolou, com toda energia e determinação, o local do comício. É justo ressaltar o sucesso do planejamento da ação que coube à 3ª Divisão de Infantaria. Os ânimos estavam muito exaltados e os simpatizantes dos dois partidos portavam armas. Estavam determinados ao confronto. O Exército Brasileiro cumpriu a missão sem dar um único tiro. Devo enfatizar que vi, pela primeira vez, um planejamento bem-feito, no qual a ocupação da tropa surtiu o maior êxito.

Já em 1959, na Brigada Pára-Quedista, fui testemunha da importância das ações de meu Comandante, o Coronel Octávio Alves Velho, Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Era um homem muito culto que viveu alguns anos nos Estados Unidos; soube despertar, em seus comandados, a importância de o oficial estar atento e informado sobre a vida política do País, sem adotar, no entanto, posições radicais de um lado ou de outro, a fim de preservar sua postura de integrante das Forças Armadas. A orientação desse Coronel vai refletir-se no futuro. Suas observações foram de real valor nos acontecimentos políticos daquele ano de 1959, quando, nós, da tropa pára-quedista, tivemos que interferir na ação de oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e de alguns oficiais do Exército Brasileiro que ocuparam as regiões de Aragarças, Xavantina, Xingu, Jacareacanga e Caximbo. O Presidente da República, Juscelino Kubitschek, de viva voz, em elogio consignado aos oficiais pára-quedistas, disse que, ao ter conhecimento de que tinha sido dada à tropa pára-quedista a missão de dominar a situação, sentiu, pela própria Nação brasileira, um alívio e confiante conforto.

É interessante rememorar o emprego da Brigada Pára-Quedista, ainda nesse período – 1961. Aliás, particularmente nesse ano, falava-se muito sobre possibilidade de emprego da Brigada Pára-Quedista, mas tal fato não se concretizava. Em virtude da renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e, mais tarde, a formação da Cadeia da Legalidade, liderada pelo Sr. Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, e com apoio do III Exército, na época comandado pelo General José Machado Lopes, cogitou-se o emprego da Brigada Pára-Quedista para saltar em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no núcleo da Base Aérea da FAB. Lá seria estabelecida uma cabeça de ponte que acolheria as demais aeronaves com o restante da tropa. Isso, na verdade, pareceu ter sido um pensamento muito passageiro e, além das ações conjunturais, que variavam com o transcorrer das horas, não havia, na época, um planejamento de maior envergadura para operações aeroterrestres dessa dimensão.

As coisas evoluíram. Servi alguns anos na Brigada Pára-Quedista, na 3ª Seção, e posso dizer, com tranqüilidade, que hoje sabemos que a Brigada Pára-Quedista, após repetidos exercícios, em combinação com a Força Aérea Brasileira, está apta para tais ações. Naquela época, sinceramente, não havia planejamento desse teor.

Ainda em agosto de 1961, vislumbramos as possibilidades de emprego da Brigada Pára-Quedista, também em Brasília, o que não chegou a acontecer. Em episódios outros que se seguiram até a posse do João Goulart, como Presidente da República e, mesmo depois, estivemos, várias vezes, embarcados, equipados, para saltar no Planalto Central, embora carecendo de ordens específicas e escritas, a respeito. Foram marcantes as ações de comando, particularmente no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, onde o então Comandante, Coronel Ivan Vieira Perdigão, chefe de elevado espírito militar, determinado e cônscio de suas responsabilidades, sempre fez questão de que fossem bem definidas as origens das ordens para o emprego da tropa pára-quedista. Enfatizo esse aspecto porque, ao longo da minha permanência na GU (Grande Unidade), muitas vezes aconteceu dizerem: "Vamos empregar a Brigada Pára-Quedista." Quando chegava a hora do documento escrito, ele não aparecia.

Não havia ordens específicas?

Não havia, eram dadas pelo telefone. As indicações vinham, chegávamos a apanhar os pára-quedas, subir nas viaturas, ficar à espera da definição. Mas o Comandante decidia: "cumpro a missão desde que receba ordem por escrito". E ela não aparecia.

Mas, passemos aos antecedentes, aos preparativos da Revolução. Considero que o processo revolucionário iniciou-se verdadeiramente a partir de 1962. Vários fatos se sucederam, de modo a propiciar o desencadeamento das ações contra o Governo Goulart.

João Goulart era considerado um homem fraco, dominado pelas esquerdas. Suas ações à testa do Ministério do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas motivaram o Manifesto dos Coronéis que contribuiu para o seu afastamento daquele Ministério. Por oportuno, lembramos que a partir de 1935 o Exército passou a considerar o comunismo como principal problema de segurança interna, eis por que a ligação dos idos de 1935 até a eclosão do Movimento de 1964.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a crescer, embora em pequenas proporções, o número de comunistas no Exército Brasileiro, tendo alguns deles se infiltrado no Gabinete do Ministro Lott. Getúlio Vargas havia se empenhado na expansão e fortalecimento do trabalhismo, com a participação direta de João Goulart e este apoiara-se fortemente nesta corrente para eleger-se Vice-Presidente, em 1960. Por isso, sofreu a influência dominadora de líderes trabalhistas, os "pelegos", muitos deles vinculados ao comunismo.

Dentre os antecedentes, ainda em 1962, era comum certos jornais, favoráveis ao Governo, tentarem convulsionar a população, alardeando uma situação de

caos generalizado, com manchetes chamativas e sensacionalistas. Procuravam vincular qualquer coisa à ação de estrangeiros que estariam ditando normas em nosso País. Um dos maiores apologistas desse comportamento era o político Leonel Brizola, na época, Governador do Rio Grande do Sul.

Vou me permitir contar um fato, porque mostra muito bem como as coisas eram deturpadas. Trata-se de um episódio vivido pela Brigada Pára-Quedista, fora de qualquer vínculo, de qualquer interesse político, apenas uma questão pessoal, interna, da Brigada Pára-Quedista, mas que foi explorado por jornais que apoiavam o Governo Goulart. Refiro-me à Operação Dominó. Em setembro, talvez outubro de 1961, foi assassinado, friamente, na boate Dominó, em Copacabana, um sargento chamado Gomes. O fato, pelas circunstâncias, revoltou os oficiais e sargentos da Brigada que prometiam revide. Em 12 de fevereiro de 1962 – lembro-me bem porque meu aniversário é dia 14 – numa ação coordenada pelo Grupo de Artilharia Pára-Quedista, deslocou-se, na madrugada de 11 para 12, um comboio de oficiais, sargentos, cabos e soldados que, mediante uma ação efetivamente planejada – estou falando em planejamento – isolou as casas noturnas da redondeza e demoliu, literalmente, a boate Dominó. Houve tiroteio e algumas mortes de seguranças adredemente contratados pela boate, é óbvio. O fato foi explorado politicamente, com a afirmação de que tropas estrangeiras e adestradas no Brasil teriam desencadeado a operação de revide. Nada disso efetivamente era verdadeiro, sabíamos, apenas servia para tumultuar e revoltar a população desavisada. Como curiosidade, gostaria de voltar a ler os jornais que vi nas bancas explorando esse fato...

Falavam em tropas estrangeiras...

Tropas estrangeiras. Tudo o que acontecia não era nosso, era estrangeiro. E um dos apologistas desse comportamento era o Brizola, que sempre repetia que tudo era estrangeiro, que havia manipulação de fora. Não houve nada, foi uma vindita com participação e iniciativa da Brigada Pára-Quedista.

Parece que, a partir de uma certa época, essa coisa de criar confusão passou a ser um método usual na arena política.

Ainda hoje é usada. Existem o fato e a versão do fato. Eles costumam explorar muito mais a versão do fato, do que propriamente o fato em si.

Nessa época, em 1962, foi criado o chamado ISEB. Não sei se alguém já comentou sobre o ISEB. Sigla do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O ISEB foi criado no Governo de Juscelino Kubitschek, mas, logo em seguida, foi infiltrado por esquerdistas que passaram a disseminar a ideologia comunista. Na ocasião, meados de 1962, vários oficiais esquerdistas freqüentavam aquele Instituto e conclamavam seus colegas a participar de tais estudos, particularmente aqueles que

eram candidatos à Escola de Estado-Maior. Muitos oficiais plotaram o teor das mensagens e obviamente se afastaram, enquanto outros permaneceram como inocentes úteis. Esses que permaneceram, após 31 de março, enfrentaram complicações com os inquéritos que foram instaurados, porque foi cobrada a presença deles nesse tipo de reunião e, em alguns casos, até redundou na cassação de direitos políticos e exclusão de alguns oficiais. Muitos colegas amargaram essa decepção.

Ainda no ano de 1962, é bom que se comente como as coisas eram exploradas e exacerbadas pela mídia. Foi um fato que vivi: uma demonstração de salto pára-quedista em Santiago, no Chile. Naquele ano – vou mostrar qual era o quadro –, o Comandante do I Exército era o General Osvino Ferreira Alves, conhecido como "General do Povo" e, também, pela simpatia que tinha pelas esquerdas. Logo depois daquele movimento chamado Cadeia da Legalidade, de 1961, assumiu o comando do III Exército o General Jair Dantas Ribeiro. O General Jair, em suas inspeções, não só no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e até mesmo no Paraná, promovia reuniões de sargentos procurando valorizá-los, enaltecendo a importância desses praças graduados. Sem dúvida, os estava preparando como instrumentos de política partidária. Estava politizando os sargentos.

Bem, então, em setembro de 1962, a Brigada Pára-Quedista foi convidada para saltar em Santiago no Chile e participar do desfile da independência daquele país. Foi um verdadeiro alvoroço, toda a tenentada queria uma missão no estrangeiro, como convidados especiais, e começaram a sonhar com ela. Para ir ao Chile, tínhamos que fazer o primeiro pernoite em Porto Alegre, saindo do Rio de Janeiro.

Nesse ano, o País vivia a campanha do plebiscito, questionando o final do regime parlamentarista e, como conseqüência, caso caísse o parlamentarismo, Jango seria proclamado Presidente da República. Era tudo o que a esquerda queria. O General Jair Dantas Ribeiro, possivelmente sob encomenda, enviou um telegrama ao Ministro da Guerra, na época o General Amaury Kruel – telegrama amplamente divulgado pela imprensa – informando que se aquela situação de impasse perdurasse, não teria condições de manter a ordem no território do III Exército.

Para os tenentes pára-quedistas, aquele telegrama foi uma ducha de água fria. Estava tão comentado em toda imprensa, pela situação delicadíssima, que achamos que a nossa viagem estaria sendo cancelada. Finalmente, puxa daqui, puxa dali, houve um acordo e nós, pára-quedistas, fomos autorizados a viajar. Só que, como era de praxe em nossas viagens de demonstração, não podíamos levar roupa civil, porque se tratava de uma propaganda da Brigada a presença do pessoal fardado; e foi dito para nós que, naquela noite na capital gaúcha, teríamos que permanecer no alojamento. Qual foi a nossa surpresa quando chegamos a Porto

Alegre, não havia nada, absolutamente nada, a cidade estava calmíssima, não se via um movimento sequer. Era tudo blefe. Está na cara que a tenentada toda saiu à noite para bebericar uma cerveja.

O telegrama do Comandante do III Exército causou uma grande indignação ao Comandante da 5ª Região Militar e 5ª DE, o General Ernesto Geisel, que respondeu com outro telegrama, dizendo que em Santa Catarina e no Paraná reinava plena tranqüilidade e não havia perturbação e que, se algo acontecesse, estava capacitado a manter a ordem. Deu, obviamente, a seguir, conhecimento do texto ao Ministro do Exército, no Rio de Janeiro. Como conseqüência, o General Geisel foi transferido e o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, como recompensa, foi nomeado Ministro da Guerra. Uma passagem interessante, sem dúvida.

Um ambiente cheio de desconfianças, não é?

Ainda como antecedentes da Revolução, no ano de 1963, gostaria de comentar um fato que presenciei, de uma importância muito grande, porque houve uma manifestação efetiva que demonstrava a revolta da oficialidade.

Foi a assembléia do Clube Militar, no dia 3 de julho de 1963, muito bem preparada, com a participação de oficiais que se reuniram previamente na Vila Militar, em seguida no Clube Naval e depois no Clube da Aeronáutica. Portanto, contava com a participação dos oficiais das três Forças. Essa reunião foi realizada no Clube Militar, na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Estiveram presentes, além do presidente do Clube Militar, que era o Marechal Maggessi, o General Mendes de Morais, representante do Governo e que foi enviado para defendê-lo, coitado. Havia oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, dentre os presentes, da ECEME, dois oficiais que se destacaram – dois pára-quedistas: o Major Estellio Telles Pires Dantas – que era um grande orador e muito exaltado – e um querido amigo nosso, o Teixeirão, o conhecido Jorge Teixeira, ambos já falecidos. Além dos alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que também estavam presentes, e oficiais de toda ordem.

Recordo-me da participação inflamada de alguns oradores que passo a narrar. Disse o Major Arthur de Freitas Torres de Melo, na época, do IME: “Nesta reunião do Clube Militar, estamos tentando mudar o rumo do nosso País, sem Governo e debaixo de uma crise de autoridade. Os sindicatos, os ‘pelegos’, fazem e desfazem, e agora até os sargentos estão sendo insuflados para a inversão da hierarquia militar. Nós precisamos de um general, de um líder para ocupar esse vazio.” Na verdade, esse líder que eles queriam seria a adesão do General Costa e Silva. Quando o General Mendes de Morais foi defender o Governo, como seu repre-

sentante, o Major Torres de Melo tomou a palavra e disse: "Não queremos recados, senhor General, queremos fatos, medidas efetivas e nunca expectativas."

Olha a determinação do Major. O discurso do Major Torres de Melo, desafiando o Presidente da República, iniciou com uma análise da comissão interministerial que deveria sanar o descompasso salarial dos militares e foram citadas as manobras do Governo para impedir a aprovação pelo Congresso Nacional.

Existia a comissão, havia sido apresentado o projeto e o Governo estava postergando...

E o Governo estava postergando, criando problemas. Cada vez em que era citado o nome do Presidente da República nessa reunião – sempre era feito por extenso, João Belchior Marques Goulart – o mesmo recebia estrondosas vaias. Disse, ainda, o Major Torres de Melo que, naturalmente, foi preso depois: "Senhores oficiais, não devemos usurpar poderes de quem quer que seja, mas precisamos resguardar a integridade das Forças Armadas, precisamos defender a nossa autoridade – a autoridade de cada posto – antes que outros se fardem com os nossos galões, por nomeação de quem quer que seja."

Eles tinham medo de que os sargentos viessem a ser nomeados oficiais, no futuro.

Havia um ponto de ruptura, tanto de um lado quanto do outro; o Presidente perdera o controle.

Ele perdera o controle.

O major ainda disse: "Querem uma diretriz pacífica, enérgica e decisiva? Pois vamos convidar o Presidente da República, o Dr. João Belchior Marques Goulart, a vir a este Clube, com a mesma presteza com que atende aos convites de certos sindicatos, para tentar repetir, como Chefe Supremo das Forças Armadas, sua célebre frase: "os militares apenas devem chocar os calcanhares e balançar a cabeça afirmativamente, dizendo: sim, senhor."

Ainda sobre essa reunião do Clube Militar, no dia 3 de julho de 1963, o jornal *Última Hora* – que apoiava o Governo – no dia seguinte, pedia punições exemplares para os "baderneiros do Clube Militar". A participação maciça da oficialidade nessa reunião deveu-se, em parte, ao jornal *A Noite*, graças às ações do cidadão civil chamado Mário Torres de Melo, por sinal, tio do Major Torres de Melo. Esse Sr. Mário era um excelente e influente conferencista, homem ligado à comunicação social. Após tentativas para noticiar a reunião do Clube, o Major Torres de Melo disse ao seu tio:

– Não adianta percorrer os principais jornais do Rio de Janeiro, que são *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Não conseguimos motivar os redatores e, para mudar o que aí está, precisamos de algumas manchetes escandalosas.

– Vocês terão as manchetes do jornal *A Noite*; eles vão esperar a matéria para a primeira página, basta que você me diga e me avise com antecedência – respondeu o Sr. Mário Torres de Melo.

Veja a participação civil. Já havia colaboração, abrindo uma brecha para o uso do jornal. Até então, não tinham conseguido um espaço.

Um fato marcante que merece registro, pois significa a reversão da opinião do jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*. Nasser escreveu um artigo pesado contra os chamados "baderneiros do Clube Militar". Em Fortaleza, o pai dos dois majores, o Artur e o José (José Ramos Torres de Melo Filho), – todos dois foram presos por trinta dias pelo discurso contra o Presidente da República – escreveu uma linda carta defendendo os filhos presos. Lembrando o incidente ocorrido entre o General Osório, patrono da Cavalaria, e o Imperador Pedro II, quando o General deixou cair a espada para acordar Pedro II que estava sonolento, em uma importante reunião do Governo, disse o pai dos majores: "(...)que o Presidente Goulart assim entenda o nosso gesto" e mandou essa carta para o David Nasser.

Na revista *O Cruzeiro* da semana seguinte, o David Nasser, um jornalista credenciado e muito bem conceituado, descaracterizou a correspondência recebida e a publicou, como sendo de seu próprio punho. Costumo dizer que, em muitos casos, é importante, com a maestria e com a delicadeza peculiar de quem sabe escrever, dar uma resposta a certos articulistas que, às vezes, podem estar comprometidos. Ressaltei, nesse fato, a mudança de posição de um formador de opinião do quilate de um David Nasser, um dos jornalistas mais lidos naquela ocasião.

Ainda no ano de 1963, em setembro, houve, em Brasília, a revolta dos sargentos da guarnição. Na verdade, essa rebelião nunca ficou muito bem esclarecida, eu pelo menos nada sei. E aí, mais uma vez, para controlar a revolta, foi cogitado o emprego da Brigada Pára-Quedista, coisa que também não se concretizou. Mas há um fato interessante. A partir daí, passou a prestar serviço, como guarda pessoal do Presidente da República, uma subunidade do Batalhão de Infantaria Pára-Quedista, que era substituída a cada trinta dias. Na ocasião, era a única tropa que usava uniforme camuflado, exclusivo dos pára-quedistas. A missão, em Brasília, perdurou durante longos meses, revezando Companhia por Companhia. Então veja bem, já houve uma aproximação, de quem? Do João Goulart com a Brigada Pára-Quedista!

Interessante, o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) foi deixado de lado.

Foi. A Brigada Pára-Quedista é quem recebeu a missão.

O fato a seguir, que considero significativo, marcante e, para mim, até histórico, mostra essa ligação da Brigada Pára-Quedista com o Presidente João

Goulart. Para melhor entendimento do episódio: a ordem para que a Brigada Pára-Quedista prendesse o Governador Carlos Lacerda, episódio esse que poderia ter desviado o curso da História, quero esclarecer que, em novembro de 1963, a Brigada Pára-Quedista – quando o fato ocorreu, a GU Pára-Quedista não era Brigada e, sim, Núcleo da Divisão Aeroterrestre – era comandada pelo General Alfredo Pinheiro Soares Filho, um pára-quedista pioneiro, mas, sem dúvida alguma, simpático às esquerdas. Ele tinha como Chefe do Estado-Maior o Coronel de Artilharia Abelardo de Alvarenga Mafra que saíra da posição de Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista para aquela função.

Eu, como 1º-Tenente prestes a ser promovido a capitão, servindo ainda no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, permito-me fazer certas considerações sobre o ambiente naquela unidade de Artilharia Pára-Quedista. Vou falar antes, durante e após o Movimento revolucionário.

Foi muito sensível e delicado o período pré-revolução de 1964, isto é, 1963 e os primeiros meses de 1964 e mesmo o período imediatamente após o 31 de março. Isso falo, particularmente, dentro da unidade de Artilharia Pára-Quedista, hoje, o 8º Grupo de Artilharia, antigo Grupo de Obuses. Era bastante significativo, entre seus integrantes, o número de oficiais, subtenentes e sargentos simpatizantes ou identificados com o esquema comunista, esquerdista, populista que intentava a implantação do regime comuno-sindicalista no Brasil. Agora, tal situação fica bem mais patente ao lembrar que, após a Revolução de 1964, foram afastados do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, transferidos para reserva ou expulsos, oito oficiais e 15 sargentos, isso em uma unidade que tinha pouco mais de vinte oficiais e, mais ou menos, noventa sargentos, uma proporção considerável.

A Brigada Pára-Quedista – o Núcleo da Divisão Aeroterrestre na época – tinha um efetivo de guerra. As suas organizações eram unidades bem equipadas e prontas para o emprego, o que, hoje, chamaríamos de apronto operacional. Grande unidade de elite, era – ou seria – sempre movimentada por determinação expressa do Ministro. Assim, no pretenso esquema militar – digo pretenso, porque vamos constatar que o esquema militar do Governo João Goulart na verdade não existiu – a Brigada Pára-Quedista ou seria peça fundamental para ações favoráveis ou deveria ser neutralizada, se possível, e mantida no quartel. Ficaria a favor das esquerdas ou seria neutralizada. Essa era a pretensão dos esquerdistas que estavam à testa da GU Pára-Quedista daquela época.

Então, três episódios foram marcantes e, bem caracterizam o que foi dito anteriormente. O primeiro, foi no período de comando do Coronel Abelardo de Alvarenga Mafra; o segundo, no período em que foi Comandante o Coronel Fran-

cisco Boaventura Cavalcanti Júnior e, depois, um terceiro, o do Coronel Adalberto Villas Boas.

A Brigada deveria ser neutralizada, porque tinha maior mobilidade e podia atuar em qualquer lugar.

E tinha uns sargentos líderes, muito atuantes; a infiltração maior era dentro do Grupo de Artilharia e do Centro de Instrução Pára-Quedista General Penha Brasil.

Vejamos o período de comando do Coronel Abelardo Alvarenga Mafra.

O Coronel Mafra foi nomeado Comandante da Unidade no início de 1962. Considerado muito bom oficial e melhor companheiro, já não mais fazia jus a tais qualificativos quando assumiu o Comando. Estava envolvido com políticos, tinha sérios problemas particulares e mesmo alguma tendência a excesso em bebidas alcoólicas, o que o levaram a exercer, de forma muito precária, a sua ação de comando. Chegou a tal ponto que nós, capitães e tenentes, decidimos tomar nas mãos as rédeas da instrução e da disciplina para evitar a queda do nível de eficiência da unidade. Ele chegava de manhã, depois das "madrugadas", às vezes, ainda meio tonto. Encontrávamo-nos, praticamente, sem chefia. No entanto, essa falta de ação de comando facilitou a atuação subversiva e o proselitismo daquele grupo de 8 oficiais e 15 sargentos, já citados. Alguns sargentos saíam do quartel para participar de reuniões em outras unidades pára-quedistas, ou mesmo no Clube de Subtenentes e Sargentos, onde alguns faziam parte da diretoria; e os oficiais exerciam sua ação nefasta sobre outros sargentos e sobre cabos e soldados. Havia, inclusive, um tenente que recebia o nome "tenente do povo", a exemplo do "almirante do povo", que era o Almirante Aragão, um Fuzileiro Naval. Esse tenente pertencia aos quadros da União Nacional dos Estudantes (UNE) e era visto no quartel, distribuindo panfletos, subvertendo a ordem. Tenente distribuindo panfleto!

Oriundo da Academia Militar ou de Órgão de Formação da Reserva (R2)?

Academia. Dizem que, no tempo da Academia, ele já era subversivo.

Um acaso veio a favor do Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Esse Coronel Mafra, no segundo semestre de 1963, em uma de suas noitadas em Copacabana, na boate – não sei se foi Kilt Club – fez considerações desairosas, em alto e bom-tom, a respeito do Ministro do Exército, o General Jair Dantas Ribeiro. Tudo que foi dito lá na boate chegou aos ouvidos do Ministro do Exército. O Coronel Mafra foi exonerado do Comando e transferido para a Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Alagoas. Aí, a liderança esquerdista dos subtenentes e sargentos, não do Grupo, mas do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, solicitou uma audiência ao Ministro do Exército e conseguiu que a tal transferência fosse retificada, em troca da nomeação do Coronel Mafra para Chefe de Estado-Maior da Brigada Pára-Quedista.

Acabava de assumir o comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, o General Walter Pinheiro, que era conhecido na intimidade como o "faz-tudo".

Surgiu, então, a necessidade de ser nomeado um novo Comandante para o Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Chegava dos Estados Unidos, onde exercera, com grande destaque, as funções de assessor militar junto à Organização das Nações Unidas (ONU), o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, homem inteligentíssimo, muito querido, participativo, reconhecidamente capaz, que foi, dessa forma, nomeado Comandante do Grupo.

Sentindo o ambiente de sua unidade desenvolveu uma ação de comando muito séria, pautada no exemplo de dignidade e de profissionalismo, pelo que, em pouco tempo, angariou a confiança e o respeito dos integrantes do Grupo. Sua ação de comando e capacidade que tinha de convencer os seus subordinados foram fundamentais e decisivas durante o fato grave que constitui o segundo episódio da presente narrativa e que passo a tratar em seguida: a ordem para prender o Governador Lacerda.

Em uma nova noitada, também numa boate em Copacabana, se não me engano, no Copacabana Palace, foi intentada uma ação que, se tivesse logrado êxito, teria sido fundamental para o fortalecimento do esquema militar do Governo João Goulart. As informações que tivemos indicam que, naquela madrugada, reuniram-se na boate, o Presidente da República, o Chefe da Casa Militar, General Assis Brasil, que acreditava no esquema militar, o General Pinheiro, Comandante da Brigada Pára-Quedista, e o Coronel Mafra, Chefe do Estado-Maior. O Presidente da República, que utilizava como guarda pessoal, em Brasília, os oficiais pára-quedistas, estava se ligando à Brigada Pára-Quedista. Nessa noitada dos quatro, então, a decisão tomada foi a de que deveria ser ordenada a uma unidade pára-quedista, a prisão do Governador Carlos Lacerda, quando da sua visita, na manhã seguinte, ao Hospital Miguel Couto, na Lagoa. O Lacerda deveria fazer a inauguração de uma ala destinada ao atendimento de emergência, no hospital. Tudo fazendo parecer que teria sido uma atitude de iniciativa própria dos pára-quedistas, em desagravo a possíveis palavras ofensivas do Governador às Forças Armadas.

Mais uma vez não apareceu o planejamento, foi só coisa de boca. A ordem era verbal. Sabia-se que o Governador dispunha de forte esquema de segurança, lógico supor que tal ato desencadearia ações e reações bem além do controle, as quais poderiam levar a uma situação de grande intranqüilidade, até mesmo em nível nacional. Ao amanhecer, o Presidente da República retornou a Brasília, e deu entrada no Congresso com o pedido de estado de sítio. Tal pedido seria retirado, sem qualquer explicação, após o almoço no mesmo dia.

Saiu a ordem de madrugada para a força pára-quedista prender o Lacerda. De manhã cedo, João Goulart voou para Brasília, como a situação estava muito confusa, entrou com o pedido de estado de sítio, achando que os pára-quedistas haviam prendido o Lacerda, mas como nada aconteceu, veremos depois, logo após o almoço, sem qualquer explicação, retirou o pedido de estado de sítio.

Vejamos, mais ou menos, como é que aconteceu o fato.

Na GU Pára-Quedista o normal era o seguinte: sempre havia uma subunidade de prontidão, fosse ela do Grupo Pára-Quedista, do Batalhão Santos Dumont, do Batalhão Logístico, ou mesmo da Companhia de Engenharia. Naquela noite, estava de prontidão uma Bateria, do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, comandada por um dos oficiais esquerdistas bastante comprometido. Então, a essa Bateria caberia a missão de prender o Governador Lacerda, mas tudo de forma a parecer uma reação intempestiva dos pára-quedistas e não uma ação desencadeada mediante ordem.

Nada por escrito?

Nada por escrito. Pessoas presentes na mesma boate, na qual houve a inusitada reunião e a não menos inusitada decisão, ouviram o que estava sendo decidido e um desses ouvintes comunicou, ainda na madrugada, ao Coronel Aragão, o oficial que estava de superior de dia na Brigada Pára-Quedista. Alguém na boate ouviu e denunciou:

– Olha, vai sair daqui uma ordem para prender e matar o Lacerda, prepara que a confusão...

O que fez o Aragão? Pegou o telefone, ligou para o Coronel Boaventura, Comandante do Grupo Pára-Quedista, e disse:

– Olha, vão utilizar uma Bateria do Grupo para prender o Lacerda. Vem para o quartel rápido.

O Coronel Aragão, ao mesmo tempo, pegou o telefone e ligou para o Coronel Gustavo Borges, o Secretário de Segurança do Lacerda.

– Olha, vão matar o Lacerda amanhã!

O Gustavo Borges me disse pessoalmente – conversando comigo dias atrás – que alertou o Lacerda, só que o Lacerda tomou uma atitude inesperada. Perguntando se iria cancelar a visita ao hospital, respondeu:

– Cancelar? Não, vou bem mais cedo, vou antecipar o horário.

O Coronel Boaventura dirigiu-se ao quartel e, ao chegar, reuniu os oficiais sabidamente não comprometidos com tal esquema, para evitar que, em último caso, houvesse a possibilidade de sair qualquer viatura do quartel. O que ele fez? Conversou comigo, que era subordinado de confiança dele, Oficial de Munições, e ordenou: “Pegue a chave do paiol, reúna a munição e não deixe ninguém entrar”;

a seguir, mandou chamar os outros oficiais, o Abreu Morais, e determinou: "Olha, vocês neutralizem as viaturas, tirem a bateria, tirem o cabo da bateria." Nesse meio tempo, logo após sua chegada, o Coronel Boaventura recebeu um telefonema do Coronel Mafra, Chefe do Estado-Maior, que, do Quartel-General (QG), – ele já estava lá, de madrugada – transmitiu a ordem de deslocar a Bateria de prontidão para a região do Hospital Miguel Couto a fim de prender o Governador Carlos Lacerda. Isso deveria acontecer, mais ou menos, entre 9 e 10h da manhã. Acontece que o Lacerda, sabidamente, antecipou a cerimônia para as 7h.

O Coronel Boaventura, imediatamente, dirigiu-se ao Quartel-General para tentar esclarecer a ordem, junto ao General Comandante, Alfredo Pinheiro Soares Filho. O Coronel Boaventura regressou ao Grupo e determinou uma reunião de oficiais, subtenentes e sargentos dentro do Cassino dos Oficiais. A reunião, faço questão de dizer, foi muito fiel ao estilo, ou seja: o Subcomandante da Unidade, os Comandantes de Bateria à testa e os sargentos e subtenentes à retaguarda. O Comandante chegou ao recinto, recebeu a apresentação, determinou que fosse comandado "descansar" e proferiu as seguintes palavras:

"Hoje pela manhã, recebi ordem do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, por intermédio do seu Chefe de Estado-Maior, para deslocar a Bateria de prontidão para a região do Hospital Miguel Couto, a fim de prender o Governador Carlos Lacerda. Pedi ao Chefe de Estado-Maior para falar com o General Comandante, no que fui atendido. Recebido em seu gabinete, solicitei que tal ordem, por conter características especiais e inusitadas, fosse a mim transmitida por escrito, conforme prevê o regulamento. O general disse que não pedira, de quem a recebera, por escrito e, portanto, não a daria por escrito. Respondi que enquanto não recebesse a ordem por escrito, não a cumpriria e me retirei do gabinete."

Encerrando a reunião, disse o Coronel Boaventura aos seus oficiais e sargentos:

"Enquanto for Comandante, ordens como essas não serão cumpridas."

Obviamente, o Coronel Boaventura foi exonerado.

Agora, para completar a história, a Subunidade que entraria no dia seguinte de prontidão seria a Companhia de Engenharia. A Subunidade começava o expediente às 7h30min. Até reunir a Companhia, iniciaram o deslocamento do quartel quase às nove horas, e o Lacerda já tinha se retirado há muito tempo.

Então, como conseqüência, o Coronel Boaventura foi transferido do Grupo, para Curitiba, na função de Subcomandante. O General Pinheiro foi exonerado do Comando da Brigada Pára-Quedista, com a conseqüente nomeação do General João Costa.

Quando o Coronel Boaventura foi exonerado, escreveu uma carta ao Ministro onde dizia que não cumprira a ordem porque não fora dada por escrito. Con-

siderou "a esdrúxula justiça de Vossa Excelência" e mandou um oficial do Grupo entregar a carta no Gabinete do Ministro. O oficial enviado chegou lá e aí aconteceu um fato interessante. No Gabinete, o oficial que o recebeu disse:

– Entrega lá, no protocolo.

– Quero dizer que esta carta vai ser entregue à imprensa e estará na primeira página dos jornais, ainda hoje.

Foi uma correria e o Tenente se retirou. Era o Tenente José Américo e desse dia – 22 de novembro de 1963 –, lembro-me muito bem, porque foi o dia em que assassinaram o John F. Kennedy.

Interessante. Um ambiente de muita instabilidade em que não havia confiança de ambos os lados, não se confiava nos chefes, nem nos subordinados. Comparar os fatos que ocorreram em 1964 com os paradigmas de hoje é fácil, termos outra visão, é simples condenar o que passou, mas colocando-se no lugar dos que viveram aquela época, a coisa muda completamente de figura. Muito interessantes esses esclarecimentos. Na verdade, o relato coloca em evidência alguns fatos instigantes que, pelo menos pessoalmente, nunca vi na imprensa e nem em comentários. Penso que um historiador isento, debruçando-se sobre esses episódios, procuraria esclarecê-los, os detalhes da História, os traços das personalidades envolvidas. Trata-se de um grande campo para pesquisa no futuro. Creio que o seu depoimento é extremamente valioso para o Projeto, porque só o estudo da liderança do Comandante daria um bom prosseguimento.

Veja como é significativo o trabalho desenvolvido por vocês no Projeto de História Oral. Para buscar os detalhes, tive que consultar companheiros. Cito nominalmente o General Abreu Morais, um grande amigo, tenentes ambos na Brigada Pára-Quedista. Conversamos, rememoramos, assim foi possível trazer, em minúcias, o que foi a nossa participação. Fico muito satisfeito sabendo que já valeu a pena.

O General Boaventura, depois, teve clara participação na Revolução. Acabou sendo cassado, porque era um homem muito íntegro. Depois de Curitiba, foi para Casa Militar do Castello Branco, e mais tarde, por uma questão vinculada ao Lacerda, acabou sendo cassado pela Revolução, mas foi um homem maravilhoso.

Depois do Coronel Boaventura, ficamos sob o comando do Coronel Adalberto Villas Boas que, na ocasião, estava acabando a Escola Superior de Guerra (ESG) e se apresentando ao Estado-Maior do Exército (EME). Oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), pára-quedista, artilheiro – era esse o Comandante. Então, de uma forma até bastante incomum, antecipadamente, assumiu o Comando. Era um Oficial austero, disciplinador e anticomunista ferrenho. Com essa qualidade, anticomunista ferrenho, praticamente, com pulso de ferro, comandou o

Grupo Pára-Quedista e não deu trégua àqueles que pudessem pensar em fazer qualquer coisa dentro do ambiente da Brigada Pára-Quedista, dentro do Grupo.

A situação indefinida que marcou o ambiente do Grupo, logo depois, não era diferente das demais organizações pára-quedistas: Infantaria, Engenharia e Centro de Instrução. E assim, no dia 31 de março de 1964, a Grande Unidade Pára-Quedista permaneceu nos quartéis na situação de prontidão, não participando, mas também, e principalmente, deixando de cooperar com o tão malfadado esquema comuno-sindicalista. O Núcleo da Divisão Aeroterrestre – a Brigada Pára-Quedista – permaneceu neutralizado, mas não inerte.

Logo após o 31 de março, foi aberto um inquérito no âmbito da GU, quando vários oficiais e sargentos foram afastados, entre os quais, como já disse, oito oficiais e 15 subtenentes e sargentos do Grupo Pára-Quedista. Em números absolutos, o maior efetivo afastado coube, dentro da Brigada, ao Grupo Pára-Quedista; mas, os dois comandantes citados, Coronel Boaventura e o Coronel Villas Boas, e seus oficiais disciplinados e idealistas, não comprometidos, anularam a tentativa de subversão intentada por aqueles que não souberam honrar a sua formação, não só a de oficial ou de subtenente e sargento, mas, também, a de pára-quedista do Exército Brasileiro.

Os fatos que foram narrados sobre a ordem de prender o Lacerda aconteceram em novembro de 1963. Estamos entrando, agora, no ano de 1964. Nós, oficiais do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, que convivíamos e conversávamos com alguns sargentos ligados ao Clube dos Subtenentes e Sargentos e com as esquerdas, sabíamos que estávamos prestes a testemunhar uma insurreição dentro das Forças Armadas. Sabíamos, porque conversávamos com eles, sobre as reuniões que freqüentavam. O chamado dispositivo militar de João Goulart, na verdade, não existiu. Era um blefe, contava com alguns generais, sem maior expressão, cognominados de "generais do povo".

Havia infiltração, também, na Força Aérea e nos Fuzileiros Navais. Os fuzileiros navais, ameaçaram atacar o Palácio do Governo de Carlos Lacerda. Confirma-se que o Lacerda era alvo do pessoal de esquerda, porque ele realmente incomodava, com sua capacidade oratória, ele inflamava. Nessa ocasião, houve a denúncia que os fuzileiros iam atacar o Palácio Guanabara e muitos e muitos oficiais do Exército Brasileiro foram participar da defesa do Palácio, junto com o Lacerda. Na verdade não houve ataque, não foi preciso.

No início de 1964, houve três fatos marcantes.O primeiro, o comício do dia 13 de março, onde insuflou-se a população com a reforma agrária, a nacionalização das empresas, um todo de demagogia anárquica e inversão de valores. Logo depois, a revolta dos marinheiros que prenderam oficiais e se reuniram na sede

dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. E, em terceiro, cito a reunião dos subtenentes e sargentos no Automóvel Clube do Brasil, onde os graduados foram aliciados pelo próprio Presidente da República. Esse evento foi, praticamente, a gota d'água.

Sobre os fatos ocorridos no dia da Revolução.

Conforme relatei anteriormente, a Grande Unidade Pára-Quedista, no dia 31 de março, permaneceu nos quartéis na situação de prontidão. Alguns contatos particulares foram feitos com oficiais de outras unidades. Eu, por exemplo, fui ao 1º G Can 90 (Primeiro Grupo de Canhões 90), falar com meu irmão Carlos Alberto, porque queria ter conhecimento da situação dele diante do problema. Sabia que o 1º G Can 90 estava muito infiltrado e muito convulsionado, pois antes já havia conversado com ele. Na noite de 31 de março para 1º de abril, o General Augusto César de Castro Muniz Aragão, através de seu ajudante-de-ordens, procurou oficiais pára-quedistas para conhecer, efetivamente, a situação no interior dos aquartelamentos.

Na reunião, fora do aquartelamento, na região do Campo dos Afonsos, longe, portanto, da área da Brigada estiveram reunidos com o General Aragão o Comandante do Batalhão Santos Dumont, o Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, o Comandante do Batalhão Logístico Pára-Quedista, o Comandante do Centro de Instrução General Penha Brasil e alguns outros oficiais. Sei os nomes mas não cabe citá-los. Todos expressaram suas opiniões, cautelosos em relação à atitude que poderiam ser tomadas, particularmente pelos subtenentes e sargentos do Centro de Instrução Pára-Quedista e do Grupo Pára-Quedista, Unidades onde era mais acentuada a infiltração.

Tudo transcorreu normalmente nesse 31 de março. A maioria dos sargentos considerou que estava sendo explorada por falsos líderes com interesses políticos e ideológicos. Digo isso, porque presenciei uma reunião, no Grupo, dos subtenentes e sargentos com a presença daqueles que queriam insuflar. Nós, oficiais, de fora, acompanhando, deixando a reunião acontecer, mas atentos. Os próprios sargentos resolveram; a maioria concluiu: essa meia dúzia de falsos líderes não vai tentar convulsionar. Afastaram-se e não houve absolutamente mais nada.

No dia seguinte, pela manhã, portanto no dia 1º de abril, o General Aragão visitou o General Costa, o Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, com quem manteve uma conversa reservada. Alguns meses mais tarde, o General Aragão viria assumir o Comando da Brigada Pára-Quedista. Mas nesse dia, 1º de abril, por determinação superior, foi organizada uma força-tarefa sob o Comando do General Luiz Tavares da Cunha Mello, oficial que servia sob o Comando do Oromar Osório, Comandante da Vila Militar.

A força-tarefa tinha a missão de marchar contra a tropa do General Mourão, que estava descendo de Minas. Estabeleceram que seria composta de um Regimento

de Infantaria, uma Bateria de Canhões Antiaéreos e o Batalhão de Caçadores de Petrópolis. Para a formação da coluna, o nosso Grupo de Artilharia forneceu viaturas REO, viaturas do acordo Brasil–Estados Unidos, portanto mais novas. Essas viaturas se deslocaram sob o comando de um oficial pára-quedista, mas já sabíamos que esse oficial, tão logo fosse estabelecido contato, iria passar para o outro lado, o dos revoltosos. Já estava tudo combinado. Todavia, após a constituição da coluna, o Comandante do Regimento de Infantaria da Vila Militar manifestou-se favorável à Revolução, assim como seus oficiais. Aí o General Cunha Mello, o Comandante da Força Tarefa (FT), ficou praticamente sem ação.

Na verdade, a constituição dessa força-tarefa, depois ficamos sabendo, suscitou vários questionamentos, pois o Comando da Vila Militar, do General Oromar Osório, por questão de segurança, armara um esquema que dificultaria a defecção dos oficiais. Oficiais seriam presos, substituídos. Fatos que outros naturalmente vão narrar para vocês aqui. Mas o General Cunha Mello esqueceu que o Coronel Comandante do Regimento de Infantaria era um oficial da inteira confiança do Marechal Denys.

Logo depois da Revolução, instauraram-se os inquéritos. Foi constituída a Comissão Geral de Investigação (CGI), que tinha a atribuição de coordenar o trabalho de todos os inquéritos no território nacional. Nós, pára-quedistas, recebemos o encargo de três inquéritos. Um foi instaurado na própria Brigada. Houve cassação de oficiais e sargentos responsáveis por atividades subversivas; outro, na Caixa Econômica Federal, para o qual alguns oficiais foram designados; e um terceiro, na Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Fui indicado para esse da Reforma Agrária, trabalhei nesse inquérito.

Pode-se dizer que, em geral, os processos dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) eram bem instruídos. Se estivessem incompletos ou irregulares, voltavam à primeira instância ou, então, eram anulados. Fiz parte do IPM da SUPRA e, mais tarde, como capitão, integrei um Conselho Permanente de Justiça, onde iríamos julgar vários civis subversivos. Pela experiência que tive nas duas situações, uma elaborando um inquérito e outra julgando, ressaltou a importância de serem atendidos todos os trâmites legais do IPM, enfatizando, particularmente, as provas, porque IPM sem provas que sirvam como subsídios, para os juízes, nos processos judiciais, não dá resultado. É uma observação que considero importante. Nas Auditorias, ouvíamos: "Vocês como juízes, olhem o processo. Se o processo tiver provas concretas, podemos condenar. Entretanto, fazê-lo porque 'acha' ou 'conhece', o réu acaba absolvido por falta de prova." Isso aconteceu muito.

O inquérito da Brigada Pára-Quedista me pareceu – no meu entendimento pessoal, insisto, muito pessoal – um pouco inflexível, um pouco duro demais,

levando para Atos Institucionais oficiais e sargentos que foram, mais tarde, efetivamente inocentados pela Justiça Militar, porque não encontraram provas suficientes. Conhecíamos esses colegas e considerávamos, no máximo, serem passíveis de punições ou transferência, mas acho que, para alguns casos, a cassação foi demais. Para outros, não.

No inquérito da Caixa Econômica Federal, houve muito estardalhaço. Era um inquérito muito badalado, envolvia muita gente, gente que tinha dinheiro, autoridades e, até, artista de cinema. Imagine o interrogatório dessas pessoas com posições destacadas na sociedade, em função de empréstimos que foram autorizados pela Caixa Econômica. Houve muitas prisões e muitos indiciados, mas o resultado efetivo, sinceramente não conheço, não sei.

Há uma coisa de que não gostei. O final do inquérito da Caixa Econômica, para mim, foi apoteótico, porque no dia em que foram entregar os volumes – eram muitos volumes – à CGI, todos os oficiais envergavam uniforme de gala, branco. Não sei por quê, não entendi aquela determinação do encarregado do inquérito.

Já no inquérito da SUPRA, onde trabalhei, fazíamos muito mais investigação do que efetuávamos prisões. Queríamos conhecer os problemas; posso dizer que as "Ligas Camponesas" não tinham absolutamente razão para serem intituladas dessa forma, porque não estavam estruturadas, eram casos isolados. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), hoje em dia, existe uma ação bem mais organizada, bem mais firme, bem mais atuante do que nas "Ligas Camponesas", naquela época, que eram – como disse o Flávio Tavares em seu livro – um engodo.

Na época dos inquéritos, sentíamos, efetivamente, muita falta de material, falta de meios, falta de uma série de coisas.

Reporto-me agora ao ciclo dos presidentes militares e, gostaria de falar algo.

Vivi os anos de 1966 e 1967 de uma forma muito especial, porque era, em 1966, aluno da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e, em 1967, aluno da EsAO. Aluno, normalmente, fica mais ligado às atividades escolares, embora tivéssemos conhecimento dos atentados que se iniciaram em 1966. Houve aquele atentado no aeroporto Guararapes, que visava o Presidente Costa e Silva e, em 1967, ocorreu a descoberta do centro de treinamento para guerrilha na serra de Caparaó, na fronteira de Minas com Espírito Santo. Um dos oficiais cassados na Brigada Pára-Quedista, lá do Grupo, colega nosso, foi um dos líderes da guerrilha, que acabou sendo preso e ferido na ocasião.

Começavam, então, de 1967 para 1968, de forma orquestrada, as críticas à Revolução. Na Semana da Pátria, em setembro de 1968, deu-se o pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves, hoje bem conhecido, contra as Forças Arma-

das. Logo depois, surgiram as passeatas de contestação ao Governo, começaram os assaltos a banco e as ações terroristas foram incrementadas.

Diferentes acontecimentos iam se somando, criando um ambiente perturbador, um quadro subversivo e de desmoralização, que se ampliava, ganhando ressonância e acabando por descambar obviamente numa reação. Uma coisa e mais outra se amontoando, até chegar a um ponto de saturação. Inevitavelmente, ficou decidido partir para reação. Nesse clima, foi lançado um manifesto pelos alunos da EsAO, no ano de 1968.

Nesse ano, ainda antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorreu um fato interessante que vivi, particularmente, em Porto Alegre, em novembro, entre 20 e 30 de novembro de 1968. Creio que merece ser citado.

Tinha sido convocado para a equipe de basquete do Exército, a fim de disputar o campeonato das Forças Armadas. Como atleta mais antigo, capitão já com EsAO, fui convocado, junto com a equipe, para uma reunião de oficiais, na Companhia de Guardas, em Porto Alegre, onde estávamos hospedados. Na ocasião, um Coronel do Estado-Maior do III Exército externou a insatisfação da tropa com os fatos que vinham ocorrendo, tecendo críticas ao Presidente Costa e Silva e a seus familiares. Veja bem: o Comandante da PE, Capitão – hoje, General – o Comandante da Companhia de Guardas e o Comandante do Grupo da Artilharia reuniram seus oficiais, os colocaram em forma para comentar a situação existente.

Deixando seus oficiais reunidos, os três procuraram o Comandante do III Exército, General Álvaro Alves da Silva Braga e apresentaram as suas indignações. O General Braga respondeu: “Bom, podem ficar tranqüilos que vou tomar as providências.”

No dia seguinte, o General Braga embarcou num avião e foi ao encontro do Ministro do Exército. Eram 25, quase 30, de novembro de 1968.

Diante das pressões na área militar, o Presidente Costa e Silva só tinha duas soluções: ou fazia o AI-5, ou renunciava. O Presidente sabia que era uma solução de emergência e não uma solução constitucional. Sabia que se houvesse tolerância, cada vez que cedesse, os subversivos certamente iriam querer mais e mais, até tomar conta do Poder. No dia 13 de dezembro de 1968, foi assinado o AI-5 e, no dizer dos subversivos, em vários documentos, “agora o Governo revolucionário efetivamente começava a organizar-se e utilizar, de modo adequado, a sua força e a influência para combater a subversão”. Esse fato aconteceu.

Ainda dentro do ciclo dos Presidentes, gostaria de abordar a questão vivida no âmbito da Brigada Pára-Quedista, por ocasião do seqüestro do Embaixador Ellbrick, dos Estados Unidos, no dia 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro. Diante da imposição dos seqüestradores que exigiam a libertação de 15 presos políticos, a

reação de grupos de pára-quedistas foi imediata. A determinação do Governo revolucionário de atender aos subversivos e assim salvar a vida do Embaixador americano era uma questão bastante delicada. No entanto, os oficiais pára-quedistas – cerca de quarenta – lotaram três viaturas REO e, no dia 6 de setembro, deslocaram-se para Base Aérea do Galeão, de onde decolaria o avião que transportaria os prisioneiros para o México. Um engarrafamento retardou o comboio que chegou à Base logo após a decolagem do avião. O grupo de oficiais contava com o apoio do Comandante do Grupo da Artilharia Pára-Quedista que, em sinal de protesto e solidariedade, não desfilou no dia 7 de setembro. Isso foi no dia 6 e a Unidade, o Grupo Pára-Quedista, não desfilou no dia 7. Um oficial pára-quedista ocupou o transmissor da Rádio Nacional nesse dia 6 de setembro, e leu um manifesto no qual criticava a decisão do Governo por ceder às exigências dos seqüestradores. Mais uma vez, o curso da História poderia ter sido mudado, se os garotos chegassem lá, com facas nos dentes, tentando pegar os subversivos. Seria um horror. Os caras eram capazes de matar os subversivos e os subversivos assassinariam o Embaixador. Estaria aí a confusão formada.

Bom, apenas para complementar a sua narrativa, que foi bastante detalhada, com alguns casos instigantes, vamos formular umas poucas perguntas. Aquilo que havíamos falado antes, hoje se olha o passado com as idéias do presente. Então se divulga por aí, insistentemente, que a Revolução veio a abortar um período de liberdade, um período de bastante reivindicação. O autor que você citou, o jornalista Flávio Tavares, menciona, no livro dele, que a Revolução de 1964 interrompeu o dinamismo da sociedade em que trabalhadores e empresários reivindicavam às claras e o conflito era transparente. Em alguns de seus relatos parece que havia algo mais do que esse conflito claro e transparente, havia muitas manobras de bastidores. Qual é a sua idéia sobre isso, quais foram, realmente, as razões básicas que levaram ao desencadeamento da Revolução de 1964?

Bom, a Revolução de 1964, no dizer de autoridades, foi uma natural decorrência de erros, desmandos e desencontros do Governo Goulart. Quando o jornalista fez a narrativa dizendo que interrompíamos um clima de liberdade existente no País, posso dizer o seguinte: li o tal livro, conversei com amigos muito antes de pensar em um dia dar uma entrevista, falar sobre o Flávio Tavares. Por conhecer o conteúdo do livro *Memórias do Esquecimento*, desse jornalista, e por conversar com seus colegas, jornalistas e companheiros do jornal *Última Hora*, posso afiançar que ele estava distorcendo os fatos, porque, na página 148 do seu livro ele escreve:

"(...)a História me fez perceber hoje, de fato, que Jango avançou demais, mesmo sem saber que avançava ou sem o desejar, num País despreparado e temeroso de qualquer mudança".

O jornalista Flávio Tavares utilizou influência política e sua posição como jornalista para evitar a prisão até que foi efetivamente plotado em uma ação, como participante da luta armada. No livro, ele mesmo expressa o seu comprometimento ideológico, que era radical. Posso dizer, então, que foi uma pessoa que exacerbou, que falou e agora faz certas afirmações que não correspondem à verdade.

O senhor mencionou as "Ligas Camponesas". Havia também os "grupos dos onze", do Brizola. Ele organizou, grupos de 11 elementos por todo o Brasil para defender as suas idéias.

Posso dizer que as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze", na verdade, foram blefes. Eram usados pela imprensa, faziam estardalhaço, mas sentir a existência... e a ação... Não houve nenhuma, absolutamente. Apenas no interior de Goiás foram apreendidos uns caixotes com armas que eram destinadas ao "grupo dos onze", mas o pessoal fugiu e nunca mais apareceu. Havia um oficial amigo do Jango, Coronel Seixas, responsável pela repressão, e que, ao invés de mandar aquelas armas para o Exército, enviou para a Presidência da República. As armas tinham vindo de Cuba.

Tendo trabalhado no IPM que averiguou as atividades da Superintendência da Reforma Agrária, constatei que não existia absolutamente qualquer ação coordenada que pudesse justificar o nome de ligas. Nada havia. Existiam ações isoladas, manifestações em comícios, mas confirmar a existência... não. O próprio Deputado por Pernambuco Francisco Julião, nos dias seguintes à Revolução passou a comparecer ao Congresso, para justificar a sua ausência, porque estava na iminência de ser cassado muito mais por não ter comparecido às sessões do Congresso. No dia da Revolução, tentando revidar aos chamados "cardeais da UDN", procurou intimidar a opinião pública e os deputados, dizendo que existiam cinco mil integrantes das "Ligas Camponesas" em Goiás e que essas cinco mil pessoas poderiam ser chamadas para agir em Brasília a qualquer instante. Acabou o Francisco Julião fugindo daqui de Brasília, da Capital Federal, e quem fez a cobertura, o esquema de proteção para sua fuga, foi o próprio jornalista Flávio Tavares.

Havia um blefe então?

Sem dúvida.

E o Congresso Nacional? Qual foi a sua atitude na eclosão do Movimento de 1964, de um modo geral?

A esquerda se queixa bastante pela maneira rápida, dinâmica, abrupta com que foi feito o processo. As 48 horas que antecederam a Revolução, no Congresso, caracterizaram-se por uma saraivada de pronunciamentos dos ditos, "cardeais da UDN" que encontraram apenas um deputado capaz de debater com eles, de manei-

ra inteligente, Almino Afonso. Esse tinha talento e fluência verbal suficiente para contrapor-se à UDN. Dizem que não foi o debate do Congresso que provocou a Revolução, mas a própria Revolução em marcha que provocou o debate. Mas, sem a participação do Congresso, efetivamente, isto é, sem a coordenação com o movimento militar, a formalização ou legalização da Revolução, na verdade, seria muito difícil. Tinham que coexistir Congresso e movimento armado. Na noite de 1º de abril, o Senador Auro de Moura Andrade abriu a sessão e disse que o Presidente da República, o Jango, deixara o País e declarou vaga a Presidência da República. Convocou o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, para assumir a Chefia do Governo e encerrou a sessão. A sessão demorou, exatamente, 90 segundos.

Esquema rápido mesmo. E nessa época, então, o Congresso, realmente, apoiou...

Ajustou-se, não é?

Naturalmente havia alguns casos de oportunismo, de aliar-se ao vencedor. Mas e a mídia, de um modo geral, apoiou o Movimento? Tivemos exemplos gritantes do apoio da mídia ao Movimento?

Acho muito importante responder a essa pergunta que considero efetiva, porque, como já disse em conversas particulares, gostaria de sugerir aos responsáveis por esse Projeto a realização de pesquisas, visando a obter cópias dos jornais da época, de 31 de março de 1964 e de outros períodos marcantes da Revolução. Acho que é preciso reunir numa coletânea os periódicos, com suas manchetes e editoriais, para refrescar a memória de muitas pessoas e mostrar, de forma explícita, os comprovantes do apoio da mídia à Revolução. Na verdade, quem era contra a Revolução era o *Última Hora* e poucos jornais. A expressiva maioria apoiava e, se não apoiava de uma forma bastante escancarada, estava saturada daquela inversão de valores. E temos no eixo Rio-São Paulo *O Globo*, o próprio *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e nas outras capitais, como Porto Alegre, sempre houve manifestação da imprensa. Não existiu uma posição contrária, como a da *Última Hora*, que recebia – vamos dizer assim – dinheiro do Governo para apoiar ações governamentais.

Bom, temos que também abordar a parte dura, a parte negativa. Como sabemos, existem muitas críticas à Revolução de 1964. Quais, na sua opinião, teriam sido os principais erros cometidos pela Revolução de 1964?

Acho que embora tenhamos acertado na maioria das iniciativas e dos planejamentos que foram elaborados, certos empreendimentos ditos estratégicos para

o País, no campo da infra-estrutura, apareceram como erro. Diria que o programa da construção das usinas nucleares não mereceu muitos elogios. Foi criticado, porque as usinas foram compradas na Alemanha, com restrições, foi caro, demorou a ser implantado e, só agora, estamos inaugurando Angra II. Creio que ele foi alvo de muita crítica nesses quase quarenta anos...

Outro erro foi a Ferrovia do Aço. Muito onerosa e ainda incompleta.

A Transamazônica, sob certos aspectos. Parte dela também hoje está praticamente abandonada, e absorve um dispêndio considerável. Outro erro foi priorizar, de forma muito agressiva, o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário.

No campo da política, o próprio AI-2 foi questionado, por ter extinguido os partidos políticos, permanecendo só dois; muito criticado, aumentou o número de descontentes. E nas cassações de alguns políticos – a gente sabe que em algumas cassassões existiam interesses pessoais – muitas vezes exorbitaram; atingiram pessoas que não tinham culpa, talvez por contrariar o Governo, mas sem qualquer vínculo ideológico.

E quanto ao tempo de permanência no Poder? O tempo excedeu o necessário para restituir ao País a normalidade democrática?

Analisando sob este aspecto, o período de vinte anos parece longo demais, embora, inicialmente, houvesse a vontade de retornar o Governo aos civis – era a vontade do Presidente Castello Branco. Fatos foram ocorrendo, sem dúvida, vaidades foram desabrochando, estendendo os Governos presididos por militares ao longo de décadas. Isso causou um desgaste à imagem dos militares e suscitou o surgimento de quistos revolucionários e contestadores, muitas vezes insuflados por estrangeiros com interesses ideológicos, obviamente, redundando no endurecimento do regime e, com isso, prolongou a permanência dos Governos revolucionários. Cada vez que ocorre um agravamento, voltar à normalidade, demora um tempo considerável. Isso foi dito por algumas autoridades que ocuparam o Poder que, na verdade, cada vez que eram obrigadas a endurecer o regime, sentiam que estavam se afastando da possibilidade de voltar à normalidade.

Durante o período da Revolução, houve uma verdadeira batalha no campo da comunicação social. Perdemos ou ganhamos essa batalha?

Sem dúvida, perdemos. Essa batalha foi perdida, isso é inquestionável, é uma verdade. Agora, perdemos porque houve uma estratégia inteligente, eficaz por parte das esquerdas. Tudo começou em 1975, 1976 quando as esquerdas deli-

beraram que deveriam infiltrar seus simpatizantes nos cursos de comunicação social. Aí começaram a formar os jornalistas que passaram, logo em seguida, a ocupar cargos em funções de destaque nos diversos periódicos com a obrigação, o compromisso de trazer para o corpo desses órgãos, jornais e revistas, os simpatizantes que estavam saindo das faculdades.

Além desse fluxo de apoio entre eles, desse acordo entre os jornalistas de esquerda, existia o patrulhamento ideológico. Esse patrulhamento funcionou na imprensa, na cultura e no meio artístico. O jornalista que não fosse favorável, era marginalizado; o artista que não se pronunciasse também favorável, perdia os contatos. Quem critica de uma forma muito enfática esse patrulhamento ideológico no meio artístico é o Caetano Veloso. Ele não admite que o artista tenha que ter uma determinada posição ideológica para poder exercer sua arte. O Tom Jobim foi outro que recusou. Sabemos de alguns jornalistas que conseguiram, também, impor-se – existem vários exemplos, vários amigos. Na verdade, a esquerda sempre estava patrulhando e, com isso, ocuparam a posição privilegiada que desfrutam hoje. Pode-se dizer que venceram essa batalha.

O site "Política Hoje" na Internet, outro dia, publicou um artigo: um Candidato Militar à Presidência. A gente percebe na sociedade que os militares têm hoje uma boa imagem e o Exército Brasileiro tem um altíssimo índice de aprovação em qualquer pesquisa que seja feita. Qual seria a razão disso? Qual a sua idéia sobre isso?

Considero que a seriedade das Forças Armadas e a nossa formação voltada para ações dignificantes, inexistência de interesses pessoais e acentuada dose de dedicação à Pátria, são valores admirados. Sempre haverá o reconhecimento da população por essa conduta, por esse espírito mais elevado.

Valores e princípios?

Valores e princípios. Isso nos indica que continuamos, como no passado, a trilhar o caminho certo, o que nos impulsiona a uma posição invejável no seio da sociedade. Somos simples e objetivos na preservação dos nossos ideais, que são: manutenção da nossa Pátria, da democracia e do bem-estar da nossa gente.

Qual seria a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Dizem que o caráter equivale ao destino. As Forças Armadas, atendendo aos reclamos da sociedade, souberam, em 31 de março de 1964, estabelecer posições inequívocas em defesa de seus valores e da liberdade. A chance perdida pela esquerda, em 1964, no confronto com os valores democráticos defendidos pelas

Forças Armadas, fizeram-na inconformada. Jamais aceitará ter sido derrotada. Mas a Revolução venceu. Por isso, os feitos da Revolução não são reconhecidos. Feitos esses que tanto contribuíram para o crescimento do Brasil.

É preciso que se diga que esse Projeto de História Oral comporta-se como verdadeiro marco, o renascimento da História na citação de fatos que envolveram as Forças Armadas, imbuídas de suas missões constitucionais, na defesa da ordem e da legalidade. Para nós, particularmente, agradecidos pela lembrança, só nos resta, nesta hora, plagiar o poeta quando disse: “nós que ontem fomos homens, hoje somos uma época”. Muito obrigado.

Coronel José Roberto Eichler

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Chefe de Seção no Estado-Maior da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), Rio de Janeiro, RJ; Analista do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1980, cuja denominação foi alterada, depois, para Centro de Inteligência do Exército (CIE); Comandante do 5º Grupo de Artilharia Autopropulsada, "Grupo Salomão da Rocha", em Curitiba, PR; Chefe da Divisão de Contra-Inteligência e Subchefe do CIE.
- Foi instrutor e Chefe da Divisão Técnica de Ensino da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Desempenhou a função de ajudante-de-ordens do General Orlando Geisel, quando este era Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1967, e, mais tarde, quando Ministro do Exército, no Governo do Presidente Médici (1969/1974).
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente instrutor da Escola de Instrução Especializada (EsIE).

Entrevista concedida em 11 de julho de 2000.

Tenho a honra de participar com os senhores dessa iniciativa do Exército, que se denomina Projeto de História Oral, abordando o tema Revolução de 31 de Março de 1964.

Nestas palavras iniciais, reafirmo minha satisfação de participar do Projeto e emoção, inclusive, por estar aqui ao lado de companheiros diletos e personalidades que dão o seu testemunho a respeito do Movimento armado de 1964.

Inicialmente, vou lembrar alguns aspectos da minha experiência pessoal que, de alguma maneira, caracterizam a coerência de atitudes diante dos fatos ligados à Revolução de Março de 1964, desde o meu período de 2º-Tenente no Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar, quando tive a oportunidade de vivenciar a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Esse episódio levou-nos à primeira definição político-ideológica da fase que antecedeu ao Movimento de 1964 propriamente dito.

Nessa época, 2º-Tenente, fomos instados a uma definição de atitude, porque o Regimento, depois transformado em Grupo, marcharia em direção ao Sul. Sua missão era apoiar um destacamento de vanguarda, com uma Bateria de Artilharia, na qual fui incluído, juntamente com outros oficiais, como é o caso do hoje General-de-Exército Max Hoertel, meu companheiro de subunidade.

Ultrapassada essa quadra, chegamos, em seguida, ao período que antecedeu imediatamente à Revolução de 1964, quando, então, me encontrava na Escola de Instrução Especializada (EsIE), como instrutor, com mais de duas dezenas de sargentos e graduados, em ambiente escolar. Naquela época, participávamos ativamente da interação, vamos dizer assim, com os companheiros das demais unidades, pois já vivenciávamos aquela sensação das vésperas do acontecimento, tendo em vista o quadro político institucional do País.

Na Escola de Instrução Especializada, cumpre ressaltar, apesar da quantidade de alunos e da grande maioria de sargentos, graduados, instruendos do Curso de Formação de Sargentos, ambiente em que seria natural encontrar dissidências, dúvidas, ou até contestações ao processo revolucionário, não houve um único caso de prisão ou defecção de qualquer aluno ou oficial da escola, conseqüência natural da ação de chefia e liderança do Comandante, o então Coronel Augusto de Oliveira Pereira, aspecto que merece realce.

Nessa oportunidade, destaco, também, o fraterno relacionamento que mantínhamos com os antigos companheiros do Regimento Escola de Artilharia, que se tornariam peças importantes no episódio ocorrido durante a marcha em direção ao Sul, para fazer face à uma possível ação vinda de São Paulo: contrariando ordens do Comandante da Unidade, que se posicionou contra a atitude revolucionária, aderiram ao Movimento. O Comandante foi preso e retirado do Comando.

Após a EsIE, em 1967, já capitão, servi como ajudante-de-ordens do General Orlando Geisel – Chefe do Estado-Maior do Exército, um dos líderes da Revolução. Pude, então, confirmar o acerto de minhas atitudes, desde 1961, como jovem 2º-Tenente, diante de chefes tão experientes e notáveis como foram homens da têmpera de um Orlando Geisel ou de um Odylio Denys e outros tantos chefes militares que construíram a história da Revolução.

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1967 ainda, tive a oportunidade de participar de ações complementares ao processo Revolucionário, inclusive as desenvolvidas no ambiente universitário da Praia Vermelha, em conjunto com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), uma vez que persistiam na área estudantil alguns focos de feitura ideológica contrários à Revolução.

Mais tarde, em 1969, fui honrado com o convite para ser Ajudante-de-Ordens do Ministro do Exército, o mesmo General Orlando Geisel. Foi um largo período da minha vida profissional, no qual tive a oportunidade, mais uma vez, de vivenciar o processo revolucionário no dia a dia, tomando conhecimento dos fatos através do Centro de Informações do Exército (CIE) e da ação das autoridades militares, a partir do próprio Ministro de então, coisas que afetaram profundamente a minha memória de oficial e participante dos acontecimentos.

Mais do que tudo ficaram marcadas as demonstrações de coerência, de patriotismo, interesse pelos destinos do País, desambição e honestidade de propósitos de todos aqueles que participaram do processo revolucionário, diante de decisões difíceis, em momentos problemáticos. Situações em que não ficávamos satisfeitos com o rumo dos acontecimentos, como, por exemplo, no caso dos seqüestros de embaixadores e de outras autoridades, que obrigaram o Governo brasileiro, inclusive, a aceitar uma troca de prisioneiros: réus confessos, assaltantes de bancos, assassinos, inclusive, responsáveis por atentados contra instalações militares. Fomos obrigados a ceder para conseguir libertar as autoridades.

Um fato pitoresco dessa fase conturbada deu-se quando, durante o seqüestro do Embaixador da Suíça, o Presidente convocou o Ministro do Exército ao Palácio Laranjeiras. Não tivemos tempo de organizar, sequer, o comboio para levar o Ministro, tendo eu que utilizar o meu próprio carro, um Fusca ano 1968. O Ministro viajava no banco traseiro e confessou que estava se sentindo seguro, porque ninguém sabia naquele momento da sua presença naquele carro, mas que também achava o carro muito barulhento, embora fosse o veículo adequado e proporcional a um capitão do Exército daquela época.

Outros tantos fatos se sucederam. Posteriormente, em 1980, ingressei, “vindo pelas mãos” do General Geraldo de Araújo Ferreira Braga, no Centro de Informa-

ções do Exército (CIE), mais tarde Centro de Inteligência do Exército. No CIE permaneci, em mais de uma oportunidade, por dilatado período da minha vida profissional, diria, a parte nobre da minha vida profissional, pois lá estive logo após ter realizado o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército e estagiado na 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), como Oficial do Estado-Maior Geral.

E aqui mais um comentário sobre o que considero sumamente importante: o meu testemunho em torno do serviço de inteligência do Exército, e como é praticado hoje. É uma atividade metodológica, científica, para a produção do conhecimento, que se destina ao assessoramento, no caso do Exército, do cliente principal, hoje, o Comandante do Exército. O assessoramento devido ao processo decisório é uma atividade isenta, profissional, como toda aquela desenvolvida em qualquer organização militar das nossas Forças Amadas, sem viés, sem desvio de conduta de qualquer natureza. Em toda a minha vida profissional de mais de quarenta anos, não assisti, em nenhum momento, a uma ordem subalterna, uma ordem que devesse ou que objetivasse subverter ou abusar do equilíbrio e da integridade do ser humano.

Dou esse testemunho, que considero importante, por ter vivenciado durante muito tempo essa atividade, a qual ainda desempenho, hoje, no Ministério da Defesa.

Eram tempos meio difíceis, não? Tensão e incerteza naqueles dias de muitas e justificadas preocupações.

Era um período de guerra. Na realidade, vivíamos um período de guerra revolucionária. As organizações que se entregaram à luta armada, que privilegiaram as armas para atingir os seus desígnios, algumas delas atuavam confessadamente de forma violenta. Não tinham dúvidas em executar os seus prisioneiros, as suas vítimas e até os seus integrantes. É um aspecto interessante que podemos ressaltar dessa experiência. Alguns casos, *a posteriori*, foram relatados em processos ligados à tortura, abusos dos direitos humanos, como sendo atribuídos às Forças Armadas e até às demais forças legais, polícia etc., que participaram do processo revolucionário. Na realidade, foram cometidos e perpetrados pelas organizações subversivas que lançavam os seus integrantes mais jovens e inexperientes nas linhas de frente. Às vezes, sacrificando-os, inclusive, com a perda das suas próprias vidas.

O objetivo de nosso Projeto é constituir um acervo para o futuro. Diante de um fato, de um evento, há uma visão imediata, há sempre outra posterior a médio prazo e certamente a visão histórica. O objetivo desse acervo é proporcionar informações, especialmente para esta última.

No âmbito da visão imediata, temos acompanhado a divulgação insistente de idéias no sentido de que a Revolução de 1964 interrompeu o clima de liberdade

que existia no País, ou como disse o jornalista Flávio Tavares: "O dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores e empresários reivindicavam às claras e o conflito era transparente." Ele diz isso em seu livro Memórias do Esquecimento.

O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964? Havia mesmo esse clima de liberdade como o jornalista apregoa?

Acredito que seja justamente ao contrário, em face das reivindicações em ritmo crescente, reivindicações que provinham da área trabalhista, por instância do recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da área estudantil, por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e de outros movimentos, todos ligados ao Governo de Goulart, os quais se intitulavam como defensores da verdadeira democracia, dos conceitos democráticos. Governo que, sem dúvida, tinha um apelo ideológico. João Goulart, na minha opinião, mesmo agora sob a perspectiva histórica, era um homem despreparado para o desempenho dos pesados encargos de Presidente da República.

Herdeiro político do Presidente e ex-ditador Getúlio Vargas, ele, efetivamente, trazia essas idéias que estavam quase indissoluvelmente ligadas ao que, naquela época, chamávamos de "peleguismo". Eram reivindicações trabalhistas trazidas à baila, até positivamente, sem dúvida nenhuma, por Getúlio Vargas, visto que o povo trabalhador brasileiro de então, da fase ditatorial getulista, estava sem direito algum. Entretanto, o viés ideológico do Presidente João Goulart e de outras lideranças, comprometidas com o centro de irradiação do comunismo internacional, não era justo. Citemos, para exemplificar, o ex-tenente do Exército, de 1922, Luís Carlos Prestes que, sem dúvida, tramava uma modificação de modelo político para o País, associada a essas reivindicações estimuladas pelo movimento do "peleguismo".

Mas, na realidade, quando o Movimento revolucionário de 1964 eclodiu, toda a sociedade brasileira, inclusive a imprensa, com a única exceção, a do jornal carioca *Última Hora*, pedia a saída do Presidente. Iniciativas, como os planos plurianuais de Celso Furtado, e a atuação de Leonel Brizola, ele próprio o instigador do movimento da legalidade para que João Goulart fosse empossado, provocaram no Congresso um trabalho de oposição ao próprio Presidente Goulart. Uma coisa até incoerente se analisarmos isso sob a perspectiva histórica.

Então, consideravam negativamente a oposição, no Congresso Nacional, dos políticos, em geral – políticos de todos os partidos –, o compromisso do Presidente com as reformas de base, sob violenta pressão do "peleguismo", em particular a reforma agrária, o movimento sindical, este último tentando infiltrar-se nas Forças Armadas, fato incompatível com o perfil castrense em todos os tempos.

O pragmatismo nas relações diplomáticas com Cuba e Rússia, repudiado pela sociedade descrente, desconfiada e temerosa da ameaça esquerdista, convicta de que nossos costumes e tradições mais se harmonizavam com o nosso tradicional aliado de então, os EUA.

Hoje, nas análises e apreciações ocorrem omissões sobre o que acontecia na época, o ambiente em que se deu a Revolução de 1964. Naquela conjuntura o quadro mundial era da guerra fria, opondo-se as duas superpotências: Estados Unidos e Rússia e os países que orbitavam em torno. Esse ambiente teve alguma influência na ocorrência do Movimento de 31 de Março de 1964?

Acredito que sim. No aspecto ideológico, era visível a influência sobre o próprio Presidente João Goulart e todos aqueles que com ele compactuaram, para a obtenção do sucesso na implantação da república sindicalista no Brasil. A subversão, na sua marcha, quebrou a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, seus pilares fundamentais, algo intolerável.

Havia a submissão ao pensamento ideológico exportado de Cuba e da União Soviética, centros irradiadores do comunismo, aquele da estratégia do foquismo e da guerrilha.

Então havia, no seu entender, um processo de tentativa de tomada do Poder para implantação de um regime comunista, processo esse que foi abortado pela Revolução de 1964.

Diria que foi abortado pela iniciativa de toda a sociedade brasileira, apoiada na maioria do Congresso, nas forças vivas da Nação, nas mulheres, na Igreja católica de então – que não tinha a feição que passou a prevalecer mais tarde – e no sentimento anticomunista profundo, arraigado, das Forças Armadas.

Houve assim uma aglutinação de várias forças, não?

Uma galvanização seria a palavra.

Qual é a sua opinião sobre o posicionamento dos Estados Unidos com relação à Revolução de 1964?

Sem dúvida nenhuma, os Estados Unidos acompanhavam o processo e tinham posições definidas. Se não através de pressão, pelo menos por meio de um trabalho diplomático, inclusive no âmbito da diplomacia militar para que, evidentemente, o Brasil não se desgarrasse do bloco ocidental. Os Estados Unidos não poderiam assistir passivamente, como potência de presença estratégica internacional, que um país importante como o Brasil guinasse para a esquerda, acarretando conseqüências imprevisíveis para o equilíbrio de forças mundial.

Não acredito que tenha existido pressão, mas houve, evidentemente, uma atuação política, diplomática, de convencimento. O próprio Presidente João Goulart adotou uma atitude pendular, fraca, diante do governo dos Estados Unidos. Convidado a viajar aos Estados Unidos, esteve naquele país e diante do Presidente Kennedy, um líder inconteste e que era muito preocupado com os movimentos sociais, prometeu que adotaria uma atitude mais equilibrada em relação ao processo em curso no Brasil e, particularmente, em relação ao problema cubano. Compromissos que, evidentemente, ao retornar ao País, não honrou. Não só dessa feita, mas depois, quando da vinda do irmão do Presidente Kennedy ao Brasil, também para tratar de assunto semelhante, em face dos rumos que a situação interna estava tomando. Jango tratava, combinava e, na prática, agia de modo diferente. Diria: um político fraco, uma pessoa fraca.

Como o senhor percebeu o aspecto chefia/liderança, em particular naquelas nossas unidades e tropas que estiveram próximas de um confronto com outras unidades do Exército?

É um registro que faço com satisfação.

Em 1961, quando marchávamos em direção ao Sul, estivemos, realmente, próximos de entrar em combate contra as tropas vindas do Sul, sob o Comando do General Machado Lopes e influência de Leonel Brizola.

Chegamos até a fronteira de São Paulo com o Paraná e estávamos prontos para a ação se necessário fosse, mas, em nenhum momento desse nosso deslocamento, percebemos, em qualquer companheiro, soldado, praça graduada, comandante, em todos os níveis, a sensação de que alguém estivesse acovardado, que alguém estivesse amedrontado, ou que não estivesse pronto para cumprir, mesmo com sacrifício, a sua missão. Todos estavam em condições de entrar em combate e, daí em diante, nos diversos episódios dos quais participei, quando havia a iminência de confronto e era necessária a ação de comando e pleno exercício da chefia, só testemunhei atos que engrandeceram os oficiais, nos aspectos ligados à liderança, sem omitir graduados e praças que a exerceram de maneira nobre. Neste particular poderia adiantar mais alguns exemplos e referências que vêm desde o tenentismo, dos ideais revolucionários de 1922.

O senhor acabou de fazer referência aos ideais de 1922. O Movimento de 31 de Março de 1964 estaria apoiado em alguma ideologia?

Na realidade, o Movimento de 1964 foi uma contra-revolução. Certamente, como admitem os próprios revolucionários, não se configurou uma revolução.

Entre outros aspectos, a revolução pressupõe a quebra da normalidade institucional do país, de modo violento e, por certo, o que estava em marcha era um golpe baseado na ideologia comunista, visando à tomada do Poder. Esse golpe seria sem confronto, pois sua própria liderança já estava no Governo; seu mentor principal o próprio Presidente da República.

A contra-revolução não tinha uma ideologia, pois não se pode atribuir à democracia um caráter ideológico, isto é ideologia da democracia. O que existiu foi o repúdio à ideologia comunista, particularmente referindo-se às Forças Armadas.

Em 1935, aconteceram os atentados de Natal, no Rio Grande do Norte, da Praia Vermelha e do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro e, pela primeira vez, foi ostensiva a tentativa clara de sublevação, com a conotação marxista-leninista; vilania responsável pelos assassinatos de companheiros que tombaram vitimados por indigna traição, quando ainda dormiam, perpetrando-se outras agressões ignominiosas que provocaram nas Forças Armadas, particularmente no Exército, uma profunda repulsa.

Alguns historiadores, alguns autores acreditam que se não tivesse acontecido a Intentona Comunista de 1935, não teria havido a contra-revolução de 1964. Porque aquilo atingiu profundamente o sentimento democrático e de legalidade das Forças Armadas.

Durante o período revolucionário e principalmente após esse período, foram levantadas muitas críticas à Revolução de 1964. Quais são, na sua opinião, os principais erros e acertos da Revolução de 1964?

No campo político, devemos reconhecer alguns momentos de dificuldade na gestão do País, porque os militares não têm formação política. Mesmo assim, apesar de não dispor daquelas ferramentas, de natureza política, necessárias para o exercício da complexa administração de um país, apesar de não conduzirem os destinos do Brasil à maneira como os políticos fazem, é claro que me refiro ao sentido positivo do termo e não à política do "p" minúsculo, os governos revolucionários se destacaram sobremaneira.

Para o combate à subversão, a fim de facilitar a continuidade do processo, de alguma maneira, houve necessidade de maior aplicação nos problemas da segurança interna.

O que aconteceu? As atividades de informações, naquela época, fundamentais para bem conduzir o processo decisório, eram incipientes no Brasil, embora melhor compreendidas e exercitadas pelas Forças Armadas, apesar de voltadas, primordialmente, para os aspectos peculiares às informações de combate. A infor-

mação como ferramenta para a produção do conhecimento, para assessorar as autoridades que vão decidir, abrangendo todos os campos do Poder, de alguma maneira, era uma novidade. Tivemos que ampliar para o ambiente nacional algo que fazíamos em ambiente castrense.

Ocorreu, então, uma certa inversão do processo e as ações da subversão tomaram a dianteira. Mas havia uma razão. Era necessário buscar conhecimento sobre o inimigo de então, as organizações subversivas marxistas-leninistas, trotskistas e de toda ordem e, ao mesmo tempo, era decisivo combatê-las, neutralizá-las, para evitar que destruíssem a estrutura do Estado.

Assim, quando as operações militares de combate à subversão se adiantaram e tomaram a primeira linha, dentro do Sistema de Segurança Interna, o desvio gradualmente foi sendo corrigido. O processo da produção do conhecimento tem início com o analista, o homem de gabinete, aquele que está pensando, procurando o conhecimento necessário para suprir o elemento que vai decidir. Enquanto conduz o processo, a área operacional vai buscar o conhecimento de que ele necessita para complementar o quebra-cabeça que está sendo resolvido.

As Forças Armadas, no início, não tinham uma estrutura adequada?

Não tinham. É verdade.

Daí derivam a criação dos órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Destacamento de Operações de Informações (DOI), o próprio agravamento da Lei de Segurança Nacional. O senhor julga que foi realmente necessário?

Sem dúvida nenhuma. Foi o aparelhamento, a instrumentalização em benefício daqueles que conduziam o processo revolucionário, instrumentos fundamentais para ordenar o processo, sem os quais teriam perdido seguramente a direção, o comando das situações, porque, sem conhecimento, não há decisão, sem a informação, não há decisão correta.

No início, tínhamos os CEOPs, Centros Especiais de Operações, mais tarde DOI/CODI (Centro de Operações de Defesa Interna)?

Isso foi progressivo e, ainda hoje, se examinarmos a metodologia utilizada para o planejamento da segurança interna de responsabilidade dos comandantes de área, para a manutenção da segurança das instituições e casos de ameaça à ordem pública, vamos verificar que são muito semelhantes aos planejamentos feitos àquela época.

Esses órgãos foram criados para proporcionar, concomitantemente, o combate à subversão, na linha de frente: a prisão, o interrogatório, a avaliação das

estruturas do inimigo e a obtenção de informações para realimentar o processo da produção do conhecimento.

Na verdade eram equipes multidisciplinares como se explora hoje em dia.

Hoje está muito em voga, temos aí a inteligência competitiva e outras modalidades que não são pejorativas; no entanto, a nossa ficou pejorativa.

Qual a sua opinião acerca do panorama político dos governos revolucionários, em particular o comportamento do Congresso Nacional?

Aí retorno ao fenômeno do tenentismo. Desde a Proclamação da República com Deodoro e depois Floriano, houve sempre uma maneira específica de tratar os militares. Denota uma preocupação da liderança política civil em – creio até como uma espécie de defesa – manter o militar padrão Duque de Caxias... O político civil sempre fez uma espécie de restrição às lideranças militares. Aceita a liderança militar porque percebe o peso da força das armas. É como se ama a Deus, de duas maneiras: pelo amor ou pelo temor.

Os civis temem as Forças Armadas porque sabem que são poderosas. São poderosas quer em termos organizacionais, quer por seus valores morais e espirituais, pouco comuns a inúmeros segmentos da sociedade. Nós, militares, vemos isso com alguma clareza e podemos ser até chamados de sectários, narcisistas, por admitir esse quadro de condutas, por achá-lo bom, porém, os políticos não pensam assim.

Tanto foi assim em nossa história que esse processo acabou descambando para as idéias positivistas de Augusto Comte, que afloraram na revolta dos tenentes, em 1922. Eduardo Gomes, Siqueira Campos e tantos outros – alguns sacrificando a vida – já naquele momento mostraram a insatisfação do estamento militar em relação à política praticada pelos civis nos diferentes períodos. De alguma maneira, era uma política discriminatória que visava a colocar os militares num plano subalterno às decisões civis.

No regime democrático, é saudável que se tenha, não o poder civil, porque não reconheço diferença entre poder civil e militar, mas as lideranças políticas civis encaminhando os anseios e os ideais da população brasileira da qual são representantes. Os militares, poucos são os que se devotam aos cargos eletivos.

Em situações de anormalidade, entretanto, sempre se verificou que esses mesmos civis que discriminavam os militares buscavam os quartéis. Existe até a figura "de pires na mão", pejorativa também, mas foi assim em 1964. Tive a oportunidade de presenciar, por largo período, de vivenciar a aproximação das lideranças políticas do País junto às lideranças militares, particularmente, no período em que fui ajudante-de-ordens do Ministro do Exército.

Essa situação das lideranças civis qualifico como uma espécie de oportunismo. Certamente não de todos, mas na hora da necessidade eles se louvam, apóiam-se nos militares. Mas, em verdade, é algo sem profundidade, não é duradouro. Quando passa a crise, muitas vezes aqueles que estiveram lado a lado conosco, rompem esses liames e passam a distratar as Forças Armadas e acusá-las de maneira impenitente.

Durante o período revolucionário, houve cerceamento da liberdade individual, da liberdade de expressão? Houve prática de torturas?

Acredito que o cerceamento das liberdades individuais aconteceu na medida do necessário, exclusivamente do necessário.

A imprensa brasileira apoiou a eclosão da contra-revolução de 1964, com uma única exceção, a do jornal *Última Hora*. Isso está registrado pela história. De qualquer forma a restrição a essas liberdades, – a de imprensa, a mais decantada, a dos procedimentos legislativos, eleitorais etc.– sem dúvida nenhuma ocorreu. Uma natural conseqüência de um processo revolucionário.

Foi uma revolução que criou limites para o seu próprio desenvolvimento. Marcou o reingresso na totalidade das franquias democráticas, com dia e prazo, obviamente dentro de uma evolução lenta e gradual. A própria Revolução se autolimitou.

No aspecto referente aos direitos humanos, creio que tenham acontecido, em alguns momentos, alguns episódios de exacerbação, do que se chamou tortura. Mas as Forças Armadas jamais estiveram interessadas em criar vítimas, em torturar pelo simples prazer de torturar porque eram inimigos.

As Forças Armadas brasileiras, tradicionalmente, são magnânimas no trato com o inimigo. Agora é verdade que, numa guerra, quando se precisa obter do inimigo dados sobre suas operações, embora sob convenções internacionais como a Convenção de Genebra e outras, são realizados interrogatórios. Então, em ações descentralizadas, em ações de ponta, no correr de operações, quem é que pode garantir que, no fragor da luta, não existiria um momento ou outro em que o interrogatório não transitasse para um quadro de violência, que não é compactuado por nenhum de nós, hoje, como não era naquela época. Ninguém pensava dessa forma, ninguém determinou que isso fosse feito, mas como deturpação do processo teria acontecido efetivamente a transgressão dos direitos individuais da pessoa humana.

Uma outra pergunta, já agora partindo para o período de abertura política, do desengajamento. Falou-se muito do "revanchismo" por parte dos civis que voltaram ao Poder. Qual é a opinião do senhor sobre esse "revanchismo" e sobre a Lei da Anistia.

Todo processo violento de alteração da normalidade, seja ele institucional ou não, é sempre um movimento pendular. O pêndulo, como nós sabemos nos tempos de alunos de física, tem uma oscilação que ultrapassa sua posição de repouso e normalmente vai para o outro lado. Reputo o processo que acontece hoje de uma elongação do pêndulo.

Se examinarmos, agora, o processo político brasileiro, vemos nas lideranças políticas, nos cargos de primeiro e segundo escalão do Governo brasileiro, aqueles mesmos elementos que ontem participavam da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foram motoristas de Marighela, marxistas declarados como o próprio Presidente da República o foi e não nega, discípulo direto de Florestan Fernandes, como José Gregori, José Serra, o Governador de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira e tantos outros. Estas pessoas que assumiram posições, porque há os que não têm a coragem sequer de assumir posições.

A partir da estratégia de distensão lenta e gradual, promovida com sábia visão pelo Presidente Ernesto Geisel, organizou-se um esquema que explica essa posição do pêndulo: do outro lado do esforço. As Forças Armadas brasileiras, como de resto as Forças Armadas sul-americanas, sofrem, atualmente, restrições por parte das lideranças civis que empolgaram o governo de seus países. Basta que olhemos o Chile de Lagos, a Argentina e outros países que acabam de eleger seus presidentes que se encontravam mais à esquerda naquele processo.

Vejo isso com certa naturalidade. Trata-se de um momento histórico que deverá caminhar para a posição de equilíbrio. Tem duração finita, na minha opinião, na minha análise. Entretanto as Forças Armadas, seguramente os seus integrantes que, ainda hoje, estão aqui, como eu, como você e outros tantos que participaram do processo, estamos pagando um certo tributo por isso. Evidentemente, houve e está havendo "revanchismo".

Gostaria que o senhor deixasse aqui uma última mensagem sobre a Revolução de 1964, com a sua visão ampla do Movimento.

Acho que não deixei nenhuma dúvida sobre o meu posicionamento e maneira como vi e participei do processo.

Sou neto de imigrantes suíços, meu pai era suíço e me educou com disciplina, temente a Deus, respeitando os valores da família, da nossa sociedade, por fim, os valores mais caros da civilização ocidental.

Naquela época, já como 2º-Tenente, fui obrigado a definir-me. Não foi só a vivência obtida nos bancos escolares, na Academia Militar, na Escolas Preparatória, afinal no ambiente castrense. Obviamente um todo que exerceu grande influ-

ência, moldou a minha personalidade. Mas, sem olvidar a educação e os valores que trouxe de berço, de minha família. Nunca tive dúvidas a respeito das posições que adotei e não tenho dúvidas hoje.

Vejo que o mundo atual, globalizado, antes multipolar e depois unipolar; as assimetrias, as mudanças radicais de um momento para o outro, onde o conhecimento é importantíssimo nesse processo todo, vai influir na estrutura das nações organizadas, nos seus povos, nas noções de pátria, de soberania etc.

Mas acredito também que os valores da nossa civilização não devem ser arrostados por qualquer ideologia, qualquer empreitada, coligação ou país, sejam os inimigos de ontem que dentro do atual pragmatismo são parceiros econômicos, potenciais aliados, num mundo globalizado, como é o caso da União Soviética, de Cuba e de outros países, seja o próprio Estados Unidos. Ninguém deve desconhecer os valores da nossa cultura que moldaram e moldam a nossa civilização, porque a Revolução não foi feita pelo Tenente Eichler de então, nem pelo General Denys, foi feita pelo povo brasileiro.

Alguns hoje querem desconhecer esse fato e atribuir às Forças Armadas todo o peso da decisão e a culpam pelos eventuais erros sem lhes tributar os inúmeros acertos.

Mas acredito que o acontecido poderá repetir-se, se o País for ameaçado nos seus valores. Acredito no nosso povo, na nossa civilização. Que os governantes não se iludam porque o povo sabe o que quer e quem sabe o que quer vai mais longe. Muito obrigado.

Coronel Hahenderson Vieira

- Natural da Cidade de São Gonçalo, RJ.
- Como Oficial Superior, exerceu as seguintes funções ou comissões: Assessor da Agência Regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Recife, PE; Adjunto da 2ª Seção da 7ª Região Militar/Divisão de Exército (7ª RM/DE), em Recife, PE; Adjunto da 2ª Seção da 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília, DF; Assessor da Seção de Assuntos Estratégicos do EME; Assessor e Chefe de Seção do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1984 a 1987; Comandante do 10º Grupo de Artilharia de Campanha, em Fortaleza, CE; Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (1990), sediada em Cuiabá, MT; Assistente-Secretário do General-de-Brigada Alcedir Pereira Lopes, Comandante do Apoio Regional da 1ª RM, no Rio de Janeiro; e Chefe de Gabinete da Diretoria de Transportes, em Brasília.
- Após a passagem para a Reserva, exerceu a função de Assessor de Informações Estratégicas da 2ª Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); No momento, exerce a função de Assessor do Departamento de Assuntos Internacionais da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; Estágio de Analista de Informações e Curso de Informações do Campo Externo (1983) da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente, servindo no 1º GO 155 (Grupo de Obuses), atual 11º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), Vila Militar, Deodoro, Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 11 de julho de 2000.

Sinto-me honrado pelo convite para participar desse importante Projeto de História Oral. As futuras gerações serão beneficiadas quando passarem a consultá-lo como fonte preciosa de informações sobre o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

Inicialmente, considero necessário reportar-me à fase de minha vida como subalterno, em especial, no posto de 2º-Tenente.

Em 1962, fui transferido de Cruz Alta, RS, para o Primeiro Grupo de Obuses 155 (1º GO 155), em Deodoro, na Cidade do Rio de Janeiro. Apresentado à Unidade, quase que de imediato, achei sensato definir minha posição em face da renúncia do então Presidente Jânio Quadros. Na época, foram questionadas tais manifestações em todos os quartéis.

Comandava o Grupo, o Coronel Sílvio. Na oportunidade, o GO passou a integrar o Grupamento Alfa que iria descer em direção ao Sul, em cumprimento de missão, naquele episódio.

Pautávamo-nos pela democracia, entendimento que embasava nossa formação militar. Embora fosse muito novo, essa já era minha convicção, aliás fortalecida pelos ensinamentos transmitidos por meus pais.

Ultrapassado o período da renúncia do Jânio Quadros, passamos a viver momentos difíceis, sacrificados mesmo. Por exemplo, o GO 155, e outras Unidades, como o Primeiro Regimento de Obuses 105 (1º RO 105), sistematicamente ocupavam as estações de trem, a fim de manter a ordem; a todo instante irrompiam os "quebra-quebras" que a gente chamava de "quebra-quebra do feijão". Chegou a ponto de as Forças Armadas serem incumbidas de comercializar gêneros alimentícios nas ruas. Saíamos com uma viatura de cinco toneladas, abarrotada de arroz para vender à população, por força de determinação do governo. Isso acontecia em São João de Meriti, em Nova Iguaçu, em Nilópolis, sempre enfrentando sérios problemas. O povo sofrido queria o produto e nós – um 2º-Tenente, um sargento, um cabo motorista e um soldado – tínhamos que fazer das "tripas coração" para conseguir controlar a multidão. Isso me marcou muito, quando, 2º-Tenente, ainda novinho, começava a minha vida militar, movido pelos ideais da juventude militar.

Mais tarde veio a Revolução de 31 de Março de 1964. Nessa ocasião, nosso quartel era comandado pelo Coronel Nilton Freixinho. Comentavam que ele era "viga" do Ministro Jair Dantas Ribeiro. Na verdade, o Coronel Freixinho sempre se desempenhou de forma muito profissional, mas todos apontavam seu lado político-ideológico voltado para a esquerda. Havia, em nossa Unidade, que nós sabíamos, um subtenente chamado Catre e um cabo, cujo nome não me recordo, da

Seção de Topografia da 2ª Bateria do Grupo que tinham atitudes que não condiziam com a conduta disciplinada de um militar. Contestavam muito, não respeitavam a hierarquia, principalmente diante dos oficiais subalternos; com o Capitão Comandante da Bateria, mostravam um pouquinho mais de respeito. Ambos, logo após a Revolução, foram presos. Realmente estavam comprometidos com as facções de esquerda. Havia também um Capitão-Dentista que, logo após o eclodir da Revolução, quando foi realizada a primeira reunião de oficiais, manifestou-se contra o Movimento. Nesse momento, foi preso e recolhido à Companhia de PE (Polícia do Exército). Respondeu ao inquérito normal, mas não chegou a ser cassado. Já o cabo e o subtenente, esses sim, foram demitidos do Exército.

Servi algum tempo no 1º GO 155. Vi as coisas acontecerem e continuarem num crescendo até irromper a Revolução. Depois houve um período de calma, quando, em 1968, fui transferido para a Escola de Sargento das Armas (EsSA). Veio o que chamaria de segunda fase, a partir do AI-5. Depois disso, transferido, cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e fui movimentado para Recife.

Já em 1971, em Recife, o Comandante do IV Exército era o General Potyguara (Moacyr Barcellos Potyguara), decididamente voltado para a área de comunicação social. Foi substituído pelo General Dale Coutinho (Vicente de Paula Dale Coutinho), oriundo de Artilharia, que, na época da Revolução, comandava a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria, a AD/1, na Vila Militar. O General Dale Coutinho voltou-se para a área de inteligência – então chamada de informações. Já existiam os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) em outros pontos do País e, por manter um contato maior com o General Dale Coutinho, fui designado para criar o DOI de Recife. Não era o chefe, porque havia um outro capitão bem mais antigo do que eu.

Para a criação do DOI de Recife, fomos apoiados, inicialmente, pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Após o impulso inicial, começamos a caminhar com as nossas próprias pernas. Derrotamos as várias organizações subversivas; o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), praticamente, foram dizimados na área do Nordeste: Recife, João Pessoa, Natal e Maceió. Foram várias as operações realizadas e desbaratamos aqueles grupos, os principais dentro da área do Nordeste.

Após esse período, fui alçado à Seção de Operações do SNI, na Agência de Recife. Continuei o trabalho, mas não era do mesmo tipo do Destacamento de Operações de Informações. Fui para o setor de análise, tendo em vista o conhecimento que havia adquirido no DOI de Recife. Lá, permaneci seis anos. Depois, ingressei na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Após o curso,

retornei para Recife, e fui classificado na 2ª Seção da 7ª Região Militar, onde continuei o trabalho de análise, na área de inteligência.

Dois anos e pouco depois, transferiram-me para Brasília, também para o setor de inteligência, até 1983. Neste ano, iniciei o curso de Informações no Campo Externo, na então Escola Nacional de Informações. Fruto desse curso, classificaram-me no Centro de Informações do Exército (CIE), onde fiquei até 1987, quando fui comandar, em Fortaleza, o 10º Grupo de Artilharia de Campanha.

Após o Comando, retornei para o CIE. Do CIE fui para Cuiabá, convidado pelo General Alcedir, recém-promovido, e que me chamou para acompanhá-lo como Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada. Após isso, o General foi transferido para o Rio de Janeiro e segui junto, como Assistente. Mais tarde, para a Chefia de Gabinete da Diretoria de Transporte e daí para a reserva.

Na reserva, fui novamente procurado e sondado para trabalhar no Estado-Maior das Forças Armadas, por um colega de turma, meu amigo, o General Ariel Pereira da Fonseca. Como também já conhecia a minha história na área de inteligência, convidou-me para trabalhar na 2ª Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Essa foi a minha trajetória, em termos de trabalho no campo da inteligência.

O GO 155 executou alguma ação, na eclosão do Movimento revolucionário?

Na noite da Revolução, estávamos de prontidão, e nós, subalternos, não sabíamos precisamente como se daria o Movimento. Fôramos informados de que algo sério estava para acontecer, mas não conhecíamos o quando e nem o que teríamos que fazer. Na madrugada desse dia, o Coronel Nilton Freixinho, nosso Comandante, que não parecia ter-se definido a favor dos revolucionários, foi à 1ª DI conversar com o General Dale Coutinho, Comandante da AD/1 e pedir para não ser exonerado do Comando, porque estava receoso de que isso fosse acontecer. Mas nós, seus subordinados, até então, já nos preparávamos para receber o novo Comandante, o Coronel Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues.

Na realidade, o trabalho de "sapa" que o Coronel Freixinho foi fazer na 1ª DI foi bem-sucedido. Na época, comandava a Divisão o General Orlando Geisel e ele se comprometeu a não destituí-lo do Comando, de imediato.

Em alguns quartéis da Vila Militar, naquela noite, os Comandantes foram presos. O Coronel Freixinho conseguiu, pois era muito estimado, não ser destituído naquela noite. Ainda permaneceu no Grupo durante três ou quatro dias, quando, então, passou o Comando, sem o aparato normal dessas ocasiões; entregou o cargo, simplesmente. O Coronel Fontoura chegou ao quartel e assumiu. O Coronel

Freixinho foi classificado em Ouro Preto, em uma CSM. Depois disso, não sei mais o que aconteceu com ele, mas não foi cassado, de que eu tenha conhecimento.

Oficial de Reconhecimento da 1ª Bateria do GO, eu e os demais companheiros estávamos preparados para apoiar o Coronel Fontoura, vendo de maneira favorável a substituição do Coronel Freixinho. O nosso Subcomandante orientava adequadamente os Comandantes de Bateria. Era o Major Sylvio Rebello de Azevedo.

A idéia de que a Revolução veio a interromper o clima de liberdade que existia no Brasil foi divulgada pelo jornalista Flávio Tavares no seu livro "Memória do Esquecimento". No seu entendimento o Brasil vivia, antes da Revolução de 1964, um processo de ampla liberdade em que todos discutiam, questionavam, reivindicavam, e a Revolução acabou com esse período de liberdade. Nesse ambiente, quais seriam as causas que levaram ao Movimento Revolucionário de 1964?

Acredito que foi uma necessidade imperiosa pôr fim ao ambiente caótico em que vivíamos. Mais do que ampla liberdade, imperava a anarquia, todo mundo fazia o que queria, todos contestavam. Protestos completamente descabidos, provocados pelas diversas organizações infiltradas pela ideologia comunista, cujo propósito era subverter a ordem democrática, visando à tomada do Poder. A Revolução ocorreu numa época em que guerrilha, terrorismo, seqüestros, atentados, faziam parte do dia a dia, como hoje faz parte do dia a dia a questão do narcotráfico. O principal problema, nesse período, foi enfrentar alguns estamentos da nossa sociedade, fortemente infiltrados pelos comunistas e apoiados, ostensivamente, pelo próprio Presidente da República.

Na sua opinião, houve influência da guerra fria, conseqüência da bipolarização mundial pós-Segunda Grande Guerra, na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964.

Certamente, como um dos desdobramentos da guerra fria, agravou-se a atividade chamada de "ameaça vermelha" em nosso País.

O comunismo passou a constituir uma ameaça real tanto no âmbito interno quanto no internacional, afetando importantes interesses e aspirações, vitais para o nosso desenvolvimento.

Qual era o ambiente político brasileiro, pouco antes da Revolução?

No ambiente político, crescia a infiltração comunista e os políticos de esquerda tinham o apoio do Presidente da República e do Movimento Comunista Internacional. Aqueles que sustentavam os ideais democráticos sofriam um forte patrulhamento ideológico e, até mesmo, ameaças e violências.

Havia cooptação de militares ou infiltração nas organizações castrenses por parte da ideologia de esquerda?

Não, não diria que tivesse havido cooptação ou infiltração, pelo menos na minha Unidade. Nas outras organizações militares, não posso afirmar porque não mantinha muito contato. Tive conhecimento de que, no então Regimento Escola de Artilharia (REsA) e no próprio 1º RO 105, onde serviam alguns companheiros de turma, teriam ocorrido alguns problemas maiores. Mas não aconteceu no GO-155. Até porque, os dois que foram inicialmente identificados, o subtenente e o cabo, já estavam sendo postos sob cerrado acompanhamento. Sabíamos como proceder, no caso de se excederem. Quanto ao Capitão-Dentista, só viemos a tomar conhecimento de sua posição com o novo Comandante. Quando o Coronel Fontoura promoveu sua primeira reunião, perguntou quem estava contra o Movimento Revolucionário e o capitão manifestou-se a favor da legalidade. Foi o único que, aparentemente, sem vínculo com a esquerda, no momento final, na hora da virada, declarou sua opinião, claramente, contra a Revolução Democrática.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o Exército foi o principal intérprete da vontade nacional. Em oposição às forças de esquerda, deu-se a afirmação das correntes democráticas, nas quais as Forças Armadas estavam incluídas, posto que compromissadas com a manutenção dos objetivos nacionais permanentes, como a integridade nacional e a democracia. Sem dúvida, a ação pronta dessas correntes trouxe o país de volta à normalidade institucional, agindo com rigor e firmeza. Com atuação decidida e firme, o Exército foi o intérprete maior da vontade nacional.

Hoje circulam teorias de conspiração segundo as quais o Movimento de 1964 foi manejado de fora do país. Afinal, o Movimento foi de caráter exclusivamente interno, exclusivamente nacional, ou houve alguma influência ou até mesmo auxílio externo, particularmente dos Estados Unidos?

Desconheço auxílio externo de qualquer país, particularmente dos Estados Unidos. Mas o que se pode dizer é que os Estados Unidos, uma das lideranças da democracia mundial, e um dos pólos da guerra fria, seriam certamente favoráveis a nossa Revolução, até mesmo pelo *status quo* da bipolaridade. Os Estados Unidos eram o principal ator contra o Movimento Comunista Internacional. A União Soviética procurava fortalecer o MCI; o Brasil estava infiltrado e sofria a sua influência, através daquelas pessoas a serviço da esquerda.

Aumentou a união e coesão das Forças Armadas, como uma decorrência natural da Revolução de 31 de Março de 1964?

Com a Revolução, a coesão das Forças Armadas ficou fortalecida.

A partir do momento em que tivemos que cerrar esforços contra a ameaça comunista, a união das Forças Armadas aumentou e foi inteligentemente promovida pelos chefes.

A Revolução de 1964 trouxe prejuízos ou benefícios ao País?

Os benefícios trazidos foram enormes e de toda ordem; especialmente, tirou o País de uma posição secundária e fê-lo desenvolver-se a níveis admiráveis.

Como exemplo, o progresso alcançado na área da ciência e tecnologia que trouxe, como conseqüência, o crescimento do nosso parque industrial. Esse foi um benefício muito grande, bastante significativo.

O desenvolvimento das comunicações e transportes ensejaram maior integração nacional.

A mídia, de modo geral, tece críticas à Revolução de 1964, apontando os erros cometidos durante o período em que se manteve no Poder. Na sua opinião, quais seriam eles?

Penso que o principal erro foi o tempo de permanência no Poder.

Até hoje nenhum regime forte se eternizou no Poder. Cuba, com 40 anos, já está em fase de decadência. Tivemos oportunidade de encerrar o período revolucionário, entregar novamente o destino do País aos civis e não o fizemos. Um dos principais erros foi esse.

Os militares jamais desejaram permanecer no Poder. Esperavam a oportunidade adequada para entregá-lo novamente aos civis.

Houve cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística e a prática de tortura contra presos?

Não há como negar que houve cerceamento dessa liberdade. Na época, era necessário conter a avalanche dos comunistas e dos aproveitadores que estavam infiltrados na imprensa, nas universidades, no meio artístico, no meio político, no meio empresarial e no meio militar. Queriam, de qualquer forma e por qualquer meio, voltar a comandar as ações no País, isso no período imediatamente após a Revolução.

Com relação à prática de tortura, é uma tecla que tem sido muito batida na imprensa.

Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza. Se não soubermos combatê-lo com suas próprias armas, iremos sucumbir. É possível que,

em alguma época, tenha havido, deve ter havido, alguns excessos, talvez até alguma tortura. Não digo que isso não tenha acontecido. Como se sabe, participei da criação, da implantação e do desenvolvimento de um Destacamento de Operações de Informações (DOI), em Recife. Passei nele dois anos, quando caíram as duas principais organizações subversivas do Nordeste: o PCR e o PCBR. Alguns líderes foram presos de imediato. Para prender os outros, foi realizado um amplo trabalho de "campana", de espera; durante os dois anos nos quais passei trabalhando no DOI, não soube de qualquer caso de tortura. Mas não digo que tenha sido regra geral; talvez tivesse ocorrido, mas se houve, foi coisa episódica. Episódica e restrita até a algumas pessoas.

Durante o período de implantação dos DOI, era reduzido o número dos militares qualificados para trabalhar nesse tipo de organização. E o que aconteceu? Tivemos que pedir a contribuição da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar, e isso foi o calcanhar-de-aquiles, porque o pessoal que vinha trabalhar conosco trouxe o mau hábito policial, isto é, bater para conseguir a informação. Cabia ao condutor do trabalho não deixar que isso acontecesse, mas nem todos estavam presentes na hora do interrogatório de um preso. Não porque não quisessem e sim porque estavam em outra operação, e aí, nesse caso, ocorria o excesso e quando o responsável chegava de volta, o erro já tinha sido cometido. Por isso repito, não posso afirmar que não tenha ocorrido. Deve ter existido. Mas foi episódico, esporádico, talvez até por força da quantidade de pessoas que atuavam dentro de um organismo dessa natureza, para fazer interrogatórios.

Durante o período revolucionário, as Forças Armadas aproveitaram-se da situação em seu próprio benefício, sejam organizações ou integrantes, individualmente?

Não acredito que as Forças Armadas tenham se aproveitado, em seu próprio benefício, durante o período revolucionário.

Se isso tivesse acontecido, as Forças Armadas não estariam no estado de penúria em que se encontram hoje, tanto no aparato bélico quanto na questão salarial. Aliás, naquela época, não existia a corrupção e a gatunagem que hoje proliferam no setor público e privado.

Qual a sua avaliação do processo de abertura desde o Governo do Presidente Ernesto Geisel?

Sempre fui contra esse tipo de abertura que ocorreu. Se tivesse sido conduzido de forma lenta e gradual, como foi decantada e era para ser feita, talvez estivéssemos em melhores condições. Mas a abertura foi realizada de maneira muito rápida e os novos dirigentes não observaram o processo naturalmente.

Os militares perderam a batalha da comunicação social?

Creio que perdemos. Não conseguimos responder à sociedade, na hora em que ela precisava de resposta, enquanto a mídia fazia uma campanha enorme para denegrir a imagem das Forças Armadas. Em momento algum ocorreu o revide. Responderam sim, ao público interno, mas para a sociedade que estava recebendo aquele *input* dos infiltrados, nada ficou esclarecido, nos calamos. Mesmo assim, o Exército ainda é a instituição de maior credibilidade, hoje, no País.

Coronel Vieira, estamos chegando ao fim. Gostaria de perguntar qual a mensagem final que o senhor deixaria conosco para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. Trabalho nele com muito entusiasmo e com a vontade de deixar algo para o futuro. Eu gostaria de saber a sua mensagem final.

A mensagem final que devo deixar é ressaltar a importância de um projeto tão amplo quanto este que está sendo iniciado agora. Se os objetivos a que se propuseram seus responsáveis forem atendidos, acredito que as gerações futuras poderão beneficiar-se amplamente na busca da verdade sobre a Revolução de 31 de Março de 1964.

Coronel Carlos Fernando Freitas Almeida

- Natural da Cidade de Belém, PA.
- Principais funções militares: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Assistente-Secretário do General-de-Divisão Geraldo Magarinos de Sousa Leão, Subchefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília; Chefe da 2ª e 3ª Seções do Comando da 4ª Região Militar (4ª RM), em Juiz de Fora; Comandante do 15º Batalhão de Infantaria Motorizada (15º BIMtz), em João Pessoa, na Paraíba; Chefe da Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em Brasília; e Chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, e 11ª Região Militar (11ª RM), em Brasília.
- Desempenhou, ainda, as seguintes funções: Secretário Permanente do Grupo de Trabalho de Cooperação Militar Brasil-Venezuela; Secretário Permanente das Reuniões de Conversações entre o Alto Comando das Forças Armadas do Brasil e do Peru; e Representante Permanente do Programa Calha Norte.
- No momento, exerce a função de Assessor do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e servia no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília.

Entrevista concedida em 03 de agosto de 2000.

Agradeço a oportunidade de colaborar com este tão importante projeto que vai resgatar a história da Revolução de 31 de Março de 1964. Voltemos a 1963 e anos seguintes.

Nessa ocasião, servia no 10º Batalhão de Infantaria (10º BI), em Juiz de Fora. Embora muito jovem, já alimentava idéias contra o comunismo, convicção adquirida do meu pai, anticomunista ferrenho, que me aconselhava, sempre que viajava ao Rio de Janeiro. Meu pai preocupava-se muito com a situação do Brasil e dizia que teríamos que tomar alguma providência, porque estávamos sendo conduzidos para o indesejável caminho da esquerda. Militar, teve carreira brilhante, chegando até General de quatro estrelas. Era amigo do General Denys, o qual sempre considerei uma figura ímpar, um chefe de plana. Devemos muito do sucesso da Revolução de 1964 à atuação do General Denys que contribuiu acentuadamente para o planejamento e coordenação de nosso Movimento.

Ainda em 1963, na época, 2º-Tenente, lembro-me de que o ambiente no quartel era péssimo, porque havia desconfiança entre os oficiais, subtenentes e sargentos. Já ocorrera, em setembro de 1963, a Revolta dos Sargentos em Brasília. Isso nos intranqüilizava, pois não poderíamos confiar naqueles praças graduados. Acresce que, por ocasião da Revolta, alguns sargentos na guarnição de Juiz de Fora fizeram declarações extemporâneas. Num domingo, estava de serviço de Oficial de Dia, no 10º BI, quando o Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar ligou informando que iria mandar alguns sargentos presos para o xadrez do 10º. Recebi o pessoal, ouvindo dele a seguinte recomendação: "Coloque na entrada do xadrez uma tabuleta com a inscrição 'Prisão de Sargentos', para evitar qualquer problema."

Passou o tempo e, em janeiro, fui transferido para Brasília, a fim de servir no Batalhão da Guarda Presidencial. Levava comigo as idéias que recebi, em Juiz de Fora, do General Olympio Mourão Filho, meu amigo, em cuja residência freqüentei várias reuniões. O General Mourão, repetidamente, nos alertava para a infiltração comunista no Governo e antevia uma situação insustentável, em razão da qual as Forças Armadas teriam que interferir.

Cheguei a Brasília, em janeiro de 1964 e encontrei, no Batalhão da Guarda Presidencial, um ambiente pior ainda, pois, embora a Revolta tivesse ocorrida em Brasília e, praticamente, dela não participaram os sargentos do Exército – os praças graduados e soldados da Marinha e da Aeronáutica foram, realmente, os que fizeram o Movimento – mesmo assim, persistia uma desconfiança total com relação aos nossos graduados do Batalhão da Guarda Presidencial, a maior Unidade, na época, em Brasília. Existiam, também, na guarnição, uma bateria de Artilharia Antiaérea, comandada pelo Major Stockler, considerado de esquerda; uma

Companhia de PE, embrião do Batalhão da Polícia do Exército de hoje e um Esquadrão, o 3º Esquadrão C Mec (Cavalaria Mecanizada), que havia vindo do Rio de Janeiro, de Campinho, para Brasília, por ocasião da Revolta dos Sargentos.

No ar, o clima de desconfiança entre os oficiais e sargentos. Tínhamos ordem de andar sempre armados e com a pistola engatilhada.

O serviço era muito pesado, pois concorríamos à escala do Torto, onde morava o Presidente da República, João Goulart, e à escala do Planalto, onde trabalhava. Era um pelotão completo na Granja do Torto – um tenente, três sargentos e trinta soldados – e outro pelotão, também completo, no Palácio do Planalto. Concorriam, então, um tenente em cada uma das duas escalas e mais na de Oficial de Dia da Unidade. Nenhum dos três tenentes de serviço podia dormir. Permaneciam a noite inteira acordados e, tanto na escala do Torto, quanto na do Planalto, havia um esquema rígido de fiscalização do serviço.

Muito bem, 31 de março de 1964: nesse dia encontrava-me de serviço na Granja do Torto. João Goulart estava no Rio de Janeiro. O efetivo, como já disse, um oficial, três sargentos e trinta soldados. Durante o dia, tivemos notícias de que ocorria um movimento das Forças Armadas, do Exército, particularmente, em Minas Gerais. Dispondo de um rádio de pilha, tinha condições de ouvir as notícias mais recentes. Ao anoitecer, senti que a situação estava-se agravando. Então, reuni o pelotão e dei a seguinte instrução: nenhuma ordem que não fosse emanada do Comandante do Pelotão deveria ser cumprida e os sargentos, para tomar qualquer atitude ou iniciativa, teriam que falar comigo. A nossa situação era delicada, porque o Torto era a residência do Presidente da República e, embora ele não estivesse lá, sua família permanecia no local.

Nessa noite, soubemos de um problema nas comunicações, da Granja do Torto com o Palácio do Planalto. O sargento que era encarregado dessas comunicações me procurou e disse:

– Tenente, preciso da sua viatura – tinha uma lá comigo – porque as nossas comunicações foram cortadas e necessito de fazer um contato.

– Olha, não posso dispor da viatura para você, uma vez que só tenho esta e preciso fazer a ronda.

A área da Granja do Torto era muito grande. Fazíamos uma ronda de meia em meia hora, eu e um graduado. O sargento não gostou muito, mas depois conseguiu uma outra viatura para ir ao Palácio do Planalto.

Na mesma noite, observei que os três sargentos do pelotão conversavam reservadamente, no alojamento deles. Falavam que era um absurdo, o movimento militar, aquela revolta, uma vez que deveriam defender o Presidente da Repú-

blica etc. Um deles, primeiro-sargento, adjunto do pelotão, liderava alguns dos sargentos do Batalhão e, por isso, os demais tinham um pouco de respeito por ele. Era, sem dúvida, esquerdista. Então, durante a madrugada, foi-me procurar e pôs-se a falar comigo, mostrando que era tudo um absurdo, que as tropas de Minas Gerais estavam sublevadas, o País não podia aceitar tal situação, que deveríamos reagir. Não dei resposta. Apenas mostrei que a situação mostrava-se muito difícil no Brasil, estávamos seguindo um caminho errado, mas ele só defendia a esquerda. Por causa dessa nossa conversa, concluí que não podia ter confiança naquele sargento.

Pela manhã, liguei para o Batalhão para saber o que se passava na Unidade. O Comandante, Coronel Raymundo Netto Corrêa, "Janguista", havia reunido os oficiais e declarado que era pela legalidade, que iria defender o Presidente da República e a Constituição.

Na época, o Batalhão da Guarda, estava completo. Vinte a 25 tenentes, quatro Companhias, todas comandadas por capitães e, no Estado-Maior, os chefes de seções eram majores. A situação: os tenentes favoráveis à Revolução, embora sempre houvesse alguma defecção; os capitães, também, a maioria a favor da Revolução e os majores todos em cima do muro. Então, o quadro era esse, um Batalhão praticamente sem comando.

Depois da ligação telefônica, o Oficial de Dia me informou o seguinte: o Comandante estava esperando que eu chegasse ao quartel, bem como o oficial que estava comandando a guarda do Planalto. Aguardava-me para que eu definisse a minha opção. Muito bem, cheguei ao quartel lá pelas 10, 11 horas da manhã e me apresentei ao Comandante, que me recebeu no gabinete e disse:

– Você é o tenente mais novo, ainda 2º-Tenente, aqui do Batalhão. Estamos passando por uma crise muito grande, está havendo uma Revolução. Tenho que defender o Presidente, porque fui nomeado Comandante do Batalhão do Presidente e queria que você dissesse o que está pensando a respeito.

– Comandante, lamentavelmente, não estou do seu lado – respondi.

Ele se exaltou e disse:

– Então você vai ficar detido na 4ª Companhia!

– Mas detido como?

– Você vai ficar detido na 4ª Companhia. Pode retirar-se!

Aí me retirei, apresentei-me na 4ª Companhia. O Capitão Comandante de Companhia riu e falou:

– Mas como! Ele te deu essa ordem?

– A ordem foi para ficar detido aqui...

João Goulart continuava no Rio de Janeiro. O Comandante da Guarda da Granja do Torto era o Tenente Walmensi (Walmensi Paulo da Silva e Souza) que estava esperando a chegada do Presidente. No Batalhão, foi designada a 3ª Companhia para sair e cercar a Granja do Torto. Preparamos as viaturas, informamos aos soldados qual era a missão e a finalidade. Não houve nenhum que não quisesse ir. A Companhia seria comandada pelo Capitão Schmidlin (Francisco José Schmidlin de Castro), e eu, um dos tenentes. A essa altura já não estava mais preso.

O Presidente João Goulart chegou por volta das três, quatro horas da tarde. Aí o Tenente Walmensi ligou para o Batalhão e informou "o grande mudo falou". Era a nossa senha. "O grande mudo falou" significava que o Presidente tinha chegado no Torto.

Deu-se indecisão, na hora da saída da Companhia. Nesse instante, chegou ao quartel, o General Comandante do Comando Militar do Planalto (CMP) e 11ª Região Militar, o General Nicolau Fico, também "Janguista". O General fez uma reunião de oficiais, disse que estava lá para defender o Presidente da República e que não poderia admitir essa Revolução. Um absurdo! Todos os oficiais, ouviram o que ele tinha a dizer. Encerrou a reunião, não perguntou a posição de nenhum de nós e retirou-se, acompanhado do Comandante, Coronel Raymundo Netto Corrêa. Os dois desceram as escadas, foram até a porta do quartel, despediram-se e o General Fico voltou para o Comando Militar de Brasília, que tinha a sua sede na Esplanada dos Ministérios.

Nesse ínterim, o Tenente Walmensi notou um grande movimento na Granja do Torto. Notou a chegada de alguns automóveis, várias pessoas entrando e saindo com malas etc. Lá pelas cinco horas, o Presidente saiu com uma grande comitiva, quatro ou cinco carros e caminhonetes. Deslocou-se para o aeroporto.

No aeroporto, na Base Aérea, estava preparado um avião da Varig, um "Coronado", a aeronave mais moderna de que a Varig dispunha na época. O pessoal todo embarcou. Foram, inclusive, os taifeiros, os ajudantes-de-ordens, o General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, o homem que iria fazer a defesa do Presidente da República. Pressupostamente montara a defesa com as tropas que eram leais ao Governo. Acontece que o avião teve uma pane na hora de decolar e então desceu toda a comitiva, e foi requisitado um avião da FAB (Força Aérea Brasileira). Embarcaram num AVRO. A nova aeronave levou todo o pessoal para Porto Alegre e não tivemos mais conhecimento do que havia se passado ali.

À noite, o Batalhão continuava de prontidão, todos os oficiais no Quartel. Mas continuávamos ali, sem comando. O Comandante ficou no gabinete, os majores não quiseram assumir, os capitães também ficaram na dúvida, um assume,

outro assume, ninguém queria assumir e os tenentes ficaram na expectativa com relação à posição dos capitães. Foi quando chegou ao quartel, cerca de nove horas da noite, o General Omar Emir Chaves, Comandante da 10ª Região Militar, que se encontrava em Brasília, de férias. Entrou, subiu as escadas, cumprimentou o Comandante e se reuniu com os oficiais na 3ª Companhia e lá, depois que estavam todos reunidos, informou que sua missão era assumir o comando da Guarnição de Brasília.

Nessa hora, chamaram o Comandante do Batalhão. O General disse ao que veio:

– Olha, a minha missão é assumir o Comando da Guarnição, o General Fico vai passar o Comando para mim. Então, sou o novo Comandante da Guarnição. Você passe o comando do Batalhão para que eu possa assumir o comando da Guarnição.

Aí o Coronel Comandante do Batalhão retrucou que não passaria o Comando do Batalhão para nenhum dos majores e deu-se o impasse. No final das contas, o General Chaves retirou-se da Unidade e disse que iria tomar outras providências. Naquela noite, praticamente, ficamos em claro, aguardando quem seria o novo Comandante, mas, no dia seguinte, o Batalhão continuava sem comando.

O Subcomandante, Coronel Serra, havia sido deslocado, logo no início do Movimento, para comandar uma força-tarefa, juntamente com um Pelotão do 3º Esquadrão C Mec e com os Batalhões de Goiânia e Ipameri, com a missão de barrar as tropas que vinham de Minas Gerais, na altura do Rio São Marcos. Só que foi escolhido o homem errado, porque o Tenente-Coronel Serra era o maior anticomunista que existia na época. E todos os oficiais que estavam compondo esse destacamento já sabiam que, a partir do momento do contato, ele iria passar para outro lado.

Bem, no dia seguinte, 2 de abril, continuávamos sem comando na Unidade. Na parte da noite chegou o General André Fernandes de Souza.

O General Fernandes era chefe do Gabinete Militar, aliás, chefe do Escalão Avançado(ESCAV) do gabinete do Ministro do Exército, Ministro da Guerra na época. Promoveu uma reunião de oficiais no Batalhão e informou que iria manter o Coronel Comandante no Comando e ele, a partir daquele momento, assumiria a Guarnição de Brasília. Então, a partir dessa hora, já tínhamos um Comando de Guarnição.

Ainda nesse dia 2 de abril, em seguida, fui destacado, juntamente com meu Pelotão – eu era da 4ª Companhia – para apresentar-me ao Comandante do 3º Esquadrão C Mec, que estava na sede do Comando Militar de Brasília, na Esplanada. Os carros de combate estavam todos lá. Cheguei e apresentei-me ao Comandante do Esquadrão. Era o Capitão Casales (Luciano Phaelante Casales). Apresentei-me e fiquei aguardando ordens. Por volta da uma hora da manhã, fui chamado pelo Chefe do Estado-Maior, dizendo que eu deveria cumprir a seguinte missão: deslo-

car-me, com meu pelotão, pela BR 040, até a altura onde se encontravam as antenas da Rádio Nacional. Lá, teria que lacrar os transmissores. A Polícia Militar estava tomando conta da instalação da Rádio Nacional. Com meu pelotão deveria cercar a área e prender todos os elementos da Polícia Militar e lacrar os transmissores. Recebi a ordem e levei comigo um Major de Comunicações. Esse oficial iria lacrar os transmissores, mas estava com receio de ser preso pelas tropas de Minas Gerais. Permanecia o tempo todo com a pistola na mão, e eu alertava:

– Major, guarda essa pistola, o senhor está nervoso, daqui a pouco o senhor dá um tiro e se acidenta com essa arma. Aí, o Major acalmou-se.

Chegamos no local, ele ficou na estrada e eu avancei com o pelotão; posicionei o sargento mais antigo para cobrir o meu flanco. Os PMs que estavam lá dentro não notaram a nossa chegada. Já eram duas e pouco da manhã, a maioria estava dormindo. Abri a porta, entrei e rendi todos que estavam lá. Uns dois ou três tentaram fugir, mas fechamos a porta e não conseguiram sair. Desarmamos todos eles e, a partir desse momento, avisei ao Major:

– Pode chegar que há segurança para o senhor lacrar os transmissores.

Então, lacrou todos os transmissores, botou a data, assinou. A partir daí, a rede da legalidade foi neutralizada, porque o que estava ocorrendo em Brasília, era a rede da legalidade, por intermédio da qual agitadores insuflavam os candangos a quebrar lojas comerciais, a entrar nas residências etc. Silenciamos a rádio da legalidade.

No dia seguinte, 3 de abril, voltei para o Comando Militar de Brasília e logo, na parte da manhã, recebi outra missão: correr para a W3 com meu pelotão, onde existe hoje a igreja Dom Bosco. Ali os candangos estavam reunidos e intentavam, de novo, quebrar todas as casas comerciais. Cheguei com o pelotão, fechei toda a W3 e um companheiro, o Tenente Cardoso (Alberto Mendes Cardoso), hoje General Cardoso, impediu a entrada da W3, mais ou menos na quadra 505. Fechamos a pista, fizemos uma linha de frente e ficamos aguardando. Com isso, os candangos ficaram no centro, entre quinhentos a mil, todos com pedaços de pau, pedras etc. Começaram a jogar pedras em cima de nós.

Não tínhamos equipamento de controle de distúrbios e alguns soldados receberam pedradas no capacete. Então, tomei a seguinte iniciativa: vamos atirar para o alto. Empunhei a metralhadora Madsen que, inclusive, faz tiro antiaéreo e ordenei que todos os soldados atirassem para o alto. Demos uma rajada que, realmente, os assustou. Saíram correndo, largaram tudo no meio do caminho; teve gente que atravessou aquelas residências da W3 e saiu do lado de lá, passando pelo jardins. Permanecemos na avenida, ainda fechada, até à noite, e eles não

voltaram mais. O Tenente Cardoso, que estava na 505, também ficou do lado de lá, aguardando, mas não houve mais nenhum movimento.

Na noite de 2 de abril, ainda me encontrava com meu pelotão, prestando serviço na Esplanada, juntamente com o 3º Esquadrão C Mec. Recebi, por volta das duas horas da manhã, a missão de cercar o Ministério da Marinha. Achei meio estranho, mas informes disponíveis diziam que havia no Ministério da Marinha alguns elementos revoltados e teríamos que detê-los, pois pretendiam descer e tentar tomar o Comando Militar de Brasília. Encontramos as luzes todas apagadas e permanecemos aguardando, cerca de uma hora. Eis que alguém grita de dentro do Ministério da Marinha, da portaria, pedindo para conversar com o Comandante da tropa do Exército que cercava o prédio. Aproximei-me e se tratava de um Capitão-Tenente, com dois ou três sargentos da Marinha, solicitando que déssemos informações do que estava se passando. Abri o jogo:

– Olha, capitão, a ordem que recebi foi cercar o Ministério, porque havia alguns revoltosos aqui dentro, que iriam descer para ocupar o Comando Militar de Brasília, aqui ao lado.

– Não! Não tem nada disso! Estou garantindo – respondeu o oficial.

Mantive a tropa lá, desloquei-me para o Comando Militar de Brasília e falei com o Chefe do Estado-Maior que me recebeu e determinou: "Pode tirar a tropa de lá. Já que é assim, tira a tropa." Foi o que fiz.

No dia 4 de abril, não estou bem lembrado, o Comandante da Guarnição ainda era o General Fernandes, mas o designado era o General Raphael de Souza Aguiar que viria do Rio de Janeiro. Voltei para o Batalhão, nesse dia. Procuramos saber qual era a hora de chegada do General Raphael de Souza Aguiar. Informaram que chegaria na parte da tarde.

Organizamos um comboio, novamente uma das Companhias – não me recordo qual foi – deslocou-se liderada pelo Capitão Comandante para o Aeroporto de Brasília, o aeroporto civil, pois o General viria num avião de carreira. Lá, no aeroporto, a Companhia entrou na pista, cercou o avião, quando este chegou à área de taxiamento e deu apoio e segurança ao General Raphael de Souza Aguiar.

Desde o dia 31, falava-se que haveria uma contra-revolução e que ficássemos de olho aberto. Esse informe de que a contra-revolução iria ocorrer permaneceu durante quatro ou cinco dias, após o dia 31 de março. Entretanto, nada aconteceu.

O General Raphael de Souza Aguiar deslocou-se diretamente, viajou fardado, do aeroporto para o BGP, porque o BGP, como falei anteriormente, era a única Unidade de efetivo completo. Lá já se encontravam alguns oficiais do Comando

Militar de Brasília. O General fez uma reunião com todos os oficiais e, a partir dali, assumiu realmente o comando da Guarnição.

Nessa hora, o Comandante do Batalhão, o Coronel Raymundo Netto Corrêa, apresentou-se ao General e num gesto de altivez, tirou a pistola do coldre e fez a entrega da arma ao General Raphael de Souza Aguiar. O General retrucou que não a aceitava, queria que ele colocasse a pistola no coldre novamente e disse que não estava ali para ouvir uma confissão de um Comandante que tinha mais de quarenta anos de serviço, um Comandante estimado, honrado, digno e, portanto, não iria aceitar aquela rendição. Que ele permanecesse no comando do Batalhão. Até acreditamos que fosse continuar no comando do Batalhão, mas, no dia seguinte, qual não foi a nossa surpresa, foi exonerado do comando e nomeado Comandante da Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Sorocaba, se não me engano, ou Ribeirão Preto; assumiu o comando do Batalhão, naquela noite, o então Coronel Meira Mattos, que estava na Guarnição de Brasília com a sua tropa – duas Companhias – que se deslocara de Cuiabá. Comandou o BGP por cerca de dois meses. Depois, assumiu o então Coronel Darcy Lázaro.

A partir desses quatro ou cinco dias após o 31 de março, começaram a ocorrer aqui alguns inquéritos. Prenderam muitas pessoas envolvidas com terrorismo, outras com guerrilhas e corrupção. Trabalhei num inquérito do Banco do Brasil. Também participei, nesse período, até o final do ano, da prisão do Francisco Julião, que foi preso e ficou no BGP, cerca de um mês. Interessante a pessoa do Julião. Muito inteligente, nunca tentou esconder nada, sempre se confessou esquerdista, comunista convicto, e que não iria mudar a posição dele. Era uma conversa muito interessante. Durante um serviço que tirei no Batalhão, como oficial de dia, solicitou a Bíblia, porque não tivera tido oportunidade, na vida, de ler o Livro Sagrado.

O decorrer do ano de 1964 foi muito movimentado, cheio de confusão e, no seu final, ocorreu a intervenção federal em Goiás. Mais uma vez, o Tenente Almeida foi deslocado, dessa vez para Anápolis, quando houve um roubo de armas no Tiro de Guerra. Deslocamo-nos com a 3ª Companhia – se não me engano –, e ficamos, cerca de 30 dias, naquela cidade. Depois nos deslocamos para Goiânia, para dar a segurança ao interventor federal, o próprio Coronel Meira Mattos.

No seu caso, foi uma experiência atribulada, no centro da Revolução, em Brasília, na Unidade de maior expressão da Capital Federal. Devem ter sido alguns dias sem sono, não?

Sem sono, cinco ou seis dias sem dormir, praticamente. Porque, além do ambiente tenso pela falta de confiança em alguns companheiros e sargentos e a

inexistência de um comando efetivo, ficamos sobressaltados, em face do informe sobre a possível ocorrência de uma contra-revolução, como já relatei. Ninguém sabia nada e o futuro era uma incógnita. Por ser novo ainda, tinha muito receio de que ocorresse qualquer coisa, inclusive até com a minha família.

No entanto, hoje em dia, divulga-se, pela mídia, a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio a interromper um processo, um clima de liberdade que existia no País. Segundo o jornalista Flávio Tavares, no seu livro Memórias do Esquecimento, *a Revolução interrompeu o dinamismo da própria sociedade, em que os trabalhadores, empresários, reivindicavam às claras e o conflito era transparente. Será que havia mesmo esse ambiente no Brasil? E quais seriam as possíveis causas que levaram ao desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964?*

Posso analisar, porque vivi essa época. Realmente havia liberdade, até demais, a liberdade era plena, a mídia escrevia o que queria, os trabalhadores, praticamente, viviam em greve, o comércio de portas fechadas. Não havia segurança e até mesmo os empresários insistiam que o Governo desse um mínimo de segurança, para que pudessem trabalhar. O que havia, até 1964, era uma total desorganização no Governo: infiltração comunista, ativistas insuflando os trabalhadores e promovendo greves, a mídia também insuflava a população. Os integrantes das Forças Armadas eram chamados de "gorilas". Realmente não havia, no Brasil, um ambiente bom, de trabalho, sério; não se respirava dignidade. O pessoal não tinha liberdade e sim liberalidade em excesso, porque não se sabia o futuro. Dizia-se que o Presidente João Goulart ia dar um golpe para criar um Governo sindicalista. Era total a incerteza, naquela época.

Havia alguma influência de organizações externas às Forças Armadas tentando cooptar os militares, tentando infiltrar-se nas suas organizações?

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tentava infiltrar-se nas Forças Armadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Revolta dos Sargentos. Foi infiltração da CGT. Também ocorreu na revolta dos marinheiros, no Rio de Janeiro. Uma atividade da esquerda conduzida sobre os marinheiros para que se revoltassem. Os Fuzileiros Navais também se rebelaram e pediram a saída do Ministro da Marinha.

E nos quartéis, como era essa fase antes da Revolução?

De total desconfiança. A maioria dos oficiais era anticomunista, estarrecidos diante do que o Governo estava fazendo. Desconfiava-se de alguns oficiais.

Constatávamos que alguns já aceitavam a cartilha comunista. Realmente a desconfiança era total.

Havia um clima de insatisfação quanto ao Governo João Goulart?

Total insatisfação, porque era difícil suportar o clima de greves constantes, os quebra-quebras. O Governo não tinha autoridade para conseguir manter, vamos dizer assim, o mínimo de autoridade, de seriedade. O tal clima de liberdade, aproximava-se mais da libertinagem.

Quais os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou convicto de que, no seio das Forças Armadas, a Revolta dos Sargentos e Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, foram o ponto de partida. Os marinheiros se revoltaram, ficaram em greve, tiraram os uniformes e, quando mandaram uma Companhia de Fuzileiros Navais para conter os amotinados, os navais bandearam-se para o lado de lá. Aí, chegamos ao extremo da falta de disciplina e hierarquia. A partir desse ponto, as lideranças das Forças Armadas chegaram à conclusão de que só restava fazer o movimento armado. Tivemos o respaldo da Igreja, o apoio popular com aquelas marchas, as grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. O povo foi à rua e pediu intervenção no Governo João Goulart. O povo é que pediu.

Durante o Governo Goulart, havia em andamento, a seu ver, uma Revolução ou a tentativa de tomada do Poder pelos comunistas?

O que estava acontecendo no Brasil era semelhante ao que ocorrera na Tchecoslováquia. Havia a pressão de base, os trabalhadores simulando negociar com o Governo, mas querendo realmente impor sua vontade, e a pressão de cúpula dos esquerdistas infiltrados no Governo João Goulart. Posso citar aqui o João Pinheiro Neto, um esquerdista atuante, que estava no Ministério do Trabalho e era um dos que freqüentavam comícios nos quais arengava que o Brasil precisava mudar e que as reformas tinham que vir, mas eram todas reformas esquerdizantes e socializantes.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da era da Revolução?

Não tenho dúvida de que um dos principais líderes foi, inicialmente, o Marechal Denys, determinado coordenador e impulsionador. Tomou a si, como poucos, a Revolução. Trabalhou em inteira ligação com várias lideranças civis e com o General

Olympio Mourão Filho. O Movimento começou em Minas Gerais, com a participação também da Polícia Militar de Minas Gerais, que se destacou sobremaneira. Outro líder da Revolução, que ressalto, foi o Marechal Castello Branco.

Havia um esquema militar, no Governo Federal, para contrapor-se ao Movimento? A que se pode atribuir o total e rápido desmoronamento desse esquema militar? Parece, inclusive, que merecia a confiança do Presidente e era chefiado pelo Chefe da Casa Militar.

O esquema militar era liderado pelo General Assis Brasil, esquerdista convicto. Afirmava que tinha a tropa, o Exército, na mão. Na realidade, o que ocorreu foi o seguinte: o Ministro da época, General Jair Dantas Ribeiro, também era simpatizante, mas, no dia da Revolução, estava baixado ao Hospital Central do Exército (HCE), teve um problema de saúde. Eis que o próprio Ministro não pôde tomar as providências necessárias. Talvez tivesse havido dificuldade no início da Revolução, por causa do Ministro da Guerra, mas ele nada pôde fazer por encontrar-se doente. Realmente, o esquema estava vinculado ao Assis Brasil e, naturalmente, este General ligava-se ao Ministro da Guerra.

Esse esquema foi "por água abaixo", porque, na realidade, não teve respaldo no Rio de Janeiro e nem em São Paulo.

Em São Paulo, comandava o II Exército o General Amaury Kruel que passou para a Revolução, no primeiro momento. No Rio de Janeiro, o General Âncora, também um pouco doente, era simpatizante da legalidade e de João Goulart. Entretanto, a tropa do I Exército, nos primeiros momentos... todas as Unidades-Escola que saíram no eixo da rodovia Dutra para barrar as tropas de São Paulo passaram para o lado da Revolução, tornando qualquer resistência do Governo impossível.

O Presidente, então, deslocou-se para o Rio Grande do Sul, onde o General Poppe de Figueiredo assumiu o Comando do III Exército e resolveu o problema a favor da Revolução.

Que comentários o senhor faria, quanto ao emprego do BGP, por suas ações durante a Revolução, nos primeiros dias? Como o Batalhão foi empregado? E o aspecto chefia e liderança?

O que ocorreu foi exatamente o seguinte: não houve emprego do Batalhão.

O Batalhão não tinha um Comandante. O Comandante não dava qualquer ordem; chegava à janela da varanda, olhava uma Companhia sendo aprestada para sair, e perguntava:

– Quem deu aquela ordem?

Ninguém dera ordem, o Capitão resolvera sair com a Companhia dele. Realmente não havia comando na Unidade. Os majores, nenhum deles quis assumir a responsabilidade. Permaneceram, cada um, na sua posição. Alegavam:

– Já estou muito velho para isso, não quero assumir, não tenho a intenção de me expor.

Os capitães eram mais novos e tomaram as providências cabíveis. Na realidade, quem dava as missões era o Comando Militar de Brasília que ultrapassava direto o Comandante. Se o Comandante desse uma ordem, aquele que a recebesse não obedecia. Então o Batalhão ficou sem comando durante dois dias, totalmente sem comando. A iniciativa foi dos capitães.

Na época da Revolução, a mídia apoiou o Movimento?

Apoiou muito. *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, e outros, acompanharam todo o Movimento. A gente via que o apoio era total, aliás, não só da mídia, mas da sociedade brasileira. Todos aplaudiam quando a tropa chegou ao Rio de Janeiro. A tropa de Minas Gerais foi recebida até com fogos de artifícios. Parecia que o pessoal estava vindo da guerra e quando a tropa voltou para Juiz de Fora e Belo Horizonte foi acolhida com manifestações de apreço e carinho. Realmente toda a sociedade estava a favor da Revolução, porque realmente não suportavam aquela situação que cada vez mais se deteriorava, com o Governo João Goulart.

Hoje em dia, a mídia omite os acertos da Revolução, o senhor poderia citar os principais acertos da Revolução de 1964?

Primeiro, podemos comentar o seguinte: os Governos revolucionários procediam com seriedade. Sei porque servi muito tempo em Brasília e, embora tenente, mais tarde capitão, via como funcionava a máquina administrativa. A coisa era toda muito organizada, os presidentes eram homens responsáveis.

Estudava para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior e conhecia bem o PND, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento feito pelo Governo, desenvolvido pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Ali se identificava, vamos dizer assim, a seriedade do plano com vistas ao desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Por exemplo, o plano estabelecia que o País devesse ter tantos *megawatts* de energia no prazo de cinco anos, tantos *megawatts*, passados dez anos. E realmente valia o planejamento. Coisa desse gênero, nos Governos anteriores aos da Revolução, era desconhecida.

Lembro-me de que o primeiro PND não foi executado por completo, mas o segundo, praticamente, foi oitenta por cento realizado, entretanto o terceiro foi

afetado pelo problema da alta do petróleo, na época do Presidente Geisel, tendo sido comprometida, por isso, uma parte do plano.

O primeiro planejamento dessa natureza deu-se com Juscelino: plano de metas.

É, esse funcionou também.

Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a respeito?

Penso que não houve "ditadura militar" porque o Congresso funcionava normalmente. A mídia desempenhava seu papel, os jornais publicavam o que queriam. Acredito até que tivesse havido alguma censura, mas muito menor do que a que ocorreu no tempo do Getúlio, posso garantir. No tempo do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a censura era para valer, só escreviam o que o Governo autorizava. Durante a Revolução, entendo que não houve tanta censura assim. Apenas alguns episódios limitados no tempo.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas, como instituição ou seus integrantes individualmente, aproveitaram-se da situação para auferir vantagens de qualquer tipo?

Não, pela seguinte razão: as Forças Armadas, depois da Revolução, se modernizaram, modificaram os fundamentos doutrinários. Incrementou-se a designação de oficiais para tirarem curso no exterior, além de outras medidas de profissionalização.

No final do período revolucionário, entretanto, o próprio Presidente Sarney, ao assumir, achou estranha a situação das Forças Armadas. Pensava que as Forças Armadas, naquele período, tivessem conseguido um avanço muito grande, mas chegou à conclusão de que isso não acontecera. O Exército precisava de viaturas, de munição, a Força Aérea precisava de aviões, e a Marinha, de navios. Na realidade, não houve, vamos dizer assim, por parte dos Ministros, na época dos Presidentes Militares, uma insistência na alocação de recursos, para resolver os problemas crônicos das Forças Armadas, em termos de reequipamento.

Quando o General Leônidas assumiu o Ministério do Exército, houve, então, um período, vamos dizer assim, de desenvolvimento. Realmente, a partir daí, houve um surto apreciável de desenvolvimento dentro do Exército.

Existe, hoje, o chamado "revanchismo" em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer?

A pergunta procede. É só ler o jornal. Entre outras chamadas, a "Operação Condor", o "Juscelino foi assassinado". Puro "revanchismo". Coisas passadas há 25, 30 anos;

estão descobrindo fatos que já aconteceram há muito tempo, ou mesmo jamais ocorreram. Para mim, isso não deixa de ser "revanchismo". Agora aonde querem chegar? À total desmoralização das Forças Armadas. É isso que pretendem. Neutralizá-las.

Mesmo assim, as Forças Armadas, hoje em dia, têm o maior índice de aceitação popular.

Por fim, o senhor gostaria de colocar ou dizer mais alguma coisa, acerca da Revolução de 1964, que merecesse ficar registrado aqui no Projeto de História Oral?

Acho que já falei bastante. Esse trabalho é sumamente importante para a memória da Revolução. Daqui a alguns anos, surgirá a verdade histórica, que sufocará a mentira histórica, tão em voga em nossos dias.

Os depoimentos aqui têm sido realizados bastante à vontade, de forma simples. Procura-se a verdade, não há nenhuma restrição, nada que impeça o entrevistado de manifestar-se livremente.

Penso ser fundamental prosseguir com o Projeto. Procurar ouvir o maior número de pessoas que participaram da Revolução. Pessoas que viveram os problemas ocorridos durante o Movimento. Desde o seu eclodir, os primeiros meses da Revolução, seu desenrolar, os anos que se seguiram, até o apagar das luzes, com o último Governo revolucionário.

Tenente-Coronel Ivan Pontes Laydner

- Natural da Cidade de Cruz Alta, RS.
- Foi instrutor do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); serviu no Estado-Maior da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas, no Rio Grande do Sul; no Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador, na Bahia; no Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, no Ceará; e no Serviço Nacional de Informações (SNI), na agência de Salvador.
- Atividades civis: Analista de Informações do SNI (1979 a 1988) e Coordenador de Administração da Imprensa Nacional.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os cursos da Escola Nacional de Informações (EsNI): Informações Categoria "A", realizado em 1975, e Informações do Campo Externo, realizado em 1984.
- No dia 31 de março, era Capitão Comandante da Bateria de Tiro do 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm (3º G Can Au AAé 40mm), de Caxias do Sul, RS.

Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2002.

Inicialmente, devo dizer que minha experiência pessoal ligada à Revolução de 31 de Março é pequena. Até a data da eclosão do Movimento, fui aspirante, tenente e capitão radicado no interior. Fiquei bem classificado ao término do curso da Academia e, ao escolher o Rio Grande do Sul para servir, tornei-me o primeiro cadete a fazer tal escolha. Comento esse fato porque recebi uma verdadeira ovação, pois tinha deixado de ocupar vaga do Rio e outras cidades onde meus companheiros queriam servir.

Permaneci seis anos em Cruz Alta. Depois, transferi-me para Caxias do Sul, onde servia quando a Revolução eclodiu. Durante todo esse tempo a minha formação era essencialmente democrata e liberal.

Nesse período, dois acontecimentos me marcaram: o primeiro foi a questão da Legalidade, em 1961, quando ainda me encontrava em Cruz Alta. A definição do episódio foi diferente daquele da Revolução de 31 de Março. Não tínhamos noção do que acontecia no Governo e mesmo sobre o Vice-Presidente João Goulart, mas a Constituição estabelecia que ele deveria assumir. Lutei por isso, lutei por João Goulart, naquela época. Fui, vamos dizer assim, legalista, como Leonel Brizola. Meu comandante era Rui de Paula Couto, que escreveu um livro sobre 1964.

O segundo acontecimento que marcou minha vida profissional, também nessa ocasião, foi ter encontrado lá um oficial – meu conterrâneo por sinal – depois Ministro do Exército, General Leônidas. O General Leônidas chegou ao Grupo de Artilharia de Cruz Alta e modificou-o. De um dia para o outro, a Unidade passou a ser, de fato, operacional e aquilo fez-me despertar para a vida profissional.

Esses dois acontecimentos contribuíram para que a minha dedicação ao Exército fosse total. Não tinha outro pensamento que não fosse trabalho, que não fosse serviço, o que era natural, não havia nada demais, naquela época era assim. Então, a Revolução de 31 de Março pegou-me desprevenido. Não sabia o que estava acontecendo. Tinha aquela noção de legalidade e só.

Uma coisa digna de ser notada é que, em 1961, no episódio da Legalidade, embora a Constituição apontasse que o único caminho a seguir era esse, houve, no Rio Grande do Sul, vários casos de problemas psicológicos decorrentes dessa definição. Ao passo que, em 31 de março, quando claramente a decisão tomada foi contra a ordem legal, não tive conhecimento de nenhum caso e nem problema desse tipo.

Dia 31 de março, Caxias do Sul, Unidade Antiaérea onde serviam sargentos antigos, sargentos de peso, sargentos queridos, sargentos líderes de tropa. Um acaso – não sei bem se foi um acaso – no dia 31 de março: quatro sargentos que poderiam me causar problemas, naquela época – vamos lembrar que os sargentos,

açulados pela ideologia marxista, produziam alguma efervescência – gozavam suas férias. Não tive problema algum. Foi fácil, extremamente fácil, a tomada de decisão, bastando a conversa com o pessoal que lá estava.

Inclusive um dos sargentos-problema, só fui revê-lo alguns meses depois, pela televisão, quando desembarcou do avião, preso, junto com o Jéfferson Cardim de Alencar Osório. Chamava-se Chaves, era Chefe de Peça de Canhão Antiaéreo e o único que não conseguia levar a guarnição, em forma, até a peça. A turma debandava, não o respeitava. Ao contrário dos demais, esse não era líder de jeito algum. Foi o único que tomou este caminho; os outros voltaram, acomodaram-se. A experiência que tenho é essa. Talvez esteja faltando aqui o porquê foi fácil a decisão. Acredito que mais à frente apareça essa motivação.

As análises feitas anos após a ocorrência de um evento tendem a esquecer o ambiente em que ele se desenrolou. No quadro mundial em que ocorreu o Movimento Revolucionário de 1964, vivia-se a chamada guerra fria. Esse ambiente global pós-Segunda Guerra Mundial pode ter exercido alguma influência na Revolução de 1964.

Acredito que sim, principalmente pelo fato de que sendo um assunto global, e em foco na ocasião, o nosso Exército tivesse passado a estudá-lo com mais profundidade. Era uma guerra nova, de fundo ideológico, com ações psicológicas e políticas. Quando isso começou a surgir no Brasil, percebemos, sentimos, o que estava ocorrendo.

Como era o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Há pouco comentei que havia quatro sargentos com problemas. Três deles eram, simplesmente politizados, seguidores da liderança do Leonel Brizola. Só isso. Ponto. Um deles não. E me surpreendeu, porque era o menos capaz, o menos habilitado. Esse tomou arma na mão e com o Jéfferson Cardim...

Ele tentou cooptar outros companheiros?

Nunca percebi. O Chaves não tinha capacidade, os outros sim. Mas isso não era assunto de quartel. E como Comandante de Unidade, e uma Subunidade de Tiro só, vivia-se dia e noite com o pessoal. Se houvesse algo, a gente teria captado, mas não ocorreu esse fato.

O clima era de insatisfação com o Governo João Goulart?

No quartel não comentávamos assuntos políticos. Não era o caso de satisfação ou não com o Governo João Goulart.

Agora, todos nós, sargentos e oficiais, na Cidade de Caxias do Sul – que é uma cidade industrial, como Juiz de Fora, e do interior – íamos e voltávamos do

quartel para casa em uniforme de campanha e éramos parados, seguidamente, pela população, que pegava-nos pelo braço e dizia:

– Poxa! vocês não vão fazer nada? Até quando vocês vão agüentar isso... essa esculhambação?

Vivia-se um ambiente de greves e tudo mais, que repercutia intensamente sobre a gente. Intensamente.

Posição da Igreja, Igreja Católica, em particular, com relação ao Governo deposto em 1964?

Da parte do clero, observava-se o começo da ideologização, intensificada mais tarde.

Lembro-me até de um fato. Havia um padre, professor da Escola de Filosofia, que causava grandes problemas por suas tendências esquerdistas. Conseguimos nos livrar dele, simplesmente porque, depois de 1964, se estabeleceram barreiras nas estradas para o Rio de Janeiro. Ali passava a BR-116 e, certo dia, um cabo, com uma metralhadora "ponto 50", postado na barreira montada pela minha subunidade, mandou parar um fusca que não obedeceu. Felizmente, o cabo não feriu ninguém, mas fez o Fusca parar. Esse padre estava dentro do carro. Desceu do mesmo uma menina, estudante, semidespida. Aí, o cabo, muito vivo, fotografou. Depois, não tomei mais conhecimento, por ser problema do Comando. Parece que essa fotografia foi mostrada para o Bispo, que disse: "Tira esse cara daqui." E acabou o problema.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

Não tenho dúvida. Sou testemunha, pela amostra que tive em Caxias do Sul. Era impressionante a insistência com que as pessoas nos abordavam, nas ruas, e faziam aquela pergunta que já citei. Se chegávamos em lojas para comprar alguma coisa, já vinha o dono da casa comercial puxar conversa e levantar o assunto, exigindo que o Exército fizesse algo. Faço apenas a ressalva de ser capitão, sem maior vivência nacional, mas em Caxias do Sul não tenho dúvida. No dia 31 de março, à noite, o que chegou naquele quartel de pneus, baterias, geradores, mandados pelas indústrias – mandaram entregar lá – para ajudar a combater, foi de causar forte impressão.

Essa sua observação é muito importante, porque vem somar-se a outros exemplos surgidos em entrevistas anteriores, acontecidos em diversos pontos do País, com o mesmo sentimento.

Estava em andamento uma revolução marxista para a mudança da ordem institucional?

Não posso dizer que, naquela ocasião, isso estivesse perfeitamente claro. Mais tarde, sim, começaram a aparecer os indícios, mas era algo a que nós, oficiais subalternos, não tínhamos acesso ou contato.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o principal líder foi o Marechal Castello Branco. Agora, o que acontece é que ele foi um líder de tanto valor, que eclipsou, apagou, os demais. Saindo dele e logo a seguir, citaria o General Médici.

Não estou falando em nomes civis porque não sei – é uma dúvida que tenho até hoje – se os civis daquela época, como o Governador de Minas, Magalhães Pinto, não se aproveitaram do Exército para melhorar a sua posição política.

Com relação ao problema do apoio dos Estados Unidos ao Movimento revolucionário, algumas pessoas dizem que este País teria colocado uma força-tarefa ao largo do Espírito Santo, em Vitória, justamente para apoiar o Governo de Minas. O senhor teria algo a nos dizer sobre esse apoio?

Desconheço esse assunto de apoio externo.

A que o senhor atribui o desmoronamento rápido e incruento do chamado esquema militar do Governo Federal?

Esse esquema militar do qual o Governo Federal se vangloriava e propagava na época, era irreal. Apesar de afirmar de que tinha o comando de uma boa parte da tropa, a verdade era outra e o Governo não dispunha de força.

O Governo João Goulart não estava bem, fazia uma "zorra" dentro do Brasil, verdadeira esculhambação. Aquele nosso sentimento de Ordem e Progresso não estava sendo atendido. Essa era a insatisfação que nós, subalternos, alimentávamos em relação ao Governo e que, sem dúvida nenhuma, nos levou a tomar uma decisão até contrária à ordem legal, na época.

O Movimento de 31 de Março de 1964 robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas, particularmente do Exército?

Num primeiro momento sim, e bastante. Havia um objetivo comum. Agora faço uma restrição, baseada na minha vivência, particularmente nos últimos cargos que ocupei, voltados para as atividades de informações, de inteligência. Talvez tivesse acontecido por nossa culpa, do pessoal da inteligência, de informação. Como os assuntos tratados na 2ª Seção tinham de ser preservados, exi-

giam um certo sigilo, havia muitas missões misteriosas, começou haver uma desconfiança do restante dos militares em relação àqueles poucos elementos. Nos quartéis, era o S/2, e nos estados-maiores dos escalões superiores, o E/2, nomes com que eram designados os chefes das seções de informações, que viviam fechados, trabalhando demais, inclusive fora de expediente, de madrugada. Ninguém sabia por que estavam lá. Isso gerou uma certa aresta, um certo desgaste, até para o pessoal de informações mesmo. Não havia razão para isso, mas foi o que aconteceu.

Essa minha constatação já vem de muito tempo. Em 1977, se não me falha a memória, estava em Fortaleza. Até então, tínhamos os Destacamentos de Operações e Informações (DOI) fora dos quadros de organização e distribuição da Força, os chamados QOD, mas, neste ano, os destacamentos foram incluídos nestes quadros. Posicionei-me contra e, inclusive, externei a minha opinião contrária, porque iam institucionalizar algo que já vinha criando arestas para o próprio Exército. Assim, o pessoal classificado nos DOI estava oficializado: Fulano é do DOI.

Identificávamos uma certa prevenção do restante da tropa em relação àquela turma. Acho que houve um desgaste. Não foi uma boa política. Não havia necessidade de haver tanta compartimentação da inteligência.

O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

Acredito que não. Posicionava-se contra a ideologia comunista.

A nossa ideologia estava simbolizada no dístico da nossa Bandeira: “Ordem e Progresso”.

O que nós chamamos, hoje, a mídia, ela apoiou o Movimento, na ocasião?

Muito. Apoiou tremendamente. Tremendamente. Hoje tem muita gente escondendo a matéria que escreveu, mas é fácil recuperar isso. A edição de março do ano passado (2001) da revista do Clube Militar publicou diversos editoriais, na íntegra, que revelam o pensamento, à época, dos principais órgãos formadores da opinião pública. Conclamavam para que as Forças Armadas agissem.

Existe um editorial de *O Globo* publicado por ocasião dos vinte anos da Revolução, elogiando-a e, se não me falha a memória, foi o próprio Roberto Marinho quem o assinou.

A mídia apoiou a Revolução, desde os primeiros dias, em manchetes diárias e sempre elogiosas. Por isso dá para inferir que, na realidade, o Exército, quando fez a Contra-Revolução de 31 de Março, atendeu ao anseio da sociedade.

O senhor usou a expressão "contra-revolução". O termo "revolução" não estaria correto?

Digo que foi contra-revolução, porque foi uma reação contra a revolução comunista, contra a comunização que estava-se estabelecendo no País. Então, foi a reação. A "revolução" foi depois.

Mais tarde, o Movimento teve que se institucionalizar. Na época, os militares diziam... aliás, o David Nasser – não sei se estou fazendo confusão – também escreveu, analisando a ação do Exército: "Eles (os militares) assumiam o Governo e ficavam como que impotentes, não sabiam o que fazer. Dessa vez eles resolveram ficar com a 'batata quente'; não a devolveram para os civis."

Penso que, a partir dessa decisão de ficar com o comando da Nação, é que começou a formar-se uma revolução dos costumes, mediante a edição dos atos institucionais.

Briga-se até hoje, por exemplo, com a corrupção. A maioria do pessoal cassada foi por atos de corrupção, inclusive integrantes das Forças Armadas. No nosso entender, aqueles elementos que recebiam comissões – chamados de grupo dos 10% – foram cassados na primeira leva.

Para mim, aí começou a Revolução. Houve, também, a preocupação de tornar o País uma potência, implantando uma revolução nas suas estruturas econômica, política e social.

Mas sofremos várias críticas. O senhor poderia nos citar os erros que foram cometidos nesse período revolucionário?

Um erro que hoje está sendo reparado. Conheci agora o Centro de Comunicação Social do Exército, que não existia naquela ocasião. Aliás, alguns escritores já comentaram que o Presidente Castello Branco tinha verdadeiro horror à propaganda política. Estavam muito fortes, na lembrança daqueles militares da época, as diatribes contra o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, da República.

Foi um erro, por exemplo, a maneira como eram feitas as cassações desse pessoal corrupto, sem dizer o motivo. Era apenas nomeado: "Fulano de Tal", acompanhado, a seguir, da expressão: "cassado". Essa era a regra.

Dizem, comentários de quem viveu na época, que isso foi determinação do próprio Castello Branco que não queria acrescentar à pena da cassação a divulgação do crime. São coisas difíceis de explicar hoje, mas que aconteciam na época.

Nós, no Exército, que conhecíamos o problema, sabíamos que os corruptos, aqueles dos 10%, foram cassados, mas o meio civil não sabia. Então, como não ficou explícito o motivo, esse pessoal posa hoje como perseguido político, quando, na verdade, cometeu alguma falcatrua.

Todos eles estão voltando à cena política?

Voltaram. Hoje recebi um *e-mail* de um colega fazendo uma comparação entre o Ronald Biggs, o assaltante daquele trem na Inglaterra que se asilou no Brasil, e o nosso Ministro da Justiça, que também assaltou um trem na Santos–Jundiaí.

O senhor, depois que passou para a reserva, trabalhou em alguns órgãos civis, o SNI, o Ministério da Justiça. Esses Ministérios dispunham de uma Divisão de Segurança de Informações (DSI)? O senhor poderia nos dar alguma notícia do funcionamento dessas divisões?

Essas DSI e, também, as Agências de Segurança de Informações, no interior dos ministérios, eram órgãos lotados por pessoal do SNI. Trabalhei no SNI de 1979, quando fui para a reserva, até 1988. Inicialmente, em Salvador e, a partir de 1984, na agência central, em Brasília. Esse pessoal era de uma valia extraordinária, porque pertenciam aos quadros do SNI. A gente tinha conhecimento real de tudo que se passava no País através dos ministérios; algumas agências das autarquias, da Petrobras, por exemplo, eram muito importantes. Isso, naturalmente, permitiu que o Governo identificasse e prevenisse problemas. Mas o Collor acabou com tudo. Depois, houve até uma tentativa, que não foi iniciativa do SNI, mas de alguns ministros, de tentar reativá-las, porque os próprios titulares passaram a se sentir mal-informados, sem saberem do que acontecia nos próprios ministérios.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não sabe o que acontece, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) idem. O pessoal está todo espalhado.

Falta a informação de governo...

Falta informação de governo para governo. Não existe. Essas DSIs eram também muito mal-aproveitadas pelos próprios ministros, porque embora os integrantes da DSI fossem, vamos dizer assim, formados pelo SNI, eles, na realidade, tinham uma dupla subordinação: tecnicamente, subordinavam-se ao SNI e administrativamente, ao ministro. Mas, estes, normalmente – não é regra geral – não sabiam disso.

Uma ocasião, estava no aeroporto, em Sergipe, e “peguei uma carona” no avião que conduziria um ministro que estava concluindo sua visita ao Nordeste e voltaria a Brasília. Por acaso, estávamos sós e quando contei que era do SNI, ele disse:

– Eu não sei o que faço com a minha DSI. Para quê aquele pessoal está lá? O que eles fazem? O que eu mando eles fazerem?

Demonstrava um desconhecimento total de como aproveitar aquele pessoal. Isso existiu também.

Que tipo de informação de governo, só para ilustrar, esse pessoal poderia prestar?

Vou tomar a Petrobras como exemplo. Até a existência da DSI não se tem notícia de falcatrua na empresa. Depois que foi extinta a DSI, volta e meia a Petrobras está no noticiário.

Um caso como aquele da P-50 não podia acontecer. Está evidente até para um leigo. Uma empresa que fazia pequenos serviços de reparo para a Petrobrás, de repente, assume a responsabilidade de construir a maior plataforma do mundo. Depois, subcontrata uma empresa da Itália para fazer o serviço. A seguir, distrata e contrata uma do Canadá. Essas coisas não aconteceriam se houvesse uma DSI.

Se houvesse a informação gerencial para o presidente da empresa.

Não estou culpando o presidente da empresa. Ele não pode saber de tudo que se passa. Tem vários diretores e vários setores. Um órgão desses bem estruturado, enquadrado e orientado, elimina este tipo de problema.

Da sua experiência, vamos chamar assim, na vida civil, o senhor teria mais alguma declaração que gostaria de fazer?

A vida civil é completamente diferente, exceto o SNI, praticamente a mesma coisa. Muito mais difícil para nós. Dá muita saudade da vida militar.

Fui para o Ministério da Justiça para servir à Imprensa Nacional. A Imprensa Nacional foi uma experiência muito, mas muito gratificante em termos profissionais. Também sou administrador de empresas e a administração foi uma experiência positiva que vou levar para a vida inteira.

Fui colocado lá, nunca ninguém me disse, mas acredito, para moralizar, não sei... Aquilo ali é um mundo. Funciona 28 horas – não 24 horas – por dia e é uma coisa bonita. Foi um trabalho muito gratificante.

O senhor gostaria de comentar algo mais sobre a sua ação pessoal ou de sua Unidade, na Revolução?

Não, apenas que a minha experiência pessoal é muito pouca. Fico um pouco constrangido.

O senhor, no entanto, trouxe vários aspectos novos, sobre o ambiente no Sul.

A sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Gostaria de felicitar a iniciativa que possibilitou a criação deste Projeto de História Oral, porque acho que é algo necessário e a que devemos dar publicidade.

Interessante que, ultimamente, está acontecendo que a própria imprensa, que nos negou espaço durante tanto tempo, agora oferece uma abertura pequena,

mas cada vez com mais intensidade. Com freqüência, têm aparecido na imprensa artigos defendendo a Revolução, exaltando a missão e a participação do Exército na vida brasileira.

Agora, até mesmo graças ao Partido dos Trabalhadores (PT), começou a surgir na televisão, na própria revista *Veja*, o envolvimento de pessoas ligadas ao esquerdismo, no seqüestro e assassinatos de pessoas. É gratificante começar a ver que a imprensa começa a condenar o terrorismo, a condenar Cuba, a condenar Fidel Castro, a reconhecer que vários terroristas foram treinados em Cuba. Isso passa a aparecer na imprensa.

A revista *Veja* então, tive um prazer enorme ao ler um artigo sobre o seqüestro daquele publicitário, Whashington Olivetto. Diz a *Veja:* "(...)Isso está acontecendo lá fora, na Colômbia, no Chile. Aqui, no Brasil, graças a Deus, os nossos terroristas não seguiram a linha do crime."

Realmente, os nossos terroristas e guerrilheiros, assaltantes de bancos e seqüestradores galgaram altos postos do Governo e até dos demais Poderes da República

A imprensa não está mais conseguindo esconder as coisas e acredito que a história vai começar a ser reescrita dentro em breve.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 6

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 6
Pernambuco

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Jaime José Juraszek

- Natural da Cidade de Mafra, SC.
- Principais funções militares: Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor-Chefe do Curso Básico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do 63º Batalhão de Infantaria Motorizado (63º BI Mtz), em Florianópolis, SC; e oficial da Casa Militar do Governo Figueiredo. Como oficial general: Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Motorizada; Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE); Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena; Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército (5ªRM/5ªDE); e Comandante Militar do Nordeste, função atual.
- Promovido a General-de-Exército em 31 de março de 2000.
- Obteve o primeiro lugar de sua turma na AMAN e na Escola de Material Bélico (EsMB); o segundo colocado na EsAO e outro primeiro lugar na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), em 1975.
- No exterior: Subchefe da Missão Brasileira de Instrução, no Paraguai.
- Em 1964, na eclosão do Movimento Revolucionário, era Auxiliar de Instrutor e subalterno da 3ª Companhia do Curso Básico, na AMAN.

Entrevista realizada em 25 de outubro de 2001.

Inicialmente gostaríamos que o senhor descrevesse qual o ambiente e como era o relacionamento interno e externo da sua Unidade?

Quando eclodiu a Revolução de 31 de Março de 1964, ocupava o cargo de instrutor do Curso Básico da AMAN.

Lembro-me bem de que o ambiente era, no mínimo, desconfortável; a mídia diferia da de hoje, havia dois ou três canais de televisão, poucos jornais. Mas o desconforto era evidente, porque, por exemplo, de dia, ensinava aos cadetes, Disciplina, Justiça, Respeito, Ordem e, à noite, no noticiário *Repórter Esso*, da televisão, e outros da época, os jovens viam acontecer exatamente o contrário: o Presidente da República reunia-se com cabos, com Fuzileiros Navais; almirantes malbaratando a dignidade do posto, em reuniões tumultuadas, agitadas.

Aquilo nos preocupava muito. Ficávamos a imaginar no que o cadete poderia estar pensando: "Será que o correto é o que esses tenentes estão ensinando para a gente ou o certo é o que estamos vendo na televisão?"

Sabemos que na Academia – todos passamos por lá – o cadete busca padrões, estereótipos, modelos a seguir para quando tornar-se oficial. É uma escola de formação.

Repito: aquilo nos preocupava muito. Nós, tenentes, achávamos que alguma coisa tinha que ser feita, não sabíamos bem o quê, mas alguma coisa deveria ser feita.

Tivemos alguns indícios de que um movimento estaria sendo montado ou já em curso, não só pelas Forças Armadas, porque assistíamos a população ir às ruas, exigir um "basta" nas agitações e confusões, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo...

A gente pressentia que algo iria acontecer, em breve.

Então, o relacionamento interno andava muito bem, quer entre nós, tenentes, quer com os superiores e com os cadetes. Era grande a coesão.

Com a sociedade de Resende, as nossas ligações eram muito pequenas porque a vida de tenente costumava ser muito agitada. Levantava-se muito cedo, trabalho intenso o dia inteiro, campo, instrução, voltava-se muito tarde, enfim, pouco tempo disponível.

Ações terroristas propriamente, não as havia em Resende...

Não, não havia. Ocorria muita agitação em Volta Redonda, na Siderúrgica, área predominantemente sindical, muitos trabalhadores, mas ato terrorista propriamente, que eu me lembre, não.

Notou, naquela época, algum esquema de ação, alguns objetivos, algum rumo a tomar, mesmo na sua visão de tenente, por parte da cúpula da Revolução?

Não, porque nem sabíamos quem era da cúpula da Revolução, na realidade.

Tínhamos esperança e acreditávamos que alguma coisa estava sendo planejada, mas não sabíamos exatamente por quem e como estava sendo planejada.

Existiam alguns indícios, porque a própria mídia da época alardeava que o povo estava indo à rua, que os militares estavam desgostosos com a situação; as denúncias ressoavam. Então, a gente imaginava que, realmente, estava sendo planejada alguma coisa.

Alguma Força da Academia foi empregada no Movimento?

Sim, a Academia teve um papel destacado na Revolução, talvez tenha sido o ponto de concórdia para evitar um choque entre as tropas do I Exército que vinham do Rio, e aquelas pró-Revolução, oriundas de São Paulo. A Academia ocupou posição na estrada, na altura de Barra Mansa...

Cadetes?

Sim. Cursos de Infantaria e de Artilharia...

O Curso Básico não foi porque, incorporado em fevereiro, não tinha instrução suficiente. Recebeu missões isoladas, mas não essa de ir para a estrada conter a tropa do I Exército que se deslocava na direção de São Paulo.

A presença do cadete foi muito importante, porque os companheiros que marchavam, vindos do Rio, devem ter conjecturado como iriam atirar em cadetes, em face da provável resistência.

Isso se efetivou?

Não chegou a haver o choque armado.

Mas chegaram a fazer contato?

Sim, com uma Bateria de Artilharia que vinha do Rio.

Foram presos oficiais.

A Academia teve um papel muito destacado. Foi realmente pouco divulgado na época e o grande condutor foi o Comandante, General Emílio Garrastazu Médici.

A mídia de hoje costuma referir-se à Revolução como golpe; o senhor acredita que tenha sido assim e, em caso positivo, por quê?

Só afirma que aquele evento foi um golpe quem desconhece o significado dos termos "golpe" e "revolução"; consultando o dicionário, constará o equívoco que está cometendo.

Golpe é tomada do Poder tramado em gabinete, sem a participação do povo. Na revolução existe o clamor popular e a tomada de Poder ocorre porque o povo quer mudar. Em 31 de Março de 1964, aconteceu uma revolução.

As Forças Armadas, especialmente o Exército, só foram à rua em atendimento ao clamor popular, exemplificado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Quem viveu aquela época, lembra-se. Em todas as cidades, nas capitais principalmente, havia marchas com a participação de crianças, estudantes, senhoras, clero, todos, enfim, desejando que mudasse aquele estado de coisas.

Isso se chama revolução.

Por exemplo, ninguém diz "golpe russo". A revolta dos comunistas na Rússia, em 1917, foi uma revolução, porque o povo participou, pois queria derrubar o sistema czarista tirânico e opressor. O povo vivia na miséria; o povo queria mudar.

A revolução cubana não foi golpe, mas, revolução, porque Fidel Castro e seus seguidores desceram com o apoio do povo para tomar o Poder; é preciso que se faça justiça porque não houve golpe, houve revolução.

O AI-5 foi necessário?

Como capitão, servia na Companhia de Material Bélico, em Brasília, em 1968. Havia muito problema, muita agitação.

Talvez inconformado, por não ter podido subverter convenientemente as bases do governo, o pessoal de esquerda resolveu partir para ações mais violentas, de terrorismo e guerrilha.

Em Brasília mesmo, lembro-me, foi necessária uma tropa dirigir-se para a Avenida W-3 fazer uma demonstração de força. A Cavalaria foi com os blindados, com seus carros de combate, para dissolver agitações violentas.

Da tribuna da Câmara, provocativo, o Deputado Márcio Moreira Alves fez uma infeliz intervenção; não entro no mérito do que pretendia.

Enfim, um acúmulo de agitações, problemas, dificuldades que, como capitão, não podia avaliar precisamente, meu posto de observação não era privilegiado; mas, acredito que levou o governo a tomar uma medida mais dura: o AI-5.

Naquela conjuntura, acho que foi necessário.

Como conseqüência, a criação dos órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional estão correlatos, com a mesma intenção, nós imaginamos...

Penso que a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), também, aconteceu no momento certo. Ninguém consegue decidir, em qualquer situação, de paz ou de guerra, se não dispuser de boas informações. Como o movimento era subversivo, clandestino, havia necessidade da existência de órgãos de informações competentes, para que os comandantes pudessem decidir adequadamente.

Foi muito combatida essa idéia de SNI, Sistema Nacional de Informações, mas depois que chefiei o CIE, recentemente, como general, fui estudar bem essa história.

Antes, não era ligado a órgãos de informações.

Como tenente, capitão, nunca fui; contingências da minha carreira, mas, como chefe do CIE, verifiquei a importância da criação, naquela conjuntura, naquela época, do Sistema Nacional de Informações.

Assim como a mídia aponta muitos erros da Revolução, houve benefícios relacionados ao progresso do País?

Sem dúvida. Hoje, quando é para colocar a culpa em alguma coisa, citar alguma mazela deste país, imputa-se à “ditadura militar”!

Devido à Revolução de 1964, nunca o País cresceu tanto em tão curto período. Não me refiro aos vinte anos de Governo Militar, mas aos primeiros dez anos, quando o Brasil deu um salto exponencial nas telecomunicações, nos transportes, na energia.

Hoje fala-se em “apagão”, mas se não fossem as obras hidrelétricas que os governos militares fizeram, estaríamos “apagados” há muito tempo.

Isso o pessoal esquece, ou omite de caso pensado.

O País foi cortado, de norte a sul e de leste a oeste, por rodovias; havia poucas e precárias estradas antes de 1964. Na atualidade, o País é todo servido por uma infra-estrutura apreciável, não apenas nos transportes, mas na energia, comunicações, tudo obra do período revolucionário.

Quando era tenente, na Academia, falar ao telefone com os meus parentes, em Curitiba, levava duas horas pedindo a ligação para a telefonista.

Houve uma explosão de progresso, essa é a verdade.

A modernização nas telecomunicações no Brasil decorre das medidas tomadas durante os governos militares.

Agora estamos vendo o Governo preocupar-se com o Plano Avança Brasil, mas depois da Revolução sumiram os planejamentos, tudo era feito na “conduta”.

O Brasil precisa de planejamento estratégico e os planos qüinqüenais eram seguidos religiosamente, havia continuidade e integração de esforços.

Houve muito avanço, como houve erros, não é possível negar. A gente deve fazer um balanço, uma comparação entre acertos e erros; tenho a impressão de que o saldo é muito positivo para o País, muito positivo.

Tortura a presos políticos

Quanto à acusação da prática de torturas, devo dizer que o Exército Brasileiro nunca deu ordem para que alguém fosse torturado. Isso posso dizer, assino embaixo.

Fui Chefe do Gabinete do Ministro, o General Zenildo, com quem tive a honra e o privilégio de servir, e ele dizia o seguinte: “A Instituição Exército não

defende, hoje, quem está sendo acusado de tortura: ele que se defenda. A Instituição não vai defendê-lo porque a Instituição não mandou torturar, nunca."

Essa é a minha opinião sobre tortura; se houve ou se não houve não sei. Não assisti, felizmente, pois não gostaria de ter presenciado e também comigo não ocorreu, porque jamais faria isso, pela minha formação; nunca recebi ordem e se recebesse talvez contestasse a ordem, coisa que não é da nossa maneira de ser, também, contestar ordem, mas a ordem imoral ou ilegal não cumpriria.

E o que chamávamos, na época, de imprensa marrom, imprensa meio clandestina, foi muito injusta.

Por exemplo, o General Sylvio Frota, com todas qualidades e defeitos que possa ter tido, como Comandante do I Exército, ia diariamente à Polícia do Exército, no Rio, ao então famoso Pelotão de Investigações Criminais (PIC), para verificar como os prisioneiros estavam sendo tratados.

Ele, como General Comandante do I Exército, mantinha essa rotina diariamente, a fim de verificar se os presos estavam sendo tratados com dignidade, com respeito. Mais tarde, foi colocado em lista de torturador; tremenda injustiça! Os chefes militares nunca mandaram torturar; nunca vi um general, um coronel, nunca vi mandarem torturar.

É bom lembrar também que as operações eram feitas em conjunto com civis, Polícias Militares e outros órgãos.

Hoje somos acusados de torturadores injustamente, porque nunca fui torturador. E jamais seria.

O senhor acredita que as Forças Armadas, ao tempo dos governos revolucionários, de alguma forma, se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagens?

Ao contrário. Talvez por formação, sempre fomos muito desapegados. Os militares privilegiam o interesse do País e do Exército.

Acho até que fomos prejudicados porque, por uma questão de foro íntimo, os nossos governantes, também militares, talvez relutassem em advogar em causa própria, isto é, para as próprias Forças, justamente para não parecer que estivessem montando uma máquina militar poderosa, enquanto o povo permanecia carente com problemas de saúde, educação etc.

Na União Soviética, fizeram o contrário. Construíram uma máquina militar poderosíssima e o povo passava necessidades, como passa até hoje.

Aqui não houve isso de maneira alguma; até no problema salarial poderíamos ter feito avanços consideráveis, porque o Presidente tinha a caneta na mão para assinar um decreto-lei, aumentando o salário de quem ele quisesse.

As Forças Armadas não auferiram qualquer tipo de vantagens, no período dos governos presididos por militares, nem na parte pessoal, a de salários.

Na parte institucional, inclusive, foi uma época que decaímos, em virtude desse problema de foro íntimo, de não usar o dinheiro público, por formação, por estoicismo, abnegação. Podíamos ter melhorado nosso equipamento, nossas viaturas, nosso armamento, nossos quartéis...

Não houve nada disso.

Mantivemos hábitos espartanos, como sempre, temperança, comedimento, sobriedade, foi sempre assim.

Dizer que as Forças Armadas se locupletaram? Jamais.

Será a maior injustiça se alguém falar, alguma vez, sobre isso.

O que o senhor gostaria de comentar sobre a Lei da Anistia?

Ela foi necessária, não se pode viver em conflito permanentemente nem com mágoas e rancores; a iniciativa foi do Presidente Figueiredo.

Eu servia na Casa Militar da Presidência.

O anteprojeto da lei sobre a anistia saiu do Palácio do Planalto, em 1979.

Muitos políticos se arvoram como patrões dessa idéia. É claro que se discutia isso no Congresso, mas a iniciativa concreta foi do Executivo, foi do Presidente Figueiredo.

Acho que ela foi feliz, veio em hora certa, em época boa, pena que alguns – pessoas com mágoas e rancores – até hoje não acreditam em sua importância.

Mas a anistia teve sua eficácia, haja vista que, hoje, pessoas que foram condenadas estão ai ocupando altos cargos no País. Até terroristas e guerrilheiros da época.

A imagem do Exército, durante e depois da Revolução de 31 de Março, foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos?

Durante uns quinze anos a imagem se manteve muito positiva. Depois houve o desgaste natural.

Hoje, em minha opinião – talvez, na época, não pudesse aceitar isso, porque a gente compreende a história mais tarde; é fácil colocar o ovo de pé, depois que Colombo o fez –, houve demora em transferir o Governo para um civil.

O desgaste aconteceu por isso.

Nos primeiros tempos nossa imagem era muito positiva, o militar era considerado o salvador da Pátria... enfim, era alentador.

Demorou vinte anos!

Foi um prazo talvez um pouco longo, sem crítica aos que fizeram o máximo que podiam, coerentes com suas formações patrióticas de soldados, realizaram o máximo, mas é natural que tivesse havido o desgaste.

Logo após a Revolução, estávamos desgastados, em que pese – em 1986, um ano depois da assunção do Governo Sarney, eu era Comandante de Batalhão – ter encontrado muitas pessoas na rua que apelavam:

– Quando é que os senhores vão voltar?

– Voltar para onde?

– Voltar a comandar este País!

Não é assim. Não tem essa de Poder e voltar ao Poder, nossa missão agora é outra. Explicava a eles, mas muita gente já insistia nisso, em 1986. Na verdade, o povo já demonstrava sua insatisfação com a inflação muito alta, os problemas do Plano Cruzado, enfim, aquelas miscelâneas todas.

Passado o período de desgaste, em que estivemos em baixa – havia o chavão "liberdade, acabou a ditadura", o "oba-oba" das "diretas já" –, a partir da década de 1990 a nossa imagem começou a crescer de novo, porque adotamos a atitude absolutamente correta.

Quando digo, nós, digo a Instituição.

Alguns, não muitos, regressaram aos quartéis, até porque a maioria jamais saiu de lá, reassumimos nossa missão principal, a defesa da Pátria, preservação dos Poderes, apoiamos o presidente eleito, mantivemos aquela postura ética, postura patriótica das Forças Armadas, do Exército. Acho que nossa imagem foi fortalecida, a ponto de hoje ser, disparada, a Instituição mais confiável deste país.

Tive a satisfação de visitar o sertão nordestino, recentemente, para verificar a Operação Pipa que o Exército está coordenando e vi nos olhos do povo humilde do interior de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, respeito e admiração pelo Exército Brasileiro.

Era uma constante, onde a gente chegava. Perguntei a uma mulher:

– Que é que a senhora está achando dessa Operação Pipa?

Ela me chamou de coronel:

– Seu coronel, se não fosse o Exército eu estava morrendo de sede!

Não temos problemas de envolvimento com política, queremos saber o que é melhor para a população e a água vai ser levada para onde tem que ser levada, sem pressões políticas, sem currais eleitorais, não queremos saber disso.

Nossa imagem é de confiabilidade.

Hoje, acho que a imagem está melhor do que na época da Revolução.

Isso é muito bom, demonstra que estamos no caminho certo. Não fazemos demagogia, não fazemos campanha para melhorar a imagem, fazemos o que tem

que ser feito, cumprimos a nossa missão com correção, patriotismo, devoção aos nossos objetivos. Mais nada.

Falam em "ditadura militar", fala-se muito nisso.

Na realidade, o Exército, como Instituição, foi para a rua no dia 31 de março de 1964, atendendo ao clamor popular para mudar aquele descalabro que ninguém agüentava mais.

A partir daí, o Exército, como Instituição, apoiou governos legais, não interessando se o foram, por Ato Institucional ou por eleição; eram governos legalmente instituídos.

Como apoiou, antes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e, depois da Revolução, José Sarney, Collor, Itamar, e, no presente, está apoiando Fernando Henrique. Esta é nossa missão: apoiar qualquer Presidente que vier.

Como Instituição, participou da Revolução no dia 31 de março de 1964!

Nunca fui perguntado sobre o que achava da situação econômica! Então, a Instituição não é responsável por mazelas, por erros, por acertos, por coisas boas ou coisas ruins.

É muito injusto dizer: "o Exército é culpado por isso, por aquilo". O Exército, não! O Governo, sim, que, eventualmente, era presidido por um general do Exército.

Apoiávamos aquele presidente como apoiamos os civis, apoiamos os militares, apoiamos qualquer presidente que o povo eleja ou que seja legalmente empossado. É a nossa missão apoiar os poderes constituídos.

Isso é muito importante, porque sinto-me injustiçado quando dizem "Isso é culpa do Exército!"

Que Exército? Eu era capitão, major, tenente-coronel e ninguém perguntava para mim o que achava que deveria ser feito na área de energia. Ninguém me perguntou isso.

O Exército, como Instituição, nunca participou de decisões políticas. Estava cumprindo minha missão de defesa da Pátria, defesa dos Poderes Constituídos, da Lei e da Ordem, mais nada.

A Instituição Exército tem que ser preservada e também não leva os méritos de acertos porque não foi o Exército que acertou; foi um Presidente quem acertou, como foi um Presidente quem errou. Como foi o caso.

Seja para os militares, já que o senhor é um líder profissional, seja para os estudantes, seja para o povo brasileiro, uma mensagem sobre a Revolução, sobre o nosso País, sobre o nosso cotidiano.

Eu diria, talvez aos mais jovens, aos militares e até aos civis também: o Exército Brasileiro é uma Instituição sensacional. É, talvez, o Exército mais demo-

crático do mundo. O portão do Exército está sempre aberto para qualquer brasileiro que queira sentir o orgulho de envergar esta farda.

Não discrimina condição social, religião, raça, nada. É uma profissão diferente, é uma profissão para quem gosta, para quem tem vocação; para quem não gosta, talvez seja uma das piores profissões do mundo.

O conselho que eu daria é para que venham para o Exército aqueles vocacionados, porque o portão do Exército está aberto para quem quer entrar e está escancarado para quem quer sair.

Quem não gosta da Instituição deve buscar outra profissão, há tantas profissões, acho que a pessoa pode ser útil em múltiplos setores da vida nacional e não precisa ficar amargurada, reclamando que tudo para ela é ruim dentro do Exército.

Para mim, tudo foi bom. Tenho 47 anos de serviço e se tivesse a idade de 16 anos começaria tudo de novo; voltaria para uma Escola Preparatória de Cadetes, para começar tudo outra vez.

No meu tempo de jovem as profissões eram poucas: medicina, advocacia, engenharia, eclesiástica, ou militar, basicamente era isso. Hoje, existe um leque de profissões muito amplo. Mesmo assim, com toda essa visão, voltaria e começaria tudo de novo, na profissão que escolhi, então.

Sobre a Revolução quero dizer, principalmente para aqueles que não viveram a época: cuidado com as imagens distorcidas.

Se hoje o Exército Brasileiro tem esse conceito, queiram alguns ou não, sempre foi assim: o Exército não mudou, não foi um tipo de Exército em 1964 e é outro tipo de Exército, hoje.

Nossos objetivos são os mesmos, nossos princípios éticos, morais, de patriotismo, de defesa da Pátria, de dedicação, são os mesmos.

Para avaliar corretamente é preciso ter cuidado com os que emitem opiniões levianas e, hoje, de forma superficial, culpam o Exército, as Forças Armadas, por mazelas, por problemas que ocorrem no País. Isso é injusto, é extremamente desleal, até diria, com as Instituições que todos deveriam amar, respeitar.

O povo brasileiro tem que ter amor-próprio, tem que ter auto-estima e não depreciar os seus valores.

Este é um País gigantesco, continental, que tem um potencial que nem nós podemos avaliar. Tem o destino de potência, mas para ser potência é fundamental possuir auto-estima.

Apreciar as coisas boas, não só olhar para as coisas ruins, e também prestigiar as nossas Forças Armadas, porque delas depende a segurança e o futuro.

Coronel Dynalmo Domingos de Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Comandante do 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (10º Esqd C Mec), em Recife, PE; Subcomandante do 11º Regimento de Cavalaria (11º RC), em Ponta Porã, MS (1962). Em meados de 1963, no posto de major, foi transferido para o Quartel-General (QG) da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador, BA, onde permaneceu pouco tempo, sendo movimentado, ainda nesse mesmo ano, para o Parque de Motomecanização da 7ª RM, Recife, PE; Chefiou o Serviço de Motomecanização da 7ª RM e a 17ª Circunscrição do Serviço Militar (17ª CSM), em Salvador, BA.
- Sendo graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Salvador, BA, trabalhou como assessor e gerente nas Telecomunicações da Bahia por mais de uma década (1975 a 1986).
- Na eclosão da Revolução era major, chefe do Serviço de Motomecanização da 7ª RM, no Recife.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Que acontecimentos político-militares influenciaram suas atividades profissionais antes da Revolução de 31 de Março de 1964?

A minha participação no Movimento revolucionário começou em agosto de 1961.

Após haver chegado ao Parque de Motomecanização, no Recife, em março, passei a identificar, no ambiente da capital pernambucana, crescente infiltração comunista e prática de escancarado esquerdismo.

Sabíamos que o Vice-Presidente, o Jango, substituto eventual do Jânio Quadros, não seria a pessoa indicada para assumir o Governo do País, no impedimento definitivo do Presidente que havia renunciado, alegando pressão de forças ocultas que não o deixavam governar. Por isso, abandonou o Governo; mas o Vice, que deveria assumir, estava no exterior.

Naquela época, Casa Forte, subúrbio do Recife, onde se localizavam o Parque de Motomecanização, o CPOR e o Parque de Armamento, lá nos fundos, era uma verdadeira subguarnição. Preocupados, sentíamos aqueles "estremecimentos": "Será que vão deixar o Jango assumir? Será que as Forças Armadas vão permitir isso?"

Mas o Jango voltou do exterior, ocupou o cargo e passamos a viver tempos de indecisão; um governo que não definia seus propósitos claramente. As Forças Armadas mantinham-se fiéis à Constituição.

Ainda em 1961, fui transferido para o 11º Regimento de Cavalaria, em Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Precisava arregimentar-me no corpo de tropa. Seria uma nova experiência, voltaria à Cavalaria Hipomóvel.

Entusiasmado, major muito antigo, passei a exercer a função de Subcomandante; o Comandante já estava de saída, aguardando a transferência.

Deparei-me com uma situação que me causou espécie: uma Unidade de Cavalaria, na fronteira com o Paraguai, praticamente, voltada para o combate ao contrabando!

Não se destinava ao comércio de drogas, nada disso; era repressão ao contrabando de café que saía do Brasil para o Paraguai; o Exército empregava uma tropa distribuída na fronteira, em mais de 500km, sob a responsabilidade do 11º Regimento de Cavalaria (11º RC); o 10º RC, de Bela Vista, procurava fechar a faixa de fronteira na sua zona de ação.

De vez em quando, o Presidente Jango fazia umas caçadas lá em Mato Grosso.

O próprio Comandante da 9ª Região Militar determinava aos comandantes de Regimento que dessem apoio ao Presidente, cuja chegada se dava no aeroporto de Ponta Porã: enviar uma viatura, proporcionar segurança. Essa programação era comum, quase todo final de semana, enquanto Goulart caçava. Este fato não o vi

escrito em canto nenhum; participei dele, porque fiquei como Subcomandante e, depois, como Comandante.

Tínhamos que arrumar aqueles meios, mas pensava: "Para o Presidente caçar precisávamos dar esse apoio: viatura, segurança?" Considerava um absurdo!

O Jango tinha amigos entre os fazendeiros da região, na faixa de fronteira, em Mato Grosso, que poderiam dar apoio a ele. De fato, os amigos iam recebê-lo, mas João Goulart fazia questão da presença do Exército, para mostrar que a tropa estava com ele. Percebi isso: queria demonstrar que contava com o Exército para dar-lhe o apoio em qualquer situação, até num simples passeio a Mato Grosso, para caçar. Aquele Presidente, que a gente esperava que melhorasse a situação do povo, estava mostrando-se, apenas, um *playboy*; assim a gente via o Presidente, o Jango.

O 11º RC era uma Unidade de Cavalaria Hipomóvel, formada por cinco Esquadrões a cavalo, mas numa parada de 7 de Setembro só conseguíamos botar em forma, dois Esquadrões, isto é, uma Ala de Cavalaria.

Era um absurdo, num Regimento com quase mil homens, só desfilarem dois Esquadrões, trezentos elementos mais ou menos.

Cumprido o período de arregimentação, quis regressar para o Recife, para o próprio Parque de Moto, onde havia deixado amizades, só que não havia vaga. Fui, então, classificado no Quartel-General da 6ª Região Militar, em Salvador, Bahia.

Comandava-a o General Raphael de Souza Aguiar, isso em meados de 1963; fui transferido em março, mas apresentei-me lá em abril ou maio.

Na Bahia, senti que estava recrudescendo aquele clima perigoso, à proporção que o tempo ia passando. Assistíamos, em Salvador, à panfletagem, ao pichamento das ruas e dos muros das casas, a tal ponto que, na casa do General Comandante, apesar da vigilância e guarda, ter aparecido escrito "Aqui mora um gorila. Fora gorila!"

Ele ficou alucinado, prendeu o soldado que havia dormido no serviço, mandou chamar o comandante da Polícia Militar que fazia o policiamento no Corredor da Vitória. A casa do general localizava-se, justamente, no Corredor da Vitória, uma via importantíssima da Cidade Alta para a Cidade Baixa; todo mundo que passava ali entendia aquilo como uma desmoralização. O general ficou possesso.

Encontrei esse ambiente, tumultuado, tudo para apurar quem havia feito o pichamento.

Mas, não cessou aí: a pichação e a panfletagem continuaram e muita gente foi presa; criou-se um mal-estar tremendo.

Encontrava-me lá, apenas há três meses, quando chega, para visitar a 6ª Região Militar, o Comandante do IV Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco.

Tratava-se de uma visita à guarnição de Salvador; os oficiais em forma no salão nobre do Quartel-General, para a apresentação por antiguidade, como é de praxe: primeiro, os coronéis. No momento em que chegou a minha vez, era o major mais antigo, o General Castello Branco cumprimentou-me, olhou o meu "crachazinho" e falou para o General Souza Aguiar:

– O Major Dynalmo vai para Recife, estamos precisando dele lá.

Tomei aquele choque, porque me encontrava há pouco mais de três meses na guarnição de Salvador e, naquela época, ninguém poderia ser transferido com menos de um ano de guarnição, assim mesmo, por interesse próprio, isto é, sem ônus para a Força.

A observação, partindo do Comandante do IV Exército, não poderia ser brincadeira.

Quem ponderou foi o General Souza Aguiar:

– General, o major está aqui há pouco tempo, é Chefe da Seção Administrativa, está arrumando a casa. Só agora conseguimos arranjar um oficial superior; nunca tivemos um titular, havia sempre um capitão respondendo pela função. Agora que chegou um major para arrumar a casa e já está arrumando... Estou achando difícil, General Castello, essa mudança dentro do rigor da lei de movimento de quadros, falta de dinheiro...

Fiquei surpreso quando o General Castello respondeu:

– Daremos uma solução.

O General Castello Branco informou que o objetivo de sua visita era despedir-se, pois iria assumir outra comissão.

Na realidade, já estava começando a entrar em choque com o Governador Miguel Arraes. Este não "aceitava" o General Castello, porque se tratava de um homem sério, apolítico, cumpridor de suas obrigações e com posições de firmeza e liderança. Miguel Arraes "engolia" sua presença, porque era o Comandante do IV Exército.

O Governador Miguel Arraes estava querendo ver-se livre do General Castello, e penso que este já estava alertado desse estremecimento.

Antes mesmo de minha movimentação para Recife, soube da saída do General Castello, recém-nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército. Assumiu o cargo o General Joaquim Justino Alves Bastos que já encontrei como Comandante do IV Exército.

A minha transferência foi feita por interesse próprio. Tive que aceitar, com a condição de me darem a passagem pela FAB. Não gastei nada.

Mas estava querendo voltar para Recife, como disse antes, e fui justamente classificado no Parque de Moto, onde encontrei o Coronel Glimedis Rego Barros, o diretor; o subdiretor-técnico era o Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna; subdiretor-administrativo foi a vaga que preenchi.

Passei a trabalhar, no ano de 1963, no Parque de Moto, pela segunda vez.

A situação estava cada vez pior: ações das "Ligas Camponesas" com o Francisco Julião à frente, liderando, o Gregório Bezerra, essa movimentação toda, comícios promovidos pelos sindicatos, tanto no campo como na cidade etc.

Era aquela baderna geral. Aquilo acabaria provocando um problema sério.

O General Justino procurava contornar a situação, mas sentíamos que não procedia com a rigidez do General Castello, que se impunha mais.

Entretanto, com tudo isso, a área do Nordeste estava sob controle, em que pese vivermos, permanentemente, quase em situação anormal, de sobreaviso ou de prontidão; de vez em quando havia um quebra-quebra (tumulto, invasões de lojas, depredações etc., na cidade).

Passei à disposição do Quartel-General da 7ª Região Militar para chefiar o Serviço de Moto; era Comandante da Região o General Altair Franco Ferreira, de Cavalaria, com quem havia servido anteriormente. Dele, ouvi:

– Você é o homem indicado para chefiar o Serviço de Moto, porque estamos com a Seção acéfala, sem ninguém com o curso de motomecanização para preenchê-la.

Assim, conversou com o Coronel Villocq e tirou-me do Parque. O Coronel Rego Barros, nessa ocasião, já havia deixado a direção da OM (Organização Militar).

O Villocq ainda ponderou:

– Vamos ficar desfalcados, já saiu o coronel diretor e você também já está indo embora.

– Mas, estou à disposição e não transferido – expliquei.

O senhor acredita que o General Castello Branco teria pensado confiar-lhe uma outra missão que não a Chefia do Serviço de Motomecanização? Uma mais ligada às coisas da Revolução?

Quando o General Castello Branco convidou-me, a intenção não seria a de nomear-me chefe do Serviço de Moto, mas levar-me para a guarnição de Recife. Existia a vaga no Parque de Moto, sob o comando do Coronel Rego Barros, com quem já havia servido antes. Para preencher o claro, vim para o Parque, onde encontrei um ambiente muito bom e fiquei bastante satisfeito.

O Parque de Moto, certamente não era uma tropa de choque e sim um estabelecimento de manutenção, de apoio. Hoje, o nome é Apoio de Material Bélico.

Acho que a minha pergunta vai explicar, de certa forma, o seu desempenho posterior...

Exatamente, é o fio da meada. Mas fui chefiar o Serviço de Moto; o Parque de Moto era um dos nossos clientes, bem como as demais Unidades.

Quando ocorreu o Movimento, a minha participação ativa começou, na realidade.

Fui chamado ao QG do IV Exército, no final da tarde do dia 31 de Março de 1964, no término do expediente. Estávamos de prontidão; não iríamos sair. Seriam 5 ou 6 horas da tarde. Fui conduzido pelo chefe da 3ª Seção da 7ª Região Militar, o Major Manoel Moreira Paes, da minha turma, estagiário de Estado-Maior. Ele me informou que eu estava sendo chamado para conversar com o Coronel Helio Ibiapina Lima e com o Coronel Antônio Bandeira.

Como estava aquartelado, de prontidão, cheguei com o uniforme interno, armado de pistola.

Qual não foi a minha surpresa quando o Ibiapina e o Bandeira me transmitiram a missão: "O 20º Batalhão de Caçadores (20º BC), de Maceió, deslocou-se da capital para a região de Palmares e Ribeirão, fronteiriça entre Pernambuco e Alagoas. Estamos sem ligação com essa tropa; perdemos o contato e você foi indicado para retomá-lo, porque comandou o Esquadrão durante muito tempo, realizou vários reconhecimentos no interior do Estado, fez muito exercício e conhece bem aquilo ali. Queremos que vá como oficial-de-ligação fazer contato com a tropa; leve este documento que é a missão a ser cumprida pelo 20º BC."

Esta tropa não precisava mais vir à capital, Recife, devendo permanecer naquela região, mais próxima de Alagoas.

Saliente-se que a nossa tropa (de Pernambuco), naquela época, ainda não completara o período de instrução. A de Alagoas tinha melhores condições, pois já estava em final de instrução, no período de formação. Ainda perguntei ao Coronel Bandeira:

– Tenho que ir fardado? Vou levar alguma tropa comigo?

– Você vai numa viatura com dois auxiliares, dois agentes nossos: o motorista e outro para dar cobertura, e segue fardado ou à paisana, como quiser. Há outro cidadão que lhe acompanhará. Trata-se do Sr. José Lopes de Siqueira, dono da Usina Estreliana, que possui uma estação de rádio dentro da usina e tem condições de dar cobertura à tropa que se encontra lá, bem como sentir o "clima" na região. Há muitas usinas em Ribeirão, Palmares, Cortês, e precisamos saber como está a situação. Os panfletos, os informes, dão notícias de que haverá um ataque em massa, na madrugada do dia 1º de abril, a todas as usinas. Pretendem queimar os canaviais, ocupá-las e paralisá-las.

Na hora de sair, o Bandeira ainda me pegou pelo braço e disse:

– Olha, Dynalmo, consta que o Gregório Bezerra é quem está "levantando" essa massa toda contra os usineiros, foi visto na região e fez um comício nesses últimos dias; é provável que tenha permanecido na área. Se você conseguir encontrálo, pode efetuar a prisão, em nome do Comandante do IV Exército. Traga-o para cá.

Saí com essa missão: fazer contato com a tropa do 20º BC e, se possível, prender o Gregório.

Fui fardado, botei um macacão que usava no tempo do Parque de Motomecanização e além da minha pistola levei uma metralhadora *Thompson*, que a própria 2ª Seção me cedeu.

Saí com o José Lopes de Siqueira e os dois agentes numa rural, viatura civil, placa fria, naturalmente, rumo Sul do Estado; à noite, de um lado e de outro da estrada, encontrávamos camponeses caminhando em direção às usinas, alguns com enxadas, facões, espingardas, rifles...

O José Lopes de Siqueira comentou:

– Está vendo, Major? A coisa vai acontecer mesmo e é esse pessoal que iremos enfrentar. Vamos ver se localizamos a tropa do Exército.

Realmente fazia parte da missão a defesa das usinas.

Tocamos para frente. Uns camponeses vinham até em caminhões, aqueles de transporte de cana.

Depois que atravessamos Ribeirão, na direção de Palmares, encontramos o comboio do 20º BC; vi um jipe que deveria ser o do comandante da tropa; saí do carro, fiquei no meio da estrada, fardado, e fiz sinal. Era o Capitão Comandante de uma Companhia de Fuzileiros do 20º BC.

O oficial já havia deixado, durante o deslocamento, alguma tropa nas usinas por onde havia passado; recebera uma ordem do IV Exército, via rádio, para que as usinas da área da fronteira, dentro do Estado de Alagoas, fossem guarnecidas imediatamente.

O restante da tropa que vinha com ele, dois Pelotões aproximadamente, seria empregado para nos apoiar aqui na nossa área, Pernambuco. Conversamos e resolvemos seguir para Ribeirão, cidade por onde já passara, mais perto do que Palmares.

Em Ribeirão, parei; encontramos um destacamento da Polícia Militar (PM). Um destacamento de Polícia no interior, geralmente, é composto por um sargento, um cabo e dois ou três soldados. Eles se apresentaram. Acontece que estávamos com o espírito prevenido, "um pé na frente outro atrás": a Polícia era de Miguel Arraes, o próprio Comandante da Polícia, apesar de ser um major do Exército comissionado no posto de Coronel PM, era um homem da confiança de Arraes. A polícia, na verdade, estava dividida.

O sargento apresentou-se:

– O senhor deseja alguma coisa? Pode contar com a minha colaboração.

– Como está o movimento de camponeses?

– Houve aqui, ontem mesmo, um comício à tarde e há gente dormindo no

sobrado da sede do Sindicato das Ligas Camponesas de Ribeirão; uma turma ficou dormindo porque vão, de manhã cedo, fazer os ataques às usinas - disse o sargento.

– Há algum líder deles?

– Não senhor. O Gregório esteve aqui; mas vi que ele saiu da cidade.

– E Julião?

– Também não, mas permaneceram alguns líderes dos sindicatos que podem prestar informações. Devem estar todos dormindo.

– Como é que faço para entrar lá?

– Eu abro. Bato na porta e eles vão abrir.

Fomos lá e subimos as escadas; o capitão e seus oficiais estavam comigo.

Batemos na porta, estava fechada, ninguém queria abrir; então o sargento da Polícia Militar meteu o pé na porta, empurrou e entramos.

Era um salão grande e encontramos muitas pessoas, todas deitadas no chão, homem, mulher, criança, umas ferramentas ao lado; quando ele apertou o interruptor da luz foi aquele pânico, todo mundo queria pegar as "armas".

O sargento estava conosco e disse:

– Quietinhos aí! Deixem as ferramentas.

Chamamos os soldados para recolher logo as ferramentas e colocá-las numa sala ao lado; fizemos uma triagem ali, separando mulheres, homens e crianças; as mulheres e as crianças foram para um outro cômodo e deixamos lá um sargento e um oficial conversando com elas. Podiam ter alguma informação.

Eram cerca de trinta e tantas, quase quarenta, pessoas; no final foram presas 35 pessoas e até as mulheres estavam comprometidas.

Passamos a fazer interrogatório com os homens.

Ninguém dizia onde se encontrava o Gregório Bezerra – a informação que se queria – ou se, além das ferramentas, tinham algum lugar com armamento escondido, além de munições.

Constava, naquela época, que o Arraes tinha prometido ao Gregório Bezerra armamento para "levantar" o campo; a invasão seria para valer mesmo, porque utilizariam armamento e munição suficientes para invadir as usinas todas.

Em certo momento, o sargento me trouxe um cidadão, um rapaz barbudo, via-se que era um camponês rude, falando mal e quase não entendíamos nada. O sargento informou:

– Major, encontrei a pista que o senhor queria. "Isso" aqui é o lugar-tenente, o braço direito de Gregório. É cubano, veio para cá depois de fazer um curso de guerrilha em Havana, trazido por Gregório Bezerra, e é homem de confiança dele. Sabe tudo e vai contar ao senhor.

Comecei a interrogá-lo num "portunhol" para ver se ele entendia a mistura de português com espanhol. Resolvi deixá-lo com o sargento, enquanto interrogava os outros para ver se alguém mais poderia dar essa informação.

Pouco depois o sargento veio:

– Ele já disse, o senhor tem a pista do Gregório: está na cidade de Cortês; não quis ficar aqui no salão, porque preferiu dormir na casa da amante, perto da Fazenda Pedrosa.

Cortês é um município vizinho de Ribeirão. Tomei aquele informe com reservas. O cubano poderia estar nos despistando.

Disse ao capitão:

– Vamos pôr uma patrulha nesse eixo para ver se conseguimos localizar e pegar o Gregório de surpresa.

E assim fizemos. Logo em seguida, o sargento sugeriu:

– O senhor está mal aqui no Sindicato, nessa bagunça, um mau cheiro tremendo; fica pertinho a sede do Serviço Social do Comércio (SESC).

Era uma organização do comércio, possuía telefone; o sargento tinha a chave e abriu. Havia um mapa de Pernambuco e esse mapa foi o que me ajudou. Foi aí que localizei bem a Fazenda Pedrosa, a cidade de Cortês e as mostrei para o capitão do 20º BC:

– Vamos verificar os eixos que de Ribeirão atingem essa cidade, porque ele virá de lá para cá também e temos que pegá-lo antes que amanheça.

Já passava da meia-noite, era madrugada e o capitão se interessou: tinha gente boa para fazer isso.

Mostrei a ele que três eixos se dirigiam de Ribeirão para Cortês, Gregório teria que usar uma dessas três estradas.

O capitão disse o que faria:

– Major, vou pôr três patrulhas, uma em cada eixo, com ordem de partir logo para lá.

Recomendei prender o homem, capturá-lo vivo e evitar violências; se houvesse reação deveríamos cumprir a missão, mas fiéis à ordem do Comandante do IV Exército de levá-lo vivo. Assim, montamos esse esquema com a ajuda do mapa.

Quando menos se esperava, apareceu um grupo de oficiais da Polícia Militar que nada tinha a ver com o destacamento.

Todos em trajes civis, o capitão se apresentou, tirou a identidade e disse:

– Sou do serviço secreto da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Acho que era o Capitão Rego Barros, porque no livro do Gregório há uma referência ao Capitão Rego Barros; entretanto lembro que se identificou com o prenome; Rego Barros era sobrenome. Por isso não liguei muito. Ele continuou:

– Esses são os oficiais que trabalham comigo no serviço secreto. Estamos fazendo contato com os nossos destacamentos policiais, uma espécie de inspeção. Soubemos da presença do senhor, neste local, vim me apresentar e saber se deseja alguma coisa, alguma informação. Estou pronto a colaborar.

– Capitão, muito obrigado.

Deu para desconfiar. Naquela altura, já me encontrava em melhor situação, porque contava do meu lado com uma tropa do 20º BC, seu capitão comandante e os tenentes.

– Olha, estou com a tropa do 20º BC; se precisar de alguma informação onde é que eu o encontro?

– Vou ficar aqui com o sargento do destacamento.

Em seguida, afastou-se.

Mas não saiu logo; ficou numa varanda da casa, vendo eu continuar a minha explicação, com o capitão e o sargento, sobre o esquema da captura do Gregório.

Sua intromissão fora indevida; para se apresentar, poderia ter esperado minha saída. Na verdade, estava há muito tempo vigiando o que eu fazia, tanto que, ao terminar, perguntei:

– Cadê o capitão do serviço secreto?

– Foi embora! Quando a nossa viatura saiu, ele foi atrás, acho até que a ultrapassou, tal a velocidade com que eles saíram!

Um dos tenentes do 20º BC ainda comentou o que o Capitão PM lhe dissera:

– Enquanto o senhor, o Exército, está querendo capturar o Gregório vivo, eles querem matá-lo, porque estão com sede de vingança. Já é uma missão muito antiga, estão atrás do Gregório há muito tempo. Ele escondeu isso do senhor, major! Ouviu tudo o que o senhor disse, estava aqui fora esperando uma oportunidade.

Lembro-me de que quando virei e vi aquelas pessoas estranhas pensei que fossem outros usineiros, porque estavam bem arrumados, bem vestidos.

Na biografia de Gregório Bezerra que o senhor leu, consta essa informação de que a Polícia queria matar o Gregório, aliado de Arraes?

Aí há uma controvérsia muito grande. O próprio Gregório relata, no livro autobiográfico, que foi preso por um grupo de investigadores da Polícia Civil – teria citado investigador porque os militares da Polícia estavam em trajes civis.

Retomando a narrativa, partiram então as patrulhas e os policiais que se diziam do Serviço Secreto da PM.

No momento da prisão do Gregório duas patrulhas – uma do Exército e a da PM – chegaram simultaneamente à fazenda, por estradas ou caminhos diferentes.

A essa altura amanhecia e o José Lopes convidou-me para fazer o desjejum na usina, na casa dele; também convidou o capitão do 20º BC.

Tomamos o café e rapidamente voltamos para Ribeirão, porque a usina Estreliana fica ali pertinho; quando estávamos chegando, o nosso pessoal, do Exército, trazia o Gregório preso. O sargento queixava-se de que tinha tido um atrito com um capitão da Polícia que se arvorava ao direito de levá-lo, porque, na condição de policial, podia efetuar prisão e estava ali para prender o Gregório.

Perguntei ao sargento:

– Ele disse alguma vez que sua missão era prender o Gregório?

– Só foi dizer lá, porque aqui ele informou ao senhor que estava apenas fazendo inspeção no destacamento, e que faria o mesmo nos destacamentos de Palmares, Cortês etc.; estava na pista do Gregório, mas não quis contar ao senhor.

O próprio José Lopes de Siqueira, que estava a meu lado, disse:

– Major, o PM aproveitou-se da "dica" do planejamento que o senhor fez. Foi na esteira da tropa e conseguiu efetuar a prisão.

Eles terão ido para livrar o Gregório da prisão a ser feita pelo Exército?

O Gregório disse que a tropa do Exército o tirou das mãos do... que a prisão foi feita pela Polícia Civil, onde estava se sentindo até bem tratado.

Em algum momento o Gregório denotou algum medo por ter sido capturado pelo pessoal da Polícia?

Pelo contrário, disse que estava com receio da tropa do 20º BC que estava por ali para capturá-lo, com um efetivo muito grande. A Polícia já tinha "abrandado".

Naturalmente cumprindo ordens de Arraes para respeitar a vida dele, deixá-lo em paz. Quanto a isso não há dúvida, deve ter ocorrido, porque sabíamos o que, anteriormente, a Polícia Militar andava querendo fazer.

O Gregório veio amarrado?

Ele era um homem de cabeça branca, tive a impressão de um homem de idade. Na prisão não resistiu, não reagiu. Veio à minha presença dentro de um jipe escoltado pelo sargento, sem ser amarrado. Por ter que levá-lo a Recife, procurei uma algema; o pessoal da Polícia desaparecera.

Um sargento ofereceu-se:

– Estou acostumado a amarrar cabrito ou bode, o senhor deixa comigo que tenho uma cordinha aqui! E então amarrou as mãos dele na frente.

Mas não concordei:

– Com isso ele pode dar uma bordoada na gente, em qualquer descuido de vocês que o estão escoltando; põe as mãos dele para trás.

Gregório não gostou e ficou resmungando:

– Não estou fazendo nada! O que vocês querem comigo? Já me entreguei!

Então, pusemos as viaturas na estrada para levá-lo à capital; os outros, os civis que estavam lá, deixamos por conta do 20º BC.

Levei o Gregório preso para o Recife, dentro de um caminhão, deitado; primeiro, sentou-se, mas como trepidava muito, preferiu-se deitar, com as mãos amarradas. O caminhão fazia parte de um comboio. Nossa viatura, a Rural, vinha atrás, comigo e o usineiro José Lopes Siqueira. Seguiram-se outras viaturas do 20º BC.

Assim nos deslocamos de Ribeirão para Recife, vindo direto para o pátio do Quartel-General; retirei o Gregório do caminhão, subimos a escadaria do IV Exército e fomos recebidos pelos coronéis Bandeira e Ibiapina, que já estavam nos esperando; tinham recebido a notícia da prisão do Gregório.

Cumprimentaram-me pelo êxito da missão e, nesse momento, chegou o General Justino. O próprio Ibiapina fez a apresentação:

– Este é o famoso líder das "Ligas Camponesas" que está agitando os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e tem nos dado tanto trabalho.

O Justino conversou com ele, tomei um cafezinho e estava querendo sair quando ele, o General, me alertou:

– Sua missão não acabou. Você vai levar o Gregório e recolhê-lo ao quartel das Cinco Pontas, lá no Esquadrão, que você comandou anos atrás: o Esquadrão de Reconhecimento.

Coloquei-o novamente na nossa Rural e o levei, juntamente com a escolta, um sargento e um cabo, para o quartel das Cinco Pontas.

Chegando lá o capitão nos informou:

– Major, não temos condições de receber esse cidadão aqui, porque estamos com o xadrez lotado.

O xadrez era o de praças (soldados e cabos, especificamente), mas estavam lá sargentos e penso, até, um oficial da Polícia. Era um xadrez pequeno, comandei o Esquadrão e sabia como era aquilo lá.

De fato não havia acomodação.

– Você não tem condições de arranjar outro local para recolher o Gregório?

– Não senhor, não tenho.

Fui para o telefone e liguei para o IV Exército, falei com o Ibiapina:

– Diga ao general que não há lugar, o Capitão Comandante está aqui ao lado...

O capitão explicou-lhe. O general foi consultado e veio a determinação:

– Leva o Gregório para o aquartelamento de Casa Forte e entrega-o ao Coronel Villocq, diretor do Parque de Moto, a quem vou dar ordem para recebê-lo.

Telefonei para o Villocq:

– Villocq, estamos aqui com a missão de levar o Gregório Bezerra para recolher ao quartel; quero saber primeiro se tem vaga para ele.

– Dynalmo, se não tivesse, arranjaria uma, porque esse é um preso muito importante e muito especial, principalmente para mim; traga-o, imediatamente, que estamos aqui à espera dele – foi a sua resposta.

Então, coloquei-o no carro e o levei para Casa Forte. Quando cheguei ao quartel, estava o Coronel Villocq com o "bastãozinho de comando", que era de madeira, e não de ferro, como foi escrito no livro, pelo Gregório Bezerra: "(...)que foi agredido, que foi recebido com um cano de ferro".

O Villocq sempre usou aquele bastãozinho, como diretor do Parque; atrás dele, entre o portão e o pátio, estava lotado de oficiais, sargentos... Não estavam muito organizados, em forma; estavam embolados.

Quando cheguei, desembarquei, cumprimentei-o e disse:

– Villocq, aqui está o Gregório Bezerra.

– Muito obrigado, sua missão termina aqui.

Ele quis me empurrar.

– Espere, deixe-me tirar o Gregório, tenho que inclinar o banco da frente.

Na Rural (antiga viatura), para a pessoa que está atrás sair é preciso puxar o banco da frente; eu vinha justamente sentado ali, devia avançar o encosto para retirar o Gregório que estava com os pulsos amarrados.

Mas o Villocq não me deixou fazê-lo, foi lá e puxou o Gregório:

– Deixe-o comigo, que, a partir de agora, a responsabilidade é minha.

– Está muito bem Vilocq, mas tenha calma, você está muito nervoso.

Senti que ele estava muito tenso. Ele respondeu:

– Pode deixar, ele está bem entregue. Não se preocupe, ele está entregue e vai ter a recepção que merece.

Tomou a direção do corpo-da-guarda, que fica bem perto do portão, levando-o, pessoalmente, – ele não mandou chamar o comandante da Guarda – e empurrou o Gregório para o xadrez.

Estava morrendo de sede, havia uma cantina no Parque de Moto, logo ali na entrada, e fui tomar um guaraná; estava querendo fazer necessidades fisiológicas e não vi o que se passou em seguida.

Quando vou saindo, já havia terminado minha missão, assisti à seguinte cena: o Gregório Bezerra havia sido despido de sua roupa, estava só com um calção de educação física (calção de soldado, aquele calção azul), descalço, com uma corda no pescoço; essa corda era comprida e em cada extremidade havia um militar, um sargento ou um cabo, Villocq disse:

– Venha comigo, vamos dar um passeio com ele.

Entraram na Avenida 17 de Agosto, a pé, todos a pé. Eu mesmo tive dificuldade de sair porque o portão estava impedido. Esperei a saída daquele pessoal. Pensei: "O que o Villocq vai fazer na rua com o Gregório?"

Eram 9h ou 10h da manhã; vi que aquele cortejo era um negócio deprimente.

Resultado: as pessoas correram para a janela, para os portões, o trânsito ficou interrompido.

Tomei a direção do IV Exército para me apresentar, informar que terminara a minha missão, mas estava ouvindo comentários de que a coisa estava feia, lá em Casa Forte. Quando cheguei ao Quartel-General, o ambiente era de pavor. A televisão já havia sido chamada, além de várias estações de rádio. Estavam filmando tudo... aquele cortejo em direção à Praça de Casa Forte. Fizeram a volta na praça. Os locutores afirmavam que aquela corda era para enforcá-lo numa árvore, num poste. Assim, espalhavam os boatos e alguns companheiros do Quartel-General, quando me viram entrando para falar com o general, disseram:

– Você fez uma trama com o Villocq? Fez um conluio com o Villocq para acabar com o Gregório Bezerra?

– Por quê?

– Você não sabe o que está acontecendo? O Gregório nem agüenta mais, está caído no chão, todo ensangüentado no meio da rua. O general já mandou buscá-lo e levá-lo para o Esquadrão de qualquer maneira.

E mandou mesmo?

Mandou tirá-lo de lá do meio da tropa.

Quer dizer que o Gregório não foi puxado por uma viatura, como consta da biografia dele?

Não, que eu visse. Estou dizendo que saiu a pé, com uma corda, as pontas nas mãos de cada um, pelas ruas, toda a tropa acompanhava como se fosse uma procissão.

O General Justino mandou buscá-lo e recolhê-lo ao quartel do Forte das Cinco Pontas: "De qualquer maneira arranja-se um lugar para ele ficar."

Ele foi para lá. A essa altura já havia televisão, advogado, todo mundo atrás. No Esquadrão, foi socorrido, porque estava todo ensangüentado. Depois, na televisão, ele dizia que tinha recebido pancadas nos testículos, na virilha e queriam também enfiar o bastão em seu ânus. Repetiu, também, no livro; não vi nada disso.

Vi as cenas da televisão mais tarde, porque eu não tinha dormido a noite anterior. O general mandou-me para casa. Gregório apareceu caído no chão, sendo socorrido.

Levaram-no para um hospital para fazer um completo exame médico e constataram que não tinha nada, que aquilo era um leve ferimento.

Ele diz, na autobiografia que, antes, tiraram-lhe os sapatos e fizeram-no pisar na solução de bateria; de fato, quando ele saiu do quartel, observei que já andava com dificuldade.

Encerrei a minha missão com o Gregório Bezerra e fui embora para casa.

No dia seguinte, voltei para o meu trabalho rotineiro, assumi a minha função de chefe do Serviço de Moto e continuei sendo ouvido pelo General Justino:

– Você participou disso? Você tinha combinado alguma coisa com o Villocq?

– Mas General, não foi o senhor quem me mandou entregá-lo a ele? Minha intenção era deixá-lo no Esquadrão, que ficava mais perto, onde comandei e o capitão me conhecia. Desejava deixar o Gregório ali ao lado, mas o senhor mandou levá-lo à Casa Forte, entregar ao Villocq. Cumpri a minha missão e, a partir daí, não tive mais responsabilidade nenhuma.

O próprio Villocq disse-me: “Cessou aqui a sua missão, o preso agora é meu.”

Continuei trabalhando, e aí vem a parte final da minha participação na Revolução: trata-se de algo que acho muito interessante, sobre um fato pouco conhecido, muito reservado.

Em novembro de 1964, no Quartel-General, não era mais chefe interino. Havia sido efetivada a minha transferência do Parque. Fui chamado outra vez ao IV Exército e, agora, já com o General Aurélio de Lyra Tavares, como comandante. O General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy) era o Comandante da Região. Quando cheguei ao gabinete do General Lyra Tavares, estava o Muricy a seu lado.

– O Dynalmo é uma espécie de coringa. É um homem que, aqui na Região, conhece bem esses comunistas todos. Teve atuação brilhante na captura do Gregório. É o homem que indico ao senhor para resolver o problema.

O general estava com um documento na mão: era uma diligência feita pela Polícia Civil, já com o Paulo Guerra no governo.

Em novembro de 1964, quero frisar bem, oito meses depois da Revolução já implantada e articulada, os comunistas encolhidos, surge um movimento subversivo chamado PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista.

O General Lyra Tavares esclareceu:

– Temos aqui uma semente já lançada, podemos colher frutos e você vai apurar.

O problema era o seguinte. A Polícia havia descoberto um “aparelho” desse Partido Trotskista, em Recife. Estavam envolvidos jovens, universitários, tanto moças como rapazes e alguns jornalistas, também. Nesse meio, apareceu um ex-sargento da Aeronáutica chamado Jair Borin, o único militar nesse grupo. Mas, a própria Polícia que estava fazendo o inquérito suspeitava de que estivessem envolvidos

outros militares do Exército e da Marinha. Coube-me a responsabilidade de apurar se algum militar do Exército estava envolvido nisso.

Estava pronta a portaria nomeando-me encarregado do inquérito para apurar as atividades do PORT, em novembro de 1964.

Escolhi um escrivão, o Capitão Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho, e fui muito feliz porque o Bismarck era entusiasmado e já estava engajado na Revolução, desde o Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO-105) e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); saímos em campo e fomos logo procurar esse ex-sargento Jair Borin. Depois, descobri ter sido expulso da Base Aérea do Recife.

Ninguém melhor do que o comandante da Base para nos dar informação; o ex-sargento esteve fazendo propaganda subversiva lá dentro, em pleno Governo de João Goulart e, antes da Revolução, havia sido expulso, tanto que estava fazendo um curso de Jornalismo.

Quis conversar logo com ele, era o único ex-militar, e podia dizer alguma coisa. Já estava preso pela Polícia. Ele e alguns estudantes estavam recolhidos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Convoquei-o a comparecer à Companhia de Guardas (o Bismarck foi buscá-lo) e pedi à Polícia para deixá-lo conosco, porque ele seria a pista para ver se descobríamos alguém do Exército envolvido.

A princípio ele se "amarrou" muito, não queria dizer, era só a Aeronáutica; depois acabou falando.

Mas tive que fazer uma chantagem; ele estava dando baforadas de cigarro na minha cara; viciado, fumava um cigarro atrás do outro, a ponto de o Bismarck se "queimar" e protestar:

– Major, o senhor não pode admitir uma coisa dessas, um comunista safado, expulso das Forças Armadas, sabendo que o senhor é um oficial superior, faz isso de propósito.

Dito isso, tirou o maço de cigarros.

Bismarck estava ao meu lado, fiquei com pena porque senti que o Borin estava querendo falar; mas foi boa a atitude dele.

Mas, ele disse para o Bismarck:

– Sem cigarro, não falo mais nada; vocês não me tiram nenhuma palavra mais.

– Você vai tomar um cafezinho – disse, procurando amenizar a situação.

Mas Borin continuou dizendo que não ia falar mais nada.

– Está muito bem, então vá embora para o xadrez; vou ouvir os outros e você vai ficar mofando aí; no dia em que quiser falar, basta me chamar que vou ao seu encontro, ouvi-lo.

Deixei-o mofar o resto do dia.

O homem ficou feito doido, com a falta do cigarro. Era desses dependentes em último grau e, resultado, mandou chamar o Bismarck:

– Quero falar com o major, eu falo o que vocês quiserem! Agora, me deixem o cigarro!

De propósito mandei comprar um pacote de cigarro, botei em cima da mesa com uma garrafa de café, porque sabia que era o trivial, o cafezinho...

Bismarck comentou, depois:

– O senhor fez uma chantagem com ele.

– Vão dizer que foi tortura – retruquei.

Borin não resistiu e falou:

– Tenho muita coisa para dizer para o senhor, até por escrito.

Peguei uma resma de papel almaço e caneta e dei para ele.

– Você vai ficar aqui (tirei-o do xadrez) com cafezinho e cigarro. Vai escrever desde quando você esteve na ação subversiva, lá na Base Aérea, e depois disso o que aconteceu, com quem você se ligou, sua participação, se você foi um dos criadores desse partido...

Qual não foi a minha surpresa (eu o deixei de manhã cedo), ao ver, quando cheguei, na hora do almoço, que ainda estava escrevendo.

– Major, quero mais papel.

Fui ver o que ele estava escrevendo, se era brincadeira: tudo escrito direitinho, até em ordem cronológica. Era um réu confesso.

Não é tortura, é exatamente a dependência do cigarro; foi só pôr o cigarro e ele passou a dizer tudo, manuscrito, não tinha como negar dizendo depois que era mentira.

Aí me aparece o nome de outros sargentos da Força Aérea Brasileira (FAB), acusados por ele, lotados na torre de controle de vôo do aeroporto dos Guararapes, como sendo participantes do PORT.

Consegui, na Base Aérea, o endereço dos sargentos citados; queria ouvi-los.

Mas era outra Força Armada, outro aquartelamento; fui ao gabinete do General Lyra Tavares e informei:

– General, estou preocupado. Até agora não me apareceram militares do Exército e sim outros da Aeronáutica. Estão na Ativa e num ponto-chave do Aeroporto dos Guararapes: controladores de vôo dos aviões, e estão sendo acusados pelo próprio ex-companheiro.

– Você não está com uma portaria? Você não tem delegação de poderes? Vá lá na Base Aérea, se for preciso prenda até os sargentos.

– Mas general, tenho primeiro que conversar com o comandante da Base a fim de pedir autorização para retirar os sargentos de lá, para ouvir e conversar; não seria interessante o senhor ligar para o Brigadeiro Comandante da 9ª Zona Aérea, Brigadeiro Romero Souto de Oliveira?

– Não! Você vai, vamos ver primeiro o que você consegue com o Comandante da Base.

Anteriormente, já tinha conseguido com o Comandante da Base alguns dados sobre esse Jair Borin. Fui lá e expliquei-lhe:

– Há outros nomes e eu gostaria que o senhor me fornecesse alguns dados; gostaria de ouvi-los, também, porque esses são mais perigosos, visto que estão na Ativa.

– Major, não posso permitir. Tenho que solicitar a autorização do Brigadeiro, porque o senhor é de outra Força Armada, o senhor é do Exército.

O fato de o General Lyra Tavares, além de Comandante do IV Exército, ser o Comandante da guarnição federal de Recife, não o demoveu de sua posição.

Pegou o telefone:

– Dá licença, major, mas não engulo isso; converso com o Brigadeiro e a gente resolve logo.

A princípio estava atencioso comigo.

Ligou e o Brigadeiro disse que o inquérito deveria ser feito por ele, pois se tratava de um praça da Aeronáutica. Deveria ser da esfera dele.

O coronel transmitiu-me a ordem para que eu "aguardasse um pouco", pois o Brigadeiro iria conversar com o General Lyra Tavares. Soube, depois, que houve quase um estremecimento entre os dois grandes comandos: o Comando do IV Exército e a 9ª Zona Aérea. A questão era de jurisdição. O Brigadeiro pensava que deveria avocar o inquérito que a Polícia Civil havia iniciado, no momento em que o IV Exército não tinha encontrado nenhum elemento do Exército envolvido.

Também pensava assim, mas, como soldados, temos que cumprir ordem; além do que, já estava empenhado e queria apurar por completo.

O fato é que o Brigadeiro conseguiu convencer o Comandante da Base a ceder os dados de todos os sargentos, nomes, residências etc.

Fui com o Bismarck às casas dos sargentos, na Vila Militar, demos uma batida e encontramos vários documentos que comprometiam a maior parte deles; eram sargentos antigos, alguns até poliglotas.

Encontrei um papelzinho, onde havia um desenho grosseiro de dois aviões se chocando e, em um deles, escrito assim: Presidente.

O detalhe que quero ressaltar: isso aconteceu em novembro de 1964, no desenho o avião do Presidente se chocando com o outro que era da FAB.

Era um desenho muito grosseiro: dois aviões em vôo se chocando, mas um tinha uma inscrição ao lado: avião do Presidente! O outro era da FAB.

Voltei para ouvir o Jair Borin que continuava preso na Companhia de Guardas. O general mandou deixá-lo lá. Ele estava preso à disposição da Polícia. E o Borin disse:

– De fato, essa turma há muito tempo está fazendo vários planos de simular um choque aéreo de aviões, inclusive com autoridades que sobrevoam o aeroporto...

E, a certa altura, declarou:

– Esse Presidente aí é o Castello Branco! É o vôo do Presidente, chegando aqui e se chocando com outro avião!

Fui logo ao General Lyra Tavares:

– Aqui aparece uma coisa muito importante. De todas as diligências que estamos fazendo, há quase trinta dias, surge esta revelação: o desenho pode ser uma brincadeira, mas pode ser uma coisa séria também!

Logo em seguida o Marechal Castello Branco veio em visita ao Recife, quando estava circulando aquele noticiário de torturas a presos políticos, espancamentos...

O Marechal Castello Branco veio acompanhado do General Ernesto Geisel para, *in loco,* certificar-se da existência desse fato. Todos os encarregados de inquérito foram reunidos pelo Comandante do IV Exército na Escola de Aprendizes de Marinheiros, no salão nobre; eu estava lá, fui logo convocado.

Havia coronéis, tenentes-coronéis para se apresentarem ao Presidente, mas o General Lyra Tavares disse:

– Presidente, aqui estão todos os encarregados de inquérito. Vou chamar logo o Major Dynalmo, porque o senhor vai ter uma surpresa desagradável, é uma notícia um pouco ruim.

Era justamente o nome dele como sendo vítima, possivelmente uma vítima.

Eu me apresentei, disse qual o inquérito que estava fazendo, que já estava no final, mas não havia envolvimento de militar do Exército, felizmente para nós; mas havia, infelizmente, sargentos da Aeronáutica, até homens de confiança do Comandante da Base, trabalhando na sessão de controle de vôo e aquele desenho deixara-me apreensivo.

Mostrei para o Presidente; ele virou-se para o Geisel e disse:

– Isso deve ser uma brincadeira!

A seguir, voltando-se para mim:

– Não é, Senhor Dynalmo?

– Presidente, pode ser uma brincadeira, mas brincadeira de mau gosto, porque há depoimentos de outros; um está preso, um ex-sargento expulso por subversão, que confirmou existir um plano antigo provocando um acidente com um Presidente e no momento... é o senhor!

O Geisel interveio:

– Não, vamos aprofundar isso, general.

E, voltando-se para mim, determinou:

– Major, vamos aprofundar, porque atrás disso deve ter coisa.

– Perfeitamente, vou pedir prorrogação do inquérito e prosseguir com as diligências. Já estamos no final do prazo de trinta dias.

O fato é o seguinte: não apurei mais nada!

Aquilo era de fato um plano, tanto que o Brigadeiro mandou prender todos os sargentos lá no quartel da Base; avocou a si a sindicância.

O General Lyra Tavares resolveu encerrar o inquérito e ordenou:

– Não precisa apurar mais nada, porque não há ninguém do Exército envolvido, e você não precisa mais prosseguir. Se aparecer alguém do Exército, aparece lá no inquérito da Aeronáutica.

Que é que aconteceu depois?

Todos sabem qual foi o motivo da morte do Marechal Castello Branco: um acidente aéreo!

Foi um impacto entre o avião da FAB e um avião civil, se não me engano um "teco-teco" que vinha do Ceará. Na época do acidente (ano de 1967), realizou-se um inquérito para saber se o acidente não teria sido – sem se citar o que eu havia apurado – uma coisa preparada, programada, planejada ainda por alguns criminosos brasileiros, traidores da Pátria, que nunca se dão por vencidos.

Para mim foi mera coincidência ou algo sem ligação anterior (porque houve inquérito).

Acharam que foi um avião a jato que passou muito rápido e abalroou o outro avião; mas foi um fato que chamou a atenção e está aí nos arquivos do IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste.

É um assunto sigiloso, não se deu muita notícia nos jornais.

Coronel Luiz Arthur de Carvalho

- Natural da Cidade de Salvador, BA.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Salvador, entre 1947 e 1957.
- De 1967 a 1975, chefiou a Superintendência da Polícia Federal para os estados da Bahia e Sergipe e, de 1975 a 1979, exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.
- Na eclosão da Revolução, era major e servia na 17ª Circunscrição de Recrutamento (CR), em Salvador, BA.

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Quanto aos antecedentes da Revolução, a mim relacionados, faço referência a um recorte do jornal *A Tarde*, aqui da Bahia, que noticia a minha denúncia por um juiz da época, por estar envolvido no movimento de Aragarças; fui anistiado depois, por Juscelino.

Mas não estive em Aragarças; apenas meu nome estava em um documento que foi deixado num avião, propositadamente.

Eu não estava de acordo com os militares que queriam "fazer Aragarças". Achava imprópria a época que escolheram para desencadear o movimento.

Os movimentos de Jacareacanga e Aragarças já era um prelúdio da insatisfação dos militares com os rumos do País que, segundo entendiam, marchava para a comunização. Foram iniciativas, particularmente, de integrantes da Aeronáutica.

Primeiro ocorreu o de Jacareacanga, depois, então, veio Aragarças e, por fim, a Revolução, agora com todo mundo junto: o povo, a Igreja e mais as Forças Armadas.

Na Revolução, eu era major e exercia a chefia interina da 17ª Circunscrição de Recrutamento (17ª CR), hoje 17ª Circunscrição do Serviço Militar (17ª CSM), no Forte de São Pedro, em Salvador, BA. Lá, encontrava-se, também, o aquartelamento do Depósito de Subsistência da Região, chefiado pelo Tenente-Coronel Padilha; no 31 de março, passamos a noite dentro do quartel.

Antes, a vinda do comandante da Região, General Manoel Mendes Pereira, e sua ação de presença na Subsistência, insistindo na manutenção de estoques para a tropa, estava denunciando algo que estava em marcha, no meu entendimento.

Nesse tempo, não só em relação à sua Unidade, mas no âmbito da Região Militar, você notou alguma dissensão dentro dos quartéis, "correntes" a favor ou contra, de oficiais, sargentos?

Aqui em Salvador, 90% da tropa e das repartições eram indiferentes, não tomavam posição contra ou a favor do Governo João Goulart. A Região Militar era pequena; sem maior expressão.

Houve duas prisões, entre o efetivo do Forte São Pedro.

A do Major Lúcio Pereira, preso quando o Coronel Padilha reuniu os oficiais para dar conhecimento do que o general dissera aos comandantes de Unidades, minuto antes: "A Revolução estava em marcha e que avisassem todos os militares."

O coronel, ao final da reunião, perguntou se alguém discordava e o Major Lúcio Pereira falou:

– Com licença. Estou com a legalidade. Inclusive, o meu irmão é ajudante-de-ordens do Ministro do Exército (naquela época, o Jair).

O coronel deu ordem de prisão ao major, mandou lavrar o ato e o recolheu ao quartel do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC).

O outro foi um capitão da CR, e tive de efetuar a prisão dele.

Os dois ficaram pouco tempo presos.

No início de abril de 1964, desloquei-me para Feira de Santana, a fim de verificar o envolvimento político do Sr. Francisco Pinto, Prefeito dessa cidade, com elementos de esquerda. Essa foi a missão que recebi.

Fiz um relatório do que apurei, no qual consta: "(...)quanto a Francisco Pinto, embora simpático ao Governo do João Goulart, não há fatos que justifiquem a sua deposição".

Quarenta dias depois do relatório, o Prefeito foi deposto por uma tropa que veio de Maceió, talvez por influência política dentro do setor militar.

Muito tempo depois, o processo dele foi julgado na auditoria militar e ele absolvido por unanimidade. Eu estava certo e o sistema revolucionário errou!

Por isso, ele transformou-se numa vítima e foi eleito deputado. Depois, foi cassado no episódio do Presidente do Chile, em favor do qual fez um pronunciamento; era um indivíduo que podia ter sido recuperado pela Revolução.

Antes da Revolução, Brizola fazia aquela pregação sobre os "grupos dos onze", que iam sendo instalados em cada cidade.

Em Salvador, havia dois grupos atuantes, organizados com pessoal ligado ao Partido Comunista; no interior havia, talvez, mais um.

Eram constituídos por políticos militantes e da área estudantil.

Ações contra-revolucionárias, propriamente, não as houve em Salvador; alguns prefeitos foram depostos.

Em 1967, fui nomeado para chefiar a Polícia Federal (PF), na Bahia e em Sergipe, repartição criada pelo Castello Branco; a PF estava se estruturando.

Começamos a cumprir missões para apurar corrupção, mau emprego do dinheiro público etc.

Tiveram início as denúncias, escritas, de um modo geral.

Lembro de um caso interessante envolvendo o Sr. Felix de Almeida Mendonça que hoje é deputado federal pela corrente do Antônio Carlos Magalhães, na época Governador. Ele foi indiciado, porque quando Prefeito de Itabuna fez um projeto de canalização de água de um rio não existente e de uma ponte que não construiu. O dinheiro que recebeu passou algum tempo na sua conta particular.

O processo foi encaminhado a quem de direito, mas o tal cidadão não sofreu nenhuma punição porque os tortuosos meandros da política são utilizados para iludir os militares de boa-fé, enganá-los, para, através de subterfúgios, permitir que os responsáveis por ações delituosas escapem da justiça.

Isso foi em 1971, em pleno governo revolucionário!

Havia, na Bahia, alguma liderança militar?

Depois do General Manoel Pereira os comandantes militares não tiveram problemas. Mas houve um período, antes do AI-5, muito agitado.

Qual a sua opinião acerca do AI-5?

O AI-5 saiu na hora certa, até atrasado!

Encontrava-me na Polícia Federal, acompanhando de perto os movimentos estudantis e a nossa imprensa, reagindo à Revolução, estava incentivando cada vez mais a juventude a contrapor-se ao Governo.

Se não fosse o AI-5, a coisa iria degringolar.

Houve prisões aqui, nos quartéis, de civis ou militares?

Na fase do AI-5, a Polícia Federal fez muitos inquéritos e prisões. Mas não tinha autonomia para executar o processo repressivo, entretanto o Comando Militar reunia esses órgãos: Polícia Militar, Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica etc. para tomar decisões de combate à subversão; os presos eram enviados para os quartéis.

Na época da "caça" ao Lamarca – foi a Polícia Federal que descobriu sua presença (no sertão de Salvador) – atuamos muito, inclusive na localização da Iara Iavelberg, a mulher dele; tomamos parte no cerco ao Lamarca, levando viaturas e agentes.

Sempre dizia, na Polícia Federal: "Aqui, para alguém tocar num preso, é preciso que o Coronel Luiz Arthur toque primeiro!"

Numa diligência que saiu do meu gabinete, tive um sargento da Aeronáutica morto e quem o assassinou foi o Theodomiro Romeiro dos Santos, militante da organização denominada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ainda não havíamos encontrado resistência assim, tão violenta.

Theodomiro e o seu companheiro de luta armada, Paulo Pontes, foram presos pelo Sargento Walder Xavier de Lima e dois agentes da Polícia Federal. Na pressa de pegar um terceiro, fugitivo, puseram a algema no pulso de um com o do outro e os colocaram no banco traseiro do jipe e se sentaram, um agente e o Xavier, na frente.

O Theodomiro abriu a pastinha dele, que não fora revistada, puxou a pistola e atirou nas costas do sargento.

Quando chegou a notícia da morte do Sargento Xavier e do ferimento no outro agente, os colegas do sargento da Aeronáutica teriam entrado na Polícia Federal se eu não estivesse lá, naquela noite.

Essa postura contribuiu para que a Revolução tivesse um bom conceito aqui na Bahia.

Hoje, esse Theodomiro é juiz do Trabalho, em Pernambuco.

Outro episódio foi o movimento ocorrido com uns 12 meninos de 16, 17 anos de idade, estudantes, em 1970.

Começou quando o pai de um deles, juiz do Tribunal de Justiça do Estado, teve uma decepção com o filho, Eduardo Machado, e foi ao meu gabinete e me disse:

– Estou com vontade de recuperar meu filho e só vejo uma maneira: denunciá-lo ao senhor!

Demonstrava confiar em mim, mas, também, na Instituição à qual pertenço, o Exército. Muitos desconhecem que o pai denunciou, pois não iria tornar pública sua iniciativa. Hoje, ele já é morto.

Ele continuou a falar:

– Conversando com meu filho, na vista da sua mãe, disse-lhe que não estava no caminho certo e citei o comunismo. Ele estava tão massificado pela doutrinação recebida que me deu um exemplo aterrador: "Meu pai, entenda as coisas da juventude. Por exemplo, minha mãe, aqui presente, só serviu para me parir, mais nada."

O juiz foi bater no meu gabinete.

Tive o cuidado de não deixar esses meninos presos nos quartéis e criei um alojamento na Polícia Federal, com algumas dificuldades materiais.

Solicitei que os pais trouxessem camas; duas vezes por semana iam levar uma maçãzinha. Eles foram liberados, por proposta minha, na véspera da Copa do Mundo, em 1970.

Aquele menino me ajudou, mais tarde, na censura às diversões públicas.

Em casa, o rapaz tinha uma gaveta, onde guardava toda a orientação que recebia dos seus instrutores do partido comunista. Havia uma sigla, MOL, que não sei o que significava. O pai, enquanto o menino estava na rua, tirava cópias e as entregava para mim.

Havia encontros de doutrinação. Um adulto controlava tudo.

Quando chegou à Bahia a peça *Macbeth*, a ser representada no Castro Alves, pela turma da subversão, o próprio menino, que a conhecia bem, foi ao meu gabinete para dizer: "Isso é um crime contra a obra de Shakespeare! Estão deturpando tudo!"

Houve outro episódio aqui na Bahia, quando o Presidente Médici veio inaugurar o estádio de futebol: morreram duas pessoas, muitas foram feridas, conseqüência de uma propaganda maldosa (através de panfletos) feita pela turma da subversão: o estádio iria cair!

Na ocasião, uma moça se apresentou querendo fazer um depoimento: ficou chocada com o episódio do estádio (era esquizofrênica) e deu nomes importantes da subversão no País, do que resultaram prisões.

O pai dela nos agradeceu, por carta, o desvelo que tivemos com a filha doente!

Quanto à censura nos jornais – discreta, mas havia –, vinha ordem de Brasília e a Polícia Federal as cumpria: era feito um memorando para a imprensa e pronto.

Nunca houve desobediência?

A turma da redação obedecia. O diretor do jornal nada censura ou policia. Seu objetivo é o crescimento do jornal.

Eu já estava há oito anos na Polícia Federal quando o Governador Roberto Santos me indicou para a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia: agradeci, ele insistiu, indiquei o nome de um colega, ele insistiu... e eu aceitei.

No seu entender, vinte anos de governo da Revolução foram um bom período?

Acabou na hora certa e vamos ser justos: os governos revolucionários fizeram muito pelo Brasil e que, hoje, está sendo destruído. Eram constituídos de pessoas dignas e honesta e que não ficaram ricos na passagem pelo Poder.

Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Serviu no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife como auxiliar de instrutor e instrutor. Exerceu as funções de subcomandante efetivo e comandante interino do Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO 105), com parada em Olinda, PE.
- Formou-se em engenharia civil, na Escola Politécnica do Recife, em 1958 e, também, em administração de empresas. Foi superintendente da Administração do Porto do Recife, ainda no serviço ativo (1964 a 1966); interventor e superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro (1966 a 1970); e presidiu, de 1975 a 1980, a Companhia de Transportes Urbanos de Pernambuco.
- No exterior: representante do Brasil no Congresso de Portos realizado em Antuérpia, Bélgica, em 1967.
- Na eclosão da Revolução era major, respondendo pelo Comando do I/7º RO 105.

Entrevista realizada em 24 de maio de 2000.

Antecedentes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964

Há quem afirme que as raízes mais remotas do Movimento de 31 de Março de 1964 estão no início da nossa República. Exagero ou não, a verdade é que, depois de 1920, houve alguns acontecimentos que se prolongaram até o nosso 31 de Março de 1964.

A situação política e o descontentamento na área militar, na época em que nasci, era preocupante. A revolução deflagrada em 5 de julho de 1922, provocada pela falta de habilidade do Presidente Epitácio Pessoa, principalmente por sua ojeriza aos militares, embora abafada rapidamente, propagou a insatisfação até a Revolução de 1930, com o encerramento da República Velha; e provavelmente foi mais adiante, até 1964, onde se tentou extinguir o "peleguismo", o populismo e, principalmente, uma ditadura sindicalista.

No mês de novembro de 1935 a sociedade havia sido ameaçada pela tentativa do levante comunista, onde diversos brasileiros, principalmente oficiais do Exército, foram assassinados enquanto dormiam; felizmente foi uma tentativa fracassada em todo o Brasil.

Depois de 1945, mesmo na ilegalidade, a minoria atuante e disciplinada do Partido Comunista, esquerda radical, intensificou o planejamento para o assalto ao Poder.

A revolução cubana vitoriosa foi outro exemplo que animou aquela esquerda virulenta, até a reação de 31 de Março.

Panorama político antes do 31 de Março

O panorama político antes do 31 de Março de 1964, principalmente depois da renúncia de Jânio Quadros, era confuso; a sociedade não estava suportando aquela situação e pedia insistentemente o apoio das autoridades e das Forças Armadas.

Uma minoria atuante e disciplinada da esquerda radical, esquerda festiva e inocentes úteis, desejava implantar um regime semelhante ao que já existia em Cuba. A subversão, a corrupção, a demagogia, a incompetência e a ociosidade estavam retardando o progresso da Nação, prejudicando principalmente a população pobre e a classe média.

A Revolução não foi simplesmente militar, como se diz hoje. Foi, também, da população civil, até mesmo da melhor classe pensante do Brasil.

Houve divergências, é claro, como não poderia deixar de haver.

Clima de insatisfação, nas Forças Armadas, com o Governo Federal, com o Governo João Goulart

O clima de insatisfação contra o Governo João Goulart existia, não somente na expressiva maioria das Forças Armadas, mas, também, no percentual mais elevado da população civil.

Posição da Igreja em relação ao governo, em Pernambuco

A autoridade máxima da igreja católica, em Pernambuco, era o Arcebispo Hélder Câmara e isso não significava que todos os católicos comungassem politicamente com ele.

Aquele chefe religioso, segundo o meu ponto de vista, não atuava ostensivamente ao lado da esquerda radical, porém não apoiava qualquer iniciativa para modificar aquela situação preocupante que existia na época.

Ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária

O ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária, era de desconforto, insatisfação e apreensão. Felizmente, na quase totalidade, não havia divergências. Principalmente nas Unidades do IV Exército, a significativa maioria pensava igualmente e sabia que alguma coisa deveria ser feita para mudar aquela situação.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, intérpretes da vontade nacional

A população civil pedia proteção principalmente ao Exército; acredito, sim, que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional naquele 31 de Março.

Atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco e os atos do Governo

A Assembléia Legislativa de Pernambuco, na grande maioria, foi favorável aos atos da Forças Armadas, principalmente após o 31 de Março.

Ajuda externa, financeira ou política, ao Movimento de 31 de Março de 1964

O Movimento de 31 de Março, suponho, não contou com ajuda externa, seja política ou financeiramente falando; contou, entretanto, com a simpatia dos Estados Unidos e outros países que não desejavam a implantação no Brasil de uma ditadura da esquerda radical.

O rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução

O desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal aconteceu, felizmente, porque aquele esquema era um verdadeiro "blefe".

Demora da Revolução no Poder

A Revolução de 31 de Março, penso, demorou-se, em demasia, no Poder. Médici, terceiro Presidente revolucionário, exerceu o seu mandato com energia, serenidade e equilíbrio.

Há quem afirme que a abertura democrática deveria ter sido concluída no final do seu Governo. O prestígio de Médici era muito grande e ele era aplaudido até mesmo nos campos de futebol.

Luís Inácio Lula da Silva, líder sindicalista, numa entrevista, declarou: "(...)Eu digo pelo que via dentro das fábricas. Havia pleno emprego, era uma época de muita facilidade para a gente trabalhar. Creio que o Médici teria sido eleito; na época foi feita uma pesquisa, acho que ele receberia 70% dos votos."

A abertura dita "segura e gradual" dos Presidentes Geisel e Figueiredo deixou, infelizmente, condições para o retorno desbragado dos fatores negativos, principalmente a corrupção, a demagogia e a subversão (invasão de propriedades privadas pelos "sem terra" e "sem teto").

A democracia é um ótimo sistema de governo, é uma atividade-meio que visa principalmente o bem social; nunca deveria ser considerada uma atividade-fim, que beneficiaria tão-somente uma minoria de aproveitadores.

O senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre a Revolução?

Gostaria, para adiantar alguns acontecimentos que ocorreram nas proximidades do 31 de Março e que foram decisivos para o resultado alentador em Pernambuco.

No domingo que antecedeu o 31 de Março, encontrava-me no Comando do I/7º RO 105; o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira estava no gozo de férias regulamentares. Comandava, também, a guarnição de Olinda, por ser o oficial mais antigo. Comparecemos, naquele domingo, ao casamento do Tenente Teles e fomos convidados para um almoço na residência da noiva, em Água Fria (um bairro do Recife). Naquele momento, circulou entre os oficiais um jornal com a fotografia do Almirante Aragão sendo carregado por diversos marinheiros, como se fosse um líder sindical e nunca um chefe militar.

O Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, S/3 (oficial de operações) do Grupo, com o meu deslocamento para o comando da Unidade, ocupou interinamente as funções de subcomandante. Ele se encontrava no Rio de Janeiro, no gozo de alguns dias de licença. Regressou naquele domingo e trouxe algumas notícias importantes, até mesmo a da insatisfação generalizada dos oficiais de outras localidades do Brasil. O Major Hugo era um oficial de decisões rápidas e acertadas, autêntico revolucionário e muito bem informado.

No início da semana seguinte, no café da manhã, o desconforto dos capitães e tenentes era muito grande.

A atitude do Almirante Aragão tentando esfacelar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, em recente acontecimento que estava escandalizando a Nação, era o principal comentário daquele momento. Decidimos, inicialmente, que seria enviada uma correspondência para o Comandante da 7ª Região Militar;

eu a assinaria como Comandante da guarnição de Olinda e faria comentários sobre a insatisfação dos oficiais das duas Unidades.

O Capitão Aníbal Lima Oliveira, comandante da outra Unidade da guarnição, apresentou uma segunda sugestão, a qual foi apoiada pelo Major Hugo, pelo Capitão Walmir, Capitão Bismarck, Capitão Carneiro Leão e os demais oficiais: a guarnição de Olinda, sob o meu Comando, deveria cercar o Palácio das Princesas e, logo em seguida, prender o Governador Arraes.

Aquela nossa atitude teria projeção nacional e poderia ser o começo de uma reação para mudar aquela baderna.

Concordei, porém apresentei um complemento: a nossa decisão deveria ser comunicada ao Comandante do IV Exército, ao Comandante do 14º Regimento de Infantaria (RI) e ao Comandante do CPOR.

Quem era o Comandante do IV Exército?

O Comandante do IV Exército era o General Joaquim Justino Alves Bastos e o Comandante do 14º RI era o Coronel João Dutra de Castilho. O Comandante da Bateria de Artilharia de Costa e alguns outros oficiais do I/7º RO 105 opinaram de maneira contrária, alegando que o Comandante do IV Exército poderia não concordar. Tomada a decisão final, todos pensaram da mesma maneira.

Era um risco muito grande que não poderia ser enfraquecido com divergências.

Enviei o Major Hugo com a missão de falar com o General Justino; o Capitão Bismarck Baracuhy Amancio Ramalho foi ao 14º RI com a missão de falar com o Coronel Castilho; e o Capitão Carneiro Leão foi ao CPOR e manteve entendimento com o Tenente-Coronel Humberto Ribeiro de Moraes e, em seguida, com o Tenente-Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, Diretor do Parque de Material Bélico.

Enquanto isso, toda a tropa ficou em ordem de marcha, pronta para o deslocamento, todos os obuses engatados aos caminhões que os tracionavam.

O General Justino, logo que tomou conhecimento, resolveu comparecer ao I/7º RO 105, acompanhado do Tenente-Coronel Antônio Bandeira e do Major Valdyr Pereira da Rocha.

Falei reservadamente com aquele comandante, enquanto os oficiais aguardavam ao lado, na sala de reuniões. O General Justino disse que estava integralmente do nosso lado, porém seria conveniente evitar ações isoladas; estava havendo no Rio um movimento coordenado para derrubar o Governo e ele enviaria um oficial para saber das notícias mais atualizadas.

Falou também com os demais oficiais e confirmou que, dentro de 24 horas, a Unidade poderia sair.

O Major Valdir embarcou para o Rio de Janeiro.

No dia seguinte, para nossa surpresa, o General Mourão iniciou a Revolução em Minas Gerais, enquanto a guarnição de Olinda, por pouco, acabou perdendo a histórica oportunidade de desencadear aquele movimento que, durante muito tempo, alavancou o Brasil e evitou uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis.

Os cinco fatores negativos que atormentavam a Nação – subversão, corrupção, demagogia, incompetência e ociosidade – foram, pelo menos, neutralizados durante muito tempo.

Infelizmente, quando retornaram foram acrescidos de dois outros fatores também negativos: tráfico de influência e falta de ética, explicados ou justificados, respectivamente, pela teoria do *lobby* e porque "a lei não proíbe".

O Tenente-Coronel Ivan Ruy ainda se encontrava no gozo de férias.

Naquele pequeno intervalo foi possível localizar o comandante, que resolveu voltar para o exercício de suas funções. Ele também, como todos os oficiais da guarnição, estava disposto a iniciar o deslocamento do Grupo, cercar o Palácio das Princesas e prender o Governador.

Após o início do Movimento deflagrado em Minas Gerais e o deslocamento daquela tropa comandada pelo General Antonio Carlos da Silva Muricy, na direção do Rio, a Polícia Militar de Pernambuco tomou medidas preventivas.

O Palácio das Princesas reforçou a guarda e instalou posições defensivas nos acessos principais.

O prazo para o nosso deslocamento foi ultrapassado, alegando o General Justino que o fator surpresa não mais existia.

Uma movimentação de tropa, naquelas circunstâncias, poderia resultar em derramamento de sangue, o que deveria ser evitado.

O Comandante do IV Exército desejava obter a renúncia de Arraes, utilizando tão-somente a diplomacia. Diversos oficiais, inclusive o Major Hugo Caetano, o Capitão Aníbal e muitos outros, sabiam que com a diplomacia Arraes não renunciaria e ganharia tempo para ampliar a sua demagogia e seu fortalecimento.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, com o General Muricy já comandando as tropas revolucionárias de Minas Gerais, o Tenente-Coronel Ivan Ruy mandou que eu fosse falar com o General Justino para obter a autorização para o deslocamento da guarnição de Olinda.

Quando deixei o quartel do I/7º RO-105, no meu carro particular, estava armado tão-somente com a minha pistola automática, calibre 45.

A minha missão, já definida, era constituída de duas partes: conduzir, com prioridade, o Major do Exército Hangho Trench, comissionado Coronel da Polícia,

à presença do Comandante do IV Exército e, se possível, conduzir também o Governador Arraes à presença daquele mesmo comandante.

O meu carro foi interditado na Ponte Princesa Isabel (acesso ao Palácio do Governo) pelo sargento da Polícia que comandava a patrulha. Ele fez uma continência respeitosa, porém disse que eu não poderia entrar. Deveria esperar o reconhecimento e a autorização do oficial Comandante da guarda do palácio.

Liguei o motor do meu carro e continuei; o sargento felizmente não atirou, nem mesmo nos pneus do carro.

No portão do palácio, após ter saltado, encontrei o Major Sobreira, da Polícia, que perguntou o que eu desejava. Respondi que pretendia falar com o Governador Arraes.

– O senhor não pode falar com o Governador, é muito cedo, ele está descansando nos seus aposentos.

– Mande acordá-lo, o assunto é urgente e necessita providências urgentes.

Após aquele diálogo, fui subindo a escadaria. O Major Sobreira tomou a dianteira. Passamos por um terraço largo que estava repleto de líderes populistas. Estavam acompanhando as últimas notícias da Revolução, iniciada em Minas Gerais.

Quando entrei no gabinete do Governador encontrei ao seu lado o Comandante da Polícia Militar, Coronel comissionado Hangho Trench, major do Exército, e Ivanildo Avelar, ex-aluno do CPOR, aspirante da Arma de Artilharia, que exercia a função de diretor do Departamento de Trânsito de Pernambuco.

Miguel Arraes trajava terno claro, com gravata, e mantinha uma aparente calma.

Declarou que acabara de falar pelo telefone com o General Altair Franco Ferreira, Comandante da 7ª Região Militar e que tudo estava normalizado.

Demonstrou o seu desejo também de permanecer no palácio, onde estaria em melhores condições de cooperar com as autoridades do IV Exército. Pediu que eu fosse portador de uma mensagem para o General Justino, demonstrando, daquela maneira, as suas boas intenções.

Resolvi, logo em seguida, determinar que o Major Hangho Trench seguisse ao meu lado até o quartel do IV Exército.

Houve protestos de alguém que entrava, naquele momento, no gabinete do Governador, porém Hangho Trench, mais calmo e sensato, decidiu que atenderia o meu pedido.

Quando chegamos no Quartel-General (QG), encontramos na escadaria o Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima, ao qual fiz um ligeiro resumo dos acontecimentos.

Entramos no gabinete do General Justino. Relatei com detalhes todo o ocorrido, entreguei a mensagem do Governador e fiquei aguardando as novas decisões.

Eu sabia que o I/7º RO-105 e o 14º RI estavam aguardando as últimas ordens para o deslocamento e cerco do palácio.

Hangho Trench prometeu que estaria ao lado da legalidade e com os companheiros do Exército. Foi liberado pelo General Justino. Ele havia prometido ir ao quartel do Derby[1] com a finalidade de coordenar esforços em torno do comando daquele general.

A diplomacia não funcionou. Quando chegou ao quartel do Derby, ele reforçou o dispositivo defensivo e reuniu os oficiais para “defender a legalidade contra uma minoria de golpistas”.

Depois que Hangho Trench tentou jogar os oficiais da Polícia contra os oficiais do Exército foi, na tarde daquele mesmo dia, preso novamente, agora pelo Coronel Sylvio de Mello Cahú, que logo em seguida assumiu o comando de toda a Polícia do Estado de Pernambuco.

O General Justino, no momento em que eu retornava ao meu Grupo, autorizou, por meu intermédio, o deslocamento da guarnição de Olinda com a finalidade de cercar o palácio; o ataque concentrado seria feito, também, com a participação do 14º RI e do 3º Distrito Naval.

Transmiti a mensagem ao Tenente-Coronel Ivan Ruy, o qual determinou que eu comandasse o Grupo no deslocamento e na tomada de posição frente ao palácio; ele foi ao IV Exército para receber outras orientações.

Quando a Unidade se aproximava do seu objetivo e durante o deslocamento era aplaudida pela multidão cansada da demagogia e de outros fatores negativos que retardavam o progresso da Nação.

O 14º RI, comandado pelo Coronel Castilho, chegou quase ao mesmo tempo do nosso Grupo de Artilharia, ficando ao lado esquerdo; o 3º Distrito Naval que deveria ficar a nossa direita ainda não havia comparecido, deixando aquele flanco descoberto.

O I/7º RO-105 e o 14º RI, com seus dispositivos de assalto, estavam a cerca de 150 metros da frente do Palácio das Princesas.

A Polícia Militar, fortemente armada, protegida por obstáculos, estava silenciosa e aguardava os acontecimentos; um único tiro, mesmo casual, poderia significar o início das hostilidades, com conseqüências imprevisíveis.

Chegaram, naquele momento, como enviados do General Justino, o Almirante Dias Fernandes, o Coronel Bandeira e o Tenente-Coronel Ivan Ruy, os quais convidaram o Coronel Castilho para juntos entrarem, pacificamente, no palácio e tentar convencer o Governador Arraes a, voluntariamente, renunciar.

---

[1] Quartel do Comando da Polícia Militar.

Observei que o Coronel Castilho, embora não tenha gostado daquela diplomacia, acompanhou os demais.

Arraes recusou a proposta e tentou ganhar tempo com outras sugestões.

A comitiva voltou e desejava elaborar com o General Justino nova proposta de conciliação.

O Coronel Castilho ficou junto da tropa e demonstrava impaciência.

Em conversa com ele e em momento de desabafo, me disse:

– Albuquerque, isso não funciona. Vamos demitir e prender Arraes e quando os mensageiros voltarem com novas propostas, tudo já estará resolvido.

– Coronel, como poderemos demitir e prender Arraes, com toda aquela polícia apontando armas para as nossas tropas?

– Albuquerque, missão para você: leve os homens necessários e substitua a guarda do palácio!

Recebida a missão do Coronel Castilho, caminhei à frente de um grupamento avançado, em linha, devidamente armado, na direção da guarda do palácio; o Major Hugo Caetano também acompanhava o deslocamento.

O Major PM Romeu Sobreira tentou dificultar a substituição da guarda, alegando que eu deveria solicitar autorização do Governador Miguel Arraes.

Eu disse ao Major PM Sobreira que não estava pedindo e sim determinando, e a ordem deveria ser imediatamente cumprida.

Em voz de comando ordenei que o Capitão PM Domingos Siqueira Campos, Comandante da Companhia de Guarda, colocasse a tropa em forma para solenidade de substituição.

Ele prontamente obedeceu ao meu comando e o Major PM Sobreira desapareceu, provavelmente para informar o que estava acontecendo ao, ainda, Governador Arraes.

Após a substituição da guarda mandei que a Companhia da Polícia Militar fosse conduzida ao quartel daquela Corporação, que ficava numa rua à retaguarda dos Correios e Telégrafos e que já estava sob o nosso controle.

Após o cumprimento da minha missão o Coronel Castilho subiu a escadaria do palácio, onde encontrou Arraes, que vinha descendo. Ele declarou que pretendia deixar aquele local, procurar um abrigo debaixo de uma árvore sombreada e ficar perto do povo que o havia elegido.

Castilho não concordou; resolveu demitir e prender Arraes e mandou que ele retornasse aos seus aposentos.

Alguns minutos depois chegavam os mensageiros do General Justino com a nova proposta conciliatória. Convidaram, novamente, o Coronel Castilho para participar da comitiva de oficiais que deveria falar, outra vez, com Arraes.

Ele declarou que não havia necessidade de nova proposta: Arraes já estava demitido e preso!

Diversos políticos da esquerda radical, agitadores audaciosos, foram também detidos e enviados para a Bateria de Artilharia de Costa, I/7º RO-105, Companhia de Guardas e diversos outros quartéis do Exército.

No dia 2 de abril, uma multidão seguia diversos estudantes universitários, liderados por agitadores da esquerda radical e que obedeciam a orientação de um professor português contratado pelo Governador do Estado.

Ele dizia que o Exército estava com munição de festim[2] e que eles poderiam dominar os soldados e soltar o Governador Arraes.

A multidão já estava em frente da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), esquina da Avenida Conde da Boa Vista com a Avenida Dantas Barreto, e gritava: “Gorilas! Gorilas! Vamos soltar nosso Governador!”

As pedras choviam sobre os soldados quando ao local da agitação chegou o Major Hugo Caetano e determinou que a multidão recuasse.

Alguns tiros vindos da parte superior do edifício da Sudene auxiliaram a progressão dos agitadores mais audaciosos, que quase tomaram as armas de alguns soldados do escalão avançado.

A atitude decisiva e rápida do Major Hugo evitou um confronto mais grave e de conseqüências imprevisíveis, fazendo com que a multidão retornasse em pouco tempo.

O senhor poderia descrever outros episódios, após esse incidente do Major Hugo?

Poderia falar ainda sobre diversos outros acontecimentos. Tive a felicidade de participar da Revolução não somente quando estava na ativa, mas também em cargos públicos, ao lado do 2º Escalão do Governo Castello Branco, Costa e Silva e Médici.

No Porto do Recife, em sua primeira função civil a serviço da Revolução, o senhor encontrou ambiente de agitação entre os trabalhadores, no sindicato?

O Porto do Recife era escolhido pelos agitadores para início de tumultos e de agitação, mesmo porque existiam verbas fantásticas que eram desviadas para aquele esquema da esquerda radical. Era um local de muita agitação e contrabando organizado.

Quando cheguei procurei familiarizar-me com aqueles assuntos todos e tive um auxiliar muito importante, o Capitão Moacyr Guedes Alcoforado; era im-

---

[2] Apenas pólvora, sem projétil.

perativo colocar gente de confiança, o Guedes Alcoforado, o Capitão Walmir Alves da Nóbrega, o Tenente José Carvalho para comandar a Polícia Portuária...

O Porto era dirigido por um presidente de sindicato, o nome dele era Cícero Targino Dantas.

A força dele era tão grande que entrava no palácio, abria a porta e não esperava formalidades para falar com o Governador; tinha comando total sobre o Estado de Pernambuco e o Nordeste, em questões sindicais. Vivia como *gangster* e era muito ligado ao revolucionário esquerdista Gregório Bezerra. Faziam reuniões no Porto do Recife.

O Cícero Targino Dantas, no segundo dia da minha gestão no Porto do Recife, apareceu, pediu uma audiência, disse que era presidente do sindicato e deu a entender que, em conseqüência, eu devia obedecer às determinações dele. Respondi:

– Targino, aqui no Porto, pelo menos durante a minha gestão, só existe um líder; quer dizer, existem diversos líderes, mas existe um líder maior que é o superintendente do Porto. Não reconheço a sua liderança da maneira como você a está apresentando.

Em função daquilo ele começaria uma agitação pesada.

Mas, poucos instantes depois, já estava indiciado em inquérito: o Coronel Ibiapina o ouviu e ele foi enviado para Fernando de Noronha, enquanto se fazia o inquérito.

Muita gente pensa que no Porto todo mundo é ruim.

O Porto é dominado, não só o daqui, de Pernambuco, como o do Rio, pela minoria atuante e disciplinada da esquerda radical; se você neutraliza aquela minoria, o Porto volta à ordem. O Porto é normalmente constituído de pessoas boas, tanto assim que, no Recife como no Rio de Janeiro, tive boa aceitação no final da minha gestão. Passei dois anos no Recife e cinco no Rio; neste, quando pedi minha demissão, nove mil portuários não queriam que eu saísse.

A minoria atuante e que domina é que faz tudo aquilo pernicioso.

Sou engenheiro civil, com a cadeira de portos e vias navegáveis, e isso deve ter pesado na minha escolha; mas o que determinou realmente foi o desejo do Governador Paulo Guerra.

O Governador Paulo Guerra, que era Vice-Governador do Arraes e que vinha tendo uma certa colaboração com a Revolução, embora não desejasse aparecer naquele momento, assumiu o Governo do Estado de Pernambuco. Na realidade, Cid Sampaio pretendia ser o candidato escolhido.

Escolhido por quem?

Pela Assembléia Legislativa, por indicação do comando revolucionário, que no caso era o Justino.

De início não aceitei o convite. O Ivan Ruy tinha ido para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e eu assumira o comando do I/7º RO-105.

Então o General Justino me disse:

– Vá, que o Porto precisa de um controle maior.

Coronel Albuquerque, ao final de nossa entrevista, cabe-nos agradecer-lhe a gentileza de aceder ao nono chamado para discorrer sobre a Revolução de 1964. O senhor acrescentou dados e informações fundamentais para o real conhecimento dos fatos relativos a esse Movimento, especialmente no Estado de Pernambuco. Muito obrigado.

Coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro

- Natural da Cidade de Garanhuns, PE.
- Foi o primeiro comandante do 71º Batalhão de Infantaria (71º BI), Garanhuns, PE, em 1967; comandou a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, de 1969 a 1971, e o Colégio Militar do Recife, de 1974 a 1976. Chefiou seções de Estado-Maior no comando do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste e a Subseção de Legislação do Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília. Nos anos de 1977 e 1978, foi Chefe do Estado-Maior da 7ª Região Militar (7ª RM), no Recife.
- Chefiou, no Recife, a agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1988 a 1990.
- No exterior: Subcomandante do Batalhão Suez, no Oriente Médio (1966) e Adido Militar à Embaixada brasileira no Equador de 1978 a 1980.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG). No meio civil, graduou-se em engenharia civil e industrial.
- Após a passagem para a Reserva, exerceu cargos civis, destacando-se, entre eles, o de Diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era major e estagiava no Quartel-General do IV Exército, em Recife, após a conclusão do curso de Estado-Maior.

Entrevista realizada em 27 de setembro de 2000.

Não gosto de referir-me ao Movimento de 1964 como revolução: prefiro chamá-la de Contra-Revolução. No período que a antecedeu, o do Governo João Goulart, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior, época em que as minhas observações se limitavam ao que sentia, ouvia e via, uma fase de estudos intensíssima.

Mas, a partir do segundo ano, os alunos da Escola de Estado-Maior já enfrentavam uma situação bastante difícil.

Naquela ocasião, a bem da verdade, todos os integrantes do Exército viviam uma quadra bastante estressante; muitos companheiros tinham dificuldade para sustentar a própria família, por isso se dedicavam, além dos estudos da Escola, ao exercício do magistério em vários estabelecimentos de ensino. Outros trabalhavam como redatores em jornal. Fui convidado para empregar-me como redator auxiliar no *Jornal do Brasil*; não aceitei porque, com família muito grande – tinha cinco filhos – o pouco tempo de que dispunha seria mais bem aproveitado para cuidar da prole.

Foi uma fase bastante complicada.

Mas lembro-me de que nós alunos, moradores do Edifício Praia Vermelha, em dado momento, movidos pelas circunstâncias, começamos a nos reunir nos porões do prédio.

Depois de muitas reuniões, um companheiro falou:

– Hoje tem novidade, Gabriel. Estará conosco um instrutor para conversar com o nosso grupo. Vem em nome do General Bizarria Mamede, Comandante da Escola.

– Quem é? – perguntei.

– É o Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Esperamos com ansiedade o Coronel Figueiredo, com aquele seu jeito aberto, simpático, um tanto irreverente, mas muito positivo.

Alguns pensavam que o coronel estaria ali para nos admoestar: ledo engano! Estava ali para nos incentivar e assim foi até quase o término do curso.

Um pouco antes, compareci a um encontro com o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy).

O General Muricy comandava a Infantaria Divisionária da 7ª Divisão do Exército (ID/7ª DE), em Natal, RN, quando houve um incidente entre ele e o Leonel Brizola que lá iria fazer um comício ou passeata, algo desse porte: o General opôs-se, foi substituído no comando, pelo Presidente, e voltou ao Rio, para morar na Rua Santa Clara. Foi designado para uma Diretoria.

A minha amizade com ele teve início ao tempo em que o General comandava o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de Recife e eu servia na mesma guarnição. Casou-se aqui, em Recife, com D. Virgínia, de certa forma con-

traparente da minha esposa e muito ligada à nossa família; tinha uma certa intimidade com o General Muricy.

Quando chegou ao Rio, deu-me um telefonema e logo me propus a visitá-lo.

– Gabriel, estou no *index*! Nem irei à sua casa, nem você virá à minha: nós nos encontraremos em algum lugar.

– Mas, qual o lugar? – perguntei.

– Lembrei-me de um local próximo à Praia Vermelha e à Rua Santa Clara: a Praça Serzedelo Correia, em Copacabana.

Num banco de praça, conversei e tomei conhecimento das idéias dele. Não contou tudo, evidente, mas disse que iria adotar uma atitude mais positiva.

– E quanto a mim, General, o que o senhor me indicaria?

– Você está terminando o curso... tem pretensão de ir para qual guarnição?

– Pensei em servir em Brasília; para a família, oferece melhores condições de vida.

– Não seria interessante você voltar para Recife? Você é de lá, serviu muito tempo na região e nós precisamos de seus serviços.

Isso, em novembro de 1963; cumpri o que ele me sugeriu.

Terminado o curso, abriu-se uma exceção à minha frente: concludente da Escola de Estado-Maior poderia escolher um Quartel-General (QG) de nível Exército para estagiar.

Isso até foi motivo de minha crítica porque ainda acho que o estagiário de Estado-Maior deve começar pela Brigada.

Mas a vaga estava aberta, imediatamente a escolhi e fui classificado no QG do IV Exército.

Terminei o curso, solenidade de formatura e já, a 8 de janeiro de 1964, apresentei-me. Fui classificado na 1ª Seção e logo me deram um trabalho de estágio: analisar a ordem de batalha do IV Exército e seus efetivos.

Havia tão poucos oficiais no QG que, como estagiário de Estado-Maior, numa situação muito delicada, porque era o mais moderno, comecei a responder pela chefia da Seção.

Passado algum tempo, vagou-se o cargo de Chefe da Seção de Planejamento e passei a responder, também, pela função; foi quando veio o 31 de Março!

Ao chegar a Recife, procurei, por recomendação ainda do General Muricy – o Comandante do IV Exército era o General Joaquim Justino Alves Bastos –, o Coronel Antônio Bandeira, que chefiava a 2ª Seção e o seu adjunto, Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima.

Colocaram-me a par do que acontecia; havia, já, uma grande mobilização no IV Exército com vista ao que ocorreria na Revolução de 31 de Março.

Alguma coisa me surpreendeu de certa maneira: uma escala de oficiais de Estado-Maior para testar a segurança das Unidades!

Após o 31 de Março?

Não, antes. Era um trabalho um tanto temerário, porque percorríamos as Unidades para verificar o aprestamento das sentinelas e do pessoal de guarda, em altas horas da noite.

Quando irrompeu a Revolução de 31 de Março, o IV Exército de imediato engajou-se nela.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, assisti a toda aquela movimentação no IV Exército: as ações do Coronel João Dutra de Castilho, Comandante do 14º Regimento de Infantaria (14º RI) e, também, do Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, Comandante do Regimento de Obuses (RO). Presenciei de perto o cerco – o IV Exército era em frente ao Parque 13 de Maio – do Palácio do Governo, a prisão do Governador Miguel Arraes e muitos outros fatos que, *en passant,* lembraremos mais adiante.

Quero ressaltar que, por ser o major mais moderno do IV Exército, transformei-me num mensageiro de estado-maior: vivia viajando da Bahia ao Maranhão, cumprindo missões as mais diversas, levando diretrizes do comando e buscando informações.

Na própria madrugada de 1º de abril, o General Justino me chamou:

– Gabriel, não estou recebendo as informações do 15º RI, de João Pessoa, com a presteza que desejaria. Pegue uma viatura e corra à cidade.

Embarquei numa Rural Willys, viatura civil, dirigida por um investigador da Polícia. Comigo, estavam dois sargentos da Polícia do Exército (PE). Atravessamos uma área crítica do Município pernambucano de Goiana, tumultuada por gente das "Ligas Camponesas" e alcançamos o 15º RI. Essa Unidade estava pronta para entrar em ação, até porque seu comandante era o então Coronel Ednardo D'Ávila Mello e junto a ele estava o Coronel Plínio Pitaluga.

Dali prossegui para Natal, e não parei de cumprir missões semelhantes, até que começou a fase da Revolução, vamos dizer, na qual seguiram-se os processos, apurações e atos institucionais, período em que me engajei numa multiplicidade incrível de inquéritos. Em outubro de 1965, porém, fui selecionado para o Batalhão Suez.

Quais teriam sido, a seu ver, as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes remotas encontram-se em 1922. Desde a criação do Partido Comunista, começou a ininterrupta pressão do Movimento Comunista Internacional (MCI) sobre o Brasil; é a velha teoria do dominó: se o Brasil caísse, cairia o resto.

Sobreveio a Coluna Prestes e, depois, a Revolução de 1930. Luís Carlos Prestes, com a dissolução da Coluna, se exilou na Argentina e se negou a participar da Revolução de 1930, porque julgou-a burguesa, tendo declarado, pela primeira vez, que tomava a linha do comunismo.

A essa altura, conta a história que Oswaldo Aranha já lhe tinha enviado oitenta mil dólares. Da Argentina, Prestes foi para a Rússia, onde passou bastante tempo; aquele dinheiro foi um dos recursos que financiaram, mais adiante, a Intentona Comunista de 1935.

Esses acontecimentos incorporaram-se às raízes mais longínquas.

Como causa mais próxima tenho que me reportar à queda de Jânio Quadros. Emergiram contradições, no período que vai da renúncia do Presidente Jânio Quadros à posse de João Goulart, e corremos o risco de uma divisão dentro do Exército.

O Exército colocou-se, frontalmente, contra a posse de João Goulart, mas surgiram defecções, como no Rio Grande do Sul, com o General José Machado Lopes junto a Leonel Brizola, Governador do Estado.

Chegou-se a uma emenda constitucional, criando o regime parlamentarista, como um contrapeso àquela situação, e se deu posse a João Goulart, após o regresso da China, onde estava em missão do governo, via Uruguai.

O Governo de João Goulart se caracteriza como a razão principal do Movimento de 1964, porque decorreu de uma solução pela metade, derrubada posteriormente por um plebiscito claramente manipulado.

O senhor era aluno e referiu-se à insatisfação dos companheiros; na tropa, como estagiário, deu para notar essa mesma insatisfação?

Em quantidade muito maior. Havia grande descontentamento, na verdadeira acepção do termo. Prevalecia quase um sentimento de humilhação que atingiu o *climax* no comício da Central do Brasil e na reunião do Automóvel Clube do Brasil liderada por João Goulart. Naquele comício, o próprio Presidente da República, do alto da sua autoridade, transformou-se num tribuno populista a pregar algo que positivamente não tinha cabimento no Brasil, senão em uma república sindicalista.

As classes civis apoiaram a Revolução? Qual foi a posição da Igreja?

O apoio civil à Revolução foi inconteste no Brasil inteiro; nunca houve uma manifestação do tipo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como a ocorrida no Rio de Janeiro. Em São Paulo, da ordem de quinhentas mil pessoas, e no Rio, da ordem de um milhão de pessoas, contadas e recontadas.

Num acontecimento posterior, que foi muito bem aproveitado, a morte do estudante Edson Luís, no episódio do Calabouço, no Rio de Janeiro, falou-se em centenas de milhares de pessoas e não havia cem mil, naquela manifestação; os comícios das "diretas, já", também no Rio, muito posteriormente, não se chegou àquela multidão. O apoio civil foi incontestável!

A Igreja, na ocasião, seguia a linha conservadora. Pontificava o prestígio de Dom Jaime de Barros Câmara que, aliado à sua autoridade, mantinha a Igreja naquela postura, mesmo porque recebia um apoio muito grande do Papa. Aqui no Recife, alguns setores da Igreja mostraram-se inteiramente refratários, em virtude da posição que tomou o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Com uma certa preocupação, sentia-se nitidamente que, mesmo com a liderança de Dom Hélder, havia uma divisão.

E a área política, em Pernambuco? Como se portava a Assembléia Legislativa em relação ao Movimento?

No Recife, existiam três ordens de parlamentares: alguns, muito poucos, foram inteiramente contrários à Revolução. Desses, a expressiva maioria foi cassada; outros, honestamente, colocaram-se favoravelmente e participaram da Revolução; finalmente dava para notar uma boa parte de aproveitadores da situação, gente que, por conveniência, aderia para preservar a sua posição política.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações terroristas no Estado de Pernambuco?

Não só Pernambuco, mas todo o Nordeste era um campo fértil para ações terroristas.

Existia um médico comunista em Goiana que reuniu um pessoal das "Ligas Camponesas" e começou a marcar as portas e janelas das casas daqueles que concordavam com a Revolução e não eram a favor do comunismo. Isso aconteceu antes e nos primeiros momentos após o 31 de Março; esse pessoal, dizia-se na cidade de Goiana, seria fuzilado!

O que temos que ressaltar aí era a ação das "Ligas Camponesas".

Não só Pernambuco, outros estados do Nordeste dependiam muito mais do campo do que dependem hoje; a economia, ainda, era muito ruralizada naquela época.

Ações do tipo invasão de propriedades, no campo, ou fogo em canaviais e perseguição de proprietários ou danos na maquinaria de usinas, não só prejudicavam interesses privados como a própria economia do Estado e da região.

Estive em várias usinas, em vários engenhos (de açúcar) e lembro-me de vários incidentes.

O senhor destacaria nomes de líderes civis e militares do Movimento, no Estado de Pernambuco?

Militares, muitos. Fico com receio de cometer alguma injustiça. Vou citar alguns como exemplo, mas todos tiveram participação muito importante. Diria: o General Antônio Bandeira; o General Hélio Ibiapina Lima; causou-me muito boa impressão o General Humberto de Souza e Mello, com quem estive na Bahia, na época ele era coronel, Chefe do Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM); o Coronel Castilho, Comandante do 14º RI; o Coronel Ivan Ruy, Comandante do RO; uma plêiade de oficiais brilhantes, líderes.

Civis, também, destacaria muitos, inclusive, alguns em posições importantes: Eraldo Gueiros, Procurador-Geral junto à Justiça Militar; Luís Maranhão, da Usina Matari; José Lopes de Siqueira, da Usina Estreliana; Arthur Bruno Schwambach, que muitas vezes nos ajudou, dono de uma empresa de ônibus.

Na verdade, podem ser destacados centenas de líderes militares e civis que contribuíram para o sucesso da Revolução de forma honesta, dedicada e corajosa, em todo o Nordeste.

Por favor, tomem, apenas, como exemplo. Numa das minhas viagens ao Maranhão, governador o ex-Presidente Sarney, era presidente da empresa de energia elétrica, a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), o César Cals, uma das figuras prestigiosas da Revolução, no Maranhão.

No Ceará, quanta gente: o Egmont Bastos Gonçalves, o Torres de Melo etc.

No aceso do acontecimento, no dia ou nos dias subseqüentes, o senhor presenciou algum ato de coragem pessoal?

Muitos, infelizmente não tenho nomes, mas principalmente de sargentos, tenentes e capitães.

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, indo para João Pessoa, um sargento virou-se para mim e disse:

– Major, vamos passar por um lugar perigoso. Tire as estrelas e dê-me permissão para tirar as divisas: somos todos soldados!

O gesto do Coronel Castilho, que depois foi promovido a general, a presença de espírito e o poder de decisão firme de alguns oficiais, como o Ivan Ruy. Evidenciaram muita responsabilidade e, porque não dizê-lo, não vai desdouro algum nisso, às vezes, muita improvisação que deu certo.

O senhor conhece o Coronel Rodrigues (José Wilson Rodrigues), ele serviu no Colégio Militar do Recife. Ouvi, outro dia, uma pequena história: no cerco do Palácio do Governo, o Rodrigues era responsável por uma metralhadora .50 e ele não tinha

certeza de que iria funcionar. A guarda do palácio era da Polícia Militar. Mandou, então, que a guarnição testasse a metralhadora, atirando no rio: para a Polícia, foi um tiro! E uma debandada!

Também devo citar um rapaz que trabalhou comigo, fomos da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), Amarílio Penha Lopes Pereira...

Por que esses homens estão tão esquecidos?

Dá-me uma imensa honra de ter servido com essa gente!

A imprensa, normalmente, taxa a Revolução de "golpe". Qual a sua idéia a respeito?

A Revolução de 1964 foi uma contra-revolução. Fez-se contra um movimento comunista, em preparação naquela época. Hoje, o golpe de esquerda está sendo comprovado pela abertura dos arquivos da ex-União Soviética e pelos testemunhos de notórios esquerdistas.

Tive a oportunidade de, recentemente, visitar a União Soviética. Conversando com um velho oficial, em Moscou, ele me rememorava muita coisa do tempo do comunismo. Espantou-me a pobreza dele e a míngua em que sobrevive o Exército russo; chocou-me o fato de os soldados licenciados da guerra da Chechênia estarem, em plena rua, vendendo os seus uniformes e as suas medalhas, como *souvenir* para turista. Tive a oportunidade de adquirir um uniforme completo de oficial russo e não comprei, por vergonha. Disseram-me: "Muita coisa vai ser revelada por esses arquivos que estão sendo abertos."

O que há a lamentar é que temos muito pouco pesquisador que leia russo, para rebuscar esses arquivos.

No meu tempo de Serviço Nacional de Informações (SNI), li um livro que, à época, estava tendo uma saída muito grande, chamado "Rompendo com Moscou". Foi escrito pelo diplomata de mais alto posto que se exilou no Ocidente: Arkady Nikolayevich Shevchenko, era subsecretário da ONU (Organização das Nações Unidas), diplomata em fim de carreira. No livro de memórias relata o que o MCI planejava.

Uma coisa gostaria de deixar clara: não podemos separar esses episódios da Contra-Revolução de 1964 da guerra fria, porque estão diretamente ligados. Não estão isolados, como querem alguns, e muito menos são invenções das Forças Armadas brasileiras; estão num contexto internacional e assim devem ser analisados.

O Movimento Comunista Internacional, complementando essa idéia que acabei de expor, não enxergava, nesse clima de guerra fria, nessa bipolaridade do poder, apenas o Brasil; não é por acaso que movimentos semelhantes ao nosso ocorreram em toda a América Latina e em todo o mundo. Essa grande luta come-

çou na Grécia, na guerra revolucionária grega, e continuou através do mundo todo, inclusive pelo Vietnã. Tudo isso está dentro de um grande contexto histórico do qual não devemos abdicar.

Aqueles que se opõem a nós têm muito interesse em tornar a Revolução de 1964 algo inventado pelos militares brasileiros, para com isso denegrir a nossa imagem.

Isso explica, por exemplo, o que está tão comentado: Operação *Brother Sam*.

Os Estados Unidos não podiam ficar inertes, olhando algo acontecer no Brasil, acontecer na Argentina, no Chile, os foguetes intercontinentais russos apontados para cima deles, sem que se preparassem, pelo menos, para nos ajudar; a guerra fria explica muita coisa que, teimosamente, não querem que seja esclarecida.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

Isso daria para escrever livros. O Brasil, até 31 de Março, era um País acanhado, vítima de convulsões políticas, com um desenvolvimento trôpego e uma legislação tumultuada.

A Revolução de 1964 começou a mudar tudo isso.

O Governo Castello Branco, primeiro governo da Revolução, atualizou setecentas leis, segundo alguns, além da Constituição de 1969. Toda a vida nacional foi modernizada pelos governos da Revolução.

Entre milhares de exemplos, os decretos-leis 200 e 900, baseados numa lei anterior, ainda do Governo Goulart, a Lei 4320 – o Governo Castello Branco reconheceu-lhe alguma importância – organizaram a administração pública neste País. As reformas de hoje são “brincadeiras” em relação a eles. Se seguido, como deveria, não teríamos esse descalabro administrativo atual.

O Banco Nacional da Habitação (BNH), o emprego dos recursos arrecadados pela loteria esportiva na educação e no desporto; o Banco Central...

Como este País poderia funcionar sem um Banco Central?

A Revolução mudou este País, esta é a verdade, trazendo-lhe o planejamento administrativo e o desenvolvimento.

Permita-me abordar o outro lado da pergunta: houve erros?

Muitos, pois seria impossível, num trabalho tão vasto, não se cometerem erros.

Em certas passagens da Revolução houve o que chamaria de um soluço, um pequeno tropeço; um deles aconteceu quando do episódio da morte do Presidente Costa e Silva. Mas, qual o país que não tem de enfrentar problemas, seja qual for o nível de desenvolvimento que possa ter?

Arriscar-me-ia a dizer que a Revolução deveria ter fechado seu ciclo ao fim do Governo Médici. A ação exercida nesse Governo foi de tal ordem produtiva que alcançou índices de desenvolvimento de mais de 11% de incremento do Produto Interno Bruto (PIB), concomitantemente a uma inflação baixa. Incrementou o desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, a tal ponto que, talvez, a Revolução tivesse se bastado.

Presenciei a construção da Transamazônica.

Discute-se a necessidade daquela estrada. Sua finalidade é cortar a Amazônia pela cabeceira dos rios. Vivíamos um período herdado de Juscelino Kubitschek (JK) onde prevaleciam as "quatro rodas" sobre o asfalto; talvez isso tenha prejudicado a implantação de hidrovias e estradas de ferro.

Foi uma opção, afinal, não vou condenar o Governo JK por seu plano de metas.

Quanto à Transamazônica, tratava-se de uma solução para interligar espaços vazios, que, hoje, reconhecemos é preciso defender a todo custo, em face das ambições e os descaminhos internacionais projetados sobre nós.

Mas uma estrada daquele porte, até onde teríamos recurso para conservá-la?

Muita gente condena as empresas estatais: mas fizeram este País!

Em 1964, naquela fase das apurações e dos inquéritos, participava de comissões de investigação ou era encarregado mesmo. Certa feita me fizeram encarregado do inquérito da Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras), na área do Nordeste. Trabalho gigantesco, pois tinha que investigar desde a Eletro-Cariri Ltda até a monstruosa CHESF.

Deram-me a chefia de uma comissão de inquérito, integrado por um delegado, um promotor, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO); trabalho insano, pilhas de documentos...

Não havia grande coisa a apurar, um fato aqui, denúncias vazias...

Terminado o inquérito, fiquei admirado com o espírito de corpo dos empregados da CHESF. Eles se matavam pela empresa.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Extremamente, a forma e, talvez, o seu rigor são discutíveis – poderia ter sido um pouco diferente –, mas era necessário, na ocasião, porque muita coisa que precisava ser apurada, por este País afora, não tinha como sê-lo. Não havia um poder coercitivo.

O AI-5 deu-me um imenso trabalho. Naquela ocasião, era comandante do 71º BI, em Garanhuns, PE. A Unidade, atrevo a dizer, saiu de minhas mãos, porque escolhi seu efetivo básico de praças e oficiais e acantonei, depois, no local das obras, enquan-

to era construído. Certa feita, o quartel ainda não estava pronto, fui convocado pelo General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Comandante da Região Militar:

– O Presidente Costa e Silva vem a Recife e vai inaugurar o seu Batalhão.

Isso foi muito bom, porque as atenções se voltaram para o Batalhão, que começou a receber uma pletora de meios de causar inveja às outras Unidades.

Quando foi publicado o AI-5, o General Rodrigo Otávio colocou em minhas mãos uma pasta de informações e disse, apontando num mapa:

– Desta linha para o interior do Estado é com você.

A linha era balizada, mais ou menos, pela cidade de Caruaru. Sabia que iria enfrentar dificuldades. Naquela época aquilo já era o reino da maconha, como continua a ser hoje.

Além de organizar o Batalhão, tinha de cumprir o AI-5. Planejava a operação, só eu e o subcomandante sabíamos e, na calada da noite, tocava alarme; quando amanhecia o dia cercávamos o município: Águas Belas, Santana do Ipanema, Campo Maior etc.

Naquele contexto, foi necessário o AI-5, principalmente depois da rebelião no Congresso provocada por Márcio Moreira Alves.

Aliás, lembrei-me de um fato interessante para registrar.

Antes, quando era major, ainda estagiário no QG do IV Exército, o Presidente Castello Branco nomeou uma comissão presidida pelo General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, para verificar o tratamento recebido pelos presos políticos nas prisões. Ela foi dividida por áreas, ficando uma subcomissão na área do IV Exército. Recebida a diretriz do General Geisel, o Comandante do IV Exército organizou a sua comissão, que era enorme: clérigos, pastores, deputados, juízes, senhoras, enfim, era uma comissão representativa da sociedade.

Repetindo: para verificar o tratamento dado aos presos políticos nas Unidades.

Também havia jornalistas.

Fui designado assessor militar dessa comissão, o que significaria dizer que cabia a mim fazer a ligação com os comandantes das Unidades e outros órgãos, polícia, o que seja, e conduzir a comissão para observar o que lá ocorria.

Isso foi no final do ano de 1964.

Afastava-me, criteriosamente, para não parecer que estava pressionando ou coagindo alguém.

Reuníamo-nos no salão de honra da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Um dado dia, apareceram dois jornalistas vindos do Sul, credenciados por lá, para observar a comissão: Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves.

Posso dizer o seguinte: realmente alguns casos foram constatados e relatados.

Aqueles episódios do Gregório Bezerra, daquele parente de Miguel Arraes, Presidente da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) que, quando subia no caminhão, demorando, foi agredido por um soldado, desnecessariamente.

Diria que o número de casos que a comissão constatou foi muito pequeno.

Ocorreram queixas de tudo: "Estou doente...", "a comida não é boa..."

Na 2ª Companhia de Guardas estava preso o Francisco Julião.

Tratando-se de Francisco Julião, dei uma fugida da comissão e fui à cela, sozinho, cautelosamente. Francisco Julião estava deitado de lado, lendo um livro; quando me aproximei, ele foi se levantando lentamente, segurando na mão o livro. Perguntei:

– Doutor Julião (para desanuviar), o senhor está lendo que livro?

– A vida de São Paulo. Para mim, São Paulo foi o apóstolo número um, porque foi aquele que divulgou o cristianismo pelo mundo da antiguidade.

Estava segurando o livro e tremendo um pouco.

– Mas me parece que o senhor está sentindo alguma coisa, estou notando o senhor meio trêmulo.

– É porque eu estava deitado sobre o braço direito e ele está dormente; eu não estou sentindo nada, estou perfeitamente bem.

Quando olhei para trás, estavam Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves fotografando e anotando tudo isso.

Como poderíamos resumir? Houve excessos.

Faço distinção entre o excesso individual, que pode ter até uma razão neurótica, psicológica, e o excesso institucional. Este, durante toda a minha participação, eu não vi!

Era o único assessor militar da comissão; isso deve estar aí pelos anais, infelizmente muita coisa se perde.

Na opinião do senhor, a conjuntura internacional acelerou a abertura política no País?

Sem dúvida. A história é construída por fases: a da deterrência[1], a da guerra fria, a dos governos fortes, a da abertura democrática, isto é, a da procura de uma solução democrática etc.

Muitas vezes não daquele modo que muitos idealizam.

É impossível que todos os países procedam de maneira absolutamente igual. Sempre existem as soluções peculiares a cada país, povo ou sociedade.

A abertura democrática sofreu grande influência externa. Ela poderia ter sido desencadeada de uma maneira mais ordenada.

---

[1] do inglês *deterrence,* dissuasão estratégica.

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada com o Movimento de 31 de Março?

Numa primeira fase, houve uma grande exaltação da imagem do Exército; na realidade a Contra-Revolução de 1964 não foi feita só pelas Forças Armadas, foi feita pelo povo.

Depois, com as guerrilhas e o endurecimento do regime, essa imagem sofreu um desgaste, mas, imediatamente, começou a recuperar-se e, hoje, acredito que ocupe uma posição de certa forma lisonjeira: a Instituição mais confiável, segundo as pesquisas, é o Exército.

Coronel Stanley Fortes Baptista

- Natural da Cidade de Teresina, PI.
- Serviu no 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º B E Cmb), em Natal, RN; no 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB; e comandou o 2º Batalhão de Engenharia e Construção, em Teresina, PI.
- Nos anos pós-Revolução, esteve em diversos cargos civis de direção: no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); Superintendente-Adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); Presidente da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); criador e primeiro presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos(EMTU/Recife); e criador e primeiro presidente da Secretaria de Transportes Urbanos (STU) do Ministério dos Transportes.
- Cursou Engenharia de Construção, pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), nos anos de 1961 a 1963. Classificou-se primeiro aluno de sua turma, no curso de formação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1949, e no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Na eclosão da Revolução, era Major, servia no 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB.

Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2002.

Vou expor coisas de memória. Não escrevi. Alinhei tópicos.

Faço minhas as palavras do Coronel Maranhão (o Coronel Stanley refere-se à entrevista concedida pelo Coronel Edgar Maranhão Ferreira ao Projeto, a qual assistiu, transcrita neste livro). Assino embaixo, pela realidade, pela objetividade, pelo brilhantismo como ele colocou tudo que antecedeu a Revolução de 31 de Março de 1964.

E por que faço isso? Porque no período de 1961 a 1963, Maranhão e eu lidamos ombro a ombro, dia a dia, ora estudando para o nosso curso no Instituto Militar de Engenharia, ora vendo o que é que poderíamos, pobres e modestos capitães, fazer em relação àquele momento vivido pelo Brasil.

Maranhão descreveu bem o que pudemos fazer: uma gota d'água, talvez. Mas, altamente significativa, inclusive pelas modernizações que conseguimos, pelas adesões que alcançamos.

Tínhamos em mente um objetivo. Não possuíamos condições de estruturar uma ação, mas havia um objetivo a atingir: jamais concordar que aquele pusilânime Presidente João Goulart transformasse este País numa república sindicalista.

Queria ressaltar duas coisas: a nossa prisão – não pela prisão em si, visto que a mesma tornou-se para nós a maior das comendas que recebemos em nossas vidas, porque dada no Governo de um homem como aquele que então presidia o Brasil –, depois, veio a anulação.

A anulação não foi pedida por nós, pelo contrário, nós não queríamos que aquela punição fosse anulada. Foi uma iniciativa dos governos da Revolução. Uma decisão do Marechal Castello Branco, posta em prática posteriormente, anulou as nossas punições.

O outro destaque, em dezembro de 1963, na conclusão do curso do IME, Maranhão seguiu para Belém e eu para João Pessoa, a fim de servir no 1º Grupamento de Engenharia e lá fiquei na Seção Técnica.

Tão logo cheguei a João Pessoa, mais ou menos na mesma época que Maranhão chegava a Belém, procurei o Coronel Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do 15º Regimento de Infantaria (15º RI), líder local da ação anticomunista.

Embora sendo do Grupamento, foi a ele que me dirigi, como outros companheiros da minha Unidade. Ele era um coronel e, ao mesmo tempo, um cavalheiro, habilidoso, maneiroso, delicado.

Aqui faço um parêntese, me jogo para o futuro.

Esse coronel, depois General-de-Exército, foi punido pelo General Ernesto Geisel que admiro, estimo, tanto que me dei pessoalmente com ele, mas nunca concordei com a atitude de punir o General Eduardo. Uma punição injusta.

Voltando no tempo.

Pois bem, o Coronel Ednardo nos aconselhava e dizia: "Não executem ações isoladas. Vamos acompanhar os acontecimentos, vamos esperar o momento oportuno, mas vamos atuar em conjunto, vamos trabalhar juntos."

Era início de 1964, mais precisamente, janeiro e fevereiro. Não tivemos, nem ele nem o grupo que o cercava, uma ação efetiva, de feição operacional, na eclosão da Revolução.

Naturalmente que torcíamos à distância pelo seu êxito.

Apenas dois registros. O primeiro, que o então Batalhão de Serviços de Engenharia, do Grupamento, sediado em Campina Grande (Paraíba) e comandado pelo Coronel Queiroz, recebeu ordem e imediatamente deslocou-se para apoiar as tropas de Pernambuco, onde Arraes era Governador.

O segundo registro. Por incrível que pareça, quando irrompeu a Revolução, estávamos sem comandante. Ele havia se afastado, não me lembro se em férias, ou por outra razão qualquer. Talvez, tenha sentido algo no ar, teve medo e desapareceu. Até esqueci o nome dele, é bom esquecer o nome dessa gente. Graças a Deus, ele não estava lá, porque todos os demais oficiais do Grupamento aderiram ao Movimento, pensavam da mesma maneira e todos nós, no dia 31 de março, ao tomarmos conhecimento do ocorrido, nos reunimos então sob a liderança, salvo engano, do Coronel Galileu.

Era o mais antigo na ausência do comandante e nos colocamos à disposição do Movimento, formalizamos a nossa posição.

Os sargentos, unânimes?

Unânimes na sede do Grupamento, em João Pessoa. Não tivemos qualquer posicionamento contrário, nenhum problema de antagonismo, nada. O pessoal estava conosco, era uma família. Refiro-me à sede do Grupamento, em João Pessoa, pois quanto aos três Batalhões, integrantes do Grupamento, não posso dar testemunho; eu estava recém-chegado e não conhecia a situação dos batalhões.

O ciclo dos presidentes militares

Inicialmente me permitiria fazer uma passagem geral, depois abrir um pouco sobre cada um.

Castello Branco: Ministro da Viação, como se chamava na época, a figura notável e inesquecível da história brasileira: Marechal Juarez Távora. Com ele fomos para o DNOCS, comigo, o Maranhão.

Costa e Silva: General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, Ministro do Interior. Convidou o General Euler Bentes Monteiro para ser superintendente da Sudene e a mim para ser o superintendente-adjunto.

Médici: O trator humano chamado Mário Davi Andreazza, Ministro dos Transportes. Tive a felicidade de assumir o Comando do 2º Batalhão de Engenharia e Construção e dele recebi integral apoio.

Geisel: Ministro dos Transportes, General Dirceu de Araújo Nogueira, que inicialmente me convidou para ser diretor-geral do DNER, onde fiquei quase um ano. Em seguida me pediu para ser transferido do DNER para a Rede Ferroviária, onde fui Presidente por quase três anos e meio.

Figueiredo: Vim para Pernambuco, onde fui convidado pelo Governador Marco Maciel para criar uma Empresa de Transportes Urbanos que depois foi batizada como EMTU/Recife. Três anos com Marco Maciel e recebi um convite para voltar para Brasília e criar, também, uma Secretaria, a Secretaria de Transportes Urbanos do Ministério dos Transportes, tendo como Ministro o Cloraldino Soares Severo.

Esse foi meu envolvimento direto no ciclo dos governos militares.

Agora, gostaria de citar alguns dados, ressaltando que, com os mesmos, não pretendo destacar boa ou má administração, mas, ao final, vou justificar por que os estou utilizando. Esses dados são necessários para uma apreciação que farei, depois de citá-los.

DNOCS: Interessante! Não levei equipe de militares comigo para o DNOCS. Foi comigo um único militar, o Maranhão. Política, inclusive, que adotamos em todos os órgãos por onde passamos. Mobilizamos a equipe boa que existia no Departamento. Em todos os órgãos havia boas equipes. O que eles não tinham era oportunidade, porque a política sórdida do governo deposto só pinçava para a direção aqueles que eram corruptos, que faziam o jogo deles, da politicalha, e marginalizava os bons.

Encontramos no DNOCS nomes de expressão nacional. Gostaria de citar o Guimarães, está me faltando o nome dele completo, a memória não ajuda, mas eram cidadãos notáveis. Todos eles aderiram ao novo Movimento. Todos eles aderiram, vestiram a camisa e lutaram. Que beleza, que ambiente!

Não participavam porque faltavam lideranças e oportunidades. Dois anos, onde se construíram 24 açudes, acumulando dois bilhões de metros cúbicos de água.

Vou citar alguns dados, porque não quero encher de números este meu depoimento: abastecemos quase uma centena de cidades que não possuíam água. Perfuramos quase mil poços. Criamos dois postos de piscicultura que estão produzindo ainda hoje milhares e milhares de alevinos por ano. Elaboramos um Plano de Obras e Estudos para dar continuidade à ação do Departamento no Nordeste brasileiro. Quando chegamos ao órgão, não havia coisa alguma. O diretor fazia o que queria. Implantamos o planejamento, que era submetido e aprovado pelo ministro e posto em prática.

Pelo que você está dizendo o combate contra a seca é viável, dependendo de uma administração séria, criteriosa, não é verdade?

Como é viável! Esse Nordeste é vitimado, é acusado, é dito pelo resto do Brasil como sendo um sorvedouro dos recursos nacionais, injustamente.

Não é o Nordeste. São os políticos corruptos e ladrões que vêm para cá e que desviam o dinheiro! Quando chegamos ao DNOCS não foi feito orçamento novo, foi usado exatamente o orçamento que existia. Apenas o Marechal Castello Branco e o Marechal Juarez disseram: "Pegue o montante dos recursos e redistribua para aquilo de que o Nordeste precisa." E, assim fizemos, apoiados no trabalho do Maranhão, e conseguimos resultados notáveis.

Sudene: Como adjunto do General Euler, o ponto alto nos dois anos da administração dele foi a elaboração do IV Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste, onde ficou caracterizado que a indústria no Nordeste era factível, sim, mas não era a "razão de ser" nordestina.

A indústria brasileira não pode repousar no Nordeste. Ela é complementar da indústria nacional. A vocação nordestina é agrícola e através de uma ação orientada.

Mas não tem chuva!? Tem! É fazer emprego oportuno e racional, através de programas de área específicos – o IV Plano Diretor tem isto –, através da Engenharia Rural; um dos mentores foi o Maranhão.

Engenharia Rural era o quê, meu Deus? Tirar o pequeno fazendeiro da mão dos políticos, da mão do prefeito, corrupto local, e permitir que ele lidasse diretamente com o Governo Federal e se beneficiasse dos recursos do Banco do Nordeste para melhorar sua propriedade e enfrentar as secas, através de poços, de cata-ventos e de pequenos açudes.

Essa Engenharia Rural foi regulamentada, aprovada em lei, implantada; infelizmente não teve a continuidade desejada.

Há quatro anos, li no jornal que um ministro deste governo havia descoberto que a vocação do Nordeste era agrícola. Trinta anos depois ele se meteu a descobrir! Descobrir, entre aspas, ele encontrou o documento, por acaso o leu.

2º Batalhão de Engenharia de Construção, em Teresina, Piauí: Lá foram três anos. Foram construídos quatrocentos e cinqüenta quilômetros de rodovias pavimentadas, duzentos e cinqüenta quilômetros de rodovia com revestimento primário, seiscentos metros de ponte.

Não são números significativos, nem para três anos.

Foi significativa a execução de uma obra, na Baixada Maranhense, ligando Teresina, São Luís e Belém, em plenas condições climáticas da floresta amazônica e realizada em tempo recorde. Não que fôssemos os grandes gerentes, mas porque dispúnhamos de uma grande equipe. Eram cinco frentes de trabalho.

E criativas. Era gente que quando vinha a chuva cobria o serviço com plástico para que a mesma não destruísse o serviço, já que o período de tempo de trabalho era muito pequeno.

Gente que deixou a família em Teresina e passou a morar no mato. Passamos dois anos, a sede do Batalhão num Posto de Comando Avançado na floresta amazônica e cumprimos a missão.

Uma verdadeira saga!

DNER: Não chegou a um ano. Lá encontrei uma verdadeira revolução no campo rodoviário. Revolução conduzida por Mário Andreazza, que eu já disse, um trator humano, e por um técnico brilhante chamado Eliseu Resende, que ainda hoje anda prestando seus serviços ao País. Essa dupla transformou este Brasil em termos de transportes rodoviários. Fizeram uma malha incrível e de alta qualidade. Coube-nos, então, uma preocupação enorme. Como manter esse patrimônio? Essa coisa não podia ser perdida, rodovia não é permanente, não é perene, ela carece de manutenção.

O DNER não tinha estrutura de manutenção, foi organizado para construir, produzir, fazer obras, e o fez muito bem, mas não tinha estrutura de manutenção.

As nossas preocupações foram basicamente duas: assegurar a conclusão das obras que estavam em andamento, havia umas poucas ainda em andamento, e toda ênfase na manutenção da malha.

Criamos uma estrutura de manutenção, cujo chefe tinha assento na diretoria do órgão. Organizamos, mandamos preparar pessoal, até fora do Brasil, a fim de ter condições de mobiliar os distritos rodoviários com gente capaz de fazer manutenção.

Foi uma tarefa difícil, mas foi cumprida, ao longo do período da Revolução.

Hoje, 70% da malha rodoviária brasileira estão em estado precário, porque este Governo não é capaz de priorizar aquilo que é importante para o Brasil. Prioriza o que é importante para eles, políticos, e não para o País.

RFFSA: Foram quase três anos e meio de Presidente da Rede Ferroviária Federal. Nesse período – fiz uns poucos registros para mostrar o ocorrido – a produtividade da casa cresceu 30%. Quando digo produtividade é o resultado do transporte comparado com o número de empregados. Cresceu 30%.

A movimentação de carga ferroviária, nesses três anos, cresceu 25%. Os passageiros do subúrbio do Rio tiveram um crescimento de 35% e os de São Paulo, 25%.

Um episódio trágico, que calou muito. Eu era diretor-geral do DNER, não tinha um ano e estava, aqui, no interior do Nordeste, inspecionando obras rodoviárias e, de repente, recebi um chamado de Brasília.

Nessa viagem me acompanhava o General Almir, que era da Diretoria de Obras e Cooperação (DOC) do Exército.

Pedi desculpas a ele e fui a Brasília. Lá chegando, tomei conhecimento do motivo do chamado. Havia ocorrido um desastre de trens no subúrbio do Rio de Janeiro, onde morreram dezenas de pessoas e centenas ficaram feridas. O General Ernesto Geisel determinou-se a solucionar, a fazer algo de imediato, que minimizasse aquela situação no subúrbio do Rio.

Fui levado ao gabinete do General Geisel pelo General Dirceu, que era Ministro, e ouvi dele a seguinte colocação:

– Stanley, eu preciso de sua presença na RFFSA, como Presidente da Rede.

– Presidente Geisel, toda a minha formação de engenheiro militar foi no campo rodoviário; Presidente, eu não entendo nada de ferrovia!

– Stanley, há uns poucos anos fui chamado a este mesmo gabinete por um Presidente que me disse ser preciso que eu assumisse a Petrobrás... e eu não entendia nada de petróleo. Exijo que você vá para a Rede – finalizou o Presidente.

Descrever o que foi a Rede seria um pouco longo, porque foi realmente uma ação empolgante, mas eu queria repetir: fui para à Rede, também, apenas com um companheiro militar.

Usei tudo que existia na Rede e eles responderam de uma maneira maravilhosa. Como se engajaram! Como transformaram aquela empresa! E foram até capazes de elaborar uma proposta para o futuro da Rede, que foi posta em prática pela Revolução e foi exitosa durante dez anos.

EMTU/RECIFE: No Governo Figueiredo, voltei para o Nordeste e assumi a EMTU/Recife. Novamente o inseparável Maranhão comigo. E aqui criamos uma empresa que começou com duas pessoas, Maranhão e eu, e que foi crescendo, não atabalhoadamente, nem à base de pedidos.

Jamais Marco Maciel, Governador que me deu essa atribuição de presidir a EMTU, me fez um pedido para pôr alguém; jamais o Secretário Antão de Mello me fez um pedido para pôr alguém.

Ela foi se desenvolvendo segundo um planejamento feito por nós dois e que previa, no terceiro ou quarto ano de vida, atingir o efetivo que permaneceria permanente. E isso foi posto em prática.

E essa empresa foi tão forte que passou a ser considerada pelo Banco Mundial como exemplo a ser seguido, não nos Estados brasileiros, mas nos países onde o Banco Mundial fazia investimentos em transportes urbanos.

Há cerca de cinco meses esteve aqui uma missão do banco.

Estou com o Maranhão numa empresa privada, completamente afastado de tudo isso. Estamos trabalhando em proveito do Brasil, sim, mas na área privada e fazendo projetos específicos.

Fui convidado por esse cidadão para ter uma conversa com ele. Era um dos diretores do banco, vinculado ao transporte urbano. E fui. Ele apenas visava, com esse encontro, parabenizar-me pelo que tinha sido a EMTU e dizer que havia citado o exemplo dela até em Hong Kong, onde havia um problema sério de transporte urbano, e sugeriu que eles conhecessem isso.

Para terminar essa parte do Ciclo dos Presidentes com o nosso envolvimento, depois de dois anos de EMTU fui novamente chamado a Brasília, desta feita para criar, também, uma Secretaria de Transportes Urbanos para o Ministério dos Transportes. Era ministro o Cloraldino Severo.

Passei lá cerca de um ano. Foi criada a Secretaria.

Mas que ano proveitoso! Mobilizando-se a equipe da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), órgão existente na época, composta de técnicos de alto gabarito do qual eu quero citar um, o Clóvis Valadão, que já morreu. Conseguimos, nesse curto período, elaborar planos de transportes urbanos para todas as regiões metropolitanas do Brasil e os aglomerados urbanos.

Presidimos os conselhos que se tornaram responsáveis pela criação e implantação dos metrôs de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. O do Recife ainda foi inaugurado por Figueiredo, num tempo recorde.

Novamente Maranhão está lá, não comigo, em Brasília, mas no metrô do Recife, dando uma substancial contribuição. Um legado espetacular, já que o metrô serve ao povo, o metrô é transporte de povo.

Isto é ação social efetiva e não ação demagógica como se faz hoje, dizendo que é social; social coisa nenhuma!

Busca de eleitor para se reeleger.

Social é isto, que não dá voto, mas que atende às necessidades do povo.

Feita essa digressão, ponto a ponto, gostaria agora de analisar o conjunto e justifico por que dei dados: não foi para enaltecer ninguém, foi para mostrar que o período 1964/1984 foi altamente produtivo para o nosso País.

A ação social, houve sim, meu Deus! Repito: sem rótulos.

O Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) foi uma revolução no mundo. O Presidente Fernando Henrique o cita hoje, só que não diz que foi criado pela Revolução. Ele o utiliza como se fosse dele. Cinicamente!

Isso foi da Revolução!

A Revolução satisfez ao povo. Eu tenho exemplos concretos e sou testemunha disto. Quando chegávamos ao interior para inaugurar aqueles pequenos açudes, aqueles pequenos abastecimentos d'água, éramos recebidos por pessoas cantando, aquelas senhoras, crianças, aqueles homens da enxada, cantando.

Não era carro de som nem banda de nada. Era aquele canto de agradecimento. A gente ainda vê hoje, quando há seca, que eles saem cantando, pedindo o apoio divino, já que não tem apoio dos governos.

Era aquela mesma gente, com aquele mesmo tom. A gente chorava de emoção. O Marechal Juarez em certo momento não segurou as lágrimas e nada foi encomendado. Éramos surpreendidos por fatos como esse.

Na hora em que chegávamos, vinham nos agradecer.

Na cidade, onde o povo tem uma mentalidade diferente da do campo, não é chegado a manifestações desse tipo, mas faziam outros tipos de manifestações. Quantas e quantas vezes, não foi nem uma, nem duas, nem três, fazendo exposições, palestras em auditórios, dizendo do que era a Revolução, do trabalho que a Revolução estava fazendo, fui aplaudido pelo auditório, de pé, não por causa do que eu havia dito, não tenho essa versatilidade, mas pelo que eu dizia que a Revolução estava fazendo.

Cito outro ponto que justifica e caracteriza a satisfação do povo, no período revolucionário.

Quando Castello Branco morreu, foi construído para ele um monumento, em Fortaleza. A imprensa, logo publicou: “Governo de coronéis promovendo um Governo de Revolução.”

Mentira! Aquilo foi uma retribuição a alguns fatos, dos quais um foi mais significativo: Orós.

Orós era um sonho do cearense. Para atender a esse sonho, Juscelino construiu a barragem; só que ele precisava da barragem em tempo recorde para promover-se, visando à eleição seguinte, do seu grupo.

E o que aconteceu? Fizeram a barragem a qualquer preço e, quando as chuvas caíram, arrancaram a barragem e foram destruídas não sei quantas cidades a jusante. Foi um desastre total.

Justiça se lhe faça! Ele procurou redimir-se, mandou reconstruir a barragem, no nível previsto no projeto, garantindo, aparentemente, que ela resistiria às novas chuvas.

Ledo engano, não sei se consciente ou inconsciente. Enquanto eles concluíam a barragem, construíram um sangradouro para assegurar o escoamento da água e evitar uma segunda ruptura. Só que o sangradouro foi feito em rocha friável e quando as chuvas chegaram, aquelas rochas começaram a se desmanchar.

Estávamos chegando ao DNOCS, Maranhão e eu, e foi esse o nosso batismo: “Orós vai estourar e como agora está com sua capacidade plena, vai arrasar o Vale do Jaguaribe.”

A partir daí acabou-se noite, não mais dormíamos; mobilizamos o que havia de melhor no Departamento, tudo administração direta, nada contratado; mobilizamos todos os equipamentos do Ceará e de outros estados.

E fizemos uma ação que graças a Deus foi exitosa.

Lutando contra as chuvas que subiam, o nosso trabalho tinha que ir à frente delas, conseguimos concluir a concretação daquelas rochas que não suportavam, mas que, com a injeção de concreto, passaram a habilitar-se e a tornar-se um sangradouro seguro.

O Ceará delirou. O povo cearense cantou isso em prosa e em verso. Pessoalmente e pela imprensa: jornais, rádio, tudo.

Naquela época, a imprensa não era patrulhada, como hoje.

Foi uma justa retribuição erigir um monumento a Castello Branco; não foi só por isso, evidente, mas esse foi um ponto altamente significativo.

Mais um ponto eu queria lembrar, bem dentro desse aspecto da satisfação do povo com a Revolução: Médici foi aplaudido de pé, num estádio de futebol!

Que Presidente já conseguiu isso? Quem fala disto? Esquecem tudo! Dizem que foram "anos de chumbo". Chumbo coisa nenhuma!

O povo vibrava, o povo estava satisfeito. O povo queria aquele tipo de governo.

Participei e acompanhei, dentro e fora da minha área, um campo razoavelmente significativo, os frutos do trabalho realizado pela Revolução.

Gostaria de destacar, de forma simples, três ou quatro tópicos, para mim bastante importantes, que traduzem, realmente, o papel relevante da Revolução para o País.

No campo dos Transportes, nos vinte anos da Revolução, o ferroviário cresceu 11% ao ano. Isso é um recorde mundial. Nunca aconteceu em lugar nenhum no mundo um crescimento dessa natureza.

O Brasil do Senhor João Goulart estava na 46ª posição como potência econômica mundial: a Revolução elevou-o para a oitava posição. Oitava posição que não foi mantida, pois hoje já está na 14ª, 16ª, por incompetência dessa gente que está no Governo. A Revolução o deixou em oitavo lugar e, se prosseguisse mais um pouco, passaríamos a ser do "grupo dos sete" – teria que chamar-se "grupo dos oito".

A nossa renda *per capita* chegou, em alguns momentos, a ficar beirando a do americano, não a igualamos, mas quase encostamos na americana. Isso foi uma coisa inacreditável em termos de Brasil. A prova é que hoje, com toda esta propaganda nojenta, cínica, de que vamos bem, a nossa renda *per capita* é da ordem de um quinto da americana.

E o mais importante. Não sou eu quem diz, são as estatísticas: em vinte anos de Revolução, 50 milhões de brasileiros foram retirados da faixa da miséria. Meu Deus, que ação social maior poderia ter sido feita do que esta: 50 milhões! Era 40% da população do Brasil!

Porque hoje, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), são 33 milhões de miseráveis, não são nem pobres...

Então, nós regredimos! Veja quanta calúnia, quanta infâmia essa imprensa sórdida de hoje explora contra a Revolução, tudo por causa de interesse pessoal! Só se visa ao interesse pessoal, jamais o interesse do Brasil ou da coletividade.

A segurança é outro ponto importante.

No período da Revolução ninguém tinha medo de bandido. Andava-se pelas ruas, a pé, filhos, esposas, para fazer visitas a qualquer hora do dia ou da noite. Não tinham carro.

Havia o quê? Algum milagre? Não, é que naquela época havia autoridade e hoje não existe autoridade. Hoje o bandido faz o que quer porque sabe que é impune. Ninguém o pune porque não tem moral para punir.

E por que não tem moral? Porque as autoridades de hoje foram os bandidos de ontem. Como punir? Que moral elas têm? Nenhuma!

Fala-se em repressão. Repressão?! Eu diria que sim. Houve repressão, sim, aos dois mil que insistiram em pegar em armas contra o regime e que foram parar em nossas prisões. Nossos cárceres. Foram, sim, dois mil, muito justamente.

Mortes? Sim. Morreram cerca de quinhentos, trezentos bandidos, terroristas, e duzentos patriotas. Sim.

Tortura? Jamais presenciei uma. Jamais tomei conhecimento de uma.

Meu Deus! E a tortura que vivemos hoje, institucionalizada pelo governo: a fome de vinte e cinco milhões de miseráveis? Existe tortura pior do que a fome? É muito melhor a agressão física do que passarmos fome, ver a mulher com fome, ver o filho morrer à míngua. Isso é uma tortura moral muito pior do que a física. E é isso que este governo está fazendo.

Outra forma de tortura atual: as prisões em que foram transformadas as residências das classes médias. Nós todos vivemos hoje em prisões. Os bandidos estão na rua, porque não há moral para prendê-los nem puni-los.

Chega-se do trabalho em carro blindado, com segurança, e nos trancamos dentro de casa e não se pode ir a lugar nenhum porque sobrevem a ameaça de assalto, de morte, de seqüestro. Isso é tortura moral, tortura moral feita por este Governo.

Atualmente, cresce o número de vítimas diárias de seqüestros, assaltos, roubos e, também, a arrogância dos bandidos. A televisão, anteontem, mostrou o depoimento de um bandido "brilhante". Brilhante, na classe dele.

Em que país se poderia admitir aquilo? Só num país como este, onde não há autoridade.

Tem mais. O homem de bem se sente agredido com o crescimento sistemático de impostos escorchantes. A cada minuto que passa cria-se um novo imposto.

Se esses impostos fossem utilizados para o desenvolvimento econômico e social do País: educação, saúde, segurança... Antes fosse, mas não são.

Esses impostos são usados para quê? Para reeleger pessoas que querem permanecer no Poder anos, anos e anos.

Qual foi o governo de general, qual foi o governo militar que ficou oito anos? Poderiam ter ficado até mais, como Pinochet ficou no Chile, mas jamais o fizeram.

Mas hoje se faz, a que preço? Comprando com nosso dinheiro pago nos impostos.

Isto é tortura, é uma tortura moral de que todos estamos sendo alvos. Se a tortura fosse feita, no passado, àqueles dois mil, seria "café pequeno", comparada com a tortura hoje feita a milhões e milhões de brasileiros.

Na minha opinião, a Revolução de 1964 foi exageradamente moderada. Se fizermos uma comparação com o que ocorreu nos outros países da América Latina – não quero nem falar em termos de Stalin e outros, porque não tem nenhum sentido – não houve revolução no Brasil e sim, um "acordo entre cavalheiros".

Entretanto eu não sou favorável a esse posicionamento.

É fácil criticar depois que as coisas passam e eu não quero criticar, mas como eu gostaria que pelo menos dois pecados a Revolução não tivesse cometido.

Para mim, são os mais graves – eu diria que os outros foram pecados veniais. O primeiro é que a Revolução não liberou o Brasil, de forma definitiva, dos seus políticos indesejáveis, políticos hoje que ocupam o Poder: deveriam ter sido marginalizados totalmente, de vez, deste País.

O segundo pecado, mais grave que o primeiro: a Revolução não se preocupou muito com as novas gerações.

E explico. Os nossos filhos, sobretudo os nossos netos, estão nas mãos de historiadores facciosos. Basta ler um livro de História da 3ª ou 4ª série. Eu conheço o trabalho do meu neto. Quantos textos já risquei e contei para ele qual era a realidade.

E, diga-se de passagem, ele tirou nota ruim na prova, porque foi botar lá o que eu ensinei e não o que estava no livro.

As Universidades, todas, quase todas, estão nas mãos de esquerdistas, recebendo os nossos jovens e orientando-os sempre no caminho do pior.

A imprensa, totalmente patrulhada.

A oportunidade que propiciamos, que a Revolução deu, para que a facção Boff, da Igreja, tivesse a influência que teve e está tendo ...

Essa postura da Revolução com as novas gerações foi um pecado.

Poderia deixar, ao tipo de público que desejar, uma mensagem final?

Eu não vou fazer uma mensagem, vou fazer um apelo.

Agora dirijo-me a quem vai trabalhar com essas entrevistas, fazer um registro, que tenho certeza de que vai ser feito, do que realmente foi a Revolução.

Considerem, também, o que ocorreu após 1984. Comparem, vocês têm essa obrigação, o Brasil de hoje com o Brasil dos governos militares.

Não se trata de um enfoque político, não é isso. Tenho pavor à política, tenho nojo de políticos!

Não é isso que estou lhes pedindo.

Estou lhes pedindo que os nossos filhos e netos tenham a oportunidade de conhecer a realidade do Movimento revolucionário de 1964, para que eles possam fazer uma opção, já que todas as fontes existentes são sórdidas.

Que tenham uma fonte pura para fazerem a opção. Depois de conhecê-la poderão decidir com consciência: ou acham bom e continuam com o que temos hoje ou a alternativa de retomar a moralidade, a segurança, a honestidade, a dignidade humana, a igualdade de oportunidades, que a Revolução de 1964 ofereceu à população brasileira.

Meus queridos integrantes desta equipe, considerem estas palavras deste modesto depoente.

Coronel Edgar Maranhão Ferreira

- Natural da Cidade de Timbaúba, PE.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Subcomandante do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, em Caicó, RN; Chefe do Estado-Maior do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB (1970/1971). Foi o primeiro comandante do 7º Batalhão de Engenharia de Combate (7º B E Cmb), em Natal, RN (1971 a 1974).
- Exerceu a função de assessor técnico-financeiro do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), entre agosto de 1964 e maio de 1966, e trabalhou na Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), no Recife.
- No exterior: Chefe da Comissão Mista Brasil – Paraguai, em Assunção (1976 a 1978).
- Cursou Engenharia de Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), nos anos de 1961 a 1963, e é engenheiro rodoviário pela Escola Nacional de Engenharia, do Rio de Janeiro. Possui o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Em 1964, após o término do curso do IME, era capitão, servia na Comissão de Obras, em Belém, PA.

Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2002.

Em meados do século XIX, nascia na Europa uma filosofia utópica, tendo como base o bem-estar social, a propriedade comum, a criação de uma sociedade sem classes e o materialismo.

Os mentores da nova filosofia, Marx e Engels, não viveram o suficiente para assistir ao fracasso desse sonho.

Tal era a complexidade e a profundidade das transformações pretendidas que somente quase setenta anos depois do "Manifesto Comunista" a doutrina foi aplicada, na Rússia, através do golpe bolchevista.

No Brasil, a primeira tentativa de implantação do regime comunista ocorreu em 1935 – a chamada Intentona – caracterizada por duas atitudes infames: no Nordeste, a rapinagem e o vandalismo; no Sul, a covardia e a traição!

O movimento teve início em Natal, RN, em 23 de novembro de 1935. Conseguiu empolgar o 29º BC. Oficiais foram aprisionados e tomou-se de assalto a cidade para saqueá-la. Foi dominado, ao cabo do terceiro dia.

No Recife, iniciou-se na tarde de 24 de novembro, sendo debelado dois dias após.

No Rio, foi deflagrado na madrugada de 27, no quartel do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha, e no Regimento de Aviação dos Afonsos.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazifacismo, novo impulso tomou o expansionismo comunista. No Brasil, os comunistas tornaram a agir abertamente, participando das eleições de 1945, quando conseguiram eleger alguns senadores e deputados. No entanto, atacando o nacionalismo, tiveram os seus mandatos cassados pelo Congresso, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade.

Em 1950, os comunistas conseguiram infiltrar-se no Clube Militar, utilizando a revista para fazer proselitismo da sua doutrina. Nasceu, então, a reação dos verdadeiros patriotas e democratas para retomar a direção do Clube, através de um movimento que se denominou Cruzada Democrática.

Não podendo utilizar as dependências do Clube, as reuniões da Cruzada foram realizadas, inicialmente, na Federação dos Escoteiros do Brasil e, posteriormente, na sede do Clube dos Oficiais Reformados e da Reserva das Forças Armadas, na Praça da República, 197, no Rio de Janeiro: a casa de Deodoro.

A Cruzada conseguiu vencer os pleitos de maio de 1952 e de 1954.

A Cruzada Democrática era composta por ...

... oficiais da Ativa e da Reserva, das três Forças. A grande maioria era do Exército. Visava, apenas, às eleições do Clube Militar mas, depois de 1962, passou à ação permanente de combate ao comunismo.

Em paralelo ao surto desenvolvimentista do Governo de Juscelino, de janeiro de 1956 a janeiro de 1961, teve início um processo de aceleração da inflação, agravada pela construção atabalhoada e milionária de Brasília.

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o Governo o Vice-Presidente João Goulart, ligado às esquerdas.

Nesse período conturbado, cheguei ao Rio de janeiro, como capitão, para cursar o Instituto Militar de Engenharia (IME). Juntamente com alguns companheiros, principalmente os capitães Stanley Fortes Baptista, José Ramos Torres de Melo Filho e outros, passamos a participar do processo de reação contra aquele estado de coisas e aviltamento da nossa profissão.

Em meados de 1962, nos reuníamos rotineiramente às quartas-feiras à noite, na Casa de Deodoro, participando das reuniões da Cruzada Democrática, as quais compareciam muitos oficiais da reserva e da ativa (General Bina Machado, Coronel Sebastião Chaves, Tenente-Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo etc.).

Ali se analisava a insidiosa penetração do comunismo nos vários setores da vida nacional, até mesmo nas Forças Armadas. Outro assunto abordado era a penúria em que vivia a classe militar.

Havíamos tentado, em vão, em 24 de abril de 1962, convocar uma assembléia no Clube Militar para o debate da questão financeira. Como a presidência do clube não permitiu a realização da mesma, elaboramos e distribuímos para diversos companheiros, em várias guarnições do País, um documento intitulado: "A assembléia não convocada".

O presidente do clube que não permitiu essa assembléia era vinculado ao Governo do João Goulart?

Era um homem de esquerda.

Stanley e eu havíamos servido com o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, quando o mesmo comandara a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Nós éramos instrutores. Conseguimos agendar uma conversa com ele, na sua residência, no bairro do Riachuelo, no Rio de Janeiro, para tentar expor nossas idéias. Ao chegarmos, a sua esposa desculpou-se, dizendo-nos que o ministro havia sido convocado para uma reunião inesperada, naquela noite.

Fazíamos reuniões com outros companheiros, no porão do edifício residencial da Praia Vermelha e na Vila Militar, em Marechal Hermes, numa academia de judô.

Conseguimos, enfim, realizar a tão esperada assembléia no Clube Militar, em 3 de julho de 1963, na presença de quase dois mil sócios. Os comunistas, cerca de sessenta pessoas, em sua maioria oficiais, audaciosamente, tentaram tumultuar a reunião inscrevendo-se para falar e abordando assuntos contrários aos nossos obje-

tivos. Foi preciso que um companheiro o Tenente-Coronel Aviador Coqueiro, mais tarde Brigadeiro, tomasse o microfone das mãos de um esquerdista para que toda a assembléia, aos gritos, os expulsassem do recinto.

Nessa assembléia, os irmãos Torres de Melo (Artur de Freitas Torres de Melo e José Ramos Torres de Melo Filho) falaram de forma incisiva em defesa dos postulados democráticos e da dignidade da classe militar. No dia seguinte, esses companheiros foram presos: Artur, no Forte de São João, e o José, no Forte Rio Branco.

Assinamos um telegrama de solidariedade – firmado por 250 oficiais da ativa e da reserva – a todos que foram presos em conseqüência da assembléia (62 companheiros).

Vou ler o telegrama que passamos:

"Hipoteco minha inteira solidariedade aos companheiros punidos, vítimas da deturpação das nossas manifestações no Clube Militar e das palavras democráticas ali proferidas em defesa dos poderes constituídos e contra a subversão hierárquica dos vencimentos."

Você foi comandado pelo General Jair, na Academia; no Rio, como capitão, você nos disse que tentou uma entrevista com ele e que isso não foi possível por algumas razões; na assembléia do Clube Militar, sessenta e tantos oficiais da esquerda... O ministro permitia ou incitava esse movimento da esquerda? Vocês notaram nele alguma tendência?

Tanto não pensávamos que o General Jair fosse comunista que o procuramos para abrir-lhe os olhos sobre o que estava se passando nos bastidores do Exército.

É de concluir-se que, além daqueles sessenta que estavam ativamente perturbando a reunião, havia um esquema esquerdista para não permitir as demonstrações.

Exatamente, tanto é que, para conseguirmos a assembléia, a dificuldade foi grande; desde 1962 que tentávamos e o presidente do Clube não permitia. Não o ministro, mas o seu assessoramento estava infiltrado pela esquerda.

Também elaboramos uma carta aberta, assinada por 12 companheiros, de um número inicial de vinte, dirigida a Artur e José Torres de Melo, hipotecando-lhes irrestrita e total solidariedade, publicada na imprensa do Rio.

O resultado é que fomos presos por oito dias, no Forte Duque de Caxias, punição posteriormente anulada, não por iniciativa nossa, mas por despacho ministerial.

Dos 12 signatários, 11 foram punidos pelo comandante do IME, sendo que o Major José Pinto dos Reis não foi punido, porque era instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castello Branco, negou-se a fazê-lo.

Cada dia mais se agravava a situação do Brasil. Em março de 1964, o País estava na iminência de um colapso político e, também, de um colapso econômico. A taxa de crescimento anual sofreu uma queda vertiginosa de 7,3% em 1961 para 1,6% em 1963; a inflação beirava 144%, em março de 1964.

No campo político e militar, alguns fatores precipitaram a eclosão do movimento revolucionário: o golpe de mão frustrado dos sargentos, em Brasília; o comício da Central do Brasil; a rebelião dos marinheiros, com a conivência do governo (Almirante Aragão); e o discurso desastroso do Presidente, no Automóvel Clube.

Ao concluir o curso do IME com média geral 8,63 e menção Muito Bem – desculpe isso, mas é para ilustrar o fato – poderia escolher a guarnição do Recife, mas por ordem do gabinete do ministro fui mandado para a Amazônia.

Embarcaram no navio *Princesa Isabel* nove oficiais, sendo oito concluintes da ECEME e eu do IME. Desloquei-me para o porto num caminhão, com alguns soldados, levando as bagagens – era o oficial mais moderno –, devido às próprias dificuldades financeiras que enfrentávamos. Os carregadores do cais, com a presença de representantes do sindicato, quiseram impedir a descarga pelos soldados, sendo prontamente afastados.

Durante a viagem, no dia 13 de março, ouvimos os gritos de exaltação da tripulação com a transmissão do comício da Central, no Rio de Janeiro.

Em Belém, tive a oportunidade de participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade: uma multidão incalculável enchia as ruas da capital paraense!

Isso prova que a Revolução não foi um golpe das Forças Armadas, mas um reclamo do povo brasileiro que pedia a nossa intervenção. Marchas desse tipo, segundo a imprensa, ocorreram em várias capitais brasileiras.

Na eclosão da Revolução, apenas acompanhei a movimentação no Quartel-General da 8ª Região Militar (Belém). Como fato a destacar, a pressão de um grupo de oficiais do Estado-Maior, ao qual me associei, coordenado pelo Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, Chefe da 3ª Seção, sobre o Comandante da Região, que levou dois dias para aderir ao Movimento.

Você estava na Comissão de Obras, mas em estreita ligação com o pessoal do Quartel-General. Havia algum objetivo definido quando da eclosão da Revolução ou prefere acreditar que aquilo foi fruto do movimento popular?

Fico com a segunda hipótese. Havia um acompanhamento atento dos fatos, a nível nacional.

Vitorioso o Movimento, participei dos trabalhos da comissão de investigação encarregada dos seguinte órgãos: Departamento Estadual de Estradas de Ro-

dagem, Comissão Especial para a construção da Rodovia Belém–Jacareacanga e o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Foram constatadas sérias irregularidades técnicas e administrativas.

Nunca vi tanta podridão!

Um relatório circunstanciado foi apresentado, no dia 29 de maio de 1964, e até hoje não tive conhecimento de qualquer providência para colocar os ladrões na cadeia.

A Revolução não tomou nenhuma providência?!

Não sei responder com exatidão. Consta que a documentação perdeu-se no trajeto Belém–Brasília.

No período que vai de 1967 a 1969, acompanhei, de perto, no Rio de Janeiro, a parte mais difícil da Revolução com o surgimento da guerrilha urbana e rural: seqüestros, assaltos a bancos, terrorismo seletivo, inclusive assassinato de oficiais estrangeiros, entre eles um companheiro americano, da ECEME.

Este quadro de agitação levou o governo da Revolução à edição do controvertido Ato Institucional nº 5 (AI-5); a ECEME foi totalmente engajada na luta contra a subversão.

Coube-me a missão árdua e desagradável de censurar o jornal carioca *Diário de Notícias*. Durante 15 dias, após censurar todas as notícias da redação, inclusive os classificados, tinha que me deslocar, no meu carro particular, para o parque gráfico para evitar fraudes e substituições de matéria: enquanto o Lacerda esteve preso, mandaram-lhe uma mensagem nos "classificados".

O que fosse de cunho político, vocês censuravam?

Só político; econômico, não.

Por força da Revolução, foi fortalecida a coesão no seio das Forças Armadas?

Com o advento da Revolução aumentou a coesão, principalmente durante o Governo Castello Branco; mas, já no final, os grupos começaram a se formar. A meu ver, a Revolução demorou-se demais. Deveria ter parado após o período de Castello Branco ou, depois, de Costa e Silva, mas jamais ter-se alongado por vinte anos. Com isso, as Forças Armadas sofreram um desgaste terrível, porque passamos a ser responsáveis pelo que fizemos e pelo que não fizemos.

Políticos corruptos se encastelaram em pontos-chave, como o Ministro da Fazenda Delfim Neto; o nosso ex-instrutor Coronel Saraiva fez a denúncia.

Outro erro: o Castello Branco, com o seu espírito legalista, ter querido completar o mandato do João Goulart. Deveria ter cumprido o tempo correspondente a um mandato: quatro ou cinco anos.

Havia presos políticos nos batalhões de construção onde você serviu?

Poucos. No 7º B E Cmb, em Natal, quando cheguei para comandá-lo, encontrei um contingente encarregado da segurança do aquartelamento. O Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) que lá estava já havia se retirado fazia seis meses. Descobri uma célula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no quartel: um cabo e vários soldados e tinham, até, um plano para explodir o paiol.

Que mensagem final o senhor gostaria de registrar neste seu depoimento sobre a Revolução de 1964?

Gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral, quando pude transmitir as minhas idéias sobre a Revolução de 31 de Março de 1964.

Este Projeto deve ser difundido para que se reverta o trabalho insidioso e bem-feito da esquerda que tenta modificar a História do Brasil.

Coronel Clidenor de Moura Lima

- Natural da Cidade de Amarante, PI.
- Em 1967, assumiu a chefia da Seção de Operações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília. Entre 1978 e 1987, foi Chefe da Agência do SNI, no Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os seguintes, de especialização: curso de pára-quedista do Núcleo da Divisão Aeroterrestre e curso de Informações, Categoria "B" (1966), do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Possui o curso civil de Administração de Empresas.
- Na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, era capitão e servia no 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), em Teresina, PI, como Oficial de Operações.

Entrevista realizada em 1º de outubro de 2001.

Como se encontrava o ambiente no seu quartel, quando eclodiu a Revolução de 1964?

Ambiente normal de trabalho, sem agitação, sem problemas entre oficiais e sargentos. No 25º BC, onde era capitão, estávamos preparados para a eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964.

Havia algum treinamento especial para controle de distúrbios?

Ministrava-se instrução normal; essas atividades faziam parte do currículo.

Existia no quartel apenas um sargento que tinha relacionamento com pessoas estranhas à Unidade e que apoiavam o Governo João Goulart. No entanto, ele não chegava a criar problemas dentro do quartel. Cumpria todas as tarefas, normalmente.

E o relacionamento dos oficiais do Exército com os políticos, com os civis?

O Comandante da Guarnição era o Coronel Francisco Mascarenhas Façanha. Mantinha um relacionamento muito bom com o Governo do Estado. O Governador era Petrônio Portela, tido como de esquerda e ligado a Miguel Arraes, que exercia a liderança no Nordeste. Além do Governador Petrônio Portela havia o Pedro Gondim, da Paraíba, e o Seixas Dória de Sergipe.

Quantas Unidades do Exército havia em Teresina, além do 25ºBC?

Um Batalhão de Engenharia de Construção e a Circunscrição do Serviço Militar (CSM), onde servia o Coronel Façanha que acumulava o comando da Guarnição.

Na sua ótica de capitão, mesmo porque você era Chefe da Seção de Operações, chegaram, no Piauí, ecos da preparação de uma revolução comunista no País?

Havia essa preocupação entre os militares. Vou relatar um fato que considero importante. Concluí o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no fim de 1963. Durante o mesmo, toda quarta-feira, reuniam-se os militares que não estavam de acordo com a política adotada pelo Governo João Goulart.

As reuniões eram no Clube Militar, na Avenida Rio Branco, onde eram discutidos problemas relacionados com a atividade comunista, que era flagrante no Governo João Goulart, no meio rural e em vários estados da Federação.

Nessa época, o Governador do Estado do Rio de Janeiro era Carlos Lacerda, que tinha um programa semanal de rádio. Lembro-me bem de que ele lia e comentava trechos de uns livros de Suzanne Labin, escritora francesa, sobre a estratégia do comunismo para conquistar as nações.

Era um aviso. Aquilo que o Carlos Lacerda comentava víamos ser executado: infiltração dos comunistas no Governo João Goulart, o apoio que ele dava ao pessoal de esquerda etc.

Significa dizer que quando você foi para a sua Unidade, como os demais capitães, já levava essa gama de informações a respeito do problema na época?

Já, e fui avisado de que iria receber, assim como os outros oficiais concludentes da EsAO, uma mensagem informando a época da deflagração do Movimento.

De quem partiria essa mensagem?

Tínhamos um instrutor, Capitão Telesca (Edmar Eudoxio Telesca), que fora ajudante-de-ordens do General Castello Branco; era um elo, garantia esse contato, era a ponte de ligação entre os oficiais da EsAO que não apoiavam o Governo João Goulart e o General Castello Branco.

Quando cheguei a Teresina, encontrei também um major de Infantaria, Wellington de Figueiredo Costa, carioca, ligado ao Movimento. Então, na véspera da deflagração, fomos informados; ele recebeu um aviso, mediante um código.

O aviso foi para o Comandante da Unidade?

O aviso foi para o major Wellington, que o transmitiu ao comandante, que se chamava Luiz Corrêa Lima, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB); era um homem tranqüilo, um comandante que sabia o que queria.

Em Teresina, atuavam também sindicatos de esquerda?

Sim.

Notadamente?

Notadamente. Havia uma liderança, no campo, que se destacava.

Eram as "Ligas Camponesas"?

Tipo "Ligas Camponesas", mas não com esse nome. Essa denominação era específica do movimento rural de Pernambuco, da zona canavieira.

A idéia era a mesma?

A idéia era a mesma. E lá agiam dois representantes da Igreja: um padre e um bispo. Este tinha uma estação de rádio; o líder camponês ia para estação de rádio ser entrevistado e pregava o movimento armado.

Houve um movimento a favor da Revolução, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, das mulheres, apoiado pela Igreja; mas o bispo de Teresina abria a estação de rádio para...

...entrevistas. De certo modo, ele estava favorecendo, dando cobertura, divulgando aquelas idéias que eram as de um movimento armado de esquerda.

Em 1961 e 1962, quando servi como capitão no 14º Regimento de Infantaria (14º RI – Unidade localizada na Cidade do Recife), na época do Governador Miguel Arraes, as "Ligas Camponesas" já eram muito conhecidas no Nordeste, dirigidas por Francisco Julião.

Francisco Julião esteve em Cuba, fez curso de guerrilha rural, e todos nós sabíamos disso. Peguei essa fase em 1961, 1962, aqui em Pernambuco, quando aconteceu aquela greve geral dos estudantes secundaristas, em 1961, e o Governo Federal mobilizou tropas do Exército.

Do Rio de Janeiro veio a tropa pára-quedista, veio tropa da Marinha, e tropa da Paraíba...

A greve geral foi estimulada por quem? Pelos ativistas comunistas e teve todo o apoio do Governo do Estado, que não mobilizou a Polícia para reprimi-la. O Exército é que foi para a rua acabar com a greve.

Resumindo, salientaria, na EsAO, aqueles contatos e as informações do que estava ocorrendo nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e, principalmente, aqui no Nordeste. Quando fui servir em Teresina, no 25º BC, já estava "por dentro" do Movimento e envolvido com aquela ala do Exército, que era maioria e não concordava com o quadro de pré-revolução da esquerda.

Você destacaria, no Piauí, outros nomes como líderes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Quando recebemos a mensagem, o comandante fez uma reunião na noite de 31 de março, mais ou menos às 21h. Primeiro, nos reunimos o Comandante, o Major Wellington e eu como Oficial de Operações; só os três. Discutimos o que fazer e decidimos ir até a 26ª CSM, para um encontro com o Comandante da Guarnição.

De lá, nos dirigimos para o Palácio do Governo, porque a ordem recebida era para verificar qual a posição do Governador do Estado. Saímos num jipe, quatro oficiais, e fomos para o Palácio Karnac.

Chegamos lá mais ou menos à meia-noite. Tomaram um susto.

Foi surpresa?

Surpreenderam-se com a nossa chegada. Ninguém avisou nada. O governador não sabia da nossa ida. Chegamos, a sentinela ficou meio assustada, entramos sem parar.

Todos fardados?

Sim, com uniforme de instrução. Veio um ajudante-de-ordens do governador, um oficial da Polícia, nos receber.

– Precisamos falar com o Governador!

Encontramos o governador assistindo à televisão. Sentamos, o Comandante da Guarnição se dirigiu a ele:

– Governador, vim aqui para saber qual é a sua posição. A situação no País está calma, está tudo tranqüilo. Se o senhor se mantiver assim nada haverá. Se

acontecer alguma coisa aqui, no Piauí, nós, que temos a Força Federal, vamos agir – disse ele de modo curto e grosso. – Como o Movimento está acontecendo, o Oficial de Operações vai dizer ao senhor o que vamos fazer.

Aí ele me deu a palavra. Eu disse ao governador que tínhamos um planejamento para manter a segurança dos edifícios públicos e a tropa permaneceria de prontidão em condições de atuar onde houvesse qualquer reação. E, acrescentei:

– Governador, agora esperamos que os prédios públicos estaduais sejam guarnecidos pela Polícia Militar. Não há necessidade de muita tropa no quartel, o problema é na rua. Basta o senhor deixar um Pelotão dentro do quartel, no máximo uma Companhia. Há a sede da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), a de Energia etc.

Ele concordou com tudo e o ajudante-de-ordem ficou de transmitir ao Comandante da Polícia Militar.

Também estava lá o Chefe da Casa Militar, que era um coronel.

Troquei idéias com o coronel e o Comandante da Guarnição tomou a palavra:

– Governador, a tropa da Polícia deve começar agora a ocupar esses pontos, isso é importante. E estamos de prontidão para qualquer coisa que o senhor precisar.

Ele concordou com tudo.

O Comandante da Guarnição indagou do Governador qual era a sua impressão do quadro nacional. Ele disse:

– As tropas de Minas estão marchando sobre o Rio de Janeiro, mas o Ministro do Exército já enviou força para detê-las. O que eu acho estranho é que o Governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, está no Palácio e não está preocupado. Isso é que eu estou achando estranho.

Dissemos que a Polícia Militar tinha de sair o mais rápido possível para ocupar aqueles pontos que considerávamos sensíveis: abastecimento de água, energia elétrica, para que a tropa da Polícia ficasse dispersa pela cidade e com isso teríamos facilidade de, numa ação, ocupar o quartel da Polícia.

Mantínhamos uma Companhia pronta para ocupar o palácio e outra para ocupar o quartel da Polícia. O resto do Batalhão estava em condições de atuar em qualquer situação. A estratégia foi essa.

Isso foi em março e os recrutas foram incorporados em janeiro...

...Avançamos nas instruções e demos prioridade àquilo que diz respeito ao emprego da tropa na zona urbana.

Então, a Polícia ocupando os prédios estaduais, a tropa se dispersou. Foi feito assim?

Foi feito assim.

Um radialista, que fazia entrevistas na rua, um programa de rádio muito bom, era um agente nosso; demos uma tarefa para ele acompanhar todo o movimento no Palácio do Governo.

Amanheceu o dia. Permanecemos no quartel, de prontidão. Em torno das 9h da manhã fomos alertados de que havia um emissário de Miguel Arraes em Teresina; encontrava-se no palácio e o Governador ia fazer um pronunciamento, o que, realmente, aconteceu.

Com que teor?

Começava dizendo: "Querem ensangüentar este País!". Guardo isso em meus arquivos. "Querem ensangüentar este País!"

Seu pronunciamento foi uma reação violenta ao Movimento revolucionário de 1964. O discurso foi gravado, recebemo-lo de imediato. Com isso, houve um novo contato com o Governador; o Comandante da Guarnição ligou-se com o Comandante da Região e a ordem do General foi que pressionasse o Governador.

Para que ele esclarecesse?

Não, para voltar atrás! Se não apoiasse o Movimento, teria que ser preso. Voltamos ao palácio. Não foi tropa alguma conosco. Fomos de jipe, como anteriormente. Falamos com o Governador, depois que o reboliço se dispersou – houve um ajuntamento de pessoas, sindicalistas –, e o Comandante da Guarnição pressionou o Governador:

– Ou o senhor volta atrás da declaração na televisão e nas rádios ou será preso!

Quem negociou, também, essa mudança de posição do Governador foi o Comandante da Polícia Militar, o famoso "Zé Foguinho", Coronel Francisco Batista Torres de Melo, de Infantaria. Ele não participou desses contatos.

Mas ele era o Comandante da Polícia Militar?

Era Comandante da Polícia Militar e estava em Fortaleza. À noite, regressou e pressionou o Governador, que voltou atrás.

Voltou atrás, como?

Dando declarações na televisão, nas rádios, afirmando que tinha outras informações, que o Movimento era democrático.

No dia 1º de abril?

No dia 1º de abril.

Voltou atrás e nós tomamos conta da cidade. Houve uma ação do Exército, prenderam os principais líderes...

E aquela rádio do bispo?

A partir do momento em que se deflagrou o Movimento, tínhamos planejado todas as operações para prender as lideranças: prendemos o líder camponês, prendemos os líderes sindicais, prisões que não foram violentas.

Esses presos ficavam onde? No 25º BC?

No 25º BC ficavam todos, deputados, vereadores e políticos que se destacaram no envolvimento com João Goulart.

Com esse pessoal preso no 25º BC, você tomou conhecimento de tortura?

Não. Fui responsável por essas prisões como Oficial de Operações e, depois, pelo inquérito.

Gente de várias gradações?

Várias gradações. Houve secretário de Estado, prefeito, líder de sindicato, líder do campo; foram presos somente os principais.

Aprendemos o seguinte: se você pegar a cabeça, o líder e vigiar os outros elementos, não há reação.

Ninguém tocou em ninguém, não se colocou algema, nada. Prisão normal, embora com a tropa armada. Era uma forma de pressão para o indivíduo não reagir, mas ninguém tocou em ninguém. Vereadores, secretários, líderes sindicais, líder camponês, todos tiveram tratamento normal, respeitoso. Eu conversava com eles: "Olha, meu papel é esse, apurar o envolvimento de vocês".

Apreendemos vários documentos na Câmara de Vereadores, na Câmara dos Deputados e com esse líder camponês.

Não havia dúvida de que o movimento de sublevação no campo existia.

Depois da vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959, e depois que ele deu a guinada para o comunismo, passou a exercer uma influência muito grande, aqui no Brasil e em todo o continente americano.

O Guevara exportava a revolução para outros países, tudo isso foi estímulo para o movimento crescer, com a anuência do Presidente; o nosso Ministro da Guerra também era uma figura neutra, deixava passar tudo.

Havia, realmente, uma revolução comunista em marcha, organizada e com objetivos concretos?

Havia. O movimento comunista se apresentava no Brasil com três linhas: a russa, que devido à experiência do fracassado Movimento de 1935, não queria mais a luta armada; a chinesa, de Mao Tsé-tung, que pregava a luta armada, porque chegou ao Poder através de seu emprego; esta linha possuía grande influência; e Fidel Castro.

A linha russa perdeu a hegemonia, tanto que a luta armada no Brasil começou a se estruturar em 1968 e se deflagrou em 1969, por causa de uma reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, na qual Marighela rompeu com a orientação russa e declarou: "Vou partir para luta armada. Luta armada no campo e na cidade."

Isso em ...

Em 1967 houve a reunião em Cuba e lá Marighela rompeu. Aqui ele formou uma dissidência. Da direção do Partido Comunista no Brasil, somente Câmara Ferreira (Toledo) e Marighela formaram uma dissidência. O restante não concordou com Marighela, com a luta armada.

Ele decidiu e a iniciou, logo em seguida.

O que vinha acontecendo em 1961, 1962: "Ligas Camponesas" em Pernambuco, movimentos no campo, no Piauí, na Paraíba e em outros estados, já operavam dentro desse esquema, era orientação que vinha de Cuba.

Francisco Julião esteve por lá muito tempo, fazendo curso de guerrilha rural; outros foram para a China, então isso já existia, elo natural que foi crescendo.

Voltando a Teresina; lá não houve confronto?

Não houve confronto nem reação posterior. O pessoal entendeu, recebeu o recado e não se agitou. Ninguém tocou em ninguém.

Terminado o prazo do período de prisão todos foram liberados, com inquérito concluído e encaminhado.

Não houve absolutamente nada.

Depois vou falar sobre essa sua preocupação com a tortura. Vou falar já na evolução dos acontecimentos em 1969 e 1970.

É porque isso tomou conta da mídia, há até um monumento aqui no Recife...

É lá perto do meu prédio, onde moro.

...como que simbolizando a tortura. Nessas entrevistas ninguém disse quem torturou nem viu tortura e você engrossa a voz dizendo que não houve.

Não houve, na minha área!

Não tenho conhecimento de tortura quando se deflagrou o Movimento de 1964.

Eu era Chefe de Operações da Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília; atuava em âmbito nacional.

Fui nos locais, onde havia um movimento de guerrilha urbana: Fui a Minas, ao Rio Grande do Sul, a São Paulo inúmeras vezes. Cheguei a passar quatro meses em São Paulo dirigindo uma operação.

O Exército jamais determinou, aceitou, patrocinou que houvesse tortura.

A filosofia operacional do Exército era prender, fazer os inquéritos e entregar à Justiça. Fui encarregado de inquéritos na área chamada subversiva e na de contrabando. Fizemos inquéritos; Egmont Gonçalves fez no Ceará, eu no Piauí e o Murilo Neves Tavares da Silva no Maranhão. Nessa fase não houve nada.

Em 1969 e 1970, quando a luta armada, a guerrilha urbana explodiu de maneira violenta e ativa, pode ter havido casos de tortura.

Mas não era filosofia, nem era ordem, nem era doutrina do Exército!

Houve oficiais do Exército que analisaram, estudaram os problemas que estávamos enfrentando naquela época e chegaram à conclusão de que o Exército deveria atuar, por meio de frações, em comum acordo, integrando mesmo, o pessoal das delegacias da Polícia Civil.

Em São Paulo, Rio, Minas Gerais aconteceu isso.

Como o nosso pessoal não estava preparado para enfrentar a guerrilha urbana de forma adequada, inteligente – aí está o nome hoje consagrado, Serviço de Inteligência; na minha época era Serviço de Informações – o que é que aconteceu?

A ação, a doutrina, a filosofia da Polícia Civil predominaram sobre as idéias dos nossos oficiais que trabalharam em conjunto com ela.

Eu e o Coronel Egmont Bastos Gonçalves, que chefiava o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal – esta sob a direção de um general, antigo Comandante do IV Exército, maranhense –, viajávamos muito para São Paulo e, qualquer excesso, imediatamente, cada um na sua área, fazia um relatório, alertando os respectivos chefes.

O documento seguiu para o Conselho de Segurança, porque depois recebi um convite do Coronel João Carlos Rotta, de Engenharia, que servia no Conselho, para conversarmos sobre aquilo.

Ele concordava comigo:

– Você tem razão. Foi excesso, não se precisa agir dessa forma e vamos pagar um preço muito alto no futuro.

E aquele procedimento foi interrompido?

As providências necessárias foram tomadas.

Isso aconteceu, na minha visão, pelo seguinte. Era major, havia feito o Curso de Informações em 1966 e, por esse motivo, fui classificado na 2ª Seção do IV Exército, onde passei apenas quatro meses. Em seguida, fui chamado para chefiar a Seção de Operações, em Brasília. Fui indicado pelo próprio Centro de Estudos do Pessoal (CEP), onde fiz o curso.

Na filosofia do Curso de Informações, os elementos de informações é que levantam todos os dados sobre o inimigo que está sendo combatido, cabendo à Polícia executar as prisões; até o Exército pode executar as prisões. Os interrogatórios para colher dados podem ser feitos por oficiais do Exército e por elementos da Polícia Civil, para instruir o inquérito e dar prosseguimento ao processo.

Não interessa tocar em ninguém. Prende-se, somente, quando são obtidas as informações sobre determinado elemento e, outra coisa importante, entre os subversivos nem todos sabiam tudo o que estava ocorrendo, porque o conhecimento era compartimentado.

O elemento fazia parte de um grupo, podia saber o que estava ocorrendo ali, naquele grupo, mas não sabia de tudo. O que adiantaria, então, torturá-lo para obter informação? Jamais iria consegui-la! Somente mentira. Conclui-se, pois, que havia a má informação, além da pressa de obter a informação, dar o revide.

Todos sabiam da morte de um soldado de sentinela no quartel do Comando do II Exército!

Todo mundo queria revidar, esquecendo-se das conseqüências.

Perde-se a razão, perde-se o apoio da opinião pública, que é o mais importante.

Vieram as providências do Governo.

Existia um trabalho intenso dos líderes comunistas, principalmente ligados à ala Mao Tsé-tung e à ala cubana, que pregavam a luta armada; trabalho intenso, principalmente em nível de estudante secundário.

Procurei examinar isso; conseguimos infiltrar vários estudantes no meio secundário; eles participavam das reuniões etc.

O estudante secundário seria um herói!

Estava na idade da ousadia, de arriscar tudo. Era facilmente conquistado, facilmente recrutado.

Como deveríamos trabalhar para neutralizar essa ação?

Prendendo, interrogando, apertando? De modo algum!

Mostrando os aspectos negativos do comunismo.

Ainda hoje, Luiz Inácio da Silva, o Lula, candidato eterno do Partido dos Trabalhadores (PT) – e o PT é uma formação de oito alas diferentes de marxistas, mas todas marxistas, continuam sendo marxistas, continuam sendo retrógrados, continuam atrás do Muro de Berlim, para eles aquilo nunca acabou – todo ano visita Cuba. Fidel Castro é o grande espelho da vida dele. Recentemente, foi à China. Ele não tem visão nem da realidade, porque a Rússia, hoje, não quer mais saber de comunismo.

O movimento comunista vive uma farsa permanente, desde que sou gente conheço isso. Os comunistas transformam o jovem num herói contra o capitalismo internacional, contra o regime militar, contra a ditadura militar...

Nunca proferiram uma palavra contra o regime militar cubano que matou, à vontade, nos "paredões". Não falam que lá, ninguém tem liberdade.

Fidel Castro está caindo aos pedaços, passou a chefia do governo para o irmão como se aquilo fosse uma capitania de nossa época de colonização.

Nada disso eles comentam.

A Praça da Paz Celestial, na China, foi palco do assassinato daquela estudantada toda. Em vez de eles exaltarem o estudante que deteve cinco carros de combate – parou na frente de um Pelotão de carros de combate e o deteve pela coragem, pela iniciativa de enfrentar a violência só com a moral, porque ele não tinha uma arma – nenhum desses elementos do PT ou do PPS (Partido Popular Socialista), este tem suas origens no antigo Partido Comunista, se referem a ele.

Repetem que a educação em Cuba é uma maravilha, que a saúde em Cuba é uma maravilha, que a economia chinesa está deslanchando, mas não falam das torturas, das prisões, dos assassinatos, da falta de liberdade.

Isso relatávamos ao estudante e mostrávamos que ele estava sendo conquistado para servir de instrumento da política dos comunistas. As idéias que pregavam, sua política, não era aquela que acontecia nos países dominados.

Alguém já viu democracia naqueles países da América Central que eram dominados pela Rússia? Onde é que existia democracia?

Mas eles a apelidaram de democracia popular!

No Rio, fizemos uma operação. O nosso trabalho consistia, de início, em identificar as organizações. Fazíamos o acompanhamento, por meio de pessoal infiltrado, com os Comandos Regionais. Identificada a estrutura, íamos definir a ação, a execução de prisões.

Orientamos sempre o pessoal do Rio, que funcionava na PE (Polícia do Exército); eram dois tenentes-coronéis: um de Cavalaria e um de Infantaria, que conduziam as operações.

Os presos eram levados para...

Para a PE. Havia grupos incumbidos de realizar as prisões: pára-quedistas, um grupo da própria PE etc.

Recebemos um "informe" – notícia a ser confirmada – dando conta da formação de uma base de guerrilha rural, pertinho de Goiânia.

Recebi a tarefa de localizar esse foco.

Começamos a filtrar os dados, os "informes", e conseguimos, mais ou menos, ter uma idéia da área.

Esses "informes" vieram da Polícia de São Paulo que era uma organização muito eficaz; trabalhava muito bem.

Como vamos fazer isso?

Nos dirigimos às Endemias Rurais – eu me dava com o chefe, em Brasília – e fiz entrevista com vários funcionários. Não disse do que se tratava; era como se fosse uma tarefa normal de atuar em determinada área, no combate a mosquitos etc. Selecionei um rapaz.

Esse jovem, acompanhado de um agente, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), que era o motorista da viatura Rural-Wyllis, seguiu para fazer seu trabalho normal.

Entravam nas casas, na área rural, o tenente atrás daquilo que nos interessava.

Rodou, rodou, até que enfim localizou um sujeito de 1,90m, estudante universitário e um jipe com placa de São Paulo.

Voltaram lá outras vezes e o estudante jamais percebeu qualquer coisa, porque a atividade do agente de Endemia Rural era normal.

Depois, chegou um outro moço, secundarista; estava chegando gente.

Começamos a acompanhar esse rapaz. Um dia ele saiu, pegou um ônibus e foi para Brasília; a nossa equipe acompanhou-o.

Antes de chegar a Brasília, já preparei a minha equipe. O estudante chegou, comprou a passagem, foi ao cinema, nosso pessoal também foi ao cinema; chegou a hora do embarque, ele pegou um ônibus e foi para o Rio de Janeiro. Um agente nosso viajou no mesmo ônibus e uma equipe seguiu de "fusca".

Peguei um avião à noite e fui para o Rio, comandar a operação. Lá preparei duas equipes para esperar o ônibus na rodoviária, às 5h da tarde.

O agente que estava dentro do ônibus passou o "alvo" para as duas equipes. Elas assumiram, e a equipe que acompanhou "o alvo" a noite toda, quase vinte e quatro horas, cansada, foi dispensada; o "cara" pegou um táxi e seguiu para a cidade, as duas equipes acompanhando.

Em determinado momento, estava na Agência do SNI, no Rio, recebo um comunicado pelo rádio: "Perdemos o 'alvo'!"

– Mas não é possível! Perderam o "alvo"!

Não sabemos qual é o endereço desse "cara", como é que vai ser?

Meia hora depois, recebo uma ligação de um "orelhão": a equipe de Brasília resolveu acompanhar o "cara" até o destino, por conta dela. O rádio deles tinha uma freqüência diferente da rádio do Rio de Janeiro.

Telefonaram: "O 'alvo' está no endereço tal, assim, assim..."

Determinei que as duas equipes cerrassem, assumissem e que não perdessem o homem.

À noite ele saiu, fez um contato com uma moça, gorda, bem alva. Enfim, ao final da evolução dos fatos, levantamos toda a estrutura da organização, no Rio de Janeiro: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), violenta.

Quando fomos desencadear as prisões, fui à PE preparar as equipes... tudo armado de Fuzil Automático Leve (FAL).

– Negativo! – exclamei –, não quero ninguém armado de FAL. Se quiserem colocar um revólver escondido, tudo bem. Prendam esses elementos, sem que saibam.

Eles fazem um contato, vocês vão acompanhando, de um lado e de outro, segura, abre a porta do carro e empurra para dentro.

Isso no Rio?

No Rio. E fizemos isso.

Derrubamos toda a organização assim, sem nenhuma prisão violenta.

A VAR-Palmares não era de âmbito nacional?

Era de âmbito nacional, mas não havia em todos os Estados.

Aqui em Recife, havia?

Havia. Em Minas, em São Paulo, mas no Rio ela era mais forte.

Nesse tempo, quando o rapaz foi retomar o contato com a tal moça gorda, que deixei por último, ela era do setor de comunicações, pegaram o rapaz e eu orientei a prisão da gorda.

A jovem morava num quarto alugado a um casal de velhos; ela guardava cento e tantos mil dólares dentro de uma mala. Era dinheiro de um cofre que haviam roubado de alguém ligado a Adhemar de Barros, um negócio assim.

Fizemos a prisão do rapaz que tinha vindo da base da guerrilha rural em Goiás, para o Rio de Janeiro, fazer contato.

Verificamos depois que viera em busca de dinheiro; a gorda, que tinha a mala cheia de dólares, alimentava os grupos nos diversos Estados.

Esse dinheiro era fruto de assaltos?

Fruto de assaltos.

Arrombaram um cofre do Adhemar de Barros, no Rio de Janeiro, diziam que era da mãe dele, roubaram o dinheiro e a VAR-Palmares pegou uma parcela.

Quando o rapaz foi preso, fui à PE. A minha base era na Agência do SNI, no Rio de Janeiro, no antigo Ministério da Fazenda. Lá chegando, soube que o rapaz estava sendo interrogado e nada falava.

Eles possuíam o resumo de cada um. Sobre o rapaz, sabia-se que saíra do Rio, foi para a base da guerrilha rural em Goiás, pertinho de Goiânia.

– Vocês querem tirar dele o quê? O que é que ele sabe? – perguntei. – Sabe o que está acontecendo lá, tem um contato, essa moça, fez esse contato e acabou-se.

Se vocês não têm quem estude essas fichas que nós fornecemos, sobre a atividade de cada um, e se limitem a interrogar dentro desse setor, vocês estão perdendo tempo.

Fui interrogar o rapaz.

Quando contei a história dele: que foi ao cinema, que pegou o ônibus, desceu em tal lugar, que fez um programa com um homossexual em Petrópolis, ele viu que conhecia a vida dele. Então, abriu o jogo: que o contato com a moça gorda foi para buscar dinheiro e não sabia nada além disso.

A gorda, sim, essa eu interroguei, não deixei ninguém interrogar. Ela me deu a estrutura nacional porque sentiu que conhecíamos a sua vida.

A polícia do mundo inteiro agride, mas o Exército não.

Não foi filosofia do Exército, não foi doutrina, não foi ordem, tanto que, mais tarde, o Presidente Ernesto Geisel demitiu o Comandante do II Exército, quando ocorreu aquele incidente com o jornalista Wladimir Herzog e um trabalhador, também, Manoel Fiel Filho.

Quer dizer, a idéia não era essa!

Não, o Exército não permitia isso. O trabalho de informações é fundamental.

O Exército tem que tomar cuidado, porque nossos adversários estão sempre procurando uma falha para explorar. Agora mesmo estava assistindo a um depoimento do Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, num programa de televisão, sobre as barbaridades que fizeram com relação a um grupo que estava realizando um trabalho em Tucuruí. Foram lá procurador, oficial de Justiça, entraram e recolheram documentos.

Eles estão sempre procurando encontrar alguma coisa!

Pesquisas indicam que as Forças Armadas são a Instituição de maior credibilidade no País.

Os órgãos de informações e a própria Lei de Segurança Nacional foram necessários? Deveriam continuar?

Deveriam continuar. O País que não preparar a sua defesa estará sujeito à agressão de qualquer grupo, de qualquer Nação.

Na sua função, enquanto foi chefe da Agência do SNI de Pernambuco, sentiu a necessidade da coleta de informações e por quê?

Sempre coloquei a posição da Agência – quando estive no Exército fiz a mesma coisa – como um órgão que pode ajudar o Governo Federal, Estadual e até Municipal.

O fenômeno da seca é periódico e eu trabalhei em todos eles...

O que é que eu via? Os prefeitos davam as informações superexageradas: se havia mil pessoas atingidas pela seca, registravam cinco mil, seis mil, o negócio deles era obter dinheiro.

O objetivo era político, não era especificamente assistir às populações.

Em nível de Governo estadual tudo isso era assim.

Numa reunião da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fiz a seguinte proposta: formemos uma comissão com um representante da Agência do SNI, que é da Presidência da República, um representante do Governo do Estado, um representante da Sudene e das prefeituras atingidas.

A comissão fazia uma visita, um levantamento dos dados, e ninguém podia mentir. E conseguimos isso, um relacionamento muito bom e um serviço prestigiado.

Quantas vezes fui solicitado a ajudar o Governo de Alagoas, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e cooperei com informações. No litígio que originou aquela greve geral da zona canavieira de 1979, que paralisou Pernambuco, entramos na intermediação do conflito entre os sindicatos dos produtores de cana, dos usineiros e o sindicato rural: servimos de ponte.

Utilizava a informação de um, pegava a informação de outro, discutíamos até chegar a um entendimento. E o sucesso foi de tal ordem que, depois de 1979, todas as decisões sobre o preço da cana, o preço do açúcar e o salário do trabalhador, passavam pelo Serviço. Nós discutíamos com ambos os sindicatos, do trabalhador e do produtor, e sempre fomos muito bem aceitos.

Fiz isso do mesmo jeito, quando estive na 2ª Seção do Exército.

No curso de informação que fizemos no CEP, vieram equipes americanas da CIA (Agência Central de Inteligência), do FBI (Agência Federal de Investigação – a polícia federal americana), e da informação militar, do Exército.

A orientação deles era exatamente a de colher a informação com oportunidade e levá-la a quem pode usar; não é distribuir para todo mundo, é para quem pode usar e tem que ser usada.

A orientação era essa: prisão é Polícia, que existe para isso, que é paga para isso e os desmandos que ela fizer, não surpreenderão. A da Alemanha, a dos Estados Unidos, a da Inglaterra, a de Israel, do mundo inteiro.

Houve fatos isolados, esse é o aspecto que quero enfatizar.

O Exército, como Instituição, jamais permitiu tal comportamento.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Penso que foi necessário. Uma forma até suave de tirar da vida pública aquele político que era inimigo do nosso Movimento. Se fosse o "paredão" adotado por Cuba, seria contra. Comparo o que houve em Cuba, na China, na Rússia onde eles dominaram. O AI-5 é um prêmio porque tirou (políticos) da vida pública durante cinco anos, dez anos, vinte anos, mas não matou ninguém.

Tem mais algum comentário a acrescentar?

Há um ponto que desejo abordar. Todo trabalho do Marighela, do Partido Comunista, líder comunista da época, visava ao estudante, explorando as peculiaridades de todo estudante: a vontade de lutar, de desafiar, espírito aventureiro, a ousadia.

Naquela época, estavam em moda os congressos. Fizeram um congresso estudantil em Ibiúna, São Paulo, em 1968.

É um marco muito importante: 1968.

A polícia localizou e prendeu setecentos e tantos estudantes de nível universitário.

Lá ocorreu de tudo. Era uma depravação. Valeu tudo. Choveu. Um descalabro. Eu estava em Brasília, chefiando a Seção de Operações da Agência, quando fomos avisados dessas prisões pela Agência de São Paulo.

No dia seguinte, cedo, fui com um tenente, que era um excelente fotógrafo, para São Paulo. Fizemos contato com o DOPS. Era o Romeu Tuma, depois Senador, no começo de carreira. Encontrei-me com ele e falei:

– Quero fotografar todos os participantes do congresso de Ibiúna.

– Não precisa – disse ele –, um sargento da Marinha está fazendo tudo isso.

– Que tipo de fotografia você está fazendo? – perguntei ao sargento.

– 3 x 4 – respondeu.

Voltei a fazer contato com o Doutor Tuma e falei:

– Doutor Tuma, não quero fotografia para identidade. Quero fotografia para identificação do pessoal, porque são eles que vamos enfrentar daqui a um ou dois anos. Eu quero fotografia de corpo inteiro, de frente e de perfil. Quero fazer essas fotografias lá no Presídio Tiradentes.

Fui para lá com o tenente e fotografei todos eles, cerca de setecentos e cinqüenta; e dos líderes fizemos *slides*.

Lembro-me de que, naquela época, estavam lá o atual Ministro Serra, o Dirceu, Presidente do PT, tem um do PC do B (Partido Comunista do Brasil), de Goiás, Aldo Arantes; por sinal, este quis bancar o valente, não queria tirar a fotografia.

Fizemos umas medidas na parede, onde o cidadão se encostava para que tivéssemos uma idéia da altura e tipo físico – detalhe importante para a área de informações.

Montamos um álbum para cada Secretaria de Segurança, com todos eles – 21 Estados da Federação e os Territórios.

Previa que, na hora em que se deflagrasse a luta armada, acharia no álbum a identificação daquela turma.

E não deu outra. Todos estavam lá.

Ao encerrar, gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral.

O Exército merece o alto conceito que desfruta entre a população reconhecida pelos inestimáveis serviços prestados ao País. No Nordeste, particularmente, o Exército faz muito pela população carente, seja na luta contra a seca, seja na construção de estradas pioneiras, seja na distribuição de alimentos sem injunções políticas.

Coronel Francisco Valdir Gomes

- Natural da Cidade de Sobral, CE.
- Chefiou as 2ªs seções (Informações) da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, CE, e do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste (CMNE), no Recife, PE. Comandou o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada (16º RCMec), em Bayeux, PB, e o Colégio Militar do Recife.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra (ESG), este realizado em 1985.
- Atualmente, é o chefe do escritório da Fundação Habitacional do Exército (FHE) para os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia, no posto de capitão, no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, SP, tropa de choque da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI).

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Inicialmente, gostaria de externar a satisfação e a honra que sinto por estar participando desta importante iniciativa de preservar a memória do Exército, especificamente a da Revolução de 31 de Março de 1964.

No seu entender, onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes mais remotas vamos encontrar aqui nos Montes Guararapes, nas lutas contra o invasor holandês, quando se forjou o Exército, constituído de homens do povo. Na história da Nação, em seus momentos mais críticos, o Exército é o povo armado. Mas, estariam mais bem situadas a partir de 1922 (início do "tenentismo" – movimento reformista militar).

De permeio, desejaria destacar figuras importantes: Getúlio Vargas, por exemplo, que admiro, polêmico. Certamente, foi o precursor dessas divergências ideológicas que se instalaram no Brasil.

Durante a Segunda Guerra Mundial, situou-se à direita, sendo tido até como um admirador do nazi-fascismo; dizem que dificultou a nossa participação ao lado dos aliados na guerra. No final do conflito foi destituído do governo. Voltou, eleito pelo povo, e vestiu uma capa oposta à que sempre usou, como homem de direita. Passou a fazer "populismo" e, até por conta desse "populismo", uma coisa boa produziu, pois foi o criador da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como iniciou a industrialização do País; teve seus méritos.

Quando morreu, cercado pelo chamado "mar de lama", que não criou, deixou um sucessor político, um herdeiro que nunca iria estar à altura dele: João Goulart. Em 1961, Jânio Quadros, antes uma esperança de governo honesto e democrático, abdica surpreendentemente.

Assume seu Vice, João Goulart, envolvido por um movimento sindical que não se caracterizava pela espontaneidade, e sim algo programado, mancomunado com o Movimento Comunista Internacional (MCI), então, em plena ascensão no mundo inteiro, mais especialmente na América Latina, por suas condições sociais deficientes.

Sendo assim, lideranças políticas e sindicais mal-intencionadas, querendo apenas o Poder, faziam trabalho de massa com os infelizes trabalhadores.

Aproveitavam-se disso os sequazes do Movimento Comunista Internacional, que já tentara empolgar o Poder, em 1935, violenta e covardemente, tentativa essa abortada pelos militares. São esses comunistas que, ainda hoje, recebem homenagens, quando, na verdade, assassinaram pessoas ainda dormindo.

Nesse malfadado percurso, o Governo João Goulart provocou a baderna no País. A inflação explodia, a autoridade ausente tornava o cidadão inseguro, os

investimentos desapareciam, a economia em queda e o povo cada vez mais empobrecido. O País esboroava-se.

O comunismo faliu, mas deixou maus frutos no mundo inteiro. Em nosso País, além do desmando administrativo e da pobreza crescente, estimulava-se a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Eis as causas imediatas responsáveis pelo Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

O povo estava sofrendo bastante.

Absurdos aconteciam no Brasil como, por exemplo, os generais em pé no Automóvel Clube do Brasil e as praças sentadas com o Presidente, no banco da frente. Quebra do princípio de disciplina e de hierarquia, em qualquer lugar do mundo. Mesmo na Rússia não aconteceria isso.

O Brasil mal suportava o clima imposto pela violenta atuação da esquerda, do MCI, para tentar instalar-se no maior País da América Latina, o alvo mais compensador. Se eles conseguissem êxito, estariam se redimindo do fracasso de 1935.

De tudo, afinal, Getúlio foi o menos culpado. Mas João Goulart foi, digamos, um inocente-útil; mais do que isso, um "fraco útil", talhado para aquele momento.

Havia um clima de insatisfação nas Forças Armadas contra o Governo Federal?

Nas Forças Armadas havia insatisfação desde Getúlio Vargas, em que pese, em 1935, ter recebido a adesão de militares pela inequívoca posição anticomunista. A insatisfação cresceu pelo próprio conflito nascido da mudança de posição política: ele voltou em 1950, eleito pela ala socialista, inclinado para a esquerda. A ordem institucional do País passou a ser ameaçada.

As Forças Armadas não seriam caudatárias de partidos nem de eventuais maus políticos e maus administradores que, por seus comportamentos espúrios, violentam as instituições, estas sim sagradas e permanentes.

A Nação brasileira teve sorte, pois suas Forças Armadas isentas, atentas e imbuídas do cumprimento do dever prepararam-se para intervir, a fim de fazer com que o País retomasse o caminho correto. Não houve nenhuma violência institucional da parte das Forças Armadas, ao contrário, estava ocorrendo uma violência institucional comuno-sindicalista que foi, a tempo, contida em sua marcha nefasta.

Quanto a João Goulart, sequer era possível ter raiva dele; apenas pena de um elemento fraco e preocupação por estar, naquele momento tão difícil, na Presidência da República.

No que se refere à divisão de opiniões nos quartéis, eu era um modesto capitão, ainda sem o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – assim como você (refere-se ao entrevistador). No momento em que aderimos, pegamos em armas

e fomos para a rua, permanecia em nós a dúvida, um prurido conseqüente da nossa formação rígida centrada no respeito e na disciplina: violentar a ordem vigente.

A preocupação subsistia, só isso; não havia dúvidas quanto à situação desviada que combatíamos.

Não estávamos seguros se o caminho adotado acarretaria mais violência, entretanto já era tão grande o crime perpetrado contra a Nação que urgia uma providência; naquele momento não existia nenhum tipo de divisão, mas uma indecisão: partir ou não! No entanto, os motivos existiam e eram válidos.

Lembro só de mais um detalhe importantíssimo e devo aproveitar para fazer menção ao meu conterrâneo, um homem providencial, responsável por uma solução revolucionária equilibrada. Refiro-me ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O Marechal definiu bem a situação, dizendo que se havia uns poucos indecisos quanto às medidas a serem tomadas, pelo menos não havia divisão entre nós. E acrescentou: "As Forças Armadas não são caudatárias de partidos nem de políticos..." Ao afirmá-lo foi como se dissesse: "pista livre!", como se usa na Cavalaria.

Não é que tenha autorizado, apenas nos tirou aquela inibição natural, pela nossa formação democrática, respeitadora e disciplinada, de tomar uma atitude contra o Governo.

Qual era a posição da Igreja em relação ao Governo Goulart, no Estado de Pernambuco?

Não me encontrava em Pernambuco naquela ocasião, mas no Ceará. Entretanto, gostaria de discorrer um pouco sobre a questão da Igreja.

Sou católico praticante e é certo que vou morrer sem vislumbrar qualquer compatibilidade entre o comunismo e o catolicismo ou o cristianismo. São incompatíveis.

Permita-me aqui uma digressão. Recentemente, li sobre as profecias de Fátima e uma das preocupações de Nossa Senhora era o comunismo. Ela previu a queda desse credo de esquerda no mundo inteiro, apontando como algo bom que aconteceria à humanidade. Perdoem-me os comunistas, mas se Nossa Senhora pensava assim e o Papa pensa assim, algum motivo existe.

Então, esse problema da Igreja... eu nunca entendi. Restringe-se a alguns maus padres. No início do Movimento, sacerdotes e freiras foram conosco para as ruas, por Deus, pela liberdade.

Por que depois posicionaram-se contra?

É uma história que me permito contar alguns pedacinhos porque trabalhei nessa área doze anos. Acompanhei alguns movimentos que explicam muito isso.

Por exemplo, as resoluções da conferência-geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medelin, na Colômbia, saíram fortemente in-

fluenciadas pelo MCI, justificando o emprego da violência. Lá, em Medelin, surgiu a Teologia da Libertação, uma "nova teologia" que invadiu os principais seminários do Brasil.

Como o Bispo de Viana claramente disse ao General Florimar Campelo, o meu comandante lá em Fortaleza:

– General, essa Teologia da Libertação é pura doutrinação marxista-leninista!

Correspondia dizer que a doutrina da Igreja que se ensinava aos seminaristas, naquela ocasião, era marxismo. Infelizmente, sem que as autoridades responsáveis pudessem exercer controle sobre o que acontecia.

Qual foi a conseqüência imediata? Formou-se, nos anos 1960 e 1970, imensa quantidade de padres intoxicados pela doutrina marxista-leninista. Fato gravíssimo que gerou uma reação forte de padres verdadeiramente católicos. Muitas vezes são chamados de tradicionais no sentido quase pejorativo e não é assim: padre tradicional tem uma formação religiosa, sob inspiração divina.

Não consigo entender como um padre possa ser marxista-leninista. Para o comunismo ateu, tudo termina aqui; para o católico, para o religioso, tudo começa aqui – vamos para o céu, para um lugar onde iremos viver melhor... Como é possível compatibilizar esses dois tipos de pensamentos!?

É difícil explicar a posição da Igreja, não seja por essa infiltração maciça, séria, inteligente da Teologia da Libertação.

Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Era capitão nessa época e vivia voltado para a instrução, para as atividades do quartel.

Além de outras questões que nos afetavam, naquele tempo, sofríamos a provocação constante dos homens do governo, prontos a minimizar a existência e as missões das Forças Armadas. O propósito essencial era desmoralizar as instituições castrenses, como no episódio do General Punaro Bley, que foi agredido e saiu ferido de um jornal que acabou empastelado. Era uma ação insidiosa, permanente, com o fito de desmoralizar.

O governo e seus acólitos investiram pesadamente na tentativa de jogar os sargentos contra os oficiais; façanha inglória. Resultou num antagonismo das Forças Armadas com o Governo e, ao contrário do objetivo pretendido, fortaleceu a união interna.

Meu pai era sargento e eu sou coronel...

A união, o dia a dia, as coisas que nos fazem honrar a farda transcendem a todos os interesses políticos partidários; é algo que não entendem.

Servia em Pirassununga, São Paulo, no 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), tropa de choque da 2ª Divisão de Infantaria; volta e meia estávamos no Ibirapuera acantonados, em missões de segurança e, um dia, certo sargento do meu Esquadrão, meu companheiro de Escola de Equitação, veio a mim e disse:

– Capitão, estão tentando nos desunir, jogar-nos contra os superiores, mas não vão conseguir, porque há lealdade entre praças e oficiais.

Tenho certeza de que foi, é e sempre será assim.

Comandei o Colégio Militar de Recife. Vários cabos antigos matriculavam seus filhos, que hoje são oficiais. Cultivaram uma falácia; montaram uma estratégia que falhou, porque apoiaram-na num antagonismo que não existe e jamais existirá.

Para quem veste farda, os ideais são os mesmos.

O Movimento de 31 de Março de 1964, irrompeu pela ação dos militares, mas foi um movimento nacional, do povo; as Forças Armadas atenderam ao chamamento da Nação, recolocaram-na no caminho certo.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

O clima de descrédito, de desprestígio, de provocação constante contra as Forças Armadas abordado por mim, há poucos momentos antes.

O governante que desmoralizar a sua Força Armada fica desarmado, é coisa simples de entender. Um erro palmar.

Além das tentativas de desmoralização das Forças Armadas, o Governo do Jango apostava no caos, queria livrar-se das instituições, das normas, das leis para governar sozinho. Só que não tinha competência para isso e acabaria envolvido, como foi, por aquela malta, por ele próprio atiçada. Poderíamos citar aqueles momentos... o comício da Central... a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro... e aqueles fantoches: Cabo Anselmo e o Almirante Aragão, que foi carregado nos ombros.

Um militar para comandar com dignidade e respeitos aos seus subordinados não precisa que alguém lhe carregue nos ombros; o militar que busca esse caminho já morreu, já caiu, não consegue comandar. Não se consegue comandar pela bajulação, sem autoridade, sem a força do exemplo e sem preparo profissional.

Um marinheiro que carrega um almirante não respeita aquele almirante nem é por ele respeitado.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade popular?

Guararapes: o Exército começou nestas colinas; alvorecer da Nação e da Pátria.

Era um grupo de homens – índios, brancos e negros – que forjou o embrião do Exército regular. Essa vinculação é eterna; não somos Exército do rei, mas do povo, da Nação. Nossa origem está nas classes média e pobre.

Quando algo lhe preocupa, a quem o povo busca o auxílio? Nos seus irmãos, cujas armas são utilizadas para garantir a Segurança Nacional.

Atendemos aos reclamos do povo, por isso fomos intérpretes de sua vontade.

Havia uma revolução, de cunho comunista, em curso no País?

Sim, havia uma revolução comunista em andamento.

Por ter sido um dos vitoriosos na luta contra o nazismo, na Segunda Guerra Mundial, o comunismo elevou-se no cenário político internacional, com a petulância de dominar o mundo.

Lênin dizia: "Operários do mundo, uni-vos!"

Vou fazer mais uma pequena digressão, pois é importante repetir: o "ismo", seja nazismo, integralismo, comunismo, fascismo, é a negação da liberdade individual. Alguém pode dizer: "Vou cuidar de você, alimentá-lo, medicá-lo, e zelar por sua saúde." Mas, a opção tem que ser minha; ninguém pode decidir por mim.

Quem é Marx, Lênin, Hitler, Mussolini? Quem são esses deuses!? Todos muito parecidos, não há muita diferença de um para o outro.

Você é o dono da sua vontade, da sua alma, do seu espírito e ninguém pode "meter a mão" nisso; o que me enraivece nessas doutrinas coletivas é que desprezam o indivíduo. O comunismo fracassou no mundo inteiro, porque desconheceu o elementar que é a pessoa, o indivíduo.

Fiz essa digressão para assinalar o cuidado que devemos ter com a juventude de hoje. Devemos colocar essas questões em bases filosóficas: para que você nasceu, quem você é, por que você existe.

A ideologia é algo positivo, mas não pode "possuir" o ser humano; a escolha tem que ser dele (ser humano).

O que o senhor teria a nos dizer a respeito das ações terroristas, no Estado? O senhor não estava aqui, mas era um homem de 2ª Seção.

Houve, a partir de 1969/1970, um recrudescimento dessas ações; eles se encolheram na primeira pancada, depois, devagarinho, foram se organizando e voltaram com uma virulência nunca vista.

Na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) tive um colega, apelidado Zazá (José Júlio Toja Martinez Filho), um grande atleta, pai de cinco filhos. Terminado o curso da ECEME, foi classificado na Brigada Pára-quedista; ao abordar um carro, numa missão rotineira de segurança, levou um tiro no rosto, de uma mulher subversiva, vindo a falecer.

Quanto banco se expropriou e se assaltou naquela época? Confessam, hoje, na imprensa com cinismo. Quanta gente assassinaram em nome de uma ideologia malsã.

Lamarca matou aquele tenente, a coronhadas, desnecessariamente, em São Paulo...

São "heróis", estão recebendo indenizações do Governo.

Eles fizeram terrorismo como vingança, perdedores que foram; as bandeiras e motivação popular, não tinham nenhuma. Escolheram esse caminho e portanto nada tinham a receber como indenização.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

Conheço um, já falecido, Moura Cavalcanti, um grande político, estadista, um homem coerente do começo ao fim.

Conheci civis também de boa cepa, pessoas simples e, talvez por isso, pouco lembradas.

Quando eu era Chefe da 2ª Seção do IV Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE) orientou-nos para fazer, a partir da anistia, um trabalho mais intenso de ação psicológica.

Coloquei, dentro do Quartel-General (QG), 25 sindicatos de operários urbanos, hoje, ainda, meus amigos e freqüentemente conversamos, almoçamos. Levava-os para as solenidades do CMNE, tudo de gravatinha torta, mal-ajeitada, estavam todos comigo e no Sete de Setembro os sindicatos desfilavam conosco.

No meio desse pessoal, líderes sindicais genuínos, citaria um indivíduo extraordinário, que hoje está doente, pobre. Todos eles foram execrados pela esquerda, perderam seus empregos no Estado, seus cargos, porque eram amigos do Exército. Tenho a honra de ter contribuído para que recebesse a Medalha do Pacificador: chama-se José Juventino de Melo, era simplesmente o diretor do Hospital Gomes Maranhão, dos operários da cana-de-açúcar, e presidente do sindicato.

José Juventino de Melo está doente, praticamente desempregado, mas para mim foi um líder.

Conheço alguns generais que se mostraram corajosos e decididos na fase crítica do Movimento. Como líder, como figura austera, respeitada e equilibrada, citaria Humberto de Alencar Castello Branco. Também, corajosos e bravos, foram Olympio Mourão Filho e Antonio Carlos da Silva Muricy.

O senhor acredita que o Movimento de 31 de Março contou com ajuda externa política ou financeira?

Apregoam um sofisma e não pode ser colocado assim. Ajuda é uma palavra inadequada, vou chamar de compromissos externos.

Na Segunda Guerra Mundial, quando integramos as Forças Aliadas, já estávamos comprometidos com esses entendimentos.

Eu não vejo ajuda, vejo compromisso. Quando a Inglaterra teve que retomar as Malvinas, quem ajudou? Os Estados Unidos. Dentro da Inglaterra o povo vai criticar o Primeiro-Ministro por haver aceito a ajuda dos Estados Unidos? Não eram aliados?

Quem era o inimigo, naquele momento? Para mim o comunismo internacional.

Temos que colocar isso com toda a clareza: o nosso intuito foi livrar o Brasil do comunismo internacional.

Na Segunda Guerra Mundial, o americano se instalou aqui. Por quê? Porque daqui tinha que partir para a África, para entrar na Europa pelo Sul. Cedemos, porque estávamos no mesmo barco, acreditávamos na mesma idéia e queríamos, igualmente, destruir o nazismo; a ajuda veio porque éramos aliados.

O Movimento revolucionário foi espontâneo, veio do povo, das ruas. Vejo que a esquerda tem sempre, sub-repticiamente, insidiosamente, insistido em nos associar aos norte-americanos. Assistimos, durante muitos anos, na televisão e nos jornais, às grandes reuniões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e, nas mesmas, muitos brasileiros "cara-de-pau" com fones nos ouvidos e sentados no plenário, recebendo as orientações de Moscou. Mas, nunca presenciei brasileiros nas reuniões do Partido Democrata ou Republicano americanos.

Qual a nossa dependência dos Estados Unidos? Mas, os comunistas tinham uma real dependência, funcional ou não, da União Soviética.

Então, isso é uma desfaçatez, uma brincadeira.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Enquanto a Revolução vinha crescendo desde muito tempo nas nossas mentes, enquanto sentíamos a aglutinação de forças e o sentido patriótico de missão a nos empurrar para a decisão que tomamos em 31 de março de 1964, do outro lado não havia qualquer substância, apoio ou base. Acredito, também, que a receptividade do povo voltava-se para nós e não para eles.

Hoje a gente acha que não, mas era. O povo era receptivo às ações militares salvadoras que desencadearam a Revolução.

O senhor percebeu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

O Movimento foi espontâneo, a pedido da Nação. Não havia um plano inicial com objetivos estratégicos definidos. Na verdade, não tínhamos nos preparado para assumir o governo, para o jogo político. Mas, logo se estabeleceram metas e objetivos, ordens e normas a respeitar – planejamento completo –, tudo sob o império da autoridade e do respeito à lei.

O militar, tradicionalmente, administra bem, porque executa tal função, com eficiência, nas intrincadas situações de guerra.

Certos setores da mídia referem-se à Revolução como golpe. Qual a sua opinião a respeito?

A mídia, a serviço da esquerda, aqui e em qualquer lugar, tenta deturpar a realidade, isto é, construir a sua "verdade." O que houve foi uma revolução; basta ver o que significa revolução: revolver, modificar.

Foi um ato corajoso, ostensivo, que assumimos fardados e de armas nas mãos. Não houve nenhum tipo de subterfúgio, de malandragem, de safadeza, pois então seria golpe.

O militar pela sua formação não pratica "golpes"; no movimento revolucionário, vai à rua e proclama: "Estou aqui, quem estiver contra, que venha!"

E, em 1964, não apareceu ninguém.

Não temos que nos desculpar, não houve golpe. E tanto é verdadeiro, pelo lado racional, que os países de nossas relações logo acataram a Revolução.

O Senador Passarinho admite, no máximo, chamá-la de contragolpe.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

Quando estava me preparando para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, antes da Revolução, os dados relativos ao Brasil sobre estradas pavimentadas, potencial hidrelétrico e outros eram sempre baixos, sem expressão.

Nos anos da Revolução, até Médici, o Brasil estourou todas as metas e previsões e ombreou-se com as grandes nações; tornou-se um País em pleno desenvolvimento. A infra-estrutura de comunicações, transportes e energia subiu de patamar, resultado de uma administração eficaz e proba, que aplicou os recursos com correção e de maneira competente. O Brasil mudou de feição.

Vou citar só um fato: fretes, a terceira bandeira.

Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, foi oportuno com a denúncia que fez sobre o Acordo dos Fretes, pois exportávamos no navio dos outros.

Pagávamos a totalidade dos fretes e seguros gerados por nosso comércio exterior a armadores estrangeiros. Era uma vergonha! É como se você tivesse um sítio e não pudesse levar, no seu jipe, a banana para a cidade. O Ministro deu um murro na mesa, denunciou o Acordo, provocando, para tratar do assunto, corrida ao Brasil – foi no início da década de 1970 – da Rainha da Inglaterra, de representantes noruegueses e outros.

Acabou a terceira bandeira, para nós, e deslanchou a indústria naval, que não existia no País.

O Brasil mudou de feição. E no aspecto social? Estão aí o PIS-PASEP (Programa de Integração Social – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Fundo de Garantia... depois dos Governos da Revolução ninguém acrescentou nada. Só mudaram de nome e fizeram maquiagem.

Autoria? A Revolução!

Fala-se muito em Movimento dos Sem Terra; não estou a favor, nem contra, mas veja a reforma agrária. Qual é o único documento sério que existe no País sobre isso? Estatuto da Terra, de Humberto de Alencar Castello Branco!

Agora estão distribuindo terras... Não fazem mais do que a obrigação, já estava previsto. Ah! O esquema não era bom. Isso é questão de execução, mas o espírito do Estatuto da Terra ninguém pode negar, mesmo que queiram trazer para si os méritos da realização da reforma agrária.

A Revolução cometeu erros?

Os erros cometidos, no meu entendimento, não pesaram no desenvolvimento do País. Mesmo com as conjunturas desfavoráveis, como as crises do petróleo nos anos 1980, nunca tivemos a inflação que tivemos há alguns anos.

O Brasil caminhava para tornar-se um País desenvolvido. Erros, todo mundo comete.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Mais uma deturpação: o AI-5 está sendo colocado como um instrumento de ódio, embora tivesse sido um ato institucional!

Será que não leram esse negócio direito? É um ato institucional, e houve vários. Num ambiente revolucionário é o mínimo que se pode fazer para evitar o assassinato de opositores como fizeram Fidel Castro, em Cuba, e Stálin, na União Soviética.

Aqui, houve mortes nos confrontos, de ambos os lados e, assim mesmo, muito pouca gente.

O Ato Institucional decorreu de uma série de fatores contingentes.

Guardadas as devidas proporções, não estão governando por medida provisória?

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Ninguém faz nada sem informação. Informação é uma palavra cujo significado está sendo desvirtuado. Não significa anular o cidadão, espioná-lo, coagi-lo ou enganá-lo. Informação é um instrumento que permite ao Governo antecipar-se aos acontecimentos. Fizeram uma insidiosa campanha contra o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, agora, estão ressuscitando-o com outro nome: isso é eufemismo.

Não querem chamar Lei de Segurança Nacional! Dão outro nome! Mas o fundamento, a finalidade é a mesma. Isso é uma "gaiatice", como se diz no Ceará.

O cego anda porque tem uma bengala à frente: é a informação dele. A C&A, o Credicard têm muita informação sobre o cidadão e ninguém acha que isso é crime. Os cartões de crédito, o sistema financeiro, de um modo geral, dispõem de mais informações sobre o cidadão do que o Serviço de Informações do Governo. Não é crime ter informação.

Qual é o crime da C&A em catalogar todos que compram na Empresa? É um direito que ela tem. Só não pode usar os dados que possui para causar prejuízo ao cidadão.

Informação tem que existir, é sumamente necessária e, agora, estão enxergando isso. O Governo não pode ser surpreendido; quem governa, quem vai à guerra (porque tudo é uma guerra, no frigir dos ovos) não pode ser surpreendido.

No seu entender, a Revolução de 31 de Março demorou-se no Governo?

Castello Branco, que se empenhava em entregar o Poder em curto prazo, foi substituído por Costa e Silva, cuja morte causou alguns problemas; após um interregno, assumiu o Médici.

Médici, um grande homem, que exerceu o poder revolucionário com autoridade e moderação, marcou a época em que o Brasil viveu mais tranqüilo, em pleno desenvolvimento, com felicidade geral; por isso hoje brincam "éramos felizes e não sabíamos..." No governo, foi habilidoso, austero, sabia usar a autoridade e sem deixar de ser militar, acima de tudo.

Naquele momento do Governo Médici, o Brasil chegou ao auge do desenvolvimento, mas ocorreu uma coisa interessante: a própria esquerda não nos deixou entregar o Poder!

A esquerda estava tão desacreditada, com as bandeiras todas rasgadas, sem mais nada para oferecer ao País, que era altamente inconveniente para ela a normalização, que passássemos o governo para quem quer que fosse eleito.

Procederam como o menino que, ao ver que não fazem o que ele quer, começa a dar pontapé na canela do pai para levar um cocorote e se espiritar, atirar-se ao chão e começar uma guerra dentro da família. Foi a mesma coisa com eles, "partiram para a ignorância" com a luta armada: violência, assaltos, terrorismo. Em Salvador um elemento, hoje é juiz em Pernambuco, matou um sargento da Aeronáutica dentro de um jipe e está solto.

Condenado por crime de sangue, foi para Argélia, voltou e hoje é juiz federal.

A esquerda buscou a luta armada, porque estava sem bandeiras. Assim, não nos deixaram sair, após o Governo Médici, obrigando-nos – como oficial de Ca-

valaria vou usar expressão típica da Arma – a realizar uma "ação retardadora". Foi o que fizemos.

Tortura a presos políticos

Fui Chefe de 2ª Seção durante 12 anos em Recife e, em época difícil, na Cidade de Fortaleza. Não vi tortura. Mas creio que acontece em qualquer delegacia do mundo, onde não predomina o clima de suavidade.

Nos Estados Unidos, você sabe, empregam a força, com alguma violência, às vezes necessária, para que haja respeito à autoridade, à lei e a ordem. Os terroristas estavam fora-da-lei, hoje querem ser heróis. Eles é que inventaram a luta armada. Fizeram isso matando inocentes, muitas vezes.

Na minha área nunca testemunhei tortura, violência fria e premeditada. Presenciava energia, austeridade, rigor a fim de obter informações tão necessárias para evitar um mal maior: o confronto e outras mortes, adiante. Este é o princípio que rege a atuação de qualquer autoridade policial, no mundo.

No Ceará, possuía um grande amigo, comunista consciente. Preso hoje, soltavam amanhã; mas nunca deixou de desfilar conosco no Dia do Soldado, porque gostava do Exército. Pessoas decentes como ele nunca foram ofendidas.

O terrorista criminoso, sob capa de guerrilheiro, de ideólogo ou de salvador da pátria, era violento.

Mas sadismo, torturas, não me lembro.

As Forças Armadas de algum modo se locupletaram pelo fato de se encontrarem sob governos presididos por militares?

A nossa formação jamais permitiria isso; continuamos pobres com dignidade, estão aí os nossos salários, as nossas famílias passando até dificuldades.

Onde é que está esse locupletamento? Quem fez isso? Não me consta!

A mídia, a serviço da esquerda, está muito ansiosa, nesses anos de abertura política, desde 1980 para cá, em denunciar um general, um almirante ou um brigadeiro nos jornais como desonesto; não conseguiu até hoje e nem vai conseguir. Se tivesse havido desonestidade dos militares em cargos públicos, estaria tudo publicado. E como não está, é porque não ocorreu ilícito dessa natureza. Houve, pelo contrário, probidade, honestidade, correção; não se ouvia falar em roubos nos tempos dos governos militares; era tudo conduzido com dignidade e o Brasil se desenvolveu.

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos do 31 de Março?

Pode parecer que o Exército esteja "em cheque" ou desgastado e não existe isso. Setores da, entre aspas, elite querem criar essa impressão, porque nos repudi-

am e temem o nosso retorno. Entretanto, não queremos retornar, eles que governem. Somos cidadãos fardados, queremos permanecer como soldados na defesa eventual da Pátria, corrigindo os descaminhos; tal é o nosso dever e ninguém nos tira essa responsabilidade.

Não temos nada contra essa elite que nos teme. No entanto, quer nos incompatibilizar com o restante da sociedade, justamente porque nos vê como ameaça. Ela se preocupa, porque é muito comum ouvir-se: "os militares têm que voltar".

O outro público é o povo; as consultas que estão sendo feitas revelam o Exército como a Instituição de maior prestígio perante o povo. Não as elites.

Eu era comandante do Colégio Militar do Recife. Numa formatura no pátio, fiquei lá atrás, de fora. Os recrutas vestiam farda pela primeira vez.

Um casal de negros, na minha frente, de mãos dadas, chorando, porque o filho estava sendo incorporado ao Exército Brasileiro.

Assisti, recentemente, no Esquadrão de Cavalaria, à solenidade de incorporação dos soldados; fiquei emocionado ao ver as mães chorando, abraçando os filhos, quando da entrega da boina.

Isso é que nos conforta: o povo, tenho certeza, entende as Forças Armadas.

O senhor gostaria de aduzir algum outro comentário?

O Brasil está vivendo uma situação perigosíssima: a síndrome do antimilitarismo. Na verdade, o princípio de autoridade está "indo para o brejo", desculpe a expressão, porque ninguém mais acredita em autoridade neste País.

A mídia, a serviço da esquerda, conseguiu fazer do cidadão um antigovernista, descrente da autoridade. Hoje, só se fala em direitos humanos, nem sempre com razão, mas de deveres ninguém fala. Cidadania não é só reivindicar, pedir. Cidadania é participar, é contribuir mesmo com sacrifício.

O brasileiro está sendo ludibriado, por conseqüência, vítima da síndrome da antiautoridade e pode pagar caro por isso.

Coronel Valdir, pediríamos ao senhor uma mensagem final, seja para a mocidade seja para o cidadão em geral.

Tenho um filho tenente-coronel, da Ativa, e um neto que pretende seguir a carreira militar.

A mensagem é a seguinte: A Nação acima de tudo!

Somos o instrumento de controle, de garantia da paz, da tranqüilidade, da Soberania Nacional. Devemos permanecer atentos para que os "ismos" – essas doutrinas maléficas tidas como salvadoras – não tenham guarida em nosso País.

Coronel Clycio D'Azevedo

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Principais funções militares: Instrutor-Chefe do Curso de Intendência do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Chefe do Depósito Regional de Material de Intendência e do Serviço de Intendência da 7ª Região Militar (7ª RM), em Recife, PE.
- Na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, era capitão e servia no Parque Regional de Motomecanização, Recife, PE.

Entrevista conduzida pelo Tenente-Coronel Carlos Alberto Cardoso,
realizada em 24 de maio de 2000.

Quais seriam as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

O que forçou (a eclosão da Revolução) foi o grande inimigo da época, o comunismo: a ameaça fundamental. O perigo crescia, deixando as Forças Armadas seriamente preocupadas com a evolução dos acontecimentos. Cada dia era maior a infiltração comunista, embora não fosse a primeira vez no País. O avanço do comunismo chegava a um ponto intolerável. Foi o que detonou a nossa Revolução.

Como o senhor descreveria o panorama político brasileiro, antes do 31 de março?

Bastante conturbado pela fraqueza do Governo e pelo crescimento do comunismo. Ele se alastrava, tolerado e até mesmo incentivado, contando, cada vez mais, com maior quantidade de simpatizantes.

E Pernambuco estava dentro desse contexto?

Talvez mais do que os outros Estados. Aqui foi muito acirrado porque o nosso governador cercava-se politicamente de elementos que apreciavam a ideologia marxista; ele mesmo permitia que o movimento de esquerda tomasse força.

Havia clima de insatisfação nas Forças Armadas contra o Governo do Senhor João Goulart?

Indiscutível. No País inteiro isso era patente. É claro que havia, nas Forças Armadas, simpatizantes do Governo e o confronto era inevitável, porém restrito, é bom que se diga, a um simples confronto de idéias. Era travado entre os que aprovavam as diatribes do Presidente e os que estavam "acordados" e vendo que a caminhada não chegaria a bom termo.

Qual a sua opinião sobre a posição da Igreja em relação ao Governo estadual, em Pernambuco?

O conhecido pastor Dom Helder Câmara, por suas idéias de defesa exclusiva dos desfavorecidos, facilitava a entrada da doutrina marxista na Igreja. Alguns padres mais "saídos" pregavam, claramente, o marxismo. Mesmo após o 31 de março, esse procedimento continuou.

Como era o ambiente nos quartéis, de um modo geral, na fase pré-revolucionária?

Muitos companheiros alertando, mostrando que o comunismo estava em franca caminhada e, alguns poucos, realmente defendendo a ideologia. Outros, ainda, embora poucos, não passavam de oportunistas.

Esse estado de coisas existia no quartel onde o senhor servia?

Em 31 de março de 1964 servia no Parque de Moto, e lá não existia isso. Todos tínhamos o mesmo pensamento, não havia a menor discrepância. Mas, em

quartéis próximos, havia desconfiança até entre companheiros: "Ele não pode assumir isso ou aquilo..."

O senhor poderia dizer qual seria o quartel e quais seriam as pessoas?

Não direi as pessoas. O quartel era o CPOR do Recife.

O senhor acrescentaria mais alguns aspectos relacionados com os antecedentes da Revolução?

A economia indo mal – a inflação crescente – e os movimentos no campo eram claros exemplos do descalabro em que a situação se transformara.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

Acredito que essa questão já está bem caracterizada. Foi a quebra de disciplina e desrespeito à hierarquia, a baderna generalizada que se instalou no País.

Chegou o momento em que o povo queria as Forças Armadas na rua. Ainda hoje grande parte da população confia nas Forças Armadas e na sua capacidade de reação.

Sem dúvida, o Exército foi o intérprete da vontade nacional no dia 31 de março. O Exército saiu às ruas para atender o clamor da população.

O senhor tem conhecimento de alguma atividade que estaria prevista para o dia 1º de maio de 1964?

Aqui em Recife, um desfile das célebres "Ligas Camponesas" e de trabalhadores rurais. Já existia até uniforme: um macacão, faltando apenas um bordado que seria colocado na lapela, estampando a foice e o martelo. Estive com esse uniforme em minhas mãos.

Como chegou às suas mãos?

Por ser intendente, conhecia o pessoal que fabricou o macacão. Não me lembro do nome da firma, da confecção que os fez, mas localizava-se na Rua da Matriz; não sei se apenas ela.

Qual a atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco com relação aos atos da Forças Armadas, naquela época?

Era de crítica, maciçamente de oposição.

E após a Revolução permaneceu esse tipo de conduta?

Não, porque teve de ser feita uma "arrumação". Não podia continuar do jeito que estava.

O que o senhor teria a nos dizer acerca das ações terroristas no Estado de Pernambuco?

Hoje a esquerda tenta mistificar tudo, mas é bom lembrar o atentado no aeroporto de Guararapes. Eu me encontrava no aeroporto, aguardando o General

Costa e Silva. Entre outros, foi ferido o Coronel Sylvio Ferreira da Silva, Comandante do 14º Regimento de Infantaria (14º RI).

Como foi que aconteceu?

Integrava a representação do CPOR para receber o Presidente; ocorreu um imprevisto e ele veio por via terrestre, de João Pessoa. Nesse meio tempo, um civil, conhecido por Paraíba, se não me engano, encontrou uma mala no saguão principal do aeroporto. Estava lá e vi o que aconteceu.

O senhor presenciou a explosão?

Ouvi. Vi depois o local.

Lembra de quantas pessoas morreram e quantas ficaram feridas?

Não me lembro de nenhuma morte no momento. Sofreram ferimentos graves, esse Paraíba, homem do povo, e o Coronel Sylvio, que quase perdeu uma das mãos.

O senhor teria condições de dizer quais as conseqüências dessas ações perpetradas aqui em Pernambuco?

O aumento da reprovação popular. As Forças Armadas ficaram mais revoltadas.

Como agiam, no Recife, os sindicatos e entidades esquerdistas e quais os tipos de desafio que lançavam às Forças Armadas?

Desafios de todo jeito, como o desfile que seria realizado no 1º de maio, a ocupação de prédios públicos, como a sede da Sudene.

Gritavam palavras de ordem: "Esse negócio vai mudar!" Eram desafiadores.

Na sua opinião quais os líderes civis e militares, em Pernambuco?

Posso esquecer alguém e tornar-me injusto, mas contávamos com comandantes de Unidades que eram ferrenhos defensores da democracia, totalmente contrários ao Governo, como os Comandantes do Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses (I/7º RO 105) e do 14º Regimento de Infantaria (14º RI).

Farei uma exceção e citarei apenas um nome: Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, Diretor do Parque Regional de Motomecanização. Levava ao exagero sua postura anticomunista; não fazia mistério. Na Unidade pregava contra o comunismo e fazia questão de ser notado pela reação, pois achava que ninguém reagia.

O senhor serviu com ele?

No Parque de Moto.

Ele tinha antecedentes...

Tinha uma "diferença" com o Gregório Bezerra. Contam que, quando comandou uma subunidade na Paraíba, na revolução em que o Gregório foi expoente, 1935, o Gregório "destruiu" a companhia dele. Era anticomunista mesmo e Gregório foi a

válvula de escape. Naquela época, aqui no Nordeste, tudo era Gregório, tudo era Julião. O Villocq não fazia segredo de sua posição incisiva.

Às vezes, o instrutor estava dando ordem-unida, ele assumia o comando só para ordenar: "Pisa firme! Pisa na cabeça do comunista! Pisa com força!"

O Movimento contou com ajuda externa política ou financeira?

A imprensa fala sobre isso. Não existe provas.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Havia uma euforia do "já ganhou"; para eles era uma questão de dias, era só seguir aquela seqüência... Todos estão lembrados quando o General Jair Dantas Ribeiro, então Comandante do III Exército, declarou que não podia assegurar a ordem se não viesse o plebiscito. Os outros comandantes, inclusive do Sul, área de responsabilidade do III Exército, diziam estar tudo sob controle.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" na atuação dos oficiais das Forças Armadas, especialmente os do Exército, que estiveram na iminência de combate?

Em nossa área os que tiveram de agir eram realmente líderes, benquistos e foram apoiados.

O senhor viu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

Um capitão, naquela situação, não se preocupava com objetivos estratégicos. Confiávamos, por exemplo, na visão extraordinária do General Castello Branco. Sem dúvida se montou um planejamento eficaz. Apenas, tenho dúvida se esperamos demais ou se foi exatamente aquele, o momento certo para eclodir o Movimento.

Todos esperavam um pronunciamento do General Castello Branco. Esse era o grande nó da história. E, exatamente, foi ele mesmo quem liberou a ação.

Quer dizer que nos dias que antecederam o 31 de março havia essa expectativa?

O pronunciamento dele liberaria a ação.

Mas, não foi o General Mourão Filho, em Minas?

Depois do General Castello Branco.

O senhor citaria exemplos de coragem pessoal influentes no rumo dos acontecimentos de 31 de março?

Em Recife, as ações resultaram quase de um consenso, seguindo como que um *script* já preparado, dentro dos princípios da hierarquia. Então, foram os comandantes que depuseram o governador. Não houve necessidade de nenhum arroubo de coragem ou bravura.

Chefes militares comprometidos com o avanço ou retardo das ações, no dia 31 de março de 1964, em Pernambuco?

Diria que, com o avanço, nossos comandantes de Unidades; a demora, a dúvida correu por conta do Comandante do IV Exército. Foi difícil ele definir sua posição, tanto que o IV Exército só foi considerado efetivamente na Revolução no dia 1º de abril. Ele protelou sua decisão até à noite de 31 de março, apesar da pressão dos comandantes de Unidades, reunidos no Quartel-General (QG).

Depois tornou-se um revolucionário, mas atrapalhou muito. Do lado da Revolução, além dos comandantes de Unidades, voltaria a citar o Coronel Villocq: esse empurramos para o QG, para que saísse de lá com uma solução.

A partir do Movimento Revolucionário, aumentou a coesão no seio do Exército?

Aumentou a coesão tanto quanto ficou mais fortalecido o espírito de união. Com o tempo, apareceram as divergências, por conta dos que achavam que as Forças Armadas deveriam ter passado o Governo para um civil capacitado e identificado com o Movimento; outros estavam presos ao Poder.

Geralmente a imprensa se refere à Revolução como "golpe". O senhor acredita que tenha sido assim?

Em hipótese alguma! Foi uma revolução, na medida em que envolveu o povo. As Forças Armadas saíram às ruas – tinham que sair – em apoio aos muitos movimentos como o das donas-de-casa nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Aqui em Recife houve movimento de rebeldia popular?

Não dessa forma. O Governador do Estado dispunha da força e dominava; mas havia muita reação, porque a situação revelava-se difícil, embora não se mostrasse tão decisiva quanto a de Minas.

Benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março

Inúmeros, embora a mídia tente confundir a sociedade, atribuindo tudo de errado ao regime militar; paradoxalmente o certo ontem, hoje está errado.

Considero que foi um período muito bom para o desenvolvimento do País. Aconteceu realmente um milagre.

O senhor poderia citar alguns desses benefícios?

A economia, obras rodoviárias, hidrelétricas etc. O País mudou de feição e o povo ganhou alto estima.

Erros cometidos pela Revolução

O maior erro foi a excessiva demora (no Poder). Se as Forças Armadas, depois de um determinado tempo, estabilizada a situação política, tivessem passado a governança aos civis, penso que teria sido muito melhor.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi necessário, inegavelmente. Crescia a subversão, a violência e a baderna. Não posso negar que houve exageros com o AI-5, mas era imprescindível uma lei forte para conter o inimigo.

Criação dos órgãos de informações e a Lei de Segurança Nacional?

Ninguém pode discordar da importância de uma legislação desse porte. Um serviço de informações, sobretudo. Hoje foi restaurado com outro nome.

Tortura a presos políticos?

Na Revolução de 31 de Março de 1964 servia no Parque de Moto, uma Unidade de serviço que foi transformada no "primeiro presídio". No início, dispúnhamos de um bom xadrez, mas o número de presos foi crescendo, já pela fama do Coronel Villocq, Diretor do Parque, e precisamos aumentar o xadrez.

Com pouco tempo, tivemos que fazer uma terceira prisão. Ficamos, então, com a P1, a P2 e a P3, uma gradação acertada; quando o cidadão ia ficando mais antigo, recebia uma melhoria: a inicial era a melhor e as outras eram salas adaptadas. A P3 terminou na dependência de uma oficina, por falta de local.

Não vi ninguém torturar, nem oficial nem praça. Muito amigo do Coronel Villocq, nunca o vi – todo mundo diz que ele espancava, fazia isso e aquilo – bater em ninguém. Apenas certa vez, estávamos almoçando, quando levaram preso um médico que na véspera havia dito que as coisas mudariam e ele, o Coronel Villocq, veria como iam ficar. Esse médico, no Hospital Militar, já vivia provocando o coronel. Arrogante ainda, mesmo preso, Villocq o empurrou. Ele não caiu; Villocq afastou-o de si.

Os presos, quem quer que fosse, não tinham regalias. Todos recebiam o mesmo tratamento, a mesma comida do soldado, dormiam num colchão, à semelhança de oficiais e praças, acordavam no toque de alvorada e, depois do desjejum, canto do

Hino Nacional – talvez, para eles, realmente isso fosse uma “tortura”: tinham que aprender a cantá-lo, se não soubessem.

O caso mais notável foi o desfile do Gregório Bezerra pelas ruas de Casa Forte, bairro do Recife, local do aquartelamento. Assisti o final; radioamador, fui mandado para uma estação que a Sudene possuía em Casa Forte.

Villocq resolveu: “Ah! Vamos levar esse safado!” Realmente ele o amarrou; foi um negócio pesado. No momento, houve vibração do povo; não tem esse negócio de dizer que alguém estava achando ruim, fechando porta; não foi bem assim, não! Vi a chegada, embora não tenha acompanhado o desfile. Quem viu, disse que ninguém bateu nele.

Assisti, não foi por ouvir dizer, o Gregório falar:

– Coronel, faça o que quiser, porque se fosse ao contrário o senhor estaria pendurado num poste.

– Filho... – o Villocq falou um palavrão.

– Minha mãe não tem nada a ver com isso! – disse o Gregório.

– Realmente a sua mãe não tem nada a ver com isso – concordou Villocq e acrescentou, bastante tenso – você é que é isso, aquilo e aquilo outro!

Isso aí foi a grande bobagem que o Villocq fez. Acabou a carreira dele! Quatro anos depois, cheguei a São Paulo e todos queriam saber daquele episódio.

As Forças Armadas, de algum modo, se locupletaram pelo fato de haver governos militares?

Se alguém se aproveitou, não conheço. Lamento que no grande escalão, como sempre, tenhamos ficado acanhados, mesmo como donos do Poder. Até na questão de vencimentos, lembro-me de aumentos dados pelos presidentes civis.

Que outros aspectos o senhor gostaria de comentar a respeito do Movimento de 31 de Março?

Pena que não tenha sido mais efetiva a Revolução. O que estou vendo hoje, com muita preocupação, é que os nomes mudaram, a vestimenta do inimigo é diferente, mas os problemas estão se repetindo. A “Liga Camponesa” está aí, com outro título: sem teto, sem terra... Mas isso já existia, é papel carbono da década de 1960. Na Sociedade Tradição, Família e Propriedade – extrema direita também indesejável – o Plínio Corrêa de Oliveira descreveu tudo isso, um pensador católico. Pelo fato da Revolução não ter completado o serviço, está tudo voltando, agregando mais mal-estar.

Quanto ao mais, a Lei da Anistia só funciona para um lado. Nesses dias os jornais publicaram que o Governo do Estado, também, está dando uma reparação

financeira àqueles que tiveram problemas com a Revolução. E o nosso pessoal? Eu servia no QG da 2ª Região Militar quando explodiram o carro carregado de bombas que matou o soldado Mário Kozel Filho. Deve ter sido promovido *post-mortem* e a família deve receber uma pensão de cabo.

Tudo isso aumenta a frustração. Será que a família daquele tenente que foi morto a coronhadas, no Vale da Ribeira, Estado de São Paulo, para não fazer barulho, foi indenizado com o mesmo montante que a família do Lamarca recebeu, apesar de traidor, desertor?

A imagem do Exército: desgastada ou exaltada pelos acontecimentos de 31 de março?

Tem sido exaltada, apesar da forte campanha contrária desencadeada pelas esquerdas frustradas e derrotadas em 1964.

O senhor gostaria de deixar uma mensagem para os jovens acerca da Revolução?

Acredito que o principal para o jovem é conhecer ambos os lados da história da Revolução de 1964 para poder fazer um julgamento equilibrado e justo. Atualmente, só se conta o lado da esquerda. Os jovens sofrem uma verdadeira "lavagem cerebral".

Coronel Expedito Bandeira de Araújo

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Em 1960, servindo em Tabatinga, AM, deslocou-se para o vale do Curuçá fazendo parte da Operação Chamusco, comandada pelo Coronel Darci Lázaro, então Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF).
- Em 1971, foi transferido para o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e assumiu a chefia de Operações do DOI (Destacamento de Operações de Informações) no IV Exército, hoje Comando Militar do Nordeste.
- Em 1973, mediante concurso, passou a lecionar Educação Moral e Cívica no Colégio Militar do Recife (CMR). Atualmente, é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Possui os cursos militares da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e o da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Na área civil é graduado em Direito e Ciências Contábeis.
- No eclodir da Revolução era 1º-Tenente e servia no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa.

Entrevista realizada em 25 de julho de 2001.

Como era o ambiente no seu quartel quanto ao relacionamento entre oficiais e praças, imediatamente antes da Revolução?

As notícias divulgadas pela imprensa falada e escrita eram alarmantes.

A insubordinação de algumas praças nas Forças Armadas estava repercutindo negativamente no âmbito dos quartéis, gerando desconfiança entre determinados oficiais e praças.

Aprendemos, com as quarteladas acontecidas no passado, que devíamos ficar em constante vigilância para não sermos surpreendidos. Os oficiais de dia redobravam-na, principalmente à noite e nos feriados.

O comandante do 15º RI, Coronel Ednardo D'Ávila Mello, conversava diariamente com os oficiais e sargentos, deixando-os a par dos acontecimentos; nós, comandantes de Companhia, sondávamos nossos oficiais subalternos e sargentos, procurando identificar as suas posições em face dos acontecimentos.

Nesse clima, houve algum incidente grave?

Não no 15º RI. Sabíamos, apenas, que uns poucos sargentos conversavam, faziam reuniões.

No quartel?

Sim, mas particulares, grupinhos. A maioria se ligava com os oficiais, principalmente com os subalternos, capitães e tenentes, para saber como estava a situação; a gente recomendava sempre que os serviços (de vigilância) fossem bem executados. Naquele mesmo quartel, no passado (Revolução de 1930), houve uma invasão, em conluio com o pessoal da guarda, originando um tiroteio e a morte de oficiais, inclusive o General Lavanère-Wanderley.

Como se comportavam os poderes civis?

Os empresários, principalmente, mostravam-se assustados com o desenrolar dos acontecimentos e nos transmitiam a sua preocupação com a situação anárquica dos sindicatos e sua influência sobre as praças e, até mesmo, alguns oficiais mais jovens das Forças Armadas, e o apoio pessoal do Presidente, nos palanques.

Na Paraíba, o Governador Pedro Gondim não era da confiança dos militares, em virtude de suas atitudes populistas; os integrantes das Ligas Camponesas faziam passeatas armados de foices, principalmente nas cidades próximas das usinas (de açúcar); os portuários, também, em Cabedelo, faziam comícios agressivos, procuravam o apoio das Ligas do Francisco Julião.

Se um militar chegasse fardado na região portuária de Cabedelo, eles mostravam seu desapreço, eram acintosos.

Havia, a seu ver, uma revolução comunista em marcha no País?

O movimento sindical estava empenhado em desenvolver um processo que terminasse numa república sindicalista. O discurso, nesse meio, manifestava o intento de apoderar-se do Poder e muitos, exaltados, bradavam pela revolução sindical.

As "Ligas Camponesas" pregavam, também, a tomada do Poder.

Os comunistas infiltraram-se nesses movimentos e crescia bastante a admiração pela revolução cubana, pela China comunista e pela União Soviética.

Retratos, como os de Che Guevara e Fidel Castro, faziam parte dos comícios e das sedes sindicais. Tinha-se a convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa mudança era o Presidente João Goulart.

O que você nos diz das ações terroristas?

Antes da Revolução de Março de 1964 houve casos de invasão de usinas. Em Goiana, PE, redundou na morte de empregados e policiais, assassinados pelos camponeses revoltados.

A cidade de Cabedelo, PB, foi invadida por camponeses armados que ocuparam até prédios públicos, como a prefeitura; o povo se escondeu daquela massa, isso a cerca de 18km de João Pessoa.

Como você descreveria a ação dos sindicatos e entidades esquerdistas? Que tipo de desafio eles lançavam às Forças Armadas?

Os sindicatos unidos às entidades esquerdistas mostravam o seu poder impondo ao Governo atitudes favoráveis, o que contagiou alguns subtenentes e sargentos.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", entre os oficiais das Forças Armadas?

No caso do 15º RI, o Coronel Ednardo desenvolvia uma forte liderança: conversava com os oficiais e sargentos e sempre estava andando pelo quartel, transmitindo todas as informações que recebia.

Você teria observado, na montagem do esquema revolucionário, objetivos claramente definidos?

O esquema foi desenvolvido através de um grupo civil/militar.

Sendo resultado da reunião de forças, as mais heterogêneas, torna-se difícil precisar os objetivos do Movimento de 1964. Unia a todos o objetivo comum: a necessidade urgente de defesa do regime, ameaçado pela radicalização esquerdizante posta em marcha por elementos do próprio governo.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) estavam conspirando e ganhando posições há mais de dois anos, antes da Revolução.

A Escola Superior de Guerra (ESG) estudava as teorias revolucionárias existentes e as divulgava. Falava-se muito em antiguerrilha, para a qual estávamos sendo preparados.

Aqui no Recife, no quartel do I/7º RO 105 chegou, em janeiro de 1964, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida; esse homem estabeleceu um horário de instrução das 4h30min da manhã até às 9h da noite, com intervalo de uma hora para almoço e, em pouco menos de três meses, adestrou a tropa para o emprego na antiguerrilha. Aconteceu isso no seu quartel?

Não, a instrução permaneceu normal. Os oficiais que tinham experiência de guerrilha ou operações na selva, como era o meu caso, foram chamados para dar informações e assessoria nas instruções destinadas a sargentos e oficiais.

Poderia citar exemplos de coragem pessoal, no rumo dos acontecimentos?

O Comandante do 15º RI, assim que soube da eclosão do Movimento, em Minas Gerais, comandado pelo General Olympio Mourão Filho, reuniu os oficiais e disse que, a partir daquele momento, o Regimento estava em estado revolucionário e, ainda, perguntou quais os oficiais que aderiam ao Movimento.

Somente dois oficiais ficaram a favor do governo: um capitão comandante de Companhia e o veterinário. O comandante, de imediato, deu ordem de prisão a eles.

Passado o impacto inicial, começaram a aparecer os comícios dirigidos por organizações esquerdistas; para um deles veio o conhecido subversivo Padre Alípio de Freitas, que seria um dos oradores do comício na Praça 1817, em João Pessoa.

Ele era padre mesmo e era português, se não me engano.

O coronel convocou a equipe de segurança para prendê-lo.

Terminado o comício, o Padre Alípio e alguns dirigentes da esquerda foram para um restaurante próximo da praça; o Coronel D'Ávila Mello entrou comigo, com o Tenente R/2 Protásio e dois sargentos da 2ª Seção e, dirigindo-se à mesa onde estavam os dirigentes esquerdistas, deu voz de prisão ao Padre Alípio.

Os esquerdistas tentaram levantar-se, mas o padre pediu que eles permanecessem quietos.

Ele foi recolhido ao quartel e posteriormente seguiu para o Sul.

Outros chefes comprometidos com o avanço das ações foram o Coronel Dutra de Castilho, comandante do 14º RI, o Coronel Mendonça Lima, em Natal, os Coronéis Hélio Ibiapina, Ivan Ruy e Darcy Villocq, aqui no Recife.

Você acredita que do Movimento de 31 de Março resultou alguma coesão para a família militar?

O Movimento revolucionário uniu bastante os oficiais – principalmente os subalternos – e muitos sargentos do 15º RI.

O que aconteceu com os dois oficiais que receberam ordem de prisão?

Ficaram no quartel, houve um inquérito e depois foram removidos. Um, posteriormente, cursou o Estado-Maior (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro).

Geralmente a imprensa refere-se à Revolução como golpe. Você acredita que tenha sido assim por quê?

Defino o Movimento revolucionário como uma contra-revolução, porquanto todas as informações de que dispúnhamos davam conta que os sindicatos e outras organizações preparavam uma espécie de república sindicalista. Seria um poder de esquerda, a bandeira seria vermelha; todos os comunistas que conhecíamos estavam envolvidos.

O desempenho da Revolução trouxe benefícios ao País?

Muitos, o primeiro foi evitar o caos, com um Presidente de República estimulando movimentos subversivos até nas Forças Armadas.

Inicialmente restabeleceram-se a segurança e a credibilidade do governo.

Em seguida, através de planejamentos estratégicos para o desenvolvimento, partiu-se para a área de infra-estrutura: rodovias, hidrelétricas, centrais nucleares; criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um sem-número de organismos. Embora fosse uma contra-revolução, desempenhou o papel de revolução.

Quando se modifica, é revolução!

Por que 1964, que teve força para durar vinte anos, que até se excedeu, não pode ser chamada de revolução?

No Governo do Presidente Ernesto Geisel podemos destacar a introdução dos contratos de risco na exploração de petróleo, a divisão do Mato Grosso em dois Estados, os programas de planejamento familiar, o programa nuclear, a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o restabelecimento das relações diplomáticas com a própria China...

Houve erros?

A meu ver, um dos pontos negativos foi o incentivo ao transporte rodoviário ao invés do ferroviário; outro, o pouco apoio dado à agricultura, principalmente no Nordeste, região mais necessitada.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi um "mal necessário".

O que se via era a volta dos grupos que tinham sido derrotados; e o governo se enfraquecendo.

Os anarquistas estavam voltando à área acadêmica e aos sindicatos.

Você testemunhou a prática de torturas a presos políticos nos quartéis?

No quartel do 15º RI não houve torturas.

Após a Revolução recebemos muitos presos políticos, como os advogados Agassiz de Almeida, Figueiredo Agra e alguns líderes das Ligas Camponesas, e ninguém foi torturado; depois eles seguiram para Fernando de Noronha.

Havia interrogatórios com esses presos?

Havia uma triagem com o oficial S/2, de informações, mas eles logo seguiam para Fernando de Noronha.

Houve algum tipo de locupletamento das Forças Armadas?

Alguns militares se aproveitaram e ocuparam cargos indevidamente, em busca de mordomias. Na verdade, casos de exceção. As Forças Armadas, como Instituição, não se aproveitaram. Cuidaram mais do País e deixaram de lado suas necessidades.

Com a experiência do cargo que o senhor exerce, desde 1995, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, qual o comportamento dos jovens universitários em relação à Revolução de 1964?

Os universitários de hoje, que não conheceram aqueles tempos, recebem as informações dos fatos daquela época por seus professores. Geralmente, estes são esquerdistas, que se julgam vilipendiados pela Revolução. Logo, o Movimento possui uma imagem negativa, passada por esses mestres.

Coronel Júlio Roberto Cerdá Mendes

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Serviu, entre outras Unidades, no 1º Batalhão de Fronteira (1º BFron), em Foz de Iguaçu, PR; no 71º Batalhão de Infantaria (71º BI), em Garanhuns, PE; na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ; e na Seção de Inativos e Pensionistas da 7ª Região Militar (SIP/7), no Recife, PE.
- Possui os cursos militares de Manutenção-Auto, da Escola de Material Bélico (EsMB); de Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e o curso de Analista de Informações, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Após a Reserva, graduou-se em Engenharia Civil e em Administração de Empresas.
- No exterior: estagiou em Unidade blindada, no Panamá.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e servia no Regimento Escola de Infantaria (REI), no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2001.

Em qual Unidade o senhor servia quando eclodiu o Movimento de 31 de Março de 1964?

Como 1º-tenente, servia no REI – Regimento Escola de Infantaria, no Rio de Janeiro, cujo comandante era o Coronel Luiz Abner de Souza Moreira.

Observou, mesmo com uma visão assim "verde" de tenente, se havia dissensões no quartel?

No desencadeamento da Revolução, observei pequenas dissensões, apenas, entre graduados; em meio aos oficiais, não havia. O nosso Comandante, Coronel Abner, gostava muito do Presidente João Goulart; em 1963, ofereceu-lhe um almoço no Regimento.

A "mosca" havia picado o nosso coronel, talvez a de um generalato...

Em 31 de Março, unanimemente ou quase isso, a Unidade era a favor da Revolução?

Era a favor. O Regimento tinha três Batalhões mais os órgãos regimentais. Os tenentes-coronéis comandantes dos três Batalhões e mais os quatro comandantes de Companhias Regimentais, entre os quais o comandante da Companhia de Carros de Combate, o saudoso Major Martinez (José Júlio Toja Martinez Filho), assassinado por uma subversiva[1], quando estava abordando o carro em que ela se encontrava, disseram ao comandante que eram favoráveis à Revolução. Soubemos depois, quando os comandantes de Batalhão reuniram os oficiais.

E a Unidade, o REI, foi à rua?

Inicialmente ficamos de prontidão. Depois, saímos para manutenção da ordem; não houve mais nada.

O REI fez prisioneiros políticos?

Na época não havia nenhum prisioneiro político no quartel.

Sobressaía-se algum nome na oficialidade que fosse mais ativo, que expusesse mais suas idéias em favor da Revolução? Havia algum líder?

Não, liderança assim, não. Como militares, obedecíamos ordens. Os comandantes de batalhões se posicionaram e nós todos, de prontidão, dentro do Batalhão, cumpríamos ordens; contra a Revolução, não iríamos, só a favor.

Você permaneceu no REI até quando?

Até meados de 1964, depois da eclosão da Revolução. Aliás o Movimento seria iniciado no dia do meu aniversário, 1º de abril. A Revolução aconteceu em 31 de março, porque ninguém quis que fosse no "dia da mentira"; assim, passei meu aniversário de prontidão e, daí em diante, em todo aniversário ficava de prontidão.

---

[1] Pessoas que, por atentados, seqüestros, assaltos a banco, assassinatos, agiam contra a Revolução.

Do REI você foi para qual Unidade?

Do REI fui para a Escola de Material Bélico fazer o curso de Manutenção-Auto, em 1965.

E o ambiente na Escola de Material Bélico?

O ambiente na Escola de Material Bélico era tranqüilo. Terminei o curso em primeiro lugar e fui convidado para continuar como instrutor.

Naquela época, o pessoal de escola era mais solicitado do que o de tropa, para fazer inquéritos, sindicâncias etc.

Também não havia presos políticos na Escola?

Não na Escola. Na Escola de Material Bélico, que me lembre, não havia nem xadrez.

Havia oficiais encarregados de inquéritos?

Eu.

Algum de que se lembre?

Fui encarregado de um inquérito em Paracambi, não me lembro mais os nomes. Foi um problema na Câmara de Vereadores, em razão do qual os edis afastaram o prefeito.

Coisa eminentemente política. Fiquei lá muito tempo, passei à disposição do Batalhão Depósito de Munição (BDMun), em Paracambi. Fiz o inquérito todo.

Pressionei tanto o Presidente da Câmara que ele renunciou, dizendo que estava com "capitanite" aguda, que não queria mais saber e foi embora.

Da Escola de Material Bélico você foi para a EsAO?

Após a Escola de Material Bélico fiz a EsAO.

Na EsAO, houve algum fato que merecesse registro?

Lá ocorreram diversos fatos interessantes. O Leony Correia de Moraes, carioca, fez a EsAO comigo – cursei em 1969; o Major Martinez, o Freddie Perdigão Pereira, de Cavalaria, também fizeram a EsAO, naquele ano.

Mas o que houve com o Leony?

Foi o seqüestro do Embaixador Charles B. Elbrick. O Leony me dizia que tinha de "tumultuar a coisa". Era época em que começavam os seqüestros, os assaltos a bancos, fatos que não aconteciam, antes. O Brasil desconhecia seqüestros e assaltos a banco.

Na ocasião do seqüestro do embaixador americano, saímos da EsAO com um REO[2] e fomos até a Base Aérea do Galeão para não deixar os presos políticos embarcarem

---

[2] Caminhão de 2 e 1/2 toneladas, para transporte de tropa ou tração de material.

para a África, inclusive Fernando Gabeira, que, com outros, havia sido trocado pelo embaixador dos Estados Unidos; fomos lá, os capitães, para não deixá-los embarcar.

Mas o governo não havia negociado o embarque? Então os capitães resolveram o contrário?

Os capitães resolveram tumultuar.

Como foi obtida a viatura?

Pertencia ao REI. Naquela ocasião, o período do curso da EsAO era comprimido e o aluno não era desligado de sua Unidade. O pessoal que estava no REI nos conhecia.

Apanhamos o REO e fomos até lá (à Base Aérea). Éramos uns dez capitães. Quando chegamos, avisamos à sentinela que tínhamos ido ver os presos políticos. Disse-nos que já haviam embarcado. Assim mesmo entramos.

Como já haviam embarcado, voltamos, passamos em frente aos transmissores da Rádio Nacional e resolvemos fazer um "manifesto à Nação". Estavam transmitindo um jogo do Flamengo pela Taça de Prata.

O Leony escreveu na hora, o técnico (da Rádio) até ajudou!

Estávamos fardados e simplesmente dissemos que queríamos fazer um "manifesto à Nação". Disseram: "Pois não"!

Naquela conjuntura, quando alguém aparecia fardado ninguém queria saber, era "sim senhor, não senhor"; transmitiram, também, em ondas curtas.

O "manifesto" foi pequeno, feito lá, na hora.

Souberam aqui, naturalmente.

Os generais todos começaram a "gozar" o Comandante da EsAO, que era o General Darcy Lázaro; no final todos nós fomos punidos.

Foi um período muito tumultuado; na EsAO não tinha nem aula direito.

Teve a caça ao "Curió", o Sebastião Rodrigues de Moura, que era da minha turma e estava cursando a EsAO comigo. Vindo do Pará, vivia dizendo que havia agricultores e lavradores sob seu comando; quando o negócio começou a apertar, ele se "fechou".

Tive uma briga séria com ele.

Depois daquela punição fui chamado pelo General Darcy Lázaro e ele mandou fazer uma nova escolha de Unidade para servir. Demonstrei minha surpresa e ele me disse que meu conceito seria modificado, por causa da punição.

Eu, que havia escolhido servir no 2º Regimento de Infantaria (2º RI), lá na Vila Militar, Rio de Janeiro, acabei sendo mandado para o 1º Batalhão de Fronteira (1º B Fron), em Foz do Iguaçu.

E o ambiente lá em Foz do Iguaçu, como era?

Ótimo, foi a fase mais feliz que passei na minha carreira militar.

Em Foz do Iguaçu havia ainda resquícios da Revolução?

Não no Batalhão. Naquela época, Foz do Iguaçu era "fronteira mesmo". Hoje, quando vejo fotografia de lá, quase não a reconheço. Naquele tempo, não havia edifícios, as casas eram de madeira, só havia uma rua asfaltada.

A agitação ficou por conta da descoberta, nessa época, de uma fazenda no Norte do Paraná, Fazenda Nova Aurora, onde o pessoal que já estava muito conhecido no Rio e em São Paulo, que estava sendo procurado por assalto a banco e outras ações terroristas, se refugiava.

Como vocês souberam disso?

Veio a informação do Centro de Informações do Exército (CIE).

A fazenda ficava na área de segurança do Batalhão?

Exatamente. Veio a ordem – não sei de quem, naturalmente do Comandante da 5ª Região Militar (5ª RM), que deve tê-la recebido do Ministro – para cercarmos a fazenda e prendermos quem estivesse lá. A missão foi cumprida, com uma Companhia.

Houve entrevero, troca de tiros, mas ninguém se feriu. Eles não se entregaram assim muito fácil, mas também não foi complicado.

Foram presas cerca de 12 a 15 pessoas e conduzidas para o 1º B Fron.

Estavam armadas?

Apreendemos armas, munição, panfletos, tudo o mais; depois, no inquérito, as armas foram todas filmadas, fotografadas, com munição etc.

Acabaram condenados pela Auditoria, alguns com penas maiores do que outros; não sei se foram todos condenados.

Lembro-me de que um deles tinha a mão com tanto calo que parecia um "casco de burro"; esse, possivelmente, seria trabalhador e não deve ter sido condenado.

Mas os inquéritos foram feitos na Unidade?

Na Unidade.

Com o pessoal de fora?

Não, esse inquérito foi feito por mim. Eu era oficial de informações, o S/2 da Unidade.

Os presos passaram quanto tempo no Batalhão?

Bastante tempo, mais de um mês. O Comandante da 5ª RM estava sabendo que eles estavam presos. Equipes do CIE estavam quase sempre por lá.

Os inquéritos geralmente tinham trinta dias de duração. Esse pessoal ficou por lá mais de um mês e depois foi mandado para onde?

Fui transferido do 1º BFron para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Não vi o desfecho, a saída deles.

Você mais tarde serviu em Garanhuns, no 71º BI?

Quando saí da Academia fui para Garanhuns, onde servi com o seu terceiro comandante, o Coronel Luiz Augusto da Silva Tavares. Aí, estava tudo calmo. Não havia presos políticos no quartel, talvez houvesse no tempo do Coronel Ivo.

Você chefiou, também, a Seção de Inativos e Pensionistas. Nessa função, familiarizou-se com a legislação criada para beneficiar o pessoal militar condenado pela Revolução. Que tipos de facilidade legal havia?

Havia gente que foi expulsa do Exército por ter cometido crime previsto em lei, crime grave e veio a ser readmitida no Exército por força de sentença e ganhando uma pensão do posto acima. Tínhamos que fazer cálculos de páginas e páginas de exercícios anteriores para pagar a esse pessoal. Havia muita gente nessas condições. Muitos companheiros ficavam aborrecidos e comentavam: "Eu sempre fiz as coisas corretamente e ganho tanto; acaba um sujeito desses, que foi expulso do Exército como 3º sargento, já está ganhando como oficial!

Há um caso notório, um sargento da Aeronáutica (parece ser Presidente da Associação dos Militares) que recebe como coronel, tenente-coronel, uma coisa assim.

Nós estamos pagando pensão, aqui na SIP/7, a descendentes de Gregório Bezerra.

Normalmente, a imprensa denomina de golpe a Revolução de 31 de Março; qual é a sua opinião a respeito?

Revolução, jamais um golpe. Foi feita para dar satisfação ao povo. Houve aquela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quando pediram que o Exército interviesse. E estão quase pedindo outra vez, porque está uma bagunça tão grande!

O povo pediu para acabar com aquela situação e assim foi feito. Hoje, isso não é reconhecido. Mais adiante, o processo começou a deteriorar-se; podiam ter entregue (o governo) um pouco antes.

No final do ciclo revolucionário, o Exército, as Forças Armadas já não tinham mais nada a ver com aquilo, mas as acusações continuavam (como ainda hoje prosseguem) sendo feitas aos militares, tudo em cima da gente.

Outra coisa engraçada, ninguém fala mais em obra faraônica.

Está aí o "apagão"; Itaipu, em Foz do Iguaçu, era uma obra faraônica! Desativa Itaipu ou fecha a Ponte Rio-Niterói, que é outra obra dita faraônica, para ver o que é que acontece.

Coronel José Justo Pinheiro

- Natural da Cidade de Campo Grande, MS.
- Serviu no Comando Militar da Amazônia (CMA); no IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste (CMNE); e no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).
- Foi Ajudante-de-Ordens do General José Campos Aragão, Comandante do IV Exército; exerceu o cargo de Subcomandante do I Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105).
- Estagiou na Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Graduou-se em Engenharia Civil, pela Politécnica do Recife.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e comandava o Pelotão de Fronteira de Cucuí, AM.

Entrevista realizada em 29 de agosto de 2001.

Em 1964 você estava no Pelotão de Fronteira de Cucuí, região fronteiriça da Amazônia, entre Brasil, Venezuela e Colômbia. Chegava alguma informação sobre a Revolução?

Anteriormente tínhamos conhecimento da situação crítica que o Brasil vinha atravessando. Sabíamos dos movimentos que aconteciam no Nordeste, como as "Ligas Camponesas"...

Chegavam essas informações.

No Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), em Manaus, lembro a atuação do General Nairo Villanova Madeira que era contrário à Revolução. Houve até um movimento de oficiais no sentido de destituí-lo do comando; o Coronel César Rômulo Silveira Júnior, Chefe da 4ª Circunscrição do Serviço Militar (4ª CSM), oficial mais antigo na guarnição, amenizou a situação.

O GEF foi o embrião do Comando Militar da Amazônia (CMA); o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos transferiu a sede de Belém para Manaus, sendo criada a 12ª Região Militar (12ª RM).

O General Nairo foi chamado a Brasília e, já no Governo Castello Branco, foi transferido para a reserva.

Você nos descreveria algumas ações do DOI-CODI do IV Exército?

Executamos ações, junto com o Centro de Informações do Exército (CIE), como em Casa Amarela – área urbana do Recife – contra assaltos a bancos, que começavam a acontecer no País. Participamos do combate às outras ações: incêndios em canaviais etc.

Qual era o organograma do DOI/CODI?

O DOI tinha um chefe, um subchefe e a tropa. Esta era constituída por oficiais e praças; havia elementos da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Aeronáutica, da Marinha.

Realizávamos interrogatórios. Os inquéritos eram feitos lá mesmo, e as informações expedidas para os outros órgãos do País.

Para se obter as informações, praticavam torturas?

Não havia tortura física, talvez uma tortura mental, pelas várias horas ininterruptas de interrogatório.

Depois dos interrogatórios eram entregues à Polícia Federal.

No estágio que você fez na EsNI, que tipo de instruções eram ministradas?

Orientações sobre inquéritos, perseguições, filmagens etc.

O uniforme do pessoal das "Ligas Camponesas" era cáqui, bermudas, um distintivo nas ombreiras, com graduações; como armamento, usavam rifles e outros tipos artesanais.

No I/7º RO 105 (Olinda, PE) esteve preso Pelópidas Silveira, ex-prefeito do Recife. O prédio da Enfermaria foi transformado em prisão, foram postadas sentinelas, o oficial-de-dia era responsável; mas não havia grades.

O ex-Sargento Gregório Bezerra ficou preso, também, no I/7º RO 105 por algum tempo. Na conferência diária dos presos, feita pelo oficial-de-dia, perguntava-se – existia um certo acordo entre os tenentes – se havia algum comunista entre eles. Nessa hora, o Gregório sempre se declarava: "Eu!" Ele nunca deixou de se manifestar; os demais permaneciam calados.

Voltando a Cucuí, você identificou qualquer fato, na fronteira, que poderia estar relacionado com os acontecimentos brasileiros?

Nada com respeito à Revolução brasileira, nem contra e nem a favor. A Colômbia já enfrentava os movimentos atuais.

Coronel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Foi instrutor-chefe do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife. Serviu, durante muito tempo, na 2ª Seção (de Informações) do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste. Na inatividade, continuou prestando seus serviços àquela Seção.
- É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco.
- Em 1964, era 1º-Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105) em Olinda, PE.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Inicialmente, quero agradecer a participação em tão importante projeto e louvar essa iniciativa do Comandante do Exército, já que as gerações atuais e também as futuras precisam saber o que realmente aconteceu, precisam de uma fonte de informação diferente daquela que vem articulada pela mídia em geral, no Brasil.

Antecedentes do Movimento revolucionário de 31 de Março?

As raízes mais profundas do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964 encontram-se na revolução de 1930, a revolução dos Tenentes.

Naquele movimento revolucionário, Getúlio Vargas usurpou o Poder e os que o apoiaram acabaram frustrados; muitos dos que tomaram parte, naquela ocasião, participaram da Revolução de 1964, a exemplo do General Ernesto Geisel, seu irmão Orlando Geisel e muitos outros.

Getúlio, com o Poder absoluto, criou dois partidos para dar sustentação ao seu governo: o PSD, Partido Social Democrático, para as elites ricas e corruptas, e o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, para mobilizar o operariado.

Assim foi até a Segunda Guerra, após a qual foi deposto, sendo, mais tarde, eleito o Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Depois de Dutra, Getúlio voltou ao Poder, desta vez pelo voto direto. Esse governo terminou com a sua morte, um dramático suicídio, num mar de corrupção e crises políticas e militares, principalmente envolvendo a Aeronáutica.

Nesse contexto, Getúlio protegia um afilhado, João Goulart que, dizem, era seu filho bastardo. Na gíria popular, era "cria política" de Getúlio Vargas.

O partido de oposição que existia era a UDN, União Democrática Nacional, que nunca conseguiu vencer o esquema dos dois grandes partidos do Governo, eficiente sustentação de Getúlio durante muito tempo, baseado nos currais eleitorais.

Juscelino Kubitschek foi eleito apoiado ainda por esses dois partidos, PTB e PSD, e derrotou o Marechal Juarez Távora, que era o candidato da UDN.

Depois de Juscelino veio Jânio, eleito com o apoio da UDN, embora não pertencesse aos quadros do partido, visto ser um candidato independente.

Foi eleito juntamente com João Goulart, que era de outra chapa; a legislação eleitoral daquela época permitia isso.

Goulart era vetado pelos militares para a Presidência da República. Jânio, sabendo disso (assumiu em 1961), armou aquela renúncia-golpe para assumir poderes totais; mandou Goulart fazer uma viagem diplomática à China e renunciou, esperando ser reconduzido com poderes totais. Mas a sua estratégia falhou e ele realmente foi afastado do Governo, em meio a uma crise institucional muito grande; o País esteve à beira da guerra civil.

João Goulart assumiu a Presidência no regime parlamentarista.

Logo em seguida, articulou uma campanha objetivando a realização de um plebiscito para que voltasse a ser Presidente sob o regime presidencialista. Obtida essa nova condição, iniciou o ataque às instituições brasileiras, visando à criação de uma república sindicalista, o que era o seu objetivo, porque com essa república, baseada nas esquerdas, se perpetuaria no Poder, tal como o seu mestre Getúlio Vargas.

Dentro desse quadro, iniciou o seu plano: armou um esquema militar baseado em nomeações de generais e, também, no aliciamento de oficiais de baixa patente e muito principalmente de graduados: subtenentes, sargentos e cabos.

Utilizava a Caixa Econômica Federal, concedendo empréstimos para a compra de automóveis, financiamentos de casas, e assim achava que tinha, por exemplo, a Brigada Pára-quedista na mão. Buscou controlar os comandos dos Exércitos, como a nomeação para o IV Exército do General Joaquim Justino Alves Bastos, ainda General-de-Divisão, para depois, dando-lhe a quarta estrela, mantê-lo conivente com suas ações.

Isso não aconteceu, quero logo dizer, porque os oficiais do Estado-Maior do IV Exército não deixaram o General Justino relacionar-se com João Goulart nem com Miguel Arraes, o Governador de Pernambuco.

O General Justino foi obediente a essa assessoria. Embora uns achem que tenha demorado um pouco para “sair” com a Revolução, em Pernambuco, justiça se faça, nunca houve o relacionamento, por exemplo, que o Almirante Comandante do 3º Distrito Naval (sede em Recife, naquela época) mantinha com o Governador Miguel Arraes.

O Almirante era o Dias Fernandes, freqüentador assíduo do Palácio do Governo.

João Goulart, já no final de 1963 e início de 1964, iniciou o ataque final às instituições.

A grande esquerda brasileira daquela época, os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PC do B (Partido Comunista do Brasil), uma dissidência do PCB de 1962 pensavam adotar João Goulart como útil às suas pretensões: esperavam que Goulart dissolvesse a democracia e, após algum tempo, tomariam o Poder de suas mãos e instalariam a República Popular Brasileira, a República Socialista, como queiram.

Para se ter uma idéia da subversão, João Goulart organizou um comício, o chamado comício do dia 13, no Rio de Janeiro, em frente à Central do Brasil.

Esse comício reuniu no palanque os ministros militares, diversas outras autoridades militares, autoridades da República e os comunistas notórios. Os grandes expoentes da esquerda mais radical estavam presentes e o palanque emoldurado com o símbolo do comunismo internacional – a foice e o martelo.

O comício foi um marco, um sinal de alerta para os que não queriam a tomada do Poder pelas esquerdas. Já havia entre os brasileiros de classe média, bem como entre a massa popular, talvez mais naquela época do que hoje, um inconsciente anticomunismo, nascido graças à Intentona Comunista de 1935, movimento armado sangrento que irrompeu, como sabemos, em novembro daquele ano, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal.

Esse inconsciente e a idéia de liberdade do povo criaram as condições para que a Nação brasileira reagisse ao ataque às instituições, desencadeado pelo Governo Federal.

E assim aconteceu. As Forças Armadas, como não poderia deixar de ser, sensíveis a essa reação, foram intérpretes da vontade popular; a subversão dirigida pelo Governo Federal era grande, barulhenta, mas gerada por uma minoria; a grande maioria da consciência nacional era contra essa onda subversiva e assim deu-se a reação.

Como todos sabemos, foram detidas e neutralizadas a onda subversiva e a instalação da República Sindicalista e, por via de conseqüência, mais adiante, a República Socialista ou a República Popular do Brasil.

Se não fosse a Revolução de Março de 1964, as gerações de hoje precisam saber disso, teríamos aqui um ditador que poderia ter sido Miguel Arraes, Leonel Brizola, o próprio João Goulart, Carlos Marighela, João Amazonas ou qualquer outro, e ele estaria manobrando o Brasil; nosso País seria uma grande Cuba, sem perspectiva, o povo brasileiro um povo-rebanho, dirigido como gado, sem Deus, sem liberdade, sem esperança, sem coisa nenhuma.

Seria um povo sem vontade como é o povo cubano, até hoje, escutando o ditador falar por quatro, cinco, seis horas seguidas, todo mês.

É oportuno comentar um episódio da época, envolvendo o Governador Miguel Arraes, para dar uma idéia da subversão em Pernambuco.

Em agosto de 1963, João Goulart nomeou delegado do Ministério do Trabalho, em Pernambuco, o Sr. Nicanor Leite, que tomaria posse do cargo em cerimônia que se realizaria no Edifício Juscelino Kubitschek, Edifício JK, situado na Avenida Dantas Barreto, no Recife.

Miguel Arraes avalizou o cerco do referido edifício, numa tarde de um dia comum de trabalho, com camponeses armados com foices, facões e estrovengas[1] e, de fato, impediu a posse de um funcionário indicado pelo Presidente da República.

Nesse dia de agosto de 1963, por ordem do Comandante do IV Exército, General Justino, a 1ª Bateria de Obuses do I/7º RO 105, preparada para atuar como tropa de controle de distúrbios, deslocou-se para a praça em frente ao Quartel-

[1] Instrumento agrícola. Espécie de foice de dois gumes.

General da 7ª Região Militar (7ª RM), na Rua do Hospício, e em seguida juntaram-se a ela a Bateria de Comando e a 2ª Bateria de Obuses. A tropa permaneceu em condições de emprego imediato.

Depois do impedimento da posse do funcionário, o Governador partiu para um grande comício, em frente ao Palácio do Governo, na Praça da República. Nesse instante, percebeu a concentração de tropas na Rua do Hospício e atendeu a exigência do General Comandante do IV Exército para que a ordem fosse restabelecida e encerrou aquele movimento.

Para ilustrar o ambiente daquela época, quero citar uma declaração assinada por dez cidadãos, a saber: Antenor Martins de Oliveira, Luiz de Andrade Galvão, Dr. Romero do Rego Barros Rocha, João Arruda Alcoforado, José Fernandes Lobo (da Associação Comercial), Dr. Paulo Carneiro da Cunha, Wilson de Queiroz Campos (presidente do Sindicato dos Diretores Lojistas), José Calazans de Moura (banqueiro), Manoel de Medeiros Lima e Hernane Bezerra de Souza.

Foi em janeiro de 1965, mas referia-se ao Governo de Miguel Arraes:

"Os abaixo-assinados, comerciantes, cidadãos democratas, no seu estrito dever de defender o regime de liberdade só assegurado numa democracia, apresentam, por meio desta, seu testemunho da criminosa ação desenvolvida pelo Sr. Miguel Arraes de Alencar durante o seu nefasto Governo.

Provocador da luta de classes, estimulava diretamente os empregados contra os empregadores, orientando-os a greves ilegais, ao invés de recorrer à Justiça do Trabalho, e ao recurso à violência ilegal de piquetes, como nos casos das greves dos bancos e da construção civil, quando os empregados e o público foram impedidos, pela violência dos piquetes, até mesmo de se aproximarem dos locais de trabalho. Tudo com a cobertura de sua autoridade de Governador.

A coerção contra o Judiciário, como foi o caso do cerco ao Edifício JK onde os locatários particulares, funcionários federais e juízes do Tribunal de Justiça do Trabalho ficaram impedidos de entrar no edifício, bloqueados por indivíduos ostensivamente armados, incitados pelas ordens diretas do Governador que lhes assegurara, o que cumpriu, a não intervenção da Polícia Militar do Estado.

Anfitrião de Júlio Santana, um notório comunista, do bandoleiro Chapéu de Couro e de outros agitadores, reunia-os em Palácio para dar a sua orientação pessoal e com os mesmos fazia refeições, mandando ao final conduzi-los no automóvel oficial do Governador.

Sem a dignidade que o cargo lhe impunha, no dia da sua posse, depois de assumir o Governo do Estado, demagogicamente subiu num poste na Praça da Repú-

blica para discursar aos seus correligionários, que o receberam com a saudação marxista do punho fechado."

Na minha opinião, esses são os antecedentes da Revolução de 31 de Março.

Quero indicar os principais acontecimentos que contribuíram fortemente para o desencadeamento da Revolução: o comício do dia 13, o distúrbio ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, onde fuzileiros navais se rebelaram, quebraram a hierarquia e a disciplina, todos seguidores do Almirante Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais.

Esse fato do Sindicato dos Metalúrgicos chocou profundamente a consciência dos militares (que cultuam e respeitam a hierarquia e disciplina) e foi decisivo para o desencadeamento da Revolução.

O outro foi o comício do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango, como era conhecido João Goulart, reuniu os subtenentes e sargentos das três Forças.

Esses são os três fatores determinantes do Movimento revolucionário de 1964.

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

As Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional. Agiram chamadas pela população que não se conformava em submeter-se a um governo totalitário.

Naquela época, o mundo estava dividido, polarizado: de um lado o chamado mundo livre, os países ocidentais, mundo capitalista, e do outro os países da Cortina de Ferro, como se conheciam os países socialistas.

No meu entendimento, os países socialistas eram pura e simplesmente ditaduras policiais selvagens, legalizadas por um partido único, o Partido Comunista, e baseados num sistema repressor eficiente e cruel. Esses países praticavam – o governo e o partido – o capitalismo; tanto internamente como externamente, eles praticavam o capitalismo do Estado. Nunca foram socialistas.

Havia realmente uma revolução comunista em andamento?

Exatamente. O Movimento Comunista Internacional (MCI) realizou três tentativas de tomada de Poder no Brasil. Pela sua extensão territorial e por possuir fronteiras com quase todos os países da América do Sul, o País era importantíssimo.

Em 1935, os dirigentes do comunismo internacional já imaginavam subjugar o Brasil. Luís Carlos Prestes, quando participou da Coluna que levaria o seu nome, não era, ainda, comunista; por isso mandaram aquela agente alemã do serviço secreto comunista, a Olga Benário, que acabou por conquistá-lo duplamente: atraiu

Prestes para a causa do comunismo internacional e conquistou o seu amor. Essa é que é a verdade sobre a Olga Benário Prestes.

As outras duas tentativas foram em 1964 e em 1968.

Em Pernambuco, como se comportou a Assembléia Legislativa?

A Assembléia Legislativa, quando Miguel Arraes foi deposto no dia 1º de abril de 1964, em reunião extraordinária, cassou o seu mandato de Governador.

É um fato não muito divulgado, mas o legislativo estadual, em reunião extraordinária, tomou essa iniciativa como que ratificando a atitude dos militares, que o depuseram. Deu posse ao Vice-Governador, Sr. Paulo Pessoa Guerra, ato a que assisti no Palácio do Campo das Princesas, na noite do dia dois ou três de abril de 1964.

Como o senhor analisa as ações terroristas no Estado de Pernambuco?

No Estado de Pernambuco, o Deputado Estadual Francisco Julião Arruda de Paula criou as "Ligas Camponesas"; essa organização congregava os trabalhadores rurais da Zona da Mata dos Estados de Pernambuco, Paraíba e até do Rio Grande do Norte.

Não entraram em Alagoas, porque os senhores de engenhos eram violentos e não deixaram que as "Ligas Camponesas" atuassem no Estado.

Miguel Arraes, quando assumiu o Governo, não queria ficar sem o comando da subversão no Estado. Nesse sentido, criou os sindicatos rurais com o intuito de mobilizar os camponeses. Atribuiu-lhes missões e treinamentos: os camponeses, em número que variava de cem a trezentos, deslocaram-se para o Recife, pela Rede Ferroviária do Nordeste, que era dirigida pelos irmãos Almir Braga e Cláudio Braga, homens de confiança do Senhor João Goulart, e pelas rodovias; Pernambuco sempre teve rodovias melhores que as de outros Estados.

Os camponeses vinham e se alojavam no Derbi, no quartel da Polícia Militar de Pernambuco; os cabos e soldados eram dispensados e os camponeses ocupavam os alojamentos dos soldados no aquartelamento.

Dali partiam para ocupar prédios públicos, realizar passeatas, ameaçar, interditar ruas. No interior ocupavam engenhos, seqüestravam os patrões, ateavam fogo em canaviais.

Esse era o clima no Estado de Pernambuco: de terror! O Governador Miguel Arraes, entretanto, nunca quis perder o controle da subversão no Estado.

No interior, agiam as "Ligas Camponesas" e os sindicatos rurais. E no Recife?

Atuavam os sindicatos, os estudantes e também os camponeses quando eram deslocados para a capital.

Quais, na sua opinião, os líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

Os principais líderes da Revolução, em Pernambuco, foram o Coronel João Dutra de Castilho que comandava o 14º RI e foi à Praça da República para a deposição de Miguel Arraes; o Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, comandante da outra tropa (I/7º RO 105) que também foi à Praça da República para depor o Governador Miguel Arraes; o Coronel Hélio Ibiapina Lima, que mais tarde foi encarregado do inquérito para apurar as atividades comunistas.

Aliás, dois inquéritos foram instaurados: o do interior, conduzido pelo Coronel Elisiário Paiva, o escrivão foi o Capitão Fernando Carneiro Leão; para o inquérito da cidade, o encarregado foi o Coronel Ibiabina, com dois escrivães, um deles o Capitão Eros Jovino Marques.

Líderes ainda, o Coronel Antônio Bandeira, E/2 do Comando do IV Exército, e o Coronel Sylvio de Melo Cahú, que comandou a tomada do quartel do Comando Geral da Polícia Militar, na praça do Derbi.

Deposto Miguel Arraes, o Major Hangho Trench, do Exército, comandante da Polícia Militar, amigo pessoal do Miguel Arraes, resistiu, na parte da tarde desse dia. Recebeu o apoio do Prefeito Pelópidas Silveira que cedeu ônibus da Companhia de Transporte da Prefeitura. Com os mesmos armou barricadas e cavou trincheiras no campo de futebol que fica fronteiro ao prédio principal do quartel.

Foi armado um dispositivo militar para tomar o quartel do Derbi e o Coronel Sylvio Cahú comandou a operação.

Quando a tropa, dispondo de viaturas sobre lagartas do Esquadrão de Cavalaria e elementos de Infantaria, partiu para enfrentar os amotinados, que estavam protegidos pelos ônibus e abrigados pelas trincheiras que cavaram, todos abandonaram as armas e correram. O coronel entrou triunfante no quartel e, naquele momento, assumiu o comando da Polícia Militar de Pernambuco.

Um outro líder destacado deve ser citado: o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, que chegou em Pernambuco em dezembro de 1963 e recebeu todo o apoio do Coronel Ivan Ruy, comandante do quartel, para preparar a tropa. Fizemos a Revolução, é preciso que se diga, com recrutas incorporados no dia 13 de janeiro de 1964. A Revolução, aqui em Pernambuco, desenvolveu-se no dia 1º de abril de 1964.

Pensando na Revolução, o Major Hugo, designado S/3, criou um programa de adestramento do contingente incorporado "para ficar pronto, tendo em vista uma possível Revolução". Ele sempre repetia isso.

Durava, praticamente 24 horas, a instrução no quartel do I/7º RO 105.

Como S/3, de botas, com uma varinha na mão, acionava a cigarra dando início às sessões de instrução; dividiu o contingente entre os oficiais e sargentos

disponíveis de modo que para cada grupamento havia dois oficiais instrutores e dois sargentos monitores. Enquanto uma dupla de instrutor e monitor empenhava-se na instrução, os outros dois eram obrigados a estar presentes.

A instrução, no horário de verão, começava ainda na escuridão, às cinco horas, o que correspondia a quatro horas da manhã. Ao meio-dia iniciava-se um intervalo de uma hora para almoço, recomeçando à uma hora e estendendo-se até as quatro horas da tarde. Novo intervalo para um lanche de vinte minutos e recomeçava a instrução com ordem-unida, que até então não fora ministrada, e seguia até as sete e meia da noite. Nesse momento é que eram dados os toques de corneta, um após o outro, de boletim, rancho e ordem.[2]

Ele conferia diariamente e a toda hora.

O "Ibope" do major entre os oficiais estava lá embaixo, mas com a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março, subiu.

O pessoal dizia:

– O major tinha razão, realmente veio para cá para preparar a tropa para a Revolução!

O senhor acredita que ele veio com um fim determinado – porque possuía informações – de treinar a tropa, com a finalidade de prepará-la para a Revolução, ou foi iniciativa dele?

A transferência do major para Recife não teve nenhum objetivo específico; possivelmente foi um castigo, com certeza, por sua posição ideológica.

O Major Hugo terminou o curso de Estado-Maior e veio para um corpo de tropa; não teve a oportunidade de estagiar. Todo concludente da Escola de Comando e Estado-Maior faz um estágio num Comando de Grande-Unidade, mas ele foi designado diretamente para a tropa.

Se existe uma história de cobertura sobre tudo isso e ele veio realmente com essa missão, não sei. Pode ter vindo.

Ninguém podia brincar com a argúcia do General Castello Branco!

O General Castello Branco não era um revolucionário convicto. Acredito que preferisse estancar aquela onda subversiva no Brasil de outra maneira, como homem da lei que era. Entretanto, sendo, também, realista e bom militar, preparou-se para "embarcar" na Revolução, caso outros a deflagrassem, e foi assim que aconteceu.

A Revolução decorreu, naturalmente, da indignação e da revolta e o General Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, naquela época, preocupou-se com a coordenação de todo o Movimento, tanto que foi eleito Presidente da Repú-

[2] O toque de ordem significa término de expediente.

blica. Sempre voltado para a legalidade, porém, procurou organizar com os deputados uma chapa e apresentou – não foi uma escolha boa, não foi uma escolha feliz – o José Maria Alkmin, político conhecido como pouco sério; mas foi eleito.

Por essa característica de legalista, o General Castello Branco não se dispôs a permanecer no Governo o tempo correspondente a um novo mandato. Ele não foi aquele revolucionário impetuoso como o General Costa e Silva, como o General Mourão, como o General Carlos Guedes, como o General Muricy, que partiu lá de Minas Gerais. Mas teve que ceder às pressões do grupo.

O General Castello Branco, homem sério, passou apenas três anos e onze meses no Governo, quando deveria ter passado cinco anos. Neste prazo – cinco anos de mandato – possivelmente teria criado condições para sufocar a incipiente guerra revolucionária, evitando o Ato Institucional nº 5 (AI-5) depois, resolver os problemas econômicos e passar o Governo aos civis, no final do mandato. Entretanto, acredito que, de qualquer forma, foi melhor, porque os governos militares tiveram tempo de construir a infra-estrutura colossal de que o Brasil dispõe hoje para crescer.

Costa e Silva infelizmente adoeceu e, também, não terminou o seu período de Governo. Veio, então, a Junta Militar, pois realmente não existiam condições de normalidade para a passagem do Governo. Havia sérios indícios de que a luta armada se instalava no Brasil.

Como disse antes, o Movimento Comunista Internacional tentou três vezes tomar o Poder no Brasil, antes do desmoronamento da cortina de ferro e da queda do Muro de Berlim. Passada a segunda tentativa, em 1964, os subversivos que permaneceram no País, recebendo instruções e apoio dos que estavam lá fora, iniciaram a luta armada: terrorismo, guerrilhas urbana e rural, os ingredientes da guerra revolucionária. Nesse contexto, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi absolutamente necessário porque senão perderíamos a guerra que havíamos ganho em 1964.

Sem as ferramentas do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional (LSN), sem os dados colhidos pelos Destacamentos de Operações de Informações (DOI), e sem o trabalho dos setores de inteligência, os comunistas teriam conseguido, nessa terceira tentativa, implantar a República Popular do Brasil.

Sobre os líderes civis da Revolução, o senhor apontaria algum?

Antes, gostaria, ainda, de citar como líderes militares, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida e, não poderia deixar de mencionar, o General Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, que atuou de maneira equilibrada e firme, aceitando de bom grado a assessoria dos seus comandados.

A Marinha e a Aeronáutica estiveram ausentes. O Comandante do Distrito Naval, Almirante Dias Fernandes, visitava freqüentemente o Governador Miguel Arraes no Palácio do Campo das Princesas.

Quanto aos líderes civis, podemos citar o usineiro José Lopes de Siqueira Santos, o Senhor Francisco Falcão, da Associação dos Plantadores de Cana, o Senhor Wilson de Queiroz Campos, Presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco, o Senhor Antônio Galvão, vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco e ainda o Senhor Álvaro da Costa Lima, notório anticomunista, que ocupou vários cargos na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

O Movimento de 31 de Março teria contado com ajuda externa, financeira ou política?

O Movimento contou com muito pouca ajuda externa, tanto política quanto financeira. Após a consolidação do primeiro Governo, Castello Branco, é que aconteceu maior ajuda, principalmente financeira, para o reaparelhamento das Polícias Militar e Civil.

O Brasil salvou-se a si mesmo. Falam que uma esquadra americana rondou por aí, mas não chegou, não apareceu nem no horizonte; tudo foi resolvido por nós mesmos.

O Exército, apesar da pobreza franciscana – não tínhamos armamentos, viaturas e material de comunicações adequados – tinha a unidade de pensamento, chefia e liderança, especialmente dos oficiais subalternos à frente de suas frações, instruindo-as 24 horas por dia.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

O "esquema militar" do Governo Federal desmoronou pela falta de credibilidade do Presidente da República, o Senhor João Goulart, e pelo trabalho desenvolvido pelos militares do Exército, oficiais e praças. Principalmente os comandantes de subunidades e Unidades, que demonstrando, diuturnamente, amor à profissão, à liberdade e ao Brasil, fizeram com que aqueles que se havia comprometido com João Goulart aderissem, todos, aos verdadeiros líderes do Movimento revolucionário.

Entretanto, o "esquema" funcionou, em parte, contra as outras Forças Singulares, durante o desencadeamento e até a consolidação do Governo Castello Branco; quer dizer, nos primeiros dias depois da Revolução, setores da Marinha e da Aeronáutica ficaram neutralizados.

Isso ocorreu em Pernambuco; a tropa que se encontrava na Praça da República com o intuito de depor o Governador Miguel Arraes estava preocupada com a ponte

que conduz ao bairro do Recife, porque, naquela época, nesse bairro, existia o quartel dos Fuzileiros Navais, que possuíam armamento superior, tipo FAL (Fuzil Automático Leve), mais moderno do que o mosquetão 7mm.

Lembro, inclusive, que tendo chegado ao quartel do I/7º RO 105, após o cumprimento de uma missão no município pernambucano de Goiana, eu e meus companheiros ouvimos o som de disparos vindo da Praça da República. Logo imaginamos a possibilidade de os Fuzileiros Navais terem ido acudir o Governador, justamente pelo bom relacionamento existente entre Miguel Arraes e o Almirante Dias Fernandes. Mas estávamos errados, porque os tiros foram por outro motivo: o controle da multidão na Rua das Florentinas, nas cercanias do Palácio do Campo das Princesas.

Qual a sua opinião quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, particularmente do Exército, que estiveram na iminência do combate?

Os atributos "chefia e liderança" são desenvolvidos no Exército, porque os oficiais responsabilizam-se diretamente pela formação das praças. Ministram a instrução, não delegando suas obrigações aos graduados; estão à frente de todas os procedimentos. Desse modo, exibindo suas capacidades profissional e moral, adquirem uma liderança muito grande. Por isso, o comandante da Unidade confia no oficial subalterno que está à testa de seus subordinados.

Posso dizer, sem medo de errar, que o Exército Brasileiro, em todas as fases da Revolução de 1964, foi o seu principal ator. Acredito que desenvolveu condições para isso, em virtude da diuturna dedicação de seus profissionais.

O senhor identificou, na montagem da Revolução, algum objetivo estratégico claramente definido?

Os primeiros movimentos da Revolução caracterizaram-se por um desdobramento espontâneo, mas, logo em seguida, o Marechal Castello Branco, qualificou-se para dirigir e coordenar os procedimentos que se seguiram. Notava-se claramente.

Em Pernambuco, já disse antes, o Governador possuía um Plano. Treinou um esquema para trazer camponeses das várias zonas: Mata Sul, Mata Norte, Centro; utilizava as rodovias e ferrovias e enchia a cidade, às centenas, de camponeses.

Esse esquema não funcionou.

O problema no Nordeste foi Pernambuco. Paraíba e Alagoas não tinham problemas; em Sergipe só o Governador Seixas Dória, logo neutralizado.

Tropas de Alagoas fecharam os acessos da Mata Sul para Recife. Tão logo o RO (Regimento de Obuses – simplificação do nome do I/7º RO 105) saiu do quartel para o cerco do palácio, chegaram o 15º RI (15º Regimento de Infantaria), de João Pessoa

e, se não me engano, o 16º RI, de Natal; também veio para Pernambuco uma Unidade do Grupamento de Engenharia. Como se observa todas as vias de acesso – do norte e do sul com destino ao Recife –, que eram utilizadas no esquema do Governador para trazer os camponeses da Zona da Mata, foram barradas e isso só pôde ter sido feito mediante um planejamento estratégico.

O Senhor citaria alguns exemplos de coragem pessoal observados no desenrolar dos acontecimentos?

O Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, no episódio da deposição e prisão do Miguel Arraes. A notícia espalhou-se e o povo concentrou-se na região do entroncamento da Praça do Diário com a Avenida Dantas Barreto. O acesso até a Praça da República, onde fica o Palácio do Governo, era feito pela estreita Rua das Florentinas.

Não sou testemunha ocular desse fato, porque me desloquei com a 1ª Bateria para a cidade de Goiana, PE – foi a primeira tropa que saiu do quartel do RO – com a missão de prender um "major" da Polícia Militar de Pernambuco, João Bezerra de Araújo, que estava reunindo camponeses do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, município pernambucano, para trazê-los ao Recife. Segui para o rumo Norte. Esse oficial era elemento de confiança de Arraes e possuía treinamento especial de guerrilha.

O Capitão Aurino de Araújo Pereira, comandante da Bateria, solicitou ao Coronel Ivan Ruy que eu acompanhasse a tropa, pois não pertencia aos quadros da 1ª Bateria de Obuses.

Fui com o Capitão Aurino numa viatura civil cedida por alguns industriais do Grupo Lundgren, das Casas Pernambucanas, e a tropa seguiu depois, como contigente de Infantaria. Lembro que o Tenente Benedito Grangeiro Costa participou da missão.

Seguimos na dianteira para sondar e também receber informações de elementos ligados ao Coronel Ivan Ruy. Antes que a tropa chegasse, o "major" da Polícia apareceu – não era major, era tenente – e dirigiu-se a nós, quando foi preso. Logo depois, chegaram as viaturas – jipes e caminhões – com a tropa.

Por que o senhor diz "major"?

Em virtude da notícia que chegou ao RO dando conta que era um "major" da Polícia.

Ele foi preso na entrada da cidade de Goiana; ele nos abordou, a mim e ao Capitão Aurino.

Essa abordagem foi agressiva?

Não, ele nos abordou para saber o que estava acontecendo. Estava fardado, de coturno, estrelas de oficial, utilizando uma viatura e motorista do Departamento

de Saneamento do Estado – naquela época não existia a Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento). Levava uma metralhadora de mão com dois carregadores e um revólver calibre 38. Já naquela época, enquanto todos usavam a camisa de instrução por dentro da calça, ele a usava por fora e o cinto de guarnição por cima, pra facilitar os movimentos.

Quando se apresentou, perguntando sobre os acontecimentos no Recife, os "contatos" que procurávamos também chegaram e disseram:

– Esse é o homem que está reunindo os camponeses!

Não resistiu à voz de prisão. De imediato, o Capitão Aurino designou, para me auxiliar, o Sargento Heleno, da Seção de Serviços, mecânico, sem nenhuma prática de combate, quatro soldados recrutas, e uma viatura tipo veraneio, Chevrolet, também cedida por empresários do Recife ao Coronel Ivan Ruy.

O Capitão Aurino prosseguiu com a coluna, a fim de cumprir a sua missão de dispersar os camponeses reunidos e evitar que eles se dirigissem para o Recife.

Embarcamos na viatura e viemos embora; diz o Sargento Heleno que eu dirigia – e eu não gosto de correr – a 140km/h.

Quando cheguei ao quartel não encontrei ninguém, estava vazio. O Capitão Egídio Silva, que havia permanecido com a sua Bateria de Serviços na segurança do quartel, em virtude de falsas notícias de ataque aos paióis, mobilizou todo o pessoal, até mesmo a turma da guarda e deslocou-se para a região dos mesmos, que fica bem longe do conjunto principal do quartel.

Procurei as chaves das prisões, mas não as encontrei; só ficou uma sentinela no portão. Esperei de quinze a vinte minutos para que aparecesse alguém com as chaves.

O preso notou o improviso da operação. Confesso que não tinha muita prática de guerrilha, de prender – era tenente de Artilharia – e não dispunha de algema e cordas. Por isso, o cidadão veio com os movimentos livres, se mexeu muito dentro da viatura, a ponto de um soldado perguntar:

– Tenente, ele não tem uma faca, não?

Afinal, depois de trancafiá-lo, o Capitão Egídio ligou para o Quartel-General (QG) e o Coronel Bandeira determinou que o preso fosse conduzido ao IV Exército. Para conduzi-lo ao Quartel-General, já em outra situação, ele foi amarrado direitinho.

Mas, como relatava, não testemunhei a história contada sobre o Major Hugo porque estava nessa missão que acabo de narrar. Sou testemunha por ouvir dizer, não estava presente. E soube que aconteceu o seguinte: os acessos à Praça da República, onde fica o Palácio do Governo, estavam barrados por tropa do Aspirante Osman Godoy; a tropa se encontrava na Rua das Florentinas, exatamente em frente

à multidão. O Major Hugo, vendo o perigo iminente, armado com metralhadora INA (Indústria Nacional de Armas), tomou posição na fração do Pelotão que estava em linha barrando aquela rua, marchou em "passo de ganso" em direção à multidão e acionou a sua metralhadora INA.

Sem prática, esqueceu de liberar o retém de segurança que fica junto ao carregador; por isso tomou do soldado vizinho o mosquetão e fez os tiros contra a multidão.

Ele mesmo contou isso!

O *Diário da Noite*, órgão do *Jornal do Commercio*, do dia 1º ou 2 de abril – o episódio ocorreu, mais ou menos, à uma hora da tarde do dia primeiro, logo a notícia pode ter sido publicada na edição desse mesmo dia – estampou uma fotografia confirmando exatamente isso: o Pelotão avançando, o Major Hugo à esquerda, a metralhadora ainda a tiracolo, abandonada; todos os soldados com as armas apontadas para cima com a inclinação de 45° ou mais e a arma do major na horizontal.

Diário da Noite foi um jornal que saiu de circulação, mas pertencia ao *Jornal do Commercio*.

Há um outro fato que também sei por ouvir dizer: quando as tropas tomavam posição na Praça da República e se estabelecia contato com a guarda da Polícia Militar, exigindo a retirada da mesma do Palácio do Governo, aconteceu um incidente muito interessante.

O Tenente José Wilson Rodrigues foi encarregado de instalar a metralhadora .50, que é orgânica da Bateria de Artilharia, e o fez exatamente em frente ao Corpo da Guarda do Palácio do Governo, naquela amurada do Rio Capibaribe. Preparou o reparo, colocou a metralhadora com a esteira de cartuchos .50 e decidiu, por sua conta, experimentá-la: girou-a para o rio e disparou um ou dois tiros, como teste. Ninguém o mandou instalar aquela metralhadora ali, apontada para o Corpo da Guarda. Foi iniciativa do tenente; afirmo porque o temperamento dele era assim.

Talvez por isso a guarda tenha saído tão submissa e se recolheu a um quartel da Polícia que existia, naquela época, exatamente atrás do prédio dos Correios, onde agora funciona uma repartição da Secretaria de Educação. O teste do tiro foi muito bom e resultou na designação da 2ª Bateria de Obuses para assumir a guarda do Palácio.

Resultou do Movimento revolucionário alguma coesão no seio do Exército?

Sim, integrantes da Força Terrestre sentiram que apesar das carências – faltavam viaturas, armamentos, material de comunicações, tropas mais treinadas etc. – o poder do Exército mostrava-se sólido. Baseava-se na unidade de pensamento, na hierarquia e na disciplina consciente, no amor ao Brasil, no devotamento ao dever e nas capacidades moral, física e profissional de seus quadros.

O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março fundamentou-se no ideal de liberdade, na repulsa ao comunismo, no inconsciente coletivo anticomunismo que prevalecia naquela época e ainda existe hoje na população brasileira.

A força maior de nosso povo, apesar de sermos pobres, é o sentimento de liberdade.

Geralmente a imprensa refere-se à Revolução como golpe. O que o senhor pensa a respeito?

Não concordo de modo algum. Golpe ou quartelada é um movimento restrito a pequenos grupos que procuram empolgar o Poder pelo Poder e cujos objetivos resumem-se na obtenção de vantagens, benefícios materiais.

A Revolução de 31 de Março de 1964 empolgou a esmagadora maioria da consciência livre brasileira. As Forças Armadas, o Exército principalmente, atenderam aos apelos dos brasileiros e saiu às ruas para abafar a onda subversiva que por pouco não nos sufocou.

As novas gerações e também as do futuro precisam saber que a liberdade de que desfrutam atualmente resultou do Movimento de 31 de Março de 1964 e de seus desdobramentos.

Referindo-se ao Movimento de 1964 pode-se repetir: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos" (frase de Winston Churchill, referindo-se à Força Aérea Inglesa na Segunda Guerra Mundial).

Quais foram os benefícios que a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

A Revolução baniu os subversivos e puniu os corruptos. O País partiu célere para o desenvolvimento. Até 31 de março de 1964 era atrasado em muito aspectos; a partir desta data transformou-se num Brasil moderno, com infra-estrutura para progredir e crescer.

A mídia divulga e muitos acreditam que o Brasil desenvolveu-se a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, mas não é verdade. Juscelino Kubitschek tem o grande mérito de ter iniciado a construção de Brasília e de ter trazido para o Rio de Janeiro uma montadora de carros, ainda sem condições de fabricar.

A Revolução de 1964 consolidou e desenvolveu Brasília e realmente incrementou a indústria automobilística brasileira, com toda a infra-estrutura necessária. O Brasil era carente em energia, em estradas de rodagem; não dispunha de indústria química, indústria de comunicações, indústria automobilística, indústria aeronáutica, indústria naval; era deficiente em siderurgia e possuía atrasada organização administrativa. O Brasil precisava de tudo. A Revolução fez quase tudo.

Toda a infra-estrutura do Brasil de hoje foi construída pela Revolução de 31 de Março de 1964. Não tenho medo de errar nesse raciocínio.

Precisamos hoje, apenas, investir na saúde, instrução e educação do povo e trabalhar para que o País volte a crescer, porque a Revolução proporcionou infra-estrutura para isso.

Houve erros?

Sim, talvez, na seleção de prioridades.

Alguns dizem que a Revolução demorou-se no Poder. De fato, mas essa demora foi benéfica para o País, tendo em vista as circunstâncias do momento, e permitiu que os governos revolucionários criassem a infra-estrutura necessária para o nosso desenvolvimento. Chegamos a ser a oitava economia do mundo e não foi por outro motivo senão porque possuíamos condições para tal. Está faltando significativa poupança interna para não depender tanto do capital estrangeiro e investir na educação e na instrução do povo.

Na sua opinião, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a criação de órgãos de informações e de operações, bem como o agravamento da Lei de Segurança Nacional foram necessários?

O AI-5 foi promulgado em dezembro de 1968. Foi necessário, porque estávamos ameaçados pela subversão, que já havíamos desbaratado.

Uma nova guerra revolucionária estava se formando no Brasil e para vencê-la sem estardalhaço – a guerra revolucionária vive de propaganda – o combate teria que ser silencioso, sem dar fôlego ao inimigo. Precisávamos do AI-5, da Lei de Segurança, dos órgãos de inteligência, ditos na época de informações. Naquele tempo, sem esses instrumentos e sem as operações de inteligência, repito, teríamos perdido a guerra que já havíamos ganho tão rapidamente, em 1964.

Hoje, acredito que o Brasil precisa de algo semelhante para combater o narcotráfico, o banditismo e a violência. Não existe mais o perigo comunista, mas as ameaças atuais parecem-me maiores. Nós vamos aceitando... aceitando... e daqui a pouco estaremos elegendo um Presidente da República chefe do narcotráfico. Precisamos de algo semelhante ao AI-5, à Lei de Segurança Nacional e aos órgãos de operações de informações para combater a violência, o banditismo e o narcotráfico.

Tortura a presos políticos?

Diz o pessoal da esquerda que a prática de torturas a presos políticos teria sido comum depois do AI-5, quando as guerrilhas urbana e rural se instalaram e o

inimigo procurava implantar a guerra revolucionária. Durante o ano de 1964, falo pelo Nordeste, praticamente não houve tortura em presos políticos.

Como S/1 (Chefe da Seção de Pessoal) do RO, encarregado dos presos, encontrei um deles, chamava-se Valdir Ximenes e fora auxiliar direto do Governador Miguel Arraes, nas imediações da Formação Sanitária, sentado numa cadeira, parecendo doente. Esse homem tinha sido presidente da Companhia de Revenda e Colonização (CRC) de Pernambuco, que dava suporte financeiro a toda e qualquer atividade subversiva do Governo pernambucano, e era casado com uma prima-irmã de Miguel Arraes. Sempre adotei medidas para que atos de violência não fossem praticados. Sendo encarregado dos presos, não queria vê-los submetidos a essas práticas.

Testemunhou algum caso?

Não testemunhei. Soube de um caso, por ouvir dizer, inclusive um fato que se tornou conhecido naquela época e que motivou, até, a ida do General Ernesto Geisel ao quartel do I/7º RO 105. O General Geisel, na época, era auxiliar direto do Presidente da República Castello Branco; foi tratar com o comandante para liquidar esse assunto, porque os parentes se queixaram.

O senhor acredita que as Forças Armadas de algum modo se locupletaram, aproveitando-se dos governos cujos presidentes eram militares?

De modo nenhum. Os chefes militares deixaram de equipar as suas forças para que os governos empregassem os recursos em outras áreas que consideravam de maior prioridade; até os vencimentos dos militares em momento algum chegaram ao patamar desejado pelo pessoal.

O senhor gostaria de ressaltar mais alguns aspectos ligados ao desencadeamento da Revolução?

Quando daqueles fatos que precederam a Revolução: o comício do dia 13 de março, a rebelião dos Fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos e o episódio do Automóvel Clube, aconteceram reuniões, espontâneas, aqui na guarnição do Recife. Numa delas, no quartel do I/7º RO 105, ficou decidido enviar emissários às diversas Unidades da guarnição para uma tomada de consciência. O Coronel Ivan Ruy, Comandante do quartel, estava de férias na sua casa de veraneio em Itamaracá. Coube ao Major Hugo conversar com o General Justino, tendo dito aos presentes:

– Vou ao Quartel-General conversar com o General Justino e voltarei, mesmo que ele me dê voz de prisão. Terá que me prender de fato, fisicamente, porque se me der somente ordem de prisão, eu voltarei.

Por que teria passado pela cabeça do Major Hugo receber uma ordem de prisão vinda do Comandante do IV Exército? Não estavam ambos no mesmo ideário?

Mas o I/7º RO era uma Unidade subordinada à Região Militar – não existia ainda a Brigada – e o Major, com esse procedimento, estaria querendo ultrapassar o comando superior.

A idéia era iniciar alguma ação militar?

A idéia era, reunidos, ver o que poderíamos fazer.

O Major Hugo seguiu para o comando do IV Exército; fui à Bateria de Costa, do Bairro Novo (1ª/3º GACosM – 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado); o Capitão Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho dirigiu-se ao 14º RI, porque conhecia o Comandante, Coronel Castilho. Foram feitas ligações, ainda, com outras Unidades do Recife, como a Companhia de Guardas, o CPOR, o Parque de Moto e mais algumas.

Os emissários conversaram com seus anfitriões e, em face disso, o Comandante do IV Exército, General Justino, apressou-se em comparecer ao RO. Reuniu os oficiais e me lembro muito bem quando falou:

– O meu braço vai do Maranhão à Bahia; não podemos nos precipitar. Temos que manter a calma e desencadear as nossas ações de acordo com os acontecimentos, na hora certa.

E assim aconteceu. O Coronel Ivan Ruy foi chamado (estava de férias) e quando chegou, o quartel estava em ordem de marcha, pronto para sair: as viaturas todas preparadas, em colunas. Tenho dúvidas de que o Grupo tenha saído para o Palácio com os obuses; penso que foram para lá depois. Pelo menos, a 1ª Bateria, que saiu do quartel para cumprir missão no norte do Estado, o fez como tropa de Infantaria e, tudo indica, a 2ª Bateria, também, foi para a Praça da República na mesma situação.

O obus lá seria um trambolho. O Coronel Ivan Ruy conhecia os ensinamentos de Canudos e sabia que a tropa deveria deslocar-se sem os obuses. Depois, para servir de barreira à possível aproximação dos Fuzileiros Navais do Bairro do Recife ou da multidão, foram colocados, em pontos estratégicos: Ponte Princesa Isabel e Ponte Buarque de Macedo. Em frente ao Palácio, também. Lembro-me bem de que, pela madrugada, neste local, preparou-se a munição dos obuses. Recebemos um radiograma, responsável por essa medida, de seguinte teor: "Possível contra-revolução comandada por graduados!" Permanecemos nas cercanias do Palácio dias 1º, 2 e 3 de abril.

O senhor se lembra da origem desse radiograma?

A mensagem veio do Comando do IV Exército e foi recebida, parece-me, pelo Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque, pois o Coronel Ivan Ruy, logo nos primeiros momentos, foi nomeado Secretário de Segurança Pública.

Em função dessa mensagem, como disse a pouco, nos determinaram que preparássemos a munição. Os obuses foram colocados nas posições adequadas, até mesmo um bem na frente do Palácio do Governo, barrando as vias de acesso que do Palácio da Justiça demandam à sede do Governo estadual.

É estranho. Uma mensagem que informa sobre uma contra-revolução dos graduados, cabos e sargentos, não parece coerente, porque seria indício de falta de coesão. Se havia coesão...

No Exército havia coesão, mas existia uma grande interrogação quanto à Marinha e a Aeronáutica; poderia a mensagem ter-se referido às duas Forças Singulares.

Ambas permaneceram silenciosas naqueles dias, notava-se que estavam completamente perplexas. Deve ter havido muita coisa lá de que não tomamos conhecimento. Ouvi dizer, não sei se é verdade, que no Rio de Janeiro, na Praça Mauá, os graduados das tripulações dos contratorpedeiros e outros navios da Marinha jogaram os oficiais na água.

Na opinião do senhor a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

A conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil. Houve um acontecimento significativo, a Revolução Islâmica que derrubou o Xá do Irã, bem como a pressão de algumas potências, inclusive dos Estados Unidos.

O senhor teria alguma crítica com relação aos governos presididos por militares?

Os governos militares poderiam ter feito jus a esse título mais efetivamente, e escolhido melhor os seus ministros e auxiliares de primeiro escalão.

Como tiveram que trabalhar com o que existia, então, muita coisa aconteceu à revelia dos objetivos dos governos revolucionários.

Certa vez, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou a seguinte manchete: "Revolução Encabulada" – justamente por isso, porque os militares fizeram a Revolução e o Marechal Castello Branco foi procurar José Maria Alkmin para ser o seu vice-presidente.

Os governos revolucionários procuravam os civis para formar os seus ministérios; se fossem mais militares (não é que o Exército tivesse quadros suficientes para todos os cargos) poderiam ter realizado mais.

O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

Quando a Lei da Anistia tramitava no Congresso, alguns políticos da oposição, um deles – eu não queria citar, já morreu – foi o Ulysses Guimarães, optaram por vetar a volta de vários políticos exilados; por exemplo, Miguel Arraes não voltaria, Leonel Brizola não voltaria, numa clara tentativa de eliminar concorrentes

para as eleições que se aproximavam, porque esses elementos que regressavam tinham peso nas urnas, eram bons de urna, como se diz.

Próprios militantes da esquerda, que estavam aqui no Brasil, tentaram fazer com que a Lei da Anistia fosse restrita.

O que aconteceu? A grande esquerda reagiu e disse: "Queremos a anistia ampla, geral e irrestrita." Era o que se ouvia dizer e até hoje soa nos ouvidos: anistia ampla, geral e irrestrita.

Exatamente isso era o que os governos militares queriam. Só que os políticos não imaginavam que a anistia ampla, geral e irrestrita também serviria para os militares que participaram de todos os movimentos, de todos os "entreveros". Quando descobriram que ela anistiava, também, os militares, ficaram decepcionados e viram que haviam caído numa armadilha criada por eles mesmos.

Como o senhor analisa a imagem do Exército, após a Revolução? Sofreu desgastes ou aumentou a aceitação junto à sociedade?

A imagem do Exército nos primeiros anos da Revolução foi exaltada. Posteriormente, desgastou-se um pouco, como é natural.

Quando Castello Branco assumiu o Governo, a idéia geral era de que o Brasil estava falido. Na Praça da Independência (no Recife) existia uma farmácia chamada Simões Barbosa; dentro dessa farmácia instalou-se uma comissão para receber donativos da população para salvar o Brasil da bancarrota.

Formaram-se filas para as doações, a fim de salvar o Brasil. Eram doados relógios, anéis, jóias e outros objetos. Isso vi, porque naqueles primeiros dias sempre fazíamos ronda pela Pracinha para ver se existia alguma aglomeração ou presença de agitadores. Testemunhei a fila de populares fazendo entrega, à comissão de recepção que estava instalada dentro da Farmácia Simões Barbosa, de donativos para o Governo salvar o Brasil.

O senhor crê que exista uma mobilização política contra os militares, nos dias de hoje?

Existe, de um modo geral, esse inconsciente, certo preconceito contra os militares; como existe um inconsciente anticomunismo, existe no Brasil, atualmente, um inconsciente antimilitarismo.

A criação do Ministério da Defesa afastou, de saída, quatro militares do primeiro escalão do Governo: Ministros da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Os militares das Forças Armadas estão proibidos, por leis estaduais, de comandar as polícias militares dos Estados.

Por exemplo: naquele tempo era corriqueiro colocar-se um coronel no comando da Polícia Militar; o Vilarinho (Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto) foi comandante da Polícia Militar de Pernambuco, como major; o Hangho Trench era Major e foi comissionado como Coronel para comandar a mesma Polícia Militar.

Hoje, por lei, é proibido a qualquer oficial das Forças Armadas comandar Polícia Militar de qualquer Estado.

Coronel Petrônio, o senhor gostaria de acrescentar algo mais ou deixar uma mensagem, ao final de sua entrevista?

Atualmente, com o desmantelamento da Cortina de Ferro, não mais existe o comunismo. Surgiu, entretanto, um inimigo muito forte: o narcotráfico, o banditismo e a violência.

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) federal e estaduais do narcotráfico estão prestando grande serviço ao País. Lamento, apenas, que em Pernambuco os deputados sem ligação com a esquerda, "não engajados", como eles são referidos, negaram-se a ocupar os dois cargos mais importantes – presidente e relator. O Presidente é o Pedro Eurico, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), porque os outros partidos não aceitaram esse encargo.

Vivemos uma situação dramática causada por esse inimigo. Acredito que uma medida efetiva seria acabar com a livre fabricação de armas, no Brasil. É uma atividade que não pode dar lucro; as fábricas seriam estatais.

O arcabouço jurídico e a estrutura revolucionárias poderiam, com as adaptações necessárias, servir de modelos para o combate ao narcotráfico, ao banditismo e a violência, que tanto nos afeta.

Coronel Osman Godoy

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Serviu no Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, e no Pelotão de Fronteira de Ipiranga, AM. Comandou, em 1989, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife. Foi coordenador do Projeto Calha Norte sobre a ocupação da fronteira amazônica.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Especializado em guerra na selva pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em 1967.
- Realizou vários cursos sobre cinema, atividade que se dedica atualmente.
- Em 1964, era 2º-Tenente e servia no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105), em Olinda, PE.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

O senhor gostaria de falar algo sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964, no que tange o seu quartel?

A título de preâmbulo, gostaria de falar sobre uma cativante experiência que tive há pouco tempo: a preparação de um filme sobre Frei Caneca. Excelente oportunidade para mergulhar a fundo numa pesquisa histórica sobre esse nosso herói, na qual identifiquei uma parte muito interessante que diz respeito ao trabalho que estamos realizando nesta entrevista.

Entre os depoimentos de como teria ocorrido a execução de Frei Caneca, existe o de um senhor que escreveu, cinqüenta anos após a execução, informando que tinha sido testemunha ocular. Como tive acesso a outras fontes históricas sobre o mesmo tema, cheguei à conclusão de que muita coisa estava discrepante das fontes históricas oficiais.

Esta introdução é para reconhecer que, falando do meu depoimento, é possível que surjam certas informações imprecisas, porque 36 anos já se passaram daqueles fatos. Muita coisa aconteceu, alguma particularidade a gente esquece, e remanescerá a dúvida sobre o que poderá ser tomado como historicamente correto.

Cheguei a Recife, em 1963, jovem aspirante egresso da Academia Militar, e tudo no I/7º RO 105 revelava-se empolgante. Quanto à política, de fato, não era muito ligado. Nossa preocupação residia em ministrar bem as instruções, especialmente para os recrutas.

Particularmente interessante, naquela época, o fato de a carga horária da instrução estar dividida quase meio a meio: uma parte era a regular de Artilharia, e a outra, por influência da guerra do Vietnam e da conjuntura internacional, era absorvida pela instrução de guerra revolucionária – guerrilha, controle de tumultos etc.

A instrução foi muito intensificada, no início de 1964, coincidentemente com a chegada à Unidade de um oficial superior que passou a desempenhar as funções de S/3, o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida, especialmente se comparada com a do ano anterior.

Começava com as luzes apagadas, ainda não havia nascido o Sol, e terminava lá pelas dez horas da noite, com grande ênfase, como comentei, no controle de tumultos, guerrilhas etc. Fazíamos, até mesmo, exercícios de campanha sobre tema de guerra não convencional.

Os tenentes comentavam sobre as razões do aprimoramento da instrução? Falavam nisso?

Havia comentários, mas eu não me preocupava muito, embora achasse que pudesse vir a acontecer alguma coisa. O major gostava mesmo de instrução; muito

esforçado, morava no quartel, pois viera solteiro. Preparava-nos para a ação com bastante realidade e vigor.

Insisto em referir-me à prática dos exercícios no terreno sobre guerrilha, combinados com os de controle de tumultos, porque guardam certa relação com o que viria acontecer depois.

Em um exercício realizado no Forte de Pau Amarelo, local onde havia muito mato, foi feita a limpeza a fim de balizar no terreno um arruado para a prática de instrução de controle de tumulto em área urbana. Um repórter do *Diário de Pernambuco* assistiu ao exercício e, no final – quem estava no comando era o Major João José Cavalcanti de Albuquerque, pois o Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira estava de férias – o Major Hugo disse ao repórter:

– Com esse tipo de adestramento somos capazes de controlar cerca de seis mil pessoas na rua, sem que seja necessário disparar um único tiro.

Não que tenha guardado isso, naquela época, mas estive consultando os jornais, recentemente, e localizei a reportagem, muito interessante, noticiando aquele tipo de exercício que se fazia, de antiguerrilha. Lá estava, também, a informação do Major Hugo: um pequeno número de soldados bem treinado teria condições de controlar, numa rua, seis mil pessoas, sem que se disparasse um único tiro!

Esse era o panorama, às vésperas da Revolução. Sempre lia os jornais que informavam sobre o clima de descontentamento, de balbúrdia, de confusão, algumas ocorrências na cidade, envolvendo estudantes. Mas, o 7º RO não havia sido empregado para controlar distúrbios.

O senhor teria idéia de que esse treinamento de contraguerrilha era praticado, também, nas outras Unidades, como o 14º RI, nas mesmas freqüência e intensidade?

Não sei se era no mesmo ritmo, mas as outras Unidades também se preparavam; não posso assegurar que o 14º RI tivesse uma instrução mais completa do que a nossa.

A do 7º era muito puxada, tanto que às vezes preferia ficar dormindo no quartel para não perder tempo nos deslocamentos, apesar de ter casa na cidade.

Houve reunião de oficiais para comentar essa peculiaridade de treinamento? Os oficiais teriam sido informados, não da possibilidade de uma Revolução, mas da importância de uma preparação com tal objetivo?

Não estou certo, mas os oficiais mais graduados, possivelmente, estivessem atentos a esse aspecto; eu, no meu "aspirantado", 2º-tenente subalterno da 1ª Bateria, não fui alertado.

O senhor poderia nos dizer algo sobre sua participação pessoal na eclosão da Revolução?

No dia 1º de abril de 1964, bem cedo, não sei precisamente a hora, saímos do quartel, do Regimento, toda a Unidade em direção ao centro do Recife, inclusive

com os obuseiros. Passamos pela Ponte Princesa Isabel, onde já se encontravam elementos armados, não lembro bem de qual Unidade, e chegamos ao palácio.

Nossa área de atuação estendeu-se – traçando-se uma linha – da Ponte Buarque de Macedo, passando pelo Palácio da Justiça, que é fronteiro ao do Governo, atravessando a Dantas Barreto que naquele tempo se chamava Rua das Florentinas e fechando na Ponte Princesa Isabel.

Foi instalado um cordão de isolamento, inicialmente só o 7º RO e, depois, mais uma Unidade, talvez o 14º RI, que ficou guarnecendo outro setor.

Havia elementos da Polícia Militar na praça?

Não, os soldados da Polícia Militar estavam recolhidos ao Palácio. Ficamos senhores da situação, sem reação alguma. Foi tomada uma decisão em relação aos pelotões de controle de tumulto, para que bloqueassem o acesso dos que viessem da cidade em direção ao palácio. Permanecemos ali um bom tempo. Aconteceram os episódios da ida de alguns oficiais ao palácio, a deposição do Governador e a rendição da tropa de guarda do Palácio – substituir os policiais militares. O responsável foi o Tenente José Wilson Rodrigues que cumpriu muito bem a missão, pois não houve reação alguma.

Havia público? Civis?

No início, pouca gente; depois que correu a notícia, na cidade, da deposição do Governador, começou a aumentar a afluência de populares, que encontravam os pelotões barrando a passagem. Quando chegamos ao local mudamos o trânsito. Havia um movimento muito intenso, inclusive de ônibus, que deixaram de circular pela Praça do Campo das Princesas e passaram a utilizar a Rua Siqueira Campos. Isto favoreceu a nossa posição porque, de certa forma, impedia que o pessoal se aproximasse.

Com a notícia dos acontecimentos, estudantes se deslocaram em direção ao Palácio, concentrando-se, exatamente, em frente à posição que meu Pelotão estava guarnecendo, na Rua das Florentinas. Num determinado momento, cerca de uma ou duas horas da tarde, o oficial que estava no comando, Major Hugo, resolveu aproximar-se do público que passara a manifestar-se mais ruidosamente.

Vocês levavam munição real?

Sim, levávamos munição real. O Major Hugo, num repente de coragem, junto com outro oficial ou praça, não sei bem, atravessou a nossa linha e foi em direção à massa. Lá chegando, tentou dialogar com o pessoal. Essa atitude, apesar de corajosa, foi temerária.

De toda a forma sabíamos que a população não estava totalmente contra. Anteriormente, um grupo de senhoras da sociedade pernambucana já se dirigira espontaneamente ao General Comandante da Região Militar, depois do comício da Cen-

tral do Brasil, no Rio de Janeiro, pedindo que ele tomasse uma providência sobre os acontecimentos em curso. Percebiam que havia algum tipo de ameaça latente. Pensando nisso, acreditávamos que a população, através de um diálogo, poderia voltar às suas casas. Estou certo de que tenha sido essa a idéia do Major Hugo. Mas se ele soubesse que o pessoal estava realmente disposto a enfrentá-lo, talvez não tivesse ido lá.

Houve enfrentamento?

Encontrava-me a uma certa distância, a uns trinta metros da multidão, e sentimos que o Major fora envolvido. Demorou um certo tempo, ele voltou bastante irritado, dirigiu-se ao meu Pelotão e ordenou:

– Vamos à frente. Comande! Vamos para o enfrentamento!

A determinação era no sentido de avançar daquela maneira que aprendemos exaustivamente, arma em guarda alta, em direção ao populacho, dispostos, realmente, a dissolvê-lo.

Marchamos, o Major Hugo incorporou-se ao Pelotão, deslocando-se exatamente do meu lado esquerdo, em direção à massa. Ocorreu um fato bem interessante e que se deve relatar: o pessoal da Polícia que tinha deixado o serviço de guarda do palácio, que fora substituído, permaneceu num alojamento que existia na Rua Ulhôa Cintra, próxima à Siqueira Campos. Notando que a nossa tropa estava se deslocando em direção ao enfrentamento, incorporou-se ao Pelotão, espontaneamente. A Polícia juntou-se a nós voluntariamente, armada, mas de certa forma foi um risco. O risco maior que senti no momento foi a Polícia encontrar-se atrás de nós, armada. E atiraram bastante, pode-se até ver nos jornais do dia. Houve uma cobertura fotográfica – o *Jornal do Commercio* fez uma reportagem detalhada dessa nossa progressão, o jornal do dia 2, pois o fato ocorreu no dia primeiro. Acredito que deva estar nos arquivos do *Jornal do Commercio* um número maior de fotografias que mostram melhor como tudo se passou. A Polícia, incorporada ao Pelotão, saiu marchando disposta a dissolver o tumulto.

Nessa ocasião, aconteceram muitos fatos que, na refrega, passaram-me despercebidos, porque minha preocupação maior era controlar os homens. Posso recordar que havia bombas caseiras estourando, aquelas “cabeças-de-negro”, vi tiros batendo no paralelepípedo, mas sem saber precisamente quem teria disparado. Acredito que houvesse alguém atirando do outro lado, também.

Um episódio corrobora a minha observação, apesar de ninguém ter sido ferido na nossa tropa: semanas antes, irrompera uma agitação promovida por estudantes, na Rua do Hospício, em frente à antiga Escola de Engenharia, se não estou enganado. Foi na porta do colégio, a confusão promovida pelos estudantes, alguns de Engenharia, gritando, com aparelhos de som para perturbar ao máximo a reu-

nião de outros estudantes e alguns políticos do Sul. Na saída, foram apupados. Pedras e tomates foram jogados neles. Um dos estudantes estava armado, deu um tiro e feriu um outro que estava saindo da escola. Era estudante contra estudante. Isso eu soube por consultar jornais da época. Provavelmente eles, os que nos enfrentavam, tinham armamento e por isso houve tiros de ambos os lados.

Naquele "entrevero" que se formou morreram dois estudantes e um foi ferido na perna. Na ocasião, não observei nada, apesar de estar na testa.[1] Meu Pelotão atirou para cima (para o alto) e eu recordo a observação que fora feita no exercício de campanha de contraguerrilha, quando o nosso instrutor, o Major Hugo, dizia para os repórteres que "o objetivo é controlar o tumulto sem disparar um tiro".

Ninguém raciocinava em termos de alvejar alguém. Por isso, os soldados do Pelotão atiraram para cima, não havia interesse de matar, de visar um popular, mesmo porque a gente não tinha essa instrução, "atirar para matar". Mas dois estudantes morreram.

As vítimas foram levadas para o Hospital da Restauração, um chegou morto e o outro faleceu lá. Depois ficamos sabendo o que havia acontecido: quem atirou, quem disparou. Isso é público e notório, nem posso deixar de dizer quem teria sido, porque foi dito de própria voz, às sabidas: o nosso Major; naquele afã, estava com o sangue quente por ter sido vexado na ocasião em que procurou parlamentar com o pessoal e foi repelido; aquilo tudo se somou e ele então efetuou os disparos.

Algo que considerei uma falha, inexperiência minha, talvez. Quando retornamos ao quartel não houve preocupação de saber quem do Pelotão fora o autor dos disparos.

Se alguém o fez, não fui eu; se o armeiro[2] procurou saber, não sei; pode-se até consultar o Tenente Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira que também estava muito envolvido nisso, sabe de mais coisa, era mais antigo; mas estou certo de que não houve controle do armamento. Não sabemos, com certeza, quem atirou! Apenas tomamos conhecimento, por ouvir falar, que o Major Hugo teria disparado e possivelmente fora responsável pela morte do estudante.

O tumulto foi dominado, a massa correu e nós recuamos. Foi o tempo para chegar a Cavalaria. Os carros de combate circularam pela cidade e, de certa forma, limparam o ambiente; voltou-se à normalidade.

Na minha condição de tenente "vibrador", senti-me um herói porque, daquele pessoal todo que estava ali, fui eu que fiz o enfrentamento; a parte mais difícil

---

[1] Expressão comumente usada entre militares. Significa estar à frente da tropa.

[2] Graduado responsável pela distribuição e recolhimento do armamento nas subunidades

aconteceu conosco, demos conta do recado e a missão foi cumprida. Estava muito orgulhoso dos meus subordinados, mesmo porque a intensificação da instrução foi tal que se conviveu com os homens muitas horas durante o dia; nunca tive subordinados que fossem tão intimamente ligados a mim. É claro que o chefe procura sempre apegar-se a seus homens, mas durante toda a minha vida nunca houve um período em que tivesse os comandados assim tão "à mão".

Retornei à posição original e ficamos ali, aguardando. Chegaram alguns oficiais e um tenente fez uma observação que me desagradou muito e, na ocasião, o interpelei. Era o adjunto do S/3 do Regimento.

– Atenção pessoal – disse ele para os soldados do Pelotão – da próxima vez vamos atirar para matar! Atirar para matar mesmo!

Fiquei aborrecidíssimo. O Pelotão era meu e ele não tinha nada que se meter.

– Absolutamente! Negativo! – falei, aumentando o tom da voz –, o comandante sou eu, sei o que faço, a ordem será dada por mim. Ninguém tem que fazer coisíssima alguma independente da minha ordem.

Houve aquele constrangimento, mas terminou ali mesmo.

O regresso para o quartel foi no mesmo dia?

Não estou bem seguro se regressamos ou pernoitamos no local. Mas foi isso que ocorreu nesse dia, no dia primeiro.

O senhor entende que a Revolução em si tenha aumentado a coesão no seio da tropa?

Seguramente, pelo menos nos primeiros anos, a Revolução foi a razão direta para o aumento da coesão no seio da tropa. No 7º RO, não me lembro de nenhuma dissidência. Estavam todos irmanados, coesos, conscientes de que era aquilo mesmo. Não havia por que pensar diferente, a partir do momento em que todos, chocados, viram um almirante sentado junto de marinheiros "desuniformizados" ou sendo levado nas costas.

Aliás, o pessoal que se considera revolucionário autêntico, os ufanistas, sem concessões, vem passando muito mal nesses últimos anos. Ouvem e lêem observações tolas, nas quais, a todo momento, há referências do tipo: "anos de ditadura", "foi perseguido", "censura" etc. A maioria das vezes não foi nada disso.

Possuo um livro de contos escrito pelo Professor Rubem Pincovisky. É uma obra muito interessante, onde se lê a narrativa sobre um cara que, por ocasião do período revolucionário, amigo dele, fazia tudo para ser preso. Ele tinha a mania de fingir-se subversivo, mas não tinha jeito. Muita gente imita esse procedimento, hoje em dia.

No meu ambiente de cineasta – considero-me cineasta por vocação – havia um pessoal que fazia cinema super-8: eram os "superoitistas". No final da década de

1960, houve um surto de cinema super-8. Freqüentava o grupo, de certa forma até com reservas, porque poderia ser encarado como alguém que estaria ali infiltrado. Mas não era isso; eu e mais o Athos Eichler Cardoso, companheiro que servia no CPOR, queríamos realmente fazer cinema.

Pois bem, esse pessoal, que fazia "cineminha" naquela época, quando tem oportunidade de falar, reporta-se à questão da censura e diz que os filmes deles foram censurados... não sei o quê...

Coisíssima nenhuma! Acompanhei bem de perto tudo aquilo e não houve absolutamente essa censura, assim, a troco de nada. É claro, sabe-se que houve uma censura, não se pode negar, mas não com essa intensidade de que todos se arvoram em falar, nos dias de hoje. Isso é um despropósito.

No meu hábito de consultar, ultimamente, os jornais da época, estive no arquivo público, peguei os números de março a junho do *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* e constatei uma coisa interessante: as pessoas que, hoje em dia, jogam pedras naquele período dos militares, o chamam de "anos de chumbo", se tivessem o cuidado de pesquisar os órgãos de imprensa, veriam que não havia outro caminho a não ser aquele mesmo que trilhamos.

O acerto da atitude tomada em 1964 é algo que se comprova, até hoje em dia, especialmente o desmoronamento do comunismo no mundo. Num dos últimos números de uma revista de circulação nacional, viu-se uma mulher, na Colômbia, com um colete de dinamite no pescoço.

Será que é isso que esse pessoal queria?

Tortura a preso político?

Particularmente, não vi coisa alguma que se possa considerar tortura física ou até psicológica; não tive esse desprazer, a minha palavra é essa mesma, esse desprazer. A pessoa tem obrigações a cumprir, mas existe as suas convicções próprias, as quais permanece fiel. Não se deve deixar convencer pelas tendências e atos em que não acredite.

Não tive o desprazer de assistir tortura, em absoluto. Muito pelo contrário, quero dizer que alguns presos – estiveram presos no quartel do 7º RO 105, por exemplo, o prefeito, o vice-prefeito – gozavam de certa regalia. Alguns recebiam um tratamento melhorado, porque ficavam em alojamentos de oficiais, faziam as refeições no cassino de oficiais. Não testemunhei torturas.

O senhor teria algo mais a acrescentar, alguma lembrança, alguma colocação a respeito da nossa Revolução de 31 de Março?

Quando falei que seria interessante que as pessoas, hoje em dia, consultassem os jornais da época, para compreenderem o que realmente ocorreu, poderia se alegar que os jornais eram facciosos. Bem, observei que não eram.

No dia 3 ou 4 de abril de 1964, vi um manifesto, publicado, parece, no *Jornal do Commercio*, enorme, quase meia página, dizendo o seguinte: “Nós, abaixo-assinados, nos apresentamos como solidários ao Governador Miguel Arraes de Alencar.”

Era uma espécie de manifesto das pessoas que se sentiram prejudicadas – faziam parte do Governo – publicado nesse jornal, com a assinatura de todos. Isso prova que não havia coerção de qualquer espécie. As notícias corriam livremente.

Nessa mesma edição do jornal existe até uma foto de D. Helder Câmara ao lado do General Joaquim Justino Alves Bastos, os dois rindo e o Arcebispo, claramente empolgado, erguendo a chave da cidade. Significa, sem dúvida, uma concordância e solidariedade aos fatos acontecidos. D. Helder estava recém-chegado ao Recife, vindo do Rio de Janeiro, para assumir a Arquidiocese local.

Coronel Antônio Oswaldo de Mello Carneiro Lacerda

- Natural da Cidade de Niterói, RJ.
- Serviu no Presídio do Exército, na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, RJ; comandou a 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea (11ª Bia AAAé), em Itu, SP; a Bateria Comando da Artilharia de Costa da Primeira Região Militar (Bia C ACos/1); e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife, entre julho 1989 a janeiro de 1992.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAé).
- Engenheiro civil, diplomado em 1972 pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, no Rio de Janeiro.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 2º-Tenente e servia no 7º Grupo de Canhões 75 Auto-Rebocado (7º GCan 75 AR), em Ijuí, RS.

Entrevista realizada em 24 de julho de 2001.

A qual Unidade estava vinculado em 31 de março de 1964 e que função exercia?

Aspirante-a-oficial, em 1962, fui classificado no 7º GCan 75 AR, situado em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Em 1964, já 2º-tenente, ainda servia nessa Unidade. A função que desempenhava era de subalterno da 1ª Bateria de Canhões.

Na época, notou alguma dissensão no quartel, quanto à situação política?

No período que antecedeu ao Movimento de 31 de Março de 1964, observavam-se alguns companheiros, em reuniões no cassino[1] dos oficiais, na hora das refeições, no almoço e café da manhã, expondo suas idéias. Acreditava-se que defendiam a permanência do Governo, naquela conjuntura, mais por bairrismo, pois o Presidente e alguns dos seus articuladores eram gaúchos.

Tanto isso se confirmou que um dos oficiais – era um tenente pouco mais antigo[2] do que eu – que se manifestavam contra qualquer idéia de revolução foi, mais tarde, promovido a general, na ativa. Ex-Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o General Sady Guilherme Schmidt, oficial excepcional, era um dos que defendiam aquela situação. Era gaúcho.

Havia, a seu ver, no Rio Grande do Sul, uma revolução de cunho comunista em andamento? Isso estava bem definido?

Apenas um 2º-tenente, com um ano e pouco de oficial, certamente disciplinado, dava ordens só para aquele escalão muito pequeno que eu comandava. Não tinha meios de avaliar a existência de uma revolução comunista.

Existia um movimento, ouvíamos as rádios do Rio de Janeiro, pronunciamentos de políticos de um lado e do outro, da esquerda, da direita, o que motivava as discussões de que participávamos constantemente nos cassinos, durante os horários de almoço. Mas não tenho condições de afirmar se era comunista ou o que fosse.

Do lado revolucionário, citaria nomes de militares proeminentes, com uma certa liderança no quartel ou na área que tomaram uma posição bem definida?

Também não notei isso.

A Unidade era comandada por um tenente-coronel, já falecido, Hélio de Lima Ribeiro. O Coronel Hélio não tinha o curso de Estado-Maior. Mais tarde fiquei sabendo que houve uma dúvida a respeito dele, sobre qual posição tomaria.

De repente, apareceu um subcomandante, um major com o curso de Estado-Maior, um oficial atuante, que por sinal era gaúcho. Chegou a general na ativa. Os

---

[1] Jargão militar: lugar de refeições e lazer.

[2] Jargão militar: com mais tempo de serviço.

boatos que correram no quartel é que esse major foi lá para, na verdade, comandar o quartel. O comandante, por conta disso, ficou "escantilhado" (em observação) de certa forma, porque se temia que pudesse aderir a qualquer outra situação.

Antes do 31 de Março?

Não, isso ocorreu logo depois do 31 de Março.

O nome do Major Subcomandante era Antônio Visintainer Santos Rocha; comandou a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada de Natal, isso muito tempo depois.

Não seria normal a designação de um oficial com o curso de estado-maior (da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME) para subcomandante de uma Unidade, cujo comandante não o possuísse.

Havia, em Ijuí, sindicatos fortes a ponto de influenciarem, de agitarem, de criarem problemas para a 2ª Seção da Unidade?

Movimento sindical não havia, mas existia uma universidade dos padres capuchinhos que, naquela ocasião – comentávamos muito no quartel – atuava como fosse um sindicato. Defendiam tremendamente a esquerda e o golpe de esquerda. Depois, prestei vestibular para essa Universidade, fiz um período de filosofia, confirmando que era mesmo de esquerda e conduzida pelos padres capuchinhos.

É bom esclarecer que Ijuí, naquela ocasião, era habitada por muitos imigrantes alemães. Nesse período de 1964 era normal na cidade, no comércio, falar-se alemão.

Diversos soldados moravam nas chamadas colônias, nas cercanias da cidade, e foram incorporados sem falar uma palavra em português. Freqüentavam a Escola Regimental para aprender a falar o português. Havia um soldado, cujo nome era Erlich Hiedel, com quase 2m de altura, forte à beça e não falava uma palavra em português, quando chegou ao quartel.

O alemão normalmente é um cumpridor de ordens muito bom. O Erlich dizia: "Se a tenente mandar, eu faço!" E fazia mesmo.

Deflagrado o Movimento revolucionário de 31 de Março, a sua Unidade tomou parte? Houve líderes, militares ou mesmo civis?

Quando o Movimento ocorreu, entramos em prontidão: todo efetivo da Unidade ficou aquartelado. Foi uma prontidão longa, se não me engano um mês, e estava muito cansativa.

Lembro-me de que, a espaços regulares, concediam umas dispensas para o pessoal passar um dia em casa, ficar com a família. Como era solteiro, o mais moder-

no[3] da minha Bateria, morava no quartel. Passei um mês inteiro, nesse período de prontidão, dentro do quartel, justamente para liberar o meu capitão e o outro tenente, mais antigo do que eu, que era casado e morava na cidade.

Nessa fase aconteceu um problema.

Era noite, os oficiais reunidos no cassino; de repente, ouve-se um tiroteio e – todo mundo estava preparado para qualquer coisa naquela situação – saímos correndo: um sargento havia atirado num capitão! O sargento estava totalmente bêbado, depois soube que ele, normalmente, bebia muito.

O Capitão José Pedro Mello foi quem levou o tiro. Não foi mortal, mas ele passou uma temporada baixado (hospitalizado), um tiro no ombro ou qualquer coisa assim...

Esse tiro foi disparado por motivo político?

Não, foi pessoal. O capitão era comandante do sargento e parece que o "apertava" muito; o sargento não era um camarada bom, era um "cara" relapso e naquele dia teve essa reação.

Mas havia um subtenente que acabou liderando um movimento a favor do governo. Parece que mais tarde foi cassado.

Liderou no quartel?

Tentou liderar, mas não conseguiu adeptos, alguém que concordasse com a posição dele.

A Unidade deslocou-se para cumprir alguma missão?

A Unidade não, mas recebi uma missão de deslocamento.

Um observador aéreo do Exército passou num avião e jogou uma mensagem no quartel, informando que no Noroeste do Rio Grande do Sul – área de segurança de minha Unidade – estava ocorrendo forte atuação daqueles "grupos dos onze".

Depois de analisar a informação, o comandante decidiu escalar-me para ir ao local. Deu-me a missão da seguinte maneira: que eu formasse um grupo de combate, vamos dizer assim, composto de um sargento, um cabo e da ordem de dez soldados, e que escolhesse "a dedo", quem eu quisesse.

Essa região abrangia municípios como Frederico Westphalen e na fronteira com Santa Catarina Iraí, às margens do rio Uruguai. Iraí é uma estância de águas termais. Fomos com ordem de pacificar ou prender quem quer que fosse. Em cada um dos locais que passamos existiam políticos ligados a nós.

Ficamos em hotéis e, nessas cidades, procedi a interrogatórios com o prefeito e políticos. Não havia militar na área. Cheguei às seguintes conclusões: ou os "grupos

[3] Jargão militar: com menos tempo de serviço.

dos onze" saíram antes de chegarmos ou não existiam ou eram muito fracos. Realmente, localizamos alguns camponeses paupérrimos, sem nada, com armas feitas à mão, cabos de guarda-chuva, coisas assim, que possivelmente fossem integrantes desses grupos.

E a outra constatação foi a de que era briga política. Quando chegávamos e procurávamos o prefeito de determinado partido político, verificávamos que ele procurava torpedear os que eram politicamente contra. Não raciocinava em termos da comunidade.

Cumpri a missão, passei duas ou três semanas rodando, foi um período pesado e não aconteceu nada. Levamos muita munição, fomos preparados para a guerra, mas não houve nada, não prendemos ninguém.

E esse "grupo dos onze", qual era a atuação dele? Chegou a detectar o que ele fazia, o que queria, qual o armamento de que dispunha?

O que conseguimos constatar é que eram poucas pessoas e não possuíam nada.

Chegamos à conclusão de que o "grupo dos onze", de um modo geral, foram formados por pessoas manobradas por aqueles que idealizaram esse tipo de atividade. Por serem frações pequenas teriam condições de fazer guerrilha. Mas, me deu a impressão – como atualmente temos os grupos dos sem-terra - de que eram manobrados.

A idéia era formar grupos pequenos – de 11 elementos – para terem bastante mobilidade. Na minha opinião, esses elementos não visualizavam o futuro e apenas tentavam qualquer coisa para melhorar suas condições de vida.

De Ijuí, você foi para onde?

Fui transferido de Ijuí para a minha terra, Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e designado para o Forte do Imbuí, 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa (1ª / 1º GACos).

Como 1º-Tenente?

Como 2º-Tenente; foi em outubro de 1964.

Eu havia passado as férias de 1964 em Niterói e tive contatos com o Comandante do Forte do Imbuí; ele me propôs e fui transferido.

As Unidades de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, no Rio e em Niterói, estavam repletas de presos políticos. O Forte do Imbuí tinha poucos, não era Unidade adequada para isso, mas tinha dois ou três presos políticos.

A primeira missão que recebi foi escoltar um preso para ser ouvido no Fórum, no centro da cidade, no Rio de Janeiro. É uma história pitoresca.

O mecanismo que se usava nesse caso era o seguinte: o preso, de Niterói, nós o levávamos até a Fortaleza de Santa Cruz, onde havia um cais e uma lancha que ia até a Fortaleza de São João; lá, uma escolta conduzia o preso, de viatura, até o local de destino.

Saí com o preso, no tempo previsto, de modo que, na hora do almoço, estivéssemos na altura da Fortaleza da Laje, aquela ilha no centro da Baía de Guanabara. Chegamos a Laje, o mar estava superbatido, não havia condições para encostar a embarcação. A alternativa era lançar um cabo para prendê-la e subir por uma escadinha de corda.

Quando chegamos, o preso falou comigo que não ia subir, porque poderia cair no mar. Deixei-o com um elemento na embarcação e fui almoçar: não tinha problema, ele não fugiria, o preso não era maluco de se jogar no meio da Baía de Guanabara.

Quando eu estava subindo na escada de corda, um companheiro de turma, tenente daquela Unidade, me viu fardado, de túnica, com gravata, todo bem vestido, de quépi, pegou a escada e ficou sacudindo-a, de brincadeira: caí dentro d'água!

Almoçamos normalmente, levamos o preso para a Fortaleza de São João, fiquei aguardando e à tarde, quando terminou a audiência, retornei.

Testemunhou tortura nos quartéis?

Nunca testemunhei. No Forte de Imbuí servi por cerca de três anos e dali fui transferido para a Fortaleza de Santa Cruz; à época, na Fortaleza, estava aquartelado o 1º Grupo de Artilharia de Costa (1º GACos). No período em que estava servindo lá, o efetivo foi reduzido e a Unidade transformou-se na 1ª / 1º GACos; o comando, que era de coronel, passou a ser de major.

Fui designado para fazer o curso de Artilharia de Costa e Antiaérea, no Rio, mas esse curso não me desligava da Unidade; deixei minha casa montada na Fortaleza de Santa Cruz e fui para o Rio fazer o curso.

Concluído o mesmo, retornei à Unidade que havia sido transformada em Presídio do Exército: a 1ª /1º GACos foi extinta.

Quantos presos existiam para justificar a criação do Presídio?

Historicamente, a Fortaleza de Santa Cruz sempre foi Unidade de Artilharia; entretanto, também foi Presídio, na Proclamação da República e, em outros momentos. Sempre que se prendiam determinadas pessoas, eram conduzidas para a Fortaleza de Santa Cruz.

Nesse período anterior, quando ainda era o 1º Grupo de Artilharia de Costa, e depois, 1ª /1º GACos, também havia muito preso, como no Forte do Imbuí, um pouco, e no Forte Barão do Rio Branco também.

Quando se formou o Presídio do Exército todos os presos foram reunidos na Fortaleza de Santa Cruz e as outras Unidades não tiveram mais essa responsabilidade.

Havia presos políticos e também presos militares à disposição da Justiça, oficiais que tiveram qualquer problema, acusados de golpe financeiro, por exemplo, condenados ou aguardando julgamento da Justiça, ficavam presos também, junto com os presos políticos.

Entre os presos políticos, havia militares?

Não havia oficiais, mas praças como presos políticos. Um que se destacou foi o Cabo Anselmo, que era da Marinha.

E o tratamento desses presos?

Considero ter sido o melhor possível, tratando-se de preso.

As praças ficavam num local baixo, onde havia as celas; o oficial de dia era responsável pela contagem de presos. Os presos políticos de nível superior, ou oficiais, tinham direitos e ficavam em prisão especial.

A Fortaleza de Santa Cruz tinha um correr de próprios nacionais residenciais (PNR). Na verdade não havia muitos oficiais morando lá, mas eu residia com a minha família: eu, minha mulher e meu filho mais velho, que hoje é major.

Tem um correr de casas, depois do cassino dos oficiais; casas 1, 2, 3, vai até a 10, se não me engano; a casa 2 era a minha e nas casas 4 e 5 moravam os presos.

Havia dois capitães que estavam à disposição da Justiça e os presos políticos de nível superior. Eles ficavam presos numa casa idêntica àquelas em que eu e outros companheiros, tenentes, capitães, morávamos.

Na frente das casas, havia uma pequena subida, que se podia galgar, e um muro. Dali se desfrutava uma vista muito bonita da Baía de Guanabara. Via-se o Rio de Janeiro, Niterói também, uma região muito bonita. As nossas famílias naturalmente levavam os filhos para passear de carrinho, brincar naquele local; os presos, também, quando não se encontravam dentro de casa, passavam o dia ali.

Os presos recebiam um tratamento muito bom. Faziam as refeições no cassino dos oficiais e comiam a mesma comida que os oficiais.

Como andavam naquela região livremente, davam-se com as nossas famílias, cumprimentavam-se, e ficavam ali apreciando a vista. Não tinham muita coisa para fazer, ficavam lendo e tomando o frescor da brisa do mar.

A minha mulher era professora, gostava muito de ler, discutir assuntos de magistério e um dos presos políticos era professor de Universidade, tinha sido professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Não lembro o nome completo, era chamado de Bayard Boiteux (Bayard Demaria Boiteux).

Era um elemento de certo nível, formado, tanto que, após a anistia, muito tempo depois, quando Leonel Brizola retornou ao Brasil e foi eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro, esse professor foi um dos secretários do Governo do Brizola, parece que de Cultura, não tenho certeza.

Minha mulher gostava de conversar com ele pelo seu nível, camarada inteligente, culto.

Ele brincava muito com meu filho, bem como os outros presos, e minha mulher ganhou dele um livro autografado. Era um romance. Minha mulher vivia trocando livros com ele, dava um livro, pegava outro, e esse, autografado, foi um presente de um preso político à esposa de um oficial que, de certa forma, era o seu carcereiro.

Independente disso, tomando conta dos presos, cumprimentava todos eles, educadamente. Nunca vi tortura e olha que servi no Presídio do Exército: se tivesse, seria o local adequado.

Fiz questão de relatar o caso do Professor Bayard por conta da "orquestração" que se ouve; os nossos filhos, os jovens de hoje, têm idéia de que aquele período era só tortura e mais nada. E não é verdade!

O ano de 1968 foi aquele das passeatas estudantis no Rio. Houve muitas passeatas e muitos estudantes eram presos e iam para a Fortaleza de Santa Cruz. Faziam o percurso no sentido inverso. Da Fortaleza de São João eram colocados nas lanchas e mandados para a Fortaleza de Santa Cruz, onde, inicialmente, ficavam presos. Lá era feita uma triagem, muitos deles eram liberados.

Tem idéia da quantidade de estudantes presos?

Lembro-me de que numa dessas passeatas chegaram umas três embarcações cheias, havia mais de cem estudantes presos. Quando chegavam esses grupos grandes, fazíamos entrevista, preenchíamos fichas de cada um e eles passavam por exame médico sumário.

Lembro-me de que uma vez tivemos que trabalhar até alta madrugada para poder fichar todos e fazê-los passar pelo exame médico para serem recolhidos.

O pessoal não era submetido nem a uma simples formatura, ficar em pé no sol, por exemplo?

Nunca vi isso. Na hora da contagem dos presos o oficial de dia os colocava no pátio e depois eram liberados.

O interrogatório de presos, não era responsabilidade do Presídio, mas, às vezes, quando chegavam aqueles grupos grandes, deslocavam para a Fortaleza um pessoal, penso, do Centro de Informações do Exército (CIE). Interrogavam-nos, normalmente, no mesmo período em que preparávamos a ficha de triagem. Os presos eram interrogados, passavam pelo médico e eram recolhidos.

Mas dentro de um esquema normal, perguntas normais, comportamento normal?

Exatamente. Não vi exageros, mas, pessoalmente, admito ser possível que tenha acontecido alguma coisa. Eu não presenciei. A premência para obter um dado importante, o curto prazo para serem obtidas determinadas informações, podem ter forçado o emprego de recursos condenáveis. Muitas vezes, por essa razão, "partia-se para uma ignorância" qualquer.

Outra coisa que acarreta violência é a agressão partida do preso.

Houve esse caso?

Não no Presídio do Exército; não tive conhecimento. Mas há casos em que o próprio preso agride o interrogador, xinga-o, não responde às perguntas, e o interrogador, nesse caso até despreparado, parte para a grosseria. Pode acontecer isso.

Quanto tempo você passou na Fortaleza?

Fui para lá no final de 1967 e saí no início de 1969; foi um ano e meio, interrompido cerca de oito meses, duração do curso da EsACosAAé.

Nesse período, você nunca notou um incidente grave, de agressão física a algum dos presos do Presídio?

Absolutamente. Pode até ter havido, mas nunca tomei conhecimento disso.

Nos locais onde servi não me lembro de mulher presa, mas existia na Fortaleza de São João, no Rio, onde fiz bastante contato, pela necessidade de deslocamentos para lá. Não sei o número.

E esse era um outro problema que se criava, seriíssimo. Companheiros, tenentes como eu, comentavam: as presas se despiam na frente dos oficiais, como provocação. O camarada tinha de fazer uma revista, em determinada hora, e quando chegava lá ela estava totalmente nua, justamente para provocar.

Na Fortaleza de São João era proibido um oficial ir sozinho visitar o local onde estavam as mulheres, tinha que ser em dupla, ou três, porque a carne é fraca e ficava a mulher se atirando para cima dele, podia acontecer algo...

São João também era local de presos?

Todas as Unidades da Artilharia de Costa do Rio de Janeiro e Niterói, no início, recebiam presos: Forte de Copacabana; 8º GACosM (8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado), no Leblon; Fortaleza da Laje; Fortaleza de São João, na Urca; e em Niterói, a mesma coisa: Fortaleza de Santa Cruz; Forte do Imbuí; Forte Barão do Rio Branco.

Quando se criou o Presídio do Exército, reuniram-se todos os presos na Fortaleza de Santa Cruz. Mesmo assim houve alguns que não foram, por questões administrativas.

Na verdade, as Unidades de Artilharia de Costa sempre foram presídios para militares; nessa época, também recebeu presos políticos.

Vocês, no Presídio, eram designados para fazer Inquérito Policial Militar?

Não.

Vinha gente de fora para isso?

Vinha, justamente esses é que os interrogavam, tratavam de assuntos políticos; eles se encarregavam dessa missão e vinham do I Exército.

A Imprensa se refere à Revolução como golpe. O ex-senador Jarbas Passarinho diz que aceita, no máximo, que seja chamada de contragolpe, porque o golpe seria impetrado pelo João Goulart. Qual a sua opinião?

Sobre esses termos, golpe, contragolpe, sou de outra teoria, vejo por um prisma diferente: acho que se pode interpretar como tendo sido um golpe.

Era um governo constituído, Governo João Goulart, e se não se raciocinar sobre o que aquele governo estava fazendo para transformar o Brasil numa república sindical, se não se observar dessa forma, realmente aconteceu: derrubou-se o governo constituído.

Olhando-se sob esse prisma, é um golpe, mas na verdade também concordo que seja um contragolpe, no máximo, porque o que foi feito teve o objetivo de impedir que o País enveredasse por caminhos repelidos pelo povo, como um todo ou por sua grande maioria.

Tivemos várias provas dessa rejeição popular: passeatas das famílias, senhoras, donas de casa, com expressivo número de populares, todas contra o Governo Goulart. Tanto é que, quando o Exército resolveu iniciar a Revolução, o apoio foi total.

Revistas e jornais da época, como *O Globo*, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, a *Folha de São Paulo*, o *Estado de Minas*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, a *Folha da Tarde*, o *Correio da Manhã*, elogiaram o que foi feito. Vários jornais do Brasil, jornais de destaque, publicavam, em 1964, que o Exército fez o melhor para o País.

Hoje já não se ouve falar disso e eu lamento. Fica-se restrito à Revista do Clube Militar.

Você acredita que existe, hoje, uma mobilização política contra os militares, de uma forma geral?

Acho até que essa mobilização é de caráter pessoal. Alguns elementos que estão em posição de destaque têm alguma mágoa dos militares, por conta daquele período ou por conta de outras coisas.

Não quero discordar de decisões que foram tomadas, até mesmo com o apoio dos nossos chefes, mas a própria criação do Ministério da Defesa é uma maneira de desprestigiar os militares.

Atualmente não temos chefes militares ligados diretamente ao Comandante Supremo, ao Presidente da República. O General Alberto Cardoso, um destacado companheiro de turma, quase foi obrigado a passar para a reserva para poder ocupar o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Interessante é que os elementos que mandam no Brasil de hoje eram opositores do regime militar: se tivesse havido tortura para valer eles estariam mortos!

Pergunto se existe em Cuba algum opositor de Fidel Castro que possa reclamar? E na China? Aqui, a oposição daquele período, aquele pessoal que foi "torturado", está todo são e salvo, melhor do que nunca.

Que tortura é essa? Todos eles com a mão inteira!

Houve uma guerra limpa, não foi suja, na minha opinião, pois se fosse suja teria morrido muita gente. Morreram trezentas pessoas, enquanto em Cuba foram dez mil mortos, fuzilados, numa população muito menor do que a nossa. É bom refletir sobre isso.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País?

O mais importante foi o benefício de cunho moral e a auto-estima.

Os militares que fizeram a Revolução não se locupletaram de nada, pelo contrário. Eu mesmo defendi não haver aumento de salário, porque iria prejudicar o País, naquela ocasião.

Quanto ao benefício material, esse a gente está vendo.

O que o Brasil tinha de estradas antes de 1964 e o que construiu depois? O que o Brasil tinha de telecomunicações?

Tudo realizado por homens sujeitos a erros que, se cometidos, foram mínimos em relação aos benefícios que trouxeram para o País e o povo. Com eles chegamos à oitava economia do mundo.

Você nos falaria do seu comando do CPOR?

O comando do CPOR foi algo que não esperava. Confesso que o assumi meio frustrado, mas não demonstrei e passei a vestir a camisa, mas preferia ter ido para uma Unidade de Artilharia.

Daí em diante comecei a viver e a sentir o que era o CPOR: os alunos são uma preciosidade, é a juventude do Brasil, o futuro. É preciso trabalhar bem.

E assim, três turmas passaram pela minha mão, 210 por ano, 630, mais ou menos. São jovens de 18 anos, na fase da vida em que predomina a contestação e a gente tem que ter habilidade para dirigi-los.

Você notou nesses jovens, influenciados pela mídia, alguma antipatia, alguma incompreensão em relação ao regime militar, aos militares ou aos profissionais da Unidade?

Pode ser que tenha havido alguma exceção, mas não notei reações desse tipo. Nunca houve alguma postura radical. É bem verdade que naquele universo procurei fazer a minha parte.

Por exemplo, as publicações que possuo e que falam sobre o período revolucionário, fazia questão de ler para eles para mostrar o contraditório, porque só o "outro lado" é que aparece. Fazia cópia, distribuía para eles lerem, cobrava. Isso era assunto extracurricular. Nas formaturas, constantemente estava falando sobre essas coisas.

Exaltava, também, os aspectos essenciais da ética, da dignidade.

Fico satisfeito em encontrá-los, em lojas, nas ruas, já profissionais formados, pois noto que estão agradecidos por aquele período, no CPOR.

Coronel Manoel da Penha Alves

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Oficial de Estado-Maior do 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BI Pqdt); Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá; subchefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus; chefe de gabinete da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), em Brasília; e Comandante do 20º Batalhão Logístico Pára-quedista (20º BLog Pqdt), no Rio de Janeiro.
- Comandou o Colégio Militar de Manaus e o Colégio Militar do Recife.
- No exterior: Oficial do Batalhão Suez, da Organização das Nações Unidas (ONU), na Faixa de Gaza, Egito.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Mestre de Salto) e o Curso de Política, Estratégica e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- Atualmente, preside o Círculo Militar do Recife.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era 2º-Tenente no 15º Regimento de Infantaria (15º RI), de João Pessoa, PB.

Entrevista realizada em 24 de julho de 2001.

Agradeço a oportunidade a mim concedida de poder reviver, através de singelo relato, fatos e atos vinculados a Revolução de 31 de Março de 1964. Tentarei evitar desvios da ética e valer-me-ei, em muito, de minha memória. Orgulho-me de ter sido operário partícipe de tão grandiosa epopéia.

Em 1964, meu "posto de observação", situava-se no escalão Pelotão de Companhia de Fuzileiros e meu campo de ação enquadrava os Estados de Pernambuco e Paraíba e o Território de Fernando de Noronha.

Alegra-me afirmar ter sido revolucionário da primeira hora e ter combatido o bom combate. Participei ativamente de ações militares, ora como combatente isolado, ora como elemento enquadrado e julgo, em algumas ocasiões, ter posto em risco minha própria vida. Ações pessoais: Como comandante de pelotão em ação isolada, na cidade de Goiana, Pernambuco, na condição de vanguarda do 15º RI – hoje 15º Batalhão de Infantaria (BI) –, na defesa de pontos sensíveis que permitiriam a passagem do 15º RI, quando se deslocasse de João Pessoa para Recife; diversas ações de busca e apreensão, acorde com nosso serviço de informações; escolta de prisioneiros de João Pessoa para Recife, via terrestre, e de Recife para Fernando de Noronha, via aérea; guarda de prisioneiros em aquartelamentos.

Ações de companheiros e chefes: Dentro do quadro que descrevi e do campo de ação que foi citado, destaco a atuação leal, franca e corajosa do meu comandante de Regimento, o 15º RI: Coronel Ednardo D'Ávila Mello e dos coronéis Hélio Ibiapina Lima e Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto, aqui em Pernambuco; do Capitão Severino Talião de Almeida, na Paraíba; e do Dr. Romildo Domingues de Melo, ex-sargento, depois médico civil na Paraíba, todos esteios na condução do Movimento em nossa região.

No seu entender, onde estão as raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Dentre as raízes mais importantes destacam-se: bem remota, a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu comitê central, em 1922; a Intentona Comunista de 1935, primeira tentativa de implantação de um governo marxista-leninista conduzido pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) e dirigido pelo PCB; elites despreparadas; governo vacilante, incapaz, irresponsável e cercado de lacaios, assim como dominado por "pelegos" e aproveitadores, isso em nível de Brasil, de Estado e de município; convulsão social, como fonte iniciadora de uma revolução de orientação marxista sindicalista; desmantelamento da disciplina nas Forças Armadas, pilar basilar da hierarquia e disciplina, através do envolvimento político dos nossos sargentos; radicalização ideológica e atuação de agitadores nacionais e internacionais.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro antes do 31 de Março?

Também responderei através de pequenas frases: governo títere e conivente com os movimentos de orientação marxista-sindicalista e correlatos; atuante estado de greve; terrorismo sindical; diplomacia acanhada; corrupção desenfreada; invasões de terra com frontal liquidação do direito de propriedade; política agrária colonial; inflação galopante; dependência do capital e da energia internacionais; e subdesenvolvimento com a estrutura em estado nascente.

Havia um clima de insatisfação nas Forças Armadas, em relação ao Governo João Goulart? Havia a divisão de opiniões?

O clima de insatisfação era geral e o Movimento só não foi desencadeado antes em função da rígida formação disciplinar que honrava e honra a nossa profissão.

Para justificar a regra, como exceção, constataram-se pequenas defecções, minoria absoluta.

O que o senhor diria sobre a posição da Igreja em relação ao Governo, em Pernambuco?

A Igreja estava dividida entre o clero conservador e o progressista. O clero dito progressista, com ênfase na figura de Dom Hélder Câmara, apoiava o Governo Miguel Arraes e sua atuação no setor agrário.

Como o senhor via o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

Foi um período bastante conturbado, de muito trabalho, de muitas prontidões, de muito treinamento, de muito adestramento.

No meu 15º RI, oficiais e praças, capitaneados por seu brilhante comandante, Coronel Ednardo D'Ávila Mello, se adestravam, irrequietos embora disciplinados, aguardando a hora do provável emprego, que chegou.

Estando a tropa sendo adestrada, de algum modo já se previa um desenlace?

Até porque as sessões de instrução que foram realizadas naquela ocasião pré-31 de Março, eram sobre assuntos que iriam ser, de fato, decisivos, e o foram, no dia 31 de março e mais à frente.

Acrescentaria mais algum comentário a respeito desses antecedentes da Revolução?

Amparado pela disciplina e respeito às leis, o Exército, em destaque, "gigante mudo", suportou, enquanto foi possível, os desacertos políticos e econômicos do Governo João Goulart. Porém, a tentativa de inversão da hierarquia no seio das Forças Armadas e o clamor popular – lembro a Marcha da Família com Deus pela Liberdade – constituíram a gota d'água para a deflagração do Movimento.

Houve tentativas de inversão hierárquica no quartel do 15º RI?

Tivemos pequenas defecções, em João Pessoa. Para não cometer injustiças deixo de citar nomes, mas quando o Movimento foi deflagrado, o Coronel Ednardo D'Ávila Mello convocou a oficialidade e os sargentos e descreveu o que iria acontecer e, naquela ocasião, quatro ou cinco militares – oficiais e sargentos – posicionaram-se contra.

Aqueles cinco militares foram extremamente leais, exatamente por terem se apresentado como opositores; ficaram presos no quartel, durante toda a ação revolucionária do primeiro mês, podendo circular pelo mesmo graças ao espírito generoso do Coronel Comandante D'Ávila que, mais tarde, foi rotulado como torturador e nunca vi um torturador que agisse dessa maneira.

Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

Estou absolutamente convencido dessa realidade pela maciça presença de civis em todos os atos e fatos relacionados com o Movimento.

Cito um exemplo prático: desloquei-me, como já disse, com um Pelotão reforçado para guarnecer um ponto sensível importante: a ponte próximo a Goiana, que liga João Pessoa a Recife, na BR 101. Com a chegada da maioria do 15º RI, e após a deposição do Governador Miguel Arraes, a minha Companhia foi guarnecer a sede do Governo de Pernambuco. Foi lá no Palácio das Princesas que, acantonados – soldados, cabos, sargentos e oficiais – constatamos, em quase todas as tardes e noites, o comparecimento de civis ao Campo das Princesas, distribuindo doces e rosas para os militares.

Também tivemos conhecimento da participação maciça do povo, em todo o Brasil, e por isso estou convencido de que as Forças Armadas estavam expressando a vontade nacional.

Havia realmente uma revolução comunista em andamento?

Afirmativamente. A atuação do Partido Comunista Brasileiro e dos líderes da subversão, com destaque para Miguel Arraes e a atuação das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, respaldavam a tentativa de provocar uma convulsão social que seria o estopim da tomada do Poder e instalação de um governo de tendência marxista-sindicalista no País, com inspiração do MCI.

O senhor, quando em João Pessoa, tem lembrança de como se portava a Assembléia Legislativa com referência aos atos do Governo?

As nossas elites, aí incluída a elite política, estavam despreparadas. Havia um campo fértil para todos os tipos de infiltrações: o Executivo estava infiltrado; a

Igreja, também, como inocentes úteis. Lá, em João Pessoa, o nosso Poder Legislativo estava também infiltrado.

Qual o comportamento do Governador da Paraíba em relação ao Movimento?

O Pedro Gondim estava, inicialmente, neutro.

Nosso Comandante do Regimento recebeu pressões para que fosse cassado o mandato do governador. Cioso das suas funções e com um bom senso extraordinário, o Coronel D'Ávila conseguiu convencer a todos de que o Pedro Gondim, nos primeiros momentos vacilante, poderia ser um inocente útil, mas não era um elemento infiltrado no Executivo, razão pela qual até nos ajudou no Movimento, na Paraíba, ao longo do tempo.

Houve ações terroristas no Estado da Paraíba?

Na Paraíba, em Pernambuco e no Brasil inteiro.

Antes da eclosão da Revolução, houve ações terroristas, como assaltos a bancos, queima de canaviais, invasões de terra etc.

Quando ocorreu a Revolução, os comunistas, vendo abortada a segunda tentativa de implantação do comunismo no Brasil, partiram para a prática de ações terroristas muito mais fortes, embora do mesmo teor: assaltos, assassinatos, seqüestros, invasões, tentativas de tomadas de quartéis e delegacias, explosões, pichamentos, campanhas de difamação etc.

Como agiam os sindicatos na Paraíba?

Os sindicatos incomodavam bastante, basicamente os Sindicatos dos Portuários, dos Bancários e a Superintendência de Reforma Agrária (Supra) que era dirigida por um cidadão extremamente inteligente, Dr. Luiz Hugo Guimarães, uma das personalidades que conduzi para o exílio (Fernando de Noronha).

A Supra era uma entidade atuante, assim como os sindicatos que já citei. Esses sindicatos nos deram bastante trabalho porque eles eram quase que totalmente infiltrados.

O senhor citaria os principais líderes civis e militares da Revolução, na Paraíba?

Além do Coronel Ednardo D'Ávila Mello e o Capitão de Infantaria Severino Talião de Almeida, destaco, ainda, o Capitão Eduardo Facundo de Almeida e o Capitão Edmirson Maul de Andrade, todos do 15º RI. Em Pernambuco, o General Evilásio Gondim, o Coronel Sylvio de Mello Cahú, o Coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, um bravo, e os citados coronéis Vilarinho e Ibiapina, este dirigindo, hoje, o nosso Clube Militar, entre outros.

A Guarnição era comandada pelo General Comandante do 1º Grupamento de Engenharia. Lembra-se do nome dele?

Não me recordo, mas nosso general não foi revolucionário de primeira hora, embora a 2ª Seção (de Informações) do Grupamento conduzisse os inquéritos. O S/2 (chefe da 2ª Seção) do 15º RI fazia meio expediente no Grupamento, porque os presos permaneciam no Regimento, mas para as ações era necessário o respaldo do 1º Grupamento de Engenharia...

Que não se engajou, de início, com a Revolução.

Com a vinda ao Recife, na visita que nos fez o saudoso General – ainda estava na ativa – Castello Branco, aqueles que ainda estavam "em cima do muro" concluíram que o lado bom era o do 15º RI, naquela ocasião.

Acredita o senhor que o Movimento de 31 de Março tenha contado com ajuda externa, financeira ou política?

Com relação ao campo econômico não tenho nenhuma notícia. No campo político era óbvio que a tomada do Poder, no Brasil, pelo Movimento Comunista Internacional, poria em risco o equilíbrio democrático-capitalista existente no continente e nós fazemos parte do continente.

Não tenho a mínima dúvida de que no aspecto político fomos sobejamente ajudados.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando do desencadeamento da Revolução?

Independente do tipo de governo é impositivo possuir um "esquema militar". Constituía-se, quer em Brasília, quer em várias capitais do País, de uma minoria que tinha optado pelo legalismo – entre aspas – e queria a permanência de João Goulart no Governo.

Esse "esquema militar", que considero de pouca expressão, grupelho conivente com a situação reinante, sentiu que sua posição era insustentável e caiu pela manobra.

O senhor viu, na montagem do esquema revolucionário, objetivos estratégicos claramente definidos?

A rápida, enérgica e decisiva ação militar que impediu a guerra civil, ao neutralizar a direita oportunista e corrupta e a esquerda revolucionária, só pôde ser desencadeada porque Castello Branco e seu estado-maior, cujos integrantes desconheço, deviam ter um planejamento bem-feito e ligações corretas com os comandantes de confiança. Eis as razões, por que o Movimento vingou quase sem derramamento de sangue.

Citaria alguns exemplos de coragem pessoal influente no rumo dos acontecimentos no dia 31 de março?

Para evitar injustiças não vou citar nomes. Peço até desculpas por ter dito que arrisquei minha própria vida, mas lógico que quem conduz preso, faz operação de busca e apreensão, faz inquérito, realiza ações desse tipo, de um modo ou de outro está correndo risco de vida, porque, de fato, havia uma guerra. Mas presto uma homenagem à figura do soldado, sem nenhum galardão, sem nenhuma divisa, sem nenhuma estrela, um "soldadinho" simples como aquele que existia em João Pessoa.

Esse "soldadinho", cumpridor de ordem, intelectualmente de nível baixo, mas com conhecimento fenomenal do que era hierarquia e disciplina, certo dia, ficou tomando conta dos presos alojados – aquilo não era prisão – nos apartamentos dos oficiais. Ele ficou com o FAL (Fuzil Automático Leve, armamento individual de cabo e soldado) em frente à porta de um desses apartamentos. De repente, um dos presos bateu na porta e disse que queria ou ir ao banheiro ou tomar sol ou coisa que o valha. E esse nosso "soldadinho" disse:

– Olha, estou aqui cumprindo ordem e disseram-me que daqui ninguém sai. Não posso sair para chamar alguém, de modo que peço pelo amor de Deus que não ouse abrir esta porta, porque com certeza vou atirar e não quero fazer isso!

Esse não é um ato de coragem, mas de discernimento, de cumprimento de missão. Em todos os quartéis do Brasil, nas fronteiras, na Brigada Pára-quedista, na Escola de Comando e Estado-Maior, de soldados a generais, praticaram atos de heroísmo, de compreensão do dever militar.

O senhor já citou vários nomes mas, em nível nacional, citaria chefes militares?

O "esquema militar" do Governo realizou, bem próximo ao desencadeamento do Movimento, transferências de militares que o grupo julgava não comungarem com a situação. Em João Pessoa vieram parar o Plínio Pitaluga e o Germano Arnoldi Pedrozo; este foi servir numa CSM – não estou aqui diminuindo o valor das Circunscrições do Serviço Militar, mas estou valorizando a parte operacional do oficial – e muitos outros.

Esses chefes militares tinham um sentido de liderança muito alto, razão pela qual foram movimentados. Citei aqui apenas dois, temos muitos no Brasil que foram movimentados por necessidade do serviço, mas o objetivo era tirá-los de junto de sua tropa operacional.

O senhor acredita que resultou, do Movimento revolucionário, alguma coesão no seio do Exército?

Com certeza. E tenho notícia de que o ambiente, outrora bastante dividido na Vila Militar de Deodoro, tornou-se coeso com o desencadear do Movimento. Não constatei falta de coesão na Paraíba, nem em Pernambuco, porque as dissidências eram mínimas.

Aproveito esta ocasião para prestar uma outra homenagem, ao General de Exército Ednardo D'Ávila Mello. Como capitão e major, servindo na Vila Militar, no 26º BI Pqdt, em nossa guerreira Brigada de Infantaria Pára-quedista, visitava comumente o General D'Ávila em sua residência no Rio de Janeiro. Unia-me ao general por laços fraternos. O estimado Chefe tinha sido praticamente punido – episódio do suicídio do Wladimir Herzog, em São Paulo –, manchado o seu nome para o resto da vida como "torturador".

Indisciplinado, major pára-quedista, como todos aqueles malucos que comigo serviam, visitando o general, disse:

– General, o senhor não quer que a gente faça alguma coisa? Levante o dedo que iremos fazer algo pelo senhor.

– Penha Alves você é meu amigo, mas tem um péssimo defeito: é pára-quedista e pára-quedista é indisciplinado – respondeu ele. – Volte para o seu quartel e diga aos seus colegas para tratarem da sua vida militar, adestrando nossos soldados, executando saltos de pára-quedas. Tenho todos os motivos do mundo para estar ressentido com a minha Força, mas não vou mexer um dedo para acabar com a coesão. Assisti à divisão dos comandantes, aqui na Vila Militar, no período pré-revolucionário, e o João Goulart teve um mérito imenso para a Revolução: permitiu que a Força, que estava com algumas dissidências, se unisse. Foi o catalisador, embora contrário a nós.

E, o general concluiu:

– Não seria eu que destruiria essa coesão.

Geralmente a imprensa se refere à Revolução como golpe. O senhor concorda?

Chamando o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 de golpe, estamos dizendo algo pelo menos singular. Um Movimento com apoio popular, com a manutenção das Casas Legislativas, Executivas e Judiciárias e com a existência de partidos, embora dois, porque a quantidade anterior era excessiva – que golpe!?

Tendo dois partidos pelo menos havia um que seria oposição, e com eleições diretas em quase todos os níveis.

Acredito que tivemos uma contra-revolução, já que havia uma revolução em marcha. O que as Forças Armadas fizeram foi uma contra-revolução, mobilizando as forças civis e militares democráticas da Nação, que se opuseram a essa tomada do Poder pela força.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ao País? Pode citá-los?

A realidade histórica um dia falará mais alto. O período realizou uma profunda reforma do Estado, retratado em alguns aspectos: fundo de participação dos

municípios, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Estatuto da Terra, Sistema Financeiro de Habitação, reforma de impostos federais, amparo ao empregado doméstico, criação do Banco Central, restauração da dignidade e da moral administrativa e aposentadoria rural. O que fez tudo isso não pode ter agido como golpe, porque não trouxe benefícios pessoais, foram benefícios coletivos.

Houve erros?

Com certeza sim, porque para existir a regra tem que haver a exceção. Houve erros, sim. A tortura tem que ser caracterizada como um ato insano e condenável; este era o pensamento da esmagadora maioria dos revolucionários, civis e militares.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) era necessário?

O que respaldava essa necessidade era a conjuntura da época.

O AI-5 tem que ser analisado à luz das pressões que estavam sendo desencadeadas; sem esse cuidado, não tem sentido. Evitou que essas pressões retornassem, através dos inocentes úteis e das personalidades importantes brasileiras, que seriam envolvidas. Sem o AI-5, talvez, teria que haver uma outra revolução.

Quanto à criação dos órgãos de informações, a Lei de Segurança Nacional, o senhor comentaria alguma coisa?

Todos os países do mundo possuem seus órgãos de segurança e suas leis de segurança nacional. Os governos, nos campos federal, estadual e municipal, que demagogicamente decidiram eliminá-los, reconheceram um pouco mais tarde as suas importâncias, os resgataram com nova roupagem, com nova denominação, mas com missão semelhante.

A Revolução demorou-se no Poder ou poderia ter sido abreviada?

Fui partidário e sou partidário de que nos demoramos bastante no governo e isso arranhou enormemente a imagem militar. Deveria ter sido menor o tempo de permanência para que não se alimentassem algumas ambições pessoais.

Tortura a presos.

Aquele que detém o Poder, que usa a arma, aquele que pode agir em nome da segurança, se não for provido de certos fundamentos morais e religiosos incide em erros.

Pelo comandante que possuía era impossível pensar nessa palavra tortura.

O senhor acredita que as Forças Armadas de algum modo se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagem?

Para fazer justiça, não cometer nenhum erro, afirmo que as Forças Armadas jamais se locupletaram do Poder. Ocorre que numa estrutura imensa, pesada, com personalidades de toda natureza, com certeza alguém se utilizou da Revolução em benefício próprio, seja no campo civil seja no campo militar.

Na opinião do senhor a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

Acredito que pelo fato de o Brasil ser signatário de tratados e acordos e membro de organismos internacionais, com certeza esses co-partícipes no campo internacional devem ter acionado os seus órgãos de comunicações e informações e devem ter contribuído para a aceleração da abertura política no País.

Tem alguma crítica a ser feita aos chamados governos militares?

Uma só: permanecemos demais no topo da onda e permitimos entre nós algumas aves de rapina.

E a Lei da Anistia?

Essa merece uma análise um pouco mais aprofundada, porque a Lei da Anistia, ampla, geral e irrestrita e, junto com ela, a Constituinte, propiciaram atos de "revanchismo". Hoje está sendo inoculada nas novas gerações, principalmente nas universidades, uma visão distorcida do que houve, porém acredito que a realidade histórica um dia falará mais alto. Com essa visão distorcida, tudo indica, o povo está vendo que os terroristas de ontem são os santos de hoje e os militares de ontem e de hoje são os algozes, os celerados e os bandidos.

E isso não é verdade!

A imagem do Exército foi desgastada ou exaltada pelos acontecimentos de 31 de Março?

A imagem do Exército foi arranhada, sim, mas acredito que a história será resgatada e este Projeto, creio, visa a isso. As pesquisas de opinião e o que já se escuta dos civis, em todo o Brasil, com relação à Força Militar – Exército, Marinha e Aeronáutica –, já nos mostram que os arranhões e os ranços estão sendo jogados "para escanteio".

O senhor crê que atualmente haja uma mobilização política contra os militares no que tange a posições de relevo no Governo Federal ou mesmo nos Estados?

Não tenho a menor dúvida.

A cúpula federal está constituída da fina flor do esquerdismo nacional. Fayads, Barreiros, Ustras, Alves e Avólios estão aí para testemunhar.

Ano passado, no Sete de Setembro, participei como comandante dos expedicionários do Batalhão Suez, portando a mesma farda indiana que usei no Oriente Médio enquanto tenente das forças de emergência das Nações Unidas. Estava junto com meus companheiros: soldados, cabos, sargentos, tenentes, todos com mais de cinqüenta anos. O filho de um soldado fez uma farda indiana e desfilou na frente da tropa, conduzindo uma pomba, simbolizando que éramos uma tropa "de paz".

Quando chegou à frente do palanque, aquele jovem que estava conduzindo a pomba a lançou para o ar e a pombinha não voou, ficou no chão. Os jornais do Recife noticiaram: "O menino que conduzia a pombinha a lançou e ela caiu, sendo quase pisoteada pelos soldados."

Os jornalistas que escreveram com relação àquele fato não tiveram sensibilidade alguma para interpretar a mensagem que a tropa lançou, porque em nenhum momento falou-se na palavra "paz".

Coronel, o senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre nossa Revolução?

Resumidamente, afirmo que o Movimento ocorreu na hora certa, com os líderes certos e para o povo certo. As Forças Armadas, silentes, acompanharam e registraram tudo que houve no pré-Movimento. Inspiravam-se unicamente na Pátria, calcada nos pensamentos e nos exemplos de Caxias, Tamandaré e Eduardo Gomes. A preocupação dos nossos chefes, naquela ocasião, era a paz da Nação, a defesa de suas tradições, a ordem acima da desordem, uma democracia forte e nunca à tirania comunista.

Proclamada a anistia ampla, geral e irrestrita, que não atingiu totalmente os efeitos desejados, vimos que a mesma tem atuado, até o presente momento, de uma maneira unilateral.

A imprensa, que ontem estimulou e aplaudiu o Movimento, hoje, quando não silencia, traça referências desfavoráveis. Os índices de crescimentos em todos os campos da economia ampliaram-se com a ação do Movimento revolucionário e cito apenas um: antes de 1964 éramos a 58ª economia mundial, hoje somos a 8ª, com todos os erros e desacertos que foram cometidos. Imaginemos, quando não tivermos mais erros e desacertos, qual será nossa classificação.

Encerro, solicitando que tenham paciência de ouvir um relato histórico, já que esse trabalho é de resgate histórico, através de uma nota publicada no jornal *O Norte*, da minha João Pessoa. Esse trabalho, publicado em 1987 pelo jornalista Jório Machado, que eu conduzi como prisioneiro para Fernando de Noronha, é muito bonito e não farei nenhum corte: até os elogios que ele faz ao Movimento, eu os citarei.

Os Fracos e os Fortes na Prisão

Dizem que é na mesa de bar que conhecemos melhor as pessoas. Eu concordo, mas não excluo a convivência no xadrez como teste mais eficaz para se obter uma radiografia perfeita da personalidade, do caráter, do equilíbrio emocional de cada um, especialmente quando a perda da liberdade ocorre no momento de convulsão político-militar marcado pela exacerbação do fanatismo e das paixões cegas. Vi muita gente forte fraquejar e muitos que pensávamos não resistir às depressões do cárcere reanimar deprimidos. Um sindicalista rural do Recife, que enfrentou a repressão policial por mais de uma vez nas Ligas de Julião, foi acometido de diarréia nervosa; forte como um touro, definhou tanto que em menos de uma semana tiveram de recolhê-lo à enfermaria, de onde nunca mais tive notícias. Passava os dias sentado no trono, como um reizinho. Outros tinham crises de náuseas e expeliam vômitos que azedou por toda parte. Uns roíam as unhas até o sangue escorrer pelas pontas dos dedos. Os da tosse seca eram os que mais incomodavam durante a noite. É muito ruim estar acompanhado na prisão por companheiros nervosos, porque você termina, com o tempo, pegando a doença deles. Se no Recife eu passei maus momentos com essas companhias, em Fernando de Noronha, ao lado de Bento da Gama, Laurindo Marques, Langstein Almeida, Luiz Hugo Guimarães e Gilberto Azevedo (todos os citados eu os conduzi presos a Fernando de Noronha) nunca me senti refratário a qualquer tipo de mazela emocional.

Lembro como se fosse hoje, no xadrez nº 2 do 15º RI, encolhidos no chão, colados uns aos outros como sardinha, assim pelas 11h da noite do dia 20 de abril de 1964, o Tenente Alves, no tom arrogante do militar quando se dirige ao subalterno, falou por entre as grades do xadrez: "Jório, Bento, Laurindo, Langstein e Luiz Hugo, peguem as roupas que vocês vão viajar." Fez a recomendação e retirou-se, deixando no ar o mistério quanto ao nosso destino. Meia hora depois ele reapareceu e João Batista Barbosa, o Batistão, perguntou para onde iriam nos levar e ele respondeu que para Fernando de Noronha (o que retrata, pelo menos em termos da minha Paraíba e do comando do meu querido Coronel Ednardo D´Ávila Mello, que nem esse tipo de tortura que seria levar sem avisar, ele deixou que fosse cometido), mas que nossas famílias estavam sendo avisadas (imagina: que "golpe" avisa a família do preso que o mesmo vai ser transferido. Imaginemos se isso fosse em Cuba), para uma despedida coletiva de dez minutos.

De repente, os corredores da área de serviço do 15º RI se encheram da parentela. Meu pai, o velho Machado, e minha mulher Cleide chegaram acompanhados dos meus filhos, Alexandre de três anos e Larissa de dois; o terceiro, Cristiano, recém-nascido no dia 7 de abril, quando eu ainda estava foragido, foi deixado em casa com

minha mãe Amália, acometida de forte depressão, em companhia de outros irmãos. Os boatos no quartel eram de que para Noronha foram escolhidos os mais perigosos. Dizia-se também que "essa história de Noronha era conversa fiada, eles estão sendo levados é para o sumidouro". Enfim, nós é que não sabíamos de nada porque não tínhamos em quem acreditar. Quando vi Cleide e os meninos senti aquele vazio profundo e confesso que alimentava poucas esperanças de voltar. Nesta hora o que mais me preocupava não era a solidão da ilha e muito menos o destino que me aguardava, mas o futuro da família. Aquilo me abriu um oco imenso, goela abaixo.

Meu pai parece que estava adivinhando a causa da minha angústia e antes que lhe falasse me disse, num forte abraço: "Vá tranqüilo, quem criou 11, criará mais três." Um fogo me subiu do pé à cabeça. A partir daí estava pronto para enfrentar o exílio até na região glacial do pólo Antártico, quanto mais em Fernando de Noronha de clima e ares iguais aos nossos de João Pessoa. A tranqüilidade de Cleide, sem choramingos, me deu muito mais força ainda, enquanto via a mãe de Bento da Gama, D. Zaída, já velhinha, gritar para o oficial que se aproximou dela com a intenção de reanimá-la: "Está vendo esses cabelos brancos? Pois saiba que estou acostumada com isso e fique certo de que ele, Bento, vai, mas volta."

Um sopro de otimismo calou fundo na consciência de cada um. Enfim, partimos de madrugada, em cima de um caminhão de bancos de madeira, mais duros do que ferro, acompanhados de quatro soldados armados de fuzis e patrulhados por jipes que conduziam a escolta. Levamos cinco horas para chegar ao Recife, em estrada de barro. Passamos no Quartel-General, de lá fomos conduzidos pelo Tenente Alves e três sargentos, entre eles o Cabo Romildo, hoje médico, que até bem pouco exercia o cargo de subsecretário de Segurança (esse cabo, que não era cabo, era sargento, já falecido, citei-o como um dos esteios da Revolução na Paraíba) e fomos para a Base Aérea do Recife, onde embarcamos num avião B-25 da Força Aérea (não era B-25; era um C-47) e com a mesma escolta levantamos vôo para Fernando de Noronha, desembarcando às 5h da tarde.

Viajamos em silêncio, mas com muito respeito por parte da escolta (que D. Amparo, do Tortura Nunca Mais, tenha acesso a esse tipo de leitura). Já na Ilha, ao pé da escada do avião, lá estava postado o Coronel Ibiapina (citado também como um dos líderes da Revolução em nossa área). Descemos em fila e o Tenente Alves ia declinando os nossos nomes para o Ibiapina. Ele escolheu a mim, a Langstein e a Bento da Gama, para fazer referências especiais à nossa passagem.

"Este, disse de mim, é um jornalista desaforado, mas vamos amansá-lo"; e com Langstein: "Esse é um assassino perigoso"; e, finalmente, com Bento da Gama: "É o comunista da Supra."

Coronel Luiz Marques Tavares

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Serviu, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), em Salvador; no Comando da 11ª Região Militar (11ª RM) e na Diretoria de Patrimônio, ambas em Brasília; e foi Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e da 7ª RM, ambas no Recife.
- Chefiou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) da 6ª Região Militar (6ª RM), em 1973, em Salvador, BA; e foi Ajudante-de-Ordens do General Walter de Menezes Paes.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Entre os cursos de especialização, possui o de Informações, Categoria “A” (analista).
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 2º-Tenente e servia no 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte.

Entrevista realizada em 28 de setembro de 2000.

Para mim é uma grande honra ter sido convocado para este depoimento histórico. Participei, como oficial subalterno, da Revolução de 31 de Março de 1964.

Entre 1960 e 1962 cursava a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e estava, praticamente, alheio à política. Naturalmente que os fatos marcantes – a renúncia de Jânio, a quem admirávamos, a questão do plebiscito e a posse de Jango – não passaram despercebidos e foram causas preponderantes para o desencadear do Movimento de 1964.

A fraqueza e a incompetência do Presidente João Goulart fizeram com que os comunistas se apossassem de cargos-chave do Governo, impondo ao Presidente da República medidas que iriam cada vez mais afastá-lo da sociedade, criando um clima de ansiedade, insatisfação e indisciplina nas Forças Armadas.

Em 1963 apresentei-me no 12º RI, em Belo Horizonte. Durante aquele ano dediquei-me à instrução do meu Pelotão e, devido à situação política, com muitas greves e arruaças, foi dado início à instrução de controle de distúrbios civis. A instrução sobre guerra revolucionária e comunismo passou a ser intensificada. Nossa formação militar anticomunista e a motivação existente facilitaram o nosso aprendizado naquele novo tipo de instrução.

À medida que foi terminando o ano e se iniciando 1964, a oficialidade, principalmente os mais modernos,[1] começou a preocupar-se mais com a situação do País, criando um clima de intranqüilidade dentro do quartel. As prontidões e os boatos foram se intensificando. Os jovens tenentes eram pouco informados pelos superiores. Sentia-se que a situação piorava pelas ordens de intensificação do grau de segurança dos aquartelamentos e paióis.

Havia alguns militares, principalmente graduados, que ficaram sob vigilância por suas tendências de esquerda ou por demonstrarem apatia pelos fatos que aconteciam no Estado e no restante do País.

Cada vez mais ficávamos sobressaltados – grande parte da "tenentada" era solteira e morava no quartel. Alguns, como eu, passamos a dormir com armas, granadas e munição, pois se ouvia falar em traição, como em 1935, ou invasão do quartel por grupos de esquerda. Deixamos de andar fardados na rua e sempre saíamos armados.

O mês de março de 1964 foi quase todo de prontidão; acompanhávamos a situação nacional por meio dos noticiários de televisão e de jornais.

Havia no quartel um treinamento dirigido como que se subentendendo uma súbita anormalidade? A orientação da instrução já era para a antiguerrilha?

[1] Jargão militar: companheiros com menos tempo de serviço.

Não chegava a ser de antiguerrilha; era mais voltada para controle de distúrbios, porque as arruaças e greves aumentavam a cada dia e notava-se que a própria Polícia Militar não estava preparada. Não se falava em guerrilha, naquela época.

Pouco me recordo de ter havido reuniões com a oficialidade jovem para tratar daquele momento político. Conversava-se, à noite, com os capitães que ficavam no quartel.

Sabíamos que o Comandante do Regimento, Coronel Dióscoro Gonçalves Vale, era um homem bom, excelente oficial de Estado-Maior, preocupado com os destinos do País, e que saberia tomar a decisão mais acertada quanto ao emprego da tropa, que sentíamos breve. Nos corredores, já se falava em reação da força militar, pois as ações dos agentes da subversão extrapolavam em todos os setores. Em Minas, o sindicato era forte e estava totalmente dominado por comunistas, que a toda hora fomentavam a desordem e o desrespeito à autoridade.

Nessa ocasião, chegou ao quartel o reforço de uma Companhia de Carros de Combate e as atividades da 2ª Seção (Informações) aumentaram bastante. Passamos a fazer vários treinamentos de embarque de tropa e de material, em viaturas, e praticamente a instrução era só de controle de distúrbios civis.

Após os fatos lamentáveis – comício da Central e o jantar com os graduados no Automóvel Clube – ocorridos com a presença do próprio Presidente da República, e que indignaram a maioria da oficialidade, chegou o grande dia tão esperado, principalmente pela "jovem guarda".

O quartel já se encontrava de prontidão há uns sete dias, logo não foi difícil reunir toda a tropa no pátio central, na manhã do dia 31 de março. O Pelotão Motorizado foi reforçado por ônibus civis, o que antecipava o emprego da tropa. Os dois Batalhões que compunham o Regimento formados receberam o comandante. Todos os oficiais foram convidados a se reunirem na sua frente, junto ao Pavilhão Nacional, e ali o Coronel Vale fez um breve comentário sobre a situação caótica em que estava o País e da decisão tomada pelo Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI), General Olympio Mourão Filho, de iniciar o movimento armado a fim de depor o Presidente.

Comentou, ainda, que o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID/4), sediada em Belo Horizonte, iria, junto com o Governador do Estado, Magalhães Pinto, fazer uma declaração sublevando-se contra o Poder constituído. Sendo assim, o 12º RI formaria dois destacamentos: um iria para Juiz de Fora para incorporar-se a outras forças a fim de marchar em direção ao Rio de Janeiro, onde poderiam ocorrer sérios confrontos; o outro, iria para Brasília, reforçado por tropas da Polícia Militar (PM) mineira, para ocupar pontos estratégicos da Capital Federal.

Nesse momento, o Comandante Vale, com os olhos cheios d'água, disse para os seus oficiais: "Tragam os meus meninos de volta!"

Dispensados (da formatura) fomos providenciar o embarque da tropa, material e munição. Soube-se que alguns militares, superiores[2] e sargentos, de várias Unidades, já haviam sido presos por não concordarem com aquela decisão ou por não quererem deixar as famílias para cumprir uma missão que poderia não ter volta.

No 11º RI de São João Del Rei, soube mais tarde, a maioria dos sargentos fora presa. Também muitas prisões de civis, comunistas e simpatizantes, foram feitas em Belo Horizonte e Juiz de Fora. O mais ativo deles, de quem não recordo o nome, tinha planos de atacar quartéis e até colocar veneno na caixa d'água da Cidade de Belo Horizonte.

No seu quartel houve prisões?

Houve afastamento das funções de um comandante de Companhia, capitão, que se negou a desrespeitar a Constituição, e dois ou três graduados que alegaram motivo de família ou não queriam afastar-se do quartel.

Meu destacamento, chamado de Caicó – homenagem à terra do Coronel Vale – deixou o quartel sob aplausos e choros de civis. Havia certa euforia e temor pelo que nos esperava no caminho de Brasília. Poderia haver reações dos grupos de esquerda, emboscadas e sabotagens, o que nos deixava de sobreaviso. Até mesmo quando a coluna foi sobrevoada por um "teco-teco" tivemos que sair às pressas dos transportes e nos proteger de um ataque aéreo. Era simplesmente um civil, acompanhado de um oficial de ligação que vistoriava a coluna e atirava mensagens.

Chegamos à Brasília no final da tarde, sem problemas, e guiados pela Polícia do Exército e Polícia Rodoviária fomos estacionar no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Mecanizado (1º RCMec), ainda em construção. Foram tomadas as medidas de praxe e realizamos, durante a noite, patrulhas para evitar surpresas. Tive a infelicidade de, nos primeiros dias, perder um soldado. Ele simplesmente desapareceu e nunca mais foi encontrado.

Meu Pelotão de Fuzileiros foi destacado para ocupar e guarnecer o sítio onde residia o General Assis Brasil (Chefe da Casa Militar do Jango), chamado Palácio do Ipê, hoje Granja do Ipê. Ficamos uns oito dias executando a segurança daquele patrimônio, sem nenhum incidente.

Deixamos o local para nos juntarmos ao destacamento e, posteriormente, desfilarmos em frente ao Palácio do Governo para o General Castello Branco, que havia sido escolhido para assumir à Presidência. Foi no dia 15 de abril.

Voltamos para a capital mineira e lá pelo dia 20 de abril o quartel voltou à rotina.

---

[2] Do posto de major para cima.

Discorrendo sobre o período revolucionário propriamente e sobre os fatos que vivenciei, em 1968 servia na AMAN, quando foi descoberto um foco de simpatizantes comunistas entre os cadetes, fruto da infiltração das esquerdas nas Forças Armadas e em outros setores da sociedade, talvez com o intuito de forçar o Governo a adotar medidas fortes e antipáticas, como acabou acontecendo com o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Na Academia foi aberto um inquérito e dois ou três cadetes foram excluídos, porque estavam fazendo proselitismo através de reuniões nos apartamentos. Foram encontrados materiais subversivos. Eram cadetes do primeiro ano matriculados com amparo naquela legislação recém-aprovada, que garantia o acesso à AMAN, sem concurso de admissão, dos alunos classificados em primeiro lugar no ensino médio.

Em 1972 cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tendo sido classificado no 19º BC, em Salvador. Por ser o mais moderno dos capitães fui chamado ao Quartel-General da 6ª RM para assumir as funções de adjunto da 2ª Seção e chefe do Destacamento de Operações de Informações (DOI).

Nunca havia exercido qualquer função ligada às atividades de informações, muito menos a chefia de um órgão de operações de combate à subversão. Fiz muitos trabalhos para os quais não estava preparado: prisões, interrogatórios, busca e apreensão. Precisei consultar documentos para me orientar em certos procedimentos, principalmente quanto à técnica de interrogatório. Por isso acredito que os abusos que existiram, ocorreram pelo despreparo profissional e pela má índole de alguns, principalmente os colegas das polícias civil e militar, que compunham os diversos DOI.

No que diz respeito ao período do Presidente Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), na fase da "abertura" da Revolução, os dois primeiros anos cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e depois fui classificado na 11ª RM, em Brasília, onde fui designado para a 2ª Seção. Acredito que a decisão da escolha do Presidente Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Governo Geisel, não foi das melhores, pois não era político.

Promoveu a Lei da Anistia, bastante liberalizante, que deu a oportunidade para que todos os que eram contra nós militares e contra a democracia voltassem com toda a força, exigindo mil e um direitos, e hoje a maioria deles são governo e fazem de tudo para nos espezinhar e humilhar. A conduta do Presidente Figueiredo deixou a desejar, principalmente depois da cirurgia, pois deu a entender que contava os dias para deixar o Governo.

Na 2ª Seção, de informações, fiquei encarregado do campo político e, assim, pude acompanhar os primeiros passos dos novos partidos, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT). Pude, também, tomar conhecimento de como se estruturavam os grupos de esquerda, revolucionários ou não, durante o regime militar. Aliás,

período que chamam de ditadura, mas não foi bem assim, pois todos os Poderes funcionavam, exceto pequeno interregno. O povo era feliz e não sabia.

Os grandes erros do Movimento de 1964, na minha opinião, foram: não ter havido intervenções no Judiciário; não ter sido entregue o bastão após o Governo Médici (Emílio Garrastazu Médici); não ter sido preparado jovens para a política, deixando que as "velhas raposas políticas" continuassem mandando; e ter sido feita uma anistia tão liberalizante.

Você disse que a tropa foi ovacionada, saindo de Belo Horizonte para Brasília. No trajeto houve outras demonstrações de apreço?

Em algumas cidades do trajeto havia sempre a euforia do povo que, já sabedor da insurreição de Minas, aplaudia a passagem da tropa. No portão de saída do Batalhão, muitos pais de soldados correram para se despedir e houve aquela emoção muito forte.

O Batalhão que se dirigiu para o Rio também foi exaustivamente ovacionado.

Gostaria de deixar uma mensagem ou acrescentar algo mais acerca da Revolução?

Por fim, gostaria de dizer da minha satisfação por participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964. Para mim, foi reconfortante e estimulante.

Classifico este trabalho de significativo, pelas informações históricas que certamente conterá, preservando a memória do Movimento de 31 de Março de 1964.

Se, por uma fatalidade, tivermos que intervir novamente, não será por outra razão senão a da Segurança Nacional, como em 1964.

Coronel PM José Fernando Pontes Soares Filho

- Natural da Cidade de Sertânia, PE.
- Foi Subchefe da Casa Militar do Governo do Estado (1966/1967); Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar (1976/1979); Chefe da Casa Militar do Governo de Pernambuco (1979/1985).
- Exerceu a função de ajudante-de-ordens do Governador de Pernambuco Dr. Paulo Guerra (1964/1966).
- Cursos: Formação de Oficiais da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) (1954/1956); instrutor de Educação Física, pela Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo; Superior de Polícia, categoria Altos Estudos, da Academia Nacional de Polícia, em Brasília; curso de Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica de Pernambuco; Administração de Empresas, pela Faculdade de Ciências da Administração – Fundação do Ensino Superior de Pernambuco.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era primeiro-tenente e servia no Comando Geral da PMPE.

Entrevista realizada em 23 de maio de 2000.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Já faz trinta e seis anos do Movimento de 1964 e, na época, tinha ascendido ao posto de 1º-tenente; logicamente a minha visão a respeito dos acontecimentos e principalmente dos antecedentes da Revolução era muito pequena.

A macrovisão dos antecedentes e das causas da Revolução, na ótica do tenente, era difícil, mesmo porque a própria Polícia Militar (PM) preocupava-se muito pouco com tal tipo de análise: não havia maiores informações a esse respeito.

Na PM, no próprio dia da Revolução, a grande maioria da oficialidade, até a de nível superior, ignorava certos acontecimentos, talvez até mais do que eu próprio; mas, de qualquer forma, diria que as raízes são bastante antigas.

As causas mais próximas da Revolução, talvez a gente as encontre no próprio final do Governo de Getúlio, na época em que, por desespero, suicidou-se, em função do "peleguismo" que ele próprio havia criado.

Esse "peleguismo" estendeu-se e continuou forte e muito ativo, durante muito tempo, na área sindical. O movimento comunista aproveitou-se habilmente de seu lado corrompido e baseou-se nele, em muita coisa, para promover a subversão.

Pouco antes de 1964, o povo viveu os episódios de Jânio Quadros, a loucura de Jânio Quadros. Sua renúncia facilitou o trabalho de subversão do pessoal da esquerda, mais apropriadamente, comunista, máxime pela posse do Vice-Presidente, João Goulart. Tudo isso transtornou muito o País, que ficava à mercê da eclosão de movimentos, todos os dias, em variados locais: na cidade e no campo.

A população não comprometida com aquelas facções começou a mostrar vivamente a sua insatisfação; penso que a instabilidade tornou-se de tal sorte que as Forças Armadas, principalmente o Exército, atentas ao quadro pré-revolucionário do País, tiveram que adotar algum tipo de providência através das suas lideranças mais efetivas.

Essa insatisfação generalizada da população, acompanhada pelas Forças Armadas, certamente teve influência no seio da Polícia Militar.

Sem dúvida, não sei se tanto em relação ao próprio Governo Federal, dado ao que me referi sobre a PM, que era muito mais ligada ao Estado. As informações em nível federal não eram de grande monta. Mas a insatisfação era muito grande no que diz respeito à intranqüilidade no Estado, a partir do Governador Arraes, suas atividades e ligações que mantinha, principalmente com setores da esquerda, especialmente os comunistas. A insatisfação reinava na PM, pelo menos no escalão intermediário inferior, aquele com que mais convivia.

Essa insatisfação foi externada no próprio dia da Revolução, através de atos de rebeldia de oficiais da PM contra a ação dos comunistas.

Qual era a posição da Igreja, em relação ao Governo de Pernambuco?

Tenho alguns fatos que poderão servir para mostrar a posição da Igreja e a ação que exercia no interior do Estado. Não poderia manifestar uma opinião em nível doutrinário, pois era um jovem oficial subalterno.

Fui, logo depois da Revolução, no dia 5 de abril, em missão para o interior do Estado, a fim de esclarecer os propósitos da Revolução às autoridades e instruí-las sobre os problemas dos trabalhadores e proprietários de terra. Havia uma preocupação em evitar vinganças por atitudes anteriores a 1964, evitar arbitrariedades dos proprietários.

Possuo um documento muito interessante que dá uma idéia bastante nítida do trabalho que a Igreja já fazia junto aos movimentos, na área rural. Esse documento, na verdade, esclarece um pouco a atuação da Igreja pró-Revolução. Parcela ponderável da Igreja, todos sabemos, contribuiu para o sucesso da Revolução.

Minha missão foi na Mata Sul[1] do Estado, estendendo-se ao Agreste, seguindo por Palmares e terminando em Garanhuns. Ao final deveria apresentar relatório à Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado, a qual me encontrava à disposição. Encontrei, nos municípios de Gameleira, Joaquim Nabuco, Palmares – onde havia forte ligação com o prefeito, que foi preso – Catende, Maraial e Quipapá, os sindicatos rurais transformados em células ou núcleos comunistas. Encontravam-se fechados e os líderes evadidos.

Em Canhotinho mudava o aspecto! Encontrei o sindicato rural funcionando normalmente, ligado à paróquia. A Diocese de Garanhuns realizava a coordenação do Sindicato através do Serviço Diocesano de Assistência Rural (Sedar). Prossegui para Angelim até Garanhuns. Verifiquei que a imensa maioria dos sindicatos dos municípios da Diocese de Garanhuns funcionavam normalmente e eram coordenados pelo Sedar. Proporcionaram total apoio à missão que havia recebido.

Cheguei a ser convidado pelo Bispo Diocesano de Garanhuns a comparecer a um programa informativo da Rádio local, e aceitei o convite, para ler a Nota Oficial da SSP de esclarecimento sobre a Revolução, tranqüilizando a população rural.

Esses fatos caracterizam um certo apoio da Igreja.

Isso também era verdadeiro no Recife?

Acredito que na área urbana fosse diferente, embora houvesse certo apoio do nível superior da Igreja.

Quando o Arcebispo Hélder Câmara chegou ao Recife começaram as modificações. Cheguei a ter contato pessoal com Dom Hélder, quando ele passou a freqüentar

[1] Divisões climáticas do Nordeste: Mata Sul, Mata Norte ...

a minha casa em função de a minha falecida mãe ser líder do Movimento das Bandeirantes, cuja sede era no Palácio da Arquidiocese. Tanto é verdade que surgiram alterações, as próprias bandeirantes sentiram e se afastaram da Diocese.

Pelas fotos dos jornais pode-se ver Dom Hélder dialogando amistosamente com o Governador Paulo Guerra, acompanhando procissão com o Governador e com o General Muricy. Havia um relacionamento, de certo modo, que depois se tornou ofensivo.

A PM estava dividida em facções: pró-governo do Estado e contra o mesmo? Havia divisão na PM?

Sim, havia. Oficiais superiores, embora muito poucos, se declaravam pró-Governo Arraes; talvez o Major Romeu Sobreira, Chefe da Casa Militar, fosse o único que, ideologicamente, ostentasse uma posição muito firme – embora fosse muito cordial – de apoio a Arraes.

Oficiais de nível capitão e tenente, talvez três ou quatro, não sei se tanto, mantinham ligações do tipo mais ideológico. Os demais eram favoráveis ao Governo por questão de interesse próprio, postulavam alguns benefícios.

Então, havia uma minoria muito próxima ao Governo Arraes, que apoiava o Governador, mas a expressiva maioria da oficialidade da Corporação não alimentava sentimentos pró-governo; ao contrário.

A seu ver, havia uma revolução comunista em andamento com objetivo de mudar a ordem institucional do País? Qual a situação em Pernambuco?

Naturalmente, a minha ótica restringe-se à Polícia Militar do Estado. Aqueles que se declaravam, como o meu caso, contra o Governo do Estado, contra as tentativas de comunização que estavam se desenvolvendo fortemente, passavam por enormes constrangimentos.

O governo estava tremendamente influenciado pelos comunistas. Aliás, acredito que o Miguel Arraes nunca se aproveitou dos comunistas, os comunistas é que se aproveitaram dele.

Na minha opinião, um falso líder, meio fantoche talvez. Seus objetivos eram muito pessoais. Iniciou-se na vida pública pela mão do concunhado, o Governador Cid Sampaio, que o colocou como Secretário de Fazenda. Suas ambições começaram aí. Depois, foi prefeito. Muito parecido com Brizola, no Rio Grande do Sul, com a diferença que este era tagarela e se firmava na liderança por sua tagarelice e o Arraes pelo silêncio: não dizia nada.

As atitudes de Arraes descontentavam o pessoal da Polícia Militar, pois havia apoio ou mesmo incitamento à indisciplina dentro dos quartéis. Isso atingiu muito,

muito mesmo, a PM, porque utilizavam os clubes de sargentos e os de cabos e soldados, que existiam na época. Tal manobra foi muito empregada pelo Comandante Hangho Trench, Major do Exército que passou (comissionado) a Coronel Comandante da Polícia Militar no Governo de Arraes, visivelmente pró-Governador e comunista declarado, porque ele próprio pabulava essa condição. Para satisfazer a essas graduações, não sei se por decreto do governador ou se ato dele próprio – portaria do comando, por exemplo – o Comandante Trench chegou a ponto de estender as férias de soldados para trinta dias, contrariando a lei que estabelecia vinte dias para soldado, praça de maneira geral, e trinta para oficiais.

Isso era subversão da ordem, era ilegal.

O clima era muito tenso dentro da Polícia Militar; a minoria atuante, sujeita ao Governo do Estado, passou a me chamar de "gorila" e outras coisas, porque eu também os desafiava. Viviam querendo transferir-me para o interior do Estado, mas não tinham coragem, porque eu ameaçava fazer baderna no interior.

O clima não era bom dentro da própria PM; predominava a indisciplina que tendia para a subversão.

Qual o comportamento da Assembléia Legislativa em relação aos atos das Forças Armadas?

Acreditávamos que existia, em termos políticos, a velha rivalidade local entre o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional).

Os políticos aproveitavam-se dessa situação para tentarem galgar o Governo. Cid Sampaio, por exemplo, para ser eleito governador contra o que ele chamava de oligarquia do PSD e falando em renovação, se uniu aos comunistas. Luís Carlos Prestes freqüentou seus palanques. O Governador Paulo Guerra, em concordância com os objetivos da própria Revolução e do General Castello Branco, posteriormente nós soubemos, fracionou o PSD e compôs-se com Arraes, sendo seu vice-governador. Ajudou, depois, na derrubada. O clima político era muito mais de nível partidário, antigo, tradicional, do que ideológico.

No próprio dia 1º de abril houve discussões dentro da Assembléia, a maioria favorável à Revolução, apenas três ou quatro deputados pró-Governo Arraes.

Há outro documento que o senhor queira mostrar?

Tenho outro documento interessante que registra o ambiente de agitação que havia no campo, antes da Revolução.

Estava de oficial de dia.[2] Recebi uma ordem verbal do Comandante Geral da PM, para mandar "reforços" (frações de tropa) a alguns municípios do interior do

---

[2] Oficial de serviço, turno de 24 horas.

Estado e instruções sobre a missão desses “reforços”. Transmiti a ordem aos comandantes das frações de tropa por meio desse documento – um memorando – assinado por mim.[3] Foi em 23 de fevereiro de 1964.

Incrível! A ordem que recebi do Comandante Geral estava baseada nas instruções de greve dos trabalhadores. O comando da greve dava ordem!

Quer dizer, o Comandante da PM “rezava” pela cartilha dos grevistas. Nas instruções acordadas eram consentidos o funcionamento dos escritórios para pagamento, com fiscalização do pessoal da greve; a entrada dos diretores na usina – os diretores não podiam entrar nas suas usinas porque os comandos de greve não permitiam.

Então, a tropa seguia como para oficializar a ação grevista, quase subordinada a ela. Esse documento serve para mostrar o tipo de ordens emanadas do Comando Geral da PM. Recebi e a transmiti aos “reforços”.

Como o senhor viu a ação de entidades esquerdistas ou de sindicatos no Recife? A PM teve que intervir para tranqüilizar?

Na Cidade do Recife observávamos o movimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A assessoria sindical do próprio governador se ligava a alguns delegados do interior que pertenciam ao seu esquema. Na própria cidade de Garanhuns havia um delegado nessas condições.

Existia um movimento de camponeses – na época se chamavam exatamente camponeses – que eram incentivados a vir para o Recife, Grande Recife, para fazer agitação. Na ótica nossa, da PM, esse era o problema que sentíamos mais: aquelas turbas com foices, enxadas, facões, vindas do interior e se concentravam na cidade. A PM tentava apaziguar, agindo com pouca energia, com bons modos.

Houve uma ocasião em que o Trench deu ordem para que o quartel do Derbi, o quartel do comando geral, servisse de alojamento para – não sei o número exato – uns cinqüenta camponeses que estavam agitando na cidade. O Tenente Severino Ramos de Oliveira, oficial de dia, mandou desarmar todos os que estavam entrando no quartel armados de foices e facões; o oficial, numa atitude corajosa, desarmou todos eles e isso foi até causa de tentativa de punição ao Tenente Severino. Esse fato foi antes do dia 31 de março.

O senhor citaria exemplos de coragem pessoal, na PM, no rumo dos acontecimentos de 31 de março?

Acabei de citar um, o do Tenente Severino.

---

[3] O documento está reproduzido no final da entrevista do Coronel José Fernando.

Foram atos aparentemente tolos, mas que de acordo com as condições da época e no nosso escalão, tenentes, evidenciaram-se muito sérios e que demonstraram, de qualquer modo, elevado nível de coragem pessoal.

O Tenente Rego Barros, por exemplo, um tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), rebelou-se contra a ordem do Comandante Geral de conceder trinta dias de férias também para os soldados. Essa medida era uma subversão da ordem legal. Foi punido por sua atitude.

No dia da Revolução, o mesmo Tenente Rego Barros foi no 2º Batalhão e tomou a iniciativa de fazer contatos com a 7ª Região Militar (7ª RM), redundando na adesão de oficiais desse Batalhão.

Gostaríamos que o senhor relatasse a sua participação pessoal na eclosão da Revolução.

No dia 31 de março, saía da faculdade, na Universidade Católica – onde conhecia um pouco a agitação – e me dirigi ao quartel do Derbi para deixar o Tenente Severino; pensava em sair à noite para um jogo, no que me lembre.

Ao chegar, oito, nove horas da noite, encontrei, logo na frente do quartel, muitos oficiais superiores, majores, coronéis, vestindo uniforme de serviço e... uma certa expectativa no ar.

Resolvi não sair mais do quartel; desisti de ir ao jogo.

Por conta própria, colocamos o uniforme de serviço e ficamos, também do lado de fora, olhando desconfiados para os oficiais superiores que se encontravam lá e eles também olhando para nós, um tanto desconfiados. Não sabíamos o que estava acontecendo.

O governador já havia sido deposto?

Não, ainda não.

Em conversa com o oficial de dia, que pensava de modo semelhante a nós, fomos informados de que tinha havido, no início da noite, uma reunião no alojamento da Companhia da Radiopatrulha, sediada no próprio quartel do Derbi, promovido pelo Comandante da Companhia, Major Belarmino Neto e pelo Capitão Sérgio. Ele não sabia dizer qual o assunto tratado na reunião, porque não foi permitido que o oficial de dia estivesse presente à mesma. Revelou sua estranheza com o rumo dos acontecimentos e nós concordamos.

A partir daí, começamos a tentar realizar alguns contatos para saber o que poderia estar ocorrendo. Em torno da meia-noite, no entanto, alguém captou a Rádio Inconfidência, de Minas Gerais, comunicando a eclosão do Movimento do General Mourão. Nesse momento, despertamos para o que pudesse estar acontecendo.

Tentamos outros contatos. Eu mesmo procurei o Coronel do Exército Manoel Costa Cavalcanti, oficial muito ligado ao esquema de liderança, professor do Colégio

Militar, vizinho nosso lá no Derbi e, além disso, meu diretor na Escola Superior de Educação Física. Tinha amizade com ele. Liguei para sua residência, mas a esposa, dona Maria Augusta, me disse que o coronel havia saído, depois que me identificou por algumas declarações que fiz. Tudo era feito às escondidas. Ela disse que o Coronel Costa havia se fardado e ao despedir-se dela, comunicou que não sabia quando voltava.

Cerca de uma hora depois, para espanto meu, o telefonista do Corpo da Guarda procura o "Tenente Fernando" e diz que o Coronel Manoel da Costa Cavalcanti queria falar-me ao telefone. Isso para mim foi uma ducha: todos perceberiam que eu estava, talvez, fazendo contatos! Depois eu soube, não me disse na hora, que estivera presente na famosa reunião do 7º RO (I/7º RO 105 – I Grupo do Sétimo Regimento de Obuses) com os coronéis do Exército. Na época, parecia a nós todos que esses coronéis eram os condutores da Revolução, em Pernambuco. O Coronel Cavalcanti fez-me um resumo do que estava acontecendo. Havia, ainda, assuntos no ar. Arraes não havia sido preso.

Fiz contato, também, com o General Manoel Expedito Sampaio, que tinha sido nosso coronel comandante no governo anterior, de Cid Sampaio e com o qual, também, tinha muito bom relacionamento; conhecia o telefone dele, liguei e ele me tranqüilizou um pouco, achando que o Movimento era para valer, mas que deviam ser evitadas confrontações. O espírito do Exército, afirmou ele, era o de evitar derramamento de sangue.

Outro contato que tive, até com um pouco de humor, foi com o famoso Major Darcy Ursmar Villocq Vianna, que servia em Casa Forte. Estávamos à noite naquela expectativa – éramos cerca de quatro oficiais: lembro do Capitão Batista da Costa –, quando chegou o oficial de dia dizendo-nos que havia recebido um telefonema de um tal Major Villocq, perguntando seu nome etc. Após ter-se identificado ao major, este teria dito algo assim: "Vocês tenham cuidado, estamos com as baterias voltadas para cima do quartel, para atirar em vocês!"

O oficial de dia veio nos transmitir isso um tanto espantado. Conhecendo o Major Villocq, pensei: "Tem alguma coisa atrapalhada aí pelo meio." Chamei o Batista e falei:

– Batista, vamos tentar um contato com o Major Villocq.

Conseguimos esse contato com ele, lá no telefone do quartel. Então, o Major esclareceu: "Vocês me perdoem ter dito aquilo. Quando o tenente oficial de dia informou quem era – conheço vários de vocês, mas ele não conhecia – resolvi dizer qualquer coisa. Mas podem ficar tranqüilos, pois estou sabendo que vocês estão aí, no quartel do Derbi, e já tenho conhecimento de fatos positivos quanto ao Movimento."

Todos esses contatos feitos durante a noite serviram para tranqüilizar-nos e fortalecer nossa posição. Permanecia, porém, a expectativa. Tínhamos no grupo o Tenente Bartolomeu José Bandeira de Souza, comandante interino da Companhia de

Metralhadoras do 1º Batalhão. Então, começamos a tirar as armas da Companhia e esconder no nosso alojamento, embaixo das camas, preparando-nos para algo pior.

Na manhã seguinte, 1º de abril, fui para casa. Não estava de serviço, estava no quartel porque queria. Quando voltava, em frente ao Colégio Militar, vizinho nosso, encontrei o Capitão Pontual e dois ou três oficiais, também conhecidos. Fizeram um sinal, parei o carro e deram-me a notícia:

– Pode comemorar! o Governador e o seu Comandante, Trench, estão presos.

Chego ao quartel, solto a notícia e todos ficaram satisfeitos. Minutos depois, estou na frente do quartel e vejo se aproximar o carro do comando geral, a toda velocidade; pára, desce o Coronel Trench – comandante que haviam dito que estava preso – junto com um oficial superior da PM, passa por mim, me fuzila com os olhos, sobe e resolve fazer uma reunião com oficiais superiores: procurou incutir no espírito dos oficiais a idéia de reação contra a Revolução, um movimento pró-Arraes.

O senhor tem alguma coisa escrita a respeito disso, algum documento?

Tenho sim. Tenho uma publicação do *Diário de Pernambuco* do dia 15 de outubro de 1964, que transcreve na íntegra o relatório do inquérito feito na Polícia Militar. Esse documento foi enviado pelo Coronel Sylvio de Melo Cahú, que assumiu o comando da PM no dia 1º, à Auditoria da 7ª RM. Também o *Jornal do Comércio* de 14 de fevereiro de 1965 transcreveu a denúncia apresentada pelo promotor militar Francisco de Paula Acioly à Justiça Militar.

Permita-me ler um trecho do relatório publicado no *Diário de Pernambuco* e incorporado na denúncia do promotor, esta publicada no *Jornal do Comércio*.

"(...) Feita essa prévia, o Major Trench parte para uma reunião mais ampla e determina a convocação de todos os oficiais presentes a este quartel e, se possível, daqueles que se encontrassem em outros quartéis, nesta cidade, para o seu gabinete. Nessa reunião, habilmente dando a entender contar com o apoio dos oficiais superiores, expõe aos presentes o mesmo pensamento que já externara aos Comandantes de Unidades e Diretores, e espera a solidariedade de todos os oficiais que, há um ano, procurava levar para os seus princípios.

Não contava com a atuação vigilante da maioria da oficialidade; não atinara para o esclarecimento, feito através de telefonemas, dos verdadeiros motivos da ação das Forças Armadas (...)."

Acabei de relatar os telefonemas que eu havia dado. Prossegue o relatório do inquérito:

"(...) e, assim, é surpreendido com o pedido de explicação de alguns oficiais superiores e com o gesto decidido do então Tenente Fernando Pontes que, seguido de inúmeros oficiais, atende à sua ordem no sentido de que aqueles que não estives-

sem com ele, Trench, aqueles que não estivessem com "a ordem legal", aqueles que não estivessem contra o Exército, passassem para o seu lado direito (...)."

O clima dessa reunião estava muito pesado. Um major favorável ao comandante passou duas vezes pelo gabinete armado de metralhadora. Decidi afirmar que estava contra.

Foi seguido por alguém?

Quando passei na frente da mesa, ele determinou que me desarmasse e colocasse a minha arma sobre a mesa dele, mas não obedeci; cheguei a botar a mão no coldre, mas não obedeci. Aproximei-me do canto da parede e quando me voltei vi o Tenente Iberlúcio Inácio de Oliveira com a arma na mão para atender a determinação e colocá-la sobre a mesa; fiz um sinal para ele que colocou a arma no coldre; acompanharam-me, ainda, os tenentes Bandeira, Severino e outros que não lembro bem.

Era uma minoria?

Uma minoria que tomou a iniciativa, nessa reunião. Era o grupo que estava junto na noite anterior. Depois dessa atitude começaram as indagações. Um coronel pediu a palavra, outro também e ao final, depois de algum diálogo, o Tenente-Coronel José Inácio dos Prazeres foi quem se dirigiu diretamente ao comandante e disse:

– Comandante, eu queria uma explicação do senhor. O senhor está querendo que nós fiquemos ao seu lado, contra o Exército, é isso?

– É exatamente isso. – disse ele.

– Eu não fico! – objetou o Prazeres – e passou para o nosso lado.

Com essa passagem do Tenente-Coronel Prazeres para o nosso lado, um oficial superior, é que alguns mais se movimentaram no gabinete. Talvez houvesse uns vinte e poucos oficiais, desde o mais graduado até os 2º e 1º-tenentes, como era o meu caso.

O gabinete era pequeno, e a reunião tornou-se algo confusa. O Major Trench recebeu um telefonema e comunicou que era dos sargentos da Aeronáutica que estavam lhe hipotecando solidariedade. Comentei com o pessoal que estava comigo que devia ser mentira.

Finalmente, a reunião acabou sem nenhum tipo de decisão. Não fomos punidos, não fomos presos, o comandante também não falou mais nada. Às três horas da tarde, mais ou menos, chegou o Coronel Cahú para prender o comandante geral e assumir o comando. Nessa hora, já havia apoio de tanques na frente do quartel do Derbi. É um fato que está registrado na imprensa.

Aumentou a coesão na PM resultante do Movimento revolucionário de 31 de Março?

Não há dúvida alguma de que resultou um aumento sensível na coesão. Anteriormente, o clima na PM era totalmente desfavorável aos governos de Arraes e de

Goulart, bem como à infiltração comunista. O clima de intranqüilidade que atingia o País refletia-se na PM, também. A grande maioria, como já afirmei, era contra.

A conseqüência foi que, expurgados aqueles elementos, expurgado o governo, voltamo-nos para a Corporação e ocorreu grande crescimento da dedicação e do empenho no cumprimento das nossas missões de Polícia Militar. Melhorou a instrução de oficiais, especialmente a capacitação profissional do policial militar. É inegável o crescimento da coesão.

Como era o relacionamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, naquela época?

Não era bom. No Brasil inteiro havia um problema muito grande no relacionamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Era até mesmo um problema de ordem legal. A legislação não especificava com clareza a posição de cada uma das corporações. Na maioria dos Estados, a Polícia Militar era subordinada ao Secretário de Segurança. Em nosso Estado, como em outros, historicamente, tradicionalmente, não éramos subordinados ao Secretário de Segurança Pública; o Comandante da Polícia Militar era, ele próprio, um secretário ligado diretamente ao Governador, como ainda é hoje.

Quatro ou cinco polícias militares, no País, tinham esse tipo de condição. Mas o que atiçava a rivalidade, em Pernambuco e na maioria dos Estados era, a situação de inferioridade da Polícia Civil no que diz respeito a efetivos, à situação legal, ao apoio para cumprir as suas missões. No nosso Estado, por exemplo, não havia delegado de carreira; no interior, praticamente todos eles eram oficiais ou sargentos da Polícia Militar.

Havia uma situação de superioridade e ascendência profissional da Polícia Militar em relação à Polícia Civil e esta não vivia satisfeita com isso.

Em alguns locais, como em São Paulo, por exemplo, onde havia uma Polícia Civil e uma Força Pública ambas fortes, resultava uma concorrência, uma disputa muito grande.

Assim, respondendo à sua pergunta, o clima não era muito bom, embora houvesse uma convivência pacífica, como no nosso caso, pois éramos independentes deles.

A política estadual influenciou esse relacionamento?

Não nesse aspecto. A opção ideológica pró-comunista do Major Trench, Comandante da PM, era a mesma do coronel do Exército, da reserva, que assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Os procedimentos eram idênticos. Assim como havia o esquema de oficiais da PM em função de delegados no interior ou assumindo posições de destaque, como comandante da Guarda Portuária e assessor da Companhia

Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), delegados da SSP tinham missões específicas de apoio ao movimento subversivo.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Acho que foi importante. É uma opinião difícil de externar, porque se tratou de uma ato revolucionário e bastante distante da nossa situação profissional. Entendo que pelo fato da Revolução ter permitido que seus objetivos inicialmente estabelecidos começassem a fugir de seu próprio controle, o Ato tornou-se necessário, embora não concorde com certos desvios que ocorreram em decorrência da repressão.

Tortura a presos políticos

Francamente, nunca fui testemunha de tortura, até porque não se coadunava muito bem com o meu tipo de personalidade, de caráter. Fui um oficial líder no dia da Revolução, como é reportado em documentos, conhecido pelos adversários e respeitado. Declarações de alguns deles afirmavam que não era "dedo-duro" e que não fazia perseguições mesquinhas. Graças a Deus nunca presenciei nenhum ato de tortura, e tivemos presos importantes no quartel do Derbi.

Joel Câmara, um rapaz que quase incendeia Pernambuco, era líder camponês de fazer absurdos no campo contra fazendeiros, respaldado nas "Ligas Camponesas". As "Ligas" foram desprestigiadas um pouco por Arraes e aí se vê a personalidade do Governador que queria, na verdade, a grande liderança para ele próprio. Quando viu o movimento das "Ligas Camponesas", ele não as prestigiou. O Joel Câmara foi preso no quartel do Derbi e hoje é um empresário bem-sucedido.

Nunca houve nada que tivesse presenciado ou que soubesse, em matéria de atos de tortura.

Algum comentário sobre o episódio do tenente que, por conta própria, saiu à rua com um Pelotão?

Esse é um episódio do dia 1º de abril.

O Segundo Batalhão da PM era sediado na Rua Siqueira Campos, onde hoje é a Secretaria de Educação, e era comandado pelo Coronel PM Nelson Ambrósio, homem de personalidade forte, sério, tanto que foi Chefe da Casa Militar do Governo Paulo Guerra, que substitui Arraes. A oficialidade do Batalhão aderiu ao Movimento revolucionário.

Toda a oficialidade?

Praticamente toda. Ele foi ao General Comandante da 7ª RM hipotecar solidariedade, inclusive, a atuação do Tenente Rego Barros, a que já me referi, foi muito decisiva nessa ligação com a 7ª RM.

O Tenente PM Mauro Cavalcanti de Carvalho estava de serviço no quartel e notou uma agitação muito grande nas imediações da Avenida Dantas Barreto, que fica próxima; deram notícia a ele de que era uma turba graúda. O oficial reuniu alguns soldados e foi até à Rua Dantas Barreto.

Tenho fotos do *Diário da Noite*, do dia 2 de abril, que mostram exatamente esses episódios, quando o Tenente Mauro se encontra com a tropa do 7º Regimento de Obuses. O Capitão Bismarck Baracuhy Amancio Ramalho, conhecido dele, era quem estava à frente dessa tropa. Uniram-se para reprimir a turba que estava querendo seguir na direção do Palácio do Governo, saindo da Pracinha[4].

As fotos mostram até mesmo o dispositivo dos militares. Na mesma página, por coincidência, tem a foto da prisão do Arraes, feita pelo Coronel João Dutra de Castilho.

O senhor teria algo a acrescentar a respeito do Movimento de 31 de Março, no que se refere à Polícia Militar?

Repetir que no momento em que nós, os oficiais da Polícia Militar, resolvemos aderir à Revolução, havia antecedentes que justificavam esse posicionamento e nós não os admitíamos, além do problema ideológico. Sobre este, desde 1959, na época da eleição de Cid Sampaio, tínhamos vestígios que apontavam para a volta dos comunistas a Pernambuco; eles intensificavam suas ações.

No próprio Governo Cid Sampaio, por exemplo, enquanto o Coronel José Costa Cavalcanti, Secretário de Segurança Pública, no dia da posse fez um tremendo pronunciamento anticomunista, o Secretário de Fazenda era Miguel Arraes. Havia, então, secretários que eram totalmente contra o comunismo, e outros que aproveitam a ascensão desse Movimento para projetar-se, como o Arraes.

Não há a menor dúvida de que, em situações idênticas, faria tudo novamente.

Lamentavelmente estou vendo hoje uma situação preocupante; muita coisa parecida com o que vivi como tenente estou assistindo novamente como coronel da reserva. Agitações quase sempre fora do controle, ultimamente agressões a autoridades do mais alto escalão da República.

O Movimento que agora chamam de "golpe", acredito que foi benéfico. Talvez, tenha havido desvios como todos têm, em função do comprometimento de algumas autoridades militares com políticos, coisas que, sabíamos, o Presidente Castello era totalmente contra. Tanto é verdade que não deixou, na primeira eleição que houve do período da Revolução, nenhum militar ser candidato a governador.

---

[4] Praça da Independência, centro da cidade do Recife.

Q. C. G. - Serviço do Dia.

28 de fevereiro de 1964.

1º Ten. Oficial de Dia.

Ordem (transmito)

Conforme a ordem verbal do Sr. Cel. Cmt. Geral, baseada nas instruções do comando da greve dos trabalhadores das usinas, devem ser obedecidos pelos grevistas e garantido pelo reforço sob seu comando, os seguintes ítens:

1 - Consentir que os cristalizadores funcionem desde que movidos a eletricidade;

2 - Consentir o funcionamento de luz, água, telefone, escolas, armazens, assistência médica;

3 - Consentir no funcionamento dos Escritórios, para preparação de folhas de pagamento, desde que os encarregados estejam observando a fiscalização respectiva;

4 - Consentir na entrada dos Diretores da Usina;

5 - Não usar de violência.

1º Tenente Oficial de Dia.

Tenente-Coronel José Lyra de Almeida

- Natural da Cidade de João Pessoa, PB.
- Principais funções militares: Comandante da 7ª Companhia Leve de Manutenção (7ª Cia L Mnt); Diretor do Depósito Regional de Armamento e Munição da 7ª Região Militar (DRAM/7); Chefe da 19ª Circunscrição de Serviço Militar (19ª CSM), em Aracaju, SE; e Assistente Administrativo do Colégio Militar do Recife (CMR).
- Funções civis: exerceu o cargo de Chefe do Departamento de Mecânica da Rede Ferroviária do Nordeste, no Recife; e professor da Escola Politécnica.
- Possui os cursos militares da Escola de Motomecanização (EsMM) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). É engenheiro civil pela Escola Politécnica e administrador de empresas pela Universidade Católica de Pernambuco, ambas no Recife.
- Na eclosão da Revolução, era capitão e servia no Depósito Regional de Motomecanização (DRMM), localizado no Recife.

Entrevista realizada em 25 de maio de 2000.

Que atividade o senhor exercia, no dia da Revolução?

Exatamente no dia 31 de Março de 1964, servia no Depósito Regional de Motomecanização; a Casa de Detenção ficava no centro da cidade, relativamente próxima ao Depósito.

Nos dias que antecederam a Revolução, corria um boato na Cidade do Recife segundo o qual, no caso do irrompimento de um golpe comunista, muitos presos da Casa de Detenção seriam soltos, e cada um deveria eliminar determinada pessoa previamente escolhida.

O Exército preocupou-se, então, em ocupar a Casa de Detenção, cuja guarda era responsabilidade da Polícia Militar do Recife.

No dia 31 de março, obedecendo a ordens superiores, dirigi-me à Casa de Detenção, comandando um destacamento, e rendi a guarda da Polícia, que não ofereceu resistência: saiu, em forma, direitinho para o seu aquartelamento.

Ocupei a Casa de Detenção com o meu contingente, respondendo pelo cargo de diretor daquele estabelecimento penal, por dois dias.

Fato interessante é que, no primeiro ou segundo dia, estava no gabinete, quando um soldado veio dizer-me que havia uma comissão de senhoras da sociedade do Recife, na calçada, querendo falar comigo.

Era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Fui até a calçada e recebi as homenagens daquelas senhoras capitaneadas pela esposa do escritor Gilberto Freyre, dona Madalena Freyre, que me presenteou com uma corbelha. Fiquei assim muito agradecido por aquele reconhecimento público da sociedade pernambucana, pelo serviço que nós, do Exército, estávamos prestando, ao eliminarmos a ameaça que pairava sobre a cidade do Recife, mantendo a Casa de Detenção em nossas mãos.

Essa ordem veio diretamente do comando do IV Exército?

Não sei, mas a missão foi-me dada pelo diretor do Depósito Regional de Motomecanização, Coronel Deodato de Aquino Salles.

O senhor foi o único oficial mandado para a Casa de Detenção?

Não, também escalaram o Tenente Trindade, do Quadro Auxiliar de Oficiais.

O senhor teve, nesse curto período, oportunidade de verificar a veracidade daquele boato?

Ao chegar, dei uma volta pela Casa de Detenção, passei em revista aqueles presos todos e não houve problema nenhum, ninguém se dirigia a mim, não notei nada anormal.

Essa Casa de Detenção, hoje em dia, é a Casa da Cultura, no centro da cidade.

Além dessa atividade, houve outras que o senhor tivesse desempenhado a serviço do Movimento revolucionário?

Sim. A Rede Ferroviária do Nordeste, que pertencia à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), era um foco permanente de agitação.

E esse foco irradiava-se, principalmente, de Jaboatão, município da Grande Recife, onde estavam as principais oficinas da Rede Ferroviária do Nordeste.

Nas oficinas de Jaboatão trabalhavam cerca de 1.200 operários; o município, era conhecido por "Moscouzinho", tal a agitação que faziam, explícita agitação "vermelha".

Assumiu a superintendência da Rede Ferroviária do Nordeste o Major de Engenharia Waldo Sette de Albuquerque, que tinha ligações com os ferroviários e já havia sido superintendente, certa vez.

O Coronel Waldo Sette, muito preocupado com Jaboatão, convidou-me e, concomitantemente, o General Comandante do IV Exército designou-me para assumir a chefia do Departamento de Mecânica da Rede Ferroviária do Nordeste, dentro das oficinas de Jaboatão.

Isso foi imediatamente após ter concluído sua missão na Penitenciária?

Não foi imediatamente. Talvez, uns quinze a vinte dias depois.

Na Rede Ferroviária do Nordeste havia uma inversão muito grande de valores. Os chefes, engenheiros e mestres não tinham moral, não mandavam na oficina. As ordens vinham dos funcionários que representavam o sindicato.

O sindicato, ligado a Almir Braga, o superintendente da Rede, era que mandava.

Havia muito desvio de material.

Passei um ano e dois meses chefiando diretamente as oficinas de Jaboatão; outras duas oficinas, que, também, faziam parte do Departamento de Mecânica, eu chefiava indiretamente, porque tinham efetivos menores e não havia aquela baderna.

No início de minha gestão, mais de uma vez, fui avisado de que havia acidentes preparados para mim. Certa vez, descobri uma locomotiva suspensa numa altura muito além do necessário para fazer o serviço, esperando que eu passasse por baixo dela.

Mas não ocorreu, felizmente, nenhum atentado contra a minha pessoa. Depois de algum tempo, nos impusemos pelo exemplo, pela ordem, mostrando que estávamos ali para fazer com que a coisa andasse direito e não para perseguir aqueles esquerdistas que faziam as bagunças.

Houve demissões?

Houve transferências.

Exatamente por esses motivos, a fim de desativar as chefias ligadas aos sindicatos?

Sim, depois de um ano e dois meses demos a nossa missão por encerrada e saímos da Rede Ferroviária, das oficinas de Jaboatão nos braços dos operários, o que muito me orgulha.

Fui presenteado e fui homenageado por todas as classes, no reconhecimento do nosso trabalho: pela classe dos operários, pela classe dos mestres e pela classe dos engenheiros da Rede Ferroviária.

Saíram os dois oficiais, ao mesmo tempo, o senhor e o Major Sette?

Não, saí eu. Éramos três oficiais, além de mim e do Sette havia o Major Adauto Gomes Barbosa, que, posteriormente, foi assassinado como Comandante da Polícia Militar de Alagoas.

A função dele era fazer os inquéritos. Todos os inquéritos policiais militares abertos na Rede Ferroviária eram feitos pelo Adauto.

Adauto saiu antes, eu saí depois e o Sette ficou muito tempo, ainda, como superintendente.

Na volta ao quartel, 1964, 1965, como estava o ambiente quanto às ações revolucionárias?

Não sei, porque no meu regresso, fui designado para a Circunscrição de Serviço Militar (CSM), em Aracaju.

Antes da sua ida para a Casa de Detenção, isto é, antes de março de 1964, o senhor servia no Depósito Regional de Motomecanização. Dava para sentir, mesmo numa Unidade voltada para atividades de manutenção e suprimento, algum clima de intranqüilidade e de concordância com a Revolução, que estava por vir?

Sim, principalmente pelos acontecimentos na cidade e a ação do pessoal das "Ligas Camponesas", no campo.

Que, aliás, utilizava a Rede Ferroviária como condução do interior para a cidade.

Também e principalmente. Faziam mais ou menos o que hoje em dia estão fazendo os componentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O senhor vê algo em comum entre o MST de hoje e as "Ligas Camponesas" daquele tempo?

Sim, vejo muita semelhança no modo de agir.

As armas usadas pelo MST são as mesmas que os camponeses das "Ligas" utilizavam para cercar a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e outros prédios no centro da cidade.

Na Casa de Detenção, com quem o senhor se ligava para receber ordens ou fornecer informações? Qual era a sua ligação com o ambiente militar?

Com o meu comandante.

E quando da sua estada na Rede, o senhor se ligava com quem? Ao Major Waldo Sette?

Sempre a ele.

E ele se ligava a algum secretário de governo?

Não, o Major Waldo Sette se ligava à Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro, quanto ao funcionamento técnico. A ligação com o comando do IV Exército era sobre aspectos disciplinares etc.

O senhor passou um ano e dois meses na Rede Ferroviária. Nesse interregno, recebeu algum apoio do Governo Federal? A Rede melhorou, piorou ou estagnou, em termos de material ferroviário?

Conseguimos recuperar muitas locomotivas, carros e vagões.

Há uma diferença: carro, em linguagem ferroviária, é para passageiro; vagão, é de carga.

Quando cheguei à Rede Ferroviária, depois de pouco mais de um mês, fiz uma viagem pelo Sul, a fim de visitar diversas ferrovias; além disso, tomei parte em seminários de engenheiros e ferroviários, para poder ficar bem enfronhado na função ferroviária.

Naturalmente, na Rede havia outros diretores civis. Foram mantidos?

Foram mantidos alguns, substituídos outros, todos escolhidos pelo Major Waldo Sette.

O senhor gostaria de acrescentar alguma outra informação a respeito de aspectos da Revolução vividos aqui em Pernambuco? Teria algum comentário sobre o período de sua estada na Rede?

Havia uma pureza de propósito muito grande, de todo mundo, em procurar reformular as coisas e afastar o perigo comunista que nos rondou realmente.

Não houve golpe, ninguém pensava em cargos, ninguém pensava em nada a não ser restabelecer a ordem para o bem do País.

A sua observação sobre a visita cordial das senhoras, denota bem o clima de insatisfação anterior e o de júbilo da sociedade pelas ações do Exército.

Não tenho a menor dúvida. A população exaltava.

Vez por outra, hoje em dia, encontro conhecidos que não são nem amigos íntimos, que dizem:

– Olha, o Exército está precisando voltar a fazer o mesmo, porque a coisa está “cheirando” aos primeiros dois meses de 1964!

Tenente-Coronel Antônio Bião Martins Luna

- Natural da Cidade de Alagoinhas, BA.
- Esteve, por cinco anos, à disposição da Presidência da República. Serviu no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC); no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR); na 2ª Seção do Comando da 6ª Região Militar (6ª RM), de 1967 a 1971, todas as Unidades sediadas em Salvador, BA; e no 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), em Aracaju, SE.
- Foi Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, de 1983 a 1987.
- Possui o Curso de Informações, Categoria "B", do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, servia no 28º BC, no posto de capitão, recém-concludente do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Em 1963, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Pude testemunhar a desordem em que vivia o Rio de Janeiro: greves, quebra de disciplina nas Forças Armadas...

Classificado no 28º BC, em Aracaju, SE, assumi o comando da 1ª Companhia e, no início de abril, a função de S/3 (Oficial de Operações) e, por força disso, fui encarregado de planejar uma ação a fim de prender o Governador do Estado de Sergipe, João de Seixas Dória.

Ele era notadamente contra a Revolução? Por que foi preso?

Recebi uma ordem superior!

Depois, entendi melhor, porque fui encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) que cassou Seixas Dória.

Como ele morava no palácio, tínhamos que tomá-lo. Planejei a operação, que foi detalhada pelo Estado-Maior da Unidade e aprovada pelo comandante. Fui encarregado de coordená-la.

Empreguei o efetivo de uma Companhia – cerca de 120 homens – e mais um pouco. Cercamos o palácio e fui falar com o comandante da guarda, que era um sargento da Polícia: não houve reação.

Eram cerca de 5h da manhã (dia 2 de abril de 1964). Subi aos aposentos do Governador, bati na porta, e o convidei a acompanhar-me ao quartel do 28º BC; ele nada falou.

Acomodada a situação no quartel (a chegada do Governador alterou a rotina), menos de uma hora depois, o Major Francisco Rodrigues da Silveira, provisoriamente no comando do Batalhão, pois o anterior já tinha cumprido o seu período e fora exonerado, convidou-me para em companhia do subcomandante ir à casa do Vice-Governador Celso de Carvalho. Quando o cidadão recebeu o convite para assumir o Governo do Estado, surpreso, chegou a sentar-se numa cadeira!

Ele não comungava e nem acatava as coisas que se imputavam ao Governador.

Pode-se inferir que o Seixas Dória era da corrente do João Goulart?

Justamente. Por exemplo, ele apoiou o grupo que invadiu a fazenda Bica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal. Isso "pesou" contra ele, no inquérito.

Concluída a substituição no Governo Estadual, retornamos ao quartel do 28º BC. Depois, recebi a missão de conduzir o ex-governador para o comando da 6ª Região Militar, em Salvador. Vim num carro de passeio – interessante é que nada consta nas minhas alterações[1] – e o entreguei ao chefe do Estado-Maior, Coronel Humberto de Souza e Mello.

---

[1] Histórico da vida do militar, semestralmente registrado.

Depois disso, recebi ordem para restaurar a normalidade em Propriá, SE, cidade limítrofe com Alagoas. Lá teria ocorrido uma passeata, mais de trezentos homens armados, inclusive com metralhadoras, intranqüilizando a população pela agressividade dos manifestantes. Eles ameaçavam dinamitar uma ponte nas proximidades da cidade.

Fui no comando de uma tropa para, além de restabelecer a ordem, prender o Prefeito Geraldo Sampaio Maia, que teria comandado a passeata, irmão do deputado líder do Governo Seixas Dória, na Assembléia Legislativa.

Naquela época, em Propriá, havia uma guarda municipal basicamente constituída de pistoleiros; o comandante era condenado pela Justiça!

Transferido para Salvador, passaram-se uns três anos e, após a conclusão de um curso de Informação, fui classificado na 2ª Seção do Quartel-General da 6ª RM, sediado nessa mesma cidade.

Nessa Seção, tive vários chefes, todos extremamente dedicados à função. Ligávamo-nos à Polícia Federal, ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e a vários outros órgãos de informações.

Você achava essencial a criação desses órgãos de informações?

Sim, cada um trabalhava em proveito da sua Organização, sem esquecer que havia a "comunidade" e que a informação é um mosaico. Um informe, mesmo que possa parecer não ter muito valor, uma vez associado a outros, às vezes, solucionava o problema: surgia uma informação importante.

Qualquer desses órgãos tinha poder de efetuar prisão?

Não, exceto na época do Ato Institucional nº 5 (AI-5). As prisões eram feitas pela Secretaria de Segurança Pública ou pela Polícia Federal.

A 2ª Seção da 6ª RM tinha apenas três oficiais, até ser criado o Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI): aí recebemos pessoal da Marinha e da Aeronáutica.

A 2ª Seção desarticulou vários órgãos subversivos, na área sob responsabilidade da 6ª Região Militar. Destacaria a operação da qual resultou o assassinato de um sargento da Aeronáutica, o Xavier – Sargento Walder Xavier de Lima, que trabalhava conosco. A equipe havia efetuado a prisão do comunista Theodomiro e de um companheiro dele, no Dique do Tororó.

Após o assassinato, os dois foram subjugados, conduzidos à Polícia Federal, condenados... e anistiados.

Segundo consta, o Theodomiro, autor do disparo mortal contra Xavier, é juiz do trabalho, em Pernambuco.

Há nomes de chefes militares que você queira destacar como mais atuantes?

O General Abdon Senna não transigia com corrupção, tinha muito amor ao Brasil e queria vê-lo nos trilhos certos.

Uma vez ele encaminhou uma informação para os escalões superiores e entrou em choque com o Governador Luís Viana Filho. Foi o caso do Secretário de Educação, Navarro de Brito, creio que por causa de uma exposição de fotografias impróprias, no âmbito da Secretaria.

O general manteve-se firme no enfrentamento das ações armadas da esquerda, apesar de fustigado pela imprensa.

A seu ver, a Revolução de Março de 1964 trouxe benefícios ao País?

Somente os que não querem enxergar os fatos é que podem achar o contrário. O desenvolvimento, no Brasil inteiro, foi extraordinário. As áreas de Comunicações, Energia – se houvesse continuidade do trabalho desenvolvido pelos governos revolucionários, não estaríamos na penúria atual, em termos de Energia – e muitas outras.

Além, deve-se enfatizar, do restabelecimento da autoridade e da ordem no País.

O AI-5 foi necessário?

Foi necessário. A Revolução, no início, buscou manter o funcionamento normal da Justiça, do Congresso etc., mas aconteceram, dentro do próprio Congresso, atitudes provocativas e de obstrução do Poder Executivo. Nesse momento, teria que se tomar uma decisão, afinal, Revolução já é uma quebra de normas.

É correta a denominação de "golpe", hoje utilizada pela mídia, em geral?

Absolutamente, golpe é uma manobra para se apossar do governo e tirar proveito. Os presidentes militares trabalharam em benefício do País!

O senhor gostaria de deixar uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército?

Hoje, mercê das funções que exerço – Presidente da Sociedade dos Amigos da Marinha; Primeiro Secretário da Sociedade dos Amigos da Força Aérea; e faço parte do conselho do Grêmio Marechal Cantuária –, tenho um contato constante com os companheiros da ativa.

Sempre procuro, particularmente aos mais jovens, esclarecê-los sobre aquele período.

Concito-os a não abandonarem, por maiores que sejam os percalços, os ideais de servir ao Brasil que os levaram a ingressar na carreira militar.

Tenente-Coronel Nivaldo Mello de Oliveira Dias

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Comandou o 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), em Belém, PA, por período pouco superior a três meses.
- Serviu nas seguintes guarnições: Recife, PE; Clevelândia do Norte, AP; Joinvile, SC; Corumbá, MT; Belém, PA; e Cuiabá, MT.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, tendo obtido a primeira colocação de sua turma de Infantaria, no curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Em 1964, quando da eclosão da Revolução, era capitão e servia no 14º Regimento de Infantaria (14º RI) no Recife, PE.

Entrevista realizada em 25 de setembro de 2000.

Como estava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Vivenciei o "calor do combate" de alguns acontecimentos.

Em 1962, servia na 2ª Companhia de Guardas (2ª Cia Gd), em Recife, PE, quando passei a responder pelo comando. Nessa época, estávamos muito insatisfeitos, por uma série de razões. Reuníamo-nos no Círculo Militar, com os companheiros de outras armas. O básico era a discordância com relação à remuneração.

Havia, naquela época, um relatório periódico de informações, sigiloso, que todas as Unidades apresentavam ao escalão imediatamente superior. O modelo de relatório possuía vários campos: disciplina, moral da tropa etc. Resolvi colocar o que estávamos sentindo.

Podia ter sido mais bem elaborado. Saiu meio enxuto e começava a falar da ausência do Governo e da desmoralização do Congresso Nacional. Citava outros pontos que ocorriam no Exército os quais, no meu entender, não estavam certos.

Aprendi a amar o Exército por meio de meu pai, cuja carreira veio desde praça. Lembro que em 1942 e 1943, época da Guerra, ele foi chefiar um depósito de combustível em Gameleira, no interior de Pernambuco. Recordo, até, o nome de seu braço direito no contingente muito reduzido que chefiava: Cabo Cabral. Meu pai me incutiu a seriedade, o sentimento de cumprimento do dever, a honestidade e a lealdade, algumas das qualidades que esbanjava no cumprimento de sua missão e que eram cultivadas no Exército. Criança, ainda, lembro-me de minha mão ponderando que não havia querosene para a iluminação da cidade enquanto o depósito estava cheio desse combustível. Meu pai exercitava uma disciplina consciente, porque não havia uma subordinação imediata.

Enviei, então, o relatório e "não deu outra": quinze dias de prisão e, após, transferência para Clevelândia do Norte, no Amapá, fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Fui recebido da melhor forma possível pela Unidade, de valor Companhia. Era um ambiente totalmente diferente do quartel do Recife. Havia um pelotão destacado numa fazenda de búfalos que, para se chegar lá, só por longa viagem através dos rios, evitando encalhes e pororoca.

De Clevelândia do Norte voltei, novamente, para o Recife, e fui classificado no 14º RI. Estávamos no período pré-revolucionário, mas não percebia conspiração contra o Governo. Víamos a situação muito ruim, sem perspectiva de um final para aquilo tudo.

A "gotinha d'água" para aquele estado de coisas foi o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Quando vi a Polícia do Exército (PE) garantindo a reunião cheia de cartazes com a foice e o martelo, símbolos do comunismo; quando vi a presença do Presidente e dos ministros militares num comício onde se

pregava a subversão, decidi participar, por escrito, a insatisfação ao meu comandante. Antes de fazê-lo, consultei meus oficiais e sargentos – era Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros. O Coronel João Dutra de Castilho, Comandante do 14º RI, chefe equilibrado e humano, conversou comigo e determinou o arquivamento da parte na 2ª Seção.

Geralmente, a Imprensa refere-se à Revolução como "golpe". Você acredita que tenha sido assim?

Saí, com minha Companhia, do quartel, na eclosão da Revolução, certo de que estávamos fazendo uma contra-revolução.

A missão de minha Companhia foi barrar três eixos que, do interior, conduziam à Capital. Enfrentamos uma situação difícil, porque a tropa fora recentemente incorporada em meados de fevereiro. Havíamos realizado, apenas, uma sessão de tiro de instrução. Outra apreensão minha era a falta de meios de comunicação capazes de fazer a ligação entre os pelotões distribuídos pelos três eixos, muito afastados um do outro. Pedia a Deus que nada acontecesse.

Não me arrependo. Estava convicto do que fazia. Hoje, talvez, não saísse mais, porque o jeito de consertar é outro.

Mas, não houve golpe!

O outro lado da moeda: houve erros?

Houve. Muitos desses erros não tivemos condições de evitar. Aquelas duas mortes, ocorridas no confronto da tropa que cercava o Palácio do Governo de Pernambuco com a massa, foi por inexperiência. Meu irmão e meu sogro, este militar e aquele civil, estavam próximos e notaram os erros.

Essa questão da conspiração, por exemplo. Se real, a eclosão da Revolução deveria ter ocorrido bem depois, quando a tropa já estivesse mais adestrada ou, então, o licenciamento dos soldados incorporados no ano anterior ser adiado. Assim, haveria segurança nas ações.

Com respeito ao preparo da tropa, chegara ao 1º Grupo do 7º Regimento de Obuses 105mm (I/7º RO 105) o Major Hugo Caetano Coelho de Almeida. Determinou-se que o expediente começasse às 4h30min da manhã e terminasse às 9h30min da noite: a tropa do Regimento de Obuses (RO), intencionalmente ou não, estaria em condições no 31 de Março. E o 14º RI?

Não tenho condições de avaliar se o Major Hugo sabia de algo. Nós, no 14º RI, não tivemos esse aceleramento do programa de instrução. Como disse, minha Companhia recebera apenas uma sessão de tiro de instrução.

Saí com receio, pela falta de adestramento da Companhia, inclusive, dois pelotões eram comandados por oficiais R/2 (oficiais egressos do Centro de Preparação de Oficiais da reserva).

Voltemos aos erros.

Percebi que a Revolução estava se desvirtuando daquilo que imaginava devesse ser. Começavam a surgir divergências sobre a idéia do Marechal Castello Branco: uma intervenção rápida e o retorno à normalidade institucional.

Cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no segundo semestre de 1965, e lá, um instrutor, com jeito, "sugeriu" que se devesse tirar o Castello. Estaria, segundo ele, havendo insatisfação com o Presidente.

– Tira o Marechal Castello Branco e coloca quem? – perguntei-lhe.

Ele desconversou e o assunto findou ali. Depois, vi que a insatisfação era grande com o Presidente Castello Branco e, na sucessão, quase ocorreu a imposição do nome do General Costa e Silva, que era o Ministro da Guerra. A partir daí, cria-se, subjetivamente, um "novo posto" na carreira militar: o de Presidente da República!

Lembro-me de que as primeiras publicações intitulavam o Movimento de Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Que democracia é essa que você se eterniza no Poder? A Revolução não permaneceu coerente: mudou a regra do jogo.

Outro grande erro foi sufocar as lideranças civil e militar que surgiam para que ela (a Revolução) se mantivesse. Esse é um dos motivos pelos quais penso que uma Revolução não vai adiante. Ela precisa se manter pela força e, nessa condição, os mais capazes do outro lado vão sendo degolados.

Dentro dessa sua linha de raciocínio, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Com jeito, nós não necessitaríamos do AI-5. Talvez fosse melhor o convencimento.

Infelizmente, os civis no Poder não fazem a sua obrigação. O objetivo é o povo e o que vemos é uma multidão de excluídos.

Um articulista de jornal mostrou – é até engraçado – que aqui no Brasil tudo acontece ao contrário: o Executivo legisla – as medidas provisórias; o Legislativo julga – as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI); e o Judiciário "executa" – a construção dos palácios.

Mas gostaria de retornar aos erros. Uma das faltas de que fui acusado, em 1982, quando submetido a Conselho de Justificação, vindo a ser transferido para a reserva *ex-officio*, foi a de ser desleal. Fui considerado "dissidente". Um oficial me perguntou: "De que lado você está?" Não existe lado algum, eu não tenho lado: dessa forma não nos entenderíamos.

Em 1978, servia na 7ª Região Militar (7ª RM) aqui no Recife. Era época de sucessão do Presidente Ernesto Geisel e o candidato apresentado nos quartéis como o da Revolução era o Figueiredo. Sabíamos disso. E, havia um candidato da oposição, General Euler Bentes Monteiro, na minha opinião mais bem preparado para a função política, para a saída pacífica que se avizinhava. Ele tinha exercido o cargo de Superintendente da Sudene com grande êxito.

Quando o General Euler visitou o Recife, fui à residência do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira para um encontro com o general. No outro dia, no Quartel-General, começou aquele clima de intimidação. Queriam saber quem estava na reunião; o Tarcísio foi punido. Participei, novamente, por escrito, as razões que me levaram a comparecer àquela reunião e a discordância da punição do Tarcísio. Sofri mais uma punição e a transferência para Belém.

Procurava, com essas atitudes, definir minha posição e ser leal aos meus chefes; amar a verdade como fundamento da dignidade individual. No parecer do relator da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), no Conselho de Justificação, foi evidenciado esse meu comparecimento à reunião, na residência do Coronel Tarcísio, como fato negativo. Sem cabimento, pois eu próprio participara a minha presença ao meu comandante.

O que você tem a dizer da chamada Lei da Anistia?

Preferia que fosse examinado caso por caso e não de uma maneira generalizada e amorfa como foi, beneficiando, muitas vezes, quem não merecia. Por meu gosto, deveria ter sido adotado um modelo parecido com o da África do Sul, onde foi instituída a Comissão da Verdade.

A anistia tem que unir a Nação. Fizeram algo parecido com a chamada "lei da praia", de época passada, que beneficiou com o título de ex-combatente elementos que não deram um só tiro. O nome da lei é, até, sugestivo.

Você gostaria de acrescentar algo mais?

Gostaria de agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964. Sinto-me muito honrado. Peço ao Nosso Pai que ajude o Brasil a ir muito mais além, porque temos condições para isso.

Tenente-Coronel Hiran Gomes Cavalcanti

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Chefiou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI - CODI) do IV Exército; foi Superintendente da Polícia Federal, em Pernambuco (1973/1974); e chefe do Departamento de Segurança da Rede Ferroviária Federal da Região Nordeste (RFF/NE) (1983 a 1996).
- Fez o Curso de Informações, categoria B, no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), em 1966.
- Na área civil, cursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco e Engenharia de Transportes, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era capitão comandante da 1ª Companhia de Engenharia do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BECmb), em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ.

Entrevista realizada em 26 de outubro de 2001.

Antes da Revolução, como estava o ambiente no seu quartel?

Eu servia no 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1º BECmb), em Santa Cruz, muito próximo à Base Aérea. O Rio de Janeiro ainda se comportava como a capital política do País. O Exército, neste clima, também encontrava-se agitado. Desde o final de 1963, tivemos notícia sobre um plano para conter as investidas comunistas. Oficiais nossos participavam de reuniões na Vila Militar, como, por exemplo, o Capitão Alberto Erasmo da Silva Braga. O "Braguinha", como era conhecido, comparecia, também, a reuniões na Praia Vermelha e até em Niterói, no 3º RI (3º Regimento de Infantaria). Durante esse período foram costuradas as ações que cada Unidade da Vila (Vila Militar) e do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) iria realizar, caso as coisas se agravassem.

Havia dissensões entre os oficiais?

Entre os oficiais não havia, mas entre as praças, quase a totalidade do Batalhão era favorável ao Governo João Goulart. Para se ter uma idéia, cerca de 16 a 18 subtenentes e sargentos foram alcançados pelo Ato Institucional nº 1, em meados de abril de 1964.

Poucos dias antes da eclosão da Revolução de 1964, a rebelião de praças da Marinha, o comício da Central, enfim, aquela seqüência de fatos provocaram grande excitação entre os jovens oficiais que repugnavam a ideologia comunista.

No dia 31 de março, quando tivemos notícia de que o General Olympio Mourão Filho se deslocava para o Rio de Janeiro, a partir de Minas, e que de São Paulo aguardava-se outra coluna a ser apoiada pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Comandante do I Exército determinou o deslocamento de tropas para formar uma linha balizada por Barra Mansa, Volta Redonda, Paracambi, a fim de conter esses elementos que marchavam de Minas e de São Paulo.

O nosso Comandante de Unidade, Coronel Mário Miranda Santa Rosa – depois afastado pela Revolução – recebeu a ordem de deslocar uma Companhia de Engenharia sob o comando do Capitão Almir Taranto de Mendonça, como se fosse de Infantaria, certamente com deficiência.

Às 7h da noite, em meio ao desencontro das informações – o canal oficial ficou tumultuado e nos valíamos das estações de rádio, ouvidas nos aparelhos a pilha – o Capitão Mendonça resolveu voltar para o quartel com a tropa. Os subtenentes e os sargentos decidiram não obedecer, assumiram o comando da tropa, prenderam o capitão, o tenente e o aspirante.

Depois dessa violência, chegaram a um acordo: soltaram os oficiais que voltaram sozinhos e chegaram ao quartel, sob forte impacto emocional.

À 1h da manhã de 1º de abril chega a Companhia, totalmente desmoralizada, uma vez que a tropa do I Exército aderira ao Movimento. Em frente ao Batalhão de

Engenharia existe uma grande praça cimentada onde a Companhia entrou em forma e foi apresentada ao Capitão Mendonça: no subtenente que a apresentou, ele deu um soco na cara.

Os sargentos saíram de forma correndo e se abrigaram no quartel, com medo. Foram reunidos no cassino aqueles de quem tínhamos informação que discordavam do Movimento revolucionário, e deixamos sob guarda.

O quartel ficava muito próximo da Base Aérea de Santa Cruz, onde havia quase mil sargentos; o comandante era o Coronel-Aviador Rui Moreira Lima, herói da Segunda Guerra Mundial, muito respeitado, mas totalmente de esquerda. O grande temor era a Base rebelar-se.

Como não dependeria só de nós, um Batalhão de Engenharia, conter um movimento rebelde da Base, pedimos reforço ao pessoal da Vila Militar bem como a diversos civis coordenados pelo Governador Carlos Lacerda que, afinal, não apareceram no Batalhão. Com o reforço militar, um Batalhão de Carros de Combate, da Avenida Brasil, cercamos a Base.

Na noite de 31 de março, o Coronel-Aviador João Paulo Moreira Burnier[1], por ordem do Ministro da Aeronáutica, veio até a Base para assumir o comando. O Coronel Moreira Lima, após conversar pelo telefone com o Ministro, marcou para a manhã do dia seguinte uma cerimônia para a passagem do comando.

Encontramos na casa de alguns subtenentes e sargentos do BECmb muita documentação dos "grupos dos onze", criação de Leonel Brizola, inclusive com os objetivos: atacar a casa do comandante, atacar o paiol etc. Isso era uma tática de guerrilha de inspiração chinesa: empregar pequenos grupos. Era muito eficiente. Talvez, se nós não tivéssemos colocado o "dedo no suspiro", naquela época, não saberíamos disso, hoje.

Em 1966, fiz o Curso de Informações, no CEP, no Rio; participávamos de interrogatório a presos políticos em fortes de Niterói e fizemos muita segurança de autoridades. Nesse curso, tínhamos fuzileiros navais, oficiais da armada da Marinha, policiais de São Paulo, policiais federais etc.

Depois, vim para o Quartel-General (QG) do IV Exército, como chefe de operações da 2ª Seção. Havia dois sargentos, apenas, mas tínhamos cerca de setenta agentes civis, conhecidos como "agentes da 2ª Seção do IV Exército". Eles realmente trabalharam muito, também à noite: emprestavam seus carros, gastavam dinheiro, trocavam tiros, efetuavam prisões, corriam riscos.

---

[1] A memória do Tenente-Coronel Hiran traiu-lhe. O Coronel Burnier assumiu o comando da Base dois meses depois do fato citado. O oficial em tela foi o Coronel-Aviador Esron Saldanha Pires, formado uma turma na frente do Coronel M. Lima.

Nossas atividades eram menos voltadas para prisão e interrogatório; destinavam-se mais à informação. Acompanhávamos as pessoas, levantávamos dados, fazíamos relatórios específicos sobre determinados setores. Outras vezes íamos atrás de elementos políticos suspeitos de corrupção.

No DOI do IV Exército havia uma chefia – capitão, major ou tenente-coronel –; uma seção de análise de documentos para cruzar informações; pedíamos informações a órgãos de outros Estados e, às vezes, chegavam informes aparentemente sem importância, mas que se encaixavam.

A área de atuação era a de jurisdição do IV Exército: da Bahia até o Maranhão.

Quais as ações que o DOI participou?

A operação contra Lamarca, no interior baiano, foi um trabalho do CODI/6. O chefe de segurança de lá, Major Nilton de Albuquerque Cerqueira, localizou o Lamarca na região do São Francisco e a operação foi montada em nível nacional. Após uma ação preliminar sobre o grupo de apoio, Lamarca fugiu. Um grupo, justamente o comandado pelo Cerqueira, permaneceu na missão até pegá-lo no interior da Bahia.

Também participamos de uma operação nos primórdios da guerrilha do Araguaia, comandada pelo General Bandeira, de Brasília. Cidades maranhenses, como Imperatriz, estavam inseridas na área de ação, que foi delimitada, e solicitou-se a presença de elementos do Nordeste. Eu e um tenente, passamos trinta dias em Xambioá. Fizemos 47 prisões.

Nessa fase de preparação não existiam muitos guerrilheiros; mandavam elementos quase sempre desarmados. Estavam fazendo a doutrinação ideológica inicial da população local.

Pretendiam, na segunda fase, instalar uma forte força de guerrilha, como a da Colômbia atual; criar um Estado independente.

E aqui nas capitais do Nordeste? E a bomba no aeroporto do Recife?

Toda essa história foi preparada uma ou duas décadas antes. A União Soviética era a cabeça de tudo isso e criou o Movimento Comunista Internacional; a partir daí soltaram pessoas treinadas para se infiltrarem em diversos setores: clero, militar, e principalmente na imprensa. Esta, até hoje, continua infiltrada. Parece que gostaram e deram filhotes.

O atentado do aeroporto no Recife foi "um ato de terror, com muito simbolismo".

Em 1970, aconteceu o "estouro de um aparelho" da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em Cavaleiro, no município de Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. Organização violenta e que trabalhava com armas, tão violenta quanto a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) do Capitão Lamarca e a

Ação Libertadora Nacional (ALN) do Marighela. A VAR-Palmares, fora de São Paulo, só tinha vinculação no Recife, através de uma célula organizada por um cidadão de alcunha Chico, exímio atirador, que morreu no "estouro do aparelho". Um agente da Polícia Civil o identificou pela fotografia, em face da descrição feita pelo elemento que preparou os canos de ferro, onde estavam as bombas do aeroporto.

Outro grupo muito atuante era o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual alguns dirigentes são hoje proeminentes políticos, inclusive nosso vice-prefeito (do Recife); tínhamos também a Ação Popular (AP) e outros menores.

Você concorda que possa ter havido tortura, mas nunca houve ordem para isso?

Ordem nunca houve, pelo contrário, todos os comandantes que tive não admitiram qualquer tipo de tortura e se tomassem conhecimento disso adotariam providências sérias. Entretanto – acontecia e continua acontecendo hoje, não só no Brasil, mas no mundo inteiro – você prende uma pessoa, principalmente nesse campo político, e sabe que ela não age sozinha, existe uma célula comunista, por exemplo. Em face das circunstâncias seria impositivo obter, dentro de três ou quatro horas, no máximo, uma informação, porque qualquer demora implicaria o abandono de todo o esquema montado, pela desconfiança de que tivesse sido descoberto. Era a segurança deles.

Veja um exemplo: Um cidadão vem de Belo Horizonte, trazendo ordens para um grupo subversivo do Recife. Está marcado um encontro às 7h da noite, em frente ao Cinema Moderno.

Eles não se conhecem.

Instruções: Vá encontrar-se com uma pessoa, você leva uma revista *Veja* e ela carrega uma revista *Isto É*.

Você perguntará: Está lendo *O Cruzeiro*?

Ela diz: Estou!

Está feito o contato. Mas, se dentro de quinze minutos após o horário marcado a pessoa não aparecer, você volta para Belo Horizonte, imediatamente.

O "aparelho" – que era uma casa alugada, com colchões, garrafas de café – era desmontado rapidamente, caso a pessoa não aparecesse. Então, quando se prendia um cidadão, a pressão psicológica era muito grande para que ele falasse.

No DOI–CODI do Rio de Janeiro tivemos casos de companheiros que foram afastados, porque na ânsia de obter a informação, perdiam a paciência: eram afastados sumariamente!

O DOI-CODI fazia prisioneiros e os interrogava nas dependências do DOI-CODI?

Uma vez organizado o DOI-CODI ele funcionava nas suas dependências. Não houve torturas.

Ouvíamos os presos e não os liberávamos imediatamente, porque sempre existia algo contrariando a Lei de Segurança Nacional, que era muito rigorosa. Bastava distribuir um panfleto, apregoando a derrubada do governo: isso caracterizava um ato subversivo; ou portar arma sem estar autorizado ou, naturalmente, ter participado de reuniões proibidas.

Após ouvido, era recolhido à Companhia de Guardas e nomeado um oficial para fazer o inquérito policial militar, remetido, em seguida, para a Auditoria, para o pronunciamento da justiça.

Depois que saí do DOI-CODI, fui para a Polícia Federal. Quando retornei, fui designado pelo General Walter Menezes Paes para fazer um inquérito sobre o Partido Comunista do Brasil (PC do B), aqui em Pernambuco; prendemos o escritor Paulo Cavalcanti, que ficou na Polícia do Exército (PE) por quase vinte dias, e eu o interroguei, pessoalmente, durante vários dias seguidos.

Quando concede entrevistas, ele me cita nominalmente, como encarregado do inquérito, mas é bem claro, quando diz que em nenhum momento sofreu qualquer tipo de tortura ou pressão, sequer psicológica: "O encarregado do inquérito – diz ele – teve a lisura de convidar três integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para me receberem, no ato da minha liberação."

Fala-se muito da Operação Bandeirantes (OBAN). Lá havia uma grande quantidade de policiais civis que pertenciam ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista. As turmas de operações, de análise, de busca, de carceragem, revezam-se por vinte e quatro horas. Saía uma turma que estava interrogando, da Marinha, por exemplo, e entrava uma do DOPS; sabe-se que a polícia está calejada, tem a pele curtida pelo trato com a bandidagem. Então, se um delegado daquele se excedia, a OBAN se excedeu!

Havia excessos, mas não das instituições. A partir do momento em que você vai torturar, iguala-se a eles. No fim, não se sabe quem é o bandido e quem é o mocinho.

A Polícia Federal também combateu a subversão, como no DOI?

Não. Lá, fazia-se o combate a outros tipos de crimes, como tráfico de drogas, contrabando. Subversão, não! O pessoal era composto de policiais federais formados pela Academia de Polícia.

Você acredita que a Revolução tenha sido fator de união para o Exército?

A partir do que se chamou a "Nova República", no Governo José Sarney, penso que ocorreu uma desagregação por desinteresse: o Exército ficou desestimulado, por sentir-se relegado a um segundo plano.

No tempo da Revolução éramos primeiríssimo plano e, de uma hora para outra, mudou. O Itamar Franco destratou o Ministro do Exército – Itamar Franco é um homem de esquerda –, na primeira semana deu uma "enquadrada"[2] no Ministro; esse comportamento em relação ao Chefe do Exército gerou uma certa indiferença no seio das Forças Armadas.

Você acredita que algum elemento militar – não digo a Instituição – tenha se locupletado em algum cargo político?

Gosto de citar um exemplo.

De todos os governos ditos militares, o ministro considerado por muita gente, levianamente, como corrupto, chamava-se Mário Andreazza – construiu a ponte Rio-Niterói etc.

Morre Mário Andreazza. Patrimônio de Mário Andreazza: um apartamento comprado pelo Sistema Financeiro da Habitação, que foi quitado com a sua morte. Não possuía contas em paraísos fiscais como, hoje, muitos as têm.

Você concorda, portanto, quanto à existência de uma mobilização política contra as Forças Armadas?

Resultante daquele trabalho da imprensa.

Há empresas que têm na sua direção elementos visivelmente de direita, são capitalistas, Roberto Marinho, por exemplo, o do *Jornal do Brasil* também, mas dentro do seu corpo editorial só há elementos de esquerda, promovendo um trabalho desagregador.

Agora mesmo, houve aquela incursão num órgão militar na Amazônia, onde pegaram uma série de documentos indevidamente, apoiados por procuradores que estão dentro desse esquema.

Há algum outro fato que queira deixar registrado, Coronel Hiran?

O que nós chamávamos a "comunidade de informações" eram pessoas que faziam parte do sistema de informações, criado oficialmente por decreto do presidente. Ele era integrado de uma maneira muito eficiente e eficaz.

Se eu saísse do IV Exército e chegasse ao aeroporto de Brasília e dissesse: "Quero falar com o chefe do setor de segurança da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária); é o Coronel Hiran, da 2ª Seção do IV Exército", seria recebido na hora!

---

[2] Termo militar: pôr sob ordens, chamar a atenção de alguém.

Em qualquer lugar do Brasil, qualquer integrante do sistema de informações recebia apoio, não havia ciúmes.

O Movimento Comunista Internacional ocupou-se dos países do Terceiro Mundo, em particular da América Latina. Agrediu a Argentina, o Uruguai, o Chile, o Brasil, a todos, mas foi varrido do Continente. Foi o princípio do fim do Muro de Berlim.

Se o Brasil enveredasse pelo comunismo naquela época, expressivo número de países também o faria. As nossas Forças Armadas foram, por isso, responsáveis pela contenção da sua possível expansão.

Os DOI-CODI tinham ligação internacional, para efeito de apoio etc.?

Não na nossa área do Nordeste, que está um pouco afastada das grandes decisões.

No término do curso de informações, fomos divididos em grupos e designados para estagiar em determinado órgão: no Centro de Informações do Exército (CIE), no Estado-Maior do Exército, no DOI do I Exército e outros. Fui para a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e pude ver como funcionava em termos de adidos militares e seus assistentes, estes, normalmente, homens da área de informações em seus países. Ainda naquele tempo, o inimigo virtual e potencial do Brasil era a Argentina, a grande preocupação do Estado-Maior do Exército.

Fala-se muito da cooperação que havia entre a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Brasil, para prender elementos de esquerda em qualquer desses países. Pergunto: Isso não existe hoje?

Se a Espanha pede à Inglaterra para prender um general chileno em razão de um caso que ocorreu há vinte anos, isso não é uma trama mundial? É claro que naquele tempo existia cooperação!

E a ação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), na sua área de atuação, aqui no IV Exército?

Vínhamos acompanhando uma série de ocorrências envolvendo políticos, o clero, algumas sob o aspecto de corrupção e estávamos com as ações legais totalmente emperradas. Os atos institucionais anteriores perderam a eficácia.

Na primeira hora do dia 13 de dezembro de 1968, o CIE nos mandou a íntegra do AI-5. Preparamos as equipes e, quando saiu na *Voz do Brasil*, prendemos muita gente naquela noite. Muita gente foi para a auditoria e acabou condenada.

Os DOI–CODI dispunham de assessoria jurídica e, também, pessoal de saúde?

No grupo de análise do DOI-CODI, um dos elementos era sempre um delegado de polícia, bacharel, com formação jurídica.

Os casos de saúde, como o caso de um preso ter uma queda de pressão, ou sofrer um mal mais grave, era socorrido no Hospital Geral do Recife (HGeR), bem próximo. Aliás, como acontece com qualquer preso.

Havia voluntários para servir no DOI-CODI? Como era a escolha?

Em princípio, todos os sargentos possuíam o curso de informações, categoria "C", em Brasília. Mas essa não era a condição *sine qua non* para integrar o DOI-CODI: tínhamos pessoas remanescentes da 2ª Seção das Unidades, da Polícia Militar e outros órgãos. Para exercer o cargo de chefia era necessário o curso de informações.

Você acredita que houve benefícios da Revolução para o País?

Em 1960 houve a revolução cubana contra Fulgêncio Batista. Todos torcíamos pela sua queda. Depois, Fidel Castro se declara marxista-leninista e coloca mais de trinta mil pessoas no paredão.

Quarenta e um anos depois, o que é Cuba? Alguma coisa no campo da saúde, no campo da educação e mais nada.

Anos atrás, atravessei aquele *check point Charlie* do Muro e visitei Berlim Oriental. Era de doer o coração a diferença entre a riqueza de Berlim Ocidental e o estado de miséria do lado oriental. Entrei com raiva dos comunistas e saí com pena deles.

Nos restaurantes, a comida era pouca, ruim, mal servida e cara. Levantava-se para ir ao banheiro e logo surgiam pessoas pedindo esmolas, dólares.

Por esses exemplos podemos medir o benefício que fizemos ao País. Não dá para citar, tantas e tantas foram as obras da nossa Revolução.

Sobretudo, e principalmente, a honestidade prevaleceu; hoje não há um momento em que não haja uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apurando a corrupção de alguém.

Dizem que naquele tempo não havia corrupção porque a imprensa era manipulada, mas isso não é verdade. Fiz censura no *Jornal do Commercio*. Não saía uma linha sem passar pela minha mão e nunca censurei uma notícia sobre corrupção: a gente censurava a parte política ligada ao governo!

Você gostaria de deixar alguma mensagem final?

Muitos, hoje, denigrem a Revolução classificando-a com termos como "anos de chumbo", "porões da ditadura" e outros. Louvo a idéia da criação deste Projeto para que fique registrado para o futuro a verdadeira história da Revolução de 31 de Março de 1964.

Capitão Cleantho Homem de Siqueira

- Natural da Cidade de Natal, RN.
- Participou da Segunda Guerra Mundial, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) como 3º sargento, Chefe de Seção de Metralhadoras do 11º RI, de São João Del Rei, sendo agraciado com a medalha Cruz de Combate de 2ª Classe.
- Serviu, durante grande tempo de sua vida profissional, na 2ª Seção (Informações) do Quartel-General da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (7ª Bda Inf Mtz), em Natal, RN.
- Concluiu o Curso de Formação de Sargentos (CFS) no 16º Regimento de Infantaria (16º RI), em Natal.
- No Rio Grande do Norte, foi Vice-Presidente do Conselho Regional de Desportos e Diretor da Divisão Desportiva da Universidade Federal.
- Na eclosão da Revolução, era 1º-Tenente e encontrava-se em São João Del Rei, MG. Apresentou-se ao 11º Regimento de Infantaria (11º RI). Uma semana depois, estava no Quartel-General da Brigada, em Natal, RN.

Entrevista realizada em 26 de setembro de 2000.

Quais as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Regressando à Cidade de Natal, depois de cinco anos no 11º RI, senti que havia um clima crescente de insatisfação política. Elementos de esquerda pichando os muros; naturalmente, fui lançado nesse processo. Cheguei a fazer prisões flagrando essas pichações.

Em 1964, eu era 1º-Tenente e servia no Quartel-General da 7ª Bda Inf Mtz, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Nas Forças Armadas, você notou algum clima de insatisfação em relação ao Governo do então Presidente João Goulart?

Na minha Unidade servia o Major Ademar Cirilo da Silva. Quando tive de viajar, o General Omar Emir Chaves mandou que desse a chave da 2ª seção ao major. Eu disse:

– General, entrego a chave da 2ª seção ao senhor.

Houve, em Natal, em 1963, um incidente com o General Muricy: ele comandava a 7ª Brigada e o Leonel Brizola foi à cidade participar de um comício do pessoal da esquerda. Alguns oficiais foram ver o desenrolar dos acontecimentos, e o Brizola atacou violentamente o General Muricy, a quem chamou até de covarde, acintosamente. Não declinou o nome do general, mas dizia: "o general que está aí". Só podia ser o General Muricy, pois não havia outro na guarnição.

Isso provocou, no dia seguinte, um movimento de solidariedade: 90% dos oficiais da guarnição prestaram solidariedade ao chefe. Naquela ocasião, o general perguntou ao pessoal se alguém estava solidário com o Governo de João Goulart. O Major Cirilo disse que sim. Outros dois oficiais eram simpatizantes do Governo Goulart, mas não se manifestaram. Acabaram cassados.

Naquela época, existia um movimento favorável ao governo, principalmente no âmbito estudantil, e que estava sendo manipulado pelos políticos da esquerda. Esse movimento foi crescendo e culminou com o choque revolucionário.

Você acredita que as Forças Armadas, principalmente o Exército, interpretaram a vontade do povo?

Claro que sim e, ainda hoje, o povo se manifesta. É muito comum. Outro dia, chegando ao centro da Cidade de Natal, no Café São Luís, um conhecido meu, juiz de futebol, abriu os braços e exclamou em voz alta: "Cadê vocês!?" Referia-se à insatisfação com os acontecimentos do País e pedia a intervenção das Forças Armadas.

Existe, hoje, uma insatisfação geral. É fato palpável, claro.

Você citaria nomes daquela época, líderes civis ou militares, em torno da Revolução?

Quando irrompeu o Movimento, encontrava-me em São João Del Rei. O General Muricy estava em Juiz de Fora e eu não sabia. Apresentei-me ao 11º RI e me coloquei à disposição; a Unidade preparava-se para o deslocamento na direção de Juiz de Fora, mas a maioria dos sargentos recusava-se a embarcar e foram todos presos.

Cheguei em Natal no sétimo dia da Revolução e fui direto do aeroporto ao Quartel-General, apresentar-me ao General Omar. Ele estava completamente "apagado". Disse para mim: "Entenda-se com o Coronel Mendonça Lima (Alberto Carlos de Mendonça Lima). Ele é que está no comando"; foram essas as sua palavras.

Lideravam o Movimento, em Natal, o Coronel Mendonça Lima, comandante do 16º RI, o Coronel Osvaldo de Souza, da Artilharia e o Coronel Norton Chaves, que comandava o Batalhão de Engenharia. Eram os líderes.

Você acha que resultou do Movimento Revolucionário alguma coesão no seio do Exército?

Acredito que sim. Em Natal, pude verificar o aumento da coesão entre as Unidades e os militares. Houve alguma dissidência, alguns oficiais foram cassados, como citei anteriormente: o Cirilo, o Capitão William Pereira, do 16º RI, e outro que não recordo o nome.

Você participou em Natal de alguma ação para debelar casos de violência ou prender alguém?

Passei a metade da minha vida no Quartel-General, em Natal, como adjunto da 2ª Seção. Natal era considerada como área de refúgio: quando os terroristas lá do Sul faziam as ações deles vinham esconder-se em Natal. Cumpri uma missão de prisão do Deputado Floriano Bezerra, quando o General João Dutra de Castilho comandava a Brigada, em Natal. Esse deputado estava planejando uma passeata com o Sindicato da Construção Civil. Ele não esboçou reação, ante a voz de prisão, no recinto da Assembléia. O general alertou que não iria haver passeata.

A 2ª Seção, basicamente, resumia-se a mim. Quando cheguei, havia um pequeno fichário, com os nome antigos, ainda da Revolução de 1935. Organizei-a do modo que achava que deveria ser, pois não possuía curso de informações. Desdobrava-me para manter tudo em dia e em ordem; cheguei a passar semanas inteiras no trabalho da Seção, indo em casa apenas para tomar banho e ver os meninos.

Você gostaria de acrescentar algo mais? Uma mensagem final?

Os jovens foram muito usados pelos líderes esquerdistas da época; hoje alguns consideram *status* terem sido presos.

A juventude brasileira está abandonada pelos poderes da República brasileira. Lembro que antigamente tínhamos, na capa de nossos cadernos, a letra dos hinos pátrios. Havia uma convocação maior no sentido do patriotismo, hoje quase inexistente.

Passei oito anos na Comissão Regional de Moral e Civismo, extinta no Governo Sarney. É um absurdo.

Primeiro-Tenente Leão Alves Machado

- Natural da Cidade de Angicos, RN.
- Sentou praça em setembro de 1940 e foi para a reserva em 1964, no posto de 1º-Tenente. Na sua carreira militar, serviu nas guarnições de Belém, PA; Rio de Janeiro, RJ; Fernando de Noronha, PE; e Recife, PE.
- Cursou a Escola de Comunicações, como sargento; fez o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) de Artilharia no 9º Grupo de Artilharia de Campanha (9º GAC), tendo-o concluído no Primeiro Grupo do Sétimo Regimento de Obuses 105 (I/7º RO 105).
- Esteve no Seminário Menor do Convento do Carmo, no Recife; cursou Teoria e Prática de Administração de Empresas, na Faculdade de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e é bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife.
- É membro da Academia Pernambucana de Letras Maçônicas. Na reserva, desempenhou diversas funções em empresas privadas.
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era 1º-Tenente chefe da Seção de Comunicações do I/7º RO 105, em Olinda, PE. Logo após o 31 de Março, exerceu o cargo de assistente no gabinete da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

Entrevista realizada em 26 de setembro de 2001.

Muitos fatos de nossa Revolução têm sido ditos e escritos por pessoas que não participaram de seus lances e, tão pouco, ouviram aquelas que deles foram atores.

Quem invadiu e ocupou o Palácio do Governo de Pernambuco, naquela tarde de 1º de abril, cerca das 13h40min, foi única e exclusivamente o então I/7º Regimento de Obuses 105, hoje 7º Grupo de Artilharia de Campanha, com sede em Olinda, e o fez por inteira responsabilidade do seu comandante, o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira. Embora nenhuma ordem tenha recebido, mas coerente com suas atitudes e tendo em vista o desenvolvimento natural de sua iniciativa tomada naquela manhã, decidiu fazê-lo. Não foi o 14º Regimento de Infantaria (14º RI), sob o comando do Coronel João Dutra de Castilho, embora seja função específica da Infantaria – e não da Artilharia – tomar terreno do adversário.

Você disse que o próprio Tenente-Coronel Ivan Ruy decidiu sair com a tropa, cercar o Palácio e depor... Nessa extensão?

Não, ele saiu por iniciativa própria, com a idéia de aguardar ordens. Na noite anterior, fez uma ligação telefônica para o IV Exército e, em seguida, mandou ligar para o Comandante do 14º RI, a quem falou:

– Castilho, o general (General Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército) não tomou nenhuma decisão. Estou decidido, caso não receba ordem até esta madrugada, a pôr a minha tropa na rua. Você me acompanha?

O Castilho deve ter assentido, porquanto o Coronel Ivan Ruy disse:

– Ocuparei a Praça da República – defronte ao Palácio do Governo – pela Boa Vista, e você Castilho entrará pelo Recife (bairro da Cidade de Recife do lado oposto).

Você servia no I/7º RO 105. A que horas vocês saíram do quartel?

Não sei dizer com exatidão, mas às 5h da manhã do dia 1º, o Coronel Ivan Ruy teve uma conversa comigo sobre o serviço (de comunicações), deu ordem à tropa para embarcar e, a seguir, me mandou ir de jipe para o Recife.

Quem realmente, naquela tarde, bradou o *alea jacta est,* atravessou o *rubicon* – a Praça da República –, invadiu o Palácio e intimou o governador a retornar ao seu gabinete, pois tentava se evadir pelos fundos do Palácio, foi o Tenente-Coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira à frente de sua tropa.

Quer dizer que o Governador Arraes foi encontrado tentando sair pelos fundos do Palácio!

Exatamente. Ele saiu pelos fundos do Palácio e tentou alcançar a rua, entrando por trás do corpo da guarda, prédio lateral.

Quanto aos antecedentes da Revolução, eu gostaria de falar que no princípio de março de 1964, em atenção ao convite do Sindicato dos Bancários, comparece-

mos eu (PYN7DX) e o Dário Márcio Cavalcanti de Sá Leitão (PYN7ABQ), representando o Clube dos Radioamadores de Pernambuco (CRAP), para uma solenidade cívica que ali aconteceria.

Depois de nos apresentar à presidência, fomos encaminhados ao salão onde se realizaria a referida solenidade. Observei a Bandeira do Brasil estendida sobre a mesa da reunião, à guisa de toalha.

Aguardei a formação da mesa que conduziria os trabalhos para então dirigir-me ao senhor presidente e solicitar a retirada da Bandeira, por ser proibido por lei o seu uso em tal condição. Porém, o nomeado para dirigir os trabalhos foi o Coronel (era major do Exército e foi comissionado nesse posto para comandar a Polícia Militar) Hangho Trench, do Exército, Comandante Geral da Polícia de Pernambuco motivo porque, como subordinado, me senti tolhido a tomar qualquer providência.

Iniciados os discursos, sentindo o arrojo do orador e a vibração dos aplausos, disse para o Dário:

– Se você quiser, pode ficar. O ambiente não está me agradando e eu vou embora.

– Eu também! – ele exclamou.

No dia seguinte, no quartel, comentei o fato com alguns colegas.

Passados alguns dias, sou chamado ao comando – o Coronel Ivan Ruy, comandante efetivo, havia entrado em férias e, em seu lugar, se encontrava o Major João José Cavalcanti de Albuquerque. Após algumas perguntas sobre o episódio no Sindicato dos Bancários, ele me disse que recebera uma ordem do Coronel Ivan Ruy e que deveria transmiti-la a mim. A ordem era para que eu entrasse em ligação com os radioamadores de outros estados, utilizando a minha estação. Cheguei a transmitir uma mensagem do Coronel Ivan Ruy para uma Unidade de Natal, RN. É necessário destacar que o serviço de transmissão de mensagens, via rádio, do Exército, era precário, naquela época.

No dia 28 ou 29 de março, o Coronel Ivan Ruy reassumiu o comando. No dia 31 de março, ao dar-lhe a informação recebida de um radioamador de Juiz de Fora, de que o General Olympio Mourão Filho havia partido com a sua tropa em direção ao Rio de Janeiro, disse-me o Coronel Ivan Ruy:

– O Mourão precipitou-se, não era ele quem deveria partir primeiro.

E para mim:

– Não saia mais!

Direcionando melhor a narrativa, passo a referir-me ao deslocamento que fiz, momentos após o Coronel Ivan Ruy receber um telefonema. Além de mim, estavam os capitães Fernando Carneiro Leão e Haroldo Rosa.

Saltei do jipe na Praia dos Milagres, em Olinda, próximo à igreja; cerca de quarenta minutos depois, vi aproximar-se pela Rua Santos Dumont uma camionete F-5,

que deu dois sinais de farol e parou defronte da igreja. Aproximei-me e um senhor, entregando-me a chave do carro, desapareceu. Voltei ao quartel com a camionete.

Os dois capitães também regressaram, cada um dirigindo uma camionete similar; eram viaturas seminovas e haviam sido cedidas por um Senhor Falcão, do Sindicato dos Usineiros.

Quanto à invasão do Palácio do Governo estadual, no dia 1º de abril de 1964, devo dizer que o dia amanheceu e transcorria tranqüilo, no Palácio, contrariamente ao que sucedia lá fora, na praça, onde o movimento de soldados do Exército atraiu uma multidão. Nos jardins, apenas um Batalhão armado, da Polícia Militar, por trás das grades e entre os edifícios do Palácio e do corpo da guarda, fazia a diferença entre um dia comum.

No seu quartel, em Olinda, após uma noite de tensão, às 5h da manhã o I/7º RO 105, recebia de seu comandante a ordem de marcha. Meu deslocamento, anterior à coluna, para o Recife foi inviabilizado por problemas mecânicos do jipe. Alcançado pela viatura do Coronel Ivan Ruy, este me ordenou que embarcasse na mesma. A coluna da Unidade estacionou na altura do Parque 13 de Maio, defronte da Câmara de Vereadores.

O Coronel Ivan Ruy, embarcando em um jipe, dirigiu-se ao Quartel-General do IV Exército, voltou, e a coluna retomou a sua marcha em direção à Praça da República; como o 14º RI ainda não havia chegado, ocupou-a.

Pressupõem-se, pela ida do Coronel Ivan Ruy ao Quartel-General do IV Exército, que havia uma concordância do General Justino com o prosseguimento da tropa para cercar o Palácio.

Havia uma confiança e, até mesmo, intimidade muito grande, entre mim e o Coronel Ivan Ruy. Ele mesmo me disse que se apresentou ao General Justino:

– Minha tropa está pronta!

O General não disse nada. O Coronel, pediu licença, retornou, ordenou o prosseguimento da marcha da Unidade e ocupou a praça. Eu fiquei junto ao Comando, no lado da praça aposto ao Palácio. Ainda não eram seis horas. O 14º RI somente chegou perto das oito horas.

Cerca das nove horas, o Coronel Ivan Ruy deslocou-se, outra vez, para o IV Exército e informou ao General Justino haver ocupado a Praça da República. Nesse ínterim, o Major Coelho (Hugo Caetano Coelho de Almeida), Chefe da 3ª Seção do I/7º RO 105 responsável pela segurança da Ponte Princesa Isabel, um dos acessos à praça, disse para o Major Albuquerque:

– Vamos tomar essa porcaria!

– Tenha calma. Vamos aguardar o Coronel Ivan Ruy.

Cerca das treze horas, novamente o Coronel se deslocou para o IV Exército. Nessa oportunidade, o Major Coelho voltou a assediar o Major Albuquerque:

– Albuquerque, vamos invadir o Palácio! Esses imorais estão lá dentro tomando cafezinho e batendo papo e nós aqui na rua feito palhaços, no sol, desde 5h da manhã e sem nada resolver.

– Vai para o teu lugar, Coelho! Vamos aguardar o Coronel Ivan Ruy – disse o Major Albuquerque.

Cerca das treze horas e trinta vejo parte da tropa do Major Coelho preparando-se para rastejar. Avisei ao Major Albuquerque e, nesse instante, chega o Coronel Ivan Ruy e me pergunta o que está havendo. Eu lhe respondo:

– A tropa do Major Coelho vai na direção do Palácio e nós temos que lhe dar cobertura, senão ela vai ser arrasada pelo Batalhão da Polícia que está lá dentro.

– É mesmo, vamos avançar todo mundo! – concorda o Ivan Ruy.

Partimos todos através da praça. Eu e o Coronel fomos nos postar por trás de uma árvore, no canto direito da praça, bem em frente à porta do corpo da guarda.

Ouço o comando do Major Coelho para a sua tropa:

– Guarda em forma para a rendição!

Este é um comando comum nas substituições de uma guarda por outra.

Um pelotão levantou-se de chofre e, correndo, ocupou posição próximo à parede do Palácio, com a frente voltada para a praça. Nesse momento, o Coronel Ivan Ruy tomou a iniciativa e juntos entramos no corpo da guarda; ele repetiu a ordem do Major Coelho, mas para a guarda da Polícia Militar (PM). Esta apanhou os fuzis e foi postar-se em frente a nossa.

O fator surpresa foi a grande arma de uma vitória incruenta.

Após atravessarmos o corpo da guarda, saindo pelos fundos do prédio, chegava ao mesmo o Coronel Castilho, Comandante do 14º RI. Adentramos o jardim do Palácio e encontramos o Governador que vinha com uma comitiva de deputados, cerca de seis, os quais pretendiam sair pelo corpo da guarda. Ao nos avistar, pararam estupefatos.

O Coronel Ivan Ruy perguntou:

– Aonde o Governador vai?

– Vou para a rua. O Exército invadiu o meu Palácio e eu não confio no Exército!

– Respondeu ele acintosamente:

– Não senhor! – retrucou o Coronel Ivan Ruy. – Volte para o seu gabinete e aguarde ordens.

E para mim:

– Leão, acompanhe o Governador e tome as providências necessárias.

No trajeto encontrei o 2º-Sargento Chaves (José de Vasconcelos Chaves), também de Comunicações. Mandei-o arranjar mais um soldado e fazer uma vistoria no gabinete do Governador, retirando tudo quanto fosse telefone, rádio e que ficasse atento.

A comitiva que acompanhava o Governador retirou-se do Palácio.

Ao sair do gabinete, eram 13h45min. Fui à central telefônica, também de minha competência. Encontrei a Senhora Violeta Arraes, irmã de Arraes, a qual reclamava ligações para o Governador. Disse-lhe:

– Estamos num momento de transição. O gabinete, no momento, não dispõe de nenhum meio de ligação para o exterior.

Uma vez ocupado o Palácio, o Coronel Ivan Ruy dirigiu-se ao IV Exército onde encontrou o Doutor Paulo Guerra, Vice-Governador, com o General Justino Alves Bastos e a este deu ciência de que já havia ocupado o Palácio e que ele podia mandar o Vice-Governador assumir o Governo.

No dia seguinte, cerca das sete e meia da manhã, recebi um telefonema do Doutor Odacir Varejão, PYN7ACY – ele foi Secretário de Saúde de Pernambuco – que me informava que o Fanzers estava em Boa Viagem, bairro do Recife, carregando uma camionete com equipamentos de rádio; esse Fanzers, parece, era tcheco-eslovaco, veio para Pernambuco à disposição do Governador para montar uma rede de rádio no Estado. Liguei para Luiz Cerqueira, PYN7ABI, investigador da Polícia na Secretaria de Segurança e mandei-o que fosse prender o Fanzers, por ordem do Coronel Ivan Ruy.

Em todo esse episódio do cerco do Palácio do Governo, a única morte havida foi um acidente. Antes e durante os acontecimentos tivemos muitos informantes, entre eles um capitão da Polícia Militar, Rego Barros, que servia no quartel existente atrás dos Correios. O Coronel Ivan Ruy, depois que entrou no Palácio, no próprio dia 1º, mandou a nossa tropa recuar e ordenou ao Major Coelho que passasse o comando, lá da Avenida Dantas Barreto, ao Capitão Rego Barros: a guarnição da Polícia ocupou posição na altura do Edifício JK, onde era a Sudene.

Pessoas começaram a aglomerar-se na entrada da avenida, gritando impropérios, e partiu para invadi-la; um pelotão do I/7º RO 105, ao comando do Major Coelho, ainda na avenida, mais atrás, saiu em defesa da Polícia, disparando suas armas para o alto.

Eu estava fazendo uma ronda motorizada e passava pela Rua do Sol, quando ouvi os disparos. Mandei o motorista, Sargento Luciano Pinto de Souza Neves, entrar na rua Ulhoa Cintra. Saltei no final da rua e dirigi-me à Avenida Dantas Barreto. Acontece que, em dado momento, o major arrebatou o mosquetão de um soldado.

Esse movimento brusco causou o disparo acidental, vindo a bala atingir um rapaz que estava no meio da multidão. Depois, vim a saber que esse jovem faleceu.

Aproximadamente às 20h desse dia 1º de abril, chegavam ao Palácio do Governo o Coronel Pimentel e o Capitão Felício, ambos do IV Exército, com a missão de escoltar o Governador Miguel Arraes até o 14º RI, em Socorro, bairro de Jaboatão, município vizinho ao Recife, onde deveria ficar preso. A saída ocorreu às 20h40min, no carro do Sr. Ximenes, cunhado do Governador, casado com Dona Violeta – segundo observei, quem manobrava tudo no Palácio era ela. A escolta seguiu em outro carro.

Um fato interessante aconteceu. Naquela época, as principais chefias da esquerda supunham que os sargentos estavam coesos com o Governo João Goulart. Ledo engano. Conversava com o Sargento Chaves, lá no gabinete do Governador, quando chegou o Tenente André, do I/7º RO 105. Voltei minha atenção para o tenente e, nesse momento, Miguel Arraes, de sua poltrona, fez um sinal de positivo para o Chaves. Estava claro que imaginava poder contar com o sargento, talvez para facilitar a sua fuga ou algo qualquer.

Quanto ao mais, no final da manhã do dia 2 de abril o I/7º RO 105 deixava o Palácio e se recolhia ao aquartelamento. Eu, mal cheguei à minha Bateria, recebi ordem do Coronel Ivan Ruy de comparecer à sala do fiscal administrativo da Unidade, Major Humberto Ribeiro de Moraes. Lá, encontrei o Coronel Pimentel que me disse ter sido indicado para trabalhar com ele no inquérito policial-militar a fim de apurar as ações dos oficiais e sargentos da área do IV Exército que estavam contra a Revolução. Preparei as instalações, no Forte Brum, mas poucos dias depois o Coronel Ivan Ruy me convocava para servir na Secretaria de Segurança Pública, onde ele estava como titular. Fui substituído no inquérito do qual não tive mais notícias.

Por fim, agradeço o convite para participar deste Projeto sobre a Revolução de 1964. Os fatos, agora, são História.

Primeiro-Tenente Luciano Gonçalves Viana D'Albuquerque

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Serviu nas seguintes Unidades militares: 15º Regimento de Infantaria (15º RI), em João Pessoa, PB; 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (71º BI Mtz), em Garanhuns, PE; no Comando do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, por duas ocasiões; e no 4º Batalhão Especial de Fronteira (4º BEF), no Acre.
- Concluiu o curso de informações, categoria "C"(interrogatórios; analista; empregos de meios eletrônicos). No IV Exército, fez estágio de analista de área e foi instrutor de estágio de técnicas operacionais de inteligência.
- Possui os cursos militares de formação e de aperfeiçoamento de sargentos.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era cabo e servia no 15º RI.

Entrevista conduzida pelo Tenente-Coronel Carlos Alberto Cardoso, realizada em 26 de setembro de 2000.

Antecedentes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Em 1963, quando servia no 15º RI, na Paraíba, o movimento comunista estava em ebulição e reinava a anarquia. Quando passávamos com a tropa, no patrulhamento, éramos vaiados pela população, notadamente por estudantes. O Coronel Ednardo D'Ávila Mello, nosso Comandante, procurava informar-nos sobre a situação do País como um todo e conhecíamos os problemas que estavam ocorrendo no Sul, particularmente, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul, onde alguns políticos vinham insuflando a população.

Também havia as crises, até mesmo com mortes, que ocorriam na zona canavieira de Pernambuco e nos municípios próximos a João Pessoa: Sapé e Santa Rita.

Quando eclodiu a Revolução, o Coronel assumiu o Comando da Guarnição de João Pessoa; para nós, ficou evidente a omissão do Comandante do Grupamento de Engenharia, General Mata. Ele foi afastado.

O Governador da Paraíba Pedro Gondim não se definiu quanto ao apoio à Revolução, embora a Polícia Militar tenha cooperado com o Exército.

Clima de insatisfação nas Forças Armadas, em relação ao Governo do Senhor João Goulart?

Pelas informações que o Coronel D'Ávila Mello nos transmitia, observava-se que os militares mostravam-se insatisfeitos com a anarquia, a desorganização do serviço público e, principalmente, a infiltração comunista nas áreas educacional e rural, esta sob a égide da reforma agrária.

Havia, no 15º RI, divisão de opiniões?

No dia 1º de abril, dois oficiais foram afastados das funções: um capitão adjunto da 3ª Seção e o veterinário, Tenente Girão; este, depois, reviu a sua posição, foi posto em liberdade e permaneceu no cargo.

O ambiente, no 15º RI, era tranqüilo, sem problemas.

As Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional no 31 de Março?

Creio que sim. As Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, em todo o Brasil, como em João Pessoa, também, influíram para que o Exército assumisse a liderança.

A infiltração comunista, em todos os níveis do Governo, era uma constante. Na área educacional, a orientação difundida pelo Governo Federal aos colégios públicos era marxista. O Governador Pedro Gondim, omisso, permitia que isso ocorresse.

Na área rural, vieram elementos de fora para preparar os líderes locais destinados às Ligas Camponesas, como foi o caso do Nego Fuba, para mobilizar o pessoal

do campo. Esse ficou conhecido porque agia em toda a zona canavieira, incendiando os canaviais. Enfrentava a Polícia com armas; era considerado o inimigo número um entre os líderes agitadores das Ligas Camponesas.

Foi preso por um capitão da Polícia Militar (PM), em Sapé.

Principais chefes militares da Revolução de 31 de Março, na Paraíba.

O Coronel Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do 15º RI, em João Pessoa, que sempre esteve à frente das ações revolucionárias. Assumiu o Comando da Guarnição diante da omissão do General Comandante do Grupamento de Engenharia.

Erros cometidos pelo Movimento Revolucionário?

Observei que logo que eclodiu a Revolução, muitas pessoas faziam denúncias falsas contra quem estava em destaque. Houve um prefeito, numa cidade do interior da Paraíba, Antônio Mariz – depois ele foi Governador – que teve o mandato cassado.

Acontecia que, quando chegavam as denúncias, partíamos para o local a fim de prender as pessoas; posteriormente, constatávamos que as denúncias eram falsas, mas até chegar a esse ponto, o constrangimento, de trazer preso o cidadão para o quartel, já tinha ocorrido.

No caso desse prefeito, um oficial do Exército fez a Câmara Municipal reempossá-lo, porque as acusações eram todas mentirosas.

Houve algum ato terrorista em João Pessoa?

Houve um ato de expropriação contra a empresa Souza Cruz: um assalto praticado pelo Partido Comunista Revolucionário, com o objetivo de angariar fundos para a organização. Eles tinham uma célula em Tambaú. Estava na 2ª Seção (Informações) e acompanhei de perto as investigações.

O senhor testemunhou a prática de torturas a presos políticos dentro dos quartéis?

No 15º RI, durante o tempo que lá servi, inclusive várias vezes de serviço, nenhum preso sofreu tortura. Conversávamos com eles, as famílias vinham visitá-los.

Quando da eclosão da Revolução, desloquei-me junto à 2ª Companhia (2ª Cia) para Recife. Fomos alojados no atual 7º Grupo de Artilharia de Campanha (7º GAC), em Olinda. Depois, nos deslocamos para Palmares, onde efetuamos a prisão do prefeito e o trouxemos para o Recife, tudo dentro da normalidade.

Posteriormente, fiz parte de uma escolta de presos políticos de João Pessoa para Recife, entre os quais Agassiz de Almeida, Figueiredo Agra e Assis Lemos. Tive a oportunidade de assistir ao interrogatório do Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima e

vi que o mesmo se resumia a uma troca de idéias: eles querendo mostrar que estavam certos e o coronel querendo provar que estavam errados.

Em nenhum momento sofreram coação física ou ameaça de voz.

O Assis Lemos, ex-deputado, quando foi conduzido para Fernando de Noronha, comentou: "Se for para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), prefiro pular e me suicidar!" Segundo ele, no DOPS de Pernambuco fora torturado.

O senhor gostaria de comentar algum outro aspecto relativo ao Movimento de 31 de Março de 1964?

Sem ele estaríamos pior. Se não fosse 1964, muitos de nossos valores não existiriam hoje, pois a intenção marxista em marcha, naquela ocasião, era destruí-los para proceder a dominação. Assim, sem a Revolução de 1964, não teríamos a liberdade que possuímos hoje.

Tenho andado muito por vários lugares e posso afirmar que grande parte da população confia nas Forças Armadas, apesar da ação da mídia, querendo desgastá-las.

Para os jovens que não assistiram à anarquia existente no Brasil, antes da Revolução, e ouvem dos professores, nas salas de aula, referências negativas sobre a mesma, que procurem verificar mais, talvez com seus pais e avós, o porquê da Revolução. Tenho certeza que a avaliação será favorável ao Movimento.

Doutor Edson Mororó Moura

- Natural da Cidade de Belo Jardim, PE.
- Graduou-se em Química Industrial pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1952.
- Iniciou as suas atividades empresariais numa pequena fábrica de doces, de propriedade do seu pai; em 1957, fundou a Acumuladores Moura S/A, da qual é Diretor-Presidente. Tornou-se, no setor, a fábrica mais representativa do Brasil, com interesses no Mercosul (Mercado Comum do Sul) e no Caribe.
- A empresa foi premiada pela Volkswagen do Brasil como a melhor fornecedora de peças elétricas para automóvel, seguidamente em 1998 e 1999 e recebeu o prêmio de melhor fornecedor de baterias da América Latina, da Ford Internacional, em Detroit, EUA.
- Assina colunas nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* de Pernambuco.

Entrevista realizada em 25 de setembro de 2001.

Nasci um ano antes da Revolução de 1930. Este movimento revolucionário causou um impacto político muito grande no pensamento do povo brasileiro daquela época. Numa cidade pequena como Belo Jardim, recordo-me das conversas do meu pai que foi ativo defensor da posição dos revolucionários.

Meu pai dizia-se sobretudo brasileiro. Não fazia coro com o bairrismo pernambucano ou nordestino. Mantenho essa postura, embora ache que o Nordeste deva ser resgatado sob o ponto de vista social.

Certa vez, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde tive um trânsito muito bom, por causa da seriedade dos nossos empreendimentos e, também, por causa das minhas atitudes, das quais não abro mão com facilidade, disse a um amigo, Paulo de Tarso de Moraes Souza: "Se para o bem do Brasil precisássemos acabar com o Nordeste, alugá-lo para campo de provas atômicas, daria o meu apoio." Ele ficou chocado e acrescentei: "Apenas acredito que o Brasil jamais será uma grande Nação se não tiver um Nordeste integrado; sem tantas diferenças de ordem econômica e social." Essa é minha crença, de brasilidade, herdada do meu pai.

Consideremos que, na década de 1930, o Brasil era essencialmente rural. Belo Jardim, encravada no Agreste, tinha pouca expressão no Estado, mas, apesar da localização tão desfavorável, as pessoas eram motivadas para pensar em coisas grandes.

Antes da Segunda Guerra Mundial ouvia meu pai comentar sobre a Rússia – referia-se a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) dessa maneira, reflexo, ainda, da Primeira Guerra Mundial –, sobre a arrogância dos alemães, sobre o poderio americano. Até se dizia que o próximo conflito seria entre o Brasil e os EUA. Fui criado ouvindo coisas sérias, não quer dizer que necessariamente corretas.

Hoje sinto-me como um peixe fora d'água, quando vejo os temas que são discutidos nos jornais: as futricas políticas, o predomínio dos interesses pessoais em detrimento da Nação. As exceções são pouquíssimas, talvez 10% dos políticos nacionais. Moro numa cidade do interior e sei como os prefeitos agem e pensam. É como se vivêssemos num País sem futuro, sem perspectiva.

Os empresários industriais de capital nacional foram massacrados pela política atual do Governo Fernando Henrique e pela anterior do Presidente Collor; tiraram-nos qualquer possibilidade de crescer como vínhamos progredindo no tempo da Revolução. Sentimo-nos meio perdidos nesse turbilhão de negatividade política e administrativa, no tumulto que é o relacionamento entre os poderes.

Recentemente, vimos membros do Ministério Público apreender documentos privados do Exército, próprios do exercício de suas atividades, daquilo que o Exército deve fazer.

Os Estados Unidos estão padecendo, porque foram removidas da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Federal de Investigações (FBI) certas práticas normais da área de inteligência.

Li, com tristeza, o depoimento de um jornalista que escreve para a *Folha de São Paulo*, maligno sem dúvida. Tratou o Exército com deboche, afirmando que a Força Terrestre não valia nada, que perderia uma guerra contra qualquer potência forte num prazo de 24 horas; posto que possa ser verdade, fiquei muito triste e ele parecia muito feliz em dizê-lo. Você escreve um artigo – isso já me aconteceu algumas vezes – sobre o que os militares fizeram de bom para o Brasil, em contraposição vêem vários negativos.

No que diz respeito às mortes, no final foram quatrocentos mortos num período de 25 anos. Só no Carandiru morreram de uma vez 111 pessoas. Na Alemanha foram seis milhões de judeus trucidados. O clamor que levantam, no Brasil, é exagerado para a quantidade de perdas de vidas humanas: quatrocentos mortos! Desconhecem o quanto de positivo foi realizado, sob o ponto de vista dos interesses superiores do País. Veja um exemplo: a aposentadoria no campo, criada pelo Presidente Médici, com inegável visão social.

Como o senhor descreveria, um pouco antes de 1964, o relacionamento entre patrões e empregados?

Leve-se em conta que, naquela época, éramos empresários de muito pouca expressão. Em Belo Jardim, na nossa fábrica, não sentíamos aqueles problemas que existiam em Recife, em ambiente de extrema insubordinação, até hostil, contra a iniciativa privada.

A Revolução recebeu alguma orientação política externa?

Acho que foram ações de nacionais. Os Estados Unidos demostraram simpatia pelo que houve aqui, não se pode dizer o contrário, porque estava em curso um processo nítido de esquerda: Cuba já havia caído nas mãos do comunismo; o próprio Presidente Jânio Quadros concedeu uma alta condecoração a Che Guevara. Mas o que preponderou foi a atitude decidida da parte mais representativa da sociedade civil, a Igreja Católica à frente, e as Forças Armadas.

O senhor afirmou que a Igreja Católica apoiou o Movimento. Pergunto se depois ela deixou de apoiá-lo?

Depois a Igreja mudou a posição. O comunismo avançou muito no mundo todo. Hoje, a própria Igreja está muito melhor do que no meu tempo de menino,

quando se mostrava mais conservadora. Naquele tempo, pouco fazia de prático contra a pobreza. Depois de João XXIII... A Igreja da América Latina passou a tomar conhecimento e falar da miséria que existia.

É necessário esclarecer, também, que a criação da Sudene, uma realização importante da sociedade civil, deveu-se ao reconhecimento executado pelos Batalhões de Engenharia, atestando, em relatórios, a extrema miséria que existia nos sertões. Esses relatórios foram encaminhados pelo General Ramagem, Chefe da Casa Militar, ao Presidente Juscelino que, vendo aquilo, decidiu agir.

Na fase pré-revolucionária, a classe empresarial pensava em reagir contra o desgoverno geral?

Não acredito. A pusilanimidade é muito comum no Brasil. O problema não está na falta de coragem pessoal, mas na falta de coragem cívica, de coragem de se organizar. Recentemente, o capital externo tomou conta do Brasil, inclusive de bancos. Os bancos nacionais não ficaram contra, porque estão interessados em fazer negócio. Para esse fim não há ideologia, no Brasil. Nos EUA é diferente; ganham dinheiro mas sabem que são pessoas importantes no Estado.

Falando a um professor de esquerda, faz pouco tempo, enfatizei-lhe que é preciso que se entenda que nós, da iniciativa privada, somos importantíssimos para construir a prosperidade do País, com reflexos nos campos social e segurança.

O senhor tem alguma crítica ou comentário sobre o Movimento de 31 de março?

Foi um Movimento que criou um impacto na opinião pública... as tropas na rua... a deposição do Governador Miguel Arraes. Sobre este ato, considerei uma medida certa e me deu grande satisfação. Depois, conheci Dr. Arraes e ele possui visão muito interessante sobre brasilidade. No Banco do Nordeste criticavam-no, porque seus pleitos eram muito pequenos: uma vaca, uma cacimba para agricultores. Achavam que deveria fazer projetos grandes. Estou 100% com o Governador.

O senhor ressaltaria nomes de líderes locais, militares ou civis?

Civil, citaria o ex-Governador Cid Sampaio.

O movimento da deposição de Arraes foi uma obra de coronéis. Fiquei sabendo que depois do Palácio já cercado é que o General Justino (Joaquim Justino Alves Bastos) mandou um ofício para Arraes dizendo que renunciasse. No entanto, o Coronel que estava na porta, Comandante do 14º RI, João Dutra de Castilho, interceptou o ofício e disse que não se precisava daquilo: Arraes já estava deposto.

A Revolução foi obra, principalmente, de militares contrários aos erros cometidos na condução do País. Os civis, como o Dr. Cid, o Miguel Vitta, tiveram uma

participação... não vamos dizer negligente, sem expressão, porque o Exército nunca foi de monopolizar o pensamento político do País.

O senhor distinguiria, na montagem do Movimento revolucionário, alguns objetivos estratégicos?

Acredito que era nítida a vontade das lideranças da Revolução que o Brasil se tornasse um grande País. Criou-se uma infra-estrutura adequada nas áreas de energia, de comunicação, de transporte; adensou-se o desenvolvimento industrial principalmente em mãos de nacionais, sendo criadas três agências do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) das quais nos beneficiamos, como empresários, do aporte de recursos baratos e subsidiados.

Num ministério ou numa repartição pública você se apresentava como empresário nacional e tinha um tratamento completamente diferenciado. A Revolução, nesse aspecto, foi a alma da Nação.

Houve solução de continuidade desses objetivos, dessa concepção, nos governos militares?

Não houve. Foram governos voltados para o interesse nacional, sem xenofobia. No Governo Geisel foi denunciado o acordo militar Brasil/Estados Unidos.

Para mim, a Revolução não conseguiu estender-se às comunas do interior, onde havia muita corrupção, porque teve que ater-se aos problemas nacionais. Foi pena que a Revolução terminasse tão cedo. Deveria ter uma linha mais dura e mais longa.

A cultura desenvolvida na França foi muito absorvida pelos latinos, que a consideravam modelo para o mundo. A Inglaterra repeliu-a. Castello tinha uma formação francesa e isso não foi bom para a Revolução. Uma das primeiras coisas que fez foi mandar o Geisel, que era Chefe da Casa Militar, inspecionar os cárceres de Recife para verificar se havia tortura. Isso não era postura de revolucionário.

Se estivéssemos em outro país, haveria mais prisão e – não sou de matar ninguém – se fuzilaria mais gente. Ah! Mas fuzilar é uma coisa terrível! E os milhões de brasileiros que estão morrendo de inanição enquanto alguns poucos se apropriam de toda a riqueza nacional?! E, agora, a Nação ter sido entregue como foi. Não são crimes atrozes?!

A Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não deveriam ter sido negociadas por moeda podre. Aquelas empresas teriam que ser muito bem vendidas, como outros países fizeram, e não por moeda podre, para nada agregar à Nação. Hoje há uma dívida enorme e o País se desfez do seu patrimônio público. Isso é um crime muito maior do que as quatrocentas pessoas que foram sacrificadas.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Foi necessário, porque a Revolução não tinha se revelado, em virtude do abrandamento do Governo Castello, e sucederam-se algumas perturbações. Diante dos excessos cometidos, foi preciso o AI-5 para enquadrá-los.

Benjamim Constant tinha uma pregação liberal que se encontra, ainda, muito no Exército. Uma coisa que sempre me espanta é falar com um cidadão que atinge o último posto da hierarquia militar e ele dizer que a "Constituição é sagrada", no linguajar próprio de jurista.

Promulgam uma Constituição, como a que temos, a de 1988, cujas imperfeições foram tantas que já foram introduzidas 28 emendas. É sagrada em que sentido? Acarretou apenas sofrimento para o povo. Considerar isso sagrado é falta de percepção da realidade.

Qual a sua opinião sobre a criação dos órgãos de informações e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Num País vulnerável como o Brasil, a mídia pensa que o fato de sermos uma democracia política significa que a temos de fato. Nós temos distúrbios enormes na sociedade. Uma elite muito pequena que sabe razoavelmente o que quer, mas precisa ter órgãos que levem à cúpula dirigente do País informações fidedignas sobre o sofrimento do povo, o que ele está pensando ou falando.

Todo país do mundo possuiu órgão de informação e o Brasil não os quer. O Presidente atual é conivente com todo esse desmantelamento e os coronéis que serviam neles (refere-se a recentes casos envolvendo adidos militares no exterior, que serviam em órgãos de informações) foram punidos da maneira mais arbitrária.

Se o atual Presidente fosse realmente democrata, como diz ser, não emitiria essa quantidade enorme de medidas provisórias; devia deixar isso para o Congresso. Não passa de cerceamento do comportamento democrático, pelo qual era responsável.

O senhor vê alguma relação entre o AI-5 e a medida provisória?

O AI-5 foi um ato de força que deu ao Poder Executivo condições de atuar, em face da inércia do Congresso. Dessa forma, talvez haja semelhança com a medida provisória.

Na sua opinião, as Forças Armadas de algum modo se locupletaram no Poder?

As Forças Armadas, como Instituição, absolutamente não. Os presidentes da República saíram com o que entraram e coibiram a corrupção. O General Médici

depôs dois governadores, o do Rio Grande do Norte e o do Paraná, por telefone: "Diga a eles que renunciem para não serem presos!" Por estarem "metendo a mão" no dinheiro público.

Se isso tivesse se tornando uma norma, o Brasil hoje seria outro País, não deveríamos o que estamos devendo, porque boa parte do dinheiro que tomamos emprestado foi para cobrir a roubalheira.

Ah! Mas matou quatrocentos! Devia ter matado quatrocentos mil, contanto que o Brasil fosse um País em que o povo fosse respeitado!

O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia?

Tem a ver com o abrandamento precoce da Revolução. Deviam (os anistiados) ser impedidos de prosseguir com os seus direitos políticos. Não havia justificativas para a Revolução ter sido desfeita. O Exército é cheio de pruridos, os camaradas parecem mais uns bacharéis em direito, juízes, do que militares. É uma coisa até meritória, sob certo ponto de vista.

Uma vez estive na Alemanha, no auge da Revolução de 1964, e disse a um amigo meu:

– Sabe quanto as Forças Armadas gastam do orçamento nacional? Menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB)!

– Vocês estão loucos? E quem vai garantir a integridade de vocês? É o americano? Vocês vão pagar muito mais a eles!

Normalmente se trata a Revolução como "golpe". Você concorda?

Acho que foi um golpe. O governo foi deposto. Agora, também houve uma revolução com um ideário de moralidade, de desenvolvimento do País...

A sua área profissional foi estimulada ou prejudicada com as ações revolucionárias?

Altamente beneficiada. Começamos uma fábrica de baterias no Nordeste numa situação extremamente adversa, competindo com marcas tradicionais. Mas o apoio que tivemos do Parque de Moto (Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar, no Recife) e do Parque da Aeronáutica do Recife, foi muito grande. Um apoio ostensivo.

Ninguém nos apoiou com mais nitidez do que as Forças Armadas.

O senhor disse que vinte anos foram um tempo curto. Quanto seria necessário, se pudesse quantificar isso política ou economicamente falando?

Teríamos que ter, ainda hoje, um governo forte e não a estrutura política que possuímos. Hoje as coisas não andam. O Código Civil levou vinte anos para tornar-se lei: é um absurdo. Precisaríamos de um Executivo que fosse mais ágil.

Talvez os militares não pudessem continuar, mas deveríamos ter um regime forte, um Estado Unitário – no Império era assim – onde os Estados da Federação não teriam a força de hoje. O poder de São Paulo cada vez é maior, por causa de sua força econômica. Pernambuco é hoje um Estado decadente por falta de um poder central forte como existiu na Revolução, que deu todo apoio aos Estados do Nordeste.

Há algum outro aspecto que o senhor queira destacar?

Em poucos lugares diria o que estou dizendo aqui, porque há falta de compreensão pelo que a Revolução fez; o povo não tem a noção de que é imperioso existir alguém que cuide da sua defesa e garanta a manutenção da ordem etc.

Sem a Revolução, o Brasil é hoje um País que não é dos brasileiros.

O brasileiro nunca foi tão alienado como em nossos dias. Sinto profundamente. Todas as minhas crenças, desde os tempos de menino, baseavam-se orgulhosamente no Brasil. Hoje, a gente fala do Brasil e se envergonha.

Isso me faz ter saudade da Revolução! Mas a mídia escrita se encarrega de solapar as coisas que a Revolução fez.

Doutor Eudes de Souza Leão Pinto

- Natural da Cidade do Recife, PE.
- Diplomado engenheiro-agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, em 1940.
- Professor catedrático da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco; professor emérito da Universidade Federal Rural de Pernambuco; foi Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, entre 1951 e 1953 e Secretário-Adjunto do Ministério da Agricultura, no Governo parlamentarista do Primeiro-Ministro Tancredo Neves.
- É fundador da Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas, da qual foi presidente até o corrente ano. Presidiu o Rotary Club do Recife, em 1975.
- Tem o curso de especialização em Extensão Educacional nos Estados Unidos (1944 a 1945) e o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) sobre Política e Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento Nacionais.
- Em 1964, era o presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Entrevista realizada em 22 de maio de 2000.

Quais as raízes do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

A razão fundamental do Movimento revolucionário de 31 de Março, foi preservar para os brasileiros a dignificação da nossa Bandeira, que ostenta o lema: Ordem e Progresso. O Brasil vivia, naquele período, a desordem e o caos, contrariando a marcha do progresso indispensável ao País.

E, coerente com esse princípio, resguardar a dignidade nacional com ordem e progresso, as Forças Armadas jamais poderiam ficar indiferentes ao apelo do povo brasileiro. Assistimos ao comovente movimento das mulheres, rezando terço nas ruas e pedindo a intervenção das Forças Armadas, no sentido de coibir a subversão e os riscos iminentes da implantação de um regime comunista, odioso para todos nós.

Eis por que as Forças Armadas tomaram a posição que todos exaltamos.

Como o senhor descreveria o panorama político brasileiro, antes do 31 de Março?

O panorama político brasileiro mostrava-se conturbado pela infiltração de políticos subversivos nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Havia uma preocupação forte da parte daqueles que comandavam a aventura revolucionária comunista de fazer com que a classe política atuasse de modo a desmoralizar tudo que poderia ter valor autêntico, como ações positivas de defesa do povo e dos interesses nacionais.

Qual a posição da Igreja em relação ao Governo de Pernambuco, na época?

Havíamos recebido, como Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, que trazia um passado de prestação de serviços às populações pobres do Rio de Janeiro e vinha imbuído de idéias consideradas, por ele, democráticas, mas avançadas. E o que poderia se considerar como avançada na época, significava indisfarçada adesão a um movimento perturbador da ordem, gerador de conseqüências não desejáveis; evidentemente não era esse o comportamento da maioria dos prelados católicos, não era o sentimento que predominava entre os católicos pernambucanos, mas de qualquer maneira preocupava o governo.

Tivemos oportunidade de comprovar isso porque, vencedor o Movimento de 1964, fomos incumbidos pela cúpula dirigente do País, pelas lideranças militares, de levar Dom Hélder ao encontro dos representantes das três Forças para que se realizasse um diálogo sobre suas posições no passado e aquilo que deveria ser entendido por ele como sentimentos de defesa dos superiores interesses do Brasil.

Lastimavelmente, Dom Hélder se recusou a comparecer, dizendo que se os chefes militares quisessem ouvi-lo que viessem ao Palácio do Arcebispado, nos Manguinhos, prova inconteste de sua parcialidade.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução?

No Nordeste, as "Ligas Camponesas" desempenharam um papel desafiador, ao arrepio da lei, de modo a gerar a necessidade de defesa do patrimônio público, da ordem, particularmente no campo.

A partir do momento em que as "Ligas Camponesas" realizaram aquela manifestação na Avenida Guararapes, bloqueando a entrada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que ocupava o prédio hoje destinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exigindo o que consideravam direito líquido e certo, empunhando foices, enxadas e instrumentos cortantes, ostensivas demonstrações de violência, a partir desse momento verificou-se que já não era mais possível condescender com a agressividade da ação daquela organização.

Tivemos vários casos de senhores de engenho que foram aprisionados pelos membros das Ligas Camponesas, obrigados a dançar e fazer papel de palhaço no meio deles, sob pena de serem mortos, serem trucidados. O quadro era realmente dantesco em Pernambuco, onde as "Ligas Camponesas" atuavam mais fortemente.

No Sudeste do País, o que se via era a subversão crescente de hierarquia e disciplina militares, tanto da parte de Cabo Anselmo e do Almirante Aragão, na Marinha, quanto da parte de determinados elementos na área do Exército. Tornava-se absolutamente indispensável uma ação de força para conter a trama esquerdista que estava sendo organizada.

O senhor já tocou no assunto, mas perguntaria se as Forças Armadas, em especial o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, na Revolução de 31 de Março?

As Forças Armadas, principalmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional no evento de 31 de Março e foram merecedoras dos aplausos da população brasileira que ansiavam pela ordem e desejavam o progresso; não a anarquia, como estava ocorrendo.

No seu entender havia uma revolução comunista com o intuito de mudar a ordem institucional do País?

Havia uma articulação muito bem conduzida para que o 1º de Maio de 1964 fosse o dia consagrado à mudança do regime democrático brasileiro para o regime comunista.

A data de 1º de maio de 1964 foi a escolhida no planejamento que realizaram. Seria organizado um comício monstro, de repercussão nacional, para o qual admitiam grande comparecimento. Já estavam contratados quase todos os ônibus disponíveis para conduzir operários de São Paulo, de Minas, do Espírito Santo para

o Rio de Janeiro. Estavam previstos, também, desde Manaus até o Rio Grande do Sul, contingentes expressivos de trabalhadores para que a praça fronteira à Central do Brasil fosse inteiramente tomada pelo povo que estaria ali para aplaudir o Presidente João Goulart quando, no seu discurso, declarasse que o Brasil passaria a ser a trigésima quarta República comunista do mundo.

Qual a atitude da Assembléia Legislativa de Pernambuco em relação aos atos da Revolução, após o 31 de Março?

A grande preocupação dos membros da Assembléia Legislativa era tentar aproximação com as autoridades militares, para não se “queimarem”. Mesclavam subserviência com habilidade política para continuarem a influir.

Tivemos a oportunidade de ouvir, de viva voz, o Governador Paulo Guerra que substituiu o Governador Arraes – ele era o Vice do Arraes – no salão de um hotel no Rio de Janeiro, preferido dos pernambucanos, onde estava hospedado: numa roda de políticos, declarou que os militares eram “fáceis de serem domados”. Usou a palavra “domados”, porque ele, por exemplo, que teria assumido o Governo sob certa suspeita por ser o Vice do Governador Miguel Arraes, estava já em perfeito e cordial relacionamento com os chefes militares de Pernambuco.

O que o senhor nos diz sobre ações terroristas no Estado?

As ações terroristas no Estado de Pernambuco, mais importantes, eram promovidas pelas chamadas falanges das “Ligas Camponesas” que assaltavam, submetiam os proprietários de terra e faziam deles fantoches, faziam deles cativos desmoralizados.

No Recife, os sindicatos ameaçaram ações terroristas, mas não chegaram a praticá-las, no sentido lato da palavra. Entretanto, suas ameaças punham em risco a tranqüilidade e a segurança da população.

No seu entender, quais foram os líderes civis e militares da Revolução, em Pernambuco?

O General Antonio Carlos da Silva Muricy, que sucedeu o comandante da 7ª Região Militar, no Recife, após o 31 de Março, realmente foi um bravo na condução dos trabalhos que deveriam dar continuidade à implantação da ordem e da paz tão ansiosamente aguardado pela população. Pode-se destacá-lo como nome referencial. Na área civil, vários companheiros, amigos, delegados de Polícia, pessoas que não afinavam com a doutrina comunista e que se jogaram com muita disposição na luta para eliminar os focos de subversão.

O Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 contou com ajuda externa?

De maneira nenhuma. A nossa posição, como presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, dava-nos condição para acompanhar muito de perto essa possibilidade.

Era uma das maiores preocupações a de que o Brasil não se sujeitasse passivamente ao controle do bloco comunista, ou então se tornasse subserviente ao outro lado, na área capitalista. Discípulos da doutrina da Escola Superior de Guerra, sempre defendemos um Brasil independente e soberano, sem tender para qualquer uma das facções, nem soviética, nem americana.

Podemos dizer, sem medo de errar, que os americanos foram tomados de surpresa com a Revolução de 1964, embora não devemos chamá-la de Revolução. Já havia a impressão, da parte deles, de que os militares brasileiros quedavam passivos, inermes, submetidos já às pressões psicológicas das lideranças comunistas e incapazes de reagir.

Então, a resposta das Forças Armadas em 31 de março foi uma demonstração de grande significado para a honra nacional, o brio nacional.

Mesmo na condição de civil, o senhor percebeu o fortalecimento da coesão nas Forças Armadas, após o Movimento revolucionário?

Sem dúvida ficaram mais sólidas a união e a coesão.

Mas devo chamar a atenção para um fato extremamente importante. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) exerceu um papel destacado para eliminar a possibilidade de um confronto entre forças que apoiavam o Presidente João Goulart e aquelas que não o apoiavam. Muitos brasileiros ainda não a conhecem suficiente nem a valorizam adequadamente.

Quando foi identificado o esquema revolucionário comunista que havia sido montado para o 1º de Maio, evidentemente teria que ocorrer uma ação contrarevolucionária. Para isso decorreria um exame de situação sobre a capacidade de atuação das duas áreas: pró-Jango e contra Jango.

Chegou-se à conclusão, naquele momento, num estudo no qual participaram elementos das três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica e do meio civil, de que o Nordeste era a área mais perigosa, porque seu comandante militar era um gaúcho, como o Presidente João Goulart, e amigo fidalgal dele. Certamente lhe estaria aliado num movimento qualquer que se fizesse contra o mesmo. E, ainda, exceto o Coronel Luís Cavalcante, que era o Governador de Alagoas, todos os outros governadores do Nordeste, do Maranhão à Bahia, eram aliados do Presidente João Goulart. Com esses governadores não se podia pensar na mobilização das forças policiais dos Estados. Assim, quando se fez o balanço de forças, se verificou o que representavam

as forças federais acrescidas das forças estaduais: formavam contingente extremamente forte para ser negligenciado numa operação de contra-revolução.

Além desse panorama no Nordeste, em São Paulo encontrava-se o General Amaury Krüel, reconhecido amigo do Presidente, gaúcho também; no Rio Grande do Sul, comandava o general mais ligado ao Presidente João Goulart, respaldado, ainda, por Leonel Brizola, que era o Governador, na época. Por isso o quadro era muito preocupante.

A única Força que não nos preocupou muito, naquele exame de situação, foi a Aeronáutica, em virtude de suas características como Arma aérea, e de sua peculiaridade de atuação.

Estava muito difícil encontrar uma solução. Os exames de situação estenderam-se pela noite – para nós uma noite de São Bartolomeu – até de manhã. Aconteceu, dentro da decisão tomada, que fui designado para fazer contato com o General Justino. Fui escolhido por duas razões: por ser o presidente da ADESG e por ser pernambucano, que disfarçariam o motivo da viagem.

Deram-me como missão fazer o contato com o general, mostrar-lhe a preocupação que a ADESG tinha com a ordem pública, com a preservação do regime democrático e sentir a sua reação. A conversa deveria conduzir a uma tomada de posição por parte do General Justino, em face da operação comunizante em marcha.

Fui para Pernambuco anonimamente, sem comunicar à família. Do aeroporto, de táxi, fui para o Quartel-General; ao chegar à presença do General Justino, ele exclamou:

– Mas quanta honra receber aqui o presidente da ADESG!

– Vossa Excelência sabe que tenho família aqui: meus pais, meus irmãos, são todos aqui do Recife. De vez em quando, tenho que vir matar a saudade. E, vindo ao Recife, não poderia deixar de visitar a maior autoridade militar, que é Vossa Excelência.

Ele agradeceu, conversamos coisas triviais e procurei entrar no assunto. Estava ciente de algumas premissas básicas para o sucesso de minha missão: o General Justino me receber bem; segunda premissa: o General Justino, na hora em que eu fosse abordar a questão, convocasse alguém, do Estado-Maior do IV Exército para assisti-la.

A primeira premissa já tinha alcançado, ele me recebera bem.

A segunda, na hora em que disse: "General, venho também trocar idéias com Vossa Excelência sobre o momento nacional", ele respondeu: Nesse caso, vou chamar aqui o meu chefe do Estado-Maior – Isaac Nahon, que tinha sido colega de turma na Escola Superior de Guerra, amicíssimo meu – e o Ibiapina (Helio Ibiapina Lima, oficial do Estado-Maior).

A conversa desenrolou-se na presença dos dois e quando feri a questão de uma maneira mais direta, ouvi do General Justino estas palavras *ipsis litteris*:

– O senhor deve saber que sou amigo íntimo do Presidente João Goulart.

Pensei: vai-me botar para fora da presença dele.

– Sei disso perfeitamente. Vossa Excelência é gaúcho, como ele, e evidentemente um chefe militar do seu nível tem que estar muito bem...

Em que época ocorreu esse fato?

Foi em janeiro.

Então, o General foi enfático:

– Quero dizer-lhe que, apesar dessa amizade, se o Presidente quiser levar o Brasil para atrelar-se ao carro comunista, não vai contar comigo.

Foram palavras de um conforto moral tremendo. A segunda premissa estava alcançada! Ele pediu ao meu amigo Isaac Nahon para acompanhar-me até o carro: mas eu não tinha carro, fui de táxi para não chamar a atenção.

Lá embaixo, disse ao Isaac Nahon:

– Agora temos que conversar sobre a operacionalização do esquema.

Passei a noite na casa dele - que morava ali perto do Hospital Santo Amaro, caminho de Olinda - conversando, mostrando toda a preocupação que nos inquietava, na época, e o estudo que estava pronto. E voltei ao Rio.

Quem me sucedeu no contato com o General Justino foi o General Riograndino Krüel, irmão do General Amaury. As coisas ficaram bem orientadas, pelo menos.

Agora, algo importante, aquilo que eu dizia que a Nação ainda não tomou conhecimento – nem mesmo as Forças Armadas tinham se apercebido disso –, foi o esquema de visitas montado pela ADESG e realizadas por nossos grupos, que incluíam elementos das três Forças e civis, às Unidades militares mais importantes do País.

Essas visitas, feitas como visitas de trabalho, como visitas de observação, na realidade buscavam realizar sondagens e discutir a conjuntura. Ao serem levantados argumentos a favor da situação, procurávamos demonstrar que o Brasil não poderia entrar numa guerra civil e nem estava mais em condições de ser visto como uma "republiqueta" americana, sujeita a levantes armados, assim de uma hora para outra.

Dr. Eudes, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios econômicos, financeiros e sociais ao País?

Benefícios existiram, sem dúvida nenhuma. A imagem positiva que o Brasil passou a apresentar ao mundo, à área internacional, foi uma decorrência da Revolução, porque, antes, estávamos desacreditados.

Um dos aspectos, também, extremamente relevante que demonstraram o comportamento equilibrado das autoridades governamentais pós-1964 – não as

chamo revolucionária, porque não houve uma revolução, mas uma contra-revolução – foi a postura de sensatez política, no tocante ao relacionamento diplomático com os países da órbita comunista. Não houve o menor sinal de "revanchismo" da parte do Governo brasileiro.

Nenhuma embaixada em Brasília foi pichada, foi posta em risco; nenhum diplomata da área comunista sofreu vexame ou foi ameaçado em sua integridade. Eles admiravam este comportamento.

Tive mesmo a oportunidade de ouvir, numa solenidade para a qual fui convidado em uma dessas organizações diplomáticas do Leste, a declaração de que estavam realmente muito felizes: "O Movimento revolucionário no Brasil, de que se falava tanto e antecipávamos pudesse ser prejudicial aos nossos interesses, negou todas as presunções, pois estamos vendo que o Governo brasileiro procura intensificar o comércio com nossos países. Somos chamados, constantemente, ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Planejamento, para discutir programas de cooperação, o que antes não acontecia."

O Brasil, depois da Revolução de 1964, independente e soberano, buscou o relacionamento com todas as nações do mundo, sem receio de que esses relacionamentos acarretassem subordinação política ou econômica.

Houve erros, cometidos no período revolucionário?

O erro maior foi não termos preparado a mocidade para entender o Movimento de 1964.

Quando o Presidente Castello assumiu o Governo, como presidente da ADESG, fui ao seu encontro; tínhamos um contato muito estreito, ainda antes de 31 de março, pelo fato do General ser o Chefe do Estado-Maior do Exército. Além do mais, tinha servido no Nordeste, antes de ocupar esse cargo. Disse-lhe, na ocasião:

– Presidente, os adesguianos reconhecem que a mais importante missão a ser cumprida pelas novas forças que vão dirigir o País, tanto civis quanto militares, é preparar a mocidade para entender o Movimento, destarte incorporá-la à luta pelos nossos ideais e proporcionar ao Brasil de amanhã uma situação de absoluta tranqüilidade e pleno desenvolvimento.

Castello, dono de inteligência brilhante, verdadeiro estadista que era, respondeu:

– Não tenho dúvida. Considero que a ADESG pode contribuir para este desiderato, de forma brilhante.

– Presidente, não podemos admitir jovens na ADESG, porque a idade limite situa-se acima dos 35 anos. Mas podemos nos interiorizar, adentrar nas universidades, nos ambientes estudantis, levando mensagens, ensinamentos, abrindo oportu-

nidades para travarmos conhecimentos com eles, ouvir suas postulações, para que as providências do Governo possam atender aos interesses do universo jovem.

– Concordo plenamente – disse ele. – Procure o General Golbery. Vamos criar o Serviço Nacional de Informações (SNI) que deve ser a instituição civil-militar – como ele me disse – mais próxima da ADESG, por força das responsabilidades admitidas.

Fui ao Golbery, com quem nos dávamos muito bem, mantínhamos um relacionamento muito estreito, desde a fase pré-1964. O Golbery esclareceu:

– Veja, não está criado ainda o Serviço; vamos esperar que ele se estruture para, então, encontrar um *modus faciendi* para essa cooperação.

Esperei, o tempo foi passando, fui ficando inquieto, todos nós na direção da ADESG ansiosos, porque o tempo era importante, não espera por ninguém, ele corre. Mas não fomos chamados. Voltei, e fiquei sabendo que ainda não era oportuno. Aguardei de novo, retornei a terceira vez, ainda não era ocasião, aí desisti.

Aconteceu o que prevíamos, a mocidade foi intoxicada, envenenada, a palavra certa é essa, envenenada pelos maus brasileiros que estavam tramando a desgraça do Brasil e que se viram, de um momento para outro, apeados do Poder.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

O AI-5 veio quase como uma decorrência dessa falta de trabalho doutrinário legítimo que poderíamos ter realizado junto à mocidade. Disse ao Presidente Costa e Silva, e ele se espantou um pouco com a minha ousadia:

– Presidente, só estamos vivendo essa situação no País, porque não facilitaram a presença da ADESG no meio estudantil, sobretudo entre universitários.

– O que é que iriam fazer?

– Convencê-los, levá-los a entender que os objetivos da Revolução foram objetivos sadios, dignos de elevação do prestígio do País perante o mundo. O AI-5 foi uma medida forte para conter a mocidade envenenada, prestes a explodir!

Qual a sua opinião a respeito da criação dos órgãos de informações e a Lei de Segurança Nacional?

Acho que vieram bem a tempo, foram realmente estabelecidos com oportunidade, num quadro de proteção e resguardo dos interesses nacionais.

A Revolução de 31 de Março demorou-se no País?

Se tivéssemos formado uma mocidade conceitualmente sadia, patrioticamente vigorosa, entendendo os objetivos da Revolução, tudo poderia ter acontecido de uma forma mais simples e mais breve.

Lembro-me bem de uma reunião com os altos dignitários do Poder militar do Brasil, à qual o Presidente Castello Branco concedeu-me a honra de convidar. Participei na qualidade de presidente da ADESG. Nessa reunião, o Presidente Castello referiu-se ao seu propósito de fazer um sucessor civil. O nome desse cidadão não foi declinado, na ocasião, mas sabíamos tratar-se do Deputado Bilac Pinto, que o Presidente designara para ser o embaixador do Brasil na França. Na hora que o incumbiu da missão, disse-lhe: "A França era o grande cruzamento do mundo em matéria de informações, em matéria de tendências políticas e de desenvolvimento e que ele iria, como embaixador, ter a oportunidade de conhecer as tendências do mundo moderno para o bem do Brasil."

Não estabeleceu compromisso algum, ninguém pode dizer que o Presidente tivesse mandado Bilac Pinto já comprometido com ele; mas para o bom entendedor poucas palavras bastam.

Nessa reunião, quando o Presidente Castello referiu-se à conveniência de ser substituído por um civil, restabelecendo o Poder civil no País, houve, da parte do Ministro do Exército, General Costa e Silva, objeção. Afirmou que o Brasil ainda não estava em condições de ser dirigido por civis, objetou que eles tinham sido tão inconseqüentes, no período anterior ao militar, que quase levaram o País a uma derrocada, a uma situação calamitosa. Ele achava, como militar, Ministro do Exército, que não poderia dar-se a transferência do poder militar para o poder civil, naquela ocasião.

O Castello usou uma expressão que guardei e vou morrer com ela:

– Meu camarada – como ele chamava os militares – se nós não pensarmos que um militar após o outro, no Poder central do País, pode gerar uma ditadura militar, se nós não pensarmos nisso, pelo menos os civis vão pensar.

– É, mas acho que comigo estão os meus companheiros de Armas, aqueles que respondem pela defesa da dignidade do Brasil - disse Costa e Silva.

Então fez um pequeno discurso, mostrando que não era tempo de passar o governo para o Poder civil; mas ficou bem clara a posição do Presidente Castello Branco.

Tortura a presos políticos

Nada constatei ou ouvi sobre isso. Soube de determinadas situações criadas por força de exacerbação de ânimos. Ninguém de sã consciência pode ignorar que, depois de um Movimento como esse, passem a existir elementos dispostos a assassinar para dominar. É muito importante que tenhamos essa compreensão.

Posso citar um exemplo de como o Governo foi condescendente. Um dos grandes líderes do movimento das "Ligas Camponesas", para tomar um caso típico

de Pernambuco, um bacharel, Dr. Joel Câmara, que incendiou muitos núcleos populacionais da área rural da Zona da Mata do Estado, foi preso e estava recolhido à Fortaleza das Cinco Pontas, incomunicável. Mas, conseguiu passar uma correspondência para o Presidente Castello Branco, dizendo dos maus-tratos que estava recebendo: prisão fechada, sem ter direito a banhos de sol e a uma alimentação adequada; não se tratava de espancamentos.

O Presidente Castello recebeu a carta do Joel Câmara e mandou o General Ernesto Geisel, que era Chefe da Casa Militar da Presidência, ao Recife, para verificar o que estava ocorrendo com aquele cidadão. O General veio, foi ao Forte das Cinco Pontas, apresentou-se com aquela missão, dizendo ao comandante que o Presidente fazia questão de saber como é que se encontrava aquele preso; o comandante disse que o preso não estava naquele quartel.

O General retrucou: "É minha missão percorrer as dependências do quartel." Foi levado, então, a visitar todo o Forte das Cinco Pontas.

Aconteceu que passou por uma dependência que não estava aberta. O Geisel, experiente como era, percebeu claramente. Visitou tudo e o Comandante do Forte fez, então, a interrogação:

– Viu, General, como esse cidadão, esse preso político, não está aqui?

O Geisel, com muita tranqüilidade, disse para ele:

– Só vou responder-lhe depois que abrir aquela dependência que não foi franqueada à minha visita.

Viu o comandante ficar branco, perder o controle.

– Mas General, ali há um depósito!

– Mas quero ver o depósito - retrucou o Geisel.

Quando abriu, lá estava o Joel. Mandou o Joel sair, ouviu-o na presença do Comandante do Forte das Cinco Pontas, trouxe a notícia para o Castello Branco e o Presidente demitiu o comandante. Retirou-lhe toda a chance de fazer carreira no Exército, porque tinha tomado uma iniciativa que comprometia a dignidade de um militar.

Foi um caso assim, de muita repercussão na área da cúpula governamental, porque o Presidente mandou constatar pelo Chefe da Casa Militar e não por um outro oficial, se havia realmente aquele preso, sofrendo maus-tratos. Hoje o Joel Câmara é o maior defensor do regime militar.

As Forças Armadas se locupletaram durante os governos revolucionários?

De maneira nenhuma! Ninguém pode comprovar nada nesse sentido, não há nada que comprometa a honorabilidade das Forças Armadas em relação ao exercício do Poder.

A seu ver, existe alguma semelhança entre o atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as "Ligas Camponesas"?

No âmago, devem confundir-se. No sentido conceitual se igualam, porque o que as "Ligas" queriam é o que o MST está querendo. As "Ligas Camponesas" atuavam numa área limitada do País, não passavam dos lindes maranhenses nem dos da Bahia, com intensidade maior de ação em Pernambuco, Paraíba e um pouco no Rio Grande do Norte e Alagoas. Era um movimento contido numa área restrita do País, enquanto o MST é um movimento alastrado que domina o País de Norte a Sul, de Leste a Oeste; é muito mais bem organizado, muito mais bem subsidiado em termos de recursos financeiros, mais bem preparado para cumprir a missão que orienta a sua atuação.

Na opinião do senhor, a conjuntura internacional acelerou a abertura política no Brasil?

Penso que o Brasil não tem que prestar contas a nação alguma, como não tem que prestar contas a nenhuma instituição financeira internacional, sobre o comportamento que deveria manter. Os governos militares serviram ao Brasil. Tenho minhas dúvidas quanto aos que vieram depois.

Contarei o que aconteceu em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), quando fui assessor do Ministro Roberto Campos, no Ministério do Planejamento. O prédio onde funcionava o Ministério ficava na Avenida Antônio Carlos, na Cidade do Rio de Janeiro; tinha apenas 34 funcionários, do Ministro Roberto Campos ao motorista, contando serventes e tudo.

Um dia chega um grupo de cidadãos estrangeiros e entra nas dependências do Ministério, que ocupava o 10º andar. Todos acharam que aquele pessoal era do FMI, porque o Brasil estava com problemas com o Fundo. O Governo, chamado revolucionário, teria que considerar cuidadosamente esse fato, teria que regularizar a situação perante o FMI.

O Secretário-Geral do Ministério do Planejamento passou uma ordem para todos nós: ninguém está autorizado a ausentar-se do Ministério, antes da reunião com o Ministro Roberto Campos. Ele vai falar aos funcionários e todos devem estar presentes.

Ficamos esperando. Às 11h da manhã, Roberto Campos dirigiu-se aos funcionários e fez a seguinte observação: "Naturalmente vocês viram chegar aqui uma missão com a finalidade de tratar conosco assuntos de interesse nacional. Essa missão é do FMI, mas ninguém neste País, fora os que estão na área do Governo, na cúpula do Governo, tem o direito de saber que o FMI veio nos investigar ou querer interferir em nossas ações. Para todos os efeitos, essa presença tem que ser mantida como segredo de estado. Nem com as suas esposas e filhos devem tratar do assunto, com

jornalistas de maneira alguma, sob pena de ser obrigado a baixar o ato dispensando o funcionário responsável pelo vazamento da notícia."

Ele saiu com o Octávio Gouvêa de Bulhões, que era o Ministro da Fazenda, para Brasília, com aquela comissão, acertou tudo com o Presidente Castello Branco; não precisou, nem um nem outro ministro, ir a Washington ou a Nova York para visitar o FMI. As contas do Brasil foram acertadas e a Nação não soube da vinda do FMI.

Existe, hoje, uma mobilização política contra os militares no que tange a posições de relevo no Governo Federal ou nos estados?

Prefiro não emitir opinião, mas reportar-me a fatos. Na hora em que se vê a criação de um Ministério da Defesa ocupado por um civil que não tem nenhuma tradição ligada à área militar, não cursou a Escola Superior de Guerra, não é reservista de primeira categoria; vêem-se os ex-ministros militares submetidos a uma titulação de comandantes, denominação que se dá, igualmente, a quem comanda Pelotão; na hora em que se vê a Escola Superior de Guerra, que teve sempre a comandá-la um oficial-general de quatro estrelas da Marinha, Exército ou Aeronáutica, ser comandada por oficial-general de três estrelas e subordinada a uma Secretaria do Ministério da Defesa, cuja chefia é exercida por um civil que pouco ou nada entende de ação militar... Penso que é uma maneira de desprestigiar os militares!

Dr. Eudes, pediria ao senhor uma mensagem final dirigida, especialmente, aos jovens.

Fui professor universitário por trinta anos. Convivi com a juventude universitária sem nunca ter passado pelo dissabor de uma desfeita conseqüente de qualquer problema de relacionamento com aluno. Reprovei instruendos no último ano, que deixaram de diplomar-se por terem sido inabilitados por mim, e, mesmo assim, nunca se tornaram meus inimigos.

Posso afirmar que este País tem tudo para ser líder no mundo, porque possui as maiores riquezas minerais, vegetais e animais; tem as maiores reservas hídrica e florestal do mundo; não está submetido às condições extremas da natureza, sem vulcões e tremores de terra de escala exponencial; e tem o melhor povo do mundo.

Não é ufanismo de brasileiro, pois tive a oportunidade de visitar o mundo inteiro. Hoje só me falta conhecer o Nepal; de todos os países do mundo, da América, da África, da Ásia, da Oceania, da Europa, só escapou o Nepal. Posso dizer com absoluta segurança e tranqüilidade, sem medo de contestação: não há povo melhor do que o brasileiro!

Só peço que as autoridades olhem para ele como um povo e não como um objeto. Na verdade, a mocidade brasileira não está correspondendo inteiramente

aos objetivos que procuramos alcançar. A mocidade é inteligente, é trabalhadora, tem condições de perceber as coisas à distância, mas se encontra desamparada, sujeita a um ambiente que não favorece a coordenação das idéias, a orientação certa para alcançar objetivos nobres e dignificantes.

O que se procura como razão de ser, em qualquer atividade humana, é o auto-aperfeiçoamento do caráter, crescimento do indivíduo, a melhor capacitação profissional, a excelência do relacionamento humano, é isso que se procura. O jovem está meio perdido em relação a esses objetivos e por isso é que chocados vemos os homicídios, as desavenças e os desrespeitos aumentarem; realmente é pela juventude que devemos estar preocupados, a juventude precisa das nossas mãos de adultos para segurá-la e encaminhá-la às metas mais elevadas.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*312*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Dezembro de 2003*

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 7

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 7
São Paulo

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: “Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder.” Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar “basta!” ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do “milagre brasileiro”. Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio “por engano”. Tomando de Cecília Meireles os versos “são doces mortes livres do peso de prantos”, esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o “revanchismo” dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Antonio Ferreira Marques

Nascido em 10 de julho de 1916, na cidade de Belém-PA.

Como cadete cursou a Escola Militar do Realengo, hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 22 de novembro de 1937. Ao longo de sua carreira militar, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil.

Foi promovido a 2º-Tenente em 1938; a 1º-Tenente em 1940; a Capitão comissionado em 21 janeiro de 1944 e a Capitão em 25 dezembro de 1944; a Major, por merecimento, em 1952; a Tenente-Coronel, por merecimento, em 1959; a Coronel, por merecimento, em 1964; a General-de-Brigada em 1970; a General-de-Divisão em 1976 e a General-de-Exército em 1980.

Participou das ações contra os comunistas na Intentona de 1935 e contra os integralistas no levante de 1938. E no teatro de operações na Itália, na Segunda Guerra Mundial, integrou a 1ª DIE como oficial de operações do II Batalhão do 1º Regimento de Infantaria, o Regimento Sampaio, participando dos ataques a Monte Castelo, Montese, La Serra e Cota 958, e da perseguição levada a efeito no Vale do Rio Pó.

Como General-de-Exército, Comandou o III Exército (atual Comando Militar do Sul), com sede em Porto Alegre-RS e encerrou a carreira militar como Chefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília.

Pela sua participação na Campanha da FEB, recebeu as condecorações de Cruz de Combate 2ª Classe, Medalha de Guerra e Medalha da Campanha.

Entrevista realizada em 13 de novembro de 2001.

Ao iniciar o meu depoimento sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, gostaria de fazer uma observação que reflete a minha crença. Creio que seria muito melhor citarmos a "Contra-Revolução de 31 de Março de 1964" e explico o motivo: estava no Poder, como Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, que assumira a Presidência em face da renúncia de Jânio Quadros.

E por que essa minha afirmação de que a presença dele não inspirava confiança? Porque a sua formação política era reconhecidamente comunista-leninista; empolgara o Poder em função da renúncia de Jânio Quadros, eleito Presidente da República no dia 3 de outubro de 1960, num pleito em que teve uma votação estrondosa, deixando o povo brasileiro feliz e esperançoso. A sua votação foi absoluta, mas, no mesmo dia, também foi eleito Vice-Presidente da República o Senhor João Goulart, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Milton Campos, um homem de passado político ilibado e reconhecido saber, mas naquele tempo havia a eleição do presidente e a do vice-presidente.

Em chapas separadas.

Em chapas separadas. Hoje, na eleição para Presidente, o eleito leva consigo o seu Vice-Presidente. Então, aconteceu que Jânio Quadros foi eleito pela UDN e seu candidato a Vice-Presidente, que era o Milton Campos, viu-se derrotado por João Goulart.

Jânio Quadros assumiu o Poder no início de 1961, trazendo grande esperança para a Nação e o povo brasileiro. Mas, no dia 25 de agosto do mesmo ano, quando comemoramos o Dia do Soldado e o Duque de Caxias, Jânio compareceu às comemorações que estavam ocorrendo no Quartel-General (QG) de Brasília. Chegou, presidiu a cerimônia e não deu demonstração de coisa alguma do que ele iria fazer algumas horas depois. Ao regressar ao Palácio do Planalto, mandou uma carta para o Congresso renunciando à Presidência da República!

Enviou a carta ao Congresso e, em seguida, embarcou num avião para São Paulo, aterrou na Base Aérea Militar de Cumbica, onde foi ter com o Governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto.

Há várias versões sobre os motivos da renúncia. São apenas versões, porque Jânio jamais os comentou; apenas dizia que forças ocultas o impediam de governar.

Segundo uma das versões, teria havido um "bate-boca" entre ele e o Governador Carvalho Pinto que acabou sendo agredido fisicamente por Jânio. Alguns dizem – é uma outra versão – que quando ele voou para São Paulo, teria levado consigo a faixa de Presidente da República sob o paletó, na esperança de que a sua renúncia fosse negada no Congresso e ele voltasse à Presidência nos braços do povo. Mas são só versões.

E o Congresso? Qual foi a atuação do Congresso? Era presidente da Casa o Senador Auro de Moura Andrade. A renúncia verificou-se num fim de semana e o Senador Moura Andrade envidou todos esforços para impedir o esvaziamento do Congresso, porque em fins de semana os deputados e senadores voam para suas bases políticas nos diferentes Estados.

Ele fez de tudo para segurar os congressistas, a fim de que houvesse número suficiente para a votação da renúncia, e conseguiu. A votação foi feita na parte da tarde, quando chamou o deputado-secretário do Congresso e ordenou-lhe que lesse a carta-renúncia; ao término da leitura, os adeptos de Jânio Quadros pediram a palavra com a intenção de procrastinar a decisão, para que não fosse tomada naquela ocasião e sim levada mais adiante, mas o Senador Moura Andrade não permitiu, dizendo: "A renúncia é um ato unilateral, não comporta discussão. Está aceita a renúncia! Está encerrada a sessão!"

Foi a sessão mais rápida ocorrida até hoje no Congresso e assim assumiu a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que começou a trabalhar buscando uma solução política. Os ministros militares lançaram um manifesto à Nação – o Ministro da Guerra era o General Odylio Denys; o da Marinha, o Almirante Sylvio Heck; o da Aeronáutica, o Brigadeiro Grüm Moss – alertando para o perigo da assunção ao Poder de João Goulart, que, pela sua formação política, poderia procurar implantar no País uma república sindicalista. Quiseram, apenas, alertar a Nação e não dar um golpe de estado. O Ranieri Mazzilli trabalhou em busca de uma solução constitucional e o desfecho foi a implantação do parlamentarismo, com a finalidade de diminuir o Poder do Presidente João Goulart.

Os adeptos de Jango telefonaram para ele, que se encontrava na China Comunista, dizendo: "Volta! Regressa! Você vai assumir o Poder."

João Goulart estava temeroso, mas dada a insistência dos seus amigos, acabou regressando ao Brasil, vindo por Porto Alegre e de Porto Alegre para Brasília. Aí ele assumiu o Poder e constituiu o Governo com aqueles homens que pensavam como ele, homens da extrema esquerda, grande número de comunistas, conhecidos de toda a Nação.

Procurou a cúpula do Exército para conseguir apoio, mas não conseguiu nem na cúpula das outras Forças Armadas. Encontrou respaldo apenas em poucos generais, como Assis Brasil e Osvino Ferreira Alves. O Osvino tinha uma tendência de esquerda, tanto que era conhecido como "general do povo". Todos eles sem nenhuma liderança no Exército.

Então o que Jango buscou? O apoio de subtenentes, sargentos, cabos e soldados e vou mostrar que ele conseguiu sucesso através dessa manobra de infiltração.

Determinou que todos os oficiais do Exército que estavam à disposição do Governador Carlos Lacerda fossem transferidos para fora do Rio. Estou relatando essa parte porque, nessa ocasião, encontrava-me à disposição do Governador Carlos Lacerda, exercendo a função de diretor do Detran (Departamento de Trânsito). Fui imediatamente transferido para fora do Rio, para São João Del Rei. Viajei só, não pude levar a família, porque minha filha estava cursando o Instituto de Educação. Fiquei em São João Del Rei durante um ano e aí consegui a minha transferência para a 1ª Região Militar, em cujo comando estava o General-de-Divisão Benjamin Rodrigues Galhardo.

Como conseqüência da minha ligação com Carlos Lacerda, quando cheguei à 1ª Região Militar, não me deixaram assumir o cargo da 3ª Seção, que estava vago; fizeram um remanejamento e fui designado para o Serviço Militar. Logo em seguida, o Galhardo foi transferido e chegou o General Ladário Pereira Telles, homem ligado a João Goulart. Não posso afirmar que tenha sido dele, não tenho provas, mas a verdade é que me vi matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG), sem ter requerido isso, quer dizer, fui compulsado a cursar a Escola Superior de Guerra.

Ou seja, queriam tirar o senhor da tropa.

Mas penso que aí incidiram num erro, porque já estava conspirando desde o tempo de Carlos Lacerda, eles deveriam saber, e, na ESG, tive mais tempo para conspirar. E quem fui encontrar lá, também matriculado compulsoriamente? O General Syzeno Sarmento, que fora meu Comandante de batalhão na guerra, aí nós nos unimos e passamos a conspirar juntos.

João Goulart conseguiu êxito nas infiltrações entre os subtenentes, sargentos, cabos e soldados, porque assistimos, no dia 12 de setembro de 1963, ao levante dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília, como protesto pela impossibilidade de se candidatarem às Casas Legislativas. E, em curso desse protesto, chegaram a tomar o Ministério da Marinha, mas o Exército não aderiu, trocou tiros, houve até três mortos entre eles.

Até porque os dois prédios são contíguos, um depois do outro.

Houve troca de tiros e o Exército dominou o levante.

Depois tivemos a rebelião de marinheiros e fuzileiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos que eu testemunhei, porque fui lá ver, a mando do General Syzeno, que me telefonou e disse:

– Marques, vai lá, vê e me traz as informações.

Parti para o local e quando ia passando encontrei as tropas do Exército; havia um carro de combate e soldados da PE (Polícia do Exército) posicionados; quando me aproximava, o Comandante da Unidade de carros, Coronel Theodorico Gahyva, disse-me:

– Marques, o que é que você está fazendo aqui?

– Olha, estou tendo uma oportunidade ímpar, nunca tinha visto uma rebelião de sargentos, vim assistir ao espetáculo gratuito – respondi.

Ele queria saber o porquê de eu estar lá. Em seguida, cheguei próximo ao Coronel Domingos Ventura Pinto Júnior, Comandante da PE, responsável pelo cerco da área, e então vi os marinheiros sem túnica, numa demonstração de indisciplina total e absoluta, tendo à frente o cabo Anselmo, que era muito inteligente. Ainda brinquei com o Ventura, dizendo: "Ventura, isso aí a gente tira a tapa. Veja, comportam-se como se estivessem tomando banho de sol."

Nessa ocasião chega uma tropa, mandada pelo Ministro da Marinha, para prender e dominar os rebeldes. Essa tropa chegou, depositou as armas no chão e aderiu aos revoltosos. Assisti a isso. Fiquei lá algum tempo e vi o cabo Anselmo tomar a palavra e dizer que eles estavam comemorando dois anos da fundação da Associação de Cabos e Soldados. Faziam reivindicações, entre as quais a mudança do Ministro da Marinha e a anulação das punições já impostas ao cabo Anselmo e a outros, aplicadas por uma outra indisciplina havida anteriormente. Apresentavam, até, uma lista tríplice com nomes de almirantes para substituir o almirante que estava no cargo de Ministro da Marinha.

João Goulart estava em Porto Alegre, voou de regresso e o que fez?

Trocou o Ministro da Marinha e por coincidência nomeou um daqueles que estava na lista apresentada pelo cabo Anselmo.

Da reserva até.

Era da reserva e em última instância apoiou aquela indisciplina; todos concordam que essa infiltração foi proveitosa para o João Goulart, no sentido de implantar uma república sindicalista.

A última demonstração de infiltração ideológica e indisciplina foi a reunião na sede do Automóvel Clube do Brasil, em que os graduados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ofereciam um jantar ao Presidente e iam prestar uma homenagem ao cabo Anselmo. Mas, além dessa rebelião dos sargentos e do jantar do Automóvel Clube do Brasil, houve, em data anterior, no dia 13 de março, o célebre comício da Central do Brasil, o qual foi a gota-d´água que alertou a Nação para o perigo que estava correndo de perder a liberdade e passar da democracia para um regime totalitário comunista.

Miguel Arraes e Leonel Brizola fizeram discursos revolucionários, pedindo o fechamento do Congresso, dizendo que as Forças Armadas eram valhacouto de gorilas e pedindo também a implantação de reformas, tudo isso aceito pelo Presidente que estava no palanque, tendo ao seu lado o Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro.

A Nação estava estarrecida com aquele comício-monstro, com representação dos sindicatos e organizações dominados pelos seguidores de João Goulart.

A conspiração cresceu e fui convidado pelo General Syzeno a acompanhálo numa reunião que seria realizada no dia 30 de março, na casa do Coronel de Artilharia Jayme Portella de Mello.

Lá encontravam-se alguns oficiais; o General e eu ficamos até praticamente meia-noite; após atender um chamado telefônico, voltou para onde estavam os oficiais e disse: "Olhem, podem ir para casa, porque a Revolução não vai sair nestes dias. No dia 1º de abril não sairá, porque isso pode levar a um gracejo, visto ser o dia da mentira. Então, os senhores podem ir e já fiquem sabendo que vai ser só depois do dia 1º."

Muito bem, também soube de outras reuniões que se realizavam com o General Ademar de Queirós e com o General Cordeiro de Faria.

Peguei meu Fusca e fui para casa; morava na Rua Barata Ribeiro, nº 280, e ao chegar lá, quando mudava a roupa, tocou o telefone e ao atender recebi a mensagem: "Marques, aqui é o General Syzeno: 'A procissão saiu'. Vá imediatamente para a Duvivier, nº 42, na casa do Doutor Guimarães."

Troquei de roupa imediatamente, fardei-me e fui para a casa do Dr. Guimarães. Encontrei vários companheiros, acompanhando a evolução dos acontecimentos, porque o General Olympio Mourão Filho tinha partido de Minas, surpreendendo a muita gente que chegou a dizer que ele havia embarcado numa verdadeira aventura. Hoje se esconde esse fato, mas houve gente do alto escalão comentando isso.

Ficamos então na casa do Doutor Aurélio Guimarães, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, após sabermos da partida do General Mourão.

Cerca de seis horas da tarde, o General Syzeno atendeu a um telefonema e, após a conversa disse: "Vamos nos reunir com o General Costa e Silva numa casa em Botafogo."

Encontramos o General Costa e Silva com uma equipe; ele virou-se e disse: "Está na hora de entrarmos no Ministério. Sigamos para o Ministério!"

Partiram com ele os seguintes oficiais: General Syzeno Sarmento, Coronel Jayme Portella, Coronel Raul Lopes Munhoz, Tenente-Coronel Omar Diógenes de Carvalho, de Artilharia, Tenente-Coronel Teotônio, Major Paulo, Capitão Hilton do Valle, Ajudante-de-Ordens do Costa e Silva, totalizando oito oficiais, comigo.

Entramos no Quartel-General – atual Palácio Duque de Caxias (PDC), no Rio de Janeiro – e o General Costa e Silva ordenou: "Vamos inicialmente para o Estado-Maior do Exército, que o pessoal é gente nossa."

Fomos para lá, e o que tínhamos visto na entrada do PDC? As seguintes Unidades: o 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, desdobrado no campo de Santana e se não me

falha a memória sob o comando do Coronel Celso Araripe; o Regimento de Carros de Combate, comandado pelo Gahyva, desdobrado na frente; no lado voltado para a Central do Brasil, o Batalhão de Guardas; distribuído dentro e fora do quartel, a PE comandada pelo Coronel Ventura; e dentro do PDC um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (REI). Veja a quantidade de tropa!

Fomos para o Estado-Maior do Exército e depois de uma conversa entre o General Syzeno e o General Costa e Silva, este disse: "Agora, para o Gabinete do Ministro."

Subimos para o 9º andar, onde ficava o gabinete. Conversa daqui, conversa dali, disse o General Costa e Silva: "Mande chamar o Comandante do I Exército!"

Era o General Armando de Moraes Âncora, mas ele não subiu; aí o General Syzeno vira-se para o General Costa e Silva e sugere: "É bom descer novamente, porque estamos na 'boca do lobo'. Toda essa tropa está ainda nas mãos dele que pode nos prender."

Voltamos ao Estado-Maior e, lá chegando, o General Syzeno teve uma idéia que achei feliz; vira-se para o General Costa e Silva e diz: "General, mande chamar os comandantes de tropa e ordene que eles recolham as Unidades aos quartéis, porque, se obedecerem, ganhamos a guerra."

O primeiro chamado foi o Gahyva, a quem o General Costa e Silva determinou: "Coronel Gahyva, recolha o Regimento de Carros de Combate e aguarde novas ordens lá no quartel."

Ele desceu, e quando ouvimos o ronco dos motores: Ah! foi um alívio; aí começamos a ganhar a guerra.

Depois veio o Comandante do Batalhão de Guardas, e com cara feia, mas só cara feia; o General Costa e Silva ordenou: "Recolha o seu Batalhão!"

E ele recolheu. Em seguida, chamou o Domingos Ventura Pinto Júnior e houve o seguinte diálogo:

– Ventura, você é um soldado, acredito em você. Gostaria que continuasse comigo, no comando da PE.

– General Costa e Silva, por favor, não faça isso comigo. Não quero passar para a história como um traidor.

– Mas Ventura, você é um soldado, queria que continuasse no comando! – retrucou o Costa e Silva.

– General, pelo amor de Deus! Não me peça isso!

E o Ventura não retornou ao quartel e nem foi mandado embora, porque o General Costa e Silva acreditava nele.

Finalmente, o Batalhão do REI, que era comandado por um major; esse oficial apresentou-se já afirmando que estava do nosso lado.

Restou a artilharia antiaérea. Aí chamaram esse rapaz que, para mim, foi o único que fez um gesto para tentar puxar a arma, mas o seguraram e ele foi levado à presença do General Costa e Silva que colocou a mão no ombro dele e disse:

– Que bobagem! Que bobagem! Passe o comando ao subcomandante e aguarde ordens em casa.

Ele fez a continência, passou o comando, que na certa era o que queria, e foi embora. Feito isso, o General Costa e Silva alertou: "Está na hora de voltarmos para lá."

Fomos para o 9º andar, de novo, porque tropa eles já não tinham mais e mandou chamar o General Comandante do I Exército que, então, subiu e aí houve um diálogo muito interessante. Estávamos todos presentes, os oito oficiais que tinham entrado com ele, quando chegou o Comandante do I Exército, também substituindo o Ministro Jair, que estava doente, na ocasião. Ao chegar, disse a seguinte frase:

– Aqui está o general vencido!

– Que é isso?! – exclamou o General Costa e Silva.

E antes de se abraçarem, o General Costa e Silva colocou todo mundo para fora da sala:

– Todo mundo, fora daqui!

– Mas meu Deus do céu! Não estou entendendo mais nada; entramos com esse homem e ele nos bota para fora! – falei, espantado e surpreendido com a ordem.

– Olha, eles são dois colegas de turma – argüiu o General Syzeno.

Sei que se abraçaram, chorando, e tudo se resolveu.

Começaram então as substituições. Foi nomeado comandante da 1ª Divisão de Infantaria (DI), o General Orlando Geisel, mas surgiu, logo, um problema com ele, cujo motivo foi o Coronel Nilton Freixinho que comandava um Grupo de Artilharia, integrante da Divisão. O General Costa e Silva mandou um coronel para substituir o Freixinho, porque diziam que o mesmo não comungava das mesmas idéias vitoriosas da Revolução.

E o General Orlando Geisel, que gostava do Freixinho, disse peremptoriamente:

– Não, eu não o substituo!

E isso chegou aos ouvidos do General Costa e Silva, que decidiu:

– Bom, se não quer tirar o Freixinho; então sai ele!

E removeu o General Orlando Geisel.

Continuaram as mudanças de comando. Nomeou o General Octacílio Terra Ururahy, que era de Engenharia, Comandante do I Exército; trocou os Comandantes do Batalhão de Guardas e da PE, foi mudando todo mundo, até que chegou ao 1º Batalhão de Caçadores (1º BC), de Petrópolis, RJ, comandado pelo Kerensky Túlio

Motta, cujo nome já diz tudo – Kerensky uma das figuras da revolução comunista russa. O General Costa e Silva chegou para o General Syzeno e disse:

– Mande, agora mesmo, um tenente-coronel para substituir o Kerensky.

– Mas General Costa e Silva, são 3h da manhã, quem é que vou mandar? – ponderou o General Syzeno.

Eu estava ao lado tomando nota daquelas coisas; era tenente-coronel de Infantaria, olharam para mim e o General Costa e Silva disse:

– O Marques, o que é que está fazendo?

– Mas o Marques é o meu assistente – respondeu Syzeno.

– Lavra o Ato e manda o Marques para lá para assumir o comando – determinou Costa e Silva.

– Marques, parta então e vá já para lá – disse o General Syzeno, virando-se.

Perguntou, ainda, se eu queria levar homens, no que respondi:

– Não, prefiro ir sozinho.

Preferia ir sozinho, para explorar o fator surpresa, que é muito importante, pois há um princípio que diz: "Um chefe surpreendido é um chefe praticamente abatido!"

Novamente no meu Fusca, subi a serra, sozinho, cheguei lá fardado, com a minha pistola 45 no coldre; desembarquei, eles me olharam, eu estava fardado e perguntei:

– Onde está o comandante?

– Está no 1º andar – responderam-me.

Entrei, subi, fui ao 1º andar e ele estava escrevendo qualquer coisa. Quando abri a porta, ele disse:

– E aí Marques, você por aqui! Pra quê?

– Eu vim assumir o comando do 1º BC – respondi.

– Quem mandou?

– O General Costa e Silva, Comandante Supremo das Forças Armadas (ele mesmo se intitulava assim).

– Eu não conheço! Eu o desconheço! – retrucou Kerensky.

Aí vira-se e diz:

– Onde está o Ato de Nomeação?

Lembro bem que o General Costa e Silva virou-se para o General Syzeno e disse: "(...)manda o Marques, lavra o Ato." Mas, naquela confusão toda, acabei saindo sem levar o Ato, o papel oficial, aí eu disse:

– Não trouxe, mas fui nomeado.

– Eu não vou passar o comando – Kerensky objetou.

Senti que ou a minha carreira terminava ou eu assumia; não queria encerrar a minha carreira ali. Fui para a porta – estou contando isso pela primeira vez –

tranquei-a, tirei a chave e coloquei-a no bolso. Quando voltei, já não enxergava mais quem estava na minha frente; apenas via um vulto, aproximei-me e disse:

– Coronel Kerensky, você passa ou não passa o comando do 1º BC agora? Responda!

Eu deveria estar completamente transtornado. Ele disse:

– O que é isso Marques!?

– Eu não quero saber! Estou perguntando: passa ou não passa o comando do 1º BC, agora? Kerensky! Diga!

Ele verificou que estávamos só os dois, que alguma bobagem poderia sair entre nós, uma vez que eu tinha fechado a porta. Então concordou:

– Passo o comando, vou reunir os oficiais e vou passar o comando.

– Não, Kerensky, você vai mandar tocar "formatura geral" e vai passar o comando do 1º BC, com todo o Batalhão em forma.

Como manda o regulamento.

Fui para a porta, abri, ele saiu e mandou tocar "formatura geral". O Batalhão formou e recebi o comando. Dispensei o Kerensky, mandei-o embora para casa, bem como os quatro majores, porque eram todos da mesma linha. Não gosto de falar nisso; é a primeira vez que conto esse fato, para constar do depoimento, que é histórico.

Para mim estava terminada a Revolução naquele momento em que assumi o comando do 1º BC, mas não quero acabar esta minha entrevista sem dizer algo a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964.

Digam o que disserem: golpe militar, complô, revolução de gorilas, revolução de militares, a verdade é única e ninguém pode desmentir. Quando os governos militares assumiram o Poder – não quero falar sobre os governos, é uma área política e não quero falar disso – mas, quando assumiram, o Brasil era o 48º País em economia no mundo e no final dos governos militares já era a oitava potência econômica do mundo!

Progredimos 1.100% no terreno das comunicações, porque, em março de 1964, para falar com o Rio de Janeiro, levava-se seis, oito horas e no fim do Governo militar falava-se para o mundo todo na mesma hora. Houve progresso na educação, houve progresso social.

A Revolução de 1964 é um marco histórico e vitorioso neste País. Muito obrigado.

General-de-Exército Oswaldo Muniz Oliva

Nasceu em 2 de fevereiro de 1925, em Santos – SP. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na arma de Artilharia, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial em 1945; concluiu os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficias em 1955; da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1963; da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1982 e do Royal College of Defense Studies, Londres, em 1986.

Foi Assessor-Chefe da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, de 1967 a 1970; Observador da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, na delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Genebra, Suíça, em 1967; Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, Praia Grande, SP de 1970 a 1973; Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, São Paulo, de 1974 a 1975. Como General, foi Comandante do 3º Grupamento de Fronteira, Rondônia, de 1979 a 1980; Diretor de Transportes, Brasília, de 1981 a 1982; Diretor de Informática do Exército, Brasília, de 1983 a 1985; Comandante da ESG, Rio de Janeiro, de 1988 a 1990 e Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, Brasília, em 1990.

Condecorações e Medalhas: Medalha do Pacificador do Exército, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito das Forças Armadas – Grã-Cruz, Ordem do Mérito Militar – Grã-Cruz, Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Na reserva remunerada do Exército desde 1990, é atualmente Membro do Conselho Consultivo da Associação Comercial de São Paulo, desde 1993. É também Diretor Executivo da PENTA (Prospectiva Estratégica Limitada Sociedade Civil).

Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2001

Inicialmente, agradeço o convite para prestar este depoimento, basicamente, sobre a Revolução de 1964. Fui revolucionário e do ponto de vista dos princípios e valores, continuo revolucionário de 1964.

Na minha trajetória militar houve uma aspiração, um sonho secreto, que não consegui realizar. Desejava completar cinqüenta anos de serviço ativo, mas nas minhas alterações, meu tempo de serviço, contado dia a dia, consta como 48 anos, dez meses e três dias. Lamentavelmente, só completei esse tempo se acrescentar os três anos de licenças não gozadas, três anos de licença-prêmio, mas isso não vale. Minha vontade era, no dia a dia, ter chegado aos cinqüenta anos de efetivo serviço. Poucos conseguiram atingir esse tempo. Seria para mim uma felicidade e um orgulho, mais uma vaidade do que um orgulho, porque o orgulho de servir o Exército tenho até hoje, vaidade seria o meio século.

Enfim, não pude dedicar-me ao Exército durante meio século como desejava, mas cheguei pertinho; a idade e os 12 anos no posto de general me excluíram, mas estou de acordo com a lei, acho que tem que haver renovação dos quadros.

O que me motivou a aceitar este convite, fundamentalmente, é a sistemática campanha de mistificação sobre a História do Brasil; mais do que isso, estão reescrevendo-a com uma falsidade deslavada. Recentemente, uma entidade política lançou um trabalho e seu mentor, numa entrevista posterior à publicação do mesmo, mostrou-se, a meu ver, profundamente falho e equivocado. Não posso dizer que é maldoso, porque maldade é intenção e intenção não se atribui a ninguém, mas o texto claramente distorce a realidade.

Ele disse que Dom Pedro II é a única figura de destaque do século XIX. Não fala em José Bonifácio e no seu papel de relevo para promover a independência e estruturar o Brasil. Sua atuação na defesa da unidade nacional, no enfrentamento firme à pressão dos grupos financeiros ingleses que impuseram a Dom Pedro I, após proclamada a Independência, a assunção de dívidas de Portugal, merecem toda a gratidão e o respeito nacionais. José Bonifácio e seu irmão, Martim Francisco, Ministro da Fazenda, não aceitavam o empréstimo estrangeiro que queriam nos impor. São de Martim Francisco, em 1824, com endosso de José Bonifácio, a seguinte frase: “O povo que depende de dinheiro estrangeiro não é livre.” Ambos foram demitidos e José Bonifácio exilado.

Dom Pedro I foi buscá-lo no exílio para orientar a educação de seu filho Dom Pedro II, quando da crise que o levou a renúncia. José Bonifácio propôs, por exemplo, a mudança da capital para o interior – só concretizada com Brasília – e a libertação dos escravos, que só ocorreria mais de sessenta anos depois. É um grande brasileiro que honra nosso País. Orgulho-me de ser santista como José Bonifácio.

Outras duas figuras, entre outras, se destacaram no final do século XIX, já entrando no século XX: Caxias e Rio Branco. Assim como José Bonifácio, também não são citadas nesse trabalho.

Por que Caxias e por que Rio Branco?

Rio Branco foi o homem que, com inteligência, sagacidade, cultura, persistência e coragem, traçou a fronteira oeste do Brasil, mediante acordos internacionais pacíficos. Ele não desconhecia, contudo, que a atitude pacífica para garantir um tratado pressupõe Forças Armadas fortes. Nesse espírito, equipou a Marinha com dois grandes encouraçados, o *Minas Gerais* e o *São Paulo,* na época os encouraçados mais poderosos do mundo. Nossa Esquadra ficou suficientemente forte para cumprir a missão de desanimar qualquer pretensão platina, para uma aventura militar.

Se Rio Branco com a pena e a inteligência soube estruturar a fronteira, Caxias com a espada, inteligência e bondade esvaziou pressões internas, pacificou Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e, finalmente, a meu ver a maior obra dele, acabou com a Revolta dos Farrapos, no Rio Grande, sem deixar seqüelas de ódio. Uma das frases que pronunciou: "Não há vencidos e não há vencedores." Quando quiseram comemorar a vitória, ele disse: "Não! Vamos rezar uma missa pelos brasileiros mortos."

Era um homem de uma grandeza moral muito grande Antes de morrer, deixou um testamento no qual condicionava: "Eu quero ser enterrado numa cerimônia simples; quero que meu caixão seja levado por quatro soldados de bom comportamento." Essa foi uma decisão de grandeza. Não precisava de homenagens; a homenagem que merecia foi a sua própria vida.

Esses homens não poderiam faltar na História, exceto se mistificada intencionalmente.

Até por pressão de amigos, estou começando a escrever um livro, para estabelecer, não a minha versão, mas a verdade que possa documentar. É esse respeito à verdade que me faz participar deste trabalho, para combater o ludíbrio sobre a Revolução de 1964. Estimula-me continuar lutando pelo nosso povo, a revolta por ver a velhacaria de maus compatriotas. Quem não souber a verdade, não entenderá a Revolução de 1964 e o pós-revolução.

Meu testemunho se servirá de poucas notas. Trouxe algumas para não cometer enganos.

Uma instituição como o Exército só sobrevive quando seus dois fundamentos, a hierarquia e a disciplina, permanecem sólidos. Forças Armadas que abdica de um dos dois, por concessões de modismo, está condenada à destruição e à desmoralização. É melhor morrer do que ficar desmoralizado, como instituição e

como pessoa humana. Esses dois fundamentos foram, sempre, profundamente cultuados no Exército.

Na longa caminhada, cabe ressaltar meus primeiros passos na carreira. Sou Aspirante-a-Oficial de 1945. Em 1941, prestei exame para a Escola Militar do Realengo, este um subúrbio do Rio de Janeiro; não logrei classificação, mas fui aproveitado para constituir a primeira turma da Escola Preparatória de Fortaleza. Lá cheguei em abril de 1942; aliás, de 242 alunos da turma, quase trinta chegaram a general, sendo que uns dez ou doze, a generais-de-exército.

Viajei para Fortaleza pelo navio *Itapé*, da Costeira. Os reflexos da guerra travada na Europa podia ser sentidos no litoral brasileiro. Próximo a Abrolhos, cruzamos com um comboio marítimo escoltado por um navio caça-minas, de casco de madeira, brasileiro, um barco minúsculo. A Marinha fazia a escolta com os meios de que dispunha.

Os dois grandes encouraçados que o Rio Branco havia comprado, no final do século XIX, já não estavam em condições de navegação. Foram transformados em fortalezas fixas, um ficou em Salvador e o outro ficou encostado em Recife, para defenderem o acesso aos portos.

O velho Ita, em blecaute total, navegava tão perto da costa que dava para distinguir os coqueiros nas praias. Era para fugir da ameaça dos submarinos alemães que já estavam infestando aquela área. Isso foi crescendo e levou-nos a declarar guerra à Alemanha.

Quando paramos em Salvador, lembro-me bem, na Rua Chile, ainda rua central de Salvador, alguém disse: "Afundaram o *Itapé*!" Era engano, o navio afundado foi um cargueiro brasileiro à nossa frente. Durante a viagem, permaneci indisposto o tempo todo; sou antinaval: basta embarcar para ficar enjoado. De Salvador em diante o organismo se adaptou.

Impressionou-me, na parada em Salvador, a grande quantidade de militares e seus familiares que haviam sido transferidos do Sul para o Nordeste. Essa movimentação fazia parte do esforço de guerra do Exército Brasileiro. A maioria desceu com sua esposa e filhos e foi por terra, através do sertão – não existiam estradas – porque o risco de afundamento de navios era muito grande.

No porto do Recife, observei orgulhoso outro cargueiro brasileiro, *Siqueira Campos*, com um canhão à proa. Ao atracarmos em Fortaleza fiquei sabendo que ele fora afundado. Torpedearam um navio à frente do meu e outro atrás.

Esse foi o meu batismo de guerra naval, meu batismo de guerra; felizmente não participei de guerra alguma, a guerra é um prejuízo brutal para qualquer nação vencida, mas para as vencedoras também. O que o povo americano tem de paranóico

e de desequilibrado por conseqüência da participação em várias guerras é uma tristeza. Talvez isso explique muitos desacertos que têm cometido.

Afirmei que a hierarquia e a disciplina são os suportes responsáveis pela solidez do Exército, mas havia outro fator poderoso: um sentimento arraigado de anticomunismo. Em 1942, ao ingressar no Exército, notei essa incompatibilidade, conseqüência da desvairada tentativa de Prestes, que agora andam enfeitando. Eles se revoltaram no Rio, Recife e Natal. No Rio de Janeiro, no 3º RI (Regimento de Infantaria), na Praia Vermelha, militares comunistas mataram colegas dormindo, um foi morto lendo jornal, seu colega sentou-se na cama ao lado e deu-lhe um tiro. Eu nunca esqueci, porque aprendi isso menino, de 16 para 17 anos.

Minha formação pessoal e profissional transmitiu-me o anticomunismo e a aceitação do regime democrático, porque era assim que o Exército se colocava, mesmo que o Governo fosse a ditadura de Getúlio Vargas. Na verdade, não chegamos a ter uma ditadura do tipo de Stálin, em Moscou, do tipo de Hitler, em Berlim, do tipo Fidel Castro, em Havana, ou como a da Albânia. Getúlio era um ditador à moda gaúcha, era muito mais um caudilho de fronteira no Poder do que um ditador no sentido político.

Então, entrei no Exército, com essas características; zelar sempre pela hierarquia e disciplina, e o fiz da melhor maneira possível, ao longo da minha vida. Considero que comandar significa ligar-se bem para cima, ligar-se bem para baixo, ligar-se bem para os lados; se não, não é comandar. Procurei sempre manter essa conduta.

Vamos rememorar o cenário internacional da época da eclosão da Revolução de 1964 e em que ambiente ela se desenvolveu.

No final da Segunda Guerra Mundial, no Tratado de Yalta, foi tomada uma decisão de repercussão mundial e que afetou o Brasil. O mundo comunista fortaleceu-se e entusiasmou os seus adeptos brasileiros.

Menino, ainda, admirava Roosevelt pela sua extraordinária grandeza moral e não há por que mudar de opinião, mas avaliava mal a capacidade geopolítica de Churchill que, hoje reconheço, era maior que a de Roosevelt. As propostas de Stálin, contrárias às de Churchill, foram apoiadas por Roosevelt, que se encontrava por completo incapaz, intelectualmente. Sofrera um forte derrame. Possuía um assessor direto, comunista, que influiu decisivamente. Stálin recebeu, de presente, meia Europa, como desejava. Ali nasceu a guerra fria.

A partir do Tratado de Yalta seguiu-se uma onda crescente de conflitos em vários países e a conseqüência foi o aumento da área sob o controle comunista.

Os comunistas brasileiros sempre foram e, ainda, são minoria absoluta no País, mas tal não quer dizer sem capacidade de ação. Segundo princípios marxis-

tas, um comunista no meio de 40 democratas, manipula todos, porque possui uma orientação ideológica e os outros são divergentes entre si.

Outro fato externo foi a divergência entre a Rússia e a China, causando a primeira e brutal rachadura no bloco monolítico marxista. A história chinesa é uma história maravilhosa, de um povo de cultura extraordinária, que admiro e respeito. O livro de Tao é um tratado de bondade humana, é um tratado de administração pública, é um tratado militar. Tao, há mais de cinco mil anos, escreveu esse livro que impregna toda a cultura comum do povo chinês. Eles ainda estão sob regime comunista, mas sempre acreditei no que vou aqui afirmar, embora correndo o risco de errar: "A China foi obrigada a engolir o comunismo; vai digeri-lo e irá cuspi-lo." A China vai cuspir fora o marxismo. É a minha opinião.

Já começou, na parte econômica.

Iniciou reformas no campo econômico. Ao ceder três províncias, apenas, ao regime democrático, cedeu nada menos que 300 milhões de pessoas, o que é quase o dobro do Brasil, mantendo um bilhão ainda sob o controle do comunismo.

O terceiro acontecimento internacional de importância foi a consolidação de Fidel Castro em Cuba, pela asnice da CIA (Agência Central de Inteligência) que tentou um golpe na Baía dos Porcos; um golpe que merece o nome da baía. Em vez de derrubar Fidel Castro, foram invadir e perderam, atuando de maneira inepta, despreparada e desconhecedora do povo. Essa derrota americana consolidou o comunismo em Cuba.

Fidel Castro matava em público, na televisão; esse "democrata", que está sendo visitado por brasileiros, fuzilava pessoas. Esse homem matava em praça pública – filmava e exibia na televisão – aqueles que se opunham ao movimento comunista. Ele se afirmava democrata, mas assim que assumiu o Poder declarou-se comunista. É, pois, mentiroso, e recebe respaldo de muita gente desta terra nossa que nunca aceitou o comunismo.

Para sobreviver recebia vultosa ajuda financeira diária da União Soviética, até Gorbachev suspender a remessa do dinheiro. Possivelmente, a União Soviética impunha condições a Fidel Castro, como treinar guerrilheiros da América do Sul. O grupo que desenvolveu aquela asnice de Caparaó foi treinado em Cuba.

O que eles faziam?

Pegavam os meninos líderes das universidades e, nos fins de semana, saíam daqui por uma rota, que incluía Recife, e iam para Cuba, onde eram treinados e voltavam, com uma semana ou 15 dias de curso. Ninguém derrota o Exército Brasileiro fazendo cursinho de 15 dias. Isso é brincadeira! A leviandade de Fidel Castro induzia os coitados dos moleques despreparados a pensarem que eram heróis.

O Brasil sofreu as repercussões desse cenário internacional. Em 1956, o Partido Comunista Brasileiro concluíra que só poderia dominar o Brasil se dominasse as escolas. Assim, fizeram infiltrações nas faculdades de Filosofia, que formavam professores. Foram hábeis, capazes, eficientes e tiveram êxito, é verdade. Nós falhamos em prevenir isso, até porque pouca gente conhecia o tema, pouca gente estudava o assunto.

Buscaram, como sempre, dominar centros de poder. Tiveram êxito no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), junto com o Jango, na União Nacional dos Estudantes (UNE); José Serra, o atual Ministro da Saúde, presidiu a UNE. Havia um grupo de teatro popular, na UNE, que fazia campanha difundindo o marxismo entre os estudantes secundários. Tentaram infiltrar-se na área militar e chegaram a obter algum sucesso.

A esquerda acusava os Estados Unidos da América de interferirem nos assuntos internos do Brasil, de mandarem no País. Mentira, não mandavam. Mas é verdade que o Governo americano demonstrou simpatia pela Revolução de 1964 e, mais do que isso, deu-lhe cobertura. Afinal, convinha aos interesses americanos que o Brasil fosse forte e anticomunista, as duas condições. Era uma necessidade que o Brasil fosse forte na América do Sul.

É oportuno antecipar este fato. Em 1969, o Presidente Johnson, dos EUA, pouco antes do Presidente Arthur da Costa e Silva adoecer, escreveu-lhe uma carta pessoal, na qual pedia ao Presidente que não comprasse os Mirage – aviões de caça, franceses –, mas os F-5 americanos. Dizia o Presidente americano que embora não pudesse atender de imediato, por causa da limitação da venda de material bélico imposta pelo Congresso americano, em tempo de guerra do Vietnã, prometia que forneceria os aviões – vinte aviões, ou algo assim, para atender à necessidade da Força Aérea Brasileira (FAB) – no mais curto prazo. Logo após a doença do Presidente, compramos os aviões dos franceses.

A carta passou pelas minhas mãos e, ainda, dizia que "o Brasil é um parceiro fundamental para a América do Norte". Esse documento foi arquivado no Palácio do Planalto, na antiga Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, hoje Secretaria de Assuntos Estratégicos, dirigida pelo General Alberto Cardoso. Se não jogaram fora os arquivos, está lá.

Quanto ao cenário interno anterior à Revolução de 1964, destaca-se, de início, o mal-estar pelo retorno de Getúlio Vargas ao Poder. Havia sido deposto em 1945; depois da guerra os americanos resolveram ser democratas. Até então, para eles, convinha a ditadura.

Apesar de ter opinião pessoal contrária ao Getúlio Vargas, não posso negar-lhe as qualidades. Conheci-o pessoalmente. Foi um grande líder, carismático e

um homem com aguçada visão geopolítica. Respeito sua memória; creio que enxergava o Brasil e defendia os interesses dos brasileiros.

Ele trouxe à cena política um afilhado, João Belchior Marques Goulart. Ambos, João Goulart e Getúlio, tinham a mesma formação de caudilho de fronteira e é preciso entender isso. Não tentem imaginar Getúlio em São Paulo, estudando na Universidade de São Paulo (USP); ele e João Goulart eram de São Borja, pequena cidade fronteiriça.

João Goulart, homem inteligente, simpático, bonachão, tomador de chimarrão, falava devagar, era envolvente. Não creio que tenha sido comunista, mas usou os comunistas e por eles foi usado, isso é verdade. Seu "dispositivo militar" concentrava-se no Ministro da Guerra, hoje Comandante do Exército, no Chefe de Gabinete Militar, na Petrobrás e nos Correios. Neste último fazia censura de toda a correspondência dos militares, censura mesmo, de abrir as cartas. Esses eram os pontos principais do chamado "dispositivo militar".

Ocupava o Gabinete Civil, um antropólogo, Darcy Ribeiro, homem brilhante, culto. Considerei-o um comunista, naquela época. Reconheço que, no final da vida, ele mudou.

O Presidente tinha mais um amigo gaúcho, o General-de-Exército Amaury Kruel. Também um homem brilhante, culto, firme, um chefe. Amigo do Presidente, era anticomunista e isso redundava numa incoerência. João Goulart tinha um esquema sem poder militar, porque o General Kruel não compactuava com a esquerda, como Ministro da Guerra. Após sua saída do ministério, assumiu o General Jair Dantas Ribeiro, outro cidadão honesto, absolutamente anticomunista.

Eu era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1961, 1962 e 1963, portanto naquele burburinho todo de antes da Revolução. Certa noite, um colega meu, afilhado do General Jair, general na reserva hoje, o Cid de Goffredo Fonseca, de Infantaria, foi a minha casa com outro companheiro, o então Major Acioly, muito bom amigo também, e disseram-me:

– Oliva, nós queremos que você vá conosco à casa do ministro.

– Eu? Não conheço o ministro. O que é que vou fazer lá?

– É porque você pensa diferente de nós – responderam.

Eles eram ligados ao Jair, um era afilhado e o outro tinha sido ajudante-de-ordens (ou ajudante geral). Explicaram:

– Queremos falar com ele; ele está em má situação e você pode falar porque não tem a mesma intimidade que a gente tem.

– Vocês estão querendo que eu saia preso da casa dele – retruquei.

Lá fomos para a casa do Ministro Jair; ele morava naquela primeira estação da Central, depois da estação São Francisco Xavier, subúrbio do Rio de Janeiro. Era

uma daquelas casas antigas do Rio, com duas águas grandes, estava um calor danado e chuviscando. Havia um guarda à porta.

A senhora dele estava de roupão e ele à vontade de pijama, os dois velhos sentados. Posso dizer velhos porque hoje sou mais velho do que eles eram na época. O casal estava tomando o ar fresquinho da noite. Ele cumprimentou os dois, a esposa beijou-os; foi aquela conversa de amigos e eu sobrando ali, até que o Goffredo me apresentou: “Esse é o Major Oliva, aluno da ECEME.”

Sabia que o General Jair era um homem direito e, para mim, politicamente ingênuo. A ingenuidade política é um defeito comum nos militares, não é qualidade. É preciso conhecer política mas sem se meter na política partidária, o que é diferente, mas tem que acompanhar e entender tudo que ocorre na vida política nacional.

Então começamos a conversar e eu disse ao general:

– Viemos aqui porque estamos preocupados com a situação. O General Amaury Kruel foi destituído do ministério, o senhor sabe que vão agora destituir o Presidente da Petrobras, considerada um dos pontos de apoio da esquerda. O senhor sabe que lá dentro existem uns comunistas que estão prontos para derrubar o General. É mais um passo para desmoralizar e acabar de dividir o Exército.

– Ah! meu filho, não se preocupe. Enquanto eu for ministro, não vão dividir o Exército – ele disse.

– Então que Deus proteja o senhor, para que possa fazer isso.

Foi o fim da conversa. Tratou-me bem e só posso ser muito agradecido, por ter permitido a petulância de um “majorzinho”, aluno de escola, ir lá falar-lhe. Só um major para fazer isso, um coronel veterano não o faria, porque se sentiria mal, mas major é como todo jovem, vale mais o ímpeto do que a experiência. Portanto, eu me senti muito à vontade, depois, quando apoiei a Revolução, contra o Jair.

Outros fatos ocorreram, na fase pré-revolucionária. Certo dia de 1963, o General Kruel ainda era ministro, o Major João Baptista Baère de Araújo, meu amigo até hoje, disse-me:

– Oliva, vamos à Ação Democrática.

– Que Ação Democrática? Não sei o que é isso!

– É um grupo que está se reunindo para impedir que os comunistas tomem conta do Clube Militar.

Por que eles queriam o Clube Militar?

Porque já tinham conquistado a liderança operária e a UNE, só faltava entrarem na área militar. Como não conseguiram entrar na tropa, tinham que tomar o Clube Militar; estavam montando uma jogada para isso. Disse ao Baère:

– Não quero perder tempo com isso, é uma bobagem, não vou.

– Vamos Oliva, quem vai falar é um tenente-coronel muito bom, de Infantaria, o Meira Mattos – insistiu.

Eu nem sabia quem era o Meira Mattos. Hoje é meu amigo, um grande homem, história viva da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do Exército, por quem tenho o maior respeito e amizade. Grande escritor militar.

E lá fui eu para a Ação Democrática. Eram 14 oficiais, não tinha mais ninguém. Dois eram tenentes-coronéis instrutores e os demais alunos da ECEME, e mais um tenente chamado Zamith (José de Ribamar Zamith). Era preciso ter cuidado com ele, por ser muito afoito, embora fosse bastante sério. Esteve sempre do nosso lado. Eu o respeito, embora ignore se ainda está vivo. Assim integrei esse primeiro núcleo, cujo objetivo era um só: impedir que os comunistas tomassem posse do Clube Militar.

Passamos a nos reunir na casa de Deodoro, que era a sede da Ação Democrática, presidida por um general intendente da reserva, Gomes.

Esses foram os prólogos da Revolução, no que me concerne.

Os dois tenentes-coronéis eram José Magalhães da Silveira, mais tarde Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), e João Baptista de Oliveira Figueiredo. Os dois eram nossos instrutores, na ECEME.

E quem mais estava lá?

Adalberto Pinto de Azevedo, mais tarde general, Joaquim Abreu Fonseca, de Artilharia, que também chegou a general; Antônio Joaquim Soares Moreira, depois Ministro-Chefe do Superior Tribunal Militar (STM); Ari Capella, que morreu como tenente-coronel, um infante brilhante. Capella foi primeiro de turma em todos cursos que fez e morreu com câncer no cérebro, parece até uma ironia. João Baptista Baère de Araújo, Décio Luiz Fleury Charmillot, que morreu, e mais alguns outros de quem não mais lembro os nomes. Destaco, ainda, um oficial veterinário, José Candido Maes Borba, muito inteligente e ativo.

Decidimos fazer uma campanha para apoiar um general de força e de prestígio para Presidente do Clube Militar. Ganhamos a "parada". O Ministro Kruel até abriu Inquérito Policial Militar (IPM) para nos enquadrar. Mas nos enquadrar em quê? Lutávamos para impedir o comunismo no Clube Militar e ele teve que concordar.

Existe uma questão básica ligada à Revolução: Por que os militares, eu me incluo, resolveram agir em desrespeito à lei, para depor um Presidente? Fazer revolução é ficar fora da lei, não adianta ficar enrolando. Para mim não foi fácil e, para a maioria, também não foi.

Internamente, a Instituição sentiu os seus valores fundamentais de hierarquia e disciplina ameaçados. Primeiro, a revolta de sargentos em Brasília, em

1963; a maioria era de sargentos da Aeronáutica e poucos do Exército. O Major Odin comandava a Bateria Antiaérea, tropa que ajudou a abafar a revolta em Brasília. Dizia-se que era para implantar o comunismo no País, com estímulo do Brizola.

Nesse mesmo ano ocorreu uma assembléia no Clube Militar para adoção do voto secreto. O Governo não queria, porque com o voto secreto nós elegeríamos livremente e no voto ostensivo, que era o tradicional do clube, o oficial ficaria marcado. Na ocasião, puseram o Milton Câmara Sena na mesa diretora. Ele era da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e fora à reunião para observar o que estava acontecendo, por ordem do chefe, o General Castello Branco. Ele que fora para observar, ao integrar a mesa, no dia seguinte estava transferido para Campo Grande. Foi punido porque cumprira ordem do General Castello. Erro do Gabinete do Ministro.

A assembléia começou com uns seiscentos oficiais; os comunistas e seus aliados de esquerda, cerca de trinta, fizeram de tudo para perturbá-la, mas nós tínhamos nos organizado. Para cada comunista ou simpatizante, colocamos dois dos nossos, do lado, para controlar-lhes a ação. Quando o chefe deles, que era o Tenente-Coronel Freitas, percebeu que iriam perder – ele estava lá em cima, eu o vi – com um papel enrolado tipo canudo na mão, esticou o braço acima da cabeça e girou-o num gesto previamente estabelecido, e todos se retiraram. Estavam retardando com muita eficiência a reunião de quase seiscentos.

Deram uma demonstração da forma como são capazes de agir. São especialistas em produzir fermento para aumentar o bolo, mas não são capazes de fazer o bolo. Foram embora e a reunião foi vitoriosa para nós.

Ao terminar o curso da ECEME, em 1963, fui para Campo Grande, Mato Grosso. A escolha do lugar recaiu nessa cidade por um motivo fundamental: lá existiam casas funcionais. Com cinco filhos, tinha que ter casa, se não iria ficar desesperado. Também era o caso de Belém, escolhida em primeiro lugar. Tinha vontade de servir na Amazônia, mas atendi ao pedido de minha sogra e mudei para Campo Grande. Ela pediu que não fosse para a Amazônia, porque era muito longe de São Paulo. Para Campo Grande poder-se-ia ir de trem.

Cheguei em Campo Grande no final de janeiro de 1964. A situação começou a fermentar com a sucessão dos episódios do Rio de Janeiro. Estagiava na 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), hoje Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados, MS.

A Marinha estava mal, em março ocorreu a revolta dos marinheiros, no Rio. A Aeronáutica tinha um problema sério: uma infiltração grande no quadro de sargentos e alguma no quadro de oficiais. No Exército havia muito pouca infiltração.

O mal-estar aumentou quando o Governo fez um comício na Central do Brasil. Foi no dia 13 de março. Eu era radioamador e meu receptor tinha banda comercial, ouvi o comício e fiquei horrorizado. Morava ao lado do Coronel Câmara Sena – Dona Miriam, sua esposa, ainda estava no Rio – que tinha sido punido e classificado na Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Campo Grande e, depois, transferido para chefiar o Estado-Maior da 4ª DC. No dia seguinte, de manhã, saímos e ele disse:

– Guri! – eu tinha sido cadete dele – você viu aquilo lá?

– Vi, sim senhor.

– O que você achou?

– Estou contra esse Governo!

Manifestei-me desse modo, porque o Presidente rompera com a hierarquia e a disciplina. Não podia admitir o desrespeito à Instituição mediante o estímulo a uma artificial luta de classes, entre oficiais e sargentos. Esse foi o motivo que me levou a fazer parte da Revolução. Não tinha outros interesses. Dedicava-me somente a minha carreira e a minha família. Câmara Sena, também, disse que estava contra o Governo e que deveríamos, em primeiro lugar, participar ao general.

Moacyr Araújo Lopes, era o general. Homem digno, sério, duro. Um grande militar. Resolvemos falar com ele, pois era o nosso chefe. Chegamos ao Quartel-General (QG) antes das 7h. Despontava um sol bonito e a temperatura estava agradável. O general já estava na sala, ele que sempre chegava depois de nós. Nesse dia estava nervoso. Fizemos a continência do bom-dia e ele foi logo perguntando:

– Vocês viram aquela indignidade, ontem?

Sentimos um imenso alívio. Graças a Deus, teve a mesma reação nossa e disse:

– Eu não aceito mais isso, quero uma reunião de todos os comandantes de Unidade com o Estado-Maior às 9h.

Na reunião, e ao estilo dele, dispôs os oficiais por ordem hierárquica. Era uma mesa longa; de um lado ficaram os oficiais do Estado-Maior e do outro os comandantes e subcomandantes, dois de cada Unidade. O Coronel Fagundes Ourique comandava o Grupo de Artilharia e seu subcomandante era o Nicanor de Sá Oliveira, um baiano excelente que já morreu, muito meu amigo e, lá por último, vinha a Companhia de Comunicações, com um 1º-Tenente Comandante e, como Subcomandante, um Aspirante que tinha vindo comigo no mesmo avião, portanto com dois meses de oficial. O general expôs a situação e, no fim, quis saber a opinião de cada um. Apontou para o aspirante e disse:

– Primeiro você que é o mais moderno.

O menino assustou-se, levantou, tomou posição de sentido e disse:

– Eu sou contra isso!

E seguiu a seqüência de respostas: "Contra! Contra! Contra! Contra!" Ninguém na mesa concordava com os rumos dos acontecimentos. O General Moacyr demonstrou sua satisfação com o resultado da reunião e disse:

– A decisão está tomada: a DC está contra o Governo!

O General Moacyr enviou ofício ao General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, em São Paulo, informando-o da decisão e ainda, se necessário, em 48 horas a DC estaria na capital de São Paulo, para a manutenção da lei e da ordem. Enviou-se, também, um Pedido de Busca dizendo o seguinte:

"No comício do dia 13, da Central do Brasil, no Rio, junto do Presidente da República, no palanque, estavam comunistas e agitadores sobre os quais temos ordem desse comando para acompanhar-lhes as atividades.

Solicito informar se devemos continuar a acompanhar esses comunistas ou não, pois são amigos do Presidente."

De modo semelhante, foi enviado ofício ao General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, informando-o de nossa disposição de agir, preventivamente, para impedir qualquer movimento marxista. Esse ofício foi entregue em mão, por meio de um piloto amigo de um oficial da DC, pertencente a VASP (Viação Aérea São Paulo) ou Panair, não lembro direito qual a companhia.

O General Moacyr determinou que treinássemos o Plano de Segurança Interna. Na noite de 31 de março ele foi posto em execução e, em Campo Grande, ocupamos todos os pontos sensíveis previamente levantados.

Outro fato marcante no Rio de Janeiro foi a reunião de João Goulart com os sargentos, no Automóvel Clube do Brasil. Foi um vexame de indisciplina. Por muitos anos, guardei uma revista com uma reportagem sobre o episódio. Havia uma foto do Presidente com os sargentos, parecendo ser um time de futebol com goleiro deitado com a bola debaixo dos braços. Estavam sentados com o Presidente – como se fosse o treinador –, os uniformes em desalinho. O sargento deitado na frente do grupo – o "goleiro" – serviu comigo, mais tarde. Bom rapaz. Na foto, era um "menino novinho", um 3º-sargento inexperiente. Nunca soube que possuía essa fotografia.

O Exército vinha dividido, historicamente, desde novembro de 1955, entre "gregórios", a favor da posse de Juscelino, e "golpistas", contra a posse. Esses fatos causaram um impacto grande na Instituição e uniu-a. Ninguém aceitava a indisciplina; acabaram os "gregórios" e os "golpistas".

Em Campo Grande, existiam dois ou três oficiais defensores de Jango, embora nenhum fosse comunista, na minha opinião, mas poderia tornar-se um problema, e três sargentos e um subtenente que tinham participado daquela baderna

dos pára-quedistas no Rio, ligada à revolta em Brasília. A punição pela indisciplina foi a transferência para a 4ª DC. No dia 31, esses que eram de esquerda foram presos. Eles não foram cassados, porque nada fizeram; estavam presos e impossibilitados de agir.

Na tarde do dia 31, às 13h, ocorreu a reunião na DC. A decisão foi de apoio ao Movimento iniciado em Minas Gerais. Às 18h, ordens e mensagens estavam prontas para serem enviadas para todas as Unidades. O General Moacyr determinou a mim que informasse aos sargentos a decisão tomada. Na reunião que fiz com eles disse:

– Em face de tudo isso que vocês estão sabendo e acompanhando, estamos contra o Governo. A ordem do general é vocês armarem-se e equiparem-se.

Ordenei que se armassem primeiro que os oficiais, porque sabia da correção de atitudes dos sargentos e da interação muito grande existente entre eles e os oficiais. O mais antigo subtenente, evangélico, veio me dizer:

– Puxa! O senhor foi muito correto!

Esses foram os fatos que antecederam a Revolução, para nós, em Mato Grosso.

É bom recordar que, ao chegar em Campo Grande, com cinco filhos, descobri que não ganhava para morar em hotel; não ganhava para poder proporcionar três refeições diárias para a minha família. O Governo estava fazendo algo parecido com o atual momento, reduzindo o salário dos militares, para massacrá-los. Minha formação não aceitava trabalhar fora do Exército, e assumi o ônus de deixar minha família sem o reforço financeiro que poderia obter. Preferia dedicar-me às atividades de planejamento da 4ª DC.

A Divisão mantinha ligação permanente com o Comando do II Exército. O General Kruel, que havia recebido o ofício, ainda não dera resposta. Havia um pouco de dúvida entre nós. A atitude já havia sido tomada, mas como agir? Na minha opinião, um dos maiores líderes da Revolução, em São Paulo, foi o então Tenente-Coronel Rubens Resstel, sem demérito para a hierarquia de ninguém. O Resstel me contou que na noite de 31 de março, juntamente com o Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, então comandante do 4ª RI, depois foi ministro do Superior Tribunal Militar (STM), e outros oficiais foram falar com o Kruel, pedir-lhe uma definição.

As providências necessárias para o deslocamento da tropa para São Paulo já estavam tomadas. Recebida a ordem, ela seria cumprida de imediato. O presidente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Pedro Pedrossian, que depois foi governador, nos atendeu.

Informes chegaram, dando conta de uma possível concentração, preparada por Leonel Brizola ou seus seguidores, na região de Rio Brilhante, direção do Rio Iguatemi, para iniciar uma reação contra a Revolução. Deslocou-se um grupamento,

comandado pelo Major de Artilharia, meu amigo, Monção Soares, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), homem experimentado e tranqüilo. O grupamento era constituído de tropas de Cavalaria, Artilharia, Comunicações, Material Bélico, enfim, o que nos fora possível organizar. Monção foi para a fazenda indicada, chegou de madrugada e, de manhã, entrou. Encontrou sinais de treinamento de tiro, mas não havia mais ninguém.

Preparamos outro grupamento destinado a apoiar, se necessário, o Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos, designado para comandar o Batalhão sediado em Cuiabá. Câmara Sena recebia mensagens em código do Meira Mattos, informando a situação de seu deslocamento para Brasília. O Estado-Maior da 4ª DC acompanhou, desse modo, todo o movimento da tropa do Meira Mattos. Ele adotou processo engenhoso. Com apoio de um avião comercial tipo DC-3, cedido por civis favoráveis à Revolução, lançava seus pelotões em cidades alternadas ao longo do itinerário. Cada fração de tropa desembarcada prosseguia por terra até a próxima comunidade urbana onde havia pista de pouso. O avião voltava, para apanhar os que estavam por último, e transportava a tropa para outra parada. Desse modo, por lanços aeroterrestres ele chegou rapidamente a Brasília.

Enquanto a tropa comandada pelo Meira deslocava-se na direção de Brasília, a da 4ª DC permanecia pronta para atuar. Podia ser sobre Brasília ou sobre São Paulo. Sugeri ao General Moacyr:

– General, o senhor não vai empregar a tropa? Vamos registrar nossa presença.

– Não vamos gastar dinheiro à toa. Só se houver requisição. O transporte ferroviário é caro – respondeu o General Moacyr.

Fazer guerra com restrições orçamentárias não é fácil. Ele, acertadamente, não ordenou o deslocamento da tropa.

O Coronel Câmara Sena ligava-se com o Coronel Jayme Portella de Mello, no Rio de Janeiro. Não sabia, até que o Câmara Sena disse:

– Oliva, liga você para o Portella e diga a frase tal.

Era a frase de identificação; fiz uma ou duas ligações.

Há um detalhe familiar, para mim importante. Para ser bom em sua atividade o militar ou cidadão comum precisa de uma retaguarda em casa. Eu tinha minha mulher e cinco filhos. Disse, então, para minha esposa:

– Yara, o dinheiro que tenho é este aqui. Guarde-o. Se eu tiver que partir; creio que teremos uns três meses de luta armada.

Daria para comprar o mínimo necessário para alimentar as crianças. No quintal da casa que recebera tinha várias árvores frutíferas: manga, laranja, limão, goiaba e caju. Os meninos estariam garantidos com a minha esposa.

Na ocasião, ligaram para minha casa, duas ou três vezes, fazendo ameaças de morte. Certo dia ela respondeu:

– Vamos fazer uma coisa? Parem de ligar para mim, está bem? Porque se vocês forem matá-lo, matem pelas costas, porque de frente vocês não são homens para enfrentá-lo!

Nunca mais ligaram; ela liquidou a "guerra psicológica" que queriam fazer e foi importante, porque a mulher do militar sofre tudo isso com a gente. Às vezes, são mais fortes que nós, em certas coisas, têm uma capacidade, uma resignação e uma força moral muito forte como a minha teve e tem.

Na noite de 31 de março, os civis da Ação Democrática de Mato Grosso liderados pelo Mário Fragelli, médico, Agostinho Bacha, comerciante, Daniel Reis, mascate decidiram agir por conta própria. Prenderam todos os comunistas da área que poderiam criar problemas e os mantiveram em uma fazenda. Depois, quando tudo acabou, foram soltos. Não tivemos trabalho de prender ninguém.

A Revolução em Mato Grosso foi relativamente fácil. Nas guarnições não houve problemas. Em Porto Murtinho existia uma Companhia subordinada ao Comando da 9ª Região Militar (9ª RM), onde servia um dos líderes pára-quedistas. O Comandante da Companhia, menino inexperiente, colocou o sargento para dirigir a segurança da área. O General ordenou a remoção dos dois para Campo Grande. O tenente pela sua ingenuidade e o sargento pelo seu histórico. Foi uma medida preventiva. A revolução é como uma máquina, sempre fiz essa comparação, passa por cima de quem fica na frente. Ela não vê se é justo ou injusto. É assim mesmo que ocorre.

O término desse momento revolucionário foi marcado com uma cerimônia religiosa, ecumênica, no QG. O General Moacyr, acertadamente, preocupava-se com a orientação espiritual do soldado. Foi ele quem me emprestou o livro de Tão.

Logo no primeiro mês após a Revolução, uma farmácia, lá no centro da cidade, aumentou os preços dos remédios, em uns 100%. Um sargento chegou para mim e disse:

– Compro esse remédio há muito tempo e ele custa duas vezes mais do que custava; assim não posso pagar.

– Você não vai pagar.

Falei com o General, mandei um pelotão fechar a farmácia e colocar na porta da mesma uma faixa que dizia assim: "Fechada porque aumentou o preço dos produtos sem motivo. Assinado: Comando da Revolução."

Noutra oportunidade, o dono do bar da esquina – todo lugar tem um bar onde se toma o cafezinho, onde se reúnem os amigos –, aumentou o cafezinho, dobrou de 50 para 100, não sei, aumentou. "Fecha e coloca a placa." Mas só fechá-

vamos por 24, 48 horas, porque havia uma lei em vigor, pela qual se teria de justificar a ação perante a Justiça. Nós dávamos o susto e depois saíamos. Com isso, parou a onda de aumentos abusivos.

O ato era arbitrário, evidentemente, não vou nem discutir esse aspecto. Mas revolução é isso, é mais ou menos ilegal, então usamos a força em benefício da coletividade, não em proveito próprio.

O General Costa e Silva, dentre os revolucionários, era o mais antigo na Guarnição do Rio. Nomeou-se "Comandante do Exército Brasileiro", função que não existia. O cargo vago era de Ministro da Guerra, mas não havia Presidente. Ia ser ministro de quem?

Nesse contexto, Costa e Silva tomou atitudes políticas e militares. Colocou em vigor um Ato Institucional sem número, pois a idéia era um único ato, redigido com a colaboração de Francisco Campos; nomeou Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões, homem digno e qualificado intelectualmente, um grande economista. Castello Branco, depois de ser eleito Presidente da República pelo Congresso, manteve Bulhões no ministério.

Soube, mas não assisti, da divergência entre os generais Orlando Geisel e Costa e Silva, no início da Revolução. Costa e Silva, com firmeza e serenidade, substituíra comandos, para controlar as áreas mais críticas. Entre elas, sem dúvida, estava a Vila Militar do Rio. Recém-assumira seu comando o General Orlando Geisel. Para o Grupo de Artilharia Costa e Silva nomeou o Tenente-Coronel Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues, o "Pipoca", depois seria promovido a general. Homem firme, bravo e digno. O Fontoura era um companheiro que todos respeitavam, sobrinho do General Apolônio Fontoura Rodrigues, de Cavalaria, da minha turma. No quartel, Fontoura encontrou outro coronel no comando, indicado pelo General Geisel. Diante desse fato, retornou ao gabinete. Costa e Silva, de imediato, decidiu: "Não, eu já nomeei e está nomeado. Afasta-se o indicado pelo General Geisel." Surgiu, deste modo, um mal-estar. Às vezes, um mal-entendido gera confusão. Essa história foi-me contada pelo General Portella, que redigira a Portaria.

Em meados de 1964 fui convidado para instrutor da ECEME. Aceitei o convite, mas meu nome não constou da relação dos oficiais classificados. Concluí, com tristeza, que não fora nomeado. No início de 1965 o Coronel Jayme Portella de Mello convidou-me para servir no Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, em Brasília, na função de Assessor de Imprensa. Ocupei uma vaga aberta com o afastamento de vários companheiros, não só do Gabinete, mas, também, do Serviço Nacional de Informações (SNI), em função do problema surgido com a deposição do Governador Mauro Borges, de Goiás. Nunca soube quem me indicou.

A questão do Governador de Goiás causou mal-estar; Costa e Silva e Castello Branco ficaram irritados, mas não puderam reverter a situação. Afinal, a Revolução fora a responsável pelo ato. Um grupo de bons oficiais, a maioria do SNI, que estava sendo estruturado pelo General Golbery do Couto e Silva, começou a atuar. Foram a Goiás e pressionaram para depor o Governador, aliás um companheiro da Reserva, o que acabou acontecendo. Foi no final de 1964. Naturalmente, num momento de crise, não há limites; não se tem uma norma, um manual ou um regulamento, mas a iniciativa. Precisa-se contar com Deus e, quem sabe, com a sorte para não errar.

A atitude desses companheiros, a meu ver sem má-fé, porém impensada, não era do conhecimento daqueles dois chefes. Não quiseram desrespeitá-los, mas tal comportamento, indo de encontro a hierarquia e a disciplina que se buscava restabelecer, não podia ser aceito e foram transferidos.

Em ocasião anterior, Mauro Borges recebeu em audiência um tal de Tarzan de Castro, esse sim, um comunista atuante. Quando chefiava a 2ª Seção da 4ª DC, recebi o informe de que ele estava na minha área de segurança interna. Liguei para o Capitão Benedicto Dalton Ferraz Prates, um senhor oficial de Cavalaria que comandava o Esquadrão Motorizado, em Três Lagoas. Prontamente localizou, prendeu e fichou todos aqueles que estavam com Tarzan de Castro.

Esse moço, goiano, tinha vindo de São Paulo e contou que Mauro Borges pretendia iniciar um movimento contra Castello. Contaria com o apoio de Adhemar de Barros, um revolucionário, homem importantíssimo na Revolução, mas que tinha mudado de posição, segundo o que constava. Com a prisão de Tarzan de Castro logrou-se qualquer tentativa nesse sentido. Mauro Borges não era comunista. Pertencia ao Partido Social Democrático (PSD) e era muito ligado a Juscelino. Tentou reagir à cassação dele e, talvez, por isso acabou tendo o mesmo fim. Nessa história entrou o Coronel Danilo Mello que comandava o Batalhão de Goiânia.

Basicamente, creio, assim nasceu o grupo da "linha dura": homens honestos, sérios, mas sempre mais radicais em suas posições, ao longo dos tempos; muitos eram e são meus amigos e eu divergindo deles, pois amigo é uma coisa e posição política é outra.

No Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, como Assessor de Imprensa, perguntei ao então Coronel Portella:

– De que verba disponho?

– Que verba? Você tem que fazer o seu trabalho, mas não tem dinheiro!

Não havia um tostão. Hoje, a publicidade do Governo Federal dispõe de milhões de reais. Nem cadeira para sentar existia. Disseram-me: "Lá embaixo existe um depósito..." Fui procurá-lo, para conseguir o mobiliário necessário a minha

seção. Nessa ocasião aprendi como tinha sido a inauguração de Brasília. Abri o cadeado da porta de madeira rústica e vi várias mesas novas e bonitas. Olhava de longe, da porta, o depósito pouco claro; não havia energia elétrica. Abri as persianas das janelas. Vergonha e indignação tomaram conta de mim. Os móveis eram leves, balançavam ao menor contato, feitos de plástico sem a madeira. Roubalheira é o nome disso; licitação fraudada no Governo Juscelino ou de Jango.

Consegui uma mesa antiga e cadeiras, para poder receber os jornalistas. A sala era dividida com o Tenente-Coronel José Tancredo Ramos Jubé, Chefe da Assessoria de Relações Públicas do Gabinete e assessor parlamentar, por sinal, um grande militar. Depois, na fase da sucessão do Castello, passamos a trabalhar juntos. Até as 16h fazíamos a parte de relações públicas e de imprensa e das 16h às 21h íamos ao Congresso.

Aberta a sucessão, o nome do Ministro Costa e Silva naturalmente surgiu. Eu e Jubé identificamos uma campanha difamatória contra ele, uma série de anedotas deste nível: "Ele usa óculos escuros, porque ao ver o verde da grama, vai querer pastar."

Decidimos levantar a origem dessas piadas infames e maldosas. A melhor maneira de destruir alguém é fazê-lo via anedota. Ridicularizar através de um humorismo inteligente, porém difamante, é pior que uma bomba nuclear, destrói qualquer coisa. Aquilo me preocupou pois era publicado na Imprensa, minha área. As investigações descobriram que as anedotas eram lançadas nos corredores do Congresso, trazidas por um oficial – não vou dizer se da Marinha ou da Aeronáutica – da assessoria parlamentar. Ele foi seguido e descobrimos que freqüentava o Gabinete do Carlos Lacerda, na Galeria Avenida, no Rio de Janeiro, de onde as anedotas saíam. Lacerda estava preocupado com o crescimento da candidatura de Costa e Silva. Estou contando um fato; quem disser que não posso provar, é verdade, não posso, mas estou contando porque participei do episódio.

Devo dizer que levava as anedotas ao conhecimento do Costa e Silva, que as achava engraçadas e, até, ria. Após o despacho, sempre trazia as últimas anedotas. Era um homem duro, mas de espírito alegre. Gostava de ambientes descontraídos. Contava-lhe a verdade para que soubesse o que se estava fazendo contra ele.

Descoberta a origem ficou mais fácil o combate. Quando diziam que era imbecil, que se tratava de um boçal, que Costa e Silva não servia nem para sargento, imprimíamos uma fotografia dele e no verso colocávamos um currículo resumido. No final, esclarecíamos que Costa e Silva fora o primeiro colocado da Infantaria na Escola Militar de Realengo, mesma turma de Castello.

Entre os dois, dizia-se que Castello era o mais brilhante. A meu ver, Castello era mais culto, continuou a estudar outros assuntos, um homem de grande capa-

cidade para os estudos. Havia uma grande diferença entre eles. Um era gaúcho, alegre e extrovertido, nas horas de lazer; o outro nordestino, fechado e ranheta.

Eu admirava Castello, homem de espírito vivo, agudo, quase sarcástico. Ambos foram grandes homens e importantes como presidentes; cada um teve o seu momento. Até poderia dizer o seguinte: melhor teria sido primeiro Costa e Silva e depois o Castello. Castello Branco não era um revolucionário, mas grande chefe militar, e o Costa e Silva era o típico gaúcho da fronteira, apto a decidir rapidamente.

No Congresso, Jubé e eu provamos que ele era inteligente. Começamos a trazer parlamentares para conversar com Costa e Silva, com sua aprovação prévia. Jubé organizou um excelente fichário sobre os parlamentares, de modo que antes do deputado ou senador vir falar com Costa e Silva – a visita era agendada com antecedência e o parlamentar escolhido "a dedo" – ele recebia a ficha. O Ministro "derrubava" o visitante com o conhecimento sobre a atuação dele no Congresso.

Certa vez, levei Mário Covas. Infelizmente, agora ele está passando mal. Quando conheci o Mário, ele era o "Zuza". Nascemos na Rua Mariz e Barros, em Santos. Sou cinco anos mais velho do que ele; Covas e meu irmão, Waldir, que foi reitor da Universidade de São Paulo (USP) e hoje está em Portugal, na Universidade de Lisboa, estudavam, juntos com outros colegas, em nossa casa. Tivemos pouco contato, pois fui embora com 15 anos. No dia em que ele nasceu, minha mãe vinha me puxando pela mão, tinha ido buscar-me na escolinha; parou na casa do "Zuza", viu a avó materna dele e perguntou:

– Como está a Alzira? Está passando bem?

– Sim, está ótima – disse. – A parteira veio, nasceu um menino, é o Marinho.

Costa e Silva gostava dele. Quando comandou a 2ª Divisão de Exército (2ª DE), na capital paulista, tornou-se amigo do pai de Mário. Costa e Silva sempre gostou do carteado. Participavam de um grupo que se reunia em Santos, para conversar e jogar, cada dia na casa de um deles. Costa e Silva conheceu o Mário ainda menino, nessas reuniões.

Quando Covas elegeu-se, pela oposição, não tive dúvidas em levá-lo para conversar com Costa e Silva. Nós não participávamos das conversas e, assim, nunca soube o que se falava. "Zuza" saiu satisfeito. Fora muito bem recebido. Eu disse: "'Zuza', se abandonar certas idéias suas, penso que vai ser Ministro de Estado. Acredito que você vai ser Ministro da Educação do Costa e Silva; ele é candidato e você sabe disso."

Ele deu risada e tal. Podia falar isso com ele, não por ser um político, mas pelo fato de ter sido colega e amigo do meu irmão. Toda vez que ele me encontra pergunta pelo Waldir.

A Revolução foi caminhando. A habilidade do político brasileiro é uma coisa extraordinária, transforma água em veneno ou veneno em sapato e você nem vê, são

políticos muito hábeis, muito qualificados, para o bem e para o mal. O brasileiro é muito criativo, muito engenhoso, muito esperto para fazer as coisas e os políticos são brasileiros como nós.

Os políticos, de maneira paulatina, começaram a colocar as "mangas de fora". Eu e Jubé acompanhávamos as atividades políticas, no exercício de nossas funções, e tornou-se claro o envolvimento que faziam do Governo. Com manipulações, o colocavam cada vez mais "legal" e menos "revolucionário".

Castello pretendeu fazer um Governo sem "ondas". Queria consertar o Brasil e, rapidamente, transferir o Poder para um sucessor civil. Sua simpatia e a da maioria, eu me incluo, recaía em Carlos Lacerda. Reconheciam-no o melhor líder civil. Um grupo defendia o nome de Magalhães Pinto.

Constrangido, porque não era da sua vontade, Castello assinou o Ato Institucional Nº 2 (AI-2). Nesse dia, todos os integrantes do Gabinete do Ministro foram para o Palácio do Planalto assistir à sanção presidencial. Eu estava presente na sala. O objetivo era mostrar o nosso apoio. Queríamos que ele, no AI-2, dissesse: "(...)que tendo em vista dificuldades administrativas, o mandato Presidencial se iniciaria naquele momento(...)". Castello não aceitou e, a meu ver, cometeu um erro que gerou conseqüências históricas. Entendíamos que um mandato de cinco anos, além daquele um ano e meio que já se passara, ele poderia arrumar a economia, promover o desenvolvimento social e, particularmente, montar uma estrutura política. Era isso que queríamos que ele fizesse. Era isso que Costa e Silva queria e é importante saber, que Costa e Silva queria isso, mas Castello decidiu não prorrogar seu mandato.

Eles eram amigos, existia intimidade para brincar e discutir. Não presenciei Costa e Silva insistindo para que Castello prorrogasse a duração do seu mandato, só soube depois. Então, Castello impôs que escrevessem no AI-2 que não haveria prorrogação de mandato.

O AI-2 extinguiu os partidos, criando o bipartidarismo, e adotou uma série de outras medidas, mas o mais importante não foi feito, fruto do firme desejo de Castello, a reeleição do Presidente. Automaticamente, abriu a sucessão. Talvez, não tenha pensado nessa conseqüência.

Nesse momento, quando ele abriu a sucessão, Lacerda surgiu como candidato, mas Costa e Silva, também, passou a ser um nome poderoso, preferido dos militares e alguns políticos. Lacerda erradamente, a meu ver, resolveu fazer uma reunião em Portugal para criar a Frente Ampla, com Jango e Juscelino. Nesse instante, perdeu a confiança nele depositada. Disse a dois amigos dele, eram deputados, um foi o Padre Godinho, que está em São Paulo, homem sério, um bom deputado e outro, já falecido, Jorge Curi, deputado pelo Paraná:

– O Lacerda está louco, isso não é artigo que se escreva, é besteira o que ele está escrevendo sobre as Forças Armadas.

– Você não quer corrigir? – respondeu um deles.

– Não! Eu sou assessor é do Costa e Silva, não do Lacerda. Ele está se jogando contra nós. Tem mais, ele acabou de perder o apoio da área militar, com isso que está escrevendo. Diga isso a ele.

Lacerda era o nosso candidato, mas passou a atacar a Revolução, distanciando-se do apoio militar. Começou a errar e a "engrossar", justamente, quando Castello decidiu transformar a eleição em indiretas. Milton Campos, Ministro da Justiça, homem da mais alta dignidade, foi convocado para enviar mensagem ao Congresso, a respeito do assunto. Castello chamou Magalhães Pinto e Lacerda, dois líderes civis da Revolução, à Brasília, para contar-lhes. Nenhum dos dois recebera as acusações, justa ou injustamente lançadas sobre Adhemar de Barros, que foi essencial para a Revolução. Lacerda saiu do Palácio, chegou ao Rio e, na televisão, desafiou Castello a manter a eleição direta, já sabendo que seria indireta.

Tal atitude de Lacerda deixou Castello muito aborrecido. No instante em que Lacerda antagonizou-se com Castello, ficaram dois candidatos militares, Oswaldo Cordeiro de Faria e Costa e Silva.

Eu fizera um estudo dos candidatos possíveis. Na minha opinião, não sendo o Lacerda, Castello preferiria o Bilac Pinto. Nomeou-o embaixador em Paris, para evitar desgastes. Teria sido um grande Presidente, mas não teve condição por causa das evoluções internas. Outro que ele gostaria era o Pedro Aleixo, um homem da maior dignidade. Os dois, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, eram homens sem nada para criticar, inteligentes, cultos, capazes, firmes, democratas e do nosso lado.

Contudo, as circunstâncias fizeram aumentar a chance de Costa e Silva. O grupo do Castello ficou algo desarvorado e surgiu uma campanha contra Costa e Silva. O Coronel Jubé e eu, diariamente, conquistávamos novos apoios de parlamentares, graças a um trabalho de convencimento individual. Quando nós dois concordávamos que determinado parlamentar nos apoiaria, marcávamos numa relação que mantínhamos. Infelizmente, joguei fora essa minha relação.

Nós dois prestávamos conta do que acontecia no Congresso diretamente ao Ministro, quando estava em Brasília, e ao General Portella, nas oportunidades em que ele ficava no Rio. Era comum Costa e Silva permanecer um mês no Rio e 15 dias em Brasília; depois passou para 15 dias em cada cidade.

Assim, de forma progressiva, a candidatura de Costa e Silva consolidou-se. Conseguimos convencer a maioria absoluta do Congresso, mais de 80%, para o

caso de uma eleição indireta. Tudo isso, sem receber um tostão, nunca tivemos dinheiro para oferecer almoço, nem jantar, para ninguém.

Surgiu um início de antagonismo entre Castello Branco e Costa e Silva. Meira Mattos e Costa Cavalcanti foram a Brasília falar com Castello. Os dois não tinham compromisso com ninguém; eram amigos do Castello e nossos amigos, mais "castellistas" que "costistas", digamos assim. Disseram ao Presidente que deveria apoiar Costa e Silva. Foi a presença desses dois grandes brasileiros que influenciou profundamente a decisão de Castello em apoiar Costa e Silva. Faltando, aproximadamente, cinqüenta dias para a eleição, ele decidiu cerrar com Costa e Silva.

O grupo do Palácio queria Cordeiro de Faria, mas este não tinha condições. Era muito bom, não tenho nada em relação a figura dele, merecia todo respeito, mas não tinha força política no Exército. Costa e Silva tinha, mas faltava-lhe o suporte das outras forças militares. Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, era amigo pessoal do Castello e o Ministro da Marinha, também, era fiel ao Presidente. Quando Castello apoiou Costa e Silva, eles seguiram Castello. No Congresso e na área militar, o trabalho estava pronto para a homologação pelo Partido.

E por que tínhamos tanto apoio no Congresso?

Porque a política de Roberto Campos era recessiva, como a desses que estão, hoje, no Governo. Política recessiva nunca é boa para o paladar político. Os políticos sentiam-se mal com algumas medidas, algumas certas e outras erradas, como hoje. Uma coisa é você entender a economia do Brasil e a outra é a ensinada em Harvard. Em Harvard, aprende-se economia pela experiência e princípios americanos e não de nossa realidade.

Muitos parlamentares apoiaram Costa e Silva, para livrarem-se das medidas restritivas de Roberto Campos, do Planejamento, cujo apelido no Congresso era *Bob Fields,* justo o Roberto Campos, um homem brilhante. Eles sentiram que Costa e Silva tinha uma posição diferente de Roberto Campos.

O General Cordeiro de Faria lançou-se ou foi lançado candidato na prévia interna do Partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Conseguimos caminhar bem e, para não ficar mal, pedimos para votarem primeiro no Costa e Silva e em segundo no General Cordeiro. Não interessava o seu massacre. Tínhamos por ele grande respeito.

Houve a posse de Costa e Silva na Presidência da República. Não pude comparecer às solenidades, porque, no dia seguinte, haveria uma entrevista coletiva com a imprensa nacional e estrangeira. O trabalho de preparação das respostas deveria contar com quatro oficiais; três não foram, não vou citar os nomes, em virtude da

solenidade no Palácio e recepção no Hotel Nacional. Fiquei escrevendo as respostas para umas cinqüenta perguntas, mais ou menos, com a ajuda de dois oficiais do Gabinete do Ministro: um major lia o escrito a mão, corrigia e trazia-me para a revisão final e um tenente, da 2ª Seção, de confiança, datilografava.

Começando à tarde, o trabalho estendeu-se pela noite inteira, até as 5h da manhã. Nesse tempo não existia computador, nem copiadora, tudo foi rodado no "cachacinha", que era o mimeógrafo a álcool. Terminado o trabalho fui para casa, tomei banho e, na suíte presidencial do Hotel Nacional de Brasília, Costa e Silva recebeu o trabalho. Estavam presentes o General Portella, Chefe do Gabinete Militar; Rondon Pacheco, Chefe do Gabinete Civil; Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República; o Ministro Mário David Andreazza, além do Coronel Jubé e eu. Dona Yolanda, esposa do Presidente, também estava presente.

Fomos lendo, pergunta por pergunta, e sendo introduzidos os ajustes necessários – muda aqui ou muda ali. Pelo continuado contato, estava plenamente entrosado com as idéias do Presidente; ninguém estava inventando nada. Duas perguntas foram vetadas. Guardo, até hoje, os rascunhos da parte que foi impressa e daquele feito à mão, como testemunho de um tempo vivido.

Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967. Dias antes, o General Portella me disse que eu deveria integrar a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), no futuro, quando fosse transferida para Brasília. Continuaria, nesse interregno, no Gabinete do Ministro do Exército. Nunca pedi ou me prometeram algo, logo não estavam me devendo nada. Fiz o que eu achava que devia, o que considerava minha obrigação. No dia 22 de março, o Coronel Jubé telefonou-me, dizendo que por ordem do General Portella deveria me apresentar no Gabinete Militar da Presidência da República, no Palácio do Planalto. O Jubé me disse que havia muito o que fazer e precisavam de minha ajuda.

Na mesma tarde fui para o Palácio, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, em Brasília, sem mesmo conhecer meu chefe, meus colegas e a sede, no Rio de Janeiro. O General Portella tinha uma função cumulativa, era o Secretário-Geral do CSN e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Minha missão seria sintetizar todos os processos que viessem da SG/CSN do Rio e outros que interessassem à Segurança Nacional. O General Portella assim se expressou, bem ao seu estilo, ao definir minha atribuição: "Oliva, você pega essa papelada toda que veio do Rio e faz um estudo sucinto, de cada assunto, senão não dou conta de tudo isso." Chamava-se estudo sucinto quando a preparação da documentação para despacho presidencial era com poucas páginas; o outro modelo de estudo – especial – era elaborado com muitas páginas.

Crescentemente, a SG/CSN passou a ter atuação em algumas áreas consideradas estratégicas e mais críticas. Apontarei, a seguir, do Governo Costa e Silva, políticas, planos, projetos e ações de que tomei conhecimento direto ou conheci por fontes idôneas.

Uma vez o General Portella me chamou para dizer: "Você vai receber do Jubé uma documentação muito séria, vinda do Itamarati. Leia e apresente um parecer." Tratava-se da visita programada do Ministro Magalhães Pinto, para assinar o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares da América Latina, também conhecido por Tratado do México. Conhecia o assunto, tema de responsabilidade.

Só a relação dos documentos recebidos ocupava duas páginas. Solicitei e obtive prazo suficiente para um estudo cuidadoso. O Presidente aprovou-o – ainda tenho a cópia do estudo. Não cogitávamos usar energia nuclear para fins militares, mas defendíamos o direito de uso para fins pacíficos. Esse direito estaria claro no Artigo 18. Os Estados Unidos, com apoio do México, impunha sua posição sobre o uso da energia nuclear. A questão básica era saber se engenho nuclear seria considerado o mesmo que arma nuclear ou um artefato destinado a pesquisa nuclear pacífica e sem condições para ser empregado militarmente.

O Presidente Costa e Silva assinou o Tratado, dando a sua inteligência do Artigo 18. Deixamos bem esclarecido que entendíamos o compromisso como limitativo apenas do uso de arma atômica. Não aceitávamos armas nucleares na América Latina.

A posição defendida no Tratado do México serviu para a elaboração da Política Nacional de Energia Nuclear (PNEN), para fins pacíficos, analisada e discutida em 1967 e posta em vigor nesse mesmo ano. O estudo básico elaborado classificava o Brasil como um País potencialmente nuclear, porque nossa Nação tinha o minério, faltava a tecnologia.

Não foi fácil chegar-se ao anteprojeto da PNEN. Recebeu entre cinqüenta e sessenta emendas dos membros do CSN. Passou pelos ministérios para estudos e sugestões. Aproveitei muito o conhecimento especializado do meio universitário. Primeiro fiz um memento – oficial de Estado-Maior tem mania de memento, para depois fazer o conteúdo – e a seguir estabeleci a concepção, os objetivos, as atribuições e responsabilidades e as prescrições diversas. Uma revista francesa sobre energia nuclear tinha um índice muito semelhante ao procurado. O francês é tão cartesiano que o índice serviu para montar o memento.

Dentre os objetivos fixados na PNEN constou a pesquisa tecnológica do tório, além, é claro, do urânio. Nessa época, 1967, dizia-se que o tório seria um parceiro do urânio e não havia sido descoberto indícios de ocorrências importantes de urânio em nosso território, ao contrário do tório cujas reservas eram bem maiores.

A essa altura, fui designado para assessorar o Embaixador Araújo Castro, nas negociações visando criar um texto para o que viria a chamar-se de Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP). Antes, recordo sobre um pedido que chegou na Chefia de Assuntos Políticos, mais especificamente na Subchefia de Segurança (Interna e Externa) e Política Nuclear, onde trabalhava. O pedido, encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, era de Darcy Ribeiro, que residia na Tchecoslováquia, refugiado político, e estava com câncer no pulmão. Desejava morrer no Brasil. Reconhecemos ser mais que legítimo o que ele desejava. Houve uma condição: de que não participasse de atividades políticas. Ele voltou e realmente só foi atuar muito depois; não descumpriu aquilo com que se comprometeu. Era um homem culto e sério. Podia divergir dele, politicamente, mas no final da sua vida defendeu posições sobre antropologia e sobre o Brasil com as quais concordo.

Quanto ao TNP, viajei para Genebra, Suíça, em janeiro de 1968, local sede do Grupo dos 18 países encarregados de propor à Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o anteprojeto do mesmo. Como disse, assessorei o Embaixador Araújo Castro neste mister, extraordinário diplomata, homem de elevada cultura e patriotismo. Para mim, de todos os diplomatas que conheci, sem demérito aos outros, ele foi o melhor. Ficamos amigos, até ele morrer, cedo ainda, quando chefiava nossa representação diplomática em Washington. Foi uma pena.

Fizemos um trabalho muito bom. No fim da reunião quase todos os países – o Grupo cresceu de 18 para 30 países – apoiavam a posição brasileira, contrária à Rússia e Estados Unidos, que estavam aliados. O assessor militar da delegação americana, no passado fora Ajudante-de-Ordens do Presidente Eisenhower, ficou meu amigo. Ao final dos trabalhos ele me disse que o Brasil mudara de posição, em relação ao TNP, de *No, but* para *Yes, but*.

Estava certo, porque o texto imposto atendia aos interesses de russos e americanos. Tinham o apoio canadense e inglês; a França ficou neutra. Na verdade, era um jogo de cena para validar o acordo feito antes pelas duas superpotências, cabendo, pois, aos demais países, papel de meros figurantes ou, no máximo, retardar a aprovação. O assessor precedente da delegação brasileira em Genebra foi o Coronel Luiz Alencar Araripe. Li todos os seus relatórios.

Exemplo de que não aceitariam proposta alguma, o Presidente Costa e Silva redigiu, pessoalmente, uma das emendas ao TNP apresentadas ao Grupo dos 18, na reunião em Genebra. A idéia, nobre, era aproveitar o urânio resultante do desmantelamento dos estoques de armas nucleares pelos chamados países atômicos, de acordo com o espírito do próprio TNP, o qual deveria ser vendido no mercado

internacional e o dinheiro obtido usado para recuperar a economia dos países atrasados. Lógico, não foi aceita.

Sobre a energia nuclear no Brasil, gostaria de trazer algumas informações lastreadas na minha participação em diferentes eventos dessa área. Creio que importantes decisões foram tomadas para a evolução desse setor nos governos de Costa e Silva e Emílio Médici.

Primeiro, decidiu-se fazer pesquisa mineral. Hoje, o Brasil tem expressiva reserva de urânio detectada, particularmente no Nordeste. Naquele tempo, o conhecimento da presença de urânio restringia-se a Poços de Caldas-MG. Depois, foi a definição sobre o tipo de reator da primeira usina nuclear a ser construída no Brasil.

Acompanhei o Ministro Costa Cavalcanti, das Minas e Energia, representando a SG/CSN, na viagem de estudos aos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha e Inglaterra. Vimos que o melhor reator, mais confiável, para fins pacíficos, era o de água leve pressurizada (PWR) e urânio enriquecido. Escolhemos, então, esse tipo.

Devo registrar que, o estudo inicial sobre as diretrizes da política nuclear dividia-se em duas partes: para fins pacíficos e para fins militares. Ao lê-lo, o Presidente Costa e Silva ordenou o descarte da parte sobre a energia nuclear para fins militares. Disse: "Só quero política nuclear para fins pacíficos!"

Sob a inspiração dos fundamentos da PNEN, de 1967, foram feitas as primeiras análises sobre o avanço de diversos países no campo da energia nuclear. Dentre os diversos contatos internacionais, os empreendidos com a Alemanha frutificaram, vindo a concretizar-se com o Acordo Geral de Cooperação Tecnológica, assinado com aquele país, em junho de 1969, no Governo Médici. Costa e Silva havia morrido. Estava lançada a base da cooperação científico-tecnológica que iria permitir a assinatura do Acordo Nuclear, mais à frente.

A discussão sobre o tipo do reator a ser utilizado na central nuclear brasileira não foi nada fácil. Havia divergências entre os cientistas do Rio, São Paulo e Minas. São Paulo e Rio, rivais no futebol e em outras áreas, defendiam suas opiniões algo divergentes. Os mineiros queriam um reator a água pesada e urânio natural. A política nuclear aprovada descartava tal solução. Honra seja feita, era uma solução simpática à área militar.

Nos estudos contou-se com o assessoramento do brilhante cientista Hervásio de Carvalho, nomeado por Costa e Silva Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Ele orientava teses de pós-graduação na área nuclear, na Europa. Foi avaliada a solução do reator a água pesada e urânio natural. Naquela época, produziam água pesada a França e Canadá. O Canadá tinha construído uma grande usina de água pesada, no Ártico, e que redundou num fracasso. Hervásio

foi ver a usina, que tinha custado 100 milhões de dólares para ser construída e ia necessitar de mais 50 milhões de dólares, só para consertar as falhas apresentadas. Não havia recursos para isso.

A escolha do local recaiu na Região Sudeste, que se justificava plenamente. Quando criticam, é má-fé ou ignorância. A mais desenvolvida em termos industriais e próxima à costa para facilitar o transporte dos equipamentos pesados e aproveitar a água do mar para resfriamento. Havia deficiência de energia elétrica e a Região estava precisando de uma termelétrica de 300 mil quilowatts, além do potencial hidrelétrico. Decidiu-se que seria nuclear.

É preciso entender que as decisões são tomadas à luz do avanço tecnológico disponível e sob certos fatores. Naquela ocasião, dizia-se que o urânio duraria de 10 a 15 anos e o tório seria a alternativa para o seu esgotamento; ainda, que o reator para o próximo século seria o *Breeder,* para a transformação do tório em urânio. Caberia a Minas estudá-lo, e o Instituto de Energia Atômica (IEA), localizado na Universidade de São Paulo (USP) cuidaria do desenvolvimento de elementos combustíveis. O Rio cuidaria da usina do presente. Os esforços de execução da política nuclear seriam concentrados nesses três centros, sob coordenação da CNEN. A SG/CSN supervisionava o conjunto.

Regressara da Suíça, onde se desenvolveu a discussão do TNP, pouco antes do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Paramos os trabalhos referentes à energia nuclear e só mais tarde voltaria a ocupar a atenção merecida na SG/CSN. Nessa ocasião a chefia de Assuntos Políticos era dirigida pelo Coronel José Maria Covas Pereira, homem de absoluta confiança do General Portella. Em meados de 1968, fizemos uma avaliação da conjuntura da época. A análise da situação política apontava para um cenário provável, de futuro imediato, de previsão não-otimista. Levada ao conhecimento do Presidente Costa e Silva ele comentou: "De fato, a situação poderá agravar-se, mas a hora da decisão é minha atribuição pessoal."

O AI-5 surgiu quando enfrentávamos dificuldades políticas e havia um risco de ruptura militar, com as posições do General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, um patriota, nacionalista, talvez até em excesso. Ocupava o cargo de Ministro do Interior. Era um homem inegavelmente digno e sério, mas estava numa linha própria. Tinha proposto, no começo do Governo do Costa e Silva, que aquele que estivesse na função de ministro não fosse para a reserva, após dois anos, conforme a lei vigente. O Presidente Costa e Silva alertou-o que não iria mudar a lei do Castello, pois concordava com ela. Se quisesse continuar ministro, teria que passar para a Reserva.

Completados os dois anos, já com o AI-5 em vigor, voltou ao Costa e Silva e disse:

– Agora, o senhor pode fazer a mudança na lei.

– Gostaria que você permanecesse, pois é um bom ministro – disse Costa e Silva –, mas não posso promovê-lo. Se quiser ter quatro estrelas, volte para o Exército; se quiser ser ministro, vá para a Reserva.

Com isso, pediu demissão do cargo de ministro. Surgiu um mal-estar e gerou-se um antagonismo na área militar.

Considero o AI-5 uma correção necessária de rumos. Fez com que o Brasil crescesse, quando inseriram, na Constituição, normas sobre a Segurança Nacional. Creio que o AI-5 foi absolutamente necessário.

Com a doença do Presidente Costa e Silva e a sua transferência definitiva para o Rio de Janeiro, o centro das grandes decisões passaram para essa cidade. Fui mandado para a cidade carioca, a fim de compor o grupo que passaria a estudar os processos de cassações. Nunca se avaliou pessoas, mas os documentos. Só um detalhe, para mostrar o comportamento dos companheiros na Presidência. Todos os coronéis ficaram alojados no Corpo da Guarda, para não ser necessário sacar diárias de fora de sede. Arranchados no Palácio das Laranjeiras e dormíamos no Corpo da Guarda. Não havia outro local disponível. Estávamos estudando documentos sobre alguns políticos, mas não em hotel! Isso aparentemente não tem nada a ver, mas tem tudo a ver. Permanecíamos naquela situação para cumprir uma missão em favor do País, o que é completamente diferente de certas pessoas de hoje. Não se corria atrás de dinheiro.

Após uns três meses no Rio, voltei para Brasília e para a Política de Energia Nuclear. O local da central nuclear foi a Praia de Itaorna, em Angra dos Reis, litoral sul do Estado do Rio. Na licitação para a compra do reator venceu a Westinghouse. Exigimos que o financiamento fosse integralmente do estrangeiro, não tínhamos recursos para isso. A PNEN aprovada indicava uma usina somente.

Em 1967, levantamento de potencial hidrelétrico da Região Sudeste comprovou que havia potencial disponível, mas se o Brasil continuasse a crescer como se previa, em 1980, ocorreria uma crise de energia. Para resolver esse problema futuro, tínhamos duas soluções possíveis: fazer uma grande hidrelétrica ou uma usina nuclear. Se partíssemos somente para uma hidrelétrica grande no Rio Paraná, a Argentina poderia criar dificuldades. Se não saísse, oportunamente, faltaria energia em 1980.

A Argentina não aceitava a criação de Itaipu, porque significaria o desequilíbrio definitivo do poder econômico dos dois países. O risco de não construir Itaipu levou o País a construir a usina nuclear. Era a reserva estratégica para enfrentar a crise energética do Centro-Sul estimada para aquele ano.

Para que haja um entendimento da situação da energia elétrica no Brasil, em 1967, ninguém sabia qual era o nosso potencial hidrelétrico. Fizemos naquele ano

o primeiro inventário da Região Sudeste; nas demais regiões nada se conhecia. Mandamos fazer os outros levantamentos. Quando deixei a SG/CSN estavam terminando o do Sul e começando o do Centro-Oeste. Quando decidimos fazer Itaipu, foi uma luta difícil, porque interessava à Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina e ao Brasil; tínhamos que fazer concessões a uns e a outros.

O Presidente Castello tinha assinado um acordo, chamado Ata das Cataratas, com o Paraguai. Coube-nos prosseguir e implementá-lo, mas creio que o Ministro do Exterior errou. O texto baseou-se num princípio internacional segundo o qual o uso de rios contíguos internacionais gera direitos meio a meio. Poderíamos ter posto 70% ou 60%, pois iríamos financiar o projeto e seríamos os grandes consumidores. Honramos o que fora assinado.

Tanto a construção da central elétrica de Itaipu quanto o Acordo Nuclear com a Alemanha foram trabalhos conduzidos durante o Governo de Costa e Silva, enquanto vivo. O Presidente Geisel iniciou o enchimento da represa. A Argentina colocou toda a sorte de obstáculos ao projeto. Sabia que Itaipu iria desequilibrar o poder econômico em proveito do Brasil.

No título Segurança Nacional do Decreto-Lei Nº 200, aprovado em fevereiro de 1967 e que entraria em vigor no futuro Governo de Costa e Silva, constava a determinação de que incumbiria ao CSN elaborar o Conceito Estratégico Nacional (CEN). Este documento tratava das bases para a Política Nacional e os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Para poder cumprir esta missão, atribuída a mim, ao Coronel Emygdio de Paula e ao Coronel Covas Pereira, mais tarde, quando assumiu a chefia de Assuntos Políticos, buscamos todas as publicações da Escola Superior de Guerra (ESG); ninguém mais, no Brasil, tratava do tema. Lembro as palavras do General Portella: “Não quero que vocês inventem; vejam o que existe na ESG. Lá há pessoas qualificadas nessa matéria. Vocês são muito poucos.”

O CEN entrou em vigor e passou a orientar todas as nossas decisões no campo da Segurança Interna e da Segurança Externa. Com ele, o Brasil passou a ter um documento fundamental, um referencial maior que ordenou a ação governamental. Porque se existe um parâmetro geral, então existe um caminho, uma rota a seguir. O segredo do “milagre brasileiro” baseou-se neste fato: havia documentos que orientavam os trabalhos do Governo. Nada era feito de afogadilho.

Todos os ministérios passaram a adotar orientação coerente com o CEN. Na política nuclear, por exemplo, os Ministérios da Agricultura, Minas e Energia e das Relações Exteriores com interesses diretos no assunto, quando seus pareceres eram divergentes, a decisão era da Secretaria-Geral do Conselho, baseado no CEN.

Em nossa visita à Inglaterra, o ministro inglês disse ao Ministro Costa Cavalcanti: "Meus parabéns, vocês fizeram um documento importantíssimo, porque definiram tudo antes." A Inglaterra ressentia-se de um documento semelhante para terminar com o desacordo sério entre eletricistas e nucleares.

Em 1970, comandava o Grupo de Artilharia de Santos, afastado portanto das atividades da SG/CSN e recebi estudos da CNEN. Para mim houve erro, a meu ver, do cálculo da demanda de energia elétrica na Região Sudeste. Foi estabelecido que haveria um crescimento de 10% ao ano, o que significaria dobrar a capacidade instalada a cada 7 anos. Sabia-se que a taxa histórica de demanda anual de energia elétrica era de 7%; não sei como se chegou aos 10%. Nessas condições, a CNEN concluiu que seria obrigatório construir uma usina de um milhão de quilowatts ao ano, durante 10 anos, e que só poderia ser nuclear. Nessa época, iniciava-se a crise financeira, com o primeiro choque do petróleo (1973), advindo-se as conseqüências negativas dessa política.

Recordo as palavras do Chefe do Estado-Maior da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1986, quando da visita do *Royal College of Defence Studies,* de Londres, que freqüentava por designação do Ministro do Exército. Ele disse o seguinte: "Estamos orgulhosos, porque a OTAN cumpriu o seu papel de dissuadir os soviéticos de fazerem a guerra. Há 30 anos estamos cumprindo bem o nosso papel." Sua missão não é fazer a guerra, mas evitá-la.

Assim, pode-se constatar algo importante: enquanto os presidentes eram militares, não houve aumento brutal de recursos para investimentos na área de segurança. Era somente o imprescindível e Ernesto Geisel sintetizou a estratégia numa idéia, quando disse: "O máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável." Costa e Silva lançou "Segurança com Desenvolvimento." Forças Armadas fortes têm por missão fundamental não fazer a guerra, mas estarem, sempre, preparadas para ela em qualquer hipótese, em qualquer cenário. Sua missão é defender a soberania e garantir a integridade do País, em face de quaisquer óbices, sejam externos, sejam internos. O fundamental, é que devem estar sempre bem preparadas.

Em relação aos chefes atuais, considero muito difícil a posição deles, e isso eu respeito. Não era nada fácil naquela época, porém é muito mais difícil hoje. Por vários motivos que não interessam aqui, mas que conhecemos, sabemos quais são as causas que tornam o nosso orçamento pequeno. Esse orçamento, ainda que mínimo, tem que ser suficiente para que possamos dissuadir qualquer asneira interna ou qualquer pressão externa.

Lembrando o CEN, certo ponto estava escrito: "No caso do inimigo interno...". O Presidente Costa e Silva disse: "Não quero essa expressão. Coloquem adver-

sário interno. Brasileiro não é inimigo de brasileiro. Inimigo externo e adversário interno, isso é importante entendermos." Assim foi feito. Ajudamos a Nação a crescer, criamos uma infra-estrutura moderna e nova.

Não havia sistema de comunicações, no Brasil. Quando cheguei a Londres, em 1986, fiquei na Casa do Brasil, que era uma hospedaria apoiada pelo Itamarati. Era equivalente a hotel duas estrelas, mas resolvia o problema. O pessoal falava português e nos ajudava a procurar casa para morar. Assistia à televisão para treinar o inglês. Certa vez, vi uma propaganda, se não me engano, da *British Telecom*, na qual aparecia um escocês tocando uma gaita; ele largava a gaita, pegava um machado e cortava o poste de madeira que suportava fios e dizia o seguinte: "Hoje, a Escócia está ligada a Londres por microondas." Já havia microondas no Brasil, ligando Brasília a Porto Alegre. Eles estavam ligando a Grã-Bretanha, mas estávamos na frente. A evolução, hoje, na área de comunicações somente foi possível graças ao plano implementado pelo Governo, no período 1967-1969.

Outra obra fundamental feita no período da Revolução de 1964, que hoje "esquecem" de ressaltar, é a organização do serviço de Correios. Em 1973, foi considerado o segundo melhor do mundo. Os Correios eram dirigidos por militares. Começou com o Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, que estava em São Paulo, na época da Revolução. Juntamente com um capitão de Artilharia, eles receberam ordem de ocupar a agência paulista da Av. São João. Começaram a administrá-lo. Levaram, para ajudá-los, o Tenente-Coronel Oyama de Almeida, um goiano bravo que só ele, muito bom.

Como deram certo, foram efetivados. O Presidente Médici levou o Botto a reformular os Correios em todo o País, nomeando-o Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Nenhum deles ficou rico, nenhum deles teve conta no exterior, nenhum deles tem riquezas, vivem dos seus proventos da Reserva; eles cumpriram a missão com eficiência e honestidade e trabalharam com o que está hoje fora de moda: patriotismo.

Roberto Campos (Governo Castello Branco) elaborou um Plano Decenal. Nele ignorava a indústria de construção naval e a da energia nuclear. O Governo Costa e Silva decidiu incentivá-las. Nos transportes marítimos, o Governo implantou o plano proposto pelo Almirante Macedo Soares Guimarães, nomeado para a Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam). O Almirante era amigo do João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, presidente do Partido Liberal (PL), em São Paulo, paraibano, colega de turma do meu irmão, do mesmo ano, na Faculdade de Direito. Conhecia os meninos, eram uns anos mais jovens do que eu. Ajudava-os, orientando como enfrentar a União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava quase nas mãos dos comunistas. Antes da posse do Presidente Costa e Silva, João Pessoa disse-me:

– Oliva, conheço um almirante que tem idéias muito boas sobre construção naval.

Eu não o conhecia, liguei para o General Portella, disse-lhe sobre o Almirante Macedo Soares e que o João iria apresentá-lo, no Rio. Ele já conhecia o João e recebeu-os. Costa e Silva acolheu e aceitou a idéia. Com isso, foi elaborado um plano e baixados os decretos, em 1967, estimulando a construção naval e modificando o transporte de mercadorias do Brasil para o exterior e vice-versa. Os estaleiros estavam paralisados, sem encomendas, aliás, como estão hoje. Com Juscelino começaram a produzir navios de duas mil toneladas; mudamos e chegamos a construir navios de até 200 mil toneladas para o transporte de minério e petróleo. Passamos a ser um dos maiores construtores navais do mundo. Os principais estaleiros eram: Ishikawagima, Verolme, Mauá, Emaq, Caneco, Só e Ebin. Hoje, não temos mais transporte marítimo.

Nos transportes terrestres, iniciamos a acelerada construção de rodovias pavimentadas, atingindo no final do Governo Figueiredo mais de 100 mil quilômetros. A opção, naquele momento, foi absolutamente correta, na minha opinião. Os que criticam a prioridade pelo transporte rodoviário menosprezam alguns argumentos. O transporte ferroviário é mais barato se for de longa distância e de grandes cargas homogêneas a granel. Nos pontos de origem e destino as cargas precisam ser armazenadas para posterior distribuição por caminhões.

Deve-se entender a opção pelas rodovias no conjunto de ações estratégicas destinadas à retomada do desenvolvimento, em curto prazo. Por certos aspectos, fazer ferrovias, teoricamente, tornaria o transporte mais barato. Só que iria levar sete ou oito anos e não se dispunha desse tempo. Tinha-se que retomar a economia logo. Na opção pelas rodovias gerar-se-ia o surgimento de empresas privadas de transporte de cargas brasileiras e de microempresas de um só proprietário: os caminhoneiros autônomos. Foram oferecidos estímulos à produção de caminhões e concedidos financiamentos aos caminhoneiros, que passariam a ser donos de seus veículos. Foi oferecida condições de transportes terrestres muito boas, com rapidez e caminhões novos. O dinheiro que ganhavam com o frete pagavam os caminhões.

Foi assim que Costa e Silva resolveu o problema. Na fase da busca da solução entre rodovias e ferrovias, o Ministro Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, foi a Costa e Silva e disse:

– Se for mexer nas ferrovias, tem que demitir da ordem de 100 mil empregados.

– E onde eles irão trabalhar? – perguntou Costa e Silva – não quero que se ponha ninguém para fora do emprego.

E completou:

– Não posso fazer a reforma ferroviária. Quando esse pessoal cair na aposentadoria vai cortando-se as vagas, até que se possa fazer alguma coisa.

Quando chegou o final do Governo Médici, o País estava maduro para acrescer à matriz dos transportes algumas ferrovias reformadas.

O Sistema Ferroviário brasileiro, antigamente, caracterizava-se pela falta de planificação governamental e por ser formado de empresas quase todas privadas. Visando minorar a caótica situação criou-se a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), vinculada ao Ministério dos Transportes, grupando algumas ferrovias nacionais, com base na sugestão de uma missão americana.

Quando Costa e Silva assumiu, havia um problema sério. Nos governos de Juscelino, Jânio e Jango, a infiltração comunista nas ferrovias tornou-se muito grande. Na tradição histórica russa, foi no porto e na ferrovia que o comunismo afirmou-se, para conquistar a Rússia. Estavam tentando a mesma coisa aqui.

Ainda na área de infra-estrutura, o Governo Costa e Silva fez um esforço de pesquisa de petróleo no litoral da Bahia e do Rio de Janeiro, na Bacia de Campos. Ao preservarmos, constitucionalmente, em 1969, como patrimônio da União, a plataforma continental, visávamos o futuro. Começamos a perfurá-la em 1967, alugando uma sonda americana e criamos as bases para construção de plataforma com dois estaleiros, um no Rio de Janeiro e outro em Salvador. Hoje, o Brasil tem tecnologia para perfuração, inclusive, em águas profundas. Foi o Governo Costa e Silva que fez iniciar essa atividade estratégica pela Petrobrás.

No campo sensível da Segurança Nacional, estamos hoje diante da pouca eficiência das ações do Governo. A Constituição vigente, fruto do "revanchismo" que a caracterizou, seccionou a Segurança Nacional em duas partes distintas e isoladas e retirou do Exército a Segurança Interna. Criou-se a Segurança Pública, separada, sob a responsabilidade das polícias estaduais e da Polícia Federal. O Exército sempre considerou a Segurança com três círculos concêntricos. Segurança Pública é o inicial, de responsabilidade estadual e federal (esta em duas ou três áreas somente); em volta dela a Segurança Interna e por último Segurança Externa. Hoje, por influência do exterior, estão ampliando a área de atuação da Polícia Federal, a meu ver, erradamente.

Ao limitarem, na Constituição, o papel controlador das Forças Armadas quanto à Segurança, gerou-se o problema atual, cujas soluções esbarram na falta de lógica. O Exército coordenava a organização e os efetivos de pessoal, material, armamento e a própria missão das polícias militares (PM) estaduais. Talvez erradamente, vamos admitir, tenha-se dado, até pelas circunstâncias do período, uma atenção maior ao combate à subversão, para as PM. Porém, isto terminou há mais de 15 anos. A PM, como um todo, é reserva da Força Terrestre e, por isso, o Exército exercia essa função. Eu próprio inspecionei a PM em São Paulo, no Acre

e em Rondônia. Havia a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), mas os comandos das Regiões Militares coordenavam localmente. Hoje, nós estamos afastados. Porque a nossa presença era concreta, ao sermos afastados criou-se um vazio político e quem ocupou esse lugar foram os políticos. Hoje, o comandante da polícia para poder atuar, tem que obedecer ao deputado e "ai dele" se for contra o deputado do partido.

Retomando o problema político, e mais especificamente, a sucessão presidencial, nenhum dos presidentes militares quiseram continuar. O Presidente Costa e Silva, na minha opinião, queria Pedro Aleixo como seu candidato à sucessão. Era um estadista e um homem de dignidade, culto, grande político e grande jurista. Tinha sido Governador de Minas, deputado federal, líder do Governo e Vice-Presidente, mas as circunstâncias e a crise...

Um dos homens que lideraram aquela crise militar já morreu, não o estou criticando, apenas constatando historicamente. Quem quiser que dê o nome. Logo depois do AI-5, fui para o Rio trabalhar na comissão de cassação. Trabalhávamos no Palácio das Laranjeiras e morávamos no Corpo da Guarda. Raramente eu saía. Certa noite, já tinha terminado de jantar, quando chegou esse cidadão, um importante chefe militar e disse que queria falar com o Presidente. Ele estava à paisana e fomos lá em cima. Costa e Silva estava jantando sozinho. Fui até a porta, pedi licença e disse que o general fulano queria falar com ele. Costa e Silva disse:

– Entra fulano! Ué! Dizem que você está tentando me derrubar. É verdade!?

– Não Presidente, não sei o quê...

O diálogo aconteceu, mas eu, que era Tenente-Coronel, saí. Embora fossem amigos, era verdade; sabia de detalhes que envolviam aquele chefe. Não creio que ele quisesse, mas sei que ele seria o chefe se houvesse isso.

A luta política interna é complicada, particularmente quando envolvem Poder. O Poder embriaga. Sou contra a continuidade dos governantes, contra a reeleição e a ditadura, porque significa a manutenção de interesses de um Partido ou grupo que está no Poder. Partido não quer dizer o todo, mas uma parte do todo. No regime comunista o partido é o todo, é um só, entretanto no nosso regime existem vários. Quando um Partido está no Poder, a tendência compreensível é obter maiores vantagens para ele; não é o presidente, não é o governador, não é o "João", não é o "Manoel", é uma tendência lógica, porque ele é parte. Age dessa forma porque pretende continuar no Poder, às vezes, a preço muito alto para o povo.

Os nossos nunca quiseram repetir. Como disse, Costa e Silva queria Pedro Aleixo. Se não tivesse morrido, teria feito o maior Governo deste País. Na minha opinião, vinha se conduzindo muito bem. Tinha um Ministro da Fazenda, Delfim

Neto, que entendo ter sido o melhor analista, o melhor estrategista, o melhor condutor. Não o considero, no entanto, o melhor planejador. Delfim dá de dez a um nos outros, para não dizer a zero. Ele se destaca pela sensibilidade; tem um faro danado para as negociações internacionais. Não estou defendendo algo errado que ele possa ter feito, estou falando de suas qualificações.

Conhecera o Bulhões, do Governo Castello Branco, depois conheci o Delfim e o Mário Henrique Simonsen. Simonsen era, talvez, o mais culto de todos. Do ponto de vista da economia, era genial. Dava aulas na ESG, que eram um espetáculo. Porém não tinha apetite pelo Poder, não gostava, ele não queria ser ministro. Queria estudar economia, dar aulas na Fundação Getúlio Vargas, tocar piano e dirigir orquestra; seu *hobby*, assistir óperas. Era um homem de uma cultura notável. Em uma palestra na ESG, pedimos algo e ele apresentou muito além do que solicitáramos. Tudo muito claro, num português comum, não era "economês". Era um homem do maior nível, de uma grande correção de atitudes. O Delfim, além de ser bom, gostava do Poder e ficou muito amigo do Andreazza. Essa dupla trabalhou sempre junto, mas Costa e Silva não queria nenhum dos dois para presidente; queria Pedro Aleixo.

Médici não quis se preocupar com a sucessão, deixando-a nas mãos do Orlando Geisel, seu Ministro do Exército. Acabou escolhendo-se Ernesto Geisel, também, altamente qualificado. Era muito ligado a Golbery. Apoiou bastante o Petrônio Portela, Ministro da Justiça, brilhante, inteligente, qualificado, mas na comissão de cassação seu processo era alentado.

Vou encerrar contando algumas estórias que não estão na História.

A primeira, em Campo Grande, logo no início da Revolução. Mandamos um grupamento pequeno cumprir uma missão em Rio Brilhante, comandado por um aspirante, com uns vinte anos de idade. O jovem oficial saiu comandando seu grupamento e lá chegando os vereadores colocaram-no para presidir a sessão da Câmara. Quando voltou...

A estória seguinte é muito característica do Exército.

A Colônia Militar de Dourados é uma homenagem justa a Antônio João, está em nossa história:

"Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria."

Eram 15 brasileiros enfrentando três mil paraguaios, tinham que morrer. Mas nós não temos valorizado, como devido, Antônio João. O 10º Regimento de Cavalaria (10º RC), de Bela Vista, teve um comandante que se chamava José Cancello Santiago. Cancello era um gaúcho de São Borja, amigo do Getúlio, seu ex-ajudante-

de-ordens. Queria ser comandante de um RC e Getúlio nomeou-o. Foi o único comandante de Unidade nomeado por decreto presidencial; só poderia ser destituído por outro decreto do presidente. Portaria do ministro não serviria. Com isso, ele ficou mais de dez anos no comando e ninguém queria substituí-lo. A guarnição não era das melhores, o pessoal de Cavalaria achava bom, porque assim ninguém iria para lá. E o Cancello comandava o Regimento à moda dele. Visitei-o, como oficial estagiário de Estado-Maior. Fumava um charuto enorme, um charuto especial, ele acendia aquilo de manhã, apagava de noite e jogava fora, e no outro dia acendia outro, bem ao estilo do gaúcho da fronteira.

Pouco antes de ser transferido para o Gabinete do Ministro, em 1965, como E-3, fui ao 10º RC. Havia uma manobra, ele estava acamado e fui visitá-lo. Ele me disse:

– Oliva, me faça um favor. Estou sentindo uma dor forte, não estou muito bem.

– Vamos para Campo Grande – disse –, o senhor vai agora de avião, para tratar-se.

– Não! Eu não quero fazer nada disso. Oliva, minha mãe morreu, não tenho irmão, não tenho ninguém e não quero sair daqui. Só quero um favor seu. Comprei a Colônia de Dourados com meu dinheiro e quero doá-la para o Regimento. Quero que você regularize isso tudo para mim.

A Colônia de Dourados era uma fazenda particular. Respondi:

– Eu não sei como é que se faz isso, coronel.

– Mas eu quero que você faça.

– Está bom – concordei – então eu faço.

Esse homem comprou a propriedade para o Brasil homenagear a figura do Antônio João. Mais tarde, já na Reserva, conseguiu, não sei em que Governo, ser nomeado Diretor da Colônia Militar de Dourados. Ficou nessa função até morrer.

Estou homenageando o Cancello, que já morreu, porque ele merece, não vou falar dos defeitos, defeitos todos nós os temos, mas qualidades, a gente pode apontar as dos companheiros que merecem.

Noutra oportunidade, Cancello foi procurado por oficial da DC-1, uma Divisão de Cavalaria paraguaia, naquela região de fronteira, o qual lhe disse:

– Coronel, eu vim falar com o senhor porque o governo paraguaio vai construir um quartel aqui na fronteira, em tal lugar e...

– Não, aí não, tá errado – interrompeu –, aí não pode, é local muito ruim.

– Mas como não pode, coronel? – perguntou o oficial paraguaio.

– Não pode, já disse, está errado – disse firme o Cancello –, o lugar é outro.

O paraguaio atendeu-o e o local do quartel foi o Cancello quem escolheu. Ele era o líder da fronteira. Mudou o local do quartel paraguaio e isso é verdade. É claro que aquele oficial não levou essa questão ao Exército paraguaio. No limite

do Brasil com o Paraguai, naquela área, o nome do rio é Perdido, um rio que é perdido até no nome. Esse é o Cancello que merece ser homenageado, como muitos outros também merecem.

Minha terceira estória refere-se à época em que morreu aquele jornalista, o Vladimir Herzog. Era Chefe do Estado-Maior na 2ª RM e o General Antonio Ferreira Marques era chefe do Estado-Maior do II Exército.

O General Ednardo D'Ávilla Melo, em respeito ao Presidente Ernesto Geisel, nomeou o General Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, seu ex-assistente, para encarregado do inquérito; um general recém-promovido, que fora nomeado Comandante da Brigada de Caçapava, um brilhante oficial, meu amigo desde Capitão, mais antigo que eu três turmas. Homem de caráter, fez o inquérito com toda a lisura. À época, chegou para mim e disse:

– Oliva, estão aqui as fotografias do Herzog.

Por que ele me mostrou? Cerqueira Lima tinha um problema nos rins, uma virose, e todo dia depois do almoço necessitava descansar meia hora; tinha que deitar, pelo que passou a usar o meu apartamento, no QG.

As fotografias apresentavam o corpo pendurado e depois nu. Não apresentava marca nenhuma. Os legistas têm um método em que lavam o corpo e se existirem sinais de tortura, os sinais aparecem. Mas não havia nada. Ele enforcou-se com o próprio cinto – até então os presos ficavam com o cinto para segurar a calça, depois foi proibido, o preso tinha que segurar as calças com a mão. Perguntei-lhe:

– Cerqueira, alguém morre nessa posição?

– Oliva, eu não sei. Pedi para três médicos legistas me darem parecer, sobre se é possível alguém se matar dessa maneira. Os três afirmaram que sim. Nenhum preso ouviu nada, nem carcereiro, ninguém ouviu nada. O que eu tenho de concreto são os três pareceres dos médicos, logo concluo que houve suicídio.

Cerqueira Lima disse que para ele foi suicídio; até agora, com a prova que existe, documental, foi suicídio. Após o enterro, o "Estadão" publicou declaração do rabino – o Herzog era judeu –, que o enterro tinha sido antecipado por ordens superiores. Diziam que um capitão tinha dado essa ordem ao rabino. Nada disso tinha acontecido, fora notícia mentirosa.

Na ocasião, constou que a esposa dele ia aos colégios, de sala em sala, dizendo que o marido tinha sido torturado e morto. Começaram a promover greve estudantil. O Colégio Objetivo funcionava na Paulista e tinha cinco mil alunos. Seria uma loucura cinco mil meninos, nervosos na rua, à noite. Chamei lá em casa os dois diretores do Grêmio Estudantil e perguntei-lhes se sabiam de alguém que tinha visto ou falado algo. Disseram que não. Orientei-lhes, então, para avisar seus cole-

gas para terem calma e não fazerem bobagem; esperar o resultado do inquérito. Se vocês concordarem, tudo bem, se não, façam greve. Mas agora, não. Foi o único colégio em que não houve greve.

O General Cerqueira chegou a pesquisar a vida dele. Soube que Herzog estava em tratamento médico, era jornalista, atuava no jornal da TV Cultura. Politicamente, não tinha nenhuma expressão, na minha opinião pessoal. Alguém o prendeu, não sei o motivo. Aliás, não era a minha área. O Comando da 2ª RM só cuidava da corrupção de militares. Combate à subversão era com o Comando do II Exército.

Descobriu que ele estava em tratamento psiquiátrico. Dedução lógica, então, era um homem que provavelmente estava depressivo, em crise ou qualquer coisa dessa natureza; por ter sido preso, poderia ter se auto-sugestionado e cometido suicídio. Admito que a versão real seja essa, não estou dizendo que foi, eu não vi, só conheci a documentação.

Legalmente, no inquérito, ou você tem provas ou tem três testemunhas visuais, isso é da lei civil e militar. Se você não apresenta três testemunhas visuais, se não possui provas documentais, não pode condenar ninguém. Inegavelmente foi ruim para a Revolução, porque de qualquer modo justificou a posição dos líderes que eram contra nós.

A Revolução acertou muito e errou também. Eu diria que a Revolução acertou no atacado e errou no varejo. O grande erro da Revolução foi não ter feito outras coisas que poderia ter realizado. Não errou, basicamente, no que fez; o dinheiro foi gasto corretamente. O nível da dívida externa e interna cresceu imensamente, além disso, o patrimônio público foi liquidado.

Mas fizemos portos. Itaqui, no Maranhão, o maior porto de minérios do mundo, todo automatizado; o porto de Tubarão, no Espírito Santo, e a ferrovia ligando-o a Minas, para transporte do minério; o superporto de Rio Grande, que é o mais profundo porto do Brasil; reforma e modernização dos portos de Paranaguá e Santos.

Para que se tenha uma idéia do que se fez em Santos, era Comandante do Grupo e acompanhei o trabalho. Os japoneses optaram por construir uma via novíssima, mudando o sistema de tração para um mais moderno. Com isso, ao invés de levar três vagões, poderia levar seis, oito ou dez, era muito mais capacidade de tração. Os explosivos usados no serviço eram especiais e ficavam guardados no quartel.

Isso permitia multiplicar por muito a capacidade de escoamento do porto de Santos, mas só ele não daria conta. Então, foi construído o porto de Itapema, do lado de Guarujá. Aquilo tudo foi trabalho do Andreazza. Como se vê, fizemos os portos, fizemos a indústria naval, impusemos aos estrangeiros os acordos comerciais de

fretes: “Quarenta por cento do que sair do Brasil para seu país, nós transportamos, 40% do que sair do seu país para cá, vocês transportam, 20% é terceira bandeira.”

Ganhamos a hostilidade da Suécia, Noruega, França e Estados Unidos, que dominavam o mercado e o perderam. Recentemente, o atual Presidente abriu os portos brasileiros para a navegação estrangeira, na obrigação de ser Nação moderna. Mas isso não é modernismo, é “atraso de vida”. A Nação é incapaz de transportar seu comércio.

Então, diria que a Revolução fez muita coisa boa e falhou naquilo que não concluiu, que poderia talvez ter realizado.

Quero agradecer o convite para colaborar com o Projeto História Oral do Exército. É iniciativa que honra o Exército, procurar conhecer a nossa verdade, já que a dos outros tem acesso livre à mídia e a nossa nunca chega à imprensa. Muito Obrigado.

General-de-Brigada Euclydes Bueno Filho

Nascido em 15 de outubro de 1918, na cidade de Curitiba, capital do Paraná.

Cursos Militares: Escola Militar do Realengo, na arma de Cavalaria, concluído em 1937; Instituto Militar de Engenharia (antiga Escola Técnica do Exército), como engenheiro industrial e de armamento, feito em 1947; Curso de Informática, pelo Instituto Mackenzie de São Paulo, em 1981.

Principais Funções desempenhadas: Técnico da Fábrica de Itajubá; Diretor da Fábrica de Curitiba; Fiscal das Indústrias Bélicas, em São Paulo; Diretor de Projetos da INA (Industria Nacional de Armamentos); Comissão do canhão 127 polegadas, da Marinha Brasileira.

É membro da Academia Militar de Letras, onde ocupa a 17ª cadeira como acadêmico; é presidente da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz, da ONU; foi presidente do Conselho Consultivo do Círculo Militar de São Paulo.

É condecorado, entre outras, com a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de comendador.

Entrevista realizada em 4 de julho de 2001.

Tenho muito prazer em estar aqui.

Primeiramente, congratulo-me com os responsáveis pelo Projeto História Oral do Exército Brasileiro, uma iniciativa que permite ouvir a voz dos arquivos; eu mesmo um arquivo ambulante, com 82 anos e muita coisa para comentar. Com este projeto será possível reunir as experiências de vários colegas que vivenciaram a Revolução de 31 de Março de 1964.

Nessa data, estava em São Paulo, de licença, duração de dois anos, vinculado ao II Exército, cujo comandante era o ilustre General Amaury Kruel.

Naquela ocasião, II Exército; atualmente Comando Militar do Sudeste.

Quando pedi licença, era chefe da seção que cuidava da fiscalização das fábricas militares e empreendimentos ligados à indústria bélica.

No mesmo dia do desencadeamento da Revolução, embora de licença, apresentei-me. Fiquei no Quartel-General e presenciei alguns episódios ocorridos na época, sobre a atitude que o General Kruel deveria tomar em face das tropas que se deslocavam de Minas, no início do Movimento Revolucionário.

Nos preparativos da Revolução, integrava um dos muitos grupos de oficiais que a forjaram. Conversávamos, na busca da convergência de opiniões, com a comunidade civil, com a sociedade, mas não estávamos realizando qualquer tipo de incitamento.

Meu cunhado, mais tarde General na ativa, Coronel Raul Lopez Munhoz, era da Casa Militar; mantínhamos contato permanente.

Assim, também tomei parte na atividade logística de apoio e acompanhei tudo, todos os momentos críticos da Revolução.

O senhor poderia contar algo daqueles acontecimentos marcantes de 1962, 1963, a insatisfação popular generalizada visível no País e o que a motivou?

Vou reportar-me a isso, sem dúvida. Gosto de memorar – minha filha sabe disso e, às vezes, até me critica – pois creio que a história é importante; repito, transformei-me num arquivo ambulante, até por força de minha idade – de 82 para 83 anos. Vivi no Exército uma grande parte deles e, de certo modo, encontro-me trabalhando, ainda, pela minha Instituição.

Passo a discorrer sobre os episódios próximos ao dia 31 de março e os acontecimentos mediatos, manifestando minha opinião sobre aqueles momentos de incerteza e importantes decisões. É importante focalizar muitos aspectos e a série de articulações e ações que acabaram por desaguar no 31 de Março de 1964.

Um desses momentos críticos refere-se à posição do General Kruel, que era duvidosa. Ele titubeava entre orientar-se pelos repetidos alertas do General Castello

Branco e manter-se fiel à Constituição, o que considerava correto e acreditava ser o espírito do Exército.

No dia 31 de março, à meia-noite, aconteceu o diálogo entre o Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, e o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Afirmam que o Doutor Adhemar de Barros disse ao general que caso ele não se decidisse a favor do Movimento contra Goulart, já iniciado pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, ele, Adhemar, iria colocar a força policial do Estado contra o Exército.

Que naquele tempo era a Força Pública de São Paulo.

E que estava bem armada e muito bem preparada. Mas não acredito, pelo caráter do general, homem íntegro e de uma estrutura profissional fantástica, que fosse decidir sob ameaça. Certamente, pesou tudo numa balança, porque todos nós, já experientes nos postos de oficial superior ou de general, estudamos as alternativas, considerados todos os fatores, e tomamos uma decisão. São os passos do processo decisório. E no meio do caminho, se estiver errado, você retoma o processo.

À meia-noite, ele aderiu à Revolução e deu a ordem para que seus comandados partissem na direção de Resende, em apoio às tropas dos generais Mourão e Guedes, contra as do I Exército enviadas pelo General Armando de Moraes Âncora, meu antigo Comandante de Esquadrão, na Escola Militar e em Três Corações, Minas Gerais. Um oficial digno e cumpridor de seus deveres.

Tropas do I Exército a favor do Presidente João Goulart.

A favor da Constituição, essa que é a verdade. Mas nesse momento, graças a Deus, e pelo espírito do povo brasileiro, prevaleceu o diálogo, e a Revolução venceu.

Sem derramamento de sangue, foi evitado o choque de forças militares.

Entendo que as causas da Revolução de 1964 começaram a aparecer em 1922, com o episódio dramático dos 18 do Forte de Copacabana e, a seguir, as primeiras revoluções. As investidas comunistas agravaram o ambiente. Depois, cresceu, cresceu, até explodir no dia 31 de março, sob a influência direta dos acontecimentos do dia 13 de março, quando se deu o famoso comício da Central do Brasil liderado pelo Presidente João Goulart, perto do Panteão de Caxias.

Tenho uma opinião pessoal sobre Luís Carlos Prestes que não preciso detalhar. De qualquer forma, revelou-se um integrante pernicioso do Exército. Aceitava subordinar o Brasil à União Soviética.

Em 1924, tinha seis anos de idade, nascendo para a vida, já ouvia falar sobre tudo isso. Meu pai era 1º-Tenente de Artilharia, quando comecei a dar os primeiros passos na política. Em 1930, com 12 anos, iniciei os estudos preparató-

rios para a Escola Militar. Criei-me dentro da caserna. Papai me levava às 6h da manhã para o quartel da 7ª Bateria de Artilharia de Costa, em Macaé. Lá, adolescente, acompanhava o dia a dia dos soldados, participando da rotina do quartel; assim vivenciei a Revolução de 1930. A onda dessa revolução trouxe Getúlio Vargas e derrubou o Governo de Washington Luiz. O Ministro da Guerra era o General Leite de Castro (José Fernandes Leite de Castro). Aliás, quando os revolucionários passaram por Macaé, papai aprestou o Forte e adjacências para suportar a forte pressão que se avizinhava.

Mas Prestes já realizava sua insidiosa tarefa de preparar o golpe comunista. Em 1932, irrompe a Revolução Constitucionalista, contra a qual o papai combateu. Embora tenha uma opinião formada sobre a mesma, certamente é um movimento sobre o qual não cabe qualquer comentário no curso desta entrevista.

Depois veio 1935; com 17 anos, cursava o 1º ano da Escola Militar. No dia 27 de novembro desse ano, às 2h da madrugada, tocou o alarme; eu era atirador da metralhadora Hotchkiss.

Isso como cadete?

Cadete do 1º ano de Infantaria da Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), o meu Comandante de Pelotão era o Tenente Claraz e o Capitão Bittencourt, Comandante da Companhia. Fomos deslocados para o Campo dos Afonsos, fizemos o cerco, sendo a primeira tropa que lá chegou.

A Intentona Comunista de 1935 começara em Recife, espraiara-se para Natal e depois, no Rio, irrompeu no 3º RI, na Praia Vermelha.

Onde morreram vários companheiros.

Sim, morreram vários militares.

Eclodiu também no Campo dos Afonsos (Escola de Aviação Militar), porque os comunistas queriam usar os aviões para bombardear o Palácio do Governo. No Campo dos Afonsos os cercamos e recebemos ordem para atirar.

Com 17 anos de idade.

Lá embaixo, uma bagunça danada e nós atirando de uma posição dominante, tiro real, é lógico.

Mas o fato é que da Escola Militar do Realengo participaram vários companheiros, muitos já falecidos. Alguns ainda estão vivos, aqui em São Paulo. Foram presos na ocasião o Capitão Agliberto Vieira e outros revoltosos.

Que eram comunistas.

Sobre esses acontecimentos há alguns fatos. Um tenente de Cavalaria, um dos revoltosos comunistas, desviou o pelotão dele para outro lado e veio combater contra os colegas. Esse tenente, cujo nome não lembro, acabou desaparecendo e só

me recordo de que era de Macaé; ora, como vivi em Macaé, conhecia a família dele. O Tenente Danilo Paladini, da Infantaria, recebeu a senha para ir ao pátio da Infantaria da Escola de Aviação, e morreu no local com um golpe de baioneta nas costas. Um outro oficial, o Tenente Bragança (Benedito Lopes Bragança), cujo irmão era meu colega, foi morto pelos "vermelhos" enquanto dormia.

Certo é que, a partir de 27 de novembro de 1935, o quarto do oficial de dia, que era vulnerável, no Corpo da Guarda da Escola do Realengo, foi reformado. Quando saí Aspirante, em 1938, já encontrei o quarto do oficial de dia todo modificado, reorganizado.

Voltando à Intentona de 1935, os comunistas vitimaram vários companheiros nossos, como o Major Misael de Mendonça, assassinado na Praia Vermelha, no 3º RI; em Recife morreram vários outros e no total foram presos mais de 700 revoltosos. Sou testemunha da prisão do Capitão Agliberto Vieira. O General Mascarenhas de Morais, Comandante da Escola Militar, reuniu os cadetes e expôs o Capitão Agliberto, aquele traidor.

O General subiu ao palanque e disse:

– Está aqui este canalha que matou o Bragança!

E o Alcindo, meu colega, que se encontrava ao lado – todos os cadetes reunidos – perguntou:

– O que faremos com esse abjeto?

– Lincha! – respondeu a turma.

O General Mascarenhas não ia deixar linchar, mas o Agliberto Vieira ajoelhou-se e pediu misericórdia, dizendo:

– Pelo amor de Deus, não me entregue a essa turma!

Mas quando assassinou o companheiro, não teve misericórdia nenhuma.

Mas não foi só isso. Em Curitiba um oficial, também, assassinou o outro; entrou na sala do Major Comandante do Regimento de Artilharia, e o matou, dizendo "você não é da nossa!"

Então, isso veio se acumulando.

Em 1938, já aspirante, em Três Corações, no quartel do 4º Regimento de Cavalaria Divisionário (4º RCD), tirava serviço de oficial de dia; o Corpo da Guarda estava preparado para defesa contra uma possível ação comunista daquele tipo. Usávamos senha para receber ordem de prontidão. Eu tirava o serviço sem dormir, e meu pai insistia:

– Você não dorme em serviço!

Papai nessa época era major; eu ficava encostado, de pé, sem dormir.

De olho aceso.

E era preciso mesmo. Certa vez, às 2h da manhã, tocou o telefone, aquele aparelho de manivela, e era o Coronel-Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, de Juiz de Fora:

– Quem está falando?

– É o Aspirante Bueno, oficial de dia – respondi.

– Deus me livre! – exclamou – Como se pode colocar um aspirante inexperiente como oficial-de-dia?

– Coronel, não tinha tenente e então me escalaram, mas vou procurar atendê-lo. O que é que o senhor manda, qual é a sua ordem?

– Estou desesperado, estamos perdidos, pois um bloco de integralistas assaltou o Palácio Guanabara e o Presidente Getúlio Vargas está cercado.

E acrescentou:

– Os integralistas do Plínio Salgado, o Severo Fournier, preposto dele, e do outro lado o Prestes; fizeram uma sociedade, uma associação maléfica. E o Getúlio está lá atirando, a Alzira Vargas atirando...

– Tudo bem, qual é a ordem? – voltei a perguntar.

– Vai até o cofre e pega a senha.

Cheguei lá, abri o cofre e encontrei um envelope: era prontidão rigorosa. O quartel do 4º RCD, onde hoje se encontra a Escola de Sargentos, fica no interior de um vale, numa alça do rio, totalmente dominado pelas elevações. Bastam duas metralhadoras para liquidarem o quartel.

Então imagine, eu aspirante, com 19 anos de idade, que não é a idade de amadurecimento, ainda; chamei os sargentos, o pessoal do meu pelotão, no qual tinha confiança e tomamos as providências.

Agora, havia tanta dúvida quanto à lealdade de alguns oficiais que o Major Epifânio Alves Pequeno, o Subcomandante, não veio ao quartel. Mandei uma viatura buscá-lo, o cabo voltou e disse-me:

– Ele falou que não vem.

– Paciência, é problema dele – pensei.

Mas, como dizia, o Coronel me ligou e tomei as providências. Desloquei metralhadoras para as cotas superiores que dominavam o vale e conseguimos segurar a revolução lá. Aí voltei, liguei para o Coronel, que falou:

– Até que enfim, um Aspirante esperto, porque o senhor tomou todas as providências e inclusive está me telefonando para confirmar na hora.

Foi um fato positivo.

Ocorreu tudo isso, dominamos a situação, mas persistia a desconfiança e o temor, ainda conseqüência de 1935. O Major acabou vindo, mas sabe como ele

entrou no quartel? Como havia recrutas, era maio e estávamos em plena fase de instrução, ele pulou o muro. Em Três Corações existiam umas árvores bonitas, azaléias; de repente o sargento percebeu um vulto, apontou a metralhadora para ele, que se aproximava e, quando deu outro lanço, alertei:

– Alto lá! Se der mais um passo nós atiramos!

Aí ele veio de mãos erguidas, quase morreu do coração. Bom, isso foi em 1938.

Durante a Segunda Guerra Mundial, servia no Sul e percorri parte dos caminhos trilhados por Luís Carlos Prestes, atravessei o Rio Uruguai, no trecho lindeiro entre o Brasil e a Argentina, e entrei no território vizinho.

Conto hoje esse fato aqui, antes reservado, mas agora liberado. Recebi a missão de penetrar na Argentina, percorri uns 100km, sem falar castelhano, mas a ordem era ir, fui fardado, com um poncho daqueles típicos, acompanhado de um sargento e um civil, que era jagunço na fronteira.

Fiz um levantamento do itinerário, um detalhe impressionante na época da guerra; havia dúvida de se a Argentina viria ao encontro do Brasil, com a vitória dos alemães na África. Após Dacar, prestes a cair nas mãos deles, tornar-se-ia possível o ataque ao Brasil, por Fernando de Noronha e Natal.

Então o senhor foi escalado para fazer um reconhecimento em território argentino.

Sim, no tempo da guerra, essa foi a minha missão. Servia em Curitiba, no 5º Regimento de Cavalaria Divisionário (5º RCD), e o Coronel Teodureto, que era o nosso chefe, leu uma mensagem do Estado-Maior solicitando dez tenentes voluntários para a ação na fronteira. Se não aparecessem os dez, ele deveria escalar. Então, 15 se apresentaram e fui para São Luís das Missões. O que fiz lá? Deixei a minha primeira mulher e a minha filha de três meses em São Luís das Missões e fui para São Nicolau. Eram 200km de distância e lá fizemos uma patrulha tipo "Vai e Vem" que fazia movimentos erráticos. Estivemos no 1º RCI/Santo Ângelo, no 2º RCI/Santiago do Boqueirão, no 3º RCI de São Luís das Missões e no 4º RCI de São Borja, onde ficava o reduto de Getúlio. Fiz 600km, incluindo a Argentina, a cavalo, na fronteira, e a pé na Argentina. Saía e entrava na Argentina às três horas da manhã, porque precisava fazer o levantamento de itinerário, nunca mostrei o papel para ninguém, aquele papel devo ter guardado em algum lugar.

Lembro que o Brasil entrou na Segunda Guerra depois do massacre na orla marítima, quando os submarinos alemães torpedearam nossos navios que navegavam indefesos. Nossos canhões no litoral não tinham alcance suficiente para atingi-los. Por ser de Cavalaria, a convocação ficou para o último escalão, mas da Infantaria muitos foram; perdi vários companheiros que morreram na Itália.

Bem, veio a guerra, na realidade muitos em nosso País eram favoráveis à Alemanha, uma boa parte do Governo agia dessa forma, o Getúlio Vargas, talvez inicialmente, tendesse para os teutos.

Pelo menos era simpático à causa nazifascista.

Por que ele era favorável? Analisamos isso em várias conferências, em vários estudos estratégicos. Favorável por quê? Porque se tratava de um ditador, o Mussolini era o ditador na Itália, o Hitler na Alemanha e o Stálin na Rússia, quer dizer, um modelo falso de sucesso, mas por dentro estava tudo podre. Getúlio queria fazer aqui a mesma coisa, era o caboclo querendo copiar o modelo estrangeiro da ditadura.

Mas, naquela época, o comunismo continuava firme em suas ações, tanto que o Governo prendeu a Olga Benário, esposa do Luís Carlos Prestes, que estava grávida e em ato deliberado, entregou-a nas mãos dos nazistas que a enviaram para os campos de concentração, sem dúvida um inferno.

Ainda durante a guerra, prenderam o Severo Fournier, um integralista militante, oriundo da Cavalaria; morreu tuberculoso de tanta penúria na prisão, no posto de Capitão; o irmão dele serviu comigo em Três Corações; eram de uma família importante, mas para mim procedeu como um louco.

O Luís Carlos Prestes voltou para a Rússia e daquela turma toda de comunistas cada um foi para o seu lado, mas sem desistir de seus propósitos no Brasil.

Quando chegou a década de 1960, agravavam-se os problemas sociais e tiveram início as inversões de valores. Veio a eleição do Jânio Quadros, tendo como Vice João Goulart. Quando Jânio renunciou, Jango assumiu a Presidência do Brasil.

No episódio em que tentaram impedir a posse de Jango como Presidente, lá no Sul, o General Machado Lopes, Comandante do III Exército, posicionou-se favoravelmente à sucessão, conforme a Constituição. Machado Lopes receava transpor os limites da legalidade, pois respeitava o princípio que está sedimentado em nossa formação, preservar a Lei Maior do País.

João Goulart sempre foi visto como de esquerda por nós do Exército. Com ele começaram os desmandos. Sempre soube de tudo por trás dos bastidores porque um irmão da minha cunhada, o Badger Silveira, era Governador do Estado do Rio de Janeiro. Também participou, no dia 13 de março, do comício que fizeram, de propósito, junto ao Panteão de Caxias; assim entraram diretamente para o "vermelho", queriam nos colocar como um satélite a mais da União Soviética. (O Silveira foi deposto e preso posteriormente.)

Outros fatos ocorreram na Marinha e no próprio Exército. Na Marinha, por exemplo, os oficiais foram jogados ao mar pelas praças comunistas, usando inde-

vidamente as divisas, que macularam de forma sórdida. Também havia general comunista e eu até servi com um em Curitiba, bem como um major comunista que, inclusive, assinava livros, folhetos, panfletos etc...

Voltando ao comício de 13 de março, estava presente, também, o então Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro.

Recordo do Almirante Aragão, notório comunista, que costumava aparecer abraçado com marinheiros. Uma promiscuidade total!

Não se pode agir assim. A hierarquia tem que ser mantida e ele não só saía abraçado como era conduzido nos ombros dos marinheiros; uma verdadeira baderna.

Era a inversão da disciplina e da hierarquia, valores imprescindíveis às Forças Armadas de qualquer país. Aliás, são pilares básicos sem os quais ocorre a falência de qualquer atividade humana.

Perto do 31 de março, estava em São Paulo e, num fim de semana, ia para Guarujá, quando, ao parar na Praça da Independência, debruçou-se na porta do meu carro um camarada e disse-me:

– Essa "mamata" vai acabar!

Era o prenúncio da revolução. Embora de licença, estava a par da corrente dos acontecimentos, integrando um grupo que trocava informações, tendo como ponta-de-lança o Raul Lopes Munhoz que, na época, era Coronel de Cavalaria, como já citei.

Fazíamos o nosso trabalho, captando opiniões e nos preparando devidamente. Felizmente, dentro desse quadro da total falta de disciplina, total inversão de valores, tínhamos um eminente militar, o General Castello Branco que, nessa ocasião, era o Chefe do Estado-Maior do Exército (ele foi meu superior na Escola Militar). Em 1964, Castello idealizou a Revolução, cujo planejamento era fantástico.

Não chamo de "golpe", pois foi uma ação regeneradora, mas a mídia, atualmente, de propósito, desvirtua tudo. Falam em "golpe militar", mas não houve nada de "golpe militar". Quando usam essa expressão me irrito, porque não foi nada disso. O Exército apenas cumpriu a sua missão prevista na Constituição, de salvaguardar as Instituições, a Lei e a Ordem.

Na verdade, o Movimento de 1964 trouxe o País de volta à normalidade democrática e constitucional.

A Revolução fortaleceu os princípios saneadores e moralizadores. O Presidente Castello Branco promoveu a depuração na hora certa. Acercou-se de homens justos, nos lugares corretos e em princípio para durar no máximo, quatro anos. Estava olhando por um prisma progressista e não retrógrado; queria entregar o Poder aos civis, o mais cedo possível.

Qual foi o grande mérito do Marechal Castello Branco? Depurou não só nas Forças Armadas mas em toda sociedade: política, civil, empresarial, trabalhista, econômica, não poupou ninguém, comunistas e corruptos.

A corrupção é outra história triste que vivemos, especialmente no campo político. Dificilmente você vê isso no Exército ou nas Forças Singulares, pois nossos princípios são rígidos.

Lembro-me de um episódio em Curitiba, quando ocupava o cargo de diretor da Fábrica de Viaturas do Exército. Nessa ocasião, Major de Cavalaria, tinha passado a Subdiretor, e veio um tenente-coronel de Engenharia, mais antigo, embora de turma de formação mais moderna. Naquela época, havia essa disparidade, pois a Engenharia promovia mais rápido. Ele me chamou e ordenou:

– Você vai vigiar o Major Dória.

Major Dória, de Cavalaria, engenheiro químico que servia lá.

– Vigiar o Major Dória, Coronel?

– É isso mesmo, vocês são amigos, também de Cavalaria, freqüentemente se visitam, os seus filhos vão lá brincar com os filhos dele e quero que você o vigie.

– Não! Primeiro, não sou da 2ª Seção – neste caso seria funcional e não pessoal. – Estou seguindo o regulamento, a norma. Então, não posso fazer isso!

– Então, vou mandar a ordem por escrito.

– Não faço! – retruquei.

– Você está preso!

Deu-me voz de prisão. Falei:

– Dê-me licença Coronel, vou me queixar. Não estou mais sob suas ordens, vou me apresentar no Quartel-General (QG).

O Aurélio de Lyra Tavares, se não me engano, era o Comandante da Região Militar, naquela época. Fui ao QG, apresentei-me ao General e expliquei:

– General, o Coronel quer que eu espione as ações do Major Dória, mas eu não sou o S/2.

– Ele não pode fazer uma coisa dessas – disse o general.

Era simples perceber como o comunismo estava infiltrado. O meu chefe era comunista, havia um general comunista; não o Comandante da Região, mas um general subordinado ao comando da Região.

Claramente, ocorria infiltração comunista no Exército; você encostava no sargento, o camarada era comunista, o outro soldado era comunista.

Isso em 1964?

Não, isso tudo antes de 1964, nos anos precedentes. Em 1964, atingiu o ápice e no dia 31 de março ocorreu o que a mídia chama de golpe, mas não foi nada

de golpe. Apenas, a reação cívica do Exército, das Forças Armadas, que tiveram a coragem de restaurar a Constituição.

E o que dizem da Revolução? Ela produziu coisas boas e sofreu acidentes de percurso. Temos que ter a coragem de falar o que é bom e o que é ruim, mas a resultante final é ótima.

Fizemos Itaipu, tomei parte na construção de Ilha Solteira, recebi uma medalha de prata, quando fizemos o primeiro concreto sob refrigeração. O primeiro concreto refrigerado foi o de Ilha Solteira e eu dirigi o grupo que fez isso, uma equipe composta por um americano, um inglês e um brasileiro. E mais a Ponte Rio–Niterói, e tantas outras grandes obras.

Estou comentando alguns benefícios da Revolução.

Como engenheiro técnico fui nomeado para estudar a malha ferroviária, que queríamos construir, cinco mil quilômetros; e realizei o estudo completo. Era o presidente da comissão nomeado pelo Ministro Macedo Soares.

A Revolução também desenvolveu as áreas de siderurgia e fertilizantes. Fizemos a Embratel, na área de Comunicações, cujo presidente foi o Alencastro, um colega meu. Na parte social e comunitária foram inúmeras as ações de grande utilidade, colimando objetivos fantásticos.

Tudo feito pelos governos da Revolução.

Falemos um pouco sobre o Médici (Emílio Garrastazu Médici), pois com o Costa e Silva (Arthur da Costa e Silva) tive pouco contato. No Governo Médici fui à Argentina, a serviço. Na época, estavam ativos os *montoneros*.

Um grupo de esquerda que pretendia tomar o poder pelo terrorismo.

No Brasil, também, tínhamos terroristas terríveis, sanguinários. Encontrava-me em São Paulo, quando o traidor Capitão Lamarca, que servia em Quitaúna, burlou seus companheiros e roubou mais de cem fuzis FAL (Fuzil Automático Leve) do 4º RI (Regimento de Infantaria). Com isso, entre outros males, acabou com a carreira do seu comandante, Coronel Lepiane. Depois da deserção, Lamarca roubou, assaltou e assassinou. Naquela época trucidou a coronhadas um Tenente da polícia – Alberto Mendes Júnior – no Vale da Ribeira .

Matou a coronhadas para não fazer barulho.

Esfacelou o cérebro dele.

Lamarca, traidor, desertor, foi indigno em todos os atos que praticou.

Então, no Governo Médici acirrou-se o terrorismo e eu acompanhei a reação das autoridades. Presente à Comissão Militar Naval, situada na Rua Rego Freitas, no quinto andar, estourou um ato terrorista no prédio em frente e, de propósito, metralharam o prédio da Comissão. Localizados no nível acima do quinto andar e

mais alto, foram repelidos pelo Exército e a policia, a própria Marinha liberou o pessoal que servia lá. Fiquei só observando, nem cabia sair, não era a minha missão.

Houve portanto uma violenta ação de guerrilha na cidade.

Guerrilha urbana mesmo.

Agora, como é que o Presidente Médici acabou com a guerrilha? Ele não era arbitrário, era um homem equilibrado, mas foi pressionado pelo inimigo.

Teve que reagir à altura.

Em que pese as ações dos terroristas serem violentas, sempre trabalhamos em benefício do País, não fizemos nada de errado.

Depois do Médici e do Geisel (Ernesto Geisel), elegeu-se o General Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), meu amigo, e colega de turma desde o Realengo, conhecia-o bem, e acompanhei interessado a vida dele. Uma vez almoçamos no Serviço Nacional de Informações (SNI) e ele me disse:

– Bueno, eles querem me fazer Presidente mas eu não desejo.

Contarei um episódio curioso do qual participei. O General Silvio Frota (Silvio Couto Coelho da Frota) também era amigão meu; servimos no 5º RCD, em Curitiba, como tenentes, ele mais antigo. Naquela época, Frota tinha uma rivalidade com o Figueiredo, ambos de Cavalaria, e um desencontro com o Presidente Geisel, cujo Chefe da Casa Militar era o General Hugo de Andrade Abreu.

O Presidente Geisel resolveu demitir o Ministro do Exército. Inconformado, o General Frota convocou todos os generais comandantes das Grandes Unidades do Exército para que comparecessem a Brasília. Mas Geisel manobrou e mandou recebê-los no aeroporto da cidade. Frota pretendia reunir todos os generais contra o Geisel, entretanto o Hugo Abreu antecipou-se – os generais não chegaram até a Sala *Vip*; pegou-os na porta do avião. O Ministro do Exército ficou sozinho, não recebeu ninguém, e foi substituído pelo General Bethlem (Fernando Belfort Bethlem).

Costa e Silva, apesar de muito criticado, fez coisas excelentes. Foi obrigado a assinar o Ato Institucional nº 5 (AI-5); quem viveu aquela época sabe que ele foi obrigado a isso, para restaurar a normalidade que vinha sendo ameaçada.

Quando o Figueiredo assumiu, fui à sua posse e até conversamos. Entretanto, ele foi mal assessorado, porque promoveu uma anistia descontrolada, dita ampla e irrestrita.

Não podemos confundir democracia com liberalidade, decorrente do uso errado da mídia, que veio a ocorrer no Governo do Presidente Figueiredo, em face da abertura. Ele mesmo me disse isso lá no Clube Militar, quando falou:

– Bueno, cometi um erro.

Qual foi o erro que ele cometeu? Permitiu a volta daqueles que eram baderneiros, que eram corruptos, o Brizola é um exemplo disso.

Tudo isso, ele permitiu em nome da abertura democrática que o Presidente Geisel tinha iniciado.

A situação atual é de crise total e é inegável isso. Acabamos entregando o Poder para uma turma rancorosa que veio com o Fernando Henrique: Mário Covas, José Serra e outros, todos com espírito vingativo.

E a mídia, até hoje, distorce os fatos sobre a Revolução.

A própria Prefeita de São Paulo não recebe general; entretanto, há dez anos, servimos de liame entre o Exército e a comunidade de São Paulo; fazemos isso, por intermédio de ações sociais, distribuímos cestas de Natal etc. Mas ela não recebe general. Alertei ao Rui Falcão, que é o Chefe-de-Gabinete dela:

– Os senhores estão confundindo, pois não estão recebendo aqui um político; estão recebendo uma Instituição e vocês são uma Instituição, também. Quando falamos com vocês, não falamos com o Partido dos Trabalhadores (PT), falamos com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Mas eles são preconceituosos e vingativos.

Estou trabalhando para o sucesso das comemorações do Sete de Setembro, sem ganhar nada. O nosso Sete de Setembro, uma festa nacional, não sai uma notícia na mídia, não dão a menor importância. Então, entendo que devemos fazer o mesmo por um evento histórico, que de modo preconcebido é mal-explicado e maldifundido, porque aqueles que detêm o poder na mídia distorcem o que fizemos a partir de 31 de março de 1964.

A mídia hoje estranhamente age dessa forma.

E isso faz com que a memória brasileira, paulatinamente, vá sendo vilipendiada, criminosamente adulterada.

Recentemente, fiz uma palestra sobre civismo no Rotary, cerca de três meses atrás, e disse:

– Vocês civis são iguais aos militares, com uma pequena diferença. O civismo para os militares é um culto, vivo em nossa alma, fruto do exercício da profissão, o de vocês é preciso estimular!

O senhor poderia agora, no final da entrevista, deixar uma mensagem, sobretudo para os jovens que vão construir o Brasil do século XXI?

Volto à mídia que desinforma e aos que mistificam os fatos, que descaracterizam aquilo que os brasileiros fazem de bom pelo nosso querido e sofrido Brasil.

Não vemos nenhuma reação positiva, de peso, para que esse quadro se modifique. Sou professor, também, dou aulas em faculdades na área de Informática.

Observo a negligência com que é tratada a História do País. A sociedade brasileira, apática, é conduzida pela mídia, atraiçoada por interesses escusos.

Nesse sentido, faço um apelo aos jovens, aos companheiros que estão começando a carreira: sigam em frente substituindo os que já lutaram, prossigam no resgate da memória brasileira, pela sagrada lembrança dos que nos procederam: Caxias, Osório, Tamandaré, Rio Branco e tantos outros.

Como Antônio João, um cavalariano que morreu com 15 homens, em Dourados, no Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai, por amor à terra que defendia.

Como o General Ayrosa (Ernani Ayrosa da Silva), da minha turma, um dos vitoriosos na Itália, honrado pelos Estados Unidos e pela França.

Como o Sargento Max Wolf Filho, morto numa patrulha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, cortado ao meio por uma rajada de metralhadora. Serviu em Curitiba comigo.

Como tantos outros, como o Tenente Serpa (Alípio Serpa), que morreu, após seu navio ter sido torpedeado. Para salvar um cabo, afogou-se (cedeu seu salva-vidas) e o cabo sobreviveu.

Esses são alguns atos de heroísmo não fabricados, heroísmos próprios do coração, nascidos do patriotismo e da vibração cívica.

Quando venho às solenidades aqui no quartel, correm-me as lágrimas, ao ver a bandeira tremulando. Essa emoção deve somar-se ao respeito às leis, à hierarquia, à família, à esta Nação fabulosa.

Existe hoje no Brasil uma incrível inversão de valores: uma Comissão de Direitos Humanos tendenciosa e ideologicamente pervertida que reconhece o direito de assassinos e bandidos, mas daqueles que morreram pela Pátria, ou pela lei, não. Hoje estão esquecidos, ao passo que aqueles que mataram, que assaltaram bancos, que violentaram, que quebraram todas as regras, esses viraram "heróis".

Concito vocês, jovens, a que respeitem a Pátria, a família e a sociedade, mas não apenas "de boca". Se cada um oferecer uma pequena engrenagem nesse conjunto, o sistema funciona bem e vai em frente.

Os brasileiros precisam urgentemente de restaurar a dignidade e exaltar a memória de seu País. Em São Paulo, Estado que foi representado em combate, na Segunda Guerra Mundial, pelo 6º RI, de Caçapava, não tinha um só monumento digno, onde se pudesse apor uma coroa de flores e honrar o soldado caído pela Pátria. Soldado anônimo, como os que vimos lembrados na Itália, quando visitei um local onde havia uma placa feita pelos alemães com a seguinte inscrição:

"Aqui jaz três heróis brasileiros!"

Essas são páginas que não podemos esquecer.

Agora, felizmente, conseguimos construir esse Panteão que se encontra na pracinha ao lado do Círculo Militar. E há três anos, com o General Licínio (Licínio Nunes de Miranda Filho), pela primeira vez, aqui em São Paulo, depositou-se uma coroa de flores no cilindro onde então os nomes dos que morreram na guerra. Chorei nesse dia. Muito bem, chorei não foi só porque fiquei emocionado; foi por um sentimento de Pátria, muito difícil para se transmitir por palavras.

Estou certo de que todo trabalho feito com honradez e seriedade, em proveito da verdadeira História do Brasil, é muito bom. A preservação da memória é muito importante para se manter sempre acesa a chama da nacionalidade e do amor ao Brasil!

General-de-Brigada Rubens Resstel

Nasceu em 18 de setembro de 1919, na cidade de Jaú, SP.

Em março de 1964, o General Resstel era Major e servia no Quartel-General do II Exército, atual Comando Militar do Sudeste, no tradicional aquartelamento da Rua Conselheiro Crispiniano, no Centro da cidade de São Paulo.

Aspirante-a-Oficial de 1944, participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) como observador avançado do Grupo Bandeirante. O General Resstel foi Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no Curso de Artilharia, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), integrante da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e como oficial de estado-maior serviu na 4ª Divisão de Cavalaria e no Comando do II Exército. Após 1964 serviu na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.

Comandou o 5º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo (5º GCan 90 AAé) e a Guarnição Militar de Campinas, tendo sido promovido a General em 1972. Como oficial-general comandou a Artilharia Divisionária 6 (AD-6), de Porto Alegre e a Diretoria de Transportes.

Condecorado com a medalha *Silver Star*, atribuída pelo 5º Exército Americano, a Cruz de Combate de 1ª Classe, a Medalha Sangue do Brasil, por ter sido ferido em combate, a Medalha de Campanha, Medalha de Guerra, Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Militar do Paraguai e a Medalha de Artilharia do Exército Paraguaio.

Entrevista realizada em 25 de abril de 2000.

O tema a ser apresentado é a Revolução Democrática de 1964.

Devemos inicialmente enfatizar que não é nada edificante para uma Nação ver-se na situação de romper a ordem institucional. Uma Revolução, dependendo do seu sentido e das suas causas, é um direito e mais ainda um dever da Nação, quando a ordem institucional estiver sob risco. A Revolução de 1964 insere-se nesse contexto. Eclodiu numa época na qual as ideologias, que sempre repelimos, adquiriram uma forma avassaladora, em vários países do mundo.

Deveria chamar-se Contra-Revolução, porque já havia no País um movimento revolucionário visando levá-lo à condição de satélite da União Soviética, em desacordo com a índole e os valores da nacionalidade brasileira.

Os militares e civis de melhor compreensão da vida nacional, sentindo as ameaças que o futuro reservava, passaram a debater o assunto, a fim de impedir que a Nação brasileira entrasse na órbita dos países de esquerda da Europa e servisse de foco irradiador para contaminar outros lugares.

A Revolução de 1964 foi planejada em São Paulo. O exemplo paulista proliferou. No Rio de Janeiro, no Sul e no Nordeste, civis e militares passaram a entender-se, a confabular, a prever as conseqüências, se o regime comunista tão repudiado pela Nação assumisse o Poder. Hipótese que não aconteceria, porque o Exército não iria permitir; entretanto, é bem verdade que alguns poucos, dentro da Força, já se inclinavam para aquela ideologia espúria.

Devemos enfatizar bem que as reuniões, no meio militar, começaram no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR) de São Paulo. Eram capitães e tenentes, também praças graduadas, trocando informações, analisando a situação do Brasil e eventualmente a projeção dos acontecimentos. Os próprios alunos do CPOR começaram a integrar-se com os oficiais.

Depois, houve a natural expansão para outras Unidades, inclusive o Quartel-General. Nessa época, também me engajei na empreitada. Organizamo-nos muito bem, trabalhamos a ligação civil/militar, com o objetivo determinado de impedir que a Nação brasileira fosse lançada em uma aventura marxista. Enquanto isso, o principal líder comunista da época afirmava: “Já temos o Poder, falta-nos o Governo.”

Os inimigos da Pátria, os sovietistas, haviam tirado a máscara e aconteceu o célebre comício junto à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Agora, a diferença era que nós, em São Paulo, estávamos organizados, prontos para o enfrentamento, cujo exemplo, conforme disse, frutificou em outros lugares, sobretudo, em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, pelas características do Estado, não tinham se articulado tanto.

Mas há algo mais a dizer. O General Castello Branco era um homem de grande saber e magnífico combatente; conheci-o na guerra, na Itália, ele oficial do Estado-

Maior da FEB e eu 2º-Tenente. Em virtude disso, tinha acesso a ele, que era Chefe do Estado-Maior do Exército. Nos contatos que mantivemos com o General Castello e outros oficiais de alto posto, começamos a nos entender. Sabíamos perfeitamente que no Rio de Janeiro a articulação não era boa. O normal do Rio de Janeiro é acompanhar sempre o que está acontecendo. Em conversa com o General Castello Branco ele alertou: "Um movimento armado, se acontecer, não pode partir de São Paulo. Há uma animosidade natural entre quem nada tem e quem tem alguma coisa e São Paulo, no concerto dos Estados brasileiros, é o mais rico. Se chegarmos àquela grave conseqüência de sair pelas armas, deve-se começar por Minas Gerais."

E explicou, muito bem, que Minas Gerais era Sul, Centro, Leste e Oeste; ficava realmente no centro de gravidade do País. Isso é um aspecto que pouca gente tem ressaltado e o General Olympio Mourão Filho, Comandante da 2ª Região Militar (sede em São Paulo), estava ciente de nossas idéias e foi comandar a 4ª Região Militar (sede em Juiz de Fora). Então, havia um vínculo com eles (4ª RM), com quem ficamos sempre em contato e, periodicamente, alguns desses oficiais vinham a São Paulo.

Quando o General Castello Branco tomou conhecimento das linhas gerais do planejamento feito, repetiu: "Qualquer movimento armado deveria partir de Minas Gerais e não de São Paulo, porque todos se voltam contra São Paulo." Ele não queria a repetição do que aconteceu em 1932.

Frisando mais uma vez, a articulação começou em São Paulo e nessa cidade manteve seu núcleo. Depois, prosseguiu em Minas Gerais, no Paraná, no Sul, no Nordeste e em outros rincões do Brasil. O que havia de melhor desta Nação, no meio civil, se engajava conosco. Não podíamos de forma alguma permitir que o Brasil passasse para órbita da União Soviética, seria no mínimo um descalabro. Por isso dissemos "não".

Corremos sério risco. O Brasil é detentor de uma das áreas estratégicas para o equilíbrio mundial. Se entrássemos em um estado-maior de qualquer país do mundo, entre as principais áreas estratégicas identificadas encontraríamos o Nordeste do Brasil (saliente nordestino). É a parte do continente americano mais próxima do Velho Mundo e a Segunda Guerra Mundial mostrou isso quando o Brasil cedeu bases para a Marinha e Força Aérea americanas. Também se deslocaram tropas do Centro-Sul do País para o Nordeste, quando a guerra se desenvolvia no Norte da África. Tanto é que os expedicionários, como são conhecidos os integrantes da FEB, estavam preparados para desembarcar no Norte da África.

Justifica-se, desse modo, conseqüente de orientação da União Soviética, o esforço para uma revolução no Nordeste brasileiro, a fim de passar aquela parte

toda para a órbita da URSS. Estávamos bem informados e conhecíamos os riscos que estávamos correndo.

Com todo o planejamento feito pelo General Castello Branco, esperamos o momento certo para sairmos dos quartéis, porque sabíamos que já estavam vindo agentes soviéticos para o Brasil, alguns deles com malas cheias de dólares. Depois verificamos que se tratava de dólar falso para enganar os "caipiras". Nessas circunstâncias, não havia outra saída senão a reação armada.

Debelamos o risco que poderia deixar o Brasil em uma situação muito difícil em face das nações da América e do mundo ocidental. O momento certo chegou quando houve o comício na Central do Brasil, promovido pelos comunistas. No próprio Governo Federal encontravam-se os adeptos da doutrina comunista. Havia em outros partidos políticos, com menor expressão, mas também de esquerda.

São Paulo deu o pronto para Minas Gerais sair. Como dizia o General Castello Branco, São Paulo não poderia iniciar a Revolução. Enquanto Minas Gerais se lançava, tomamos conta de todas as estações de rádio; deixamos só uma no ar, cujas mensagens nós controlávamos. Passado algum tempo, bem entendido, São Paulo se mobilizou e desmoronou-se todo o esquema montado por aqueles que queriam que o País mudasse de rumo. Foi uma revolução sem sangue, simplesmente por ter sido muito bem planejada e mais bem executada.

Foi muito marcante, como o senhor disse. Lembro certas organizações de caráter sindical, como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e o Fórum Sindical de Debates, em Santos, cujos líderes tanta força alardeavam. (Lembro-me de um nome: Dante Pelacani, e muitos outros que enlamearam essa época da nossa História.) Aparentavam, queriam demonstrar que tinham força para tomar o Poder no País, mas isso tudo desmoronou de repente, quase sem reação. Foi assim que o senhor viu?

Uma razão fundamental para o rápido desmantelamento do Governo Goulart foi que a Nação estava conosco, o que havia de melhor nesse País. Quando digo de melhor não falo dos mais ricos ou mais abonados, falo do operário, do lavrador que não queria saber de um regime ateu no Brasil. Por isso a Nação inteira levantou-se, mas o Exército tinha que dar o exemplo e dar a partida; foi o que aconteceu.

Primeiro em Minas. No momento em que o País passa a saber que Minas Gerais tinha se revoltado, São Paulo aderiu e partimos para o Rio de Janeiro, ultrapassando a serra. Relembro o contexto de que São Paulo, Estado mais rico, despertaria animosidade natural contra sua atitude.

Próprio do povo do Rio de Janeiro, sua característica: fica sem saber de que lado vai ficar. Mas, quando as tropas de Minas e de São Paulo atravessaram a Serra da Mantiqueira e se encaminharam na direção do Rio, eles acordaram e resolveram o assunto, e no fim só fomos desfilar por lá. Mas foi com o nosso exemplo, é como relatei no início.

Não é edificante ver-se na contingência de derrubar a ordem instituída, mas também não se pode admitir que esta própria ordem venha a ser conspurcada; por essa razão nos levantamos naquela época, e com toda força, para impedir um mal maior.

Convém sempre registrar o agravamento da aflição da família brasileira. Notadamente em São Paulo, estávamos sentindo, até por instinto, que algo de ruim poderia acontecer, uma convulsão grave no País e foi justamente por isso que nos articulamos e planejamos a Revolução. Foi muito bem planejada, inclusive, atribuindo à Minas, Estado central, a prioridade. Aliás, existe mineiros em toda parte do País.

Essa foi a concepção. São Paulo teria que se levantar, também, por ser o Estado mais forte, de maior expressão, mas não deveria iniciar o processo. Realizou-se um planejamento sério e bem-feito, não houve, assim, um arroubo emocional.

A União Soviética tinha um projeto para conquistar o mundo.

Antes, lutamos contra a tirania de Hitler; não poderíamos nos aliar às tiranias de Stálin.

General, penso em outro fator que favoreceu a precedência dada a Minas para o início da Revolução de 1964, como o senhor frisou há pouco. Foi a presença do General Mourão Filho no comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, cujas idéias favoráveis à democratização do Brasil, à preservação da liberdade e de respeito aos ideais históricos do Brasil já eram conhecidos.

O General Mourão, antes de servir em Minas, foi Comandante da 2ª Região Militar em São Paulo. Ele já nos conhecia e sabia das articulações que estávamos fazendo, tanto é que, antes de partir na direção do Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mandou mensageiros a São Paulo, para saber se estávamos prontos. Sem dúvida, o General Mourão estava perfeitamente integrado conosco.

Há outros aspectos importantes sobre a Revolução de 1964, como o papel desempenhado pelas mulheres. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, estimulada pela ação feminina, repercutiu de forma positiva em outras partes do Brasil e foi um incentivo marcante para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964. Não é a primeira vez, no curso de nossa História,

que as mulheres saíram na frente, e se a examinarmos atentamente, verificaremos que, em muitos casos, os homens voltaram, se aquietaram para, depois, as mulheres mandarem-nos de volta para a frente, a fim de que lutassem novamente, até alcançarem a vitória.

Esse primeiro exemplo vem das mulheres dos bandeirantes.

Sim, vem da época dos bandeirantes.

O General Castello Branco dizia: "Se resolvêssemos tudo em 48h, não teríamos a luta armada." Então, tudo foi planejado para que se resolvesse imediatamente, como realmente aconteceu.

O senhor lembrou agora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com uma participação ativa de organizações de mulheres. Em São Paulo foi muito expressiva e levou mais de um milhão de pessoas às ruas.

General, uma vez desencadeada a Revolução, na verdade uma Contra-Revolução em oposição à revolução marxista que estava em marcha, e representando a vontade da população, a próxima pergunta seria a seguinte: O que mais se esperava dos novos governantes? Mudança de mentalidade, honestidade, surto de progresso do País, punição dos corruptos e subversivos, administração competente, uma nova ordem para governar o Brasil?

Todos estes anseios. No início, vamos dizer, foi um alívio quando escolheram para a Presidência da República quem melhor poderia entender e executar tais anseios: o General Castello Branco, um homem sério, competente, inteligente e um grande patriota. Justamente toda essa gama de preocupações foi respondida com a indicação do General Castello Branco para Presidência da República.

Uma vez então escolhido o General Castello Branco, ele estaria em condições, como realmente demonstrou, de implantar uma administração honesta, impulsionar o progresso do País, mudar a mentalidade derrotista para uma mentalidade patriótica, implantar o pensamento empresarial moderno, além de ter ordenado a punição a muitos inimigos do Brasil.

Executou uma administração competente, o Brasil teve um grande impulso de progresso e se transformou, em algum tempo, na oitava economia do mundo.

Os inimigos internos da Pátria e os inimigos externos não se conformaram; através dos políticos inescrupulosos e de grupos armados, os inimigos do Brasil empreenderam uma escalada de terrorismo.

A Revolução, atendendo aos anseios da Nação brasileira, além do feito maior que foi livrá-la do marxismo, também, impulsionou o progresso do País através de

governos competentes, honestos, patriotas; isso tudo causou muita inveja, uma decepção muito grande nos políticos inimigos do Brasil, e aí desencadearam um terrorismo cruel e traiçoeiro, para ensangüentar a Nação brasileira. Isso, seguramente, obrigou a que os governos de então empreendessem uma escalada revolucionária e assinassem os Atos Institucionais. O senhor gostaria de falar algo sobre isso?

Vamos voltar ao Presidente Castello Banco. Arguto, concluiu que, para empreender a recuperação do Brasil, de forma a imperar a Ordem e o Progresso, tinha que assumir determinadas atitudes. Os derrotados de 1964 estavam se rearticulando, com orientação e recursos vindos do exterior, para tumultuar a vida do País. Havia necessidade dos chamados atos institucionais, que deram ao Presidente maior força para poder agir.

Sabíamos, nos momentos que se sucederam ao Movimento de 1964, que a União Soviética estava planejando o emprego de seus agentes no Brasil, brasileiros e de outras procedências, no sentido de recuperar para eles esta área imensa da América do Sul, principalmente, por causa do saliente nordestino; os inimigos tentaram, realmente, uma reação. O fato do Brasil não ter aderido a seus círculos de países dominados ou simpatizantes foi uma grande derrota para a União Soviética. Daí seguirem-se os atos institucionais, porque a Nação estava correndo risco.

Vou fazer uma revelação. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida em dois países: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental. A Ocidental, na órbita dos países democratas e a Alemanha Oriental dominada pela União Soviética. Depois da guerra, a União Soviética passou a coordenar aqueles países todos do Leste Europeu: Romênia, Hungria etc. Ampliou sua influência, e após a derrota sofrida no Brasil, já estava planejando como recuperar o País para tornar-se mais um satélite. Ficávamos sabendo disso tudo, porque o Serviço Secreto Alemão, da República Federal da Alemanha, nos informava. Eles tinham um serviço de inteligência – na época de informações – dentro da URSS, principalmente da Alemanha Oriental.

Posso dizer com conhecimento de causa, pois fui à Alemanha, e eles nos mostraram tudo, inclusive, existia um mapa da chamada Grande Alemanha e encimando a parte oriental estava escrito: "Parte da Alemanha atualmente sob outra administração." Estavam pensando em trazê-la de volta e conseguiram depois. Os alemães possuíam um serviço de inteligência muito bom, tanto que se quiséssemos saber, por exemplo, de um chefe político de Vladivostok, ou de outro lugar qualquer, eles nos informavam tudo a respeito.

Faziam esse intercâmbio.

Informavam até se não se dava bem com a mulher, se gostava da sogra e todos os detalhes que precisássemos saber. Naquela conjuntura, era vital para os alemães ocidentais manter um bem montado serviço de inteligência. Qualquer outra convulsão mundial, a União Soviética poderia apoderar-se da outra parte do país. Naquele tempo ela estava no auge, era um império que ia do Atlântico ao Pacífico, que mantinha muitos países em sua órbita.

A questão brasileira deve ser entendida inserida na estratégia mundial. Por isso que insisto em destacar a importância do saliente nordestino. Foi chamado de "Trampolim da Vitória" por ingleses e americanos. Exerceu importância fundamental como suporte de bases aéreas e navais na Segunda Guerra Mundial. Assim, ao descrever questão como esta, deve-se examinar o quadro mundial, a situação que a precedeu e qual a sua projeção para o futuro. O Brasil dominado por uma ideologia que todos repelíamos seria um desastre total. Somos um País muito importante para sermos ignorados pelos outros, principalmente pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos.

Então ficou caracterizado, em face dessa importância do Brasil, que o senhor bem destacou, que a União Soviética não se conformou e acionou os seus agentes para uma tentativa de retomada do Poder no Brasil, em oposição à Revolução de 1964. E isso obrigou que fosse assinado, sobretudo, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e que fosse empreendida uma dura luta contra o terrorismo.

Os terroristas foram danosos e o Governo teve que se articular para responder a esta ação. A pergunta é a seguinte: O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo no Brasil?

Tratou-se de um período delicado. Pessoas foram para o cárcere; realizou-se exaustivos interrogatórios, pois era impositivo saber. Estavam acionando o terrorismo em todas as partes do Brasil, notadamente nas áreas mais importantes como São Paulo e Rio de Janeiro. Praticavam o terrorismo indiscriminado, como jogar bombas que até arrancaram a perna de um menino.

Realizaram assassinatos seletivos, como o do Capitão Chandler, do Sr. Boilensen (Grupo Ultra) e outros.

Lançaram-se ao terrorismo e ao assassinato, induzidos por agentes soviéticos.

Os métodos, que foram fortes, mobilizados pelos governos revolucionários, nada mais fizeram do que responder ao terrorismo proveniente do outro lado. A História deve ser bem ilustrada para sua compreensão.

A tendência de quem perdeu a guerra é culpar o que ganhou. Hoje os terroristas se fazem de vítimas, até recebem indenizações. Em decorrência dos

atos institucionais, companheiros nossos que estavam em uma linha errada foram reformados, mas continuaram recebendo os proventos da reforma, e os que, porventura tivessem falecido nos encontros, que foram poucos, as famílias foram amparadas, não deixamos ninguém ao desamparo.

Felizmente a Revolução foi feita à moda brasileira, não morreu tanta gente, morreu um aqui e outro ali. Hoje, os adeptos da linha comunista ou semelhante fazem um estardalhaço imenso; parece que transformamos o Brasil em um enorme centro de torturas. Fazem isso para embair a opinião pública, procuram modificar o pensamento do povo brasileiro.

O senhor acha que o trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi meritório neste contexto como, por exemplo, a divulgação de realizações como saneamento político administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alçamento à posição de oitava economia do mundo e outras conquistas e realizações? O senhor acha que o trabalho de divulgação desses feitos foi efetivo ou deixou a desejar?

Não foi apenas ineficiente, foi quase nulo. O próprio Presidente Castello Branco dizia que não queria a repetição daquele antigo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do tempo de Getúlio, pois era um homem extremamente escrupuloso e não queria que existisse uma propaganda, inclusive das medidas que tomou no sentido de sanear o Brasil e de recuperar a economia brasileira.

O General Castello Branco era avesso a isso, mas creio que exagerou. Afinal, "nem tanto ao mar, nem tanto à terra". Manter um sistema de informação à população seria importante. Um cidadão tem o direito de saber o que o Governo está fazendo e qual a projeção dos fatos. Foi uma falha, um excesso de cuidado do Castello Branco. O Presidente Costa e Silva melhorou um pouco, mas por causa desses escrúpulos do General Castello Branco, muita coisa contra a Revolução espalhou-se por aí, pelos ares, sem que representasse a verdade. E aliás os comunistas são hábeis nisso.

Os democratas com seus escrúpulos acabam perdendo nesse campo; já quem não tem escrúpulo inventa, distorce, mente.

E com isso o verdadeiro democrata acaba perdendo a opinião pública, que é um fator muito importante no processo.

Se isso que o senhor disse, que foi quase nulo, infelizmente, esse trabalho para a conquista da população através da comunicação, em termos de Brasil, para a opinião pública internacional foi pior ainda. E ainda havia maus brasileiros que saíam para falar mal do Brasil no exterior.

Isto porque não possuíam escrúpulos de qualquer espécie, e se filiaram a uma doutrina estranha ao povo brasileiro.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente, ao final do ciclo revolucionário?

Não foi. O Castello Branco queria logo passar o Poder para um Governo civil, para tirar o Exército de atos que nunca praticou como Instituição, e jamais praticaria.

Muitos oficiais, entre os quais me incluo, pensávamos da mesma maneira. Tínhamos políticos qualificados para levar o País à frente, mas acontece que os próprios comunistas não deixaram, porque não lhes interessava. Estavam sabendo que o Castello Branco pretendia entregar a direção do País para um Presidente civil. Existia até um nome que ele preferia, o Embaixador Bilac Pinto, um político de Minas.

Veja a acuidade do Castello Branco: escolheu alguém do maior centro político do Brasil – Minas Gerais; Bilac Pinto era da UDN (União Democrática Nacional), um partido sério, anticomunista, sem fanatismo; e nomeou-o Embaixador na França. O Presidente tinha admiração pela França, porque a sua geração foi influenciada pela cultura francesa e, naquele tempo, até ensinava-se francês no ginásio.

Falando em Castello Branco, quero lembrar um fato aqui ocorrido entre ele e o General De Gaulle. Note-se que todos os nossos generais presidentes ficavam um tempo previsto, depois vinha outro, que era eleito pelo congresso; agora, que "ditadura" é essa em que o "ditador" tem tempo certo para sair, e sai!? Naquela ocasião, De Gaulle estava há muito tempo no Governo da França. Ele veio ao Brasil e no avião – sei disso porque estava lá – do Rio de Janeiro até Brasília, os dois conversaram em francês. Castello Branco cursou a Escola Superior de Guerra de Paris. De Gaulle disse a Castello Branco que estava preocupado com as ditaduras militares na América Latina. E o Castello Branco respondeu: "Os ditadores na América Latina não são necessariamente generais como eu e o senhor."

Aí o De Gaulle mudou de assunto.

Falando do momento atual, e o "revanchismo"?

O "revanchismo" sempre existiu e sempre existirá, e só não é mais intenso agora porque não tem apoio na opinião pública. O cidadão comum no Brasil de hoje quer trabalho, a preocupação atual, para todos, é não perder o emprego, é continuar trabalhando e sustentar a sua família, em busca do melhor; isso é nor-

mal no ser humano. Mas o "revanchismo" existe sim, sempre existiu, principalmente por palavras, discursos nas Assembléias, no Congresso, na Imprensa; é um "revanchismo" verbal. A mocidade, hoje, não quer saber mais de ação; sabe por palavras e discussão. Tudo indica que não haverá mais ação terrorista.

Até hoje falam, principalmente nos jornais, mas omitem que naquela época havia pleno emprego. Durante o chamado regime militar, os empregados, às vezes, se articulavam, iam ao patrão pedir aumento, que era possível conceder porque a Nação estava progredindo. Havia emprego satisfatório para todos.

Aqui mesmo, em São Paulo, as indústrias viviam "roubando" empregados umas das outras, para poder compor os seus quadros. Mas o "revanchismo" existe sempre, dos políticos que perderam a sua vez no Governo daquele regime e que hoje têm que se conformar com um regime democrático.

Medidas importantes foram adotadas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Poucos falam nisso. O FGTS fez com que o empregado se fixasse mais na empresa, porque ele só teria vantagem nisso. Caso saísse, se fosse mandado embora, dispunha do Fundo de Garantia. Foi uma das muitas medidas de alcance social, muito bem planejada e mais bem executada no Governo Castello Branco, além de várias outras similares.

Alguns, naquela época, os mal-intencionados, achavam que a Revolução tinha sido feita contra o operário, contra o pobre, mas não foi nada disso, foi exatamente o contrário. Todas as medidas implantadas pelo Castello Branco foram continuadas pelo Costa e Silva e pelo General Médici.

A única coisa que se pode criticar é que houve uma sucessão de generais, mas todos homens de bem, corretos. Em um mundo bipolarizado como naquela época, de um lado o Ocidente e do outro a União Soviética com seus satélites, talvez fosse mesmo necessário um homem educado na escola da disciplina, da ordem e do patriotismo. Por isso que houve aquela sucessão de presidentes militares. O próprio General Castello Branco pretendia ter um sucessor civil, como já disse, mas os comunistas não deixaram, porque iniciaram o terrorismo e com isso, então, atraíram o General Costa e Silva e, depois, o General Médici.

Servia com o General Médici lá no Sul e sou testemunha de que recusou tanto quanto pôde a Presidência, mas todas as indicações se encaminhavam para ele; e inclusive dos políticos, que sabiam tratar-se de um homem de bem, sério e que poderia formar uma boa equipe, de pessoas capazes, patriotas e empenhadas no trabalho. Vemos muitos políticos que atingem até a direção de ministérios, mas que não gostam muito de trabalhar. Naquela época, havia o exemplo do próprio Presidente militar, que chegava cedo e saía tarde.

O senhor trouxe informações valiosas em sua entrevista e, desde já, somos muito gratos. Pediria que deixasse uma mensagem final para os nossos militares mais jovens, que vão saber da história real, desses eventos importantes para o Brasil, através de depoimentos como este que acabamos de ouvir.

O Exército Brasileiro nunca faltou à Nação. Nos momentos críticos sempre aparece para pôr a casa em ordem e sempre atento à projeção para o futuro. E por isso os jovens oficiais precisam louvar-se nos seus antecessores, fiéis ao espírito de ordem e de patriotismo.

General-de-Brigada Oacyr Pizzotti Minervino

Nasceu em 4 de abril de 1938, na Cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil. É oficial da arma de Artilharia, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1959. Como major, foi professor da cadeira de Português na Academia Militar de West Point, nos EUA.

Como coronel, foi Comandante do 2º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Osasco-SP, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro-RJ e Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, nas Assessorias nºs 2 e 3, em Brasília-DF.

Foi promovido ao posto de General, em julho de 1991, tendo exercido os seguintes cargos: Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército (AD/4), em Pouso Alegre-MG; Comandante da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações-MG; Diretor de Promoções e Diretor de Inativos e Pensionistas, quando esteve à disposição do Departamento Geral de Pessoal para planejar a informatização do Sistema de Pessoal do Exército Brasileiro.

Transferido para São Paulo, fez a informatização do Planejamento Logístico do Exército.

Já na reserva, passou à disposição do Comando Militar do Sudeste, onde planejou a implantação do sistema de informatização desse Quartel-General.

Entrevista realizada em 28 de novembro de 2000

Em primeiro lugar, congratulo-me com a decisão do Comandante do Exército de criar este projeto que visa a preservar a memória de fatos importantes vivenciados pela instituição. Não podemos esquecer de que somos herdeiros do passado, que devemos honrar, e do compromisso de proporcionar melhores condições àqueles que nos sucederão, a fim de que, orgulhosos de seu Exército, tanto quanto nós próprios, possamos, cada vez mais, elevá-lo e dignificá-lo.

Neste início de depoimento, creio ser conveniente descrever, de modo sucinto, o ambiente existente no meu quartel e no País, antes da Revolução de 1964. Meu ponto de vista será de um personagem tenente, em seu universo próprio dos pequenos escalões e cidadão, uma pessoa do povo.

Formado aspirante-a-oficial em 1959, no ano seguinte, fui servir no Regimento Mallet, glória de nossa Artilharia, localizado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Lá, surpreendi-me com a cisão entre os oficiais adeptos da linha da esquerda e os outros ditos de direita. Era evidente o antagonismo entre esses dois grupos.

No quartel onde morava – naquela época ainda era solteiro – havia, também residindo, um tenente-coronel recentemente movimentado de Cachoeira do Sul. Aguardava sua transferência para a Reserva. No jantar, invariavelmente, vinha conversar comigo, sempre buscando influenciar-me com suas idéias de esquerda, uma espécie de doutrinação sobre o comunismo. Com muito mais vivência do que eu, ele argumentava sobre os temas, sem que pudesse contestá-lo com propriedade. Desistiu de assediar-me com essa lengalenga, quando disse para ele que se a ideologia pela qual nutria tanta admiração fosse tão boa assim, os cidadãos dos países democráticos deveriam bandear-se para os de regime comunista, mas o que se via era justamente o oposto. As pessoas, ameaçadas e com risco da própria vida, fugiam das ditaduras dos governos comunistas, inclusive houve muitas mortes nessas tentativas de ganhar a liberdade.

No ambiente político do País, a situação estava tumultuada. O Presidente Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, e acompanhei o trauma decorrente dessa decisão intempestiva. Jovem oficial subalterno, já casado, ainda não entendia bem como as coisas aconteciam. A realidade é que nós, militares, não temos formação política e, agravada pela juventude, faltava-me a compreensão, para entender os fatos que estavam ocorrendo no País. Apesar de procurar ler e me informar, às vezes, sentia-me um pouco perdido, para tomar decisões importantes.

Surgiu a primeira grande perplexidade: de que lado ficaria? Apoiaria João Goulart ou me manteria do lado das forças que se antepunham à posse dele. O Governador Brizola exercia forte influência e sobrelevava o sentimento de orgu-

lho regional, porque João Goulart era do Rio Grande do Sul. Houve um movimento em quase todas as Unidades no sentido da posse do Vice-Presidente João Goulart.

Meu Comandante, Coronel José de Anchieta Paz, se posicionou contra a posse de Goulart, mas constatando que estava sozinho, pois toda a Unidade optara favoravelmente, decidiu acompanhá-la, contrariando suas próprias idéias. Talvez, tenha percebido que poderia ser alijado do comando.

Decidi-me favoravelmente à posse de João Goulart, menos para acompanhar os meus companheiros e mais pelo fato de que não via argumentos plausíveis para impedi-la. Afinal, Goulart fora eleito Vice-Presidente dentro das normas constitucionais vigentes. No íntimo, porém, desconfiava que ele iria conduzir o País para o comunismo, contra o qual me colocava frontalmente. No entanto, não era, ainda, o momento de se criar antagonismos, que certamente restariam, pois permaneceria a dúvida, em não assumindo, de qual o rumo que iria seguir.

As forças militares se dividiram. Tropas do Sudeste marcharam para o Sul e ficaram frente a frente com as tropas do III Exército, no corte do Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, gerando uma situação muito difícil, com a ameaça de uma luta fratricida. A situação ficou tensa durante bastante tempo. Em Santa Maria, tomamos nossas precauções; preparamo-nos para sair do quartel e nos mantivemos de prontidão, durante todo esse período de tensão. Havia a possibilidade de sermos bombardeados por tropas leais ao Ministro da Guerra, pois Santa Maria é um importante entroncamento rodoferroviário.

Sobreveio o acordo; João Goulart tomou posse e implantou-se o parlamentarismo. O confronto foi evitado, felizmente, porque uma revolução sabe-se como começa, mas não se tem idéia de como termina. Volto a dizer que não via razões para que nos confrontássemos, naquela época e daquela forma.

Em dezembro de 1961, fui transferido para o Rio de Janeiro, classificado no Regimento-Escola de Artilharia (depois Grupo-Escola de Artilharia – GEsA) no posto de 2º-tenente; designaram-me Comandante da Linha de Fogo da 3ª Bateria de Obuses e Subcomandante da Subunidade. O Coronel Aldo Pereira era o Comandante do Regimento, o Comandante da Bateria era o Capitão Affonso de Alencastro Graça. O Comandante da Seção de Reconhecimento era o 2º-Tenente Sylla (Sylla Esmeraldo Delorme), da turma de 1960, o Comandante da Seção de Serviços era o Tenente Caldas (Carlos Alberto Travassos Caldas Rodrigues) e tínhamos, como auxiliar do Linha de Fogo, o Aspirante Conforto (Sérgio Ernesto Alves Conforto), hoje General.

O novo ambiente nacional caracterizava-se pelas greves constantes e falta de gêneros alimentícios. Partindo do próprio Governo, tinham o intuito de tu-

multuar a vida política brasileira. Primeiro, foi a campanha pela volta do presidencialismo com incentivo aos movimentos grevistas e às manifestações de rua, orquestrados sempre pelo Partido Comunista.

A situação dos militares era bastante desagradável. Vivíamos em permanente prontidão. O GEsA apoiava os Exercícios no Terreno (ET) da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Era comum passarmos um longo período sem voltar à casa, porque regressava do campo e entrava de prontidão e, quando acabava a prontidão, de novo ia para o campo; assim era uma situação extremamente exaustiva, desgastante e que nos levava, certas horas, ao desânimo.

Pessoalmente, foi uma época muito problemática da minha vida. Desde menino, com cinco anos, dizia para a minha mãe que desejava ser oficial do Exército e, depois que alcancei o oficialato, encontrei uma instituição diferente da imaginada e na qual não gostaria de servir. Esse sonho tornado realidade transformara-se em pesadelo. Em outras profissões muda-se de emprego, mas nós militares não podemos trocar. Restava-me a opção de continuar naquele Exército que não me empolgava ou conviver com aquela situação com a qual não concordava. Como tinha mulher e dois filhos, a única solução era conviver com a situação até achar uma oportunidade para que pudesse sair; cheguei a pensar seriamente em deixar o Exército, devido às situações vexaminosas por que passávamos.

O GEsA era empregado, nessa época, no cumprimento de diversas missões estranhas ao seu preparo normal.

Houve uma ocasião em que o Governo João Goulart bloqueou a saída de arroz do Sul do País, impedindo-o de chegar a São Paulo e Rio de Janeiro. O Governo culpava os plantadores do Rio Grande do Sul e os capitalistas pela falta de arroz, mas, na verdade, sabíamos do bloqueio que era feito. Numa jogada demagógica fomos obrigados, por determinação de Goulart, a utilizar os caminhões militares para distribuir na rua o pouco arroz que chegava. Formavam-se filas intermináveis. Alguns sargentos mais jovens, muitas vezes, quando iam entregar o arroz, viam uma moça bonita e para namorar a jovem acabavam facilitando a entrega. Tal procedimento, como era de se esperar, provocava tumulto e confusões terríveis, envolvendo o Exército.

Outra situação, que visava nos desgastar e antagonizar com a população, pois sentíamos perfeitamente que era essa a finalidade, consistia nas missões de segurança das estações da Estrada de Ferro Central do Brasil. Com as constantes greves, freqüentemente recebíamos a missão de ocupar as estações e protegê-las de depredação. No entanto, tal encargo era muito mais um pano de fundo para o verdadeiro objetivo que era o desgaste. Determinava-se que apenas dois soldados

permanecessem no local para avisar que não havia trem circulando. As pessoas ficavam revoltadas.

No Grupo de Artilharia, os soldados incorporavam em janeiro e já em fevereiro tinham que participar de exercícios de tiro para a EsAO. Todo o esforço de treinamento de oficiais e sargentos voltava-se para o tiro dos obuses, visto que o prazo de um mês é muito curto para preparar o soldado recém-incorporado para realizá-lo. Alie-se ao prazo pequeno o fato de ser em proveito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que exigia um comprometimento muito grande da nossa parte. Restava, com isso, muito pouco tempo para a instrução geral.

Pois nesse ambiente, tínhamos a missão de levar o pessoal até as estações de estrada de ferro. Os soldados nem conheciam o fuzil, quanto mais saber atirar. A formação dos motoristas militares não se completara; eram motoristas civis que, de uma hora para outra, tiveram que cumprir com o serviço militar, meninos novos, com 19 anos e, naquela época, poucos sabiam dirigir, poucos tinham automóvel. Recordo-me que uma vez o Tenente Sylla saiu com um jipe e um caminhão para distribuir os dois soldados de cada estação ferroviária e, em uma delas, quando estava saindo, naquela multidão, o motorista quase atropelou um transeunte. A massa se enfureceu e ameaçou quebrar e virar as viaturas do Exército. Ele me contou, quando chegou no quartel:

– Pizzotti, você não sabe o que passei hoje. Imagine que um soldado quase atropelou um civil, só não atropelou porque pisei no freio. Aí a turba veio contra mim. O que eu ia fazer?

– Até quero saber – respondi –, porque você chegou com o jipe e o caminhão inteiros.

– Bom, a única solução que encontrei foi a seguinte: já que não posso enfrentar a turba, vou aliar-me a ela. Subi no capô do jipe e fiz o maior discurso a favor do povo, dizendo que eles tinham toda razão e que o Exército estava com eles. Ao invés de quebrarem o jipe, eles me carregaram. Foi assim que cheguei com o jipe e com o caminhão inteiros.

– Graças a Deus! Você foi brilhante.

Um bom exemplo para ver como a necessidade faz com que tenhamos que encontrar saídas.

Nesse período pré-revolucionário, raramente saía à rua fardado, somente quando a missão ou serviço me obrigava, mas sempre armado, porque poderia ser agredido por turbas incitadas por elementos que tentavam colocar o Exército contra o povo. No entanto, mais de uma vez, fui abordado por senhoras. Pegavam-me pelo braço e diziam assim: “Tenente, o que o Exército vai fazer para acabar com

isso?" ou "Nós não agüentamos mais, chega dessa balbúrdia, chega desse Presidente!" Essa era a realidade percebida na maioria das pessoas.

O Governo manipulava no sentido de causar tumultos, greves, balbúrdias, comícios etc. Tudo era orquestrado.

Lembro de uma homenagem a João Goulart, realizada no Clube Militar, pouco antes da Revolução. Meu comandante imaginava ser promovido a general, em abril, porque era favorável às forças que estavam no Poder, e para mostrar essa posição obrigou todos os tenentes da Unidade, sócios do Clube Militar, a comparecerem à dita solenidade. Muito a contragosto, fui obrigado a ir; detestava João Goulart.

Fiquei, ainda, mais desgostoso com o que presenciei. Bando de pessoas o acompanhava, tentando agradar-lhe e a querer mimar sua mulher. Foi uma das noites mais tristes em toda a minha vida. Os detentores do Poder, parece, são como a luz que atrai as borboletas e mariposas; aqueles atraem as pessoas. Depois desse episódio, solicitei meu desligamento do Clube Militar, só voltando muitos anos mais tarde. Não podia conviver num clube que homenageava personalidades daquele tipo.

A situação se agravava. As prontidões tornaram-se comuns. Havia um plano de chamada, mas normalmente não era necessário desencadeá-lo. A ordem de prontidão saía quando ainda nos encontrávamos no quartel. No dia seguinte de manhã era suspensa e quando ia acabar o expediente voltavam com a ordem de prontidão; a finalidade, talvez, fosse desgastar o pessoal.

Entre oficiais e sargentos, o ambiente era o pior possível. Conseguiram convencer os sargentos de que receberiam regalias, caso a revolução comunista vencesse. Todos seriam oficiais; não existiriam sargentos no Exército Brasileiro. Não sei de que maneira se faria isso! Os militares ganhavam muito mal e a situação dos graduados ainda era mais grave, necessitando fazer trabalhos extras, para complementar seus salários. Assim, as praças eram mais suscetíveis à demagogia. Na minha Subunidade, havia um sargento que raramente estava presente, sempre de licença e integrava o movimento comunista. Ele fazia a cabeça dos sargentos.

É bom ressaltar que era um time de sargentos fantásticos, até hoje meus amigos, como o Sargento Severino Alves Ramos. Até pouco tempo trocávamos correspondências. Eles estavam do lado do Governo, não havia dúvida disso.

Para se ter idéia do ambiente pesado existente, quando de prontidão, um tenente permanecia acordado, de sentinela, a fim de que não se repetisse conosco o que ocorrera na Revolução de 1935, quando os oficiais foram mortos dormindo.

Não era fácil viver no Exército daquela época: comandante fraco, cisão entre praças e oficiais, grande desgaste pelo trabalho intenso e pela tensão advinda de

constantes missões na rua, como o caso relatado do Tenente Sylla. O fuzil era armamento inadequado para conter a turba e sabíamos dessa condição; só se descarregássemos as armas contra o povo, atitude que não poderíamos tomar – feria a nossa própria consciência. Todos os dias, ignorávamos como os mesmos iriam terminar. Esse ambiente desgastava a todos nós.

Eu, como tenente, desconhecia que algo estivesse sendo feito, para dar um fim a essa situação. A única vez em que tive alguma pista, algum sinal, e não entendi absolutamente nada do que foi dito. Foi em uma determinada prontidão, quando um tenente comprou um vinho branco da marca Castelo. Os oficiais sentados à mesa, eu ponderava sobre todos esses fatos que estavam acontecendo e afirmava que não agüentava mais e que estava pensando em sair do Exército. O Tenente Porto Alegre (Jorge Carlos Porto Alegre Rosa), que depois chegou a general-de-brigada, interveio:

– Pizzoti, fique calmo porque este vinho “Castelo Branco” vai nos salvar.

Sinceramente, não entendi coisa alguma e, ainda, tentei questionar. Ele insistiu:

– É o vinho que vai nos salvar; tome dele que você vai ser salvo.

Ficou nisso a conversa. Depois entendi o que ele quis insinuar, um mês antes.

Feito este resumo dos fatos que cercavam o ambiente pré-revolucionário, dentro da minha visão de tenente, rememoro a seguir os acontecimentos que vivi, ligados à eclosão da Revolução de Março de 1964.

Nessa época, matriculara-me no Curso Brasil-Estados Unidos, de ensino do idioma inglês. Faltava muitas aulas devido ao serviço e prontidão. No dia 31 de março de 1964, quando cheguei à casa, a minha mulher me transmitiu o seguinte recado:

– Olha, um colega seu, Hélcio Silva, esteve aqui e deixou recado para, assim que você chegasse, se dirigisse para o quartel. Está de prontidão.

– É, mais uma – comentei.

Estava tão acostumado que nem “dei bola”. Peguei o paletó e a gravata, daquelas de pendurar no colarinho – para entrar no quartel era preciso paletó e gravata – e com a mesma calça e camisa que usava saí com a pastinha com que sempre ia ao Grupo. Fui na maior calma.

Os trens estavam parados por motivo de greve dos ferroviários. Embarquei num ônibus com destino ao GEsA, na Vila Militar. De Marechal Hermes não havia como prosseguir, todos os transportes parados. Também não era novidade, naquele tempo, e resolvi correr, era tenente, jovem, de Marechal Hermes até a Vila Militar.

Entrei no quartel e perguntei o motivo da prontidão. Um colega disse:

– Você não sabe o que está acontecendo!?

– Não! O que está acontecendo?

– As tropas de Minas estão vindo para o Rio de Janeiro e a 2ª Bateria já saiu para Resende.

Não consegui entender. Se a tropa está vindo de Minas para o Rio, o que foi fazer em Resende, que é para o lado de São Paulo.

A 2ª Bateria, que já estava completa, saiu na frente das demais. Deveríamos nos preparar para partir, também, na direção daquela cidade, tão logo estivéssemos prontos. Coloquei o uniforme e me incorporei aos preparativos em andamento. Carreguei as viaturas com munição de artilharia, inclusive, conforme a ordem recebida, a sétima peça, que eram duas viaturas de 2 ½ toneladas.

No dia seguinte, 1º de abril, pela manhã, iniciamos o deslocamento na direção de Resende. A munição individual transportada em cunhetes, na carroceria das viaturas, só foi distribuída aos oficiais. Os sargentos levavam seus armamentos, mas sem munição. Deslocamo-nos em velocidade normal pela pista única da Rodovia Rio–São Paulo da época. Pouco antes da fábrica Dupont, nas cercanias de Barra Mansa, paramos. Até este momento, ninguém sabia por que estava indo para Resende e qual era a nossa missão.

Devo dizer que a confiança entre mim e o meu Comandante de Bateria, Capitão Alencastro, oficial excepcional, era mútua. Considero-o e o Capitão Lacy Antônio Haas dois grandes comandantes. Aprendi bastante com eles. Haas muito me orientou no meu tempo de Aspirante no Regimento Mallet.

O Comandante do Grupo convocou uma reunião com o Subcomandante, Capitão Sylvio Pereira Brunner, o Chefe da 3ª Seção, Capitão Willy Seixas e os comandantes de Bateria. O Alencastro me contou. O Coronel Aldo ordenou que as Baterias de Tiro ocupassem posição, dentro de um quadro tático de defensiva. Em dado momento Brunner perguntou:

– Quem é o inimigo? De onde ele vem?

A pergunta era pertinente pois até aquela hora não sabíamos quem era o inimigo e nem de onde ele viria. Apontar as peças para onde? O Comandante foi obrigado a dizer.

A situação do GEsA era a seguinte: a 2ª Bateria estava em posição; a Bateria de Comando espalhada, lançando fios e fazendo reconhecimentos. As 1ª e 3ª Baterias e a Bateria de Serviços com as suas viaturas dispostas em coluna, no acostamento da estrada.

Quando o Alencastro retornou da reunião informou-nos que o II Exército (atual Comando Militar do Sudeste) e a AMAN, tinham aderido à Revolução e que iríamos fazer face às tropas que vinham de São Paulo. Para tanto, íamos entrar em posição defensiva até a situação se definir melhor.

O Capitão Seixas, oficial de bastante iniciativa e reconhecida liderança, logo que terminou a reunião do Comandante do Grupo, convocou os comandantes das 1ª e 3ª Baterias, Alencastro e Silveira (José Antonio Silveira), este pára-quedista, nos quais confiava, e propôs a passagem para o outro lado. Explicou que seria necessário sigilo total; só os oficiais de nossa total confiança poderiam saber. Os capitães comandantes das Baterias solicitaram tempo para consultar os oficiais. O Alencastro nem consultou os oficiais, perguntou a mim:

– Pizzotti, os oficiais da nossa Bateria vão conosco?

– Com os oficiais o senhor nem precisa se preocupar, porque eu os arrasto.

Minha resposta com convicção estava baseada na união e afinidade muito grande entre nós, tenentes, acima do fato de ser o mais antigo. Nessa ocasião, meu auxiliar de Linha de Fogo era o Aspirante Ricardo Barbalho Lamellas, hoje General. O Aspirante Conforto, promovido a 2º-Tenente em agosto de 1963, assumira outra função. Na verdade, aquele time do GEsA era de primeira grandeza.

O Capitão Alencastro ordenou, a seguir, que mantivesse os sargentos sem munição e que nada lhes dissesse sobre nosso destino. Sairíamos como se fôssemos para um reconhecimento.

– Mas vai ser difícil esconder; reconhecimento com todo o efetivo! O pessoal vai desconfiar – argumentei.

– O problema é teu, te vira – retrucou, dando a questão por encerrada.

Os tenentes, instados por mim, imediatamente toparam. Em cada viatura, na boléia, além do motorista e o sargento chefe da mesma, como era normal, iria um oficial. Eu e o Comandante da Bateria fomos de jipe. Aproveitamos ao máximo a capacidade em pessoal das viaturas. Disse aos sargentos que se tratava de um reconhecimento e que iriam todas as viaturas. Reagiram:

– Tenente, nunca vimos um reconhecimento que utilizasse todas as viaturas!

– Certo, mas esse é um reconhecimento diferente – respondi.

Expliquei a maneira como seria feito o deslocamento, inclusive com um oficial na boléia das viaturas. Devem ter percebido que havia algo de diferente, porque não eram bobos, afinal, eles eram tão profissionais quanto eu.

– Ordens devem ser respeitadas – disse. – Eu, também, estou cumprindo ordens e não as questionei. Vamos fazer o que está sendo determinado.

O comboio começou a ser formado. Algumas viaturas da Bateria Comando estavam mais adiantadas, mas não participariam do movimento. O pessoal dessa Bateria desconhecia o que estava acontecendo. Pronta a organização do comboio fui verificar e encontrei, no fim, integrando a coluna, as viaturas de munição do Grupo, pertencentes à Bateria de Serviços. De certo modo fiquei aborrecido e transpareci aos meus tenentes:

– O que está acontecendo? Integram a coluna viaturas que não são nossas e alertei que não deviam falar com mais ninguém.

Eles explicaram. A Bateria de Serviços estava, naquele momento, sob o comando do Aspirante La Porta (Marco Antonio de Mattos La Porta), reconhecidamente contrário ao rumo seguido pelo Governo Goulart. O Comandante efetivo ficou no quartel ou fazia algum reconhecimento. O Lamellas, muito amigo do La Porta, colegas de turma, falou com ele, que resolveu incorporar-se à nossa Bateria.

A coluna iniciou seu deslocamento em direção ao Sul. Os momentos seguintes foram os mais tensos da minha vida. Teríamos que atravessar a linha de defesa estabelecida à nossa frente pela 2ª Bateria do GEsA e por um Batalhão do Regimento-Escola de Infantaria (REI). No movimento, corríamos o risco de ser alvejados pelas costas. A ação teria que ser firme, rápida e de surpresa. Estávamos saindo de um lado, para nos incorporarmos às fileiras adversárias. Todos que conhecem aquela região sabem que a estrada é totalmente encaixotada pelas elevações, que possuem completo domínio de vistas e fogos sobre ela.

Sem contar que o REI era a Unidade mais bem armada e equipada do País.

Vou ser sincero, foram momentos muito tensos, aliás, toda a viagem foi tensa. Enquanto estávamos no deslocamento, não sabíamos qual o nosso destino; depois, quando decidimos passar para o outro lado, estávamos à mercê do que viesse a acontecer.

O golpe de mão foi fantástico. Encontrava-me numa das últimas viaturas do comboio. O Comandante do Grupo, sentado no meio-fio, não era bobo, percebeu que tinha perdido o controle da tropa. Sabia muito bem que não se faz reconhecimento com aquela quantidade de viaturas. Ultrapassado, em prantos, a coluna desfilando na sua frente, exclamava: “Traidores!” “Traidores!” Soube, posteriormente, que ameaçou se suicidar, mas os oficiais que estavam perto impediram-no. Retiraram a sua arma. Não creio que fosse homem para isso.

Seguimos em frente e mais adiante paramos. Colocado à retaguarda do comboio, pouco ou quase nada sabia do que estava acontecendo. O Capitão Seixas destacou-se em busca de contato com a tropa da Academia, para alertar sobre a nossa decisão de aderir às forças revolucionárias. Saí do meu jipe e fui até a viatura onde estava o Hélcio Silva – nós o chamávamos de “Mosquetão” – e começamos a conversar:

– Hélcio, você já pensou na nossa situação?

– É, estou pensando, não é nada boa.

– Você ouviu o noticiário das rádios? Elas repetem, a todo instante, que as forças do Governo estão ganhando.

Acontecia que as estações estavam na mão do Governo e tentavam ludibriar, dizendo que as forças da revolução tinham fracassado. Naquele momento, antevíamos a derrota, ou seja, havíamos passado para o lado que fracassara, perdedor. Na conversa entre mim e Hélcio concluímos que a nossa situação era dramática. Desertamos diante do inimigo e não seríamos perdoados pelos comunistas. No mínimo vinte anos de prisão, se não nos condenarem à morte. Sabíamos ser esse o destino dos opositores do comunismo.

– Então, o que vamos fazer? – perguntou o Hélcio.

– Morro mas não vão me prender. Prefiro morrer a ser preso por eles. A minha solução é a seguinte: "você serviu em Campo Grande, eu não servi..."

E começamos a discutir um plano de fuga. Naquela época, chegar a Campo Grande era uma epopéia. Não existiam estradas, a não ser que se utilizasse os caminhos que serviam às fazendas. Outra opção era trem ou avião. De trem não seria conveniente, porque seríamos pegos. Propus ao Hélcio:

– Temos que agir de surpresa, sem dizer a ninguém. Tão logo verifiquemos que, de fato, perdemos...

O plano era o seguinte: com auxílio das nossas duas viaturas, deteríamos um carro na estrada, retiraríamos os passageiros e fugiríamos. Armas nós possuíamos, mas era preciso nos desfazer das fardas e, um carro com pessoas, na estrada, provavelmente trazia malas com roupas. Diríamos que, depois, eles seriam avisados – anotaríamos o telefone – onde encontrar o automóvel. Sairíamos na direção da fronteira do Brasil com o Paraguai ou Bolívia. O melhor seria a Bolívia, mas se chegássemos ao Paraguai, em seguida, partiríamos para àquele país e iniciaríamos, então, um movimento de guerrilha contra os comunistas. Nossas famílias seriam avisadas para sumirem, para que não pudessem forçar a nossa volta com a prisão de algum parente próximo. Hélcio concordou:

– Creio que essa é a solução.

Logo depois de acertado o plano, sou surpreendido por um grupo de cadetes armados até os dentes. Cadete é cadete, estavam adorando aquilo; enquanto eu estava preocupado com a minha família, eles achavam aquilo "o máximo". Um deles empunhava uma metralhadora .30 e trazia a fita de munição enrolada no corpo, munição real. Outro aproximou-se e apontou a arma para mim.

A essa altura, sabia que havíamos ultrapassado a linha de posições do Curso de Cavalaria da AMAN e nos encontrávamos próximos às posições do Curso de Infantaria, pois o Alencastro me avisara. No entanto, por questões de mau funcionamento dos rádios que faziam a ligação da AMAN com a Infantaria, o aviso dos cavalarianos à Academia sobre a nossa passagem não pôde ser transmitido aos

infantes. O episódio tornava-se, assim, curioso; os cadetes estavam achando que éramos inimigos. Olhei para um deles e disse:

– Meu filho, você já viu alguém atacar com Artilharia na frente? Por favor, abaixa essa metralhadora.

Ele queria brigar com alguém, estava decepcionado, porque passáramos para o lado deles. Acrescentei:

– Tenho mulher e dois filhos, estou do teu lado. Não quero morrer pelas mãos dos meus aliados; deixe-me morrer pelas mãos do inimigo. Vamos associar forças.

Ele ficou tão sem graça que me pediu desculpas e disfarçadamente foi embora. Esse foi um momento de medo.

Tudo esclarecido, fomos para a Academia e ficamos acomodados junto ao estádio, naquela parte da arquibancada que tem uma cobertura. Nossas viaturas estacionaram nas imediações.

Em seguida, o Capitão Seixas convocou uma reunião de oficiais e sargentos, ocasião em que não se mostrou muito hábil, no meu ponto de vista. Se tivesse deixado que eu falasse com os meus sargentos, por exemplo, creio que os teria trazido para o nosso lado. Seixas se expressou assim:

– Atenção! O problema é o seguinte. O II Exército aderiu à Revolução e nós passamos do lado do I Exército para o lado do II. O General Médici (Comandante da AMAN) é favorável à Revolução e é por isso que estamos aqui e vamos engrossar-lhes as fileiras contra as forças do I Exército. O momento, portanto, é de definição. Os oficiais têm conhecimento desses fatos e já se definiram: estão comigo. Os sargentos, do mais antigo para o mais moderno, quem é a favor da Revolução e quem é contra a Revolução?

Aí já viu; havia sargento que recém-concluíra o curso da Escola de Sargento das Armas (EsSA); estava tão "por fora", ou até em situação pior, quanto eu, quando era aspirante, lá em Santa Maria. Um subtenente manifestou-se:

– Sou contra a Revolução.

Quando o subtenente disse que era contra, o outro subtenente também já foi contra e os demais, até o último sargento, declararam-se contra. Então, o Seixas determinou:

– Todos estão presos. Coloquem as armas no chão.

Decidiu-se que os sargentos permaneceriam junto às arquibancadas, sob a guarda de dois tenentes, que se revezariam de duas em duas horas, durante as 24 horas do dia. Depois de todo o desgaste pelos últimos acontecimentos, surgiu mais esse encargo de vigiar os sargentos. A qualquer momento, eles poderiam

voltar-se contra nós, a única solução que lhes restava. Lembro-me do protesto de alguns sargentos mais chegados a mim, entre eles, o Sargento Feijó, que dizia:

– Tenente, não é possível, estou do lado do Governo e da Constituição e estou preso. Isso é um absurdo.

O Sargento Feijó não se conformava, porque sua mente fora muito bem trabalhada pelo pessoal da esquerda. Os outros, mais idosos, experientes, ainda oscilavam, como os sargentos Gomes e Ramos. Estavam naquela de "deixa correr para ver como é que fica"; depois as coisas se arrumariam. Sabiam, também, da minha estima por eles e, por isso, expliquei-lhes:

– Isso é circunstancial. Depois vou "brigar" por vocês; tenham a certeza de que nunca abandonei meus subordinados nos momentos difíceis.

A situação, ainda, estava obscura. As informações eram imprecisas e não havia jeito de saber, pois as estações de rádio continuavam sob o controle do Governo. Até que em um dado momento, fomos informados que haveria uma reunião, na própria Academia, do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, com o General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, e que chegariam a uma decisão. Aguardamos ansiosamente o resultado dessa reunião.

Acreditava, até agora, estar no lado derrotado e eu continuava com a idéia fixa de fugir para a Bolívia, porque não me ocorria outra solução. Às 3h30min da tarde meu Comandante de Bateria, Capitão Alencastro, nos informa:

– Bem pessoal, a Revolução acabou!

– Mas como! Acabou!? Não é possível. Nós não vamos nos entregar?

– Não! Ganhamos! – esclareceu o Alencastro.

– Não posso acreditar.

Surpreendi-me, pois às 10h da manhã conversava com o Hélcio sobre o plano de fuga para a Bolívia e, às 3h30min, tudo está terminado.

Passou-se a discutir o retorno ao GEsA, no Rio. O Capitão Seixas disse ao General que não havia ambiente favorável ao regresso, enquanto o Coronel Aldo fosse o comandante. Ficou decidido que voltaríamos somente depois da passagem de comando. Permanecemos na AMAN mais algum tempo, até que fosse providenciada a troca dos comandantes, algo demorado no bojo de uma Revolução. Há providências bem mais importantes para serem tomadas. Continuamos pernoitando ali embaixo da marquise do estádio, tirando serviço de guarda dos sargentos.

Chegou um momento que não agüentávamos mais; éramos poucos para esse serviço, o dia todo. O Capitão Seixas solicitou e foi atendido e os sargentos foram transferidos para as prisões da Academia, acabando com a necessidade de

vigiá-los constantemente. Os sargentos "viraram feras" e aumentou a revolta no grupo. Exclamavam:

– Não é possível!

Aproveitei a oportunidade:

– Agora, vocês perderam e não podem mais reclamar. Eu fui o ganhador. Antes, vocês estavam vencendo, agora somos nós.

A transferência dos sargentos para o xadrez da AMAN proporcionou uma "atenuada" boa. Pelo menos, pudemos voltar a dormir, o que há mais de uma semana fazíamos, apenas, três horas por dia. Finalmente, soubemos que já poderíamos regressar. O comandante havia sido substituído pelo Coronel José Pinto de Araújo Rabelo, que depois comandou o I Exército e foi um brilhante General.

No quartel, após a volta, começamos a ouvir as histórias contadas pelos oficiais que haviam permanecido na Unidade. Um dos que ficaram foi o Capitão Belham (José Antonio Nogueira Belham). Teria havido uma reunião, no dia 31 de março, antes do Grupo sair para ocupar posições – eu não participei dessa reunião, cheguei tarde, porque estava no curso de inglês – e, naquela ocasião, o Coronel Aldo disse que o Grupo deslocar-se-ia para ocupar posições, somente acrescentando, além disso, a direção do deslocamento: São Paulo. Ato contínuo, passou a escalar os oficiais que seguiriam: fulano, beltrano, sicrano, quando chegou na vez do Belham, ele disse:

– Belham, você fica.

O Coronel Aldo sabia que o Capitão Belham pertencia ao lado contrário; até hoje ele é bastante incisivo na defesa de seus pontos de vista. O Belham teria, ainda, questionado, mas o Coronel Aldo insistiu:

– Não, eu quero que você fique.

A história que passo a registrar aconteceu com o Belham e o dentista do GEsA, de nome Abílio Moutinho. Contam que o Coronel Aldo Pereira incumbiu o Abílio de retornar ao quartel, levando a notícia da defecção de parte da Unidade. O Belham era o oficial mais graduado entre os que permaneceram no quartel. O Abílio era uma pessoa superenrolada e medrosa. Certa vez, ao extrair um dente que provocou forte hemorragia, desmaiou no consultório. O médico da Unidade, quando chegou, não sabia se atendia o dentista que desmaiara ou o paciente que estava com hemorragia. Quando o Abílio deu a notícia ao Belham, este disse:

– Se um grupo passou para o outro lado e você ficou, então você está do lado deles.

– Deus me livre! – exclamou o Abílio. – Sou da Legião da Boa Vontade, não sou de um lado e nem do outro, eu distribuo sopão.

O Belham, sem saber dos acontecimentos, supôs que fora dada a cada um a opção: "Quem quer passar para o outro lado passa, quem quer ficar, fica."

Esses foram os episódios que vivi ou ouvi dizer, relacionados com a participação do GEsA, na eclosão da Revolução. Devo registrar que me encontrava algo confuso, sem saber direito o que tinha acontecido. Mais tarde, por me sentir completamente "por fora da situação", fui ler e ouvir o noticiário e interei-me de tudo o que ocorreu naquele dia.

A vitória da Revolução trouxe novo ânimo para mim e todos os oficiais que vieram para o Exército por amor e dedicação; foi uma reviravolta fantástica. Toda aquela corrupção que campeava, as cisões internas motivadas por questões políticas, começaram a desaparecer. O lado ético do Exército passou a preponderar. Meu novo comandante, Coronel José Pinto de Araújo Rabelo, era um oficial simples, com iniciativa, excepcional; servir sob seu comando é motivo de orgulho para qualquer um. Ponderado e corajoso nas suas atitudes, mudou o ambiente do quartel.

O Coronel Aldo passou nessa ocasião para a reserva ou ainda continuou na ativa?

O Coronel Aldo não pediu passagem para a reserva. Passou o comando, aliás, já comandara os dois anos e nada mais normal que saísse. Foi designado para chefiar uma Circunscrição de Serviço Militar (CSM), no interior do Nordeste. Cumpriu o restante do pouco tempo de serviço que lhe faltava para a Reserva. Tenho a impressão de que, ao se demorar um pouco para solicitar a transferência para a inatividade, acreditava numa reversão da Revolução. Se a vitória fora rápida, era lícito imaginar que, talvez, fosse também rápido e fácil a Revolução cair.

Formou-se no País um ambiente extremamente favorável à Revolução. As pessoas, quando saía fardado, vinham cumprimentar-me, agradecendo ao Exército pela decisão tomada. Tudo que se diz hoje contra a Revolução é uma mentira deslavada. Basta ler o que a imprensa publicou ou conversar com as pessoas daquela época. A Revolução de 1964 foi um alívio para cada brasileiro. Antes dela, o ambiente era simplesmente aterrador.

Um fato me chamou a atenção, logo depois da vitória do movimento. Eu vi, ninguém me contou. Foi na antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), que funcionava em Xerém, arredores do Rio de Janeiro, a única fábrica de veículos brasileiros, os famosos "Feneme". De serviço, com uma tropa, o que vi lá foi estarrecedor; nos postes havia escrito o seguinte: "Nesse poste será enforcado o engenheiro tal, nesse poste será enforcado fulano de tal, nesse poste será fuzilado sicrano de tal." Os nomes das pessoas estavam escritos pelos comunistas que dominavam a fábrica e pensavam, um dia, tomar conta de tudo e assassinar os desafetos. Na FNM, a mais

nítida demonstração de qual era a situação brasileira; as pessoas já tinham local certo e tipo de morte escolhida, se era enforcamento ou fuzilamento.

Tinha certeza de que seria o fim de todos os que levantassem um braço contra o comunismo, pois em qualquer parte do mundo foi assim. Comunismo é um regime "tão fantástico" que Stálin matou dez milhões de russos, Mao Tsé-tung também assassinou milhões de chineses e, no Camboja, a revolução comunista matou mais da metade da população. Acho graça, é simplesmente ridículo, quando hoje falam das torturas, dos sofrimentos, suportados pelos opositores da Revolução.

Na verdade, derrotados pela Revolução, eles foram treinar na Albânia, Cuba e outros países comunistas, até mesmo na Rússia, com o propósito de pegar em armas e desencadear as guerrilhas urbana e rural. Levaram três anos treinando, exatamente o período entre 1964 e 1967, intervalo de tempo necessário para poder organizar as células da luta armada e partirem para o confronto em movimentos tentados no sul de São Paulo, em Xambioá e nas grandes metrópoles brasileiras, apropriando-se para tal do entusiasmo dos jovens estudantes. Desencadeou-se, então, uma guerra civil surda, não há dúvida de que foi isso que aconteceu.

É bom salientar que a população brasileira, logo após a Revolução, sentiu uma certa angústia com o Governo revolucionário. A inflação prevista para o ano de 1964, herdada do Governo anterior de Jango, era de 80%. O Presidente Castello Branco, ao assumir, foi obrigado a adotar medidas recessivas, atitude normal nestes casos. Várias empresas quebraram, muitas pessoas que investiram em empreendimentos perderam dinheiro e o número de desempregados aumentou.

O próprio Castello Branco, muito sisudo – nunca vi o Presidente dar um sorriso – e inflexível, não sabia agradar as massas. Comportava-se como o Comandante de uma Força, apesar de ser uma pessoa extremamente educada e amável, opinião de todos que o conheceram, e ter se revelado grande estadista. De qualquer forma, a imagem que o povo fazia não era exatamente essa e chegou a existir grande antagonismo contra ele. Quando tenente-coronel, interessei-me em pesquisar a vida de Castello Branco. Li publicações da Imprensa Nacional tratando de seus pensamentos, retratados nos vários discursos que fez, bem como, o que ele já tinha escrito antes da Revolução. Castello Branco era um ferrenho democrata. Dizia que todo governo de força, em pouco tempo, começa a demonstrar que deseja manter-se no Poder, a todo custo.

Creio que chefiar uma revolução foi o maior desgosto para ele, razão pela qual a denominou de Revolução Democrática e tanto se preocupou em manter o Congresso funcionando. Pretendia, a curto prazo, fazer o País retornar ao regime democrático normal. Cometeu um erro, que foi o de limitar-se, dizendo que o seu

Governo completaria o período do Presidente João Goulart. Era pouco tempo para se fazer as modificações básicas necessárias para que a inflação fosse contida e o País voltasse a funcionar a contento. Gerou um antagonismo, porque ele mesmo percebeu que deveria prorrogar o seu mandato. A partir de seu Governo, o Brasil começou a melhorar.

Castello Branco, ao contrário dos radicais, não queria aplicar punições violentas aos perdedores. As sanções ficaram restritas às cassações políticas, consentindo que o indivíduo continuasse sua vida normalmente. Não promoveu perseguições e todos os vencidos puderam sair de seus esconderijos e desfrutarem uma vida normal. Sua atitude magnânima foi semelhante à de Caxias.

As forças de direita eram terminantemente contra. Sabiam que restaria o "paredão", no caso de terem sido derrotadas, e não se conformavam com a situação. Sob o efeito da recessão, Castello desgastou-se. Soube de uma reunião na Vila Militar do Rio, na qual foi preciso o Costa e Silva usar de energia para manter o Castello Branco.

Tenho certeza de que Costa e Silva não estava preparado para assumir a Presidência, mas o resultado dessa reunião deu a ele a condição de substituto natural de Castello. Sem o mesmo carisma e ponderação do Presidente anterior, mergulhamos outra vez em problemas, essa é a realidade.

Nessa época, surgiu um movimento dos capitães na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde servia. Não participei porque não gosto de política dentro do quartel. Creio que só divide. Talvez o que me impeça de trazer política para dentro do quartel seja resquícios da minha traumatizante vivência de Aspirante. Você passa a não saber em quem confiar. A política nas Forças Armadas deve ficar restrita aos comandantes das Forças, que para isso devem contar com estrutura adequada. Por esse motivo me mantive alheio ao movimento dos capitães. O Comandante da EsAO era o próprio José Pinto de Araújo Rabelo, então General. Foram momentos muito desagradáveis, até porque o movimento era forte. Os capitães tinham razão no que ponderavam, porque de fato o Brasil estava voltando a uma situação que não queríamos que acontecesse. A corrupção já rondava o Palácio e aí não dava para aceitar.

Costa e Silva adoeceu e acabou morrendo. Após breve interregno assumiu a Presidência o General Emílio Garrastazu Médici, um dos maiores estadistas brasileiros. Implacável no combate aos comunistas, conseguiu acabar com os movimentos revolucionários de esquerda no Brasil. Com certeza, essa é a razão do ódio que os comunistas o devotam. Por ser tão fantástico, tão incrível precisam manchar-lhe a imagem.

A guerrilha de Xambioá surgiu com toda a força, muito bem estruturada, logo que ele assumiu o Governo. As primeiras tropas do Exército mandadas para combater

o movimento sofreram um revés; não digo que foi uma derrota, mas um contratempo. A estratégia comunista era mostrar ao público a existência de forças opositoras ao Governo Federal, buscando, num segundo instante, o reconhecimento das potências comunistas. É o mesmo caso da criação da nação indígena Ianomâmi, que pode vir a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Contrapondo-se a essa condução do foco guerrilheiro, nosso Governo conseguiu mantê-la desconhecida. Poucas pessoas tinham conhecimento da guerrilha de Xambioá. A estratégia imaginada pelo Governo Médici, para sufocar a rebelião, foi extremamente bem-sucedida. Orgulho-me desse feito do Exército Brasileiro, porque não conheço outro caso de sucesso, como esse aqui no Brasil, sem deixar qualquer raiz.

Basicamente, consistiu na atuação de pequenos destacamentos especializados e muita informação.

Foi mais uma operação de informações do que uma operação militar propriamente dita. Achava graça, porque sabia de sua existência. Nessa época, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e lembro-me que perdia pontos na prova, porque empregava um destacamento com determinado número de combatentes, em desacordo com a doutrina de combate à guerrilha ensinada, baseada na norte-americana. Mas sabia que se empregava algo muito mais efetivo, com bons resultados, em Xambioá. Fui penalizado na prova por uma doutrina que sabia ser completamente ultrapassada e que estava fracassando radicalmente nos Estados Unidos (contra o Vietnã).

O Exército Brasileiro possui competência inequívoca, habilidade e versatilidade para encontrar as soluções certas em momentos incertos. Às vezes, convive com determinadas situações, completamente adversas, sabendo o momento oportuno para tomar a decisão. É o caso típico do Tenente Sylla, que subiu no jipe e reverteu a situação junto da população, conforme citei no início da entrevista.

Essa versatilidade do Exército, dos seus oficiais, a formação que possuem, é o que penso ser mais precioso, na estrutura. É de um valor imenso, que os mais jovens não percebem, mas pode-se identificar, repassando a História do Brasil. Ela confunde-se com a História do Exército Brasileiro. Os principais movimentos na evolução política, social e econômica do Brasil contaram com a participação do Exército Brasileiro e a Revolução de 1964 é um desses marcos. Levou o País a uma transformação radical.

Concluindo sobre o Presidente Médici, diria que foi um Governo que reputo excepcional. Acredito que tenha enfrentado um dos momentos mais difíceis da Pátria brasileira. Ocorreram cisões graves e pressões de poderosos interesses internacionais e ele se saiu muito bem.

Acrescente-se que no Governo Médici alcançamos a oitava posição no ranking *das economias mundiais. Antes da Revolução éramos a 48ª. Ele conseguiu estabilizar a inflação em 13% com o crescimento do Produto Interno Bruto de 14%.*

É impressionante, a Revolução de 1964 conseguiu em 15 anos mudar radicalmente o Brasil.

Discorrendo sobre as conseqüências da Revolução, devo dizer que ela foi extremamente competente na área econômica. Reduziu a inflação de uma forma impressionante, construiu todas as grandes obras de infraestrutura que ainda hoje temos no País. O Brasil era um País insignificante economicamente, antes da Revolução.

O atraso era tremendo. No Rio de Janeiro pré-1964, para telefonar de Cascadura para Madureira, bairros contíguos da cidade do Rio, necessitava-se de auxílio da telefonista e utilizava-se o telefone de manivela. Minha mãe levou simplesmente 14 anos na fila, esperando por uma linha telefônica. A energia elétrica era racionada. Lembro que os meus alunos do curso de Defesa Antiaérea tinham que programar os seus estudos para os horários de luz. O corte era feito por bairro. Esse era o Brasil pré-revolucionário, antes do 31 de março de 1964.

Existiam poucas estradas asfaltadas e, assim mesmo, de má qualidade e traçado bem antigo. Poder-se-ia citar a rodovia Porto Alegre–São Paulo, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, faltando concluir um trecho de 150km, na Serra, entre Curitiba e São Paulo. Para se chegar à Santa Maria, só se fosse de avião ou trem; em Mato Grosso só de trem e para o Nordeste só se podia ir de navio ou, então, de avião. Todas as estradas que temos hoje, na realidade, foram feitas durante a Revolução. Para se aquilatar o nível de incompetência e calamidade existente, o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, durante os 7 anos que esteve à frente da Pasta, construiu trinta mil quilômetros de estradas asfaltadas, quantidade superior à rede rodoviária existente, até então, no Brasil.

Hoje, mais de 15 anos depois da Revolução, não conseguiram duplicar a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, que são estradas fundamentais para o Brasil e vêm causando acidentes quase diários, devido às más condições, provocando, a cada mês, dezenas de mortes. São estradas vergonhosas para a expressão e valor do Brasil.

Somos a mesma "republiqueta" de antes da Revolução, a reboque do que o americano e os outros querem, eis a grande realidade; no Brasil, na época da Revolução, descobrimos nossos próprios caminhos, essa é uma verdade incontestável.

O senhor falou sobre as conquistas da Revolução com vistas a melhorar o Brasil, sobretudo a respeito da infra-estrutura, transportes, telecomunicações e produção de energia elétrica, o que possibilitou ao País a base para o seu grande salto em termos

econômicos, agora minha pergunta seria a seguinte: Constatado isso, o trabalho de comunicação social, para a conquista da opinião pública brasileira, funcionou a contento, na sua opinião?

Sob a minha óptica, entendo que a Revolução refletiu muito a formação que os militares recebem nas Escolas Militares. A Academia Militar descende de uma escola de engenharia e, até hoje, essas raízes são evidentes, no currículo e mentalidade que vigora no Exército. Nunca precisei de Descritiva e tinha que estudá-la; nunca precisei de grande parte das matérias que estudei na Academia. Fui obrigado a estudá-las, por quê? Pela tradição de engenharia. Na realidade, a carreira castrense, exceto, evidentemente, os que vão para a área da engenharia militar, é voltada para o campo psicossocial.

Ocorreu que fez-se no Brasil o que se costuma fazer no Exército: obras. Ignorou-se que é importantíssimo trabalhar as cabeças das pessoas. Durante todo o período, enquanto a atenção direcionava-se para as obras, os comunistas não estavam dormindo. O que eles fizeram? Foram para as áreas capazes de atuar sobre a sociedade, influenciando-lhes a opinião.

Que áreas são essas? Primeiro a área da educação. O educador lida com jovem que possui mente aberta, uma espécie de quadro em branco no qual se pode desenhar o que quiser. Hitler e Stálin transformavam os jovens, respectivamente, em nazistas e comunistas ferrenhos. Felizmente, alguns não se deixam iludir e conseguem resistir às lições, tanto que existia oposição, na Alemanha e na Rússia. Os comunistas brasileiros colocavam todo o seu esforço na área do ensino.

A segunda área que tem um poder tremendo sobre a sociedade é a Justiça. Se pensarmos bem, tudo acaba sendo resolvido pela Justiça; se houver juízes que o favoreçam ou que pensem igual a você, tudo bem.

A última área é a da Comunicação Social. Sou formado em Administração e há muitos anos ensino *marketing*, inclusive tenho curso sobre propaganda, realizado nos Estados Unidos. Conheço Comunicação Social, que é uma das ferramentas do *marketing*. O que ocorre é que se consegue levar a opinião pública para o lado que quiser, não só pelas notícias divulgadas, mas particularmente pelas notícias omitidas. O que a massa pensa é o que os donos da mídia querem que ela pense, essa que é a verdade. Meus alunos, também sou da área acadêmica, ficam revoltados, quando digo que não possuem opinião própria. Também já senti na própria pele.

Ainda tenente, fui escalado para fazer um curso de Relações Públicas. Confesso que imaginava consistir, única e exclusivamente, em lembrar o aniversário dos outros, presentear com flores as pessoas homenageadas e, quando muito,

preparar um discurso ou recepção para saudar alguma autoridade. O curso foi realizado na H. Stern do Rio de Janeiro, às quartas-feiras à tarde, sem prejuízo das obrigações militares. Seus palestrantes e professores eram autoridades no assunto, como um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) ou jornalistas consagrados; enfim, pessoas especializadas em Relações Públicas. Espantei-me com meu nível de ignorância. Aprendi como era possível conduzir a opinião pública; não sabia que me havia transformado em uma mera palha ao sabor do vento. Sempre acreditei que tinha opinião própria e esse desgosto, de certa forma, fez com que começasse a estudar Relações Púbicas. Pelo menos, poderia voltar a ter a minha própria opinião.

Mesmo depois da faculdade de Administração, quando estudei *Marketing*, e ter tomado todas as precauções, cheguei à conclusão, ainda assim, de que a minha opinião era conduzida. Não é muito difícil fazer as pessoas pensarem o que se quer que elas pensem. Não se percebe, mas o comportamento do consumidor num estabelecimento comercial é conduzido; nada é feito ao acaso. É força dos princípios científicos, não adianta contestar, pois é a ciência sendo usada para controlar as pessoas.

Bem, então creio que faltou à Revolução de 1964 a Comunicação Social, porque nós oficiais não tínhamos essa formação na Academia. Faltou aos nossos líderes, na época, essa percepção de que além das obras é preciso, também, fazer a cabeça das pessoas. Tudo que estamos sofrendo hoje é fruto exatamente dessa falta de consciência.

O Presidente Médici foi muito bem assessorado pelo Coronel Octávio Costa. Tenho uma admiração profunda pelo trabalho desse oficial que merece ser homenageado por todos nós, pelo que conseguiu implantar em termos de mudança da mentalidade do Exército. O Octávio Costa conseguiu montar um sistema de Comunicação Social extremamente competente, ágil e rápido, inclusive associado à Informação, algo que se perdeu e, até hoje, não se conseguiu refazer, dentro do Exército. São atividades complementares e devem ser tratadas de forma integrada, no Gabinete do Ministro. Tive oportunidade de ressaltar esse ponto de vista aos chefes militares dessas áreas, embora reconheça ser difícil que se faça a integração, considerando a falta de sedimentação da mentalidade entre os oficiais.

Não resta dúvida que o desprezo pela Comunicação Social provocou uma perda do Poder, logo depois que a Revolução acabou. As pessoas conduzem-se pelo que lhes é colocado nas suas mentes; não adianta dizer que o outro é ruim, você tem que convencer que ele é ruim, convencer sobre os malefícios que é

capaz. Isso é o que os opositores do Movimento de 1964 estão fazendo com a nossa população. Nada foi mais benéfico para o Brasil do que a Revolução e se você perguntar para qualquer jovem a sua opinião, responderão que "a Revolução foi tortura" ou "anos de chumbo". Os bandidos passaram a ser heróis.

A falta de competência espalhou-se em outros campos, além da Comunicação Social. Quando qualquer decisão vai para a Justiça, somos derrotados, não tenha dúvida. Possuo muitos amigos advogados e sei que "fizeram a cabeça" deles, na faculdade. Impregnados da ideologia, apesar do óbvio, não conseguem manter a isenção ou a impessoalidade no que fazem, como eu estou apontando, agora, os erros.

No momento, lutamos dentro de um terreno minado. A cada passo nos confrontamos com uma mídia desfavorável; se formos para o lado da Justiça, a mesma dificuldade e continuamos vítimas de pedagogos de esquerda.

Freqüento o meio universitário e sei que a maioria é de esquerda; a Universidade de São Paulo (USP) está cheia deles, fora o patrulhamento ideológico terrível para quem não é de esquerda. Eles são extremamente organizados, principalmente nas universidades públicas. Nas particulares, o número de professores simpáticos às idéias de esquerda, também é extremamente alto. Gerou-se um círculo vicioso: os que se formam vão "fazer a cabeça" dos novos alunos.

Cometemos no Brasil, nessa área, o mesmo erro dos americanos no Vietnã. A população vietnamita era extremamente pobre e dominada por um governo corrupto. A elite apropriava-se da riqueza, deixando muito pouco para ser distribuído pelo povo. Os americanos, para defenderem os seus interesses na região, em vez de promoverem um governo capaz de alterar essa estrutura, limitavam-se a apoiar o governo corrupto.

O Vietnã do Norte, com base numa estrutura comunista muito bem montada, infiltrou-se no território vizinho. Enquanto os americanos construíam escolas e hospitais, os comunistas infiltravam professores, nas escolas, e enfermeiras, nos hospitais, de modo que, ao final de cada estágio dos alunos e pacientes, surgiam novos adeptos do comunismo. O vietnamita queria a unidade cultural de sua Nação e o americano raciocinava com os bens materiais.

Até certo ponto, cometemos o mesmo erro. Construíram-se hidrelétricas, estradas, escolas, muitas escolas – o Brasil era um país de analfabetos e a Revolução, em 15 anos, reverteu esse quadro –, mas não se preocuparam com a cabeça das pessoas.

Outro ponto que gostaria de opinar é que um Governo forte, mesmo os Governos revolucionários que mudavam de governantes, tende a desgastar-se. A luta pelo Poder seduz as pessoas, os grupos começam a se digladiar para alcançá-lo e,

nem sempre, os melhores são os escolhidos. A grande verdade é que após o Governo do General Médici o caminho da Revolução apresentou-se em declive contínuo.

Quando servia na academia militar norte-americana de West Point, fui convocado para ministrar duas aulas para o curso de História dos cadetes. Um dos temas era comparar a atuação do Exército dos EUA e do nosso, na vida política de seus paises. Deveria concentrar-me nos motivos que levaram o nosso Exército a envolver-se nos movimentos políticos ao longo da nossa história, contrariamente ao Exército daquele país. A outra intervenção referia-se ao programa nuclear brasileiro.

Precisei estudar bastante, pois não tinha pensado muito sobre esses assuntos, apesar de ser matéria do concurso de admissão à Escola de Estado-Maior. Mas o compromisso das aulas exigia que me aprofundasse bem mais. O tema nuclear era quente, por causa do recente acordo com a Alemanha, assinado no Governo Ernesto Geisel, e a oposição frontal dos norte-americanos.

O programa nuclear era uma utopia. Gastar-se-ia milhões e milhões de dólares em cima de uma tecnologia não comprovada. A crise do petróleo reduziu os recursos disponíveis do País e gastaríamos uma fábula de dinheiro. Tinha quase certeza de que não iria dar certo, como não deu. Ainda major, visualizei a inviabilidade do empreendimento e creio que quem estava no Poder teria muito mais ferramentas para enxergar o que eu já estava vendo.

Nessa entrevista fiz menção específica a alguns governos revolucionários. Retomando esse viés afirmo que depois do Presidente Médici começaram a declinar os ideais e valores que presidiram a implantação do Movimento de 1964. Os principais focos da ameaça estavam eliminados, a estrutura do inimigo já apresentava desorganização, em termos de força militar. A continuação do processo revolucionário desgastou muito o Governo. Infelizmente, desaguou no desastroso período do General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Lamento ter que dizer isso, estando ele morto, mas sinto profundamente que tenha assumido a Presidência. Conheci-o um pouco antes de galgar o Poder e fiquei simplesmente desesperado, porque se encontrava totalmente despreparado para exercer um cargo de tamanha importância, e pior, usando o nome do Exército Brasileiro.

Para terminar, apenas lhe pediria, como sempre faço com os demais colaboradores, que deixasse algumas palavras de estímulo para os jovens militares, pois ao longo deste novo século que iremos vivenciar, analisarão sua entrevista e nela se basearão para o aproveitamento de importantes conclusões.

A profissão militar é bem complexa. Exige de seus seguidores forte idealismo, tenacidade e obstinação. As Forças Armadas existem para atuar nas situações

mais difíceis de uma Nação e, para isso, devem estar preparadas para serem capazes de enfrentar as adversidades.

Minha vocação, desde pequeno, era ser oficial do Exército e, mais tarde, oficial de Estado-Maior. Na primeira oportunidade fiz o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Não obstante minha vontade, houve momentos em que tive dúvidas, particularmente nos anos de 1963 e 1964, porque eram tantas as pressões e desilusões que, reconheço, quase esmoreci. Quis o destino que viesse a Revolução e pude continuar.

A primeira mensagem, então, para os jovens iniciantes na carreira militar é que sejam obstinados naquilo que decidiram fazer. Ou acreditamos e vamos em frente ou não estamos preparados.

Às vezes, chego a me emocionar quando leio sobre a vida de nossos antecessores, como Mallet, Caxias, de quem sou admirador incondicional. É impressionante como conseguimos ter um Exército do jeito que temos, em um País do jeito que era. Sempre esteve na dianteira pela busca de melhores condições de vida para o povo. Em todos os anos de serviço no Exército, desde que ingressei no Colégio Militar, até quando passei para a Reserva, com 61 anos de idade, sempre senti o entusiasmo e a empolgação quando se falava de Brasil e povo brasileiro. Exército e povo juntos geram uma força indestrutível e nunca devem se separar. Jamais podemos cometer o erro que alguns exércitos incidem, inclusive na América do Sul, de tornarem-se uma força à parte da sociedade.

Devemos evitar a expressão sociedade civil, criação da esquerda para nos separar, na medida que haveria duas sociedades: a civil e a militar. Existe uma sociedade brasileira da qual fazemos parte e devemos ter orgulho de integrá-la e comungar dos mesmos ideais.

Conseguimos crescer como Nação graças à unidade do Exército Brasileiro, à identidade de pensamento de oficiais, sargentos e praças que têm formação semelhante e passam pelas mesmas dificuldades. Isso jamais poderá ser quebrado.

Alguns momentos foram difíceis. Lembro o início da Guerra do Paraguai, quando fomos invadidos pelo país vizinho. Pesquisei e ficou claro o por quê das forças paraguaias ousarem tal empreitada e, pior ainda, foram necessários cinco anos, para chegarmos à vitória. O Imperador simpatizava mais com a Marinha; tínhamos 14 mil homens para defender todo o território brasileiro. Os soldados eram considerados a escória da sociedade e, como tal, desprovidos de importância; viviam bêbados e brigando. O Paraguai contava com setenta mil homens de primeira linha e vinte mil de segunda linha, equipados e armados com o que existia de mais moderno na Europa.

A vantagem da República está na criação de um Exército que, apesar das deficiências materiais e das restrições orçamentárias, impediu, depois de um certo tempo, que se produzissem as divisões internas e foi suficiente para dissuadir ameaças dos nossos vizinhos.

É bom que tenhamos essa consciência histórica do nosso Exército, seus períodos difíceis, alguns piores do que o atual. Nem de longe posso comparar os momentos angustiantes que vivi em 1961 e 1962 e, depois, em 1964, com os de hoje. Até mesmo pelos chefes de hoje, pessoas íntegras, honestas, sempre juntos aos seus subordinados. Pode-se questionar um ou outro caminho adotado, mas sem comparação com o passado recente. Quem não testemunhou como era antes, dificilmente pode imaginar a situação real. Essa é a mensagem, em termos de Exército.

Quero, agora, ressaltar a liberdade que gozamos no Brasil e que poucos povos do mundo desfrutam. É uma ilusão dizer que há liberdade em determinados países. Durante o Governo Médici, colega holandês da faculdade, casado com uma brasileira, vivia se lamentando das dificuldades em levar os filhos para visitar seus avós, na Holanda. Havia uma taxa, um tipo de empréstimo compulsório, obrigando-o a pagar o dobro da passagem. Brinquei com ele:

– Está vendo! Você sai da Holanda, país democrático, e vem para o Brasil, que acusam de ditatorial... Por que você saiu da Holanda?

– Ah! Aqui temos liberdade. Na Holanda sou vigiado pelo meu vizinho, sou vigiado pela policia e sou vigiado pelo governo.

Nosso povo é solidário em qualquer emergência. Sou testemunha de que várias vezes, na defesa civil, ao saber de um problema grave qualquer, uma massa humana se apresenta para ajudar. Torna-se até difícil contê-la, no seu ímpeto solidário.

Em qualquer país do mundo o estrangeiro sempre é malvisto, colocado em segundo plano; aqui recebemos os estrangeiros muito bem e, de braços abertos, os acolhemos em nossas famílias, algumas vezes até os prestigiamos mais do que aos nossos compatriotas. Em nenhum país do mundo é assim. Quando se sai do Brasil e vai-se para outros lugares, podemos bem avaliar como nosso País é bom e passamos a valorizá-lo ainda mais.

Sem dúvida alguma, passado o tempo, sedimentada a história e sem o calor das paixões, a Revolução de 1964 será vista como o ponto de inflexão, a mola propulsora que elevou o Brasil de País subdesenvolvido para uma potência emergente. O povo brasileiro, por suas características, merece isso.

Volto a externar os meus agradecimentos pela oportunidade de falar sobre os acontecimentos que participei da Revolução de 1964. Passaram-se alguns anos e

nesse período ninguém me perguntou o que aconteceu. Nada do que acabei de dizer está registrado nem mesmo no boletim da Unidade, e essa falta de memória é lamentável. Quis o destino que pudesse contar a minha vivência agora, um momento adequado, quando exerço as atividades de professor, na formação e nos cursos *lato e stricto sensu* de várias universidades na área de Administração.

Da mesma forma que aconteceu comigo, aconteceu com outros oficiais. Há tanto para ser contado, a fim de montar esse quebra-cabeças conseqüente da visão de quem, na época, estava em diferentes posições. Essa lacuna, talvez seja um dos motivos dos momentos difíceis do presente. Falta aos jovens, até aos moços militares, a consciência sobre os fatos ocorridos, na Revolução de 1964.

A decisão do Comando do Exército de preservar a história da Força Terrestre possui um valor inestimável. É preciso que todos entendam a História real brasileira e não a História virtual, que está sendo contada.

Ao encerrar, peço desculpas pela minha franqueza. Expressei exatamente meus pontos de vista; disse nomes de pessoas que discordava de suas atuações.

Entendo que somente reconhecendo os próprios pontos fracos e buscando identificar, enfrentar e superar os problemas da forma mais inteligente possível, podemos evoluir. Se não formos capazes de tomar essa atitude desprendida, se quisermos acobertar o que não está correto, iniciaremos a grande marcha para o fracasso.

Sempre fui extremamente franco com meus subordinados. O chefe que mente para os subordinados dá o primeiro passo para deixar de sê-lo. Foi assim que meu comandante ficou no meio da rua. Jamais menti para eles e, por essa razão, nunca fui deixado no meio da rua; meus subordinados sempre me acompanharam de perto. Se alguém discordasse de meus pontos de vista, ouvia a outra opinião. Muitas vezes até mudei-os, porque os argumentos que estavam sendo apresentados eram bem mais sólidos e consistentes do que os meus.

Então, é por isso que sou tão franco e lamento, porque quem é franco corre o risco de ser mal-interpretado. Mas, às vezes, é melhor ser franco do que encobrir o que não deve ser encoberto. Muito obrigado.

Coronel Antonio Erasmo Dias

Nasceu em 1924, em Paraguaçu, interior de São Paulo. Em 1941 ingressou na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre.

Cursou inicialmente a Escola Militar do Realengo, formando-se aspirante-a-oficial da arma de Artilharia na primeira turma da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende.

Foi comandante, como major, da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá-SP, e como coronel, do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, em Praia Grande-SP. Foi Chefe do Estado-Maior do Comando da Artilharia de Costa, em Santos e Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em São Paulo.

Encontra-se reformado como Coronel do Exército.

Foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo nos governos Laudo Natel e Paulo Egydio.

Foi Deputado Federal, inclusive presidente da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados. Deputado estadual, por 3 legislaturas, tendo sido presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa e, durante a constituinte, relator da Comissão Temática no capítulo da Segurança Pública.

É Bacharel pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara e licenciado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

Foi diretor administrativo da Companhia Docas do Estado de São Paulo, em Santos.

É atualmente vereador no Município de São Paulo-SP.

Entrevista realizada em 17 de outubro de 2000.

Quando cheguei a São Paulo, em 1962, para servir no Quartel-General da 2ª Região Militar, habilitei-me a obter licenciatura em História na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, no quarto ano, então funcionando na Rua Maria Antônia. Conciliei o trabalho profissional no Exército com a faculdade durante a noite, tendo inclusive terminado o curso já na Cidade Universitária. Tive a oportunidade inclusive de redigir uma monografia editada posteriormente sob o título "A Educação no Período Colonial".

Obtive registro no Conselho Federal de Educação de diversas matérias ligadas à Economia e História, o que me proporcionou atividades de ensino durante cerca de 15 anos, trocando o lazer pelo trabalho como professor, em noites e mais noites, sempre conciliando a caserna e a cátedra, exercendo o magistério em faculdades de Economia e Administração de Empresas em Santos e São Paulo.

Tive, portanto, a oportunidade nesses longos anos de 1956 a 1972 de viver e conviver com a sociedade civil nas faculdades, como aluno e professor, o que muito me serviu no exercício de outras atividades.

Militar por formação, professor por vocação, policial por devoção e político por obrigação.

Terminado o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), fui classificado no Estado-Maior da 2ª Região Militar, em 1962, quando então a Nação já sentia o desequilíbrio provocado pela renúncia de Jânio Quadros, com a marca indelével de "peleguismo" patrocinado por João Goulart.

Nesse mesmo ano, por indicação direta do Comandante da Região, General Aurélio de Lyra Tavares, com menos de um ano no Estado-Maior da 2ª Região Militar, recebi ordens para assumir o comando da 3ª Bateria de Obuses de Costa – Forte dos Andradas, em Guarujá. Motivou minha designação, particularmente, a comunhão de idéias e ideais entre o General Lyra Tavares e nós.

De 1962 a 1965 no comando do Forte dos Andradas, praticamente em todo o período estivemos engajados no Movimento Contra-Revolucionário, na Baixada Santista que assistia ao crescimento vertiginoso do domínio dos sindicatos, via de regra, sob direção comunista, gozando de privilégios do "peleguismo" no Poder.

Greves e mais greves, todas de fundo político, pretendendo o sindicalismo peleguista-comunista ditar regras em todos os setores de atividades, com a finalidade de subverter e inverter o regime.

Esclareço que chamo de Movimento Contra-Revolucionário o movimento patriótico-democrático que se opunha à revolução comunista em curso no Brasil, naquela ocasião.

Durante o decorrer de 1963, Santos passava a ser a verdadeira "cidade vermelha", dominada pelo "peleguismo", com a simpatia e apoio dos poderes políticos do

Executivo e Legislativo. O sindicalismo peleguista-comunista instituiu o "Fórum Sindical de Debates", congregando os sindicatos, verdadeiros "sovietes", órgão político gerenciador de todo movimento contra o regime democrático.

Nossa tropa foi preparada, além de sua missão normal, para atender a qualquer tipo de emprego como elemento de Segurança Interna com elevado grau de profissionalismo, obtido na "selva da mata e dos morros" do litoral, na região do Monduba.

Ante à "revolução comunista" silenciosa, porém atuante e em marcha com o beneplácito do Governo Federal, mantivemos com o Estado-Maior da Guarnição de Santos, particularmente no setor de operações o Coronel Varella e de informações o Major Garboggini (José do Amaral Garboggini), companheiros dos mesmos ideais, estreita ligação, bem como com o Movimento Contra-Revolucionário, tanto na Capital de São Paulo, como no Rio e em Minas.

Ao alvorecer de 1964, nossa Unidade, os oficiais citados do Estado-Maior da Guarnição de Santos e outros segmentos representativos de entidades civis se incorporaram ao Movimento Contra-Revolucionário.

No âmbito político e sindical campeava à solta a "Revolução Progressista Peleguista".

Na tarde de 31 de março de 1964 tivemos conhecimento do movimento em Minas, ocasião em que mantivemos nossa tropa em condições de a qualquer momento cumprir ordens. Situação difícil, eis que todas as outras unidades, 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), Base Aérea e Capitania dos Portos, bem como o General Carlos Buck Júnior, Comandante da Guarnição, e o Coronel Adston Pompeu Pizza, Chefe do Estado-Maior, estes contrários ao regime, os demais omissos.

Nessa tarde de 31 de março, particularmente em Cubatão, o sindicalismo peleguista-comunista ocupou a Refinaria Presidente Bernardes e a Cosipa, áreas críticas, certos de que a "revolução comunista" se deflagrara. O poder político em Santos, exultante, programara nesse dia homenagem a Jango Goulart.

No Quartel-General do II Exército, onde o General Amaury Kruel se mantinha com posição indefinida, seu Estado-Maior já tomara posição contra-revolucionária anticomunista, tendo em toda Baixada Santista apenas o nosso apoio em termos de atuação de força.

Recebemos ordem de "manter e garantir a Refinaria de Cubatão", a fim de assegurar o combustível indispensável. Não pudemos dispor de nossa tropa, pois o General Comandante não estava engajado na Contra-Revolução, inclusive se recolheu ao Forte de Itaipu a fim de não ser encontrado.

Fomos autorizados a dispor de elementos da Polícia Marítima de Santos, órgão do Governo de Adhemar de Barros, com a qual me fiz presente na Refinaria, eu e meu

capitão oficial-de-operações, por volta das 10h ou 11h da noite. Estava ocupada pelos "bonés vermelhos" dos pelegos comunistas, ameaçando explodir a refinaria caso pretendêssemos ocupá-la.

Eu, na época major, e o Capitão Ribeiro, ambos armados com metralhadoras, mantendo elementos da Polícia Marítima no lado externo como se cobertura fossem, no dia 31 de março adentramos à Refinaria sob apupos, vaias e mesmo xingamentos de todo o tipo, além das ameaças de explodir dois enormes carros tanques de amônia que bloqueavam a entrada principal.

Entramos os dois, dirigimo-nos à Superintendência onde estava o Almirante Zavataro, pelego comunista chegado ao General Osvino (Osvino Ferreira Alves), Presidente da Petrobras, da mesma linha ideológica. Alto e bom som, ante o espanto do citado Almirante, declaramos que ocupávamos a Refinaria *manu militari* por ordem do General Comandante do II Exército.

Momentos difíceis, de grande tensão, isolados do exterior, apenas mantendo contatos velados com informantes de que dispúnhamos e que nos mantinham relativamente bem informados dos acontecimentos internos. Ameaças e mais ameaças, que aliás foram concretizadas em plano subversivo posto em ação dentro da Refinaria, com sabotagem adrede preparada, aliás confirmada em inquérito policial realizado depois.

Já nos dias 1 e 2 de abril, consolidado o Movimento Contra-Revolucionário no exterior e a duras penas mantido um certo controle interno, a Refinaria – embora paralisada por 21 dias – retornou ao seu funcionamento sob nova direção, com nosso apoio e inclusive da tropa que garantia a segurança das instalações. Durante algum tempo foi necessária nossa presença até que se estabelecesse o controle efetivo por pessoal qualificado e identificado com o novo quadro político.

Amenizado o problema principal – garantir o combustível – fomos designados para atender a outros propósitos e objetivos da Revolução: o combate à corrupção.

A Alfândega de Santos era o exemplo da instituição da corrupção no âmbito governamental pela "máfia" ligada ao janguismo e pela "burguesia-pelega" da época. Inspetores, conferentes, despachantes, constituindo verdadeiras quadrilhas, não raro com o beneplácito de elementos do Judiciário, como advogados e juízes, forjando mandados de segurança, oficializando o contrabando.

Na ponta do fio os despachantes patrocinavam "andorinhas", pessoas de todo o tipo, desde garçons a vendedores de loja, com passaporte, viagens e estadas pagas nos Estados Unidos. Dessas viagens, tão "ilustres" passageiros, importavam Impalas – automóveis de último tipo da época – com porta-malas lotados de muamba com destino ao Paraguai, em trânsito por Santos, como "bagagem desa-

companhada". Chegavam a Santos Impalas e mais Impalas que, através de "mandados de segurança" impetrados pelos "viajantes" – isto é, despachantes – eram liberados no Porto de Santos e negociados de imediato por figurões da época que já aguardavam a "mercadoria".

Tudo forjado, falsificado, contrabandeado, enriquecendo a burguesia pelega da época. Fui designado encarregado de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a corrupção latente, o que realizei a duras penas, desmascarando a máfia e apontando à Justiça os envolvidos.

A Contra-Revolução de 1964 adotou um lema "contra a corrupção e a subversão"; na Baixada Santista eram "instituições" que, durante certo tempo, tornaram-se notórias e contumazes mas acabaram desbaratadas.

Tão carente de líderes era o Movimento Contra-Revolucionário, que assumiu a condução do Movimento na Baixada o Capitão-de-Mar-e-Guerra Bierrembach, até então estranho à região, tendo sido nomeado Capitão dos Portos pelo Governador Adhemar de Barros, por delegação do Movimento Contra-Revolucionário.

Nesse tempo não faltaram tentativas de todo o tipo no âmbito da Baixada, não raro com sabotagens e infiltrações de todas as maneiras de velhas raposas políticas de vários matizes, obrigando inclusive que o Poder municipal fosse entregue a um oficial da Marinha, o Comandante Ridel.

Apesar da época política conturbada nos idos de 1962 a 1965, como Comandante do Forte dos Andradas, em missões externas, tive oportunidade de tomar uma iniciativa que no futuro muito me serviu de subsídio. A unidade era carente de mão-de-obra para atender a inúmeras necessidades no administrar a área do Forte do Monduba, o que tínhamos que fazer com recursos próprios. Desde a subsistência da tropa, inclusive o fornecimento de luz e água, tudo dependia de estrutura de órgãos próprios. Dentro desse quadro geral, a nossa Unidade era carente de elementos qualificados para mobiliar vários daqueles órgãos existentes.

No Comando do Forte dos Andradas, vivendo e convivendo com a comunidade guarujaense, aconteceram diversas atividades marcantes na época no campo político. A sadia união da comunidade civil e militar em Guarujá, em época tão conturbada, permaneceu sólida e harmônica, apesar das ocorrências ocasionais de perturbação política.

Episódio significativo foram os contatos que então mantive com Jânio Quadros que durante certo tempo escolheu Guarujá como "exílio" político após a sua renúncia. Residindo na Praia das Pitangueiras, constantemente visitava Jânio Quadros, sempre cercado de elementos civis que com ele participaram da política, oportunidade que me serviu para conhecer de perto esse ilustre brasileiro.

De 1965 a 1968, chefiei a 2ª Seção – Informações – do Quartel-General de Santos, intimamente ligado aos setores de informações do Exército que, a todo custo, procurava consolidar o Movimento Contra-Revolucionário ainda ameaçado por vários segmentos sociais de elementos descontentes contrários ao regime. Alguns episódios significativos servem de exemplos.

No campo religioso, a Igreja progressista, liderada pelo Bispo Davi Picão, elemento de proa dessa ala, se fazia presente, não raro apoiando movimentos de desafio ao regime.

No campo político, remanescentes em atividades clandestinas e mesmo públicas, aglutinavam-se no MDB tomando posturas subversivas.

Tais atitudes exigiram acompanhamento diuturno, vez por outra com medidas mais severas, inclusive de detenção de líderes a fim de abortar outras tantas manifestações atentatórias ao Governo e ao regime de então.

Os Atos Institucionais e a inclusão de Santos como Município de Segurança Nacional, com os prefeitos diretamente nomeados pelo Governo Federal, mantiveram certa calmaria política. É dessa época a nomeação do General Bandeira Brasil, homem de confiança do General Costa e Silva, como prefeito de Santos.

Na Capital, em São Paulo, nesse período, o movimento estudantil infiltrado por elementos marxistas, da mesma forma deflagrava manifestações contra o regime. Por outro lado, a esquerda radical liderada por marxistas-leninistas se agrupava e lançava a guerrilha urbana, que passou a enfrentar o regime em luta armada.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e outros tantos grupos "terroristas-comunistas" lançaram o desafio ao Governo, ao regime e à própria população.

Episódios significativos foram os atentados ao Quartel-General do II Exército e o assalto ao Hospital Militar de São Paulo dentre outros, bem como o assassinato do Capitão Charles Chandler, do Exército americano, e a traição do desertor Carlos Lamarca.

Nessa época, pelo Secretário de Segurança de São Paulo, o Coronel José Paulo da Rocha Fragoso, que substituíra Cantídio Nogueira Sampaio, fui convidado a assumir a Guarda Civil de São Paulo, convite gentilmente recusado por motivos particulares. Quis o destino que alguns anos após fôssemos nomeado Secretário de Segurança Pública de São Paulo, inclusive ocupando a antiga sede da Guarda Civil como Gabinete da referida Secretaria.

Em 1968, assumi o Comando do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado – Forte de Itaipu, Praia Grande, onde, como em 1962, preparamos nossa tropa nos morros e nas matas de Itaipu, para participar do confronto com a guerrilha que,

dia a dia, se fazia presente nos centros urbanos, "assassinando, a título de fazer justiça, roubando, a título de expropriar", triste doutrina leninista.

Durante este período, colaborando com as forças do regime, mantivemos sob nossa custódia os "estudantes" de Ibiúna e participamos ativamente do confronto com a "guerrilha rural" do traidor Lamarca.

Episódio que merece registro foi a nossa participação no célebre Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna. Quando a polícia paulista planejava o "aborto" do Congresso da UNE – a UNE era ilegal – fomos questionados pelo então chefe de Polícia, Hely Lopes Meirelles, da possibilidade de apoiá-lo, pois a detenção de "estudantes" era problemática quanto ao local do "recolhimento". Apesar do inusitado pedido, problemático e complexo, fiz ver ao ilustre Secretário que dependia de ordem superior, do Comandante do II Exército. De pronto foi obtida a aquiescência com o total ônus sobre nossa responsabilidade, a que não nos furtamos.

Em curto prazo, providenciamos os reparos em um pavilhão no topo do Forte de Itaipu, antigo alojamento de praças, na época desativado. Construímos dentro de um alojamento uma prisão "duas estrelas", com conforto relativo para abrigar os que seriam detidos no congresso, à luz da legislação da época, Lei de Segurança Nacional. Como resultado da operação montada, fomos incumbidos de "receber os custodiados", algumas dezenas, dentre os quais os líderes estudantis da época, Francisco Travassos, da UNE – Rio; José Dirceu, da União Metropolitana de Estudantes (UME) – São Paulo; Wladimir Palmeira, da UME – Rio, além de outros. Figuras de proa que lideraram nessa época passeatas, quebra-quebras e mesmo confrontos com a polícia de São Paulo, com a pretendida experiência e liderança aperfeiçoadas no exterior, inclusive de guerrilha, disputando a primazia de liderar a UNE, então ilegal.

Durante alguns meses, causando trabalho dobrado para minha Unidade, mantivemos os "ilustres" personagens sustentados pela Nação e pelo povo. A maioria deles hoje está encastelada no poder político, como dignos representantes da "democracia".

Somos testemunha viva desse período! Foram trocados pelo Embaixador americano seqüestrado. Essa experiência nos serviu para, anos após, como Secretário de Segurança Pública, enfrentar e confrontar, nos idos de 1977, nova tentativa para ressurgir a UNE.

O Vale do Ribeira, na região de Jacupiranga, assemelha-se muito com a floresta tropical, junto à Serra do Mar e ao Oceano Atlântico, cortado pelo Rio Ribeira do Iguape e seus afluentes. Região pobre, de população rarefeita, entre a

Rodovia Régis Bittencourt e a Serra do Mar, tendo a banana como produto principal, foi o palco escolhido para o traidor Lamarca encenar a guerrilha rural, dentro de seus conhecimentos militares e da doutrina marxista-leninista, que adotou de corpo e alma.

Implantou um núcleo guerrilheiro na região de Jacupiranga, integrado por outros tantos traidores do Exército, juntamente com alguns fanáticos do "leninismo". Detectado o grupo, foi a área inicialmente cercada por elementos do Centro de Informações do Exército (CIE) e logo a seguir por elementos da tropa do II Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com apoio de órgãos da 2ª Região Militar, sob o Comando do General Paulo Carneiro Thomaz Alves, tendo nós como seu Chefe do Estado-Maior, então Comandante do Forte de Itaipu.

Pouco mais de uma dezena de "guerrilheiros", com armamento roubado do 4º Regimento de Infantaria (4º RI) pelo desertor-traidor Lamarca, perceberam a incapacidade de confronto com nossa tropa – em que pese a inexperiência, nesse tipo de luta, de nossos soldados – e encetaram longa fuga por mais de 30 dias na mata cerrada, acidentada e recortada de riachos. Tarefa inglória de cerco em uma área imensa, sofrendo com a carência de informações. Procurou-se realizar um cerco afastado, nas áreas vitais de provável fuga, e um cerco mais próximo, em função das informações disponíveis.

O confronto em Eldorado com o destacamento local da Polícia Militar foi o primeiro indicativo da possível rota de fuga, que seria na direção de Sete Barras e do Planalto, subindo a serra, eis que a outra alternativa, a Rodovia Régis Bittencourt, estava bem policiada, inclusive onde foram aprisionados os primeiros "fujões", logo no início da contraguerrilha. Barrado o grupo próximo a Sete Barras, ocasião em que foi feito refém o Tenente PM Alberto Mendes Júnior, e logo detidos dois "terroristas perdidos", um deles ex-sargento do Exército. Após esse episódio, ficou definida a possível rota da fuga, Sete Barras–Alto da Serra, tendo como eixo a estrada de terra em demanda do Planalto.

Nesse período procedeu-se a todo planejamento possível, bloqueando-se as vias de acesso, buscando informações, a fim de melhor precisar a via de escape. Por duas vezes esteve próximo o confronto com patrulhas nossas, não se concretizando o objetivo pela natureza do terreno e particularmente pela decisão do grupo em não confrontar.

Fruto da inexperiência da tropa, aliás, facilmente explicável, bem como pela decidida disposição de evitar o confronto, o grupo guerrilheiro conseguiu escapar, inclusive usando veículo do próprio Exército. Esse, em linhas gerais, o episódio da pretendida "guerrilha rural" no Vale do Ribeira.

Alguns meses após a fuga, foi preso Ariston Lucena, um dos integrantes do grupo. Juntamente com o Coronel Mero e Delegado Furquim, procedemos à reconstituição de toda a fuga, desde a área de Jacupiranga até o topo da Serra do Mar.

Episódio significativo foi a tentativa de reconstituir o "assassinato" do Tenente Mendes Júnior. No preciso local de sua "sepultura", questionamos o Lucena – fazia 19 anos no dia da reconstituição – de como se dera o assassinato. Lamarca decidira que deveria ser "justiçado", eis que "teriam sido executados" os dois guerrilheiros perdidos – que até hoje continuam vivos. O justiçamento deveria ser "silencioso" pois perto do acampamento do grupo estavam elementos do 4º RI. Aliás, em uma das bravatas literárias a respeito do episódio, Bacuri – traidor do Exército, terrorista – dizia que os guerrilheiros e praças comiam abacaxi da mesma horta.

Teria sido decidido que deveria o tenente ser morto a "coronhadas", tendo Yoshitame Fugimore dado a primeira e os demais, um a um, repetido a dose, transformando a cabeça do nosso herói em uma folha de papel. Todos participaram da feitura da cova, um amplo túmulo cavado no chão, ainda existente no dia da reconstituição.

Determinei ao Lucena que entrasse na "sepultura". Pálido, tremendo, fiz com que entrasse impulsionado por uma rajada de minha Thompsom (metralhadora de mão). Por alguns minutos, para assustá-lo, fiz o terrorista sentir a proximidade da morte a que, sem dó nem piedade, submeteu o nosso herói, Tenente Mendes Júnior.

Cooperamos sempre que solicitado com os quadros do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em formação no Quartel-General do II Exército, para fazer face à luta armada, garantindo a segurança interna.

Em 1971/1972 passamos a chefiar o Estado-Maior da Guarnição de Santos, sob as ordens do General Thomaz Alves, e em 1973, a servir no Quartel-General da 2ª Região Militar, da mesma forma, como Chefe do Estado-Maior do General Thomaz Alves, então General-de-Divisão, Comandante da 2ª Região Militar. Em todo esse período acompanhei de perto o desenrolar da luta do regime contra os seus eternos inimigos, que continuava a cargo do II Exército, através do DOI-CODI, que conseguiu refrear a atividade terrorista pela decidida reação contra os eternos subversivos.

Em 1974, passei para a reserva, "escalado" que fomos, para assumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Nesse último período, com exceção do pólo de Araguaia, o movimento subversivo foi diminuindo e contido em suas manifestações mais graves.

Quando Secretário de Segurança Pública, asseguramos o apoio ao II Exército em sua missão de garantir a segurança interna, já obtida com manifestações de menor vulto de desafio ao regime, contudo, com campos de atuação alternados

como aconteceu na época com o movimento de defesa de presos políticos liderados por estudantes e intelectuais de formação marxista.

Merecem registro os episódios envolvendo um oficial da Polícia Militar, um jornalista e um metalúrgico, detidos no DOI-CODI para averiguações de envolvimento em atividades atentatórias ao regime, que foram encontrados mortos naquela dependência. Particularmente a morte do oficial da Polícia Militar mereceu de nossa parte e do então Comandante da Polícia Militar; questionamento junto ao Chefe do DOI-CODI pela maneira como se procedia, detendo elementos da Polícia Militar supostamente envolvidos em atividades subversivas sem o nosso conhecimento.

Sempre aceitamos e colaboramos com o DOI-CODI, reconhecendo a difícil tarefa de combater o terrorismo, que impunha o exercício de certas normas garantidoras da surpresa necessária a esse tipo de combate. À época citada, entretanto, o terrorismo já fora eliminado. Mantinham atividades subversivas grupos de menor expressão, como seria o caso da célula comunista na Polícia Militar. Não se exigia prisões clandestinas ao arrepio do Sistema de Segurança Interna, engajado na defesa do regime.

Episódio que, infelizmente, guardadas as proporções, se repetiu nos casos do jornalista e do metalúrgico, com conseqüências danosas ao regime, que não teria tido necessidade de a todo preço e a todo custo pretender “mostrar serviço”, isto é, criar problemas maiores dos que realmente poderiam existir.

Aliás, fato um tanto quanto semelhante ocorreu quando assumiu o Comando do II Exército o General Dilermando Gomes Monteiro, que substituíra o General Ednardo D’Ávila Mello, intempestivamente demitido. Pagou o General Ednardo pela ausência de certo tipo de autocrítica e comportamento dos órgãos de Segurança Interna, sobrepondo-se às regras imperativas da disciplina e hierarquia militar, a título de “a qualquer preço” manter o regime como missão principal – que não estava correndo risco – colocando em xeque outros tantos princípios capitais da Instituição, o Exército.

O Quartel-General do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Rua Pio XI foi liquidado em uma mega operação em que se supervalorizou o inimigo. Com esse triste episódio, praticamente se encerravam as atividades de lado a lado.

Nos meus 35 anos de vida militar, tive a feliz oportunidade, durante alguns anos, de ser chefiado, liderado e, sobretudo, ter como amigo um militar exemplar, correto, obstinado, capaz e sobretudo profissional, orgulho de nosso Exército: Paulo Carneiro Thomaz Alves. Nosso primeiro contato, foi no Grupo Bandeirante, em São Paulo, nos idos de 1947, quando eu era 2º-Tenente e ele Capitão, recém-vindo da gloriosa Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Por ocasião do Movimento Democrático de 1964, mantivemos contatos ligados pelos mesmos ideais, ele, Coronel, servindo no II Exército, e eu Major, Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá. Ainda na década de 1960, como Chefe da 2ª Seção do Quartel-General de Santos, tive como Chefe de Estado-Maior o Coronel Thomaz Alves. Um episódio marcante nos uniu, mais de perto.

Quando Major, Comandante do Forte dos Andradas, fui ativo participante da Contra-Revolução de 1964, tendo ocupado simultaneamente a Refinaria Presidente Bernardes e encarregado de IPM, na Alfândega de Santos, à revelia do então Comandante da Guarnição, General Carlos Buck, um dos "Generais do Povo" de então. Aquela missão me custou uma prisão, determinada pelo Comandante da Guarnição. Como Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, tive que ouvir, em nosso Boletim Diário, na 4ª Parte "Justiça e Disciplina", um dia, junto à minha tropa, a minha prisão, "por ter deixado de cumprir como Comandante da Unidade normas disciplinares". Tinha sido chamado pelo General Estevão Taurino de Rezende Netto, encarregado geral dos IPMs em todo o País, para prestar contas do IPM de que estava encarregado, missão de que não dei ciência ao então Comandante, por motivos óbvios.

Deixamos o Comando da Unidade, em 1965, classificado no Quartel-General de Santos, tendo o Comandante de então, General Vicente de Paulo Dale Coutinho, nos indicado para receber a Ordem do Mérito Militar, que foi negada em virtude de termos "punição de prisão" em nossos assentamentos. Dessa decisão superior, não questionamos. Causou-me uma surpresa inusitada quando o Coronel Thomaz Alves mandou publicar despacho do então Ministro do Exército Ademar de Queiroz, que anulava punição ao Tenente-Coronel Erasmo Dias, concedendo-lhe a Ordem do Mérito Militar, em requerimento endereçado ao Ministro pelo Coronel Thomaz Alves, representando contra a decisão de "não concessão da referida Ordem do Mérito" para mim.

Tomou o ilustre chefe e amigo a iniciativa de reparar a injustiça que inclusive já tinha aceito, aliás, como outras que a nossa vida militar nos proporcionou. Gesto de grandeza, de chefe, de amigo. Em 1968, fui nomeado Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, Forte de Itaipu, em Praia Grande, tendo como Comandante da Guarnição de Santos, o já General Thomaz Alves. Novamente nos encontramos.

No episódio do Vale do Ribeira, o General Thomaz Alves foi designado Comandante da tropa do II Exército, encarregada de fazer frente à "guerrilha rural" do traidor Lamarca. Fui seu Chefe do Estado-Maior nessas operações.

Em 1970, deixei o Comando do Forte dos Andradas e assumi a Chefia do Estado-Maior do General Thomaz Alves na guarnição de Santos.

Episódio digno de registro na época foi a experiência, ímpar e creio inusitada, de presidir um Conselho Especial de Justiça, na Justiça Militar. Estava em vigor a pena de morte. Assaltos a bancos, terroristas, bandidos comuns, todos estavam sujeitos ao Código Penal, enquadradas na Lei de Segurança.

O assalto à Caixa Econômica na Joaquim Floriano, no Itaim, ficou tristemente célebre pelo assassinato de um agente federal. O processo correu. Os assaltantes foram presos. Quadrilha composta inclusive de dois irmãos, um menor de idade, porém assassino. Réu preso, processo em curso na Auditoria Militar. Pela lei, impunha-se um Conselho Especial de Justiça, presidido por um coronel da ativa, pois a pena prevista poderia ser a morte.

Urgia nomear o Conselho Especial, pelo Comando do II Exército, e não se conseguia um coronel disponível em São Paulo. E por que não o Coronel Erasmo? Eu servia em Santos. Aceitei como sempre o fiz: iria presidir o primeiro Conselho Especial que teria oportunidade de aplicar a pena de morte. Tarefa árdua, difícil e que mais se tornava delicada à medida que o julgamento caminhava. A quadrilha era realmente perigosa: assaltara, assassinara e chegara, até, a fugir de presídio em Ribeirão Preto.

O juiz togado, três oficiais superiores no conselho, e eu, Coronel, presidindo. Todos valorosos cidadãos, imbuídos do espírito revolucionário e mesmo de fazer justiça. Alguns favoráveis, outros duvidosos. Meu voto, tudo indica, foi decisivo: contra a pena de morte! Meu íntimo assim recomendou, para não criar problemas futuros quanto à aplicação real da pena de morte, particularmente em momento difícil do regime e da Revolução.

Iria, como fui, na qualidade de Secretário de Segurança, conviver mais amiúde com o crime e com os crimes graves. Formei a convicção bem enraizada de que a sociedade tem todo o direito de defender-se contra o crime e, particularmente, o crime violento. Estupro, roubo, seqüestro seguido de morte, praticados por criminosos de antecedentes criminais, deveriam ser enquadrados como crimes passíveis de serem apenados com a morte. A pena nesses casos agirá de certa forma como elemento dissuasivo, inibidor, nem que seja para um simples criminoso em potencial.

E aqui fica o exemplo: no ato final da decisão, tivemos misericórdia, o que não acontece com o bandido cruel e sanguinário. Não a apliquei quando tive oportunidade, porém, entendo que sua previsão nos códigos em tais casos é válida, em particular nos tempos atuais da impunidade como regra.

Em 1972, fui servir no Quartel-General (QG) da 2ª Região Militar em São Paulo, ocasião em que o General Thomaz Alves, promovido a General-de-Divisão,

assumiu o Comando da Região e eu como Coronel assumi a Chefia do Estado-Maior. Mais uma vez estávamos juntos.

Em 1974, era Governador Laudo Natel e o Secretário de Segurança Pública o General Sérvulo Motta Lima que tinha sido exonerado. O Comandante da 2ª Região Militar, por delegação do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, foi encarregado de indicar um oficial do Exército para a referida Secretaria, norma então em vigor por acordo dos Governos Federal e Estadual.

Incumbiu-me o General Thomaz Alves de indicar um oficial para assumir a referida secretaria. Pusemo-nos a campo, não tendo conseguido conciliar nomes para a indicação, quando fomos surpreendidos por uma decisão praticamente irreversível. Já que não conseguiria escolher, seria eu o indicado, inclusive por ter manifestado ao General Thomaz Alves o desejo de praticamente encerrar minha carreira militar, não tendo aceito proposta de acompanhar o ilustre chefe que estava prestes a ser transferido para Brasília. Fui assim nomeado pelo Governador Laudo Natel, de comum acordo com as autoridades militares ligadas ao problema, inclusive pelo então Ministro do Exército General Dale Coutinho, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Estávamos completando 35 anos de serviço. Requeremos transferência para a reserva e assumimos, já fora dos quadros da ativa, o cargo de Secretário de Segurança Pública, inclusive, tendo sido aconselhado pelo então Ministro do Exército que continuasse na ativa, na forma da lei, apenas afastado. Agradecemos ao manifesto interesse do ilustre Ministro Dale Coutinho que pouco tempo deixou o mundo dos vivos. Foi pranteado com saudade.

Nessa mesma época, também fomos concitado a participar da indicação de um nome para Prefeito de Santos. Nesse sentido, intercedemos defendendo a indicação de Antônio Manoel de Carvalho que foi nomeado Prefeito de Santos e marcou de forma indelével sua passagem à testa da comunidade santista.

Durante todo ano de 1974, vivemos hora a hora, o cargo de Chefe da Polícia de São Paulo. Montamos uma equipe de companheiros da reserva que, em conjunto com outros tantos da Polícia Militar e Polícia Civil, durante 24 horas, planejamos e executamos uma política de Segurança Pública eficiente, harmônica, atuante, liderada, chefiada por profissionais capazes, dando o exemplo e apoiando os subordinados. Em pouco tempo comprovou sua eficácia, com retorno de credibilidade e confiabilidade da população.

Assumindo o Governo em 1975, Paulo Egydio Martins, expoente marcante da conjuntura nacional de então, político competente, identificado com os ideais de março de 1964, nos manteve como Chefe de Polícia, dando-nos todo o apoio

necessário, o que permitiu dar continuidade à política de Segurança Pública por nós implantada, já então em plena execução com eficiência a toda prova. O Poder de Polícia, com seus órgãos executantes, mostrou-se em todos os aspectos eficiente e produtivo, não tendo tido outros problemas que não os corriqueiros e facilmente superáveis.

O crime e a criminalidade foram mantidos em padrões normais como "problemas sociais", sem ultrapassar ou atingir a limites indesejáveis de incidência. A população teve segurança em níveis permissíveis e razoáveis.

Problema maior foi a "ordem pública", constantemente "desordenada" pela tentativa de segmentos sociais, particularmente a massa estudantil infiltrada por contestadores do governo e do regime. A desobediência civil tornou-se atuante, desafiando as autoridades constituídas, desrespeitando as normas legais em vigor, particularmente pela tentativa de desafiar o regime com a reativação da UNE, ponto de convergência de todas as manifestações contra o Governo.

Outro problema ainda preocupante à época era remanescente da "luta armada da guerrilha urbana". Entidades subversivas, ainda atuando na clandestinidade, em conjunto com o Movimento Estudantil, procuravam desestabilizar o regime. A Segurança Interna, sob a direção e supervisão do Comando do II Exército, continuava sua atribuição de fazer face a esse tipo de atividade subversiva, cabendo ao Chefe de Polícia colaborar e complementar essa atribuições.

O episódio de 22 de setembro de 1977, conhecido como da "PUC" (Pontifícia Universidade Católica), foi a última manifestação de desobediência civil, após cerca de uma dezena de manifestações semelhantes. O Movimento Estudantil, assim chamado, envolvendo falsos estudantes, militantes subversivos de todos os matizes, incentivado por uma elite marxista ainda atuante, tinha como objetivo o ressurgimento da UNE, posta na ilegalidade, e que representava a "baderna" de contestação ao regime.

Assim, durante inúmeras vezes, em locais diferentes foi tentada a realização de congresso da UNE como desafio ao regime e ao Governo, em manifestações de "desordem pública", de conseqüências imprevisíveis. Proibidas por todos os órgãos federais e estaduais, tínhamos a obrigação de "prevenir e reprimir se necessário" essas manifestações, que foram tentadas na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Direito, e que foram sempre por nós, através de plano adrede preparado, abortadas sem maiores conseqüências.

O episódio da PUC, como se disse, após mais de uma dezena de tratativas frustradas pelo Movimento Estudantil, foi planejada dentro de outras características e circunstâncias, sob o resguardo do local bafejado pela "proteção magnífica

de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo". A PUC tornou-se o pretenso bastião intocável e seguro de toda atividade de desobediência civil, que tinha como objetivo capital proporcionar, com sucesso, a realização de Congresso da UNE, que até então não tinham conseguido em outros locais. O próprio Centro Acadêmico da PUC era sede de toda a "imprensa" do movimento, tudo sob a guarda da Pontifícia Universidade Católica, transformada em "templo da subversão" sob pretenso manto de "templo da religião".

E assim, naquele 22 de setembro, dentro dos muros da PUC, anunciado com alarde pela fachada engalanada de que tinha sido realizado o Congresso da UNE, inclusive, com o abuso e prepotência que julgaram poder demonstrar além de seus portões. A manifestação foi transferida para o lado externo, propositalmente, com maioria maciça de elemento feminino, inclusive de pessoas estranhas à PUC. Local acanhado, com centenas de jovens desafiando o regime, desobedecendo normas em vigor, deu-se então à repressão necessária preparada para fazer face a essa desobediência indicativa de desrespeito ao principio de autoridade e de manifesta desordem pública. Com mandado de busca e apreensão no centro de imprensa do Diretório Acadêmico, obtida de autoridade judiciária competente, foi executado o seu cumprimento, bem como à determinação de dissolução da manifestação não cumprida que impôs a detenção para averiguação dos "desobedientes" e "incentivadores" da desordem pública.

Tanto a dissolução – em certo momento com bombas de gás lacrimogêneo – quanto a busca e apreensão no Centro Acadêmico, no interior da PUC, geraram certo estado de pânico momentâneo, particularmente pela resistência comprovada de manifestantes em desafio público às autoridades constituídas e normas em vigor. Durante a intervenção do Poder de Polícia, eu, como Secretário, acompanhei o seu desenrolar ao lado da Reitora da PUC.

O espaço estreito e a desobediência dos manifestantes à determinação de dissolução, provocaram queimaduras em algumas jovens, pelo gás desprendido. Ressalta-se que o procedimento do Poder de Polícia nesse episódio foi o mesmo em manifestações semelhantes. Para dissolução da massa torna-se necessário o emprego de água e de gás lacrimogêneo.

Assim, as lamentáveis queimaduras, imprevisíveis, tiveram como principais responsáveis as vítimas que, por desobediência e insistência no confronto, motivaram essas conseqüências indesejáveis. Cumprimos, dentro da lei, nossa obrigação.

Acabamos processados através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, responsável que fomos pela utilização do Poder de Polícia sob nossa chefia. Dessa CPI, resul-

tou pelo Ministério Público, o arquivamento do processo, sendo considerado que "cumprimos o dever legal".

Por certo tempo, inclusive, cheguei a patrocinar atendimento médico às vítimas, atestado de reconhecimento em relação às conseqüências não desejáveis.

Os fatos referentes às mortes em dependências do II Exército diziam respeito à Segurança Interna, problema da alçada das Forças Armadas, cabendo ao Poder de Polícia do Estado apenas atender à convocação da autoridade militar no que diz respeito às atribuições inerentes à Polícia, particularmente a realização da perícia no local das mortes e à necropsia legal em cadáveres. Essas providências foram tomadas dentro do corpo do Inquérito Policial Militar, no âmbito da Justiça Militar, tudo portanto fora das atribuições da Segurança Pública de responsabilidade do Poder de Polícia sob minha chefia.

Quando da ocorrência da terceira morte, do metalúrgico Manuel Fiel Filho, fomos convocados pelo Chefe do Estado-Maior do II Exército a acompanhar o caso a partir da constatação de que, nas dependências do DOI-CODI, o referido cidadão tinha sido encontrado morto sob circunstâncias desconhecidas. Convoquei um médico legista que, comigo presente, constatou a morte ocasionada por lenços amarrados em torno do pescoço da vítima como se fosse um torniquete, não se podendo tirar outras conclusões, somente possíveis com a necropsia completa, o que foi providenciado.

Dei ciência pessoalmente ao General Antonio Ferreira Marques que comunicou o fato ao CIE, em sua sede no Rio de Janeiro.

Na noite desse mesmo dia, procurei o Governador Paulo Egydio a quem relatei o fato que, de imediato, via telefone, participou ao General Ernesto Geisel, Presidente da República. Decorrente dessa informação, segundo consta, o Presidente teria interpelado o Ministro do Exército, que alegou desconhecer o acontecido. Tudo indica que a agência do CIE no Rio não passara a informação ao CIE em Brasília, motivo do Ministro desconhecer o fato.

Tal episódio acarretou a demissão do General Ednardo D'Ávila Mello pelo Presidente, eis que tendo sido a terceira morte, transbordou sobre qualquer tipo de explicação ou justificativa de triste acontecimento. Foi nomeado Comandante do II Exército o General Dilermando Monteiro. A demissão ocasionou extrema inquietude em todo o Exército, com repercussões na Instituição e no próprio Governo da República.

Impõe-se ressaltar que nosso testemunho e participação no episódio são significativos e verdadeiros. O General Marques, Chefe do Estado-Maior do II Exército, informou a quem de direito, o CIE. Eu, como obrigação, informei ao meu Governador, que por seu turno informou ao Presidente.

Se houve alguma falha na cadeia de informações, o II Exército não as teve. Quanto à demissão de General Ednardo Mello, tal assunto dizia respeito ao Presidente e ao Ministro do Exército.

Durante minha gestão como Secretário de Segurança Pública, alguns episódios ligados à política obrigaram minha participação direta e indireta que merecem ser lembradas para que, a bem da verdade, a História seja escrita.

Os deputados federal e estadual, respectivamente, Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, fizeram em certa ocasião, pela imprensa, críticas severas ao Governo e ao regime de então, que foram julgadas difamatórias e caluniosas, tendo eu como Secretário de Segurança sido incumbido de fazer gestões junto aos referidos políticos no sentido de que confirmassem ou não as inusitadas ofensas ao Governo e ao regime.

Na residência de George Nogueira, assessor direto do Governo Paulo Egydio, obtive a aquiescência dos dois políticos para uma conversa informal, na tentativa de dissuadi-los a "reconsiderar" o sentido das críticas, que entendi ser possível, eis que aceitaram o convite. Mas Marcelo Gatto e Nelson Fabiano reafirmaram a mim que nada tinham a "reconsiderar", mantendo o que a imprensa publicou.

Transmiti ao Governador Paulo Egydio o resultado improdutivo de nossa tentativa, tendo então, de ordem do Governador, seguido para Brasília e pessoalmente informado o Presidente Geisel que as críticas tinham sido mantidas, o que ensejou de imediato o ato de cassação política dos deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano.

Outro episódio significativo de que participei direta e indiretamente foi o processo político da sucessão do Governador Paulo Egydio. A sucessão, durante certo tempo, permaneceu um tanto quanto indefinida, pela falta de unanimidade, já que o futuro Presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo tinha predileção por Laudo Natel e o Presidente Geisel e o Governador Paulo Egydio defendiam simultaneamente, sem ser contrários ao que seria predileto do General Figueiredo, um outro candidato.

Dentro desse quadro, Paulo Maluf passou a disputar o Governo de São Paulo, percorrendo todo Estado em busca dos votos dos delegados do partido que escolheriam o futuro Governador.

Assim, oficialmente, o candidato do regime era Laudo Natel, tendo Paulo Maluf como seu opositor, em uma atitude desconfortável para com o regime, eis que inclusive fora Secretário de Transportes de Laudo Natel, isto é, todos dentro do partido político afinado com o regime de então.

Acompanhei de perto a campanha, inclusive sendo várias vezes interpelado pelo Serviço Nacional de Informações, a respeito do andamento da disputa que se

mostrava sem definição. Tal fato preocupava o Governador e o regime, pois a disputa dentro dele não se recomendava, como fator de dissociação, ao se reiniciar novo período sob a égide do General Figueiredo.

No dia aprazado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, durante a votação dos delegados, com indícios veementes de disputa acirrada e probabilidade inclusive de Maluf vencer, pretenso foco de incêndio nas galerias da Assembléia levantou suspeição de algo anormal, o que recomendou que a apuração das urnas fosse feita em local mais seguro. Foi então montado um esquema de segurança e as urnas transportadas para o Anhembi, onde a parte final da apuração foi consolidada, ficando vitoriosa a candidatura de Paulo Maluf. Tal vitória teve um sabor de derrota de Laudo Natel e do próximo Presidente General Figueiredo, gerando certo desconforto na homogeneidade do Governo e do regime.

Durante essa fase crítica da apuração das urnas no Anhembi fui testemunha de certas *démarches* tentadas no sentido de anular o processo de votação, pelo fato de ter sido feito fora do recinto da Assembléia Legislativa, o que de minha parte, quando concitado a opinar, fui contrário, isto é, não havia por que contestar o resultado das urnas, permanecendo a dúvida dos propósitos não esclarecidos do pretenso fogo nas galerias da Assembléia.

Merece registro fato ocorrido alguns dias antes da posse de Maluf no Governo de São Paulo e de nossa investidura como Deputado Federal. Maluf convidou-me a comparecer em sua casa na Rua Costa Rica, o que fiz, acompanhado do Delegado Romeu Tuma. Maluf, espontaneamente, afirmou-me que se sentia na obrigação de reafirmar a nossa longa amizade e que desejaria que eu continuasse como Secretário de Segurança Pública, entretanto, face à situação que o obrigara a competir com o preferido do regime, tinha necessidade de mostrar independência, nomeando um civil para Secretário de Segurança. Civil esse – afirmou Maluf – que era amigo comum de nós dois. De fato, foi nomeado o Desembargador Octávio Gonzaga que, inclusive, foi relator no Tribunal de Justiça, quando eu Secretário de Segurança fui julgado pelo Plenário do Tribunal, como réu de ação movida por Hélio Bicudo contra mim.

Bicudo havia declarado à Imprensa que a Polícia Militar era integrada por "setenta mil assassinos". Dei-lhe o troco pela imprensa declarando que não passava Bicudo de um "energúmeno", o que motivou ação sua contra mim, tendo como advogado José Carlos Dias e eu o ilustre e saudoso Viana de Moraes. Fui julgado pelo Tribunal e, por unanimidade, absolvido, tudo com fundamento no parecer do relator Desembargador Gonzaga Júnior.

O fato relatado, perante o Tribunal de Justiça do Estado, e o caso da PUC na Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa são dois episódios

significativos: em pleno regime autoritário militar, eu, como Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, fui processado, julgado e absolvido no primeiro caso e arquivado o processo no segundo. Não me furtei como chefe e líder da Polícia paulista, ao contrário, assumi toda a responsabilidade naqueles dois casos.

A opinião pública conhece outros tantos episódios ocorridos com o Poder de Polícia nestas duas últimas décadas em "pleno regime democrático", bem como todos os seus desdobramentos sob a chefia de "ilustres" secretários de Segurança Pública.

Encerrando a conversa, Maluf, futuro Governador, me propôs a Prefeitura de Santos, convite que declinei em virtude de ter que cumprir o mandato que me fora outorgado de deputado federal.

Episódio também digno de ser lembrado foi o convite a mim feito por Carlos Caldeira, um dos proprietários da *Folha* para um almoço na sede do jornal.

Qual minha surpresa! Fora convidado, também, o Cardeal Dom Paulo Arns. Participaram desse almoço eu, o Cardeal, Caldeira e Otávio Frias, pai e filho. Justificou o meu velho amigo Carlos Caldeira o desejo de proporcionar um diálogo sugerido pelo Cardeal. Fato notório eram nossas divergências políticas irreversíveis.

Durante o almoço, o Cardeal nos solicitou uma melhor solução para os ditos "presos políticos" condenados pela Justiça Militar e que estavam cumprindo penas em vários presídios, inclusive no Hipódromo e na Casa de Detenção. Alegara o Cardeal as condições subumanas desses presos, merecendo respeito seus "direitos humanos". Aleguei de pronto que o problema não era de nossa alçada e sim da Justiça Militar, bem como não reconhecia "direitos" a "terroristas e assassinos" condenados. Por insistência dos participantes a favor de Dom Paulo, prometi estudar o assunto.

Depois de algumas tratativas propus uma solução dentro das possibilidades da Secretaria de Segurança, que deveria ter o aval do Poder Judiciário. Esse aval foi conseguido e minha proposta aceita. Com verbas próprias do Gabinete do Secretário, em tempo recorde foi construído na área do Barro Branco da Polícia Militar um autêntico presídio "3 estrelas", para todos os condenados da Justiça Militar.

Pareceu-nos que concentrada a fina flor da subversão e terrorismo, além de tê-los sob nossa guarda direta, o que proporcionou o acompanhamento de todas as suas ligações com o exterior e que vinha realmente a nos servir como "informações", também, deixavam de fazer proselitismo junto a outros tantos apenados.

Fui aquinhoado com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, por contribuir para solucionar o problema de um presídio da Justiça Federal.

Em 1978, já adentrando cinco anos à testa da Chefia de Polícia de São Paulo, quando no âmbito federal se discutia a sucessão do General Geisel, fui concitado pelo então General Figueiredo, candidato à sucessão, a disputar uma vaga por São

Paulo na Câmara dos Deputados. O convite pegou-me de surpresa, como já acontecera quando “escalado” para ser Secretário de Segurança Pública, pois jamais cogitara de ser polícia, muito menos de ser político.

Enfim, como soldado que sempre fui e sou, dispus-me a participar do desafio, eis que outros setores da opinião pública passaram também a encampar minha entrada possível no Congresso. Recebi, extremamente surpreso, apoio inusitado, tudo indica, pela segurança que foi proporcionada à população como Secretário de Segurança Pública e particularmente pelo apoio decisivo do amigo Paulo Egydio. Mais uma vez, com surpresa, recebi votos de mais de 150 mil eleitores, tendo sido um dos deputados federais mais bem sufragados em 1978.

Assumi o mandato de deputado federal ao mesmo tempo que o General Figueiredo a Presidência da República e Paulo Maluf o Governo do Estado. Deputado neófito, da bancada governista, inclusive, gozando da amizade pessoal, militar como eu, do General Figueiredo, durante todo o mandato não me senti realizado como político e repita-se, apoiando o Governo como obrigação de soldado, porém marginalizado em tudo e por tudo da “política fisiológica”. E além disso, tendo como regra, ter que suportar a “política esquerdista”.

Tive a felicidade de participar de dois episódios que por si só justificaram minha primeira experiência política. Fui presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, que me ensejou conseguir junto ao Ministro do Exército uma visita de estudos com um grupo de deputados federais à Amazônia.

Em um Hércules da Força Aérea Brasileira (FAB) a comitiva percorreu de Porto Velho a Tabatinga, Cucui, São Gabriel da Cachoeira e Bela Vista, toda a faixa da fronteira, visitando os quartéis do Exército e tomando contato com a realidade maravilhosa da Amazônia. Todo brasileiro, sobretudo aquele que possa ter qualquer participação no Poder Público, deveria conhecer a Amazônia, em particular o papel magnânimo das Forças Armadas naquele mundo de selva e água.

Um episódio marcante merece ser relembrado. A existência de “religiões” de vários matizes na Amazônia tem sido discutida, seja no problema indígena, na questão de sua “internacionalização”, e no “esquerdismo” do problema da terra.

O General Leônidas, então Comandante da Amazônia, realizou para a comitiva uma palestra reservada sobre esses problemas. Tendo sido, como Coronel, Adido Militar na Colômbia, informou-nos de que naquele país, para evitar a influência religiosa estrangeira, “nacionalizaram os bispos da Igreja”, sugerindo que fizéssemos o mesmo. De pronto, encampei a idéia e, quando em Brasília, apresentei um emenda a Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados, “nacionalizando os bispos”. Era sabido o fato de que certos bispos naquela área eram estrangei-

ros, defensores de "filosofias do progressismo esquerdista", outros da "doutrina de internacionalização da Amazônia" e da famigerada tese da "ocupação da terra".

Certo dia, o Presidente Figueiredo me interpelou, demonstrando a situação difícil e indesejável da minha emenda, que já vinha sofrendo críticas severas dos bispos "esquerdistas". Não tive condições de continuar a defender a proposta e, dada a insistência do Presidente, retirei minha emenda.

Outro fato digno de registro foi a visita oficial da comitiva de deputados à Rússia e Alemanha Oriental: Leningrado, Moscou, Tblishi, Berlim Oriental etc., roteiro "comunista" que nos serviu para ter uma visão global do "regime", em que pese ter sido a nós mostrado o que deveria ser "mostrado": museus, hospitais, fábricas, fazendas.

Mesmo assim o que se viu deixou indelével o ritmo de vida no regime comunista. Pobreza de produção e consumo sob todos os aspectos. Vida controlada e robotizada dentro de padrões mínimos de sobrevivência, com ausência flagrante de liberdade em todos os aspectos. Era véspera de Natal, frio com temperatura abaixo de zero. Nos "*shoppings* comunistas" pobreza completa. Para quem tinha passado por lojas em Paris e Roma, em Moscou ou Berlim Oriental a exposição de "sabonetes" a de brinquedos artesanais e rústicos chocava ante o esfuziante de tudo que se encontrava em uma loja do "mundo capitalista". Sabonete sem fazer espuma, papel higiênico áspero, desconforto de todo o tipo, cotidiano, regido pelo severo "comunismo" não complacente com qualquer tipo de vida "burguesa capitalista". Alguns exemplos minoraram o que vimos apenas na Rússia.

Povo um tanto quanto mais alegre da Geórgia, inclusive nos pedindo notícias do Pelé, e mesmo na Moldávia, povo sofrido que preferia sofrer menos sob o guante da Rússia comunista do que ficar isolado, penando nas mãos dos vizinhos.

A formação militar sempre ditou o meu caráter e mesmo a minha conduta, alicerçada nos princípios basilares da disciplina, hierarquia, lealdade, camaradagem, chefia e liderança, que são um tanto quanto antagônicos com a atividade política.

Pertencendo ao partido que por tradição era remanescente do período de 1964 a 1985, que conosco tinha afinidades ideológicas, e face à minha formação militar e mesmo meu passado de oposição intransigente com a ideologia esquerdista de todo o tipo, fui sempre questionado e mesmo "marginalizado" por certos segmentos, particularmente os de notório passado "esquerdizante".

Com relação ao governo atual, diria que transformou uma democracia numa "democratura", porque quando vejo que o governo da República edita mais Medidas Provisórias que todos os generais juntos durante o governo militar, fico meio céptico, pois ainda acho que há remanescentes, digamos assim, uma idéia-força de filosofia

esquerdista com um "revanchismo" solerte, muito bem conduzido e que até hoje não nos engoliram e não nos engolem, mas sempre tentando nos colocar à margem.

E eu sempre fui e sou contra o Ministério da Defesa, porque foi um modo de alijar as Forças Armadas do papel que representam. Sempre fui favorável e afirmo que o nosso pólo principal de atração é a Amazônia, onde realmente os inimigos solertes, de todos os lados, estão de olho e no momento em que se enfraquecem as Forças Armadas, no momento em que se deixam o Exército e praticamente as Forças Armadas sem recursos, reduzidas a um estado de insignificância e que mais serve aos políticos medíocres do que à Nação, vejo com um certo cepticismo as perspectivas do futuro.

Esse trabalho de História Oral deveria ser difundido, particularmente nas nossas academias militares, pois a desinformação é notória, mesmo porque, um Exército mal-informado é um Exército derrotado.

Coronel Erasmo, o seu depoimento foi sem dúvida muito importante para o Projeto de História Oral do Exército. Pelo conhecimento, pela espontaneidade, pela sinceridade, pela firmeza de convicções que o senhor reafirmou aqui, nós que conhecemos a sua carreira militar e a sua vida pública, esperávamos exatamente isso. Agradecemos a sua presença e a sua participação e solicitamos suas palavras finais, uma mensagem para os jovens militares do Exército, que seguramente estudarão o seu depoimento e se espelharão nas suas palavras para orientar as suas carreiras militares.

A mensagem que dirijo é para você cadete e você aluno da Escola de Sargentos das Armas, a você cabo que está em um corpo de tropa, a você sargento que está na Amazônia, a você tenente lá no Chuí. É que o soldado só tem dois destinos: manter na túnica a honra e a dignidade, com o juramento que fez de servir à Pátria com o sacrifício da própria vida ou então se meter num sarcófago e ser enterrado no túmulo dos covardes, não há outra alternativa para nós.

E é no Exército, estendendo às Forças Armadas, símbolo de nacionalidade, que se encontram o civismo, o patriotismo, mais, o bom senso, a lógica, o cartesianismo, o humanismo e o cristianismo. Temos que ser tudo isso, porque o mundo de hoje está aí conflagrado por ideologias de todo tipo. Temos aqui o nosso inimigo interno. Há uma publicação nossa cujo nome é "O Revanchismo – Caça às Bruxas", que contém a relação de todos aqueles que nesse período morreram, paisanos e militares, defendendo esses valores, sobre o que conversamos.

Quer dizer, houve uma guerra suja, houve uma tentativa de levar o País a outros destinos que o mundo inteiro hoje repudia. Se alguma justificativa houvesse

para tudo que se fez, com todos os erros, porque seria até um absurdo pensar que se poderia fazer tudo somente com acertos, pode-se lembrar que, o grande acerto foi este: o Brasil continua sendo o nosso Brasil, livre de filosofias heterodoxas de todo tipo, embora ainda haja remanescentes que precisam ser conduzidos aos seus devidos lugares; e quem deve acompanhar essa evolução futura é o Exército, porque é a sentinela da Nação.

De resto quero que vocês pensem como nós, porque essa idéia que nos une, do sacrifício da vida em defesa da Pátria, é um juramento que não existe em outro lugar, só existe o nosso, e juramento é coisa para ser cumprida. Que Deus ajude o Brasil, esse é o nosso desejo.

Coronel Godofredo de Araújo Neves

O Coronel Godofredo nasceu em 9 de novembro de 1928, na cidade de Teresina, Piauí. Foi comandante do 2º Regimento de Carros de Combate (2º RCC), em Pirassununga, no período de 1974 a 1978 e comandou interinamente a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas, em 1978. Foi um dos fundadores da Escola Nacional de Informações, em Brasília. Por ocasião da Revolução de 1964 era aluno da Escola de Estado-Maior do Exército e, posteriormente, foi designado instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Outras comissões de maior relevo dentro de uma expoente carreira: Chefe do Estado-Maior da 9ª Região Militar, em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, Chefe de Gabinete do Departamento Geral do Pessoal (DGP) e Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército, em Brasília.

Principais medalhas e condecorações: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Naval, Medalha do Mérito Aeronáutico e Medalha do Mérito Militar.

Reside atualmente em Pirassununga – São Paulo, em companhia de sua esposa Laurinda Ferreira da Silva Neves, Dona Zina.

Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2001.

Foi uma imensa honra ter recebido o convite para dar o meu testemunho, ainda que pequeno e humilde, sobre a Revolução de 1964.

Desde que ingressara na Escola de Estado-Maior, em 1962, já sentia no ar que aquele estado de coisas que vivenciávamos teria que chegar um fim. Sempre lutei, no limite de minhas possibilidades, para contrapor-me aos desmandos e anarquias tão comuns no Governo João Goulart. Nossa posição, minha e de outros companheiros da Escola de Estado-Maior, era conhecida; nunca nos escondemos no anonimato. O Governo sabia, tanto que na nossa promoção a major, em 1962, deveria reconhecer o mérito da aprovação no difícil exame para a escola. Depois de quase sete anos no posto de capitão, fomos promovidos por antigüidade; mas foi uma honra para nós, pois a o ato oficial foi assinado pelo senhor João Goulart, de triste memória, como castigo, é o que penso.

Hoje em dia, ouvimos, a toda hora, a campanha difamatória assacada contra a Revolução de 31 de Março e contra as Forças Armadas, que a desencadearam com apoio do povo brasileiro, em sua imensa maioria; ficamos pensando o que seria do Brasil se não tivesse havido o bendito Movimento de 1964.

A Revolução salvou o Brasil das garras do comunismo internacional, das garras da União Soviética e seus satélites, cujos agentes foram enviados ao Brasil. Nesse particular está Cuba, infelizmente submetida ao guante desse ditador cruel, hoje homenageado em nosso País, Fidel Castro; enquanto xingam Pinochet, elogiam Fidel Castro.

A Revolução eliminou o perigo de nos transformar numa Albânia, Cuba, ou Hungria e todos os países que viviam debaixo da bota do comunismo internacional.

A Revolução de 31 de Março de 1964 – não falam sobre isso mas sabem que é verdade – livrou o mundo de uma guerra mundial e destruidora, livrou o mundo porque iniciou a derrota do comunismo aqui no Brasil. A queda do Muro de Berlim configura o fim do movimento comunista internacional, não do comunismo, porque infelizmente ele ainda vive. Mas a Revolução de 1964 foi o início, e a queda do Muro de Berlim o marco final.

O comunismo está apenas adormecido, pronto para dar o bote novamente, utilizando-se dos covardes traidores da Pátria que existem no mundo todo, inclusive e lamentavelmente no nosso País.

Voltando à Escola de Estado-Maior, no terceiro ano os instrutores desenvolviam um tema de Logística, exercício dos mais longos, que dura quase uma semana de aulas, quando fomos interrompidos, no dia 31 de março de 1964, pelo Instrutor-Chefe que nos informou:

– As aulas estão suspensas a partir desse momento e nós só obedeceremos ao Comando Revolucionário.

A Escola de Estado-Maior revoltava-se contra o Governo Goulart. Foi uma alegria imensa para os oficiais que estavam no recinto e esperavam ansiosamente que o governo baderneiro chegasse ao fim.

Lembremos, em largos traços, os motivos que levaram a tomada de posição das Forças Armadas unidas ao povo brasileiro. O caos reinava nos anos do Governo João Goulart, o "peleguismo" atuava em todos os lugares, a anarquia já atingia as Forças Armadas: revolta de sargentos, em Brasília; marinheiros carregando nos ombros um "almirante" chamado Aragão, denegrindo, não a Marinha, mas o quadro a que ele pertencia; o comício da Central do Brasil, bem ao lado do prédio do Ministério da Guerra, onde me encontrava, o qual assisti me remoendo. Inúmeras bandeiras vermelhas, a foice e o martelo do Partido Comunista, fora da lei, figuras de gorilas fardados com o uniforme do Exército Brasileiro. O Presidente da República e oficiais generais, ali presentes, ouviam os discursos inflamados do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de Leonel Brizola e de outros.

Os movimentos no campo, levados a efeito pelas "Ligas Camponesas" lideradas por Francisco Julião, muito se assemelham aos do atual MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo que este é mais organizado e eficiente. As "Ligas Camponesas" promoviam agitações no Nordeste, tocavam fogo em canaviais e incentivavam toda a baderna possível. Isso tudo com a ajuda de um governador comunista, chamado Miguel Arraes que foi cassado e depois voltou nos ombros dos pernambucanos como o "grande herói injustiçado".

Finalmente, o que fez entornar a água desse copo, já cheio, foi uma reunião de sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, com a presença do João Goulart e de oficiais generais, onde o então Presidente fez um discurso em ambiente de completa baderna, convocando os sargentos a "virarem" a mesa. Esse foi o teor do discurso e quem possui revistas daquele tempo é só conferir, porque está tudo lá, escrito e fotografado, para que não digam que é mentira.

Pois bem, com isso, o povo que já vinha revoltado, saiu às ruas e pediu às Forças Armadas para tomarem uma providência. Os seus integrantes, intérpretes do pensamento e da vontade do povo brasileiro, pois são povo, cidadãos fardados, sob o compromisso de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida, atenderam ao chamamento.

E assim fizemos. Eu, major à época, e os meus companheiros, todos da Escola de Comando e Estado-Maior, seguimos em frente. Esses foram, sucintamente, os fatos que ocorreram, quando o Brasil crescia como rabo de cavalo, para baixo, a inflação era monstruosa, o País quase imobilizado pela baderna janguista. Por isso irrompeu a Revolução de 31 de Março.

Encontrava-me na sala de aula com mais alguns companheiros, quando foram chamados oficiais dispostos, aqueles que "topavam qualquer parada". Fiquei preocupado por ter sido incluído nesse grupo. Fui um dos últimos a ser chamado; quando ouvi dizer: Godofredo! pensei: "Ai minha Nossa Senhora!" Tinha, apenas, um revólver 38 e envergava o uniforme de passeio. O Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), instrutor, dirigiu-se a nós:

– Nós os escolhemos porque temos confiança em vocês e vamos cumprir uma missão muito árdua. O Palácio Guanabara enviou um pedido para que mandássemos alguns oficiais para organizar a defesa do Palácio, sede do Governo do Estado, onde se encontram o senhor Carlos Lacerda e o pessoal mais chegado a ele. Consta que vão ser atacados pelos fuzileiros navais do Aragão; já estão lá três ou quatro oficiais da Aeronáutica, comandados pelo Coronel Burnier, que confessam não saberem fazer defesa terrestre. A Escola só pode dar a condução de ida para vocês. Alguém não deseja ou não aceita a missão?

– Não senhor! – respondemos – nós iremos.

E assim fomos até lá; do lado do Palácio há uma escolinha e ali ficou sendo o nosso PC (Posto de Comando). Quando chegamos, lá estava o Coronel Burnier. Havia um canhão de avião colocado em cima de um jipe e outros oficiais da Aeronáutica com granadas dependuradas no uniforme. Senti que estavam decididos a reagir, prontos para a guerra. Pensei comigo: "Vai ser fogo isso aqui!"

Entramos, fomos conversar com eles e organizar a defesa do Palácio, em sua parte externa, onde estava o Lacerda.

Organizamos o dispositivo, mas não houve ataque de fuzileiro naval. Mais tarde vieram em apoio os tanques do Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec). Foram primeiramente para o Palácio das Laranjeiras, mas o Jango fugiu, depois seguiram para o Palácio da Guanabara, que é perto, para participar da defesa do mesmo. Foi aquele júbilo, muita alegria e distribuíram lenços azuis e brancos; o meu foi assinado por todos os que estavam ali por perto.

O que nos fez ficar contentes – vamos confessar, medrosos, também – foi ver que a maioria era de jovens, diferentemente de hoje, porque os jovens, agora, estão do lado de lá. A maioria era de jovens defendendo a democracia verdadeira, contra o comunismo que tentava enquistar-se em nosso País. Todos armados com metralhadoras que nunca tinham visto na vida, homens de idade, com capacetes da Revolução de 1932, espingardas de dois canos para resistirem ao ataque dos fuzileiros navais que – afirmavam – iriam desembarcar na Praia de Botafogo, ali perto. Eles já teriam treinado a manobra para tomar o Palácio. Nós íamos morrer ali, porque não dava nem para fugir, já que existe uma pedra enorme atrás do Palácio.

Bem, terminado esse ato, fomos carregados nos ombros do povo, cantando, pela praia, até perto da Escola de Estado-Maior.

No dia seguinte, voltamos à Escola e recebemos novas missões. A minha foi a seguinte: antigamente, não havia o Serviço Nacional de Informações (SNI), em seu lugar existia o SFICI, cujo significado era Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, um órgão subordinado à Presidência da República. Esse órgão funcionava como se fosse o SNI, só que muito menor. Eu e alguns companheiros fomos designados para ir lá; pensávamos em pôr os comunistas para correr, mas fugiram antes. Encontramos tudo abandonado.

Esse SFICI, para quem conhece o Rio de Janeiro, ficava no prédio da Casa da Borracha, acho que ainda existe, um edifício antigo na esquina da Rua Carioca com a Avenida Rio Branco, bem no Centro da cidade.

Examinamos os arquivos; quem era do nosso lado constava como "comunista". Eu, o Figueiredo, todos eram "comunistas". Faziam isso para semear a dúvida. Um tipo de contra-informação. Aqueles que trabalhavam lá, os verdadeiros comunistas, foram cassados pela Revolução. Mais tarde, voltaram bem melhor que os revolucionários. Foram perdoados.

O meu trabalho consistia em receber os processos de todo o País, para serem escoimados e despachados pelo Presidente da República. Pude ver o dossiê do camarada com todas as provas e, graças a Deus, me foi dada a felicidade de, ainda novo, tomar parte num momento histórico do Brasil. Identificamos os comunistas de verdade, os ladrões, os corruptos – hoje estão todos novamente mandando. Fazíamos um apanhado, resumíamos tudo, e passávamos para o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, que procedia a avaliação final da documentação, aprovando-a ou não. A seguir, era remetida para o General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, que, por sua vez, selecionava alguns e mandava para o Presidente da República, Marechal Castello Branco. Outros voltavam para nós, sem efeito.

De dez processos de cassação de mandato que a gente enviava, só uns quatro passavam e isso causava um pouco de frustração em todos nós que trabalhávamos ali, inclusive no coronel. E assim foi até o final, quando passou para a Comissão Geral de Investigações, mas as principais cassações foram dali, inclusive o Juscelino. Por ter tomado parte ativa nisso, pude ver as entranhas desses camaradas, toda a corrupção e bandalheira; depois, infelizmente, voltaram ao Poder.

Nessa fase, diversos companheiros cumpriam outras missões; a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) voltou a funcionar, depois de uns três ou quatro meses, e terminamos o curso. Após ter sido diplomado, o General convidou-me para instrutor e disse que poderia ser na ECEME ou na Escola de Aperfeiçoamento

de Oficiais (EsAO), mas gostaria que fosse para a EsAO. Justificou dizendo que lá estudavam capitães jovens e muito afoitos que precisavam, também, de um oficial disposto, que não deixasse o espírito revolucionário amainar ou mesmo ocorrer uma mudança de atitude, porque estávamos na fase de consolidação da Revolução.

Nomeado instrutor da EsAO, continuei trabalhando pela Revolução. Ministrava instrução da Arma – Cavalaria – e blindados; sempre que possível, como aprendi no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde tive a felicidade de estudar, ensinava algo mais. No meu tempo de aluno, um professor do Colégio Militar, lecionando Matemática, quando via que os alunos estavam desmotivados, contava uma estória, com fundo moral, educativa.

Por isso, quando dava minhas aulas naquele calor ruim da Vila Militar, e os alunos mostravam-se enfadados, falava sobre os comunistas, sobre a guerra que a gente tinha que travar contra o comunismo. Minha atuação não escapou da verve típica dos oficiais-alunos e meu apelido ficou sendo “gorila blindado”.

Depois, fiel ao meu espírito revolucionário, fui cursar a Escola Superior de Guerra (ESG). Antes, em 1968, ainda servindo no Estado-Maior do Exército (EME) assisti à baderna geral promovida pelos comunistas vencidos em 1964. A Revolução estava progredindo democraticamente, até mesmo muito permissiva, embora alguns continuavam chamando-a de ditadura. A oposição não foi proibida de falar o que quisesse. Naquele ano cresceram os desafios, a ponto de tombarem viaturas do Exército em via pública. Havia ordem para não ir fardado para o quartel, pelo receio de atentados e represálias. Os comunistas prosseguiam desinibidos, quantas vezes dirigidos por um bando de corruptos e de pederastas. Padres na frente de passeatas, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e em São Paulo. Incentivados do exterior, os comunistas promoviam marchas pela “democracia”, estimulados, entre outros, por Chico Buarque de Hollanda, grande figura da música popular brasileira, praticante da subversão regada a alcoólicos e um dos habituais viajores para o turismo político em Cuba, mancomunado com Fidel Castro.

Pois bem, todos assistimos à subversão nascida da estranha conjunção de jovens, homens e mulheres, padres e freiras. No Rio de Janeiro, na Cinelândia, há um bar, se não me engano, o Amarelinho, onde é servido um chope muito elogiado. Lá se postava essa camarilha do alto comando subversivo, Chico Buarque e os demais comunas, bebericando, enquanto os outros, não tão espertos, estavam levando porrada em manifestações de rua, os pichadores de palácio; isso em 1968.

Assim se desenrolavam os acontecimentos, quando Márcio Moreira Alves, deputado que hoje escreve nos jornais, desafiou o Exército na Câmara dos Deputados, anarquizando com os militares e com a Revolução de 1964.

O Presidente Costa e Silva, a contragosto, porque se tratava de um homem bom, bonachão, mas firme, foi obrigado a editar o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Os subversivos vivem falando no "AI-5", mas eles nunca o leram. O Ato Institucional foi um documento correto, estritamente dentro da lei, diferente dos de hoje que precisam retornar, cheios de incorreções. Foi aprovado e preparado por gente capaz. Aqueles governos revolucionários, que chamam de "ditadura", de "anos de chumbo", foram governos capacitados, muito superior aos que os sucederam.

Pois bem, após o AI-5, agravou-se a contestação com o acirramento de guerrilhas urbana e rural. Aqueles guerrilheiros estão, hoje, travestidos de deputados, senadores, juízes, ministros de governo. Foragidos para o exterior, porque nenhum deles saiu exilado, foram caluniar o Brasil na Europa.

Executei, a mando do Chefe do Estado-Maior, um trabalho de informações onde tudo isso foi levantado, com nome e fotografia dos responsáveis, na França e na Inglaterra, principalmente.

Essa investida caluniosa sobre o Brasil, na Europa, foi profunda e repercute até hoje, tal a força da campanha difamatória do Brasil no exterior. A imagem do País foi destruída por esses maus brasileiros que hoje estão no governo, acarretando enorme prejuízo em tudo, inclusive no comércio exterior.

Eu mesmo ouvi, certa ocasião, o bispo Dom Hélder Câmara falar que no Nordeste morriam mais de mil crianças por dia, de fome. Sabemos que embora haja subnutrição, morrer mais de mil crianças por dia, de fome, é uma mentira muito grande e coisas dessa natureza eles espalhavam aos ventos.

Mas esse quadro de mentiras deslavadas persiste. Eles aproveitam fotografias de exercícios militares dos Batalhões de Selva, na Amazônia, em que aparece um camarada amarrado, nos exercícios de fuga e evasão, e acrescentam inscrição, embaixo, com a afirmação que o Brasil tortura oficiais do Exército.

O primeiro governo da Revolução criou o arcabouço do novo Brasil; Costa e Silva prosseguiu a ordenação do País, com aquele seu jeito bondoso e firme. Líder nas Forças Armadas, por infelicidade do Brasil morreu vitimado por grave doença.

No seu lugar assumiu a Junta Militar, porque o Vice-Presidente foi considerado incompatível, em face de sua oposição à aprovação do AI-5. O triunvirato da Junta Militar soube muito bem, com segurança, conduzir o País naquela quadra conturbada. Para desgosto nosso, bem mais tarde, no Congresso, um político contrariado e já decadente, Ulisses Guimarães, que sempre militou na política buscando vantagens, sob o "charmoso" chapéu da democracia do "venha a nós o vosso reino" – a Constituição de 1988, viria a comprovar isso – de forma agressi-

va, ressentida e grosseira, chamou os três ministros de "três patetas". Recebeu as devidas respostas que, civilizadamente, o desmoralizaram.

Aí veio a fase magna do Brasil, quando escolheram um homem firme chamado Emílio Garrastazu Médici. Sem dúvida, bafejado pela sorte, além de chefe íntegro e ímpar, apreciava o futebol, era torcedor do Flamengo. Foi assistir no Maracanã, naquela época, a um jogo Flamengo e Vasco e viu-se aplaudido de pé pela torcida. Os "intelectuais", políticos e jornalistas omitem isso. Sob ditadura, quem iria aplaudir de pé o Presidente da República? Esse homem trabalhou para o desenvolvimento do Brasil, alçando-o da 48ª posição para a oitava potência econômica, no mundo. O Brasil prosseguia em ritmo de crescimento.

O General Ernesto Geisel, quarto Presidente da Revolução, nunca foi um revolucionário completo. Logo iniciou o processo de abertura política, quando não era chegado o momento. Proporcionou uma brecha a um tipo de inimigo ideológico que a ninguém concede favores ou perdão. A anistia é para questões partidárias, como na Revolução de 1930, mas não para inimigos comunistas. O regime comunista não concede anistia para ninguém. Lá, eles matam o inimigo.

Essa foi uma das causas do desgosto, segundo consta, do General Médici, não pela anistia, mas pelo rumo que a Revolução estava tomando. Entretanto deve-se reconhecer que fez uma coisa muito boa, pressionado ou não, como romper o acordo militar com os Estados Unidos, esse nosso "amigo" que muito pouco nos ajudou. Lutamos na guerra ao lado deles, mas depois cobraram até a agulha de injeção dos nossos febianos.

Nós os agradamos derrotando o comunismo aqui, nas costas deles; se o Brasil caísse, seria o fim do mundo. Pois bem, antes o armamento que utilizávamos no Brasil era todo de lá, a nossa indústria bélica não ia para frente. Pois a Revolução de 1964 tem esse mérito também, rompeu com acordo militar e, a partir daí, começou a crescer a nossa indústria bélica e aeronáutica, produzindo produtos de primeira qualidade.

Inclusive, um projeto no qual tive a honra de participar, na fase de estudos, quando classificado no EME. Tratava-se do carro de combate *Osório*, considerado o melhor da época, no mundo. Servia com o General Rondon, de saudosa memória, general brilhante, moço inteligente, revolucionário até a última gota. Era Assistente-Secretário dele no cargo que ocupava na subchefia do EME com a missão de avaliar novos materiais de emprego militar.

O Ministro do Exército foi à Argentina assistir a uma demonstração e voltou decidido que deveríamos fazer um blindado, um carro de combate nacional, um tipo de carro de combate principal do Exército Brasileiro, com orçamento em dólar e tudo. Então o Rondon me disse:

– Godofredo, vou iniciar e deixá-lo encarregado de prosseguir, porque você será promovido a general...

Trabalhei com jovens engenheiros de armamento, engenheiros de metalurgia de São Paulo, de Curitiba e do Rio de Janeiro. Percorri vários RCC – fui comandante de um – para saber qual tipo de carro de combate que achavam melhor.

Assim tudo isso foi feito e saiu o *Osório*, um produto da Revolução, como o *Xavante* e o *Tucano*, que vendíamos para o mundo todo e ganhávamos dinheiro. O *Tucano* é sucesso, vendido até hoje.

Negociamos aqueles carros blindados sobre rodas, o *Urutu* e o *Cascavel* para o Iraque e como estavam comprando o nosso material, ajudavam na pesquisa científica.

O dinheiro ganho por essas indústrias pesava muito no prato da balança do comércio exterior, coisa que não acontece mais, pois acabaram com a nossa indústria bélica e hoje estamos subordinados ao estrangeiro em quase tudo.

O senhor falou ainda há pouco que surgiu o Osório, na época o melhor carro de combate.

Inclusive ganhou uma concorrência de desempenho em pleno deserto, para ser vendido para a Arábia Saudita. O negócio só foi abordado porque os americanos pressionaram os sauditas para, em troca do apoio militar e evitar serem ameaçados por Saddan Hussein, adquirirem o carro de combate deles, o Abrahams M1 *e não o nosso, muito melhor que os blindados americano, francês e inglês.*

Apoiados em nossas empresas, a Engesa e outras mais, iríamos repotencializar os carros de combate da China, com *know how* brasileiro. Isso era o Brasil grande que estava se apresentando, não este Brasil pequenininho de hoje, era o Brasil da Revolução de 1964.

Só para não me perder e por merecer referência, foi eleito o General Figueiredo que pegou a bomba quente da anistia e teve que concedê-la. Não deveria ter concedido a anistia tão cedo, e sim colocar, primeiro, na Presidência um civil, um civil também revolucionário, íntegro, determinado, apoiado pelos militares.

A verdadeira democracia não é a que proclamam por aí. Já vão perdidos na poeira da história, Platão e seus discípulos. Quanto mais falam nela, menos a praticam. O exercício democrático apóia-se nos direitos e nos deveres e confere ao Estado e ao cidadão obrigações recíprocas que, via de regra, não são respeitadas. Criminosos, corruptos, não podem, sob o manto da democracia, escafederem-se do látego da lei, aplicado com justiça e serenidade. Antidemocrático é ser passivo, frouxo, deixar de cumprir com o dever e tornar-se conivente com o crime.

Nossa "Democracia", hoje, permite que você viva num país da desigualdade, num país onde os dirigentes, especialmente do Legislativo, praticam atos

desabonadores. Uma ascensorista da Câmara dos Vereadores de São Paulo ganhar seis mil reais, um cidadão, ex-prefeito no Nordeste, receber cinqüenta e seis mil reais de aposentadoria, cidadãos locupletarem-se em cidades que não têm renda, sustentadas pelo Estado e Governo Federal.

Nossa "Democracia" permissiva assiste a um cidadão deixar a prefeitura na bancarrota, não ser preso, não acontecer nada.

Essas coisas revoltam, porque todos apaniguados, de boca cheia, dizem que isso é Democracia. Não, Democracia é uma coisa muito mais sublime, é um regime de liberdade com responsabilidade. Pode-se dizer que, desde o 31 de Março de 1964, praticamos a democracia no bojo de um processo revolucionário, sob o lema de segurança e desenvolvimento. Hoje é o "Destrambelhado com o Atraso", pois não temos nem segurança, nem desenvolvimento.

Mas voltando ao ciclo dos presidentes militares, a anistia no Governo do General Figueiredo permitiu que voltassem todos aqueles que estavam no exterior e que declaravam ter sido exilados; exilados foram apenas uns vinte, o resto apenas fugiu.

Pois bem, esses homens retornaram perdoados, alguns depois de terem cometido até assassinato. Um oficial, meu aluno na EsAO, morreu metralhado por uma terrorista, traiçoeiramente. Em Recife, no Aeroporto de Guararapes, uma bomba foi colocada para assassinar o General Costa e Silva, mas o artefato explodiu antes e matou um almirante, além de causar ferimentos graves em outras pessoas.

Quem foi o responsável pelo atentado?

Integrantes da Ação Popular (AP), de cujos quadros o já falecido Betinho era figura de proa. O General Helio Ibiapina Lima, que servia no Nordeste, sabe disso perfeitamente.

Esse pessoal foi anistiado e por isso sofremos hoje toda sorte de perseguição. Oficiais competentes são tirados de postos-chave no exterior, como o de adido militar. Uma artista que esteve presa por subversão, comprovadamente mentiu e denunciou o Coronel Adido no Uruguai, como torturador. Tiraram-no do cargo sem que lhe fosse concedido o direito de defender-se.

Isso não é democracia, é torpe vindita, pois que se apóia em mentiras e falsidades. Vários outros oficiais deixaram de ocupar cargos até dentro da administração do Exército, como o General Fayad, delatado por um livro, acolitado por um suspeito personagem amigo de terrorista, Dom Paulo Evaristo Arns, adepto do credo vermelho. Segundo este livro, vermelho, também, por fora, à semelhança do "Livro Vermelho" de Mao Tsé-tung, um sargento do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), apenas datilógrafo, para seus acusadores, trabalhou na tortura, encontra-se nesta lista fajuta.

Então a Revolução de 1964 é distorcida por seus detratores, é malcontada para os nossos filhos, nossos netos, para os jovens de hoje. Mentiras que são espalhadas por aí, mentiras que são divulgadas oficialmente, operando verdadeiras lavagens cerebrais em toda a juventude. Essa foi uma das falhas da Revolução, não limpamos como deveríamos ter feito a área da educação. Não impedimos a infiltração e doutrinação comunista nos quadros do magistério, em todos os níveis.

Uma boa iniciativa foi a criação da matéria Educação Moral e Cívica (EMC), entretanto de maneira solerte os professores esquerdistas exploraram o assunto a seu talante e interesse.

Há um livro distribuído por intermédio da Internet e que cita como heróis da História do Brasil, em primeiro lugar, o Luís Carlos Prestes; em segundo lugar, a Olga Benário, que nem brasileira é, alemã e mulher do Prestes, que Getúlio entregou para a Gestapo; em terceiro lugar, Lamarca; quarto lugar, Marighela e por aí vai, para o autor energúmeno esses são os "heróis" da História do Brasil. Na verdade, ele não é toupeira para pensar assim, trata-se de provocação rasteira associada ao ato de desinformar a mocidade. Contra-informação, em que são mestres os comunistas.

As nossas moedas, as nossas notas não têm mais os retratos dos vultos nacionais. Agora só temos bichinhos como o mico-leão-dourado, quer dizer, trocaram os vultos nacionais por espécimes da fauna. Está muito bem, é até louvável a proteção da fauna, mas isso porque não podem colocar nas notas o retrato do Mao Tsé-tung, do Che Guevara, do Stálin, do Lamarca e desse pessoal todo. Então, põem figuras de bichos. Mais do que cretinice é desinformação. Trata-se de uma técnica bastante sutil. Fui criado ouvindo expressões como: "Me dá um Cabral aí, pai.

"Cabral" era a nota de mil cruzeiros, um "Barão", "Getúlio", "Caxias", "Tamandaré", "Barroso" e você relacionava o valor da nota ao vulto nela registrado, só que hoje não pode mais.

Isso chama-se "revanchismo", uma das desgraças que apareceram após a Revolução, nascido por obra e arte daqueles inimigos que não neutralizamos. Uma ação covarde e imoral, praticada em todos os campos do Poder, principalmente pela mídia que se utiliza de instrumentos – jornais, rádio, televisão – cujo acesso negam aos que desejam defender-se. É portanto covarde e falaciosa.

Sabemos que o senhor tem, dentro de sua notória habilidade e seu exacerbado patriotismo, escrito páginas de verdadeiro civismo. Uma maneira corajosa de protestar contra esse atual estado de coisas, uma das poucas maneiras que nos restaram, já que a grande mídia é dominada pelos nossos inimigos, pelos comunistas que foram derrotados, mas hoje militam nos principais jornais e cadeias de televisão.

Então, a maneira que o Coronel Godofredo tem de protestar contra esse estado de coisas é escrever artigos sobre a Revolução e sobre a conjuntura brasileira. Artigos esses que encontram guarida apenas em publicações especializadas como Revistas do Clube Militar e outras congêneres, o jornal Letras e Marchas, Ombro a Ombro.

Em Pirassununga, existe um deputado federal do PTB chamado Marques que foi soldado no Regimento, no tempo em que a Unidade era hipomóvel, tendo servido um pouco antes que eu me apresentasse. É um denodado defensor dos militares, embora não tenha nenhum parente militar.

Ele possui um jornal na cidade e, sabendo da minha maneira de ser, perguntou se eu não desejava escrever para o jornal dele. Comecei a escrever, ele gostou e esse jornal ele leva para a Câmara dos Deputados e distribui entre seus colegas, bem como, o envia para ministros. Já tenho fãs eméritos, para me "trucidar" ou elogiar, na "corte" brasiliense.

Minha arma, para lavar a honra do Exército contra as acusações infundadas, são meus artigos; houve um que, falando sobre a Revolução, intitulei "Ganhamos a Guerra e Perdemos a Paz".

Realmente, a Revolução ganhou a guerra, transformou o País, restaurou a autoridade, reduziu a inflação e a corrupção. Criou a Telebrás, Eletrobrás, Embratel – hoje estão todas vendidas aos estrangeiros –, manteve e aumentou a Vale do Rio Doce – também entregaram aos estrangeiros –, tudo que a Revolução fez ou se destrói ou se vende.

Agora, quais foram os erros da Revolução?

Perdemos a paz, porque as cassações tiveram prazos, permitindo que os cassados retornassem às atividades políticas.

Entendo que o vencido numa guerra dessas, se punido, deve ser afastado sem prazo para voltar; afinal, na URSS e em Cuba, só para citar esses, o afastamento sempre foi definitivo, seja no calabouço seja no *paredón*.

Perdemos a paz, pois agora são julgadas as ações revolucionárias, exatamente por aqueles que foram derrotados. É um tipo de julgamento faccioso, desonesto. O General Walter Pires disse uma frase em Brasília, que está até gravada, nesses termos:

"Os nossos companheiros que lutaram, que deram suas vidas em prol do Brasil, enfrentando os comunistas e as guerrilhas, jamais deixaremos que (esses companheiros) sejam perseguidos ou sofram qualquer sanção."

Mas hoje, estão todos eles sendo perseguidos, sofrendo sanções e ninguém reage. Finalmente, tenho aqui um trecho de um artigo que vou ler, porque é de um general muito correto. Ele disse uma coisa belíssima sobre tudo isso que estamos comentando:

"A Revolução de 31 de Março de 1964 não teme o julgamento da História. O verdadeiro juízo da Revolução será feito pela geração do século XXI, totalmente

sem compromisso com o emocional próprio dos perdedores que buscam a revanche hoje. A versão da história que vem sendo construída pelas esquerdas, com base em referências ideológicas inconsistentes, certamente será desqualificada." "A Revolução de 31 de Março de 1964", pelo General da reserva José Saldanha Fábrega Loureiro, no *Ombro a Ombro*.

Isto é realmente o que podemos falar sobre a Revolução de 1964. Sabemos que a Revolução salvou o Brasil, os mais velhos se lembram disso, mas muitos se omitem; muitos se aproveitaram da Revolução de 1964, alguns militares foram promovidos a general, a coronel, durante o período revolucionário, mas esquecem-se disso, muitos ficaram ricos, puderam trabalhar descansadamente, enquanto o Brasil progredia em paz e sossego, e esquecem-se disso.

Esse é o meu testemunho sobre a Revolução de 1964, a que devoto fidelidade até o fim de meus dias, pronto para, enquanto Deus me der vida, defendê-la com os meios que Ele me puser às mãos.

O senhor já abordou de uma maneira genérica, mas gostaria que fizesse comentários sobre um dos itens do artigo "Ganhamos a Guerra mas Perdemos a Paz", exatamente o seguinte:

Analistas da Revolução de 1964 acham que uma das falhas do Movimento – porque é claro que a perfeição absoluta não existe em nenhum governo – foi não ter conseguido conquistar para o nosso lado – e quando digo do nosso lado, refiro-me o lado do Brasil – três setores importantes da sociedade brasileira; a imprensa, já que, inclusive com apoio dos governos militares, foram criadas as Escolas de Comunicação Social visando profissionalizar o nosso homem de imprensa; entretanto essas escolas logo após a sua criação, caíram em mãos contrárias e passaram a ser verdadeiras fábricas de repórteres e jornalistas detratores da Revolução e, pior ainda, a favor das teses e práticas comunistas.– Essa foi a primeira grande falha, nessa análise que depois vou pedir para o senhor comentar.

A segunda grande falha foi ter perdido totalmente o controle da Educação; – o senhor mesmo citou o exemplo da criação de matérias visando dar maior embasamento patriótico e moral, Educação Moral e Cívica (EMC), no nível inicial; no nível intermediário era Organização Social e Política Brasileira (OSPB); e no nível de terceiro grau era Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), onde se valorizariam os verdadeiros vultos nacionais, que ajudaram a erigir a sociedade brasileira, cultuar os valores da verdadeira democracia. Essas matérias foram todas exploradas exatamente pelos inimigos, preparados para falar o contrário do que deveriam.

E em terceiro lugar a Justiça, que não sofreu a reorganização adequada. Lembro o aspecto da má-formação nas faculdades de Direito que proliferaram exagera-

damente com a conseqüente queda de qualidade, os concursos fraudados e a infiltração nas organizações de classe, por elementos de esquerda, de extrema esquerda, comprometidos apenas com a sua ideologia.

Nesses três setores básicos, estamos convictos de que a Revolução falhou, não por desinteresse ou displicência, mas sobretudo por ingenuidade dos nossos chefes e companheiros. A garotada de hoje aprende que herói nacional é Lamarca, é Luís Carlos Prestes e outros piores como o senhor citou há pouco. O que o senhor teria a comentar sobre o assunto?

O Presidente Castello Branco, inegavelmente um grande vulto nacional, um dos melhores presidentes da República do Brasil, preocupou-se com a legalidade, com o império da lei e com a imagem do Brasil no cenário internacional. A meu ver, os mais jovens da época não aceitavam essa política e, daí surgiram essas falhas. No estado de direito, alguns dos sustentáculos da ordem são o poder de polícia e o poder de censura.

Ora, o que é o poder de polícia?

É um poder democrático que o Estado deve usar para proteger o cidadão, o povo, contra as investidas nocivas de qualquer natureza.

E o poder de censura?

Sem que se ouçam os ignorantes, que não sabem, o poder de censura é exercido pelo Estado a fim de preservar a informação de tudo aquilo que pode conspurcar a mente do cidadão, do povo em geral. Se sou democrata, tenho que, democraticamente, através da Lei, exercer um poder para não permitir que se disseminem valores que invalidem os anseios de liberdade do meu povo.

Travestidas de "arte" e "cultura", não deve ser permitido que se exibam maldisfarçadas cenas de sexo explícito na televisão, comuns aos programas de hoje. No teatro ainda vá lá, porque tais cenas não invadem o meu lar, as salas de espetáculos freqüenta quem quer.

O poder de censura fere a individualidade das pessoas?

Não, ele está protegendo a família. Entretanto, através de qualquer brecha, em nome da democracia e repúdio à censura, despejam-se os lixos de mentes pervertidas que infestam a sociedade.

Em termos de Revolução, os interesses prejudicados mobilizaram a maioria dos frustrados que hoje nos antagonizam.

Consta que determinado empresário, líder de um império jornalístico passou a vergastar a Revolução por ter seu interesse de importar um iate, desobrigado de impostos e obrigações, sido contrariado pelo Ministro da Justiça com aprovação do Presidente Figueiredo. Adquirimos, por isso, um ferrenho inimigo.

Atualmente o jornalismo ideológico, maiormente a serviço da esquerda, penetrou na maioria dos órgãos de comunicação. Isso se constata facilmente. Antes atuavam disfarçadamente, mas, hoje, agem sem pejo.

As emissoras de televisão governamentais só convidam comunistas para entrevistar; daí ouvir-se que, na época do "partidão", eram machões e brigões. Tudo mentira, porque muitos se acovardaram mesmo sem sofrerem qualquer tipo de pressão.

No setor educacional não houve depuração. Na Capital, a Universidade de Brasília era um antro de comunistas, em pleno estado revolucionário. Nós, os mais jovens, queríamos promover a limpeza necessária; quem tentou realizar esse trabalho de Hércules foi um oficial da Marinha, reitor, inteligente e capaz que imagino tenha morrido de tanto desgosto. Ele iniciou o processo, mas depois voltou tudo.

Após ter sido instituída a matéria Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), deixaram entrar uma leva de comunistas que passou a executar os planos de um camarada da Itália, um famoso "educador", Antonio Gramsci, que afirma poder dominar um país sem dar um tiro, bastando tomar conta da educação do povo.

Um dia, telefonaram para a minha casa e perguntaram à minha senhora se eu podia atender umas alunas que precisavam fazer um trabalho da escola sobre a Revolução de 1964. Aceitei, e vieram seis jovens, filmaram e gravaram tudo o que falei e, tempos depois, uma delas ligou e pediu à minha senhora para me dizer que elas tinham tirado grau dez. Fiquei contente e até falei: "Esse colégio é bom."

Colégio Athenas. Aí pedi uma fita, porque queria conferir; elas, inocentemente, mandaram a fita. Então, quando comecei a assistir, tremi na base. Antes que eu começasse, entrou um professor, que é do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), já candidato a prefeito umas duas ou três vezes, em Pirassununga, foi soldado e quando encontra com a gente me chama de general a toda hora.

Fez uma exposição sobre o mesmo tema que eu estava fazendo, só que arrasou com a Revolução, mas arrasou mesmo. Deixei a fita ir até o final; quando veio o meu depoimento, percebi logo que tinha algo errado. Com a minha experiência em informações, já notei isso.

Depois veio um garoto do colégio falar comigo, sem me conhecer, sem nada e falou:

– Coronel, eu sou o fulano de tal, aluno do Colégio Athenas, onde foi exibido esse filme que o senhor fez para as alunas. Vim aqui revoltado pelo que fizeram. Enquanto o Professor Vitoreli "esculhambava" os militares e as Forças Armadas, foi tudo muito bem, bateram palmas; mas quando o senhor entrou começaram a zombar, dar vaias e não chegaram nem ao final do seu filme.

Comandados por uma professora petista, uma despreparada que ficou agitando os alunos, foi a maior farra, os alunos vaiando e gritando:

– Uhhhh! Uhhhh! Sai daí ô velho!

Uma vergonha, e eu conheço outros colegas que também não gostaram, e se o senhor quiser eu trago eles aqui, porque nós queremos acabar com isso.

Parece-me algo muito bom, há uma reação, os esquerdistas não conseguem dominar todos os alunos.

Pois bem, o colégio é valhacouto de partido político petista, quer dizer, transmitem isso aos alunos, o diretor é petista, todo mundo é petista lá, inclusive a mulher de um oficial aviador, o que é um perigo, sei lá se ele também não é petista.

Comentando acerca da Justiça, nos processos judiciais, por qualquer detalhe de somenos importância, permitiram a liberdade de criminosos, de subversivos do mais alto grau e de terroristas. Valia mais a forma do que a essência. Os inúmeros recursos jurídicos sempre foram habilmente manejados sob a complacência daqueles que deveriam zelar pela aplicação de justiça.

Até hoje temos uma figura que é dos tempos coloniais, a do dono de cartório; cartório tinha que ser do Estado.

São vitalícios os direitos sobre o cartório, passam a ser herdados pelos descendentes dos atuais proprietários, que ganham rios de dinheiro.

Uma das falhas da Revolução foi não ter reformulado a Justiça. Trata-se daquela noção de que a Revolução foi tímida naquilo a que se propôs realizar, preocupada com o que iriam dizer.

Num artigo que escrevi, disse o seguinte:

"...jamais abdicaremos da Revolução de 1964, em homenagem a todos os militares e civis que com o risco da própria vida não hesitaram em se opor àqueles que queriam comunizar a Nação..."

Melhor "anos de chumbo" do que "anos de sangue" que evitamos. Eles são mal-agradecidos.

João Goulart e seus seguidores, instalados no Poder, só não concretizaram a virada comunista para dominar a Nação, devido à reação das Forças Armadas, instigadas e inspiradas pelo povo brasileiro, através das Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, aqui em São Paulo e em diversos lugares. Na verdade foi feita uma Contra-revolução, pois removemos esses maus elementos do Poder, desde o mais alto, o próprio Presidente da República.

A Nação brasileira aplaudiu a reação das Forças Armadas; o Brasil passou a progredir, respeitado no concerto internacional; a única maneira que eles arruma-

ram para se contrapor a isso foi o recurso ao terrorismo, que começou com o atentado no Aeroporto de Guararapes e que depois prosseguiu, particularmente, nas tentativas para implantar a guerrilha urbana nos principais centros, especificamente na cidade mais importante do País, que indiscutivelmente é São Paulo.

Muito bem, dessa forma a Revolução, com os governos de Costa e Silva e depois com a Junta Militar e Médici, particularmente, tiveram que se antepor aos terroristas e tiveram que ser duros também com o inimigo que nos agredia por intermédio de atentados, assaltos a bancos, seqüestros de aviões e outros tipos de ações infames. Não se pode combater assassinos com flores, então o Governo teve que ser duro, demorou um pouco, mas reagiu e finalmente ganhou essa guerra também, então a minha pergunta é a seguinte:

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Entendo que os métodos usados foram os mesmos que se usam em qualquer parte do mundo, quando cometidos os atos de violência semelhantes.

Eles falam em tortura. Acusações que não comprovam.

Os métodos usados excepcionalmente eram adequados naquela época e para aquele problema. Não se pode tratar uma doença grave com porções de água e açúcar.

Terrorismo, seqüestro e tortura se nivelam.

Vale para um lado e não vale para o outro? Então, “quem não quer ser lobo que não lhe vista a pele”.

Certa vez fui falar com uma moça presa no campo de futebol do Botafogo, no Rio de Janeiro, atrás de uma outra pessoa que procurava por lá. Aí olhei a menina bem vestida, uma menina bonita e perguntei por que uma jovem bonita estava numa situação daquelas, metida com um bando de vagabundas.

E sabe o que ela fez?

Cuspiu-me na cara!

As mulheres engajadas na luta armada eram as piores que existiam, as mais perversas, pegavam os jovens pelo sexo.

Quer dizer, qual o tratamento que esse pessoal merecia?

O que os franceses fizeram com o terror na Argélia?

Como os americanos combatem o terrorismo?

O que os ingleses também fizeram na construção do Império Britânico?

A História ainda vai dizer. Vocês já viram que ninguém fala mal do Stálin, possivelmente o autor do maior genocídio conhecido, maior do que Hitler, outro grande assassino em escala mundial.

Entretanto, os jovens não são esclarecidos, não sabem que houve seqüestros, não sabem que mataram um soldado de sentinela no QG do Ibirapuera, o Mário Kozel

Filho, não viram o rapaz ser estraçalhado por uma bomba assassina. Mas "viram matar", no DOI-CODI, o Herzog, comprovadamente um suicida.

Zuzu Angel que morreu num acidente de trânsito, não havia ninguém do Exército perto, muito tempo depois arrumaram "testemunhas" que criaram uma situação esdrúxula.

Aquele caso do Riocentro. Alguém pode supor que militares, capacitados em operações de informações, vão levar uma bomba acionada para explodir no meio do pessoal? Não é um procedimento profissional, a primeira coisa que se ensina no manuseio com explosivos é que não se leva nada acionado dentro de viatura, não se abandona viatura que conduz explosivos ou mesmo quando você vai realizar qualquer operação. Você não leva o torpedo armado, arma na hora de lançar.

Quem prova que aquilo não foi feito por eles mesmos, os subversivos?

Creio que foi.

Eles cumpriam missão de informações; o capitão estava ao volante e o sargento desceu e foi falar com um camarada. O sargento já era "plotado" pelo serviço deles. Quando o sargento chamou o capitão, este errou ao deixar o carro sozinho. Possivelmente, numa questão de segundos, alguém colocou a bomba no assento. Ambos voltaram e viram o artefato, tentaram remover, e a bomba sobre as pernas do sargento, quando o carro começou a andar, explodiu.

É muito difícil você classificar quais as medidas duras e as menos duras que foram adotadas, o que foi tortura ou o que não foi tortura. E tudo isso que falam por aí são mentiras, o brasileiro não tem a índole de torturar ninguém. Mas os comunistas justiçam: o Lamarca assassinou a coronhadas um tenente da Polícia Militar (PM) de São Paulo; o Prestes mandou matar uma mocinha que ele achava fosse traidora. Pessoas inocentes foram "justiçadas" pelos terroristas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia que estamos vivendo no Brasil preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos face aos ideais da Revolução de 1964?

Vou dizer o que ouço nas ruas. Muita gente, a maioria civil, quer que voltem os militares; isso é a maneira de dizer deles, que volte aquele regime sério, duro, mas correto, direito.

Ora, meu Deus, estamos vivendo uma verdadeira baderna, a democracia tem que se despojar de uma porção de apêndices que criaram, que não valem nada. Direitos humanos com respeito aos direitos dos outros humanos.

Inclusive, os direitos humanos obrigam os homens de bem a permanecer trancados dentro de casa; os bandidos, assassinos e estupradores estão passeando

livremente na rua e protegidos pelas comissões de direitos humanos, pastoral disso e daquilo e assim por diante.

Outra coisa, essas Organizações Não-Governamentais (ONGs) devem sofrer uma investigação que apure seus objetivos, composição, financiamento e atuação. Não podem servir de abrigo a subversivos e a interesses internacionalistas.

Por que na Amazônia o Governo não pode fazer nada, que todo mundo grita?

É inegável a ambição sobre a Amazônia.

A criação da reserva Ianomâmi, nos termos em que se fez, transformou-se num crime lesa-pátria. Ignoraram a faixa legal de 100km de fronteira.

Nos territórios demarcados para as "nações indígenas", inclusive como o senhor citou, a nação Ianomâmi, onde vivem menos de dez mil índios num território superior ao de Portugal, ali nem o Exército pode entrar, mas Organizações Não-Governamentais, estrangeiras, missões "religiosas", que utilizam aparelhos sofisticados para exame de nosso solo, de nossa biodiversidade, podem entrar lá. O Exército não pode, porque é "santuário" da "nação Ianomâmi" ou de outras.

E ainda há o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), cujas denúncias de corrupção é uma campanha para impedir-lhe a implantação, em que pese a importância de seu funcionamento. Foi cabalmente provado que nada há de irregular.

A verdadeira Democracia no País deve apoiar-se no binômio Segurança e Desenvolvimento, com autoridade e respeito.

A Autoridade é respeitada hoje?

Um delegado ou um policial não é respeitado mais, o bandido atira num policial como em um inimigo de guerra, mata e acabou.

Então a autoridade não se impõe mais e isso é um dos problemas; não seria mal dar uma balançada de árvore para caírem alguns "grandões" de cima, porque assim não dá. Não podem vender o que estão vendendo.

Antigamente, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), tinha elementos designados em várias comissões, nos diversos ministérios. Não se fazia nada que interessasse à Segurança Nacional sem que tivesse alguém do EMFA para opinar; não era a opinião pessoal dele, era a opinião do EMFA como um todo.

Criaram o Ministério da Defesa. Para quê? Para tirar os ministros militares do plano político da Nação, substituídos pelos Comandantes de Força.

O senhor vê a possibilidade de uma futura aliança ostensiva (porque sigilosa pode existir desde já), entre os narcoguerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o MST do Brasil?

Penso que sim, porque toda a cúpula do famigerado MST faz curso de extensão política em Cuba, e os de lá também. O que será que estão fazendo? Estão se unindo.

O MST está aumentando sua área de atuação, sem deixar o Sul, e estão subindo rumo ao Nordeste e Norte do País.

Quem é que pode dizer que isso não vai acontecer?

Na minha modesta visão, entendo que deve merecer um cuidado especial das nossas Forças Armadas e dos serviços de informações, porque pode transformar-se num tremendo pesadelo.

Porque como o senhor falou agora, o MST está bem mais organizado em termos estruturais e nacionais do que as famosas "Ligas Camponesas" do Francisco Julião, de quarenta anos atrás.

Então basta receberem armamento e passarem às ações armadas que estarão atuando como as FARC...

No Norte ou Nordeste do País seria o local ideal para receberem esse armamento.

Mas, em seguida, passariam a atuar também no Sul, porque eles têm estrutura em todo o País.

Sabemos também que o MST, em todo o Brasil, mantém cursos para educação das crianças, inocentes filhos dos pobres coitados que são massa de manobra dos seus líderes; lideranças suspeitas e comprometidas com as facções de esquerda nacionais e estrangeiras.

As crianças são inocentes, porém recebem, desde os primeiros bancos escolares, a doutrinação esquerdista. São submetidas a um currículo escolar adrede adaptado, totalmente direcionado para transformar aquelas crianças em um futuro jovem revoltado, convicto de que a única solução dos problemas dele, do País e do mundo é a adoção do regime socialista comunista.

Os livros deles lembram aquelas cartilhas de triste memória, preparadas por Paulo Freire, extremamente deletérias. Ele morreu, mas deixou o veneno espalhado, haja vista muitos de nossos "livros didáticos".

Coronel Godofredo, chegamos ao final desse excelente depoimento com que nos brindou, nós todos, brasileiros, autênticos e eternos patriotas, orgulhosos de nossa Pátria, de nossa gente sofrida, povo brasileiro, nas mãos de tantos maus políticos.

Levantamos um quadro, nessas últimas palavras, preocupante em relação ao momento atual e ao futuro do Brasil, mas acreditamos que o povo vai superar esse momento difícil, como em 1964 e em outras ocasiões, ao longo de nossa História.

Posso afirmar que os companheiros que trabalham conosco, jovens militares, autênticos patriotas, são nossos sentinelas da Pátria. Jovens militares e também civis irmanados, serão os vitoriosos do futuro.

Agora, pedimos a sua mensagem a todos os jovens que seguramente irão ler este seu depoimento.

A juventude brasileira, a militar em particular, é abençoada por Deus, como abençoado é o nosso País por ter o Exército que tem. Este Projeto de História Oral do Exército servirá para demonstrar toda falsa história que os maus brasileiros não se cansam de repetir.

Não sei se nas outras Forças Singulares existem trabalhos semelhantes. O ideal seria que existisse. Tenho fé em Deus e na mocidade militar, e na esmagadora maioria da mocidade civil que ainda não está infectada. Sinto-me honrado de ter vindo aqui, a convite do Exército, para expor as minhas idéias e o que fiz, pela Revolução de 31 de Março de 1964, cujos anseios ainda não foram totalmente atingidos. A nossa Revolução é permanente; o objetivo final é tornar poderoso este imenso Brasil, mesmo contra o trabalho nefasto das grandes potências. Hoje estamos sujeitos a um capitalismo ferrenho, duro, sem alma e sem espírito, como não tinha o comunismo internacional, também.

Derrotado o comunismo, apareceu a figura dessas sete (oito) nações mais ricas do mundo, para as quais a soberania não existe, apenas o interesse e o dinheiro. Acredito, contudo, no Exército Brasileiro, que haverá de preservar nossas fronteiras. Muito obrigado.

Coronel Luiz Carlos de Avellar Coutinho

Nascido em 15 de abril de 1934, na Cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República.

Em 1953, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado aspirante-a-oficial de Artilharia em fevereiro de 1955.

Cursou a Escola de Material Bélico, na especialidade de Motomecanização, em 1959.

De 1963 a 1965, foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras; ainda em 1965 cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

De 1966 a 1967, foi Administrador dos Palácios da Presidência da República.

De 1967 a 1969, foi ajudante-de-ordens do General Emílio Garrastazu Médici, no Serviço Nacional de Informações (SNI) e no III Exército.

De 1969 a 1974, foi chefe do Serviço de Segurança no Governo Médici, então Presidente da República.

De 1975 a 1977, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

De 1979 a 1983, foi Secretário para Assuntos Especiais do então Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

De 1983 a 1985, acumulou também o cargo de secretário particular do Presidente Figueiredo.

De 1981 a 1984, foi Secretário de Estado do Governo do Amazonas, em Brasília.

Em 1985, passou para a reserva e até a presente data exerce atividade na área empresarial no ramo de transporte, importação e indústria de materiais sensíveis (informática).

Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2001.

Em primeiro lugar, gostaria de demonstrar a minha satisfação por ter sido lembrado para narrar, ainda que em um modesto depoimento, os fatos que presenciei ao longo da minha carreira militar, particularmente a partir de 1962, na fase pré-revolucionária e, depois, mera questão de oportunidade, a minha participação em dois governos, ambos de presidentes-generais.

Antes de 1964, encontrava-me na Escola de Material Bélico e já convivíamos com uma agitação muito grande no Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro. Mais tarde, fui para a Academia Militar, um oásis, pois sempre ficou preservada das injunções políticas. Realmente, um lugar magnífico para servir e praticar a vida profissional.

Mas o nosso País caminhava para um desfecho imprevisível, naquela ocasião, e a própria Academia acabou se envolvendo, sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici. Foi nessa ocasião que conheci o General Médici, com quem iria servir durante 13 anos e meio, no Exército e na Presidência da República. Tratava-se de uma pessoa admirável, um grande exemplo para mim. Privei de sua amizade até o seu falecimento. Foi um homem de destacadas qualidades humanas, sobretudo pela firmeza de caráter.

Aquele ambiente de desordem geral, de 1961 a 1964, que afetou também a disciplina nas Forças Armadas, desaguou no Movimento de 31 de Março de 1964. Ainda na Academia Militar, Capitão, a minha participação foi modesta. Acredito que a grande decisão que o Capitão toma é a de concordar ou não concordar, e depois cumprir as ordens. E a ordem que recebi foi interditar e reservar todos os postos de combustível da região de Resende e adjacências para o abastecimento das viaturas do II Exército, cujas Unidades se deslocavam na direção do Rio de Janeiro. O combustível só era liberado com minha autorização. Em determinado momento gracejei com o General Médici, dizendo:

– General, temos que ganhar esse negócio porque, se não, como é que vou pagar esse combustível todo?

Mas tudo acabou dando certo e o Brasil livrou-se de uma situação caótica que hoje é minimizada propositadamente, sobretudo na época atual estão reescrevendo a História do Brasil. Entendo que eles cometem um equívoco, porque os homens passam e o Exército fica, como uma Instituição nacional permanente. Nós, seus integrantes, somos transitórios.

E veio 1964. O Presidente que assumiu foi o General Castello Branco, um homem respeitado, no Exército particularmente. Era Chefe do Estado-Maior do Exército, de carreira brilhante. Justamente nessa época fui convocado para servir na Presidência da República, ainda Capitão, para ser administrador dos palácios.

Testemunhei episódios importantes como o do Ato Institucional nº 2. Cito-o porque a Revolução de 1964 sempre visou manter a democracia no Brasil e se analisamos o processo em toda sua extensão, constataremos que todos os presidentes tinham como meta normalizar a vida política do País.

O General Castello Branco tentou, até com um pouco de ingenuidade. Acreditava que depois de 31 de março de 1964, em pouco mais dois anos, o Brasil estaria em condições de retornar a uma vida absolutamente normal. Inclusive tentou fazer seu sucessor civil, o então Senador Bilac Pinto, um cidadão sem mácula, da região onde fui criado, no sul de Minas Gerais; conheci-o pessoalmente. Mas acabou não dando certo, em virtude da contestação que enfrentou. O Governador Carlos Lacerda, inegavelmente uma das lideranças civis da Revolução, depois não aceitou que o Movimento fugisse de sua causa política. Tornou-se, então, um grande crítico do Presidente Castello Branco e da Revolução, à qual acabou traindo inapelavelmente.

Há uma passagem de que tive conhecimento, na qual o Carlos Lacerda enviou uma carta ao Presidente Castello Branco, através do Secretário de Fazenda, Dr. Mário Lourenço Fernandes, com o seguinte recado: "Que o Presidente entendesse que aquela carta era de um político, mas ele era favorável à eleição indireta." Só que, naquela mesma noite, ele foi para a televisão e leu a carta pela qual pedia a eleição direta e, num gesto teatral, terminou a sua participação jogando-a em cima da mesa, dizendo:

– Só não há eleição direta neste País se o Presidente Castello Branco não quiser!

O Presidente Castello foi surpreendido, mercê de sua formação militar, com a dificuldade de convivência com o jogo político. Não que o político seja um homem sem retidão de comportamento, mas a política é realmente flexível.

Conheci homens de muito valor na política, nesses anos que transitei por seus meandros, homens de muito respeito, patriotas, preparados. Cito o próprio Bilac Pinto, um homem admirável, mas todos os nossos presidentes tiveram essa dificuldade de convivência, porque a nossa formação não se ajusta ao jogo político, que é *mutatis mutandis*. Como dizia o Senador e ex-Governador Magalhães Pinto: "A política é como nuvem, você olha é um camelo; minutos depois você olha e já vê um jacaré!" Vai mudando com rapidez.

Como a política é casuística, no bom sentido, porque, efetivamente, move-se em função de causas que vão surgindo na sociedade. Como conseqüência, produzem-se modificações, inclusive de legislação, nós, militares, não sabemos fazer isso. Essa foi uma observação que fiz aos nossos chefes, mas o Presidente Castello foi um homem admirável, habituado a uma rígida disciplina pessoal. Tive a honra de trabalhar com o General Castello Branco por um ano e meio, mais ou menos.

Substituiu-o o Marechal Costa e Silva. Passei a ocupar o cargo de ajudante-de-ordens do General Médici no SNI e, depois, no Comando do III Exército. Seguimos para lá em abril de 1969; no fim de agosto o General Costa e Silva foi vitimado por uma trombose. Se dermos um passo atrás, constataremos que o General Costa e Silva assumiu o governo sem Ato Institucional em vigor, sem censura à imprensa, com o Congresso votando, e modificando-a sem restrições, uma Constituição apresentada pelo Governo do Presidente Castello Branco. Sou testemunha do esforço que o General Costa e Silva fez para governar dentro dessas regras legais em vigor no País.

Infelizmente veio 1968, quando o processo revolucionário foi crescentemente contestado. Não se tratava apenas de um movimento de oposição, mas de uma real contestação ao sistema que teve que defender-se e editou o Ato Institucional nº 5. Inegavelmente uma pena. Na ocasião em que o Presidente teve a trombose, estava em curso uma revisão da Constituição, tornado-a mais liberal, juntamente com a participação do Vice-Presidente, renomado jurista, o Dr. Pedro Aleixo. O General Costa e Silva também tentou fazer a legalização democrática.

Aconteceu depois um ato grave no País: pela primeira vez verificou-se a ação de terrorismo no Brasil, o seqüestro do embaixador da nação mais poderosa no mundo, os Estados Unidos. Na ocasião não estávamos preparados para lidar com aquele tipo de ação criminosa, porque nunca acontecera antes, no País. Então, a Junta Militar composta pelos três ministros militares, Brigadeiro Grüm Moss, General Lyra Tavares e Almirante Augusto Rademaker, que assumira o Poder provisoriamente, como ficou declarado no ato de assunção, enfrentou uma situação de barganha, em face da exigência que os terroristas seqüestradores haviam feito.

Sabíamos onde se encontrava o embaixador americano, e não se tentou resgatá-lo com o justo receio de que pudesse suceder algo de mais grave contra ele, o que seria muito danoso para o Brasil. Os militares, os chefes da época, em face daquela situação, concluíram que o problema era militar-político e entenderam que a solução tinha que sair de dentro das Forças Armadas. Vivi esse drama intensamente, pois estava com o General Médici no Rio Grande do Sul; promovido a major, permaneci como seu assistente. Nessa época viemos sete vezes ao Rio para reuniões do Alto Comando.

O General Médici não queria ser Presidente da República, deixou isso consignado. Confirmaram-no os documentos, as atas das reuniões do Alto Comando; ele afirmava que não queria. Pois bem, entenderam que deveriam consultar os oficiais-generais das três Forças e que cada um deveria indicar três nomes, sem ordem de preferência. O General Médici obteve, se não me falha a memória, 93 votos; o

segundo foi o General Orlando Geisel, com 43 e o terceiro o General Antonio Carlos da Silva Muricy, com 41.

Nessa reunião do Alto Comando em que o resultado foi apresentado, o General Médici disse:

– Eu quero que conste que não aceito ser Presidente da República.

O Ministro Lyra Tavares, achando que deveria resolver rapidamente o problema, interveio:

– Tudo bem, sabemos que você não quer, mas não precisa registrar isso na Ata.

– Então, não assino a Ata! – retrucou o Médici – Insisto que conste que não quero ser Presidente da República!

Tudo bem, voltamos para o Rio Grande do Sul e depois o General foi convocado para uma reunião com o Alto Comando das Forças Armadas. Essa reunião ocorreu no Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro, perto da Rua São Bento. Estavam presentes os três ministros militares, os três Chefes de Estado-Maior e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), General Orlando Geisel; quem presidiu a reunião foi o Almirante Rademaker, o mais antigo deles.

Quando o General Médici foi introduzido – a isso não assisti, repito a versão que ouvi do General Muricy, com quem tive conversa pessoal, e que me relatou, em detalhes, essa reunião – o Almirante Rademaker interpelou o General Médici sobre as razões pelas quais não aceitava, já que a maioria das Forças Armadas entendia que ele era a solução para aquele momento de crise do processo revolucionário. O General Médici respondeu que eram três as razões: primeiro, achava que estava velho; segundo, que já não tinha a saúde que o cargo requeria; e terceiro, que não gostava e não sabia fazer política.

Quer dizer, o General foi um homem absolutamente sincero, nós militares realmente, com raras exceções, não sabemos fazer política, não sabemos jogar o jogo político, essa é que é a verdade; o Almirante então voltou:

– Mas os seus companheiros acham que o senhor é a solução e eu lhe pergunto diretamente: o senhor não vai cumprir a missão que lhe vamos dar?

Segundo o que me contou o General Muricy, o General Médici parou por alguns momentos e falou:

– Olhem, estou há 45 anos cumprindo ordens e não vai ser agora que vou deixar de cumprir.

Aí deu-se um fato muito interessante, veio à tona a indicação para seu Vice-Presidente, seu companheiro de governo. Ele respondeu que tinha um nome: Almirante Rademaker.

– Não! Eu não posso ser – argumentou o Almirante – porque nós três ministros temos um compromisso de não aceitar nenhum cargo.

Agora, voltando um pouco, quando o General disse que não iria negar-se a cumprir aquela missão, antes de dizer que aceitava, virou-se para o Almirante Rademaker e perguntou:

– O senhor cumpre ordens minhas a partir de hoje?

– Sim – respondeu o Almirante.

Na seqüência, o General Lyra fez a mesma pergunta a todos os oficiais do Alto Comando, inclusive ao General Orlando Geisel que tinha sido seu comandante no III Exército, quando o General Médici ainda era General-de-Divisão. Todos disseram que cumpririam as ordens dele.

Quando da indicação do Almirante Rademaker para Vice e que o Almirante disse não poder aceitar, ele se levantou e declarou:

– Vou me retirar, porque a minha primeira decisão os senhores já não querem respeitar. Eu vou voltar para o meu III Exército.

E saiu porta afora, o General Lyra agarrado no braço dele. Nós que estávamos lá fora tomamos um susto e ficamos perguntando:

– O que está havendo? O que houve?

Dali fomos para o avião, deixamos as malas e regressamos a Porto Alegre. Durante a viagem, no avião, ele permaneceu quieto e quando a gente já estava chegando a Porto Alegre, ele pediu que avisasse ao piloto para informar ao General Figueiredo, seu Chefe de Estado-Maior, para passar um rádio convocando todos os generais do III Exército para uma reunião ainda naquele dia, à noite, e que usassem qualquer meio possível para chegarem a tempo. Assim relatou o fato e concluiu:

– Eu não vou ser o Presidente da República por essas razões.

Dois dias depois, apareceu em Porto Alegre o Almirante Thedim Barreto, duas estrelas, trazendo uma carta do Almirante Rademaker na qual declarava aceitar o cargo de Vice-Presidente e que tomava aquilo mais como uma homenagem à Marinha. O General Médici virou-se para o General Figueiredo, com a carta na mão e disse:

– Seu Figueiredo, comecei a “segurar o boi pelas guampas”!

Na minha avaliação, porque conhecia muito bem o General – ele me tratava como um filho, eu fazia a declaração de Imposto de Renda dele, das propriedades que ele e a senhora dele possuíam –, entendi que ele sentiu, a partir de determinado momento, que iria dar o seu nome e queria ter independência. Isto porque não era o mais antigo, pelo contrário, era um general de quatro estrelas recém-promovido, tinha sido promovido em março e esse fato aconteceu em setembro.

Acho que o General Médici estava buscando com aquela atitude a autonomia que efetivamente conseguiu. Isso constatei, pois passei cinco anos muito próximo

dele, como chefe da sua segurança. Ia ser o chefe dos ajudantes-de-ordens, mas um dia me chamou, na época em que começaram os atos terroristas, e disse:

– Eu quero que você seja o meu Chefe de Segurança, cuide da minha família. Você aceita?

– General – respondi – aceito trabalhar com o senhor, a função o senhor estabelece.

Foi realmente um período muito difícil, porque ocorreram as tentativas de seqüestro da Dona Scylla; fui alvejado com um tiro, no meu carro, na inauguração da Estrada Curitiba-Blumenau; um atentado à bomba contra o Presidente, numa viagem a Porto Alegre, mas essa bomba não funcionou, era um artefato de fabricação caseira. Esses e outros incidentes deixavam o General preocupado, sobretudo com as noras dele e com a esposa, D. Scylla que ainda é viva, tem 92 anos e está lúcida. Recentemente falamos ao telefone e ela me pediu que fosse visitá-la. Na minha próxima ida ao Rio irei visitar D. Scylla, é uma pessoa muito querida para mim.

O General Médici, quando assumiu a Presidência naquelas circunstâncias, fez um pronunciamento no qual disse esperar, ao final do seu mandato, que a vida política estivesse reconstituída no Brasil. O General, novo Presidente, mostrava, como os outros dois, a intenção de normalizar a vida política do País.

Infelizmente, sobreveio a guerra revolucionária no Brasil. Fui testemunha de um episódio na saída de uma reunião dos ministros com o Presidente, quando ele se virou para o Ministro João Leitão de Abreu, seu Chefe da Casa Civil, e disse:

– Eu não tenho mais tempo para fazer a abertura, fica para o outro.

Portanto, certamente ele também teve esse desejo.

Do Governo Ernesto Geisel não participei, pois estava fazendo o curso de Estado-Maior, mas conheci o General Geisel muito bem, pois servira com ele e, além disso, era colega de turma e de arma do meu pai e eram muito amigos. Acredito até que eu tenha ido para o Governo do General Castello Branco por indicação dele, porque tinha o curso de motomecanização e o administrador dos palácios tinha que ter esse curso, por causa das viaturas e tudo mais.

Bom, o General Geisel começou, também, um processo de abertura sobre a qual ele mesmo disse: (...)a abertura política será lenta, gradual e segura.

No final do seu mandato, extinguiu o Ato Institucional nº 5. Substituiu-o, na seqüência, o Presidente Figueiredo que fez a anistia, consciente de que era o último mandato dos presidentes generais. A esse propósito, lembro-me do fato que narrarei a seguir.

Quando o Presidente falou, em 1981, na anistia, o Deputado Ulisses Guimarães elaborou um projeto de anistia que permitia a volta à vida pública de todos os que

estavam punidos pela Revolução, mas não podiam ser candidatos na próxima eleição na qual ele era candidato. Então o senhor Leonel Brizola não poderia ser candidato, o senhor Fernando Henrique Cardoso, o senhor Mário Covas; o Ulisses queria fazer uma anistia para favorecer a ele e foi aí que o Presidente Figueiredo se insurgiu e disse aquela frase que na época foi muito difundida:

– A anistia é total ou não é anistia e lugar de brasileiro é no Brasil!

E fez a anistia ampla, geral e irrestrita.

Bem, aí o meu prezado amigo, General Figueiredo, de quem fui secretário nos seis anos de seu Governo – inicialmente para Assuntos Especiais e depois acumulei também a secretaria particular –, segundo penso, foi um ingênuo, voltando àquela minha idéia de que nós militares realmente não sabemos manipular o jogo político, não sabemos jogar esse jogo muito especial.

O Presidente Figueiredo se rebelava, pois tinha um gênio diferente dos outros quatro que eram mais fechados; o próprio General Médici era um grande caudilho, eu mesmo dizia para ele e ele me perguntava:

– Você sabe o que é caudilho?

Mas ele era um grande caudilho e a característica do caudilho é ser um homem de poucos amigos, um sujeito introvertido, normalmente; já o General Figueiredo era um homem para fora e eu ainda brincava, dizendo:

– O senhor quer ser um caudilho do asfalto, mas não tem caudilho do asfalto, isso não existe.

O Presidente quando fez a anistia, achava que estava promovendo o congraçamento da Nação, mas isso foi aceito pela metade; o nosso lado aceitou e pratica; o outro lado não aceitou, com exceções, é claro. E tivemos um grande azar, porque o Dr. Tancredo Neves, que ganhou as eleições – conheci o Dr. Tancredo em Minas –, além de ser um político muito experiente, era um homem muito moderado, mas infelizmente o destino não permitiu que ele chegasse à Presidência, morreu antes.

O Presidente José Sarney, embora fosse também um homem do jogo político, entrou muito cerceado na sua autoridade. O Dr. Ulisses Guimarães não aceitava o Sarney e atrapalhou muito, quis diminuir o mandato do Presidente; seus adversários políticos fizeram uma série de outras coisas, tornando o Presidente Sarney limitado na sua autoridade.

Queriam até fazer um governo parlamentarista.

Exatamente. Com isso o Dr. Sarney foi muito prejudicado e acho que o País também.

Passo a contar um fato que ocorreu ontem, comigo, num jantar com pessoas conhecidas, aqui em São Paulo, onde moro hoje, e já estou aqui há 14 anos. Um amigo empresário me perguntou como é que nós militares vemos um Aloísio

Nunes Ferreira, que foi terrorista – assaltou bancos, assaltou trem pagador, assaltou supermercado, foi motorista do Marighela em algumas ações e quando o Marighela morreu, fugiu do Brasil – ser Ministro da Justiça. Aí, nesse mesmo jantar, um político de esquerda disse:

– É, ele conseguiu escapar.

– Ele escapou, porque ninguém queria prendê-lo. O Aloísio ficou três dias escondido na casa do seu pai, no Morumbi, e nós sabíamos – disse.

Ele ficou pasmo. Não era importante prender o Aloísio, apenas um jovem entusiasmado envolvido com o Marighela, queríamos era o Marighela, esse era um homem de liderança, um profissional da luta armada, e acrescentei ainda não haver problema nenhum em Aloísio ser ministro, em virtude da anistia.

Agora, o que não é certo é que eles estão voltados para as vinditas, como fizeram com aquele nosso companheiro médico, que, afinal, foi absolvido. A mídia nada publicou sobre a sua absolvição; praticamente sua vida profissional foi encerrada.

Criaram um sistema de indenização para as famílias dos que inicialmente morreram sob a guarda do Estado, o que não sou contra. Mas acho errado pagar à família do Marighela que morreu combatendo; o Marighela era um combatente, aliás corajoso, ou à do Lamarca, cuja esposa já recebia pensão desde o dia em que ele desertou, porque a nossa lei ampara a família nesse aspecto, e hoje ela recebe pensão de general. Poucos sabem disso, e ainda recebeu uma indenização daquele projeto que foi criado por idéia do Ministro José Gregori, cuja mulher é uma ativista de esquerda; ele não, ele é um marxista de leitura, mas ela é uma ativista.

E os nossos que morreram? Policiais federais, sargentos, um major do Exército, o José Júlio Toja Martinez Filho, grande amigo meu, o "Zazá", morto traiçoeiramente por uma mulher. Sei que isso cria ressentimentos e nota-se no nosso pessoal uma certa mágoa. Estive em Brasília há poucos dias e tinha gente comentando. Disse a eles que isso faz parte da lei de guerra. "O derrotado nunca perdoa o vencedor."

Mas agora acredito que vai começar a acontecer a recolocação da História no seu devido lugar.

E isso devido à divisão da base parlamentar, que penso ser inevitável. O Partido da Frente Liberal (PFL), no seu destino adesista, o Jorge Bornhausen é meu amigo. Conversei com ele:

– Vocês são medularmente adesistas, se voltar a Monarquia no Brasil, provavelmente o vice-rei será do PFL.

Ele até ficou bravo comigo porque falei isso.

O livro do General Agnaldo Del Nero Augusto é a primeira obra séria que conta uma versão histórica. O livro é intitulado "A Grande Mentira". O General Del Nero, para aqueles que não sabem, era um homem de informações e que não esteve na linha de frente no combate ao terrorismo. Isso o favoreceu ao escrever o livro, porque lhe deu maior isenção para discorrer sobre o assunto. Ali está uma versão provavelmente verdadeira, pois o General Del Nero é um homem muito sério.

Através da minha empresa, comprei trinta livros e os estou distribuindo de forma direcionada para os homens do mundo civil, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Não que queira fazer conspiração, isso acabou, mas é para que a gente coloque as coisas no seu devido lugar e que as Forças Armadas ocupem o espaço seu de direito, na sociedade brasileira. Convivo muito com o mundo empresarial e sinto que eles são patrulhados, há um patrulhamento da mídia, uma coisa terrível, e eles então se acovardam.

Voltando ao General Figueiredo, o último dos presidentes militares, creio que foi ingênuo nessa crença, ele entendia que a coisa ia funcionar e, na minha avaliação, cometeu um erro inaceitável: desinteressar-se de conduzir o processo final da Revolução, o da sua sucessão. Tive a oportunidade de falar, pois gozava de muita liberdade com o General. Certa vez disse-lhe:

– O senhor é o Chefe da Revolução, mas não é o dono dela. Isso é um processo que envolve muita gente.

Mas o General se desencantou com os políticos. Ele me contou, por exemplo, que o Dr. Tancredo Neves foi duas vezes, às escondidas, falar com ele, na sua casa, no Torto, para pedir a manutenção das eleições indiretas e dali ia para o palanque pedir as "Diretas Já". Mas esse é o jogo do político; Tancredo dizia que numa eleição direta, não ganharia na convenção do seu partido; na indireta ganharia, como efetivamente ganhou, do Deputado Ulisses Guimarães. Só que ia para o palanque e pedia "Diretas Já" e cobrava do Governo; realmente o Presidente Figueiredo não tinha estrutura para aceitar essas coisas, rebelava-se contra isso, a tal ponto que se desinteressou de conduzir o processo. Fizemos algumas tentativas para que o Presidente não entrasse nessa, mas ele ficou irredutível e eu ainda tive oportunidade de falar com ele assim:

– Presidente, Poder se perde, não se entrega. Poder se perde para outro que é mais forte.

Mas ele deixou o barco correr e a oposição venceu, sem ter que assumir qualquer compromisso de entendimento, que era o espírito do Ato da Anistia.

Eis algumas das observações que fiz ao longo desse meu tempo na Presidência. Naturalmente, em alguns aspectos é a minha versão.

Na época do Governo Médici havia uma grande euforia no Brasil, quando praticamente tudo dava certo. Ganhamos até o Concurso de Miss Universo e, sobretudo, o Campeonato Mundial de Futebol de 1970. Havia patriotismo, orgulho de ser brasileiro; o Produto Interno Bruto disparando, chegando a níveis de 14% de crescimento ao ano. Foi uma época muito feliz para o Brasil.

Mesmo vendo tudo isso, os inconformados de sempre fizeram essas ações contra-revolucionárias, tentando ensangüentar a família brasileira e forçaram os governos de então, sobretudo o do próprio General Médici, a reagir. Gostaria que o senhor falasse alguma coisa sobre esse período.

O Presidente Médici era tido como homem radical e entendo isso como absolutamente falso, pois o General era um homem muito ponderado e comedido nas suas decisões; o que houve é que o General assumiu o Governo com a guerra revolucionária e com o terrorismo se expandindo no Brasil e não tínhamos a menor experiência ou prática sobre isso.

Fomos aprender na própria luta armada e coube ao General a liderança, como acho que os outros procederiam igualmente, se ocorresse isso em seus períodos de governo. Mas é por essa razão, e por ter saído vitorioso, que o General Médici não é perdoado pelos seus "inimigos".

Foi um Governo, claro de continuidade. O Brasil estava bem, mas realizamos grandes obras que não estamos vendo no Brasil de hoje; um país para ser grande precisa de obras grandes.

Assisti a todo o processo de Itaipu, a maior hidrelétrica que existe no mundo, cujas negociações para a construção foram iniciadas no Governo do General Costa e Silva, depois foi assinado ato de criação da empresa binacional em Bela Vista-MS, no Regimento Antônio João, entre os Presidentes Médici e Stroessner e foi dado início à obra. No Governo do General Geisel desviou-se o rio e no Governo do General Figueiredo entrou em funcionamento a primeira turbina.

Temos a outra hidrelétrica lá no Norte, a de Tucuruí, cuja pedra fundamental foi lançada durante o Governo Figueiredo e começou a funcionar ainda no Governo dele; uma obra da Construtora Camargo Corrêa.

A Rodovia Transamazônica, um projeto talvez audacioso demais, ao qual mais dia ou menos dia far-se-á justiça; essa rodovia vai ganhar o nome do Presidente Médici, assim como a Belém-Brasília tem o nome do Presidente Kubitschek, com justiça é claro. Hoje, a Transamazônica, na sua primeira parte, tem um movimento espetacular.

Ela já está asfaltada?

Em Marabá está começando a ser asfaltado o trecho Marabá-Altamira. Altamira tinha 5.500 pessoas, hoje tem 55 mil habitantes.

Ela só não foi um sucesso completo até hoje porque não deram prosseguimento ao que os governos militares iniciaram e as grandes chuvas amazônicas destroem tudo se não houver firmeza no solo.

A verdade é que foi no Governo Médici que se lançou o Plano Siderúrgico Nacional; o Presidente Fernando Henrique inaugurou ontem uma aciaria nova na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão. Mas foi o Presidente Médici quem lançou o Plano Siderúrgico, cujo objetivo era produzir 16 milhões de toneladas de aço por ano, sendo que nossa produção era de apenas 6 milhões de toneladas e conseguimos atingir o objetivo. Foi quando o Brasil passou a ser exportador de aço, o que hoje incomoda até os Estados Unidos.

Foi no nosso governo que suportamos as crises do petróleo, vivi isso intensamente. Foi muito duro para o Brasil e no primeiro salto o preço do barril passou de U$ 2,40 para U$ 12,00. Nós que tínhamos uma conta de petróleo em que produzíamos 163 mil barris e comprávamos novecentos mil, em 24 horas passamos a ter que pagar U$ 12,00 por barril; isso ocorreu no Governo do Presidente Geisel e foi muito duro para o Brasil.

Criou-se a Comissão Nacional de Energia e participei dela como elemento de ligação do Presidente com o Vice, o Dr. Aureliano Chaves. Fizemos o pró-álcool que chegou a produzir 14 bilhões de litros e depois foi abandonado; isso é um defeito que temos no Brasil.

Foi decisão política, porque já estava dominada a fabricação do álcool carburante e de motores a álcool.

Hoje estamos produzindo quase 1,5 milhão de barris de petróleo e mesmo assim ainda importamos bastante, pesando muito na balança comercial. Mas faz parte do aprendizado de uma Nação; insistem em dizer que o Brasil é jovem e acho que a gente tem que parar de falar dessa forma, porque entendo que não podemos continuar repetindo que o Brasil é jovem por mais quinhentos anos, não é possível.

Temos avançado em certos aspectos, acho que criamos coisas positivas, mas infelizmente em algumas áreas recuamos. É o caso dessa violência absurda em que o Brasil vive mergulhado atualmente, isso atrapalha muito e a juventude de hoje é pressionada pelo tóxico. Não me lembro na minha juventude de ter ouvido falar que alguém fumasse maconha, não via isso e hoje a gente tem que se preocupar com os nossos filhos. Mas isso também faz parte da formação de uma sociedade e vamos ver onde o Brasil chega.

Coronel Coutinho, o senhor abordou a História de uma maneira que veio ao encontro das necessidades do Projeto de História Oral, pelo que somos muito gratos.

Então, agora, como normalmente ocorre, para terminar, gostaria que o senhor deixasse uma mensagem final aos jovens, sobretudo aos militares das nossas escolas de formação e eventualmente até aos civis que ao longo deste século que se inicia irão conhecer esse seu depoimento histórico.

Para o nosso público interno, digo que acredito no patriotismo e na competência dos nossos chefes de hoje, que são da minha geração, pois o General Gleuber Vieira é de uma turma na minha frente e o General Francisco Roberto de Albuquerque fez o curso de Estado-Maior comigo. Acho que eles devem estar preocupados e voltados para o aconselhamento dos companheiros mais jovens, procurando mostrar-lhes a verdade, não a "nossa verdade", mas a "verdade verdadeira". Cometemos erros nesse período, inclusive pecados e não temos que esconder isso. Acho que precisamos ter fé, precisamos acreditar que o Exército Nacional é permanente, tem uma função importante no País e está cumprindo a sua parte.

E para os jovens do Brasil diria que se Deus fez o Brasil grande, cabe a nós brasileiros fazer o Brasil maior ainda, pelo nosso trabalho.

Fico muito grato pela oportunidade e até mesmo orgulhoso por prestar este depoimento, que repito, necessariamente não é a verdade absoluta, mas é fruto de uma observação de quem conviveu muito próximo do Poder, pelo menos nesse período da História do Brasil.

Muito obrigado.

Coronel Luiz Gonzaga de Toledo Camargo

Nasceu em 23 de março de 1933, na Cidade de Itu-SP.

É Aspirante-a-Oficial da turma de 1955 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1965; possui o Curso de Comando e Estado-Maior – 1970.

Principais Funções Exercidas como oficial superior: Chefe do Serviço Militar Regional e Chefe de Seção, na 9ª Região Militar (9ª RM), Campo Grande, MS; Chefe da 3ª e 5ª Seções no Comando do II Exército, SP, de 1983 a 1986. Na Presidência da República, Analista de Informações da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), Brasília, de 1972 a 1973; Chefe da Seção de Operações da Agência São Paulo, do Serviço Nacional de Informações, de 1973 a 1981; Estagiário no BND (Serviço Federal de Informação) da então Alemanha Federal, em Munique, 1975; Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º G A Cos M), Praia Grande, São Paulo, de 1981 a 1983.

Medalhas e Condecorações: Medalha Militar de Ouro, Ordem do Mérito Militar, no grau de cavaleiro, Medalha do Pacificador, Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial e Ordem do Ipiranga, no grau de Grande Oficial.

Outros Dados: Reside na cidade de Itu – São Paulo. Sua esposa é Dona Ana Maria, tem dois filhos e três netos.

Entrevista realizada em 1º de fevereiro de 2001.

É com satisfação que compareço a este local para relembrar o que se passou antes e durante a Revolução, no meu pequeno horizonte, horizonte de um capitão, servindo no interior. Então quero crer que a minha memória seja capaz de resgatar o maior número de detalhes e fatos que possam contribuir para o levantamento da grande e verdadeira História da Revolução de 1964.

Em setembro de 1962, como capitão, fui transferido para o 2º Regimento de Obuses 105 (2º RO 105), em Itu, São Paulo. Em abril de 1963, assumiu o comando do Regimento o Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida. No seu período deu-se toda a preparação e a eclosão da Revolução, no 2º RO.

Durante o ano de 1963, o grau de insatisfação com o quadro de desordem tolerada pelo Governo, também estava presente em Itu. Havia o consenso de que alguma providência deveria ser tomada; ainda não se sabia quem e como tomá-la. O corpo de oficiais do 2º RO 105 constituía um grupo coeso, onde todos eram amigos. Não existia uma pessoa que discrepasse do pensamento geral da oficialidade. Era comum a presença de um grande número de oficiais, em horários fora de expediente ou fins de semana, mesmo sem estarmos de prontidão ou sobreaviso, que iam ao Regimento simplesmente para se colocarem à disposição do Comandante para o que fosse necessário.

Entre os capitães que serviam no RO, o mais antigo era o Nestor Do Val Filho, formado em advocacia, natural de Piraju, líder natural pela antigüidade e pelas qualidades de chefe. Ele liderava, realmente, a oficialidade e gozava, também, de grande prestígio no meio civil. Ele organizou um "Ciclo de Palestras" sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI), cujos palestrantes eram oficiais, capitães principalmente, que se revezavam, cabendo a cada um ou à dupla, a abordagem de um aspecto do MCI. Essas palestras tiveram grande aceitação entre os civis e eram realizadas à noite, nos fins de semana, não havendo sacrifícios para a vida da Unidade, nos auditórios de escolas, sindicatos, igrejas e cinemas. Onde existisse um local, nos oferecíamos para fazê-las. Poucas pessoas do meio civil tinham consciência exata do perigo que representava uma revolução comunista.

Nessa ocasião, com auxílio financeiro de amigos civis do Capitão Nestor, foram impressos vários panfletos, que eram distribuídos em Itu e outras cidades da região, fazendo propaganda contra o comunismo e anunciavam o local e data das próximas palestras; então, o pessoal de cidades vizinhas sabia que no dia tal e em tal lugar iria acontecer uma reunião.

A execução das palestras serviu para motivar não só o meio civil como, também, o próprio meio militar. Durante todo ano de 1963, esse foi o clima de ação e reação. Era comum nas festas de casamento, aniversário etc., as discussões entusiasmadas entre nós

e o pessoal de esquerda, a ponto de precisar da intervenção de outras pessoas, para impor o controle, porque acabávamos sendo mal-educados com os donos da casa. Mas, a realidade é que aconteceram estes confrontos, entre os esquerdistas e nós.

Toda essa movimentação contava com o beneplácito do Coronel Benedicto e do seu Subcomandante Dywal Corrêa Rodrigues, um anticomunista ferrenho e que nos dava todo o apoio.

Quando chegou o mês de novembro, assumi a função de Oficial de Informações (S/2) do Regimento. Nessa qualidade, de S/2, compareci a várias reuniões em casas de lideranças civis, em São Paulo, a fim de discutir a situação política e definir as estratégias a adotar em função do conhecimento que tínhamos da situação. Lembro-me de que fui à casa do futuro Ministro da Justiça, Dr. Gama e Silva. Entre os coordenadores, a presença marcante dos então coronéis Rubens Resstel e Augusto Cid de Camargo Osório. Este servia no QG do II Exército, creio que era o E/3 (chefe da 3ª Seção) e aquele também era membro do II Exército. Ligava-me com eles, para orientação, e encontrei nessas reuniões grande número de companheiros que serviam em Quitaúna, Osasco, enfim, de todas as guarnições de São Paulo.

Transmitia o que estava acontecendo para os oficiais que tinham permanecido na Unidade, em Itu. Quando chegou o momento da Revolução, estávamos de tal maneira organizados, que foi fácil a nossa participação no Movimento.

No dia 27 de março, Sexta-Feira Santa, fomos convocados pelo telefone, eu e o Capitão Flávio Miranda, que faleceria alguns anos mais tarde, vítima de uma fatalidade muito grande, atingido por uma bala no estande de tiro da Academia Militar das Agulhas Negras, para nos deslocarmos para a Capital, para uma importante reunião. Convém lembrar que a 27 já tinha havido o comício da Central, no Rio de Janeiro, e a desordem dos marinheiros, episódios marcantes pela quebra da disciplina, para nós fundamental. Isso ajudou a nos motivar. Um motorista nos aguardava na região da Ponte Nova, 5km de Itu, para onde nos deslocamos por nossos próprios meios. Minha esposa me levou até o local e voltou. Embarquei no outro carro, junto com o Miranda, e seguimos para São Paulo.

Nesse dia, a reunião foi realizada em um clima de intensa vibração na casa do Comandante do II Exército General Amaury Kruel. Os coordenadores da reunião incitavam o Comandante do II Exército para que fizesse algum pronunciamento ou alguma ação que queríamos da parte dele. Nós, os capitães jovens dos seus 30 e poucos anos, com aplausos, apoiávamos as palavras que o General Kruel pronunciava.

Após a reunião, o Coronel Cid colocou à nossa disposição um Mercedes, com o mesmo motorista da ida, que nos levou de volta a Itu, já de madrugada. Achei-o bastante educado; depois, fiquei sabendo que era um major.

Nessa reunião, recebemos instruções da coordenação do Movimento para colocarmos o Coronel Benedicto a par do que estava acontecendo, para ele "entrar na guerra", digamos assim. Até então, a atividade era dos capitães, que estavam mais apurados, sem relação com o comando. A partir dessas instruções que trouxemos, eu e o Miranda, o Comando do 2º RO passou a participar mais efetivamente. No mesmo sábado pela manhã, comparecemos à casa do Coronel Benedicto e contamos tudo o que tinha acontecido na reunião, inclusive com quem ele deveria ligar-se do grupo de São Paulo, se não me engano, o próprio Coronel Cid, muito amigo do Coronel Benedicto.

Uma das instruções determinava que o Grupo – o Regimento era composto da Bateria Comando do Regimento e de mais um Grupo apenas. Naquele tempo não havia o outro Grupo que viria a ser reativado uns dois anos depois – saísse do aquartelamento e permanecesse em ordem de marcha, pronto para se deslocar, na estrada para São Paulo. Entre os sargentos, havia alguns que estavam do outro lado, então, tínhamos receios de que a atuação do Grupo fosse prejudicada por uma eventual indisciplina dos sargentos, algum tipo de sabotagem, caso as viaturas permanecessem nas garagens. Felizmente, não houve transtornos e as viaturas totalmente abastecidas pôde se deslocar para um ponto da estrada, em direção à Via Anhangüera, onde o Grupo ficou aguardando ordens para prosseguir. Com isso, eliminamos o risco de um possível obstáculo.

Outra das instruções recebidas falava do reabastecimento das viaturas. Todos os Postos Atlantic, por ordem do Governador do Estado, Adhemar de Barros, estavam autorizados a encher os tanques, quantas vezes fossem necessárias, sem burocracia; assinava-se uma "notinha" e pronto. Ignoro se os Postos Atlantic eram de propriedade do Governador ou se esse procedimento fazia parte de algum "Plano de Mobilização", mas a verdade é que o apoio do Governador Adhemar de Barros foi muito importante.

Permanecemos em prontidão, na segunda e na terça-feira. Eu, como S/2, tinha que acompanhar o noticiário e decifrar os radiogramas secretos. No dia 31, terça-feira, pela manhã, já se tinha notícia, através de rádio e televisão, que o General Olympio Mourão Filho deslocava suas tropas na direção do Rio. Continuamos de prontidão o resto do dia e, à noite, a oficialidade, reunida no cassino de oficiais, muito ansiosa, ouvia o noticiário da televisão, aguardando a posição oficial do Comandante do II Exército, General Kruel.

Acredito que a essa altura ninguém, sobretudo o S/2, deve ter tido algum minuto de sono, teve que virar direto.

Isso mesmo. Ficamos no cassino de oficiais, acesos, ligados na televisão. Por volta de 1h para 1h15min da quarta-feira, dia 1º de abril, o General Kruel decidiu

apoiar o movimento. Foi com uma explosão de contentamento e vibração que recebemos a definição do General Kruel. Ficamos sabendo depois, que, na tarde desse dia primeiro, ele participara de uma conferência com o Comandante do I Exército, General Armando de Moraes Âncora, na AMAN, comandada pelo General Médici. Lá devem ter definido os acordos para evitar o derramamento de sangue.

Assim, desde o amanhecer apreensivos, somente à 1h da manhã do dia seguinte, dia 1º, foi que soubemos a posição do Comandante do II Exército.

Pelo radiograma recebido do II Exército, datado de 31 de março, o RO tinha ordem para deslocamento. Entretanto, não nos movimentamos; creio que por falta da palavra final. Sobre esse aspecto nada posso afirmar, porque envolveu o nível de comando. Eu era capitão e não tinha todo o conhecimento.

Ao clarear do dia 1º, saímos de Itu – à testa da coluna estava a viatura Dodge-comando com o Estado-Maior do Regimento: Coronel Benedicto; Capitão Luiz Conforti Júnior, S/1; Capitão Flávio Miranda, S/4; e eu, S/2 e o Grupo, a seguir – com destino a São Paulo. A Bateria Comando do Regimento permaneceu no quartel. A ordem recebida era até meio gozada: "cerrar sobre a Infantaria", no caso o 4º Regimento de Infantaria (4º RI), que já tinha partido em direção à Via Dutra. Fomos para São Paulo, conforme a ordem recebida e, quando chegamos na altura do Bairro da Lapa (zona oeste da cidade; na época não havia a avenida marginal), recebemos nova ordem: prosseguir na direção do Rio de Janeiro, junto com o 4º RI, de Quitaúna.

Convém relembrar um episódio ocorrido durante o deslocamento pela Anhangüera, mais particularmente na região de Jundiaí, SP, ponto de passagem obrigatória na rota Itu/São Paulo. O 2º Grupo de Obuses 155, está aquartelado à margem da Via Anhangüera, com ampla dominância sobre a estrada; só passaríamos se eles deixassem. Por isso, foi considerado como obstáculo a transpor, em virtude das posições meio dúbias de seu Comandante e do Comandante da Artilharia Divisionária (AD/2); mais o Comandante do GO do que propriamente o Comandante da AD.

Para afastar a possibilidade de uma possível reação do Comandante, o Coronel Benedicto ligou para os oficiais confiáveis daquela Unidade, alertando-os de que iríamos passar por lá e que desenvolvessem algo para nos proteger. Então, eles arrumaram um artifício, não sei qual foi, para manter os dois comandantes, da AD e do GO/155, ocupados na sede do Quartel-General da AD, que ficava no centro da cidade de Jundiaí, longe portanto da estrada, enquanto o RO prosseguia com segurança, sem ser importunado. Entre esses oficiais, lembro-me do Major Manoel Augusto Teixeira e os capitães Jayme Britto Júnior, que mora em Jundiaí até hoje, e Della Nina.

A marcha na direção do Rio foi dura. A primeira refeição quente foi servida às 9h da noite. Todos pegaram seu prato de sopa, e fui para o meu jipe, porque

estava começando a garoar. A lona estava furada, formou-se um funil de água que caiu em cima do prato; a sopa de batata ficou um gelo e com gosto de lona.

Prosseguimos após o jantar e atingimos Resende, RJ, e no silêncio da madrugada do dia 2 de abril, cerca de 1h, encostamos as viaturas na pista auxiliar da Via Dutra, em frente às residências dos oficiais da AMAN. O motorista da Dodge-comando, sentiu sono na viagem e quem a estava dirigindo era eu próprio. Assim, chegamos a Resende, eu dirigindo a Dodge-comando, aquela viatura pesadona e senti uma vibração mais intensa no coração ao ter consciência daquele ato. O que estava fazendo lá, naquela hora? Dirigindo uma Dodge-comando, levando o Estado-Maior do Regimento, entrando na Academia. É um instante gostoso de ser recordado.

Logo às 7h30min da manhã, após o café, nos dirigimos para o Portão Monumental, onde seria realizada uma formatura para recepcionar os cadetes que, na véspera, tinham sido empregados como tropa em operações de guerra, guarnecendo posições de combate na Via Dutra. Assistimos a uma das mais belas e emocionantes manifestações de brasilidade, jamais vista. Sentíamos, na ocasião, um intenso orgulho de sermos brasileiros e de sermos originários daquela mesma Academia que forjara aquele agrupamento de bravos e heróicos Cadetes, que garbosos e vibrantes víamos desfilar. Estavam também formadas, tropas de Lorena, Quitaúna, Barra Mansa, Rio de Janeiro, São Paulo e de outras guarnições que haviam participado do Movimento.

Foi lida na ocasião a Ordem do Dia do General Médici em que descreve as circunstâncias que cercaram a tomada de sua difícil decisão, ou seja, a de empregar o Corpo de Cadetes em operações de guerra, após um alheamento de 29 anos. Sempre procuramos preservar as nossas jóias, os nossos Cadetes, os oficiais do futuro. O General Médici tomou uma decisão da mais alta gravidade, com a coragem que sempre demonstrou. Era a decisão que dele se esperava. Essa Ordem do Dia é uma peça que tem que ser lida, tem que ser divulgada, porque realmente retrata o que aconteceu naquele momento.

Mais tarde, os companheiros que vieram do Rio e aderiram ao Movimento, descreveram lances da participação dos Cadetes, ainda bisonhos, sem experiência, embora bravos, barrando a penetração das tropas do I Exército. Um deles disse:

– Eles estavam em linha, se tivesse uma metralhadora, matava o Grupo de Combate inteirinho, com uma única rajada.

Começavam a vida militar.

Sendo os oficiais do lado de lá formados pela mesma Academia, o clima foi de congraçamento. A partir da junção houve entendimento e todos os oficiais pas-

saram para o nosso lado. Isolamos os esquerdistas que estavam vindo do Rio, onde havia o maior medo. Essa formatura foi um dos episódios mais vibrantes, para mim.

Compreensível o emocionar e com razão. Deu-se ali um congraçamento de ideais de várias gerações e mostra que a chama desse ideal cívico e patriótico era a mesma. Queriam o melhor para o Brasil.

O restante do dia foi para visitas à Academia, para as recordações e preparo para a marcha de volta. Às 5h30min da manhã do dia 3 de abril, retomamos o caminho de volta para Itu e, ao chegarmos a São Paulo, ficamos acantonados no Ginásio do Ibirapuera, em condições de atuar em qualquer frente. Poderia surgir algum foco de reação, pois a vitória da Revolução não estava, ainda, totalmente consolidada.

Permanecemos três dias de prontidão, sem sair do ginásio. Recebemos um apoio muito gratificante do meio civil. Pessoas formavam filas para manifestar seu apoio à nossa atuação. Além do apoio moral, éramos brindados com revistas, jornais, barras de chocolate, cigarros – naquela época fumava-se mais do que hoje. A própria fábrica doou pacotes e mais pacotes para que ninguém ficasse sem cigarro.

No dia 6 de abril, depois desses três dias no Ginásio do Ibirapuera, retornamos para Itu. Quando chegamos, agrupamos as viaturas e desfilamos pelas principais ruas da cidade sob os aplausos calorosos da quase totalidade da população. A impressão que dava é de que não permanecera ninguém dentro de casa, todos tinham saído de seus lares e se colocado em algum ponto da cidade para ver o desfile. Na observação do Comandante, havia mais pessoas nas ruas da cidade do que na tradicional procissão de São Benedicto, santo protetor da cidade de Itu.

Esse foi um fenômeno muito bonito ocorrido na ocasião, e que se repetiu, de uma maneira geral, nas diversas cidades que tinham tropas que se deslocaram para cumprir missão e que retornaram vitoriosas. Foi muito gratificante o apoio do povo brasileiro. Só para lembrar, mais uma vez, que as tropas interpretavam o anseio da população brasileira, acabando com aquele estado anárquico e pré-comunista que estavam tentando impor à nossa Pátria.

Foi através daquelas Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade que o povo se aglutinou e exigiu que as Forças Armadas tomassem posição.

Nesse início do ciclo revolucionário, o apoio foi muito intenso, mas com o tempo, parecido um fenômeno que pouco a pouco vai esmaecendo, no final, só os mais vibrantes permaneciam no apoio. O restante, é natural, foi caindo.

O que mais se esperava da Revolução era o combate à subversão e à corrupção e, infelizmente, este combate foi enfraquecendo e o vigor dos primeiros atos foi cedendo ao acomodamento e ao "jeitinho brasileiro". Deixou-se de combater o corrupto e o subversivo e fomos caindo na normalidade, digamos assim, muito contesta-

da. Porque, à esta altura, o pessoal do lado de lá continuava atuando, procurando o momento mais propício para anular a nossa Revolução.

Foram se organizando até que começaram a mostrar a face e chegou-se ao momento de confronto.

A idéia inicial da Revolução, como fez, era manter em funcionamento todos os órgãos institucionais e democráticos, inclusive o Legislativo e o Judiciário. Entretanto, embora esse fosse o desiderato dos chefes revolucionários, sobretudo do primeiro Presidente, Castello Branco, a atuação dos maus políticos e o terrorismo redundaram numa escalada revolucionária e nos Atos Institucionais. O senhor gostaria de opinar sobre isso?

O que a esquerda, hoje, procura pintar como sendo "combate à ditadura", na realidade foi uma decorrência da esquerda, que não se afastou do objetivo de implantar uma república socialista, no Brasil. Os militantes do movimento comunista recebiam treinamento em Cuba e o Governo, por meio de seus órgãos de informação sabia o que estava se passando. A esquerda não queria acabar com a "ditadura", mas implantar o comunismo. Se o Congresso permanece funcionando, não há ditadura.

O termo "combate à ditadura", muito usado pelo pessoal da esquerda, era uma mensagem mais simpática para o povo, e aí passaram a obter apoio de alguns segmentos da sociedade. Usavam o lugar comum "vamos acabar com a ditadura".

A escalada do movimento terrorista e a atuação mais desinibida dos políticos forçaram o comando da Revolução a editar os Atos Institucionais, para se contrapor justamente a esses movimentos. Considero que, naquela ocasião, estávamos em guerra, porque éramos ameaçados por uma potência estrangeira, através de seus agentes, e cabia ao Governo impedir. Então, era uma guerra!

Naquela época, fizemos a Revolução, procurando interpretar a vontade do povo brasileiro. Estivemos unidos e coesos dentro das Forças Armadas, de um modo geral, junto aos bons brasileiros, incluindo aí os civis, e vencemos.

Evitamos que o País, e por conseqüência, outros países da América Latina, se transformassem também em estados comunistas subordinados à órbita da União Soviética, o que poderia ter mudado a história do mundo. Prova de nosso acerto, eventos posteriores levaram ao fracionamento da União Soviética, berço do comunismo. Mesmo eles não quiseram mais esse regime.

Depois vieram os governos chefiados por militares e eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre cada um deles, Castello Branco, Costa e Silva, Junta Militar, Médici, Geisel e Figueiredo.

O marcante na ação dos Presidentes, por serem militares, foi o destemor em tomar decisões de interesse do Brasil, muito embora algumas fossem antipo-

pulares. O militar tem coragem para tomar decisões, ele não depende de eleições; ele existe para defender os interesses maiores do País. Eis o traço comum dos governos militares.

Dentro desta ordem de idéias, cada evento que ocorreu em cada período, tinha suas peculiaridades. O General Castello Branco buscou preparar ao máximo possível o terreno, para tentar implementar as instituições, sem vícios.

O Costa e Silva tomou também uma série de atitudes, todas corajosas e acabou chegando ao final de Governo de uma maneira trágica...

Ele adoeceu, tanto que veio a morrer.

A doença dele foi provocada pela tensão do cargo, pois nunca deixou de cumprir dedicadamente sua missão e, com o desgaste, acabou tendo afetada a própria saúde.

Nessa ocasião, a desordem vinha se agravando, quando em outubro de 1968, o Deputado Márcio Moreira Alves fez o seu pronunciamento, pedindo para as moças não dançarem com os cadetes, nos bailes, jogando uma parcela da população contra os militares, provocando, então, no dia 13 de dezembro, a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse Ato foi conseqüência do acirramento das posições, pois, em nenhum momento, a esquerda deixou de ser agressiva ou baixou a guarda. Entraram na clandestinidade e continuaram agindo de acordo com a orientação de tomar o Poder.

Tivemos, a seguir, a fase mais dura e que exigiu decisões ainda mais cruciais, porque se considerava que estávamos em guerra. Elementos alienígenas orientando nacionais para atuarem contra o Exército e as Forças Armadas, a quem cabiam defender a Nação. O Governo do General Médici foi o que enfrentou turbulências mais graves e o que exigiu decisões mais difíceis.

Para poder combater o terrorismo.

Exatamente. "A toda ação corresponde uma ação igual e de sentido contrário." Foi isso que aconteceu. Para nos precavermos, partimos para o ataque e como éramos mais organizados do que eles, acabamos colhendo grandes vitórias. Sofremos uma derrota no Vale do Ribeira mas, em seguida, aprendemos com os nossos erros e desbaratamos uma boa parte do terrorismo.

Em São Paulo, instalou-se o centro intelectual da guerrilha e praticaram-se as maiores ações de guerrilha urbana: assaltos, seqüestros, "justiçamentos" – como eles chamavam os assassinatos. Em resposta, as forças legais de São Paulo também se organizaram e passaram a responder aos ataques de forma vitoriosa.

Depois do Médici, o Geisel encontrou o terreno mais aplainado e deu prioridade às ações políticas. O político não reza pela mesma cartilha do militar. Nós,

militares, nos atemos ao que a lei prescreve e o político não, ele sempre tem uma saída para burlar a lei em seu proveito e ainda assim ficar de bem com o Poder. A opção desenvolvimentista do Geisel, com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), visava, também, obter sucesso no campo político. No meu modo de ver não atingiu plenamente esse objetivo. Além do mais, qualquer apoio que viesse a existir, estaria, na verdade, em busca do interesse menor.

A partir daí, sem os instrumentos legais coercitivos que antes empregávamos, não dava para manter a ordem necessária. Fomos perdendo a opinião pública. O Governo Figueiredo foi a época de transição.

Foi realmente uma transição muito dolorosa e que acarretou conseqüências que geraram o "revanchismo" exacerbado até os dias de hoje.

Essa política revanchista, também está presente no Chile, na Argentina e no Uruguai. Deve haver um comando organizado que coordene tudo isso.

Talvez se estivessem vivos alguns dos presidentes brasileiros do ciclo militar, os nossos atuais políticos, a exemplo do Chile, como o senhor falou, e de outros países, iriam querer colocá-los no banco dos réus.

O senhor disse algo muito importante, que fomos pouco a pouco e justamente pela disciplina e, até certo ponto, por alguma ingenuidade e pureza dos militares, perdendo a opinião pública e com o passar do tempo houve o desgaste natural dos governos. Então, a pergunta agora seria a seguinte: o trabalho de Comunicação Social para a conquista da opinião pública brasileira funcionou a contento? O trabalho para mostrar as realizações, como o saneamento político administrativo, as grandes obras de infra-estrutura que os governos revolucionários construíram, nas quais o País até hoje se apóia, a queda da inflação, a melhoria das condições de vida da população, o alçamento à posição de 48ª para 8ª economia mundial e muitas outras, que o País se aproveita até hoje, funcionou a contento ou ficou faltando algo?

Da nossa parte não faltou nada, tínhamos os fatos. Porque propaganda é contar o que está sendo feito, não é inventar algo que não foi realizado. Tínhamos as obras reais que divulgamos com oportunidade, e até um plano para difundir tudo isso. Mas, a mídia em geral, desde aquela ocasião, era contra. É fácil para o jornalista, ao publicar uma notícia, omitir certas palavras e expressões, destarte enfraquecendo o evento, o ato, ao mesmo tempo em que realça uma falha qualquer.

Existem muitas artimanhas para fazer isso, em termos de mídia.

Eles manipulam o fato da maneira que querem e isto acontece calculadamente, desde aquela ocasião. Qualquer esforço do Governo, visando mostrar as realizações palpáveis e reais, sempre esbarrou na mídia, que era contrária.

É interessante comparar a posição da imprensa em 1964 e mais para frente um pouco. Fui a uma palestra, na qual o Clóvis Rossi falava claramente:

– O importante não é ser o dono do jornal, o importante é você ter o redator-chefe.

Constatava-se nos jornais *Estadão*, *O Globo,* etc. que a presença do dono do jornal estava só no editorial e pronto. O editorial era de responsabilidade do dono do jornal, mas se você virasse a página, iria ver o mesmo fato, defendido pelo dono do jornal, desmentindo de forma cabal.

Porém, essa opinião contrária, ilustrada com fotos, com uma diagramação mais atraente, superava o editorial, por ser algo apenas escrito, não atrai tanto, nem todo mundo lê, a maioria não lê.

Até hoje se vê isso. O dono deixou de ter uma posição no jornal, quem manda no jornal é o redator-chefe, são os "pauteiros", que dizem que notícias têm que ser buscadas e o redator dá o toque final etc.

Tenho comigo uma coleção de jornais de 1964, um a um, e é interessante como o jornal *O Estado de São Paulo*, daquela ocasião, tratava a Revolução e como trata hoje.

Primeiro, ele já não chama de Revolução, chama de "ditadura" e de "golpe militar". Antes, chamava de Movimento revolucionário e governos militares. Isso é lamentável, e se aconteceu em relação à opinião pública nacional, qual a sua opinião sobre a "conquista", porque não houve uma conquista, da opinião pública internacional para a causa do Movimento Democrático de 1964?

É a mesma coisa, porque a imprensa internacional é alimentada pelos correspondentes que estão no Brasil e os correspondentes fazem parte do mesmo grupo político-ideológico, então a origem da notícia é a mesma.

Sabemos que maus brasileiros saíam daqui e iam fazer palestras na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos, contra o Governo brasileiro de então, mas é claro que, ao falar contra o Governo, falavam contra o nosso País. Parece-me que se criou um hábito da imprensa internacional, que permaneceu até hoje, de só noticiar os aspectos negativos que ocorrem no Brasil; os aspectos positivos são ignorados. Se acontece algo de ruim eles maximizam, multiplicam por dez ou cem.

Sobre esse aspecto da técnica de divulgação no jornalismo, para anular ou realçar notícia, devo dizer que a redação do jornal é conseqüência da ação de estudantes e profissionais de comunicação formados pela mesma escola. Ouvem conselhos dos mesmos mestres. Assim, devem agir de acordo com esse consenso; quem não comungar das mesmas idéias perde o emprego.

Na semana passada, no jornal *O Estado de São Paulo*, aconteceu um fato que considero um absurdo, mas conhecendo a infiltração da esquerda nos meios de comunicação, admiti como perfeitamente normal; identifiquei nos dois cadernos mais lidos do jornal, o primeiro caderno e o caderno "Cidade". Ora, o jornal, na banca, é exposto dobrado, então a manchete que estiver na parte de cima vale mais do que uma manchete que esteja por baixo; quem não tem dinheiro para comprar, só lê o que estiver na frente, em cima. Então, nessa edição do jornal *O Estado de São Paulo*, de uma semana atrás, a prefeita petista da capital era contemplada com duas fotografias coloridas quase do tamanho de um quarto de página e em dois cadernos da mesma edição.

O que mostra o privilégio de que a esquerda desfruta, no acolhimento da mídia e isso me leva à próxima pergunta ou assunto, sobre o qual queria saber a sua opinião. A Revolução foi feita por militares e civis patriotas, viveu muitas vitórias e algumas derrotas, já que todos seres humanos estão sujeitos ao erro.

Sob muitos aspectos parece que a Revolução não conseguiu dominar a Comunicação Social ou a mídia; a Educação, apesar da criação das matérias de Educação Moral e Cívica, em nível de ginásio, Organização Social e Política Brasileira, em nível colegial e Estudo de Problemas Brasileiros, em nível de terceiro grau, universitário. Mas, apesar disso, o sistema educacional brasileiro, mesmo na ocasião e sobretudo hoje, ficou em mãos que consideramos adversas dentro dos princípios da Revolução de 1964; e, também, a Justiça. Essa é uma opinião desenvolvida por alguns companheiros. O que o senhor pensa a respeito?

Tem-se a impressão de que todas as atividades partem do mesmo ponto. A pregação do marxismo-leninismo de um professor, numa sala de aula, veio de um outro professor que ele teve na faculdade; a posição de um repórter ao fazer uma matéria para o jornal, sofre a influência do mestre que teve na Faculdade de Comunicação.

À medida que passa o tempo, maior é o patrulhamento sobre os profissionais. Hoje, o advogado que não for a favor de todos os pontos de vista que a esquerda defende, cai no descrédito, está sujeito à campanha que tenta desmerecê-lo. Quem não segue a cartilha deles, é quase banido profissionalmente. Esses são os aspectos essenciais: uma combinação completa e um patrulhamento constante; eles fazem isso muito bem.

Ou seja, para mudar este estado de coisas, além de ser difícil, teria que ser realizado um planejamento minucioso e muito bem executado. A origem sendo na faculdade, cada vez mais teremos jornalistas e repórteres pensando como eles, cada

vez mais advogados que também assim trabalham e, no bom sentido da educação, vamos ter, com o tempo, novas levas de alunos malformados.

A prioridade da Educação do Governo atual é o método do Paulo Freire, que não se contenta apenas em ensinar a ler, mas em fazer proselitismo ou ensinar aquelas frases feitas, para doutrinar os alunos a favor do comunismo.

Como se deu o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário? Ou seja, na sua opinião, o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

Não. Penso que deveria ter sido cumprida uma série de eventos até chegar à abertura total. O melhor exemplo disso é que, apesar da Lei da Anistia, a esquerda tem o direito de nos atacar.

O Exército desengajou-se de forma não homogênea, ao talante do Comandante. Cito um exemplo, comandei de 1981 até 1983, já "na hora de desengajar", mas não desengajei, continuei. Nos dois anos, em nenhum momento, deixei de comemorar com ênfase o aniversário da Intentona Comunista de 1935. Todo 31 de Março fazia uma semana de festividades, com palestras, desfile militar, Ordem do Dia tachativa etc. Mas houve companheiros nossos que não tiveram a mesma atitude, a mesma maneira de desengajar.

Dentro desse raciocínio, é alvissareiro que nos dois últimos anos, a Revolução de 31 de Março tenha sido comemorada devidamente, com formaturas e outros eventos, no Exército Brasileiro. Há um bom tempo, vinha sendo esquecida.

Depois fui morar em Itu. Lá não houve 31 de Março, mesmo nos dois últimos anos, porque os jornais e a televisão, que são as minhas fontes de informação, não publicaram coisa alguma.

Soube que em São Paulo, no QG do Comando Militar do Sudeste (CMSE), no ano 2000, o quartel esteve repleto, muitas personalidades civis que tinham até se afastado do Exército ao longo dos últimos anos, estavam presentes.

Estive no Quartel-General, em fevereiro, quando se comemora a vitória brasileira de Monte Castelo, na Segunda Guerra Mundial, e houve uma homenagem ao Mário Kozel Filho, um momento vibrante. O Comandante não usou meias palavras para contar a história do Mário Kozel Filho, mas em Itu, se houve alguma solenidade, não fui convidado.

O que acha do "revanchismo"?

Acho que não foi feito o que deveria ter sido feito; deixou-se de fazer algo, tanto é que o inimigo está renascendo através do "revanchismo".

O senhor citou há pouco a Lei de Anistia, lei essa que foi instituída para ser recíproca, total e geral, então os eventuais excessos de ambos os lados seriam perdoados, esquecidos e apagados.

Os militares assim procederam, mais uma vez disciplinadamente e como bons brasileiros, decidiram engajar-se na batalha pelo progresso do Brasil, pelo bem-estar do Brasil e foi tudo perdoado de coração. Mas talvez o outro lado não, já que as Forças Armadas têm sofrido constantes perseguições, não só pela mídia, mas também em outros setores igualmente importantes.

Enquanto tivermos este atual Ministro da Justiça, pode-se esperar as ações mais absurdas, pois ele é capaz de patrocinar as indenizações que são pagas a bandidos, terroristas, assassinos e seqüestradores. O seqüestro é um crime hediondo, mas os seqüestradores comunistas vêm sendo premiados com polpudas quantias. Um mês atrás eles comemoraram não sei quantos anos do vôo que os levou para a Argélia, e saiu até nos jornais. Todos "heróis", alguns não compareceram, porque tinham missão do Governo.

Isso faz parte do "revanchismo" como um todo.

O que ainda me alegra, é que, em várias pesquisas de opinião, as Forças Armadas são aprovadas com mais de 80%, 82% para ser exato, de aceitação perante a população, na frente da Igreja, Partidos Políticos, Legislativo, Judiciário e da própria Imprensa.

Mesmo com as constantes campanhas de difamação que têm sido feitas contra elementos das Forças Armadas.

E esse dado não é repassado para a mídia comum, a posição de primeiro lugar em aceitação, por parte da população, com 82%.

Isso sai escondidinho num canto do jornal, e tudo faz parte do "revanchismo". O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais do Movimento Democrático de 1964?

A Constituição de 1988 criou um número muito grande de direitos e esqueceram de situar os deveres. Criou uma série de despesas sem a competente receita para fazer face a isso.

Atualmente, no processo político, a barganha e a compra de votos são claras, é uma vergonha. Sempre que ocorre uma votação importante, o Governo, através da sua base política, consegue o que quer do Congresso, que é muito fraco. Não há divisão de poderes; o Legislativo e o Executivo são a mesma coisa. Torna-se um processo viciado: o que o Governo quer, por mais errado que seja, é aceito "conve-

nientemente" pelo Congresso. Dizem que este é o espelho da sociedade de um país, mas acho que a sociedade não é tão ruim assim. Existe um conluio entre os três Poderes, cada um procurando tirar o máximo da Nação.

O Judiciário e o Legislativo, todos os anos, de 1994 até aqui, encontraram uma manobra jurídica para obter um aumento substancial nos seus vencimentos, o que não aconteceu com o Poder Executivo, em algumas carreiras, porque outras carreiras foram muito beneficiadas, como diplomatas, policiais federais, o pessoal da Receita Federal etc. A Polícia Federal ameaçou com greve e imediatamente conseguiu o aumento que estava pleiteando.

O Exército, como é certinho, paradinho, dentro de sua disciplina e as autoridades sabem disso, covardemente então, deixam de nos tratar como iguais. Não se está pedindo privilégio algum, somente a igualdade; queremos contribuir com a mesma parcela de "sacrifício" do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Essas Medidas Provisórias, o impedimento de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito, o rumor sobre escândalos envolvendo as privatizações, envolvendo o sistema financeiro, etc., todo esse rumor é acobertado por iniciativa do Executivo e com a conivência do Judiciário.

É preciso que haja algum sistema que coíba certas práticas e vícios. Por exemplo, um Poder não pode decidir sobre assuntos que possam lhe atingir positiva ou negativamente. Outro Poder deve julgá-lo. O Judiciário não pode se conceder aumento de vencimentos. A mesma coisa para o Legislativo. São vícios da Constituição de 1988, que outorgou o máximo de Poder ao Congresso e o mesmo não tem demonstrado capacidade e isenção moral para exercê-lo.

O senhor serviu, durante um bom período de tempo, em órgãos ligados às Informações. Sabemos que hoje não se chama mais Informações – "Informações é coisa de militar" – chamam de Inteligência. Na ocasião tivemos um serviço muito bem estruturado e que atendeu à finalidade de manter os clientes municiados com as informações pertinentes para permitir a melhor governabilidade para o Brasil. Entretanto houve alguma mudança que desconhecemos. O senhor poderia falar algo a respeito?

O Serviço de Informações está presente em todos os governos responsáveis do mundo. O Governo que não tiver um Serviço de Informações decide mal ou deixa de decidir.

A base do Serviço de Inteligência, como chamam atualmente, é a disciplina do sigilo. Ao entrar no serviço, a pessoa tem que se despir do orgulho de saber mais que o seu companheiro de fora, do tipo: "Eu sei disso e ele não sabe, então tenho que apregoar o que sei." Esse é um defeito de origem do Serviço. A pessoa que entra ali tem

que ser a mais humilde possível, a mais calada. A ninguém interessa saber. A disciplina do sigilo é um dos aspectos que caracteriza um verdadeiro Serviço de Informações.

Com a adoção do novo modelo, a gente vê absurdos em cima de absurdos. Primeiro, é um grande número de pessoas a tomar conhecimento do que se está fazendo. A informação envolve uma série de segredos e os segredos têm que ser mantidos. Faz vinte anos que deixei o serviço e até hoje nem minha esposa sabe os conhecimentos que tenho.

O Serviço de Inteligência atual é um arremedo, não funciona, é uma "palhaçada", ao ponto do recrutamento ser feito por concurso em vez de ser por escolha. É preciso uma longa "peneiração" entre os elementos que já estão no Serviço, na função pública, para se escolher uma ou outra pessoa de alta confiança e, sobretudo, com vocação.

É preciso saber ser discreto não só enquanto estiver no Serviço, mas para sempre. O senhor já nos brindou com muitas informações importantes e úteis; estamos chegando ao final e perguntaria se deseja acrescentar algo?

Procurei transmitir as informações que a minha posição, naquela ocasião, permitia conhecer. Essas informações de tal maneira estão vivas na minha memória, que até fui traído pela emoção, que permanece, passados quase quarenta anos. Penso que a atitude que tomamos foi a mais correta e, até hoje, não me convenceram do contrário ou que existisse uma outra mais correta do que esta. Não me arrependo da atitude que tomei conscientemente; faria tudo de novo, na mesma intensidade, talvez até um pouquinho mais, se pudéssemos antever. Então, este é o ponto.

Coronel Camargo, o senhor está vendo, diante de si, jovens militares que entraram para o Exército quando já tínhamos cumprido nossa missão. Este trabalho que hoje estamos realizando vai resultar num documentário que seguramente será examinado pelas novas gerações de militares do Exército Brasileiro. Será objeto de pesquisa, tenho certeza.

Assim sendo e para finalizar ainda teria um último pedido para fazer: que aqui dissesse suas palavras finais e deixasse uma mensagem aos jovens militares que estão iniciando a carreira ou que ainda militam na ativa do nosso Exército.

Pertencer ao Exército é comungar de vários ideais, vivenciar uma vida rígida, padrões morais altíssimos. Como dizia Salomão da Rocha: "À Pátria tudo se deve dar, nada se deve pedir, nem mesmo compreensão."

Assim, o elemento que ingressa no Exército tem que ter esse espírito de renúncia e pensar sempre no melhor para o Brasil. Se tiver alguma dúvida sobre isso é melhor não permanecer no Exército.

Votos de uma boa carreira para os novos profissionais!

Coronel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto

Nasceu no dia 1º de março de 1937, em São Paulo–SP. É praça de 13 de março de 1952, na Escola Preparatória de Fortaleza.

Cursos Militares: Escola Preparatória de Fortaleza, de 1952 a 1954; Academia Militar das Agulhas Negras, de 1954 a 1956; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1966; Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de 1970 a 1972.

Cursos Civis: Graduação em Ciências Administrativas – SUAM – Rio de Janeiro, de 1974 a 1975 e Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1976.

Principais Cargos e Funções Desempenhadas: Comandante de Companhia do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) – 1964; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – 1974 a 1977 e 1979 a 1980; Membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai – 1977 a 1979; Comandante do 11º Batalhão de Infantaria, Regimento Tiradentes, em São João Del Rei – 1981 a 1983; Chefe do Estado-Maior da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, Campinas – 1986 a 1988 e Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Serviços (DGS) – 1988 a 1990.

Condecorações Nacionais: Medalha Militar de Ouro, Medalha do Pacificador, Medalha da Ordem do Mérito Militar, Medalha do Mérito Tamandaré.

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2001.

Tenho dois motivos que justificam minha participação no Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. O primeiro é que realmente assisti ao fato histórico, pois no dia da eclosão da Revolução encontrava-me de Oficial de Dia no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília. Então, tomei conhecimento de certas particularidades que normalmente permanecem ocultas sob o véu da História ou acabam distorcidas. Quando ouço falar em "golpe militar", repudio a expressão e seu significado pejorativo porque presenciei o que houve; e o que testemunhei foi uma simples substituição constitucional.

O segundo motivo é a importância do registro histórico; todos falam o que quer, mas a verdade não aparece, porque aqueles que presenciaram ou participaram dos acontecimentos, não se dispõem a vir e contar o que sucedeu realmente. Sempre que alguém repete o que ouviu, ocorrem distorções: aumentam ou diminuem a realidade. Aquele que presenciou o fato relata-o com autenticidade, e é por isso que não pude furtar-me a este convite.

Para melhor descrever os antecedentes da Revolução de 1964, tenho que me reportar a 1961, ano da renúncia de Jânio Quadros. O Vice-Presidente João Goulart encontrava-se na China e foi levantada a possibilidade dele não assumir, pois se sabia qual a tendência que daria ao seu eventual governo. Suas tendências políticas e ideológicas se contrapunham aos ideais democráticos e cristãos do povo brasileiro.

Uma corrente resistia à posse, liderada, principalmente, pelo Ministro da Guerra, e em contrapartida, por parte do Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, uma reação contra o veto. Os adeptos da posse formaram a "cadeia da legalidade", uma campanha que obteve êxito. Muitos no Exército a apoiaram. O espírito de fidelidade aos regulamentos, às leis e às autoridades constituídas é muito marcante e para voltar-se contra tais princípios, só mesmo com um motivo bastante forte, como aconteceu em 1964.

Nessa ocasião, o 11º Batalhão de Infantaria (11º BI), de São João Del Rei, Unidade que comandei, mais tarde, teve problemas com o seu pessoal. Oficiais e sargentos se dividiram. O Subcomandante do Batalhão, Bolivar Oscar Mascarenhas, presença forte no BI, ficou do lado da legalidade. Esse oficial, depois, foi ser Subcomandante do BGP. Em 1962, quando cheguei ao Batalhão, já o encontrei nesse cargo, e continuava a fazer certo proselitismo entre os oficiais a favor do Governo que se instalou, o Governo do Jango, achando realmente que ele iria fazer a "mesa do povo" etc. Naquela conjuntura, a conduta do Comandante do BGP era bem esquisita. Vivia ausente, quase não aparecia, deixava a maioria dos assuntos para a solução do Subcomandante.

Mas não era exatamente o que se assistia. Eu e meus companheiros tenentes tirávamos serviço de Comandante da Guarda do Palácio do Planalto, do Palácio da

Alvorada e da Granja do Torto, a residência do Presidente, e assistíamos a coisas de estarrecer: os conchavos políticos, o desregramento, as motivações sem nenhum fundamento ético e moral. Pela lealdade e pelo cumprimento do dever, assistíamos a tudo isso calado. Percebíamos que não estava correto.

A campanha do Subcomandante era só a favor do Governo de então ou era mais abertamente a favor do comunismo mesmo?

Até hoje tenho dúvidas sobre as suas intenções, porque mais adiante este mesmo Oficial iria ter atitudes quase que heróicas, como opor-se às ações extremadas de outros elementos. Não sei se ele era realmente muito sincero ou se simplesmente se tratava de um aproveitador. Ele goza do beneplácito da minha dúvida.

Os dois, o Comandante e o Subcomandante, deixaram o Batalhão. Assumiu o comando o Coronel Raymundo Netto Corrêa, um baixinho, parecia-me nordestino, pessoa extraordinária, e o Subcomandante era o Tenente-Coronel Serra.

Em setembro de 1963, em Brasília, a fim de contrapor-se a uma resolução do Supremo Tribunal Federal sobre questão de inelegibilidade, os sargentos rebelaram-se. Quase tomaram conta de tudo, não o fazendo por mero acaso. Ocuparam a Base Aérea, a Base Naval, os quartéis do Exército, sujeitaram os ministérios da Aeronáutica e da Marinha. Não foram tomados o Ministério do Exército, cuja guarda reagiu e o BGP.

E o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), eles tomaram?

Tomaram o BPE, prenderam os oficiais e os levaram para a Base Aérea.

Por que não tomaram o BGP? Quando o motorista do Comandante da Base Aérea, após ter deixado o Coronel em casa, chegou à noite na Base, encontrou uma grande agitação. Perguntou o que estava havendo e lhe responderam: "É a Revolução! Pega o seu fuzil!" Ele se esgueirou, pegou o carro de novo e foi para a casa do Coronel avisar-lhe o que estava acontecendo na Base Aérea. O Coronel, já de madrugada, ligou para o Comandante do BGP. Não sei se propositadamente ou não, o Presidente estava ausente; o Comandante da Região Militar também. Estavam todos viajando, restando presente como maior autoridade o Coronel Raymundo. O Comandante da Base disse o que tinha acontecido.

O Comandante, imediatamente, ligou para alguns oficiais do quartel, um deles fui eu, por acaso tinha telefone. Ele me ordenou para apanhar os companheiros que pudesse e me dirigir para o quartel, porque havia problemas. Não disse mais nada. Pois bem, ele saiu, foi para o quartel e quando entrou no Corpo da Guarda, disse:

– Sargento, coloca a Guarda em forma!

Ele não sabia que aquele sargento estava ali para imobilizar a Guarda. Mas, diante da ordem de supetão, o sargento a cumpriu. Assim ele evitou a surpresa.

O Oficial de Dia mandou o Adjunto fazer uma ronda nos fundos do quartel e ele foi preso pelo pessoal da Aeronáutica que já estava cercando o aquartelamento, com uma boa quantidade de armamento e munição, muito mais novo do que o nosso. Mas o Adjunto teve presença de espírito, e disse:

– Calma, também sou sargento. Esperem aí que vou lá e aviso aos companheiros que vocês estão chegando.

De volta, relatou tudo para o Oficial de Dia que acordou algumas subunidades; o pessoal começou a armar-se e a fazer os preparativos. Quando chegamos de carro, por volta das 2h30min ou 2h40min da manhã, assumimos o comando dos pelotões de recrutas e saímos para romper o cerco do quartel. Houve tiros, prendemos muita gente e recuperamos as viaturas, a munição e o armamento que eles tinham. Rechaçamos o cerco do quartel.

A partir daí o combate aos rebelados foi planejado. Um pelotão foi designado para reforçar a guarda do Ministério do Exército, sob o comando de um companheiro, Tenente André, que foi caçado juntamente com seu pelotão na Esplanada dos Ministérios, pelo pessoal dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica. Era fogo cerrado em cima e ele com um pelotão de recrutas, mas só ele e os sargentos respondiam ao fogo, pois os recrutas não sabiam atirar direito. Conseguiram progredir e se abrigaram no prédio do Ministério, mas as rajadas de metralhadora estilhaçavam os vidros e as persianas caíam sobre eles; foi difícil.

O Comandante Raymundo Netto Corrêa assumiu o comando de toda operação. Organizou três colunas: uma partiu para a Esplanada dos Ministérios, a fim de retomar os ministérios da Marinha e da Aeronáutica; uma foi para a Base Aérea e a outra coluna para a Base Naval. Cercamos esses locais, os revoltosos se renderam e foram todos enviados para uma prisão na Baía de Guanabara.

Apurou-se que haviam documentos com os nomes de todos os companheiros que eram contra eles, relacionados para serem fuzilados debaixo da grande torre de TV, de Brasília, onde havia uma plataforma de concreto. Isso já serviu de ensinamento, mais adiante, e aconteceu em setembro de 1963.

Os fatos se sucederam cada vez mais graves. Tínhamos ciência da existência do que seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) daquela época, a chamada Polícia da Boa Vontade, comandada por um cidadão de nome Raulino, na cidade satélite de Taguatinga. A sede era lá, mas eles vinham em direção a Brasília, fechavam os acessos e reivindicavam isto ou aquilo. Quando a polícia se aproximava para tentar liberar a via e retirar os manifestantes, chegava a ordem do Palácio do Planalto para deixá-los. O Governo era conivente com aquela situação, mais ou menos parecida com que se vê hoje com relação ao MST. Aceita-se violência da parte deles.

No dia 31 de março de 1964, estava de Oficial de Dia no Batalhão da Guarda Presidencial, quando se ouviu pelo rádio que havia uma insurreição em Minas Gerais e que o 11º BI tinha seguido em direção ao Rio de Janeiro. Ao saber dessa notícia, nos entreolhamos e naturalmente todos concordaram: "Nós também estamos a favor!" Aquela insurreição destinava-se a terminar com a baderna implantada no País.

Nós, que estávamos ali, na Guarda Presidencial, assistindo àquilo tudo, mais do que ninguém sabia ser verdade e portanto surgia o momento de definição: ou o comunismo ou sair da legalidade e participar da insurreição. Essa conduta novamente dividia os companheiros; no BGP a adesão foi espontânea, porque tínhamos contato com o que acontecia nos Palácios. O Batalhão de Polícia do Exército e o Esquadrão não tinham este contato, portanto preferiam a lealdade às autoridades constituídas. Houve até companheiros que disseram que as armas e os carros de combate estavam apontados para nós, se tentássemos algo mais positivo em favor da Revolução.

Mas também não se sabia como deveríamos agir. Não tínhamos conhecimento ou contatos; não fôramos nem sondados nem alertados nem orientados. Nem o famoso documento do General Castello Branco, dando um basta àquele caos que estava destruindo o País, tinha sido difundido para nós. Certamente pensavam, cometendo um engano, que por estarmos no Batalhão da Guarda Presidencial seríamos elementos da alta confiança da Presidência. Por exemplo, eu fui para lá por acaso, ninguém me perguntou nada. Simplesmente, cumpria o meu dever ali como cumpriria em qualquer outro local. Mas aquele era um momento de decisão e tinha que tomar a minha, como todos tomamos, a favor da Revolução.

Passo, a seguir, a relatar os fatos ocorridos no desencadeamento da Revolução, no âmbito do BGP, em Brasília. Para não ser traído pela memória, vou me reportar ao documento de 24 de julho de 1964 que encaminhei ao Chefe da 2ª Seção do BGP, em atendimento à sua solicitação. Deixo uma cópia para o arquivo do Projeto.

Às quatro e meia da tarde do dia 31 de março, recebi ordem de sustar o "fora de forma" e avisar os comandantes de subunidades que o Batalhão entrava de prontidão. Não se sabia o motivo da medida. Como os telefones normais do quartel estavam defeituosos, foi instalada no Batalhão uma estação de rádio para ligação direta com o Palácio do Planalto.

Por volta das nove horas da noite, o Coronel Raymundo Netto Corrêa reuniu os oficiais para informar que havia um levante em Minas Gerais e que tropas do I Exército marchavam para sufocá-lo. Esses foram os primeiros informes recebidos. A partir daí é que procuramos ouvir o rádio e acompanhar os acontecimentos.

Rapidamente, em conversa, chegamos à conclusão de que de um modo geral a mentalidade da oficialidade, capitães e tenentes, era revolucionária. Procuramos o Subcomandante do Batalhão, Tenente-Coronel Serra, e expondo o nosso pensamento, concluímos que ele tinha as mesmas idéias – ele mesmo disse que podíamos contar com ele, pois estava ali mais ou menos orientado pelo Estado-Maior do Exército, para que tomasse as decisões a esse respeito –. Dos demais oficiais superiores, desconhecíamos a tendência – permaneceram absolutamente amorfos.

Na noite do mesmo dia, após várias ligações telefônicas feitas pelo Quartel-General (QG) da Região Militar (RM), o Coronel Raymundo mandou chamar o Comandante da 4ª Companhia de Fuzileiros, Capitão Dário, e lhe deu a missão de deslocar-se, fazendo parte de um Grupamento Tático (GT), para a região da ponte sobre o Rio São Marcos, no eixo da Rodovia Brasília – Belo Horizonte, a fim de deter tropas que por ventura demandassem a Brasília – depois fiquei sabendo que essa medida visava a permitir que, em Brasília, fosse constituída a resistência da Presidência –. O GT foi reunido no BGP e estava composto por uma Companhia de Fuzileiros, uma Seção de Metralhadora Antiaérea e dois carros de combate.

Recebi a tropa de Artilharia – uma Bateria de Artilharia Antiaérea – e me inteirei de que os oficiais, Tenente Carvalho e Tenente Nogueira, também eram partidários da Revolução. Soube por intermédio do Tenente Carvalho que na Bateria os demais oficiais comungavam das mesmas idéias, com exceção do Comandante, Major Stockler que, inclusive, demonstrava querer jogar os sargentos contra os oficiais, e dois capitães que se limitavam a aguardar o desfecho da Revolução, para se pronunciarem.

Em face dessa ordem de operações, novamente retornamos ao Tenente-Coronel Serra que seria o comandante da coluna, a fim de expor a vontade dos oficiais que a compunham, de não cumprir aquela missão e nem mesmo iniciar o deslocamento.

O Tenente-Coronel Serra afirmou que ainda não era oportuno adotar essa medida e que deveríamos aguardar uma decisão de São Paulo. A coluna sairia e depois decidiriam sobre um novo destino a ser tomado, que pudesse melhor cooperar com a Revolução. A partida foi prevista para as 5h do dia 1º de abril e iniciado o deslocamento dentro do horário.

Neste momento, o Coronel Macieira, Chefe do Estado-Maior da RM, ligou para o Coronel Raymundo. Imediatamente, deu-me o Comandante as seguintes ordens: "Mande parar a coluna e me chame o Major Henning." Supondo que essa medida visava ao afastamento e prisão do Comandante da coluna, o que de fato ocorreu, antes de dar cumprimento às ordens recebidas, mandei que o Tenente

Murilo se antecipasse e informasse ao Tenente-Coronel Serra as providências que estavam sendo tomadas, para que ele tivesse tempo de decidir qual a ação a adotar.

Parece que a decisão foi aceitar o fato, uma vez que a coluna parou e aguardou a chegada do Coronel Raymundo, que acompanhado de dois oficiais do QG, efetuou a prisão do Tenente-Coronel Serra, enviou-o para o QG e substituiu-o no comando pelo Major Henning.

Com essa alteração de comando, o Capitão Dário, falando em nome dos oficiais, declarou que o pensamento de todos era de não prosseguir no deslocamento. A resposta do Coronel Raymundo afirmava que prenderia, por covardia, todos os que se recusassem a seguir. Aconselhou a seguirem, tomando depois o rumo que desejassem.

Declarando que ali não havia covardes, o Capitão Dário prosseguiu no deslocamento com sua tropa, mas imutavelmente resolvidos a não impedir o acesso das tropas mineiras, pelo contrário, juntar-se-iam a elas.

Ao retornar ao quartel, determinou-me o Coronel Raymundo que fizesse reunir os oficiais em seu gabinete.

No momento dessa reunião, no gabinete, ele começou a perguntar aos companheiros:

– Você! Está a favor ou contra a Revolução?

– Estou a favor da Revolução.

– Então, está preso! – disse o Comandante – E você?

Desculpe a pergunta, ele começou do mais antigo para o mais moderno ou do mais moderno para o mais antigo?

Acho que ele começou dos mais modernos para os mais antigos, porque não me lembro do pronunciamento de nenhum major, os majores nunca falaram nada, então começou pelos tenentes, perguntando um a um: "E você fulano?" Quem respondesse que estava a favor da Revolução, ele dava ordem de prisão.

Muito poucos eram contra a Revolução, um ou outro era contra, diria que uns 95% eram a favor e quando chegou mais ou menos na metade do pessoal, o Coronel viu que a maioria era a favor da Revolução, então declarou-se sem condições de continuar no comando. Dado o respeito e a amizade que havia entre o Coronel e a quase totalidade dos oficiais, e o seu exemplo de eficiência, de coragem, de ação de comando quando do combate à rebelião de sargentos de setembro de 1963, foi unânime o pedido de que permanecesse no comando e ficasse do nosso lado. Naquele momento estávamos decidindo entre comunismo e democracia.

Mas o Coronel Raymundo declarou que ocupava um cargo de confiança e que se ele não tinha rompido com o General Nicolau Fico, Comandante da Região,

até então, aquela não era mais hora de romper. – Foi um ato de grande dignidade. Ele poderia ter se aproveitado da situação, vangloriar-se, mas foi muito ponderado, deu exemplo. Não tinha compromisso com o peleguismo, com as mutretas do governo, nada disso –. O Coronel seguiu para a Região e avisou ao General Fico que o Batalhão estava revoltado.

Capitães e tenentes se reuniram e surgiram várias sugestões para a execução de ações, mas como nenhuma delas tinha objetivo definido e proporcionaria a divisão dos nossos recursos em pessoal e material, acrescido ainda da ausência de um plano logístico para apoiar as ações, naturalmente permanecemos no aquartelamento, prontos para defendê-lo ou para manter a integridade de Brasília. – Não sabíamos o que fazer, porque não tínhamos ligação com ninguém, não fomos previamente contatados, a gente participou da Revolução espontaneamente.

A Revolução tinha sido particularmente articulada no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois foi desencadeada em Minas Gerais devido à ida para lá do General Mourão Filho e o apoio do General Guedes, ou seja, Brasília, sede do Poder central, estava mais ou menos imune a essas pregações revolucionárias.

Notícias nos davam conta de que seriam 15 mil os candangos armados que atacariam o quartel, destruiriam o Congresso e saqueariam os supermercados. Essa resistência em Brasília seria montada com a tal Polícia da Boa Vontade armados pelo General Fico e que este teria desistido da idéia ao saber que o BGP estava revoltado.

Ao regressar da Região, acompanhado pelo Tenente-Coronel Serra, o Comandante convocou nova reunião dos oficiais, ocasião em que se afirmou ter havido equívoco na prisão do Tenente-Coronel Serra e para provar a confiança nele depositada pelo General Fico, seria designado E/4 da Região – não estava preso, mas foi afastado do quartel.

Essa medida nos causou decepção, pois víamos nela a intenção de afastar o Tenente-Coronel Serra do Batalhão, por ser ele o único em condições de aglutinar e orientar os partidários da Revolução. A partir deste momento, nenhuma ordem de natureza tática nos foi dada e o Coronel Raymundo permaneceu no comando apenas administrativamente – não nos deu nenhuma ordem de operações, ele sabia qual era o nosso pensamento. Também não foi hostilizado por nós, que o respeitávamos.

Durante a tarde do dia 1º de abril, tivemos notícia da chegada do Jango a Brasília – área escolhida para organizar a resistência. Nesta mesma tarde – penso ter sido o Tenente Machado Borges que ligou para o Tenente Walmensi, Comandante da Guarda da Granja do Torto. O Tenente Walmensi tem dúvidas de se foi realmente o Machado Borges ou se teria sido o Tenente Vargas ou mesmo o Tenente Eichler –, mas o fato é que um tenente ligou-se com Walmensi e disse-lhe o que estava se

passando no BGP. O Walmensi teria respondido que também era revolucionário e perguntado se nós queríamos que ele prendesse o Jango, pois o mesmo se encontrava no Torto. O companheiro de cá respondeu que iria consultar os colegas e depois daria uma resposta.

Esse telefonema bastou para que a Revolução fosse ultra-rápida. Por que isso? Porque a ligação passava pela central telefônica dentro da Granja do Torto e o Jango tomou conhecimento de que estavam querendo prendê-lo. Então, abandonou a esposa Maria Teresa e os filhos por lá, pegou o automóvel e foi direto para o aeroporto. Embarcou num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e comboiado por outros aviões da Aeronáutica foi para Porto Alegre; de lá voou para Montevidéu.

O Presidente tinha abandonado o cargo, em face desse vôo para Montevidéu, e Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, deu posse ao substituto legal, Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara. Então, o que houve, sequer foi um golpe, mas uma substituição constitucional. Havia uma insurreição, que o Jango não teve força nem coragem para conter, apenas fugiu e abandonou o cargo.

Retomando o relato dos acontecimentos, na tarde do dia 1º de abril recebemos a visita do General Fico. Em nova reunião e em tom provocativo mencionou que nós, recebendo a "dobradinha" – diária de Brasília –, tínhamos por obrigação apoiar o Governo e defendê-lo. Pareceu na ocasião que ele tentava uma saída honrosa, ser preso por nós. Entretanto, todos viraram as costas para o general.

Mais adiante, na noite desse dia 1º, um general foi ao Batalhão, reuniu-se com os sargentos numa Companhia, para obter o apoio à ação que pretendia empreender: dar um golpe de mão no QG, tirar o General Fico e assumir o comando da Região. Detalhes dessa reunião não foram do meu conhecimento. O general retirou-se em seguida.

A Revolução foi vitoriosa sem dar um tiro, sem prender ninguém. Até esse momento não tinha prendido ninguém, a não ser o Tenente-Coronel Serra, momentaneamente. A Nação esperançosa aguardava as providências renovadoras. A eleição tornou-se indireta, realizada pelo Congresso. O problema foi determinar quem assumiria, porque não havia um chefe revolucionário explícito.

Eleito o novo Presidente, acatado pelas Forças Armadas, não havia mais motivos para divergências.

Efetuando um parênteses, estou vivendo um 2001 muito parecido com o quadro político de 1963, em que pese as inteligências no momento serem muito mais aguçadas do que as do passado.

Tomar uma decisão acertada no presente para que seja válida no futuro, é problemático e muito difícil. É muito fácil, agora, avaliar as decisões do passado

e dizer que tomaria esta ou aquela. De qualquer modo, naquela oportunidade, as pessoas que estavam lá para decidir, não o fizeram da forma como desejava. Eu era apenas um tenente recém-promovido a capitão, mas o fato é que pensava que deveríamos ter tomado conta de tudo no Brasil, por dez anos apenas. Tempo para poder, justamente, conseguir um novo perfil de que o Brasil precisava, baseado na ética, moral, honestidade, nos princípios cristãos e patriotismo. Sobretudo onde assumimos, a coisa ficou uma beleza e vou dar um exemplo: os Correios e Telégrafos passaram às mãos de um companheiro da Marinha que foi mundialmente aplaudido, tanto assim que o levaram para ser o presidente do órgão internacional de Correios e Telégrafos, na Suíça.

Foi considerado o melhor serviço de Correios do mundo na época, o brasileiro.

Hoje já está bem deteriorado, mas ainda mantém alguma coisa da estrutura feita no passado.

Designaram-me para fazer um inquérito no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) de Brasília; entendi que não era o caso de ficar indiciando por qualquer besteirinha, razão por que muito se perdeu nesse aspecto. Os grandes culpados deveriam ter sido cassados de forma clara, explicitando o porquê da medida. Por isso, hoje em dia, fica a impressão de que eles foram perseguidos, embora saibamos que tinham, sim, culpa no cartório.

Outro grande problema que me pareceu na ocasião, foi a falta de providências para realizar uma limpeza no Judiciário. Por não ter sido feita, os erros daquela época estão presentes até os dias de hoje. A manutenção da parte podre do Judiciário frustrou as expectativas de Justiça.

O Judiciário ficou quase intocável, apesar das evidentes mostras de corrupção, incompetência, incúria e outros problemas.

Aquela aspiração de justiça, no sentido estrito da palavra, ficou prejudicada, ficou comprometida, porque a Justiça não funcionou a contento, a despeito de certos instrumentos revolucionários que faziam, de certa forma, as pessoas a temerem. Chegamos ao ponto em que estamos, a bandidagem não teme nada, está cada vez mais forte, a criminalidade virou uma atividade econômica normal e rentável.

Tanto da bandidagem, vamos dizer, do "baixo clero", para fazer uma analogia com os políticos, ou seja, do bandido que assalta à mão armada, mata, estupra, seqüestra e sabe que no final vai ficar impune, quanto dos crimes de "colarinho branco". Quando num órgão público havia um roubo, e nós lembramos disso, eram os tais 10% que o larápio ganhava. Hoje, eles superfaturam dez vezes mais, ou seja, não ganham somente 10%, ganham 100%, 1.000% de roubo, às vezes mais. Como recen-

temente, no caso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, que ficamos conhecendo, e sem considerar aqueles de que não ficamos sabendo.

A Revolução surpreendeu-se com a própria rapidez; de certa forma, impediu que ela fosse se conscientizando, se organizando. Os que realmente a idealizavam, ansiavam pela melhoria da situação do País, foram surpreendidos com a rapidez. A solução, normalmente militar, de assumir o mais antigo, poderia não recair no mais preparado, ou no mais adequado, o qual poderia encontrar-se, de certa forma, inabilitado por estar em desacordo com o processo e, portanto, não seria o de preferência geral. Mas se era para assumir, que fosse o mais antigo, e assim foi.

O Presidente Castello Branco não queria, mas foi convencido pelas Forças Armadas e assumiu. Pegou o "abacaxi". Foi ele quem colocou o trem nos trilhos novamente, resolveu uma série de situações catastróficas que existiam no País, regularizou a economia e proporcionou uma esperança muito grande para nós brasileiros.

Houve relutância do próprio Presidente Castello Branco em responsabilizar-se por tudo. Jamais concordei com ele, nesse particular, e até disse para o meu círculo de amigos: "É preciso que se assuma tudo, que se façam os reparos e se entregue o Poder, em dez anos no máximo!" Mas não foi isso o que aconteceu, a Revolução foi ficando, foi ficando até estiolar-se de uma maneira tal, à custa, à revelia dos revolucionários da primeira hora. Os próprios militares já estavam loucos para que o próximo Presidente fosse civil.

O que se teve foi uma solução parcial. Permaneceram várias pessoas que conviviam com o *status quo* de Goulart e até integrava-lhe o Governo. Fingiam-se amigos, mas faziam coisas para minar totalmente a administração revolucionária, para deteriorar o que a Revolução estava querendo realizar. A maioria da Nação tinha esperança de que a mentalidade fosse mudada, a conduta e gestão da coisa pública fosse aperfeiçoada. Isso é notório, todos querem isso. Atualmente, quem pegou essa bandeira foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, essa conduta sempre foi apanágio das Forças Armadas.

Deixo bem claro aqui que, hoje em dia, maldosamente procuram caracterizar os militares como aproveitadores, privilegiados, protegidos ou coisa que o valha. Fazem alusão ao que existia no tempo dos romanos – os militares ganhavam sal, como salário, e se locupletavam do que conseguiam saquear dos outros povos, quando atacavam e conquistavam novas terras. No século que terminou há pouco, esta mentalidade transformou-se totalmente. As Forças Armadas passaram a ser formadas dentro de padrões morais absolutos: ética, lealdade, honestidade pessoal, respeito, correção de atitudes e, principalmente, zelo pelas

coisas do País. Mas a mídia quer descaracterizar essas qualidades dos militares, insistindo em mostrar um ou outro caso isolado, de algum excesso, de algum elemento desviado.

É preciso entender que as Forças Armadas se constituem em uma fatia da sociedade brasileira. No entanto, a parte podre é cortada como corpo estranho, logo no início, na rigorosa seleção para ingresso e, mais tarde, durante a formação. Os que não se adaptam e divergem da correção de atitudes compatível com o desempenho da função militar saem da carreira. Não são merecedores da confiança que a Nação e o cidadão depositam no seu Exército.

Sempre é possível que passe um ou outro neste crivo, porque numa coletividade sempre há o excepcional, o bom, o regular, e alguns inadaptados. Estes, conscientes de que estão destoando de um conjunto harmonioso e responsável, logo se afastam. O Exército é absolutamente democrata, está aberto aos brasileiros, sem restrição de cor, de profissão, de religião, de coisa alguma, absolutamente imune aos preconceitos.

No País que emergiu da Revolução de 31 de Março de 1964, sempre houve esperança de honestidade, de oportunidades de trabalho e de progresso social, não resta dúvida nenhuma. Recordo-me perfeitamente de que no Governo Médici, a área de Relações Públicas não servia para fazer propaganda de "A", "B" ou "C". Destinava-se a exaltações dos valores morais, do trabalho, da produtividade. Recordo-me de que apareciam umas vinhetas de um indivíduo na lavoura, outro construindo um automóvel, outro desempenhando qualquer atividade, um profissional liberal, enfim, um imenso leque de trabalhadores. E aí vinha a pergunta: "Estes estão construindo o País! E você?"

Isso era um estímulo para que o indivíduo participasse do desenvolvimento do País, mas tudo foi esquecido e deteriorado depois.

Há tanta coisa para contar... A punição dos corruptos e dos subversivos...

A origem dessa punição foram os inquéritos a que o senhor se referiu, nos vários órgãos, para denunciar os corruptos e subversivos, para fazer a limpeza desses organismos.

A bem da verdade, esses inquéritos incidiram mais sobre a corrupção, pois os subversivos estiveram sujeitos a um outro tipo de conduta, uma central própria para isso, uma central de investigações com essa finalidade.

Podem até dizer que não se apresentaram provas, mas a corrupção ficou nitidamente caracterizada. Você já viu apresentarem provas na Justiça!? Até hoje estão mencionando que o "Lalau" não é tão "lalau" assim. Não é possível uma coisa destas! A corrupção, na ocasião, ficou caracterizada nos inquéritos realizados. Por

exemplo, na construção de Brasília a "caixinha" funcionou direto, tranqüilamente e muito, muito se roubou naquele negócio.

Mas o fato é que a vida do País tinha que prosseguir, pois não era possível punir todo mundo, afinal de contas, faltaria carcereiro. Assim, os mais graúdos e os "políticos pesadões", responsáveis por uma série de coisas ruins foram afastados. Simplesmente cassaram-lhes os mandatos e os direitos políticos; achavam que era uma punição suficiente e ficou nisso.

Outra aspiração da Revolução foi a competência administrativa e realmente aconteceu uma reformulação muito grande, uma reforma administrativa de peso que modernizou inúmeros comportamentos e, percebe-se a estultícia, houve época em que alegavam, lembro-me disso perfeitamente, que nossas obras eram faraônicas, como a de Itaipu. Meu Deus, se Itaipu não tivesse sido construída, não estaríamos aqui sob estas luzes. Não era obra faraônica coisa alguma! Era até pequena para atender as necessidades do Brasil, mas "metiam o pau" dizendo que era obra desnecessária.

Toda a infra-estrutura pesada do Brasil no campo da energia, das comunicações, dos transportes, foi criada nos governos revolucionários. Depois só fizeram manutenção e, em alguns casos, deixaram deteriorar-se de tal forma que acabaram entregando serviço e acervo para os estrangeiros, como é o caso das comunicações.

É o caso da Rodovia Transamazônica, que foi implantada, não foi conservada e quase se anulam seus benefícios.

Apesar disso, a rodovia serviu perfeitamente para a fixação de diversos núcleos populacionais. É bem verdade que naquela época em que foi feita, não trouxe resultado econômico palpável e imediato. Mas o objetivo era estratégico, não perceberam e por isso não cuidaram da manutenção, deixaram que se estragasse, talvez até propositadamente, com intenções não muito claras, quem sabe até para atender postulações vindas do estrangeiro.

O mais grave erro da Revolução, no meu modo de ver, foi o abandono da juventude. Falhamos porque não assumimos diretamente. Entregamos para o civil que já estava acostumado com os procedimentos viciados anteriores. Apenas não usufruíram deles em respeito aos atos institucionais; afastaram-se temporariamente, durante a vigência dos mesmos, porque tinham medo. No momento que acabou, imediatamente desandou a corrupção e a infestação ideológica de uma maneira geral e desenfreada.

O abandono da juventude, particularmente a universitária, ofereceu aos subversivos a oportunidade de impor a sua versão da História, já que no professorado a semente marxista estava muito bem plantada. A maior parte dos professores só divulgava e ensinava os dogmas marxistas.

Pela Revolução foram criadas as cadeiras de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), consideradas necessárias e suficientes para o ensino dos princípios democráticos e valores nacionais. Mas ministravam essas aulas, o professor que estivesse marginalizado pelos demais por ser a favor da Revolução ou pelo próprio professor subversivo que ensinava a versão que desejava, deturpando tudo e plantando a semente de marxismo na juventude.

Constatei, quando trabalhei no meio civil. Perguntei a minha secretária:

– Minha filha, isso que você aprendeu foi ensinado na Universidade, na Faculdade, no Colégio?

Ela respondeu-me afirmativamente e quando disse como realmente aconteceu, admirada, explicou:

– Puxa, eu não sabia! Essa versão jamais ouvi falar. Disseram-me que era assim, assim e assim.

– É isso que você está sentindo em mim? – perguntei –. A minha atitude é compatível com aquilo que ensinaram a você? Estou lhe ensinando, simplesmente, a ética, a moral, os bons costumes, o patriotismo e nada mais.

Abandonamos, de certa forma, os estudantes. Não interviemos diretamente.

Outra atitude tomada a partir de 1968, quando houve um movimento organizado de reação dos estudantes, dos jovens, foi a introdução dos créditos durante o curso. Deixou de haver o curso seriado, no qual a turma permanecia reunida até a diplomação. Com aulas de uma matéria aqui e outra lá, as turmas não eram as mesmas em cada aula, e não havia condição para muita bagunça, evitava a movimentação dos estudantes. Isso ocasionou um problema muito sério. As turmas de formação, em qualquer universidade, servem de freio ético e moral para os próprios integrantes, porque no momento em que qualquer um deles faz algo completamente errado, os companheiros que se formaram com ele são os primeiros a ponderar:

– Rapaz, espera aí, não faça isso, você está estragando o nome da nossa turma!

Então, com os créditos, esse sentido de turma acabou. Pode até ser um sistema moderno, mas não foi adequado; cometemos mais essa falha.

A Revolução pecou muito em três setores fundamentais para a formação da opinião pública e da juventude: a Educação, a Comunicação Social e a Justiça. Esses três setores, hoje, são quase que totalmente infiltrados por elementos que não se importam, a fim de contribuir para o destino grandioso do Brasil.

Admito até que se encontre neles bastante gente apenas mal-informada. Pessoas sinceras, que trilham o caminho errado, equivocado e que lhes foi ensinado.

Um caminho que não conduziu nenhum povo do mundo à felicidade. A União Soviética sofreu quase um século de falta de liberdade, foram assassinados mais de

60 milhões de seus concidadãos, sobretudo no período stalinista, e resultou numa miséria total, moral e material, e degradação do meio ambiente. Nada de bom surgiu ali com o comunismo.

Não há exemplo de nenhum lugar do mundo em que, implantado o comunismo, tenha dado certo. Outra falha da Revolução de 1964 que me pareceu muito forte foi a falta de diálogo com os adversários e simpatizantes. Admito que tenho argumentos suficientes para conversar com um comunista; se não posso convencê-lo, planto a semente e ele não me doutrina porque já tenho arraigados os meus princípios. Penso que afastar do convívio só faz com que eles se fortaleçam e não tenham pejo em atirar pedras, mas se conviverem comigo, primeiro não vão me atirar pedras e segundo, planto alguma coisa para ele pensar. Vou semear as minhas idéias para que ele comece a comparar.

Na época em que comandei, adotei tal procedimento. Chamei o pessoal que era do contra, para almoçar e conversar comigo. Nunca fizeram nada contra mim e convivíamos perfeitamente em São João Del Rei, em que pese a ocorrência de problemas em anos anteriores. Houve o caso, numa Parada de 7 de Setembro, que um dos colégios desfilou exibindo faixas sobre torturas e não sei o que mais; quase custou o comando do meu antecessor. Decidi evitar que acontecesse isso e tomei a iniciativa de conversar com eles.

Ofereci as instalações do quartel para que realizassem as competições esportivas, consegui conferencistas para as atividades da faculdade, pois não tinham professores suficientes, ofereci alguns estágios etc. Os elementos que não aproveitaram os meus oferecimentos foram derrotados nas eleições universitárias. Havia um muito difícil, bem radical, que era filho de duas pessoas queridíssimas na Universidade. Não poderia perder esse cidadão, pelo contrário, tentei aproximação, mas ele acabou por mudar-se da cidade, pois reconheceu que ali não tinha mais campo para ele.

Aponto mais um exemplo aqui em São Paulo, em 1973, quando estava estagiando e o Comandante do II Exército era o General Humberto Sousa e Mello; não sei se ele era evangélico, batista, era de uma corrente destas. Pois bem, na ocasião, Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, ainda não estava totalmente envolvido com a esquerda, embora andasse freqüentando ambiente desse segmento ideológico. O General o alijou definitivamente, pelo fato de ter outras idéias. Passou a ser um indivíduo totalmente voltado para as atividades de esquerda.

E até hoje é um inimigo radical da Revolução e das Forças Armadas do Brasil.

No meu modo de ver, se tivesse continuado freqüentando o nosso meio, teríamos condições de evitar que se bandeasse para o outro lado. Primeiro, influiríamos em seus assuntos e, de repente, atenderíamos alguns anseios dele. Perceberia que não

queríamos guerra e sim construir este País com retidão. Entretanto, só encontrou apoio e identidade de pensamento no outro lado. Aí, aquilo que poderia fazer de bom junto a nós, passou a fazer de ruim, porque os outros o orientavam nesse sentido.

Perdemos duplamente.

Exatamente, e no meu modo de ver não deveria existir esse radicalismo, poderia ter havido um pouco mais de diálogo.

A reação à Revolução de 1964 ocorreu a partir de 1968. Perdemos a oportunidade de desativar esta bomba que foi estourar quatro anos depois. Os métodos que os terroristas trouxeram lá de fora mostraram-se terríveis. É sabido que quem menos quer uma guerra é o militar, porque sabe o que é uma guerra, com todo o sofrimento que dela decorre. Quando é detonada, falharam a diplomacia e o poder civil, gerando a necessidade de um conflito armado para solução do antagonismo. Porém, uma guerra normalmente não resolve, cria seqüelas e mais problemas, mesmo para o lado vitorioso.

No nosso caso, combate ao terrorismo e à guerrilha, capítulo cruento de uma luta armada desencadeada pela subversão, acusam-nos da prática de tortura que excepcionalmente terá decorrido de algumas deformações pessoais, casos de exceção, em meio a verdadeiras operações de guerra, sem alternativa. Explicam-na métodos policiais arraigados, em ambiente de pressão. Hoje, olhando do lado de fora, dizem: "Foi um absurdo, um crime contra a Humanidade."

Um crime contra a Humanidade é você tentar jogar a Nação num conflito revolucionário comunista.

Como eles estavam fazendo.

Porque, sem dúvida, tentaram subordinar o nosso País à esquerda internacionalista. Usamos as armas que existiam na ocasião. O Exército foi absolutamente surpreendido com este tipo de guerra. Ainda estávamos no tempo de "capa e espada", intimando-se o inimigo para que capitule. E o inimigo após haver capitulado, recebe o tratamento de prisioneiro de guerra: se identifica, respeitam-se, conforme as convenções, os direitos de quem é vencido. Não é esta guerra bárbara que se instituiu aqui e que não partiu de nós, apenas defendemos a Nação, tivemos que proteger a Nação.

Conforme nosso juramento de defender a Pátria.

Agora, podem dizer: está falando assim, porque nunca recebeu missão nesse tipo de guerra. Graças a Deus! Mas, se tivesse ocorrido, eventualmente teria usado os mesmos expedientes, apesar de ser católico apostólico romano praticante e detestar violência, ser amigo do diálogo, porque não me dariam outra alternativa. Não é justo jogar pedras no companheiro, acusando-o de agressões e maltratos, muitas vezes indevidamente. Qualquer tipo de guerra é uma coisa terrível, e depois que começa não tem mais limites para a violência. Mas nós não começamos a guerra.

Sem contar que foram os guerrilheiros, os subversivos que começaram a usar os métodos do terrorismo: seqüestrar, matar, "justiçar" como chamam.

Tenho um exemplar da cartilha do Marighela, "O Guerrilheiro Urbano", pela qual se constata quão "bonzinho" seria esse cidadão. Ela serviu de base para operações que até hoje são desenvolvidas pelos grupos terroristas de todo o mundo: O ETA, na Espanha; o IRA, na Irlanda; as Brigadas Baden Baden, na Alemanha; as Brigadas Vermelhas, na Itália. Esses grupos usam os mesmos métodos, inspirados na cartilha do guerrilheiro urbano do Marighela. No entanto, estão querendo erguer um mausoléu para este indivíduo, como se fosse o mais "bonzinho" de todos os mortais. Basta ler a cartilha para saber da violência que ele preconizava.

Ali se vê, por exemplo, uma artimanha que jogou a opinião pública contra as Forças de Segurança. Tratava-se de uma norma para ser empregada no caso de um terrorista ser preso. Deveria resistir ao interrogatório por 24 horas, não contar nada, porque senão prendiam os outros sequazes, mas, depois de 24 horas, podia "soltar o verbo", com a obrigação de denunciar inocentes, para que a repressão iludida fosse atrás desses inocentes. A repressão iria em cima dos denunciados, na certeza de que também fossem subversivos. Por outro lado, no início, muitas vezes foram cheios de atenções procurar estes criminosos, e foram recebidos à bala. Muitos companheiros morreram porque confiaram e foram assassinados.

Assim, possuindo-se uma informação de que certa pessoa fazia parte do movimento terrorista, já se chegava com pontapé na porta, etc. e tal. No fim, às vezes, chegava-se à conclusão de que a pessoa não tinha nada a ver com isso. Como uma pessoa, sem culpa, iria aceitar uma violência daquela feita com ela que era inocente? Mas isso era executado propositadamente pelos terroristas, tática própria, totalmente sem ética e sem escrúpulos. Jogavam a opinião pública contra a repressão. Consta da cartilha de Marighela.

Outro ponto. As lideranças civis e militares foram esquecidas, não se criaram líderes. Os civis progrediram na oposição sistemática, persistente, inteligente. Os líderes atuais, que assumiram o Poder, são todos da oposição, maciçamente de esquerda. Muitos líderes civis pró-Revolução que sobreviveram freqüentam a banda corrupta da política nacional. Fica difícil defendê-los. O elemento está simplesmente do seu lado, do ponto de vista político ou organizacional, mas faz parte de um segmento podre da Sociedade.

Parece que a virtude está só do outro lado, de cá, não. Daí o esmagamento dessas lideranças boas da Revolução, impedindo que crescessem. Deveria existir um tipo de preparo, através de cursos de administração pública, em níveis municipal, estadual e federal, alguma coisa assim, com um objetivo superior de seleção política.

Sobre o ciclo dos presidentes militares, tenho o maior respeito pelo General Castello Branco, a despeito de achar que ele cometeu alguns erros, por teimosia. Não quis que ocupássemos o Poder por dez anos e insistiu uma série de coisas. Acabou aceitando apoios que não foram os mais adequados, para poder governar.

O Governo Costa e Silva foi um Governo muito curto, de transição, uma fase em que talvez uma pequena parte do Exército tivesse envolvido o Presidente, digamos assim. Mas, foi por pouco tempo, e aí veio o Médici.

O General Médici, para mim, é o mais injustiçado dos brasileiros. Ele teve uma missão a cumprir, nunca quis ser Presidente, mas impuseram-lhe o cargo. Foi humilde, cumpridor de seu dever, de uma honestidade a toda prova e corajoso. Assumiu o encargo pesado da guerra subversiva, enfrentou-a e saiu vencedor.

Naturalmente, como disse, qualquer conflito deixa profundas seqüelas tanto do lado perdedor quanto do lado vencedor. Faço uma comparação entre a postura da mídia com relação ao Médici e com relação a Tancredo Neves. Tancredo Neves, que conheci em São João Del Rei, quando comandei naquela cidade, era uma pessoa muito boa, com um papo agradável e que não fazia mal a ninguém. Sem dúvida, um político mineiro, passou a vida inteira dando emprego, ajudando seus correligionários, nada mais fez do que isso. No entanto, morreu como se fosse um herói nacional, só que não fez nada de extraordinário pelo País. E o General Médici, que enfrentou a guerra subversiva e deixou o País em uma situação econômica admirável, oitava economia do mundo, Produto Interno Bruto crescendo a 14% ao ano, a mídia insiste em cuspir no túmulo dele. É uma das maiores injustiças do País.

O período revolucionário, no meu modo de ver, deveria ter terminado com o Médici. Não era necessário prosseguir, o Brasil já estava pronto para ser entregue a um líder civil, que poderia ser acompanhado de perto, para cumprir corretamente o esquema da transição; no entanto, a aspiração do General Geisel fez com que assumisse a Presidência com ares de onipresente, onisciente, “onitudo”, permitindo que, à sua retaguarda, sob o guarda-chuva de abertura, se desenvolvessem no Brasil grandes manobras de corrupção política.

E o pior de tudo, não tomou as providências, em tempo hábil, para evitar as conseqüências do choque do petróleo. A alta do preço exigia prontas adaptações como as feitas pelo Japão e Alemanha, mas demoramos muito a reagir, acarretando o crescimento da dívida externa.

Começou a denegrir as Forças Armadas brasileiras, quando puniu injustamente chefes militares do porte do General Ednardo D’Ávila Mello, inexplicável o porquê daquela atitude. Foi um marco e a partir daí todos começaram a atirar

pedra nos militares, até com o aval ou omissão consciente. Poderia até ter, depois dele, passado a Presidência para um civil mas também não o fez, impingiu a candidatura Figueiredo, que no meu modo de ver não estava preparado suficientemente. Acabou-se por se deteriorar a imagem da Revolução como se ele fosse nosso representante. Mas não era mais! Não era o que queríamos e ele, também, não queria, tanto que, no fim de seu período, doente e enfraquecido, pediu que o esquecessem. De tal forma foram os equívocos e descontroles que, ao término do Governo, todos ansiavam por uma mudança. Aos militares só se imputavam aspectos negativos, omitindo-se os inúmeros méritos alcançados.

Tivemos uma Comunicação Social eficiente até o Governo Médici, mas a opinião pública internacional foi sempre orientada pelos nossos adversários contra nós. Não conseguimos uma ação adequada do nosso Itamarati. Privei com alguns companheiros da diplomacia brasileira, quando servi no Paraguai e, pelo menos lá, não constatei nenhum tipo de esforço ou interesse para defender-nos diante da opinião pública internacional.

O Brasil, até por fatalismo geopolítico, será potência. Entretanto, há interesses que pretendem retardar essa evolução o máximo possível. Forjam-se muitas coisas propositadamente, para deter o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Tudo isso faz parte de um movimento internacional; antigamente preponderava o comunismo internacional que hoje está falido; persistem os setores de esquerda remanescentes do comunismo, um todo bem coordenado e atuante. Só que os Estados Unidos convivem com a esquerda porque são muito fortes e possuem dinheiro, dinheiro que compra a esquerda, a direita, o centro, o de trás, o da frente, compra tudo e continuam comprando.

Está difícil encarar o futuro com otimismo, do jeito que a coisa vai. Nossa dívida externa cresceu tremendamente. Nos dois últimos anos, pagamos 200 bilhões de reais de juros da dívida pública. Os juros são estipulados pelo próprio Governo e, por que não baixaram? Para segurar a inflação e, por sua vez, para manter a comida do povo e evitar a revolta, pois já não há segurança, emprego e esperança. Subiu pouco a alimentação, o resto foi afetado pela inflação: serviços, gasolina, impostos, a carga tributária é tremenda. O povo está comendo e se está comendo, menos mal.

A saída do Exército do processo político, como Instituição, foi conduzido pelos dois últimos presidentes militares. O Poder passou às mãos dos adversários num momento inadequado e de maneira desmoralizante para os militares. Chegou-se ao ponto do último Presidente revolucionário não passar a faixa presidencial ao seu sucessor e retirar-se pelos fundos do Palácio.

O "revanchismo" é um processo de asfixia da Instituição Militar e de seus integrantes. Eles têm a sutileza de nos asfixiar, ao mesmo tempo que tentam transmitir à Nação de que estão sendo justos e compreensivos conosco.

Preparei um documento, "Ensaio sobre Previdência Militar", no qual levanto tudo o que já paguei para a Pensão Militar. Se esse dinheiro tivesse sido colocado pelo Governo numa poupança ou sido financiado pelos juros das letras do Tesouro Nacional, teria acumulado, hoje, quantidade suficiente de recursos para pagar até meus proventos na inatividade, sem necessidade de nenhum tostão do Governo. Mas este dinheiro que descontamos entra no Tesouro e é usado para pagar outras despesas. No dia em que minha filha for postular a minha pensão, eles classificam de privilégio! O dinheiro que é meu!

Mas isto não é difundido corretamente, enganam o público acusando-nos de privilegiados. Sou privilegiado apenas por ser honesto e cumpridor dos meus deveres e leal com a Pátria, este é o meu privilégio.

Num estudo que realizei chamado "Instrumentos Básicos para a Prevenção da Criminalidade", em abril de 2000, para um simpósio internacional, apresentei uma avaliação da conjuntura. Permito-me lê-la, iniciando pelas generalidades.

Avoluma-se na composição do noticiário nacional as informações sobre a degradação ética e moral da sociedade brasileira, particularmente de suas autoridades municipais, estaduais e federais. Nepotismos, estelionatos, prevaricações, formação de quadrilhas, concussões, tráfico de entorpecentes, e praticamente todos os demais crimes contemplados pelo texto do nosso Código Penal.

Chegou-se ao cúmulo da decretação de greve dos magistrados por vantagens pecuniárias corporativistas, aliás, coercitivamente obtidas com sucesso. Enquanto isso, permanecem nos discursos as ansiadas modificações de vulto tão esperadas para a solução dos problemas de toda ordem, cuja cronicidade angustia cada vez mais a Nação brasileira.

Apesar da melhoria de determinados índices econômicos, – cujos reflexos estão ainda longe de aquinhoar a vida dos cidadãos com alguma elevação de padrão, – como a sugerir a possibilidade da obtenção de algum desenvolvimento sustentado, permanecem os baixos níveis de popularidade do Governo Federal, submetido à contestação de toda a ordem com relação ao rumo adotado para a economia. – Agora já há algumas pessoas que dizem que a economia está melhorando. Meu Deus do céu! Está melhorando depois que chegamos ao fundo do poço, logo qualquer mínimo progresso significa melhorar alguma coisa.

São consideradas insatisfatórias as políticas para Saúde, para a Ciência e Tecnologia e para a Agricultura. Inaceitável a situação da Segurança Pública. Rupturas

políticas tornam-se públicas e os próprios políticos se encarregam de posicionaram-se cada vez mais distantes dos anseios nacionais e torna-se mais patente a perspectiva de os postos de direção serem disputados pelas mesmas figuras contumazes em fazer fenecer as esperanças mais puras do povo brasileiro.

Sobre o suporte sociológico vivido, hoje em dia, pela Nação, que se apresenta de uma forma muito peculiar, cheguei às conclusões seguintes:

Antigamente, o cidadão brasileiro procedia correta e honestamente estimulado por três motivações: A primeira delas; princípios éticos e morais, nos quais acreditava e portanto aceitava; a segunda motivação era a possibilidade de ascensão social, política ou profissional, cuja concretização exigia comportamento ilibado e inconteste; a terceira motivação, para dar certo, era o receio do corretivo legal, da sanção da sociedade exercida pelas autoridades.

Constata-se no cenário nacional de hoje que:

Primeiro, a famigerada "Lei de Gerson" acabou por revogar os princípios éticos e morais até então vigentes. A sociedade, à guisa de atualizar as relações humanas, os destruiu e mostrou-se incapaz de substituí-los por outros princípios de idêntica força, validade, e permanência. Em vigor, apenas o "tudo vale, cada um na sua".

Segundo, a ascensão por mérito, fruto de julgamentos, em princípio, isentos e de oportunidades oriundas da potencialidade do candidato ou, ainda, a resultante do trabalho sério e fecundo, porém árduo e demorado, foi alijada do *modus vivendis* atual pela certeza da obtenção do almejado através de qualquer processo que utilize uma das incontáveis formas de corrupção. – Então, não basta você ser bom para subir, tem que participar de alguma quadrilha ou arranjo espúrio para poder subir.

O pior que é a realidade.

Em pleno vigor está o "é dando que se recebe", principalmente, se for dando o que não é nosso e recebendo o que não nos é devido!

Terceiro, por terem-se tornado inócuas as suas aplicações, as leis passaram a objeto de chacota e o medo da sanção deu lugar ao desafio da contestação constante, acintosa e debochada. – Basta ver no trânsito. O sujeito dirige na contramão, na maior "cara-de-pau" e não está nem ligando; não interessa multa nem nada. Isso acontece nas menores coisas. Aquele que cumpre as leis é ridicularizado e até indiretamente sancionado.

Quarto, o medo de morrer! Existe parcela da população, em quantidade crescente, que nem isso mais tem, em virtude de ter optado pela criminalidade como atividade econômica rotineira que lhe proporciona vida faustosa, embora perigosa, enquanto durar. Movida, costumeiramente, por tóxicos, faz da violência gratuita sua conduta normal. Não hesita em matar sem nenhum remorso. Sabe

que "direitos humanos" existem realmente apenas para a proteção dos criminosos, por isso apela para a sua acolhida, tão logo sinta prenúncios de retaliação por parte da sociedade ofendida. – Ele pode delinqüir, mas se a sociedade o enfrentou, colocando-o no cárcere ou lhe deu um "pé no ouvido", acionam-se os "direitos humanos" do bandido.

Amplia-se a ocorrência de seqüestros, antes demorados, hoje, também, relâmpagos, mas sem abdicação da violência. Vítimas são buscadas nas próprias residências! O crime se aperfeiçoa e, pasmem, até se terceiriza. Os assaltos são diuturnos e onipresentes, não escapam nem as delegacias nem os quartéis.

O restante da população sente-se acuado, sem segurança e, portanto, sem esperança de ver seus direitos respeitados e sua cidadania vigendo sem necessidade de submissão aos achaques da violência e da corrupção. Acredita que a lei é letra morta para a defesa da maioria.

A sociedade reage sem orientação, fazendo proliferar as ações de grupos justiceiros – realizando chacinas; a população, quando não agüenta mais, contrata grupos justiceiros para dizimar um magote de bandidos – ou então, por sobrevivência e movida pelos sentimentos de insegurança com relação ao comportamento das autoridades, fecha acordo com os bandidos.

Quanto às Polícias Civil e Militar, aguardam a imaginação criativa de alguém para solucionar a cronicidade de seus problemas e torná-las, novamente, operacionais. As polícias prendem, a Justiça, as ações de resgate ou a corrupção soltam. – O bandido compra o carcereiro ou ocorre uma ação de resgate por parte dos bandidos ou a própria Justiça se omite.

Cadeias são destruídas e a autoridade das autoridades idem. Negocia-se com os criminosos, mas nem sempre com o cidadão. A injustiça sente-se amparada até pelas próprias leis!

As pequenas cidades – que antes eram tranqüilas –, também já foram aquinhoadas com boa dose de crimes e razoável quantidade de criminosos:

– formados pelos "telecursos" diários graciosamente oferecidos pelas TVs;

– aperfeiçoados em atividades intensivas nas delegacias de polícia e nos presídios oficiais;

– reintegrados ao mundo do crime mediante compra direta da liberdade.

Os presos, que não fazem nada, ficam o tempo todo pensando besteira. O preso deveria trabalhar, até para servir de terapia.

É possível citar-se ao menos uma família que não tenha tido nenhum membro submetido a algum tipo de violência? Apelar para quem se os próprios policiais pedem socorro para se defender. – As delegacias de polícia estão fechando à

noite, de medo. Em Moema, uma delegacia foi assaltada e estupraram a delegada. É possível isso? Este é o País em que estamos vivendo.

As autoridades, sendo parte da sociedade, também perderam o senso da ética e da moral, apesar da imagem vendida pela mídia ser de pretenso amadurecimento democrático. – Isso é licenciosidade, não estão cumprindo com a obrigação de dar segurança à população. Autoritarismo sem arroubos de autoridade, isentos da ameaça do "prendo e arrebento", mas contundente na imposição da vontade, mesmo que rejeitada pela opinião pública, e na neutralização de qualquer reação, ainda que seja apenas de opinião.

Grande parte das autoridades de hoje são os contestadores de ontem que, hoje, não admitem contestações. O exercício do Poder parece estiolar a capacidade de aplicação dos juízos de valores consentâneos com aqueles desusados princípios éticos e morais do passado, fato que decorre da anestesia utilizada pelo jogo político das pressões e das compensações. – O que se vê é o político cobrar algo em troca, quando o Presidente precisa de voto nas casas do Congresso, nas Assembléias, nas Câmaras.

É verdade, é o velho "dando que se recebe".

Proliferaram-se as denúncias de ações criminosas perpetradas pelos representantes dos três Poderes. A sociedade vive perigoso equilíbrio instável dentro da desonestidade. De um lado, efetivo crescente de membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e, do outro, parcela também crescente da sociedade tida como sendo composta por pessoas decentes e honestas, cuja participação espontânea ou coagida em algum ato ilícito, serve de capa protetora para evitar as denúncias e assegurar a impunidade.

O "custo desonestidade", muito pior do que o "custo Brasil", está inviabilizando o funcionamento político, econômico e social do País, tornando-o extremamente débil e vulnerável para enfrentar os óbices da globalização.

Segue-se uma análise dos aspectos políticos, econômicos e psicossociais do cenário vivido pela Nação. Vou ler a análise que fiz sobre as Forças Armadas brasileiras.

A maioria de seus integrantes estão incluídos na classe média baixa, parcela da sociedade que mais sofre com as pressões inflacionárias das oscilações de mercado, que é submetida ao maior impacto de qualquer mudança de rumo econômico, seja pelo achatamento salarial, seja por perda direta ou indireta do poder de compra, fatos decorrentes da absoluta ausência de elasticidade de conduta que caracteriza esse segmento nacional.

Dedicação exclusiva e princípios éticos dogmáticos, amparados por rígido regulamento disciplinar, fazem do militar um sofredor resignado, mercê, ainda,

da formação patriótica que o convence a não exigir direito isonômico, para não tumultuar a vida da Nação.

Certo isolamento social, motivado pelo exercício de funções em centenas de recantos, com permanência não-longa, e pela própria restrição econômica às atividades sociais dispendiosas, confere ao militar determinado grau de pureza de vivência, uma vez que fica preservado da intimidade com a atual situação sem ética e amoral da sociedade civil.

Democratas por convicção, embora a mídia tente caracterizar o "espírito golpista", e disciplinados por dever, sentem-se confortáveis sob a hierarquia das leis e dos regulamentos e, portanto, cultores do respeito às instituições.

Sofrem descabida e sistemática campanha de tentativa de incompatibilização com o povo brasileiro, como se fossem usufrutuários de supostos privilégios injustificados.

Tais características, de certa forma exploradas pelas autoridades federais para mascarar procedimentos injustos, não conferem ao militar a condição de alienado da conjuntura. Ele se preocupa e se prepara para, caso seja chamado pelo clamor público ou convulsão social, ter condições morais e operacionais de restabelecer a ordem. Nessa oportunidade, costumam aflorar as mais honestas reivindicações de justiça na plenitude de suas variadas expressões. Assim é o militar.

Essa foi parte da análise que fiz naquela oportunidade.

Como disse, assisti e vivi a Revolução de 1964, vitoriosa muito rapidamente, porque o governo anterior, envilecido, escafedeu-se e assumiu o revolucionário.

Coronel Teixeira Pinto, o seu depoimento, tenho certeza, foi muito importante pelos detalhes que explorou, inclusive, sobre o desencadeamento da Revolução em Brasília, episódio até então não abordado. Apreciaria ainda a sua opinião sobre dois aspectos que muito preocupam o militar brasileiro da atualidade.

O primeiro aspecto é a chamada internacionalização da Amazônia, inclusive com a criação de "nações indígenas" em áreas nas quais até o Exército está impedido de instalar os pelotões na fronteira, para a defesa do território brasileiro. Ali só entram os próprios índios e as "missões religiosas" estrangeiras; "religiosas", mas que trazem equipamentos sofisticados para pesquisar a nossa biodiversidade, o subsolo; parece presidir a idéia de que no futuro possam, sobre a égide de países estrangeiros ditos do primeiro mundo, formar nações indígenas, não só no Brasil, também Colômbia, ou Venezuela. Mas o maior prejudicado será o Brasil.

O segundo aspecto decorre de uma certa analogia do Movimento dos Sem Terra com as "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, em 1964. Pelo que se vê na

mídia, não é somente a minha opinião. O MST está acima da lei, não é responsabilizado por nada.

Vamos começar pela internacionalização de parte da Amazônia. Os ianomâmis não cultivam a terra, logo não se fixam. Ocorre que eles estão instalados sobre glebas imensas onde existe a maior província mineral do mundo.

Inclusive nióbio, que é um mineral estratégico.

Exatamente, tem de tudo lá. Como eles são nômades a amplitude da área foi absolutamente compatível com o tamanho da província mineral. Muito conveniente.

É maior que o território de Portugal, para menos de 10 mil índios.

Isto tudo é uma balela; o Governo é conivente com a manobra internacionalista e cede nosso território para o estrangeiro.

Um companheiro nosso da reserva, José Wilson, esteve na Argentina, numa reunião sobre problemas de Defesa Civil, e testemunhou a distribuição, pelo Comando Sul dos Estados Unidos, de um mapa do Brasil sem um pedaço da Amazônia.

Já ouvi falar.

Tenho um exemplar desse mapa, trazido pelo Wilson, para fazer a devida denúncia às autoridades. Sem um pedaço da Amazônia brasileira e venezuelana, possivelmente parte da nação Ianomâmi. Desconfia-se que querem evitar repetir o erro que fizeram na África, quando desrespeitaram as etnias na divisão artificial dos limites dos territórios, acirrando as lutas tribais, até hoje.

A distribuição das terras para os ianomâmis é artificial. A Amazônia, há muito tempo, vem sendo cobiçada por diversos grupos internacionais que já não escondem mais suas intenções. Postulam acintosamente, e o pior é que os Estados Unidos contam com os países europeus para internacionalizar a Amazônia, para preservá-la como uma reserva natural do mundo. Destruíram as deles e agora querem preservar a nossa. Nisso tudo, me choca a atitude do nosso Governo. Olha, acho que a omissão governamental é suficiente até para um *impeachment*.

Estão entregando tudo, cederam as telecomunicações, a energia elétrica, os bancos. Um exemplo rápido: o Banco Bilbao Vizcaia paga 0,6% ao mês de rendimento da poupança e usa este dinheiro para emprestar a 8%. O lucro líquido ao final do ano é enviado para a matriz, porque a remessa de lucros é permitida no País, para financiar a construção de casas para os espanhóis, no norte da Espanha, a 6% ao ano e mais nada, não tem correção monetária. Ou seja, as casas dos espanhóis estão sendo financiadas com o nosso dinheiro.

Uma sangria do dinheiro dos brasileiros que conseguem poupar!

Por que vendemos bancos para os estrangeiros? Por que não os vendemos para os grupos nacionais? Banco é uma atividade que não precisa de tecnologia

estrangeira; nós mesmos podemos fazer isso. A preservação do Brasil para os brasileiros, é importantíssima e essencial, e não é isso que está acontecendo. Estão entregando este País e cada vez mais.

O segundo ponto que queria destacar é a atuação do MST. Em 1993, trabalhava numa empresa de inteligência e segurança e levantamos os dados, daquele ano, sobre a formação dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eles possuem uma escola em Santa Catarina, patrocinada por recursos internacionais. Não se trata pois de improvisação, não é um movimento de pobres coitados que estão precisando de terra e não têm. Terra neste Brasil não falta! Não falta terra!

Ah!, mas teve gente que ocupou, grilou, roubou. Esse é outro problema. Mas não falta terra; se o indivíduo quiser tem. No entanto, o objetivo deles é fazer a guerra revolucionária campesina, já que a urbana não deu certo, e estão organizados para isso, cada vez mais organizados. Eles até cobram pedágio de pessoas que recebem recursos do governo para o plantio, quer dizer, uma parte já fica para eles.

A produção deles é escoada para aonde? Se quisessem produzir para exportar e ter mais recursos para a balança comercial, tudo bem. Estão recebendo cada vez mais recursos para fazer a subversão e o pior de tudo isso é constatar que há conivência por parte do Governo. Não atino com a estratégia do Governo, porque penso o seguinte: se um movimento desses for vitorioso, os atuais integrantes do Governo não vão sobrar para contar a história. Não vão sobrar, porque revolucionário desse tipo acaba com tudo, manda para *el paredon*. Estão pensando que vão ganhar com isso ou, então, já têm o dinheiro suficiente lá fora, com essas manobras do sistema financeiro, para deixar o País. Nós ficamos com o problema.

Agora peço as suas palavras finais de despedida aos jovens militares que certamente tomarão conhecimento de sua entrevista.

Se este depoimento for visto por um esquerdista desses bem conhecidos, ele irá dizer que sou exagerado. No entanto, falei apenas fundamentado em fatos e atos que existiram e existem no Brasil, não criei nada da minha imaginação. Simplesmente processei os dados que existem, para serem examinados e chegar-se às conclusões mais lógicas. Boa parte do que falei, assisti e presenciei, portanto tenho autoridade para falar sobre o que testemunhei.

Aos jovens militares espero que tenham sucesso.

Acredito que Deus olha pelos brasileiros e há de abrir uma janela para que saiamos desse imbróglio em que estamos metidos, porque pode parecer que navegamos num mar de serenidade, mas não é verdade. Se olharmos com atenção, vivemos à margem de uma convulsão social.

Coronel José Gustavo Petito

Nasceu em Marília-SP, em 30 de maio de 1937.

É Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de dezembro de 1957 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Suas promoções como Oficial superior foram todas por merecimento, sendo a última ao posto de Coronel, em abril de 1984. Possui os seguintes cursos: Especialização em Motomecanização, da Escola de Material Bélico, Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Brasil. E também Altos Estudos e Interarmas, da Escola Superior de Guerra de Paris, na França. É graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Estudos de Problemas Brasileiros.

Serviu como Tenente nas Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), em Gaza – Palestina.

Era Tenente instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Exército por ocasião da eclosão da Revolução de 1964. Foi ainda Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME), Oficial do Gabinete do ministro, Adjunto da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior do Exército e Comandante do 5º Batalhão de Infantaria Leve, de Lorena, São Paulo.

Foi condecorado com a Medalha Militar de Ouro, Medalha de Paz da Organização das Nações Unidas, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont e Medalha do Mérito Militar.

Entrevista realizada pelo Major Cézar Henrique Romão, da 5ª Seção do Comando Militar do Sudeste (CMSE), no dia 24 de outubro de 2000.

É uma satisfação muito grande poder integrar o Projeto História Oral do Exército, cuja finalidade precípua é resgatar a memória da Força Terrestre em grandes momentos, quais sejam, com a Força Expedicionária Brasileira e a Revolução de 31 de Março de 1964, através do testemunho de personalidades que participaram desses dois magnos eventos. Sabemos que, infelizmente, maus brasileiros tentam reescrever a história da atuação de nossas Forças Armadas, sem respeitar a verdade dos fatos e a dignidade dos homens que defenderam a liberdade e a integridade do Brasil naqueles graves acontecimentos da vida de nosso País.

Ambos os projetos visam a acolher os depoimentos daqueles que vivenciaram esses dois marcantes episódios, nos quais o Exército Brasileiro teve participação importantíssima. Dentro dessa idéia, aqui estou para falar um pouco sobre a Revolução Democrática de 1964, (ou Contra-Revolução, como a definiram alguns), seus antecedentes, seu desencadeamento, a escalada do Movimento, os presidentes militares e finalmente o desengajamento do Exército Brasileiro do processo político nacional.

Sobre os antecedentes da Revolução Democrática, poderíamos começar lembrando que a chamada Guerra Revolucionária foi um processo pelo qual a ideologia comunista pretendeu ou ainda pretende, remotamente, o domínio do mundo, por intermédio de ações combinadas de natureza psicológica e de natureza bélica. A Guerra Revolucionária aproveitou e misturou idéias e posições de muitos filósofos e estadistas esquerdistas de nosso século, tais como Marx, Lênin, Stálin, Mao Tsé-tung, num caldeirão de idéias onde prevalecia o ateísmo e a predominância do Estado sobre o cidadão. Chegaram a dominar quase meio mundo e, como não poderia deixar de ser, tentaram estender os seus tentáculos à nossa terra, nosso Brasil, cuja gente cristã é tão amante da liberdade, da dignidade pessoal e respeito ao semelhante.

Assim sendo, o Exército Brasileiro, como guardião fiel de nosso País há mais de quatro séculos, antevendo o problema, colocou como matéria de ensino obrigatório nas décadas de 1960 e também depois, em 1970, a chamada guerra revolucionária, onde se estudavam as técnicas utilizadas por um inimigo solerte e traiçoeiro, a fim de tentar impor, por intermédio de suas pregações, a submissão dos brasileiros. Isso foi muito importante, para que os militares brasileiros ficassem cientes desse tipo de guerra, diferente da guerra convencional com a qual estavam acostumados a lidar, com base, especialmente, na Segunda Guerra Mundial.

A guerra revolucionária visava, como objetivo maior, à conquista global e total da Terra. Global, porque a idéia maior era que o mundo inteiro se tornasse um mundo comunista, com um governo central, a partir da União das Repúblicas So-

cialistas Soviéticas, apoiando-se em governos locais, igualmente comunistas. Então seria global o objetivo e total porque visava à conquista da mente de cada cidadão, em cada território, em cada cidade, utilizando todos os meios possíveis e imagináveis, usando e abusando da imprensa, da propaganda, da agitação, das distorções dos fatos e das mentiras, num desprezo total por qualquer escrúpulo ou ética.

Na verdade, os militares, tendo estudado isso nas escolas de formação de oficiais e de sargentos, na década de 1960, já se preparavam contra esse solerte inimigo, que não se apresentava assim abertamente como adversário. Manifestava-se como uma doença insidiosa que vai dominando o corpo e quando se percebe, não tem mais cura. Mas estávamos prevenidos, porque nossos chefes tiveram essa visualização e colocaram o assunto como matéria obrigatória e, muito bem ensinado, fazia até parte do currículo de admissão para a Escola de Estado-Maior do Exército.

Sim, mas o assunto ainda está inserido na matéria História, não existe uma matéria específica de guerra revolucionária. Os temas estudados pertencem a um plano de matérias inseridas na matéria História.

E esse assunto, na década de 1960, foi fundamental, pois contribuiu para a coesão e uniformidade na reação das Forças Armadas, principalmente do Exército, por ocasião da Revolução de 1964.

Mas voltando ao início da década de 1960, a situação do Brasil era de desordem e caos, o quadro nacional estava muito ruim. Tinha ocorrido a renúncia do Presidente Jânio Quadros, uma grande decepção para a Nação brasileira, e a conseqüente ascensão à chefia do Governo pelo senhor João Goulart, também chamado de Jango, o que, ao invés de melhorar, piorou muito o País que continuou assolado por greves, desordens, desrespeito às autoridades, inversão de valores, corrupção e problemas muito graves que estavam inviabilizando o Brasil; mas tudo isso dentro de um contexto, como objetivo da guerra revolucionária. Porque a meta era provocar o caos para em seguida fazer a revolução socialista no Brasil e assumir completamente o Governo e o Poder.

Eles já tinham quase o Governo, não o Poder. Porque o Poder é a soma de todas as forças de um país, incluindo suas Forças Armadas, cujo controle não detinham, ainda. O senhor João Goulart era também um agente ou um aliado compassivo dessa situação de descalabro do País.

Lembro-me muito bem dessa ocasião, em 1962, como aluno do curso de Motomecanização do Exército, na Escola de Material Bélico, em Deodoro, no Rio de Janeiro. A nossa tão querida cidade maravilhosa, orgulho do Brasil, admirada no mundo, até hoje e sempre, vivia uma situação caótica, de greves e passeatas

todo o tempo, tudo incentivado pelo Governo. Naquele tempo, quase quarenta anos atrás, poucos dispunham de veículo próprio, já que mal estava começando a indústria automobilística brasileira. Éramos totalmente dependentes do transporte coletivo e, ainda hoje, a maior parte da população também é; assim sendo, a atuação do CGT, então Comando Geral dos Trabalhadores, provocando as greves, fazia-se sentir agudamente, sobretudo nesse aspecto.

Paravam o transporte no Rio e ninguém conseguia deslocar-se para o trabalho, ou se interrompiam durante o dia, prejudicavam o regresso para o lar, e isso se repetia continuamente, toda a semana. Entre outras, greves nos hospitais, houve até greve de coveiros, impedindo que pessoas enterrassem seus mortos, então a situação era de desordem incontrolada. E falei do Rio de Janeiro como um exemplo expressivo, mas era assim no Brasil todo, sobretudo nas grandes cidades.

Aí o que houve?

Começou a subir um clamor público contra isso e esse clamor originou inúmeras manifestações, dentre as quais a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade que, só aqui em São Paulo, reuniu espontaneamente mais de um milhão de pessoas que marcharam pedindo ordem, sossego, dignidade para viver e para trabalhar, coisa que no Governo de João Goulart não estava ocorrendo.

Lembramos neste momento uma coisa muito importante: a responsabilidade das Forças Armadas para com a História, para com a Nação. Se isso já é tradicional no mundo todo, as Forças Armadas, um Exército, uma Marinha, uma Aeronáutica – elas existem para defender o País; aqui no Brasil, com mais razão ainda, essa premissa é válida, porque a Nação brasileira nasceu nos quartéis, emulou-se nas atuações heróicas dos militares que combateram os holandeses em Guararapes, que nos defenderam das incursões inimigas em nosso território, ao longo do tempo, e sempre pelejaram incansavelmente para manter a unidade do País.

Com Caxias, o grande pacificador (pensem como a América espanhola se fragmentou em muitos países), a América portuguesa originou um país só, o Brasil, mantido íntegro, desde então, pela ação do Exército Brasileiro e da Marinha, rechaçando invasões, como a do Paraguai. As Forças Armadas do Brasil, o Exército particularmente, sempre estiveram afinadas com o pensamento do povo, não com o das elites, mas do povo, um todo fiel à Nação brasileira. Isso foi também fundamental para a decisão dos chefes militares daquela época, ao aderirem ao Movimento de 1964 opondo-se à revolução comunista que, como já disse, estava em curso, faltando muito pouco para desferirem o bote final.

Nesse momento é interessante lembrar o que falei antes: o estudo e o acompanhamento das investidas da guerra revolucionária em todo o mundo serviu para

alertar os militares contra o que estava acontecendo e, quando precisou dar um basta no calamitoso estado de coisas, havia unidade de doutrina e de pensamento e, mais ainda, havia, como há hoje também, uma união muito fraterna entre oficiais e praças, sargentos, cabos e soldados, de modo amplo e geral. Somos todos coesos, perante à Bandeira, ao compromisso de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida. Além dessa união fundamental cultiva-se a camaradagem, uma sinergia muito saudável.

Esse amálgama bastante forte entre oficiais e praças recebeu substancial reforço de nossos pracinhas, na Segunda Guerra Mundial; antes desse formidando conflito existia um distanciamento entre oficiais e praças. Caso ainda persistisse, teria comprometido um movimento como a Revolução de 1964.

Essa avaliação foi malfeita pelos inimigos pois achavam que estimulando os sargentos a desrespeitarem o oficial, o cabo a indisciplinar-se com os sargentos, e assim por diante, fracionariam sub-repticiamente as Forças Armadas que se tornariam inoperantes. Mas, muito pelo contrário, mexeram no que há de mais sagrado para os militares, a disciplina e a hierarquia, segundo os princípios democráticos, como praticadas hoje, ontem e sempre, graças também aos exemplos de nossos companheiros febianos, nossos heróis que trouxeram suas experiências da Segunda Guerra, em contato com os exércitos aliados na Europa.

Dessa forma, quando a Nação em peso pediu que se desse um fim àquela situação caótica, desencadeou-se a Revolução de 31 de Março de 1964. Nas Forças Armadas foi pronta a reação. No Exército, que acompanhei de perto e melhor, houve muito pouca dissensão, muito pouca defecção, ou seja, poucos ficaram contra o Movimento.

Alguns oficiais e praças posicionaram-se contrários à Revolução, pouquíssimos, diria que não chegou nem a 2%, mas houve. Entretanto, os comandantes de Unidade que foram contra a derrubada de João Goulart, para a implantação de um novo governo democrático no Brasil, foram alijados de seus comandos e exonerados, porque não comungavam com o pensamento da maioria da Nação brasileira, muito menos com o dos demais companheiros do Exército.

Lembro-me, entretanto, de um fato marcante como participação pessoal no desencadeamento da Revolução. Era 1º-tenente e servia na guarnição de Campinas, recém-saído do Primeiro Batalhão de Carros de Combate Leves (1º BCCL); encontrava-me na Escola Preparatória de Campinas, atual Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Havia mais dois quartéis em Campinas, além da Escola Preparatória, o já citado BCCL e o 5º GCan 90 AAe, de Artilharia – hoje Batalhão de Infantaria Blindado (BIB) e Batalhão Logístico (Blog).

O BCCL e a Escola Preparatória aderiram de pronto à Revolução. Lembro-me e presto aqui a minha reverência e minha homenagem ao Coronel Comandante da Escola Preparatória, Coronel de Artilharia Paulo Carneiro Thomas Alves, o qual como patriota e anticomunista que era, aderiu de imediato quando soube que as tropas de Minas Gerais, comandadas pelos generais Guedes e Mourão, se dirigiam para o Rio de Janeiro, o centro político do País na ocasião.

Ele reuniu seus comandados, disse o que pensava e todos concordaram, inclusive o comandante do BCCL. Até certo ponto, o Coronel Paulo pressionou o então comandante do II Exército de São Paulo a também aderir à Revolução, informando que a guarnição de Campinas já estava toda com o Movimento revolucionário.

Infelizmente, o 5º GCan enfrentou problemas mais sérios, não que o Comando não aderisse à Revolução, mas sentiu-se, até certo ponto, tibieza e falta de liderança. Cerca de três oficiais e meia dúzia de sargentos posicionaram-se completamente do outro lado.

O GCan, cuja missão principal era a defesa antiaérea, reunia oficiais e praças muito técnicos e de muito boa capacidade intelectual, pela própria natureza da missão antiaérea. Deixaram-se seduzir pelo "canto da sereia" da pregação comunista. Como comentei antes, os comunistas, através da guerra revolucionária total, usavam todos os meios para seduzir as pessoas, cooptando-as a seu favor, e é claro, queriam as organizações militares, igualmente. Felizmente aqueles militares do GCan eram poucos e não tiveram como reagir.

O BCCL já tinha se deslocado para o Vale do Paraíba, pois havia a expectativa de que a tropa do Rio pudesse colocar-se contra a Revolução. Por isso, as tropas de Minas e de São Paulo tinham que cercar os contingentes do Rio até que aderissem, como realmente veio a acontecer, porque o pessoal do Rio também estava a favor da Revolução. Entende-se que, no início, tivesse havido alguma confusão ou incerteza.

Então, com o BCCL todo fora do quartel, a Escola Preparatória possuía um núcleo razoável de oficiais, mas nenhuma tropa de combate. Restava o GCan e naquela noite, de dois para três de abril, ou seja, a Revolução ainda se consolidando, um grupo de oficiais da Escola Preparatória recebeu a missão de dar um golpe de mão, de madrugada, no GCan, para prender os oficiais e sargentos que se declararam contrários à Revolução. Eles tinham planos para dominar a guarnição de Campinas, tomar o Aeroporto de Viracopos e fazer desembarcar o Presidente deposto, João Goulart, para, a partir dali, tentar desde logo a retomada do Poder. Cumprimos a missão durante a madrugada; confesso ter sido uma missão espinhosa, chegar com a arma engatilhada, pronta para disparar e apontá-la para compa-

nheiros de farda, mas com postura ideológica e rebeldia inaceitáveis. Mas a missão tinha que ser cumprida, felizmente não houve reação e não ocorreu qualquer baixa; não precisamos atirar em ninguém. Episódio como esse também se repetiu em menores ou maiores proporções, em outros lugares do Brasil.

Bem, assim sendo, a Revolução foi sendo consolidada e aqueles que eram os principais agentes contrários aos seus ideais, isto é, os corruptos e os subversivos, sofreram as conseqüências de seus atos irrefletidos. Os parlamentares iam sendo cassados por Decreto Presidencial, pois a essa altura já tinha sido nomeado Presidente o General Castello Branco. Tanto os corruptos, ladrões das coisas públicas, quanto os subversivos perderam os direitos políticos, tiveram cassados seus mandatos, e foram tornados inelegíveis por uma década.

A população ficou muito feliz com a Revolução, houve uma euforia nacional, surgiu nova esperança no progresso do País, esperança no restabelecimento da dignidade da Nação brasileira.

E assim foi feito, só que com o tempo muita coisa começou a repetir-se, a fraqueza do Legislativo e do Judiciário e a reação dos maus compatriotas obrigaram os governos militares a editarem atos de força, como os Atos Institucionais, em que se suspendiam as garantias dos direitos individuais, a fim de combater a subversão e o terrorismo.

O que foi o terrorismo?

Tendo sido derrotados pelas forças democráticas no dia 31 de março, os elementos que queriam colocar o Brasil na órbita da União Soviética e implantar uma ditadura comunista no Brasil não se conformaram e começaram a apelar para a luta armada, executando atentados terroristas como no Aeroporto de Guararapes, em Recife, em 1967. Foi o início de uma série de mortes de inocentes, militares, civis, transeuntes na rua, pessoas que se encontravam em casas bancárias, foram assaltados e assassinados por grupos terroristas e assim por diante. Por isso, os Atos Institucionais deram aos governos de então instrumentos para combater esses criminosos.

Assim sendo, os grupos terroristas que foram criados para ensangüentar a Nação brasileira e tentar impor os seus métodos e os seus objetivos nefastos pela força e pelo derramamento de sangue de irmãos, passaram, com esses atos covardes, a inquietar, a angustiar a Nação brasileira e, por isso, deveriam ser duramente combatidos. Para tal tipo de luta, destacou-se, inicialmente, a Polícia, mas a Polícia sozinha não tinha condições de derrotar esses elementos, até porque tinham treinamento e experiência de guerra revolucionária comunista adquiridos nos campos de treinamento de Cuba, da Argélia, da Coréia do Norte e da própria

Rússia e, de repente, tornaram-se inimigos muito poderosos e muito fortes para uma Polícia Civil ou mesmo Militar desestruturada para esse tipo de ação.

Tiveram, portanto, o Exército e as demais Forças Armadas que entrar nessa briga e entrar para valer. O nosso Exército sempre esteve em campanha, inclusive na Segunda Guerra Mundial, para ganhar. O Exército Brasileiro é um exército vitorioso e dessa vez também tinha que entrar para vencer o inimigo, nenhum outro objetivo interessava, senão o desmantelamento das organizações guerrilheiras e terroristas que estavam atuando.

Dentre outras medidas foram criados os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações), estruturados com base nas Forças Legais (Forças Singulares e Policiais) que reuniam as informações necessárias ao cumprimento de missões de combate à subversão. A integração das informações de todos esses órgãos foi fundamental para a obtenção do necessário conhecimento, a fim de infligir completa derrota ao terrorismo e às guerrilhas urbana e rural, tanto no campo das informações como no das operações propriamente ditas. Lutas empreendidas contra os desviados da razão e traidores da Pátria que buscaram no comunismo internacionalista o apoio para suas ações criminosas. As Forças Legais deram mais uma vez uma demonstração de capacidade, flexibilidade e criatividade do homem brasileiro.

Hoje se fala muito contra os CODI e os DOI, e a "repressão" da "ditadura militar". Tudo isso dito entre aspas, porque não houve uma ditadura, os órgãos do Judiciário e do Legislativo, institucionalizados pela Revolução, sujeitos às devidas depurações, continuaram funcionando normalmente e com as mesmas atribuições de qualquer democracia, inclusive como no Brasil hoje; talvez naquele tempo fosse até melhor, porque eles tinham receio de cometer ações delituosas, corrupção e outros escândalos; hoje, isentos de pressão e vigilância severa, fazem o que querem e fica tudo por isso mesmo. A integração de forças nos CODI e nos DOI serviu para combater e vencer aqueles males já referidos.

Essa luta insana, evidentemente não foi um combate de cavalheiros; fala-se que a "repressão da ditadura" foi violenta, que houve tortura. Entretanto, nada mais aconteceu do que usar, até certo ponto, os mesmos métodos do inimigo que tinha a iniciativa e já a vinha empregando com virulência; assaltavam, seqüestravam, aterrorizavam torturavam e assassinavam. Para obter a informação em tempo hábil, ao ser um terrorista capturado, realizava-se um interrogatório; sem ter participado, por força de minhas funções normais, compreendo que a execução de um interrogatório, combinado com as investigações, deveria chegar a uma resposta utilizável, em tempo útil. Esse procedimento, hoje, é con-

siderado um "crime muito grande" cometido pelo governo militar. Não foi nada disso, apenas uma resposta à altura e talvez a única em condições de derrotar aquele insidioso inimigo.

Os métodos, falando agora apenas sobre os métodos de um modo geral, o *modus operandi*, ou seja, o modo de proceder das forças integradas de defesa, aqui desenvolvidos, possibilitaram a vitória mais uma vez, com decidida atuação do Exército brasileiro. Foram tão bem desenvolvidos tais métodos que foram imitados pelas nações vizinhas que, por sua vez, também conseguiram derrotar os seus inimigos internos responsáveis pela guerra revolucionária, especialmente no Uruguai e na Argentina.

Muito bem, falemos então do ciclo dos presidentes militares; o primeiro Presidente militar foi o General Humberto de Alencar Castello Branco, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e herói da Revolução de 1964, um grande brasileiro. Foi substituído pelo General Costa e Silva, também um homem corretíssimo, um militar e insigne patriota. Depois, o General Médici, com as mesmas qualidades dos anteriores e certamente um grande estadista; os dois últimos foram os generais Geisel e Figueiredo.

Durante os governos militares ocorreu um progresso em todos os campos do Poder como o Brasil jamais havia experimentado antes. Em matéria de telecomunicações, por exemplo, tudo se deve aos governos militares. O Produto Interno Bruto nos levou da 48ª posição para a oitava posição em termos de economia mundial, progredimos bastante, passamos a produzir muito no tempo dos governos militares, e não havia desemprego. Hoje já somos a 12ª, ou seja, em menos de duas décadas de governos civis, já conseguiram perder 50% da posição que, a duras penas, tinha sido conquistada.

Quando falamos em posição econômica mundial não é apenas para figurar nas estatísticas, mas uma posição econômica muito boa significa que o bolo da riqueza produzido no País é grande e, portanto, dá para repartir para mais gente, brasileiros que podem desfrutar dos bens produzidos. É um mérito dos governos militares, sobretudo no de Médici, que foi o ápice, o apogeu do período militar.

Nunca houve tanto patriotismo, tanto ufanismo, tudo dava certo naquele tempo, se vivia com muita alegria, era grande a auto-estima do povo brasileiro.

Tudo dava certo, o nosso lavrador que até então trabalhava até morrer, para não morrer de fome antes, passou a receber aposentadoria, no tempo do General Médici, ou seja, muitas conquistas no campo social vêm dessa data, tiveram origem nessa ocasião, no ciclo revolucionário. Hoje pouca gente sabe ou

reconhece, mas basta consultar qualquer órgão de imprensa da época; por exemplo a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu, é obra dos governos militares, depois nunca se fez mais nada de tal grandiosidade no País.

A implantação das usinas nucleares para fins de produção de energia elétrica, como as de Angra dos Reis também datam dessa ocasião. A Transamazônica e muitas outras rodovias, idem. Hoje a imprensa questiona, porque a Transamazônica só é transitável em determinada época do ano, fora disso chove e ninguém passa ou passa com dificuldade. É verdade, porque, após desbravada, foi iniciada a construção e não a concluíram. As obras que a tornariam permanente não foram executadas pelos governos que sucederam aos da Revolução, bem como muitas outras coisas que não tenham dado tão certo, também.

Se houve uma falha na Revolução foi o desempenho da comunicação social. Os governos revolucionários, talvez pela própria natureza do comportamento militar, pragmático, cartesiano, evitavam bajulação a políticos e jornalistas. Os governos militares não se preocuparam com a mídia, não promoveram suas realizações, esqueceram a importância da opinião pública, quer nacional, quer internacional; a internacional em virtude dos maus brasileiros que, intelectualmente bem preparados, moviam forte campanha antinacional, sobretudo na Europa, na França, na Itália e na Alemanha.

Eu mesmo, quando estudava em Paris, assisti na televisão a uma entrevista realizada com o Bispo Dom Hélder Câmara que, a fim de atingir o Governo militar, falou muitas inverdades sobre a própria Pátria. Uma delas, afirmou que morriam mais de mil crianças de fome, por mês, no Nordeste. Certamente havia desnutrição, como hoje ainda há, não só no Nordeste como em outros lugares do Brasil, mas morrer mais de mil crianças de fome, por mês ou por dia, era uma deslavada mentira. Não recordo tudo o que falou, não me lembro bem, mas essa entre outras mentiras, com certeza, eu ouvi. Algumas foram proclamadas por pessoas que ocupam hoje altos cargos no cenário nacional e que desmoralizaram o Brasil no exterior. Muitos se perguntam: "E daí, o que eu tenho com isso?"

Acontece que, ficando desmoralizados, sofremos perdas no comércio internacional, quando os produtos brasileiros passaram a ser boicotados, outras vezes taxados arbitrariamente para prejudicar a nossa economia.

Porque deixaram lá fora a impressão de que o Brasil é dominado por uma elite incompetente, gananciosa e portanto não merece qualquer tipo de apoio ou ajuda. No final, quem mais sofre não é a elite, é o povo, a Nação brasileira como um todo. Esses maus brasileiros, repito, alguns dos quais estão hoje ocupando altos cargos públicos, repetidamente iam ao exterior só para falar mal do nosso País.

Isso é a pura verdade. A Revolução pecou porque, por ingenuidade ou descuido, os militares não souberam ou não quiseram montar um esquema de propaganda. Porque se tivessem tido vontade teriam feito um planejamento sério para conquistar a opinião pública, e a própria mídia. Pelo menos evitar que fosse infiltrada pela esquerda ressentida.

Assim sendo, o tempo foi passando e havia necessidade de um desengajamento do Exército Brasileiro, das Forças Armadas, para entregar de novo o Poder aos civis, até porque a participação dos militares na condução do País tinha que ser realmente uma situação temporária. Coube aos dois últimos governos, particularmente ao Governo do General Geisel, dar início à chamada abertura política, a fim de preparar para o retorno à plenitude ou à normalidade democrática, com eleição geral inclusive para Presidente da República, através do sufrágio universal.

Com a Lei da Anistia, os que tinham fugido do Brasil, os que tinham cometido aqui atos de terrorismo começaram a voltar, já não eram mais presos, durante o Governo Figueiredo, último Governo com Presidente militar.

A Presidência teria sido passada para Tancredo Neves; mas gravemente adoentado dias antes de assumir o cargo, por seu falecimento, empossou-se José Sarney.

Será que a dura lição serviu para os políticos que tiveram cassados os seus direitos políticos, em virtude de atos e fatos que os desmereceram, seja pela corrupção seja pela subversão, ou pela oposição mesquinha aos atos revolucionários?

Não, infelizmente não. Uma vez com os militares fora do Governo, e até mesmo antes, recomeçaram os novos desmandos dos maus políticos que voltaram com avidez muito grande a praticar negócios escusos. Não aprenderam a lição, pois os interesses nacionais têm que estar muito acima dos interesses pessoais e esse é um grande mal que hoje aflige a nossa Nação.

Foi proposta e aprovada uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita, pela qual os ativistas de luta armada eram perdoados de suas ações bem como os militares que tinham combatido os guerrilheiros e terroristas, todos seriam isentados de seus eventuais excessos. Só que isso parece não ter sido uma realidade na história recente do Brasil. Os terroristas, sim, foram perdoados, tornaram-se livres de qualquer punição, até mesmo de culpa; mais ainda, foram readmitidos em seus cargos. Muitos foram presenteados com polpudas aposentadorias e outras grandes honrarias, nomes de ruas, nomes de auditórios, indenizações vultosas para as famílias, no caso dos terroristas mortos em combate.

E o outro lado?

E para os militares e civis que combateram os guerrilheiros, terroristas e que também morreram em combate? E representavam o Poder Legal. E vencedores.

Qual seu benefício?

– Nada!

Não bastasse isso, o mundo político está impregnado de um "revanchismo" odioso contra os militares, com integral apoio da mídia, que se reflete nas ações de governo, sempre pronto para desmoralizar os militares e a não conceder no orçamento, muitas vezes, nem as necessidades mínimas para o bom funcionamento das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão constitucional.

Até porque os militares que hoje militam no verde-oliva do Exército, no azul barateia da Aeronáutica, ou na alva farda da Marinha, maiormente não são os mesmos que combateram os inimigos da subversão de décadas atrás; parece que há diversos políticos com muito ódio no coração, que desvirtuam a anistia e fazem de tudo para prejudicar o desempenho profissional dos membros das Forças Armadas e a preparação adequada, para que cumpram o seu papel histórico e constitucional. Assim sendo, a anistia não foi recíproca. Os militares a deram democraticamente, os políticos arraigados à ideologia exótica e destrutiva não o fizeram. Guardam ódio e rancor e sempre que possível prejudicam os militares em qualquer circunstância.

O momento político atual é bastante sensível e grave. O chamado Movimento dos Sem Terra (MST), por exemplo, há muito deixou de ser uma manifestação justa, em prol do trabalhador, lavrador que moureja no campo, que queira dedicar-se ao amanho da terra, que receba a gleba para produzir para si, para sua família e o excedente para destinar àqueles que trabalham na cidade. Esse movimento deixou de ter um objetivo puro, por uma reforma agrária justa, para se transformar em uma ponta-de-lança de um propósito duvidoso, apenas político e indisfarçável de tumultuar o ambiente rural no País. O MST de hoje reproduz as "Ligas Camponesas" de 1964 que tinham a mesma finalidade, sob a capa ou disfarce da reforma agrária, mas visam sim a levar a convulsão ao campo e à cidade, para finalmente tomar o Poder. O MST de hoje é simpatizante das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) que já dominam dois terços do país vizinho, através do narcoterrorismo e que inviabilizaram a Colômbia como país soberano e livre. O nosso MST é admirador deles e estão mesmo prontos para passar a iniciar um confronto armado em uma próxima e ainda indefinida fase.

Além disso, o momento político atual é perigoso para os brasileiros, nós das Forças Armadas que temos a missão de defender a nossa Pátria, porque são inquestionáveis as ameaças sobre a Amazônia, com a conivência de maus brasileiros também.

Já há áreas na Amazônia maiores do que países como Portugal, nossa pátria-mãe colonizadora, nas quais nem as próprias Forças Armadas podem adentrar, sob o pretexto de ser uma reserva indígena, onde não vivem nem dez mil índios.

Mas podem entrar, sim, missões "religiosas" de vários países do mundo, particularmente dos países do primeiro mundo, Estados Unidos e da Europa, sob o pretexto de apoio religioso e missionário, mas cujo objetivo obscuro ou oculto é explorar a nossa biodiversidade e a imensa riqueza mineral e estratégica do subsolo, incluindo o nióbio que abunda na Amazônia.

Têm havido, nos últimos tempos, muitas declarações de altas figuras americanas ou européias pela internacionalização da Amazônia e poucas vozes têm se levantado aqui no Brasil contra isso, além dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e de alguns civis patriotas e esclarecidos.

Aonde vamos parar?

Seria interessante lembrar que também vivemos um momento difícil, muito difícil, no que tange à corrupção cada vez mais desenfreada, da qual a imprensa só mostra a ponta do *iceberg*, porque a maior parte infelizmente permanece oculta.

E a violência que grassa no País como um todo, particularmente nas nossas duas maiores cidades, Rio de Janeiro e São Paulo?

Nunca foi assim, mas falta vontade política aos governantes, em nível federal e estadual, que são os responsáveis pela segurança e que deveriam combater o crime organizado e as demais práticas ilícitas.

Há áreas nas quais nem a polícia entra, domínio exclusivo dos narcotraficantes, isso já está sendo encarado passivamente, está sendo admitido como um fato normal.

Ora, não pode!

Onde estamos?

E a "Ordem e Progresso" de nossa Bandeira, como fica?

E o País que vamos passar para os nossos descendentes?

Será que vamos passar um País inteiro, ou fracionado em minúsculos e incongruentes países?

Isso tudo nos causa bastante preocupação.

Lembro ainda que no Brasil possuímos determinados partidos políticos que, com uma incompatibilidade total com a democracia, têm explícita e abertamente, como objetivo, destruir o Estado de direito no qual militam, fazer ruir o sistema de governo, consagrando um partido único, tal qual os bolcheviques de 1917 e que entretanto ganham votos, ganham prefeituras, governos estaduais, e até que um dia ganharão o poder central e provavelmente extinguirão os demais partidos e extinguirão uma porção de outras coisas e até a liberdade no País, se não for feita alguma coisa.

Voltando ainda a um exemplo muito interessante, na França onde tive a honra de representar o Exército Brasileiro, fazendo curso de Estado-Maior, lá, os

comunistas são patriotas. Existe o Partido Comunista, um só. Aqui há uns dez, sob matizes variados, mas são comunistas. Lá há um só, mas na hora de uma questão em que estão em jogo os interesses da nação e a ideologia, prevalecem sempre os interesses maiores da nação, ou seja, os próprios comunistas franceses, em questões que acompanhei, de divergências entre a então União Soviética e a França, ficavam sempre do lado da França.

Diferentemente dos nossos aqui que, em primeiro lugar, privilegiam sua ideologia, a sede de poder, tão contaminados que estão pela pregação da guerra revolucionária, que abdicam da sua nacionalidade, do seu amor à Pátria, ao Brasil e ao povo brasileiro.

Para defender interesses espúrios, que nada têm a ver com a nacionalidade, buscam alinhamentos deletérios e inexpressivos, hoje com Cuba, ou mesmo com outros países de maior expressão política e econômica no mundo, mesmo que tragam maiores prejuízos para o Brasil, até porque têm medo da concorrência que o nosso País possa fazer aos países europeus ou aos Estados Unidos. A eles não interessa que o Brasil progrida e desenvolva toda sua potencialidade.

Alguns maus brasileiros alinham fileiras desse outro lado, contra o Brasil, para atender aos seus deslumbramentos ideológicos.

Bem, chegando praticamente ao final deste meu testemunho, diria o seguinte: os idealizadores e os realizadores da Revolução Democrática de 1964 estavam certos, livraram o País do caos, permitiram que o País progredisse a contento e deram exemplo para outros países.

E estavam tão certos de que a própria "pátria do comunismo", o "paraíso socialista", a União Soviética se desintegrou, não existe mais União Soviética, não deu certo a experiência comunista deles, foi quase um século de escravidão, de maldade, de falta de escrúpulos, de fomento de guerras e de assassinatos, só na Rússia ao longo desse quase um século de comunismo foram assassinadas mais de 60 milhões de pessoas. Tanto foi ruim que os próprios russos repudiaram esse regime e o extinguiram, bem como em outros países da Europa Oriental, República Democrática Alemã e outros países do mundo.

Estavam portanto certos os brasileiros de que, naquela ocasião, arriscando a vida, heroicamente desencadearam uma contra-revolução, contra a revolução comunista que estava em marcha, venceram, venceram depois os terroristas e cumpriram o seu dever, era isso então o que tinha a trazer a esta entrevista.

Bem Coronel Petito, dentro do Projeto História Oral, aliás, hoje o senhor está como entrevistado, quando normalmente encontra-se sentado aqui no meu lugar. Minha

pergunta estabelece um paralelo entre os dois eventos do Projeto de História Oral do Exército, isto é, entrevistar personagens que estiveram presentes aos eventos da FEB e da Revolução de 1964.

O senhor entende que os ideais da Revolução de 1964 foram semeados por integrantes da Força Expedicionária Brasileira, já que alguns desses personagens de 1964 estiveram presentes na FEB, como o próprio Comandante da Escola Preparatória, o Coronel Paulo Carneiro Thomas Alves, o General Resstel e o próprio General Castello Branco?

Sim, e vale a pena ressaltar mais uma vez que os ideais da Revolução de 1964 foram em parte semeados por integrantes da Força Expedicionária Brasileira, já que alguns desses personagens de 1964 estiveram presentes na FEB, como os citados na sua pergunta.

Acho que isso é um fato, porque a identidade de objetivos que une a FEB à Revolução de 1964 é o ideal da liberdade e da verdadeira democracia. Então aqueles mesmos brasileiros que estiveram no Teatro de Operações Europeu para combater pela liberdade, pela paz, pela união dos povos, foram os mesmos patriotas que ajudaram a fazer a Revolução de 1964 no Brasil, pela mesma razão. Porque, como disse, já estava em curso uma revolução comunista para tomar o Poder no Brasil e privar a nossa Nação da liberdade e implantar o regime mais cruento que a história do mundo já conheceu.

Então acreditamos que aquele espírito de liberdade, de anseio de liberdade, de lutar pelo ideal que impregnou os oficiais e praças na FEB foi transplantado para 1964. Espírito que impregnou aqueles que não participaram da FEB, como é o meu caso e de tantos outros, que seguiram a carreira militar sob a égide desses ideais e que finalmente prevaleceram. Então esse é o ponto de união entre a FEB e a Revolução de 1964, o ideal pela liberdade, pela democracia, pela fraternidade e paz no País e no mundo.

O senhor vivenciou como tenente os antecedentes da Revolução de 1964, o senhor presenciou aquele cenário e conheceu a conjuntura. O senhor entende que o cenário político atual, a conjuntura atual se assemelham aos antecedentes da Revolução de 1964?

Muita coisa se assemelha a 1964, sobretudo no que diz respeito ao mundo político que parece não ter aprendido a lição. O importante, já dizia Bismarck, não é aprender com o próprio sofrimento e sim aprender com os erros dos outros, ou estudando a História. Então, infelizmente, a maioria de nossos políticos é muito desinteressada das coisas nacionais, coloca o interesse pessoal e a concu-

piscência acima do interesse coletivo e com isso tem permitido que no Brasil se desenvolvam condições vivenciais muito ruins, a violência grassando em todo lugar, o narcotráfico nos morros e nas favelas do Rio e de São Paulo e em outros lugares também. Corrupção nos altos escalões, seja do Legislativo, seja do Judiciário como é o caso da construção do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, fora os que nem aparecem.

Então, nesse caso, vejo identidade de condições ou semelhança com 1964, a diferença é que aquele apoio externo à guerra revolucionária que antes era proveniente da Rússia e de seus satélites, hoje não existe mais União Soviética e a Rússia não fomenta mais esse tipo de ação. A Rússia aprendeu que o comunismo não é a solução e lá hoje não há um governo comunista, há um governo eleito por sufrágio universal. Mas ainda existe Cuba e um dos ideais do ditador de Cuba, esse sim ditador, que está no Poder há quase meio século, Fidel Castro, um de seus ideais é fundar a URSAL. Já ouviu falar em URSAL?

Não.

União das Repúblicas Socialistas da América Latina. Essa nefasta idéia já tem o apoio das FARC, na Colômbia e uma base territorial na Venezuela, através do megalômano Chaves e está tentando fincar pé em território do Brasil, do Equador que também já está ruim. De forma que essa tentativa de tomada de Poder aqui, não terá apoio da União Soviética, mas terá outros apoios espúrios.

E outra coisa que a gente nota diferente de 1964, é que naquele tempo a imprensa era mais neutra; mais independente e esse foi outro erro da Revolução, que já citei, não se preocupou com a mídia e, pelo contrário, permitiu que nas chamadas escolas de comunicação social se formassem novos profissionais, todos com mentalidade bastante esquerdista, muito parciais. O homem de imprensa precisa de credibilidade, matéria-prima de sua profissão, conhecer o fato e comentar a verdade. Em resumo, hoje existem condições semelhantes, não totalmente iguais às de 1964.

Passamos por um momento difícil, mas muita coisa no País melhorou, em grande parte por herança dos governos militares.

Coronel Petito, deixo agora a oportunidade para que o senhor encerre com uma mensagem a sua entrevista.

Para encerrar, gostaria de deixar uma mensagem muito simples, mas que vem do fundo da alma.

Todos temos que nos adaptar aos tempos, mesmo nós militares acostumados à hierarquia e à disciplina, temos que evoluir sempre e, guardados os princí-

pios básicos em nossa honradez, em nosso patriotismo, devemos aceitar muitas coisas diferentes nos novos tempos.

O que não pode acontecer é que nós militares baixemos a guarda ou que olvidemos o nosso sagrado juramento de "dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria, com o sacrifício da própria vida".

Venha de onde vier o inimigo, seja qual for a circunstância, temos que estar prontos desde o momento em que nos integramos ao Exército, Marinha ou Aeronáutica e resolvemos dedicar a nossa vida à carreira das armas; mesmo depois, na reserva, é mister envidar esforços totais para manter a Pátria íntegra, coesa, crentes no seu grande futuro que todos almejamos e esperamos em Deus venha acontecer.

Muito obrigado.

Tenente-Coronel Renato Guimarães

Nasceu em 17 de outubro de 1921, no Rio de Janeiro-RJ.

Cursos: Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre-RS (1940 a 1943); Escola Militar de Resende, Aspirante-a-Oficial de Cavalaria (1944 a 1947); Escola de Motomecanização (1954 a 1955); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1957); Escola Superior de Guerra-Ciclo de Extensão sobre a Conjuntura Econômica Brasileira-Políticas e Estratégias para a reativação da Economia (1984); e Administração de Empresas.

Principais funções: Diretor e Agente Diretor do Depósito Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar – DRMM/2 (1964 a 1967); Comandante e Agente Diretor do 17º Regimento de Cavalaria, Pirassununga-SP (1967); Comandante e Agente Diretor do Destacamento Avançado do 17º Regimento de Cavalaria, Amambay-MS (1967 a 1968); Chefe da Divisão Administrativa e fiscal administrativo do Quartel-General do II Exército-SP (1968 a 1969).

Medalhas e condecorações: Ordem do Mérito Militar, Medalha do Pacificador, Medalha Marechal Taumaturgo Mendes de Azevedo, Medalha Maria Quitéria.

Funções na reserva: Presidente do Conselho Municipal de Transportes da Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo-SP; Presidente da Sociedade Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura; Chanceler da Universidade Mackenzie; Presidente da Fundação Educacional Presbiteriana; Presidente de Honra do Conselho da Universidade Mackenzie; Professor da cadeira de Estudos Brasileiros em diversas faculdades.

Entrevista realizada em 30 de outubro de 2001.

Primeiro quero agradecer a oportunidade que me está sendo dada, a fim de prestar este depoimento. Significa muito para mim ter participado, não só do Movimento de 1964, como também de vários episódios que o antecederam. São experiências, na vida de um octogenário, que marcaram sua devoção à Pátria.

Em 1930, com meu velho pai, fui receber o então revolucionário Getúlio Dornelles Vargas que chegava do Rio Grande do Sul, com as tropas gaúchas, para posteriormente, assumir a Presidência da República. Entendo que a Nação brasileira, no Império, teve um grande estadista, D. Pedro II, e na República, Getúlio Dornelles Vargas; um no Império e o outro na República.

Minha mocidade foi vivida sob a inspiração daquele momento, quando o Presidente Getúlio Vargas inseriu o Brasil na História.

Pouco antes do suicídio do Presidente da República, em 1954, procurei o então Coronel Anaurelino Santos Vargas, Comandante do 3º Batalhão de Carros de Combate, onde estava servindo, e disse:

– Coronel, estamos com um dilema muito sério. Ou o senhor, aparentado com o Presidente, desce com o seu Batalhão ao Rio de Janeiro e o General Caiado de Castro aciona o 1º RI (1º Regimento de Infantaria), que foi comandado por ele, e vão dar apoio ao Presidente ou então, Coronel, estaremos em breve segurando um caixão!

Há uma fotografia do sepultamento do Presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, antes de sair o féretro, em que estou de um lado e o Coronel Anaurelino Vargas do outro.

Passaram-se os anos e chegamos a 1961. Nesta oportunidade, tinha sido recém-transferido da fronteira da Argentina, onde servia, no 1º Regimento de Cavalaria Motorizado, em Santa Rosa das Missões, e vim para a Escola Técnica do Exército, que estava se fundindo com o IT (Instituto Tecnológico) dando origem ao Instituto Militar de Engenharia (IME). Ocupei o cargo de Chefe da Divisão Administrativa do IME.

Já era na Praia Vermelha?

Já estava na Praia Vermelha; do outro lado encontrava-se a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Estou enfatizando esses aspectos para caracterizar o motivo pelo qual fui comandar em São Paulo.

Naquele ano, deu-se a renúncia do Presidente Jânio Quadros, criando-se tremenda expectativa sobre quem assumiria a chefia do Governo. Chegou-se, até, a se pensar em organizar a Divisão Cruzeiro que, provavelmente, iria defrontar-se com as forças do III Exército, sob o comando do General José Machado Lopes, no Rio Grande do Sul.

Nessa Divisão Cruzeiro eu seria o Fiscal Administrativo, mas isso acabou não se concretizando. Houve um entendimento político e chegou-se à solução de empossar o Sr. João Goulart como Presidente da República, sob um regime parlamentarista.

O período parlamentarista foi curto e reverteu-se ao presidencialismo, após um plebiscito.

Em 1963, já passados dois anos do Governo de Jango, aconteceu no Rio uma greve na qual os paredistas resolveram interditar o acesso à Praia Vermelha, onde se localizavam o Instituto Militar de Engenharia (IME), a ECEME e o edifício residencial dos alunos das duas escolas.

Quando cheguei, vindo da minha casa para o expediente do IME, desci do bonde, trajado à paisana, e quando entrava na praça da Praia Vermelha, um daqueles grevistas me interrompeu:

– Ô meu, aqui ninguém entra!

– Eu vou entrar – respondi.

Não falei nem quem era. De imediato, avancei e recebi um tranco que me atirou longe. E alguém repetiu:

– Você não vai entrar aqui!

Mas, rapidamente, voltei e o tranco que levei, retribuí com outro muito maior. Nesse instante, os alunos do IME e da ECEME estavam saindo do edifício para suas aulas. Para encurtar a história, os alunos, meus colegas de escola, apontaram:

– Olha lá, aqueles grevistas estão batendo no Renatinho.

Para que! Acabaram-se as aulas nas duas Escolas, o pessoal veio em meu auxílio, os companheiros me ajudaram, saiu uma pancadaria grossa, gente fardada, gente à paisana e no “frigir dos ovos”, acabamos prendendo, seguramente, uns vinte grevistas. Levamos todos para a polícia, num distrito ali perto, fomos testemunhas e autuaram todos eles; fizemos questão de registrar e assinar o boletim de autuação, por estarem impedindo a livre circulação, o “ir e vir”, daqueles que têm direito para tal.

Quando voltei, o oficial de dia me avisou:

– Major, o Comandante disse que assim que o senhor chegasse, fosse lá em cima.

– Tudo bem!

Subi e o General me atendeu na hora:

– Mas Renato, você está me criando problemas.

– General, não criei problemas para o senhor; foi criado um problema, primeiro, para mim, porque fui agredido e me defendi.

– Não é assim, a gente tem que tolerar.

– O senhor me desculpe, mas não tolero, não aceito essas coisas.

– Então, você está livre para arranjar outra Unidade – disse, enfaticamente.

É preciso dizer que o general era muito amigo do Presidente João Goulart, isso tudo precisa ser caracterizado. Ele já faleceu e, por isso, respeito o nome dele.

Na época, o General Olympio Mourão Filho comandava a 2ª RM (2ª Região Militar), em São Paulo. Imediatamente, por telefone, descobri que havia uma vaga

e, em menos de 48h, a minha transferência já estava acertada e fui classificado como Subcomandante (Subdiretor) no Depósito e Parque de Motomecanização. A Unidade tinha um batalhão orgânico, naquela época, que depois se separou.

Cheguei no dia 12 de novembro de 1963; apresentei-me na Região imediatamente e, logo em seguida, o General Mourão foi transferido para Minas Gerais e o General Amaury Kruel assumiu o Comando do II Exército. Foi quase ao mesmo tempo em que aqui me apresentei. O General Pery Constant Beviláqua, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, no Rio de Janeiro, e passou o comando ao General Kruel.

Apresentei-me na minha Unidade, externei ao meu Comandante o porquê de estar vindo para cá, esclareci os meus pontos de vista e perguntei:

– Queria saber quais são as suas diretrizes para mim?

– Olha "chê" – ele era gaúcho –, vamos fazer o seguinte: "tu ficas com as disciplinas" e com toda a instrução do Batalhão e eu fico com a parte administrativa.

Era o que eu queria e, feito isso, fui apresentar-me na guarnição, comandada pelo Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Comandante do 4º RI, um homem com quem fiz uma amizade extraordinária. Cumprimentei-o, expliquei o motivo de minha transferência e disse mais:

– Coronel, quero informar ao senhor que não concordo com a situação política em que nos encontramos. No que depender de mim, estarei conspirando contra esse estado de coisas.

E ele se levantou e disse:

– Nós!

Firmou-se aí uma aliança fantástica, e ainda acrescentei:

– Curiosamente, o comandante da minha Unidade encarregou-me da disciplina e instrução; estabeleceu esse vínculo comigo.

– Melhor ainda! – respondeu.

Como a minha Unidade localizava-se praticamente na saída da guarnição de Quitaúna, uma área imensa, o Coronel Carlos Alberto achou que estava ocorrendo uma ampla "comunhão de idéias".

E, mercê da função que exercia, volta e meia tinha que ir ao Rio de Janeiro conduzindo comboios, transportando suprimentos. Todo o material: lancha, motor, veículo, o que fosse comprado em São Paulo, vinha para meu Depósito, a fim de procedermos à distribuição para o Rio de Janeiro e o restante do Brasil. Comboios para o Rio Grande do Sul, para o Norte etc.

Essa função permitiu ligar-me muito, na oportunidade da conspiração, com aqueles que estavam trabalhando para um Brasil melhor. Com isso, no Rio de

Janeiro, encontrava-me com o General Oswaldo Cordeiro de Farias, um dos líderes da Revolução; General José Pinheiro Ulhôa Cintra, General Augusto César de Castro Muniz Aragão, com quem já tinha servido mais de uma vez, com o Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, muito meu amigo.

Tenho na minha correspondência pessoal, em casa, mais de trinta ou quarenta cartas trocadas entre mim e o Figueiredo. Outro dia, o General Carlos de Meira Mattos, lendo as cartas, disse-me:

– Renato, esses são documentos antológicos, você tem que preservar, porque este acervo já pertence à História, não a você!

Aqui em São Paulo, entendia-me muito com o General Ramiro Gorreta Júnior, General Agostinho Cortes, com o qual servi, em 1943, no Regimento Dragões da Independência e ele era 1º-Tenente.

Então com isso tudo, tive oportunidade de entrosar-me profundamente na Revolução.

Agora, como assumi o comando? Isso é outra coisa curiosa. Um comandante acima de mim, um gaúcho ligado ao grupo do João Goulart, falando a linguagem típica do sul, tinha um padrão de vida um pouco diferente do meu, dentro do Exército; um belo dia, o Batalhão entra em forma e eu apresento-lhe a Unidade:

– Pronto Coronel! Batalhão em forma!

– Assumo o comando do Batalhão!

Em seguida, virou-se pra mim e disse:

– Entrego o comando do Batalhão ao Major Renato Guimarães!

Parei; assumi o comando do Batalhão, não podia fazer outra coisa, e em seguida perguntei:

– O que há, Coronel?

– "Che" – respondeu ele –, vou para o meu Rio Grande do Sul, entrei em férias hoje.

– Mas Coronel, está marcada uma inspeção do Comandante do Exército para daqui a dez dias.

– Você é o Comandante – retrucou –, vou para o meu Rio Grande do Sul; levarei comigo o carro do comando, que vou dirigindo.

Bem, veio a inspeção do General Kruel e eu que conhecia o nível de instrução da tropa, em primeiro lugar, não coloquei a tropa em forma para a guarda de honra. Ela não tinha condições. Quando o General Kruel chegou, apresentei-me e disse:

– Excelência, sou o Subcomandante, o Comandante viajou para o Rio Grande do Sul em férias.

– Mas ele sabia que já tinha sido marcada esta inspeção?

– Sim, ele sabia que Vossa Excelência viria fazer a inspeção – respondi.

O General fez a inspeção, apresentei tudo o que ele exigiu na programação. Quando veio a crítica, simplesmente virou-se para o Chefe do Estado-Maior e disse:

– General Macedo, providencie a substituição do Comandante!

Enquanto o Comandante estava em férias no Rio Grande do Sul, em menos de cinco dias, deu-se a exoneração dele e fui efetivado no comando. Fiz as apresentações formais e apresentei-me também ao Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, comunicando:

– Coronel, agora sou o Comandante.

E relatei o que tinha acontecido; ele falou:

– Então temos que tomar uma série de providências.

Ele estivera presente à inspeção do General Kruel, como Comandante da Guarnição.

Isso foi antes do dia 31 de março?

Isso foi mais ou menos no dia 10 de março.

Na seqüência dos fatos, começou a agravar-se a situação no Rio de Janeiro; houve o comício da Central do Brasil – antes acontecera a revolta dos sargentos, em Brasília –, a revolta dos marinheiros, o comício no Automóvel Clube do Brasil e fui ao Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, perguntar:

– Coronel, o senhor tem alguma instrução, já que agora estou comandando?

– Tenho – respondeu. É preciso tomar uma providência urgente e agora com você posso fazer isso. Quero que prepare uma operação de ocupação, mediante ordem, de todas as pontes sobre o Rio Pinheiros, garantindo não só a posse mas, se necessário, até a sua destruição, dependendo da evolução dos acontecimentos. Essa operação vai ser designada como "Operação X".

Fui para a Unidade, preparei vários pelotões comandados por tenentes e programei instruções de ocupação das pontes como se fosse uma situação normal. Fiz isso várias vezes, de tal maneira que meus tenentes já estavam senhores da ocupação da Ponte da Cidade Jardim, da Ponte Rebouças, da Ponte da Cidade Universitária etc. No dia em que o General Olympio Mourão Filho deu início ao Movimento, de Minas Gerais, fui ao Coronel Carlos Alberto e disse:

– Coronel, estou achando que a situação não está muito boa.

– Coloque a sua Unidade em ordem de marcha e fique aguardando – disse ele.

O Movimento prosseguiu e na noite de 31 de março fui chamado à guarnição e ele me informou:

– Renato, estou mandando vários comandantes de Batalhão, e você vai também, à residência do General Kruel. Deixe o seu Subcomandante com a Unidade e vai lá!

Deveria ser mais ou menos umas 9h da noite quando cheguei à casa do General Kruel e, ao entrar, olhei e vi diversos companheiros da guarnição de São Paulo, em comando – alguns já estão mortos. Estavam presentes, ainda, além do próprio General Amaury Kruel, o General Riograndino Kruel, o General Macedo, o General Agostinho Cortes, o General Franco Pontes, que era o Comandante da Polícia Militar de São Paulo. Foi perguntado ao General Kruel:

– General, e o problema lá de Minas Gerais, o que o senhor acha?

O General Riograndino Kruel, que era mais velho e tinha acesso fácil ao General Amaury Kruel, sugeriu:

– Olha, você deve tomar um decisão, antes que esses meninos tomem a sua.

Casualmente ao lado do General Kruel, eu o vi dirigir-se a um telefone, pertinho de onde estava; ligou para um número que não conhecia, mas tenho certeza de que o interlocutor que atendeu do outro lado foi o Presidente, porque o General utilizou uma expressão coloquial que só ele poderia empregar:

– Compadre Jango, sou eu, Amaury.

Afastei-me e fiquei de longe, observando. Notei que ocorreu um diálogo áspero, no qual o General insistia em algo. Não sei qual foi a resposta de lá, mas Kruel acabou dizendo: "Bem, então vou tomar minha providência." Desligou o telefone, virou-se para nós e ordenou:

– Meus senhores, São Paulo está na Revolução! Aos quartéis!

Foi um... eu não sei se o termo que eu vou dizer é o mais apropriado, vou usar as palavras: aleluia! glória!

Foi um alívio.

Exatamente, foi um alívio. Cada Comandante disparou para o seu quartel, um para cá, outro para lá; peguei meu motorista e disse:

– Voa para o quartel, mas não desliga o motor do jipe, ao estacionar.

Chegando, chamei meu Subcomandante e disse:

– Põe a tropa toda em forma, armada e municiada, e prepara tudo para a Operação X.

Dirigi-me ao quartel da guarnição de Quitaúna, onde fui o primeiro a chegar. Assim que cheguei, relatei ao Coronel Carlos Alberto o transcorrido na reunião e ele me disse:

– Renato, volta e desencadeia a Operação X.

Nessa altura, o meu Batalhão já estava todo em forma; informei a todos o que estava acontecendo, chamei os tenentes e disse:

– Olhem, vocês agora vão cumprir a missão para a qual foram preparados. Há alguma pergunta?

Um 1º-tenente deu um passo à frente, o nome dele era Boness, e indagou:

– Comandante, tenho uma pergunta: se já tiver alguém na ponte, quando chegarmos lá?

– Tenente – respondi –, apenas mudo o verbo; estou usando o verbo ocupar, agora se já tiver alguém lá, mudo o verbo para conquistar, quero a ponte conquistada e intacta.

E disse ainda:

– Quanto mais tempo vocês levarem para perguntar coisas que considero bobagens, mais possibilidade vocês terão de mudar o verbo de ocupar para conquistar.

Acertamos os relógios e disse:

– Daqui a quarenta minutos estarei inspecionando as posições!

Isso deveria ter ocorrido mais ou menos à meia-noite e, logo em seguida, visitei os locais e verifiquei que as pontes estavam todas ocupadas com as metralhadoras colocadas em posição, a fim de impedir uma ação adversa ou, quem sabe, uma outra manobra qualquer; levamos petardos para, se fosse necessário, destruí-las.

Voltei ao quartel e tomei uma iniciativa, de foro íntimo. No meu quartel estavam estacionadas todas as viaturas novas que iriam ser distribuídas para as diversas Unidades do Exército. Nesse mesmo instante, recebi um telefonema do Rio de Janeiro, ligação muito difícil, naquele tempo, mas recebi o telefonema e me mandaram um radiograma no qual o General-Diretor de Motomecanização determinava: "Fica terminantemente proibida a utilização de qualquer viatura do estoque."

Mas distribuí, por minha auto-recreação todas as viaturas. Assumi o risco, mas sabendo o que iria acontecer. Inclusive o Comandante da Guarnição que estava sem viatura recebeu uma novinha, com um sargento motorista da minha alta confiança, tendo alertado:

– O senhor pode confiar nele.

Organizou-se o GT-4; a minha Unidade, parcialmente, fez parte do GT-4, inclusive tive que colocar as minhas viaturas de transporte de gasolina: uma viatura cisterna com capacidade de 30 mil litros e duas de 10 mil litros. Tinha ainda estocados, dentro do quartel, para mais de 220 mil litros nos subterrâneos. Intervi em todos os postos de gasolina, proibindo que o combustível de Osasco, Presidente Altino e Barueri, fosse distribuído para particulares, ficou todo estoque à minha disposição.

O que era o GT-4?

O GT-4 era um Grupamento Tático que tinha como base o 4º RI completo e mais uma Bateria do Grupo de Canhões Automático 40mm, com o apoio de supri-

mento da minha Unidade e ainda da Companhia Leve de Manutenção. Inclusive tinha, até, helicóptero.

E o GT-4, uma vez pronto, partiu para o Rio de Janeiro para enfrentar as forças do I Exército. Quando chegou perto de Caçapava, foi informado de que o Comandante do I Exército havia entrado em acordo com seus possíveis opositores e que estava sendo realizada uma reunião na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com o General Emílio Garrastazu Médici. Então, fizemos meia-volta e partimos, cruzando São Paulo, e fomos parar em Ponta Grossa, para enfrentar forças do III Exército que vinham sob o comando do General Ladário Pereira Telles.

Nessa altura, o Presidente João Goulart tomou um avião, saiu do Rio de Janeiro e foi para o Uruguai, razão pela qual o III Exército não prosseguiu avançando.

Esse comboio foi até Ponta Grossa!? Entrou no Estado do Paraná!?

Foi até o Paraná e depois voltou. O combustível do helicóptero posto à disposição foi transportado pela minha Unidade. Nós o abastecíamos e ele sobrevoava o deslocamento da Unidade.

Como foi o contato com os companheiros do 13º RI, em Ponta Grossa?

Sobre esse detalhe nada posso dizer, porque fiquei na retaguarda. Quem permaneceu lá na frente foi o GT-4, eu apenas prestava o apoio de suprimento, combustível, gasolina e material bélico.

A adesão do III Exército e do 13º RI à Revolução foram confirmadas, sobretudo em seguida à chegada da informação de que João Goulart tinha fugido. Automaticamente, chegou-se à conclusão de que qualquer resistência era desnecessária, era inócua. Partimos para um outro Brasil.

Houve a participação total da população no Movimento. Fomos recebidos, no retorno, de maneira extraordinária. Não tenho dúvida de que a população apoiava o Exército.

Assumi diversos comandos e os exerci durante sete anos consecutivos, sem interrupção de um dia. Normalmente, um comando tem duração de dois anos. Deixei a direção do Depósito de Moto e passei a comandar o 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), em Pirassununga, São Paulo; depois de criado o Destacamento Avançado na fronteira, segui a fim de comandá-lo, em Amambay, de tal maneira que foram, no total, sete anos consecutivos. Acho que essa experiência de comandar durante sete anos deve-se ao correto desempenho e à responsabilidade que demonstrei, em face do exercício de comando e das atitudes que tomei, arriscando tudo, porque se o lado de lá vencesse não tenho dúvida de que estaria no paredão para ser fuzilado.

Era a confiança dos altos chefes no senhor, por isso lhe deram os comandos.

É, tive o privilégio. Coisas curiosas: havia servido com o General Castello Branco e também com o General Costa e Silva.

Quando estive na Escola de Motomecanização, onde estagiei em 1947, quem a comandava era o então Coronel Costa e Silva. Um dia ele me chamou e convidou:

– Renato, venha cá, vamos fazer um "exterior".

Subi com ele num tanque leve e ele ordenou ao motorista:

– Sai daí que vou dirigir esse carro! E você fica na torre!

Ele fazia um "exterior" que era uma coisa terrível, de meter medo. E, encurtando a história, o blindado caiu numa trincheira e fui jogado para a frente, projetado para fora do carro; tenho uma cicatriz enorme, porque me feri no acidente.

Também servi com o General Médici, no Rio Grande do Sul, ele como Capitão e eu como Tenente. Depois, quando fui ser Subcomandante em Santa Rosa, ele era Comandante da 3ª Região Militar e várias vezes fui à Região para conversarmos.

O General Figueiredo, nem preciso dizer por que, pois acompanhei a vida inteira; portanto tive o privilégio, durante longo período, de conviver com esses companheiros que foram chefes maravilhosos, sem dúvida alguma.

E há um detalhe curioso. Enquanto estavam se desenrolando todos aqueles fatos da Revolução, recebi na minha Unidade um chamado para comparecer ao Quartel-General. O General Kruel me recebeu e entregou um papel. Ele disse:

– Prenda todos esses subtenentes e sargentos – eram da minha Unidade – e recolha-os ao navio-presídio, em Santos.

Disse comigo mesmo:

– Meu Deus do céu, o que é que vou fazer?

Trinta e dois subtenentes e sargentos, não era brincadeira, mas antes de colocar toda Unidade em forma, chamei os oficiais e disse:

– Temos que fazer uma coisa muito séria, não vai ser fácil, mas vamos cumprir a ordem.

Coloquei o Batalhão em forma, mandei retirar os cabos e soldados e deixei todos o subtenentes e sargentos em seus lugares; cada um de nós, oficiais, com uma metralhadora INA (Indústria Nacional de Armamentos) na mão e esclareci:

– Meus senhores, o que vai acontecer agora exige a compreensão de todos. Por obséquio, cumpram as ordens e não se esqueçam de que vocês têm um Comandante.

À medida que o Ajudante ia chamando, o sargento saía de forma, encostava-se numa parede e um oficial ia lá. Depois que coloquei todos os 32 subtenentes e sargentos em condições, informei:

– Os senhores estão presos! Por enquanto, a única coisa que determino é que permaneçam em silêncio!

Vieram os caminhões, encostaram, cada viatura com um oficial na cabine, atrás mais um oficial, um tenente, cada um com uma metralhadora e foram distribuídos os 32 praças graduados, em cerca de três ou quatro caminhões. Organizado o comboio, partiu para Santos e todos os sargentos foram recolhidos ao navio-presídio *Rui Barbosa* que lá se encontrava atracado.

Entrei em entendimento com o almirante e ele deixou tudo preparado. Um dos presos começou a chorar e eu, mais uma vez, lembrei:

– Estou dizendo que vocês têm Comandante, não se esqueçam disso!

O problema era conseqüência de um inquérito na área do II Exército. Na casa de um sargento chamado Croco foi encontrada uma lista completa de todo pessoal suspeito da minha Unidade. No papel estava escrito, em seguida do nome: contra ou a favor ou pode aderir. O encarregado do inquérito, dando o certo pelo duvidoso, pediu ao General Kruel para prender todos os que constavam da lista do Croco, com a observação "pode aderir".

Croco era um comunista fichado e, afinal, todos foram presos. Passado aquele período normal, obviamente ficaram lá e eu fui imediatamente falar com o General Kruel, a quem informei:

– General Kruel, vou a Santos, vou com o meu capelão e com meu Chefe de Serviço Social dar todo apoio aos meus subtenentes e sargentos.

Fui à casa de cada família pedir roupa, material de higiene. No navio eles estavam presos isolados, cada um num camarote, fechados à chave por fora. Fui lá, levei alimento, roupa, material higiênico etc., eu e o capitão capelão, o Reverendo Juvenal Ernesto da Silva e mais o Dr. Ozanan Machado, Tenente Chefe do Serviço Social; ao meu lado, o Comandante do navio. A cada um deles eu dizia:

– Não se esqueçam de que têm um Comandante, conheço a vida de cada um de vocês.

Quando o inquérito se encerrou, já sabia o resultado; dos 32, somente dois, realmente, eram perigosos. Haviam preparado, inclusive, uma lista na qual estava escrito: "Fulano de tal, sicrano e beltrano... têm que ser mortos na hora em que nós ganharmos."

Inclusive eu, é claro.

Quando terminou o inquérito, fui ao general e solicitei:

– General, quero os meus sargentos de volta. Obviamente que não aqueles dois que vão ser presos e expulsos, já está tudo comprovado.

– Mas Renato – ele disse –, não estou entendendo.

– General, sou eu que estou pedindo.

– Você é o único comandante que está pedindo isso – retrucou.

Montei o comboio e trouxe todos eles de volta à Unidade. Com o tempo, vários foram promovidos a oficial. Creio que há um que ainda está na ativa, capitão, não sei se ainda está, porque já faz mais de trinta anos, é muito tempo, mas há pouco tempo eu o vi fardado.

Fui o único comandante que trouxe de volta os seus companheiros, alguns deles tiveram até problemas. Eu estava na reserva, quando eles foram propostos para a Medalha do Pacificador e a indicação não foi deferida, na ocasião, sob a alegação de que haviam sido presos no navio-presídio. Procuraram-me e imediatamente, mesmo na inatividade, fiz uma declaração, uma parte, e a encaminhei; vim ao Quartel-General do II Exército, falei com o Comandante e todos eles ganharam a Medalha do Pacificador; só aqueles dois que não.

Certa ocasião, estava na inatividade e exercia a função de Chanceler da Universidade Mackenzie, autoridade acima do reitor. Toda a universidade lhe é subordinada. A minha secretária disse-me:

– Tem alguém que quer falar com o senhor.

– Quem é?

– É um senhor de nome esquisito, Croco.

– O que será que esse camarada quer comigo? Mande ele entrar!

Eu o recebi e perguntei:

– O que é que você quer?

Nessa época já tinha sido concedida a anistia. Respondeu:

– É que fiz exame, passei, estou matriculado aqui na Faculdade de Direito e sei que o senhor é diretor do Departamento de Bolsa de Estudos...

– Sim, mas o que é que você quer?

– Quero uma bolsa de estudos.

– Ah! Meu caro, você bateu em porta errada.

– Ah! mas houve a anistia.

– E daí? – disse. – Sou o diretor, sou eu que decido. E mais, você recebeu a anistia e por isso foi promovido a 2º-tenente e está ganhando como tal. Não me venha pedir bolsa de estudos, dou para outro que realmente necessite, mas para você, não. E tem outra coisa, não se esqueça de que li aquela lista na qual você e mais um outro anotaram que eu seria um dos prováveis eliminados. Não aceito isso, você pode até procurar a imprensa e contar o que lhe falei. A anistia tem limites e eu estou dentro desse limite. Não dou bolsa de estudos, porque não vejo você tão necessitado assim. Você é um oficial da reserva anistiado, se utilize bem desse benefício.

Ele se formou em direito e quando a Prefeita Erundina foi eleita, o próprio Dr. Croco foi nomeado oficial de gabinete dela. Então, ele veio me falar:

– Ah, mas aquilo foi naquele tempo, o senhor não compreende?

– Não, não compreendo – disse. Você está muito enganado. Nossas atitudes devem ser definidas e firmes; se você tinha essa atitude, vá nela até o fim e agüente as conseqüências, porque eu mantenho a minha.

Foi uma passagem que estou citando porque, como disse o General Muniz Oliva, ontem, conversando comigo:

– Renato, a vantagem de você prestar esse depoimento é que você estava lá, na hora, atuando. Você viveu a situação; nem todos podem dizer isso, nem todos se deslocaram.

Para terminar, apreciaria ler um trecho de uma monografia feita por minha filha.

Tenho três filhos, a minha filha que está aqui, a Dulce, é a mais moça, a caçula, e tenho mais uma, atualmente, no Instituto Mackenzie-Tamboré, onde dirige os 1º e 2º graus. Freqüentou o Curso de Estudo de Problemas Brasileiros, na Universidade Mackenzie, dirigido pelo General Carlos de Meira Mattos, que trouxe para cá, a fim de ser diretor desse curso de pós-graduação: mestrado e doutorado. Na monografia que ela escreveu, em defesa da tese, começou assim:

"(...)Lembro-me dos meus tempos do Primário na inesquecível Escola Pública Rosa da Fonseca, na Vila Militar, em cuja guarnição meu pai servia, subúrbio do Rio de Janeiro...

Minha primeira professora, Dona Maria Emília, permanece viva em minha lembrança. Sua dedicação, vontade de ensinar, entusiasmo, estímulo, amor e autoridade, envolveram-me e marcaram-me para sempre, deixando uma saudosa sensação de bem-estar, orgulho e satisfação em minha vida.

A alegria que senti ao escrever pela primeira vez a palavra BRASIL jamais será esquecida!

Todos os alunos da classe, sem exceção, na saída da aula daquele dia especial, ganharam uma linda condecoração: uma fita verde e amarela presa ao peito, indicando a todos que nos viam orgulhosamente passar nos corredores, pátios e jardins, que já sabíamos escrever o nome de nosso País.

Ainda bem pequenina, foi plantado em minha alma e em meu coração um sentimento de amor verdadeiro por nossa terra, nossa Pátria.

De um lado, meus pais, avós e tios contavam e cantavam seu amor ao Brasil.

Do outro, minha professora, que soube fazer muito mais do que ensinar a ler e a escrever, soube também me passar valores cívicos para toda a vida!(...)"

Essa é a abertura e este aqui é o encerramento da monografia:

"(...)Faremos um pequeno parênteses neste trecho para contar uma história real e verdadeira dos idos de 1964.

Trata-se da experiência de uma menina de 13 anos, que viu seu pai – um patriota temente a Deus – entregar-se de corpo e alma para defender este belo Brasil.

Toda noite, como era costume, sua família se reunia para estudar a Bíblia e orar. Mas, alguma coisa estava diferente naquela noite... havia algo estranho no ar, que muito inquietou esta jovem e seus irmãos. Seus pais, na sua oração de fé, entregavam suas vidas e a de seus filhos aos cuidados de Deus e clamavam pela Pátria brasileira.

Após a reunião familiar, esta filha mais velha estava preocupada e foi conversar com sua mãe, que a tranqüilizou bastante.

Mas, quando os três filhos já estavam deitados em suas camas, seus pais foram até seus quartos e ficaram a abraçá-los longamente um a um naquela noite.

No outro dia, na hora do culto doméstico somente a mãe estava ali para dirigi-lo. Os filhos estavam entre amedrontados e curiosos, pois não sabiam onde o pai estaria.

Com muita ternura, paciência e fé, essa mãe, D. Lucila, continuou dia após dia, firme e ajoelhada com eles, pedindo e clamando a Deus pelo marido, pelos soldados brasileiros, pela democracia e pelos destinos da Pátria.

Passou-se mais ou menos um mês, até que o pai desta família retornou. Apesar de magro, abatido, com a barba por fazer, com as roupas sujas, ele estava muito feliz e radiante! A alegria foi geral! A esposa e os filhos, então, não conseguiam esconder tanto contentamento por ter o pai de volta e pela vitória, que Deus havia dado ao povo brasileiro.

Foi então naquela noite, após o culto doméstico, onde se agradeceu tantas bênçãos, que eles descobriram o que havia acontecido e onde estava o pai daquela família.

Major do Exército Brasileiro e Comandante do Depósito de Motomecanização de SãoPaulo, tinha uma missão a cumprir com seus oficiais, sargentos e soldados: defender, juntamente com outros militares, São Paulo da invasão do III Exército, que vinha do Sul. A estratégia era manter a posse de todas as pontes que davam acesso à Capital, pelos Rios Tietê e Pinheiros.

Este oficial comandava o quartel em Osasco e Barueri, no qual estavam estocadas as mais diversas viaturas militares e uma grande quantidade de combustível com capacidade para abastecer todo o II Exército.

Esboçou-se pequena tentativa de reação; seus comandados, alguns sargentos e cabos relutaram em cumprir as ordens dadas, ameaçaram explodir os reser-

vatórios de combustível e matar o Comandante. Ali, como em outros quartéis pelo Brasil, houve pequena desobediência à hierarquia e à disciplina, por diminuta infiltração e influência das idéias marxistas no poder político e militar. Mas Deus, na sua infinita misericórdia, preservou a vida deste oficial, de seus comandados, bem como a de muitos brasileiros civis e militares.

Havia uma urgente missão a cumprir, São Paulo não poderia cair nas mãos dos comunistas! Esse Comandante deu ordem de prisão a quem merecia, reuniu todos os outros e partiu para a ocupação das diversas pontes que davam entrada para a Capital.

Quando houve a rendição geral por todo o Brasil, a Revolução sem sangue tornou-se um sucesso, mas não foi fácil, uma vez que muitos militares, por desconhecimento, foram iludidos e influenciados pelas idéias marxistas.

Encontraram-se dias depois, nos vários "comitês" comunistas, ordens escritas com os nomes de todos os oficiais e suas famílias e da elite brasileira, que deveriam ser imediatamente mortos caso o Regime Comunista se instaurasse.

Este comandante, apesar de saber que seus sargentos tinham sido envolvidos por estas idéias marxistas, não os abandonou, nem às suas famílias. Enquanto estiveram presos num navio, foi visitá-los várias vezes e com eles leu a Palavra de Deus e falou da Soberania Divina em nossas vidas e em nosso País. Levou-os a entender que aquelas ideologias que eles, por imaturidade e ingenuidade, haviam quase aceitado, levariam a eles e ao País, a perda da liberdade. Pois os marxistas sendo ateus, buscavam conseguir o poder com promessas mentirosas, para depois, mostrar sua verdadeira face, a opressão dos homens, o desamor humano e o terror.

Assim, com idealismo e amor esse comandante deu toda a ajuda necessária para que pudessem voltar às lides do quartel e às suas casas. Cumpriu seu dever cristão, ético e moral.

Esta é a Revolução que eu vi e assisti. Tenho orgulho de meu pai, Coronel Renato Guimarães, de minha mãe e do meu Exército. Vi sofrer bem de perto aqueles que lutaram pela paz, para que não perdêssemos nossa Pátria amada.

Em nosso passado, parentes da família lutaram pela paz no mundo durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1932, pela Paz e Liberdade no Brasil, cujo exemplo está incluso na Sigla M.M.D.C; perdemos Camargo, primo-irmão de minha mãe, que é relembrado pela letra "C".

Nasci ouvindo o lindo toque do clarim brasileiro. Valorizo e valorizarei sempre, civis e militares que amam a Deus, lutam pela paz para que permaneçamos uma Nação livre e soberana.

É uma grande verdade as palavras de Maquiavel, quando diz: "Si vis pacem para bellum", "Se queres a paz prepara-te para a guerra".

Agradeço a Deus, por ouvir e ter ouvido as orações de todos aqueles que clamaram ontem, e, clamam hoje, pela nossa Pátria!(...)"

Isso foi escrito por uma menina, hem!

Essa é a colaboração que queria prestar; a de um velho soldado que andou por esse Brasil afora; passou dez anos na fronteira do Uruguai, Argentina e Paraguai: Tenente na fronteira do Uruguai, Capitão e Major na fronteira da Argentina e Coronel Comandante da Guarnição Federal na fronteira do Paraguai; que jamais deixou de amar a Pátria, jamais deixou de proteger a família, jamais deixou de proteger os seus subordinados. Muito obrigado.

Tenente-Coronel Roberto de Andrade Ninô

Nasceu em 12 de outubro de 1929, no Rio de Janeiro-RJ, Vila Militar.

Formação Militar: Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1941 a 1947; Escola Militar de Resende na arma de Artilharia, 1948 a 1950, Artilharia Antiaérea, 1956, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1961, Técnico de Administração, 1972.

Curso Civil: Bacharel em Administração, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), 1976.

Condecorações: Medalha Militar de Prata e Medalha do Pacificador.

Atividades Civis: Assistente do chefe da Assessoria de Segurança e Informação da Companhia Energética de São Paulo (CESP), de 1976 a 1983; Técnico de Segurança da Rede Ferroviária Federal, em 1984.

Unidade onde servia no dia 31 de março de 1964: 2º Regimento de Obuses 105mm (2º RO 105), Itu, São Paulo.

Entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2001.

Sinto-me muito honrado por ter sido convidado para prestar este depoimento. Penso ser importante dizer algo a respeito do Movimento Democrático de 31 de Março de 1964. Na verdade, tenho falado muito sobre a Revolução, pois todo brasileiro precisa saber desses fatos que fogem ao conhecimento comum e não é do interesse da mídia que o povo tome ciência.

Há muita coisa para dizer; vivi intensamente a situação, "senti na pele" os antecedentes do Movimento, bem como os acontecimentos que o precipitaram. Hoje, com bastante tempo passado, considerando que a memória pode falhar, trouxe alguns documentos para compensar um lapso eventual.

Começarei por citar o ano de 1961, quando se iniciou essa problemática toda, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Imbuído de forte espírito militar – está no meu currículo: nasci na Vila Militar, ao som do clarim – de pronto apresentei-me ao Primeiro Regimento de Obuses 105 (1º RO 105), como voluntário, mesmo sendo aluno da EsAO. Estava sendo formado um destacamento de forças, um Grupamento Tático (GT) que, afinal e graças a Deus, não foi necessário. Voltei para a Escola, continuei o curso e o terminei, normalmente.

De 1961 a 1963, viveu-se um período muito conturbado, no Brasil inteiro, sobretudo no Rio de Janeiro, foco das agitações; as greves eram desencadeadas a todo momento.

Servia no mesmo 1º RO 105 acima citado. Capitão antigo, com o curso da EsAO, assumi a função de Subcomandante de um Grupo. O 1º RO 105, Regimento Floriano, era a Unidade de Artilharia com a maior potência de fogo da América do Sul, porque se tratava do único Regimento com dois Grupos de Artilharia e cada Grupo possuía três baterias de tiro a seis peças de 105mm. As outras Unidades eram constituídas com baterias de tiro a quatro peças.

O movimento de esquerda alastrava-se pelo Brasil. Meu comandante era muito bom, mas, infelizmente, adoeceu. Não conhecíamos seu substituto, vindo do Comando do I Exército, sob as ordens do General Osvino Ferreira Alves. Como sou disciplinado, vou deixar de fazer determinados comentários; o novo Comandante chegou na Unidade e assumiu sem que a gente soubesse qual era a sua posição na área política.

Mas servíamos num Grupo muito bom, com excelentes oficiais que se preocupavam muito com a situação de segurança. Um grupo da ordem de 15, 16 oficiais freqüentava reuniões do Clube Militar para discutir problemas gerais, com destaque para a questão salarial. Ganhávamos muito mal, mas muito mal mesmo, de tal maneira estavam aviltados os nossos vencimentos. Todos estavam congregados em torno de idéias comuns. Nas reuniões, ficávamos sempre juntos.

Com a continuação das reuniões, começaram a aparecer alguns oficiais tidos como comunistas – e eram notoriamente conhecidos como comunistas – e os ânimos foram se acirrando. Numa reunião, espalhou-se uma reação muito grande lá dentro, chegando a ocorrer até agressões pessoais. Correu uma lista de moção de solidariedade, em torno de assuntos que estavam sendo tratados, que assinei, aliás todos nós assinamos. Éramos tão inocentes que ao lado dos nomes dos oficiais do RO eu fazia uma chave e escrevia: 1º RO/105 – Regimento Floriano. Isso acabou nos prejudicando.

Com o evoluir da situação, o General Magessi (Augusto da Cunha Magessi Pereira), presidente do Clube, foi punido com prisão. Era um militar ilustre, respeitado por todos e ficamos muito aborrecidos com sua punição. Houve outra reunião no Clube na qual se decidiu fazer uma moção de solidariedade a ele, e nós assinamos.

Passados uns dias, fui chamado pelo Comandante da Unidade. Ele estava com um jornal, se não me engano, *O Globo,* com os nomes dos signatários da moção, sendo que os nossos do RO apresentavam-se grifados em vermelho, pelo oficial S/2 (de informações), que aliás ia conosco às reuniões.

Vou citar a conversa que tivemos. Ele virou-se para mim e disse:

– Ninô, você sabe que sou colega de turma do seu irmão? – Meu irmão mais velho, já falecido, também de Artilharia, era colega de turma dele.

– Sei, sim senhor.

– Mas quero que me diga: você realmente foi signatário do manifesto?

O jornal publicou que eu assinara só um manifesto e que os outros oficiais foram signatários de dois. Então, confirmei:

– Fui! – respondi – Mas não assinei só um, assinei os dois.

– Mas não perguntei isso.

– Mas eu assinei os dois – insisti.

– Você sabe que os oficiais a quem você prestou solidariedade foram punidos? – ele perguntou.

– Sei, sim senhor – respondi.

– E assim mesmo você assinou? – retornou com a pergunta.

– Assinei, sim senhor.

– Você acha que deve ser punido?

– Eu acho que devo ser punido também.

– Com quantos dias?

– Com o mesmo número de dias com que eles foram punidos.

Ele deu uma batida em cima da mesa e finalizou:

– Já esperava de você uma atitude dessas; pode ir embora.

No dia seguinte, recebi um recado de um soldado para comparecer ao Salão de Honra da Unidade. Chegando lá, encontrei todos os meus companheiros que também tinham assinado os manifestos. Não sabíamos o motivo da reunião. Um Major, cujo nome não vou citar e também nem merece que o faça, foi encarregado de fazer uma sindicância para apurar os fatos.

Sentamo-nos em torno de uma mesa. Entre os presentes, não esqueço o nome do digno Major Renê Coulaud, já falecido. Era o mais antigo dos capitães, havia mais uns três, um 1º-Tenente e um Aspirante. Sabe por que, o coitadinho? Porque tinha o sobrenome Câmara Senna, é o atual General Câmara Senna (Roberto Jugurtha Câmara Senna). O Major disse: "Os senhores vão responder ao seguinte questionário..."

Deu-me um papel, para mim histórico e guardo junto às minhas alterações. Comecei a ler e achei um absurdo; vou relê-lo, neste instante, já com as minhas respostas.

"QUESTIONÁRIO

1. A quantas reuniões compareceu no Clube Militar e se alguma foi fora do Clube?
   R: Fui a todas as reuniões no Clube Militar e a nenhuma fora do Clube.
2. Quais os motivos que o levaram a comparecer às reuniões no Clube?
   R: Sabendo que iria ser debatida, no Clube Militar, a questão do aumento de vencimentos e que seriam abordadas as reivindicações dos militares, isto é, a hierarquia salarial, o nível 17 para os 2º-tenentes e a vinculação ao salário mínimo, lá fui levado a comparecer.
3. Qual o ambiente que observou no Clube?
   R: O ambiente de modo geral era de insatisfação, em face da demora na concessão do aumento e das condições em que seria concedido, pois não satisfazia aos anseios da classe.
4. Houve manifestações de desagrado às autoridades constituídas?
   R: Sim.
5. De que maneira foram feitas as manifestações de desagrado?
   R: Quando se esclareceu que o projeto de aumento inicial não fora votado por ação do Poder Executivo, houve apupos na assistência e nas oportunidades em que essa ação do Poder Executivo era focalizada esses apupos se repetiam.
6. Foram em que termos?
   R: Não as ouvi sob outra forma, que não a de apupos.
7. Como militar, cônscio dos seus deveres para com a Pátria e o Exército, observou se nas reuniões do Clube foram respeitados os princípios hierárquicos, de disciplina e subordinação? Qual a sua atitude em conseqüência?

R: Não, mas esses princípios deixaram de ser respeitados porque achamos que há muito tempo não nos respeitam, aos militares, como de direito, isto é, com dignidade e respeito.

Diversos oradores se fizeram ouvir e alguns deles foram obstados pela quase totalidade da Assembléia, sob a alegação de serem comunistas e apesar de não os conhecer, fui levado a acreditar no que lhes era imputado em face das suas atitudes passivas e pouco enérgicas que uma acusação daquela gravidade não admita.

Minha atitude foi de solidariedade aos que se tornaram contrários a esses adeptos do credo vermelho.

8. Nas reuniões a que compareceu foram respeitadas as autoridades constituídas?

R: Não, conforme a resposta à pergunta 4.

9. No manifesto que assinou tomou conhecimento do texto do mesmo?

R: Perfeitamente.

10. Ao assinar o livro de presença e o telegrama, ambos de solidariedade aos presos, sabia que estava fazendo crítica a atos de superior?

R: Sim.

11. Já sabia que o Sr. Ministro da Guerra tinha dado ordem de prisão a algum oficial ao qual o senhor manifestou solidariedade?

R: Sim.

12. O texto do telegrama mencionava solidariedade a oficiais presos?

R: Sim.

13. Ao se conduzir às reuniões, quais os propósitos que o levaram?

R: Os mesmos já citados na resposta 2 e mais ainda o propósito de solidarizar-me aos Majores Torres de Melo e Stélio Dantas e ao Capitão Torres de Melo e obviamente ao Marechal Magessi e para reforçar o contingente de oficiais que congregados lutaram pela manutenção de um ambiente democrático em contradição com o da primeira assembléia.

14. Na sua solidariedade com relação aos oficiais presos pelo Sr. Ministro, qual foi a sua atitude?

R: A minha solidariedade aos oficiais presos teve por finalidade esclarecer à minha classe que as palavras proferidas pelos Majores Torres de Melo, Stélio Dantas e Capitão Torres de Melo, refletiam exatamente os meus pensamentos.

15. Apesar dos oficiais já estarem presos a eles manifestou solidariedade?

R: Sim.

16. Tem algo mais a declarar?

R: Sim, que tenho confiança nos destinos democráticos do meu País."

Muito poucos sabem da existência desse questionário. Em conseqüência, da ordem de 16 a 18 oficiais, os que compareceram à reunião no Clube Militar, foram presos. O mesmo questionário foi entregue a todos, para que respondessem. O pessoal era muito bom e respondemos com firmeza. Mas, agiram de modo maquiavélico. Passados três dias, o Boletim Reservado publicou a punição de apenas seis daqueles oficiais. Ficou a dúvida entre nós naquele momento: será que os outros não responderam? Mas responderam sim, integralmente.

Morava em frente da Unidade. Mandei um soldado ir à minha casa avisar que estava preso e, à noite, fomos fazer a refeição no cassino dos oficiais. Quando chegamos, lá estavam quase todos os oficiais para jantar conosco. Notamos aquela situação esquisita e chamamos o Tenente Petrônio, que era muito bom, e perguntamos:

– O que você está fazendo aqui na Unidade?

– É que nós temos que preparar instrução para amanhã e tal...

Na verdade, tinham ficado em solidariedade a nós. Fizemos um jantar bonito, com a presença do intendente, que mandou melhorar o rancho, mas quando terminou o jantar nos reunimos e eu disse:

– Vejam, estamos sabendo qual foi a finalidade de vocês terem ficado para o jantar. Aceitamos e agradecemos, mas não é interessante essa manifestação, porque já estamos "queimados" e não queremos "queimar" vocês também. Então, aceitamos, mas amanhã ninguém fica aqui, não.

E não ficaram. Cumprimos os seis dias de cadeia, no fim dos quais reassumi as minhas funções. Nesse meio tempo, chegou um Major na Unidade, tido também como comunista, que assumiu o comando de um Grupo. Eu perdi a função de Subcomandante do Grupo e ocupei o cargo de S/1 (Chefe da Seção de Pessoal). Quando estou lá recebendo a função de S/1, apresentou-se um soldado e disse:

– Capitão, telefonema para o senhor, no aparelho do saguão de entrada.

Tinha uma cabine de telefone. Fui atender e a pessoa falou:

– Aqui é o Coronel Jayme Portella de Mello, sou Chefe de Seção da Diretoria do Pessoal, e queria que você e mais os seguintes oficiais viessem aqui, pois tenho uma ordem de transferência para todos.

Pedi autorização para ir ao Quartel-General (QG). Autorizado, avisei aos outros oficiais e fomos imediatamente para o QG. Recebeu-nos num salão enorme, não esqueço nunca disso, e ouvimos:

– Olhem, tenho uma ordem aqui mandando transferir vocês do 1º RO, as Unidades de Artilharia que têm vagas são essas aqui...

Isso abertamente, e então, de acordo com a conveniência de cada um, fizemos as escolhas e lembro-me de que optei pelo 2º Grupo de Canhões 90 (2º G Can 90)

de Quitaúna, porque minha mulher é de São Paulo e eu tinha curso antiaéreo. Retornando ao 1º RO, fui ao Subcomandante e informei-o da transferência. Ele demonstrou surpresa, não estava sabendo de nada. Depois, disse-me que o Comandante ficou aborrecidíssimo, não entendendo como iriam movimentar seus oficiais sem o seu conhecimento.

Mas dois dias depois saiu a transferência no Noticiário do Exército, foi rapidíssimo. Na Unidade foi público no Boletim Interno a passagem de cargos e encargos; quando fui passar as funções para o meu substituto, aconteceu a mesma coisa, o espetáculo se repetiu, apresentou-se um soldado e disse:

– Tem um telefonema para o senhor lá na cabine.

Fui lá, era o Coronel Miranda, não mais o Jayme Portella. Este tinha sido transferido para a Circunscrição de Serviço Militar (CSM) de Ilhéus-BA, porque havia nos chamado; foi acusado de ser conivente conosco.

– Venham aqui que agora há uma ordem do Ministro da Guerra para retificar as transferências de vocês.

Aconteceu a mesma coisa, voltamos, já era esse outro oficial que disse:

– Convoquei vocês aqui, porque tenho um documento assinado pelo Sr. Ministro Jair Dantas Ribeiro mandando retificar-lhes as transferências. Mas, não podem servir nos territórios dos I, II e III Exércitos nem em Corpo de Tropa nem dois na mesma guarnição.

Só poderia servir em QG ou CSM. O Coronel Miranda trouxe uma relação e perguntou para aonde cada um queria ir; um tinha parentes em Pernambuco, foi para Pernambuco, e assim aconteceu com todos. Eu, como não queria sair daqui para muito longe, escolhi o QG da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador. Para o jovem Aspirante não tinha jeito, teria que servir em Corpo de Tropa. O Coronel perguntou para aonde ele queria ir, daí o Câmara Senna foi para a Bateria de Artilharia, em Amaralina, Salvador. Fomos juntos para a Bahia.

Voltamos para o Quartel, informei o Subcomandante e ele foi falar com o Comandante que se exasperou, novamente: "Não é possível! Como fazem isso com os meus oficiais! Para encurtar a história, quem tinha pedido nossas transferências tinha sido ele. Um oficial do Estado-Maior me disse que ele esteve no QG, para informar que não havia mais condições da nossa permanência na Unidade, porque eram oficiais punidos e maus exemplos para os demais.

Nesse meio tempo, o pessoal não queria que saíssemos do Rio de Janeiro, porque estávamos engajados no movimento contra o Governo. Era verdade, estávamos mesmo e, depois disso tudo, me engajei totalmente.

Isso tudo em que ano?

Em 1963. O General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), muito amigo da minha família e estava do nosso lado, disse-me:

– Olha Ninô, vou propor você para meu ajudante-de-ordens e assim você fica aqui no Rio.

Ele fez a proposta mas foi negado. Acho que foi o único caso na história do Exército Brasileiro em que foi negada a indicação de um General para seu ajudante-de-ordem. Tive que seguir destino.

Fui à Seção de Embarque e pedi para marcar uma passagem no navio do Loyd *Princesa Isabel*, muito bom, que sairia dois dias depois. O sargento que me atendeu, esclareceu:

– Olha Capitão, o senhor não pode ir nesse navio. Tenho uma ordem para o senhor viajar na primeira embarcação que for para lá; é o Itaquera, ele sai daqui amanhã.

Ainda ao tempo em que servia no 1º RO, chegou uma época em que as prontidões ocorriam quase toda semana. Às vezes, estava em casa, chegava um soldado e informava que tinha ordem de prontidão; atravessava a rua, desencadeava o plano de chamada, todos vinham para o quartel. Passados uns tempos, num sábado ou domingo, eu estava no Círculo Militar, praticando esportes. Era normal os comentários com os companheiros de outras Armas, de Infantaria, de Cavalaria, sobre nossas atividades. Nessa vez, conversou-se sobre prontidão e dissemos que ficávamos direto!

Os companheiros das outras Armas demonstraram surpresa: "Mas como? Nós não ficamos de prontidão!" Começamos a observar e realmente ninguém entrava de prontidão, a não ser o 1º RO. Reunimo-nos e chegamos à conclusão de que deveríamos dar conhecimento desse fato à Primeira Divisão de Infantaria (1ª DI). Naquela época, a 1ª DI e a Artilharia Divisionária da 1ª DI (AD/1) estavam instaladas no mesmo Quartel-General. Um companheiro de turma, "esquerdinha", servia na AD/1, escalão ao qual éramos subordinados, e uma vez conversamos:

– Olha, o negócio está ruim, estamos entrando toda semana de prontidão.

– Como prontidão? – respondeu, também surpreso.

Mandaram instaurar uma sindicância para saber como entrávamos de prontidão sem que a AD e a DI soubessem. Fomos chamados e ouvidos como testemunhas. Quando fui convocado, levei a relação de todos os dias em que tínhamos entrado de prontidão e ficou constatado o porquê daquela situação. Ocorria o seguinte: toda vez que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) programava uma greve, o General Osvino, que comandava o pessoal da CGT, ligava para o Coronel, seu antigo assistente, nosso Comandante, e ordenava:

– Põe a Unidade de prontidão!

Então ficou comprovado como tudo acontecia. Era esse o comentário que eu queria fazer, para demonstrar o ambiente de loucura daquela época.

Bom, nós estávamos falando...

No ponto em que foi transferido para a Bahia.

Não tinha condições de levar minha família. O salário que ganhava não era suficiente, então mandei meus familiares para a casa de um tio da minha mulher que morava no interior de São Paulo. Eu tinha um garotinho com dois, uma filha com sete e outra com nove anos, fiquei muito longe dos meus filhos. Fico até emocionado em lembrar, porque perdi minha filha, a mais velha, há cinco anos.

Como recebi ordem para seguir no primeiro navio que partisse para Salvador, embarquei no *Itaquera*, da classe ITA. Levamos seis dias e meio do Rio a Salvador, o navio estava com problemas, cheio de defeitos. Para ver a falta de respeito e de consideração, marcaram para a gente zarpar do Rio às 7h da manhã. Por isso, saí da Vila Militar às 5h da manhã. Estava alojado na casa de meu cunhado que era coronel, enquanto aguardava o embarque. Cheguei ao cais, fardado, com uma mala enorme e fui para o navio. Apareceu um taifeiro e me alertou:

– O senhor não pode entrar no seu camarote, agora, porque ainda está ocupado.

Tratava-se de um pessoal que estava trabalhando no conserto do navio. Eu e um outro oficial, o Capitão Aranha, cujo nome não esqueço, ficamos do lado de fora ate às 18h. Minha mãe, meus familiares, foram todos levar-me ao cais. À hora do almoço, chamaram-me para almoçar no navio; e destaco um detalhe muito interessante, quando minha mãe observou:

– Puxa, tem refresco para vocês.

Quando fui tomar, era água, uma água amarelada, coisas de que não podemos esquecer. Às 18h, o Comandante, finalmente consentiu:

– Capitão, o senhor já pode colocar sua mala lá dentro.

Foi a hora em que o navio partiu. Levou seis dias e meio para chegar a Salvador. Apresentei-me no dia seguinte, e fui residir no QG, porque não tinha onde morar.

Respondia pelo Comando da Região, na época, o Coronel Chefe do Estado-Maior Humberto de Souza e Mello, pois o General Souza Aguiar havia deixado o mesmo. Na reunião regulamentar de apresentação aos oficiais, o Chefe do Estado-Maior, anunciou o meu nome e disse o seguinte:

– Quero dizer ao Capitão que a diretriz do Comando da 6ª RM é de irrestrito apoio às autoridades constituídas do País.

Fiquei temeroso, porque não pensava assim. À noite fui para o meu alojamento, estava arrumando minha malinha e bateram à porta. Era um soldado que avisou:

– Estão pedindo para o senhor ir a um quarto lá no fundo do quartel.

Fui e encontrei um grupo em confabulação mesmo, dentro do quartel, presentes até oficial da Marinha e da Aeronáutica.

Já sabiam que o senhor defendia essa mesma linha de pensamento.

Por ser muito antigo, assumi uma função de Major; fui para o Serviço de Assistência Social da Seção de Embarque. No QG havia um Coronel que me conhecia muito bem. Era o Chefe da 2ª Seção, pessoa extraordinária que infelizmente já faleceu, Coronel Marino Freire Dantas, de Artilharia, também. Logo ao chegar, ele me chamou e disse que iria falar com o Comandante da Região que, tendo em vista o pouco trabalho para fazer na minha seção – não havia mesmo muita coisa naquela época, estava tudo muito parado –, autorizasse a minha ida para auxiliar da 2ª Seção. Vibrei!

– Coronel, para mim é uma beleza!

Na Região encontrei vários oficiais estagiários da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), que eu conhecia. Um deles era meu amigo desde os tempos do Colégio Militar. Permaneci na 2ª Seção, o tempo foi passando, até que estourou o 31 de Março.

Uns 15 dias antes, assumira o Comando da 6ª RM o General Manoel Mendes Pereira. Não se sabia, ainda, qual era a linha dele, porque chegara havia poucos dias.

E o Humberto de Sousa e Mello?

Continuou como Chefe do Estado-Maior.

Mas depois ele adotou outra postura?

Sim. Quando eclodiu o Movimento em Minas Gerais, o General Manoel reuniu os oficiais e foi logo afirmando: "A 6ª RM está solidária ao movimento de Minas." Pensei: "Graças a Deus, estou em casa!"

Fiquei encarregado da correspondência cifrada, bastante na época, e a despachava com o Chefe do Estado-Maior, o Coronel Humberto de Sousa e Mello.

Que futuramente viria comandar, aqui em São Paulo, o II Exército.

Realmente, comandou aqui, como general de quatro estrelas. Mudou muito a sua consideração comigo, passou a tratar-me muito bem e tudo mais. Uma quinzena depois, chegou um rádio do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, mandando retornar às suas Unidades de origem todo oficial que tivesse sido transferido por motivo político. O Marino virou-se para mim e perguntou:

– Oh, Ninô você vai embora!?

No dia seguinte, o General Manoel Mendes Pereira me propôs:

– Ninô, o Marino veio falar comigo. Você se importaria de ficar mais um tempo aqui? É que temos muito trabalho.

Precisávamos cadastrar todo aquele pessoal. A Bahia era um foco do comunismo: Terminal de Aratu e outras áreas sensíveis. Havia muito subversivo na

região, era uma fila interminável de pessoas para cadastrar, fazendo ficha e tudo mais. Já estava sem minha família. Então, respondi:

– General, fico aqui o tempo que for necessário.

Permaneci o tempo suficiente para completar a missão, cerca de dois meses. Depois ele mandou me chamar, para dizer que eu estava liberado.

Fui à Seção de Embarque que me alertou sobre um navio que sairia no dia seguinte. Desta vez era o *Princesa Isabel*. Adoraria que a viagem durasse uns dez dias (o navio era bom), mas bastou apenas um dia e meio. Quando cheguei ao Rio, estava minha família toda me esperando. Inclusive meu cunhado, coronel de Artilharia, que me alertou:

– Você não vai mais para o 1º RO, você vai para o 1º GO 155, estou Comandando o Grupo.

Tinham substituído o antigo Comandante e ele já assumira. Até 1964, foi mais ou menos o que ocorreu comigo.

Fui a São Paulo ver minha família, porque tinha cinco dias de trânsito. Na época da Revolução o trânsito foi reduzido a apenas cinco dias. Um amigo arranjou uma passagem de avião e imediatamente liguei para minha família. Foram para Campinas e eu os encontrei lá.

Nessa oportunidade, recebi do Coronel Sidney Teixeira Alvares, homem extraordinário, herói de guerra, o convite para voltar à Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). Falei com o meu Comandante que se tratava de um problema pessoal, estava com a família distante, e acabou concordando. Dessa forma, servi pela segunda vez na Preparatória.

Gostaria de assinalar, porque se trata de uma honra muito grande para mim, o cartão que recebi, quando me apresentei na Escola Preparatória. Está guardado; para mim é histórico. Aquela punição de prisão de seis dias, referida neste depoimento, ficou registrada nas folhas das minhas alterações.

Não tinha sido anulada?

E eu nem queria, a cadeia estava lá. Em toda Unidade em que se vai servir a gente entrega a Caderneta de Alterações e eu a entreguei para o Comandante. Passados uns dias, em 13 de agosto de 1964, ele a restituiu, com o seguinte cartão:

"Ao Capitão Ninô:

O comando da Escola felicita o distinto companheiro pelas substanciosas alterações, particularmente pela cadeia honrosa que delas consta: um atestado vivo de idealismo sadio que o credencia como Revolucionário autêntico.

Boa Vista – Ten-Cel / Subcomandante.

13/08/1964"

Muito eloqüente, muito importante, isso.

Isso para mim representa muito e não sai daqui de dentro da Caderneta. Desde essa época, sempre que me apresentava nas Unidades onde servia, fazia questão de que meus comandantes lessem.

Depois, transferido para a reserva, passei a trabalhar numa empresa estatal, a CESP (Companhia Energética de São Paulo).

Que era a maior companhia energética do País e da América do Sul.

Ainda é. O maior potencial hidráulico era o nosso. Vim servir na Assessoria de Segurança e Informações, por indicação de um colega de turma, assessor do Presidente da CESP. Era o Major Franco que está no Círculo Militar, até hoje. Ele saiu do Exército como Major, colega meu de turma, é quase como um irmão. Na CESP, trabalhei de 1976 até 1983. Nesse meio tempo fui acometido de um câncer, operei o estômago, tirei quase todo o estômago e acharam que eu ia morrer. Sugeriram:

– Peça para aposentar-se, porque você tem direito.

– Não, eu não vou morrer, quero continuar trabalhando – respondi.

Mas devia ter aceitado o conselho, porque em 1983 fui demitido sumariamente da CESP, simplesmente por ser um oficial do Exército. Eu e mais uns três ou quatro oficiais que trabalhavam lá, o Governador mandou nos demitir.

Quem era o Governador?

André Franco Montoro mandou nos demitir por sermos oficiais do Exército e por isso faço questão de dizer o seguinte: Isso aconteceu durante o Governo militar, que eles chamam de "ditadura" e muito mais; mas não era ditadura, porque fomos mandados embora por um civil, por sermos militares, e ficou tudo por isso mesmo. Se fosse uma ditadura jamais teria ocorrido. Então, eis o que queria dizer, se você tem alguma coisa que queira me perguntar eu estou à sua disposição.

Tenho sim, Coronel Ninô. Não podia deixar de aproveitar a oportunidade para pedir-lhe a opinião sobre o clima nos idos de 1962, 1963 e início de 1964; sobre a insegurança, a desconfiança e mesmo o distanciamento do patriotismo, com os tentáculos do comunismo nos envolvendo, quase sufocando a Nação. Vivenciamos isso, mas o pessoal de hoje não, porque, graças a Deus, encontraram um País muito melhor do que era naquele tempo. Infelizmente, agora, por outro lado, a história não é bem contada nas escolas. Então queria destacar naquela época, antes de março de 1964, a insegurança, a insatisfação, não só do militar mas também do civil que ia trabalhar e não sabia como voltar para casa, pois quase todo dia ocorriam greves de transportes e coisas dessa natureza. Gostaria que o senhor falasse sobre isso.

Realmente, havia tudo isso sim. Por felicidade nossa, no Exército os quadros eram de qualidade. Servi com sargentos muito bons, de confiança e, acima de tudo, leais. Nunca tive demonstração alguma de desconfiança da parte de meus subordinados. Os oficiais também eram valorosos, comungavam das mesmas idéias, com aquelas raras exceções que sabíamos existirem: determinados quistos em algumas Unidades, núcleos de oficiais comunistas. No 1º RO 105, onde passei todo o período pré-revolucionário, havia um ou dois que conhecíamos, isso num universo de mais de quarenta, por isso ficavam deslocados. Um desses oficiais foi a duas ou três reuniões no Clube Militar, mas não ficava junto a nós. Não sabia do seu comparecimento às reuniões, embora fosse até meu amigo. Depois, ele me falou que estava lá e tinha me visto. Demonstrando honestidade, lembrou a derrota fragorosa que sofreram.

Mas o ambiente era esse mesmo: o clima de greve era irrespirável, a disciplina não existia mais, a hierarquia, que é uma das bases da nossa sustentação, estava sendo jogada para o alto.

Não só no Exército, mas em outras Instituições, parcelas da sociedade..

Totalmente.

E a CGT mandava no Governo.

Aquele comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, foi um acinte, uma barbaridade. Existia, até, Bandeira do Brasil que, em vez de ostentar o azul-celeste no centro, mostrava a cor vermelha com uma foice e um martelo. E o Presidente da República no palanque, assistindo a isso.

E incentivando também.

Exatamente, e infelizmente, também havia autoridades militares no palanque. Isso tudo acirrou o ânimo dos militares, porque não admitíamos tal desfaçatez, como não admito até hoje. Ainda há pouco tive o desprazer de pegar o jornal e ler que já foram deferidos alguns requerimentos concedendo indenizações polpudas às pessoas que se dizem prejudicadas pelo Governo dos militares. O País numa situação econômica difícil, sem recursos sequer para dar o aumento a um infeliz funcionário que há sete anos nada recebe. O Governo acena agora com um aumento de 3,5%, isso é um escárnio, é uma provocação!

Quando pego o jornal e constato que há gente que vai receber R$ 10.800,00 por mês, por ter sido terrorista, bandido, assassino, assaltante. Não posso me conformar, isso até me faz mal à saúde. Muitos processos já foram deferidos, existem não sei mais quantos mil na fila...

Também nos entristece muito.

Não aceito e digo francamente. Fico pensando naqueles companheiros que morreram, que se tornaram vítimas desses bandidos. Qual a satisfação que vamos

dar às famílias deles? Morreram em serviço e não receberam nada! Hoje, um indivíduo que participou da Intentona Comunista de 1935, todos sabem que eles mataram companheiros dormindo, vai ter direito à indenização e à percepção de proventos. E as vítimas dos comunistas, como ficam? Temos uma responsabilidade muito grande sobre essa distorção. Não deveríamos aceitá-la com tanta passividade.

Não sei se respondi à sua pergunta, porque às vezes me inflamo e até desvio do tema central, mas o ambiente, até março de 1964, era intolerável mesmo, tanto para nós militares, quanto para os civis. Quando havia aqueles comícios, ficávamos com a impressão de que grande parte da população civil estava do lado deles. Mas não era bem assim, apenas uma minoria ativa comparecia e agitava. Quando começou o Movimento, no dia 31 de março, o que se viu foi a população civil apoiando a ação dos militares e, por muito tempo, isso perdurou. Depois as coisas mudaram muito e chegamos à situação em que nos encontramos.

Coronel Ninô, boa parte da mídia está agindo estranhamente, e até mesmo sendo veículo para incentivo de ações que prejudicam o Brasil, talvez até mesmo sub-repticiamente a serviço de potências estrangeiras que não querem que o Brasil se desenvolva. Para o Brasil não se desenvolver, uma das maneiras é ser conivente com a baderna, a greve, a inversão de valores, a invasão de terras e coisas dessa natureza que já tinham prosperado em 1962 e 1963, foram abortadas com a Revolução e hoje são praticamente estimuladas outra vez.

Quando o Brasil era só progresso, sobretudo no Governo do Presidente Médici – as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chegavam a 14% ao ano, com uma inflação bastante baixa –, inconformados com esse estado de coisas, os inimigos da Pátria iniciaram o terrorismo, as guerrilhas que tanto ensangüentaram o Brasil. Hoje, a mídia acusa os governos militares de repressores, de torturadores por terem derrotado o terror e as guerrilhas.

É oportuno lembrar, o maior atentado terrorista do mundo, perpetrado contra as Torres do World Trade Center, em Nova Iorque, há uma semana, no qual mais de cinco mil inocentes foram mortos por terroristas, já sob outra ideologia, mas igualmente terroristas, tal qual os que existiam aqui no Brasil, que atacavam indiscriminadamente e mataram muitos inocentes. Por isso peço esclarecimento sobre as razões que levaram os governos militares a agirem com firmeza contra esses tipos de ações violentas.

Não creio que os governos militares tenham sido assim tão firmes, penso que poderiam ter sido mais duros. Fomos muito condescendentes e hoje estamos pagando por coisas que não fizemos.

Sobre o atentado, existem pessoas que ainda criticam os Estados Unidos. Li um artigo interessante, hoje de manhã, antes de vir para cá. O autor fazia uma reflexão, referindo-se à manifestação contrária aos americanos feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande do Sul, como se eles fossem os culpados pelo atentado. Ele dizia: "Não! O PT está coerente, porque afinal de contas muitos deles são terroristas como esses que fizeram esse atentado!" É uma grande verdade.

Esse atentado é um fato que por mais radical que a pessoa seja, de um lado ou de outro, jamais poderia aceitá-lo. Foi um banditismo tão grande, uma desumanidade tão grande... e nem foi um objetivo militar; se tivesse sido só sobre o Pentágono, ainda poderíamos aceitar, mas atacar um lugar onde só tinha civil e civil de tudo quanto é nacionalidade...

Mais de cinqüenta nacionalidades, inclusive alguns brasileiros.

É um banditismo difícil de entender. Às vezes, fico em casa pensando: "como esses indivíduos conseguiram fazer uma monstruosidade dessas."

Então entendo que reprimir esse tipo de terrorismo, de atentado, seja agora, seja naquela época, é o procedimento correto, é a obrigação do Estado.

Absolutamente certo, porque em última análise defende os inocentes. Se os americanos tivessem tomado medidas mais drásticas, anteriormente, embora muitos ficassem contra eles, poderiam ter evitado aquele crime. Sob todos os aspectos, isso tudo é muito lamentável e difícil de aceitar.

Ainda entendo que derrotamos o terrorismo e a guerrilha, de forma equilibrada e justa, embora dura e inflexível. Mas se tivéssemos sido mais drásticos, talvez não estivéssemos sofrendo o "revanchismo" que estamos aturando. Anistia irrestrita e tudo mais; demos liberdade a eles para se voltarem contra nós com virulência, porque são virulentos quando nos atacam. São os únicos a olvidar a anistia.

Pediria que o senhor dirigisse uma mensagem aos jovens militares e civis que precisam ser mais bem esclarecidos quanto ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Quando compareço às solenidades militares, e venho a todas, quase sempre me emociono, do fundo da alma, porque nelas vejo demonstrações de patriotismo, de civismo, de disciplina e de ordem, tudo o que está faltando em nosso País.

Não deixo de vir, porque servem como bálsamo, um incentivo para a gente continuar. Os jovens devem acreditar no nosso País, no povo e na Instituição Exército. Falo em meu nome e no do Exército Brasileiro, como seu integrante mais fiel.

Sinto-me gratificado por ter seguido a carreira das Armas. Aprendi a ser patriota dentro do Exército e em casa. Meu pai, também militar, me orientou e

aconselhou. Procuro passar essa experiência para os jovens de hoje. Gostaria de citar um fato que ocorreu um tempo atrás. Um cidadão do Círculo Militar, mais ou menos da minha idade, chegou-se a mim e disse:

– Oh! Ninô, tenho um neto que quer ser militar.

– Pelo amor de Deus, me apresente a ele – respondi.

É muito difícil, hoje em dia, encontrar um jovem que queira ser militar, por pendor e vocação. Ele me apresentou o rapazinho, com quem conversei e disse:

– Se você quiser ser militar pensando em ganhar dinheiro, desista já! Se você quer ser militar por pendor, por amor, vá ser militar!

Aconteceu que fui agraciado com a Medalha do Pacificador. Liguei para o jovem e disse:

– Quero que você vá comigo a uma solenidade no Quartel-General para assistir a uma demonstração de civismo e de disciplina.

E ele veio. Veio e vibrou, tirei uma fotografia, os dois, lado a lado, fiz uma dedicatória e mandei para o rapaz, dizendo que esperava vê-lo em breve envergando um uniforme de qualquer Força Armada do Brasil. Veja, realizei-me com isso...

Muito obrigado.

Coronel Ninô, em nome do General Gleuber, Comandante do Exército, agradeço muito e do fundo do coração a sua presença, a sua sinceridade, esse seu depoimento que, sem dúvida, em muito irá engrandecer o Projeto História Oral do Exército Brasileiro, muito obrigado.

Eu é que me sinto gratificado em poder ter vindo aqui, muito obrigado.

Tenente-Coronel Licio Augusto Ribeiro Maciel

Nasceu na Cidade de Maceió-AL.

Em 1950, prestou exames para a Escola Militar de Resende, onde foi incluído em março do mesmo ano, sendo declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia em novembro de 1952, turma Barão do Rio Branco da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Como Aspirante, foi servir no 3º Grupo de Artilharia a Cavalo 75 (3º GACav75), em Alegrete, faixa de fronteira do Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1953, prestou exames para a Escola de Pára-quedistas do Exército, onde permaneceu até 1960, tendo feito todos os cursos existentes. Foi um dos pioneiros do curso de Forças Especiais, criado em 1957.

Prestou exame para a Escola Técnica do Exército, então Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1960, formando-se em Engenharia de Comunicações, em 1963. Foi classificado na 9ª Região Militar (9ª RM), Mato Grosso, em 1965.

Em 1968, foi nomeado para o Centro de Informações do Exército, órgão do Gabinete do Ministro do Exército (Gab Min Ex / CIE / ADF), onde permaneceu até 1974. Foi agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma, em 13 de outubro de 1972.

Em 1973, foi ferido no rosto e na mão, por tiros à queima-roupa disparado por uma guerrilheira, no Araguaia.

Em 13 de fevereiro de 1974, foi transferido para o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), no Rio de Janeiro. Em 15 de julho de 1975, foi nomeado para a CMBW (Comissão Militar Brasileira em Washington), de onde retornou em 1978, sendo classificado na 1ª RM, Rio de Janeiro.

Em 1979, solicitou transferência para a Reserva, indo trabalhar na atividade civil, em Manaus. Até 1985 trabalhou em várias firmas, inclusive no exterior. Daí em diante, dedicou-se ao magistério e atividades de informática.

Relato feito pelo Tenente-Coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel por solicitação do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964 sobre as operações de combate e incidentes ocorridos na Guerrilha do Araguaia.

A Imprensa tem sistematicamente publicado versões fantasiosas e mentirosas de alguns combates e incidentes da guerrilha do Araguaia. São versões "por ouvir dizer", escritas maliciosamente por quem não tem a mínima idéia do que seja um combate, muito menos na selva. Sem exceção, são todos eles jornalistas de esquerda ou comunistas. Os de direita desapareceram.

Dos combates e operações de busca de informações, nos quais tomei parte, relato o ocorrido com alguns comentários adicionais.

Se os poucos militares combatentes ainda vivos, participantes, se omitirem, ficará valendo a versão dos derrotados.

O Exército Brasileiro deu inúmeras e demoradas oportunidades para que eles se entregassem: o local, descoberto em 1972, só foi neutralizado em 1974. Com a descoberta das áreas dos três grupos, seria muito fácil, por exemplo, empregar a Divisão de Pára-quedistas para neutralizá-los em curto prazo. Mas isso não foi feito; adotou-se uma solução humana, demorada e, inclusive, mais arriscada para os militares. Muitas outras soluções instantâneas poderiam ter sido adotadas.

No início de 1974, inúmeras vezes foram lançados panfletos e transmitidas mensagens por megafone, por meio de aeronave à baixa altura, concitando a que se entregassem, com a garantia de julgamento justo, tratamento humano e imparcial. Não surtiu efeito; eles preferiram o confronto e assim aconteceu.

Dizem os bandidos, mesmo assim, inconformados com a derrota, que esta demora de eliminação do foco aconteceu por incompetência do Exército Brasileiro. São fanáticos; a despeito da anistia e de mais de trinta anos já terem decorrido; mantêm o mesmo ódio inicial contra o Exército, particularmente.

Quando os militares chegavam na área, eles se escondiam em refúgios muito bem planejados e preparados, verdadeiras "tocas de onça", à beira de um córrego de águas cristalinas, com muito conforto, ficavam dormindo. Só saiam quando não havia mais perigo e se vingavam em quem tivesse tido contato com os militares.

Hoje tentam tornar crível uma série de mentiras, que sugerem aos moradores da área com interesses pecuniários, repetidamente. Mas contra fatos não há argumentos. O PCdoB tem por emblema a foice e o martelo, além do próprio nome, partido comunista.

Todos os componentes do grupo militar da guerrilha, encabeçados por Zé Carlos (André Grabois), foram formados em terrorismo nos países comunistas. E, mesmo assim, querem convencer que lutavam contra a "ditadura".

Já estavam no Araguaia, em treinamento, muito antes de 1964, logicamente para tomar o Poder, fosse qual fosse o regime.

A Descoberta da Grande Área

Pedro Albuquerque, preso pela Polícia em Fortaleza, CE, por vagabundagem (sem documentos), declarou ter fugido de um campo de treinamento de guerrilha localizado no Pará. Perguntado qual o efetivo em pessoal lá existente, respondeu que eram muitos, da ordem de trinta, num só destacamento.

Sobre a localização da área, informou que indo de Xambioá, subindo o rio Araguaia até Pará da Lama, pegando a trilha existente até o último morador, o campo de treinamento ficava além, a menos de seis horas de caminhada por uma picada. Recolhido ao xadrez, arrependido de ter falado e principalmente por saber que seria justiçado (como declarou posteriormente) pelos companheiros, tentou o suicídio, cortando os dois pulsos com uma lâmina de barbear. Foi salvo pela sentinela e levado para o hospital da Guarnição do Exercito.

Remetido o depoimento para o CIE/ADF, providenciou-se o seu transporte imediato para Brasília, onde foi novamente interrogado, quando acrescentou outros dados (detalhes sobre o local, efetivo, armamento, nomes dos componentes etc.).

Foi montada a operação de busca de informações, chefiada pelo Coronel Torres e Major Lício, como Comandante da Equipe de Busca, efetivo de dez homens da Brigada de Infantaria.

A grande área presumida foi bloqueada por tropa do Exército nos principais pontos da Transamazônica (Marabá) e Belém-Brasília (Porto Franco/ Tocantinópolis) e Araguaína.

A partir de Xambioá, subindo o rio Araguaia até Pará da Lama, antes da primeira corredeira, um dia inteiro de marcha pela trilha no sentido do Xingu. Partiram ainda escuro e, no final do dia, já noite, chegaram até a casa do último morador, Senhor Antonio Pereira.

Na madrugada seguinte, foi iniciada a marcha até os "paulistas", indo o filho mais novo do Antonio Pereira como guia. Cerca do meio-dia, são avistados dois homens sem camisa sentados em tocos, no pátio de uma grande palhoça, e uma velha, conversando, descansando para o almoço. Os cachorros da casa começaram a latir e iniciamos a corrida para onde eles estavam. Conseguiram fugir para a mata, pois havia sido preparado um obstáculo entre a picada e as casas: eles aproveitaram um leito de rio seco, cheio de troncos que tornaram pontiagudos, à guisa de abatises, retardando a nossa aproximação.

Foi encontrada uma grande quantidade de documentos e manuais de treinamento militar, livros de doutrinação comunista, grande quantidade de uniformes, mochilas de lona reforçadas e costuradas com linha grossa, máquinas de costura industriais, armamento e munição, oficina de rádio bem aparelhada, com os instru-

mentos básicos para transmissão e recepção (geradores de sinais na freqüência de HF e VHF, medidores etc.), grande quantidade de instrumentos cirúrgicos, grande estoque de remédios, os mais diversos, grande quantidade de bússolas portáteis, grande estoque de sacas de arroz em casca, feijão, milho, grandes plantações de macaxeira, jerimum, melancia, maracujá, melão, laranjas, limão, criação de galinha em cercados, porcos e animais silvestres aprisionados em chiqueiros etc.

Estava, assim, descoberta a "grande área" citada por Marighella em seus documentos apreendidos.

A equipe retornou a Xambioá, tendo sido o relatório transmitido para o CIE/ADF por fonia via São Paulo pela estação de rádio de uma serraria.

No dia seguinte, o Cabo Marra, da PM de São Geraldo, em frente a Xambioá, lado do Pará, vindo de canoa em companhia de um morador, Zé Caboco, apresentou-se ao Major Licio e informou que o morador se prontificava a levar a equipe até a casa da Dina, que era sua vizinha. Alguns moradores locais se aproximaram e um deles, Piloto Pedro Careca, informou que poderia levar de avião alguns elementos até o castanhal da Viúva, cujo capataz, senhor Victor, nos indicaria o caminho.

Quando a equipe (4 homens) chegou lá, o grupo da Dina já estava em fuga, avisado que fora pelos três elementos que fugiram anteriormente. Eram cerca de vinte pessoas. O Cabo Marra e quatro soldados da PM se juntaram à equipe do CIE, pois tinham marchado a noite toda até lá.

Foi iniciada a perseguição, quando aparece repentinamente um "morador" de mochila às costas, chapéu de vaqueiro, revolver e facão na cintura; declarou chamar-se Geraldo. Foi detido e deixado com o cabo Marra e soldados enquanto reiniciávamos a perseguição.

Pressentindo o avanço da nossa equipe, os fugitivos esconderam quase toda a carga que transportavam e passaram a progredir mais rápido, bons conhecedores que eram da área. A equipe destruía a carga escondida, quando são escutados três tiros de fuzil vindos de onde estava o Cabo Marra com o Geraldo. Como já estivesse escurecendo e chovendo torrencialmente, dificultando a perseguição, mascarando as pegadas, ficou resolvido voltar.

O Geraldo, mesmo algemado e com uma pesada mochila nas costas, tinha disparado em desabalada carreira pela mata, tentando fugir, quando foram dados três tiros de advertência. Novamente preso, com a chegada da equipe, se abrigam num mocambo de palha e o Geraldo tenta explicar que é morador da área e tinha tentado fugir porque estava assustado com tanta gente armada na mata.

Nada tendo sido achado de anormal em sua mochila, já estava para ser liberado. O chefe acatou as ponderações dos demais componentes da equipe e do

prisioneiro, mas antes de soltá-lo resolveu fazer pessoalmente uma nova vistoria na mochila, tendo achado um tubo de alumínio, de pastilhas de remédio, contendo linhas finas de pesca e anzóis pequenos, típico material de sobrevivência. Ao perguntar alguns detalhes ao Geraldo, notou que ele estava ficando pálido e assustado. Retirado todo o material de pesca do tubo, foi avistado no fundo um papel pautado de caderneta. Era a mensagem do B para o C, em linguajar militar.

Geraldo, perante tamanha evidência, não teve alternativa e respondeu às poucas perguntas que lhe foram feitas. No verso de um papel de um pacote de cigarro, foi anotado, com um toco de lápis, o que declarou.

O preso era, sem sombra de dúvida, elemento importante da organização.

Cada vez mais aumentavam as surpresas. Mas era apenas a extremidade sul da “grande área”.

No dia seguinte, como combinado, num pequeno helicóptero de uma mineradora, chega o Major Othon Cobra, ao qual foi entregue o Geraldo, sendo conduzido para Xambioá e, posteriormente, para Brasília, onde foi interrogado.

Conclusão: tratava-se do subcomandante do grupo B, José Genoíno.

Graças aos militares, foi recolocado no bom caminho, após cumprir um curto período de prisão. Resta a dúvida se reconhecerá...

Triste notícia veio dias depois. Dois bandidos perseguiram e assassinaram a facadas o filho do Antonio Pereira, apenas por ter-nos acompanhado poucas horas na mata. Destruíram uma família honesta, simples moradores afastados do mundo, no interior da mata. Tiveram que se mudar para Xambioá e a família foi se deteriorando, acabando, morrendo de desgosto. Nunca foi dada pelos bandidos uma nota de arrependimento, um pedido de desculpas à família do Antonio Pereira. Pelo contrário, encobrem o assassinato frio e perverso. Hoje, distorcem a verdade dos fatos, são irrecuperáveis. Agora, na expectativa de uns trocados, os moradores, eles próprios, distorcem os fatos a gosto dos inquiridores.

Dizem, Pedro Albuquerque (o Jesuíno) e José Genoíno (o Geraldo), que foram torturados.

Primeiro, Pedro Albuquerque já tinha dado o “mapa da mina”; não havia motivo para torturá-lo. Confessou que tentara o suicídio por medo do justiçamento, pois conhecia bem os companheiros. Foi ponderado ao General Bandeira, inclusive, que não havia necessidade dele servir de guia. Fez um passeio pela mata, durante quase três dias, completamente solto, livre, cumprimentado por alguns moradores, não tentou fugir. Nem mesmo durante a noite, quando dormimos nos abrigos do sítio do Antonio Pereira. Nem mesmo guarda foi estabelecida, pois não acreditávamos no perigo do “inimigo”.

Quanto a Geraldo, talvez a "tortura" a que ele se refere tenha sido a companhia de gente carrancuda e armada numa remota área desolada da Amazônia, como ele mesmo alegou para o fato de ter tentado a fuga. Principalmente depois de lida a mensagem que portava, do Osvaldão, do grupo B da Gameleira, para o Antonio da Dina, do grupo C. Não havia motivo, portanto, para torturá-lo. E está vivo até hoje, e muito vivo...

Como foi o combate com o grupo militar da guerrilha?

Num de seus livros, Elio Gaspari escreveu que o caso "Sônia" foi o episódio mais notável da guerrilha, distorcendo propositalmente os fatos e enaltecendo o fanatismo da "Sônia". Mais um erro grosseiro. O caso da Sônia talvez tenha sido o mais inusitado, por tratar-se de mulher. Mas o combate com o grupo militar da guerrilha foi muito mais importante, muito mais sangrento, tendo desmoralizado o movimento do PC do B: eles perderam, em um único combate, quatro elementos dos mais importantes (um deles entrincheirou-se atrás de uma árvore e conseguiu fugir em desabalada carreira, após cessado o tiroteio, pois estava sem arma na mão e ninguém atirou nele), todos com cursos na Albânia, Argélia, China e Cuba etc. O que fugiu, soubemos depois, era o João Araguaia, desapareceu na mata.

Os bandidos ficaram desmoralizados e, na realidade, foi o começo do fim, até a morte do Osvaldão. Por este motivo, fazem pouco alarde do ocorrido, dizendo que foram emboscados, que estavam famintos etc., embora saibam realmente o que aconteceu, uma vez que o que conseguiu escapar deve ter relatado o fato. Uma emboscada fica demonstrada ser impossível, no caso, pois numa perseguição na mata não se sabe onde eles vão passar.

Tudo se originou no assalto a um quartel da PM, ao alvorecer de um determinado dia, pegando a guarnição de surpresa. Incendiaram todas as instalações, quartel, refeitório, almoxarifado, corpo da guarda, casa da estação de rádio, paiol etc., levando todo o armamento (fuzis, revólveres), toda a munição e todo o fardamento, todo o dinheiro e material individual, agredindo com coronhadas, torturando e humilhando os militares, inclusive deixando todos de cueca. Uma ação audaciosa e reveladora da grande confiança que possuíam até então.

Deixaram um recado com o Tenente comandante do destacamento: "Que ninguém ouse nos seguir, pois agora estamos bem armados e o pau vai quebrar...". E quebrou mesmo, mas para o lado deles, principalmente.

Foi iniciada a perseguição com o efetivo de um GC, comandado por Oficial do CIE (Major Licio), ainda com o Quartel fumegando, dez horas após terem fugido.

Os bandidos, com a carga que levavam, deixavam pistas nítidas na mata e a velocidade de marcha era relativamente pequena devido ao peso da carga resultante do saque.

No terceiro dia da perseguição, a despeito das fortes e constantes chuvas, houve o confronto, cerca das 15h. Eles deram três tiros às 6h da manhã, caçando porcos monteiros. Cercados os bandidos, foi dada a voz de prisão, obtendo-se como resposta um tiro dado por um deles que estava de vigia mais à frente e que não tinha sido visto. O revide foi inevitável, imediato.

Do nosso lado, um soldado com ferimento na perna, julgado a princípio que tinha sido atingida a femural e outro soldado com distúrbios psicológicos (vomitando seguidamente e aparvalhado).

Conforme combinado via rádio, os mortos e feridos e todo o material foram transportados para o sítio da Oneide e entregues ao PIC para a devida identificação etc., uma vez que o local do combate não era localizado nas cartas. Foram seis horas de marcha extremamente difícil, numa estreita trilha em plena mata, com os cadáveres, feridos e carga sendo transportados em muares que estavam abandonados pelos moradores e foram providenciados pelos guias (Luiz Garimpeiro e Antonio Pavão). A munição de fuzil foi destruída, jogada num buraco da mata.

Numa reportagem na imprensa, um mateiro afirmou que a tropa do Exército já chegava atirando.

Primeira mentira: os mateiros iam ficando para a retaguarda na iminência do confronto. Ficavam quietinhos lá atrás até o cessar fogo. Assim, não podiam ver os primeiros instantes após dada a voz de prisão. E sempre aprovei isto, claro.

Segunda mentira: como os bandidos estavam fardados, tendo o Zé Carlos o gorro de 2º Tenente da Policia Militar do Pará na cabeça (caqui com estrela vermelha), teria obrigatoriamente que ser dada a voz de prisão para certificar-se de quem se tratava, invariavelmente.

Terceira mentira: na área, agiam vários grupos de combate, principalmente em reconhecimento, o que tornava imperiosa a identificação para não ocorrer acidente entre tropas amigas. Jamais poderia haver precipitação no encontro na mata. E nunca houve, que eu saiba.

Se a intenção fosse realmente acabar com eles, de qualquer maneira, o João Araguaia não teria sido poupado; estava sem arma na mão e ninguém atirou nele.

O mais gritante de tudo, que anula a versão de já chegar atirando, é que seria muito mais fácil levar prisioneiros marchando algemados pela mata do que transportar cadáveres em lombo de muares. Dificilmente o local dos combates, em mata fechada, permitia o pouso de helicóptero. Inclusive, eles continuariam trans-

portando as próprias cargas que roubassem. As informações que poderiam fornecer também eram de suma importância e foram perdidas, uma vez que o sobrevivente, muito ferido, não estava em condições de falar na manhã seguinte. Ele apenas deu o nome de cada um componente e da importância do grupo. Sofreu muito durante a noite e no caminho, tendo chegado muito mal no sítio da Oneide, onde foi medicado e identificado.

Tanto no caso da descoberta do local da guerrilha, quanto em todos os demais, era dada a voz de prisão. Os três elementos avistados (dois homens sem camisa e uma velha) no final da trilha de Pará da Lama, e que escaparam fugindo para a mata, podiam ter sido alvejados facilmente, tal a proximidade a que chegamos, uns 80 metros.

O mesmo poderia ter sido feito com o "Geraldo" que, inclusive, tentou fugir.

O Pedro Albuquerque está vivo, em Recife, só temendo o justiçamento por parte dos antigos camaradas de aventura.

O caso da Sônia demonstra de maneira insofismável este procedimento das patrulhas. Ela poderia ter sido alvejada mortalmente, ao puxar a arma, mas preferiu-se deixá-la ferida, após 6 sucessivas advertências.

Coronel Lício, como foi o caso "Sônia"?

Ela fazia parte de um numeroso grupo (depois confirmado, com dezoito subversivos do grupo A, do Paulo).

Estávamos seguindo o grupo na mata e, em determinado momento, a Sônia voltou inesperadamente, recebendo voz de prisão, repetida três vezes, e mais as advertências "não faça isso", à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre.

Após a terceira advertência, como Sônia continuava, já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revólver, disse-lhe para ficar quieta que iríamos salvá-la.

Não achei o revólver no meio da espessa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em perseguição ao restante do grupo de subversivos, que fugiu, atravessando um córrego e atirando em nossa direção.

Como anoitecia – a mata já ficava bem escura – voltamos; atravessar o córrego seria expor-se muito ao inimigo.

Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha encontrado o revólver. Incontinenti, nossa equipe reagiu, alvejando-a mortalmente. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros.

Levei dois tiros, um no rosto e outro na mão; o Capitão Curió, que vinha atrás de mim, foi atingido no braço.

No grupo de subversivos encontrava-se um garoto, morador da região, que relatou depois que eles tinham preparado uma emboscada, uma vez que eu estava sendo carregado numa rede armada e suspensa num pau, nos ombros de dois soldados, cujos fuzis eram levados pelos companheiros. Essas armas ficaram batendo um contra a outra, a tiracolo, o que fazia um barulho nítido de metal contra metal.

O mesmo garoto declarou, muitos anos depois, que esteve no local 4 meses depois do incidente e viu os ossos ainda lá. Uma comissão séria que quisesse localizar restos mortais (se quisesse mesmo) já deveria ter ido lá. E por que nunca foram?

Pouco antes do local da emboscada, foi feita uma parada para descanso da equipe, reinando o silencio da mata, já noite. Tendo eles interpretado como se tivéssemos pressentido a emboscada, fugiram.

Teria sido uma dura experiência, para nós, devido à total surpresa.

Fui levado para a vila de São José, de lá para Marabá e, em seguida, para Belém, onde permaneci algum tempo para me recuperar, principalmente, da perda de sangue.

Depois, fui evacuado para Brasília, operado no Hospital das Forças Armadas para retirada do projétil. Operação delicada, pois o projétil estava alojado no pescoço, próximo à coluna e eu poderia ficar paraplégico. Após um mês, fui submetido a uma pequena cirurgia corretiva na feia cicatriz do rosto.

Três meses depois do incidente fui mandado de volta a área, já recuperado, aparentemente. Até hoje tenho seqüelas: perdi vários dentes, com a arcada abalada sem possibilidade de correção; fiquei completamente surdo do ouvido direito e uma sinusite crônica surgiu no rasto dos resíduos de chumbo deixado pelo projétil. O tiro na mão, por sorte, atravessou a palma, não tenho atingido nervo nem osso algum. Com o Curió, o projétil atravessou o braço, sem maiores conseqüências. Diz Elio Gaspari que este foi o episódio mais notável da guerrilha, enaltecendo o fanatismo da Sônia, o que demonstra o pouco apreço que tem pela exatidão do que escreve.

Doutor Adolpho Lindenberg

Nascido em 3 de junho de 1924, na Cidade de São Paulo, formou-se em engenharia civil no ano de 1950, pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, também na Cidade de São Paulo. Foi professor contratado da Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (PUC-SP), na matéria de Sistemas Econômicos.

Desde moço integrou a organização Tradição, Família e Propriedade, onde atuou na preparação da Revolução de 1964. Trabalhou ainda na edição de quatro livros favoráveis à livre iniciativa, condenando a socialização da economia. Publicou há três anos o livro "O Mercado Livre numa Sociedade Cristã", que teve seus exemplares publicados além das fronteiras do Brasil, nos Estados Unidos, em Portugal e na Itália.

Preside a construtora Adolpho Lindenberg, que leva o seu nome, e que já construiu mais de 400 edifícios em diversas cidades do Brasil, sobretudo em São Paulo, com mais de 4 milhões de metros quadrados de construção, incluindo o Hotel Tropical, de Manaus-AM.

Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2001.

Primeiramente gostaria de agradecer o convite para vir aqui fazer este depoimento, que julgo importante. A colaboração para se ter uma visão objetiva do que foi a Revolução de 1964, mesmo pequena como a minha, pelo fato de ela existir, é importante.

Quero igualmente dizer que para mim é uma satisfação enorme estar aqui entre militares, pois sempre fui um grande entusiasta das Forças Armadas do Brasil e acho que se não houvesse uma participação preponderante das lideranças das Forças Armadas na Revolução de 1964, ela não teria se realizado e provavelmente hoje estaríamos num regime semelhante ao cubano.

Dando início às minhas memórias daquele tempo, gostaria de chamar à atenção de que o comunismo é um sistema totalitário; ele age em todos os ramos da atividade humana. Depois da guerra, entre 1950 a 1960, apareceu um movimento de tendência claramente esquerdista e socializante nos meios católicos.

Essa influência proveio da Universidade de Luvain, na Bélgica. Então, veio para cá grande número de padres dominicanos formados em Luvain, e aqui difundiram o pensamento pseudocristão, mas de tendências claramente socialistas.

E é preciso reconhecer que eram homens de grande cultura, com todo prestígio de terem vindo do exterior e foram logo apoiados por vários bispos importantes aqui do Brasil, principalmente por Dom Hélder Câmara, que naquele tempo gozava de um prestígio ímpar; posteriormente foi apoiado pelo Cardeal Mota (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota), aqui em São Paulo.

Esses elementos esquerdistas conseguiram criar, aqui no Brasil, uma novidade, que foi a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Essa CNBB se arrogou o direito de falar em nome da Igreja e como ela era integrada por alguns poucos bispos claramente socialistas, começou a propagar, em nome da Igreja, princípios, idéias e concepções claramente esquerdistas.

Assim, por exemplo, quando se desencadeou o movimento de reformas de base aqui no Brasil, por volta de 1960, todo episcopado representado pela CNBB apoiou essas reformas de base. A maioria dos bispos não se interessava pelos assuntos e às vezes até eram contrários às orientações esquerdistas, mas eles não eram figuras proeminentes e não tinham o apoio da CNBB.

Então, o que é que aconteceu? Os bispos liderados por Dom Hélder Câmara e pelo Cardeal Mota dominaram a CNBB e espalharam pelo Brasil a noção de que a Igreja era a favor da luta dos pobres contra os ricos, que era preciso limitar os direitos de propriedade, que era preciso combater o "imperialismo americano", que a solução cubana era condenável por ser uma revolução atéia, mas do ponto de vista social era muito instrutiva etc. Vários padres, entre eles o Frei Betto, começaram a viajar para

Cuba e a falar nos sermões: "É preciso haver reformas de base no Brasil, é preciso haver uma revolução social no Brasil, é preciso combater o capitalismo, é preciso acabar com o imperialismo americano." Enfim, todas essas teses clássicas da esquerda.

Diante desse quadro, nosso movimento, quer dizer, o movimento da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que foi fundado e dirigido por Plínio Corrêa de Oliveira, chamou a si a tarefa de tentar esclarecer ao público que as reformas de base e todas as medidas de caráter socializante não eram imposições da Igreja. Eram propostas de apenas alguns membros proeminentes do catolicismo, mas que a Igreja como tal, em sua doutrina, era contrária a isso. Ela sempre defendeu os princípios da propriedade privada, da liberdade humana e sempre condenou o regime comunista.

Então, querer transformar o Brasil num regime simpático ao comunismo era uma coisa contrária à doutrina da Igreja. Mas isso o povo não sabia e essa tarefa a TFP decidiu assumir e se dedicou durante mais de dez anos a tentar elucidar a opinião pública a esse respeito.

A principal obra que a TFP publicou, naqueles idos, foi a "Reforma Agrária – Questão de Consciência", uma crítica à primeira Lei de Reforma Agrária que houve aqui no Brasil, apresentada em março de 1960 pelo Governo paulista de Carvalho Pinto. Eles ficaram com medo de chamá-la de reforma agrária, que é um nome tipicamente comunista, timbrado pelo Partido Comunista, e chamaram-na, então, de "revisão agrária". Mas já tinha os venenos, os erros tipicamente socialistas. Um desses erros era as desapropriações das fazendas por títulos do governo. Todos nós sabemos que esses títulos do governo, quando eram emitidos, valiam a terça parte e em poucos anos valeriam muito menos. Então, era praticamente um confisco das fazendas.

Esse livro foi distribuído largamente, pelo Brasil todo, por equipes da TFP. Naquela época, edições de cinco mil, dez mil exemplares, já eram edições recordes; o número de livros vendidos no Brasil chegou a 30 mil exemplares e foi o maior *best seller*, naquele tempo.

Provocou uma verdadeira revolução nos meios religiosos brasileiros, porque o livro mostrava que a agricultura no Brasil funcionava muito bem, que a produção estava crescendo, que o confisco das propriedades era um roubo, portanto contrário aos mandamentos da igreja e que a estatização da economia agrícola traria os mesmos inconvenientes que a estatização industrial, comercial e rural trouxeram nos países comunistas, onde existia.

Naturalmente, foi combatido violentamente pelos bispos da esquerda. A CNBB não teve coragem de condenar oficialmente o livro, mas combateram as teses do livro, dizendo que quando se defendia as grandes propriedades era preciso pensar nas pequenas propriedades. Uma bobagem total, porque quem defende a grande

propriedade, defende tanto a média como a pequena, também. A violência no combate dos bispos à TFP foi algo inacreditável e, só para dar uma idéia, vou relatar um pequeno fato acontecido na ocasião.

Era professor no Liceu Coração de Jesus, na cadeira de Sistemas Econômicos e o Cardeal Mota tomou posse aqui em São Paulo, se não me engano, em julho ou agosto, quase no fim do ano de 1960 ou 1961. O superior do colégio me procurou e disse:

– Dr. Adolpho, os alunos gostam muito do senhor, têm uma verdadeira veneração pelo senhor e lamento muito, mas recebi ordens superiores em que o senhor precisa deixar de ensinar aqui na faculdade.

– Não tem problema – respondi. Estamos em outubro, falta apenas um mês de aulas; dou este mês de aulas que falta para encerrar o ano letivo e no ano que vem não retorno mais à faculdade.

Não comentei com os alunos e na semana seguinte voltei para dar aula. O reitor me procurou, muito envergonhado, e disse:

– Olhe doutor, é um sacrifício para mim, mas tenho que dar uma informação ao senhor: a ordem dada pelo Cardeal é de que o senhor abandone esta faculdade, já. Não pode nem acabar o ano letivo.

Passei pelo vexame de ser afastado de uma cadeira durante o último mês de ensino, o que, sem dúvida, era uma violência. Nós também editávamos um jornal legionário, aqui em São Paulo, e foi a primeira coisa que o Cardeal mandou confiscar; enfim, se seguiram perseguições de todo jeito.

Agora tivemos a sorte de ter dois prelados que nos apoiaram muito, um foi Dom Geraldo de Proença Sigaud, que morava em Belo Horizonte, e o outro Dom Antonio de Castro Mayer, que foi bispo de Campos. Esses dois, o Dr. Plínio Corrêa de Oliveira e mais o economista Luís Mendonça de Freitas é que escreveram o livro "Reforma Agrária – Questão de Consciência".

Eles fizeram cartas pastorais apoiando a nossa obra e tiveram a grande vantagem de mostrar ao público que o episcopado estava cindido. Havia parte do episcopado contrário à reforma agrária, contrários às reformas de base, e se não houvesse esses dois bispos, a impressão que o povo brasileiro teria, que é um povo muito religioso, era de que o episcopado estava inteirinho favorável às teses da esquerda. O grande mérito de Dom Sigaud e Castro Mayer foi mostrar que havia bispos contrários às orientações esquerdistas e o grande mérito da TFP foi publicar esse livro e difundi-lo por todo o Brasil.

Outro movimento de reação que provocamos, no qual conseguimos um resultado muito bom, foi em Minas Gerais – uma das principais reservas morais da Nação está em Minas Gerais, que ainda é um Estado de costumes muito preservados.

Houve um abaixo-assinado de sete mil universitários mineiros interpelando o então presidente da JUC (Juventude Universitária Católica), que era o Franco Montoro, depois foi Governador de São Paulo, o qual tinha se declarado eqüidistante entre o capitalismo e o comunismo. Os universitários questionavam-lhe, pois pela doutrina católica não havia como ficar eqüidistante, nesse assunto.

Também, apoiamos um movimento em Bagé-RS e conseguimos um abaixo-assinado de 30 mil assinaturas de fazendeiros contrários às reformas de base.

Quanto ao mais, passamos a divulgar nossas teses através de cursos, aulas, conferências e publicações. Editamos um jornal chamado *Catolicismo*, que substituiu *O Legionário*, que fora confiscado pelo Cardeal. Enfim, colaboramos muito na preparação da opinião pública católica para preveni-la contra o crescimento abusivo da socialização, no Brasil.

Posso afirmar que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, tanto em São Paulo como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, não foram promovidas pela TFP, mas nasceram de uma ação adrede preparada da TFP, esclarecendo os meios católicos de que a Igreja era contrária aos princípios marxistas. Creio que se não houvesse essa atuação, eles não teriam aderido a essa marcha. Assim, a grande preparadora psicológica das marchas foi a TFP e essa, na minha opinião, foi a maior colaboração da TFP à Revolução de 31 de Março de 1964.

Nosso desempenho não teve caráter político, pelo contrário, até nos afastamos; não houve qualquer elemento da TFP ocupando um cargo político, depois da Revolução de 1964. Também não participamos da luta armada e sempre nos mantivemos distantes dos governos militares, não porque achássemos que eles fossem maus, mas no sentido de que a nossa atividade era outra; nossa atividade era no campo ideológico.

Várias vezes solicitamos aos chefes militares, que tivessem os olhos abertos para a difusão dos princípios marxistas, que continuava a existir, mesmo depois da eclosão da Revolução.

Em pleno regime militar as livrarias brasileiras estavam encharcadas de livros esquerdistas e grande parte dos livros ideológicos publicados eram livros comunistas; livros anticomunistas quase não existia. Foi publicado na década de 1960 um livro escrito por um russo Victor Kravchenko, "Eu Escolhi a Liberdade", que descrevia a dura realidade da Rússia. Esse livro foi combatido e evitado por grande número de livrarias, aqui no Brasil. Era preciso distribuí-lo nas ruas, porque as livrarias se negavam a vendê-lo, sendo que foi um *best seller* mundial.

Então, alertamos várias vezes os generais de que era preciso atuar, também, no campo ideológico, porque os professores universitários e todos aqueles que

dirigiam o pensamento brasileiro – jornalistas, poetas, artistas, escritores, músicos etc. – eram de esquerda. Durante todo o governo militar eles agiram e acabaram triunfando; talvez não politicamente, mas ideologicamente triunfaram, porque o pensamento de esquerda realmente acabou preponderando no Brasil. A imprensa e os livros continuaram difundindo as idéias da esquerda, as músicas de Geraldo Vandré, Chico Buarque e Vinícius de Moraes eram comunistas e dominaram naquele tempo e continuam, ainda dominando, até hoje. Infelizmente, a *inteligentzia* brasileira continua de esquerda. Temos que reconhecer: a Revolução de 1964 venceu política e militarmente, mas ideologicamente a esquerda venceu e isso é lamentável.

Gostaria também de relatar sobre uma atividade que participei com três dirigentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi um Instituto civil que atuou muito com o fito de difundir os princípios da livre iniciativa, da propriedade privada e, também, condenando as reformas de base do Governo de João Goulart.

Junto com três diretores membros do IPES, o Paulo Ayres Filho, o João Baptista Leopoldo Figueiredo e o Paulo Reis de Magalhães, formamos uma caixa única com o objetivo de traduzir quatro livros favoráveis à livre iniciativa. Um deles chama-se "O Caminho da Servidão" principal livro de Hayek, fundador da Escola Neoliberal.

Traduzimos e publicamos esse livro; fizemos uma edição de cinco mil exemplares. Procedemos, ainda, a tradução e a publicação de mais três livros, tudo à nossa custa, e distribuímos gratuitamente os quatro livros por todos os quartéis brasileiros, por todas as universidades brasileiras, por todos os seminários brasileiros e para todos os jornalistas que tratavam de assuntos políticos. Quer dizer, eles podiam ser contra, mas não podiam dizer que eram ignorantes. Esses quatro livros já mostravam o que seria a economia de mercado, que veio triunfar nos dias de hoje.

Hoje, a economia de mercado é dominante no mundo, mas naquele tempo não era. A economia de mercado, antes da queda do Muro de Berlim, era vista como algo capitalista, norte-americana, desnecessária e prejudicial a países emergentes. E esses quatro livros mostravam exatamente que o regime socialista, de economia protecionista e estatizante, empobrecia os países, como realmente até hoje empobrece. É conhecida a miséria existente na Coréia do Norte, na Alemanha Oriental e nos países da Europa Oriental, todos de regime estatizante e dirigista.

Ficamos muito satisfeitos com a publicação desses livros. Posteriormente muitas pessoas, diria que mais de 100, vieram falar comigo que tinham mudado

de ponto de vista, graças aos livros que tinha enviado. Essas publicações prepararam alguns professores para receberem com mais boa vontade os princípios da economia de mercado.

Nas Forças Armadas sempre preponderou um espírito nacionalista, no bom sentido da palavra, de grande apego e amor aos valores nacionais e com o intuito de defendê-los contra os valores extrínsecos à Pátria. Mas, infelizmente, parte dos militares nacionalistas foi influenciada pelas idéias totalitárias do dirigismo econômico e se tornaram favoráveis a regimes estatizantes. Para esses também mandamos os livros. Reconhecíamos neles pessoas mal-informadas e não mal-intencionadas como eram os jornalistas, escritores e políticos da esquerda. Distribuímos com todo cuidado esses livros favoráveis à livre iniciativa, para um melhor esclarecimento.

O General Ernesto Geisel foi o expoente desse tipo de pensamento nacionalista militar, no Brasil. Para se ter uma idéia, quando seu Governo terminou, mais de 50% da economia brasileira estava nas mãos do Estado. Lembro-me de um professor inglês, que esteve aqui no Brasil, dizer: "O estado atual da economia do Brasil é o sonho dos partidos socialistas da Europa daqui a trinta anos." Esse era o tempo necessário que eles imaginavam para poderem estatizar a economia e chegar à situação do Governo do General Geisel, que levou quatro anos para fazê-lo.

Portanto, para nós, o Governo do General Geisel realizou mais pelos princípios socialistas do que um possível Governo do Lula. Esse, se houvesse, iria encontrar uma reação muito grande. O Geisel não teve reação alguma, ele era um herói da Revolução, era uma figura ímpar da Revolução; quem teria coragem de dizer que ele estava defendendo um princípio dirigista? Mas a realidade foi essa: no Governo Geisel, 50% da nossa economia estava nas mãos do Estado.

Não sei até que ponto os livros tiveram influência nas Forças Armadas, mas alguns militares, amigos nossos, disseram que vários outros militares leram esses livros. Sinto-me muito satisfeito em ter colaborado com isso.

Também, nos últimos três anos, publiquei um livro chamado "Mercado Livre numa Sociedade Cristã", que aborda a mesma tese da TFP dos idos de 1960 a 1964, mostrando que os princípios socialistas em si mesmos são contrários à ordem natural e, como tal, são contrários aos ensinamentos da Igreja. Mostra, ainda, que o livre mercado não é o que eles chamam de capitalismo selvagem, mas o capitalismo selvagem é uma mera caricatura do livre mercado. De qualquer coisa, até das melhores, se pode fazer caricatura.

Evidentemente que o capitalismo, se bem que seja um regime de acordo com a ordem natural, precisa ser feito obedecendo às leis. O governo de um Estado

capitalista, em vez de agir na ordem econômica, deve cuidar para que as empresas e o comércio obedeçam as leis. Essa é a função específica do Estado, aliás muito nobre. Ele é quem faz as leis e controla a aplicação das mesmas, mas a produção e a comercialização devem ser deixadas nas mãos dos empresários, porque são as pessoas capazes para fazerem isso.

O livro se refere um pouco aos danos que a economia dirigida-socialista provocou no mundo inteiro e prepara algumas “figuras” imaginando como seria uma sociedade verdadeiramente cristã, de acordo com as leis e numa economia sadia, diferente do que vivemos hoje.

Nessa questão, descrevo no livro como era o modo de viver antigo do Brasil, o Brasil de antigamente, sob muitos aspectos superior ao de hoje. Não defendo no livro uma volta pura e simples ao passado, porque isso é algo inviável, mas defendo certos aspectos do patriarcalismo brasileiro como muito mais humanos, muito mais dignos e muito mais saudáveis do que a sociedade moderna em que vivemos.

Por exemplo, antigamente havia o predomínio da família em todos os ambientes, o que hoje em dia não existe mais. Ainda se encontram resquícios dessa superioridade nas cidades do interior e quanto mais interior for, maior o predomínio da família.

A família é um instrumento que se opõe ao capitalismo selvagem. Ele permite que cada elemento da família tenha sua produção e sua propriedade, mas ela suaviza as relações com auxílios mútuos, com empréstimos, com carinho, com apoio, com correções; quer dizer, o modo do homem operar economicamente não é independente, não é aquilo que o americano diz *self made man*. O próprio modo do cristão operar na área econômica é como membro de uma família: apoiando-a e sendo apoiado. Então, esse intercâmbio entre o homem e a família, no modo de atuar econômico, para mim é a solução dos grandes males da sociedade moderna e isso procurei mostrar nos meus livros.

Vou explicar para os senhores uma coisa inacreditável, esse livro – “Mercado Livre numa Sociedade Cristã” – publiquei nos Estados Unidos, Portugal, Espanha e por que não o publiquei no Brasil? Simplesmente porque as livrarias não aceitam pô-lo nas estantes. Procurei a Saraiva, a Siciliano e, mesmo abrindo mão da minha parte na venda do livro, responderam ser o tema de meu livro polêmico e que achavam melhor deixar para mais tarde.

É o chamado patrulhamento ideológico.

Sou a prova da existência do patrulhamento ideológico até o ano de 2001. O patrulhamento ideológico foi denunciado na década de 1970 e trinta anos depois, já com todas as economias liberalizadas, queda do Muro de Berlim e tal, no

Brasil ainda não se consegue colocar à venda um livro sobre livre mercado. Vejam os senhores o que é patrulhamento ideológico!

Tudo o que não for favorável às teses de esquerda, eles não divulgam, não deixam publicar.

Nesse sentido, as humilhações que sofremos, nós, membros da TFP, membros dos IPES, enfim, defensores da livre iniciativa, foram inúmeras. Por exemplo: nos impedir de falar em conferências, de publicar livros ou suspender artigos em jornais. Um dos raros pensadores favoráveis à livre iniciativa com direito de publicar artigos em jornais era o Roberto Campos, um homem que varou, conseguiu cortar a "cortina". Assim mesmo, foi combatido, muito criticado.

Retomando a temática sobre a Revolução de 1964, creio que ela se perdeu exatamente porque desprezou, não combateu, os aspectos ideológicos do comunismo. Do ponto de vista militar e político foi brilhante, pelo menos nos primeiros governos: Castello Branco, Costa e Silva e Médici. Agora, do ponto de vista ideológico, ela se perdeu, quer dizer, não venceu os inimigos, tanto que eles continuam atuantes.

Outro defeito da Revolução foi permitir que os elementos nacionalistas do Exército – não estou condenando os nacionalistas em geral, estou me referindo aos nacionalistas simpáticos ao dirigismo – tomassem conta do Governo Geisel, que estatizou a nossa economia.

Algo mais que gostaria de falar neste meu depoimento, é que ninguém denuncia a perseguição às Forças Armadas e à Polícia pelos atuais governos de esquerda do Brasil. Desde quando o governo militar deixou de existir, discretamente, mas muito efetivamente, o Exército e a Polícia foram perseguidos e colocados em segundo lugar. Basta verificar os ordenados dos militares, que são miseráveis; isso é reconhecido pelo Brasil inteiro. A Polícia é a maior vergonha que existe sobre a face da terra. Critica-se a Polícia, mas ninguém critica os ordenados dos policiais; querer que um policial arrisque sua vida para receber um ordenado semelhante ao de uma cozinheira, de fato, é uma coisa horrível.

Realmente, a esquerda soube desprestigiar o Exército, desprestigiar as Forças Armadas e a Polícia. Os dois, hoje em dia, estão sem prestígio, sem força, e isso foi feito de modo pacífico que ninguém se queixa, mas como estou fazendo este depoimento, quero externar meu protesto contra essa ação.

Se os senhores notarem, independente de partidos, a grande maioria dos políticos que estão hoje no Governo do Brasil são elementos que saíram das forças de esquerda.

E existe um movimento muito sério aqui no Brasil para formar uma tríplice aliança com Cuba e Venezuela. Se tivermos a infelicidade do pessoal da esquerda

vencer as eleições, podem estar certos de que eles vão se aliar a Chaves, da Venezuela, e a Fidel Castro, de Cuba e, eventualmente, ao Peru e à Colômbia, conforme forem os acontecimentos lá. Não tenho dúvida alguma de que vai acontecer essa tríplice aliança, caso a esquerda vença as eleições presidenciais. Assim, temos um quadro hoje no qual a Polícia e o Exército estão desprestigiados e a *inteligentzia,* a imprensa e a cultura nas mãos deles; se, politicamente, eles vencerem, não há dúvidas de que o Brasil vai emergir numa situação semelhante à que houve em 1960.

Muito bem, o senhor sintetizou tudo o que vimos acontecer nos últimos anos e que estamos vendo. Como brasileiros, amantes desta Terra que somos, estamos vendo com muita preocupação. Gostaria de perguntar-lhe algo mais, apenas para complementar. O que o senhor nos diria sobre a organização e a atuação da TFP nos dias de hoje, de uma maneira geral?

A TFP sofreu dois golpes muito sérios: a perda do Plínio Corrêa de Oliveira, homem excepcional, possuidor de extraordinária capacidade de trabalho e inteligência; a queda dele foi realmente um baque muito violento; e o outro golpe foi a divisão interna, e o pior de tudo, formaram-se duas alas que se hostilizam; isso é a pior coisa que pode acontecer. A TFP brasileira continua publicando o seu jornal *Catolicismo* e fazendo novos manifestos. Agora, a TFP americana, francesa e espanhola vão muito bem.

Realmente, no Brasil, não podemos mais ter uma atuação tão importante como tivemos na década de 1970. Nessa ocasião tínhamos oito professores universitários dando aulas, mais de dois mil jovens se dedicando de corpo e alma às atividades deles, distribuindo livros, abaixo-assinados etc. Quando fizemos a campanha contra o divórcio, conseguimos 2 milhões de assinaturas, o maior abaixo-assinado da história, inclusive foi para o Livro dos Recordes, o "Guinness". Esses papéis com as assinaturas mandamos para a Câmara do Deputados.

Mas, nem assim eles se sensibilizaram a ponto de rejeitar essa lei, que tanto contribui para esfacelar a família, porque infelizmente muitos dos jovens hoje já se casam pensando: " Se não der certo, amanhã me separo..."

E esse amanhã pode ser daqui a alguns meses, isso é uma coisa muito ruim, porque sabemos que a lei do casamento cristão é indissolúvel; os casais devem se esforçar para se adaptarem.

A próxima pergunta seria sobre o momento atual e a Igreja Católica. O senhor citou dois grandes bispos que seguiram à risca os ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana, impedindo que a esquerda tomasse conta da Igreja

Católica no Brasil. Mas esses bispos ou já estão aposentados ou já faleceram, assim como a esquerda perdeu alguns ou saíram de importantes funções, como em São Paulo e Recife. Pergunto se os substitutos são de uma linha mais equilibrada, acordes com a orientação do Papa?

Tivemos a sorte do Papa atual ser contrário à Teologia da Libertação, movimento da extrema esquerda, de grande radicalismo, ocorrido no meio católico. O Bispo Pedro Casaldáliga foi muito mais radical que Marx, Lênin e outros comunistas históricos.

Ele nem brasileiro é, mas veio agitar aqui, porque foi expulso da própria Espanha.

E esse bispo então, adotou a Teologia da Libertação, que não foi oficialmente condenada pelo Papa, mas foi cerceada, tanto que hoje em dia essa teologia é uma sombra do que era. Continua existindo, mas com uma ação muito limitada, e os bispos que o Papa tem nomeado são mais de centro. Por exemplo, Dom Paulo Evaristo Arns, de extrema esquerda, foi discretamente afastado.

Seu substituto já é mais equilibrado.

A grande vantagem foi que se deixou de ensinar ao povo que a Igreja estava a favor das idéias da esquerda. A população brasileira estava submetida a uma pressão muito forte para reconhecer que era preciso aderir à esquerda, supondo que isso é que estava de acordo com os princípios cristãos. Tal condição foi desmantelada, naquela ocasião, pela TFP e, hoje, pelo Papa e, inclusive, pelos bispos centristas que também não fazem mais essa pressão.

Assim, a população já pode respirar, embora ainda receba muita influência cultural da esquerda, mas já não é uma imposição, como havia naquele tempo.

Até nas próprias missas eram pregadas verbalmente, as filosofias de esquerda e comunistas; hoje isso já melhorou.

Agora, perguntaria ao senhor, na qualidade de grande construtor, sua opinião em rápidas pinceladas, sobre os chamados Movimento dos Sem Teto e dos Sem Terra?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é claramente artificial. Procura seguir o modelo das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, da década de 1960, onde se organizou uma série de sindicatos de camponeses para invadirem fazendas, implantar a desordem e, enfim, instalar um governo socialista.

Por enquanto, nesse ponto é diferente das "Ligas Camponesas"; não se armou. Mas, ele está totalmente organizado como uma força militar, até me chamaram atenção, porque as tendas não variam, são pretas e alinhadas, como se fosse um acampamento militar. A disciplina interna é do tipo militar, quer dizer, tem seu chefe, seu subchefe, todos obedecem e os castigos são muito severos.

E a instrução também, um currículo escolar...

Eles já têm campo de treinamento, têm currículo e ensino próprios, quer dizer, eles estão formando líderes revolucionários.

Os Sem Teto (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST) é algo diferente. Representam uma população miserável, vivendo em favelas e realmente existe uma pressão social muito grande; são pobres coitados querendo casa para morar. Naturalmente, é um movimento também explorado pela esquerda.

Sobre essa questão gostaria de prestar um depoimento. Existe uma lei definindo os loteamentos. Eles só podem ser feitos de acordo com certas regras: largura, asfalto, água, esgoto, luz, enfim, uma infra-estrutura de primeiro mundo; maravilhosa, mas de primeiro mundo. Como a população brasileira não tem recursos para pagá-la, o que acontece? Ninguém faz loteamento.

Outro ponto é a demora para aprovar o loteamento, cerca de dois a quatro anos; às vezes os proprietários preferem vender a ficar esperando esse tempo para fazer loteamento. Resultado: toda a periferia de São Paulo cresceu com ocupação irregular do solo, por meio de favelas. Quer dizer, a favela é o fruto direto dessa lei apresentada pelos socialistas. Fizeram-na de propósito para criar uma população insatisfeita, sofrida, um caldo de cultura.

Pediria ao senhor, como temos feito a todos os demais colaboradores, que deixasse uma mensagem aos jovens que receberão a grande responsabilidade de conduzir os destinos de nossa Pátria.

A mensagem que gostaria de dar é a seguinte: Os jovens oficiais não têm idéia da importância deles. No passado, o militar brasileiro tinha uma posição muitíssimo superior à de hoje, que está reduzida à raiz quadrada do que era a importância do militar antigamente.

Creio que todos devem ficar convencidos da obrigação de lutarem para ocupar a posição de relevo e dignidade que lhes é de direito e para participar ativamente da vida política do País. Um militar convencido de suas prerrogativas, da sua missão, do seu dever e da sua honra é um elemento naturalmente defensor da ordem pública, dos valores brasileiros e da Nação.

Então, meu apelo a todos os jovens oficiais é esse: Tenham a consciência da importância dos senhores, tenham a confiança da dignidade da carreira dos senhores e assumam inteiramente o papel dos senhores na vida do Brasil!

Doutor Amadeu Armentano Neto

Nasceu em 14 de novembro de 1949, em Campinas-SP.

Cursos: Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco – 1974; Pós-Graduação, pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – 1980; Direito do Esporte, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco – 2000.

No Exército: Serviço Militar – 1968/1969 – no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; Diploma de Amigo do Esquadrão Anhangüera – 1984; Diploma de Amigo da 2ª DE – 2000; Diploma de Colaborador Emérito do Exército – 2000.

No Esporte: Presidente do Conselho Deliberativo da Corpore – Corredores Paulistas Reunidos; Campeão da Taça Anhangüera – 2º Esq Rec Mec – 1969; Atleta do Ano – Magnum Esportes – 1981.

Maratonista, já competiu em 11 Maratonas, sendo seis delas em Nova Iorque, onde foi porta-bandeira da Delegação Brasileira de 1991 a 1995.

Obras publicadas: "A Pressão Social Sobre o Jovem Pré-Universitário" – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, São Paulo – 1980; "As Cortes Distritais do Brasil" – Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Desburocratização – 1982; "Viabilidade Econômica no Emprego de Navio de Passageiros entre os Hemisférios" – 1983/1984; "Poemas & Pensamentos" – Edicon – 2000.

Entrevista realizada em 20 de novembro de 2001.

Em primeiro lugar quero dizer da minha honra, da minha satisfação em ter sido convidado para participar do Projeto História Oral do Exército Brasileiro, projeto de fôlego, reconhecido nacionalmente e que vai resguardar a memória, tão abandonada em nosso País, de fatos históricos.

Vou prestar um depoimento factual, procurando evitar o nível ideológico, tendencioso portanto. Buscarei me ater a fatos, aos que presenciei como menino, numa família bastante politizada, muito interessada em política, muito brasileira.

Meu pai, Giuseppe Armentano, é brasileiro naturalizado, e na escrivaninha dele, então presidente da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo, cargo que exerceu durante muito tempo, esboçou-se o primeiro movimento para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que hoje é visto, por uma parte da imprensa, como movimento pejorativamente reacionário, o que não é verdade.

Analisar fatos passados não é tão difícil; o difícil é não ser tendencioso, evitar o "vamos puxar a sardinha para o nosso lado". Isso é o mais difícil.

Lembro-me de cenas familiares de extrema preocupação. Morávamos numa casa muito grande, com despensa e outras dependências típicas de antigamente; até engarrafávamos vinho. Papai saía com "bolos" de dinheiro, dinheiro vivo, que não valia, a grosso modo, quase nada, naquela época, para comprar víveres. Não existia supermercado, mas quitanda, feira, armazém, venda e, vez por outra, voltava sem muita coisa para casa, porque não tinha o que comprar.

Era um País absolutamente conturbado, vivíamos num estado, me lembro, de polícia, onde o estado de direito era algo como sonho ou utopia. O mesmo que reclamam hoje certos brasileiros, reclamava-se à época, onde a instabilidade pessoal, a instabilidade social e a instabilidade institucional, eram flagrantes.

Isso de 1961 até março 1964.

Essa situação adveio, obviamente, do que aconteceu depois da renúncia do Jânio Quadros. Foi uma época muito conturbada. Lembro-me com muita clareza do assassinato do Kennedy. O Brasil era um País absolutamente atrasado.

O atraso era algo absurdo. Natural de Campinas, viajava muito e nessa época só existia a Via Anhangüera e com uma pista para ir e outra para voltar. Era uma aventura, não era fácil; ligação telefônica para o Rio de Janeiro, pedia-se para uma determinada hora sem se saber, ao certo, a que horas obteria a ligação.

Quando Jean Pousat veio ao Brasil, já anos depois, parece que em 1970, não me lembro ao certo o ano, no comitê de recepção não tinha ninguém que falasse francês, pelo menos razoavelmente. Isso já em 1970, quando os eflúvios da Revolução já vinham acontecendo, já vinham começando a surtir os seus melhores

efeitos. Com certeza, tínhamos pessoas capazes de se expressar oralmente no idioma francês, mas não no comitê de recepção.

A Revolução não foi imposta. Se alguém ouvir que a Revolução de 1964 foi imposta, não é verdade. Resultou de um clamor público. Falo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que anos depois, já na década de 1980, em casa do doutor Manoel Figueiredo Ferraz, conversando com dona Leonor Mendes de Barros, dona Mariazinha, minha avó, minha mãe e outras pessoas, lembrávamos da marcha que, naquela época, se estiver errado por favor me corrija, reuniu mais de 1 milhão de pessoas, não é verdade? Porque minha memória pode me trair – quero que os senhores saibam que tudo que aqui está sendo falado é de "peito aberto", não tem nada escrito, não foi feito *briefing*, ninguém combinou absolutamente nada. Um milhão de pessoas, naquela época, era muita gente; hoje é muita gente, naquela época, mais ainda.

Depois de ter estudado e lido sobre o Movimento, depois de ter ouvido prós e contras, posso afirmar que foi necessário, à época. Não sei o que seria do Brasil hoje se não tivesse havido o Movimento revolucionário de 1964.

Condeno veementemente todo tipo de excesso, todo tipo de agressão à integridade física, moral, psíquica e intelectual de quem quer que seja. Sou, fui e serei sempre um homem de debate aberto. Não confundamos as coisas: excesso houve dos dois lados. Portanto, o excesso deve ser condenado onde aconteceu. Analisar fatos ocorridos, é fácil; acho um pouco mais difícil o antes e o durante, pois a toda ação corresponde uma reação contrária.

Em 1968, posso falar com mais propriedade, porque servia ao Exército Brasileiro, o nível de subversão, realmente, creio que chegou ao ápice. Era insustentável. Sentinelas do Corpo de Bombeiros eram assassinadas, às 3h da tarde, para roubarem a INA do cidadão. Para quem não sabe o que é INA, é uma metralhadora de mão que após trinta tiros disparados, o cano caía – tirando-se o exagero. Matava-se só para roubar a arma do bombeiro.

Eu mesmo tive a minha vida posta em risco, não que quisesse ou que ache isso ótimo, mas aconteceu aqui no Comando Militar do Sudeste. Foi logo depois da morte do Soldado Mário Kozel Filho, na explosão de um carro-bomba lançado contra o QG do II Exército, aqui na Rua Manoel da Nóbrega; foi difícil, foi muito difícil, foi uma época complicada, mas creio de depuração para o Brasil. O País foi obrigado a crescer, a enfrentar os seus problemas mais de frente e não vamos entrar aqui no mérito se o período dos governos revolucionários demorou mais ou menos e se foi bom ou ruim. Lembro-me perfeitamente do que vi, porque isso ficou bem gravado na minha vida, o Brasil antes e depois da Revolução de 1964: água e vinho.

Uma mudança radical, como citado agora há pouco pelo senhor, que para se telefonar de São Paulo para o Rio de Janeiro, as duas principais cidades do Brasil, às vezes levava-se horas. No ramo das telecomunicações parece que houve um grande progresso, colocando o nosso País alinhado com os primeiros do mundo nessa matéria, após a Revolução de 1964.

Mas não só nesse ramo. Trabalhei no mercado financeiro mais de 25 anos, mesa de operações e *open-market,* durante muito tempo, então você consegue ver as coisas de uma outra maneira; havia um alinhamento de mercados, se conseguia ter metas.

Hoje falam muito do Governo Médici, quando aconteceu o milagre brasileiro. Citam-no com menosprezo e menoscabo, mas realmente foi um milagre de competência.

Acredito – você não me perguntou mas vou dizer – que a Revolução deveria ter parado no Governo do General Médici. Não estou entrando no mérito dos dois governos posteriores, mas para mim tinha que ter terminado no General Médici. Seu Governo foi duro devido às circunstâncias. Os excessos, repito, condeno todos eles, sou um cristão antes de qualquer coisa. Depois, foi só desgaste; os fisiologistas dominaram e ficou tudo muito difícil. Se tivéssemos tido, logo após o General Emílio Garrastazu Médici, eleições diretas, teria sido no momento certo.

Você citou já por duas vezes que pela própria natureza lhana e amiga do brasileiro de um modo geral, nós, eu também gostaria de me incluir, somos contra todos os excessos, sobretudo aqueles que, como você falou, agridem eventualmente a outro ser humano, física ou psicologicamente...

Hoje em dia, existe uma confusão muito grande. É preciso parar com os ataques contra as Forças Armadas, contra o Exército. São integradas por pessoas como nós, como qualquer um, tem pai, mãe, filho, avó etc., alguns filhos mais excêntricos têm até iguanas dentro de casa. São pessoas que sofrem e que devem satisfação à grande maioria das suas famílias.

Então, o que eu queria dizer é que sob o ponto de vista militar, esse combate ao terrorismo infelizmente exigiu que os militares se movimentassem para conseguir sobrepujar a alguns maus brasileiros que estavam procurando ensangüentar a nossa Nação, nos idos de 1968, como você lembrou bem, e nos anos seguintes.

Sabemos que não se pode combater terrorismo com flores, de forma que os métodos foram duros mas não menos duros do que os dos próprios terroristas, que iniciaram esse processo, agredindo, assaltando e inclusive ensinando para os atuais bandidos, como seqüestrar, assaltar bancos e outras ações de mesma natureza.

Interessante é que alguns desses subversivos, assaltantes comuns de banco, bandidos de rua, de portar armas, de dar tiros em pais de famílias, hoje são deputados, e ninguém fala nada; acho isso um absurdo. Vivia-se no Brasil um estado de beligerância, não se pode ter ilusões acerca disso e, como tal, deveria ser tratado de modo bélico, não havia outra maneira. Isso não impede, mais uma vez, que se condene algum excesso.

Gostaria que você falasse um pouco sobre seu período de serviço militar, em 1968 e 1969, como integrante do nosso tradicional Esquadrão de Cavalaria Mecanizada (Esqd C Mec), que naquele tempo era chamado de Esqd Rec Mec (Reconhecimento Mecanizado) e era sediado na Rua Manoel da Nóbrega, aqui perto deste Quartel-General, e sobretudo daquela operação CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo).

Quanto à tal falada operação CRUSP, sinto-me muito à vontade para falar a respeito, pois fazia parte do Pelotão Especial de Choque do Esquadrão.

Digam o que quiserem a respeito da invasão do CRUSP, mas o meu depoimento hoje, peço perdão por falar na 1ª pessoa, foi o que aconteceu.

Naquela época existia o pavilhão das moças e no sótão desse pavilhão, eu e o então sargento Florentino, hoje falecido, descobrimos o estoque de coquetéis *molotov*, na parte de cima – lembro até hoje –, eles estavam estocados num poço logo embaixo do telhado; nem me recordo quantos tinham, de tantos que eram.

Estou falando, agora, de uma operação militar; logo embaixo tinha um M8 (carro de combate) parado e municiado e a torreta do M8 era uma torreta aberta. Agora, imagine-se um infeliz daqueles acertando um coquetel *molotov* numa torreta de M8; hoje, com certeza, acho que a USP não estaria em pé. A reação seria imediata.

Foi uma operação brilhante. Os planos terrorista-comunista de origem chinesa, quem os descobriu fui eu. Desse modo, vai ser um pouco difícil alguém dizer para mim que não descobri aquilo que descobri, que não peguei e entreguei para meu superior imediato aquilo que entreguei. É a primeira vez que falo isso e estou falando tecnicamente. Não se têm a menor idéia do "barril de pólvora", que era o CRUSP.

Lembro que o CRUSP destinava-se sobretudo a acolher estudantes mais pobres que vinham do interior do Estado e até mesmo de outros Estados e que não podiam pagar aluguel, porque a vida é cara na grande cidade. No CRUSP tinham tudo, tinham o seu alojamento, tudo originalmente com muita dignidade, mas infiltrado de subversivos, inclusive de instrutores comunistas chineses, como você acabou de dizer, usaram-no para outra finalidade. Corromperam o idealismo dos

jovens para que eles incendiassem este País, contra o governo de então e o progresso imenso por que passava o Brasil, naquela época.

A grande importância geopolítica, estratégica e econômica do Brasil não o deixa naufragar, por maiores que sejam os esforços de uma parte da classe política brasileira. Então, todo interesse estratégico à época era de corromper o Brasil.

Como se mina uma sociedade? Qual é a maneira mais eficaz? Todos os governos que quiseram influenciar ou dominar ou subverter uma ordem estabelecida buscaram solapar a juventude, que é mais influenciável e ainda não tem o caráter completamente formado.

Na época da Segunda Guerra Mundial, tanto no lado dos aliados quanto no lado do Eixo utilizava-se a propaganda pornográfica e acabavam com o sujeito, obviamente sem poder ter um relacionamento sexual há meses ou, até mesmo, anos. Enfraquecia-se psicologicamente o cidadão naquilo em que ele estava mais vulnerável. Forneciam drogas, cigarros etc. O Vietnã é uma prova disso e não tem nem como ser mais cabal. As frentes russas na Ásia – não estou obedecendo a uma cronologia, apenas a informação factual – foram minadas pela fome, frio etc.

Isso tudo vai acabando com a estrutura, com o moral, com os ideais, aparecendo os imediatismos: as coisas são sempre para ontem, você vai ser feliz agora e amanhã não importa. Era o que estavam fazendo no Brasil. Hoje existe alguma coisa, também, muito parecida, embora o País esteja num estágio de desenvolvimento muito maior e sob uma tendência de globalização que não existia, naquele tempo.

Ao se analisar um fato passado deve-se buscar o raciocínio lógico e para que o mesmo seja eficaz é preciso que a premissa, o primeiro desse desencadear de raciocínios que vai levar a uma conclusão, seja o menos eivado possível de enganos ou distorções. Para tanto, é aconselhável que o analista remeta-se à época do fato.

No caso da Revolução, se consegue sentir os primeiros efeitos benéficos para o País, cinco ou seis anos depois. É fácil discernir o porquê. Se adotarmos uma medida econômica hoje, ela vai ter efeitos práticos daqui a um ano ou dois; quanto mais uma revolução política e social.

Criticar a Revolução de 1964 com olhos em 2001, quando as conseqüências certas e erradas são conhecidas, fica fácil. A questão é como nos portaríamos se fôssemos os artífices à época; se estivéssemos vivendo aquele momento sob emoção violenta, sob direitos não respeitados, sob vilipêndios de toda ordem. Teríamos agido diferente? Como seria se tivéssemos a nossa casa, a nossa família, os bens que nos são mais caros, as nossas crenças atacadas.

A bem da verdade, as células comunistas onde sofria-se lavagem cerebral, de comunistas não tinham absolutamente nada; costumava brincar: dá 1 milhão de

dólares para cada um para ver quantos comunistas vão sobrar neste país. Quantos desses ditos simpatizantes da subversão, a quem chamo de subversivos, que eram contra a ditadura, contra o estado de força, estão soltando baforadas de charuto, em Havana, com Fidel Castro? E Fidel Castro é o quê?

O Pinochet foi um ditador? Foi! Ninguém está dizendo que não; e o Fidel Castro é o quê? É o mais antigo ditador do mundo!

O ano de 1968, sob o ponto de vista técnico-militar, é muito rico para ser analisado. Por exemplo, o Capitão Lamarca fez uma opção de consciência e veio trair os princípios do nosso Exército, optando por um estado bélico subversivo.

Passou para o lado dos subversivos.

Tudo bem, que sejam subversivos, mas faço uma distinção entre terroristas e subversivos dos anos de 1968 e 1969. Seu eu não estiver contente ou não concordar com a ordem vigente no meu País, tornar-me-ei um subversivo. Tentarei mudá-la pelo caminho do direito. Os elementos da esquerda, a análise é de cada um, optaram por movimentar-se na clandestinidade contra a ordem legal existente. Buscaram mudar a lei, empregando a força. Fizeram a opção e pagaram o preço; não vamos entrar no mérito se as linhas chinesa e russa os abandonaram. Isso é um outro problema, se não tiveram o apoio que lhes foi prometido e terminaram largados ao “deus-dará”.

Agora, não posso negar que o Capitão Lamarca teve os seus princípios, com os quais não concordo, mas daí a endeusá-lo fica um pouco difícil, porque ele cometeu traição.

São fatos que precisam ser analisados à época em que ocorreram. A mentira, não aquela mentirinha social, às vezes, até benéfica, mas as históricas são terríveis, e a história está sendo cada vez mais distorcida. Fiz parte da história e sei; hoje, “intelectuais” falam a respeito da Revolução de 1964 e se imagina que estão falando de algum filme ou algo parecido, mas não dos fatos reais daquela época. Parece até que estão falando de outras pessoas. Não passam para os nossos filhos o fato, mas induzem-nos ao raciocínio da mentira histórica e isso é muito triste, é muito desagradável.

Sou um legalista, se não concordo com o texto da lei, se não concordo com o texto legal vigente, vou usar dos meios legais para procurar mudar esse texto.

Quando disse, agora há pouco, que seria um subversivo, caso não concordasse com a ordem vigente, é porque, nesse caso, a lei já não existiria; existiria a ditadura e não o estado legal. Quero deixar bem claro que não estou usando de um contra-senso. Sou legalista, venho de uma família legalista e espero estar passando para meus filhos os preceitos de legalidade. Se existe um corpo de lei que não concorde, vá e lute legalmente para que ele seja mudado.

O Movimento de 1964, como vários estudiosos que aqui estiveram e puderam emitir as suas opiniões, na verdade foi um contramovimento a um afastamento que, em 1962, 1963 e 1964, o então Governo estava levando o Brasil; estava conduzindo-o para a ilegalidade, já estava praticamente na ilegalidade.

Então, o movimento militar reconduziu o Brasil ao seu verdadeiro caminho: do respeito, do progresso, da ordem e da disciplina, condições essenciais para que qualquer país possa progredir, ser respeitado no exterior e, em conseqüência de tudo isso, proporcionar as melhores condições possíveis de vida ao seu povo.

A Revolução de 1964, por muitos chamada de Contra-Revolução, veio se opor à revolução comunista engendrada por João Goulart e seus sequazes.

Peço desculpas, sei que por esta cadeira já passaram ilustres figuras, sinto-me realmente honrado e com o peso da responsabilidade por estar prestando este depoimento, mas sequer lego a esses políticos o grau de revolucionários, ou algo parecido; eles nem isso eram.

Quem?

João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião... Meu Deus! Alguém já viu algum comunista latifundiário? No Uruguai, não era "fazendola" de 100 alqueires, mas muito maior; não conheço nenhum. Costumo brincar, dizendo que nunca vi alguém pegar uma jangada na Flórida e sair desesperadamente falando: "Quero entrar em Cuba! Quero entrar em Cuba!"

Nunca soube de alguém de fora da China sair correndo para tentar entrar na China, desesperado e falando: "Quero fazer parte da Coluna Chinesa!" Vejo, com tristeza, as pessoas fugindo da China, de Cuba, isso sim eu vejo. Alguém vai querer me convencer de que a Albânia era um paraíso? Houve fugas espetaculares engendradas da Berlim Ocidental para Berlim Oriental?

Não houve isso.

É irritante a insistência com que querem enfiar "goela abaixo" das pessoas coisas absurdas. Sou um democrata, gosto de sê-lo e não sei ser diferente, mas não gosto que me passem diploma de incompetência visual ou auditiva; sinto-me ofendido. Mas é o que querem passar para nós, para nossos filhos: a história distorcida.

Outro dia estava conversando com o General Albuquerque, presentes na mesma mesa os generais Saraiva, Aloísio e Valle. Comentaram que certos professores têm ensinado à garotada que o Duque de Caxias foi um carniceiro, nesses termos. Na cartilha vermelha chinesa essa é uma das primeiras lições, desmontar, acabar com os heróis, acabar com os conceitos de patriotismo, de brasilidade, no caso estamos falando do Brasil.

Não comungo com a idéia de que os esquerdistas da época eram revolucionários, pois não tinham capacidade sequer para isso. Eram oportunistas que queriam

ganhar mais dinheiro, ir para o Plaza Hotel, em Nova Iorque, ou para o George V, em Paris, ou para o Excelsior, de Roma, tomar *champanhe* Dom Perignon. Ou será que alguém acredita que eles estavam muito preocupados com as grandes massas operárias? É só pensar um pouco; não se deixem enganar. Procurem orientar os seus filhos adolescentes ou universitários, mostrando-os a realidade dos fatos, à época.

É claro que uma revolução similar como a de 1964, nos dias de hoje, não teria o menor cabimento. No entanto, como reagir diante de um estado de beligerância interna provocado por subversivos, que não têm rosto, isto é, não se sabe quem são, muitas vezes estão ao seu lado. Assim era em 1964. Como agir diante de um quadro em que carro de polícia era detonado à bomba no Conjunto Nacional, aqui na Augusta com a Paulista, onde localizava-se o então Consulado Americano; o que fazer se a sua mãe, como aconteceu com a minha mãe, tivesse sido alvo de subversivos na Praça do Patriarca e quase morresse.

Discutir os problemas do Brasil num bar, tomando uísque ou chopinho gelado e comendo provolone, é fácil. Primeiro você discute de Porto Alegre até Curitiba, depois de Curitiba se vai até Vitória e assim vai-se solucionando com uma rapidez tremenda. Mas a teoria na prática é outra.

Consulte sua consciência, tente analisar o fato sem preconceito, sem partido. Imagine-se um profissional das Forças Armadas ou um profissional da política diante desse estado de coisas, num país que vivia cinqüenta anos atrasado, sem globalização e não era como hoje em que tudo é *real time*. O que se faz em qualquer lugar do mundo sabe-se de imediato. Naquele tempo, a notícia para chegar de Salvador até São Paulo levava dias. Então, analisem os fatos, tentem se remeter ao passado.

Muito bem, são outros conceitos e idéias que enriquecem o Projeto História Oral e portanto só temos a agradecer a sua colaboração. Como pedido final, considerando que você serviu o Exército com muita honra e dignidade e que foi um período marcante em sua vida, saiu do Exército com menção honrosa pelos bons serviços prestados, pediria que deixasse uma mensagem aos jovens, sobretudo aos jovens militares que estarão defendendo os interesses da Pátria, tal qual nós o fizemos em 1968.

Queria dizer aos jovens militares, antes de tudo, que são corajosos, são seres humanos especiais, porque optaram por seguir essa árdua carreira, e explico: estão querendo empurrar os conceitos de respeito, de hombridade, de família, de patriotismo, montanha abaixo!

Digo sempre que existem três grupamentos humanos onde ainda é possível encontrarmos a ideologia pura, o ideal pelo ideal. Não significa que deixem de existir nos outros, mas nesses três grupamentos os temos com mais sensibilidade,

salta mais aos olhos: no meio militar, no meio religioso (de qualquer religião) e no meio esportivo. Nesses três segmentos existe, com maior sensibilidade e freqüência, o ideal pelo ideal. Não percam isso. Acredito que cada um tem uma missão a cumprir na nossa rápida passagem pela Terra. Aos militares cabe a sagrada missão de prover segurança à pátria. Isso é constitucional e é espiritual.

Outro ponto que não podemos esquecer é que as Forças Armadas existem em decorrência da sociedade e não o contrário.

Por fim, gostaria de acentuar que nós, civis e militares, somos a sociedade. Sou absolutamente contrário à dicotomia civil-militar. Somos membros de um só organismo, somos uma coisa só, somos o Brasil.

Doutor Antônio Carlos Adler

Nascido em 2 de dezembro de 1946, em São Paulo, capital.

Experiência advocatícia de trinta anos, sendo 15 anos na área empresarial, com especialidade em contratos internacionais, particularmente, nos setores de contratos de financiamento e de transferência de tecnologia e 15 anos como profissional liberal.

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e Mestrado em Direito Internacional, também na Faculdade de Direito da USP.

Experiências Acadêmicas: Professor de Direito Internacional Público e Privado e de Direito Comercial, das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

Professor de Direito Internacional Público, da Universidade Privada de Santa Cruz – Bolívia, curso ministrado em espanhol.

Conferências proferidas na Universidade Presbiteriana Mackenzie sobre Ética Disciplinar e Ética Profissional.

Obra Publicada: "Manual da National Association of Securities Dealers" (NASD) – publicado e editado em 1973, sob os auspícios da Associação das Distribuidoras de Valores de São Paulo, e que serviu de subsídio para a regulamentação e implantação do Mercado de Balcão no Brasil.

Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2000.

Sinto-me bastante honrado em cooperar com o Exército Brasileiro, neste Projeto de História Oral.

Em razão deste depoimento, guardo o desejo e, também, a esperança de que o mesmo sirva, quiçá, para uma reflexão dos mesmos senhores que me abrigam nesta importante casa, sede do mais alto comando do Exército, em São Paulo.

Farei uma retrospectiva histórica. Nos idos de 1963, época em que cursava o 2º ano do Curso Colegial, no Colégio Dante Alighieri, aqui em São Paulo, foi organizado por um pugilo de colegas, um movimento chamado Movimento Estudantil Democrático (MED). Os colegas, de quem me recordo, Rafael Boschesi, filho de um antigo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e Moacir Porfírio, orientados por nosso saudoso mestre de Português, à época, Professor Francisco Sodero, organizaram o movimento. Possuía dois campos de ação, um de ordem cultural e outro de ordem eminentemente política.

Qual o sentido desse movimento? Por que foi organizado?

Porque o Brasil caminhava, tudo levava a crer, para um momento de forte confronto, naqueles tempos de enorme agitação em nosso País: agitação cultural, agitação política, agitação econômica e, é bom recordar, também, agitação militar – em 1963 o Presidente João Goulart compareceu a uma solenidade da Marinha e, praticamente, incitou a tropa contra seus respectivos comandantes. O confronto viria entre os grupos que, praticamente, detinham o Poder, homens da extrema esquerda, e os que queriam evitar que o País caísse totalmente nessa linha política.

Daí a razão desses cursos e conferências, digamos preparatórios, para os estudantes que estavam em fase de conclusão de seus respectivos cursos colegiais e entrando nas faculdades, que, de uma maneira geral, eram verdadeiros ninhos de subversão sob a orientação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual de Estudantes (UEE).

Tentava-se algum exercício democrático, um preparo de idéias democráticas para podermos enfrentar os colegas esquerdistas, estes sim, que já vinham tremendamente preparados pelo pessoal da extrema esquerda. Em outras palavras, esforçávamo-nos para que os demais estudantes não caíssem presas fáceis nas mãos das hostes comunistas. Naquela época, se usava muito essa expressão "comunista", "esquerdista". Aparentemente, hoje, esses termos estão fora de moda, mas talvez não estejam tão fora de moda assim; muda-se a forma mas não se altera o conteúdo.

O MED, movimento de reação democrática, parecia muito promissor e eram convidadas para falar pessoas ilustres do nosso meio jurídico. Recordo-me, por exemplo, do Dr. José Carlos Graça Wagner, advogado de grande renome, excelente

conferencista, do Dr. Ives Gandra Martins, outro advogado de muita respeitabilidade, e que, também, fazia suas conferências, suas palestras, e do Dr. Francisco Albuquerque, então integrante do Partido Liberal, dentre outros.

Lamentavelmente, este movimento encerrou suas atividades. Assim, chegamos ao 3º ano do Curso Colegial, às portas de entrarmos na faculdade, sem essa preparação.

Nessa ocasião, eu e mais um punhado de outros colegas, integrantes do antigo movimento, fundamos um novo, nas mesmas bases, que se chamou Associação Democrática Estudantil de São Paulo (ADESP).

Trouxe, para ilustrar esta entrevista, o antigo Livro de Atas desse movimento. Tive a honra, em certa ocasião, de obter um autógrafo, melhor dizendo, uma dedicatória do Sr. Carlos Lacerda, ex-Governador do Rio de Janeiro, já postulante à Presidência da República, que aspirava atingir na eleição seguinte ao Jango.

A ADESP, ao contrário do movimento que a antecedeu, perdurou durante um tempo maior. Cada um de nós terminou os respectivos cursos colegiais e chegou às respectivas faculdades.

Em 1966, já éramos calouros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do tradicional Largo São Francisco. Mas, para mim foi como chegar a um cenário de guerra. Nunca havia visto, em toda a minha vida estudantil, nada parecido. Os grupos radicais e antagônicos se confrontavam, a céu aberto. Tiros ecoavam pelas paredes históricas do Largo São Francisco, como se fosse um campo de batalha. Em 1968, esse radicalismo chegou ao ponto extremo com a invasão da faculdade, diria sem nenhum exagero, pelas "tropas" esquerdistas. Instalaram um verdadeiro quartel, cerrando com tijolos de alvenaria o acesso à entrada, e inaugurando, o que eles mesmos chamavam, de "Nova Revolução Esquerdista do Brasil". Imitavam o que havia ocorrido na França e na Alemanha.

Por outro lado, alguns professores catedráticos, profundos conhecedores das suas respectivas áreas jurídicas, esqueciam-se de suas próprias origens e conclamavam grupos extremistas da direita para invadir a faculdade e resgatá-la. Então, o que acontecia lá era uma verdadeira barbaridade. Havia grupos armados dentro da faculdade, impedindo o acesso da maior parte dos estudantes e havia grupos armados fora da faculdade que, alta madrugada, passavam metralhando seus muros de alvenaria. Refiro-me ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Como estudante de Direito, embora ainda nem fosse advogado, envergonhou-me aquele quadro de selvageria dos dois lados. Entendia que a faculdade podia ser retomada juridicamente e assim o disse em carta que escrevi ao então Diretor da Faculdade, Professor Alfredo Buzaid, mais tarde Ministro da Justiça, no Brasil. Conclamava para a retomada jurídica e para a colocação da Faculdade no seu

verdadeiro lugar, como dizia na carta: "Portal do pensamento jurídico brasileiro." Bastaria uma ação de reintegração de posse. Com ousadia, um aluno lembrava o Direito aos professores!

Parece que despertaram para essa realidade. Em reunião histórica da Congregação da Faculdade de Direito, repugnou-se, finalmente, a invasão. O Professor Buzaid, delegando poderes ao saudoso Professor Geraldo de Lima Cintra, e um advogado da faculdade, ambos professores de Direito Processual Civil, promoveu-se a ação de reintegração de posse. O Juiz de Direito respectivo concedeu a liminar, a faculdade foi retomada judicialmente e os seus invasores foram todos presos. Passaram uma boa temporada, merecidamente, na Fortaleza de Itaipu.

Nesta retrospectiva histórica que estou apresentando, desafortunadamente, próximo da década de 1970, quase no final do curso, sofri forte atentado à minha vida, quase tendo sido alvejado por um tiro de calibre .45. Mas, graças ao bom Deus, atingiu apenas o meu carro. Caso contrário, não estaria aqui para prestar este depoimento. Aconselhado por alguns amigos comuns, coloquei, digamos, "um ponto e vírgula" na minha carreira política.

Terminada a faculdade, afastei-me da política, mas não totalmente. Sempre acompanhei os fatos, alguns com grande entusiasmo, como por exemplo, a espetacular obra de infra-estrutura que a Revolução de Março de 1964 conseguiu desenvolver neste País: estradas, pontes, viadutos, hidrelétricas e de comunicações; mudou-se a feição do Brasil. Do ponto de vista econômico a crise brutal, a famigerada inflação que varria o País, na época de João Goulart, em 1963, foi espetacularmente revertida pela magnífica atuação do Professor Roberto Campos, Ministro do Planejamento do General Castello Branco, autor do Fundo de Garantia, por exemplo, entre outras obras, e do Professor Delfim Neto, homens que conduziram o País para melhores destinos.

Porém, com o passar do tempo, foram surgindo problemas, apesar de todo esforço desenvolvido pelas autoridades militares que conduziam o País, até porque, tinham que se embasar nos políticos. Já naqueles anos e, pouco a pouco, o espírito revolucionário, que levou as Forças Armadas a afastarem do Governo o João Goulart, foi se esmorecendo.

Gostaria de render a minha homenagem ao fabuloso primeiro Presidente da Revolução, o General Humberto de Alencar Castello Branco, homem de uma integridade moral inatacável, herói da Segunda Guerra Mundial, onde representou nosso País, como um dos integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Também quero evocar a pessoa de outro homem, outro general, embora muito denegrido; sua reputação foi muito atacada, injustamente. Refiro-me ao General Arthur da

Costa e Silva, que carregava em seu peito a melhor das intenções, para uma abertura democrática, ainda, um pouco prematura. Mas essa era a sua grande aspiração.

Não posso deixar de evocar, também, o terceiro grande General da Revolução, Emílio Garrastazu Médici, este sim, como todo bom gaúcho, homem firme, determinado, não permitiu que os movimentos contra-revolucionários, que já na época se esboçavam, pudessem ameaçar e, muito menos, abalar a obra da Revolução.

Depois veio o General Ernesto Geisel e, por último, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, sobre o qual gostaria de abrir um ligeiro parênteses e declamar um pequeno verso, não chega a ser um poema. Quando li, fiquei de tal forma impressionado, que tomei a liberdade de escrever e guardá-lo em minha carteira. Sua origem é extremamente interessante e vou dizê-la depois, mas antes vale a pena declamá-lo:

"Não faças da intransigência
Um cavalo de batalha
Usa a tua inteligência
E finca o pé no que valha

A honra e teu pundonor
Extremos são do dever
São essência do valor
Que tua existência vai ter."

O autor é o pai do General Figueiredo na formatura de seu filho na Escola Militar do Realengo. Recordando apenas um dado histórico, o General Euclides Figueiredo, pai do General João Figueiredo, foi herói na Revolução Paulista de 1932, homem que plasmou a personalidade de seu filho, que viria a ser o último Presidente da República do Brasil, da Revolução.

Esta era a formação moral do General Figueiredo, também, tão atacado e repudiado, de tal forma que, após o seu mandato, entendeu afastar-se praticamente do convívio social, o que foi uma pena.

Mas, no meu entendimento, pena maior, já que tenho a honra de poder prestar este depoimento, foi a decisão, ao "apagar das luzes" do Governo Figueiredo, o 5º e último Governo da Revolução, de conceder a anistia ampla e irrestrita a todos os foragidos do País, naquela época.

Por que foragidos? Porque estavam perseguidos pela lei. Agora, falo como advogado: havia processos judiciais, havia condenações judiciais por toda uma série de barbaridades que todos aqueles senhores e senhoras tinham perpetrado em

nosso País. Assaltaram bancos, atiraram em sentinelas na guarita, invadiram quartéis, inclusive este importante quartel. Basta lembrar a figura do tão jovem e tão brutalmente assassinado soldado Mário Kozel Filho. Era a forma de ação deles. Violavam todas as normas, não só éticas ou de ordem moral, mas também jurídicas e de conduta. Viveu-se neste País, naquele período, uma barbaridade, uma violência que jamais se experimentou em toda a história pátria, anterior ou posterior.

E, todos esses subversivos estavam fora do País, fugiram, alguns deles chegaram inclusive a ser exilados. Entretanto, o brasileiro tem por característica psicológica a condição, até sobre-humana, de perdoar. Por que sobre-humana? Falando, novamente, como advogado, o que infringe a lei não pode ser perdoado, tem que arcar com a punição das normas que violou, pois se houvesse um perdão sempre constante e eterno, a sociedade viraria um caos completo. Se com as leis é tão difícil manter a ordem, imagine sem as leis.

Pois foi exatamente isto que se fez, naquela ocasião. Lamentavelmente, concedeu-se a anistia geral e irrestrita – e irrestrita é pior – a assassinos e ladrões, bandidos, que, “como num passe de mágica”, voltaram todos ao Brasil, reintegrando-se à nossa sociedade. Muitos deles, o que é pior, retornaram à vida política, às respectivas ou novas carreiras; alguns galgaram posições de grande proeminência, não é necessário entrar em detalhes nem em nomes, pois estamos sabendo o que se passa à nossa volta.

Devo enfatizar mais um aspecto, novamente do ponto de vista jurídico, afinal sou advogado e também professor.

Na oportunidade da eclosão da Revolução de 1964, no dia 31 de março, houve, na verdade, a quebra da ordem jurídica vigente até então; muito bem. Mais tarde, porém, deu-se uma delegação de poderes, novamente, à sociedade civil. Feita a comparação, seria como a outorga de uma procuração que o cliente dá ao seu respectivo advogado, ou advogada.

Ora, muitas vezes ocorre no exercício da profissão, que o advogado recebe determinada procuração, concedendo-lhe certos poderes, mas não faz jus aos mesmos, desrespeita o seu cliente, violando princípios de ética e disciplina. A propósito, faz 12 anos que integro, com muita honra, a Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, (OAB-SP), hoje, Tribunal de Ética. Então, quando este tipo de situação acontece, o cliente tem plena liberdade de cassar esta procuração. Muito simples, escreve uma cartinha, destitui o advogado de seus poderes e vai constituir um novo.

Onde quero chegar nesta comparação? Da mesma forma que o Movimento Revolucionário de 31 de Março criou uma nova ordem jurídica – vieram os Atos

Institucionais, elaborou-se uma nova Constituição, de 1967, depois a Emenda Constitucional de 1969 –, porque a anterior estava perniciosa para o destino deste País, não obstante, quando as autoridades supremas da Revolução, exatamente na pessoa do Sr. Presidente João Figueiredo, entenderam que poderiam dar uma nova procuração à sociedade civil, encerrar o ciclo revolucionário, determinar a anistia ampla, geral e irrestrita, esta delegação de poderes, esta nova procuração, também deveria ter sido rigorosamente bem cumprida por aqueles que a receberam: os políticos, os homens que passaram a governar o País, desde então.

Entretanto, se fizermos uma pequena retrospectiva e analisarmos como o País vem sendo conduzido, desde então, parece-me, salvo melhor juízo, que a situação assemelha-se àquele exemplo curioso do cliente que dá a procuração ao advogado e o mesmo não exerce a contento o seu mandato ou, pior ainda, não faz nada. Na Lei de Ética isto tem uma terminologia própria, chama-se um "locupletamento ilícito", quer dizer, o advogado se beneficia dos bens do seu cliente. No caso, o cliente é o povo brasileiro e o advogado são os políticos que estão governando este País há alguns anos.

Creio que ficou clara esta comparação com um advogado que não merece a confiança de seu respectivo cliente e, portanto, pode-se cassar a respectiva procuração e procurar um novo advogado que respeite e faça aquilo para o qual foi contratado. Da mesma forma, lamentavelmente, os políticos, os homens públicos deste País, não quero generalizar, mas vamos dizer que são quase todos, infelizmente, não fizeram por merecer a "procuração" que a Revolução, ao se encerrar, lhes outorgou, para governarem este País democrática e eficientemente. É muito fácil sair às ruas e gritar, em cima de palanques, "Diretas Já"; muito bem, tivemos as "Diretas Já" e o que se fez para o bem do País? Nada!

Da mesma maneira que hoje, neste Projeto História Oral do Exército, tive a grata honra de prestar exatamente este mesmo depoimento, há alguns anos, ao General Nialdo Bastos (Nialdo Neves de Oliveira Bastos), então Comandante da 2ª Divisão de Exército (2ª DE). Falava, com aquele ilustre chefe militar, sobre esse tema, numa agradável conversa, e concluí que o ciclo da Revolução não se encerrara. O General Nialdo mostrou-se um pouco espantado com essa minha colocação, eis por que apresentava exatamente estes mesmos argumentos.

Da mesma forma como os senhores comandantes das três Forças Armadas, ao terem outorgado de novo o Poder à sociedade civil, na pessoa dos homens públicos que para tal se propuseram a governar o País, mas que não fizeram por merecer essa "procuração", haja vista o novo caos que se instalou agora, aqueles comandantes poderiam perfeitamente cassar esta mesma "procuração" e dar se-

qüência à obra revolucionária que, lamentavelmente, não se encerrou. É claro que a conjuntura, os objetivos nacionais, atuais e permanentes, levantados nos ensinamentos fabulosos da Escola Superior de Guerra (ESG), são outros, mas os óbices continuam os mesmos.

É inacreditável, existe uma grande parcela da população brasileira morrendo de fome, enquanto as autoridades políticas, para quem a Revolução passou a respectiva "procuração" de mando, debatem no Congresso Nacional e nada resolvem. Continua tudo igual. Por exemplo, se o salário mínimo vai ser mesmo de 173 reais ou se vamos conseguir chegar ao salário de 180 reais. É vergonhosa a posição de inferioridade, por termos uma das mais baixas rendas *per capita* do mundo. Pude observar, em países limítrofes do nosso, como na Bolívia, país extremamente pobre, e no Peru, que o cidadão recebe o mesmo salário mínimo vergonhosamente baixo como o brasileiro.

Entendo que todo o espírito da Revolução, todos os motivos nobres que levaram as Forças Armadas de meu País a saírem de seus quartéis, a partir da fantástica movimentação inicial do General Olympio Mourão Filho, em Minas, e de tantos outros, em São Paulo e assim por diante, parece ter encolhido à luz das figuras tão peripatéticas que governam, hoje, nosso País. Figuras estranhas, partidos estranhos, eleições estranhas. Não estou dizendo que sou contra as eleições, mas estou afirmando que devemos primeiro ensinar o nosso povo a saber eleger para depois permitir que venha a votar. Esta idéia é, talvez, a mais nobre e mais profunda; o grande espírito da Revolução. Trazer algo novo e mais profundo ao povo brasileiro. Lamentavelmente, o período em que a Revolução deteve o Poder foi muito curto para levar adiante esta meta. Quando ela se auto-encerrou, quando se autolimitou e outorgou a tal famosa "procuração" praticamente aos mesmos homens que havia afastado do Poder em 1964 – um paradoxo, uma contradição –, não se permitiu colimar esse objetivo.

Faço estas observações como uma autocrítica, porque sou um revolucionário, desde os primeiros momentos, como sempre serei. Não se permitiu que o País pudesse ter levado adiante todo esse novo espírito, idéias e perspectivas e agora nos encontramos, no limiar do novo milênio, ainda tristemente como um País subdesenvolvido. Ainda uma promessa de tantas coisas. É mesmo frustrante constatar que se deu uma volta tão grande para chegar, senão no mesmo lugar, até num lugar pior.

Considero as Forças Armadas a única camada patriota deste País, que realmente ama o Brasil; outros há que não amam nada, a não ser o dinheiro que têm no bolso. Talvez, os índios ainda sejam, também, patriotas, dentro do ambiente primitivo deles. Então, a conclamação é que os militares "voltem a campo", aprofundem suas

reflexões. Como disse ao General Nialdo, o ciclo da Revolução ainda não se encerrou. Assim como se dá uma procuração, pode-se cassá-la. Aprendendo as lições, que não foram poucas, durante o período curto da Revolução de 1964, quiçá o retorno dos militares possa se dar como ocorreu no Peru, meu exemplo ao General Nialdo.

Na época, Fujimori não estava execrado pela opinião pública como está agora. Os peruanos foram buscar Fujimori, Reitor da Universidade de Lima. Parece que fez um ótimo trabalho. Os militares deram todo apoio às medidas que tomou e pôs fim com a guerrilha no Peru e recuperou o prestígio desse país no âmbito global. Lamentavelmente, fatos mais recentes tornaram a situação mais confusa.

Do mesmo modo, o retorno pode ser com um civil à frente. Em nosso País, não quero "puxar a sardinha para o meu lado", há inúmeros bons advogados, sérios, éticos, como engenheiros, médicos, psicólogos, consultores, até que não sejam nada a não ser bons, mas existem. Esses são os homens que os militares devem procurar para que possam levar adiante, se é que assim entendem, essa "conclamação". Então, teremos um Brasil melhor, um Brasil verdadeiro, um Brasil respeitado no concerto das nações.

Doutor Adler, o senhor acaba de nos brindar com um candente depoimento, muito coerente, oportuno e instigante nas comparações com o mundo jurídico. Por isso tudo somos gratos, vendo enriquecido o Projeto História Oral do Exército.

Pediríamos que deixasse uma mensagem final aos brasileiros que amam nossa Pátria. Palavras de incentivo à juventude que, lamentavelmente, tem sido massacrada no processo de deturpação dos valores da Nação brasileira, massacrada pelos meios de comunicação social com inverdades sobre a própria História do Brasil, incluindo a História da Revolução de 1964. Sabemos que há partidos políticos nacionais onde é proibido dizer a palavra Pátria, por que Pátria é "termo de militar", e o que é pior, divulgam suas idéias através dos meios de comunicação social de grande alcance como a televisão, incluindo novelas e outros tipos de programas. Tentam fragilizar a família brasileira, ridicularizando os seus valores sagrados, o amor dos pais pelos filhos, o respeito dos filhos pelos pais.

Sinto-me muito gratificado em função da receptividade do meu depoimento.

Mas irei então um pouco mais adiante e me ocorreu agora um exemplo bastante recente que gostaria de incluir neste depoimento: a falta de vergonha moral, desgraçadamente, de ética e de conduta que se observa, o que é pior, também na área do ensino superior.

Refiro-me a um episódio recente, de agosto deste ano. Fui convidado por importante universidade particular de São Paulo, escola de reputação e quase cen-

tenária, para ministrar aulas, segundo me diziam "em substituição a um antigo mestre, extremamente enfermo e que só poderia voltar lá pelo mês de dezembro".

Eu de um lado e um ilustre Juiz do Trabalho de outro, visto que eram muitas as turmas. Assumimos esse desafio em socorro à universidade. As disciplinas eram Introdução à Ciência do Direito, extremamente complexa, e Teoria Geral do Estado, que hoje tem a nomenclatura moderna de Ciência Política.

Fomos enfrentar o desafio, encarando turmas na média de cem alunos em sala de aula, na parte da manhã e na parte da noite. Um trabalho incessante e, como todos sabem, os professores ganham muito mal, o que acho errado. Mas percebi naquelas turmas do primeiro ano e algumas do segundo, um material humano interessante para poder levar adiante uma mensagem, falar sobre esses conceitos que acabei, a pouco, de discorrer. A própria faculdade me convidava, também, para fazer algumas palestras sobre Ética Disciplinar e Ética Profissional e eu terminava as minhas aulas afirmando que não adiantava termos aulas de ética, conferência de ética, só falar de ética, o importante era ter uma postura ética. Percebia que esta mensagem caía muito bem.

Mas vejam os senhores o que aconteceu. A referida escola não me registrou, não assinava contrato de trabalho comigo nem com o Juiz de Direito do Trabalho, que é titular dessas mesmas disciplinas em outra reputada faculdade. O Juiz, evidentemente, ficava um pouco constrangido de postular; advogado não, advogado tem que saber pleitear. Procurava os senhores responsáveis e inquiria:

– Senhores, onde está o meu contrato de trabalho?

Afinal, para uma Faculdade de Direito, é uma situação desagradável. Passou-se um mês, repentinamente o que aconteceu? A administração da Faculdade traz um registro de um contrato de trabalho, porém com prazo posterior àquele em que eu havia iniciado minhas atividades. Achei muito deselegante. Ponderei que a data de início das minhas atividades era mais para trás. Responderam: "Não professor, é que o período... não sei o que mais. Isso é o que mais se faz neste País: enrolar e se deixamos, somos enrolados mesmo. Mas veio o pior; para minha surpresa, terminado o segundo mês daquelas massacrantes aulas e mensagens de ética, retornou o velho professor "belo e formoso", totalmente recuperado. Não foi em dezembro, mas em setembro. O que aconteceu? Chamaram-nos, os senhores responsáveis, e eu diria melhor: irresponsáveis, pela famigerada escola – como essa tem tantas outras, lamentavelmente – e nos comunicaram que estávamos automaticamente desligados: "Passem lá no setor de pessoal, para verem os seus direitos."

Como se diz na área militar, que os senhores conhecem muito melhor: "pior do que um ataque é sempre um contra-ataque". No caso, terei que suportar o con-

tra-ataque, mas posso informar que com muita satisfação. Promovi ação trabalhista e de danos morais contra a referida universidade.

As palavras que gostaria de transmitir e aquelas que encontrei na minha velha carteirinha de advogado e já me referi aos senhores, tão interessantes quanto profundas do velho General Euclides Figueiredo ao seu filho, tem algo em comum: honra, moral, dignidade, respeitabilidade, bons costumes, guerra, quero enfatizar esta última.

Na abertura desse depoimento, foi lembrado que o Brasil está comemorando 500 anos. Porém, respeitosamente senhores, não interpretem mal, foram anos de muito pouca guerra, de muito pouca luta, à exceção da época do magnífico Duque de Caxias, herói brasileiro que talvez muitos estudantes sequer conheçam hoje em dia. Mas muito poucas guerras se fizeram neste País. Gostaria de explicar melhor minhas palavras. Guerras do bem contra o mal, lutas para preservação dos valores de nossa sociedade. No Direito existe uma expressão, tão simples quanto verdadeira, que diz assim: "O acessório segue o principal." O futebol, como tantas outras coisas parecidas, são acessórios; o principal – desenvolvimento, progresso, respeito e felicidade que tanto almeja – só será alcançado, um dia, por este povo, com guerra, luta, muita tenacidade e perseverança. Se não quiser, é o que existe hoje, o acessório passa a ser o principal.

O povo brasileiro precisa acordar do "deitado eternamente em berço esplêndido", que faz parte dos versos do nosso magnífico Hino Nacional.

Recentemente, certo magistrado, inspirado nesses mesmos postulados que eu acabo de conclamar, determinou a proibição da presença de menores em determinada novela, esta sim uma verdadeira agressão a todos esses mesmos conceitos e, o que é o pior, exibido praticamente às 8h da noite, invadindo todos os lares brasileiros.

Indignados com a determinação do Juiz de Direito, diversos artistas, produtores, enfim elementos do meio artístico manifestaram-se bradando: "A censura está voltando." E por que não? Quando um povo não conhece, ainda sozinho, os caminhos que deve seguir, para se inserir no concerto das Nações como um país civilizado, respeitado, os que conhecem um pouco mais sobre o tema, tem que ensinar.

Fez muito bem o magistrado, fez muito mal, lamentavelmente, uma Corte Superior ao conceder liminar cassando a sua decisão e permitindo a volta dos menores.

Existem no País duas sociedades, dois Brasis ao mesmo tempo. Logicamente falando – a lógica no sentido que os advogados estudam, antes de estudar Direito: "a Lógica Aristotélica – Tomista", que vem dos gregos – é impossível a convivência dessas duas sociedades, uma querendo levar adiante os bons costumes, os bons princípios, a honra, a dignidade, a ética, a preservação da família etc., e outra que

é exatamente o oposto. Os valores das outras, na verdade são várias sociedades brasileiras, regem-se por parâmetros absolutamente distorcidos da nossa tradição histórica. Independentemente dos valores de ordem econômica que ditam a conduta dos elementos destas outras sociedades, existem outros elementos de ordem espiritual estranhíssimos às nossas tradições cristãs: seitas, gurus e a exploração espetacular do corpo feminino. Lamentavelmente, estas duas sociedades opostas vêm convivendo.

Nenhum dos países mais avançados da Europa como Suécia, Noruega e Dinamarca faz nada igual. A reputação da mulher brasileira, fora do nosso País, é a pior possível. Mas não é a maioria das mulheres brasileiras que é tão ordinária assim; mais ou menos.

Mais ou menos, se me permite, ocorreu-me uma comparação curiosa. É como as águas do Rio Solimões; em certo momento invadem as do Rio Negro e no final não se sabe exatamente em que rio se está. Não se sabe, realmente, em que País se está. Vamos acordar e precisamos fazê-lo logo, tantos anos que se vem dormindo. Precisa-se acordar de novo. Quando os brasileiros do bem acordarem, terão, inexoravelmente, que enfrentar, com pulso firme, os brasileiros do mal, e deste confronto, como ocorreu em tantos outros países do Mundo, haverá de emergir uma nova sociedade brasileira, uma só, verdadeira, que cultuará seus antepassados e terá honra e dignidade.

Na Bolívia, um país inserido no meio do continente que nem porto tem, pois perderam há alguns anos sua saída para o mar, conservam um espírito de civismo que me encantou. Nas cidades de La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, no país inteiro, a cada duas quadras das avenidas existem estátuas maravilhosas de San Martín, de Bolívar, e outros heróis nacionais. Eles valorizam a sua história.

O Brasil precisa fazer história. Como falava, um patriota, tantos anos atrás numa frase magistral: "O importante não é ter história, o importante é saber fazer história!"

Muito obrigado.

Doutor Antônio José Ribas Paiva

Nasceu em 23 de maio de 1949, em São Paulo-SP. É advogado e também pecuarista; era um jovem de 15 anos em 1964, tendo participado da histórica Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

Advogado, pós-graduado em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, militando na advocacia cível, criminal e assessoria estratégica empresarial.

Consultor de investimentos, com curso de aperfeiçoamento na Bolsa de Valores de São Paulo, onde operou no pregão, por cerca de dez anos.

Pecuarista: Dedica-se à criação e seleção de gado nelore, em fazendas localizadas nos municípios de Promissão, Lins e Getulina.

Méritos: Medalha do Pacificador, em 25 de agosto de 1997; Amigo da 2ª Divisão de Exército, em 28 de outubro de 1999.

Associações: Preside a Associação dos Usuários de Serviços Públicos, que fundou há nove anos e tem por objeto o aprimoramento cívico do cidadão e das instituições.

Preside, desde 1995, a Associação Grupo das Bandeiras, fundada em 1993 por civis e militares das Forças Armadas, que se dedica a estudos estratégicos e de problemas brasileiros.

Entrevista realizada em 8 de agosto de 2001.

Inicialmente, quero externar a honra que o convite para depor no Projeto História Oral me traz, porque sou um admirador das Forças Armadas, particularmente do Exército Brasileiro.

Antes de abordar especificamente 1964, gostaria de dizer que sou oriundo de uma família de pecuaristas extremamente nacionalista, muito preocupada com as questões brasileiras, com os destinos da Pátria. A eleição do Jânio Quadros trouxe uma corrente de ar fresco que oxigenou as mentes, em geral, e a esperança de que o País, finalmente, usasse de suas vocações naturais para se tornar uma grande potência.

Havia a consciência que um País como o Brasil, extremamente rico em recursos naturais, uma população de gente ordeira e pacífica, só precisaria de uma mediana administração para se desenvolver adequadamente.

Toda essa expectativa se frustrou, em 1961, com o episódio da renúncia de Jânio Quadros. Era criança na época, garoto ainda, mas a preocupação foi da família inteira e também fiquei triste, porque sentimos que era mais uma oportunidade perdida do Brasil se tornar uma grande potência.

E essa preocupação continuou com todas aquelas idas e vindas da política nacional: o parlamentarismo, um plebiscito a respeito do mesmo, para um povo que não tem capacidade de conhecer, como qualquer outro povo, ciência política, que é algo extremamente complexo. O entendimento dos mecanismos da ciência política não está ao alcance dos cidadãos comuns.

Aquele plebiscito foi uma demagogia. Eu como criança e até por instinto, pelo que ouvia dos mais velhos, sentia que o País estava sendo, novamente, envolvido pela demagogia e o marasmo retornaria.

Vivemos um período de parlamentarismo em que só os políticos falaram e a população aguardou expectante.

Depois João Goulart conseguiu se tornar Presidente da República em sistema presidencialista e a seqüência dos acontecimentos – eu já um pouco mais velho – me deixou extremamente preocupado. Lia-se os jornais da época, particularmente o *Estado de São Paulo,* que meu pai era assinante – aprendi a ler no *Estado de São Paulo* –, a descrição dos fatos preocupantes, a seqüência de desmandos e irresponsabilidades que grassava no Governo de João Goulart. Ele estava preocupado em impor à sociedade brasileira, cristã, pacífica e ordeira, um regime que não dizia respeito às nossas raízes, principalmente a subversão da ordem.

As greves eram freqüentes, ocorriam atos de insubordinação nas Forças Armadas, aquilo me deixava angustiado e pelo bom exemplo que tinha dos meus pais, como adolescente me sentia frustrado. Perguntava-me: Quando é que meu

País vai conseguir o seu lugar entre as nações? O seu lugar merecido, tanto pelo povo como pela sua expressão territorial. Na escola debatia-se muito. Tinha colegas que eram favoráveis àquilo que estava acontecendo e também outros, da nossa facção, que lutavam por um Brasil ordeiro.

Em março de 1964 ocorreu a Marcha da Família, que é um episódio que me emociona muito. Naquele dia marchamos pelo Brasil. Durante a marcha, as pessoas rezavam, cantavam o Hino Nacional. Havia o subconsciente coletivo puxando os destinos do País numa mesma direção. Felizmente, em 31 de março, vimos a eclosão do Movimento.

Foi um Movimento patriótico que salvou o Brasil de um destino terrível que nos jogaria na lixeira da História. O dia "D", 31 de Março de 1964, renovou as expectativas dos brasileiros, da juventude e o povo passou a trabalhar de forma ordeira, estudar com esperança e com objetivos. Não existia uma "luz no fim do túnel", foi um sol que iluminou, a partir daquele dia. Garanto que toda a sociedade interessada nas coisas nacionais ficou tranqüila, feliz, e apoiou com veemência aquela iniciativa cívico-militar. A Salvação do Brasil! Alguns movimentos estudantis preocupavam, sabíamos que eram pessoas mal-informadas.

E devidamente infiltrados, até por agentes do exterior.

O Governo Castello Branco não supriu as expectativas, na minha opinião. Nós, estudantes, entendíamos que o Governo Castello Branco estava muito tímido em relação àquilo que o Brasil precisava para conquistar o futuro. A Revolução de 1964 trouxe uma grande esperança, mas aquela alegria foi um pouco diminuída com a timidez do primeiro governo revolucionário e com as visíveis influências que sofria esse governo de potências internacionais.

Inclusive, um assunto que nos toca de perto, diz respeito à nossa atividade empresarial. Castello Branco assinou o Estatuto da Terra, que hoje é apoiado pelos movimentos de esquerda do País. Quer dizer, o Estatuto da Terra previa uma reforma agrária e reforma agrária é a antítese do capitalismo. A economia se desenvolve através das expectativas e se você partir o solo por motivos agrícolas em pequenas propriedades, você torna o capital da terra ineficiente, principalmente do ponto de vista estratégico, porque o minifúndio inviabiliza o abastecimento. Então o Estatuto da Terra já foi uma infiltração no Governo Castello Branco.

O minifúndio mal consegue, quando consegue, desenvolver uma agricultura de subsistência própria. Produzem para comer, mais nada além disso e mesmo assim insuficiente.

E isso nos preocupou. Será que a Revolução de 1964, que trouxe tanta alegria para o povo, vai se desviar do caminho?

Acabado o Governo de Castello Branco, tomou posse o General Costa e Silva, que também não nos trouxe segurança. O Governo Costa e Silva passou a impressão para nós, adolescentes, jovens estudantes naquela época, de que era um Governo precário, sem firmeza e nos trouxe muita preocupação.

Com o episódio da doença do General Costa e Silva, felizmente assumiu uma Junta Militar firme e que nos deu um novo alento. Por quê? Porque queríamos um Brasil ordeiro, não queríamos pressões políticas, queríamos trabalho, ordem e segurança naquilo que estávamos fazendo, possibilidades de investimento no futuro dos jovens, dos empresários. A Junta Militar renovou a confiança na Revolução de 1964. Isso estou dizendo do ponto de vista do jovem, estou contando um filme de mais de trinta anos. O que estou tentando expressar é o que nós jovens sentíamos na ocasião.

Depois foi escolhido o General Emílio Garrastazu Médici, que era um desconhecido à época e nós civis que não tínhamos conhecimento das tendências dele, ficamos assim na expectativa.

Mas o Governo Médici se revelou, posso dizer hoje, o único Governo verdadeiramente revolucionário da Revolução de 1964, que protegeu o Brasil de se tornar uma imensa Colômbia, porque ele soube enfrentar os movimentos subversivos e manter a ordem, o desenvolvimento, o emprego; o povo era feliz.

Lembro que ele foi aplaudido no Maracanã por quase 200 mil pessoas e isso foi uma demonstração do apoio que o Governo do General Médici tinha da população, porque no Maracanã estava o povo.

Era como um termômetro.

Era um termômetro, não era? Se fosse esse governo de hoje... desculpe-me por fazer essa crítica, mas é só um paralelo: se o Fernando Henrique for hoje ao Maracanã, ele vai levar... muita vaia; ou, como diz o Jô Soares, uma "ovação", não é? Mas não de palmas... E naquele tempo, o povo espontaneamente aplaudiu o General Médici.

Acho que dá para dizer sem margem de erro que foi o Governo mais popular que o Brasil teve nas últimas décadas.

Sem dúvida. Tivemos poucos estadistas na História do Brasil. Não sou historiador, sou advogado, mas assim por análise da História brasileira, acho que o Brasil teve como estadistas: D. João VI, que não era brasileiro; o filho dele, D. Pedro I; Getúlio Vargas também era estadista, muito embora não concorde com muitas coisas que ele fez, mas ele era estadista, porque ele preservou o interesse nacional, lutou pelo Brasil.

Tenho sérias críticas de Juscelino Kubitschek, mas foi estadista, porque ele ajudou a conquistar a Amazônia. A marcha para o Oeste começou com a fundação de

Brasília. Se hoje não tivéssemos Brasília, a Belém-Brasília etc., o Brasil não teria se integrado e depois tivemos o Governo Médici, que consolidou o trabalho dessa gente, desses poucos estadistas que tivemos.

Mas na época não tínhamos essa consciência de estadista, éramos estudantes e nos preocupávamos com o que estava acontecendo e com o que poderia acontecer daquilo tudo.

Terminado o Governo Médici foi escolhido o General Geisel, que aparentava ser um Governo de continuidade ao do Médici, mas não foi isso.

Infelizmente, o Governo Geisel foi o começo do fim da Revolução de 1964 e o começo do fim das nossas esperanças, porque se tivéssemos dado continuidade ao que o Médici implantou e corrigiu, o Brasil hoje estaria entre as cinco primeiras potências mundiais, no mínimo.

Aliás, ele já deixou entre as oito primeiras. Hoje estaria entre as cinco, seguramente.

Quando eclodiu a Revolução, o Brasil era a 42ª economia do Mundo. Só a excelente administração de 1964 até Médici guindou o Brasil de 42º para o oitavo lugar no contexto mundial e estávamos disputando a sétima colocação com o Canadá. O nosso PIB chegou até a superar o do Canadá, mas aí escolheram outros dados, outros critérios, outros enfoques e o Canadá permaneceu como mais rico.

Então, se o Médici foi a consolidação do trabalho dos estadistas que o antecederam, o Geisel infelizmente determinou o princípio do fim do período revolucionário. Essa é a nossa ótica, uma ótica imparcial porque é tomada de fora do governo. Não tínhamos nenhum compromisso político à época, não tínhamos interesses no Governo do Geisel, éramos cidadãos observadores.

O General Figueiredo, que foi o último Governo revolucionário, seguiu a cartilha determinada pelo Geisel, que foi seu grande eleitor. Ele tentou ser populista e apesar de sofrermos com governos muito piores depois do Figueiredo, ele também ajudou a sepultar aquela esperança que teve início em 31 de março de 1964.

E agora o pior erro de Figueiredo: já que se queria fazer uma abertura, deveria ter preparado as instituições para que o poder civil assumisse o poder político civil e o País tivesse garantias dos seus objetivos nacionais permanentes. Mas não, tínhamos uma fonte de poder visível que eram as Forças Armadas e quando essa fonte se retirou do Governo, esse poder se estilhaçou em guetos. Então hoje temos guetos de poder. O corporativismo impera. Temos os guetos dos magistrados, dos procuradores, dos policiais, etc., então temos esses guetos de Poder e cada um puxa para seus interesses e a cada gueto interessa a manutenção do *status quo* que não diz respeito ao interesse nacional.

E o pior, em detrimento do interesse nacional.

E temos algo impressionante no sistema de governo, o Brasil é uma República presidencialista com um Judiciário "monárquico". E o Poder Judiciário contraria o Artigo 1º da Constituição, que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". Agora, não existe no panorama político nenhum momento em que o Poder Judiciário emanou do povo. O Poder Judiciário assumiu o poder do imperador com a Proclamação da República e não largou mais.

As revoluções que tivemos foram contra o Executivo, não foram revoluções contra o Judiciário. Então eles usurparam, diria isso, o poder do imperador e o mantiveram, pois não sofreram revoluções. Dessa forma temos o poder monárquico do Judiciário, o poder presidencialista republicano do Executivo e do Legislativo em busca de seus próprios interesses. Isso não nos leva a lugar algum porque são forças totalmente heterogêneas e não harmônicas.

Agora voltando ao Figueiredo, isso é importante frisar, porque não adianta a gente ficar pensando: onde foi que nós erramos? Temos é que fazer uma análise fria e objetiva; o erro de Figueiredo foi, em primeiro lugar, a anistia ampla, que veio do Geisel e foi consolidada; em segundo lugar, quando ele saiu do Governo pela garagem do Palácio, não passando o Governo ao seu sucessor.

Não deixou instituições sólidas dotadas de mecanismos de aprimoramentos constantes e visíveis, que são necessários para o convívio sócio-econômico. Não há isso. As instituições são absolutamente inadequadas para preservar os interesses nacionais. Então hoje o Brasil continua pagando o preço dessa falta de visão do Governo Figueiredo. Acho que as instituições têm que ser aprimoradas.

E o povo latino, ele é excessivamente messiânico, não entende a necessidade de fortalecimento institucional, o povo latino sempre está em busca do "Messias", aquele que vai resolver seus problemas de abastecimento, de emprego, de segurança, um milagre. Ele está esperando o "Messias".

Outra coisa importante, que é um conceito e que temos que deixar bem marcado aqui, é o seguinte: o aprimoramento institucional é um processo de outorga, não é um processo de demanda, porque a massa populacional não tem conhecimento de ciência política para saber o que demandar. Então o aprimoramento é feito por quem pode, deve e quer. Esse é o tripé histórico do aprimoramento institucional. Não existe na história da humanidade nenhum exemplo de aprimoramento institucional por demanda da população.

Então é isso que estamos vivendo hoje; é uma desagregação total das instituições, hoje não temos nenhuma instituição que se preste a estabelecer e garantir objetivos nacionais de curto, médio e longo prazo. Ele vive, usando uma expressão popular, "empurrando com a barriga" os problemas do dia a dia.

Tentando resolver hoje o problema que surgiu ontem, sem planejamento, sem uma previsão, sem uma visão prospectiva que tem que ser de todo bom governo.

Então, trouxe hoje aqui a minha experiência juvenil, as preocupações da época. Naquele tempo a massa dos estudantes não participava de manifestações. Era uma minoria. Outra coisa que quero dizer é o seguinte: tornei-me advogado em 1973 e advoguei em todo o período revolucionário e posso garantir que durante o período dos governos militares, o advogado era respeitado.

Como advogado, no período revolucionário, chegava ao Fórum, pedia os processos e exigia providências dos magistrados, dos funcionários; hoje um advogado não tem condições de exercer a sua profissão, porque o próprio Ministério Público está infiltrado por ideologias e apóia, por incrível que possa parecer, a prática de esbulho processual pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Essa semana ainda, falando com um Juiz federal, insurgi-me contra uma petição do Ministério Público Federal, que estava apoiando seiscentos invasores contra a decisão do juiz que mandava retirá-los de uma propriedade. Comentava com o Juiz o absurdo. O Ministério Público está advogando a prática de ato típico da Lei Penal; isso é uma distorção absurda!

A nossa expectativa é que os seguimentos responsáveis da sociedade brasileira se unam para encontrar novos caminhos para construir o nosso futuro. Já disseram que "o preço da liberdade é a eterna vigilância" e acho que isso é uma máxima que temos que seguir, temos que estar vigilantes para garantir o futuro para os nossos filhos e netos.

Agora voltarei mais um pouco, para ressaltar um aspecto muito interessante da época antes da Revolução.

Em março de 1964 os meus companheiros de escola, de 15, 16 e 17 anos, estavam prontos para entrar em combate se necessário fosse, porque a gente não sabia o que ia acontecer.

Para reconduzir o Brasil a seus rumos históricos, cristãos, democráticos e de aspiração para grande potência e não de atrelamento a uma união de esquerda mundial como era naquela ocasião. Isso que era pretendido por certos setores e pelo próprio Governo do Sr. João Goulart, razão pela qual foi derrubado.

Mas a juventude estava disposta a se empenhar numa luta, a entrar em conflito mesmo e não se sabia como seria resolvido aquele impasse, qual seria a resistência à intervenção de 1964. Depois, felizmente, o problema se equacionou de forma mais rápida, a intervenção foi cirúrgica e tudo se resolveu rapidamente, mas imaginávamos que iriam ocorrer choques armados, muitas vidas iriam se perder. Estávamos dispostos a participar disso.

Sacrificar as próprias vidas em prol da Pátria, como é no juramento dos militares.

Exatamente. Não sentíamos nenhuma diferença entre o que queríamos e o que os militares queriam; os objetivos eram exatamente os mesmos e o compromisso moral era o mesmo.

Os princípios do patriota é a lealdade e a honra. A juventude é sempre mais inocente, espontânea. Até hoje acho que os jovens são espontâneos, mas na minha época eram mais. Os jovens pensavam com mais idealismo. Não sei como está hoje, minha filha tem 16 anos e ainda não está manifestando muita coisa, mas no meu tempo os jovens tinham esse compromisso.

Muito bem Dr. Ribas, essa explanação já foi muito convincente e abarcou desde o período pré-revolucionário, com pinceladas sobre cada um dos governos e a angústia que se vive novamente na atual conjuntura.

Pediria então que falasse um pouco sobre as preocupações dos brasileiros que desejam o bem desta Pátria maravilhosa e que lamentam muito vê-la sendo malconduzida em muitas ocasiões de sua história; gostaria de ouvir então a sua opinião sobre o momento político atual.

E as preocupações, tenha certeza, não são só suas, são de todos os seguimentos do País que pensam e que acreditam ainda num Brasil grande e melhor para nossos descendentes.

Hoje está cada vez mais claro que o Brasil está sendo alvo de incursões de uma guerra comercial travada mundialmente. Essa globalização não é nada mais do que um colonialismo a distância, só que é muito mais barato para as potências colonialistas atuais, porque o colonialismo tradicional traz consigo as despesas administrativas, o custo administrativo e hoje eles excluíram do seu interesse colonial esse custo e o resultado aumentou. Eles participam apenas dos lucros, sem risco nenhum.

E isso é muito perigoso. As Forças Armadas têm formação tradicional, na guerra tradicional, na guerra de tropas e, muitas vezes, não se preocupam com o fator econômico, mas as guerras são ganhas através de jogadas financeiras e econômicas.

Napoleão Bonaparte, só para trazer um aspecto histórico que é muito significativo, perdeu a guerra porque a Casa Rothschild francesa cortou o financiamento. Especularam na Bolsa de Londres. Foi uma manobra financeira: os Rothschilds de Londres, associados aos de Paris, espalharam em Londres que a Inglaterra havia perdido a guerra. As ações da Bolsa de Londres caíram. Os Rothschilds de Paris compraram tudo. Quando três dias depois chegou a notícia de que a França havia perdido a guerra, eles eram os donos do mercado, ganharam

uma imensa quantidade de dinheiro. Então, já naquela época, a guerra se ganhava através de manobras financeiras.

Se me permite apenas um pequeno aparte, pois isso é afirmação de grandes estrategistas como Lidel Hart, Sun Tzu ou Clausewitz, que a guerra normalmente é o conflito econômico que a diplomacia não conseguiu resolver, então ela é a continuação da diplomacia por outros meios.

Hoje, o Brasil pela sua riqueza e vocação natural – é uma potência mineral e agrícola – é alvo de incursões financeiras, e isso traz distorções. Num regime supostamente democrático, as eleições são financiadas por capitais, inclusive capitais internacionais, e os políticos eleitos ficam compromissados com os seus financiadores de campanha, principalmente nas eleições majoritárias.

As proporcionais também são financiadas, mas os interesses são mais de varejo. Nas eleições majoritárias o capital tem muita importância, porque aquele que tem maior quantidade de recursos normalmente vence a eleição. Tem maior possibilidade de fazer alianças, mais espaço na mídia. Termina convencendo a mídia a apoiá-lo, por meio do aspecto econômico.

O Brasil, hoje, está absolutamente vulnerável aos interesses internacionais. Estamos perdendo a guerra comercial e um exemplo disso é que o segmento do agronegócio é o único superavitário na nossa balança comercial.

Esse ano que passou, o de 2000, tivemos um superávit de 14 bilhões de dólares na balança comercial do segmento do agronegócio. Todos os demais segmentos foram deficitários, mas mesmo assim o Governo não incentiva a produção agropecuária, não coloca capitais a custo compatível com a atividade e, pior, incentiva oficiosamente a invasão de propriedades, através de um movimento chamado MST, que todos já conhecem, que nada mais é do que uma cabeça de ponte do capital internacional no Brasil. Eles são financiados para inibir investimentos no agronegócio.

Quer dizer, isso aí é uma espécie de uma quinta coluna, antigamente se falava que eram espiões, mas hoje é um grupo guerrilheiro que está aqui a serviço das potências internacionais.

Pelo mesmo motivo, o Brasil não exporta a sua produção de grãos de Mato Grosso e Rondônia, através do Acre e do Peru, pelo Pacífico. Nesse corredor o Brasil vai encurtar a viagem em 20 mil quilômetros e vai tirar do mercado o produtor de soja americano. Então, daí a preocupação do Diálogo Interamericano, que é uma Organização Não-Governamental (ONG) interessada no Poder latino-americano, em impedir que o Brasil tenha acesso ao Pacífico e esse objetivo deles estava em risco com o Governo Fujimori, porque o Fujimori aproximava a econo-

mia japonesa com a economia brasileira, que são complementares. Os japoneses têm tecnologia e nós temos os recursos naturais que eles não têm, então são economias absolutamente complementares e agora temos a barreira do Presidente Alejandro Toledo, do Peru, que é uma incógnita e não sabemos se iremos conseguir exportar pelo Peru.

Isso é apenas um exemplo do que está acontecendo e nós, sociedade responsável, temos que nos unir para encontrar novos caminhos nesse sentido e conscientizarmo-nos de que a guerra comercial tem que ser enfrentada.

Gostaria agora de ouvir a sua palavra sobre um assunto que sem dúvida empolga todos os brasileiros e que eu sei que o senhor conhece profundamente: a criação de gado.

Nós sabemos que a produção de proteínas através da carne vermelha é extremamente onerosa em países do primeiro mundo, que criam gado em regime intensivo, com gado confinado e tratado com ração em que nos componentes entram soja e milho, concorrendo portanto com a alimentação humana. E que nós, pela extensão de nosso território, onde não temos as geleiras da Sibéria, nem as do Canadá, podemos praticamente criar gado no Brasil inteiro.

Precisa sol e chuva, o resto a terra fornece e ainda com a introdução de determinados tipos de capim, como o braquiária, que mesmo nas terras mais fracas esse capim é muito nutritivo e viceja bem, portanto podemos ter gado em qualquer lugar e isso nos livrou de ter inclusive o "mal da vaca louca", cuja origem ainda é discutida, mas fala-se nessas rações de origem animal com que o gado europeu é alimentado.

O senhor tem razão, realmente produzimos proteína vermelha da melhor qualidade com a fotossíntese. Transformamos o capim em proteína vermelha, isso é um milagre, é o milagre do País da energia que é o Brasil, porque temos sol o ano inteiro. Então, como o ser humano não come capim, ele produz isso sem concorrência na cadeia alimentar do homem e é por isso também que os países do primeiro mundo financiam o MST para invadir fazendas de criação extensiva.

Isso é estratégico, o Brasil sobrevivendo da energia solar, enquanto eles têm que fornecer lixo, literalmente lixo para o gado se alimentar, para a produção de proteínas.

Interessante que constatou-se, na Inglaterra, que houve uma distorção molecular da proteína chamada príon, que causa a "encefalopatia espongiforme", que é o "mal da vaca louca", porque eles forneceram produtos de origem animal para a alimentação de herbívoros. A natureza reagiu contra essa violência. O

príon tem uma característica interessante, é uma proteína indestrutível. Para destruir o príon, você precisa de 1.000ºC. Então, os europeus estão com um problema inclusive de esterilização de material cirúrgico, porque o bisturi, se você puser a 1.000ºC, você derrete o bisturi. Já a esterilização química é impossível.

Os laboratórios estão pesquisando para ver se acham algum produto químico que possa destruir o príon. É um mal terrível para toda a humanidade e o Brasil quase ficou vulnerável nessa questão, porque importava ração para cachorro, que é de origem animal, da Inglaterra e da Europa.

Foi o Conselho de Medicina Veterinária de São Paulo que denunciou e, então, foi barrada a importação dessa ração, em tempo ainda de evitar a contaminação. Hoje produzimos o "boi verde", o boi saudável que come capim, bebe água corrente e não precisa comer ração de origem animal.

Em termos de agricultura o Brasil neste ano conseguirá atingir a meta de produzir 100 milhões de toneladas de grãos?

Pode até produzir muito mais que isso. O problema é que você produz e não tem mercado consumidor, porque a Europa e os Estados Unidos têm barreiras de toda a natureza; eles pregam o livre comércio e impõem barreiras sanitárias, ecológicas, trabalhistas, de toda ordem. Então não adianta produzirmos 200 milhões de toneladas de grãos se não tiver quem compre tudo isso. O Brasil pode produzir as 100 milhões e mais 50 e mais 200, tanto faz, temos 30% da área agricultável do mundo. Podemos produzir o que o mundo precisar.

Agora, tem um ponto que é importante: o que provoca a fome no mundo é a especulação nas *comodities* agrícolas, particularmente pela City, de Londres, que controla as flutuações das cotações das *comodities* agrícolas, minerais e comerciais. Eles tentam, através de barreiras sanitárias e comerciais, impedir que um País como o Brasil influencie nas cotações das *comodities* agrícolas. Então a especulação – estamos numa guerra financeira – impede que o mundo tenha acesso ao celeiro que é o Brasil.

Bem, acho que já abordei quase tudo, pelo menos o que a memória permitiu mostrar, e agradeço muito a atenção do senhor, a paciência de me ouvir e espero não ter sido muito prolixo.

Pelo contrário, o senhor sintetizou muito bem, desde os inícios e os antecedentes da Revolução de 1964, passando para o período revolucionário, chegando até os nossos dias e levantou questões importantíssimas que o Brasil vive no momento.

Para terminar pediria que deixasse uma mensagem, sobretudo para a juventude que vai herdar o nosso Brasil que tanto amamos, seja a juventude militar,

seja a juventude de um modo geral, pois seguramente esse seu depoimento será ouvido por jovens militares e civis em escolas do Brasil do século XXI.

Espero que a nossa juventude se conscientize da necessidade de participar ativamente dos assuntos nacionais e que procure se informar adequadamente. Apenas pessoas bem informadas podem tomar decisões e apoiar essa ou aquela política. E, principalmente, se dediquem à análise da questão econômica, porque quem não entende de economia não pode discutir política.

A expectativa é grande e se o grande Arquiteto do Universo olhar por nós, o Brasil vai obter sem dúvida o seu merecido lugar entre as nações do primeiro mundo. Muito obrigado.

Doutor Carlos Eduardo Guimarães Lousada

Nasceu em 12 de maio de 1931, no Rio de Janeiro-RJ; é filho do Embaixador Francisco d'Álamo Lousada e da Embaixatriz Maria de Lourdes Zenha Guimarães Lousada.

Formação Profissional: Engenharia Industrial pela Miami University Majoring; Administração Técnica e Industrial em motores diesel pela Escola Técnica de Sulser Frères Whinthertur, Suíça; Economia Política, pela École Levania, Lausanne, Suíça.

Atividades profissionais: Adido Cultural do Consulado do Brasil, Miami, Flórida, ano 1955; Assistente Civil do Ministro da Marinha, Almirante Sylvio Heck; Conselheiro da administração da Cia. Nacional de Cimento de Minas Gerais – CIMINAS; Presidente e acionista principal da Microgenau Metalúrgica e Mecânica de Precisão; membro do Gabinete Civil da Presidência da República, no Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva; Diretor-Presidente da Serete Engenharia S.A. e presidente do Conselho de Administração; Conselheiro da Holdercin, Grupo Holder Bank.

Outras atividades: Diretor do Centro do Comércio do Estado de São Paulo; Conselheiro da Diretoria Executiva do Banco Francês e Brasileiro S/A; Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Condecorações Militares: Medalha do Mérito Militar e do Mérito Naval, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Tamandaré e Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

Entrevista realizada em 4 de abril de 2000.

Inicialmente, farei a seguinte colocação: não houve, a meu ver, uma revolução, em 1964, mas uma contra-revolução. Quem queria fazer uma revolução não éramos nós; reagimos à revolução que estava sendo montada. Em plena guerra leste-oeste, o Brasil era disputado pelas forças da época, de um lado lideradas pela União Soviética, China e, também, Cuba; do outro, nós, democratas, dispostos a defendêlo. Fizemos a contra-revolução. Impedimos uma revolução comunista, que transformaria o Brasil, não em uma nova Cuba, porém em uma nova China, em função da sua extensão territorial, riquezas, grande população e posição geográfica – na época o Atlântico Sul era militarmente vital. Geopoliticamente falando, se o Brasil caísse, cairia toda a América Latina. Foi dentro dessa visão contra-revolucionária que se articulou a Revolução de 1964, ou seja, a Contra-Revolução de 1964.

Tudo tem início, a meu ver, na renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando os três ministros militares, Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grüm Moss, assumem a liderança da Nação, durante um período. O Presidente Jânio Quadros simplesmente abandonara sua cadeira de Chefe de Estado, e seu sucessor, Sr. João Goulart, já estava comprometido com as forças ponderáveis da esquerda brasileira.

Na ocasião, Jango recebe a adesão do General José Machado Lopes, Comandante do III Exército, que apóia a posição do Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul.

Seguem-se as *démarches*, nos setores militares e políticos. A realidade é que os três ministros das Forças Armadas queriam dar um basta ao avanço das articulações da esquerda, desencadeadas no País com uma força incrível. Eles pensavam, até, em tomar definitivamente o Poder, fixando a data de 5 de setembro de 1961. Entretanto, as forças militares se dividiram. Uns queriam a tomada do Governo pelas forças militares, outros optavam por manter o País na frágil legalidade existente. O Comandante do Exército, combalido por uma fratura no pé e febre, marcou, mesmo assim, uma reunião com os generais para o dia 3 de setembro, às 7h da manhã, no Palácio Laguna, para tomar a posição definitiva.

Na véspera, tanto o Almirante Heck, que exercia forte liderança na Marinha, quanto o Brigadeiro Moss, haviam obtido total apoio dos seus pares. O Marechal Denys, porém, no dia da reunião, no Palácio Laguna, conseguiu apenas o apoio de poucos generais, cinco ou seis, se não me falha a memória. Terminada a reunião, o Marechal Denys chamou os Ministros da Marinha e da Aeronáutica ao seu escritório, no Palácio Laguna, e relatou-lhes o resultado do encontro.

O Almirante Heck dirige-se à sala de visitas, onde se encontravam todos os generais convocados pelo Marechal Denys, e apoiado pelo Brigadeiro Grüm Moss faz

a seguinte declaração: "É lamentável que a decisão tenha sido de entregar o Governo ao Jango. A revolução que poderia ocorrer hoje, de cima para baixo, amanhã será feita de baixo para cima. Mandarei fazer uma placa referente ao 5 de setembro de 1961, data que marcará o início de uma longa e dura caminhada."

Dito isto, retirou-se para o Ministério da Marinha, acompanhado pelo Brigadeiro Grüm Moss e pelo Capitão-de-Fragata José Calvet Aranda, mais tarde Almirante; também me encontrava no carro com eles, nesta ocasião. Entregou-se o Governo ao Jango. Um grupo da Aeronáutica tentou, ainda, uma reação que o Brigadeiro Moss conseguiu impedir.

Um mês depois, no Edifício Avenida, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, realiza-se a primeira reunião, para se articular a Revolução de 1964, presidida pelo Almirante Heck. Estavam presentes, também, do Exército: Marechal Odylio Denys, General José Pinheiro Ulhôa Cintra, enteado do Presidente Dutra; da Aeronáutica: Brigadeiro Grüm Moss e outros; da Marinha: Almirantes Silveira Lobo, Acir de Carvalho Rocha, Augusto Rademaker, Mário Cavalcante, Levy Aarão Reis e Heitor Lopes de Sousa, este do Corpo de Fuzileiros Navais; do Itamaraty: Embaixador Abelardo Bueno Prado e o Embaixador Francisco d'Álamo Lousada; de São Paulo: Doutor Hermann Moraes e Barros, Osvaldo Américo Campiglia, e os médicos Nemésio Bailão e Sílvio Fausto, este muito amigo do Dr. Júlio de Mesquita Filho.

Coube-me secretariar este encontro memorável em que se decidiu iniciar o processo de articulação junto às Forças Armadas e à sociedade civil.

Como havia alguns representantes de grupos civis paulistas, na reunião, o processo começou em São Paulo, no meio civil. Em seguida, formou-se um núcleo chefiado pelo General Agostinho Cortes e outro coordenado pelo General Sebastião Dalysio Menna Barreto. Precisou-se ampliar com a formação de um terceiro grupo de coordenação e suporte financeiro, chefiado pelo Dr. Júlio de Mesquita Filho. Dele fazem parte: Dr. Gastão Vidigal, Dr. Hermann Moraes e Barros, Dr. João Baptista Leopoldo Figueiredo, que fundou, logo em seguida, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), órgão de relevante influência no processo conspiratório.

As articulações tomavam vulto, em São Paulo. O General Olympio Mourão Filho foi designado para comandar a 2ª Região Militar, em março de 1963, na capital paulista, tendo como Chefe de Estado-Maior o Coronel Ramiro Tavares Gonçalves. A partir daí, centralizou-se tudo na 2ª Região Militar e na residência do General Olympio, no início da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Outro General, Anchieta Paz, Comandante de uma Brigada no Vale do Paraíba, passou a trabalhar ativamente na articulação militar. Estes grupos, bastante ativos e consolidados, passaram a contar com o apoio de Entidades de Classe: Sociedade

Rural Brasileira, cujo presidente era o Sálvio de Almeida Prado; da Federação das Indústrias, cujo presidente era Antônio Belisati e o vice, Teobaldo de Nigris, que posteriormente, exerceria, por muitos anos, a presidência da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Todos, companheiros dedicadíssimos, mas obedecendo a uma coordenação única. De minha parte, pelo fato de ser muito ligado ao Almirante Heck e ao Marechal Eurico Gaspar Dutra, participava, circulava em todos esses grupos. Constatava o empenho de cada um pela dedicação e serviço à Pátria.

O movimento foi crescendo, sem cessar. O General Mourão, em agosto desse mesmo ano, foi transferido para Juiz de Fora, e deixou em São Paulo um esquema extremamente forte e consolidado. A esta altura, a área militar estava bem articulada e trabalhava com mais ardor.

As reuniões importantes, no Rio, passaram a ser realizadas sempre na casa do Marechal Dutra. Era um desejo do Almirante Heck e do próprio Marechal Denys, em face do respeito e prestígio que gozava o Marechal entre militares e civis. A propósito, o Almirante Heck brincava, dizendo:

– Reunião de generais não pode ser na casa de almirante, tem que ser na casa de marechal.

São Paulo sempre na liderança da coordenação e o Movimento se expande para o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e principalmente Minas Gerais, com a coordenação do General José Lopes Bragança, figura histórica. Seu irmão havia sido assassinado por comunistas, na Intentona de 1935. Com a ida do General Mourão para comandar a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e com a participação do General Carlos Luiz Guedes, da ID/4, o Movimento cresce e se expande em todo o Estado. O coordenador dos prefeitos, no interior de Minas, é o Prefeito de Curvelo, Evaristo de Paula, que, mais tarde, será Secretário de Estado, exercendo grande influência na política de Minas.

O Governador do Estado, Magalhães Pinto, mantém posição dúbia. O Movimento continuou a crescer e decide, então, testar sua própria força. Durante comício de Brizola em Belo Horizonte, o grupo de Minas, sediado na Capital, com o apoio do General Guedes, resolve expulsá-lo, bem como os membros do Governo João Goulart que o acompanham. A empreitada obtém pleno êxito, com grande repercussão na Imprensa Nacional.

São Paulo passou, então, a ter uma ligação muito estreita com o pessoal de Minas. Nessa ocasião, o General Joaquim Justino Alves Bastos, depois Marechal, vai comandar o IV Exército, em Recife. O Marechal Justino era irmão de Dona Judite Penha Brasil, esposa do General Penha Brasil, padrinho de meu casamento civil. Estes laços de amizade aproximaram-me do Marechal Justino, em quem o Marechal Denys também muito confiava. No Nordeste, o Marechal Justino começou a traba-

lhar pelo Movimento, sensibilizando os oficiais do IV Exército e, ao mesmo tempo, incentivando a mobilização civil, não apenas no Recife, mas também em outros Estados, sempre dentro da coordenação militar.

O crescimento do Movimento chegou a tal ponto que, um mês e pouco antes da eclosão da Revolução, resolveu-se fazer uma reunião no Rio de Janeiro, apesar da dificuldade de deslocamento dos chefes militares: o Marechal Justino, do Recife; o Almirante Rademaker, de Florianópolis; o General Mourão, de Juiz de Fora; o General Guedes, de Belo Horizonte; o General Cordeiro de Faria, do Nordeste etc. Formou-se, neste momento, um grupo de trabalho, do qual participo, para coordenar a vinda desses homens. Escalou-se um grupo de jovens oficiais, capitães e tenentes das três Forças Armadas, de confiança e que tinham automóvel, para as funções de motorista e segurança, desses chefes militares, em sua estada no Rio de Janeiro.

Para o deslocamento até o Rio sem que as autoridades tomassem conhecimento, a solução foi arrendar aviões de várias Companhias, entre elas a Trans Lima, que pertencia ao Lima Neto.

Companhias particulares de aviação civil.

Táxi aéreo. Garantido o deslocamento, restou providenciar a hospedagem. Faço questão de lembrar aqui a Embaixatriz Leitão da Cunha, Dona Nininha. Estando o Embaixador Vasco Leitão da Cunha em Portugal, ela ofereceu um apartamento na Avenida Rui Barbosa e lá se hospedou o Marechal Justino Alves Bastos e o Almirante Acir de Carvalho Rocha, Comandante do Distrito Naval de Mato Grosso. O Marechal Justino decidiu não se hospedar na residência de sua irmã, Dona Judite, porque o General Penha Brasil, homem muito sociável, recebia sempre muita gente e o Marechal não podia ser visto no Rio de Janeiro.

Aconteceu, nesse momento, a reunião histórica na casa do Marechal Dutra, na Rua Redentor, 317. Ali se decidiu deflagrar o Movimento e derrubar o Governo de João Goulart.

Em seguida à tomada da decisão, o Marechal Dutra levantou a seguinte questão, que guardo, vívida, na memória:

– O que os senhores pensam para depois? Qual dos senhores irá representar o papel de líder?

Todos os oficiais permaneceram calados; o Presidente Dutra continuou:

– É importante uma resposta e vou começar a perguntar ao general mais jovem aqui.

E, um a um, do mais jovem, General-de-Brigada Ulhôa Cintra, ao mais antigo, Marechal Denys, todos eles, por suas respostas, demonstram não ambicionar o Poder. O Presidente Dutra comentou, então, com sua proverbial sabedoria:

– É um problema que nós temos, e vamos ter que enfrentar esse problema oportunamente.

Encerrou-se a reunião. Seguiu-se a operação para deslocar esses homens de volta para os respectivos comandos.

Um mês e pouco depois, o General Mourão desencadeia, em Juiz de Fora, a arrancada do Movimento revolucionário.

Em São Paulo, reúnem-se em minha residência, na Rua Bela Cintra, o General Aldévio Barbosa de Lemos, Secretário de Segurança do Estado de São Paulo; o General de Cavalaria Franco Pontes, Comandante da Polícia Militar; Reynaldo Saldanha da Gama, Comandante da Guarda Civil; os Generais Dalysio Menna Barreto, Agostinho Cortes, além de alguns civis.

Combinara-se, anteriormente, que o General Guedes me telefonaria, passando a senha para o dia D, a que eu responderia com a contra-senha. Em determinado momento desta reunião, em minha residência, tocou o telefone: atendo, pronto para senha e contra-senha; o General Guedes, porém, declara:

– Não tem mais senha coisa alguma, eu já prendi todo mundo aqui e já estou indo para o Palácio da Liberdade com o manifesto que o Magalhães Pinto vai ter que assinar, porque se ele não assinar, vou prendê-lo e vou assumir o Governo de Minas. Agora queremos ver vocês, como São Paulo vai responder.

– General – disse –, vou passar o telefone para o Secretário de Segurança.

E passei. Terminada a ligação, todos saíram para alertar os respectivos grupos e dar início à mobilização.

A coordenação dos militares da Ativa do Exército, em São Paulo, era exercida pelo General Mourão. Quando ele foi para Juiz de Fora, o General Anchieta Paz permaneceu, ainda, em São Paulo. Havia um grupo de jovens oficiais, muito ativos, chefiado pelo Tenente-Coronel Rubens Resstel, com a participação do Major Cerqueira Lima, do Capitão Wilberto Luiz Lima, do Coronel Tomaz, entre outros.

O Tenente-Coronel Rubens Resstel teve a missão de prender o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Chegou, até, a invadir sua residência, na Rua Venezuela. Neste meio tempo, entretanto, o General Kruel deixava o Palácio Campos Elísios, e aderia à Revolução, tornando desnecessária a atuação do Tenente-Coronel Resstel.

Em Minas Gerais, o Movimento conseguiu a adesão de todos os seguimentos da sociedade. O General Mourão, comandando as tropas de Minas, marchou para o Rio de Janeiro, em companhia do Marechal Denys, do General Antonio Carlos da Silva Muricy e do Dr. Antônio Neder; o General Ulhôa Cintra não o acompanhou, pois todos acham preferível que ele permaneça perto do seu pai, o Marechal Dutra.

A coluna militar seguiu em direção ao Rio de Janeiro. Comandado pelo Coronel Raimundo Ferreira de Souza, o Regimento Sampaio vem-lhe de encontro; esse Regimento dispõe de poder de fogo apto a tranqüilamente deter a coluna do General Mourão. Aconteceu, porém, que o Coronel Raimundo havia pertencido ao Gabinete do Marechal Denys, e sempre lhe fora muito próximo. Ele ignora que o Marechal Denys faça parte da coluna do General Mourão. Quando, por telefone, se consegue fazer o contato do Marechal com o Comandante do Regimento, o Marechal Denys diz-lhe o seguinte:

– Você vai combater seu velho chefe!?

– Eu não sabia que o senhor estava aí! – respondeu o Coronel – Então, já me coloco à sua disposição.

Todo o Regimento Sampaio adere à coluna do General Mourão e, com essa atitude, dá a vitória ao Movimento de 1964.

Os fatos que relatei são os que eu vivi.

O Presidente Dutra, meu padrinho, com discrição que o caracterizava, jamais exaltou o papel fundamental que ele representou na Revolução de 1964. O mesmo se aplica a todos os chefes militares por mim aqui citados.

Eis o resumo da experiência que vivi, quando jovem. Embora sem poder de decisão, tive o privilégio de ouvir, agir e presenciar, e, assim, participar de fatos que mudaram o rumo da História do Brasil.

Importantíssimo para o Projeto de História Oral do Exército o vosso testemunho, sobretudo pelo senhor ter vivenciado esses fatos. Dando prosseguimento, gostaria de ouvir a sua opinião sobre como a Revolução, que o senhor chamou inicialmente de Contra-Revolução, foi recebida pela população local em seus primeiros tempos e o que se esperava dos novos governantes?

Naquela época, o povo brasileiro assistia estarrecido, assustado e amedrontado, à anarquia, ao caos, à subversão desencadeada, à quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas, principalmente dentro da Marinha, à comunização se proliferando e ao Governo participando. Aliás, o Presidente da República – Jango – incentivou os marinheiros a jogarem seus oficiais no mar, o que veio de fato a ocorrer: oficiais foram atirados ao mar. Tratava-se, praticamente, da reedição da Revolução Marxista de 1917.

Quando da eclosão e vitória do Movimento, antes de ir para o Rio de Janeiro – porque passei a ter uma atuação junto aos chefes militares com quem convivia na época, como articulador político – vi a cidade de São Paulo parar: papel picado pela cidade inteira, carros buzinando, alívio e sentimento de vitória.

Tudo de euforia e alegria pelo Movimento.

Havia uma euforia inacreditável, não só em São Paulo mas no Brasil inteiro: papel picado, o povo nas ruas, festejando o término do medo e do caos.

Para se ter uma idéia da situação antes do Movimento Democrático, as "Ligas Camponesas", chefiadas por Francisco Julião, invadiam fazendas, desrespeitando o direito de propriedade. O presidente da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, pregava as invasões de terras, a violação do direito de propriedade, incêndio de lavouras, matança de gado, enfim a quebra do setor produtivo agrícola. Numa dessas pregações, em Curvelo, o povo da cidade o expulsou a tiros para fora de Minas.

Nas Forças Armadas, havia alguns "generais do povo": não generais da Nação, porque o militar quando inicia sua carreira faz um juramento de lealdade à Nação, e não ao Chefe de Estado de plantão. Este juramento, que o militar vive a vida inteira, mesmo na Reserva, estava sendo desrespeitado pelos chamados "generais do povo", "almirantes do povo" e "brigadeiros do povo". Havia quebra de hierarquia, a desordem nos quartéis começava a se generalizar. A insegurança foi total! As classes produtoras se perderam!

Então o que aconteceu?

As classes produtoras – sem rumo nem perspectivas, diante da falência e destruição de fábricas, da paralisação do setor industrial com greves, da desvalorização do dinheiro, da insegurança generalizada – uniram-se rapidamente e maciçamente aos chefes militares que reagiam contra esta situação intolerável.

O que o povo esperava da Contra-revolução que passou a se chamar de Revolução?

Esperava desenvolvimento, honestidade, austeridade, ordem e segurança: isto de fato aconteceu. O Governo de Castello, porém, não ouvia "o grupo revolucionário", que havia desencadeado a Revolução. Ligava-se pouco ou quase nada, devido às seqüelas por ocasião da renúncia do Jânio. Falavam-se pouco e não se cumprimentavam.

Uma desunião.

Exato. Tanto que ao ocupar a Presidência da República, Castello Branco enfrentou problemas com este grupo. O Ato Institucional Nº 2 (AI-2) só saiu porque os pára-quedistas pressionaram. Quartéis pressionaram, comandados pelo Plínio Pitaluga, ainda vivo, o Confúcio, o Sebastião Chaves, que comandava o Regimento Floriano. Resolveram depor o Castello e colocaram as tropas na rua. A Marinha, chefiada pelo Almirante Heck, dispunha-se, também, a bloquear a barra do Rio, para exigir a saída do Castello. O General Costa e Silva, Ministro da Guerra, foi à Avenida Brasil num carro-comando, reunir-se com os coronéis para um acordo. Antes, ao sentir a crise, Costa e Silva foi até o Castello, cuja filha, Antonieta – Nieta –, pediu-lhe:

– Salve o papai!

Era um carro-comando PC, ou seja, Posto de Comando instalado na viatura.

Exatamente. Nesse carro-comando, Costa e Silva fez um acordo com os coronéis. Estes oficiais tinham apoio de pessoal da Força Aérea, inclusive, pelo Haroldo Veloso. Em suas bases, encontravam-se prontos para a ação. Nesse dia, na Av. Brasil, surgiu a candidatura do Costa e Silva e saiu o AI-2. Costa e Silva assumira o compromisso de arrancar tudo o que os coronéis queriam do Castello.

Inclusive o AI-2.

Fundamentalmente o AI-2. Foi na crise do Negrão de Lima para Governador do Rio e um outro Governador que não me lembro (Israel Pinheiro, em Minas Gerais). Felizmente não fizemos uma revolução dentro da Revolução, o que, ao meu ver, teria sido um desastre.

Costa e Silva torna-se Presidente, escolhendo um ministério razoavelmente bom, excelente até, em alguns casos, como fora o de Castello. Seu sucessor seria o General Emílio Garrastazu Médici.

Vou voltar um pouco no tempo para registrar esta passagem: o General Médici era Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras; os chefes militares preocupavam-se sobre qual seria a sua posição na eclosão militar, porque todos diziam que se colocassem cadetes na Dutra, isso deteria qualquer força, porque nenhuma tropa do Exército atira e mata cadetes, pelo menos não há no Brasil, conforme registram sua cultura e história.

Certa ocasião, quando o General Mourão Filho se encontrava em São Paulo, conduzi-o, em meu carro, até Resende. Foi quando conheci o General Médici, que me perguntou:

– O quê você é do Embaixador Lousada?

– Sou filho – respondi.

Ele então me abraçou e disse:

– É porque fui colega de turma do seu pai.

A partir daí ficamos muito ligados e tive o privilégio de tornar-me seu amigo pessoal. Encontramo-nos mais tarde, no Gabinete do Costa e Silva: ele, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e eu, da Casa Civil. Nossa amizade consolidou-se e continuo amigo de sua família.

O senhor já abordou sobre o ciclo dos presidentes militares, notadamente sobre aspectos dos Governos Castello Branco e Costa e Silva e nos deu a posição do General Médici; gostaria de falar alguma coisa sobre ele?

Abordarei alguns aspectos. Depois que o Presidente Costa e Silva teve o derrame, houve um processo inicial de disputa do Poder pelo General Affonso de

Albuquerque Lima, de um lado, e pelo General Syzeno Sarmento, do outro. O grupo, vamos chamar assim, do Costa e Silva ou da Revolução não se empenhara nem por um nem por outro, mas sim, pelo General Médici, nessa época Comandante do III Exército e sem qualquer aspiração à Presidência da República. Precisávamos convencê-lo a aceitar. O episódio que vou relatar ilustra quanto se articulou, no Rio, em favor da escolha do General Médici.

O Brigadeiro Carlos Dellamora decolou o avião presidencial, sem ordem de ninguém, do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Telefonei, então, para o General Médici, com quem tinha muita liberdade – aliás, em seu livro, "A Revolução Impossível" Luiz Mir me identifica como o elemento de ligação com o General Médici –, avisando-o de que o Brigadeiro Dellamora se encontrava a caminho do Sul para discutir sobre assunto que só poderia ser tratado pessoalmente. O General Médici perguntou:

– O que ele vem fazer aqui?

– Aguarde – respondi –, que ele vai conversar com o senhor.

Ao chegar, o Brigadeiro, muito amigo do Médici, apanha-o no Comando do III Exército e dirigem-se para sua residência, onde começam a conversar lá pelas quatro ou cinco horas da tarde e só terminam às cinco horas da manhã, quando, enfim, o General declarou: "Então, eu aceito."

Conseguiu convencê-lo.

O General Médici veio ao Rio no Viscount presidencial, pilotado pelo Brigadeiro Dellamora, pessoa extraordinária, grande patriota, e de quem tenho, também, o privilégio de ser amigo. São detalhes importantes que a gente vai se lembrando.

Talvez pudéssemos ouvir agora a sua opinião sobre o seguinte tema. Uma vez desencadeada, a Revolução, ou a Contra-Revolução Democrática, resultou na queda do comunismo no Brasil, na retomada do progresso do País, na valorização dos princípios da honestidade, da austeridade pública, na valorização do patriotismo e em tudo que se precisava para impulsionar o real progresso da nossa Pátria.

A atuação nefasta de alguns políticos e o terrorismo obrigaram, porém, no caso, os governos democráticos presididos pelos generais, após a Revolução, a tomar medidas duras contra essas tentativas de ensangüentar a nossa Pátria, pelo terrorismo.

Gostaria de saber a sua opinião se realmente, como e por que essa atuação dos políticos resultara na escalada revolucionária para medidas mais duras, como por exemplo os Atos Institucionais, notadamente o AI-5?

Tudo começou já praticamente na posse do Presidente Médici, quando houve o seqüestro do Embaixador americano e foi de uma violência inaudita o interrogatório

a que o submeteram – a maneira com que fizeram esse interrogatório está aí, nos livros – não vou nem falar as pessoas que o interrogaram com tamanha crueldade.

E que hoje até se vangloriam disso.

Vangloriam-se até nos jornais. Mas começou por aí, eles partiram para assaltos a banco, terrorismo, assassinatos. Na candidatura Costa e Silva, houve o primeiro sinal, em Recife, no aeroporto, quando jogaram uma bomba que matou um almirante e um jornalista e feriu diversas pessoas. Em São Paulo, explodiram uma bomba no Consulado Americano; entre os feridos, o parente de um amigo meu, que perdeu a perna.

Havia, portanto, uma situação de extrema violência, de guerrilha urbana: as forças da lei, incluindo as Forças Armadas, não dispunham de outra maneira de combatê-las, a não ser pelas armas. Não havia outra forma, porque os comunistas haviam escolhido o caminho das armas. O Estado brasileiro, as forças da lei, apenas responderam à altura, para defender o cidadão brasileiro, a Pátria brasileira de toda aquela violência para a qual não estávamos preparados.

Mas de onde vinha tudo aquilo?

Das escolas de guerrilha de Cuba, da Coréia do Norte e de outros "paraísos socialistas". Figuras "ilustres", hoje conhecidas, articularam esse movimento terrorista. Vieram e implantaram no Brasil uma técnica de brutalidade intolerável, obrigando as Forças Armadas a responder à altura para derrotá-las.

Embora nós, militares antigos, já soubéssemos disso, é muito importante o vosso depoimento, esclarecendo também esses pontos, sobretudo para as gerações mais novas, que, não tendo vivenciado tudo isso, hoje são expostas apenas às propagandas enganosas, às distorções que fizeram da história.

Lênin dizia: "(...)Vamos reescrever a história e transformar a versão em verdade(...)" e é isso que está acontecendo.

O senhor julga que o poder de governar o País foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

Acho que não foi no momento adequado, nem da maneira conveniente. Por exemplo: fala-se hoje que vivíamos, na época dos militares, uma "ditadura". Porém, quando o Presidente Médici terminou o Governo – isso é importante lembrar – tivemos um aumento de 14% no Produto Interno Bruto (PIB) e apenas 13% de inflação, e havia pleno emprego para quem quisesse trabalhar.

Não havia greve.

Não havia greve, nem desemprego. Nessa época, presidia a Serete Engenharia, talvez a maior empresa de projetos de engenharia no País. Contávamos

com 1.200 funcionários e a demanda era tanta que precisávamos contratar engenheiros de fora do Brasil, pois os profissionais brasileiros não davam conta de tantos projetos.

Então não tinha nada a ver com a situação que tange ao mundo do trabalho de hoje, com a exacerbação do desemprego no País; era extremamente o oposto.

Era o oposto. Então hoje pergunto, posso falar a mesma coisa?

Hoje, só aqui na Grande São Paulo há mais de dois milhões de desempregados. Onde estava a "ditadura"? "Ditadura" que dava pleno emprego, conforto, segurança, tranqüilidade, e o jovem já saía empregado da faculdade ou hoje, que o estudante termina sua faculdade e não tem emprego! Enfrenta filas quilométricas para ganhar, às vezes, duzentos ou trezentos reais; ou recebe o diploma de engenheiro, advogado, economista e vai ser chofer de táxi ou vender cachorro-quente nas ruas, naquelas vans coreanas que andam por aí.

Qual é a "ditadura"? A dos governos militares ou a do "governo democrático" de hoje?

Hoje sim, estamos vivendo a ditadura, a ditadura da fome, sim! Naquela época nós vivíamos a "ditadura" da prosperidade, da riqueza, da tranqüilidade, de segurança. Esta é a diferença: 14% de aumento do PIB e apenas 13% de inflação, nos transformamos na oitava economia do Mundo. Não entramos no G7 (Grupos das sete economias mais desenvolvidas) porque a Itália – isto é até bom lembrar – com as medidas hábeis de reforma tributária e fiscal, atraiu grande parte dos italianos da economia informal para a formalidade; com isso seu PIB aumentou, ela entrou para o G7 e nós ficamos em oitavo.

E hoje, onde estamos?

Somos, hoje, a 11ª ou 12ª economia do Mundo. A Espanha tem o mesmo PIB que nós, um pouco mais até, porém com cerca de um quarto da nossa população. O bolo é dividido por um número bem menor de pessoas do que o nosso. Outro aspecto: temos oito milhões e meio de quilômetros quadrados. A Espanha, cerca de 10% desse território.

Onde está a "ditadura"? É uma questão de avaliação.

Qual a "ditadura": a dos governos militares ou a do governo atual?

O senhor gostaria de acrescentar algo mais?

Gostaria de encerrar da seguinte forma:

O que nós precisamos no Brasil, hoje, é de ter noção de Pátria, ter orgulho de ser brasileiro e honrar a nossa Bandeira. Deveríamos poder transmitir ao grande público aquele juramento que os militares fazem: "(...)dedicar-se inteiramente ao

serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida".

Se pudermos transmitir estes valores, chegaremos fatalmente onde deveríamos chegar. Porque o Brasil é um dos cinco países com condições de se tornar grande potência, ao lado dos Estados Unidos, Rússia, Índia e China, por sua extensão territorial, grande população e riqueza de seu solo e subsolo. Somos um País rico, com mais de 20% da água potável do mundo e muito sol: sol e água que significam comida e energia.

No dia em que conseguirmos honrar a Bandeira brasileira, vibrar com o Brasil, seguramente, encontraremos "o nosso caminho".

Doutora Iedda Borges Falzoni e Doutora Maria Lucia Whitaker Vidigal

Doutora Iedda Borges Falzoni

Nascida em 2 de maio de 1927, no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal.

Cursos: Letras Anglo-Germânicas, pela Universidade de SãoPaulo (USP) – de 1945 a 1949; *Senior Certificate of the University of Cambridge*, pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; Administração de Empresas, pela Universidade Anhembi-Morumbi; Especialização em turismo; Tradutora simultânea.

Atividades Profissionais: Assessora de Turismo do Secretário Municipal de Turismo de São Paulo, de 1975 a 1977; Ombundsman do *Shopping Center* Penha, de 1992 a 2000.

Doutora Maria Lucia Whitaker Vidigal

Nascida em 18 de maio de 1929, casada com o Dr. Marcelo de Camargo Vidigal, tem dez filhos, 25 netos e quatro bisnetos.

Trabalhou na TV Cultura como produtora e apresentadora, durante vinte anos.

Atualmente é a presidente da Liga das Senhoras Católicas, pela segunda vez, onde presta assistência, diretamente, a mais de 4.500 pessoas. É, ainda, bibliotecária e tradutora de inglês.

Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2001.

D. Iedda: Em primeiro lugar, muito obrigada pelo convite para participar do Projeto História Oral. É um privilégio passar a nossa experiência vivida no seu dia a dia, nos idos de 1964, de tudo aquilo que aconteceu e cujas conseqüências são benéficas até hoje, como sabemos.

D. Maria Lucia: Gostaria de começar falando da insegurança. Naquela época, já tinha oito filhos e, naturalmente, no aspecto mundial, o comunismo era algo que nos assustava, embora ainda não tão perto de nós. Quando o Jânio renunciou, a perspectiva do Jango assumir começou a nos afligir. Meu marido, por força de seu trabalho, sempre teve muito contato com o Exército e me disse: "Você não tem que se preocupar, porque na hora que for necessário fazer algo, o Exército vai se mexer e fazer o que tiver que ser feito, pelo bem do Brasil." Ele nunca ficou aflito como os demais amigos. Tinha muita confiança no Exército.

Quando daquela decisão tão teatral do Jânio – o Jango estava na China – surgiram os comentários: "O Jango assume ou não assume?" Assumiu, e começou no Brasil uma época muito incerta. No Nordeste, as "Ligas Camponesas" com pessoal armado com foices; greves no Sul do País, apoiadas pelo Brizola. Começou o medo do comunismo vingar no País, chegar mais perto de nós, ao mesmo tempo, muito aflitas com nossas famílias – eu já com bastante filhos – e com a parte religiosa. Sabíamos que o comunismo defendia o ateísmo.

Essa vivência aflitiva fez chegar o dia em que decidimos fazer algo; não se poderia permanecer quieto.

D. Iedda: Diria que as raízes de 1964 começaram em 1960, com Jânio Quadros. Até então, o comportamento geral da sociedade brasileira e lógico dos governos era tradicional, convencional. Com a subida ao Poder desse líder populista, que teve uma votação fabulosa, ele sentiu-se com apoio para inovar. Desde os pequenos atos até as grandes decisões, com algumas restrições e um certo espanto, sempre contaram com a aceitação popular.

O Jânio era um populista. O povo apelidou de "pijânio" as roupas que usava, que nada tinham a ver com paletó e gravata vigentes até hoje, quase 50 anos depois. Tomou decisões que chamaria de lúdicas, porém nem tão lúdicas assim, porque foi-se preparando um terreno muito perigoso, quase minado.

Teve muitos problemas com o Congresso, que não aprovava suas iniciativas. Jânio, por seu lado, provocava o Parlamento. Não estou julgando este Presidente, não estou falando mal dele, estou relatando os fatos. Exacerbou as atribuições de

Presidente da República, intrometendo-se em assuntos irrelevantes, como proibição do uso do biquíni nas praias, brigas de galo etc. O clima emocional ficou, um pouco, desestabilizado. Ele, também, se desencantou com o Congresso.

Sua renúncia, ao que tudo indica, foi uma manobra para alargar os seus poderes. Caso fosse esse o seu objetivo, ele não o atingiu. Uma atitude muito perigosa foi ter dispensado honrarias ao líder comunista “Che” Guevara. Também, mandou o João Goulart, Vice-Presidente, em missão diplomática especial à China.

Sobe Jango, que era abertamente de esquerda.

Creio que o comunismo já existia no País, estava aqui dentro – nesse ponto não concordo muito com Lucia. Provavelmente sem intenção, Jânio preparou e fertilizou o terreno para o seu crescimento.

Esse intróito é importante para se entender perfeitamente o momento histórico que estávamos vivendo. É muito importante entender isto. Na época, tinha 36 anos e Lucinha tinha 34, portanto, não éramos meninas inconseqüentes nem tampouco senhoras idosas apavoradas de perder regalias. Isso era o que eles pensavam, mas não era nada disso.

Nós e muitas outras mulheres, mães, cidadãs conscientes, estávamos preocupadas com o futuro de nossas famílias diante do que estava, provavelmente, por eclodir e que teria sido um desastre, talvez irreversível.

Gosto de citar, nessa altura, um trecho do apóstolo Paulo na sua segunda carta a Timóteo: “Nós não fomos feitos para a covardia, mas para o amor e a moderação.” Fomos movidas pelo amor e com moderação, dentro da nossa coragem, inclusive física, além da coragem moral. Então, houve aquele movimento que foi a grande demonstração cívica e consciente de cidadãs e mães, que foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

D. Maria Lucia: Não foram só as mulheres, Iedda. Foram as famílias inteiras.

D. Iedda: Foram as famílias, mas o *quorum* presente foi praticamente só de mães.

A Marcha teve uma concentração ao lado da Escola Normal, na Praça da Sé e saímos pela Barão de Itapetininga. Estou lembrando de ter olhado em volta e aquela rua nos pareceu muito estreita, com aqueles paredões de prédios. Penso que se fosse hoje, com essa violência toda, poderia ter acontecido algo grave. As calçadas estavam lotadas de gente, olhando, demonstrando tacitamente seu apoio às mulheres, às crianças. Foi uma manifestação muito bonita e que, hoje, a essa distância, me parece realmente com uma importância histórica.

A senhora lembra a data?

D. Maria Lucia: Foi em 19 de março de 1964. É interessante que ainda hoje estava conversando com a minha filha mais velha e ela se recorda perfeitamente. Levei cinco filhos para essa marcha.

E a mais velha tinha que idade?

D. Maria Lucia: Naquela época ela estava com 16 anos.

D. Iedda: Meu filho tinha entre 13 e 14 anos; morávamos em frente ao Palácio do Governo e quando saí disse:

– Henrique, você fica tomando conta da casa e o revólver está aqui; defenda a sua casa.

O meu marido era radioamador e o Exército perdera a confiança em alguns graduados, naquele momento. Então, foram convocados os radioamadores para que fossem feitos os contatos; é bom lembrar que não havia esse *boom* de comunicação, como hoje. Os radioamadores, como qualquer empresa de radiofonia, recebem uma licença para operar. Eles não foram convidados, mas convocados para ajudar. Muitos, porém, se omitiram alegando que seu equipamento não estava bom.

Lembro-me de meu marido até de madrugada transmitindo mensagens sigilosas, que ele não me deixava ouvir. Foi uma atuação muito grande. A Revolução levou só dois dias para vencer, mas devo dizer que foram dois dias de intensa vivência. Definiram um momento histórico que deve ser lembrado, constantemente.

A Marcha reuniu, segundo as estatísticas da época, um milhão de pessoas, em São Paulo.

D. Iedda: Um milhão de pessoas e devemos lembrar que os habitantes da cidade de São Paulo daquele tempo era muito menor. Ainda hoje, para uma população de 16 milhões, é uma quantidade considerável, avalie naquele tempo. Só para ver quanta gente pensava como nós, se preocupava como nós e como o povo brasileiro comparece na hora de tomar decisões, para expressar suas opiniões.

Foi muito bonito esse movimento que depois se repetiu em outras capitais, sobretudo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, importantes cidades do Brasil.

D. Iedda: Vivemos hoje um momento histórico, também, muito preocupante: o terrorismo. Apesar de estar longe de nós, sabemos que violência gera violência. É como jogar uma pedra no meio de um lago. A repercussão no Ocidente, especialmente na parte do Hemisfério Sul, ainda parece ser fatos isolados, mas que não deixa de preocupar as autoridades, para fazê-las tomar algumas providências para aquietar os ânimos. Então, examinando o que era o comunismo, que depois se deteriorou, mas que naquele tempo, iludia muitas pessoas... a gente precisa se lembrar que era um perigo que já estava enraizado aqui dentro.

Lucinha e eu tínhamos tomado, um ano e meio antes, parte numa campanha eleitoral para Governador de São Paulo, que era o Carvalho Pinto. Nessa época, visitei favelas, todo o ABCD; fui a vários lugares. Tínhamos total consciência da existência de um terreno fértil para aquelas idéias enganosas do comunismo; conhecíamos perfeitamente a semente e o terreno onde seria semeada. Não tomamos nenhuma atitude movida por impulso, mas por grande conscientização.

Estávamos muito bem acompanhadas de pessoas como Carlos Lacerda, que tinha sido comunista e que havia se desencantado com essa ideologia e punha a público o que eles faziam e os maus intentos deles; Padre Calazans, Senador, e o Padre Godinho, Deputado Federal, sempre nos elucidando e ensinando. Insisto que não foi um impulso de "patriotada". Foi um movimento consciente, com maturidade, de dever cívico e dever de mãe.

D. Maria Lucia: Foi bom você lembrar que nós trabalhávamos na periferia.

D. Iedda: Você se lembra o que se fundou em decorrência da campanha política?

D. Maria Lucia: Os Clubes de Mães e chegamos a ter 15 Clubes de Mães, cada um com trinta mulheres.

Ensinando inclusive a cuidar do bebê.

D. Maria Lucia: Não só a cuidar do bebê, mas também de toda a família.

D. Iedda: Foi algo que deu resultado. Esses Clubes de Mães começaram em 1965 e existem até hoje. Várias das atuais professoras foram nossas alunas e ficamos amigas; fazíamos chás em nossas casas, havia uma comunicação de culturas. O resultado foi excelente não só para elas, assim como para nós. Recebemos, também, muitíssimo. Aprendi muito com aquelas senhoras de outra cultura, de comunidades extremamente carentes, e fico gratificada de pensar que estávamos mais devolvendo do que entregando.

Mas, penso que a Marcha da Família simboliza a nossa atuação, na Revolução.

Sim, até porque é importante lembrar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, empreendida pelas senhoras de São Paulo e depois, também, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, foram fundamentais para motivar os chefes militares a desencadear o Movimento de 1964. Esse é um fato histórico incontestável.

O auxílio dos radioamadores, para que houvesse comunicações confiáveis entre os elementos envolvidos no desencadear da Revolução, é um ponto que ainda não tinha sido abordado. A senhora bem disse, quando afirmou que havia alguns

graduados do Exército iludidos, a maioria como inocentes, pelo canto da sereia das falas de João Goulart e outros. A base de comunicação entre os quartéis naquele tempo se fundamentava nos operadores de rádio em Código Morse e alguns deles, felizmente no final se constatou que eram poucos, não eram confiáveis.

Os Governos revolucionários prepararam o Brasil para um grande progresso, através de muitas obras de infra-estrutura: viárias, de geração de energia etc. A esse respeito, gostaria de ouvir a opinião das senhoras, em face dos ideais da Revolução de 1964. Segundo muitos os Governos acertaram, mas também cometeram erros.

D. Maria Lucia: Na minha opinião, há muito pouca divulgação dos acertos dos governos militares. A memória nacional é muito curta. Nossos jovens precisam saber sim o que foi feito de bom naquela época. Reclama-se apenas e o que foi feito não é apreciado, como acontece, também, em relação ao Governo atual. Sou francamente de acordo com o que foi feito, mas acho que faltou à Revolução de 1964 divulgar melhor as suas boas obras. O que é que o pessoal sabe hoje? Nada!

D. Iedda: Respondendo-lhe a pergunta, digo o seguinte: a memória é extremamente seletiva e privilegia, única e exclusivamente, as críticas negativas, o que é uma injustiça sem tamanho. Tudo que se fez de melhor nos governos militares foi olvidado e as críticas, do tipo "é governo forte" e "é ditadura" são as idéias divulgadas, que prevalecem e que se exporta.

D. Maria Lucia: Você disse algo que é gravíssimo. Infelizmente, o brasileiro tem tão pouco auto-estima que me impressiona muito. É um povo alegre, mas está sempre comentando as coisas horrorosas que acontecem aqui.

D. Iedda: A culpa é da mídia, porque as reportagens negativas são as que vendem bem. Ninguém vai fazer reportagens sobre hortas e quintais, prados verdejantes e águas tranqüilas. A mídia repercute os fatos difíceis, qualquer que seja o lugar onde ele ocorre. O interessante é que não se difunde, no Brasil, os pontos negativos dos outros povos; só passamos os pontos altos. Existe uma elegância sem tamanho para os problemas das outras nações e a recíproca não é válida.

D. Maria Lucia: Vocês acham que tem cabimento aquele francês, o Sr. Bové, invadir uma fazenda aqui no Rio Grande do Sul, destruir a plantação e ninguém fazer nada?

Aproveitando o que as senhoras falaram, com muita propriedade, à Imprensa como um todo interessa o assunto catastrófico. Não lhe interessa divulgar o sucesso, o que

deu certo, porque segundo eles isso não vende o jornal, a revista ou não aumenta a audiência, na televisão. Tanto que se observa o nível muito baixo dos principais jornais televisados do Brasil. São reportagens sobre corrupção policial, escândalos de toda ordem e outras baixarias.

D. Iedda: Quem assiste tem a tendência a generalizar: "a Polícia é assim!" Aquele seguimento fica todo contaminado por causa de um câncer bem localizado, que é aquele pequeno grupo. Para desmentir essa idéia a Imprensa não se esforça nem um pouco.

D. Maria Lucia: Vocês sabem qual é o maior poder no País? É a mídia!

Exatamente. A mídia é um poder fortíssimo, porque forma a opinião pública. Os adversários da Revolução de 1964 conquistaram a mídia. Não bastasse isso, muitos intelectuais brasileiros daquela ocasião – alguns dos quais estão em funções de relevância no mundo brasileiro de hoje – saíram pelo mundo afora denegrindo a imagem do Brasil e com isso se criou uma espécie de um status: *quando se tem notícia do Brasil, é para falar mal.*

Lembro-me de uma ocasião em que estava sendo inaugurada a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu; na ocasião residia na França e a televisão francesa fez uma chamada que iria falar sobre essa inauguração. Fiquei contente, pois pela primeira vez deveriam falar bem, já que não tinham como falar mal. Mas, falaram poucos minutos da obra em si e ficaram meia hora num pobre prostíbulo, na barranca do rio, entrevistando aquelas mulheres que tinham sido tiradas do local onde moravam e obrigadas a se prostituir. Meia hora sobre isso e poucos minutos sobre a obra da maior hidrelétrica do mundo.

Em face disso, achamos que um dos problemas da Revolução foi não ter conseguido controlar melhor a mídia; reconhecemos que foi um erro.

Mas, o nosso Movimento Democrático inspirou outros países latino-americanos a se contraporem às tentativas comunizantes de que eram vítimas.

D. Iedda: E aí então se define muito bem o quadro: o que teria sido de nós, se não tivesse acontecido a Revolução de 1964? Talvez, transformados numa União Soviética sem nenhuma identidade nacional, sem auto-estima – pareceríamos um amor tresloucado. Se não, naquela Cuba inexpressiva, se metendo aqui e ali, nivelando tudo por baixo. O que teria sido de nós, este país continental, se não tivéssemos lutado contra um poder vermelho?

Quanto àquela parte negativa da Revolução, passível de críticas e tudo mais, foi o preço pago para usufruirmos da liberdade atual. Todos podem votar como quiser,

em quem quiser; temos toda esta liberdade. Então, pergunto: "Não fora a Revolução de 1964, o que teríamos?" Alegam que pagamos um preço alto: "Um governo forte."

Se bem que, os latinos funcionam muito melhor com um governo forte.

D. Maria Lucia: Certo dia li uma pesquisa entre os jovens do Rio de Janeiro, onde perguntavam o que eles preferiam: um governo democrático, como o que estamos tendo, ou um governo forte. A maioria disse que preferia um governo forte.

Para terminar, temos sempre solicitado aos nossos convidados que deixem uma mensagem para o jovem brasileiro que irá se espelhar e se instruir nesses depoimentos. Eu lhes repasso a palavra para que deixem uma breve mensagem aos nossos jovens.

D. Iedda: Antes, gostaria de fazer uma pequena observação sobre algo que merece ser destacado. O governo militar, embora não tivesse tradição administrativa e política, fez tudo de bom que estava dentro do seu alcance e muito mais do que se reconhece. Cito um exemplo: naquele tempo, muitos brasileiros que não tinham acesso aos estudos, conseguiram ter.

Além desse, muitos outros aspectos favoráveis da Revolução têm sido negligenciados, mas existiram exatamente como as hidrelétricas e tantas outras obras que beneficiaram o País inteiro. Conseguimos atingir uma posição de realce e de admiração pelo nosso sucesso, conquistado com os esforços daqui de dentro. De maneira que, se as críticas são apontadas e divulgadas, seria muito justo que os acertos realizados nesse tempo histórico fossem igualmente mencionados.

Não se pode apenas apontar as críticas e sempre tendenciosamente agressivas. Deve-se dar o devido peso aos fatos, segundo eles aconteceram. Nada como o tempo para ser o verdadeiro juiz dos fatos.

D. Maria Lucia: Gostaria de deixar a mesma mensagem que costumo dirigir aos jovens, na Liga das Senhoras Católicas. Orgulhar-se desse País maravilhoso; procurar melhorá-lo sempre e para isso temos que estudar. Não há saída, é muito difícil para quem não estuda enfrentar o mundo. Estudem e sejam patriotas! Vamos ser brasileiros convictos, procurando cada um ajudar o outro, para construir um Brasil cada vez mais humano, justo, feliz e reconhecido pelas outras nações. E principalmente, saibam que existe um Deus, que existe um Pai que nos ama muito!

D. Iedda: Endosso todas as palavras de Lucia. Sou do tempo que se recitava na escola e dessas poesias lembro de uma frase que neste momento acho muito oportuna:

"Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste; não verás país algum como este."

É verdade. O Brasil para mim é aquele Brasil que a TV Cultura mostra de manhã bem cedo, junto com o Hino Nacional, para abrir a sua programação; aquele é o meu Brasil, o Brasil de todos nós. Amar o Brasil é saber cada feito heróico da minha gente.

Temos que valorizar a imagem deste País para nós mesmos. Sempre vivenciamos essa maneira de pensar. Fomos participativas, conscientes, fizemos a nossa parte, não nos omitimos. Não fomos feitos para a coragem, fomos feitos para a valentia dentro das nossas limitações e com amor e moderação.

Fizemos a nossa parte. E é isso que acho que o Brasil espera de cada um de nós.

Se não nos orgulharmos do nosso País, de nossa gente miscigenada, deste povo que é o nosso povo, não podemos esperar respeito fora das nossas fronteiras.

Muito obrigada.

Doutor José Carlos Graça Wagner

Nasceu em Santos-SP, em 1930. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Seguiu as especialidades de Direito Tributário, Direito Econômico e Direito Constitucional. Fundou seu próprio escritório em 1956, hoje com sede central em São Paulo e filial em Brasília e representantes em diversas capitais.

Foi conselheiro da Ordem dos Advogados de São Paulo, foi duas vezes Vice-Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; foi fundador e Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; foi Conselheiro da USP, é Professor de Direito Tributário em diversos cursos de extensão universitária; publicou diversos livros, em conjunto com outros autores, sobre temas tributários e econômicos.

Presidente, há cerca de 10 anos, do Conselho Curador da Fundação Cásper Líbero; Conselheiro da Associação Comercial de São Paulo há cerca de 20 anos; Presidente do Instituto Brasileiro pela Liberdade Econômica e Desenvolvimento Social e da Brazilians for Economic Freedom and Social Development Foundation, em Miami, que promove seminários em São Paulo e em Miami. Foi escolhido Tributarista do Ano em 1982; foi escolhido "Homem de Visão" em 1986; pronunciou conferências no Clube Militar sobre o Foro de São Paulo e o Diálogo Interamericano e sobre o significado do Movimento de 1964; foi agraciado com a Medalha do Pacificador, conferida pelo Exército Brasileiro, em 25 de agosto 1999.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2000.

Em primeiro lugar, gostaria de externar a minha satisfação em estar aqui para prestar depoimento sobre uma época da vida nacional de grande significação para mim, acima de tudo porque diz respeito ao meu começo de exercício profissional. Em 1964 tinha 34 anos e já estava com dez anos de profissão, de tal maneira que acompanhei toda essa movimentação, muito proximamente. Meu envolvimento não foi repentino. Eduquei-me na religião católica e nos princípios maristas. Meu pai, alemão luterano, converteu-se ao catolicismo, de maneira que era bem rígida nossa formação.

Meu primeiro desafio, em 1945 ou 1946, ainda era adolescente. Em Santos, onde morava, concluída a apuração das eleições, passou a ser dominada completamente pelos comunistas, tanto a Câmara Municipal como, também, os organismos sindicais e estudantis da cidade. O marxismo para mim, a rigor, representa a negação do Cristianismo, a negação das minhas convicções religiosas.

Convidei um amigo, de apenas 13 anos, a iniciarmos um trabalho a fim de mudar o quadro do setor estudantil. Pensamos que seria bom conversar com Dom Idílio José Soares, Bispo local, pois a natureza do nosso impulso era religiosa. Ele nos disse que via com bons olhos o fato de os cristãos assumirem suas responsabilidades na vida do País e que, portanto, ele não se oporia se procurássemos organizá-los para enfrentar os comunistas, nos centros estudantis de Santos. Sem entrar em detalhes, conseguimos organizar uma chapa, visitamos todos os colégios católicos e ganhamos as eleições, para surpresa dos comunistas. Fizemos um trabalho de inteligência, de disfarce. Os comunistas controlavam os mecanismos de movimentação dos estudantes, mas conseguimos que nossos eleitores chegassem sem serem percebidos.

Repetimos a mesma estratégia nas eleições da União Estadual dos Estudantes (UEE), naquela tempo presidida pelo Almino Alves Afonso, e o derrotamos. Mais tarde, José Gregório quis ser presidente e também o derrotamos. Posteriormente, fizemos uma mobilização a nível nacional com os estudantes udenistas e de outros partidos e conseguimos derrubar a chapa comunista na União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse tempo, já era presidente do Departamento Estudantil da União Democrática Nacional (UDN).

Na seqüência dos acontecimentos nacionais e no bojo dessa dinâmica, começou a se aproximar a questão relacionada com o que viria a ser a Revolução de 1964. Acabávamos de sair da ditadura de Getúlio Vargas, mas João Goulart despontava como força do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e continuava muito vinculado à questão do getulismo. Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o "Partidão", começou a desenvolver uma articulação muito grande, aproximando-se de Goulart. Com a renúncia do Jânio, Jango assume o Poder.

O panorama em formação era claro para nós, que tínhamos toda essa vivência anterior, que tínhamos lutado intensamente contra os comunistas dentro da UEE e da UNE, que sabíamos do comportamento, mentalidade e reais objetivos deles. Cuba, por essa época, desenvolvia de uma maneira incrível o comunismo. Fuzilara 17 mil pessoas; o problema não era só desaparecimento. A matança de estudantes contou com meu enérgico protesto público. Goulart e Prestes pretendiam desencadear no Brasil um movimento absolutamente similar ao de Cuba. Evidentemente, acompanhávamos toda movimentação cubana por meio da literatura disponível e os discursos dos líderes revolucionários. Tínhamos a plena convicção de que estávamos chegando a um momento realmente crítico.

Assim convictos, passamos a articular nacionalmente, vou usar a palavra clara, a derrubada de João Goulart. Não tínhamos dúvida de que seria instalada uma ditadura comunista no Brasil, muito pior do que aquela conhecida do tempo de Getúlio Vargas.

É bom rememorar fatos para ilustrar a brutalidade que estávamos convictos seria seguida pela ditadura comunista. Tinha 13 anos, foi no Largo de São Francisco após ato público contra Getúlio Vargas. A Polícia Especial, aquela do "chapeuzinho vermelho", chegou em dois caminhões e antes de descer das viaturas já metralhou o povo. Um senhor do meu lado caiu, atingido por um tiro; não sei se morreu. Minha tia, que estava comigo, me jogou rapidamente dentro da igreja existente no Largo, para me preservar.

Os civis que participavam de todas essas movimentações tinham uma sensibilidade aguda a respeito da caminhada para o comunismo que o País estava atravessando. Acredito que a nossa convicção era maior que a dos militares daquele tempo.

Sabíamos, também, porque Fidel Castro não se preocupava em esconder. Sempre afirmou, e afirma até hoje – recentemente escreveu um artigo nesse sentido em um jornal de Miami – que para conseguir atingir a missão da sua vida: pôr de joelhos o "Gigante do Norte", necessitava contar com o Brasil. É uma constante dos escritos de Fidel Castro. Para ele, é indispensável conquistar o Brasil, antes da tomada da América Latina.

Com receio dessa escalada comunista, começamos a articular. Nesse tempo era o presidente nacional do Departamento Estudantil da UDN e comecei a viajar pelo Brasil inteiro, conversando com os governadores da UDN: Juraci Magalhães, o pai do Collor, Arnon de Mello e Paulo Sarasate, no Ceará. Era militante, eles eram governadores, mas eu representava o partido político e eles me atenderam sempre muitíssimo bem e fizemos uma articulação completa.

Em Fortaleza, durante um debate num teatro, tentaram me agredir, a minha esposa e mais um casal, quando sustentávamos a nossa posição. Pusemos as duas

senhoras para trás fizemos uma espécie de quina e avançamos contra o grupo que estava nos ameaçando. Curiosamente, na última hora, quando iria haver um choque, esse grupo se abriu. Mas recebemos uma recomendação de um dos líderes do Partido Comunista para nos retirarmos rapidamente; ele era um sujeito mais moderado e não queria que acontecesse o pior. O fato é que o problema foi difícil.

Outra ação que começamos a preparar foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. No período do suicídio de Getúlio Vargas exercera a função de secretário do Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, o que me permitiu desenvolver amplo relacionamento com setores políticos, deputados etc. A articulação realizava-se no gabinete do Presidente da Assembléia. Mas a maior coordenação foi feita por uma freira que se revoltou com a diatribe de João Goulart atacando uma concentração de senhoras que rezavam o terço, num ato de repúdio ao comunismo, numa praça, em Minas Gerais. Essa freira fez uma grande campanha, pelo telefone, em São Paulo. Em uma semana, apenas, conseguiu tal mobilização que a Marcha foi marcada para o dia de São José, 19 de março.

No dia marcado para a Marcha estávamos no gabinete do Presidente da Assembléia. A ansiedade era grande pelo resultado. Quando fomos para a Praça da Sé, tivemos uma enorme surpresa. Uma massa de gente já estava presente, bem antes da hora, e logo fomos vendo que essa massa se estendia por todas as ruas centrais da cidade, especialmente a Rua Direita, o Viaduto do Chá, a Praça da República; tudo lotado. A surpresa é explicável: imaginava-se apenas um movimento de pessoas de uma praça para outra, mas estava tudo absolutamente lotado. Essa demonstração do povo me deu a nítida impressão, que mantenho até hoje, de que houve realmente um sentimento cívico brasileiro, absolutamente profundo, de acabar com aquele esquema cada vez mais patente, de preparação de um golpe de estado por parte de João Goulart.

Nos dias seguintes, essas passeatas se espalharam por todas as cidades do País, pelo menos para as principais, e como Santos era a minha cidade, fui para lá, onde também foi feita uma grande passeata.

Concluída a fase preparatória, chegou o 31 de março. Em Minas Gerais, tropas do Exército deram início ao processo revolucionário. Sem filhos, ainda, minha esposa e eu saímos do apartamento. Meu único revólver, deixei-o com ela. Antes, havíamos combinado os locais que deveríamos ir caso acontecesse algo dessa natureza. Fui para o escritório de Paulo Egídio Martins, engenheiro, depois Governador de São Paulo, no centro da cidade. O grupo que lá se reuniu combinou de buscar caminhões para o Exército. As tropas de São Paulo precisavam de transporte para deslocarem-se pelo Vale do Paraíba, na direção do Rio de Janeiro. Dirigimo-nos para a sede da Superin-

tendência da Reforma Agrária (SUPRA), pegamos os caminhões e os colocamos à disposição do Exército. Esse foi o primeiro episódio que vivi, na noite do dia 31 de março.

Saindo do escritório do Paulo, fomos para outro local de reunião, no Clube de Engenharia. Seu presidente era o Eduardo Sousa Queiroz. Júlio Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, presente ao clube e sabendo ser eu santista, solicitou-me que levasse um coronel para assumir o Comando do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), da Praia Grande. O comandante não aderira à Revolução. Levei-o em meu carro, um Fusca, até a porta do quartel. Identificou-se e disse ao oficial de dia que desejava falar com o comandante. Na hora que ele entra no quartel, pede que eu o acompanhe. Imaginei que fosse ficar no carro esperando por ele, mas ele pediu que o acompanhasse. Chegando no gabinete do comando, ele simplesmente declara:

– Em nome da Revolução, vim assumir o comando dessa Unidade. Você não aderiu à Revolução, então vim assumir o comando.

Sem mais explicações. O comandante permaneceu silencioso, quieto. Ouvia-se as moscas voarem. Após algum tempo levantou-se e disse:

– O comando é seu.

E se retirou.

Sem resistência?

Senti um grande alívio, nesse momento.

Poderiam ser presos.

Não tinha a mínima noção do que poderia representar a rebeldia civil dentro de um quartel militar; não fazia avaliação sobre o que seria isso.

Do quartel da Praia Grande, fui para Santos. Lá havia outro grupo formado, de civis, armados com um “revolverzinho” 38 ou 32. Recebi, junto com meus companheiros, nova missão. Tratava-se de enfrentar estivadores, portuários, que deveriam vir do lado de Cubatão, pela via férrea, para invadir o porto que estava, nesse momento, em poder das forças que passamos a chamar de legalistas. Essa era a notícia que nos chegou. Concentramo-nos nessa ponta do porto e aguardamos. Mas o enfrentamento não aconteceu. Antes disso, primeiro chegou um jipe, depois, outras forças do Exército, suficientes para assegurar o controle da situação, embora o coronel que comandava aquele pequeno destacamento não nos dispensou, pelo contrário, pediu que ficássemos, para o que fosse necessário.

Foi um momento agudo, de 31 de março a 1º de abril de 1964, que tive a oportunidade de vivê-lo. Nos dias seguintes, a situação foi-se normalizando. A Revolução consolidou-se, principalmente depois da assunção do novo comando militar do Rio Grande do Sul. Nesse Estado houve a única morte ocorrida durante o

desencadeamento do Movimento. Um oficial, se me lembro bem da Aeronáutica, tentou matar o comandante e acabou sendo morto. O Presidente do Senado aceitou a renúncia do Jango; assumiu o Presidente do Congresso. As articulações que se seguiram são já conhecidas razoavelmente. Forças políticas nacionais fizeram reuniões para escolher o presidente que substituiria João Goulart. Houve uma eleição rápida e o General Humberto de Alencar Castello Branco assumiu o Poder. Demandou-se para isso mais alguns dias, mas estava finda a etapa inicial da Revolução de 1964.

Oportunamente, hoje faz cem anos que nasceu o Marechal Castello Branco.

A questão, em seguida, que foi sendo colocada, foi a de como restabelecer o processo político normal ou como se daria a reorganização das forças políticas do País. Havia expectativa sobre o comportamento dos partidos políticos. Nas eleições a nível estadual que logo se seguiram houve, evidentemente, o que sempre acaba acontecendo, depois de uma revolução: os quadros procuram se reorganizar de diversas formas; aparecem movimentos paralelos e certos antagonismos. Em Minas e no Rio sagraram-se vitoriosos candidatos que se colocavam numa posição contrária à Revolução, pertencentes ao Partido Social Democrático (PSD). Esse Partido, embora afastado de João Goulart, com a Revolução reaproximou-se do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando-se, de novo, força política muito consistente em termos eleitorais, no Brasil.

Tanto o PSD como o PTB originaram-se na ditadura de Getúlio Vargas. O PTB organizou-se a partir da estrutura dos sindicatos formados durante o regime de Vargas. Contou, então, com o apoio de toda a estrutura sindicalista do País. Eis o porquê se falava, no Governo de João Goulart, de República Sindicalista. O PTB usufruía de todos os elementos provenientes do sindicalismo, inclusive das vantagens acentuadas de poder econômico e político proporcionadas pelo Imposto Sindical. Do outro lado, o PSD, organizado com a sua base na estrutura administrativa do Estado brasileiro – prefeituras e governos estaduais – durante o período de 15 anos de Getúlio Vargas. Logo, a aliança entre esses dois partidos uniu a estrutura sindical, de um lado, e a administrativa, do outro, ambas governamentais. A estrutura política assim formada e unida tinha uma capacidade eleitoral bastante forte, superior à União Democrática Nacional (UDN), que havia combatido a ditadura do Estado Novo.

Após a Revolução, a remontagem dessa aliança partidária criou um problema em relação à manutenção dos partidos políticos. Carlos Lacerda, lançado pela UDN candidato à Presidência da República, nessas circunstâncias de aliança PSD e PTB perderia a eleição. A situação política ficou realmente complicada.

Quando soube que cogitava-se a preparação de medida para a extinção dos partidos, e como eu era, nesse momento, secretário geral da UDN, procurei o General

Golbery (Golbery do Couto e Silva) com quem me relacionara bem durante o período de preparação da Revolução. Disse-lhe que era contra o fechamento dos partidos políticos, substituídos por dois partidos fictícios, falsos, sem base, sem representatividade, surgidos de cima para baixo. O PSD, PTB e UDN tinham uma representatividade razoável na sociedade. Correr-se-ia o risco de uma excessiva militarização da Revolução e expliquei-lhe: as forças políticas de expressão, de comando, de capacidade de pressão legítima que pudessem haver durante os governos, teriam um caráter muito menos ligado às fontes de representação popular que tinham gerado a Revolução. Acreditava que isso poderia criar um problema e queria ponderar-lhe esse aspecto.

O General Golbery respondeu-me que embora achasse racional os meus argumentos, havia uma situação real a considerar. Se houvesse eleição, a oposição – PTB e PSD – venceria; Lacerda sairia perdedor. Nesse provável cenário, criar-se-ia um dilema: Deixar como se nada houvesse acontecido e devolver o Poder a João Goulart e seus aliados comunistas ou ter que derrubá-lo a seguir, um Governo recém-eleito; fazer uma segunda revolução. Concluiu, então, o general, que diante da situação só restaria dissolver os partidos políticos, para que se pudesse manter, ainda, um sistema democrático, vamos dizer, um sistema em que o Congresso e as eleições seriam mantidos.

Concordei em relação à problemática em si, embora disse-lhe que mesmo assim as conseqüências não poderiam ser afastadas pura e simplesmente. Haveria, de certo modo, uma perda de substância da liderança civil de alto nível que existia naquele período de 1964, a saber: Milton Campos, Juraci Magalhães, Pedro Aleixo, Carlos Lacerda, Mem de Sá, Paulo Sarasate, Bilac Pinto, gente de primeiríssima qualidade política. Meu alerta, em resposta ao General Golbery, foi que a perda da presença efetiva desses líderes políticos na cena nacional seria a falta de certeza maior de como se desenvolveriam os fatos.

Em razão de tudo isso, resolvi me afastar da atividade político-partidária. Não me agradava fazer parte de uma Arena (Aliança Renovadora Nacional) ou de um MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Depois de uma militância política iniciada aos 15 anos de idade e que tinha mais de 20 anos, entendi que não deveria me submeter a um quadro que não acreditava.

A partir dessa situação, mudou o panorama que se pretendia conseguir.

É certo que na ocasião já era possível perceber que se o golpe articulado por João Goulart tivesse prevalecido, a chamada repressão teria níveis extremamente elevados, os procedimentos seriam muito mais dramáticos, drásticos.

Além desse quadro mais pesado, a hipótese da vitória do golpe de Jango colocaria os Estados Unidos numa posição de extrema dificuldade em nível mundial.

É bom lembrar que muitos países da América Latina, nessa época, também estavam com problemas. Estimulados por Cuba, vamos dizer, havia várias revoluções ou guerrilhas em andamento. Se o Brasil não tivesse impedido a revolução comunista, naquele período, toda a América Latina fatalmente sucumbiria sob o domínio comunista.

Caindo a América Latina praticamente seria inevitável o confronto nuclear entre as duas grandes potências da época: EUA e URSS. É uma opinião pessoal, de quem sempre acompanhou política mundial muito de perto. Vejamos o seguinte: A Ásia e África estavam fora do controle americano; a Europa oferecia uma tênue linha de resistência, incapaz de resistir uma semana a uma ofensiva soviética. É crível admitir que com a América Latina na mão a URSS, que tinha um poder ofensivo extremamente poderoso, inclusive nuclear, não perderia um instante para atacar a Europa.

Não esqueçamos que a Itália e a França estavam, praticamente, nas mãos dos comunistas; eles tinham respeitável maioria nesses dois países. A Alemanha dividida ao meio, sem uma capacidade efetiva de maior resistência. Sem dúvida a União Soviética aproveitaria essa circunstância para dar o "xeque-mate", o *ultimátum* aos Estados Unidos.

O dilema americano seria entre atacar por antecipação ou no revide. Mas, é muito difícil imaginar, num quadro mundial desses, ser possível qualquer outra alternativa senão a guerra atômica.

Os EUA, na minha opinião, são grandes devedores do Brasil e está na hora de pagar a conta. Rigorosamente, o Brasil exerceu papel fundamental na balança do poder mundial, talvez sem saber, naquele momento. Ninguém estava pensando em evitar guerra atômica ou algo parecido, mas a conseqüência de ter impedido que a América Latina caísse nas mãos da União Soviética foi permitir que o mundo ultrapassasse aquele momento dificílimo da guerra fria.

São esses os dois pontos que destaco dos momentos da Revolução de 1964: o problema dos partidos políticos e, no âmbito internacional, essa situação dramática da guerra fria. Evidentemente, também, sentimos a necessidade de uma maior presença de civis na vida do País. Lamentavelmente o desdobramento que se seguiu não foi o mais adequado.

Concluído o processo revolucionário, deu-se a volta dos civis ao Poder político. Foi claramente desastrosa, primeiro pela perda das lideranças anteriores de alta qualidade, substituídas por novos líderes, de um modo geral, muito oportunistas. O jogo passou a ser essencialmente eleitoral. Não se pensa nos rumos do País; não se pensa o País. Joga-se o lance da próxima eleição. Nesse momento, também, bastante sério da vida internacional, o Brasil deixa de ter uma representação, que é necessária.

Gostaria, agora, de dizer algumas palavras sobre estratégias em curso sobre o País e que foram objetos de pesquisa da minha parte, inclusive em universidade e Congresso americanos, e ajuda de várias outras entidades. O levantamento deu-me uma nítida idéia do que está acontecendo, neste momento, no Brasil. Está havendo um desdobramento não previsto, totalmente novo.

Numa reunião presidida por Fidel Castro e com as presenças de Lula (Luís Inácio Lula da Silva), do José Genoíno, do Frei Beto e de outros líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), Fidel disse claramente: “Se Lula não ganhar a eleição (de 1989) é preciso formar uma entidade para coordenar a esquerda latino-americana.” Previa-se, em janeiro de 1989, nessa reunião em Cuba, o chamado Foro de São Paulo.

Lula perdeu a eleição e fundou-se o Foro de São Paulo, em julho de 1990, exatamente como tinha sugerido Fidel Castro. Foi num evento no Hotel Danúbio, na capital paulista, presentes 48 entidades, várias guerrilheiras, dentre as quais, duas peruanas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A estrutura de toda a esquerda, na América Latina, em 1990, começou a ser organizada.

Seguiram-se reuniões em 1991, no México, em 1992, na Nicarágua, e em 1993, em Cuba. A reunião do Foro de São Paulo de 1993, na cidade de Havana, foi estrategicamente muito importante. Novamente se tentava conquistar a base territorial – o Brasil –, na América Latina, conforme chamava Fidel Castro, para sustentar a revolução socialista. Para tanto, era necessário que Lula ganhasse a eleição presidencial. Sem essa base territorial seria difícil fazer a revolução socialista/comunista.

Decidem, em primeiro lugar, que todas as suas entidades – já eram 112 entidades de esquerda – deveriam proporcionar todo apoio possível para Cuba suportar o que eles chamavam de “período especial”, isto é, a perda da ajuda soviética decorrente da desintegração da URSS; em segundo lugar, que o objetivo era eleger Lula, no Brasil, e para tal toda esquerda latino-americana deveria se mobilizar; o terceiro objetivo era impedir o desenvolvimento do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Para este último objetivo, diz respeito ao México, se decide que no dia em que o NAFTA entrasse em vigor seria iniciado o levante em Chiapas. Essas foram as três decisões básicas, naquela ocasião.

O Foro de São Paulo se desenvolve, ainda, em sucessivas reuniões, e em 1995 decide que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passaria a ser uma ponta-de-lança, veja bem, uma ponta-de-lança da revolução socialista na América Latina. Formar-se-ia o que chamavam de União das Repúblicas Socialistas da América Latina, URSAL; em substituição a URSS, criariam a URSAL.

Eles ainda têm esse objetivo?

Tenho as informações para mostrar que eles, ainda, têm o mesmo objetivo.

Em 1997, o movimento Zapatista, de Chiapas, é admitido no Foro de São Paulo. Não pôde fazê-lo antes, devido à aliança do Foro com o Diálogo Interamericano (DI), entidade que ainda não me referi, em janeiro de 1993. Se ingressasse logo que criado – o movimento zapatista aconteceu no início de 1994 – iriam ferir o Diálogo Interamericano, criar um problema e o acordo poderia cair por terra.

É bom lembrar que junto à decisão sobre o papel de ponta-de-lança do MST, na América Latina, definiu-se que o PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais entidades de movimentos sociais "populares", seriam secundárias em relação ao MST. O trabalho revolucionário, aquilo que interessa, seria comandado pelo MST; ele é o elemento prioritário. Ao PT caberia a cobertura do MST e o trabalho eleitoral.

Em síntese, esse é o esquema formado pela esquerda para a América Latina. Existem vários cursos de marxismo espalhados pelo interior do País. A FARC sempre presente, em todo esse processo.

Quando começa um fato novo? O Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, não era do grupo de esquerda latino-americano e Fidel Castro o chama para ingressar, consegue conquistá-lo, e o nomeia coordenador militar do Foro de São Paulo. Nessa condição, Chávez passa a ser o comandante putativo das FARC. Lógico, não para ações imediatas, mas como conceito geral. Chávez, na estratégia de Fidel, proporcionaria a base territorial para a ação revolucionária, e o petróleo como instrumento de pressão.

Quando ele assumiu o Poder na Venezuela, previ em escritos que teríamos problemas ligados ao mercado de petróleo. O primeiro ato de Chávez, quando confirmado Presidente da República, foi visitar os países árabes para maquinar o aumento do preço do petróleo. Obtido esses recursos extras, pôde a Venezuela dar o suporte à retomada do processo de equilíbrio econômico de Cuba, substituindo a antiga União Soviética na prestação do apoio logístico. Não é por outra razão que Fidel Castro está esnobando, de novo, os Estados Unidos. Já está com melhores condições para enfrentar o "Gigante do Norte".

Inclusive aquele início de abertura democrática, ele já cortou também.

Já cortou.

Poderemos chegar a uma conclusão, abordando a outra entidade pesquisada por mim, o Diálogo Interamericano, dos potentados ricos dos EUA. Não tem nada de comunista. O grande poder econômico do Nordeste americano formou o DI. O objetivo estratégico é impedir a ida de outros povos, especialmente latinos, que com sua religião e outros aspectos culturais alterariam profundamente o sistema de vida americano. Henry Kissinger, em seu relatório de 1974, apontava esse proble-

ma, capaz de afetar a Segurança Nacional e, como tal, precisava ser evitado. O DI organiza-se em 1982 e, como é interamericano, convidaram alguns latino-americanos, entre eles, o atual Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de vice-presidente do DI.

Com a desintegração da URSS em 1989/1990, o conceito do DI, no começo de 1993, passa a ser o seguinte: "A esquerda latino-americana ficou sem pai, vamos ser os padrastos deles; a União Soviética foi desta para uma melhor, vamos dar as garantias para a esquerda latino-americana."

Nesse sentido, por articulação de Fernando Henrique Cardoso e outro líder mexicano, faz-se uma reunião na Universidade de Princeton e são convocados para participarem da mesma Lula e outros candidatos a presidente da América Latina integrantes do Foro de São Paulo. O objetivo é selar um acordo entre a esquerda latino-americana e o poder econômico norte-americano.

Basicamente, três pontos-chave destacavam-se, nesse acordo: O primeiro era a criação da chamada "cláusula democrática", muito eficiente para evitar a imigração de latinos para os Estados Unidos, aumentada com a atuação guerrilheira e a repressão. Essa cláusula garantia a posse e a permanência no Poder de candidato esquerdista de qualquer país que vencesse as eleições. O segundo ponto era o problema da miséria na América Latina. Teria que se fazer um programa para contê-la, começando pelo México. Daí o NAFTA, em vigor a partir de 1994, porque era preciso evitar a chamada "imigração da pobreza". O terceiro ponto do acordo incidia sobre o problema populacional propriamente dito. A população hispânica crescia mais rápido do que a negra, por exemplo, fazendo alterar o quadro populacional americano. A idéia era promover uma campanha de legalização do aborto, particularmente no Brasil, da esterilização e do homossexualismo – isso está escrito, com todas as letras, no relatório de Kissinger. Legal e em plena moda nos Estados Unidos, o aborto foi praticamente legalizado no Brasil com a edição da denominada Norma Técnica do SUS (Sistema Único de Saúde). Basta a mulher, mesmo casada, fazer um Boletim de Ocorrência (BO) na polícia que está autorizada a abortar, até os cinco meses de gravidez.

Nesse BO ela diz que foi estuprada.

Sim, basta dizer que foi estuprada.

E faz isso com apoio do próprio SUS, que é pago pelo Governo.

Isso já está sendo feito.

A esterilização foi aprovada com lei assinada pelo Fernando Henrique e o problema do homossexualismo... todos estão vendo os avanços para a sua legalização; em alguns municípios está sendo adotado. Essas campanhas estão sendo desen-

volvidas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Essas seriam as três formas para a redução da imigração.

Segundo conclusão dos estudos deles, seriam adversários à redução as elites locais. Entendem por elite todas as pessoas que de alguma maneira cresceram socialmente no País. Ainda dentro das conclusões dos estudos, eles dizem que nos quinhentos anos de civilização essa elite teria tido o apoio das Forças Armadas e da Igreja católica, elegendo-as, portanto, em forças adversas do acordo entre o Foro de São Paulo e o Diálogo Interamericano.

O acordo traçou estratégias para enfraquecê-las. Com relação às Forças Armadas, principalmente, envolvê-las no combate ao tráfico de drogas, tornando-as o instrumento básico dessa luta. Quanto à Igreja Católica o enfraquecimento viria com a idéia do misticismo individual. Por essa teoria, que seria difundida, cada um de nós recebe um grau de misticismo que determina a nossa relação com Deus. Não precisa de Igreja, padre, pastor protestante, de nada. Aí vem a televisão e orienta o que temos que fazer; a televisão passa a ser um diretor espiritual da massa, sem respaldo moral de qualquer espécie. Curioso: além de bancos, algumas entidades da mídia são membros do DI.

Tal era o panorama desenhado. Lula, respaldado na "cláusula democrática" exigiu que o ex-padre Aristide, deposto, voltasse ao Poder no Haiti. Serviria de teste das intenções acordadas. A intervenção foi aprovada pela OEA (Organização dos Estados Americanos) e Aristide reassumiu o Governo daquele país.

Logo depois da colocação do Lula, Peter Hakim, presidente do DI – continua até hoje – foi a Cuba e declarou não existir qualquer importância o fato do Fidel Castro perdurar, no Poder, por vários anos; o que importava era que ele começasse a abrir gradativamente a economia cubana para os países da região. Quer dizer, estava tudo na "santa paz do Senhor", entre gregos, troianos, fenícios e quem mais fosse daquela área.

Hoje, esse processo está em crise. Concluo para dizer que, talvez, estejamos com algo parecido a 1964. O Diálogo Interamericano ajudou muito o Foro de São Paulo, inclusive o MST. Atualmente, o Fernando Henrique Cardoso, homem do DI na América Latina, está sendo considerado inimigo pelo MST. Em outras palavras, o Foro está indo por um caminho e o Diálogo não está conseguindo controlá-lo. Restaria, nessa altura dos fatos, duas alternativas: ou o equilíbrio do processo é retomado pelo DI, inclusive em relação ao Peru, onde foi derrotado – o Diálogo fez de tudo para derrotar o Fujimori – ou surgirão problemas sérios.

Sabe-se que o Peru, em um novo quadro político, poderá abrir-se para o narcotráfico da Colômbia. A situação deixaria o Oeste do Brasil cercado por uma

situação estratégica extremamente difícil. Já temos Colômbia e Venezuela comprometidas, o Equador periclitante e uma eventual perda da posição independente do Peru causaria ao Brasil um problema real e preocupante. Como o MST está ligado às FARC, se o Sendero Luminoso vier a ser reorganizado no Peru, teríamos uma espécie de aliança tríplice: FARC, MST e Sendero Luminoso!

Fica para o gosto de cada um projetar as conseqüências. Ninguém aqui é oráculo ou profeta, logo, esses fatos poderão não acontecer, mas é uma análise em cima de dados levantados e estudados. De algum modo poderemos ter que passar por momentos cruciais nunca vividos, na América Latina.

Ao agradecer esse seu excelente depoimento, gostaria, para terminar, que o senhor pudesse deixar uma mensagem para os nossos jovens militares, baseada naqueles quatro pilares, que tive a oportunidade de ouvir do senhor em outra ocasião, e que ilustram tão bem como se deve conduzir a vida com dignidade, com respeito, com amor à Pátria e com amor ao próximo?

Esses quatro pilares simbolizam os valores que devem orientar uma vida humana digna e profícua, na minha opinião. Imaginando um sentido metafórico, seriam as quatro pernas de uma mesa, sendo esta a representação da vida. A primeira delas simboliza a família, primeiro grupo social que interagimos ao nascer. A segunda é a religião – sou católico praticante. Depois, vou crescendo e encontrando amigos, outras crianças, e acabo tomando conhecimento que sou parte de uma sociedade, de um conjunto. A terceira perna é o cidadão, a sociedade, a Pátria. A quarta e última é a profissão, o trabalho, a vocação que cada um de nós tem para realizar algo de útil na vida.

Esses quatro pés não podem ser descurados em nenhum momento. Família, religião, cidadania e profissão têm que ser tratados ao mesmo tempo, com igual equilíbrio e esmero, porque senão um deles enfraquece e a mesa cai. Procurei sintetizar os elementos que devem levar o homem a atuar na vida, tendo logicamente como valores fundamentais aqueles que advêm da religião.

Agradeço a oportunidade de transmitir a minha mensagem.

Doutor Paulo Ayres de Almeida Freitas Filho

Nascido em São Paulo-SP, em 15 de agosto de 1918. Formado em Química e Didática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Dedicou-se depois a estudar Administração de Empresas e Economia, tendo feito um curso denominado Top Manager, no Methods Engineering Council, de Ohio, USA.

Começou a sua carreira no Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S/A, que veio a constituir-se, anos depois, o maior grupo farmacêutico nacional, com a aquisição do Laboratório Paulista de Biologia.

Empresário, participou como diretor, consultor ou conselheiro, de empresas como: Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo, Banco Mercantil de São Paulo, Sociéte Générale, Security Pacific National Bank, World Wide Special Fund, Fundição Progresso, RHODIA, Anderson Clayton (que depois se transformou em Gessi Lever), Universal Consultores Associados etc. e de entidades como: Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Associação Comercial de São Paulo, União Cultural Brasil-Estados Unidos etc.

Divide hoje o seu tempo entre o Banco Mercantil de São Paulo e a Soluziona – Serviços de Internet.

Entrevista realizada em 16 de outubro de 2001.

Para mim, como empresário, é um privilégio muito grande e uma honra ter a oportunidade, depois de passados tantos anos, de vir aqui fazer um depoimento sobre o motivo por que, eu e tantos outros milhares de empresários, acabamos nos interessando por política e tentando fazer um movimento de doutrinação, de formação de opinião pública. Nosso objetivo era mudar o curso político, econômico e social que o Brasil estava começando a trilhar com grande perigo, de 1960 a 1964.

Tudo começou pelo amor à liberdade de um modo geral, que fui adquirindo através de minha vida. Creio que a primeira vez que ouvi com grande insistência as palavras liberdade, democracia e tirania foi em 1930, quando todos na minha família, sobretudo meu pai, minha mãe e meus tios, estavam profundamente chocados com a possibilidade de o Brasil vir a ser dominado por extremistas. Era tempo de Getúlio Vargas. Evidentemente que eu ainda era uma criança.

Logo em seguida a 1930, quando comecei a fazer algumas poucas perguntas em família, aconteceu o Movimento de 1932, belíssimo, maravilhoso, absolutamente encantador. São Paulo, diria, as famílias de São Paulo e os paulistas por escolha que aqui moravam, realmente tentaram repor o Brasil no caminho da democracia e da liberdade. Mas, infelizmente, São Paulo foi vencido, e só dois anos depois viria uma constituinte e, de novo, a esperança.

Os movimentos de 1935 e de 1937 foram convulsões de caráter político que não atendiam, em hipótese alguma, na minha opinião e daqueles com quem trabalhei esse tempo todo, às necessidades do povo brasileiro.

Revoluções, ameaças, na realidade, salvo pequenos interregnos de um pouco mais de paz, de tranqüilidade, de bom senso, de decência na condução do Brasil, a situação piorava, até chegar em 1960. Daí em diante, tudo se agravou tremendamente.

Para dar uma seqüência melhor, vou me reportar a 1950. Nessa época, já era um libertário convicto. Lia, em diversas publicações, o que algumas entidades já estavam fazendo pelo mundo afora. O primeiro trabalho que realmente me empolgou foi o de uma entidade norte-americana sediada perto de Nova Iorque, chamada Foundation for Economic Education. O livro por eles editado me entusiasmou tanto que depois consegui com amigos editá-lo em português. Daí em diante fui, de uma certa maneira, me tornando um panfletário. Recebia de amigos, de organizações, também indicadas por amigos, muitas delas dos Estados Unidos principalmente, mas também algumas da Europa, sobretudo uma de Londres, que foi, e é, espetacular, todas essas literaturas e as imprimia numa pequena tipografia que tínhamos no Instituto Pinheiros ou tirava alguns trechos, ou *slogans,* e ia distribuindo pelos amigos.

Fiz isso de 1950 ou 1952 em diante, até que, em outubro de 1960, estava no meu escritório e recebo um telefonema de uma pessoa que nunca tinha visto, nem

mesmo o nome tinha ouvido e, obviamente, passou a ser um grande amigo. Telefona-me do Rio de Janeiro um senhor chamado Gilberto Huber Filho, responsável pela impressão das listas telefônicas amarelas, naquela época. Numa reunião social no Rio de Janeiro ele fazia parte de um grupo que conversava sobre as ameaças de esquerdização do Brasil: socialização, comunização, a possibilidade de se chegar a choques, conflitos violentos, guerra civil; era um negócio muito aterrorizante, na época. Nesse grupo carioca estava o Trajano Pupo Neto, outro grande amigo meu, que disse a eles: "Olhem, não façam nada sem conversar com um grande amigo lá em São Paulo que é um "tarado" em matéria de liberdade econômica." E o Huber me telefona, eram talvez 13h30min ou 14h, se apresentou, contou essa história e me perguntou:

– Quando é que posso te ver?

– Bom, quando você vier a São Paulo estou à sua disposição – respondi.

– Não, o assunto é muito urgente e é sério – disse ele –. Posso ir já?

– Pensei que você estivesse no Rio.

– Mas estou e vou pegar o primeiro avião. Quero conhecê-lo e conversar com você.

E esse Senhor Huber, como disse, tornou-se um "amigão", chegou no meu escritório mais ou menos umas 16h e só saiu da minha casa depois da meia-noite. Então, nesse primeiro encontro, creio que o Huber concorda comigo, nasceu o que veio a se chamar Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES), porque resolvemos que faríamos alguma coisa nesse sentido: ele com o grupo do Rio e eu com os amigos de São Paulo.

Como Deus é brasileiro, eleito Jânio Quadros, ele convida o João Baptista Leopoldo Figueiredo, outro grande brasileiro e, também, grande "amigão" meu, para presidente do Branco do Brasil. João me levou à força para ser Diretor da Carteira de Crédito do Banco do Brasil, quando então, João e eu, no Rio, tivemos a chance de conhecer o grupo carioca e de conversar com eles. Continuamos a fazer planos, que depois se tornaram urgentíssimos com aquele espetáculo triste da renúncia proporcionado por Jânio Quadros.

Tal atitude nos deixou alucinados, porque nós, ali no Banco do Brasil, estávamos vendo que o Jânio, com todas as esquisitices dele, com aquele estilo único de comandar, estava de fato criando condições de muita disciplina, de muita obediência, de muita seriedade na administração pública. Notava isso pela correria dos funcionários públicos em comparecer as suas repartições. Algumas do Rio de Janeiro ficaram sem mesas e cadeiras para todos os funcionários, porque havia um número tão grande dos que não as freqüentavam que não couberam nas salas, quando passaram a comparecer. E os bilhetinhos do Presidente Jânio

realmente eram contundentes. Todos achavam que agora daria certo; um estilo estranho, mas que estava fazendo efeito. Infelizmente, com o gesto da renúncia...

Para mim, ele tentou um golpe, naquele afã de querer fazer as coisas bem ao seu estilo. Acho que ele, realmente, queria ficar independente do Congresso. Com certeza, não era para fazer o mal. Acredito sinceramente que ele queria fazer as coisas mais rapidamente e sem ouvir ninguém, o que nunca é bom, quando se está na Presidência ou no comando de um País; nem de uma empresa, imagine de um país.

Enfim, ascendeu o João Goulart, que era o Vice-Presidente e aí as coisas sem dúvida se tornaram mais do que claras. Havia realmente um interesse, um trabalho tremendo de infiltração comunista nos ambientes governamental e não-governamental. Assim ocorreu no meio universitário, no meio sindical, na mídia, na música, no teatro, no cinema, em todo lugar.

Estávamos mais do que decididos a fazer uma empresa para doutrinação econômica, porque uma das desgraças do Brasil é que, mesmo nos meios onde a economia deveria ser muito conhecida, sobretudo economia de mercado, como nas classes produtoras, a ignorância da economia era uma coisa terrível. No meio empresarial, já dissemos isso tantas vezes, em tantas literaturas, o analfabetismo econômico era uma tragédia e isso ainda hoje não foi sanado. De qualquer maneira, a nossa obrigação, há tantos anos já pensando na sorte do País, era fazermos tudo o que fosse possível para evitar que essas idéias esquerdizantes, abertamente socialistas ou comunistas, vingassem no Brasil.

Assim, outras entidades surgiram, também, mas Rio e São Paulo criaram o IPES e o seu presidente foi o João Baptista. Em São Paulo, além do próprio João, contávamos, também, com gente como Paulo Reis de Magalhães, que foi um grande companheiro, Roberto Pinto e Sousa, enfim são tantos que vou fazer a injustiça de nem tentar relacioná-los. No Rio de Janeiro, junto com o Huber tinha muitos outros companheiros como Harold Polland, presidente do grupo carioca, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, enfim, muitas pessoas sérias, de nível alto e, sobretudo, de um patriotismo estupendo.

O IPES deu início, então, ao seu trabalho e hoje estou tendo o prazer de entregar aqui, ao Exército, os arquivos do IPES. O do Rio de Janeiro foi doado para a Biblioteca Municipal, o que achei um erro grave. Aqui não, eles vão ficar guardados no Exército e vão ser consultados por quem, sem idéia preconcebida, queira estudar o que foi todo aquele movimento.

Se me perguntassem: "Mas, o que vocês faziam?" Responderia: "Olha, dia e noite mudava o que se fazia." Dependia de sabermos onde havia uma crise, onde era identificado um esforço realmente sério de desinformação, que é uma técnica

terrível. A mídia brasileira passou a ter conotações com a esquerda, que nos deixava desesperado. Eram os colaboradores, os idealistas que nada estudavam de economia, pensavam na fome, na ignorância do povo, como qualquer um de nós pensa, e partiam para soluções que jamais tirariam o povo da condição de miséria e de ignorância.

Partimos para uma série de atitudes. Tivemos a sorte de encontrar, em todos os meios: sindicalistas, da mídia, dos estudantes, das mulheres, dos profissionais, gente que pensava como nós. Em torno de cada pequeno grupo foi surgindo um "ipesinho" e, felizmente em tempo, os IPES tornaram-se realidade no Brasil inteiro, inclusive, nos ambientes mais fechados.

Fomos obrigados, com muito prazer até e com grandes resultados, pedir o auxílio de oficiais, que estavam desesperados, também. Dentro da disciplina militar, era muito mais difícil para eles, do que para nós, se dedicarem a qualquer movimento. Então, eles tiravam licença-prêmio, o IPES custeava a viagem e eles foram, aos poucos, sondando a opinião de seus colegas, pelo País inteiro.

Isso foi nos dando a segurança de que valia a pena a doutrinação que estávamos empenhados, pois no meio das Forças Armadas também havia o desassossego e o medo de o Brasil desaparecer ou cair num fosso sem fim. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, oficiais já aposentados trabalhavam permanentemente conosco e outros, ainda na tropa, visitavam o Brasil todo para identificar os seus companheiros de idéias.

Com esse tipo de assistência conseguimos bons resultados. Na mídia, contudo, era uma coisa terrível e é hoje, ainda. A influência da mídia com televisões espalhadas pelo País inteiro é uma coisa terrível e infelizmente degradante, porque parece que a imprensa toda acredita que tenha que baixar ao nível do povão para que eles consumam seus produtos, quando a obrigação principal da mídia, uma obrigação principal de qualquer professor doutrinador, seja quem for, é elevar o seu público ao nível mais alto possível. Mas a mídia infelizmente, na ocasião, partia para um campo completamente contrário ao que desejávamos.

Esse é um velho problema no mundo inteiro: a independência total da mídia, a licença de se expressar como e quando bem quiser. Isso um dia, na minha opinião, vai sofrer uma certa restrição, senão política pelo menos ética, porque os abusos surgem; quando se pode corrigi-los, muito bem.

Vou dar um exemplo, para ilustrar, de como controlávamos a imprensa. No Brasil, tivemos que enfrentar uma situação quase que insolúvel. O que fizemos como empresários que éramos? Conhecíamos os grandes anunciantes de jornal, de televisão, de rádio e de revistas; reunimos os maiores chefes de agências de pro-

paganda aqui do Brasil e pedimos para eles fazerem um levantamento muito simples: Quanto cada grande empresa está financiando cada um desses veículos de comunicação. Paralelamente, um grupo nosso levantava o que cada um desses veículos estava divulgando contra a empresa.

De posse do levantamento, mostrávamos para o financiador de um jornal qualquer, alertando-o: "Todo mês você dá tanto para esse jornal. Veja nesse mês o que o jornal disse contra a sua empresa ou contra as empresas, de modo geral. Nesse último caso, a sua empresa também é atingida." Com isso os anunciantes começaram a ficar preocupados e dois jornais brasileiros fecharam as portas por falta de anunciantes. Ninguém obrigou, pressionou, pediu polícia, nada que pudesse parecer opressão.

Simplesmente mostramos os fatos, porque quem anuncia não pensa. Não é o dono da empresa nem a diretoria e nem o conselho; existe um grupo de propaganda que contrata uma empresa e esta faz um trabalho muito bonito, mas ao lado dessa divulgação bonita da empresa, existem notícias ou reportagens horrorosas contra a mesma. Então, isso não tem cabimento e esse grupo fez um trabalho lindo.

Outra idéia que apoiamos foi-nos sugerida por Jean Manzon – se foi dele ou de algum outro membro do IPES, não me lembro. Há pouco tempo foi publicado um livro, no Rio de Janeiro, dizendo que o autor da idéia tinha sido um general –, aquele grande cineasta e fotógrafo brasileiro, um homem extraordinário. Naquela época – os que são moços não conhecem –, todos os cinemas, antes do filme principal, exibiam um curta-metragem; era uma espécie de jornal cultural ou de notícias, mesmo, e que levava uns dez minutos. No arquivo do IPES existem as cartas em que ele diz: "Meu caro Paulo, quero que você fique informado do que estou planejando fazer. Os assuntos que creio devam ser explorados, nesses curtas-metragens, são(...)."

Topamos o programa do Jean Manzon. Havia curtas-metragens sobre petróleo, eletricidade, vantagens e desvantagens da energia hidráulica, sobre o problema da água, do crescimento anual da população a 3,2%, mostrando que não há país no mundo que consiga manter essa população num nível bom, sobretudo um país ainda em desenvolvimento, sobre problemas específicos das universidades, dos sindicatos e assim por diante. Eram 20 ou 22 temas, se não me engano, e que tiveram um resultado espantoso como doutrinação. Todos comentavam esses curtas-metragens. Eles tinham uma mensagem pela liberdade econômica, pela liberdade do indivíduo, pela repulsa a qualquer tipo de governo com tamanho e poder exagerados.

Também de grande importância foram os artigos que começaram a aparecer nos jornais a propósito de movimentos que estavam surgindo no seio dos sindica-

listas, universitários etc. Conseguimos, ainda, em diversos jornais, que eles publicassem – os comunistas usavam muitos *slogans* como "O petróleo é nosso" e outros – no rodapé um *slogan* a favor da economia de mercado, da liberdade, e assim por diante. De modo que, dessa maneira, pudemos realmente "ir ao ar" e prestar uma inestimável ajuda para a formação da opinião pública.

Outro trabalho do IPES na área sindical foi a formação, no prazo de cerca de um ano, com auxílio de outras instituições, numa chácara na represa de Santo Amaro, mais ou menos dois mil e quatrocentos líderes sindicais. A tática dos esquerdistas no sindicato é a da "minoria que berra", "que briga" e pronto; o resto do pessoal fica todo calado. Então, formamos gente para "berrar", "brigar" e não ficar calado. Com isso os sindicatos começaram a mudar de mãos e foram se democratizando, escapando daquele jugo que vinha do exterior; porque a sugestão para dominar vinha de fora.

Entre os estudantes aconteceu a mesma coisa. Houve uma mudança enorme de atitude dos estudantes, que também começaram a ficar senhores de suas próprias entidades. De São Paulo, isso espalhou-se pouco a pouco pelo País afora, e já não era necessária a intervenção do IPES. Era o resultado do trabalho do Instituto. Surgiram diversas entidades, que iam copiando as que haviam aqui em São Paulo.

Também, conseqüência do nosso trabalho, surgiram as organizações de mulheres. Um primeiro movimento foi no Rio de Janeiro, quando Brizola, que ainda está por aí, ia pronunciar um discurso qualquer num salão, não me lembro bem qual foi o lugar. Convocaram uma porção de pessoas e as mulheres foram mais cedo, um monte de mulheres, nem sei quantas centenas, e quando ele apareceu elas começaram a rezar o terço, em voz bem alta. Ele não pôde fazer o discurso e acabou tendo que se retirar, derrotado pelo terço que as mulheres rezavam. Depois, usou uma expressão indelicada, dizendo que o terço não enche barriga ou uma bobagem parecida, mas a verdade é que ele foi impedido de falar.

Mais tarde houve um movimento liderado pelas mulheres contra o comunismo e a favor da democracia. Acredito que foi a única vez, aqui em São Paulo, que não só a maioria era de mulheres, mas a liderança do movimento era delas próprias. Foram, no mínimo, 500 mil a um milhão de pessoas marchando abertamente pela Cidade de São Paulo, todos por Deus, pela Família, pela Democracia e contra o comunismo.

Estou citando alguns dos trabalhos feitos pelo IPES, nesses quatro anos de intensa atividade. Recebíamos muitas sugestões. Um programa muito bom, com influência de longo prazo, foi a impressão de livros sobre economia. Contou com a participação decidida de Adolpho Lindenberg, grande arquiteto e, também, grande lutador. Adolpho procurava entrar em contato com entidades do exterior que pos-

suíam publicações sobre economia de mercado e acabou conseguindo imprimir muitos livros. Tive o prazer de trabalhar com ele. O Instituto conseguiu que algumas entidades de classe patrocinassem, pela primeira vez, a publicação de alguns desses livros que vinham lá de fora.

A mensagem contida neles era a da liberdade do indivíduo. A liberdade econômica era tratada como a mais importante para o gozo de todas as outras liberdades. Não adianta votar se não tiver liberdade econômica; não adianta viver se não puder fazê-lo como desejar ou trabalhar como quiser ou gastar o que tiver ou economizar. Se de outro modo, tudo fica dentro de um padrão. Não precisa muito, basta o Governo fazer como agora, quando pensa em mudar o Imposto de Renda. Se o fizer, vai ser para piorar e para ele gastar mais. O grande problema do Brasil, naquela época e hoje, é o gasto excessivo do Governo.

Felizmente, tivemos – chamei de interregno – um projeto de privatização, que já tinha sido amplamente discutido, antes do Jânio Quadros. Embora quase inteiramente implantado, falta muito, ainda, e convém o quanto antes prosseguirmos com esse projeto, e por quê? Porque o Governo deve ficar tomando conta do que a empresa privada, a sociedade não puder fazer; quanto menor for o Governo mais a empresa privada vai fazer pela própria sociedade.

Na indústria farmacêutica sofri pessoalmente e a culpa foi do Governo. As empresas brasileiras – inclusive a nossa em 1972 foi vendida – foram sumindo por causa do controle de preços da famosa Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), o que pervertia a economia completamente, desestimulando-a. O laboratório brasileiro que, naquela época, lançasse ações ao público, não venderia nenhuma.

Bom, esses são alguns exemplos do trabalho desenvolvido pelo IPES. Acredito que conseguimos formar uma opinião pública muito forte, muito brasileira, porque ela espalhou-se pelo País todo. É bom ressaltar que havia outras instituições, também, mas o IPES realmente teve uma participação fundamental, naquela época. As idéias e os trabalhos do IPES, feitos abertamente, expressavam a vontade dos brasileiros e, assim, permitiu que as Forças Armadas vissem melhor o que estava acontecendo no País e qual o rumo que o povo queria. Se me permite, mostramos isso ao Exército.

As Forças Armadas não podem ir contra a vontade do povo, mas podem ir contra o Estado, contra uma constituição. Em 1964, já era necessária essa intervenção. Assegurar a segurança nacional exige, em primeiro lugar, garantir o bem-estar e a harmonia do povo e quando isso desaparece, quando o povo começa a ficar dividido – quem é do lado esquerdo e quem é do lado direito –, prevê-se a guerra civil. Nesse instante, o que é que as Forças Armadas vão fazer? De que lado elas ficam?

Desencadeou-se a Revolução, trazendo um alívio enorme. O início do governo foi um imenso sucesso mas, de novo a mídia, sobretudo internacional, não perdoou nenhum soldado pelo que tinha havido no Brasil. A crítica era permanente, acusando-a de “golpe”, “ditadura”, etc.

Isso que o senhor está dizendo foi estimulado até por brasileiros que se autoexilavam para falar mal do Brasil e do Governo de então.

Havia até uma entidade no Chile dedicada, exclusivamente, a formar intelectuais de esquerda e que causou um problema enorme na América Latina, especialmente no Chile, tanto que anos depois da Revolução brasileira veio a chilena.

No início, nem tudo concordávamos, mas entendíamos que era algo novo. O General Castello Branco começou seu governo de maneira excelente. A direção da economia com o Professor Octávio Gouvêa de Bulhões e o Roberto Campos, todos já falecidos, foi formidável. Eles foram responsáveis pelo grande sucesso que o Brasil colheria anos depois, ao introduzirem modificações estruturais e, sobretudo, ideológicas, de pensamento político-econômico, cujos resultados aparecem três ou quatro anos depois. O crescimento do Brasil, de 1967 a 1973, esteve acima de 6%, 7% ao ano e chegou até a 10%, 11%. Uma maravilha! O Brasil, se tivesse continuado nesse ritmo, hoje seria uma Nação desenvolvida, sem os graves problemas de miséria e ignorância que ainda temos.

Entretanto, depois, começou o que não esperávamos. Imaginávamos uma outra solução para o Governo do País. Por razões que desconhecemos, a sucessão do General Castello Branco já foi tumultuada, como foram as outras, e sobre isso não vou me estender. Não se trata de querer me eximir de expressar a minha opinião contrária ao que houve; fui violentamente contra muita coisa que aconteceu, depois de Castello Branco.

Condeno o próprio Castello, que tinha tudo em suas mãos para limpar o Brasil. Poderia privar de direitos políticos quem ele bem entendesse, mudar a Constituição, mudar a legislação, modernizar a previdência social, por exemplo, que hoje é uma calamidade, mudar o sistema de governo, privatizar as empresas estatais, pois seria facílimo, naquela época. No entanto, parece que teve que parar no meio do caminho. Infelizmente, sem entrar em pormenores, em virtude das falhas dessa época, estamos vivendo uma situação muito parecida com aquela de 1960 a 1963.

O que é preciso fazer, hoje? Creio que devemos voltar novamente ao trabalho de doutrinação. Terá que ser muito mais maciça, porque agora ficou mais difícil; os meios de propaganda, a televisão, mesmo que você não queira, estão na sua casa dia e noite – é um inferno! Só no campo da mídia, o trabalho de contrapor doutrinas e

de esclarecer insistentemente sobre a superioridade das vantagens da liberdade individual e do livre mercado é imenso. Devemos continuar a defender a democracia baseada na liberdade econômica, com governo de poderes e, particularmente, tamanho limitados. Nunca desisti de fazer algo nesse sentido; o IPES acabou.

O IPES, já que o senhor tocou no assunto, ele vigorou precisamente de que ano a que ano?

Vigorou de 1960 a 1964, quando foi fundamental. Depois, nos anos seguintes, o que aconteceu? Já disse sobre o analfabetismo econômico da classe empresarial e, sobretudo, das elites, fenômeno típico brasileiro. É bom ressaltar que não me refiro aos economistas, pois temos excelentes deles.

Por que o IPES parou? Porque assim que houve a Revolução de 1964, das 440 empresas que contribuíam para ele – para defendermos as próprias empresas, defendermos o País, defendermos o interesse brasileiro – foram deixando de fazê-lo. Era uma tragédia: em cada reunião dez, vinte, trinta paravam.

Em 1965 e 1966 já se pensava em fechar o IPES. Em São Paulo, em 1967, passou a hibernar, e, finalmente, fechou em 1968. O do Rio de Janeiro durou um pouco mais, mas também desviou as atividades. Não havia, por parte dos empresários, seja brasileiros ou, muito menos, estrangeiros, interesse em apoiá-lo para que continuasse realizando aquele trabalho de tão bons resultados.

Não imagino o retorno do IPES, mas a volta de todo o seu trabalho; o caminho será copiar o que o Instituto fez, por meio da atividade política – com "P" maiúsculo – de empresários, profissionais liberais e, também, artistas, que nunca se preocuparam muito com a economia, mas está na hora de entenderem que o mercado deles depende do desenvolvimento econômico.

Não sei como poderia ser feito. Posso dizer que já existe um movimento expressivo representado pelos institutos liberais. Anos atrás estava voltando a ser panfletário e, por isso, me procuraram para formar um Instituto Liberal. Não pude aceitar, naquela ocasião. Paralelamente, surgiu um outro no Rio, liderado por um empresário que se dedicou realmente 100% àquilo, mas morreu há pouco tempo. Era um sujeito extraordinário; reuniu o pessoal do IPES e outras pessoas que queriam trabalhar e conseguiu fazer um Instituto Liberal dedicado exclusivamente à doutrinação e à cultura econômica. Obteve muito sucesso.

Em São Paulo, foi formado outro Instituto Liberal. Tive o privilégio de ser convidado para me aliar a eles e acabei sendo presidente do seu Conselho Consultivo. Doei ao Instituto a minha biblioteca de economia, tudo sobre mercado. Existem hoje, pelo que sei, oito institutos liberais no Brasil inteiro. Porém, aí vem a dolorosa informação: todos, sobretudo o de São Paulo, estão passando pelo mesmo

problema que o IPES viveu – queda da arrecadação e elevação dos custos. Começa-se a perguntar: pára ou não pára?

Como fazer para evitar que parem? Só será possível continuar se os empresários, os profissionais liberais, todos pensarem um pouco e perceberem que a salvação do País depende de mais cultura, cultura econômica sobretudo. A conseqüência será o desenvolvimento do conceito de liberdade e democracia, no País.

Esses institutos liberais, o senhor os assemelha ao IPES da década de 1960?

São semelhantes quanto à doutrinação, mas eles não estão envolvidos em política e nem em pancadaria como os nossos aliados ou formandos estavam naquela época. Hoje, apesar da importância da doutrinação para a cultura econômica do País, a dificuldade é desanimadora, até para só contribuir.

Quando surgiu o movimento para a elaboração de uma nova constituição tentamos influenciar. A atual Constituição brasileira resultou uma desgraça completa. Pior do que ela só mesmo o Governo de João Goulart: demagógica, inútil, irracional; não há documento pior em nenhuma outra nação. Durante todo período da constituinte, os IPES de São Paulo e do Rio propiciaram aos políticos acesso aos melhores estudos que surgiram no País sobre educação, sobre energia, sobre tudo o que quisessem. Saíram dos IPES de São Paulo e do Rio pilhas e pilhas de pastas com sugestão de leis, de modificações ou de novas leis. Participei um pouco dessas atividades e ficava empolgado com o entusiasmo com que todos se reuniam para sugerirem novas idéias para o Brasil. Quase nada, praticamente nada, foi aceito. Continuamos, então, nessa situação, persistindo nos mesmos erros, desde a era de Pedro Álvares Cabral.

Esse seu depoimento acrescentou importantes dados e informações para o real conhecimento das atividades relativas ao IPES, enriquecendo o nosso Projeto. Para encerrar pediria ao senhor, que deixasse uma mensagem de estímulo, em especial para os jovens.

A realidade de hoje é muito diferente. Duas questões entram na balança com pesos iguais: riscos maiores e outras oportunidades geradas por esses mesmos riscos. A revolução tecnológica das comunicações trouxe um impacto brutal na economia e, por conseqüência, nos empresários. Os da minha idade, então, nem se fala. Mas, o que acontece é que, hoje, todos têm acesso ao que quiserem, mesmo com o Governo atrapalhando. Não se precisa dele (Governo) para aumentar a cultura, aprender no dia a dia o que quiser. Isso tudo está à disposição dos jovens. Muitos empresários parecem que ainda não perceberam.

Lamento que, com todos esses percalços no Brasil, exista um certo descaso dos mais jovens. São poucos os que conheço procurando, além de seu trabalho e

da sua família, fazer algo pelo País. A maioria dos jovens vai se encontrar nessa busca e agradecerá esta modernidade. Ela cria condições novas no trabalho, na sociedade, nas artes, no lazer, em todo os setores. É uma revolução que ainda não foi nem sentida.

Às vezes penso até que ponto já a assumi, mas é muito pouco. Não tenho mais idade para me preocupar demais com essas coisas, mas me envolvo por causa dos meus filhos e netos, por causa da minha família, por causa dessa juventude toda do Brasil.

Nossa História está cheia de grandes homens que em momentos dificílimos do País souberam vencer as dificuldades. É uma lista grande. Falei há pouco em dois ou três da área da economia. O Dr. Eugênio Gudin, por exemplo, veio a São Paulo a convite do IPES e fez a palestra mais brilhante que já vi, li e ouvi na minha vida sobre inflação, com uma clareza impressionante. Teremos que agradecer-lhe pelo resto de nossas vidas pelo que ele fez. Concito os jovens a procurarem na nossa História os grandes nomes do Brasil.

Existe uma oportunidade fantástica que não havia na minha época; tudo está ao alcance, sem precisar pedir. Antigamente, estudávamos e acabávamos sabendo, mas o jovem do interior nem sabia de Europa, Estados Unidos, África, Ásia.

Nos desafios existe uma oportunidade enorme de absorção de conhecimentos. Aceitem-no e absorvam os conhecimentos possíveis. Lembrem-se daquela coincidência de que falei. Passei dez anos como panfletário e um dia um homem lá do Rio de Janeiro me telefona, o Gilberto Huber, e nasceu a idéia que se tornou de uma importância vital para a Revolução de 1964. Surgiu assim, de um encontro, e são essas "coincidências" que fazem, a meu ver, o grande progresso do País e de qualquer lugar. Acredito que os jovens têm muito que trabalhar, mas têm muito o que colher também.

Renovo meu agradecimento por esta oportunidade de ser entrevistado no bojo do Projeto de História Oral do Exército. O improviso veio do arquivo e da memória como um fio condutor. Foi um privilégio, de modo que estou muito contente e honrado. Muito obrigado!

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*392*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Fevereiro de 2004*

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 8

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 8

Rio Grande do Sul

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
→ Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
→ Transcrição absoluta / Transcrição com edição / Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Harry Alberto Schnarndorf

O General Harry nasceu em Porto Alegre em junho de 1924, tendo ingressado no Exército em 10 de março de 1942, como aluno do 3º ano da Escola Preparatória de Porto Alegre. Cursou a Escola Militar de Realengo durante os anos de 1943/ 1944, e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria pela então Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945 e classificado no 7º BC (7º Batalhão de Caçadores), sediado em Porto Alegre, onde foi promovido ao primeiro posto em novembro daquele ano e a Primeiro-Tenente em dezembro de 1947.

No ano seguinte em função de seu perfil de oficial de escol, foi convidado para integrar o corpo de instrutores da Escola Militar de Resende, função que voltou a exercer em mais duas oportunidades, como Capitão e posteriormente Major. No início de 1951 retornou para sua OM anterior, agora denominada 18º RI (18º Regimento de Infantaria) que, em julho, o vê promovido a Capitão.

No final do ano seguinte foi nomeado Comandante da 1ª Cia Gd (1ª Companhia de Guardas), também sediada na capital gaúcha. No segundo semestre de 1954 cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), sendo classificado na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Dois anos depois foi matriculado na ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), concluindo-a no final de 1959, já promovido a Major, por merecimento, desde abril de 1957.

Após seu estágio de Estado-Maior no comando da 6ª DI (6ª Divisão de Infantaria), vivenciou o episódio da Legalidade servindo no Estado-Maior do III Exército.

Durante o período que serviu na AMAN, foi selecionado, em 1964, através de provas específicas, para realizar o Curso de Estado-Maior nas Forças Armadas da República Federal da Alemanha, lá permanecendo cerca de um ano e meio, quando foi promovido a Tenente-Coronel, mais uma vez por merecimento.

No seu retorno, passou a fazer parte do seleto grupo de instrutores da ECEME. Promovido a Coronel em dezembro de 1968, foi, em seguida, nomeado Comandante

do I/18º RI (1º Batalhão do 18º RI). Após entregar o comando, serviu por duas vezes no EME (Estado-Maior do Exército), com uma passagem pelo Estado-Maior da 6ª DE (6ª Divisão de Exército).

Em novembro de 1976 foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada e nomeado Comandante da 5ª Bda Inf Bld (5ª Brigada de Infantaria Blindada) sediada em Ponta Grossa-PR. Em 1978 retornou ao EME para exercer o cargo de Inspetor Geral das Polícias Militares (IGPM). Promovido a General-de-Divisão em julho de 1981, assumiu a 2ª Subchefia do EME e, um ano depois, foi nomeado Comandante da 7ª RM/DE (7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército).

Depois de entregar aquele comando, foi Vice-Chefe do DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa), ali permanecendo como Chefe, após sua promoção a General-de-Exército em julho de 1986.

Por força de dispositivo regulamentar, em 06 de janeiro de 1989, foi transferido para a reserva.

No decorrer de sua longa e brilhante carreira foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas tanto por nossas Forças Armadas, como por órgãos civis e pelos governos da Alemanha e da Argentina.

Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2001.

O nosso entrevistado de hoje no Projeto História Oral do Exército é o General Harry Schnarndorf, instrutor de várias gerações de oficiais da nossa Força, que, em 1961, como Assistente do General Machado Lopes (José Machado Lopes), então comandante do III Exército, viveu com intensidade os antecedentes da Revolução. Com a palavra o General Harry que falará sobre aqueles momentos difíceis da nossa história recente. Depois ouviremos suas respostas às perguntas do nosso roteiro.

Em 1964 viajei para a Alemanha onde permaneci por 18 meses fazendo o curso de Estado-Maior[1] do Exército daquele país. Lá, pude sentir o impacto da reação no exterior contra o Movimento de 1964. O mais difícil foi convencer oficiais do Exército alemão e de outros exércitos que junto comigo cursavam a escola de línguas, sobre a legitimidade da intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro. No curso havia oficiais europeus (ingleses e franceses), sul-americanos (argentinos e venezuelanos) e até alguns asiáticos. Todos se interessavam muito pelo que estava acontecendo no Brasil. Para os oficiais europeus era um pouco difícil entender a situação que enfrentávamos. As ameaças à nossa segurança, por ideologias estranhas, não eram suficientes para justificar o que ocorria em nosso território. A par disto, observei que a imprensa também era crítica em relação ao nosso País, posição explicável, considerando que na mídia alemã predominavam também os mesmos jornalistas de esquerda que aqui perturbavam a nossa vida.

Mas isto só aconteceu no início do curso. Depois me liberei destas preocupações e assumi os meus estudos normalmente. Praticamente eu não tomava conhecimento dos acontecimentos daqui. Apenas ficava sabendo daquilo que lia em jornais, em revistas e na correspondência que recebia. Não tínhamos adido militar na Alemanha e, em conseqüência, faltava-nos uma ligação oficial com nossas bases.

A imprensa no exterior não costuma veicular muitas notícias dos países latino-americanos. A impressão que se tinha é de que o nosso País não existia para a Europa. Mesmo assim, no ano seguinte, já em pleno Governo Castello Branco, fui surpreendido, e gratificado, com um excelente programa de televisão sobre o Brasil. Parecia que finalmente o mundo tomava conhecimento do que realmente acontecera e do que se fazia aqui. A emissora oficial de rádio e televisão alemã levou ao ar uma reportagem sobre o General Castello Branco, nosso Presidente na época; um programa altamente favorável a nós. Normalmente, as notícias transmitidas na tele-

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

visão e nos jornais eram negativas. Esta reportagem, ao contrário, foi muito positiva. Mostrava a origem do Presidente Castello Branco e alguns aspectos do nosso ambiente militar. Focalizavam muito bem um pouco da vida do cadete, os apartamentos, o rancho, as salas de aula, enfim, todos os belos cenários da nossa principal escola de formação. Da mesma forma, focava o papel do Exército: o que fazíamos em termos de segurança interna, de ACISO[2], e de ajuda a segmentos das populações carentes. Mostrava também outro estabelecimento de ensino que fora comandado pelo Presidente Castello Branco, a ECEME, visualizando os trabalhos em sala, as mesas com os alunos debruçados sobre as cartas e outros flagrantes da vida escolar, todos muito expressivos. Foi uma reportagem completamente diferente das que eu já havia visto, com imagens positivas, e que realmente me surpreendeu. E foi longa, uns vinte minutos de televisão, talvez até mais. O Presidente Castello Branco, devidamente traduzido, fez um excelente pronunciamento sobre o Brasil. Em resumo, tive oportunidade de assistir a uma ótima apresentação sobre o meu País.

O mais curioso deste programa é que ele resultou de uma iniciativa do rádio e televisão oficial da Alemanha. Nada foi planejado e realizado por aqui; tudo foi feito com equipes e orientação da televisão alemã. Até na entrevista do Marechal Castello Branco, feita em blocos, só foi traduzido aquilo que eles julgaram mais interessante. Considerei o programa de ótimo nível e muito agradável. Fiquei admirado porque até então as reportagens sobre países sul-americanos que eu vira, eram só para desmoralizá-los. O que sempre focalizam é a favela, a miséria, as doenças, as epidemias e por aí vai. E este enfoque negativo não atingia só o Brasil, abrangia toda a América Latina.

Após essa rápida introdução sobre meu primeiro contato com o Movimento de 31 de Março de 1964, volto-me para o principal objetivo desta entrevista. Examinando as perguntas que me apresentaram como roteiro cheguei à uma conclusão: o que eu sei sobre a Revolução de 1964, ou li, ou soube através de companheiros depois que retornei da Alemanha. Agora, os antecedentes, particularmente a "Legalidade" em 1961, eu conheço. Não só conheço como participei intensamente dos fatos ocorridos naquele triste episódio da nossa história. Acredito que vale a pena relatar a minha experiência na confusão motivada pela renúncia de Jânio Quadros. Não foge do tema, enquadra-se como um importante antecedente.

Estava eu aqui na 6ª DI, e o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), por causa da minha participação em um trabalho realizado para a AD/6 (Artilharia Divisionária da 6ª DI), que era comandada por ele, teve a oportunidade de me

---

[2] Ação Cívico Social.

conhecer melhor. Fui designado pelo comandante da Divisão para organizar um exercício envolvendo toda a guarnição de Cruz Alta. Desloquei-me para lá e montei a manobra: primeiro, fase de quadros e depois com a tropa. Graças a Deus correu tudo bem e o General Muricy ficou muito satisfeito com o resultado do trabalho e me elogiou muito. Quando veio ser Chefe do Estado-Maior do Comandante do Terceiro Exército, ele me indicou para ser seu adjunto.

Fiquei bastante lisonjeado com a escolha, mas não me sentia muito satisfeito pois o exercício da função me afastava dos assuntos profissionais. Sempre preferi os encargos relacionados com as atividades fim do Exército.

Eu andava meio desanimado com a missão quando, no dia 25 de agosto de 1961, aconteceu a renúncia de Jânio Quadros. O General Machado Lopes havia assumido o III Exército há pouco tempo. Ele fora promovido em 25 de julho de 1961, e o comando do III Exército era a sua primeira comissão como quatro estrelas. O seu Chefe do Estado-Maior, General Muricy, naquela época, tinha direito a um adjunto, na verdade uma espécie de secretário com encargos de cuidar da correspondência e de outras atividades burocráticas. Embora não gostasse da função, dava-me muito bem com o General Muricy. Ele foi um chefe que, pela sua capacidade profissional, inteligência e dinamismo, sempre admirei e respeitei muito.

Tomamos conhecimento da renúncia de Jânio Quadros na cerimônia de entrega de medalhas no Dia do Soldado, realizada na Redenção[3], naquele estádio em frente ao Colégio Militar. Logo que o evento terminou, houve uma grande correria e a convocação dos chefes e comandantes para uma reunião no QG[4]. Não me lembro bem de tudo o que aconteceu, mas algumas cenas ainda guardo na memória.

Na época eu era major e, como já falei, assessorava o General Muricy, Chefe do Estado-Maior do III Exército. Acredito que posso historiar com alguma fidelidade a reunião realizada pouco depois da formatura. Naquela hora já era do conhecimento do comando de Área que a cúpula militar não admitia que o Vice-Presidente João Goulart assumisse o Poder como mandava a Constituição. Após a reunião, presidida pelo General Machado Lopes, poucos oficiais antigos do seu Estado-Maior permaneceram no QG. Constava que alguns oficiais superiores, simpáticos à orientação política do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, buscaram aproximação com aquele político, outros simplesmente se ausentaram do QG, possivelmente, por não concordarem com a posição assumida pelo Comandante.

---

[3] Parque Farroupilha, também chamado Redenção, a maior área verde no centro da cidade de Porto Alegre/RS, em frente ao Colégio Militar.

[4] Quartel-General.

Ainda na referida reunião, o General Machado Lopes deixou bem claro que estávamos diante de uma situação que nos obrigava a uma tomada de posição. Duas de suas afirmações definiram a sua decisão. Declarou:

– Minha posição é que devemos nos manter fiéis à Constituição; não é com boa vontade que aceitamos o senhor João Goulart na Presidência da República, mas ele foi eleito. Não podemos mais nos comportar como um Estado que age em favor de grupos ou de pessoas. Temos que obedecer às leis. Ficaremos fiéis à Constituição.

Em pouco tempo os fatos ocorridos no País deram origem, aqui em Porto Alegre, a um movimento político liderado pelo então Governador Leonel Brizola, conhecido por "Legalidade"!

Para caracterizar bem a posição assumida e o contencioso que se criou com o governo rio-grandense, o General Machado Lopes usava a seguinte figura: "O Governador do Rio Grande e nós do Comando do III Exército temos a mesma bandeira, todavia a seguramos em mastros diferentes."

Queríamos o cumprimento da lei mas não aceitávamos a forma como Brizola e todo o grupo que apoiava o Jango estava querendo impor. Nosso desejo era de que tudo ocorresse de acordo com a lei e sem confrontação violenta.

Após a evasão referida, sobraram poucos oficiais no QG. Lembro bem que ficaram o Weber (Carlos Aloysio Weber), o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), o Décio (Décio Barbosa Machado) e eu. Éramos todos oficiais há pouco egressos da ECEME. Talvez tenha me esquecido de algum, mas sei que éramos muito poucos e no momento só me lembro destes. Nós não entendíamos bem o que estava acontecendo. O quadro era confuso e meio misterioso. Nem eu, que estava junto ao General Muricy, sabia de muita coisa. Ele não se abria muito nesses problemas que envolviam aspectos políticos da conjuntura. Mas a nossa proposição sempre foi essa: devíamos cumprir a lei, nos identificar como uma Nação moderna, que respeita a sua Constituição. Estávamos cansados de rasgá-las e de proceder como se fôssemos uma republiqueta. Não nos interessava a pessoa do João Goulart. Se ele não desse certo, nós dispúnhamos de instrumentos legais para tirá-lo do Poder. Eu e muitos outros oficiais pensávamos assim. Mas realmente o Jango não nos agradava.

Vivemos esse ambiente tenso e confuso durante muito tempo. Fiquei 15 dias dentro deste QG sem sair, sem ver minha família, sem ir para casa. Neste meio tempo muitas coisas aconteceram. Mas vamos andar com cuidado para obedecermos a ordem cronológica dos acontecimentos.

Continuo o relato ainda me reportando ao tempo em que trabalhei como adjunto do General Muricy. Logo que houve o veto ao Jango Goulart pela cúpula do

Poder de Brasília, os famigerados "grupos dos onze" do Brizola começaram a se agitar, desfilando, desafiadoramente, aqui na frente do QG. Éramos vistos como inimigos. Eles não faziam concessões, não nos admitiam sequer como adversários, éramos considerados inimigos mesmo.

Em determinado momento o Governador Brizola assumiu o controle da Rádio Guaíba e de outras rádios no Estado. Não sei que artifício ele usou para criar a "Cadeia da Legalidade". Foi uma intervenção arbitrária e sem fundamento. Através da tal cadeia começou a ser transmitida uma propaganda progressivamente belicosa. Nós não queríamos nada disso. Então planejamos uma operação para atacarmos com uma força-tarefa a Ilha da Pintada[5] onde estavam localizadas as torres da Rádio Guaíba. Precedendo este planejamento já havíamos tomado várias medidas de precaução contra uma possível insurreição: mobilizou-se a Companhia de Guardas, a 6ª Cia PE (6ª Companhia de Polícia do Exército), um Esquadrão de carros do 12º R Rec Mec (12º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) – na época ocupando o quartel da Serraria. Deslocou-se uma fração do 3º BCCL (3º Batalhão de Carros de Combate Leve) de Santa Maria, que veio para cá por via ferroviária e ficou acantonada na Avenida Getúlio Vargas, naquela área onde antigamente eram realizadas as exposições de animais.

Dispúnhamos de todos esses elementos para a composição da força-tarefa que faria a ação contra as torres de rádio. Se não me engano, o Major Weber, de engenharia, é que ficou encarregado de trazer um esquadrão de carros, colocando-o no ponto lógico para emprego nesta ação aqui em Porto Alegre. Tudo isto foi coordenado pelo General Muricy. Tenho a impressão de que o Capitão Pedro Américo Leal – hoje vereador e na época o comandante da Companhia de Guardas – fez parte daquelas reuniões que planejaram o ataque à Ilha da Pintada.

Ao tempo em que as ameaças de confronto iam crescendo, as mensagens ficavam cada vez mais pesadas, chegando a haver alguns problemas com os comandantes das Grandes Unidades sediadas no Rio Grande do Sul. O Comandante da 3ª Região Militar era um coronel que respondia interinamente pelo cargo. Não recordo o nome dele, mas lembro que logo foi colocado para escanteio. E também não tenho certeza de se o Coronel Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil) chegou a assumir o comando da Região. Acho que não.

A tal operação planejada contra as torres da rádio acabou não saindo. O General Machado Lopes vetou-a. Talvez por ter participado da guerra, tentava evitar, de qualquer maneira, um confronto armado. Depois o conheci melhor e concluí que se tratava de uma pessoa muito humana. Ele sempre repetia:

---

[5] Ilha do Guaíba, rio que banha a cidade de Porto Alegre/RS.

– Se nós fizermos alguma coisa fora da expectativa, vamos acender o estopim de uma guerra civil. Não podemos dar o primeiro tiro.

Na verdade tudo se armava para isso. Eles – os grupos incitados pelo governador – do lado de lá, e nós, do lado de cá, estávamos prontos para nos enfrentarmos, se necessário.

O General Machado Lopes logo que se definiu, pediu aos grandes comandos subordinados que o apoiavam que permanecessem no cargo, e àqueles contrários à sua posição que saíssem. O General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo), Comandante da 5ª RM (5ª Região Militar), e o General Beviláqua (Pery Constant Beviláqua), Comandante da 3ª DI, apoiaram a posição do General Machado Lopes. Já não me lembro bem quem eram os comandantes de DC (Divisão de Cavalaria). Parece que em Uruguaiana era o General Ênio Garcia (Ênio da Cunha Garcia), tido como brizolista. Em Santiago comandava a 1ª DC o General Oromar Osório, conhecido como um oficial populista, que apoiou a alternativa de ficar ao lado do seu amigo Brizola. Quem comandava Bagé era o General Ribeiro Paz (Alberto Ribeiro Paz) com quem não houve problema.

Santa Maria foi um caso um pouco diferente pois o Comandante da 3ª DI, General Pery, chefe muito conceituado no Exército, se antecipou ao III Exército na defesa da Constituição e, logicamente, concordou com a decisão do General Machado Lopes. A 3ª DI era uma peça-chave do esquema da força terrestre no Rio Grande do Sul. Em resumo, todas as Grandes Unidades do III Exército apoiaram a posição do General Machado Lopes.

A esta altura dos acontecimentos, o Ministro da Guerra e o Alto Comando continuavam forçando a situação e davam ordens no sentido da adoção de medidas que impedissem o Vice-Presidente João Goulart de assumir a Presidência da República. Por causa desta discordância aconteceu uma cena que me marcou muito. Eu ainda era adjunto do General Muricy. O Chefe-de-Gabinete do Ministro da Guerra, General Orlando Geisel, avisou que ia ser transmitida uma ordem importante ao comando do III Exército. O General Machado Lopes mandou o General Muricy à estação de rádio e ele me levou junto para que eu anotasse tudo. Estavam presentes, o coronel que comandava interinamente a 3ª Região Militar, e mais alguns oficiais cujos nomes não lembro.

A importante e controvertida mensagem recebida previa medidas de repressão e que, se necessário, deveríamos agir em força contra o Palácio Piratini. Sempre houve desconfiança sobre a existência desta determinação do escalão superior. Fui testemunha da ordem expedida pelo Gabinete do Ministro. Eu a ouvi sendo transmitida pelo rádio.

Por causa daquela determinação recebida de Brasília eclodiram confrontos internos na Quinta Zona Aérea[6]. O Major Etchegoyen foi designado para intervir na Base Aérea e acalmar os ânimos. Estavam ocorrendo prisões de sargentos e também o inverso: em algumas Unidades os sargentos prenderam os oficiais. Algo totalmente confuso e difícil de entender.

É a primeira vez, depois de trinta e tantos anos, que estou falando sobre estes acontecimentos. Nunca comentei estes fatos nem com as pessoas mais próximas, nem com meus colegas. Às vezes me dá vontade de escrever alguma coisa sobre aqueles dias tumultuados, mas não disponho de documentos que comprovem a autenticidade das minhas lembranças. Tenho ainda um relatório e um boletim confidencial que eu mesmo datilografei por ordem do General Machado Lopes para ser distribuído aos generais do III Exército. Guardo também uma carta que o General Muricy me escreveu depois que ele viajou para o Rio de Janeiro.

Passarei agora a relatar as duas viagens do General Muricy a Brasília, outro fato com muitas versões. O General Machado Lopes foi convocado para ir à capital a chamado do ministro, mas o General Muricy convenceu-o a não ir:

– Se o senhor for, não volta, ficará preso.

O Comandante do III Exército, naquela hora, já havia tomado sua atitude constitucionalista, em desacordo com a posição da alta cúpula da Força. Não tinha ido ainda ao Palácio Piratini mas, provavelmente, o Brizola já sabia da sua decisão. É importante lembrar que tínhamos militares simpáticos ao governador. No entanto é bom ressaltar que a maior parte dos militares legalistas, mesmo coincidentes na defesa da posse do Jango, via o Brizola com desconfiança. Por isso a atitude tomada mais tarde pelo general de ir ao Palácio nos surpreendeu. Como já falei, ele costumava dizer:

– Temos a mesma bandeira do Brizola, mas a seguramos em mastros diferentes.

Voltando ao episódio das viagens do General Muricy. A situação ficava cada vez mais delicada, parecia perigosa até, depois que o General Machado Lopes recusou a convocação da cúpula militar para ir a Brasília. Ele, então, designou o seu Chefe do Estado-Maior, que tinha trânsito livre na Capital Federal, para falar com o ministro. E o General justificou sua decisão:

– Se eu corro o risco de ser preso ao atender o chamado do ministro, então não vou, vai você.

O General Muricy viajou para Brasília, informou ao Ministro e ao Alto Comando sobre a situação que estávamos vivendo aqui no Sul e retornou. Em conseqüência da situação tensa, os vôos para o centro do País começaram a rarear e lembro que ele

---

[6] Hoje V Comar (Quinto Comando Aéreo Regional).

voltou no último vôo regular que a Varig fez naquele dia. Fui apanhá-lo no aeroporto. O General saiu do avião, entrou no automóvel e eu o levei diretamente para a casa onde estava hospedado o Comandante do III Exército, na Rua da República. Não sei de quem era a casa. O General Machado Lopes estava tomando certos cuidados porque havia boatos e ameaças de atentados contra a sua pessoa por parte dos "grupos dos onze". Como medida de segurança, ele desocupou a casa funcional da Cristóvão Colombo e estava hospedado, junto com a esposa, em uma residência na Cidade Baixa.

Sempre é bom relembrar que vivíamos uma situação perigosa de bipolaridade e só não tivemos uma guerra civil graças à atuação do General Machado Lopes. Este é o meu ponto de vista depois de ter participado intensamente dos acontecimentos daqueles dias turbulentos. Acusam o General de várias fraquezas, mas, depois daquela nossa curta convivência, afirmo, sem medo de errar, que ele era uma figura excepcional, um homem religioso e que não admitia a hipótese de vir a ser o responsável por uma crise que degenerasse em violência inútil. Queria somente que as leis fossem cumpridas. Então se fixou nessa idéia e defendeu-a sem demonstrar qualquer interesse em obter vantagens próprias. Ele só desejava que houvesse seriedade, bom senso e que se achasse uma saída honrosa para o problema que estávamos vivendo aqui no Sul. Talvez por isso, surpreendentemente, sem consultar ninguém, ele resolveu ir visitar o Brizola, dando uma demonstração de que era tão legalista quanto o governador. Mas havia uma diferença crucial: o político tinha interesses subalternos e o General Machado Lopes não, como bem demonstrou nos anos que se seguiram, até a sua transferência para a reserva.

Retomando o assunto, como já falei, trouxe o General Muricy do aeroporto até a tal casa. Lá já se encontravam o General Machado Lopes e a senhora dele. Não vi outra pessoa mas acredito que o ajudante-de-ordens estivesse em outra dependência da casa. Inicialmente os dois generais se isolaram em uma peça, mas logo em seguida o General Muricy veio me chamar para testemunhar o encontro. Eu Major, assistindo os dois conceituados chefes a debaterem as possíveis soluções para os problemas daquele momento histórico do Brasil. Sentia-me ali constrangido e embaraçado. O que eles falaram antes eu não sei, mas a partir daquele momento escutei toda a conversa deles. Ouvi coisas que um militar do nível deles só diz reservadamente um para o outro, nunca diante de outras pessoas. Houve até algumas críticas aos homens do Poder central, não censura às pessoas, mas desaprovação do comportamento e das atitudes tomadas com relação à situação aqui no Sul, uma vez que, à distância, não possuíam todos os elementos para análise e nem poderiam sentir o clima tenso que aqui se vivia.

O General Muricy relatou toda a sua viagem a Brasília. Tive a impressão de que o General Machado Lopes, ao longo da conversa, sentindo que o desacordo com o seu Chefe de Estado-Maior era irreversível, recomendou a ele:

– Muricy, você é um general novo, não entre nesta canoa furada em que eu estou embarcando. Acho que vou afundar com ela por aqui. Veja bem o que vai fazer, você não é obrigado a naufragar comigo.

Gravei na memória quase todo o diálogo que ouvi naquele dia e esta parte da conversa dos dois generais foi o que mais me impressionou. A imagem daquele momento permanece no meu subconsciente até hoje. O General Machado Lopes, provavelmente, notou que o seu Chefe do Estado-Maior voltara impregnado com as idéias e soluções de Brasília. Talvez, em razão do que ele tomou conhecimento por lá ou, quem sabe, por estar convencido de que a resistência seria um desastre, tendo em vista a fraqueza do dispositivo militar que defendia a legalidade. Pressentindo que não poderia mais contar com o apoio de seu Chefe do Estado-Maior, liberou-o do cargo.

Nenhum dos dois, na minha presença, falou nisso abertamente. Mas creio que este conflito de idéias foi percebido por eles. Eu, menos informado sobre o assunto, até certo ponto não entendi a importância do fato histórico que estava presenciando. Dentro daquela sala fechada, em determinados momentos, houve decisões e tomadas de posição da maior importância para a vida de cada um dos dois generais que ali estavam discorrendo sobre o destino do Brasil.

O General Muricy aceitou o conselho do Comandante do III Exército. Viemos para o QG, ele deu algumas ordens e me encarregou de pagar contas que estavam por vencer e de resolver uns poucos assuntos particulares dele por aqui. Disse para eu ir à noite na sua residência a fim de acertarmos os detalhes finais da viagem. Mesmo sabendo do projeto do General Muricy, não podia imaginar que tivesse intenção de partir tão rapidamente. Depois que nos despedimos, sem que eu soubesse, ele providenciou dois carros, já bem usados, pegou os filhos, a esposa, juntou tudo o que podia de roupas, de coisas mais necessárias e se tocou para o Rio. Foi inicialmente para Florianópolis, cuja Guarnição era manifestamente contrária ao movimento legalista do Rio Grande do Sul. O oficial mais antigo no Estado de Santa Catarina era o Almirante Comandante do Distrito Naval. O Coronel Pinto da Luz (Sylvio Pinto da Luz) comandava o Regimento de Infantaria de Florianópolis. Era sabido que tanto o almirante como o coronel não compactuavam com a posição do General Machado Lopes sobre a sucessão presidencial. Por conseguinte, aquela era uma área um tanto hostil ao III Exército e a mais segura para o General Muricy garantir o prosseguimento da viagem.

À noite, quando cheguei à casa dele, a residência funcional onde mora até hoje o Chefe do Estado-Maior do CMS, no bairro Petrópolis, encontrei-a fechada, ninguém atendia. Fiquei intrigado e falei comigo mesmo:

– O general me manda passar aqui a essa hora, chego e não encontro ninguém. O que estará acontecendo?

No outro dia tomei conhecimento de que ele viajara logo após sair do QG. Mais tarde, escreveu-me uma longa carta – eu a tenho até hoje – explicando por que apressou a sua partida de Porto Alegre.

O General Machado Lopes ficou ressentido com o General Muricy?

Não, os dois eram amigos e, que eu saiba, mesmo depois daqueles fatos, continuaram se relacionando bem. Nunca soube que o General Muricy tenha falado alguma coisa contra o seu ex-comandante. Acho que aceitou o conselho do General Machado Lopes por causa de suas fortes convicções políticas. Ele era um oficial muito visado por ser um chefe antigetulista. Se tivesse ficado por aqui segurando junto com o seu chefe a mesma bandeira do Brizola, ainda que com mastros diferentes, estaria contrariando suas convicções e sua carreira estaria em risco.

Depois da saída do General Muricy, fiquei praticamente sem função. O General Machado Lopes isolado, e sem auxiliares, convocou-me e fez a seguinte pergunta:

– Major Harry, o senhor aceita ser meu assistente?

Fiquei surpreendido com o convite e respondi:

– General, sou militar e estou aqui para cumprir ordens. Será uma honra trabalhar diretamente sob o seu comando.

Ele me mandou ocupar a sala ao lado da sua. Acho que o cargo de assistente estava vago desde a chegada dele ao III Exército, não me lembro desse detalhe. Eu não costumava freqüentar aquela área do QG. Então, em uma situação difícil, sob a ameaça de uma guerra civil, passei a ser o assistente do Comandante do III Exército. Fiquei encarregado de atender aqueles que o procuravam e organizar a correspondência. Quanto às visitas ao General Machado Lopes, o serviço era pouco: ele não era procurado por muita gente. Sentia-o tenso. À noite, no seu quarto de dormir, uma dependência toda acortinada anexa ao gabinete, ele andava de um lado para outro. Por diversas vezes o vi caminhando no seu aposento, lendo a bíblia que levava nas mãos. Fazia questão de demonstrar que não era um homem que agia por impulsos, através de atos impensados e ignorando os limites do bom senso. Caracterizava-se por ser justamente o contrário deste tipo de gente: era uma pessoa muito sensata, com um elevado espírito humano e valorizava por demais a família.

Ele me encarregou de organizar toda a correspondência – rádios, ofícios, mensagens etc. – trocada com os Grandes Comandos naquele período. Queria tudo rigorosamente na ordem cronológica. Fui então arquivando todos os documentos expedidos e recebidos de acordo com a determinação do chefe. Naquelas pastas ficou registrada a história de tudo o que aconteceu naqueles dias agitados de agos-

to e setembro de 1961. O boletim que publicou o resumo do trâmite das principais mensagens e dos fatos ocorridos na época foi classificado como reservado, e cópia dele foi encaminhada a todos os generais do III Exército.

Aconteceu com este documento algo que talvez eu não devesse falar: o referido boletim sigiloso chegou às mãos do governador. Acredito que sei quem fez isso, mas prefiro não citar o nome, já que não tenho como comprovar minha suspeita. O Brizola logo ficou sabendo tudo que ocorrera nos bastidores do comando do III Exército. Mais tarde, saiu até uma reportagem na revista *O Cruzeiro*, transcrevendo trechos que constavam do citado Boletim Reservado.

A ida do General Machado Lopes ao Palácio Piratini foi para confirmar que o Comandante do III Exército estava solidário com o governador?

Não foi bem assim. Havia apenas coincidência de idéias. Na mídia deturparam os fatos dizendo que ele deu as mãos ao governador. A atitude do General Machado Lopes ao visitar o Governador Brizola também me surpreendeu. Eu não sabia que ele tinha tomado esta decisão. Também não o acompanhei na ida ao Piratini. Ele, ou foi sozinho, ou com o seu ajudante-de-ordens. Este detalhe eu não sei.

Naqueles dias, vivíamos intensamente a perspectiva de um confronto armado. Tanto que foi organizada uma força-tarefa que saiu daqui e chegou até Lages[7], uma outra foi de Cruz Alta para Vacaria[8], e a 1ª DC de Santiago se deslocou para Passo Fundo. Expedimos ordens para a 5ª RM/DI (5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria) ocupar a fronteira com São Paulo. Esta possibilidade de enfrentamento na fronteira do Paraná, mais tarde, teve uma repercussão pessoal muito curiosa. Em seguida fui convidado para ser o instrutor-chefe do curso de infantaria da AMAN em Resende. O Subcomandante da Academia, na época, era o Coronel Walter de Menezes Paes, meu amigo desde outras paragens e fases de nossas vidas. Eu o admirava e o apreciava muito. Quando cheguei na AMAN ele costumava brincar comigo:

– Pois é, tu estavas do lado de lá e eu do lado de cá. Nós estivemos prestes a entrar no Paraná com uma coluna e iríamos esmagar vocês.

Ainda bem que nada disso ocorreu. Seria o que de pior poderia ter acontecido para o Brasil. Por isso valorizo muito a atuação do General Machado Lopes pelo esforço que ele envidou no sentido de evitar uma guerra civil. Na área do III Exército, estivemos no limiar de uma conflagração e o que poderia acontecer era imprevisível.

---

[7] Cidade catarinense, na divisa com o Rio Grande do Sul que, na época, sediava o 2º B Rv (2º Batalhão Rodoviário), Unidade de Engenharia.

[8] Cidade gaúcha na fronteira com Santa Catarina que, na época, sediava o 3º B Rv.

É válida a impressão de que o General Machado Lopes, a partir de certo momento, ficou praticamente isolado?

Sem dúvida isto aconteceu! O III Exército ficou isolado e o General Machado Lopes sem quase ninguém. A pressão mais forte era do Ministério da Guerra que chegou a destituí-lo do comando mas ele não obedeceu e permaneceu no cargo. O General não só ficou sozinho, como sofreu um desgaste muito grande no âmbito da Força, mesmo depois de o confronto ter acabado. Para mim, o juízo de que o Comandante do III Exército fraquejou diante da pressão política do Piratini é absurdo e uma tremenda injustiça.

Vou relatar uma passagem ocorrida na Alemanha, da qual participei e que está relacionada com a atuação do Exército nos confrontos de 1961. Eu estava por lá, logo após o término do curso, pronto para voltar, quando houve uma visita de um grupo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Generais, almirantes, políticos, diplomatas, desembargadores etc., faziam uma viagem de estudos pela Europa. Entre os membros da comitiva estava o General Rolim (Ignácio de Freitas Rolim), um chefe que eu admirava muito. Ele fora presidente da Liga de Defesa Nacional, era um patriota, um infante de escol, um homem que eu considerava um exemplo como militar.

Por ocasião da passagem da comitiva pela Alemanha fui convidado para participar da viagem pela França, Espanha e Portugal. Durante o percurso conversei muito com o General Rolim, um oficial, como já falei, de muito prestígio no Exército. Contei-lhe passagens e fatos que eu assisti, alguns dos quais de que ele também participou, naquele tumultuado ano de 1961. O General ouvia tudo com atenção e sempre repetia:

– Se não fosse o Machado Lopes, teríamos enfrentado uma guerra civil.

Em todas as nossas conversas o general reafirmava este seu ponto de vista. Foi um dos poucos generais que se interessou em ouvir a minha experiência de 1961 e que, ao abordar aqueles fatos, defendia o General Machado Lopes, que evitou uma intervenção militar, já que a crise era essencialmente política.

Esta oportunidade de poder expressar minhas impressões sobre o General Machado Lopes está sendo gratificante para mim. A imagem que guardo dele é a de um homem sensível e equilibrado, imune ao radicalismo que domina algumas pessoas nas confrontações internas, principalmente nos países mais frágeis. Conhecemos bem as ameaças que pesam sobre o bloco dos subdesenvolvidos: o comunismo – essa mistificação – a corrupção, a violência e tudo o mais que acompanhamos neste nosso Brasil.

Ao combater estes males, esquecendo a componente humana, ensejaremos que o enfrentamento das idéias se torne mais agressivo, comprometendo a razão e

o bom senso. Então, tudo piora, se desagrega, e vem abaixo. Temos que entender estas situações complexas e não nos deixarmos levar só pela emoção, pelo impulso. O General Machado Lopes, no episódio de 1961, foi um desses iluminados. Soube, sensatamente, pesar as ameaças e tomar uma decisão que eu julgo tenha sido a mais adequada para aquele momento difícil. Com equilíbrio e bom senso, não se deixou levar pela emotividade nem pela força do poder central, especialmente do ministro da Guerra e do pessoal dos Gabinetes do Rio e de Brasília. Ele não se intimidou com isso nem com a pressão do Governador Brizola e tomou a atitude que julgou melhor para o País.

Lembro que, antes de ele deixar o comando, datilografei o documento no qual ele indicava ao Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara e interinamente Presidente da República, o General Segadas Vianna (João de Segadas Vianna) para ser o novo Ministro da Guerra. Queriam que o próprio General Machado Lopes fosse o ministro, mas ele não aceitou. No dia 24 de outubro de 1961, o General Machado Lopes passou o comando do III Exército ao General Penha Brasil (Nestor Penha Brasil) e foi para o Rio de Janeiro onde assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército. Depois de passar aquela função para o General Castello Branco, Machado Lopes foi para a reserva como marechal, em 1964. Faleceu em março de 1990.

Não tive mais notícias dele quando na inatividade. Entretanto, no curto espaço de tempo em que convivemos, constituiu-se motivo de orgulho para mim poder ser leal a um chefe sensato, equilibrado e competente, assessorando-o em um dos momentos mais difíceis de sua carreira.

Com estas palavras finais em que enalteço a figura do General Machado Lopes, encerro meu depoimento sobre os tumultuados anos da primeira metade da década de 1960.

Agradecemos ao General Harry Schnarndorf sua valiosa colaboração à pesquisa sobre a história da Revolução de 1964. A reconstituição do ambiente vivido no QG do III Exército nos primórdios daquele movimento, em agosto e setembro de 1961 é da maior relevância para o entendimento, não só da Revolução, como, também, dos riscos e angústias que envolveram a participação da Força em episódios políticos de caráter partidário. Foi mais uma aula, mais um ensinamento do nosso estimado mestre.

General-de-Divisão Adolpho João de Paula Couto

O General Adolpho João de Paula Couto nasceu em Porto Alegre, RS, em dezembro de 1913. Foi aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, de onde saiu para ingressar na Escola Militar do Realengo, RJ, e declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em janeiro de 1934.

Como oficial subalterno e Capitão, serviu no 1º GO 105 (RJ), no 4º GA 75 Cav de Uruguaiana, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre e 13º GO 105 de Cachoeira.

Ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1946 e, concluído o curso, foi nomeado instrutor daquela escola, função que exerceu até 1960, com uma interrupção de dois anos (1955 e 1956), período em que cursou o Command And General Staff College no Kansas, EUA.

Quando houve a renúncia do Presidente Jânio, o Coronel Paula Couto estava no Comando do 6º Regimento de Obuses de Cruz Alta, RS. Embora reconhecido como adversário das esquerdas, defendeu a posse do Vice-Presidente eleito. Prevaleceu o espírito legalista do militar. Comandou o GT Cruz Alta que se deslocou para Vacaria com a missão de participar de eventuais ações no nordeste do Estado. Na época da Revolução estava na 30ª Circunscrição de Recrutamento em Campo Grande, para onde fora transferido por motivos políticos.

Promovido a General-de-Brigada em 1966, foi nomeado Comandante da AD/3 e depois Diretor de Moto. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, como General-de-Divisão, a 6ª Divisão de Exército, de onde foi transferido para a reserva, a pedido, em maio de 1974.

Estudioso de longa data de temas profissionais e da doutrina de emprego da guerra subversiva pelo comunismo internacional, publicou sobre estes assuntos vários livros, a saber: "Quatro Perfis de Chefia", "O Desafio da Subversão", "Revolução de 1964; a Versão e o Fato", "A Face Oculta da Estrela" e o "PT em Pílulas".

O General Paula Couto impôs-se ao longo de sua carreira como um defensor dos princípios da democracia, e hoje, com 89 anos, continua combatendo a subversão com o vigor de um jovem.

Entrevista realizada em 25 de outubro de 2000.

Hoje teremos o prazer de ouvir o depoimento do General Adolpho João de Paula Couto. Nosso entrevistado é um estudioso e profundo conhecedor da Revolução de Março de 1964. Tem vários livros publicados sobre a matéria, obras consideradas indispensáveis para a análise e entendimento daquele episódio político-militar. Com a palavra o General Paula Couto.

Agradeço as suas palavras e confirmo que realmente sou um estudioso dos problemas da nossa história recente. O senhor tem nas mãos o livro "Revolução de 1964; a Versão e o Fato" que escrevi sobre esse assunto, muito preocupado com a eficiência da campanha de desmoralização daquele Movimento que vem sendo feita há muito tempo.

Seguindo o roteiro das perguntas, vou falar inicialmente de como vejo e interpreto as causas da Revolução de 1964. Há uma causa remota que não me recordo se abordei nos meus livros: a eleição de um Presidente da República, Senhor Jânio Quadros, e de um Vice, João Goulart, que esposavam ideologias antagônicas e não estavam coligados. Naquela época cometeu-se esse grande equívoco, posteriormente corrigido. Hoje o presidente e o vice-presidente, mesmo sendo de partidos diferentes, são eleitos em chapa única através de uma coligação.

Então, era previsível que aquela ideologia que foi sufragada por grande maioria, com a eleição do Presidente, seria suplantada, no caso da vacância do cargo, por uma ideologia oposta. Ainda que o Jango não fosse um comunista, realmente era um parceiro e um aliado ostensivo e atuante do "partidão". Aquela república sindicalista que ele pretendia instalar representava a tentativa da conquista do Poder pelas esquerdas brasileiras. Depois de libertos de Jango, de Brizola, e de toda essa turma, eles passariam então para a fase definitiva da conquista do Poder. Esta é a causa remota. Vale a pena as causas imediatas – que cito no meu livro – serem rapidamente recapituladas.

Havia um clima de subversão generalizada em função dessa postura de conivência com os comunistas por parte do Presidente da República. Essa era uma causa clara e suficiente para a eclosão do Movimento de Março de 1964. A posição comprometedora do Jango culminou com aqueles três conhecidos e lamentáveis fatos pré-revolucionários: o comício da Central do Brasil, a revolta dos marinheiros que se refugiaram no Sindicato dos Metalúrgicos e, finalmente, aquele almoço oferecido pelo Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar ao Presidente, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Neste último acontecimento, ele cometeu a imprudência de, primeiro, comparecer, contrariando a opinião de seus assessores mais pragmáticos, e, segundo, colocar-se francamente ao lado dos subtenentes e sargentos, contra os oficiais. Essa foi a gota d'água que praticamen-

te provocou a eclosão do Movimento considerado prematuro por alguns grupos conciliatórios que julgaram não ser ainda ocasião para deflagrá-lo.

Também teve influência decisiva aquela nota do General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, documento muito oportuno e inteligente, interpretando a real função constitucional das Forças Armadas, que não consistiria em apoiar um governo e sim resguardar os interesses maiores das instituições democráticas. Indiretamente, foi uma advertência. Alertou os detentores do Poder que eles perderiam apoio das Forças Armadas desde o momento em que ultrapassassem os limites constitucionais como estavam começando a fazer.

A indagação seguinte é se do meu ponto de vista houve uma preparação para a Revolução, se ela foi coordenada, ou se eclodiu espontaneamente? Eu diria que nem uma coisa nem outra. Ou, melhor dizendo, um pouco de cada coisa. O Movimento não foi coordenado porque não havia comando dos grupos conspiratórios. Os principais deles reuniam-se em torno dos ex-Ministros militares liderados pelo Marechal Denys. Uma vez restabelecido o presidencialismo, eles se consideraram desobrigados de obedecer ao pacto que tinham feito para aceitar a posse do Jango. Sob o regime parlamentarista ele assumiu o Governo sem os amplos poderes do presidencialismo. Com o apoio da máquina administrativa foi fácil convencer o eleitorado no sentido de votar no plebiscito pela volta ao presidencialismo. A partir daquele momento, uma parcela representativa dos militares se sentiu descompromissada do pacto que tinha feito para a posse de Jango. Então, começou a conspiração.

Outro grupo formou-se em torno do General Mourão, um velho conspirador que nessa época estava no comando da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI) sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais. Este grupo do General Mourão não tinha ligação mais estreita com o pessoal do Marechal Denys, não havia coordenação. No período que antecedeu março de 1964, temos de ressaltar a preparação psicológica. Falo isto porque, neste campo, participamos – ativa ou passivamente – do preparo do Movimento.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, através do seu Estado-Maior, tomavam conhecimento daqueles fascículos mensais sobre cultura militar que descreviam pormenorizadamente as técnicas da guerra revolucionária empregadas pelos comunistas na Argélia e Indochina. Quem estudasse o assunto, como nós, logo identificaria presentes na subversão comunista do Governo Jango aquelas mesmas técnicas. Praticamente em todos os escalões do Exército, em todas as Guarnições, promoviam-se palestras e ministravam-se cursos sobre guerra revolucionária, mostrando às elites e à sociedade em geral as dimensões do perigo que

enfrentávamos, sempre estabelecendo comparação com o que acontecera naquelas possessões da França.

Um importante político que cooperou decisivamente no preparo da Revolução – estudou e habilitou-se para isso – foi o Deputado Bilac Pinto. Na Câmara dos Deputados, desencadeou uma batalha denodada esclarecendo o Legislativo sobre a guerra revolucionária. Pronunciou vários discursos sobre o tema, identificando os procedimentos do Governo Goulart com os exemplos históricos da tomada do Poder pela subversão. Bilac Pinto escreveu um livro, "A Guerra Revolucionária", onde expõe suas idéias e seus discursos daquele período. Ele era apoiado dentro do Congresso pelo grupo chamado "Ação Democrática".

Como preparação da Revolução de 1964, é isso o que me ocorre. Devo apenas lembrar que o General Mourão antecipou-se na data do início do Movimento, em razão dos três fatos culminantes do mês de março que já citei. Aproveitou-se do momento e adotou-se corajosamente uma atitude decisiva, na qual foi apoiado pelo grupo conspiratório do Rio. Assim que foi definida a reação de Minas ao Governo Goulart, o Marechal Denys foi para Juiz de Fora e lá entrou em ligação com o General Mourão, com o Governador Magalhães Pinto, com o General Carlos Guedes e com outros líderes civis e militares. Na hora da descida das tropas, ele convidou o General Muricy – que pertencia ao grupo conspirador do Rio – para ser comandante da vanguarda, como de fato aconteceu.

Esses grupos de que falei, evidentemente, contribuíram muito para o sucesso do Movimento. Além do Marechal Denys, na época ex-Ministro da Guerra, participaram da conspiração os outros dois ex-Ministros militares: o Almirante Rademaker, da Marinha, e o Brigadeiro Márcio Souza Mello, da Aeronáutica. Estavam também engajados no Movimento os Generais Costa e Silva, Ulhoa Cintra, Aragão, Syzeno e muitos outros cujo nomes não recordo mais. Um que não estava era o Marechal Castello Branco, ele não tinha gosto por tramas conspiratórias. Também já mencionei o Deputado Bilac Pinto e o grupo "Ação Democrática" que muito cooperaram na fase preparatória do Movimento.

Quem mais poderia citar? A grande imprensa da época colaborou muito com o Movimento. Eram evidentes os sinais de decomposição do Governo Goulart e a mídia batia forte no Presidente e seu grupo, ajudando a causa da Revolução. Impulsionado pelo General Golbery, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) fez um trabalho muito grande, sobretudo junto às classes empresariais. Decisiva também foi a participação da família brasileira através daquelas grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Era impressionante ver aquelas senhoras marchando decididamente pela

rua, de terço na mão, entoando suas orações e representando uma opinião da sociedade brasileira contra aquele estado de coisas. Acredito que esses foram os elementos que mais contribuíram para a eclosão da Revolução.

Ainda como colaboradores devo acrescentar a ação da Igreja. Ao contrário de hoje, quando, infelizmente, ela se acha dominada pela ala progressista partidária do PT, o clero nos ajudou sobremaneira. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atualmente é adepta da Teologia da Libertação, que eles pretendem chamar de aliança do cristianismo com o marxismo, abandonando a postura espiritual de Deus, no sentido vertical. Adotando uma atitude horizontal, prioritariamente preocupada com necessidades sociais, puramente temporais, a Igreja se deteriorou. Nos dias atuais está voltada para problemas ideológicos, está politizada e esquerdizada. Os cristãos marxistas na realidade são marxistas puros, pensam e agem como comunistas. Mas em 1964 ela ainda estava praticamente monolítica e apoiou a Revolução.

No que diz respeito às resistências que a Revolução teria enfrentado, considero que a maior delas deriva da tradição e cultura legalista das Forças Armadas. Muitos oficiais se queixavam das pressões sofridas para que o Exército fizesse alguma coisa contra o Governo. O General Rodrigo Otávio Jordão Ramos uma vez declarou que senhoras chegavam a ele e indagavam:

– Afinal, o que os senhores estão esperando para agir?

Parece que o Exército, mesmo apegado a essa tradição legalista, tinha plena certeza de que algo iria ocorrer, alguma coisa que mostrasse realmente o que o povo brasileiro desejava e esperava que surgisse naquela conjuntura adversa. Admitia até que houvesse uma reação contra o Poder constituído, o que acabou acontecendo. Primeiro, como resultado daqueles fatos já citados, lembrando que o Presidente da República agredira de frente a hierarquia e a disciplina, fundamentos básicos da existência e sobrevivência das Forças Armadas. Depois, pela ação daquelas senhoras nas memoráveis Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Vitoriosa a Revolução – com relativa facilidade – o que se esperava dos novos governantes? Uma vez instalados os governos revolucionários, desejávamos o restabelecimento da ordem e da austeridade na administração pública. Queríamos, se possível, a erradicação – o que seria o ideal – da subversão e da corrupção. Nosso objetivo era conduzir o Brasil no rumo do desenvolvimento integrado em todos os setores do Poder e dentro de uma trilha genuinamente democrática. O que se esperava dos governantes era isto e foi o que eles procuraram realmente fazer. Muito foi alcançado mas houve algumas falhas. Um dos maiores erros do Movimento ocorreu no campo político. Depois de instalada a Revolução, para

institucionalizá-la politicamente, tentou-se reduzir aquela enorme quantidade de partidos existentes, uma situação realmente indesejável, a somente dois.

Como acontece até hoje, faltava representatividade a um grande número das siglas existentes. Mas havia tendências na nossa conjuntura política que teriam de ser abolidas se ficássemos reduzidos ao bipartidarismo. Basicamente, entre os seus integrantes havia os revolucionários de 1964, os oposicionistas não comunistas e os comunistas. Como é que só dois partidos poderiam compor o nosso quadro político? A Aliança Renovadora Nacional (Arena) uniu os indesejáveis fisiológicos com aqueles que realmente seriam defensores da Revolução, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi obrigado a acolher comunistas e oposicionistas democráticos. Não havia outro lugar onde os marxistas e a esquerda radical pudessem se grupar. Então o que aconteceu? A agressividade reconhecida dos militantes esquerdistas, nessa altura estimulada pelo seu afã revolucionário, quase uma religião sem Deus, fez com que eles dominassem o partido da oposição, o MDB. Houve um momento em que não se sabia distinguir o que era subversão e o que era oposição legítima. Esta última se fazia sentir de uma maneira, podemos dizer, não revolucionária, mas, no máximo, através da palavra candente de alguns políticos.

Muitos líderes oposicionistas, alguns deles ainda estão por aí, nunca foram comunistas. O bipartidarismo obrigou-os a conviver e a ficarem praticamente associados a muitas teses dos esquerdistas radicais. Acabou que o MDB, no seu conjunto, teve que, implicitamente, apoiar a subversão e até o terrorismo. E os seus integrantes não comunistas viam esses segmentos aos quais estavam aliados, não como agitadores, subversivos ou elementos interessados em levar o Brasil para a órbita de Cuba ou da União Soviética. Eles viam aqueles políticos como combatentes da mesma causa e cujo objetivo maior era a volta à normalidade democrática.

Tanto eles quanto nós não conseguíamos distinguir a oposição da subversão. Esse foi um problema realmente muito sério e difícil para a condução das ações políticas pelos governos da revolução. E o terrorismo está incluído na parte nebulosa daquela miscelânea ideológica. Muitos daqueles antigos oposicionistas eram realmente democratas, faziam oposição obedecendo aos princípios democráticos. Eles sobreviveram aos atos institucionais, não foram atingidos pelas cassações porque a Revolução considerou que eles não eram subversivos. É o caso de Pedro Simon, de Brossard e de muitos outros.

Obedecendo ao nosso roteiro, farei algumas observações pessoais sobre os governos revolucionários os quais apresentaram muitas características comuns. Havia uma homogeneidade evidente nos procedimentos, somente alterada pela

marca pessoal de cada um, algo inevitável. Nesse quadro de identidades cito como primeira qualidade comum a desambição. A Revolução estabeleceu governos sucessivos, limitados no tempo. O Presidente Castello Branco pretendia apenas completar o tempo de João Goulart. Depois se viu que aquilo não seria bom para o País e ele concordou em prolongar um pouco mais o seu mandato. Ainda assim foi o governo mais curto desse período.

Em segundo lugar, no período revolucionário foi proibida a reeleição que hoje, na chamada fase da redemocratização, está implantada. Então não havia a possibilidade do surgimento de caudilhos, aqueles que assumem o Poder e ali ficam até as suas expulsões ou suas mortes, como é o caso de Fidel Castro, o ditador imutável de Cuba. Quarenta e tantos anos o mesmo presidente no Poder. Na nossa Revolução não se possibilitou este tipo de continuísmo.

Outra característica dos generais presidentes foi a austeridade, virtude reconhecida até pela mídia. Quando perguntaram ao presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, por que apoiava a Revolução, ele foi categórico:

– Eu vejo nesses presidentes militares, além de muita austeridade, um notável espírito público.

Considero correta a observação do empresário, inclusive porque o espírito público é outra qualificação destacada dos presidentes da Revolução. Para eles não prevaleciam os interesses de grupos, ou interesses pessoais. A primeira preocupação deles eram os problemas nacionais, que procuraram resolver da melhor forma possível.

Por último quero destacar a seriedade dos nossos presidentes revolucionários, com pequenas restrições para o último deles, quando essa virtude às vezes foi arranhada. Também era comum nos presidentes a idéia de retorno à normalidade democrática e o sonho de cada um era de que “ele”, o que estava no Poder, fosse o responsável pelo retorno à democracia. Essas são as características comuns que vejo nesses presidentes.

Vamos agora falar no terrorismo. É uma agressão que para ser combatida exige operações antiterroristas igualmente violentas. Eram então duas violências que se defrontavam: a conhecida fúria terrorista, já plenamente demonstrada no mundo inteiro, e aquela praticada pelo antiterrorismo que não se poderia conceber como uma reação branda, de acordo com as medidas profiláticas recomendadas pelos Direitos Humanos. Esta confrontação foi crescendo e aí realmente surgiram os excessos conhecidos por todos. Mas era uma situação de guerra revolucionária que, em absoluto, poderia prescindir da força. Agora, este problema dos excessos em conjunturas revolucionárias, acontece em qualquer lugar do planeta.

Estas são as idéias básicas que julguei oportuno apresentar como introdução a este depoimento. Estou à disposição dos senhores para responder as perguntas que possam esclarecer outros aspectos da Revolução de 1964.

Como o General qualifica as atividades de comunicação social no período dos presidentes militares?

Neste campo aconteceu mais uma falha da revolução. E uma grande falha! Inclusive sabemos que o General Castello tinha horror do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, dos tempos do Governo do Getúlio Vargas. Então, qualquer proposta de seus assessores que parecesse propaganda ele vetava. Certa vez o Ministro da Justiça reclamou:

– Presidente, nós temos que dar conhecimento público daquilo que estamos fazendo.

– Você quer ressuscitar o DIP?

– Não, senhor!

– General – ponderou o Ministro – temos que dizer porque estes subversivos e estes corruptos estão sendo atingidos pelos atos institucionais e, conseqüentemente, presos ou exilados.

– Para esta gente – retrucou o Presidente – basta o castigo do Ato Institucional. Dizer o motivo da cassação seria um segundo castigo que não cabe imputar.

O General Castello tinha sempre esse tipo de procedimento que é algo completamente contrário ao espírito ditatorial. Ele não era vocacionado para o arbítrio. E os outros governos continuaram com estas cautelas características da revolução, em razão das quais o combate ao terrorismo perdia força já que precisava apresentar uma reação a menos violenta possível.

Este foi um traço comum aos quatro presidentes, um traço que demonstrava ausência de arrogância e de espírito demagógico. Por outro lado, este tipo de distanciamento da mídia revelou-se muito prejudicial à causa da Revolução. Não exercitar plenamente o direito de difusão, não mostrar ao povo o que estava realmente ocorrendo, não divulgar o que se havia descoberto através dos inúmeros inquéritos que foram feitos com receio de ser tachado de partidários da propaganda, acabou sendo um desastre em termos de comunicação social, com enorme perda para a história da Revolução.

Na opinião pública internacional aconteceu a mesma coisa. Ela era dominada pelos esquerdistas e foi intensamente trabalhada por uma campanha formal de desmoralização do Movimento de 1964. Havia uma atividade muito grande dos exilados políticos com o objetivo de desacreditar o Brasil no exterior.

A acusação sistemática era a de prática da tortura por parte da repressão. Como se a Revolução tivesse institucionalizado a tortura. Esses sujeitos, inimigos do Governo, davam instruções para que todos aqueles que fossem presos, afirmassem que haviam sido torturados. Na realidade, eles chamavam de tortura qualquer técnica utilizada para obter confissões. Este tipo de pressão se limitou àqueles indivíduos mais radicais, àqueles que conheciam realmente as conexões entre os grupos subversivos.

Quem confirmou esta orientação dos chefes terroristas foi o Cabo Anselmo que inicialmente estava do lado do Governo Goulart e que participou daquela arruaça no Sindicato dos Metalúrgicos como líder da revolta dos marinheiros. Depois ele mudou de lado e passou a ser nosso informante. Declarou que enquanto esteve na prisão nunca foi maltratado, e que todos os subversivos recebiam a recomendação de dizer que durante o período em que estiveram presos haviam sido torturados.

Um exemplo bem emblemático do que estou falando é o comportamento da ex-Deputada pelo PT, Bete Mendes. Ela foi convidada, acho que na época do Governo Sarney, para participar de uma comitiva do Governo que foi a Montevidéu. Lá se deparou com o Coronel Brilhante Ustra, nosso Adido Militar no Uruguai, e que havia sido o chefe do Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo onde ela estivera presa. Durante a prisão ela foi muito bem tratada e inclusive recebida pela família do Coronel.

Pois bem, assim que voltou para o Brasil, ela disse aos companheiros que reencontrara o Coronel Ustra no Uruguai. Eles então a obrigaram a acusá-lo na mídia de ser um torturador e que por isso fora premiado com aquela missão no exterior. Ela obedeceu e mentiu, em benefício da subversão, obrigando o militar a publicar aquele livro nosso conhecido, "Rompendo o Silêncio", no qual o autor descreve o que realmente aconteceu. Bete Mendes não disse uma palavra nem em sua defesa, nem contra o seu desafeto, simplesmente porque ela não tinha o que dizer. O Coronel comprovou com fatos que ela tinha mentido. Mas devido ao confronto, ele quase foi afastado da aditância e, talvez em conseqüência deste episódio, acabou não alcançando o generalato.

Findo este parêntese algo extenso sobre os nossos erros no campo da comunicação social com o público interno, voltemos à opinião pública internacional; lá também sofremos uma enorme contestação da mídia esquerdista. Como já falei, um exemplo desta campanha no exterior são as acusações do emprego sistemático da tortura pelo Governo revolucionário, uma mentira que acabou pegando. Enfrentar esta orquestração interna e externa foi muito difícil e a eficiência

dessa campanha foi muito beneficiada pela timidez da nossa comunicação social em vista dos fatores que já expus.

Como foi realizado o desengajamento das Forças Armadas do processo revolucionário?

Com exceção da chamada linha-dura que abrangia não somente parte do segmento militar mas também facções civis, esse desengajamento foi consensual. As Forças Armadas voltaram a se ocupar exclusivamente com o cumprimento da sua missão constitucional. Voltaram, como se dizia, aos quartéis, de onde, na verdade, só saíram em defesa das instituições democráticas.

Quanto à oportunidade da devolução do Poder aos políticos é um assunto muito discutível. É difícil de dizer sim, ou de dizer não. Se por um lado havia o desgaste das Forças Armadas já com vinte anos no comando do País, uma espécie de cansaço por carregarmos tanto tempo o pesado ônus do Poder, de outro havia a subversão e a corrupção residuais. Naquele tempo todo, devido a uma série de injunções, inclusive à ausência do caráter ditatorial dos governos ditos militares, a revolução não conseguira extinguir totalmente nem uma nem outra ameaça. A possibilidade de as mazelas recrudescerem, permanecia. O receio embutido na entrega do Poder aos civis, era o de que com a volta do que eles chamavam de normalidade democrática, houvesse o reaquecimento da subversão residual, ameaça que até hoje está aí.

O Presidente Geisel, evidentemente contando com o respaldo dos outros poderes revolucionários, realizou um estudo da situação. Comparou vantagens e desvantagens, aquela técnica de exame da conjuntura que ensinam nas nossas escolas militares, e concluiu que, apesar de tudo, se impunha a volta à normalidade democrática. Geisel deu início ao processo de abertura, embora prevendo o risco do que poderia acontecer. Isso é o que eu posso dizer a respeito da oportunidade: de um lado, válido por acabar com o nosso desgaste e, de outro, arriscado porque permitia a continuação dos movimentos subversivos. Retornar o Poder aos civis, saindo das mãos dos militares que tinham a consciência plena desse perigo, tratava-se de uma ação temerária. Mas, mesmo assim, a abertura foi feita, e o Poder entregue aos políticos.

Bem, ainda cabe uma consideração sobre esta passagem da fase revolucionária para a normalidade democrática. A democratização, como os políticos falavam, funcionou como um sistema pendular. O pêndulo estava para o lado da Revolução e, quando houve uma reivindicação mais forte da opinião pública, ele balançou para o lado da redemocratização. O regime não parou na posição neutra, reconhecendo os erros dos dois lados. Passou a considerar apenas as virtudes da

redemocratização e considerou tudo o que fora feito com origem no trabalho revolucionário como um mal. Até hoje se percebe isso. A Revolução é tratada tão-somente como uma ditadura militar, é o regime dos "anos de chumbo", o regime autoritário. Tudo o que foi feito naquele tempo do lado de lá, passou a ser considerado errado do lado de cá. É o movimento pendular. Isso acontece comumente com grande prejuízo para os interesses nacionais.

Os militares se queixam muito do "revanchismo". Qual é a sua opinião a respeito?

Nós sentimos na carne e estamos sofrendo até hoje os efeitos do "revanchismo" sem peias e cada vez mais agressivo! E, como acabo de dizer, exercido devido a este movimento pendular. Torno a repetir, do lado de cá tudo o que houve é correto, do lado de lá tudo foi errado. Nota-se o "revanchismo" em várias áreas e em diversas ações.

Vamos falar na situação de hoje. O que vemos? Todos os atos praticados pela Revolução devem ser combatidos porque têm a eiva do autoritarismo. O próprio Governo, mesmo com as suas raízes esquerdistas, se sente impedido de exercer uma autoridade genuinamente democrática com receio de ser tachado de arbitrário e confundido com o autoritarismo da Revolução. Um exemplo: o Governo considerou de utilidade pública o movimento "Tortura Nunca Mais". Este grupo é inimigo figadal das Forças Armadas, é "revanchista" por excelência. Sua origem está ligada àquele livro "Brasil Nunca Mais", coordenado pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Depois veio o reconhecimento dos direitos à indenização das famílias dos guerrilheiros mortos ou desaparecidos, inclusive as do Marighella e do Lamarca. Como se esses terroristas fossem heróis e defensores da democracia. Puro "revanchismo". Foram desencadeadas várias campanhas visando ao enfraquecimento das Forças Armadas, tais como o sucateamento dos equipamentos, recusa de reajuste nos salários, cortes orçamentários e outras aleivosias. Isto tem minorado nos dias de hoje, a meu ver, por dois motivos: um é o receio da ação do Movimento dos Sem Terra (MST), e o outro são as contingências de ordem operacional que obrigam a fortalecer as Forças Armadas em função dos problemas na Colômbia. Mas o "revanchismo" é total!

Podemos até dizer que há uma parcela muito grande de "revanchismo" na criação do Ministério da Defesa. Mesmo que existam argumentos favoráveis a esta reforma, a verdade é que a criação do Ministério da Defesa era um dos objetivos que a esquerda sempre prometeu alcançar caso pudesse assumir um dia o Poder. É o fim dos ministérios militares; os militares não têm mais acesso direto ao presidente da República.

Posso acrescentar, ainda como evidência do "revanchismo", aquela campanha sistemática, aquela perseguição impiedosa a muitos de nossos companheiros revolucionários de 1964. Cito como exemplo o caso do General Fayad, o do Coronel Brilhante Ustra, de que já falei, o episódio do Coronel Avólio e muitos outros que no momento não me recordo. Perseguição vingativa a muitos oficiais destacados, ótimos profissionais, condenando-os, sem provas, e truncando-lhes a carreira.

O momento brasileiro é a democracia dos seus sonhos?

Há pouco tempo meu filho me fez uma indagação parecida. Sabendo que vivi intensamente aquele período da Revolução e que vivo também intensamente o período atual, ele me perguntou:

– Quais são as diferenças e as semelhanças que o senhor vê entre o que havia em 1964 e o que acontece hoje, no ano 2000?

Há uma semelhança muito grande que é a seguinte: em ambos os casos a ameaça surge da esquerda radical. Tanto ontem quanto hoje. A diferença é que no caso do João Goulart ele era, como já foi dito aqui, um aliado dos comunistas, enquanto que o Presidente atual é um esquerdista que classifico como não revolucionário. Ele próprio se considera um social-democrata e tem no PT, que é o sucessor do PCB que apoiava Jango, o seu maior inimigo. Aquele elemento, que representava o apoio a Jango, representa agora os ataques candentes, sistemáticos e permanentes ao Presidente de hoje. Esta é uma desigualdade importante.

Uma segunda diferença é a máscara que a esquerda radical usava antes e a que usa hoje, no ano 2000. Naquela época do Governo Goulart, era utilizado o discurso das reformas de base, que os comunistas chamavam de reforma de estrutura. Através de uma campanha sistemática para a implantação de tais reformas, João Goulart pretendia fazer-se passar como um reformista político e não como um revolucionário. Ele queria dar a idéia de que manteria as linhas mestras da democracia apenas introduzindo reformas sociais, alguma coisa parecida com o que fez Mao Tsé-Tung, inicialmente considerado como um reformista social. Falavam em reforma de base mas realmente pretendiam implantar uma república sindicalista, apoiada pelos comunistas. Estes consideravam que, em março de 1964, vivíamos no Brasil a primeira fase para alcançar a revolução comunista.

Hoje a máscara que usam é o PT, um tremendo instrumento das esquerdas, que se apresenta sob o disfarce da moderação. Através dessa estratégia, Lula passa a ser visto por um contingente muito grande da população brasileira, não como um revolucionário comunista – que na realidade ele é – mas sim como um moderado, bem intencionado, que quer mudar o regime apenas fazendo reformas sociais,

continuando dentro da trilha democrática. Esta fachada, na verdade, encobre a vocação das esquerdas para a violência. E a mesma estratégia permite que segmentos muito grandes da população brasileira, sobretudo aqui no Rio Grande do Sul, não identifiquem no PT um partido revolucionário mas sim um partido reformista. O que é uma falsidade.

Estou terminando de escrever um livro[1] que mostra à exaustão, o caráter revolucionário do PT. Mas, veja que graças a essa estratégia, nas pesquisas que se fazem hoje das intenções de voto para as eleições presidenciais, Lula se apresenta como reformador e continua no primeiro lugar. Por várias razões: uma é essa de que falei: o povo não o identifica como um comunista, como também não identifica o PT nesta mesma situação. Observe-se o sucesso eleitoral do PT em vários estados importantes, inclusive aqui no Estado e em cidades como Porto Alegre. E isto vem ocorrendo porque conseguiram neutralizar o juízo verdadeiro que o povo poderia fazer sobre eles em face das evidências.

Não foi suficiente que, no dia da posse do novo Governador do Rio Grande do Sul, aparecesse na janela do Palácio Piratini[2] a bandeira de Cuba. Ela falava por si só, mas o povo não acredita na ameaça marxista. Não bastou que a Secretaria de Educação do mesmo Governo, convidasse cubanos para fazer propaganda de Cuba, através de um ciclo de palestras sobre o ensino naquele país, atividade que contou com a presença de funcionários do Ministério da Educação cubano. Também não foi suficiente que esta mesma Secretaria da Educação distribuísse às escolas para serem discutidas, ao ensejo das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento, cartilhas com idéias contrárias àquelas normalmente aceitas pelo nosso regime democrático, e que, neste mesmo documento, elogiasse os revolucionários cubanos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O povo não consegue ver isso, ficou cego pela estratégia da mentira, uma arma muito poderosa nas mãos dos marxistas.

Outra diferença fundamental que há entre a conjuntura de 1964 e a de hoje é que o Governo do João Goulart não dispunha de um efetivo apoio de massas. Ele baseava sua força no apoio dos chamados dispositivos militar e sindical, na realidade um castelo de cartas que desmoronou com um simples sopro.

Esse fato gerou uma autocrítica muito candente do Partido Comunista Brasileiro e da Quarta Internacional, fato que eu até cito nesse livro que estou escrevendo. Eles se recriminavam por terem confiado naquele dispositivo de defesa tão fraco e inconsistente e terem se descuidado da mobilização de massas.

---

[1] "O PT em Pílulas", livro já lançado.

[2] Sede do Governo do Estado.

Bom, e hoje o que ocorre? O PT perdeu o apoio do Partido Comunista, que desapareceu, mas soube aproveitar-se das experiências deles e tratou de mobilizar e enquadrar as massas. Quer dizer, todos os descontentes, militantes de movimentos populares e de movimentos sociais, estão enquadrados e manipulados pelo Movimento dos Sem Terra. São massas capazes de serem mobilizadas a qualquer tempo e a qualquer hora. São grupos muito bem adestrados. Estas invasões e manifestações representam um treinamento permanente de mobilização de pessoal e lideranças muito bem preparadas, inclusive com cursos no exterior. Então, hoje, no caso de o PT tentar acesso ao Poder através da via pacífica, via eleitoral, e se, por motivos conhecidos, ocorrer resistência à posse do Lula, o MST estará pronto (ao contrário do que aconteceu com João Goulart) para defender as posições do PT.

No caso da via revolucionária o MST também será importante. Admitamos que Lula se inscreva como candidato e seja derrotado. Ora, o Movimento dos Sem Terra através de suas lideranças – cito isto no meu livro – pretende assumir o Poder para realizar a reforma agrária o que, segundo alguns, só será possível dentro de um regime socialista. Então o MST pode, depois de um exame de situação desta conjuntura que estamos hipoteticamente figurando, achar que a situação é favorável e optar pela revolução, ousando enfrentar a resistência que o povo brasileiro apresentará através das suas Forças Armadas. Pode partir para o confronto e, nesse segundo caso, com uma vantagem para eles. Do ponto de vista ideológico passariam diretamente para a segunda etapa do Movimento revolucionário marxista que é a instalação de um regime comunista, enquanto que na primeira hipótese, se o MST apoiasse a posse de Lula, o País teria que passar por um pequeno período de democracia burguesa, como eles se referem a esta primeira fase da conquista do Poder. Este então é o risco que corremos, uma situação muito séria, seriíssima.

Qual seria a atitude adequada das Forças Armadas para enfrentar as eventuais e crescentes ameaças à democracia pela esquerda radical?

Desejo as Forças Armadas atuando com fidelidade aos ideais de 1964 e de acordo com a sua missão constitucional de defesa das instituições democráticas. Vejo-as, inclusive, no pleno exercício do seu virtual papel de poder moderador, como vêm atuando sempre através dos anos, ao longo da história, nas tantas conjunturas delicadas e crises pelas quais o Brasil tem passado. As FFAA devem continuar procedendo como o fizeram em todo período republicano, quando se mantiveram invariavelmente ao lado dos interesses maiores do povo e da Nação brasileira.

E digo isso confiando na manifestação recente do General Gleuber Vieira, atual Comandante do Exército, que foi muito claro, muito firme e muito pondera-

do, através de palavras em que tornou explícito o endosso – que, a meu ver, inicialmente era implícito – ao pronunciamento do Comandante Militar do Sul na ordem do dia do centenário de nascimento do Marechal Castello Branco. Este é o meu ponto de vista.

Na década de 1960 o senhor participou do confronto em torno da perspectiva ou até mesmo da ameaça de desordem caso o Governo fosse contrariado na questão da realização do plebiscito para acabar com o incipiente parlamentarismo implantado no País. Qual a sua versão sobre o fato?

Na época da polêmica sobre a realização ou não do plebiscito, estava no comando do II/3º RO em Cruz Alta. Sem me identificar, reporto-me ao ocorrido em um dos meus livros. O Comandante do então III Exército (hoje Comando Militar do Sul – CMS), General Jair Dantas Ribeiro, encaminhou uma informação ao Ministro da Guerra dizendo que não teria condições de manter a ordem na sua área se o plebiscito não fosse aprovado pelo Legislativo. Mandou, também, uma nota às Unidades determinando que a referida mensagem fosse lida para os oficiais.

Nós, comandantes das Unidades da guarnição de Cruz Alta, nos recusamos a lê-la. Eu não a li, tampouco a leu o Coronel Comandante do 17º RI, nem o Comandante da AD/6, General-de-Brigada Manoel Mendes Pereira, chefe radicalmente contrário ao crescente esquerdismo no País. Fiz constar no Relatório Periódico de Informações da Unidade (RPI) a minha decisão de não divulgar para os quadros a mensagem enviada pelo III Exército. Julguei que reconhecer a nossa Força sem condições de manter a ordem na sua área de atuação seria uma desmoralização para os meus comandados. Como sabíamos que as Forças Armadas não tinham nenhum problema de manutenção da ordem, eu jamais poderia afirmar que não estávamos em condições de cumprir essa missão. Transmitir o documento do escalão superior, além de um desgaste para o Exército, seria um fator de desmoralização da oficialidade.

Parecia que o Comandante do III Exército não sentira a gravidade da situação e a irresponsabilidade que estava cometendo. Ler o documento assinado por ele para os subordinados os induziria a pensar que o comando da área havia duvidado da competência dos seus quadros.

O RPI foi enviado ao comandante da 6ª DI, General Pompeu Acioly Borges, chefe também declaradamente contrário ao Governo Jango. Ele, possivelmente para me proteger, engavetou o meu relatório. Mas, na minha Unidade, havia elementos ligados ao Governo Goulart que fizeram chegar aos ouvidos do escalão superior a minha posição de desacordo com o Comando do III Exército, provavelmente através do Coronel Argemiro Assis Brasil, Chefe do Estado-Maior da 3ª RM, homem de es-

querda e governista. Recebi então um rádio do III Exército mais ou menos nos seguintes termos: "Deveis informar se mensagem referente riscos decorrentes veto plebiscito foi lida para oficiais essa OM."

Confirmei que o documento não havia sido lido, e dei ciência de que os motivos pelos quais não o fizera constavam do Relatório encaminhado ao Comandante da 6ª Divisão de Infantaria.

O III Exército mandou pedir o Relatório ao Comandante da 6ª DI. Pouco tempo depois chegou ao Regimento um Boletim Reservado. O secretário da Unidade avisou-me:

– Coronel, chegou uma bomba para o senhor.

– Qual é a bomba? – perguntei.

– Vou ler para o senhor: "O coronel Fulano de Tal – eu – por ter criticado ato superior, por ter isso, por ter aquilo e uma série de faltas, fica repreendido."

Ora, essa repreensão era uma punição muito leve em face daquelas acusações que a precediam. Isto, a meu ver, aconteceu porque o General Jair era um chefe militar justo. Creio que, intimamente, ele viu que eu tinha razão e não quis me dar um "castigo" mais severo.

Achei que a punição deveria ser lida para os oficiais. Reuni todos eles e fui até um pouco teatral:

– Senhores, a nossa reunião se deve a um motivo muito grave: a transgressão disciplinar de um oficial!

Eles ficaram olhando uns para os outros, tentando descobrir quem era a vítima, e eu então relatei o que havia ocorrido. Li o relatório que a provocou, li a repreensão em boletim, e continuei:

– Evidentemente não é um bom exemplo o Comandante ser punido. Mas nesta ocorrência há um exemplo e um ensinamento que desejo transmitir aos senhores: quando tiverem uma opinião e uma idéia firme, os senhores devem dizê-la ao seu Comandante, apresentá-la francamente, mesmo sabendo que ele não irá gostar. O que ele decidir estará decidido, mas é obrigação dos senhores serem francos, sinceros e dizerem aquilo que pensam.

Pouco tempo depois, o General Comandante do III Exército foi nomeado Ministro da Guerra. Passados alguns dias da sua posse o secretário do Regimento trouxe mais uma novidade:

– Coronel, outra bomba!

– Qual é agora?

– O senhor foi transferido para a última das Circunscrições de Recrutamento, a 30ª CR, no Mato Grosso.

Assim, fui parar em Campo Grande. A primeira coisa que fiz foi escrever para a CR e informar que teria muito prazer em conhecer os novos companheiros. A 12ª Região Militar era o quartel-general dos revolucionários convictos, que lá eram exilados. Foi meu subchefe na 30ª CR o então Tenente-Coronel Câmara Sena, também conhecido por sua clara oposição ao Governo.

Fiquei em Campo Grande até 1964 e me dei muito bem por lá. Continuei meu trabalho de doutrinação contra a subversão comunista.

Houve um deslocamento para Brasília de tropas do Mato Grosso em abril de 1964?

Sim. Mas não foi nenhuma Unidade da Guarnição de Campo Grande. Quem seguiu para Brasília, sob o Comando do Coronel Meira Mattos, foi o Batalhão de Infantaria de Cuiabá. Também marcharam na direção da Capital Federal tropas de Minas Gerais, comandadas pelo Coronel Dióscoro do Valle.

Voltemos ao Rio Grande do Sul. Os militares que apoiavam o Governo Goulart aqui no III Exército me chamavam de “aquele coronel da guerra revolucionária”. Eu sempre estudei muito este assunto. Não só estudei muito, como realizei muitas palestras sobre o tema em ambientes civis e nos quartéis. Fiz este trabalho antes e depois da Revolução. Havia, portanto, razões para aquela qualificação – da qual muito me orgulho – e para que eu sofresse essas perseguições.

Outro coronel que também foi transferido nos primeiros atos do General Jair Dantas Ribeiro como ministro foi o Lauro Alves Pinto. Quando fui para a 30ª CR, ele foi para a Circunscrição de Recrutamento de Belém.

Há um ponto que ainda não esclareci bem: minha posição no episódio da Legalidade. Em 1961, era comandante do Regimento de Artilharia de Cruz Alta e apoiei a posse de João Goulart. Apoiei com convicção o movimento pela assunção do Vice-Presidente eleito. Alguém poderia me acusar: “Na Legalidade, o senhor então ficou do lado do Brizola?”

Isto não é verdade. Quando houve a renúncia de Jânio, “apesar do Brizola”, fui favorável à posse de Jango. E tem mais, participei e comandei o destacamento formado pelo II Grupo de Artilharia do 6º Regimento, o 17º BC, as duas Unidades da guarnição de Cruz Alta que se deslocaram até Vacaria, para compor uma possível resistência às tropas que viriam do Norte. Conversei a respeito da situação com o General Muricy, na época Chefe do Estado-Maior do III Exército. Ele era radicalmente contrário à posse de João Goulart, tanto que, com a anuência do General Machado Lopes, foi para o Rio de Janeiro.

Discordei do General Muricy. Sou partidário do que é legal e o legal era a assunção do Vice-Presidente que, naturalmente, deveria assumir o governo vago.

Só por este motivo fui com meu Regimento para Vacaria. Felizmente o espírito conciliador dos brasileiros evitou o confronto. Nossa participação no episódio nada tinha a ver com o Brizola, que fez o movimento da Legalidade casuisticamente, pois tinha muitas ambições e sabia que a posse de Jango acarretaria a sua própria ascensão política.

Pouco tempo depois as aspirações de ambos se chocavam. O Brizola organizou os "grupos dos onze", um pretenso exército particular seu, para ser empregado contra qualquer tentativa de Jango na hora em que os dois tivessem que se enfrentar. Então, entre o nosso legalismo e o do caudilho, havia uma diferença fundamental. A posição dele, como já aludi, era casuística. Tanto que logo em seguida ele se transformou no maior crítico da legalidade. Queria que Jango fechasse o Congresso e assumisse atitudes absolutamente ditatoriais e ilegais. No meu caso, como no da maioria dos militares aqui do Sul, havia realmente uma convicção legalista favorável à posse do Vice-Presidente que, juntamente com o Presidente, havia sido legalmente eleito.

Houve um episódio curioso relacionado com a figura de Brizola que vou relatar para encerrar o meu depoimento. Quando estava em Vacaria com o meu Regimento, ficamos acantonados em vários prédios públicos, inclusive colégios, cujas paredes estavam cobertas com retratos dele, que na época era o Governador do Estado. Era Brizola por toda a parte. O meu Posto de Comando (PC) foi instalado em uma escola pública. Nós trabalhávamos com o retrato dele em posição destacada. Ordenei que retirassem das paredes todos aqueles retratos. Meu objetivo era não confundir a posição dele com a nossa.

Pouco depois, veio falar comigo o capelão militar, padre Trevisan:

– Coronel, estamos com um problema. As professoras estão muito zangadas com o senhor por causa da ordem para retirar os retratos do Brizola das paredes da escola.

Então eu as convoquei e expliquei-lhes o porquê da minha decisão:

– Nós somos militares, estamos em uma missão militar e não podemos confundir o nosso dever com motivações políticas. A presença desses retratos aqui dá a idéia de que estamos trabalhando sob a égide do Governador, o que não é verdade.

Uma delas, gaúcha de faca na bota, sugeriu com ironia:

– O senhor deixa os retratos dele nas paredes das salas de aula, pendura fotos suas ao lado e está resolvido o problema.

Fui obrigado a rir da irônica sugestão da professora e nada lhe respondi. Com esta historieta, dou por encerrado o meu depoimento sobre a Revolução de

1964. Outras idéias minhas sobre o assunto podem ser encontradas nos meus livros. Os senhores desejam mais algum esclarecimento?

Só agradecer os ensinamentos que o senhor nos proporcionou ao longo desta entrevista e dizer a Vossa Excelência que os seus livros têm sido fonte obrigatória de consulta no nosso trabalho. Vale dizer ainda que foi um grande privilégio entrevistá-lo e posso afirmar que consideramos a sua pessoa uma importante, incansável e corajosa peça da resistência democrática no nosso País. Muito obrigado!

General-de-Divisão Floriano Aguilar Chagas

O General Floriano Aguilar Chagas nasceu em Passo Fundo (RS), em março de 1923. Ingressou no Exército em 1941 na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA), foi cadete do Realengo e declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 11 de agosto de 1945 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Sua primeira Unidade foi o Regimento Escola de Cavalaria (Regimento Andrade Neves) onde permaneceu até 1949. Como Oficial subalterno e Capitão, serviu no 8º RC de Uruguaiana (RS).

Cursou a Escola de Equitação do Exército em 1950 e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1955. Foi Capitão Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), de Porto Alegre, e da EsAO e, posteriormente, Major-Chefe da Seção Psicotécnica da EPPA. Concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em fevereiro de 1964, sendo classificado como Oficial de Estado-Maior da 2ª DC em Uruguaiana, da qual foi o Chefe do Estado-Maior entre 1965/1968. Comandou o 7º RC em Livramento (RS). Serviu como Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Chefe da 5ª Subchefia do Conselho de Segurança Nacional e Secretário Executivo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Foi Adido do Exército na Argentina, de onde retornou para servir no Estado-Maior do Exército, em 1975.

Promovido a Oficial General em julho de 1977, comandou o então 3º Grupamento de Fronteira de Porto Velho (RO). Em 1979 foi estagiário do Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro. Em 1980 assumiu o comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas (RS).

Como General-de-Divisão, serviu por dois anos no Estado-Maior do Exército. Retornou ao Rio Grande do Sul, em 1984, para um novo comando, a 6ª DE em Porto Alegre, sua última comissão na ativa.

Foi distinguido com inúmeras condecorações civis, militares e estrangeiras. Criador e incentivador da criação de cavalos crioulos. É Conselheiro da Fundação Parque Histórico Marechal Luís Osório.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2000.

É um prazer recebermos aqui o General Floriano Aguilar Chagas, destacado oficial da Cavalaria do nosso Exército e que, na época da Revolução, em 1964, servia como oficial estagiário do Estado-Maior, em Uruguaiana, uma Guarnição interessante para a análise de como o Movimento revolucionário se processou aqui no Sul do País. O senhor tem um tempo livre para relatar sua participação na Revolução e depois, se for o caso, faremos algumas perguntas. A palavra é sua, general.

Vou falar sobre o desencadeamento e o desenrolar dos acontecimentos durante a Revolução de 31 de março de 1964, na área em que atuei, no Comando da 2ª DC, hoje 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda CMec). Inicialmente, gostaria de esclarecer o seguinte: à exceção do próprio General-Comandante da Divisão e do seu Capitão Ajudante-de-Ordens, que, provavelmente, não tinha conhecimento da situação e que acompanhava o General nas suas idéias e nas suas decisões, os demais oficiais eram contra a baderna, contra o comunismo, contra aquela agitação que o Presidente João Goulart estava promovendo, apoiando-se principalmente na necessidade das tais reformas de base. Éramos também contra o cunhado dele, o Brizola, que estava querendo virar a mesa e preparava uma guerra revolucionária no Estado inclusive com a criação dos “grupos dos onze”. Todos os nossos oficiais tinham uma idéia bem clara da situação e mantinham uma posição bem definida. Eu, por exemplo, antes de ir para a DC era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e me angustiava ver a situação nacional deteriorar-se dia a dia. Queria fazer alguma coisa, achava que o Exército deveria tomar uma atitude. Já era época. Mas, apenas aluno da ECEME, o que poderia fazer? Soube então que existia um grupo de oficiais da Cruzada Democrática que estava querendo, pelo menos, alertar o Exército sobre a gravidade da situação e tomar providências para preservar alguma liberdade de manobra, caso houvesse uma ação contra nós. Resolvi participar da Cruzada. Trabalhei bastante, inclusive prejudicando meu desempenho na escola. Editávamos um Boletim da Cruzada Democrática e eu era o responsável pela sua divulgação, bem como de outras informações de interesse do nosso grupo. Não fui um revolucionário de última hora. Assim como eu, a maioria dos outros companheiros já havia, há muito tempo, tomado a decisão de preparar-se para enfrentar uma situação que fatalmente viria a acontecer. Na área da 2ª DC – Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Itaqui e Santana do Livramento – a propaganda subversiva feita pelos janguistas, brizolistas e comunistas era ativa.

Em Uruguaiana e no Alegrete, havia inclusive uma lista feita pelos subversivos com o nome dos dez primeiros que seriam eliminados – enforcados ou fuzilados – caso houvesse um confronto entre as duas partes. Alguns falavam em paredão, outros falavam em pendurar o inimigo nas árvores, assim que se iniciasse

a revolução deles. Nós, do Estado-Maior da 2ª DC, estávamos coesos. Reuníamo-nos, discutíamos, estudávamos a situação, víamos o que poderia ocorrer e qual seria o nosso papel nesses acontecimentos. Preocupávamo-nos muito porque achávamos que estava demorando a reação que julgávamos que aconteceria, e que ela deveria começar nos centros maiores com os generais, particularmente os de quatro estrelas. Porém, se isso não se efetivasse iríamos iniciar alguma coisa.

Em fevereiro de 1964, houve em Uruguaiana um comício com a presença do Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara e ferrenho opositor do Brizola. Foi um evento com uma repercussão enorme, um sucesso fabuloso. Aconteceram até coisas curiosas na vinda daquele político a Uruguaiana. Quando ele desembarcou no aeroporto da cidade, uma comitiva de centenas, talvez milhares de pessoas, foi recebê-lo. Seguiu-se uma carreata e um desfile de gaúchos a cavalo – uma grande quantidade de cavaleiros escoltava o político visitante. Então, alguém avisou que na antiga estrada que ia para a cidade havia uma casa abandonada, já meio em ruínas, onde o pessoal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), armado inclusive com metralhadoras, estaria esperando para atacar o cortejo. A gauchada estava a cavalo – todos com o laço na cintura, saíram a galope, adiantaram-se, foram até perto da casa e começaram a atirar o laço. Um laçou uma telha e cada um dos outros foi laçando outra e mais outra e destelharam toda a casa; no final arrancaram até as travessas de madeira.

Esse comício, com a presença do Carlos Lacerda, e os fatos que relatei tiveram uma repercussão muito grande. O Brizola, querendo anular o êxito dos seus adversários, marcou um grande comício para o dia 4 de abril, prometendo a presença do Jango que assinaria um daqueles seus decretos demagógicos. Propus que nos preparássemos para a segurança normal ao Jango no aeroporto e, na hora da aterrissagem, colocássemos tonéis na pista para que o avião não pudesse pousar. Neste momento, através do rádio, faríamos um manifesto dizendo que não aceitávamos que pisasse o solo da nossa cidade um indivíduo como ele que, tramando para a implantação do comunismo no País, estava destruindo a coisa mais cara para todos os brasileiros a nossa democracia.

Essa era a minha idéia. Alguns dos oficiais disseram que eu era muito afoito e que havia o perigo de fazermos uma nova Aragarças, quer dizer, cairmos no vazio e perdermos a guerra. A discussão desses assuntos mostra que já estávamos preparados para fazer algo. Quando eclodiu a Revolução em Minas Gerais, imediatamente começamos a aguardar para ver qual seria a nossa missão junto às forças democráticas, as forças da liberdade, como chamávamos. Entretanto o nosso Comandante não quis tomar nenhuma medida e não se manifestou sobre a situação.

A 2ª DC toda estava preparada para atuar. O Comandante anterior, General José Horácio da Cunha Garcia, havia doutrinado o pessoal a favor da democracia em todas as nossas Unidades, instruindo-as para lutar contra a guerra revolucionária. Mas o agora Comandante, General Joaquim de Mello Camarinha, não queria manifestar-se de maneira alguma. No dia 31, ali pelas 10h da noite, talvez um pouco antes, houve uma reunião presidida pelo Coronel Luiz Serff Sellmann que várias vezes insistira com o Comandante da DC para que ele fizesse uma proclamação, declarando que estávamos ao lado da democracia, mas com a qual o General não concordara. Estabelecemos que às 11h30min, reunidos, iríamos ao gabinete do Comandante expor a situação e exigir dele um pronunciamento. Caso não se definisse pela democracia, o prenderíamos junto com o seu ajudante-de-ordens. Na hora prevista nos reunimos, formamos um semicírculo, e o Coronel Sellmann transmitiu nossa posição. O General Camarinha, em resposta, falou mais ou menos isso:

– Eu não posso fazer o que me pedem. Vocês são garotos e só pensam em seguir para frente. Normalmente, os velhos colocam os jovens na vanguarda e eles vão com todo ímpeto. Depois os mais antigos se retraem, e os moços é que são presos e exilados. Tenham calma. Ainda é preciso avaliar melhor a conjuntura para tomar uma decisão. Além do mais, fui promovido a general pelo Jango, reconheço que lhe devo gratidão, porque se não fosse ele, eu não seria general. Tenho que ser leal a ele, não posso tomar uma atitude dessas.

Quando ele terminou de dizer isso, não me contive; dei um passo à frente e falei:

– General, o senhor não pode esperar que o quadro esteja definido para depois tomar sua decisão. Das nossas ações é que resultará a evolução dos acontecimentos, favoráveis, ou não. E, mais importante do que isso, General, o senhor não pode hesitar nem um segundo entre a sua lealdade ao Jango e a sua lealdade ao Brasil.

Surpreendentemente, ele deu um tapa na mesa e falou:

– Estou com vocês!

Neste momento entrou o Tenente-Coronel Anníbal Figueiredo de Albuquerque, subcomandante do 8º Regimento de Cavalaria (8º RC) e dirigiu-se ao General:

– O 8º RC apela para o senhor aderir ao Movimento de Minas.

Pois bem, nessa hora a 2ª DC entrou na Revolução.

O comandante do 8ª RC era o Coronel Mário Ramos de Alencar, candidato certo a general. Inicialmente, digamos, ele ficou em cima do muro, indeciso, mas depois veio para o nosso lado. Mesmo assim e talvez por causa disso.

O Comandante do Grupo de Artilharia era o Tenente-Coronel Amerino Raposo Filho que, já no início de março, estava com todas as seções da Unidade organizadas em grupos de combate, com armamento leve e munição distribuída dentro

das reservas, prontos para sair a qualquer momento e atuar como infantaria, como tropa antiguerrilha.

Na reunião que relatei, havia, da parte dos oficiais do Estado-Maior, uma tensão muito grande e um desejo de que a nossa Divisão entrasse na Revolução no lado certo, unida, coesa e pronta para o que desse e viesse. Por isso não afastamos o General do comando. Afastá-lo e mantê-lo preso em casa e o Coronel Sellmann – o mais antigo coronel da Divisão – assumir o comando, era bem simples e teria sido mais fácil para nós. Mas, não pretendíamos ferir os princípios da disciplina e da hierarquia. Queríamos atuar como uma divisão que, íntegra, sem o menor resquício de falta de disciplina e de quebra da hierarquia, partiria para a Revolução. Por isso mantivemos o nosso Comandante à testa do Movimento.

O General Camarinha, deu para perceber pelo que estava acontecendo, sentia-se violentado nas suas convicções e acabou entrando em depressão. Nós dizíamos o que deveria ser feito e ele fazia tudo religiosamente. Levávamos manifestos, notas para imprensa, mensagens, tudo pronto e ele apenas assinava. Todos os documentos saíam no nome dele. Depois de algum tempo, demonstrando o quanto sofria naquele momento, ele encovou. Sempre ficou com aquele ressentimento por ter, segundo ele, traído o Jango.

Na guarnição de Uruguaiana um fato destacado foi a ação do Prefeito Isabelino Bulgaim Abade, do PTB, foi para dentro da prefeitura com um grupo de partidários, todos portando seu armamento pessoal. Tentaram esboçar uma reação, que não chegou a acontecer porque não havia como enfrentar a 2ª DC. Conseguimos manter a cidade e o município sob controle, tranqüilos e com uma defesa bem organizada. Contávamos com o apoio do Capitão-de-Fragata Dilo Modesto de Almeida, Comandante da Capitania dos Portos de Uruguaiana, que era revolucionário e atendeu todas as nossas necessidades, inclusive cedendo fuzileiros navais para as operações. Controlamos, em seguida, as vias de transporte. Prevendo que poderia haver desabastecimento, pois os comerciantes inescrupulosos começaram a elevar os preços das mercadorias, marcamos com eles uma reunião no Quartel-General (QG). Mandamos avisá-los e vieram aqueles que quiseram, aparentemente todos, à exceção de um, do qual depois eu conto a história. Iniciamos a conversa perguntando: quanto vocês pagam pelo feijão?, pelo arroz?, pelo sabão?, qual é a margem de lucro? Fizemos uma lista com uns trinta produtos e estabelecemos o preço máximo para cada um. Tabelamos assim os preços no município.

À tarde apareceu o comerciante que faltara à reunião e foi logo falando:

– Eu sou a favor da Revolução e quero cooperar com vocês. Acho um absurdo alguns colegas tentarem elevar os preços dos produtos. No meu estabelecimento já tem uma tabela, aqui está! Tudo bem barato!

Peguei o papel, olhei para o sujeito e disse:

– Olha, a sua idéia, a sua intenção é muito boa, mas o senhor vai ter que modificar esses valores.

Ele indagou o motivo, e eu expliquei:

– Já existe uma tabela com preços mais baixos que esses. Foi elaborada pelos comerciantes que, convocados, se fizeram presentes à reunião à qual, aliás, o senhor não compareceu. Agora a solução é o senhor adotar os valores que nós estabelecemos.

Era um safado se fazendo de grande patriota. Queria mesmo era ganhar dinheiro aumentando o preço das suas mercadorias.

A gasolina também foi controlada, houve racionamento, e a maioria da população se prontificou a nos apoiar. Inclusive apresentaram-se alguns voluntários que pretendiam criar uma tropa de civis. Depois que a 2ª DC se definiu a favor da Revolução, dominamos totalmente a situação e tudo ficou tranqüilo em Uruguaiana.

Então fui designado para ir ao Alegrete, o ponto mais sensível da nossa Divisão. A cidade era o ponto central e lá havia seis Unidades: um Grupo de Artilharia, um Regimento de Cavalaria, um Batalhão de Engenharia, uma Companhia de Comunicações, um Hospital Militar e uma Circunscrição do Serviço Militar. Um efetivo grande. O Comandante da Guarnição era o Tenente-Coronel Adão Prestes do Monte, do Batalhão de Engenharia, tido como comunista. O Subcomandante dele era desses oficiais amorfos, seguia cegamente as ordens do chefe. Fosse o comandante nazista ou democrata, não importava, ele estaria sempre ao seu lado. Sabia-se que o Capitão Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas, subcomandante da Artilharia, também era comunista. Acreditávamos que o restante da oficialidade da guarnição do Alegrete estivesse do nosso lado. A essa altura, sabíamos que a 1ª DC, com o QG em Santiago do Boqueirão, apoiava o Jango e que a 3ª DC, com o QG em Bagé, ainda não havia se definido e não podíamos prever para que lado penderia. Sabíamos, também, que em Santa Maria a maioria dos oficiais era favorável à Revolução, muito embora ainda não houvesse uma definição do comando. Naquele momento, não podíamos confiar neles. No 5º RC, aquartelado em Quaraí, a situação civil estava melhor, não havia nenhum problema na cidade. Sabíamos que a expressiva maioria da população do município estava do nosso lado. Como o Regimento estava próximo à região de Harmonia, ponto lógico para ações táticas dentro da área da nossa Divisão, decidimos deslocá-lo para lá. Mandamos um Pelotão do nosso Regimento de Uruguaiana – 8º RC – para ocupar a passagem no Rio Ibicuí, entre Uruguaiana e Itaqui, e ligação natural da 1ª DC com a nossa. Tínhamos que ocupar Manoel Viana com um esquadrão ou um esquadrão a menos, um efetivo qualquer tirado de Alegrete, mas não sabíamos se podíamos dispor de alguma

tropa daquela guarnição porque a situação não estava clara e poderia haver defecções ou até mesmo resistência. Era necessário ocupar, também, a ponte rodoferroviária de Cacequi para garantir, além da ligação com o resto do estado, a chegada de combustível – produto crítico para a DI. Há muito tempo que só recebíamos o mínimo necessário de gasolina e óleo diesel. Vínhamos sendo sabotados nesse suprimento. Daí a necessidade de mandar um oficial ao Alegrete para ver se atraía toda aquela guarnição para o nosso lado.

Inicialmente, não tínhamos informações sobre como estava a situação por lá; sabíamos apenas que o comandante da guarnição era comunista, pertencia ao outro lado. Só não entendi por que fui escalado para ir ao Alegrete. Achei muito estranho e até ponderei:

– Estou pronto para cumprir a missão. Posso ir, mas lembro que nunca fui àquela guarnição, sou estagiário, não conheço nenhum comandante de Unidade e também não conheço ninguém na cidade. Deveriam mandar um oficial que está há mais tempo aqui, que saiba a quem se dirigir, conheça os oficiais, e em quem ele possa confiar.

A minha ponderação não foi aceita e a minha ida para Alegrete foi confirmada. Alertei o pessoal:

– Pretendo seguir imediatamente. É só o tempo de providenciar um avião. Lá agirei, tomarei decisões e darei ordens em nome do General.

– Não faça isso – recomendou-me um companheiro mais antigo. A única Unidade que nós temos certeza de que está do nosso lado no Alegrete é o 6º RC, do Coronel João Carlos Rodrigues Beltrão. Chegando no aeroporto siga imediatamente para o quartel dele, lá você coordena a situação e vê o que vai fazer.

Peguei um avião do aeroclube e segui destino. Minha missão, sob o ponto de vista militar, era incomum. Durante o vôo fui pensando: "coordenar o emprego das Unidades e cooptar o pessoal para apoiar a revolução é uma missão complicada para quem não conhece a guarnição e não tem nenhum oficial amigo por lá". Eu era mais moderno do que todos os comandantes das maiores Unidades da área. O Tenente-Coronel Monte era o mais antigo de todos e Comandante da Guarnição. O Beltrão, do 6º RC era Tenente-Coronel, o Luiz da Silva Riera, Comandante do Grupo de Artilharia, não me lembro se era major antigo ou já tenente-coronel. Eu ainda era major.

Continuei raciocinando: "se a nossa preocupação é permanecer com a Divisão unida, coesa, respeitando a hierarquia, como é que chego na guarnição e, em vez de me apresentar ao Comandante, vou para outra Unidade?" Resolvi ir direto à boca do lobo, era o correto. Meu primeiro contato seria com o Tenente-Coronel Monte!

Aí houve um incidente de percurso que hoje representa apenas mais um fato curioso dos muitos que aconteceram naqueles dias. Sabíamos que tinha havi-

do algum problema no quartel do 5º RC, mas não conhecíamos os detalhes. Depois soubemos que o Comandante da Unidade, Tenente-Coronel Edison Boscacci Guedes, antes de partir para Harmonia – conforme o plano da Divisão – reunira todos os oficiais e sargentos e falara:

– Está ocorrendo uma Revolução no Brasil e a nossa Divisão está ao lado das forças de Minas Gerais. Teremos que sair para atuar conforme o plano de manobra da 2ª DC. Quero saber se alguém discorda. Um capitão contestou o Comandante:

– Eu não estou de acordo. Sou pelo respeito à Constituição e, de acordo com a nossa Carta, o Presidente da República é o Jango.

O Comandante decidiu na hora:

– Então o senhor se recolha preso a sua casa.

Um sargento disse que também não estava de acordo, depois outro, mais outro e, ao final, com exceção de três ou quatro, todos os sargentos se manifestaram contra a Revolução. O Boscacci mandou os contestadores se recolherem às suas casas, presos. Chamou os cabos, lhes deu função de sargento, e seguiu para Harmonia, conforme o previsto. Mas eu não sabia – até a hora que saí de Uruguaiana – se o 5º RC havia deixado o quartel para cumprir a missão.

Para tomar minhas decisões, aquelas que me autorizavam mandar tropa do Alegrete para a região de Manoel Viana e se necessário reforçar a segurança da ponte de Cacequi, eu precisava saber qual era a situação do 5º RC, principalmente se ele cumprira a ordem de deslocar-se até o ponto designado para posição da nossa reserva, na região de Harmonia. Se não avistasse a tropa, talvez eu tivesse que ir a Quaraí. Quando estávamos sobre o local, onde havia uns eucaliptais muito grandes, disse para o piloto:

– Sobrevoa que eu quero ver se tem tropa por aqui.

O avião baixou, sobrevoou, fez uma volta, olhei, olhei, não vi nada, fez a segunda volta, também não vi nada. Mas o piloto disse que havia cavalos lá embaixo, geralmente eles enxergam melhor do que nós lá de cima porque têm muito mais experiência. Eu perguntei:

– Como é que estão os cavalos? – Espalhados ou em linha?

– Todos em linha – respondeu.

Corretamente concluí que só poderia ser tropa militar. Disse então ao piloto que rumasse para o Alegrete. Ele ia iniciar a terceira volta mas desistiu e foi em frente. Soube depois que o Boscacci Guedes havia informado à 2ª DC que, logo após a sua chegada na região de Harmonia, fora sobrevoado por um avião não identificado e que mandara todas as metralhadoras tomarem a posição para a execução de tiro antiaéreo a fim de derrubá-lo, mas que naquele momento a

aeronave tomara a direção leste e fora embora e por isso não efetivara o tiro. Já pensou? Se tivéssemos sobrevoado só mais uma vez a cavalhada, poderíamos ter sido abatidos.

Quando cheguei no Alegrete, pensei o seguinte: "Vou dar uma satisfação para o Comandante da Guarnição, o Tenente-Coronel Monte, embora ele seja comunista."

Antes de abordar o campo de pouso, mandei o piloto sobrevoar o 6º RC, comandado pelo Tenente-Coronel Beltrão que era nosso aliado. Nos vôos rasantes sobre o cerro onde está o quartel eu apontava para o símbolo do Estado-Maior na manga da farda, procurando indicar que pertencia ao QG da 2ª DC. Quando visitávamos as Unidades do interior, costumávamos sobrevoar os quartéis. Era a maneira de avisar que chegava alguém em missão e pedir apoio em transporte. Estava certo de que me mandariam um jipe com um oficial ou graduado junto. Eu iria ao quartel do 12º Batalhão de Engenharia de Combate (12º BECmb) para falar com o Comandante e entregar-lhe as instruções que levava por escrito. Recomendei ao piloto:

– Olha, se eu não voltar, você vai ao 6º RC e diz que eu estou no BE e trago instruções para o Comandante do Regimento.

Mas quando aterrissamos não apareceu ninguém. O local estava guarnecido por tropa da engenharia. Chamei o sargento que chefiava a segurança do local e lhe disse:

– Sou oficial do Estado-Maior da 2ª DC, estou aqui por ordem do General para fazer contatos. Quero falar com o Comandante da Guarnição, você telefona para o BE e pede para me mandarem uma viatura.

Ele ligou para o quartel e pouco depois chegou um caminhão comercial para me buscar. Embarquei no caminhão e fui para o Batalhão. Eu conhecia o quartel do meu tempo de tenente, quando servira em Uruguaiana. Naquela época aquele quartel era do 6º Regimento de Cavalaria. Entra-se no saguão do pavilhão principal, depois há uma escada, e no segundo piso encontra-se o gabinete do Comandante. Permaneci um tempo no pátio central olhando e esperando para ver se fazia contato com alguém antes de ir falar com o Comandante. Dois oficiais vieram falar comigo. Eram dois tenentes e iniciei uma conversa com eles, sem saber se estavam do lado dos comunas ou do nosso lado. Comecei a sondá-los, mas tive que ser rápido porque não podia me demorar muito ali embaixo. Quando começaram a falar, fiquei na dúvida se eram revolucionários. Resolvi ir direto ao assunto:

– Não disponho de muito tempo, de que lado vocês estão?

Disseram que estavam do lado da Revolução e eu perguntei:

– Como está a situação aqui?

– A pior possível, respondeu um deles. – Como o senhor pode perceber, quase todos os sargentos estão com o Coronel.

De fato, observei que em todos os cantos havia grupinhos de graduados, ninguém estava isolado. Sempre em grupos: um aqui, outro ali, mais outro lá. O tenente continuou:

– O Subcomandante está com o Comandante, ele o acompanha sempre. Vários oficiais estão indefinidos, cumprem ordem de quem estiver por cima e acabou-se. A maioria, se vier ordem, fica do nosso lado; contra nós mesmos estão só uns poucos.

Encerrei a conversa e subi para falar com o Coronel. Enquanto subia já me assustava. Passei por um bando de pessoas mal-encaradas, gente de sindicato, bombachudos e pessoal armado com revólver. Entrei no gabinete para falar com o Tenente-Coronel Monte e tivemos uma longa discussão. Ele alegava que era seu dever defender a lei e procurava justificar sua posição garantindo que estava fazendo a coisa certa e que não iria atuar em desacordo com a Constituição do País. Depois de falar bastante tempo com ele, argumentei:

– O senhor acha que o Dom Pedro I é um traidor, um safado? A constituição era de Portugal e ele proclamou nossa independência. Foi contra a lei naquela ocasião. O Deodoro era um canalha? O Deodoro criou a República, aqui era um Império. O Tasso Fragoso era um sem-vergonha porque deu ordem para o Washington Luiz entregar a Presidência? Apenas evitou que se derramasse sangue aqui no País, depois que já estava vitoriosa a Revolução de 1930. Há uma hora em que aqueles que estão no Poder deixam de exercê-lo legitimamente, como é o caso do Jango agora. O nosso País é uma democracia e ele quer implantar aqui numa ditadura comunista.

Conclui pintando um quadro ameaçador na guarnição:

– Além do mais, se o senhor tentar qualquer reação no Alegrete, será esmagado. Aqui na guarnição o senhor não tem maioria. As outras Unidades já estão contra a sua posição e são mais fortes que o seu Batalhão. E toda a Divisão está solidária, pronta, coesa, até para vir aqui, se necessário.

Ele acabou concordando e ficando do nosso lado. Disse-lhe que fizesse um manifesto para a população civil anunciando de que lado a guarnição estava, recomendando tranqüilidade e proibindo qualquer manifestação de rua. Fui dormir no 6º RC. No dia seguinte quando voltei ao BE o Coronel Monte ainda não tinha feito o documento. Eu reclamei e o ameacei:

– Coronel, estou vendo que o senhor ainda não redigiu o manifesto. Acho que está encontrando alguma dificuldade, então vou fazê-lo e o senhor assina.

Ele recusou e se justificou:

– Deixa que eu faço. A minha situação é muito delicada, todos aqueles que estavam aqui ontem são meus amigos e alguns são comunistas. Prometi apoiá-los e eles vão dizer que eu não cumpri com a minha palavra.

Fingi que não ouvi e continuei dando ordens:

– Na vinda para cá, a meia quadra do quartel, vi um enorme cartaz à frente de uma casa, onde está escrito *QG dos Sindicatos Nacionalistas*. O motorista me disse que é coisa recente. Considero isto uma provocação e acho que esta gente é mal-intencionada. Mande retirar o cartaz.

Depois saí para percorrer as outras Unidades. Todas ficaram do nosso lado. Em cada OM reunia os oficiais, explanava a situação e me prontificava a sanar dúvidas ainda existentes. Quando cheguei no Grupo de Artilharia, ao indagar se alguém tinha alguma pergunta, um tenente começou a ponderar sobre a decisão. Em vez de perguntar: o que devemos fazer?, isso?, aquilo?, começou a questionar se a Revolução estava certa ou errada. Eu o interrompi:

– Tenente, um momento, esse ponto não está em debate. O que o senhor está tentando polemizar, já é fato decidido pelo General Comandante da Divisão. E se já há uma decisão, não nos compete analisá-la, nem discuti-la, nem nada. Simplesmente temos que cumpri-la. Se o senhor tem alguma dúvida sobre como executar a missão pode perguntar, fora disso não.

Esse oficial estava cooptado pelo Subcomandante, tido como esquerdista. Considerei a discussão encerrada e indaguei:

– Quero saber agora se todos estão de acordo com o restante da Divisão.

Aí o Subcomandante, Capitão Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas (de apelido Quincas), pediu licença e deu a conhecer a sua posição:

– O senhor está nos trazendo uma decisão da 2ª DC. Sempre fui do outro lado, e até o dia de hoje achava que o certo seria ficar deste lado; porém, tendo em vista que a minha Unidade aderiu à Revolução, eu serei leal a ela. A partir desse momento, o Coronel e o senhor podem contar com a minha lealdade.

Quando fui embora, soube que ele, assim que me viu pelas costas, saiu aliciando os sargentos para tomarem conta do quartel. Tive que o levar preso para Uruguaiana. Assim que considerei a situação controlada no Alegrete, fui para o aeroclube, chamei o piloto e disse que iríamos para Rosário. Ele achou que não conseguiria aterrissar lá porque era muito tarde e já estava escurecendo. Mandei que tocasse em frente; guerra é guerra. Quando chegamos ao destino já estava escuro. O campo de pouso era perigoso, cercado de eucaliptos, esburacado e às vezes havia animais na pista. Mas pousamos direitinho e fui para o quartel. O Comandante era o Tenente-Coronel Pedro Pinto de Carvalho, que tinha assumido naqueles dias – até então quem vinha comandando o Regimento era o Major Dario Bomfiglio Affonso da Costa – perguntei-lhe como estava a situação no quartel e em Rosário. Disse-me que estava tudo sob controle. Então lhe ordenei:

– O senhor manda um esquadrão se deslocar para Cacequi e ocupar aquela área, no mais curto prazo possível.

Concentramos bastante tropa em Cacequi porque, além de ser um entroncamento e ter uma importante ponte rodoferroviária, era um local muito trabalhado pela subversão. A cidade era um caldeirãozinho, pois a maioria dos moradores era de ferroviários aposentados e o sindicato deles, dominado pelos comunistas. Era de lá o Chefe da Casa Militar do Jango, General Argemiro de Assis Brasil, comunista. Dada a ordem, fui jantar. Até essa altura não tinha parado um instante e não havia comido nada.

Vinte e quatro minutos depois o Major Dario apresentou-se e me disse que o Esquadrão estava pronto para sair e perguntou-me se eu queria ver a saída da tropa. Fui e tive uma agradável surpresa. Assisti à saída do quartel de um Esquadrão em ordem de batalha, com o necessário para viver fora o tempo que fosse preciso. Levava mantimento, armamento, munição, tudo. A subunidade estava pronta para ser empregada. O Capitão Comandante apresentou-se e perguntei se ele sabia qual era a sua missão. Respondeu que sim, repetiu as ordens recebidas, e eu liberei a saída do Esquadrão. Virei-me para o Major e cumprimentei-o pela rapidez com que o Regimento cumprira a ordem de marcha e, principalmente, pelo fato de que eu só vira no comboio viaturas militares, sinal de que não precisaram requisitar veículos civis. Observei também que todas as viaturas estavam em muito boas condições de disponibilidade. O major riu e disse que um dos jipes havia sido requisitado e complementou:

– O senhor não se deu conta porque a cor dele é parecida com a das nossas viaturas.

A saída de um esquadrão completo para ocupar Cacequi em prazo tão curto era uma demonstração de que a tropa do 2º RCM estava na mão.

Voltei para o quartel e jantei ouvindo no rádio a fala do Leonel Brizola, exortando o Rio Grande do Sul a se levantar em armas para garantir o Jango na Presidência. Dirigiu-se, especificamente, aos sargentos do Exército, mencionando o nome de Unidades e dizendo mais ou menos o seguinte:

– Sargentos! Chegou a hora de correr sangue, muito sangue, matem esses oficiais gorilas. Se eles não derem a vocês acesso aos arsenais, arrombem as portas, peguem o armamento e acabem com esses reacionários. Passou a vez desses oficiais de punhos de renda. Agora vocês é que vão mandar.

Isso ele disse, eu ouvi. E, para surpresa de todos, logo depois daquele pronunciamento "corajoso" pegou um avião e se mandou para o Uruguai. Se os sargentos tivessem embarcado na conversa dele e entrado naquela aventura teriam sido presos, julgados, e, de acordo com o Código Penal Militar, alguns poderiam até vir a ser condenados à pena de morte. Enquanto isso o agitador estaria no exterior,

gozando as benesses de um exílio com dinheiro. É um safado! Passados alguns anos, eu assistia a um programa de televisão em que o caudilho participava de uma mesa-redonda e um repórter lhe perguntou:

– Doutor Brizola, é verdade que no dia 31 de março de 1964 o senhor concitou os sargentos a tomar os quartéis e matar os oficiais?

De dedo em riste na cara do jornalista, Brizola retrucou com veemência:

– Isso é pergunta que se faça? – Isso é uma infâmia, eu jamais disse isso!

Eu tenho em casa a gravação desse pronunciamento dele feito em 1964.

Cumprida a missão no 2º RCM, de Rosário, resolvi voltar ao Alegrete, pois quando viajei senti que os tenentes do Batalhão de Engenharia continuavam preocupados com o seu Comandante. Na ocasião, eu disse a eles:

– Esta noite todos vocês devem dormir no mesmo local. Escolham uma sala, um pavilhão, um lugar seguro qualquer e permaneçam armados. Mantenham uma guarda, se revezem na vigilância e estejam sempre atentos.

Um tenente sugeriu que eu pernoitasse no Batalhão e eu respondi que faria o possível para atendê-los, mas quando me liberei, em Rosário, já estava noite e não era possível viajar de teco-teco. No outro dia cumpri a promessa. Cheguei ao Alegrete e de imediato fui ao Batalhão de Engenharia para cobrar as missões que havia atribuído ao Comandante. Perguntei-lhe se havia feito a proclamação que eu pedira. O Tenente-Coronel Monte disse que não e, mais uma vez, ameacei fazê-la. Então, finalmente, ele redigiu o manifesto à população. Comuniquei-lhe, também, que aquele cartaz do sindicato ainda estava no mesmo lugar. O homem tentou explicar:

– Eu mandei o Subcomandante lá e nos informaram de que haverá uma assembléia hoje ao meio-dia quando decidirão o que fazer.

Retruquei que não havia nada a ser decidido e que eles tinham é que obedecer a ordem e retirar o cartaz. Naquela hora o sangue me subiu à cabeça e lembrei de um fato que estava me incomodando desde a véspera:

– O senhor não acha que foi uma desconsideração para com um oficial superior do QG da DC, mandar, como fizeram ontem, um caminhão de carga para me buscar no aeroclube?

O Tenente-Coronel Monte argumentou que o caminhão era a única viatura disponível na ocasião e que o jipe que me mandara naquela manhã era o do comandante. Aproveitei a viatura para percorrer as outras Unidades da Guarnição. Deram-me um tenente para fazer minha segurança. Antes de ir aos quartéis passei por alguns postos de gasolina para ver como estava o controle do racionamento de combustível. Em um dos postos, encontrei fiscalizando um sargento muito esperto que me fez o seguinte relato:

– Major, estamos cumprindo as ordens que o senhor deu mas aqui houve uma coisa curiosa. Chegaram dois estudantes me perguntando se eu estava com a Revolução. Dei a entender que eu era meio do outro lado e não estava lá muito contente com os acontecimentos. Os jovens abriram o jogo e me pediram um pouco de gasolina grátis para abastecer os carros deles porque queriam participar, às 4h da tarde, de uma grande manifestação na cidade com uma passeata em favor do Jango e pela Constituição.

Cumprimentei o sargento pela informação e o orientei:

– Se eles voltarem você diz que está tudo sob controle e que talvez possa ceder, no máximo, uns dois litros de gasolina.

Quando passei na frente do tal QG do Sindicato Nacionalista, ordenei ao motorista:

– Pára o jipe aí!

Ele parou, eu desembarquei e entrei. Havia um bando de gente sentada como se estivessem em uma sala de aula. Expus a situação para eles. Lembrei-me da conversa dos estudantes e avisei:

– Sei que os senhores estão preparando uma passeata na cidade em apoio ao João Goulart. Está rigorosamente proibida qualquer manifestação pública. Os senhores não podem fazer o que estão planejando. Se esta passeata acontecer, ela será severamente reprimida, e os senhores serão responsabilizados por qualquer incidente que venha a ocorrer. – Não sei qual foi a intenção ao colocarem esse cartaz aí na frente, aparentemente é uma provocação e ele deve ser retirado imediatamente.

Um dos presentes pediu licença para falar. Procurei ficar bem calmo para enfrentá-lo com serenidade. Ele perguntou:

– Podemos continuar reunidos aqui?

– Perfeitamente. Podem permanecer aqui, em local fechado e ordeiramente. Não há problema nenhum para quem desejar se reunir. Não podem é fazer manifestações, passeatas ou qualquer coisa semelhante em áreas públicas. Aqui vocês podem ficar.

Não era nada do que eu estava imaginando que fosse acontecer. A coisa foi mais fácil do que eu pensava.

Voltei ao 6º RCB e soube que haveria uma reunião de oficiais da guarnição no 12º BE. Ninguém queria ir pois achavam que poderia ser uma cilada. Disse-lhes que não se preocupassem porque o Comandante da Guarnição – Tenente-Coronel Monte – estava na nossa mão. Insisti para que atendessem a convocação pois, caso contrário, estragariam o meu trabalho. Resolvemos deixar uma tropa em condições de investir sobre o BE se em hora e meia eu não retornasse. Além disso, levaria comigo um oficial e o deixaria aguardando do lado de fora com a viatura. Se, decorrido o prazo estipulado, houvesse a necessidade da minha permanência lá dentro, mandaria aquele

oficial até o 6º RCB avisar que estava tudo bem. E para que tudo transcorresse com segurança estabelecemos também uma senha. Nada aconteceu.

Recebi então ordem para ir a Santa Maria participar do planejamento para a tomada de Porto Alegre, já que eu estava bem a par da situação. Pedi que requisitassem uma caminhonete para mim e, devido às circunstâncias, que fosse um carro bom e seguro.

Alegrete era e é um centro pecuarista. Na época, praticamente não tinha indústria. Talvez uma charqueada ou um frigorífico mas mesmo assim, havia na cidade 17 sindicatos e outras organizações consideradas subversivas. Excluída essa gente, o restante da população estava do nosso lado e se sentia ameaçada e preocupada com a situação. O pároco veio falar comigo para saber exatamente o que estava ocorrendo e como seria chamado o movimento. Até aquele momento não se falava em revolução e era difícil para eu descobrir um título para algo que ainda estava acontecendo. Saí pela tangente e não respondi ao sacerdote.

Praticamente eu não me alimentara e nem dormira desde o meu regresso ao Alegrete, pois estava em constante movimento. Quando fui até uma determinada casa receber a caminhonete que me levaria até Santa Maria, ofereceram-me um lanche enquanto preparavam e abasteciam o veículo. De repente, e sem bater, entrou uma senhora que morava perto da casa onde eu me encontrava. Era uma escritora, ou poetisa, pessoa destacada na cidade, anticomunista e uma das primeiras que constavam da lista dos agitadores para serem enforcadas. Entrou, chegou na minha frente, abaixou-se, beijou minha mão e falou:

– General – eu era major – o senhor salvou a nossa cidade. A nossa população deve muito ao senhor, deve isso, deve aquilo...

Fez um discurso empolgado para mim e beijou novamente a minha mão. Era contra o Jango e achava que os asseclas dele iriam mesmo desencadear uma revolução de esquerda e ela seria enforcada. Disse-lhe que podia se tranqüilizar porque o perigo comunista já havia passado.

Tive que decidir se iria pela estrada que me levaria diretamente e com mais facilidade a Santa Maria, ou por estradas péssimas mas seguras, mais ao sul, fora da área da 1ª DC. Decidi correr os riscos e tocar em frente pela estrada direta, mais ao norte, e aproveitar que ninguém tinha certeza do que estava acontecendo. Fui pelo território "inimigo" até o destino. E viajei fardado. Aliás, eu andava sempre fardado. Nem havia como trocar de roupa porque saí de Uruguaiana só com as fardas. Quando cheguei lá já era noite e até aquela hora eu não obtivera nenhuma informação sobre o comportamento da 1ª DC de Santiago do Boqueirão. Até então aquela área era considerada "inimiga" e reduto do "General janguista" João de Deus Nunes Saraiva.

O Comandante da 3ª DI em Santa Maria ficou muito tempo indeciso. O General Mário Poppe de Figueiredo não queria se definir. O Coronel Ramão Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI, estava do nosso lado, fazia contatos conosco e, assim como nós, também não queria virar a mesa. Desejava manter, preservar a cadeia de comando e insistia com o comandante para que ele se manifestasse pela revolução, mas o general relutava em tomar uma decisão. Então chegou um momento em que nós da 2ª DC pedimos ao nosso Comandante – General Camarinha – para ligar-se com o General Poppe de Figueiredo. Ele concordou e disse ao telefone mais ou menos o seguinte:

– Está acontecendo isso e aquilo, você tem que tomar uma atitude e colocar a 3ª DI a favor das forças democráticas. Além do mais, você é o General-de-Divisão mais antigo e terá que assumir o comando do III Exército.

O General Poppe respondeu que achava conveniente esperar um pouco mais para ver se a situação ficava mais clara e que, afinal de contas, o General Ladário Pereira Telles ainda estava em Porto Alegre. Então o Major José Campedelli – que estava próximo – alertou-o de que se ele não assumisse o comando outro mais moderno o faria e mais tarde ele teria que se explicar. O General Camarinha concordou com a sugestão e transmitiu aquela possibilidade ao Comandante da 3ª DI.

Tempos depois falei com o Coronel Milton Machado Martins, que fora do Estado-Maior da DI nos dias da Revolução, um homem bom, correto e educado. Quando ele soube a verdade sobre o assunto tratado no telefonema, observou contrariado:

– O General Poppe nos enganou. Ele estava em cima do muro dizendo que era cedo e todos nós estávamos preocupados, insistindo por uma decisão dele. Após aquele telefonema, alguém perguntou quem ligara e ele respondeu que havia sido o General Camarinha da 2ª DC, querendo saber como estava a situação aqui e informando que em Uruguaiana estava tudo calmo. Depois – continuou o Coronel Milton – parecendo preocupado, o General começou a caminhar de um lado para outro e lá pelas tantas mandou que tocasse oficiais. Nos reunimos no gabinete dele. Ele nos encarou com um olhar de leão e falou para os oficiais reunidos:

– Estive pensando e acho que chegou a hora de decidir; vamos entrar agora na revolução!

Os oficiais do QG da 3ª DI, favoráveis à Revolução, acharam que a opção fora do próprio General, que ele realmente estava aguardando para decidir na hora oportuna e que só aderira ao Movimento porque achara o momento adequado. Não ficaram sabendo que nós o empurráramos. Na verdade ele ainda queria continuar na encolha.

Quando cheguei em Santa Maria, conforme o relato do Coronel Milton, o General Poppe de Figueiredo já havia se posicionado. Minha missão seria participar dos estudos sobre o deslocamento e cerco de Porto Alegre e da chegada do General para

assumir o comando do III Exército. Mas naquela altura dos acontecimentos o General Ladário já havia ido embora e o caminho estava aberto; o General Poppe só teria que ocupar o cargo vago, mais nada. Mesmo assim, manteve o convite para eu integrar a sua comitiva quando ele fosse para o III Exército. Eu recusei:

– General, o senhor vai me desculpar mas não tenho mais nada para fazer aqui, nem lá. O senhor tem o seu Estado-Maior, tem os oficiais do III Exército e eu não vou fazer falta. Na 2ª DC acho que posso contribuir mais e melhor com a nossa causa. O senhor me dispensa e volto para Uruguaiana.

O General atendeu o meu pedido.

Naquela viagem a várias guarnições, minha missão era verificar se teríamos condições de executar o nosso planejamento. Por exemplo: não podíamos tirar um esquadrão do 8º RC de Uruguaiana enquanto o Tenente-Coronel Monte não se definisse pelo nosso lado. Também não haveria como tirar do Alegrete um esquadrão e mandá-lo para Manoel Viana, a não ser que a situação estivesse resolvida naquela guarnição. Quem decidiria isso e daria as ordens? Teria que ser eu mesmo. Havia ainda o problema de Quaraí. Se o 5º RC não tivesse conseguido deslocar-se para Harmonia, ficaríamos sem nenhuma reserva na mão. Tudo isso dependia de alternativas adotadas após confirmar a situação, ou em decorrência da evolução dos acontecimentos. Foi o caso do Alegrete. Depois de resolvidos os problemas foi que se pôde adotar decisões adequadas.

Para o Tenente-Coronel Monte foi desgastante passar para o nosso lado. Ele havia prometido total apoio aos esquerdistas e depois não conseguiu sustentar o compromisso. Até pelo contrário, acabou se manifestando a favor da Revolução. O pessoal achou que ele havia traído a causa. O comandante do 12º BE ficou muito preocupado e se considerava em perigo. Achava que poderia ser executado pelos inimigos. Acabou tendo um princípio de infarto e ficou uma temporada doente em casa. Pouco tempo depois foi exonerado do comando por motivos de saúde. Assim, foi afastado do comando da guarnição de Alegrete um elemento de tendência política duvidosa.

Quando voltei para Uruguaiana levei preso comigo o Capitão Quincas. Viajamos de jipe, eu sempre com a minha pistola 45 na cintura. À certa altura do percurso ele me provocou:

– Major, eu sei o que é ficar muito tempo com a pistola no coldre, acaba nos causando uma dor terrível nos rins. O senhor pode guardar sua arma, não se preocupe comigo.

Eu lhe respondi:

– Sei que posso tirar a arma, mas também sei que você pode ser comunista, pode ser um fanático e pode ser bandido.

Fui até meio grosseiro com ele mas continuei minha argumentação:

– Sei que louco você não é. A arma vai ficar na cintura. Paguei por ela e é minha obrigação zelar pelo meu equipamento.

E assim viajamos até Uruguaiana.

Trouxe alguns documentos para esta entrevista, inclusive o relatório do IPM que fiz em Uruguaiana. Hoje, lamento não ter tirado cópia de todo ele. Na introdução do inquérito, me lembro, apresentei a situação no município. Havia um Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, conforme se pode comprovar através dos planos e relatórios obtidos durante as investigações, era muito bem organizado. Embora tivesse sido dissolvido por força de dispositivo legal, continuava a atuar no campo das idéias, na política partidária e, principalmente, na mobilização das massas de operários e agricultores, visando orientá-las para a guerra revolucionária. No campo da política partidária são apresentados vários documentos sobre a importância da eleição de outubro imediatamente anterior aos eventos de março, junto com um balanço eleitoral, o trabalho constante e organizado de aliciamento, a campanha de obtenção de fundos e a infiltração nos sindicatos e nas organizações camponesas.

O documento elaborado pelo Partido Comunista em Uruguaiana dizia: "Continua em ascensão o movimento das massas camponesas e cada vez mais se fortalece a unidade e a organização da classe operária sob a nossa liderança. Atestam isso as eleições nas direções sindicais e a unidade sindical no município."

Foram mais de vinte depoimentos confirmando essas afirmativas. Consta de um deles: "Continuadamente se fizeram sentir em Uruguaiana manifestações claras da atuação ilegal do partidão, tais como: pichamento de muros e do asfalto das ruas com frases tipicamente subversivas ou simplesmente de exaltação ao Partido; grande queima de foguetes no aniversário de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro; hasteamento – na calada da noite – de bandeiras vermelhas nas principais praças públicas da cidade; volantes e panfletos do PCB com propaganda de apoio ao monopólio do petróleo, a Propaz, e à guerra ao capital estrangeiro; apoio ainda aos governos de Cuba, Rússia e China."

Acrescentei ao relatório mais duas ou três páginas contando como era o partido em Uruguaiana e também fiz constar o que encontrei a respeito dos indiciados e a conclusão sobre cada um. O nosso pessoal não sabe fazer inquérito pois imagina que o documento servirá apenas para o comandante punir, ou não, à luz do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). IPM é diferente. Você só pode considerar criminoso alguém que infringiu uma lei existente. Há que se verificar o que diz a lei e ver onde enquadrar o indiciado. Foi assim que fiz. Todos aqueles enquadrados por mim como criminosos, foram condenados pela justiça. Todos, sem exceção.

Em conseqüência e para evitar inquéritos malfeitos, fui nomeado coordenador de todos os IPM na região da 2ª DC. Por causa disso viajei muito e para vários lugares orientando o pessoal sobre como fazer inquéritos corretamente. Um erro comum era colocar a seguinte afirmação: "Com relação ao seu Fulano de Tal, subversivo e corrupto, nada foi provado." Terminada a fase crítica da revolução, ele ia à justiça e pedia uma cópia autêntica desta afirmativa e a usava como atestado de boa conduta. Argumentava: "No tempo em que os militares estavam com a faca e o queijo na mão, não encontraram nada contra mim." Para evitar esses "atestados gratuitos" eu orientava o pessoal para colocar um texto assim: "Com relação ao senhor Fulano de Tal, nada foi possível provar. Entretanto, este encarregado do inquérito, em face das evidências disso e daquilo, está convicto de que ele é um subversivo, é isso, é aquilo." Aí o indiciado já não teria mais como pedir atestado de boa conduta.

Recentemente, dia 20 de abril de 1999, apareceu lá em casa o advogado Roberto Ferreira, pedindo para eu fazer uma declaração informando que o Isabelino Bulgaim Abade, o Prefeito de Uruguaiana de então, estivera preso durante a Revolução. Ele movia um processo para receber uma indenização. Esta coisa de premiar quem esteve preso. Cometeu um crime, foi preso, então tem direito a uma recompensa. Resolvi atendê-lo. Escrevi rapidamente o seguinte:

"A pedido do bacharel Roberto Ferreira, procurador do senhor Isabelino Bulgaim Abade, declaro que na oportunidade em que ocorreram as ações em apoio à Revolução de 1964, no município de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, baseando-se em orientação do presidente da Comissão-Geral de Investigação, transmitidas aos Comandantes de Área pelo radiograma número tal e tal de 10 de junho de 1964, o comandante da guarnição militar determinou a prisão do senhor Isabelino Bulgaim Abade, para averiguações.

"O encarregado do Inquérito Policial-Militar, então instaurado, concluiu estar o cidadão supracitado, incurso nos artigos segundo, artigo quinto etc. da Lei 1802, de 1953. Naquela ocasião, Isabelino Bulgaim Abade esteve preso no quartel do 8º RC, de 2 de abril a 23 de maio de 1964, e de 22 de julho a 10 de setembro de 1964."

Parte do tempo em que o ex-Prefeito de Uruguaiana esteve preso aqui em Porto Alegre, ele permaneceu recolhido no prédio do Serviço Social do Menor, Sesme (hoje Febem), junto ao Asilo Padre Cacique, cujas dependências serviram de cárcere para os presos de todos os municípios do interior que foram mandados para cá. Eu, inclusive, tive que me deslocar até aqui para ouvi-los.

Finalizei a declaração atestando que: "Durante o tempo em que permaneceu preso, o senhor Isabelino Bulgaim Abade recebeu sempre um tratamento res-

peitoso e cordial." Tínhamos que nos precaver para que os prisioneiros depois não viessem a afirmar que haviam sido torturados.

Assinei o documento e o entreguei para o advogado, ficando com uma cópia. É importante que tenhamos muito cuidado para não acabar fornecendo um atestado de boa conduta para um assaltante e, indiretamente, reconhecer que fomos arbitrários e que, sem motivo para tal, efetuamos prisões. Devemos ser claros: mantivemos preso de tal a tal data, de tanto a tanto e ele (o indiciado) foi preso como suspeito porque houve ordem através do rádio tal e porque foi comprovado que era subversivo etc. etc.

Consolidada a Revolução, permaneci em Uruguaiana e, em virtude de transferência de oficiais, acabei assumindo a chefia do Estado-Maior da 2ª DC. Apesar de ser estagiário, eu era mais antigo do que os outros oficiais e o General Afonso de Albuquerque Lima, designado Comandante da 2ª DC, me manteve como Chefe do Estado-Maior. Solicitou a minha nomeação ao General Costa e Silva e ele respondeu que não poderia atendê-lo porque a função era de coronel. Eu era muito moderno, fora promovido em dezembro de 1964 a Tenente-Coronel. Mas o Ministro assumiu o compromisso de que, enquanto o General Albuquerque Lima comandasse a DC, não classificaria ali nenhum oficial mais antigo do que eu e permaneci como Chefe do Estado-Maior.

Depois o General Albuquerque Lima foi embora e assumiu o comando da 2ª DC o General Gastão Guimarães de Almeida. Ele mandou reestudar o problema e foi encontrada legislação que previa que em circunstâncias especiais era possível nomear oficial de posto inferior a coronel para a chefia do EM. Então tornou a pedir a minha nomeação e o ministro ratificou a resposta anterior. Continuei na mesma função. Transferido o General Gastão, assumiu o General Tasso Villar de Aquino e, mais uma vez, permaneci na chefia do Estado-Maior. Como resultado desta longa experiência passei a conhecer toda a 2ª DC e tinha tudo sob controle. Levava todos os problemas para o General já com as possíveis soluções alinhavadas. Em pouco tempo o General conhecia muito bem a sua área de comando.

Um dia a situação mudou. O General Justino Alves Bastos veio comandar o III Exército e começou a sonhar com o Governo do Estado; queria ser eleito pelo voto indireto. Vou abrir um parêntese para relatar um fato curioso. O General Amaury Kruel também sonhava ser o governador de São Paulo. Os dois foram convidados pelo Assis Chateaubriand para participar de um grande churrasco na Fazenda Jabá, aqui no Rio Grande do Sul. E o Kruel, muito esperto, pediu para o Justino – que era metido a orador, e falava bem – fazer um discurso. Em sua fala, o General Justino manifestou claramente as suas intenções políticas. Durante a exposição de gado, o Chateaubriand,

homem inteligente e muito gozador, batizou um tourinho de alta linhagem com o nome de Kruelino: Kruel mais Justino. Poucos dias depois, o Marechal Castello Branco destituiu o General Justino do Comando do III Exército.

Retornando ao assunto. Na sua fase de pré-candidato o General Justino procurava estar sempre bem situado junto às diversas correntes políticas. Um belo dia, o presidente do Diretório Regional do PTB no Rio Grande do Sul, Siegfrid Heuser, um político considerado muito correto, apareceu lá no QG em Uruguaiana. O Prefeito Isabelino Bulgaim Abade, do PTB, estava na sua segunda prisão. Recebi o Siegfrid, levei-o para cumprimentar o General, e depois voltamos ao meu gabinete para conversar. Em tom de apelo, disse-me o que queria:

– É um absurdo o prefeito estar novamente preso. Manter na prisão um homem eleito pelo povo logo agora que o País – de acordo com a orientação do Presidente da República – está voltando à normalidade democrática, é uma barbaridade. Nos demais municípios tudo está regularizado. O único que permanece nesta situação esdrúxula é Uruguaiana. O Prefeito Isabelino deve ser solto imediatamente, providência que conta com a aprovação do General Justino que nos estimula e nos dá todo o apoio para que a conjuntura política no Estado volte à normalidade.

Respondi a ele que o General Justino poderia apoiá-lo, mas que o Isabelino continuaria no xadrez até o término do inquérito em andamento e da avaliação pela justiça das razões pelas quais ele fora preso. E continuei:

– E quando ele for solto, não assumirá a Prefeitura! Se o senhor quiser que ele assuma, primeiro consiga com o Ministro da Guerra o meu afastamento de Uruguaiana porque enquanto eu estiver aqui, ele não assume. E tem mais, acredito que o general comandante da 2ª DC também terá que ser removido. Penso que ele também não aceitará o Isabelino novamente na Prefeitura.

O Sigfried Heuser viu que não conseguiria nada comigo e pediu:

– O senhor me permite conversar com o Isabelino? Prometo – ele falou bem assim, prometo – que não farei nenhum pronunciamento público sobre o fato. É apenas uma visita de cordialidade e apoio a um companheiro nosso que está em situação difícil.

Autorizei o encontro e disse-lhe que permitiríamos a entrada de todos aqueles que desejassem o mesmo. O safado foi lá, conversou com o Isabelino, e depois saiu fazendo declarações. Aqui em Porto Alegre ele falou:

– Aquele Coronel da 2ª DC é um fanático. Ele e aqueles oficiais de Uruguaiana são todos radicais.

Terminado o relato dos problemas com os políticos e com o prefeito, apenas mais algumas informações sobre os inquéritos pós-Revolução. Eu tinha que me pre-

parar para tomar os depoimentos daqueles que estavam presos aqui em Porto Alegre. Comecei a procurar informações sobre os suspeitos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que possuía um arquivo muito bom e que depois do período revolucionário foi destruído pelos esquerdistas. Nada de microfilmes ou cópias xerox, eram os documentos originais. Eu ia lá, solicitava a documentação, e anotava tudo o que havia sobre a vida pregressa de cada um dos que seriam inquiridos. Uma vez o velhinho que atendia o arquivo, olhou para mim e perguntou:

– O major é parente do seu Antão Chagas? – Achei o senhor parecido com ele.

Confirmei que sim, que era o meu pai.

– Então o jovem é filho do seu Antão? – Ele é um homem sensacional, maravilhoso. – Um momentinho.

Abriu a porta, mandou-me entrar – ninguém podia entrar – e me ensinou o manuseio do arquivo. Havia um esquema burocrático muito rigoroso para as consultas. Passei a trabalhar ali dentro e com isso ganhava tempo.

Quando estava em Porto Alegre por causa de inquérito, ia de manhã para o DOPS e ficava lá o dia inteiro pesquisando. À noite, dormia duas horas antes de ir ouvir o pessoal. Meu sistema de trabalho era o seguinte: no arquivo eu recolhia todas as informações sobre a pessoa a ser ouvida naquela noite. Com base nos documentos consultados, redigia todas as perguntas que me interessavam e depois embaralhava os papéis. Por exemplo, para saber se o preso tinha participado de uma reunião preparatória do partidão que houvera em Sarandi – município do Planalto gaúcho – eu indagava:

– O senhor gosta de viajar? – Tem viajado muito? – Conhece Rio Grande? – Conhece o Planalto? – Acha bom o clima de tal lugar?

Fazia vários questionamentos até chegar ao principal: se ele fora àquele lugar, naquela data, e comparecera a tal reunião. Depois tornava a embaralhar os papéis, novas perguntas, e o depoente acabava caindo em contradição, pois já havia esquecido o que me dissera anteriormente. Não conseguia guardar tudo na cabeça. Era como eu pressionava o suspeito que terminava contando seu envolvimento na subversão. O processo era bom, mas me dava um trabalhão desgraçado. A vantagem era que se o inquirido não fosse comunista de carteirinha, industriado, preparado, caia como um patinho. Se o sujeito era comuna, eu ficava sabendo pelo seu comportamento. Na hora que eu apresentava a indagação básica ele usava uma artimanha:

– Estou que não me agüento mais. O senhor vê, sou um velho, estamos aqui há uma hora, preciso urinar.

Eu tinha que deixá-lo sair. No banheiro, ele pensava, raciocinava, revia suas declarações e voltava bem preparado para a resposta. Um deles, quando fiz a pergunta que iria derrubá-lo, fez-se de emocionado:

– Pois é, neste nosso trabalho, sempre preocupado com os humildes, acabamos nos desgastando emocionalmente. Anteontem entrou um homem lá em casa para me dizer que eu podia contar com ele para tudo. Inclusive, se fosse preciso, ele morreria para me defender. Isto nos emociona.

Aí começou a chorar. Ficou meia hora chorando, se reestruturando, enquanto pensava e raciocinava. Eles usavam esse tipo de malandragem no momento em que eu fazia a pergunta que os derrubaria. Houve um caso muito interessante com um tal de Sheikel, advogado, comunista ativista e muito inteligente – dizem que agora não é mais comunista porque se casou com mulher rica. Na hora em que eu reduzia a termo o seu depoimento, ele me perguntou:

– Major, o senhor tem tempo? – Posso divagar um pouco?

Concordei e ele começou a dissertar, construindo as frases mais bonitas que até então eu ouvira. Falou sobre o sentido da vida do homem, o que ele faz na terra, mais isso, mais aquilo. O seu belo palavreado não adiantou muito, pois eu havia anotado no DOPS toda a vida pregressa dele. Consegui enrolá-lo e ele acabou sendo denunciado.

O secretário do Partido Comunista em Uruguaiana – o chefe era chamado de secretário – era o Ulisses Câmara Villar. Na Revolução, ele se mandou para o Uruguai e lá ficou exilado. Um dia mandou um emissário conversar comigo e perguntar se poderia vir ao Brasil para assistir ao casamento da filha.

Eu disse que sim, poderia vir, assistiria ao casamento escoltado e depois ficaria preso por igual período que os demais. Eu sabia que o teria que soltar mas achava que não era justo. Todos os seus companheiros haviam sido presos e por que ele, o chefe, ficaria livre da prisão?

O Ulisses Villar não aceitou as minhas condições. Decorrido algum tempo cansou do exílio, viu que o Brasil estava bem diferente do que imaginava e acabou se apresentando. Coloquei-o no xadrez e o inquiri; era um homem sincero. Estou entregando uma cópia do termo de perguntas que fiz a ele.

Com isso, termino o meu relato sobre a Revolução de Março de 1964. Ao invés de entrar na parte doutrinária do Movimento, preferi descrever os fatos dos quais participei naqueles dias tumultuados e de difíceis decisões na área do III Exército, particularmente na 2ª Divisão de Cavalaria.

Agradeço ao General Floriano Aguilar Chagas pela sua interessante entrevista. A tese defendida por muitos estudiosos de que a Revolução foi resultado de uma ação feita, preponderantemente, pela oficialidade jovem, ficou muito clara no seu depoimento. Destaque-se a sua coragem nos enfrentamentos dos quais participou nos primeiros dias da Revolução. Muito obrigado pelo seu precioso depoimento.

General-de-Divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres

O General Negrão é natural de Belém do Pará, onde nasceu em fevereiro de 1925.

Ingressou no Exército em maio de 1942 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945, sendo classificado no 3º RAM (3º Regimento de Artilharia Montada) em Curitiba-PR.

A partir de então o Paraná foi seu Estado adotivo, pois quase toda a sua vida girou em torno da terra das araucárias. Esteve fora por dois anos como tenente no 2º RO 105 (2º Regimento de Obuses 105 mm) de Itu-SP, no QG/8ª RM (Quartel-General da 8ª Região Militar) em Belém, já como oficial superior. Realizou seus cursos na Guarnição do Rio de Janeiro-RJ onde fez o de Artilharia Antiaérea em 1949, a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1954, a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1959/1961 – quando ocorreu o episódio da Legalidade – e, posteriormente a ESG (Escola Superior de Guerra) já em 1981. Enquanto integrava o seleto corpo de Instrutores da ECEME cursou a coirmã do Exército norte-americano em Fort Leavenworth–KS em 1965/1966. Na Capital Federal serviu no EME entre 1977/1978, e depois de promovido a oficial General.

No Paraná, além da Unidade que o acolheu como Aspirante-a-Oficial e Capitão, serviu no 3º G Can Au AAé (3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos), onde foi promovido a capitão em dezembro de 1950.

Retornando de Belém, foi classificado no início de 1958 no I/5º RO 105 (1º Grupo do 5º Regimento de Obuses 105 mm), na cidade de Lapa-PR, Unidade que veio a comandar em 1970.

Realizou o estágio de Estado-Maior no QG/5ª RM, onde vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de 1964, e ali serviu novamente após a conclusão do curso da ECEME do Exército dos EUA, sendo movimentado após sua promoção a coronel, por merecimento, em dezembro de 1969. Integrou o Estado-Maior do Comando

da AD/5 (Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria) no 2º semestre de 1964 e após entregar o comando, de 1972 a 1977; ali foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel e, em 1975/1977, presidiu a Subcomissão Geral de Investigação–PR, vinculada ao Ministério da Justiça.

Promovido a General-de-Brigada em março de 1978, comandou a AD/6 em Porto Alegre-RS, a AD/5 em Curitiba e exerceu o cargo de Subchefe do Exército no EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) em Brasília-DF. General-de-Divisão em março de 1983, foi nomeado Subchefe do EME e, posteriormente, Vice-Chefe do DGS (Departamento Geral dos Serviços). Comandou a 3ª RM em Porto Alegre de 1985 até 1987, quando solicitou sua transferência para a reserva.

Radicado em Curitiba, tem desenvolvido intensa atividade literária, iniciada em 1956 no jornal *A Província do Pará*. No seu acervo literário destacam-se: "Meninos, eu também vi", "Por que morreram os americanos no Vietname?", "Para Collor ler na cama", "De Fernando a Fernando", "As Epístolas de um general de pijama", "Nos porões da ditadura", "Paraná – Encruzilhada de Caminhos" e "1964 – Uma Revolução Perdida".

É colaborador da *Gazeta do Povo*, como antes fora da *Folha de Imprensa*, também é conferencista convidado de entidades culturais e clubes de serviço (ADESG/PR, ADISEC, Rotary, PUC/PR).

É o 2º Vice-Presidente do Centro de Letras do Paraná, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar. Ocupa a cadeira nº 15 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e a cadeira nº 10 da Academia Paranaense de Letras.

Mercê de sua brilhante carreira militar e literária tem sido honrado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por entidades e órgãos civis.

Entrevista realizada em 22 de agosto de 2000.

Uma das motivações que nos levaram a Curitiba foi ouvir o General Negrão porque a leitura de seus livros mostra que ele realmente é um analista bastante criterioso, com um ponto de vista muito objetivo sobre a Revolução. Não poderíamos encerrar nossos trabalhos sem ouvi-lo. O General Negrão considera que a explanação consta dos livros que ele publicou ao longo desses anos, desde que foi para a reserva. Assim limitar-se-á aos comentários específicos.

Agradeço a gentileza. Com certeza a minha participação *a posteriori* foi maior; depois de transferido para a reserva, resolvi colocar no papel as minhas opiniões, por intermédio de diversos livros, pois desde o começo fiquei preocupado com a campanha de distorções, as afirmações tendenciosas e mesmo ofensivas às Forças Armadas, que se faziam quando da apreciação dos eventos do chamado "regime militar". O meu envolvimento real nos acontecimentos foi modestíssimo, pois ainda era Major. A partir de então, procurei situar-me e colher informações sobre aquele período que é muito importante na história recente do Brasil. Infelizmente, ele vem sendo contado, de maneira leviana, pela esquerda. É talvez o único caso em que os derrotados estão fazendo a memória e isso, infelizmente, é culpa nossa, pois acreditando que a anistia era para valer, ficamos em silêncio e na defensiva; o Coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra) com "Rompendo o silêncio", depois, em 1998, "A grande barreira" do Coronel Maya Pedrosa (José Fernando de Maya Pedrosa) e, finalmente, o General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) mostraram a outra face da moeda. É louvável, portanto, essa iniciativa do nosso Comandante do Exército de complementar a memória escrita utilizando essa prática recente da "história oral". O que tem sido feito pela esquerda não passa de uma forma de reinventar a história, ao sabor das conveniências ideológicas, o que é próprio da área acadêmica, cujos integrantes estão, em grande parte, contra nós. Orientarei o que tenho a dizer através das perguntas que me foram apresentadas.

Causas da Revolução

Tenho a dizer que, essencialmente, a Revolução de 1964 deveu-se a duas causas: uma reação ao processo acelerado de comunização do País, que estava em marcha e, principalmente, à tentativa de quebrar a hierarquia e a disciplina – espinha dorsal das Forças Armadas. Aqueles que, como eu, apegavam-se à posição legalista, que é a postura normal do Exército, dobraram-se à realidade desses fatos. Essas foram, no meu modo de ver, as causas próximas, porque as remotas vêm desde o tenentismo e episódios subseqüentes.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento deu-se de forma espontânea?

Com relação à preparação, se houve coordenação ou não, ignoro; no Paraná, o desencadeamento foi praticamente espontâneo. Alguns elementos já tinham

uma posição definida, estes se articulavam e conversavam, mas a maioria acabou sendo levada pelos fatos. Aqui tivemos um grande "joão batista", o General Dario (Dario Coelho) pois foi quem começou a apontar os caminhos, as veredas. Inicialmente, ele era o Comandante da ID/5 (Infantaria Divisionária da 5ª RM/5ª DI – Ponta Grossa), depois foi para a AD/5 (Artilharia Divisionária da 5ª RM/5ª DI) e, no seu trabalho de comando durante o 2º semestre do ano de 1963, em todas as suas visitas, alertava os oficiais:

– Estamos nos encaminhando para uma situação séria, na qual teremos que tomar decisões importantes sobre o destino do País. Temos que nos preparar.

Sempre fazia a sua pregação, e isso deve ter vazado para os altos escalões do governo. Tanto que o General Jair (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra, quando nos visitou, fez uma "contrabateria", reuniu separadamente os oficiais e os sargentos para aquelas conversas populistas. Essa preparação, se houve aqui, foi a negociação de alguns elementos mais politizados e com ligações fora da área.

Por exemplo: eu era Oficial do Estado-Maior[1] da Região e não tomei conhecimento daquela diretriz do General Castello, Chefe do Estado-Maior do Exército, que é considerada uma definição de rumos para o Exército, embora em desacordo com a orientação do Ministro. Quanto a grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis ou contribuíram para a preparação, na área militar, diria que o principal foi o General Dario e, na área civil, o então prefeito de Curitiba, Ivo Arzua.

Uma circunstância muito especial era a presença do Comandante da 5ª RM/5ª DI (5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria), General Silvino (Silvino Castor da Nóbrega). Quando ele assumiu o comando, declarou-se um nacionalista verde-amarelo. Mais ou menos na mesma época, assumiu o comando da ID o General Chrysantho (Chrysantho de Miranda Figueiredo) um esquerdista notório e que, durante o tempo em que esteve no comando, fez proselitismo esquerdista. Isso, assinalado por todos nós do Estado-Maior Regional, comunicamos ao General Silvino; ele aceitou o fato como normal. É claro que havia elementos ligados aos chamados grupos nacionalistas que a verve da Caserna chamava de melancias (verde por fora e vermelho por dentro). Mas eu não diria que tenha havido uma preparação, a não ser essa ação do General Dario, de um lado, e do General Chrysantho do outro.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Resistências para a implantação da Revolução

Não tenho conhecimento de resistência para o desencadeamento do Movimento, no interior do Estado. Aqui na capital, provavelmente, teria havido. Entretanto, em função do trabalho junto aos sargentos, vivemos uma situação peculiar. Antes do General Silvino, comandara a Região o General Justino (Justino Alves Bastos) que, embora depois lá no Nordeste tenha mudado de atitude, aqui era muito complacente com a ação desses elementos que aliciavam os sargentos. O resultado foi uma situação esdrúxula na Guarnição. O Coronel Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ocupava a presidência do Diretório Municipal do PTB, e indicou um subtenente da sua Unidade para candidato a vereador, dentro daquela campanha pela elegibilidade, um dos motivos da tentativa de aliciamento dos graduados.

Cheguei a insistir com o General Justino para que acabasse com aquela situação esquisita, mas ele não quis engajar-se e acabei perdendo uma excelente ocasião para ficar calado. Conversando com um dos sargentos, já nos primeiros dias de abril, ele me disse que só não reagiram ao "golpe" porque não tiveram quem os liderasse. Esperavam que fosse o Coronel Barcellos (Alcides do Amaral Barcellos), mas ele acatou a prisão domiciliar e não houve reação. Os focos aqui eram o CPOR e a Subsistência, onde os sargentos estavam organizados; havia até uma célula, com gente vinda da EsSA.

Quando servi em Curitiba, havia um coronel engenheiro, talvez em 1964 já tivesse sido transferido para a reserva; ele participava dessas reuniões que aconteciam no Parque...

Parque Regional de Armamento.

No contato que mantinha com os oficiais do QG, o único de que me lembro, conhecido como elemento ligado ao esquema do Jango era o Coronel Cairoli (Carlos Molinari Cairoli).

Nessa época não estava mais aqui...

Soube que ele foi nomeado Chefe de Polícia em Brasília; em seguida entrou em conflito com a administração e saiu. Nunca mais ouvi falar dele.

A Região expediu um documento muito importante na ocasião. Foi uma providência muito sábia, muito interessante do ponto de vista de memória histórica. Um mês após a Revolução, em 4 de maio de 1964, o General Dario organizou e publicou um relatório reservado da 5ª RM/5ª DI, concernente ao Movimento militar de 31 de Março. Tempos depois, encontrei esse documento perdido lá no arquivo entre outros ostensivos e – devo confessar esse deslize – apropriei-me dele, porque sabia ser importante para a história. Está comigo e lhes darei uma cópia (Anexo I).

Trata de dois oficiais de engenharia do quartel-general que, no momento da definição, se declararam contra o Movimento; foram presos e depois sofreram as sanções. Eram companheiros dignos, embora com opinião política contrária e...

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou Estado?

Aqui, o desencadeamento teve uma peculiaridade muito interessante e que foi decisiva. O Comandante da Região, General Silvino, que se colocaria fatalmente contra o Movimento e o General Chrysantho, Comandante da ID, que rezava pela mesma cartilha, estavam em férias quando houve o levante em Minas. Tentaram voltar e não conseguiram. Deixarei esse episódio para o Coronel Wolf (Luiz Barbosa Wolf) explanar, porque ele o acompanhou e conhece os detalhes. Foi um momento crucial. Se os referidos generais tivessem tido oportunidade de descer no aeroporto, a história teria sido diferente, talvez até com situações lamentáveis e mortes.

Quando cursei a EsAO em 1963, o então Coronel Chrysantho era Comandante de uma Unidade da Vila Militar e patrocinava periodicamente uma reunião de capitães. Um emissário dele veio convidar-me para uma dessas reuniões, onde o Comandante queria dar um esclarecimento sobre a situação nacional.

Com relação ao convencimento e adesão do pessoal à derrubada do presidente eleito constitucionalmente, vivemos todos uma espécie de contradição. Quanto mais havia ação da esquerda tentando aliciar sargentos e impor certas medidas, mais isso contribuía para convencer os indecisos ou os legalistas de que era necessário dar um basta, porque senão chegaríamos a uma situação insustentável. Lembrávamo-nos da Legalidade, 1961, quando o Brizola conseguiu parar o movimento e fazer prevalecer a tese dele contra a dos ministros militares. O Exército ficou dividido e só não houve choque porque encontraram a solução parlamentarista. Mas foi uma situação curiosa e crítica.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

Naquela época vivíamos uma crise econômica muito séria. No Rio de Janeiro, viam-se filas e mais filas: do feijão, do leite, da carne e por aí vai. Uma desorganização completa da economia, e o próprio governo tinha levado a população a uma situação de angústia tão grande que sensibilizou o Exército e as demais Forças singulares. As marchas das mulheres com seus terços – hoje elas são ridicularizadas – foi uma amostra do clamor da opinião pública.

Mas a população civil sentia-se esperançosa de que as coisas realmente pudessem mudar. Um detalhe interessante: o General Castello logo depois de tomar posse esteve aqui e foi bem recebido; poder-se-ia dizer que seria ainda conseqüente

da euforia da vitória. No entanto, posteriormente, o Presidente Costa e Silva estabeleceu o sistema de governo itinerante e uma das primeiras capitais de onde ele governou foi Curitiba, convencido pelo então Governador do Paraná. Isso já depois do AI-5. E o povo foi para a rua recebê-lo. E de uma maneira tão simpática que, quando eles chegaram naquela avenida que desemboca no Palácio do Governo, o Governador propôs que fossem a pé; os dois desceram e foram até o Palácio aplaudidos pela população. Então esse era o ambiente, e nós já estávamos em 1969.

Cinco anos já.

Relembro esse episódio, inclusive, porque há dias, o então governador, em uma entrevista na televisão, gabou-se de ter conseguido, com o seu prestígio, que o povo aplaudisse o ditador do AI-5; ele já apresentou a versão dessa forma, marotamente. Mas houve essa sensação de alívio e de euforia, um sentimento anticomunista e contra a anarquia que antes existia. Realmente havia esperança, pois se derrotara aquela situação, com muito pouco sangue a lamentar, uma quase unanimidade nacional.

Outra peculiaridade do Paraná: naquela fase aguda da ação esquerdista, todos os movimentos subversivos originaram-se no exterior. Isto porque, aqui, na realidade, os descontentes, mesmo no início da contestação, eram os sindicatos – principalmente dos bancários, intensamente trabalhados pelo Partido Comunista – e a área estudantil, pois o jovem está sempre contra alguma coisa. Ele é contra qualquer governo e, se em casa não pode manifestar-se, vai protestar na rua. A área estudantil foi responsável pelas pequenas arruaças contra a polícia, usando estilingue e bola de gude para molestar a cavalaria. Agora, quando se tratou realmente de reação mais séria, os subversivos vieram de fora, tanto que o "MR-8, o primeiro, de Niterói", foi desarticulado aqui – depois do seqüestro do embaixador americano, a DI/GB resolveu adotar esse nome como uma forma de desmoralizar o Cenimar[2] que havia anunciado o desbaratamento completo do MR-8.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Troquei essa pergunta por outra: quem esperava? A área militar, por exemplo, era muito influenciada por duas aspirações: o combate à subversão e à corrupção e o restabelecimento da disciplina nos quartéis, que fora muito afetada. Aqui não tivemos nenhum fato grave, mas houve levante dos sargentos em Brasília e os marinheiros se sublevaram no Rio. Além disso, o anseio realmente é que se fizessem as tais reformas de base, mas não demagógicas ou insinceras, como eram as

---

[2] Centro de Informações da Marinha.

propostas do Governo Goulart. As pessoas esperavam também uma modernização do País, que finalmente fosse retomado um desenvolvimentismo semelhante ao ocorrido na época do Juscelino, muito embora aquele tenha sido meio sem base, sem sustentação, com uma moeda fraca e muita inflação. Esses eram os anseios.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou a escalada revolucionária e a edição dos atos institucionais?

Respondo a esta pergunta com uma expressão que foi muito usada. Desde o começo, nos encaminhávamos para vivenciar em 1964 mais uma revolução perdida. Já acontecera em 1930, em 1945 com a queda do Getúlio, depois em 1954, e finalmente em 1961. E por quê? Porque o denominador comum era o anticomunismo; quando se passava para a política, por trás de cada liderança civil que apoiava o Movimento havia um candidato a presidente. O Adhemar já tinha sido lançado candidato; o Lacerda o foi em seguida; o Magalhães Pinto era também; o Juscelino queria voltar. E aí houve o que eu chamo de "o pecado original" do Movimento de 1964 que pode – não é questão de apontar culpa – ser constatado através de um fato histórico. O General Castello escrevera uma carta a seu filho, dizendo que sabia estar herdando uma massa falida pesadíssima, que seria um trabalho hercúleo recuperar o País daqueles anos de desgoverno e de desatinos. Não entendo como é que, depois dessa constatação, tenha concordado em apenas complementar o mandato do Jango. Isso para mim foi um erro crucial, foi o começo do fim.

Mas não teria sido pressão dos políticos ávidos de poder?

Exatamente isso é que não dá para entender, pois tínhamos uma Revolução vitoriosa. E aí, na hora de escolher o vice, o Castello foi conversar com o Juscelino para, em troca não sei de que, aceitar o Alkmin, uma figura que vista sob o prisma da corrupção não podia ser aceito, sob qualquer hipótese. Ali começaram os avanços e recuos que o Luiz Viana Filho – Chefe da Casa Civil do Castello – chamou de "a estratégia da beira do abismo", essa é a expressão que ele usa no seu livro sobre o Governo Castello Branco. Isso aconteceu porque ao aceitar o novo Presidente – e muitos políticos não o conheciam – eles não estavam aceitando as suas idéias. Todo mundo sabia que se tratava de um homem legalista, que governaria tentando fazer as reformas sem a quebra do sistema jurídico de então. E ele as encaminhou, aliás, de uma maneira inteligente, eu diria até excepcional. Houve um momento em que o Governo tinha o apoio de 240 deputados na Câmara, naquela época uma maioria expressiva. Eram a UDN, o PSD do Juscelino, o PL e, praticamente, só o PTB na oposição. Com isso ele conseguiu vitórias extraordiná-

rias. Um exemplo foi a regulamentação sobre o direito de greve que, no tempo do Getúlio, da Constituição do Estado Novo – "a polaca" – fora proibida porque se considerava a greve um ato anti-social. Já a Constituição de 1946 dizia que a greve era um direito do trabalhador, nos termos da lei. Só que essa lei não tinha sido regulamentada até 1964. Todos os governos populistas e trabalhistas falaram, falaram, mas de efetivo, não fizeram nada. O Presidente Castello assumiu em 15 de abril, e já no dia 1º de junho ele conseguiu sancionar uma lei que o Congresso votara, regulamentando o direito de greve. E uma coisa espantosa: o relator, grande artífice e grande batalhador para a aprovação dessa lei no Congresso foi o Deputado Ulisses Guimarães, do PSD. Mas aí as coisas começaram a involuir, complicar. Descobriu-se, por exemplo, que não seria possível fazer tudo que era preciso durante aquele mandato. Passou-se a falar em prorrogação de mandato. Isso alienou os seguidores do Carlos Lacerda, um dos grandes líderes civis que apoiaram a Revolução. O Magalhães Pinto também começou a movimentar-se e as dificuldades foram aumentando. Aqueles companheiros nossos, mais radicais, conseguiram o apoio do Ministro do Exército, General Costa e Silva e, para mim, cometeram um ato desnecessário que deu início à derrocada da bancada do Congresso: a cassação do Juscelino.

A partir daquele ato, aquela maioria dos 240 deputados ficou prejudicada. Hoje, em uma análise fria, acredito que um dos erros do Presidente Castello foi não ter substituído os três ministros *ad hoc* que assumiram naquele vácuo, logo depois do Movimento. Os três oficiais-generais mais antigos constituíram o Comando Supremo da Revolução que editou uma série de medidas, inclusive o Ato Institucional Nº 1. Na hora de formar o ministério, o Presidente substituiu os Ministros da Marinha e da Aeronáutica e, por razões explicáveis ou inexplicáveis – as primeiras por certo sentimentais, de camaradagem, mas, por outro lado Castello sabia que Costa e Silva parara de estudar há muito tempo, só cuidava de amenidades e fez tudo para evitar que ele fosse seu substituto – manteve o da Guerra. Com isso criou uma liderança paralela à dele dentro do próprio Governo, a do Ministro Costa e Silva, uma "cobra" que iria depois engoli-lo. E tinha solução? Não sei! Mas a partir daquele momento as coisas pioraram, porque essa dualidade de liderança foi explorada pelos companheiros mais radicais, exatamente porque em momento algum eles se satisfaziam com a liderança do Castello. Assim, dificultaram as coisas de todas as formas, mas, de qualquer forma o saldo do primeiro governo foi extraordinário.

Essas indecisões realimentaram a oposição que foi crescendo, crescendo e culminou manifestando-se naquela escalada do terrorismo, cujo primeiro ato foi

a tentativa de assassinar o candidato Costa e Silva, em Guararapes. Foi uma seqüência que costumo chamar de sementes do AI-5, que foram sendo plantadas, plantadas, até que chegou um momento em que o Governo viu-se obrigado a retomar a ação revolucionária. O Presidente Castello promulgara uma Constituição que é considerada das melhores que tivemos; houve a institucionalização do movimento de março. Mas a contestação e a ação dos políticos levaram ao endurecimento do regime naquela série de atos que se seguiram.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Eu já estou falando um pouco sobre isso. Discordo da expressão, pois não tivemos governos militares.

Realmente a expressão não está certa.

Tivemos governos presididos por generais. Porque desde o período do Castello foram governos civilistas; um militar na Presidência e uma maioria de civis integrando todos os demais escalões. Não tivemos aqui uma situação como a do Peru, com todos os ministros fardados.

E qual a minha opinião sobre o governo dos generais delegados da Revolução? Eu diria que, no mínimo, demos um exemplo. No Brasil os caudilhos são civis. Os nossos generais não o foram. Um deles era chamado para cumprir a missão; terminado o prazo outro era convocado. Tivemos sempre a "troca da guarda". E o saldo da realização foi positivo, no campo econômico até extraordinário.

Algumas coisas poderiam ter sido melhores. Eu li no livro do Luiz Viana Filho que o General Geisel, Chefe da Casa Militar do Presidente Castello, ao saber que o substituto seria o General Costa e Silva, teria dito:

– É mais uma revolução perdida.

A expressão é dele. Veja como são as voltas da fortuna. Ele achava que naquela ocasião iria para a reserva e acabou indo para o Superior Tribunal Militar. Depois o Presidente Costa e Silva adoeceu, o General Médici o levou para a Petrobras e ele voltou em uma situação de destaque que a sua liderança, competência e visão justificavam. Acabou sendo o responsável por salvar a Revolução. O Presidente Geisel sentiu a necessidade de retornar à idéia original, pois vivíamos um hiato e o nosso compromisso era com a normalidade democrática. Uma coisa curiosa; ele tentou voltar ao objetivo original da Revolução, mas outras circunstâncias, como a situação econômica e o próprio momento político dificultaram tudo e as coisas não aconteceram da forma esperada. E realmente essa transição para a democracia acabou sendo feita de uma maneira que não era a melhor para o País. Hoje vivemos fatos e circunstâncias que são decorrentes desse processo de transição.

Sabemos de fonte segura que na ocasião em que foi escolhido, o General Costa e Silva estava gravemente doente. A equipe dele, seus assessores e elementos mais chegados já sabiam disso e sonegaram essa informação por interesse do mandato. Pouco depois o Presidente teve problemas, ficou incapacitado e precisou ser substituído. Já a escolha do novo Presidente deu-se através de uma eleição de forma militarizada. Tudo porque a situação era de inquietação, estávamos vivendo aquela fase de contestação que apresentava sinal de rápida deterioração.

O senhor sabe que Brasília é uma cidade de muita fofoca, porque cada vez que um Presidente toma posse, sobe uma equipe e quem sai ou o pessoal que está na espera, lutando pelo Poder, fica louco para subir. Trabalhei na área dois no Comando Militar do Planalto, era muito complicado. O meu trabalho era burocrático, com muito pedido de informações sobre fulano, sicrano, mas de qualquer forma era difícil. E isso que o senhor falou é verdade; perguntávamos para o "staff" do General Costa e Silva sobre a sua saúde e todos nos respondiam que estava em plena recuperação. O próprio General Portella (Jayme Portella de Mello) desconversava sobre aquele problema, embora soubéssemos que praticamente...

É, no livro "Uma lanterna na popa", o então Ministro Roberto Campos narra um fato curioso, em que o doutor Rinaldo de Lamare, médico incumbido de acompanhar o Costa e Silva na viagem que ele faria ao exterior, quis informações sobre a saúde do Presidente eleito. Então foram-lhe mostrados vários exames e esse médico ficou preocupado porque já havia indicações de que uma doença cardíaca muito séria poderia desencadear-se a qualquer momento. Inclusive o Roberto Campos narra que o Dr. de Lamare levou os exames para um cardiologista conhecido e famoso (Genival Londres) examiná-los, dizendo:

– Esses exames são do sogro de um amigo que tenho, um negócio de herança, ele está em dúvida sobre a saúde do homem.

A resposta do médico foi tachativa:

– Não se preocupe porque esse cidadão não tem mais do que dois anos de vida.

Ele falou com o Roberto Campos que relatou a situação para o Andreazza. A resposta dele foi:

– Agora não adianta, não tem mais jeito.

Quer dizer, os imponderáveis da vida vão formando o quadro da realidade. Então, a substituição do Presidente ocorreu em plena luta contra o terrorismo, basta dizer que o seqüestro do embaixador americano foi nessa época, em plena confrontação. O que fazer? A solução foi o Médici. E as coisas acabaram saindo um pouco da normalidade.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Na realidade enfrentamos um desafio representado por aquelas ações da esquerda radical, da linha não kruchevista-prestista, do PCB, facção do Marighela, que partiu para o confronto armado. Foi uma guerra declarada e na guerra ninguém entra para perder. Se nos basearmos no pensamento da esquerda da época – hoje eles não dizem – seriam métodos stalinistas, com prisão por discordância, tortura e eliminação sistemática dos adversários. Aí se criou essa lenda de tortura institucionalizada, generalizada. Só que eles não apresentam provas. Houve casos, claro; seria uma infantilidade dizer que não aconteceram excessos. Só que para fazermos uma avaliação desse período temos que nos colocar na situação da época.

Eles falam muito nos "porões" da ditadura – diz-se que este termo surgiu na guerra da Indochina ou na Argélia, onde a repressão francesa foi violenta e então um general francês teria dito ser uma luta abstrata contra um inimigo invisível. E aqui a contestação armada era clandestina, subterrânea, tornando-se crítico imaginar que se pudesse combatê-la com métodos convencionais, luvas de pelica, punhos de renda, etc. e tal; era uma ilusão. Então o que aconteceu? Criaram-se destacamentos de operações de informações (DOI), com o pessoal descaracterizado que se infiltrava para prender os ratos nos porões. Tivemos que baixar aos porões, em uma guerra onde o controle era difícil, precário, e isso, possivelmente, levou a excessos que, quando praticados, quase sempre o foram por indivíduos com desvios de personalidade.

Agora, dizer que havia aquela predisposição, usando para isso inclusive uma frase que teria sido proferida pelo Presidente Médici – "não tem que bater na porta, tem que entrar nos aparelhos atirando, não pode morrer gente só do nosso lado" – e outra do Ministro Orlando Geisel – "não podemos quebrar a cadeia, precisamos de informações" – é um realejo que não pára. A todo momento a televisão faz insinuações, agora mesmo a TV Globo diz que os homens que estão protegendo o juiz Lalau são "remanescentes do DOI-CODI (Centro de Operações de Defesa Interna)".

Eu, como Chefe do Estado-Maior, presidi reuniões de CODI, nada mais do que uma simples coordenação para troca de informações a fim de não haver conflito nas operações, para que cada um trabalhasse dentro de um plano integrado. Não havia nenhuma segunda ou terceira intenção.

Outra bobagem que ouço sempre é falar DOI-CODI, quando DOI é uma coisa e CODI é outra. Falando sobre os métodos de combate ao terrorismo, criou-se uma outra falácia: a volta aos quartéis, como se o Exército inteiro estivesse engajado. Se você fizer as contas, eram pouquíssimos militares. O DOI que tinha mais gente do Exército era o de São Paulo, uns cinqüenta militares, os demais integrantes

eram policiais – militares e civis. Preparamos uma tropa especializada para ganhar a guerra, o resto é conversa fiada. Agora, ganhamos a guerra e perdemos a paz. Isso é lamentável.

Lá em Xambioá, as coisas só começaram a mudar quando não se empregou a tropa só para metralhar ou atirar; infiltramos gente, colocamos nossos homens como donos de bodega[3], a fim de conhecer tudo e todos. E os métodos? Foram os vitoriosos! Houve alguns desvios, algumas coisas que fugiram ao controle. Não podíamos imaginar que, depois de todas as franquias e assistência que prestamos aos presos, a situação se virasse contra nós. Porque essa lengalenga da tortura surgiu exatamente por isso. Como eles eram processados pela Justiça Militar publicamente, com direito à ampla defesa, todos eles, instruídos pelos advogados, passaram a declarar em juízo que as confissões – mesmo não apenas assinadas, mas escritas de próprio punho – tinham sido obtidas sob tortura. Tempos atrás fui a um sebo e curiosamente estavam lá os livros "Governo Castello Branco" – que comprei – e o "Brasil Nunca Mais", do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, livro que eu não conhecia. Este contém um depoimento de dois camaradas do MR-8 presos aqui no Paraná, casos que tratei nos meus livros, em que eles falsificam tudo de uma maneira vergonhosa. Inclusive um camarada declarou que fora torturado mesmo ferido. Ora, o terrorista tentou sacar uma arma e foi baleado; salvou-se por milagre; nós levamos o cidadão para o Hospital Militar e ele ficou baixado na enfermaria dos presos; depois disse que fora torturado no DOPS. Sei lá; se ele foi torturado foi em outro lugar, depois que saiu de nossa jurisdição. Mas ser torturado depois de tanto tempo? Para quê?

O outro era um camarada com mulher e filhos, que alugou uma casa no centro de Curitiba, na Rua Alferes Poli. O nosso pessoal os descobriu – era um dos chefes do MR-8 (codinome Fyatt) – e montou uma situação para prendê-lo quando voltasse de uma viagem que fazia. Por medida de segurança, tiramos a esposa e os filhos da casa, pois poderia haver tiroteio. O Cardeal Dom Arns diz no livro que prenderam a esposa e os filhos para obrigá-lo a confessar. É mentira absoluta, deslavada; eu estava aqui, participei, pois era o E2. No apartamento daquele outro que disse ter sido torturado mesmo ferido, havia uma portuguesa e não sabíamos o que fazer com ela, porque no início estávamos inteiramente despreparados, então a colocamos em um quartinho lá no quarto andar do hospital militar. Ela ficou presa até seguir destino. Fui visitá-la. Tive vontade de lhe dar um bofete na cara porque ela me xingou: Assassino! Pois acreditava que tínhamos matado o

[3] Bar-armazém do interior do Brasil.

rapaz, seu amante. Hoje, com certeza, ela deve contar que foi estuprada. Então, a estratégia era sempre alegar tortura nos "porões".

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de oitava economia do mundo etc.)

É outro ponto em que ganhamos a guerra e perdemos a paz pela propaganda. Isso vem de longe. O General Castello dizia que de maneira nenhuma queria que se organizasse um novo DIP do tempo do Getúlio. E perdemos a batalha da propaganda porque já naquela época o pessoal deles ia para o exterior e lá fazia a onda. Há um episódio envolvendo o Carlos Lacerda, quando ele fez uma viagem à Europa nos primeiros dias de abril de 1964. Ao desembarcar em Orly, uma das perguntas que um dos repórteres fez foi sobre a tortura no Brasil. Isso nos primeiros dias de abril; torturas e prisões indiscriminadas. E ele até deu uma resposta que zangou o De Gaulle, criou sensibilidade no Governo francês, quando disse: é, as nossas revoluções são como os casamentos franceses, sem sangue. Os franceses ficaram danados.

Mas é a história da propaganda. Depois, ainda no Governo do Costa e Silva, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas, que não chegou a funcionar porque o Presidente adoeceu. Mas no Governo Médici foi ativada e brilhantemente conduzida pelo Coronel Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), tendo como adjunto o Toledo Camargo (José Maria de Toledo Camargo). E exploraram muito bem aquela fase de euforia econômica, do milagre, a ponto de haver ocasiões que o General Médici tinha 94% de aceitação em São Paulo. Foi um excelente trabalho de relações públicas. Infelizmente, em seguida, o General Geisel a desativou.

Claro, era da mesma escola do...

Castello Branco. Bom, quando ele sentiu que precisava, resolveu restabelecer a assessoria e colocou um civil, um afilhado dele – não lembro o nome – que fracassou; depois acabou nomeando o Coronel Camargo. Mas as condições já haviam mudado. Havia crise econômica, choque do petróleo, a ação da esquerda estava mais organizada, mais efetiva, principalmente nas centrais de informação que eles montaram lá no exterior com o Márcio Moreira Alves e com o dinheiro que o Arraes recebeu dos argelinos. Com isto a opinião pública foi extremamente trabalhada pela esquerda internacional e não teve como reverter a situação. Era impressionante o trabalho dessas figuras de proa, esses artistas de cinema e escritores, que montaram lá em Paris o *Front Brésilien de Informacion;* uma central de informação contra o Governo do Brasil. Dom Hélder Câmara ia lá fazer palestras. Aliás, contam

que em uma de suas palestras estava presente o dissidente russo Soljenitzyn. O cardeal mandou 'brasa', falou mal do Brasil e no final o russo perguntou para ele:

– Mas, depois disso, o senhor vai voltar para lá?

– Vou.

O russo arrematou:

– Vai? Não entendi nada!

Então, desde o começo perdemos a guerra da propaganda.

Não podíamos falar em propaganda. Era comunicação social.

Comunicação social, propaganda, tivesse o nome que tivesse, mas era necessário fazer algo, e bem-feito.

Tenho a impressão de que isso tudo estava dentro de uma estratégia da cúpula da esquerda no exterior, de como retomar o Poder. Haviam concluído que a melhor forma seria através da educação e da mídia. À medida que eles foram dominando esses setores a nossa situação passou a ser defensiva.

Um exemplo interessante é do Alfredo Syrkis. Ele foi um participante ativo e importante do grupo do Lamarca que seqüestrou dois embaixadores, o alemão e depois o suíço, dois dos três seqüestros de embaixadores no Rio de Janeiro. Fugiu para o exterior, não exilado, depois foi anistiado e escreveu o livro "Os Carbonários", que serviu de tema da série *Anos Rebeldes* da TV Globo. Só que a equipe da Globo, safadamente, escamoteou a realidade, mudou o nome dos países e em nenhum momento falou que era um movimento comunista; mas os episódios são mais ou menos os mesmos. Comprei um exemplar da 14ª edição do livro e li; ele fez um novo prefácio em que faz uma reflexão, cujos pontos centrais são esses: eles perderam a guerra fragorosamente, mas ganharam a paz através da mídia, da cátedra, da Igreja, e de uma série de outros fatores. Uma autocrítica interessante em que ele até se jacta de que, embora literalmente derrotados na luta armada, agora, nesta luta posterior, eles não se saíram tão mal. Através da televisão, dos vídeos, da cátedra e do movimento editorial.

É, a intelectualidade brasileira toda é esquerdista.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Estou convencido de que a esquerda, o socialismo brasileiro – é o meu ponto de vista – não desistiu de fazer o que eles chamam "A revolução brasileira". Mas eles sabem, historicamente os exemplos mostram que a grande barreira...

É o alerta do Maya Pedrosa (José Fernando de Maya Pedrosa).

...são as Forças Armadas, principalmente o Exército. Então, tratam de neutralizar essa parte. E eles, no meu modo de ver, estão trilhando um caminho

perigoso e talvez contraproducente, que é a tentativa de desmoralizar a nossa Força. Este trabalho de neutralização ocorre principalmente através de certas medidas que prejudicam o preparo, propondo, assim um pouco levianamente, que o Exército atue como uma milícia, executando patrulhas urbanas para perseguir bandido; seguindo a idéia do Toninho Malvadeza: se eles não fazem nada no quartel... "Revanchismo" para mim é essa tentativa de neutralizar a ação e o prestígio das Forças Armadas.

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Embora eu já tenha mencionado, gostaria de repetir: a expressão desengajamento do Exército é uma impropriedade, porque apenas uma parte muito pequena da Força atuou efetivamente. Agora, as suas lideranças, os homens que representavam o Exército, esses sempre se envolveram e estiveram engajados.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais convincente?

É a dúvida que se levantou. Uns dizem que esse "desengajamento", entre aspas, deveria ter sido feito na época do milagre. Há pessoas que defendem isso. Só que seria um ato imprudente porque foi exatamente naquela ocasião que estava mais acesa a ação da guerrilha. Outra razão é que a euforia do milagre brasileiro nos deixou sem uma aparente válvula de escape, porque houve momentos que as pesquisas mostravam o Presidente Médici com mais de 90% de aceitação em São Paulo. Mas ainda havia o perigo de uma recidiva da contestação. Esse desengajamento das lideranças militares era um projeto do próprio Castello que procurou institucionalizar a Revolução com a nova Constituição, mas acabou levando um contravapor da contestação armada. Então, esse compromisso com a liberdade, com a normalização democrática, que de certa forma desmoraliza essa idéia de militarismo brasileiro, enfim, esse desengajamento, penso que foi bem planejado.

O projeto de distensão do Presidente Geisel foi muito bem bolado. Alongou o mandato do seu substituto para seis anos e agiu politicamente no sentido de garantir a eleição do substituto do substituto, indicando um político civil para ser o vice-presidente do seu sucessor, com a idéia de que ele seria o primeiro presidente civil, a ser eleito por um colégio eleitoral. Na verdade seriam 12 anos de transição. Só que, "data vênia", o presidente errou em um ponto: por razões que não adianta especular, não escolheu bem o executor da idéia. O General Figueiredo era um brilhante oficial, laureado em cursos, um homem extraordiná-

rio, de personalidade e de caráter, amigo dos seus amigos. Mas tinha uma profunda desafeição pela política e, como presidente ele teria a necessidade de uma ação política muito hábil. Não só não mostrou isso, como houve momentos em que até se destemperou, como ao dizer: "prefiro o cheiro de cavalo ao cheiro de povo", ou "não me chateiem que entrego tudo para o Walter". Mas isso aconteceu porque ele era um homem avesso ao ambiente palaciano, embora lá tenha ficado tantos anos. Lembro de suas palavras em uma entrevista a que assisti: "a minha aspiração na vida era ser um bom capitão de cavalaria". E foi um bom militar. Agora, não foi um homem político como o Castello, que possuía determinados requisitos; paciência, flexibilidade e outras qualidades. Além disso, a execução final desse desengajamento foi mais dificultada em função da situação econômica, da própria doença do Presidente e da incompatibilidade dele com o Aureliano, o vice que o Geisel escolhera. Criou-se uma espécie de vácuo na sucessão, começaram a aparecer as ambições e desvirtuaram todo o processo.

Agora há pouco li um depoimento do Presidente Figueiredo transcrito em um livro, onde, pela primeira vez, ele declara que preferia o Costa Cavalcanti como seu substituto. Se no momento próprio ele tivesse dito: é o Fulano de Tal e trabalhado pelo escolhido; mas nunca disse isso na ocasião, nem trabalhou para tal. Ficou aquela lengalenga; Maluf, Andreazza, prorrogação de mandato. Depois o Tancredo lançou a idéia do "tertius", o Passarinho, mas dependia do Maluf abrir mão, o que não aconteceu. No final caímos na solução Tancredo que se constituía na chamada "oposição confiável". Até fundaram um novo partido, o PP, mas as dificuldades políticas acabaram levando a nova agremiação política a ser engolida novamente pelo MDB. Aí entraram em cena os imponderáveis e a fatalidade. O Tancredo que seria o presidente da transição – era um político hábil e moderado – de repente não assume e fomos cair nas mãos do Sarney. Eu até me abstenho de falar, porque não diria palavras adequadas ao momento.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

Expressarei uma opinião que pode ser surpreendente para muitos. É paradoxal que boa parte daqueles aspectos do reformismo e da modernização que o Castello iniciou, e foram interrompidos por razões diversas, tenham sido retomados, talvez meio atabalhoadamente, pelo Fernando Henrique. Por exemplo, voltamos a ter o problema da exploração da reforma agrária como bandeira política. Por quê? Porque não se deu seguimento ao trabalho iniciado pelo Castello com a

grande ajuda do Roberto Campos e do Estatuto da Terra. E uma série de outros projetos foram descontinuados; como o Estado inchou muito, então essa modernização, este enxugamento está sendo executado agora e não sei se corretamente. Nesse intervalo tivemos o que considero uma das maiores desgraças que aconteceram para o Brasil e que, de certa forma, decorreu da maneira como o Poder voltou à mão dos civis; a Constituição de 1988: "A constituição cidadã!" E até agora estamos pagando as maluquices feitas. Hoje é quase uma unanimidade que ela deformou a Constituição de 1967, deixada pelo Castello. Até uma mini-reforma tributária escondida foi incluída nela.

Se esse é o tipo de democracia que o povo almeja, eu não sei. O povo sempre espera mais do que os governantes podem fazer. É importante que os brasileiros firmem a convicção de que sempre terão o governo que elegerem. Então têm que aprender a escolher os governantes.

O povo é parcialmente o culpado pelas mazelas político-administrativas em todos os níveis de governo.

Infelizmente, e com essa mentalidade política que está aí, vejo com certo ceticismo a possibilidade de conseguirmos fazer realmente o que é necessário. Não é culpa só do Presidente. Uma das grandes coisas que se deixou de fazer depois de 1964 foi a reforma do Judiciário, o Poder mais importante da República. É o corretor que inibe a prepotência do Executivo e corrige a impropriedade das leis. O nosso Judiciário, por inúmeras razões, não funciona como a democracia exige. É lento, as nossas leis são complicadas, e não funciona mais o efeito vinculante. Uma conseqüência do "revanchismo" que se apossou dos civis que assumiram o governo, ao considerarem tudo o que se fizera no tempo dos governantes militares como autoritarismo a ser jogado fora. Naquele tempo já havia o efeito vinculante, a avocatória, a limitação desse abuso dos vencimentos, e eles colocaram tudo isso no lixo. Agora estão pagando. A ação do Judiciário que deveria ser pronta e eficaz, não acontece. As ações se delongam e isso torna mais difícil a ação do governo. Temos a indústria das liminares; qualquer juiz de Primeira Instância as concede, às vezes sobre assuntos que o Supremo já decidiu.

É o que eu tinha para dizer, além do que já escrevi em meus muitos livros.

O seu relato foi além das expectativas. Retratou os fatos daquele período conturbado de nossa História recente e nos brindou com uma análise crítica muito apropriada sobre as diversas facetas que emolduraram os episódios mais contundentes, formadores daquela quadra do nosso tempo. Só nos resta mais uma vez agradecer ao prezado companheiro a sua colaboração.

Anexo I

RELATÓRIO DA 5ª R M – 5ª D I CONCERNENTE
AO MOVIMENTO MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964
MINISTÉRIO DA GUERRA
II EXÉRCITO
5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria
Estado-Maior
CURITIBA, ABRIL DE 1964
Boletim Especial Reservado

Para conhecimento dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e Órgãos Militares Regionais e Divisionários, publico o seguinte:

RELATÓRIO DA 5ª REGIÃO MILITAR e 5ª DIVISÃO DE INFANTARIA, CONCERNENTE AO MOVIMENTO MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964.

1. Antecedentes

1.1 Nacionais

O Sr JOÃO GOULART foi elevado ao Poder, no dia 6 de setembro de 1961, após séria crise político-militar conseqüente à renúncia do senhor JÂNIO DA SILVA QUADROS. As circunstâncias em que se realizou a posse do novo presidente pronunciavam tempestades políticas em que seriam postas em dura prova os anseios do povo brasileiro de tranqüilidade, ordem e liberdade, dentro das normas institucionais vigentes.

Alegando a instabilidade e deficiência do sistema parlamentar, estabelecido pelo Congresso após o ato de renúncia do senhor JÂNIO QUADROS, o Poder Executivo preparou e determinou a realização da maior campanha publicitária já encetada no Brasil para um pronunciamento popular, no qual se optaria pelo sistema de governo. Realizado o plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, o País retornou ao sistema presidencialista.

A partir desse instante, iniciou-se no Brasil o efetivo processo para a tentativa de sua comunização. Campanhas foram encetadas para arregimentar trabalhadores, estudantes e camponeses em organizações hierarquizadas. O primeiro Ministro da Guerra empossado no sistema presidencialista, o Exmo Senhor General Amaury Kruel, foi alvo de intensa campanha de difamação partida pelo senhor Leonel Brizola, agitador conhecido e cunhado do Chefe do Executivo. Vitoriosa essa campanha, que culminou com a saída do titular da Pasta da Guerra, outras foram surgindo da mesma

fonte, todas de caráter esquerdista e subversivo. Soldados, cabos e sargentos eram incitados à rebelião, a fim de assumirem a direção das Forças Armadas.

Organizações espúrias começaram a aparecer nos meios sindical e estudantil. Tais entidades, de poder juridicamente ilegal, constituíam o enquadramento para a comunização das massas, bem como hierarquias paralelas destinadas a minar a estrutura social existente.

Nas Forças Armadas as promoções, designações para funções importantes e transferências, intranquilizavam seus integrantes pelas preterições e pelos critérios de escolha empregados. Os militares vigilantes, acompanhavam o processo revolucionário em curso no País.

O Partido Comunista, encontrando apoio do Executivo, aumentava sua atuação em todos os setores. A Petrobras e outros órgãos autárquicos aos poucos iam sendo dominados pelos partidários da doutrina vermelha. O Ministério da Educação e Cultura transformara-se em instrumento da infiltração comunista. O Diretório do Ensino Secundário, apoiado na assessoria estudantil e em alguns técnicos do MEC, levava a intranqüilidade aos estabelecimentos de ensino, baralhando responsabilidades e minando a autoridade dos educadores. Verbas vultosas eram fornecidas para comprometer a liberdade de consciência. Livros eram impressos para serem adotados, indistintamente, por todos os estabelecimentos de ensino, havendo mesmo alguns deles que reformulavam a História do Brasil em bases marxistas.

A inflação se agravava, dia a dia, desmoronando qualquer plano administrativo de Governo e levando o povo ao desespero.

Na madrugada de 12 de setembro de 1963 eclodiu em Brasília um movimento de sargentos, de caráter subversivo, chefiado por elementos componentes da Aeronáutica e Marinha, tendo como pretexto a decisão do Supremo Tribunal Federal, referente a inelegibilidade dos sargentos. Os amotinados, na ocasião, receberam o apoio de alguns deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Novas entidades filocomunistas apareciam em vários pontos do País. No setor militar, surgiam notícias de um Comando Geral dos Sargentos, que manteria íntima ligação com os órgãos sindicais da esquerda.

O Chefe do Executivo, insistia na pregação constante das suas idéias reformistas. A Supra, o CGT, a UNE, a Frente Nacionalista e outras entidades representadas por diferentes siglas, efetuavam a cobertura dessas idéias usando-as como arma contra o Poder Legislativo.

Em contrapartida, esquematizara-se uma frente de reação ao Poder Executivo, constituída pelos governadores do Centro-Sul, entre os quais se destacava o Governador Ney Braga, do Estado do Paraná.

No dia 13 de março último, realizou-se um comício organizado por elementos nitidamente comunistas e financiado pelas verbas da Petrobras e dos Institutos. Referido comício traumatizou o povo e as Forças Armadas. Na oportunidade, o Chefe do Executivo abandonando a sua dignidade de Governante, se transformou em porta-voz de líderes do comunismo e dos incitadores à desordem.

Em 26 de março último eclodia, na Marinha, crise conseqüente da punição de marujos que haviam participado de reunião política, reivindicando o reconhecimento de sua entidade de classe. O Ministro da Marinha exigira o afastamento do Almirante Aragão das funções de Comandante dos Fuzileiros Navais e solicitara a sua própria exoneração. A aceitação pelo Chefe do Executivo do pedido de exoneração do Almirante Sílvio Mota, a designação de novo Ministro, por demais avançado em anos e com tendências marxistas, a recondução do Almirante Aragão ao Comando dos Fuzileiros Navais, combinados esses fatos com a ordem presidencial para a libertação dos marujos recolhidos presos a uma Unidade do Exército, provocou um clima de indisciplina e de desagregação, que se generalizou na Marinha, sob a orientação do Almirante Aragão. Esse ato repercutiu em todos os setores, uma vez que identificou o Presidente da República com as tentativas de destruição da base hierárquica e disciplinar das Forças Armadas.

Em 30 de março, em recinto fechado, o Chefe do Executivo, dirigindo-se aos sargentos, afastou-se ainda mais da Constituição e rompeu os últimos laços de respeito à Lei, à disciplina e à ordem nas Forças Armadas, incitando claramente os subordinados contra os seus superiores.

1. 2 Regionais

No território da 5ª RM, como em todo o País, notava-se a montagem de um dispositivo de comandos nitidamente destinados a apoiar o programa reformista do governo.

A partir de setembro de 1963 a articulação acima reforçava-se com assunção dos novos Comandante da 5ª RM/DI (General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega) e ID/5 (General-de-Brigada Chrysantho de Miranda Figueiredo), este último um general recentemente promovido e muito conhecido pelas suas tendências políticas.

Observava-se a desenvoltura com que o Comandante da ID/5 prelecionava a respeito da orientação do governo e das ditas reformas de base. Neste particular, merece referência especial o discurso que pronunciou na solenidade de abertura das aulas do CPOR/5, quando se achava presente o Comandante da Região.

As reações em sentido contrário, entretanto, eram também visíveis e se traduziam através da instrução anticomunista em todas as Unidades da Região e

de pregações em favor da democracia, realizadas sistematicamente durante as visitas deste Comando às Unidades, primeiro como Comandante da ID/5 (antes de setembro de 1963) e depois, como Comandante da AD/5 e, ainda, quando diversas vezes, substituiu o Comandante efetivo da Região.

O Chefe do EMR/5 (Coronel Moysés Porfirio Sampaio) esforçava-se igualmente para combater o progresso da ideologia filocomunista, esclarecendo e orientando os oficiais do EMR/5 e também divergindo de medidas propostas pelo Comandante efetivo da RM, contrariando na esfera de sua ação as idéias por ele expendidas e mesmo discordando publicamente de atos propostos cuja natureza refletia tendências ideológicas suspeitas.

A decidida atitude do Chefe do EMR/5 caracterizou-se muito bem quando a oficialidade do Quartel-General e Unidades sediadas em Curitiba reuniu-se, sob sua direção, para prestar ao Comandante efetivo a saudação de Natal. Na oportunidade, o Coronel Chefe do EMR/5 pronunciou palavras inequívocas em favor das tradições da democracia, liberdade e religião. Conclamou, ao mesmo tempo, que os militares cerrassem fileiras em apoio a estas idéias, dentro de um franco realismo e sem tibieza nem pessimismos, para que mais uma vez, apesar do panorama conturbado da situação nacional, fosse o País conduzido a melhor destino pelo bom senso dos seus dirigentes.

Nos primeiros meses de 1964 agravava-se a intranqüilidade em todos os setores. Na 5ª RM/DI prosseguiam os pronunciamentos reformistas do Comandante da ID/5. Sendo informado de tais circunstâncias por oficiais do seu Estado-Maior, o Comandante efetivo da Região declarava, invariavelmente, que tais fatos já eram do seu conhecimento.

2. A Revolução

2.1 Tomada de posição em Minas Gerais e São Paulo

Em 30 de março, às 20h30min, o General CARLOS LUIZ GUEDES, Comandante da ID/4, reuniu todos os seus comandados na Capital mineira e comunicou que se rebelara contra o Chefe do Executivo.

Na madrugada do dia seguinte, o Governador Magalhães Pinto declarou apoiar o Movimento. As tropas da 4ª RM/DI, bem como a milícia estadual mineira, articuladas pelo General Olímpio Mourão Filho, Comandante daquela GU do Exército já se deslocavam para o Sul, rumo aos limites com o Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de março, São Paulo amanheceu sob a repercussão da manifestação dos sargentos e das notícias que começavam a chegar de Minas Gerais. Soube-se

que as tropas do Exército com sede naquele Estado haviam se sublevado. À noite desse mesmo dia o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, revelou e divulgou a sua posição de apoio ao Movimento, através de manifesto. Nas primeiras horas da madrugada do dia 1º de abril o Governador de São Paulo, senhor Adhemar de Barros, anunciou a união do Governo de São Paulo com o II Exército.

2.2 Tomada de posição nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Desde 29 de fevereiro o General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega, Comandante da 5ª RM/DI, encontrava-se em gozo de férias regulamentares no Estado da Guanabara, bem como o General Chrysantho de Miranda Figueiredo, Comandante da ID /5. Haviam assumido, interinamente, o Comando da Região o General-de-Brigada Dario Coelho, e da ID/5 o Coronel Inf QEMA Rubens Barra e o da AD/5 o Coronel Art QEMA Reynaldo Mello de Almeida.

Em 15 de março, a Região Militar recebeu comunicação de rádio do Ministro da Guerra, determinando que fosse redobrada a vigilância nas Organizações Militares, a fim de serem repelidas quaisquer tentativas de elementos extremados.

Em 20 de março o Comandante da 1ª/23º RI, de Tubarão – SC, informou a realização de comícios nas cidades de Araranguá e Criciúma, tendo como um dos oradores o Padre Alípio de Freitas, e que tinha havido tiroteio.

Em 26 de março, o Gabinete do Ministro da Guerra por meio de radiograma deu ciência da eclosão na Marinha de movimento limitado de indisciplina.

Em 29 de março, este Comando resolveu, em face do rumo dos acontecimentos, convocar para as 15h, na sua residência, todos os coronéis em serviço na Guarnição de Curitiba, a fim de discutir a situação e sentir a opinião dos seus comandados. Caracterizou-se, na oportunidade, a unanimidade dos presentes na determinação de assegurar a disciplina em qualquer circunstância, bem como manter a hierarquia e combater o comunismo. Ficou, também, combinado que os coronéis presentes deveriam dar ciência das medidas assentadas aos seus subordinados. Às 18h, estiveram na residência deste Comando, para os mesmos fins, os comandantes do 2º B Fv (Rio Negro) e do I/5º RO 105 (Lapa), acompanhados do Comandante interino da AD/5.

Em 30 de março, o Gabinete do Ministro da Guerra deu a conhecer determinação do Presidente da República ao Ministro da Marinha no sentido de restabelecer a disciplina e apurar responsabilidades. À noite, este Comando foi procurado pelo Governador do Estado do Paraná, que retornara a Curitiba após haver se avistado com o Governador de Minas Gerais. Naquela oportunidade, o Chefe do

Executivo paranaense manifestou-lhe integral simpatia pelo Movimento que iria se desencadear em Minas Gerais.

Foi o Governador Ney Braga portador, também, de uma carta, do General Guedes para o General Dario Coelho, de apelo para que se juntasse aos seus companheiros de Minas Gerais, na luta de salvação da nacionalidade.

Em 31 de março, pela manhã, circulavam em Curitiba, as primeiras notícias sobre a sublevação em Minas Gerais, todas captadas nas estações radiodifusora do País. Às 13h este Comando estabeleceu conversação telefônica com o General Silvino que se achava no Rio de Janeiro a fim de saber dos acontecimentos que estavam em curso no País. Respondeu aquele General nada saber e que informaria mais tarde. Na ocasião ficou combinado a ida de um oficial ao Rio para lhe expor a situação regional e para receber informes mais detalhados dos acontecimentos. Às 14h, foi designado o Coronel Reynaldo (Comandante interino da AD/5) para, além da missão anterior, procurar atrair o General Silvino à causa de defesa das instituições democráticas ou demovê-lo de regressar a Curitiba, caso pensasse de modo diferente. Referido Oficial somente seguiu às 19h, devido ao atraso da aeronave da Cruzeiro do Sul em que tinha passagem, havendo chegado ao Estado da Guanabara às 22h. Na tarde de 31, a Região Militar recebeu ordens de prontidão rigorosa emanada do III Exército, e passou a cumpri-la de imediato. Às 21h, o Coronel Alcides do Amaral Barcelos, Comandante do CPOR/Ctba, dirigiu-se à residência deste Comando e participou haver recebido informação telefônica do ajudante-de-ordens do General Assis Brasil, comunicando que os generais Ladário, Silvino e Chrysantho embarcariam às 21h30min, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), para assumirem seus respectivos comandos. Aguardadas aquelas autoridades no Aeroporto Afonso Pena, por este Comando e alguns oficiais do Estado-Maior, elas seguiram diretamente para Porto Alegre, em face das dificuldades de pouso da aeronave, devido à má visibilidade. Às 22h50min, o Gabinete do Ministro da Guerra comunicou haver possibilidade de eclodir em São Paulo levante militar e determinou que a Região mantivesse o 5º Esqd Rec Mec em condições de atuar, mediante ordem, sobre Registro, a fim de barrar o acesso à BR-2.

Na ocasião este Comando determinou ao Comandante da citada Unidade de reconhecimento, que ficasse em condições de cumprir missão.

Em 1º de abril, à 1h30min, o General Bontempo, Chefe do Gabinete do MG, procurou ligar-se por telefone com o General Silvino.

Informado do destino daquele Oficial General desligou o aparelho sem maiores explicações. Às 2h, o General Kruel, Comandante do II Exército, estabeleceu conversação telefônica com este comando, e lhe deu ciência da decisão que tomara.

O Comandante da RM, expendendo a sua opinião e a da maioria dos seus comandados, informou estar com os mesmos ideais do II Exército e que aquele Chefe poderia ficar tranqüilo quanto ao problema de retaguarda do seu dispositivo. Às 3h, este Comando determinou a expedição do seguinte rádio circular a todas as QM regionais: "Situação calma. Este Comando conta coesão torno idéias anticomunistas sempre nortearam tropa vosso Comando. Deveis dar conhecimento essa OM. General Dario Coelho, Comandante 5ª RM/DI". Foi ordenado, a seguir, que fossem efetivados contatos telefônicos com os Comandantes das Guarnições de Ponta Grossa, Florianópolis, Guarapuava e Joinville, todos com a mesma finalidade do radiograma citado anteriormente. Às 5h, o Gabinete do Ministro da Guerra solicitou informações sobre a situação no território regional, tendo-lhe sido respondido: "Situação calma". Às 6h40min, o General Silvino determinou, de Porto Alegre, em rádio cifrado, que a RM organizasse três GT motorizados, para serem lançados sobre Registro, Itararé e Capela da Ribeira. Comunicou, também, a sua disposição de estar em Curitiba, antes do meio-dia.

A partir de 6h50min, este comando deu, em sucessivas reuniões, conhecimento ao seu Estado-Maior e aos comandantes das OM da Guarnição de Curitiba e Lapa, da sua decisão de lutar junto a São Paulo e Minas Gerais. Naquela oportunidade, os oficiais presentes declararam-se solidários à citada decisão, com exceção dos Tenentes-Coronéis QEMA Paulo de Moraes e Engenheiro Flávio Dias de Castro, que foram afastados de suas funções e presos. Igual destino tiveram, posteriormente, o Coronel de Cavalaria QEMA Alcides do Amaral Barcelos e Tenente-Coronel Engenheiro Edson Giordano de Medeiros, do CPOR, que não aderiram à causa abraçada pela 5ª Região Militar.

O Comandante da ID/5, Coronel QEMA Rubens Barra, por telefone, comunicou haver afastado das funções o Coronel Eurico de Carvalho Nogueira, Tenente-Coronel Humberto Molinaro e Major Milton Maciel Frota, todos do 13º RI, que discordaram da decisão tomada.

Nas ligações feitas, a seguir, com os outros comandantes de Guarnição para que conhecessem a decisão do Comandante da RM, todos demonstraram a firme disposição de cumprirem as ordens emanadas do General Dario.

Na ocasião a Região recebeu um radiograma dando conta de que o General Ladário, nomeado pelo senhor João Goulart, havia assumido o Comando do III Exército. Posteriormente, o Comando Regional mandou reter dois rádios expedidos pelo General Ladário, e endereçados aos 2º B Fv e 2º B Rv, cujo teor abaixo é transcrito:

"Nº 84-E2 de 1º pt Circ Determino dar conhecimento subordinados seguinte proclamação III Exército ptpt Aspas Honrado com a confiança do Exmo Senhor Presidente da República vg Doutor João Goulart e do Exmo Senhor Ministro da

Guerra vg General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro vg assumi o Comando da 6ª DI e vg por ter sido o Exmo Senhor General-de-Exército Benjamin Rodrigues Galhardo nomeado Chefe do EME vg sendo o oficial general mais antigo acabo assumir o Comando do III Exército pt Julgo-me perfeitamente conhecido não só pelos camaradas do III Exército vg como também pelos demais companheiros do Exército Brasileiro pt Sempre fui intransigente defensor da lei e da ordem e amante dos princípios democráticos pt Aqui me encontro para cumprir rigorosamente as ordens das autoridades superiores pt Todos os sacrifícios faremos para que a lei e a ordem sejam restauradas em todo o território nacional pt Ninguém arrebatará das mãos do preclaro Presidente João Goulart a bandeira da legalidade vg o seu mandato é intocável porque é a expressão da soberania nacional pt A força satânica dos privilégios não arrancará vg do povo brasileiro vg as bandeiras das reformas vg por ela lutaremos vg Exército e povo vg sempre unidos vg sempre uníssonos nos sentimentos como temos sido em todo o decorrer da nossa história pt Companheiros do III Exército vg meus patrícios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e do Paraná vg brava gente brasileira vg como representante do Exmo Senhor Presidente da República Doutor João Goulart e sob as ordens do eminente Ministro da Guerra General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro vg conclamamos a todos vós a cerrar fileira na defesa da ordem vg da lei e das instituições pt Estou seguro e confiante de que a nossa causa é santa e que ninguém nos arrebatará essa vitória que já é nossa pt General-de-Divisão Ladário Pereira Telles Comandante III Exército."

Às 8h30min, este Comando ligou-se com o General Silvino, por telefone, em Porto Alegre e recebeu verbalmente a ordem de deslocamento dos GT já citados. Na oportunidade, deu-lhe conhecimento da atitude da 5ª RM/DI e fez-lhe um apelo, como amigo e subordinado, para que viesse assumir o Comando, caso estivesse de acordo com a decisão tomada pela GU.

Obtendo resposta negativa, o aconselhou a que não viesse a Curitiba. O aparelho foi tomado, a seguir, pelo Coronel Chefe do Estado-Maior Regional. Esse Oficial, em nome da amizade que o unia ao General Silvino e como nordestino, pronunciou outro veemente apelo, em seu nome e no de todos os oficiais presentes, para que assumisse o Comando dentro dos mesmos ideais dos seus subordinados, podendo, para isso, contar com a confiança de todos.

Recebendo, também, resposta negativa, aquele oficial disse-lhe que, então, não mais assumiria o Comando da Região Militar. Naquela oportunidade, a RM já contava com o apoio integral das demais Forças Armadas e Auxiliares com sede no Território Regional. Convém ressaltar a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná que, além das suas atribuições normais, manteve um Batalhão de Polícia

como reserva, na Gu de Curitiba, em condições de ser empregado em qualquer parte da Região, mediante ordem deste Comando.

Convém assinalar também a prestimosa e patriótica atuação do 5º DN, Comandado pelo Contra-Almirante Murilo Vasco do Vale Silva. Através de ligações de rádio com os seus subordinados no RGS, permitiu à RM conhecer a situação que reinava naquele Estado da Federação.

Às 12h20min, o General Silvino ligou-se ao 13º BC e ordenou ao seu Comandante, Coronel Remo Rocha, que não obedecesse as ordens do General Dario e sim as dele, participando que viajaria, via Porto Alegre, naquela direção. Idêntica atuação teve o mesmo General junto aos comandantes do 14º BC e 23º RI. De todos recebeu o General Silvino respostas negativas, pois as referidas Unidades se achavam perfeitamente integradas no esquema regional. À tarde, o Comandante da RM deu à publicidade a seguinte proclamação:

PROCLAMAÇÃO DO COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR

No Exercício do comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, em decorrência da ausência do Exmo Senhor General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega, na oportunidade em que os altos destinos de nossa Pátria se vêm ameaçados por inimigos do regime democrático e das liberdades conquistadas pelo povo brasileiro, amparados e estimulados por aqueles que deveriam ser os primeiros a defendê-los, e em perfeita harmonia com o Exmo Senhor Governador do Estado do Paraná, vejo chegado o momento em que as Forças Armadas não se podem furtar aos sagrados compromissos para com o povo brasileiro.

Sob a proteção do primeiro magistrado do País, envolvido pelas mais torpes manobras, inescrupulosos profissionais da agitação vinham operando a desagregação da estrutura hierárquica e funcional das Forças Armadas, para posteriormente apoderar-se do Poder.

Em seus desígnios não hesitaram em sucessivas tentativas de cindir e solapar as organizações militares, criando um clima artificial de rivalidade entre os diversos círculos hierárquicos.

A desmoralização e a humilhação das Forças Armadas, feridas em suas mais caras tradições, conduziria inevitavelmente à derrocada do regime democrático pela instauração da mais obscura das ditaduras, reduzindo nossa Pátria a mais um títere de Moscou ou Pequim.

Consciente da alta responsabilidade do momento histórico que ora atravessamos, em consonância com o Congresso Nacional, órgão representativo da vontade política do povo brasileiro, estou seguro de que o patriotismo dos brasileiros

saberá definir e encontrar o caminho da compreensão, da ordem e do progresso, dentro do espírito e da letra da Constituição Nacional, pois somente aqueles que cumprem a lei têm o direito de cobrir-se sob sua proteção.

Nossos irmãos de Minas Gerais ergueram a bandeira da restauração do império da lei. Soldados que somos desta mesma lei, e não de interesses espúrios comandados pelo comunismo internacional, sem pátria e sem religião, não se nos abre outro caminho senão prestigiá-la.

Reformas, as faremos à mercê de Deus e das liberdades que nos são tão caras e que por isso mesmo queremos conservar e passar aos nossos filhos. Mas não admitimos que o processo evolutivo natural de um país em desenvolvimento, sirva de pretexto para o triunfo da desordem e da subversão da lei.

Unidos Exército, Marinha e Aeronáutica em torno da defesa do mais puro ideal, sintetizado no lema da nossa bandeira – ORDEM E PROGRESSO – alicerçados na lei e no anseio de todos os brasileiros por um clima salutar de respeito às instituições, confio em que o regime democrático nada tem a temer de seus inimigos, por mais solertes e inescrupulosos que sejam.

(a) General-de-Brigada DARIO COELHO
Comandante da 5ª RM e 5ª DI

3. As operações militares nos estados do Paraná e Santa Catarina

Em 1º de abril, às 7h, o Comandante da RM/DI após a sua decisão de solidarizar-se ao Movimento anticomunista, determinou a expedição para todas as OM Regionais, do seguinte texto:

"Decorrência situação atual e concordância anseios da 5ª RM visando manutenção princípios hierárquicos e disciplinares forças armadas vg este Comando decidiu apoiar e solidarizar-se Movimento São Paulo et Minas Gerais pt Conseqüência vossa Unidade só deverá cumprir ordens partidas diretamente do General Comandante que assina este rádio pt Gen Dario Coelho Comandante 5ª RM/DI."

Em face do conhecimento que o Estado-Maior Regional tinha do possível inimigo, bem como do terreno, passou-se a cumprir, desde logo, a seguinte missão:

"Barrar, se possível, na fronteira com o RS, o deslocamento de forças hostis na direção N, criando condições favoráveis para a atuação posterior de forças amigas para o S, em particular na direção de Porto Alegre; e,

Neutralizar a ação dos elementos militares e civis comunistas ou simpatizantes."

Resultou disso, o seguinte conceito da operação:

– numa primeira fase, apossar-se das regiões de PASSO DO SOCORRO na BR-2; MARCELINO RAMOS, no T-7 e fronteira entre RS e SC na BR-59, constituindo, sem perda

de tempo, um Destacamento para atuar em cada uma dessas regiões. Pressionada, manter em último caso as regiões de JOAÇABA, LAGES e CRICIUMA;

– numa segunda fase, assegurar o desembocar de tropas amigas para o S, ficando em condições de integrá-las;

– durante toda a operação neutralizar a ação de elementos militares e civis comunistas ou simpatizantes, desorganizando-os e prendendo-os.

Foram organizados três Destacamentos com a missão de barrar os eixos balizados pelas BR-2, T-7 e BR-59. O Dst LAJES, sob o Comando do Coronel Engenheiro Samuel Augusto Alves Correia, Comandante do 2º B Rv, e integrado pelos 2º B Rv, 1º BI/13º RI, I/5º RO 105 e 5º Esqd Rec Mec; o Dst BETA, sob o Comando do Tenente-Coronel de Infantaria Nelson Guanabara Santiago, do 20º RI, constituído pelo 5º BE Cmb, 2º EIC e 1ª/13º RI e o Dst LITORAL, sob o Comando do Coronel de Infantaria Newton Machado Vieira, Comandante do 23º RI, integrados pelos 23º RI(-), 1ª/23º RI e 1 Cia Ref do 14º BC.

Para a pronta execução da missão foram expedidas ordens telefônicas às Unidades para deslocamento, confirmadas logo a seguir por rádios urgentíssimos. Os textos dessas ordens foram os seguintes:

– Ao 5º BE Cmb: – Rádio nº 173 E3/B, e Rádio 181 E3/B, de 1º de abril de 1964:

"Deveis deslocar desde já tropa valor uma Cia destino região MARCELINO RAMOS a fim de impedir transposição RIO URUGUAI forças oriundas RS pt Presença tropa superior retardar longo eixo ferroviário pt Autorizado requisitar viaturas civis quando necessário. Informe início cumprimento missão e partir esse momento vg de duas em duas horas notifique situação pt"

"Sem prejuízo missão MARCELINO RAMOS vg atribuída rádio 173 E3/B de hoje vg deveis integrar Dst será organizado localidade Porto União."

– ao 5º RO 105: – Interditar o Aeroporto Afonso Pena

– Guardar os Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Delegacia Fiscal.

– ao 14º BC: Rádio nº 174 3/B e rádio 192 E3/B, de 1º de abril de 1964:

"Cooperar com o 5º DN manutenção ordem FLORIANÓPOLIS pt Deslocar desde já uma Cia reforçada para o Sul direção da BR-59 fim de barrar se possível limite com Rio Grande Sul qualquer deslocamento força pt Notificar início cumprimento missão vg e de duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt

"Informo Cia Ref enviada direção BR-59 passou integrar 23º RI que atuará naquela rodovia."

– ao 13º BC: – Rádio 175 E3/B, de 1º de abril de 1964:

"Deveis bloquear BR-59 em JOINVILLE vg barrando acesso essa cidade ou deslocamento direção CURITIBA vg qualquer formação militar não autorizado por

este Comando pt Informar início cumprimento missão vg et duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt"

– ao 23º RI: – Rádio 176 E3/B, 178 E3/B e 190 E3/B, de 1º de abril de 1964:

"Empregando o valor máximo uma Cia interditar Aeroporto ITAJAÍ e guardar depósitos combustíveis nessa área pt Comunicar início cumprimento missão vg e de duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt"

"Deveis ficar condições deslocar essa Unidade vg desde já vg destino LAGES a fim de constituir destacamento será organizado aquela cidade vg sem prejuízo missão ITAJAÍ referida rádio 176 E3/B de hoje pt"

"Deveis com vossa OM menos elementos ITAJAÍ e necessários proteção quartel vg seguir com urgência direção TUBARÃO vg assumindo comando 1ª/23º RI e Cia 14º BC vg a fim de bloquear BR-59 qualquer penetração vinda do Sul vg se possível no limite com o Rio Grande do Sul pt"

– à ID/5: – Rádio 177 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis cerrar urgente rodovia vg por CURITIBA vg tropa valor BI que seguirah LAGES a fim de integrar Destacamento será constituído aquela cidade pt Deveis participar hora início citado deslocamento pt"

– ao I/5º RO 105: – Rádio 179 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis deslocar mais curto prazo essa Unidade vg rodovia vg destino LAJES a fim integrar Destacamento será constituído aquela cidade pt"

– ao 2º B Rv: – Rádio 180 E3/B e rádio 88 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Informo será constituído na cidade LAGES vg sob vosso Comando vg Destacamento seguinte organização ptpt Um BI oriundo 13º RI ptvg I/5º RO 105 ptvg elementos 2º BRv ptvg mediante ordem vg 23º RI ou fração pt Missão destacamento LAGES ptpt Interditar BR-2 em PASSO SOCORRO impedindo movimento forças sediadas Estado Rio Grande do Sul rumo Norte."

"Informo 5º Esqd Rec Mec integrará destacamento vosso Comando pt Informaremos início movimento Unidades constituirão Destacamento."

– ao 5º Esqd Rec Mec: – Mensagem 87-E3/B de 10 de abril de 1964:

"Deveis deslocar essa Unidade rodovia BR-2 vg direção LAJES vg onde integrará Destacamento sob Comando Comandante 2º B Rv pt Esquadrão somente ultrapassará Rio Negro mediante ordem pt"

– à 1ª/13º RI: – Rádio 182 E3/B de 1º abril de 1964:

"Deveis deslocar Unidade rapidamente destino JOAÇABA para integrar Destacamento será constituído pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas e

combustível lubrificante caso necessário pt Deveis participar início deslocamento e chegada àquele destino pt"

– ao 2º Esqd Ind Cav: – Rádio 183 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis deslocar mais curto prazo essa Unidade vg destino PORTO UNIÃO vg fim, integrar Destacamento será constituído aquela localidade pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas vg combustível e lubrificante caso necessário pt Deveis participar início movimento e chegada destino" pt

– ao 1º Esq Ind Cav: – Ordem telefônica transmitida às 21h50min, posteriormente confirmada em rádio:

"Deveis deslocar urgente essa Unidade vg rodovia vg direção Curitiba vg condições cumprimento missão pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas e combustível lubrificante quando necessário pt Deveis notificar início movimento pt Local reunião Curitiba vg Aquartelamento 5º RO 105 – Boqueirão."

– às 1ª/23º RI e Comandante Cia 14º BC: – Rádio 191 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Comandante 23º RI com sua OM cerrará sobre Tubarão pt Companhias vosso Comando passarão a integrar referida Unidade."

– ao 20º RI: – Mensagem 84 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deslocar para Paranaguá um Pelotão de Fuzileiros comandado 1º-Tenente finalidade manter a ordem zona portuária vigiando em particular os depósitos de combustíveis vg em ligação com a Administração do Porto pt Comandante Pelotão deverá coordenar a ação da Polícia Militar lá presente pt Estabelecerá ligação com a Capitania dos Portos e informará situação ao QGR/5, pelo telefone 4-6096 de três em três horas pt"

A par das medidas acima enumeradas fixou-se, desde logo, a organização operacional do Estado-Maior Regional.

O deslocamento das tropas da RM/DI no cumprimento da missão recebida processou-se da seguinte maneira:

No dia 1º: Cia Fzo Ref do 14º BC; 1ª Cia Fzo do 23º RI; 1ª Cia Eng do 5º BE Cmb; 1ª Bia de Obuzes do I/5º RO 105; 1 BI/ 3º RI; 5º Esqd Rec Mec; lº EIC e 1º Pel do 20º RI.

No dia 2: 23º RI (-); I/5º RO 105 (-) e 2º EIC.

O 2º BRv, que deveria barrar as passagens sobre o Rio Pelotas, na BR-2, aproveitou elementos destacados ao longo do trecho (1 tenente, 3 sargentos e alguns soldados), para procederem à obstrução da ponte Eng ALVES DE NORONHA, com um caminhão e moirões. Enquanto assim agiam, foram surpreendidos com a chegada da tropa do 3º B Rv, de VACARIA, tendo a sua frente o Coronel GUERREIRO BRITO. Esse Oficial, após interrogar o Tenente e certificar-se de que estavam em

campos opostos, deu-lhe voz de prisão, assim como aos demais integrantes da fração do 2º BRv. Outro oficial, dessa última Unidade, que vinha ao encontro do seu companheiro foi atraído pelo grupo e teve igual destino. Segundo apurou-se mais tarde, o Tenente que fora preso em primeiro lugar conseguiu retardar, astuciosamente, a ação do 3º B Rv de VACARIA, permitindo, assim, ao 2º B Rv, de LAGES ocupar posição no Rio VACAS GORDAS, mais ao norte.

A 1ª/13º RI de FRANCISCO BELTRÃO que recebera ordem de integrar o Dst BETA, em JOAÇABA, ponderou não possuir meios de comunicação de campanha, estacas e material sanitário, bem como não dispor de oficial subalterno da arma. Por força dessas razões e mais o conhecimento de que a 3ª DI estava dentro da mesma causa anticomunista, cancelou-se a missão que lhe fora atribuída.

Em 2 de abril, desde cedo, vinham chegando informes sobre novos acontecimentos. Grandes-Unidades do Rio Grande do Sul haviam aderido à causa anticomunista, assim como Unidades do Estado da Guanabara. Assumira o Comando do Exército Nacional o Exmo Senhor General-de-Exército ARTHUR DA COSTA E SILVA. Pela manhã chegou o seguinte radiograma:

"Comandante 5ª RM. SNº de 2 de abril pt Fim cumprimento missão atribuída General AMAURY KRUEL vg 5ª RM sob comando vossência fica provisoriamente incorporada Comando II Exército pt General-de-Exército Costa e Silva Comandante Exército Nacional."

Logo a seguir, o Comando da RM recebeu a seguinte comunicação do General Poppe de Figueiredo:

"5ª RM Nº 79 E3 de 2 de abril pt Comunico haver assumido nesta data vg em Santa Maria – RS vg Comando III Exército vg virtude ser oficial mais graduado já havendo determinado deslocamento tropas das 3ª DI vg 2ª DC e 3ª DC a fim de restabelecer ordem Porto Alegre pt General Poppe Comandante III Exército."

Parecia que os acontecimentos evoluíam rapidamente para um desfecho favorável, pois do Rio Grande do Sul, somente não se tinha informações da 1ª DC. Porto Alegre encontrava-se nas mãos do senhor JOÃO GOULART, LEONEL BRIZOLA e General LADÁRIO. O Governo do Rio Grande do Sul havia se instalado em PASSO FUNDO.

O Comandante do II Exército havia constituído o GT /4, (4º RI, 2º G Can Au AA 40, 2º ao 155 AR, e elementos de comunicações e saúde) e, por solicitação do Comandante da RM, determinado o seu deslocamento para CURITIBA, a fim de reforçar o dispositivo regional.

Ainda nesse dia apesar de obtidas informações do Comandante II Exército sobre a normalização da situação em Porto Alegre, o Comandante da RM ordenara ao Comandante do Dst LITORAL que a Cia do 14º BC, em TUBARÃO, prosseguisse sua

missão sobre a fronteira, fechando a rádio subversiva de CRICIÚMA e deixando o valor máximo de um Pelotão naquela cidade. Às 14h45min, a Cia do 14º BC atingiu ARARANGUÁ. Através do rádio nº 217-E3/B, dirigido ao Comandante do 23º RI, ficou determinado que o grosso da tropa sob seu comando permanecesse nos locais atingidos e que os elementos de reconhecimento prosseguissem até a fronteira. Foi, também, remetido o rádio nº 215 E3/B ao Comandante do Dst LAGES, comunicando-lhe que salvo a Cia de PASSO SOCORRO, nenhuma tropa deveria ultrapassar LAGES.

Do Comandante do II Exército foi recebido às 20h o seguinte rádio:

"Comandante 5ª RM e 5ª DI pt nº 56 E3 de 2 de abril de 1964 pt Virtude normalização situação vg solicito VEx liberar GT/4 fazendo-o retornar São Paulo pt Regresso fica condicionado situação material e pessoal tropa vg critério seu Comandante pt General KrueI Comandante II Exército."

Em 3 de abril, pela manhã a situação das tropas que haviam recebido missão, que implicava em deslocamento, era a seguinte:

– GT/4 e 1º EIC em CURITIBA
– Dst LITORAL: – 23º RI (-) acantonado em TUBARÃO
– Cia Fzo Ref/14º BC em ARARANGUÁ
– Um elemento de reconhecimento em TURVO e outro em SOMBRIO
– Dst Beta: – 5º BE Cmb (-) e 2º EIC em P. UNIÃO
– 1ª Cia/5º BE Cmb em MARCELINO RAMOS
– Dest Lages – 2º BRv (-); BI/13º RI; I/5º RO 105 e 5º Esqd Rec Mec em LAGES
– 1ª Cia/2º BRv, no Rio VACAS GORDAS, ao S de LAGES.

Nesse mesmo dia terminava a crise militar. O senhor JOÃO GOULART, após abandonar o Governo, estava desaparecido. Em conseqüência foram expedidos rádios aos Comandante dos Dst LAGES e BETA, do seguinte teor:

"Face evolução situação fica extinto Dst pt Deveis liberar Unidades que retornarão aquartelamentos pt Regresso ficará dependente situação material e pessoal da tropa juízo respectivo Comandante pt Cada OM deverá informar provável data movimento pt General Dario Comandante da 5ª RM/DI."

O GT/4 de SÃO PAULO após desfilar pelas ruas de CURITIBA, no dia 3, iniciou os preparativos para regressar. Na madrugada do dia 4 seguiu o 4º RI; no dia 5, às 6h, o 2º G Can Au AA 40 e às 7h45min o 2º GO 155AR.

Em 4 de abril, foi elaborada a Ordem de Operações nº 1 que confirmou as ordens particulares expedidas.

Em 6 de abril, determinou-se ao Comandante Destacamento LITORAL que propusesse uma rearticulação do seu dispositivo, por força de ser a região carbonífera um foco subversivo e necessitar a permanência, ainda das tropas naquela área.

Em 6 de abril, o General AMAURY KRUEL visitou a 5ª RM em CURITIBA, e determinou a expedição da seguinte mensagem a todas as OM regionais:

"Visitando a 5ª RM, desta cidade de CURITIBA vg desejo expressar meus agradecimentos cumprimentando valorosas organizações militares pela firme determinação restabelecimento plenitude constitucional vg princípios hierárquicos e disciplinares dentro ordem democrática pt General KRUEL Comandante II Exército."

Em 9 de abril, a articulação do Dst LITORAL era a seguinte:

– 1 Pel da 18123º RI em CRICIÚMA
– 1 Pel da Cia/14º BC em ARARANGUÁ
– 1 Pel do 23º RI (-) em ITAJAÍ
– Cia Ref (-) do 14º BC em FLORIANÓPOLIS
– 23º RI (-) em BLUMENAU

Em 12 de abril foi determinado o regresso dessas tropas aos quartéis.

4. Medidas administrativas

4.1 Providências iniciais:

4.1.1 Bloqueio de todo o estoque de gasolina, óleo diesel e querosene existente nos depósitos das Cias distribuidoras de produtos do petróleo. Pelo quadro abaixo, verifica-se a situação precária em que se encontrava CURITIBA no início da crise militar:

PRODUTO (em litros)	CURITIBA	PARANAGUÁ	ITAJAÍ
Gasolina comum	817.392	1.263.000	480.000
Gasolina de aviação	3.600	–	–
Óleo diesel	612.044	4.011.760	290.000

4.1.2 Solicitação à CMR/5 para que a RVPSC desse prioridade ao transporte de combustível de PARANAGUÁ para CURITIBA.

4.1.3 Avaliação das necessidades das OM em pessoal, viaturas e munições, para serem atendidas.

4.1.4 Assim foram colocados à disposição das Unidades, abaixo relacionadas, viaturas e pessoal, como também distribuídas as munições que necessitavam:

I/5º RO 105 – 5 Vtr 2 1/2 ton da 5ª Cia Com
– 1 Vtr 1 1/2 ton da 5ª Cia Com
– 2º Sgt mecânico de armamento do Pq R A/5

5º Esqd Rec Mec
– 3 Vtr 1/4 ton do 20º RI

– 2 Vtr 6 ton da 5ª Cia Int
– 1 Dst Mnt da 5ª Cia L Mnt
– 1 carro cisterna, requisitado à Cia BOSCA
– 1 Dst Saúde da 5ª Cia Ind Saúde
– Car 45 M2 – 4.000 tiros
– Car 45 M4 – 10.000 tiros
– Car 50 TSM2 – 265 tiros
RJ 2.36 HE -AT – M6A3USA – 6
5º RO 105
– Car 45 M2 – 4.000 tiros
– Car 30 M2 – 3.000 tiros

4.2 Providências subseqüentes:

4.2.1 Controle do combustível em poder das Cias distribuidoras. Toda a liberação desse produto, só era efetivada após a autorização da 4ª Sec/EMR/5.

4.2.2 Solicitações ao II Exército para a vinda de petroleiros para PARANAGUÁ e ITAJAÍ, a fim de ser aumentado o estoque de derivados de petróleo e permitir o atendimento da demanda nos Estados do PARANÁ e SANTA CATARINA.

No dia 4 chegou a PARANAGUÁ o navio *POJUCA* conduzindo 4461 ton de gasolina e 3170 ton de óleo diesel, iniciando a descarga;

4.2.3 Escolha de acantonamentos, providências para a confecção de refeições e apoio logístico ao GT/4 de SÃO PAULO.

4.2.4 Apoio logístico às tropas regionais em operação.

4.2.5 Estabelecimento, mediante ligação com os agentes das empresas distribuidoras dos produtos de petróleo, de um estoque de emergência em CURITIBA e PARANAGUÁ.

5. Conclusão

5.1 O abandono do cargo presidencial pelo senhor JOÃO GOULART e conseqüente fuga para o Uruguai, levou o Poder Legislativo a considerá-lo vago. De acordo com a Constituição, passou a exercer o cargo de Presidente da República o senhor RANIERI MAZZILI, Presidente da Câmara dos Deputados.

Em nome da Revolução vitoriosa e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e

da Aeronáutica investiu-se, em nome do povo, do Poder Constituinte e promulgou o Ato Institucional.

Esse Ato, demonstrando não pretender as Forças Armadas radicalizarem o processo revolucionário, manteve a Constituição de 1946, modificando-a, no que se refere aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a sua missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista.

O Poder Legislativo é, também, mantido – com algumas reservas ao seu poder – bem como são conservadas as Constituições Estaduais. A eleição do Presidente da República e do Vice-Presidente é fixada, determinando-se ao Congresso Nacional o prazo de dois dias para a sua realização, a partir de 9 de abril de 1964.

5.2 Lançado o nome do Exmo Senhor General-de-Exército HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO para a Presidência da República, este foi sufragado pela quase totalidade dos componentes do Congresso Nacional.

Em 15 de abril último, o novo Presidente foi investido no cargo perante o Congresso Nacional.

Terminada a crise político-militar entramos, assim, numa nova etapa da República. Milhões de brasileiros estão voltados para o novo Presidente da República esperando da sua pessoa digna, capaz e honrada, novo alento que conduza o povo brasileiro a uma tranqüilidade social e econômica.

Quartel em Curitiba, PR, 4 de maio de 1964

General-de-Brigada DARIO COELHO
Comandante da 5ª RM/5ª DI

CONFERE COM O ORIGINAL:
Moysés Porfírio Sampaio
Coronel Chefe do EMR/5

General-de-Divisão João Carlos Rotta

O General João Carlos Rotta nasceu em Passo Fundo, em maio de 1932. Ingressou no Exército em 1949 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 6 de novembro de 1952. Serviu em várias guarnições do interior do Rio Grande e em Curitiba Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Em 1963, ano agitado por diversos conflitos político-militares, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). A Revolução de 1964 encontrou-o no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), Vacaria (RS), Unidade em que houve confrontos entre defensores do Presidente deposto e aqueles que contestavam sua permanência à frente do Governo. Cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), serviu no Comando Militar do Planalto e na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Como oficial superior comandou por três anos o 3º Batalhão de Engenharia (3º BE), em Cachoeira do Sul, e prestou serviços no Estado-Maior do Exército (EME) e na CMBW (Estados Unidos). Foi Assistente-Secretário do General Cerqueira Lima no DGP, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e no Comando Militar do Nordeste (CMNE), Recife.

Promovido a General em março de 1986, exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior do CMNE, Comandante da 6ª Região Militar (6ª RM), Bahia, Diretor da DAF e Comandante da 3ª RM (RS). É Bacharel e tem licenciatura em História e Geografia, cursos realizados na Universidade Federal de Curitiba e Administrador de Empresas cursado no CEUB de Brasília. Foi distinguido com inúmeras condecorações civis e militares e é membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. No momento, é coordenador, na área do Comando Militar do Sul (CMS), do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial e na Revolução de 1964.

Entrevista realizada em 3 de maio de 2000.

Estamos iniciando a entrevista com o General-de-Divisão João Carlos Rotta, Coordenador do Projeto de História Oral da Revolução de 1964. Conforme a sistemática de praxe, o General dispõe do tempo que quiser para falar sobre o assunto. Seu depoimento será complementado com perguntas do entrevistador.

Pode parecer estranho que o coordenador do Projeto, o encarregado de fazer as entrevistas, seja agora o entrevistado. Esta situação inusitada tem explicação: na época da Revolução, em 1964, era Capitão e servia no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv) em Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul. Tive a oportunidade de observar e participar de fatos ocorridos em um quartel dividido, a favor e contra o Comandante, que me permitiram inferir que a Revolução, aqui no Rio Grande do Sul, não foi tão tranqüila como contam a imprensa e alguns historiadores.

Vou iniciar meu relato tratando das causas da Revolução de 1964. Aponto como causa remota mais distante, o tenentismo. O Exército tem uma tradição de intervencionismo na política brasileira. Não adianta negar essa evidência. Sem recuar muito no tempo, cito a participação do Exército nos movimentos das décadas de 1920, 1930 e 1940, sempre sob a liderança dos tenentes do Realengo.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) não deixou de, no seu regresso, ser um fator importante para acabar com a ditadura de Vargas e restaurar a democracia. Eu era menino e acompanhava os fatos pelas conversas dos mais velhos. Meu avô, muito politizado, e meu pai, embora menos afeito à política, também gostavam de falar sobre o assunto. Eles conversavam, eu os ouvia sem entender bem do que tratavam. Em 1949 acabei entrando para o Exército e fui declarado Aspirante em 1952. Em 1961, era Capitão e servia em Curitiba quando houve a renúncia do Jânio, para mim e muitos outros, a causa mais importante da Revolução. É muito difícil para uma pessoa que não viveu aquela época, que não acompanhou ou participou daqueles momentos difíceis, perceber a gravidade do problema. Estas seriam as causas remotas: o tenentismo, o intervencionismo do Exército – que foi uma constante na nossa história – e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Como causas próximas mais evidentes, apontaria: o desgoverno do senhor Jango Goulart, a inflação sem controle, a revolta dos sargentos em Brasília e os atos de indisciplina dos graduados das Forças Armadas no primeiro semestre de 1964. A quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas é deletéria. Sem a sustentação destes dois esteios o Exército desaba. O sargento não obedece à ordem do capitão, o capitão não obedece ao Coronel que, por sua vez, se confronta com o General. Nos momentos de cisão, quando o militar por ato de consciência é obrigado a violentar a hierarquia e a disciplina, ele sofre. Chegar a um

comandante e dizer que não obedece mais às suas ordens, é difícil. É uma atitude que machuca, magoa e conflita com a nossa formação.

Logo depois que o Jânio renunciou, tivemos problemas sérios. João Goulart só foi aceito na condição de Presidente em regime parlamentarista, ou seja, com poderes limitados. A governança seria exercida pelo Primeiro-Ministro; João Goulart, acólitos e o pessoal que o cercava, é natural, não aceitaram o que alguém chamou de castração golpista. Então começou uma guerra contra o parlamentarismo e presenciamos algumas atitudes, inclusive dentro do Exército, extremamente desagradáveis. O Comandante Militar do Sul, III Exército na época, General Jair Dantas Ribeiro, passou um rádio para o Ministro e Comandantes subordinados, dizendo-se sem condições de manter a ordem, em face da oposição ao regime parlamentar. Não havia revolta contra o parlamentarismo. Apenas mais desejo de Poder por parte do Presidente e do grupo que o cercava. O General Geisel que comandava interinamente a 5ª Região Militar em Curitiba, quando eu servia no CPOR, mandou uma mensagem em texto claro, sem preocupação de sigilo, um rádio, afirmando que no Paraná e Santa Catarina ele resistiria a qualquer pressão contra o regime parlamentarista. Era evidente que avizinhava uma confrontação. Isto aparece no livro do Presidente Geisel e consta em vários escritos que tratam do problema.

Em 1963 ocorreu uma revolta dos sargentos em Brasília. Não se dá muita importância ao fato mas, na minha opinião, ele foi extremamente desgastante para as Forças Armadas. Naquela época, estava cursando Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no Rio de Janeiro. Para nós, que éramos amigos dos sargentos, era difícil entender o ocorrido. Deu para perceber que havia um grupo deles que estava sendo trabalhado politicamente. Houve tiroteio, prenderam oficiais e comandante de Unidade. Esta rebelião foi mais grave na Marinha.

A EsAO, onde estudava, era um caldeirão de idéias. Mais de trezentos capitães, inconformados com as dificuldades econômicas, e que, além de ganhar pouco, não compreendiam o que estava acontecendo no País. O capitão que chega na EsAO é oficial moderno, recém-tenente. Na tropa, normalmente, é muito ligado ao sargento. Aí ouve falar que alguns graduados estão sendo mobilizados contra os oficiais. É lógico que ele se preocupe com a situação. Não sei se esse raciocínio é válido mas é a maneira como entendi a repercussão daquele episódio.

O ano de 1964 começou quente: primeiro a indisciplina do Cabo Anselmo e do Almirante Aragão na Marinha, e logo depois o comício da Central onde ocorreu um fato desagradável. O nosso Ministro afirmou que não iria ao evento mas acabou comparecendo ao comício. Os outros ministros militares também participaram; foi um ato político-ideológico sem nenhuma ligação com nacionalidade e patriotismo.

A avalanche de indisciplinas chegou ao máximo com a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil onde o Jango compareceu e fez um discurso incendiário.

Nesta época, eu já havia terminado a EsAO e comandava uma Companhia isolada do 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, em um lugar chamado Rio Santana, mais ou menos a uns 40km da cidade e próximo ao Passo do Socorro, no Rio Pelotas, limite entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na Companhia éramos dois oficiais: eu e o Tenente Neto. Tínhamos uns seis ou sete sargentos, mais ou menos cento e pouco cabos e soldados e qualquer coisa em torno de duzentos funcionários civis. Todo aquele pessoal estava voltado só para o trabalho. Ninguém, aparentemente, pensava em política. Só eu que viera do Rio de Janeiro e cursara a EsAO, estava mais ou menos a par dos acontecimentos.

Vou retornar um pouco no tempo. Sou uma pessoa que, sem ser um militar muito politizado, agressivo ou conspirador, teve uma participação ativa em vários fatos do passado recente. Por um ou outro motivo, sempre acabava me envolvendo em conflitos. Em 1954, em circunstâncias dramáticas, morreu o Getúlio. Servia no interior do Rio Grande do Sul, em Cachoeira do Sul, cidade pequena que não tinha agitadores. Não obstante, a morte do Presidente traumatizou a população. É interessante lembrar como soubemos que o Getúlio havia se suicidado. No dia 24 de agosto, estávamos em forma, treinando para o desfile do Dia do Soldado, quando o radioperador desceu do pavilhão de comando, apressado e muito nervoso. O sargento que operava o "piripipi", nome de caserna do radiotelégrafo, chegou na frente do Coronel e fez um gesto com a mão dando a entender que alguém havia se suicidado.

Com a confirmação da morte do Getúlio, acabou-se o treinamento para a formatura do dia 25 de agosto e as Unidades da Guarnição ficaram retidas nos quartéis. Previa-se que no Rio Grande do Sul haveria uma comoção muito forte mas, inicialmente, nada aconteceu na Cidade de Cachoeira do Sul. Então, o Comandante da Guarnição, General João de Deus Pessoa Leal, resolveu aliviar a prontidão no Batalhão de Engenharia e no Grupo de Artilharia. Servia na Companhia de Comunicações, que permaneceu no quartel em condições de intervir para manter a ordem, se necessário. O pessoal do Batalhão e do Grupo, com exceção do núcleo base, eram recrutas recém-incorporados e não tinham condições de serem empregados. Por isso, os soldados da Companhia de Comunicações, mais experientes, permaneceram no quartel. Eu era Segundo-Tenente e fui designado para comandar o Pelotão de Pronto Emprego. À tarde fui chamado pelo meu chefe, Comandante da 3ª Companhia de Comunicações (3ª Cia Com), meu amigo e uma pessoa muito controvertida e complicada. Ele acabava de chegar da rua e me disse nervosamente:

– Estão querendo atear fogo na cidade, sai agora para a rua Sete e protege o *Jornal do Povo* contra os incendiários.

Escolhi 11 homens do meu pelotão, um sargento, dois cabos e oito soldados, todos de minha confiança. O sargento chamava-se Colaço, portava uma metralhadora INA e os soldados o fuzil Mauser 1908. Eu estava armado de pistola. Perguntei ao Capitão:

– Mais alguma recomendação?

– Bloqueie a Rua Sete na frente do jornal e não deixe ninguém passar.

– Mas não deixar passar, como?

Ele foi enfático:

– Não crie caso, Rotta, vai lá e cumpra a ordem.

Fui. Quando cheguei no centro da cidade, uma localidade pacífica e de gente trabalhadora, não vi nenhuma agitação. Perguntei a um civil:

– O que o pessoal pretende fazer por aqui?

– Estão querendo incendiar o jornal.

O jornal da cidade era contra o Getúlio. O que poderia fazer? Distribuí meu pessoal, fiquei com cinco homens e o sargento onde supunha que a turba apareceria e os outros cinco coloquei na outra esquina. Bloqueei a rua. Hoje, ao ver os problemas das badernas nas cidades e as dificuldades da repressão, aumenta a minha convicção de que esta é a missão mais difícil que se pode se atribuir ao militar. Uma coisa é você ir para a guerra, atirar em um inimigo definido. Outra é ver o povo chegando e comandar: fogo! É terrível, mas eu era um bem formado 2º-Tenente do Exército e pretendia cumprir a missão de qualquer maneira.

Há pouco tempo, um artigo de jornal lá de Cachoeira, escrito pelo Ivan Tavares, na época Capitão de Artilharia que participou dos fatos contém o relato do ocorrido. A situação parecia controlada, quando avistei no alto da Rua Sete de Setembro uma massa humana aproximando-se em nossa direção. Eu me assustei e tive medo. Acho que todo o ser racional tem medo. O difícil é vencê-lo. Eram umas cem ou duzentas pessoas que enchiam a rua estreita. Alguns pareciam bêbados. Arrastavam um caixão de defunto onde estava inscrito o nome do inimigo deles: Carlos Lacerda. Outros traziam coquetéis molotov na mão. Então, acercou-se de mim o delegado da cidade, um homem com fama de valente, mas que parecia mais assustado do que eu. Perguntou-me:

– Tenente, o que o senhor pretende fazer?

– Se eles tentarem passar – respondi-lhe – vou atirar.

Se isso ocorresse, talvez tivéssemos matado alguns arruaceiros mas, possivelmente, fôssemos massacrados pelos sobreviventes. O mínimo que poderia ocor-

rer seria ficar marcado como um homem violento e desequilibrado e certamente a minha carreira estaria definitivamente comprometida. Voltemos ao cenário da baderna. Cada vez mais assustado, o delegado saiu correndo ladeira acima. Chegou na frente da passeata – isso eu não vou esquecer – e gritou:

– Cuidado que o tenente está nervoso!

Eu não estava nervoso mas sim com muito medo e não sabia bem o que fazer. O povaréu vinha descendo, descendo. O delegado pedia calma. Ele até que me ajudou. Quando a turba chegou na esquina, a uns 20m de onde eu estava, dei ordem para o pessoal engatilhar as armas. Os velhos fuzis 1908 faziam um ruído ameaçador quando engatilhados. Podiam não atirar bem – os nossos estavam todos descalibrados – mas assustavam os incautos. Do meu lado estava o Colasso, excelente sargento, tentando engatilhar a metralhadora. Avisou-me que a arma estava engasgada.

– Faz de conta que não está – disse-lhe em voz baixa.

A passeata assustou-se, dobrou a esquina e foi se afastando do local. Senti um alívio. Mas na retaguarda dos manifestantes estavam os mais radicais e um deles me provocou:

– No tempo do falecido Getúlio, eu transitava por esta rua quando bem entendesse, agora não posso mais porque os militares não me permitem.

Resolvi não discutir, fiquei calado. O sujeito insistiu em passar e tive que gritar:

– Por aqui o senhor não vai passar!

– Largue esta arma – continuou o provocador – e vem para cá!

Naquele momento, tive uma feliz inspiração. Um dos elementos que estavam comigo era um cabo muito brigão de nome Lara. Eu o tinha levado para o Pelotão porque apreciava a sua coragem. Era atrevido, agressivo, mas corajoso. Gritei para ele e para que todos ouvissem:

– Lara, vai lá pega aquele baderneiro e traz aqui.

Ele deitou o fuzil no chão e saiu correndo atrás do sujeito, que fugiu pelo meio dos manifestantes. Chamei o cabo de volta.

Essas confrontações aconteceram em quase todo Rio Grande do Sul, com mortes e destruição. Em Cachoeira não houve nada grave porque tivemos muita sorte.

Depois que os manifestantes foram embora, respirei fundo. Logo em seguida começou a chegar reforço do Grupo e do Batalhão e a situação na cidade se acalmou. O General que percorria a cidade no seu carro chegou até onde eu estava e perguntou-me como andavam as coisas.

– Nada bem, respondi-lhe. – Estou nervoso e com medo.

– Militar não pode ficar nervoso e com medo por tão pouco – doutrinou-me o velho.

– Mas eu fiquei. E os meus joelhos chegaram a bater um no outro. Fui provocado e desafiado. É muito difícil enfrentar o povo enraivecido. A situação ficou confusa e temi errar nas minhas decisões.

O General prometeu processar os provocadores, mas o assunto caiu no esquecimento. Tempos depois voltei a me incomodar com o acontecido! Fui obrigado a andar um tempo armado; o sujeito que mais me desafiou, aquele que correu do Cabo Lara, prometia vingar-se do "tenentinho carioca" que tinha humilhado os cachoeirenses. Não sou carioca, sou gaúcho, nascido em Passo Fundo. Certa vez passei pelo sujeito, encarei-o, e ele baixou os olhos. Guardei a pistola no armário.

Vou saltar da morte de Vargas para a renúncia do Jânio. Quando o Presidente irresponsável renunciou e traiu seus eleitores em 1961, estava no CPOR de Curitiba. Era uma Unidade muito politizada. O Coronel Comandante tinha sido deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e era um homem engajado na política. Comigo ele foi muito leal. Mesmo sabendo que eu era janista, ajudou-me a permanecer em Curitiba quando quiseram me transferir por motivos políticos. Todos sabiam que eu havia votado no Jânio, contra o Lott.

Os adeptos do General candidato se diziam nacionalistas e chamavam os adversários de entreguistas. Eu os ameaçava:

– Se vocês me chamarem entreguista – eram meus amigos – eu os chamarei de comunistas.

Era também uma acusação injusta. Havia um maniqueísmo muito forte no Exército.

No final do mês de agosto de 1961, na véspera da sua renúncia, Jânio Quadros visitou Curitiba. Foi então convocada uma reunião no Círculo Militar à qual compareceu a maioria dos oficiais da guarnição. Na saída, alguns amigos – lottistas – me confessaram:

– Rotta, você tinha razão, esse homem vai ser a solução para o País!

Jânio, como sempre, fizera um discurso brilhante. Falava muito bem, era um excelente orador, articulava com perfeição as palavras e seu pronunciamento fora claramente nacionalista. Saí satisfeito e me senti vitorioso.

Alguns dias depois o homem renunciava. Houve um trauma. Vi oficiais chorando. Haviam votado nele, defendiam o Jânio, se empolgaram com ele, e agora choravam. Não sabiam o que estava acontecendo. Foi quando houve o movimento da legalidade, partido do Rio Grande do Sul. Brizola foi audacioso e conseguiu mobilizar o povo em favor da posse do Vice-Presidente, seu cunhado. A

5ª RM (Paraná e Santa Catarina), subordinada ao III Exército (hoje CMS), ficava no limite de São Paulo que, segundo as informações, estava contra a posse de Jango. Eu, sendo instrutor do CPOR, achei que não seria envolvido nos acontecimentos "bélicos". Surpreendentemente, chegou uma ordem para o CPOR criar um destacamento com a missão de barrar, defensivamente, a BR-116 na fronteira com São Paulo. Chamava-se Destacamento Iguaçu que seria basicamente formado por oficiais e contingente do CPOR, e mais os carregadores de sacos da Companhia de Subsistência. Era uma tropa despreparada para o combate. A exceção era uma Bateria do Grupo de Artilharia.

Houve muita habilidade da parte do Comandante do CPOR, Coronel Bezerril: ele não colocou nenhum oficial mais radical no comando do Destacamento Iguaçu. Todos eram bons profissionais e politicamente moderados. Como a missão do Destacamento era defensiva, surgiu a idéia de lançar um campo de minas para barrar as tropas que viessem do Norte, trabalho típico da Engenharia. Fui sondado para participar da missão e recusei. Não gostava nem do Jango Goulart, nem do Brizola. Minha formação política era a de uma família gaúcha conservadora, avessa ao getulismo. O Comandante do Destacamento, Major Lauro, um oficial de Cavalaria sensato e tranqüilo, chamou-me e reiterou o convite:

– Rotta, vou colocar meu pedido em termos de amizade. Você vai com a gente, lança um campo de minas, bloqueia a estrada e nos garante o tempo para conversar com o pessoal de São Paulo.

Acabei convencido pelos majores Lauro e Guanabara a participar da aventura. Fato curioso: na composição da tropa, acabaram predominando oficiais que eram contra o Jango. Suponho que esta armação foi resultado da manobra correta de que já falei do Coronel Bezerril e do Major Lauro para evitar a presença no Destacamento dos defensores de uma confrontação com São Paulo que, fatalmente, seria desfavorável para nós, uma força-tarefa despreparada e desarmada.

Minha "tropa" de engenharia era o Sargento Silveira, excelente profissional, e um cabo burocrata oriundo da arma mas sem nenhum conhecimento dos trabalhos de engenharia de combate. A BR-116, estrada recém-inaugurada, foi fechada. Não havia trânsito nos dois sentidos. Fizemos alguns fornilhos (determinada quantidade de pólvora que se enterra para explodir) a fim de bloquear os caminhos de serviço, acessos abertos pelas empreiteiras para construir a BR-116 e lançamos um campo de minas improvisado no asfalto da estrada propriamente dita. As poucas minas anticarro existentes na 5ª Região Militar estavam depositadas no 5º Batalhão de Engenharia, de Porto União, que se recusou a entregá-las, alegando que precisava do material para a instrução ou para um eventual empre-

go da Unidade. Então apelamos para a criatividade: preparamos cargas com 2kg de dinamite e acionadores de pressão antipessoal. Era um artefato bem mais sensível e perigoso que uma mina. Abrimos buracos no asfalto com explosivo e cobrimos o leito da estrada com terra para ocultar o local das minas. Conseguimos uma carregadeira e um basculante para nos apoiar no serviço. Tudo improvisado, nunca vi aquele procedimento em qualquer manual. Com auxílio do sargento Silveira, fiz um esquema da localização das minas diferente daquele previsto nos regulamentos. Colocamos preguinhos ocultos no acostamento, estendemos uma fita em diagonal ao eixo da estrada e marcamos a distância do local da mina. Retiramos a fita e deixamos as taxas praticamente invisíveis. Para retirar as minas, como foi feito depois, bastava colocar a fita e medir as distâncias anotadas. Deixamos um desvio aberto para o nosso trânsito e eventuais viaturas que viessem de São Paulo, desvio que seria bloqueado no caso de movimento de tropa do Norte. Trabalho feito por três militares da engenharia: um capitão, um sargento e um cabo. Tudo na base da improvisação, guerra crioula, como eu chamava.

Aconteceu um fato curioso na nossa guerra crioula. Na estrada vicinal, que ficou aberta ao trânsito, havia uma ponte de madeira e nas proximidades dela um bolicho.[1] Entreguei uma lata de gasolina para o bodegueiro e disse a ele que, mediante ordem, derramasse gasolina, incendiasse a ponte e fosse para a casa de algum vizinho, longe dali. Finda a missão, fui agradecer o homem e buscar a gasolina. Atendeu-me a mulher dele e me contou que o marido, quando começou a ouvir tiros e explosões – regulação da artilharia, nossos fornilhos e treinamento da infantaria – deixou-a sozinha e se foi para casa de um parente. Meu *partisan* foi um fiasco...

Logo começaram nossos contatos com os elementos mais próximos das forças do Norte. Não participei daquelas tentativas de pacificação antecipada. O fato é que nós, militares, não tínhamos o menor desejo de confrontação com os companheiros, alguns até amigos íntimos. No fundo, detestávamos sentir o nosso envolvimento em algo promovido por políticos inescrupulosos.

O Comandante do Destacamento de São Paulo era um homem de personalidade forte, General Ulhoa Cintra, apelidado injustamente de Juca Burro. Tratava-se de um homem radicalmente anticomunista, aguerrido e inteligente. Talvez por isto mesmo, foi colocado à frente das tropas do Norte. Na minha opinião, se os paulistas partissem para valer, passariam por cima de nós. Sugerimos ao Major Lauro que negociasse com o pessoal de São Paulo antes de um possível

---

[1] Ou boliche. Casa comercial de ínfima classe. Bodega.

enfrentamento, tentando uma fórmula para evitar um vexame ou uma chacina. A disparidade de meios em favor dos "invasores" era flagrante. Acredito que a maioria dos oficiais pensava assim. Soube, depois, que na Estrada da Ribeira, outro eixo de penetração Norte-Sul, também houve contatos entre os dois lados.

Às vezes éramos visitados por oficiais de Curitiba. O General Rondon, comandante das operações, sobrinho do patrono das Comunicações, era o mais assíduo. O General Galhardo, Comandante da 5ª RM também nos visitou. Lembro-me de que o Tenente-Coronel, ou Coronel, Cairolli, que diziam engajado no movimento "legalista", acompanhou nosso trabalho de colocação de uma carga de explosivo no encontro de uma ponte na BR-116. Elogiou nosso esforço e ficou admirado quando lhe disse que há duas noites praticamente não dormíamos. Com a posse do Jango, o Coronel Cairolli foi para Brasília ser Secretário de Segurança do Distrito Federal. Depois se desentendeu com o Governo e nunca mais ouvi falar nele. Nosso Comandante direto, Major Lauro e o seu Estado-Maior, Major Guanabara, Capitão Veiga e Capitão Palermo, eram todos muito equilibrados, competentes e desvinculados da política partidária.

Meu pai veio de Passo Fundo para acompanhar minha família enquanto eu permanecia na fronteira de São Paulo. Nesta época, já tinha meus cinco filhos. Quatorze dias depois de termos iniciado a missão, estávamos de volta a Curitiba. Embora tenha sido leal com meus chefes e feito tudo que estava ao meu alcance para evitar um mal maior, nunca senti muito orgulho por ter participado daquela guerrinha caipira. Como sempre, fomos marionetes nas mãos dos políticos. Antevi que a solução "Jango Goulart" não era a mais sensata nem seria duradoura, embora surgisse como a única possível naquele momento para evitar um enorme derramamento de sangue. Graças ao equilíbrio do Exército não entramos em uma guerra civil.

Em 1963, saí do CPOR e fui cursar a EsAO. Foi um período muito importante na minha vida militar. A EsAO é uma escola exigente e o aluno tem que estudar bastante para sair-se bem e, no fim do curso, escolher uma boa Unidade. Mil novecentos e sessenta e três foi um ano agitado nas escolas do Rio de Janeiro. A Revolução ganhou muito de sua força com o descontentamento dos oficiais mais jovens que estavam irritados por causa dos seus problemas financeiros, com a rebelião dos sargentos em Brasília e com o avanço do comunismo no País.

O fórum de debates era o Clube Militar. Muitos capitães da EsAO, entre os quais me incluo, assistiam às reuniões de protesto no auditório daquela entidade. Éramos normalmente disciplinados. Mas havia gente extremamente irreverente e agressiva. Assisti cenas e pronunciamentos caracterizados por uma indisciplina desmedida. Eu e outros companheiros da EsAO, certa vez, assinamos um livro no qual oficiais protestavam contra uma decisão do Ministro. Só que eu, como alguns ou-

tros, cometi um pecado: assinei, coloquei meu nome com letra de imprensa e o número da minha identidade; uma presepada de capitão inexperiente. Dois dias depois, saiu em um jornal do Rio o meu nome e os de outros colegas como sendo dos oficiais que seriam punidos por terem assinado um documento de protesto endereçado ao Ministro. Só não fomos presos porque o nosso Comandante se recusou a punir os alunos para evitar possíveis manifestações e repercussões em cadeia. Por causa disso o General teria sido exonerado do Comando da EsAO.

A insatisfação entre os capitães era muito grande. Havia basicamente duas linhas conspiratórias: de um lado os janguistas e filocomunistas (minoria) e de outro aqueles que aceitavam até medidas de exceção para evitar a comunização do País. Éramos convidados para reuniões em quartéis ou residências de oficiais superiores e até de generais. Nunca compareci. Só participei de reuniões no Clube Militar e de alguns debates na própria EsAO. Os alunos conversavam muito sobre a situação e, às vezes, se reuniam para debater na sala do Curso de Infantaria. Eu, normalmente, só ouvia, mas um dia resolvi intervir. Um capitão fez um pronunciamento radical, propondo que entrássemos em greve. Foi muito aplaudido. Eu achava um absurdo a idéia. Fui ao microfone e falei com veemência algo mais ou menos assim:

– Militar não entra em greve; quando está descontente e quer protestar contra o Governo ele arromba a reserva de armamento, pega as armas e vai lutar. No nosso caso isto será fácil. Aqui ao lado está o QG da 1ª DI, já terminou o expediente, só tem a guarda do quartel. Cada um vai para sua casa, pega seu armamento individual, e tomamos o QG de assalto. A repercussão será muito maior do que se nós acamparmos na frente da Escola dizendo que estamos em greve. Militar não entra em greve!

Pouco depois entrou na sala o Coronel Viana Moog, na época, Subcomandante da EsAO. Era um homem sério e fechado. Aconselhou-nos mais prudência, pois estávamos nos excedendo nos pronunciamentos. Em seguida apagaram a luz e os conspiradores foram para casa.

Muitos não entenderam a minha intervenção. Até hoje, às vezes, sou lembrado como um radical opositor do Governo, um incendiário, quando na verdade fui um bombeiro querendo apagar o fogo da greve. Achava – e acho até hoje – ser vergonhoso um militar entrar em greve. Quem se incomodaria com uma paralisação da EsAO? Não faltaria leite, não faltaria pão, não faltaria transporte e dificilmente a iniciativa teria êxito. O militar, quando quer protestar, faz como os 18 do Forte ou como os tenentes das décadas de 1920 e 1930. Mas fazer greve? Seria provavelmente um ato inócuo que só machucaria a Instituição. Anos depois, fui

chamado de ex-carbonário por um colega da Escola de Estado-Maior. Logo eu, um inofensivo pacifista...

Concluí a EsAO no final de 1963. O Ministro, General Jair, não permitiu que naquele ano os capitães da EsAO ficassem no Rio de Janeiro. Acho que ele não foi hábil: dispersou pelo Brasil inteiro centenas de capitães descontentes e doutrinados. Estudáramos a guerra revolucionária durante o curso e acreditávamos – era opinião dos instrutores e da maioria dos alunos – que já estávamos imersos em uma de suas fases.

Fui convidado para ficar como instrutor na EsAO e não aceitei. Preferi voltar para o 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, onde já havia servido. Comandava a Unidade o Coronel João Guerreiro Brito. Tinha qualidades: era inteligente, trabalhador e honesto. Mas não tenho dúvidas, era marxista, como muitos outros oficiais de sua geração. O Coronel Vinitius Nazareth Notare contou-me que esta tendência era por causa da doutrinação feita por um professor comunista que havia no Realengo. Era um professor com grande trânsito entre os cadetes e que virou a cabeça de muita gente.

Antes de seguir para Vacaria fui apresentar-me no então Ministério da Guerra. Nos corredores, encontrei o antigo Comandante do 3º BE, Coronel Rupp, meu primeiro chefe, um dos melhores que conheci. Perguntou-me o que estava fazendo. Disse-lhe que terminara a EsAO e estava me apresentando a fim de seguir destino para o 3º Batalhão Rodoviário, Vacaria. Ele criticou minha opção:

– Vais servir com o Guerreiro Brito? Ele é louco e comunista. Você vai se incomodar com ele. Veja se consegue retificar sua designação!

Na EsAO, no final do curso, escolhe-se a vaga conforme a colocação na turma; publicada a Unidade de destino – escolha do próprio capitão – é muito difícil mudar. Logo verifiquei que o Coronel Rupp tinha razão. Meu novo Comandante não escondia suas idéias esquerdistas; falava de tal maneira que qualquer iniciante na política percebia as suas tendências marxistas.

Quando cheguei em Vacaria, pensei que ficaria na sede do Batalhão (na cidade); era capitão antigo, já com a EsAO e na minha passagem anterior pela Unidade, ficara dois anos e meio na 2ª Cia, a 60km da sede do Batalhão. Desta vez fui destacado para a extremidade norte do trecho. Meu colega de turma e de EsAO, Capitão Miró, que chegou mais tarde, foi parar na outra ponta da estrada em construção. Seria uma coincidência, ou havia uma prevenção contra os oficiais recém-egressos da EsAO?

No Rio Santana, nome do local da companhia que fui comandar, notícias quase só pelo rádio a pilhas. O gerador de luz apagava às 21h. Vivíamos totalmente voltados para o trabalho e não havia tempo nem ânimo para outras preocupações.

Certa vez viajei com o Coronel Guerreiro Brito para Bento Gonçalves onde fomos ver os trabalhos do 1º Batalhão Ferroviário nos túneis. Na ida, o Coronel Brito não abriu a boca. Viajamos de carro de Vacaria até Bento Gonçalves sem trocar uma palavra. Ficaram estagiando no Batalhão Ferroviário o tenente, o sargento e um feitor que nos acompanharam na viagem até Bento. Voltei para Vacaria sozinho no carro com o Coronel. Puxei conversa e comecei a provocá-lo sobre a possibilidade de ele ser promovido a General no final daquele mês de março de 1964. Falou-me o Coronel Guerreiro Brito:

– Eu até que poderia ser promovido agora a General, mas não gostaria de preterir o Coronel Dirceu de Araújo Nogueira, Comandante da Unidade que visitamos e que você conheceu hoje. Ele é o primeiro da minha turma e o considero um grande oficial. Na próxima promoção será a minha vez, devo ser promovido.

Vi que ele estava querendo conversa e continuei alimentando o diálogo. Perguntei-lhe sobre as possibilidades de promoção do Coronel Candal, um oficial de Engenharia muito conceituado, ex-Comandante do 3º BRv. O Coronel Guerreiro Brito foi enfático:

– Aquele nunca será promovido. É entreguista e reacionário.

– E o General Rodrigo Otávio tem chance? – provoquei.

A resposta foi surpreendente:

– Embora do grupo de direita, é um homem lúcido, empreendedor e tem sido muito útil para o País e para o Exército.

– E o senhor quando será promovido? – perguntei-lhe novamente.

– Eu não saio agora mas devo ser promovido na próxima.

As previsões do Coronel Guerreiro Brito aconteceram parcialmente: o Comandante do 1º Batalhão Ferroviário, Coronel Dirceu, foi promovido a general nas vésperas da Revolução, no dia 30 de março; o Coronel Candal e o Coronel Rodrigo Otávio foram promovidos na primeira leva pós-revolução e ele – Guerreiro Brito – foi cassado na primeira lista.

Isto talvez explique a posição extremada do Comandante do 3º BRv na defesa do Governo do Jango que, praticamente, só promovia a general oficiais esquerdistas. Se não cai o João Goulart não há dúvida de que ele – homem ligado ao General Assis Brasil – seria promovido.

Quando eclodiu a Revolução, o Coronel Guerreiro Brito assumiu pessoalmente o comando da tropa, maltreinada e com armamento deficiente, e ocupou posição na calha do Rio Pelotas, onde pretendia barrar o eventual avanço dos destacamentos do Norte. Ele insistia em resistir no Passo do Socorro e adotava medidas extremadas. Uma delas foi prender dois tenentes do 2º Batalhão Rodoviário, de Lages,

que estavam, por ordem de seu Comandante, Coronel Samuel, fazendo um reconhecimento na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Um dos tenentes detidos e conduzidos para Vacaria é o atual General Calazans.

Enquanto isso, alguns oficiais do 3º BRv solidários com a Revolução, entre os quais eu me incluía, discordavam das posições do Coronel Comandante e conspiravam.

Montamos um esquema para prender o Comandante em um de seus deslocamentos. Não deu certo: ele veio para a sede do Batalhão por outro itinerário. Fracassada a tentativa de "seqüestro", começamos a trabalhar a fim de convencer nosso Subcomandante, Tenente-Coronel Brasil, a assumir o Comando do Batalhão. Argumentávamos que o Coronel Guerreiro Brito estava conduzindo a Unidade de acordo com suas convicções políticas e pessoais com as quais não concordávamos. O País todo estava aderindo à Revolução e o Batalhão, como se fosse uma Unidade poderosa, continuava em posição de combate no limite com Santa Catarina. Era uma situação incômoda para nós, claramente favoráveis à Revolução, e de risco para todos. Um avião passou sobre o Batalhão e lançou panfletos, sugerindo a adesão ao Movimento. Preocupava-nos a hora em que lançassem bombas ao invés de papel. A Vila Militar onde moravam as famílias dos oficiais e dos sargentos ficava junto ao quartel.

Atendendo a nosso pedido, houve uma reunião de oficiais presidida pelo Tenente-Coronel Brasil, Subcomandante. Foi um encontro tenso e dramático. O Major Paulo Ferreira e Silva, o mais antigo dos militares que não concordavam com a atuação do Batalhão, sugeriu que a tropa fosse retirada do Passo do Socorro e que o Tenente-Coronel Brasil assumisse o Comando da Unidade. Éramos uns 15 oficiais na sala. O Subcomandante sugeriu que esperássemos até o fim da tarde para uma decisão. Alegou que era muito amigo do Coronel Guerreiro Brito, fora convidado por ele para ser seu Subcomandante e, por uma questão de ética, não poderia proceder como queríamos. O Major Ferreira e Silva discordou da protelação argumentando que a maioria dos presentes na sala era favorável à destituição do Comandante. O Tenente-Coronel Brasil foi então muito arguto: resolveu ouvir os oficiais um a um. O Major Ferreira e Silva, é claro, ratificou seu ponto de vista. O Capitão Bauer acompanhou-o. O Capitão seguinte absteve-se de emitir opinião. Eu e o tenente dentista também fomos a favor da destituição do Comandante. Os demais, ou se abstiveram, ou manifestaram-se a favor da "legalidade". O Tenente-Coronel Brasil aproveitou de imediato o resultado da consulta:

– Como não houve consenso nem a maioria foi favorável à destituição do Coronel Guerreiro Brito do Comando, sugerida pelo Major Ferreira e Silva, prevalece

a minha proposta: vamos aguardar a evolução dos acontecimentos até a meia-noite. Está terminada a reunião.

Nesta hora minha cabeça ferveu. Para o militar é difícil se insurgir contra o superior. Estava tenso, nervoso e encharcado de adrenalina. Enchi-me de coragem e anunciei minha decisão:

– Acho que este assunto é muito importante para ser decidido por uma votação em que a maioria dos companheiros se absteve. Recuso-me, a partir deste momento, a cumprir ordens do Coronel Guerreiro Brito por considerar que o Batalhão está cumprindo uma missão suicida.

O Tenente-Coronel Brasil me deu voz de prisão. Outros três oficiais, aqueles que haviam se pronunciado pela destituição do Comandante, endossaram meu ponto de vista e também foram presos.

Ficamos detidos na biblioteca do Batalhão, uma sala ampla e confortável. Apesar disso estávamos tão acabrunhados como se estivéssemos em uma masmorra. Logo depois se juntavam a nós o Capitão Totti e o tenente Marques, que não participaram da reunião por estarem envolvidos em outras missões.

Naquele dia, veio uma ordem do III Exército para que o Batalhão recolhesse a tropa ao quartel, que o Coronel Guerreiro Brito passasse o comando da Unidade ao Tenente-Coronel Brasil e se apresentasse no QG do III Exército, em Porto Alegre. À tardinha, o Comandante chegou de volta ao quartel com seu destacamento. Teve uma grande decepção: vários oficiais que participaram da missão no Passo do Socorro, ao saberem que nós estávamos presos e o motivo, solidarizaram-se conosco e também foram presos. O Coronel Guerreiro Brito colocou a tropa em forma no pátio, convocou os funcionários e fez um dos pronunciamentos mais agressivos que já ouvi. Cumprimentou a tropa pelo seu desempenho, anunciou a sua destituição do Comando e declarou-se defensor de ideais "progressistas e nacionalistas". Depois sobrou para nós: chamou os oficiais que se declararam favoráveis à Revolução de oportunistas, traidores, entreguistas e covardes. Alguns dos oficiais presos na biblioteca, de onde se ouvia muito claramente o alto-falante que transmitia as ofensas, choraram de raiva. Lembro bem das palavras do Coronel:

– Perdemos a batalha mas não perdemos a guerra; quando a situação se inverter, estes canalhas reacionários vão se arrepender do mal que estão causando ao Brasil.

Naquele momento, a primeira lembrança que me veio à cabeça foi o *paredón*. O Coronel Guerreiro Brito foi muito aplaudido pelos servidores civis. Eu sempre considerei esta atitude dos nossos funcionários paradoxal. Quem os protegia contra o despotismo do Comandante eram os capitães e os tenentes.

Certa vez percorria o trecho da Companhia com o Coronel e ele, quando passamos em frente ao barraco de um trabalhador, me advertiu:

– É bom que você saiba que eu não gosto de puxado nas casas dos trabalhadores. Temos que obedecer ao nosso padrão 5,50 X 2,75 (14,23m^2).

Era um espaço minúsculo. Aleguei que se tratava de um trabalhador com família muito grande, seis filhos, e que a melhoria do barraco fora feita aos domingos, sem prejuízo para o serviço. A reação do Coronel Guerreiro Brito foi inusitada:

– Vocês só se preocupam com colégio para as crianças, reformas nas enfermarias e melhoria na comida dos soldados. Eu penso diferente: nossa missão é construir o Tronco Principal Sul, o resto é supérfluo. Para mim, a vontade do Estado predomina sobre os interesses do indivíduo e o ideal seria termos os nossos trabalhadores morando em alojamentos e comendo de panelão, longe das famílias que só nos dão incômodo. Assim, o rendimento desta gente no serviço seria muito maior. O homem que trabalhar como eu gosto, estará tão cansado no domingo que não terá disposição para fazer reformas no seu barraco.

Eu que considerava o Coronel Guerreiro Brito apenas um nacionalista extremado, um homem de esquerda, empolgado com o Governo Goulart, com a república sindicalista que se pretendia implantar no País e com as perspectivas do seu generalato, concluí, com aquela conversa, que, na verdade, ele era um estalinista convicto.

Voltemos aos dias tumultuados de março de 1964. Logo após a formatura, o Coronel Guerreiro Brito libertou os oficiais presos solidários com a Revolução e determinou que os militares destacados voltassem para as suas companhias e retomassem o trabalho.

Antes de seguir para o Rio Santana, fiz um contato com o Capitão Totti. Ele me contou que chegara no Batalhão uma mensagem cifrada do III Exército alertando para a possibilidade de eclosão, naquela noite, de uma revolta dos graduados contra a Revolução. O documento estava nas mãos do Coronel Guerreiro Brito que não o difundira para ninguém. Preocupado, segui para a minha Companhia, no Rio Santana. Lá encontrei o Tenente Neto – meu único oficial subalterno – que regressara de um posto de vigilância para o qual fora designado, uma ponte de madeireiros, localizado a montante do Passo do Socorro. Relatei ao Tenente os fatos ocorridos na sede do Batalhão e minha preocupação com a mensagem do III Exército, não difundida aos oficiais pelo Coronel Guerreiro Brito, agora ex-Comandante. No início do expediente do dia seguinte reuni todo o pessoal da Companhia no rancho, informei sobre a minha posição favorável à Revolução e determinei que os trabalhos prosseguissem normalmente. Por precaução, mandei retirar toda a munição da reserva de

armamento e coloquei-a no porão da casa do Tenente Neto. Soube mais tarde que alguns graduados não gostaram desta minha "demonstração de desconfiança".

Os oficiais continuavam preocupados com a permanência do Coronel Guerreiro Brito na área. Ele alegava que estava passando os encargos do Comando para o Tenente-Coronel Brasil e que só iria para Porto Alegre, após o término desta tarefa. Para mim, na verdade, o Comandante destituído aguardava a anunciada rebelião dos graduados para, revertida a situação, reassumir a chefia das ações que agora seriam prioritariamente contra nós, seus antigos comandados.

Naquela tarde tomei uma decisão ousada. Fui à cidade e liguei da telefônica para o III Exército. Com alguma dificuldade, consegui falar com o Coronel Codeceira que respondia pela Chefia do Estado-Maior daquele Comando de Área. Relatei rapidamente o que estava ocorrendo no Batalhão e disse da nossa preocupação com a presença do Coronel Guerreiro Brito em Vacaria. Disse-lhe, ainda, que a permanência do Tenente-Coronel Brasil no Comando, agora, parecia inconveniente. Não que o achássemos um inimigo da Revolução. Até pelo contrário, em algumas conversas que precederam o Movimento de Março, ouvi críticas suas à bagunça do Governo do Jango Goulart. Acontece que alguns oficiais do próprio Batalhão não se conformavam que a lealdade dele ao Coronel Guerreiro Brito tivesse prevalecido sobre um movimento que era inevitável e imprescindível para salvar o Brasil da comunização. Relatei o que estava ocorrendo no Batalhão e sugeri a designação urgente de um novo Comandante para a Unidade. Poderia ser até um Coronel de outra arma. Lembro-me até hoje da resposta serena do Coronel Codeceira:

– Capitão, não pense que é só aí em Vacaria que está havendo confusão. Estamos com problemas em toda área do III Exército. Até aqui no QG a situação está complicada. Mantenham a calma que a Revolução já é vitoriosa. Caso haja alguma ameaça mais séria, liguem-se com o Coronel Samuel do 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, e ele apoiará vocês.

Fui até a sede do Batalhão e ficou combinado com outros oficiais que se houvesse necessidade, eu seria o encarregado de ir a Lages pedir o apoio do Coronel Samuel. Minha Companhia era a mais próxima de Santa Catarina.

Naquele dia houve um fato que, a um só tempo, me alegrou e me preocupou. Fui procurado em minha casa pelo Sargento Francisco – Chiquinho – o melhor "tocador de obra" do Batalhão. Tinha uma capacidade de trabalho incomum e liderava seu pessoal de maneira exemplar. Ele foi muito franco. Confessou-me sua admiração pelo PTB e pelo Jango mas que, por tudo que devia ao Exército, por sua formação militar e estima aos seus chefes – diga-se, ele conquistou esta estima por sua competência e capacidade de trabalho – estava solidário à Revolução e eu pode-

ria contar com ele para qualquer missão. Isto foi o motivo da alegria. Depois, veio a causa da preocupação. Revelou-me que alguns graduados – não citou nomes – estavam descontentes com a situação e aguardando a tal revolta dos sargentos.

Era evidente o que estava acontecendo: a mensagem que chegara às mãos do Coronel Guerreiro Brito havia vazado.

Naquela noite, eu e o Tenente Neto só fomos dormir depois que a luz do "liquinho" do alojamento dos sargentos foi apagada. Não acreditava que eles estivessem conspirando contra nós; provavelmente, tomavam chimarrão, jogavam cartas, dominó, ou comentavam os acontecimentos dos últimos dias. Tempos mais tarde, meu motorista confessou-me que havia sido sondado por um graduado para participar de um complô contra mim. Ele me levaria para algum local onde eu seria preso. Preferi não aprofundar nas investigações sobre o assunto. Estava mais preocupado em cooptar o pessoal desinformado para o meu lado e com os trabalhos da minha Companhia.

Aos poucos o Batalhão foi retornando à normalidade. O Coronel Guerreiro Brito desistiu de esperar a tal revolta, apresentou-se em Porto Alegre e segundo soubemos depois, foi preso e encaminhado para o Rio de Janeiro. Seu nome constou da primeira lista de oficiais do Exército cassados. O Tenente-Coronel Brasil assumiu, interinamente, o Comando da Unidade. Percebia-se que ele desejava ser efetivado na função, mas o seu posicionamento durante os momentos críticos do Movimento não recomendava a permanência dele à frente da OM. Mais tarde, foi prestigiado com um bom comando (CPOR de Porto Alegre) e assessorou chefes de muito prestígio na força (Generais Médici e Borges Fortes). Mesmo assim não conseguiu ser promovido a general, talvez em conseqüência da sua hesitação nos dias distantes de 1964 quando, embora anticomunista, custou a definir-se a favor da Revolução. Mas não se pode negar: o Coronel Brasil foi mais esperto do que nós e extremamente ético com o Coronel Guerreiro Brito, seu amigo e Comandante.

Depois de toda aquela confusão dos primeiros dias de março foi nomeado Comandante do nosso Batalhão o Coronel Vinitius Nazareth Notare, um conceituado oficial de Engenharia que já havia comandado uma Unidade de construção no Nordeste. Ficou evidente que o Alto Comando sabia dos problemas ocorridos na Unidade e designou para comandá-la um homem capaz de cicatrizar as feridas abertas por uma confrontação desnecessária promovida por uma liderança fortemente impregnada de ideologia marxista.

O Coronel Vinitius era a antítese do ex-Comandante. Um chefe inteligente, trabalhador e afável. Politicamente era um revolucionário autêntico, mas um homem ponderado, sem ódios e sem rancores. Três meses depois, o Batalhão estava

pacificado e já se sentia a sua eficiente ação de comando. Sem pressões, sem exigências absurdas e sem a autoritária e ideológica chefia do Coronel Guerreiro Brito, a Unidade desfrutava de um agradável ambiente de coesão e trabalho. O 3º BRv passou a produzir muito mais do que no tempo do Comandante anterior. O Coronel Vinítius foi um exemplo de chefe e exerceu uma liderança que sempre procurei seguir como exemplo.

Decorrido algum tempo, manifestei ao Comandante a minha intenção de prestar exame para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ele entendeu que no Comando de Companhia destacada, a possibilidade de eu estudar e ser aprovado era mínima. Nosso expediente normalmente ultrapassava dez horas diárias de trabalho exaustivo. Transferiu-me para a sede do Batalhão, onde, inclusive, pude estudar com outros dois capitães. Naquele ano, dois de nós – o Capitão Lopes e eu – passamos no exame. O Capitão Pinho, também do nosso grupo, foi aprovado no ano seguinte. Um belo resultado para candidatos à ECEME envolvidos na absorvente faina de um Batalhão de Engenharia de Construção.

O período dos três anos no curso da Escola foi tranqüilo do ponto de vista político-militar. A presença do General Castello Branco como Presidente, a unidade de pensamento dos militares e o autoritarismo equilibrado do Governo, garantiram a tranqüilidade e a implantação de reformas salutares para o País. A boa classificação que consegui após os três anos letivos me permitiu escolher Brasília para servir em seguida ao término do curso. A preferência pela capital não foi uma tentativa para me aproximar do Poder. Com uma família grande – esposa e cinco filhos – minha opção pelo Comando Militar do Planalto (CMP) foi porque era uma guarnição que me assegurava próprio nacional para morar.

Minha recusa aos convites para ser instrutor da ECEME e da EsAO foi muito criticada pelos companheiros. Diziam que eu havia desprezado a oportunidade, quase certa – por ser oficial de engenharia – de ser nomeado, no futuro, para Missão de Instrução do Brasil no Paraguai. Não houve prejuízo para mim. Primeiro, porque meu concunhado é que ocupou, merecidamente, a vaga; segundo, porque eu acabei, mais tarde, indo para os Estados Unidos.

No CMP fui designado inicialmente para a 1ª Seção (Pessoal). Pouco depois, fui para a 2ª Seção (Informações) onde passei a ser adjunto do Coronel Ângelo Irulegui, conhecido como um revolucionário aguerrido e por sua imensa capacidade de trabalho. O Comandante do CMP era o General Dióscoro do Valle, já falecido, e seu chefe do Estado-Maior o Coronel Beckman que muito me apoiou e com quem mantenho uma fraterna amizade até os dias de hoje. O Coronel Irulegui foi transferido para o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, para surpresa minha, Major

moderno, assumi a chefia da 2ª Seção. Alguns coronéis foram convidados e recusaram a missão. Eu alertei o Coronel Beckman de que poderia complicar-me na função; os Comandantes das Unidades de Brasília eram coronéis de prestígio (Jesus, Guedes, Cunha Costa e outros) e qualquer interferência minha, ainda Major, no âmbito de suas OM poderia me criar problemas. O Coronel Beckman assegurou-me que, nesses casos, ele me apoiaria e eu não seria prejudicado, o que de fato aconteceu, pelo menos uma vez, quando o Coronel Comandante de uma Unidade do interior de Goiás tentou me aplicar uma chave de estrelas.

Foi um período difícil, no qual se fazia a implantação da sistemática estabelecida pela Diretriz de Segurança Interna, documento que atribuía à Força Terrestre a coordenação, no País, das atividades contra a subversão. Nessa época, como previa a Diretriz, surgiram os CODI e DOI, inspirados na Operação Bandeirante (OBAN), criada em São Paulo, que conseguiu resultados positivos no enfrentamento da crescente onda de terrorismo desencadeada pelos inimigos da Revolução.

O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) era uma simples reunião de chefes ou representantes de órgãos empenhados na luta contra a subversão (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Polícia Federal e outros). Nos encontros de que participei avaliávamos a conjuntura, trocávamos informações e coordenávamos as ações a realizar. Presidia as reuniões do CODI de Brasília o Chefe do Estado-Maior do CMP. Como oficial de informações daquele comando, eu sempre estava presente e nunca ouvi falar em tortura.

A criação do Destacamento de Operações de Informações (DOI) deveu-se ao despreparo do nosso pessoal para realizar operações na guerra suja que emergia em todo País. Estudáramos nas nossas escolas a guerra convencional, com inimigo definido, do qual procurávamos avaliar as possibilidades para melhor enfrentá-lo. Agora estávamos ameaçados por grupos escorregadios, fluidos, que poderiam atuar em qualquer parte do território nacional e sob as mais variadas formas. As possibilidades de ataque do terrorismo eram impossíveis de serem levantadas antecipadamente. Poderiam promover qualquer tipo de violência: atentados, seqüestros, assaltos e outras agressões, em locais imprevisíveis. A 2ª Seção da nossa organização estava despreparada para enfrentar aquele desafio. A 3ª Seção – operações – sempre esteve totalmente absorvida pelas suas atividades tradicionais: instrução da tropa, formaturas, planejamentos de guerra convencional, inspeções etc. A Diretriz de Segurança Interna criava o Destacamento de Operações de Informação (DOI), uma espécie de fusão das duas atividades – operações e informações – já existente em outros países (CIA, KGB, MOSSAD etc.). No Brasil, como já mencionei, ela foi inspirada na experiência exitosa da OBAN, em São Paulo. No meu tempo, praticamente

não havia DOI no CMP. Faltava-nos material e gente especializada para ativar o destacamento. Esta carência era compensada pela atuação do General Bandeira, Comandante da Brigada do Planalto, chefe muito ativo na área de informações.

Eu contava somente com três oficiais na seção: meu adjunto, um oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) muito competente e dinâmico, o Major Grant Wall; o Capitão Amarcy, um eficiente executor das poucas missões de operações por nós realizadas no CMP; e um meticuloso tenente do QAO, encarregado do arquivo, a memória da Seção. Trabalhávamos muito para deglutir a papelada imensa que nos chegava às mãos, em grande parte apenas suspeitas sem fundamento. Eram muito volumosas as acusações de corrupção, algumas verdadeiras, outras falsas, oriundas de conflitos de interesses.

No curto período em que estive à frente da 2ª Seção do CMP aconteceram alguns fatos interessantes que merecem constar deste relato. Lembro-me de que, em 1969, apareceu um informe oriundo da Polícia Militar de Goiás sobre a presença de pessoas estranhas na região de Xambioá, no extremo norte do Estado. Por falta de recursos o referido informe não foi processado. Uma investigação na área – como foi sugerida por nós – poderia ter abortado a instalação de guerrilha em Xambioá que depois, durante vários anos, incomodou o País.

Outro fato político importante ocorrido na época foi a doença do Presidente Costa e Silva. Não havia informação confiável sobre o seu estado de saúde. Inicialmente, o pessoal da Casa Militar garantia que se tratava de uma doença sem importância e que ele estava em franca recuperação. Um pouco antes da interdição médica definitiva do Presidente, alertei meus chefes sobre reuniões promovidas pelo General Bandeira com os comandantes das unidades de Brasília, algumas subordinadas diretamente ao CMP. Como o General Bandeira era voluntarioso e muito ligado ao Ministro Lyra Tavares, eu temia que a sua Brigada executasse alguma ação por ordem direta do Alto Comando, sem conhecimento do CMP.

Quando houve a solução do triunvirato, da qual discordei – historicamente este tipo de governo é um gerador de conflitos – o General Vale fez questão de me levar com ele até o Setor Militar Urbano, onde transmitiu a notícia ao General Bandeira (que provavelmente já sabia da decisão) e a todos os comandantes de Unidades do Distrito Federal, reunidos. No regresso para o QG ele me alfinetou:

– Como o meu jovem Major pôde verificar, tudo deu certo.

Eu ri da ironia do General Vale, um chefe afável e bondoso, mas até hoje tenho dúvida sobre o acerto daquela decisão da alta cúpula das Forças Armadas.

A situação confusa do País agravou-se com o seqüestro do Embaixador Elbrick, dos Estados Unidos. Manifestei aos meus chefes minha preocupação com o

atendimento das exigências dos seqüestradores. A chantagem, se tem êxito, costuma se repetir, como de fato aconteceu. Hoje, mais maduro, acho que não havia outra solução. O Brasil, com os três ministros militares no Poder, estava politicamente frágil e sob forte pressão dos Estados Unidos.

Um outro caso interessante e embaraçoso que aconteceu no período em que era E-2 do CMP foi a prisão do jornalista Pompeu de Souza, superintendente da revista *Veja* em Brasília, professor universitário e homem muito prestigiado entre os políticos. A *Veja* promoveu e publicou o resultado de uma enquete feita na Câmara entre os parlamentares, e a seção de informações do Gabinete do Ministro do Exército não gostou. Para nós, o fato, no máximo, poderia ser classificado como uma provocação da revista.

O General Vale e o Coronel Beckman concordaram com nossa observação e me mandaram subir até a 2ª Seção do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, que funcionava no mesmo prédio que ocupávamos na Esplanada, para propor a suspensão da ordem de prisão ao jornalista. Já começava a anoitecer. O Coronel de serviço no Gabinete ouviu a nossa proposta com evidente ar de contrariedade, mas concordou em consultar o Ministério no Rio de Janeiro sobre a sugestão do CMP. Pouco depois, voltou à sala e confirmou a ordem de prisão. Ainda ponderei que seria um desgaste inútil porque o jornalista logo seria liberado. O Coronel me olhou com ar de censura, como se eu estivesse falando um absurdo.

Determinei ao Capitão Amarcy que buscasse o professor Pompeu de Souza na residência dele. Quando ele chegou, expliquei-lhe – reconheço que constrangido – o motivo da sua prisão. Ele alegou que a enquete fora uma determinação da direção da revista. Disse-lhe que nós também estávamos cumprindo ordens dos chefes. Terminada a nossa conversa, amena e de respeito mútuo, pedi ao Capitão que o levasse para o Batalhão da PE, com recomendação para que não o colocassem no presídio onde estavam reclusos os subversivos. O jornalista ficou no quarto vago do auxiliar do Oficial-de-Dia da Unidade. Antes do que eu esperava, no dia seguinte, recebemos ordens superiores para libertá-lo imediatamente. Nossas avaliações e previsões estavam corretas. Espero que o professor Pompeu de Souza – parece-me que já falecido – nunca tenha se queixado, como é de praxe, "das torturas sofridas nos porões da ditadura durante os anos de chumbo". O sofrimento máximo que ele enfrentou foi, possivelmente, a agressão dos mosquitos vorazes e ávidos de sangue, donos das noites nos nossos quartéis de Brasília.

Um dos fatos, dignos de registro, que presenciei ou de que participei como oficial de informações, foi a intervenção do Exército no fechamento do Congresso

em 1977. Meu colega de turma e de ECEME, Major Walter, com uma dúzia de homens, abortou a tentativa de resistência promovida por alguns parlamentares contra a ordem de recesso do Congresso. Eles permaneciam no recinto da Câmara dos Deputados em "vigília democrática" quando veio a ordem para retirá-los do prédio. Com a simples ameaça de fechar o restaurante, cortar água e luz e, em última instância, de chamar a PE que estava pronta no quartel, preparada para agir com a força se fosse preciso, a vigília democrática acabou. Naquela ação atuei como simples elemento de ligação entre o Major Walter, o executor da operação, um dos melhores oficiais da minha turma, e o Comando do CMP.

Outro acontecimento que agitou os bastidores de Brasília naquela época foi o desbaratamento de um grupo subversivo composto por jovens da classe média e alta na capital. Foram cooptados e eram coordenados por um servidor da Câmara, homem já maduro, comunista militante, que se aproveitou do espírito aventureiro dos moços para envolvê-los em atividades contra o Governo. Um dos locais de reunião do grupo era o apartamento de um embaixador brasileiro, em missão no exterior, cujo filho fazia parte do bando.

A solução do caso pelo General Bandeira foi extremamente humana e equilibrada. Ouviu a rapaziada, e na frente deles, solenemente, guardou os depoimentos no cofre. Em seguida libertou-os sob a ameaça de que, se voltassem a criar problemas, os documentos sairiam do cofre, seriam apresentados como prova de reincidência e eles seriam entregues à Delegacia da Ordem Política e Social. O DOPS era temido pelos presos. Só ficou no PIC o chefe, funcionário do legislativo e comunista conhecido. Hoje deve estar usufruindo uma boa aposentadoria e das indenizações providas pela nova República. Não esqueço um dia, quando eu visitava na PE o xadrez dos subversivos, ao passar em frente à cela dele – não o conhecia – perguntei-lhe se era o chefe dos "meninos da casa do embaixador". O sujeito arregalou os olhos, agarrou-se nas grades, bufou e fez um gesto como se quisesse me cuspir. Nunca vi tanto ódio na expressão de uma pessoa.

Um fato digno de registro que assisti como observador, foi a eleição do Presidente Médici pelo Congresso. A oposição limitava-se a abster-se. Os governistas enunciavam o nome do General Médici e do Almirante Rademaker e, às vezes, acrescentavam ao voto algumas firulas: "...é com imensa emoção que, neste momento histórico, tenho o prazer e a honra de votar nos Excelentíssimos..." Em meio à eleição monótona e quase subserviente, uma atitude corajosa: um deputado do Partido Libertador – creio que o Brito Velho – protestou veementemente contra o processo de escolha. Curioso é que depois os libertadores fizeram uma discreta oposição ao Governo Médici, apesar da evidência de que ele tinha forte

simpatia pelos maragatos. Muitos deles (Leitão de Abreu, Mem de Sá, Cirne Lima e outros) participaram com destaque da sua equipe de governo.

Logo após a posse do Presidente Médici, o CMP apoiou o novo prefeito nomeado de Brasília, Coronel da reserva Hélio Prates da Silveira, professor do Colégio Militar de Porto Alegre, na escolha da sua equipe. Coube-nos passar os candidatos aos cargos que comporiam a equipe do Governo do Distrito Federal pelo crivo da Seção de Informações. No que respeita às pessoas de Brasília, os arquivos do CMP eram anteriores e mais completos do que os do SNI. Quando vazou a notícia de que a 2ª Seção do CMP estava com esta missão, explodiu em Brasília um confronto de delações nojento. Bastava duas pessoas serem cogitadas para algum cargo, para surgir na praça pesadas acusações recíprocas: Fulano é esquerdista, corrupto, homem ligado ao Jango etc. A réplica vinha logo, Sicrano é comunista, bêbado, homossexual etc.

Em março de 1970 fui convidado para trabalhar na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Claro que aceitei. Servir na SGCSN era exercer uma comissão de destaque, ligada à Presidência da República e eu teria enormes vantagens em freqüentar as "beiradas do Poder". Como logo assumi a função de assessor para assuntos de política externa e de energia nuclear, desliguei-me da área das informações no campo de segurança interna. Durante os cinco anos que fiquei na SGCSN acompanhei a "abertura lenta e gradual" pelos jornais.

Como General, não tive nos meus comandos maiores problemas relacionados com a subversão. Na Bahia houve algumas perturbações que conseguimos contornar graças ao bom relacionamento entre os chefes militares da área e destes com o Governador Waldir Pires, um político de esquerda mas que, para nós, das três forças, sempre foi um homem extremamente cordial e correto. Às vezes, chego a pensar que não completei dois anos de Comando na Bahia por causa da minha amizade com Waldir Pires. O Governador estava em conflito com Brasília, onde Antônio Carlos Magalhães, seu figadal adversário, circulava, como sempre e com muita astúcia, pelos salões do Poder.

Este relato já está longo, acho que podemos seguir com as perguntas do entrevistador.

Como foi recebida a Revolução na cidade em que o senhor servia em março de 1964?

A população de Vacaria, na época uma cidade pequena, não reagiu. Os políticos que eram ligados à situação ficaram frustrados com a queda do Jango. Os que eram a favor da Revolução, excitados pelo cheiro do Poder, achavam que tinham direitos de vingança dos vitoriosos sobre os derrotados. Vinham conversar

conosco acusando os adversários políticos e insinuando-se junto a nós. Seriam aquelas vivandeiras que o General Castello Branco gostava muito de citar nas suas falas. Não vi reação, nem a favor, nem contra. O povo, eu diria, parafraseando uma citação conhecida sobre o advento da República, "assistiu bestificado" à rápida vitória da Revolução e à fragorosa derrota do estado sindicalista e não entendeu bem o que havia acontecido.

Vacaria era uma área de pecuária e, como tal, uma cidade conservadora. A economia era baseada na criação de gado e em uma incipiente agricultura. A politização, na época, era pequena nas cidades do interior. No Rio Grande do Sul, algumas lideranças tentaram reagir mas fracassaram. No restante do País a Revolução foi bem recebida.

Qual a razão do endurecimento do regime através dos Atos Institucionais e da criação dos DOI e dos CODI?

Políticos que perderam parcialmente o poder, queriam-no de volta. Os comunistas e grupos afins, passada a surpresa da rápida vitória da Revolução, começaram a articular-se para derrubá-la. O prenúncio da escalada da violência foi o atentado terrorista à bomba no Aeroporto dos Guararapes em junho de 1966, onde morreram um almirante e um jornalista, e houve vários feridos. A Revolução, para se preservar, emitiu a Diretriz de Segurança Interna que instituiu os CODI e os DOI. Os CODI, como já falei, garantiram a coordenação das forças repressivas e os DOI proporcionaram mais eficiência na busca de informações. Na maior parte do tempo, a Revolução atuou na defensiva. A ambição dos políticos e a subversão colaboraram para a promulgação dos atos institucionais e para o retardo da plenitude democrática que até hoje não alcançamos plenamente, embora nós militares estejamos afastados da cena política há mais de 15 anos.

Quais os objetivos da Revolução? Eles foram alcançados?

Basicamente os objetivos eram a segurança, o desenvolvimento e a luta contra a corrupção. Tivemos segurança, alcançamos um alto nível de desenvolvimento mas não conseguimos derrotar a corrupção. Também perdemos a guerra da mídia e não conseguimos o apoio da juventude. Mas, de uma maneira geral, os governos da Revolução corresponderam às expectativas dos brasileiros. Um dia a história irá reconhecer esta verdade. Acabou com a subversão, conseguiu altas taxas de crescimento, mas a corrupção, apesar de combatida e execrada pelos verdadeiros revolucionários, sobreviveu. É muito difícil eliminá-la. Veja o problema da União Soviética. Ganhou guerras mundiais, é uma reconhecida potência militar e científica, mas

agora não consegue dominar a ladroagem promovida por meia dúzia de mafiosos que passaram a comandar parte da economia do País.

Qual a sua opinião sobre os presidentes e governos revolucionários?

O Presidente Castello Branco, já falei sobre ele. Era um homem excepcional. Culto, austero e extremamente democrata, foi a pessoa certa para o momento certo. Não obstante todas as suas qualidades, era muito criticado pela esquerda, inimiga do regime, e pelos revolucionários mais duros. Empreendeu reformas corajosas, recuperou a economia, modificou a administração e preparou o País para a arremetida do desenvolvimento dos anos de 1970. A história já começa a reconhecê-lo como um grande estadista.

O Presidente Costa e Silva foi imposto pelo grupo mais radical, que o empurrou para o Poder. Não tinha o preparo do Castelo Branco mas não era ignorante como muitos falavam. E teve um grande mérito, seu ministério era muito qualificado. Coube-lhe editar o AI-5, menos pelo pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves, mais pelas ações da esquerda radical que insistiam em desestabilizar o Governo pela violência. Já relatei o período tumultuado da doença do Costa e Silva e passo para o Governo Médici.

O Presidente Médici era um homem que não esperava chegar à Presidência da República. Não ambicionava o Poder e aceitou o cargo como missão. Teve o bom senso de aproveitar os melhores da equipe anterior e foi feliz na escolha dos novos ministros. Sua passagem pela Presidência coincidiu com um período favorável da economia mundial, com reflexos positivos para nosso desenvolvimento. As tentativas de desestabilização do Governo fracassaram. Construiu obras de infra-estrutura: Ponte Rio-Niterói, Itaipu, estradas por todo o País, inclusive a Transamazônica (uma concepção totalmente justificável, sob o ponto de vista da geopolítica), obras chamadas de faraônicas pelos críticos da Revolução, mas da maior importância para o desenvolvimento do País. Além de bom senso, o Presidente Médici era um homem de sorte. Durante seu governo tudo dava certo. Até nos esportes brilhamos: copa do mundo, Eder Jofre, Fittipaldi, Mequinho. Sem ajuda da propaganda oficial, o Presidente Médici começou a ser admirado pelo povo. Foi o suficiente para que a mídia, os intelectuais e o clero dito progressista passassem a denegrir sua imagem. A esquerda não aceitava a possibilidade de um homem como o Médici passar para a história como um empreendedor austero e popular. Havia que destruir sua imagem e assim vem sendo feito.

O Presidente Geisel era um homem preparado para a Presidência. Seu governo significou a volta do "castelismo" ao Poder. Centralizador, estatizante, foi prejudica-

do pela primeira crise do petróleo. Alguns de seus ministros também não corresponderam. Sua equipe era mais fraca do que a do governo anterior. Ainda assim realizou uma administração fecunda e deu os primeiros passos para a abertura política no País. Trabalhei na Secretaria do Conselho de Segurança nos governos Médici e Geisel e pude observar como os dois dirigiram o País com estilos diferentes. Médici delegava o poder, confiava nos seus assessores. No despacho das exposições de motivos que lhe eram submetidas pelo nosso chefe, General Figueiredo, limitava-se a escrever: "Aprovo, E. Médici". Já com o General Geisel era diferente. Nas decisões mais importantes ele lia até os estudos que acompanhavam os documentos que lhes eram submetidos. Nas suas decisões – quando discordava da proposta – explicava as razões da discordância no despacho, escrito em correto português, com uma firme e bem alinhada caligrafia. Todos os dois, cada um à sua maneira, foram grandes presidentes.

O General Figueiredo, o último dos presidentes do ciclo militar, estava plenamente preparado para o cargo: durante o Governo Médici, foi Chefe da Casa Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde teve oportunidade de participar das mais importantes decisões do País. Logo após, com o Presidente Geisel, assumiu a chefia do SNI e continuou na cúpula do Poder, acompanhando o desdobramento dos grandes problemas nacionais. Como era um homem inteligente e decidido, esperava-se um grande governo no seu período. Fatores adversos – nova crise do petróleo, avidez dos políticos pelo Poder, falta de reconhecimento pelo seu esforço em promover a abertura – resultaram em um governo de altos e baixos. Some-se aos fatores adversos o seu estado de saúde abalado. A impressão que se tinha é de que depois de sua cirurgia nos Estados Unidos, o Presidente Figueiredo limitava-se à rotina do cargo e empenhava-se tão-somente no processo de abertura.

É bom ressaltar que nos governos ditos "militares", predominaram os civis e as figuras mais importantes da República foram os tecnocratas. Cada um presidente governou conforme suas características próprias. Além de evitarem a implantação de um estado sindicalista com possível evolução para o regime comunista, eles garantiram a segurança, derrotaram a subversão, promoveram inúmeras e importantes reformas e proporcionaram ao País um período de acentuado desenvolvimento. No meu ponto de vista, os constantes ataques à Revolução por parte dos intelectuais e da mídia esquerdista, é um movimento diversionista para que o povo esqueça esta verdade histórica.

Como se processou o combate ao terrorismo?

O combate ao terrorismo utilizou-se basicamente dos métodos empregados em outros países, como Estados Unidos, Portugal e França. Limitamo-nos a tradu-

zir os manuais existentes e aplicar, naquilo que era possível, a doutrina preconizada. Vários militares e civis fizeram curso no exterior sobre a luta contra a subversão, assim como inúmeros líderes da esquerda se especializaram nas técnicas de guerrilha, urbana e rural, em Havana, Moscou e outros centros disseminadores da Revolução Comunista. Atualmente, na avaliação daqueles momentos difíceis, o inimigo é considerado um idealista defensor da democracia e nós militares torturadores. É como aparece em uma parte da mídia, mais das vezes infiltrada por elementos de esquerda. Na realidade, sempre que um preso declarava em juízo que fora torturado, estava seguindo a orientação da cúpula dos subversivos. Hoje a maioria deles alega os maus-tratos sofridos "nos porões da ditadura". Alguns falavam da tortura para encobrir a covardia da delação espontânea, sem nenhuma pressão, outros para usufruir as polpudas indenizações atualmente pagas pelo Governo e outros, ainda, para posar de heróis nas rodas do chopinho. Acabaram eleitos na política ou ocupando cargos importantes na "nova República".

Não se pode conceber, como querem alguns fanáticos defensores dos direitos humanos, uma guerra suja sem violência. Não se aceita crueldade, ou seja, a violência sem motivo. Em algumas ocasiões, entretanto, a necessidade de presteza nas informações e para evitar um mal maior, é válido o uso da compulsão pela força. Quem se engajou diretamente e para valer nas operações contra o terrorismo, normalmente aceita esta justificativa sem peias. Apesar de nunca ter me envolvido em atos daqueles considerados mais duros na luta contra a subversão – durante o tempo em que trabalhei nas informações, jamais coloquei a mão em um fio de cabelo de um preso – aceito a doutrina da validade do uso eventual da violência nas ações contra o terrorismo.

O trabalho de comunicação social atuou no período revolucionário conforme exigia a conjuntura?

Nós somos fracos nessa área. O militar, em princípio, não gosta da imprensa. É um homem esquivo por formação e, devido às constantes movimentações, não se integra facilmente no meio civil. Normalmente, também é um homem que não gosta de aparecer e evita ligações com a mídia. Temos regulamentos severos com relação a pronunciamentos públicos que possam prejudicar a Instituição o que cerceia parcialmente a nossa liberdade de expressão. Mas a recíproca é verdadeira. Se não apreciamos a imprensa, ela também não gosta de nós. Os motivos desta ojeriza mútua são conhecidos. Inicialmente, ressentimento pela censura nos primeiros anos do regime revolucionário. Entende-se por que aquele segmento do Poder sempre abominou a censura. Para eles qualquer tipo de policiamento fere os princípios da liberdade, nem que esteja em jogo a segurança nacional. Reco-

nheço que houve abusos, mas não posso concordar com a liberalidade sem limites. Sob este aspecto podem me chamar de reacionário.

Outro ponto de fricção com os meios de comunicação foi a criação do SNI. A imprensa não aceitou a idéia da existência de um órgão do Governo que, em alguns setores, estava mais bem informado do que ela. Para completar, a mídia detesta as regras de sigilo, com exceção daquelas que protegem os seus informantes. Em resumo, estas são algumas das causas do nosso fracasso no trato com a opinião pública. Some-se a estas causas o nosso amadorismo e por vezes a nossa incompetência para atuar na complexa área da comunicação social.

E como foi o trabalho de conquista da opinião pública internacional?

Se não conseguimos conquistar a simpatia da opinião pública do País, piores ainda foram os resultados alcançados no âmbito internacional. Além da oposição das nações poderosas do Ocidente, mais das vezes promovida por interesses de grupos econômicos, tivemos a ação nefasta dos países comunistas sob a direção da Rússia e da China no mundo, e de Cuba na América Latina. O Brasil transformou-se em um dos alvos preferidos dos ataques de duas poderosas frentes opositoras. Mais recentemente, a Rússia desagregou-se, mas persiste a ameaça do comunismo reviver.

Outra frente contestatória que vem crescendo internacionalmente são as ONGs. Estas organizações supranacionais prestam algum serviço mas muitas vezes dificultam o desenvolvimento dos países mais frágeis fazendo, sem perceber, o jogo dos mais poderosos.

Qual a sua opinião sobre o "revanchismo"?

O "revanchismo" é algo com que nós militares não nos conformamos. Fez-se uma Revolução praticamente sem sangue. O Governo do Jango caiu de podre. Inicialmente houve apenas algumas prisões e cassações. Então, a esquerda inconformada com seu próprio fracasso, começa a comprometer a estabilidade do País com atentados, assaltos a bancos, seqüestros e tentativas de guerrilhas. O Governo reage, entrega a coordenação das operações de defesa interna ao Exército, e a repressão passa a atuar com mais eficiência conseguindo vencer a guerra revolucionária em curso no País. Mas a esquerda, aos poucos, se insinua nas bases e nas cúpulas: domina parte da imprensa, do clero e do ensino em todos os níveis. Mesmo sem assumir o Poder, os esquerdistas desencadearam uma bem montada ação psicossocial e transformaram os derrotados em heróis e os vencedores nos maiores algozes da história brasileira.

Esse "revanchismo" por vezes se individualiza e se volta contra companheiros nossos, com uma clara conotação de vingança pessoal. Que o digam o Fayad, o Ustra,

o Avólio e tantos outros. A par deste "revanchismo" contra a pessoa do militar, nota-se uma clara tentativa de esvaziar as Forças Armadas, cada vez mais distantes das áreas com poder de decisão no País.

Como se processou o desengajamento do Exército do Poder?

O desengajamento foi lento e gradual, conforme queriam os teóricos da Revolução. Pena que as transformações necessárias no campo político não chegaram a realizar-se. As cassações foram casuísticas e os políticos que apoiavam a Revolução, na sua maioria, eram fisiológicos e aproveitadores das vantagens de estarem próximos do Poder. Infelizmente, os governos que se seguiram ao ciclo revolucionário caracterizaram-se pela incompetência, despreparo e corrupção. Isto era mais ou menos previsível mas não se esperava esta desqualificação nos níveis apresentados. Ainda assim, acho que o desengajamento progressivo foi feito na hora certa. Não concordo com alguns chefes militares entrevistados na pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que consideram que a Revolução deveria ter acabado antes. Nem aceito o continuísmo daqueles radicais que pretendiam o regime autoritário para sempre.

O senhor considera que o atual modelo de democracia atende os ideais da Revolução de 1964?

A realidade nunca atinge os ideais nos níveis desejados. Para alguns há uma frustração com o modelo político vigente no País. Já me referi sobre a incompetência da Revolução no trato dos assuntos políticos. Subsistiram velhas mazelas do passado e o Legislativo não cumpre suas missões mais importantes: estudar, votar projetos e o orçamento e fiscalizar a execução das leis através do Tribunal de Contas e das Procuradorias.

O nosso político profissional, com algumas exceções, quando toma posse em algum cargo, quer no Executivo, quer no Legislativo, já está pensando nas próximas eleições. Para mim a democracia é mais do que o simples ato de votar. É um estado de espírito que induz o cidadão a respeitar as leis, a reivindicar seus direitos e a cumprir seus deveres. Em resumo: o momento em que vivemos não é o sonhado pela grande maioria dos militares que se engajaram com a Revolução de Março de 1964. E quando duvidam do idealismo dos que a fizeram, eu os defendo com um desafio: apontem um militar alçado a cargo importante que tenha enriquecido usufruindo das benesses do período revolucionário. Cometemos erros, mas não podem nos acusar de corruptos. Com esta defesa da correção dos que pertencem à nossa Instituição, tão conceituada nas pesquisas de opinião e tão maltratada por uma parte da mídia, encerro o meu depoimento sobre um pouco do que vi, relacionado com a Revolução de 1964.

General-de-Divisão Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva

O General Lélio é natural de Fortaleza-CE, onde nasceu em junho de 1934. Ingressou no Exército em 1º de março de 1950 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 15 de fevereiro de 1955, sendo classificado no 3º RA 75 Cav (3º Regimento de Artilharia 75 mm a Cavalo, hoje 25º Grupo de Artilharia de Campanha – 25º GAC), de Bagé-RS, Unidade que o viu promovido ao primeiro posto em 1955 e a primeiro-tenente dois anos depois.

Após realizar o curso de Defesa Antiaérea em 1958, serviu no 3º G Can Au AAé (3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos) em Caxias do Sul-RS. Em 1961, já no posto de capitão, foi movimentado para o I/6º RO 105 (Iº Grupo do 6º Regimento de Obuses 105 mm – hoje 16º Grupo de Artilharia de Campanha – 16º GAC) em São Leopoldo-RS, onde integrou o GT – São Leopoldo, grupamento de Unidades que se deslocou para Lages-SC, por ocasião da Legalidade.

No ano seguinte retornou para o 3º RA 75 Cav, onde atuou decisivamente em 1964, durante a eclosão do Movimento revolucionário. Após cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), permaneceu ainda durante dois anos naquela OM. Em 1967 foi transferido para a 3ª Cia Mé Mnt (3ª Companhia Média de Manutenção), também aquartelada na Guarnição de Bagé.

Durante o curso da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), realizado entre 1968/1970, foi promovido a major por merecimento. Realizou o estágio de Estado-Maior em Bagé, no Comando da 3ª Bda C Mec (3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, ex-3ª Divisão de Cavalaria – 3ª DC), ali permanecendo como chefe da 3ª Seção.

Até ser nomeado Comandante do 13º GAC de Cachoeira do Sul-RS, no ano de 1981, foi adjunto da 3ª Seção do EME (Estado-Maior do Exército) em 1983 e depois, sucessivamente, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 6ª DE (6ª Divisão de Exército) em Porto Alegre e Chefe das 3ª e 4ª Seções do Estado-Maior da 3ª RM (3ª Região

Militar) também na capital gaúcha. Nestas duas OM (Organizações Militares) foi promovido, respectivamente, a tenente-coronel em agosto de 1975 e a coronel em dezembro de 1980, ambas promoções por merecimento.

Após entregar o comando, assumiu a Chefia do Estado-Maior da 3ª DE, em Santa Maria, RS, de onde foi transferido, em 1984, para o EME, sendo designado Adjunto e posteriormente Chefe da Seção de Planejamento Operacional. Complementou sua vivência nacional como Subchefe do Estado-Maior do CMA (Comando Militar da Amazônia) em 1986/1987.

Em março de 1988, já na função de Chefe de Gabinete da SCT (Secretaria de Ciência e Tecnologia) foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada. Neste posto comandou a 1ª Bda ACos AAé (1ª Brigada de Artilharia de Costa Antiaérea) e a 1ª Bda AAAé (1ª Brigada de Artilharia Antiaérea) e foi Subchefe do EME.

Promovido a General-de-Divisão em julho de 1992 foi nomeado Comandante da 3ª DE. Afastou-se daquele comando em 1993/1994 por ter sido indicado para comandar Força Militar da Organização das Nações Unidas (ONU) na Operação de Paz em Moçambique (ONUMOZ). Após comandar pela segunda vez a 3ª DE em 1994, foi nomeado Vice-Chefe do DEC (Departamento de Engenharia e Comunicações), permanecendo nesta função até sua transferência para a reserva em janeiro de 1997.

Em razão de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por entidades e órgãos civis. Destaque-se a Medalha das Nações Unidas – ONUMOZ, em reconhecimento pelo seu trabalho à frente da Força de Paz.

Entrevista realizada em 8 de agosto de 2002.

Estamos em Santa Maria para, entre outras coisas, entrevistar o General Lélio (Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva), que nos falará sobre o que aconteceu na Guarnição de Bagé, na eclosão do Movimento de 1964. Isso não impede que o nosso entrevistado, com a sua vivência, nos fale sobre assuntos correlatos do qual ele participou com o vigor do seu posto de capitão. Uma visão muito legítima porque temos ouvido em depoimentos que 1964 não foi a Revolução dos tenentes, como a de 1930, mas teve a participação muito forte de majores, tenentes-coronéis e coronéis. O General Lélio está com a palavra e depois, se for o caso, faremos algumas perguntas para sanar aquelas dúvidas que permaneceram.

A idéia seria eu fazer um relato do que vi acontecer em Bagé.

Só um parênteses, na Legalidade o senhor estava em Bagé?

Não, estava em São Leopoldo. Servia no Grupo que foi parar em Lages.

Compondo o Grupamento Tático (GT) São Leopoldo, integrado pelo 19º RI (19º Regimento de Infantaria), o I/16º RO 105 e a 6ª Cia Com (6ª Companhia de Transmissão).

Exatamente.

São Leopoldo foi uma Guarnição difícil também. E lá não era sargento e oficial; era o Batalhão como um todo. Cada Batalhão do Regimento tinha uma posição política bem definida.

Exatamente. Sobre Bagé, vamos ver se recordo de pelo menos parte do que aconteceu, porque foram acontecimentos expressivos muito rápidos no tempo e às vezes nos esquecemos das datas ou dos nomes exatos, mas por certo uma idéia do que ocorreu eu posso transmitir. Pode ser que eu falhe em alguns nomes, não saiba dizê-los exatamente; com certeza conversando, descobriremos quem era.

Em primeiro lugar, me chamou a atenção na Guarnição, a diferença do nível de informações em relação a 1961. Na Legalidade eu também era capitão em São Leopoldo, mas tínhamos muito poucas informações. Pelo menos conosco, no Grupo onde eu servia, as informações eram sonegadas aos oficiais mais moços, não tínhamos conhecimento realmente do que estava se passando. É apenas para fazer a comparação. Já em 1964 estávamos mais informados, pois não creio que um capitão ou mesmo os tenentes pudessem dizer que não sabiam o que estava se passando. Talvez até pela facilidade dos meios de comunicação, bem mais explorados do que em 1961, se fazia o acompanhamento do que ocorria pela imprensa, e também pela conversa com os oficiais mais antigos. A primeira coisa que me lembro da Revolução foi a preparação. Muita gente diz que ela foi espontânea, que tudo foi desencadeado pelo General Mourão (Olímpio Mourão Filho) quando ele iniciou o Movimento de 1964.

Isso não é bem verdade. Pelo menos em Bagé eu diria que a preparação foi bem caracterizada porque – tenho a impressão de que deve ter sido no início do

mês de março – dois oficiais que serviam no Estado-Maior[1] do Exército, com o Castello Branco, estiveram na cidade. Eles não foram lá oficialmente, mas houve uma reunião, se não me engano foi na casa do Coronel Roberto (Roberto Gonçalves) que era o Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC). Eles reuniram alguns oficiais e acabei participando, porque aqueles que foram chamados ou convocados para essa reunião – tudo oficioso – levaram alguns companheiros da sua Unidade, os de sua confiança. Conversaram, dando mais detalhes a respeito da situação política que se vivia no Brasil e disseram que estava sendo preparada uma ação. Não foi dito quando, nem exatamente como isso iria ocorrer, mas que seria chefiada, comandada pelo General Castello Branco. Houve essa ligação preliminar de emissários do Estado-Maior que conversaram com alguns oficiais. Foi o primeiro fato concreto de que me recordo da Revolução.

Isso um mês antes?

Não posso precisar, mas na ordem de um mês ou um pouco mais. E acredito que, se estiveram em Bagé, certamente eles ou outros devem ter visitado outras Guarnições, fazendo esse primeiro contato e informando que havia algo sendo planejado em termos de Exército sob a liderança do General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército.

Há informações vagas, através de outros entrevistados, sobre emissários do General Castello Branco que teriam visitado Porto Alegre, Santa Maria e talvez Cruz Alta e Uruguaiana. E sempre com a mesma missão...

Essa foi a primeira informação que, pessoalmente, tive a respeito da Revolução. Depois os fatos foram se sucedendo, aqueles problemas todos bem conhecidos que não é o caso de discutirmos agora: comícios e ação da esquerda, culminando com o comício da Central do Brasil.

No dia 31 de março houve uma coincidência interessante porque era aniversário do General Garrastazú (Hugo Garrastazú), comandante da Divisão, e houve uma reunião na casa dele. Eu não participei, apenas estou citando, foi uma reunião festiva, de aniversário...

Social.

Lá se discutiu alguma coisa a respeito de um movimento que já estaria no ar, se desencadeando, se iniciando. O Garrastazú era muito ligado ao General Kruel (Amaury

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Kruel) e, ao que sei, achava ou dizia que não era época para tal empreitada. Não estava muito convicto de que houvesse necessidade de se fazer uma revolução.

Faço essa ligação porque isso justifica, ou pelo menos explica, alguns fatos que ocorreram depois e até a atitude do próprio General, que foi conflitante. Talvez seja uma crítica a um chefe antigo, mas estou dizendo o que eu ouvi. Lógico, eu como capitão não tinha acesso a tudo que estava ocorrendo, mas como eu morava em Bagé e minha mulher é de uma família de lá, conhecia muita gente, e muitos oficiais transmitiram essas informações.

No dia seguinte, dia 1º – auge da Revolução – o Coronel Roberto, Chefe do Estado-Maior e alguns dos oficiais que realmente eram revolucionários, como o Glênio (Glênio Pinheiro – promovido a general posteriormente) e o Budó (Murillo Edgar Budó – este não foi promovido a general), foram à casa do Comandante, que ainda não tinha ido ao QG, para informar-lhe de que o General Mourão já havia desencadeado a Revolução e convencê-lo a apoiar o Movimento.

O Budó de 1948. O mais velho deles. Acho que ele faleceu.

Já. Eram oficiais do Estado-Maior da Divisão e procuraram convencer o General Garrastazú a aderir. Mas em termos de Revolução em Bagé, não podemos deixar de ressaltar a figura do Coronel Paixão (Osmar Mendes Paixão Cortes), já falecido há muito tempo, Comandante do 3º RA 75 Cav – hoje o 25º GAC – onde eu servia na época.

Um homem disciplinado, espírito militar muito acentuado, tinha uma enorme ascendência sobre os seus comandados, um líder. Lembro bem que no dia 1º em muitas Unidades houve uma reunião de oficiais e o comandante citava o que estava acontecendo e perguntava de que lado os oficiais estavam. O Coronel Paixão reuniu os oficiais no meio do pátio, fez um círculo em volta dele, explicou o que estava ocorrendo e disse:

– Meus senhores, estamos com a Revolução. Aos seus lugares!

Não perguntou a opinião de ninguém. Havia oficiais no grupo – poucos, é claro – que não eram a favor da Revolução, inclusive colegas de turma. Todos sabíamos, inclusive o Coronel Paixão. Mas da maneira que ele agiu não deu margem a qualquer tipo de discussão ou opinião. Simplesmente ele disse que o Regimento estava com a Revolução e mandou cada um para a sua repartição, sua Bateria[2] ou Subunidade, a fim de cumprir as ordens que fossem dadas por ele. Fez a mesma coisa com os graduados, uma reunião com todos os sargentos, e terminou usando a mesma frase: "Aos seus lugares." E entre os sargentos havia também gente contra, sem sombra de dúvida.

---

[2] Fração de um Grupo de Artilharia, equivalente a uma subunidade ou companhia.

Enquanto isso se passava no Regimento, nas outras Unidades a coisa não estava tão tranqüila. No 3º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (3º R Rec Mec, ex-3º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 3º RC Mec), os sargentos e os oficiais estavam praticamente separados, o Comandante não chegou a reuni-los no dia primeiro para informar o que estava acontecendo e tomar uma atitude dizendo aos oficiais qual era o lado deles.

É interessante lembrar que tanto o Coronel Paixão como os comandantes do 3º R Rec Mec, Coronel Braga (Jaci Brum Braga) e do 12º Regimento de Cavalaria (12º RC), eram todos oficiais "manga lisa"[3]. O Comandante efetivo do 12º era o Coronel Gahiva (Theodorico Gahiva), que viajara em férias e não retornou nunca mais. Assumiu o comando o Coronel Bandeira (Washington Bandeira), também QSG.

Esse Bandeira é o irmão do General Bandeira? Ele tinha até um apelido, um nome engraçado.

É, esse mesmo, só não estou lembrando do apelido.

Eu o conheci lá em Brasília.

Exato. Esses eram os oficiais que estavam no comando: o Coronel Braga no 3º R Rec Mec, o Gahiva no 12º RC, mas estava fora...

Fora nomeado e não assumira, ou estava de férias?

Não, ele já havia assumido. Foi para o Rio em férias e, após a Revolução não retornou. O Coronel Bandeira então era do RC, e na Artilharia o Coronel Paixão. Três oficiais antigos e sem o Estado-Maior.

Mas o Gahiva era oficial do QEMA[4].

O Gahiva era, mas não estava lá. No Mec a situação não foi tranqüila porque – não sei se a razão foi essa – não houve ação de comando para reunir os oficiais e sargentos e dizer o que estava acontecendo e de que lado estava. Isso foi comentado depois da Revolução quando o Glênio fez um relatório a respeito do acontecido. Muitos argumentaram que nunca foram perguntados sobre de que lado estavam ou informados sobre o que tinham que fazer.

No 12º RC – do Coronel Bandeira – os sargentos estavam, na sua grande maioria, contra a Revolução. No primeiro momento não fizeram nada, não houve nenhum atrito, mas também nenhuma união. O problema pior foi no QG. Lá realmente não só os sargentos e subtenentes como o próprio Comandante do Esquadrão de Comando que deveria ser um elemento de confiança do General, resolve-

[3] Termo castrense que indica o oficial que não fez o curso de ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) e integrante do QSG (Quadro Suplementar Geral).

[4] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais que possuem o curso da ECEME.

ram não aderir à Revolução e tomaram conta do QG. Posteriormente o comandante do Esquadrão comentou que o General nunca lhe dissera se seria a favor ou contra, por isso adotou aquela posição.

O General foi obrigado a sair do quartel pela porta lateral da farmácia para não ser preso pelos sargentos. Levaram-no para o 12º, que era bem próximo, dava para ir a pé.

E todos os oficiais do QG saíram?

Não, só o General e o Chefe do Estado-Maior conseguiram sair. Os demais oficiais ficaram presos.

O Chefe do Estado-Maior era o...

Coronel Roberto.

E ele fez carreira depois ou...

Acredito que ele não foi promovido a general.

Perguntei porque havia um General Roberto, mas creio que não era esse. Ele era de cavalaria também?

Era. Mas não sei dizer o que aconteceu, se ele foi promovido ou não. Sei que ele foi um dos oficiais mais ativos procurando nos convencer a todos de que tínhamos que aderir à Revolução pelos motivos já conhecidos.

Estou pintando um quadro da situação nas Unidades. Só uma delas estava na mão do seu Comandante, apesar de que todos sabíamos, inclusive ele mesmo, que alguns sargentos e oficiais não concordavam com aquela posição. Mas não se manifestaram e nunca tentaram fazer nada.

Já no Mec a situação ficou muito difícil porque havia uma nítida separação. Durante o dia parecia tudo normal, mas à noite os oficiais dormiam no pavilhão da administração e os sargentos nos esquadrões e cada grupo dava ronda para o seu lado, separados, como se estivessem se protegendo uns dos outros. Quando clareava o dia a tranqüilidade voltava ao quartel, era como se nada houvesse acontecido. Tudo porque realmente o Comandante nunca chamou os oficiais e sargentos para dizer o que estava acontecendo e de que lado estava a Unidade.

Como o Coronel Paixão tinha muita ascendência também sobre o meio civil, assumiu o comando, o comando talvez seja um exagero dizer, mas assumiu a ligação com os civis, até porque ele era presidente da Associação Rural de Bagé, cujos associados se puseram à nossa disposição. Realmente a população civil, pelo menos a faixa mais expressiva, o pessoal com maior nível cultural, apoiava a Revolução, comprovado pelo apoio que o Coronel Paixão recebeu. Eles se ofereceram para fazer o que fosse preciso. Para não dizer que não os estava usando, ele lhes entregou o controle das estradas. Mandou tirá-los de dentro da cidade, mas para ajudar.

Essa a situação inicial na Guarnição; com o problema grave dos sargentos no QG e as outras Unidades sem saber direito o que estava se passando na Guarnição, porque eram muito separadas entre si.

Nesse dia 1º estava sendo feito um comício na praça central de Bagé – quem conhece a cidade, é a praça ali da Rua Sete, a praça da Prefeitura – conduzido pelo então Prefeito José Maria Ferraz, o vice-prefeito e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Otávio Hipólito. Uma manifestação a favor do Brizola, pela Legalidade. Haviam colocado alto-falantes na própria Prefeitura e estavam na janela ou sacada do segundo piso, discursando e incitando a população reunida na praça. Aquilo começou a engrossar, a reunir não só o pessoal que realmente estava interessado no comício, como outros curiosos. Muita gente na praça.

Eu era comandante de uma Bateria e a primeira ação concreta em termos de Revolução foi a missão que recebi do Coronel Paixão. Ele tinha uma fala arrastada, mas era um homem muito positivo na hora de falar. Simplesmente me chamou, disse o que estava acontecendo e determinou:

– Você vai lá, acaba com o comício, fecha tudo, prende o Ferraz e o conduz até o 12º.

Coincidência ou não era o mesmo quartel onde o General Garrastazú se refugiara.

O Coronel, de fato, comandava a Divisão, até porque o QG estava tomado pelos sargentos. E eu fui para a Prefeitura com a Bateria. Naquela época o Regimento era a cavalo, não tínhamos nem transporte. Uma parte do pessoal foi pelo leito da estrada de ferro, que era o caminho mais rápido para se chegar à cidade, o outro grupamento foi em um caminhão comercial que possuíamos. Reunimos os três pelotões – um efetivo de mais ou menos cem homens – um pouco antes da praça da Prefeitura. Entramos com a tropa naquela formação clássica, baioneta calada e em cunha. Atravessamos a multidão, não fomos hostilizados fisicamente, apenas com palavras. Fomos até a porta da Prefeitura, onde os meus pelotões abriram um claro para podermos entrar. O interior da Prefeitura também estava cheio e o pessoal, lá em cima, no primeiro andar, fazendo o comício. Um detalhe interessante: quando eu começava a subir a escada, ouvi uns gritos lá de cima:

– Fecha a porta que eles apanham aqui dentro!

Imediatamente voltei. O nosso pessoal estava com as armas alimentadas, mas com o ferrolho passado por cima dos projéteis sem condições de atirar de imediato, era o tempo do fuzil 1908. Então determinei ao tenente que mandasse carregar. A multidão já estava fechando em cima desses dois pelotões que faziam um semicírculo na porta. Com aquele barulho do carregar, eles recuaram. Só en-

tão subi as escadas com um GC[5]. Lá em cima me deparei com o Prefeito Ferraz; falei com ele que não seria aceito de maneira nenhuma o prosseguimento daquela manifestação, sendo necessário fechar imediatamente a Prefeitura e levá-los presos.

Na ocasião ocorreram vários fatos interessantes. Quando subi, no pé da escada havia alguém sentado, escrevendo em uma mesa, rodeado de papéis. Como eu não sabia do que se tratava, ele e a mesa foram levados para fora da Prefeitura pela tropa. Foi uma oportunidade perdida, porque – depois nós soubemos – estavam organizando uma lista do "Exército da Legalidade", voluntários para ajudar o Brizola. Teríamos muitos nomes interessantes. Foi tudo perdido.

O Prefeito Ferraz não quis se atritar. Sentíamos que ele estava com medo do que estava ocorrendo. Procurou contemporizar, dispondo-se mesmo a acabar com o comício. Mas o Vice-Prefeito Frederico Petrucci, o presidente do PTB e os repórteres que estavam lá, esses queriam agitar. O presidente do PTB inclusive foi para a sacada e começou a gritar por socorro, pedindo para cantarem o Hino Nacional, porque ele estava sendo violentado e não sei o que mais. Acabou sendo arrastado da sacada.

A Câmara de Vereadores funcionava no mesmo prédio e estava em sessão, que também foi encerrada por mim. Determinei que todos deviam sair, quem ficasse seria preso, inclusive os líderes. Soube depois que havia gente armada lá dentro, mas não houve atrito mais sério, nada. Convencemos todos a saírem, fechamos tudo, e desci. Quando o pessoal já estava saindo da Prefeitura, ainda com os dois Pelotões na porta, chegou a outra subunidade que o Coronel Paixão mandara para me apoiar porque eu realmente estava com um efetivo insuficiente para controlar todo aquele pessoal.

É interessante fazer um comentário sobre a postura do nosso soldadinho naquela ocasião. Mesmo com um nível cultural e intelectual baixo, enfrentaram o perigo muito bem. Foram até afoitos. Recordo que, ao descer para verificar a situação, depois que esvaziamos o andar superior da Prefeitura, concluí que necessitávamos abrir mais espaços na praça para dissolver o tumulto e facilitar a chegada da outra Bateria com o Capitão Gerson (Gerson Freitas Vasquez). E, em um tumulto, o pessoal que conduz a baderna não está na frente, fica sempre atrás, gritando e empurrando a multidão de incautos em cima da tropa. Então, uma senhora parou na frente de um soldadinho com a baioneta calada e não queria se afastar. O soldado encostou a baioneta no pescoço dela e, se eu não estivesse ali, não sei se ele não a teria furado. Ato contínuo pedi para a mulher sair porque

[5] Grupo de Combate: formação básica do Exército para o cumprimento da missão.

estávamos apenas cumprindo ordens; ela aceitou e saiu. Para nosso alívio, logo depois a área em torno da Prefeitura começou realmente a esvaziar.

Nesse momento ocorreu um fato muito desagradável para mim. Chegaram dois oficiais do Estado-Maior da Divisão e me disseram que o General Garrastazú tinha dado ordem para que eu desocupasse a Prefeitura e retornasse ao quartel. Fiz ver aos dois companheiros que eu não tinha condições de cumpri-la. Seria uma desmoralização total para o Exército retirar a tropa com a multidão ainda ali, depois de ter acabado com o comício, fechado a Prefeitura e prendido o prefeito. Isso era quase meio-dia e os manifestantes ainda não tinham se dispersado totalmente. E mais, como eu recebera a missão do Coronel Paixão, a contra-ordem deveria ser dele.

Os dois oficiais voltaram ao QG para transmitir ao general a minha informação e retornaram insistindo que a tropa tinha que sair. Firmei questão:

– Enquanto eu não receber contra-ordem do Coronel Paixão, não me retiro daqui porque seria uma desmoralização total, vão jogar até pedra.

Nesse meio tempo, já tínhamos aberto bastante espaço ali na frente da Prefeitura, estava tudo fechado, o aparelho de som desligado, e, como era hora do almoço, realmente a multidão se dispersara, acabando com o comício.

O Coronel Paixão – acredito que muito propositadamente – não estava ao alcance do telefone. Não consegui falar com ele, nem ele comigo, quer dizer, a ordem permaneceu. Mais tarde ele fez contato comigo e me perguntou sobre a situação. Então lhe informei que estava tudo tranqüilo, acabara o comício, não havia mais ninguém, e realmente agora poderíamos sair. Então determinou que eu retirasse a tropa, que não levasse os presos ao 12º como tinha sido determinado, porque o general tinha mandado soltá-los. Seria muito pior se eles fossem soltos com todas as honras. Pediu também que eu conversasse com o prefeito e os organizadores, alertando-os de que, se eles tentassem recomeçar, a tropa retornaria. Então simplesmente se disse a eles que saíssem da frente da Prefeitura e fossem embora.

A tropa se retirou, voltei para o quartel junto com a outra Bateria que estava chegando para ajudar e não houve mais tentativa nenhuma de reunião.

Aquela foi uma ocasião que, se tivesse havido uma ação da multidão teríamos que agir também e as conseqüências teriam sido graves. Estávamos armados, municiados e as ordens eram claras. Mas felizmente a coisa ficou só na ameaça do que poderia ter ocorrido.

Ameaça forte!

Que não se concretizou! Esse foi, para mim, um dos fatos mais marcantes da Revolução em Bagé.

Nesse meio tempo o Coronel Paixão estava tentando resolver os problemas da Guarnição, inclusive através de uma ligação via rádio[6], com o Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (DI), General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), mais tarde considerado o iniciador da Revolução no Rio Grande do Sul o que, no meu entender, não corresponde à realidade. O General Garrastazú, aconselhado pelos coronéis Roberto e Paixão, fez uma ligação telefônica para o General Poppe e disse a ele que toda a 3ª DC aderira ao Movimento, embora, na realidade, ainda houvesse aqueles problemas dentro dos quartéis. O nosso comandante insistiu para que o General Poppe liderasse a Revolução, pois comandava a DI mais potente do Rio Grande do Sul. Apesar de não se tratar de Bagé é interessante comentar também a situação das outras Guarnições da 3ª DC.

Em São Gabriel onde tínhamos o 3º RCM (3º Regimento de Cavalaria Motorizado), o 9º RC (9º Regimento de Cavalaria) e a 13ª Cia Com (13ª Companhia de Comunicações), a situação era indefinida. As informações indicavam que todas as Unidades estavam a favor da Revolução, embora com alguns pequenos problemas internos.

Em Dom Pedrito o comandante era francamente janguista, inclusive os oficiais dissidentes daquela posição fugiram e se apresentaram em Bagé.

Em Jaguarão o comandante também nunca disse de que lado estava. Então, na realidade, a origem, o foco irradiador da Revolução na 3ª DC foi Bagé, especificamente a Artilharia, que não estava dividida, por causa do Coronel Paixão.

O segundo fato marcante aconteceu no dia 2, quando recebi outra ordem do Coronel Paixão. Ele me chamou novamente e só me disse que os sargentos tinham fechado o QG e ocupado o muro com soldados comandados por eles; ele não sabia, ou não quis me dizer, que havia oficiais presos. Assim, eu desconhecia que, com exceção do general, do chefe do Estado-Maior e de alguns poucos oficiais que conseguiram sair a tempo, os outros eram reféns dos sargentos.

Ele me deu ordem para ir ao QG, levando um canhão setenta e cinco, a fim de, se necessário, usá-lo para abrir caminho. E deixou bem claro que eu deveria chamar quem estivesse liderando – ele não tinha certeza de quem era – e dar a eles quinze minutos para entregarem as armas e saírem do quartel.

Como já referi, naquela época era tudo a cavalo. Preparei a Bateria e aprontei um canhão, mesmo sabendo que dificilmente eu teria condições de usá-lo, porque dar um tiro dentro da cidade para abrir o portão do QG, seria um negócio meio complicado. Na verdade, o coronel queria apenas que aparecesse um canhão em condições de ser usado; era a maneira de intimidar.

---

[6] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

Aí aconteceu outro episódio muito interessante que impediu que houvesse, talvez, um banho de sangue. Havia na cidade um tal de Jardim, capitão do antigo Quadro de Oficiais da Administração (QOA) que servira com o Coronel Paixão e haviam se tornado muito amigos. Ele era uma espécie de informante, o homem que procurava informações na cidade e as transmitia ao Coronel Paixão.

Esse Jardim foi ao 12º, onde estava o General Comandante da Divisão e lá viu um grupo de sargentos entregando as armas. E ele pensou que fossem os sargentos amotinados porque inicialmente a ordem fora para o 12º tomar o QG. Na realidade, quando a ordem foi dada, os sargentos daquela Unidade, ao serem colocados em forma para cumprirem a missão, avisaram que não iriam agir contra os colegas deles do QG. Não iriam cumprir a ordem, mas também não fariam nada, entregavam as armas. E realmente eles foram desarmados e ficaram dentro do quartel.

O Capitão Jardim viu a cena e pensou que os sargentos que estavam sendo desarmados eram os do QG, que haviam desistido da ação e tinham sido presos no 12º. Na realidade eram os próprios sargentos do 12º. Ele telefonou para o Coronel Paixão e disse:

– Olha, os sargentos do QG já entregaram as armas. Acabou o problema lá.

Lembro até hoje que enquanto a minha Bateria estava saindo para cumprir a ordem, o Paixão estava no telefone, que ficava no Corpo da Guarda[7]. Ele largou o aparelho, saiu correndo e, ao me encontrar, disse:

– Pára, pára, pára! Não vai mais, não precisa, acabou o problema. Os sargentos se entregaram.

Então, um encadeamento de circunstâncias incrível levou a que eu não deslocasse a Bateria com aquela intenção de cumprir a ordem que recebera. Nesse meio tempo os sargentos amotinados viram – lá do QG se via a Artilharia – a Bateria saindo, chamaram os oficiais do Estado-Maior que estavam presos e pediram para negociar. Queriam entregar as armas, não mais agiriam contra a Revolução. Assim, foi uma sorte tremenda esse Capitão Jardim ter imaginado ver um fato – que não era verdadeiro – e tê-lo transmitido para o Coronel Paixão. Com isso não aconteceu o choque que poderia ter havido entre a nossa tropa e a dos sargentos, que certamente redundaria em derramamento de sangue em Bagé. Uma informação incorreta se transformou em corretíssima e, indiretamente, resolveu o problema do QG porque os sargentos viram a tropa saindo e imediatamente resolveram negociar.

E, com o aval do Comandante da DC, negociaram a rendição nas seguintes condições: entregariam as armas desde que não sofressem conseqüências punitivas futuras. Isso foi muito discutido depois da Revolução. No meu entender um absurdo.

---

[7] Entrada principal do quartel, guarnecida pelo pessoal de serviço sob o comando do Comandante da Guarda.

Depois do que eles haviam feito, era simplesmente entregar as armas e serem presos. Essa condição influenciou muito o nosso trabalho pós-Revolução, no andamento do inquérito feito pelo então Major Glênio – e do qual participei – para determinar responsabilidades e punir os culpados, se fosse o caso até com expurgo ou demissão do Exército. Tudo porque havia esse "compromisso" do general com os sargentos no sentido de que eles não sofreriam conseqüências posteriores por causa da rebelião.

Bom, voltando aos primórdios da Revolução. As tratativas continuaram, tentando convencer o General Poppe de Figueiredo a assumir o comando, o que efetivamente aconteceu. Não sabíamos o que se passava nas outras Divisões. Havia informações de que a 1ª DC, de Santiago, sob o comando do General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), estava contra, inclusive havia comentários de que ele fora a Porto Alegre apresentar-se ao General Ladário (Ladário Pereira Telles), que assumira o comando do III Exército (hoje Comando Militar do Sul-CMS). E não tínhamos idéia do que estava acontecendo com a 2ª DC, em Uruguaiana, porque – como já comentei – estava muito distante. Não vou entrar em detalhes sobre Porto Alegre porque foi mais complicado e só tínhamos notícias por informações fragmentadas, sem ter certeza do que estava ocorrendo.

O outro problema que estava havendo em Bagé era o Mec, que ainda vivia aquela situação esdrúxula dos sargentos e oficiais. Não se entendiam, mas não chegaram a se hostilizar, apenas à noite dormiam cada um no seu lado e faziam ronda dentro das suas áreas, um olhando desconfiado para o outro, mas nunca aconteceu nada de mais sério. Apenas houve uma informação de que os sargentos de lá estavam querendo empregar os carros de combate para ajudar o pessoal do QG. O Coronel Paixão soube e mandou dizer a eles que não fizessem isso porque a Artilharia não deixaria e inclusive bombardearia o Mec, se fosse o caso. Para intimidá-los mandou que eu ocupasse posição com a Bateria no meio do pátio. Nos posicionamos e colocamos um observador na caixa d'água a fim de coletarmos os dados para o tiro. Foi informado aos sargentos que a Bateria estava em condições de começar a atirar se resolvessem deslocar os carros. Pura intimidação. Na realidade isso não aconteceria porque os dois quartéis estavam dentro da cidade. Mas funcionou. Os sargentos desistiram daquele intento e a situação começou a se tranqüilizar. Nesse meio tempo também, em termos de Brasil, a Revolução já estava francamente vencedora, consolidada.

A respeito de apoio da população, vi a ação decidida da Associação Rural; quanto às outras lideranças, é difícil falar, porque depois da Revolução todo mundo era a favor, mas antes não sabíamos bem de que lado eles estavam. Por ter vivenciado aqueles momentos do comício na praça da cidade, se eles estivessem realmente contra, decididamente contra o Movimento, teria havido um confronto entre nós, e não houve. Havia gente mais exaltada, mas esses não fizeram nada. E

outros querendo apaziguar, como o próprio prefeito, que procurou de todas as maneiras não entrar em choque. Concordou em acabar com o comício, sempre procurando contemporizar. Então, esse apoio da população à Revolução ou ao Brizola foi meio relativo. Eu diria que em Bagé a maioria era de revolucionários; pelo menos posteriormente todo mundo ficou a favor.

Claro, aí ficou mais fácil.

Foi difícil saber realmente quem era quem.

E a Guarnição de Santana do Livramento?

De lá também não chegou nenhuma informação. Foi igual a Jaguarão. Não foi acionada, não se pronunciou e também não disse o que estava fazendo.

O que aconteceu em Dom Pedrito?

O Comandante induziu os oficiais que eram a favor da Revolução a fugirem para Bagé, porque ele era francamente contra. Mas também não tomou nenhuma iniciativa em termos de deslocar tropa. Só declarou a sua posição e liberou os oficiais. Aqueles favoráveis ao Movimento se apresentaram no QG em Bagé dizendo:

– O nosso Comandante é do outro lado, queremos que os senhores nos aproveitem em alguma função.

Também houve alguns fatos envolvendo o Coronel Paixão e o General Garrastazú que estava muito relutante em assumir a Revolução. Ele não estava muito convencido, mas o Coronel Paixão argumentou, forçou e pressionou no sentido de que ele aderisse ao Movimento, o que efetivamente aconteceu. Foi pressão mesmo. Sobre isso, comentávamos há pouco que, embora não tenha sido uma revolução de tenentes como em 1930, a omissão e indecisão de muitos generais determinou uma forte reação de convencimento por parte dos majores e coronéis como o Paixão e o próprio Bandeira, do 12º que, logicamente, eram francamente revolucionários. E eles convenceram. Tiveram a liderança sobre a tropa para evitar que houvesse problemas maiores. Na artilharia não houve problema nenhum, no Doze aquele problema dos sargentos que entregaram as armas, mas também não agiram contra os oficiais, apenas deixaram de cumprir ordens. E no Mec foi um pouco mais complicado, mas acabou se resolvendo também por si.

Depois dessa quase convulsão, as coisas se amainaram, veio aquela fase de inquérito, um tanto desgastante.

É, tudo serenou. Os sargentos do QG se entregaram, devolveram as armas e não foram presos, em respeito à combinação ou trato feito. Aparentemente tudo voltou ao normal; as Unidades continuaram a funcionar, em situação de prontidão é claro, e começou a fase de inquéritos sobre o que havia acontecido. O Major Glênio foi um dos encarregados. Ele me ouviu e pediu para eu estar presente em

outros depoimentos. Depois veio a fase de investigações que não posso saber como terminou porque não fiz inquéritos, apenas prestei depoimentos. Um fato que o Major Glênio comentou foi o tal trato do General Garrastazú com os sargentos. Aquilo foi muito negativo porque na hora do inquérito os sargentos alegavam:

– Houve um acordo, o General disse que não aconteceria nada conosco.

Uma condição que, no meu entender, não deveria ter sido aceita ou proposta pelo Comandante.

E na área, algum oficial chegou a ser cassado?

Sim, mas *a posteriori*. Depois dos inquéritos feitos, alguns oficiais e vários sargentos foram cassados, tanto na Guarnição como na Divisão. Em Bagé lembro perfeitamente que o próprio Comandante do Esquadrão de Comando da Divisão, Tenente Severo (José Torquato Severo) e alguns sargentos do QG foram cassados.

Havia um lá, agora é médico...

Não era sargento na época?

Não. Sei que foi cassado e hoje trabalha na equoterapia lá no Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG). Acho que é o Severo.

Realmente ele fez curso de medicina depois. Era Tenente Comandante ou respondia pelo comando do Esquadrão de Comando.

É, e trabalha na equoterapia no RCG.

Apesar de cassado! É interessante!

Acharam que eu deveria ouvi-lo. Relutei, pois ele poderia alegar que foi envolvido pelo general, porque era do Esquadrão de Comando e tinha que obedecer às ordens do comandante que se omitiu e, quando viu, estava enrolado. Porque ele deveria ter ficado lá no QG.

Ficou! E assumiu a rebelião com os sargentos. Ele poderia ter dito que foi enrolado pelo general e, realmente, acho que foi, porque como Comandante do Esquadrão era um dos homens de confiança e nunca recebeu uma informação do general dizendo que estaria a favor da Revolução, realmente ele não recebeu. Agora, que ele estava com os sargentos quando o QG foi tomado, estava e ficou do lado deles.

É uma situação que aconteceu em outras Unidades de todo o Brasil. Um determinado oficial, ou um grupo de oficiais, junto com os sargentos, tomava uma posição e o restante ficava contra. Houve isso nos Batalhões de Cachoeira e de Vacaria.

Ele tem atenuantes, mas não a justificativa, que só teria se não tivesse participado com os sargentos da tomada do QG e da prisão dos oficiais. Nesse momento ele perdeu a razão. Mas os atenuantes funcionaram, tanto que acabou trabalhando para o Exército.

O senhor deseja mais alguma...

O relato sobre Bagé está excelente! Estamos com a memória daquela época escrita.

Os fatos marcantes foram esses.

Só um relato paralelo. Eu era capitão, servia em Vacaria no 3º Rodoviário (3º Batalhão Rodoviário – 3º B Rv) e lá tivemos problemas sérios também. A Unidade estava dividida. O nosso coronel era muito janguista, depois foi cassado. Como eu estava destacado – servia fora da sede – tinha melhores condições de ir à telefônica. Então fui encarregado de telefonar para o Chefe do Estado-Maior do III Exército, Coronel Codeceira Lopes (José Codeceira Lopes) informando que a Unidade estava em uma situação difícil, com possibilidade de confrontação e solicitando a presença de alguém para tomar uma providência. Liguei; não queriam deixar que eu falasse com o coronel – eu era capitão – insisti, disse que precisava falar. Enfim ele atendeu e logo perguntou:

– O que há capitão?

– Estamos com um problema aqui na Guarnição, queríamos que o senhor mandasse alguém aqui.

Ele me deu uma cinchada[8] *daquelas, dizendo:*

– Você acha que só há problema em Vacaria? Precisa ver o que está havendo com o General lá de Bagé – isso aí é pinto. Dêem um jeito na situação, controlem esse coronel, que mais tarde nós encontraremos uma solução.

Ele ainda arrematou:

– Olha, se houver um problema mais sério, um de vocês vai a Lages e fala com o Coronel Samuel (Samuel Augusto Alves Corrêa) que ele dá uma ajuda. Resolvam esse problema de Engenharia que eu preciso resolver os problemas da Cavalaria, na fronteira.

Isso já foi em...

Uns dois ou três dias depois. Porque chegara um rádio cifrado, dizendo que os sargentos iam se revoltar e tentar reverter a situação.

Houve realmente muita inquietação.

Lá, o coronel tomou conhecimento do rádio e divulgou para os oficiais. Então o Ferreira da Silva (Paulo Ferreira Vieira da Silva), que era o mais antigo, me chamou e disse:

– Vai lá e fala com o III Exército, porque desconfio que o coronel vai nos trair.

Era aquela história de unir-se com os sargentos e acabar com os oficiais. Foi quando fiz a ligação telefônica. Depois exoneraram o coronel, que acabou cassado.

Era o famoso esquema militar que o Brizola alardeava.

E que não funcionou!

Se havia, não funcionou. Aliás, não sei se existia realmente.

---

[8] Termo regional gaúcho, significa reprimenda.

Talvez um esquema de generais: o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) era homem do Jair (Jair Dantas Ribeiro). O Poppe era indefinido, o Garrastazú era ligado ao Kruel, tido como sendo...

Legalista.

O Newton Barra também...

O Saraiva...

Ele e os comandantes de Batalhões de Engenharia de Vacaria e de Porto Alegre eram ligadíssimos ao Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil). Mas esse esquema não funcionou porque os capitães, majores e a maioria dos tenentes-coronéis e coronéis preponderaram sobre os comandos.

O General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto), na sua entrevista, ficou muito reticente, porque o Poppe era o chefe dele. Mas no fim ele diz:

– Um dia me fechei com o general e disse a ele:

– O senhor tem que decidir, não é possível continuar assim.

Exatamente. Nesse meio tempo, lá em Bagé, o General Garrastazú, pressionado pelos Coronéis Roberto e Paixão, tentava convencer o Poppe a assumir a Revolução no Rio Grande do Sul. E ele acabou assumindo.

Porque era o mais antigo.

Corre uma história que teria sido protagonizada pelo Saraiva quando ele estava em Porto Alegre e participava daquela reunião com o Jango, o Brizola e o Ladário. Indicando para um mapa da região Sul, parecido com aquele da Seção de Planejamento do CMS ele teria dito:

– Vou lançar uma coluna daqui, subo até Marcelino Ramos, monto uma outra que vai subir por Vacaria...

Aí o Brizola interrompeu dizendo:

– Bah, se todos os nossos generais tivessem essa competência, essa agressividade...

E cumprimentou o Ladário.

Logo depois o Saraiva viajou para Santiago a fim de reassumir o comando da DC. No meio do caminho, avisaram-no de que não era mais o comandante e para não descer em Santiago porque senão seria preso. Na ocasião, dizem que entre outras coisas, ele teria falado:

– Olha, fiz uma besteira. Eu sempre pego o lado certo, mas acho que agora errei.

E voltou.

Exatamente. Ele e o Ladário receberam a informação, logo após a reunião, de que ele não era mais o comandante da DC.

Mas ele tentou ainda, só que não o deixaram descer.

Não, ele nem chegou a ir. Ficou em Porto Alegre.

E todos esses generais não eram comunistas, apenas faziam parte do esquema do Jair ou do Kruel...

O próprio Garrastazú dizia que o General Kruel não se pronunciara ainda a favor da Revolução.

Ele não foi cassado, acho que só não foi promovido à Divisão. Vários foram poupados, mas ficaram marcados. Interessante. Um relato muito interessante seria o do Coronel Roberto. Vou tentar localizá-lo através do Almanaque...

Não sei se ele ainda está vivo porque era coronel antigo, e eu capitão.

É, não deve estar, não.

Mas o Glênio está.

O Budó também, na época ele servia no 12º.

Eu não sei se o Budó mais moço estava lá, tenho a impressão de que ele não tem muito a dizer.

Porque o mais velho eu sei que era...

Lá do QG.

E era bem arregimentado. Foi um dos que foram presos no QG?

Foi!

E o Glênio também?

Também. Os dois ficaram presos.

O Budó era um homem de muita decisão, era danado.

Devem ter ficado uma arara de brabos. Presos pelos sargentos!

Eu servi com ele, uma pessoa de uma personalidade muito forte. Sobre a revolução em Bagé, estou satisfeitíssimo. Preenchi uma lacuna.

E sobre a situação atual do Exército com esse problema do licenciamento antecipado. A maioria do pessoal antigo vê isso com muita preocupação: o General Décio (Décio Barbosa Machado), o Harry (Harry Schnarndorf) e eu mesmo. A qualquer hora vão chegar à conclusão de que o Exército pode fechar que não fará falta.

É, realmente isso está preocupando e muito. Considero a situação do Exército bem difícil. Nunca imaginei que chegaria um dia em que fossemos liberar soldados com quatro meses de instrução.

Pois é!

Eles mal começaram o serviço militar. Parece que o Exército realmente chegou ao fundo do poço. Eu compreendo que o País está em uma situação econômica delicada e fragilizada. Não sei direito, não sou economista, acho que nem eles sabem explicar o que está acontecendo. Essa alta desenfreada do dólar, o governo a queimar dinheiro para tentar segurá-lo e não consegue. Logicamente isso repercute em todos os setores nacionais, não há dúvida. Compreendemos que

o Exército tem a sua parcela de responsabilidade e precisa colaborar, só considero que estamos ultrapassando aquele ponto limite até onde ainda somos uma força operacional. Se essas restrições persistirem, deixaremos de ter – talvez já não tenhamos mais – operacionalidade suficiente para cumprir a missão constitucional, como intervir na segurança interna, se for necessário.

Justamente uma crise como a atual nos leva até a um tipo de profecia política, pois a situação econômica presente propicia condições para convulsões. E justamente na hora em que estamos extremamente enfraquecidos...

Estamos desmantelados. Se depois da posse do novo Presidente acontecer conosco algo semelhante ao que está ocorrendo na Argentina ou na Venezuela – o que não é muito difícil – o Exército estará totalmente despreparado, sem condições. Não teremos no Brasil uma força capaz de manter a ordem. Já não falo em defesa externa porque para esta não temos mesmo, mas de manter a ordem.

As forças auxiliares estão em pior situação ainda. Principalmente aqui no Rio Grande do Sul, com a mudança de governo, essa ideologização em torno de um partido – não podemos tapar o sol com a peneira – estão desmantelando a Brigada Militar[9] e a Polícia Civil. Não há dúvida!

A politização da Brigada é lamentável!

Conheço a Brigada Militar não só por ter servido aqui, como também porque fui Inspetor-Geral das Polícias Militares, quando aquele órgão integrava o Estado-Maior do Exército, e tive oportunidade de visitar várias corporações policiais-militares no Brasil. Naquela época, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul sempre se destacava, era uma Corporação de elite, coesa, uma Unidade apolítica. E agora está sendo transformada – os jornais dizem, e eu acredito – numa milícia do PT.

E uma milícia...

Que o Estado não conta com ela para nada. A não ser para ajudar o PT. Também na Polícia Civil acontece a mesma coisa.

Eu vou citar um fato que, embora fuja um pouco do assunto Revolução, mas é um tema atual. O síndico do edifício onde eu moro é Comissário da Polícia Civil, já antigão; claro que não conheço a atuação profissional dele, mas nos dá a impressão de um homem muito honesto, muito direito. Conversamos muito, e ele já me perguntou mais de uma vez:

– General, o Exército não vai fazer nada?

Fazer o quê? Intervir no Estado? Ele reclama da situação na Brigada e na Polícia e nos diz que efetivamente existe gente colocada pelo PT dentro da Polícia

---

[9] Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

Civil e da Polícia Militar que são os verdadeiros mandantes. Um exemplo foi aquela situação do relógio dos quinhentos anos, quando a gente que trabalhava na Secretaria de Segurança deu ordem ao coronel. Outros fatos dessa natureza, com subordinados dando ordens aos seus superiores, coisa totalmente absurda, acontecem aqui na área de Santa Maria, onde pessoas de qualidade profissional duvidosa são as ligações com a cúpula da Secretaria de Segurança. Eles vivem viajando, vão a Porto Alegre e voltam com informações e ordens transmitidas diretamente. Trabalham procurando isolar esse pessoal mais antigo, deixam a pessoa em uma situação tão difícil que, ou ele se omite e adere – passa a ser da milícia – ou simplesmente vai embora e abre caminho para colocarem quem eles querem nas funções de mando. Realmente, a Brigada Militar e a Polícia Civil estão sendo desmanteladas. Até o corpo de bombeiros, com quem temos muita ligação para sanar problemas de segurança do edifício e no combate a incêndio, está infiltrado.

A continuar assim, quem assumirá esse encargo de segurança interna se as polícias militares não tiverem condição de fazê-lo? O Exército do jeito que está? Sem pessoal, sem dinheiro para combustível, nem para comida. Como será? Penso em termos de 1964. Se chegarmos ao ponto da atual Argentina o que acontecerá? Não temos guarda nacional ou gendarmaria como lá. Temos uma polícia militar completamente compromissada com a política porque é subordinada ao governador. A situação brasileira hoje está muito preocupante; será que chegaremos com tranqüilidade à eleição? Esse problema econômico que se avoluma cada vez mais poderá complicar-se e levar-nos a uma recessão industrial que, naturalmente, acabará em convulsão social. Quem controlará a população na hipótese de isso ocorrer?

Ontem o Coronel Amendola (Alexandre Máximo Chaves Amendola) nos disse que uma das medidas da fase de preparação da Revolução foi o não licenciamento do pessoal. Obra de algum 'gênio' lá no Estado-Maior do Exército que conseguiu convencer a cúpula da Instituição que não devíamos licenciar ninguém. E quando eclodiu a Revolução a tropa era composta só por soldados antigos.

Foi idéia do Estado-Maior do Castello Branco. É uma prova de que houve a preparação da Revolução. Ele sabia e teve a visão de que podia fazê-lo. Realmente, se tivéssemos licenciado na época programada, não teríamos tropa. Oposto do que está acontecendo agora.

Estou satisfeitíssimo.

Muito obrigado. Estou feliz porque julgo que consegui projetar alguma luz...

Era exatamente o que queríamos. E não foi uma luz qualquer. O senhor ligou um holofote!

Junto ao mosaico do que foi a Revolução de 1964 na fronteira Sul do Estado.

General-de-Brigada Léo Guedes Etchegoyen

Nascido em Porto Alegre nos idos de março de 1925, o General Etchegoyen ingressou no Exército em 16 de março de 1942 como aluno do 3º ano da Escola Preparatória de Porto Alegre. Iniciou sua vida de cadete na Escola Militar do Realengo, sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945.

Classificado no 3º RCI (3º Regimento de Cavalaria Independente) de São Luiz Gonzaga-RS, ainda como oficial subalterno serviu em Porto Alegre no Regimento Osório (3º Regimento de Cavalaria Divisionário, depois denominado 18º Regimento de Cavalaria – 18º RC) e no 2º RC Mec (2º Regimento de Cavalaria Mecanizado). Serviu ainda em Santa Maria no 3º Esqd Rec Mec (3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado).

Capitão desde julho de 1945, foi mandado servir no 6º Esqd Rec Mec, no 2º R Rec Mec (2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado), ambas OM de Porto Alegre e na Diretoria de Armamento e Munição, onde foi promovido a major em dezembro de 1957.

Cursou Motomecanização como tenente; posteriormente aperfeiçoou-se na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1954 e fez a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1958/1960.

Durante seu estágio de Estado-Maior no Comando do III Exército, vivenciou a Legalidade e, já oficial do QEMA (Quadro do Estado-Maior da Ativa) servindo no QG da 3ª RM (3ª Região Militar) atuou decisivamente na preparação e no desencadeamento vitorioso da Revolução.

Foi Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964/1965, após o que passou a chefiar a D2 do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília, onde foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em 25 de abril. Em março de 1966 assumiu o comando do 1º

R Rec Mec de Santo Ângelo-RS, ali permanecendo até fevereiro de 1969, quando foi nomeado Assistente-Secretário do Comandante do III Exército, General Médici.

A partir de outubro daquele ano passou a integrar o seleto grupo de oficiais do Gabinete Militar da Presidência da República como adjunto da Subchefia do Exército, onde foi promovido a Coronel, por merecimento, em abril de 1970 e nomeado, no final do ano, para a Assessoria Especial do Presidente da República, exercendo inicialmente o cargo de Adjunto e, posteriormente a Chefia do referido órgão. Em 1974 foi nomeado Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Suíça. Ao entregar aquele elevado cargo em 1976, foi classificado no Comando do III Exército, onde chefiou a Seção de Planejamento e Cooperação até ser convidado para integrar o Gabinete do Ministro do Exército em outubro de 1977.

Em março de 1978 foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada. Comandou a seguir, a 10ª Bda Inf Mtz (10º Brigada de Infantaria Motorizada) no Recife-PE, até ser nomeado Chefe do Estado-Maior do II Exército, sediado em São Paulo, em agosto do ano seguinte.

Dois anos depois retornou à Capital Federal para desempenhar o cargo de Diretor de Assistência Social. A chefia do Estado-Maior do III Exército foi sua última função como oficial general da ativa exercendo-a entre 1982 e maio de 1983, quando solicitou transferência para a reserva remunerada.

Mercê de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas, destacando-se ainda a Ordem do Mérito Aviz e a Ordem Nacional do Mérito, concedidas pelos governos de Portugal e do Paraguai, respectivamente.

O General Etchegoyen faleceu em 8 de março de 2003.

Entrevista realizada em 13 de novembro de 2001.

O Projeto de História Oral do Exército na sua pesquisa sobre a Revolução de Março de 1964 tem o prazer de ouvir o depoimento do General Léo Guedes Etchegoyen, oficial que participou intensamente dos acontecimentos daquela fase conturbada da nossa história recente.

Na sua opinião quais foram as causas da Revolução de Março de 1964?

Para mim, inicialmente, foi a ação subversiva das esquerdas no Brasil, caracterizada por atos agressivos promovidos num crescendo que culminou com o célebre comício da Central do Brasil. Houve também vários episódios de indisciplina, como aquela reunião no Clube dos Sargentos e o episódio do Tamandaré quando a marujada jogou um oficial dentro d'água. Esses fatos desagradáveis aconteciam, ao mesmo tempo em que o Brizola trabalhava os sargentos na esperança de que conquistaria o apoio dos graduados e poderia colocá-los contra os oficiais.

Na ocasião, o Estado-Maior[1] do Exército decidiu publicar alguns livros de boa qualidade sobre guerra revolucionária. O assunto entrou nos programas de instrução das Unidades do Exército e, em conseqüência, sempre havia um oficial encarregado de ministrar aulas sobre a doutrina da guerra revolucionária. Eu, por exemplo, quando servia aqui na 3ª Região Militar, fui designado pelo Chefe do Estado-Maior para esta missão e passava o dia inteiro com um livreto debaixo do braço fazendo palestras em todas as organizações regionais. Dessa forma entrava em contato direto com os sargentos e, com o meu jeito de falar – usando uma linguagem simples – procurava alertar o pessoal contra a subversão. Adquiri uma experiência danada nessa peregrinação. Conheci muita gente e eles foram me conhecendo também. Pelo que vi não acreditava que fosse ocorrer alguma atitude de graduados contra os oficiais. No Rio Grande do Sul só ocorreu um problema no Regimento de Quaraí (5º RC), com o Comandante, então Tenente-Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes). O Regimento saiu com cabos no lugar dos sargentos que foram presos por se negarem a cumprir a ordem de deslocamento.

Recapitulando as causas: a atuação permanente do movimento comunista no Brasil; a ação crescente do Brizola, do Almirante Aragão e de certos políticos esquerdistas tentando desagregar a área militar. Eles colhiam informações e tinham fichas de todos nós que servíamos nos QGs: nome, idade, filiação, atividade,

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

tendência ou pensamento político. Para nos contrapormos a esta ação divulgávamos intensamente as informações recebidas do Estado-Maior do Exército, que eram documentos da maior valia e, pelo menos para mim, se constituíram em uma espécie de bíblia doutrinária.

Ainda como subsídio para nos prepararmos contra a subversão, recebíamos o *Mensário de Cultura Militar*, da Escola Superior de Guerra, que publicava periodicamente artigos de coronéis franceses que lutaram na Argélia e enfrentaram a guerra revolucionária e também artigos sobre a guerra dos portugueses na África. Alguns brasileiros escreveram sobre o assunto. Além dos nossos, a Suzanne Lebin publicou o livro *Il Est Moin Cinq* e ainda o Curzio Malaparte – um autor italiano – publicou *La Technique du Coup d' État* (A Técnica do Golpe de Estado).

O Estado-Maior nos encaminhava outras publicações que vinham como simples mensagens destinadas a complementar nossa cultura militar, mas na verdade nos preparavam, transformando o movimento de março praticamente em uma unanimidade no Exército Nacional. Sobrou uma minoria para defender o Governo. A maioria estava nas ruas batendo palmas, marchando, como as mulheres fizeram, desmascarando a afirmativa do Prestes quando disse que já tinham o Governo na mão e só faltava assumirem o Poder. Eles achavam que a conquista do poder seria de roldão. Para resumir minha resposta: a causa principal da Revolução foi impedir que os comunistas assumissem o Poder.

Aqui no Rio Grande do Sul os antecedentes da renúncia do Jânio e da atuação do Brizola não dificultaram as ações dos revolucionários em 1964?

A propósito da sua pergunta, esqueci de citar como uma das causas da Revolução o episódio da Legalidade. O Brizola foi o primeiro político brasileiro que entrou em ligação com Fidel Castro e mandou gente fazer curso em Cuba. Inclusive esse Diógenes que andou se complicando há pouco tempo em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O atual Vice-Governador do Rio Grande, Miguel Rosseto, também andou por lá e é coronel honorário do exército cubano. Estes dois são das primeiras turmas encaminhadas a Cuba pelo Brizola. Como Governador e Deputado o Brizola colocou as manguinhas de fora e os cubanos circulavam por aqui. Sabíamos da presença em Porto Alegre de três cubanos. Fui um dos que saíram para a rua e andavam à cata de agitadores estrangeiros que circulavam por aqui. Além do mais, o Brizola agitava o País com seus célebres discursos das sextas-feiras, uma pura ameaça à sociedade organizada. Foram criados os “grupos dos onze”, o Brasil estava cheio deles. Estimávamos que existiam cerca de cinco mil Grupos, um efetivo de quase sessenta mil homens. E quem fazia o proselitismo

e os unia em termos nacionais era a Rádio Mayrink Veiga. Sintonizávamos aquela emissora à noite e ouvíamos:

– Alô, alô Santo Ângelo, comando revolucionário número trinta e quatro, alô doutor Fulano...

A mensagem para o correligionário informava o número do grupo, a sua localização e convocava os responsáveis para a transmissão de ordens ou transmitia alguma instrução. Isso era feito o dia inteiro. Belo exemplo de sigilo nas operações...

Soube, um pouco antes da eclosão do Movimento de 1964, que alguns oficiais viajaram para o interior a fim de fazer contatos pré-revolucionários. Lembro que o Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão) esteve em Vacaria, no 3º Batalhão Rodoviário (3º B Rv), onde eu servia. O senhor estava envolvido naquelas ações conspiratórias?

O Gusmão, de Artilharia, era um guri bom! Trabalhou muito comigo. Percorria as Unidades, transmitia e colhia informações. Promovido a Major, uma das últimas missões dele foi falar com o pessoal dos Batalhões de Construção em Vacaria e Bento Gonçalves. Graças ao seu relatório, concluímos que nesta última Guarnição, o Coronel Dirceu (Dirceu Araújo Nogueira), então Comandante do 1º Ferroviário (1º Batalhão Ferroviário – 1º B Fv), não se engajaria no Movimento mas também não atrapalharia, o que de fato aconteceu. É um dos companheiros ao qual presto minhas homenagens pela postura que tomou em 1964.

Aqui no Estado, onde houve a maior resistência à Revolução?

Creio que foi aqui mesmo em Porto Alegre. O Brizola fez um discurso na Praça da Prefeitura em que instigou os sargentos a arrancarem os olhos dos oficiais com os dedos. Imaginem a reação! Isso ninguém me contou, eu fui lá para ver e ouvir. Acho até que o Gusmão estava comigo. Éramos dois ou três oficiais assistindo ao comício. Ele falou claramente que os oficiais eram golpistas e que os sargentos não deviam cumprir as ordens dos gorilas.

– Ataquem, ataquem esta gente e arranquem os olhos deles nem que seja com os dedos.

Ele disse isso. A resistência era coordenada por ele que dispunha de um *staff* – inclusive já citei o nome de alguns dos integrantes desse grupo – para lhe municiar das informações necessárias.

Como foi o desencadeamento da Revolução aqui no Rio Grande do Sul?

No dia 30 de março chegou em Porto Alegre o Major Ehlers (Jaime Ehlers), que servia no Estado-Maior do Exército. Trazia um documento assinado pelo en-

tão General Castello Branco, cujo título era Lealdade ao Exército – LeEx. Era uma tomada de posição do Chefe do Estado-Maior do Exército que praticamente assumia o comando revolucionário.

Esse documento foi lido para a oficialidade?

No mesmo dia 30 nós o entregamos em todas as Organizações Militares do III Exército. Não ficou uma Unidade da área que não recebesse o documento. Uma firma de engenharia de Porto Alegre foi quem fez as cópias para nós. Trabalhou a tarde inteira com suas copiadoras termo-fax, sistema usado na época.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Foi muito bem recebida. Os primeiros dias foram de euforia, de aplauso, de alegria para as mães de família que tiveram um papel muito importante na mobilização contra o Governo. A mulher que fora para a rua marchar em protesto, com a vitória da Revolução pôde descansar porque o problema dos filhos ou dos maridos estava resolvido. Conheci muitas senhoras – e algumas ainda vivem – que sofriam e viviam estressadas com o problema do marido sair de casa e sem saber se voltaria. Vivemos esta tensão mesmo depois do 31 de março. Os agitadores pichavam os muros e as paredes com ameaças do tipo: "Quando setembro vier" ou "Paredão", que a bem da verdade era escrito *"Paredón"*. Em resumo, a Revolução foi bem recebida. Os primeiros tempos foram só aplausos. Pelo menos aqui no Rio Grande do Sul.

O que se esperava dos governantes revolucionários?

É preciso que a opinião pública entenda que o objetivo de 1964 não foi uma ação de tomada do Poder. Houve apenas uma contraposição ao que estava ocorrendo. Lembro que no Rio de Janeiro o Almirante Aragão havia cercado o Palácio do Governo do Estado, cujo Governador foi obrigado a usar a retransmissão de uma estação de rádio de Belo Horizonte para denunciar o cerco. O Exército tem nos seus arquivos uma gravação da primeira reunião do Partido Comunista Brasileiro depois do 31 de março. Na sua autocrítica eles reconhecem que a precipitação da esquerda em tentar a tomada do Poder foi uma das causas do fracasso.

Aqui em Porto Alegre um grupo de oficiais se reunia às quartas-feiras no Círculo Militar – do qual eu era vice-presidente – para discutir sobre o futuro do Brasil. A maioria absoluta não aceitava qualquer solução diferente da democracia. Esta era uma idéia constante nas nossas reuniões. Não se fez a Revolução para implantar uma ditadura. Na realidade cogitava-se de uma contra-revolução; foi mais uma espécie de antídoto, algo assim como um contra-ataque antes do inimigo investir.

Qual a causa do endurecimento da Revolução no final da década de 1960?

O AI-5 foi editado por causa do discurso daquele jornalista e Deputado Márcio Moreira Alves. Ele mudou muito e hoje faz uma espécie de *mea culpa*. Outro que também mudou foi o José Genoíno, um ex-guerrilheiro que atualmente demonstra bom senso e até parece que está nos entendendo melhor. Tem se pronunciado contra o extremismo do PT e quando há qualquer assunto de interesse militar no Congresso, tem procurado nos ajudar.

Quais as suas impressões sobre o ciclo dos presidentes militares?

Vou comentar algo para que fique registrado neste Projeto de História Oral. Meu pai, depois General Etchegoyen (Alcides Gonçalves Etchegoyen), o Castello, o Costa e Silva e o Amaury Kruel – chamavam-no de “Alemão” – eram da mesma turma de formação da Escola Militar. Não sei qual era a classificação dos outros, mas o Costa e Silva era o melhor classificado e um dos primeiros da turma. Todos pertenciam à geração dos tenentes que fizeram a revolução de 1930 e se reuniam muito para trocar idéias. Pelo menos uma vez por mês, vinham à minha casa e lá ficavam horas e horas contando histórias da época do tenentismo e discutindo sobre os problemas brasileiros. Naquelas reuniões ouvi uma opinião sobre o Costa e Silva que, depois, quando servi com ele, constatei ser verdade. É até uma surpresa o ponto de vista daquela turma: o Castello era um homem de muita cultura, mas o Costa e Silva era mais inteligente. Essa era a opinião deles, com a qual acabei concordando também. Basta lembrar que, em 1961, no episódio da Legalidade, o Costa e Silva era comandante do Nordeste e não teve nenhum problema. Quando os agitadores começaram a manifestar-se foram embarcados em um avião e mandados para Fernando de Noronha, acabando com a fofoca. Era uma característica dele; tinha as antenas muito atiladas, percebia rapidamente qualquer situação e decidia com acerto. Concordo que o Castello era mais culto, um pensador militar que escrevia muito sobre doutrina. Foi um estadista.

O senhor foi do Gabinete do Presidente Médici?

Fui seu assistente no III Exército e ele acabou me levando para Brasília, quando assumiu a Presidência da República. É o Presidente mais violentamente criticado. Esquecem ou fingem não saber dos fatos que ocorriam na época. Ele assumiu o governo com o embaixador americano seqüestrado pelo grupo do Gabeira, um problema de enormes dimensões internacionais. Enfrentou a guerra revolucionária no seu auge. Cito apenas o confronto ocorrido no Túnel do Rio de Janeiro, quando o Major Toja (José Júlio Toja Martinez Filho) abordou o “fuca”

(fusca) daquela subversiva, na tentativa de evitar que ela fosse apanhada no meio do tiroteio, pois estava grávida, e foi metralhado de cima a baixo pela terrorista. Uma curiosidade sobre os subversivos: quem nos deu muito trabalho naquela época foi a Zélia Cardoso, mais tarde ministra da Fazenda no Governo Collor. Ela era responsável pelo apoio logístico do partidão no Rio de Janeiro e amiga da loira subversiva que assassinou o Major.

Testemunhei um encontro muito interessante. O Médici tinha sido Chefe do Estado-Maior do General Orlando Geisel no CMS e os dois tinham um bom nível de relacionamento. Um dia o Presidente falou para o General Orlando Geisel que era o seu Ministro do Exército:

– Dá ordem para o nosso pessoal não bater na porta e nem tocar campainha em aparelho subversivo.

Isto porque até então os agentes chegavam, tocavam a campainha e perguntavam:

– A Fulana está?

Prrrrrrr, partia uma rajada de metralhadora de dentro da casa que matou muitos dos nossos na porta dos aparelhos da subversão. O General Médici complementou sua orientação:

– A partir de agora a ordem é entrar nas casas metendo o pé na porta! Se vai morrer gente nossa, que morra deles também.

O primeiro motivo da campanha contra o Presidente Médici foi justamente esta atitude de enfrentar sem medo e com os mesmos instrumentos a agressão terrorista. Soube defender os direitos humanos de quem defendia a democracia com riscos da própria vida. O segundo motivo das acusações a Médici foi o fato de que no século XX nenhuma guerra revolucionária foi perdida por quem a iniciou: os revolucionários argelinos derrotaram a França; os africanos expulsaram os portugueses das colônias e por aí vai. É só rever a história do pós-guerra. E nós enfrentamos a subversão e a vencemos. Quem tem conhecimento do que realmente aconteceu em Xambioá sabe dar o devido valor a esta vitória. Sem dúvida, o Presidente Médici pagou caro por ter liquidado a tentativa da esquerda brasileira de comunizar o Brasil. A verdade é que o Presidente Geisel recebeu o Governo praticamente sem a ameaça da subversão.

Sei que há gente que não vai gostar do que vou dizer. Como Major, Tenente-Coronel e Coronel, exercendo função de Estado-Maior, eu prestava muita atenção na maneira de agir dos meus chefes, e dois deles foram exemplos para mim. Um que me impressionou muito foi o General Machado Lopes. Diariamente sentávamos em torno de uma mesa, ele apresentava os problemas do III Exército e ouvia

os oficiais do seu Estado-Maior a respeito. Todos opinavam. Ele inicialmente escutava, depois decidia e dava as ordens para execução. Foi um dos bons comandantes que conheci.

O outro chefe que aprendi a admirar foi o General Médici. Como já me referi, era seu Assistente quando ele foi Presidente da República. A minha sala ficava ao lado da dele. Embora me preocupasse com os documentos que ficavam em cima de sua mesa, nunca precisei guardá-los, pois o Médici não os deixava dormir, decidia na hora.

A quarta-feira era o dia da semana em que se promoviam os desempates das pendências entre os ministros. Eu como assistente era o responsável pelo preparo da mesa para os debates realizados quando havia alguma discordância na ação do Governo. A causa quase sempre era o Ministro Delfim, que chamávamos de "gordinho sinistro". O Médici sentava na cabeceira da mesa, enunciava o problema em debate – ele falava com uma voz cavernosa e com muita firmeza – e passava a ouvir os ministros sobre a matéria em exame. Normalmente o último a falar era o esperto do Delfim que, por ter uma cabeça privilegiada, acabava ganhando a parada. O Presidente encerrava a reunião – ele tinha o cacoete de bater com a mão na coxa antes de levantar-se – e recomendava que não se falasse mais no assunto.

Outra característica dele era sua radical ojeriza à corrupção. Confirmado que alguém do seu Governo estava envolvido em atos desonestos ele demitia na hora. Assim foi feito com um Ministro da Agricultura, aquele japonês de Cotia nomeado havia apenas uma semana e com o Governador do Paraná que praticamente não chegou a assumir o cargo. O General Médici tinha memória muito boa. Às vezes estava próximo dele quando alguém encerrava um despacho. Depois que o visitante se afastava ele me dizia:

– Este que saiu, falou comigo uma porção de coisas mas esqueceu de uma conversa que tivemos há algum tempo.

Então ele contava uma história ocorrida já passados dez ou quinze anos.

Esses dois, principalmente o Médici, tinham o dom de saber utilizar ao máximo os seus Estados-Maiores. Usavam as outras cabeças para obter a melhor decisão. Chegavam a uma conclusão, diziam claramente do que se tratava e cobravam a execução.

Quero relatar nesta entrevista alguns fatos curiosos que antecederam a ascensão do General Médici à Presidência. Participei dessa fase intensamente. Acredito que nem o assistente do Ministro do Exército viu as coisas que presenciei. O Médici tinha uns cacoetes engraçados. Na reunião do Alto Comando do Exército realizada em Brasília com vistas à sucessão do Presidente Costa e Silva, eu e os

demais assistentes ficávamos em uma outra sala ao lado daquela onde estavam os quatro-estrelas. Certa vez um oficial me avisou que o chefe estava me chamando. Eu entrei, ele me mandou sentar atrás, próximo dele. Isto se repetiu em outras ocasiões. Nas primeiras vezes eu não entendi a minha presença na sala e me perguntava o por quê daquela preocupação do General. Mais tarde concluí que ele queria uma testemunha. Não pude comprovar a veracidade desta minha teoria porque no dia em que perguntei a ele, não só não me respondeu como me mandou longe. Depois dos trâmites iniciais no Alto Comando, as negociações foram conduzidas pelo Chefe do Estado-Maior, General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy) que coordenava uma comissão composta por ele, pelo Comandante do II Exército e Secretário-Geral do Exército, General Corrêa (Antônio Jorge Corrêa) – de Cavalaria. Acabei assistindo a todas as reuniões do Alto Comando, ao término das quais o Médici saiu Presidente, cargo que ele não queria ocupar. Senti esse seu propósito durante a viagem que fizemos após sua indicação para a Presidência. Ele dizia o seguinte:

– Sou o mais moderno do Alto Comando!

Realmente, só o General-de-Divisão Médico Olívio (Olívio Vieira Filho), cirurgião do HCE – que extraiu as amígdalas de todos os nossos filhos – era mais moderno, pois o Médici recém tinha sido promovido a General-de-Exército. Ele se preocupava muito com a possibilidade de cisão no Alto Comando – nestas horas as vaidades afloram e a modernidade do indicado poderia ser avocada para invalidar a escolha. Havia ainda a possibilidade de que suas decisões – pela mesma razão – fossem contestadas pelos quatro-estrelas. Para que os generais não se dividissem, ele queria – isso ele me dizia – que o Presidente fosse alguém que tivesse qualidades que teoricamente atribuímos a um homem padrão.

Certa vez o General Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares), Ministro do Exército na época e um dos participantes do triunvirato que governava interinamente o País fez uma revelação ao General Médici:

– Há gente querendo que o Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima) não conste da relação de candidatos à votação prévia para a Presidência da República.

O Médici deu um tapa na mesa e discordou com veemência:

– Essa não, Lyra!

Falou um "essa não" tão alto e agressivo que todo mundo parou e olhou para os dois. Ele agia assim porque era muito cioso da sua autoridade e achava que sendo o mais moderno, tentariam ultrapassá-lo. Ele policiava todas as ações e exigia que a escolha ocorresse dentro de um certo padrão ético. Quem fez o

Albuquerque Lima entrar na disputa foi ele com aquele "essa não". E não se discutiu mais o assunto. Isso eu vi e acompanhei.

Houve uma votação prévia na área do III Exército. Todos os generais do III Exército foram reunidos na sala do planejamento – onde eu trabalhava – e, não preciso dizer, sentei ao lado do comandante, que foi o mais votado. Depois voltamos ao Rio onde presenciei um fato histórico que permanece vivo na minha memória. Todos os generais-de-exército votaram. O General Corrêa – Secretário-Geral do Exército – registrava a votação em um quadro-verde. Quando fizeram a primeira referência ao nome do General Médici, a reação dele foi imediata:

– "Essa não! Vou embora e vocês votem como quiser!"

Saiu da sala e a maioria votou nele. O segundo mais votado foi o General Orlando Geisel; o General Albuquerque Lima, que eu admirava muito, foi o terceiro com um ou dois votos. No dia seguinte à tarde, soubemos o resultado das eleições feitas nas outras duas Forças Singulares. Na Força Aérea Brasileira (FAB), também foi o mais votado e em segundo lugar ficou um Brigadeiro. A Marinha foi praticamente unânime votando no Médici. Houve alguns votos para o Rademaker; talvez daí a razão do Almirante ter sido escolhido para vice.

Nessa histórica tarde houve uma reunião no Ministério da Marinha, quando sentaram em uma mesa todos os quatro-estrelas das Forças Armadas. Antes, o General tinha ido à casa do Lyra Tavares para tentar convencê-lo da idéia de indicar outro para a Presidência. O Ministro foi tachativo:

– Você foi o escolhido e será o Presidente!

Logo depois, durante a reunião, o Médici resolveu aceitar a indicação e deu uma de inteligente, tentando fazer uma imposição aos demais:

– Já que os senhores me convocam para ser o Presidente, quero que o meu vice seja o Almirante Rademaker.

Quis ganhar na malícia e acabou perdendo. Quando ele disse "o meu vice seja o Almirante Rademaker", o Lyra e o Ministro da Aeronáutica disseram que esta indicação estava fora de cogitação.

– Como não pode? – reagiu o General Médici.

– Não pode, falou o Lyra – e isso é história também – porque assumimos o compromisso de que nenhum de nós três seria candidato a presidente. Nem eu nem os Ministros da Marinha e da Aeronáutica. Não pode, Médici!

O Médici deu uma batida na mesa e falou alto:

– Ainda não assumi e já estão me contestando!

O General Orlando Geisel concordou com a objeção do Ministro Lyra Tavares mas o Médici estava irredutível e os generais do Alto Comando acabaram cedendo e

aceitando o Almirante Rademaker como vice-presidente da chapa a ser formalmente submetida ao Congresso. Em todas estas atitudes do General Médici sentíamos que ele não desejava o cargo de presidente. Talvez pela surpresa da indicação ou por ele não se achar preparado para a missão ou, ainda, porque naquela hora, ser o dirigente supremo da Nação, não estava nos seus cálculos nem nos seus planos de vida.

Antes da sua indicação definitiva para a Presidência ele não aceitava insinuações de que poderia ser o substituto do Costa e Silva. Xingou muita gente boa. O Figueiredo foi um que caiu na asneira de lhe falar sobre sua indicação para a Presidência. Ele quase o jogou pela janela! Disse um monte de desaforos e expulsou o seu Chefe do Estado-Maior da sala.

O Presidente Médici é muito criticado pelos métodos empregados contra a repressão durante seu Governo. Qual a sua opinião a respeito?

Apesar de alguns excessos a solução foi inteligente. Concordo com o antigo ditado: ninguém faz omeletes sem quebrar ovos. A resposta foi bem dada e correspondeu ao nível da agressão.

Até o governo norte-americano, depois dos atos terroristas do 11 de setembro, propôs modificar as leis que dificultam o combate à subversão. Quem enfrenta a guerra suja tem de usar métodos semelhantes ao inimigo sob pena de ser derrotado. Estive nos Estados Unidos depois do dia 11 e vendo a revolta da população contra o terrorismo me lembrei de como eles nos criticaram da década de 1970. Pensei comigo:

– Até que enfim eles mudaram de opinião sobre a guerra suja. Não há outro jeito! Não se pode combater o terrorismo com luvas de pelica.

O problema que surge é o seguinte: sou um guerrilheiro e pretendo te matar, mas convivo contigo no cinema, no clube e no supermercado. Onde está o inimigo? Sou eu, estou por aqui ao teu lado, mas tu não me vês como teu futuro agressor.

Eles culpam o Bin Laden e deve ter sido ele mesmo. Mas não adianta, quando o matarem, aparecerão outros dez mil iguais a ele. Creio que os norte-americanos têm uma solução para ganhar essa guerra. Posso estar errado, mas bastava oferecerem um bilhão de dólares para o Mossad – o serviço secreto israelense – que eles iriam lá e resolveriam o problema.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública foi eficiente?

Eu vi particularmente o que foi feito no Governo Médici pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), sob a direção do Coronel Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), oficial conhecido pela sua criatividade e inteligência.

A AERP foi um excelente exemplo para o Brasil de como um setor de comunicação social deve atuar. Lembram do “Sugismundo”, aquela campanha contra a sujeira? E do “Ame-o ou Deixe-o”, hoje tão execrado? Foram mensagens criadas pela Assessoria Especial de Relações Públicas e que, antes do patrulhamento esquerdista, a sociedade absorvia com naturalidade.

O senhor considera que houve esforço para melhorar a imagem do Brasil no âmbito internacional?

Considero que o esforço para a conquista da opinião pública no exterior foi mínimo e não foi bem-feito. Hoje, esse trabalho é realizado, em parte, pela atuação do Presidente.

Devíamos ter tomado a iniciativa de contar a verdade e só a verdade, o que evitaria essas mentiras que andam por aí. Vou revelar aquela que para mim é a mentira número um, o maior dos engodos. Sei dela porque ao esclarecer umas acusações que me fizeram conheci a história do cidadão. O FHC não foi exilado! Ele abandonou o País por interesse próprio. Era conhecido no Chile e na França como o homem do Cadillac. O Chile estava cheio de comunistas, de ativistas da esquerda sul-americana que se auto-exilaram porque tinham contas a pagar em seus países. Hoje estão por aí em altos postos dos seus governos.

Como o senhor vê o atual momento político no País e seus reflexos para nós militares?

Muita gente, inclusive membros de nossas famílias, não toleram de jeito nenhum aquilo que chamam de “omissão do Exército”. Eles acham que devíamos nos defender, colocar os podres daqueles que nos acusam para fora. Não agimos assim; somente agora estamos começando a esboçar uma reação.

A Fundação Getúlio Vargas procurou alguns companheiros nossos com o objetivo de reescrever a história da Revolução. A idéia era boa, ouvir a nossa versão. Fui procurado por três deles, que desejavam me entrevistar, mas me neguei a falar. Dos três com quem tive contato, dois eram comunistas. Falar para quê? Eles editam o texto e publicam o que bem entendem.

Estas ações contra nós militares agora já não são absolutas. Neste ano, na área de comunicação social, está havendo uma reação a nosso favor. Já há uma página na internet com informações sobre o Exército. Percebo ainda que, mesmo sem um motivo especial, os jovens estão se reaproximando de nós. Tenho dez netos – a maioria universitários – inclusive uma estudante de medicina que mora comigo em Porto Alegre. No convívio com eles sinto que alguns jovens desejam saber como as coisas aconteceram em 1964. Desejam conhecer a verdade sem a maquiagem da

mídia esquerdista. Emprestei a eles "A Grande Mentira", livro da Biblioteca do Exército escrito pelo General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto). Excelente sobre todos os aspectos, porque analisa a subversão a partir de suas origens e comenta as bases filosóficas do Movimento. Inclusive ainda não cheguei a lê-lo todo. Comprei mais dois livros na Biblioteca do Exército mas ainda não os recebi. Há muita gente nossa empenhada em desmistificar a esquerda. Esse Projeto de História Oral do Exército, por exemplo, certamente resultará em um acervo de informações muito valiosas para a apuração dos fatos ocorridos naquela quadra histórica. É uma mostra do que se está fazendo para resgatar a verdade sobre a Revolução Democrática de Março de 1964.

O senhor julga que o desengajamento do Exército e a entrega do Poder aos civis, no seu sentido mais amplo, foram realizados no momento oportuno?

Inicialmente quero ressaltar que isto é um problema político e a minha opinião é de militar. O Presidente Geisel iniciou a transição com a "abertura lenta e segura" e o General Figueiredo a completou, mas a passagem da Presidência aos civis foi errada. Se o então Vice-Presidente da República tivesse sido candidato, teria possibilidade de vencer. E a Revolução passaria o Governo para o Aureliano Chaves, um civil identificado conosco. Isto não aconteceu porque no final do Governo o Presidente Figueiredo e o Vice Aureliano estavam brigados. Foi um erro fatal naquela fase da transição.

O senhor considera que no momento está havendo "revanchismo" contra os militares?

Não tenho dúvida. O "revanchismo" está atuando a toda hora na mídia e em alguns setores do Poder. Os "Diógenes" que estão nos governos federal e estadual nos detestam. Tivemos vários ministros comunas a começar pela Zélia no Governo Collor e o então Ministro das Comunicações, o Sérgio Motta – já falecido – no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os marxistas e subversivos continuam atuando inclusive nos estados. Cito como exemplo aquele ministro que se orgulha de ter assaltado o cofre do Adhemar de Barros. Considera uma grande proeza ter se apropriado de não sei quantos mil dólares. São todos assim. Estamos vivendo em um período de inversão de valores.

O senhor acredita que o atual modelo de democracia preenche os anseios e necessidades da Nação brasileira?

Não há dúvida de que estamos em uma democracia. Também não se pode contestar que, do ponto de vista econômico, o Governo conseguiu reduzir a inflação para índices de um só dígito ao ano, quando há alguns anos era de 80% ao

mês sem dúvida estamos vivendo melhor hoje. A globalização é um fenômeno indiscutível. Restam muitas dúvidas sobre a validade das privatizações de setores da economia considerados de interesse estratégico. Quando a Margareth Tatcher esteve no Brasil ouvi uma frase dela sobre esse tema que considero emblemática. A imprensa a interrogava sobre o problema das privatizações, criticando indiretamente a política econômica adotada pelo gabinete inglês. Ela contra-atacou:

– Existe algo mais estratégico do que o alimento? E ninguém fala em estatizar a agricultura.

O repórter de esquerda calou-se. Talvez a dose das nossas privatizações tenha ido além da conta ou quem sabe a velocidade da operação tenha sido excessiva. Só o futuro poderá esclarecer esses pontos.

O senhor abordou prioritariamente o Governo do Presidente Médici e pouco falou dos demais...

Falei com prioridade no Presidente Médici porque fui seu auxiliar direto e ele me toca de perto. Devo dizer que tenho muito respeito por todos os presidentes da Revolução. Podemos discordar de alguma orientação política do Governo Geisel, mas como disse, ele foi um homem sério e inatacável.

Vou contar passagens interessantes com dois ministros que passaram do Governo Costa e Silva para o do Médici a fim de que conste no meu depoimento, principalmente pelo valor histórico dos fatos. Quando não havia mais escapatória, já estava decidido que o Médici seria o presidente, ocupamos a casa do Ministro da Aeronáutica lá no Galeão, que nos foi cedida. Ali funcionava uma espécie de gabinete, onde eram ouvidos os candidatos a futuros ministros e assessores do governo. O primeiro a ser chamado para conversar foi o Andreazza (Mário David Andreazza). O futuro presidente não teve papas na língua e, ao convidá-lo para continuar como ministro, foi direto aos boatos que corriam sobre atos desonestos que estariam sendo cometidos pelo Ministro dos Transportes:

– Gringo, dizem que tu estás fazendo negociatas, mas eu vou te manter no cargo. Falam que tu és desonesto mas eu fui do Serviço Nacional de Informações (SNI) e não acredito nestas fofocas.

Eu também não acreditava em nada do que falavam porque o Andreazza morava perto do apartamento da minha mãe no Rio de Janeiro e acompanhei a vida dele desde quando era major aqui no III Exército. Era um homem simples e reconhecidamente austero.

O Delfim foi o outro ministro alertado pelo Médici a respeito de boatos que corriam sobre o seu comportamento. O Presidente também considerou as conversas

mentirosas e ponto final. Ele era assim. Usava de uma franqueza rude. O que ele tinha que dizer, dizia com o mínimo de eufemismo e com aquele seu estilo próprio.

Quem comparecia seguidamente à Secretaria do Conselho de Segurança para debater idéias sobre o programa energético era o Dias Leite, Ministro das Minas e Energia. O senhor o conheceu?

Era um excelente ministro. Eu gostava muito daquele mineiro, sentimento partilhado por praticamente toda a equipe de governo.

Sem dúvida foi o melhor ministro que tivemos na área de Minas e Energia.

Nas reuniões da quarta-feira – aquelas que o Médici fazia para desempatar confronto de opinião entre os ministros – nunca vi o "gordinho sinistro" se meter com o professor Dias Leite. O mineiro era um azougue e dotado de uma cultura superior. Os dois contendores se respeitavam. Outro ministro do Governo Médici que eu gostava de ouvir era o do Trabalho. O Barata era um senhor idoso que aparentava uns oitenta anos mas extremamente inteligente e lúcido.

Assim encerramos este seu histórico depoimento sobre aquela quadra da vida brasileira que, com certeza, graças à visão e ação de homens de extremado valor, mudou os rumos da nossa Pátria. E o senhor se insere, naturalmente, naquele contexto, tornando-se merecedor do respeito e admiração de todos nós. Muito obrigado!

General-de-Brigada José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto

O General Apolônio nasceu em abril de 1923 na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou no Exército em 2 de abril de 1941 como aluno da então Escola Preparatória de Cadetes (EPC), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 28 de dezembro de 1946.

Sua primeira Unidade foi o 7º Regimento de Cavalaria (7º RC) aquartelado em Livramento-RS, onde serviu durante três anos. Ainda como Primeiro-Tenente foi convidado a integrar o corpo de instrutores da Escola de Sargentos das Armas (ESA) em Três Corações-MG.

Promovido a Capitão em abril de 1952, no ano seguinte cursou a Escola de Educação Física. Após a sua conclusão foi classificado novamente no 7º RC, permanecendo naquela OM apenas um ano, já que em 1955 retornou aos bancos escolares. Concluída a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) volta aos pampas, classificado no 6º RC em Alegrete. Nova movimentação aconteceu em 1958 quando mais uma vez foi servir no 7º RC, sendo promovido a Major no ano seguinte.

Aprovado em concurso, freqüentou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no período de 1960/1962. Realizou seu estágio de oficial do Quadro do Estado-Maior no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana-RS, ocasião em que vivenciou intensamente os preparativos, a eclosão e os primeiros tempos da Revolução de Março de 1964.

Após esse período, mercê de suas qualidades profissionais de oficial QEMA de Escol, foi convidado a integrar os Estados-Maiores do Gabinete do Ministro em 1965/1966, da 6ª Divisão de Exército (6ª DE) em 1969/1971, do Exército (EME) em 1971/1972 e das Forças Armadas (EMFA) entre 1975/1977. Exerceu a chefia dos Estados-Maiores da 2ª DC em 1974 e da 1ª Região Militar (1ª RM) em 1979.

Comandou o 12º RC em Bagé-RS e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) em Campinas nos anos de 1972/1973.

Suas promoções como oficial superior o foram por merecimento e em julho de 1979, quando chefiava o gabinete da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), foi promovido a General-de-Brigada, sendo nomeado Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, cujo QG situa-se em Santiago do Boqueirão-RS.

Após entregar o Comando foi sucessivamente convidado para chefiar o Estado-Maior do III Exército em 1981/82 e o Gabinete do Estado-Maior do Exército em 1982/1983, quando solicitou sua transferência para a reserva.

Ao longo de sua exitosa carreira foi agraciado com inúmeras condecorações concedidas por nossas Forças Armadas. É cidadão honorário de Santiago do Boqueirão e mantém uma intensa atividade literária escrevendo artigos para a *Revista do Clube Militar*, o jornal *Ombro a Ombro* e outros periódicos da região da fronteira gaúcha.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2000.

O Projeto História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964 tem a satisfação de entrevistar o General José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto, aspirante de cavalaria da turma de 1946, que acompanhou e vivenciou a Revolução em um momento e situação historicamente muito importantes. Em março de 1964, o então Major Apolônio, servia no Estado-Maior[1] da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC) em Uruguaiana, no interior do Rio Grande do Sul. Com a palavra o General Apolônio.

É um prazer prestar o meu testemunho do que aconteceu em 1964, tanto na Guarnição de Uruguaiana, sede da 2ª Divisão de Cavalaria, hoje 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), quanto nas demais Unidades da 2ª DC.

Cheguei em Uruguaiana em janeiro de 1963 junto com os Majores Chuy (Gaspar Albite Chuy) e Brocchi (Antonio Celestino Silveira Brocchi), todos nós egressos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Já estavam na Divisão: o Comandante, General José Horácio (José Horácio da Cunha Garcia); o Chefe do Estado-Maior, Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura); o E1, Major Bischoff (Nelson Bischoff); o Major Campedelli (José Campedelli) como E2; o E3, Major Ilus (Ilus Fagundes Ourique Moreira) e o E4, Major Corrêa Neto (Jonas de Moraes Corrêa Neto). Esse era o Estado-Maior Geral da Divisão. Logo depois da nossa chegada alguns oficiais foram transferidos, permanecendo nas suas funções antigas o Campedelli e o Coronel Fontoura. Para se reconstituir o Estado-Maior Geral da 2ª DC, fiquei como E3, e o Chuy como E4.

O Comandante da Divisão tinha uma rotina muito interessante: todos os dias, pela manhã, reunia os oficiais do seu Estado-Maior no gabinete do Comando para o bom-dia e na hora do cafezinho ele *levantava a bola* sobre algum tema e começava a fazer perguntas a respeito da situação do País. Todos ficávamos atualizados sobre o assunto. Era uma prática muito interessante porque no final não restavam dúvidas sobre nossas tendências. Todo o Estado-Maior sabia quem era quem e de que lado estava.

De janeiro até agosto convivemos muito bem. Nosso General, primando pela franqueza e objetividade que geram naturalmente a confiança e a lealdade, criou um ambiente de convivência seguro e saudável. Éramos todos contra a situação que reinava no Brasil, um completo desgoverno. Preocupava-nos a idéia fixa dos pelegos, de instigarem o subordinado contra o superior, sacudindo a nossa

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

instituição pelas suas bases: a hierarquia e a disciplina. A convivência era muito boa porque o Chefe também era contra aquela situação e expressava o seu ponto de vista com franqueza, indo ao encontro do pensamento de todos seus oficiais.

Em decorrência de sua clara posição contra a baderna, em agosto de 1963, de uma hora para a outra, o General e seu Chefe do Estado-Maior foram transferidos. Os dois foram movimentados por motivos políticos. O General José Horácio foi para a Diretoria de Remonta e Veterinária. O Coronel Fontoura foi transferido para uma CR (Circunscrição de Recrutamento) no Paraná, mas quando passou por Porto Alegre, o Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), que depois foi Vice-Presidente da República, General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), pegou-o para ser Chefe do seu Estado-Maior.

Logo em seguida o General Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) assumiu o Comando da Divisão. Todo o Estado-Maior procurou se aproximar do novo Chefe, para mostrar-lhe o nosso pensamento e induzi-lo a ter um procedimento similar ao do Comandante anterior, pelo menos no que dizia respeito àquele cumprimento matinal e ao "bate-bola" em que se comentava o panorama político do País. Aparentemente o novo General aceitou a sugestão, mas, na realidade, não mordeu a isca. O homem não era de "levantar a bola para o pessoal chutar" e debater temas do momento político. Mantinha-se sempre muito introspectivo e não se abria. Com o passar do tempo fomos sentindo que havia algum problema quanto às idéias do General sobre a situação. Sentíamos isso e sabíamos também da amizade e da troca de correspondência entre ele e o Ministro da Guerra.

Certo dia, não posso precisar a data, um avião aterrissou em Uruguaiana. Telefonaram do campo de pouso dizendo que o passageiro era um oficial do Gabinete do Ministro que viera falar com o Comandante da 2ª DC. O General Camarinha mandou o E2 recebê-lo e levá-lo direto para a casa do Comandante. O Campedelli tentou entrar junto com o visitante para participar da conversa, mas o General livrou-se dele determinando que fosse providenciar acomodação para o Tenente-Coronel recém-chegado e depois retornasse.

A exceção do Coronel Alencar (Carlos Ramos de Alencar), Comandante do 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), que era muito retraído, todo o Estado-Maior e o Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho), Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75mm a Cavalo (4º GA 75 Cav) estavam sempre ligados e trocando idéias. A nossa Vila Militar em Uruguaiana era um grande quarteirão e vivíamos conversando sobre a situação.

Na primeira oportunidade o Major Campedelli me informou sobre o que havia acontecido. Concluímos que, se um Tenente-Coronel do Gabinete do Minis-

tro chega de avião em Uruguaiana sem ter avisado ninguém e procura o Comandante da Divisão, é porque traz alguma informação ou ordem muito importante. É o lógico. Então nos reunimos depois do expediente e decidimos que no dia seguinte o assunto deveria ser esclarecido na hora do cafezinho quando faríamos comentários sobre a visita do oficial do Gabinete do Ministro, procurando colher informações, como era natural. Pensávamos, inclusive, que o referido oficial estaria na reunião matinal. Para surpresa nossa ele já havia regressado na madrugada. Após os cumprimentos, iniciamos a sondagem mas o General ficou só na conversa fiada, não falou nada importante. Ao final da reunião disse:

– Meus senhores, ao trabalho!

Quando íamos saindo apanhou um papel em cima da mesa, chamou o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann), Chefe do Estado-Maior, e disse:

– Leia para os oficiais essa mensagem que recebi ontem do Tenente-Coronel Fulano de Tal – não lembro o nome do oficial.

O Coronel leu o texto. Todos nos olhamos. O Comandante reunira seu Estado-Maior e o que tinha para informar era uma notícia que já fora publicada no jornal do dia anterior. Não havia nada de novo. Com isso ficou mais do que confirmada a posição do General. Ele de um lado e nós do outro.

Essa visita foi mais ou menos em que época?

Não recordo a data, só sei que o fato aconteceu e nos marcou muito. Foi logo depois que o Coronel Alencar assumiu o 8º RC e o Coronel Sellmann a Chefia do Estado-Maior da 2ª DC.

Nessa época o General Floriano (Floriano Aguilar Chagas), ainda oficial superior, e os novos estagiários da ECEME já haviam chegado na Guarnição?

Eles só chegaram no final de janeiro ou já em fevereiro de 1964.

O tempo foi passando e a cada dia procurávamos melhor informar o Estado-Maior sobre a situação nacional e dedicar um cuidado cada vez maior às Unidades, visitando-as freqüentemente para fortalecer o espírito de corpo da 2ª DC. Isto acontecia muito especialmente com o Grupo de Artilharia, comandada pelo Coronel Raposo, Comandante com quem nos ligávamos e trocávamos informações sem problemas, porque estávamos totalmente do mesmo lado. Tínhamos ligação direta e diária com ele. Já no 8º, as ligações eram com o Subcomandante, Tenente-Coronel Anníbal (Anníbal Figueiredo de Albuquerque), já falecido e com os Capitães Tolentino (Tolentino Job Marino Barbieri), que também já morreu, e Medeiros (Antônio Araújo de Medeiros).

Em Uruguaiana ainda tínhamos uma ligação estreita com o Capitão dos Portos, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo (Dylo Modesto de Almeida). Através do Coman-

dante Dylo e do Capitão-de-Corveta Olavo (Olavo Ferreira da Rocha), Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, enviávamos para São Paulo as informações sobre a nossa situação e posicionamento político. Isto porque não confiávamos no nosso sistema de rádio. Contávamos também com vários civis, entre eles, todos os Silva: o Antonio, o Trajano, o Osvaldo e ainda com o Hermes Pinto. Havia muita gente do município que estava conosco. Uruguaiana era isso. O nosso lado estava ali bem caracterizado e forte.

Em Alegrete – uma Guarnição grande – tínhamos um representante no 6º RC, o Capitão Meirelles (Jim Meirelles), também já morto. No 3º Grupo de Artilharia 75mm Auto Rebocado (3º GA 75 AR), nossa ligação era o Major Riera (Luiz da Silva Riera), que respondia pelo Comando, e na 12ª Companhia de Comunicações (12ª Cia Com) nos ligávamos com o Capitão Brasil (Índio Brasil José de Freitas), Comandante da Unidade.

Em Livramento, no 7º, nosso contato era o Capitão Lúcio (Lúcio Gonçalves da Fonseca) e no 8º GA 75 Cav era o Capitão Dalmo (Dalmo Bernardes Pinheiro), já falecido.

Em Quaraí, ligávamo-nos com o próprio Comandante do 5º RC, Tenente-Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes), e em Rosário nossa ligação era o Capitão Dário (Dário Bomfiglio Affonso da Costa), que respondia pelo Subcomando do 2º RCM.

O senhor falou em Alegrete. Lá, na época, já havia problemas com o Comandante do 12º Batalhão de Engenharia?

Em 1963, o Comandante interino do 12º BE era o Tenente-Coronel Almir (Almir Soares de Carvalho), que não nos preocupava. A situação só se complicou com a chegada do novo Comandante, Tenente-Coronel Monte (Adão Prestes do Monte), militar de tendências esquerdistas, que nos deu trabalho. Em dezembro daquele ano fui transferido. Tempos mais tarde, voltei para comandar o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º Rec Mec), em Bagé, e fui sorteado para compor o Conselho de Justiça da 2ª Auditoria. Para minha surpresa, em um dos julgamentos, o Tenente-Coronel Monte e o radiotelegrafista do 12º BE eram os réus. Naturalmente o advogado tentou absolvê-los, mas o Conselho foi unânime na condenação.

Voltemos ao nosso relato na Guarnição de Uruguaiana. É importante frisar que o general ficou exultante quando o Coronel Alencar assumiu o comando do 8º RC, e mais ainda quando o Coronel Knaack (Geraldo Knaack de Souza) chegou em Livramento para comandar o 7º RC. Esse detalhe definiu duas correntes bem distintas no âmbito da Divisão.

Lembro que em seguida tivemos o primeiro confronto com a baderna reinante. O nosso serviço de informações era muito bom e nos alertou que os sem terra daquela época estavam acampando nas cercanias do campo de instrução de

Saicã, próximo de Rosário do Sul, com intenção de invadi-lo. Como estava previsto um exercício com tropa, organizamos um Grupamento Tático (GT) com as Unidades mais próximas da área: o 7º RC e o 8º Grupo de Artilharia, ambos de Livramento, que realizaram uma marcha para o combate e um ataque. Como o nosso desejo era atirar na direção dos sem terra – apenas na direção, não neles – fizemos uma química no planejamento do exercício. Na realidade, apenas uma inversão de direção, e aí atiramos com todas as armas: morteiro, canhão anticarro, metralhadora, tudo isso do 7º RC, apoiado pelo Grupo de Artilharia. Conseguimos ainda uma esquadrilha da FAB com os PT22, ou um prefixo parecido. Eles sobrevoavam a área e faziam vôos rasantes metralhando alvos predeterminados. Nossa demonstração de força deu resultado, os acampados foram embora da área do Saicã.

Esqueci de comentar que antes disso, acredito que no mês de janeiro de 1964, o Carlos Lacerda fez um comício em Uruguaiana. Como era E3, Oficial de Operações, coube-me planejar a segurança do evento e acabei me envolvendo no assunto, mesmo não querendo participar de nada. Tudo se realizou sem problemas até porque uma festa daquela natureza atrai o povo, principalmente na fronteira. O Lacerda empolgou aquela gente toda pois tinha o dom da palavra e sabia seduzi-los.

Passaram-se uma ou duas semanas e o Jango também programou uma ida à cidade, justamente para abafar o grande efeito que produzira a fala do Lacerda. A comitiva do Presidente levou até a banda dos Fuzileiros Navais do Rio. Apesar disso o comício foi um fracasso. Programei uma inspeção para a mesma data e fui para o 5º RC; se permanecesse em Uruguaiana provavelmente seria preso porque eu não estenderia a mão para cumprimentar o Jango.

Muito bem, alguns dias depois tivemos a informação de que o Jango agendara para o dia 4 de abril uma nova visita à Uruguaiana quando assinaria o decreto de desapropriação das faixas de terra ao lado das rodovias federais. A notícia causou uma confusão infernal. Apreensão do nosso lado e, naturalmente, uma enorme euforia entre os simpatizantes do Governo.

O senhor mantinha articulação ou ligação com outras Grandes Unidades ou com pessoas envolvidas em alguma conspiração?

Não havia ligação com Grandes Unidades a não ser com o Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto), Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI). Eu, particularmente, conhecia o então Capitão Lário (Lário Lopes Serrano) com quem comentava a conjuntura e trocava informações, mantendo correspondência de rotina com ele e com outros camaradas, mas sem idéia de articulação ou organização de um movimento revolucionário. Afora isso, nenhuma outra ligação.

Assim que assumi a chefia da seção iniciei a atualização do Plano de Segurança Interna (Segin), que era responsabilidade do E3. Para uso interno, rotulamos o referido planejamento de República da Vergonha na Cara. Em linhas gerais, ele atendia a duas finalidades: a segurança interna e também permitia isolar nosso território tendo em vista os eventos ligados à República da Vergonha na Cara. Em conseqüência, tínhamos que dispor adequadamente nossas Unidades para proteger o território da divisão dos possíveis inimigos subversivos. Face à 3ª DC, ocuparíamos a região do Upamaroti, um acidente capital de primeira grandeza, com elementos do 7º RC e a região da ponte ferroviária que liga Rosário a Livramento com elementos do 2º RCM. Barrando a direção Santa Maria–Alegrete ocuparíamos a ponte de Manoel Viana com elementos do 6º RC e no município de Uruguaiana, na direção de Itaqui, a ponte sobre o Rio Ibicuí seria ocupada com elementos do 8º RC. Essas ações implementariam nossa defesa e proteção. Havíamos também balizado um campo de pouso para quem quisesse aderir a nossa República da Vergonha na Cara. Tínhamos, inclusive, feito ligação com o Brigadeiro Delamora que servia no Rio e que traria meios para cá. Era o nosso planejamento, mas na ocasião da Revolução só o campo improvisado estava disponível.

Aproximava-se o 31 de março e nós naquele movimento para lá e para cá, liga aqui, liga para acolá e todo o mundo sentindo que algo iria acontecer. Basta dizer que tenho até hoje na minha carteira a metade de uma nota de 5 cruzeiros. Uma metade era minha, a outra ficou com o então Tenente-Coronel Édison. Se ele recebesse aquele pedaço de dinheiro era para fazer o que o portador dissesse; e a mesma coisa aconteceria se alguém se apresentasse para mim com o outro pedaço da nota. Era conspiração mesmo.

Poucos dias antes do comício da Central do Brasil, chegou um informe oriundo de Porto Alegre nos avisando que se prendessem o General Castello Branco deveríamos iniciar uma revolta ou um movimento de adesão ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Na noite do comício da Central, lá pelas 23 horas, estava deitado ouvindo no rádio aquela barbaridade, quando bateram na minha janela. Abri e me deparei com o Major Schmitt (Gilberto Oscar Miranda Schmitt) que me informou apreensivo:

– Zé, Prenderam o Castello Branco!

– Não é possível! Então vamos chamar o pessoal.

Passamos a noite inteira reunidos na minha casa. Estavam lá o Raposo, o Campedelli, o Schmitt, o Ney (Ney Riopardense Rezende), o arataca Medeiros, o Tolentino e talvez algum outro que eu tenha esquecido. Estávamos no auge da discussão e já tínhamos decidido que iniciaríamos o movimento no dia seguinte revoltando o 8º RC e o 4º GA 75 Cav, quando verificamos que seria um sábado e

feriado; conseqüentemente não teríamos ninguém a não ser a guarda do quartel e uns poucos soldados. Foi uma verdadeira ducha fria na nossa decisão.

Nessa ocasião os estagiários da ECEME já haviam chegado a Uruguaiana?

O Floriano e o Ney já estavam na Guarnição e perfeitamente entrosados conosco. Aqueles oficiais a que me referi no início da entrevista e não nomeei agora é porque já haviam sido transferidos.

No final do expediente do dia 31 de março, chegou um rádio[2] cifrado determinando prontidão rigorosa. Normalmente, quando chegava alguma ordem dessa natureza, ficava só um oficial no quartel porque o antigo QG não tinha como alojar todo o pessoal, e a nossa Vila distava apenas um quarteirão do quartel. Se houvesse uma emergência o permanência estava orientado para soar o alarme e em cinco minutos todos estaríamos lá. Nesse dia o General determinou que eu e o Campedelli ficássemos de permanência. Havia uma razão para isso: nas nossas conversas, por ocasião do cumprimento matinal e do cafezinho, vivíamos criticando asperamente a situação política do País, éramos frontalmente contra o Governo. Assim, o General Comandante sabia bem nossa posição e queria ter certeza onde nós estávamos.

Ficamos no QG e o pessoal que havia ido embora, aos poucos, voltou. Nos reunimos no meu gabinete e ficamos conversando sobre a situação. Em um dado momento entraram na sala o General Camarinha e o Coronel Sellmann. Nos apresentamos ao Comandante e relatamos o motivo da reunião. O General não disse uma palavra, mesmo diante da nossa manifestação de claro apoio ao ainda obscuro movimento revolucionário.

Isso ocorreu em torno das 21 horas e ainda não sabíamos bem como estava a situação no resto do País. As informações nos chegavam pelas emissoras de rádio comercial e não tínhamos condições de fazer uma análise consistente dos acontecimentos.

Em seguida os dois saíram, foram até o 8º RC e de lá ao Grupo de Artilharia, onde conversaram bastante. Ao regressarem, o Coronel Sellmann deixou o General em casa e retornou ao QG. Quando ele chegou, perguntamos ao nosso Chefe de Estado-Maior:

– O que o General falou nos quartéis visitados?

– Nada. Conversou sobre tudo, mas em momento algum abordou a situação política.

Então foi decidido que iríamos revoltar a 2ª DC. Como isto seria feito? O Chefe do Estado-Maior explanaria a situação para o Comandante e pediria que ele assumisse o Comando do movimento na nossa área. Logo depois o Coronel Sellmann foi até a Vila convidar o General para uma reunião no QG.

Nunca me senti tão mal como naquela situação. A insurgência é um passo muito sério. A verdade é que temos de fazer uma força incrível para vencermos os sentimentos

[2] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

arraigados no sangue e sempre presentes na mente dos militares: a hierarquia, a disciplina e o decorrente respeito aos superiores. Ao atentarmos contra estes sentimentos nos invade uma sensação de desamparo e solidão. É tão horrorosa que eu não pretendo vivê-la novamente. Como nos sentimos mal ao enfrentarmos o dilema do não devo mas tenho que fazer. É algo que o público externo não conhece e pensa que não existe!

Pouco depois o Coronel Sellmann entrou na sala com o Comandante. O General ficou à frente da mesa e ao seu lado postou-se o seu Capitão Ajudante-de-Ordens. O nosso Chefe do Estado-Maior era um homem muito formal e disse apenas isso:

– Meu General, estamos aqui reunidos para pedir que Vossa Excelência assuma o Comando da Divisão.

O General retrucou:

– Mas eu não passei o Comando!

O Coronel insistiu:

– Meu General, estamos aqui reunidos porque queremos que Vossa Excelência assuma o Comando da 2ª Divisão de Cavalaria.

Ao ouvir aquelas palavras o General passou para trás da mesa e o Ajudante-de-Ordens o seguiu. A reação natural de nossa parte, sem ninguém dizer nada, foi de nos aproximarmos da mesa. E eu fiquei junto do Ajudante-de-Ordens.

O Coronel Sellmann então terminou a frase interrompida pela ação do General:

– General, estamos pedindo para Vossa Excelência assumir o Comando porque a 2ª DC está revoltada contra esse estado de coisas.

E disse tudo o que havia planejado. O General ficou boquiaberto quando ouviu aquelas palavras do Coronel, seu auxiliar imediato. Então todo mundo começou a falar sobre a situação em que vivíamos. Em um dado momento o General deu um tapa na mesa e falou quase gritando:

– Está decidido!

Quando ele disse “está decidido”, não esperamos ele dizer o que havia decidido. Cada um cumprimentava e se congratulava com o Chefe:

– Parabéns, General. O senhor decidiu certo!

Ele ficou meio sem jeito, mas, aliviado, foi voltando a calma. Em um piscar de olhos coloquei um maço de mensagens que havia preparado em cima da mesa dele e falei:

– General, aqui estão os rádios que confirmam sua decisão para todas as Unidades subordinadas fora de Uruguaiana e memorandos para os Comandantes do 8ºRC e 4º GA Cav 75.

Quem visse a assinatura do Comandante teria certeza de que toda a 2ª DC estava revoltada e sob o Comando do General.

Para que não restasse nenhum ponto nebuloso naquela situação e tivéssemos plena certeza de que todos os procedimentos previstos seriam obedecidos, eu e o Major Ney fomos levar as mensagens para nossas Unidades na Guarnição. Ainda era noite e começamos a missão no 8º. Encontramos o Capitão Tolentino andando no corredor do pavilhão do comando e lhe perguntei:

– Tolentino, onde está o seu Comandante?

– Ali, naquele quarto.

Eu lhe disse:

– Já está tudo decidido, a 2ª DC está revoltada!

Quando abri a porta e acendi a luz, o primeiro a se levantar foi o Subcomandante, Tenente-Coronel Anníbal, que era um espoleta. Assim que ele se levantou me perguntou:

– O que houve?

– Olha, está decidido!

Com aquele alarido todo, o Coronel, que estava dormindo, acordou. Então lhe entreguei o memorando assinado pelo General, dizendo:

– Coronel, essa ordem com a chancela do Comandante determina o início imediato da execução do plano de Segurança Interna (Segin).

Enquanto isto o Coronel Sellmann, o Major Schmitt e o Major Campedelli foram até o grupo conversar com o Tenente-Coronel Raposo. Ele conhecia todos os detalhes do nosso planejamento. Em seguida, os três foram também ao gabinete do Coronel Alencar no 8º RC. Ele era um São Tomé, só depois de confirmar que a assinatura era do General aderiu à Revolução.

Todos queríamos justamente isso, não desejávamos que houvesse um estremecimento, uma divisão, porque em 1961 quase houve uma mortandade em Uruguaiana por causa do seu Brizola. Tínhamos que considerar que seria um deus-nos-acuda se uma das duas Unidades, separadas apenas por um fio de arame farpado, resolvesse não aceitar a decisão do Comandante da 2ª DC.

Aliás, sabedor disso, o Tenente-Coronel Raposo fazia a pregação diária dele colocando uma corneta dos alto-falantes voltada para os soldados do seu grupo e outra para o Regimento de Cavalaria.

Acredito também que o Coronel Alencar tenha telefonado para o Coronel Knaack que comandava o 7º RC de Santana do Livramento, mas não tenho certeza porque não vi. Minha desconfiança de uma ligação entre os dois foi porque o Knaack aderiu logo. Cumpriu a ordem do Comandante e fez tudo o que tinha que fazer.

Os dois eram homens preparados, sabiam onde tinham o nariz e eram reconhecidos como muito bons profissionais. Tive um pequeno desentendimento com

o Coronel Knaack na sessão de abertura das manobras quando fiz, como E3, a exposição inicial sobre o planejamento realizado. A montagem da situação geral do exercício apresentava como antecedentes da situação criada, o momento político que estávamos vivendo. Ele não gostou e disse:

– A ECEME agora está formando oficiais revolucionários.

A minha resposta imediata foi:

– Revolucionários não, revoltados sim!!!

Voltemos ao fio da meada. Fizemos questão cerrada de que o General ombreasse conosco, porque a liderança dele era importante junto às Unidades da Divisão e fundamental para a decisão dos Comandantes dos 7º e 8º RC em função da estreita ligação entre os dois Comandantes de Regimento e o Comandante da Divisão. Se tudo se resolvesse sem fraturas, e foi o que aconteceu, não haveria sobressaltos. Não só fluiu conforme o planejamento como ainda acabamos influenciando na decisão da 3ª DI de Santa Maria. Afortunadamente, fui testemunha de toda a história daqueles dias tensos e tumultuados.

Ainda quero relatar uma cena que presenciei no gabinete do General Camarinha após a sua decisão de apoiar a Revolução. Ele passava a mão na cabeça e dizia:

– Revolução não se pode perder. Fui revolucionário em 1922 e acabei exilado. Nesta nós não podemos ser derrotados. A minha maior angústia no momento é porque estou contra o meu amigo Jair.

Ele estava contrariado porque estava se rebelando contra o amigo que, coincidentemente, era o Ministro da Guerra e não porque ele tivesse idéias comunistas ou socialistas como muitos imaginavam. A partir daquele desabafo compreendi a atitude dele.

Queríamos, repito, levantar a Divisão como um todo e assim o fizemos. A coesão da 2ª DC foi o grande mérito do nosso Estado-Maior Geral. Evitou rachas, como aquele episódio horrível ocorrido em 1961 entre as duas Unidades vizinhas de Uruguaiana: o 8º RC e o 4º GA Cav. Na Revolução, o General liderou a 2ª DC e conseguimos partir unidos para a ação, sem problemas.

Em seguida o General Camarinha telefonou para o General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), comandante da 3ª DI, tentando convencê-lo a aderir. Foi uma dificuldade estabelecer contato com ele porque nunca estava em casa, nem no quartel-general. A impressão que tínhamos era de que ele não queria falar. Na realidade, inicialmente era o então Coronel Menna Barreto, Chefe do EM da 3ª DI, falecido há pouco, quem comandava as tratativas revolucionárias, havendo até uma senha particular, específica entre ele e o nosso QG. Santa Maria demorou um pouco

para aderir à Revolução, mas depois assumiu o Comando efetivo das ações de todas as Grandes Unidades e Unidades subordinadas.

Vou contar uma passagem interessante e crucial que aconteceu depois que o Tenente-Coronel Édison, Comandante do 5º RC, recebeu ordem para deslocar o seu Regimento. O planejamento do Segin previa uma série de ações a serem executadas pelas Unidades da Divisão nos eixos que se dirigiam para Uruguaiana. A nossa Reserva era o 5º RC. Como não havia o que proteger ou isolar face ao rio Uruguai, foi ordem para a Unidade ocupar a região de Harmonia, acidente capital que domina um entroncamento de vias de acesso nas direções de Uruguaiana, Alegrete e Livramento, cuja posse e domínio era muito importante.

O Tenente-Coronel Édison recebeu a missão e não conversou, soltou a cavalhada na invernada e, em dois tempos, estava em ordem de marcha, com todas as viaturas necessárias para motorizar o Regimento dentro do quartel e carregadas.

Antes da partida, um oficial informou ao Comandante que o Capitão Silveira (Jorge Silveira) estava concitando os sargentos a não cumprirem a ordem.

Incontinente, o Comandante reuniu todos os oficiais e sargentos em uma sala, todos armados, e disse que a decisão estava tomada e quem estivesse contra estava preso. Em seguida, um oficial e quase todos os sargentos se manifestaram contra as suas ordens. Foram desarmados e, como não podia deixá-los no quartel, pois não havia efetivo necessário – a guarda do quartel estava reduzida – nem xadrez que comportasse todos os insurretos, determinou que ficassem presos em suas casas, na vila militar. E ficaram!!!

Só mais tarde foram levados para Uruguaiana e diluídos presos por várias Unidades da DC.

O 5º RC saiu com menos um oficial, só seis sargentos, os cabos, que foram promovidos a 3º-sargento na hora, e os soldados. Cumpriu sua missão ocupando Harmonia durante quatro ou cinco dias, até a divisão considerar consolidada a situação.

Os depoimentos são todos muito coerentes. O Coronel Miguez (Carlos Cláudio Miguez Suarez), na época Capitão do Grupo, no seu depoimento sobre a Revolução na 2ª DC demonstra uma enorme admiração pelo trabalho de seu Comandante, Tenente-Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho).

O Raposo era bom mesmo! Foi um oficial atuante e corajoso durante o preparo da Revolução e nos dias mais incertos do movimento revolucionário.

Há registro de um diálogo entre o Comandante da 2ª DC com o então Major Floriano durante aqueles momentos de indecisão do General Camarinha que, tentando justificar sua posição de expectativa, disse ainda necessitar de mais elementos para decidir.

De pronto o Major Floriano redargüira:

– Às vezes o General não dispõe ou não precisa de todos os elementos para se definir. O importante é decidir com oportunidade!

O senhor lembra disso?

Tenho uma vaga lembrança. Mais tarde também correu o boato de que o General Camarinha teria se decidido pela Revolução mas depois voltara atrás. Isto não é correto. Depois que ele tomou a decisão naquela noite não titubeou mais. Só lastimava estar contra o Ministro, General Jair, seu amigo pessoal.

Talvez o referido diálogo até tenha ocorrido em decorrência das ligações entre o General Camarinha e o General Poppe de Figueiredo. Mas naquela hora, quando do contato telefônico, a indecisão era do Comandante da 3ª DI, depois convencido pelo nosso General e pelo seu próprio Chefe de Estado-Maior, o então Coronel Menna Barreto. Ele tomou a decisão certa e assumiu a chefia formal da Revolução no âmbito de todo o III Exército.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

A primeira causa foi o ato de um louco: a renúncia do Jânio. O Vice-Presidente era o João Goulart, um homem fraco, sem vontade, que na ocasião visitava a China. O seu regresso e posse ocasionaram toda aquela situação bem conhecida. A segunda causa foi decorrente da invenção do parlamentarismo com a finalidade de conter a atuação do Presidente. O novo sistema durou muito pouco e retornamos ao presidencialismo com o mesmo Jango que causara todo o problema. O seu Governo confirmou o que se esperava dele, conduzindo o País para o caos, com a inflação sem controle (chegou a 80%), distúrbios em todos os setores e a toda hora e um total descontrole administrativo, econômico e financeiro. Ao mesmo tempo, Jango investia contra as Forças Armadas, atingindo-as em seus fundamentos, ao incentivar a rebelião dos sargentos da Força Aérea em Brasília, a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, a transferência de oficiais do Exército para funções e cargos em que ficariam completamente sem condições de reagir, a nomeação dos "melancias" – verdes por fora e vermelhos por dentro – para funções importantes (comandos de Unidades etc.), enfim, a insubordinação dos sargentos contra seus superiores. A terceira causa, a gota d'água que tocou fundo no Exército e decidiu o início da Revolução, foi o próprio Presidente tentar destruir os dois pilares da nossa instituição: a hierarquia e a disciplina.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento foi espontâneo?

Penso que a preparação da Revolução foi realizada por grupos de militares e, em algumas regiões, por militares e civis, formando bolsões, sem ligação e sem coor-

denação. Logo, não houve coordenação no âmbito nacional. Na fronteira, na região da 2ª DC, houve ligação e coordenação com as OM subordinadas e alguns civis.

Mantínhamos ligação com o Coronel Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI, e recebemos uma única ligação da 6ª DI, por intermédio do Major Ehlers (Jayme Ehlers), quando foi recomendado que deveríamos desencadear, mediante ordem, um planejamento que receberíamos. Jamais recebemos o referido planejamento e muito menos a tal ordem.

No meu modo de ver, a Revolução eclodiu em vários núcleos independentes depois de iniciada pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) em Minas Gerais.

Quais os grupos organizados ou pessoas que contribuíram para a preparação do Movimento na sua área?

Na Guarnição de Uruguaiana e na área da 2ª DC praticamente não havia grupos organizados. Quase a totalidade dos oficiais rezava pela mesma cartilha. Posso considerar isso um grupo único, pois era a maioria de um lado e apenas três exceções do outro, em guarnições diferentes. Além do mais, conhecíamos vários civis da área que eram revolucionários, principalmente em Uruguaiana, e estavam a nossa disposição. Se precisássemos, tenho certeza que nos apoiariam.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Em Uruguaiana não houve resistência, pelo contrário, todos aplaudiram. Da mesma forma em Livramento. No âmbito da 2ª DC, além do ocorrido no 5º RC, sob o Comando do Tenente-Coronel Boscacci Guedes, não houve outra resistência. Em Alegrete, apenas a voz do Tenente-Coronel Monte, Comandante do 12º BE, que relutou obedecer as ordens recebidas do escalão superior. Foi preso, afastado do Comando, e posteriormente julgado e condenado.

Sempre se diz que a Revolução eclodiu ao natural, que estava madura e por isso não houve reação. Em termos de Brasil, qual seria a região onde os militares tiveram mais dificuldades para implantá-la?

Talvez em São Paulo e, sabidamente, no Rio algumas Unidades saíram para se contrapor ao pessoal que vinha de Minas. Mas depois deram meia-volta. Naturalmente, eles saíram com a ordem de barrar os mineiros, mas já havia entre eles elementos com intenção de aderir ao movimento. Tenho a impressão de que estas foram as regiões onde houve maior dificuldade para a Revolução se consolidar.

Em termos de Rio Grande do Sul as dificuldades certamente tiveram alguma conotação com a Legalidade de 1961, e os maiores problemas ocorreram aqui na Guarnição de Porto Alegre. No âmbito do País acredito que foi no eixo Rio–São Paulo.

Falando em dificuldades e agitação, no Rio Grande do Sul, é interessante lembrar aquele discurso subversivo do Leonel Brizola contra nós oficiais, que tanta polêmica causou na época. Em Uruguaiana houve repercussão daquele esquecido pronunciamento carbonário do político gaúcho?

Sobre aquele discurso não me falaram, eu mesmo o ouvi em uma emissora comercial. A rede-rádio da 2ª DC nos ligava com todas as nossas Unidades. A 3ª Seção sintonizou nossa rede na emissora que transmitia a agressão verbal do agitador. Através dessa escuta ouvíamos e transmitíamos o Brizola vociferar:

– Fuzilem os oficiais! Matem esses gorilas!

Ele estava aqui em Porto Alegre e bem que tentou conter a Revolução mas não conseguiu. Fugiu de avião, dizem que travestido de padre!

Ele (Brizola) veio para cá com o Ladário (Ladário Pereira Telles), que estava assumindo o Comando do III Exército. É bom frisar que o Ladário não era agitador nem filocomunista .

Não era esquerdista, apenas um legalista obcecado e um pouco ingênuo, que se deixou seduzir pela conversa dos políticos.

Esqueci de dizer que no dia 1º ou 2 de abril, o Tenente-Coronel Caetano (Caetano Pinto Rocha), Comandante do 1º RC de Itaqui, Unidade pertencente à 1ª DC de Santiago do Boqueirão, se apresentou no nosso QG dizendo:

– Eu e minha Unidade estamos passando ao Comando de vocês!

O Comandante da 1ª DC, General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), naquele momento de crise, abandonou seu Comando e se deslocou para Porto Alegre. A Divisão ficou acéfala, estabeleceu-se o caos.

O referido General veio até aqui para prestar apoio ao Jango. Ao retornar de avião para a fronteira foi informado pelo seu Estado-Maior que seria preso se descesse em Santiago. A aeronave acabou dando meia volta.

Entrou pelo cano e teve de retornar para Porto Alegre

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Com foguetes! Muito bem!

O que mais se esperava dos novos governantes?

Que colocassem ordem na casa, porque estava uma bagunça. E isto foi feito!

O senhor considera que a escalada revolucionária e os Atos Institucionais foram uma conseqüência da atuação dos políticos afastados do Poder e do terrorismo?

Sabemos que os Atos Institucionais foram editados justamente por causa das atitudes e ações dos terroristas, como os vários atentados, a rebelião de estudantes

no Rio de Janeiro, insuflados pelos líderes comunistas inconformados com a derrota sofrida em março de 1964. Só nos restava agir como agimos. Não iríamos entregar o Poder por causa de uma meia dúzia de subversivos radicais que queriam voltar ao *status quo* de antes da Revolução.

Ações terroristas que tiveram início após 1964 no aeroporto Guararapes do Recife.

Nesse atentado mataram dois, o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho e feriram gravemente o Major Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva), que além de atingido por estilhaços em todo corpo, perdeu três ou quatro dedos da mão.

Qual a sua opinião sobre os governos do período revolucionário?

Eles tiveram princípio, meio e fim, sempre com o mesmo objetivo: colocar o Brasil no lugar que merecia. No Governo Médici, por exemplo, tivemos crescimento anual de 11%, inflação quase zero, pleno emprego, ordem e respeito à lei e acesso a artigos de luxo e inexistentes até aquele momento. Foi assim até o final do seu mandato, quando o Presidente Geisel começou a afrouxar os laços de acordo com seu conceito de abertura lenta, gradual e segura, um teste para verificar o comportamento da oposição, principalmente a radical, face os parâmetros normais da democracia.

E qual a sua avaliação sobre os governos atuais?

Do jeito que está não podemos continuar. Não há ordem nem obediência à lei, e a justiça é omissa ou conivente com o crime. Estamos entregando, doando para o estrangeiro, tudo quanto de bom conseguimos com suor, sangue e lágrimas. Vou apenas citar um exemplo dentre os inúmeros desmandos praticados. É um absurdo se colocar uma estatal do porte da Vale do Rio Doce à venda, oferecendo financiamento para os grupos estrangeiros compradores e ignorando os grupos nacionais. O absurdo se torna maior quando todo o patrimônio foi grandemente subavaliado e parte do pagamento foi feito com moeda podre e financiado pelo próprio BNDES. Que negócio é esse? Estamos jogando o nosso patrimônio pela janela!

O trabalho de comunicação social dos governos da Revolução para a conquista da opinião pública brasileira foi realizado a contento?

Não. Foi uma das grandes falhas da nossa Revolução. A opinião pública e as novas gerações foram e estão muito mal informadas sobre o porquê de 1964 e suas conseqüências. Nos preocupamos muito com o setor industrial e com a economia

de uma maneira geral, deixando a opinião pública sem informação e a mocidade abandonada, afastamo-nos de ambas. Muito pouco foi feito para conscientizá-las e mostrar-lhes o que havia acontecido. Hoje, todos estão contra nós. A Revolução tratou de problemas muito importantes mas esqueceu do público jovem da época o que era e é fundamental. Os moços daquela época hoje estão dirigindo o País!!!

Qual a sua opinião sobre as realizações da Revolução no setor de infraestrutura?

A implementação dos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) naturalmente nos conduziu à execução de grandes empreendimentos, que eram essenciais, e obtivemos resultados expressivos em todos os campos do Poder nacional. No psicossocial, dentre outras realizações, foram criados o FGTS, o BNH e o Funrural, considerado uma das maiores obras sociais do século passado. Na educação, podemos citar o Crédito Educativo, o Mobral e o Projeto Rondon como algumas das grandes realizações. São atestados eloqüentes do desenvolvimento daquela área onde, no ensino superior, verificou-se um incremento de 1.300% no número de universitários em um período de 17 anos (1964/1981) passando de 100 mil para 3 milhões. Criou-se uma linha de financiamento à pesquisa, incentivando o trabalho do CNPq, Finep, Embrapa e do Capes através de cursos de mestrado e doutorado. Houve um forte incremento da infra-estrutura propriamente dita com a implantação de novas siderúrgicas, o crescimento das indústrias naval e automobilística e o surgimento das indústrias aeronáutica, bélica e de energia nuclear, com empreendimentos do porte da Embraer, Engesa, Nuclebras e outros. A malha rodoviária foi ampliada de tal forma que permitiu uma real integração de todo o país. A Petrobras multiplicou sua produção por dez, passando de 75 mil para 750 mil barris/dia, e implantamos com sucesso o Pró-Álcool. Nossas exportações aumentaram em mais de vinte vezes e construímos Itaipu e Tucuruí, arroladas dentre as maiores do mundo.

Agora, como medida de emergência, por irresponsabilidade do atual Governo, estamos investindo em termoelétricas cujo combustível é o gás, pago em dólares!

Falando em energia elétrica, há um problema que não foi herança da Revolução e que não estão dando a devida atenção. É a situação no Pontal do Rio Paranapanema, na Bacia do Rio Paraná, onde existem dezenas de hidrelétricas que produzem mais da metade da energia elétrica gerada no País, distribuída através de milhares de quilômetros de fios que cruzam aquela região. A presença de 20 a 30.000 sem terra acampados na região do pontal é uma ameaça constante à segurança do sistema. É uma temeridade, pois no momento que eles quiserem deixam o Brasil parado e no escuro. Aliás, já fizeram isso! Fizeram só para testar o que

poderia acontecer para os responsáveis pelo atentado. Não houve nada! E do jeito que estão as coisas nunca acontecerá nada que afete os terroristas.

Qual a sua opinião sobre o desengajamento do Exército do Poder após o ciclo revolucionário?

O Exército sempre pautou sua conduta da maneira mais correta e responsável possível. Ele fez o que fez, reconhecido por todos, deixou o Poder por vontade própria nas mãos de quem deveria deixar e se retirou sem nada reivindicar. Está quieto, mudo. Mudo demais!!!

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento adequado?

Inicialmente é interessante ressaltar que apenas 5% das funções públicas foram ocupadas por militares e que no auge da Revolução tínhamos as principais pastas na mão de civis: os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio e outros. O Delfim ditava as regras da Economia. Portanto, desde o primeiro instante os civis participaram da Revolução. E fizeram muita coisa. Depois da abertura o que aconteceu? Todos os que haviam sido cassados retornaram e a grande maioria está no Poder agora. Basta relacioná-los para constatarmos que assaltantes de banco, seqüestradores e outros criminosos passaram por cargos importantes nos últimos oito anos. Parece que a condição de bandido passou a ser credencial para o exercício de funções no Governo.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Claro que existe o "revanchismo" e considero que no seu mais alto grau. E machuca muito porque o Exército é injustiçado de todas as formas, e nós, da Reserva, não temos como reagir! É triste constatarmos que a fim de levarmos esse País para a frente oferecemos a mão para os adversários propondo uma anistia que acreditávamos fosse uma pedra que poria fim nas desavenças passadas. Mas, ao retornarem, os anistiados se voltam para o passado e começam a reinventar a história. Hoje eles só agem na base do "revanchismo". E contra quem? Contra as Forças Armadas, instituição nacional responsável pela derrota dos comunistas, com mais prestígio junto ao povo. Tem mais credibilidade do que a Igreja, a mídia e os políticos. O nosso índice de aprovação nas pesquisas atinge 80%.

O senhor acredita que, analisando o momento político presente, o exercício do atual modelo de democracia preenche os anseios e necessidades do nosso povo ou carece de aperfeiçoamentos face aos ideais da Revolução de 1964?

O atual modelo de democracia, tendo a frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, carece de profundas modificações. Falta-lhe honestidade de propósitos.

Estamos vivendo um caos econômico-financeiro trilhando essa mesma política desde 1994, na busca de empréstimos que aumentam o já grande endividamento interno e externo. O quadro político continua mantendo sua triste tradição, onde o fisiologismo partidário impera através de um troca-troca desenfreado que não tem o mínimo respeito pelos eleitores. O carro-chefe é a irresponsabilidade em todos os níveis, desde as Câmaras Municipais ao Congresso Nacional, passando pelo Judiciário e Executivo. Urge uma mudança da lei eleitoral, pois um dos fundamentos de uma democracia é a existência de partidos políticos sérios e confiáveis para que, através de seus programas, se busque o progresso e o bem-estar da Nação, o que não está ocorrendo.

Através do "revanchismo" não se conseguirá apagar ou sequer obscurecer o desempenho da Revolução. O tempo será nosso melhor aliado, já que outro não temos.

Não há qualquer sombra de dúvida quanto aos benefícios trazidos para o Brasil pelo que chamam de governos militares. Passamos da 47ª para a oitava posição na economia mundial. Nosso PIB alcançou níveis jamais atingidos por outro qualquer governo. Somado a esse fato econômico pode ser acrescido que mais uma vez impedimos que aqui se instalasse um regime socialista-marxista, hoje em pleno desenvolvimento. A história fará justiça às Forças Armadas pela Revolução de 1964.

Esta foi nossa última indagação e com sua resposta franca e corajosa estamos encerrando esta entrevista. Cabe-nos agradecer ao General Apolônio pelo seu depoimento, rico em detalhes, e pleno de coerência com os escritos que tem publicado em jornais e revistas onde defende um nacionalismo racional e equilibrado. Ao prezado Chefe militar e amigo, nossos agradecimentos pela preciosa colaboração. Muito obrigado.

General-de-Brigada Egêo Corrêa de Oliveira Freitas

O General Egêo Corrêa de Oliveira Freitas nasceu em julho de 1925 no Rio Grande do Sul, e ingressou no Exército, primeiramente no Colégio Militar de Porto Alegre, em 1938 e posteriormente em 1943, na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria da turma de 1948 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Na sua bagagem de cursos realizados constam ainda a Escola de Equitação, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Escola Superior de Guerra (ESG) e, em Washington, nos Estados Unidos, o Colégio Interamericano de Defesa.

Nos postos de tenente e capitão, desempenhou as funções de oficial subalterno e comandante de Esquadrão em diversas Unidades de Cavalaria do nosso Exército e foi instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre. Como oficial superior foi instrutor na ECEME, membro e delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, e serviu no Gabinete do Ministro, no Estado-Maior do III Exército e 6ª DE. Ainda como Coronel comandou o 3º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Osório – e a Polícia Militar do Distrito Federal. Promovido a general em julho de 1985, comandou a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas-RS. Foi transferido para a reserva em 13 de março de 1986.

O General Egêo foi distinguido ao longo de sua carreira com inúmeras condecorações. Publicou vários trabalhos de caráter doutrinário sobre política e problemas de segurança nacional e continental. Dedicou-se de 1991 até 2001 à meritória tarefa de dirigir, como Delegado, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Rio Grande do Sul (ADESG-RS).

Entrevista realizada em 18 de abril de 2002.

O nosso entrevistado de hoje é o General Egêo Corrêa de Oliveira Freitas. Aspirante de Cavalaria da turma de 1948, exerceu diversas funções de destaque ao longo de seu período na ativa e também na reserva, muitas delas relacionadas com a implementação dos ideais revolucionários. Tem sido, nos últimos anos, um ativo dirigente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Seção do Rio Grande do Sul. É um prazer ouvi-lo.

É uma honra para mim prestar este depoimento e, através dele, expressar minhas opiniões baseadas em vivências e lembranças, algumas muito presentes, outras mais remotas e talvez já um pouco esmaecidas na memória.

Com relação à primeira pergunta, ou seja, as causas que resultaram na Revolução de 1964, entendo que foram basicamente de ordem política e social, mas com amplos reflexos na área militar. Na origem do problema estava a atuação do Governo de então, presidido pelo Senhor João Goulart. Uma parte significativa das Forças Armadas não aceitava aquele quadro de desordem, que mais adiante veremos com detalhes.

Por isso, na minha opinião, as causas da Revolução de 1964 foram fundamentalmente: insatisfação, instabilidade política e uma tentativa de convulsão social que, devido as pressões de cúpula e de base que, na época, se faziam contra as estruturas existentes, poderiam culminar, quem sabe, até com a eclosão de uma guerra civil. O poder constituído incentivava determinadas mudanças, todas elas, de um modo geral, de origem sindicalista, esquerdista e comunista. Em síntese, estas foram as razões primeiras.

O senhor considera que aqui no Rio Grande a Legalidade teria sido um marco, uma causa recente para a Revolução?

Creio que o movimento de 1961 foi uma bandeira cômoda para que se mantivesse um regime constitucional democrático mas que acabou sendo utilizado também para a conquista de outros objetivos muito além do simples respeito às normas constitucionais e institucionais. O caldo de cultura resultante da Legalidade foi o que alimentou a semente subversiva do Governo que se empossava com objetivos populistas. Desde o início do seu mandato, o Presidente João Goulart foi manobrado pelos elementos da esquerda radical que aspiravam inicialmente alcançar uma república sindicalista, mas cujo projeto final seria a implantação de uma república comunista.

Por outro lado, a Legalidade mostrou uma clara divisão dentro do Exército. Os nossos ministros de então, de certa forma profética, vaticinaram sobre a evolução dos acontecimentos, provavelmente encaminhando-se para fora do âmbito do

quadro constitucional. Eu, pessoalmente – e é uma opinião muito própria –, acho que teria sido melhor para as instituições do País que tivesse havido concordância com a posse do Jango sem o parlamentarismo, porque aí a bandeira da limitação do Poder não teria existido. Mesmo porque o Presidente – e na época o meu pensamento foi esse – logo demonstraria a sua incapacidade e, possivelmente, não disporia de tempo para promover alguma convulsão social de maior monta. Por conseguinte, fatalmente ele seria derrotado em uma futura eleição.

Respondendo objetivamente a pergunta, a Legalidade resultou em uma grande insatisfação nas Forças Armadas e nas classes políticas não comprometidas com o populismo, o esquerdismo e o comunismo. A partir de então, e com o apoio de uma corrente de políticos de renome nacional como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga, iniciou-se um processo de conscientização da opinião pública, que ajudou a ampliar a fissura existente no arcabouço político do País e acabou por gerar as ações que passaram a tumultuá-lo. As Forças Armadas – particularmente uma parte significativa do Exército – inconformadas com o Governo João Goulart começaram a conspirar.

Segundo alguns entrevistados, a Legalidade teria sido um movimento político e a Revolução de 1964 um movimento militar. Qual a sua opinião a respeito?

Não concordo com a tese de que a Revolução tenha sido um movimento militar. Para mim foi uma ação de caráter nacional encabeçada pelos militares. Havia uma consciência social e política coincidente entre líderes civis e militares de que a situação iria deteriorar-se definitivamente. Iniciaram-se, então, as confabulações para o desencadeamento da Revolução, que acabou aflorando através das forças que partiram de Minas Gerais.

Não há dúvida de que Brizola, líder do movimento político no Rio Grande, tinha objetivos muito pessoais e nítida ambição de chegar à Presidência da República. Isto acabou resultando no rompimento entre ele e o seu cunhado Jango.

O senhor considera que a preparação da Revolução foi coordenada ou foi algo espontâneo e improvisado?

A primeira impressão é de que ela foi um movimento espontâneo. O quadro político de agitação social no País, partindo do comício do dia 13 na Central do Brasil, cresceu com a revolta dos fuzileiros e atingiu o seu clímax com a reunião dos graduados no Automóvel Clube do Brasil.

Mas não acredito que o desencadeamento da Revolução de 1964 tenha sido espontâneo. O movimento resultou de um processo de articulação de políticos nitida-

mente anticomunistas, antiesquerdistas e antipopulistas. Eram líderes não comprometidos com o Governo, que foram tomando consciência do agravamento da situação do País. Isto transpareceu nas diretrizes do Estado-Maior do Exército que alertou as escolas castrenses e grandes comandos sobre a necessidade de intensificar o estudo da guerra revolucionária, até então um assunto ainda pouco desenvolvido no Exército.

A progressiva conscientização da área militar sobre os perigos de uma guerra revolucionária colaborou para mostrar também àqueles políticos confiáveis a ameaça que rondava o regime constitucional democrático. Pregavam uma revolução de esquerda, com o fechamento do Congresso, nova Constituição, pois, para eles, a Carta vigente não representava mais as aspirações do povo e nem permitia a conquista dos seus objetivos. Os exacerbados movimentos que Brizola, com a sua liderança, conseguira através da Legalidade, geravam grande insatisfação social e a Nação começou a sentir a presença do perigo.

É interessante notar como as Forças Armadas são sensíveis diante das ameaças de violação da estabilidade social do País. Às vezes isto não é muito percebido nem registrado. Mas lembro como nos sentíamos inconformados presenciando episódios da revolta dos marinheiros e o comício do dia 13 de março, quando uma parte do Exército dava guarida àquela verdadeira pregação revolucionária para que fosse estabelecido aqui um outro regime. A sociedade civil, também, pressentindo o perigo que a fratura da disciplina e hierarquia das Forças Armadas representava, organizou as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Pelo menos do meu ponto de vista, e de vários companheiros no Rio de Janeiro, isto foi decisivo para a eclosão do Movimento.

Então, torno a repetir: penso que o Movimento de 1964 não eclodiu espontaneamente. Houve um processo de articulação visando evitar o pior para o País. Este preparo ocorreu tanto na classe política como em grande parte das Forças Armadas que não estava comprometida com a situação.

Nós ainda não conseguimos identificar aqui no Sul evidências dessas articulações. Na nossa pesquisa, até agora ninguém se identificou claramente como conspirador.

É lembrado por alguns como o principal articulador da Revolução de 1964 aqui no Rio Grande, o General Antônio Adolpho Manta. Quando entrevistado por nós, disse que não conspirou, que apenas emitia muito claramente as suas opiniões contra o Governo e que por não se conformar com a situação, antecipou sua ida para a reserva. Viajava muito, e costumava conversar com os companheiros do interior, trocando idéias sobre a degradação que se processava. Mas não se considerava um conjurado da Revolução. Qual a sua opinião sobre a conspiração revolucionária?

O termo conspiração dá idéia de uma articulação hierarquizada, conduzida sob condições extremas de sigilo. Havia uma progressiva tomada de consciência de que a situação vinha se tornando adversa à evolução política do Brasil em termos democráticos. Embora nós da Escola de Estado-Maior e muitos outros oficiais tivéssemos uma arraigada convicção legalista que nos induzia a manter as instituições, concomitantemente, acompanhávamos apreensivos o quadro político cada vez mais deteriorado, tendendo a dar origem a uma república sindicalista.

Eu próprio, como aluno da ECEME, fiz parte de um grupo que se reunia em uma casa antiga na Praça da República que fora residência do Marechal Deodoro. Hoje o prédio é um museu.[1] Dessas reuniões participavam vários companheiros que se afinavam nas idéias e acompanhavam a situação com muita preocupação. Mas tínhamos receio de fazer alguma coisa que resultasse na derrubada do Jango, e o Governo acabasse caindo em mãos espúrias de políticos ambiciosos e corruptos.

Se conspirar era participar de reuniões em que alertávamos e comentávamos com os companheiros de outras Unidades do interior ou do próprio Rio de Janeiro – gente que comungava das mesmas idéias – sobre os perigos no caso de agravamento do quadro que estava se criando, e da possibilidade de ter que adotar uma postura contra o Governo, então, nesse caso, fui conspirador.

Mas eu reagia a participar de uma aventura. Temia transformar-me em um simples instrumento de grupos de políticos fisiológicos. Eu pensava – e ainda penso – que as Forças Armadas devem ser guardiãs das instituições e da ordem social.

Voltando ao tema da conspiração. Na ECEME, um dos elementos mais atuantes nas confabulações revolucionárias era o então Tenente-Coronel Figueiredo. O grupo no qual me incluía era liderado por ele.

Havia outros oficiais das Forças Armadas envolvidos nas confabulações. O General Oswaldo Cordeiro de Faria era um deles. Político hábil e muito experiente – tinha vivido várias situações revolucionárias – também comungava dessas articulações. Atuava tanto na área militar, com companheiros que estavam em desacordo com aquela situação, como também na área civil, com o pessoal da reserva e políticos. Aliás, ele circulava a vontade entre eles: era militar, havia sido interventor no Rio Grande do Sul e Governador de Pernambuco.

Sempre fui antigetulista, talvez até por questões de família. Para mim, Getúlio Vargas prostituiu as instituições democráticas do País ao negar, paulatinamente, todos os ideais da Revolução de 1930. Em uma comemoração do aniversário da Revolução de 31 de março de 1964, o General Antônio Bandeira determinou que eu

[1] Atualmente, no prédio se abriga o Instituto de História e Geografia Militar.

fizesse uma palestra para oficiais e sargentos sobre a data. Na ocasião, disse que as Forças Armadas redimiram-se, quando, em 1945, não permitiram que Vargas nomeasse o seu irmão Benjamim, comandante da polícia do Distrito Federal. Seria mais um ponto de apoio para eternizar o ditador na Presidência. Em todo o Brasil ele incentivava o queremismo, um movimento cujo objetivo era evitar a redemocratização do País. O movimento constitucionalista de 1932 foi uma primeira reação ao regime. Em 1934 houve o artifício da Assembléia Constituinte que instituiu, como regra, a eleição indireta e depois, em 1937, a ditadura plena com o advento do Estado Novo. Havia dois complicadores no quadro daquela época – o integralismo e o comunismo – que se constituíram em entraves para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Isso, é claro, seria tema para outra pesquisa.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis ou contribuíram para a preparação do Movimento de 1964?

Havia os grupos de militares de que já falei, ou seja, reuniões de companheiros, que se afinavam, como disse ainda há pouco, com uma postura e uma tomada de posição contra a evolução caótica dos acontecimentos.

Sabíamos que, particularmente nas classes mais organizadas, como as federações das indústrias, as associações comerciais e outras entidades, o quadro conjuntural era avaliado e analisado conforme o desenvolvimento dos acontecimentos da época. Tomavam consciência e se organizavam, incentivando e arregimentando meios para que o País não chegasse ao caos total como parecia que estava acontecendo. Havia uma entidade, o Instituto de Estudos Brasileiros de Ação Democrática (IBAD) – o General Golbery do Couto e Silva era um dos seus membros mais ativos – que fazia o acompanhamento da situação. O IBAD teve uma atuação destacada na motivação das elites em favor da Revolução na área civil. Através da publicação de opiniões, artigos e opúsculos, procurava alertar a opinião pública sobre o quadro de guerra revolucionária que estava se formando no Brasil.

Onde podemos identificar a existência das maiores resistências à implantação da Revolução?

Teoricamente, seria no Governo que através dos seus líderes esquerdistas manipulavam as bases dos partidos que o apoiavam. Alardeavam os donos do Poder que partiriam logo para a ação, tanto na área sindical, como nos outros setores que pensavam dominar. Esperava-se que houvesse uma reação dessas bases que contavam com o apoio logístico do Governo. Para o comício do dia 13, na Central do Brasil, o presidente da Petrobras, General Osvino Ferreira Alves, para-

lisou os serviços da empresa, e pagou ônibus e alimentação para que seus funcionários participassem da massa que compôs o comício. Outros setores da administração também tomaram essas providências. É como se faz quando se arregimenta gente para comício de quem quer que seja. Em Brasília pegavam até mendigo, morador embaixo de ponte, para participar destes "atos cívicos". Esperava-se então uma reação desses grupos, o que não aconteceu.

Enquanto isso, o Chefe da Casa Militar, General Argemiro de Assis Brasil, alardeava que o seu esquema militar estava a postos e pronto para agir. Os fatos mostraram que não existia o tal esquema. Apenas alguns comandos – mais por lealdade ao então Ministro Jair Dantas Ribeiro, que no momento estava doente – se posicionaram contra a Revolução. Acho que na área militar, praticamente, não havia vinculação político-ideológica com o Governo. Daí o fracasso do esquema montado pelo General Assis Brasil. Na hora, falou mais alto aos militares a preocupação com os destinos da Pátria.

Na minha turma da ECEME ocorreu alguma resistência da parte de uns poucos companheiros, principalmente por serem muito leais ao Ministro Jair com quem tinham servido. Na verdade, somente uns dois ou três colegas, já conhecidos no seio do grupo, eram esquerdistas, comunistas, socialistas ou janguistas. Isto na Escola de Estado-Maior.

O esquema militar do General Assis Brasil, aqui no Sul – os Comandantes das Divisões e de algumas Unidades eram ligados ao Governo – foi neutralizado pelos oficiais recém-chegados das Escolas que eram hostis às tentativas de comunização do País.

Atribuo a reação da oficialidade jovem contra a subversão, ao estudo da guerra revolucionária, que começou a ser ministrado na ECEME e na EsAO. O conhecimento doutrinário proporcionado pelas escolas, e até mesmo aquelas reuniões sobre as quais já falei, conseguiram formar um arcabouço intelectual adequado para proteger o militar contra a subversão.

Alguns comandantes, mesmo sabendo que ficariam isolados dos seus comandados, permaneceram fiéis ao Poder central. O General João de Deus Nunes Saraiva, da 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC) de Santiago do Boqueirão, foi um deles. Acabou sendo cassado.

No Rio, eu me lembro do General Ênio da Cunha Garcia, ex-Comandante da 2ª DC de Uruguaiana, oficial também muito comprometido com a situação. Aliás, fui comandado dele no Regimento Escola de Cavalaria e o prezo muito. Curioso é que o seu irmão, General José Horácio da Cunha Garcia, era um ativo chefe favorável à Revolução. Marcou sua passagem pela mesma 2ª DC com a doutrinação que realizou no âmbito daquela Grande Unidade.

Naturalmente, naquele quadro político que emergiu após a Legalidade, era de se presumir que o Governo colocasse pessoal de sua confiança nos comandos importantes. Mas na hora "H" o que se viu foi o esquema todo ruir. O General Luiz Tavares da Cunha Mello que comandou a Divisão que partiu na direção de Minas foi um dos poucos que conseguiram mobilizar tropas para a defesa do Governo. Mesmo assim, no primeiro confronto com as tropas do General Mourão houve a rumorosa defecção do Regimento Sampaio e de outras Unidades. No Rio, praticamente, foi só o General Cunha Mello que se definiu claramente em favor do Governo.

Aqui no Sul, o General Ladário Pereira Telles assumiu o Comando da 6ª DI e depois o do III Exército, mas não conseguiu exercê-los. Os oficiais da 6ª DI e os do III Exército não cumpriam as ordens dele contrárias à Revolução.

O senhor cumpriu algumas missões fora da Escola de Estado-Maior?

Quando ruiu a estrutura do Governo, o pessoal da ECEME foi imediatamente empregado em vários locais e setores. Eu, por exemplo, fui para o Forte Copacabana a fim de participar da defesa do quartel. A maior ameaça era o Grupo de Artilharia do Leblon que, aparentemente, continuava fiel a Jango.

O Forte Duque de Caxias também era uma incógnita. Fomos mandados para lá para reforçar a defesa e, caso necessário, assumir o controle das Unidades. O desencadeamento dessas ações ocorreu no momento em que as tropas do General Mourão desceram de Minas e as do General Cunha Mello partiram para o confronto.

Uma cena que não esqueço: quando correu a notícia de que o Jango fugira, ou viajara para o Uruguai, olhávamos do Forte e era uma festa só em Copacabana: desfile, carros, buzinaço, velas e lençóis brancos nas janelas, o povo todo na rua e foguetes por todo o Rio de Janeiro. Foi realmente um espetáculo inesquecível a homenagem às forças que haviam derrubado o Jango. Um exemplo de apoio popular impressionante que muitos insistem em esquecer.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Julgando pelo nosso ponto de vista, e de grande número de parentes e civis que não se conformavam com a situação na época, o anseio imediato, após a Revolução, era que os novos governantes, efetivamente, dessem um basta na desordem que havia no Brasil que poderia chegar a uma convulsão social grave ou, até mesmo, a uma guerra civil. Isto era o que esperávamos para o pós-imediato. A seguir, pelo que se constatava naquele momento, ter-se-ia de combater a resistência que determinados grupos ofereceriam à nova ordem, e destruir o esquema que servia de base à possível comunização do País. Em resumo, queríamos que

fosse varrida daqui a idéia da implantação de uma república sindicalista como o Governo deposto queria.

Mas esperávamos também a reordenação político-econômica do Estado, o combate à inflação – naquela época já muito grande – e o término do desabastecimento que começava a aparecer. Esses, vamos dizer, eram os principais anseios dos revolucionários.

Em 1964, houve realmente uma revolução?

Primeiro vamos esclarecer a etimologia do termo revolução. Embora usada genericamente para qualificar o Movimento de 1964 no Brasil, na verdade, naquele episódio não tivemos propriamente uma revolução em termos sociológicos, ou sob o ponto de vista do direito. Para tanto se exigiria uma mudança total imposta por uma classe, como aconteceu na Revolução Francesa.

Temos usado o termo "revolução" para qualificar os levantes de 1893, 1922, 1924, 1932 e, finalmente, 1964. Na verdade, aqueles episódios foram ações ou movimentos de ordem política ou militar, ou, ainda, tentativas de derrubada de governos. Houve revolução de verdade em 1930, um movimento amplo, com efetivas mudanças na vida brasileira. Em 1964 não aconteceu uma revolução. Mas também não foi apenas um golpe de Estado como querem os esquerdistas.

Como a atuação dos políticos e o terrorismo influenciaram na escalada da ação revolucionária? Foi a violência da esquerda que provocou o endurecimento da Revolução ou tudo não passava de uma armação dos militares para justificar a dureza da repressão no final da década de 1960 e nos anos de 1970?

Julgo que o endurecimento deve-se a duas vertentes: a política e a subversiva. Vivíamos a época da guerra fria, da bipolarização e das diretrizes de Moscou para comunizar os países do Terceiro Mundo. Naturalmente – veja bem, não me refiro à classe trabalhadora como um todo – as lideranças esquerdistas e comunistas que manipulavam os sindicatos, vendo que os novos governantes frustraram seus objetivos, que não poderiam mais conquistar o Governo em virtude do quadro que se estabeleceu com a Revolução de 1964, se insurgiram contra ela utilizando os meios disponíveis.

A partir de certo momento, uma parcela da classe política, também começou a perceber que os militares não estavam dispostos a entregar o Poder em curto prazo e iniciou o confronto. O Presidente Castello Branco editou atos institucionais, inicialmente, porque necessitava de maior Poder para colocar o País no rumo certo. Posteriormente, teve que apelar novamente para os poderes

discricionários para, com efetividade e rapidez, neutralizar lideranças políticas que contestavam a Revolução e desejavam a volta ao *status quo* anterior. Daí as cassações na área política.

A subversão começou a crescer e a articular-se ainda no Governo do Castello Branco. Então o Governo foi obrigado a endurecer o regime. Agiu em termos revolucionários; dirigindo ações contra aqueles que contestavam a Revolução. O terrorismo recrudesceu no período do Costa e Silva que, julgando o quadro geral, estabeleceu o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), para alguns um retrocesso em termos políticos, e a negação dos ideais primeiros da Revolução de 1964. A verdade é que tais medidas foram necessárias. Só uma ação com poderes quase absolutos poderia corrigir as distorções do quadro político e social vigentes. No setor ideológico, era impositivo combater o terrorismo, ou as tentativas guerrilheiras dos marxistas, que queriam – baseados na diretriz da Tricontinental de Havana (Organização Latino-Americana de Solidariedade) – estabelecer e incentivar regimes comunistas e impor a sua "revolução" a todos os países do Continente, utilizando o princípio do foquismo.

Resumindo a resposta à sua pergunta: a escalada revolucionária resultou do somatório de uma vertente de origem política que contestava o regime então vigente e, de outra, nitidamente favorável à guerra revolucionária.

Muitos defendem a tese de que o terrorismo teria começado no atentado do aeroporto do Recife, que pretendia atingir a comitiva do General Costa e Silva. Mas no livro "A Grande Mentira", escrito pelo General Rubens Del Nero, o autor situa o início uns dois anos antes. O que o senhor pensa a respeito?

Realmente, antes do atentado no aeroporto do Recife houve Caparaó[2] que, no meu modo de ver, não chegou a ser um ato terrorista. Na época, estava no Gabinete do Ministro do Exército e considerávamos aquela ação apenas uma tentativa mal planejada, e por isso mesmo frustrada, de estabelecer um foco guerrilheiro naquela área. De uma coisa tenho certeza: a escalada de violência não partiu dos militares.

Quais seriam os motivos do endurecimento do regime?

Tenho uma tese interessante – não é só minha – sobre as causas do endurecimento do regime. Sei de outros que também concordam com esta idéia. O Marechal Castello Branco sempre resistiu muito a aprovar a vigência dos atos institucionais, a usar poderes discricionários, pois era um homem de formação

---

[2] Guerrilha rural na Serra do Caparaó, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

nitidamente legalista. O próprio Costa e Silva, segundo alguns historiadores – eu nunca vi nada escrito mas li uma entrevista a respeito –, demorou bastante para concordar com a edição do AI-5.

Entendo que, além dos fatores conjunturais, havia antecedentes históricos que favoreciam o advento de um regime forte. Foram 15 anos da ditadura de Getúlio. E ele se apoiava nas Forças Armadas para exercer seu Poder quase absoluto. Daí eu dizer que, em 1945, elas se redimiram. Então, é natural que ainda houvesse na área militar, e de certa forma também na área política, os saudosos da ditadura ou dos governos com poderes absolutos. Eram aqueles com formação e tendência ditatorialista. Não eram comunistas ou esquerdistas, mas pessoas favoráveis à ditadura devido ao longo período em que o Presidente gaúcho moldou o pensamento nacional. Mas a grande massa da nossa elite política era democrática. O Vice-Presidente Pedro Aleixo, que foi impedido de assumir em 1969, era um democrata insuspeito e consagrado professor de Direito Constitucional. Foi o grande articulador da Constituição de 1967. Mas entre os companheiros do Exército havia os saudosistas, que achavam que não podíamos entregar o Governo aos civis, que ainda não estava na hora de abrir mão do Poder. Queriam que as Forças Armadas, e em particular o Exército, continuassem mandando por mais algum tempo.

É importante complementar esta minha digressão sobre a era Getúlio Vargas. Já na época do seu Governo se digladiavam na luta pela tomada do Poder os partidos integralista e comunista. Um totalitário de direita, tipo nazifascista, e o outro nitidamente de esquerda comunista. Algum dia teria que acontecer o choque entre essas duas correntes. O período do Estado Novo, como opção de Governo para o nosso País, foi deletério para várias gerações das elites brasileiras.

Admitindo de maneira absoluta que a Revolução era um movimento democrático, o Presidente Castello foi o principal responsável pela estratégia de Governo que priorizava conduzir o País a uma consolidação política. Empenhou-se em redigir e aprovar uma nova Constituição, com o grande objetivo de deixar a Nação politicamente institucionalizada. Atuava de acordo com a doutrina dos movimentos contrários às convulsões políticas: depois de uma fase de Governo forte, garantido através de leis autoritárias, ele tem que ser legitimado – se a opção for a democracia – pelo consenso popular. Lamentavelmente, pouco tempo depois, com a doença do Presidente Costa e Silva, o Vice-Presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o Poder. Por causa do quadro internacional da guerra fria, da situação interna com a crescente contestação do regime estabelecido por parte de políticos, ao invés da entrega do Governo aos civis, houve um endurecimento para que ele continuasse na mão dos militares. Por quê? Porque a elite militar tinha uma forma-

ção saudosista, ainda com resquícios do autoritarismo que, positivista, desejava mais Poder, e achava que não era oportuno passá-lo para um civil.

Eu era do Gabinete do Ministro do Exército, nessa época. Presenciei e acompanhei a elaboração da Constituição de 1967. Como outros tantos colegas, achávamos que a Carta de 1967 era adequada àquela conjuntura política que caracterizava um quadro social indefinido, o que tornava o País muito sujeito a influências espúrias. Roberto Campos disse na época, que se promulgara uma Constituição com o Executivo mais forte justamente para encarar os momentos mais difíceis das realidades internacional e nacional.

Aí, houve o primeiro erro da Revolução: não cumpriu aquilo que ela mesmo institucionalizara. Figuradamente, em termos de democracia absoluta, ela rasgou essa Constituição. Estou apenas fazendo uma digressão de ordem pessoal. Obviamente, fui e sou revolucionário. Participei da Revolução sem hesitação e integrei grupos chamados de conspiradores, movidos pela inconformidade com o quadro vigente. Então, tenho consciência da minha insuspeita ideologia democrática.

Como já referi, era oficial-de-gabinete no Ministério do Exército. O primeiro indício, e a primeira vez que fiquei um tanto desconfiado da existência de uma certa predisposição ao continuísmo, foi quando a aeronave em que viajava o Presidente Costa e Silva fez um pouso de emergência ao chegar no Rio de Janeiro – devido a uma pane no trem de pouso. Na ocasião, estava na ante-sala do Chefe do Gabinete do Ministro, aguardando para despachar, quando de repente houve um grande afluxo de generais. Eu, ali um mero Tenente-Coronel, comecei a ouvir comentários sobre o acidente:

– Imagina se de repente o Presidente morre? Temos que pensar nesta hipótese. Se houver um acidente e morre o Costa e Silva quem é que vai assumir?

– Devemos nos preparar para todas as eventualidades – concordou um dos generais.

– Na atual conjuntura, como seria a sucessão do Presidente Costa e Silva?

Antes que eu pudesse ouvir respostas dos questionamentos, os generais entraram no gabinete do Ministro.

Quem era o Ministro do Exército na época?

Era o General Aurélio de Lyra Tavares. Aquele foi o primeiro *flash* de continuísmo que me chamou a atenção. Evidenciava dificuldades para a consolidação política da Revolução dentro do modelo democrático.

Aos poucos ficava claro que havia um movimento no âmbito das Forças Armadas para que os militares continuassem no Poder, como se confirmou mais

tarde. Logo depois o Costa e Silva adoeceu e veio o impedimento do Vice-Presidente. Não vou entrar em detalhes sobre aqueles fatos; todos conhecem perfeitamente o que e como ocorreu.

Falei sobre as minhas idéias e dúvidas com o Coronel José Maria de Toledo Camargo, chefe da área de Comunicação Social do Governo. Revelei-as também ao Rubem Carlos Ludwig – o meu grande amigo Rubão, que era para mim como um irmão. Ele conhecia as minhas convicções e, depois de me ouvir, foi incisivo:

– Egêo, pare de ser Dom Quixote! Você tem que ser mais pragmático. Não adianta tomar uma atitude dessas. Eu também penso parecido com o amigo, mas temos que ser realistas: se a situação real é esta, devemos aceitar aquilo que não podemos modificar.

Retruquei:

– Talvez você esteja com a razão, mas não aceito seu conselho. Vou manifestar a minha discordância aos chefes.

Então, fui conversar com o Chefe do Centro, Coronel Fiúza, que me encaminhou – imagina a ousadia – para o Chefe do Gabinete do Ministro, General Arnaldo José Luiz Calderari. Cheguei-me a ele e, usando uma imagem de Cavalaria, expliquei-lhe o que pensava:

– Quero dizer ao senhor que considero um grande erro nosso não deixarmos o Vice-Presidente assumir. A Revolução está negando-se a si própria, rompendo com a Carta Magna que ela mesma elaborou e foi aprovada pela maioria do Congresso. A Revolução está fugindo da sua vocação principal que é a democracia.

Disse ainda o seguinte:

– Preciso dizer-lhe ainda que estou como o cavaleiro na "zona do salto" quando ele tem que parar a mão para não atrapalhar o cavalo e deixá-lo ultrapassar o obstáculo. Não vou criar caso, mas desejo deixar claro a minha discordância com o que está acontecendo. Não vou tomar nenhuma atitude ostensiva, não é do meu feitio, sou um soldado, mas, lealmente manifesto esta minha maneira de pensar.

A resposta do General foi muito simples:

– Está bem, agradeço a sua lealdade e vou transmitir a nossa conversa ao Ministro.

Muitos companheiros me disseram:

– Acabaste de queimar a tua carreira!

De qualquer forma tenho até hoje a convicção de que o veto ao Vice-Presidente Pedro Aleixo foi um erro. Considero que, em termos democráticos, a decisão foi desastrosa. Houve um fechamento do Poder o que ensejou o confronto de correntes: grupo do general "A", gente do general "B", equipe do general "C". Quando mudava o "general", mudava todo mundo. Parecia até que eram inimigos.

Isso tudo acontecia por quê? Por causa do fechamento do Poder. E aí entra aquele componente humano dos interesses, às vezes impessoais, e das convicções. Mas, muitas vezes predominava a luta oportunista pelas benesses do Poder.

Alguns afirmam que o veto ao Vice-Presidente Pedro Aleixo deveu-se ao recrudescimento das ações subversivas em todo o País.

Diziam que ele era fraco, mas contava com um respeitável suporte militar. E foi um grande articulador na área política, o homem de confiança dos militares em Minas Gerais, um dos principais políticos civis engajado no processo revolucionário. Certamente não almejava a posição em que foi colocado e muito menos vivenciar os fatos desagradáveis que depois ocorreram com ele. Aquilo foi um tanto pejorativo.

Comentavam que o General Jayme Portella de Mello – Chefe da Casa Militar – teve influência decisiva no veto ao Pedro Aleixo. O Costa e Silva o admirava muito, mas o General Portella fazia restrições à revisão feita por ele (Pedro Aleixo) ao novo projeto de Constituição. Seria este o motivo do impedimento?

Não acredito muito nestas justificativas. Para mim o General Portella atuou como um daqueles ditatorialistas sobre os quais já falei, impregnado, quem sabe, com algum obscuro laivo integralista na sua juventude. E nesse caso, obviamente, não havia regime democrático que o satisfizesse.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo? Houve truculência ou apenas respondemos à altura a violência praticada pelos subversivos e guerrilheiros?

Acho que os métodos foram os possíveis e adequados àquele momento. Todos sabem que a guerra revolucionária é uma guerra suja! Ninguém usa farda, se identifica, ou avisa o que vai fazer:

– Sou o fulano, policial do 3º Distrito e vou aí para te prender. É bom você não reagir.

Ninguém vai proceder conforme a recomendação feita pelo Senhor José Paulo Bisol[3] em uma entrevista na televisão de que o policial, ao aproximar-se do bandido, deveria avisá-lo:

– Olha, eu estou armado.

Isto é uma barbaridade! Fui Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal. Naquela época, circulava muito durante a noite dando minhas incertas no serviço. Nunca ouvi falar de ladrão, assassino ou assaltante que avisasse à sua vítima:

---

[3] Ex-Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

– Cuide-se amigo. É bom você saber que eu estou armado.

E qual o policial que pediria ao bandido:

– Por favor, alcance-me as suas mãos para que eu coloque as algemas.

Não existe isso! Extrapolando, é a mesma coisa para o terrorismo. Trata-se de uma agressão amoral e imoral, violenta, inescrupulosa, desumana, tudo isso e um pouco mais, como nós bem o sabemos. Agindo dentro deste quadro, não há como evitar a violência.

E aqui no Brasil, a repressão tinha que ser violenta mesmo. A subversão pretendia intimidar o povo, pois desejava, com o auxílio do terror, do pavor e do medo, alcançar o controle da população. Pelo menos eles tinham essa ilusão. Os exemplos são evidentes e trágicos: pulverizaram um sentinela no quartel-general do então II Exército,[4] perpetraram o atentado no aeroporto Guararapes, com mortos e feridos; assaltaram bancos; seqüestraram e mataram prisioneiros a sangue-frio. Então, não podíamos combater um inimigo como esse com uma tropa regular e usando métodos ortodoxos de fazer a guerra.

Em conseqüência, e em face destes argumentos, considero que os métodos de combate ao terrorismo foram adequados. Houve excessos? Houve! De parte a parte? Sem dúvida! Se eles tivessem vencido teriam feito diferente? Certamente fariam pior. Esta é a minha opinião.

O senhor considera que o trabalho de comunicação social desenvolvido pelos governos da Revolução para a conquista da opinião pública brasileira foi realizado a contento?

Evidentemente houve falhas, nada é perfeito. Mas a comunicação social da época divulgou todas as conquistas nas áreas industrial, energética, portuária e rodoviária e, também no setor social, de que hoje quase não se fala, onde os avanços foram muito importantes. O Presidente Castello Branco foi o primeiro Presidente que estendeu os benefícios da previdência à classe rural.

Nem Getúlio, que era um fazendeiro, homem do campo, preocupou-se em dar apoio – aposentadoria e assistência médica – ao nosso pessoal do meio rural. A implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi outra conquista importante da Revolução. Os presidentes militares foram infatigáveis na busca da eficiência administrativa. Quanto à corrupção, pode-se dizer que mesmo ela sendo inata na natureza humana, talvez por medo ou seja lá por quê, passou a acontecer em uma escala muito menor. Foi um dos problemas mais combatidos por parte das

[4] Hoje Comando Militar do Sudeste (CMSE).

autoridades da época. Inclusive um governador do Paraná acusado de corrupção foi destituído pouco depois de empossado. Os governos revolucionários dispunham de poderes especiais para adotar tal procedimento.

Acredito que, dentro do possível, a comunicação social foi adequada para o que se pretendia na época. Todos os que serviam com o Presidente Castello Branco sabiam que ele era contra a promoção pessoal. Não permitia qualquer iniciativa que pudesse parecer propaganda. É da nossa formação, nós militares não somos acostumados e nem muito afeitos à promoção desse tipo.

Houve a divulgação de várias conquistas que foram lançadas ao juízo do povo. Como os poderes do executivo eram excepcionais, inclusive com restrição à liberdade de imprensa – censura durante um bom período, a confiabilidade e a veracidade das informações ficaram de certo modo, comprometidas. A não ser aquelas informações muito evidentes.

E o “revanchismo” hoje faz questão de negar tudo. Haja vista, fazendo um parênteses, quando o próprio Presidente Fernando Henrique falou em anistia não disse que foi o General João Figueiredo quem a assinou. Referiu-se só à anistia que o Juscelino Kubitschek deu quando da revolta de Jacareacanga. E não fez referência à anistia ampla, geral e irrestrita que o Presidente Figueiredo conseguiu aprovar, vencendo forte oposição de políticos e de militares.

Resumindo: a divulgação, a comunicação social, aconteceu. Mas não foi eficaz nem eficiente como seria de desejar. E por uma questão de absoluta falta de confiabilidade, deixou de ser convincente em determinados momentos devido a censura das informações.

Houve uma grande evolução no emprego do *marketing* em todos os países do mundo por todos os governos. Nós pecamos e fomos pouco eficientes nesse aspecto.

O Brasil conseguiu convencer a opinião pública internacional sobre os ideais democráticos da Revolução? Houve pressão externa contra a opção brasileira?

Para nós que já temos uma experiência de vida no exterior – Estados Unidos e alguns países da América Latina abaixo do Equador – vimos que a opinião pública internacional do Ocidente Europeu, naturalmente dos países que eram contra a Rússia, consideraram que a Revolução de 1964 salvou o País do comunismo. Em um segundo momento, aquelas nações com o regime político mais consolidado, que hoje estão em um patamar superior de democracia – embora tenham cometido, mais do que nós, grandes pecados na sua evolução histórica – passaram a exigir que nós alcançássemos os mesmos níveis de liberalismo presentes em alguns países do primeiro mundo, o que é praticamente impossível.

Mesmo assim aconteceram manifestações de apoio ao Brasil e aos seus governos. Haja vista a opinião do Richard Nixon, na época Presidente dos Estados Unidos, quando disse – não foi muito diplomático em relação aos outros países latinos, causando grande ciumeira – que para o lado que pendesse o Brasil penderia o resto da América Latina. Quer queiram, quer não, somos gigantes. Agora, temos que ter consciência e ações à altura deste gigantismo. Na verdade, e de um modo geral, os países mais evoluídos não nos têm muito respeito. Eles nos consideram aquilo que o francês diz: *Les pays de lâ-bas* – os países lá de baixo. Isso é histórico, vem acontecendo desde o período colonial. Para os colonizadores, abaixo do Equador tudo era possível. Para isso havia índias, promiscuidade, riqueza fácil e por aí vai. Até esse erro de avaliação ser apagado vai demorar.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário foi no momento adequado?

Acho – mais uma vez uma opinião muito pessoal – que a saída da esfera do Poder foi tardia. O melhor momento para normalizar a situação foi perdido pelo General Emílio Garrastazu Médici. Para a tomada desta posição ele tinha o respaldo da autoridade e do sucesso, não apenas no setor econômico, mas do Governo como um todo. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentava um crescimento, em termos globais, dos mais altos do mundo. Havia êxito da ação governamental em todas as áreas e muito respeito à autoridade que a exercia. Perdeu-se a grande oportunidade de fazer a abertura, esquecendo-se que o próprio Presidente Médici ao assumir o Governo, afirmou no seu discurso de posse que haveria de fazer desse País uma democracia. E o que aconteceu? Progressivamente houve o fechamento do Poder, promovido por aqueles grupos a quem não interessava qualquer mudança que comprometesse seus privilégios.

Reagiam contra a abertura aqueles que desfrutavam de vantagens, facilitadas pela grande latitude atribuída ao exercício do Poder, às vezes sem freios, contenções e limites. Para defender os seus interesses se fecharam em torno do Presidente Médici, sem admitir abertura. Para se ter uma idéia, durante o Governo Figueiredo, já sem a égide do AI-5, eu, um simples General, conversando com um Secretário de Estado da Bahia, na Ilha de Itaparica, ouvi da parte dele:

– Vocês não podem abrir, não podem entregar o Poder. Vocês têm é que fechar, senão perderemos tudo o que foi conquistado.

Quanto mais se fecha, mais difícil fica para se promover uma abertura no sentido da institucionalização democrática. O Presidente Médici não teve a felicidade de fazer o que ele poderia ter feito e, lamentavelmente, é estigmatizado – há uma distorção da sua imagem – só porque teve sucesso no combate ao terrorismo.

E o que ele fez para enfrentar a subversão, seria feito por qualquer governo, mesmo democrático, como o governo dos Estados Unidos está fazendo agora, combatendo, caçando árabes para ver quem é ou não terrorista.

Repito aqui uma opinião que esposei, em 1972, na época do sesquicentenário da Independência, a um Ministro de Estado em visita social de caráter particular. Na época lhe disse:

– O melhor momento para colocar o País em normalização democrática será durante as comemorações do sesquicentenário.

Isto porque naquele momento o Presidente Médici tinha carisma suficiente para promover a abertura, sem traumas para o País. Estava no clímax de sua popularidade. Aquele cenário do Presidente da República assistindo futebol com um radiozinho ao ouvido, aquela simplicidade que lhe era peculiar ao mesmo tempo que exercia com rigor a autoridade, davam-lhe condições para comandar sem problemas o retorno à democracia plena. Ele conjugava na sua personalidade vários pontos positivos.

Bem, a verdade é que se perdeu a oportunidade de fazer a normalização do regime na hora certa. Depois, o tempo passou e a entrega do Poder acabou ficando mais difícil. Deveria ter acontecido antes.

O General Geisel, como bom saxão que era, sentiu isso. Conhecia bem os meandros palacianos e viveu a intimidade do Poder desde os primórdios da Revolução. E de acordo com sua formação germânica, formulou a famosa tese da abertura lenta, gradual e segura. Uma estratégia muito adequada para tentar a liberalização do regime. Mas os fenômenos políticos e sociais por vezes surpreendem, não acontecem como se imagina, quadro a quadro, em uma seqüência normal.

Ele passou o bastão para o General João Figueiredo que exerceu o Governo já sem o AI-5, sem os poderes discricionários, e com plena liberdade de imprensa. Mas, até hoje, a mídia e os políticos apresentam os fatos como se não tivesse existido a abertura política no Governo Figueiredo. Esquecem que foi ele que prometeu: “Eu abro ou arrebento.” Por que isso? Para quem era o “ou arrebento”? Estas palavras foram dirigidas àqueles que se opunham à abertura, àqueles que se fechavam em torno do Poder. Prometeu e cumpriu.

Vou contar um milagre sem revelar o santo. Um general que dentro do Exército não tinha maior expressão como chefe, mas que exercia um cargo importante, um dia insinuou para um grupo de oficiais:

– Temos que fazer do Fulano o próximo Presidente da República.

Para se avaliar o quanto este companheiro estava apegado ao Poder, ele determinou que os seus subordinados de Brasília firmassem domicílio eleitoral – veja só

que coisa! – fora do Distrito Federal para poder votar. Na época, ao que me consta, havia uma restrição: os brasilienses não votavam em candidato a senador, deputado e governador.

Concluindo, o Presidente Médici perdeu a grande oportunidade de ser o dono da abertura. Foi um Presidente adequado à época, mas que, apesar dos poderes excepcionais que tinha, não conseguiu realizar o seu grande desejo. O Presidente Geisel foi mais pragmático, conduziu todas as ações para entregar o País já liberalizado ao Presidente Figueiredo a quem coube decretar e executar a anistia – "lugar de brasileiro é no Brasil" – a fim de alcançar a normalidade total. Hoje, através do "revanchismo", da deformação propositada, intencional e de má-fé, procuram desfigurar, particularmente as figuras do Presidente Médici, um homem totalmente desapegado do Poder, e do João Figueiredo, que não tinha temperamento para ser ditador e nem era ditatorialista. É bom lembrar que o pai dele, o Coronel Euclides Figueiredo, foi um dos exilados pelo Getúlio Vargas e que o filho trazia essa marca da aversão ao poder ditatorial. A história fará justiça aos Presidentes Médici e Figueiredo.

Isto é um pouco fora do nosso tema, mas mostra como a nossa imagem é deformada. Muita gente não nos conhece. Aconteceu com uma acadêmica. Era comandante do Regimento Osório e estávamos fazendo o campo de pólo, aterrando e nivelando a área que hoje se pode ver quando se passa ao lado do quartel. Era um bom lugar para a prática de levantamento topográfico. Então um professor, do curso de Engenharia Civil da PUC, me procurou para ver se ele poderia usar o terreno para ensinar aos alunos o manuseio dos aparelhos e da prancheta. Eu concordei:

– Sem problema, podem vir.

Ele argumentou:

– Necessitamos trazer para as aulas o equipamento para realizar o trabalho de campo. O senhor poderia nos liberar da revista do material na entrada?

– Vamos fazer o seguinte – disse-lhe eu – vocês ficam com a chave de uma das nossas salas onde podem guardar as pranchetas, os teodolitos e o resto do material. Vou mandar providenciar uma identificação, um crachá, e então, durante o dia, poderão entrar no quartel sem problema.

Quando concluíram o curso o professor veio me agradecer:

– Estamos encerrando nosso trabalho, a cooperação do Regimento foi muito valiosa. Muito obrigado.

O professor falou ainda que os universitários, além da prática acadêmica, haviam gostado de assistir a um concurso hípico e de observar a tranqüilidade dos

homens com os cavalos nas baias e nas carrieres do quartel. Resolvi completar a festa para o grupo de estudantes:

– Para comemorar o final da tarefa, vamos fazer um almoço de confraternização. Estão todos convidados: professores, alunos e os demais que colaboraram no trabalho.

Durante o aperitivo, aproximou-se uma jovem universitária e falou:

– Coronel, quero lhe dizer que jamais imaginei que o Exército fosse uma instituição tão humana.

Com este relato dá para perceber o quanto é distorcida a imagem que fazem de nós.

Para encerrar nossa entrevista, o senhor vê luz no fundo do túnel?

Apesar da idade, sou um impenitente otimista. E o nosso País é surpreendente. Vejo, sim, luz no fim do túnel. Se formos competentes e capazes – apesar das dificuldades – acredito em um futuro brilhante para nós. O Pedro Bial, no tempo em que ele era correspondente da Rede Globo em Londres, fez uma afirmação que cabe na resposta à sua pergunta.

– Cada vez que volto ao Brasil – ele periodicamente vinha ao Brasil – fico ouvindo sempre o que o brasileiro mais gosta de fazer: falar mal do seu País.

Temos um traço cultural com um forte sentido negativista. Somos propensos a falar do trágico, e não do épico, como o fazem outras nações que exaltam os seus feitos positivos e procuram superar os acontecimentos negativos. Gostamos do caldo de cultura pessimista: nada vai dar certo...

Apesar de tudo isso vejo um futuro brilhante, particularmente, pode parecer discutível, para as novas gerações. Mesmo com o perigo do tóxico, da violência, do desemprego, disso, daquilo, e também de algumas elites políticas que hoje pontificam, pois embora algumas lideranças civis sejam muito boas, uma parte delas é de péssima qualidade. Mas é um risco que devemos enfrentar, é o ônus e a dificuldade inerente à democracia, o único regime que nos conduzirá, da melhor forma possível, à grandeza da Nação.

Os donos absolutos da verdade – os países de regime totalitário, ditatorial – acabam caindo porque não correspondem aos anseios básicos e fundamentais da pessoa humana, e não respeitam os nossos direitos inalienáveis e a nossa liberdade.

Outro dia, na antepenúltima edição da revista do Clube Militar, foi veiculado um artigo muito interessante assinado por um civil. O título parece que é "O cálice cheio!" Ele analisa uma série de itens da economia do País. Fala sobre o percentual

de vendas de eletrodomésticos e de consumos diversos e concluí que os nossos índices são invejáveis no que diz respeito à melhoria do poder aquisitivo da população.

Em um outro artigo também desse mesmo articulista, ele afirma que não é por outra razão que o capital estrangeiro está procurando o Brasil. Em nenhum país da Europa uma empresa vende tanto quanto ao se estabelecer no Brasil. Nos países do primeiro mundo a elasticidade econômica é muito pequena. Aqui a proporção dos que progressivamente sobem das classes menos privilegiadas, menos favorecidas, para a classe média, dos proletários que ingressam na classe média é bem maior do que nos países europeus. Então o que acontece? A resposta eu li em um artigo de um dos diretores-presidente do Banco Central, publicado na *Veja*. Ele revela o seguinte:

"Falamos muito da injustiça social no nosso País, mas somos a Nação com um dos melhores índices de ascensão vertical na área social."

Voltando à luz no fim do túnel: estamos vivendo um período de grande risco, particularmente pela incompetência da estrutura governamental em vários dos seus níveis. Falhamos pela tolerância excessiva, pela falta do exercício da autoridade legitimamente constituída dentro da lei, e pelo medo de exercê-la. Isso é um perigo para um País das dimensões do Brasil. Há uma lei, me parece que formulada por um francês, sobre a oscilação da estabilidade de um país. Ela vai encurtando, encurtando, até chegar o momento em que, não tendo mais o que encurtar, começa a voltar ao normal. É como o italiano diz: *o corso e o ricorso*, a maré cheia e a maré vazante; a onda que vai e que vem.

Estamos em uma situação que, em termos institucionais, surpreende como o País ainda resiste. Derrubou-se um presidente – é verdade que sem maiores problemas e senadores e deputados têm sido cassados e afastados da vida pública, talvez não no número e na qualidade que devessem ser. Mesmo assim, continuo convicto da grandeza e da vocação do nosso País para ser uma potência. Tudo depende da nossa vontade e da nossa competência. Embora preocupado com a conjuntura atual, sou um ardoroso defensor da consolidação das instituições democráticas. Devemos evitar qualquer interrupção no processo e nos empenharmos ao máximo na melhoria do quadro político e social brasileiros.

Com esta mensagem plena de otimismo do General Egêo, encerramos a nossa entrevista desta tarde. É importante para o nosso trabalho que, a par da coleta dos fatos que constituem a história da Revolução, registremos as avaliações da atual conjuntura nacional. É assunto muito estudado e divulgado pelo General Egêo, que durante anos foi Delegado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, seção do Rio Grande do Sul (ADESG-RS). Ao ilustre entrevistado nossos agradecimentos pela sua importante colaboração.

General-de-Brigada Daniel Lomando Andrade

O General Daniel nasceu em outubro de 1928 na cidade de Porto Alegre. Ingressou no Exército em 22 de fevereiro de 1945 como aluno da EsPPA (Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre).

Após cursar a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) em Resende-RJ, foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 14 de dezembro de 1951, e classificado no 9º RC (9º Regimento de Cavalaria) em São Gabriel-RS, Unidade que o vê promovido ao primeiro posto.

Em 1953 é movimentado na mesma Guarnição, indo servir no 3º RCM (3º Regimento de Cavalaria Motorizado) onde, no final daquele ano é promovido a primeiro-tenente. No ano seguinte segue para o noroeste gaúcho, classificado desta feita no 1º R Rec Mec (1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) em Santo Ângelo.

Transferido dois anos depois para o 2º R Rec Mec, sediado em Porto Alegre, no final de 1956 foi promovido a capitão.

Em 1959 retornou ao 3º RCM de São Gabriel, onde viveu intensamente o episódio da Legalidade e, posteriormente, a Revolução de 31 de Março de 1964. Afastou-se temporariamente da Unidade, em 1962, para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais). Aprovado no concurso, seguiu em 1965 para a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), galgando o posto de major durante o curso. Realizou seu estágio de Estado-Maior no Comando da 2ª DC (2ª Divisão de Cavalaria) em Uruguaiana-RS.

Graças ao seu perfil de oficial de escol, foi convidado para integrar o corpo de oficiais da AMAN em 1969. Logo após sua promoção a tenente-coronel, por merecimento, foi transferido, mediante novo convite, para a ECEME, passando a fazer parte do seleto grupo de instrutores daquela escola.

Durante mais de cinco anos serviu na área de Informações. Inicialmente na AMAN, depois, durante os anos de 1975/6 como Adjunto e Chefe da 2ª Seção do III

Exército e, finalmente, após entregar o comando, como chefe da Agência do SNI (Serviço Nacional de Informações) de Porto Alegre, até ser novamente convidado para a AMAN em 1983, agora para subcomandá-la.

Comandou o 12º R C Mec (12º Regimento de Cavalaria Mecanizado) em Porto Alegre-RS, entre os anos de 1977/79, tendo sido promovido a coronel, por merecimento, no exercício daquela função.

Em 1984 foi transferido para o EME (Estado-Maior do Exército). Promovido por escolha a General-de-Brigada em março do ano seguinte, foi nomeado Comandante da 1ª Bda C Mec (1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada), Santiago-RS. Permaneceu à frente daquela Grande Unidade até ser transferido para a reserva, a pedido, em abril de 1988.

Durante sua extensa e brilhante carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, em reconhecimento aos relevantes e meritórios serviços prestados às nossas Forças Armadas.

Após deixar o serviço ativo, dedicou-se, durante quase uma década à organização, oficialização e funcionamento da Associação Gaúcha de Equoterapia, tendo sido inclusive sido seu vice-presidente.

Entrevista realizada em 20 de março de 2002.

Seguindo o plano de entrevistas do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964, temos o prazer de ouvir o General Daniel Lomando Andrade, oficial conhecido e respeitado por suas posições firmes contra a comunização do Brasil. Com a palavra o nosso entrevistado que certamente muito terá para nos contar e, desta forma, enriquecer o nosso Projeto.

É uma satisfação colaborar nessa pesquisa histórica que reputo da maior importância, não só para o Exército, como para a própria Nação. Vivemos hoje em dia uma verdadeira "operação silêncio" sobre o que aconteceu em 1964. Quando surge algo a respeito, a "operação contra" entra em ação procurando mascarar os fatos acontecidos, distorcendo a história do que realmente ocorreu naquela época.

Quais foram as causas que resultaram no Movimento de 1964?

São todas bastante conhecidas. No entanto, não podemos abordar este assunto sem nos reportarmos a elas, classificando-as como fatores internos e externos.

Os fatores internos começaram muito antes de 1964. Já em 1961 o manual de guerrilha do *Che* Guevara era distribuído no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Nordeste foram implantadas as "Ligas Camponesas". Tudo uma repercussão ou conseqüência interna de um fator externo, a guerra fria que grassava no mundo da época. A União Soviética e todos os seus satélites – Alemanha Oriental, Checoslováquia, Cuba etc. exportavam revoluções para os países do Terceiro Mundo. Dissidentes apenas sobre os métodos a serem adotados, também a China e seus aliados buscavam a tomada do Poder e a implantação do socialismo, em escala mundial, através de movimentos revolucionários.

Essas conotações são muito importantes. Como disse o nosso historiador Décio Freitas – em artigo que escreveu há pouco tempo – apreciar um fato do passado, sem analisar a plataforma histórica da qual ele resultou, é ignorância ou má-fé. O que vemos no Brasil hoje é a existência de alguns ignorantes, mas a maioria normalmente age de má-fé, tanto que eles situam o Movimento de 1964 como um golpe militar.

Não se cogita sobre o que aconteceu antes e durante aquele episódio. Eu recomendaria a essas pessoas que procurassem os jornais e as revistas da época para ver o que era o Brasil naquela conjuntura, quando eclodiu o Movimento revolucionário. A anarquia, a inversão da hierarquia, os generais e os almirantes do povo sendo carregados nos braços pelas ruas no Rio de Janeiro, incentivando insubordinações e uma série de outros fatos fartamente documentados, mas que parte da nossa mídia ou não os conhece, ou oculta ou, o que é ainda pior, distorce.

Resumindo, os antecedentes são esses. Houve uma tentativa de implantação – sem dúvida, a segunda – de um regime marxista-leninista no Brasil. A primei-

ra deu-se em 1935 com a Intentona, quando o Prestes, erradamente, como sempre fez na vida, avaliou que o País estava maduro para tornar-se socialista. Tivemos então aquele vergonhoso e triste episódio no quartel do 3º RI, na Praia Vermelha, onde o Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro) liderou os amotinados na matança dos próprios companheiros, e o pior, enquanto dormiam.

Esses são os fatores que – no meu ponto de vista – contribuíram para aquela situação calamitosa que se criou no Brasil. É bom lembrar que o Brasil não é Cuba nem São Domingos, sem nenhum desdouro aos povos desses países. O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Temos tudo de que precisamos para sermos um país desenvolvido. Apenas não encontramos ainda um caminho que conduza o povo brasileiro àquela qualidade de vida que todos desejamos. Se naquela época o Brasil caísse na órbita do império soviético, provavelmente enfrentaríamos aqui uma das mais sangrentas revoluções do mundo. Evidentemente, o bloco ocidental não aceitaria o fato do Brasil transformar-se em uma nova Cuba. Na minha opinião, estas foram as causas do Movimento de 1964.

O senhor acredita que houve um preparo prévio do Movimento revolucionário ou sua eclosão deu-se espontaneamente?

Penso que antecipou-se a sua organização desde a renúncia de Jânio Quadros. João Goulart assumiu o Governo e teve início a descaracterização do princípio de autoridade, principalmente nas Forças Armadas. Eu era Capitão à época e, como outros, já pensava assim. Todos nós aceitávamos que o senhor João Goulart devesse terminar seu mandato. Ninguém queria derrubar o Presidente. A Revolução de 1964 não resultou de uma reunião de meia dúzia de generais que resolveram dar um golpe. É uma mentira que nos apresentam hoje como fato histórico, distorção da realidade. A preparação iniciou-se nas Forças Armadas através de uma crescente resistência àquelas ações que vinham se desencadeando e que conduziam a Nação para um regime ditatorial da esquerda. Muitos elementos da esquerda radical, marxista-leninista – não da esquerda democrática, a social-democracia – ainda sentem saudades daqueles tempos em que estiveram prestes a assumir o Poder.

Portanto, podemos dizer que houve uma preparação. Mas não há dúvida de que o desencadeamento foi de surpresa. Os acontecimentos se precipitaram de tal maneira que não houve como impedir a reação decidida contra o Governo Goulart. Se não acontecesse a Revolução, possivelmente teria ocorrido uma divisão e uma sangrenta guerra civil no Brasil. Julgo que foi montado um esquema para nos contrapormos à comunização do País. O desencadeamento da ação militar foi tão

rápido e de surpresa, que sugeriu uma preparação cuidadosa. Havia uma idéia de que teríamos que combater de dois a quatro meses até que se consolidasse a queda do governo. E isso não aconteceu. O dispositivo político, sindical e militar do presidente João Goulart caiu em vinte e quatro horas e surpreendeu os revolucionários. Em conseqüência também não houve uma preparação para o futuro governo, o que fazer no caso da ocupação do Poder.

No preparo do movimento o senhor admite que houve conspiração?

Olha, o termo conspiração parece um pouco forte. Mas se a palavra é adequada ao assunto, então houve conspiração, com chefes e segmentos – inclusive do mundo civil – que se uniram e prepararam para a tomada do Poder.

Acredito que as nossas Escolas também tiveram um papel importante no estudo sobre guerra revolucionária. Não seria o ensino nesta área uma forma de conspiração?

Eu diria que houve uma preparação intelectual, uma novidade. Tratava-se de destinar mais informações à oficialidade sobre o que estava realmente acontecendo. De um modo geral estávamos voltados para a nossa atividade diária – falo do tenente, do capitão, enfim do pessoal que estava na tropa muito imbuído do juramento de cumprir a Constituição a qualquer preço – e não nos preocupávamos com os problemas políticos, o que, em parte, era muito bom. Acontece que a Nação estava em perigo iminente e real.

Cursei a EsAO em 1962, ano em que a subversão expandiu-se barbaramente. Lembro que aproveitei um dia de folga para passear em Petrópolis. Acabei presenciando o rescaldo de um congresso da UNE[1], a maior baderna que já vira na minha vida, com vivas à *troupe* comunista e aquela onda esquerdizante toda. O motivo principal dos motes era a exaltação de Fidel Castro, *Che* Guevara e Mao Tsé-tung. Então, no meu entender houve uma preparação não ostensiva. Foi feito um estudo detalhado dos métodos utilizados pela guerra revolucionária para a tomada do Poder e isso conscientizou grande parte da oficialidade do Exército sobre as ameaças ao País.

Vários grupos e instituições de estudos civis e militares conscientes de que a situação político-econômica do País não podia evoluir daquela maneira, contribuíram para a preparação da Revolução. Também a Igreja participou ativamente e foi à luta contra a baderna, coisa que ninguém fala hoje. Um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo participando daquelas marchas, postou-se claramente con-

[1] União Nacional de Estudantes.

tra o Governo, pedindo democracia. E a euforia que tomou conta de todo o Brasil no dia em que o Governo caiu? Tudo está documentado em filmes, televisão, fotografias, revistas e jornais da época.

Guardados.

Estão guardados no esquecimento, em uma verdadeira operação abafa, como se diz.

No seu ponto de vista onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Houve resistência para o retorno à democracia naquelas áreas que estavam mais politizadas pela esquerda, mais trabalhadas pelos comunistas, como o setor estudantil, o sindical e alguns grupos das Forças Armadas. O caso da Marinha foi emblemático. O Almirante Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais, carregado pelos marinheiros é um exemplo de insurreição. Os marinheiros que tinham se revoltado foram anistiados e ocuparam as ruas carregando o almirante nos ombros. Para completar, o Presidente nomeou Ministro da Marinha um militar que tinha sido militante de carteirinha do PCB[2]. Além do mais devia ser mais velho do que eu hoje e estava completamente por fora da conjuntura. Por aí vê-se que a coisa era para valer mesmo.

Eu estava em São Gabriel desde que fora declarado Aspirante-a-Oficial. Na época era Capitão Comandante de Esquadrão do 3º Regimento de Cavalaria Motorizado, uma Unidade atípica. Quando a cavalaria começou a ser mecanizada no Exército, procuramos copiar algumas coisas dos exércitos americano e alemão. Os *Panzers* alemães tinham uma outra tropa de infantaria – cujo nome não me ocorre agora – mas pertencente aos blindados, que fazia o acompanhamento. As GU *Panzers* rompiam as defesas inimigas e a ocupação do terreno era missão dessas Unidades. No Exército Brasileiro, as Divisões de Cavalaria tinham o Regimento de Reconhecimento Mecanizado da Grande Unidade (R Rec Mec), os Regimentos de Carros de Combate (RCC), e o Regimento de Cavalaria Motorizado (RCM), destinado a acompanhar o R Rec Mec ou os RCC, e responsável pela ocupação do objetivo conquistado. Isso era o que previa a doutrina. Para nós cavalarianos, o RCM era uma tropa de cavalaria e como tal devia ser leve e aligeirada, embora destinada a cumprir um papel típico de infantaria. Mas não tinha o efetivo adequado nem as viaturas e os meios necessários para cumprir a missão. Era uma Unidade esdrúxula, um batalhão de infantaria muito fraco e acabou sendo extinto quando houve a reformulação da nossa organização. A cavalaria passou a ser realmente mecaniza-

[2] Partido Comunista Brasileiro.

da, motorizada e blindada. Os RCMs foram extintos e agora, nas Brigadas de Cavalaria, temos os RC Mec e os RCB[3]. A missão de ocupação dos objetivos conquistados é realizada pela infantaria.

O Coronel Henrique (Henrique Borges do Canto Herzer), um bajeense, comandava essa Unidade esdrúxula e a Guarnição de São Gabriel. Como quase todos os comandantes das Unidades de fronteira daquela época, não tinha curso de Estado-Maior, mas era um homem extremamente correto e competente profissional. O pessoal tinha muito respeito e muita admiração por ele. Soube conduzir o Regimento e a Guarnição com habilidade e praticamente não tivemos nenhum problema.

Comandava o 9º o Coronel Sabino (Sabino Cotegipe da Cunha) que tinha vindo de São Borja e, diziam, era ligado ao pessoal do Jango. Estávamos em dúvida quanto à posição que o Coronel Sabino assumiria, mas aderiu prontamente à revolução.

Isto tudo ocorreu em 1964. O que aconteceu em 1961 na guarnição de São Gabriel? O senhor já servia no 3º RCM?

Sim. Em 1961 servia no 3º RCM. Em 1962 fiz a EsAO. Concluído o curso, voltei para o Regimento de onde só saí quando fui para a Escola de Estado-Maior. Vou falar um pouco sobre a renúncia do Jânio em 1961.

Em 1961 não tínhamos comandante efetivo. O comandante nomeado chegou depois, era o Gashipo (Gashipo Chagas Pereira), participante da Intentona Comunista. Respondia pelo comando do Regimento o Major Layr (Layr Contino Nuñes) que mora em São Gabriel até hoje. Na época quase houve problema devido à demora de uma solução para a posse do Jango. O Regimento estava dividido. Mas não chegou a haver confronto; apenas um ambiente de tensão e muito mais ameaçador do que em 1964. Ficou bem mais caracterizada a cisão que só não se agravou pela solução conciliatória do parlamentarismo. Quem servia aqui naquela época lembra até de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que sobrevoou São Gabriel soltando panfletos com mensagens dos ministros militares que não queriam a posse do Jango. Aquilo causou um reboliço tremendo na cidade e nas Unidades. A tensão era muito grande e não sabíamos qual seria o caminho a tomar. Nós, militares, ficamos naquele drama da opção: cumpre-se ou não a constituição. Felizmente não se chegou ao confronto armado. Aprovado o parlamentarismo, a situação serenou. Ficamos em prontidão, conversando muito, e no máximo, discutindo. O ambiente estava carregado mas não chegou a haver nenhum problema mais grave. A tensão em 1964 foi menor porque a situação já estava deteriorada e

[3] Regimento de Cavalaria Blindado.

a opinião pública mobilizou-se contra a tentativa de comunizar o país. Os quadros – oficiais e sargentos – mostravam-se mais bem preparados para enfrentar a subversão. Conheciam bem as ameaças da guerra revolucionária e as Unidades estavam mais unidas.

No que se refere aos sargentos vou contar um episódio pessoal só para traduzir o tipo de angústia por que passamos.

Eu era comandante de esquadrão e dispunha de dois tenentes e dez ou doze sargentos subordinados. Havia inclusive sargento em função de oficial, comandando pelotão. Estávamos reunidos no PC[4] do Esquadrão quando ouvimos o Brizola gritar pelo rádio:

– Sargentos, tomem as armas desses gorilas.

Todos ficamos aterrorizados, mas acabou predominando entre nós o bom senso e algo que traduziu, no meu ponto de vista, aquele sentimento do qual nos gabamos muito no Exército: a união com os subordinados. Pode haver casos individuais de oficiais arbitrários, maus comandantes, mas são exceções. Situação muito diferente acontecia no exército argentino.

Servi em Uruguaiana no Estado-Maior[5] da Divisão. Seguidamente os oficiais do exército argentino nos convidavam para suas festas. Íamos e mandávamos nossos motoristas de volta porque não serviam comida para eles no quartel. Quando comparecíamos às competições hípicas, não havia previsão de comida para os ordenanças, eles tinham que levar ração fria. É lógico que em um ambiente desses os graduados tenham uma raiva represada em relações aos oficiais. Em 1968 nos convidaram para uma festa, era um aniversário ou uma data especial, não lembro bem. Eu era o E4 da DC e fui o último a chegar com o comboio das viaturas que conduzia, inclusive, vários generais de Grandes Unidades brasileiras. Quando chegamos no local, os oficiais desceram, chamei o motorista e determinei que retornasse o comboio para Uruguaiana. O coronel comandante argentino me perguntou:

– Que hay?, que hay?

Disse-lhe:

– Estou mandando os motoristas retornarem para almoçar. Depois eles voltam.

O coronel não permitiu. Penso ter sido aquela a primeira vez que os motoristas brasileiros almoçaram em uma Unidade do exército argentino.

---

[4] Posto de Comando.

[5] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Relatei este fato só para mostrar as diferenças entre os militares de dois países vizinhos e também para avaliar o constrangimento dos sargentos e oficiais no meu gabinete ouvindo juntos o discurso do político agitador. Não suporto o Brizola.

Quando aconteceu esse pronunciamento do Brizola, que ficou famoso pela sua violência?

Ele cometeu essa agressão verbal em um comício, na frente da prefeitura aqui de Porto Alegre, no dia 1º ou 2 de abril de 1964.

Só para encerrar o relato dos fatos que ocorreram na minha Unidade, quero registrar os momentos de tensão provocados pela falta de ligação com o nosso comando superior imediato – a DC, cujo QG era em Bagé, onde o ambiente estava tumultuado. Um tenente e alguns sargentos do Esquadrão de Comando ocuparam o QG e houve uma enorme confusão, com graduados e oficiais presos pelos adeptos do Jango e até ameaças mais graves.

Nesse ínterim o General Ladário (Ladário Pereira Telles) assumiu o comando do III Exército, em Porto Alegre. O General Garrastazu (Hugo Garrastazu) passou um rádio[6] – não havia telex nem celular, na época – para São Paulo dizendo que colocava as Unidades da 3ª DC, inclusive as da Guarnição de São Gabriel, solidárias e subordinadas ao II Exército[7], cujo Comandante, General Kruel (Amaury Kruel), já tinha se manifestado a favor da Revolução. Então o Regimento e a Guarnição de São Gabriel ficaram sob as ordens do Comandante do II Exército (São Paulo), tudo isto porque o I Exército (Rio de Janeiro) estava se deslocando para enfrentar as tropas revolucionárias. Felizmente, em Resende, terminou esse enfrentamento sem maiores conseqüências, graças ao bom senso e espírito patriótico dos comandantes das forças envolvidas.

Em 1961 alguma Unidade de São Gabriel saiu em direção ao Norte durante a mobilização da Legalidade?

Não, mas em 1964, quando o Ladário assumiu o comando, o Regimento recebeu ordem para deslocar-se até Porto Alegre.

A ordem partiu de Santa Maria?

Não sei dizer quem a retransmitiu para nós. Só sei que foi uma ordem do General Ladário – nomeado Comandante do III Exército pelo Jango – para deslocar o 3º RCM até Porto Alegre, a fim de reforçar a Guarnição no seu esforço contra a Revolução. E meia hora depois encostou na estação ferroviária, vinda não sei de

---

[6] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

[7] Atual Comando Militar do Sudeste (CMSE).

onde, uma locomotiva com um sem-número de pranchas. Pelo visto a VFRGS já estava adrede preparada para nos transportar para Porto Alegre. Mas o Coronel Henrique determinou o não cumprimento daquela ordem emanada do III Exército. Permanecemos com todas as viaturas enfileiradas, municiadas e abastecidas. E todo o pessoal equipado e armado. Dormíamos com as armas ao lado. Nas primeiras horas tudo foi muito confuso, mas rapidamente – vinte e quatro ou quarenta e oito horas, no máximo – a situação evoluiu. O General Mourão saiu de Minas no dia trinta e um à tarde e no dia primeiro a situação já estava praticamente decidida.

Como a população reagiu à vitória da Revolução?

Nos primeiros tempos a Revolução foi recebida com euforia pela população. Aqui no Rio Grande – nós que somos gaúchos o sabemos –ou se é colorado ou gremista; ou PT ou contra o PT; então só havia pessoas a favor e contra o movimento. Mas a maioria da população apoiou a derrubada do Governo do Jango Goulart. O rádio, desta vez, aderiu aos revoltosos. Em pouquíssimo tempo a situação estava praticamente normalizada. Não houve ato de revolta da população, resistência, não houve nada.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Em síntese desejávamos acabar com o clima de desordem, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento econômico.

Uma aspiração muito forte entre os militares era uma solução para nossos problemas de vencimento que, como sempre, estavam muito abaixo da expectativa. Eu era capitão naquela época, e como comandante de um esquadrão, sentia o problema do meu pessoal.

O salário de um maquinista da Viação Férrea era o dobro do vencimento de um capitão. Não quero com isto menosprezar aquele ou qualquer outro profissional. É muito difícil você estabelecer parâmetros e comparar salários. Por exemplo: qual é o pagamento justo para um médico que salva a vida de um parente em uma mesa de operação? e para uma enfermeira que passa a noite inteira cuidando de uma pessoa idosa? Não há medida de valor para tais serviços. É necessário um padrão na remuneração que recompense a vida pregressa do cidadão e o tipo de profissão que ele exerce. Eu não estou comparando um oficial do Exército com um ferroviário e nem posso fazê-lo. Eu só argumento que, se a formação militar exige um curso em nível universitário que consome a nossa mocidade, pois ficamos isolados dentro das escolas, se somos transferidos a cada dois ou três anos, se pagamos os nossos uniformes, se não temos adicional noturno e nem gratificação de peri-

culosidade – e não é o caso de termos estas vantagens porque senão passaríamos a ser mercenários – então devemos ter também uma compensação.

Pois bem, dois meses depois da posse, o Presidente Castello Branco reajustou os nossos vencimentos, o que acabou repercutindo: “Vocês fizeram uma Revolução para ganhar mais um pouco no fim do mês.” Essa era a crítica em tom de chacota que os adversários da Revolução nos faziam. A verdade é que se não houvesse melhoria nos nossos vencimentos não sei o que aconteceria. Ninguém agüentava mais aquela penúria.

O senhor considera que a atuação dos políticos e do terrorismo foram a causa da escalada revolucionária e da edição dos Atos Institucionais?

A Revolução foi feita para restabelecer a democracia no Brasil, o que de fato aconteceu. Embora na minha opinião ela, a democracia, esteja capenga porque, enquanto não tivermos justiça eficaz e oportuna, não haverá democracia nem liberdade. Ocorre que tanto o interesse próprio como a ideologia dos políticos e também a ignorância da grande massa mascaram o processo revolucionário que está em curso hoje no Brasil. Algo semelhante ao que ocorria em 1964. Quer dizer, a Revolução se propôs a garantir a democracia e não conseguiu. O Médici assumiu dizendo que entregaria o Governo com o País democraticamente normalizado. Na realidade, o que aconteceu? Mal comparando, hoje ocorre o mesmo entre Palestina e Israel. Os dirigentes querem se acertar mas as facções extremamente radicais não permitem e agem por conta própria porque a paz não interessa para eles. Os árabes fanáticos querem destruir o Estado de Israel, e vice-versa, os judeus ortodoxos buscam o extermínio dos palestinos. Toda vez que se iniciam as negociações de paz, surge um homem-bomba que mata muito civil inocente e se mata. O que é isso? É o radicalismo, exatamente o que aconteceu conosco.

Inconformadas com a Revolução vitoriosa e sob orientação externa – a guerra fria estava no auge com as organizações comunistas, marxistas-leninistas, enfim todas as esquerdas, convergindo para o mesmo fim, para o mesmo objetivo – o pessoal era mandado para Cuba, Checoslováquia, Alemanha Oriental e até para a China fazer treinamento. Aliás, tanto o livro do General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) – “A grande mentira” – como o do próprio Jacob Goerender – “Combate nas trevas” – contam muito bem tudo o que foi feito em termos de subversão, quem veio de Cuba, da Europa Oriental ou da China. Essa gente, de uma maneira sutil, infiltrou-se no meio intelectual, artístico e na imprensa e iniciou o enfrentamento ao governo revolucionário. A eclosão da luta armada foi um problema gravíssimo para o Brasil. Se apenas os Estados – com as suas frágeis polícias – tivessem recebido

a missão de combater a subversão, provavelmente teríamos sucumbido ao regime socialista ou comunista que eles queriam.

O título do livro do Del Nero, “A grande mentira”, refere-se ao embuste da tal luta das esquerdas pela democracia. Ninguém lutou pela democracia e sim para implantar a ditadura comunista. Todos os documentos apreendidos nas organizações subversivas indicam que as reuniões, os plenários, os congressos e todos os relatórios, pregavam a implantação de um estado marxista-leninista no Brasil. O objetivo não era derrubar um governo autoritário e implantar a democracia. Eles desejavam a ditadura do partido único. Essa ameaça levou o governo a endurecer e fechar o regime.

Era preciso adotar medidas para controlar a situação que estava levando o Brasil ao caos. O Presidente Médici, já morto, até hoje paga o preço de sua visão patriótica, pois foi o homem que teve a coragem de enfrentar a ameaça comunizante lançando mão das Forças Armadas para enfrentá-la. Os atos institucionais e suas conseqüências, como a própria duração da Revolução, tudo foi conseqüência da luta armada empreendida sob a direção das organizações de esquerda. É um assunto muito complexo e extenso e não há como esgotá-lo nesta entrevista. Os livros estão aí para quem quiser conferir. E não só os que nos são favoráveis. Os deles mesmos: o do Jacob Goerender; o da mulher do Prestes – que escreveu sobre o marido; da Zélia Gatai – a mulher do Jorge Amado – que descreve as viagens com ele por toda a Europa, para cá e para lá, nos melhores hotéis e restaurantes, fazendo proselitismo contra o Brasil.

Considero que a longa duração – realmente foi muito longa a nossa permanência na tutela do Poder – se deveu a esse fato. E o Brasil não teve até hoje uma guerra civil sangrenta e destruidora, graças a esse tipo de atuação das nossas Forças Armadas. O Presidente Médici acabou vítima da sua coragem ao adotar medidas imprescindíveis para conter a reação das esquerdas. Agora, depois de morto, estão até tirando o nome dele de um estádio em Bagé, sua terra natal. Sinal dos tempos. A escalada das medidas de repressão à luta armada foi crescendo à medida que crescia a agressão da subversão e, para enfrentar a ação do terrorismo foram implementados o comando antiterrorismo unificado e a centralização e o controle das informações.

Qual a sua opinião sobre os governos militares da Revolução?

Há um ditado que diz: toda revolução tem cinco por cento de idealistas e noventa e cinco por cento de oportunistas.

A Revolução de 1964 não fugiu à regra. Houve oportunismo de alguns setores, minoritários é verdade, dentro das Forças Armadas. Já entre os políticos

esse cancro assumiu proporções gigantescas. Até o Presidente Castello Branco, eleito pelo Congresso, na crista de uma revolução vitoriosa, foi obrigado a aceitar como Vice-Presidente o José Maria Alkmin, não que ele fosse de esquerda, mas era do PSD – uma corrente política coligada ao grupo governista derrotado em março de 1964. Veja a capacidade de flutuação que os políticos brasileiros demonstram em qualquer situação. Para poder governar ele teve que aceitar um vice-presidente da corrente mais fisiológica da política brasileira.

Voltando aos governos militares. Na minha opinião o Presidente Castello Branco foi outro injustiçado. Não só eu penso assim. Também vários articulistas e cientistas políticos o consideram um estadista, mercê de sua estratégica política voltada para o futuro do País. Mas, como sempre, políticos inconformados com a perda de uma série de privilégios e vantagens que usufruiam, começaram a sabotar o Governo desde o Castello Branco passando pelo Costa e Silva, Médici e Geisel.

Mesmo assim, os governos militares, graças ao clima de segurança que asseguraram, possibilitaram um período de grande desenvolvimento para o País – o milagre brasileiro.

Qual a sua opinião sobre os métodos utilizados para garantir a segurança interna no País?

Foram os mais adequados pois venceram o terrorismo, apesar de todo o apoio externo que eles recebiam. E esse é o ponto fundamental da campanha que até hoje as esquerdas fazem contra as Forças Armadas. Essa derrota militar, melhor dizendo, cívico-militar – pois a população ajudou também a derrotar o terrorismo – é a causa de tanta campanha contra nós. Em São Paulo, as pessoas informavam quando aparecia um estranho e alugava um apartamento em um prédio. A repressão ia conferir e era um aparelho terrorista. Até na Bolívia os camponeses denunciaram onde estava o *Che* Guevara. Sem o apoio da população, o terrorista, o revolucionário de esquerda, é como peixe fora da água. E o brasileiro não o apoiou, ao contrário, colaborou na luta contra a subversão em todo o Brasil. Esse "revanchismo", o ponto crucial das agressões que sofremos desde o advento da nova república, é fruto da vitória da Revolução sobre o terrorismo. Até hoje a Inglaterra, a Espanha, e mesmo Israel não conseguiram acabar com a subversão. A nossa vizinha Colômbia cada vez mais está às voltas com a guerrilha urbana e rural. O Brasil foi o único País que venceu o terrorismo. E a esquerda não aceitou a fragorosa derrota sofrida em março de 1964, para a ação conjunta das Forças Armadas e do povo. Daí esse "revanchismo" explícito a toda hora contra nós.

Em resumo: o povo brasileiro e as Forças Armadas ganharam a guerra contra o terrorismo mas infelizmente o Governo perdeu a guerra da conquista da

opinião pública. Não soube informar corretamente a população sobre o que ocorria, a fim de conscientizá-la de que aquilo teria que ser feito mesmo. Se você sabe que um seu vizinho veio de Cuba, está armado, e se propõe a fazer uma revolução, a matar, a assaltar, então você tem consciência de que a ação contra este vizinho terrorista será para o bem da coletividade. Nós mesmos, do Exército, só fomos saber da existência da guerrilha em Xambioá dois anos após o seu início. Também fracassamos na divulgação de realizações importantes como saneamento político-administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento do Brasil à posição de oitava economia do mundo.

Em 1968 houve a implantação da reforma administrativa, comandada pelo Hélio Beltrão. Lembro bem do que foi feito naquela ocasião e hoje quando ouço falar em Orçamento Participativo me dá um nó na garganta. Eu era E4 da 2ª DC, em Uruguaiana e fui encarregado de difundir nas nossas Unidades o emprego das fichas destinadas à previsão do orçamento para o ano seguinte. A ficha dezoito era para os gastos com a vida vegetativa da Unidade (água, luz, telefone etc.) e a dezenove para a previsão de investimentos: uma Unidade precisava de uma cozinha melhor, outra desejava construir uma piscina, uma terceira necessitava de um hotel de trânsito na Guarnição. Aqueles dados iam para o escalão superior, que fazia a análise comparativa entre as necessidades das OM[8]. A Unidade "A" quer uma piscina mas a "B" está sem cozinha; qual a prioridade? A cozinha, é lógico. Esse planejamento seguia para a decisão em Brasília. Depois de aprovado, o crédito era liberado trimestralmente e o dinheiro estava disponível no banco de acordo com o cronograma de desembolso.

Como foi a receptividade da Revolução pela opinião pública internacional?

Esse é outro capítulo que se insere junto àquele da perda da guerra depois de ganha. Os exilados e outros simpatizantes da esquerda se encarregaram de desacreditar a Revolução no exterior. Diz-se que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi exilado no Chile. É mentira, ele nunca foi exilado. Em uma entrevista à *Veja*, a mulher dele, dona Ruth, perguntada sobre o exílio, respondeu:

– Nunca estivemos no exílio. Sempre entramos e saímos do Brasil com passaporte brasileiro.

Ela foi honesta, mas os exilados, como Miguel Arraes e alguns outros, junto com dom Hélder Câmara – que também não era exilado – iam para a Europa com a

---

[8] Organização Militar.

ajuda do poder da mídia internacional e orquestravam tudo o que, para eles, havia de ruim no Brasil. A imprensa extrapolava: estão matando os índios, incendiando a floresta amazônica, não respeitam os Direitos Humanos. Houve uma campanha internacional – muito bem descrita no livro do Del Nero – com a criação de organizações na França, Inglaterra, e em outros países, para difundir inverdades e falar mal do Brasil. E a opinião pública internacional era atiçada pela esquerda mundial que não nos perdoava pela derrota do marxismo na América do Sul.

Como o senhor viu o desengajamento das Forças Armadas do Poder?

Segundo alguns estudiosos e analistas políticos o desengajamento deveria ter sido feito logo após o Governo do Castello Branco. Ele colocou a casa em ordem e diziam que ele deveria tê-la entregue para um civil. Aí houve a reação da linha-dura com o Costa e Silva, um injustiçado pela crítica e para mim um homem público muito bom. Durante seu Governo, ele sofreu aquele problema de saúde e morreu. Seguiu-se-lhe o Médici, prometendo a abertura que não pôde fazer por causa da luta armada. Depois veio o Presidente Geisel e, finalmente, tivemos a abertura política com o Presidente Figueiredo que assumiu dizendo que iria completá-la de qualquer maneira. A sua implementação não foi como o previsto pelo seu antecessor, que desejava uma abertura lenta, gradual e segura. O que aconteceu conhecemos muito bem; a esquerda entrou a todo o vapor; campanha das diretas e todo mundo anistiado. Voltaram com aquela história que já abordamos, com a grande mentira de que estavam lutando pela democracia.

Em resumo, penso que o desengajamento foi o melhor diante das circunstâncias do momento. A falta de condições políticas e a pressão da opinião pública determinaram o fim do ciclo revolucionário, esgotado por si mesmo e pela furiosa pressão dos seus adversários.

Nesse processo de desengajamento abriram-se algumas feridas e foram machucados alguns revolucionários, principalmente do Exército. Camaradas que trabalharam, se empenharam e se sacrificaram pelos ideais de 1964. Cito como exemplo a preterição, que considerei extremamente injusta, do General Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz), um homem inteligente e duro, um assessor que realizou tudo o que o Figueiredo quis dele, e quando chegou a hora da sua promoção a general-de-exército...

A promoção a general é uma escolha do Presidente dentro de uma lista feita pelo Alto Comando do Exército. Aliás, a Revolução também moralizou esta sistemática. Antigamente era escolha pessoal do Presidente da República, e um coronel com três anos de posto estava habilitado a ser promovido, desde que

tivesse o Curso do Estado-Maior. Então havia caronas inomináveis. O ungido ultrapassava quatro, cinco turmas de formação. O Getúlio, por exemplo, promoveu o Cordeiro de Faria (Oswaldo Cordeiro de Faria) a general com quarenta anos de idade; ficou vinte anos no posto. Com a nova lei limitou-se o universo das promoções de modo que as caronas não fossem escandalosas. Passou-se a organizar um Quadro de Acesso, válido para cada data de promoção, composto por coronéis dentro da mesma faixa de formação – uma ou duas turmas no máximo. Após uma criteriosa análise feita pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) os concorrentes são avaliados pelo Alto Comando que indica cinco nomes para a primeira vaga e três para cada subseqüente. Então se há dez vagas sobe à apreciação do Chefe da Nação uma lista de trinta e dois nomes. E o Presidente escolhe quem ele quiser daquela lista. Os presidentes militares vinham obedecendo as listas elaboradas pelo Alto Comando do Exército. Se havia cinco vagas, promovia os cinco primeiros listados, quando muito um ou outro lá do meio.

O Newton Cruz estava no quadro de acesso e tinha condições de concorrer. Não seria o primeiro da lista mas o nome dele deveria estar lá. O que fez o Alto Comando? Encaminhou a lista destinada ao Tancredo Neves e que acabou sendo apreciada pelo Sarney, sem o nome do Newton Cruz. Não analiso as razões, que devem ter sido muito ponderáveis, comento as conseqüências. O nome dele deveria estar na lista e deixar o desgaste da preterição por conta dos políticos. Então o Exército assumiu o desgaste do veto que seria de um político. Nem o Tancredo nem o Sarney promoveria o Newton Cruz. Houve uma falha desnecessária que resultou em um castigo que ele não merecia. Ele foi Chefe da Agência Central do SNI (Serviço Nacional de Informações), era um homem controvertido por algumas ações, mas um militar correto, honesto e nunca ouvi falar nada que desmerecesse a sua vida profissional. Não há dúvida de que era uma pessoa de atitudes abertas e corajosas, o que custou-lhe tentativas de ridicularizá-lo.

O desengajamento abriu essas feridas no Exército que, felizmente, parecem estar cicatrizadas. Houve também os casos do Coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra), do Avólio (Armando Avolio Filho), e muitos outros como o Andrade Neves (José Eurico de Andrade Neves Pinto) que tirou o nome do Lamarca de uma placa de formatura do Colégio Militar de Porto Alegre. Ficou marcado pela mídia esquerdista que, na primeira chance, acusou-o – uma terrível injustiça – de nazista. Em suma, o nosso desengajamento foi o melhor possível para as circunstâncias do momento. Não havia mais como manter aquela situação, porque a opinião pública realmente já estava orientada para outro caminho. E o Exército nunca foi contra a opinião pública. Assim se desengajou do Poder e entregou-o para os civis.

Se isto foi conveniente e no momento adequado eu não sei. O Presidente era o Tancredo; que morreu antes da posse, o Sarney assumiu e governou com um ministério que não era o dele. Aí começaram os imprevistos e os desacertos.

O senhor tem algo a acrescentar sobre o "revanchismo"?

Antes não citei o caso do General Fayad (Ricardo Agnese Fayad) porque me parece um exemplo do "revanchismo" vingativo. Era tenente médico na década de 1960, sem qualquer influência decisiva nos acontecimentos. Passados trinta anos, vê-se perseguido por colegas marxistas. Ele e a família sofreram tudo em nome de um "revanchismo" que para mim é o galardão máximo dos medíocres e dos covardes, dessa turma de esquerda que não dá folga. Quando eles suspeitam que alguém do Exército pode fazer algo que os prejudique – isso na cabeça doentia deles – dizem que foi torturador e não sei mais o quê. Até hoje não sei como não apareceu meu nome na mídia, pois durante dois anos fui do SNI aqui em Porto Alegre. Até agora não falaram nada; estou na expectativa de alguma calúnia contra mim.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação?

O exercício da democracia pressupõe várias condicionantes e a primeira delas é a justiça. Sem justiça não há liberdade. Assim, o modelo atual não preenche os anseios porque existe ainda uma distorção representativa, função de uma feitiçaria que o Golbery (Golbery do Couto e Silva) inventou para as eleições de setenta e cinco e que vigora até hoje. Há necessidade de um caminhão de votos para se eleger um deputado em São Paulo enquanto que no Amapá ou em Rondônia o candidato se elege com meia dúzia de votos, menos do que um vereador em São Gabriel. Isto é uma distorção inaceitável. Carecemos de uma reforma política em que um cidadão vale um voto. Os políticos constituintes, principalmente os de esquerda, passaram o tempo todo removendo o tão falado entulho autoritário, mas não removeram esse. Os Estados Unidos têm um Parlamento com quatrocentos e poucos deputados, sendo que mais de noventa por cento são republicanos ou democratas. No Brasil temos quinhentos e treze parlamentares e uma farra partidária, são quase quarenta! Quem é que governa com tantos partidos no Congresso? Só barganhando, como têm feito todos os presidentes. É o que temos visto todos os dias. E há ainda as legendas de aluguel! Este ano o Tribunal Eleitoral decidiu pela verticalização das alianças político-partidárias, dando uma pequena ordem unida nesse quadro absurdo: no Rio de Janeiro um candidato faz campanha para o Lula; aqui em Porto Alegre o mesmo político não fala no Lula

porque o partido apóia outro candidato. Parece brincadeira. É o interesse político-partidário usado exclusivamente para alcançar o Poder e distribuir empregos. Esses confrontos entre as correntes internas do PT não são ideológicos, são brigas pelos cargos do governo. Os presidentes americanos – o Bill Clinton e agora o Bush – têm quatro mil cargos de confiança para preencher; a prefeitura de Porto Alegre dispõe de mais de dois mil e o Estado do Rio Grande do Sul sete mil. Então, em cada eleição o vencedor monta a sua "nomenclatura" e dá emprego para toda a corriola. Gente que estava ganhando de duzentos a quatrocentos reais por mês, passa a receber de dois e a três mil reais; é lógico, não querem mais largar o osso. Esse é um dos motivos dos confrontos e brigas no PT. Talvez não seja um fator absoluto mas é a causa de oitenta por cento destas dissensões internas no partido do governo. É algo mais do que confronto ideológico. A parte oculta, subjacente, é esta aí. Essas distorções no desempenho da nossa representação política são os fatores que estão arranhando a nossa frágil democracia.

Ainda falando sobre sistema político: democracia é o regime da autoridade, da justiça e da responsabilidade. E o que estão fazendo, principalmente aqui no Rio Grande do Sul? A opinião pública está sendo amortecida pelos atos ilegais endossados pelo governo. Há pouco tempo invadiram a Parmalat sem qualquer providência dos responsáveis pela segurança pública. Ninguém mais se importa com isso. É uma estratégia da subversão. Os baderneiros ocupam uma propriedade e o governo não faz nada. Então arregimentam mais '*sem*' e partem para outro local. Em pouco tempo é tanta invasão que ninguém mais liga para esta ação violenta. Ora, cada uma destas ocupações é um ato ilegal! O regime não mudou e a Constituição está aí para ser obedecida, ser executada. Se tivesse mudado, muito bem. Então, o quadro é este: o governo não exerce a autoridade que tem, ou por demagogia, ou por interesse político-partidário. É o amortecimento da consciência coletiva para que ela não possa identificar o que é e o que não é crime. Fica tudo misturado, cinzento e nebuloso, no limbo. O Paulo Brossard escreveu um artigo sobre essa técnica para destruir a ordem pública.

Se não há autoridade e justiça, a democracia fica capenga. Vejo a nossa democracia de muletas porque as autoridades não exercem seu poder de polícia. A lei é parcial e a justiça é morosa e justiça demorada é o mesmo que injustiça.

A democracia é o regime da lei. Quem conhece bem os Estados Unidos sabe que aquele país é o modelo de democracia. Meu filho mora lá e quando vou visitá-lo vejo cenas impressionantes. Uso a minha carteira de motorista sem problemas e, como respeito a lei, nunca fui parado em um posto policial, nem fui incomodado. Mas sei que se for pego em infração a punição será pesada.

O senhor tem uma larga experiência na área da informação. Poderia falar algo a respeito?

Como já referi, fui Chefe da Agência do SNI de Porto Alegre de oitenta a oitenta e três. Embora fosse um período relativamente calmo, enfrentávamos a reestruturação do Partido Comunista aqui em Porto Alegre. Aqueles velhos militantes do PCB, a turma ortodoxa, um pequeno grupo que andou sendo preso, mas logo foram liberados e não tivemos maiores problemas.

Ainda na área de informações, servi na Segunda Seção do então Terceiro Exército, durante três anos.

Quem era o comandante?

Era o General Bandeira (Antonio Bandeira). Primeiro fui adjunto da Seção depois eu a chefiei. Em seguida fui comandar o 12º R C Mec. Servi ainda na Segunda Seção da AMAN. Tenho mais de cinco anos na área de informações.

Julgo interessante revelar que fiz algumas palestras durante o meu tempo de SNI. Eu tinha um funcionário maçom. O meu pai também pertencia à maçonaria, eu não; talvez por isso me chamavam de sobrinho. Este meu funcionário tinha sido sargento do Exército, e sempre me dizia:

– Ah, Coronel, como me arrependo de ter pedido demissão!

Ele me convidava para fazer palestras na maçonaria. Eu pedia autorização para a Agência Central e por três vezes fui – uma delas inclusive na Loja Central – fazer exposições sobre o que era o SNI e como operávamos contra a subversão e a luta armada. O pessoal não entendia a finalidade do SNI. Ele foi criado para a coleta, estudo e análise das informações, em benefício do seu cliente principal, o Presidente da República. Estudávamos as informações do campo econômico, psicossocial e político. O SNI dispunha de dois mil e poucos funcionários em todo o Brasil. Na sua maioria funcionários de alto nível: economistas, administradores e advogados. Havia a seção de operações, integrada por civis (policiais) e militares (oficiais subalternos e graduados). A seção de operações fazia a busca e a coleta de informes que, após analisados e transformados em 'informações', eram enviadas à Agência Central em Brasília. A decisão era da exclusiva competência do presidente da República. O campo militar era com as Forças Singulares, não era conosco.

Quando comecei a trabalhar no sistema, a fase de confronto já estava terminando. Continuava apenas o acompanhamento de algumas entidades e indivíduos que ainda pensavam fazer alguma coisa. Mas em Porto Alegre nunca houve problema de prisão. O maior volume de informações e de documentação que mandávamos para Brasília era sobre o campo econômico. Um exemplo: acontecia uma crise na rizicultura no Rio Grande do Sul e os agricultores pediam socorro ao governo. Estudávamos criteriosamente a situação e encaminhávamos os relatórios para a

Agência Central em Brasília. Entre outras missões acessórias da nossa Agência estava colaborar no preparo das viagens do presidente ao Rio Grande do Sul. Cada vez que ele vinha a Porto Alegre recebíamos ordem de Brasília para fazer um levantamento do hotel onde se hospedaria, dos locais que seriam visitados e das pessoas que teriam contato com a comitiva. No fim saía uma lista de quem podia ou não se aproximar do presidente para conversar ou participar de eventos da programação.

A respeito desse encargo de preservação da imagem do governo, nunca esqueço de um conjunto habitacional que o Presidente Figueiredo iria inaugurar, acompanhado pelo Marchezan[9] – na época era o líder do governo na Câmara – e políticos locais. Hoje é um favelão – uma meia dúzia de edifícios malcuidados, visto por quem passa pela rodovia BR-116 ali em Canoas[10]. Recebemos um pedido de busca sobre as reais condições do tal empreendimento. Passamos uma semana pesquisando e depois mandamos um relatório minucioso até com fotografias, mostrando que a obra estava um lixo: banheiros incompletos, falta de água, enfim, sem as mínimas condições de habitabilidade e a nossa Agência alertou: "Somos de parecer que a comitiva presidencial não deve comparecer porque o conjunto não está em condições de ser ocupado." Mas os políticos e empreiteiros queriam a presença do presidente, entrou em ação a turma do não é bem assim e o Figueiredo, ministros, deputados e políticos vieram inaugurar o referido conjunto. Uma semana depois começou a cair parede, janela, vaso sanitário, enfim foi um deus-nos-acuda.

Esse era o trabalho que fazíamos para preservar a imagem do governo. O SNI trabalhava para prover informações ao Presidente. Nesse aspecto o Newton Cruz e outros extrapolaram um pouco. Quando houve aquele problema da Encruzilhada Natalino[11], o Presidente Figueiredo determinou que o SNI se encarregasse do problema e mandou o Major Curió (Sebastião "Curió" Rodrigues de Moura) para cá. Se tinha que ser feito, muito bem, mas por outra entidade, menos o SNI.

Durante sua campanha eleitoral, o Collor prometeu que acabaria com o SNI. Dizem que era porque ele tinha uma ficha suja nos arquivos do sistema. No dia seguinte à posse tentou extingui-lo. Afastou alguns elementos, mudou o nome, mas até hoje está funcionando com o nome de Abin[12]. De vez em quando encontro antigos funcionários e pergunto:

– Como estão as coisas?

---

9 Deputado Federal Nelson Marchezan, recentemente falecido.

10 Município da região metropolitana de Porto Alegre.

11 Foi o 1º grande acampamento do nascente MST, no entorno do município de Sarandi – RS.

12 Agência Brasileira de Informações.

– Continuamos trabalhando lá, General, com correção e com a mesma missão.

Farei outra digressão. Nenhum governante pode prescindir de informação. Há um filme, até um pouco cansativo, *Falcão Negro em Perigo*, que aborda uma operação malsucedida dos americanos na África (Somália). Por que fracassou? Uma falha de informações. O comandante lançou-se em uma operação sem ter conhecimento do inimigo. Apesar de terem matado mais de mil guerrilheiros e resgatado o seu pessoal e material, a operação foi um fracasso.

Então, a finalidade do SNI era prover a alta cúpula do governo de informações confiáveis para a tomada das decisões. O poder sem informações é frágil e corre o risco de retumbantes derrotas.

Fala-se muito que o aperfeiçoamento da democracia através das eleições diretas vai assegurar a execução das reformas que o Brasil carece. O senhor concorda com esta tese?

Eleição por eleição sempre houve na Rússia, em Cuba e na China. O "X" do problema é quem se elege, pois as reformas para acabar com os interesses escusos e privilégios deverão ser feitas pelos políticos. E a eles isso não interessa. Da mesma maneira que não interessa ao governo fazer a reforma tributária. Se o Fernando Henrique quisesse fazê-la para corrigir esta absurda carga de impostos que corresponde à trinta por cento do PIB[13] – um escândalo econômico – ele já teria feito. Mas o governo não quer diminuir a arrecadação, ainda que transitoriamente, pois uma reforma bem-feita implicaria, com certeza, tanto na ampliação do universo arrecadatório como em um maior controle da corrupção, sonegação e outras mazelas. Não é possível continuar como está, principalmente para os assalariados. Só de imposto de renda pagamos o equivalente a mais de três meses de salário, ou seja, ao invés de recebermos 13 vencimentos, na realidade ganhamos menos de dez.

Essa mordida é só de imposto de renda!

E não é só o Leão! Pagamos IPVA, IPTU, ICMS, IPI, ISSQN, CPMF e um sem-número de outras taxas e tributos indiretos. Estão lembrados da origem da CPMF? Seria uma contribuição provisória, que virou permanente. Agora o Senador Pedro Simon, ou um outro político, lançou a idéia do imposto único, sistema ainda não adotado em nenhum país do mundo.

Não, isso não existe.

A idéia básica é cobrar dois por cento sobre todas as transações financeiras e acabar com todos os outros impostos, o que praticamente quintuplicaria a arrecadação atual de quatrocentos milhões por semana. O Poder Legislativo estabeleceria

[13] Produto Interno Bruto.

a parte que caberia à União, aos Estados e Municípios. O projeto foi abandonado sob a alegação de que iria provocar desemprego.

Sou de opinião de que a CPMF deve continuar, desde que se diminuam os outros tributos. Ela permitiu à Receita fazer o cruzamento de contas, identificar sonegadores e coibir a lavagem de dinheiro; por isso o governo não quer a sua extinção. A verdade é que a reforma tributária não interessa, senão bastava agir como no episódio da reeleição; o governo queria continuar no Poder e fez o que era necessário para tal.

Por falar em reeleição, é bom lembrar que a reforma política sofre o mesmo drama da tributária. Os políticos devem fazê-la mas vão adiá-la enquanto puderem. A nossa Constituição é o saco de gatos que todos conhecemos. Foi feita por uma Assembléia Constituinte formada pelos próprios parlamentares que iriam usá-la e não por uma Assembléia exclusiva, constituída por quem não seria deputado nem senador após a sua promulgação. Hoje os políticos trocam de partido e não acontece nada. Ainda senadores se elegem deputado e vice-versa, sempre procurando garantir imunidades. Eles não vão acabar com isso, pois ninguém vota contra os seus próprios interesses.

E vamos ter essa democracia capenga o resto da vida?

Até que o povo brasileiro atinja um melhor nível cultural. Infelizmente temos uma massa populacional – não é culpa deles – com um precário nível de instrução, de informação e de educação. Acrescente-se a isso as ideologias que estão fazendo a cabeça dessa gurizada nos colégios e nas faculdades, muitas vezes sob o patrocínio do próprio Estado. Os colégios ensinam mais política partidária do que qualquer outra coisa, tudo visando manter no Poder o grupo dominante. Dificilmente as reformas política e tributária serão aprovadas. Só se houver um empenho máximo do governo. Todos sabem qual é a barganha que o governo faz para aprovar seus projetos.

"Ou votas comigo ou teus cupinchas que estão empregados no governo vão para a rua." Infelizmente é esse o jogo.

O senhor acha que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil nos dias de hoje são superáveis?

Sou otimista, acho que sim, mas vejo dificuldades muito grandes a serem superadas. É um processo lento. Infelizmente o Brasil está em uma situação difícil e hoje as coisas se agravam muito ligeiro. Só para lembrar: a Inglaterra demorou mais de um século se urbanizando, depois da revolução industrial. A população brasileira era predominantemente rural até há pouco tempo. Em menos de cinqüenta anos a maioria esmagadora está morando na cidade. São coisas que a democracia tem que

resolver. O “Daniel” é um caboclo gaúcho lá do interior de São Gabriel. Mora em uma casinha na coxilha, planta alguma coisa, trabalha aqui e ali. Sustenta mulher e mais quatro ou cinco filhos. Em um dado momento ele sente que não é aquela vida que ele quer. Coloca a mochila nas costas e vem para Porto Alegre. A democracia lhe dá o direito de ir e vir, de procurar uma vida melhor. Mas deveria haver um mecanismo de triagem.

– O que pensas fazer em Porto Alegre? Tens emprego lá?

– Não.

– Então te seguras por aqui um pouquinho, vamos tentar outra solução.

Não estou dando a solução. Estou dizendo que deve haver um mecanismo que contemporize a migração, pelo menos amenize esse problema. Passamos pelas vilas e vemos uma degradação enorme.

Na época da minha mocidade, Porto Alegre era uma cidade que se orgulhava de não ter favela nem miséria. Tinha casarios de gente pobre nos arredores, mas que trabalhava e ganhava para viver. Não havia essa miséria periférica que vemos hoje, fruto da família que chega do interior e se desestrutura. O marido não consegue emprego, a mulher entra em parafuso, as filhas se prostituem porque não têm como se sustentar. Tem que ser feito algo, não há dúvida. O governo está retardando muito a solução desse problema. O que não pode acontecer é uma família sem nada chegar em Porto Alegre, descer na rodoviária e seguir para a “Vila Cai do Céu” ou ir para não sei onde, marido, mulher e filhos sem emprego, sem nenhuma habilitação que os capacitem para um trabalho na região urbana já que toda a vida só lidaram no campo.

Outro problema, talvez maior ainda, é que esses cinturões de miséria que cercam as cidades, agravam o problema da gravidez descontrolada. Nessa área a Igreja católica tem uma responsabilidade muito grande. Não falo em controle da natalidade, e sim no que os médicos classificam de prevenção de gravidez de alto risco. Evitar que as meninas dessas vilas pobres, de 15, 16 anos, raquíticas, carentes, engravidem e tenham uma criança a cada ano. Alguém tem que orientá-las para não terem mais filhos, pelo menos enquanto não acertarem a vida. Seguir o exemplo da classe média que limita a gravidez e têm só dois filhos. Eu fico contrariado quando vejo na televisão aquelas reportagens sobre o Nordeste. O repórter diz que está faltando comida e então aparece a mãe, grávida – às vezes uma dona Maria até meio gorda – e conta o drama:

– Hoje só tenho um pouco de arroz e de feijão. Meus filhinhos estão com fome.

São dez a doze crianças na porta do barraco, assistindo à entrevista. Isso é uma questão de saúde pública, humanitária. Tem que haver um procedimento

médico, informativo, que acabe com isto. Mas parece que ninguém tem coragem de fazer alguma coisa neste sentido. Até parece que a Igreja e certas correntes políticas não querem fazer nada para não perderem o potencial revolucionário dos miseráveis. O sujeito que não tem nada a perder, está pronto para entrar em qualquer baderna e até mesmo para aventuras terroristas.

O senhor considera que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se enquadra como um destes grupos que ameaçam o regime democrático?

Acho que sim. O risco do MST, entretanto, não é propriamente ele em si, mas sim a atitude das autoridades que toleram o que o movimento faz. Foi o que falei há pouco: à medida que os agitadores invadem, matam gado, instalam cárcere privado, e não lhes acontece nada, você está ajudando o MST. É um processo que chamo de amortecimento das consciências em relação ao problema. Ninguém mais dá importância ao fato, a opinião pública não se mexe contra, a não ser uma carta ou outra publicada na *Zero Hora*[14] ou em outro jornal mas sem ser um movimento claro da sociedade se antepondo a esse tipo de ilegalidade. Por quê? Porque já estamos amortecidos, virou rotina, faz parte da agitação crescente, da violência generalizada.

Então, repito: para mim, o perigo do MST e de outros movimentos não é propriamente a ação deles. É a omissão das autoridades que não agem como tal. O episódio do Comandante da Brigada Militar[15] colocando na cabeça um boné de um desses movimentos é emblemático. A atitude daquela autoridade pareceu brincadeira, ele tinha que ter sido destituído do comando na hora. E além do mais, aparece um líder dos invasores que xinga o comandante da tropa que expulsara os invasores do canteiro de obras de uma represa, e o ameaça de não deixá-lo sair, se entrar na área controlada pelos agitadores. E o pateta fica parado que nem um dois de paus. Assim é a semântica das esquerdas revolucionárias: não existe invasão, é apenas uma ocupação; não há baderna, tudo é movimento social. Aquela gente é uma massa de manobra na mão de lideranças perfeitamente conscientes do que estão fazendo e onde querem chegar. E qual o comportamento das autoridades? Aqui no Estado são omissas e coniventes com este tipo de coisa, haja vista o Secretário de Segurança do Estado e aquele dois de paus do comandante da Brigada lá no meio da confusão, com o boné dos baderneiros na cabeça, parado, sem reação; é o fim. Uma coisa é você ser obediente, outra é ser subserviente. Há uma conhecida

---

[14] Jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul. (Grupo RBS).

[15] Brigada Militar, polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

frase do General Osório: "O soldado é obediente mas não é servil." E aquilo que vimos foi puro servilismo, uma indignidade. Mas a culpa é de quem se presta ao servilismo. E aí reside o perigo.

Qual a sua opinião sobre o sistema de apoio logístico usado pelo MST nas suas operações?

Tenho falado muito sobre isso para os civis. Quando a fazenda Anoni[16], em 1985 eu comandava a 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Santiago. Comparei a logística daquela invasão com as nossas atividades para levar a Brigada, no final do ano, até o campo de instrução de São Borja. O Coronel Telles (Marcos Antonio Telles Ferreira Neto) era o meu Chefe de Estado-Maior. Um militar excepcional, muito competente e trabalhador. Entendia de administração como poucos. Fazíamos um plano minucioso, guardando dinheiro e economizando gasolina desde o início do ano para utilizarmos no exercício do fim do período de instrução. Entrávamos em ligação com a Polícia Rodoviária Estadual alertando-os sobre a data e a quantidade de viaturas e de Unidades que formariam o comboio na estrada. Era um planejamento difícil que nos preocupava meses a fio. Durante o deslocamento colocávamos guardas na estrada, empregávamos um pelotão de PE[17] na segurança. E o que eu vi na invasão da fazenda Anoni? Em uma noite deslocaram seis mil pessoas: mulheres, crianças, fogões, sacos de farinha, arroz, feijão, tudo. De onde vieram essas seis mil pessoas? Ninguém sabe, ninguém perguntou. Dizem que havia gente tanto de quatrocentos quilômetros de distância, como de cerca de quarenta quilômetros do local invadido. Ninguém os viu; nem a Brigada, Polícia Rodoviária ou Polícia Civil, ninguém! Deslocaram seis mil pessoas e ocuparam a fazenda. Eu queria contratar o "E4" e a equipe deles que planejou a invasão para trabalhar junto com o Telles na logística da 1ª Bda C Mec.

Nas entrevistas e comentários televisados ninguém pergunta como eles conseguem estes resultados. Quando dizem algo, omitem o principal. Não dizem que as FARC[18] – com quem têm ligações – são marxistas-maoistas e têm por objetivo implantar um regime comunista na Colômbia. O governo colombiano tentou um diálogo mas não obteve nenhum resultado, porque na hora em que sentaram à mesa, os comunistas já estavam com a cabeça pronta e não aceitaram contestação. A democracia deles não é a mesma nossa; é a que existe em Cuba, na China e na Coréia do Norte. Não adianta debater, porque será uma discussão em linhas parale-

---

[16] Fazenda no município de Sarandi/RS, invadida pelo MST no ano de 1985.

[17] Polícia do Exército.

[18] Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

las que não encontrarão nunca um ponto de convergência. Foi o que aconteceu na Colômbia. O governo cedeu um território para os guerrilheiros, eles se reforçaram graças ao dinheiro graúdo recebido com o narcotráfico, se armaram e agora o País está naquela situação que conhecemos. A minha conclusão é que não há diálogo possível com essa turma de ideologizados.

Outro engodo que se criou aqui no Estado é sempre termos que negociar – um absurdo repelido até por pessoas mais esclarecidas. Quem tem que negociar é o deputado, o governador, o senador, ou o secretário. Na hora em que a autoridade judiciária chama a polícia para uma ação, ela tem é que executar.

Um colega do tempo da Escola de Estado-Maior, fez curso na França em 1968, na época daquela baderna em que o De Gaulle teve que assumir pessoalmente o comando das ações. Ele assistiu ao quebra-quebra nas ruas de Paris, e me contava:

– Quando o governo resolveu empregar as forças armadas a situação estava caótica. Os arruaceiros arrancavam paralelepípedos e estavam dispostos a incendiar Paris. Então chegava a Unidade da repressão e o comandante, com o megafone, alertava:

– Em nome da lei, desocupem a praça. Em nome da lei desocupem a praça.

No terceiro "em nome da lei" se a turba não desocupasse o local, os repressores entravam em cima dos baderneiros com cassetete, paulada, bomba de gás e os botavam a correr. Aqui não é assim. Os homens da lei têm que 'dialogar'. Para mim, a polícia apenas cumpre ordens. Vai dialogar o quê? Se o juiz deu ordem para desocupar, emprego os meus meios para cumprir a ordem recebida. Naturalmente os recalcitrantes ou desobedientes sofrerão as conseqüências. Mas somente eles. Há algum tempo uma juíza – talvez uma esquerdista – proibiu a Brigada de usar armamento mesmo com bala de borracha. Se o pessoal da baderna reagisse a ordem era para a tropa retrair. É a confirmação de que o perigo está nessa gente que dá cobertura ao movimento.

Foi o caso da invasão da Parmalat. É uma multinacional – justificaram os invasores. Houve ato semelhante em outros Estados, havia uma coordenação nacional. A atitude das autoridades que têm se omitido e tolerado esse tipo de ação amortece a opinião pública que passa a não dar mais atenção para invasão.

E há ainda a possibilidade de eles se aproveitarem de uma repressão mais dura para obterem dividendos políticos. Aquele episódio de Volta Redonda em 1988, que resultou na eleição da Erundina em São Paulo e do Olívio Dutra aqui na Prefeitura, é um exemplo claro deste oportunismo político.

Os operários fizeram uma greve na siderúrgica que ainda era estatal. Os grevistas ameaçaram desligar um alto forno – não sou engenheiro mas posso ima-

ginar o prejuízo. O ferro está derretido no forno, se ele se solidificar, perde-se tudo, haverá necessidade de se destruir metade da usina para fazer um novo. Eles chegaram a desligar um, mas em seguida o religaram.

A justiça requisitara o Exército. O comandante recebeu a ordem, mas ninguém escreveu a missão e assinou embaixo. Os agitadores enfrentaram a tropa e quebraram o braço de um major. Quando o comando viu seus homens serem agredidos com barras de ferro pelos arruaceiros mandou abrir fogo. O Exército não sabe e não pode atuar como polícia, que apanha em um dia e no outro já está na rua com a mesma autoridade. Conosco é diferente. Fomos treinados para a guerra, e não para parlamentar, para convencer o inimigo a se render. Houve o confronto, os nossos soldados atiraram e mataram três.

Tenho arquivado um Noticiário do Exército com a cronologia de todos os acontecimentos. A campanha eleitoral estava no auge e o fato foi muito explorado. Era o que eles queriam. O aproveitamento do incidente pela mídia esquerdista virou a eleição. A Erundina ganhou em São Paulo. Aqui em Porto Alegre o Brito estava com oitenta por cento das intenções dos votos e pronto para ganhar; com aquele episódio a vitória foi para o brejo e o Olívio Dutra, candidato do PT, foi eleito. Você lembra do que aconteceu em Volta Redonda?

Estamos satisfeitos com o seu depoimento rico em detalhes esclarecedores sobre a nossa história recente. O senhor deseja acrescentar alguma coisa à sua entrevista?

Não. Até falei demais. Agradeço à coordenadoria regional desta pesquisa pela oportunidade de falar sobre a Revolução de 1964 e emitir alguns conceitos doutrinários sobre guerra revolucionária.

Nós é que agradecemos a sua prestimosa colaboração.

General-de-Brigada Carlos Augusto Fernandes dos Santos

O General Carlos Augusto Fernandes dos Santos nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em março de 1938. Ingressou no Exército em 1955 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 4 de dezembro de 1960, sendo classificado no então 19º RI, São Leopoldo (RS) onde viveu o episódio da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A Revolução de 1964 encontrou-o na 6ª Companhia da Polícia do Exército, em Porto Alegre. Como oficial subalterno e capitão serviu ainda no Colégio Militar de Porto Alegre e na Diretoria de Obras e Fortificação (DOF).

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1971 e concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1977. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da ECEME. Serviu no Gabinete do Ministro do Exército e foi subcomandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e adido das Forças Armadas no Suriname. Comandou o 3º BPEx em Porto Alegre, e serviu no COTER como Chefe da Seção de Informações.

Promovido a Oficial General em março de 1992, exerceu as funções de Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª BIB), em Santa Maria (RS), Subchefe de Operações do COTER, Chefe da Assessoria Especial de Ensino e Modernização do Estado-Maior do Exército (EME) e Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra (ESG). Foi distinguido com inúmeras condecorações civis e militares.

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1968. No momento é ouvidor da Bandeira de Mello Advogados Associados na área do Comando Militar do Sul (CMS), apoiando o pessoal do Exército na assistência jurídica.

Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de maio de 2000.

É com enorme prazer que esta Coordenadoria passa a ouvir o depoimento do General Carlos Augusto Fernandes dos Santos. Nosso entrevistado serviu em Unidades que se envolveram fortemente nos fatos ocorridos na primeira metade da década de 1960 aqui no Rio Grande do Sul: em 1961, a renúncia do Presidente Jânio Quadros e, em março de 1964, a Revolução, objeto da nossa pesquisa histórica. Com a palavra o General Santos.

Em primeiro lugar quero dizer da satisfação e da honra com que participo desse projeto que julgo de uma importância muito grande para a memória brasileira. Indagado pela coordenação do projeto se aquiescia em colaborar, disse que sim mas comecei a ter preocupações sobre como fazê-lo. E cheguei à conclusão de que devia reportar-me mais diretamente à experiência vivida como oficial subalterno. Portanto, dentro de uma ótica limitada às informações de que dispunha, em face da minha pouca idade e das funções que então exercia.

Em 31 de março de 1964, era Primeiro-Tenente e Comandava o 2º Pelotão da 6ª Companhia de Polícia do Exército (6ª Cia PE), aquartelada na esquina da Rua Duque de Caxias com a Avenida João Pessoa. A Subunidade, hoje, não existe mais em Porto Alegre e, no local, está construído o Viaduto Loureiro da Silva. Na 6ª Cia PE, pela própria missão – escolta de autoridades, de guarda da residência do Comandante do III Exército (hoje CMS) e até mesmo do quartel-general – tivemos a oportunidade de participar intensamente dos acontecimentos daquela época. Tentarei, de forma cronológica e dentro do que me lembro, narrar os fatos e os eventos que julgo mais importantes.

O Movimento de 1964, que hoje depreciativamente é chamado de golpe, não surgiu por acaso e não foi obra de militares golpistas que desejaram empalmar o Poder por um motivo qualquer. Na realidade, para abordá-lo, temos que voltar há uns três anos, para o que chamo de ante-sala da Revolução de 1964: a crise de 1961 com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a assunção do Vice-Presidente eleito. Os dois, como todos sabemos, eram de partidos diferentes e, por conseguinte, não comungavam, pelo menos aparentemente, das mesmas idéias. Era um paradoxo da nossa política. No meu modo de entender, a Revolução de 1964 colocou em choque duas correntes de pensamento antagônico na sociedade brasileira e, indiretamente, nas Forças Armadas, porque elas não são um mero apêndice do País. Historicamente, as instituições militares estão umbilicalmente ligadas à Nação brasileira. Depois vou falar um pouquinho das causas remotas que levaram essas duas concepções ao choque.

Sou carioca e vivi intensamente no Rio de Janeiro o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, que julgo ter sido uma jogada política bem ao estilo dele, um líder, não só carismático mas um homem do seu tempo, um patriota. Aquela genial e dra-

mática decisão do Presidente Getúlio Vargas – antigamente os homens honrados se matavam – mudou o rumo do Brasil e acho que a Revolução, o que ocorreu em 1964, possivelmente já poderia ter ocorrido dez anos antes. Vou voltar a 1961 que, como já me referi, julgo a ante-sala, para que possamos entender esse período de 1961 a 1964.

Fui aspirante da turma de Infantaria de 1960 e no 3º ano percebi, mesmo na Academia Militar, a presença do confronto nas eleições presidenciais entre os dois principais candidatos: o Marechal Lott e o Jânio Quadros. Sou oriundo de uma família de aldeões, que não tinha preocupações com a conjuntura nacional. Meu conhecimento, minha iniciação política, foi algo típico de família de imigrantes. Meu avô era um operário que após a Primeira Guerra Mundial, pela falta de emprego em Portugal, teve que ir para Paris trabalhar como marceneiro para sustentar a família que deixara na terra de origem. Ele costumava me dizer que quando chegou ao Brasil, em 1922, uma das coisas de que passou a gostar muito é que os homens que exerciam a política aqui eram cidadãos honrados, diferentes de outros que ele conhecera quando menino. Logicamente ele exagerava um pouco. Na minha família havia uma grande consideração pela autoridade constituída qualquer que fosse ela. Recordo que para meu avô e para meu pai, o Washington Luiz, o Getúlio, ou o Jânio Quadros, eram pessoas que tinham que ser respeitadas. Aprendi isso com meu avô, gostava muito de conversar com ele.

Voltando às eleições de 1960, foi uma surpresa para mim a existência de uma corrente expressiva de oficiais que não concordavam com o Ministro Lott. Naquela eleição pude constatar que a elite militar, isto é, os postos mais elevados, não foram eleitores do Marechal. Eu votei nele.

Também é importante lembrar que na Academia estudávamos Direito Penal, Civil e Constitucional; somos da geração da Carta de 1946, uma Constituição democrática. Apesar daquelas confusões políticas, próprias do Brasil, havia um estado de direito, com o Presidente Juscelino Kubitschek entregando a Presidência ao Jânio, constitucionalmente eleito. Vivia-se uma democracia, essa era a realidade.

Aí, tivemos um ano de efervescência política porque o Presidente tomou algumas atitudes contrárias ao seu compromisso de campanha. Envolveu-se com veto às rinhas de galos, tomou medidas na área da política externa que, de certa forma, batia de frente com os seus correligionários. Ele fora apoiado nas eleições justamente pela corrente mais radicalmente engajada no anticomunismo.

A concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul para o Che Guevara[1] – em visita ao Brasil naquele périplo para divulgar a revolução cubana – na época, foi conside-

[1] Ernesto Che Guevara, na época ministro da Economia de Cuba.

rada quase que um desrespeito, um verdadeiro paradoxo. Eu era aspirante, ainda quase um menino, e lembro que aquilo causou um mal-estar muito grande na oficialidade e também na imprensa.

Fora classificado no 19º Regimento de Infantaria (19º RI), Comandado pelo Coronel Luiz Tavares da Cunha Mello – depois promovido a General – posso dizer, um oficial alinhado com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gaúcho, com o varguismo, com Jango e com Brizola, o Governador na época. Não cheguei a conviver com o Coronel Cunha Mello. O Subcomandante também era um homem identificado com aquela facção esquerdista do Clube Militar, a linha nacionalista do General Newton Estillac Leal, e não escondia esta preferência. Em março, ou abril, assumiu o Comando do 19º RI o Coronel Ibá Mesquita Ilha Moreira, que tinha pensamento diferente e pertencia a uma corrente completamente distinta daquela defendida pelo ex-Comandante. Anos depois o Coronel Ibá foi Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul.

Recordo-me que tínhamos um respeito muito grande pelo Coronel Ibá. Ele havia sido nosso Comandante do Corpo de Alunos, durante os três anos em que fomos alunos na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Era um militar muito definido, formador de jovens e um homem muito exigente. Quando ele assumiu, eu pertencia a 1ª Cia do 1º Batalhão do Regimento. O 19º RI tinha dois batalhões incorporados e duas companhias regimentais: a de Comando e Serviços e a Anticarro. Cada Batalhão tinha quatro Companhias: a de Comando, duas de Fuzileiros e uma de Petrechos. Éramos três aspirantes no 19º RI: eu, o Jorge Andrade Filho, um amazonense que estudou na EPPA – noivou e casou aqui – e o Ivo Fernandes Krüger, gaúcho de Santo Ângelo. Eu era o aspirante mais antigo e o Krüger, por ser o mais moderno, era o porta-estandarte do Regimento.

No dia 25 de agosto, não esqueço porque era o dia da nossa promoção a segundo-tenente, o Comandante e o Aspirante Porta-Estandarte estavam em Brasília pois a nossa Unidade havia sido condecorada com a Ordem do Mérito Militar. Eles, portanto, participaram da última cerimônia presidida pelo Presidente Jânio Quadros.

Três meses antes desse evento, no final de maio ou início de junho, soubemos que a condecoração fora concedida graças a amizade entre o Ministro da Guerra, Odylio Denys, e o Coronel Ibá. Vale registrar que o Marechal, em sua última passagem pelo Rio Grande do Sul, ficara hospedado na granja do 19º.

Após a cerimônia na qual a Unidade recebeu a Ordem do Mérito Militar o Presidente entregou a sua carta-renúncia. Dizem, e tenho quase certeza disso, que o Ministro Denys recomendou que o Coronel Ibá voltasse ao Rio Grande porque os

ministros militares não dariam posse ao Vice-Presidente João Goulart que estava em visita à China. Arrisco-me a dizer, logicamente pela moldura, pela situação do momento, pela seriedade e gravidade dos acontecimentos que, a despeito da observação feita pelo Ministro Denys, o Coronel Ibá tenha ficado, não digo vacilante, mas reticente. Afinal, aqui era a terra do Vice-Presidente e o Governador Brizola logo começou a se insurgir quanto à possibilidade de o Jango não tomar posse. A primeira providência dele foi constituir, através dos meios de comunicação, a Cadeia da Legalidade, capitaneada pela Guaíba, a rádio mais importante da época. O Rio Grande do Sul, que por suas tradições históricas, pela sua bipolaridade secular, já era um estado dividido entre varguistas e oposição, onde despontavam as figuras do Partido Libertador, tais como Raul Pilla, Paulo Brossard e Mem de Sá – passou a viver uma divisão mais radical, com discussões políticas muito acirradas.

O nosso Comandante comungava desse ponto de vista contrário a Vargas, e após receber aquela informação – quase uma ordem do Ministro – dizendo que não dariam posse ao Vice-Presidente, chega ao Sul e encontra um estado efervescente e liderado por um político dotado de intenções carbonárias e de capacidade de aglutinar pessoas. Aliás, ele continua até hoje com o mesmo discurso. Sabe muito bem se aproveitar do gérmen da cizânia e da discórdia como, digamos, uma ferramenta muito importante na sua luta pelo Poder.

Durante aquele ano, nas conversas no Cassino da Unidade,[2] percebemos que o Major Ito Carvalho Bernardes, Comandante do 1º Batalhão ao qual eu pertencia – febiano, e portanto com experiência de guerra – era contrário à corrente varguista. A outra corrente era liderada pelo Subcomandante, Tenente-Coronel Eurico Carvalho Nogueira. Para se ter uma idéia, a nossa Unidade quando entrou em prontidão rigorosa, estabeleceu uma defesa circular voltada para dentro do quartel! Eu era da 1ª Companhia e verifiquei, pela madrugada, que as metralhadoras, as armas automáticas, em vez de estarem assestadas para um possível ataque externo, apontavam para as outras Subunidades. A parede da minha Companhia acabou sendo metralhada. Súbita e ingenuamente, desci correndo para ver o que estava acontecendo e assisti uma altercação entre o Subcomandante e o Major Francisco Pinheiro Franco, um militar impetuoso. Era uma discussão séria, com alguns sargentos postados, como se fossem seguranças, em torno do Tenente-Coronel Eurico.

O meu Comandante de Companhia, Capitão Kléber Lima de Godoy – um homem também visceralmente contrário à linha política de Vargas – era bem

[2] Sala de estar, normalmente junto do refeitório.

preparado, mas não se caracterizava como um chefe orientador dos seus subordinados. Nunca teve a preocupação de conversar com os aspirantes, como um pai conversa com os filhos, principalmente em um momento grave como aquele em que precisávamos de orientação. E nós três, aspirantes da mesma turma, embora não tivéssemos uma formação política definida, firmamos posição: estamos com a legalidade constitucional porque foi isso que aprendemos na AMAN.

Era noivo de uma moça aqui do Rio Grande que conheci quando aluno da Escola Preparatória, família que se identificava com o pensamento de Getúlio. Todas essas coisas vão emoldurando um quadro. Depois que o General José Machado Lopes, Comandante do III Exército (hoje CMS), decidiu-se a favor da posse do Vice-Presidente, o meu Regimento, já fraturado, praticamente se dividiu. A cisão ocorreu em uma noite, me recordo, dentro da Sala Brasil, que era a sala de instrução, quando o Coronel Ibá, para surpresa de todos, disse estar alinhado com o Comandante do III Exército na questão da posse ao Vice-Presidente da República. Ato contínuo, cerca de quatro ou cinco oficiais discordaram dele. O primeiro a levantar-se foi o Capitão João Manoel Simch Brochado, dizendo que não concordava com aquela decisão. De imediato se levantaram o Major Franco, o então Tenente Francisco Pinto dos Santos Filho – atual Comandante Militar do Sul[3] – e ainda o Capitão Iram Lopes da Rosa, que comandava a CPP1.[4] Todos os "rebeldes", portanto, eram do 1º Batalhão. O Comandante lastimou a decisão dos oficiais e informou que, a partir daquele momento, eles estavam presos, que deveriam entregar o armamento e recolher-se à sala do Subcomandante da Unidade.

Eu, que havia estado fora naquela noite, recebi ordem de voltar à Companhia. Quando lá cheguei soube que o meu Capitão Comandante de Companhia também tinha sido preso. Passei a viver a primeira angústia profissional da minha vida, uma experiência que gostaria de transmitir até como um ensinamento para os futuros chefes. Tudo o que estava ocorrendo era fruto da divisão dos quadros: havia cerca de 30 a 40% de oficiais simpáticos ao trabalhismo e de 60 a 70% contrários.

Na Academia Militar – essa é uma verdade – não se falava em política, principalmente política partidária. O aspirante não era uma figura articulada e politicamente informada. Se ele não viesse de uma família tradicional de militares, de pais que o orientassem, se fosse oriundo de uma família como a minha – de aldeões, pessoas simples, que viviam do trabalho, sem tempo para acompanhar

---

[3] Era o comandante na ocasião em que o general Santos prestou o seu depoimento.

[4] Companhia de Petrechos Pesados do 1o Batalhão.

assuntos dessa natureza e que enxergavam a autoridade, qualquer que fosse ela, como algo a ser respeitado a todo custo – não estaria aparelhado para enfrentar esse tipo de crise política. A realidade é essa.

Cheguei na Companhia, fui chamado ao 1º Batalhão por um major que não conhecia, havia se apresentado na Unidade naquela noite, vindo de uma licença para tratamento de interesses particulares. O nome do Major era Liberato Vieira da Cunha, diziam que fazia parte da famosa trinca de instrutores da antiga Escola Preparatória: a Lalá, a Lelé e a Lili. Mais tarde fiquei sabendo que ele era a Lili. Não tenho nenhuma informação adicional quanto ao comportamento desse Major, que era um Chefe exigente, mas totalmente alinhado com a corrente varguista do Tenente-Coronel Eurico Nogueira, o nosso Subcomandante. Como já falei, fui chamado ao PC do 1º Batalhão e o Major Liberato me deu uma ordem surpreendente:

– O senhor vai assumir o Comando da sua Companhia.

Eu era aspirante e, atônito, perguntei:

– Mas como assumir o Comando se eu sou o terceiro oficial em antigüidade na minha Subunidade?

Além do Capitão Comandante eram mais antigos do que eu o Primeiro-Tenente Lino Jacy Peroni, da turma de 1957, e o Segundo-Tenente Parrot, oficial R2. O major explicou o motivo:

– O Tenente Peroni encontra-se no morro do CPOR guarnecendo o Paiol da Guarnição e o Tenente Parrot está cuidando da pista do Aeroclube de São Leopoldo. Assuma o Comando da Companhia porque vamos nos deslocar para o norte a fim de barrar as tropas inimigas.

Na minha ingenuidade, voltei a questionar o Major Liberato:

– Gostaria de saber os objetivos desse movimento já que meu Comandante de Companhia, o Subcomandante e o outro tenente estão ausentes.

A reação do Major me assustou. Ele foi taxativo:

– O senhor se apresente preso ao Comandante do Regimento!

Dirigi-me, então, ao Pavilhão do Comando onde já estavam cerca de 15 ou 20 oficiais, majores, capitães e tenentes, que haviam se recusado a participar do deslocamento. Depois de algum tempo pedi para falar com o meu Comandante e consegui chegar até o Coronel Ibá. Contei o acontecido, dizendo que gostaria de saber o objetivo do deslocamento. Ele foi duro comigo:

– O senhor não tem que fazer perguntas; o senhor tem é que cumprir ordens.

Insisti:

– Mas gostaria de saber...

– Então o senhor continua preso.

Mandou-me ficar em uma sala ao lado do Gabinete. Quando entrei estava lá – também preso – o atual Comandante Militar do Sul, General Pinto, na época Tenente Pinto. Perguntei a ele:

– Por que estamos presos?

O Tenente Pinto não chegou a responder pois em seguida nos mandaram para a sala do Subcomandante junto com o restante dos oficiais presos. Logo percebi que o Krüger e o Andrade – colegas aspirantes, com quem já havia, de certa forma, conversado e acertado adotar uma posição legalista – não estavam presentes. O Comandante, Coronel Ibá, reuniu os oficiais e disse que lamentava muito a nossa posição, que todos seríamos deslocados para o Colégio Militar de Porto Alegre, onde ficaríamos detidos. Embora aspirante, solicitei uma conversa reservada com o Coronel Ibá. Ele me disse:

– Aguarde-me um minuto.

Após a reunião fui levado de volta à sala do Comandante e falei com ele:

– Coronel, sou um aspirante recém-saído da Academia, e lá aprendi que devo respeitar a legalidade, portanto sou favorável à posse do Vice-Presidente da República.

Ele me respondeu:

– Mas é isso que nós estamos defendendo. Vamos nos deslocar para o norte a fim de garantir a sua posse.

Para mim foi uma surpresa, porque achava, por todos os fatos que já narrei, que o Comandante, na realidade, não tinha essa intenção. Ele concluiu dizendo:

– Então o senhor apanhe novamente o seu armamento e reassuma o Comando da sua Subunidade.

E fui assumir o Comando da minha Companhia. As Subunidades de petrechos ainda eram tracionadas a muares. Para alegria nossa, naquela noite começaram a chegar no quartel vários caminhões basculantes que carregam terra, muito usados nos Batalhões de Engenharia. Recebemos cerca de 40 a 50 caçambas com o que ficamos motorizados.

Fazíamos parte do Grupamento Tático São Leopoldo, sob o Comando do Coronel Ibá, e nos deslocamos com os dois Batalhões de Infantaria para o norte. Recordo que o pelotão ia sentado dentro dessas caçambas e o tenente viajava na boléia e que ocorreram algumas deserções durante o deslocamento.

Essa foi uma experiência interessante que vivi. Nas horas mais difíceis, o medo aflora e os menos equilibrados, de temperamento instável, desertaram e fugiram para o mato. A viatura parava para algum reabastecimento, e de vez em quando sumia um. Alguns sargentos e cabos desapareceram no caminho. Essa foi a minha primeira experiência real de emprego de tropa, enfrentada ainda como aspirante. Não tinha nem Carta-Patente de Oficial.

O GT 19, já falei, era comandado pelo Coronel Ibá, na época o Comandante da Guarnição de São Leopoldo, e fazia parte dele o Grupo de Artilharia de São Leopoldo, o 1º/6º RO 105 – não era 16º na oportunidade – e a Companhia de Transmissões (hoje seria de Comunicações) que não existe mais naquela cidade. Nessas condições a que me referi nos deslocamos para Lages. O 2º Batalhão, mais fiel ao Comandante, estava quase completo e ficou acantonado no Batalhão de Engenharia de Lages, cujo Comandante era o Coronel Floriano Moller. O nosso Batalhão, possivelmente por castigo devido às defecções, instalou-se em posição defensiva, no corte do Rio Caveira.

Os dois outros aspirantes, meus colegas, eram do 2º Batalhão. Lembro ainda o nome de vários oficiais da Unidade. Os atuais Generais Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Arlênio de Souza da Costa e Francisco Pinto serviam no Regimento. O hoje General Pinto que pertencia ao 1º Batalhão, foi preso. Recordo também de outros oficiais pertencentes ao Regimento: o Major Nilo, os Capitães Wladimir, Aldyr e Iran. A maioria dos oficiais manifestou-se a favor da Legalidade: Tenentes Lessa, Arlênio, Morosini e Glênio. O 2º Batalhão ficou completo, só houve defecção no 1º Batalhão. Acredito que apenas 30%, talvez nem isso, cerca de 15 a 20 oficiais, é que foram presos, mandados para o Colégio Militar e depois transferidos para outras Unidades.

Chegando em Lages, soubemos que as pontes estavam preparadas para serem destruídas com cargas escorvadas. O responsável pelo preparo da destruição era o Capitão Aroldo Antônio Pastuk, de Engenharia.

As condições eram muito difíceis. Era inverno, em Lages fazia um frio terrível e chovia muito. Ocupávamos os espaldões de fuzil metralhador ou as tocas. Não conseguíamos dormir à noite e praticamente ficamos sem comida. Essa foi outra lição que tivemos: por causa da lenha molhada pela chuva, as cozinhas não puderam ser acionadas. As estradas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina eram muito ruins naquele tempo e não suportavam deslocamento de viaturas. Por isso, até fome passamos. A alimentação só chegava até nós graças aos tratores emprestados pelos moradores da região.

Outra experiência interessante vivida por mim foi relativa às comunicações. Tenho a impressão de que se tivesse havido um combate de verdade teria sido um verdadeiro desastre, porque nossas condições de apoio nesse setor eram muito precárias.

Inicialmente, eu era Comandante da 1ª Companhia do 2º Batalhão. Já em posição, pela minha antigüidade e pela falta de pessoal, passei a ser o S3 do 1º Batalhão! Um aspirante como S3 do 1º Batalhão que, já disse, parecia estar sendo

castigado em vista das defecções de seus oficiais e que acabou ficando nessa sacrificada posição defensiva. Esta é uma opinião totalmente pessoal.

Julgo ter narrado a minha participação em uma das épocas que antecederam a Revolução em 1964: a grande surpresa causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. O que ocorreu depois de 1961, especialmente quanto à adoção do Parlamentarismo e a realização do plebiscito que o renegou, os historiadores podem contar melhor do que eu.

O Tenente Arlênio tinha sido transferido para a 6ª Cia PE e me convidou – sempre foi um grande amigo – para acompanhá-lo. Fui, então, transferido e, em janeiro de 1963, assumi o 2º Pelotão da 6ª Companhia de PE. O Comando do III Exército era exercido pelo General Jair Dantas Ribeiro, depois Ministro da Guerra.

No final de 1963 chegou à minha Unidade o Tenente Carlos Lamarca. Ele era meu companheiro de turma e o conhecia desde 1955 quando, juntamente com dez companheiros, viemos do Rio de Janeiro, de trem, em uma viagem de cinco dias e quatro noites para Porto Alegre; uma verdadeira aventura. Tinha uma ligação fraterna com ele, primeiro como companheiro de viagem e depois como colega durante os três anos na Escola Preparatória.

A família do Lamarca era de gente pobre. O pai, sapateiro, um homem honrado e, como todo imigrante italiano, tinha uma prole numerosa. Moravam na Rua Maia Lacerda no bairro do Estácio de Sá, perto do Morro de São Carlos. Não tínhamos ligações familiares mas cheguei a conhecer dois de seus irmãos, apresentados por ele na solenidade do espadim. Na Academia Militar, fui presidente do Grêmio de Infantaria e, entre os meus auxiliares, estava o Lamarca que era o tesoureiro. Tínhamos uma relação de amizade que não há motivo para esconder. Falo isso porque vivi depois, por causa desse relacionamento, outra das grandes angústias na carreira. Uma experiência difícil que faço questão de registrar mais adiante, como algo muito importante na minha vida profissional.

O Lamarca apresentou-se na Unidade vindo da missão em Suez no final de 1963, portanto nove ou dez meses depois da minha chegada à PE. Eu viera do 19º RI para substituir o Arlênio que havia sido transferido para o Colégio Militar a convite do Coronel José Plácido de Castro Nogueira que gostava de levar os infantes seus conhecidos para o Colégio. Depois fui um deles. Sempre digo que seguia os passos do Arlênio. Ele tinha sido meu veterano, éramos amigos e as nossas esposas também muito ligadas.

Voltemos à efervescência de 1963. Já era Governador do Estado o Ildo Meneghetti e Comandava o III Exército o General Benjamin Galhardo e se não me engano o Coronel José Codeceira Lopes exercia a função de Chefe interino do Estado-Maior.

Aquelas atitudes carbonárias promovidas pelos políticos da época, as agressões à ordem constituída – patrocinadas até pelo próprio Governo – considero como motivos determinantes da eclosão da Revolução. Buscavam atingir os pilares das Instituições (hierarquia e disciplina), conseguir a falência da autoridade, a sua depreciação, tudo dentro de técnicas revolucionárias, seguindo os ensinamentos de Mao Tsé-tung: "Se a autoridade é boa, mas não é do nosso lado, temos que denegri-la." Hoje, se sabe que o objetivo almejado era a implantação de uma república sindicalista. É ingenuidade pensar-se o contrário.

O Governo do João Goulart estava comprometido, acolitado pelo seu cunhado Leonel Brizola na difusão de mensagens de caráter revolucionário. Padecia de uma corrupção endêmica, de uma inflação desenfreada, do descontrole, das greves. Enfrentava tensões sociais no campo com os famosos "grupos dos onze" e com as "Ligas Camponesas" do Francisco Julião. Aqui no Rio Grande do Sul a fazenda Anoni foi modelo da Reforma Agrária que o Brizola tinha como referencial. A pregação revolucionária, como a conquista das reformas de base na "marra" era intensa.

Mas, no meu ponto de vista, o fator determinante para que tivesse ocorrido a Revolução foi a tentativa de quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. E onde ocorreu isso? Inicialmente em Brasília onde os sargentos se rebelaram e ocuparam uma estação retransmissora. Depois, aquele comício do dia 13 e a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro e, finalmente, a participação do Presidente da República prestigiando o encontro no Automóvel Clube. Naquele tempo a sociedade, e até mesmo os militares, parece que tinham uma capacidade de indignação muito maior do que hoje quando assistimos coisas muito piores e as achamos até normais. Tenho a impressão de que o brasileiro daquela época era mais conservador e havia mais respeito às Instituições.

Em determinado momento começou a haver uma revolta da sociedade, que passou a responder às ameaças com as históricas Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Essa movimentação toda foi criando um caldo de cultura favorável à Revolução. Muitas pessoas hoje acreditam que em março de 1964 houve um gesto tresloucado de três ou quatro militares. Ao contrário, o Exército Brasileiro agiu como historicamente sempre fez: ombreou com as aspirações da Nação. Isso ocorreu nas lutas pela Independência, na Regência, na manutenção da unidade do País, na Abolição da Escravatura, na República, no Movimento dos Tenentes, na Revolução de 1930. Só o desconhecimento, ou a má-fé, insinuam que o Exército nacional não está identificado com o povo. A Força Terrestre, como já disse, não é um apêndice da Pátria, faz parte dela, e foi obrigada a intervir, atendendo ao apelo dos brasileiros.

O próprio Luiz Carlos Prestes dizia que os comunistas já estavam no Governo, só lhes faltava tomar o Poder. O Presidente, hoje tido por alguns como herói, na realidade e no meu modo de entender, era vacilante e não tinha preparo para dirigir a País. Eu, um carioca, falando mal do Jango dentro do Rio Grande do Sul! É um perigo. Mas é o meu ponto de vista. As Forças Armadas não promoveram uma quartelada louca. Elas responderam à vontade da maioria da população, especialmente da classe média.

Vou dar um testemunho que considero importante. Estava na 6ª Cia de Polícia do Exército e passamos praticamente 40 dias de prontidão, sem poder ir à casa. No dia 31 de março o João Goulart deslocou-se de Brasília para o Rio de Janeiro, lá encontrou um quadro que não lhe era favorável e veio para o Rio Grande do Sul. Aqui ele foi recebido no Aeroporto Salgado Filho com guarda de honra. Pode parecer hipocrisia, mas foi feita guarda de honra e escolta para o Presidente que chegava no Aeroporto e de toda a comitiva que se deslocou até a casa do Comandante do III Exército. Eu não estava lá mas o meu Chefe, Capitão Raul José Ribeiro, estava e testemunhou os fatos.

O General Ladário Pereira Telles, nomeado Comandante do III Exército, era conhecido e considerado como um militar ligado ao Governo. Creio que ele era mais soldado do que um chefe pertencente ao esquema. O General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, o colocou como Comandante do III Exército e testemunhamos a valentia, a coragem moral e física daquele velho soldado. Nós o recebemos no Aeroporto, e ele seguiu sozinho para o QG onde assumiu o Comando, apesar de o Estado-Maior ser chefiado pelo Coronel Codeceira, de outra corrente. Ouvíamos do Capitão Raul José Ribeiro – já falecido – comentários sobre o que estava acontecendo no tumultuado quartel-general:

– O General dá ordem e o Estado-Maior não cumpre; o Estado-Maior analisa, estuda e propõe e o General não concorda.

O clima era de enorme confusão. Nós da PE policiando o QG e lá fora, prontos para emprego, os blindados do 12º RCMec. Para agravar a situação havia um ambiente de desconfiança entre sargentos e oficiais, algo realmente muito ruim.

Recordo-me que quando o Presidente chegou houve aquela reunião na casa do Comandante do III Exército, ainda hoje na mesma esquina da Cristóvão Colombo. Dela participaram o General Argemiro Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, o Jango, o Brizola e o General Ladário. O meu Comandante de Companhia, Capitão Raul, logicamente não fez parte da reunião, mas estava ali na ante-sala e acompanhou os acontecimentos. Comentou-se depois ter havido uma altercação muito séria entre o Brizola e o João Goulart. O Brizola queria resistir e o Jango, depois de muito pensar – acredito que

isso é verdade, pois foi confirmado pelo Capitão Raul – disse não aceitar derramamento de sangue brasileiro por sua causa e preferia exilar-se no Uruguai.

Aí ocorreu a segunda angústia na minha carreira. Discutíamos muito no quartel a situação política, as possibilidades de parte a parte e eu percebia que a maioria dos tenentes ficava calada, em cima do muro. Aliás, o muro sempre foi um lugar muito apreciado por vários companheiros, um local estratégico e de fato seguro para os acomodados. O Comandante da 6ª Cia PE, Capitão Raul José Ribeiro, tinha visível aversão ao Jango, ao Brizola e seus respectivos correligionários, e, de certa forma, tentava cooptar os tenentes para ponto de vista dele.

Eu – pessoalmente coerente com o que havia aprendido – embora sem submeter-me a qualquer ideologia, empolgava-me um pouco com as teses nacionalistas daquela época. Na verdade, considerava-me um tenente nacionalista. Não era um xenófobo porque meus pais eram portugueses e não podia ter nada contra os estrangeiros. Mas o nacionalismo mexia muito comigo. O Lamarca também se empolgava muito com as idéias nacionalistas. Naqueles dias tumultuados o Capitão Raul, na tentativa de convencer a oficialidade da necessidade de se expurgar o João Goulart da Presidência e de manter a Unidade coesa em torno do Chefe, fez a seguinte conjectura:

– O Presidente deslocou-se de Brasília para o Rio de Janeiro e de lá para Porto Alegre, sem autorização do Congresso. Ele não podia fazer isso, logo não é mais o Presidente da República.

Não concordei com ele e argumentei:

– O senhor vai me desculpar, Capitão, mas discordo da sua afirmativa. Acho que o Presidente, dentro do território nacional, pode movimentar-se com toda a liberdade.

A minha postura mantinha a coerência com a anterior, tomada em 1961, e com o que havia aprendido na AMAN e era, talvez, um pouco influenciada pelos familiares de minha esposa. Qual é a família no Rio Grande do Sul que, naquela época, não tinha um varguista ou um petebista?

Não posso precisar se realmente tais discussões antecederam a chegada do Presidente em Porto Alegre, ou se foram depois que ele foi para São Borja.

Após aquela reunião na qual – dizem – o Brizola agrediu Jango quando ele afirmou que não pretendia resistir, e decidiu exilar-se no Uruguai, acompanhei outro ato pleno de hipocrisia. Talvez porque a maioria dos homens só se define quando a coisa se complica foi feito policiamento e guarda de honra para o Presidente que decolava para o exílio. Eu não participei desse evento, mas soube de tudo que foi feito. Ele viajou acompanhado do General Assis Brasil e dos Ajudante-de-Ordens, Capitão Ernani Corrêa de Azambuja e Capitão Juarez Soares Motta. O

General Chefe da Casa Militar depois se incomodou muito por ter acompanhado o Presidente cassado até o exílio.

O Comandante da 6ª Cia PE, que me apreciava muito – graças a Deus meus comandantes sempre gostaram de mim – me disse:

– O Presidente fugiu do País, você agora está desobrigado dos compromissos com a legalidade.

Foi um momento de angústia porque, se ele não me conhecesse bem, poderia até ter sido prejudicado por ter me colocado a favor da legalidade. Isso ocorreu com muitos companheiros que foram prejudicados por terem optado pelo lado errado. É bom lembrar que naquela época o Lamarca se manifestou da mesma maneira. Mais na frente voltarei a falar no assunto.

Comandava a 6ª Divisão de Infantaria o General Adalberto Pereira dos Santos que naquela confusão toda, surpreendentemente – tenho a impressão de que para organizar a resistência – deslocou-se primeiro para Cruz Alta e depois para Passo Fundo, onde se encontrou com o Governador Ildo Meneghetti. Ao sair, o General Adalberto atribuiu ao Coronel Plácido o Comando das Unidades da área do Partenon[5] em Porto Alegre. O Coronel Plácido foi meu Comandante depois que me transferiram para o Colégio Militar. Recordo-me muito bem dele, um homem totalmente contrário ao Jango, que tinha pavor dos comunistas e se impunha como um excelente soldado. Ele nos dizia:

– O General Adalberto me "abandonou", me deixou sozinho aqui em Porto Alegre.

Naquele quadro de indefinições havia uma idéia de deslocamento, para Pântano Grande, das Unidades contrárias à permanência do João Goulart na Presidência da República. Lembro que o Capitão Raul nos avisou:

– Possivelmente amanhã vamos nos deslocar para Pântano Grande junto com os oficiais do QG.

Tanto no III Exército como na 3ª Região Militar, naquela época, havia oficiais de reconhecido valor e muito positivos: os Majores Leo Etchegoyen e Zaldir de Lima, só para citar dois dos que trabalharam intensamente pela causa da Revolução. Os sargentos, de uma maneira geral, se mantiveram calados. Com o 19º RI foi um pouco diferente porque com a passagem do Coronel Cunha Mello pelo Comando da Unidade o Regimento passou a viver sob uma grande efervescência política. E depois da Revolução ocorreram problemas sérios. Um sargento feriu gravemente dois oficiais e depois se matou. Vários oficiais e sargentos foram punidos.

Logo depois da Revolução a 6ª Cia PE viveu uma experiência que devo registrar: a grande confusão que houve na 5ª Zona Aérea (hoje V Comar, Comando

---

[5] Bairro da Cidade de Porto Alegre/RS.

Aéreo Regional). Lá os sargentos e alguns oficiais simpáticos ao Jango inutilizaram todos os aviões para o vôo. O Comandante da Base e alguns oficiais foram para o Rio de Janeiro e veio uma equipe nova para substituí-los.

Acompanhado pelo Coronel Hipólito, chegou para assumir a 5ª Zona Aérea o Brigadeiro Lavanère Wanderley. Houve uma altercação muito séria entre ele e o Coronel Alfeu, Chefe do Estado-Maior (ou de uma seção), que respondia interinamente pelo comando e que se recusava a entregá-lo. O Coronel Alfeu atirou e atingiu o Brigadeiro e foi alvejado pelo Coronel Hipólito, que saiu em defesa do chefe.

A 6ª Cia PE e a Companhia de Guardas receberam como primeira missão cercar a Base. Surgiram boatos de que o Palácio Piratini[6] seria bombardeado, e que os oficiais e sargentos tinham indisponibilizado os aviões. Passamos uma noite lá e me recordo que eu estava ao lado do hospital onde o Coronel Alfeu foi operado e acabou falecendo. Recentemente o caso foi novamente abordado na imprensa, quando a família quis submetê-lo à apreciação da comissão dos mortos e desaparecidos e saiu uma reportagem grande com depoimentos de testemunhas e de outros entrevistados.

Passados aqueles primeiros 30 dias, o General Joaquim Justino Alves Bastos assumiu o Comando do III Exército. E aí vivemos na 6ª Cia PE um fato interessante, rumoroso, com repercussão muito séria, tanta, que quase provocou a exoneração do nosso Comandante.

Era um sábado e eu estava de serviço de oficial-de-dia. À noite, uma escolta trouxe preso um tal de Capitão Daudt, da Aeronáutica. Outros oficiais já haviam sido presos na 6ª Cia PE. Naquele tempo ninguém prendia oficial no xadrez, normalmente eles ficavam detidos em uma repartição do quartel. Recordo que uns três oficiais superiores do Exército foram presos na enfermaria; lembro só de alguns graduados que ficaram presos no xadrez. Esse Capitão Daudt chegou mais ou menos às 10h30min da noite. A ordem era mantê-lo preso no quartel. Coloquei-o em uma sala que ficava junto à secretaria da Subunidade.

A porta do xadrez improvisado não tinha qualquer abertura – tipo portinhola – por onde se pudesse observar seu interior, foi trancada com cadeado e um guarda ficou a vigiá-la. No dia seguinte o Comandante foi cientificado que havia um oficial preso, foi visitá-lo e resolveu mantê-lo naquele local. Sete dias depois, o Capitão Daudt, pela madrugada, fugiu de maneira inusitada do nosso quartel.

O quarto, com um pé direito baixo – mais ou menos uns dois metros – forro de madeira meio velho, o prédio era antigo, tinha uma cama, quase um catre, com

[6] Sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

lastro de ferro e dois colchões. Do estrado foi retirada uma haste, e com ela e mais uma serra o Daudt cortou os colchões, cobertores e lençóis, quebrou o forro e saiu pelo lado da Rua Duque de Caxias. Mais ou menos às 6h30min da manhã de domingo, uma semana após a sua prisão, o oficial-de-dia, que era o Lamarca, recebeu o telefonema de uma senhora avisando:

– Olha, tem uma corda pendurada no telhado do quartel.

A parede do lado da Avenida João Pessoa era muito alta; a da Duque era mais baixa, devia ter aproximadamente uns 6m. Por ali o Capitão fugiu e a sua evasão desencadeou um certo clima de desconfiança dentro da Unidade. Foi aberto um inquérito, tendo como encarregado o Coronel Mário Fernandes, um artilheiro febiano. Terminado o inquérito nada foi apurado. Hoje, depois que se revelou o perfil subversivo do Lamarca – ninguém é criança – todos sabem que o Capitão Daudt foi auxiliado na sua fuga pelo próprio oficial-de-dia.

Outra lembrança que também merece menção é o fato de a Brigada Militar[7] – muito identificada com o Brizola – ter sofrido, após a Revolução, uma verdadeira faxina nos seus quadros com muitos dos seus oficiais afastados das funções. Tenho a impressão de que o Coronel da Brigada Walter Peracchi Barcellos, um homem radicalmente contrário à esquerda, foi o mentor desta limpeza.

Um episódio que devo registrar é a fuga e posterior perseguição ao Brizola. A 6ª Cia PE também participou da busca do ex-Governador, constituindo, talvez, o Primeiro Pelotar – pelotão operacional que se desloca e é apoiado pelo ar. Aquela também foi a primeira missão que a PE recebeu, atribuída diretamente pelo E2 do Comando do III Exército, um coronel que tinha a cabeça bem branca, cujo nome não recordo. Mais ou menos às 3h da manhã, fui chamado no meu apartamento para me dirigir ao aeroporto da Base Aérea de Canoas. Lá, o Capitão Comandante da Companhia, Capitão Raul José Ribeiro, o Tenente Martins Gomes, eu, o Lamarca e mais alguns oficiais do QG, todos equipados e armados, embarcamos e nos deslocamos de avião. Foi um momento de tensão muito forte.

Depois de mais ou menos 2h de vôo, descemos em uma fazenda cujo dono estaria apoiando a fuga de subversivos para o exterior. Disseram-nos que estávamos no Município de Herval, no local chamado Passo dos Centuriões, uma passagem em um afluente do Rio Negro que, a jusante, já no Uruguai, tem uma importante barragem hidrelétrica. Na sede da fazenda fomos divididos em duas pernas.[8] A minha recebeu o apoio de um avião da Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), e a

[7] Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

[8] Perna – grupo destacado do todo para cumprir determinada missão.

outra recebeu o apoio de um helicóptero. Foi feito um croqui, as estradas foram desenhadas e os nossos objetivos fixados: vasculhar duas fazendas. O avião sobrevoou a minha área, indicando a fazenda. Fui recebido pelo capataz que me informou que o proprietário estava em um casamento em outra propriedade.

Fui até o local indicado. A ordem recebida era para prendê-lo; uma missão constrangedora para ser executada em meio a uma festa. Ao chegar vi que todos estavam pilchados[9] – nas cidades não se via muito isso – era um casamento "à gaúcha", típico da campanha. Prendi o referido cidadão – o fazendeiro – e trouxe-o no avião. Foi uma choradeira, uma prisão em plena festa, na fazenda, uma tarefa ingrata. A outra perna, a do helicóptero, prendeu também um sujeito e viemos todos para Porto Alegre.

Com a vitória da Revolução, tivemos um outro fato digno de registro. Durante dois a três meses, Porto Alegre foi patrulhada pelo Exército dia e noite, principalmente à noite. Eram duplas em carros particulares, um oficial e um graduado, ou um subtenente ou sargento e um praça antigo. O patrulhamento era por faixas. Uma delas era entre as Ruas Voluntários da Pátria e Independência; outra da Independência até a João Pessoa; mais uma da João Pessoa até a José do Patrocínio e a última dali até próximo onde hoje corre a Avenida Beira-Rio. Qualquer agrupamento, reunião, ou movimento suspeito, era devidamente monitorado e disperso, se fosse o caso. Houve efetivamente um trabalho muito grande feito inclusive com veículos próprios dos oficiais ou dos sargentos, envolvendo a Unidade. Um sacrifício enorme.

Em 1965 fui transferido para o Colégio Militar como subalterno da Companhia de Comando e Serviço (CCSv), comandada pelo Capitão Adahil da Silva Tavares, oficial de infantaria da turma de 1950. Mais uma vez foi o Arlênio quem me levou.

Comandava o Colégio Militar o Coronel Plácido, que merece mais uma referência especial neste meu relato. Era um chefe que prestigiava os infantes, seus companheiros de arma. Sempre brinco sobre isso porque nós da Infantaria não somos muito de corriolas. O Coronel Plácido levou para o Colégio Militar tenentes da nossa arma que naquela época – modestamente vou me incluir no grupo – eram excelentes. Ele fora exonerado do Comando do 18º Regimento de Infantaria (18º RI) pelo General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército porque mandara prender inúmeros graduados que atuavam em conluio com focos subversivos existentes no Estado. Por ser um oficial muito destacado e muito positivo, foi colocado no Colégio Militar, Unidade que após a eclosão da Revolução de

[9] Vestidos com os trajes típicos do gaúcho.

1964 serviu de prisão para oficiais, que ficavam reclusos na Companhia de Comando e Serviços daquela escola.

O Coronel Plácido, hoje com 85 ou 86 anos e já na reserva, participou intensamente do movimento revolucionário do qual conhecia detalhes. Ele passou o Comando do Colégio Militar para o Coronel Portinho. Nessa época o Lamarca já estava lá em Quitaúna, de onde fugiu com fuzis, cometendo aquele desatino que todo mundo conhece, aquela bárbara traição que acabou com a carreira do Coronel Antônio Lepiane, seu Comandante. Recordo que o Coronel Portinho fez uma reunião de oficiais perguntando se alguém conhecia o Lamarca. Nos apresentamos eu e o Andrade que éramos da mesma turma dele e o Arlênio que tinha sido nosso veterano e servia na 6ª Cia PE no tempo do Lamarca. Após este encontro percebi que fora montada uma campana, à noite, na minha residência, um apartamento situado na Rua Guido Mondim, no 4º Distrito de Porto Alegre. Provavelmente a preocupação era de que o Lamarca, em fuga, em razão da nossa amizade e por termos sido companheiros de turma, pudesse vir para cá e me procurar. E eu, com esse meu temperamento, conversei com o Arlênio sobre o assunto e disse-lhe que estava agastado com aquela situação.

Minha contrariedade foi aumentando e em determinado momento resolvi falar com o meu Comandante. Fui ao Coronel Portinho e pedi a ele uma conversa reservada onde lhe disse com toda a franqueza:

– Coronel, a minha casa está sendo rondada dia e noite. Eu até compreendo a preocupação das autoridades militares em prender o Lamarca, mas gostaria que tudo fosse realizado de maneira mais discreta. Como estão fazendo acabou-se a tranqüilidade da minha esposa e dos meus familiares.

Ele me revelou algo constrangedor:

– Santos, tu sabes que por causa dessa tua amizade com o Lamarca, por ele ser seu companheiro de turma, queriam te afastar do Comando da nossa CCSv e eu não permiti.

Agradeci ao Coronel e reafirmei-lhe que sempre fora muito transparente nas minhas convicções. Ele justificou a vigilância pela preocupação de que o Lamarca pudesse dar algum golpe ao estilo Rambo.

Essa foi outra ocasião de angústia que faço questão de registrar aqui. São coisas que pensamos nunca mais esquecer mas que, com o desgaste do dia a dia, ao longo da vida, vão esmaecendo. Aí se percebe a grandeza do Exército, a Instituição sabe distinguir o joio do trigo. Nada daquilo que ocorreu nos anos de 1960 me prejudicou: fui instrutor na Academia Militar, depois fui instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, oficial do Gabinete do Ministro, Adido Militar e, no final da carreira, fui promovido a General.

Confirmando os fatos marcantes naqueles tumultuados anos de 1960: o primeiro, quando como Aspirante de repente fui guindado ao posto de Comandante de uma Subunidade envolvida em operações quase de guerra; o segundo, naquela tomada de decisão sobre a deposição do Presidente e, por último, o mal-estar que sofri quando suspeitaram, sem nenhum fundamento, que estaria ligado a um cidadão que, embora meu companheiro de farda, optara por uma trajetória de vida divergente, inclusive traindo os irmãos de arma.

Tenho a impressão de que relatei o meu testemunho como aspirante no 19º RI, uma Unidade fraturada no episódio da Legalidade – fato que antecedeu a Revolução e que foi o preâmbulo do Movimento de 1964. Depois o Regimento viveu os tristes episódios que se sabe. Trouxe por escrito as respostas às perguntas do roteiro que me foi encaminhado. Proponho concluir minha entrevista com esta leitura.

Embora o senhor já tenha atendido em grande parte a nossa curiosidade sobre os fatos ocorridos nos anos de 1960 no Rio Grande do Sul, vamos às perguntas. Na sua opinião, quais foram às causas que resultaram na Revolução de 1964?

Na tentativa de responder esta pergunta, alinhei, como é de praxe, causas remotas e imediatas. Sobre as causas imediatas eu já falei. Sobre as remotas, vou me reportar ao suicídio de Vargas e seus entornos: o manifesto à Nação em que os Ministros militares pediam a renúncia do Presidente, a atuação do Clube Militar, o Manifesto dos Coronéis, o discurso do Coronel Mamede no enterro do General Conrobert, a atuação e o papel incendiário de Carlos Lacerda levando Vargas ao suicídio, o golpe preventivo em novembro de 1955 para dar posse ao Juscelino Kubitschek, os movimentos de Aragarças e Jacareacanga e o crescimento da subversão, que até a década de 1950 praticamente não existia.

A construção de Brasília, além de ancorar a inflação brasileira, ensejou uma corrupção monumental e enfrentou uma resistência muito grande de gente que propugnava por um ritmo mais lento nas obras da nova capital. A inflação, a interiorização da capital, o trabalho de massa do Movimento Comunista Internacional (MCI), com a teoria foquista, o auge da guerra fria, todos esses fatores também contribuíram para a eclosão do movimento revolucionário. Relacionei-os como causas remotas.

Como causas imediatas alinho as agressões às instituições constituídas, patrocinadas pelo próprio Governo – algo muito parecido com os tempos atuais. Pregavam a implantação revolucionária – feita por militantes e autoridades – de uma república sindicalista. Havia uma nítida corrupção endêmica e uma inflação que já começava a tomar conta da nossa economia. Em todas as áreas ocorria um descontrole generalizado, com greves sucessivas e tensões sociais, no campo e nas

cidades. Via-se um esforço permanente no sentido de tentar denegrir a imagem das autoridades – fato que hoje acontece tanto ou mais do que naquela época.

Mas acredito que a quebra da hierarquia e da disciplina foi o ponto determinante, a senha que deu início ao movimento revolucionário em Minas Gerais. A Revolução eclodiu quando os Fuzileiros Navais receberam ordem para sufocar aquele encontro insubordinado de marinheiros e acabaram por se associar àquelas manifestações, culminando por levantar nos ombros o Almirante Cândido Aragão. Aquilo foi o estopim: a quebra ostensiva da hierarquia e da disciplina. Assim, quanto a essa primeira pergunta, repito que existiram as causas remotas e imediatas citadas. Outras causas, de menor relevância, não é o caso de discorrer nesta entrevista. É assunto mais para historiadores.

O senhor acredita que a preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento foi um acontecimento espontâneo?

Penso que – e vou dizer a razão – havia uma bem dissimulada conspiração em marcha depois de 1961. Não era um movimento do qual participasse um grande número de militares mas, no meu modo de entender, tramava-se alguma coisa. Depois da legalidade, grupos de militares e de civis passaram a se organizar para evitar a crescente escalada marxista. Acredito que não se fez uma preparação minuciosa, mas houve um relativo planejamento e coordenação em alto nível. Mais adiante vou dizer quais os grupos que participaram desta conspiração. Não era coisa de envergadura, mas empregava e congregava expressivas lideranças civis e militares. Os fatos, de certa forma, comprovaram estas minhas conjecturas.

Complementando a pergunta anterior, quais os grupos organizados, ou pessoas, que foram favoráveis e contribuíram na preparação do Movimento de Março de 1964?

Em Porto Alegre, um grupo de oficiais intermediários, conheço dois ou três, compareciam a reuniões conspiratórias realizadas dentro do Colégio Militar. Talvez o Comandante do Colégio não soubesse, mas alguns capitães, cito por exemplo o Carlos Geyer Rodrigues, hoje importante empresário, e o Roberto Fonseca, da mesma turma de Artilharia – ambos serviam no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) – participavam daqueles encontros.

Em nível mais alto, lembro de um oficial que foi meu instrutor na Academia Militar, era ajudante-de-ordens do General Castello Branco, e visitou o Rio Grande do Sul mais de uma vez no período de 1961 a 1964. Esteve aqui em Porto Alegre e em Santa Maria. Apesar de ser meu amigo, nunca me procurou. Fiquei sabendo

que ele esteve aqui umas duas vezes. O que veio fazer, se trabalhava com o General Castello Branco?

Eu não tinha certeza absoluta, porque como tenente era difícil saber sobre essas coisas, mas hoje não tenho dúvida de que havia algum movimento, haja vista a atuação de dois oficiais de destaque na época: o Coronel Plácido e o General Adalberto. O primeiro, recém-exonerado do Comando do 18º RI, e o outro, Comandante da 6ª DI, que se deslocou para Cruz Alta e depois foi para Passo Fundo ao encontro do Governador. Ora, esse deslocamento não foi decidido de uma hora para outra e provavelmente estava ajustado como forma de resistência. Também tenho dúvida e não entendo por que o Governador Ildo Meneghetti e o General Adalberto foram para aquela cidade e não para Santa Maria que era uma Guarnição bem mais importante. Isso sugere a existência de uma coordenação prévia. O Coronel Plácido ficou aqui em Porto Alegre e lembro-me de uma de suas revelações – ele era uma pessoa muito aberta – lá no Colégio Militar:

– Havíamos combinado que assumiria os quartéis do Partenon e o General Adalberto o Centro da Cidade. – Qual não é a minha surpresa quando ele – e até usou um termo forte – fugiu para Passo Fundo com o Governador.

Naturalmente o General não fugiu, tinha outros motivos para deslocar-se em direção ao interior do Estado. Então, os indícios me levam a dizer que aqueles grupos, apesar de não serem identificados, conspiravam. Registre-se também a participação dos governadores: Lacerda, do Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, de Minas. Muito importante também a audácia do General Mourão e do General Guedes, lá em Minas Gerais. Sem dúvida alguma, havia algo em preparação. A quebra da normalidade democrática é arriscada porque o sujeito poderá vir a ser – eu sempre uso essa expressão – ministro ou defunto. Aconteceu com o Che Guevara: foi ministro uma vez e depois virou defunto. Quer dizer, é complicado o sujeito se insurgir contra o Poder legal.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Sobre esta indagação alinhei algumas observações. Quando saí aspirante, o Clube Militar tinha um papel muito importante na conjuntura político-militar do País. Existia a corrente dos nacionalistas, a chapa amarela, e a chapa azul dos contrários. Era o Estillac Leal – do petróleo é nosso – com aquelas mensagens nacionalistas, algumas xenófobas. Naquela corrente estavam incorporados também os comunistas e os marxistas. Nós não sabíamos distinguir o joio do trigo. Ali houve resistência à Revolução. Hoje não se vê mais isso dentro do Exército, mas naquele tempo, ao chegar em uma Unidade, o oficial era logo sondado para ser

qualificado, ou como um oficial de tendência esquerdista, ou como um homem de extrema direita. Nos cassinos dos quartéis havia discussões político-partidárias nos horários de folga. Mais tarde apareceram também os simpatizantes do João Goulart e do Brizola. Eu percebia que o número de oficiais contrários ao Jango era expressivo, maior até do que os que se identificavam com ele. No 19º RI, em 1961, por discordar da posse do Vice-Presidente da República, vários oficiais foram presos. Já na faixa dos sargentos, ocorria justamente o oposto. Não sei se esta minha visão é correta, pois poucos sargentos foram presos. Tenho a impressão de que o ponto de vista dos nossos graduados naquela época era muito identificado com o do Marechal Lott porque ele assegurou por lei a promoção dos graduados a tenentes. Antigamente o sargento não galgava o oficialato. Houve até a alegação de que ele teria recebido a espada de ouro dos graduados por causa disto. Na Força Aérea essa divisão foi mais traumática. Na Revolução de 1964 praticamente houve um combate dentro da Base Aérea: um disparo contra um brigadeiro e a morte do Tenente-Coronel Alfeu que foi o agressor. E houve ainda a prisão de dezenas de graduados que na época participaram ativamente do desarme e imobilização dos aviões no solo.

Como foi o desencadeamento da Revolução em sua cidade, ou estado?

Eu já me reportei sobre o assunto ao comentar os antecedentes da Revolução. Depois da fuga de João Goulart a situação se acalmou gradativamente. Na Brigada Militar houve o afastamento de comandantes e oficiais simpáticos à causa brizolista, com a substituição daqueles considerados comprometidos com o antigo Governo. O Governador era o Ildo Meneghetti, um revolucionário. O Sereno Chaise, Prefeito de Porto Alegre, homem do PTB, foi afastado e preso como também o foram algumas lideranças, políticos e um número razoável de sargentos.

Recordo-me que uma noite levei presos para a Serraria vários sargentos, do 18º e do 19º, alguns até meus conhecidos, gente com quem havia trabalhado. Lá era a prisão de oficiais e de sargentos. Na sua maioria, aquela gente não era comunistas coisa nenhuma. Afora uns poucos esquerdistas a maioria foi levada à prisão por não concordar com a deposição do Jango.

E como a população local recebeu a Revolução?

Na primeira abordagem, disse que ao chegar aqui, para surpresa minha, observei que a população do Rio Grande do Sul era maniqueísta, dicotômica, claramente dividida em duas metades: uma aliada a Vargas e a outra ligada ao Partido Libertador. Era bem nítida essa divisão e, de uma maneira geral, houve resistências naturais em virtude da conhecida simpatia do Partido Trabalhista e dos seguidores

de Getúlio Vargas pelo Jango. No passado, os marxistas não apoiaram Vargas e até foram contra ele. Mas naquela ocasião, se aliaram com a resistência dos intelectuais na sua tradicional postura antimilitarista.

Tenho um ponto de vista sobre esta aversão ao militar, algo que sempre me impressionou e que considero reflexo da tendência histórica de interferência do segmento militar no processo político. A intelectualidade, pelo menos setores dela – e eu convivi com diplomatas que são pessoas com cultura bem acima da média –, todos aplaudiam e aplaudem as campanhas civilistas. A postura antimilitarista vingou ao longo do Império, da República velha, dos anos da Revolução até os dias atuais. Hoje, através dos formadores de opinião – os jornalistas, os setores intelectuais e os artistas – essa gente reage contra nós militares e relata, de forma teatralizada, a tíbia resistência oferecida às forças que derrubaram a subversão.

Segundo o seu ponto de vista, o que mais se esperava dos novos governantes?

O restabelecimento da ordem e o funcionamento das instituições que já começavam a falir, embora em grau muito inferior àquilo que assistimos hoje. A população ansiava por ordem, respeito, combate à corrupção e pela recuperação da credibilidade interna e internacional que estávamos começando a perder. Aspirava-se também a retomada do desenvolvimento com melhoria salarial de categorias marginalizadas. Vale lembrar que os militares, na época da Revolução de 1964, estavam vivendo a pão e água. Lembro-me que companheiros – oficiais e sargentos – trabalhavam à noite em empregos de segunda linha para complementar o orçamento familiar. Logo após a Revolução de 1964 os nossos vencimentos foram, realinhados, embora sem nenhum exagero.

A recomposição da moeda e a recuperação da economia foram evidentes no Governo Castello Branco. A equipe de Governo, com destaque para o Roberto Campos e o Bulhões, criou importantes instrumentos econômicos tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), conquistas importantes para o povo. O respeito aos acordos internacionais e à propriedade privada foram estabelecidos em contraponto àquele discurso de invasões e de reforma agrária na marra. Era o que se esperava da Revolução e, principalmente no primeiro governo, sob este aspecto ela foi positiva.

Em sua opinião, como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na edição dos atos institucionais e na escalada revolucionária?

A contestação se iniciou no Congresso e nas Assembléias estaduais, através dos parlamentares que comungavam com o ponto de vista daqueles que haviam

sido afastados da vida pública. De 1964 a 1968 não tivemos grandes contestações. Mas a partir de então, por várias razões, elas começaram a acontecer, principalmente nos centros acadêmicos das universidades. Foi quando houve um erro, se cometeu um terrível engano: não se investiu como se devia na formação de recursos humanos. Lembro-me de colegas nossos que diziam:

– O estudante não nos preocupa. Nossa preocupação são os movimentos de operários, de centrais sindicais, de ferroviários e portuários.

Era estudante da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) quando o Coronel Carlos Aloysio Weber, Comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Construções (5º BEC), a convite do Professor Manoel Leão, que chefiava a cadeira de estatística, veio fazer uma palestra na nossa Escola. Ele também se formara aqui na UFRGS, em 1961 ou 1962 – eu me formei em 1968. Cerca de 300 alunos lotaram o auditório da Universidade. Os jovens de pensamento de esquerda foram ali para contestar o conferencista, mas ele comprou aquela turma toda com seu discurso patriótico e inclusive levou alguns engenheiros para o 5º BEC, onde fizeram estágio e voltaram encantados com o trabalho daquele batalhão pioneiro.

Concluindo: a contestação inicial, no meu modo de entender, foi no Congresso e nas Assembléias estaduais, seguida do confronto contra o Poder Constituído. É importante que se diga que o Poder discricionário também é Poder e quem se insurge contra ele, como eu já disse, será ministro ou defunto. Foi o início de uma escalada de violência que também teve como moldura as confusões de 1968 na França e em Woodstock, com as tropelias daquela juventude *hippie*. Como sempre, o Brasil também sofreu a influência externa, engajando parcela de nossos estudantes, que foram, não chego a dizer, abandonados, mas colocados em uma prioridade mais baixa.

Os centros acadêmicos, as universidades, sempre foram e serão o grande centro formador de lideranças políticas, essa é a realidade. Quando não nos preocupamos com essas lideranças, ou as desprezamos colocando-as numa posição secundária – e é inquestionável que a universidade é uma caixa de ressonância, onde jovens idealistas discutem e se insurgem – tudo pode acontecer. Eu sempre repito que o jovem é um elemento idealista, nós carimbamos em seu coração o que quisermos, basta darmos a ele a devida atenção.

Com esse engajamento de estudantes e de intelectuais à esquerda subversiva, obrigou o desencadeamento de ações contra a guerrilha urbana e rural, culminando com uma violenta repressão. O fechamento do regime, a impossibilidade de canais por onde pudessem escoar as reivindicações justas dos jovens e da inte-

lectualidade, a censura e coisas do gênero, foram criando uma situação que culminou com seqüestros de embaixadores e assaltos a bancos. Os Lamarcas da vida, alguns até de forma idealista, se engajaram nisso por serem jovens, ou por convicção filosófica, e aí houve repressão.

No meu modo de entender – e o General Ernesto Geisel fala isso no livro dele – não se combate a guerrilha com a guerra ética que aprendemos. Guerrilha é guerra suja, é uma guerra diagonal, e quem está disposto a combatê-la, tem que usar armas muito semelhantes àquelas que são usadas pelos guerrilheiros. Somos militares e quando recebemos a missão de resolver um problema analisamos os fatores da decisão, inclusive o inimigo. Adotamos então as medidas necessárias para contê-lo. Essas medidas, naturalmente, não poderiam ser tímidas ou ingênuas. Chegaram até a ser violentas, como o foram o endurecimento do regime e a edição de atos institucionais aprovados pelo Congresso – uma legislação que depois eles diziam, e dizem, draconiana. Na realidade aquilo tudo foi uma bola de neve. Mais tarde houve a contestação do emprego da tortura e dos excessos que ocorreram de parte de ambas as facções em confronto. As coisas foram acontecendo, inclusive pela falta de visão dos subversivos e das autoridades competentes.

Qual a sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Tive um primeiro impulso de analisar governo por governo mas resolvi falar de forma genérica, até por respeito aos nossos chefes que foram guindados, ou escolhidos para exercerem essa difícil tarefa. Cada governo aconteceu a seu tempo. É muito fácil fazer uma análise deslocada no tempo, sem a moldura e sem os ingredientes da época. Cada um deles cumpriu o papel oportuno que lhe cabia.

A longa permanência no Poder, no meu modo de entender, contribuiu para o natural desgaste do regime, indispondo o segmento militar contra os conhecidos núcleos formadores de opinião: setores da intelectualidade brasileira, inclusive os jornalistas e artistas, o clero etc. Esse fenômeno não é novo. Certa vez, conversando sobre o assunto, tive oportunidade de me manifestar:

– Quando se vai aos Estados Unidos, à Alemanha, à França – que visitei oficialmente como General – percebe-se que os franceses, os alemães ou os americanos, não têm dúvida sobre o papel das Forças Armadas. Hoje a nossa intelectualidade, por despreparo, e até por um arquétipo herdado dos antepassados, julga que o militar é desnecessário. Não falo do homem simples nem da classe média. Falo, isto sim, dos artistas e dos intelectuais que só lembram dos militares nos momentos críticos. Até hoje se vê isso:

– Há alguma confusão? – Chama o Exército!

Esquecem que o Exército é parte integrante da Nação. Penso que a permanente interferência do segmento militar no processo político ao longo da história do Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, exacerba os ódios e as incompreensões quanto ao papel das Forças Armadas. No meu último ano na ativa, participei de uma conferência em Washington, e foi estarrecedor ouvir uma pregação sobre a inutilidade do Exército, com uma proposta de modificação das Forças Armadas, tornando-as Forças Policiais. Ora, as instituições militares brasileiras são a coluna vertebral desse País e a sua história se confunde intensamente com a história do Brasil. É o que penso.

O senhor comentou que a guerrilha seria uma guerra diagonal, não admitindo ingenuidade nos enfrentamentos. O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Li em uma publicação recente do Clube Militar, que historicamente as Forças Armadas se constituíram em uma barreira contra as intenções de ideologias escusas, desde a criação do Partido Comunista no Brasil. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica foram um obstáculo ao comunismo em 1935 e ao longo de toda a história recente do País. Apesar dos excessos cometidos – em virtude do tipo de combate – os melhores argumentos são os resultados: outros países, como a Colômbia, ainda vivem esse drama da guerra revolucionária; Angola, continua sua luta sem-fim; Chiapas, no México, é outro exemplo de guerrilhas inacabadas. No Brasil o Exército sufocou, de forma inteligente, a ameaça comunista. Desenvolveu uma doutrina de combate cuja forma e estratégia utilizadas foram altamente eficientes. Ocorreram excessos? Sem dúvida que ocorreram, mas por causa da natureza da guerra enfrentada. Uma guerra diagonal, de que já falei, precisa de ações oportunas. Os excessos devem ser evitados, mas é bom frisar, eles não foram de um lado só. O próprio Lamarca, no Vale da Ribeira, esmigalhou a cabeça de um tenente porque não podia matá-lo a tiros. Depois atirou e matou para roubar banco. Ele matou pessoas friamente. E é contrariado e com tristeza que falo isso. Afinal, ele foi meu companheiro de bancos escolares e de farda. O Carlos Marighella fez a mesma coisa.

Uma guerra suja, sem dúvida, utiliza processos sujos e isso deve servir como ensinamento também. O Getúlio tomou uma decisão histórica nesse campo: ele criou uma polícia e não envolveu diretamente o Exército na repressão interna. O oficial do Exército é formado para uma guerra ética. Para isso ele exercita diariamente os valores do cidadão, do cumprimento do dever, da honra, da dignidade, que são, podemos dizer, o contraponto dessa guerra suja. Então considero que o grande erro dos governos que enfrentaram a subversão foi não terem criado uma polícia especial, desvinculada das Forças Armadas, para conduzir aquela guerra.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira em favor da Revolução foi realizado adequadamente?

Já me reportei a isso. Houve um trabalho, montaram uma equipe para divulgar o "Brasil: ame-o ou deixe-o." Foi razoável, mas não alcançou os objetivos. Ao povo, você até que pode satisfazer oferecendo pão e circo, dito no sentido de que é possível contentá-los com argumentos simples. Agora, para o jovem e para o intelectual, isto não é suficiente. Com eles você tem que argumentar com consistência para poder cooptá-los. Descuramos das universidades dando anel de doutor a uma série de pessoas que não tinham a qualificação necessária para tanto. Quando alguém recebe um diploma e se julga dono do conhecimento, demonstra que não está tão preparado assim. Entendo que a comunicação social deixou a desejar, principalmente nas universidades – junto aos corpos docente e discente – e também com os formadores de opinião.

Claro que tivemos projetos inteligentes. O Projeto Rondon, por exemplo, procurou inserir e integrar o universitário na realidade brasileira de então. Foi ótimo enquanto durou. Faltou a sedimentação da idéia, institucionalizando o trabalho do formando e do graduado à sociedade brasileira, durante um período determinado, como forma de pagamento do estudo em universidades públicas gratuitas. Poder-se-ia, assim, proporcionar ao estudante e ao graduado a oportunidade de contribuir decisivamente nas políticas sociais. Seria ótimo para o País e para a formação do jovem. Nesse aspecto a comunicação social fracassou.

Qual a sua avaliação sobre o comportamento da opinião pública internacional a respeito da Revolução de 1964?

Aprendemos ao longo da carreira que os países não têm amigos, têm vínculos de interesses. Cito como exemplo o nosso tradicional aliado, os Estados Unidos. Em 1964 sua posição era claramente de apoio incondicional ao movimento; hoje o governo norte-americano critica duramente os regimes autoritários. Como sempre, cada país que tinha seus interesses em relação a nós, ou compreendeu e aceitou a Revolução, ou criticou a nossa postura. As nações abrangidas pelo bloco dos Estados Unidos, de uma maneira geral, aceitaram bem a derrubada do Governo do Jango Goulart.

Na América Latina, onde havia governos militares semelhantes, a interferência no processo político foi muito mais traumática do que no Brasil. É preciso que se diga que a repressão por aqui, se comparada com a de outros países, foi insignificante. Uso até uma expressão do Senador Roberto Campos a respeito: "O Brasil é o jardim-da-infância da repressão." Para bem caracterizar esta afirmativa, lembro que aqui, na guerra suja, morreram trezentas pessoas, em Cuba setenta mil,

no fascismo e no nazismo alguns milhões, e no mundo soviético foram quase duzentos milhões. A Revolução brasileira, de certa forma, correspondeu ao nosso traço cultural pois o homem brasileiro é pacato, não é violento, embora existam correntes que não concordam com esta avaliação.

Os satélites da União Soviética naquela época não viam com bons olhos a Revolução, mas o Brasil não deixou de comerciar com os principais países do mundo por causa do Movimento de 1964. Dependendo dos interesses, a ótica de alguns países era diferente de outros.

Como foi o desengajamento do Exército do Poder ao longo do ciclo revolucionário?

Sobre o retardo no desengajamento do Exército do Poder faço alguma restrição, mas julgo que a nossa postura após o ciclo revolucionário foi prudente. É paradoxal o que vou dizer: apesar da tibieza do Governo Sarney, pelo que foi muito criticado, acho que ele foi adequado à conjuntura. A sua personalidade permitiu flexibilizar a transição durante aqueles cinco anos e de certa forma amorteceu posições apaixonadas e sectárias. Se tivesse sido um governo com um presidente inflexível, de temperamento forte, essa fase de mudanças teria sido muito mais traumática, poderia comprometer o processo de transição e o conseqüente desengajamento do Exército da cena política.

Certamente a transição e a saída do Exército do campo político com a presença de figurantes mais duros não seria tranqüila. Assim, o papel do Presidente Sarney, apesar de criticado, foi o mais adequado durante aqueles cinco anos.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento justo?

Não, com certeza não. Deveria ter sido entregue ao término do terceiro período, ao final do Governo do General Médici. Antes não havia possibilidade por causa das ocorrências de 1968. Demorou-se um pouco para fazer a entrega total do Poder aos civis e sofremos por isso um desgaste natural. Todo o governante sofre esse desgaste. Embora houvesse alternância no Poder, os políticos e os analistas achavam que sendo um general o presidente, o governo era militar, era uma ditadura.

Como aluno da Escola de Estado-Maior, aprendi que o Poder não admite vácuo e ao mesmo tempo encanta. Ninguém daquelas corriolas queria se desengajar. Penso que demoramos um pouco além do devido para entregar o Governo.

Qual a sua opinião sobre o "revanchismo"?

O "revanchismo" era previsível. Quem conhece o radicalismo da esquerda e o ânimo do ser humano, sabe que seria muito difícil apagar as marcas do confronto.

Para isto precisaria de uma decisão muito inspirada. Vou exemplificar com um fato histórico: era aluno da Escola de Estado-Maior e um conferencista nos mostrou aspectos interessantes sobre o regime franquista. O Franco assumiu o Poder depois de uma revolução civil sangrenta, que foi, podemos dizer, o preâmbulo da Segunda Guerra Mundial. Ele teve uma habilidade política ímpar, era um estadista de visão. Quarenta e cinco por cento dos espanhóis eram analfabetos e Franco, além de reverter aquela situação, disciplinou o crédito fundiário e construiu centenas de barragens para irrigação e para geração de energia elétrica. Tudo isso deu um impulso à infra-estrutura, mas o mais importante é que o Franco teve a sabedoria de chegar para o rei e dizer:

– Você sai do País porque a revolução ganhou, mas me indique um dos seus filhos para que o prepare para ser rei.

O mais velho não quis, o segundo também não e então ele mandou o Dom Juan preparar-se em Portugal. Teve a sabedoria política de planejar a entrega do Poder a quem ele imaginava que deveria ser o detentor: ao Rei de Espanha. E a Espanha, um País bem mais machucado do que o Brasil, pois não tem uma família que não tenha uma marca de sangue, hoje é um País pujante. Franco mandou erigir um monumento, o *Vale de los Caidos*, onde fez colocar os restos de todos os espanhóis mortos no conflito e – parece até mágica – conseguiu fazer com que na Nação, excluídos alguns problemas no país basco e em movimentos separatistas, não que se apagassem, mas que pelo menos esmaecessem as mágoas da guerra civil.

O Brasil viveu um problema muito menor, mas não teve ninguém com a visão do Franco. Como não houve planejamento na alternância do Poder julgo que o "revanchismo" aqui era previsível. Assistimos aqui ao lado o que fizeram com o General Pinochet. Apesar de ele ter adotado todos os procedimentos para que a transição fosse tranqüila, o "revanchismo" no Chile é muito forte. Algo semelhante acontece na Argentina, onde foram condenados inúmeros civis e militares, inclusive alguns generais. O mesmo ocorreu também no Uruguai. O desejo de vingança é algo que faz parte da natureza humana e seria ingênuo pensar-se que com uma lei de anistia se apagam as marcas deixadas pelos confrontos. Para evitar o "revanchismo" só com uma medida política muito inteligente, como aquela que citei do Franco, que, para mim, foi genial. Entregou o Poder ao filho do inimigo, tendo assumido o preparo do futuro Rei. Não foi nos aspectos econômicos, sociais ou militares e sim no aspecto político que o estadista teve a visão de preparar a transição do governo espanhol sem traumas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira? Ou acha

que as nossas instituições carecem de aperfeiçoamento, considerados os ideais da Revolução de 1964?

Não acredito que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preencham os anseios da Nação. Reproduz-se hoje no Brasil, e de forma exacerbada, a busca do mesmo quadro de desarmonia que ocorreu há quase 40 anos. É a falência da autoridade, a desmoralização das instituições, um ataque sistemático à necessidade da existência das Forças Armadas. No meu modo de entender, dentro de um projeto urdido pela esquerda, mas com a concordância de países fortes, até as polícias estaduais estão sendo estioladas, pois não lhes interessa ter um Brasil pujante.

A diferença de hoje para a sociedade de 1964 é que a nossa capacidade de indignação, se compararmos com a existente naqueles tempos, parece fragilizada. Não sou historiador e também não estou vaticinando, simplesmente vejo com muita preocupação os rumos políticos que estamos seguindo. Há necessidade de correções. Talvez o regime Parlamentarista, mas esta forma de governo não é aceita pela nossa cultura. Às vezes duvidamos que ele seja eficaz; não se vê partidos que efetivamente representem os segmentos da nossa sociedade e possam sustentar o Parlamentarismo. Quando falta uma decisão política consistente, o resto emperra, pois são as providências de natureza política que direcionam as demais. Era o que tinha a dizer nesta entrevista que, para minha alegria, irá fazer parte do Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. Pergunto se os senhores desejam algo mais.

Somente agradecer ao General Carlos Augusto Fernandes dos Santos pelo belo depoimento que nos ofereceu, onde pintou com tintas claras e firmes uma época em que confrontos internos convulsionavam um Exército cheio de fraturas. A par do relato minucioso e pleno de ensinamentos, o General Santos nos brindou com uma análise muito corajosa da atual conjuntura vivida pelo País.

General-de-Brigada Álvaro Nereu Klaus Calazans

Nasceu em São Borja (RS) em fevereiro de 1940. Ingressou no Exército em 1957 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 20 de dezembro de 1962. Classificado no 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv), Lages (SC), vivenciou a Revolução de 1964 naquela Unidade. Graduou-se em Engenharia de Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1969, retornando à Engenharia de Construções, desta vez para o 1º Batalhão Ferroviário (1º BFv) em Bento Gonçalves (RS) e posteriormente em Lages. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1974. Convidado para ser professor do IME, lá permaneceu até 1977, indo então prestar serviços no Estado-Maior do Exército (EME) como Adjunto da 6ª Subchefia.

Concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1982, sendo classificado no Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (14ª Bda Inf Mtz) em Florianópolis (SC). Foi nomeado para o Gabinete do Ministro do Exército em 1985. Assumiu o comando do 1º BFv em 1988 e ao fim da missão foi nomeado Adido das Forças Armadas na Iugoslávia onde permaneceu até 1992, de lá retornando para ser o Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar (3ª RM).

Promovido a Oficial-General em março de 1994 comandou a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), em Santa Maria (RS) até 1995, quando foi nomeado Diretor de Material de Engenharia em Brasília.

Foi agraciado com inúmeras condecorações internacionais e nacionais. Transferido para a reserva, atualmente dedica-se à Engenharia Civil.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2000.

Hoje entrevistaremos o General Álvaro Nereu Klaus Calazans, um dos mais brilhantes oficiais da Arma de Engenharia que compõem a geração dos anos de 1960 da AMAN. Como Coronel, o entrevistado foi meu Chefe do Estado-Maior na 3ª Região Militar, cargo que exerceu e honrou com sua reconhecida inteligência, dedicação e competência.

Em 1964, nos dias da Revolução, o depoente viu-se envolvido em um caso inusitado ocorrido no Passo do Socorro, limite entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, caso em que o entrevistador também se envolveu indiretamente. Com a palavra o nosso convidado, General Calazans.

Para iniciar, minha surpresa por estar sendo ouvido sobre a Revolução de 1964, já que dela fui um partícipe, posso dizer, insignificante. Fui tomado de absoluta surpresa com a sua deflagração e por causa dela vivi alguns momentos interessantes da minha vida profissional. Na ocasião, era um jovem Segundo-Tenente de Engenharia do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv) – acantonado em Lages-SC – servindo fora da sede da Unidade, o que redundava em quase que total alheamento do que estava acontecendo no campo político do País. Não havia nenhum oficial trabalhando comigo. Encontrava-me com meu Comandante de Companhia uma vez por semana, e assim mesmo nem todas, porque a nossa Companhia estava se mudando para outra estrada a ser construída. Apenas a Residência[1] que chefiava não se mudaria. Em conseqüência, os contatos com o Comandante e com os demais oficiais da minha subunidade eram esparsos e neles só conversávamos sobre o trabalho. Nas minhas eventuais idas à sede do Batalhão – raríssimas e muito rápidas – também só tratava do serviço.

Nos finais de semana, encontrava-me com os companheiros de "República" e a conversa girava em torno daqueles assuntos típicos do interesse de tenentes solteiros. Por isso não tinha qualquer idéia sobre o que ocorria e acredito que o mesmo acontecia com todos os tenentes destacados fora da sede.

Meu primeiro contato com a Revolução se deu com ela já deflagrada, no dia 1º de abril. Estava destacado na Residência de Vista Alegre, situada junto a então BR-2, hoje BR-116, entre Lages e a divisa com o Rio Grande do Sul. Por volta das nove horas da manhã desse dia o meu operador do "rádio" – meio que nos ligava à sede do Batalhão – transmitiu-me a ordem do Subcomandante para que me apresentasse imediatamente a ele. Vinha sem qualquer outra explicação. Fui ao posto de rádio e informei ao Ajudante do Batalhão, então Capitão Jorge Feijó, que não poderia ir porque a usina de asfalto estava funcionando e havia uma determi-

[1] Fração de uma Companhia de Engenharia de Construção, variável em meios de acordo com a missão a cumprir.

nação peremptória no sentido de que o Tenente residente não se afastasse do canteiro sempre que a usina estivesse em operação. Isso aí dá uma idéia clara do meu alheamento com o que estava ocorrendo. Poucos minutos depois, o próprio Subcomandante do Batalhão, o então Tenente-Coronel Olavo Pereira Estrela, me chamou ao "rádio" e determinou que me apresentasse com urgência, fosse qual fosse a situação do trabalho na Residência. Em conseqüência, desloquei-me até a sede e, lá chegando, deparei-me com um quadro inusitado. Todos os oficiais do Batalhão presentes no quartel – inclusive vários dos destacados – estavam armados e equipados, prontos para sair, o que, para mim, se constituiu em uma grande surpresa. Sem conseguir conversar com qualquer outro companheiro, fui levado rapidamente pelo Tenente-Coronel Estrela à presença do Comandante do Batalhão, Coronel Samuel Augusto Alves Corrêa que, sem maiores detalhes, entregou-me uma ordem por escrito determinando que, a fim de que o Batalhão pudesse cumprir determinações recebidas da 5ª Região Militar (Curitiba), me deslocasse para a região do Passo do Socorro[2] para assumir o controle da ponte e garantir o livre trânsito por ela. Esse era o objetivo da tomada da ponte, o que me pareceu lógico e natural, tendo em vista que esse trecho da rodovia, inclusive a ponte, eram encargos do Batalhão, que ali executava ainda alguns trabalhos de acabamento, cuidava da sua manutenção e assegurava o tráfego. Entendi a missão como sendo mais uma tarefa típica da nossa engenharia de construção. Não tinha idéia e nem a ordem que recebi por escrito alertava para a possibilidade eu enfrentar problemas de natureza militar com o eventual encargo da manutenção da posse da ponte pela força. Foram-me dados um jipe e, em um ônibus, seguiram embarcados dois sargentos e 30 soldados. O Subcomandante me disse que o Tenente Maurício Lúcio Teixeira, que chefiava uma Residência do Batalhão situada a cerca de 10km acima do Passo do Socorro, já estaria me esperando no local, pois recebera orientação para deslocar-se e iniciar o controle do tráfego sobre a ponte. Estava indo para lá porque ele, Tenente Maurício, não teria como continuar exercendo a fiscalização por não dispor de tropa. Era o único militar naquela Residência, pois ela estava sendo desativada.

Cerca de uma hora após ter saído do Batalhão, no início da descida para o Passo do Socorro, conhecida como a Serra do Pelotas, como precaução, e também porque não tinha idéia de como posicionar meus homens para o trabalho – já que pouco conhecia do local –, determinei que um dos sargentos permanecesse ali com os soldados e o ônibus, enquanto eu e o outro sargento iríamos fazer um reconhe-

[2] Local de travessia da BR sobre o Rio Pelotas, divisa de estados RS/SC.

cimento da área da ponte. A cerca de 1km antes da ponte, avistei o Tenente Maurício e a sua viatura estacionada ao lado da estrada. Ele estava fora do veículo, em pé, conversando – pelo menos assim me pareceu – com outros militares. Entre avistá-lo e chegar próximo dele decorreu pouco mais de um minuto, devido a sinuosidade daquele trecho. Não tive tempo de fazer qualquer avaliação do que via. A presença de outros militares se constituiu em uma surpresa total. Parado o jipe, fui de imediato abordado por um oficial que, em seguida, constatei tratar-se do Coronel João Guerreiro Brito, Comandante do 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv) de Vacaria, cidade do Rio Grande do Sul próxima da divisa com Santa Catarina. Ele me perguntou o que eu fazia ali, que ordens tinha e de que lado estava o Batalhão. Quando dizia que ali estava para cumprir ordens que o Batalhão recebera da 5ª Região Militar, o Coronel me interrompeu:

– Você está preso! Desembarque e me entregue a sua arma!

Desde que avistei o Maurício e os demais militares até o momento em que fui preso e desarmado passaram-se poucos minutos. A minha estupefação era total. O Sargento que estava comigo, sentado no banco de trás do jipe, também desceu, foi preso, desarmado e levado não sei para aonde. Permaneci naquele local, próximo do Maurício e dos oficiais que estavam ali. Não me lembro de ter conversado com alguém. Estávamos bem próximos, mas não nos falávamos. A situação para mim era surrealista! Estava perplexo... Acabava de ser preso sem saber por quê. O Coronel Guerreiro Brito saiu do local. Fiquei por ali, caminhando em torno de mim mesmo, creio que cerca de meia hora.

Alguns fatos interessantes então ocorreram. Lembro, por exemplo, de um ônibus de linha – São Paulo/Porto Alegre – que parou praticamente em frente a nós e de um passageiro ter colocado a cabeça para fora da janela e dito:

– Guerra no Brasil não existe, isso é só confusão, não vai dar em nada. Olha ali, tem até um oficial desarmado na estrada.

O oficial era eu, só que ele não sabia porque estava desarmado. Alguns minutos depois recebi ordem para embarcar no meu jipe, no qual continuava o meu motorista, e seguimos para Vacaria. Acompanhou-me nesta inesquecível e triste viagem, sentado atrás de mim e armado com uma metralhadora de mão, o então Capitão Dalvo João Storchi, que conheci no Clube dos Oficiais, em Lages, quando ele e colegas meus de turma, que serviam em Vacaria, ali estiveram em um passeio de fim de semana. Nada conversamos desde o Passo do Socorro até o Batalhão, em Vacaria. Não sei qual dos dois era o mais constrangido.

Na sede do Batalhão fui apresentado ao Subcomandante, Coronel Américo José Brasil, a quem também não conhecia e, em seguida, levado à sala da 2ª Seção (Infor-

mações) – vi a placa na porta. Um Capitão, que me pareceu muito contrafeito, sem muito entusiasmo me fez algumas perguntas. O que me perguntou e o que respondi já não lembro mais. Depois fui conduzido para a enfermaria, onde já estava o Tenente Maurício. Não o via desde o momento em que fora preso à beira da estrada, quando me dirigia para o Passo do Socorro. Só então trocamos algumas palavras. Ele também estava absolutamente surpreso e não sabia o que estava acontecendo.

Ficamos ali até sermos levados para o almoço no refeitório dos oficiais do 3º Rodoviário. Lá chegando, constatei que o ambiente estava esquisito. Lembro-me de alguns oficiais que me abordaram rapidamente, dando-me a impressão de que até meio às escondidas, não querendo demonstrar que conversavam comigo. Perguntaram-me qual era a situação do 2º Rodoviário, já que ali no 3º Rodoviário havia questionamentos sobre o que estava havendo na Unidade. Não podia responder nada porque se não sabia nem o que estava ocorrendo comigo, muito menos com meu Batalhão. Encontrei alguns companheiros de turma, que não via há algum tempo, mas também não trocamos nenhuma idéia a respeito do que acontecia.

Parece que a minha presença e a do Maurício no refeitório não foram muito bem vistas pelo Comando do Batalhão porque, em seguida, mesmo antes de acabarmos o almoço, fomos retirados do local – eu e o Maurício – e levados para o quarto do oficial-de-dia, onde ficamos praticamente incomunicáveis até sermos libertados, ou liberados, não sei qual o termo mais adequado, no final do dia seguinte.

Acompanhávamos o movimento da Unidade através de uma pequena janela na porta que dava vista para o pátio interno do quartel. Não recebemos nenhuma visita, nenhuma informação. Dormimos ali, de 1º para 2 de abril. Naquela noite, através do rádio de alguém que estava próximo do quarto, ouvimos o pronunciamento do então Governador Leonel Brizola, feito em Porto Alegre, um discurso que ficou famoso e no qual ele incitava os graduados a eliminarem os oficiais. Aquilo de fato nos causou um choque muito grande, a mim e ao Maurício, porque não tínhamos a menor idéia de que pudesse haver qualquer confronto entre graduados e oficiais. No 2º Rodoviário não havia ambiente para isso, conforme se confirmou nos dias seguintes. As possíveis diferenças políticas entre os militares do Batalhão nunca afloraram. Política não era objeto de nossas conversas no quartel. O congraçamento, o companheirismo entre graduados e oficiais era muito acentuado. Só quem já serviu em uma Unidade de Construção e esteve destacado entende como um oficial e um graduado conseguem atingir o excelente nível de relacionamento que nós tínhamos no nosso Batalhão. Lá, na busca do melhor resultado na nossa missão, trabalhávamos com mútua abertura e confiança. Por isso, quando ouvimos o discurso do Governador Brizola ficamos indignados e alarmados.

Para aumentar a nossa nascente intranqüilidade, deixamos de ouvir o rádio antes do final do discurso. Passamos o restante da noite semi-acordados e ansiosos por notícias sobre o desenrolar dos acontecimentos.

No dia seguinte, ao trazer uma refeição, o taifeiro nos disse que o Batalhão passava por um momento difícil e que havia dentro da Unidade um movimento de oficiais que eram contrários às atitudes que o Comandante estava tomando. Não sabia bem qual era a posição do Coronel. Informou-nos ainda que os oficiais teriam tentado prendê-lo e, como conseqüência, encontravam-se presos em outro local do Batalhão. Isto nada acrescentou ao que sabíamos e pensávamos do momento que estávamos vivendo.

Permanecemos naquela situação até por volta das 17 horas quando ouvimos o toque de formatura e presenciamos o Batalhão entrar em forma no pátio bem em frente ao local em que nos encontrávamos. O Coronel Guerreiro Brito dirigiu-se à tropa em termos incisivos e peremptórios. Relatou o que estava acontecendo e comunicou que naquele momento entregava o Comando do Batalhão absolutamente ciente do que estava fazendo. Permanecia convicto nas suas idéias e que todos aqueles que pensavam diferente – o Exército, que enveredara por outros rumos – estavam errados. Falou que a rebelião, revolta, levante ou golpe, não me recordo mais o termo exato utilizado, não poderia prosseguir porque não obteria êxito. Disse ainda que essa entrega do Comando era passageira, pois, em breve, a situação mudaria. Foram as melhores informações até então recebidas por nós. Finalmente estávamos atualizados! Na verdade, não ouvimos claramente tudo o que o Coronel falou. Não nos encontrávamos suficientemente próximos para isso, mas foi o bastante para aquilatarmos a gravidade do momento.

Pouco depois do término da formatura, já escuro, um oficial apareceu e nos levou ao Gabinete do Subcomandante, onde fomos recebidos por outro oficial, um Major, que, concluí, ocupava o lugar do Coronel Brasil. Disse-nos que estávamos liberados para retornar a Lages. Enquanto o Maurício permanecia no Gabinete, fui encaminhado à outra sala, onde recebi minha arma de volta e assinei o correspondente recibo. Em seguida, levaram-me até o jipe onde encontrei o mesmo motorista com quem saíra de Lages. Não lembro mais sobre o que aconteceu com o sargento que estava comigo. Também não recordo se, como nós, foi recolhido à Vacaria ou se permaneceu no Passo do Socorro até ser reintegrado ao nosso Batalhão. Voltei apenas com o meu motorista. Não vi mais o Tenente Maurício. Retornamos à Santa Catarina em separado.

Saí do 3º BRv cerca das vinte horas e cheguei em Lages por volta das 21h30min. No percurso me chamou a atenção a absoluta normalidade existente na estrada, e

em especial no Passo do Socorro, onde nada indicava o que ocorrera ali tão poucas horas antes. Dirigi-me ao quartel, e lá chegando fui de imediato ao refeitório dos oficiais onde estaria o Coronel Samuel, conforme me informaram no Corpo da Guarda. Ao entrar no local, fui saudado com uma tão sonora quanto inesperada salva de palmas. O salão estava repleto de oficiais do meu Batalhão e, soube em seguida, de uma Unidade de Artilharia vinda de Campinas, ou Jundiaí.

O Coronel Samuel me recebeu e me abraçou efusivamente. Disse que lamentava muito o fato, mas que eu havia cumprido com o meu dever. Falou ainda para que não me preocupasse porque aquele episódio não iria afetar a minha carreira, pois o tempo se encarregaria de apagá-lo.

Permaneci no quartel por 35 dias. Aliás, nenhum oficial destacado voltou de imediato às atividades no campo. Ficamos sabendo que o nosso Batalhão foi a última Unidade do Exército a sair da prontidão. Nesse período, nós, os oficiais subalternos, cumprimos várias missões vinculadas ao momento nos municípios vizinhos a Lages. Missões de reconhecimento, de apreensão de documentos e de captura de pessoas que haviam se pronunciado contra o movimento.

Interessante, e é preciso registrar, que nesse período em que nós passamos na sede do Batalhão – com eventuais saídas por quatro ou cinco dias – nunca houve sequer uma reunião de oficiais para que fôssemos colocados a par do que ocorrera, estava ocorrendo ou poderia vir a ocorrer. O que ficávamos sabendo vinha através, ou do Comandante da Companhia de Comando e Serviços a quem nós tenentes estávamos subordinados, ou das conversas informais. Repito: nunca houve uma reunião no auditório da Unidade ou na sala de oficiais para explicar exatamente o momento que vivíamos. Pelo menos aos tenentes. Para os capitães e majores é provável que isso tenha acontecido, mas nunca chegou até os tenentes qualquer comentário a respeito.

Para encerrar meu depoimento, dois complementos sobre o "episódio Passo do Socorro". O nosso Batalhão, meu e do Maurício, só soube da nossa prisão quando do regresso da viatura que fora levar o almoço (do dia primeiro) para mim e meu pelotão. Nessa viatura estava o Capitão Paulo Rodrigues Horta, mandado pelo Comando do Batalhão para verificar a situação da tropa do Batalhão no Passo do Socorro. Ele encontrou o sargento e os soldados deixados, junto com o ônibus, no alto da Serra, soube da minha descida para o reconhecimento e prosseguiu até a ponte. Penetrou, inadvertidamente, no dispositivo do 3º Rodoviário, foi até a ponte e regressou, refazendo outra vez todo o percurso, sem qualquer admoestação. Não tendo nos avistado – a mim e ao Maurício – nem as nossas viaturas, concluiu que havíamos sido recolhidos à Vacaria. O Coronel Samuel, tão logo soube das novidades pelo Capitão Horta, deslocou-se para o Passo do Socorro até às proximidades do dispositivo do Batalhão

de Vacaria onde, com o auxílio de um megafone, dirigiu-se ao Coronel Guerreiro Brito concitando-o a mudar de atitude e também a liberar os integrantes do 2º Batalhão Rodoviário que recolhera a sua Unidade. Não obteve resposta.

Outro fato. A Rádio Nacional, do Rio, noticiou na manhã do dia 2 que houvera um combate entre tropas revolucionárias e legalistas no Passo do Socorro, divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no qual teriam morrido dois tenentes do Batalhão de Lages. A notícia correu célere na cidade. Muitas pessoas do meu relacionamento tomaram conhecimento da minha morte em combate! Em São Borja, a minha mãe ficou sabendo da notícia através de vizinhos. Felizmente sem o nome dos mortos. Foi ao quartel da Unidade de cavalaria lá sediada em busca de maiores detalhes a respeito. Eles nada sabiam.

A minha participação efetiva na Revolução de 1964 resumiu-se, pois, aos fatos relatados e no cumprimento de algumas missões, já aqui explicitadas, nos municípios próximos à Lages, durante todo o mês de abril. Nada antes, nada depois.

O Batalhão permaneceu integralmente unido?

No 2º Batalhão Rodoviário não houve nenhum caso de oficial ou de sargento que tenha se manifestado contra a decisão do Comandante e que tenha provocado qualquer sanção disciplinar ou desvio de função. Tempos depois, conversando com oficiais mais antigos, soube que houve uma preocupação muito grande na Unidade com dois oficiais que seriam "trabalhistas", simpáticos ao Partido Trabalhista Brasileiro e, em conseqüência, ao Presidente da República, mas que o comportamento deles foi totalmente de acordo com as decisões do Comando. Tanto que continuaram nas mesmas funções durante aquele período de prontidão e assim prosseguiram, sem qualquer restrição ou constrangimento. No 2º Rodoviário, não houve registro de qualquer ato que perturbasse o ambiente.

O Batalhão viveu alguns momentos de tensão, em função de ordens vindas dos escalões superiores, como a obrigação de se precaver contra um possível levante dos sargentos. Mas nós, dentro da Unidade, não constatamos nenhum indício de que isso pudesse ocorrer. Não acreditávamos que passasse pela cabeça de nossos graduados qualquer iniciativa nesse sentido. Mesmo assim, tendo em vista a determinação do escalão superior, várias precauções foram tomadas. Lembro-me que os capitães e tenentes dormiam todos em torno do PC da Companhia de Comando, e os oficiais superiores em outra dependência da Unidade. E havia sempre aquela preocupação de se saber o que os graduados estavam fazendo. Mas os sargentos não foram desarmados, cumpriram as suas missões armados, permaneceram todos alojados no local de costume. Não havia, assim, uma vigilância maior. Havia preocupação com a

possibilidade de que, de repente, alguém pudesse ser acionado de fora da Unidade. Mas isso não ocorreu nenhuma vez. Durante, e depois do período de prontidão, não houve nada que afetasse o bom ambiente do Batalhão ou nele tenha deixado seqüela.

Enquanto isso, o 3º BRv de Vacaria sofria as conseqüências de uma profunda cisão.

Lembro-me do senhor.

Fui chamado para a sede, onde soube que dois tenentes do Batalhão de Lages estavam presos. No rancho tentei me aproximar dos "prisioneiros" mas os companheiros mais antigos acharam inconveniente e eu me recolhi.

Lembro-me do senhor, do Major Bauer e do Capitão Pinho, no refeitório, quando eu e o Maurício chegamos para o almoço. Lembro ainda do que nos pareceu – pelo menos foi o que sentimos – uma tentativa de contato, de aproximação, e que, por alguma razão, acabou não ocorrendo. Não sabíamos por que. Depois, quando soubemos daquela idéia de alguns dos oficiais de prender o Coronel Guerreiro Brito, é que entendemos o que estava ocorrendo. Parece que mesmo depois da passagem do Comando, ele permaneceu na área.

Sim, foi o que ocorreu e motivo de muita preocupação para os oficiais simpáticos à Revolução.

Do discurso do Coronel lembro-me de ele ter falado que aquela era uma situação passageira e que ele logo reassumiria o Comando do Batalhão.

Recordo também que nos disseram ter assumido no lugar dele o Tenente-Coronel Brasil. Por isso, quando nos levaram ao Subcomandante para a nossa liberação, já havia outro oficial na função.

Prosseguindo. Para dar uma idéia mais precisa do meu grau de alheamento político na época, talvez uma situação típica dos tenentes de então, pelo menos os de engenharia que serviam no interior do País. O meu contato com a realidade brasileira, com o mundo fora do meu local de trabalho, se dava através do jornal *Correio do Povo*, do qual era assinante e lia com 48 a 72 horas de atraso. E o *Correio,* todos sabemos, nunca foi muito incisivo em suas posições políticas. Eventualmente, escutava o noticiário das 10 da noite na Rádio Farroupilha ou na Guaíba. Esse luxo acontecia quando o gerador da minha Residência, por alguma razão, era mantido ligado depois do horário de praxe. Mas os noticiários também não permitiam qualquer conjectura a respeito do que estava por vir em seguida. A única quebra nessa rotina de alheamento se deu quando ouvi, pelo rádio, o discurso do Jango, no Rio de Janeiro, no Campo de Santana, Central do Brasil, no dia 13 de março. Esse, por um grande acaso, acompanhei todo. E fiquei perplexo com o que ouvia, com o Presidente dizendo o que dizia. Eu não conseguia entender, claro, porque não conhecia o contexto em que aquele evento se encaixava. Parecia-me que o Presidente da República não poderia estar dizendo aquilo.

Naquela noite, repito, fiquei perplexo, surpreso, e preocupado. No dia seguinte, a solicitação total do trabalho me fez esquecer o que ouvira. Vale registrar aqui que sou conterrâneo, nasci na mesma cidade do então Presidente da República e, por isso, eu o conhecia desde menino – eu menino, e ele um jovem advogado, fazendeiro e, digamos assim, um *playboy*. Conhecia a sua personalidade e isso me levava a ter certeza de que ele não tinha preparo para exercer a Presidência da República. Meus pais, seus admiradores, como a quase totalidade dos são-borjenses, limitados na capacidade de diferençar o fazendeiro bonachão – e quase vizinho – do estadista, não entendiam por que eu achava que ele não poderia candidatar-se à Vice-Presidência da República, e muito menos chegar ao posto de Presidente da República. Por mais uma destas ironias do destino, foi das mãos dele que recebi a espada de oficial. Meu pai não perdeu a chance:

– Viu, o homem que você não queria que fosse nem Vice-Presidente acabou lhe entregando a espada de oficial, como Presidente da República.

Minha carta-patente também foi assinada pelo Jango Goulart.

Concluindo, o Jango, como Presidente, não poderia – no meu entender – falar o que falou naquele comício.

Sinteticamente, em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Penso que são aquelas por demais conhecidas. O desmonte estrutural do País – era evidente que isso estava ocorrendo – decorrente das sucessivas greves que o paralisavam; as dificuldades de suprimento, como a falta de arroz no Rio de Janeiro, provocadas por esse desmonte e também por desavenças de ordem política; a progressiva deterioração da autoridade do Governo Federal e a crescente agitação no campo, com claros matizes comunistas.

A deterioração da autoridade do Governo começava a refletir-se nas Forças Armadas, mais precisamente na guarnição do Rio de Janeiro, então o palco de maior ressonância no País. Houve, ainda, especulação de que os militares teriam se engajado com maior ímpeto no movimento revolucionário, viabilizando-o, em função das péssimas condições salariais que viviam na ocasião. É possível.

Para dar uma noção do quadro salarial que vivíamos na época, exemplifico com o meu caso. Era Segundo-Tenente e chefiava 120 funcionários civis. Apenas seis deles ganhavam menos do que eu. Todos os outros 114 ganhavam mais. E eram funcionários nível motorista, carpinteiro etc. Só ganhavam menos do que eu os que não tinham qualquer habilitação. Não sei avaliar o peso dessa situação e como ela influenciou na decisão dos chefes militares que montaram e deflagraram a Revolução. Mas é fácil imaginar que era impossível ficar insensível aos diferentes movi-

mentos que espocavam pelo País, pedindo o fim daquela conjuntura, daquela vergonha. Como se poderia ficar alheio a uma multidão de um milhão de pessoas se deslocando pelas ruas de São Paulo, sem qualquer mobilização prévia, clamando por um basta no que ocorria no País e, em especial, no Governo Federal.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa, ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Em função do que eu já disse até agora, não há como ter opinião formada a respeito disso. Em âmbito nacional também não sei aonde ocorreu maior resistência à implantação do Movimento. Só sei que em Lages não houve problemas e a Revolução de 1964 foi recebida com euforia.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Acredito que o mais desejado pela população era que os novos governantes colocassem o País em ordem. Acabassem com aquelas sucessivas paralisações do País pelas greves, as famosas greves de solidariedade.

Em sua opinião, como a atuação dos políticos e o terrorismo influenciaram na escalada revolucionária e na edição dos atos institucionais?

Não tenho uma idéia exata sobre até onde o comportamento dos políticos influiu no endurecimento da Revolução. É evidente que a escalada revolucionária foi a maneira de a Revolução e dos governos institucionalizados se armarem para fazer frente ao terrorismo. Não havia outra alternativa a não ser o fortalecimento do Poder, amparado em atos legais. Essa reação deixa à mostra o caráter legalista dos governos da Revolução.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

O principal deles, não há a menor dúvida, foi o Governo Castello Branco. Acredito que seja uma unanimidade nacional.

O Governo Costa e Silva foi conturbado pela doença do Presidente, pelo aparecimento do terrorismo e, o pior, pelo aparecimento de "linhas" dentro das Forças Armadas com diferentes idéias sobre a forma de como conduzir as ações no prosseguimento da Revolução.

O período do Presidente Médici foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Foi um Presidente extremamente popular, a meu juízo foi o Presidente mais popular do Brasil durante o período de governos militares. Vincular o Presidente Médici à tortura, como reiteradamente a esquerda derrotada faz hoje, é uma agressão à verdade e à história.

O Governo Geisel caracterizou-se pela competência do Presidente, preparado para a missão, pelo desenvolvimento econômico-industrial do Brasil e pelo início do processo da necessária abertura política. Só não se saiu melhor devido a chamada crise do petróleo, a primeira delas, de conseqüências graves para o Brasil. O seu pecado foi ter indicado o General Figueiredo para sucedê-lo.

O Governo Figueiredo foi malconduzido pelo Presidente, acentuadamente após o aparecimento do seu problema de saúde. Sua personalidade explosiva não se adaptava de forma adequada ao cargo de Presidente. Devemos creditar-lhe o sucesso na condução da abertura política e debitar-lhe o fracasso na condução do processo sucessório do seu mandato.

Nos dê uma avaliação sucinta sobre os presidentes civis, que se seguiram ao período revolucionário.

Embora sem entender a existência deste pedido no contexto desta entrevista, vou respondê-lo.

O José Sarney foi um desses acasos da história. Na conjuntura da época, ninguém o indicaria para a Presidência, nem o imaginaria Presidente, mas ele acabou lá. Seu grande mérito foi ter, em um período de transição que poderia ter sido conturbado, conduzido o País com habilidade. Mas, em termos de contribuição para o desenvolvimento brasileiro, para a credibilidade do Brasil, foi um fracasso. Basta lembrar a frustração que provocou em todos os brasileiros com a derrocada, por motivos majoritariamente político-eleitorais, do Plano Cruzado e os altos índices de inflação no seu período de Governo, em especial no seu final.

Do Collor, não preciso dizer nada. A nossa história deverá registrá-lo como uma aberração política. A sua chegada à Presidência é quase inverossímil.

Itamar Franco deixou o seu nome associado à introdução do Plano Real. Seu Governo refletiu o seu comportamento claramente instável. Não comprometeu.

Faço restrições ao desempenho do Presidente Fernando Henrique. Considero que ele sempre governou influenciado pelo seu passado esquerdista. E hoje a esquerda o taxa de neoliberal. Quem enganou e quem foi enganado? Será que esta dúvida vai ocorrer com todo o esquerdista que chegar ao Governo?

Como foi conduzido o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Acredito que tenha sido bem conduzido. Na verdade, o Exército se engajou no ciclo revolucionário apenas parcialmente porque uma parte dele, aliás a maior parte, continuou trabalhando nas suas atividades de rotina, naquelas que são próprias do Exército, sem nenhuma vinculação com a Revolução. A pergunta sugere outra apreciação. Penso que o engajamento do Exército na Revolução é que foi malconduzido.

Julga que o Poder foi entregue aos civis no momento adequado?

Essa expressão "entrega do Poder ao civil" não me soa bem. Como já disse, não consegui enxergar os militares no Poder, sozinhos, sem os civis. É evidente que estavam mais presentes junto ao Poder, mas não me parecia que os militares estivessem no Poder. Hoje, parece que isso é aceito unanimemente. Absorvida essa posição, penso que a rotulada devolução se deu com atraso. Deveria ter ocorrido ao final do Governo Médici. Teria sido a glória! Quanta saudade os militares teriam deixado! Correriam riscos permanentes de serem instados a assumir novamente o Poder.

Poderia ter sido no final do governo Geisel?

Talvez. Poderia ter sido no final do Governo Geisel, sem maiores restrições. Daria tempo para um melhor preparo da transição.

Acredita que o momento político presente – o exercício do atual modelo da democracia – preenche os anseios e necessidades da Nação brasileira? Ou carece de aperfeiçoamentos, face aos ideais da Revolução de 1964?

Não há a menor dúvida que carece de aperfeiçoamento. Vivemos um ambiente que pode ser considerado propício ao desenvolvimento da democracia, mas nossa estrutura política precisa melhorar. Não há a menor dúvida. O nosso processo político é muito conturbado, desarrumado e viciado. Penso que é necessário que se faça uma faxina no que está aí. A reforma política, por exemplo, está no Congresso há algum tempo, e para tornar a nossa política mais ética e responsável, como queria a Revolução de 1964, deveria ter sido realizada de imediato.

Esta Coordenadoria sente-se plenamente satisfeita com a sua entrevista e pergunta se o senhor tem algo mais a acrescentar.

Agradeço a oportunidade de ter contribuído para definir qual era a situação em que vivia um tenente do Exército, na ocasião. Faço votos também que este trabalho de pesquisa consiga deixar bem claro que a participação do Exército na Revolução de 1964 foi uma decorrência natural das dificuldades vividas pelo Brasil naquele momento. Apreciá-la com a ótica de hoje conduz a conclusões erradas. Não pintar o quadro da época com todas as suas cores e nuanças também pode levar a ilações incompletas, quando não, perigosamente falsas.

Agradecemos a colaboração do General Calazans, que nos proporcionou uma nítida visão da perplexidade que passa pela cabeça de um jovem Tenente quando se vê envolvido em uma situação inusitada provocada pela obsessão ideológica de um Comandante de Unidade, desesperado pelo fracasso dos seus ideais marxistas. Nossos agradecimentos ao senhor.

General-de-Brigada Flávio Oscar Maurer

O General-de-Brigada Flávio Oscar Maurer nasceu em Campo Bom, interior do Rio Grande do Sul, em 19 de janeiro de 1940. Ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Porto Alegre, em 1958. Foi declarado Aspirante-a-Oficial em 20 de dezembro de 1963, escolhendo como sua primeira Unidade o 19º Regimento de Infantaria (19º RI), atualmente 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), em São Leopoldo (RS).

Acompanhou e participou ativamente dos acontecimentos que precederam a Revolução de 1964. Posteriormente, em 12 de maio de 1964, sofreu uma brutal agressão por parte de um sargento, quando o conduzia a prisão. Foi ferido gravemente e quase perdeu a vida em conseqüência dos disparos de pistola, que o atingiram à queima-roupa. Um dos tiros atingiu-lhe a cabeça.

Recuperado dos ferimentos, prosseguiu na carreira com brilhantismo. Participou da Força de Emergência da Organização das Nações Unidas (ONU), no Egito, em 1967, justamente na época da Guerra dos Seis Dias. Foi Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comandando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Cursou a Escola de Altos Estudos Militares na "Führungsakademie der Bunderwer", Alemanha. Como Coronel comandou o 19º BIMtz, em São Leopoldo, unidade herdeira do seu regimento de início de carreira, de belas e trágicas lembranças.

Promovido a General, comandou a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá (MT) e exerceu o cargo de 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército. Foi transferido para a reserva em janeiro de 1999, quando era Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com várias condecorações. Atualmente, é empresário na Cidade de São Leopoldo (RS).

Entrevista realizada em 9 de junho de 2000.

Primeira Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

O Projeto de História Oral que pesquisa a Revolução de 1964 tem o prazer de ouvir hoje o depoimento do General Flávio Oscar Maurer. O entrevistado, antes deste encontro, entregou-nos um documento sobre fatos ocorridos e idéias pessoais relacionadas com o objeto do nosso trabalho, o qual será anexado a presente entrevista. Estamos realizando esta entrevista no próprio quartel do antigo 19º RI, Unidade onde o depoente, quando Aspirante, foi ferido em 1964. Vamos às perguntas.

Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Em 1964, tinha 24 anos e chegara recentemente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Convivia intensamente com a opinião dos companheiros de trabalho e das famílias a respeito do que pensavam sobre aquele momento político do Brasil. Tínhamos certeza de que a situação, como se encontrava, não podia continuar. Era absolutamente necessário que alguma coisa acontecesse, e isto sentimos logo que chegamos aqui no Batalhão – naquele tempo ainda era o 19º Regimento de Infantaria (19º RI). Havia um sentimento no âmbito de nossos familiares de que a situação brasileira era muito grave. Os discursos das autoridades políticas do País, que eram escutados pelo rádio – não havia quase televisão, praticamente só o rádio – apontavam diretamente para soluções que não se sabia quais seriam. Se prevalecesse aquela já preconizada pelas autoridades, direcionada para uma república sindicalista – como se chamava – seria um caos para o Brasil. Sou daqui de São Leopoldo, visitava minha família, conversava com os parentes e com os amigos, e o clima predominante era de que algo iria acontecer. Todos diziam isto. Não sabíamos exatamente o que, porque também não conhecíamos os preparativos que ocorriam no Exército. No quartel, ouvíamos comentários de indignação por causa do atropelo da hierarquia e da disciplina, pregado nos discursos feitos em comícios públicos por aí afora. A imprensa, naquele tempo, era unânime – e uma coisa muito importante é que hoje isso está sendo esquecido, intencionalmente talvez – em condenar veementemente estas agressões ao estado de direito que se praticavam no Governo. Ele mesmo agredia o estado de direito. Como? Preconizando mudanças e reformas de base que deveriam ser feitas pelo Congresso, não através das formas legais, e sim através da pressão popular, através de comícios monstros, através das ações das "Ligas Camponesas" e promovendo atentados, técnicas e procedimentos que hoje são comuns no mundo, mas naquele tempo era novidade. Essa é minha opinião a respeito desta primeira pergunta.

Durante seu período de formação na AMAN, ocorreu algum fato que pudesse prenunciar a iminência da Revolução?

Cheguei aqui Aspirante. Em 1963, estava no terceiro ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e no dia 7 de setembro fomos desfilar no Rio de Janeiro. Como era praxe naquele tempo, a Academia marchava na frente, era uma das primeiras tropas da parada militar. Nós havíamos saído de Resende às 10h da noite de 6 de setembro e fomos de trem até um local próximo ao QG do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro. Tomamos o café da manhã, colocamos o uniforme de parada e fomos para a Avenida Presidente Vargas, próximo da Candelária. Lá ficamos em forma, mais ou menos das 8h da manhã, até as 10 e pouco quando começaram as revistas à tropa.

A Academia, como todo mundo sabe, nas formaturas solenes não costumava comandar "À vontade".[1] Havia pequenas concessões: "À vontade um" ou "À vontade dois", em que o cadete retirava a barretina e podia fazer movimentos limitados. Então foram 2 horas praticamente sem nos mexermos. Aquilo era um sacrifício mas era também um orgulho, vencíamos o desafio: ficávamos imóveis em forma! Eis então que chega a última revista da tropa a ser feita pelo Presidente da República, João Goulart. Ele passou a tropa em revista acompanhado pelo Comandante do I Exército, naquela época, o General Armando de Moraes Âncora, os dois em um carro aberto, próprio para a ocasião.

Quando o Presidente chegou mais ou menos na testa da Academia, as pessoas postadas nas sacadas e janelas dos edifícios situados no outro lado da Avenida começaram a aplaudi-lo e a jogar papel picado. Ele passou a AMAN em revista ficando o tempo todo de costas para nós, respondendo e agradecendo os aplausos e acenos da população. E aqueles cadetes de todos os cursos que estavam ali em forma – na maioria do terceiro e último ano – ficaram descontentes com a atitude e o pouco respeito do nosso Comandante Supremo para com a Academia.

Este fato nos causou uma indignação muito grande. Talvez até tenha sido algo pequeno e irrelevante, mas os comentários entre os cadetes se prolongaram ao longo dos meses até o final do curso. A revolta por ele ter passado de costas para nós fundamentou, na grande maioria da turma de 1963, e até mesmo naqueles que tinham uma tendência de esquerda, uma forte aversão ao Jango. Ficamos inconformados com a atitude dele. Eu tinha um companheiro – não se negava confessar a sua ideologia esquerdista – que não titubeou em virar-se contra o João Goulart. Dizia ele:

– Sou contra este homem porque, como Presidente da República, não respeitou e não soube honrar o seu cargo. No momento em que ele devia mostrar-se

---

[1] Situação em que o militar em forma pode movimentar-se.

ao cadete, olhar para a tropa e encarar o jovem militar, simplesmente virou as costas para nós.

Isto foi um fato interessante que a mim impressionou e marcou muito.

Sabe de alguém ou de algum grupo organizado que preparou ou contribuiu na preparação da Revolução?

Não. Não conheci ninguém e como Aspirante nunca fui convidado a participar de nenhuma conspiração.

Onde se deu maior a resistência para a implantação da Revolução?

A minha contribuição para responder a esta pergunta é muito limitada. Era muito novo ainda. Então, não posso dizer nem mesmo em termos locais, de São Leopoldo, onde houve maior resistência à Revolução.

Vivia aqui na cidade o Coronel da reserva Mário Fonseca, um esquerdista militante, que morava próximo do 19º RI. Era muito admirado nos meios políticos locais por ser filho do então Coronel Theodomiro Couto da Fonseca, ex-Comandante do Batalhão, que deu nome à avenida fronteiriça ao quartel. Ele já estava na reserva naquele tempo e foi imediatamente tirado de circulação. Seguramente era um homem contra a Revolução que tinha influência na política da cidade. Aliás, o antagonismo político sempre foi muito forte em São Leopoldo. Como em muitas cidades do interior, também aqui a esquerda e a direita sempre se digladiaram ao longo da sua história política.

O Mário Fonseca era um notório homem de esquerda. Ele e os sucessivos prefeitos do então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eram caudatários das idéias de Brizola e fizeram aqui, acredito, uma força muito grande no sentido de tentar impedir as ações da Revolução que aconteceram subseqüentemente. Devido à oposição que fizeram ao movimento revolucionário, no exercício dos seus mandatos e em ocasiões posteriores, eles e muitos políticos de São Leopoldo acabaram presos. Alguns prefeitos de cidades vizinhas, por causa dos seus antecedentes, também foram trazidos para cá. Foi feita uma depuração no carregado ambiente político que havia na área. Acho que é mais ou menos isso.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Pelo que tomei conhecimento através do contato com pessoas que eram das minhas relações civis – não posso responder por toda a população – de uma maneira geral a cidade ficou num clima de expectativa. Não houve nem críticas duras nem aplausos exagerados à nova ordem que estava se implantando no País. Naturalmente, todos esperavam que a situação fosse melhorar.

A população estava muito preocupada com a inflação que, naquele tempo, era até pequena em relação àquela que vivemos posteriormente, mas era alarmante para a época. Não havia experiência anterior de índices de 90 a 100% ao ano, realidade de então. Assim, a expectativa maior do pessoal era mais da recuperação no campo econômico. Todos desejavam que o alto índice inflacionário acabasse e que as pessoas pudessem usufruir um melhor poder aquisitivo. Era o esperado. No campo político, a reação da população foi mais de espera para ver o que iria acontecer. Esta é a impressão que me ficou daqueles tempos confusos.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na escalada revolucionária e na edição dos atos institucionais?

É uma pergunta interessante! Acho muito curioso o alardeamento e a valorização que hoje se faz da ação dos grupos terroristas que se opuseram à Revolução, através da guerrilha urbana e rural, como se, seus atos, fossem ações de democratas. Na verdade, eram grupos orientados pela União Soviética e seus satélites como, por exemplo, a Checoslováquia, ou ainda pela China e Albânia que, através de documentos e do rádio, incitavam a população a se opor e a fazer a contra-revolução. Eles não queriam um estado democrático. O que desejavam de fato era promover a revolução marxista, com a derrubada das instituições e a implantação de um socialismo nos moldes da antiga União Soviética, regime que o mundo depois rejeitou.

Sobre as atividades subversivas e a nossa repressão tenho uma experiência interessante a relatar. Em 1968 saí daqui do 19º RI e fui servir em Guaíra, no Paraná. Lá chegou ao nosso conhecimento de que grupos terroristas que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo estavam utilizando aquela área como região de homizio. Em uma operação de informações, cercamos uma fazenda que tinha sido comprada por um grupo da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e era o local onde eles faziam treinamento.

Fomos de madrugada e prendemos quase todos os subversivos. Pouquíssimos daqueles que atuavam na região conseguiram escapar; não houve tempo para reação, foi uma operação muito feliz. A intenção deles era começar uma guerrilha na área rural, através do processo do foquismo, que fora sucesso lá em Cuba e na China. Estavam treinando ocultar-se em meio à vegetação, enterrar suprimentos, munição, medicamentos, a caminhar e orientar-se dentro do mato. Quero deixar bem claro que durante o tempo em que ficaram presos em Guaíra, nenhum de nós colocou a mão neles, quer dizer, não sofreram nenhum tipo de constrangimento ou de violência, apenas dialogamos. Foram depois levados para Curitiba onde continuaram sendo interrogados.

Lá em Guaíra, como era da 2ª Seção, oficial responsável pelas informações, conversei muito com cada um deles e concluí que todos tinham formação marxista, de cunho radical. O que queriam, na verdade, não era a volta da democracia, mas algo completamente diferente: pretendiam promover a revolução sugerida pelo pensamento de Marx que pregava a implantação do socialismo através da ação violenta para a derrubada das instituições existentes. Não era através de eleições, ou de outro processo pacífico que pretendiam implantar o socialismo no País. Eles estavam plenamente convictos de que só com um golpe poderiam atingir o objetivo proposto. Hoje a imprensa os exalta como heróis, tentando mostrá-los como democratas, respeitadores e defensores dos direitos humanos. Nenhum deles era defensor da democracia, queriam era a luta violenta, a derrubada das instituições para a imposição de uma nova ordem – a ordem socialista.

Não era nenhuma surpresa porque vivíamos o clima da guerra fria em que a proposta da oposição à situação existente era o modelo soviético ou o chinês, enfim um modelo socialista. Não podíamos esperar uma democracia partindo de uma oposição que tinha como modelo a União Soviética e a China. Houve uma reação do Governo daquele tempo e foi uma reação contra um processo claramente antidemocrático.

De certa forma, com a Revolução, certas liberdades individuais foram inibidas ou cerceadas, mas o regime democrático continuou existindo. As Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas não foram extintas e o Congresso Nacional continuou funcionando até o momento em que a situação se tornou insustentável diante do crescimento assustador das investidas da esquerda e de ações terroristas, que contavam com a simpatia de uma parcela muito grande de congressistas. Daí a necessidade da edição de atos para que a Revolução em curso fosse consolidada.

Aliás, quando os intelectuais brasileiros bendiziam a revolução cubana nos seus primeiros tempos, justificavam plenamente o uso da força, a ação centralizadora do governo calando as oposições. Por quê? Porque era uma revolução que estava se implantando e que precisava ser mantida a qualquer custo, se aqueles que a promoveram desejassem atingir os seus objetivos. Foi o que aconteceu aqui: a defesa da nova ordem que o Movimento de 1964 propôs ao País, uma democracia baseada na disciplina e na lei, em oposição à baderna em que se vivia antes.

O povo do Brasil inteiro aceitou a Revolução como sendo realmente uma solução para o País. Era a proposta de um regime contrário ao totalitarismo de esquerda que queria impor-se através da subversão e da luta armada. E qual foi o objetivo dos atos de força praticados pelos governos revolucionários? Foi defender-se do agressor, assim como hoje a democracia também se protege dos seus

inimigos. A Revolução tinha o direito e a obrigação de cuidar das suas salvaguardas. Essa é minha opinião.

Qual a sua visão sobre os métodos empregados para acabar com o terrorismo? O senhor chegou a participar de ações mais violentas na luta contra a subversão?

Nunca participei de uma ação repressiva com o emprego da violência. Apesar de ter mantido presos aqueles elementos da VAR-Palmares durante uma semana, não cometemos contra eles qualquer agressão física. Mas, na minha opinião, quando se combate numa guerra suja, os métodos, às vezes, também precisam ser violentos. Acredito que tenha havido um certo exagero por parte de uns poucos colegas, mas sem o comprometimento da Instituição. Foram apenas atos isolados de alguns integrantes da Força.

Vivi, no Oriente Médio, em 1967, a Guerra dos Seis Dias.[2] Pouca gente teve a triste oportunidade de assistir a brutalidade em toda a sua plenitude. O que acontece durante uma guerra é absolutamente inacreditável em termos de violência. Surpreendi-me ao ver, no Egito, o soldado israelense cometendo verdadeiras atrocidades contra populações civis. E eram militares de alto nível cultural, quase todos universitários.

Participando daquele conflito, aprendi algo que me acompanhará pelo resto da vida: a cultura da nossa civilização é uma pequena crosta que nos envolve. Ela se estruturou ao longo de séculos e séculos, até de milênios, com base na religião, na vida em grupo, nas leis e regulamentos que ordenam nossas atividades dentro da sociedade e contribuem para a existência dessa espécie de anteparo que segura a fera que temos aprisionada dentro de nós mesmos. Mas, basta romper esse verniz que nos cobre para que, de dentro de cada um, a fera se libere – mais violenta em uns do que em outros. Assim, acho que alguns daqueles que viveram o período de combate ao terrorismo e à luta armada devem ter sofrido uma exteriorização mais acentuada desse sentimento selvagem, desse quase instinto, que ainda guardamos dos primórdios das nossas vidas. Essa espécie de atavismo, esses exageros, infelizmente sempre existiram e continuarão existindo.

Como foi o desengajamento do Exército do ciclo revolucionário?

Entre 1971 e 1973, fui Ajudante-de-Ordens do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), General Idálio Sardenberg, muito amigo do General Médici

---

[2] O entrevistado participou da Força de Paz na ONU na região do Canal de Suez, integrando um Batalhão do Exército Brasileiro, justamente quando ocorreu o conflito mais violento entre judeus e palestinos.

que freqüentemente o convidava para viajar com ele. Normalmente acompanhava meu chefe e tive a oportunidade de sentir que vivíamos uma época de enorme euforia. O Presidente Médici era um homem dotado de um carisma muito grande e aonde chegava era aplaudido por toda a população. No cenário do País não havia apenas os grupos de ativistas contrários ao Governo como pretendem apregoar alguns historiadores. Tínhamos a contrapartida majoritária da população que nos aplaudia porque vivíamos com segurança e crescíamos. Era o Brasil grande, de cidades inteiras sendo construídas com a ajuda do financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Certa vez, quando acompanhei o Presidente Médici e o General Sardenberg ao Maracanã, em dia de jogo, pude ver oitenta mil pessoas, de pé, o estádio inteiro, aplaudindo o Presidente. Hoje, onde se poderia ver algo parecido? Atualmente, se o Presidente da República for anunciado no Maracanã, certamente será vaiado. É uma prova, quer queiram quer não, da popularidade do Presidente Médici.

Essa digressão sobre a aprovação do regime é parte da resposta à pergunta feita. Muitos consideram que aquele era o momento adequado para que o Exército e as Forças Armadas se desengajassem do processo revolucionário. Mas não podemos esquecer que dentro daquele contexto existiam ambições pessoais e de grupos que desejavam continuar, e naquele tempo não tínhamos alguém que fosse capaz de dizer: "Olha, chega! Acabou a Revolução!"

Os próprios políticos e também aqueles elementos ligados ao Governo – que proporcionava riqueza para empresas e para muita gente – tinham interesse naquele continuísmo. Tornara-se um processo bastante complicado para que fosse rompido exatamente quando estava no seu auge. Esta ruptura era difícil, reconheço, mas teria sido o momento mais adequado. Depois começou o declive. A população que nos aplaudia passou a manifestar-se contrária ao regime em que vivíamos.

Acredito que uma das qualidades mais destacadas e importantes que o Exército brasileiro possui é a sensibilidade. Somos, talvez, uma das poucas instituições existentes no Brasil que têm sensibilidade. Sabemos exatamente quando o povo quer alguma coisa e quando não quer. Em 1964 o povo queria, e fomos lá. Anteriormente isto também já havia acontecido na Proclamação da República e na Abolição da Escravatura, que foram nada mais nada menos do que atos militares. Na Proclamação da República, por exemplo, até a Marinha era contrária. Mas o Exército, pressentindo que a Monarquia estava exaurida, atuou em favor da República.

Foi assim também com a Revolução: o Exército teve a sensibilidade de sentir que a população não estava mais de acordo com o autoritarismo e então se

desengajou e passou a trabalhar em favor da democracia formal. O Brasil talvez tenha sido, entre os países que tiveram governo de exceção aqui na América do Sul, aquele que saiu de forma mais honrosa. Nos outros países em que aconteceu o mesmo processo de declínio de popularidade dos governos revolucionários, a transição, quando houve, foi bem mais abrupta e muitas vezes violenta.

O que pensa do "revanchismo"?

Sinceramente, penso que o "revanchismo" é típico do nosso subdesenvolvimento. Acredito que não haja mais lugar para esse alarde em torno de fatos que são completamente irrelevantes. Neste momento, por exemplo, estão tentando desencovar o esqueleto do Jango para saber se ele foi ou não assassinado. Ora, isso é um passado que, em termos de País, não adianta mais ser revolvido. Qualquer acontecimento daquela época hoje levantado e que possa servir de acusação contra nós, sempre, em qualquer circunstância, é manchete na imprensa. Para que isso? Não acrescentará nada!

Se alguém tem direito a uma "revanche" este alguém é o senhor que foi gravemente ferido por um militar fanatizado pela esquerda. Quanto tempo o Aspirante Maurer ficou hospitalizado por causa dos tiros do Sargento Venaldino?

Considerando as diversas cirurgias que fiz, passei uns quatro meses no hospital. Em 25 de agosto, época da promoção a Segundo-Tenente, ainda me encontrava em recuperação. A Junta de Saúde foi condescendente comigo na hora da inspeção. Eu ainda enfrentava dificuldade para falar, não conseguia pronunciar as palavras com clareza, e os médicos então abriram uma exceção para que pudesse ser promovido na data aprazada.

Um colega seu de turma, o Aspirante Aloysio Oséas, também foi ferido pelo Sargento Venaldino?

Como eu, foi ferido aqui dentro do Batalhão, na escada. Levou quatro tiros. Só que ele teve mais sorte, as balas entraram de cima para baixo. O Venaldino encontrava-se no topo da escada e o Oséas colocou a mão como anteparo e as balas, felizmente, atingiram o braço e a perna dele, uma outra entrou na barriga, mas sem nenhum risco de morte. Foi submetido apenas a uma cirurgia e não restaram seqüelas da agressão. Quinze dias depois ele estava recuperado.

O tiro do rosto provocou um estrago muito grande, já que a bala entrou de um lado e saiu do outro. Todo o lado esquerdo da face foi arrebentado. Precisei passar por várias intervenções cirúrgicas. O Doutor Demétrio Mércio Xavier Filho, Capitão que servia no Hospital Geral de Porto Alegre (HGPA) e o Dr. Nathan Goldstein, um civil já falecido, fizeram as plásticas para a reconstituição do meu rosto. Tudo

muito bem-sucedido. O Dr. Goldstein, por exemplo, ao final ainda queria retirar uma pequena cicatriz. Eu disse para ele:

– Pelo amor de Deus, deixe alguma coisa na cara que comprove toda a minha história, senão depois quando contar o que me ocorreu e os ferimentos que sofri na cabeça, quem vai acreditar em mim?

Com essa pequena ironia do General Maurer, fazemos um interregno em seu depoimento oral, para prosseguirmos em seguida.

Segunda Parte da Entrevista do General Maurer,
para que ele narre o 31 de Março de 1964 no 19º Regimento
de Infantaria (O Leão da Serra)
19º BIMtz – (O Batalhão da Serra) São Leopoldo

Se nas horas amargas da guerra
For mister sacrifício e aventura
Como leões aguerridos da serra
Lutaremos com alma e bravura
Da canção do 19º BIMtz

1. ANTECEDENTES

Como é sabido, o atual 19º BIMtz tem parada de sede em São Leopoldo desde 1919. Foi o primeiro quartel do Exército que a cidade abrigou. A antiga estrada que naquele tempo ligava Porto Alegre a São Leopoldo ainda existe e hoje é chamada de “estrada velha”. Quem vier por ela, partindo de Sapucaia do Sul, passa por um belíssimo bosque de eucaliptos com um agradável perfume que encanta o eventual viajante. É o Horto Florestal, situado entre os dois municípios.

Ao chegar a São Leopoldo, entrando no perímetro urbano, ele percorrerá a Avenida Coronel Theodomiro Porto da Fonseca e terá a oportunidade de passar pelas duas Unidades militares que atualmente ali têm sede. Primeiro o 16º Grupo de Artilharia de Campanha (16º GAC), à esquerda, instalado no município bem mais tarde, na época da Segunda Guerra Mundial e, a cerca de mil metros adiante, em um pequeno outeiro à direita, está o quartel do velho 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz) – O Batalhão da Serra.

As razões que levaram o Governo a trazer uma Unidade militar para a área, no final da década de 1910, foram puramente políticas. A Cidade de São Leopoldo, como todos sabem, é o berço da imigração alemã no Brasil. Os primeiros colonos alemães subiram o Rio dos Sinos no início do século passado em batelões a vela e a

partir da pequena Vila, então chamada Real Feitoria do Cânhamo, espalharam-se por todo o Vale dos Sinos. Isto foi em 1824, quase 100 anos antes de a cidade abrigar um quartel do Exército.

Durante o primeiro século da imigração no Vale dos Sinos, o Governo brasileiro muito pouco ou quase nada fez pelos colonos alemães e seus descendentes. Eles acabaram se isolando, formando praticamente um gueto, mas não deixaram de crescer economicamente, promovendo o desenvolvimento da região. Não deixaram, também, de ser fonte de recrutamento de soldados e de suprimento para todos os conflitos surgidos no Sul do país no século XIX. Entretanto, o Governo ficou omisso no apoio aos imigrantes nos setores de saúde, educação e segurança, obrigando os colonos a proverem sua própria infra-estrutura de sobrevivência na área, construindo suas escolas, igrejas, hospitais e até assumindo os encargos das guardas municipais.

Mesmo assim isolada do resto do país, na virada do século XX, São Leopoldo já era uma próspera cidade com mais ou menos vinte mil habitantes, onde todos falavam alemão. O comércio, os jornais, o ensino nas escolas, nas igrejas, tudo era em alemão e quem não falasse ou entendesse o idioma passaria apertos nestas redondezas. Veio então a Primeira Guerra Mundial. É claro que a população local solidarizou-se com a causa alemã, mesmo quando, já ao final, o Brasil declarou guerra à Alemanha.

Terminado o conflito, o Governo se apercebeu de que havia um bolsão estrangeiro em seu próprio território e concluiu que alguma coisa precisava ser feita. A melhor forma de integrar a população do Vale dos Sinos, seria instalar na região uma Unidade do Exército, onde, através do serviço militar obrigatório, milhares de jovens, futuros cidadãos, seriam impregnados de patriotismo e de espírito cívico pelo Brasil, tornando-se brasileiros de fato. Assim, em 1919, foi transferido para São Leopoldo o 8º Batalhão de Caçadores (8º BC). Está, deste modo, explicado porque foram políticos os motivos que trouxeram um quartel do Exército para a cidade.

Já em 1922, com o combate à Coluna Prestes, a Unidade mostrou sua característica de ser fortemente politizada. Diz a história que foi difícil comandar os homens nas operações realizadas em Santo Ângelo, pois muitos simpatizavam com as idéias de Prestes. Desde aquele episódio seus quadros sempre discutiram intensamente no interior do quartel as correntes e os movimentos políticos de cada época.

Na Revolução de 1930, o Batalhão acompanhou a caminhada de Getúlio Vargas até o Rio de Janeiro. Seus integrantes voltaram de lá ovacionados como heróis pela população de São Leopoldo. Na Revolução Paulista de 1932, lá estava novamente o 8º BC combatendo os revoltosos. Nesta sucessão de fatos, passando pela Segunda Guerra Mundial quando a Unidade foi a que contribuiu com o maior núme-

ro de pracinhas gaúchos para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), chegamos ao episódio da Legalidade em 1961.

Nele, uma parte dos oficiais posicionou-se contra a posse do Vice-Presidente, tendo sido presos, uma vez que o já 19º RI acabou se aliando aos legalistas. Em operações bélicas pela legalidade, a Unidade se deslocou até Lages, onde ficou por alguns dias pronta para enfrentar as tropas vindas do centro do País que apoiavam a corrente contra a posse de Jango. Como prevaleceu a obediência à Constituição por parte das altas autoridades militares, isto é, pela posse do Vice-Presidente, os integrantes do 19º RI retornaram a São Leopoldo vitoriosos, sem terem combatido em Santa Catarina. Mais uma vez foram recebidos como heróis e desfilaram pela cidade, ovacionados pela população.

Outro fator que politizou muito a Unidade foram seus comandantes. Alguns deles jamais esconderam suas posições ideológicas ou políticas. Fizeram mesmo proselitismo político abertamente no interior do quartel. Posso citar como exemplo apenas dois entre muitos: o Coronel Ibá Mesquita Ilha Moreira, um homem claramente identificado com a direita, Comandante da Unidade entre 1961 e 1963 e o Coronel Argemiro Assis Brasil, conhecido militante da esquerda, Comandante do 19º RI entre 1956 e 1959 e mais tarde, como General, Chefe da Casa Militar e fiel a Jango até o final. Era comum, naquele tempo, a Unidade ser visitada por emissários, militares da reserva em especial, tanto da esquerda quanto da direita, que se reuniam com grupos de oficiais, sargentos e mesmo soldados, no interior do quartel, promovendo ampla politização dos quadros.

2. O 31 DE MARÇO NO 19º RI

No início do ano de 1964, quando cheguei ao 19º com mais três aspirantes, todos vindos da AMAN, encontrei um quadro político fervilhando na Unidade. Fui para a Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão (CPP/1), cujo Comandante era o Capitão Gaynor da Silva Marques, um excelente oficial.

Com qualidades inegáveis de liderança, sabia perfeitamente qual o seu papel como orientador de um jovem aspirante. Assim, ele me foi paulatinamente esclarecendo a situação, colocando-me a par do quadro político, bem como me dizendo quem era quem e de que lado cada um estava. Ele próprio era contrário ao caos que se estava instalando no País, isto é, caso houvesse algum movimento ele estaria do lado dos revolucionários. Entretanto, o encarregado do material da Companhia, Subtenente Edwino Dauber, na primeira oportunidade, me chamou para dizer que eu não me deixasse levar pelo proselitismo do Comandante da Companhia. Caso

houvesse nova revolução, os fatos iriam acontecer exatamente da mesma forma como em 1961 que ele próprio tinha vivenciado. Isto apenas para descrever o ambiente na nossa subunidade. Nas outras companhias, onde estavam os demais aspirantes, a coisa era ainda pior.

Para se ter uma idéia do ambiente que reinava na Unidade, é preciso fazer alguns esclarecimentos. O então 19º RI era composto por dois batalhões. No 1º Batalhão predominavam oficiais e sargentos que se pronunciavam contra o marxismo, o sindicalismo brizolista promovido pelo Governo, e a favor de uma ação militar contra o estado de inversão de valores que o País vivia. Já no 2º Batalhão concentravam-se os militares simpatizantes ou engajados com o esquerdismo, apoiando, portanto, os atos do Presidente.

Diariamente se via uma peregrinação de agentes de ambos os lados, militares da reserva e mesmo civis, que vinham de fora para o quartel discutir política e cooptar os indecisos. Quem comandava o Regimento naquela época era o Coronel Heryaldo Silveira de Vasconcellos, um homem que eu mesmo só vi uma vez, no dia em que me apresentei pronto para o serviço. Logo ele foi comandar interinamente a Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID/6), cuja sede era em Pelotas. Assumiu, então, também interinamente, o Comando do Regimento o Tenente-Coronel Otávio Moreira Borba, um homem antibrizolista, mas sem muito apetite para o cargo. Na verdade ele esperava, ansiosamente, chegar o dia em que completaria o tempo para ir para a reserva. Imagine-se uma Unidade com as características descritas anteriormente nas mãos de um Comandante sem muito pulso. Era um convite ao caos.

Os aspirantes eram abertamente convidados para comparecer, durante o expediente, a este ou àquele local, onde estava este ou aquele conhecido, engajado de um ou de outro lado. Na hora do almoço, o pessoal de esquerda do 2º Batalhão, convidava os aspirantes para compartilharem a mesa onde eles estavam. Os do 1º reagiam. Discutiam. Diziam desaforos uns para os outros. Assim, era comum iniciarem-se intensas discussões políticas por qualquer motivo durante a refeição, que não raro terminavam em pugilato.

Ninguém sabia direito de que lado estava este ou aquele sargento. Como proceder durante o serviço de oficial de dia? Procurava-se, primeiro saber qual a posição do adjunto, bem como do Comandante da Guarda, e depois a dos sargentos-de-dia das subunidades para se ter um pouco mais de tranqüilidade ou, quem sabe, de mais tensão. Dormir no quarto do oficial de dia, jamais. O tenente entrava no aposento, chaveava a porta, abria a janela, saltava-a e passava o resto da noite em outro lugar do Regimento.

Durante as rondas noturnas era comum perceber-se que havia alguém nos seguindo ou nos observando na escuridão. Nunca foi possível saber quem era. Uma

noite, estando de oficial-de-dia, escutei uma rajada de metralhadora no fundo do quartel. Corri até lá e não vi nada, tampouco descobri qualquer coisa. Ninguém sabia de nada. Alguns escutaram os tiros mas não sabiam dizer quem os dera, outros sequer os ouviram. Registrei no livro de partes, mas tudo ficou por isso mesmo. Durante o dia, quando os tenentes e aspirantes ministravam instrução para os soldados, podia-se ver que alguém ficava espreitando de longe, escutando o que o instrutor dizia para seus instruendos. Normalmente era um cabo ou soldado antigo do 2º Batalhão, a mando de alguém de lá.

Foram terríveis os dias e as noites dos meses de fevereiro e março de 1964 no quartel do 19º RI. No dia 31 de março estava de oficial de dia. Desde a véspera corriam fortes rumores de que alguma coisa iria acontecer. O pessoal do 2º Batalhão estava excitado. Entravam e saíam emissários. Faziam-se reuniões. Vinham convites para participar delas. Algo mais ou menos assim:

– O Capitão Zuchowski mandou convidar o senhor para uma palestra que haverá lá na Companhia de Petrechos Pesados do 2º Batalhão daqui um pouco – dizia o emissário.

O Capitão Jorge Zuchowski era tido e havido como um militante de esquerda engajado. O Capitão Gaynor ia me orientando, dizendo que não participasse de qualquer reunião. Acatei de imediato a recomendação do meu Comandante de Companhia. Acredito que outros aspirantes receberam orientação idêntica de seus respectivos chefes. Vale lembrar que, curiosamente, nenhum aspirante havia sido designado para o 2º Batalhão.

Mas, voltemos ao dia 31 de março. Desde cedo corriam, já não mais rumores e sim notícias oriundas do centro do País, dando conta que a Revolução estava em curso. Pessoalmente estava tranqüilo já que o Comandante da Guarda do quartel era um sargento do meu pelotão, recém-saído da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), com quem eu já me identificara bem e sabia que era disciplinado. Assim é que ao perceber o clima que ia se instalando ali pelo Corpo da Guarda, com ordens e contraordens para a entrada de pessoas estranhas, que ninguém conhecia, ele me disse que estava do meu lado e cumpriria qualquer ordem que eu lhe desse. Tratava-se do então Terceiro-Sargento Jacy Ribeiro, hoje poeta laureado, meu amigo desde então.

Lá pelas 10 horas da manhã fui chamado pelo Tenente-Coronel Borba que me disse haver sido convocado para comparecer ao Quartel-General (QG) da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre. Logo ouvi uma conversa entre o Major Hélio Loro Orlandi e outro oficial, combinando que iriam falar com o Comandante para tentar demovê-lo da sua intenção de ir a Porto Alegre. Insistiriam para que o Tenente-Coronel Borba não atendesse a convocação, alegando que o General Adalberto Pereira

dos Santos já não estava mais no Comando da 6ª DI e que o seu substituto era homem da linha brizolista. Provavelmente ele seria preso tão logo chegasse ao QG. E mais ainda, que com a sua saída assumiria o Comando do Regimento o Major Osvaldo Nunes, esquerdista tido, não só como brizolista, mas até como comunista convicto. Nada demoveu o Borba. Ele foi preparando a sua malinha para viajar a Porto Alegre. Dizem aqueles que o viram arrumá-la, que nem mesmo o pijama esqueceu de colocar nela.

O Major Loro e mais outros oficiais, pediram então para que ele retardasse um pouco a sua saída, até que chegasse ao quartel o Tenente-Coronel Nei de Moraes Fernandes, que estava em licença, mas havia sido chamado e tinha concordado em se apresentar pronto para assumir o Comando do Regimento. O Tenente-Coronel Fernandes era um gremista ferrenho, *bon vivant*, que cursava uma faculdade naquela época. Estava, portanto, desligado do dia a dia da Unidade. Os pedidos foram em vão. Borba seguiu para Porto Alegre e Nunes e seus asseclas assumiram o Comando do Regimento.

A primeira providência do Nunes foi a de me chamar – como já disse, eu era o oficial-de-dia – para me informar que estava liberada a entrada no quartel para um grupo de pessoas, das quais entregou-me uma lista. Mostrei-a para outros oficiais e o Major Ruy Przcwodowski garantiu-me que os relacionados eram conhecidos agitadores comunistas da cidade.

O Tenente-Coronel Fernandes apresentou-se por volta de 2 horas da tarde. Logo a seguir aconteceu um fato que me deixou muito impressionado durante anos. No momento em que o Fernandes, ainda a paisana, chegou ao Gabinete do Comando onde estava o Major Nunes, entraram também o Capitão Zuchowski e o Major Paulo Bonapace Medeiros, todos do 2º Batalhão e alinhados com o Comandante interino.

Não sei o que aconteceu lá dentro, mas o resultado da reunião foi inesperado para nós, oficiais do 1º Batalhão. Pouco depois vi o Tenente-Coronel Fernandes sair do gabinete em trajes civis, do mesmo modo como entrara, e se encaminhar até a parada do ônibus em frente ao quartel. Sem falar com mais ninguém, o homem tomou a condução e simplesmente desapareceu.

Logo em seguida o Major Nunes me chamou para dar novas ordens. Informou que receberia uma delegação de líderes e políticos da cidade e que o local do encontro seria o Salão de Honra da Unidade. Ato contínuo, observei que a referida comitiva, empunhando bandeiras, faixas e gritando palavras de ordem, já se encontrava na frente do quartel. Fui procurar o Major Loro para saber o que deveria fazer. Infelizmente, nem ele nem o Major Ruy foram encontrados.

Novamente fui chamado pelo Comandante. Ele, rispidamente, indagou por que eu não havia ainda liberado o portão das armas para os seus visitantes. Eu,

aspirante, sentia-me isolado e resolvi mandá-los entrar. Subiram a pequena rampa, as escadas, e entraram com as suas faixas e bandeiras no Salão de Honra onde o Nunes, Zuchowski, Bonapace & Cia. já os esperavam com sorrisos e abraços. O que eles queriam mesmo, soube mais tarde, era que a tropa tomasse a Rádio São Leopoldo para mobilizar o povo da cidade para a causa brizolista.

Aliás, este já era um indicador de que a situação era bem diferente do que fora em 1961, na Legalidade. Naquela ocasião houve uma adesão popular imediata em favor da posse do Vice-Presidente. Já desta vez, era clara uma apatia popular em relação ao clima existente, o que permitia deduzir uma rejeição à maneira como a política estava sendo conduzida pelo Governo no País. Começaram logo os discursos.

Em meio a gritos de "viva o socialismo" para cá, "viva o Brizola" para lá, vi – para minha surpresa – que uma equipe de oficiais avançava de armas em punho pelo corredor do pavilhão dirigindo-se para o Salão de Honra. Pude distinguir entre eles os Capitães Gastão Fuhr, Luís Gonzaga Schroeder Lessa, Gaynor da Silva Marques, Jorge Armando Severo Machado, Luciano Márcio Prates dos Santos e os Tenentes Ivo Fernandes Krüger, Nicomedes Machado Filho, Paulo Rocha da Costa e outros que não me recordo. O grupo irrompeu no salão onde os discursos subversivos seguiam inflamados. O Major Nunes de pé, cara amarrada, balançava a cabeça em gestos de aprovação. O Capitão Fuhr então disse a que tinha vindo:

– Major, o senhor aqui não comanda mais coisa nenhuma e para fora com estes comunistas.

É claro que a fala foi entremeada com sonoros palavrões. Começou então uma violenta pancadaria e os integrantes da comitiva desceram a escadaria e entraram no corredor apanhando sem qualquer cerimônia. Entre eles havia vereadores, professores, militares da reserva e cidadãos comuns. Todos apanharam. Ao chegarem no Corpo da Guarda escutei o comando do Sargento Ribeiro:

– Guarda, calar baioneta! – Fora daqui com esta corja!

Eles saíram correndo, saltando os muros e cercas do quartel até alcançarem a rua.

Nunes, Bonapace, Zuchowski e asseclas ficaram discutindo em altos brados com os outros oficiais. Nesta hora começavam a chegar notícias do que estava acontecendo no resto do País. Os esquerdistas já sentiam que a situação estava perdida, principalmente com a fuga destrambelhada do próprio Presidente da República. Porém, para aquele pessoal fanático e doutrinado do 2º Batalhão, continuava valendo a pena lutar pela causa.

Pouco antes do anoitecer, no mesmo instante em que a comitiva era expulsa do quartel, avançou um grupo armado, comandado pelo 2º Sargento Venaldino Saraiva, brizolista ferrenho, em defesa do Major Nunes e sua equipe. Tomaram posi-

ção junto à caixa d'água – do outro lado do pátio do quartel – em condições favoráveis para atacar, já que dali dispunham de excelente campo de tiro sobre o pavilhão de Comando onde estava encastelado o grupo que expulsara Nunes e seus amigos do Salão de Honra. Estes, naquele momento, muito provavelmente, já se esgueiravam em algum lugar procurando melhor abrigo ou buscando a fuga do quartel. Escutaram-se alguns tiros e, logo em seguida, um grande silêncio. Já era noite escura. Naquele estado de tensão, passou-se bom tempo.

Então, na lateral do pátio do quartel e caminhando para o meio dele, surgiu uma figura estranha. Era um militar, sem dúvida. Vestia uma capa ideal jogada sobre os ombros e com as mãos abria-a, parecendo uma figura fantasmagórica. Parou próximo ao mastro da bandeira, bem no centro do pátio, e gritou:

– Calma! Calma! Eu sou o Coronel Mariano[3], Comandante do Grupo – I/6º RO[4] – e vim aqui dizer a vocês que não há mais motivo para briga, a Revolução é vitoriosa, o Exército está tomando conta de tudo no País inteiro. Os comunistas estão fugindo, o próprio Presidente está desaparecido. A Revolução é vencedora!

Pouco a pouco o pessoal foi descendo do pavilhão de Comando e reunindo-se junto ao Coronel Mariano. O grupo que havia tomado posição próxima da caixa d'água também desapareceu dali. Alguns oficiais e sargentos – brizolistas, comunistas, esquerdistas em geral – também sumiram do quartel. Enquanto isso os revolucionários comemoravam. Acho que naquela noite ninguém dormiu. Mas, preciso contar um fato pitoresco.

A 1ª Companhia de Fuzileiros do I/19º RI, era comandada pelo Capitão Áttila Rohrsetzer, uma figura especial. Tinha um carisma natural e muito grande para a liderança. No entanto, a sua conduta pessoal não o ajudava. Bebia um pouco além da conta e saía do quartel durante o expediente sem dar satisfação a ninguém. Mesmo assim, era um líder. Quando começaram os movimentos confusos no 19º RI, já no dia 30, ele não titubeou: deslocou-se com a sua subunidade inteira para o Morro do Espelho que fica atrás do quartel. Acampou ali e mandou dizer que só voltaria quando a situação estivesse definida. Todos sabiam que ele era muito favorável à Revolução. Durante a noite, de vez em quando, disparava umas rajadas de metralhadora sobre nós para dizer que ele ainda permanecia na posição. Quando a situação se definiu o Major Przewodowski, juntamente com o soldado Johny, seu guarda-costas, saiu do aquartelamento empunhando uma bandeira branca e se aproximou das posições da 1ª Companhia. Lá chegando, parlamentaram e o Áttila con-

---

[3] Coronel José Mariano Corrêa de Araújo Filho, Comandante do 16º GAC, Unidade vizinha ao 19º RI.

[4] Atual 16º GAC, São Leopoldo.

cordou em voltar para a Unidade desde que fosse recebido com a banda de música. E assim foi feito! Conclusão: não participou das tensões vividas pelos demais, foi recebido como herói e fez nome, o que lhe valeu, depois, uma longa carreira no Serviço Nacional de Informações (SNI).

3. ACONTECIMENTOS POSTERIORES

Depois veio a segunda fase da Revolução. Havia muito a ser feito, interna e externamente. O movimento em curso fez brotar em todos que o apoiaram – principalmente nos militares – um fervor messiânico que pretendia colocar o País novamente nos eixos, acertar o que vinha sendo conduzido de forma equivocada, e, enfim, resgatar os velhos valores da sociedade brasileira, na visão da maioria, há muito perdidos. Primeiro, atuou-se no interior do quartel. Promoveram-se inquéritos e sindicâncias que geraram medo e apreensão, principalmente entre os sargentos. Dava para ver que alguns procuravam acertar contas com os seus desafetos. Mas para outros, surgira o momento de separar o joio do trigo. Era a oportunidade de mandar embora conhecidos delinqüentes, pederastas, ladrões, preguiçosos etc.

Politicamente, quase todos sabiam de que lado cada um estava. Mas é bom lembrar que entre os de esquerda havia muita gente boa. Homens vibradores com a profissão e muito eficientes no trabalho. Com estes aconteceu o que sempre ocorre com o militar por ocasião dos conflitos em que ele se vê envolvido. Na realidade, isto é um grande estigma para o soldado: por melhor, mais valente, corajoso e competente que seja, se perder a guerra, ninguém o perdoará e sobre ele cairá todo o peso da derrota. Assim foi com alguns companheiros do 19º RI. Entretanto, a maioria daqueles envolvidos com a esquerda, com o brizolismo, com o socialismo, ou com o comunismo e o marxismo, ou o que quer que seja, era a corja da Unidade. Fez-se justiça em expulsá-los do nosso meio. Serão sempre maus militares aqueles que colocam os seus interesses políticos acima da profissão.

Os militares da Unidade eram interpelados, um clima de terror: quem disse o que, quando foi dito, quem testemunhou, onde se encontrava naquele ou neste momento, eram os questionamentos, por vezes apavorantes. Até presenciei uma cena insólita. O Ely, um sargento gordinho, era o gestor do Centro Social (CESO) – uma espécie de armazém do Regimento que ficava um pouco afastado dos pavilhões principais. Ele e seus comandados acabaram meio alienados dos acontecimentos do dia 31. Mas, por via das dúvidas, foi perguntado a ele pelo Major Ney Nunes Vieira, Chefe da Seção de Informações da Unidade (S2), de que lado ele esteve naquela confusão toda. Ele respondeu de pronto:

– Major, não sei direito o que "tá" acontecendo, mas aponta aí no papel que eu "tô cos home"!

Alguns fugitivos também voltaram. O Tenente-Coronel Fernandes, na primeira reunião de oficiais, explicou que saíra do quartel naquela tarde-noite e não assumira o Comando da Unidade porque estava comprometido com o General Adalberto, Comandante da 6ª DI, que transferiu seu Comando para Cruz Alta e utilizaria seus serviços como motorista. Eu que presenciei tudo, fiquei pasmo com a cara-de-pau daquele oficial, em cuja história, aliás, ninguém acreditou. Também voltou o Tenente-Coronel Borba que reassumiu interinamente o Comando do Regimento.

Fora do quartel a Unidade acumulava missões. Uma verdadeira cruzada. Ocupação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Esteio, incursão em cidades do interior, com efetivos que variavam de pequenas equipes, uma Companhia, chegando até a um Batalhão, que saíam diariamente com a tarefa de prender pessoas envolvidas com a política esquerdista que o Governo Federal estivera promovendo.

Vinham prefeitos, vereadores e outras pessoas como, por exemplo, os chefes dos então recentemente criados "grupo dos onze", de iniciativa inspirada e incentivada pelo Leonel Brizola. Os adeptos do caudilho acreditavam fervorosamente nesses grupos que teriam como objetivo, no momento certo e se fosse o caso, a tomada do Poder pela força, eliminar resistências e ocupar pontos estratégicos. Alguns deles, querendo obter notoriedade, chegaram a publicar seus nomes na imprensa como chefes de "grupo dos onze" de tal ou tal lugar. Apesar do acúmulo de serviços, o ambiente no quartel melhorou muito com o expurgo dos militantes de esquerda do 2º Batalhão. Passou-se a viver a vida comum de uma Unidade militar tradicional. Havia confiança mútua entre os que ficaram.

E assim o tempo foi passando com inúmeros fatos e acontecimentos, cômicos alguns, nem tanto outros, mas que se incorporaram ao histórico não escrito do 19º RI. Contá-los agora, daria matéria pelo menos para um livro e não é assunto para este relato. Quanto aos inquéritos, cujos indiciados eram os nossos militares, nós – os tenentes e aspirantes – de vez em quando ouvíamos falar que a coisa andava preta para este ou para aquele nosso conhecido.

No dia 12 de maio estava novamente de oficial de dia, e as atividades corriam normalmente. Quase ao final do expediente um soldado-de-ordens foi me encontrar no fundo do quartel onde ministrava uma instrução para o curso de cabos. Veio me dizer que o Comandante queria falar comigo urgente.

Ao me aproximar do Gabinete encontrei alguns sargentos que, justamente naquele momento, desciam as escadas do pavilhão do Comando. O Tenente-Coro-

nel Borba, consciente da sua interinidade, diligentemente continuava ocupando o Gabinete do Subcomandante, situado bem em frente ao do Comando.

Apresentei-me ao Tenente-Coronel Borba e ele ordenou que eu providenciasse um xadrez para o Sargento Venaldino Saraiva que acabara de ser preso. No decurso do inquérito sobre as suas atividades subversivas no quartel no dia 31 de março, o seu envolvimento havia sido definitivamente comprovado na recém-terminada acareação com outros colegas. Eram os sargentos que eu encontrara na escada.

Desci e verifiquei que havia um xadrez livre o qual poderia ser ocupado pelo Venaldino. Instruí o comandante da guarda, bem como o sargento adjunto do que iria acontecer e subi novamente. Perguntei ao Subcomandante onde estava o preso e ele me apontou o Gabinete do Comandante. Apenas para lembrar: Venaldino era aquele graduado que comandara um grupo armado no dia da Revolução, ocupando posições de tiro junto à caixa d'água do quartel. O Gabinete do Comandante era constituído de duas salas. Em uma ficava a mesa de despacho e na outra, contígua, aconteciam as reuniões de oficiais, eram recebidas autoridades etc.

Entrei na primeira sala e encontrei o Major Ruy – encarregado do inquérito – que, justamente naquele instante, saía da outra dependência e me informou, de passagem, que o Venaldino lá se encontrava. Ao chegar no umbral da porta que separava os dois ambientes vi o sargento. Ele estava parado, de costas para mim e de frente para uma janela, olhando a rua. Vestia japona e estava com a mão direita enfiada entre os botões da frente do uniforme, num gesto típico de quem a abriga do frio. Ato contínuo, falei para ele:

– Vamos, Venaldino.

Ele girou o corpo rapidamente e voltou-se para mim, apontando uma pistola. Disparou de imediato e continuamente três tiros. Naturalmente, tinha a arma escondida sob a japona. Como ele não foi revistado antes do interrogatório é a típica indagação que só se faz depois que as tragédias acontecem.

O fato é que tudo foi muito rápido, tanto que o Major Ruy ainda estava na outra sala, atrás de mim. O primeiro tiro ele errou, passou a uns 3cm da minha cabeça, alojando-se no marco da porta. A marca da bala está lá até hoje para quem quiser ver. O segundo tiro pegou de raspão no meu tórax, furando meu uniforme em dois lugares. Já o terceiro me acertou em cheio.

Como meu corpo estava em rotação procurando abrigo no vão da porta à minha retaguarda, este último tiro penetrou atrás da minha orelha direita, perfurou toda a cabeça e saiu em baixo do olho esquerdo estraçalhando o osso malar. A arma do Venaldino era uma pistola Beretta 6.35. O projetil, com capa de aço e

grande velocidade inicial, na sua trajetória encontrou osso somente na saída, onde fez o seu estrago maior, abrindo um rombo.

No início do seu percurso, até a bala encontrar os ossos malares, a sorte foi minha aliada. Ela passou justamente na bifurcação da veia jugular – na sua parte superior – e foi tangenciando o cérebro por baixo e a arcada bucal por cima, sem encontrar grande resistência.

Dei alguns passos, coloquei a mão no rosto e senti o sangue jorrando profusamente. A seguir, senti frio e tremor no corpo todo e uma fraqueza muito grande nas pernas. Antes de desabar em frente a mesa do Comandante, ainda percebi que atiravam na direção do Gabinete onde estava o Venaldino que respondia aos tiros.

A partir daí, apesar de não ter perdido os sentidos, não me lembro mais direito do que aconteceu. O inquérito, cujo encarregado foi o então Capitão Carlos Eurico da Silva Soares, está arquivado no 19º BIMtz e pode ser consultado. Sei que, banhado em sangue, fui carregado pelo soldado Johny – aquele guarda-costas do Major Ruy – até a enfermaria, onde houve uma correria para todos os lados, sem que alguém me socorresse. Todos me olhavam como se eu fosse um ser estranho. Vi até um sargento enfermeiro me espiar e sair de fininho, com a cara apavorada. Acabei sendo levado para o Hospital Centenário, em frente ao quartel, onde já estavam o meu companheiro de turma Aspirante Aloysio Oséas, também ferido, e o corpo do Sargento Venaldino. Como tudo aconteceu após ser atingido é o que passarei a relatar.

Ao atirar em mim, naturalmente, Venaldino chamou a atenção dos que estavam nas proximidades, principalmente do Major Ruy que logo respondeu fogo, errando o alvo. Ao tempo em que atirava, o Major foi se afastando para o fundo do corredor e disso se aproveitou o sargento para sair da sala do Comandante e continuar atirando, tanto no Major quanto na direção da sala do Subcomandante onde se encontrava o Tenente-Coronel Borba que se protegeu no vão embaixo da escrivaninha. Deste modo, foi o móvel que recebeu o impacto das balas, salvando-lhe a vida.

Enlouquecido, o sargento prosseguiu na sua sanha assassina, dirigindo-se para o outro lado do corredor, até chegar às escadarias da Sala Marechal Floriano. Ao descê-las, se deparou com o Aspirante Oséas que vinha subindo e atirou nele quatro vezes. Acertou nos braços e na barriga, tudo sem muita gravidade mas que, mesmo assim, fez com que o Oséas caísse, liberando-lhe a passagem. Ao chegar no pátio correu até o meio dele e em um derradeiro e tresloucado gesto, desferiu o último tiro da sua arma contra a própria cabeça. O fato foi testemunhado por dezenas de militares da Unidade, já que eram mais ou menos 17h30min, hora do toque de ordem.

No Hospital Centenário, conta o então Tenente Machado, os médicos e enfermeiros voltaram-se para atender o Oséas, deixando-me junto com o corpo de Venaldino,

provavelmente porque consideravam o meu caso perdido. Por insistência do Machado, que viu como me debatia, eles passaram a cuidar também de mim. Ia alternando momentos de lucidez e outros em que estava completamente apagado. Mas sabia que estava sendo atendido e sentia que estava perdendo sangue em grande quantidade.

Em dado momento, percebi que me transportavam em uma ambulância. Foi quando me levaram, juntamente com o Oséas, para o HGPA, em Porto Alegre. Ao chegarmos lá, já nos esperava uma equipe de médicos, sob cujos cuidados passamos a ficar. Oséas recuperou-se logo, mas eu passei por uma dura prova: primeiro, recobrar forças; depois, três operações.

O caso das cirurgias é interessante contar. Os médicos do HGPA que me atenderam pediram auxílio a outros colegas de Porto Alegre, já que se tratava de um caso muito grave. Um destes colegas convidados, o Dr. Nahum Goldstein, já falecido, médico civil e um operador emérito, foi o responsável pelas intervenções cirúrgicas a que fui submetido e acompanhou todo o meu pós-operatório. Inclusive, quando já não estava mais baixado, atendeu-me no seu consultório particular. Quem o levou para o HGPA, foi o Major Demétrio, cirurgião-plástico.

O Demétrio era um médico famoso que exercia a sua profissão não por necessidade, já que era grande fazendeiro em Dom Pedrito. Viajado pelo mundo inteiro, era um homem de largos horizontes. Voltei a encontrá-lo, pela última vez, na década de 1980, já idoso, em sua fazenda, por ocasião de um exercício no terreno realizado pela 6ª Divisão de Exército (6ª DE, antiga 6ª DI) naquela região.

Conhecido do General Edison Boscacci Guedes, Comandante da DE naquela época, Demétrio convidou-nos para um churrasco na sua magnífica estância, onde este caso foi rememorado, para espanto dos que não o conheciam.

Mas em 1964, o Major Demétrio era desafeto do Coronel-Médico Álvaro Menezes Paes, então diretor do Hospital, e mais tarde General. Na hora do acerto de contas com o Dr. Nahum, o diretor simplesmente disse que nada lhe devia e que ele fosse procurar o Demétrio, que o trouxera para o hospital a fim de me atender. Quando o médico viu que não receberia nada veio para cima de mim.

Tentei explicar-lhe que não tinha dinheiro para pagá-lo, que fora ferido em serviço e que, portanto, a responsabilidade era do Exército. Procurei fazê-lo compreender que aquela dívida, por direito, não me pertencia, apesar de reconhecer que lhe devia toda a minha recuperação, sem seqüelas físicas. Discute daqui, discute dali, a verdade é que o Doutor Nahum acabou não recebendo nada.

Quando me apresentei pronto no quartel o Comandante era o Coronel Bruno Castro da Graça, a quem contei o vexame pelo qual estava passando. O Coronel se interessou pelo caso e mais ou menos um mês depois, uma tarde, ele me disse:

– Maurer, amanhã vamos viajar para o Rio.

Informou-me que tinha arranjado uma carona em um avião da FAB, ida e volta, e me deu instruções sobre uniformes e outras coisas. No Rio fomos direto para o Palácio Duque de Caxias,[5] onde procuramos pelo General Adalberto que ocupava um alto cargo na área administrativa do Exército. Quando chegamos na presença do General, ele imediatamente se lembrou do meu caso. Inclusive ele fora até me visitar no hospital logo depois do acidente, quando ainda Comandava a 6ª DI.

Esclarecido o caso, ele não vacilou. Arranjou o dinheiro em espécie, e dois dias depois eu o passei às mãos do Dr. Nahum aqui em Porto Alegre. Assim, preservamos – tanto eu, quanto o Exército – a nossa boa imagem com o renomado médico, apesar de uma certa pessoa, por pura vaidade, quase ter posto tudo a perder.

Já de volta ao quartel ainda sofri alguns problemas de saúde. Fiquei quase um ano sem sensibilidade no lado esquerdo do rosto. Por algum tempo também tive dificuldade para falar. Mas, quando se é jovem, a recuperação vem fácil. Aliás, com o meu atestado de origem e com as seqüelas presumíveis de tão grave acidente em serviço, mais de uma vez fui perguntado se eu não cogitava em solicitar reforma por incapacidade física, levando ainda diárias de asilado. Diziam, naquele tempo, que se eu solicitasse, seriam favas contadas.

Mas passou-se o tempo, e aqueles que em 1964, e depois sob a égide da Revolução de 31 de Março, pensavam estar salvando o Brasil, expondo-se para isso a todo e qualquer perigo, são hoje, os vilões da Pátria. É o estigma do soldado, de que falei mais acima, neste breve relato.

Terceira Parte da Entrevista do General Maurer que,
com muito senso de humor, relata uma das muitas ações realizadas pela
sua Unidade na fase pós-revolucionária.

COMO O SARGENTO SEVERO TOMOU A REFINARIA

A Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini (REFAP) está localizada na Cidade de Esteio, a meio caminho dos 40km que separam, pela BR-116, Porto Alegre de São Leopoldo. Esta última cidade, como todos sabem, abriga o 19º BIMtz, o Batalhão da Serra. Em caso de crise, a Unidade tem a responsabilidade de garantir a segurança da Refinaria, por estar localizada em sua área de defesa interna.

Entre o Batalhão da Serra e a Refinaria há vínculos afetivos que o tempo só tem feito acentuar e crescer. É uma história de folhetim, onde o desfecho de cada

[5] Antiga sede do Ministério da Guerra.

capítulo é esperado com ansiedade. Amor e rejeição, frustração e glória, comédia e drama são componentes que temperam este relacionamento muito especial e único.

Três vezes a Refinaria já foi ocupada pelo Batalhão, todas sem violência, mas com toda a dramaticidade que uma ação dessas carrega. Incontáveis foram, também, as oportunidades em que ambos se apoiaram mutuamente. Tubulações, motores, peças e um sem-número de materiais sem uso foram doados de um lado, ao mesmo tempo em que material de acampamento, camas e colchões, eram emprestados para suprir necessidades de outro. Este acordo não escrito sempre foi bom para ambas as partes, mas nem sempre foi bem compreendido por quem não conhece as suas origens e a sua história.

Pois bem, esta crônica pretende contar um capítulo desta história, na esperança de que os seus leitores conheçam – mais um pouco – fatos que não constam de documentos oficiais, mas que aconteceram.

Tudo começou em 1964, logo após a Revolução de 31 de Março. O movimento revolucionário havia se imposto naturalmente, causando fragorosa derrota às esquerdas que ocupavam a mídia, falando em criar "sovietes", "república sindicalista", "grupo dos onze" e outras propostas de inspiração marxista-leninista. Para isso, diziam-se preparados para enfrentar as "forças reacionárias" que seriam derrotadas pela ação avassaladora das massas.

A verdade, como todos sabem, mostrou o contrário. O povo aderiu por inteiro à Revolução. Os líderes das esquerdas descobriram a fragilidade de seus pés de barro e se apressaram em fugir do País ou então se esconder. Dizem que a história não se repete e, quando isto acontece, o faz através da farsa. Foi o que o Brasil viu. Aqueles políticos oportunistas, ideólogos e intelectuais de fachada que esperavam o fenômeno Fidel Castro se repetir também no nosso País, tiveram que se contentar com uma versão de circo mambembe.

O então 19º RI recebeu ordem de ocupar a Refinaria no mais curto prazo. Naquela época a REFAP estava em fase final de construção. Dizia-se que era o último baluarte das forças sindicalistas que não havia fugido. Corria informe que no seu interior haveria fanáticos esquerdistas, fortemente armados, prontos para resistir até o último homem, comandados pelo seu principal líder, Leonel Brizola, cujo local de homizio seria a refinaria e não o Uruguai. Os fatos posteriores mostraram que esse tal líder foi mesmo para o Uruguai, o que mostra que ele pode ser taxado de tudo, menos de bobo.

A missão recaiu sobre o 1º Batalhão do Regimento, cujo Estado-Maior estudou a situação em uma sala fechada, com a luz vermelha permanentemente acesa, até a meia-noite da véspera da operação. Os tenentes corriam pelo pátio equipando as suas

viaturas com munição e material necessário, além de darem as últimas instruções aos seus comandados. Nada poderia dar errado, era uma questão de honra aceita com orgulho pelos jovens oficiais. Afinal, era uma operação de guerra. A vinda da refinaria para o Estado era o orgulho dos gaúchos. Ela não poderia ficar nas mãos de quem se mostrou tão incompetente a ponto de deixar o Governo se desmoronar pelo simples anúncio da Revolução, sem que sequer um tiro fosse disparado.

Às 3h da madrugada, o comboio começou o seu deslocamento pela BR-116, na direção da refinaria. Em obediência aos planos traçados, a coluna abandonou a estrada quando alcançou a localidade de Sapucaia do Sul, poucos quilômetros antes do destino e foi ocupar uma Zona de Reunião (Z Reu) bem à retaguarda da REFAP. Tudo de acordo com os "cabrais" da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), sofregamente consultados e fonte de inspiração do Estado-Maior do 1º Batalhão, para a confecção da Ordem de Operações. A refinaria teria que ser tomada de surpresa.

Às 5h da manhã começou o deslocamento da Z Reu para as Posições de Ataque, quase junto à Linha de Partida, apropriadamente escolhida na cerca leste (dos fundos) da refinaria. Os pelotões chegaram às suas posições, cortaram a cerca e iniciaram a progressão. Tudo no mais absoluto sigilo.

O 1º Pelotão da 1ª Companhia de Fuzileiros (1º/1ª CiaFzo) recebeu uma Zona de Ação facilmente identificável. De um lado uma linha de enormes depósitos cilíndricos e de outro uma estrada interna rigorosamente reta e, ao fundo, já junto à cerca oposta, uma pequena elevação, com um conjunto de construções, o nosso objetivo. O pelotão progrediu rapidamente sem encontrar qualquer resistência até chegar às construções. Na maior delas, sede de uma antiga fazenda, o Comandante do Pelotão, que seguia à frente de seus homens, num gesto teatral, com o pé, abriu a porta de um só golpe. Deparou-se com um enorme salão, na verdade, um refeitório. E... uma surpresa.

Lá estavam, sentados ao longo de uma comprida mesa, um grupo de 20 militares fardados, sendo servidos por garçons vestidos a caráter, em um lauto café da manhã.

O Comandante do Pelotão, ainda Aspirante-a-Oficial, se apercebeu logo que eram militares do 19º RI, sua Unidade. Meteu a mão por baixo do capacete de aço, cheio de galhos de camuflagem, para coçar a cabeça num gesto de perplexidade, diante daquela cena surrealista. Mas pensou:

– Faz sentido, são 7h da manhã, é hora do café. – Mas o que não faz sentido é o nosso pessoal estar aqui, nesta situação.

Neste momento de suspense, digno de um filme, levantou-se da cabeceira da mesa o Primeiro-Sargento Severo, um gauchão nutrido, que ostentava um farto e bem cultivado bigode de pontas arqueadas. Gremista até debaixo d'água, usava sempre por baixo da gandola uma camisa do tricolor, que naquele tempo andava por cima:

– Dá licença, Aspirante. – Primeiro-Sargento Severo, chefe da Manutenção!

– Apresentado, Sargento Severo! – Explique-me o que está acontecendo aqui, disse o Comandante do Pelotão, já àquela altura cercado por parte de sua fração.

– Aspirante, como o senhor sabe – disse Severo – a minha viatura era a última do comboio. No percurso, deu uma pane num GMC[6] da 2ª Cia Fzo que parou. Consertei-o e prosseguimos pela estrada. Não encontrei mais ninguém. Cheguei aqui na entrada da refinaria e perguntei ao guarda:

– Como é, Índio Velho, a turma do 19º já chegou?

O guarda me respondeu que não, mas que eu poderia esperar por ali mesmo com as duas viaturas. Notei também que ele telefonou, o que já me deixou meio nervoso e mandei a turma se preparar para o que desse e viesse. Meu faro de perdigueiro me dizia que alguma coisa estava errada. Mas não demorou muito e apareceu um outro guasca e perguntou se não seria melhor nós entrarmos com os caminhões para o interior da refinaria. Achei boa idéia e assim fizemos. Dali a pouco vieram nos perguntar se estávamos com fome – soldado está sempre com fome – respondi que sim. Aceitamos a oferta e aqui estamos.

O Sargento Severo cofiou o bigodão e prosseguiu:

– Olha, Aspirante, o senhor não aceita uma xícara de café? – Digo-lhe mais, esta coalhada está especial de boa, e a geléia: igual, só a que a minha mãe faz. A fartura aqui é grande, dá para todo o seu Pelotão. Garanto que o seu Apolinário, o chefe daqui, com quem já fiz amizade, não vai se importar. Onde comem 20, comem mais 30.

Foi assim. O Chefe da Manutenção do 19º tomou a refinaria com seus mecânicos e um caminhão do Subtenente da 2ª Cia Fzo. Não encontrou o restante da tropa porque essa havia abandonado a estrada um pouco antes.

O agora Capitão da reserva Severo, ainda está vivo e forte, torcendo seus bigodes, sofrendo e vibrando com o Grêmio, passando sua faca na chaira a espera do próximo churrasco, entremeando o mate bem cevado, com alguns goles da "purinha" mais pura de Santo Antônio da Patrulha.

O seu nome, porém, continua fazendo parte do plano de chamada do Batalhão da Serra. Os sucessivos comandantes da Unidade o têm mantido como uma reserva estratégica.

Se a situação se complicar e se for para ocupar a REFAP, chamem o Severo que ele dá conta!

---

[6] General Motors Company (a sigla da montadora era o apelido dado a um dos tipos de viaturas usadas pelo Exército na época)

Coronel Renato Moreira

Nascido em Cachoeiro do Itapemirim-ES, em fevereiro de 1922, o Coronel Renato ingressou no Exército em 1º de maio de 1942, quando foi matriculado na Escola Preparatória de Fortaleza (EPF).

Fez parte da primeira turma de cadetes que cursou integralmente a Escola Militar de Resende (hoje Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 28 de dezembro de 1946.

Classificado no 3º RC (3º Regimento de Cavalaria), em São Luiz Gonzaga-RS, serviu naquela Unidade durante nove anos, período em que foi promovido ao primeiro posto em junho de 1947, a Primeiro-Tenente dois anos mais tarde e a Capitão em abril de 1952.

Foi movimentado em 1956 para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) na Vila Militar-RJ. Aperfeiçoado, retornou à fronteira gaúcha, desta feita classificado no 7º RC, sediado em Livramento.

Aprovado no concurso de admissão, cursou a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1959/1961, sendo que, no final do primeiro ano, foi promovido a Major. Naquela Guarnição vivenciou, durante o último semestre de 1961, o episódio da Legalidade. Curso concluído, veio servir novamente no Rio Grande do Sul, realizando seu estágio de Estado-Maior na 1ª DC (1ª Divisão de Cavalaria), sediada em Santiago, continuando a integrar o Estado-Maior daquela Grande Unidade até ser transferido, em fevereiro de 1964, para o Quartel-General do III Exército, em Porto Alegre.

Recém-designado para a 2ª Seção daquele Comando de Área, viveu intensamente os primórdios da Revolução. Promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em agosto de 1966, permaneceu servindo na área de Informações até ser nomeado Comandante do 3º RCGd (3º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Osório), Unidade recém-transferida para Porto Alegre.

Três anos depois, em abril de 1973, quando foi promovido a Coronel, mais uma vez por merecimento, voltou a fazer parte do Estado-Maior do III Exército, agora como Chefe da 4ª Seção. Só se afastou daquela função quando foi transferido para a Reserva em abril de 1975.

Foi Assessor de Segurança e Informações da Aços Finos Piratini durante nove anos, até 1986.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Pátria.

Entrevista realizada em 29 de novembro de 2001.

O entrevistado de hoje do Projeto História Oral do Exército é o Coronel Renato Moreira que serviu por muitos anos no Estado-Maior[1] *do Comando Militar do Sul (CMS).*

Na época era III Exército.

O seu trabalho foi particularmente ligado à área de informações, o que nos dará, com certeza, um retrato do período revolucionário – o nosso objetivo. Conheço alguma coisa sobre o tema, pois servia aqui no Rio Grande do Sul e soube que, em várias Guarnições, houve muito problema de confrontos. Não consegui nem os relatórios nem os registros sobre isso na 2ª Seção do CMS e queria justamente restaurar aqueles fatos por intermédio de sua entrevista. Já temos um retrato de algumas Guarnições, como Vacaria e Uruguaiana, sede da 2ª DC (2ª Divisão de Cavalaria) onde eram estagiários os Generais Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto) e Floriano (Floriano Aguilar Chagas). Sobre a situação no comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) em Santa Maria, ouvimos o General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto).

Lá o Comandante era o Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo).

E o Menna Barreto o Chefe de Estado-Maior. Estamos chegando a conclusão que muitos desses Comandos não estavam preparados para o movimento. Não havia nenhuma simpatia pelo que estava acontecendo, mas não houve preparo. Em princípio somos legalistas, aliás, sempre o fomos, então isso pesou. Em São Leopoldo, sede do 19º BIMtz (ex-19º RI), ouvimos o General Maurer (Flávio Oscar Maurer), ferido com um tiro um mês depois da Revolução. Aqui em Porto Alegre já ouvimos o General Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), o Coronel Pedro Américo (Pedro Américo Leal) e mais um ou dois. Precisamos completar os dados para termos uma idéia do quadro, que ainda não está definido, pois não ouvimos ninguém que estivesse aqui no QG. O senhor será o primeiro; daí a importância desta entrevista para o nosso trabalho.

O senhor permite que eu diga o nome de um companheiro que pode ser ouvido?

Sim.

O meu Chefe Ruy de Paula Couto.

Já ouvimos os dois Paula Couto. Na época da Revolução o General Ruy estava em Santa Maria.

Veio para cá com o Poppe.

Na ocasião, ele comandava interinamente a AD/3 (Artilharia Divisionária da 3ª DI) porque o General estava de férias e não apareceu.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Com a palavra o Coronel Renato para nos relatar o que viu e viveu neste quartel-general naquela época. O senhor tem total liberdade para omitir ou cortar nomes. O trabalho final será o que o senhor disser e quiser.

Inicialmente queria dizer como vim parar aqui. Como todo egresso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tive que estagiar. A família da minha mulher morava na fronteira e por isso eu quis e pude escolher a 1ª DC de Santiago. O nosso Comandante era o Oromar Osório, um General político que se dizia grandemente influenciado pelo então Ministro da Guerra, General Jair (Jair Dantas Ribeiro), e dava a entender também que era partidário do João Goulart. Éramos três estagiários: o Fragomeni (Domingos José Fragomeni) o Clóvis (Clóvis Cunha Viana) e eu. O tema do estágio foi uma manobra da DC na região de Saicã[2]. Nos debruçamos de verdade nele e, no final, dizem que ficou muito bem-feito. O Comandante do 4º RC era o Coronel Arêas (Álvaro Lúcio de Arêas), frontalmente contra tudo que o Oromar Osório dizia. Mas como ele era muito obediente, seguia as instruções emanadas do Comando. Servia no 2º Grupo de Artilharia 75 mm a Cavalo (2º GA 75 Cav) de Santiago o famoso atleta, o Tenente-Coronel Meyer (Celso dos Santos Meyer). Esses dois, não digo que estivessem lá para se contraporem ao General Oromar, mas eram uma ponta de lança na DC, por coisas que mais tarde ficaram claras.

O senhor era oficial QEMA[3] estagiário?

Exatamente. Cursei a ECEME de 1959 a 1961.

Terminou o curso em 1961, então...

No início de 1962 chegamos em Santiago. A partir de então desenvolvemos o tema e o Coronel Arêas – era o Coronel mais antigo e estava sediado em Santiago – ia sempre no Quartel-General e também se interessou pelo assunto. Até brincava conosco:

– Vocês foram meus alunos, por isso tudo está muito bem feito.

A manobra saiu de acordo com o planejado. Colocamos toda a Primeira Divisão de Cavalaria dentro de Saicã. Os moradores da região disseram que nunca haviam visto tanto tiro de artilharia na vida. Tínhamos muita munição estocada e decidimos:

– Vamos atirar!

Foi uma beleza. Os colegas mais antigos comentavam que o Celso e o Arêas brincavam:

– Esse tema está excelente.

Em um certo momento o próprio General virou-se para eles e falou:

– Devem ser todos MB da ECEME.

---

[2] Terras jurisdicionadas ao Exército onde são realizadas as grandes manobras no Rio Grande do Sul.

[3] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais com o curso da ECEME.

Não éramos tanto, até porque MB é um conceito altíssimo.

É difícil, tanto na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), como principalmente no Estado-Maior.

Fomos bem classificados, mas não tanto. Pois bem, nessa época começou a aparecer qualquer coisa que viria a estourar depois em 1964...

Servimos dois anos em Santiago, tratamos todos muito bem e nós três saímos de lá muito queridos. Tanto que mais tarde o já General Fragomeni Comandou a Primeira Divisão. Na ocasião vimos que algo não estava bem. Os Vargas (Serafim Dornelles Vargas e o Umbelino Dornelles Vargas) mandavam no 2º RC. E não sabíamos se eram pró ou contra o Jango. Como a idéia do Presidente era repartir tudo, eles deviam ser contra – é o que se deduz.

O senhor tem que nos dizer onde estavam aquarteladas essas Unidades porque...

O 2º RC era a Unidade dos Vargas.

Sim, mas onde? Em São Borja, terra do Getúlio Vargas e do João Goulart?

Em São Borja!

Para quem serviu por lá é fácil saber aonde é. Mas nós trabalhamos com todas as DCs antigas que não são mais as atuais...

Esclareço tudo. Em Itaqui, sede do 1º RC, estava tudo normal. Em São Luiz Gonzaga, sede do 3º RC – a primeira Unidade que servi no Rio Grande do Sul – já apareciam alguns problemas, não digo de invasões de terras, mas sentíamos alguma coisa no ar. Estávamos na Divisão e recebíamos todas as informações.

Em Santiago além do QG havia ainda o 4º RC, comandado pelo Coronel Arêas. O Primeiro Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1º R Rec Mec) estava sediado em Santo Ângelo – não lembro o nome do Comandante – onde o Etchegoyen serviu como Capitão.

Então essas eram as Unidades da 1ª DC? O 1º RC em Itaqui, o 2º RC em São Borja, o 3º em São Luiz, o 4º RC em Santiago e o 1º Rec Mec em Santo Ângelo.

E ainda o 1º Regimento de Cavalaria Motorizado (1º RCM) em Santa Rosa.

Era uma senhora Brigada,[4] Talvez a mais poderosa aqui do Rio Grande do Sul.

Acredito que era.

Ainda havia o 7º Grupo de Canhões 75 mm Auto Rebocados (7º G Can 75 AR) de Ijuí, uma Unidade excepcional. Recapitulando: 1º, 2º, 3º e 4º RC, o 1º R Rec Mec, o 1º RCM e três grupos de Artilharia.

Um em Ijuí, o outro...

O de São Borja e o de Santiago.

---

[4] Grande Unidade do Exército (na época denominada Divisão de Cavalaria).

Artilharia em São Borja?

Isso mesmo!

O Batalhão de Engenharia era o de São Gabriel ou o de Alegrete?

Não. Não havia Batalhão de Engenharia. Aliás, sempre estranhamos isso. Brincávamos com o General:

– O senhor tem uma baita brigada, mas não tem engenharia.

Até Comunicações tínhamos: a 1ª Companhia de Comunicações (1ª Cia Com), de Santiago.

Santiago!

O senhor vê, eu vou me lembrando aos poucos...

Está bem!

Naquela época, quem mandava na região, quem tinha poder de mando era o pessoal dos Vargas. O Jango era fazendeiro e, desde os tempos do Doutor Getúlio, ligadíssimo com o seu padrinho político. Não pressentimos lá qualquer movimento que pudesse indicar algo como ocorreu em 1964. Mas depois, estudando a vida e os acontecimentos, verificamos que as sementinhas começaram lá, viraram árvores e... Bom, aí é outra história.

Bem, de Santiago eu vim para o QG do III Exército.

Antes, só um flash. *O senhor estava em Santiago em 1962?*

Estava.

E o problema da Legalidade?

A Legalidade foi em 1960 e um quando eu estava na Escola de Estado-Maior.

Ah, sim. Não a viveu aqui no Sul.

Eu ia falar sobre a Legalidade, porque aqui há uma pergunta que se encaixa bem. Mas comentarei depois.

Então o senhor pode continuar.

Fui transferido aqui para o Estado-Maior do III Exército onde havia vaga de adjunto na 1ª e na 2ª Seções. Cheguei em fevereiro de 1964, meio atrasado, e meu colega que chegou na frente foi logo assumindo a 1ª, depois até a chefiou – uma Seção extraordinária, famosa em todo o Exército brasileiro. A mim coube a 2ª Seção. O Chefe era o Coronel Vespasiano (Vespasiano Rodrigues Corrêa) que estava pretendendo ser Adido Militar em Montevidéu. Só pensava nesta possibilidade. O Subchefe, Tenente-Coronel Renan (Armando Renan D'Ávila Duarte), tinha inteligência para dar e vender, era até pára-quedista.

Eu vinha de uma Divisão que, apesar de ser lá do interior, era muito grande e com todas as Seções muito bem organizadas. Tinha sido E4, o Clóvis E3 e o Fragomeni E1. Na chefia do Estado-Maior estava o Major Joaquim Ignácio (Joa-

quim Ignácio Baptista Cardoso) – parente do Fernando Henrique Cardoso – depois foi embora. Então, jamais poderia imaginar uma 2ª Seção do III Exército instalada em três "salinhas" aqui no 5º andar. Pensei comigo: "Meu Deus do Céu! Quatro Sargentos!" Apresentei-me para o chefe que me disse:

– Verifica a papelada e toma conta disso.

Comecei a examinar os cofres. Chamei o sargento mais antigo e perguntei:

– Onde está o fichário da Seção?

– Ah, não tem.

– Mas como? 2ª Seção sem fichário? Deus me livre!

– Mandaram rasgar e queimar.

Posso dizer o nome do chefe que mandou fazer isso?

Pode. Já citaram esse episódio.

Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil)! Mas senti na carne. Porque...

O senhor veio para cá em...

Apresentei-me pronto para o serviço no meio de fevereiro de 1964.

Depois de dois anos em Santiago veio para o III Exército. O Chefe da 2ª Seção não era mais o Assis Brasil.

Não, o meu chefe era *o* Coronel Vespasiano. Tinham prometido para ele uma aditância, mas ele não foi. O Renan, além de ser riquíssimo, era por demais inteligente, apenas não queria nada com as informações. Tanto é que, ao chegar o novo chefe da seção, Coronel Ruy de Paula Couto, ele saiu de lá. Chamei o sargento e falei:

– Já sei como tudo funciona aqui. Só vou te fazer umas três ou quatro recomendações: primeiro, não quero sargento andando pelo corredor; segundo, quem serve aqui tem que ouvir muito e falar pouco, só o essencial; terceiro, vamos organizar a seção.

Depois de seis ou oito meses conseguimos ampliar a 2ª porque o trabalho assim o exigia. Tudo começou a funcionar, pois chegaram mais oficiais e mais sargentos. O nosso apogeu aconteceu quando chegou o então Coronel Ruy para chefiar a seção. Por quê? Porque recentemente tinha havido a Revolução e o problema das informações aqui no III Exército se avolumava. Foi quando veio o Poppe de Figueiredo para cá. Depois conto porque ele veio, isso vai interessar.

Sim!

Preocupado, argumentei com o chefe:

– Vamos montar uma seção exemplar porque vem aí "pólvora grande", não será brincadeira. Teremos que funcionar como aquela 2ª Seção que aprendi lá na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e na ECEME. O senhor tem que arranjar dinheiro para fazermos isto!

Organizamos a Seção, pedimos tudo o que precisávamos para funcionar bem, recebemos e nos tornamos uma Seção modelar. Tanto que era visitada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), e pela própria Escola Nacional de Informações (EsNI). Todo mundo que vinha de Brasília queria saber como funcionava a 2ª Seção do III Exército.

Nessa época o chefe era o Coronel Ruy e os adjuntos eram os Coronéis Telmo (Telmo de Oliveira Sant'Anna), de Cavalaria, o Milton (Milton Machado Martins) – da minha turma, mas uns pontinhos mais antigo do que eu – e vários outros adjuntos que conseguimos amealhar. Entre eles o Goulart, de Cavalaria – hoje é engenheiro – e o outro, um famoso bacharel que sugiro seja entrevistado. Trata-se do Capitão Mambrini (Amilcare Pittigliani de Mambrini).

Ele e o Moura (José Antônio Corrêa de Moura) tinham um escritório na Rua Vigário José Inácio. Conheço muito o Mambrini, foi meu contemporâneo de escola e somos amigos. Vou ouvi-lo. O Moura era da minha turma de engenharia e muito meu amigo também. Morreu há pouco. Eu conversava muito com eles.

Sei quem é. O Mambrini foi meu adjunto – era o homem da contra-informação. Conseguimos reunir também um núcleo de sargentos que receberam todo tipo de aula sobre informação. Organizamos uma equipe que passou a ser considerada modelo de Seção no Exército brasileiro.

Bom, este era o quadro da 2ª Seção; podemos prosseguir...

Já bem estruturada, a 2ª estava em condições de irradiar tudo para todas as 2as Seções das Grandes Unidades (DCs, DIs, IDs e ADs) e demais Unidades diretamente subordinadas. Para atingirmos este ponto é interessante comentar alguns problemas com os quais convivemos na Seção, como a situação das comunicações.

Logo depois que assumiu a função, o General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), Chefe do Estado-Maior do...

Tenho impressão que era do Médici...

Não. Do Médici foi o Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). O Fontoura foi antes. Foi Chefe do Estado-Maior do General Braga (Álvaro Alves da Silva Braga) nos anos de 1966 e 1967. Muito bem, ele me chamou e ao Milton e falou:

– Nossa rede de comunicações permite um contato com as nossas Divisões, ADs, IDs e bases Divisionárias?

Respondemos que o contato até que poderia ser feito, mas precariamente, ou seja, inadequado para o momento que se vivia. Ele nos pediu uma solução. Então o Milton e eu conversamos e traçamos um planejamento contando com a colaboração do Capitão Múrias (Wladimir Múrias de Andrade) especialista em comunicações que, depois de estudar a situação por completo, nos disse:

– Coronel, a solução depende só de dinheiro.

Então fomos conversar com o General:

– O senhor e o Comandante poderão se comunicar dos seus gabinetes com qualquer Grande Unidade do III Exército, inclusive com a 5ª Região Militar (5ª RM), em Curitiba – que também era nossa. E só um problema de dinheiro.

– E quem vai executar o projeto?

– O Múrias!

O Múrias era filho do General Coriolano (Coriolano de Andrade) – desse tamanhinho – e professor de comunicações da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Então tivemos a seguinte conversa com ele:

– Necessitamos executar um projeto completo. Calcule tudo, coloque no papel que vamos levar para o General.

Dias depois ele nos trouxe o orçamento. Entregamos toda a papelada para o General que a levou ao Comandante do III Exército. O Chefe do Estado-Maior foi enfático:

– Temos que arranjar dinheiro para executar este projeto porque não podemos ficar sem comunicações.

Conseguiram os recursos. Mais ou menos 45 dias depois o General Fontoura e o General Braga, dos gabinetes deles, falavam com todas as Grandes Unidades em linguagem..., como é que dizemos quando sai em código?

Com misturador? Linguagem cifrada.

Isso mesmo. Então o coroamento do trabalho foi o Comando do III Exército (Comandante e Chefe do Estado-Maior) falar quando quisesse com qualquer Grande Unidade ou Unidades – com os seus generais e os coronéis subordinados. Isso nos auxiliou muito e foi tão importante e bem-feito que aquela estrutura permanece até hoje. Eu sei porque depois, já na Reserva, estive aqui umas três ou quatro vezes.

Quando voltei a servir no QG, em abril de 1973, já sob o comando do General Oscar Luiz (Oscar Luiz da Silva) – chefiei a 4ª – o Chefe da 2ª era meu colega o Pinto dos Reis (José Pinto dos Reis) primeiro de....

Muito inteligente!

Aquele companheiro não sair "quatro-estrelas" foi um absurdo. Levou carona e pediu transferência para a Reserva. É o maior "crânio" que já vi no Exército. Não havia ninguém parecido. Lembro dele como se fosse hoje. Uma vez, estava na 4ª conversando com um amigo quando, de repente, o Pinto dos Reis chegou e tranqüilamente perguntou:

– Renato, onde encontro tal documento?

– Fala com o Fulano de tal lá da subseção X que ele te mostra o documento. Eu sabia tudo, conhecia canto por canto, até porque fora também o administrador da seção.

Posteriormente, reencontrei um companheiro que havia indicado para trabalhar conosco. Gente finíssima. Assim que ele me viu, veio e me abraçou, chorando. A emoção do reencontro fez-me chorar também. Nunca mais entrei lá.

Prosseguindo, a 2ª cresceu muito e passou a abarcar quase tudo, inclusive assuntos e ações que seriam da 3ª, mas nós os executávamos na hora, para que surtissem o efeito da oportunidade. Sempre que havia qualquer operação a realizar a 3ª tinha que estar junto porque operações...

Isso foi uma dificuldade que todo o Exército sofreu. Surgiu inclusive a figura de Operação de Informações que, no fim, até causou conflitos de atribuições e responsabilidades. A 3ª Seção estava envolvida com formaturas, instrução, cursos etc. e a 2ª com informação. Com o advento da Revolução aumentou a necessidade de informações. Foi muito difícil conciliar. É da nossa formação...

Eu dizia sempre para o Milton:

– Quando pudermos, e se pudermos, vamos trabalhar com a 3ª porque ela tem a força. Graças a Deus aqui nunca houve briga nem ciumeira.

Porque normalmente somos companheiros.

É, não houve nada disso. Agora um breve relato do nosso método de trabalho. Toda a documentação que chegava na Seção passava pelas minhas mãos. Eu era o escoimador. Assuntos urgentes ficavam ali na mesa e eu ou o Milton resolvíamos na hora. Depois da triagem, os demais iam para o Coronel Telmo quando o General Paula Couto não estava, ou direto para o chefe. Eu orientava sobre o que fazer, como fazer, enfim, fornecia todos os detalhes. E graças a Deus o nosso trabalho sempre fluiu bem. Fiz até um curso de leitura dinâmica para ter melhores condições de trabalho.

É muito papel! Eu também fui Chefe de 2ª.

É uma coisa de louco. Fiquei tão treinado que olhava um documento e pronto, já colocava minha sugestão lá embaixo. Gravava até a fisionomia das pessoas. Hoje as pessoas me dizem:

– O senhor é um bom fisionomista porque foi homem de 2ª.

Posso não lembrar o nome, mas a fisionomia não esqueço. Fomos educados para isso. Não só o homem de 2ª, todos nós, militares, principalmente quando exercemos funções de Comando, temos que ter essa percepção. Se olhar para uma pessoa, ela está fotografada, não tem conversa. Cito até um exemplo. Ontem na solenidade de passagem de Comando do General Muxfeldt (Virgílio Ribeiro Muxfeldt) apareceu um cidadão, eu o olhei de longe e ele olhou para mim; em seguida lhe fiz um aceno e o chamei pelo nome. Há trinta anos que não nos encontrávamos.

Falando em 2ª Seção, fui adjunto do Iruleghi (Ângelo Iruleghi Cunha). Não era fácil; trabalhava duro e...

E via vermelho em tudo quanto era lugar.

*Eu era o Major mais moderno, e ele Coronel-*full*; em seguida foi transferido e pouco tempo depois promovido a General. Os coronéis antigos não quiseram a 2ª, pois estavam bem nas suas Seções. Então o Beckmann (Henrique Beckmann Filho), Chefe do Estado-Maior, me chamou e disse:*

– Você vai assumir a 2ª.

De pronto respondi:

– Coronel, não é possível. Eu sou muito moderno.

– O pessoal não quer e o Ângelo disse que você leva jeito. Vamos experimentar.

– Vou me incomodar e acabarei me queimando, porque sou muito moderno e às vezes temos que entrar nas Unidades.

– Não, não. Se houver qualquer problema eu te ajudo.

E ele me ajudou.

Quando citei os oficiais que serviram na 2ª me esqueci do Coronel Iruleghi, talvez porque ele tenha chegado depois; era fora de série, excepcional. Agora enxergava muita linha vermelha. Eu brincava com ele:

– Chefe, cuidado! Não podemos ser assim, às vezes o senhor pensa que é e não é.

Ele era fogo! Anticomunista como aquele não conheci. Agora era...

Muito competente e trabalhador.

Se houvesse necessidade ficava dez dias em um lugar e não saía. Era extraordinário. Os outros "bambas" da minha época lá na 2ª eram o Telmo, inteligentíssimo, e o Milton, afora meu Chefe, o então Coronel Ruy. Todos "gente escolhida".

Equipe de peso.

Barra pesada. Muito bem, estávamos comentando que eu tomava conhecimento de tudo, era um cofre. Como já comentei, fiz curso de leitura dinâmica e, em conseqüência, olhava um documento assim "na diagonal" e já dizia: é para Fulano, para Beltrano ou Cicrano. Eu conseguia verificar, em um passar d'olhos, se havia necessidade de rebater os documentos que os sargentos datilografavam. Pelo amor de Deus, seção equipada com pessoal competente e material novo, tinha que sair tudo cem por cento. Eu só não corrigia vírgula. Dizia apenas:

– Não tenho tempo para isto.

Agora é interessante relatar alguns episódios ocorridos com os comandantes de Grandes Unidades da época. Ao chegar aqui em fevereiro de 1964, o Comandante do III Exército era o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo).

Foi meu Comandante em Curitiba. Além de oficial de engenharia de carreira, era médico e advogado. Dizem que entendia de tudo, menos do Exército.

Depois comentarei um fato interessante que houve entre ele e o Chefe do Estado-Maior. Já estavam começando a classificar aqui os companheiros pró-Jango para compor o quadro. O General Nobre (Napoleão Nobre), foi transferido do Rio de Janeiro para ser o chefe do Estado-Maior do Galhardo. Comandava a 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), que era diametralmente contra o Jango. O Governador do Estado era o Doutor Ildo Meneghetti.

E o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy)?

O Muricy nessa época não estava aqui...

Está certo, ele foi chefe do Estado-Maior na Legalidade.

Falarei sobre este assunto também. Há uma pergunta que tem a ver com a Legalidade.

Está certo.

Só uma pequena passagem do General Muricy, após 1964. A nossa 2ª já era famosa e ele servia no Estado-Maior do Exército. Uma ocasião, integrando uma comitiva de Brasília em visita ao III Exército, foi direto até à 2ª. Chegou perguntando:

– Onde estão os Majores Milton e Renato?

Um de nós falou:

– Os coronéis estão todos aqui, vamos falar com o Paula Couto, o Telmo ou o Iruleghi.

– Não, eu já falei com eles, quero falar agora é com vocês.

Ofereci minha cadeira – eu era mais moderno que o Milton – ele sentou e fiquei ao lado conversando. De pronto ele perguntou:

– Como foi o problema do Carlos Lamarca?

Era o assunto do momento. Contamos para ele a história completa, no final arrematei:

– Mas ele não teve peito de atravessar o Rio Pelotas porque, se pisasse solo gaúcho, estaria preso em uma hora.

Disse mesmo assim para ele: "estaria preso em uma hora". O Lamarca sabia que seria preso, porque o que ele fez em Porto Alegre foi uma bandidagem. Deixou o Major Ribeiro (Raul José Ribeiro) Comandante da Companhia de Polícia do Exército (PE), na rua da miséria; até o Major Prange (Darcy Gomes Prange), que comandou posteriormente, ainda se incomodou.

Da minha turma.

O então Tenente Lamarca servia na Companhia de PE e, certa vez, quando estava de oficial-de-dia, um dos militares presos lá – o Daudt, da Aeronáutica –

fugiu. Depois, já em São Paulo, roubou munição do Regimento de Quitaúna. Contamos a história completa.

Estava falando sobre os comandantes das Grandes Unidades. O Oromar Osório passara o comando da 1ª DC para o General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva). Na 2ª DC estava o General assobiador, o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha), tinha até um apelido...

O QG da 2ª DC era em...

Uruguaiana. E o Comandante da 3ª DC era o Garrastazú (Hugo Garrastazú). Depois conto um caso dele também.

Sentíamos que qualquer coisa que acontecesse traria algumas dissensões. O nosso serviço de informações ainda não era tão eficaz, pois nem todas as Seções estavam bem estruturadas em pessoal e material, com um fluxo de informações e contra-informações não muito grande, mas sob rígido controle. Tudo o que sabíamos fluía para todos – eliminando o fator surpresa – a fim de que ficassem senhores da situação e informassem aos respectivos chefes, comandantes e demais oficiais. Até com a 5ª Região Militar de Curitiba – que segundo alguns não gostava de se engajar com o pessoal do III Exército – o entrosamento era muito bom, talvez porque os companheiros que serviam lá eram todos conhecidos: o Major Braga (Paulo Lacerda Braga), irmão do Ney Braga, o Clóvis e o General Ernesto Geisel. A necessidade de difusão e a excelência de toda a estrutura determinaram um fluxo de informações muito grande.

O General Ernesto comandou a AD/5 em 1962, quando também foi Comandante interino da Região Militar.

Isso mesmo. Bem, quando o Oromar saiu de Santiago, foi para o Rio comandar a Vila Militar. Aí foi o "busílis" todo.

Em 1963.

Muito bem. Falávamos sobre os comandos: o Galhardo foi transferido e a situação começou a fermentar aqui, pois o General Ladário (Ladário Pereira Telles) veio direto do Rio para cá e, como era o mais antigo, assumiu o Comando do III Exército.

Isso foi em...

Final de março de 1964. Quero contar uma passagem ocorrida neste QG, naqueles dias, que vai mostrar como a coisa estava feia. Houve uma reunião de Comando do III Exército, na qual estavam presentes os generais da área. Eu era o "majorzinho" adjunto da 2ª. Soubemos que os generais, entre eles o Adalberto, tinham decidido não acatar as ordens do Comandante, transmitidas através do então Chefe do Estado-Maior, General Nobre. Nisso encontro o General que fora meu segundo Comandante na DC, o Saraiva, janguista até debaixo d'água. Anda-

ram falando alguma coisa para ele porque saiu por esse corredor do quarto andar, com o pinguelim em riste, xingando e bradando:

– Ah! Estão querendo se livrar de mim.

Perguntei a ele:

– O que foi, General? O que houve? Por que o senhor não vai lá em cima, fala com o Múrias e envia um rádio para o Costa e Silva informando que o senhor e a 1ª Divisão estão à disposição dele.

O General Costa e Silva – a eminência parda do Governo, depois Ministro da Guerra – era um dos Comandantes-em-Chefe da Revolução. Muita gente diz que foi fraco como Presidente, e não sei mais o quê, mas era linha-dura.

O General não me ouviu, continuou com seus princípios e contra todos. Resultado: foi cassado. Ele e vários outros.

Deve ter sido logo depois que eclodiu a Revolução. Ele estava indo de avião para Santiago e o Estado-Maior dele mandou dizer que ele não descesse na cidade porque senão seria preso.

O Porto (Raul Rego Monteiro Porto) Comandante do 1º RCM de Santa Rosa era o Comandante interino da Divisão. Não tinha Estado-Maior, mas assumiu o Comando da Divisão porque era o Coronel mais antigo, já que o Chefe do Estado-Maior, Coronel Montarroyos (João Augusto Montarroyos) fora promovido a General em 25 de março e estava ausente da Guarnição. Interessante que os Vargas ficaram quietos. Aliás, nunca se meteram, a não ser que alguém mexesse com eles. Eles só queriam colher e aproveitar.

O Coronel Acquistapace (Moacyr Avellar Acquistapace), comandava o 3º RC de São Luiz e no 4º RC era o Arêas. Todos influenciaram na adoção daquela linha de ação. Eu era Major moderno e comecei a sentir a ebulição. Chegava na Seção e falava:

– Milton, temos que nos cuidar muito, porque pelo que estou vendo isso vai estourar mais cedo ou mais tarde.

– Renato, vamos ter calma!

Aqui o pessoal tinha medo dos sargentos. Certa ocasião falei:

– Vocês podem estar receiosos, mas nós na 2ª não temos medo porque os nossos são de confiança.

O Milton, na 3ª, disse:

– O meu também.

E o chefe da 4ª Seção onde havia dois ou três sargentos arrematou:

– Os meus também são todos de confiança e estamos com eles na mão. Aqui não haverá nada.

Nos referíamos ao QG, porque em Quaraí, lá no 5º RC, houve um problema.

Isso ocorreu em março, por ocasião da Revolução?

É, mas antes já apareceram alguns estertores. Depois direi qual a minha opinião sobre isso. No momento estou dando um ligeiro *flash*. Pela análise do que nos chegava às mãos, e por causa das atitudes do Governo da República sentíamos que a situação não poderia continuar como estava, era imperativo haver mudanças. Foi quando falei:

– É hora de nos prepararmos, inclusive temos que analisar o perfil de quem vem transferido para Porto Alegre. Porque se vier um general de barriga-fria[5] estamos roubados. Temos que ter um Comandante positivo. No final o Napoleão Nobre e a turma toda foram embora.

Ele foi cassado...

Mas foi Chefe do Estado-Maior bastante tempo. Cumpri, por ordem dele, várias missões de observador; eu viajava, verificava a situação e apresentava um relatório. Graças a Deus era só assunto militar, não havia política. Uma vez ele me disse:

– Vá a Santo Ângelo verificar o que está acontecendo lá. Há um avião a sua disposição. Aguardo seu relatório.

Era o problema de um sargento que, já insuflado pelas idéias do que eles queriam que acontecesse, estava pregando a indisciplina das praças no quartel. Cheguei lá, conversei com o Comandante, disse a ele a razão da minha presença, o que queria saber e tudo o mais. Retornei e apresentei o relatório. Ele leu e comentou:

– Está bom!

Mas sentíamos que a situação não estava bem. A Revolução foi em abril de 1964, mas já nos meses de janeiro e fevereiro o ambiente começou a ficar tenso.

Talvez o pior momento tenha sido no final de 1963. Eu estava na EsAO e aquele movimento dos sargentos, lá em Brasília, foi importante. Parece-me que fora da Capital Federal, o fato não teve influência. O Comandante era o General Galhardo. Ele saiu daqui em 1964. E o Comandante da Região era o...

Não lembro, sei que o Comandante da 6ª DI era o Adalberto.

Isso mesmo. E da Região?...

Já me lembro o nome. Em 1964 eu dizia sempre para os coronéis da Seção – o Milton, o Telmo e o Ângelo:

– Olha, temos que nos cuidar, senão voaremos daqui.

Recebíamos muita informação, até de Brasília. Não havia assunto que não soubéssemos, estávamos enfronhados. Eu conversava muito por telefone com o Íris (Íris Lustosa de Oliveira), companheiro que servia em Brasília, e dizia para ele:

---

[5] Expressão que significa: ficar indeciso, ficar em cima do muro, ou ainda, não querer nada com nada.

– A situação não está boa!

Depois criamos aquele serviço de comunicações que nos auxiliou muito. Aí falávamos com o CIE e o Estado-Maior, tudo codificado. Conversávamos muito, pelo menos nós, os "bagrinhos" QEMA que serviam no Estado-Maior do QG estávamos bem enfronhados, e dificilmente seríamos pegos de surpresa se houvesse alguma coisa. Inclusive a 5ª Região – que sempre foi um Grande Comando arredio – não seria apanhada de surpresa, pois toda a turma era conhecida e muito eficiente.

Lá também, nos dias da Revolução, o General Comandante estava fora. Acho que era o Silvino (Silvino Castor da Nóbrega).

Isso mesmo...

Ele não pôde retornar e o General Dario (Dario Coelho), Comandante da AD, assumiu o Comando. A situação ficou um pouco confusa.

Aqui em Porto Alegre também deve ter havido muita movimentação porque, com a ausência do General Adalberto, se não me engano, assumiu o comando da 6ª DI o Coronel Jarbas (Jarbas Ferreira Souza), Comandante do Batalhão de Engenharia. Era muito conhecido como um homem de esquerda.

Eu ia dizer...

Embora fosse menos radical do que o meu Comandante, o Guerreiro Britto (João Guerreiro Britto).

Eu sei.

Aquele era muito mais à esquerda, já é falecido.

O Jarbas sofreu uma resistência danada principalmente porque o pessoal do 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e demais Unidades não o aceitaram como Comandante; todos eram pró-Adalberto. Tanto é que não tivemos problemas com as Unidades de Porto Alegre, onde poucos ou nenhum sargento se insurgiu. Aqui no Quartel-General nenhum.

Isso é importante.

O pessoal seguia muito a orientação dos coronéis que explicavam a situação através de instrução para a tropa: está acontecendo isso, aquilo, aquiloutro e pronto. Falavam muito pouco em política. Um desses era o Etchegoyen que servia aqui na 3ª Região. Sempre foi um líder muito sensato, conversa mansa, mas sem brincadeira.

O Jarbas veio do Batalhão de Engenharia para cá assumir o Comando da....

6ª DI.

E trouxe o Estado-Maior dele, os chefes de Seção que eram capitães. Com isto queimou três bons oficiais. Eu os conheço porque sou de engenharia. O Kok Baddo (Hélio de Kok Baddo), o Vargas (Nilton Cardona Vargas) e o...

Estou lembrado do Kok Baddo, era um excelente oficial.

O Vargas foi parar na Amazônia. Nunca mais voltou, mora em Manaus e está muito bem de vida. E o terceiro era o Amaury (Amaury Soares Silveira), da Aplub.[6] *O oficial de engenharia mais inteligente da geração dele. Todos muito bons e foram na onda do Jarbas.*

O Orcy (Orcy Machado Borba) que também servia aqui, não lembro se na DI ou na Região, foi um dos que acompanharam aquela movimentação toda.

Ele me contou que só ficaram olhando aquele pessoal assumir as Seções do Estado-Maior. Realmente entraram em uma fria. Depois fizemos uma força danada para não queimarem os pobres dos capitães.

Coitados! Sabiam que eu, o Milton, o Telmo e o Ângelo éramos da 2ª. Graças a Deus nunca nos encontramos, porque não haveria conversa fiada.

O quadro aqui foi interessante. Vivíamos uma fase de nacionalismo exacerbado – do Semanário[7] *e tantas outras coisas – e alguns oficiais eram simpáticos àquelas idéias. Haveria aqui algum oficial com tendência esquerdista?*

Não lembro de ninguém, a não ser que o fichário da 2ª me desminta. Até porque se encontrássemos uma pessoa assim, procuraríamos conversar com o companheiro. Também recebi colega meu preso...

Em 1964?

É, na Revolução. Conversamos, conversamos e no final ele falou:

– Pôxa, Aratucho, o que há contigo?

Eles me chamavam de Aratucho – arataca com gaúcho – porque sou de Cachoeiro do Itapemerim. No final disse a ele:

– Meu amigo, "o plantão da hora está errado", você não podia ter feito isso para o seu comandante.

Começava por aí e deitava falação. Bem, já estamos falando sobre o início de 1964.

O quadro já está montado! Vamos para as perguntas?

Vamos lá.

Poderemos ter revelações muito interessantes porque algumas Grandes Unidades tiveram problemas sérios. Eu sei de Bagé, sede da 3ª DC e em Santiago do Boqueirão.

O problema de Bagé...

Também em Santa Maria e Uruguaiana, onde o pessoal...

O Estado-Maior da DC de Uruguaiana era muito bom.

Forçaram o General Camarinha...

Camarinha, o assobiador.

---

[6] Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil.

[7] Periódico que divulgava uma política nacionalista.

Não era um homem mau, mas alegava:

– Sou amicíssimo do Jair, não teria saído General se não fosse ele. Como posso ficar contra?

O Oromar dizia a mesma coisa:

– Sou amicíssimo do Jair.

E o pessoal alertava:

– General, tome cuidado!

Graças a Deus ele foi para a Vila Militar. Lá andou fazendo bobagem e encerrou a carreira. Em Bagé também houve uns problemas com o Comandante Garrastazú.

Lá foi complicado porque no dia o General não estava no QG. O Coronel Paixão (Osmar Mendes Paixão Cortes), oficial do Quadro Suplementar Geral (QSG), foi quem segurou a barra, pois tinha muita força.

O Paixão foi o braço direito lá.

Aqueles coronéis "caudilhões" eram líderes, não sabiam fazer manobra, mas tinham prestígio e força.

E influência. Além do mais tinham o poder do dinheiro também. Não sei se na ocasião entrou dinheiro. Mas em Bagé houve esse "probleminha" que no final foi resolvido pelo Paixão que era líder. Em Uruguaiana foi o Estado-Maior que era muito...

Sem dúvida!

Na 1ª DC o Porto não deixou...

Lá eu só sei que o General não reassumiu o Comando. E foi por atuação dos oficiais. Ainda não ouvimos ninguém daquela área. Quem o senhor indicaria para ser ouvido?

É difícil. Eu já não estava lá, viera para Porto Alegre. O Fragomeni e o Clóvis haviam sido transferidos e o então Major Alceste (Alceste Menezes Petterle) não é mais vivo.

É difícil. Eu servi com o Clóvis.

Ele foi para Curitiba. Esses têm muita história para contar. Inclusive o Fragomeni, que foi Chefe do Estado-Maior como Major, porque o oficial QEMA mais antigo, era o Tenente-Coronel Waldir (Waldir da Cruz Soares) – o Waldirzinho – de Infantaria, um que era meio áspero e pavio curto, foi transferido para o Rio ou para Porto Alegre. Havia ainda o Joaquim Ignácio, sobrinho ou primo do Presidente Fernando Henrique, diziam que era comuna e só vivia atrás de mulher; embora fosse oficial do QEMA, com o Estado-Maior mesmo não queria nada. Foi embora logo. No final, quem trabalhava mesmo eram os três: Fragomeni, Clóvis e eu. Nós é que ditávamos as ordens.

Em 1964 assisti a essas reuniões que foram feitas aqui, chamaram os generais e outros oficiais. Foi quando nosso amigo General Saraiva reclamou da vida e

de tudo. Eu sabia que ele voltara para a sua DC, mas parece que não assumiu o Comando. Acho que estava queimado lá.

Ele não estava lá na Legalidade?

Não, não. Ele assumiu o Comando em 1962 ou 1963...

Quando o Ladário assumiu o Comando do III Exército, houve uma reunião com o Presidente e o Brizola.

Eu assisti a isso.

E o Saraiva teria dito para o Jango:

– Subo com a minha Brigada por aqui, atravesso o rio Uruguai, faço um envolvimento e partimos para São Paulo.

Aí o Brizola virou-se para o cunhado e completou?

– Com mais dois ou três generais como esse, nós acabávamos com isso em uma semana.

Finda a reunião, o General viajou de avião para Santiago a fim de assumir o Comando, mas não conseguiu.

Falando em Brizola, contam que ele foi pego aqui com o pé em cima da mesa do Comandante; alguém o flagrou. Comentaram que um Coronel antigão entrou no gabinete e o Brizola estava lá com o General Ladário. Tenho uma ligeira idéia que os dois andaram fazendo bobagem e foram apanhados. Eles estavam mal porque o General Adalberto é que mandava em Porto Alegre e ele era favorável à Revolução ou qualquer coisa que mudasse aquela situação.

O esquema do Jango caiu de maduro. As nossas escolas tiveram um papel decisivo e fundamental porque nos prepararam muito bem. Não era lavagem cerebral, eles mostravam...

Acredito que poderia ter acontecido algo mais sério aqui em Porto Alegre por causa da ação do Brizola. Ele tinha o nome ligado à Legalidade.

Segundo alguns historiadores aquela foi a maior ameaça de guerra civil que o Brasil já viveu. Eu servia em Curitiba e foi realmente...

Eu também concordo. Ia correr muito sangue...

Quem conteve a situação foi o Exército. Não nos conformávamos com a eclosão de luta entre nós promovida por políticos. Ninguém estava "a favor" da legalidade do Brizola, nossa preocupação era a subversão e a corrupção. Foi uma situação muito difícil.

Tenho o mesmo pensamento.

Interessante é que vários oficiais daqui foram legalistas. Um exemplo foi o General Paula Couto que deslocou sua tropa para Vacaria. E ninguém poderá dizer que o Paula Couto gosta do Brizola, pois não suporta nem ouvir falar no

nome dele. Então a conotação da Legalidade foi uma e em 1964 foi completamente diferente. Todo mundo sabia o que estava havendo, com exceção do pessoal simpático à esquerda.

Havia gente que morria de amores pelo Jango e pelo Brizola. Depois encontrei alguns que me confessaram:

– Puxa vida, como eu estava enganado!

É, mas na ocasião não quiseram nos ouvir.

Vamos às perguntas? Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Não sei como me expressar, mas tudo remonta à época da Legalidade, que deixou uma mancha, um ranço sério contra aquela turma e que custou a sair. Houve a Revolução porque o pessoal acreditava que não podíamos continuar mais vivendo aquela situação.

Fico à vontade porque na ocasião estava na área. Se não me defini pela Legalidade também não fui contra, fiquei quieto. Eu era Capitão. Mas acredito que aqui no Sul restou um pouco de complexo de culpa; o pessoal se arrependeu de ter ido na conversa do Brizola...

Estou totalmente de acordo. O segundo ponto foi o problema da reforma agrária...

Incluída no que eles chamavam de Reformas de Base!

Eram necessárias, mas não do jeito que eles queriam fazer. A outra causa foi a insatisfação da nossa classe quanto aos baixos salários e também quanto à estrutura e prestígio do Exército. O senhor sabe que...

Eu vivi o comprometimento da hierarquia e da disciplina.

Eu ia falar sobre o caso dos sargentos. Porque isso está no cerne do militar, está na raiz.

É, foi uma situação difícil.

A hierarquia e a disciplina.

Vamos adiante. Como adjunto de 2ª Seção, sentiu que havia alguém conspirando?

Aqui dentro?

É, dizem que os conspiradores aqui seriam: o General Manta (Antônio Adolpho Manta), que já estava na Reserva; o Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão), de Artilharia, que ia para o interior levando bilhetinhos e instruções e trazia informações.

Gente nossa.

E o Etchegoyen. Seriam as principais. Na entrevista do General Etchegoyen fiz uma série de perguntas, mas essas pessoas não gostam de contar quase nada.

Eu queria ouvir o depoimento do Gusmão, mas ele trabalha em um jornal de São Leopoldo e me comentou:

– Não posso falar muito.

Então resolvemos desistir.

Concluindo, a bem da verdade me parece que foi mais uma preparação geral das Escolas através daqueles documentos do Estado-Maior e daqueles folhetinhos. Mas era conspiração.

Vou dizer uma coisa, o Brizola e a turma dele nunca foram simpáticos ao Exército. Alguns achavam que não se devia fazer nada porque ele tinha sido enérgico não deixando o governo sair fora da Constituição e mantinham um resquício de simpatia pela Legalidade. Eu estava no Rio de Janeiro e lá, pouquíssima gente o acatou.

Foi muito difícil.

Ele era um homem populista. Nós já não gostamos nem um pouco de político e, se ele é demagogo, nem pintando de ouro é aceito, então...

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Tenho a impressão que, se houve coordenação, partiu daqui do III Exército...

Decorrente de documentos oriundos do Rio, do Estado-Maior do Exército...

Chefiado pelo Castello – um homem muito respeitado.

Sem dúvida!

Eu o conheci ainda Tenente-Coronel, no Realengo,[8] quando fiz exame para a Escola Militar. Eu via aquele oficial como um paradigma.

Um homem corretíssimo.

Arrematando a pergunta. Acredito que a preparação foi coordenada. Culminou com aquele "manifesto" do Marechal Castello Branco. Eu o recebi lá na 2ª Seção, e o levei logo ao chefe:

– Olha isso aí!

Então podemos dizer que aconteceram pequenas reuniões de companheiros.

E até com a presença de civis também. Muitos professores universitários, que estavam com medo, desejavam uma mudança.

Depois não soubemos manejar com eles e...

Isso é outra questão que responderei adiante.

---

[8] Bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro que emprestou o nome para a Escola Militar que ali funcionou até ser transferida para a cidade de Resende, mudando o nome para Escola Militar de Resende e, posteriormente Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Para mim foi nos sindicatos e nas universidades que não haviam sido bem preparados para recebê-la.

O desencadeamento da Revolução na área do III Exército foi mediante ordem?

Foi sim! Colocaram nos Comandos de Unidades e nas Divisões só pessoal de confiança. Em Vacaria, por exemplo, houve um problema e mudou-se logo o Comandante.

Eu estava lá. Chegou uma hora que não deu mais. Somos militares e fomos treinados para obedecer, mas naquela época a situação atingiu a um tal ponto que não foi possível continuar. E até preso fui.

Prosseguindo, como foi recebida a revolução?

Foi bem recebida.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Colocar ordem na coisa pública que estava muito desordenada.

É uma resposta abrangente. Colocar o país em ordem. Vamos em frente.

A idéia das Forças Armadas não era endurecer e nem usar Atos Institucionais, mas foram encostadas na parede pelos políticos e pelo terrorismo. Nos fale um pouco sobre as causas dessa escalada revolucionária.

Não há dúvida de que as causas foram a desobediência política e o terrorismo. O pior de tudo foi que eles achavam que nós estávamos brincando, o que não era realidade. Tiveram sorte, porque muita coisa que tinha que ser feita não o foi. Em qualquer país do mundo onde houve uma revolução, cortaram o pescoço de muita gente. Embora estivéssemos em guerra, aqui não houve isso. Não é da nossa índole. Até hoje comento:

– Estudem e conheçam melhor a história! Esses livros que estão em uso nas escolas são pura propaganda revolucionária marxista. A realidade da esquerda é outra. É só ler as evidências.

Sem dúvida!

Um exemplo do endurecimento do jogo democrático face ao terrorismo é o exemplo dos Estados Unidos. Nas décadas de 1960 e 1970 eu servia em Brasília e um Adjunto do Adido americano me dizia:

– Entendo o trabalho de vocês, mas está na hora de melhorar a democracia, vocês não podem ficar comandando para sempre.

Eles nunca haviam sofrido um atentado terrorista de cunho militar, como o que aconteceu no 11 de setembro. O país mais democrático do mundo vai abrir os tribunais para julgar terroristas; acabaram com as liberdades individuais...

E as restrições nos aeroportos?

Muito mais severas do que as adotadas por nós.

Nunca se fiscalizou ninguém em aeroporto. Certo ou errado, não fizemos isso.

Concluindo: os Atos Institucionais surgiram como uma política forte para fazer frente à atuação da oposição radical, aquela infiltrada por terroristas.

O nosso Presidente disse que nunca houve terrorismo no Brasil! É bom lembrá-lo que o primeiro ato terrorista que desencadeou tudo isso foi no aeroporto do Guararapes. O País estava normalizado, a tendência era democratizar aos poucos, aí colocaram uma bomba, mataram dois, feriram uns quantos, inclusive o...

Costa e Silva.

E um colega de turma seu ficou com os dedos todos...

O Major Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva) ficou todo torto.

Infante. Da turma de 1945. Aquele foi considerado o primeiro ato terrorista. Ninguém teve dúvida de que foi um ato para valer. O que naturalmente resultou em uma escalada; um faz lá, o outro faz aqui. Interessante que o ato terrorista que talvez tenha sido até do outro lado e que não resultou em morte de nenhum deles, ao contrário, morreu um nosso – o Riocentro – é permanentemente lembrado como se fosse o único ato de terrorismo que houve no Brasil.

Eu ia comentar sobre isso.

Nos dê um enfoque rápido sobre os governos dos presidentes militares.

Na minha opinião duraram demais, entregaram o poder tardiamente. Quando houve aquele problema com o General Costa e Silva o General Médici comandava o III Exército. Eu fazia parte do Estado-Maior dele cujo chefe era o Figueiredo.

Ele foi para Brasília, e lá chegaram a um acordo que o levou à Presidência da República. Ao retornar, nos reuniu e determinou que fôssemos para a casa dele. Lá havia um porão onde colocamos todas as informações importantes que dispúnhamos na 2ª Seção. Eu sei porque estive lá várias vezes. Graças àquelas informações o General Médici saiu daqui com o ministério quase todo pronto. O Andreazza (Mário David Andreazza), o homem das comunicações, o Delfim Neto, e por aí afora.

Ele aproveitou um excelente Ministro do Costa e Silva, que era excelente, o Dias Leite. E também o...

O Ministro do Exército era o Orlando Geisel. Foi meu comandante aqui. Como parte das comemorações das festas da Cavalaria, em maio de 1969, ainda como Comandante do III Exército, o Médici foi com o então Coronel Édison (Édison

Boscacci Guedes) – Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar – e outros oficiais deste QG, até a cidade de Osório.[9] Lá determinou a criação do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório e a restauração da casa onde nascera o Patrono da Cavalaria. Eu não pude ir porque naquele dia estava de serviço de permanência à 2ª Seção. Como era gaúcho e fora Comandante do III Exército, o já Presidente Médici sempre vinha aqui no Sul. Acabou criando uma Fundação para melhor gerir o Parque Histórico.

Tínhamos muita ligação porque éramos vizinhos. Sempre que ele vinha a Porto Alegre eu lhe levava algum documento. Tempos depois – já éramos campeões do mundo – em uma daquelas solenidades lá no Parque Histórico, disse a ele:

– General...

Ele já era Presidente?

Já. Perguntei:

– Não está na hora de indicarmos um presidente civil?

Porque é claro que o indicado por ele se elegeria.

Sem dúvida!

Estávamos empolgados com a “era do milagre”, até campeões do mundo éramos.

Tudo graças ao carisma do Médici.

A essas minhas brincadeiras ele respondia rindo:

– Você tem cada idéia!

Uma vez fiz o seguinte comentário:

– General, se eu fosse o senhor mandava o Andreazza projetar e executar a transposição do Rio São Francisco. Só depois de afogar aqueles aratacas, eu retomaria a construção da Perimetral Norte.[10]

A resposta era sempre a mesma:

– Você tem cada idéia!

Pois hoje o assunto é moda. E ele se quisesse teria resolvido, porque estava com a faca e o queijo na mão; era só dizer: quero fazer, e estávamos conversados. Guardando as devidas proporções foi ele quem assinou a transferência do 13º RC de Jaguarão para Porto Alegre, a mudança de denominação para 3º RCGd – Regimento Osório – e a sua instalação no aquartelamento que fora do 6º Batalhão de Engenharia de Combate (6º BE Cmb).

Finalizando o meu comentário – acho que o regime durou demais. E na minha opinião o melhor período de todos foi o do Presidente Médici.

---

[9] Cidade interiorana do Rio Grande do Sul.

[10] Rodovia Federal projetada para interligar toda a fronteira Nor-noroeste do Brasil ao restante do País.

Concordo. Sou até suspeito porque trabalhei na Secretaria do Conselho de Segurança[11] *durante todo o Governo dele, chefiado pelo Figueiredo. Era um setor isento politicamente, não se misturava em nada e tinha muita força. Naquela época basicamente era composto por militares. Foi extinto injustamente e o que não puderam acabar foi entregue para o Itamarati, com isso praticamente neutralizaram a nossa ação. Mesmo sem ser um homem ardiloso, o Médici fez um Governo magnífico. Particularmente pela capacidade de decidir e por ter uma equipe...*

Muito boa.

E não hesitava em trocar alguém da equipe se fosse necessário. Um terceiro fato foi a sorte. Deu tudo certo. A economia mundial estava em uma época boa. Ganhamos a Copa do Mundo, Emerson Fittipaldi e Eder Jofre sagraram-se campeões....

A inflação manteve-se baixa.

O povo satisfeito. Então...

É como eu digo: éramos felizes e...

E não sabíamos! É!

Então esta é a minha opinião sobre os governos militares.

Opinião coincidente com noventa por cento do pessoal que nos concedeu entrevista.

Vamos falar agora sobre alguns assuntos convergentes, ou seja, os métodos empregados para derrotar a subversão: a Operação Bandeirante (Oban) e o terrorismo em São Paulo; a dificuldade em implementar a diretriz de segurança interna que entregou ao Exército a responsabilidade de coordenar e comandar as ações antiterror; a negativa da Marinha em aceitar a subordinação e a cooperação com as demais forças de segurança e o problema de Xambioá.

Xambioá foi lá na Amazônia?

No Bico do Papagaio.

O Deputado José Genoíno até hoje fala bobagem.

É, ele estava lá. Então a pergunta é: qual a sua avaliação sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo? São válidas as acusações de uso de violência por nossas forças? E se houve violência, não seria justificada? Porque guerra é...

...guerra, me tirou a palavra. Quem vai para a guerra querendo bancar o bonzinho está roubado, morre. O inimigo mata primeiro. Foi o que aconteceu em Xambioá. Achavam que seria um fazer de conta. E agora fica o Genoíno falando bobagem na Câmara, inclusive dizem que ele foi um dos que deduram os companheiros.

---

[11] O Conselho de Segurança Nacional era um órgão ligado diretamente à Presidência da República, que prestava um assessoramento estratégico ao Presidente, na área de Segurança Nacional.

Dizem! Em 1971, talvez 1972, na época do Presidente Médici, o gabinete do Ministro enviou um ofício recomendando que não houvesse tortura. Era assinado pelo Orlando Geisel e pedia que os Comandos de Área se pronunciassem sobre o assunto. Eu era Chefe da 2ª Seção do Comando Militar do Planalto (CMP) e redigi o ofício resposta. O Comandante era o Dióscoro do Vale (Dióscoro Gonçalves do Vale), que também comandou a 3ª RM.

Ele foi Comandante do Corpo de Cadetes no meu tempo.

Nessa época o senhor estava aqui na 2ª?

Não, em 1972 já era Comandante do 3º RCGd, o Regimento Osório. Saí da 2ª...

Tenho a impressão que essa recomendação não chegou ao nível Unidade!

Tomei conhecimento porque...

Um ofício muito bem feito, recomendando que não se descuidasse disso. Quanto à resposta, lembro-me que o General Dióscoro do Valle estava sentado com um colega de turma, provavelmente também general, mas já da Reserva. Como a resposta era urgente, pedi licença e entreguei o documento.

Ele leu e, repassando o ofício ao colega, comentou:

– Dê uma lida e veja o que a minha gurizada está escrevendo, que coisa bem-feita!

O amigo deu uma lida e disse:

– Dióscoro, eu não mandaria esse tipo de ofício. Está muito forte.

– Ah, não. Isso é só impressão sua. Pode trazer aqui que eu assino, não há o que corrigir.

Ele assinou e eu saí. No documento eu defendia a tese pela qual não podíamos confundir violência com crueldade, ou seja, estourar um aparelho, atirar, na prática da legítima defesa, isso é violência decorrente do estado de guerra. Agora, colocar uma mulher sentada em uma cadeira e começar a arrancar a unha dela, isso é crueldade, é ação feita só por pessoa que não tem boa formação. Não podemos confundir as duas coisas. Escrevi isso e o colega do meu comandante disse que aquilo não se escreve para um superior, só se conversa no mesmo nível.

É, infelizmente houve isso. Mas tenho a impressão que aqui na nossa área, se ocorreu, foi exceção e assim mesmo só fatos ligados à Secretaria de Segurança. Nas dependências do Exército não mesmo.

É, eles falam muito no Job (Job Lorena de Sant'Anna), que já estava atuando ostensivamente na área...

E no Áttila (Áttila Rohrsetzer). Servimos juntos aqui, mas na ocasião já estava na Reserva e à disposição da Secretaria de Segurança. Eu sempre dizia para ele:

– Cuidado com o que faz, pois o Exército não está nesse negócio. Não fomos formados e instruídos para fazermos isso.

E aquele problema do sargento com as mãos amarradas?

O Raimundo Soares? Eu já não estava na 2ª. Hoje tenho a impressão que não...

Não foi nosso?

Segundo alguns informes, não foi ação de militar do Exército. Tenho certeza quase absoluta de que não foi realizado por pessoal da Inteligência porque eles eram administrados pela 2ª Seção. Mesmo depois, com a criação dos DOI-CODI,[12] continuou tudo ligado à 2ª.

A nova estrutura resultou daquela diretriz de segurança interna. Ocorre que estávamos levando pauleira, apanhando, porque cada um fazia o que queria. Com a diretriz tudo foi unificado sob a coordenação do Exército através dos DOI-CODI, sobre os quais o pessoal fala como se fosse uma coisa do outro mundo. Qual era o objetivo do CODI? Coordenar operações de defesa interna. Sentávamos em uma mesa com a Marinha, a Aeronáutica e a Secretaria de Segurança e perguntávamos o que cada um dos participantes estava fazendo. Eles criticam porque...

Por causa dos dois problemas ocorridos em São Paulo.

Tenho minhas dúvidas sobre o que dizem em relação ao caso Vladimir Herzog, pois conheço a pessoa que fez o inquérito – General Cerqueira Lima (Fernando Guimarães de Cerqueira Lima) – fui assistente dele e seu Chefe de Estado-Maior. É um homem muito inteligente, dos mais sérios e lúcidos que eu já vi na minha vida. E ele me jurava:

– Pode ser que tenham matado o Herzog, mas não consegui provar nada. Passei um mês sem dormir fazendo o inquérito.

Ele tinha uma cópia do inquérito e hoje me arrependo de não ter solicitado uma para mim. Sou metido a escrever – daria um best seller *fantástico.*

No final o D'Ávila (Ednardo D'Ávila Mello) foi responsabilizado e exonerado do Comando.

Em síntese, os métodos empregados foram adequados?

Houve muita falha. Não souberam divulgar direito a situação em que encontraram o Governo, o que fizeram e como tudo ficou depois. Conheci esse Brasil de então, não tínhamos nada. Um exemplo, as estradas; não havia asfalto para Caxias do Sul ou Vacaria. O Andreazza mandou asfaltar tudo. Coisa impressionante!

Ele visitava muito a Secretaria do Conselho de Segurança porque trabalhara com o Mazza (Roberto Mazza) na Casa Militar durante o Governo Costa e Silva.

---

[12] Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna.

Eu sei quem é.

O Mazza era o meu chefe. O Andreazza o respeitava e muitas vezes pedia para a Secretaria ajudá-lo naquilo que fosse possível. Como naquela época éramos fortes, bastava fazer uma exposição de motivos que normalmente o Figueiredo encaminhava e o Presidente Médici dava o aval. Uma vez eu perguntei ao Mazza:

– Onde é que vai estrangular?

– Estrangular o que, Major?

Eu era Major.

– A minha dúvida é a seguinte: o Brasil está crescendo dez por cento ao ano; se continuar nesse ritmo durante vinte anos – e o crescimento é geométrico – igualaremos os Estados Unidos e sabemos que não há condições para tal façanha.

Ele deu uma risadinha e me disse:

– Na minha opinião faltará gente – mão-de-obra qualificada – porque para agüentar um desenvolvimento desses necessitamos de uma base cultural e científica – a famosa massa crítica – e isso não temos e não a conseguiremos em uma meia dúzia de anos. Chegará a hora que precisaremos de elementos que dominem profundamente Física Quântica e outras tantas ciências e nós teremos dez, doze, no máximo uma centena de especialistas, o que é...

Muito pouco.

Lembro que o Ministério do Exército queria muito desenvolver uma bomba atômica, e eu era um dos que reagiam contra. Aí tive que escrever o por quê: "Os franceses precisaram de mil e duzentos cientistas para dispor de uma bomba atômica. Não há como nos lançarmos nessa empreitada com seis engenheiros nucleares no Brasil." Até poder-se-ia fazê-la, mas não teríamos infra-estrutura para implementar a manutenção do sistema.

De jeito nenhum. Foi uma das áreas que os governos do período revolucionário deveriam ter atacado mais. O ensino em geral e especialmente o universitário e o tecnológico. Estavam com a faca e o queijo na mão. Talvez nem assim fosse possível formar esse número tão grande que o senhor mencionou, e que até hoje não conseguimos.

É verdade.

Mas seria uma base excelente. Infelizmente não sei como estamos agora.

Eu também não, pois me desliguei do assunto. Vamos em frente.

Como a Revolução repercutiu na opinião pública internacional?

Acho que ela recebeu bem a Revolução até porque na época ninguém estava de acordo com as idéias janguistas, enfim com o socialismo. Hoje todos se dizem pelo social, são socialistas, mas não sei se não é só da boca para fora.

Deixe-me dar uma especulada porque no momento estamos diante de um fato novo. Antes desse atentado que houve nos Estados Unidos, o americano achava que na semana seguinte à eclosão de uma revolução, se faria uma eleição, o novo partido assumiria o Poder e o país continuaria a viver normalmente. Garanto que agora já não pensam mais assim. E quando forem falar em direitos humanos como o Jimmy Carter falava e nos incomodava, pensarão duas vezes. No próprio país sempre é diferente.

Deus me perdoe, mas às vezes é necessário acontecer certas coisas com aqueles que pensam que são os tais para que reconheçam que não estão com tudo...

Há uma dificuldade nesse sentido porque o meio intelectual e a mídia são muito simpáticos às teorias distributivas. Só pensam em fazer o bem para todo mundo. Como se isso fosse possível. Não é e nunca foi.

É humanamente impossível.

A luta e a ambição fazem parte do homem.

Acredito que, se for possível, é um sonho a se realizar daqui a séculos.

Vamos a outra pergunta. Qual a sua opinião sobre o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Deveria ter se desengajado mais cedo.

O senhor ratificou a sua opinião. Mas mesmo sendo tardio, sendo depois, tivemos muitas dificuldades.

Ando muito de táxi porque preciso deslocar-me rápido. Uns motoristas já me conhecem porque só pego táxi no ponto e acabam descobrindo que sou Coronel. Durante a corrida, sempre me sondam:

– Tempo bom era aquele dos militares no Governo, o senhor não acha, Coronel?

– Rapaz, você está falando de um tempo que eu vivi.

– Aquilo é que era tempo! Havia ordem, respeito e disciplina. O pessoal ou estudava ou trabalhava, ninguém recebia nada de graça. – E agora?

– Agora estamos em uma democracia que se renova de tempos em tempos. É preciso saber votar para alcançarmos aquilo que se quer: a perfeição; na realidade ela nunca chega, pois a cada conquista surgem novos anseios, novos sonhos.

Repito para eles o que o Milton dizia: éramos felizes e não sabíamos.

Agora vamos falar sobre "revanchismo". Houve uma guerra e nós a ganhamos; oferecemos a mão aos derrotados e entregamos o Poder. Os que perderam, que provocaram a guerra, ocuparam o Governo e passaram a ser os heróis e nós passamos a ser os bandidos. Hoje em dia onde quer que o Exército apareça, eles batem de borduna.

Isso está certo? É "revanchismo"? Ou apenas um preconceito dos militares? É um assunto controvertido. A palavra é sua.

Sobre o "revanchismo" digo o seguinte: assisto as transmissões das TV do Senado e da Câmara, do início até o fim. O que vejo de parlamentares, principalmente da oposição, falando mal dos militares. Tudo o que aconteceu de ruim...

Foi na época da ditadura.

Fico pensando: "Meu Deus do céu! O que esse pessoal está fazendo agora? Hoje só se pensa em proveito próprio. E os nossos governos quiseram curar esses males. Infelizmente não se curou quase nada ou muito pouco." Por isso reforço a minha opinião de que o General Médici deveria ter feito a transição, entregando o Governo para um civil. Hoje em dia seríamos vistos de outra maneira.

Esse é o ponto de vista de muita gente. Porque era a hora em que estávamos em alta, conceituados, todos teriam dificuldade em acusar os militares de algo. Uma coisa importante: falam que o Médici teria sido um homem extremamente duro, mas temos que lembrar que ele ocupou o Governo em uma hora difícil.

Isso é verdade.

Da mesma forma se fala que os outros não tiveram a mesma habilidade na condução da política econômica. Na verdade, em seguida começou a haver problema e em um pequeno espaço de tempo enfrentamos duas crises de petróleo; o Geisel enfrentou a primeira e...

E depois o Figueiredo. Hoje o barril do petróleo está valendo dezoito dólares.

Sempre existem fatores, inclusive externos, que não podemos controlar.

A última pergunta é política, versa sobre o momento político presente. O exercício do atual modelo democrático preenche os anseios e a necessidade da Nação brasileira? Ou carece de aperfeiçoamento?

Isso tem tudo a ver com o neoliberalismo globalizado tão discutido hoje em dia. O mundo atual é o do capitalismo, das leis de mercado e isso não vai mudar tão cedo. Por outro lado, será muito difícil superar essa inclinação que os nossos políticos têm para o populismo. Vivemos em uma ditadura econômica que nos nega uma maneira mais barata de pagarmos nossa dívida externa, de tal forma que sobrassem recursos para aplicar em incentivos e outras necessidades básicas. Um arrocho que dizem ser imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), talvez resultado de um contrato mal-feito e que está nos tirando muito dinheiro precioso.

Sem dúvida.

E a dívida interna cresce geometricamente por causa dos juros altos que, se baixarem, geram inflação e comprometem a estabilidade. A solução é a apontada pelo

ministro Pratini de Moraes: exportar, exportar e exportar. Mas primeiro teremos que vencer a burocracia atual, a começar pelos portos.

O mundo está passando por uma recessão. Pararam de comprar, logo não tem para quem exportar.

Um comentário final sobre a Revolução na guarnição de Porto Alegre. Parece-me que aqui a confusão foi menor, pois, afora o problema do Coronel Jarbas, não houve praticamente nada. Falam que o então Coronel Plácido (José Plácido de Castro Nogueira) teve uma atuação muito destacada como Chefe.

O Plácido era o Comandante do Colégio Militar (antiga EPPA – Escola Preparatória de Porto Alegre). Um revolucionário de primeira linha.

Ele era muito ativo, pretendo ouvi-lo.

Ele ia sempre lá na 2ª conversar conosco porque todos, menos eu, haviam sido alunos dele no Colégio Militar – o meu filho também veio a ser aluno dele. É um homem linha dura, radical...

O pessoal diz justamente isso, que ele está revoltado com a situação atual. Como ele tem oitenta anos, pode falar o que quiser.

É da minha idade, tem que segurá-lo.

Mas foi um homem interessante.

Ele vinha conversar com o então Coronel Ruy lá na 2ª e acabamos nos dando muito bem..

Posso dizer para o General Ruy que o senhor elogiou a atuação dele como Chefe de 2ª?

Pode, sem dúvida! Ele é meu amigo.

Também fez um depoimento muito interessante.

E afora isto temos relações de amizade muito grande. Sou "peixíssimo" dele, talvez por termos trabalhado juntos muito tempo. Daquela nossa turma com curso de Estado-Maior, acho que os únicos vivos somos ele e eu. O Telmo, o Ângelo e o Milton morreram.

O Iruleghi morreu?

Morreu. Um outro que trabalhou conosco está vivo: o Orcy.

Vejo vocês conversando, imaginei que haviam trabalhado juntos.

É, somos da mesma turma.

Eu servi com o Orcy no Conselho de Segurança. Lembro porque ele era secretário e assistente do Mazza. Admiravam-se mutuamente.

O baixinho é fogo, não é brincadeira. O que atrapalhou a vida dele foi o coração. O peito dele é uma Rio–Niterói, são não sei quantas pontes de safena. Se não fosse isso ele iria longe!

Ele comandou em Quaraí?

Comandou o 5º. Ele e o Édison.

Na Revolução o General Édison estava comandando o 5º, houve aquele problema dos sargentos. Será ouvido também.

Na ocasião um ou dois capitães não quiseram obedecer as ordens dele; como o Édison também não é de brincadeira, mandou os dois embora, parece que foram para Uruguaiana...

Muito bem, agradecemos sua participação, rememorando sua vivência naqueles dias tumultuados de nossa história político-militar. Estes registros por certo adensarão o conteúdo da nossa versão sobre a realidade então vivida pela Nação brasileira. Muito obrigado.

Coronel Amarcy de Castro e Araújo

O Coronel Amarcy é natural de Goiás-GO, onde nasceu em novembro de 1934. Ingressou no Exército em 14 de março de 1951, quando foi matriculado como aluno da Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre-RS. Declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 20 de dezembro de 1956, serviu até 1960 no Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro-RJ.

Exerceu todas as funções inerentes a um oficial no corpo-de-tropa, tendo vivenciado os primórdios da Revolução de Março de 1964 como 1º-Tenente da Companhia de Polícia do Exército do Comando Militar do Planalto. Participou da criação dos Batalhões da Guarda Presidencial e de Polícia do Exército de Brasília. Já promovido a Capitão, serviu no 1º Batalhão de Infantaria Blindado (1º BIB) em Barra Mansa-RJ e no 10º Batalhão de Caçadores (10º BC) em Goiânia-GO, até 1970.

Além da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1966, freqüentou a Escola Nacional de Informações (EsNI), onde fez o curso de Analista em 1974.

Em 1971 passou à disposição do Governo do Ceará, exercendo os cargos de Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar e Secretário de Estado do Governo daquele Estado, ao tempo em que na ADESG-CE (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Seção do Ceará) participava do Ciclo de Desenvolvimento e Segurança. Dois anos depois, já promovido a oficial superior (Major), retornou à caserna como assessor na Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado-Maior[1] do Exército (EME).

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números

Como analista de informações serviu no Comando da 8ª Região Militar (8ª RM), em Belém-PA, na 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército e no Comando do III Exército onde, promovido a Tenente-Coronel em abril de 1979, também desempenhou a função de Assistente do Chefe do Estado-Maior daquele Comando de Área até 1982.

Posteriormente, até outubro de 1986, exerceu a Chefia da Seção da Agência de Informações de Porto Alegre, órgão vinculado à Presidência da República, quando pediu transferência para a reserva.

Foi secretário do Clube do Exército – Brasília em 1978 e, desde 1989 é Diretor-secretário da ADESG-RS, em cuja função participa, anualmente, da elaboração e execução do Curso de Estudos de Política e Estratégia de Governo.

Entre 1991/1994 acumulou seu trabalho adesguiano com a presidência do Círculo Militar de Porto Alegre.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas pelas Forças Armadas, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e autoridades civis, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 21 de março de 2002.

1ª Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

O Projeto História Oral do Exército conta hoje com a presença do Coronel Amarcy de Castro e Araújo, oficial de Infantaria da turma de dezembro 1956, com quem tive o prazer de servir em Brasília. Possui larga experiência em informações – que hoje chamamos de Inteligência – pois atuou nesta área de 1962 até 1986. Com a palavra o Coronel Amarcy que iniciará sua entrevista.

É uma satisfação retornar ao convívio desta casa, o nosso quartel. Louvo muito este trabalho que está sendo feito no âmbito de todo o Exército, para recolher os dados da história a fim de que as novas gerações possam também tomar conhecimento da nossa versão dos fatos, e não só daquela conhecida até hoje, com tudo patrulhado pela mídia, pelos escritores de esquerda e por toda esta parafernália que, nós sabemos, deturpam e criam um monstro que não existe. Reitero meus cumprimentos por esse trabalho e me coloco à disposição até porque labutei quase a minha vida inteira ligado à Revolução.

Depois de tanto sacrifício, de uma carreira inteira dedicada às informações, lutando contra a guerrilha – corretamente considerada uma guerra porque constava da nossa doutrina – e de tê-la vencido, hoje, só lemos na imprensa que aqueles que fizeram a luta, que se engajaram, são considerados bandidos, torturadores, os homens maus da República. Não há mágoa e arrependimento de ter-me envolvido durante quase uma vida toda nessas operações?

Inicialmente, engajei-me nessa luta contra o comunismo por obrigações regulamentares. A par das diversas funções na área de Inteligência, fui me entrosando cada vez mais com a ideologia e a prática dos comuno-socialistas. E sempre soube – como ademais nós todos – que eles iriam mergulhar o País no caos, na desgraça e na perseguição como aconteceu e acontece nos países comunistas que servem de exemplos para a história. O Exército mostrou-me os fatos e percebi que os maus comunistas brasileiros desejavam vincular-nos a uma outra esfera política: o jugo da então União Soviética. Por isto me dediquei de corpo e alma ao trabalho, foi a minha linha mestra, uma decisão de vida.

Acho que todos aqueles que trabalharam na área de Inteligência, tanto em operações, como na análise de informações, tinham esse amor pela Pátria e pelo Exército. Depois que os militares deixaram o governo começamos a ser perseguidos por essas mesmas esquerdas que combatemos. Isto aconteceu fruto da própria Revolução que, apesar de sua capacidade para atuar na área econômica – alavancando

o Brasil à oitava economia do mundo – relaxou no trato com a área psicossocial e até mesmo com a área militar. A implementação dos três PNDs[2] melhorou o bem-estar da população mas não criamos partidos nem formamos homens com os nossos ideal e pensamento, não ocupamos os espaços que acabaram preenchidos pela mídia e pelos políticos de esquerda. Hoje somos tratados como vilões e esse mal de não termos preparado novas gerações com conhecimento de tudo o que fazíamos àquela época, se reflete inclusive no Exército atual.

Os militares que hoje estão na ativa procuram de uma forma geral desvincular-se da Revolução até porque não a conhecem como deveriam. Esquecem que foram os companheiros deles que se sacrificaram a fim de vivermos o Brasil de hoje. Considero que o mal vem desde 1964, porque atendemos apenas alguns setores: o direito de ir e vir com a derrubada do comunismo que estava a ponto de implantar-se no Brasil; na área econômica propiciamos condições para o País tornar-se a oitava economia do mundo, melhorando os níveis de progresso do povo e reduzindo a inflação a índices muito pequenos o que possibilitou a compra de casa própria – sonho da maioria dos brasileiros, especialmente de classe média – através do BNH[3]. O povo estava satisfeito com os governos revolucionários. Entretanto, deixamos de preparar os jovens nas escolas para que, conhecendo o passado e entendendo o que a Revolução fizera, se tornassem batalhadores solidários com a nossa causa. Deixamos de criar e formar jovens políticos para substituir as raposas velhas que transitavam na Arena (Aliança Renovadora Nacional), no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) bem como em outros partidos. Com isso, hoje estamos desamparados recebendo todo o tipo de pichação quanto às nossas atitudes morais e comportamento ético, sem termos como reagir.

Em resumo, fomos eficientes na economia e na segurança, e incompetentes na área psicossocial.

Perfeito!

Vamos falar um pouco da sua vida em Brasília no início da década de 1960...

Eu servia na Companhia de PE[4] do Comando Militar do Planalto/Décima Primeira Região Militar[5]. Nesse período fui Ajudante/Secretário e S2. Em 1964, após o 31 de Março, a Companhia foi transformada em Batalhão, saiu do Comando o Major Waldenio (Waldenio Corrêa de Andrade Mello) e assumiu o Tenente-Coro-

[2] Plano Nacional de Desenvolvimento.

[3] Banco Nacional da Habitação.

[4] Polícia do Exército.

[5] CMP/11ª RM.

nel Caraciolo (Caraciolo Azevedo de Oliveira), ambos infantes e do QEMA[6]. Continuei como Ajudante/Secretário e S2. Depois assumi o PIC[7].

O Batalhão era de...

Era Companhia e foi transformada em Batalhão de PE – Batalhão Brasília. Claro está que de 1962 até 1964 eu acumulava funções, porque em Brasília não havia outra maneira. Era Comandante de Companhia e S2, Comandante de Companhia e do PIC e por aí afora...

Quem era o comandante do CMP/11ª RM?

O General Fico (Nicolau Fico).

Em 1964 já era o General Fico?

Ele assumiu o comando em 1963 e permaneceu até 1964.

Eu o conheci. E o comandante do BGP[8]?

Era o "Faz tudo"...

Pinheiro?

Alfredo Pinheiro Soares Filho. O filho dele era o Capitão Walter (Walter Santos Pinheiro Soares), Subcomandante da Companhia de PE.

E o Comandante da Companhia de Polícia do Exército?

Era o Waldenio.

Waldenio? Infante, da turma de 1945? Depois foi servir em Ipameri, era Subcomandante e teve um problema com o Comando. Ele era Capitão?

Major, um excelente oficial. Eu gostava muito dele. Nunca mais o vi.

Ele estava em Brasília na época da revolta dos sargentos?

Estava.

E foi preso pelos sargentos?

Exatamente! Foram presos ele, o filho do "Faz-tudo" e um Tenente.

Quando cursei a ECEME[9] a partir de 1967, um dos instrutores chamava-se Waldenio. Talvez seja a mesma pessoa. Era febiano e não recebeu elogio e nem medalha.

Vamos em frente. Aqui você cita um argumento: "Em Brasília só tomamos conhecimento do Movimento no dia trinta de março. Acredito que não houve uma coordenação minuciosa, porque só recebemos o 19º BC, de Cuiabá, uma semana depois de deflagrada a Revolução."

Ele saiu no dia trinta e um e levou uma semana para chegar.

---

[6] Quadro do Estado-Maior da Ativa.

[7] Pelotão de Investigação Criminal.

[8] Batalhão da Guarda Presidencial.

[9] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Então quer dizer que eles sabiam mais da Revolução do que vocês em Brasília...

Tenho a impressão de que o isolamento da Guarnição de Brasília em relação à situação decorreu da presença do Presidente e do General Fico, porque, fatalmente, as notícias chegariam ao conhecimento deles em momento inoportuno. Então, quem estava planejando, certamente raciocinou: "Brasília não pode ser informada, no máximo aquelas pessoas mais íntimas, porque os principais comandos de lá..."

Naturalmente era pessoal de confiança do Presidente.

Supõe-se que fossem...

No mínimo do Ministro...

Embora o decantado esquema militar do Jango não tivesse sido eficaz, supunha-se naquele momento que...

O Coronel Caraciolo, que veio de Mato Grosso, comandava só o pessoal do 19º BC?

Só. Não sei como uma pessoa sai de Cuiabá e chega a Brasília sem os meios necessários!

E não veio ninguém de Campo Grande?

Não.

Falam que o Coronel Meira Mattos (Carlos de Meira Mattos) também teria vindo de Campo Grande.

Talvez ele tenha vindo depois para assumir alguma função no Estado-Maior do Comando Militar do Planalto.

Não, ele trouxe tropa. Mas chegou e em seguida foi nomeado Subchefe da Casa Militar.

Isso mesmo.

Vamos adiante. Uma dúvida sobre esse outro comentário seu: "Na área de Brasília não houve resistência, apenas mal-entendido entre as tropas. Nas primeiras horas da Revolução, o BGP e a Companhia de Polícia do Exército ficaram em estado de alerta um contra o outro." Um desconfiava do outro?

Exatamente! Eu era da Companhia de PE. E uma Companhia do BGP ao comando do Capitão Dagoberto (Dagoberto Félix Bezerra de Araújo Galvão) ficou uma ou duas noites com o pessoal em cima de nós.

É importante registrar que o Dagoberto era cunhado do Subcomandante do BGP que foi um dos líderes na reação das forças legais contra a revolta dos sargentos em outubro de 1963.

Ele fez muita coisa, comandou uma Companhia de Fuzileiros apoiada por dois carros de combate do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esq C Mec). A sua tropa integrava o Destacamento da primeira coluna com a missão de dominar os

insurretos lá na Esplanada dos Ministérios, que já haviam conquistado os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica.

Isso ocorreu em 1963. E no ano seguinte ele agiu como se estivesse a favor do Jango?

Não! Esse Subcomandante sempre foi a favor da democracia e das forças da Revolução.

Esse Dagoberto não era um oficial alto e forte? Servia no Estado-Maior do Exército mas não era QEMA, era da administração. Eu o conheci, ele serviu comigo. Ele era...

...do Rio Grande do Norte.

Ele mesmo. Mais tarde, à época de sua transferência para a reserva foi nomeado Comandante da Polícia Militar potiguar.

Nós dois trabalhamos juntos na área de informações lá na 8ª RM em Belém.

Concluindo. Quer dizer que não houve nada em Brasília?

Apenas passamos a executar as medidas emanadas do novo comandante do CMP em apoio à Revolução, porque a oficialidade da PE, como o Tenente Januzzi (Tasso Réa Januzzi)...

... o Januzzi servia na Região quando estávamos lá?

Não. Ele foi sempre da área do CMP. A não ser que ele tenha passado pelo QG[10] depois da minha saída de lá.

Vocês eram oficiais da...

... Companhia de PE: Tenentes Januzzi, Amarcy e Geraldo (Geraldo Rodrigues dos Santos), além do Major Waldenio e do Capitão Walter Pinheiro, filho do "Faz-tudo".

E o intendente era o Tenente Farias Filho (Francisco Gomes de Farias Filho)?

Que hoje mora aqui em Porto Alegre. De vez em quando o encontro pela rua.

Você comenta que todo mundo apoiou as medidas sem reclamar. Logo depois já na primeira semana de abril começaram as prisões. Foram realizadas só pela Polícia Federal? Prenderam apenas civis?

Foram só civis.

E havia militar de Brasília incluído nas primeiras listas de cassação?

Tivemos alguns do BGP e três sargentos da Companhia de PE: dois que trabalhavam comigo direto na manutenção – o Sargento Arony, encarregado das viaturas e o auxiliar dele – e ainda o Sargento Pára-quedista que tentou levantar a tropa dele e da PE naquela noite da revolta dos sargentos.

Mas daquele pessoal do QG alguém foi afetado?

---

[10] Quartel-General do CMP/11ª RM.

No momento da Revolução não. Só posteriormente com os Atos Institucionais, porque alguns deles haviam se envolvido muito nas várias reuniões que aconteceram para tratar tanto daquele projeto de lei da elegibilidade dos sargentos como na revolta dos sargentos. Eles estavam fazendo um *lobby* junto ao Congresso para que pudesse ser aprovada a Lei.

Permaneci na área até janeiro de 1970 quando, eu e o Tenente-Coronel Dagmauro (Dagmauro Nunes Sabino Pinho) fomos transferidos para o Ceará.

Ele era bem mais antigo do que eu mas foi quem me substituiu lá na 2ª Seção do CMP/11ª RM.

Ele é da turma de 1949.

Sou de 1952s. Era estagiário, e muito moderno, quando assumi a Chefia da 2ª. Não foi uma boa solução, porque tínhamos que entrar nas Unidades e manter um relacionamento muito forte com os Comandantes da época: o Figueiredo (João Batista de Oliveira Figueiredo) e posteriormente o Cunha Costa (Hélio Cunha Costa) no RCG[11] *e o Adhemar (Adhemar da Costa Machado) no BGP.*

Pessoal antigo...

Muito antigo. Com isso a missão tornava-se delicada. Não havia um Coronel Epitácio?

O Epitácio Cardozo de Britto era da PE. Era o cão! E cheio de mania. Mas não fui subordinado dele porque quando saí da Companhia de PE fui para o 10º BC de Goiânia que me passou à disposição do Comando Militar do Planalto, ocasião em que trabalhei com o senhor.

É interessante assinalar que o senhor é o primeiro especialista em informações que está sendo entrevistado. A maioria do pessoal não sabe muito sobre a criação da Oban[12] *em São Paulo. Tenho uma tese de que aquela Operação em verdade marcou o início da coordenação de esforços para enfrentar uma guerra que estávamos perdendo. Foi o embrião da Diretriz de Segurança Interna que criou os DOI*[13] *e os CODI*[14]*. Muita gente não sabe nem o significado destas siglas...*

Destacamento de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

Você deve lembrar que eu participava daquelas reuniões. Era uma mesa grande onde sentavam o Diretor da Polícia Federal, os E2 e os Adjuntos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército...

---

[11] Regimento de Cavalaria de Guardas.

[12] Operação Bandeirante.

[13] Destacamento de Operações de Informações.

[14] Centro de Operações de Defesa Interna.

... da Polícia Militar e o pessoal do Ministério da Justiça.

Sentávamos e trocávamos informações. Cada um dizia o que conseguira apurar em termos de informações e o que pretendia investigar. O CODI era somente isso.

Um grupo de alto nível para coordenar as ações de defesa interna a fim de que não houvesse – como estava acontecendo anteriormente – desperdício de tempo e recursos para atuar na mesma atividade ou evento.

E até o risco – isso eu presenciei – de confrontações. Dois elementos trabalhando no mesmo rastro e como eram pessoas disfarçadas – e na maioria das vezes não se conheciam – poderia haver até um conflito ou confronto.

Trabalhei muito nessa área e cansei de encontrar em Brasília e mesmo em Goiás elementos do SNI[15] que, de tanto nos cruzarmos, já nos conhecíamos e sabíamos até que carro cada um usava e outros detalhes mais. Por não haver uma coordenação dos trabalhos poderíamos ter sofrido perdas dentro do próprio grupamento de informações, achando que estávamos batendo o inimigo.

O Comandante do PIC do BPEB[16] era um Capitão de Infantaria, magrinho que trabalhou com o General Bandeira (Antônio Bandeira)?

Exatamente. Trabalhamos muito tempo juntos. Realizamos até operações. Sou muito amigo dele.

Ele conseguiu resultados muito positivos. E parece que nunca foi dos mais agressivos.

Ele fazia tudo com muita calma e utilizando uma técnica apurada, jamais apelava. Aliás, nunca houve o prazer sádico de nenhum oficial, sargento ou cabo, que trabalhasse em DOI, de praticar tortura pela tortura, de bater...

...pelo prazer de bater.

Porque não foram treinados pra isso e nem estavam acostumados com tais práticas. Então o sentimento de dor era igual dos dois lados. É interessante que se conheça um pouco daquele período áureo da guerrilha urbana, em que procurávamos os Pontos de Contato, de Segurança, de Fuga, e outros tantos locais preestabelecidos pelos homens da subversão – que estavam na clandestinidade – para se protegerem. O Ponto de Contato não ficava, em tempo real, a mais de uma ou duas horas do Ponto de Segurança e se este "caísse" todo o esquema subversivo era desmontado. Cair queria dizer que uma determinada pessoa não estava no local, livre do trabalho anterior que ela houvesse feito. O Ponto de Segurança servia para verificar se o aparelho não tinha sido "estourado", porque quando isto acontecia,

---

[15] Serviço Nacional de Informações.
[16] Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

eles tinham um sistema, uma diretriz que desarticulava todo mundo a partir daquele momento. Por que isso era fácil? Porque eles trabalhavam em células compartimentadas o que não permitia a ninguém conhecer o plano por inteiro. Se alguém não chegasse no outro local para dar prosseguimento à missão, aquele segundo grupamento se desfazia porque não tinha os dados anteriores para prosseguir na missão. Esse era um dos trabalhos deles.

E isso determinava a necessidade de muita presteza na operação.

Exatamente. A nossa presteza visava não perder o momento de prender o terrorista, porque previamente fazíamos muitos levantamentos de informações e da vida do clandestino para só então, em uma operação muito bem coordenada, entrarmos no aparelho. Nunca saíamos todo dia para efetuarmos prisões. Então dizer que batíamos, que fazíamos isso ou aquilo, que torturávamos, não corresponde à verdade. Íamos atrás da informação necessária para quebrarmos o ponto de segurança antes que eles ficassem alertados por A ou B, do quadro deles, que o aparelho havia caído. Era tão-somente uma espécie de segurança da nossa operação contra-revolucionária.

Na ocasião foi descoberto um aparelho que funcionava na casa de um embaixador em Brasília. O filho dele estava envolvido e um funcionário da Câmara era o líder. Uma gurizada de 17 para 18 anos que não sabia coisa nenhuma.

Usar os jovens que têm muito ímpeto e são contra tudo, para lançá-los na batalha de combate a nossa Revolução democrática foi um expediente muito utilizado pelos partidos da esquerda que caíram na clandestinidade. Era nítido isso na guerrilha do Araguaia quando encontramos três destacamentos de mais ou menos trinta pessoas cada, a sua maioria jovens com 18 ou 19 anos – poucos deles tinham mais de vinte e cinco.

Muito universitário, com bons conhecimentos e cultura geral.

Até mulheres e a maioria de cidade grande.

Tentei dar uma explicação para uma daquelas determinações do Ministro sobre o problema de violência nas interpelações, estabelecendo uma diferença entre violência e crueldade. Crueldade é fazer uma pessoa indefesa – homem ou mulher – sentar, começar a agredi-la física e psicologicamente até que ela se arrase, às vezes sem qualquer culpa, sem condições de confessar nada porque ela não sabe coisa alguma. Agora, não se pode combater a violência do subversivo terrorista com um par de rosas na mão. Quando você vai estourar um aparelho, não pode entrar sem armamento. Eu escrevi...

Porque sabíamos que vinha bala de parte deles.

Nesse documento que escrevi – assinado pelo General Dióscoro (Dióscoro Gonçalves Vale) – faço essa distinção entre violência e crueldade. Antes fui falar com o

Tenente-Coronel Guedes (Humberto da Silva Guedes), Comandante da PE de Brasília que me disse:

– Nós não podemos agir sem violência e não poderemos fazer nada aqui se a nossa violência não for defendida pelas autoridades maiores.

Toda e qualquer atividade essencialmente militar gera e usa violência, é um pressuposto básico. Se me desejassem um diplomata, eu teria feito a escola...

Instituto Rio Branco!

Não estudei para ser diplomata. Fui treinado para combater, por isso me ensinaram as leis da guerra, a atirar, a obedecer e comandar para bem executar. Nós não fomos treinados para fazer política e sim para matar. Claro que tudo com objetivos nobres: a defesa do território nacional e da Nação brasileira em oposição a um inimigo. Os militares têm a mania de não aceitar isso. De maneira que afirmar a ocorrência de maus-tratos a presos é uma infâmia muito grande que se lança contra as Forças Armadas.

Maus-tratos gratuitos. A violência pelo masoquismo.

Apenas sabíamos que ao entrarmos em um aparelho não seríamos recebidos com flores.

Lembro que uma vez conversando com o próprio Coronel Guedes, quando fui buscar esclarecimento sobre esse ofício referido, ele me disse que os manuais americanos aceitavam a violência como instrumento válido na guerra contra a subversão.

Mas é lógico; tem que ser assim.

Eu nunca vi tais regulamentos.

Também nunca vi nenhum documento estrangeiro que orientasse nossos trabalhos de operações de informação, e olha que tenho quase trinta anos de sistema. Outra coisa que a esquerda alardeava durante o período revolucionário é que sempre estivemos a soldo do americano, que éramos...

...tutelados. Que cada oficial ia para o exterior e voltava dominado pelas idéias difundidas ou até mesmo impostas por lá. Nunca vi isso.

Jamais aconteceu. E sabe por quê? Porque a nossa experiência foi fruto do nosso trabalho aqui no Brasil apreendendo com brasileiros.

Foi um processo iterativo: ação, erro, correção; nova ação e assim sucessivamente...

Trabalhamos em cima dos nossos erros. E o americano, se veio, veio aprender conosco porque ele não sabia e não sabe combater a esquerda. Lembro de uma comitiva que recebemos em Brasília, na época em que eles ainda estavam no Vietnã. Durante o almoço disse para um deles: a cultura de vocês é interessante; são os mais desenvolvidos e, em conseqüência, têm a melhor tecnologia em armamento, combatem os comunistas em todo o mundo, sofrendo com isto confirmadas perdas,

agora mesmo no Vietnã estão morrendo muitos americanos; e não cuidam da casa de vocês! Já verificaram quantos comunistas existem dentro dos Estados Unidos? Nós brasileiros somos diferentes, só os combatemos dentro da nossa casa.

É, mas o americano possui uma estrutura muito forte. O comunismo lá não vinga, não prospera. Aqui, o esquerdismo tende a crescer, ele vai...

...se espraiando, tomando conta e... já dominam governos de prefeituras, Estados e o próprio Governo Federal. Se nós não nos cuidarmos teremos um outro 1963.

Você acompanhou de perto as operações em Xambioá?

Foram três fases. Não alcancei as duas primeiras. Já cheguei na parte final da operação. A primeira fase foi o caos total, pois quando ficou estabelecido que havia uma guerrilha no sudeste do Pará, todas as Grandes Unidades resolveram correr para lá.

Era uma área comum a várias Regiões Militares, o que fragilizou o apoio logístico necessário.

Havia a 8ª, a 9ª, a 10ª e o CMP/11ªRM, no mínimo. Além do mais o Rio de Janeiro mandou fuzileiros e pára-quedistas. Foi um caos. Três mil homens para acabar com noventa e não se entendiam.

Mas os noventa estavam espalhados no meio da selva; missão dificílima!

Não existiam as características necessárias para uma operação clássica militar.

Há documentos inclusive que contestam o mito Araguaia, onde ocorreu o fracasso inicial porque se usou uma operação de guerra clássica.

Essa foi a primeira fase e só serviu para todos contraírem malária. Eu sei porque conhecia um dos Capitães que foi mandado para lá. Ele me disse o que lhe falaram: "você é infante, cearense, e muito bom pára-quedista" – e era bom mesmo, daqueles meio doido – "reúna a sua Companhia e vá embora". Foi jogado na selva sem nenhum preparo. Menos de um mês depois, talvez duas semanas, e todos estavam de volta com malária.

Ela ataca mesmo, principalmente os desavisados.

Foram para lá, não prenderam ninguém e nem desbarataram nenhuma organização; só ficaram doentes. Já a segunda fase foi coordenada pelo CIE[17] através de operações de informações muito bem-feitas durante quase um ano no alto Goiás, próximo de Estreito. Montaram uma central em uma casa e depois fizeram as infiltrações devidas. "Plantaram" um sargento com um bar no meio da selva, em um local apropriado, montaram um prostíbulo e uma série de outras coisas. Fizeram um levantamento completo. Aí sim, deu resultado e quando se iniciou a terceira fase – a da repressão – sabíamos onde estavam os guerrilheiros.

---

[17] Centro de Informações de Exército.

Um companheiro nosso que trabalhou comigo – pára-quedista – participou dessa empreitada e não gostava que se falasse muito sobre isso. Às vezes ele ouvia falar que estavam fazendo um estudo para mudar a doutrina e discordava porque acreditava que tais mudanças nos prejudicariam na hora que isso viesse à...

...à tona. Porque entendia que fora uma fase negra da história que não deveria ser comentada ou explorada.

É. Até o nível doutrinário, primeira e segunda fases ainda vá lá. Mas é interessante que não...

...se toque nesse assunto a toda hora. Porque não é o tocar, é a exploração que pode ser feita em torno dele, principalmente quando bem trabalhado pela mídia, o que cria mais aversão aos governos militares.

Aproveitando a oportunidade, vamos falar sobre o problema do Wladimir Herzog. Esse endeusamento dele não tem nenhum sentido, até porque dizem que na verdade ele era um agente inglês. Nunca ouviu falar nisso?

Não! Nunca ouvi um comentário a respeito.

Quem fez o inquérito do Herzog foi o General Cerqueira Lima (Fernando Guimarães de Cerqueira Lima); tempos depois fui assistente dele durante quase três anos. Eu o considero uma das pessoas mais corretas que já conheci na minha vida. Uma vez dei uma olhada no inquérito onde ele chegara à conclusão de que o Herzog havia se matado.

Eu o conheci pouco mas o que sei dele é...

Um homem inteligentíssimo e com uma cultura fabulosa. E era realmente dedicado à Revolução, desde a época da conspiração. Com a morte do Herzog, o Presidente Geisel, que depositava total confiança no General, designou-o para fazer o inquérito e lhe deu carta branca para queimar os culpados. Foram dois meses de trabalho porque houve necessidade de prorrogação. Ele comentava que se tivesse havido assassinato, como diziam, teria sido um crime perfeito. Porque ouvira todo mundo de cima a baixo e ninguém lhe dera uma pista sequer...

Que pudesse levá-lo à conclusão...

Mas não foi o General que me levantou esse outro aspecto. Isso eu vi e ouvi na televisão, comentado pelo Paulo Francis – um homem de esquerda – quando se referia ao assunto em um de seus programas. Ele disse que se investigassem os seis meses durante os quais o Herzog passara desaparecido, e se conseguissem descobrir onde ele estivera, concluiriam que, na verdade, ele fora um agente duplo, a serviço do governo de sua Majestade.

Não, não acredito.

É fantástico! É assunto para escrever um livro.

É a primeira vez que eu ouço tal afirmativa.

Mas é uma tese até romântica.

Os ingleses não reclamaram nada.

Não, talvez por isso é que ele cometeu suicídio. Achou que não conseguiria guardar o segredo e na hora que descobrissem que ele não era só agente do partidão, não era homem do Trotski, do Brejnev e que, na realidade, o líder dele era a rainha-mãe, ele se desmoralizaria e iriam justiçá-lo. Porque ele morreu glorificado, vítima da nossa violência. E, se falasse, morreria justiçado. Agora, há um detalhe, que dá maior credibilidade a essa teoria; ele foi locutor da BBC[18] *de Londres durante dois anos.*

Esse período poderia ter proporcionado a ele vínculos de amizades, sei lá, mas não acredito que tenha sido...

E esse tempo que ele sumiu? Será que estava fazendo o cursinho de agente duplo?

E nesses seis meses ele teria ido para a Inglaterra?

Dizem que ele foi e ficou lá. Há qualquer coisa. Poderia ser até alguma namorada que ele tenha arrumado....

Um familiar ou algo semelhante. Alguém teria suspeitado. O pessoal sempre terá vários motivos para alegar que ele foi pela causa. Mesmo sem ter conversado com ninguém daquela área porque na ocasião estávamos longe de São Paulo, acho que foi morte natural e fizeram parecer um suicídio.

Não, acho que não. Penso que ele se matou. E sabe por que digo isso? Faz mais de vinte anos que tudo aconteceu. Até hoje não apareceu ninguém que dissesse: "sou testemunha, ele foi assassinado". Tanto que...

É, mas o pessoal de informações fica quieto...

De vez em quando há um que fala demais. Pensei que você traria uma luz sobre o assunto porque estou querendo escrever um livro sobre isso.

Sobre esse fato não tenho nem idéia. Aliás, o próprio Herzog também nunca me chamou a atenção. Li, achei que na época...

É, mas a mim me chamou, até porque o meu chefe fez o inquérito. Eu o li de ponta a ponta e vi todas as fotografias que tiraram dele.

Dizem que o inquérito foi perfeito.

Havia declarações de técnicos e de peritos atestando que uma pessoa pode se enforcar na cela, tanto é que normalmente tiram o cinto de quem vai para o xadrez, porque em um momento de depressão...

Para se ter certeza de que...

---

[18] British Broadcasting Corporation.

Mas não o tiraram do Herzog alegando que ele era um escritor e por isso ainda lhe deram papel e lápis para que ele pudesse escrever. Decerto escreveu umas dez linhas, foi ficando preocupado: "não posso escrever aqui que sou agente duplo". Entrou em depressão e, como não havia ninguém olhando, tirou o cinto e o passou...

Um agente muito zurrapa. Suicida, para não falar. É conversa para inglês ver. Penso que esse assunto se enquadra na mesma situação daqueles que dizem que nós somos...

Tutelados dos americanos. É possível.

Porque todo mundo diz isso, desde que entrei no Exército.

Isso todo mundo fala, mas do Herzog ninguém comenta nada.

Dizem que na Revolução de 1964 os americanos estavam por trás e até colocaram uma esquadra em frente ao Rio de Janeiro em condições de dar apoio. Não vi nenhum documento sobre este assunto até hoje. Fico rindo. Será que o americano iria ...

Há pouco tempo o Vernon Walters confirmou que realmente eles sabiam que haveria a Revolução e colocaram alguns navios deles em condições de...

...chegar aqui.

Porque achavam que se houvesse um movimento armado – estávamos no auge da guerra fria – a União Soviética tomaria partido, provavelmente ao lado do Brizola, do Jango, do...

Até porque o Jango dizia ter um esquema militar forte.

Essa seria a razão de eles apoiarem o outro lado, pois estava de acordo com a política da guerra fria. Mas no dia 2 de abril mandaram desativar tudo porque não houvera resistência alguma.

A Revolução consolidou-se em 48 horas. Mais incruenta que...

Como não houve resistência, a esquerda diz que foi um golpe. Uma das minhas teses é que a Revolução foi preparada, em parte, nas Escolas. A ECEME começou a estudar guerra subversiva e guerra revolucionária. O assunto impregnou as turmas que o levaram para todas as Grandes Unidades e Comandos. A EsAO também já começava a dar os primeiros passos. Um oficial português veio ao Brasil ministrar palestras sobre o problema em Angola e nos mostrou como agia o comunismo internacional nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento...

O objetivo era nos situarmos em que estágio estávamos vivendo.

Realmente, todo mundo sabe que houve uma infiltração do comunismo nos movimentos libertários da África. Vários países sofreram uma tomada do Poder...

E viraram. A esquerda se aproveitava da situação instável e se apoderava de tudo.

Voltemos ao nosso caso. O trabalho de conscientização das Escolas surtiu efeito nos Quartéis e, em quarenta e oito horas a Revolução estava consolidada.

Vamos em frente. Você acha que nós vencemos a guerra?

Apenas no curto prazo. Não houve o aproveitamento do êxito.

Foi muito fácil vencer a subversão. Tínhamos as informações e agíamos em operações cirúrgicas. Agora, quanto à corrupção deveríamos...

Não houve aproveitamento. Volto àquela história inicial. As lideranças da Revolução não visualizaram a necessidade de formar novas gerações esclarecidas politicamente. E apesar dos vinte anos de governo não formamos ninguém. Inclusive a reforma educacional que fizemos foi da pior qualidade, virou uma babel. Ali, em plena Revolução, começamos a estragar a educação dos nossos jovens. Nos permitimos fazer uma reforma bizonha quando tínhamos pessoas de alto nível – os professores do Colégio Militar e toda a equipe de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica envolvida no ensino – para orientar a reforma. Poderia ter sido uma obra gigantesca e nada foi feito. Sabe por quê? Em um governo civil, o bom político vai atrás do seu objetivo o tempo todo. Já o militar dá ordens e pode ficar no quartel pois sabe que lá na ponta tudo está sendo cumprido. Então os governos militares expediam as ordens e, como não havia uma fiscalização cerrada, quando elas chegavam nos estados e municípios estavam completamente deterioradas ou distorcidas. Penso que foi por aí. São experiências válidas para uma outra estrutura quando e se for o caso.

Concordo. É isso mesmo.

Poderíamos ter hoje pessoas fazendo lobby para o Exército. Por que nunca pensamos em lançar o pessoal da reserva como candidato a vereador, deputado estadual e federal e até a senador?

Porque a carreira militar é muito competitiva e achamos que o nosso pessoal não tem condições, a não ser o próprio que está falando.

Muitos oficiais e sargentos já na reserva mas ainda jovens, pessoas de cinqüenta e poucos anos, se candidatariam. Se tivéssemos um candidato a vereador em cada município, seriam quatro mil e quinhentos militares na política. Vamos supor que só cinqüenta por cento dos concorrentes fossem vitoriosos porque naqueles municípios menores, com poucos eleitores, a chance seria mínima. Dois mil vereadores. Poderíamos eleger para cada Assembléia Legislativa um ou dois deputados e mais um deputado federal e um senador por região. Para tanto bastariam os votos da nossa classe e teríamos todas essas pessoas para nos defender. E o Exército não pensa nisso.

Ficamos um pouco deslumbrados com o Poder. Achávamos que iríamos governar por muito mais tempo.

Com esta sua "visão promissora" de uma participação efetiva dos militares – ainda que da reserva – no processo político nacional, encerramos a primeira

parte desta, entrevista. O relato de sua vivência na área da Inteligência enriqueceu substancialmente o conteúdo deste trabalho. Nos resta agradecer a valiosa colaboração do companheiro.

2ª Parte
Prosseguimento da entrevista realizada com o Coronel Amarcy

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Em síntese, as causas da Revolução remontam aos movimentos militares acontecidos no Governo do Juscelino Kubitschek, se adensam com a insatisfação dos políticos por não terem sido agraciados com benesses pelo Presidente Jânio Quadros (Coligação da UDN[19], PDC[20] e PRP[21]) e culminam, particularmente, com a deterioração da disciplina e quebra da hierarquia, ações do Governo João Goulart de tendências populistas (PTB[22]), que procurou desestruturar as Forças Armadas.

Nunca é demais repassar aquela época. Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 que, de acordo com a personalidade daquele ex-Presidente, seria um blefe, os ministros militares liderados pelo General Odylio Denys tentaram impedir a posse do Vice por ter ele demonstrado ser um joguete do seu cunhado Leonel Brizola, homem com fortes ligações com as esquerdas comunistas e que lutou durante o final do mês de agosto para que Jango assumisse a Presidência. Para evitar derramamento de sangue entre brasileiros, os referidos Ministros aceitaram a adoção do regime parlamentarista, que durou pouco.

Instalado no Poder, Jango tentou fazer um governo claramente populista. Podemos citar os seguintes fatos ocorridos durante 1963/1964 que aceleraram a sua derrubada: a revolta dos Sargentos em Brasília em função da aprovação da sua inelegibilidade, com a ausência proposital do Comandante do CMP – General Fico, que naquele momento acompanhava o Presidente; as manifestações do comício da Central do Brasil; a cooptação dos cabos, sargentos e subtenentes das Forças Armadas; a revolta dos cabos e marinheiros liderados pelo Cabo Anselmo; o Governo permitiu as declarações do Almirante Cândido Aragão no Clube Naval e o almoço dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio, com a presença do Presidente. Resumindo: ausência de governo; insatisfação dos militares por tocarem nos ícones mais sagrados da carreira militar: a hierarquia e a disciplina; sindicalização eston-

---

[19] União Democrática Nacional.
[20] Partido Democrata Cristão.
[21] Partido Republicano Progressista.
[22] Partido Trabalhista Brasileiro.

teante com a direção dos sindicatos entregue a pelegos e comunistas; possibilidade do Brasil ter um governo comunista a curto prazo.

A preparação para a transformação do Brasil em País vinculado à Cortina de Ferro foi muito intensa por parte do governo e até de militares em altos postos, a soldo de Jango, Brizola e outros. Basta dizer que a partir do final de 1963 iniciou-se uma desmobilização das Unidades sediadas em Brasília, transferindo todos os militares que haviam atuado contra a Revolta dos Sargentos (setembro/1963). Tudo estava muito claro, pois em fevereiro de 1964 os quartéis contavam com a terça parte dos seus quadros – oficiais e sargentos.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Acredito que houve uma preparação a partir dos primeiros dias de 1964, acontecida no Rio de Janeiro e em outras Guarnições, exceto em Brasília, onde os Comandantes do BGP, da Companhia de PE e da Companhia Pára-quedista – vinda do Rio exclusivamente para dar guarda ao Presidente na Granja do Torto – eram simpáticos ao Governo Jango, pois aceitaram convite do Comandante do CMP/11ª RM, um pelego.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação da Revolução?

Os jornais deram ampla cobertura às Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas no ano de 1964 no Rio, em São Paulo, no Recife e em Belo Horizonte, que contribuíram para conscientizar o povo. Pareceu-nos, à época, que os mineiros deflagraram a Revolução para dominar o Rio, a "UDN" de Magalhães Pinto juntando-se à de Lacerda; o Rio deslocou-se para dominar São Paulo, pois o General Amaury Kruel não queria aderir e só o fez à meia-noite de 1º de abril. Na verdade, naquela época, o centro político ficava no Rio de Janeiro e quando o Jango fugiu, o carioca fez um verdadeiro carnaval a partir das 16 horas do dia 1º. Brasília, onde não se percebeu a evolução da situação, pois tomamos conhecimento do Movimento no dia 30 de março, ficou para quem quisesse aparecer. Como já referi, só uma semana depois de deflagrada a Revolução recebemos o 19º BC – sediado em Cuiabá – cujo Comandante, Tenente-Coronel Caraciolo, municiou cada soldado com apenas um pente de fuzil 7mm. Fomos reforçados pela Polícia Militar de Minas Gerais, que se instalou no Teatro Nacional com metralhadoras antiqüíssimas, anteriores à Hotchkiss. Realmente, não deve ter havido um grande preparo prévio pois com a fuga de Jango as forças revolucionárias não sabiam o que fazer.

Tinham vencido sem dar um tiro e levaram algum tempo até se organizar. As atividades contra os comunistas apoiaram-se, inicialmente, nos levantamentos feitos pelas Segundas Seções das Unidades e principalmente nos arquivos da 2ª Seção do EME[23] e do Conselho de Segurança Nacional.

Onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Na área de Brasília não houve resistência, apenas aquele mal-entendido entre as tropas do BGP e a Companhia de PE que nas primeiras horas ficaram em estado de alerta uma contra a outra. Uma Companhia do BGP ao Comando do Capitão Dagoberto – cunhado do Subcomandante – posicionou-se contra a Companhia de PE, pois o Major Waldenio, seu Comandante, era contra a revolução. Não se soube de qualquer reação contrária no restante da Guarnição do CMP.

Como se deu o desencadeamento da Revolução em Brasília?

Não houve tumulto, entramos em prontidão e passamos a executar as medidas emanadas do Comandante do CMP/11ª RM, porque a maioria da oficialidade – entre eles os tenentes Jannuzzi, Amarcy e Geraldo – era revolucionária por convicção. Apenas o Major Waldenio, o Capitão Walter Pinheiro, Comandante e Subcomandante da Companhia, e o intendente Tenente Farias Filho faziam o jogo do General Fico.

As prisões começaram a acontecer durante a primeira semana e foram todas realizadas pela Polícia Federal, sob orientação da 2ª seção do CMP. Os Federais destacaram uma equipe que trabalhava no quartel da Companhia de PE para onde encaminhavam todos os suspeitos de subversão e agitação na área urbana e rural de Brasília e Goiás. Lá também o Inspetor Alceu – hoje Delegado da Polícia Federal – era um dos responsáveis pelos inquéritos que a Federal conduzia.

Como a Revolução foi recebida pela população de Brasília em seus primeiros tempos?

Por ser a Capital Federal e estar longe dos centros nevrálgicos e políticos, não houve qualquer reação contrária. Todos eram funcionários do Governo, portanto ou não queriam se complicar ou tinham medo das conseqüências.

O que mais se esperava dos novos governantes?

A grande motivação que gerou a Revolução foi a comunização do País que estava sendo conduzida por Brizola, Jango, e seus ministros. Assim, o Governo

[23] Estado-Maior do Exército.

revolucionário, amparado nos AI-1[24] e AI-2 procurou, já de início, desmantelar o esquema montado nos órgãos públicos prendendo ou cassando os direitos políticos de militares e de civis apenas dos Poderes Executivo e Legislativo, o que foi um dos grandes males da Revolução. A maioria das informações necessárias já havia sido levantada pelos Órgãos de Informação antes de abril.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na escalada revolucionária e na edição dos Atos Institucionais?

As principais organizações comunistas existentes no Brasil antes da Revolução eclodir eram: JEC[25], JOC[26], JUC[27], Polop[28], PRT[29], CGT[30], PCB[31], AP[32], PCdoB[33], PORT[34] e "Ligas Camponesas" (Arraes). Em conseqüência das medidas adotadas pelos governos revolucionários elas foram reforçadas com cassados, igreja progressista, brizolistas e os dissidentes comunistas. Ainda foram criados os APML[35], MNR[36], VAR[37], PCBR[38], a Ala Marighela e o grupo Arraes/Igreja progressista no Nordeste. Logicamente estas organizações passaram a trabalhar na clandestinidade, se estruturando em células e aparelhos.

Os políticos ficaram divididos em ARENA que abrigava os revolucionários e os aproveitadores que queriam usufruir e usufruíram do Poder, e MDB que congregava tanto os políticos de oposição – autodenominados de autênticos – como aqueles que se posicionaram contra a Revolução, os comunistas e outros.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Na minha maneira de ver, como o movimento não foi planejado em profundidade, somente depois do susto da rápida vitória, os governos militares delinearam as ações para um Desenvolvimento com Segurança através dos PND. Executa-

---

[24] Ato Institucional.
[25] Juventude Estudantil Católica.
[26] Juventude Operária Católica.
[27] Juventude Universitária Católica.
[28] Política Operária.
[29] Partido Revolucionário dos Trabalhadores.
[30] Comando Geral dos Trabalhadores.
[31] Partido Comunista Brasileiro.
[32] Ação Popular.
[33] Partido Comunista do Brasil.
[34] Partido Operário Revolucionário Trotskista.
[35] Ação Popular Marxista – Leninista.
[36] Movimento Nacionalista Revolucionário.
[37] Vanguarda Revolucionária.
[38] Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

ram uma política voltada para o social, que resultou em enormes benefícios para a Nação brasileira, propiciando condições muito boas de vida à população. Tanto é verdade que até hoje as nossas crises econômicas têm sido superadas graças à infra-estrutura criada pela Revolução, capaz de alavancar o desenvolvimento e dar suporte ao País, já passados mais de vinte anos.

Claro que aconteceram erros, pois só quem faz pode errar. Desde o começo deveríamos ter assumido a figura de Revolução sem o qualificativo de Revolução Democrática porque foi um absurdo pensar em um estado democrático quando se é compelido a quebrar leis vigentes.

Um segundo erro foi ter deixado o Judiciário intocável, o que redundou em um complicador sério na vida atual do cidadão.

Terceiro: o Governo revolucionário esboçou um projeto de reforma do ensino que mais desorganizou a área do que apresentou resultados positivos. O correto teria sido uma reforma estrutural de maneira a aumentar o número de beneficiados, a fim de dar educação a todos os brasileiros. Se isso tivesse acontecido, hoje os comunistas não manipulariam a população ao seu bel-prazer e dentro dos princípios marxistas como o fazem.

Uma outra falha com conseqüências nos dias atuais foi não se ter preparado novas gerações de políticos democráticos com uma clara visão do capitalismo moderno para assumirem a condução dos governos que se sucederam.

O maior engano foi a tentativa de perpetuar-se no Poder, dando margem à luta de grupos dentro do Exército e insatisfações na Marinha e Aeronáutica que, em conseqüência, pouquíssima cooperação ofereceram.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para se derrotar o terrorismo?

Para bem enfocar o assunto, prefiro desdobrá-lo em várias respostas:

Guerrilha urbana – Durante um ano não soubemos responder eficientemente ao ataque terrorista, principalmente pela falta de experiência neste tipo de combate. Somente depois de termos apanhado bastante e com apoio recebido dos empresários foi criada a OBAN em São Paulo. Ela reunia oficiais e sargentos do Exército e da Aeronáutica, cabos do Exército e da Polícia Militar, Polícia Civil e agentes da Polícia Federal. A Marinha nunca participou, pois advogava que o CENIMAR[39] trabalhava muito bem e só cuidava do Partidão.

Após comprovarmos o sucesso das operações de Informações elaboramos a Diretriz de Segurança Interna que propunha a ativação dos CODI e DOI. Para o início

[39] Centro de Informações da Marinha.

do desbaratamento das células comunistas – estrutura da luta armada – depois da OBAN em São Paulo foi criado o DOI da Barão de Mesquita no Rio de Janeiro. Mais tarde criou-se outro em Brasília e depois mais alguns poucos em outros Estados.

Aprendemos em cima dos próprios erros, não tivemos professores. Mudamos a maneira de agir do acostumado *"Teje preso"* para o estouro de aparelhos, dentro de uma técnica de guerrilha urbana adaptada às condições brasileiras. O esforço e coragem daqueles que trabalharam nestes órgãos em confronto direto com a guerrilha – ainda que sem apoio nenhum, sem segurança para si e para seus familiares, sem qualquer reconhecimento das autoridades militares – resultou na tranqüilidade necessária para que os governos militares pudessem executar as suas políticas desenvolvimentistas em benefício da Nação.

Guerrilha rural – As Forças Armadas – particularmente o Exército – não tinham qualquer experiência neste tipo de luta. Caparaó e Vale da Ribeira foram experiências grotescas onde a maioria dos comandantes das operações, seja de Grande Unidade ou Organização Militar (OM), queria muito mais aparecer do que combater a guerrilha. Só não houve uma perda maior de homens porque o inimigo era fraco e muito desorganizado.

Na 1ª fase de combate à guerrilha do Araguaia houve uma verdadeira corrida de Grandes Unidades – totalizando cerca de três mil homens – cada uma buscando ser reconhecida como aquela que desbaratou a guerrilha rural. Nada resolveram a não ser contrair malária.

Os erros nos ensinaram e então a 2ª fase – já coordenada pela CIE – consistiu de uma Operação de Informação para levantamento do inimigo. Posteriormente a 3ª fase – para reduzir os guerrilheiros – empregou tropa constituída de homens da região, experientes em informação e conhecedores da maneira de trabalho do inimigo. Trabalharam descaracterizados, utilizando técnicas de infiltração, de acordo com a lei da selva.

Concluindo, penso que uma pequena parcela de militares brasileiros – particularmente do Exército – soube aprender rápido, contra-atacou e, mesmo com os poucos meios disponíveis, eliminou do País o perigo da comunização. Em respeito e coerentes com a cultura e tradição brasileiras deixamos em liberdade aqueles que hoje estão difamando os militares e tentam por outros meios tomar o poder.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

Esta pergunta nos recorda a personalidade do militar de carreira que é um excelente profissional, mas não gosta de alardear o que faz. Além do mais, desde o

início dos governos militares sempre contamos com a oposição de toda a mídia. A censura exercida em certos momentos foi uma das causas e a outra foi e é a comunização e esquerdização dos profissionais de imprensa, que até hoje boicotam ao máximo o trabalho restaurador e desenvolvimentista dos governos revolucionários.

Os nossos dirigentes não souberam criar uma estratégia para enfrentar esses fatos e conquistar os meios de comunicação. Em conseqüência a crítica destrutiva era e é diária, criando um caldo de cultura no seio da população que a deixa pronta a ser manuseada como o foi nas "Diretas Já".

Faltou uma manifestação das boas notícias para que jovens, operários e religiosos – parcela da população que estava nas mãos dos comunistas – pudessem ter informação das duas faces da moeda. Esse fato é real até os dias atuais, pois o exército continua o "grande mudo".

E a opinião pública internacional?

Se não tínhamos uma política para divulgar os nossos atos para o público interno, pior acontecia com a opinião internacional que recebia só o que a mídia controlada pelas esquerdas transmitia. Faltou visão aos nossos governantes para angariar a simpatia dos comunicadores. Exerceram um domínio de forma policial, que bem explorado pelos militantes subversivos só criou mais aversão aos governos militares (Herzog e outros casos).

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Os governos revolucionários venceram a luta contra a implantação do comunismo, cuidaram da área econômica muito bem, mas descuidaram da política e particularmente da área psicossocial; não prepararam os seus substitutos. Faltou um melhor planejamento para o Exército desengajar. E, por não ter havido uma preparação neste sentido o desenlace foi doloroso. O resultado é que estamos sofrendo desde 1985.

Julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e de maneira mais convincente?

O Poder foi entregue tardiamente. O desgaste do Presidente Figueiredo foi muito grande e propiciou a má vontade de todos ante suas atitudes. O povo, que antes aplaudia as iniciativas do Governo, doutrinado pela mídia, passou a ver os militares como ditadores e usurpadores do Poder.

O que acha do "revanchismo"?

Ele acontece por força dos erros citados anteriormente e porque os nossos substitutos na ativa estão deixando que os antigos inimigos – com os quais tive-

mos complacência – tripudiem sobre nós, esquecendo que anistia é um ato de mão dupla. Atualmente, parece que os militares da ativa não pertencem àquele Exército que durante anos lutou contra o comunismo internacional para entregar um país calmo e em condições de continuar o caminho do desenvolvimento. Muitos não sabem por que nem como se deu a Revolução, como também desconhecem o que ocorreu ao longo dos vinte anos de governo; isto tudo porque nossos chefes militares não mantiveram acesa a chama do ideal revolucionário. Lembremo-nos de que o Ministério do Exército nunca explicou nem divulgou para seus quadros de oficiais e sargentos o porquê das ações militares nem tampouco o que pretendia realmente a guerrilha urbana e rural. Ultimamente até proibiu as comemorações referentes ao 31 de Março.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais da Revolução de 1964?

O momento político atual foge de todas as previsões que poderiam ser feitas à época da Revolução. De certa forma ele é fruto das regras de uma democracia; tem sido enriquecedor pois o povo não nasceu para ser escravo. No entanto, a permissividade generalizada, a falta de moral e ética, a corrupção dos governantes, a impunidade dos políticos, o desemprego, a insegurança e a desordem, além da falta de obras de infra-estrutura, são alguns pontos críticos da instabilidade atual. O avanço do narcotráfico, do crime organizado e o seu envolvimento com todos os setores da sociedade, desde estudantes até presidiários de alta periculosidade, demonstram que esta democracia está em perigo e os governantes não parecem preocupados com a situação do povo e muito menos com as Forças Armadas.

Tenente-Coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola

Nascido em abril de 1925 na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, o Tenente-Coronel Amendola é praça de 28 de fevereiro de 1942, ao ser matriculado como cadete na Escola Militar do Realengo.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de agosto de 1945, já pela atual AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), com parada de sede em Resende-RJ, foi classificado no 5º RAM (5º Regimento de Artilharia Montada – Regimento Mallet) em Santa Maria-RS. Esta Unidade sucessivamente denominada 3º RA 75 AR (3º Regimento de Artilharia 75mm Auto-Rebocado) e 3º RO 105 (3º Regimento de Obuses 105mm), o acolheu em todos os postos de sua carreira militar, desde oficial subalterno até tenente-coronel.

Cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1953, a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no período de 1956/1958 e freqüentou o curso da ADESG-RS (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-RS) em 1972.

Desde cedo demonstrou grande aptidão para a área do ensino, o que lhe valeu uma nomeação para instrutor do CPOR/SP (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo) em 1951 e, posteriormente, já na reserva, a partir de setembro de 1967, uma intensa folha de relevantes trabalhos na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) onde, além de coordenar a instalação e funcionamento do Campus Avançado daquela universidade em Boa Vista-RR no âmbito do Projeto Rondon, desempenhou diversas funções executivas na área de direção e planejamento.

Seu perfil de oficial de escol o conduziu a ser convidado para Assistente dos Comandantes da AD/2 (Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria) em São Paulo e da AMAN durante a ano de 1955. Realizou o estágio de Estado-Maior no

Comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) em 1959, permanecendo naquela OM onde vivenciou, em 1961, o episódio da Legalidade.

Após exercer o comando do Regimento Mallet ainda como major, no período de outubro de 1961 a fevereiro de 1962, permaneceu na Unidade por mais quatro anos, alternadamente como subcomandante, comandante de Grupo ou comandante interino do Regimento. Vivenciou ali, intensamente, os primórdios da Revolução.

Em 1966, foi mais uma vez foi convidado para ser Assistente, desta feita do Comandante da AD/3 e posteriormente do Diretor da DGMB (Diretoria Geral de Material Bélico).

Mercê de seus meritórios serviços prestados, foi agraciado com inúmeras condecorações, concedidas pelas Forças Armadas, órgãos públicos e entidades civis.

Participou ativamente de todas as ações que resultaram na implantação do Memorial do Marechal Mallet em Santa Maria-RS.

Publicou diversos artigos sobre assuntos militares, ensino universitário e Projeto Rondon.

Entrevista realizada em 7 de agosto de 2002.

1ª Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

Temos o prazer de ouvir aqui em Santa Maria, no QG da 3ª DE (3ª Divisão de Exército) o Tenente-Coronel de Artilharia Alexandre Máximo Chaves Amêndola, oficial que desenvolveu participação muito ativa na Revolução de 1964, nesta Guarnição, quando de seu efetivo desencadeamento.

As respostas a todas as perguntas que fizemos é um depoimento completo do que aconteceu e o Coronel Amêndola o considera uma complementação da entrevista do General Agostini (Gabriel D'Annunzio Agostini).

Mas ainda há algumas dúvidas a serem sanadas. Na pergunta sobre os antecedentes notamos que aqui no Sul diversos entrevistados consideram o posicionamento do Exército na Revolução de 1964 bem diferente daquele adotado em 1961. E muitos depoentes se estendem bastante na Legalidade até porque participaram ativamente daquele movimento. Temos um depoimento sobre o posicionamento do General Pery (Pery Constant Bevilaqua) aqui em Santa Maria com uma atuação muito forte junto ao General Machado Lopes (José Machado Lopes), Comandante do III Exército (hoje CMS: Comando Militar do Sul).

Ele foi duas vezes a Porto Alegre durante o episódio da Legalidade. Ouvimos o General Harry (Harry Alberto Schnarndorf), por exemplo, que estava no quartel-general (QG) e assessorou o General Machado Lopes quando o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), Chefe do Estado-Maior[1], foi embora para o Rio.

Nesses depoimentos – e mesmo por um relatório que foi feito depois – sentimos a força com que a 3ª DI se desempenhou.

No depoimento do Coronel Chagas (Celso Chagas da Costa) que foi Ajudante-de-Ordens do Bevilaqua, onde é narrada a vinda do Serpa (Antônio Carlos de Andrada Serpa) a Santa Maria, fica ressaltado que o General Bevilaqua era positivista[2]. O senhor considera que a posição dele era a favor da lei e não a favor do Brizola?

Da Legalidade. A palavra legalidade nasceu através do Bevilaqua e do Comandante da 1ª DC.

Na 1ª DC encontrava-se o General Oromar Osório.

Foram esses dois que pronunciaram essa palavra pela primeira vez. Eram pela legalidade e a fariam valer mesmo "à força de armas". Brizola ouviu-a, achou-a muito

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

[2] Filosofia de August Comte.

bonita: "em defesa da legalidade" e passou a repeti-la. Então isso tudo é real e verdadeiro. O General Bevilaqua era positivista e grande admirador do seu ascendente, Benjamin Constant. E adorava falar, tanto que nos reunia diariamente durante hora e meia a duas horas no início do expediente e fazia prolongadas palestras; nessas aberturas não poupava o João Goulart, dizia "cobras e lagartos" a respeito do homem.

Com a renúncia de Jânio Quadros, surgiu aquele movimento pelo qual se queria impedir a vinda do Jango Goulart da China até o Brasil para assumir o governo. O General Bevilaqua, que era um purista, um republicano de uma inocência total, assim se manifestou:

– Ele tem direito à posse porque foi eleito para isso. Eu sou pela legalidade e vou impor essa legalidade mesmo que à força de armas.

E todos nós na Divisão concordamos, principalmente pelo aspecto da hierarquia; afinal a nossa formação é do tempo em que o chefe decide e o subordinado obedece.

E aceitamos a tese de que se o Jango fora eleito, não interessa, deveria assumir. A esse respeito até posso contar um episódio interessante. O General Bevilaqua estava falando aos oficiais quando o Coronel Serpa (Antonio Carlos de Andrada Serpa) chegou preso, trazido do Mallet (3º Regimento de Obuses 105). Ele entrou e o General disse:

– Oh, meu amigo Serpa! Mais uma vez juntos!...

– Não, dessa vez estamos em campos opostos.

A situação seguiu indefinida e o Serpa continuou preso. Lá pelas tantas, o Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto) Chefe do Estado-Maior disse:

– Olha, o pobre companheiro está aí preso, isolado, sozinho, sem família e precisa do nosso apoio. Vamos nos revezar em visitas para animá-lo. Afinal, não custa nada.

Então fizemos uma escala, e cada um de nós ia lá "bater um papo". Só que o Serpa tentava convencer cada um que o visitava a mudar de opinião sobre a posse do Jango. Quero contar isso porque é muito bonito – o Linhares (Ivan Dêntice Linhares), posteriormente General-de-Exército, Major como eu, me antecedeu na visita. Depois que saiu, me avisou:

– Alexandre, cuidado, o homem está passando uma conversa danada...

Ele falava muito bem. Fui para lá e ouvi o seguinte:

– Alexandre, vocês enlouqueceram! Querem que um crápula desses tome posse? Isso aí é um contrabandista, é "isso é aquilo", ele vai fundar aqui uma república sindical!

Eu disse:

– Mas tem direito à posse. Ele foi eleito pelo povo e será empossado; vou defender essa posse.

– Mas não é possível! Ele 'vai fazer, vai acontecer'!...

– Bem, se ele fizer, aí derrubaremos esse camarada.

E continuou preso até que lá pelas tantas o Ramão disse:

– General, sabe qual é a solução? Mandar o Andrada Serpa embora.

– Será que ele vai embora mesmo? Bem, ele já viu qual é o ambiente aqui, o jeito é ir para o Rio, pois poderá até interceder por nós junto ao Ministro.

Então o General mandou chamá-lo e lhe disse:

– Olha, Serpa, você está liberado. Pode ir embora. Mas se você sair por aí “assim”, fardado poderá ser preso de novo. Para evitar esse perigo nos cotizamos; um entrou com um casaco, outro com uma calça, um terceiro com uma camisa etc. Assim você irá em trajes civis.

Logo depois o Major Linhares levou-o à estação ferroviária. Na hora em que o trem ia partir, aconteceu um momento de beleza – eu me emociono só de recordar – que me faz acreditar neste Exército: o Linhares colocou a mão no bolso e disse:

– Coronel, aqui estão cem cruzeiros, um oferecimento do General Bevilaqua. Ele mandou dizer que vocês são adversários temporariamente, mas continua a admirá-lo e quer ser seu amigo.

O Serpa não aceitou a oferta e retrucou:

– Agradeça ao General, eu tenho condições de me manter, estou bem munido de dinheiro. Continuo sendo admirador dele, essa onda há de passar.

E assim foi embora o Andrada Serpa. Quer dizer, nós nos respeitamos e isso é uma coisa linda.

Então o episódio de 1961 aqui não foi muito difícil porque a Guarnição toda marchou de um lado só, em obediência ao seu Comandante. Posteriormente houve a solução conciliadora e bastante fraterna, com a adoção do regime parlamentar. Antes disso, assisti à 1ª DC do Oromar Osório, passar por Santa Maria, subir em direção a Marcelino Ramos, e sabíamos que as tropas de São Paulo e do Rio estavam descendo. A ação dos políticos da época foi muito hábil e inteligente, pois mediante a adoção do parlamentarismo impediu que acontecesse uma carnificina. Realmente, foi o que evitou um episódio triste no País.

Em pouco tempo houve uma evolução. Assumiu o III Exército o General Jair (Jair Dantas Ribeiro). A essa altura estavam falando no plebiscito, queriam perguntar ao nosso povo se desejava continuar com o parlamentarismo que estava implantado, ou voltar ao presidencialismo. Foi quando o General Jair enviou um telegrama ao Ministro, dizendo que não tinha condições de conter o movimento popular de rebeldia, caso não houvesse plebiscito. O primeiro a reagir foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5ª RM, em Curitiba...

Ele informou que a sua tropa tinha condições. Houve o plebiscito e prevaleceu o presidencialismo; o Jango assumiu e ocorreu a transformação de governo

conforme conhecemos. O Jair era o Ministro da Guerra, quando chegamos a 1964. O episódio de 1961 se encerra aí.

Aqui em Santa Maria, a Legalidade produziu um outro efeito tremendo. A cidade era um centro ferroviário importantíssimo, pois abrigava as famosas "oficinas do quilômetro 3", enormes, muito bem equipadas, com vários milhares de funcionários, que faziam a manutenção do material ferroviário de toda a Viação Férrea. Ali a escalada comunista foi total.

A partir de 1961 eles praticamente conseguiram o domínio da cidade. Era espantosa a rapidez com que convocavam uma greve, faziam uma paralisação ou mandavam o comércio fechar – até sob ameaças. Depois começaram a propalar as idéias cubanas de *paredón* – hoje pouca gente sabe onde é o *paredón* – mas eu sei. Isso era dito com ampla e total liberdade. Comícios assustadores aqui, sempre conduzidos por lideranças da Viação Férrea, pregando o *paredón*.

Quando instauramos os inquéritos da Revolução, o primeiro foi para investigar os líderes da Viação Férrea.

Apenas para complementar esse episódio do Serpa, no depoimento do Coronel Chagas ele diz que elaborou, por ordem do Bevilaqua, um salvo-conduto, e frisou que inicialmente não sabia como fazê-lo. Fora um documento muito comum nas revoluções de 1930 e de 1932. Salvo-conduto para ir de tal a tal lugar. Aí um praça velho daqui deu as dicas, ele elaborou o referido documento e o entregou ao Serpa.

Um fato que não deixa dúvida: aqueles dois se admiravam e se respeitavam mutuamente. Isso é interessante. Depois de liberado, o Serpa foi embora, ficaram em campos opostos, mas só aparentemente.

Outra coisa curiosa é que muita gente achava que o General Pery era meio populista. Mas, quando houve aquele pronunciamento do General Jair, ele era General-de-Divisão Comandante do II Exército (hoje Comando Militar do Sudeste), e voltou a pronunciar-se da mesma forma. Disse que na área dele a lei e a ordem seriam respeitadas. O próprio Estado-Maior dele o alertou de que estava jogando fora a promoção a quatro estrelas. Ele contrapôs: "Se eu depender disso para sair 4 Estrelas prefiro ficar como General-de-Divisão. Já atingi um posto que acho muito bonito."

Ele era um puro!

É. Um homem sério.

Antes de ouvir esses depoimentos, eu o considerava um militar excessivamente politizado. Mas não, ele era um homem correto, de princípios rígidos.

Era um homem de princípios! Não há dúvida.

Esses depoimentos nos têm mostrado uma coisa curiosa. Quando eclodiu a Revolução de 1964, os nossos generais aqui no Sul estavam mais ou menos afinados

com o Chefe da Casa Militar e com o Ministro Jair. O Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva) na 1ª DC, o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) em Uruguaiana e o Garrastazu (Hugo Garrastazu) em Bagé. E a Revolução saiu ao natural. Houve uma atuação muito forte dos oficiais dos Estado-Maiores dos Generais.

Acredito que a grande preparação do Exército aconteceu nas Escolas, que começaram a explorar o problema da guerra revolucionária e da subversão. Cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1963 e fizeram um bom trabalho na minha cabeça, no final do ano eu sabia muito bem o que estava acontecendo.

A minha turma teve problemas quando terminou o curso, pois ninguém pôde ficar no Rio. Todos foram mandados para o interior porque durante o ano letivo ocorrera uma porção de movimentos. Teve oficial preso, essa coisa toda.

Então a diretriz foi classificar os oficiais concludentes no interior, e esse pessoal já sabia o que era guerra subversiva e qual a fase que estava acontecendo em cada região do Brasil.

O senhor concorda que houve um preparo nas nossas Escolas para enfrentar a guerra revolucionária?

Concordo. De fato, estudávamos guerra revolucionária, terrorismo, guerrilha urbana, tudo isso os cursos ensinavam. Agora, em nenhum dos cursos que fiz, nem nas áreas de quartéis-generais onde servi, nunca ouvi dizer que isso fosse especificamente dirigido para um determinado movimento como se formou em 1964.

Então vou entrar na sua "chave". Primeiro: acredito que o Estado-Maior do Exército agiu, naquela época, com uma precisão notável até o último momento. O golpe fatal foi suspenderem a baixa dos soldados em novembro. Aquilo ali foi de uma perspicácia enorme.

É a primeira vez que ouço isso.

Quando março chegou não tínhamos recrutas, só soldados adestrados, inclusive para controle de tumulto. Isso é mais um aspecto a ressaltar. Acho que o Estado-Maior do Exército foi quem visualizou e conduziu esses caminhos que a EsAO e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) adotaram e que propiciaram ao Exército estar em plenas condições para atuar, como ocorreu em 1964.

Segundo: o senhor ressaltou um ponto que sempre me pareceu bastante evidente. O Movimento de 1964 foi uma contra-revolução de majores e tenentes-coronéis. Os Estados-Maiores dos Generais que o senhor citou – todos, de uma forma ou de outra – influenciaram de certa maneira os chefes a ponto de eles assumirem as atitudes que ficaram bem evidentes na época.

E aí cabe uma outra pergunta que faço ao estudioso de história. Fico boquiaberto quando leio e ouço comentários a respeito da revolta havida aqui em Santa Maria. Dois tenentes do 5º Regimento de Artilharia Montada (5º RAM), o Nelson (Nelson Gonçalves Etchegoyen) e o Alcides (Alcides Gonçalves Etchegoyen), juntaram-se com o Lobato Valle (Heitor Lobato Valle) e o Iguatemy (Iguatemy Graciliano Moreira), do 7º Regimento de Infantaria (7º RI), e esses quatro tenentes levantaram os dois quartéis a ponto de bombardearem a cidade com artilharia e enfrentarem a Brigada Militar[3]. Quatro tenentes levantaram duas Unidades completas! Mais tarde fui comandado de dois deles, do Nelson e do Alcides Etchegoyen.

Isso em vinte e..?

Em 1926.

O 5º RAM na época tinha um ano de Santa Maria. Saíra de São Gabriel em 1925 e em 1926 já estava revoltado na mão de quatro tenentes. Eles puseram duas peças na frente de onde hoje se encontra a Brigada de Infantaria – na época era o 7º, e começaram a bombardear o quartel da Brigada Militar. Mas um grupo de oficiais, que não aceitara o movimento, havia entrado secretamente nos paióis e roubado as espoletas das granadas. Então as granadas ficaram com uma trajetória incerta, sem a característica do perfil aerodinâmico. Estavam "amputadas", não obedeciam a nenhuma tabela de tiro. E onde caíam não explodiam.

Houve tiro que caiu no ginásio dos irmãos maristas, e outros por toda a parte da cidade. Começaram a "levar bala" da Brigada e tiveram que responder com fuzis. Por fim viram que aquilo não adiantava. Estava fora do alcance deles. Resolveram retirar-se para o Uruguai. Largaram os canhões no Passo da Ferreira – periferia da cidade – e saíram como cavalaria, à moda da época: requisitando cavalos, matando e carneando gado por toda essa faixa.

A certa altura foram organizadas Unidades de Provisórios[4], uma delas comandada pelo Oswaldo Aranha, que saíram em perseguição dos revoltosos em fuga.

Mas a tropa revoltada dispunha de uma vanguarda, uma retaguarda, e era adestrada. Em pouco tempo ficaram sabendo que estavam sendo perseguidos. Nos campos do Seival – no interior de Caçapava do Sul – colocaram três *Hotchkiss,* uma em cada coxilha. A gauchada dos Provisórios resolveu dar uma carga para "laçar metralhadora". Foram varridos, sendo que Oswaldo Aranha saiu sangrando muito com um tiro no calcanhar. E os revoltosos foram embora para o Uruguai. Depois conversei

---

[3] Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

[4] Unidades de milícias organizadas à base de voluntariado e requisições.

muito com eles. O Nelson Etchegoyen foi ser motorista de praça, e o Alcides garçom em Montevidéu. Voltaram em 1930. Desculpe, eu fugi completamente...

Isso é história!

Estamos falando da preparação ou não do Movimento de 1964. Penso que preparação específica não houve. Não é a primeira vez, já tenho dito e até escrito sobre este assunto.

Em função do que houve em 1961, o General Bevilaqua perguntou-me se aceitava ir para o Mallet. O Coronel Ramão me esclareceu que era missão de sacrifício, porque eu perderia pontos para promoção, gratificação de Estado-Maior e outras coisas mais, ao passar para o QO[5].

O senhor já era QEMA[6]?

Sim, há quase três anos, desde o término do estágio aqui no QG da DI.

E eu disse que aceitava. O Mallet – isso não está na história – tinha "batido biela" em 1961. Era tal a falta de estrutura de pessoal e material, que todos os oficiais superiores da Unidade pediram transferência. Então eu, um elemento estranho, fui mandado para lá. Como Major, assumi o comando. Foi uma situação revolucionária, tanto que na galeria de ex-Comandantes do Mallet, onde só constam os efetivos, lá está o Major Alexandre como comandante efetivo entre setembro de 1961 e fevereiro de 1962. O General Machado Lopes indicou e a Secretaria-Geral me efetivou no comando, como Major. E era função de Coronel.

Sempre repito que passei a trabalhar como nunca o fizera, e todos os meus amigos – todos que serviram comigo, e que ainda sobrevivem – sabem que aquela foi a minha pequena grande glória. Em dois anos e pouco, até 1964, conseguimos formar uma Unidade de combate "mesmo"! Para enfrentar combate! E, sob palavra de honra, jamais ouvi falar em conspiração para derrubar governo, nem Jango, nem Movimento de 1964! A Unidade agiu com brilho em 1964, porque estava "pro-fis-sio-nal-men-te" pronta para o combate, viesse do lado que viesse.

Estou dizendo isso vaidosamente, sem nenhuma modéstia. Qualquer dos meus camaradas, dos meus companheiros, pode confirmar minhas palavras. Por isso desfruto dessa deferência com que me tratam.

Eu fui um profissional, nunca um conspirador. Não sabia nada de conspiração. E como profissional tive a oportunidade de ver o que poucos companheiros

[5] Quadro Ordinário.

[6] Quadro do Estado-Maior da Ativa.

puderam ver: uma Unidade pronta para lutar, com oitocentos e tantos homens que, com certeza, me seguiriam aonde quer que eu fosse. É uma sensação fantástica! E que enorme carga de responsabilidade acarreta!

O senhor era o Comandante, e aí chegou o Coronel Agostini que...

Não, este é outro aspecto tão espantoso que por isso digo que já posso morrer. Durante os cinco anos em que servi no Mallet, a Unidade teve dez comandantes! Dez! Posso citar o nome de todos, interinos ou efetivos. O último foi o Coronel Souza Pinto (Mário de Souza Pinto). Antes dele fora o Agostini. E antes o Coronel Ruy (Ruy de Paula Couto), que por isso gosta muito de mim, e até me chama de "leal escudeiro". Fui comandante efetivo e interino, respondi pelo comando, fui Subcomandante, ou Comandante de Grupo, e eles se seguindo. Foram dez, no total!

Qual é a instituição civil que suportaria ser dirigida, no espaço de cinco anos, por dez diretores? Só o Exército consegue isso. Porque tem seus regulamentos, sua disciplina e sua hierarquia. Dez comandantes em cinco anos!

Passei o comando para o Agostini incidentalmente, da mesma forma como passara para os anteriores, para o Ruy, para o Coronel Terra (Carlos Gonçalves Terra) e para todos os outros.

Hoje a passagem de comando está praticamente automatizada. O oficial é prevenido de que irá assumir um comando, com seis meses de antecedência. Vem para cá assumir uma Unidade, chega como tenente-coronel, sabendo que será promovido. Sabe que ficará nesse comando dois ou três anos. E que seis meses antes do final já saberá quem será o substituto...

Lembro do depoimento do General Ruy que assumiu a Artilharia Divisionária (AD)...

Quando o Agostini chegou era Tenente-Coronel e foi designado Subcomandante; o Comandante efetivo era o Paula Couto.

Que assumiu a AD.

No lugar do Comandante da AD, o General Newton Barra.

Que não estava aí.

Naquela época era uma confusão de AD...

Artilharia Divisionária da 3ª Divisão.

Sim, mas a AD de Cruz Alta não era...

Não, ela era aqui.

Naquela Bateria à esquerda de quem entra no...

Isso! Exatamente!

Eu lembro da AD ali ainda.

Claro! Depois veio a Brigada (6ª Brigada de Infantaria Blindada).

Eu lembro de comandar a Brigada o...

Ivan Linhares.

Ele mesmo...

O barbudinho, General Theophilo (Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Netto).

O Xavier (Carlos Xavier de Miranda).

Lembra de todos esses?

Sem dúvida.

Acredito que ficou bem claro que os majores e tenentes-coronéis tiveram uma influência muito grande na consolidação do Movimento inicial de 1964.

O que o senhor tem a nos dizer sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo, particularmente depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5)? Sabemos que este é um assunto complexo. Houve violência, embora sem crueldade, ainda que se admita ter ocorrido, em alguns casos, atos isolados de tortura, mas certamente praticados por mentalidades fora do nosso padrão normal. Na verdade não fomos nós que começamos a escalada. O primeiro ato violento foi lá no Aeroporto do Recife...

Guararapes!

E depois resultou em uma escalada desenfreada.

É interessante comentar-se exatamente um exemplo bem simples. A imprensa vive explorando a morte do Vladimir Herzog no II Exército. Poucas vezes comenta-se que o General-de-Exército D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávila Mello) – que foi meu Instrutor na ECEME – foi demitido pelo Presidente Geisel por causa daquela morte, principalmente pelo fato do morto ser jornalista. Mas ninguém sabe o nome, nem faz referência, ao Edson Régis de Carvalho que também era jornalista e morreu atingido pela bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife. Aí está o peso da parcialidade da imprensa no que tange ao "revanchismo".

Se os métodos para coibir terrorismo fossem fáceis, os israelenses já teriam acabado com ele na Palestina.

E os americanos não teriam sido surpreendidos com o 11 de setembro...

Fizeram o que fizeram no Afeganistão... e nada! Terminar uma ação terrorista não é nada fácil. Aqui, o Jornalista Olavo de Carvalho (ex-militante comunista, hoje um severo crítico da esquerda) está enfrentando desassombradamente isso tudo, e computou – eu não sabia – oitenta e quatro atentados à bomba no Brasil! Eu não imaginava que fossem tantos. Oitenta e quatro! Lembro muito bem do coitadinho do soldado que era sentinela do QG do II Exército em São Paulo...

Mário Kozel Filho.

...e foi despedaçado por uma bomba levada em um caminhão.

Não precisamos aprender com os palestinos como é que se faz, porque aqui também já houve terrorismo. Dificilmente têm-se condições de dominá-lo sem usar a violência. Violência traz violência!

O que não obriga a pessoa a ser cruel. Prender um homem, colocá-lo em uma cadeira, desarmado e...

E surrá-lo!?...

Esse tipo de ação foge da nossa formação.

Não, isso não aceito! Agora, há um detalhe que me deixou com uma dúvida terrível. Foi por ocasião da guerrilha do Jefferson (Jefferson Cardim de Alencar Osório).

Sim.

Quando o Batalhão de Foz do Iguaçu conseguiu cercá-los, eles atiraram e mataram o Sargento Camargo (Carlos Argemiro Camargo).

Hum, hum!

Na ocasião coloquei-me "na pele" do comandante daquela patrulha. Ora, quando fui para o Mallet, dependia enormemente dos meus sargentos e cabos. A Unidade dispunha de sete oficiais e trinta e seis graduados. Então ficamos todos amigos. Conheci a família de cada um, andei com as filhas e os filhos deles no colo. Ora, se matam um dos meus sargentos, assim, ao meu lado, como fizeram com o Camargo, não sei se eu traria algum daqueles safados vivo. Isso eu fiquei na dúvida! Será que eu iria aprisionar aquela gente? Com todo o meu espiritismo, tenho para mim que não traria nenhum vivo, liquidava todos.

Outro problema a abordar é o "revanchismo". O senhor usa palavras candentes contra o "revanchismo", parecendo-lhe que a anistia foi unilateral. Será que teremos que agüentar essa cantilena até o fim dos nossos dias?

Olha, acredito que isso prossiga por muito tempo. Analisando a maneira como é tratado o assunto na imprensa, tão cedo não acaba.

A esquerda conseguiu uma vitória brilhante quando dominou a imprensa falada, escrita e televisada. Então eles divulgam as versões que lhes agradam, e ficam desenhando um quadro muito diferente do real.

Parto do princípio de que o nosso Exército sempre foi fraterno. O vencido deixa de ser inimigo, é encarado como um náufrago, é tratado com bondade, com energia serena. Houve os excessos; já é evidente que houve realmente tortura e torturadores. Mas foi em uma época bem posterior – 1969/1970 – e não foi uma ação institucionalizada. Não foi!

E, hoje, aqueles excessos estão sendo tratados como se tivessem tido origem nos governos militares, o que não é verdade. Partiu dos níveis menores do Exército e

das polícias, que tratavam e trabalhavam diretamente com a subversão. Muitas vezes o problema do excesso foi fruto de uma revolta pessoal, ou até de um caráter fraco.

A verdade é que o Exército que conheço sempre agiu com bondade e fraternidade. Isso fica bem exemplificado com a anistia, tal como foi implementada no Governo Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Para nós, ela existiu; para o outro lado, não. Além de continuarem acusando – muitas vezes injustamente – e inventando torturas que não existiram, apadrinham gente como a Bete Mendes que, propositadamente, desgraçou e crucificou o Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra), meu Aspirante, que ainda hoje é o pivô de um incidente na área do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) com o General Cesário (Luiz Cesário da Silveira Filho).

É um "revanchismo" que não posso aceitar porque contraria tudo o que conhecemos do passado – não só do passado remoto, como do recente.

Não há nada mais bonito do que o sucedido aqui no decurso da tão decantada campanha Farroupilha. Durante dez anos os Imperiais e os Farroupilhas se defrontaram e se bateram. Assim que foi assinado o armistício e acabou a guerra, todos eram amigos, voltaram a servir juntos, em um enorme abraço de amizade, e, inclusive, lutaram irmanados nas campanhas de 1851/1852, e no Paraguai. A morte mais sentida por Osório foi a do General Neto que proclamara a República do Piratini e surrara os Imperiais uma porção de vezes! Posteriormente, sob o comando de Osório, seguiu com seu Corpo de Exército para o Paraguai, e no entanto tinham sido adversários ferozes durante dez anos!

Esse é o retrato que faço da fraternidade. Em 1964, a Guarnição de Santa Maria foi capaz de, em uma condição de risco e de perigo, como no imediato período pós-Revolução, respeitar a sacralidade dos lares! As patrulhas cercavam a casa do indiciado, viam que ele estava queimando documentos, mas só o prendiam ao clarear do dia, o que nos causou enorme dificuldade, porque tínhamos que ir em busca de prova testemunhal, uma vez que a prova documental tinha sido queimada, com a permissão de um Exército cristão que, no seu todo, respeitou os direitos individuais dos suspeitos. Isso está escrito! Nós agimos com elegância total e dignidade completa. Pelo menos foi o que vi aqui, nesta cidade. E, com certeza, deve terse repetido Brasil afora. Foi exemplar! Então, não posso aceitar "revanchismo". Isso sim é indigno, é antifraterno, é um verdadeiro lesa-pátria.

E o momento atual?

Faço questão de dizer, escrever e assinar, que o momento atual é conseqüência dessa nossa Constituição demagógica e completamente inadaptada às condições mental, cultural e social do nosso povo. Uma constituição que nos acena com um

número enorme de direitos e garantias, e praticamente não exige deveres. Apelidada de cidadã, muito pouco tem oferecido em prol da verdadeira democracia.

Democracia não é essa liberalidade para todas as ações mais rasteiras, que estamos assistindo. Isso é um aspecto. O outro é que estamos inseridos em um quadro mundial que nos torna muito vulneráveis, em virtude de todas as nossas carências e deficiências. Um exemplo é a atual crise no campo econômico-financeiro, onde, no noticiário de hoje, o Brasil ultrapassou dois mil e trezentos pontos como área de risco, e o dólar vive uma instabilidade total. Não sei até onde isso nos levará.

Há ainda o campo militar, que devemos acompanhar com bastante atenção. A nossa fronteira mais longínqua e desprotegida, tem como vizinha incômoda as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Ali, em função das características do terreno, nem oito mil nem oitocentos mil homens serão capazes de prover a segurança necessária. A esperança está na implantação do Sistema de Informação e Vigilância da Amazônia (SIVAM). Porque elas estão lá, prontas e treinadíssimas, sem que até agora o exército colombiano tenha conseguido dominálas, nem mesmo com a pesada ajuda norte-americana. Acredito que as Segundas Seções (Informações) devem ficar de olho atento para aquele lado.

Um outro probleminha que está virando problemão, particularmente nas grandes cidades, é o narcotráfico, que hoje enfrenta a polícia em pé de igualdade. Então, o nosso Sistema de Informações deve fazer um acompanhamento cerrado, porque a situação pode degringolar, e, a qualquer momento, o Exército deve ficar em condições de atuar.

Finalmente, um terceiro aspecto que merece uma atenção muito forte por parte dos militares: a estrutura que o Movimento dos Sem Terra (MST) já conseguiu montar. Ela está completa em todos os campos: treinamento de combate, ação psicológica e apoio logístico; está pronta para transformar-se em uma guerrilha talvez na sua quarta ou quinta fase. Quinta não digo, seria o domínio total, mas para a terceira ou quarta fase estão prontinhos.

Esta é a situação que vejo hoje no País. E o Exército, se e quando chamado, deverá estar adestrado para empregar a força. A pergunta que não se faz é a seguinte: terá condições de fazê-lo, hoje? O adestramento é falho e o equipamento obsoleto. E não tem verbas nem para remediar as faltas e deficiências, que dirá para uma atualização necessária.

Impressiona ver que a verba destinada ao exército norte-americano chega aos duzentos bilhões de dólares, igual aos orçamentos militares somados da China, Rússia, Alemanha, França e Inglaterra. Enquanto isso, temos direito a cinco bilhões de reais dos quais só três estão liberados.

É claro que confio nos nossos Estados-Maiores e nos nossos generais, eles não são cegos e devem estar percebendo com bastante nitidez o risco calculado pelo qual estamos passando. Acredito que, com esta baixa que hoje está se concretizando, chegamos ao limite do suportável.

Até agora – isso fica provado através das pesquisas de opinião – as Forças Armadas têm desfrutado do respeito do nosso povo, apesar de todas as assacadilhas e tentativas de desprestígio. Temos dado um exemplo do que deve ser feito em matéria de economia em favor de prioridades mais fortes do país.

A Aeronáutica chegou ao extremo de sucateamento, como a imprensa noticia, a ponto de agora sofrer o menor corte e estar pensando em se reequipar. Há tempo estamos dando exemplo de estoicismo e de economia. Até vinte ou vinte e cinco anos atrás estávamos acostumados a ver, aqui e em tantas outras cidades, a tropa desfilando no Sete de Setembro com blindados e viaturas. Essa geração nova nunca viu isso! Sempre, só desfile à pé...

A falta de munição, de combustível e de dinheiro para comida nos quartéis se repete desde algum tempo e é do conhecimento geral, até a imprensa sabe e tem noticiado, nada foi escondido. Talvez para servir de exemplo aos órgãos públicos e outras instituições civis, onde campeia o esbanjamento e o egoísmo. Considero que a nossa situação hoje é muito delicada; que nos sirva de exemplo o que está acontecendo aqui com os vizinhos, Argentina e Uruguai. E o que é pior, não vejo lideranças capazes de mudá-la, nem um sistema político com coragem e possibilidade de fazê-lo. Não com esse tipo de democracia.

Sei que tenho meus defeitos, mas faço questão de exaltar algumas qualidades que julgo possuir. Sou de uma lealdade total com os meus amigos e senti dificuldade na emissão de certos conceitos, porque de maneira alguma quis prejudicar, ou magoar o meu chefe e amigo, General Agostini. De qualquer forma, foi gratificante relatar um pouco da minha vivência no Exército, especificamente nesta quadra da história do Brasil, que ainda será escrita nos seus verdadeiros matizes, ressaltando os reais propósitos de nossas Forças Armadas e de seus homens na busca de uma Nação mais justa e feliz.

2ª Parte
Prosseguimento da entrevista realizada com o Coronel Amêndola

Considerações julgadas importantes

Considero muito conveniente “acoplar” os dois depoimentos, o do General Agostini e o meu; ter-se-á, assim, uma visão bem mais completa do que sucedeu por estas bandas, em 1964.

Para não "negar estribo"[7] vou tentar responder às indagações do entrevistador, buscando, de melhor forma possível, reduzir uma análise madura e ponderada, de forma coerente.

Esta, a minha idéia, transmitir o conhecimento que se segue, ficando, a seu julgamento, como proceder.

Repertório de Perguntas
Antecedentes Imediatos e Preparação

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Para começo de conversa, discordo inteiramente da designação 'Revolução de 1964': sempre designei – e vou continuar designando – aquele movimento como "Contra-revolução". "Revolução" era o que desejavam fazer os comunistas e comunistóides da época. E, respeitosamente, sugiro que adote o mesmo procedimento.

No meu entender tivemos duas grandes causas que resultaram no movimento. A primeira foi simplesmente a tentativa de tomada de Poder pelos comunistas do País, sob o acicate e a esperança de vitória da URSS e de Cuba. O conceito de democracia adotado nos anos de 1962 e 1963, pelo governo, permitiu – e até incentivou – a prática de excessos inadmissíveis em qualquer sociedade organizada, que nos levariam, inevitavelmente, a uma carnificina de irmãos, aliás pregada abertamente a partir dos *paredóns*. Por fim, a insuportável tentativa de torpedeamento das Forças Armadas em sua hierarquia e disciplina.

Sua preparação foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

No meu julgamento não foi nem coordenada nem minuciosa, e o seu desencadeamento deu-se de forma espontânea, não apenas pelos militares (que foram tão-somente um "gatilho"), mas por todo o povo brasileiro, que já não suportava a baderna.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação?

Vi, como disse, o povo, na sua quase totalidade, "estourar" em alegria, ao desencadear-se o Movimento; mas durante a preparação, apenas alguns poucos parlamentares se movimentavam no Congresso Nacional. Não acredito que nossas Forças Armadas, através dos seus respectivos Estados-Maiores, vendo o que se

[7] Expressão gaúcha que significa recusar-se ou omitir-se.

passava, não tivessem tomado medidas preventivas, pelo menos sob a forma de planos que, afinal, nunca transpiraram, nem mesmo para a tropa. Por isso admito que o Movimento foi muito mais espontâneo do que planejado.

Onde ocorreu a maior resistência para sua implantação?

Aqui, em nossa cidade? Na poderosa, volumosa, importante e temerosa "Viação Férrea do RGS", então inteiramente dominada pelas lideranças comunistas. Surpreendentemente, foram rapidamente submetidas pela Guarnição Militar e pelo (desesperado) povo santamariense.

Desencadeamento e Escalada

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou estado?

Em cumprimento à missão recebida pelo Cmt da 3º DI, General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), houve uma ação imediata e fulminante do "Regimento Mallet", que ocupou os pontos críticos da cidade, particularmente todo o conjunto da Viação Férrea. Deve ser dito que tudo estava planejado, não especificamente para a "Revolução" ou "Contra-revolução", porém como planejamento normal, aperfeiçoado ao correr dos anos, para controle de tumultos.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

"Vibrando" delirantemente! Aliviada de tanta desfaçatez! Aplaudindo e apoiando!

A esse propósito, veja-se a reação popular à "carga" dada pelo "Regimento Mallet" contra a tentativa de comícios de baderneiros; e a passeata "espontânea mesmo" de cinqüenta mil populares em "agradecimento aos militares", referida tanto no meu depoimento, quanto no do General Agostini.

Observação: Hoje tudo isso "caiu" no esquecimento, submergido pela onda de "democracia" que inunda a Imprensa.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Tudo. Volta à ordem e ao progresso, com paz e tranqüilidade. O fim da inflação e da corrupção, e cadeia para os bagunceiros.

O senhor julga que a escalada revolucionária e a edição dos Atos Institucionais foi resultado da atuação dos políticos e do terrorismo?

O Governo Castello foi simplesmente soberbo! Manteve o máximo possível de conceituação democrática. Depois, alguns parlamentares de feitio demagógico

e juristas de um purismo afastado da realidade nos levaram ao terrorismo, à escalada revolucionária e aos Atos Institucionais. Aqui em Santa Maria não tivemos nenhum tipo de terrorismo, mas a reação na área política foi bem acentuada. Em realidade, ainda no Governo Castelo, instauraram-se aqui oito IPM (Inquérito Policial Militar), que encaminhados à Justiça, resultaram em algumas punições e várias fugas para o Uruguai.

Ciclo de Presidentes Militares

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a revolução.

Castello foi um Estadista (com letra maiúscula e grifado!) como poucos em nossa história; Costa e Silva não estava à altura das necessidades da época mas, pelo menos, cercou-se de Ministros muito seguros, que obviaram suas deficiências. Médici, além de excelente, destacou-se pela "sorte" em tudo o que empreendeu e, ao contrário do que é hoje dito, agiu com perfeição ao impedir, mediante censura à Imprensa, que fosse difundida a idéia de guerrilhas com áreas liberadas, sufocadas com um mínimo de sacrifícios, bastando ver o que sucedeu com os "tupamaros" no Uruguai, os 'montoneros', na Argentina ou os anticastristas, em Cuba...

Geisel foi magnífico. Figueiredo – coitado! – ingenuamente acreditou que o povo brasileiro aprendera a lição e "democratizou" mais do que o indicado para a época, confiando que as esquerdas atuariam com lealdade.

Assim, fica a dúvida: 21 anos foi tempo demais para um sistema forte de Governo? Deveria ter terminado antes?

Por que também não é lembrado o Governo de Getúlio, muito mais ditatorial do que o da "Revolução"? Quem, hoje, lembra ou comenta a extinção dos partidos políticos entre 1937 e 1945? O fechamento do Congresso da censura imposta pelo "DIP" (Departamento de Imprensa e Propaganda)? Do DOPS da época? Da "Polícia Especial"?

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Foi empregada a melhor técnica indicada pela doutrina e com um mínimo de mortes. Basta olhar o que vem acontecendo no mundo.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alçamento à posição de oitava economia do mundo etc.).

A divulgação "parecia suficiente". Ou não o foi, ou descambou no esquecimento, sob a inteligentíssima propaganda das esquerdas e do purismo democrático, para o qual ainda não estamos preparados.

E a opinião pública internacional?

Na época, aparentemente, era favorável ao que aqui sucedia. Hoje o retorno ao regime forte é impensável: a reação internacional será inteiramente negativa, e as fontes de verbas externas desaparecerão daqui.

Desengajamento do Exército e Processo Político Remanescente

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Para a Nação, o desengajamento foi tranqüilo. O Exército passou a contribuir (de forma até arriscada), para a economia nacional. Estoicamente submeteu-se a padrões cada vez mais espartanos, no que tange a efetivos, munições, combustíveis, aquisição de equipamentos e, agora, até quanto à alimentação dos seus soldados. No momento em que escrevo, como sabemos, chegou ao *mínimo minimorum* suportável, talvez ao extremo do "risco calculado".

Julga que o poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e de maneira mais convincente?

Não sei. Desde quando entregamos o Poder, o que assistimos e o que estamos assistindo agora... Mas, como muitos insistem em afirmar que *vivemos em uma democracia*, creio que aprendi muito pouco em 78 anos de vida, de estudos, de leituras, de observação...

O que acha do "revanchismo"?

"Revanchismo"? Acho-o uma atitude podre, antifraterna, injusta, antipatriótica, indigna. Os militares aceitaram com rigor o conteúdo da anistia. O feitio fraterno que nos caracteriza perdoa os vencidos; por disciplina, aceitamos que terroristas, assaltantes e assassinos do passado desfrutem de posições relevantes em quaisquer dos Poderes da República; pela compreensão de que a "Segurança" e "Defesa Nacional" pode – na fase difícil que atravessamos – ter prioridade menor; os juramentos que fizemos nos levam aos últimos sacrifícios.

E do outro lado, o que vemos? Nas empresas, no Poder Executivo, nos três níveis do Legislativo, e até no Judiciário? Os comunistas, as esquerdas, os demagogos, a Imprensa desavisada e os inocentes úteis não pensam como nós.

Até admito que, talvez, o Povo perceba isso: – como explicar que em todas as pesquisas de opinião o Exército apareça no topo das listagens?

Já começa a ser repetida aquela pergunta popular:

– O Exército não vai dar jeito nessa anarquia?

Acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais da Revolução de 1964?

A rigor, julgo que a partir da Constituição de 1988 (portanto uma "carta magna", uma "lei básica"), inteiramente demagógica e desajustada à nossa realidade, vivemos um modelo distorcido do verdadeiro regime democrático. Nem é preciso argumentar muito: basta ver que – segundo a Imprensa – ela prescreve *76 direitos, 44 garantias e...4 deveres* (um dos quais é *votar*...)

E agora? Como retirar alguns desses *direitos e garantias* e aumentar o número de *deveres*? Não há a menor possibilidade de fazer tal coisa sob um regime "democrático" como o atual.

Os ideais da contra-revolução de 31 de março de 1964 esfumaram-se!... São "entulho autoritário" como o "Projeto Rondon", um exemplo de belíssima política social que foi enterrado.

"Regimento Mallet": ação em 1964

Desejo assinalar a importância e a necessidade do presente projeto que poderá servir de antídoto contra o veneno que a mídia tem imposto aos jovens com suas – agora – costumeiras versões acerca dos acontecimentos de março/abril de 1964. Essas versões deturpam de forma desleal, mentirosa e pérfida, os fatos que perturbaram a vida nacional naquela fase da nossa história.

Antes de entrar propriamente no assunto que me é proposto, ponho a julgamento dos leitores os seguintes pontos:

Primeiro: – Em que país do mundo, em qualquer época da história da civilização, foi trocado o regime democrático de governo por um outro, autoritário, em três dias, sem que houvesse nenhuma reação contrária, nenhum morto, nenhum ferido?

Salta aos olhos que o Movimento de 1964 foi popular, pois o perigo que nos ameaçava era tal que a Nação inteira se solidarizou em seu combate. As Forças Armadas apenas utilizaram seu poder de coerção, traduzindo o anseio popular generalizado.

Veja-se, comparativamente, a recente comoção na Venezuela, que em 48 horas deixou um saldo de 41 mortos e 323 feridos.

Segundo: – Tivemos, na realidade, uma contra-revolução, em março/abril de 1964. Constitui atitude insidiosa falar em mortos, desaparecidos e torturados como se isso tivesse sucedido naquela ocasião. Ledo engano ou farsa simplória! A reação violenta ocorreu muito posteriormente, contra a guerrilha rural e o terrorismo urbano, desencadeados pelas esquerdas em 1969/1970. Frisese que as Forças Armadas atuaram, então, contra um inimigo armado, não contra indefesos! Os assassinatos, seqüestros, assaltos, e 84 atentados a bombas que mataram inocentes, foram perpetrados por aqueles que hoje são apresentados como heróis.

Não discuto o caso dos profissionais militares e civis mortos em confrontos, pois são para isso preparados, estando os primeiros sob juramento. Discuto, por exemplo e entre outros, a morte por bomba, no aeroporto de Guararapes, do Jornalista Edson Régis de Carvalho, nome que nunca é lembrado; e convém recordar do soldado Mário Kozel Filho, despedaçado a dinamite no QG do II Exército. Ele não era um profissional e sim um menino de 19 anos, convocado pelo Serviço Militar Obrigatório, estando, na ocasião, como simples sentinela.

Aqueles que certa imprensa nos apresenta como "santinhos" estavam buscando, a rigor, a absurda, desumana e horrenda carnificina que tem caracterizado – de parte a parte – o terrorismo palestino/israelense. Mesmo assim, foram anistiados em pleno governo autoritário; e retribuem tal gesto com um "revanchismo" odioso e infindável.

Terceiro: – No Governo Castello Branco os Poderes Legislativo e Judiciário foram respeitados e a Imprensa não sofreu censura. Houve, sim, como não podia deixar de ser, a cassação dos direitos políticos dos radicais que poderiam acarretar perigo à contra-revolução. Os recursos do tão amaldiçoado AI-5 (Ato Institucional Nº 5) foram aplicados já no Governo Costa e Silva, diante dos arreganhos dos inconformados e visando à manutenção da ordem, tal como se impunha fazer.

Aí está a convicção que mantenho, de que agi dentro de minhas limitadas possibilidades, no sentido de cumprir os juramentos feitos à minha Bandeira e a meu Povo.

Passo, agora, a tratar, propriamente, do tema que me é proposto.

Após concluir o Curso da ECEME, fui classificado em 1959, ainda como Major, no QG/3ª DI, em Santa Maria, RS. Tomei parte, assim, na convulsão social de 1961, apelidada de "Legalidade", que levou à posse do senhor João Goulart na Presidência da República, pois se fora eleito pelo povo, tinha esse direito em face da renúncia do senhor Jânio Quadros. E a 3ª DI, em bloco, posicionou-se dessa forma, o que lhe

daria muito maior razão quando, em 1964, colocou-se a favor da derrubada do mesmo Governo, que se revelou maléfico e extremamente perigoso para o País.

Imediatamente após a referida “guerrinha” – quando escapamos por pouco de um morticínio entre irmãos – fui transferido para o 3º RO 105 (3º Regimento de Obuses 105) – “Regimento Mallet”, Unidade que vivera um período crítico, com dificuldades de ordem moral e material, tanto que assumi o seu comando ainda como major, quando o posto indicado para tal era o de Coronel.

Durante os anos de 1962 e 1963 diversos oficiais “assumiram e entregaram” o comando do Regimento. Em conseqüência, alternadamente, fui Comandante Interino, Subcomandante, ou Comandante de um dos dois Grupos de Obuses do Regimento. Contando com suficiente autoridade e razoável experiência castrense, tratei de conduzir a Unidade para uma condição real de combate, reequipando-a a todo custo e submetendo-a a intenso adestramento, sob o lema “Tradição e Operacionalidade”. Ademais, estimulava o companheirismo por todas as formas a meu alcance.

Faço questão de insistir que conduzi essa preparação da Unidade por pura honestidade profissional. Como sempre me dediquei ao estudo de nossa História e, naquela época, me aprofundava especificamente em guerra revolucionária, acompanhava atentamente a esbórnia que se ampliava no País e, imaginando até onde aquilo nos poderia levar, simplesmente procurava me antecipar aos fatos. Nunca me chegou aos ouvidos qualquer sinal de conspiração ou de golpe contra o Governo.

Recordo que eu era dominado por uma complexa mistura de amargor, angústia, preocupação e sentimento de responsabilidade perante os meus soldados, em face do que via acontecer no País. No quartel todos pugnávamos pelo objetivo de colocar o famoso e “famigerado” “BOI DE BOTAS” em total condição de combate, justificando seu passado de modelar combatente. Foram dias, meses e anos de dedicação, de sacrifício, de alto profissionalismo, do verdadeiro ‘sacerdócio militar’ que sempre caracterizou o Exército nas grandes crises nacionais.

No início de 1964 o Comandante do Regimento era o Coronel Ruy de Paula Couto que, temporariamente, teve que assumir o comando da AD/3. Assim, mais uma vez fiquei “respondendo pelo Comando” até 28 de fevereiro, quando o Tenente-Coronel Agostini, que já servira na Unidade como tenente, capitão e major, assumiu o comando efetivo.

Chefe e amigo, encampava os mesmos conceitos por mim defendidos acerca do que sucedia no País, conforme pode ser claramente visto em seu depoimento para o presente projeto. Fico até inibido de abordar este assunto, por ele esmiuçado com riqueza de detalhes, inusitado entusiasmo, máxima precisão

e total perfeição. Por isso, terei dificuldade em corresponder ao repto proposto. Vejamos se o consigo.

Sucede que o atual General Agostini participou do Movimento de 1964 comandando a Unidade e assessorando o planejamento do Comandante da 3ª DI, General Poppe de Figueiredo, enquanto a minha missão era de simples execução como comandante de um dos Grupos. Isso pode ser verificado em seu depoimento.

Portanto, creio agir corretamente ao fazer apenas "a complementação" de alguns poucos episódios daqueles contidos no relato do meu comandante, discorrendo sob o ponto de vista de um executante das ações empreendidas pela Unidade em março/abril de 1964.

Antes de mais nada, releva repetir que há alguns meses a tropa vinha sendo submetida quase rotineiramente a constantes situações de sobreaviso, prontidão, alarme, ordem de marcha e exercícios de tiro. Também é importante frisar que em novembro de 1963 fora suspenso o licenciamento dos soldados, o que os deixara muito pouco satisfeitos, mas, em compensação, tínhamos uma tropa plenamente pronta, e não de recrutas, como seria de esperar naquela época do ano.

Pelos motivos acima, o "Regimento Mallet" estava suficientemente equipado e atingira altíssimo grau de adestramento. Logo após a notícia da contra-revolução desencadeada em Minas Gerais, a Unidade revelou-se coesa e solidária com seu comandante, recebendo com alívio a decisão de combater a anarquia que ameaçava o País. A primeira atitude tomada foi ocupar, em força, com o II Grupo de Obuses, comandado pelo Capitão Maya (Ahyr Maya), todas as instalações da VFRGS, foco principal da baderna.

A operação, efetuada durante a madrugada e de forma fulminante, em poucos minutos frustrou irrevogavelmente a grande greve projetada pela liderança comunista, e os funcionários daquela autarquia compareceram ao serviço, apesar da fúria dos piquetes grevistas.

A cúpula dos referidos piquetes pediu uma entrevista com o General Poppe. Cumprindo ordem do meu Comandante, assisti à aludida audiência e, por determinação do Comandante da Divisão, respondi à altura a intervenção insolente de um dos líderes.

Acreditando falsamente no potencial subversivo exercido com profusão nos meses anteriores, aquela liderança espúria resolveu desafiar o comandante da Divisão e o próprio Exército, realizando um comício de protesto. O 'Regimento Mallet' logo recebeu a missão de dissolvê-lo e a cumpriu de pronto.

Tudo isso está descrito no depoimento do General Agostini. A missão de dispersar o comício coube ao II Grupo, que revezou com o I Grupo, na guarda das

instalações da VFRGS. Atribuiu, ainda, um pelotão de carros de combate – recebido do 3º BCCL (3º Batalhão de Carros de Combate Leves) – em nosso apoio e me designou supervisor geral da operação.

Esse foi o ponto alto da contra-revolução em Santa Maria, e de resultados tão surpreendentes que hoje em dia a mídia faz questão de omiti-lo ou ocultá-lo, deixando-o ignorado pelas gerações mais jovens. Foi o sinal de morte para a esbórnia, a demonstração do que significa ofender a um Exército sempre digno como o nosso; e foi, sobretudo, a claríssima demonstração do apreço do povo por seu Exército, com total aprovação à atitude por ele tomada.

Não resisto ao entusiasmo, relembrando a cena! Contra a reunião de arruaceiros marchava o meu "Velho Regimento" com duzentos homens a "passo de carga". Oficiais e sargentos de metralhadoras empunhadas, soldados com os mosquetões "Mauser" cruzados, as longas baionetas rebrilhando, granadas de mão penduradas nos bolsos das blusas. Era a operacionalidade de 1964 somada à tradição histórica de 133 anos e quarenta combates! E foi a "couce dármas" – como se dizia ao tempo do império, de onde provinha – que a gloriosa Unidade empurrou os insolentes recalcitrantes para trás, para longe. Logo se iniciou a "disparada", sob forte gritaria e alarido de pânico, ao ficar bem claro para aqueles arruaceiros com quem foram "se meter".

A facção que resolver desafiar o Exército deve esperar um confronto com a força bruta, e o Exército deve estar em condições de corresponder a tão imprudente expectativa, se necessário.

Então, dos altos edifícios que cercam o local, levantou-se pouco a pouco uma estrondosa vaia aos debandados, que se transformou logo em infindáveis palmas e "vivas" à tropa, enquanto uma chuva de papel picado começou a descer de todas as janelas. Dos pisos térreos, ocupados por lojas de comércio, bares e restaurantes, saíram engradados de refrigerantes e bandejas de salgadinhos e doces, distribuídos à soldadesca entre risadas de alívio e abraços. A rigidez da formatura da tropa naturalmente deu lugar a uma fraterna comemoração!

Hoje nada se lê ou se ouve a respeito! Silêncio total. Afinal, passaram-se 38 anos! Os jovens só recebem as versões distorcidas, e nós, os mais velhos, observamos tudo com desgosto.

No entanto, foi esse episódio que, praticamente em poucos minutos, encerrou a idéia de reação revolucionária em Santa Maria, ficando claro o pensamento popular a cerca da situação que se vivia há mais de 2 anos.

O General Agostini, em seu relato, menciona as ações que se seguiram. Na verdade, o "Regimento Mallet" tornou-se o fulcro da contra-revolução no centro

estratégico do Estado. No seu quartel apresentaram-se oficiais que deixaram o de Porto Alegre, prontos para combater a seu lado, se preciso. A ele chegavam, via rádio de campanha, as mensagens das Unidades que desejavam passar ao comando da 3ª DI e, com escolta de artilheiros, comandada pelo Capitão Arribamar (José Arribamar de Oliveira) do Mallet, o General Poppe assumiu o III Exército.

Mas ainda há muito a relatar. A partir do dia 3 ou 4 de abril as Unidades da Guarnição começaram a operação limpeza, bloqueando as saídas da cidade e vasculhando os esconderijos dos incitadores da anarquia, para prendê-los.

Devo mencionar ainda, outro belíssimo espetáculo, hoje igualmente deixado em conveniente esquecimento: a grande Marcha de Agradecimento ao Exército, quando cinqüenta mil pessoas percorreram, sob palmas, a principal artéria urbana da cidade, que termina em face do atual quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld). Espontânea descarga emocional de uma população que, por infindáveis meses, vivera aterrorizada por ameaças de 'paredón', como se aqui fosse Cuba; por arreganhos contra os 'gorilas; por fechamento, sob pressão, das lojas de comércio; por tensão interminável; por greves e comícios de inaudita truculência.

Nada disso é lembrado. As fotos da ocasião desapareceram, e quem desejar vê-las terá de ir ao Museu Marechal Mallet, onde estão expostas ao público. Aparecem na Imprensa – isso sim – as fotos da repressão policial às tentativas de retorno à anarquia, imposta pelos "governos autoritários". Mas a mídia esquece de dizer que foram feitas em 1969/1970, não em 1964, e não em Santa Maria!

Aqui a vacina antibaderna foi bem aplicada em 1964, pelo Exército e pelo povo. O Regimento Mallet, nas várias ações em que se engajou, atuou de surpresa e de forma fulminante, o que lhe valeu um destaque especial, altamente elogioso, no relatório final da Divisão.

Desejo, agora, falar sobre os IPM realizados na cidade, entre os meses de abril e junho de 1964. Antes de tudo quero dizer que me orgulho de pertencer ao Exército Brasileiro. Sim, porque só ele na condição de risco em que vivera a Nação, respeitaria a sacralidade dos lares de reconhecidos agitadores entre o anoitecer e o amanhecer, sabendo que eles passavam as noites queimando documentos comprometedores, à vista das patrulhas que mantinham-se no cerco, esperando a alvorada para apresentar os mandados de busca e de prisão! Só o Exército Brasileiro, cristão, bondoso e compreensivo, que sabia e sabe, exatamente, distinguir os 'cabeças de subversão' dos 'inocentes úteis'.

Confirmando as citações do General Agostini, ouvi depoimentos de quatrocentos brasileiros no IPM que presidi; e todos, até hoje, me estendem a mão, que só a nego a um único deles. Foram tratados com serena energia, mantidos às

vezes em aprisionamento impróprio, já que quartéis não possuem as instalações dos presídios; mas tiveram suas declarações ouvidas em condição de equilíbrio e boa ética. Aqui não houve tortura, nem torturados, nem torturadores. E vamos deixar bem claro que se tais atos existiram – em outros locais, que não aqui – isso sucedeu em 1969/1970, não em 1964!

O meu Exército tem tradição de trato cavalheiresco a prisioneiros. Isso é confirmado por historiadores e participantes de nossas campanhas no Prata, quer aliados, quer inimigos de cada ocasião; e também o é por alemães e italianos, quanto ao tratamento que a FEB deu a seus prisioneiros em 1944/1945.

O meu Regimento, uma das Unidades mais tradicionais do Exército, não poderia proceder de forma diferente. Não! Bravo e firme na hora do combate; digno e nobre após a derrota do inimigo, espelho e florão de um Exército!

Por esta razão sinto desprezo pelo torpe, odiento e aleivoso "revanchismo" dos batidos de ontem que hoje distribuem sua peçonha pelas gerações atuais. E não o aceito nem mesmo dos mal-informados que, mais uma vez, desempenham o papel de "inocentes úteis", na redistribuição do veneno, sem procurar-lhe a verdadeira origem.

Aí está o que posso dizer relativamente ao tema proposto. 1962/1964, anos de angústia, de sofrimento de nossas famílias, de ameaça à nossa paz social, mas também, anos de meu grande sentimento de realização profissional, culminando no último deles com a alegria do dever bem cumprido correspondente aos juramentos feitos à minha Bandeira e o meu Povo.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*416*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Janeiro de 2004*

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 9

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-mail: bibliex@ism.com.br
Homepage: www.bibliex.eb.br

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 9
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização*. 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Jonas de Morais Correia Neto

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. Radicado no Rio Grande do Sul.
- Exerceu as funções de Instrutor e Conferencista no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica (ECEMAR), na Escola de Guerra Naval (EGN), na Escola Superior de Guerra (ESG) e em cursos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).
- Dentre outros cargos, foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Chefe de Divisão de Ensino da ESG, Diretor de Especialização e Extensão e Secretário-Geral do Exército.
- Comandou o Colégio Militar de Porto Alegre, a Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército, a 6ª Divisão de Exército e o Comando Militar do Sudeste.
- Foi Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Além de todos os cursos regulares do Exército, possui o de Guerra Química, na Escola de Instrução Especializada, com estágio na Chemical Corps School (Maryland, EUA), o Especial de Equitação e os cursos da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, no posto de Major, era Instrutor da EsAO, quando da eclosão da Revolução.

Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2001.

Estou muito distinguido pelo convite que recebi e por achar esta tarefa, que vocês estão conduzindo, formidável na atualidade brasileira, em que as coisas são tão deturpadas em detrimento das Forças Armadas e da verdade histórica.

Tenho a convicção de que o trabalho que está sendo aqui realizado, em termos de verdade, seja um trabalho altamente produtivo e a colaboração que eu puder lhes trazer trarei com grande satisfação, porque, entre outras coisas, gabo-me de ter participado da Revolução de 31 de Março de 1964, desde a sua fase preparatória, consciente de ter trabalhado por ela e de continuar acreditando naqueles valores pelos quais ela foi feita. E não é muita vantagem essa "gabolice", porque, às vezes, ela é considerada negativa, em termos nacionais.

Depois desse preâmbulo objetivo, perguntamos ao General Jonas que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A gente não deve falar muito na primeira pessoa, mas existem situações em que é obrigado, porque é a gente mesmo. Então, nos pródromos da Revolução, servi principalmente em dois lugares, em que estive não sozinho, mas junto com o grupo que exercia uma determinada atuação.

Primeiro, no Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, onde eu era Oficial de Operações, em 1961, quando houve a crise do Jânio, mas, sobretudo, em 1962, em que atuamos sob a batuta do nosso comandante – o General José Horácio da Cunha Garcia – para fazer o preparo psicológico e a conscientização da tropa, a nosso comando, a respeito do perigo que se avizinhava do País e que já se infiltrava nas Forças Armadas, inclusive no nosso Exército.

Dentro do quadro de ação de comando, elaborávamos documentos que eram usados pelos respectivos comandantes, para agir junto à sua tropa. Fazíamos documentos de variada natureza, assim como palestras, conferências, falando não só para oficiais, mas para a tropa de uma maneira geral, dando-lhes elementos para que, por sua vez, pudessem chegar até os soldados, através dos sargentos também.

Lembro-me, dessa ocasião, de um fato que eu até agora não vi relatado em parte alguma. É uma experiência vivida por mim em particular e pelo quartel-general da 2ª DC, de Uruguaiana.

No dia 25 de agosto de 1962, um sábado, o meu comandante, General José Horácio e o Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, Coronel Carlos Alberto da Fontoura, que depois foi General e chefe do Serviço Nacional de Informações, estavam em Porto Alegre, aonde tinham ido para a promoção na Ordem do Mérito Militar. Era, então, como hoje, centralizada nos comandos de área a entrega da condecoração.

Nesse mesmo dia, bateu na minha casa uma figura bombachuda, com traje típico gaúcho, que estava num *jeep* descaracterizado. Era o Major Paulo Lacerda Braga, apelidado Paulo de Lapa, porque eles eram da Lapa, no Paraná (ele era irmão do Ney Braga). Vinha conversar comigo e com o Jaime Ellers, que era o E2 da 2ª DC e não estava em Uruguaiana, por ter saído da cidade no fim de semana. O Paulo de Lapa, que vinha por ordem do General Mourão – o mesmo Mourão de 31 de março que, naquele momento, era o comandante da 3ª DI, em Santa Maria – chegou para tratar da situação. Esperava-se uma evolução dos acontecimentos, que estavam em ebulição, com o brizolismo. O parlamentarismo vigente estava sendo discutido em nível nacional. Havia crise, ainda remanescente no Exército, por causa daquela quase cisão que tinha havido em 1961, quando da Campanha da Legalidade.

Então, tudo isso gerava uma ebulição muito grande e, conforme o andar da carruagem, o General Mourão pretendia partir com a 3ª DI, hoje 3ª Divisão de Exército, no rumo norte, para decidir "o caroço", como se costuma dizer. E queria saber se a 2ª DC estava de acordo, e se, num primeiro tempo, estaria disposta a dar cobertura a oeste, em face da 1ª DC, cujo comandante era o General Oromar Ozório, sabidamente do outro lado. Mourão partiria pelo eixo central, pela Coxilha Grande, no rumo do norte, demandando inicialmente a fronteira do Rio Grande com Santa Catarina.

Minha resposta ao Major Paulo foi que, pelo que eu conhecia do meu comandante, das nossas posições, o General Mourão podia contar com a 2ª DC. E que eu, como E3, já iria para dentro do QG iniciar o planejamento para uma cobertura, inicialmente no Rio Ibicuí.

Esbocei o trabalho e, na volta do General José Horácio e do Coronel Fontoura, nos reunimos imediatamente, quando participei o fato a eles. O General, de indiscutível capacidade de decisão, franziu um pouco os olhos e disse: "Ih!!! o Mourão é um camarada meio complicado, a gente pode se arriscar, mas vamos nessa". O Mourão era meio de rompante. O Coronel Carlos Alberto da Fontoura reuniu o Estado-Maior, pegou as bases do trabalhinho que eu já tinha iniciado e fomos para o corte do Ibicuí, fazer o primeiro reconhecimento no terreno.

Acabou não havendo nada nesse sentido, até porque, pouco depois, saiu aquele célebre telegrama do General Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, dizendo, de caso pensado, que não tinha condições de manter a ordem na sua área, que englobava a região Sul do País. Recebeu de todos os comandantes de grandes unidades, inclusive do meu (eu participei da redação) a resposta dizendo: "Na nossa área, nós manteremos a ordem". E o General Jair ficou "sem a escada".

Por causa disso, ele levou uma "bordoada" do então Ministro da Guerra, General Segadas Viana, e, com esta bordoada, ele meio que "enfiou a viola no saco".

A situação não se agravou a ponto de se justificar a partida do General Mourão, que, de certa forma, se tivesse havido, dependendo, claro, do desenvolvimento, poderia ter sido, com certeza, prematura; mas poderia ter sido o começo da Revolução, vamos chamar assim, da "Revolução Redentora". Então, esta é uma primeira lembrança de experiência pessoal relacionada aos pródromos.

No começo do ano de 1963, vim a ser instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no chamado CCAS – Curso de Cooperação das Armas e Serviços – onde ministrava aulas de Artilharia e Guerra Revolucionária. Neste ano, iniciamos uma ação muito ativa. O Major Everaldo de Oliveira Reis era Instrutor do Curso de Artilharia; trabalhamos juntos, e nos propusemos a abordar, em linguagem clara para os capitães, em termos de Guerra Revolucionária, a escalada, que acontecia no País, da guerra subversiva, uma ameaça cada vez mais presente para a democracia.

Ocorreu comigo. Num determinado momento do mês de outubro ou mais para o fim do ano, eu estava dando instrução desse assunto para a turma de Infantaria, cem alunos, sobre o desenvolvimento da guerra revolucionária, estava terminando a apresentação de todas aquelas etapas...

As cinco fases.

Dávamos em cinco fases. Havia documentação que falava em três fases, mas, na EsAO, dividíamos nas já doutrinárias cinco fases. Havia uma recomendação do comando da Escola, já era o General Canavarro Pereira, o subcomandante era o Coronel Viana Moog, que tinham feito a seguinte recomendação: "Cuidado com a maneira de falar, para não darmos armas aos nossos inimigos, para fazer qualquer interferência no ensino da Escola". Ficava todo mundo "pisando em ovos", pois certas coisas, que nós queríamos dizer, tínhamos que apenas dar a entender.

Nessa ocasião, levantou-se um capitão e disse: "Major, diante de tudo isso que o senhor acabou de dizer, em que etapa o senhor enquadraria a atual situação do Brasil?" Eu pensei: "é agora ou nunca" e fui contundente. A pergunta não me deixava outra alternativa. Respondi: "Vou responder, mas esta resposta não é do seu instrutor, quem vai responder é o Major Jonas. Estamos na quarta fase, passando para quinta fase, que é a de guerra no campo, guerra na cidade, ações armadas, por isto assim, assim, assim".

Quando terminei, começaram a aplaudir, aos poucos o aplauso foi crescendo, levantaram-se todos e bateram palmas, deixando-me até arrepiado. Depois que se sentaram, levantou-se um capitão chamado Capitão Mussoline, um gordo pára-quedista, que disse: "Major, com licença, eu queria em nome da turma me congratular com o senhor e lamentar a sua próxima saída da EsAO". Eu disse: "Pela

primeira parte, muito obrigado capitão. Quanto à segunda parte, o senhor está me dando a notícia em primeira mão, eu não sabia".

E ele disse o seguinte: "Depois do que o senhor acabou de dizer, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) não vai permitir que o senhor continue como instrutor dos capitães da EsAO". Vejam o clima que havia: "O CGT não vai permitir". Aí encerramos a aula. Era fim de ano e acho que o CGT bobeou, resultado é que eu continuei lá.

Contei isso para mostrar como era a coisa. Nesta época e desde que voltei de Uruguaiana, o meu comandante General José Horácio veio para cá, meio escanteado, para ser Diretor de Remonta e Veterinária, uma diretoriazinha fraca em termos de capacidade de atuação. De dez em dez dias ou de duas em duas semanas, eu ia ao QG para conversarmos e vermos com quem falaríamos. O General José Horácio tinha um livro, que ainda existe hoje, um livreto com a listagem de oficiais-generais, onde ele, mediante uma simbologia, que acho que só nós dois conhecíamos, anotava os generais com quem havia conversado diretamente, por telefone ou nos passadiços do quartel-general no Rio, e a posição de cada um. Então, as posições eram conhecidas por meio de quatro símbolos: "do nosso lado, praticamente podemos contar, está em cima do muro ou é do outro lado"...

Infelizmente, não consegui recuperar este livro; deve ter se perdido depois que ele morreu, porque seria historicamente um livro interessantíssimo para se ver quem era quem naquela época. Alguns não me lembro os nomes, mas outros me surpreenderam por estarem "em cima do muro".

Havia um clima no Exército e, naturalmente, nas outras Forças e nos diferentes setores de atividades, para se fazer a revolução. Nessa fase conspiratória, participei principalmente com o General José Horácio. Participei também de uma série de conversas. Recebia emissários de São Paulo. Lembro-me bem de um major (Biar) que eu não conhecia e foi à minha casa levado pelo Capitão Manso, que era aluno do Curso de Artilharia. Ele vinha com várias mensagens para saber se eu poderia colaborar nisso, naquilo ou naquilo outro. Sempre tive uma certa cautela, porque, nestas coisas, a gente tem que saber exatamente com quem está tratando e quem está querendo o quê, porque havia muitos grupos e nem todos pensando exatamente da mesma maneira, o que é natural, vamos dizer, nos pródromos.

Na eclosão, eu estava na EsAO. Era uma massa de oficiais fantásticos, que poderia ter sido utilizada, inclusive, para alguma ação planejada, ação de força, tipo batalhão sagrado. Não foi feito. Acho indesculpável! Não houve nenhum planejamento nesse sentido.

O resultado é que, quando estourou a Revolução, aqueles, como eu e outros, que tinham ligação com alguns grupos de capitães-alunos, mais alunos que instru-

tores, passamos a coordenar ações. Coordenei as ações de dois ou três grupos. Um deles foi muito interessante, porque o líder era um Capitão de Cavalaria Saraiva, pára-quedista, que depois serviu comigo como tenente-coronel. Era animadíssimo e vinha receber as ordens todo equipado e com as granadas penduradas.

Vejam como a coisa estava desatrelada; uma bela hora, ele entrou na EsAO me procurou e disse: "Major temos um problema! Vim aqui saber o que é que o senhor determina. Minha equipe, de meia dúzia de capitães todos aguerridos, está na Rádio Nacional, na Avenida Brasil, mas diante da Rádio há uns carros-de-combate que descobrimos que pertencem ao 1º BCC".

Então o que fazer? Eu lhe disse: "A primeira coisa é vocês desencadearem uma busca de informes para saber de que lado estão esses carros, porque nós não podemos nos arriscar numa briga de irmãos nessa altura". Ele fez isso, Papai do céu ajudou porque os carros eram nossos – era um Esquadrão do 1º BCC, comandado pelo sogro do Manso, e parece que o comandante do Esquadrão era o Capitão Lavra Pinto que, muitos anos depois, viria a ser meu consogro, meu grande amigo. E, conversando, ele me disse: "Fiz isso..., botei os carros... e aí fechamos o acesso onde era necessário..." São fatos inesquecíveis que mostram o entusiasmo com que estávamos agindo, mas não havia nenhuma coordenação, não se tinha previsto a possibilidade de fazer aquilo, foi tudo arrumado na hora, e graças a Deus deu certo com a ação de uma turma preparada, motivada. Então, isto é um caso.

Mas, no primeiro dia da Revolução, no dia 31 de março, houve um fato também muito interessante. Aí, não vou usar a palavra eu, mas vou dizer que fiz parte de um grupo que resolveu partir para Minas Gerais por um itinerário, escolhido pelo Tenente-Coronel Murgel, Chefe da Seção de Cooperação de Armas e Serviços (CAS), que era mineiro e depois foi Secretário de Segurança de Minas Gerais. O Murgel selecionou o itinerário para irmos pela manhã do dia 2 de abril, e nos reunimos no relógio da Via Dutra. Mas, ao chegar lá, todos nós, que vínhamos ouvindo notícias pelo rádio, confabulamos, antes de iniciar propriamente a marcha, concluindo que não mais valia a pena irmos, porque a tropa de Minas estava realmente vitoriosa, marchando, em boas condições, sobre o Rio e o melhor era recebê-los aqui do que chegarmos lá para virmos juntos, o que poderia parecer que estávamos tirando proveito da situação favorável.

Fomos para a EsAO, onde ficamos surpreendidos com a decisão do nosso Comandante de mandar todo mundo passar 48 horas em suas casas, para depois decidir o que se ia fazer, ou seja, o Comando da EsAO abriu mão de dispor daquela reserva tática de alto nível e mandou todo mundo embora. A maioria não foi, buscou fazer exatamente ações como aquela que descrevi.

E como, nessa ocasião, várias unidades do Rio estavam fora da cidade, e certos órgãos, alguns deles recém-formados, como os Órgãos de Informações e o Conselho de Segurança Nacional, começaram a pedir gente e, como o pessoal da ECEME e da EsAO era uma massa confiável e disponível, começaram a se valer do pessoal dessas Escolas.

Era um grupo muito bom para cumprir missão. Isto foi o que aconteceu. Logo em seguida, fiquei como Chefe do CAS, por antigüidade, e tive o encargo de coordenar o emprego dessa gente.

Uns dois ou três dias depois, entrei em contato com o General José Horácio Garcia, nomeado comandante da Divisão Blindada. Ele passou na EsAO para me buscar para irmos assumir o comando de todas as organizações militares daquela Divisão. No carro dele, ia o Ajudante-de-Ordens, Capitão Fidelis Chaves da Silveira, que era meu velho amigo de Cavalaria, do Rio Grande, o qual foi, depois, General, e dois Coronéis, que eu conheci naquele dia, Sílvio Couto Coelho da Frota e Clovis Bandeira Brasil – ambos seriam Chefes do Gabinete do Ministro da Guerra e ambos seriam generais. O Clovis Brasil foi, depois, Prefeito de Santos e o General Frota teve uma série de cargos até chegar a Ministro do Exército. Nós cinco fomos a cada unidade da DB, onde o General José Horácio, que não esperava para falar, dirigia-se à tropa. Numa das unidades, não me lembro bem qual foi, ele até deu posse ao novo comandante, porque o anterior tinha sido afastado. E, assim, assumimos a Divisão Blindada.

Depois, o General José Horácio, em conversa com o General Canavarro, disse que estava saindo muita gente da EsAO. E me falou: "Você é mais importante na EsAO do que na DB". Embora preferisse ter ficado na DB, nessa coisa não se discute, eu não disse uma nem duas, a não ser: "Sim, senhor". E, de volta, fui me apresentar à EsAO, voltando a ser instrutor.

Por escolha minha, iria para o Estado-Maior do Exército; mas, convidado para o Gabinete do Ministro, aceitei. Houve muitas idas e voltas, eu ia trabalhar, inicialmente, com o Coronel Lauro Alves Pinto, com o qual me dava bem. Ele mandou me convidar para integrar a 2ª Seção e eu disse que aceitava. Cuidaram disso os Majores Fajardo e Everaldo.

Até que um dia, o Everaldo me telefona: "Jonas sabe que o negócio pifou, porque o General Costa e Silva disse que já tem artilheiro demais no gabinete dele". Eu disse: "Everaldo eu não pedi, gostaria de ir, mas não pedi e estou muito satisfeito aqui onde continuo". Uns dez dias depois, telefonaram-me: "A coisa virou, de novo, você topa vir?" E eu disse: "Não, muito obrigado, agora eu já reengajei na minha tarefa de instrutor. Agradeço, mas não quero ir". Não foi nada por picuinha não, mas cada coisa tem o seu momento.

General, no seu entender onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

A gente poderia encontrar várias raízes, dependendo do que chamemos de raízes. Acho que as raízes da Revolução estão na intentona comunista de 1935. Porque foi ali que se firmou no Brasil o entendimento de um perigo comunista atuante e belicoso. E, a partir daí, começamos, nas Forças Armadas, a conhecer o problema e a sermos alertados para ele e, portanto, a ser motivados a atuar contra ele, quando houvesse necessidade.

E a guerra fria, Pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Teve, porque foi o conjunto de ações do lado de lá, dentro da chamada guerra fria, que mais acirrou o ambiente, inclusive através de apoio explícito, apoio psicológico, apoio em pessoal experimentado, apoio em cursos, apoio em dinheiro. Foi o lado de lá que gerou situações espúrias, conflituosas, que culminaram na exigência de que se desse um basta àquele estado de coisas.

É claro que aparece nisso também, nem podia deixar de ser assim, como líder do bloco de lá, a União Soviética, e o líder do lado de cá, os Estados Unidos da América, com todos os defeitos que já demonstrava. Inegavelmente, os Estados Unidos da América, de certo modo, capitaneavam as ações defensivas contra a guerra revolucionária, em nível continental.

O que o senhor gostaria de dizer a respeito do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Como vivia o Brasil, fundamentalmente de 1961 a 1964?

A crise é uma coisa que se sucede. Há crise de crises. Mas, no meu modo de ver, a crise tornou-se aguda a partir daquela surpreendente renúncia de Jânio Quadros e das conseqüências imediatas que ela trouxe, das quais a principal foi a ação do Governador Brizola, do Rio Grande do Sul, com a Campanha da Legalidade.

Quero dizer, aqui, que faço uma distinção em relação aos momentos – o de 1961 e o de 1964. Por exemplo, em 1961, eu estava no Rio Grande e era da 3ª Seção da 2ª DC. Fiquei, com todo o Estado-Maior da 2ª DC, ao lado da tropa do Rio Grande, porque não aceitei, e, até hoje, não aceito a posição dos três ministros militares que, podendo evitar que o senhor João Goulart tivesse sido Vice-Presidente da República e, portanto, um dia, Presidente, deixaram passar para ver o que acontecia e nos jogaram naquela crise. Naquele tempo, as Forças Armadas tinham muita força e botavam a "espada na balança".

Achei e acho que deveríamos mesmo ter aceitado o Jango e ter pago para ver. Se ele pusesse "as unhas de fora", como botou, teríamos os argumentos para

depô-lo. Caso contrário, tudo quanto fizéssemos poderia ser considerado um mero golpe militar para impedir a posse do vice-presidente. Esta é a minha opinião pessoal e faço questão de dizê-la aqui.

Foi a partir dessa crise que praticamente começou o problema. Tivemos dois anos, que chamo "anos cinzentos" de 1962 e 1963, em que havia desafios aos mantenedores da ordem. Havia apelos claros a mudanças radicais do regime vigente no País, havia violência generalizada nos campos e nas cidades, havia indisciplina militar até incentivada pelo próprio governo e uma crescente inquietação da população.

Ficava evidente que estávamos enfrentando no Brasil uma típica guerra revolucionária comunista, segundo os cânones do que ela seja, obedecendo às concepções e diretrizes do Movimento Comunista Internacional. Em 1962 e 1963, vimos ir evoluindo, gradativamente, as ações subversivas de certas entidades representativas, como CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), PUA (Pacto de Unidade e Ação) e todas aquelas diferentes siglas ligadas à subversão.

No ensino dos primeiro e segundo graus, havia a conquista das mentes, por intermédio de mensagens simples, que levavam os jovens e as crianças para o outro lado; no setor universitário e no setor cultural – uma penetração marxista inteligente, aliciadora e patrulhadora. Até hoje, observamos o mesmo patrulhamento que tínhamos naquele tempo... No ano crítico de 1963, vimos a colocação de conhecidos esquerdistas, alguns deles militares, militares manjados, por nós plotados, em posições-chave, nos Correios e Telégrafos, Petrobras, Rede Ferroviária etc.

Em 1963, a coisa vinha se agravando, mas, no primeiro trimestre de 1964, podemos dizer que iriam surgir as causas imediatas, a motivação da qual não se podia fugir, pois, do contrário, seria se render. Era motivação, no primeiro trimestre, o recrudescimento das campanhas pelas reformas agrária e eleitoral "na lei ou na marra", como frisavam os agitadores. Isso se deu naturalmente em termos marxistas. O Governo do Rio Grande do Sul denunciou o movimento subversivo que lá estava para explodir. Em janeiro, 400 professores universitários, entre eles a figura respeitável de Sobral Pinto, que depois ficou contra nós, por causa da nossa posição em algumas situações, foram signatários de um manifesto criticando a atitude complacente, com relação aos fatos descabidos de todos conhecidos, atitude complacente entre aspas, na verdade total omissão diante da anarquia e da comunização do País. Não fomos nós que dissemos, foram os professores.

Um cardeal do Rio de Janeiro também alertara, o que já havia acontecido antes, para a possível eclosão de uma revolução popular comunista pela crescente

influência de Prestes no Governo. O Deputado Bilac Pinto estava sempre falando sobre a guerra revolucionária no Brasil, inclusive publicou um livrinho, que tenho até hoje, com um dossiê enorme sobre isso. E vieram os comícios do Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que invadiam as propriedades privadas, como age o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atualmente, ao arrepio da lei. Naquela época, a reação veio; hoje, nada se faz.

Duas coisas importantes destaco na área militar. No dia 14 de fevereiro de 1964, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a aula inaugural do General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Nessa aula inaugural, ele deu uma insofismável orientação à oficialidade e, ao mesmo tempo, forneceu verdadeiro bálsamo para atenuar aquela tensão em que vivíamos e que levava muita gente a dizer que os nossos chefes estavam inertes. A palavra do General Castello Branco trouxe-nos a força de que precisávamos naquele momento.

Uma semana depois, houve um almoço festivo no Regimento-Escola de Infantaria, com a presença de Jango, que foi homenageado, ganhando até toque de piano, ato de cortesia feito pelo Comandante do Regimento. Com o advento da Revolução, ele foi merecidamente cassado. O General Jair, Ministro do Exército, na época Ministro da Guerra, recomendou a todos os oficiais que não fossem ao Monumento aos Mortos e, sim, à Vila Militar, participar do almoço com Jango. Mas era uma tradição que, neste dia, os generais, sobretudo os principais chefes, comparecessem ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial para homenagear os pracinhas que tombaram na Campanha da Itália.

Castello Branco, tentou convencer Jair de que isso não podia deixar de ser feito. Pelo menos, que ele dividisse as comitivas; Jair disse que não, que queria todos na Vila. E o Castello disse que ele, Chefe do Estado-Maior do Exército, iria sozinho ao Monumento dos Pracinhas – e foi.

No mês de março, no dia 13, uma sexta-feira, houve o comício na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares. Não vou entrar em detalhes sobre o que foi esse comício, mas é muito sabido pela História, está em filmes etc. A barbaridade que foi em termos de propaganda comunista ostensiva, inclusive com bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, e a PE (Polícia do Exército) dando segurança à realização desse comício. Só que, na mesma hora, a mulher brasileira do Rio acendia velas nas suas janelas, num silencioso protesto contra tal atentado à democracia, verdadeira quebra moral do País.

No dia 16, o CGT, aquele que ia me tirar da EsAO... deu um ultimato ao Congresso Nacional. Isto parece mentira, mas aconteceu. Pergunto: que democracia é esta, que admite uma organização de trabalhadores dar um ultimato ao

Congresso? Deu um ultimato: "Tem trinta dias para fazer a reforma da Constituição ou, então, nós vamos tomar medidas concretas". E, aí, surgiu a célebre expressão "na lei ou na marra", dita pelo CGT, através de seus principais dirigentes, os pelegos Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco, Clodsmith Riani e aquela gente toda, especializada em baderna e ameaças.

No dia 18, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, mandava uma dura circular a todos os governadores, exceto dois: Roberto Silveira, do Estado do Rio de Janeiro, – cujo filho, se não me engano, que é Prefeito de Niterói, está inaugurando a estátua do Luís Carlos Prestes – e Miguel Arraes, de Pernambuco. Por quê? Porque "não adianta malhar em ferro frio".

O prefeito de Niterói é Jorge Roberto Silveira.

Exatamente, é esse, grande admirador de Luís Carlos Prestes.

No dia 19, em São Paulo, deu-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, então foram se casando, ao mesmo tempo, as agressões e as tomadas de posição em defesa do País. Interessante observar que estava marcada no Rio uma marcha semelhante à de São Paulo para o dia 2 de abril. Com a Revolução, essa marcha que seria de protesto acabou sendo uma marcha de graças a Deus.

Ficou batizada como a Marcha da Vitória.

Uma Marcha da Vitória mesmo. Mas, no dia 20 de março, dia seguinte à Marcha de São Paulo, houve a grande crise na Marinha, com o caso da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, com a saída do Ministro da Marinha, Sílvio Mota e a nomeação daquele ministro Paulo Mário, que era do Tribunal Marítimo, e uma série de episódios lamentáveis, conseqüentes da forma insana com que o problema foi conduzido, desmoralizando o comando da Marinha de Guerra.

Ainda no dia 20 de março, de novo, o General Humberto Castello Branco, baixava uma Nota reservada aos generais e a todos os seus subordinados do Estado-Maior do Exército, comentando a situação do País e a situação do Exército e orientando sobre os procedimentos a serem adotados para que a posição militar fosse democrática e patriótica, de defesa da Pátria, da soberania nacional, e não de governos ou de plataformas políticas.

É a célebre Nota reservada do General Castello Branco que, assim, cumpria o seu dever. No dia 14, ele falava na EsAO e, no dia 20, baixava essa Nota, que nós lemos, com toda a atenção, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. E, aí, aquela barbaridade de 30 de março, uma segunda-feira à noite, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, com os sargentos confraternizando com o Presidente da República no clima de "já ganhamos". E, graças a Deus, depois chegou o dia 31 de março, veio o "basta" àquele descalabro. É o que eu podia dizer sobre esses antecedentes imediatos da Revolução.

O clima de insatisfação da maioria do povo brasileiro contra o governo deposto era uma verdade?

Era uma verdade. Havia insatisfação, sem dúvida.

E a posição da Igreja naquela época? O senhor se lembra da posição da Igreja com relação ao governo deposto?

Lembro-me sim, inclusive porque as chefias militares, nos diversos escalões, onde era cabível, trabalhavam no sentido não de conspiração, e, sim, no sentido de estabelecer barreiras às ações comunistas, junto com a Igreja, em particular, com a Igreja Católica. Eu digo em particular, não querendo desfazer das outras, mas porque é aquela que, pela importância oficial que tinha, acabava sendo mais ligada a nós. A posição da Igreja era de franco aborrecimento contra a maneira como estavam sendo encaminhadas as questões no País e como o senhor João Goulart vinha se conduzindo no Governo.

Demonstrada inclusive na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Exatamente, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que tinha à sua frente padres, freiras, irmãs etc. E depois por que é que virou? Virou por vários motivos, sendo um deles pelo fato, ocorrido um pouco mais tarde, de ascensão a posições de mando, na cúpula da Igreja, de figuras que foram especialmente preparadas, desde a sua entrada nos seminários, para mudar os rumos ideológicos das religiões. Assim como nos partidos comunistas, orientado pelo PCUS – Partido Comunista da União Soviética. Esta realidade é contada, de maneira maravilhosa, num grande livro, que para mim ainda é o "grande manual", escrito pela socialista francesa, falecida há alguns anos, Suzane Labin, chamado "Em Cima da Hora", onde ela, com conhecimento de causa, mostra a forma de atuarem os comunistas.

Além disso, General, introduziram, no Brasil, muitos padres estrangeiros que vinham já com essa formação.

Exatamente, vinham com missões definidas a cumprir no Brasil, voltadas, fundamentalmente, para o questionamento da Revolução, através de ações planejadas para anulá-la.

Sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" o senhor gostaria de destacar mais alguma coisa? O senhor já falou no Francisco Julião, já falou no Brizola...

Não tive, nem por função, em nenhum momento, contato com estas organizações nem com "grupos dos onze", nem com as "Ligas Camponesas". Então, o que eu sei é aquilo que me foi dito. Na profissão, você sempre troca idéias e procura estudar sempre, sobretudo para ficar conhecendo bem o que é necessário.

Então, não tenho dúvida de que as "Ligas Camponesas" nunca foram mais do que frentes guerrilheiras, preparadas para agir, sob o comando de Francisco Julião, no momento em que o Movimento Comunista Internacional (MCI) julgasse oportuno. Quem o conheceu pessoalmente diz que era um indivíduo interessantíssimo, aliciante, agradável, com boa capacidade de decisão e de uma tranqüilidade enorme. Daquele tipo que te "fuzila pedindo desculpas" e dizendo que gosta de ti. Então, este era o homem que assumiria na hora.

Os "grupos dos onze" foram uma criação tardia do Brizola, um cara irrequieto e ambicioso, para se opor àqueles que se contrapunham à revolução dele, revolução que iniciou em 1961 e está fazendo até hoje, que se chama revolução pró-Brizola... Um homem que fez um mal enorme ao meu Rio Grande, ao Rio de Janeiro e ao Brasil.

Acabou favelizando o Rio de Janeiro e permitindo que o crime organizado fincasse o pé em todos os morros da cidade.

Ele faz qualquer coisa para criar uma situação caótica de onde ele possa emergir como um salvador. Para tanto, mente que é uma barbaridade.

O Movimento Comunista Internacional, como o senhor bem disse, trabalhou bastante para criar cisões nas três Forças Armadas.

Depois do choque relacionado com a posse de Jango, por pouco não houve dentro das Forças Armadas e, em particular, no Exército, brigas internas provocadas de fora, o que seria uma coisa horrível por todos os motivos. Mas o ambiente militar, nessa época, acabou gerando uma vantagem no meio do grave problema – permitiu que houvesse definições: "Estou de um lado, estou do outro, ou estou contra isso, estou contra aquilo". Ao permitir definições, ficamos sabendo quem era quem, pelo menos entre os oficiais. A situação, as provocações, as ofensas das quais éramos alvo, quase que exigiam que se tomasse uma posição comum, facilitando, sob esse aspecto, a união para o bem coletivo. Isso foi favorável, embora gerasse também um clima de desconfiança recíproca e esse clima, num meio como o nosso, é sempre pavoroso. Precisa e deve ser sempre evitado.

Lembro que, em Santana do Livramento, fomos a uma reunião desportiva da 2ª Divisão de Cavalaria, que era a Divisão Charrua, e, depois, havia um congraçamento geral entre oficiais, sargentos e famílias. Não me recordo o motivo, mas foi permitido que um sargento falasse em nome dos graduados da guarnição. Iniciou a sua alocação dizendo o seguinte: "Nós, da classe dos sargentos,..." e o General José Horácio imediatamente bateu na mesa e disse: "Não continue, não há classe dos sargentos, há classe dos militares, que é uma só e nós não podemos aceitar qualquer fracionamento desta classe". Encerrou o assunto ali. Ninguém falou mais nada. Isso mostra que estávamos atuando, sim, mas também mostra

que qualquer coisa deixava os nervos à flor da pele, porque havia um clima muito difícil, habilmente criado pelos inimigos da hierarquia e da disciplina.

Noutra oportunidade, o irmão do General José Horácio, que fora o Comandante anterior da 2ª Divisão de Cavalaria, General Enio da Cunha Garcia, Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, foi ao Rio Grande; em Santana do Livramento, num almoço, houve uma discussão tão grande entre os dois irmãos que ficamos preocupados que o General Horácio tivesse um "troço". O Enio, como estava fazendo parte daquele Governo, não aceitava qualquer incriminação de infiltração comunista no mesmo. E nós estávamos afirmando, em texto claro, aos nossos comandados, que havia essa infiltração. Os dois acabaram se levantando e cada um foi para um lado. Um voltou para Uruguaiana e outro pegou um avião e foi-se embora.

Outro fato interessante desse ambiente militar, também se passou comigo. Estavam dando aula de Guerra Revolucionária no Curso de Intendência da EsAO, e de maneira incisiva mostrei aos capitães que usávamos armas e que essas armas não eram enfeites. Que essas armas eram para serem usadas e que, dependendo da evolução das coisas, poderíamos ser chamados a usá-las. Tínhamos que ter muito critério, muita capacidade de decisão para, no momento oportuno, cumprirmos a nossa missão.

Já em 1964 ou 1963?

Foi na turma de 1964, imediatamente antes da Revolução, mas não tenho certeza absoluta – pode ter sido no fim de 1963 ou no começo de 1964, seguramente antes da Revolução. Então, um capitão levantou-se, ele era muito manjado na turma, e começou a questionar. Aí, a onda dos colegas: "Major não dá bola para ele não, esse cara é do outro lado..." Meio na brincadeira, mas mostrando logo quem ele era. Eu, como instrutor, tinha que ouvi-lo. Eu já tinha dito a eles: "Não estamos discutindo que haja miséria no Brasil, estamos discutindo que precisamos corrigir isto, discutindo a maneira como isso pode ser explorado para uma virada a favor dos outros que, nas suas terras, como na União Soviética, fazem pior. É isso que estamos discutindo".

Disse aquele capitão intendente: "O senhor não acha que, se usarmos armas contra os nossos companheiros e contra os brasileiros que não pensam como nós, não ficará bem para nós..." Quando ele terminou, eu disse: "Não acho não, capitão, acho que temos que cumprir a nossa missão quando chegar a hora e acho que aqueles que tiverem dúvida sobre se vão cumprir a sua missão ou não, devem, desde de já, tirar a farda e ir-se embora, até porque o senhor não é obrigado a estar aqui".

Todo mundo: "Boa! Boa! Ele mereceu ouvir isso". Esse cara era nitidamente do outro lado e não foi cassado pela Revolução. É uma coisa interessante isso.

Continuou tranqüilamente e acabou saindo do Exército, porque não queria nada com nada; acabou levando um tiro no traseiro, quando fugia de um quartel onde estava preso por desonestidade.

Mas o fato é que ele não foi cassado, o que não é o único caso. Muita gente diz: "As cassações fizeram muita injustiça, teve muita gente cassada que não tinha nada com isso". Até reconheço que houve alguns casos, sim, em que o camarada foi "no bolo..." foi envolvido e acabou se dando mal. Mas reconheço, também, que o inverso é verdadeiro, havendo muita gente que devia ter sido punida, porque se pudesse tinha até acabado conosco, e que não sofreu nenhuma sanção. Então, fica zero a zero...

Qual o comportamento do Congresso quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Isto eu acompanhei, como todos nós acompanhamos, pelas notícias da televisão, dos jornais e pelas informações que recebíamos, levando-nos a formar uma idéia. A gente se lembra sempre daquele fato histórico do Antônio Carlos de Andrada e Silva cumprimentando o canhão.

A Revolução estava vitoriosa, não havia como virar a situação, ou se acomodavam ou iam acabar criando uma situação insuportável, que levaria ao fechamento definitivo ou por longo tempo do Congresso. Porque a ninguém interessava isso, nem a nós, nem a eles, tanto que mantivemos. Assim, pode-se dizer que a maioria conformou-se; vários, mais do que se conformaram, procuraram urgentemente apoiar, mostrando-se de pleno acordo, e houve um certo número que ficou contra, e que se tornou uma exceção.

Desses, alguns são dignos de respeito, tomaram uma posição contrária por questão de convicção. Outros, não, que ficaram contra apenas porque tinham tido, desde muito antes, uma posição subversiva, que indicava que não iriam continuar, como não continuaram, congressistas. O fato é que o Congresso, como Congresso, durou todos os anos em que a Revolução comandou o País funcionando normalmente, exceto por alguns dias, que marcaram a assinatura do AI-5 pelo Presidente Costa e Silva.

General, como é que se portaram aquelas entidades tachadas de esquerdistas, tipo CGT, UNE, CNTI, PUA, logo após o início da Revolução?

Pelo que pude acompanhar, eles perceberam que a época das suas ameaças e das suas palavras de ordem havia acabado, tinham perdido e isso esgotou, até bem depressa, a capacidade de reação dessas entidades, cujas lideranças sumiram, fugiram, desapareceram, exceto alguns poucos, porque foram presos a tempo.

Mais tarde, depois de um ano, um ano e meio, de 1966 até 1968, foram aos poucos reaparecendo e tentando se reorganizar, mas nunca chegaram ao ponto em que estavam antes da Revolução.

Que lideranças o senhor gostaria de destacar na Revolução de 1964?

Há diferentes tipos de liderança, em se tratando da Revolução de 1964. Este assunto é muito delicado. Vou dar uma resposta em três partes. A primeira é quanto ao convencimento, quanto à necessidade da reação que se consubstanciou na Revolução. Destaco, aí, o General Castello Branco com um discurso, ao qual já me referi, aos capitães da EsAO, na aula inaugural de 14 de fevereiro de 1964, e com a Nota Reservada de 20 de março, do Estado-Maior do Exército, aos oficiais-generais. Ele foi uma liderança extraordinária. Sentimos que ele nos deu "a bóia para que não afundássemos". Aliás, foi um homem que mostrou sempre sua liderança, inclusive durante a Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial.

O outro nível é o operacional, onde aparece a liderança do General Mourão, o que não impede que, ao lado dele, houvesse outros chefes que também foram líderes no seu escalão, como o General Carlos Guedes, em Belo Horizonte. Mas o General Mourão foi o líder comandante, revoltando a tropa da 4ª Região Militar e marchando sobre o Rio, correndo todos os riscos pessoais e de sua carreira. É o líder maior do movimento armado.

A terceira liderança ocorreu na área política, que foi a de Carlos Lacerda. Desde o começo, estava na tribuna, sendo ameaçado, mas sempre disposto a tudo e sempre à testa dos acontecimentos. Traduziu o livro "Em Cima da Hora", da Suzane Labin. Assim, em termos de liderança, destaquei três aspectos que chamei do convencimento, da operacionalidade e da área política e destaquei três líderes, creio que com toda justiça.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo dos Estados Unidos? Como é que o senhor vê esse aspecto?

Fui revolucionário antigo e, dentro de certos limites, conspirei. Participei da Revolução, inclusive no Gabinete do Ministro, nos primeiros tempos. Nunca ouvi nada que desse a entender a existência de qualquer tipo de orientação estrangeira. Digo, em particular, dos Estados Unidos, que era o líder do bloco e, como líder, até se admite que houvesse uma influência, considerando que nós cursávamos escolas americanas, "trocando figurinhas" para saber o que estava acontecendo aqui e ali. Todavia, por tudo que sei, por tudo que li e pesquisei, não houve nenhuma participação do exterior em nossa Revolução.

No preparo da Revolução, no que tange a dinheiro, armamento e munição, equipamentos especiais, em nada disso recebemos qualquer ajuda externa, nem havia previsão de recebê-la.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que o Presidente Goulart apregoava?

Só desmorona o que existe e, na verdade, havia um esquema. A questão é saber se esse esquema era bem estruturado e forte como diziam ou se era apenas um "castelo de cartas". Eu não tenho condições de fazer uma análise minuciosa disso, mas estou convencido: se havia uma coisa bem organizada, eles foram incapazes de utilizá-la, talvez por excesso de confiança.

Eles achavam que a desorganização real da reação por parte nossa nos inibiria de agir, assim como a obediência, muito forte entre militares, com relação a determinados princípios, como o respeito à legalidade, personalizado na figura do General Castello Branco. Eles, entretanto, se esqueceram de que há, para nós, uma força muito mais importante do que isso, que é a soberania do País. Então, eles acreditaram que permaneceríamos inertes, ignorando completamente a possibilidade de que "a casa podia desabar", com as afrontas constantes que deles partiam.

Como o senhor viu o desempenho profissional das tropas que fizeram a Revolução?

Sobre o desempenho dos militares que deram início à Revolução, em particular dos que vieram sob o comando do General Mourão, devo destacar a sua elevada capacidade de decisão, iniciativa, coragem, competência profissional, espírito militar e um grande desprendimento. Eles não sabiam o que os esperava, nem se iam voltar, porque teriam pela frente as tropas do Rio de Janeiro, muito superiores em meios, sobretudo em termos de poderio bélico e disponibilidade de munição. Mas vieram...

Quanto ao II Exército, as tropas partiram com retardo, porque as ordens do seu Comandante demoraram a ser dadas. Mesmo assim, marcharam contra o Rio de Janeiro a ponto de influir no jogo da guerra. Confesso que a posição do II Exército sempre foi uma grande dúvida para mim, pelos laços que uniam o General Kruel a João Goulart. Nesse conjunto todo, não tenho condições de realizar uma análise mais profunda. As tropas da Guanabara, em geral, com algumas exceções importantes, configuradas no Regimento Sampaio (na frente mineira) e no Grupo-Escola – o GEsA – no Vale do Paraíba, que tiveram papel destacado, estavam sem uma organização efetiva no sentido revolucionário ou mesmo contra-revolucionário.

A impressão que ficou é de que estavam funcionando sem convicções, para o cumprimento da missão que viesse.

Não dava para medir liderança. Em princípio, no meio militar, um comandante, por definição, é o líder do pessoal; se ele tiver pouca capacidade de liderança, estará prejudicando o seu próprio comando. Mas isso não é como no meio civil, em que excepcionalmente se pode ter, numa organização, o chefe da organização e um outro, que lidera, por baixo, tudo. No meio militar, isto é inadmissível, uma vez que o comandante é o líder do seu pessoal, obtendo mais ou menos estima e admiração dos seus subordinados, o que distingue as lideranças entre si.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN em favor da Revolução foi correto em seu entendimento? Como viu a decisão do nosso General Médici colocando os cadetes em posição no Vale do Paraíba?

Sim, foi, mas vou explicar, porque considero um assunto também muito delicado e este caso me fez pensar bastante. Lembrei-me do que ocorreu com a Escola Militar da Rússia, que foi imolada – em condições diferentes, é verdade. Lá, eles enfrentaram guerrilheiros sanguinários, dispostos a tudo para subverter o regime. Aqui, eram irmãos contra irmãos, uma outra ética. Mas, mesmo assim, era muito delicado.

Praticamente, não houve conseqüências desse emprego dos cadetes, porque não houve combate; mas o combate era possível. E se os revolucionários tivessem sido derrotados? A AMAN teria sido derrotada, os cadetes teriam sido vencidos. É uma coisa para se pensar. Os cadetes, que estavam começando a vida militar, que iam ser os oficiais de amanhã, já começariam vencidos em batalha campal.

E se tivessem morrido alguns cadetes? Que armas isso daria à contra-Revolução? Acho que a decisão foi correta e ela tinha que ser rápida e o General Médici, que era um senhor chefe, que sustentou a Revolução num momento crítico, tomou a decisão que a meu ver foi a decisão certa, inclusive porque estava em jogo a sobrevivência da democracia em nosso País.

Primeiro, seria muito difícil justificar, naquela altura dos acontecimentos, que aquela tropa de elite, elite intelectual, elite física, elite pelo material de que dispunha, ficasse de fora, estando dentro da zona de combate.

Segundo, já que havia esta crise local, surgia uma ótima oportunidade de dar aos jovens cadetes uma lição prática de determinação diante de uma exigência e, até, de espírito de sacrifício. Foi uma lição prática. E eles saíram vitoriosos e a AMAN participou da vitória. Enfim, foi bom que eles estivessem do lado vencedor, mas não nego a preocupação com a hipótese de que o contrário pudesse acontecer.

Vou me permitir apresentar mais uma idéia aqui sobre esse aspecto, General, para o senhor comentar em seguida. A tropa do II Exército que marchava na direção do Rio de Janeiro...

Pelo eixo da Dutra.

Exatamente, cumprindo ordens do General Kruel, vinha correndo, porque saiu atrasada, tendo na sua cabeça o pensamento dominante de como se daria o provável encontro com a tropa do Rio de Janeiro, muito bem equipada e municiada, com gente muito bem preparada profissionalmente, como sempre foi o famoso Grupamento das Unidades-Escolas (GUEs). Estou dizendo isso, porque eu fazia parte dessa tropa, integrando o I Grupo do 2º RO105. Então, vinha com isso na cabeça o tempo todo...

E é verdade.

"Como nós vamos agir?", era a pergunta que fazia a mim mesmo, a todo momento, sobretudo porque eu não via, à minha frente, a Infantaria. Como disseram, inicialmente, que nós íamos apoiar o 4º RI, depois o 6º, e nós não vimos nem o 4º nem o 6º, o que aumentava a ansiedade. Onde estão os Regimentos? Depois, soubemos que o General Zerbine não deixou sair parte dessas tropas do quartel. Sobre o 5º RI, nada sabíamos. Então, na verdade, a Infantaria e a Artilharia não marchavam como um binômio; isso eu quero destacar porque trazia intranqüilidade à oficialidade...

É importante você dizer isso, inclusive porque você está falando de uma tropa de Artilharia...

De Artilharia que vinha com os seus obuses...

Vieram descobertos!

Descobertos, e para emprego imediato, o problema estava na carência de munição porque Itu não podia competir, nesse aspecto, com a Vila Militar, melhor aquinhoada por causa do apoio à EsAO.

Exatamente. Na Vila Militar e em Deodoro estavam os grandes depósitos de munição, apoiados pelo B D Mun (Batalhão Depósito de Munição), de Paracambi.

Então, General, quando nós soubemos que a Academia estava em posição, o senhor não pode acreditar o que isso significou em termos de satisfação pessoal, de tranqüilidade para quem vem numa situação completamente incerta e comandando jovens soldados que se deslocavam alegres e inocentes, sem noção da ameaça que teríamos pela frente. Os sargentos perguntando: "Para onde vamos? O Grupo vai até aonde?" Estamos cumprindo ordens do General Kruel, vamos encontrar o 6º, o Regimento de Caçapava, era o que eu respondia.

Quem era o comandante do Grupo?

O Comandante do Grupo era o nosso estimado Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida.

"Bené Malandragem". Estavam muito bem comandados.

Estou abordando esses aspectos, porque a minha Bateria se deslocou na ponta, então, nós viemos antes do Grupo que marchava com um hiato de cerca de quatro ou cinco horas em relação à Bateria Vanguarda.

Você era Comandante da Bateria?

Não, o Comandante era o Capitão Dario Scoralick, que havia sido meu Instrutor na AMAN, eu era o Linha de Fogo.

Este seu depoimento é excelente vou até anotar esse aspecto de que você tratou, porque isso é muito importante. Você vê como este trabalho que estamos aqui realizando gera coisa nova, novos conhecimentos, que ficarão.

Tudo isso mostrou a enorme importância da decisão do General Médici, pela força moral que trouxe à nossa tropa.

Ele transmitiu essa força toda sem ter programado. Isso é formidável!

General, o Movimento de 31 de Março contribuiu para união e coesão das Forças Armadas?

Acho que sim, e isso porque a Revolução foi feita visando a objetivos muito elevados. O maior objetivo era a recuperação política e social e até moral do País. Mas havia um outro objetivo estratégico, vamos dizer, imediato, que era ocupar o Rio de Janeiro que, naquela época, ainda era o centro nervoso do País, não há dúvida nenhuma.

Esses objetivos, a serem colimados com aquela vitória espetacular obtida pela Revolução, nos ajudaram a nos manter mais aglutinados. Vitória surpreendente até para os próprios revolucionários, não é? Por outro lado, a necessidade de "se aproveitar o êxito", que é uma expressão militar, nos levava ainda mais a buscar a união e a coesão.

Nós, militares, compreendemos que, nos primeiros tempos da Revolução, que duraram um ano e meio a dois anos, houve uma divisão, um pouquinho forçada por alguns, entre o que se chamaria os "castellistas" e os "costistas" – Castello Branco e Costa e Silva. Eu digo que a divisão foi forçada porque 90% dos militares, inclusive dos revolucionários, e eu me incluo nesse grupo, 90% não estávamos preocupados em saber se vai ser fulano ou beltrano. Estávamos preocupados era em ter um chefe à altura e que logo assumisse a chefia, para não ficarmos acéfalos depois de ter vencido.

Mas houve algumas ameaças, tentativas de virar a mesa. Assisti, não quando estava na EsAO, mas quando fui para o Estado-Maior do Exército, no começo de

1965, ocasião em que tive algumas discussões com alguns colegas que diziam: "Não é possível continuar assim, o Castello está cedendo tudo", o que não correspondia à verdade! Foi um governo de uma habilidade enorme. E continuavam: "Castello está cedendo a tudo, assim nós vamos ter que virar a mesa!" E eu retrucava: "Quer dizer, então, que você vai virar a mesa contra nós todos".

Isto reflete não uma cisão, nem falta de coesão, mas reflete quistos; desejavam que tudo fosse mais depressa estirpado e a verdade é que, com a eleição do Costa e Silva, que todos aceitamos, a coisa morreu...

Quando Costa e Silva foi eleito, a coisa acabou, porque o grupo chamado "castellista" queria que houvesse logo um bom timoneiro à frente do processo. Na verdade, não era um grupo, eram apenas aqueles que muito admiravam o Castello, que era, a bem da verdade, uma figura notável.

No seu conjunto, durante esses vinte anos, o senhor acha que a união e a coesão preponderaram dentro das Forças Armadas?

Eu acho que sim, apesar de que houve, durante esses anos todos, e tinha que haver, muitas concessões que nós, militares, preferiríamos que não tivessem havido. Muitos acordos com que nós não concordamos, mas que fazem parte do processo político.

Houve apoio ostensivo a determinadas pessoas ou a determinadas facções que estavam no nosso índex, por procedimentos inconvenientes ou por serem inimigos da Revolução, mas que acabaram sendo beneficiadas por certos expedientes, com os quais não concordávamos.

Tudo isso, no correr daqueles anos, foi aos poucos arranhando um pouquinho a nossa imagem. É inegável que trouxe reflexos negativos para a coesão militar. Se foram maiores ou menores, isso depende muito do ponto de vista de cada um e das áreas onde isso ocorreu, que são áreas diferentes.

Certos fatos, por exemplo, ocorridos no Rio Grande do Sul, têm conseqüências e reflexos diferentes dos mesmos fatos acontecidos na Paraíba, por causa do tipo de cultura que impera, cultura inclusive no sentido social e econômico. Então, a gente nunca pode generalizar.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

É outra pergunta que é muito curiosa. O senhor deve ter lido trabalhos do General Meira Mattos sobre isso. Então eu diria o seguinte: nós não tínhamos uma ideologia definida, no sentido revolucionário, tínhamos algumas idéias-força. Do meu ponto de vista, a principal idéia-força era o anticomunismo. Por quê? Porque

era o comunismo o principal inimigo que se apresentava diante de nós e o mais capaz, o mais forte. Portanto, essa era a principal idéia-força.

O General Meira Mattos toca muito inteligentemente no antijanguismo, como uma idéia temporária. Acho que o antijanguismo se insere no quadro do anti-comunismo. Em outras palavras, se o Jango não tivesse assumido um compromisso com os elementos comunistas que o cercavam, podíamos até achar que ele era só incapaz, despreparado para o cargo de presidente da República. De fato, era um pobre coitado, mas nós não seríamos inimigos do Jango. Levado pelas circunstâncias, optou por abrigar em seu governo e apoiar as figuras mais representativas do comunismo, passando a ser uma ameaça permanente para a democracia.

Nós éramos levados a ver, com extrema preocupação, a escalada dessa ameaça. O anticomunismo, para a preservação do regime democrático em nosso País, era uma posição, sob todos os aspectos, patriótica. Então, se um dia jurei defender a Pátria, não podia ver desinteressadamente a maneira como a Pátria estava sendo ameaçada. Isto não é lirismo. Isto é uma realidade e a palavra Pátria tem que ser usada; do contrário, perderíamos a razão de lutar, ficariam descaracterizados os nossos objetivos maiores.

Tínhamos, no nosso espírito revolucionário, bem presentes, os princípios que se traduziam, nitidamente, nos Objetivos Nacionais Permanentes, preconizados na doutrina da Escola Superior de Guerra.

Quais são esses objetivos? Primeiro, e que muita gente inimiga pode até não entender, é a democracia representativa. Queríamos uma verdadeira democracia, que não estávamos tendo e, se o regime comunista tomasse conta do País, ia desaparecer completamente, como nas nações dominadas pelo marxismo.

Então, queríamos uma democracia representativa, queríamos como idéia fundamental a integração nacional, tanto física como cultural. Queríamos que isto fosse uma realidade. Nós achávamos que era preciso fortalecer essa integração.

Queríamos manter a nossa integridade patrimonial, é claro, e não ceder nada do nosso território. Queríamos a paz social, que envolveria, inclusive, medidas enérgicas nas áreas política e social, para tirar o País das greves constantes, que comprometiam a produção, contribuindo para a miséria, para o sofrimento, para as injustiças. Queríamos acabar com a luta de classes e com a corrupção. Isso é paz social.

Queríamos a soberania, ou seja, "o que é nosso ninguém toca" e não vamos admitir que certas coisas sejam feitas contra o Brasil, contra o povo brasileiro, contra o território brasileiro, contra a imagem brasileira; e queríamos ter progresso, o que pode ser associado ao desenvolvimento. Transparece aquele binômio segurança e desenvolvimento. Acho que aí está um ideário bonito, compatível

com a grandeza territorial e populacional do Brasil, que preserva, em resumo, os valores físicos, morais e espirituais da Nação.

General, no seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?

Discute-se muito isso, de uma maneira muito semântica, mas acho que está correto. Gosto sempre de colocar depois da Revolução o nome Revolução democrática. Por quê? Porque, na verdade, fizemos uma contra-revolução, pois a revolução era deles e, para não haver confusão, porque a deles não era democrática prefiro chamar a nossa de Revolução democrática.

Foi um movimento civil – militar, que preservou a democracia e salvou o País, que ia aceleradamente para um comunismo institucional. Coisa que, na época, até se disse muito e hoje está totalmente esquecido, criminosamente esquecido, é que atrás do Brasil iria o continente americano, pelo menos a América Central e a América do Sul.

Que benefícios a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

Eu não tenho dúvida de que a Revolução foi muito benéfica ao País. Primeiro deteve o ataque comunista, que estava caminhando com sucesso. Restaurou o princípio da autoridade, sem o qual não se comanda nada, nem o país nem o próprio local de trabalho.

A Revolução, através dos seus governos, desenvolveu políticas corretas em todos os campos do Poder Nacional. Fez, por exemplo, a Reforma Administrativa, que todo mundo queria há séculos e não se fazia – Decreto-Lei 200 e Decreto-Lei 900. Reforçou a área sindical, reformando-a devidamente. Castello Branco impulsionou grandemente a reforma agrária, coisa que até hoje está se discutindo.

A nossa política externa ganhou credibilidade, respaldada por um poder militar que infundia respeito, pelo que foi capaz de fazer e fez, projetando o País para a frente. Além de atuar em vários setores tecnológicos, na área das telecomunicações foi paradigmática.

Construíram-se estradas à beça, usinas geradoras de energia, e se fez o que se pôde para estar presente nas fronteiras e nas áreas críticas, como na Amazônia, buscando integrá-la na medida do possível. Dizem que a Amazônia foi descoberta agora, mas a verdade é outra, uma vez que lá estamos desde o século passado, o XIX, com as colônias militares.

O Presidente Médici, apesar de tudo que realizou, teve a coragem que o atual presidente não teve, nem a humildade nem a honestidade de reconhecer

que o nosso povo ainda vai mal, não está bem. Esse é um aspecto importante, abordado por um presidente militar, que apesar de ter, em quatro anos, mudado completamente a vida do brasileiro para melhor, reconhecer que muito ainda faltava realizar.

Um presidente que era querido pelo povo.

Exatamente, querido pelo povo.

General, os sucessos econômicos obtidos pela Revolução têm levado professores eminentes, inclusive professores civis, a dizerem, na ESG, por exemplo, "que a década de 1970 foi a maior em termos econômicos da História do Brasil". Por que isso não é divulgado? Como o senhor vê os motivos determinantes desse quadro?

Bem, na época em que tivemos esse destaque – fomos a 8ª economia mundial – até então nunca tínhamos alcançado uma meta como essa.

Éramos a 48ª, antes da Revolução, e, hoje, somos a 12ª, infelizmente.

Hoje, nada de nada que coloque bem as Forças Armadas, e o Exército em particular, que é o mais poderoso, merece divulgação; e a respeito da Revolução, de que somos, afinal de contas, os principais responsáveis, nenhuma realização é divulgada. Não interessa aos dirigentes do País, em todos os níveis – presidentes, prefeitos, governadores –, não interessa à mídia reconhecer que tenha havido qualquer valor no período por eles chamado "tempo da ditadura", quando sabemos que o AI-5, que caracterizou o período ditatorial, só foi editado em dezembro de 1968 e não vigorou no Governo Figueiredo (1979-1985).

Acontece, às vezes, até um fato interessante: um articulista ou repórter deixa escapar alguma coisa que nos é favorável. Depois, o camarada tem que se explicar porque deixou escapar.

O patrulhamento rigoroso impede qualquer divulgação. A imprensa, já faz alguns anos, vem adotando uma política contra as Forças Armadas, que é terrível. É a "política do silêncio", ou seja, não se noticia nada de positivo sobre as Forças Armadas. Por exemplo: vai haver um exercício com tiro real, não se dá notícia.

Agora, se, neste tiro, morrer alguém ou se matar um boi da Dona Zezinha, seja onde for, então se publica a manchete, faz-se a maior divulgação possível, acusando o Exército pelo acidente. Fora disso, é silêncio. Você, às vezes, abre o jornal e vê assim: "Assumiu a chefia do setor tal da subdiretoria de águas não sei de que o Doutor fulano". Mas um General assume o Comando Militar do Leste, área que envolve Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, uma força poderosa, nem uma linha é escrita; o povo não fica sabendo que o general comandante da área é esse ou aquele – silencia a mídia, para que o fato e a pessoa sejam desco-

nhecidos, ignorados e, portanto, inexistentes para todos. É a pior campanha que se pode fazer e eles sabem disso e por isso fazem. É isso a mídia.

General, a batalha da Comunicação Social, então, foi perdida pelos militares ou nós não quisemos nos engajar nessa luta quando estávamos no Poder?

A meu ver este foi outro grave erro da Revolução. A Revolução silenciou, calou, não contou, não divulgou, não soltou foguetes em relação a coisas que deviam ter sido ditas. Até vou usar a palavra confessar determinadas coisas, confessar claramente, porque aí "tiraria a escada do inimigo"... mas não o fizemos.

A verdade é que, durante todo o tempo da Revolução, até o público interno vivia desinformado.

Vou contar dois casos de desinformação. Eu era oficial do Gabinete do Ministro, Tenente-Coronel da 3ª Divisão, e dávamos serviços periódicos. Numa noite, eu estava de serviço e chegou um telefonema de São Paulo que eu mesmo atendi: "Oficial do Gabinete do Ministro, Coronel Jonas, falando". Responderam: "Queria que o senhor anotasse uma mensagem urgente: "O 4º RI acabou de se deslocar ponto tal para ponto tal, devendo atingir região prevista em tanto de tanto". Fiquei pensando: "O que é isso?" Liguei para o, hoje, General Pedro Luís de Araújo Braga, na época, Tenente-Coronel, servindo na 2ª Seção do Gabinete do Ministro – que, naquele tempo, já tinha acabado de se transformar ou estava se transformando em Centro de Informações do Exército (CIE), não tenho certeza.

Eu disse: "Braga, recebi um telefonema assim, assim..." Ele me disse: "Pára! Pára! Já estou indo para aí". Ele era o Oficial de Permanência da 2ª Seção. Ele chegou e disse: "Cadê o negócio?" Braga era meu querido amigo e colega de turma desde o Colégio Militar.

Eu disse ao Braga: "Mas que 'troço' é esse que eu não posso nem comentar". Ele disse: "Esse 'troço' é um movimento de tropa verdadeiro". No dia seguinte, quando o expediente começou, fui falar com o Subchefe do Gabinete do Ministro, meu chefe, portanto, que era o Coronel José Fragomeni e disse: "Coronel, ao lhe dar conta do serviço, venho lhe dizer que recebi um telefonema assim, assim, assim e estou muito chateado, porque eu sou um Tenente-Coronel do Exército, sirvo no Gabinete do Ministro e não tenho a menor noção do que está se passando. Recebi uma mensagem e tive que retransmiti-la sem saber do que se trata. Acho que isso não pode ocorrer".

Ele disse para mim: "espera um pouquinho que vou falar com o General Frota"... Em seguida, ele me transmitiu o seguinte: "Jonas, este assunto não pode ser realmente discutido, mas digo, como satisfação a você, eu que sou o Subchefe

do Gabinete também não sei de nada. Era o Coronel José Fragomeni, um nome dentro do Exército. Eu lhe disse: "Sim senhor". Isso me fez fazer continência e pedir licença para sair! O que havia naquela ocasião? A guerrilha do Vale do Ribeira, isso foi 1969, se não me engano.

Passaram-se os anos, em 1976, eu era do Corpo Permanente da ESG, Coronel antigo e meu filho era cadete do quarto ano da AMAN e foi passar um fim de semana em casa. Hoje, ele é coronel comandante do 2º R C Mec, de São Borja. Eu disse: "Como é que foi essa semana, meu filho?" Ele disse: "Ih!!! Papai, essa semana tivemos uma conferência notável, todos nós vibramos, pelo General Miltinho, que comandou o II Exército de São Paulo, a respeito de Xambioá". Eu fui ficando pequenininho, porque nunca tinha ouvido falar em Xambioá. Então, no dia seguinte, fui ao meu Comandante e disse: "General venho aqui para lhe contar um caso e fazer um protesto. Não admito que eu, um Coronel da ativa, do Corpo Permanente desta Escola, não saiba de nada a respeito de um enfrentamento, por parte do Exército, de uma guerrilha que atua no País". Resultado: 15 dias depois estava na ESG, para ministrar conferência sobre a Guerrilha do Araguaia, o Coronel Cineli, da Arma de Engenharia.

Reuniram o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas – CEMCFA – e os militares do Corpo Permanente, não os do Curso Superior. Nessa época, o Coronel servia no Centro de Informações do Exército (CIE), mas parece que tinha estado lá no Araguaia, vindo para nos dar a conhecer o que era a Guerrilha do Araguaia (Xambioá) e aquela coisa toda. Então, isso mostra como o Exército (não sei na Marinha e na Aeronáutica) falhou, no âmbito interno, em manter o seu pessoal informado, o que, a meu ver, é indispensável, até para que se tivesse, todos nós tivéssemos, argumentos para se contrapor a alguém que dissesse alguma coisa mentirosa a esse respeito. Se isso acontecia internamente, imagine no exterior!...

Assim, quando se fala da "Volta aos Quartéis", o que se tem a dizer é que nós nunca saímos dos quartéis a não ser antes da Revolução – a gente saía porque tinha que fazer patrulhas, tinha que tomar conta das estações de trem, tinha que fazer face às greves, tinha que distribuir gêneros alimentícios ao povo. Depois da Revolução, a gente não podia falar nada e vivíamos dentro dos quartéis, não éramos chamados para coisa alguma. Mas há um livro, inclusive de história oral, da Fundação Getúlio Vargas, intitulado "A Volta aos Quartéis", quando essa volta se deu dois, três dias, após o 31 de março e nunca mais saímos dos quartéis.

Vejo a maldosa referência, em parte como uma força de expressão: esta "volta aos quartéis" é no sentido de dizer que, a partir daquele ponto, não tivemos mais nenhuma interferência na condução do País. Para eles, até aquele momento, as Forças Armadas conduziram a política nacional.

Embora o senhor já tenha falado alguma coisa a respeito, quais foram os principais erros da Revolução?

Acho que a Revolução evidentemente cometeu erros mas quero logo dizer que cometeu muito mais acertos do que erros. Um dos erros foi que nós tínhamos tanto desejo de obter um congraçamento nacional que para esta finalidade fizemos uma porção de concessões que alcançaram inclusive pessoas que queriam exatamente não fazer o congraçamento conosco e se aproveitaram disso para nos prejudicar.

Acho que atuamos pouco e mal na área da Educação. Nós não conseguimos agir para trazer a juventude estudantil para o nosso lado. Uma das razões foi que utilizamos muita gente, inclusive militares da reserva, que não estavam preparados para dialogar com os estudantes. Isso prejudicou bastante a nossa imagem. Depois que foram criadas aquelas cadeiras de Educação Moral e Cívica e OSPB, começaram a achar que todo militar, por ter algum estudo de história, era capaz de ensiná-la. Grande engano, em primeiro lugar porque isso tinha que ser preparado de uma forma metodológica, mas nem todos, para isso, estavam capacitados. Depois, nem todo mundo nasceu para ser professor e foi uma massa de professores improvisados dando aula por aí. Isso redundou em erro grave nosso.

Na área da Justiça, afinal de contas não chegamos a entrar, lamentavelmente. Começamos com o erro de levar o senhor José Maria Alkimin para Vice-Presidente de uma República que começava querendo ser saneadora. Da mais tradicional esperteza mineira, daquele mineirismo que deixa para depois etc.

Tivemos dois militares como Ministro da Educação, duas grandes figuras: Jarbas Passarinho e Rubem Ludwig – o Rubão. Embora pudessem até estar preparados para o alto cargo, as nomeações não foram recebidas com simpatia e boa vontade pelos profissionais da área, o que não deixou dúvida para ninguém. Eles eram vistos como olheiros em um setor onde eram considerados estranhos.

Entre os erros cometidos, julgo que a Revolução se demorou demais no Poder. Ela devia ter se desengajado mais cedo, quem sabe no fim do Governo Médici. Por que no fim do Governo Médici? Por duas razões: primeiro, porque foi um governo sob todos os aspectos vitorioso, inclusive nas ações contra as guerrilhas urbana e rural, derrotando a luta armada e trazendo novamente a paz em todo o território nacional. Por outro lado, foi o Governo que transformou o Brasil na oitava economia mundial, período em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10% durante todos os anos, Governo do milagre econômico, nunca igualado em toda a história econômica deste país. Foi um Governo simpático, bem visto pelo povo.

Talvez aquela fosse a hora do desengajamento. Mas isso só poderia ser feito se tudo tivesse sido preparado para desengajar. Não podia sair de repente: "Vamos embo-

ra para casa, agora tomem conta...” Porque havia, inclusive, perigo do retorno da subversão e da luta armada que acabava de ser derrotada.

No meu julgamento, o Presidente Médici poderia ter encerrado o ciclo revolucionário, sem dúvida nenhuma.

Mas quem substituiu o Presidente Médici? Foi o General Ernesto Geisel que deu os primeiros passos para fazer isso, só que o General Geisel nunca pensaria em fazer logo no fim do Governo Médici, nem em curto prazo, porque não ia perder a oportunidade de passar cinco anos como Presidente da República. Ele achava que tinha condições de ser Presidente e de fazer um bom governo. Na verdade, tinha condições. Se fez um bom governo, o julgamento é de cada um.

Toda revolução se esgota e ela acabou chegando ao ponto de esgotamento. É verdade que os vinte anos da Revolução não podem ser medidos por um só molde. Nós diríamos que, até o fim do Governo Médici, tivemos a Revolução, a sua consolidação, o retrocesso do AI-5 para enfrentarmos as guerrilhas e o terrorismo e fizemos tudo muito bem, comportamo-nos muitíssimo bem.

Os Governos Geisel e Figueiredo desencadearam a abertura, que foi lenta, gradual, mas não tão segura quanto seria de se desejar. Pelo contrário, certas coisas foram atabalhoadas e deram armas aos nossos inimigos. E as coisas foram ficando cada vez mais difíceis.

Ainda durante o desengajamento, os militares começaram a ser apresentados à Nação, de maneira negativa, por uma mídia que estava liberada e era manipulada pelos revanchistas, todos esses que viram e vêem os militares como a barreira principal para o avanço comunista por eles chamado de socialista. Cândido Mendes de Almeida tem dito que: “O socialismo é uma etapa na marcha para o comunismo”.

E as ações de guerrilha e o terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, assaltos a bancos, como é que o senhor viu isso tudo praticado pelos extremistas de esquerda?

Houve muitos casos, alguns maiores, como a guerrilha do Vale do Ribeira e a do Araguaia. Houve outros, um pouco menores, mais limitados. Na parte urbana, houve muita luta, além dos seqüestros, muita luta urbana que nem se sabia que estava ocorrendo.

Um rapaz que foi meu aluno no Colégio Militar, quando eu era capitão, ficou inutilizado, ficou com uma perna praticamente estraçalhada numa perseguição no Aterro, em Botafogo. Morreu há pouco tempo, o Coronel Perdigão.

Então, havia estas coisas danadas, que maltrataram muita gente, ceifaram muitas vidas. Não acompanhei de perto todos os casos. Acho o seguinte: os sub-

versivos estavam no papel deles, em fazer o que faziam e nós tínhamos que fazer o nosso, que era não deixar que eles fizessem e não deixar que nos vencessem.

Mas o que está ocorrendo agora é que tudo que eles fizeram é justificado pelo lado deles. Dizem: "Fizeram, porque a Revolução os pressionava". Ora!!! Nós os pressionávamos porque, se os deixássemos soltos, eles iriam tentar nos derrubar e entre eles e nós... claro, nós e não eles, é uma questão de preferência. A verdade é que a repressão de nossa parte aconteceu como uma resposta à ação subversiva conduzida por eles.

Há coisas curiosas: em janeiro de 1997 veio ao Brasil, com viagem paga, hotel pago etc., uma filha do Embaixador Elbrik. Tenho uma vaga idéia de que ela veio para alguma comemoração ou qualquer coisa ligada a esse livro "O Que É Isso Companheiro", do Gabeira. Parece que foi para qualquer coisa assim. Quem pagou? Não sei, talvez até tenha sido divulgado, não me lembro. Os jornais e as revistas publicaram que esta mulher, cujo pai já morreu, afirmou em público e a imprensa registrou, rapidamente, que o pai dela, que foi seqüestrado, apanhou, mataram o motorista dele, e teria dito, no fim da vida, "que entendia perfeitamente os seqüestradores, simpatizava com a causa deles e sinceramente desejava até que eles tivessem tido êxito". Se o sujeito a quem eles arrebentaram e que era um embaixador do país que, no mundo, dirigia a luta anticomunista, anti-subversiva, se esse embaixador, segundo a filha, teria dito isso, de duas uma: ou é verdade que ele tivesse dito e ele nunca teria tido condições de ser embaixador no Brasil, ou é mentira, ela é uma mulher mentirosa, mas que, de alguma forma, foi levada a dizer isso para que pudesse ser explorado. O fato é que ninguém tira mais, de Gabeira e dessa súcia, a homenagem do embaixador que eles seqüestraram, feita por meio de sua filha.

O senhor vê que, na verdade, isso está na contramão, porque o americano não deixa nem o tal Gabeira entrar lá, quer dizer, em termos de Estados Unidos, ele é um inimigo até hoje.

Só que esse raciocínio que você está fazendo, que é um raciocínio lógico, quando chega na hora de aproveitá-lo contra as esquerdas, ele não aparece. Somente desponta aquela parte que lhes interessa, que são as palavras da moça.

Quanto ao Gabeira, aproveitam para dizer que ele era, na época, imaturo, inclusive o Antônio Carlos Magalhães, que o defendeu, dizendo: "Era muito jovem, por isso cometeu o erro".

O Antônio Carlos Magalhães diz qualquer coisa...

É verdade, que vale é que o Brasil parece que sabe disso.

Não sei se sabe. Eu sei.

General, como o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

O SNI eu acho que foi bem criado. Está provado que nenhum governo, que se preze, pode prescindir de um órgão de informações, seja qual for o nome que se lhe dê, sobretudo nos escalões mais altos, para que tenham um número razoável de informações, atualizadas e corretas, sobre como vão indo as políticas e estratégias do governo. Toda administração, em qualquer esfera, precisa de informações confiáveis para a tomada de decisões.

A meu ver, o que ocorreu com o SNI foi uma luta entre a revolução e a contra-revolução. Houve um desvio das finalidades principais do SNI e ele acabou se engolfando demasiadamente nas atividades de defesa e reação contra as ações subversivas. Isto gerou, depois de um certo tempo, uma utilização deturpada da capacidade do SNI.

A Lei de Segurança Nacional foi mudada. Era uma lei antiga do tempo do Getúlio. Naquela época, também houve mais de uma e, aos poucos, leis desse tipo, ao sabor das provocações, vão sendo ora mais agudas, ora mais abrandadas.

Quanto aos DOI/CODI, lembramos que foram os elementos que permitiram uma coordenação de ações militares-civis que, de outro modo, seria dificílimo conseguir. Militares das três Forças Armadas, mais Polícia Civil, mais Polícias Militares, mais Departamento da Polícia Federal, mais isso, mais aquilo. Ficaria muito difícil, se não houvesse um elemento capaz de juntar tudo para obter determinado efeito. Eles foram muito bem-sucedidos, eliminando o terrorismo e a guerrilha em nosso País.

Muitas vezes se excederam, extrapolaram, mas isso foi culpa dos encarregados do seu controle e do seu acionamento, não culpa da sua concepção, que foi muito boa. Hoje, tudo isso está sendo confundido, está sendo posto na mesma "marmita", aquilo que se criou para fazer uma determinada coisa com aquilo que algumas vezes, nem sempre, se fez e que pode ser considerado errado ou malfeito, sem dúvida nenhuma. Só um fato para dar o exemplo. Estive à frente do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, palco da conhecida operação OBan – Operação Bandeirante, que, inclusive, gerou aquele caso todo da exoneração do General Ednardo D'Avila Mello. Um santo homem, um homem formidável, digno, distinto, incapaz de fazer uma safadeza...

Comandei uma área em que encontrei os resquícios de uma dura luta, com muitos civis participando do nosso lado, inclusive em operações. Encontrei, ainda, na minha área de informações, um núcleo funcionando. Lá encontrei figuras

remanescentes daquelas lutas campais, uma delas era meu motorista que tinha as pernas bem esburacadas, feridas por tiros de metralhadora dos subversivos.

Então, o que eu fiz: perguntei a eles "O que vocês ganharam com tudo isso?" Não tinham recebido nenhuma condecoração. Eu condecorei a todos, eram seis ou sete. Tive uma troca de idéias muito interessante com o Ministro do Exército, meu amigo, General Leônidas, que foi sensível com relação a isso e lhes concedeu a Medalha do Pacificador, com Palma. Eu os condecorei, um deles era mulher, na célebre Rua Tutóia.

Esse depoimento é muito importante por mostrar a luta e o sofrimento de nossa gente para fazer valer a lei e a ordem.

Exato! A lei e a ordem.

General, as Forças Armadas tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, na época dos governos revolucionários?

Acho que não, muito pelo contrário. Os militares não auferiram vantagens nem de ordem institucional, como Forças Armadas, nem de ordem pessoal. Basta comparar os presidentes militares e os grandes chefes militares que apareceram na oportunidade do período revolucionário, com os civis, antes e depois de sua participação no governo. Veja a modéstia da vida dos nossos militares que ocuparam grandes cargos.

E dos seus patrimônios.

Pois é! Dos seus patrimônios individuais modestíssimos, impressionantemente modestos, voltaram para a sua posição após a passagem, pelos altos cargos de modo muito diferente dos civis após ocuparem cargos semelhantes. E quanto às Forças Armadas, elas se autolimitaram em termos de apoio, participação, aceitando abrir mão de receber investimentos que poderiam alçá-las a um nível excelente de adestramento e de capacidade bélica. Mas sempre abrindo mão. Alias, é conhecida a célebre frase do General Geisel, que dizia assim: "Conseguir o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança necessária". Em resumo, segurança, só aquilo que for estritamente necessário...

Assim, as nossas Forças Armadas continuaram modestas, foram-se tornando até obsoletas em inúmeros itens, como o próprio material de nossa Artilharia. E os militares nada reclamavam para si, exatamente para não parecerem aproveitadores. E, na verdade, não fomos.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

A verdade é que a imagem da Revolução já vinha se desgastando. Exatamente pelas razões e circunstâncias que eu disse anteriormente. A abertura que foi feita, ao mesmo tempo social e política, decorrente da distensão, foi como se nós "abríssemos as comportas". Só que, ao abrir as comportas, nós ficamos debaixo d'água. Então, tudo que representasse o processo revolucionário foi violentamente agredido.

O processo revolucionário, já se encontrava em fase final e, portanto, com dificuldade para se defender e reagir. É verdade que houve casos como o do General Nilton Cruz e aquela exploração toda que fizeram. É bem o gênio do meu amigo Nini: batendo de rebenque no automóvel, uma bobeada que foi explorada. Ficou com a imagem desgastada e infelizmente acabou sacrificado.

Outro caso foi o do Riocentro, que contribuiu bastante para a queda da nossa imagem. Não há dúvida nenhuma de que deveria ter sido exemplarmente citado, explicado e punido quem quer que fosse o responsável, doesse a quem doesse e, no entanto, nós procuramos "tapar o sol com a peneira". Aquela idéia de que você morre na posição do lado dos seus.

Quando eu comandava a AD/3, protegi um juiz que corria risco de vida, mandando o Exército tirá-lo da sua cidade e trazê-lo para Cruz Alta para não o matarem. Ele me era grato por isso. Porém, se deu o desplante de escrever, num jornal, que o Exército era o culpado pelo caso do Riocentro, numa hora em que ninguém ainda sabia exatamente o que tinha ocorrido. Ele já estava condenando o Exército, o que me obrigou, na hora, a preparar uma nota para o jornal dizendo que o comando da AD/3 não permitiria que houvesse especulações através de jornais, deixando em dúvida a lisura do comportamento do Exército etc. Isso em 1980, ou começo de 1981, não me lembro bem. Telefonei para o meu comandante, em Santa Maria, que era o General Sebastião Ramos de Castro, que me disse: "Espera que há uma ordem do Walter Pires para ninguém tratar na imprensa de assunto político e isto é assunto político". Eu lhe disse: "Diga ao General Walter Pires que já mandei a nota para o jornal". Então, como quem diz: "Se alguém tiver que sair não é a nota, é o comandante da AD".

Fiquei junto do telefone durante dez minutos e ele me telefonou: "O Walter Pires mandou dizer que fez muito bem e que ele aprova a nota". Essa nota está aí e tenho cópia dela. Desgastei-me numa coisa que não era bem assim; o que fiz, um general naquele tempo ainda podia fazer, mas se fosse hoje, estaria impedido de fazê-lo. Quantas vezes se ataca as Forças Armadas dizendo que não têm mais líderes, mas não é nada disso, o que acontece é que os líderes estão impedidos de tomar certas atitudes pelas circunstâncias atuais que, hoje, são diferentes de 20

anos atrás. Por outro lado, esta ação da mídia, do silêncio a que já me referi, faz com que os chefes militares por mais que façam, que dêem verdadeiras demonstrações de liderança, até às vezes num discurso, em palavras duras e incisivas, como isso não é divulgado de propósito, o subordinado dele não fica conhecendo a sua atuação. Então, é levado a achar que lhe falta liderança.

Existe, a partir do momento em que a Revolução deixou o Poder, o chamado "revanchismo" por parte de políticos, autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares?

Não há a menor dúvida. Vem havendo há muito tempo um "revanchismo" e o adjetivo para ele é violento, é um "revanchismo" agressivo, é um "revanchismo" que nos agride. Acomodam-se a ele todos os que querem ficar bem com estes novos tempos. Por isso, a toda hora se lêem referências, às vezes sem coerência nenhuma, ao tempo da ditadura e a coisas correlatas.

Às vezes, estou lendo no jornal uma notícia cultural, como, por exemplo, "foi lançado o livro tal, aliás o seu autor, no tempo da ditadura,..." Não tem nada uma coisa com outra.

Só para poder voltar ao tema.

Então, a mídia, ajudada por artistas, pelos ditos intelectuais e pelos tais cineastas, daqueles de filmes que só denigrem o Brasil, simplesmente não permite que a sociedade esqueça que houve uma "ditadura militar" e que essa "ditadura" fez tudo de mal – censura e tortura – e nada de bom. Eles se deliciam com essa cantilena permanente, sem haver um porquê.

Quanto à anistia, na prática, ela funciona como uma desculpa, não como uma anistia no sentido geral, no sentido de acalmar os ânimos, ela é apenas um meio de se desculpar e de compensar até financeiramente aqueles que a Revolução venceu; e ao mesmo tempo de não desculpar nada daqueles que foram os vencedores e que salvaram o Brasil em 1964 e, depois, de 1965 a 1973. É engraçado isso, mas é a realidade.

Depois da queda do Muro de Berlim, o comunismo acabou? Como o senhor vê o comunismo no Brasil de hoje?

O comunismo não acabou e o radicalismo ideológico, de parte a parte, continua, provocado, entretanto, pela expansão do comunismo como uma permanente e agressiva ameaça à liberdade dos povos. Dizer, como vem sendo dito, que o comunismo acabou, no meu ponto de vista é uma deslavada mentira e uma grosseira bobagem. Por quê? Como é que acabou, se existem filiados a partidos comunistas?

Existem os partidos, existem os partidários, existem os que defendem o comunismo. A toda hora, você vê: "PCB – Partido Comunista Brasileiro, PC do B - Partido Comunista do Brasil", movimentos da nova esquerda, todos eles com nomes marxistas, trotskistas etc. Sem falar nos tais partidos socialistas, como o tal PPS (Partido Popular Socialista) que é o Partido Comunista (dito Partidão) com outro nome.

Os Monumentos a comunistas são outra prova cabal de que o comunismo não acabou. O que acabou foi a União Soviética. O que acabou foi uma cabeça poderosa, cabeça no sentido de centro de dominação. Uma cabeça poderosa, tanto no sentido filosófico, como no sentido de poder físico, dinheiro, Forças Armadas etc. Mantinha através do Pacto de Varsóvia, um grupo que, em conjunto, era tão forte e numeroso que exportava a revolução e patrocinava, com recursos de toda natureza, a revolução.

Isso acabou. Mas o comunismo não; e por que não acabou o comunismo? Entre outras razões, porque o comunismo é uma ideologia. O comunismo é uma ideologia que se baseia no marxismo. O marxismo é a doutrina, apresentada de forma a impressionar os incautos, os desavisados. O leninismo é a forma prática de conduzir a revolução marxista; daí se falar em marxismo-leninismo, combinação da doutrina com a prática.

Sou um homem educado por outro que, quando eu era jovem, me deu para ler o *ABC do comunismo* e me deu para ler livros do Karl Marx. Porque eu li tudo isso, tornei-me frontalmente contrário. Vi que aquilo era utopia e na prática uma mentira. Basta ver a União Soviética, Cuba, Iugoslávia, Albânia, China, Coréia do Norte... Basta ver o desastre social e econômico que representou o comunismo para todos esses países.

Então, não tenho dúvida, tal como antes, há, agora, um plano comunista em marcha para o Brasil. O que me preocupa neste plano é que, ao contrário de quarenta anos atrás, a evolução do plano nos encontra enfraquecidos, em termos ideológicos, em termos de civismo, em termos de preocupação com a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Por uma questão de lógica falsa, o que eles dizem: "Se a revolução era contra o comunismo e eu sou contra a revolução, porque acho que ela não foi boa para o Brasil, logo, se ela foi contra o comunismo, o comunismo é bom para o Brasil". Esta lógica é terrível, mas funciona.

General, apesar desse "revanchismo" todo, dessa diuturna propaganda contra a Revolução e contra os seus líderes e os seus princípios, como é que o senhor vê o fato

de as pesquisas mostrarem que as Forças Armadas têm um elevado índice de aceitação, prestigiadas por mais de 80% do povo brasileiro?

Vejo isto encantado, já há vários anos e crescendo o percentual de aceitação. Isto a meu ver indica que, apesar de haver uma porção de esforços em contrário, as Forças Armadas e o Exército, em particular, têm sabido se conservar como instituições respeitáveis, mostrando ao povo que não faltarão a ele, sempre que chamadas. Mas é preciso ver quais fatores levam a isso. Alinhei alguns. Em primeiro lugar, a seleção para os quadros do Exército – nós selecionamos muito bem, em todos os níveis, aqueles que vêm ser os nossos profissionais. Em segundo, o valor fantástico das nossas escolas e dos nossos cursos, aos quais atribuo grau 10. São formidáveis e o pessoal que lá trabalha é espetacular, todos do mais alto nível. Em terceiro lugar, as exigências, em todos os sentidos, no trabalho nas casernas. E, finalmente, a preservação das nossas tradições.

Tudo isso aglutina e transmite alguma coisa forte, em termos de imagem. Poderia juntar várias outras coisas, como, ainda, a escolha dos chefes, no caso particular a seleção de generais; todos a meu ver são excelentes.

Pode-se até dizer: "Eu preferiria o fulano, eu preferiria o cicrano". Então, a dificuldade nessa escolha vem do alto grau do universo em que se dará a escolha. A correta atuação que eles têm tido, enfrentando problemas que, às vezes, são dificílimos, merece ser ressaltada.

O que me preocupa é que, diante do quadro atual de ataques à Revolução, de ligação feita das Forças Armadas com a Revolução, o ataque a um alcança o outro; silêncio em torno das coisas boas e divulgação das ruins, por mais simples que sejam. Que, aos poucos, isto vá divorciando o povo das suas Forças Armadas, não por má vontade, mas por desconhecimento decorrente da falsa imagem. Esse é o meu receio, principalmente com o silêncio, que é a pior coisa para que se perca a expressão.

Fica aqui uma pergunta: Como poderemos nos defender dessa forma solerte de tratamento, se não temos nenhuma imprensa?

Como nos defendermos? Só a chamada Ação Cívico Social, as visitas de escolares aos quartéis, a distribuição de cestas básicas, de pintar e conservar escolas, só isto será suficiente ?

Embora o Exército tenha muito o que fazer como Exército, isto é, como força militar se preparando para defender o País, interna e externamente, deve, hoje mais do que ontem, perseguir uma estreita integração com o mundo civil, com o nosso povo, em geral, principalmente o mais necessitado.

A inexistência de uma Imprensa com a qual possamos contar torna o quadro atual mais difícil do que o de 1964. É uma ilação preocupante, mas realista.

Eu até diria, quem sabe esse silêncio, esse maldoso silêncio, possa levar mesmo os elementos das Forças Armadas, por exemplo, militares da reserva, à impressão de que as Forças Armadas não estão trabalhando na sua atividade-fim, o que é uma mentira, porque, dentro de todas as limitações, as Forças Armadas estão trabalhando na sua atividade-fim, estão realizando exercícios, estão fazendo manobras, estão fazendo campanhas de tiro, com grandes limitações, mas estão fazendo. Estão fazendo em todas as partes do Brasil, estão fazendo e eu sou testemunha, por circunstâncias até de família, pois tenho um filho, que hoje é Comandante de Unidade e tem participado de manobras, no interior do Rio Grande, este ano e também no ano passado, embora não se dê uma notícia na imprensa a respeito.

Há alguns anos, o Exército em manobras era manchete de jornal e notícia de televisão. Já hoje...

Hoje, nem o 7 de Setembro, aniversário da Pátria, em que todos os brasileiros são anfitriões e convidados, é mais notícia!

Nem o 7 de Setembro, a não ser que caia o soldado que vai a cavalo; aí, fotografam e publicam foto do soldado que caiu do cavalo...

Ou, então, o garotinho com aquela metralhadora de brinquedo, desfilando tão bem e disseram que ele estava dando mau exemplo a outros jovens, recriminando o pai que permitiu, o qual, aturdido com a carga recebida, chegou a desculpar-se pelo crime de deixar o menino desfilar armado. Veja o absurdo a que chegamos!...

Mas os garotinhos que vão com o MST, levando bandeirinhas vermelhas para enfrentamento, aí pode, não há problema algum!...

General, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, para as gerações de hoje e as gerações futuras.

Creio que já abordei o que achei mais interessante, o principal, inclusive com alguns casos que me ocorreram, o que, do meu ponto de vista, poderá servir como uma defesa da Revolução, para o futuro. Os eventuais pesquisadores que vão usar este material, quem sabe daqui a vinte ou trinta anos, já virão com espírito mais aberto para aceitar a verdade, reagindo às deturpações dos fatos e às inverdades que os contrários à Revolução inculcam na população, valendo-se da parcialidade da Imprensa.

Está aí o que eu reputo a minha verdade, isto é, não sofismei, procurei ser o mais sincero possível. Vejo receoso o atual ambiente brasileiro, descambando para um quadro de ameaças, muito parecidas ao que antecedeu à Revolução de 1964, sem que estejamos tão bem armados, em termos de preparo psicológico, como estávamos naquele tempo e, portanto, mais atentos.

Depois, há, hoje, aspectos terríveis. Vou insistir, por exemplo, no silêncio da mídia, de um modo geral, em torno das coisas boas das Forças Armadas...

Outro perigo está no entendimento de que o comunismo acabou, porque acabou a União Soviética. Trata-se de um grande equívoco, que vem sendo repetido pelos incautos, pelos inocentes-úteis, pelos mal-informados. Esquecem que, lá mesmo na Rússia, está se tornando cada vez mais forte a ação comunista, querendo reavivar o poderio daquele tempo. Eles têm capacidade para isso e outros países também.

Ainda temos um enclave, que é Cuba, aqui na América. Todo mundo, hoje, ataca o que chamam de ditadura, ataca a tortura, ataca a violência em toda parte, procurando, inclusive, atingir a Revolução de 1964, que, ao ser agredida, não teve outro remédio senão o de revidar; não poderia ser de outra forma. Atacam a todos, mas defendem Cuba, acham que tudo isso – as agressões, a crueldade, a mortalidade – lá é válido e bom.

São dois pesos e duas medidas. Só é bom quando é para aliado deles, quando é para o outro lado, não presta. Então, isto tudo me causa apreensão e receio.

O General Pinochet é ditador; Fidel Castro é o presidente, é o comandante. Tudo isso é insuportável!...

O Olavo de Carvalho tem escrito muito bem sobre isso. Há revoluções de tal maneira violentas, como a Revolução Francesa, que surgiu em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, que o que mais fizeram foi matar e decapitar gente inocente.

A verdade é que não dá para comparar Pinochet com Fidel Castro, pois este último mandou 17 mil cubanos para o paredão e continua matando, até hoje, pobres coitados, que tentaram deixar a ilha em busca de liberdade.

Como mensagem final, gostaria de deixar registrado apenas uma mensagem de esperança. A minha mensagem de esperança é no sentido de que, se essas coisas continuarem, cada vez mais graves e se houver, um dia, um enfrentamento, o meu Exército, o nosso Exército, as Forças Armadas, enfim, o povo brasileiro, tal como ocorreu em 1964, sejam capazes de ver o problema, de reconhecê-lo e reagir à altura, para que o Brasil não venha nunca a naufragar, porque a volta à tona poderá ser muito difícil e demorada.

Tenente-General Vernon Anthony Walters

- Natural da Cidade de Nova York, Estados Unidos da América.
- Foi Ajudante-de-Ordens do General Mark Clark, quando Comandante do V Exército norte-americano, ao qual a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ficou subordinada no Teatro de Operações da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.
- Foi designado, em agosto de 1944, Oficial-de-Ligação do V Exército junto à FEB.
- Exerceu o cargo de Adido Militar na Itália e França.
- De 1964 a 1967, desempenhou as funções de Adido Militar junto à Embaixada americana no Brasil, período em que foi promovido a General.
- Era Assistente Especial do General Eisenhower, no Quartel-General da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quando ele se elegeu Presidente dos Estados Unidos.
- De 1972 a 1976, foi Vice-Diretor da Agência Central de Informações – CIA, período que se deu a sua promoção a Tenente-General.
- Foi Embaixador do Governo dos Estados Unidos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Alemanha, após ter deixado o serviço ativo do Exército.

Entrevista realizada em 21 de março de 2001.

Sou muito agradecido por esta oportunidade que nenhum outro americano teve.

Quando acabo de ver o Brasil, como vi agora, em 2001, nas minhas andanças por Salvador, Fortaleza e Manaus, começo a conjecturar: Como isso é possível? Os senhores não se dão conta do surto de progresso que essas cidades experimentaram. É impensável – para quem as conheceu – como eu, no período entre 1945 e 1947, quando servi, pela primeira vez, na Aditância Militar da Embaixada americana no Brasil.

Retornei ao Rio de Janeiro encantado com tudo que vi nessas três cidades tão empolgantes. Em Fortaleza, fui visitar o Castello Branco.

General, o senhor não achou o lugar um pouco abandonado pela Prefeitura de Fortaleza que, em última análise, caberia manter aquele logradouro à altura?

Eu coloquei flores na tumba dele e na tumba da mulher, Dona Argentina, que conheci bem, porque ela era muito amiga de minha mãe que, também, gostava demais do casal.

Tinha ouvido isso a que o senhor se referiu e fiquei preocupado. Realmente, pude observar que aquele local público, aquele panteon onde se encontram, não está bonito, como antes. Lembro-me de que, a última vez que por ali passei, estava bem, muito bem.

General Vernon Walters, gostaríamos agora de conversar com Vossa Excelência a respeito dos fatos ocorridos no Brasil no período conturbado de nossa vida política que ensejou o Movimento revolucionário de 1964. O senhor viveu os pródromos do Movimento, a sua eclosão e as suas conseqüências. Por isso, lhe perguntamos se a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo de qualquer ordem, em especial dos Estados Unidos?

Absolutamente não, não há maneira melhor de fazer-se inimigos num país do que se inserir nos assuntos internos desse país. O que estávamos um pouco preocupados é se haveria um movimento qualquer no Brasil, em que os soviéticos mandariam ajuda para um dos lados. Para evitar isso, havia um plano, mas somente no caso de eles mandarem navios. Não tínhamos, portanto, o menor interesse em intervir num conflito interno no Brasil.

No entanto, General Vernon Walters, a esquerda acusa Vossa Excelência de ter participado do Movimento pelas suas ligações fraternas com o General Castello Branco desde a Segunda Guerra Mundial na Itália. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?

Primeiro, se eu ousasse falar sobre a situação interna no Brasil com Castello Branco, a nossa amizade teria terminado. Ele teria dito: “Walters você pode deixar

isso comigo, não é assunto seu". Sabendo disso, nunca me atrevi a falar com ele sobre o Brasil. Falava sobre a França, sobre a Segunda Guerra, sobre os Estados Unidos, mas nunca sobre assuntos internos brasileiros, porque eu sabia que a melhor maneira de destruir a nossa amizade era fazer alguma referência à situação interna brasileira. Ele nunca me falou sobre isso, mas tenho a certeza de que, se eu tivesse feito qualquer pergunta nesse sentido, teria terminado a nossa amizade.

Como foi construída essa amizade com Castello Branco?

Para falar sobre ela, temos que voltar aos tempos da Segunda Guerra Mundial. Foi quando o conheci.

No início da década de 1940, eu servia no Centro de Treinamento de Informações Militares em Camp Ritchie, Maryland. Já havia cumprido missão de interrogatório de prisioneiros de guerra no Norte da África. Um dia, em abril de 1943, recebi uma missão do Pentágono, junto à delegação portuguesa em visita de dois meses aos Estados Unidos. Ordenaram-me que eu comparecesse às 9h da manhã, do dia seguinte, para acompanhar aquele grupo de oficiais portugueses. Acreditei que fosse um mal-entendido, pelo fato de não falar português. O Coronel argumentou que por eu ter conhecimento da língua espanhola, italiana, francesa e outras, teria sido o escolhido e que, portanto, eu estivesse pronto, ali, às 9h, para o início da missão.

Conforme determinado, acompanhei os portugueses durante dois meses e percebi que realmente a diferença das línguas não é tão grande, porque 80% das palavras são identificadas por quem conhece espanhol.

Concluída minha missão com os portugueses, retornei a Camp Ritchie. Os portugueses tinham escrito uma carta muito carinhosa, relatando que eu havia falado bem o português corrente. Em decorrência desse fato, não houve discussão sobre quem seria esse novo "Camões" do Exército americano: Tenente Walters. Dentro de um mês, fui designado novamente para missão similar, desta feita, acompanhando o Ministro da Aeronáutica brasileiro, Pedro Salgado Filho. O Ministro desembarcou em Miami, onde fui recebê-lo. Ele vinha visitar as bases aéreas americanas.

Não muito tempo depois, fui novamente convocado, desta vez para acompanhar o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, em visita aos Estados Unidos.

Vivia procurando um jeito de escapar de Camp Ritchie, até que consegui ir para Fort Leavenworth, com um pequeno grupo de praças que falavam português, a fim de montar um curso para oficiais brasileiros.

Nessa oportunidade, conheci muitos daqueles que se tornariam meus amigos íntimos na Itália, com a Força Expedicionária Brasileira. Travei conhecimento com

o Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, que viria a ser o Oficial de Operações da Divisão brasileira na Itália e, anos mais tarde, Presidente da República.

Ainda em Leavenworth, de repente, recebi ordem de seguir para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o futuro Comandante da FEB em uma visita de reconhecimento no Mediterrâneo.

No Teatro de Operações, tive contato com várias personalidades que acompanharam a Missão Militar Brasileira de Observação. Primeiro, Eisenhower, em Argel, que era o Comandante-em-Chefe do Teatro. Fiquei muito impressionado pela confiança e sensação de poder e competência que ele irradiava. Depois o General Mark Clark, na Itália, Comandante do V Exército, Grande Comando ao qual a FEB se integrou. Era uma figura imponente, sua presença despertava atenção. Oficial muito competente, combatera e fora ferido na Primeira Guerra Mundial. Sempre exigiu, e geralmente obteve, o máximo daqueles que serviam sob seu comando. Trabalhar com ele representou uma nova dimensão em minha carreira.

Aprendi muita coisa durante o tempo em que servi com o General Mark Clark. Até então, não tinha experiência no tratamento com oficiais de patente elevada, mas em virtude de minhas funções, inevitavelmente, entrei em contato com toda a espécie de autoridades.

Apesar de ser o Ajudante-de-Ordens do Comandante-em-Chefe, tive algumas vezes dificuldades, pois minhas funções estavam longe de ser fáceis, porque o General era um homem que dificilmente se satisfazia. Qualquer resultado que não fosse 100% perfeito provocava nele comentários azedos ou irônicos. Hoje, estou certo de que me tornei muito mais atento aos detalhes e muito mais eficiente depois daquele período.

Quando o General Mascarenhas chegou à Itália, abordei-o e lhe disse que precisaria de alguém que soubesse informá-lo sobre aquilo que desejasse. Posteriormente, tomei conhecimento de uma carta do General Mascarenhas ao General Clark, solicitando que eu fosse designado Oficial-de-Ligação junto à Divisão brasileira, em virtude de meus conhecimentos de português e da minha experiência no V Exército, acrescentando que tal designação permitiria resolver muitos problemas dos brasileiros.

Minha transferência foi efetivada em 21 de agosto de 1944 e permaneci com a Divisão brasileira até o fim da guerra.

A 20 de setembro de 1944, o General Clark veio inspecionar a FEB e, antes de regressar, falou a um numeroso grupo de brasileiros. Disse-lhes da magnitude da tarefa que tinham pela frente e agradeceu-lhes por terem vindo participar da luta comum. Durante o discurso, o General fazia algumas pausas, dando-me tempo

para a tradução, e terminou com as seguintes palavras: "Tenho ainda uma coisa a acrescentar: promovi o Capitão Walters ao posto de Major".

Os brasileiros consideraram a promoção como uma atenção do General Clark para com eles. Quanto a mim, mal acreditava que, em pouco mais de dois anos, pudesse subir de Segundo-Tenente para Major.

Os comandos aliados no Teatro de Operações italiano não sabiam o que esperar de uma tropa desconhecida pertencente a um Exército sul-americano, porque o Brasil foi o único País na história da América Latina a mandar gente para combater fora do continente; jamais houve outro país que tivesse adotado tal procedimento. O Brasil queria mandar três divisões, porém não havia meios de transporte suficientes para fazer o desembarque na Normandia, então em planejamento, e transportar as referidas divisões. Dessa maneira, a contribuição brasileira limitou-se a uma Divisão de Infantaria e mais alguns homens do recompletamento, cerca de 25 mil e ainda um Esquadrão da Força Aérea Brasileira.

Minha função com os brasileiros era teoricamente de Oficial-de-Ligação, porém o General Mascarenhas me utilizava como outro Assistente da Seção de Operações, cuja chefia pertencia ao Castello Branco. Certa noite de dezembro, durante um dos bombardeios, foram atingidas diversas instalações brasileiras em Porreta Terme. Cada vez que caía uma dessas enormes granadas de 170mm mandavam um oficial no lugar para ver o que tinha acontecido. Nesse dia, faltaram oficiais. Tantas foram as instalações bombardeadas, que o General Mascarenhas me pediu para ir até lá. Ao retornar, fazia o relatório com o número de mortos e feridos. Acompanhava, também, todas as reuniões com chefes americanos.

O Coronel Castello Branco, além de ser amigo, era meu chefe imediato. Ele tinha quatro oficiais brasileiros Adjuntos da Seção de Operações e, de fato, eu era utilizado como se fosse o quinto. Se havia alguma coisa a fazer com os americanos, eu fazia; normalmente, realizava as chamadas telefônicas para o IV Corpo ou para o V Exército. Eu trabalhava todos os dias, como qualquer um.

Quanto ao Coronel Castello Branco, era uma pessoa extraordinária, a tal ponto que o General Mascarenhas pediu ao Presidente Vargas a promoção excepcional a Coronel; era um dos oficiais mais inteligentes que conheci na minha vida e também um homem de grande energia.

Havia em Castello Branco uma profunda dose de crença espiritual. Durante mais de um ano de convivência diária, sob a tensão dos combates ou nos contatos com norte-americanos, britânicos ou italianos, nunca vi Castello ter uma atitude menos digna ou proferir uma palavra chula. A integridade moral desse homem pairava acima de qualquer provocação. Em meio ao perigo, ele demonstrava clara-

mente que, como todos nós, sentia medo, mas a férrea autodisciplina, que sempre mantinha, assegurava sua calma imperturbável e a exigia dos demais.

Cerca das duas horas de uma gelada noite de dezembro, acordei com o estrondo da Artilharia brasileira, cujos tiros estavam caindo muito próximo das primeiras linhas. Preocupado, continuei dentro de meu saco de dormir, relutando em levantar, ainda que consciente de que deveria fazê-lo. Finalmente, saltei da cama e fui bater à porta do quarto de Castello Branco, mas ele não estava. Desci até a 3ª Seção e o encontrei vestindo pesado capote e visivelmente preparado para sair.

Perguntei-lhe o que estava acontecendo. Respondeu-me que não sabia, mas algo estranho provavelmente ocorrera na Ponte de Silla, cerca de três quilômetros ao norte. A seguir, perguntou-me se o acompanharia, pois o IV Corpo certamente não demoraria em me chamar, em busca de informações. Nessa altura, não tive dúvidas de que os alemães estavam em Ponte de Silla e lá seríamos recebidos por eles, mas concordei em ir.

Tentando esconder meu 1,90m atrás de seu 1,67m, saí com ele, sentei-me no banco de trás do jipe e rumamos para a Ponte de Silla, enquanto o bombardeio prosseguia. Chegando à ponte, encontramos um tenente com um grupo de soldados brasileiros. Castello interpelou asperamente o Tenente, perguntando quem era ele e o que estava fazendo ali. O oficial, em posição de sentido, informou que foram atacados por centenas de alemães altos, loiros, de olhos azuis, gritando: “Heil Hitler”. Castello Branco questionou o fato de ser meia-noite e o alemão usar sempre capacete. De que maneira poderiam então ver a cor dos olhos e dos cabelos? Castello Branco encarou o Tenente e disse que não havia milhares de alemães naquela frente e que, desde a Tunísia, ninguém mais gritava “Heil Hitler”. O Tenente, ainda muito nervoso, insistiu em sua versão.

Castello Branco ordenou que voltasse para a posição imediatamente, e o Tenente assumiu uma atitude meio heróica, afirmando que estava disposto a morrer pelo Brasil, mas não queria que o seu filho ficasse órfão inutilmente. Castello passou a mão no coldre do revólver e falou: “Tenente, volte já para a sua posição ou seu filho será de fato um órfão antes que amanheça”. O Oficial percebeu que a ameaça não era em vão e, visivelmente impressionado pela frieza das palavras de Castello Branco, bateu os calcanhares, fez continência e, seguido por seus homens, desapareceu em silêncio em direção a seu posto. Seis semanas depois, esse mesmo Tenente foi condecorado por bravura.

É muito difícil programar as pessoas e dizer-lhes como se comportar. Naquela noite, aquele Tenente se comportou como um covarde e, seis semanas depois, como um herói.

Castello era extremamente severo, porém sua calma e energia fizeram com que o Oficial e seus homens compreendessem que deveriam comportar-se como

soldados do Brasil. Em nenhuma ocasião, perdeu o humor e a sagacidade. Dotado de inteligência brilhante, impacientava-se com a incompetência e não tolerava a fraqueza e a mentira. Nunca hesitou em expressar seus pontos de vista, quer aos superiores hierárquicos, quer aos oficiais norte-americanos. Jamais o vi embaraçado, arrogante ou servil.

Montese, na minha opinião, foi o combate mais sério que travou a FEB. Em 14 de abril de 1945, começou a grande Ofensiva da Primavera do V Exército, com os brasileiros em linha para desempenharem seu papel, começando com o ataque à Cidade de Montese. Na noite do ataque à cidade, dois terços dos tiros de toda a Artilharia alemã caíram na nossa frente. Quando a Infantaria brasileira e os carros norte-americanos que a apoiavam alcançaram a orla de Montese, percebi, do Posto de Observação, em Sassomolare, onde me encontrava com o General Mascarenhas e o Castello, que era notório que, na frente, o pessoal não se entendia sobre o que iria fazer.

O General Mascarenhas, desejando ocupar Montese antes que escurecesse, voltou-se para o Coronel Castello Branco e ordenou-lhe que fosse até lá e providenciasse, para que a Infantaria e os blindados retomassem o avanço. Castello me fez um sinal e deixamos o posto de observação, indo até o jipe, que se encontrava atrás da colina e, daí, para uma encruzilhada a meio caminho entre o cemitério e a orla da cidade, onde tivemos de descer, pois o veículo era um alvo muito visível. Caminhando cautelosamente, passamos pelos sapadores do Coronel Machado Lopes, que estavam limpando um campo de minas e, correndo de um abrigo para outro, chegamos ao cemitério na orla oeste de Montese.

Nesse ponto, deparamo-nos com uma evidente desavença entre os comandantes das duas unidades atacantes. Rapidamente, Castello Branco explicou, eu servindo de intérprete, o que eles deveriam fazer: avançar para Montese imediatamente, ocupar a cidade antes da noite e estabelecer postos avançados ao norte e a oeste. Os infantes brasileiros se amontoaram sobre os blindados e as duas unidades conquistaram Montese, apesar do intenso fogo de Artilharia que varria a cidade e seus arredores. Por esta ação, Castello Branco foi agraciado com a Cruz de Combate, Primeira Classe, o único oficial do Estado-Maior da Divisão que a recebeu.

Castello Branco já havia deixado a Presidência quando compareceu ao meu embarque no Cais do Porto. Foi um homem que me lembrava muito o General Marshall, não queria nada para si. Absolutamente sem egoísmos; era duro, forte, como naquela história que contei do tenente, lá na Ponte de Silla, por isso ele não teria tolerado qualquer interferência estrangeira nos assuntos internos brasileiros.

Recordo-me de quando ele mandou tropas para a República Dominicana. Ele me disse: “Walters, não estou fazendo isso para agradar aos americanos; estou

fazendo isso porque a República Dominicana é um país irmão que está ameaçado de perder a sua liberdade, por isso estou mandando tropas brasileiras".

A nossa amizade, iniciada e cultivada em plena guerra, iria perdurar até o falecimento de Castello Branco. Sempre me empenhei em mantê-la por tudo que ele representava para mim.

Mascarenhas de Moraes – que sempre fora, durante toda a sua longa carreira, um legalista – em 1964, posicionou-se ao lado da Revolução de 31 de Março, por entender que o Governo João Goulart tornara-se ilegítimo, colocando-se na ilegalidade, pelos seus próprios desatinos. Cordeiro de Farias destacou-se por ter participado ativamente da preparação do Movimento Armado de 1964, podendo ser considerado um dos seus principais articuladores durante toda a fase conspiratória. Zenóbio da Costa não estava mais entre nós quando da eclosão da Revolução.

General Walters, gostaria de ouvir uma palavra sua sobre o desempenho destes nossos generais, assim como de oficiais, graduados e pracinhas no Teatro de Operações na Itália.

Houve um episódio que trouxe um grande impacto aos americanos. Eles sabiam que o Posto de Comando brasileiro, por estar bem à frente, era muito bombardeado pelos alemães – que se valiam de um canhão muito pesado, 170mm, cuja granada tinha mais de um metro e meio de altura. O Comandante do IV Corpo de Exército, General Crittenberger, na intenção de deixar claro ao General Mascarenhas que não havia objeções quanto à transferência para outro local, disse: "Sei que o funcionamento do seu Quartel-General está sendo muito mais difícil por causa desses bombardeios; caso queira, tem toda a minha licença de deslocar-se para trás, fora da zona bombardeada". O General Mascarenhas replicou, pausadamente: "General, o senhor é americano, e os americanos têm muitos comandos na Itália que podem se deslocar para frente ou para trás, e ninguém notará. Este aqui, sendo o único brasileiro, quando deslocar vai ser sempre para frente e não para trás". Esse acontecimento causou uma excelente impressão.

Uma fase da guerra ficou restrita a golpes de patrulha. Mais tarde, quando o avanço foi retomado, foram encontradas três sepulturas juntas, com a seguinte inscrição em alemão: "Três bravos." O General Mascarenhas quase chorou, soldado não chora mas as lágrimas vieram aos seus olhos; aliás de todos. Quem traduziu a inscrição para ele fui eu. A palavra alemão TAPFERE quer dizer, realmente, heróico. Era uma patrulha brasileira que tinha caído em uma emboscada e não se rendeu, combateu até o último soldado.

Falar de Mascarenhas de Moraes é realmente um privilégio.

A primeira tropa brasileira a entrar em linha foi um grupamento tático regimental, sob a direção do General Zenóbio da Costa, Comandante da Infantaria Divisionária, tendo sido empenhado no Vale do Rio Serchio, para adquirir gradualmente experiência de combate.

O General Zenóbio era um soldado excepcionalmente corajoso, um dos poucos homens em quem jamais percebi qualquer demonstração de medo. Certa vez, eu estava em pé junto a ele, perto de uma ponte, quando fomos surpreendidos por pesado fogo de Artilharia. Seu genro e Ajudante-de-Ordens, Capitão Rubens Vasconcellos, achava-se conosco. Parecendo ignorar as granadas que rebentavam nas proximidades, Zenóbio deu ao genro uma ordem qualquer, com a evidente intenção de afastá-lo da ponte. Certamente, não queria que ele e o genro morressem juntos. Como não fui mandado para lugar algum, fiquei na ponte com ele.

O Presidente Vargas fez uma escolha muito boa entre a calma e o bom senso do Mascarenhas, a fogosidade do Zenóbio e a ponderação do Cordeiro de Farias que comandava com desenvoltura a Artilharia Divisionária.

Os oficiais e graduados, assim como o pracinha brasileiro eram profissionais que estavam à altura de qualquer outro no mundo inteiro. O pracinha, ainda que não acostumado à neve e à montanha, portou-se fabulosamente bem.

Embora o frio constituísse uma novidade para quase todos os soldados brasileiros, a maioria provinha de zonas rurais, habituada com trabalho rude. Ao contrário do que ocorria em geral nas divisões norte-americanas, não se registraram, na Divisão brasileira, casos de doenças nos pés, ou seja, nenhum caso de pé-de-trincheira, a doença do inverno. Lembro-me de que os médicos americanos quando a examinavam, surpresos disseram: "Isso é tropa de Quartel-General". Interrompi dizendo: "Coronel, não diga isso em voz alta, esta Unidade saiu de linha depois de 47 dias de combate".

Há algo singular a que se pode destacar, é que a única Divisão alemã que se rendeu na Itália, o fez diante dos brasileiros, e isso deve ter custado muito aos alemães.

O que mais me impressionou na campanha da FEB foi o fato daqueles soldados tão longe de seu país, sem que existisse realmente uma ameaça de invasão para o Brasil, estivessem ali combatendo pelos outros e com os outros. Foi um esforço colossal, foi o primeiro passo do Brasil no cenário mundial, foi o primeiro gesto brasileiro como grande potência mundial.

Veja que continuo rememorando aqueles tempos, ainda debaixo de forte emoção. Vivi ao lado dos brasileiros episódios inesquecíveis.

General Walters, o senhor poderia dizer por que foi solicitada uma audiência ao General Costa e Silva pelo Embaixador Lincoln Gordon. O que se tratou naquela oportunidade?

Foi muito engraçado, ocorreu alguns dias depois da Revolução. O Embaixador Gordon me chamou e disse que tinha uma instrução do Departamento de Estado para ir falar com o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, e expressar o interesse dos Estados Unidos que não houvesse derramamento de sangue nem execuções. Ah, eu disse ao embaixador não invejo o senhor e ele me disse não se preocupe porque você vai acompanhar-me e fomos ao General Costa e Silva. O Costa e Silva escutou tudo e disse: "Execuções! Quem está falando em execuções? A última pena capital no Brasil foi em 1863. Esses, que estavam ao lado do governo deposto, são nossos companheiros de turma, moramos nos mesmos edifícios, discutimos na mesma sorveteria; não, não, isso não é Brasil, o senhor está confundindo o Brasil com outro país. Isso não existe no Brasil, não se preocupe, embaixador".

General Walters, o senhor teve alguma interferência junto ao General Médici para que não houvesse a cassação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek?

É a única ingerência nos assuntos internos do Brasil que eu confesso. Fiz, porque sabia que, se ele fosse cassado, iria como dizem os brasileiros, dar bolo no exterior. O Presidente Juscelino, por bem ou por mal, era muito popular no mundo inteiro.

A construção de Brasília havia empolgado a todos, e ele, realmente, não havia tomado parte nas coisas que levaram à Revolução, na minha visão. O General Médici, que era então Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), veio almoçar comigo e conversamos muito. Eu lhe disse: "General, gosto muito do Brasil, acompanhei brasileiros quando estavam morrendo pela liberdade na guerra; estou preocupado de estar falando na cassação do Presidente Juscelino, mas se ela for consumada vai dar rolo no mundo inteiro". Ele me disse: "Infelizmente, já está assinada". Foi a única ingerência que eu confesso e não obtive êxito.

Além do mais, nós, nos Estados Unidos, temos uma lei da liberdade de informação que, depois de 12 anos, não há mais segredos. Todos que pensam que tive alguma participação nisso, podem pedir ao Pentágono os telegramas que mandei durante aquela época. Eu era bem informado, mas entre informado e participante há um mundo de distância.

O senhor conhece os militares brasileiros e, por isso, sabe como teria sido a reação deles com relação a um estrangeiro que dissesse: "Vocês devem fazer isso ou não devem fazer aquilo. Por isso, fui muito cuidadoso falando com o General Médici sobre a cassação do Juscelino".

General Walters, finalmente, o que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de Março de 1964 para ficar aqui registrado por meio do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Acho que quem pensa que a Revolução foi um golpe fascista dos militares precisa ver as fotografias que foram tiradas, diante deste edifício, do Comício – se não me engano, do dia 13 de março – das bandeiras vermelhas, das palavras de ordem, dos cartazes expostos, tudo publicado também nos jornais e nas revistas da época. Só isso bastaria para saber se havia perigo dos comunistas tomarem o Poder. O povo sentiu isso, foi para as ruas, estimulou os militares, que viam os acontecimentos com preocupação, impacientes...

Mas me lembro, uma vez, em que eu estava no pátio aqui assistindo ao 7 de Setembro ao lado do embaixador soviético e ele disse: "Vocês, americanos, não têm dom para línguas estrangeiras; vocês sempre exigem que a gente fale inglês com vocês". Embora pudesse haver um pouco de verdade nisso, eu lhe disse: "Embaixador, estranho muito – falei em russo – estranho muito que um homem como o senhor, que tem vivido tanto tempo fora da União Soviética, ainda acredite nesses contos de fada da propaganda comunista". Aí, ele me disse: "Walters, você pode ser um bom soldado, mas diplomata você não o é".

A verdade é que qualquer bom ou mau diplomata percebe claramente que não há o menor nexo achar possível que brasileiros estivessem dispostos a ouvir estrangeiros, americanos, a dar palpite aqui dentro sobre revolução. Acresce que os americanos não tem nada a opinar e muito menos a ensinar para brasileiros em termos de revolução! Há, aí, uma ignorância enorme a respeito do Brasil para pensar que estrangeiros pudessem fazer isso, mesmo que nada entendessem de diplomacia! É isto que tinha a dizer. Obrigado.

General, em nome do Projeto de História Oral do Exército, muito lhe agradecemos pela importante participação para que conhecêssemos, na visão do Oficial-de-Ligação do V Exército americano junto à FEB, o desempenho do Exército Brasileiro e de alguns de seus oficiais na Segunda Guerra Mundial, o seu trabalho e as suas vitórias em proveito das armas do Brasil, mas também pelo valioso depoimento no que concerne à Revolução Democrática de 1964 que, na verdade, visou dar um basta a uma outra revolução, de natureza comunista, que desejava cercear a liberdade dentro do Brasil. General Walters, muito obrigado.

Muito obrigado aos senhores e tudo de bom para o seu grande e heróico País.

Para o seu país também, é o que desejamos.

General-de-Divisão Tasso Villar de Aquino

- Natural da Cidade de Campina Grande, Paraíba.
- Foi Chefe do Gabinete do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército e Comandante da Escola de Instrução Especializada.
- Dentre as funções exercidas como General, destacamos as de Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria/RS, da Divisão Blindada/RJ e da 9ª Região Militar/MS, bem como as de Vice-Chefe e Chefe do DEP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os de Cavalaria, do Exército dos Estados Unidos da América, Fort Riley/Kansas, e de Guerra na Selva, do Exército dos Estados Unidos da América, Fort Shermann – Canal do Panamá/Panamá.
- Em 1964, no posto de Coronel, servia no Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2001.

Aqui estou, com muita satisfação, para falar sobre assuntos ligados à Revolução de Março de 1964, nos quais, em muitos deles, tive participação ativa.

Procurarei responder as perguntas de maneira concisa, racional e convincente.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Minha participação na eclosão foi muito pequena, quase nenhuma. Não estava em Unidade de tropa. Servia no Estado-Maior do Exército, no Palácio Duque de Caxias, na Cidade do Rio de Janeiro.

Confabulei muito, procurando, inclusive, convencer os companheiros indecisos a aderirem à Revolução.

Nos antecedentes da Revolução, tive algumas missões importantes levadas a bom termo. Em 1961, assumi o comando da guarnição de Goiânia, por ordem do Ministro do Exército, na ocasião em que me encontrava agregado, por estar na chefia do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com o encargo de enfrentar e anular a chamada, por eles, "Cadeia da Legalidade" entre Mauro Borges, então Governador de Goiás, e Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul.

Na ocasião, de acordo com as ordens recebidas, impedi o pouso irregular – sem Plano de Vôo aprovado – do avião que trazia o Vice-Presidente João Goulart de volta da sua viagem à China. Vivia-se o episódio da renúncia do Presidente Jânio Quadros, e o projeto de Mauro Borges e correligionários da esquerda era o de levar Goulart, em "carreata triunfal", de Goiânia a Brasília. Teve de entrar no Brasil pela porta da frente, o Aeroporto de Brasília, e sem explorações políticas indesejadas e inadmissíveis.

Durante o período da Revolução, fui encarregado do IPM (Inquérito Policial Militar) sobre o seqüestro do embaixador Charles Burke Ellbrick, dos Estados Unidos da América (EUA) – primeiro seqüestro de embaixador no mundo, efetuado pelas organizações terroristas Dissidência da Guanabara e Ação Libertadora Nacional.

General, o senhor poderia nos dizer quais os principais elementos que compunham essas duas organizações terroristas?

Dissidência da Guanabara

– Franklin de Souza Martins, codinome Waldir;
– Daniel Aarão Reis Filho, codinome Plínio;
– João Lopes Salgado, codinome Dino;
– Fernando Paulo Nagle Gabeira, muito conhecido, codinomes Honório e Mateus;
– Cláudio Torres da Silva, codinome Geraldo;

– Cid de Queiroz Benjamim, codinome Vítor;
– João Sebastião Rios de Moura, codinome Aníbal;
– Sérgio Rubens de Araújo Torres;
– Vera Sílvia Araújo Torres, codinome Marta;
– Helena Bocayuva Kharin;
– Francisco Nelson Lopes de Oliveira;
– João Roberto Spiegner;
– Antonio de Freitas Silva, codinomes Baiano e Pedro.

Ação Libertadora Nacional
– Joaquim Câmara Ferreira, codinomes Toledo e Velho;
– Virgílio Lopes da Silva, codinome Borges;
– Paulo de Tarso Venceslau, codinome Rodrigo;
– Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, codinome Francisco.

Qual a sua ligação com a Comissão Geral de Investigação criada pela Revolução?

Fui Chefe de Gabinete do Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto, Chefe da Comissão Geral de Investigação (CGI), criada logo após a Revolução.

Com muito critério, essa Comissão procedeu aos levantamentos para identificar, em todo o País, as pessoas envolvidas em subversão e corrupção, ações deletérias e lesivas ao interesse nacional, a fim de enquadrá-las nas penas da lei revolucionária. Instruiu, pois, os necessários processos de cassação dos direitos políticos, sem prejuízo das demais sanções da legislação penal, para serem levados à apreciação do Presidente da República.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes do Movimento revolucionário de 1964 estavam no clima anárquico existente, sobretudo no período situado entre janeiro de 1963, quando se deu o retorno ao regime presidencialista através de plebiscito, e 30 de março de 1964, data da reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando a baderna janguista atingiu o seu ponto máximo, com discursos voltados para a destruição da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, sendo o mais desrespeitoso proferido pelo próprio Presidente da República.

Esse evento, ocorrido na Cinelândia, foi a gota d’água para a eclosão da Revolução que se opôs ao clima de subversão instalado em todo território nacional e à tentativa de sindicalização do País.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964?

O Brasil inclinava-se para o comunismo, sob a direção de um Presidente totalmente despreparado para tal missão, como era João Goulart. Daí a intervenção, quase obrigatória, das Forças Armadas, como tem acontecido em todos os momentos difíceis da Nação, atendendo, em todos os casos, aos anseios do nosso povo.

Estamos em condições semelhantes atualmente, quiçá até mais graves, pela ausência de reação.

As greves e a anarquia eram constantes, no período de 1961 a 1964?

Constantes e todas com origem comunista. São exemplos os "grupos dos onze" e as "Ligas Camponesas", estas no Nordeste principalmente.

Qual era, de um modo geral, a posição da maioria do povo brasileiro com relação ao governo deposto em 1964?

A Revolução foi feita pelas Forças Armadas com a participação do povo brasileiro, contra aquele governo nefasto, degradado e desmoralizado. O povo entendeu que era impossível a continuação daquela situação caótica num país opulento e desejoso de continuar democrático como o Brasil.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Absolutamente relevante, decisiva, com a participação destacada da mulher brasileira, que saiu às ruas de terço nas mãos, inteiramente convicta da importância de sua clara e oportuna definição. A mulher brasileira deu partida à Revolução de 31 de Março de 1964, com sua fibra, seu vigor, na defesa intransigente da família, da fé e dos melhores valores e tradições do Brasil.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto?

Inicialmente, apresentou ressalvas, mostrando-se, de certa forma, perplexa, mas, em 1964, aderiu por inteiro, colocando-se ao lado do povo contra aquele governo desclassificado, inclusive nas Marchas a que já nos referimos.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

No meio militar, o clima era de união, tanto que a Revolução teve aceitação total.

As tentativas de cisão foram poucas, sem conteúdo e logo dominadas.

O ambiente na maioria absoluta dos quartéis era de companheirismo, tranqüilidade e confiança nos chefes.

Como exemplos de tentativas de cisões, citamos:

– a ação de Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, visando lançar os sargentos contra os oficiais;

– o movimento dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, sem conseqüências, logo neutralizado.

Embora o senhor já tenha falado sobre o tema, eu lhe pergunto quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

O desastrado e incompetente Governo João Goulart, como um todo; o caos político, administrativo, econômico, social e moral em que havia mergulhado o Brasil; e os fatos já conhecidos do comício da Central do Brasil, da rebelião dos marinheiros, também no Rio – uma afronta à hierarquia e à disciplina – e da reunião no Automóvel Clube do Brasil, da qual já falamos.

A esse trágico comício e a essa fatídica reunião, compareceram o Presidente da República – o principal arquiteto do caos – e o próprio Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que se prestou a esse papel grotesco, lamentável sob todos os aspectos, sobretudo pelas suas responsabilidades à frente do Exército.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, fora de qualquer dúvida. Não só interpretaram a vontade da Nação, como contaram com a participação do povo, o que enfatizo mais uma vez.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sim, sem a menor dúvida. Estava em marcha um movimento comunista para criar a República Sindicalista. O apoio estava nesses "grupos dos onze", nas "Ligas Camponesas" etc. Havia um movimento nitidamente comunista, atrás disso.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.) logo após o início da Revolução?

Encolheram-se, à espera de uma oportunidade favorável para tentar desmoralizar a Revolução.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Magalhães Pinto, grande líder civil. Militares: Generais Costa e Silva, Olympio Mourão Filho e Meira Mattos.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Para mim, foi de preparação interna, exclusivamente nacional, com a simpatia dos EUA.

A que o senhor atribui o incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Atribuo à falta de apoio da opinião pública nacional. O General Assis Brasil não era militar de valor; nunca foi considerado como chefe. A opinião pública estava toda a favor das Forças Armadas e, portanto, contra essa minoria inexpressiva.

Qual a sua opinião quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Opinião favorável. Foram exemplares, demonstrando muita coerência e compreensão. O Movimento foi executado com coordenação. Todos os generais não subordinados ao populismo esquerdista de Goulart revelaram alto grau de liderança, principalmente o General Emílio Médici, Comandante da AMAN.

O emprego operacional dos Cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Sim, a juventude brasileira, notadamente a juventude militar, que se prepara para defender o Brasil com sacrifício da própria vida, não poderia ficar indiferente, omissa a um movimento de tal expressão nacional como a Revolução de 31 de Março de 1964.

A participação da AMAN teve muita importância. A atitude corajosa do General Emílio Médici, colocando os cadetes em posição de combate, foi correta. A nossa juventude não poderia ficar de fora.

Essa atitude evitou o ataque das tropas legais à Academia e levou o I Exército, sediado no Rio de Janeiro, a aderir à Revolução. Nenhum chefe militar atacaria a "alma-mater" do Exército.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964?

Sim, sem dúvida, porque restabeleceram a ordem e o respeito à autoridade, proporcionando ambiente para o trabalho sério e produtivo, robusteceram o primado da hierarquia e da disciplina em suas fileiras e a confiança nos comandantes e chefes corajosos, que não se omitiram.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não, foi um movimento improvisado, sem qualquer preparação prévia, devido ao agravamento da situação, com séria ameaça ao regime democrático. Visava o bem-comum. Foi contra o comunismo e a subversão e pela eliminação da corrupção.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento?

Assim como a Igreja, desde os pródromos do Movimento, ficou solidária. Na eclosão e durante muito tempo, apoiou inteiramente.

Em seu entender, como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Foi uma contra-revolução, abortando a revolução em pleno andamento pelos comunistas.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

As Forças Armadas jamais interferiram nos governos. Eles fizeram o que quiseram e acertaram.

Quais foram as acertos da Revolução de 31 de Março de 1964?

Primeiro, a organização do País, que estava um caos. Depois, retomou o princípio da autoridade, da hierarquia. Enfim, trouxe ordem e progresso para o País.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros?

O primeiro foi considerar todos os opositores como inimigos, adversários. Se a Revolução tivesse aproveitado melhor a nossa elite política, a influência exercida pela Revolução sobre a juventude teria sido muito maior. Para mim, foi o grande erro do Movimento. Havia muita gente boa que, embora pensasse diferente de nós, poderia ter sido chamada a colaborar, o que engrandeceria os quadros à disposição dos grandes ideais que nortearam o nosso Movimento.

Por outro lado, não tratou, com o rigor devido, os inimigos, exploradores do povo brasileiro, traidores do Brasil. Esses indivíduos, que haviam sido enxotados pela opinião pública nacional, voltaram ao Poder a partir de 1985, fato que vem se agravando de 1990 aos dias atuais. Tudo isso deu azo ao "revanchismo" desenfreado dos últimos 15 anos, que desembocou na tragédia nacional do momento presente.

Os sucessos econômicos da Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os melhores da economia brasileira por

renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG), em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Primeiro, o escrúpulo natural do militar de fazer propaganda do que realiza, o que, de certa forma, está errado, pois os governantes têm que dar conhecimento de suas realizações à opinião pública.

Segundo, porque, para os contrários que hoje estão no Poder, o ideal é silenciar sobre tudo que a Revolução fez de positivo, evitando que as atuais gerações conheçam os grandes acertos do período revolucionário.

A "batalha da comunicação social" foi perdida ou os militares não quiseram engajar-se nela?

Na minha opinião, não nos engajamos e por escrúpulos, característica da nossa formação militar.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Como o senhor viu a atuação dessas organizações de terroristas e seqüestradores? Foram eles os causadores da repressão ou, como alguns dizem, fomos nós que não proporcionamos os canais para que eles pudessem se manifestar?

O objetivo deles era a destruição do Brasil. Fizeram isso por convicção, por maneira de ser própria deles e não por nossa ação contrária, absolutamente. Fiz o inquérito, como já disse, do seqüestro do embaixador americano e conversei muito com esses terroristas. Minhas informações transmiti às autoridades responsáveis, por escrito. Cheguei, logo, a uma conclusão: eram todos filhos, sem exceção, de pais separados, com ódio da sociedade. Diziam mesmo que desejavam se vingar dessa "sociedade cruel". Eram jovens sem responsabilidade alguma.

Tratei os terroristas que interrogava, sempre, dentro das normas tradicionais do Exército e das Forças Armadas Brasileiras, num desmentido cabal e completo às caluniosas referências revanchistas aos pretensos "anos de chumbo". Todos se manifestavam surpresos, e agradecidos, com o bom tratamento recebido, muito ao contrário das expectativas que traziam e do comportamento que, certamente, teriam, se inversa fosse a situação, isto é, no desafortunado caso de eventual vitória comunista.

Foi preciso haver cerceamento da liberdade de expressão, em face da atuação dessa gente?

Cerceamento houve, mas o mínimo possível. Pode-se dizer que existiu bastante liberdade e muito pequeno cerceamento, por necessidade de segurança e

tranqüilidade da sociedade e da família brasileiras, e para assegurar a elevação do padrão moral da mesma sociedade.

Hoje, tudo é permitido e a promoção da violência, pornografia, contestação tem amplo e livre curso e espaço inteiramente liberado.

O Ato Institucional nº 5 era necessário? Qual a sua opinião?

Absolutamente necessário, para afastar as Forças Armadas, com suas Unidades constituídas e fardadas, da luta estranha ao seu dever constitucional.

O AI-5 veio num momento de insidioso questionamento da Revolução pelos seus inimigos, tanto por parte dos postulantes da luta armada, como por aqueles parlamentares que decidiram enfrentá-la abertamente.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações como o SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações)?

Sim, todas as nações civilizadas do mundo têm, como defesa, o seu serviço de informações. Por que razão o Brasil deveria deixar de tê-lo?

Da mesma forma, os Destacamentos de Operações de Informações, pertencentes aos Centros de Operações de Defesa Interna, corajosamente, enfrentaram, de armas nas mãos, os inimigos da Pátria que optaram pela luta armada para, mais uma vez, tentar comunizar o País.

Qual a sua opinião acerca do comportamento do Congresso Nacional?

Muito tíbio, sem expressão, de uma maneira geral.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É falsa, mentirosa, essa afirmação. Não houve "ditadura militar", "anos de chumbo" ou qualquer coisa semelhante, mas sim ação vigilante e atuante em defesa da sociedade e do povo brasileiro. Algo semelhante ao que ocorreu na França, sob as ordens de De Gaulle: um governo forte. Ditadura, que nós tivemos, foi a de Getúlio Vargas.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Sim, demais. Deveria ter terminado no Governo Médici. Essa demora foi por interesses de pessoas e grupos bem conhecidos.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, pelo contrário, só desvantagens. Foi uma época de muito sacrifício para os militares, inclusive no que tange à remuneração. Castello Branco, também, diminuiu drasticamente o tempo de permanência na ativa dos oficiais-generais e terminou com a promoção a general quando da passagem à inatividade.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Foi uma fase de tranqüilidade e segurança para a nossa sociedade e para a família brasileira, bem como de muito progresso e prosperidade material e moral para o Brasil. O País passou por uma época de desenvolvimento como nunca houve em toda a sua História.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Por questão de princípio e formação, também. O militar tem a sua função definida, nobre, que não se coaduna com a atividade política. Então, tinha que se dar o desengajamento o mais depressa possível.

A Revolução veio para tornar o Brasil democrata, mantendo a sua formação cristã, sistema que os comunistas, valendo-se do Governo anárquico de João Goulart, e com total apoio do próprio Presidente da República, tentaram substituir por um regime totalitário.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" desde o Governo Geisel?

Acho que foi excessiva e inoportuna; um dos erros da Revolução. Aceitar a volta ao Poder dos inimigos do Brasil, que a Revolução havia combatido e anulado, foi um erro grosseiro e que, hoje, estamos tendo a oportunidade de confirmar plenamente.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Não, absolutamente. Nos resultados econômicos, ele foi semelhante aos demais. Foi muito injustiçado, mas fez tudo o que pôde.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo"? Ele está bem caracterizado na mídia brasileira?

O "revanchismo" muito se agravou após o período revolucionário. A mídia tem grande responsabilidade nesse processo, procurando jogar o povo brasileiro contra as suas Forças Armadas. É algo intrigante a infiltração da esquerda na Imprensa, dominando-a quase que integralmente, sem que haja o contraditório.

Os proprietários dos principais meios de comunicação, inclusive dos grandes jornais e das redes de televisão, embora não sejam extremistas nem de esquerda nem de direita, deixam, inexplicavelmente, que tais jornalistas formem a opinião pública. O procedimento desses magnatas é estranho. Primeiro, porque a Revolução que eles apoiaram, hoje não tem voz infelizmente; segundo, porque eles têm muito a perder com a implantação de um regime totalitário em nosso País.

Assim, aqueles que têm o poder econômico e, em conseqüência, o poder de decisão na área da comunicação social, são os que permitem que haja esse desequilíbrio brutal, com absoluta predominância da esquerda. Será que é o dinheiro da propaganda governamental ou do exterior que os move e que os modificou tanto?!

No seio do povo e das instituições que têm mais força – como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Centrais Sindicais e nas principais organizações estudantis – é uma minoria que fala e grita, enquanto a maioria fica quieta, dando uma falsa impressão da realidade, uma idéia de que os "revanchistas" representam a sociedade, o que é uma grande mentira.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, a situação do comunismo? Com o término da bipolaridade, da guerra fria, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu e nunca desaparecerá. Ele perdeu, após o fim da bipolaridade, o apoio da União Soviética, que se esfacelou, mas continua presente em todo mundo, inclusive no Brasil, onde se encontra à espera de uma oportunidade para dominar completamente o Poder, como se verifica, por exemplo, através da insidiosa atuação do MST e de seus líderes desordeiros, como João Pedro Stédile, José Rainha e vários outros.

Igualmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e vários de seus Ministros, a exemplo de Serra e José Gregori, vêm da esquerda radical.

Os seguidores do comunismo, no Brasil, estão muito ativos no processo de destruição e desagregação nacional, sendo que muitos sob a roupagem "globalista neoliberal".

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Vejo como um fato real, positivo. É o que acabei de dizer: a minoria grita e a maioria cala. Mas as pesquisas de opinião estão aí para apontar que a quase totalidade do nosso povo que, por índole, não grita, quando é chamada a opinar, mostra que sabe ver as coisas, sendo, por isso, favorável às Forças Armadas.

Gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrado neste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

As perguntas formuladas abordaram bem o assunto. Apenas, talvez, deva acrescentar que precisamos estar continuamente preparados para atuar em defesa de nossa soberania e dos nossos recursos naturais, em especial na nossa rica Amazônia, ameaçada permanentemente. O mundo está "de olho" nessa imensa e poderosa região; disso, não podemos esquecer.

Considerando o panorama atual onde campeia a corrupção, o crime organizado e as privatizações irresponsáveis, que ensinamentos a Revolução nos deixou e que poderiam ser aplicados à atual conjuntura?

A meu ver, estamos precisando de nova revolução. O atual Presidente, Fernando Henrique, é um pulha. Sujeito desclassificado, gozador da vida. É hora de uma nova revolução, séria, com todas as virtudes e sem os erros da anterior.

Qual a mensagem final que o senhor deixaria para as gerações futuras, a respeito da Revolução de 1964?

A de confiança no Brasil, na nossa gente e nas enormes possibilidades econômicas do País. O Brasil é uma Nação abençoada, que tem tudo, não precisa da ajuda de ninguém. Só falta governo. O dia que o tivermos, nossos problemas estarão resolvidos, como o foram, com inteligência e patriotismo, durante o período revolucionário.

Vice-Almirante Sérgio Tasso Vásquez de Aquino

- Natural da Cidade de Curitiba, Paraná.
- Foi Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Comandante da Força de Submarino.
- No exterior: Assessor do Colégio Interamericano de Defesa e "International Senior Fellow" da National Defense University, dos EUA.
- Possui todos os cursos regulares da Marinha e Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra, além dos Cursos de Orçamento-Programa, do Ministério do Planejamento, e de Análise e Elaboração de Projetos, da Fundação Getúlio Vargas; é Bacharel em Administração e em Economia.
- Em 1964, era Capitão-Tenente e servia na Escola Naval como Instrutor de Psicologia e Liderança e Comandante de Batalhão e Companhia no Comando do Corpo de Aspirantes.

Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2002.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que este esforço do Exército Brasileiro para devolver à nossa Nação a verdade histórica dos fatos de 31 de março de 1964, através do Projeto de História Oral, merece e deve ter plena difusão na sociedade brasileira, exatamente para que os jovens que não vivenciaram aquela época possam ser informados do que de fato se passou e não sejam envenenados pelas versões "revanchistas" que hoje pululam pelo nosso Brasil.

Assim, é com extrema gratidão e satisfação que, hoje, aqui me apresento.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Nos antecedentes da Revolução, era Capitão-Tenente. Em janeiro de 1964, após desembarcar do Submarino *Riachuelo*, me apresentei para servir na Escola Naval. Nessa época, havia uma ebulição nacional provocada pela tendência governamental de agitar as chamadas "reformas de base", em termos de um populismo demagógico, que logo foi envolvido pela ideologia comunista, e o então Presidente da República, João Goulart, se fez refém dos aventureiros que tentavam impor ao Brasil o jugo da esquerda mais radical. A insatisfação grassava na sociedade brasileira pelas agitações, greves e pela insegurança gerada. Mais grave ainda, porém, foi o germe da indisciplina inoculado nas Forças Armadas, principalmente na Marinha de Guerra, em que os agentes do comunismo tentaram levantar os subordinados contra os seus superiores e, assim, quebrar a espinha dorsal de toda a instituição militar, que é alicerçada nos princípios básicos de hierarquia e disciplina. Inclusive, fizeram uso de chefes populistas e demagógicos das Forças Armadas, como os chamados "generais do povo" e o famigerado Almirante Aragão, que era o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. Por isso, digo que grassava um ambiente de profunda preocupação e insatisfação na sociedade e de consternação nos verdadeiros militares, que eram fiéis ao seu juramento de defesa da Pátria, da hierarquia e da disciplina.

Na Marinha, infelizmente, vivíamos uma expectativa de, a qualquer momento, ocorrer um levante de marinheiros e fuzileiros e, inclusive, de estes atacarem seus oficiais. Eu servia no Comando do Corpo de Aspirantes da Escola Naval e o Comandante, que na época era chamado de diretor, o Almirante Júlio Xavier de Araújo Silva, uma pessoa muito querida pelos seus comandados, optou por não envolver os Aspirantes de Marinha nos movimentos iniciais de reação contra a avalanche comunizante. Ele preferiu que os Aspirantes de Marinha fossem colocados à margem, o que os desgostou terrivelmente, principalmente por saberem que os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, sob o comando do General Médici, haviam assumido dispositivo de batalha decisivo para a sorte da Revolução.

Para que se tenha uma idéia da dramaticidade da época, nós, oficiais do Corpo de Aspirantes, passávamos as noites em claro, “de volante” (expressão de Marinha que significa sem ter lugar fixo onde ficar) e armados para defender a parte alta da Ilha de Villegagnon contra um eventual ataque da parte baixa, onde ficava a guarnição. Vejam que essa situação tensa devia-se à inoculação do germe da quebra da hierarquia e da disciplina. É verdade que a maioria esmagadora dos marinheiros e sargentos era fiel ao Brasil, à Marinha e ao seu juramento, mas havia uma minoria atuante, manipulada pelos comunistas, que queria fazer essa ação de destruição.

Os oficiais de Marinha que serviam em terra acorreram para o Clube Naval, que foi convencionado como um bastião de defesa da Marinha para a manutenção de seus valores. Por sinal, o armamento e a munição que foram para o Clube Naval, para defendêlo numa hipótese mais grave, foram levados da Escola Naval por inspiração de um grande chefe revolucionário, o então Capitão-de-Fragata, hoje Almirante-de-Esquadra Reformado, José Calvente Aranda. Eu mesmo presenciei acontecimentos dramáticos no Clube Naval, em que a oficialidade toda clamava por um enérgico repúdio da alta cúpula da Marinha quanto ao estado de indisciplina que prevalecia na Força. Houve um momento em que os quatro estrelas, e eram só quatro na Marinha, foram convocados ao Clube Naval, onde um capitão-tenente, duas turmas mais moderno do que eu, com o dedo em riste, disse-lhes o seguinte: “Os senhores foram culpados por essa situação a que a Marinha chegou e têm agora a responsabilidade de resolver este problema”. Foram realmente dramáticos esses momentos, em que os oficiais de Marinha demonstraram-se dispostos a resgatar o primado da hierarquia e da disciplina à custa da própria vida, como afirmamos no nosso juramento. Graças a Deus, prevaleceu o bom senso e a união das Forças Armadas. A atuação decisiva do Exército se fez sentir e o Brasil pôde debelar aquela trágica crise da História nacional, que Deus queira não se repita.

Gostaria de dizer que, naquele contexto, houve chefes navais que se destacaram pela sua firmeza e, aqui, presto homenagem a cinco almirantes, que eram conhecidos como “as irmãs Dione”, justamente porque eram cinco: Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Almirante Armando Zenha de Figueiredo, Almirante Waldeck Lisboa Vampré, Almirante Francisco Simas de Alcântara e Almirante Ernesto de Mello Baptista, todos vice-almirantes na época. Outros chefes de hierarquia menor também se destacaram e mantiveram o espírito marinheiro.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Temos que ver os fundamentos históricos. O Brasil é um País extraordinário, riquíssimo em recursos de toda a natureza e, portanto, é alvo cobiçado por qual-

quer movimento, ação ou estratégia que vise a empalmar o Poder em termos mundiais. Então, os comunistas, há muito tempo, visavam à conquista do Poder no Brasil, inclusive como forma de garantir a tomada do Poder em toda a América do Sul. Tivemos a primeira tentativa em 27 de novembro de 1935; é importante lembrar que o Partido Comunista fora fundado, no Brasil, em 1922. No entanto, houve o insucesso. Eles tentaram, na calada da noite, impor o regime comunista a força, assassinando os companheiros militares fiéis ao Brasil, mas foram derrotados. Em 1963 e 1964, veio a nova tentativa, já com a conivência do Governo populista e demagógico que havia no País, o Governo do Presidente João Goulart, que agitando, como já disse, as "reformas de base", pretendia empalmar a liderança que lhe faltava, uma vez que assumiu o Poder por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

No princípio, acreditava-se que o Presidente João Goulart fosse apenas um inocente útil, manipulado pelas esquerdas e pelo seu cunhado, Leonel Brizola. No entanto, a partir do momento decisivo que foi o comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, e agravado ainda mais com a reunião do Automóvel Clube do Brasil no Rio, cuja finalidade aparente era comemorar, se não me engano, o aniversário e a posse da nova diretoria eleita do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar e que, na verdade, foi um *show* de subversão explícita, envolvendo graduados das três Forças Armadas, ficou claro que, mais do que conivente, o Presidente era um partícipe declarado e voluntário do sistema de destruição do País.

Portanto, as raízes da Revolução estão na tentativa de tomada do Poder, no Brasil, pela avalanche comunizante que se havia manifestado no mundo antes do final da Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética, vencedora da guerra e aliada dos Estados Unidos da América, resolveu seguir um caminho próprio de domínio universal. Resumindo, a Revolução de 1964 no Brasil encontra os seus antecedentes em dois fatos: primeiramente, por ser o Brasil, até hoje, um alvo cobiçado por quem quer que queira estabelecer o seu jugo no mundo e, também, no quadro do resultado final da Segunda Guerra Mundial e da ambição da União Soviética de impor a todos os continentes a sua dominação no quadro da guerra fria, criado no pós-guerra.

Diria, conseqüentemente, que a influência da guerra fria sobre a Revolução de 1964 foi total, porque o nosso Movimento foi exatamente uma reação contra essa tentativa de tomada do Poder, que, como eu disse anteriormente, também tem essa moldura da luta entre a União Soviética e os Estados Unidos da América na questão do domínio do mundo.

Entretanto, podemos dizer, com muito orgulho, que a Revolução de 31 de Março salvou o Brasil, a América do Sul, a América Latina e, quiçá, uma grande

parte do mundo, porque deu um basta à ação comunista num local que era estrategicamente muito importante para os vermelhos, onde, se tivessem ganho a batalha, teriam conquistado uma frente extremamente valiosa.

Poderia abordar alguma coisa a mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março, complementando o que já nos foi dito?

Primeiramente, menciono a ineficiência e a demagogia populista do Governo de plantão do senhor João Goulart, que desembocava na desconfiança em relação à sua pessoa. Havia uma grande incerteza em relação à capacidade do Presidente João Goulart para assumir uma função como aquela. Tanto é que se tentou impor o parlamentarismo no Brasil, como forma de impedir que ele chegasse a exercer o Poder pleno e, conseqüentemente, fazer com que fosse como uma "rainha da Inglaterra": que reinasse, mas não governasse.

Imediatamente antes, houve a frustração enorme provocada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, que, em pleito memorável, havia sido eleito pela maioria esmagadora dos eleitores. Ele trazia uma promessa de moralização do ambiente político brasileiro, que seus eleitores acompanharam com entusiasmo. Logo, aquela renúncia foi um balde d'água fria, uma frustração terrível para a sociedade brasileira e no ambiente político.

Houve também a corrupção do Governo de Juscelino Kubitschek. Lá nasceu a inflação. Grandes coisas foram feitas, mas a corrupção teve uma expansão extraordinária e a inflação brasileira, podemos dizer, surgiu, exatamente, naquela época.

Releva, ainda, citar a agitação e a propaganda das "reformas de base", a exploração e a infiltração comunistas nos principais setores da nacionalidade, além da atividade deletéria de alguns líderes políticos que se fizeram porta-vozes de posições extremadas e, nesse caso, é preciso relembrar a atuação de Leonel Brizola, que exercia uma influência muito grande no seu cunhado, João Goulart.

Para ser bastante objetivo e honesto nas minhas considerações, devo dizer que havia uma marca ainda mais remota, daquela célebre linha divisória que se travou, no Brasil político, entre os indivíduos que eram seguidores e simpatizantes do Presidente Getúlio Vargas e os que eram contra. Houve um acontecimento extremamente marcante na vida das Forças Armadas: o episódio de 11 de novembro de 1955. Ele cavou uma fossa profunda entre as Forças Armadas, que, graças a Deus, pelo patriotismo dos seus integrantes, pela irmandade de objetivos e amor ao País, foi vencida ao longo do tempo. Então, esse é o grande quadro de acontecimentos que antecederam a Revolução de 31 de Março de 1964.

Havia, de fato, um clima de insatisfação da maioria do povo brasileiro com relação ao governo deposto?

Sim. Era um governo que não inspirava confiança e que não garantia a tranqüilidade da família brasileira, o direito de ir e vir, de trabalhar em paz, de produzir. Então, havia, realmente, uma insatisfação muito grande.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação a esse governo deposto?

De extrema desconfiança, exatamente pela sua inclinação esquerdizante e o seu envolvimento com os comunistas. Daí o porquê do apoio entusiasmado da Igreja à parte inicial da Revolução, antes do surgimento dos "padres de passeata" em 1968. Diria, ainda, que a Igreja saudou com júbilo a eclosão do Movimento de 31 de Março.

Gostaria de dizer alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas", o "grupo dos onze" do Brizola ou outro movimento semelhante?

As "Ligas Camponesas" nos lembram Francisco Julião e o "grupo dos onze", Leonel Brizola. Eram grupos que se propunham a convulsionar, no Brasil, o ambiente rural, no caso das "Ligas Camponesas", e urbano, no caso do "grupo dos onze". Pode-se também dizer que eles se propunham a acelerar a tomada do Poder pela via armada. Dessa forma, estão, nesse contexto, como os antecedentes de tudo o que veio depois, em termos de guerrilha e terrorismo nos ambientes rural e urbano.

O senhor já analisou o que se passou no meio militar, abordando a Escola Naval e o nosso Clube Naval que teve uma participação efetiva na Revolução. Mas o senhor poderia dizer mais alguma coisa sobre essa busca pelos agitadores da cisão dentro das Forças Armadas?

Essa pergunta dá a oportunidade de fazer algumas analogias históricas. Alguém já disse o seguinte: "Você pode confiar num comunista; ele é comunista mesmo e vai ser sempre". E eles, os comunistas, seguem sempre o mesmo procedimento. Então, quando implantaram o comunismo na União Soviética, que ainda era o Império russo, no ambiente militar iniciaram a sua revolução pelo aliciamento dos marinheiros. Lembrem-se todos do episódio do encouraçado *Potiomkin*, também chamado por alguns de *Potemkin*, em 1905, quando os comunistas insuflaram a rebeldia dos marinheiros por motivos de rancho, ou ainda, do cruzador *Aurora*, que, nos antecedentes da Revolução de Outubro de 1917, levantou-se e bombardeou a Cidade de Leningrado. No Chile de 1963, a subversão nas Forças Armadas tinha importantes células na Marinha de Guerra.

No Brasil, também escolheram iniciar a revolução pela Marinha, embora as três Forças Armadas, indistintamente, tenham sido inoculadas pelo germe da que-

bra da hierarquia e da disciplina e pela tentativa de aliciamento das praças contra os seus superiores.

Gostaria de lembrar dois episódios que antecederam a revolta dos marinheiros e fuzileiros, aqui, no Rio de Janeiro. Falo da revolta dos sargentos em Brasília, um ano antes, na área Alfa, e da sabotagem que os sargentos mecânicos da Força Aérea fizeram contra as aeronaves, que, conseqüentemente, ficaram impossibilitadas de decolar. Felizmente, essa tentativa de cisalhamento não teve sucesso, porque a maioria esmagadora dos graduados se posicionou contra a crise provocada, artificialmente, pela subversão de cúpula conduzida pelo governo, aliada à subversão de base, a cargo, principalmente, do Comando Geral de Greve, depois CGT, e das Confederações de Trabalhadores, que agiam ao lado da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Permito-me dizer que essa é uma lição para os dias de hoje. As Forças Armadas não são do Estado nem do Governo nem do Presidente da República. As Forças Armadas são da Nação e estão a serviço da realização dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP). Elas não são guardas pretorianas. Esses generais do povo e outros indivíduos que seguiam tendências submissas, ao se fazerem apenas seguidores do poderoso de plantão, visavam, talvez, a alguma vantagem, sopitando seu juramento de fidelidade à Bandeira e à nossa Nação. Vejam que tudo se desmoronou feito um castelo de areia, porque lhes faltava conteúdo.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Essa marcha foi decisiva, porque mostrou a reação da sociedade brasileira, o que estimulou as Forças Armadas a agirem. Por sinal, as Forças Armadas brasileiras têm uma característica muito expressiva: são formadas de integrantes do povo e agem estimuladas, fundamentalmente, pelo clamor que dele advém. Foi assim em 1964.

Cabe destacar o papel da mulher brasileira, com seus terços, na Marcha da Família. Mostraram nossas valentes mulheres o repúdio da sociedade à tentativa de nos comunizar e nos colocar sob a égide de um sistema totalmente incompatível com nossa herança nacional.

As Forças Armadas, então, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

As nossas Forças Armadas nunca constituíram uma casta, como em alguns lugares do mundo. Inclusive, o General Aricildes Motta, que nos acompanha nesta

jornada, privou comigo nos Estados Unidos da América, onde tive a oportunidade de dizer aos companheiros das Forças Armadas americanas o seguinte: “Para que um jovem seja admitido na Academia Militar de West Point, na Academia Naval de Annapolis ou na Academia da Força Aérea de Colorado Springs, tem que ser indicado por dois políticos com assento no Congresso ou pelo Presidente da República, caso não seja filho de um herói militar dos Estados Unidos. Entretanto, no Brasil, o processo é mais democrático. O ingresso está aberto a todos os jovens brasileiros que sejam aprovados em um concurso intelectual e realizado anualmente”.

Portanto, as Forças Armadas sempre estiveram visceralmente ligadas ao povo e ao sentimento nacional brasileiro. É, também, por isso que, quando atuam, interpretam exatamente o sentimento da Nação. Assim, ocorreu em 1964.

Havia, a seu ver, uma revolução de cunho comunista em andamento para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Claro. Havia greves, agitações, quebras constantes da ordem pública, manipuladas pelos comunistas, e subversão nas Forças Armadas. Enfim, havia um processo de destruição de tudo o que existia de bom na ordem vigente para colocar, em seu lugar, a ordem nascente do comunismo, que era o desiderato ideológico daquela gente.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Assim que a Revolução eclodiu, o Congresso Nacional, da mesma forma que a Igreja e a imprensa, imediatamente tomou o partido da Revolução num corolário do sentimento popular, que não suportava mais aquele estado de desgoverno e baderna no País. Quero lembrar, aqui, a declaração de vacância do cargo de Presidente da República feita pelo Senador Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso Nacional na época.

Como se portaram os sindicatos e as entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

No primeiro momento, retraíram-se por temor. Ficaram assustados porque a Revolução foi retumbante na sua vitória. Contiveram-se a princípio, porém, mais à frente, e se tivesse que eleger uma data, diria que em 1968, voltaram, com força total, através de movimentos de massa, sindicais e de estudantes, a exercer uma ação permanente de tentativa de imposição da ordem comunista, até mesmo pela via armada. Podemos dizer que houve o aliciamento e o recrutamento da juventude sindical e universitária para a causa da revolução comunista. Desse

universo, saíram muitos guerrilheiros e terroristas em geral, como assaltantes de bancos e seqüestradores, muito dos quais hoje exercem funções importantes no Governo da República e em todos os setores oficiais e privados da vida nacional.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Com relação à eclosão da Revolução, teria que citar Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo.

Os líderes militares mais atuantes, no momento da eclosão, não podemos negar que foram o General Olympio Mourão Filho, o General Carlos Luís Guedes, ambos de Minas Gerais, o General Arthur da Costa e Silva, o General Amaury Kruel, que foi decisivo na definição do impasse em relação ao I Exército, e aquele que eu, pessoalmente, considero o expoente da Revolução e o melhor Presidente que o Brasil teve – o General Emílio Garrastazu Médici.

Quanto ao período revolucionário, temos que acrescentar o General Castello Branco e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Da Marinha, especificamente, torno a citar aqueles cinco almirantes: Almirante Vampré, Almirante Simas de Alcântara, Almirante Ernesto de Mello Baptista, Almirante Rademaker e Almirante Armando Zenha de Figueiredo.

A Revolução foi um movimento de preparação interna ou houve apoio externo, em especial dos Estados Unidos?

Pelo que sentíamos, na época, a Revolução foi um movimento espontâneo da Nação brasileira. Foi uma reação do povo, como disse antes, contra toda aquela mazorca que nos estava sendo imposta, e das Forças Armadas contra a tentativa de destruição da hierarquia e da disciplina. Enfim, foi uma reação nacional, do povo e das suas Forças Armadas, contra uma doutrina, uma filosofia de vida ou uma cosmovisão que agredia o sentimento nacional brasileiro.

É evidente que os Estados Unidos se afligiam com o que acontecia no Brasil. Se Cuba, com apenas 10 milhões de habitantes, lhes criava tantos problemas, o que acontecia no Brasil certamente os preocupava. Além disso, pelo que sabemos, hoje, sobre a ação dos Estados Unidos no mundo, é até bem provável que pensassem em interferir. No entanto, o êxito pleno do Movimento, em tempo diminuto, transformou-os em atentos espectadores. Diria até que, se qualquer participação fosse por eles ensaiada, não seria aceita de forma nenhuma pelos patriotas que fizeram a Revolução de 31 de Março.

A que o senhor atribuiu o rápido desmoronamento do "esquema militar" que João Goulart apregoava?

Lembro-me bem do General Argemiro de Assis Brasil, que era Chefe da Casa Militar do Presidente João Goulart e vivia falando sobre o seu "esquema militar". Para mim, aquilo era um blefe, isto é, não tinha respaldo no sentimento das Forças Armadas brasileiras. Quando foi testado, não houve nem reação, o que prova que ninguém estava com aquela gente que tentava subverter o Brasil. Então, o tal "esquema militar" caiu de uma forma ridícula, ou seja, sem reação.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas que estiveram na iminência de um combate? Como o senhor vê esse aspecto nos que apoiavam Goulart e nos do outro lado?

O outro lado, eu diria, foi responsável por um dos melhores momentos das Forças Armadas. Aqueles chefes que resolveram fazer a Revolução, rompendo com a ordem vigente, deram uma demonstração de patriotismo, de amor ao País e de consciência exata de quais eram os seus deveres, inclusive, correndo todos os riscos. Eles se levantaram em armas contra um governo supostamente legal, mas realmente espúrio, que deixou de ser legitimado pelas ações absurdas que desenvolvia. Tratava-se de um governo legal, mas que não era moral, nem legítimo. Por isso, esses homens, por fidelidade ao seu juramento, quiseram devolver o Brasil ao leito do seu grandioso destino. Deram uma demonstração cabal das melhores virtudes militares. Tanto tiveram liderança, que foram seguidos pelos comandados, a despeito de romperem com a ordem vigente. O mesmo não aconteceu em relação aos "generais do povo", porque eram ilegítimos e não tinham liderança. Ficaram sozinhos.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento?

Esse foi outro momento decisivo. Infelizmente, os Aspirantes de Marinha não tiveram autorização para assumir uma postura semelhante e esse fato, apesar dos 38 anos que já se passaram, ainda me comove. Mas foi o General Médici, então Comandante da AMAN, o responsável por tal decisão histórica e única.

Sei muito mais sobre a Revolução por causa do meu pai, General Tasso Villar de Aquino. Sei, por exemplo, que o General Âncora, um grande e respeitável chefe militar, como Comandante do I Exército e sem nenhuma intenção de usufruir vantagem, optou por defender a ordem vigente. Foi por uma questão de consciência; quem o conhece sabe que ele era um homem absolutamente correto,

probo, um excelente chefe militar. Então, ele dirigiu-se para Resende e teve um encontro histórico, com o General Amaury Kruel, que viera de São Paulo. Esse encontro foi na AMAN. O General Âncora, como qualquer chefe digno, jamais atacaria a AMAN. Ele se compôs com o General Kruel e não houve nenhum derramamento de sangue. Por isso, digo que o posicionamento dos cadetes da AMAN foi decisivo para a vitória da Revolução.

Foi decisivo e ainda teve um reflexo extremamente positivo nas tropas de São Paulo, elevando psicologicamente o moral, já que São Paulo não tinha o Poder bélico do Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs).

Não tinha expressão militar como a do Rio de Janeiro.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns dos objetivos estratégicos principais visados pelas tropas que participaram da Revolução?

Vou me meter, agora, numa seara que não é minha: estratégia terrestre. De qualquer forma, diria o seguinte: assegurar rapidamente o controle do triângulo estratégico Rio–São Paulo–Minas Gerais é fundamental para o controle do Brasil. Além disso, isolar o governo de então pela surpresa e neutralizar qualquer capacidade de reação dos comunistas e seus aliados. Aí ficou patente, mais uma vez, a fragilidade do esquema militar de apoio a João Goulart.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após o Movimento de 31 de Março de 1964?

Com certeza. Até as cicatrizes do passado recente, como a questão do 11 de Novembro, a compra do navio aeródromo para a Marinha, a não outorga dos aviões de asa fixa para a Marinha, foram esquecidas. Os militares se uniram em torno da Nação. Foi um dos momentos formidáveis da História do Brasil e das Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Sim. Em nacionalismo e democracia. Em outras palavras, era a defesa do Brasil para os brasileiros e pelos brasileiros por uma vida justa e feliz. A Revolução dizia pretender três coisas: jugular a subversão, debelar a corrupção e promover o homem comum brasileiro. Basicamente, fazia parte da Revolução de 31 de Março o compromisso visceral com o Brasil, com a defesa da Pátria e a dignidade do nosso povo.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento?

No princípio, sim. Lembro-me de editoriais bombásticos nos principais jornais do País: *O Globo*, *Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo* etc. No primeiro

momento, foi um apoio entusiasmado, porém, depois de 1968, começou a haver reação à Revolução. As críticas se intensificaram e, hoje, a mídia está em completa oposição às Forças Armadas e transmite uma versão mentirosa sobre os acontecimentos de 31 de Março. São expressões do "revanchismo" e do oportunismo. Omitem da nossa juventude que a mazorca do período João Goulart era insuportável para o País como um todo.

No seu entender, o termo "revolução" está correto? Ou seria "contra-revolução"?

Nós nos chamamos "revolucionários" e dizemos a "Revolução Democrática de 31 de Março". Afinal, no contexto histórico, "revolução" é todo levante militar de armas contra uma ordem vigente, a ser substituída por outra, dentro do mesmo contexto, digamos, ideológico. Assim, podemos falar sobre as revoluções que se processaram na América Latina, inclusive, as revoluções históricas do Brasil, como a Revolução Farroupilha, a Revolução de 1930, a Revolução dos Tenentes.

Entretanto, os comunistas gostam de se assenhorear dos conceitos, dando à palavra o significado que lhes interessa. Para eles, revolução é a deles; é a implantação do comunismo num país, numa região ou no mundo. Dentro, então, desse aspecto ideológico, o Movimento de 31 de Março seria uma contra-revolução, mas, em termos históricos, uma revolução, pois foi um levante militar contra a tentativa apoiada pelos comunistas de mudar o regime.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governos cujos presidentes eram militares. A estrutura do Poder era totalmente civil. As garantias constitucionais foram mantidas para todos os cidadãos, menos para aqueles que subversivamente se opunham à ordem vigente, o que revelava uma preocupação com a defesa do Estado, presente até nas sociedades democráticas. As casas do Legislativo e todo o Judiciário tiveram funcionamento normal, apenas com uma suspensão do Legislativo durante o período do Presidente Geisel.

Mas uma coisa muito importante precisa ser dita, quando temos um Presidente reeleito graças a conchavos políticos. Nenhum dos presidentes militares foi reconduzido; havia alternância no Poder. Isso quer dizer que não houve um ditador de plantão, um camarada que usasse o Poder em benefício próprio. Na verdade, tivemos aqui um regime de força, de exceção, em decorrência das circunstâncias. Era uma reação à tentativa de destruição da Nação. Era, sim, um governo cujo chefe era militar, mas nós, militares, nunca tivemos qualquer vantagem. Não nos locupletamos pelo fato de o Presidente ser militar. Muito pelo contrário.

O que o senhor ressaltaria em termos de realizações da Revolução, que a mídia faz questão de não abordar?

Vou ser bastante objetivo. Primeiramente, o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, de uma forma exponencial. Saímos do 48º para 8º lugar, entre as economias capitalistas e 10ª do mundo. Sem contar a construção de estradas, o aumento da oferta de energia, comunicações, siderurgia, exportações e do nível de emprego mostrou-se impressionante. No campo psicossocial, a paz interna, o prestígio internacional de que o País passou a gozar e a criação, no seio do nosso povo, de um sentimento de bem-estar e orgulho de ser brasileiro. Com certeza, o País caminhou a passos largos para seu grande destino.

Concluindo, a Revolução devolveu ao Brasil a confiança em si mesmo e, na arena internacional, colocou-o como uma das principais nações do mundo, tirando-o da posição de País secundário. Foi só isso que a Revolução fez. E fez com paz social.

A Revolução cometeu erros?

Cometeu. Quero ser também bastante honesto. O primeiro erro foi que ela permaneceu por tempo excessivo. Tenho a impressão de que, se a Revolução tivesse terminado ao fim do Governo Médici, teria sido consagrada por toda a História.

Um outro erro muito sério foi que, a pretexto de manter a juventude afastada da fermentação política, não permitiu a criação de lideranças jovens comprometidas com o espírito da Revolução. A juventude é o futuro de todo o país; portanto, os jovens tinham que participar. Já os partidos comunistas, de todos os matizes, foram às universidades, identificaram as lideranças, principalmente aquelas descontentes, e as recrutaram. Esse foi o segundo erro.

O terceiro foi a perda da guerra pela mídia, que, depois de um certo período, foi empalmada pelos comunistas e seus aliados. Estes infiltraram os seus seguidores nas faculdades de formação de ciências humanas e aí está a origem de todo o "revanchismo" e da mentira que hoje é difundida.

A Revolução permitiu, ainda, que os verdadeiros revolucionários, mais adiante, fossem substituídos pelos oportunistas. Foi quando tivemos o império da tecnoburocracia, que tantos malefícios trouxe à imagem da Revolução. Também foi grave a ausência de solução para alguns problemas sociais, com aquela mentalidade de primeiro deixar crescer o bolo para depois dividir. Nós nos deveríamos ter engajado violentamente na solução dos problemas sociais brasileiros. Por fim, como oficial de Marinha, noto que foi dada muita ênfase à malha rodoviária em detrimento da ferrovia e da hidrovia. Isso foi um erro estratégico notório, responsável em boa

parte, na atualidade, pelo elevado “custo Brasil”, que retira competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

O que o senhor teria a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, como seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, assassinatos e outras ações cruentas?

Essas ações estavam dentro de uma opção estratégica de conquista do Poder, a via armada, segundo a linha chinesa ou a linha cubana foquista. Visavam, acima de tudo, a criar um ambiente de terror, para neutralizar a sociedade burguesa, isto é, vencer pelo medo. Através das expropriações, visavam a obter fundos para financiar as outras manifestações da revolução e, através dos assassinatos seletivos, afastar as pessoas que tivessem influência contra a ação comunizante no Brasil.

Tratava-se de um processo sanguinário de tentativa de enfraquecimento do moral nacional e de eliminação de pessoas importantes na ação anticomunista, e de obtenção de fundos para financiar a revolução comunista.

No mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional, no período da guerra fria, como foi possível o quadro de progresso e crescimento econômico no nosso País chegar a ser reconhecido mundialmente?

Em primeiro lugar, o Brasil é um País extremamente rico em recursos de toda a natureza e tem um povo criativo e capaz, que só precisa ser bem orientado, bem conduzido. Isso precisa ser dito para a nossa juventude. Então, os governos da Revolução foram capazes de canalizar esses talentos naturais do Brasil para transformar potencial em poder. Foram governos sérios, que tinham compromisso com a Pátria, com o desenvolvimento da Nação, a segurança e a elevação do bem-estar do homem comum brasileiro. Sobretudo, foram governos competentes, que usaram o planejamento, procurando não fazer nada improvisado.

Ainda é preciso dizer que os projetos, a forma de o governo brasileiro atuar, viraram produto de exportação. Em toda a América Latina, muitos países copiaram, e até hoje copiam o que o Brasil fez. Por isso, precisamos destacar a importância fundamental da doutrina da Escola Superior de Guerra, que foi o substrato de todo esse pensamento administrativo da Revolução de 1964.

A chamada “batalha da comunicação social” foi perdida pelos militares ou esses não quiseram se engajar nesse campo de luta?

Eu diria que, até certo ponto, houve uma eficácia extraordinária. Lembro, aqui, que quando o Presidente Médici ia ao Estádio do Maracanã, era ovacionado.

Naquela ocasião, se houvesse uma eleição livre no Brasil e o outro candidato fosse, por exemplo, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que também gozava de extremo prestígio popular, o Presidente Médici teria ganho. Mas acredito que grande mérito deva ser outorgado ao General Octávio Costa, que é homem extremamente inteligente, brilhante e que foi a figura, digamos, que trabalhou para criar essa imagem.

Agora, nós militares, por característica nossa, somos avessos a fazer propaganda de nós mesmos. O Presidente Castello Branco, por exemplo, que era uma figura extremamente austera, não admitia que se fizesse qualquer tipo de propaganda para não lembrar o período ditatorial de Getúlio Vargas, tipo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Costa e Silva admitiu a publicidade, mas não gastava dinheiro do orçamento nessa atividade. Em compensação, o Governo atual gasta 500 milhões de dólares em propaganda, que pode ser considerada uma quantia muita alta. Já os governos militares tinham demasiado escrúpulo e, com isso, perderam a oportunidade de divulgar a verdadeira revolução que se fez no campo econômico, principalmente. Mas eu diria que, no Governo Médici, foi muito bem conduzida essa questão da promoção da imagem da Revolução.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde eles buscavam a orientação e o apoio externo?

Tivemos aqui no Brasil dois tipos de luta: a subversão e a luta armada, esta com algumas variantes, como acontece no mundo. Primeiro, é preciso dizer que houve um conflito ideológico que se refletiu na cisão entre a União Soviética e a China. Os comunistas da linha soviética queriam tomar o Poder através da subversão, ou seja, pela via pacífica, parlamentar, através da agitação e da propaganda, e os chineses preconizavam a luta armada no ambiente rural, isto é, o cerco das cidades pelo levante campesino. Já os cubanos trouxeram a alternativa do foquismo, ou seja, colocar focos de revolução em alguns pontos estratégicos do interior. O comunista brasileiro Carlos Marighella adaptou tudo isso às condições imperantes no Brasil, onde a sociedade é eminentemente urbana, e, através do seu Minimanual, ditou as regras doutrinárias a serem empregadas na guerrilha urbana.

Guerrilheiros e terroristas visavam, em essência, a neutralizar o ânimo nacional, a conquistar as mentes e os corações pelo terror. Um fato muito interessante, do qual pouca gente se lembra hoje, foi o seqüestro de diplomatas para fins políticos, pela primeira vez nos tempos contemporâneos, realizado pelos terroristas em 1969, aqui, no Brasil. Os primeiros seqüestros de embaixadores no Brasil buscavam, primeiramente, ganhar notoriedade internacional, o que muito inte-

ressava à via armada: a repercussão na mídia das suas ações e também transformar aqueles seqüestrados em moeda de troca para libertar os subversivos presos.

Quanto à orientação e ao apoio externos, podemos dizer que ajuda e inspiração vinham da China, de Cuba, da Albânia, da República Democrática Alemã, da Checoslováquia e da Argélia. As diferentes linhas da liderança armada eram exatamente obedientes a tais centrais externas de Poder.

Diante de tudo isso e de outros problemas ocorridos, inclusive, dentro do Congresso, o AI-5 foi necessário?

Foi muito necessário. Hoje, ele é extremamente criticado porque interessa aos que nos são contrários criticar. Mas vamos fazer uma analogia. Uma pessoa que está enferma tem que tomar remédio. No caso do Brasil, quem iniciou a luta armada foi a esquerda. Logo, o AI-5 e os outros atos institucionais foram medidas legítimas de defesa do Estado e da Nação, lançadas pelo Governo, para tentar neutralizar, na medida do possível, aquela ação deletéria. Então, o AI-5 foi de grande eficácia naquele momento – estou falando de dezembro de 1968 –, logo depois das passeatas e das inúmeras agitações nas cidades.

E do lançamento de uma série de bombas, como a do Aeroporto do Recife, que ninguém comenta...

Esta é a oportunidade de homenagearmos um dos tombados neste episódio ocorrido no Aeroporto de Guararapes, em 25 de julho de 1966. Trata-se do Vice-Almirante Nelson Gomes Fernandes, vítima da explosão de uma poderosa bomba, que visava ao General Costa e Silva e atingiu 15 pessoas, entre elas duas fatalmente – o nosso Almirante e um jornalista, este nunca lembrado pelos seus colegas da Imprensa, que sempre se mostram tão atentos aos acontecimentos da época, menos a este, curiosamente!

É incrível que a Imprensa nunca lembre da morte do jornalista Edson Regis, pai de cinco filhos que ficaram órfãos pela fria sanha dos terroristas.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), e de Órgãos de Operações, como os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

A criação de Órgãos de Informações é um imperativo, inclusive, das sociedades democráticas, pois, para um governante tomar decisões acertadas, tem que conhecer a realidade que o cerca. Para tal, tem que ter um órgão impessoal que vise à busca da verdade para auxiliar a sua decisão. Acho que o SNI poderia existir até hoje, não fosse o "revanchismo" de alguns indivíduos. Afinal, a existência de um

órgão de informações é ponto pacífico em todas as sociedades. Todos os países, democráticos ou totalitários têm um órgão desses; é uma necessidade de governo para conhecer os fatos.

Agora, a criação dos órgãos operacionais foi mais do que necessária para operacionalizar a reação contra o terrorismo. Foi medida exigida na defesa do Estado e da Nação naquela época.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar" e "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões são uma tentativa de desmoralizar a Revolução, criar uma animosidade da população contra as Forças Armadas. Os radicais de esquerda querem também enganar os jovens. Estamos falando de uma luta pelas mentes.

Em verdade, só tiveram que temer a Revolução aquelas pessoas que não se enquadraram no respeito ao semelhante e no trabalho construtivo em prol de um Brasil melhor. Exemplificando, se um indivíduo, jogando futebol, comete faltas graves, deve esperar que o juiz o puna; primeiro, dando-lhe o cartão amarelo, e, depois, expulsando-o. Assim, só pagou o seu preço em relação à situação vigente quem, até com armas na mão, resolveu desafiar a Revolução ou quem o apoiou no desafio. O restante da população gozou de paz, tranqüilidade, e o Brasil produziu como nunca.

As Forças Armadas auferiram vantagens nesse tempo?

Nenhuma. Os Governos da Revolução foram absolutamente parcimoniosos, até mesmo em termos de remuneração, para com os militares. Na minha vida de oficial, uma das épocas mais difíceis quanto a rendimentos foi vivida sob os governos militares.

As Forças Armadas nunca buscaram vantagens indevidas e é notável fazermos uma comparação com os tempos vigentes. Com a chamada "redemocratização", os políticos, que não amadureceram com o ostracismo, buscaram, primeiramente, locupletar-se com o erário, a expensas da Nação. A mesma coisa, infelizmente, aconteceu com o Judiciário. Enfim, todo mundo que tem poder busca tirar um naco de privilégio. Mas os militares, não. Vejam que o próprio Presidente Geisel, que foi um presidente do período militar, preconizava o máximo desenvolvimento possível com o mínimo de segurança. Por conseguinte, alocou às Forças Armadas recursos ainda menores do que até então eram alocados. Apenas havia uma consciência de que as Forças Armadas eram necessárias para garantir a segurança. Por isso, podemos ser considerados modelo para a sociedade brasileira.

Sem dúvida. Essa é outra importante lembrança que está sendo trazida e que normalmente é omitida. Nós, militares, somos também paradigmas nisso.

É do nosso espírito. Fomos criados assim. Não viemos aqui para enriquecer e, sim, para servir.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos da Revolução?

A minha avaliação é que foi um dos períodos mas profícuos e importantes da História do Brasil, pois o País deu um salto qualitativo extraordinário nesse período e se fez respeitado entre as nações.

Quando cheguei, em 1980, aos Estados Unidos e fui ser, entre outras coisas, *International Senior Fellow*, da National Defense University, a minha função era falar sobre o Brasil e a América Latina. Orientava os membros do Governo americano, que estagiavam nessa instituição, nos estudos que realizavam sobre o Brasil. Lá, encontrei o seguinte pensamento: que o Brasil, junto com o Irã do Xá, seria, inexoravelmente, uma das potências emergentes do século XXI. Portanto, o Brasil era, então, um País em franca ascensão.

Quero lembrar, também, um analista estratégico e político americano, de grande peso, chamado Ray Cline, que escreveu o livro, "O Equilíbrio do Poder Mundial". Nesse livro, ao comparar o Brasil do primeiro lustro da década de 1970 com os Estados Unidos, ele diz que nos assemelhávamos pelo potencial, pela massa crítica, pelos recursos econômicos e de toda a natureza. Ele ainda diz que ambos tínhamos uma estratégia que visava à realização dos objetivos nacionais, mas que a vontade nacional, em 1973, no Brasil, era superior à americana.

Não fomos nós os responsáveis por tal assertiva e, sim, o grande estrategista Ray Cline, e quando? Em 1973, no Governo do Presidente Médici, nos tempos em que a vontade nacional brasileira superava a dos americanos.

Na verdade, o período revolucionário colocou o Brasil entre as nações mais importantes do mundo, mais dignas e respeitadas. O nosso País deu um salto qualitativo extraordinário dentro das suas fronteiras e como expressão no mundo.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

Em primeiro lugar, porque a democracia plena, além de objetivo nacional permanente, era uma das motivações e bases ideológicas da Revolução de 31 de Março. Traduzindo em miúdos, todos defendíamos, preconizávamos e queríamos a democracia. Há que se mencionar, também, o desgaste natural dos vinte anos de Poder e, temos que reconhecer, a fragilização do Governo do Presidente Figueiredo depois da sua enfermidade. A situação foi ainda agravada pela luta pelo Poder que se tinha manifestado desde o seu processo de escolha e que dividiu as Forças Armadas.

Até mesmo nós, militares, junto com a Nação inteira, esperávamos pela democratização. Mas esperávamos que o Poder fosse entregue a políticos responsáveis, amadurecidos, sérios, competentes, honestos e comprometidos com a Nação. Infelizmente, isso não aconteceu muito pelo contrário!

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

O Governo Figueiredo teve problemas, que foram agravados por questões de saúde. Depois daquela cirurgia, o Presidente Figueiredo não foi o mesmo. Mas é preciso reconhecer que ele era uma figura humana extremamente rica e que caiu no gosto popular, a despeito de seus comentários, como "me esqueçam, prefiro cheiro de cavalo ao de gente." Era uma pessoa autêntica.

Com toda a isenção, quero dizer que o Governo do General Figueiredo, apesar de tudo, foi melhor do que todos os governos civis que o sucederam até hoje.

No seu entender, existe no período pós-revolucionário, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e da mídia com relação às Forças Armadas?

Eu dividiria o período Pós-Revolucionário em duas fases: a primeira, de 1985 até 1990, e a segunda, de 1990 para cá. A primeira fase coincidiu com o Governo do Presidente Sarney. Ali, havia ainda muito respeito pelas Forças Armadas. Eu mesmo tive a oportunidade de, como representante da Marinha, perante a Assembléia Nacional Constituinte e acompanhado de um general representante do Exército e de dois brigadeiros, um representante da Aeronáutica e outro do Estado-Maior das Forças Armadas, fazer um depoimento na Subcomissão de Defesa do Estado, a da sua Segurança. Fomos ouvidos com todo o respeito e toda a consideração.

A mim, coube defender a não criação do Ministério da Defesa. Então, apresentei a argumentação histórica da Marinha contra essa criação, à qual acrescentei idéias minhas, mostrando a inoportunidade da medida, que visava tão-somente a afastar os militares do primeiro plano da política nacional. O argumento calou tão profundamente que o José Genoíno e outros parlamentares de esquerda disseram: "Almirante, não concordamos com o que o senhor disse, mas vemos muita convicção no seu discurso". E o Ministério da Defesa não passou na Subcomissão de Defesa do Estado e, portanto, não foi introduzido na Constituição. Os depoimentos dos meus colegas sobre votos de militares, disciplina nas Forças Armadas etc. também foram todos aceitos.

Quero lembrar um outro episódio. Quando houve a vacância de Poder pelo impedimento do Presidente Tancredo Neves, quem definiu como se passaria a subs-

tituição foi o então Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, com a Constituição na mão.

Então, de 1985 a 1990, houve respeito pelas Forças Armadas e o "revanchismo" não era tão explícito, embora já estivesse presente, já que todos os meios de comunicação eram dominados por pessoas de esquerda, formadas por faculdades cujos professores eram também de esquerda. Mas esse "revanchismo" tornou-se bastante evidente de 1990 para cá. Atualmente, a gente liga a televisão ou o rádio, lá nos jornais, e percebe que qualquer coisa de ruim é logo atribuída aos militares, aos "anos de chumbo" etc. Essas versões são manipuladas pelos inimigos do Brasil a elas fazendo coro, com restrições de toda a ordem às Forças Armadas, inclusive elementos oriundos da esquerda radical hoje no Governo.

Como é que o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Antes do final da Segunda Guerra Mundial, através dos tratados de Ialta e Potsdam, os Estados Unidos, que capitaneavam o bloco Ocidental, e a União Soviética, líder do bloco Oriental, praticamente determinaram um novo Tratado de Tordesilhas do mundo. As terras a leste ficaram sob a influência soviética e as terras a oeste, sob a americana. Portanto, houve uma divisão entre o campo capitalista democrático, cujo grande vitorioso eram os Estados Unidos da América, e o campo marxista socialista, em que o campeão era a União Soviética. Existia, então, aquele equilíbrio de terror, em que as escaramuças ideológicas e até as guerras quentes se processavam. Havia, porém, quase que um acordo tácito de não atravessar a linha delimitada pelos acordos. A única exceção foi Cuba, porque, dentro do "quintal americano", os comunistas tomaram o Poder. Por outro lado, quando a União Soviética tentou ali instalar mísseis de alcance ponderável, que pudessem atingir os Estados Unidos, em 1962, o mundo esteve próximo de uma guerra.

Posteriormente, com a queda do Muro de Berlim, o mundo ficou sob a égide de uma única superpotência. Atualmente, a hegemonia americana é absoluta e total. Por mais paradoxal que pareça, durante a fase do equilíbrio de terror, as nações periféricas, ou seja, aquelas com menos poder relativo, como o Brasil, sob o escudo americano e com a ameaça soviética, gozavam de uma autonomia maior do que hoje, em que a vontade dos Estados Unidos impera no mundo.

De qualquer maneira, o comunismo não desapareceu. Ele está na China, no Vietnã, em Cuba, na Coréia do Norte e, no Brasil, vestiu uma roupagem mais difusa, assumindo, mais ou menos, a feição do eurocomunismo, criado para que pudesse

ser aceito pelas nações mais desenvolvidas do Ocidente, dentro das linhas de Antônio Gramsci, o grande teórico desse tipo de comunismo. Mas, com certeza, não se pode dizer que o comunismo desapareceu no Brasil. Muito pelo contrário. Mesmo em cargos importantes do Governo, temos indivíduos que foram guerrilheiros, terroristas. Não se pode admitir que esses camaradas tenham mudado de uma hora para a outra. Acho que apenas estão acumulando forças e esperando uma oportunidade.

Enquanto isso, a nossa Nação, principalmente, a nossa juventude está sendo anestesiada e alienada dos grandes problemas nacionais. Enfim, os jovens estão sendo pervertidos pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela televisão. As novelas vendem mensagens deletérias, como a descriminalização das drogas, o casamento entre homossexuais, a adoção de crianças por homossexuais etc. Resumindo, estão fazendo uma revolução de costumes, que, sem dúvida, tem uma influência extraordinária sobre os valores e o objetivo de conquistar o Poder. Não diria que o comunismo morreu, mas que está bastante atuante sob uma feição muito mais sutil.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso?

O Exército naturalmente é a Força Armada mais visível por ser telúrico. Ele está em todos os recantos do Brasil, mas esse prestígio é das Forças Armadas e decorre de alguns fatores. Primeiramente, a Nação tem consciência do espírito militar, isto é, daquelas características viscerais que caracterizam as Forças Armadas: a disciplina, a hierarquia, o espírito de ordem, a renúncia a si mesmo, a vocação de servir, o espírito de sacrifício, a devoção à Pátria, a preocupação com os cidadãos. Já nos códigos militares, há uma herança dos cavaleiros andantes da Idade Média e, aqui, refiro-me àquelas virtudes figadais, como a preocupação em defender o mais fraco, portanto, o nosso povo.

Ao mesmo tempo, somos visceralmente povo, porque somos oriundos de todas as camadas da população. Então, a Nação vê essas características num contexto em que grassam a corrupção, a irresponsabilidade e descaminhos de nossos recursos; vê, também, como as instituições militares se mantêm, apesar dos parcos recursos que recebem. Por exemplo, quando andamos pelo Centro do Rio de Janeiro, vemos, no final da Rua 1º de Março, um oásis de prédios bem cuidados, pintados, limpos e arrumados. Essa imagem, atualmente, deve causar um certo impacto numa cidade que normalmente não é limpa, pelo contrário, muito suja e desleixada. Ali é uma área da Marinha do Brasil e isso me dá orgulho. Fazemos milagre com os recursos que nos dão. Somos desambiciosos; não queremos levar vantagem. Então,

o povo vê isso e faz uma comparação com outros comportamentos grupais. Por isso, diz: “Esses são os nossos militares”.

Para ser bastante honesto, gostaria que as Forças Armadas voltassem a ter uma voz mais atuante na reorientação de rumos da sociedade brasileira. As Forças Armadas sempre fizeram isso em toda a História Republicana e, de 1990 para cá, abriram mão dessa participação...

Se Deus quiser, vamos manter as características que nos fazem respeitados e, quiçá, amados pelo nosso povo. Dentro de um saudosismo extremamente espontâneo, muitas vezes, ao tomar um táxi, ou ao sentar numa cadeira de barbeiro, ouvimos de alguém que nem sabe que somos militares algo como “Puxa, no tempo em que os presidentes eram militares, éramos mais felizes e não sabíamos”.

Almirante, qual a mensagem final que gostaria de deixar, acerca da Revolução de 31 de Março, para o Projeto de História Oral do Exército, que, na verdade, ganhou uma dimensão maior e, agora, é um projeto das Forças Armadas?

Gostaria de agradecer, mais uma vez, por esta grande oportunidade que o Exército me está dando, de apresentar este modesto, porém extremamente sincero depoimento sobre a Revolução de 31 de Março. Além de uma honra pessoal, considero o momento uma homenagem à Marinha de Guerra. Também parabenizo o Exército pela iniciativa de devolver a verdade dos fatos ao conhecimento da Nação brasileira. É muito importante que o povo e principalmente os jovens saibam o que foi a Revolução de 31 de Março e conheçam as pessoas que se arriscaram para salvar o Brasil, mas que, hoje, estão incompreendidas e injustiçadas, pela ação deletéria dos inimigos infiltrados nos meios de comunicação e no Governo, em todos os níveis.

Agora, a grande mensagem que queria deixar é a de confiança no Brasil. Os homens e os governos passam, os poderosos de hoje serão ninguém amanhã, mas a virtude permanece. A virtude é a característica essencial das Forças Armadas. Nós, militares, trazemos conosco o desapego, a desambição, o amor ao Brasil, a caridade para com o povo, o amor a tudo aquilo que representa os nossos valores e tradições. Por isso, temos que acreditar no Brasil, que é um País riquíssimo e tem um povo maravilhoso. Ele apenas precisa ser bem conduzido. Logo, as Forças Armadas são a esperança do Brasil, porque elas não são ambiciosas, elas não vendem, elas não traem; elas defendem a soberania, o patrimônio nacional e a dignidade do povo.

Peço a Deus que continue a abençoar as Forças Armadas e que elas possam ser capazes de garantir um futuro radioso, porque esse é o único futuro que se pode esperar para a Nação brasileira. Muito obrigado.

General-de-Brigada Nilton de Albuquerque Cerqueira

- Natural da Cidade de Maceió, Alagoas.
- Exerceu as funções de Oficial Subalterno e Comandante de Subunidade no 1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis/RJ; Oficial de Estado-Maior da 6ª Região Militar; Oficial de Gabinete do Ministro do Exército; Subchefe da Agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Recife/PE; Adido Naval e do Exército em Quito/Equador.
- Foi Comandante do Regimento Sampaio, Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro e Comandante da 9ª Brigada de Infantaria-Escola (GUEs).
- Possui todos os cursos regulares do Exército, os cursos Básico, Mestre de Salto e Estágio Básico de Salto Livre do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (C I Pqdt GPB) e o da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Em 1964, no posto de capitão, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tendo sido liberado, durante o movimento armado, para se apresentar à sua Unidade de origem, o 1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis, RJ.

Entrevista realizada no dia 19 de fevereiro de 2001.

Primeiro, quero agradecer, muito sensibilizado, esta oportunidade de integração com a Instituição nacional que me é tão cara – o Exército Brasileiro –, que só traz acréscimos para nós. Dizer que esta tarefa, que está sendo aqui realizada, é extremamente importante, porque a História de nossa Força está sendo finalmente escrita através do depoimento de pessoas que, realmente, viveram essas fases difíceis por que o País atravessou na segunda metade do século passado.

Enfatizar que a tarefa é também relevante, porque o Exército Brasileiro constituiu-se, nesse século que passou, em importante fator de unidade e de integração nacional; interagindo como um dos motores do desenvolvimento que lançou o Brasil nesse novo milênio, com possibilidades de progresso e de melhorias substanciais das condições de vida de seu povo. Nessa tarefa de revelar a atuação do Exército, acho que o desempenho da equipe que está à sua frente, pela sua reconhecida qualidade, facultará plenamente que se alcance os objetivos colimados.

Depois desse preâmbulo, vamos perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar a respeito de suas experiências pessoais nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante todo o seu desenvolvimento. É uma pergunta ampla, que deixamos a condução a seu critério.

Realmente, a pergunta é ampla, mas aprendemos, na vida militar, a sermos concisos, precisos e claros falando o idioma que o brasileiro entende. Diria que, nos pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, está um fato que muitos esquecem de citar: a Intentona Comunista de 1935, na qual as instituições militares, naquela época Exército e Marinha de Guerra Brasileira, viveram, sofreram e pagaram um preço de sangue, com a perda de alguns de seus mais ilustres integrantes, no combate a essa primeira tentativa de tomada de Poder pelos marxistas no Brasil.

É bom recordar que 27 de novembro de 1935 – que ainda hoje é data lembrada em todo território nacional pelos militares – marcou muito a posição dos militares: patriotas abnegados, responsáveis pela segurança nacional. Nós, como alunos do Colégio Militar que fomos, como cadetes de nossa Academia Militar, tivemos a influência, altamente positiva, daqueles militares que viveram 1935 e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial.

E a formação moral, ética, o sentimento de dever para com a nossa Instituição e para com o nosso País cresceu, como uma árvore frondosa, que permitiu ao Brasil vencer um dos mais difíceis desafios de sua História, que foi ultrapassar o período do mundo "dividido em dois", sem sofrer o domínio catastrófico, que outras nações sofreram, do marxismo impiedoso, cáustico, cruel e sangrento, que tanto empobreceu aquelas nações. É preciso, então, recordar esses fatos, para

dizer o porquê da vacina de anticomunismo, que jamais deixou de estar no sangue dos verdadeiros soldados do Brasil, em 1964.

Vou, também, lembrar que nós já havíamos sofrido, em passado muito recente a 1964, algumas tragédias no cenário político brasileiro. A primeira, o suicídio do então Presidente Getúlio Vargas, às vésperas do Dia do Soldado. Foi um momento crítico para o Brasil, e que se constituiu, também, em um cisma militar, como no que resultou o movimento pela legalidade, em que o Vice-Presidente, na época, João Goulart, assumiu o poder.

Depois, temos a passagem de João Goulart pela Presidência da República, e o seu envolvimento por facções marxistas, que, já no governo, aos poucos, pensavam em empolgar o Poder. Alguns poucos militares, inclusive, de forma distorcida, considerando-se líderes de nossas Forças Armadas – o que nunca foram, como ficou provado posteriormente –, engajaram-se no apoio incondicional àquele início de erupção de um movimento comunista para a tomada do Poder.

As reações se faziam sentir dentro das fileiras, onde os militares, normalmente, não abordam nem discutem assuntos ou temas políticos. Sentia, no entanto, dentro dos quartéis – aí falo como tenente e capitão recém-promovido – as angústias que nos traziam aqueles movimentos liderados por personalidades e autoridades integrantes do primeiro escalão do Governo João Goulart, que continham dentro de si o vírus da subversão hierárquica, da destruição do sentimento de disciplina, da quebra da tradição do nosso Exército de sempre ser a voz silenciosa do nosso povo na defesa dos interesses nacionais. Tais movimentos culminaram em comícios, como o da Central da Brasil, em 13 de março de 1964, e em rebeliões, como a dos marinheiros, dias depois, que preparavam a tomada do Poder por elementos comunistas, simpatizantes e aproveitadores.

Essa abordagem preliminar deve se encerrar por aí, mas a contrapartida se fez sentir, porque, dentro da caserna, o que havia era sentimento de defesa das instituições, dentro de uma disciplina consciente, disciplina essa que vinha sendo desenvolvida, de uma forma magistral, pelos herdeiros da nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB), em todos os escalões, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), formadora dos oficiais, e na nossa Escola de Sargentos das Armas (EsSA).

A EsSA, lá em Três Corações, formava sargentos excepcionalmente preparados, e cônscios de suas responsabilidades, e que não se furtaram às mesmas, naquela oportunidade, em defesa da sua Instituição, o Exército Brasileiro, quando se dizia, na época, que havia uma dissidência entre oficiais e sargentos. Na verdade, havia, sim, uma dissidência, mas entre oficiais e sargentos comunistas e criptocomunistas com relação à maioria esmagadora da oficialidade e ao quadro de sargentos do

nosso Exército. Se tal não fosse, não teria o Movimento Armado de 31 de Março de 1964 obtido uma vitória tão consagradora em pouco mais de 48 horas.

E sem derramamento de sangue.

Sem derramamento de sangue. Posteriormente, vimos, nessa fase próxima ao 31 de março, surgir a primeira imagem, no cenário nacional, da figura do então General Humberto de Alencar Castello Branco, não só como Comandante Militar do Nordeste, de onde fora transferido para a Chefia do Estado-Maior do Exército, pelo então Ministro Jair Dantas Ribeiro, em cujo cargo assistimos o crescer de sua personalidade forte, já como Chefe do Estado-Maior, baixando diretrizes, visitando e fazendo palestras aos alunos das escolas militares, nas quais fui uns dos privilegiados porque, aluno da EsAO, tive a aula magna proferida pelo então General Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército.

Esse chefe, para mim, foi decisivo, e o verdadeiro líder do Movimento de 31 de Março de 1964, apesar de que, posteriormente, muitos outros chefes militares tenham assumido posições de liderança, fundamentais para a vitória do movimento. Por outro lado, é bom também se considerar, que a figura do então Ministro da Guerra (hoje, Ministro do Exército), Jair Dantas Ribeiro, guardava dentro de si uma posição de liderança, de uma facção forte e competente do nosso Exército. Quiseram os desígnios de Deus – ninguém pode adivinhar o que está escrito – que Jair Dantas Ribeiro passasse a conviver, nos dias próximos a 31 de março, com um problema de saúde que o afastou do Comando do Exército.

Penso – e, aí, na visão de um capitão, moderno, aluno da EsAO – que se o General Jair Dantas Ribeiro estivesse no Comando do Exército, da forma que ele realmente o exercia, dificilmente o General Castello Branco teria se pronunciado contra o seu companheiro de turma e amigo, a quem respeitava e se colocava sob o comando e pelo qual fora trazido de Pernambuco para a Chefia do Estado-Maior do Exército.

O senhor abordou os pródromos, mostrou a importância da participação do nosso General Castello Branco na qualidade de chefe do Estado-Maior, e eu perguntaria: na eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964, qual a sua participação, como aluno da EsAO? Como se portaram os alunos? Como visualizou o quadro na EsAO no tocante à Revolução?

É realmente bem colocada a pergunta. Vimos o Movimento de 31 de Março a partir do geral, do grandioso, que é o País, como um movimento de união, de coesão, desse Brasil gigantesco. Com aquelas dificuldades de comunicação, não só telefônicas, como até mesmo de rádio, com as dificuldades de rodovias, ferrovias e até de apoio aéreo, como é que isso se espalhou nesse Brasil? Pelo sentimento que nos unia.

Dentro da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, tínhamos um quadro de oficiais de alto valor, de alto gabarito, que já trabalhava, já procurava se organizar, discretamente, e ouvindo os companheiros, alunos, com muita sensibilidade.

O Curso de Infantaria, minha Arma, tinha já no seu bojo um movimento de levantamento de opiniões, para saber aqueles que se colocavam na defesa da hierarquia e da disciplina da Instituição militar, contra aqueles movimentos que já chocavam a opinião pública, como aquele de rebeldia de marinheiros e fuzileiros da nossa Marinha, bem como aquela reunião no Automóvel Clube, na Cinelândia, em que o próprio Presidente da República participou com discurso explosivo e ouviu alocuções descabidas, esquecendo-se de que ele era o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Aquilo chocou, não só a posição pessoal do Primeiro Mandatário como principalmente a manifestação de alguns sargentos que já se portavam como rebelados, talvez estimulados por uma minoria ativa da oficialidade que também defendia outros interesses.

Então, convivemos com aquilo que se constituiu em tremendo trauma para nós, capitães, modernos, alunos da EsAO. E a reação foi espontânea. Ninguém deixou de se posicionar. Todos, com raríssimas exceções, se manifestaram contra aquela situação e, nas vésperas de 31 de março, praticamente, a EsAO já estava definida como um foco de reação, incondicional, à anarquia que se implantara em nosso País, estimulada pelo próprio Governo da República.

A partir daí, já no dia 31 de março, sendo as aulas e instruções suspensas, recebemos ordens e liberação para nos deslocarmos para as nossas Unidades, onde cumpriríamos as missões que elas recebessem.

Foi, assim, que vimos a participação da oficialidade da EsAO – no caso, nós, alunos – nesse contexto da Revolução. Posteriormente, cada um, em sua Unidade, ajudou dentro da sua competência, da sua capacidade de chefia e liderança, a superar esse choque, de forma a não traumatizar mais ainda o nosso País.

Foi aí que o senhor foi para o 1º BC (1º Batalhão de Caçadores)?

Eu já pertencia aos quadros do 1º Batalhão de Caçadores. Voltei para minha Companhia, onde não tivemos nenhuma deserção.

Prosseguindo, verificamos que a Revolução foi buscando os seus objetivos, mas, à proporção que ela caminhava, surgiam reações que acabaram por se transformar em luta armada, num movimento espúrio, onde assistimos a seqüestros e a outros atos de terrorismo. Nesse período, o senhor foi chamado, novamente, a dar a sua colaboração. Então, apesar da sua participação ativa em 1964, me parece que foi o período

em que o senhor mais ajudou o Brasil. Gostaria de ouvi-lo sobre essa fase importante em que o inimigo buscou questionar a Revolução.

Gostaria, antes, de recordar que, no Movimento de 31 de Março, não podemos deixar de citar as figuras importantíssimas dos Generais Mourão e Guedes, que foram os responsáveis pessoais pela eclosão do movimento naquele dia, naquela oportunidade. Junto com eles, veio o Marechal Denys, também uma figura proeminente, de grande importância e influência, na condução do movimento sem o confronto com as forças que estavam ainda obedecendo às ordens do Governo. Parte dessas forças, representada pelo Regimento Sampaio, coube ao Marechal atrair para o lado das tropas mineiras, o que, por si só, demonstra a liderança do velho e respeitado soldado.

Da mesma forma, destacamos a figura do Marechal Castello Branco, já num plano muito acima da contingência das facções que procuraram apossar-se da Revolução, após a vitória da mesma. É importante dizer que o Marechal Castello Branco já havia defininido que "a espada devia obediência ao poder legal, legalmente constituído, mas antes de obedecer ao Poder constituído, ela era a defesa da Nação brasileira".

Essa posição do Marechal Castello Branco, quando ministrou a nossa aula inaugural na EsAO, foi decisiva e definitiva para a maioria dos alunos da Escola, e se espalhou por todo nosso Exército, por todos os rincões de nossa Pátria, como sendo uma definição do Estado-Maior, do nosso Chefe do Estado-Maior, de que não haveria obediência àquelas autoridades que se colocassem contra a própria Nação brasileira. E essa Nação nunca poderia ser tingida do vermelho da foice e do martelo. Isso foi fundamental para que pudéssemos partir daí para frente.

Após isso, o Brasil voltou à normalidade, com o Presidente Castello Branco eleito pelo Congresso Nacional. A partir daí, após um período de relativa paz, foram surgindo os movimentos de contestação ao Governo e que culminaram em ameaça efetiva depois da passagem do cargo ao seu substituto. O Marechal Castello Branco, com a sua enorme competência, contando com o respeito, que ele sabia conquistar, se colocou contra a sua própria permanência no Poder – porque ele era um democrata por convicção, e dentro dessa sua convicção, o rodízio do Poder era fundamental – tendo passado a Presidência da República ao Marechal Costa e Silva que, por problemas de saúde, levou o Governo a uma crise.

Em 1969, partimos para a Junta Militar, que veio substituir o Marechal Costa e Silva, impedido, por motivo de saúde, de continuar no Poder, e que, logo depois, viria a falecer.

A partir da Junta Militar, o movimento de oposição, que se iniciara com explosões de bombas nos mais diferentes locais – aeroportos, vias públicas, em

aquartelamentos e jornais –, foi rapidamente se agravando, trazendo o caos para o nosso País, com diversificados atos de terrorismo, como seqüestros de embaixadores, como também de cônsules, principalmente no Rio de Janeiro, afrontando os responsáveis no País pela salvaguarda das autoridades que representavam outras Nações em nosso território.

Tudo isso tornou extremamente difícil a situação no Brasil, com a participação do Exército no combate à luta armada, desencadeada, na época, pelos adeptos do marxismo-leninismo, que queriam implantar, no Brasil, a "ditadura do proletariado", entre aspas, porque, na verdade, o proletariado, em País nenhum, assumiu o Poder. É um engodo, uma fantasia, dizer que os operários estiveram no Poder, onde sempre se mantiveram os políticos do partido único – o Partido Comunista.

Então, eles tentaram trazer para o Brasil as suas teses "do Poder pela força, pela luta armada", e desafiaram não só o País, mas também as Forças Armadas, e, em particular, o Exército Brasileiro, Exército que eles mal conheciam, porque a maioria deles, totalmente fanatizada pela doutrinação alienígena, imaginava que bastava a vontade deles para vencer a resistência do povo brasileiro. E se deram mal, entre eles, alguns militares que traíram os seus juramentos sagrados, porque nós não concebemos outro comportamento do militar, que não seja aquele de dever absoluto para com os compromissos assumidos espontaneamente...

E aí podíamos citar o traidor Carlos Lamarca, entre outros, que desertou do 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, furtando e roubando armamento e munição da Unidade, mostrando-se, ainda, desleal com seu comandante, o Coronel Antônio Lepiani, que, nele, sempre confiou.

Ao desertar do 4º RI, em Quitaúna, São Paulo, deu origem àquela guerrilha do Vale do Ribeira da qual, depois, mesmo tendo sido reprimido, conseguiu escapar, mas não deixou a luta armada, cometendo sucessivos atos de barbárie e tortura.

Matou aquele tenente da Polícia Militar de São Paulo, no Vale do Ribeira.

A coronhadas e pauladas, para que, no lugar, não se ouvisse o som de qualquer arma de fogo. O grupo dele matou, também, um capitão do Exército americano, que estava, no Brasil, cursando uma faculdade civil, entre outros crimes bárbaros por eles cometidos.

Aquele atentado ao Quartel do II Exército, em que morreu o Sargento Mário Kozel Filho

Além do atentado ao Hospital Militar de São Paulo, para realizar o roubo de armas, atacando a guarda.

Na ação do Quartel-General, mataram Mário Kozel Filho, na guarda do portão dos fundos, onde lançaram um carro-bomba, que atingiu o soldado na guarita.

É verdade, terroristas frios que mataram inocentes, enlutaram famílias brasileiras que antes viviam felizes.

Naquela época, inclusive, deu nome à rua onde se localiza o Quartel-General do antigo II Exército, hoje, QG do Comando Militar do Sudeste.

Então esse sujeito, esse traidor, acabou deixando a área aqui de São Paulo e foi parar na Bahia. Foi aí que aparece o senhor, lá no Nordeste, e eu queria, então, que nos falasse desse fato, porque foi ali que, com a proteção de Deus, o senhor conseguiu acabar com essa figura dantesca.

Foi uma "pá de cal" em cima da luta armada, em cima do terrorismo, apesar de que ainda continuou na região amazônica, durante algum tempo, mas foram grupos já em situação de desespero.

Já estavam enfraquecidos pela morte de Carlos Lamarca.

Pela queda do Lamarca e do seu grupo. É importante sempre frisar que elementos de esquerda, ainda no Brasil de hoje, continuam dizendo, no sentido de desabonar a Revolução de 31 de Março, que fomos "teleguiados" pelos Estados Unidos. Diria que nunca encontrei nenhum agente americano orientando forças do nosso Exército, não conheci nenhum brasileiro que tenha ido fazer cursos especializados de combate naquele país, mesmo porque o Brasil é muito diferente de tudo que se imagina aí fora.

O Brasil não é Canadá, nem Estados Unidos, nem França, nem tão pouco Norte da África onde essas guerrilhas se instituíram, como também no Vietnã, na Coréia e em Cuba. No Brasil, o povo é completamente diferente desses outros que citamos.

O que realmente prevaleceu em nosso País foi a tradição cultural, que é um legado precioso que os portugueses nos deixaram. É preciso reconhecer que somos brasileiros, com os sentimentos que temos, porque somos filhos dos nossos ancestrais portugueses que aqui chegaram.

Inclusive no sentido religioso.

No sentido religioso, no sentido cultural em si, no complexo dessa palavra "cultural", nos costumes, no respeito, que chega ser até mítico, à autoridade, tudo isso está dentro do sangue do brasileiro. O brasileiro é pacífico por natureza. O brasileiro pode até, em determinados momentos, individualmente, praticar atos violentos, como aconteceu nesse movimento subversivo que veio ensangüentar o nosso País, a partir de 1968, mas essa minoria inexpressiva foi totalmente rechaçada pelo povo brasileiro, que é bom e ordeiro.

O que é importante dizer é que esse "ensangüentar" é muito limitado no seu significado, em termos de população, tanto do lado das vítimas do movimento terrorista, como também do lado daqueles que realizaram os atos terroristas,

que morreram na prática dos mesmos. É muito insignificante o número, diante da população brasileira na época. É importante ressaltar que o que aconteceu na Bahia, ensejando a morte de Lamarca, foi fruto do trabalho do Exército Brasileiro, principalmente de nossas Escolas, onde fomos treinados para identificar, ou seja, individualizar, a responsabilidade pelos atos terroristas.

Desta forma, quando enfrentamos o grupo do Lamarca, na Bahia, tivemos a influência do Comandante da 6ª Região Militar, do grande comandante que foi o General Abdon Senna, ao qual presto a minha homenagem.

Quando cheguei na Bahia, ele era o Comandante, profissional dedicado, entusiasmado, preocupado em bem preparar os seus comandados para enfrentarem a luta armada, a subversão, fazendo, inclusive, realizar, no ano de 1970, um exercício de combate à guerrilha, no qual tive uma participação, para mim muito importante, porque fui designado por ele para ser o chefe da figuração inimiga, seu coordenador e planejador, e terminei assumindo o comando da tropa que fazia a figuração, numa simulação de guerrilha, tendo como base o relatório feito pelo então General Dale Coutinho, se não me falha a memória.

Minha homenagem também ao General Dale Coutinho, saudoso chefe e líder militar do Brasil.

O General Dale Coutinho fez um relatório fiel, digno de um militar responsável, ensinando quais tinham sido as falhas e os acertos do combate no Vale do Ribeira e, baseado nele, fizemos o nosso exercício, que foi validado posteriormente, quando enfrentamos o Lamarca. Dizia ele, naquela época, que jamais o Exército Brasileiro poderia permitir que aqueles antagônicos pudessem exigir a presença do Exército Brasileiro como força regular, porque aí nós já teríamos perdido essa guerra.

Ele fez essa previsão e disse: "Nós temos que abortar esses movimentos ainda no nascedouro", e isso foi o que fez a 6ª Região Militar. Conseguimos abortar no nascedouro, sem causar danos à população civil, o que é uma coisa, realmente, muito relevante. Não afetamos a vida da população no interior da Bahia, e conseguimos identificar e individualizar os marginais que estavam ali querendo levar o terror a área e dominar os seus habitantes pelo medo, pelo pavor, que essa minoria de delinqüentes imporia, uma vez que não estavam conseguindo obter adesões no sertão baiano.

Isso foi importante. Tanto que aqueles que ali morreram o foram em um número extremamente reduzido. Apenas cinco, no interior, que somados à Iara Iavelberg, a amante do Lamarca, que cometeu suicídio em Salvador, perfaziam um total de seis.

E fazem um alarde, como se o País todo estivesse envolvido nisso, quando era um "grupelho" de marginais, liderados por um capitão traidor e desertor.

Traidor, primeiro, de sua própria família. Uma família pobre, seu pai era um sapateiro, que vivia no morro de São Carlos, aqui no Rio de Janeiro, e que, com sacrifício, o colocou na Escola Preparatória de São Paulo, onde ele cursou, para depois ir para AMAN. Premiado pelo Exército, pois foi designado para integrar o Batalhão Suez, que era uma missão relevante, no exterior, e que trazia, também, recursos pecuniários, para que as pessoas melhorassem suas condições de vida aqui. Coisa que muito militar, muito oficial, quis para si e não conseguiu, porque nem todos podiam ser designados como ele foi. No entanto, Lamarca pagou com deserção e traição esse prêmio do Exército, e tudo que a Força Terrestre fez por ele.

E, hoje, sabemos de uma coisa que nunca apareceu antes, que ele, durante todo o tempo de Academia, foi apoiado pelo próprio Exército, através daquela instituição que havia para ajudar os cadetes pobres, fornecendo roupa civil para que ele andasse bem arrumado, e sob inteiro sigilo.

Obra do Estudante Pobre – OEP.

Exatamente, Obra do Estudante Pobre – a OEP. Os cadetes não tinham informação sobre os que estavam sendo apoiados pela OEP. Era, justamente, a forma de nivelá-los; discretamente, evitando disparidade visível na aparência, quando saíam em traje civil. Esse fato só me foi contado agora, em 1995, pelo Coronel Boscardin que, na AMAN, cuidou desse trabalho sigiloso de cunho social, no período em que o Lamarca cursou a Academia (1958-1960).

Era isso mesmo, a OEP cumpriu um importante papel beneficente.

Também desse período, temos que prestar nossas homenagens às figuras que detinham o Poder e que, no fundo, foram os responsáveis pela nossa atuação: em primeiro lugar, o Presidente da República, General Médici – um homem extraordinário; em segundo lugar, o atuante Ministro do Exército, General Orlando Geisel; e, em terceiro, o grande herói militar brasileiro, nosso contemporâneo, o General Milton Tavares de Souza...

Ex-integrante da Força Expedicionária Brasleira (FEB), que deu o seu sangue na Campanha da Itália, contra o nazi-fascismo, era também, no nosso País, um lutador anticomunista de primeira linha. Para mim, foi um dos grandes e decisivos chefes militares, para que a vitória viesse tão rápida, como veio, contra a subversão.

O General Milton Tavares de Souza foi um homem de grandes qualidades. Tive o privilégio e a honra de servir sob o seu comando, após a conclusão do curso da EsAO, quando fui designado para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, querido Regimento do, então, Tenente-Coronel Milton Tavares de Souza. Posteriormente, foi Comandante do II Exército, onde se firmou, também, como um grande combatente, excepcional, até a sua morte.

Foi sepultado em Niterói, terra do seu coração, e onde, ainda hoje, vive sua família.

Temos que prestar, também, ao insigne General Médici, uma justa homenagem, porque, em 1964, ele, então Comandante da AMAN, definiu o posicionamento da nossa Academia Militar, como força anticomunista e pacificadora das facções dos I e II Exércitos que estavam ameaçadas de se confrontar. A sua decisão foi fundamental para a vitória da Revolução, iniciada pelas tropas mineiras em 31 de março.

Penso, também, que, ao término do Governo Médici – depois de viver o período mais brilhante da economia brasileira em todos os tempos –, a nossa Revolução começou a viver uma fase de retração, no momento em que assumiu o Presidente Geisel, o qual enfrentou a primeira grande crise do petróleo, período no qual preparou as condições para que o seu sucessor promovesse o retorno ao Poder civil, decretando o fim do Ato Institucional e mostrando ao País que aquelas alegações "de que o Congresso vivia intimidado sob as baionetas dos militares" não eram verdadeiras.

"Ditadura militar", como hoje eles dizem, não existiu no País. Porque todos os militares que assumiram o Poder, o fizeram pelo veredicto do Congresso, pela eleição indireta, que era tão livre no Brasil como em outros países, e, em nenhum momento, vi um soldado nas portas do Congresso, na época das eleições dos presidentes pela via indireta – eu, a essa altura, já era um oficial bem mais antigo, já tendo servido em Brasília, no Gabinete do Ministro, como major e tenente-coronel. Então, isso de ditadura é um conto, uma falácia. O que havia eram, realmente, governos respaldados pelo voto dos congressistas, que passavam o cargo a seus sucessores, desprovidos de qualquer ambição de continuísmo. Nunca nenhum dos presidentes militares pensou em reeleição.

Na vitória de Tancredo Neves, o que levou a oposição ao Poder foi a dissidência nas hostes do Governo, porque o General João Figueiredo se desinteressou de liderar o movimento de sua substituição, pela própria disputa interna dentro das suas forças, entre candidatos antagônicos.

É importante dizermos isso, e dizer, também, que jamais, durante os governos militares – como são conhecidos os governos dos presidentes militares –, houve qualquer presidente com a idéia de se perpetuar no Poder. No entanto, jornalistas, historiadores, pretensos filósofos falam de "ditadura militar" no Brasil, enquanto, ao mesmo tempo, chamam a ditadura comunista e sangüinária de Cuba de democracia. É muito importante darmos esse destaque: "Como pode, um homem que se eternizou no Poder, como Fidel Castro, ser considerado um chefe democrático?!"

Chamado também de Comandante.

É até ridículo, porque ele não sendo militar, vive fardado, como se, na verdade, o fosse. No Poder há mais de quarenta anos, sem eleições nem diretas nem indiretas. E os cubanos, quando encontram uma oportunidade, correndo todos os riscos, continuam a fugir da ilha onde a liberdade é uma ficção!...

Enquanto isso, os nossos presidentes-generais, ao serem eleitos, passavam, de imediato, para a reserva, deixando de usar a farda, demonstrando que estavam em exercício do Poder civil.

General, a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, influiu na nossa Revolução? A bipolaridade – os Estados Unidos, de um lado, e a União Soviética, de outro – repercutiu no Brasil, durante o período revolucionário?

Sem dúvida. Logo após a Segunda Guerra Mundial, os presidentes – Roosevelt e depois Truman, dos Estados Unidos, Churchill, da Inglaterra, e Stálin, da Rússia reuniram-se em Potsdan para mudar o mundo. A partir daí, o mundo foi dividido, entre os Estados Unidos e a Inglaterra, unidos, de um lado, e a Rússia, do outro.

O planeta sofreu essa divisão que, por outro lado, também trouxe um equilíbrio de forças, como viríamos a sentir perfeitamente. Não houve nenhuma previsão, ninguém fez previsão, mas sentimos a falta do equilíbrio a partir do desaparecimento da Cortina de Ferro, da queda do Muro de Berlim, do desmoronamento dessa potência que era, na nossa imaginação, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Desapareceu surpreendentemente.

E passou a haver um único "dono" do mundo, o que é terrível.

É terrível. De modo que a situação do mundo, hojé, é muito pior do que no tempo da bipolaridade.

Vimos, naquela época, que o Brasil não tinha esse fanatismo de odiar pessoas apenas pela sua ideologia política, ou pelo pensamento filosófico. O Brasil começou abrir seus espaços para outras nações, reatou as relações diplomáticas com a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, procurou amenizar, jamais participou de guerras de interesse da potência do Norte, como foi o caso da Coréia e do Vietnã, e jamais interveio em outras nações, a não ser a pedido, em operações de manutenção da paz.

Dessa forma, o Brasil se caracterizou, nesse período da luta entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quase que com uma posição de nação neutra, não totalmente neutra, porque o Brasil tem a sua cultura alinhada com o mundo ocidental. Mas, pelo menos politicamente, assim, se manifestou. A bipolaridade trazia essa faculdade. Hoje, o mundo todo está sob o tacão dos norte-americanos, cuja política externa é uma temeridade.

No tocante ao panorama político na época da eclosão da Revolução, o povo, em sua maioria, realmente, tomou uma posição contra o governo deposto? Como é que o senhor analisa aquele difícil período?

Honestamente, o que vimos foi a adesão total do povo brasileiro impulsionando as Forças Armadas. Adesão total, que veio pelo consciente e pelo inconsciente.

Por que pelo consciente? Porque todos viam claramente que a sociedade brasileira estava sendo agredida. Olhavam, espantados, para aquelas manifestações de rebeldia, de insubordinação de praças, observando, atônitos, o desmoronamento de instituições sagradas, como as Forças Armadas, num achincalhe à própria organização da sociedade brasileira. Aquilo que o povo vê no Exército hoje em dia, que dá ao Exército esse referendo de uma aceitação de quase 90% da opinião pública brasileira, naquela época também existia. O Exército sempre foi um fator importante de desenvolvimento nacional: todo o planejamento de estradas, a participação da nossa Engenharia Militar na construção de rodovias pelo sertão nordestino, ferrovias no Sul, pela Amazônia etc. Em tudo onde o Brasil se desenvolveu, estava presente o seu Exército e a sua Força Aérea, através do Correio Aéreo Nacional, tão querido pelo povo brasileiro, atendendo-o naquilo que tanto necessitava, nas longas distâncias, onde só o CAN chegava. Por tudo isso e muito mais, a adesão à Revolução foi total. E digo mais, o povo em geral é que empurrou o Exército para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964. Ninguém suportava mais a aliança do Governo deposto com os agitadores comunistas.

Quanto à posição da Igreja, naquela época, o senhor se recorda?

De adesão total, também. Nos pródromos de 1964 a Igreja estava espantada, assustada, pela ameaça das Ligas Camponesas, na luta pela posse da terra, e que foi um dos aspectos mais importantes que o Presidente Castello Branco atacou, de frente, resolvendo o problema da disputa da terra, pacificamente, através de uma legislação inteligente que até hoje ainda vigora o Estatuto da Terra.

Quanto aos "grupos dos onze", ligados ao Leonel Brizola, o que o senhor gostaria de abordar?

O "grupo dos onze" era uma criação de ficção, seria o que a televisão chama hoje de um "mundo virtual". Quando veio a Revolução, onde estavam os "grupos dos onze"? Estavam desaparecidos, mesmo porque o camponês, naquela época, mais do que hoje, estava isolado no sertão, a autoridade do camponês era o "coronel do sertão" ou o delegado. Quem era o delegado do sertão, o delegado de polícia? Era um velho soldado da PM, reformado, porque nenhum "doutor" queria ir para o sertão assumir o comando da delegacia.

Quem mandava no sertão eram os fazendeiros que tinham em volta de si os seus colaboradores, os seus peões, pessoas acostumadas, aculturadas, tradicionalmente submissas ao poder, não só pelo fato de o fazendeiro ser o dono da terra, como também por acomodação. Todos esses fazendeiros, "velhos coronéis", eram padrinhos, patrões, daquela gente toda, que vivia em volta de suas fazendas, prestando serviço a eles.

Então, essa gente, que deveria formar os "grupos dos onze", jamais seria capaz de iniciar o futuro "exército revolucionário do povo". Era uma ilusão dos fanáticos que viviam dentro das cidades e que pensavam que, pelo grito, iam levantar o povo.

General, houve uma tentativa de criar cisões dentro das Forças Armadas, verdadeira subversão de cúpula, plantada de cima para baixo, tentando separar oficiais e sargentos. O que gostaria de dizer sobre isso?

Havia alguns chefes militares que pensavam ter liderança para criar esse "comando paralelo". Mas eles ficaram totalmente frustrados com o 31 de Março. Um deles era o Chefe da Casa Militar do João Goulart, o então General Assis Brasil. Mas o próprio João Goulart viu que era apenas um "poder virtual", como hoje se diz em linguagem de computador.

General, como o senhor viu as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, hoje qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Acho que foi um movimento de uma beleza histórica, que não pode ser fraudada. A História vai colocá-las no devido lugar. Espontâneas, da família brasileira, que se via ultrajada pelas manifestações absurdas em curso no mundo político. Delas, participaram grande número de organizações, inclusive de estudantes que se opunham à UNE e de mulheres brasileiras, resolutas na defesa da democracia. Contavam com o apoio de todos os grandes jornais e foram de fundamental importância para a eclosão do movimento armado de 1964.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, então, intérpretes da vontade nacional, através do Movimento de 31 de Março?

Vejo as Forças Armadas e o Exército em particular como catalisador. A manifestação foi das Forças Armadas, em especial do Exército, considerando que a Marinha se encontrava muito mais desgastada do que as demais Forças, porque tinha sofrido aqueles ultrajes praticados por fuzileiros e marinheiros, inclusive atentando contra alguns oficiais, em seus navios, em meados de março de 1964. Quando a manifestação do Exército se fez, em força, houve adesão total, e aquelas

organizações sindicais, que, antes, demonstravam apoio ao Presidente João Goulart, se esvaziaram totalmente. Por quê? Porque a família brasileira é contra a desordem, é contra o caos, ela preza, acima de tudo, a ordem, a tranqüilidade, a paz e o respeito, o que só existe quando aqueles que detêm a autoridade mostram respeito por si próprios. Quando a autoridade perde o respeito por si mesma, inicia-se a subversão e o processo para sua queda.

O senhor já citou alguns líderes proeminentes da Revolução. Gostaria de alinhar mais algum, particularmente líderes civis, ainda não citados?

No início da Revolução, a participação, por exemplo, do Governador Carlos Lacerda, foi muito importante. Depois houve uma distorção. A intriga conseguiu obter resultados, separando Carlos Lacerda dos governos da Revolução. Ele se desiludiu e partiu para uma posição de alinhamento à oposição. No final, perdeu o nosso apoio e não ganhou o dos oposionistas.

Havia líderes civis, naquela oportunidade, ex-Presidentes, como Juscelino Kubitschek, que inicialmente apoiaram o movimento revolucionário, mas que também se colocaram, depois, em oposição à Revolução, porque viram que seu futuro político ia ser afetado. Juscelino, por exemplo, verificou que se tornara impossível o seu sonho de voltar à Presidência da República.

O próprio João Goulart, depois que deixou o Poder, saiu do País, foi para o Uruguai e levou uma vida afastada das atividades políticas. Alguns tentaram, ainda, sensibilizá-lo para uma ação. Ele, como tinha um espírito menos aventureiro, preferiu manter o que já possuía, e aí levou uma vida mais tranqüila no exílio. Penso que as principais lideranças políticas brasileiras ficaram numa posição de expectativa, porque político vive muito das expectativas, para poder se alinhar.

Surgiram novas lideranças, mas aí a Revolução não soube produzir, devidamente, para o futuro, lideranças jovens, que viessem a substituir, com eficácia, aquelas que se formaram na época revolucionária. Podemos citar, como uma das lideranças que foram formadas naquela época, o atual Vice-Presidente, Marco Maciel.

Antônio Carlos Magalhães surgiu, também, com a Revolução, apesar de ter iniciado sua vida política anteriormente. Outro, que teve a sua época, foi o Ministro Armando Falcão. Foi, na época, Ministro da Justiça. Ele falava pelo Governo. Bilac Pinto foi outro político importante também.

O próprio Magalhães Pinto, que movimentou a Polícia mineira na Revolução.

O Magalhães Pinto, como Governador de Minas Gerais, foi figura fundamental na Revolução. A importância do seu integral apoio ao Movimento de 31 de Março não pode nunca deixar de ser citado.

Bem como o Adhemar de Barros, em São Paulo. Ele teve uma influência muito grande, porque ele queria, de fato, fazer a Revolução.

E na parte diplomática, de uma forma geral, os governos revolucionários souberam colocar o Itamaraty na posição correta. Na parte econômica, os Ministros da Fazenda, da mesma forma, foram felizes, proporcionando ao Brasil condições de "se lançar". Durante todo o Governo Médici, Ministro da Fazenda Delfim Neto, o Brasil teve desenvolvimento anual acima de 10%, o que nenhum Governo posterior conseguiu reproduzir. Costa e Silva, nos dois últimos anos de seu mandato, chegou perto, com 8 a 9% de crescimento do PIB.

Hoje mesmo, vínhamos falando da política econômica do atual Presidente, quando o crescimento, por ano, do PIB, se apresenta inexpressivo, carecendo de qualquer expressão. Este vendedor, a preço vil, do patrimônio nacional, tornou a situação do povo de permanente angústia, com aumento de impostos e contribuição ao INSS, e redução do retorno em assistência social ou até mesmo de aposentadoria. É uma política que considero catastrófica para o nosso povo.

É quase invisível a resposta social de que tanto se fala. Não se vê, a não ser na propaganda, embora os impostos estejam elevadíssimos. Nunca tivemos uma carga tributária tão alta, tão pesada, que já atingiu a casa dos 36% do PIB, verdadeiro absurdo.

A união e a coesão, nas Forças Armadas, foram robustecidas com a Revolução de 1964?

Minha resposta é positiva. Acredito que as Forças Armadas tenham passado por esse cisma, por essa crise, e, abençoadas por Deus, souberam se manter unidas, trabalhando coesas para o benefício do País. Penso que esse sentimento de união permanece até hoje e tem ajudado a vencer desafios muito pesados que, hoje mais do que ontem, se apresentam às Forças Armadas.

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março – Revolução ou Contra-Revolução?

O Movimento de 31 de Março foi essencialmente de defesa da Nação brasileira. Foi uma manifestação... porque você só se "joga" de corpo e alma, com desassombro... você só se entrega, totalmente, a uma missão, quando está numa posição de defesa. Jamais as Forças Armadas agrediriam. Elas foram agredidas naquilo que representa sua própria razão de ser – a hierarquia e a disciplina. A reação espontânea, que uniu os militares daquela época, ainda persiste até hoje, com algumas poucas exceções.

Acho que, a curto prazo, as Forças Armadas têm que fazer um estudo real da situação mundial, verificando o que o nosso o País necessita. Em primeiro

lugar, sem dúvida, defender a integridade territorial, a soberania nacional, e a capacidade de autodeterminação do País. Esses três objetivos têm que ser, incondicionalmente, colocados. Para isso, temos que fazer ver ao Governo, que é transitório, e cuja reeleição foi desastrosa para o País, que ele não é o dono dos nossos destinos.

O "dono" dos destinos do País é a Nação brasileira, e a democracia se faz respeitada não apenas pela manifestação de falácias, como "o voto direto é aquele voto livre e soberano", porque essa história de "voto direto, livre e soberano" tem sido um voto a serviço do poder econômico e da capacidade que muitos políticos têm de enganar o povo e a conquistar sua adesão.

Temos que lutar por Forças Armadas fortes, para a defesa do futuro do País; temos que olhar para a nossa Amazônia, como o português olhou, quando éramos Colônia, e aqui "plantou" os Fortes, marcando as nossas fronteiras, querendo dizer para os estrangeiros: "Daqui não passarás!".

É isso que temos que fazer na defesa da Amazônia! Se for preciso combater, repetir Leônidas – no desfiladeiro das Termópilas, diante do inimigo muito mais poderoso, que ameaçou encobrir a luz do Sol com a quantidade de suas flechas, ao que Leônidas respondeu: "Combateremos à sombra". Da mesma forma, combateremos em defesa do que elegemos como os nossos objetivos nacionais permanentes – soberania, integridade e integração nacionais, paz social, progresso e democracia – com qualquer sacrifício, inclusive o da própria vida.

General, quais os maiores benefícios que a Revolução trouxe para o País?

O principal foi o de impedir o domínio em nosso País do mundo marxista, preservando o Brasil livre desta experiência funesta, trágica e extremamente cruel.

É inescusável. Ninguém pode agredir as Forças Armadas em vão. Fomos capazes de dizer: "Brasileiros, nós não podemos ser subjugados pela foice e o martelo". E a vitória da verdade, da determinação, veio, com inesquecível brilho.

O segundo grande benefício foi o de cultuar e manter as verdadeiras tradições de nosso País.

Apesar de, em determinado momento, a Igreja ter se voltado contra os governos da Revolução, hoje ela está fazendo o *mea culpa* e vendo que não é possível uma ficção tão grande, como a da liberdade capaz de destruir o próprio ser humano, como está acontecendo com essa "liberdade" de proporcionar o incentivo, o estímulo, dentro do próprio Governo – não estou dizendo que seja tão somente do Governo em nível nacional, estou falando dos governos brasileiros, tanto na esfera federal, como na estadual ou municipal, contra a natureza do ser

humano. Hoje, estamos vendo a promoção da autodestruição, quando se defende a distribuição de seringas para as pessoas se auto-inocularem. A droga atuando, a droga pervertendo.

Assistimos até o Ministro da Saúde, que deveria ser o propugnador principal, ao invés de preconizar a ética no relacionamento interpessoal, fazer exatamente o contrário. Quando se quer preservar o jovem dessa doença maligna, que é a AIDS, ele propõe o inverso, ou seja, estimula, com a distribuição farta de preservativos, a intensificação do relacionamento sexual, que é uma atividade humana, mas que sempre teve um contexto espiritual, ético, moral e de defesa da família.

Quando assistimos a essas distorções violentas, temos que lamentar. Na nossa época, os governos revolucionários não eram governos fechados, de camisas de força, mas sim governos que procuravam preservar, intensificar, o nível educacional do nosso povo, e criar condições para que esse povo brasileiro ascendesse, na escala social, pelo seu próprio esforço.

Já dizia o grande poeta Castro Alves, na *Canção do Tamoio*, que: "A vida é luta renhida, viver é lutar. Vida que aos fracos abate e aos fortes e bravos só faz exaltar". Essa é a mensagem. Hoje, podemos dizer isso, já que estamos na fase da pessoa idosa que, ao olhar para o passado, é levada a afirmar com convicção: "Realmente produzimos para esse País, produzimos de alma limpa".

Algumas realizações já foram abordadas, como as inúmeras rodovias que a Revolução construiu. Também marcante foi a revolução nas comunicações; antes, ninguém falava com ninguém, pela deficiência total no setor. Os investimentos também nas hidrelétricas foram maciços, trazendo a energia tão necessária para o nosso País.

Com relação ainda aos transportes, ia-se de trem para o Rio de Janeiro, porque o preço das passagens de ônibus eram proibitivos, inacessíveis às famílias pobres. Vamos nos lembrar, ainda, que a Via Dutra era em pista única. A Revolução duplicou-a, a partir de 1965, diminuindo os acidentes e facilitando o transporte de carga e de passageiros entre o Rio e São Paulo.

A Ponte Rio–Niterói que os sem-visão chamavam de obra faraônica, hoje, é uma obra que se tornou pequena pelo imenso volume de tráfego que suporta e já está todo mundo novamente angustiado, porque nenhum governo, pós-Revolução, se aventurou a fazer mais nada. As rodovias construídas nos governos revolucionários ficaram até sem manutenção nos dias atuais e nada mais se realizou em termos de estradas.

A Marinha Mercante acabou, e a aviação está se mantendo a "duras penas". Que País é esse que vamos legar para os nossos netos?

General, vimos os benefícios trazidos pela Revolução e, agora, perguntamos, quais foram os erros cometidos?

Não diria erros, diria que houve certas providências que deixamos de tomar.

Entendo que, primeiro, nós não formamos a nova geração de políticos, não nos preocupamos em intensificar, estimular, novas lideranças políticas.

Segundo, tivemos uma fase aguda de legislação. Realmente é uma tragédia, no Brasil, o excesso de legislação, estamos "amarrados" de todo jeito. Até hoje não conseguimos acabar com o reconhecimento de firma. Já houve várias leis, decretos, atos presidenciais, mas o costume continua por aí. Além disso, o Poder Judiciário se manteve intocável. No Brasil, é o nosso "calcanhar-de-aquiles". Ele se mantém ainda "amarrado", textualmente, literalmente, como o era na época da Colônia. Até o processo judicial continua o mesmo.

Hoje, estamos na época do computador, ao vivo, em tempo real, e estamos convivendo ainda com processos de longa duração, até séculos, que não são decididos. Esse é o grande problema do Brasil. A sociedade moderna não permite isso, temos que mudar. Se um cidadão comete um delito, ele tem que ser julgado na hora, ser conduzido ao juiz, que tem que estar 24 horas no ar.

Por que a Polícia vive 24 horas no ar? Por que é uma exigência da sociedade.

Por que o médico tem que estar 24 horas no ar? Porque, se ele não atender, o paciente morre.

O Poder Judiciário, não. É uma coisa esdrúxula, fecha o Poder Judiciário para as "férias coletivas forenses"! Recesso do Judiciário! São coisas que não podem acontecer, nós ainda estamos na idade medieval. Por que a perpetuidade do juiz? Copiamos toda a legislação dos Estados Unidos, da Inglaterra, mas não aperfeiçoamos nada na parte dos privilégios do juiz: ele é perpétuo, irremovível, ele pode recusar promoção, são irredutíveis os seus vencimentos, ele tem assegurado tudo que você imagina. Eles aumentam os próprios vencimentos e sempre o fazem de forma retroativa para receber "uma bolada" de atrasados criados por eles mesmos. E eles criticam os militares, porque na legislação militar existe algo que diz que as nossas filhas fazem jus a pensão militar, batem nisso. O Poder Judiciário, hoje, onera a sociedade de uma forma que pouca gente percebe. São absurdos os recursos da Nação consumidos pelo referido Poder.

Então, diria que a Revolução deixou de agir e a sociedade, de hoje, precisa despertar para esse grande problema, porque só lembramos da Justiça, quando dela precisamos, e aí ficamos frustrados.

General, na Escola Superior de Guerra (ESG), renomados professores civis, de diferentes universidades, têm mostrado que a década de 1970 foi a de maior desenvolvimento

no campo econômico de toda História do Brasil. No entanto, por que não se fala nisso? Por que essas realizações não vêm à tona, para que as novas gerações façam justiça a todo esse trabalho?

Quando terminou o Governo João Figueiredo, houve a contrapartida, o Poder foi tomado por pessoas que eram antagônicas, e, no Poder, continuam.

É preciso reconhecer que algumas dessas pessoas têm competência, e elas sabem que precisam "forrar o chão delas", para que o povo não diga "como era bom o tempo dos governos militares". Desta forma, elas têm feito tudo que podem e não podem para atingir os militares. Nunca sofremos tanta injustiça como estamos sofrendo agora!

A verdade que elas escondem tudo que é bom e positivo sobre a Revolução. Não falam que, através de sensato e bem conduzido planejamento, no tempo do Presidente Médici, realizou-se o famoso "milagre", conseguindo colher os frutos plantados, sobretudo, no Governo Castello Branco. Obteve-se a garantia da continuidade para o futuro. Quando assumiu o Presidente Geisel, ele também levou adiante, apesar do choque do petróleo, o belo trabalho realizado na gestão anterior, que, na realidade, se iniciara já nas administrações de Castello e Costa e Silva e deslanchara no Governo Médici, quando o PIB, em todos os anos, cresceu a mais de 10% ao ano.

Segue-se o Governo do Presidente João Figueiredo que, dentro do princípio de que havia necessidade urgente de passar o cargo em prol da "reconstitucionalização" do País, resolveu abdicar completamente da posição que ele deveria ter tomado para passar o Poder a um substituto, e "abriu", sem comandar o processo, gerando aquele movimento vitorioso do Tancredo Neves, seguido de sua morte, e posse de José Sarney.

Sarney foi um governo mediano, contemporizador, tentando se equilibrar na "ponta das espadas", levando, afinal, àquela eleição em que o meu conterrâneo alagoano Collor de Melo conseguiu aquela vitória retumbante, porque foi contra um adversário que, para o eleitorado, representava uma ameaça ao equilíbrio político.

Ainda sobre a situação que hoje estamos assistindo: perdemos a chamada "batalha da comunicação social", ou não quisemos dela participar, porque tínhamos pouca predileção pelo campo da Comunicação de Massa?

Penso que o militar tem um sentimento, de si próprio, de discrição. Ele não é de "tocar trombetas" e gritar dos seus feitos, de suas realizações.

Ele possui um sentimento de dignidade, de discrição, que implantamos em nosso meio. É aquele reflexo de "respeito a si próprio, respeitando os outros".

Então, enquanto você vê pessoas gritarem "porque eu fiz isso, fiz aquilo", o militar não é capaz disso, porque ele tem consciência de que não saíram do próprio bolso os recursos para construir estradas, para "botar torneira" na subida da ladeira da favela, para dar o pão que o pobre está comendo na Central do Brasil. Ele tem esse pudor ético, de não se dizer autor de coisas que ele fez por dever de ofício e com dinheiro público.

Já as pessoas de formação demagógica, de forma irresponsável, assumem como sendo obra deles aquilo que é produzido pelo suor do povo, através do pagamento de seus impostos.

Então, realmente, essa parte relativa à publicidade, bem como à propaganda, somos arredios em praticar.

General, as ações de guerrilha e terrorismo, praticadas por extremistas, tiveram apoio externo? Qual era o grande objetivo daquele pessoal? O que é que eles queriam, e como é que o senhor, que assistiu a isso de perto, encara o comportamento e a periculosidade daquela gente?

Acompanhamos, de perto, durante alguns momentos. Tive a oportunidade de trabalhar nessa área, com muita intensidade e muita dedicação. Foram anos de muitos engajamentos, anos muito bem–vividos.

Sentíamos, nas atividades do dia a dia, que havia uma cooperação internacional, mas essa cooperação, face às distâncias, que naquele tempo não eram tão facilmente vencidas como são hoje, transformava-se num obstáculo a um apoio mais eficaz.

O que havia era mais um apoio de opinião. A Rádio Tirana, da Albânia, por exemplo, proporcionava aos guerrilheiros da Amazônia, todas as noites, uma hora de programação, dirigida diretamente para o sertão, para a floresta. Esse tipo de apoio existia efetivamente.

Cuba tinha mais que cuidar da própria sobrevivência. Dava apoio aos brasileiros que foram lá aprender. E aprenderam mal, muito mal, porque chegaram aqui e fracassaram redondamente.

Os chineses também. Brasileiros foram a China fazer curso de capacitação político-militar, e fracassaram, integralmente, porque o problema da atuação do movimento comunista na China foi totalmente diferente do problema no Brasil. Da mesma forma, o apoio aos comunistas, vindo da Rússia, também foi um fracasso. A Rússia deu prioridade à conquista das antigas colônias africanas, eles tentaram através de cooptação daqueles governos. Valeram-se de terceiros, a própria Cuba, porque o cubano se aproxima mais, culturalmente, do africano.

Inclusive porque não havia o que fazer, nem comer, lá na ilha. Então, com o apoio da Rússia, os cubanos foram para a África, como mercenários, lutar em troca de dinheiro e comida.

Lá, em Cuba, eles recebiam muito mal. Com os centavos do Fidel Castro eles não poderiam sobreviver. Então, foram tentar sobreviver na África, que foi invadida por soldados cubanos mercenários. Dos brasileiros que iam para Cuba, poucos ficaram lá, porque a vida era tão ruim que eles não suportavam, preferindo ir voluntariamente buscar asilo em Paris, ou, então, nos Estados Unidos. Há determinados terroristas, daquela época, hoje transvestidos em políticos, tentando entrar nos Estados Unidos, mas não conseguem, como Fernando Gabeira, pela sua participação no seqüestro do Embaixador norte-americano.

Mas eles continuam a insistir, e pedem apoio até aos inimigos, para ver se "pisam" lá. Mas o americano não perdoa o terrorista, não perdoa o seqüestrador. Não muda o seu comportamento.

O seqüestrador, o terrorista, na verdade – o Professor Olavo de Carvalho mostrou isso muito bem – é pior que o torturador, porque ele atinge um grupo de pessoas desavisadas, pessoas que não têm nada a ver com o problema. O terrorismo é impiedoso, não escolhe o alvo. Já a tortura é localizada, é pessoal, é contra o terrorista. Enquanto o terrorista, o seqüestrador, que também é torturador, é contra todos, porque atinge pessoas inocentes, que morrem ou ficam aleijadas sem a menor vinculação com os objetivos desses criminosos.

General, em razão da ação desse inimigo sórdido, que o senhor viu de perto, foi preciso haver um certo cerceamento da liberdade?

Eu não imagino que tenha havido cerceamento da liberdade, houve, sim, um controle, que era importante para a situação que estávamos vivendo. Era preciso preservar a integridade física da população brasileira, e a abertura total daquelas informações, na época, era, exatamente, o contrário dessa preservação da paz pública. Foi uma decisão tomada conscientemente, e sábia, porque abrir a possibilidade de comunicação entre eles seria entregar o "ouro ao bandido".

É o que está acontecendo hoje: dezoito presídios se revoltam, no mesmo dia.

Como é que pode?

É porque estão se comunicando.

É a falácia da legislação brasileira e do Poder Judiciário, que vêm permitindo isso.

"Bom-mocismo", direitos para o bandido, e ele consegue fazer uma ação dessas em 18 presídios, na mesma hora, começando ao meio-dia.

Impressiona a generosidade da legislação no trato com terroristas, assim como com os extremistas marxistas, no trato com esses bandidos todos que não têm nenhum escrúpulo.

Há um desconhecimento bem grande e muita gente acha, por exemplo, no caso do Lamarca e do seu grupo, lá no Nordeste, que nos seus derradeiros momentos ele tombou por uma ação conjunta, civil e militar. Foi um trabalho em conjunto? O que se vê no filme "Lamarca" é verdadeiro?

A verdade está no relatório que o Exército elaborou. A imprensa, a mídia, nunca se preocupou em ouvir o juiz de Brotas, que foi um dos principais colaboradores da operação legal que se desenvolveu naquela região.

Nunca se preocuparam em ouvir, porque ele é uma pessoa absolutamente isenta. Era o juiz daquela cidade, e morava lá. Outra coisa interessante, esse juiz é filho de um carpinteiro, lá de Brotas de Macaúbas. Trata-se de uma pessoa humilde, filho de um carpinteiro, que conseguiu ir para Salvador, estudou Direito, passou no concurso e foi nomeado juiz. Então, ouvir um homem de grande honorabilidade não interessa, como não procuraram, também, ouvir os prefeitos das cidades em que Lamarca viveu.

A história que eles contam é a história contada por dois sujeitos, que se dizem jornalistas, filiados ao Partido Comunista. No prefácio do próprio livro, eles se definem como jornalistas do Partido. Então eles montaram toda a história. No caso específico, do filme, ele é montado sobre a história do Capitão Lamarca, que foi escrita nesse livro, pouco divulgado, um livro que não vendeu. Existe apenas porque saiu uma edição.

O outro lado é o seguinte: as forças, que vamos chamar de legalistas, viveram duas fases, como consta do relatório. Na primeira, com a participação de pessoas de fora da área – civis e militares – inclusive do Rio e São Paulo, militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil de São Paulo, órgãos de inteligência, naquela época, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações do Exército (CIE), da mesma forma que, em Salvador, estávamos integrados – Exército, Marinha e Aeronáutica. Funcionava, plenamente, a organização de defesa do País, que era o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), órgãos criados pelas Forças Armadas e que funcionaram com muito acerto, com muita eficácia.

E que hoje, infelizmente, não existem.

Hoje, lamentavelmente, não existem, mas que precisam existir, se quisermos combater o tráfico com eficácia – e as Forças Armadas devem se preocupar

com esse problema, porque a nossa posição é de defesa da nacionalidade. Quando o tráfico de drogas ameaça a nossa sociedade, as Forças Armadas têm que se posicionar, é uma guerra de outra forma, como a guerra subversiva foi uma guerra de outros meios. No nosso tempo, a guerra das drogas é uma guerra que busca destruir a Nação.

E só pode ser vencida com a integração dos meios como se viu nos CODI.

Só pode ser vencida com a integração entre Forças Armadas e a sociedade. E as instituições militares têm competência, capacidade, conhecimento, experiência e efetivo para empregar. Isso não quer dizer que eu vá colocar soldados no combate ao tráfico. O CODI não era constituído de soldados, era um núcleo de oficiais e sargentos, das três Forças, que trabalhavam integrados com a Polícia Federal e as Polícias Estaduais.

Na segunda fase, na qual Lamarca foi eliminado, nós, do Exército, atuamos somente com apoio do pessoal, que vivia na região, da gente com conhecimento da área operacional. E, assim, chegamos ao cumprimento da missão por completo.

Então, essa experiência de combate à subversão, devidamente controlada e regulamentada, poderá, dentro das condicionantes de "o homem certo, no lugar certo", atingir os objetivos que queremos de defesa da sociedade.

Foi uma das partes que fizemos como Secretário de Segurança Pública. E a proposta que levamos para o nosso Governador foi que ele encaminhasse ao Presidente da República uma minuta de Diretriz de Lei Complementar, de modo que o Presidente da República pudesse colocar isso, para as Forças Armadas, como uma decisão sua, antes submetida à aprovação do Congresso Nacional. Porque queremos tudo empregado na preservação da democracia brasileira, mas dentro da realidade do nosso povo.

General e o AI-5 foi necessário?

O AI-5 foi necessário, essencial e eficaz. Resultou na pacificação do povo brasileiro, com o mínimo de perdas. O povo brasileiro foi o que menos sofreu, com a luta fratricida entre os subversivos marxistas e as Forças Legais. Se estudarmos, no mundo inteiro, as Forças Armadas brasileiras são as grandes vitoriosas nessa luta.

E foram importantes o SNI e os DOI/CODI?

Diria que importante foi a participação da nossa Força Armada, do Exército, bem como a cooperação obtida de nossas co-irmãs, a Força Aérea Brasileira e a Marinha de Guerra. Da mesma forma, foi a participação do SNI, mas a essência, o peso de todo esforço, recaiu em cima dos "ombros" do nosso Exército.

Na sua opinião, a Revolução se demorou muito à frente do Governo?

Eu não diria que a Revolução se demorou e, sim, que houve distorções, porque foram criadas facções. Em particular, nos momentos de sucessão, essas facções se faziam presentes pondo em risco a própria integridade do movimento.

O próprio inimigo, a ação da guerrilha, do terrorismo, impediu que ela acabasse antes, porque a toda hora vinham as provocações, que obrigavam os presidentes a manter um regime austero, autoritário.

A luta armada só foi exterminada, aos poucos, no Governo Médici e, no início do Governo Geisel, se processou a retirada dos militares da linha de frente. E, aí, passou-se o Governo para o João Figueiredo, com a missão de encerrar o ciclo.

Felizmente, porque nós já estávamos vivendo a época das cisões internas dos grupos revolucionários.

A queda do muro de Berlim acabou com a bipolaridade, com isso, o comunismo acabou? Como está o comunismo, hoje, em nosso País?

Existem ainda remanescentes que continuam acreditando, não sei se piamente ou por conveniência. Existem pessoas, fanatizadas, dominadas pelas teorias de Marx, que continuam acreditando que o marxismo poderá alcançar o Poder. Só acho que o mundo moderno inviabilizou, totalmente, a permanência das doutrinas marxistas, enfeixando o Poder das nações.

Hoje, todo mundo gosta de dizer que é de esquerda. Olavo de Carvalho disse muito bem que não há mais direita, todo mundo faz questão de ser da esquerda. Que esquerda é essa? É a esquerda marxista?

O que existe, na prática, é o ângulo da visão das pessoas.

Algumas chegam a afirmar que "o Exército é direitista", outras dizem que o Exército, hoje, está mais a esquerda e eu digo: "Não, o Exército não é nem direitista nem esquerdista; essa divisão não existe para nós. O Exército é uma força progressista, porque, no Exército, aprendemos, primeiro, a cuidar da nossa base, dos nossos soldados, priorizar a assistência aos nossos soldados; o cadete aprende que, quando ele comanda o GC (Grupo de Combate), ele primeiro verifica se os soldados terminaram a missão em bom estado, fornece a alimentação, em primeiro lugar, para eles, e é o último a pegar a sua marmita para começar a comer.

Se vai ao combate, ele deve estar à frente de seu grupo, puxando a sua tropa; se está em tempo de paz, ele cuida do lazer dos seus soldados, da assistência médica hospitalar à família do seu soldado; vai defendê-lo como se defendesse a própria vida, junto a seus superiores.

Então, quando conversava com as pessoas que eram de esquerda, eles diziam: "Mas, General, o senhor é mais socialista do que eu", e eu contestava: "Não, o senhor está equivocado, eu não sou socialista, eu sou doutrinariamente verde-oliva; eu cuido do Exército como o Exército me ensinou através de meus comandantes, grandes modelos que tive na minha vida", e, aí, recordo os meus comandantes nas Unidades por onde passei.

Começou na AMAN, onde os meus grandes instrutores foram os febianos Coelho Neto, Jofre Sampaio, que era o meu comandante de Companhia, Augusto Pereira, febiano, de três "listrinhas" no braço. Tive a honra e a satisfação de ter esses formadores. Além disso, fui formado dentro do Colégio Militar. O Colégio Militar foi uma escola de formação excelente, maravilhosa, professores militares brilhantes, extremamente éticos.

A Casa de Tomás Coelho é o exemplo de casa da democracia. Ao lembrar o tempo de Colégio Militar, sou capaz até de derramar algumas lágrimas, porque a emoção é muito grande. Entrei para o Colégio Militar, mas na primeira vez que passei no exame, o meu pai não pôde pagar a minha matrícula, porque era sargento e ganhava pouco. Ele veio sargento, do 23º BC (23º Batalhão de Caçadores), lá de Fortaleza para o Rio de Janeiro. Somos alagoanos, e ele tinha ido para Fortaleza atrás de colégio para educar os filhos, mas aceitou a transferência para o Rio, e aqui foi integrar a Banda de Música da Escola Militar do Realengo. Morávamos ali do lado, na Bernardo Vasconcelos.

Quando completei a idade, e fui fazer o concurso de admissão, vindo do Ceará, tive uma professora que me preparou. Passei, logo da primeira vez, e meu pai não pôde me matricular, porque não teve dinheiro, e me disse: "Não dá para ir, você vai repetir o quinto ano", e repeti o quinto ano. "Você vai fazer novo concurso". Fiz concurso novamente, e novamente fui aprovado, e ele disse: "Olha aqui, Nilton, vou tocar no carnaval, vou fazer tocatas extras, e o que eu ganhar no carnaval vai ser para a sua matrícula". E, assim, foi, realmente. Ele se empenhou muito. Não tenho nenhum pudor em dizer que o meu uniforme era de "segunda mão". Para me fardar, foi difícil; para me colocar no Colégio Militar, ele pagou a matrícula, pagou o primeiro mês, e requereu a gratuidade, ao Ministro da Guerra, na época. Sabe quem era? Eurico Gaspar Dutra.

São os idos da década de 1940, 1943/1944. Ele se apresenta ao General Dutra, perneiras brilhando – aquelas perneiras de verniz, até o meio da canela – o talabarte, o cinto, tudo brilhando, e a roupa engomada. E quem engomava? Minha mãe. "Pronto. Sargento Nelson de Aguiar Cerqueira".

– "Sargento, o que o senhor está fazendo aqui?"

– "Pedindo audiência ao Ministro da Guerra, vim pedir a gratuidade do meu filho".

E ele com o papel na frente, disse: "Mas o senhor não tem direito".

– "Por isso mesmo eu vim pedir a gratuidade a Vossa Excelência".

– "Mas, como Sargento, o senhor não tem direito".

– "Se eu tivesse direito, não precisava estar aqui".

O que ele quis dizer? Já teria sido reconhecido. Só ele, que tinha aprovado aquele regulamento podia, excepcionalmente, atender.

– "Mas por que você quer o seu filho no Colégio Militar?"

– "Por que quero que ele seja um oficial do Exército".

O Marechal abaixou a cabeça e disse: "Pode se retirar. Deferido".

Fez a continência, deu meia-volta, juntando os calcanhares, e saiu. E estou aqui, agora, prestando o meu depoimento.

Então, esse é o Exército.

Você vai perguntar: "Que outros companheiros você conhece que eram, na época, filhos de sargento?" Tenho o Gleuber, que é o Comandante do Exército, hoje. O pai dele também foi sargento.

E a seu lado, General Cerqueira, está um homem que entrou órfão para o Colégio Militar, mãe pobre e sem pai, que nunca conhecera um militar na vida, e decidiu seguir a carreira, porque viu que, apesar de não conhecer ninguém, e ser órfão, era tratado, na Casa de Thomás Coelho, da mesma forma que todos os outros. Senti que havia igualdade, porque o filho do coronel era tratado da mesma forma que eu e ninguém sabia qual era a minha origem.

Levava "trote" da mesma maneira.

É a mesma coisa. Enfrentava as provas da mesma forma, tudo igual.

Só para completar essa parte, que é uma parte muito emotiva, entra a concepção do Exército, do Colégio Militar, com o problema que eles tanto combatem, da herança do militar, das filhas dos militares. Porque o Colégio Militar foi criado para atender aos órfãos da Guerra do Paraguai, e até hoje, está aí: é o colégio mais requisitado pela sociedade do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro.

Então veio por onde? Veio pelos órfãos da Guerra do Paraguai, e está aí. Por quê? Porque é uma construção de um Brasil novo, fundamental para a nossa formação. Posteriormente, vieram as Escolas Preparatórias e, finalmente, chegamos à Academia Militar. Mas a História começa por aí.

O Exército é a grande força motivadora do fortalecimento do nosso País, nesse período.

General, a imagem do Exército está muito bem posicionada, em pesquisas realizadas com uma percentagem de aceitação muito grande, na opinião pública. Qual a sua idéia a respeito?

É o reconhecimento. O povo brasileiro, ainda que seja algumas vezes iludido, pela falácia, tem um sentimento de justiça muito bem desenvolvido. É verdade que, algumas vezes, nós também cometemos erros, pecamos, porque as falhas são humanas, e o Exército é constituído por homens, por pessoas.

A nossa Instituição, na parte estrutural, diria que está próxima da perfeição. As falhas que acontecem são falhas dos homens, por não seguirem as normas institucionais. Essa é uma parte muito importante. Por isso esse dito: "Exército, braço forte, mão amiga" é uma verdade. É braço forte, pelo seu papel na defesa da Pátria, da lei e da ordem e é a mão amiga que apoia, que traz a pessoa, com dignidade, para junto de si.

Que valoriza quem se esforça, quem se empenha, que deixa o órfão desconhecido e o filho do Sargento chegarem a General.

Deixa e promove. Que dá as mesmas oportunidades.

Se o homem faz por onde, ele reconhece.

A todos sem distinção de origem, de raça, de religião, sem qualquer distinção. Então, podemos dizer o seguinte: "Temos que preservar", sensibilizando as atuais chefias do nosso Exército de que a missão transcende às oportunidades temporais. Temos que pensar no futuro. Somos esses alicerces de hoje, para os anos vindouros.

Hoje, a oficialidade do nosso Exército tem a responsabilidade de ter herdado uma Força, coesa, íntegra e atenta à defesa da Pátria. "Braço forte e mão amiga", que os oficiais têm que passar mais forte e mais amigo do que receberam. Esse é o destino.

General Cerqueira, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, mensagem que pretende deixar para as atuais e novas gerações sobre o nosso Movimento cívico e democrático.

Acho que o tempo dirá e reconhecerá a verdade de um momento difícil, que vivemos. Lembro-me de que, quando os companheiros comentavam da posição antagônica, possível, de sargentos, da tropa, em relação à oficialidade, imaginava que isso resultava de distorções muito fortes, porque, na minha Unidade, o que se via era um grande sentimento de fraternidade, de companheirismo, de amizade. Era uma Unidade relativamente pequena, porque era um batalhão, privilegiada, porque, em Petrópolis, a família militar se mostrava muito unida, os sargentos pertenciam à sociedade local, e a tropa, era uma tropa de primeira.

Minha Unidade pode ser citada como exemplo de coesão, mas via o Regimento-Escola de Infantaria, que era uma Unidade grande, e não havia dissidências dentro dele. O Regimento Sampaio, Unidade que, depois, viria a comandar – tive a honra de ser o Comandante dessa Unidade de Infantaria, histórica, tradicional, vibrante – com a tropa unida e coesa, comandada pelo Coronel Raimundo Ferreira, na época da Revolução, em que não houve dissidência: quando ele decidiu aderir à Revolução, a tropa toda passou com ele.

Então, vi união, consenso, salvo aquelas poucas exceções que se pronunciaram no Automóvel Clube do Brasil.

Digo que a grande missão do Exército continua de pé. Volto a afirmar: nossa luta é por estarmos preparados, adestrados, prontos para cumprir a nossa missão, como sempre fizemos no passado. Preocupados em permanecer em boas condições profissionais para assegurar o nosso futuro.

A grande missão do Exército é influenciar, dentro do mundo de hoje, dentro da nossa realidade, o poder político a não desprezar a responsabilidade que tem perante a Nação de manter suas Forças Armadas operacionais. Porque, se negligenciar essa responsabilidade, poderá pagar caro pelo fracasso num futuro próximo.

Há interesses divergentes, sem dúvida que há interesses, fortes, vindos de fora, que se voltam contra o preparo e o aprestamento das Forças Armadas, interesses contrários toda vez que o poder político atua no sentido de fortalecer a nossa capacidade de dissuasão. É só ver essa guerra imbecil, da "vaca louca", que está aí nas manchetes dos jornais. Estamos vendo o poder econômico prejudicando uma indústria brasileira de alto nível, como a Embraer, que não está isolada do mundo, que está inscrita no processo de "globalização" na elaboração de seu produto final, importando mercadorias e componentes de todo universo.

Mas se vê que essa globalização é fictícia, é dos fortes explorando os fracos. Temos que pensar em termos de brasilidade, de que é oportuno redirecionar, redimensionar, proporcionar recursos às Forças Armadas, dentro de uma tecnologia desse milênio, que está começando, de modo que fiquem à altura da defesa deste patrimônio, que é o nosso País. Então, essa é a mensagem.

E o entusiasmo dos profissionais? Tenho certeza que ele permanece igual, ou melhor, do que no nosso tempo. Só vai caminhar para frente.

Entretanto, as disponibilidades têm que ser aplicadas judiciosamente, esse é o grande pensamento. Temos que pensar com os "pés no chão", sem nos afastarmos da realidade brasileira, mas com a convicção que nos cabe defender, a qualquer custo, um patrimônio incomensurável. Assim, as disponibilidades não po-

dem estar tão divorciadas das reais necessidades como estamos constatando em toda e qualquer análise do nosso poder militar na atual conjuntura. Esse quadro precisa ser modificado, para que as Forças Armadas possam participar, pronta e efetivamente, das suas enormes responsabilidades na manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, o que tanto queremos.

Jornalista Aristóteles Drummond

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Profissões de nível superior: Jornalista, Administrador de Empresas e Profissional de Relações Públicas. Principais cargos desempenhados:
- Assessor da Diretoria do Banco Nacional (1964/1968);
- Diretor do Patrimônio e Presidente, em exercício, da Cooperativa Habitacional (COHAB) – GB, no Governo Negrão de Lima;
- Diretor e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, desde 1968;
- Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda, desde 1973;
- Assessor do Ministro de Estado das Minas e Energia (1980/1984);
- Diretor de Administração da Ligth S/A (1985 e de 1987 a 1996);
- Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce (1986/1988);
- Membro dos Conselhos de Administração das Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte (1996/2003), da Manaus Energia S/A (1997/2003) e da Boavista Energia S/A (1997/2003);
- Presidente do Conselho Fiscal da Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) (1995/2004).
- Principais obras publicadas: "A Revolução Conservadora" – Editora Topbooks, 1990; e "Minas – História – Estórias – Evocações – Cultura – Personalidades – Economia" – Editora Armazém de Idéias (duas Edições, sendo a Segunda revista e ampliada), 2002.
- Assina uma coluna no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Escreve nas revistas *Foco* e *Encontro*.
- Em 1964, participou da Revolução liderando o Grupo de Ação Patriótica – GAP –, integrado por jovens estudantes que se opunham à representação da UNE.

Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2003.

Que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e no seu desenvolvimento?

Fiz a Revolução com 19 anos, liderando um movimento de jovens do Grupo de Ação Patriótica – GAP – que se opunham à representação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dominada pelos comunistas. Nossa atuação está registrada em muitos autores e os jornais da época destacam a presença do GAP em atos públicos de defesa da ordem e dos valores mais expressivos e conservadores da sociedade brasileira.

O nosso Grupo, que atuava principalmente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo, era composto, basicamente, por jovens estudantes, tendo por programa de ação o combate às reformas comunizantes de Brizola e Goulart; ao sistema de representatividade da classe estudantil, adotado na União Nacional dos Estudantes e na União dos Estudantes do Ensino Secundário (UEES); à encampação de refinarias; à ocupação de postos-chave da administração na Petrobras, no Departamento de Correios e Telégrafos, na Rede Ferroviária, nos Portos etc. por elementos comunistas; à influência desmedida dos dirigentes sindicais nos destinos do País; à censura à palavra de políticos da oposição, como Amaral Neto, Carlos Lacerda, Raimundo Padilha e muitos outros, no rádio e na televisão; à omissão governamental diante das greves e das agitações permanentes, de caráter político e subversivo.

Os jovens tinham como referência maior o trabalho desenvolvido pelo Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha no Governo Jânio Quadros, para fugirem a uma identidade partidária, de vez que eram muitas as lideranças políticas que se opunham a Goulart, como os governadores de Minas, Magalhães Pinto, de São Paulo, Adhemar de Barros, e da Guanabara, Carlos Lacerda, todos candidatos em 1965, e o grupo de JK, do PSD, onde muita gente se contrapunha ao Presidente.

O GAP se integrou a entidades formadas por empresários, mulheres, militantes católicos, militares da reserva, ex-líderes estudantis, para se opor à pregação revolucionária das esquerdas, que encontravam acolhida no Governo Goulart, bem como ao grevismo político que fazia parte do cotidiano do País.

Numa de minhas idas a *O Globo*, em que me fiz acompanhar do acadêmico Mário Navarro da Costa, presidente da entidade Congregações Marianas Estudantis e Universitárias, disse àquele jornal "que o intuito do GAP era politizar as elites estudantis e, ao lado de outros colegas, enfrentar a UNE até o pedido de fechamento daquela nefasta entidade que paralisava as escolas, denegria o nome dos verdadeiros estudantes e atentava contra as instituições democráticas. O GAP, assim, se insurge contra a ação em que falsos líderes, de uma organização também

falsa como a UNE, usavam o nome da classe para fim de agitação política e barata". Naquela oportunidade, coube-me destacar "que a maioria dos estudantes, felizmente, não se interessava pelas greves. Ambicionava somente estudar. Daí, o GAP ter resolvido chamá-los à luta, a se congregarem ao movimento para o combate por uma causa de suma relevância".

Recordo-me, perfeitamente, que, naquela visita, Mário Navarro insistiu em afirmar que, infelizmente, muitos estudantes, inconformados com as condições vigentes, embora católicos, na ânsia de reformar, escolhiam o caminho errado, para formar ao lado dos inimigos da Igreja, fazendo crer, dessa forma, que podia existir esta coisa absurda e paradoxal: católicos da esquerda, progressistas, e católicos da direita, reacionários. Tal divisão é falsa – asseverou Mário Navarro – e como tal deve ser duramente combatida. "A palavra da Igreja não comporta interpretações ambíguas. Socialismo cristão é tão aberrante como o círculo quadrado", concluiu.

O Brasil vivia um momento de muita tensão, descontrole na economia e em perigosa escalada para um governo tipo sindicalista revolucionário, com as Ligas Camponesas tirando a tranqüilidade dos produtores rurais e dos agricultores de verdade. Basta uma leitura dos jornais do ano de 1963 e dos debates no Congresso Nacional, inclusive denúncias gravíssimas, para se constatar que a crise era grande, a falta de autoridade evidente e um certo acumpliciamento do Governo, que não sabia qual atitude tomar. Não recebíamos investimentos estrangeiros, a poupança nacional era corroída pela inflação e a falta de ordem levava a retração do investimento possível. É sempre bom repetir que os jornais, que não tinham censura, abordavam estes temas com destaque. Os militares se pronunciavam através de alguns oficiais da reserva, mas, apesar de alguns, mais a esquerda, terem conseguido promoções, como o caso do General Osvino e do Almirante Aragão, a disciplina foi mantida até quase o final. Foram o povo, a opinião pública, as entidades cívicas e a confusão em que o País mergulhava que retiraram os militares dos quartéis para a intervenção de 31 de março. O Movimento foi saudado em todo mundo como uma contra-revolução, que abortou um movimento de esquerda com conseqüências imprevisíveis. As ligações de nossas esquerdas com a Cuba de Fidel Castro, que na época exportava sua revolução e tinha Che Guevara em plena militância, eram conhecidas e noticiadas. O intercâmbio de estudantes e líderes sindicais com os países da Cortina de Ferro também era conhecido e depois contado em inúmeros livros.

A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, é a prova do apoio popular e da mobilização da classe média urbana

e rural em torno do movimento para depor Goulart, apoio também visto em todos os grandes jornais. É bom repetir, sempre que possível, esta realidade, diante da grosseira falsificação que a história vem sofrendo. O livro "Os Idos de Março e a Queda em Abril", de José Álvaro Editor, que tem a autoria dos grandes jornalistas da época, como Alberto Dines, Antonio Callado, Araújo Netto, Carlos Castello Branco, Wilson Figueiredo, Pedro Gomes e outros, retrata a união do Brasil contra a situação reinante.

Infelizmente, a história tem sido escrita pelos vencidos, como costuma afirmar o Coronel Jarbas Passarinho, um dos homens públicos surgidos pós-1964 de mais completa e vitoriosa carreira como Governador do Pará e Senador da República, tendo sido ministro de vários presidentes militares e do Governo Collor.

O Brasil poderia ter sido responsável pela terceira guerra mundial, caso o comunismo internacional tivesse tido êxito em sua manobra para nos dominar. Afinal, Cuba é apenas uma ilha, embora vizinha dos EUA. O Brasil é quase todo o continente, e para onde se inclina, a América Latina tende a seguir, como bem disse o Presidente Nixon. Os EUA não tolerariam uma Cuba do tamanho do Brasil. Nem do Chile, salvo por uma das mais impressionantes e completas personalidades históricas de nosso tempo, o General Augusto Pinochet, um grande amigo do Brasil, que nos visitou várias vezes como Presidente e, depois, como mero turista. Este forma com o General Franco, de Espanha, a dupla de grandes benfeitores do Ocidente, tratados com tanta ingratidão e maior desonestidade no que tem sido publicado. Foram eles que infringiram as maiores derrotas ao comunismo no século XX.

A bibliografia é rica em confirmar o empenho da União Soviética em agitar a situação política e social no Brasil, na América Latina, insistindo na violência no campo, na dominação da mídia e do meio intelectual. A Igreja e as Forças Armadas eram prioridades do comunismo desde a década de 1940. Afinal, as grandes derrotas do comunismo se deram no final da década de 1930 com a Guerra Civil da Espanha, em meados da década de 1960 com o Brasil e de 1970 com o Chile. Em todos os três casos, a mão comunista – com base na Rússia principalmente – era visível e os bons resultados da reação no campo social e do desenvolvimento econômico foram duros golpes. As bases do progresso da Espanha, do Chile e do Brasil são devidas a Franco, Pinochet e aos nossos generais-presidentes, especialmente Castello, Costa e Silva, Médici e João Figueiredo. A única vitória do comunismo importante foi a Revolução dos Cravos, em Portugal, que acabou por permitir uma independência sangrenta em Angola e Moçambique, territórios que estavam marchando para uma solução de alto nível, com base na lusitanidade, em algo que se parecesse com a do Brasil que foi proporcionada por um rei de Portu-

gal, na ocasião príncipe-herdeiro. Mas a cobiça comunista das riquezas de Angola, principalmente, falou mais alto, não contando apenas com a reação de uma parte não comunista, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), que sustentou uma guerra violenta por mais de 25 anos, com grande número de mutilados. Uma tragédia, em que o Brasil agiu de forma omissa no governo Geisel e, daí, em diante.

O comunismo ficou muito chocado com a derrota sofrida na Espanha, apesar do apoio dos comunistas de todo o mundo, em orquestração sem precedentes na história. A vitória das esquerdas naquele conflito ficou por conta da propaganda, que, ao envolver intelectuais europeus – Saint Éxupery Orwell Picasso – e americanos – como Hemingway –, obteve uma condenação a Franco, que prevaleceu até sua morte. Escondeu-se a violência anticlerical dos comunistas espanhóis que sacrificaram, com requintes de barbaridade, mais de quinze mil religiosos. Destes, quase mil foram transformados em mártires da Igreja por João Paulo II, em algumas das suas inúmeras atitudes de coragem ética e moral. Mas o sentimento religioso de boa parte dos espanhóis, da chamada maioria silenciosa, mais o patriotismo de seus militares, com o comando forte de Franco, permitiram a vitória do pensamento cristão e ocidental, livrando a Europa de um problema que teria sido a Península Ibérica sob controle vermelho e seus reflexos naturais na América do Sul.

A partir daí, a prioridade dos soviéticos foi a infiltração entre militares e religiosos. No Brasil, não poderia ter sido diferente. Os militares sofreram de tal maneira a infiltração, que tivemos, pouco antes da Guerra da Espanha, a Intentona de 1935 e, em 1964, a nossa Revolução precisou retirar, de forma autoritária de suas fileiras, mais de quatro mil militares sob suspeição de tolerância com o comunismo, número muito maior do que o de afastamentos no funcionalismo civil, por exemplo. A Igreja, por sua vez, foi muito usada pelos radicais da luta armada e pela influência que os temas políticos passaram a ter na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O saldo desta militância de esquerda de parte do clero abriu as portas do Brasil para seitas ditas cristãs, que acabaram se tornando verdadeiros negócios e comitês eleitorais, a chamada “bancada evangélica”.

Vale enfatizar que uma pesquisa nos jornais, nos anais do Congresso Nacional e uma leitura dos livros publicados – dos dois lados – e dos relatórios reservados das Forças Armadas, enfim, um exame honesto do quadro que o País vivia em 1964 garante a convicção de que os militares foram incentivados e motivados pela sociedade, por meio de todos os seus segmentos responsáveis, a intervir, e pode-se avaliar que a resistência, nos meios castrenses, se deveu justamente à quebra da normalidade democrática, mas que o Congresso Nacional, desde o pri-

meiro momento, pela sua maioria, apoiou e legitimou, e que a opinião pública aplaudiu antes, durante e depois, sendo prova inconteste as vitórias eleitorais do partido da Revolução e os resultados positivos da economia, que fez nascer um novo e moderno País depois das reformas de Roberto Campos, no Governo de Castello, e das grandes obras nascidas nos de Costa e Silva e Médici, que contribuíram – especialmente, o primeiro, – na formação da mais formidável equipe de realizadores do século passado – só igualados nos anos JK – que foram, entre outros, Mário Andreazza, Elizeu Resende, Costa Cavalcanti, Passarinho, César Cals, o admirável Delfim Netto, que depois foi, por cinco mandatos, dos mais importantes parlamentares da história republicana. Estes dois grandes presidentes mantiveram a mais estreita colaboração com dois governadores eleitos pela oposição em 1965, como Negrão de Lima, no Rio, e Israel Pinheiro, em Minas, sendo este último fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). João Figueiredo, o último dos militares, apesar da conjuntura internacional desfavorável, fez um governo de grandes realizações. E deve-se a ele a abertura e a anistia.

Depois dos eventos de Paris em 1968, começou a movimentação da chamada luta armada, sempre com treinamento e ajuda financeira comunista, normalmente via Cuba, que sensibilizou a juventude das classes médias universitárias. Talvez tenha faltado habilidade aos militares em enfrentarem, no campo universitário, as esquerdas, incentivando lideranças e propagando o que se fazia pelo bem do Brasil. E, talvez, pudessem ter integrado esta juventude no esforço de crescimento que se realizava com tanto sucesso. O excelente Projeto Rondon mostrava este bom Brasil, mas não acompanhava, depois, os seus participantes que acabavam envolvidos pela doutrinação comunista muitas das vezes. Neste vazio, prosperou a propaganda da luta armada, dos seqüestros, da guerrilha, dos assaltos a bancos para a obtenção de fundos, dos atentados que vitimaram inocentes, inclusive militares estrangeiros que aqui serviam ou estudavam. Diante de tal agressão, os militares reagiram, especialmente depois que se criaram núcleos de guerrilha no Araguaia, no Vale da Ribeira, em São Paulo, e na Serra do Caparaó, no Espírito Santo. Guerra é guerra e o Brasil só tem a lamentar os episódios de violência de ambas as partes envolvidas, como, aliás, ocorre e sempre ocorreu, em todo o mundo, nestes casos. Diferente do martelar desleal contra os militares, como se fossem todos torturadores. E omitem os "justiçamentos" entre os comunistas, alguns admitidos pelo próprio Luís Carlos Prestes.

Incrível é que, passados mais de vinte anos destes episódios, só se fale em excessos dos militares e se acumule de recompensas materiais, com recursos públicos, as famílias dos envolvidos, de um lado, e os militares e policiais mortos estejam

com as famílias recebendo apenas modestas pensões a que têm direito. Fala-se tanto nos que pegaram em armas, muitos depois convertidos ao convívio democrático e galgando altas funções públicas, inclusive pela via eleitoral, mas nada se fala dos militares mortos no cumprimento de seus deveres. Acabaram com as homenagens às vítimas de 1935 e à lembrança de 1964. A Intentona fazia parte do calendário militar até durante o Governo de Goulart. Não se sabe de nenhuma rua com o nome do Major José Júlio Toja Martinez Filho, oficial exemplar, assassinado friamente quando tentava demover guerrilheiros urbanos de uma reação suicida.

Os militares no pós-1964 demonstraram mais uma vez grande sentimento patriótico, aceitando em silêncio agressões e discriminações de toda ordem, sofrendo um achatamento salarial perverso – outras categorias como diplomatas e técnicos da Fazenda tiveram aumentos diferenciados nos anos FHC – e encolhimento orçamentário que beirou a humilhação. Embora com momentos de fraqueza, como o afastamento de alguns alvos da ira revanchista, de uma forma geral, preservaram a Instituição de constrangimentos maiores. Entre os que contribuíram com força moral, personalidade, cabe destacar os generais Leônidas Pires Gonçalves, Ministro de Sarney, e Rubens Bayma Denys, Chefe da Casa Militar do mesmo governo e filho de um dos maiores nomes da Revolução, embora na ocasião já na reserva, o Marechal Odylio Denys. No Governo FHC, os comandos militares resistiram ao "revanchismo" com habilidade. O candidato José Serra, do PSDB, incluía em seu currículo, lido na televisão todos os dias, "a luta contra a ditadura militar" .

A Revolução parte para comemorar seus quarenta anos dentro de um clima de menos idiossincrasias do que nos anos FHC, cujo ressentimento era sentido a cada pronunciamento e a cada gesto. Os petistas, entre os adversários mais radicais, com um núcleo forte de integrantes dos anos de luta armada, têm se mostrado, via de regra, mais maduros, mais altivos, mantendo, ao lado das restrições legítimas e de compromissos com seu passado, uma relação respeitosa e justa, reconhecendo a contribuição positiva dos militares no processo de desenvolvimento do Brasil, na preservação de suas riquezas, no pensar estrategicamente um país grande e soberano. E, no campo social, sabem e reconhecem que o maior programa de renda mínima do Brasil e do mundo, em todos os tempos, foi o Fundo Rural (Funrural), do Presidente Emílio Médici.

Por mais incrível que possa parecer, neste mundo de perplexidades, com o final da União Soviética, seu fracasso, o confinamento do comunismo a países caricatos e infelizes como Cuba e Coréia do Norte, uma nova esquerda surge com base na negação da propriedade e da empresa privada, na mais camuflada e competente censura ao pensamento que não seja de esquerda, na tolerância com a

droga e a violência urbana. Esta esquerda é que vive denunciando as polícias, em estranha proteção aos bandidos urbanos, inclusive a seqüestradores nacionais e internacionais, como no caso de Abílio Diniz, os quais retiram a paz das famílias, sejam elas ricas ou pobres. Esta nova esquerda explora a ignorância popular, os sentimentos menores do ser humano, combate a ordem e a disciplina, tenta ridicularizar militares, religiosos, além de adotar um comportamento de sentido ético duvidoso em questões ligadas ao casamento estável, à família, às preferências sexuais e outras. Assuntos de foro íntimo são explorados publicamente com o objetivo de chocar e alterar padrões consolidados até aqui na formação cultural do Brasil.

Sendo a ausência de qualquer tipo de discriminação racial em nossa sociedade um orgulho da formação cristã e lusófona que tivemos, embora convivendo com discriminação de sentido social ou econômico, as esquerdas tentam, nos últimos anos, instalar um quadro de desconfiança e animosidade racial entre os brasileiros, majoritariamente de raça indefinida, pela miscigenação que vem ocorrendo ao longo de sua formação. As cotas em escolas e para algumas colocações de emprego são injustas e preconceituosas com os brasileiros de origem africana e só podem ser explicadas como parte de um projeto para desestabilizar o País, criando ódios e ressentimentos entre brasileiros de diferentes origens, a exemplo do que ocorre em parte do continente africano. Todas as pesquisas de opinião sobre o tema mostram a condenação à política de cotas pela população.

A implementação da perversa política de cotas caracteriza bem a ação desta nova esquerda, composta de pândegos voltados irresponsavelmente para o tratamento de assuntos sérios. Mas, retornando ao nosso Grupo de Ação Patriótica, eu lhe pergunto: Como o GAP procurou despertar a juventude acomodada, indiferente, para combater anarquistas e comunistas que se alinharam ao Governo Goulart?

O GAP nasceu da conseqüência de que nada adiantava aos jovens democratas permanecerem apáticos ou simplesmente combatendo a influência e os malefícios comunistas em inconseqüentes bate-papos, enquanto os inimigos iam ocupando posições e desfraldando a bandeira que a nós, os verdadeiros patriotas, competia ter nas mãos: a da defesa da Nação e dos legítimos interesses do povo.

Para isso, conseguimos reunir um numeroso grupo de universitários do Rio de Janeiro e nos unimos a grupos de outros estados, passando a opor resistência ao avanço marxista no meio estudantil.

Ao ser fundado em junho de 1962, o GAP firmou convênio com a Aliança Democrática Brasileira e o Centro José Bonifácio, organizações democráticas de São

Paulo, presididas pelos estudantes Waldo Domingos Claro e Fânio Sandoval, e formou um núcleo em Juiz de Fora, dirigido pelo universitário Marcos Ventura de Barros.

Adotamos, taticamente, o método comunista de ir para as ruas saindo das salas e dos gabinetes para ganhar adeptos. A finalidade foi alargada: não só politizar o estudantado como o povo.

A propósito do sacrifício, em tempo e dinheiro, que cada um de nós devia oferecer, dizíamos que, embora estudantes, com a missão precípua de estudar, tínhamos, como brasileiros, o dever de dedicar parte do nosso tempo aos interesses do Brasil.

A nossa luta era, portanto, no sentido de arrancar a juventude da inércia e da indiferença ante os graves problemas nacionais.

Não tendo vinculação com qualquer partido, o GAP aceitava, de bom grado, a colaboração e a adesão de todos os verdadeiros patriotas, independente de onde viessem ou estivessem.

De nossa carta de Princípios, constava a defesa intransigente do regime democrático, da família, da Igreja, da propriedade e da iniciativa privada.

Nada tínhamos a esperar dos traidores do mandato popular, dos fraudadores do erário, dos políticos negocistas e dos pelegos apátridas.

Nossos problemas sócio-econômicos, notadamente as gritantes injustiças sociais, certamente encontrariam solução dentro de uma autêntica democracia e não como se alardeava dentro de um regime totalitário, como preconizavam os agitadores marxistas.

Contra as investidas da Internacional Comunista, clamava o GAP que o povo brasileiro se levantasse em nome de tudo aquilo que aprendera a amar – a liberdade, a família e a religião. Com toda ênfase, procuramos sempre difundir a tese de que o brasileiro é um nacionalista nato, daí ser um completo paradoxo deixar-se levar por uma ideologia internacionalista, como é o comunismo.

Disse o senhor muito bem que a atuação do GAP está registrada em muitos autores. Encontramos, por exemplo, em Hélio Silva – no livro "1964: Golpe ou Contra-golpe?" – um capítulo específico sobre o GAP, onde ele cita um de seus depoimentos no qual o senhor enuncia a meta do Grupo sob a sua liderança como a de "levar ao Brasil a palavra de uma juventude não comprometida com a UNE, auxiliando na formação de uma corrente de opinião pública consciente dos rumos comunizantes e anárquicos que o Governo Goulart conduzia o País". Gostaríamos que destacasse mais alguns aspectos do seu trabalho pessoal e dos componentes do GAP entre os muitos abordados pelo escritor em tela.

Hélio Silva recorda os Comícios pela Democracia, realizados pelo Deputado Amaral Neto, com a presença de parlamentares de todo o País, membros da Ação Democrática Parlamentar, nos quais pregávamos, em praça pública, a reação ao Governo. Nesses comícios, realizados semanalmente em várias cidades, coube-me sempre falar em nome dos estudantes democratas como presidente nacional do GAP.

Lembra o escritor que me cabia, através da Rede da Democracia – cadeia de emissoras de rádio que se opunha à cadeia da legalidade, de Leonel Brizola – falar, semanalmente, na qualidade de Presidente do GAP, recomendando, inclusive, a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e os elementos dos Grupos dos Onze, de Brizola.

A participação da rapaziada do GAP, relembra o escritor, estava intimamente ligada ao grupo conspirador liderado pelo Almirante Sílvio Heck. Por algumas vezes, realizamos transporte de armas de São Paulo para o Rio de Janeiro. Chegamos, inclusive, a trazer metralhadoras em malas e em ônibus da viação Cometa. Este transporte e movimentação de armamento foi uma vez estourado pela Polícia do Exército, mas eu e mais dois companheiros conseguimos escapar na própria estação rodoviária.

Em conseqüência desta ação, a sede da entidade Ação Vigilante do Brasil, na Rua 1º de Março, no Rio de Janeiro, foi invadida e interditada, assim como um sítio em Jacarepaguá, onde o Governo apreendeu as armas. Por sorte, o Inquérito Policial Militar (IPM) que o Ministro da Guerra instaurou foi confiado ao General Idálio Sardemberg. Como a imprensa janguista insistia em citar Heck, além de citar-me juntamente com o GAP, tomei a iniciativa de procurar pessoalmente o General Sardemberg, em sua casa, na Rua Souza Lima. Na conversa que mantive com ele, aleguei que o movimento distribuía livros, combatia a UNE etc. e que o noticiário dos jornais era maldoso. O General Sardemberg me ouviu e por fim disse-me: “Sei que as coisas não são bem como você diz, mas elogio o seu civismo e peço levar ao Almirante Heck minhas palavras de tranqüilidade. Vocês não serão incomodados”.

Destacou também Helio Silva o meu comentário de que o nosso movimento não tinha nenhum vínculo com políticos. Praticamente, o objetivo, desde o início, era a efetiva atuação através de um movimento que se antecipasse ao preparado pelas esquerdas.

Conclui o autor em apreço, aqui na página 259 de seu livro, valendo-se de minhas palavras: “o GAP fez a mocidade presente na luta contra Goulart e as teses dos reformadores. A elite brasileira não teve sua juventude omissa nos anos agitados que precederam o 31 de março de 1964. Marcou sua posição na defesa da

propriedade privada, da livre iniciativa, no combate ao estatismo, e a favor de uma democracia liberal, mas livre do convívio com seus inimigos confessos".

O Almirante Sílvio Heck andou sendo preso pelas entrevistas concedidas denunciando a infiltração comunista no Governo. Nesta oportunidade, como a entidade que presidia e outras lhe prestavam solidariedade?

Ao terminar o cumprimento de suas penas de prisão, nós o acompanhávamos até a sua residência com cortejo de automóveis.

Lembro-me de que, no final de 1962, logo após o Almirante Sílvio Heck deixar o Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais, onde se encontrava preso, formamos um grande cortejo de automóveis integrado por delegações de diversas entidades, entre as quais a nossa – o Grupo de Ação Patriótica – e muitas outras, como a Frente da Juventude Democrática, a Ação Vigilante do Brasil, a União Operária Camponesa do Brasil, o Movimento Estudantil Católico, o Movimento Estudantil Marítimo, a Aliança Democrática Popular etc.

No decorrer da noite, já em sua residência, Sílvio Heck continuou a receber a visita de colegas de farda, entre os quais vários almirantes, do Governador da Guanabara – Carlos Lacerda –, de uma delegação de coronéis do Exército e da Força Aérea Brasileira (FAB), dos ex-ministros Prado Kelly, Amorim do Valle e Marcondes Ferraz, do Deputado Perachi Barcellos, todos lhe hipotecando solidariedade.

Lideranças e entidades civis estimulando lideranças militares para que, através da união de forças, se desse um basta à anarquia e à subversão que imperava no Governo Goulart, inteiramente submisso aos extremistas de esquerda.

Assinado por 28 entidades cívicas foi lançado, em 28 de dezembro de 1962, e publicado em diversos jornais, entre os quais o *Estado de São Paulo*, um Manifesto à Nação de apoio ao Almirante Heck e seus companheiros de terra, mar e ar.

O Manifesto é o seguinte:

MANIFESTO DE APOIO AO ALMIRANTE HECK
E SEUS COMPANHEIROS

"As entidades que este documento subscrevem julgam chegado o momento de manifestar ao povo e às autoridades, a quem incumbe em última instância a defesa do regime democrático e de nossas mais caras instituições, sua crescente preocupação pelo desgoverno que assola o País.

A ninguém é lícito, nesta hora conturbada da nacionalidade, pactuar com a "conspiração do silêncio" tão bem definida pelos ilustres generais Emílio Maurell

Filho e Inácio Rolim, sobretudo quando o que está em jogo não são mais posições políticas divergentes, mas o nosso próprio futuro.

Da gloriosa Marinha de Guerra já partiu, pela palavra do ilustre Almirante Sílvio Heck, o brado de alerta e esclarecimento, e com ela se apontou à nacionalidade o caminho que nos há de levar a melhores dias.

Às suas corajosas denúncias seguiu-se um movimento de protesto de toda a oficialidade da arma de Tamandaré, devolvendo as comendas que haviam recebido por não concordarem os oficiais em ver incluídos na Ordem do Mérito Naval elementos que combateram a Marinha e, o que é mais grave, a Pátria. A Sílvio Heck e seus bravos companheiros a nossa irrestrita solidariedade e nosso integral apoio.

Essa solidariedade e esse apoio se estendem nessa oportunidade a todos os bravos soldados do Brasil, de terra, mar e ar, e são a condição mesma da segurança de que se pode ainda confiar no futuro.

Quando um deputado comunista ousa desafiar um General do Exército, proclamando que a disciplina e a hierarquia daquela Força foram rompidas pelo Partido Comunista; quando assistimos ao Poder Executivo ceder, acovardado, às pressões indevidas do CGT que não representa o pensamento da maioria dos trabalhadores do Brasil; quando assistimos a tudo isso sem que as autoridades tomem providências é porque o País chegou à beira do caos, pois não há Poder na República.

Quando as autoridades financeiras anunciam que a inflação roubará o salário dos trabalhadores e da classe média em proporções alarmantes senão catastróficas e não se tomam providências; quando nosso crédito no exterior foi de tal maneira vilipendiado que corremos o risco de sermos considerados um País de irresponsáveis e nada se faz para salvar a dignidade da Nação e impedir a crise econômica e social, é porque estamos entregues à anarquia e ameaçados da guerra civil.

Se os poderes constituídos não tomam as providências capazes de pôr cobro a tal situação e de preservar a vida de nossos filhos, incumbe a nós, parcela organizada do povo depositário do Poder soberano da Nação, dar o brado de alarma e comprometermo-nos publicamente perante Deus a tudo fazer para impedir que se chegue a dias mais sombrios.

Nossa última esperança vai, neste momento, naqueles que assumiram perante Deus e a Pátria o compromisso de defender o povo, suas tradições e sua liberdade.

Hoje, o bravo Almirante Sílvio Heck aparece como símbolo dos que ainda não renegaram sua fé no Brasil e numa democracia autêntica e renovada.

A ele e a seus companheiros de terra, mar e ar, nossa solidariedade, na certeza de que as Forças Armadas não desmerecerão a confiança que nelas o povo, pelo que tem de mais autêntico e representativo, deposita".

Subscrevem:

Grupo de Ação Patriótica – presidente Aristóteles Drummond; Movimento Estudantil Católico, presidente Roberto Teixeira; Frente Nacional dos Estudantes – presidente Mariano Silva; União Operária e Camponesa – presidente Antônio Barroso; Frente da Juventude Democrática – presidente Ari Medeiros; Ação Vigilante do Brasil – presidente Paulo Galvão; Movimento Acadêmico de Estudos Brasileiros – presidente Luís Antonio Pierek; Centros Culturais do Rio de Janeiro – presidente Carlos Oliva; Congregações Marianas Estudantis e Universitárias – presidente Mário Navarro da Costa; União Nacional de Cultura Greco-Latina – presidente Prof. Geraldo Ulhoa Cintra; Diretório da Santa Cecília da UDN paulista – presidente Luís Felipe de Souza Queiroz; Diretório de Santa Ifigênia da UDN paulista – presidente Heitor da Sá Verga; Diretório da Sé da UDN paulista – Sílvio Teotônio; Diretório da Bela Vista da UDN paulista – presidente Aluísio Ferraz Pereira; Diretório Regional Estudantil da UDN paulista – presidente Luís Fernando Levi; Federação Democrática Estudantil – presidente Alberto Durão Coelho; Movimento Democrático Unido – presidente Carlos Roberto Mattos; Clube Eduardo Prado – presidente José Oliveira Pinho; Academia de Política e História Lusíadas – presidente Hugo Paulo Listenberger; Aliança Democrática Brasileira – presidente Waldo Domingos Claro; Movimento Civil de Defesa Nacional, Movimento de 25 de Agosto – Setor Centro-Sul, Centro Tenente Antônio João – presidente Pascoal Dicrescento; Centro Saldanha da Gama – presidente Silva Cardoso (Maceió); Frente Estudantil de São Paulo – presidente Rubens Loureiro; Centro Parlamentarista – presidente Felipe Pugliesi; Movimento Estudantil da Zona Sul de São Paulo – presidente Carlos Botezelli.

(*Estado de São Paulo* – 28 de dezembro de 1962)

É hora de lembrarmos de um outro Manifesto à Nação, publicado em O Globo*, no dia 14 de junho de 1963, encabeçado pelo Grupo de Ação Patriótica, em que vocês ressaltavam que uma série de circunstâncias indicava claramente um fato: "a Revolução comunista no Brasil não virá: já veio". Poderia recordar este importante Manifesto para o Brasil de hoje?*

O Manifesto conclama os democratas a cerrarem fileiras contra os agitadores, contra a ação, cada dia mais ostensiva, de elementos extremistas em atividades de vital importância para a economia nacional; conclama o povo brasileiro a protestar contra medidas que visavam ao esmagamento da iniciativa privada e a defender a Constituição, seriamente ameaçada.

Releva citar que esta matéria foi aprovada e paginada pelo próprio Dr Roberto Marinho, numa tarde de domingo, comigo na redação de *O Globo*.

Este documento, na sua íntegra, passo a lê-lo agora:

MANIFESTO À NAÇÃO

Os abaixo-assinados, democratas brasileiros e dirigentes de Entidades, sentem-se no dever de vir a público, no exato momento em que forças arregimentadas pelo comunismo internacional ameaçam golpear as instituições, com o REFERENDUM tácito do Governo Federal, para advertir a Nação e a sua gente no sentido de que arregimentem e somem seus esforços para o resguardo da Democracia.

Atravessamos, nestes dias, nebulosas crises, que escondem desejos inconfessos de abastardar a Nação. A recente nomeação de dois elementos comunistas notórios para a diretoria da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Srs Hugo Regis e Jairo Farias, somados ao discurso do General Albino Silva, ameaçando intervenção em companhias particulares; a tomada de posições em cargos estratégicos por parte de elementos financiados por Moscou; a infiltração criminosa na Rede Ferroviária Federal; os atentados consecutivos contra a segurança e a paz, levados a efeito pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); os passeios ousados da demagogia paga pelos cofres da Nação, feitos pelo Sr Leonel Brizola; a manipulação da UNE como instrumento da subversão da ordem e do desacato às autoridades democráticas, a ausência de segurança, de paz, de tranqüilidade, de honradez, de fibra democrática, que caracteriza os momentos que vivemos, não nos permitem, a nós democratas, permanecer acuados e silenciosos, assistindo passivamente à trama golpista que se instala no poder.

É chegada a hora de os democratas crerem nas realidades. A revolução comunista não virá: JÁ VEIO, está instalada no Poder. Está nos postos de maior responsabilidade do Governo João Goulart. Está na Petrobras, hoje entregue aos inimigos de Getúlio. Está no CGT, sem que ninguém, na esfera trabalhista, se levante em defesa da Democracia conspurcada. Está nesse desejo criminoso de reformar a Constituição, para golpeá-la mortalmente. Está nas mãos de criminosos pagos, de agitadores inescrupulosos, de antigos agentes internacionais, como é o caso de Roberto Morena. Está na liderança falsa dos Pelacanis, dos Rianis, dos Caldeiras Brandis e da farândola imensa de maus brasileiros.

Por tudo isso, nós, dirigentes de Entidades, apelamos para o senso de patriotismo dos brasileiros democratas: defendam até o último instante os postulados da Democracia, fortalecendo e incentivando o Congresso Nacional; exigindo a manutenção correta da Constituição ameaçada; não permitindo o fortalecimento do estatismo, hoje voltado para golpear a Refinaria de Capuava, formada por capitais nacionais, dirigida e orientada por brasileiros; e opondo tenaz resistência aos inimigos da Democracia no Brasil, aliados incondicionais dos inimigos externos com sede em Moscou.

Se é para golpear a Constituição, haverão os apátridas de golpear, em primeiro lugar, os brasileiros que não se venderam aos desígnios do comunismo internacional. E advertimos: somos muitos os dispostos a morrer pelo Brasil dos brasileiros.

Guanabara, 13 de junho de 1963.

Aristóteles Luiz Drummond, presidente do Grupo de Ação Patriótica; Waldo Domingos Claro, presidente da Aliança Democrática Brasileira; Srª Amélia Bastos, Campanha A Mulher Pela Democracia; João Batista Gabriel, Frente da Juventude Democrática; Caio Gomes Machado, Brigada Estudantil em Defesa da Democracia; Roberto Carvalho, Frente Nacional dos Estudantes; Floriano Maciel, Resistência Democrática; e Roberto Teixeira, Movimento Estudantil Católico.

(*O Globo* – 14 de junho de 1963)

Pelo número de signatários desses Manifestos, observa-se que, no setor estudantil, havia numerosas entidades democráticas, sobretudo, no Rio, São Paulo e Minas Gerais contra aquele desgoverno que fazia o jogo dos comunistas. Tais Grupos começaram a se unir para o desenvolvimento de um programa de ação conjunta em defesa dos princípios da democracia, aspirando contar posteriormente com a adesão dos movimentos similares, estudantis e operários, de todo o País, o que acabou ensejando a formação de uma poderosa frente única democrática. Qual a primeira operação conjunta iniciada pelo GAP e pelas entidades que a ela se aglutinaram?

A primeira operação conjunta foi a distribuição de livros e folhetos em fábricas e colégios da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais. Distribuímos, inicialmente, três livretos: "Depoimento sobre a Rússia", mais de seis mil exemplares, de Nascimento Brito, Diretor do *Jornal do Brasil*; "Estopim da Fraude", de Waldo Domingos Claro, presidente da Aliança Democrática Brasileira; e UNE, instrumento da Subversão".

Numa ação continuada, conseguimos, ainda, distribuir mais de vinte mil livros de esclarecimento popular, alcançando maior destaque "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia", de John Cotrim; "Estudantes Brasileiros na Tcheco-Eslováquia", de Ronaldo Pereira Rodrigues, que fora Secretário da UNE; e "Condição Humana da China Comunista", de Suzanne Labin.

Os livros do Engenheiro Cotrim e da Suzanne Labin foram lidos pela jovem oficialidade do 2º RO 105, em Itu, a qual, através de uma emissora de rádio, ligada à Igreja católica, difundiu as principais idéias desses livros por toda aquela área do interior paulista.

Essa é uma prova do poder do programa que multiplicou nossas ações. Paralelamente, a Frente emitiu pronunciamentos conjuntos, alertando o povo

contra a demagogia, a corrupção e as forças do comunismo internacional que contava, no Brasil, com o respaldo de um infeliz presidente da República.

Não resta dúvida de que o GAP contou sempre com ampla cobertura da Imprensa, que temia a comunização do País, sobretudo de O Globo *e dos* Diários Associados, *conforme destacou o próprio Hélio Silva, em seu livro anteriormente citado. O que foi a Cadeia Radiofônica da Democracia e qual a sua participação?*

A Cadeia Radiofônica da Democracia iniciou suas atividades no final de outubro de 1963, liderada pelas *Rádios Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*, com a participação no primeiro programa de João Calmon, Roberto Marinho e Nascimento Brito, diretores das emissoras que encabeçavam a Cadeia.

Apesar de ter, na época, apenas 18 anos, participei da Cadeia da Democracia, como Presidente do Diretório Nacional do Grupo de Ação Patriótica, desde o dia em que foi ao ar. Silenciar, quando víamos o Brasil sendo apunhalado pelos comunistas, seria renegar a Pátria.

O nosso discurso era no sentido de alertar que a liberdade, grande aspiração da juventude, corria imenso risco com a ação deletéria da UNE, engajada, também, na destruição da hierarquia familiar.

Dirigida aos verdadeiros democratas, a nossa palavra salientava que os problemas brasileiros – complexos e de raízes profundas – eram ignorados pelo Governo Goulart, que não os estudava, não trabalhava para resolvê-los, nada realizando de positivo pelo País.

O nosso enfoque, enfim, enaltecia a Rede da Democracia, em sua tarefa de vencer o palavreado vazio e demagógico dos extremistas da esquerda, com uma campanha de esclarecimento, sobretudo em defesa da Constituição e do Congresso para a preservação da democracia.

Por fim, dissemos na Rede da Democracia, que mais perigoso para o País que a pregação revolucionária de Brizola, paga pelos cofres públicos, mais perigoso que as ameaças levianas do Ministro da Justiça, era o próprio Presidente Goulart, que inquietava o Brasil, ora com a sua inércia, ora com o discurso da desunião, no momento em que atravessávamos uma das mais agudas crises de nossa história, conseqüência de seu péssimo governo.

Nas vésperas da Revolução, Aristóteles Drummond, Presidente Nacional do Grupo Ação Patriótica, que, hoje, temos o privilégio de entrevistar, fez a O Globo *importantes declarações relativas à Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, que ficou conhecida como AMES, bem como em relação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Qual a natureza das suas observações?*

Destaquei que a nota oficial daquela Associação, de apoio e solidariedade aos rebeldes da Marinha, era mais uma prova de que a AMES sempre esteve afinada com a UNE na luta pela bolchevização do nosso País. Embora encarada com reservas por nós, a então diretoria da AMES foi eleita defendendo normas diferentes da que passou a adotar, usando, a traição, muito empregada pelos comunistas, para poder levar adiante seus intentos.

O apoio da AMES aos marinheiros e fuzileiros insubordinados serviu, também, para que os estudantes da Guanabara verificassem que a sua representação era falsa, gerando grande indignação no estudandato em geral, ao ver a destruição da disciplina e da hierarquia, com a cumplicidade das autoridades federais, não tendo o meio estudantil democrata, por nenhum momento, deixado de apoiar a digna oficialidade de nossa Marinha de Guerra, humilhada pela omissão daqueles que deveriam tomar atitude.

A propósito da Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro, declarei que a nossa entidade desfilaria, como aconteceu, reforçada por delegações de suas Seções de Juiz de Fora e de São Paulo, contando com a presença do Deputado Nina Ribeiro, por nós especialmente convidado, o que o *O Globo* publicou em 31 de março de 1964, data da Revolução.

O conceituado jornalista Waldo Claro, em artigo publicado na Gazeta Mercantil – *São Paulo, em 07 de janeiro de 1964, com o título "O Grupo de Ação Patriótica", diz, textualmente, ao iniciá-lo: "Existem movimentos que, pela sua índole e princípios, grangeiam o respeito e a admiração de todos. Pelas lutas. Pelas posições assumidas. Pelas opções manifestas. Pelos lugares que preenchem na História do Brasil. Assim, é o GAP. Ele nasceu no Estado da Guanabara, sob a inspiração de um dos maiores valores da nova geração. Nasceu sob a inspiração de Aristóteles Drummond."*

Considerando que o artigo, além de muito bem escrito, destaca a importância do GAP e sintetiza, com muita objetividade, o que foi o governo deposto, sugiro que o mesmo seja anexado ao seu depoimento, para que o Brasil conheça mais a respeito do Grupo de Ação Patriótica e seu presidente nacional – Aristóteles Drummond –, bem como avalie melhor os momentos difíceis que atravessamos naquela infeliz quadra da vida nacional. Sugiro, ainda, que seu artigo "O 31 de Março" publicado no Jornal do Brasil*, quando a Revolução completou 39 anos e que mereceu o aplauso dos leitores, externado em mais de vinte cartas, seja, também, parte desta sua objetiva entrevista.*

Fico gratificado com as sugestões. Waldo Claro é um nome respeitável do nosso jornalismo, corajoso defensor do patrimônio moral do Brasil, e que, sobretudo, sintetiza muito bem o desgoverno Goulart. Quanto ao artigo "O 31 de Março",

aceito e agradeço a sugestão, pois ele resultou de minha convicção de que é mister continuar a luta que tem por objetivo ajudar o Brasil a vencer injustificáveis preconceitos a que atribuo a culpa do nosso drama político, social e econômico. O Brasil, cada vez mais, precisa de definições, como destacou, certa vez, em Belo Horizonte, o Governador Francelino Pereira. Este artigo é, como meu livro "A Revolução Conservadora", mais um sopro de vida à minha renovada definição.

Tenho em mãos este seu livro dedicado à Revolução de 31 de Março de 1964 – "A Revolução Conservadora". É hora de solicitar-lhe um breve comentário a respeito desta feliz compilação de artigos – amostragem significativa de uma atividade jornalística intensa, duradoura e tão bem-sucedida.

Atendo à sua solicitação volvendo à Nota Introdutória do livro, onde afirmo que me rendi aos argumentos de que valeria a pena juntar pedaços de uma permanente pregação liberal-conservadora, de crítica às esquerdas, de defesa da economia de mercado e do papel decisivo desempenhado pelas Forças Armadas como garantidoras da ordem e do progresso que legendam nossa bandeira.

Depois de tanta crítica pela defesa sincera e desinteressada de convicções que fui consolidando através do tempo e do convívio com mestres admiráveis, julguei conveniente lembrar que o patrulhamento ideológico, as campanhas de descrédito, as ameaças veladas ou ostensivas não foram, em nenhum momento, suficientes para arrefecer o entusiasmo dos revolucionários de 1964.

Gostaria muito de falar, com maior profundidade, a respeito deste trabalho, mas vou me ater ao preâmbulo e às palavras finais de um artigo meu – "A Revolução de 1964" – publicado no jornal *Estado de São Paulo*, de 26 de março de 1989, com o qual abri a 1ª Parte do livro, por mim intitulada "A Revolução e os Militares".

Apresento, pois, uma visão deste artigo completando minha resposta à sua indagação:

A REVOLUÇÃO E OS MILITARES

Nos idos de 1964, quando os setores mais representativos da sociedade brasileira pressionavam as Forças Armadas no sentido de porem cobro ao clima de desordem estimulado pelo então presidente da República, a grande resistência dos chefes militares se prendiam à defesa da legalidade, que teria de ser quebrada. Durante muito tempo, alguns oficiais-generais, como o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, chegaram a sugerir à liderança civil do Movimento que achasse uma saída constitucional para a crise de autoridade que o Brasil vivia, lembrando o recurso do impeachment. *Somente quando se esgotaram todos os meios legais para se*

deter a escalada do país aos apelos que vinham de todos os segmentos da sociedade, aderindo à rebelião desencadeada em Minas Gerais, pelo Governador Magalhães Pinto e pelo comandante da 4ª Região, General Olímpio Mourão Filho.

(....) O recurso à intimidação de certas esquerdas procura ocultar a verdade histórica. A Revolução não foi nem uma quartelada nem um golpe, mas um amplo movimento político-social de salvação nacional, irmanando civis e militares.

(....) A Revolução é e deve ser permanente, no que toca a seus compromissos e não será pelo desgaste inevitável dos vinte anos de Poder e pelo fato de ter cometido erros, que deva deixar de ser exaltada, prestigiada e reconhecida.

Os militares que, no final, passaram à História como responsáveis pelo Movimento, não podem renegá-lo. Devem, sim, reafirmar os seus compromissos com os ideais da época e ressaltar a obra realizada, tranqüilizando a Nação que, hoje mais do que ontem, pelas dimensões que ocupa no mundo, não pode admitir a omissão de seus soldados em momentos de extrema gravidade para a existência nacional. Os compromissos da Revolução continuam.

(Estado de São Paulo, *de 26 de março de 1989*)

Qual a mensagem do Grupo de Ação Patriótica, publicada pelos nossos principais jornais, nos primeiros dias de abril de 1964, após a vitória do Movimento revolucionário de 31 de Março?

Dissemos, mais ou menos, o seguinte: No momento em que a ordem, a honradez, a autoridade e o regime democrático voltam a vigorar em nosso País, sentimos a obrigação e o dever de vir a público trazer a nossa palavra, a palavra da juventude brasileira, que vê agora suas vidas voltadas de novo para o estudo e o trabalho, uma vez que seu futuro, o futuro da Pátria, encontra-se garantido.

Não é momento para esmorecimentos nem abandonos, mas já é o momento de se fazer o que não se conseguia, ultimamente fazer. Estudar. Trabalhar. Construir. Sanear. Progredir e dar ao Brasil e a seu povo sofrido, a liberdade e a justiça social que ele esperava e merecia.

O exemplo e o grito de reação do Governador de Minas – Magalhães Pinto – e dos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, seguidos por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, não em nome de seus estados e de suas guarnições, mas do povo brasileiro, encontre a aprovação em todos os Estados da Federação, tanto entre os civis como na caserna, todos cansados de tanta desonestidade, agitação e traição.

Finalmente, nós nos congratulamos com o povo, em especial com a juventude, na certeza de que o 31 de março estabelecia o marco inicial de uma nova era, a era do trabalho e do crescimento do Poder nacional, o que, felizmente, se tornou uma realidade.

Em seu livro "Minas", cuja Segunda Edição foi lançada agora em 2002, o senhor realiza um passeio por mais de dois séculos de História de Minas, no dizer de Carlos Lindenberg, sem deixar de dedicar um dos seus mais empolgantes capítulos à Revolução de 1964. Nesta oportunidade, gostaria de ter sua palavra a respeito deste capítulo da obra, que aborda, com agudo descortino, este relevante tema da história do País.

Duas idéias, expostas na apresentação do livro, registro inicialmente: A Revolução de 1964, iniciada em Minas, pelos mineiros – que a paixão política e ideológica por vezes leva a incompreensões e injustiças – cometeu seus erros, o que é natural, mas, no momento em que foi feita, a Revolução congregava o que existia de representativo no Brasil e em Minas Gerais. Senão, 48 horas não teriam sido suficientes para acabar com qualquer tipo de resistência.

Quanto ao capítulo específico, objeto da pergunta, escrevi, em seu prelúdio, que as "paixões políticas e ideológicas, os ressentimentos daqueles que ficaram pelo menos 15 anos sem direitos políticos, embora em condições de exercer toda e qualquer outra atividade, entrar e sair do País quando bem entendesse, faz com que o movimento iniciado em Minas, unindo governos estaduais, guarnições militares e apoio da população, fosse considerado, a partir da década de 1990, mais precisamente no Governo FHC, como um golpe de estado ou uma quartelada, o que absolutamente não corresponde à verdade histórica.

Como se não tivesse tido a participação dos mais eminentes homens públicos da época, quando inclusive Magalhães Pinto constituiu um gabinete de nível ministerial, reunindo nomes como os de José Maria Alkmim, ex-Ministro da Fazenda de JK, expoente do PSD; Afonso Arinos de Melo Franco, grande liberal, que depois de ter sido deputado federal por Minas, foi senador duas vezes pelo Rio de Janeiro, chanceler de Jânio; José Monteiro de Castro, parlamentar que chefiou a Casa Civil da Presidência da República; Mílton Campos e Gustavo Capanema, louvados merecidamente em seus centenários de nascimento, biografados por uma testemunha ocular da História como Murilo Badaró, que foi deputado estadual, federal, senador indireto e Ministro da Indústria e do Comércio, além de Israel Pinheiro, talvez o mais consagrado estadista mineiro, companheiro histórico de JK, fundador da Companhia Vale do Rio Doce, que apoiaram o Movimento, filiaram-se ao seu partido, a ARENA, quando criado em 1966, e nele exerceram mandatos.

Os empresários mineiros se fizeram presentes na Revolução, desde a primeira hora. A começar pelo bravo presidente da Federação das Indústrias, Fábio Mota, e pelo não menos bravo dirigente da Federação da Agricultura, Evaristo de Paula, ruralista, político, que veio a ser secretário de Agricultura de Israel Pinheiro. Outros notáveis foram Gabriel Bernardes, ruralista, Jonas Barcelos – o pai – empresá-

rio, Augusto de Lima Neto – Companhia Telefônica, ainda do Grupo Ligth – Nilton Veloso e muito mais".

Por oportuno, devo registrar que, após o 31 de março, surgiram muitos revolucionários, muitíssimos, os adesistas, "mais convictos" do que os próprios revolucionários, aliás, os mesmos que sumiram, desapareceram, depois de 1985.

Houve, também, os desorientados, radicais de esquerda, que, optando pela luta armada, em uma nova tentativa de implantar o comunismo no Brasil, participaram de assaltos, assassinatos, seqüestros e outros atos criminosos em que acabaram vítimas da repressão que, como sempre aconteceu – e acontece – na história dos povos, foi dura e violenta na sua ação.

Embora compreensíveis os ressentimentos, nem por isso se pode escrever a História, como vem acontecendo na pura emoção e na negação dos fatos.

A resposta da autoridade responsável não podia e nem pode ser diferente. Pobre dos que pensam em tratar terroristas e os fora-da-lei de outra maneira! Olha o que está acontecendo na Colômbia, onde as guerrilhas comunistas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ficaram para infelicitar aquela nação amiga. Veja aqui dentro, a audácia e o desrespeito à lei e à justiça, por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aproveitando a fraqueza e indefinição dos últimos governos da federação e de alguns governos estaduais!

Ainda a respeito do capítulo em tela, consciente de que devo, nesta narrativa, limitar-me ao melhor que ele contém, dele extraio o editorial do principal jornal mineiro, *Estado de Minas*, intitulado "O Dever dos Militares", publicado em 5 de abril de 1964, onde seus diretores, seus editores – homens da mais alta responsabilidade, credibilidade e coragem – se posicionam claramente. Não se pode admitir que tais cidadãos não estivessem interpretando o mais fielmente possível o pensamento dominante no povo de Minas Gerais, que era o do Brasil, naquele grave momento.

Neste anexo ao capítulo de meu livro "Minas", que agora passa a constar de meu depoimento neste Projeto de História Oral do Exército, os brasileiros têm a oportunidade de observar que o próprio jornal defende cassações de mandatos e pede a punição severa nos casos de corrupção.

Vejamos o Editorial:

O DEVER DOS MILITARES

Se há um setor que não está corrompido no Brasil, graças a Deus, é o das Forças Armadas, incluídos o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Em Minas, deve-

mos juntar a esse bloco de homens dignos e patriotas a Polícia Militar, outra corporação que tem dado os mais admiráveis exemplos de amor à nossa terra.

Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos. A todo momento, essas corporações, comandadas por oficiais formados na melhor escola, a escola do patriotismo, da decência, da pureza de intenções e propósitos, nos oferecem o testemunho de sua identificação com os melhores ideais de nossa gente. O que elas têm no coração é um Brasil grande, progressista, respeitado, unido de norte a sul, de leste a oeste, trabalhando livremente num clima de ordem e de paz.

Os nossos militares, quanto mais fundo e mais grosso é o mar de lama, estão recolhidos às suas casernas austeras, submetidos a um regime de vencimentos incompatíveis com as exigências da vida moderna. Hoje em dia, não há quem queira ser mais oficial do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, porque não se recebem, nessas três armas, soldos que permitam uma existência tranqüila. No entanto, os militares tudo suportam estoicamente, assistindo diante deles ao espetáculo da mais deslavada corrupção, provocada pelo poder civil, pela baixa politicalha, pelo eleitoralismo grosseiro. Bastaria dizer que hoje um procurador de um dos institutos de previdência logo no primeiro mês de sua nomeação, sem ter serviço, indo à repartição meia-hora por dia, quando vai, recebe mais do que um general que se submeteu a uma longa carreira, sujeito a mudanças amiudadas de residência, sendo obrigado a matricular seus filhos cada ano em um colégio diferente, e com um regime de trabalho de dez horas por dia.

É impossível, porém, enumerar aqui todas as injustiças de que são vítimas os militares. E não se queixam, não se desesperam, por amor ao Brasil. Pois bem: esses patriotas, que não contribuem para o abastardamento dos costumes públicos em nosso País, de quando em vez, são forçados a corrigir os erros da politicalha, tomando o Poder dos corruptos, dos caudilhos, dos extremistas de baixa extração, restituindo-o, limpo e puro, aos civis. Nunca advogaram em sua causa própria, ou melhor, nunca tomaram o Poder em benefício próprio. Agem quando é preciso, a fim de restituir a tranqüilidade e a paz ao seio da família brasileira. Mas essa tolerância com os civis, que não estão sabendo ser dignos do Poder, tem um limite. As imposições do patriotismo, que é tão aceso no meio militar, poderão levá-lo a dissolver as assembléias que insistem em permanecer dando cobertura a políticos corruptos e aventureiros, a comunistas interessados em abrir aqui uma porta ao fidelismo cubano.

O povo também está perdendo a fé nas soluções civis. Vê a volta das raposas de baixa politicalha com espanto e nojo, porque compreende que a agitação vai continuar, a corrupção idem, o assalto aos cofres públicos, a compra de fazendas e apartamentos com dinheiro roubado da Nação. O comando revolucionário não acei-

tará agora isto. Quer o expurgo, a higienização do meio político, a imobilização da gangue que infelicitava o Brasil. Os corruptos, onde estiverem, terão que pagar por seus crimes. Se estiverem no Parlamento alguns deles, terão que ver cassados os seus mandatos, os mandatos que não souberam honrar, traindo ali a democracia. Se estiverem os totalitários vermelhos no mais alto tribunal de justiça do País, há que se impor-lhes as sanções da própria lei que eles impõem a outros. Sem esse expurgo, feito sem violência, mas dentro da legislação de defesa do povo e do regime, não estará completa a revolução.

Se tolerarem qualquer transigência com os objetivos da revolução, os militares serão novamente traídos pela parcela dos civis corruptos e indignos.

Homens com alta dignidade, a compostura cívica, a bravura pessoal, a vida limpa e exemplar de um general Carlos Luís Guedes – que é um militar admirável – não podem permitir que se faça a reconstrução do Brasil em bases falsas. Essa reconstrução tem que ser, antes de tudo, moral. Foi por isto que todos nós, que estivemos na luta arrostando a empáfia dos baderneiros, sujeitos diariamente a assaltos e golpes dos extremistas, fizemos uma revolução.

Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria. Cometerão um erro, embora erro de boa-fé, se aceitarem o poder civil, que está aí organizado para assumir as responsabilidades da direção do País. Terão que impor um saneamento, antes de voltar aos quartéis.

(Editorial de 05 de abril de 1964)

Que mensagem final gostaria de deixar acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrada para a posteridade, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

A missão de 1964 não está encerrada. Muito menos os deveres dos militares com a Pátria, sua unidade, sua ordem interna, seu respeito à cultura e às liberdades, ao pluralismo de idéias, raças e religiões.

Cumpre defender o ensino privado, a saúde privada, os planos de saúde, a propriedade rural produtiva, a ordem nas fábricas e no mundo agrícola, liberdade de imprensa, o respeito ao direito de ir e vir, instituições e conceitos sob permanente ameaça. As Forças Armadas têm compromissos superiores com a nacionalidade, não de buscar o aplauso fácil das multidões, nem podem se curvar aos caprichos daqueles que eventualmente ocupam o Poder e fogem aos compromissos maiores da moralidade e da ordem interna. O exemplo dos chefes militares, ao longo da República e não apenas do período 1964-1985, deve ser lembrado nos quartéis, navios e unidades da Força Aérea.

A Democracia que temos só foi possível pelo trabalho iniciado em 31 de março de 1964. E só será consolidada e se constituirá em instrumento do desenvolvimento econômico e social, ético e moral, se contar com o respaldo dos militares, forças respeitadas, admiradas e estimadas pela sociedade brasileira, conforme atestam todas as pesquisas conhecidas. Os militares e o Movimento de 1964 inclusive podem não contar com a opinião publicada, mas certamente têm o apoio e o reconhecimento da maioria silenciosa, que trabalha, que se porta dentro de padrões que herdamos de nossos maiores e queremos legar aos nossos filhos, independente da bizarrice das minorias barulhentas, desocupadas, voltadas para a ação política deletéria, de cabelos compridos e roupas exóticas, de vez que o Brasil do trabalho, dos trabalhadores de verdade, dos empreendedores, é bem maior e mais forte, guiado por uma fé verdadeira e sincera.

Na atual conjuntura, considero que a ameaça interna maior está na oposição ser de tucanos, elementos que configuram a pior espécie de revanchistas, os mais perigosos sem dúvida nenhuma, prova está que fizeram uma eleição em que todos os candidatos eram de esquerda, empenhados que estão para que, daqui para a frente, o debate se trave entre esquerda petista e esquerda tucana, o que seria desastroso para o Brasil que queremos, como sempre, soberano e democrata, cristão e plural.

Todavia, fiquei animado em verificar que tem gente de qualidade pensando na História do Brasil, no nosso preocupante presente e incerto futuro. Avulta de importância o fato de que a maioria silenciosa, quando sente o perigo, acorda.

O silêncio e a pusilanimidade de tantos aproveitadores, dos covardes que se omitem, não será suficiente para que os grandes feitos de 1964, seus notáveis homens, civis e militares, sejam escondidos indefinidamente do conhecimento da história. A verdade acaba sempre por triunfar e os oportunistas, demagogos e carreiristas acabam identificados e condenados no mais importante dos tribunais que é a história, o conceito dos pósteros, o respeito dos justos. Manter a chama dos ideais de 1964 exige coragem e coerência, caráter e espírito público. Aos covardes, só existe lugar na sombra do Poder, mas sempre com a marca da subserviência menor dos que não têm caráter.

O GRUPO DE AÇÃO PATRIÓTICA

Waldo Claro

Existem movimentos que pela sua índole e princípios, grangeiam o respeito e a admiração de todos. Pelas lutas. Pelas posições assumidas. Pelas opções manifestas. Pelos lugares que preenchem na história nacional.

Assim é o Grupo de Ação Patriótica. Ele nasceu no Estado da Guanabara, sob a inspiração de um dos maiores valores da nova geração. Nasceu sob a inspiração de Aristóteles Drummond, que vem de uma cepa de bravos, de uma família que enriqueceu o patrimônio moral do Brasil. Aristóteles descende daqueles brasileiros que saindo de Congonhas de Sabará, rasgaram o Brasil de Norte a Sul com exemplos vivificantes. Como Augusto de Lima, um bandeirante mineiro, cuja existência foi um apostolado em prol da justiça do bem comum, da honra e da verdade.

Em todos os momentos difíceis que temos atravessado, resultantes do desgoverno imposto por essa quadrilha de *gangsters* que nos assaltaram, vimos o GAP tomar posição. Posições corajosas. Bravas. Dignas posições, daqueles que não se conformam com o loteamento da moral no País. Com a brizolização da nossa honra. Com a juremazização dos nossos preceitos de justiça e de lei. Posições dos que não pretendem o Brasil jangando, mas um Brasil trabalhando, produzindo, melhorando, quebrando as arestas do subdesenvolvimento para impor-se no cenário mundial. Um Brasil dos brasileiros, onde não haja lugar para os desonestos dessa república de truões, que a cada dia solapam os alicerces do nosso destino e impedem o pleno desenvolvimento das nossas potencialidades. Um Brasil sem UNEs, sem CGTs, sem comandos ditatoriais de falsos líderes, que vivem alimentados pelos tesouro público, a receberem "cachês" no *Banco do Brasil* e na *Petrobrás*. Um Brasil sem greves políticas, incentivadas, financiadas e dirigidas pelo presidente da República, para que o desespero faça o povo escolher o pior. Faça o povo escolher Leonel Brizola, ao invés de escolher Amaral Neto. Faça o povo escolher Miguel Arraes, ao invés de Carlos Lacerda. Faça o povo escolher João Goulart, ao invés de Milton Campos. É o desespero do povo, que o faz escolher juntamente os canalhas, na hora da opção. Escolher os que mentem e ladram mais alto.

No entanto, essa mistificação das vontades, esse entendimento crasso da realidade brasileira, essa avalanche de crimes contra a honra nacional, essa sucessiva e ininterrupta proletarização do nosso destino, motivou uma reação espetacular. Uma reação incontrolável. Invencível. Incapaz de ser detida, em sua marcha higienizadora. Uma reação de brasileiros inconformados e dispostos a cobrarem a honra de sua terra. Uma reação dos que crêem nas qualidades positivas do Homem, que são a coragem, a justiça e o amor. Justamente as que o impele ao encontro das procelas, dos sofrimentos, dos exílios, das perseguições e das lutas postas em terrenos impessoais.

E essa reação cresce como bola de neve. Apavora o governo. Intranqüiliza os desonestos. Desassossega os corruptos. Atemoriza os venais. Faz arrepiar os truões. Coloca em polvorosa o barco dos caudilhos, a ponto de já assistirmos os

primeiros ratos nadarem com destino à praia. Com medo da cadeia. Com medo da Justiça. Com medo da lei. Com medo do povo. Com medo da própria consciência.

O GAP tem colaborado substancialmente com essa tarefa de intranqüilizar os desonestos, de higienizar o Brasil, de encurralar essa quadrilha que tomou de assalto o poder em nossa Terra. Por isso, causa-nos profunda alegria, a sua instalação em São Paulo. É mais um movimento cívico para ser somado aos muitos que Piratininga possui, no sentido de resistir no momento propício, de lutar na hora aprazada. De afirmar a soberania nacional. Aqui, foi o GAP entregue à direção do jovem Cláudio Baêta Leal, um valor que desponta com grande esperança nos quadros de liderança estudantil.

Que o GAP prossiga em sua luta nobre e altiva. Certamente não faltará o apoio dos paulistas, a um movimento dessa índole. Que já se impôs pelas conquistas. Pelas lutas. Pelas opções. Resta-nos tão-somente agradecer a Aristóteles Luiz Drummond, pela magnífica iniciativa. Quiçá ela crie raízes e se dissemine por todo o País. Porque agora, mais do que nunca, o Brasil precisa dos seus filhos. Dos filhos dignos. Dos jovens capazes. Dos jovens atuantes. Dos jovens destemidos. Dos jovens puros. Dos jovens como Aristóteles.

Gazeta Mercantil, São Paulo, 07 de janeiro de 1964.

O 31 DE MARÇO

Jornalista Aristóteles Drummond

A Revolução de 1964, que hoje completa 39 anos, precisa ser mais conhecida e avaliada por aspectos outros que não os ligados à luta armada e à repressão. Os episódios lamentáveis e condenáveis de lado a lado, da tortura aos seqüestros, assaltos, execuções e justiçamentos, são lembranças a fortalecer a convicção da excelência de instituições democráticas sólidas e lideranças maduras na condução do processo político. O terrorismo, além de um mal em si, provoca reações indesejáveis.

O que deve ser lembrado e avaliado é o salto de modernidade, complementar ao impulso iniciado no Governo JK, que efetivamente tornou o Brasil uma Nação economicamente viável. Aliás, o Presidente Castello Branco, o primeiro dos militares, foi buscar em Roberto Campos – que divide com Lucas Lopes a autoria do Plano de Metas de JK – o seu homem forte, responsável pela correção nas contas públicas, iniciativas oportunas como as reformas administrativas (Decreto-Lei 200) e trabalhista, além da criação do BNH e do Banco Central.

Mas foi a partir do governo Costa e Silva, que é freqüentemente criticado de maneira injusta, que o Brasil viu surgir uma nova geração de empreendedores,

responsáveis pelos mais notáveis avanços de nossa história, tendo como ponto alto os anos do “milagre brasileiro” no Governo do Presidente Emilio Médici. Jarbas Passarinho, Delfim Netto, Mário Andreazza, César Cals, Costa Cavalcanti, Nestor Jost, Haroldo Matos, Eliseu Resende e Hélio Beltrão são alguns dos grandes realizadores aos quais o Brasil tanto deve.

Nos estados, os partidos identificados com o período autoritário – nunca totalitário – revelaram empreendedores do porte de ACM, na Bahia; Maluf, em São Paulo; Israel Pinheiro, Rondom, Aureliano e Ozanan Coelho, em Minas; Faria Lima, no Rio; Marco Maciel, em Pernambuco; Jorge Teixeira, em Rondônia, entre outros.

Depois do período cinzento do General Ernesto Geisel, estranhamente exaltado pelos adversários de 1964, responsável pela imprevidência energética – grande afinidade com os tucanos, portanto – e pelo maior surto estatizante da República, tivemos o Presidente João Figueiredo, que conciliou a abertura política com um vigoroso plano de obras de Itaipu, o triplicar da produção de petróleo, fez crescer o Proálcool. E isso em meio à grave crise internacional que o Brasil enfrentou sob o comando competente do genial Delfim Netto, que depois se revelou grande parlamentar, já em quinto mandato.

O País muito deve ao planejamento estratégico sob a influência dos militares. Eles pensaram o Brasil “grande”, atraindo investimentos e construindo o que existe de infra-estrutura moderna nos portos, aeroportos, estradas, energia e telecomunicações. O que aliás, foi reconhecido pelo próprio presidente Lula, durante a sua campanha eleitoral.

No campo social, foram criados o FGTS, o plano habitacional popular, o Funrural, maior programa de renda mínima do mundo, o Mobral, a proteção ao empregado doméstico, o incentivo fiscal aos taxistas, entre outros.

O exemplo moral, este então é inquestionável, tendo as viúvas e filhos dos diferentes presidentes servido de testemunhas da mais absoluta lisura no trato da coisa pública. Todos deixaram o Governo para uma vida modesta, assim como seus familiares e auxiliares mais próximos.

Não é justo, portanto, esse martelar incessante de acusações a um período que pode ter cometido equívocos, mas que em muito serviu para que o Brasil tivesse chegado a ser a oitava potência econômica do mundo. Hoje, depois de tantos anos do final do Governo Figueiredo, o País ocupa a 12ª posição, ultrapassado que foi pela Espanha, China, Coréia e pelo México.

O que se sugere aos homens de boa vontade é a mera comparação dos vinte anos de governos militares com os vinte subseqüentes em termos de índices econômicos, inclusive saldos comerciais, de poder aquisitivo do trabalhador,

de segurança pública, de construção de casas populares, obras rodoviárias e de geração de energia. Apenas.

O silêncio dos pusilânimes, covardes e oportunistas poderá ser aferido no dia em que os pesquisadores se deitarem sobre os jornais da época e mesmo nos anais do Congresso Nacional. Neles, são ricos os exemplos de exaltação aos militares por muitos que procuram esquecer o que disseram ou dos cargos que exerceram ou as legendas partidárias sob as quais militaram.

(*Jornal do Brasil*, de 31 de março de 2003)

Coronel Hernani D'Aguiar

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército (AMAN, EsAO e ECEME), os Cursos de Técnica de Ensino e de Relações Públicas, do CEP, o de Opinião Pública, da PUC (Bolsa do Exército) e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da ESG.
- Serviu nas Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra (General Costa e Silva), acumulando, em seguida, com as funções de seu Secretário Pessoal. Na Presidência da República, foi, inicialmente, Secretário Pessoal do Presidente, depois adjunto do Gabinete Militar, criando, posteriormente, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) da Presidência, sendo seu primeiro Chefe.
- Comandou o 7º RO (7º Regimento de Obuses), transformado em 17º GAC (17º Grupo de Artilharia de Campanha), em Natal, de 1972 a 1974. Terminou a carreira militar como Chefe da Divisão de Assuntos Militares (DAM) da ESG.
- Livros publicados: Escreveu vários livros, cabendo destacar "A Revolução por Dentro", lançado em março de 1976; "Estórias de Presidente", novembro de 1991; "Ato 5, a Verdade Tem Duas Faces", abril de 1999, e "Quem não se Comunica... não se Explica", em dezembro de 1999.
- Em 1964, era Major Instrutor de História Militar e Geografia, na ECEME, onde se encontrava quando da eclosão da Revolução de 31 de Março, tendo participado da segurança pessoal do General Bizzaria Mamede.

Entrevista realizada no dia 20 de dezembro de 2000.

Quero desde logo declarar a satisfação, o prazer e até o orgulho de estar aqui num templo em que se procura a verdade. Para cada livro que a direita ou o centro consegue publicar sobre os fatos básicos do tema que vamos tratar, a esquerda consegue lançar 10, 11 trabalhos. E o interessante é que a história mundial nos revela que a história deve ser elaborada pelos vencedores e, no caso brasileiro, está sendo feita, escrita e falada pelos vencidos. Pelos derrotados, numa guerra sem limites, sem quartel; numa guerra que, na ocasião, se chamou de "guerra suja". Então, o que eu estou fazendo é participando de um trabalho que foi um projeto muito bem planejado, muito bem pensado e capaz de dirimir dúvidas ou, pelo menos, estabelecer o ponto médio.

A verdade completa talvez não exista, parece que a verdade completa está na mão de Deus, mas parte da verdade, quer dizer, a verdade sob um determinado ponto de vista é de nossa responsabilidade. Estamos assistindo, até agora, somente a versão dos opositores, muitas das vezes, bastante obscura e tendenciosa.

Depois desse objetivo preâmbulo, vamos perguntar ao Coronel D'Aguiar que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A minha participação pessoal nos pródromos da Revolução se prendeu, fundamentalmente, às minhas aulas de guerra revolucionária na ECEME, abordando os principais casos históricos ocorridos no bojo do movimento comunista internacional, e os que estavam em curso em diversos países de diferentes continentes, mostrando, em especial, as semelhanças do nosso caso com a guerra revolucionária desencadeada na Tchecoeslováquia – suas circunstâncias, suas pressões de base e de cúpula etc.

Participei de um dos diversos grupos de conspiração contra a lamentável conjuntura que nos atingia. Esse grupo já se reunia sob a chefia do Coronel Luiz Mendes desde a crise de 1954 e era praticamente constituído por elementos da ECEME.

Além de participar desse grupo, recebia informações de um outro grupo, o do General Ademar de Queiroz, com ligações através do Coronel Nilton Orique e do Tenente-Coronel Teotônio Vasconcellos.

Continuei minhas pregações anticomunistas na cátedra da ECEME, tendo sido fichado na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior governista, como milhões de brasileiros que sentiam a enorme necessidade de ver contida a ameaça comunista.

Durante a eclosão do Movimento, juntamente com o Major Malan de Paiva Chaves, fui guarda-costas, entre aspas, do Comandante da Escola de Estado-Maior, General Bizarria Mamede, acompanhando-o sempre.

Nos primeiros dias de abril após o Movimento armado, tive também a oportunidade de realizar, levando como imediato o então Capitão Agenor Homem de Carvalho, várias diligências em residências, escritórios ou gabinetes de elementos considerados subversivos.

Finalmente, recebi a incumbência dada pelo subcomandante, o então Coronel João Bina Machado, de redigir o relatório oficial da Escola para a 5ª Seção do Estado-Maior do Exército, já no Governo Castello Branco. Para isso, analisei centenas de partes dadas obrigatoriamente, por elementos da direção, instrutores, alunos e pessoal da administração cumprindo ordem do comandante.

Talvez, em conseqüência das minhas atividades naquela época, tenha sido agraciado com a Ordem do Mérito.

Gostaria, agora, de abrir um parênteses para contar uma autêntica anedota que se passou e, agora, com um pouco de receio, sabendo que será gravada. Quando estava na ECEME, nos dias que se seguiram à Revolução, cheguei a ser telefonista de dia revezando com o Malan. Num desses telefonemas, dado por pessoa desconhecida, recebi o seguinte informe: os senhores estão querendo prender o Almirante Aragão – o Almirante Fuzileiro Aragão era elemento altamente subversivo. E, eu disse: "gostaríamos sim". E me informaram: "Se quiserem prendê-lo, ele agora está na casa de uma das senhoras de quem ele é amante". Ele era chegado a essa atividade que aliás era uma atividade interessante – ser mulherengo. E mais ainda: "complementando, informo que, no endereço que lhe dei, ele está apenas com um guarda-costas, com um segurança. Portanto, será fácil prendê-lo". Transmiti essa informação ao então Coronel João Figueiredo, o segundo mais antigo da Escola. O comandante era o General Mamede, o subcomandante era o Coronel João Bina Machado e o terceiro na hierarquia era justamente o então Coronel Figueiredo.

Deu-me ele ordem de estabelecer ligação com um daqueles grupos que já tínhamos organizado de dez elementos. Nós também fazíamos o nosso ""grupo dos onze"", para realizar missões de captura, de prisão etc., utilizávamos as próprias viaturas, e eu, por exemplo, utilizava a minha Kombi. Então, disse-me: "Você pega dez elementos de um grupo desses e vá prender o Almirante Aragão". E eu disse: "Meu coronel, não sou nenhum valente e não há valentia nenhuma no fato de 11 pessoas prenderem dois. Mas eu conheço o caráter, o tipo de pessoa que é o Almirante Aragão, com todos os defeitos, covarde ele não é. Se eu um simples major chegar para prendê-lo, ele não vai aceitar calmamente essa prisão. Peço, portanto, ao senhor que me forneça um almirante, nem que seja da reserva, para chegar lá e dar ordem de prisão, se ele não cumprir, então, eu e os outros dez seguramos e levamos". Para ganharmos tempo, o Coronel Figueiredo mandou or-

ganizar a equipe e ver o transporte para irmos. Já estava preparando a Kombi e arregimentando os meus dez companheiros, inclusive o Agenor, quando o General Mamede soube e mandou suspender a operação para meu alívio.

Porque, imagine o senhor, se um major tenta trazer na violência um almirante, eu depois ficaria execrado na Marinha. Embora ele fosse um almirante suspeito, então esta é a guisa de anedota para aliviar a nossa conversa.

Então, a decisão do General Mamede foi realmente providencial.

Com a decisão do General, foi pedido ao Almirante Heitor, já falecido também, que fosse prendê-lo com alguns fuzileiros contrários ao Almirante Aragão. E, assim, foi feito, e, desta forma, ele acabou preso. Isso era uma coisa interessante que faz parte da minha quase participação no aprisionamento do Aragão. E, com isso, dou por respondida a primeira pergunta.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março?

Dizer com precisão as raízes do Movimento de 1964 me parece difícil. Elas resultaram de um processo que, vindo de longe, provavelmente desde a crise de 1954 com o seu "mar de lama", passando pela crise de Jânio Quadros, em 1961, quando, daí para frente, passou-se a enfrentar a ameaça da guerra revolucionária que nos atingiu, com toda violência, a partir de 1963.

Essa guerra revolucionária já havia obtido êxito em vários países europeus, asiáticos e africanos e acabou por eleger o Brasil para novo ponto de aplicação, pela situação geopolítica privilegiada de nosso País, que, uma vez caído, levaria consigo toda a América do Sul.

Julga o senhor que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Creio que sim, porque, ao se evitar um conflito bélico direto entre os blocos ideológicos, representados no embate Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) *versus* Pacto de Varsóvia, o caminho que restou ao comunismo foi aproveitar as características da guerra revolucionária para aplicá-la em todo o mundo e, dentro da América do Sul, especialmente no Brasil, por significar a forma mais econômica utilizada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para conduzir a humanidade ao comunismo. Em menos de meio século, dois quintos do planeta já haviam sido subjugados.

Gostaria de dizer algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Como já disse anteriormente, era lamentável a situação política, caracterizada pela infiltração progressiva na cúpula administrativa nacional, pelas greves ile-

gítimas e ilegais quase que diárias, pela desmoralização das Forças Armadas através da tentativa de desmoralização de seus chefes, pelo descrédito dos dirigentes, nos níveis federal, estadual e municipal, que questionavam as posições adotadas pelo governo central, pela deterioração dos valores mais representativos da vida nacional, sobretudo os diretamente ligados à liberdade e à democracia, substituindo-os pelas ações suspeitas e nefastas dos pelegos, dos aproveitadores, dos marxistas-leninistas, dos anarquistas – alguns importados do exterior – calcadas no desrespeito à lei e à ordem. Enfim, era o prenúncio do caos. O livro "A Revolução por Dentro", de minha autoria, nas páginas 82 e 83, amplia largamente esse quadro soturno.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Sim, principalmente nas classes média e nas mais elevadas. Era indisfarçável a falta de competência e o despreparo do senhor João Goulart para o alto cargo que exercia. Aparentava estar completamente dominado por pelegos, aproveitadores e agentes militantes da subversão.

A demagogia campeava desbragadamente. As classes menos privilegiadas eram as suas vítimas e alvos, seduzidas por essa demagogia envolvente e pelas promessas utópicas, sem qualquer possibilidade de realização, anestesiadas por quimeras e falsidades. Como algumas das reformas anunciadas pareciam justas, boa parte dos elementos dessas classes acreditava nelas.

Qual a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

A Igreja já vinha se mostrando infiltrada, agitada e dividida entre "os progressistas" e "os conservadores". Eram numerosos esses "padres modernos", os chamados "padres de passeatas", e contava ainda, em suas hostes, com dois cardeais-arcebispos muito atuantes, o de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, e o do Rio de Janeiro, Hélder Câmara. O primeiro, embora tenha até abençoado as tropas de Minas Gerais na eclosão da Revolução, mudou completamente, chegando a defender, ultimamente, a liberdade dos seqüestradores de Abílio Diniz, alegando que agiram politicamente. Uma atuação, no mínimo, irresponsável e, ao mesmo tempo, cínica.

Meu livro "Ato-5, a Verdade Tem Duas Faces" dedica um longo capítulo de mais de vinte páginas sobre o assunto, com o título "Atritos entre a Igreja e a Revolução" nas páginas 145 a 166, detalhando, inclusive, as ações subversivas dos elementos mais radicais, dando nome aos religiosos mais engajados.

Sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze" o que o senhor gostaria de falar?

Muito superficialmente, as "Ligas Camponesas" foram herdeiras naturais das primeiras tentativas feitas no campo para mostrar força e poder, pressionando os

órgãos do Governo que tratavam do setor de terras. Lembro-me de que começaram no Estado do Rio de Janeiro. A Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi invadida sob o comando do falso Padre Aníbal. No campo agrário propriamente considerado, foram freqüentes os distúrbios e invasões chefiados pelo Deputado Francisco Julião. Realizaram marchas sobre engenhos e fazendas, especialmente no Nordeste. O primeiro nome das Ligas foi Bloco Operário Camponês. Invasões semelhantes foram levadas a cabo, também, no Rio Grande do Sul; depois, realizou-se, em Goiânia, o Congresso dos Camponeses Sem Terra para estabelecer os objetivos do Movimento.

Quanto ao "grupo dos onze", sob a orientação de Leonel Brizola, jamais chegou a tornar público os estatutos dessa organização. Todas as sextas-feiras, utilizando o rádio, apresentava idéias sobre os grupos que chamava de Comandos Nacionalistas ou "grupo dos onze". Deixava transparecer que a eles caberiam tipos específicos de missão: uma ofensiva, em qualquer caso de golpe, fosse qual fosse sua origem. Se eles fossem dar um golpe, poderiam contar com a participação desses grupos, como também nas medidas preliminares de defesa.

Em 30 de novembro de 1963, afirmou Brizola: "Estes grupos não estão sendo organizados para fazer crochê, jogar cartas ou tomar chá. Estão sendo organizados para a ação". Mas era voz corrente que o mais importante dessas ações seria a neutralização ou mesmo a destruição dos chefes militares. O grosso desses grupos era constituído por comunistas militantes ou por simpatizantes das três Forças Armadas, principalmente, graduados e soldados.

O que se passava no meio militar? Buscaram criar cisões dentro da Força?

O meio militar, como é natural, mostrava-se conturbado, cheio de incertezas, apreensões, preocupações e inconformismos. O ambiente não era bom. Com relação à tentativa de provocar cisões nos quadros das Forças Armadas, convivemos com esse problema. Aconteceu em várias Organizações Militares e, por vezes, com sucesso. Vou exemplificar com o Exército Brasileiro que conheci bem. Os subversivos procuravam sempre ampliar o número de simpatizantes e isso vinha acontecendo desde um pouco antes de 1935, gerando a Intentona, mas foi, a partir de 1963 e nos primeiros meses de 1964, o período crítico.

Servi em várias situações na ECEME no período 1955-1964, como aluno e como instrutor. Maiores informações sobre aquele período poderão ser obtidas no livro "A Revolução por Dentro" de minha autoria nas páginas 54 e 55.

Quais os principais acontecimentos que determinaram o desencadeamento da Revolução?

Creio terem sido, como antecedentes, a lembrança ainda viva da Intentona de 1935, bem como o movimento subversivo, eclodido em Brasília, em 12 de setem-

bro de 1963, provocado por graduados da Marinha e da Aeronáutica, sob pretexto de anular a decisão do Superior Tribunal Federal que tornava os sargentos inelegíveis para o Congresso Nacional. O principal líder era o tal Sargento – Deputado Garcia Filho – que, de sargento, não tinha nada. Era um agitador profissional. Foi ele, se não me engano, o incentivador do movimento de Brasília, liderado pelo sargento da Força Aérea Antônio Prestes de Paula, que, no entanto, fracassou em poucas horas, apesar da ameaça do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), não levada a efeito, de realizar uma greve geral de solidariedade aos revoltosos e com ela paralisar o País.

Todavia, os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução aconteceram no primeiro trimestre de 1964, em especial em março. Primeiro, o comício do dia 13, programado para o Rio de Janeiro e realizado na ampla Praça Cristiano Otoni, defronte da Central do Brasil e ladeando esse Ministério que, então, se chamava Ministério da Guerra.

Segundo, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais no dia 20, concentrados no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, os quais exigiam: a suspensão da punição dos revoltosos, o reconhecimento definitivo da associação que haviam organizado, a libertação de todos os elementos que já se encontravam presos, a humanização da Marinha, caracterizando bem a demagogia, e a melhoria da alimentação a bordo dos navios e nos quartéis.

O terceiro acontecimento – a reunião de subtenentes e sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no dia 30. Apesar da expectativa de uma presença de 20 mil elementos, o número dos presentes não passava de dois mil. A iniciativa visava garantir a solidariedade dos graduados ao Presidente João Goulart. O pretexto, muito fraco porém, fora comemorar o aniversário da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar que já havia passado. Maiores detalhes desses fatos poderão ser encontrados no livro "A Revolução por Dentro" de minha autoria, nas páginas 113 e 127. Todo o começo da Revolução trato nesse meu livro.

Coronel D'Aguiar, essa reunião tornou-se a gota d'água para a eclosão da Revolução, justamente por causa do discurso de João Goulart, contrário à hierarquia e à disciplina das Forças Armadas?

Sem dúvida, embora, quase todos os discursos visassem à subversão. O discurso de Goulart foi realmente terrível, provocativo, e foi justamente a gota d'água em termos de pregação da anarquia e da subversão de cúpula.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Houve diversas marchas desde antes da Revolução e que eram intituladas da Família com Deus pela Liberdade. Foram apelos maravilhosos e que mobilizaram as

pessoas de bem. Todas qualificadas de reacionárias pelos subversivos, porque esse é o título que eles costumam dar a todos que não comungam de suas idéias malsãs. Antes da Revolução, a maior marcha foi a da Cidade de São Paulo, espetacular, com cerca de um milhão de pessoas, que contribuiu bastante para eclosão do Movimento. A principal marcha, porém, foi a realizada na Cidade do Rio de Janeiro que reuniu, também, cerca de um milhão de pessoas. Teve ela o aspecto de uma apoteose e foi dedicada a rápida e quase milagrosa vitória dos ideais democráticos contra a ameaça comunista. Dela, participaram pessoas de todas as classes sociais e faixas etárias, com predomínio, como é lógico, das classes média e alta, mas congregando também milhares de indivíduos dos setores mais carentes e inúmeros estudantes, principalmente universitários que se opunham aos comunistas e anarquistas que dominavam a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Aliás, a notícia da vitória provocou outras manifestações festivas em muitas áreas da cidade que se sentiam mais aliviadas e mais seguras. Eram foguetórios, eram solenidades e desfiles de Escolas, de escoteiros, eram empolgantes comemorações que aconteciam, também, em numerosos municípios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da inesquecível marcha que aludimos, ocorrida no Estado da Guanabara.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de Março de 1964?

Perfeitamente, meu general. Como já se sugeriu na resposta anterior, as Forças Armadas interpretaram a vontade de uma grande parte da Nação, muito provavelmente de sua absoluta maioria. Com o tempo, haveria mudança nessa porcentagem. Isso ficou mais patente nos setores da indústria, do comércio e até bancário.

Havia a seu ver uma revolução em andamento de cunho comunista para a mudança da ordem institucional no Brasil?

Não há qualquer dúvida razoável a esse respeito. O mundo inteiro sofria a ameaça de comunizar-se apenas os Estados Unidos da América do Norte que pareciam imunes a esse perigo. Em verdade, constituíam-se eles no autêntico bastião contra o Movimento que, como já disse, contaminara 2/5 do mundo mas, até quando poderiam eles resistir? O Brasil teria, nesse sentido, capacidade de ajudá-los?

Em verdade, a queda do nosso País – pelos grandes números que já apresentava e, sobretudo, por sua posição geopolítica privilegiada – seria a chave do destino de todo o restante do continente sul-americano.

Sua queda, por uma espécie de “efeito dominó”, acarretaria a queda de todos os países da América do Sul, da América Central e do Caribe que não teriam

condições de se manter livres por muito tempo. A América do Norte sofreria pressões muito fortes sem dúvida nenhuma. No Brasil, mobilizavam-se em favor do comunismo organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), União Metropolitana dos Estudantes Secundários (UMES), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e Transporte Terrestre (CNTI, CNTC e CNTT), todas elas mais do que suspeitas.

Gostaria de complementar com uma informação, para sentirmos o clima daqueles tempos. Em março de 1963, o Deputado Elói Dutra disse taxativamente: "Esse vulcão vai explodir e eu, com muito prazer, vou ajudar a botar fogo". E o Deputado Sérgio Magalhães afirmou que os movimentos populares de trabalhadores socialistas e comunistas estavam unidos e Cuba não estava sozinha na América Latina, em sua condição de paladina da revolução mundial.

Luís Carlos Prestes garantia: "nós comunistas somos aliados hoje do Presidente da República João Goulart" e exclamou enfaticamente "já estamos no Governo, faltando-nos apenas o Poder". Maiores informações são prestadas no livro "A Revolução por Dentro" no capítulo "A Guerra Revolucionária Chega ao Brasil", páginas 73 e 84.

Coronel, qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Como de costume: fraca, indecisa, omissa, conformada e oportunista. A exceção ocorreria no segundo Governo da Revolução, provocando a crise do AI-5, no final de 1968, através de uma verdadeira revolta parlamentar iniciada pelo Deputado Márcio Moreira Alves, na ocasião um marxista imaturo.

Nesse episódio de nossa história recente, dois fatos importantes chamaram atenção: primeiro, a autêntica traição do Senador Daniel Krieger, líder do Governo. É com pesar que faço uma afirmação dessas a respeito de uma pessoa já falecida. Mas sendo ele, como era, líder da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do Governo, a questão que estava em jogo não poderia ser considerada aberta; pelo contrário, deveria ser considerada uma questão fechada e ele deveria conseguir a adesão de todos os arenistas, mas ele não agiu assim. Pelo contrário, disse que a questão era aberta e particularmente se mostrava a favor da negação de poder julgar o Deputado Márcio Moreira Alves. Segundo, o papel decisivo do Deputado Djalma Marinho, que, por suas qualidades morais, atitudes e posições ilibadas, era respeitado e seguido pela maioria dos congressistas mais jovens. Nessa ocasião, ele entendeu que, a situação de congressista, de deputado, impedia qualquer processo contra Márcio.

Esses fatos estão narrados minuciosamente nos livros de minha autoria "A Verdade Tem Duas Faces", da página 273 a 293, e "Estórias de um Presidente", na "Crônica

Costa e Silva e Djalma Marinho", páginas 238 e 240. E, finalmente, na Nota 154, páginas 428 a 433, do primeiro dos livros citados.

Como já venho fazendo no curso desta entrevista, continuo citando os meus livros como fonte de consulta para aqueles que quiserem conhecer, com maior profundidade, os fatos. Isto me permite não me estender na resposta às suas perguntas.

Coronel, como se portaram os sindicatos e aquelas entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

Com cautela e certo receio. No primeiro Governo, do Marechal Castello Branco, elas não se fizeram presentes, no segundo Governo, o de Costa e Silva, a UNE teve um papel de destaque na agitação que chegou a nosso País trazida da França, Alemanha, Estados Unidos, México e até do Japão, principalmente a de 1968.

No Brasil, seu espetáculo de maior expressão e repercussão foi a chamada Marcha dos Cem Mil que, embora amedrontadora, não chegara perto dos acontecimentos da França que quase haviam derrubado o Governo De Gaulle. Os menos informados poderão pensar que se tratou de um fato tipicamente brasileiro. Nada mais falso. Ele foi, apenas, um dos muitos episódios (e nem sequer dos mais brilhantes) da Grande Crise Estudantil Mundial que o Movimento Comunista Internacional desencadeou em 1967, para atingir proporções impressionantes durante todo o ano de 1968, diminuindo, progressivamente, a partir de 1969. Mais minúcias de todas essas e outras agitações são contadas no livro "Ato 5 – A Verdade Tem Duas Faces", 6ª Crise, "A Agitação Estudantil Chega ao Brasil", nas páginas 205 a 232 e nas Notas referentes a esse capítulo.

Na sua opinião, Coronel D'Aguiar, quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Meu já amigo general é sempre perigoso citar, porque, pela omissão, pode-se cometer injustiças. Esse fato já ocorreu comigo e me trouxe alguns dissabores. Mesmo assim corramos mais uma vez este risco. Principais líderes civis da Revolução: Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, José Maria Alkmin, Nascimento Brito, Pedro Aleixo, Milton Campos, Rondon Pacheco, Amaral Neto, Cunha Bueno, Daniel Krieger, Herbert Levi, Júlio de Mesquita Filho, os irmãos Marinho – Roberto, Ricardo e Rogério –, Bilac Pinto, Armando Falcão, João Calmon, Aristóteles Drummont, Osvaldo Pieruceti, Abreu Sodré, Gama e Silva, Adauto Cardoso, Afonso Arinos, Antonio Neder, Aliomar Baleeiro, Eugênio Gudin, Sandra Cavalcanti, Monteiro de Castro, Frederico Viotti, Laudo Natel, Padre Calazans, Murilo Melo Filho e muitos outros.

Principais líderes militares: eu não estou dando os cargos nem os postos para abreviar a apresentação: Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo, Odylio Denys, Olympio Mourão Filho, que afinal foi quem desencadeou as primeiras operações, Carlos Guedes, seu subordinado e Antonio Muricy, que veio comandando o Destacamento Tiradentes (de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro). Jaime Portela, incansável no trabalho que realizou, com extraordinário idealismo, em prol da Revolução. Bizarria Mamede, Luís Serff Selmann, Amerino Raposo, Osvaldo Cordeiro de Farias, Amaury Kruel, Antonio Bandeira, Hélio Ibiapina, D'Ávila Mello, Cesar Montanha, Carlos de Meira Mattos, os três irmãos Andrada Serpa – Antônio Carlos, José Maria e Luís Gonzaga –, Erasmo Dias, Rubens Resstel, um coronel recém-promovido, mas uma grande liderança que teve uma participação muito forte em São Paulo. Hugo Abreu, Francisco Boaventura, Mário Andreazza, Clóvis Bandeira Brasil, Syzeno Sarmento e muitos outros do Exército.

Rademaker, Sylvio Heck, Silveira Lobo, Heitor Lopes de Souza, Waldeck Vampé, Ernesto de Mello Baptista e muitos outros da Marinha. Eduardo Gomes, Grunn Moss, Márcio Mello, Roberto Carrão, Roberto Hipólito, Lavanère Wanderley, Heveraldo Breves e muitos outros da Aeronáutica. Naturalmente, que fui muito menos extenso nas Forças irmãs porque sou ex-participante do Exército. Muitos outros nomes são ainda encontrados no livro "A Revolução por Dentro", página 104 à 107.

A Revolução teve caráter interno ou houve ajuda externa, inclusive dos Estados Unidos?

O senhor não se esqueça de que eu era um simples major na oportunidade. Mas jamais percebi ou soube de qualquer auxílio à Revolução de 1964 vindo do exterior, inclusive dos Estados Unidos. Certamente, muitos governos diretamente interessados devem ter torcido pela vitória democrática contra o perigo comunista. Uma coisa eu afirmo: a Operação Condor por exemplo, para mim, jamais existiu. Vim tomar conhecimento dela recentemente; se existiu, foi criada *a posteriori*.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que o Jango Goulart dizia possuir – o esquema que era comandado pelo Assis Brasil?

Ao nosso condicionamento democrático que, embora disciplinado e ordeiro, realizava um trabalho homogêneo nos seus quadros. Pela posição correta da grande maioria de elementos dos estados-maiores, que incluíam o planejamento da pregação contra o comunismo. As principais escolas militares do Exército Brasileiro, como a AMAN, EsAO e ECEME, além da ESG, do Estado-Maior das Forças Armadas, que cumpriam bem o planejamento feito e, no que respeita aos sargen-

tos, a EsSA. Os oficiais bem instruídos e de bom nível cultural em sua grande maioria tinham a idéia exata dos perigos advindos do MCI (Movimento Comunista Internacional) à soberania brasileira, ao regime democrático, cada vez mais ameaçados pelo totalitarismo "vermelho", que nunca se coadunou com o espírito e o caráter de nossa gente.

O clima criado pela ação dos subversivos era considerado pela nossa oficialidade de alto risco. Tudo isso explica a unidade e identidade ideológica existentes nos anos que antecederam à Revolução de 1964 e que resultou numa reação imediata.

Tirando alguns simpatizantes das esquerdas e os já militantes da subversão existentes no Governo João Goulart, a maioria dos políticos, inclusive vários governadores, eram totalmente contrários ao clima de subversão crescente criado na cúpula e nas bases daquele Governo.

Qual a sua apreciação, Coronel D'Aguiar, quanto ao aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais das Forças Armadas em especial das tropas que participaram efetivamente do Movimento de 1964?

Os chefes e líderes democráticos agiram com decisão e presteza e, por certo, estavam sustentados pelos valores positivos da democracia e pela identidade ideológica dos seus quadros. O mesmo não se pode dizer das hostes governistas com motivações fracas e em processo de decomposição de seus efetivos.

O Marechal Odylio Denys, apesar de na reserva, trouxe para a Revolução o seu grande prestígio e logo conseguiu adesões no outro partido. Foi fora de dúvida decisiva a sua atuação. A 4ª Divisão de Infantaria foi bem comandada em seu Movimento para o Rio de Janeiro, parando quando devia, prosseguindo no momento certo, prudente quando se fazia necessário, levando a vantagem de combater forças que vacilavam porque, em sua maioria, apenas cumpriam ordens com as quais no fundo não concordavam.

O II Exército – São Paulo – custou um pouco a decidir-se. O General Kruel esteve diante de um dilema provocado por sua amizade pessoal, com João Goulart, de um lado, e suas convicções democráticas, do outro. Quando decidiu em favor da democracia fez pender a balança. Fez dirimir quaisquer dúvidas quanto ao resultado final do confronto. Desanimados, sem lideranças e com comandantes de muito pouca competência, logo se desfizeram as esperanças dos governistas como castelos de areia alcançados pelas ondas. A AMAN, comandada pelo General Médici, se interpôs entre os dois partidos adversários – tropas do Rio de Janeiro e de São Paulo – incorporando-se aos revolucionários, o que acabou por levar o comando das tropas do I Exército a desistir do seu intento de marchar contra São Paulo.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução?

Foi de grande valor. Acho que foi muito correto e oportuno. Apesar do potencial bélico da Academia com seus cadetes ser limitado, a força moral que emanava dessa atitude foi extremamente importante. As tropas do Rio que entrariam em confronto com as de São Paulo tiveram de avaliar corretamente as sérias conseqüências de um possível massacre e extermínio de toda uma geração – nova, corajosa e vibrante mocidade – que estava sendo preparada para receber o bastão e assumir as responsabilidades pelo futuro do Exército Brasileiro e de carregar na consciência, por toda uma vida, esse que seria um autêntico genocídio.

Inclusive nós que viemos com o II Exército naquela incerteza, porque deveríamos encontrar as tropas do I Exército, melhor em termos de munição, de material, completas em pessoal, naquela preocupação imensa, à frente de centenas de jovens soldados do I Grupo do 2º RO 105, quando soubemos que a Academia estava em posição, adquirimos uma força moral extraordinária. Poderíamos nos deslocar até Resende em segurança, podíamos correr e aí corremos, corremos pela Via Dutra, porque não havia mais aquela preocupação da marcha para o combate que você não sabe onde, em que curva, vai encontrar o contendor.

O senhor, com mais experiência no assunto do que eu, pelas tomadas dos depoimentos deste Projeto, parece concordar que houve um momento em que o nosso General Kruel, excelente profissional, se viu diante realmente de um dilema: um velho amigo, de um lado, homem com fama de bom, mas muito mal-assessorado, mal-acompanhado, e, por outro lado, a necessidade de evitar que a democracia sucumbisse.

Sem dúvida nenhuma, a demora em sua decisão trouxe-nos em Itu, um desassossego, uma inquietação terrível, que foi imediatamente dissipada quando soubemos que ele adotara uma posição favorável à Revolução. Foi uma festa no Regimento, que entrou pela madrugada de 1º de abril, com a preparação para o deslocamento em direção ao Rio. Lembro-me como se agora fosse, do Tenente Souza, oficial do Quadro Auxiliar, que começou como praça, dizer: "Esse homem acabou acertando em cheio. Se ele decide ao contrário, estaria perdido, porque não queremos mais viver de prontidão, convivendo com a anarquia reinante". Disse isso pouco antes da meia-noite de 31 de março, quando nos chegou a decisão do General Kruel...

Posso garantir ao senhor, meu general, que um ambiente muito semelhante a esse acontecia no gabinete do comandante da Escola de Comando e Estado-Maior – a alegria, o regozijo, retratados nos vivas – porque, realmente, o General Kruel era uma figura respeitada. A sua adesão à Revolução foi de grande importância.

O senhor citou, com muita felicidade, o nosso General Rubens Resstel, naquela época Coronel. Ele havia levado um grupo de oficiais para uma reunião com o

General Kruel que, praticamente, naquela reunião, se comprometeu em dar um basta àquela situação caótica vivida pelo País, no momento oportuno.

Realmente, o Resstel era uma liderança muito grande, tanto no meio militar como no meio civil. Ele possuía uma penetração enorme no Estado de São Paulo, aliás até hoje.

E ele foi à reunião com o Kruel levando cerca de oitenta oficiais e os apresentou ali ao Comandante do II Exército como homens prontos para cumprir ordens. O General Kruel recebeu bem. Diria até que ele recebeu muito bem o pessoal.

Antes, o Coronel Resstel nos havia levado à presença do General Peri Beviláqua, Comandante do II Exército anterior ao General Kruel. Na casa do Peri, nos posicionamos como revolucionários. Na outra semana, estavam todos os oficiais superiores de Artilharia presentes àquela reunião transferidos para Nioaque/Mato Grosso. De Itu, foram o Coronel Dywal Correa Rodrigues, o Tenente-Coronel Rubens Toledo e o Major Nestor do Val Filho.

Parte do Estado-Maior do Regimento de Itu comparecia às reuniões em São Paulo para poupar o Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, Comandante do 2º RO 105, porque se ele aparecesse, seria atingido, como foram os que estiveram com o Peri Bevilaqua, aliás uma figura enigmática, de triste lembrança. Imagine os problemas domésticos de toda aquela gente, mulher, filhos, transferidos, de repente, para Mato Grosso.

Na verdade, as movimentações não os desanimaram; ao contrário, a afronta deu-lhes mais vigor. Inclusive os oficiais que foram transferidos para Mato Grosso partiram, na Revolução, para Brasília, chegando à Capital Federal, com o seu novo Grupo.

Foi um erro estratégico colocá-los todos juntos na mesma Unidade, o que acabou dando força ao Movimento, até na guarnição de Nioaque para onde foram.

Coronel, temos que prosseguir, é apaixonante o assunto e a gente acaba se entusiasmando ao falar do nosso Regimento – onde a Revolução foi vivida intensamente. Mas eu lhe pergunto quanto a operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução em Minas? Onde é que eles queriam ir?

Meu general, não vejo nítidos, marcados, escritos, esses objetivos, mas, na minha interpretação pessoal, a estratégia geral da Revolução consistiu em cinco tempos: no primeiro, irromper, fazendo-a acontecer num Estado importante da Federação na nossa Minas Gerais.

Num segundo passo, obter adesões imediatas no maior número de estados. Isso foi conseguido desde logo em São Paulo e Mato Grosso. Uma propagação

rápida começando por neutralizar possíveis ações em áreas problemáticas, como no Nordeste, que inspirava receios, porque tinha assistido a vários movimentos comunistas muito antes e, no Rio Grande do Sul, que era a terra do senhor Leonel Brizola, onde ele, ainda, mantinha um certo prestígio.

Um quarto passo, a neutralização da região mais politizada do País e, ainda, a sua caixa de ressonância que era o Rio de Janeiro. Em 1964, obteve-se a participação da Guanabara, interligando-se com as pessoas que faziam parte da resistência heróica naquele Estado, ao lado do Governador Carlos Lacerda.

E, finalmente, a conquista do centro político do País, da Capital, apossando-se de Brasília até para efeitos no exterior. Quer dizer, a Capital ao cair dá idéia de que a Revolução está vitoriosa. Os fatos se desenrolaram seguindo de perto esse esquema, resultando tudo em rápida vitória da Revolução de 31 de Março de 1964. Não vi isso escrito em lugar nenhum, mas, *a posteriori*, meditando sobre o assunto, verifiquei que essa coisa foi armada, mais ou menos, assim.

Coronel D'Aguiar, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão com a Revolução?

Inicialmente, sim, por fazerem desaparecer as divisões internas existentes. As Forças Armadas se mantiveram unidas no começo da Revolução, mas depois veio a desagregação, surgindo rupturas que criaram um processo de divisão. Cito, como exemplo, o radicalismo e a intransigência da chamada linha dura e a oposição ao governo por parte do Superior Tribunal Militar...

Entre os fatos que geraram a desagregação, lembro o caso da Revista Naval *A Galera*, o longo e doloroso caso do Paraçar, a indisciplina decorrente de um memorial dos oficiais-alunos da EsAO que eram apenas capitães e procuraram analisar a problemática brasileira dentro do quadro nacional e não estavam preparados intelectualmente para isso. O caso da reforma do Coronel Francisco Boaventura Cavalcante Júnior, a carta do General Aragão ao Ministro Lyra Tavares, tudo isso contribuiu para a desunião.

No início, as coisas caminharam bem, depois aconteceram os problemas. A carta do General Muniz de Aragão ao Ministro Lyra Tavares fazendo pesada carga contra o Presidente Costa e Silva e alguns de seus familiares, com o agravante de ter sido dada ampla divulgação ao documento.

Ele mandou para todo o Exército, para todos os generais do Exército, para o Itamarati, Deus o tenha; realmente, não devia estar falando dos mortos, mas foi uma atitude, acho, que impensada. A coisa era interna e ele levou ao conhecimento do Itamarati, todos os embaixadores receberam, todos os generais, criando constrangimentos que poderiam ter sido evitados.

A carta continha uma carga negativa, onde se observava uma série de injustiças feitas ao Chefe do Gabinete Militar, General Jayme Portella. Este era realmente uma pessoa cujos atos cabem interpretações diferentes. Mas estou procurando defendê-lo, lembrando que, pelas suas múltiplas funções, tinha que aparecer, pois ele não era só da Secretaria do Conselho, era da Comissão de Alto Nível e de outras comissões; ele era de três ou quatro comissões, aparecia em todas elas; então, evidentemente, exageravam com relação à autoridade que ele tinha. Ele era homem que, realmente, procurava bloquear um pouco o acesso ao chefe, o que é natural; ele era muito amigo dos seus amigos, não tão amigo dos não amigos...

Foi um revolucionário autêntico.

Autêntico e, disso, não havia dúvida nenhuma.

Era um conspirador nato.

Nato. As minúcias de todos esses casos estão contadas no livro "Ato 5 – A Verdade Tem Duas Faces".

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Ah, vou lhe dizer que não, inicialmente não, principalmente por eu aceitar uma definição plenamente satisfatória, corrente nos meus anos esguiamos de 1970 a 1978, que, textualmente, define: "Ideologia é o conjunto articulado de idéias, fins e propósitos que orientam os membros de um sistema político no sentido de interpretar o passado, explicar o presente e oferecer uma visão do futuro".

Nossa Revolução não seguiu esse roteiro. Na práxis das coisas, sua ideologia consistiu basicamente, de início, no combate à ameaça comunista, à corrupção e à conseqüente inflação que impedia o desenvolvimento nacional. De saída, não vi nenhuma ideologia.

A posteriori, o General Carlos de Meira Mattos sugeriu os fundamentos para a criação de uma política. Quer dizer uma eleição de objetivos e, para isso, definiu como conceitos importantes bem-estar, bem-comum, segurança, desenvolvimento e deles procurou ampliar suas sugestões até chegar a uma doutrina para ser seguida pela Revolução. O livro "A Revolução por Dentro", da página 287 até 300, nos esboça seus esforços nesse sentido. Ele ofereceu e foi publicado em revistas e até em jornais. Uma doutrina tirada da interpretação e definição desses fundamentos de grande importância.

Sempre magnífico o nosso General Meira Mattos.

É um homem muito inteligente.

Inteligente, esteve aqui conosco e foi felicíssimo no que disse.

Ele é um homem brilhante que, graças a Deus, está vivo até hoje.

Em seu entender qual era a posição da mídia, ela apoiou o Movimento?

A palavra mídia veio importada dos Estados Unidos, porque era usada com freqüência. Eu a usei também na Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) um pouco mais restritivamente. Para mim, era o conjunto de meios recomendáveis para o melhor solucionamento de um problema específico.

Quer dizer, restringi essa idéia de média, a mídia não era tudo, se traduz por média, mas se pronuncia mídia, que não era tudo. Era justamente como trabalhava a AERP: compunha a mídia, estudava um determinado problema e elegia os meios que poderiam dar resultado para a solução daquele problema, não todos.

No nosso tempo, usávamos a palavra nesse sentido, nessa acepção. Hoje, ela significa mais do que isso. Significa a totalidade dos meios falados e escritos, é um modismo. O Brasil é muito dado a eles que, infelizmente, costumam ter vida longa. Exemplifico com dois empregos recentes: o uso da expressão "a nível de". Hoje, se fala a toda hora "a nível disso", "a nível daquilo"...

Está errado. Tudo mundo diz "a nível", quando o certo é "em nível". Dizem "a nível nacional", "a nível estadual", mas deveriam dizer "em nível nacional", "em nível estadual". É uma pena que os modismos vêm, muitas vezes, de encontro ao bom Português.

A palavra maniqueísmo é outra que passou a ser usada a toda hora, embora nem todos os usuários soubessem o seu significado exato, mas qualquer coisa, na televisão e em toda a parte, se falava em maniqueísmo, como posição maniqueísta etc. O sujeito não sabia nem o que era maniqueísmo.

Hoje, a mídia escrita e falada não se recorda, intencionalmente, de que, no início da Revolução de 1964, sua grande maioria apoiou o Movimento. Na Biblioteca Nacional, fácil será constatar isso, consultando as manchetes dos jornais dos últimos dias antes da eclosão do Movimento. Aconteceu isso com *o Correio da Manhã, O Globo,* o *Jornal do Brasil,* o *Estado de São Paulo* etc. Neles, estão escritas palavras como: "fora", "basta", "deixe o governo" com relação a Jango Goulart. Isso era manchete. Então, a mídia mudou, no começo toda ela apoiou, apoiou antes, na eclosão, e por algum tempo. *O Globo* apoiou a Revolução durante os vinte anos. Só mudou após o término do último Governo do Presidente Figueiredo. Isto fica cabalmente demonstrado no editorial de *O Globo*, de 07 de outubro de 1984, escrito por Roberto Marinho, intitulado "Julgamento da Revolução".

Os brasileiros precisavam ler este editorial para perguntarem aos Marinhos qual o verdadeiro motivo de tanto aplauso à Revolução, seguido, de repente, de tamanha ogeriza. O Brasil, ainda, vai conhecer o motivo real dessa metamorfose!...

Através de suas mídias, o continente americano posicionou-se preponderantemente favorável ao Movimento de 1964. Nos Estados Unidos, o *Washington*

Post, o New York Times, o New York Post, para citar alguns, defenderam e justificaram a Revolução. Em nossa vizinha Argentina, *La Prensa* tomou a mesma posição. Também agiu assim *El Mercúrio,* do Chile; no Peru, se destacaram *El Comércio, La Crônica*; na Venezuela, *La República,* e, na Colômbia, *El Espectador*. Citamos apenas a reação em alguns dos países da América.

Na Europa, as opiniões se mostraram muito divididas, favorável em Portugal, Espanha e na França, onde, todavia, os diversos jornais da esquerda, se manifestaram contrariamente. Os jornais ingleses em geral aceitaram a Revolução e isso aconteceu até com o sisudo *Times*.

Na Alemanha, os principais jornais defenderam em termos, fazendo algumas restrições. Os jornais cubanos mostraram-se alarmados, todos contrários, o mesmo aconteceu na URSS e nos países detrás da Cortina de Ferro.

No Brasil de hoje, os jornais fazem severas críticas à Revolução, inclusive todos aqueles que, em 1964, eram radicalmente contra o Governo João Goulart e os perigos que o envolviam e vários que a defenderam durante o tempo em que vigorou, deixando-a quando ela saiu de cena, como no caso do *O Globo*. Não havia mais interesse em apoiá-la a partir daquele momento.

Em seu entender, Coronel D'Aguiar, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?

Acho que está correto. Muitas pessoas, até mesmo participantes do Movimento de 1964, preferem chamá-lo de contra-revolução. Ora, isso não anula a validade do termo revolução apenas dá idéia de que ela foi dirigida contra idêntico movimento.

A contra-revolução, na maioria das vezes, tem caráter preventivo e é levada a termo para evitar outra revolução já planejada ou em curso. Mas uma contra-revolução tem as caraterísticas de uma revolução. Ambas mexem com a estrutura governamental, introduzindo modificações e procurando consertar tudo aquilo considerado errado. Deve atuar com a máxima rapidez possível, mesmo correndo o risco de, por isso, não ser perfeita. Diz o velho ditado popular "que a pressa é inimiga da perfeição".

Ao contrário das reformas que pouco atingem as estruturas e se processam lenta e gradualmente e, por isso, muitas vezes perdem força, na prática da vida, muitas vezes, é preferível realizar uma revolução, apesar do risco de possíveis violências.

Hoje, os subversivos preferem – o que não acontecia antes – batizá-la de quartelada ou golpe e a consideram cruel, embora, na maioria dos casos, ela só

tenha usado a violência quando indispensável e respondendo a atos violentos anteriores. A violência foi resposta à violência. Eles não dizem isso, mas essa é a grande verdade.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

A presença de um militar na Presidência da República não é suficiente para que esses governos sejam taxados de militaristas. Nesses governos, a maioria dos cargos importantes foram ocupados por civis, o que não acontece com os governos militares, como foi o caso do Peru que, numa certa época, todos os ministros eram militares, aquele sim foi, por exemplo, um governo militarista, onde todas as altas autoridades eram militares e o País parece não passar de um grande quartel.

Não aconteceu tal coisa durante os governos resultantes do Movimento de 1964. Apenas foram governos fortes onde se fizeram presentes a ordem e a segurança interna, a disciplina e a obediência às leis. Aliás, não foram considerados militares os Governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Gaspar Dutra apesar de esses presidentes terem sido generais, enquanto os da Revolução de 1964 o foram, embora eleitos pelo Congresso por meio de eleição indireta.

Coronel, que benefícios a Revolução de 31 de Março trouxe para o País?

Nesse aspecto, os governos da Revolução de 1964 podem ser incluídos entre os que mais beneficiaram o País em todos os setores – as estatísticas provam isso. Todavia, no campo das comunicações, pode se dizer que houve uma autêntica revolução. Também foi altamente meritório o trabalho realizado nos transportes, no setor energético e no da habitação, neste se atendendo à classe média de um modo geral e uma parcela significativa da população de baixa renda.

Os resultados medidos através das agregadas macroeconômicas mostram que, no Brasil, houve realmente uma Revolução extremamente benéfica ao País.

Principalmente, se nos concentrarmos na análise do Investimento e do PIB (Produto Interno Bruto), que experimentaram resultados impressionantes, o oposto do quadro atual.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros?

Sim, no meu entender o maior foi ter deixado engajar-se por tempo demasiado abrangendo o mandado de cinco presidentes da República e, desde o fim do terceiro Governo, permitir a permanência de praticamente os mesmos personagens compondo o panorama nacional.

Verdade que alguns deles trocaram de postos, mas o mesmo grupo permaneceu. Uma permanência exagerada das mesmas pessoas ocupando altos e importantes cargos.

Creio que os Presidentes militares deveriam ter saído de cena ao fim do Governo Médici, quando o "milagre brasileiro", que começou no final do Governo Costa e Silva, atingia seu último ano, 1973, com crescimento superior a 10% ao ano. Justiça será recordar que houve duas crises de petróleo, uma em final de 1973 e outra em 1979 e pesada taxação pelos empréstimos que o Brasil recebera para acelerar o seu desenvolvimento. No campo de minhas atividades específicas de Relações Públicas, Comunicação Social, eu mesmo consegui arrolar erros e falhas que, embora aparentemente pequenos, poderiam ter sido evitados.

Como exemplo, cito a censura em alguns verbetes da pequena enciclopédia de moral e civismo do Padre Fernando Bastos de Ávila, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Não havia razão para isso: o trabalho era e é magnífico; verdadeira preciosidade pedagógica, útil para estudantes e professores de nível médio e superior, como, aliás, para todos os cidadãos, além de imparcial e apolítico.

Eu, por exemplo, tenho esse livro e comprei um livro para cada um de meus filhos. Um livro desses é um repositório de informações e definições: O que é governo? O que é Parlamento? É um livro apolítico e de grande importância vindo de um padre inteligentíssimo.

No último trimestre de 1969, a proibição de noticiar os progressos lentos, porém inegáveis, da recuperação do derrame sofrido pelo Presidente Costa e Silva em fins de agosto, reputo uma decisão errada. Ele sofreu o derrame, mas não morreu de derrame; e sim, de enfarto ocorrido depois.

Mas, já nessa ocasião, andava com auxílio de apenas uma pessoa, já balbuciava algumas palavras, reaprendia a falar. Estava melhorando, devagar, mas estava, embora não pudesse governar mais. Mas essas pequenas melhorias, vamos chamar assim, eram censuradas, não saíam.

A ausência total de notícias sob o desenrolar de episódios da guerra revolucionária da Serra do Caparaó foi outro erro. A gente não ouvia falar no Vale da Ribeira, mais tarde em Xambioá, como se eles não existissem. A gente ouvia sussurrar, a gente ouvia boatos, não a verdade, que não saía em lugar nenhum, oficialmente nada.

Isto a que me refiro aconteceu em minha área, onde os erros foram pequenos. Mas houve erros grandes em outros setores e o maior de todos, como disse, foi a demasiada permanência no Poder. Quando a gente analisa agora, *a posteriori*,

verifica que se tivéssemos saído ao fim do Governo Médici hoje estariam aqui nos bajulando para voltar...

Ernesto Geisel era um presidente preparado, inteligente, culto, mas cometeu um erro grave: ele quis que o Brasil progredisse depressa demais. A gente não pode fazer tudo ao mesmo tempo. Na sua casa, o senhor compra uma geladeira num mês e compra o fogão no outro, não pode comprar tudo ao mesmo tempo. Endividou-se, pagou juros altíssimos e se defrontou com duas crises do petróleo, a segunda se refletindo no Governo Figueiredo, com sérios prejuízos ao último governo da Revolução.

E outra coisa, volta e meia, ele tirava o prestígio de algum chefe respeitado, como no caso do General Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército, intempestivamente exonerado da função.

Nesse aspecto, sou suspeito. No meu livro, falo muito bem do D'Ávila Mello, embora numa época posterior ao acontecimento. Foi meu vizinho no Leme – uma pessoa realmente especial. Seu genro, que hoje é almirante-de-esquadra, era um dos ajudantes-de-ordens do Presidente Costa e Silva.

Toda vez que falo nele sou suspeito, a gente não pode falar dos amigos, porque logo fica parcial. Queria muito bem a ele que foi meu chefe na Escola de Comando e Estado-Maior. Não era um perseguidor, não era um torturador, não era nada disso. Ele estava fora, quando houve aquela morte suspeita, esquisita, apresentada numa fotografia constrangedora. Tenho certeza absoluta de que ele nada sabia a respeito.

Oh, meu general, eu sei daquele aforismo militar que o chefe é responsável por tudo quanto se faz ou se deixa de fazer no quartel. Muito bem! Mas é preciso, também, considerar os escalões abaixo e os escalões acima. Se for considerar os escalões acima, depois do Comandante do II Exército, vinha o Ministro do Exército e o próprio Presidente da República. Então, todo mundo teria que responder pela ocorrência.

Outra coisa a considerar é que os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) trabalhavam muito descentralizados, envolvendo a própria Polícia, Civil e Militar, a Polícia Federal, civis contratados, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica. Eram órgãos combinados, de funcionamento complexo.

Tenho oito netos. Um dia um deles que estava terminando o que antigamente era o ginasial me disse assim: "Vovô, você foi torturador?" Eu lhe disse: "O que meu filho? Torturador? Meu filho, eu tenho cara de torturador; torturador é um doente, é um sádico; não sou doente, não sou sádico, nunca torturei ninguém não". Mas por que você está dizendo isso?" Ele respondeu: "Porque o meu professor de História disse que todos os militares são torturadores". Eu disse: "Meu neto ouça uma lição

que vou lhe dar – o emprego da palavra todos generaliza e quando a gente generaliza, a gente tende a fazer injustiça, a errar. Todos é uma palavra forte e que dela não se deve abusar. Em segundo lugar, me diga uma coisa: qual é a idade do seu professor?" Ele pensou bem e disse assim: "Ele deve ter uns 25, 26 anos". Então, lhe disse: "Meu filho, o seu professor não viu nada do que ele diz para vocês; ele, no máximo, era um espermatozóide no saco do pai dele, ele não existia nessa época". Então, você está vendo, meu filho, esse camarada ouviu essa estória de alguém, que contou para ele, e está repetindo como se houvesse assistido. Fique tranqüilo, meu filho, seu avô não foi torturador".

Veja a absurda generalização desse professor de mau-caráter, objetivando jogar os jovens contra as Forças Armadas.

Como o policial, com algum desvio de comportamento, as pessoas que exercem autoridade, se têm qualquer deficiência no caráter, abusam da autoridade, exatamente como esse professor, moralmente mal formado, que se vale das suas prerrogativas de falar livremente à juventude, para, generalizando suas observações, denegrir todos os integrantes das Forças Armadas do seu próprio País. Fala de tortura, esquecendo-se de que ela foi usada também pelos terroristas, como na morte, por tortura, do Tenente Edson, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo Lamarca e seu bando. Nunca falou, em sala de aula, do terrorismo que gerou a tortura.

É crime hediondo a tortura e o terrorismo quase que não passa como crime hediondo, quase, na "célebre" Constituição de 1988 que seria a maravilha legada ao País e, depois, chegou a ser chamada de "Constituição da Ingovernabilidade", pelo Presidente José Sarney, com toda a razão.

Coronel, os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante os últimos anos da década de 1960, e, principalmente, nos primeiros da década de 1970, têm sido considerados os mais promissores da economia brasileira por renomados conferencistas civis que têm passado pela ESG. Por que a Imprensa, a partir de 1985, vem mantendo completo silêncio a respeito dessas realizações?

Olhe, dentre os renomados civis que defenderam a Revolução por seus feitos, destacamos a douta conferência do Engenheiro Glycon de Paiva, diversas vezes divulgada, em nível nacional, inclusive na Carta Mensal de setembro de 1984, publicação de alto nível intelectual do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Falei na Carta Mensal de setembro de 1984, porque, como o senhor destacou, a partir de 1985, o "revanchismo" impediu qualquer referência positiva na Imprensa sobre o período da Revolução. É proibido divulgar!...

Justo e correto seria lembrar e avaliar o progresso do Brasil na vintena revolucionária de dezembro de 1963 a dezembro de 1983, mas os acéticos escondem os números que dão ao período extraordinária expressão. E, aí, Glycon de Paiva dá uma série de exemplos como a capacidade instalada de energia elétrica que passou de 4.480 megawatts para 35.000 megawatts um crescimento superior a nove vezes.

No intervalo considerado, o maior aumento de potencial elétrico de todo mundo foi o do Brasil. O nosso País passou para o terceiro potencial do mundo em setembro de 1984, quando a Revolução se preparava para deixar o Governo.

A produção do aço cresceu de 2,8 milhões de toneladas/ano para 18 milhões, um crescimento de 600%. A produção de automóveis passou de 174.000 unidades ano para 880.000, aumento superior a cinco vezes, e, logo, alcançou a casa de um milhão por ano.

A produção de petróleo subiu de 98 mil barris/dia para 340 mil, aumento superior a três vezes. A exportação anual do Brasil subiu de 1,4 bilhão de dólares em dezembro de 1963 para aproximadamente 22 bilhões de dólares em dezembro de 1983, 15 vezes maior.

Em 1964, o País tinha 75 milhões de habitantes e a nossa renda *per capita* era de 400 dólares, sendo o PNB (Produto Nacional Bruto) de 25 bilhões de dólares. No vinteno, a renda *per capita* atingiu 2 mil dólares, mesmo com a população crescendo para 125 milhões de habitantes. O PNB cresceu 1.450%, chegando a 295 bilhões de dólares.

Dois dados do campo social merecem ser ressaltados. No ensino superior, demos um salto de 120 mil universitários para 1,3 milhão, um crescimento de 1.000%. O outro número importante refere-se à quantidade de habitações construídas com base nos financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), que cresceu de 100 mil unidades para 4 milhões e duzentos mil, o que corresponde a um aumento de 42 vezes.

Então, veja bem: apesar de a população ter crescido de 75 para 125 milhões de brasileiros, a renda *per capita* passou de 400 para 2.000 dólares e o nosso PNB evoluiu de 25 para 295 bilhões de dólares. Aí, estão alguns exemplos, que destaco na presente entrevista, dos muitos dados relativos à apresentação do ilustre Engenheiro Glycon de Paiva, os quais encareço, se possível, anexar ao meu depoimento.

Sem dúvida, o Brasil viveu um progresso impressionante nas décadas de 1960 e 1970. Os números apresentados provam de maneira incontestável o enorme crescimento do País durante as duas décadas em tela, chegando mesmo a ser o segundo País do mundo em desenvolvimento econômico, somente atrás do Japão.

Concluindo, parece-nos importante repetir que, para alcançar esses resultados, nos apoiamos, em boa parte, na poupança alheia, cerca de 60 bilhões de dólares, em termos reais, sobretudo a partir do Governo Geisel, uma vez que ao final do Governo Médici a nossa dívida não chegava a US$ 8 bilhões. Adquirimos no exterior equipamentos pesados para ampliação de quatro usinas siderúrgicas e para a instalação de mais três, assim como para o estabelecimento de dois pólos petroquímicos e para a metalurgia do cobre, do zinco e do níquel.

Para a realização das conhecidas obras ciclópicas monumentais, colossais, acrescentamos o pedido de novos empréstimos para rodovias, telecomunicações, saneamento básico e habitação. A conseqüência foi o natural endividamento nacional, especialmente no Governo Geisel que passou ao seu sucessor uma dívida de US$ 40 bilhões, cerca de cinco vezes maior do que recebera do Presidente Médici, apesar de que os gastos redundaram num aumento substancial da nossa infra-estrutura capaz de permitir um grande crescimento.

Os Governos posteriores civis – Sarney e Collor, Itamar e Fernando Henrique – ampliaram enormemente essa dívida. Com eles, a dívida se ampliou assustadoramente, sem um retorno de investimentos que justificasse tal endividamento. Esse é um dos maiores problemas a serem resolvidos que tornam extremamente vulnerável a economia do País como um todo. Aí, está, também, uma diferença fundamental entre o período revolucionário, onde a dívida tinha uma contrapartida de crescimento real, e o período posterior, em que a dívida cresceu absurdamente sem ninguém constatar nenhum crescimento razoável da economia brasileira.

A mídia, nesta década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem questão de solapar a Revolução. Como o senhor vê essa campanha "revanchista"?

Sobressai, nessa campanha, jornais como *O Globo* que mudou, incrivelmente, de lado, a partir de 1985. O *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* que antes, também, estiveram com a Revolução, e *a Folha de São Paulo,* além de certas revistas – como *Veja* e *Isto É* –, todos agora com o apoio financeiro dos detentores do Poder.

Os principais jornalistas partícipes dessa campanha são Élio Gaspari, Márcio Moreira Alves, Villas Boas Corrêa, Leandro Konder, Antonio Calado, Carlos Heitor Cony, Alberto Dines, Fritz Utzeri, Alfredo Sirquis, Arnaldo Jabor etc. São pessoas que não perdem uma oportunidade para criticar a Revolução e as suas maiores lideranças. Arnaldo Jabor, por exemplo, não tendo o que dizer contra Castello Branco, o chama de feio. Veja a que ponto este elemento chegou!...

O impressionante é que a esquerda, principalmente a radical, está construindo uma nova história, como já acentuamos, valendo-se da mentira dos profissi-

onais da subversão, até mesmo de organizações estrangeiras. A maioria dos que ocupam as redações é de jovens que nada testemunharam do que contam.

Isso é estranho porque a história nos mostra que, na quase totalidade das vezes, ela era feita pelos vencedores. Foi, assim, com os gregos contra os persas, com Esparta contra Atenas, nas lutas entre cristãos e muçulmanos, na Revolução Francesa, na indevidamente chamada Guerra de Secessão dos Estados do Norte contra os Estados do Sul, pois deveria antes chamar-se guerra de união, porque ela uniu os estados, não os separou.

Assim, aconteceu nas lutas de Napoleão contra as diversas coligações, nas contendas entre França e Alemanha, na Guerra Civil Espanhola, e nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Sempre quem faz a história é o vencedor, a exceção está na Revolução de 31 de Março de 1964, escrita e divulgada de forma mentirosa e caricata pelos perdedores.

No Brasil, está ocorrendo, portanto, o contrário. É a esquerda que foi amplamente derrotada na chamada guerra suja e os vencidos entre 1966 e 1973 que, agora, no pós-Revolução galgaram os mais altos postos da hierarquia nacional e estão interpretando e descrevendo os fatos unicamente de acordo com os seus pontos de vista e interesses visivelmente suspeitos. Para isso, nada poupam – são parciais, radicais, "revanchistas", deturpando tudo a seu talante, por meio da lorota, do juízo falso, da ficção e da falácia.

A batalha da Comunicação Social foi perdida pelos militares ou esses deixaram de dar a devida atenção ao setor como no caso do próprio Presidente Castello Branco?

Essa batalha nem sempre foi perdida. No Governo Castello Branco, isso, de fato, aconteceu. O presidente era avesso a qualquer tipo de comunicação social, relações públicas e, sobretudo, o incomodava muito a palavra propaganda.

Lembrava-se ele do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de triste figura, e da ação nefasta da propaganda nazista. E, apesar de ter sido um verdadeiro estadista, escondeu da Nação a sua obra. Ele teve um trabalho imenso, mas ninguém sabia nem mesmo hoje.

No Governo Costa e Silva, as coisas mudaram. Em 15 de janeiro de 1968, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, da Presidência, e organizado um sistema de Relações Públicas integrando todos os ministérios e órgãos importantes, através de um seminário realizado na Fundação Getúlio Vargas que durou mais de uma semana. O livro *Quem Não se Comunica Não se Explica* trata do assunto minuciosamente.

É uma das obras também do nosso Coronel Hernani D'Aguiar.

A atividade foi reconhecida e oficializada no Governo Costa e Silva. Tinha a AERP por finalidade assessorar o Presidente da República na formulação de uma política de Comunicação Social capaz de: no campo interno, integrar governantes e governados e, no exterior, formar uma idéia, uma imagem correta do Brasil. Não queríamos mostrar o que o Brasil não era, queríamos, sim, mostrar o que ele, de fato, era. Surgiram os filmetes de curta duração. Foi invenção nossa; foi até o Sérgio Mário Pasquale que inventou. Tinham duração de uma hora. Surgiram os primeiros filmetes de curta duração para uso nas TVs e nos cinemas do País. Mostravam eles as realizações do governo, explicavam os assuntos nacionais mais importantes e procuravam conquistar a concordância da opinião pública.

Realizaram-se pesquisas periódicas acompanhando a citada opinião pública. A AERP desenvolveu duas campanhas patrióticas: "uma bandeira em cada sala de aula". Isso copiando do modelo americano, que tem, em cada sala de aula, desde o primário até a universidade mais adiantada, a bandeira nacional, ao lado do professor e nós quisemos fazer isso no Brasil.

Escrevemos, fizemos uma mensagem a todos os municípios, que eram já milhares, não me lembro quantos, e tive o trabalho de assinar pessoalmente cada ofício impresso, para prestigiar o destinatário. E parece que houve uma boa aceitação, mas, infelizmente, a morte do Presidente Costa e Silva não permitiu a realização.

Pensou-se também em ampliar as comemorações da Independência que, em vez de durarem apenas um dia, teriam a duração de uma semana, com a participação das empresas privadas e do povo em geral.

Nesse ponto, o Governo Negrão de Lima chegou a fazer um pequeno livro com todos os eventos que ele programou e que ele realmente veio a realizar. Então, além da Parada de Sete de Setembro, tínhamos um planejamento ambicioso para a comemoração do Dia da Pátria, inclusive bailes estavam previstos. Pensou-se em tudo que pudesse dar uma grande dimensão a nossa Independência.

Na divulgação a cargo da AERP, utilizou-se intensamente a rede oficial com as cinco rádio emissoras – tínhamos cinco rádio-emissoras do Governo e uma TV também do Governo – conseguindo estender a sua ação às TVs e a sessenta rádio-emissoras da empresa privada.

O Governo prestou conta do que fazia através de verdadeiras conferências, levadas a efeito pelo Presidente Costa e Silva na televisão. Não sei se o senhor se lembra houve uma série de cinco conferências em que o Presidente levava uma hora e mostrava que, afinal de contas, estava bem por dentro dos problemas nacionais. E nós fornecíamos a ele transparências, quadros murais e tudo. Mas ele não queria

treinar, porque, tendo sido um bom instrutor, achava que não necessitava de preparação. Quando a gente queria dar opinião ele, nesse ponto, não deixava.

Assim, através de verdadeiras conferências levadas a efeito por Costa e Silva nas TVs, abrangendo todos os setores da vida nacional, fomos ao encontro do público externo. Organizaram-se seminários para obter unidade de ação também nos ministérios, que possuíam órgãos e subórgãos vinculados a eles, voltados para Relações Públicas, dentro do sistema geral governo, executivo, ministérios, incluindo os órgãos ligados a cada ministério.

O progresso nesse campo foi tamanho que, em 1967, o Rio de Janeiro assumiu o papel de Capital Mundial das Relações Públicas, com duração de uma semana, tratando de assuntos gerais ligados à atividade. Houve a participação de dezenas de países. Planejou-se uma forma de, através das embaixadas, atingir o mundo inteiro.

Isso foi parcialmente conseguido. Em algumas embaixadas, tivemos a cooperação dos embaixadores apesar das minúsculas verbas para esse fim. As verbas para propaganda eram infelizmente ridículas. E havia a matéria paga que não dá crédito a ninguém. Quando o sujeito publica uma matéria paga, todo mundo vê que é uma coisa oficial e não era isso o que queríamos. O Ministro Delfim Neto trouxe uma dúzia de empresários da Europa e lhes mostrou o desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que foi custeado pelo capital paulista. E eles estiveram, nas fábricas, estiveram na cidade, viram aquela enorme metrópole, tiveram muito boa impressão de uma parte desenvolvida do Brasil.

Então, houve uma tentativa séria de se fazer alguma coisa. O progresso nesse campo foi compensador, em especial o esforço através das embaixadas para atingir o mundo. Se mais não se fez, foi pela morte prematura do Presidente da República e ausência de numerário no orçamento. Nós não tínhamos um tostão no orçamento, não contamos com nenhum recurso do orçamento.

Só foi possível realizar as tarefas pela ajuda pessoal do Ministro da Fazenda Delfim Neto. A gente chegava a ele e dizia: "Ministro, fizemos uma pesquisa no IBOPE da maior importância, mas até hoje não pagamos. Quem é que vai pagar ao Instituto?"

Um dia botei os alamares e disse para ele: "Ministro, o senhor é realmente mais moço do que eu. Esses alamares aqui da direita eles me enfeitam, mas não me amarram não. O senhor está me tratando muito mal, o senhor tem que me respeitar, sou mais velho do que o senhor. O senhor diz que vai pagar, vai pagar, já está, há dois meses, devendo". Então, ele arranjou dinheiro não sei onde e nunca mais faltou dinheiro. Ele era bom ouvinte!

Porém, não se fez mais, como disse, por causa da morte prematura do Presidente e pela ausência de dinheiro. Só foi possível realizar tarefas pela ajuda

pessoal do Ministro Delfim Neto, conseguida através das empresas, ele tinha muito prestígio em São Paulo e pelo socorro gracioso de muitos veículos de Comunicação Social que, da mesma forma que atacavam, também, vez por outra, faziam de graça ou por promoção aquilo que nós queríamos. *Veja, Isto É, Manchete*, todas elas fizeram...

No governo seguinte, Governo Médici, a AERP foi incluída no orçamento. Então, ela ganhou orçamento, com uma quantia relativamente pequena, mas capaz de satisfazer suas necessidades mais prementes. Já, então, sob a direção do Coronel Otávio Costa e, mais tarde, do Coronel Toledo Camargo cresceria, ganharia vulto e importância. Finalmente, no Governo Figueiredo, chegaria a tornar-se uma Secretaria de Comunicação Social – Secom, sob direção de Said Farah, a qual, infelizmente, teria vida curta por haver essa Secretaria entrado em choque com o Gabinete Militar. Daí, por diante, as atividades de Relações Públicas praticamente desapareceram. Assim, houve momentos de alto e de baixo.

Já no Governo do Presidente Castello não se fez nada, foi uma pena, porque ele, como disse, era contrário a qualquer tipo de divulgação, de propaganda. Fez um trabalho lindo, mas ninguém sabia nada. Ele achava que aquilo ia chegar aos brasileiros naturalmente, sem nenhum trabalho nesse sentido; infelizmente, o que não passou de uma convicção utópica.

Por ser esse o meu campo de atividade, no livro “Quem Não se Comunica Não se Explica” conto a origem, o progresso, a conquista e as deficiências do segundo governo revolucionário nessa área, informando e esclarecendo muitos assuntos, detalhando-os mesmo. O meu livro tem aquelas três partes: a teórica, a aplicação dessa teoria e, depois, os casos e anedotas ligados à Comunicação Social.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha, que se valem do terrorismo, como seqüestros de embaixadores e assaltos a quartéis, praticadas por extremistas?

Todos esses crimes que a Constituição vigente classifica de hediondos, encontram-se presentes nos processos de comunização dos países em que essa ideologia se instalou. Na verdade, as ações de guerrilha urbanas e rurais, que se valem do terrorismo, sob as mais diversas e diabólicas formas (assaltos a bancos, a quartéis, assassinatos, seqüestros etc.) constituem normas de ação dos comunistas adeptos da luta armada.

A opção dos extremistas de esquerda pela luta armada gerou o que se convencionou chamar de guerra suja, que surgiu pela necessidade de se responder, com igual violência, aos atos terroristas.

Coronel, houve a seu ver durante o processo revolucionário cerceamento das liberdades?

No Governo Castello Branco, poder-se-ia dizer que foi um episódio quase imperceptível. Já no Governo Costa e Silva, houve nitidamente duas fases. A primeira que foi da posse – 15 de março de 1967 – até o AI-5, 13 de dezembro de 1968, período em que o governo foi plenamente democrata, seguindo a Constituição deixada por seu antecessor, sem usar nenhum instrumento de força.

Não havia qualquer tipo de censura, com os veículos de comunicação tendo plena liberdade para criticar o governo e o Congresso, podendo, como o fizeram por diversas vezes, derrubar os projetos apresentados pelo Governo, embora contasse o Governo com a maioria de congressistas em seu partido – a ARENA.

A segunda fase foi após a edição do AI-5, de 13 de dezembro de 1968 até 30 de agosto de 1969, com a trombose do Presidente da República. Apareceu, nessa ocasião, com o AI-5, a censura. A censura, realmente, veio para fazer face às ações anti-revolucionárias, de toda ordem ocorrida no Governo Costa e Silva. Antes do AI-5 não, na primeira fase não.

O Governo Médici engajado em debelar a subversão e, no meio da guerra suja, teve necessidade indispensável de, como fez a Junta Militar, que governara no intervalo dos dois governos, entre os segundo e terceiro governos da Revolução, levar a cabo a censura. Essa necessidade cresceu no desenrolar da guerra suja.

É importante recordar, isso é muito importante, que a primeira ação terrorista de vulto aconteceu em 25 de julho de 1966, no Governo Castello Branco, com o atentado do Aeroporto de Ibura, no Recife, visando à morte de Costa e Silva, Ministro do Exército e candidato a Presidente como substituto de Castello. Com ele, iniciar-se-ia um rosário de atentados e violências que tiveram o seu clímax no terceiro governo revolucionário. Diminuiu muito, sem jamais desaparecer, nos Governos Geisel e Figueiredo.

O episódio foi o seguinte: Costa e Silva estava em João Pessoa quando o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que o trazia deu pane e de João Pessoa a Recife são 90, 92 quilômetros só. Ele perguntou qual seria o tempo para reparar a aeronave e lhe disseram que seria de umas três horas, o que o levara a decidir pela vinda de carro, pois gastaria uma hora e pouco e veio de carro.

Nessa ocasião, os terroristas que não sabiam, na hora, que Costa e Silva decidira vir de carro, puseram uma bomba no Aeroporto que matou um almirante e um jornalista e feriu quatorze pessoas, algumas gravemente, inclusive o General Sílvio, que ficou sem metade de uma perna. Houve pessoas que ficaram gravemente doentes e se transformaram em mendigos e pedintes em conseqüência desse ato insano.

Nunca a mídia nem ninguém ligado aos direitos humanos se preocupou com isso.

Os autores, hoje, estão identificados. Foram dois os responsáveis: um já está morto e o outro está desempenhando altas funções por aí, não lhe aconteceu nada.

Sobre o atentado do Riocentro, a toda hora eles voltam a falar, mas nunca disseram uma palavra sobre o atentado no Aeroporto de Recife, de muito maior dimensão, que vitimou tantos brasileiros, inclusive um jornalista, que normalmente eles dão tanta importância.

Eles têm a mania de dizer que a violência deles foi para responder a violência das Forças Armadas, quando foi, exatamente, ao contrário. A primeira violência foi o atentado contra o Presidente Costa e Silva, seguido da expropriação, como eles chamavam, o roubo a bancos e ao Hospital do Cambuci, em São Paulo, de onde tiraram o armamento de vários recrutas para uso em atentados; essas coisas eles não contam, o silêncio é total.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda ?

Não concordo não, porque eles tinham outras opções para se manifestar, como, principalmente, através do Partido da Oposição – o Movimento Democrático Nacional (MDB). Poderiam ter utilizado comícios-relâmpago, realizados inopinadamente, a utilização da radiofonia clandestina, a emissão de volantes: soltar panfletos criticando o governo, a utilização de *outdoors* etc.

A versão que essa pergunta põe sob questionamento não passa de uma tentativa para justificar ações com violência despropositada de alto custo de vidas e de danos ao patrimônio. Essa justificativa só poderá convencer os predispostos a recebê-la.

Quais os objetivos, Coronel, da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Sempre foi a conquista do Poder e com ele partir, sem peias, para a pregação e dominação marxista. A orientação de fora mais próxima vinha de Cuba com Fidel Castro, a testa, repassando recursos monetários e proporcionando treinamento para ações de guerrilha.

Os focos irradiadores do marxismo vinham também da Europa, da URSS, da Tchecoslováquia, da Polônia e até da pobre Albânia, que mal podia consigo mesmo, mas também participava. O apoio passava, ainda, pela Alemanha Oriental e Hungria. Da Ásia, vinham orientação e apoio, calcados na luta armada, considerados mais violentos os que se originavam na China maoista e eram reforçados por países já dominados, como a Mongólia, Coréia do Norte, Vietnã e o Tibet.

O objetivo – conquistar, inicialmente, o Brasil, passando, depois, ao domínio das outras nações sul-americanas – e, daí, fácil seria pular para a América Central Continental e o Caribe – chamo de Caribe as ilhas e de América Central Continental aquele istmo. O objetivo final e definitivo era os Estados Unidos, passando pelo México.

No fundo, no fundo, o grande objetivo era destruir as Democracias do Ocidente e para isso tinham um longo caminho a enfrentar, uma vez que diretamente não reuniam condições de fazê-lo.

O AI-5 mostrou-se necessário?

Foi um instrumento forte que se tornou imprescindível diante da conturbada situação brasileira. O Governo Costa e Silva, que começara sob o signo da democracia constitucional, mostrou-se, de início, muito tolerante, provavelmente, por isso, foi julgado como um governo fraco e passou a enfrentar um período extremamente difícil, sendo atacado por todas as direções.

Diversas crises fermentaram ao mesmo tempo, muitos hostilizaram o governo. Houve os que testaram os novos dirigentes, porque desejavam ver a democracia voltar ao estilo antigo mais rapidamente; houve os que queriam tumultuar o ambiente, desmoralizando os governantes, para derrubarem a Revolução.

Estava em curso uma guerra revolucionária, impulsionada pela ação subversiva, a chamada via pacífica, por parte de alguns, e pela luta armada, através de outros, tudo objetivando a tomada do Poder. O fato é que as crises simultâneas trouxeram como somatório uma aguda crise que colocou o Governo contra a parede.

O Presidente Costa e Silva, analisando a grave situação, defrontou-se com quatro opções: primeira, renunciar, transferindo para outros a solução da crise; segunda, promulgar o ato forte por tempo indeterminado, o que o faria um autêntico ditador; terceira, editar um ato forte de natureza transitória para debelar a crise e ter condições de restaurar a democracia plena; quarta, decretar o estado de sítio para resolver o problema institucionalmente com o risco de uma recidiva. Tudo indica que esse último instrumento não era suficientemente forte.

Dessas linhas de ação, a primeira não se coadunava com o caráter do presidente; a segunda chocava-se contra a sua natureza democrática por essência ele não queria ser ditador e a quarta parecia um pouco problemática por permitir recidivas. Assim, decidiu ele pela terceira, quer dizer, um instrumento forte, mas temporário, e a prova que era temporário está no fato de ele, depois, tentar acabar com a medida em nove meses. Deixou à frente Pedro Aleixo, que foi o único que votou contra o AI-5, e Miguel Reale, além de uma porção de pessoas que eram reconstitucionalistas famosos.

Coronel, o senhor acha que foi necessária a criação de um órgão de informações, como o Sistema Nacional de Informações (SNI), e os de operações de informações – os DOI/CODI?

Acho mais do que necessário, imprescindível. Esses instrumentos dotaram o governo dos meios de que necessitava para neutralizar e destruir a subversão e a luta armada cada vez mais fortes e audaciosas. Permitiu a organização de forças – meios e recursos capazes de derrotar o inimigo – que se apresentou desunido, pertencente a diversas organizações, conhecidas pelas suas diferentes siglas, carente de coordenação e agindo à sorrelfa. Mas eles tinham sempre a iniciativa e atuavam sorrateiramente. Então, se a gente não se organizasse poderia ter sucumbido diante da surpresa, porque eles tinham a iniciativa, podendo atacar o Banco A ou o quartel B.

Hoje em dia, quando se referem ao período da Revolução de 1964, falam em "ditadura militar", o que é que o senhor pensa disso?

Chamar o período revolucionário de "ditadura militar" é uma impropriedade, não tem motivo. Poder-se-ia chamar de governo de presidentes militares, de governos autoritários, até de governos militares.

Jamais será correto chamar esses cinco presidentes militares de ditadores porque não o foram, não governaram por longo tempo sem peias, sem limite, como Fidel Castro por exemplo, que se mantém no Poder por mais de quarenta anos e demonstra o desejo de permanecer eternamente, porque os comunistas se mantêm no Poder pela força e pelo controle do povo, através da ação de elementos do regime.

No Brasil, isso não aconteceu com os cinco presidentes militares que cumpriram o mandato estabelecido e que, na ocasião prevista, passaram o bastão de comando, apenas um saiu antes, por motivo de grave moléstia. No Brasil, em verdade, só houve um ditador – Getúlio Vargas – e esse não foi militar.

O senhor apontou a longa permanência no Poder como um dos erros da Revolução. Elegeu e justificou como o melhor governo para passar o Poder aos civis o do Médici. Gostaria de citar algo mais a respeito?

Estudando a época, *a posteriori*, cheguei à conclusão de que a melhor ocasião para devolver o Governo aos civis teria sido no final do Governo Médici. A Revolução fizera o País crescer a mais de 10% ao ano, durante vários anos, considerados de excepcional crescimento econômico, arrumara a casa, acabara com o perigo subversivo, restaurando a autoridade, tudo isso num prazo de dez anos (1964/1973).

As estatísticas mostravam esses resultados excepcionais no campo econômico, que muitos chamaram de "milagre econômico". Não foi um milagre, porque

milagre é quando os efeitos não têm causa e, no caso brasileiro, não fora um milagre, porque resultara de trabalho, eficiência e planejamento honesto.

Justiça é lembrar que tal decisão tornou-se quase impossível pela ação radical da linha dura, sobretudo entender que a luta armada ainda não estava completamente neutralizada. Houve gente que quis passar o bastão naquela oportunidade, mas a linha dura não deixou. Essa é que é a verdade.

Aos tempos dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Meu general, as Forças Armadas, como instituições nacionais permanentes, não auferiram qualquer tipo de vantagem, cumpriram rigorosamente a legislação do País, procurando "apertar o cinto" para dar o exemplo aos demais setores da sociedade.

Por que o Governo Figueiredo partiu para o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Os próprios revolucionários de 1964 sentiram necessidade de fazê-lo. Aliás, qualquer Revolução com o tempo se desgasta e enfraquece. A "nossa" jamais chegou a ter um apoio político amplo e suficiente.

Por vezes, quando na crise do AI-5, esse apoio chegou mesmo a faltar. Por outro lado, ela, que, no começo, fora desejada pela maioria esmagadora da Nação, sentia o seu esvaziamento. A Revolução, na verdade, não chegou a ser inteiramente popular e todos os presidentes revolucionários tiveram responsabilidade nessa atitude. Castello Branco – competente, honesto e bem-intencionado – fora demasiadamente sisudo, sério demais para conquistar o povo.

Costa e Silva, bonachão, cheirando a povo, fora simpático e favorecido pelos resultados da economia que, em 1968 e 1969, se apresentaram muito positivos. Contudo, na última fase do seu governo, fora forçado a editar o AI-5 e caíra, de certa forma, no desagrado de muitos, principalmente da mídia e do pessoal ligado às atividades jurídicas.

Médici, embora não tão simpático, gozou de grande popularidade, pelo milagre brasileiro que aconteceu em seu governo e por sua fama de pé quente no futebol e por interessar-se por esse esporte e ser torcida do Grêmio e do Flamengo, clubes muito populares. Ele era querido, entrava no Maracanã e recebia aplauso das duas torcidas.

Exatamente, pelas duas torcidas; era impressionante, com o seu radinho, lembro-me bem desse período maravilhoso vivido pelo Brasil, quando havia segurança, progresso e confiança.

Fazia-se acompanhar de um amigo que hoje é Almirante de Esquadra – o Peixotinho – também Flamengo e tinha sido Ajudante-de-Ordens do Costa e Silva.

Ele não era um camarada dos mais simpáticos assim à primeira vista, mas no contato diário ele o era. Gozou de popularidade inclusive pela conquista, em 1970, do tricampeonato mundial do esporte bretão, que ele previu, inclusive o resultado do último jogo entre Brasil e Itália. Por isso é que eu digo que, no final do seu governo, era a hora de ter passado o bastão para os civis. Nós sairíamos admirados e respeitados.

Quanto ao Geisel, também foi seco, autoritário e rude, embora determinando o começo da abertura, usou e abusou do AI-5. Ele foi contra o AI-5, mas enquanto pôde, usou-o com cassações e pacotes, como o "Pacote do Senador Biônico", que nunca foi bem aceito, nem mesmo no seio da Revolução.

Exato e só acabou com o AI-5 para o Figueiredo, não para ele. Trouxe novamente, para o governo o tal Golbery, um homem cujas ações foram extremamente prejudiciais à Revolução.

Desejou um Brasil grande em prazo muito reduzido, na oportunidade errada, no meio de um mundo em dificuldade. Ernesto Geisel jamais conquistou a simpatia do povo.

Figueiredo, instável e agitado, por vezes boquirroto, chegando a dizer que, por ele, a eleição deveria ser direta, quando ele estava exercendo um cargo através de uma eleição que fora indireta. Ele, às vezes, era boquirroto, indiscreto, mas eu gostava dele; fui seu companheiro na Escola de Comando e Estado-Maior durante vários anos. Figueiredo por ser instável, agitado e, por vezes, falastrão perdera em parte o respeito de que sua alta posição exigia. Um dia quis meter o braço naqueles que o desafiaram em Santa Catarina e, de vez em quando, saía com alguma frase que não caía bem.

Atingido por forte enfarte, sentiu o peso da enfermidade; contava com a simpatia de uns, mas era criticado por outros. Acelerou o desgaste da Revolução de 1964.

A conjuntura internacional veio acelerar a abertura política?

Sim, na época em que o mundo vivia intranqüilo, agitado e violento recordemos alguns fatos: epidemia de seqüestros de aviões; eleição contestada na Colômbia; oposição violenta nos Estados Unidos, mas nada que parecesse com os dias de hoje; reação à inesperada intervenção militar no Camboja; guerra oculta no Laos; hostilidades no Vietnã; dissidência na URSS; morte do líder egípcio Nasser; lutas na Jordânia; guerra na Biafra; pruridos separatistas em Quebec, no Canadá; Berlim – foco de tensões entre a URSS e as potências ocidentais; terrorismo na

Argentina; agitações na Bolívia, o mais instável dos países sul-americanos; mudança de comportamento do povo chileno, com o resultado da eleição de Salvador Aliende, uma vez que o país, até então, fora um modelo de democracia.

A China anunciando que, em pouco mais de um ano, poderia dispor de mísseis balísticos atômicos; com o nome de República Popular do Congo, o ex-Congo Francês tornar-se-ia o primeiro país socialista da África. Acirrava-se a guerra no Sudeste Asiático; ocorrência de novos conflitos de fundo religioso na Irlanda do Norte; guerrilheiros palestinos atacaram Israel que respondeu violentamente; sério conflito entre os poderes Executivo e Legislativo do Uruguai.

Todos esses fatos e muitos outros não recordados pressionam o Brasil, direta ou indiretamente, agitam-no, facilitando o desejo de uma abertura política. A conjuntura internacional instável contribuiu, portanto, para a abertura.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura desde o Governo Geisel?

Creio ter sido mal conduzida. Foi uma abertura *sui generis*. Como já dissemos anteriormente, prometia a extinção do Ato 5, participando das críticas que dele se faziam, mas continuava a utilizá-lo em cassações, por vezes, puramente casuísticas e de pacotes pouco democráticos. A idéia era boa, mas não foi bem implantada. Tinha que abrir um dia... Aliás a Revolução visava à democracia em sua plenitude.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Em verdade não foi só a atuação do último governo revolucionário. O desgaste foi natural e resultante de erros realmente maiores nos quarto e quinto governos ditos militares. Como já explicamos anteriormente, os motivos estavam relacionados com as duas crises do petróleo (1974 e 1979), com a dívida externa, batendo recordes, associada à inflação, que completaram o desgaste e fizeram esquecer as grandes conquistas realizadas pela Revolução. Essas mazelas fizeram esquecer o muito de bom que tinha sido feito antes, principalmente no Governo Médici.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares? O que o senhor diz a esse respeito e sobre a Lei da Anistia?

Esse "revanchismo" é marca dos covardes e dos desmemoriados intencionalmente – mídia, determinados professores e políticos são seus autores. A mídia pela enorme infiltração esquerdista e por estar, hoje em dia, nas mãos de gerações mais jovens que não viveram a conjuntura dos últimos anos da década de 1960 e dos primeiros da década de 1970, jovens que vêm sofrendo a influência dos seus profes-

sores de esquerda, grande maioria no ensino universitário, principalmente na área da Comunicação Social. Eles contam os fatos sem conhecê-los ou aprofundar-se na sua análise. Em conseqüência, seguem a orientação espúria de profissionais em técnicas e ações subversivas, muitas vezes recebendo orientação alienígena...

Entre os políticos, a expressiva participação dos esquerdistas mais fanáticos e intransigentes tendem à demagogia e à parcialidade. Recentemente falar mal, mentir e exagerar os defeitos da Revolução e dizer-se vítima de tortura e dos maus-tratos engordaram os currículos dos candidatos nas eleições. Chegou mesmo a constituir-se em norma de ação.

A Lei da Anistia, apesar da boa intenção, deu margem a interpretações dúbias e foi mal feita. Na prática, a Lei tornou-se parcial e foi aplicada unilateralmente contra tudo que viera da Revolução, praticando-se verdadeiros atentados contra a Lógica e o Direito.

Cito apenas um caso impressionante – a promoção a brigadeiro do cidadão conhecido como Sérgio Macaco, sem interstício dos postos, sem curso de Estado-Maior. Pulou diretamente de Capitão Intendente a Brigadeiro recebendo os atrasados, após ter sido eleito deputado pelo esquerdismo. Ele se beneficiou em virtude de sua condição de vítima no caso Parasar, ao arrepio da lei.

Ele se elegeu por isso, porque se disse vítima e a esquerda o elegeu. Ele não havia perdido nada, pelo contrário, tinha ganho e, no entanto, beneficiou-se ao arrepio da lei.

Ele pulou de capitão para brigadeiro e queria voltar a ativa. Foi a única coisa que ele não conseguiu, pegou os atrasados de volta, mas não conseguiu voltar, porque ele não conhecia nada de suas funções, muito menos no nível de brigadeiro de intendência.

Vivia na televisão falando um português muito ruim.

No livro "Ato 5-A Verdade Tem Duas Faces" aprofundo-me muito no assunto. Quem quiser detalhes estão lá.

Coronel, como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? O senhor diria que desapareceu o comunismo? Qual a situação, do Brasil, nesse contexto?

O radicalismo nos atinge a ética, a moral e a justiça, servindo para desunir e tornar-se uma ameaça a toda a Nação. O comunismo não desapareceu e o PC ainda tem força na maioria dos países que compuseram a URSS.

Estive lá e vi na Rússia e na Bielorússia o partido tentando reorganizar forças e se apresentando mais aberto a composições. Por vezes, como no Brasil,

mudou de nome e parece ter involuído, mas preservou as finalidades e os objetivos. Em nosso País, agora, é o PPS (Partido Popular Socialista) em vez de ser PCB (Partido Comunista Brasileiro), mas nada mudou, inclusive o Roberto Freire que é aquele mesmo que conhecemos e os seus objetivos em nada se modificaram...

Por isso, continuam um perigo latente, sendo inegavelmente um partido disciplinado. Recomenda-se acompanhar de perto o seu potencial. Entre nós, sua atuação é facilitada pela pobreza de muitos, o desnível entre as regiões e a má distribuição da renda. Por isso, o PC encontra campo propício e vasto para acenar com utopias, promessas irrealizáveis e falsas esperanças.

Vou citar um exemplo corriqueiro: os partidos comunistas, o encapuzado PPS e o PC do B, se aliam entre os que defendem o voto facultativo. O Brasil ainda não está desenvolvido culturalmente para tal, mas eles sabem que obterão vantagens com este novo tipo de voto por conhecerem a disciplina dos comunistas que os farão participar de todas as eleições. Ao contrário de grande parte dos democratas que, amantes do lazer e freqüentadores de praias, certamente faltarão mais.

Isso a gente via na universidade, quando havia uma proposição a ser discutida, os comunistas ficavam até o fim, enquanto os democratas iam saindo, iam deixando o recinto. Percebendo as defecções, os comunistas passavam a contar e, ao perceberem que estavam com a maioria, faziam a votação e ganhavam.

Estive na Rússia, com minha mulher e, nos países escandinavos, num "tour". Na Rússia, vi coisas terríveis. Vi que eles estão satisfeitíssimos com a liberdade que possuem agora e falam abertamente. Mas vi, também, muita miséria; vi muita prostituição, muito crime, coisas que antigamente, sobretudo pela força do regime, não existiam. Ao constatar aquelas mazelas vividas por aqueles jovens, lembrei-me realizado que meus três filhos estão casados, são donos do seu nariz e se eu precisar, até me ajudariam, pois estão bem, são independentes.

Naquela passagem pela Rússia para dar um telefonema para o Brasil, por exemplo, tive que trocar dólares que levava por rubros e precisei ir lá num determinado lugar. Esse lugar ficava infestado de prostitutas, algumas muito bonitas, a eslava é grandona, mas é bonita, uma atração para qualquer garotão, em idade de aventuras. Elas ficavam por ali, porque sabiam que era um dos lugares onde havia dinheiro. Constatei uma verdadeira concentração de belas mulheres nas proximidades. Então, o clima de prostituição, de degradação da família, era impressionante, e o meu receio é de que, em nome disso, queiram acenar com as vantagens que havia, pois, no comunismo, falta liberdade, mas há ordem.

Agora, infelizmente, há crime organizado, há quadrilhas, há prostituição, há isso tudo, mas eles, também, respiram liberdade. Vi um guia russo "me-

tendo o pau" no comunismo falando em português. Então, me parece que vai ser difícil um retrocesso, mas o partido ainda tem força, sobretudo nas pessoas de terceira idade...

Coronel, e o outro lado – essa ameaça dos novos donos do mundo, agora todos poderosos, de desejarem botar os pés na Amazônia. Como o senhor vê esse outro lado?

É, isso é terrível, um perigo que não pode ser descurado. O Passarinho que me desculpe, porque sou amigo pessoal dele, mas é imperdoável que algumas centenas de Ianomâmis possuam, para moradia, uma área maior que a Bélgica e na fronteira com a Venezuela, o que torna o problema mais grave ainda, uma vez que há tribos semelhantes no país vizinho, criando um conjunto homogêneo em ambos os lados da fronteira. O Passarinho tenta explicar esse fato, mas não convence.

Ele causou um grande mal ao Brasil e à Amazônia. Trata-se daquele erro crasso que nada justifica.

Outra coisa: a gente vê que muito alienígena, muito aproveitador, muita gente vai entrar por aí, vai se aproveitar, vai comprar, vai roubar e tudo isso. Então, veremos mais madeira sendo pilhada da floresta amazônica, porque o índio quer negociá-la sem outras preocupações. E, por trás de tudo isso, estão as potências mundiais, ávidas por internacionalizar a nossa Amazônia.

Foi a vontade internacional prevalecendo sobre os interesses nacionais.

Há uma coisa, no entanto, de que os americanos não se lembram: eles eram invencíveis até a guerra do Vietnã. Ali, perderam para um povo, porque o exército americano não perderia jamais para o exército vietnamita, mas o exército americano não pôde vencer um povo inteiro. E o Brasil poderá ser um Vietnã grande. Se vierem aqui, talvez se arrependam também, não que a gente possa enfrentá-los e ao seu poderio, mas poderá o Brasil causar-lhes muitos danos. Para isso, o povo e as Forças Armadas precisam atuar unidos.

Hoje, estamos, ainda, diante de uma outra perigosa ameaça – o tráfico e a guerrilha na Colômbia –, em cuja fronteira, o Brasil só possui um Batalhão de Selva. Precisamos, desde já, reforçar os nossos lindes em toda a Calha Norte com maiores efetivos, principalmente, no Estado do Amazônia, ao norte da Calha do Japurá, na Região da Cabeça do Cachorro, bem como no Estado de Roraima, onde as Áreas de Proteção Ambiental somadas às Terras Indígenas e aos Corredores Ecológicos transformaram o Estado num grande vazio demográfico, deixando-o desprotegido e incapaz de conduzir atividades econômicas na maior parte do seu território.

Esse é outro absurdo. Roraima transformou-se num estado cujo proprietário é a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI).

Na década de 1990, as terras de Roraima e da Cabeça do Cachorro passaram a ser feudos da FUNAI.

Sinto saudades do período revolucionário, do tempo do Teixeira, quando viver na Amazônia era estimulante. Conheceu o Teixeira?

Muito, foi excepcional. O Coronel Jorge Teixeira era uma figura exemplar, carismática.

A Amazônia muito lhe deve.

Há pouco, recebeu a merecida homenagem de Manaus, onde foi um excelente Prefeito, dinâmico, entusiasmado; foi também Governador de Rondônia, excepcional, querido, até hoje lembrado pelos amazônidas. Grande Comandante do Colégio Militar de Manaus e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Teixeira era um carioca, como nós, que se apaixonou pela Amazônia. Deu seqüência ao trabalho do General Rodrigo Octávio, que gostava muito dele. Estamos abordando isso aqui, porque justamente a quantidade de recursos para o Projeto Calha Norte vem sendo insignificante, quando precisamos tanto de verbas para dinamizá-lo.

É, nesta hora, que lembramos da Revolução, principalmente do Presidente Médici.

E, ainda, dos Generais Leônidas e Bayma Denys que foram os gigantes do Calha Norte no Governo Sarney (1985-1989), o único Governo após o período revolucionário que se preocupou com a região amazônica.

No atual Governo, infelizmente, a Amazônia ficou entregue a sua própria sorte. As verbas para o Calha Norte, por exemplo, foram ridículas. Mas não deixam de criticar a Revolução, quando, na verdade, o que está faltando, principalmente a partir de 1995, é dar continuidade ao que antes se fez, o que implica recursos – que não existem – porque, hoje, a preocupação é manter um enorme superávit primário na economia, para atender ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em detrimento de todo tipo de investimento. Essa globalização, que aí está, só favorece realmente aos países ricos que são os condutores do processo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê essa realidade?

Muito bom sinal. Penso, porém, que a maior parte dessa aceitação, que é real e existe, provém das faixas etárias de terceira idade que sentiram na carne os desmandos, a desorganização e a instabilidade da década de 1950 e dos primeiros anos da década de 1960. Comparo o clima daquela época com o que hoje se vive no Brasil, com o Movimento dos Sem Terra, com total falta de autoridade por parte de quem deveria exercê-la; com atividade contínua e equivocada de criar

reservas indígenas, como a Ianomâmi, ameaçando a nossa integridade territorial; e com a insegurança pública que cresce a olhos vistos.

Os mais jovens, por ignorância daqueles fatos, não podem comparar o desenvolvimento assegurado pelos governos revolucionários com os soturnos dias de hoje. No Brasil, a população de mais idade já é maioria levando-nos a acreditar que, no final do primeiro quartel do terceiro milênio, dentro de uns 25 anos, a Revolução sairá das páginas dos jornais e revistas para compor apenas textos dos livros de nossa História. Desejamos vê-la entrar para a História do Brasil, através dos fatos reais e não pelas versões deturpadas dos "revanchistas" de plantão, obcecados em criticar o período revolucionário sem estudá-lo com profundidade e, portanto, sem conhecê-lo na sua realidade.

Encerrando a nossa entrevista, qual a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral?

Dediquei muitos dias de minha vida pesquisando para escrever os meus livros, gentilmente citados em meu *curriculum vitae*. O esforço foi grande, mas valeu a pena.

Gostaria, sim, de ouvir a verdade consubstanciada na assertiva de que a Revolução, pelos serviços de alta relevância prestados ao nosso Brasil e ao subcontinente sul-americano, salvou a democracia em muitos países, vindo até a beneficiar os Estados Unidos da América, que se surpreenderam com o Movimento de 31 de Março e dele tiraram muito proveito, no quadro da guerra fria, porque viram, boquiabertos, inteiramente perplexos, um verdadeiro continente, de um dia para o outro, livre do comunismo, com todas as benéficas conseqüências desse fato inclusive para eles.

Por tudo isso, é justo que a Revolução de 1964 venha a receber, definitivamente, a merecida qualificação, por alguns já usada, de Revolução Redentora.

ANEXO

ÊXITOS DOS GOVERNOS MILITARES

"Ao final de 1983, – apesar dos dois Choques do Petróleo – o Brasil já havia completado o seu longo ciclo de industrialização através da substituição das importações. Um parque industrial complexo, integrado e com reduzida dependência das importações fora montado, em pouco mais de trinta anos, com a política da substituição das importações. Sem dúvida, uma performance admirável, singular na história da economia do mundo", conforme os quadros demonstrativos a seguir apresentados.

VARIAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA – (1963-1983) (EXCERTO)

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Dados demográficos (mil)	77.531	127.500	–	60%
Expectativa de vida (anos)	55	63	–	13%
Água municipal tratada	30%	80%	2,6 vezes	266%
PNB (US$ bilhões)	25	295	14,5	1450%

DADOS ENÉRGICOS

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9 vezes	800 %
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16 vezes	1.600%
Reserva de petróleo (milhões barris)	320	1.900	6 vezes	600%
Consumo de petróleo (1.000 b/dia)	327	1.000	3 vezes	300%
Capacidade de refino (1.000 b/dia)	300	1.400	5 vezes	500%
Cisto do petróleo importado em (milhões de US$)	176	6.800	39 vezes	3.900%
Produção de petróleo (1.000 b/dia)	98	340	4 vezes	400%

PRODUÇÃO DE METAIS E FERTILIZANTES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Aço (1.000 Ton.)	2.800	18.000	6 vezes	600%
Alumínio (1.000 Ton.)	17.6	340	20 vezes	2.000%
Estanho (Ton.)	2.084	12.000	6 vezes	600%
Chumbo (Ton.)	15.643	35.000	2 vezes	200%
Cobre (Ton.)	10.000	114.000	10 vezes	1.000%
Níquel (Ton.)	–	9.500	95 vezes	9.500%
Petroquímica (1.000 Ton.)	150	2.500	17 vezes	1.700%
Fertilizantes (1.000 Ton.)	545	1.452	3 vezes	300%
Hematita (milhão Ton.)	11,2	100,0	9 vezes	900%
Manganês (1.000 Ton.)	1.250	10.100	8 vezes	800%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Navios (Ton. de deslocamento)	42.800	200.000	5 vezes	500%
Automóveis (unidade)	174.125	880.000	5 vezes	500%
Cimento (milhões Ton.)	4,35	25,0	5 vezes	500%
Aviões (nº)	–	128	–	–

COMÉRCIO EXTERIOR

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Exportações (bilhões US$)	1,4	21,9	15 vezes	1.500%
Importações (bilhões US$)	1,4	19,4	17 vezes	1.700%
Exportações de minério de ferro (milhões Ton.)	8,2	70,0	9 vezes	900%
Frota mercante (milhões TPB)	1.440	9.000	6 vezes	600%

COMUNICAÇÕES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Telefones (milhões)	ND	10	10 vezes	1.000%
Municípios c/ telefone	ND	3.500	3.500 vezes	35.000%
Municípios c/ DDD	0	2.500	2.500 vezes	25.000%

TRANSPORTES

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32 vezes	3.200 %
Rodovias pavimentadas (1.000 Km)	19	75	3,9 vezes	390%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Grãos (milhões Ton.)	19,4	55,0	2,8 vezes	280 %
Capacidade de armazenagem (milhões Ton.)	5	57	10 vezes	1.000%

ENSINO E HABITAÇÃO

Itens	Dez / 1963	Dez / 1983	aumento	% aprox.
Universitários (1.000)	124	1.300	10 vezes	1.000%
Crianças de 7 a 14 em escola (milhões)	5	9	0,8 vez	80%
Habitações financiadas pelo BNH (mil unidades)	100	4.200	42 vezes	4.200%

Fonte: Dados IBGE – (extraídos de uma conferência pronunciada pelo Engenheiro GLYCON DE PAIVA, em dezembro de 1984, na Associação Comercial do Rio de Janeiro).

Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Foi Ajudante de Ordens do Comandante do IV Exército e do Chefe do Estado-Maior do Exército e Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército/RJ.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Motomecanização e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou a Escola de Sargentos das Armas e foi Chefe de Seção de Ensino da ECEME e Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil em Paris e Bruxelas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Motomecanização do Exército/RJ.
- Em 1964, era Major, aluno do 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Praia Vermelha/RJ.

Entrevista realizada em 16 de novembro de 2000.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A minha participação nos pródromos da Revolução de 1964 resumiu-se em manifestar sempre – e ostensivamente – minha discordância dos atos e intenções políticas de João Goulart. Não fui, portanto, um conspirador, mas coloquei-me contra a posse de Jango, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, pois suas ligações políticas e suas atitudes, como Ministro do Trabalho no 2º Governo Vargas, indicavam os rumos que seguiria, se chegasse à Presidência da República.

Em 1964, cursava o 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e logo que soube que se desencadeara o movimento militar, em Minas, apresentei-me ao Comando da Escola, já revoltada, para cumprir missões, entre as quais prender um pelotão de fuzileiros navais que se instalara no alto do Pão de Açúcar, seguir para Belém e Manaus com documentos da CGI (Comissão Geral de Investigações) para promover a saída dos governadores do Pará e do Amazonas dos seus cargos e outras mais, como busca de informações em secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes mais profundas do Movimento de 31 de Março mergulham na história republicana do País. Quando se derrubou a monarquia, com a participação decisiva do Exército, pretendia-se sanar vícios, hábitos e costumes políticos e arejar o cenário nacional com a democratização das oportunidades. A persistente frustração desses ideais, aliás formulados de maneira algo ingênua e romântica, determinou o surgimento de um movimento político-militar, o "tenentismo", e uma série de insurreições na década de 1920, cujo último episódio talvez tenha sido a Revolução de 1964.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A guerra fria pós-Segunda Guerra Mundial certamente teve forte influência na Revolução de 31 de Março. Todos os países foram, por razões diversas, atraídos para um dos dois grandes pólos de Poder em que o mundo se dividiu: o pólo liberal-capitalista e o pólo dos regimes totalitários de inspiração marxista-leninista. Estes últimos regimes, por sua própria natureza, procuram sempre expandir-se, até mesmo como forma de sobrevivência interna. A Guerra da Coréia, as chamadas "guerras de libertação nacional" na África, a Guerra do Vietnã, a comunização de Cuba e as investidas guerrilheiras, particularmente de Che Guevara, em diversos países sul-

americanos são exemplos de teatros onde se travaram as ações "quentes" dessa guerra fria. A Revolução de 1964, embora tendo sido um movimento autenticamente nacional, posicionou-se contra a tentativa de se implantar, no País, regime assemelhado ao das ditaduras comunistas, no clima, portanto, da guerra fria.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964, era de incertezas, agitações e receios. A súbita renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, lançou o País no dilema de aceitar a posse de um vice-presidente cuja carreira política fizera-se sempre no mais irresponsável populismo demagógico, ou livrar a Nação de dias difíceis, impedindo sua ascensão à Presidência da República, mesmo violando a Constituição. Prevaleceu a solução de compromisso do parlamentarismo, cedo desrespeitada com a campanha pela restauração do presidencialismo. Restaurados seus poderes de chefe do governo, Goulart resvalou, de início prudentemente e ao final rapidamente, para uma posição de desrespeito à Constituição – argumento maior dos que defenderam sua posse –, apontando-a como necessitando de urgentes modificações que lhe permitissem realizar obscuras "reformas de base", jamais claramente formuladas.

Logo seu Governo tornou-se refém de agitadores dos mais variados matizes de esquerda, desde líderes sindicais espúrios – os chamados "pelegos" – até comunistas filiados a partidos organizados. A culminância desse perverso processo de deterioração da autoridade culminou com reiterados ataques aos princípios basilares das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

As atitudes políticas do Governo Goulart certamente teriam de desagradar à parcela mais responsável do povo brasileiro, inclusive a Imprensa não comprometida ideologicamente. Contudo, seus desmandos administrativos e uma inércia governamental que beirava a paralisia, acabaram por gerar situações de carência generalizada, mormente de gêneros alimentícios, greves políticas, reivindicações estapafúrdias, filas para tudo, inflação crescente, incompatibilizando o governo com crescentes camadas da população.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964 era de desconfiança. Se, na hierarquia eclesiástica, havia uma minoria já trabalhada pelas teses

"progressistas", a maioria do corpo da Igreja, entendido este como o conjunto dos sacerdotes e dos fiéis, era de crescente preocupação. Ao final, essa preocupação evoluiu para ações nitidamente de oposição ao Governo Goulart, como as marchas de multidões pelas ruas das grandes cidades.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

As "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze" eram organizações paramilitares que evidenciavam a intenção dos militantes de esquerda de empolgarem o Poder, mesmo na "marra". As "Ligas Camponesas" tinham um viés mais ideológico e rural, inspirado nas teses maoistas. Os "grupos dos onze" eram, sobretudo um instrumento das ambições políticas do seu criador, Leonel Brizola, que alcançara notoriedade nacional com sua campanha em defesa da posse do cunhado e desejava chegar à Presidência da República, mesmo que tivesse de disputá-la, em qualquer campo, com outras facções de esquerda.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

No meio militar, havia um clima de incerteza e de desconfiança desde quando, em 1961, o III Exército aderira à pregação "legalista" de Brizola, afastando-se da posição adotada pelos chefes institucionais das Forças Armadas. Ficara claro, naquela oportunidade, que havia uma cisão entre os militares, a qual deveria ser sanada pelo convencimento, jamais pela luta fratricida. Os militares são legalistas por formação e, enquanto o processo de subversão das instituições não atingisse um ponto crítico, a maioria dos oficiais, ainda que discordando do governo, não aceitaria participar de uma ação insurrecional, mormente tendo que lutar contra companheiros de armas.

O governo, por sua vez, estimulava a cizânia: ao invés de afirmar sua confiança nas Forças Armadas como um todo, alardeava a certeza de contar com um poderoso dispositivo militar, uma espécie de guarda pretoriana a serviço, não da Nação, mas do príncipe. A designação de comandos e, até mesmo a ascensão ao generalato, eram feitas segundo critérios de lealdade ao *cappo*. E fazia mais e pior: instigava os sargentos contra os oficiais.

Lembro-me de que, após 1961, quando servia nos Dragões da Independência, ainda aquartelado no Rio, o General Osvino, um dos integrantes de maior prestígio do alardeado dispositivo militar, então no importante comando do I Exército, visitava

freqüentemente as unidades subordinadas, não para inspecioná-las e inteirar-se do estado da instrução e do material, mas para reunir-se com os sargentos, arengando-os sobre temas que nada tinham a ver com a capacidade operacional da tropa.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A meu ver, os acontecimentos que determinaram a eclosão do Movimento militar, em março de 1964, foram os graves e sucessivos ataques aos princípios basilares das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. O descontentamento generalizado com o governo certamente crescia e percebia-se, com angustiosa preocupação, os rumos que vinham sendo seguidos, cujo objetivo, já claramente visível, era o de substituição do Estado democrático do tipo ocidental por uma espécie de república sindicalista, aparentada das ditaduras comunistas. Ora, isso iria exigir, cedo ou tarde, uma solução:

– engendrada no Congresso e, portanto política;
– forçada pelas multidões nas ruas e praças;
– mediante golpe de estado, que tanto a esquerda como a direita cogitavam.

Para isto, conspirava-se, tanto em arraiais civis como militares.

Porém, a rebelião de sargentos em Brasília; o motim de marinheiros e fuzileiros navais no Rio de Janeiro, tratados benevolentemente pelo governo; a grave lesão à hierarquia praticada por Goulart demitindo o Ministro da Marinha que os punira; a recondução do Almirante Aragão, um dos generais do povo, ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais; e, finalmente, a reunião subversiva do presidente da República com sargentos no Automóvel Clube do Brasil fez transbordar a paciência de muitos. E os mais impetuosos, os Generais Mourão e Guedes, com o apoio do Governador Magalhães Pinto, iniciaram a insurreição, deslocando tropas na direção do Rio de Janeiro.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade deu aos militares a demonstração cabal do repúdio popular aos desmandos governamentais. A presença de milhares de cidadãos, na maioria mulheres, clamando em via pública pela salvação do País funcionou como poderoso estímulo para que o Exército não desonrasse seus compromissos maiores, que são com a Pátria e não com governos, como aliás bem colocou o General Castello Branco em sua mensagem, como chefe do Estado-Maior do Exército, nos tenebrosos dias de março de 1964.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou plenamente convencido de que o Exército interpretou fielmente os sentimentos da maioria do povo brasileiro ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964. A ausência de reação ao Movimento militar é prova cabal do que afirmo, robustecida esta minha convicção pelas manifestações de regozijo que presenciei em vários bairros do Rio de Janeiro, quando da vitória da Revolução.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Não há dúvida de que havia um processo em andamento para implantar, no País, um regime inspirado nos governos totalitários de então. Líderes comunistas de relevo têm declarado isto em livros e entrevistas. Caso esse processo não houvesse sido sustado pela Revolução de 1964, o Brasil teria sido palco de sangrenta guerra civil. Teríamos aqui a repetição de mais um episódio "quente" da guerra fria, tal como o foram a Guerra da Coréia e a do Vietnã, sem mencionar a guerra civil espanhola que, embora anterior à guerra fria, foi todavia um choque internacional de ideologias, no qual se experimentaram as armas mais mortíferas posteriormente empregadas na Segunda Guerra Mundial.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso Nacional, onde existia uma nítida maioria contrária às intenções mal disfarçadas do grupelho no Poder, acolheu a notícia da Revolução como fato consumado, não se registrando qualquer resistência como instituição coletiva.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade de Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) etc. –, logo após o início da Revolução?

As entidades de esquerda, colhidas de surpresa, não reagiram logo após o início da Revolução. Instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que mais tarde vieram a ser dirigidas por esquerdistas de variados graus ideológicos, apoiaram o Movimento de Março de 1964. A *home page* da OAB na *internet* registra assim a posição da entidade: "No Brasil, a instalação do golpe de 1964 e a tomada do Poder pelos militares contaram com o apoio da maioria da população brasileira que antevia, nas medidas reformistas de

Jango, o primeiro passo para um golpe comunista". O advogado Povina Cavalcanti, seu presidente naquela época, via na ação do Governo Goulart uma tentativa de "destruição do primado da democracia e a implantação de um regime totalitário". A página da ABI na rede registra a posição da entidade segundo a opinião de um dos seus mais atuantes conselheiros, José Gomes Talarico: "A favor do golpe". Segundo ele, Adonias Filho, que então presidia a ABI, também era a favor da deposição de Jango, refletindo, aliás, a posição de toda a grande imprensa brasileira.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Na minha opinião, os líderes civis que mais se destacaram foram os governadores de Estados por terem força política e até mesmo militar. Assim, o Governador Magalhães Pinto, em Minas Gerais, teve atitude desassombrada, responsabilizando-se pelo início do movimento insurrecional quando a vitória era absolutamente incerta. Por isto mesmo, a meu ver, cabe-lhe a posição de destaque de chefe civil da Revolução. Adhemar de Barros, em São Paulo, Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul, Ney Braga, no Paraná, e Carlos Lacerda, na Guanabara, particularmente este último por sua agressividade, desempenharam lideranças importantes. Muitos outros civis participaram ativamente da conspiração e do desencadeamento do movimento militar, porém da minha modesta posição de major cursando a ECEME, não pude identificá-los, naquela ocasião. Retrospectivamente, lembro alguns nomes, como o de Bilac Pinto, Herbert Levy (recentemente falecido), desembargador Antônio Neder, procurador Cordeiro Guerra, João Calmon (*Diários Associados*), Armando Falcão, Amaral Neto, Cunha Bueno e muitos outros.

Quanto aos militares, coloco em primeiro lugar os Generais Mourão e Guedes por terem, impulsivamente, largado de Minas, quando os conspiradores ainda achavam prematuro o início do movimento militar.

O General Castello Branco, embora legalista convicto e revolucionário tardio, exerceu liderança decisiva para convencer companheiros ainda indecisos; posteriormente, como presidente da República, foi administrador e estadista no mais elevado grau. O General Costa e Silva era um chefe que, por suas qualidades de coragem e franqueza, exercia natural liderança. Há muitos outros chefes a citar, como o Marechal Denys (já na reserva), os Generais Cordeiro de Farias e Muricy, o então Coronel Sylvio Frota e tantos outros cujas virtudes profissionais e cívicas são bastante conhecidas. Não vou mencioná-los individualmente porque isto demandaria um tempo de que não dispomos. Acrescento, apenas, o meu comandante na época, o General Mamede, que liderou a Escola de Estado-Maior, assim como o

General Médici, que fez outro tanto na AMAN, ambos comandos delicados e que exigiram, sem dúvida, decisões difíceis.

Além dos nomes já citados, sabemos que muitos outros, em posições menos visíveis, deram exemplos de coragem, desprendimento e capacidade de decisão, tornando-se merecedores da gratidão dos pósteros.

Entre estes últimos, destaco o então Coronel Carlos de Meira Mattos que, no comando de um Batalhão de Infantaria aquartelado em Mato Grosso, organizou o difícil deslocamento da sua unidade para Brasília, por escalões, apresentando-se na Capital Federal no momento oportuno. Com essa demonstração de eficiência profissional, confirmou o alto conceito que desfrutava desde quando, ainda jovem capitão, comandou uma Companhia da sua Arma na tomada de Monte Castelo.

Mais tarde, já oficial superior, foi Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), cargo que desempenhou com tanto brilho que, até hoje, é lembrado pelos seus ex-cadetes como exemplo de chefe militar. Promovido a general, retornou à Academia para comandá-la, alargando sua contribuição à formação de numerosas turmas de oficiais do Exército.

Intelectual de reconhecido valor, é autor de numerosos livros e artigos sobre assuntos militares, Geopolítica, Estratégia e História Militar, além de conferencista em entidades culturais e de ensino, como o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é sócio benemérito, e a Universidade Mackenzie, de São Paulo, onde é professor. O General Meira Mattos é um incansável esclarecedor dos verdadeiros propósitos e serviços prestados ao País pela Revolução de 1964.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Revolução de 31 de Março foi um movimento total e exclusivamente nacional. Não houve auxílio externo de nenhuma natureza. Não obstante, do lado dos que foram por ela derrotados, vez por outra surgem acusações de que ela foi ajudada pelos Estados Unidos. O adido militar americano de então, o Tenente-General Vernon Walters, que exercera a função de Oficial-de-Ligação junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, fizera amizades com vários oficiais brasileiros, particularmente com o então Tenente-Coronel Castello Branco, amizades essas que se ampliaram quando de sua permanência no Brasil, no exercício daquele cargo. Por isto, pessoas de má-fé tentam descobrir nesses sentimentos de camaradagem, nascidos na guerra, a comprovação do apoio americano à Revolução brasileira.

O que realmente consta é que o Governo americano, mantido bem informado por sua embaixada, percebia bem o risco de comunização do Brasil. Assim,

quando eclodiu o Movimento militar, preparou-se para enviar, se fosse necessária, uma força-tarefa naval para proteger cidadãos e interesses empresariais americanos, que todavia nem sequer chegou ao nosso litoral.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O desmoronamento do "esquema militar" é prova cabal da fragilidade do Governo João Goulart, cujas ações discrepavam das tradições e anseios nacionais.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

A avaliação sobre o aspecto chefia e liderança que posso fazer em primeira mão é quanto ao que ocorreu na ECEME, onde eu era aluno. Lá esse aspecto foi exercido pelos escalões da organização, a começar pelo seu comandante, o General Mamede. Quanto às tropas que estiveram na iminência de um combate nos eixos Juiz de Fora–Rio de Janeiro e Rio de Janeiro–São Paulo, certamente outros companheiros, que participaram dessas operações, poderão dar melhor testemunho.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O emprego operacional dos cadetes parece-me plenamente justificável em face da localização da AMAN no itinerário das forças que se deslocavam para o combate. Penso ter sido melhor levantar a Academia Militar sob seu próprio comando do que deixar que as opiniões individuais flutuassem livremente, ao sabor dos boatos que circulariam inevitavelmente. Havia, ainda, o risco de que a AMAN se tornasse alvo das ações de qualquer dos lados para neutralizá-la, o que poderia gerar choques e conflitos no interior do próprio Corpo de Cadetes.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução são os que constam da idéia de manobra do General Mourão, exposta no seu livro de memórias. Em suma, tratava-se de, mediante uma ação rápida e arrojada, atingir o Centro de Poder no Rio de Janeiro, dominando o Ministério do Exército e o Palácio das Laranjeiras e, simultaneamente, atuar em força contra a Vila Militar. Era uma estratégia baseada na audácia e na rapidez.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

Acredito que a Revolução de 1964 restaurou a união e a coesão das Forças Armadas, seriamente abaladas com a defecção do III Exército, ocorrida em 1961, e com os incentivos à indisciplina e ao antagonismo entre oficiais e sargentos, durante o Governo Goulart. O fato de haver sido conduzida e consolidada por chefes institucionais, situados nos mais altos degraus da hierarquia, favoreceu a coesão e restaurou a disciplina.

Contudo, uma revolução é, por sua própria natureza, um ato de rebeldia que fere situações e interesses no seu próprio seio, ocasionando, eventualmente, dissensões. É o caso, por exemplo, da chamada linha dura e de certos grupos que se formaram em torno de determinados chefes, mas que foram episódicos e não comprometeram seriamente a coesão das Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

A Revolução de 1964 não tinha ideologia; ao contrário, ela se fez, entre outros motivos, em oposição à ideologia comunista, coerentemente com as nossas tradições. Tinha, isto sim, valores a defender, ligados à cultura cristã ocidental, entre os quais avulta o repúdio à visão materialista do mundo, inspiradora de tiranias.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Sim, a grande imprensa apoiou e até mesmo estimulou a eclosão do Movimento militar. Jornais como o *Correio da Manhã*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e outros tiveram papel relevante na queda do Governo Goulart e no desencadeamento da reação militar. Ao responder uma outra pergunta, mencionei a posição da ABI e da grande imprensa brasileira. Todavia, à medida que a Revolução prosseguia, contrariava interesses e se via obrigada a adotar medidas antipáticas, como a censura, o que determinou uma mudança radical na atitude dos órgãos de comunicação, logo fortemente infiltrados por jovens oriundos do cadinho marxista das nossas universidades.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O termo Revolução tem sido muito contestado pelos detratores do regime de 1964 e, curiosamente, por alguns autênticos revolucionários. Os marxistas somente consideram revolução os movimentos insurrecionais violentos que modifiquem, no sentido da doutrina marxista, o sistema de produção econômica e a gestão do Estado.

Ora, segundo esse critério, talvez nem mesmo a Revolução Francesa poderia ser classificada tecnicamente como revolução. Muito menos os movimentos insurrecionais da nossa história, como as revoluções de 1922, 1924, 1930 e 1932, para citar apenas algumas.

Portanto, sou de opinião de que devemos denominar de Revolução o Movimento de 1964, não só porque assim foram nomeados outros movimentos insurrecionais da nossa história, como principalmente pelos efeitos duradouros produzidos no País, alçando-o de um modesto 48º lugar para o 8º lugar (atualmente 10º) entre as maiores economias mundiais. Concordo que, de início, houve apenas uma contra-revolução, mas que evoluiu e se tornou o mais efetivo e profundo instrumento de modernização do País. Aliás, é difícil imaginar que uma simples contra-revolução possa durar vinte anos.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

A minha opinião é a de que os governos da Revolução foram governos cujos presidentes eram militares; não foram governos militares, uma vez que mantiveram as instituições funcionando e se submeteram ao jogo político, na medida do possível numa situação de exceção. Havia uma oposição organizada e atuante, que conseguiu eleger governadores de unidades importantes da Federação, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Cuidou-se de manter o arcabouço do estado liberal, inclusive para facilitar o pleno retorno à plenitude democrática, em nome da qual se fez a Revolução.

É bom lembrar, para estabelecer o contraste, como era o Estado Novo da era Vargas: congresso dissolvido, extinção dos partidos políticos, quebra da autonomia dos Estados federados e nomeação de interventores para governá-los, Tribunal de Segurança Nacional, censura e polícia política (a temida Polícia Especial). O presidente da República, tal como o *duce* na Itália fascista e o *fuhrer* na Alemanha nazista, era chamado de Chefe da Nação.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Os acertos da Revolução foram numerosos e importantes. Alguns tentam obscurecer seus gritantes êxitos econômicos, acusando-a de descaso com os problemas sociais. Esquecem que foi o regime de 1964 que incorporou à Previdência Social, hoje falida pelos descaminhos gerenciais e pela temerária generosidade dos constituintes de 1988, 20 milhões de trabalhadores rurais; promulgou

o Estatuto da Terra e criou instrumentos de ação social como o Programa de Integração Social (PIS) / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Sistema Nacional de Habitação e o Banco Nacional da Habitação. No campo da educação, essencial à promoção social, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) cujos resultados foram excelentes até ser sabotado por razões políticas; instituiu o Projeto Rondon, brilhante e patriótica idéia que aproximava futuras elites profissionais das realidades do interior do País; eliminou o problema dos excedentes que, a cada vestibular, ultrapassavam a capacidade de absorção das nossas universidades, frustrando e revoltando milhares de jovens estudantes.

No campo econômico, seus êxitos foram retumbantes, a ponto de merecer, de observador estrangeiro, o qualificativo de milagre brasileiro. O crescimento médio no período 1968/1973 foi de 11,2%ªª, com a oferta de empregos expandindo-se à taxa média anual de 4,3%, muito superior ao crescimento demográfico de 2,9%ªª. A inflação, flagelo do assalariado e cornucópia do especulador, baixou de uma projeção de 140% em 1964, para uma média de 27% no decênio 1965/1974. Há, ainda, um êxito da Revolução da maior importância freqüentemente esquecido: o de haver evitado, com sua vitória rápida e incruenta, a guerra civil, que num país da importância do Brasil, atrairia a intervenção de forças de ambos os pólos de Poder em que se dividia o mundo.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Certamente, a Revolução cometeu erros, como é próprio dos empreendimentos humanos. A meu ver, o mais grave foi não haver percebido o momento adequado para encerrar o ciclo dos presidentes militares. Penso que esse momento deveria coincidir com o fim do Governo Médici, quando havia um clima altamente favorável à Revolução e a guerra subversiva estava praticamente vencida nas áreas urbanas, restando apenas o foco guerrilheiro do Araguaia, também prestes a desaparecer por falta de apoio da população local e pela ação militar na região.

Houve, ademais, excessiva fixação no combate ao comunismo, dando à Revolução um caráter sectário que redundou numa ênfase demasiada nas operações policiais. Isto acabou por emprestar à Revolução uma carranca antipática de intolerância que gerou supostos mártires e produziu, em segmentos da sociedade, particularmente da classe média, reações adversas. Teria sido preferível enfatizar o caráter progressista do regime, em particular nos campos da educação, transportes, telecomunicações, administração pública, pleno emprego e tantos outros.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Os motivos de se obscurecer os êxitos do regime de 1964 são óbvios. Os que hoje estão no Poder são aqueles que a Revolução combateu por serem adeptos de uma doutrina totalitária e ditatorial que queriam ver implantada no País. Beneficiados pela simpatia, que naturalmente despertam os políticos atingidos por atos de força, esses opositores estão hoje no Governo, no Congresso e até no Judiciário, ostentando uma postura democrática que não condiz com as ideologias que professavam.

Cabe, ainda, ressaltar o papel dos órgãos de comunicação de massa, sempre muito trabalhados pelos doutrinadores marxistas, tanto em sua vertente jornalística como na artística. Essa gente não tem, naturalmente, nenhum interesse em fazer justiça.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por "milagre brasileiro"?

O chamado "milagre brasileiro" resultou da feliz conjugação de muitos fatores, como a boa administração governamental, o afastamento do risco de convulsão política e social que favoreceu os investimentos, a política de substituição das importações que robusteceu o processo de industrialização e muitos outros, sem esquecer o cenário internacional favorável.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Os governos revolucionários sempre tiveram um certo pudor em divulgar seus acertos, até porque desejavam manter a imagem de um regime democrático com o qual a divulgação, uma forma de propaganda, seria incompatível; a lembrança do DIP da ditadura Vargas os inibia.

Todavia, toda vez que os militares tentaram montar uma modesta estrutura de comunicação social, aproveitaram a *prata da casa*, brilhante em assuntos profissionais, mas neófita em assuntos de imprensa e propaganda. Faltou aos governos revolucionários, e ainda falta às Forças Armadas, um eficiente serviço de

divulgação, voltado o das Forças Armadas para o público externo e assessorado por profissionais ou empresas especializadas de eficiência comprovada.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticadas por extremistas?

Nunca servi em órgão de informações, salvo por um curto período, no Estado-Maior da 6ª Região Militar, em 1966. Portanto, meus comentários seriam de quem acompanhou tais atos de guerrilha e de terrorismo pelo noticiário da Imprensa e pela leitura de livros, portanto irrelevantes para uma melhor compreensão de seus mecanismos.

Contudo, o comentário que poderia fazer é que tais atos, criminosos por sua natureza e condenáveis como forma de ação política, serviram de escola perversa para os delinqüentes comuns, que hoje traumatizam a sociedade com seus atos brutais de banditismo, estimulados por uma legislação branda, por uma visão vesga dos direitos humanos e pela presunção de impunidade.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Obviamente, toda revolução sendo um ato de violência fere hábitos, procedimentos e até alguns direitos. Tais atos, embora próprios das insurreições, devem ser praticados com inteligência, moderação e na estrita medida das necessidades e, por isto mesmo, constituem um problema de difícil solução.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Discordo. A luta armada é um meio preconizado pela doutrina marxista-leninista para a conquista do Poder. Qualquer que fosse a atitude dos governos revolucionários, haveria sempre a organização de grupos voltados para a ação violenta. Aliás, tais grupos já existiam mesmo antes do 31 de março, como as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze".

Em entrevista concedida a *O Globo*, Daniel Aarão Reis, ex-militante do MR-8 e atualmente professor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, diz o seguinte: "Não compartilho a lenda de que no fim de 1960 e no início de 1970 nós (inclusive eu) fomos o braço armado de uma resistência democrática. Acho isso um mito surgido durante a campanha da anistia. Ao longo do processo de

radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentem como instrumento da resistência democrática". Depoimento absolutamente insuspeito que dispensa comentários adicionais.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Há hoje quem considere exagerada a edição do AI-5, achando que as medidas contidas na Constituição teriam sido suficientes para garantir a segurança do regime. Porém, a recusa do Congresso em conceder a licença para o Governo processar o Deputado Márcio Moreira Alves foi um desafio que a Revolução não pôde aceitar, diante da escalada da subversão.

Somente entre 1967 e 1968, foram praticados 16 atos terroristas, entre os quais, no ano de 1968, destacamos: explosão a dinamite no QG/PMSP, em 10 de abril; lançamento de bomba contra o antigo QG/II Ex, na Rua Conselheiro Crispiniano, em 15 de abril; atentado a dinamite contra o QG/II Ex, no Ibirapuera, resultando na morte do Soldado Mário Kozel Filho e ferimentos graves em vários integrantes da guarda do quartel (26 de junho); assassinato, por engano, do Major do Exército alemão Edward Westernhagen, aluno da ECEME, confundido com o Capitão Gary Prado, comandante da tropa boliviana que prendeu Guevara, e que cursava a mesma Escola (01 de julho); morte a tiros do soldado da Polícia Militar de São Paulo (PMSP) Carlos Jenecy, quando de sentinela no seu quartel (20 de agosto); assassinato do Soldado da PMSP Eduardo Custódio de Souza, atingido por tiros quando de sentinela no DEOPS (07 de setembro).

Para assinalar a data da morte de Guevara na Bolívia, foi fuzilado pela VPR, na porta da sua casa e na presença da mulher e de um filho ainda criança, o Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Chandler (12 de outubro de 1968). Releva citar o roubo de armas e munições do quartel do 4º RI praticado num gesto de traição imperdoável pelo Capitão Lamarca, que lá servia, realizado já na vigência do AI-5 (24 de janeiro de 1969), mas planejado desde outubro do ano anterior.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Os órgãos de informações e de operações foram essenciais no combate à subversão. Sem eles, dificilmente seria obtida a vitória que impediu o estabelecimento de um estado crônico de guerra interna, tal como o verificado, por exemplo, na Colômbia.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Quem chama o período revolucionário de "anos de chumbo" ou de "ditadura militar" o faz por comprometimento ideológico ou por desconhecimento dos fatos. Na verdade, foram anos de prosperidade, pleno emprego e de segurança que inspiravam otimismo e confiança no futuro.

Ronaldo Costa Couto, crítico severo da Revolução, publicou recentemente um livro (História Indiscreta da Ditadura e da Abertura), no qual afirma: "Verdade é que nesse período de crescimento acelerado, a sensação dominante em todas as classes sociais era de ganho". Logo em seguida reproduz depoimento de Lula no qual este afirma "que o Presidente Médici ganharia qualquer eleição porque sua popularidade era muito grande no meio da classe trabalhadora". Ora, por quê? "Porque era uma época de pleno emprego".

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não. Ao contrário, foram até mal-atendidas em muitas das suas necessidades, tanto em material como em pessoal.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Na minha avaliação pessoal, os vinte anos do regime de 1964 mudaram o Brasil, modernizando-o e desenvolvendo-o de forma verdadeiramente revolucionária. Hoje, o País é muito mais complexo e maduro, e suas instituições democráticas, preservadas pela Revolução, são sólidas e têm se mostrado capazes de solucionar problemas políticos sem necessidade de recursos extraconstitucionais.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Porque, desde 1974, vinha crescendo a consciência de que a Revolução esgotava-se na medida em que ia atingindo seus fins. As eleições daquele ano mostraram que o regime perdia eleitores até mesmo na classe média, um dos seus mais importantes apoios. Restava culminar o objetivo maior, que era a plena restauração das práticas democráticas, o que tardou demasiadamente.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

A abertura veio, portanto, como uma necessidade, lenta e algumas vezes de forma contraditória no Governo Geisel e um tanto desorganizada no Governo Figueiredo.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Na minha opinião, não havia a mais remota condição para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo Figueiredo. Seria mesmo a negação dos ideais da maioria dos que se engajaram no Movimento militar, adequadamente por muitos denominada Revolução Democrática e por outros, ironicamente, de Redentora.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sim. O último governo do ciclo de generais presidentes foi desgastante para a imagem da Revolução. O General Figueiredo, não obstante sua incontestável inteligência e suas virtudes de caráter, era um homem impetuoso e de escassas inclinações políticas. Sua personalidade desabrida e sua incontinência verbal talvez fossem admissíveis em um jovem e ardoroso capitão de Cavalaria, mas eram totalmente inadequadas a um chefe de Estado. Seu Governo foi pontuado por licenças para tratamentos de saúde e seus resultados econômicos foram fracos. Politicamente foi desastroso: omitiu-se no episódio do Riocentro, conduziu mal sua sucessão, esvaziou o seu Partido dizendo que a Arena era contra a eleição direta enquanto ele era a favor, rompeu com o vice-presidente e alardeou sempre desejo de livrar-se da alta investidura que exercia, quando dela deveria orgulhar-se. Não obstante, o General Figueiredo era um homem de caráter, corajoso física e moralmente, leal a seus amigos, sensível e emotivo, qualidades estas – as duas últimas – que procurava esconder sob uma aparência de "durão".

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Sim. Houve um mal disfarçado "revanchismo" até mesmo na elaboração do texto constitucional. Hoje, temos uma Constituição prolixa, recheada de direitos, excessivamente minuciosa, mais parecida com um programa de governo socialista do que com uma Carta de princípios, flexível, e apta a absorver as mudanças que a dinâmica do mundo contemporâneo exige.

Na mídia, verdadeiras campanhas de descrédito da Revolução e das Forças Armadas foram veiculadas e há gente empenhada para que elas prossigam. O objetivo fundamental dessas campanhas seria tanto obter vantagens pecuniárias e políticas para determinados grupos quanto neutralizar as Forças Armadas como ator político, incompatibilizando-as com a opinião pública. Lênin dizia que todo esfor-

ço deve ser feito no sentido de se insinuar no mecanismo militar para isolá-lo e privá-lo, pouco a pouco, de sua razão de existir para, finalmente, destruí-lo ou abatê-lo segundo o que Trotsky descrevia como "um soco no estômago".

A Lei da Anistia era necessária para a pacificação nacional, sendo mesmo uma tradição na política brasileira. O problema está na sua aplicação defeituosa, pois protege desigualmente os revolucionários e os que os combateram, sobretudo os terroristas e guerrilheiros. Haja vista a comissão especial, nomeada pelo governo, e que concedeu indenizações polpudas a familiares de notórios terroristas e guerrilheiros que praticaram crimes, hoje considerados hediondos.

O fato de haver pertencido a uma organização esquerdista de luta armada enriquece atualmente a biografia e o bolso de muitos, todos reintegrados a suas funções anteriores, promovidos em suas carreiras e generosamente indenizados, quando não alçados às culminâncias de cargos ministeriais, presidências de empresas estatais e outros de relevo no arcabouço do Estado.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Caiu o Muro de Berlim e a União Soviética afogou-se nas suas próprias truculências e iniqüidades, enquanto a China aderiu à economia capitalista, mas surpreendentemente, o pensamento marxista, pedra angular de socialismos de diferentes matizes, continua a prosperar em vários países, inclusive no Brasil. O Fórum Social Mundial, que, pela segunda vez consecutiva, realizou-se em Porto Alegre, cidade e estado governados pelo PT, é uma prova do que afirmo. No Brasil, o Partido Comunista e suas linhas auxiliares estão atuantes, governam vários estados e municípios importantes e têm candidatos com reais probabilidades de ganhar eleições em todos os níveis, inclusive para presidente da República.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Acho que, malgrado tudo, o povo não se deixa facilmente embair por uma propaganda enganosa. As populações do interior, que convivem mais intimamente com as Organizações Militares (OM) espalhadas pelo território, assim como as camadas mais esclarecidas das grandes cidades, sabem distinguir o falso do verdadeiro. Julgam, com mais isenção, os atos dos que se levantaram contra um governo que pretendeu implantar aqui um regime inspirado na tirania totalitária marxista e

valorizam o trabalho solidário do Exército no atendimento das necessidades das populações carentes e na garantia da segurança nacional.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Acho que a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi um fim em si mesmo; foi uma maneira de se chegar a instaurar no País, em termos mais duradouros, mais consistentes, uma democracia do tipo ocidental, liberal, capitalista, sem exageros e com um certo grau de controle do Estado sobre as atividades econômicas, porém sem estatizar a economia.

A Revolução alcançou, no meu entender, tudo isso, chegando a surpreender pelo êxito extraordinário.

Apesar da desordem do passado, ela produziu os seus frutos, que estão aí. Tenho certeza de que o País, no final do período revolucionário, mostrava-se muito mais capaz de gerir a si mesmo e de manter suas instituições mais sólidas do que na fase anterior a 1964, graças à Revolução que hoje é tão combatida.

A mensagem que deixo é minha certeza de que as gerações futuras saberão julgar com mais isenção a Revolução e saberão atingir, também, aqueles outros objetivos que, por acaso, o País não tenha atingido ainda.

Coronel Carlos Alberto Guedes

- Natural da Cidade de São João Del Rey, MG.
- Pertence à Turma de janeiro de 1956 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Infantaria.
- Foi Instrutor e Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/BH).
- Possui os cursos de Guerra Química e Bacteriológica, da EsIE (Escola de Instrução Especializada) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- É bacharel em Administração de Empresas.
- Em 1964, era Capitão, servindo no CPOR/BH, tendo sido colocado à disposição da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), como Adjunto da 2ª Seção – Informações.

Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2001.

É uma satisfação muito grande estar aqui para prestar estas declarações, objetivando esclarecer, no que for possível, alguns dados referentes ao Movimento de 31 de Março de 1964, do qual participei ativamente, inclusive por ser filho do General Carlos Luís Guedes, que deflagrou o Movimento em Minas Gerais.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Na realidade, poderíamos dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma conseqüência de fatos que vinham ocorrendo desde 1961, quando se deu a renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, e que conturbou muito a vida política no Brasil. De uma certa maneira, também houve uma desestruturação naquilo que nós diríamos que é essencial em um presidente, em quem se depositara tanta fé e tanta esperança, e que, com a atitude tomada em agosto de 1961, acabou por entregar a Presidência da República ao Vice-Presidente João Goulart, que, já naquela época, não merecia confiança e nem se esperava que viesse ocupar a Presidência. Posso afirmar – e meu pai já dizia isso – que tudo o que aconteceu após 1961 e que culminou em 1964 foi mais ou menos previsto quando da posse, até negociada, de João Goulart – que se encontrava no exterior, em viagem à China. Para voltar como presidente, e até que se implantasse o regime parlamentarista, muitos acordos, muita "água rolou por debaixo da ponte", como se costuma dizer na gíria.

A partir daí, na minha opinião e de muita gente da época, ele começou a trabalhar, de forma obcecada, contra o regime parlamentarista, para assumir as funções que, de direito, seriam suas, mas que, como os fatos vieram a comprovar depois, conduziram o País a uma situação caótica em 1964, exigindo a intervenção das Forças Armadas, para que não se descambasse para uma mudança até de regime.

Chegamos à beira da comunização do País, embora, hoje, alguns digam que não, mas quem viveu na época sentia isso na pele perfeitamente. Ou se fazia o movimento de redemocratização, por ter o País descambado para uma anarquia insuportável, ou nos veríamos entregues a um regime comunista, do qual, dizia o meu pai, tão cedo não se teria um retorno.

Os exemplos estão aí bem claros, e não vou afirmar que o Presidente João Goulart fosse comunista, não, apenas, como é comum nessas ocorrências, ele estava sendo usado como um joguete na mão daqueles que queriam assumir o Poder, em um regime de esquerda, e, como diziam na época, na "lei ou na marra". Eles ainda estavam tentando dentro da lei, mas o Presidente já estava perdendo o controle.

Daí, podermos dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 começou, praticamente, em 1961, com a mudança de governo causada pela renúncia do ex-

Presidente Jânio Quadros, até hoje não explicada, ficando sem uma definição clara do que ele esperava com aquele ato.

Quais foram as causas imediatas, que, na verdade, provocaram o Movimento pioneiro de Minas Gerais em 31 de março de 1964?

No Exército, bem como nas outras Forças Armadas, os fatores determinantes – que constituem a base de sua existência – são a hierarquia e a disciplina, independentemente de outros valores, como a lealdade etc. As forças de esquerda vinham tentando solapar essa disciplina e essa hierarquia; movimentos começaram a ser feitos na base da pirâmide, como dizemos, com cabos e soldados, depois com sargentos, surgindo uma preocupação muito grande com esse desequilíbrio que começava a criar, vamos dizer assim, uma cisão, uma divisão dentro de cada Força Armada, que era o que as forças de esquerda realmente queriam.

Enquanto estivesse o Exército unido, eles sabiam que seria muito difícil impor o regime comunista no País, e, para poder atingir os objetivos, eles tentaram desequilibrar o Exército e as Forças Armadas – de um modo geral a mais atingida foi a Marinha – e, com essa desestabilidade, eles assumiriam o Poder, em cima do caos que se instalaria. Essa foi a maior das causas, a crescente tentativa de desmoralização dos chefes e a subversão da ordem e da hierarquia nas Forças Armadas.

Houve fatos, inclusive no Rio de Janeiro e em Brasília, anteriormente, em 1963, que marcaram bem as tentativas do Governo de realizar uma subversão de cúpula, uma tomada do Poder, contando com o apoio dos sindicatos na base, mas forçada pelo próprio Presidente da República. Em que fatos nós vimos, naquela época, bem caracterizada essa ação do Governo, do Presidente, no sentido de ir buscar as tais reformas de base na "lei ou na marra"?

Minas sofreu muito nesse período, porque o Governador Magalhães Pinto era banqueiro, e não era visto com bons olhos pelo pessoal de esquerda, exatamente pela sua formação, ligada às forças econômicas e a interesses pessoais.

No nosso Estado, existiam órgãos de imprensa que procuravam, inclusive, denegrir a imagem dos chefes, tentando desmoralizá-los. Eu mesmo participei de um incidente ocorrido em 1961, com o então Comandante da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), que era o General Punaro Bley. Aqui, abro apenas um parênteses, para dizer que, antes do General Punaro Bley quem comandava a ID/4 era o meu pai, o General Carlos Luís Guedes, que, por motivos operacionais, fora transferido, assumindo a guarnição o General Punaro Bley.

Este oficial-general, quando tenente, fora interventor no Espírito Santo, onde há um estádio com seu nome, e, com esse passado político da década de 1930, a

imprensa, especificamente um jornal chamado *Binômio*, começou a escrever artigos tentando desmoralizá-lo e culminou com um, em dezembro de 1961, quando, além de chamá-lo de "gorila", era o de menos, chamou-o de desonesto em artigo violentíssimo, que atentava contra a sua honra pessoal; sentindo-se ofendido moralmente, foi tomar satisfações com o então redator do jornal.

O *Binômio* começou, em Minas, fazendo oposição ao Governo Juscelino Kubitschek em 1955; algumas gozações, algumas brincadeiras e, com o tempo, ele foi descambando, inclusive veio a se constituir em um dos jornais daqueles que nós chamamos de imprensa marrom.

Ele passou a viver de ataques a pessoas honradas, a firmas que não forneciam propaganda para a manutenção do jornal, assacar contra a honra de empresários, contra filhas de empresários e lançavam aquilo no tablóide, ao mesmo tempo em que, quando havia um desmentido, era muito pequeno e muito discreto, mas o mal já estava feito.

Essa reportagem do jornal *Binômio* sobre o General Bley fez com que ele, pessoalmente numa manhã, vésperas de vir para o Rio – ele ia entrar de férias – fosse tomar satisfações com esse jornalista que assacara contra a sua honra pessoal, independente do ataque ao comandante da guarnição. Ele foi sozinho, com um capitão que estava de serviço na ID/4, que ficou esperando embaixo, na Rua Curitiba, onde se localizava o escritório do *Binômio*, que não era impresso lá, e sim nas oficinas do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Ele subiu e, ao ser recebido por esse jornalista, Rabelo e outros mais, fizeram uma armação e ele acabou – quando viram que estava sozinho – sendo agredido por esse jornalista, que o fez até descer sangrando no elevador do prédio em que se localizava o jornal *Binômio*.

O capitão ajudante-de-ordens dele, que passava pelo local, vendo o capitão que estava de serviço lá, aguardando no carro, procurou saber onde estava o general e foi atrás dele, mas quando chegou no prédio, o general já estava deixando o elevador, sangrando, com o uniforme com manchas de sangue que saíam do seu nariz, fruto da agressão que sofrera.

Isso causou uma revolta muito grande na guarnição federal de Belo Horizonte, inclusive porque, pela idade do general, estava já com 63 anos, e o seu aspecto físico, franzino, contrapôs-se esse jornalista, no vigor dos seus quarenta e poucos anos, que não titubeou em agredi-lo.

Na ocasião, eu era 1º tenente, servia no 12º RI, onde exercia a função de Secretário, tendo como comandante o Coronel Itiberê Gouveia do Amaral.

No nosso quartel, houve uma reunião, era pouco antes do almoço, em que os oficiais do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), que era a Unida-

de vizinha ao 12º RI, foram se encontrar conosco e, inclusive, o pessoal da Base Aérea; o Coronel Luna, que comandava a Base, também revoltado com a repercussão do fato e a afronta ao general, mandou um ônibus para o 12º RI com alguns oficiais – naquele tempo nós chamávamos aquele tipo de ônibus de papa-fila.

O Coronel Itiberê foi chamado ao gabinete do General Punaro Bley, que proibiu qualquer ação contra o jornalista que provocara o incidente com ele, porque era um problema pessoal, e que ele iria, depois das férias, resolver da melhor maneira possível, mas não queria que se fizesse nada.

Quando o Coronel Itiberê voltou ao 12º RI, já encontrou a tropa praticamente preparada para sair, à sua revelia, é verdade, indignada com aquele acontecimento. Digo por mim, que era 1º tenente – andava-se fardado nessa época – era até universitário em Belo Horizonte, além do meu curso na Academia Militar, fazia, na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, Administração de Empresas, e freqüentava aquele meio universitário normalmente, como aluno.

Imaginava-me saindo do quartel, muitas vezes fardado, indo para a aula, sem tempo de trocar de roupa – o curso era noturno – ser recebido por outros elementos com chacota ou com agressão. Não se agride um general – era o que passava pela minha cabeça de 1º tenente, que estava, ali, estudando, cumprindo uma outra atividade, vamos dizer assim, extracarreira, sem prejuízo da mesma.

Então, houve uma revolta muito grande no meio da tropa, e o Coronel Itiberê, quando chegou ao quartel e viu o espírito, ele disse apenas o seguinte: "Não, se a tropa vai, não quero soldado metido nisso...". Apenas os oficiais e sargentos é que tinham se movimentado, não foi nenhum recruta.

Inclusive, porque já estávamos num período de desincorporação, o efetivo era pequeno, o que não vem ao caso, mas não se queria envolvimento de soldado. Ele falou assim: "Não, eu também sou contra, vou descumprir a ordem que recebi do General Punaro Bley, mas vocês vão me dar licença, que vou ao Quartel-General da ID/4 dizer a ele que o pessoal vai sair para uma ação efetiva, e eu, por ser o mais antigo, é quem vai comandar".

Ele não abriu mão de comandar e organizar o efetivo, para que não fosse uma tropa desorganizada, fosse uma tropa com um comando. Veio, também, o Comandante do CPOR, Coronel Roberto Gonçalves, e o Coronel Luna, que comandava a Base Aérea.

Depois disso, nos deslocamos e chegamos ao local em que se situava a sede do *Binômio* – até então muita gente, nem eu sabia, que o jornal não era impresso em Belo Horizonte – e, para surpresa nossa, havia apenas lá um retrato muito grande do Che Guevara, atrás da mesa do Diretor do *Binômio*, que já não estava lá.

Obviamente, ele já tinha saído, tinha procurado se esconder; depois, fugiu até vestido de padre, essa é que é a realidade, para se exilar durante algum tempo, enquanto os ânimos se acalmavam. A única coisa que se fez foi o que se chama de "empastelamento", do que havia pela frente.

Era máquina de escrever, eram cadeiras, esse retrato, que foi quebrado, e o dono do jornal que, na ocasião, era o Deputado Euro Arantes, apareceu para emprestar solidariedade e acabou sendo um dos elementos que foram conduzidos à Base Aérea –inicialmente, todo mundo apanhado lá foi encaminhado à Base Aérea – para que se pudesse ouvir o que tinham a dizer.

Logo depois, por interferência do Governador Magalhães Pinto, todos foram liberados e esse fato gerou um inquérito policial militar, ao qual respondi, assumindo a responsabilidade pela minha participação. Esse acontecimento, por uma coincidência muito grande, provocou o retorno de meu pai ao Comando da ID/4, em Belo Horizonte.

Ele havia permanecido no comando desde 1961, tinha passado, no princípio do ano, ao General Punaro Bley, e acabou voltando. Ele, quando desse fato, estava em Juiz de Fora, de férias, para o casamento, em dezembro, de meu irmão que servia naquela guarnição.

Naquele momento, o General Carvalho Chaves, que era o Comandante da 4ª Região Militar, disse ao Comandante do I Exército (atual Comando Militar do Leste) que a solução mais prática seria nomear novamente o General Guedes Comandante da ID/4, primeiro porque ele já conhecia a área, segundo porque era muito bem relacionado, fruto de outras passagens por Belo Horizonte, onde ele fora aspirante, tenente, capitão, major e Comandante do 12º RI, se bem que, nessa ocasião, a Unidade estivesse localizada em Juiz de Fora – exatamente por causa da Revolução de 1930 que gerou a troca da sede; também em Belo Horizonte, formou-se em engenharia – ele era engenheiro civil – cidade onde possuía muitas ligações, sendo, para aquela emergência, a melhor solução, o que foi feito pelo Comandante do I Exército.

Muita gente até criticou o fato de não haver uma espécie assim, talvez, de solidariedade ao General Punaro Bley, mas ele achava que se não fosse ele seria outro, e ele tinha condições de assumir o comando de imediato, inclusive para "tocar em frente" – por isso é que eu falei em 1961, na renúncia de Jânio – quando iniciamos alguns dos projetos que visavam exatamente a união de Minas, contra o que seria uma possível comunização do País.

O próprio Governador Magalhães Pinto, que o conhecia do comando anterior, perguntou se não tinha sido precipitada aquela assunção rápida, e ele falou que

não, que outro viria, se não fosse ele, seria outro, e que ele achava que tinha condições de dar uma real colaboração não só ao Exército, como à Pátria, voltando a Belo Horizonte, que conhecia profundamente.

Tanto que, em janeiro de 1962, ele foi convocado pelo Governador Magalhães Pinto para uma reunião em palácio e, já nessa ocasião, foi feito o que chamamos lá de dobradinha verde-amarela, o entrosamento da Polícia Militar com o Exército, para que trabalhássemos juntos, contra uma futura e possível comunização, que era o caminho que estava sendo preparado para o País, naquela ocasião.

Com relação, ainda, ao jornal *Binômio*, o fato ali ocorrido trouxe até uma satisfação muito grande à população civil de Belo Horizonte, porque era uma imprensa marrom declarada e os que o patrocinavam, seja por pressão, seja por qualquer outro motivo, dando dinheiro para o *Binômio*, ficaram livres dessa obrigação.

Teoricamente, a linha do *Binômio*, era de apoio ao Governo João Goulart que, na realidade, vinha sendo manipulado, para, num futuro próximo, não se sabe bem quando, implantar o comunismo no País, sem que o próprio Jango talvez se desse conta disso. Essa é a realidade, ele era Presidente, estava numa função para a qual não tinha sido eleito, mas havia assumido dentro de uma norma estabelecida, e ele, então, não se dava conta disso, talvez pelas suas origens, pelos bens que possuía e pela beligerância do cunhado dele, Leonel Brizola.

Quem não se lembra daquele ditado da época: "Cunhado não é parente, Brizola para presidente". Enfim, havia um movimento – a formação dos chamados "grupos dos onze", aquela subversão que começou a vigorar no País, com palestras e uma série de fatos, que buscaram fazer de Brizola o sucessor do Presidente João Goulart, mudando a Constituição, se fosse até preciso, porque como cunhado, não poderia suceder ao Presidente Goulart, o que se tornava um óbice aos planos comunistas de, com ele, assumirem efetivamente o Poder.

Hoje, a imprensa, de forma proposital, esquece muitas coisas ou toca apenas naquilo que lhe interessa, mas é preciso dizer que o Movimento de 31 de Março de 1964 teve um apoio muito grande da população civil, e, destaco, que não era só em Minas Gerais. Tradicionalmente, o mineiro é conservador, mas em outros lugares, o Movimento que teve início em Minas, vamos dizer assim, começou a ser articulado também, com substancial apoio civil, ou diretamente por civis, através das manifestações que foram sendo feitas a partir de Belo Horizonte. Quem não se lembra das famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em numerosas cidades de vários Estados do Brasil!

Esses fatos foram fazendo com que o Movimento viesse num crescendo, e vou citar um outro episódio, já dentro dessa fase pré-revolucionária, nos pródromos

da Revolução, que foi uma reunião realizada em um edifício bem central, em Belo Horizonte, o Edifício Acaiaca, onde importantes lideranças civis – empresários, produtores, fazendeiros – repudiaram as manobras para implantação do caos no País, cobrando do Exército providências para que se pusesse um fim, um paradeiro, àqueles distúrbios que estavam acontecendo, com invasões de terra, reforma agrária na "lei ou na marra" e uma série de atos de violência, que os elementos de esquerda produziam dentro do Estado de Minas.

Meu pai, na "Reunião do Acaiaca", que é título de um dos capítulos de seu livro – "Tinha que Ser Minas" mostrou que o Exército não poderia tomar a iniciativa de ir para as ruas como se fosse uma quartelada, não poderia fazer isso, mesmo porque as tropas de Minas são uma fração pequena do I Exército, cuja maioria de meios está no Rio de Janeiro. Mas o Exército como um todo sempre, através da História, se manifestou favorável aos anseios populares.

Assim, o Exército só atuaria, como sempre aconteceu, a partir do momento em que a população civil manifestasse a vontade de um movimento militar para evitar um mal maior. Era preciso, portanto, que o povo se posicionasse e, para isso, ele lançou um *slogan* na ocasião: "Tomem a rua do Jango", porque, até então, todos os movimentos que se faziam eram de apoio ao Governo João Goulart, aos movimentos dos sem-terra de então, da reforma agrária "na lei ou na marra", das invasões, das greves que os bancários, por exemplo, faziam pleiteando 50, 60% de aumento e o governo insuflava: "Pede 100%."

Nas greves, os sindicalistas incendiavam as bases, com conivência do Governo, para haver uma solução de força, mas a força seria comandada pelos simpatizantes e pelos grupos de esquerda.

A partir desse "Tomem a rua do Jango", é que começaram, em Minas, várias iniciativas, na medida em que a esquerda crescia, na medida em que o Governo apoiava esses movimentos, na medida em que emissários eram enviados para palestras, para reuniões, tipo João Pinheiro Neto, que foi fazer subversão em Governador Valadares, no interior de Minas, contra fazendeiros, propondo a tomada de terra dos "ricos" e tudo mais. O próprio cunhado do Jango, Brizola, veio fazer conferências em Belo Horizonte, programando atos de subversão, e contra isso o povo de Minas se insurgiu.

Posso dizer tranqüilamente que eu vi o ex-Governador daqui do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, sair corrido de Minas, numa conferência que ele quis fazer na então Secretaria de Saúde; e não foi corrido por "força de armas" não, foi corrido pela vontade popular, inclusive por um grupo de mulheres que não deixaram que ele falasse.

Abro um parênteses, para lembrar que o Presidente, na época, já sabedor do movimento de rebelião que se iniciava em Minas, contra as atitudes e fatos produ-

zidos pelo Governo dele, tinha pedido ao meu pai que fizesse a segurança do Leonel Brizola, quando da permanência em Belo Horizonte.

E a senhora dele, hoje falecida, Neuza Brizola, foi se hospedar na casa do José Aparecido de Oliveira que, por coincidência, era em frente ao Quartel-General da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4), na Rua Santa Catarina.

Lá morava também a mãe do José Aparecido, que era solteiro na época, e que acolheu a Dona Neuza, que ficou, da varanda da casa, fazendo atos obscenos em direção à ID/4 – que tinha um jardim na frente, onde o meu pai gostava de cultivar umas rosas. Parece-me que ela exagerava um pouco no consumo de bebidas alcoólicas, essa é que é a verdade.

Enquanto isso, o marido estava se movimentando, se arregimentando para fazer a tal conferência, da qual ele saiu corrido e prometendo voltar em 19 de abril, para fazer um grande comício na Central do Brasil, em Belo Horizonte, "para acabar de vez ou para quebrar de vez – como ele disse, na ocasião – a coluna de Minas".

Quebrar aquela reação, que estava cada vez maior, e que vinha se espalhando pelo Brasil, porque essas marchas, que começaram em Minas, se expandiram por São Paulo e por outros Estados da Federação, como disse a pouco; a insatisfação com o Governo João Goulart era geral, havia no Nordeste, havia no Sul, havia no Rio. A população mostrou às Forças Armadas que a situação estava insuportável. Não havia mais dúvida sobre o que a grande maioria do nosso povo desejava e a Imprensa, na época, divulgava muito bem essa verdade que, hoje, essa mesma Imprensa procura esconder a todo custo!

Meu pai, muito tempo depois, contou um episódio do então General Ademar de Queiroz, Ministro da Guerra, já na época do Castello Branco, o qual dizia que, no QG, neste QG que hoje pertence ao Comando Militar do Leste, nos corredores, nos banheiros, já se conspirava contra aquilo que estava acontecendo no País. E havia tentativas concretas de se fazer alguma coisa.

Minas apenas saiu na vanguarda, porque meu pai dizia o seguinte: "Ou nós começamos ou eles começam; se nós começarmos nós conseguiremos a redemocratização e não deixaremos o País ir para o comunismo porque, se o comunismo vier, aí vai demorar uma eternidade para se voltar a democracia e vai correr muito sangue". Essa era uma das mensagens dele.

Aquela reunião no Acaiaca colocou o civil na rua, e os movimentos, então, começaram a ser mais claros, até o próprio rompimento do Governador Magalhães Pinto com o Presidente João Goulart.

Faço um parênteses quando falo no Governador Magalhães Pinto, porque ele era governador de um grande Estado, e precisava do apoio do Presidente. Mesmo

assim, em 1962, ele uniu a Polícia Militar (PM) e colocou sob o comando do Exército. Aí, aparece o Coronel José Geraldo, Comandante da PM, um dos grandes chefes revolucionários, e que pensava da mesma forma do meu pai; lembro que a PM tinha 18 mil homens na ocasião e que as tropas de Minas não passavam de três mil.

Então, a união com a PM era muito importante para nós, e isso é que fez com que Minas partisse, finalmente, unida. Foi, a partir desse episódio, que o Magalhães foi num crescendo, num crescendo mesmo. No início, ele dizia que não podia mostrar a sua face revolucionária, porque o Governo de Minas é que seria prejudicado, verbas não viriam, o Governo seria afetado, enfim, a dependência do Estado de Minas ao Governo Federal era um fato inegável.

Mas, em 30 de março de 1964, ele fez um manifesto, no qual ele rompia publicamente com o Governo Federal, expondo as mazelas que vinham sendo praticadas a olho nu, como se dizia: todo mundo via, mas ninguém falava.

Daí, a aceleração das providências visando à partida do Movimento de 31 de Março de 1964, antes que fossem destruídas todas as bases daquilo que estava sendo organizado, volto a dizer praticamente, desde 1962, inclusive, porque a idéia inicial do movimento não era apenas derrubar o Presidente – nem se sabia se iríamos conseguir uma coisa dessas – mas criar, dentro do Brasil, um Estado que permitisse a quem não fosse comunista vir ao seu encontro.

Era um movimento, inicialmente, até defensivo; depois, é que se partiu para uma operação ofensiva, porque, na medida em que a tropa marchava, as adesões vinham naturalmente, uma vez que o Governo já estava, não vou dizer “podre”, mas muito perto disso, pelas demonstrações que vinham acontecendo.

Gostaria que fizesse a ligação desses dias anteriores à Revolução e a sua participação, ao lado do seu pai, na eclosão da Revolução, a partir de Minas Gerais, uma vez que ambos serviam em Belo Horizonte.

Estávamos no mês de março, e o CPOR, onde eu servia, funcionava também aos domingos, dia em que ministrávamos as aulas para os alunos; então, alguns oficiais foram selecionados para integrar o Estado-Maior da ID/4, porque ele praticamente inexistia – era um coronel assistente, o ajudante-de-ordens, um oficial de operações e outro de administração. E fez-se um esboço de um Estado-Maior, com as Seções correspondentes, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções, e eu fui integrado à 2ª Seção do Estado-Maior da ID/4, dentro da organização que o Exército padroniza.

Daí em diante, começamos a tomar conhecimento de muitos fatos, com riqueza de detalhes, que não se podia divulgar, quando do exercício das funções normais dentro do CPOR. Por exemplo, em contato com companheiros do 12º RI, que era vizinho ao CPOR, eles nos questionavam: “Os generais não vão fazer nada?

O seu pai não vai fazer nada? O que está acontecendo com os nossos chefes?" E não podíamos "abrir o jogo": "Não, vocês fiquem tranqüilos, está sendo feito um estudo profundo da situação, estão sendo tomadas providências que, oportunamente, serão do conhecimento de todos".

E, na realidade, o movimento foi se consolidando, através de contatos que eram feitos: com o IV Exército, comandado pelo General Justino, que se dizia isolado, que não podia fazer nada, mas que era simpatizante; no III Exército, tínhamos problemas, porque, afinal de contas, era área do Presidente da República, mas se sabia que grande parte da oficialidade não compactuava com aquela situação, além do que, havia no Paraná uma espécie de um obstáculo natural a qualquer tentativa dos adversários que viesse do Sul, porque o Governador do Paraná, o Nei Braga, era oficial do Exército, era conhecido de meu pai, e mantinha alguns contatos com ele, a esse respeito.

Em São Paulo, foram feitas algumas tentativas também, sem que se pudesse "abrir o jogo", apenas se contava com o apoio do Governador Adhemar de Barros, porém sabíamos que havia possibilidade de obter o apoio do II Exército, já que o General Kruel, embora fosse amigo pessoal do Presidente João Goulart, não era conivente com as atitudes que ele vinha tomando – isso, mais adiante, vou explicitar um pouco mais.

Quanto ao I Exército – éramos uma fração do I Exército, e aqui também ficava o Ministério da Guerra, e o General Jair Dantas Ribeiro, que era o Ministro, se encontrava hospitalizado e o General Moraes Âncora, que era o seu Comandante, estava impossibilitado, no momento, de assumir plenamente o comando, porque também enfrentava problemas de saúde.

Enfim, as condições nos eram favoráveis, sem falar que, todos os anos, o CPOR de Belo Horizonte vinha com o Corpo de Alunos fazer um estágio aqui no Rio de Janeiro: os oficiais de Artilharia levavam os alunos de Artilharia para o Regimento Escola de Artilharia, os de Infantaria ficavam alojados no REsI (Regimento Escola de Infantaria), os de Engenharia no Batalhão Escola de Engenharia. Enfim, os alunos eram distribuídos pelas Unidades que nós considerávamos as mais bem equipadas e adestradas, onde se via o armamento do Acordo (Acordo Militar Brasil-Estados Unidos).

Nesse ano de 1964, por questões até táticas, o CPOR foi desmembrado, um pelotão de Infantaria, por exemplo, ficou no 1º RI, um outro pelotão no 2º RI, um terceiro pelotão – eram três pelotões, três turmas – ficou no REsI, a Artilharia também se desmembrou e assim por diante.

Da conversa entre os oficiais, sentiu-se, principalmente no horário de rancho, que a tropa no Rio estava cumprindo a sua missão constitucional normalmen-

te, mas que a oficialidade, posso dizer 95%, era totalmente contra os desmandos que o Governo vinha cometendo, favorecendo a subversão, apoiando greves, incitando insubordinações. Enfim, a oficialidade e grande parte dos sargentos, nessas manifestações de hora de almoço, acabavam transmitindo isso aos nossos companheiros, o que foi levado para Belo Horizonte.

Então, o meu pai sabia que, se começasse o Movimento em Minas, a tropa que viria contra nós, do Rio de Janeiro, não teria coesão, não teria – como é que eu vou dizer – comando, na sua acepção mais plena, do comandante integrado com os comandados, mas nós, ao contrário, teríamos uma tropa coesa, embora fraca em meios, se comparada com as do I Exército, aquarteladas no então Estado da Guanabara.

Mas teríamos a iniciativa do ataque, que é sempre fundamental, e isso, quem é de Infantaria sempre tem como lema, e quem é de Artilharia, sem o apoio da qual tudo fica difícil, também. Então, sabíamos, exatamente, o que nos esperaria se partíssemos, iniciássemos o Movimento lá.

Desta forma, foi um risco muito bem calculado e com oportunidade... A doença do Ministro da Guerra, a doença do Comandante do I Exército e a sucessão de fatos que vinham naquele crescendo; até chegar ao comício na Central do Brasil, de 13 de março, com o Jango fazendo aquela apologia das reformas na lei ou na marra, com o Ministro da Guerra dando um apoio constrangido, mas tendo que apoiar...

Constrangido, mas ficou lá, o que repercutiu muito mal para ele, principalmente no seio do Exército, mas também no mundo civil, todos perplexos com a participação dos Ministros militares àquele ato anárquico.

O movimento na Marinha, Cabo Anselmo e companhia, aquela indisciplina, com a participação do Almirante Aragão, o incentivador-mór da desordem...

E o clímax atingido naquela reunião do Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março, quando a Revolução já estava pronta para eclodir; já estávamos com tudo preparado e assistindo ao Movimento, aqui no Rio, de apoio ao Presidente no Automóvel Clube do Brasil, depois daquela rebelião dos marinheiros, depois de o Almirante Aragão ser carregado por marinheiros e fuzileiros já anistiados, depois daquela confusão toda que eles tinham promovido...

Foram anistiados e o Ministro da Marinha substituído pelo tal de Paulo Mário, que era um decrépito, escolhido a dedo pelo Jango.

Tudo isso nos favorecia e já estávamos em fase bem adiantada de preparação. Vou até lembrar um fato: aquele 30 de março foi a primeira segunda-feira depois da Semana Santa, e a tropa da Polícia Militar de Minas que não fica aquartelada – por isso tem os quartéis, os batalhões, em cidades estrategicamente localizadas, por exemplo, em Governador Valadares, em Montes Claros, em Juiz de

Fora, e com destacamentos espalhados em cidades pequenas próximas – teve, na Semana Santa, esse pessoal reunido nos quartéis das sedes, em Juiz de Fora, em Montes Claros, em Governador Valadares, deixando a segurança da população na mão dos Tiros de Guerra existentes na maioria dessas cidades.

É verdade que, naquele tempo, as cidades eram bem mais tranqüilas, não se pode comparar o Rio de hoje com o Rio de 1964, e, principalmente, as cidades de Minas naquela época, e por aí afora. Então, não causou maiores problemas, mas a tropa já estava aquartelada e constituindo o que se chamava de destacamento para o Movimento revolucionário; tanto que saiu uma tropa de Polícia nos acompanhando em direção ao Rio, integrando o Destacamento Tiradentes, e, depois, outra em direção a Brasília, porque começou a haver deslocamento de unidades de Brasília para Minas.

Pela sua condição montanhosa, o Estado de Minas Gerais é fácil de bloquear. Por exemplo, as tropas de Minas iriam, inicialmente, até o Paraibuna, para bloquear o acesso das tropas que teriam de passar, forçosamente, pelo Paraibuna, para chegar a Belo Horizonte; ao Norte, as tropas que, eventualmente, viessem de Brasília, seriam barradas no Paraopeba. Estes seriam os locais em que as nossas tropas deveriam se estabelecer defensivamente.

Se ainda viesse alguma coisa de São Paulo, teríamos as guarnições do Sul de Minas, a EsSA (Escola de Sargentos das Armas) em Três Corações, a AD/4 (Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria), de Pouso Alegre, que poderiam também bloquear, embora nada levasse a essa consideração, mas era a hipótese que foi levantada para fazer face às tropas vindas do Sul.

E, dessa forma, nos aproximamos do dia da Revolução, tendo sido "a gota d'água" — parece que há uma unanimidade sobre isso — a Reunião do Automóvel Clube do Brasil, onde o discurso do Presidente da República foi frontalmente contra a disciplina e a hierarquia e, realmente, teve uma influência muito grande, particularmente em Minas Gerais, berço do Movimento armado.

Minas já estava praticamente preparada para a eclosão do Movimento de 31 de Março, e até posso criar um dado novo aqui: na realidade, esse Movimento começou no dia 30 de março de 1964.

Isso é um dado importante, também, abordado, se não me engano, pelo Coronel Mandarino, referindo-se ao Relatório da 4ª RM/4ª DI, onde se lê que o General Guedes se considerou rebelado desde 30 de março. Então, na verdade, a Revolução, efetivamente, iniciou-se a 30 de março de 1964.

Posso até dizer a hora: às 14h do dia 30 de março. E vou dizer o que aconteceu: com essa reunião da tropa da Polícia Militar e os preparativos com a

junção do Exército, para o Movimento eclodir no dia 30 de março, começou uma preocupação, porque, naquele momento, mais precisamente no domingo, o General Mourão, que era o Comandante da 4ª Região Militar, por motivos pessoais, que nem vou discutir, resolveu não sair, ele mesmo achou que não estava ainda tudo preparado.

O Exército em Minas tinha uma distorção, por que é que eu digo distorção? Porque o maior comando de Minas, naquela ocasião, era em Juiz de Fora, 4ª RM/ 4ª DI. Mas o comando da ID/4 era na capital, ora o comando da capital era desempenhado por um general duas estrelas, que no caso era o meu pai, e o comando da Região era desempenhado por um general três estrelas, que no caso era o Mourão.

Ele, desde que veio do Rio Grande do Sul, e veio até como castigo, porque ele já estava conspirando e tomando determinadas providências, apresentando alguma reação, e como o III Exército era uma tropa forte, houveram por bem, deslocar o Mourão para a 4ª Região Militar, que era considerada uma Região inexpressiva, em termos de força. Não se pode comparar a 4ª Região Militar com a 3ª Região Militar que abrange o Estado do Rio Grande do Sul.

A 4ª Região Militar era um apêndice do I Exército, mas o grosso da força do I Exército estava localizado no Rio de Janeiro, essa é que é a realidade. A 4ª Região Militar apresentava um problema geográfico e estratégico. Juiz de Fora é praticamente um prolongamento do Rio – hoje a gente mexe muito com o pessoal de Juiz de Fora, diz que é uma espécie de subúrbio do Rio, ainda mais com a estrada nova agora, o pessoal pode vir à praia, em duas horas, em duas horas e pouquinho está na praia, depois volta e ainda vai dormir em casa.

O morador de Juiz de Fora torce para o Flamengo, Fluminense, o de Belo Horizonte é Cruzeiro, Atlético, quer dizer, o pessoal de Juiz de Fora era sempre muito ligado ao Rio, até porque a ligação de Belo Horizonte a Juiz de Fora só foi feita quando o Juscelino foi Presidente. Deu-se em 1956, ano de inauguração da BR-040, que, naquele tempo, era até a BR-3.

Como Aspirante-a-Oficial, em 1956, fiz muitos exercícios na BR-3, hoje BR-040, quando ainda era de terra. Então, a ligação de Juiz de Fora era toda com o Rio, a Capital da República até 1960.

O I Exército é que era o forte, com todas as organizações ligadas à OTAN, e o III Exército, pelos problemas de fronteira. Essa era a história do Exército naquele tempo, que se preocupava muito com o Cone Sul, tanto que o senhor comandou lá em Santo Ângelo e acabou tendo que se deslocar, depois, para a Amazônia, quando se desmobilizou o Sul, e se procurou mobilizar o Norte, porque se sentiu que o problema passava a ser a Amazônia – um grande vazio, pouco integrada ao restante

do território, além de não mais haver aquela beligerância com os países vizinhos do Sul. Então, a guarnição de Minas era inexpressiva, e o Mourão foi colocado lá.

Desde que chegou, ele manifestou a vontade de "batalhar" contra aquele estado de coisas, o que, aliás, para o meu pai foi um alívio muito grande, porque isso, em Belo Horizonte, já se fazia, e a bem da verdade, se eu não me engano, o Mourão foi substituir, lá em Juiz de Fora, o General Ladário, que era amigo íntimo do João Goulart, e foi para o Sul, essa é que é a realidade, vamos colocar os "pingos nos is".

Com a chegada do Mourão, passou-se a conspirar, também, em Juiz de Fora, mas os entendimentos com a PM, a aglutinação, o Comando da PM, o Governo de Minas era em Belo Horizonte.

Quando veio a Semana Santa, o General Mourão estava em Ouro Preto, havia se casado novamente, ele era viúvo, passando uma outra lua-de-mel em Ouro Preto, e foi chamado pelo meu pai, contatado pelo meu pai, que entendia ser oportuno ele ir para Juiz de Fora, para poder desencadear o Movimento a partir do dia 30 de março.

O General Mourão foi para Juiz de Fora, mas, após os contatos que foram feitos na véspera, no domingo, o pessoal voltou meio desanimado, porque o General Mourão não estava querendo mais sair. E o próprio Comandante da PM disse: "E agora, já reunimos a tropa toda, como é que vamos fazer?" O Coronel José Geraldo de Oliveira foi o braço direito do Movimento revolucionário, porque colocou a PM toda – 18.000 homens – à disposição do Exército.

Vale lembrar, aqui, o seguinte: a PM, lá em Minas, sempre teve uma pendência, algumas arestas, com o Exército, ainda da Revolução de 1930, quando o 12º RI ficou legalista e a PM representou a força revolucionária em Minas, havendo tiroteio e morrendo gente, inclusive o Tenente Brito Mello, que morava na mesma república que meu pai e servia no 12º RI. Estas arestas foram sendo contornadas com o passar do tempo.

A própria transferência do 12º RI, de Belo Horizonte para Juiz de Fora, foi para isso, porque o soldado do Exército encontrava com o soldado da PM, tinha briga. Então, transferiu-se toda a tropa do Exército para Juiz de Fora, e a tropa de Juiz de Fora veio para Belo Horizonte.

Em 1955, no segundo semestre, é que se restabeleceu a história, voltando o 12º RI para Belo Horizonte e o 10º RI para Juiz de Fora. A partir daí, já com a situação normalizada, mais precisamente a partir de 1962, começou, lá em Minas, o que chamavam de dupla verde e amarela – era um soldado do Exército e um soldado da PM. Toda vez que íamos fazer manobras, levávamos oficiais da PM para acompanhar o nosso estado-maior, para eles aprenderem a trabalhar no campo,

porque o oficial da PM é formado ou educado para trabalhar na cidade, são outros tipos de operações.

O que se queria era que o entrosamento fosse total, porque, se tivesse que haver alguma batalha, deveria ser no campo e não na cidade. Então, começaram os exercícios, com a aquiescência, com o apoio do Governador de Minas e do Comandante da PM, o Coronel José Geraldo de Oliveira, que é um nome importante, porque ele se engajou a fundo para fortalecer o Movimento, sendo considerável o apoio com que Minas contou, advindo da PM, para poder se deslocar em direção ao Rio.

Tanto que, no Destacamento Tiradentes, a PM mineira estava bem representada.

Eram dois batalhões da Polícia.

E coluna para Brasília, também, foi apoiada.

O Batalhão de Montes Claros foi para Brasília, o de Juiz de Fora e o de Governador Valadares foram direcionados para o Rio de Janeiro.

Foi uma integração verde e amarela.

Mesmo porque a nossa tropa tinha incorporado em janeiro, e apesar da instrução acelerada que se dava, o conhecimento do armamento ainda não era satisfatório.

Para agilizar a preparação da tropa, para poder sair naquele movimento que se prenunciava, ou que se julgava necessário que fosse realizado, contou-se apenas com um mês em regime de internato, por isso a tropa mais experiente era exatamente a da PM. E houve um entrosamento muito grande, não só entre os oficiais, como entre os graduados e a própria tropa, fruto até dessas ligações anteriores: os oficiais trabalhando em campanha conosco, os sargentos em comando de patrulha, junto com os sargentos da PM, e os soldados fazendo a dupla verde e amarela nas ruas.

Desta forma, já havia uma ligação, era uma tropa só, vamos dizer assim, o Exército e a PM e a própria Aeronáutica também, que tinha um comandante muito afinado conosco em um simples núcleo de Base Aérea. O subcomandante da Base vinha a ser cunhado do ajudante-de-ordens do meu pai, é uma coincidência interessante. Assim, tínhamos o apoio total para deslocamentos aéreos. Quantas vezes eu voei em avião T6, aqueles NA, para fazer contatos aqui ou ali, pelo interior de Minas ou para regiões mineiras mais distantes como Uberlândia, Uberaba, Araguari e outras, para poder realizar algum tipo de coordenação e dar ciência do andamento dos trabalhos.

Quando houve o episódio do Mourão dando essa recuada ou essa refreada no ímpeto, meu pai assumiu a responsabilidade, reuniu-se com os oficiais no QG (Quartel-General) da ID/4, às 14/h do dia 30 de março de 1964 e disse que, a partir daquele momento, se julgava rebelado e não mais cumpriria ordens do Governo Federal, mesmo porque ele já tinha sido ameaçado duas vezes de ser substituído, uma pelo Crisanto Figueiredo, que até deu retorno, dizendo que não, que ele não

estava para vir, e a outra por um general que estava comandando a Amazônia, General Vila Nova – foge-me o nome completo dele agora – que estaria prestes a chegar em Belo Horizonte. E, naquela lufa-lufa, o Comandante da PM indagou: "E se ele vier?" E meu pai respondeu: "Não se preocupe, se ele vier já tem lugar para ele ficar preso, pode ficar tranqüilo; então, temos que sair, e já saímos".

Mas ficava sempre aquela preocupação do que poderia ocorrer, com a mudança de idéia do General Mourão, de não sair no dia 30. E o pessoal de Belo Horizonte, inclusive emissários, fazendo pressão, fazendo força para ele sair, tanto que dentro dos reforços colocados à disposição do meu pai, ainda no dia 30, estavam lá o General Franklin Rodrigues de Moraes e o General Oswaldo, que era colega de turma do General Mourão, ambos na reserva; e meu pai pediu que eles fossem a Juiz de Fora para convencer o General Mourão a partir, para que Minas partisse unida, até porque a tropa de lá já estava sob controle, informação de meu irmão que comandava a PE em Juiz de Fora, e que estava com seu pessoal pronto; no entanto, o comandante do 10º RI era novo, era uma incógnita, sem dúvida.

Mas havia o Coronel Everaldo, que era Chefe da 3ª Seção e que estava chefiando interinamente o Estado-Maior, sob as ordens diretas do General Mourão, que não confiava muito no Chefe de Estado-Maior dele, o Coronel João Batista, que, aliás, quando recebeu a ordem de que estava deflagrado o Movimento e o que se ia fazer, ele automaticamente aderiu; era, pois, pura suposição o receio do General Mourão. Em momento algum, ele obstou qualquer coisa, pelo contrário.

Voltando ao General Mourão, lembramos do General Franklin, que estava até meio desanimado, quando falou com o meu pai: "O General Mourão já fez isso no Sul – fui comandar lá depois que ele saiu – ele tinha começado, mas na hora de sair ele não quis, daí ter sido transferido para cá".

Meu pai respondeu: "Mas creio que ele saia, vai", e eles foram e quando voltaram, ainda meio desanimados, porque não o tinham convencido, tanto que meu pai ainda conversou com o Governador Magalhães Pinto e o Alkmin, que era Secretário do Governo, fez o contato e eles marcaram a reunião para o dia 31 de março, às 7h da manhã, que era o horário em que a tropa iria se deslocar e que aí Minas, não mais meu pai, mas Minas, como um todo, iria dar oficialmente início ao Movimento de 31 de Março, que já tinha começado no dia 30, volto a frisar.

Mas, aí, vem o detalhe: mais ou menos às 4h30min da madrugada do dia 31, o General Mourão ligou para meu pai, dizendo que tinha resolvido sair, que era uma decisão definitiva.

A partir desse momento, em Belo Horizonte, se respirou, tanto que meu pai, quando foi à reunião às 7h da manhã, com o Governador, para o manifesto,

para o início oficial da Revolução, notou o José Maria Alkmin preocupadíssimo, porque ele ainda não sabia daquele fato novo do General Mourão.

O General Mourão até ligou para o General Muricy e mandou que ele viesse para poder ajudar, coordenar o Movimento, porque meu pai ficou em Belo Horizonte. Houve uma inversão de hierarquia, porque, teoricamente, quem devia comandar a tropa era meu pai, mas o General Mourão estava em Juiz de Fora, chamou um general duas estrelas para ajudá-lo, que foi o General Muricy, e o meu pai continuou em Belo Horizonte, preocupando-se com o que vinha ainda de Brasília.

Voltado para uma outra direção.

Realmente, isso foi o que aconteceu. Desse fato, que estou relatando agora, eu participei, era capitão e estava intimamente ligado aos acontecimentos, se bem que, muita coisa nem comigo meu pai se abria, por uma questão de temperamento dele, nem era por questão de sigilo, apenas ele achava que, quanto menos ele envolvesse a família, melhor. Éramos três militares: o meu irmão mais velho comandava a PE em Juiz de Fora, e o meu irmão mais novo era cadete da Academia Militar das Agulhas Negras, cursava o 2º ano. Estava com o General Médici que, antes das tropas de São Paulo chegarem a Resende, já tinha se definido, ao decidir empregar o Corpo de Cadetes, para fazer uma cobertura contra qualquer tropa que viesse do Rio.

O senhor gostaria, ainda nessa parte da eclosão do Movimento, de acrescentar mais alguma idéia?

Vou me valer desta oportunidade para mostrar um documento a respeito do General Punaro Bley e da ocorrência com o jornal *Binômio* – Trata-se do editorial de *O Globo*, do dia 26 de dezembro de 1961, que foi transcrito pelo *Jornal do Brasil*, do dia seguinte.

Antes de abordá-lo, convém salientar que, a respeito do episódio ocorrido com o *Binômio*, toda a imprensa, inicialmente, quando houve o quebra-quebra do jornal, caiu em cima de nós, inclusive do General Bley, e a opinião pública foi toda conduzida a sacrificar os militares, porque quebraram o *Binômio*. Mas, depois, os jornais ficaram sabendo dos fatos, como realmente tinham se dado, quando, então, o jornal *O Globo* escreveu um editorial de grande repercussão, intitulado "Para preservar a verdade".

Objetivando mostrar o profissionalismo que, no passado, caracterizavam a nossa Imprensa, me disponho a ler a transcrição do editorial de *O Globo*, no *Jornal do Brasil,* de quarta-feira, dia 27 de dezembro de 1961, 1º caderno, página 8, "Para preservar a verdade", que elucida perfeitamente os fatos:

"Como não podia deixar de ser reagimos energicamente à primeira notícia do empastelamento de um hebdomadário de Belo Horizonte, por oficiais e soldados da guarnição local. Não é mais admissível o uso de tais processos, que desabonam o regime, as instituições e aqueles mesmos que os praticam.

O fato de que os incidentes tenham começado com a ida do General Punaro Bley à redação do jornal, onde S. Exa., pretendeu interpelar o autor de artigos insultuosos contra a sua pessoa, fez com que lhe debitássemos a integral responsabilidade pelo atentado, ocorrido algumas horas depois. Esta interpretação, aliás, foi a de toda a imprensa do Rio de Janeiro, pois parecia improvável que a agressão ao referido órgão houvesse acontecido à revelia do General Bley.

Devemos, hoje, porém – cumprindo, inclusive, o nosso dever de sermos verazes, exatos e leais, conforme os princípios éticos que reclamávamos para toda a imprensa brasileira, no mesmo artigo, que dedicamos aos acontecimentos de Belo Horizonte –, informar aos nossos leitores que as coisas não se passaram, na capital mineira, da forma que foi aqui apregoada. Nem cabe ao General Punaro Bley outra responsabilidade senão a de ter colocado seus brios pessoais de homem injuriado acima da prudência que seu elevado posto aconselhava, indo sozinho e desarmado à sede do seminário que o ultrajara.

Pois a verdade é que o General Punaro Bley foi desacompanhado à mencionada redação, para interpelar o autor da matéria que o indignara, fazendo que o aguardasse no carro seu capitão ajudante-de-ordens. Da sede da publicação desceu ele pouco depois, coberto de sangue e trazendo no rosto as marcas dos golpes sofridos de cinco pessoas que lá se encontravam, as quais não vacilaram em atacá-lo, com ferocidade incomum, apesar de ser ele General-de-Exército, com 63 anos de idade, que ali estava para reclamar, só e sem armas, como poderia fazer qualquer cidadão, contra a divulgação de notícias que considerava lesivas à sua honra.

A violência física perpetrada contra o respeitável chefe militar, que completava as insídias contra ele dirigidas pelo seminário aludido, foi logo levada ao conhecimento de todos os quartéis pelo seu ajudante-de-ordens, justamente indignado, e centenas de oficiais resolveram vingar o comandante espezinhado, o que, evidentemente, não consideramos acertado. Mas foi tão espontâneo o movimento de protesto que ao mesmo aderiram sargentos e soldados, apesar de que os oficiais os haviam proibido de envolver-se no assunto. Entretanto eles não se conformaram e deu-se em Belo Horizonte – em torno do velho General, indecorosamente humilhado – a mais extraordinária demonstração de coesão das forças militares, pois o ato de violência reuniu, voluntariamente, os briosos oficiais, sargentos e soldados, estreitamente solidários e dispostos a defender a dignidade

do chefe ferido, que se retirara para sua residência, nada dissera a ninguém e nada sabia sobre a atitude que pretendiam tomar seus comandados.

Sobre o atentado em si já emitimos nossa opinião e nada teríamos a acrescentar ou a modificar, não fosse a necessidade de excluir da crítica veemente o General Punaro Bley, que não a merecia. É preciso que se diga, também, que o órgão de imprensa atacado não tem bons antecedentes em Minas Gerais, sendo conhecido como faccioso, atassalhador da honra alheia e de tendência políticas as mais suspeitas.

Desde o dia do incidente até agora, o General Punaro Bley tem recebido as manifestações de apreço e de conforto de todas as classes sociais de Belo Horizonte, inclusive de representações sindicais, numa romaria contínua que abriga uma inequívoca prova de que a reação do povo mineiro não foi a que se supunha, indicando isto que o General pode ter errado indo à redação, que seus subordinados certamente erraram indo reparar, pela força, a honra maculada de seu comandante, mas, que o que a este fizera o jornal foi erro muito maior, foi o erro que provocou os outros erros, erro que se inclui entre aqueles que profligávamos no editorial anterior, pedindo uma lei de responsabilidade para a imprensa.

Deploramos que as primeiras informações sobre o caso não nos tenham chegado reais, impedindo-nos de formular sobre o assunto um juízo exato. Ignorávamos, por exemplo, além dos detalhes sobre o procedimento másculo do General Punaro Bley e sobre a agressão brutal que sofrera na redação, que a campanha jornalística contra ele movida se iniciara após haver S. Exa pronunciado uma incisiva conferência contra o comunismo e seus métodos, o que dá ao assunto o sentido de mais um episódio na dirigida e inexorável ação da esquerda para desmoralizar as nossas instituições, alterar a ordem constitucional e aniquilar aqueles que devem resguardá-la.

Voltando a este assunto, para estabelecer a verdade, como é de nosso dever, insistimos, também, na urgência daquela lei de responsabilidade para a imprensa, que preserve a honra dos homens de bem e lhe assegure a proteção contra os caluniadores, dispensando-os de atitudes pessoais, sempre condenáveis, mas, às vezes, inevitáveis.

É preciso que aqueles que imprimem insultos e divulgam calúnias saibam que uma legislação enérgica, de efeito rápido, permitirá aos atingidos pela sua falta de escrúpulos uma pronta satisfação. Será a única maneira de impedir a reprodução de acontecimentos como os de Belo Horizonte, que lamentamos, mas, que, ao mesmo tempo – mais bem informados –, nos convencem de que houve, ali, menos um gesto de prepotência e indisciplina, partindo de alto para baixo, do

que um natural movimento de protesto, que uniu oficiais, sargentos e soldados na defesa da pessoa e da hierarquia do comandante estupidamente agredido."

(Transcrito de *O Globo* de 26 de dezembro de 1961.)

Jornal do Brasil, de 27 de dezembro de 1961, 1º Caderno, pág 8.

Por este editorial, verifica-se que os grandes jornais do Rio de Janeiro daquela época, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, tinham uma preocupação com a verdade e com a justiça. *O Globo*, por exemplo, antes e durante o período revolucionário, ou seja até o final no ano de 1984, destacou-se com relação a essa posição de defesa da veracidade da notícia, mostrando os fatos relacionados com o Movimento revolucionário de 1964, exatamente como aconteceram, como se pode verificar no editorial deste jornal, escrito por Roberto Marinho, em 07 de outubro de 1984, intitulado "Julgamento da Revolução".

O motivo da mudança de comportamento do referido jornal, ocorrido depois, a partir do momento em que a Revolução voluntariamente entregou o Poder, é uma incógnita, lembrando muito as "forças ocultas", citadas por Jânio Quadros quando da renúncia, as quais devem ter atuado muito fortemente junto à direção daquela organização, porque, agora, chamam a Revolução de golpe e o período revolucionário de ditadura. Como mudaram!

Realmente, a mudança foi radical, impensável em 1984, quando os presidentes militares saíram de cena, com a abertura iniciada por Geisel e concluída por Figueiredo. Por essas coisas, que estranhamente aconteceram com a nossa imprensa, é que meu pai escreveu um livro, para preservar a história – que agora insistem em reescrever mudando cinicamente tudo.

A esse livro, ele deu o título de "Tinha que Ser Minas", como já citei. É pela posição geográfica central e pelos fatos que, mais ou menos, explanei aqui, como o tamanho muito grande do Brasil – com os problemas políticos lá do Sul, do Nordeste, do Rio de Janeiro –, o tal dispositivo militar que o General Assis Brasil dizia que era invencível, além do que se fazia em Brasília. Então, o lugar mais apropriado para começar o Movimento, na opinião do meu pai, era exatamente Minas.

Vou deixar esse livro aqui com o Projeto, conforme prometera meu irmão Henrique quando entrevistado, para sanar possíveis dúvidas, porque, nas narrativas dos fatos, não são esquecidos os detalhes. Se lermos os escritos dos esquerdistas, com exceção de Jacob Gorender que não falseia a verdade, vamos conhecer uma versão mentirosa dos fatos, começando pela balela de que o povo não apoiou a Revolução, quando, na verdade, o povo foi a razão fundamental do engajamento do Exército, como sempre aconteceu na História do Brasil, para a deposição de um típico desgoverno.

Por falar em detalhes, consegui recentemente um documento, publicado na coluna do Elio Gaspari – saiu no *Estado de Minas,* bem como no *O Globo,* em 19 de setembro de 1999. Neste artigo ele fala sobre Lincoln Gordon, mas o importante não é o artigo em si, que é irrelevante; e sim esse cabograma – naquele tempo, o meio de comunicação, sem Internet, era através de cabograma – que aparece aqui.

Esse cabograma é do dia 30 de março, de uma informação gerada nos Estados Unidos no dia 30 de março de 1964, para o então Presidente, alertando de que o Movimento no Brasil – não fala em Minas Gerais, fala no Brasil – já estava em andamento para a destituição do Presidente da República. Só que não tinham a menor idéia de como tudo iria se processar, que a destituição seria muito mais rápida do que se imaginava, do que eles pensavam.

Outro fato inventado, o que chega a ser ridículo, é que o Movimento foi insuflado pela CIA (Central de Inteligência norte-americana), foi orientado pela CIA, quando absolutamente não houve nada disso. Mais uma insensatez dos revanchistas!

O Movimento deu certo, até porque foi feito, como dizemos mineiramente, com aquela velha história de que mineiro trabalha em silêncio, foi sendo germinado lá em Minas, sem que houvesse interferência de potência nenhuma.

Voltando ao cabograma, por que aquele texto veio em um cabograma do dia 30? É porque, no dia 30, de manhã, meu pai se reuniu com o Vice-Cônsul dos Estados Unidos, em Belo Horizonte, num apartamento de um primo meu, Adalberto, já falecido, e deu ciência de que nós estávamos começando um movimento revolucionário, para deposição do Presidente João Goulart.

Esse enfoque, essa comunicação ao Vice-Cônsul, cujo nome era Laser, gerou essa informação, através da embaixada, para os Estados Unidos. E ainda cito mais o seguinte: nessa conversa, o meu pai disse-lhe que, dependendo do desenrolar da situação, talvez se precisasse de um apoio dos Estados Unidos, sobretudo de natureza logística, porque, com certeza, como já vinha acontecendo, as forças de esquerda teriam o apoio daqueles que queriam transformar o Brasil numa grande Cuba. Essa é que é a realidade.

Eles queriam comunizar o Brasil para poder comunizar a América do Sul, porque o movimento comunista apenas havia conquistado nas Américas a ilha de Cuba, país até hoje inexpressivo. E se fincasse pé aqui no Brasil, com certeza a América do Sul acabaria se dobrando.

Ainda tem uma coisa que meu pai disse para esse Laser: "A única coisa que não aceitamos, em hipótese alguma, era algum desembarque de tropa em nosso País; frisou, portanto, que não se admitiria nenhuma tropa americana desembarcando em qualquer parte do território nacional, em apoio ao Movimento de 1964".

Esse apoio poderia vir através de armas, de verbas, de mídia, em propaganda mundial a favor do Movimento em si, mas sem desembarque de tropa. Essa comunicação foi feita no dia 30; qualquer coisa que se fale de CIA, de envolvimento norte-americano, é um despropósito, não corresponde à realidade, em nosso Movimento que foi preparado em Minas, que é onde tudo começou.

Dentro das preocupações, houve um outro detalhe quando se resolveu fazer o Movimento revolucionário, Minas, por ser um Estado continental, sem saída para o mar, ficaria dependente de ligações aéreas e, em determinadas ocasiões, marítimas, que se fariam muitas vezes, em apoio ao desembarque de armamento, de equipamento etc.

Para isso, o Governador do Espírito Santo, que estava solidário ao Movimento contra a comunização do País, colocou o seu Estado à disposição de Minas, cedendo os portos para qualquer operação que se fizesse necessária.

Nessa parte, cito a grande colaboração que deu ao Movimento o Marechal Denys. Ele estava em Juiz de Fora, e acompanhou as tropas; quando houve a primeira parada, ele foi quem fez o primeiro contato com a tropa que vinha do Rio.

Quem comandava o destacamento vindo do Rio – composto pelo 1º RI – Regimento Sampaio e por um Grupo do Regimento Floriano, era o Coronel Raimundo, Comandante do Sampaio, muito ligado ao Marechal Denys, e este, quando o destacamento chegou a Três Rios, fez um contato com o Coronel Raimundo, destacando as razões do Movimento e solicitando a adesão do seu amigo e antigo subordinado. O Coronel comunicou-se imediatamente com quem o mandara contra a tropa de Minas informando-lhe que as suas tropas estariam, a partir daquele momento, ao lado das tropas mineiras.

Ele havia sido assistente-secretário do Marechal Denys por muito tempo.

Há uma passagem no livro do meu pai, em que ele fala que, num despacho, quando era Subchefe do Gabinete do então General Denys, este lhe disse: “Quando você for general e precisar de um oficial para seu Chefe de Estado-Maior, chama o Raimundo”, e teceu os maiores elogios a ele, que era major nessa ocasião; então, o Coronel Raimundo gozava de sua inteira confiança.

Essa interferência do Marechal Denys junto ao Coronel Raimundo evitou o confronto entre as tropas de Minas e as do I Exército que compunham o destacamento sob o Comando do referido coronel.

Até isso, o Marechal Denys, com o conceito e a aprovação que desfrutava em todo o Exército, estava em Minas naquele momento – tinha que ser Minas.

Naqueles dias que antecederam o Movimento de 1964, meu pai tinha ido a Juiz de Fora e conversado longamente com ele, colocando-o a par do Movimento

que se estava preparando e ele até aconselhou meu pai a ter muito cuidado, para não parecer que se estava fazendo uma quartelada, porque meu pai servira, com ele, como capitão, quando ele estivera em São Paulo e, depois, aqui no Rio, na Polícia Militar do então Distrito Federal, eles eram da "Missão Instrutora". Meu pai sempre foi muito ligado ao Marechal.

Quando o General Odylio Denys foi Ministro da Guerra, o meu pai foi seu Subchefe de Gabinete em Brasília, cabendo-lhe o privilégio de comandar o primeiro desfile de Brasília, em 21 de abril de 1960. O comandante foi o meu pai porque o Ministério da Guerra, embora estivesse aqui no Rio, neste quartel que nós estamos hoje, o Escalão Avançado (Esc Av) já funcionava em Brasília, e o Subchefe de Gabinete do Ministro era o Comandante do Esc Av, que no caso era o meu pai.

São as coincidências da vida, isso em 1960; como o próprio fato de o meu pai, que estava no Comando da ID/4, ser exonerado, e, por uma ação desse jornalista do *Binômio*, voltar a Minas Gerais para continuar...

Um profícuo trabalho, que redundou...

No Movimento de 1964, porque Minas, por ser limitada em termos de tropa, também não podia querer exportar Revolução, tínhamos que, por precaução, ocupar, inicialmente, uma posição meramente defensiva, mas sabíamos, sim, que em todo Brasil existia gente, senão conspirando, mas, principalmente, discordando da anarquia, da desordem, da tentativa de quebra da hierarquia nas Forças Armadas, das greves, das invasões de terra, do preparo dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola, financiados e patrocinados do exterior, fato do conhecimento de todos. Então, o que se fez, inicialmente, em Minas, foi uma tentativa de se criar um território, para se partir para uma contra-revolução.

Mas a adesão foi tão rápida e de tamanho vulto que não houve reação e muita gente que estava no muro mudou de lado. Posteriormente, muitos dos que mudaram de lado, voltaram a trabalhar contra a Revolução.

Nós em Minas, costumamos dizer que o Movimento terminou no dia 15 de abril de 1964, por quê? Porque aí já havia um presidente eleito pelo Congresso. Foi uma maneira de conciliar, porque, hoje, falam muito em ditadura, mas na realidade os presidentes militares foram eleitos pelo Congresso, dentro de uma regra de jogo estabelecida pelo próprio Congresso cujo funcionamento foi normal, tirando o episódio do AI-5, quando, por um curto período o Congresso foi fechado. Assim, com a Revolução de 31 de Março de 1964, o Congresso continuou funcionando.

Ranieri Mazzilli deu posse ao Castello Branco; o Congresso, por conseqüente, é que deu posse ao Castello Branco. Vou fazer um parênteses aqui para lembrar

que meu pai ficou até um pouco "chateado" com o Castello, quando ele passou para a reserva, o que ocorreu de imediato, porque Castello achava que não era compatível a Presidência com um oficial da ativa, ele não quis ser confundido, no futuro, como mais um general sul-americano ditador. O meu pai chegou a dizer para ele: "Mas se fosse para ser da reserva, o mais indicado seria o Marechal Denys que, esteve à frente do Movimento armado".

O General Castello – é outra coisa que eu friso aqui – ele não era contra o Movimento que eclodiu em Minas, mas não era a favor; quando eu digo não era a favor, é que, aqui no Ministério da Guerra, se faziam elocubrações, havia conversas, havia contatos, visando acabar com a baderna que estava acontecendo no País, e Minas precipitou os acontecimentos no seu entender.

Tanto que às 9h da manhã do dia 31 de março, o General Castello, que era Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), ligou para o meu pai dizendo que estava ouvindo rumores de que havia tropa em Minas se movimentando contra o Governo, dirigindo-se ao Rio de Janeiro, e meu pai falou assim: "Não são rumores, a tropa já está se deslocando."

E o General Castello Branco, na ocasião, ficou preocupado: "Cuidado, vocês vão 'botar' tudo a perder, porque estamos prevendo, programando..." Ele estava fazendo um estudo no EME, talvez para fazer um movimento integrado, coordenado por aquele Alto Órgão, para acabar com aquela situação.

E o meu pai falou: "Não há mais como voltar..." O "silêncio rádio" era até a hora do início do deslocamento da tropa...

Às 11h30min, novamente, o General Castello Branco ligou comunicando que não havia conseguido fazer os contatos que meu pai havia pedido, e que era melhor a tropa voltar, para não ser derrotada e ainda ligou para o Governador Magalhães Pinto, que falou: "Olha General, agora é preferível voltar derrotada, do que voltar frustrada, porque já saiu, já está andando, e o Movimento não tem retorno, agora fica..." Na parte da tarde, é que o General Mamede, que era Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pegou o General Castello e o levou, até por uma questão de segurança, para a Escola. E há um outro detalhe também nesse Movimento – é que o general mais antigo, em função no Rio, era o General Costa e Silva, porque o General Âncora estava adoentado e o Ministro, hospitalizado, então o General Costa e Silva assumiu, vamos dizer assim, o que seria o Comando do Exército.

Tanto que o meu pai ainda se aborreceu com o General Mourão, porque ele, como era o General Comandante da 4ª Região Militar, integrante, portanto, do I Exército, deveria ter assumido o I Exército, mas o Costa e Silva, quando assumiu a

função vaga, vamos dizer assim, de Ministro da Guerra, colocou lá um outro general, o Terra Ururahy, se não me engano, quando quem deveria ter assumido era o General Mourão...

O Mourão autorizou o acantonamento das tropas no Maracanã, e foi até em casa – para dar um pouco mais de assistência à mulher, Dona Maria, porque ele tinha casado há poucos dias, estava em lua-de-mel e tinha um apartamento na Avenida Atlântica.

Quem recebeu o General Mourão – pouca gente sabe disso – em frente à Refinaria Presidente Vargas, em Duque de Caxias, foi o Juscelino, que foi quem havia promovido o Mourão a General.

Quando o General Mourão chegou aqui no QG e foi conversar com o General Costa e Silva, que era o quatro estrelas mais antigo, ele achou ótimo o Mourão ir para a Presidência da Petrobras, que era um antro de comunistas, já que ele iria para a compulsória em maio.

Isso o Mourão falou com o meu pai, que disse: "Mas você está ficando doido, você, o Comandante do Movimento, pensar em compulsória, em ir para casa, quando você deveria ter assumido o Comando do I Exército, e não pensar em compulsória, porque o seu caminho não poderia ser outro".

Tanto que, mais tarde, fizeram uma lei especial e o General Mourão foi promovido a quatro estrelas antes da época, porque não dava para esperar a promoção, ainda em função, sem cair na compulsória. Então, o Congresso o promoveu, por proposta do Presidente, a quatro estrelas, por ter chefiado o Movimento.

E até perguntaram a meu pai se ele não seria promovido também, e meu pai se manteve quieto: "Não, porque eu sou o número quatro, tem umas nove vagas aí, e eu devo ser promovido normalmente". E não aceitou ingerência em nome dele, ele foi promovido normalmente a três estrelas.

Esses são alguns fatos, mas o mais importante nesse Projeto é uma leitura atenta dos documentos que eu mostrei nesse livro que meu pai escreveu, e ficou pronto em 1966, mas com a morte do General Castello Branco, e como aqui há muitas referências pessoais a ele, o meu pai não quis publicar, porque poderia parecer que era decorrente de ele ter morrido.

Então, ele refez muita coisa, e eu acompanhei de perto quando voltei – porque, em 1964, saí de Belo Horizonte, só voltando dez anos depois – o meu pai já estava até na reserva, desde 1969. Ainda vi várias coisas do livro, tendo conversado bastante sobre o que estava escrito aqui, sobre alguns acréscimos que ele fez questão de colocar. Em 1974, esse livro, pode-se dizer, estava praticamente pronto, com as modificações introduzidas.

Aliás, houve uma outra época em que ele teve quase para publicar, mas veio a morte do Presidente Costa e Silva, e ele também se sentiu impedido de fazê-lo, porque há referências ao General Costa e Silva, e ele achou que não era oportuno publicar naquela ocasião.

Mas foi trabalhando e, em 1974, ele retomou o livro; em maio de 1976, ele deu, finalmente, o livro como pronto, acabado, e o entregou à tia Licinha, irmã dele, que era secretária, trabalhava com o Pedro Aleixo, para fazer a revisão e publicar. Tenho até os originais desse livro comigo, com as correções feitas, do mesmo jeito como nesse Projeto, em que vocês estão fazendo hoje as correções dos textos das entrevistas realizadas, visando à publicação.

Parece até que ele estava com premonição, pois, após entregar o livro, ele viajou, acompanhado de duas irmãs, foi fazer uma viagem à Europa – somos descendentes de alemães – para conhecer a Alemanha, terra dos antecedentes dele, porque o nosso Guedes é meio falsificado, deveria ser Gäede, com trema no a, mas o meu avô que era comerciante, aportuguesou o nome depois da guerra, da Primeira Grande Guerra, então virou Guedes; os Guedes nossos são apenas os oriundos de São João Del Rey, os outros não são parentes.

Infelizmente, ele veio a falecer num acidente, num atropelamento em Londres, em junho de 1976. Ele fazia 72 anos, no dia 21 de junho, foi atropelado no dia 18 de junho, e morreu no dia 24 de junho, ainda hospitalizado, com um problema de pneumonia, não foi nem o atropelamento em si.

Nós, que éramos sete irmãos, resolvemos, numa homenagem a ele, mandar publicar esse livro, que era para ter uma divulgação muito maior, mas, por problemas de momento, inclusive por algumas colocações dele, algumas declarações, envolvendo o Magalhães Pinto, que ainda estava vivo e participando da vida política, e pessoas como o José Aparecido, Leonel Brizola, enfim, uma série de aspectos, acabou ficando numa só edição, tanto que esse exemplar, que eu estou mostrando, é uma cópia xerográfica. Assim sendo, dentro desse Projeto, a única coisa que eu peço, a todos que dele tenham conhecimento, é que, além desta minha modesta entrevista, que será transcrita, leiam, por obséquio, capítulo a capítulo do livro de meu pai, que ficará arquivado no Projeto, de modo que tenham à mão os instrumentos necessários à efetiva recuperação dos fatos da História do Brasil, ocorridos nos pródromos e na eclosão do Movimento revolucionário de Março de 1964. Digo isso porque, hoje, na verdade, o que se está fazendo é contar uma outra história, muito diferente da realidade.

Hoje, os guerrilheiros daquela época, que queriam impor um regime comunista ao País, dizem que brigaram apenas contra a ditadura dos militares, o que é

a maior das mentiras. Volto a dizer que não houve nada de ditadura, os governos foram eleitos com o Congresso funcionando, como também, o foram, inclusive através de eleições diretas, os governadores dos Estados, prefeitos, senadores e deputados, estes em nível federal e estadual, além dos vereadores de todos os municípios brasileiros.

A Justiça também funcionou tranqüilamente em todo o período revolucionário sem sofrer qualquer tipo de interferência.

A Constituição vigiu plenamente e o processo revolucionário só se valeu de um verdadeiro ato de exceção em dezembro de 1968, para impedir as afrontas dos contrários à Revolução.

Não esquecer que todos os presidentes militares obedeceram os períodos predeterminados para os seus mandatos; ninguém pensou em reeleição.

Cabe lembrar que o Congresso foi eleito pelo povo. Então, na realidade, nada mais do que dizer, também por isso, que era um movimento mais do que legitimado pelo povo, que foi quem fez desencadear o Movimento.

Nesse depoimento, procuro deixar bem claro que não foi um movimento saído de dentro de um quartel, foi um movimento vindo das ruas de Belo Horizonte, que se propagou, e que as tropas do Exército, particularmente, e as outras que apoiaram, atenderam aos anseios da absoluta maioria da população na época.

É só pegar com isenção os jornais, os artigos, a cobertura jornalística da época, e verificar que todo mundo foi favorável ao Movimento de 1964. Não é como se procura afirmar hoje, quando, na realidade, a esquerda queria implantar no País um governo comunista. E meu pai dizia: "Antes que eles façam, fazemos nós".

E qual é a sua idéia a respeito das raízes do Movimento?

Vou me restringir à minha participação. Anteriormente, podia até haver motivos, o Brasil sempre teve problemas, e volto a dizer, as Forças Armadas sempre do lado dos anseios da população, essa é que é a realidade. Meu pai, quando começou esse movimento – e quem ler esse livro, do qual tanto me orgulho, vai ver – cita como origem a renúncia do Jânio Quadros.

Tudo aconteceu porque Jânio Quadros renunciou, e digo mais: naquele tempo as eleições tinham um vício pernicioso ao processo, pois permitiam que um presidente fosse eleito por uma chapa e o vice-presidente por outra.

De oposição.

Era de oposição, o Milton Campos, que foi um grande governador, um grande nome, uma das maiores reservas morais de Minas, perdeu para o João Goulart que pertencia a outra chapa.

Se formos analisar, foi porque o próprio Juscelino, que lançou a chapa Lott e Jango, fez prevalecer a vitória do Jânio, que era, vamos recordar, o homem da vassoura, que se contrapunha à corrupção que havia no Governo do Juscelino; hoje, o pessoal não fala mais nada disso, mas o Jânio se elegeu – ele não era da UDN, era de um partido pequeno, apoiado pela UDN, que encampou a sua candidatura – por falta de uma opção melhor.

Aí, o Juscelino, que se opunha à UDN, apoiava o Lott e o Jango.

Em Minas, ele trabalhou para o Jango, e o Milton Campos perdeu, isto porque ele era da UDN e o Juscelino do PSD, são coisas mineiras. Então, Minas, ainda deve isso ao País, porque em vez de eleger o ex-Governador Milton Campos, ajudou a eleger João Goulart; o mineiro também se sentia responsável por tudo que estava acontecendo, particularmente, por haver contribuído para colocar João Goulart na Vice-Presidência, apesar de todos os problemas que ele, em cargos anteriores, trouxera para o País.

A Igreja estava com a Revolução?

A Igreja de Minas era contra aquela marcha acelerada para comunização do País, inclusive temos exemplos: Dom Sigaud, os bispos Dom João Resende Costa, Bispo de Belo Horizonte, defensor da família, contra a comunização, atual Cardeal de Minas Gerais – que, na ocasião, era até Reitor da PUC – e Dom Serafim, que também era contrário às ações do Governo por julgá-las antidemocráticas. A Igreja via com muita preocupação aqueles movimentos, porque Minas era um estado tradicionalista e anticomunista, tanto que o Brizola até hoje não conseguiu entrar – o PDT, em Minas, é inexpressivo – e em todas as eleições que o Brizola se candidatou, além de perder em Minas, não conseguir eleger, no Estado, nenhum dos elementos que apoiava. Esse jornalista do *Binômio*, de nome José Maria Rabelo, era um dos homens fortes do Brizola, que nunca conseguiu se eleger para coisíssima nenhuma, mas acabou premiado com uma vice-presidência do Banerj, quando o Brizola se elegeu Governador aqui no Rio.

As Forças Armadas foram intérpretes do pensamento do povo brasileiro, dos ideais do povo de Minas?

Totalmente. Respondo pela parte de Minas, porque lá se começou o Movimento, e meu pai, usando a expressão: “Tomem a rua do Jango”, ganhou respaldo, a partir dos Movimentos civis, para estruturar o movimento contra a situação.

Aliás, há uma passagem, que eu vou me referir rapidamente, ocorrida no dia 21 de abril de 1964, em homenagem a Minas Gerais, em que o Presidente

Castello Branco transferiu, simbolicamente, a capital de Brasília para Ouro Preto. Então, nesse dia, dentro das comemorações da nossa Inconfidência Mineira, ele presidiu o País de uma sede localizada em Minas Gerais – a tradicional Cidade de Ouro Preto.

Participei do cortejo da comitiva presidencial, composta do carro do Presidente, segurança, do carro do meu pai, que na ocasião estava comandando a 4ª Região e, nas ruas, nas estradas em que se passava – nas várias cidadezinhas que margeiam a estrada que vai para Ouro Preto, a BR-090 – o povo aplaudia, e o meu pai ressaltava: "Não se iluda, meu filho, porque essa fase de euforia passa. O povo, hoje, nos aplaude, bate palmas para autoridade, mas amanhã poderá fazê-lo para os remanescentes dessa minoria atuante que apóia João Goulart.

Prepare-se, porque dentro de uns trinta anos, mais ou menos, considerando a evolução natural das coisas, vocês terão que enfrentar, não sei em que condições, espero que democraticamente, um governo de esquerda". Isso foi dito em 1964; em 1994, estávamos com um governo de esquerda.

Ao retrucar o artigo que o Professor Olavo de Carvalho escreveu, Márcio Moreira Alves – aquele deputado do episódio de 1968 que provocou a assinatura do AI-5 – disse que os perdedores são aqueles que hoje estão governando, mas ele esqueceu de dizer uma coisa só: governando nas nossas regras, e não nas regras que eles queriam, pois foram eleitos pelo povo, como tantos outros, que, em maior número, continuam acreditando na democracia, acreditando que a esquerda extremista não vai conseguir tomar conta, mudar o regime democrático do País. Quer dizer: eles tiveram que aceitar as nossas regras e não impor as regras deles, que inclui a luta armada para conseguir o Poder, por isso partiram para o terrorismo na década de 1960, começando pelo atentado no Aeroporto dos Guararapes, em 1967, criaram as guerrilhas e tudo mais, mas acabaram derrotados.

Enfrentamos aquelas minorias que queriam o regime comunista, conseguimos manter o Congresso funcionando, com gente de oposição e da situação... com o bipartidarismo, representado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) — uma vez até um governador nosso disse que a Arena era o maior partido do continente — e a bem da verdade, o MDB aceitava a regra do jogo, e aqueles democratas do MDB, não digo esses extremistas de esquerda que procuravam e ainda procuram a revolução comunista de qualquer jeito, conseguiram sobreviver plenamente, se elegendo democraticamente.

Acabaram conseguindo com a eleição de Tancredo Neves, que também nunca teve nada de comunista. Era mineiro, conterrâneo meu, porque meu pai e eu somos de São João Del Rey e ele nasceu lá também – foi um homem que cresceu e

muito na época da Revolução; por uma coincidência muito grande, ele vinha a ser irmão da esposa de um militar, do Mozart Dornelles, que era capitão.

Quando o Getúlio assumiu, foi, através do Mozart Dornelles, que o Tancredo se projetou nacionalmente, entrando para a "turma", vamos dizer assim, que apoiava Getúlio Vargas, e com mais um detalhe, meu colega de turma do Colégio Militar, filho desse Mozart Dornelles, é, hoje, o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, cuja mãe ainda vive, mora lá em São João Del Rey, Dona Mariana.

Além dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, quais, na sua opinião, foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

O Marechal Denys e o General Muricy estão na linha de frente do Movimento.

O General Médici, lá na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Meu pai, em seu livro, deu a um capítulo – esse aqui das páginas 36 e 37 – o título de "Começo do Fim", que, assim, se inicia:

"Pela madrugada chegou a notícia da adesão da Academia Militar das Agulhas Negras. Seu Comandante, o General Médici, colocara os cadetes em posição de combate nas elevações que cercam Resende para quem vem do Rio, interpondo-se entre as poderosas forças de Anfrísio da Rocha Lima e o II Exército que se deslocavam pela Via Dutra."

Esta decisão trouxe um reforço no ânimo das tropas de Minas Gerais. O General Médici não faltaria ao Brasil! Foi o Começo do Fim para os inimigos da liberdade e da democracia!

O General Justino – que contava, no seu Estado-Maior, com o Coronel Bandeira, que ascendeu ao generalato – exerceu um papel importante no Nordeste.

Então, temos vários líderes; lá em Minas, por exemplo, um dos primeiros a aderir ao Movimento, era deputado na ocasião, o Aureliano Chaves, que depois chegou à Vice-Presidência, o Pedro Aleixo, que foi Vice-Presidente e não deixaram ser presidente.

O próprio Milton Campos.

Milton Campos, o Afonso Arinos, José Maria Alkmin, somente citando os mais conhecidos de Minas.

No meio militar, temos o Costa e Silva. Há até uma passagem que relaciona meu pai ao Costa e Silva interessantíssima: quando o meu pai serviu em São Paulo, comandando a 2ª Região Militar, ele foi inaugurar a sede de uma CR (Circunscrição de Recrutamento) em Ribeirão Preto, se não me engano, a 5ª CR, com os jornalistas "em cima", porque ele tinha chefiado a Revolução, partindo de Minas, o que lhe trouxe muita admiração no seio de todo o povo paulista.

E, numa entrevista, perguntaram a ele: "General Guedes, qual foi a participação do General Costa e Silva na Revolução?" E, ao responder a pergunta, dentro dos fatos históricos, ele apenas falou assim: "No dia 2 de abril de 1964, como oficial mais antigo em função na ativa, no Rio de Janeiro – parece que ele era chefe do DPO (Departamento de Provisão e Obras) – ele assumiu o Ministério da Guerra". Então, o jornalista – olha o que é jornal, vamos ver, aqui, um exemplo – o *Estadão* ou seja o jornal *O Estado de São Paulo* colocou a seguinte manchete: "Guedes diz: Costa e Silva é revolucionário de 2 de abril."

Isso criou um atrito entre meu pai e o Costa e Silva, e entre este e o Kruel, que era o Comandante do II Exército, pois o General Costa e Silva era candidato a substituto do General Castello, auto-indicado de certa forma, mas a linha dura já estava naquele frenesi do AI-2.

Queria o Costa e Silva.

Exatamente. Após esta manchete, o Costa e Silva falou para o Kruel: "Tem que punir o Guedes". Ao que o Kruel respondeu: "Não, eu não vou punir, pois ele não fez declaração política, o que está proibido; ele fez uma declaração histórica, ele relatou um fato histórico". O Costa e Silva retrucou: "Ah, mas pegou mal." O Kruel já estava querendo "largar o barco", ele era quatro estrelas, dos mais antigos, tanto que foi candidato a deputado por São Paulo, pelo MDB, e foi eleito, poucas pessoas se lembram disso. No "frigir dos ovos", para resolver o impasse, o Kruel resolveu dar uma advertência reservada ao meu pai, para evitar declarações que pudessem ser confundidas com declarações políticas.

O que era para ser reservado, para conhecimento em boletim interno reservado, no dia seguinte estava na imprensa: General Kruel pune General Guedes por declarações etc. O Kruel em seguida se licenciou, se afastou, foi ser candidato pelo MDB, e meu pai assumiu interinamente o Comando do II Exército. São passagens que muito pouca gente se lembra.

Então, para citar os líderes, teríamos o próprio General Castello Branco, e agregados a ele aparecem elementos que eram do seu *staff*: o Golberi do Couto e Silva, com quem eu até servi em Belo Horizonte, quando ele era tenente-coronel e foi transferido para lá como castigo, do mesmo jeito que o General Mamede foi transferido para Corumbá, por causa daquele discurso à beira do túmulo do General Canrobert. Então são "pedaços" de história que se entrelaçam.

Conheci o então Tenente-Coronel Golberi quando eu era oficial do 12ºRI e fomos participar de uma competição entre as Unidades da 4ª Região Militar e da ID/4, como árbitros; inclusive, naquele tempo, um pedaço de Goiás pertencia à 4ª Região Militar, e tinha um quartel lá em Ipameri.

Então, além dos que eu já citei, inclusive os civis, tem mais esses. E, como eu já disse, a Revolução de 31 de Março de 1964, como revolução, como movimento, terminou em 15 de abril de 1964, quando o Congresso elegeu o Presidente Castello Branco; a partir daí, a condução foi dele.

Por isso que o General Bayma Denys, filho do Marechal Denys, diz muito bem que é preciso separar o Movimento armado, que eclodiu para impedir que a anarquia e o comunismo destruíssem o País, e a outra parte, após a eleição do Castello Branco, que aí já é movimento político.

Por isso é que insisto ser interessante ler o livro de meu pai, porque nele aparece por que é que o Castello foi eleito, foi escolhido Presidente, em vez de ser o Costa e Silva, que já estava na função praticamente, porque ele comandava o triunvirato que se fez, com o apoio do Lacerda na ocasião.

Então, por que foi o Castello escolhido e não o Costa e Silva, que acabou, depois, trabalhando para ser o substituto do Castello, apoiado pela linha dura. Então, esses são fatos históricos que aparecem muito bem narrados.

Poderia fazer uma breve síntese dessa parte.

Vou explicar o que aconteceu. No dia 4 de abril de 1964, as coisas aqui começaram a mudar, começaram a mudar exatamente com a assunção do comando do movimento pelo Costa e Silva, e o Governador Magalhães Pinto foi ficando incomodado, porque ele era o líder civil e estava até meio alijado; e o Costa e Silva com o apoio de Lacerda etc .etc.

Em face disto, Magalhães Pinto, acompanhado dos seus principais colaboradores – Monteiro de Castro, Alkmim, Pieruccetti e Clóvis Salgado – veio com o meu pai aqui nesse quartel, no Gabinete do Ministro da Guerra e foram recebidos pelo então General Costa e Silva. E, para surpresa dele, dos seus amigos, e do meu pai, que acabou tendo um bate-boca com o General Costa e Silva, recebeu o Magalhães Pinto quase com o dedo em riste, com o dedo no nariz:

"Não admito movimento separatista." Como se Minas quisesse realizar algum movimento separatista. E o Magalhães optou, vamos dizer assim, por fazer uma gozação: "Pensei que estava agradando, estou desagradando." Quer dizer, ele veio aqui, ao Rio de Janeiro, para ver a evolução do Movimento e, na realidade, foi surpreendido com a forma como o General Costa e Silva tratou ele e todos. Ao deixarem Costa e Silva, após a malsucedida entrevista, Magalhães disse a meu pai: "General Guedes, parece que estão aborrecidos porque fizemos uma revolução e fomos vencedores".

Após uma reunião em que vários governadores, por sugestão de Carlos Lacerda, indicaram para Presidente da República, o General Castello Branco, 18 generais adotaram a candidatura Castello, aprovando a indicação dos governadores.

Nessa conversa de generais, ficou deliberado que o nome do General Castello Branco seria o indicado, e um dos Geisel, não tenho como dizer agora qual – ficou encarregado de dizer ao General Costa e Silva que, se ele quisesse, poderia continuar Ministro, ou seria afastado, porque o presidente escolhido pelos generais era o General Castello Branco, um homem acima de qualquer suspeita, um homem conhecido nacionalmente, um homem que passou grande parte da vida militar, como dizia meu pai, no tablado, porque foi instrutor da Escola Militar, da EsAO, da ECEME.

De seus dotes intelectuais, ninguém duvidava. Inclusive não tinha vocação nenhuma para ditador, por isso ele foi para a reserva, quis se desvincular da farda para assumir a Presidência da República, fato resultante de um movimento em que ele participou efetivamente, apesar de não ter sido conspirador, mas, que, por posição tomada como chefe do EME, colocou o "pescoço na guilhotina", se tivesse acontecido uma vitória do outro lado.

No livro de meu pai, a escolha de Castello Branco está bem explicitada, com todos os pormenores para quem quiser saber mais a esse respeito.

Com a escolha e ascensão de Castello, se inicia a fase da Revolução que podemos denominar de fase política que deu seqüência à fase do Movimento armado que, como mostrei, terminou em 15 de abril.

Castello passou o bastão para Costa e Silva, que tinha características diferentes do seu antecessor. Quem conhece um e conhece o outro sabe que Costa e Silva era exatamente o contrário do Castello Branco. Vamos fazer uma comparação: se o Castello Branco fosse do PSD da época, o Costa e Silva seria da UDN.

Do mesmo jeito que, depois que ele adoeceu, tendo de deixar o Governo, entrou o Médici, que era apolítico, entrou para "descascar o abacaxi" que lhe tinha sido deixado de herança, pelo aumento impressionante da subversão, com as guerrilhas funcionando etc. Ele pegou o "osso duro de roer".

Hoje, se fala muito em repressão, mas só houve repressão porque a esquerda, que tinha sido levada à "nocaute", sem mortes, sem nada, começou a matar, a roubar, a assaltar, e quem foi consertar isso, derrotar esse foco, foi o General Médici, que teve o cuidado, quando saiu, de colocar novamente no Poder um homem que ele dizia que era da linha do Castello.

Quando fui comandado do Coronel Lauro Rocca Diegues, na época em que servi no 2º BC – 2º Batalhão de Caçadores, em São Vicente/SP – escutei, num telefonema do Coronel Diegues para o General Médici, que era o Comandante do III Exército, ele dizer: "Não, mas tem que aceitar." Porque o General Médici não queria aceitar a Presidência, ele foi quase que por exclusão, outros queriam e ele não queria, então acabou sendo ele.

Assumiu, essa é a verdade, como uma missão. O Coronel Diegues, depois, passou o comando do Batalhão e foi para a Casa Militar do General Médici em Brasília.

O Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma revolução ou uma contra-revolução?

Lá em Minas, nós usamos a expressão Movimento Democrático de 31 de Março de 1964, essa é a nossa realidade. Seria uma contra-revolução da revolução que a esquerda estava pretendendo fazer, foi uma antecipação, foi a saída na frente daqueles que estavam querendo comunizar o País e nós evitamos.

Quando fui chamado, participei, ajudei, sempre dentro de uma linha que era a defesa da democracia, exatamente a linha que levou Minas Gerais a desencadear o movimento – povo e Forças Armadas unidos.

Quais foram os principais acertos da Revolução?

O desenvolvimento do País foi enorme. É só ver como eram os transportes, as comunicações, as fontes de energia naquele tempo e como se apresentavam no final do período dos presidentes militares. Apesar de todos os percalços, apesar dos erros e acertos, o que se faz hoje é fruto do que se fez durante vinte anos, de 1964 a 1984.

O desenvolvimento foi extraordinário, e talvez não tenha sido melhor, porque o próprio General Geisel, com aquele espírito dele, não digo nacionalista, mas corporativista, atrasou muito algumas coisas; estou numa área, hoje, ligada ao álcool como combustível, que atrasou demais, porque não se quis mexer como se devia, para não se mexer com a estrutura da Petrobras, à qual ele era ligado por uma série de motivos.

Então, são problemas... Essa reserva que se fez da informática, por exemplo, atrasou muito o nosso desenvolvimento. Tanto que, hoje, quando se fala que o Collor abriu as fronteiras para entrada de mercadorias de tudo que foi jeito, se viu, também, que não era "nem tanto ao mar e nem tanto à terra". Nós não estávamos preparados para isso...

Houve problemas que não se pode questionar, mas o desenvolvimento, a mudança, que a Revolução imprimiu, foi da água para o vinho.

No que tange à autoridade exigida a um presidente, João Goulart teria sido um fantoche?

Teria sido não, foi um fantoche. A autoridade estava totalmente desacreditada. O que o pessoal queria era exatamente um presidente com autoridade, e o Castello tinha todas as condições, e teve todo o apoio da população. Perdeu-se, meu pai dizia, uma grande oportunidade para se consertar o País, porque ele se autolimitou.

Quando se fez o Movimento era para se ter um presidente que, além de acabar com o perigo da comunização, e colocar o País em ordem, fizesse novas eleições. Não

se podia dizer que seria em um, dois, três ou quatro anos, mas era para ser um chefe revolucionário que, a partir de 15 de abril, se encarregasse dessas funções. Era para ele assumir e programar as eleições, mas aquele temperamento dele, aquele apego à Constituição, apego à democracia...

À legalidade.

Para não parecer um ditador sul-americano, que ele tinha horror a isso, ele acabou, contra a vontade, assinando o AI-2. Eu era capitão, fazia a EsAO, e na ocasião vi o movimento que se fez na Vila Militar, ele chegou a ser ameaçado, esteve a ponto de sair se não assinasse o AI-2. Constrangido, ele assinou o AI-2, a bem da verdade.

A partir daí, quem assumiu o comando, praticamente, foi o Ministro da Guerra, – o Costa e Silva – que foi, depois, sacramentado pelo Congresso como o Presidente da República seguinte.

As coisas começaram a cair em descrédito, começou a haver o movimento de esquerda, o apelo à luta armada; hoje, fazem de Marighella e Lamarca, verdadeiros heróis. Eu era capitão, servia em São Paulo, vi o que Lamarca fez, acompanhei de perto; hoje, fizeram um filme, no qual ele é transvestido em "mocinho", apesar de ter sido um assassino frio, um bandido vil, que o tempo todo traiu o Exército e a Pátria.

Traidor, desertor, é da minha turma, turma de 1960. É um elemento, extremamente mal-agradecido, que muito se locupletou do Exército, alegando dificuldades financeiras para subsistir, o que começou desde cadete e perdurou até capitão, quando desertou, traindo seu Comandante – Coronel Antonio Lepiane – que muito o apoiou no 4º RI, em Quitaúna.

É aquilo que o meu pai falava: "Daqui a trinta anos, dentro da rotatividade de poder, as forças de esquerda, possivelmente, estarão no Poder, e vocês vão ver o que é que terão de fazer." Meu pai acertou e, em 1995, os esquerdistas estavam no Poder, elogiando os Marighellas e os Lamarcas, distorcendo a verdade, mudando a história com versões mentirosas... essa é a realidade!

Recentemente, recebi a última revista do Clube Militar, que mostra uma palestra de um coronel que fala sobre isso, inclusive alude a todos os que foram assassinados por terroristas aqui no Rio de Janeiro, civis e militares, como eu assisti, não no Rio, mas em São Paulo, assisti não, estava junto. Comigo aconteceram fatos interessantes, inclusive na época em que servi no 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), em São Vicente, quando o Lamarca foi cercado em Registro, e comandava a Grande Unidade de Artilharia de Costa e Antiaérea, lá em Santos, o General Paulo Carneiro Thomás Alves, responsável pela defesa interna de toda aquela área.

Quando se plotou o Lamarca, o BC, unidade operacional de Infantaria, foi para o local, mas nós éramos do grupamento de incorporação A e, por problemas de licenciamento da tropa, as unidades do grupamento de incorporação B, entre elas uma de Artilharia, é que foram nos substituir lá no Vale do Ribeira. Quem estava no comando da Artilharia na Baixada Santista era o Paulo Carneiro Tomás Alves, e quem comandava o Regimento de Itu era o Coronel Leônidas Pires Gonçalves, sendo até numa viatura da unidade dele que o Lamarca acabou escapando, com um tenente e um sargento, numa viatura de rancho, isso já é história sedimentada. Então, são fatos, e o pessoal, na ocasião dizia: "Puxa, mas tiraram a tropa de Infantaria, que era preparada para isso, e colocaram uma tropa de Artilharia".

O General Paulo Carneiro Tomás Alves era, portanto, o Comandante da Grande Unidade que o senhor comandou recentemente, ele fez questão de transferir o QG de Santos para o Vale do Ribeira, o boletim era "rodado" lá no campo, tudo saiu do Quartel-General e foi para lá, para pegar o Lamarca, mas acabou dando no que deu – o Lamarca escapou e ele deixou de ser promovido, mas isso é uma outra história.

Por que os sucessos da Revolução não são divulgados pela imprensa atual? É o "revanchismo"?

É o "revanchismo". Aquele artigo, que eu apresentei, publicado no *O Globo* e transcrito no *Jornal do Brasil*, mostra, perfeitamente, as distorções da imprensa, sendo que, hoje, todos esses órgãos de comunicação procuram propositadamente modificar a história, criar situações diferentes da realidade, além de omitir todos os fatos positivos relativos à Revolução e às Forças Armadas. Esta é uma preocupação da imprensa em geral.

O primeiro governo civil, que foi do Sarney, que era da Arena, que era um elemento do PDS, e depois mudou para o PMDB para poder ser candidato a vice, ele sempre apoiou o Movimento de 1964, não admitindo participar da farsa.

Como também o próprio Antônio Carlos Magalhães, pois eu servia em Salvador na época em que ele era governador, eu tinha sido transferido de Santos para lá, inclusive assisti às atividades de perseguição ao Lamarca na Bahia.

Quando cheguei em Salvador como Oficial de Operações do 19º BC, estava empenhado na captura do Lamarca que andava por lá já meio acuado. Depois que o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) foram embora, ficou lá o então Major Nilton Cerqueira, que era o Oficial de Operações da 6ª Região Militar, cujo Chefe do Estado-Maior era o Coronel Rebuá, e

o Comandante do Pelopes (Pelotão de Operações Especiais),que era um tenente pára-quedista, Hallier, com a sua tropa. Nós até dizíamos que eles eram "secretas portugueses", pois estavam em uniformes de cangaceiros, mas com armamento nosso. Eles fizeram o rastreamento do Lamarca e o encontraram.

Sei exatamente como é que foi, como aconteceu, como se chegou ao Lamarca; assisti até o próprio Nilton Cerqueira ser agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma, com os sargentos que participaram da operação que acabou com o Lamarca, lá no sertão da Bahia.

Quer dizer que, na verdade, quem acabou com o Lamarca foi o próprio Exército que ele traiu e do qual desertou levando suas armas.

Foi o próprio Exército, foi o Pelopes do 19º BC, comandado pelo Grande Comando da 6ª Região Militar, através do seu Oficial de Operações, que era o então Major Nilton Cerqueira, com o grupo de apoio dele lá da 3ª Seção.

Isso se deu depois que todo mundo foi embora, já tinham desistido de encontrá-lo, porque ele se escondia bem. Adotou-se, então, a mesma tática do Lamarca, ou seja, usou-se o pessoal baiano, preparado para operação na caatinga. Tanto que depois apareceu mochila, apareceu uniforme de caatinga etc., como lá em Minas, existe o de montanha.

Então, o Nilton, com essa tropa, foi indo, foi indo, e acabou pegando o Lamarca, em um momento já de aniquilamento total do pessoal que o acompanhava.

O Nilton Cerqueira e eu fomos contemporâneos do Colégio Militar, eu era do 1º ano e ele do 4º ano ginasial. Quando eu cheguei ao 4º ano ginasial, ele estava no 3º científico, e fomos diretores da Sociedade Literária do Colégio Militar, onde tivemos muito contato. Posteriomente, nos encontramos na Academia (AMAN), ele terceiranista, eu primeiranista; depois, só voltamos a nos cruzar, lá em Salvador.

Exatamente como e de que jeito o Lamarca morreu, me foi dito pelo próprio Cerqueira e pelo Hallier. Quem encontrou o Lamarca encostado na árvore, com o fuzil do lado, foi o Nilton Cerqueira. Ele apenas perguntou: "Você é o Lamarca?" O Lamarca fez menção de pegar o armamento e o Nilton não deixou, parou ali, acabou ali. O valente alagoano Major Nilton Cerqueira disse-me: "Encerramos, naquele momento, uma seqüência de crimes hediondos que vinham sendo cometidos por ele. Vivo, vai seqüestrar mais embaixadores, vai assassinar mais inocentes, vai enlutar outros lares brasileiros". Esse é o jeitão dele, a maneira de ele agir; ele decidiu naquele momento.

"Quer dizer, era ele ou eu, porque, se eu hesitasse, daria tempo para ele pegar e atirar contra mim; então, não teve conversa, ali mesmo liquidou-se o problema." Isso ele me contou assim que retornou.

Lamarca foi o responsável pela morte do Tenente Mendes, lá em São Paulo, a coronhadas, covardemente.

Foi pior. O tenente que ele matou, além das coronhadas na cabeça, foi amordaçado para que ninguém ouvisse seus gritos, todas as unhas arrancadas, e mais, quando eu comandava a Companhia Comando da 2ª Região Militar (Cia/QG 2ª RM) , aquele episódio do Soldado Mário Kozel Filho, que morreu na guarda do Quartel-General do II Exército, no Ibirapuera, aquilo foi uma viatura com munição que o Lamarca mandou jogar contra o muro da 2ª Região Militar que, até hoje, ocupa o mesmo quartel no lado atingido. Os vidros lá de casa, que ficava nos arredores, quebraram, em conseqüência das explosões.

Vivi uma época de guerra em São Paulo, que era terrorismo mesmo, da gente sair na rua e não saber se voltaria; eu vivi isso. A minha filha tinha que ser levada ao colégio e apanhada no término das aulas, minha mulher não a largava. Uma ocasião queria que ela mudasse de lá por causa dessas ameaças, telefonemas etc. O terrorismo funcionava a todo vapor na época de Marighella, de Lamarca e de outros tantos que andaram por aí.

E, hoje, só havia santos, e nós é que somos os torturadores. Implantaram a luta armada para criar o regime totalitário sonhado por eles, obrigando-nos a enfrentá-los. E o fizemos com inteiro sucesso. Essa é a verdade!

Hoje, dizem que lutavam contra a ditadura, que eu canso de dizer que não era ditadura. Era um governo eleito pelo Congresso, que, por sua vez, era eleito pelo povo. Eles lutavam contra nós, não pela democracia, como cinicamente dizem, mas para implantar, eles sim, uma ditadura semelhante à de Fidel Castro, que eliminou 17 mil cubanos...

Dizem que a esquerda partiu para a luta armada porque nós não lhe demos oportunidade para defender suas idéias. O que acha dessa estória?

Nada disso. A esquerda começou esse movimento porque foi apanhada de "calça curta" pelo Movimento, que volto a dizer, começou em Minas, foi uma surpresa; talvez tivesse sido o lugar que eles não esperassem jamais que ali começasse a nossa resposta, mas, ali, se encetou, desmoronando o esquema comunista. Naquela oportunidade, eles não tiveram poder de reação, não puderam se organizar. Tentaram, depois, o revide, através da luta armada e foram, novamente, derrotados. Por isso, hoje, inconformados e politicamente por cima, só pensam em vingança.

Em Minas, por exemplo, quase todos os elementos de esquerda foram presos antes, no dia 30 de março de 1964, pelo pessoal da Polícia Civil, que também já estava entrosado, já tinha o endereço de cada um dos líderes, que foram tirados

de circulação. Saímos, como já disse, em direção ao Rio de Janeiro e a Brasília, em duas colunas de marcha, e, depois, o que se fez pelo País afora, foi problema de cada área.

Para o revide, para a reorganização, vieram recursos – o próprio Fidel Castro chama o Brizola de *El Ratón*, porque mandou muito dinheiro para ele, dinheiro que não foi todo empregado na luta armada como previsto. Isso era voz corrente e a voz do povo é a voz de Deus!

São coisas, entretanto, que o tempo apaga. Brizola, quando foi eleito a primeira vez, aqui no Rio, foi um dos cabeças do "revanchismo" contra o Movimento de 1964, essa é a realidade. Agora, me desculpem os cariocas, mas quando o elegeram pela segunda vez é porque gostam de sofrer. Ele conseguiu acabar com o Rio, está difícil de consertar. Todos os que foram eleitos no Rio eram do Partido dele, mas todos acabaram brigando com ele. Estou para ver um com o qual ele não tenha brigado, o Marcelo Alencar, o Saturnino Braga, o César Maia e o último foi o Garotinho. Agora, ele está incensando o Itamar Franco, em Minas.

A batalha da comunicação social nós perdemos ou, dela, não quisemos participar? O próprio Castello Branco não gostava de propaganda, não queria que, no Governo dele, tivesse um DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), como o criado por Getúlio Vargas.

O Castello Branco assumiu a Presidência como se tivesse cumprindo uma missão; acabou a missão entregou. Ele não tinha preocupação em mostrar o que estava fazendo e o que não estava.

Então, a imprensa não tinha e também não ganhava verba de publicidade, o que hoje é muito comum: comunicação favorável vem do dinheiro. Hoje, solta-se o dinheiro e a mídia apóia com grande empenho. Naquele tempo, não havia essa preocupação, principalmente, como eu disse, no Governo Castello Branco, que era avesso a todo tipo de publicidade.

A imprensa acabou dominada pelo pessoal de esquerda, que procurou, sempre que possível, detratar os governos militares, o que se prolongaria, apesar da abertura.

E da anistia ampla, geral e irrestritíssima...

No próprio meio militar, na época do Geisel, tivemos os problemas dos generais Frota e Hugo Abreu, este mineiro, morador de Juiz Fora. Eram coisas que não precisavam ter acontecido e que só aconteceram por causa do primeiro erro do qual já falei.

O certo é que a Revolução de 1964 não produziu nem mortos, nem feridos, mas os derrotados em 1964 partiram para a luta armada, através de dezenas de

organizações extremistas, como a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) que quiseram retomar o Poder pela força.

A imprensa tratou de distorcer as coisas e criou esse fosso, esse abismo; hoje, tem muita gente que nem sabe o que foi o Movimento de 1964 e do jeito que foi; parece que houve uma quartelada, um movimento imposto, sem apoio popular, quando se deu exatamente o contrário, o movimento saiu das ruas atendendo o pedido, volto a frisar, o pedido dos civis para que o Exército interferisse, de modo a impedir a desagregação que estava levando o País à comunização.

A imprensa, hoje, trata a Revolução como um golpe, que não saiu do povo etc. É uma orquestração, uma repetição permanente. A verdade poderá prevalecer mais tarde ou será difícil?

Não sei quanto tempo vai demorar, pois esse negócio de história é tão relativo, que hoje vemos certos historiadores e até movimentos dentro da imprensa que contestam Tiradentes, o Patrono Cívico da Nação brasileira. Veja onde chegamos!

Acho que ainda está muito recente, por isso é que julgo muito importante esse trabalho que vocês estão fazendo de colocar os "pingos nos is" com relação à Segunda Guerra Mundial e ao Movimento de 1964. É muito importante também a leitura atenta desse livro do meu pai, porque mostra os fatos da maneira como se desenrolaram realmente.

Tirem as conclusões que quiserem de certos conceitos que ele emite, vejam alguns problemas pessoais interferindo na condução de alguns capítulos, mas, "preto no branco", analisem o início da Revolução, do Movimento, a maneira como foi feita e por que se chegou a ter o êxito que se teve, que é, no final das contas, o importante, para saber exatamente como começou e não como terminou.

O início do Movimento, o porquê do seu desencadeamento, as necessidades que o povo sentia e o grande desenvolvimento que os presidentes militares trouxeram ao País. A verdade sobre tudo isso é que é preciso dar a conhecer aos brasileiros, principalmente aos jovens que não viveram as décadas de 1960 e 1970.

O AI-5 foi necessário?

Foi mais do que necessário, foi uma solução de momento imprescindível, porque as forças já estavam em campos bem definidos, havia uma guerra interna, uma guerrilha ativa, uma guerrilha que estava usando até os meios de comunicação e o próprio Congresso para deturpar os fatos; então, precisava de um regime de exceção, para poder dar força ao processo revolucionário, dar força ao governo.

Isso até reforça a sua tese de que nunca houve ditadura, passou a ser momentaneamente, porque era tão brando o regime que eles chegaram onde chegaram.

Exatamente. Era uma ditadura que tinha *Pasquim* circulando, jornais circulando, justiça funcionando sem restrição, tinha o Congresso, eleição de governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. Que ditadura é essa?!

Aquele problema do Márcio Moreira Alves, que "desaguou" no AI-5, podia não ter acontecido se as condições fossem diferentes, mas foi mais uma "pontada", além das que já haviam sido dadas pelas armas – assaltos, assassinatos, explosões de bombas, atentados, ações criminosas de todo o tipo com uso de força. Então, foi uma solução realmente de momento, que não precisou haver em 1964, porque a esquerda não estava tão articulada como achava que estava, achava que ia tomar o Poder sem maiores problemas. A partir de 1968, eles decidiram agir pela força para tomar o Governo e se juntaram, se mobilizaram em força contra o Governo.

Caso não se tomasse uma providência daquele tipo, como se manteria a governabilidade? Acho, então, que foi extremamente necessário o AI-5 ou qualquer outra medida que permitisse colocar "ordem na casa", seja com que designação fosse.

Qual a sua opinião sobre a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) e dos DOI (Destacamento de Operações de Informações) que atuaram na linha de frente contra os terroristas?

O SNI era tão necessário que, com a sua extinção pelo Governo Collor, ficou evidente que fazia falta; todos os países do mundo têm um serviço de inteligência que procura fornecer as informações e os dados imprescindíveis às decisões governamentais, orientando o Governo quanto aos anseios da população e dos movimentos contra a consecução dos objetivos nacionais e de governo.

O SNI não era um órgão de repressão, era um órgão de informação; se houve algum exagero, fica por conta de quem talvez não estivesse preparado para desempenhar uma função de tanta relevância, fica por conta de algum elemento que tenha extrapolado nas suas atribuições, tentando consertar, à sua maneira, aquilo que estava sendo feito para impedir o cumprimento das missões: eles fazem isso conosco, vamos fazer com eles.

Quanto aos DOI, eles podem ter extrapolado em alguns lugares, mas eram necessários, eram órgãos de informação que tinham que ser estruturados; onde houve tortura poderia não ter havido, uma vez que nunca existiu nenhuma diretriz nesse sentido, ao contrário. Quando se falou, com toda razão, em matar para não morrer falou-se em matar mesmo e não torturar, como alguns revanchistas notórios, já bem conhecidos, querem, hoje, fazer crer.

E vou dizer o seguinte: por que o movimento de esquerda, quando vence, permanece mais tempo? Não é porque faz democracia, é porque ele mata os opositores, e o nosso Movimento, não digo que tenha sido de direita, porque eu nunca fui direita, meu pai nunca foi direita, apenas não queríamos a comunização do País.

Quando comandei a Companhia de Comando da 2ª Região Militar, aconteceu um fato que mostra um certo destempero, vou citar rapidamente: Nas vésperas de eu passar o comando da Cia Cmdo da 2ª RM, um oficial, Tenente Rodrigues, meu subcomandante, foi fazer uma "paquera" na Rua São João.

Quando ele estava paquerando, um carro veio e deu uma batidinha no carro dele, pela retaguarda, e aí começou a briga. Ele, tenente subcomandante, talvez entusiasmado, ligou para o corpo da guarda da Companhia e acionou uma patrulha para ir lá. Essa patrulha foi, pegou o rapaz que tinha batido no carro dele e fizeram algumas boçalidades com ele.

Não tinham que ter prendido, não tinham que ter envolvido tropa. Ele, para castigar, por causa da batida, cometeu umas barbaridades, que nem vêm ao caso aqui, e foi embora, e os sargentos e os soldados acabaram torturando esse rapaz, sem razão.

No dia seguinte, na passagem de comando, estava o fato consumado. Comandava a Região o General Vicente Dale Coutinho, depois foi Ministro do Exército, e o Chefe do Estado-Maior era o então Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino; o comandante que foi me substituir, eu já era major, ele era capitão, era o Valter Rocha, meu companheiro de turma e muito ligado ao Coronel Confúcio. Então, o que é que se fez? Prendeu-se o tenente e se fez um inquérito. Para simplificar: os sargentos e os cabos foram punidos e o tenente foi preso, condenado, e acabou se suicidando, porque a pressão contra ele foi forte. Todos os seus superiores ficaram indignados com aquele procedimento.

Por uma coisa boba, um choque de pára-choques, desencadeou-se um processo de tortura em uma pessoa, que resultou na punição de todos os envolvidos porque tiveram um comportamento inaceitável, e o tenente acabou suicidando. Foi condenado com pena superior a dois anos e suicidou. Só abordei esse acontecimento para mostrar que a tortura, às vezes, começa de modo inexplicável.

Outro dia, o Professor Olavo de Carvalho fez um artigo no *O Globo* mais ou menos sobre isso, mostrando que a tortura, às vezes, pode advir de um fato à toa, o que não significa que ela, por isso, deixe de ser condenável.

É o que às vezes acontece em favelas, nesses linchamentos, o criminoso estuprou uma menina; de repente, as pessoas vão em cima dele, começam a linchá-lo, e

acabam matando – é uma reação de revolta. A tortura, no quadro do terrorismo, pode surgir devido ao ódio contra aquele indivíduo exatamente pelo que ele fez.

Então, houve exagero, houve quem extrapolasse nesses DOI/CODI, por falta de preparação, naquele escalão mais baixo, para o poder que lhe era conferido, julgando-se o "dono da verdade", entendendo poder fazer o que quiser, por ter raiva de determinado elemento, porque fez isso, fez aquilo, sobretudo contra um amigo seu.

Talvez, a descentralização tenha levado a isso, porque deu poder a quem era muito novo, imaturo etc.

Não se pode esquecer que muitos terroristas com os quais nos defrontamos, como Carlos Lamarca, foram torturadores frios, além de terroristas, que atuavam contra pessoas indiscriminadamente, e estão sendo indenizados pelo Governo FHC com o nosso dinheiro, com o dinheiro da Nação, prática que se instituiu a cargo de uma Comissão fajuta.

A Revolução demorou-se muito à frente do País? Qual a sua opinião a respeito?

Quando começou não tinha prazo para terminar. Era para ser no prazo possível de evitar a comunização do País, atuando para que a democracia fosse preservada. Se demorou, foi porque novos problemas surgiram, criados por parte da esquerda que se voltou para a luta armada.

Demorou vinte anos e com presidentes que, praticamente, não tinham nada a ver um com o outro, essa é a realidade. Se tivesse havido um só, por isso volto àquela origem, em que meu pai criticou o General Castello Branco. Se tivesse sido ele, em cinco anos no máximo teria feito a convocação geral de eleições, com todo mundo concorrendo, acabou, pronto. Desta forma, não teríamos ficado tanto tempo expostos.

Mas o General Castello não quis e, mesmo que quisesse, os extremistas, provavelmente, não deixariam, porque partiram para a luta armada quatro anos após o início da Revolução, durando na ação até 1973, quando foram definitivamente derrotados.

Por que se deu a abertura política? A conjuntura internacional a acelerou?

Não. O Médici, quando saiu, quis devolver o Poder à turma do Castello. O Geisel era da turma do Castello, sempre foi muito ligado a ele.

Quando o Geisel assumiu o Poder, sentiu que estava na hora de acabar com o movimento, não com o Movimento de 1964, mas com o que tinha se iniciado com o Governo do Castello, em 15 de abril; então, se propôs a fazer a abertura, a

fazer a redemocratização plena, inclusive se opôs que viessem depois dele o Sylvio Frota, bem como o Hugo Abreu, daí a briga com ambos.

Ele escolheu o General Figueiredo, optou por um vice-presidente civil, que era o Aureliano, e tudo nos fazia crer que seria o homem indicado para ser o primeiro presidente civil a partir de janeiro de 1985. Mas houve o episódio da operação do Figueiredo, e a imprensa deturpou certas declarações, além de algumas atitudes do Aureliano, que contrariaram o Figueiredo em alguns aspectos. Por exemplo: aquela expulsão dos padres, que era só assinar, ele não quis fazê-lo, mandou abrir um novo processo na Justiça, quando já estava tudo resolvido. Esse foi um dos fatos que os afastou.

Todos sabiam que o Figueiredo era "estopim curto", então começaram a dizer para o Figueiredo que o Aureliano o estava chamando de preguiçoso, que ele ia às 6h da manhã lá para o palácio, e o Figueiredo nunca chegava antes das 10 e começaram os "disse-me-disse"; isso criou uma incompatibilidade entre o Figueiredo e o Aureliano. Tanto que, na época, no palanque durante as solenidades, aparecia o Figueiredo virado para um lado e o Aureliano para outro, os dois nem mais se cumprimentavam...

Isso foi muito explorado e inviabilizou a candidatura Aureliano; daí, veio o Andreazza, acabou aparecendo o Maluf, e aí degringolou tudo. O Tancredo Neves foi para o PP (Partido Popular), criou o PP, depois voltou para o PMDB, a fim de ser o candidato; o Sarney saiu da Arena foi para o PMDB, e formaram a chapa de oposição para as eleições indiretas. Essa é a história.

Havia condições de o Presidente Figueiredo dar continuidade ao processo revolucionário, ou os resultados econômicos e a sua atuação política desgastaram a imagem da Revolução?

Isso é uma opinião minha, já não é influência de ninguém, nem do meu pai, que, nessa ocasião, já havia falecido, ele morreu na época em que o Geisel era Presidente. Mas o que aconteceu com o Figueiredo foi o seguinte: tenho alguns amigos que já fizeram essa cirurgia de safena; naquele tempo, era pior do que hoje, mas mesmo assim existem certas mudanças que se passam na personalidade da pessoa.

Alguns amigos que fizeram essa cirurgia dizem que o pós-operatório é traumático, aliás aquela expressão que o Figueiredo usou: é como se passasse um trem, um caminhão, um trator em cima, permanece válida. Até hoje é assim. E além disso, existem aqueles pontos que ficam e têm ligação com outros; sei que começa a despencar aqui, começa despencar ali, faz-se necessárias algumas reparações, deixando a pessoa muito vulnerável.

Quando o Presidente Figueiredo voltou, ele era sobrevivente de uma cirurgia que hoje é muito comum, mas naquele tempo era complicadíssima, tanto que ele foi para Cleveland. Então, a cabeça dele mudou, o que ele queria era ficar livre daquele encargo pesado, para poder ter sossego e repouso.

Não queria também renunciar, entregar para outro, porque achava que tinha uma missão a cumprir e existe a turma também que dá apoio, que sustenta: não, tem que continuar, tem que levar adiante; quando, se fosse um general da ativa, ele seria, em princípio, afastado do serviço, essa é a realidade.

Mas, como presidente, foi contemporizando, delegando poderes aos ministros, delegando funções, foi aceitando a nossa situação e, no final, ele não queria mais se envolver; então, ele não se sentiu mais em condições, o que ele queria, aqui para nós, era a sua sobrevivência – humana, pessoal, física.

A duras penas, continuou até entregar, e, na hora de entregar, aquela célebre frase: "Eu quero que me esqueçam". Ele vai para o sítio do Dragão, vai levar a vida dele, esquecido, como ele desejava. Tudo isso fruto, ainda, do trauma da cirurgia.

A partir de 1985 e contra a vontade da esquerda, quem continuou governando o País foi um homem tido de direita, que era o Sarney, que significava uma continuação daqueles governos militares, agora chefiado por um civil. Por quê? Porque o de oposição, que teoricamente seria o Tancredo, não teve condições de assumir, então, a dobradinha que eles fizeram, Arena e MDB, virou PMDB na ocasião, porque o Sarney saiu da Arena. Não foi o Tancredo, que pelo menos não tinha nada de comunista, nem era de esquerda, essa é a verdade, mas que não governou. Então, foi completamente diferente o desfecho do quadro sucessório. E o Sarney, por sua vez, chegou a um lugar que nunca esperou chegar.

Ele ficou ali, a inflação subiu assustadoramente, os ministros que foram escolhidos pelo Tancredo continuaram como ministros, ele simplesmente assumiu, sentou lá, e cumpriu o mandato dele. Tanto não agradou que, quando chegou ao fim do Governo, a inflação chegara a oitenta e tanto por cento, e elegeram o Collor, que era desconhecido; a minha falecida mulher, nascida e criada em Alagoas, sabia que ele era um louco, que tinha sido viciado em drogas e outras coisas mais, e que não era honesto, mas conseguiram fazer a mídia trabalhar para não ser o Lula.

E o Collor, primeira eleição direta, veio com toda a força... Do mesmo jeito que o Castello quando assumiu, que estava com todo o apoio, é só lembrar aquela campanha do "ouro para o bem do Brasil", todo mundo participava.

A diferença é que Castello consertou o País em pouco tempo, restabeleceu a autoridade, que não existia mais etc. enquanto o Collor foi um desastre, come-

çando por confiscar a poupança dos brasileiros, meteu os pés pelas mãos... e foi posto para fora.

Faço aqui um parênteses para contar um episódio da vida do Tancredo, que quando converso com os políticos em Minas, ligados a ele, todos reconhecem. Foi em 1960, o Tancredo era candidato a governador e estava com a eleição garantida, quando houve uma dissensão política de um partido, o PR, que apoiou o Magalhães Pinto, e na virada, no último mês, praticamente, na última semana, o Magalhães virou e o Tancredo ficou sem emprego, sem dinheiro, gastara tudo nas eleições, e sem poder.

Não tinha nem para pagar a dívida, tanto que lá existe uma piada que diz que o Tancredo perdeu na mineira, a loteria mineira, e ganhou na federal, porque, com a renúncia do Jânio, seis meses depois, assumiu o cargo de primeiro-ministro e passou a ser o homem do dinheiro. E, a partir daí, a liberação de verbas era com ele. Então, não preciso nem me alongar.

A queda do muro de Berlim e o término da bipolaridade, com o esfacelamento da União Soviética, acabaram com o comunismo ou ele continua presente?

O comunismo, como nós conhecíamos, e o principal inimigo, que era a Rússia, se enfraqueceram com a queda do muro de Berlim. Hoje, temos outras potências que estão aí emergindo, como a China e a própria Coréia do Norte, que estão fazendo os tais governos híbridos, áreas de capitalismo em regimes comunistas.

Um ex-adido militar na China, o General Fernando Cardoso, que comandou a 4ª Brigada de Infantaria, realizou palestras para nós em Belo Horizonte, mostrando-nos que a China não tem condições de sair do comunismo, porque é um país que, apesar das dimensões físicas, tem pouquíssima área aproveitável, uma gigantesca população e o pessoal está acostumado com aquilo ali. Ele, como adido militar, não podia visitar áreas que não fossem monitoradas.

A mudança dele para lá foi um caos, a melhor área residencial era a dos diplomatas, que lá em Minas comparamos ao conjunto do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – já extinto), que é um conjuntinho de classe média, construção simples, apartamentos simples, tipo de construção do BNH.

Como é que se distribuía trabalho e serviço? Quando chegou a mudança, em caminhão aberto, o pessoal que chegou desceu do caminhão, desceu a mobília, colocou no chão, e para eles acabou o serviço; aí, vinha uma outra turma e subia com a mobília, era para dar trabalho para mais gente. Ganham uma ninharia, coisa de dez dólares por mês.

Quando acontecia, por exemplo, de cair uma árvore, você não podia reclamar com ninguém, tinha que falar com o chefe de quarteirão, que acionava um elemento,

que vinha cortar os galhos da árvore, e deixava ali, para uma outra equipe preparar as toras para colocar no caminhão, depois, vinha uma outra equipe e levava embora.

Surgia um problema de encanamento na sua casa, tinha um bombeiro em frente, mas você não podia chamá-lo, tinha que informar o chefe de quarteirão para que ele providenciasse a reparação. Quando era pintura, um vinha preparar a parede e ia embora; depois, chegava outro para pintar.

Era tanta gente precisando trabalhar que, no frigir dos ovos, ninguém ganha praticamente nada, mas o governo sustenta. O pessoal vive mal, mas não chega a passar fome. No verão, o pessoal acumula, nos quarteirões, lá no centro, em Beijing, repolhos, cobrindo com plástico; quando chega o inverno, eles se alimentavam de sopa de repolho; a população juntava aquilo para a época fria; embora fosse uma coisa que fermenta, dava para agüentar as intempéries; então, era a alimentação deles.

O comunismo dentro do Brasil é uma ameaça?

É uma ameaça ao mesmo tempo que não é, depende de quem nós tivermos no governo. Com um presidente do tipo João Goulart, é uma séria ameaça, porque ele fará exatamente o jogo dos comunistas para levá-los ao Poder.

Na verdade, temos dois tipos de comunistas: os ideológicos, que acham que se deve dividir tudo, normalmente é quem não tem nada, porque na hora que entra dinheiro no bolso deixam de ser comunistas, embora possam até dizer que são.

No sentido de propriedade, digamos que o único bem que um determinado indivíduo tem é a sua bicicleta, então, se é dele é dele, os outros podem dividir tudo. Então, há o ideológico e há o que procura tomar à força, o que é dos outros – quer dizer, usa o comunismo, que é uma doutrina como outra qualquer, em benefício próprio.

Exploram o pobre, o infeliz, como nesses Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Então, há perigo no MST?

Se deixar crescer acaba tendo perigo, porque nós já enfrentamos isso na época da Revolução de 1964, tanto que há muita gente que faz comparação. Esse MST, naquele tempo, era a "Liga Camponesa", de Francisco Julião, que queria reforma agrária na "lei ou na marra", eram invasões de terra, que obrigavam os fazendeiros a se armarem. Só que hoje eles procuram tirar o "perigo vermelho", o perigo do comunismo, mas não vejo diferença nenhuma.

Hoje, como não deu certo o comunismo, aqui não deu certo, nem na Rússia, nem na Cortina de Ferro, eles procuram desmistificar, inclusive com aquela estó-

ria de que comunista não "come criancinha", antigamente o comunista, pelas atrocidades cometidas que acabavam vazando, metia medo – é a mídia trabalhando.

Esse pessoal sem terra, esses líderes, o Stédile, o Rainha, estão todos eles muito bem aquinhoados, a maioria já é proprietária, tem tudo; e eles transferem gente de um lugar para outro, fazem o que querem e a autoridade finge que não vê. Temos esse movimento lá em Minas, e numa situação até muito difícil, porque a Justiça manda tirar, e o Governador Itamar Franco não autoriza a Polícia a retirar.

Em outros lugares, a Polícia ainda atua, retira se precisar, lá os juízes estão umas "feras" com o governador, até nesse aspecto, porque eles dão a ordem judicial, que não é cumprida, porque o governo diz que o caso tem que ser estudado, e manda a Procuradoria do Estado analisar, para ver se aquela medida está de acordo, e, enquanto se julga, o pessoal continua na terra, criando problemas. Questiona o julgamento do Judiciário! Este Governo atual não disse a que veio, por isso não conta com o apoio, que seria natural, nem dentro do seu partido – o PMDB.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas. Qual a sua opinião a respeito?

O Exército, como Instituição, continua com uma aceitação muito grande. Primeiro, porque, querendo ou não querendo, todo mundo vê, hoje, a situação econômico-financeira dos presidentes militares. Qual é o que saiu rico? Nenhum. Qual o chefe militar que usou a função para encher o bolso? Nenhum. Então, por esse fato, o pessoal vê que a turma está ali por amor. Lá em Minas, temos, hoje, um problema muito sério, que é o da PM; então, a imagem do Exército ressalta ainda mais. Isso começou no Governo do Newton Cardoso, ainda em 1985, quando houve uma briga entre coronéis rivais.

Lembro-me de que, quando eu servi em São Paulo, a PM preferia um oficial de Exército no comando – um deles foi o próprio General Figueiredo, que era coronel na época – porque acabava com aquelas "picuinhas" entre aquele que é o comandante e um outro que quer ser o próximo comandante, o que gerava uma luta prejudicial à própria segurança interna. Assim, quando o Comandante era oficial do Exército não havia esse problema.

Em Minas, criou-se esse conflito, quando houve esse primeiro atrito entre oficiais, e, em 1997, por uma inabilidade do Governador Eduardo Azeredo, uma má assessoria, acabou dando no que deu... Uma barbaridade, até com morte, devido a indefinição do governo estadual...

Hoje, eles estão tentando mudar o estatuto da PM de Minas Gerais, para acabar com a escola de formação de oficiais; todo mundo começaria como solda-

do e, independente do grau de instrução, atingiria o oficialato; querem acabar com as graduações de 3º, 2º, 1º sargentos, ficando só sargento; depois acaba com o aspirante, vindo logo tenente, só tenente, depois vem capitão, depois já vem coronel. Estão brincando com assunto sério!...

São coisas que vieram a partir do momento que elegeram deputado três praças da PMMG: dois na câmara estadual e um na federal – o famoso Cabo Júlio. Ou o "cara" é deputado ou é cabo, ou o "cara" é deputado ou é sargento. O Nilton Cerqueira, por exemplo, foi deputado, não foi deputado-general; o Jarbas Passarinho não foi senador-coronel, era o Senador Passarinho.

O próprio Bolsonaro, que saiu do Exército como capitão cursando a EsAO, não vive dizendo que é capitão e conta com muita gente do nosso meio que o aplaude, porque ele fala coisas que nós gostaríamos de falar mas, para mim, ele, de certa forma, aproveitando-se de uma situação, virou porta-voz de parte da família militar no Rio de Janeiro, e, como porta-voz, será sempre eleito; já elegeu o filho vereador no lugar da mulher. Então, é um tipo de conduta que não se afina muito – falo isso lá em Minas – com a minha maneira de ser, de militar e filho de militar que sou, apesar de estar na reserva.

O General Freitas, ex-comandante da 4ª Divisão do Exército, ao passar para a reserva, foi convidado pelo Itamar para secretário de Governo, uma coisa que o pessoal também não entende, porque começou como Secretário de Administração e, hoje, é Secretário de Saúde.

Deixou a Administração e passou para a Saúde?

Porque o Itamar é maluco. Simplesmente, porque começou a haver um problema na área da Saúde, ele tirou o General Freitas da parte da Administração e o colocou na Saúde. O problema foi de briga política, porque o Armando Costa, que era o presidente do PMDB e Secretário de Saúde, não quis assinar um documento, para atender a uma necessidade do Itamar, e este o exonerou; disso advindo um "rolo" enorme... Acabaram brigados; hoje, o Itamar está brigado com todo mundo.

Então, são desvios, o Itamar já trocou quase que 80% do seu secretariado, mas o Exército lá continua a ter muita aceitação, porque o pessoal respeita, cada um na sua; o General Bini, atual Comandante da 4ª DM/DE, é uma pessoa muito querida, não se envolve, trata dos problemas da tropa, e, de uma maneira geral, o Exército sempre serve de apoio. Onde há Unidades do Exército, vai falar em retirá-las... Vai falar em tirar o 11º BI de São João Del Rey, vai falar em tirar o 55º BI de Montes Claros... e assim por diante. A aceitação é visível!

Lembro-me de que o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea, de Sete Lagoas, levava cestas de alimentação lá para o Vale do Jequitinhonha, uma área bastante pobre, e

aquelas cestas básicas atendiam, sempre em boa hora, a um pessoal muito necessitado. Então, era um trabalho que se deixou com o Exército pela garantia da chegada do material ao seu destino sem nenhum desvio.

A entrega de cestas básicas por intermédio das Unidades do Exército é fruto da credibilidade da nossa Força. Todo mundo sabe que qualquer missão atribuída ao Exército será sempre muito bem cumprida.

Sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Volto a dizer que, para mim, o desenvolvimento deste Projeto é um trabalho de extrema importância, de inestimável valor. Estou vendo uma equipe trabalhando, fazendo força, se dedicando, procurando restabelecer, através da história oral, o que eu digo que é a verdade histórica do Movimento de 1964.

Por isso é que volto novamente, desculpem-me a insistência, a dizer para os integrantes dessa equipe que a leitura desse livro que meu pai escreveu permitirá o conhecimento real de como foi o Movimento de 1964.

Este livro que está aqui – "Tinha que Ser Minas" – que teve uma edição reduzidíssima, levou muita gente, em Minas Gerais, a se frustrar, porque participou, tem o nome escrito nele, e não conseguiu comprar o livro. Este mesmo exemplar que tenho em mãos, volto a dizer, é cópia xerográfica tirada do único que possuo, para poder deixar com o Projeto de História Oral do Exército, que é um trabalho sério, e que terá, neste livro, o complemento para tirar as dúvidas possíveis, com relação a datas, com relação a início, com relação aos propósitos do Movimento de 1964, que inegavelmente começou em Minas Gerais, salvando o nosso País do regime comunista que estava prestes a ser implantado, com a conivência de um governo fraco e irresponsável.

Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula

- Natural da Cidade de Belo Horizonte, MG.
- Como oficial superior, exerceu as funções de Comandante e Instrutor-Chefe do Curso de Engenharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Adjunto em seções do Estado-Maior do Exército e comandou o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Boa Vista, RR.
- Foi Chefe do Estado-Maior dos 1º e 2º Grupamentos de Engenharia de Construção e da 10ª Região Militar, além de Chefe de Gabinete da Diretoria de Transportes do Exército e da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento.
- Foi Professor Titular de Logística e Professor convidado de Geopolítica na Academia de Guerra do Exército do Chile.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Instrução Especializada (Equipamentos Mecânicos e Purificação de Água) e o do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Operações na Selva).
- Possui o Curso Avançado para Oficiais de Engenharia da *US Army Engeneer School*, em Fort Belvoir,Virginia, EUA.
- É Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.
- Em 1964, ainda como 1º-Tenente, comandava a 1ª Companhia de Engenharia do então Batalhão-Escola de Engenharia, na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2001.

A respeito do nosso trabalho de hoje, devo dizer que o mesmo irá desenvolver-se através de questões formuladas ao nosso colaborador, Coronel Luís Carlos Carneiro de Paula. Antes, todavia, vamos passar a palavra ao Coronel Carneiro, para as suas considerações iniciais.

É um prazer muito grande colaborar com o Projeto História Oral do Exército. Havendo me dedicado à História Militar após a minha transferência para a reserva, tratei de aprofundar a pesquisa e o estudo dos diversos episódios que envolveram a participação do Exército na vida do País durante o período republicano. O caso particular do Movimento de 1964 me interessa de maneira especial, uma vez que vivi a minha vida militar dentro daquilo que foi o Movimento de 1964.

Eu era tenente quando o Movimento ocorreu. Atuando profissionalmente dentro do Exército, tive a oportunidade de acompanhar as diversas etapas do Movimento, desde a sua eclosão em 31 de março de 1964, até o momento que eu considero culminante, a reestruturação política do País, permitindo que se voltasse a uma estrutura política democrática, baseada num modelo econômico vitorioso, num progresso social com avanços significativos, e que acabou resultando na chamada abertura política, na Constituição de 1988 e nesse período que estamos vivendo agora, de consolidação do regime democrático e de consolidação da estrutura econômica e social do País.

Acredito que fui, de certa forma, partícipe de muita coisa que aconteceu e, naturalmente, tenho a minha visão, a minha interpretação sobre os diversos episódios ocorridos ao longo desse tempo, desses 36 anos que nos separam de 1964.

Após esse preâmbulo, vamos perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e durante o seu desenrolar até janeiro de 1985 – término do Governo do Presidente Figueiredo?

Eu diria que os antecedentes de 1964 que vivi como tenente, ainda, se estenderam de 1961 a 1964. Foi um período bastante complicado na vida do País. Do ponto de vista político, porque estava se concretizando a implosão do trabalhismo pelo populismo, um populismo que eu chamo de inconseqüente. Esse período é marcado por um momento, um divisor de águas, que foi a Campanha da Legalidade, em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros.

Governo Jânio Quadros, renúncia e Campanha da Legalidade desarrumaram a estrutura política do País, enfraquecendo as suas instituições. Dividiu as Forças Armadas. Rigorosamente fez com que se sublinhassem algumas posições pessoais de chefes militares, uns que eram nacionalistas, outros que eram realmente

populistas, outros que eram legalistas, e outros que nós, hoje, poderíamos chamar de conservadores.

Aquela coesão, aquela uniformidade do comportamento dos chefes militares – que normalmente faz com que o Exército se apresente coeso diante da Nação – não se verificou, e o Exército começou a aparecer como se estivesse fragmentado, decorrente da cisão evidente resultante de 1961.

Ora, isso teve conseqüências. Veio o parlamentarismo, veio a campanha do "não" ao parlamentarismo, portanto a volta ao presidencialismo, veio toda aquela incursão dos populistas, e junto com eles os comunistas, dominando e transformando o Governo de João Goulart em marionete dos seus propósitos políticos. Isso teve reflexo na vida militar.

Como tenente, vivendo toda essa instabilidade que precedeu o Movimento de 1964, eu tinha uma preocupação. Nós, oficiais, e boa parte dos graduados, tínhamos a preocupação de que não houvesse quebra da disciplina, que isso não acontecesse, pelo menos, dentro de nossa Unidade. O Batalhão-Escola de Engenharia cumpria missões muito favoráveis ao desenvolvimento profissional. Graças a Deus, tínhamos um Comandante que, com sua maneira de agir, garantiu a coesão, através da disciplina, da lealdade, do trabalho e do profissionalismo.

Mas o ambiente externo à Unidade era muito tumultuado. Foi uma época de muita desordem nas ruas. Houve muito engajamento das frações de tropa completamente ao acaso, seja na contenção de distúrbios, seja participando de ações sociais as mais diversas – desde a distribuição de comida até a desocupação de conjuntos habitacionais – enfim, coisas que eram feitas de forma tão aleatória que o nosso medo era que mesmo nós, oficiais e tropa, não estivéssemos em condições de responder convenientemente àquelas missões que nos estavam sendo dadas.

Foi um período muito tenso. A situação de prontidão era permanente. Parecia haver um propósito de desgastar não só o militar mas também a sua família. Parecia que as próprias autoridades desejavam atingir a nossa base familiar, que ficava também intranqüila; a esposa saía para o trabalho e não sabia se lá chegaria; nós vínhamos para casa e a esposa não havia retornado, os filhos tinham ficado presos na escola por conta de fatos os mais diversos, por conta de greves-relâmpago e outros tipos de distúrbios civis que nós conhecemos.

Toda essa instabilidade foi o que precedeu o Movimento de 1964. Não víamos, por parte do Governo, principalmente do Governo Federal, qualquer ação para reduzir os inúmeros problemas que se agravavam, dia após dia. Alguns governos estaduais que tentavam atuar, não conseguiam fazê-lo de maneira razoá-

vel. Sofremos toda essa insegurança crescente; atrás da insegurança, a insatisfação; e atrás da insatisfação, a absoluta falta de confiança na autoridade constituída, qualquer que ela fosse.

Diante de todos, crescia a interrogação sobre quem resolveria aquele problema. Já não era nem o problema nacional, mas aquele problema imediato, a dúvida e o medo daquela população com a qual a gente estava tendo contato. E isso nos deixava numa situação extremamente difícil – a nós, oficiais, principalmente, e aos nossos graduados. O nosso recruta, coitado, se mostrava completamente apavorado diante de muitas das situações que nós vivemos.

Aquela agitação foi num crescendo que, na minha opinião, e na minha maneira de ver, levou, eu não diria à ruptura do Governo, mas, simplesmente, ao desmoronamento do Governo, pela falta de autoridade, pela total falta de coerência nas ações governamentais, embora os objetivos alegados fossem, via de regra, bem atraentes, e alguns deles necessários, tanto que, mais tarde, tornaram-se objetivos a serem alcançados pelo Governo do Movimento de 1964.

Quanto às ações que derrubaram o Governo, eu diria que, até certo ponto, nós, na Vila Militar, pelo menos no meu escalão, fomos surpreendidos. Esperávamos que acontecesse alguma coisa, mas não naquele dia, nem da maneira que aconteceu. E o mais interessante é que os chefes militares e o chefe político, que desencadearam o Movimento, embora fossem pessoas de relevo e respeitadas, não constituíam as principais lideranças reconhecidas no meio político e no meio militar. No primeiro momento, houve uma certa desconfiança de qual seria, realmente, a intenção. Mas, passado esse primeiro instante, não havia o que discutir, e nos integramos ao Movimento.

Posteriormente, poderíamos dividir o Movimento de 1964, no meu ponto de vista, em algumas fases: há uma fase imediata, de consolidação; há uma fase, posterior, em que vamos ver já alguma disputa de Poder, envolvendo o campo político e também o campo militar; e, por trás deles, também, o campo econômico-financeiro, que sempre esteve presente. Após a fase de consolidação se fez, praticamente, a institucionalização do regime, através de uma nova Constituição, que foi a de 1967. Depois, o que aconteceu? O Brasil foi atingido por aquela onda de desordem, de desestabilização, que, começando na Alemanha, varre a França, a Europa em geral, os Estados Unidos, a América Latina, e chega ao Brasil.

Vivemos esse movimento de desestabilização que incluiu desde o distúrbio civil até a luta armada. Vimos os problemas enfrentados pelo chanceler alemão, depois por De Gaulle, pelos Estados Unidos, principalmente em relação ao Vietnã, e, na América Latina, assistimos ao agravamento do conflito entre as forças de

esquerda e os governos constituídos. Aquelas forças se apresentavam como marxistas, socialistas. Diziam buscar a libertação do povo oprimido pelas classes dominantes, enfim, tinham aquele velho discurso e aquelas velhas posturas e ações que conhecemos.

Esta onda chega ao Brasil no momento em que o Movimento de 1964 não havia, ainda, conseguido operacionalizar aquilo que acabara de ser pactuado na Constituição de 1967, Constituição que tinha um viés autoritário que iria marcar a segunda fase dos chamados governos militares. É um período de intranqüilidade, com os problemas trazidos pelo início da luta armada, das guerrilhas urbana e rural, dos seqüestros, dos atos de terrorismo. Edita-se o AI-5, o General Costa e Silva adoece, uma Junta Militar tem que evitar o vazio de poder institucional, e, aí, inauguramos uma outra fase, essa sim, um período em que vão se institucionalizar as idéias do Movimento de 1964, consubstanciadas na Carta de 1967.

Esse é um período interessante – corresponde ao Governo do General Médici – que boa parte da imprensa, hoje, chama de "anos de chumbo". Foi realmente o período que coincidiu com a repressão à luta armada, mas que coincidiu também com o desenvolvimento econômico, com a retomada do desenvolvimento social e a sua consolidação, e com o encaminhamento da consolidação das instituições políticas.

Na realidade, vejo nessa forma de se referir ao tempo do Governo Médici, uma maneira de depreciá-lo, para tirar dele os êxitos alcançados, o real valor de suas realizações – principalmente o haver devolvido ao homem comum a sua auto-estima, o prazer e o orgulho de ser brasileiro. Anistiados e reintegrados à vida nacional, adversários daquela época, com o apoio dos meios de comunicação e da área acadêmica, se esforçam por reduzir o que foi feito.

Mas, na verdade, no meu ponto de vista, houve uma nítida retomada do modelo desenvolvimentista, e, desta feita, sem aquele açodamento, e sem o matiz populista que caracterizou o período de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, na década de 1950. Foi retomado um compromisso, cujas raízes estão lá na Revolução de 1930, da qual, aliás, o General Médici participou, como capitão. E isso foi feito de forma muito efetiva e eficaz.

O Movimento de 1964 teve uma visão estratégica de futuro muito interessante que atingiu um patamar estável e promissor nesse período. Quando chegava ao fim o Governo Médici, com a previsão de uma crise energética mundial que de fato veio de 1973 para 1974, há uma convergência do campo político e do campo militar em torno do nome do General Ernesto Geisel. Do ponto de vista político-institucional, é uma volta às origens do Movimento de 1964 – porque o General

Geisel participara do Governo Castello Branco e partilhava dos compromissos definidos naquilo que o General Meira Mattos chamou de "o decálogo da Revolução". O General Geisel vai ser o encarregado de, a duras penas, enfrentar, de um lado, o problema da crise mundial do petróleo e, de outro, iniciar o cumprimento do compromisso político de reestruturação das instituições políticas do País, baseadas na democracia.

Essa fase vai terminar, com alguns azares e alguns percalços, no Governo Figueiredo e, finalmente, na eleição de Tancredo Neves, que, morrendo antes de tomar posse, nos leva ao Governo Sarney, depois à Constituinte e à Constituição de 1988 e nos traz até os dias de hoje.

Na sua visualização, onde estariam as raízes desse Movimento?

Hoje, estudando o Movimento, estudando a História, eu diria o seguinte: as raízes estão nos compromissos patrióticos – não digo nacionalistas, digo patrióticos – da Revolução de 1930, que percorreram um caminho que passaria pelo Estado Novo, pela redemocratização de 1945, chegaria à década populista de 1950, quando vivenciaria a opção pelo capitalismo estatal – já que não havia investimento externo para que o Brasil pudesse fazer o seu desenvolvimento – e chegaria a um impasse caracterizado por uma quase implosão das instituições políticas do País entre 1961 e 1964.

Volto ao início da minha fala, quando digo que o populismo inconseqüente de alguns grupos implodiu o trabalhismo fundado por Vargas e estabeleceu a desordem, quase que um anarquismo institucional, como forma de tutelar o governo e de atingir objetivos menores. Mas, dentro dos objetivos, também estava o exercício do poder, inviabilizando, com isso, o salto que se tentou dar no campo econômico e no campo social nos governos Getúlio e Juscelino.

Segundo minha maneira de ver, as raízes do Movimento de 1964 estão lá nos ideais de 1930. Quando o tecido institucional é enfraquecido e roto, é como se a terra fosse revolvida e, aí sim, aparecem as raízes recentes do Movimento. Diante da possibilidade de se inviabilizar um projeto nacional, qualquer que ele fosse, as forças produtivas do País e a elite política da época vão convergir, chegar a um denominador comum, que lhes garantisse bloquear a ação deletéria daquela esquerda a que eu chamei de populismo inconseqüente. Incluo nas forças produtivas o empresariado rural e o empresariado industrial recém-implantado. Quanto à elite política de então, não adianta discutir aqui se ela era conservadora ou não, se era pequena ou não, se era excludente ou não. Era aquela a elite política da época e era ela quem vinha conduzindo o processo institucional do País.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de Março de 1964?

Vamos distinguir dois tempos: primeiro o tempo em que vivi: eu era tenente, cuidava da minha subunidade, e a preocupação era profissional. Naquele momento, havia todas as conseqüências de uma "americanização" da doutrina militar brasileira, havia todas as conseqüências de um reequipamento do Exército com o material americano, havia uma aproximação com o Exército americano, que praticamente substituíra, desde a Guerra, a influência francesa, embora mantivéssemos as raízes e o eixo de pensamento bastante europeu – aliás esse é um problema que o Brasil vive até hoje: tem cultura européia, mas quer proceder como se fosse estadunidense.

Tal fato criou uma incompatibilidade entre o procedimento e a cultura, no meu ponto de vista. Mas era esse o momento que eu vivia. Não enxerguei, naquela época, uma interferência conseqüente da guerra fria. Achava, sim, e tinha certeza, que havia influência externa nos problemas internos, mas não uma interferência.

Essa influência externa tinha se mostrado, no período desenvolvimentista, na captação de recursos no exterior – se não de recursos, pelo menos de alguma tecnologia para a indústria de substituição de importações – e eu via, naturalmente, a influência das áreas de interesse. Por exemplo, quais eram as áreas de interesse dos Estados Unidos, da Europa e da União Soviética?

Vi a forma como a União Soviética e outros países comunistas desenvolviam suas ações de cooptação e influência sobre os diversos governos da América Latina, as tentativas de levar diversos países para o seu bloco, fossem de onde fossem. E vi as reações que, normalmente, eram sempre apoiadas pelos Estados Unidos, ou por nações ocidentais, principalmente a Inglaterra. Essa era a minha visão de tenente.

Passado o tempo – agora, olhando para trás – vejo que, forçosamente, isso tudo estava dentro de um jogo. Se nós verificarmos, o que aconteceu naquele período de 1968 a 1973 a que já me referi – onde o crescimento e a auto-estima dos brasileiros se mostraram notáveis ? A União Soviética e os comunistas em geral aplicaram uma estratégia que procurou desestabilizar não só o Governo brasileiro, mas todos os governos do Ocidente. E, de certa forma, conseguiu o seu intento. Até o governo dos EUA sofreu essa desestabilização.

Agora falo olhando para trás e estudando aquilo que aconteceu no período de 1968 a 1973: parece claro que vamos encontrar forças ou instituições, que apostaram na vitória socialista e, ao apostarem nessa vitória, procuraram se aproximar e facilitar a ação dos partidos e grupos socialistas identificados como de esquerda e "progressistas". Não seria demais dizer que a Igreja Católica – pelo menos uma parte da Igreja na América Latina – optou por isso, hoje se sabe,

devido a um equívoco da Secretaria de Estado do Vaticano, que não avaliou corretamente a capacidade de reação das nações ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, às ações do bloco socialista.

Naquele período, as coisas caminharam de maneira conflitante, algo completamente incongruente onde núcleos de uma Igreja socialista, de esquerda, afrontavam governos, que se tornaram de direita e que eram apoiados por outros núcleos da Igreja, de direita, enquanto o católico romano ficava atônito entre essas duas correntes.

Isso é só um exemplo. Poderíamos citar exemplos no campo econômico, onde multinacionais, atuando na América Latina e em alguns países europeus, apostaram na implantação de regimes socialistas e, depois, tiveram que recuar da sua posição porque não tinham como continuar atuando junto aos governos que realmente se estabeleceram, principalmente na América do Sul.

Mas essa é uma análise feita em um segundo tempo, tempo recente, quando olho para trás e estudo o que aconteceu.

Hoje, podemos dizer que aqueles acontecimentos aqui vividos estariam inseridos na guerra fria, não como o essencial, não como um fato muito importante, porque a luta na África, por exemplo, foi mais séria e mais cruenta do que a havida em outros lugares, como a que ocorreu na América Latina e, particularmente, a que ocorreu no Brasil.

Apesar do que já foi falado a respeito, haveria mais alguma coisa a incluir acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Praticamente, já cobri esse período, entretanto seria interessante sublinhar os dois períodos que precederam imediatamente o Movimento de 1964: a década de 1950, uma década populista, e o período de 1961 a 1964, que foi a época de uma desordem institucional que desgastou demais o País. No meu ponto de vista, todos os segmentos da sociedade sofreram um desgaste muito grande nesse período.

Esse desgaste notório iniciou-se com aquela renúncia que surpreendeu a todos?

Eu diria que se iniciou antes, na sucessão de Juscelino, porque é muito interessante ver a UDN, conservadora, para fazer face à candidatura Lott, ir buscar um líder populista, que vinha do PTB, para ser o seu candidato, com um discurso de moralização da coisa pública, e que, afinal de contas, logo ao assumir, passou a adotar medidas e atitudes que nada tinham a ver com aquilo que prometera. Projetou-se uma imagem falsa de Jânio. E a farsa não resistiu à realidade. Vejo muito complicada essa história de um determinado grupo político, que tinha o

respaldo de um determinado grupo econômico com interesses bem definidos no País, ir buscar uma pessoa oriunda de outro grupo e com um comportamento anterior que não permitiria que se visualizasse nela aquele "santo" que iria moralizar a coisa pública ao chegar à Presidência.

Vejo, na realidade, o problema na origem de Jânio e não na sua renúncia. Vejo a renúncia como o ponto culminante desse processo de substituição do Governo populista de Juscelino e, aí sim, a renúncia, por ter sido uma ruptura, desencadeando um processo de conflito que não pôde ser administrado da mesma maneira como outros anteriores o haviam sido. O Brasil tem uma tradição de rupturas razoavelmente administradas. Mas, naquele momento, não foi possível e, pior do que isso, acabou resultando numa cisão que se fez sentir na vida política do País, particularmente dentro do Exército.

Então, os procedimentos do renunciante não ratificavam seu discurso anterior, que era de moralização?

Sem questionar o êxito administrativo dele no nível municipal e até no nível estadual, nos meses de governo que precederam a renúncia, seu procedimento era o oposto daquilo que pregara no discurso que o elegera.

Como viu o clima de insatisfação contra o Governo João Goulart e quais os motivos determinantes desse clima?

Cheguei a tocar nisso quando fizemos aquele preâmbulo. Vejamos o motivo.

Um governo cuja ação é um tumulto permanente, que usa como instrumento de ação política a desestabilização social, provoca, em conseqüência, uma insegurança generalizada. Dessa insegurança, resultou o quê? Uma absoluta falta de confiança, em todos os níveis, em qualquer autoridade.

A insatisfação geral se instalou pela falta de confiança no governo. E tanto fazia ser o grande empresário ou o trabalhador. As pessoas comuns perderam a tranqüilidade. Nós, militares, lidávamos com essas pessoas, quando tínhamos que fazer distribuição de alimentos, quando se verificavam greves, enfim, em uma série de situações, nós lidávamos com o povo – eu, tenente, lidava com o povo – e sentíamos esse absurdo.

Dou um exemplo: tive que deixar o quartel para buscar minha esposa que havia sido acolhida pela servente da escola onde trabalhava porque não conseguira voltar para casa devido à falta de transporte e a distúrbios de rua.

Coisas desse tipo criavam uma situação de insegurança para mim, para ela, para a servente que a acolheu, e para os pais de alunos. Enfim, havia uma insegu-

rança generalizada. Essa insegurança resultou em falta de confiança, em insatisfação, insatisfação no sentido de que: “como está, não pode continuar”. Foi isso o que eu senti na época.

Na época, certos grupos tiveram um desempenho singular que, ainda hoje, é lembrado. Gostaria que abordasse alguma coisa sobre as “Ligas Camponesas” e os “grupos dos onze”.

Vamos ver a questão sob a ótica do tenente, comandante de subunidade, na Vila Militar do Rio de Janeiro, que foi a situação que eu vivi. Tanto as “Ligas Camponesas” como os “grupos dos onze”, eram alguma coisa remota e local. Sabíamos que havia “grupos dos onze”, organizados no Sul e no Centro-Oeste; sabíamos que havia ações das “Ligas Camponesas” em algumas áreas no Nordeste, e sabíamos da sua opção pelas ações violentas – não vamos chamar de luta armada, porque não chegava a ser isso.

Para mim, que fui menino rural, criado na roça – eu só me tornei “animal urbano”, como eu digo, já no Colégio Militar, quase aos 15 anos – aquilo não me surpreendia. Eu ainda vivi, lá no meu interior de Minas, algum resto de cangaço, ainda vivi aquelas coisas que Guimarães Rosa conta em seus livros. Não ouvi dizer, eu vivi. Ninguém me contou, são lembranças de criança, de menino. Então, aquilo não me surpreendia e não me assustava muito, porque a impressão que tínhamos – eu, tenente, naquela época – se baseava em duas coisas: primeiro, que o Exército tinha respeitabilidade suficiente para, ao agir, conter essas diversas manifestações, mesmo com prejuízo para a Instituição, como aliás iria acontecer quando foi derrotada a luta armada, a partir de 1973. Eu pensava assim. Segundo, porque achava que, dificilmente, aqueles movimentos atingiriam – pela minha visão da época – o nível nacional. Eram coisas locais, e o Brasil tinha uma tradição de coisas locais que foram resolvidas. Era, naturalmente, um incômodo, um problema sério, mas com motivações sérias – não estou falando da exploração das motivações, mas as motivações eram sérias. E os projetos para resolvê-los, também eram sérios.

Entretanto, a exploração dessa situação por grupos políticos para implantar a insegurança e para, através da insegurança e da desestabilização da autoridade constituída, ameaçar ou conseguir o Poder, é outro assunto. Naquela época foi tentado e não deu certo.

O que se passava no meio militar? Houve tentativas de criar cisões dentro dos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, nesse período, particularmente na Unidade em que servia?

Não vou me atrever a falar do ambiente dos quartéis. Vou falar somente do ambiente que eu vivi. O ambiente do Batalhão-Escola de Engenharia de então.

1º ou 7º BE Cmb?

O 7º BE Cmb herdou a designação histórica de Batalhão Visconde de Taunay do antigo Batalhão-Escola de Engenharia, da Vila Militar, e que foi extinto. O 1º BE Cmb foi transformado no atual Batalhão-Escola. Mantém sua designação histórica tradicional de Batalhão Vilagran Cabrita, lá em Santa Cruz, onde permanece.

Mas o velho Batalhão-Escola, pertencia a uma tropa de elite, o GUEs (Grupamento de Unidades-Escola). Além de ser uma tropa de elite, era uma tropa bem equipada e, além de ser uma tropa bem equipada, era uma tropa voltada, inteiramente, para o campo profissional. A obrigação de atender à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a obrigação de atender ao ensino de um modo geral e, mais do que isso, a obrigação de atender às emergências que ocorressem, fazia, das Unidades-Escola, Unidades com um espírito e com uma maneira de proceder um pouco diferente das demais.

Mesmo a 1ª DI (1ª Divisão de Infantaria), que era contígua, não tinha o mesmo padrão de ação. Veja só, não era o padrão de treinamento, não é nada disso – o padrão de oficiais era o mesmo, o padrão de graduados era o mesmo – mas não era solicitada da mesma forma que o GUEs.

E isso dava ao GUEs características próprias, e o Batalhão-Escola de Engenharia, em particular, tinha uma característica – vamos usar o termo "chão" – de não "negar fogo". Esse era o espírito que caracterizava o GUEs e, em particular, o Batalhão-Escola.

O Batalhão-Escola era empenhado em muitas frentes. Por conta de seu material e da natureza do seu trabalho, apoiávamos à EsAO e tínhamos que "sair correndo" para realizar trabalhos de engenharia os mais diversos, em qualquer parte, a qualquer hora, fosse ela de caráter militar ou civil. Éramos profissionais e bons profissionais. Tínhamos que ser. Era isso o que se esperava de nós e nunca falhamos a essa expectativa que caracterizava o ambiente em que vivíamos.

Mas a pergunta não visa só esse ambiente profissional, acredito que vise o ambiente político-institucional e político-ideológico.

Então, vamos voltar a alguma coisa que já dissemos.

A tropa da Vila Militar, em particular o GUEs, e o Batalhão também, tinha tido experiências negativas em algumas participações em episódios políticos anteriores. Na "Novembrada" tinha havido uma situação muito complicada; isso aconteceu, também, na renúncia do Jânio. Ficaram seqüelas, pelas divergências entre oficiais e quebra da disciplina. Já cheguei depois disso tudo e encontrei,

em todo o GUEs e dentro do Batalhão em particular, uma preocupação: primeiro, coesão; segundo, coesão; terceiro, coesão. A coesão era a palavra-chave, baseada na prática da lealdade, do amor à verdade, da camaradagem, da dedicação e do trabalho.

Isso era como que um sentimento – talvez decorrente até de alguma diretriz – que eu, como tenente, cheguei e já encontrei. Havia um convívio muito positivo entre nós oficiais, e entre os oficiais e os graduados, e, em conseqüência, em toda tropa.

Nós, no Batalhão-Escola, não tivemos problemas internos nos períodos de agitação política e social, mas tínhamos consciência de que, do mesmo modo que buscávamos a coesão, também havia grupos buscando a dissensão. Tínhamos comportamentos de chefes – interessante, chefes com passado militar extremamente positivo – que não entendíamos. Nós já tínhamos vivido o período Lott, lá atrás ...

Mas eram poucos, não é?

Eram poucos, mas eram muito atuantes, e que escolhiam onde atuar. Então, nós tínhamos muito cuidado em conviver com os nossos graduados, no sentido de que eles não fossem envolvidos com ações que eram puramente político-ideológicas, que vinham sendo conduzidas, principalmente, por agremiações de graduados.

Nós procurávamos manter os subordinados informados, e os nossos comandantes se empenhavam em nos manter também informados a respeito desses comportamentos que a gente estranhava. Estou falando sobre o GUEs, e sobre o meu Batalhão, em particular.

Aqui faço uma observação, que é interessante. Aliás, devo aos meus comandantes um trabalho que estou procurando fazer, que é o estudo do tipo de liderança de cada um. Mas esse, que comandava nessa época de 1964, em particular – há os outros, que comandaram em períodos anteriores – era uma figura muito interessante.

Primeiro, porque ele não tinha uma aparência, uma postura que impressionasse; pelo contrário, muitas vezes ele impressionava negativamente. Aparentemente ele parecia frouxo, mas suas ações de comando eram sempre firmes e muito objetivas, o que fazia um contraponto com aquela aparente frouxidão. Na época, o tenente só olhou o lado ruim. Só mais tarde me dei conta dos aspectos positivos.

Mas o que eu posso dizer, é que tínhamos, dentro da Unidade, comprometidos com o movimento político dos esquerdistas, dois capitães apenas: um era comunista confesso, não fazia nenhum segredo disso, era o S3 (Chefe da 3ª Seção – Instrução), e o outro, o S1 (Chefe da 1ª Seção – Pessoal), se dizia nacionalista,

pertencia ao grupo nacionalista do Clube Militar. Ambos eram extremamente ativos, fora do quartel. Por que razão não sei – acredito que por ação do comandante – dentro do quartel, eles foram completamente neutralizados. Não houve qualquer ação política ou de simples proselitismo de qualquer um dos dois em relação a nós, comandantes de subunidade, nem em relação aos tenentes. Nós conhecíamos as posições deles, sabíamos as suas opiniões, e só.

Em relação aos sargentos, eles nem se aproximavam. Agora, porque foi assim, não me pergunte; realmente, eu não fiquei sabendo. Sempre tive curiosidade, posterior, mas nunca consegui saber.

A ação deles era fora do quartel. Onde atuavam principalmente?

Era fora do quartel, particularmente no Clube Militar e noutras áreas, inclusive nos Grêmios de Subtenentes e Sargentos e tudo mais. Acredito que a neutralização deles tenha sido ação do comandante – o coronel havia sido Subchefe da Casa Militar do Juscelino, com o General Nelson de Mello – e de outros oficiais superiores, é o que a gente supõe; do subcomandante, é possível. O certo é que nos preservaram de qualquer ação político-ideológica, e, é interessante, não havia, por parte do comandante ou de outros oficiais, qualquer doutrinação em outro sentido. Toda abordagem, toda aproximação, era estritamente profissional.

E assim nós também procedíamos em relação aos tenentes, aos graduados e a nossa tropa. Esse foi o Batalhão-Escola em 1964. O resultado disso: saiu uma Companhia do Batalhão em direção a São Paulo. Sairia um Pelotão da minha Companhia em direção a Juiz de Fora. Não saiu porque a missão passou para a tropa do 1º BE (1º Batalhão de Engenharia – Santa Cruz/RJ).

A minha subunidade, portanto, não saiu, e eu permaneci no aquartelamento. A outra Companhia se juntou a um Grupo de Artilharia e se deslocou mais ou menos até Viúva da Graça. Não chegou a subir a Serra das Araras, em direção a São Paulo. A vanguarda da coluna, nós sabemos, chegou a Barra Mansa e era constituída de Batalhões do Regimento-Escola de Infantaria. Aí a história é contada por outros, eu não assisti nem participei das ações. A verdade é que não houve qualquer problema com nenhum oficial ou graduado do Batalhão-Escola de Engenharia.

É interessante registrar que ela foi a única Unidade da Vila (Vila Militar/RJ), até onde eu sei, onde não houve sequer uma sindicância, após o Movimento de 1964, e o nosso comandante foi o único mantido no comando; no GUEs, todos os outros foram substituídos quando o General Aragão assumiu o comando. O nosso comandante só foi substituído em outubro. Também não me pergunte o porquê. Eu não saberia responder. Estou apenas traçando o quadro de quando se

deu a eclosão do Movimento de 1964, dentro da minha Unidade, na minha função de comandante de subunidade. Credito, à forma com que se houve o Comandante do Batalhão, o fato de termos enfrentado esse episódio sem quebra da disciplina e sem conflitos internos na Unidade.

Quais, a seu ver, os principais acontecimentos que levaram à Revolução? Quais as causas imediatas do Movimento?

Como causas imediatas, veja só: vínhamos em um "crescendo" de insegurança e chegou-se à desconfiança generalizada. Então, nesse momento da desconfiança generalizada, o que acontece? Temos três episódios que considero os pretextos, as causas imediatas, como foi dito, do Movimento.

Um, sem dúvida, foi a revolta dos marinheiros, com aquela ocupação do sindicato, aquelas cenas todas muito teatralizadas: a prisão deles, a ida para o Batalhão de Guardas, a liberação, e aquela passeata, em que saíram do Batalhão em direção ao centro da cidade, o encontro com o Almirante Aragão, o carregar o Almirante Aragão nos ombros. Aquilo chocou o meio militar, agrediu a Marinha, em particular, pelo menos foi o que pudemos sentir da reação de companheiros. E a omissão dos chefes militares; não ouvimos sequer uma palavra dos diversos chefes aqui do Rio de Janeiro, que já tinham um comportamento muito criticado, fugindo aos padrões profissionais militares. A verdade é que, daquele momento em diante, a desconfiança se tornou aguda: "Nós não temos Comando". Essa foi a conclusão, no meu escalão.

Agora vamos ao episódio seguinte: a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil. É interessante essa reunião, porque a única fala coerente e equilibrada, no meu ponto de vista, foi a do sargento. O sargento faz um pronunciamento extremamente positivo, com todos os senões que se possa apresentar, mas no seu cerne me pareceu um pronunciamento equilibrado, um pronunciamento objetivo, em favor da disciplina. Não sei se interpretei corretamente, mas foi a impressão que tive, na época. Mas o episódio, em si, considerei terrível.

E, se não bastasse, havia a posição do Ministro da Guerra que, já doente, se afastara, e quem foi à reunião, já como Ministro interino, foi o Chefe de Gabinete. Tornou-se complicado entender o que se passava. Aquilo tirou-nos, ainda mais, a confiança no Governo.

O discurso do Goulart foi a gota d'água?

É, mas o discurso, naquele momento, para mim e para o ambiente que vivi, foi lógico, digamos assim. Seria uma surpresa se não fosse aquilo. Quer dizer,

estava na linha que vinha num "crescendo", iniciada pelo Comício da Central, que foi uma farsa terrível. Nós, que tínhamos responsabilidade, assistimos aos trens serem bloqueados para o pessoal não embarcar, serem bloqueados os ônibus, para o pessoal não seguir para casa. Então foi juntando gente junto à Central, além do pessoal que foi trazido ao local, obedecendo a um minucioso planejamento da direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Esses foram os acontecimentos. Por trás deles, havia um fato político que eu, na época, nem percebi. Só mais tarde, estudando, é que fui verificar: foi o Executivo ter flanqueado, ter desbordado o Legislativo, fazendo dois ou três decretos relativos às reformas de base, se não me engano, relativos à reforma agrária.

Desapropriação de terras às margens das rodovias, deixando no ar o tipo de terra a desapropriar e em que rodovias. Por que fazê-lo daquela forma?

A maneira como o Governo apresentou os decretos foi para causar aquele impacto, provocar uma ruptura. E provocou a ruptura. A meu ver, esse episódio político-institucional, mais esses três episódios populistas na área militar, agravou o quadro de desconfiança que se vivia e derrubou o Governo de uma vez por todas. Quer dizer, o Governo, ali, tinha terminado. Eu não estou falando isso agora, depois de estudar. Eu, tenente, naquela época, disse: "o governo acabou, terminou aqui", embora não tivéssemos a menor idéia do que iria ocorrer, dias depois, horas depois.

Inclusive existe uma história de que a senhora do General Mourão o chamou para ouvir, no rádio, a transmissão da reunião do Automóvel Clube do Brasil, e ele teria dito: "Não, eu não posso mais ouvir esse sujeito"; mas ela insistiu: "Se você está querendo fazer uma revolução, tem que ouvir". Ele ouviu e, quando terminou aquela reunião, decidiu por desencadear o movimento armado – que já vinha sendo preparado – desde a madrugada do dia 30 de março. Portanto, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, tudo indica, foi a gota d'água. Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Eu sou mineiro. Nunca servi com o General Mourão. O que conheço dele – eu era menino e ele era coronel – é o fato de ele ser primo do Juscelino, lá de Diamantina; era isso que eu conhecia dele, lembranças de menino, lá nas minhas Minas Gerais.

Mas há uma coisa que eu conheci, já tenente: primeiro, a promoção dele se deve ao Juscelino. Ele não seria promovido, normalmente. Na época, isso era sabido, e, de certa forma, eu tive, não oficialmente, alguma confirmação disso.

Contra ele, que sempre fora anticomunista, daqueles anticomunistas ferrenhos, pesava a acusação de ser o autor do Plano Cohen, que foi um dos pretextos para instalação do Estado Novo. Muito pouco contato tive com o General Mourão; convivi mais com o Bragança – o Coronel Bragança – que teve um irmão assassinado em 1935. Esse não era anticomunista, ele era mais do que anticomunista; a coisa era pessoal, era uma dedicação integral contra o comunismo, porque perdera...

Perdera o irmão em 1935? Era tenente o irmão dele?

Era tenente, assassinado pelos comunistas. O Bragança nunca esqueceu esse fato. Ele foi, realmente, um elemento de ação – foi contra o populismo do Getúlio, foi contra o Juscelino, foi contra o João Goulart – um anticomunista sistemático. O Bragança, na década de 1960, uniu-se a uma rapaziada, formada de estudantes de Belo Horizonte, o grupo dos "Águia Branca", participando de uma série de episódios para calar os comunistas na base da pancadaria.

O Brizola e seu pessoal queriam realizar um comício em Belo Horizonte, mas o Governador Magalhães Pinto, a polícia, não autorizavam comícios. Fizeram, então, uma reunião, uma famosa assembléia, no auditório da Secretaria de Administração, alguma coisa assim, lá em Belo Horizonte. Era um auditório muito grande para a época, e o certo é que o Bragança e seu grupo entraram lá e bateram no Brizola, bateram na mulher do Brizola, foi um inferno, acabaram com a tal da Assembléia "a tapa".

Depois disso, marcou-se um comício com presença do Jango – interessante, aqui no Rio, o Comício da Central do Brasil. Lá, em Belo Horizonte, antes, realizaram um comício na Praça da Estação. O Jango chegou de trem para o tal comício. E a turma Águia Branca fez a Operação Marimbondo que consistiu em levar, em sacos plásticos, marimbondos que foram soltos na hora do comício, dispersando a turba que viera para participar do comício. Isso é coisa que entra para o folclore político, mas que aconteceu realmente.

O Mourão, promovido a general, foi outro que, em todos os lugares por onde passou, fez uma campanha sistemática anticomunista. Ele falava diretamente aos seus oficiais, aos seus subordinados, em todos os lugares onde comandou.

Mandaram-no para Minas, porque acharam que ali a tropa não era tão grande?

Não sei. Imagino que acharam que ele, voltando para Minas, iria ficar acomodado ali. Mas foi diferente. Em Minas, a sua ação aumentou. Aumentou porque ele foi para um lugar onde conhecia todo mundo e as pessoas o conheciam pessoalmente. Ele não era tido como grande chefe militar, mas era uma liderança, com

posição definida, era uma pessoa que vinha do Governo Getúlio, do Governo Benedito Valadares, ele tinha presença em Minas Gerais. E, se não bastasse isso, tanto a 4ª RM, quanto a ID/4, receberam, em 1964, sei lá por que – não tenho a menor idéia, estou falando porque, como eu era de Belo Horizonte, ia à minha casa, e eu, tenente, ouvia essas coisas – uma equipe de excepcionais oficiais de Estado-Maior. Pode verificar a relação, você vai ficar boquiaberto da qualidade daqueles oficiais. E com o Magalhães Pinto como Governador, ele tinha a Polícia Militar "na mão", tinha o Governo do Estado.

Em 31 de março, quando me disseram, na Vila, o que tinha acontecido, eu quis saber como se passaram as coisas. Pouco depois, recebi uma ligação do meu pai, e ele disse: "O louco do Magalhães se desligou da Federação".

Esse episódio é interessante, porque é um episódio político importantíssimo. Porque aquela declaração em que um governador de Estado deixou de reconhecer o Governo Federal foi muito grave, embora tenha sido esmaecida com o prosseguimento da Revolução, do Movimento, e tudo mais.

Na ocasião eu pensei: E agora, o que acontece? De que lado estamos?"

Por força de convicção, eu era, e sempre fui, legalista. O que é o legalista? É aquele que é comprometido com a ordem institucional. E o que foi alegado em todas as manifestações contra o Governo Federal? É que o Governo Federal havia descumprido e afrontado a Constituição e a Lei, e se tornara, portanto, ilegal e, mais do que isso, ilegítimo.

Isso é importante, porque as coisas que aconteceram em seguida, para um comandante de subunidade, dentro da Unidade, não tinham conseqüência direta. Estavam acontecendo em um escalão muito acima. Mas, no momento em que Jango sai do Rio e vai a Brasília, sai de Brasília e vai embora, vai para o Sul, e do Sul para o Uruguai, o que acontece? Isso é outro ponto político que eu considero relevante.

Vamos voltar no tempo, para a renúncia do Jânio: o que se assistiu? Era Presidente do Congresso o Senador Auro de Moura Andrade, adversário do Jânio e que perdera, inclusive, eleição para ele em São Paulo. O que fez Moura Andrade no momento em que recebeu a carta-renúncia? Bateu a campainha, informou de imediato, não deu tempo para ninguém respirar, para conversar, nem nada, bateu a campainha e informou, de pronto, a renúncia de Jânio, declarou vaga a Presidência da República, e convocou Ranieri Mazzili para assumi-la.

Veja você a figura do presidente do Congresso, um senador, adversário político, a agilidade com que ele deu seqüência ao ritual institucional.

Agora vamos para o Jango. Quem era o Presidente do Congresso? Auro de Moura Andrade. De que partido? Do PSD, partido que havia rompido com Jango no

momento daqueles famosos decretos sobre Reforma Agrária. O Juscelino havia se encolhido. "Não vou hostilizar o Jango" disse, "mas o PSD vai fazer oposição". Disso ele avisou o Jango. E avisou novamente, por intermédio do João Pinheiro Neto – há um depoimento do João Pinheiro Neto sobre isso – de que o PSD era majoritário, embora a "tropa de frente" fosse a UDN, com o Lacerda vociferando etc. E o que aconteceu?

No momento em que o Jango deixa Brasília, e o Congresso é informado – não me lembro mais quem informou, se não me engano foi o Comandante do Planalto (na época não tinha esse nome), não sei se foi o General Fico, enfim – de que o Jango havia deixado Brasília, o que fez o Auro de Moura Andrade? Tocou a campainha e disse: "O Presidente abandonou a chefia do Governo, está vaga a Presidência da República". E convocou novamente Ranieri Mazzili para assumir a Presidência da República, e lhe deu posse imediatamente. Repete-se aquela mesma aceleração do ritual institucional.

Lá de 1961, repetindo o mesmo procedimento adotado com a intempestiva renúncia de Jânio Quadros, que deixara o País completamente perplexo.

Semelhante ao que aconteceu em 1961 com Jânio Quadros. E foi usada, em 1964, pelo mesmo Auro de Moura Andrade, representando o mesmo grupo político, e dando posse...

Por acaso ao mesmo Ranieri Mazzili...

Que era o Presidente da Câmara, e que, se não me engano, foi 17 vezes Presidente interino da República. Veja só a importância de um episódio relativamente pequeno. Por quê? Porque ficou caracterizada a continuidade institucional, quer dizer, quando o Jango chega ao Sul, e depois vai para o Uruguai, já não era mais presidente, não havia mais como ele se dizer presidente.

Esse aspecto é relevante.

Nós, dentro do quartel, nem estávamos sabendo disso. Só ficamos sabendo dias depois e só prestaram atenção nisso pessoas como eu que, por minhas origens, devido a meu pai, lá em Minas, sempre acompanhei as coisas da política.

Seu pai o que era?

Meu pai era professor nessa época, já tinha abandonado a política. Ele abandonou a política em 1951 e ficou só na Universidade.

E no período político?

O "velho" era chefe escoteiro, era muito conhecido em Belo Horizonte, mas o que ele fazia mesmo era pregar, dentro da Universidade, suas posições que

preferia chamar patrióticas. Ele foi de uma geração que viveu intensamente o patriotismo em todas as suas manifestações. Nasceu em 1900 e acreditava no Brasil como uma Nação e um Estado fortes. Ele nunca teve qualquer receio de assumir posições, de denunciar, de se opor. Era também um anticomunista ferrenho. Nunca acreditou em um socialismo democrático. Dizia que todos os *ismos* eram sempre totalitários jamais democratas.

Interessante, é que eu me chamo Luiz Carlos por causa do Prestes. Meu pai o admirava e nunca pensou que Prestes se tornaria comunista e estaria à frente da Intentona de 1935. Nasci em setembro e a Intentona foi em novembro. Eu tenho, escrita à mão por meu pai, uma verdadeira declaração de arrependimento por haver me dado o nome que tenho. Mas era tarde...

Ele foi do tempo do Prestes da Escola Militar. Ele era civil, mas fora candidato à Escola Militar, nessa condição serviu na "Quartinha", uma Companhia de Guarda da Escola Militar para onde eram mandados os soldados que a ela se candidatavam. Desse tempo veio a aproximação dele com o General Tristão de Alencar Araripe, com o Bragança, de quem já falei e que também era chefe escoteiro, com o General Guedes...

Com o próprio Mourão.

É interessante, com o General Mourão nem tanto – por força de que ele andou pouco por Belo Horizonte. O Mourão ficou mais pelo Rio e São João Del Rey. Mas o certo é que essa amizade de meu pai com essas pessoas e com toda a sua geração de políticos mineiros, principalmente os que participaram da Revolução de 1930, é que fazia com que eu, tenente ainda, ouvisse uma porção de coisas. Por conta dessa ligação familiar, eu conheci alguns desses episódios.

Agora, vamos ver o reflexo, no meio militar, desses pequenos episódios.

Nós tivemos um presidente que afrontou a lei, que estabeleceu a insegurança e a desconfiança, que fez prevalecer – como eu poderia dizer? Vamos usar o termo mais drástico – a mentira, e suas ações provocaram o rompimento de toda estrutura de disciplina, de lealdade, de amor à verdade e tudo de mais importante para um militar profissional. Como continuar subordinado a um Governo que se desmandara, se desmoralizara e traíra os compromissos que assumira ao chegar ao Poder?

Costumo dizer: eu não sou revolucionário autêntico, mas também não estava escondido embaixo da cama no dia da Revolução. E não saí gritando viva a Revolução depois que se tornou vitoriosa. Nada disso: eu estava na minha função, a exercia de acordo com aquilo que fora determinado pelo meu Comandante, e, felizmente, não tivemos maiores problemas quanto do Movimento propriamente dito.

Mas, repito, como garantir aquele Governo que agia daquela forma? Era uma coisa insuportável, porque a lealdade, o compromisso, não é com a pessoa, é institucional. No nível em que eu estava, a cadeia de comando não me deixou muita dúvida a respeito disso, até porque aqueles chefes em quem nós não confiávamos muito, de quem nós duvidávamos das suas ações, assim que aconteceu o Movimento, ou foram afastados, ou se afastaram, e sumiram no tempo.

Desapareceram.

E os que vieram, bons ou maus, com defeitos ou qualidades, eles se impuseram, e trabalharam no mesmo sentido daquele período anterior a 1964, no mesmo sentido de restabelecer a coesão, o profissionalismo, a prática das virtudes militares. Por mais que nós achássemos um chefe arbitrário, ou limitado – para falar dos lados negativos – ou muito afoito, com uma liderança heróica, qualquer dos tipos de chefes que fomos tendo, a partir de 1964, a verdade é que eles tinham, como marca de sua ação, um denominador comum formado pelo amor à verdade e pela lealdade.

Depois, tudo ficou muito mais fácil, por conta da presença do General Castello, Presidente da República. Ele já era, naquela época, para nós tenentes – um mito.

E não só ele. Ele e outros febianos. O General Mascarenhas, para nós, era outro grande mito.

Assisti, no Sesquicentenário da AMAN – eu servia na Academia – a uma homenagem aos ex-Comandantes, e o Marechal Mascarenhas estava presente. Terminados os discursos, ele tomou a palavra – ele estava presidindo a sessão – e começou a falar sobre a formação militar. Ele, que fora comandante da Escola, ele que fora Comandante da Força Expedicionária na Campanha da Itália, deve ter falado quase duas horas. Passou por cima da hora do almoço. Nós – eu já tenente – de azulão, cansados. Mas podia-se ouvir uma mosca voar dentro daquele auditório. Quando ele terminou – falando manso, falando baixinho – a salva de palmas foi espontânea – é até maldade, há sempre um brincalhão que diz que a salva de palmas foi porque, até que enfim, acabou. Não é verdade – o aplauso foi pelos valores que ele transmitiu naquele momento a todos nós.

Voltando a 1964: para nós, tenentes, o General Castello já pertencia a esse rol dos líderes consagrados como era o Marechal Mascarenhas. E como a ação dele era muito firme, muito segura, e muito política – para mim, particularmente – era um ponto de referência muito importante. Mas teria sido ela a primeira opção política para a situação?

E, aí, vêm as raízes mineiras. Houve toda uma tentativa de um governo civil: Magalhães Pinto, Governador de Minas, era o líder civil do Movimento e o

candidato natural. Essa tentativa se frustrou devido ao veto a Magalhães por parte de Lacerda, Governador da Guanabara, e Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, além de alguns chefes militares. Se optou pela solução não de um governo militar, mas de um militar para exercer a Presidência, concluindo o período correspondente ao mandato dos que se elegeram em 1960. Segundo o previsto na Constituição em vigor, coube ao Congresso a escolha dos novos Presidente e Vice-Presidente.

O grande articulador dessa solução foi Alkmin (José Maria), que era amigo de meu pai, a quem eu, menino, conheci dentro da minha casa, já secretário, já político.

Ele articulou isso, junto com outros – Israel Pinheiro e outros – e aí há a necessidade de outro pequeno detalhe, também mineiro, que também se pode verificar: Castello era casado em Minas, Dona Argentina era de Belo Horizonte, e o pai dela, sogro do Castello, é que era a pessoa ligada a esses políticos; ele não tinha militância política maior, mas era ligado a esses políticos, e alguns deles que, mais tarde, estavam na Oposição, inclusive Israel Pinheiro e Francisco Negrão de Lima, eram pessoas em quem o General Castello tinha confiança, e que seriam incapazes de criar um problema para ele.

Ao lado do Clube Militar, na Avenida Rio Branco, no Rio, havia um prédio onde funcionava a Radional. A Radional fazia todas as transmissões para o exterior. Um grupo de dois ou três civis mais alguns oficiais da Marinha, tomaram conta da Radional, e passaram a gravar as conversações, ali e na central da Telefônica, que era no Largo da Carioca, se eu não me engano, no antigo Hotel Central, onde está o atual Edifício Avenida Central.

Deve existir ainda uma gravação da conversa de Alkmin com o Juscelino, a respeito da adesão de Juscelino à Revolução, na qual o Juscelino se justifica a Alkmin dizendo que ele não iria se opor, mas não poderia aderir de forma alguma, por conta dos compromissos que tinha com os partidos que o apoiavam. Achava que perderia a credibilidade se fizesse aquilo. Isso está nessa gravação que eu cheguei a ouvir uma vez – eu já era capitão e já estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), quando ouvi essa gravação.

Há certos detalhes do Movimento que para nós, tenentes, não tinham muito valor. Para nós, o importante foi a evolução da solução política para a solução de um militar, e desse militar haver sido o General Castello, com toda a sua autoridade. O importante foi a distribuição do Poder, tanto dentro da elite política, quanto dentro da elite militar. O importante para nós foi a chegada de chefes comprometidos com a disciplina, com a lealdade, com a verdade. Isso é o que interessava naquele momento.

Importante vai ser, depois, quando o movimento deixou de ser um movimento político e militar, para ser um movimento de institucionalização de um governo, de estabelecimento de um novo pacto sócio-político, de um novo pacto de mudança econômica, e de decisões que, afinal de contas, deram um novo rumo ao País.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de um movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Se eu estiver de um determinado lado, considero os movimentos contrários às minhas posições como reacionários, quaisquer que sejam eles. Os comunistas fazem questão de chamar de reacionário tudo que se contrapõe a eles.

Para mim, tenente, naquela época, foi um movimento – tendo à frente sobretudo as mulheres, principalmente de classe média, para manifestar o seu repúdio à desordem, à insegurança e à fragmentação social decorrente que se estabeleceram. Essa fragmentação social era uma ameaça a todo mundo, a qualquer pessoa: para o motorista de ônibus, para o trabalhador, para o empresário, para a professora, para o universitário. Esse tipo de fragmentação era uma ameaça grave. Assim, as Marchas com Deus foram concebidas, como o foram a das Diretas Já e o movimento dos "caras pintadas", e, uma vez deflagradas, congregaram diversificados setores da população, principalmente as mulheres.

As Marchas alertaram as Forças Armadas quanto ao descontentamento do povo, elas alertaram àqueles que ainda tinham alguma dúvida sobre isso?

Rigorosamente, para mim, tenente, significaram muito mais do que isso: "Vamos apelar a Deus, porque aqui já acabou". Então, eu me senti desafiado a cumprir a minha obrigação.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, portanto, intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução? Qual a sua opinião?

Devo expor duas posições: a posição do tenente, da época, e a posição que tenho hoje, após quarenta anos de serviço, no País inteiro. A primeira posição, talvez até pelo estudo de história e pela minha formação no Colégio Militar, enfim, em algum momento fiquei com a idéia de que o Exército jamais tomara qualquer atitude, de cunho político que não tivesse o respaldo da população, inclusive em guerras externas. Naquela momento, essa era a minha convicção.

Agora, quarenta anos depois, após ler e estudar muito, eu reafirmo: o Exército nunca tomou e jamais tomará uma atitude que não tenha o respaldo do povo. Porque a verdade é que só se apela para a Força Armada quando não se encontra

uma solução política. É a mesma coisa de você estar sendo assaltado em casa e ir buscar a arma na gaveta. Você só vai buscar a arma na gaveta se o perigo for iminente, e se aquela arma vai lhe dar um mínimo de chance de fazer frente àquela ameaça. Eu tenho essa profunda convicção. O exemplo mais recente que costumo dar quando me perguntam isso, e vou repetir agora, volvendo ao que aconteceu em 1961. Por que aconteceu? Porque, havendo um veto da cúpula militar a João Goulart, não interessam as razões desse veto, não havia um veto da população a ele.

Exato, e por isso houve aquela confusão toda em 1961.

Não havia, naquela época, uma rejeição a João Goulart. Ele havia sido eleito pelo povo, em eleição majoritária, Vice-Presidente de Juscelino e Vice-Presidente de Jânio. Veja só, não me interessam os defeitos dele, nada disso me interessa; me interessa que, naquele momento, não havia, por parte da população, um veto, uma rejeição como a que existiu, claramente, em 1964.

A corrupção no Governo Collor, gerou, também, um veto popular ao Governo, que cai, através de processo político, dentro do ritual institucional. Se ele não caísse dessa maneira, ele cairia de outra maneira qualquer, assim como aqueles que no Congresso o derrubaram e que estavam ligados a outros interesses, diferentes do interesse maior, acabaram também sendo derrubados, afastados pelo próprio Congresso ou derrubados por não serem reeleitos.

Assim, essa correlação entre a ação política e o povo por intermédio dessa ou daquela instituição, no meu ponto de vista, sempre existirá, e no caso do Exército, a nossa Força Terrestre – o Exército Brasileiro – jamais irá às ruas sem o chamamento, sem constituir-se na vanguarda de um movimento do povo. Veja, não é chamamento populista, é chamamento do povo.

Tenho plena convicção disso. Pode ser até que mude daqui a alguns anos - tudo está mudando tão rapidamente -, mas, pelo que mostra a nossa História, não há a menor possibilidade de as Forças Armadas se divorciarem do povo. E se quisermos ir lá atrás, podemos dar o exemplo da abdicação de D. Pedro I.

Evidentemente que foi tudo muito bem colocado, atentando, inclusive, para uma importante minudência, porque do povo é uma coisa e popular é outra.

Como se portaram os sindicatos, entidades tachadas de esquerdistas, como União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) etc., logo após o início da Revolução?

Vou dizer como eu via essas instituições, naquela época. No que diz respeito às organizações trabalhistas, na época, eu tinha a convicção de que elas eram

"fachadas"; na realidade, não representavam nada. Todo mundo sabia, ou dizia, que os "pelegos" dominavam as organizações sindicais, e que os sindicatos não representavam a classe operária .

O meio rural não tinha qualquer organização. O que era a pouca organização que tinha? Eram as "Ligas Camponesas", e o meio rural só vai ter expressão social já nos governos do Movimento de 1964, que paulatinamente vão integrando a população rural aos direitos do cidadão.

As organizações corporativas ou estudantis estavam no mesmo caminho que as organizações sindicais – isso visto por mim naquela época. Quer dizer, não chegavam a ser controladas por pelegos, mas eram controladas por militantes. Não digo nem por estudantes profissionais, como muito se fala. Eu diria mais que por pessoas que agiam pelo entusiasmo ou por vontade de poder ou mesmo por dedicação sincera àquilo que elas consideravam uma causa justa, embora equivocadamente.

O estudante profissional vem depois, a partir de 1968, não é isso?

Ele vai aparecer como base, como elemento de apoio de grupos de subversivos, quando há a opção pela luta armada, no período depois de 1968. Na eclosão do Movimento de 1964, esses estudantes, mais por entusiasmo, se colocaram naquela posição de contestação, e uma vez nela não tinham volta; quer dizer, a volta só aconteceria se tudo corresse normalmente, o tempo passasse... e nós estamos vivendo essa volta.

Hoje, é completamente diferente. Eu não vou esperar de um atual ministro que ele proceda da mesma maneira que procedeu quando era presidente da UNE, não há a menor possibilidade de ele fazer isto. Se eu pedir a ele uma autocrítica, ele será muito mais veemente, e muito mais exigente, do que eu possa ser, em relação a ele próprio. Tenho alguma vivência de casos como esse, então eu posso lhe dizer isso. Mas a pergunta é: o que as entidades de classe representavam?

Eram organizações de fachada, que serviam para o populismo manipular a massa, fazer o movimento de massa, e foram usadas dessa forma. No momento em que houve o Movimento de 31 de Março, eles se surpreenderam, mais do que nós.

E, uma vez surpreendidos, o que aconteceu? Alguns foram presos. Outros simplesmente sumiram, trataram de se esconder, de alguma forma, e, aí, aparecem os auto-exilados.

E outros, menos conhecidos, se aquietaram e sumiram, anonimamente, no meio da multidão, no meio da massa. Você procurava uma entidade dessas qualquer e, chegando lá, encontrava salas vazias e ninguém mais. Procurava por "fulano", e

o fulano não estava, tinha se mudado, havia viajado. Isso foi o que realmente aconteceu. Fugiram e, hoje, se dizem exilados, de modo a evitar a pecha de fujões.

Agora, que papel essas organizações realmente desempenharam?

Do meu ponto de vista, tiveram esse papel de "fachada", de organizações através das quais eram manipulados os movimentos de massa, até que se deu o Movimento de 1964. Aliás, eles próprios já estavam assustados depois do Comício da Central do Brasil.

Não sei se eles foram longe demais. Mas já estavam assustados por não terem condições de conduzir o processo de subversão social e política que se desencadeara. Se deram conta de que eram fantoches, de que estavam sendo usados, e que quem se achava realmente conduzindo o espetáculo não eram eles, mas um pequeno grupo comprometido com o comunismo internacional que os manipulava, manipulava o próprio governo.

Isso é o que eu penso dessas organizações de classe.

É possível identificar alguém desse grupo que comandava, inclusive, o títere João Goulart?

É interessante essa pergunta. O controle era realmente indireto, nebuloso, aparentemente impessoal. Havia, por ambição pessoal e muito dirigida, a ação populista do Brizola, no Rio Grande do Sul. Havia outras lideranças que esperavam, uma vez estabelecido um novo Poder, uma nova organização institucional, conquistar um lugar nesse Poder. E não chegaram lá. Havia gente em São Paulo, no Nordeste etc. Havia por trás delas alguns empresários em condições de aderir por interesse econômico e financeiro. Sempre há. E havia gente na elite política em condição de dar "massa crítica", caso as coisas caminhassem no sentido de uma nova ordem de cunho socialista ou mesmo comunista.

Tudo isso acontecia. Esse grupo tinha uma "inteligência" formada de gente privilegiada. Eram pensadores e gente da elite política e social que realmente estava comprometida com a instauração de um regime socialista no País. Mas eu não sei até onde enxergavam a forma de instrumentalizar isso, e, aí, é que tenho a impressão de que eles se perderam. Devo dizer que todo aquele grupo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), todo aquele grupo da Universidade de São Paulo, todos esses grupos, eram inteligentes, davam o conteúdo ideológico, davam o ideário para uma socialização, só que – e, aí, eu volto – quem, praticamente, degradou o movimento que eles iam fazendo, como degradou o trabalhismo implantado por Getúlio, foi o populismo. Foram afastados do centro do Poder e até eliminados os verdadeiros trabalhistas como San Tiago Dantas, Fernando Ferrari, Pasqualini, Roberto Silveira, os Ermírio de Moraes, o velho e os filhos que estão aí

até hoje. Eram homens de valor, com liderança, e tinham um viés socialista. Mas não serviam para o movimento anarco-comunista que estava em curso. O populismo baseado só no movimento de massa, baseado na manipulação rasteira do Poder, não tem controle. É inconseqüente.

E os principais líderes civis e militares da Revolução?

Citar nomes é sempre uma complicação. Mas gostaria de frisar aqui – e toda vez que eu digo isso afirmam que o faço porque sou mineiro; mas não é essa a razão, é por justiça – que não podemos deixar de creditar à perseverança, à coragem e à firmeza de atitudes de Magalhães Pinto, Mourão e Guedes, o desencadear do Movimento. Independente de qualquer outra coisa, – não se discute as qualidades, os defeitos, as ambições, enfim, nada disso – no episódio, essas três figuras assumiram a responsabilidade de desencadear o movimento político-militar.

Exatamente, o Magalhães, o Mourão e o Guedes.

Meu pai mandou um cartão para o Magalhães dizendo assim: "Um abraço a quem soube assumir a responsabilidade".

Não discutiram se estavam contra o que vinha ocorrendo, agiram, correram o risco. Na época, eu disse: "Puxa, aquela coluna que veio de Minas parecia quase uma coluna de ciganos", e um companheiro, que participou da coluna, ficou muito ofendido com isso. Mas a verdade é que tinha de tudo: tinha caminhão, ônibus, tinha de tudo na coluna – realmente, se fosse filmada, pareceria uma coluna de ciganos, embora fosse uma coluna militar, coordenada, com "ordem de movimento", sabendo o que estava fazendo, e tudo mais; não há desdouro algum no fato de ela ter sido composta com os meios disponíveis, fossem do Exército, da Polícia, ou outros, de natureza civil.

Uma vez passado o episódio, vamos ao Movimento propriamente dito.

No Movimento propriamente dito, temos que verificar – vamos descobrindo através do estudo e das informações que vão chegando – as outras figuras que foram participando.

Proeminentes.

Uma figura como a do Marechal Denys é indiscutível. Mas veja: para nós tenentes na época em que ele era Comandante do I Exército, faltava um pouco de apuro na sua maneira de fardar-se, deixando-nos uma idéia de certa despreocupação com a sua apresentação pessoal. Mas esse era o Exército da época. Tínhamos, por exemplo, uma impressão horrível do General Osvino, pela aparência, pelo jeito de se apresentar.

O Osvino era como não se deve ser. Fardava-se pessimamente.

O General Denys, sempre muito calado, estava, invariavelmente, com aquele cigarro na boca. E quando vai se verificar as suas ações de comando, para o Exército da época... era uma liderança efetiva.

E que, mesmo na reserva, tinha uma força impressionante.

Quando teve que se afastar, em 1961, ele se tornou, naturalmente, o ponto de referência daqueles que não aceitavam aquela situação que se estabelecera.

E ele não fugiu à responsabilidade de ser esse ponto de referência. Orientou, aconselhou, foi leal e sincero, até com aqueles que participavam do Governo João Goulart. Ele não se furtou a isso. Podemos encontrar os testemunhos a respeito dessa verdade. Então, o Marechal foi uma liderança da maior importância.

Fundamental.

É interessante, porque nessa hora em que o Exército e o povo se levantam contra a desordem e contra a degradação da estrutura político-institucional – não chega nem a ser o anarquismo, porque o anarquismo é uma coisa mais séria, uma desordem generalizada – o que acontece?

O aspecto coesão, de busca da coesão, passa a prevalecer, e, nessa hora, em que o aspecto de busca da coesão passa a prevalecer, é interessante notar como retomam a sua posição, assumem as suas responsabilidades e ocupam seu espaço os chefes militares que estavam tolhidos em função. Foi o caso do General Castello, do General Kruel, do General Costa e Silva, do General Médici e do General Justino.

Você vê pessoas que, inclusive, foram consideradas "do outro lado" – é imprópria a colocação, mas vamos chamar "do outro lado" – se colocarem na sua posição, assumir a sua responsabilidade, ocupar o seu espaço, e exercer a sua liderança. Porque, para todos os efeitos, naquela "água turva" antes do Movimento, você não apostava no General Justino, você não tinha como apostar no General Kruel – o General Kruel trouxera o Jango do Uruguai...

Tinha sido Ministro do Jango.

Tinha sido Chefe da Casa Militar e Ministro. Como apostar nele?

Mas, no entanto, eles se colocaram, uns em posições de maior destaque, outros nem tanto, mas, o que é mais importante, o que eu gostaria de salientar é que eram os homens que estavam nas posições de comando e que, naquele momento, em que foi necessário agir, eles estavam lá, assumiram a responsabilidade, ocuparam o seu espaço e exerceram a sua liderança. Esse aspecto é importante.

Esse é o aspecto profissional, esse é o aspecto institucional. Porque, quanto aos outros aspectos, pode-se passar o resto da vida discutindo, até pela origem e pelo passado de cada um dos chefes.

Entre os civis, quais foram os destaques?

Nós temos Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Alkmin, Israel Pinheiro, Bilac Pinto, Milton Campos, o próprio Auro de Moura Andrade, Ranieri Mazilli.

Se formos desdobrar no campo civil, vamos encontrar, principalmente na área do Direito, outras figuras que foram importantes. Vemos ser resgatado, lá da Revolução de 1930, do Estado Novo, o Chico Campos, vemos se aproximar um Oscar Corrêa e tanta gente mais. Temos um rol de políticos que, primeiro, enquanto estava toda aquela desordem, se mantiveram como que um dique, na oposição, tentando colocar um mínimo de coerência em tudo que estava acontecendo.

Em todas as áreas, houve um rol respeitável de homens que assim procederam. Há muitos revolucionários autênticos. É lógico que sempre, em torno, há oportunistas, e há parasitas, que se agregam. Hoje, todavia, parece que o que não falta é ex-exilado, perseguido pelo Movimento de 1964. Quando se apresentam todos que se dizem exilados, parece que o Brasil inteiro foi para fora. E nada disso aconteceu, isso não corresponde à verdade. Exilado mesmo foram pouquíssimos.

Não citarei outros nomes. Ficarei apenas nas lideranças efetivas do Movimento.

O Movimento foi exclusivamente interno, ou houve participação externa, inclusive dos Estados Unidos?

Na visão do tenente, ele foi interno. Na visão do estudioso, quase quarenta anos depois, ele foi interno. É lógico que interesses externos convergiram sobre ele.

Não há nada que aconteça em um País como o Brasil que não interesse aos demais, sejam os vizinhos, sejam as potências mundiais.

Principalmente dentro do quadro da guerra fria, de um lado e de outro.

Participação, através de serviços de inteligência, pode até ter havido. Sabe por quê? Porque sempre existem as ações de inteligência e de contra-inteligência. É impossível que os serviços de inteligência de todos os países do mundo estivessem desativados ou omissos em relação ao Brasil.

Então, não há a situação de não existirem serviços ativos de inteligência. A atividade de inteligência – desconheço outro nome – fardada ou em traje civil, de alguma forma existe, e a participação dos serviços de inteligência seguramente terá ocorrido. Mas, também, como você diz, de um lado e de outro, porque não foi só de um lado. Mas nunca consegui detectar uma atuação efetiva, de qualquer agente estrangeiro, no Movimento de 1964.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, esquema do Assis Brasil?

Opinião do tenente: esse esquema nunca existiu. Minha opinião, quarenta anos depois: esse esquema não existiu. A prova de que não existiu foi a maneira como os fatos foram se desenrolando. Não houve esquema militar. Qual era o esquema militar?

Aqueles que se diziam do "esquema", não tinham liderança, pois desapareceram, como aqui foi dito.

Mas não havia esquema. Veja só, o Ministro da Guerra, doente ou não – conheci o General Jair e tenho dele uma lembrança positiva –, me deixou sem entender por que não tomou certas atitudes.

Ele me era muito caro, pois foi meu Comandante no Colégio Militar, me conhecia bem, e meu Comandante também na Academia, distinguindo-me por nunca haver deixado de me identificar pelo meu número do Colégio, 640.

Quem não conhecia o aluno 640, no Colégio Militar? Todos conheciam porque ele se destacou.

Como essa pessoa, doente, poderia ser chefe de um esquema militar? Como poderiam o General Assis Brasil ou o Chefe de Gabinete do Ministro, até pelas funções que ocupavam, ser lideranças militares num Exército cujas lideranças eram outras, sabidamente outras? Quando houve o Movimento, como já disse, os comandos "reassumiram" o comando e desapareceu aquilo que era chamado de "esquema militar", esquema que, na minha opinião, jamais existiu.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, foi correto?

Em 1964, era Comandante da Academia o General Médici. O General Médici, como capitão, saiu do seu Regimento, com o seu Esquadrão, para aderir à Revolução de 1930. Acredito que deva ter havido uma decisão muito pessoal dele. O General Médici que era um homem discreto, calado e intuitivo.

É interessante, porque ele raciocinava – isso no meu ponto de vista – sobre a intuição que tinha tido, e, racionalizando sobre a intuição, ele decidia; e era firme na decisão, e sem muita explicação. Até porque não precisava explicar, de tão lógica. Isso foi o que eu conheci do General Médici.

Acredito que ele deva ter tido a intuição: "Como vou evitar o choque entre o Kruel e o Âncora?"

E evitou.

Porque, diante do cadete, qualquer comandante pensaria duas vezes.

E ele não pensou, ele se antecipou.

Tropa contra tropa, eu não sei. Ele possibilitou, inclusive, um encontro, até do General Âncora, que estava doente...

Lá dentro da Academia, com o Kruel.

O General Âncora estava quase que sem condições de se deslocar. Isso é a apreciação do tenente da época. Agora, a minha apreciação, hoje.

Eu, se fosse Comandante da Academia,. no lugar do General Médici, provavelmente – e eu falo isso porque servi três vezes na Academia, fui tenente, capitão, Comandante de Curso – teria envolvido a Academia. Por quê? Porque a participação da Escola Militar nos momentos críticos da vida política nacional faz parte da tradição histórica brasileira. Pode não fazer de agora em diante, mas até 1964, fez.

A Escola Militar, hoje Academia Militar – a AMAN - tem um significado, um simbolismo, diferente da ECEME e mesmo da EsAO. A ECEME é muito mais dinâmica em suas participações – tive oportunidade, de 1968 a 1970, quando fiz o curso, de estar envolvido em uma série de coisas – mas ela não tem o simbolismo, não tem a presença da Escola Militar, da Academia Militar.

Acho que ele "ganhou a guerra", no meu ponto de vista, porque nós, que vínhamos de São Paulo, quando soubemos que a Academia, com aquele simbolismo todo, estava em posição, aquilo deu "alma nova"; nos deu uma força, um ímpeto, uma sensação extraordinária, que até é difícil de, com palavras, explicar – não estávamos sozinhos nos deslocando para o Rio; constatamos, com emoção indescritível, que teríamos entre nós e o I Exército, a Academia. Impressionante o significado desse fato!

O General Médici colocou um "tampão" entre as duas forças, para que não houvesse o choque. E não houve o choque. Ele foi o canal de comunicação entre os dois comandantes de Exército, entre os dois companheiros – generais Âncora e Kruel.

Esse viés da camaradagem é outra coisa que entendemos, mas o civil, de um modo geral, não entende, não avalia. O civil mais velho até entende – porque todo mundo era da turma do Pedro II, da turma do Colégio São Bento, do São José. Mas hoje é até impossível. Já não há mais nem turma...

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março?

Acho que sim. Já afirmei isso várias vezes: essa foi uma preocupação depois de 1954, foi uma preocupação durante a campanha do Lott, foi uma preocupação no período de 1961 a 1964, e se robusteceu depois de 1964. Até porque houve uma convergência de chefes de tendências ideológicas diferentes, para o Movimento de 1964. Quase que houve um reagrupamento dos chefes que, em 1930, haviam participado da revolução.

E o nosso Movimento, tinha alguma ideologia?

Como vou dizer? São duas coisas distintas. Primeiro, vamos falar do Movimento de 1964. O Movimento de 1964 é um movimento político que teve um desfe-

cho político-militar e que depois se desdobrou politicamente, embora com militares na Presidência, até porque essa solução, do militar na Presidência, foi uma opção da elite política, do mundo político, para evitar um confronto das diversas forças políticas, dos diversos segmentos políticos, e até preservar aqueles segmentos que tinham sido deteriorados pelo populismo inconseqüente, como eu disse.

Na realidade a elite política se deu um tempo para se recuperar e se reorganizar, enquanto isso um militar exercia a Presidência, embora o Poder político fosse exercido por eles mesmos, pelas elites políticas. A mídia, no entanto, equivocadamente, rotulou todo o período de período militar. Isso não é uma verdade, mas ficou assim.

O Movimento de 1964 foi um movimento político, que se iniciou em oposição à desordem do Governo Jango, culminou com o episódio político-militar de 31 de março e prosseguiu até a abertura em 1985, até a reinstitucionalização de 1985 a 1988. Esse Movimento político teve uma ideologia – a da democracia liberal –, até porque esse foi um compromisso do ideário do Movimento.

O compromisso expresso pelo General Castello quando assumiu a Presidência, eleito pelo Congresso, foi o de restabelecer o modelo institucional democrático do País. E o Movimento conseguiu isso.

Conseguiu, porque a atitude das Forças Armadas, em particular do Exército, ao longo do Governo Figueiredo, possibilitou – apesar do percalço que nos causou a corrente Maluf, de São Paulo, implodindo o então PDS – a eleição de Tancredo, que tinha um compromisso com uma constituinte, e isso levara à elaboração de uma proposta de constituição pelo grupo coordenado por Afonso Arinos.

Só a morte de Tancredo – que foi outro percalço que aconteceu – faz com que Sarney assuma e, não tendo a liderança nem a força e o compromisso que tinha Tancredo, convoque uma Constituinte que foi liderada por uma pessoa descompromissada com a democratização, embora dissesse o contrário. O resultado foi uma Constituição, cidadã, em parte, mas que está, aí, a sofrer uma reformulação permanente, porque há capítulos absolutamente incompatíveis até com o contexto de cidadania que ela contém.

A isso eu chamo de "azares políticos", mas o compromisso do Movimento foi o compromisso com a democracia.

O Movimento de 1964, apesar dos percalços que tivemos, tinha, tem e está cumprindo o compromisso com a profissionalização das Forças Armadas, em particular do Exército. Essa profissionalização é baseada na integração das Forças Armadas com a sociedade, que é de onde provém o próprio Exército, provêm as próprias Forças Armadas. Isso é uma coisa indiscutível. Pode-se falar, pode-se

inventar o que bem entender, isso é uma verdade que justifica os altos índices de confiança alcançados pelas Forças Armadas nas pesquisas de opinião pública.

No seu entender está correto o termo Revolução ou seria Contra-Revolução?

Vamos largar o tenente de mão, e vamos pensar hoje, depois de estudar e discutir. Sempre me refiro ao Movimento, porque é um termo que eu considero bem mais amplo do que revolução. Mas vamos ficar no termo revolução, do ponto de vista de episódio. Se, no entanto, observarmos o episódio político e militar que, nascido um pouco antes de 1961, atinge seu ponto crítico em agosto/setembro de 1961, se desenvolve e tem seu desfecho em 1964, temos uma contra-revolução. Por quê? Porque havia, por parte de outros, daqueles que manipularam o Governo João Goulart, a intenção de fazer uma revolução. A intenção não, eles diziam que estavam fazendo uma revolução. Eles a consideravam em andamento e que ela viria a se institucionalizar. Havia, portanto, uma revolução em marcha, buscando a socialização do País. Só que uma socialização, como eu disse, não baseada na ideologia, mas baseada – no meu ponto de vista – num tumulto político, numa desordem política, naquele populismo que chamei de inconseqüente. Isso é uma coisa.

Agora, o Movimento, que se prolongou depois do episódio – e que ainda estamos nele, mesmo que as pessoas não queiram, mas estamos nele – para mim é uma revolução. Então, aquele episódio de 1964, aquele compromisso assumido pelo General Castello, compromisso assumido por todas as forças políticas que apoiaram o Movimento de reinstitucionalização do País, com todos os seus desdobramentos e com todos os problemas que vem enfrentando até hoje, na realidade, caracterizou perfeitamente uma revolução.

Por quê? Porque consolidou a interiorização da Capital, consolidou o regime sonhado pela dupla populista Getúlio – Juscelino, consolidou o capitalismo de estado, universalizou a previdência social, universalizou o ensino superior, concluiu a integração territorial com a malha rodoviária.

Elaborou a Constituição de 1967.

Elaborou, sim, a de 1967, e já houve uma segunda, em 1988, que também é fruto da Revolução, é um compromisso da Revolução. Então, a Constituição de 1988 – com todos os seus defeitos, embora tenha sido feita de maneira diferente daquela que já havia sido encaminhada – foi um compromisso político da Revolução.

Enfrentou a luta armada e a desordem mundial. Venceu a luta armada, as crises energéticas – a primeira e a segunda – incorporou o homem do campo à previdência social e à sociedade propriamente dita, integrou social e espacialmente

a população através das telecomunicações, e promoveu a democratização e a institucionalização da estrutura política do País.

Isso foi uma Revolução, e uma Revolução que foi feita por um "monte" de gente. O fato de haver cinco presidentes generais é o de menos, rigorosamente é o de menos. O importante é saber da participação de toda essa gente ao longo desse tempo todo. São cinqüenta anos de Revolução.

Eu diria que a Revolução de 1964 foi a retomada do compromisso da Revolução de 1930 e a realização dos anseios de 1930. Há controvérsias, mas poderíamos dizer isso. E a verdade é que, se hoje estivessem vivos, Getúlio e Juscelino estariam aplaudindo o trabalho da Revolução.

Então, podemos dizer, sem medo de errar, que os governos da Revolução não foram militares, mas governos cujos presidentes eram militares?

Quando foi que a elite econômica e a elite empresarial de São Paulo, aqui do Sudeste, deixou de conduzir a política econômica do País? Nunca. E a política social, aquilo que foi feito na política social? "Ah! Mas o Ministro Fulano, na Educação, foi assim, o Ministro Beltrano, na Previdência, foi 'não sei o quê'". Foram, mas cumpriram o seu papel naquele momento, e possibilitaram que se chegasse aos dias de hoje, onde estamos combatendo a corrupção dentro da Previdência, estamos informatizando-a, possibilitando a agilização do atendimento ao cidadão, estamos dando a assistência ao idoso, e tudo mais. Por quê? Porque foi construída uma estrutura para fazer isso, e a "duras penas".

Tem corrupto? Vamos tirar os corruptos. Tivemos um corrupto na Presidência da República, tiramos o corrupto, fizemos funcionar, e funcionou "direitinho" o ritual institucional. Todas essas coisas, isso tudo, é preciso que a gente olhe com esses olhos.

O senhor gostaria de citar algum acerto importante da Revolução, além dos tantos que foram aqui apresentados?

Acerto? Eu acho que foi tudo acerto. Veja só: o Brasil conseguiu, em vinte anos, administrar uma mudança radical do perfil de sua população, sem perder a produtividade, pelo contrário, aumentando-a, e sendo capaz de fazer isso tudo com o mínimo de conflito. Agora, estamos vivendo um conflito sério, por quê? Porque, com a urbanização maciça – 85% de população urbanizada – e com essa periferia dos grandes centros como está – temos preocupações adicionais relativas a como administrar a violência urbana, administrar a habitação, administrar o saneamento básico, dando seqüência à administração realizada em período recente.

Precisamos fazer força para isso, mas, para termos êxito, vamos ter que dizer com toda transparência à população: "Olha, o compromisso do País é esse". E, com prioridade, empregar todos os meios do Estado, em todos os níveis, inclusive as Forças Armadas, para atuar nas áreas urbanas, transformando-as, humanizando essas áreas, e as integrando à sociedade.

Quando eu era menino, no tempo da ditadura Vargas, toda cidade acima de "não sei quantos" mil habitantes – não me lembro mais – tinha uma praça de esportes pública.

Como era essa praça de esportes? Era completa. Só para se ter uma idéia, o Minas Tênis Clube era uma delas. Tinha biblioteca, tinha posto de saúde, tinha tudo. Aí, veio 1945. A primeira coisa que o Governo Milton Campos fez – eu não estou falando de nenhum ladrão, eu estou falando de Milton Campos – foi privatizar as praças de esportes, ou seja, aquelas praças de esportes foram leiloadas, tornaram-se clubes fechados. Perdemos as praças de esportes, a população perdeu o acesso a áreas e atividades que eram o próprio exercício democrático de cidadania. Alguma coisa deveria ser feita nesse sentido de valorização social das periferias urbanas.

As Forças Armadas, e o Exército em particular, são veículos de integração social. Por isso, cada vez mais, precisamos fazer com que o reservista, o oficial da reserva, dentro do mesmo princípio da coesão de que falamos, continuem identificados com suas Unidades, com as Forças singulares. Por mim, num desfile de 7 de Setembro ou do Dia do Soldado, ou seja lá do que for, eu teria os meus reservistas em forma com a minha tropa, cantando e desfilando juntos.

Tudo isso fiel a uma coisa que agora foi perguntada: qual a ideologia do Exército na Revolução? Foi a busca da integração e da coesão social em torno dos interesses nacionais. A ideologia do Exército na Revolução foi, como é agora, e foi sempre, o patriotismo. Essa integração social acho que deva ser buscada de todas as formas. Não posso ficar com melindres, de que isso vai 'apaisanar', isso não é atividade–fim. Tenho que tomar os cuidados, mas tenho que marcar o meu objetivo e chegar lá. E esse objetivo é a coesão em torno daquilo que interessa ao Brasil. Na hora que se disser "Batalhão, em forma!", é importante que o pessoal da ativa, e todos os reservistas do Batalhão estejam em forma, com a mesma vibração, integrados, participando. Eu assisti a isso, no Chile.

Coronel, quais foram os erros da Revolução? Ficou muito tempo no Poder?

Como é que vou responder isso? Acertos e erros são parte da evolução de um País que buscou um objetivo. E o fez sob a liderança daqueles que conduziram

o Movimento, realizaram a Revolução, durante o tempo que o povo permitiu com seu apoio e participação. Quando o modelo mostrou sinais de esgotamento, veio a chamada "abertura" política e o reordenamento político necessário. Acho que o civil pode até falar em "volta aos quartéis", como criação de uma figura de retórica para marcar o afastamento de militares do campo da política partidária. E aí eu confirmo: é verdade, é uma volta aos quartéis; os militares voltaram às suas lides profissionais, deixando aos políticos, aos civis e aos diversos segmentos da sociedade, a condução cada um de seu setor, para buscarem os seus objetivos. Até porque já era tempo.

Os civis não abriram mão de conduzir a economia e os militares nunca se opuseram a isso; a esquerda tomou conta de toda a Educação, durante o período chamado militar, aliás com péssimos professores. E puderam fazer isso sem cuidados.

Já na área tecnológica, por exemplo, não aconteceu isso; eles nunca abriram mão da nossa participação e nós contribuímos com os nossos técnicos, com nosso esforço, com nossa orientação e com a nossa disciplina. Conseguimos consolidar as estatais, abrindo mão de quadros valiosos, nossos, em proveito dessas estatais.

E quais foram os erros? Eu não vejo erro, acho que não houve erro algum. Qual foi o erro do Eisenhower ser o Presidente dos Estados Unidos? Não vejo erros, vejo que, ao longo desses quase quarenta anos, o País buscou os seus objetivos, e a participação da elite militar foi decorrente, primeiro, por ela existir, segundo, por ela ser capaz, e terceiro, por ela ter assumido a responsabilidade. Afinal ela poderia não ter tomado a si esses encargos e nem ter se disposto a arcar com o ônus do exercício do Poder.

Mestres importantes, no tablado da Escola Superior de Guerra têm asseverado que as décadas de 1960 e 1970 são as duas de maior brilho no campo econômico, de toda História do Brasil. Por que isso não é divulgado?

Porque se eu disser que foi o Governo Médici que permitiu isso, se eu disser que foi o Governo do Geisel que permitiu isso, eles vão dizer: "porque ele pegou o Delfim", assim como eles falam do Pinochet, no Chile: "mas ele pegou o pessoal de Harward", como se não fosse até uma sabedoria o dirigente escolher os melhores. Mas nem foi isso. Na realidade foram os diversos grupos responsáveis pelos setores produtivos do País que fizeram chegar ao Governo essas pessoas. E por que eles não falam? Não falam porque não querem.

Para falar, teriam que falar a verdade, e para falar a verdade, eles terão que dar a "mão à palmatória" e dizer que, embora os presidentes fossem militares, os poderes político e econômico eram exercidos pelas elites políticas e pelas elites econômicas.

Isso tem que ser dito, também, e há dificuldade em dizer essas coisas todas. Por quê? Porque eles sabem que não lhes é conveniente – não vão ressaltar o que eleva os contrários.

Voltando a 1968, quais foram os objetivos da luta armada? Ela recebeu apoio externo? O AI-5 foi necessário?

Essas coisas todas são sempre muito recentes, existe muita coisa para ser descoberta, ainda. Tem muita mentira em circulação...

Apareceu guerrilheiro à beça.

Agora, que terminou. Na hora, quando eram cercados, eram só meia-dúzia.

Agora, todo mundo é guerrilheiro.

Também, está valendo bastante, está valendo um apartamento de dois quartos. Mas vamos voltar à pergunta. É indispensável considerar que o período de agitação, que se desdobrou na luta armada, não foi um episódio local. Foi um episódio decorrente de uma estratégia que não incluiu apenas os movimentos de massa, mas todos os instrumentos de desestabilização política que se possa imaginar.

Como hoje se usa a corrupção para se desestabilizar o aparelho político-administrativo e corromper a sociedade, desestabilizando-a também, naquela época houve toda uma estratégia nesse sentido. Vimos o que aconteceu na França, na Alemanha, na Península Ibérica, na Inglaterra, nos Estados Unidos e nos países da América Latina.

Na América Latina, por estímulo dos Estados Unidos, houve um momento de militarização dos governos, uma militarização que, em certos lugares, como no Chile, foram, realmente, governos militares; diferente do Brasil.

Uma vez, perguntado qual o regime vigente no Chile – eu estava presente – o General Pinochet respondeu ao jornalista inglês, sem nenhuma tergiversação: "És una dictadura militar". Assunto encerrado. Mas era governo militar, mesmo. Por quê? Porque os ministros eram militares, porque as comissões legislativas eram dirigidas pelos comandantes das Forças. Os governadores de província eram os comandantes de Divisão, o prefeito era o comandante da Unidade, fosse ele do Exército, da Marinha, da Força Aérea ou das Forças da Ordem (Carabineiros). Então, era um governo militar. Diferente, portanto, do nosso caso.

Outro lugar que se estabeleceu um governo militar foi em El Salvador, governo militar semelhante ao do Chile, só o tamanho era outro. Esses governos eram apoiados, mais ou menos, pelos Estados Unidos. No caso do Brasil, não vou me alongar, existe documentação farta na imprensa para ser consultada, sobre o apoio recebido, principalmente de inteligência, dos Estados Unidos, através de

informações que chegavam ao Governo brasileiro, ou diretamente, ou por via triangular – normalmente isso funciona via triangular – bem como há farta informação de como eram treinados os terroristas e os guerrilheiros, como eram abastecidos aqueles grupos que optaram pela luta armada.

Os depoimentos estão aí, deles próprios, mostrando como determinados seqüestros foram, na realidade, instrumentalizados de fora para dentro do Brasil. As justificativas, que sempre são apresentadas por esses que participaram da luta armada, é de que a repressão tinha chegado a tal ponto que a resposta só poderia ser a luta armada, o que não corresponde à verdade.

A verdade é que os dois existiram, como existe, hoje, a polícia e o crime organizado. Na medida em que um cresce, o outro também cresce; se cresce o crime organizado, cresce a polícia, e assim foi. Entretanto, a verdade é que os grupos de luta armada, com seus seqüestros, com seus assassinatos, com seus assaltos, jamais conseguiram o apoio do povo, da população comum, jamais.

O apoio veio de pequenos grupos que se comprometeram de alguma forma, ou por suborno, ou por desvio moral, ou desvio de comportamento, e que ficaram sendo chantageados e obrigados a manter o apoio; por um grupo da Igreja, remanescente daquilo que falei no início, decorrente da "Teologia da Libertação", e é interessante, ela se dividiu: há uma parte que é puramente teológica e outra que é instrumentalizada, e que, na realidade, hoje, é quase leiga, poucos ficaram na Igreja ou apenas dela se servem como homizio.

É verdade, os "Freis Betos e Boffs" estão espalhados por aí.

Há vários. Há essas linhas todas, que a gente compreende, estuda, as informações estão aí. É importante dizer que tanto a luta urbana como a rural, se inviabilizaram; primeiro, por essa falta de apoio da população; segundo, porque quem contava mesmo com o apoio do povo durante os famosos "anos de chumbo", apoio substancial, era o próprio governo.

Exatamente. O Presidente Médici, por exemplo, chegava ao Maracanã e era aplaudido pelas duas torcidas. No Rio de Janeiro, um fenômeno inusitado.

Nem falo só do Presidente, falo do próprio Governo, cujas ações eram tão positivas que quem tinha o apoio da massa era o governo, e não esses grupos armados. Esses grupos nunca tiveram o menor respaldo popular. Então, a primeira coisa que os levou a fracassar foi esse fato, fazendo com que não crescessem e fossem ficando sem espaço para atuar e, mais do que isso, fossem criando um repúdio à ação deles, porque o brasileiro – o povo de um modo geral – tinha até medo dessa gente, como tem do traficante hoje, mas ele não é conivente com o traficante e não foi conivente com essa gente naquela época.. Se ele sente segurança para

"entregar" o traficante, para denunciar, ele denuncia, ele não é conivente. Então, a mesma coisa aconteceu com a luta armada.

E há um outro detalhe, esse, sim, é profissional, e aí teríamos que conversar um pouco sobre como aconteceu o Governo Médici, mas talvez não seja o caso de se conversar sobre isso agora, porque seria muito longo. O Governo Médici foi o único governo constituído a partir de um conclave, de um entendimento, estritamente militar, sem participação dos políticos.

Assumindo nessa situação, ele compôs os diversos grupos dentro das Forças Armadas, compôs o governo com esses grupos, e deu a eles responsabilidades. Dentre as responsabilidades, ele atribuiu ao General Orlando Geisel, Ministro da Guerra, o combate à luta armada, porque, assim, estava na lei; e mais – pode procurar as diretrizes, que vão encontrar lá – que o Exército, as Forças Armadas, de um modo geral, não deveriam ser envolvidas institucionalmente nisso.

O Exército deveria continuar cuidando das suas obrigações, assim como a Marinha e a Aeronáutica, e que apenas elementos dessas forças comporiam o núcleo das forças de combate à luta armada. Isso foi feito e organizado porque estava previsto na lei. Operações mais amplas, como aconteceu em Xambioá, que envolveu maior contingente, também acabaram tendo êxito. O êxito foi decorrente, no meu ponto de vista, de duas coisas principais: primeiro, da decisão de terminar com aquilo; segundo, da organização, estritamente profissional, adotada para acabar com a luta armada. E acabou-se com a luta armada. São esses os dois pontos que ressalto. É lógico que há vários outros, mas esses eu ressalto.

É lógico que, nesse contexto, existe a unidade de comando, o sigilo, as operações de inteligência apropriadas, a combinação adequada com as polícias – estaduais e federal – e assim por diante, perfazendo uma longa série de providências e procedimentos. Mas o resultado foi extremamente compensador. Os contrários perderam. E eu digo: perderam e não adianta "estrilar"; perderam; foram derrotados; e assunto encerrado. Com baixas, sem baixas, com fugas, sem fugas, essa é que é a verdade.

Aí, vem o eterno problema: "Ah! Mas houve tortura, houve 'isso', houve 'aquilo', houve 'aquilo outro'", assim como houve assassinatos, assaltos, "justiçamentos" e outras coisas mais.

Houve tortura? Houve, nós não podemos negar que houve, como houve do outro lado também, mostrada em filme nacional para não haver dúvida. Agora, em todos esses desvios de comportamento, o Exército, de alguma forma, puniu os responsáveis.

Assim, quando o General Ernesto Geisel exonerou o General D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávilla Melo, Comandante do II Exército), foi justo? Naquele momento

não havia, a meu juízo, melhor atitude a tomar senão responsabilizar o General D'Ávila Mello, pois para nós o Comandante é o responsável por tudo que acontece ou deixa de acontecer. Esse é um problema sério que é preciso enfrentar.

No momento em que eu não puno exemplarmente, eu, de certa forma, me torno cúmplice. Há outras soluções que podem ser adotadas na nossa "cozinha interna" e que são eficientes, mas não dão a satisfação que a sociedade precisa.

O resultado é que o outro lado veio cobrar, mais tarde, essa satisfação. E, aí, saiu o "samba do crioulo doido", onde até vivo recebeu pensão de morto. Hoje, todo mundo se diz torturado, todo mundo quer dinheiro.

É uma farra com o dinheiro alheio!...

Diante disso tudo, o AI-5 foi necessário?

Vamos lá, você tem que fazer alguma coisa. Mas teria sido melhor decretar o estado de sítio?

Como o Pedro Aleixo queria.

Teria sido melhor fazer "assim ou assado"? Depois que acontece, não adianta discutir. Havia que se tomar uma decisão, e ela foi tomada: foi o Ato Institucional.

Mas a pergunta é: o AI-5 foi certo ou foi errado?

O AI-5 foi um ato de exceção, adotado num momento de exceção.

Agora, se foi certo editá-lo? Já aconteceu. Não adianta ficar conjecturando em torno do assunto. É uma discussão que não leva a conclusão alguma. O importante é que o Governo tomou uma decisão que foi fundamental para resolver o problema da luta armada no País.

Durante o período revolucionário, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens?

As Forças Armadas, não. Pelo contrário. As Forças Armadas deveriam ter, no mínimo, cuidado melhor de si, no meu ponto de vista.

Os nossos presidentes militares sempre tiveram muito escrúpulo em beneficiar as Forças Armadas, à exceção do Governo Costa e Silva e, depois, já no Governo Sarney, onde projetos de reaparelhamento e reorganização foram postos em marcha.

O Ministro Leonidas empregou 250 milhões.

Sim, mas se você comparar o reaparelhamento feito durante o Governo Costa e Silva e no início do Governo Médici com o reaparelhamento feito no Governo Sarney, vai verificar que o reaparelhamento da década de 1960 foi mais consistente, embora esse último, da década de 1980, tenha sido feito exatamen-

te pela exaustão daquele material. Mas sempre os presidentes militares tiveram escrúpulos em fazer isso.

Como conclusão, posso afirmar que as Forças Armadas não tiraram proveito algum do fato de terem como Presidente da República um militar.

No entanto, hoje, vem o "fulano" e diz: "Mas o 'beltrano' conseguiu emprego não sei onde, colocou o filho em tal lugar". Não estou mais falando de Forças Armadas, estou falando de procedimentos pessoais, que podem ser reprovados ou não, depende de cada um.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura no Governo Geisel? A conjuntura internacional veio acelerar a "abertura"?

A "abertura" foi um compromisso do Movimento de 1964. Não só a "abertura", mas o reordenamento político do País. Esse foi o compromisso. Com o problema da desordem, de 1968 a 1971/1973, houve um retardo, e eu estou entre aqueles que, dentro das funções que exercia, insisti no sentido de que nós fôssemos a esse reordenamento político no final do Governo Médici. Entretanto, me convenceram de que, com os dados colocados, ainda não era a hora, até porque as elites políticas ainda não haviam se reorganizado convenientemente, inclusive como decorrência do bipartidarismo imposto. Como estudioso de política, considero o bipartidarismo uma mentira.

Mas o Geisel não poderia ter feito isso completamente, sem precisar de um outro governo?

Não sei, acho difícil que ele tivesse podido, porque ele foi "atropelado" com dois problemas difíceis de contornar: primeiro, o de enfrentar a crise de energia, em particular, a crise do petróleo, com todas as suas conseqüências monetárias, econômicas etc. Segundo, a necessidade de desmontar a força policial, eu vou chamar assim, ou militar e policial – para não chamar de policial-militar, que tem outra conotação – que foi montada contra a luta armada. Esses organismos – como qualquer organismo que se institucionaliza – têm a tendência de se burocratizar e a inventar função para ele próprio. O General Geisel precisava recolocar as coisas nos seus devidos lugares. Mas, aí, vêm os azares. Vamos aos azares?

Primeiro: quem foi o Chefe da Casa Militar do General Ernesto Geisel? Foi o General Hugo Abreu. Mas não seria ele. O Chefe da Casa Militar seria um general extremamente hábil, extremamente respeitado, e a figura talhada para conduzir o processo. Mas se acidentou e quebrou a perna: chamava-se General Dilermando, e não pôde assumir a Casa Militar. Aí, veio o General Hugo Abreu. As diferenças

entre os dois: primeiro, de temperamento; segundo, o General Dilermando era muito mais próximo do General Geisel do que o General Hugo Abreu – o que é sempre mais favorável

Quem era o Ministro do Exército do General Geisel? Era o General Dale Coutinho, que morreu.

Morreu e veio o Frota.

E quem era o General Frota? Era Chefe do Estado-Maior do Exército que assumiu o Ministério interinamente. Foi efetivado, mas não escolhido, pelo General Geisel. Como é que você vai tirar do ministério um general e mantê-lo numa chefia do Estado-Maior do Exército, ainda mais um general com o passado do General Frota? Então, de uma vez só, no início do Governo, o General Geisel perdeu as duas peças fundamentais para conduzir a política interna das suas Forças Armadas, que eram o General Dale Coutinho e o General Dilermando. Teve que trabalhar com o General Hugo Abreu e com o General Frota, muito sério e disciplinado, que fez uma boa gestão no Ministério do Exército, mas não pertencia à linha de pensamento político do General Geisel. São azares.

Então você me pergunta: o General Geisel poderia ter feito a "abertura"? Quem sabe? Mas não pôde. O fato concreto é que não pôde, teve azares, e essas coisas têm, via de regra, bastante influência.

Até onde o General Castello ficou tranqüilo com o Francisco Negrão de Lima na Guanabara, amigo do sogro dele, que foi seu padrinho de casamento em Belo Horizonte, Chico Negrão? E com o Israel Pinheiro, em Minas Gerais, em vez de um outro desconhecido qualquer?

O General Geisel teria condições de ter feito? Quem sabe? Mas não aconteceu, e a grande dificuldade foi desmontar uma estrutura que insistia em não ser desmontada. Desmontar a estrutura militar e policial que venceu as guerrilhas urbana e rural e que já não tinha mais razão de ser.

Houve, a partir de 1985, o chamado "revanchismo" por parte da mídia em relação aos militares?

Vamos analisar esse "revanchismo" na Imprensa. Por hipótese, você tem um jornal que está dando a notícia normalmente, tem um compromisso com a verdade. Então ele dá a notícia verdadeira, que desagrada ao Exército – ela é negativa para o Exército, mas ela é verdadeira. Então, vem o Exército, toma as providências que tem que tomar e o assunto morre.

Mas a notícia não é verdadeira, a notícia é trabalhada etc. Quando é que acontece isso? Se você for buscar quem colocou a notícia, você vai descobrir

aquele indivíduo ou organização que, por qualquer motivo está fazendo uma revanche contra uma instituição qualquer, que, no caso, pode ser o Exército.

Quer dizer não seria o jornal, seriam determinadas figuras dentro do jornal.

Que têm poder dentro do órgão de imprensa ou junto a ele. Há os revanchistas em todos os órgãos de imprensa. Por quê? Só eles sabem, mas a gente não pode dizer que é esse ou aquele jornal.

Isso não tem ligação com a imprensa internacional, com o jornalismo americano, que tem interesse que o Exército seja atingido, desacreditado, por ser uma força que é o "último bastião" na luta pela nossa soberania?

Eu não sei. Isso eu não sei lhe dizer. São tantos os interesses em jogo que só os analistas de informações que estão acompanhando passo a passo os acontecimentos podem dizer. É importante lembrar que a Internacional Socialista não foi tocada e continua atuando com a mesma forma de sempre, inclusive fazendo crer que os EUA são o grande inimigo.

Então, não desapareceu o comunismo?

O socialismo não. Eu volto a esse negócio do comunismo daqui a pouco. Vamos falar um pouco mais das Forças Armadas.

É pouco provável que os EUA estejam preocupados em enfraquecer as Forças Armadas brasileiras. Mas, internamente, há grupos que precisam desgastar a imagem positiva que a população tem das Forças Armadas – em particular do Exército. Precisam disso para exercer o Poder e poderem desqualificar qualquer manifestação ou pronunciamento da Força, a respeito deste ou daquele assunto.

Nesse aspecto, temos grupos que são sistemáticos. Alguns estão ligados a antigos grupos socialistas, todos eles estão ligados à Internacional Socialista, e, hoje, atuam principalmente através da televisão. Vamos citar só a televisão, para não falar de outras áreas da mídia. Eles atuam, principalmente, através da TV Cultura, TVE, Globo News, Canal Futura, e, às vezes, através da GNT. Usam uma programação dirigida para comprometer a imagem das Forças Armadas particularmente nos dias próximos a qualquer data festiva relativa a episódios ou vultos militares.

E qual seria a maneira de lidar com isso?

Nesse ponto eu acho que o Exército está bem, porque o Sistema de Comunicação Social do Exército tem evoluído bastante, tem se profissionalizado e atuado conforme as circunstâncias. Dentro dos recursos disponíveis, ele tem se havido com êxito. E mais do que isso: hoje os nossos oficiais de Estado-Maior, os nossos

comandantes, têm a informação e o treinamento adequado para lidar com o público e com a imprensa de um modo geral.

A única coisa que eu reclamo do Exército é no sentido de buscar mais integração com a sociedade, estreitar a ligação com o reservista, com todo o mundo civil. Colocar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) dentro da Universidade, enfim, fazer prevalecer a idéia - força do cidadão soldado

Mas agora vamos voltar ao problema do comunismo, que é um problema mais amplo, político.

Estamos vivendo uma situação em que a Internacional Socialista, ou o socialismo de um modo geral e o capitalismo encontraram um denominador comum, que é a internacionalização, a qual é instrumentalizada pelas telecomunicações, pelos transportes, pela globalização.

Você viaja e se comunica com tanta facilidade que a chamada globalização é irreversível. E coincide com o quê? Com o objetivo do socialismo e com o objetivo do capitalismo: a internacionalização da economia e do exercício do Poder em todas as partes do mundo. O objetivo é o mesmo. O como atingi-lo é que é diferente. Eles possuem interesses convergentes nas questões políticas mundiais e locais. E isso traz dificuldades para a política interna do País.

Sua Mensagem final, Coronel Carneiro, para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31de Março?

Como eu disse no início, fiquei muito feliz, primeiro pelo Projeto de História Oral, que eu acho importante. Não acredito que o meu depoimento tenha sido mais significativo ou não, mas, pelo menos, é uma visão desses quase quarenta anos da vida nacional e da vida do Exército dos quais participei.

Além disso, considero que o Movimento – e por isso eu chamo de Movimento – realizou e está realizando uma Revolução. Uma Revolução que mudou o País, uma Revolução que, retomando os ideais de 1930, pegou a alavanca desenvolvimentista da década de 1950 e a transformou em realidade, colocando o Brasil, para os brasileiros, da maneira que ele aí está. Temos problemas terríveis? Sim, mas são problemas que terão que ser resolvidos, foram resolvidos em outros lugares e vão ser resolvidos aqui.

Costumo dizer que o problema geral sempre será resolvido na medida em que a sociedade, o povo, participar efetivamente dessas soluções. O povo não é mais aquela massa desinformada.

É impressionante verificar, quando conversamos as coisas com qualquer pessoa no meio da rua: a maneira de falar e o nível de conhecimento são estimu-

lantes. Isto nos traz uma satisfação profunda, o que é verdade, também, para as Forças Armadas e, em particular, para a Força Terrestre.

Por mim, o Exército caminharia mais celeremente para essa integração com a sociedade, desde coisas simbólicas até as coisas de conteúdo. Se pudesse andar mais ligeiro, eu gostaria. Não sei se quem está com as rédeas pode andar mais ligeiro, pode ser que eles esporeiem o cavalo e caiam.

Mas esse seria o meu desejo e, se aquilo que eu disse, serviu para fundamentar ou para sublinhar certos aspectos básicos decorrentes da Revolução de 1964, fico muito contente, muito gratificado por ter cumprido a missão.

Coronel Hamilton Otero Sanches

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de dezembro de 1956 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia.
- Exerceu as funções de Instrutor do CPOR/SP e de Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comunicações do Exército (EsCom).
- Comandou o 25º Batalhão Logístico Escola – 25º Blog (Es) (1984–1986) e foi Chefe do Estado-Maior da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsCom (Oficial de Comunicações) e do CEP (Técnica de Ensino).
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, comandava a 2ª Bateria de Obuses, do Grupo-Escola de Artilharia (GEsA).

Entrevista realizada no dia 1º de fevereiro de 2001.

Quais foram as suas experiências pessoais nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante o seu desenrolar até a sua extinção, que entendemos tenha ocorrido em janeiro de 1985?

Vivi situações antes e durante a sua eclosão. Participei, intensamente, de atividades que ocorreram na noite de 31 para 1º de abril de 1964, isto é, aquelas que ocorreram durante a eclosão do movimento.

Servia no então Grupo-Escola de Artilharia (GEsA). Era o único 1º tenente em comando de subunidade. Os demais companheiros eram capitães e vivíamos uma situação muito tensa, até dentro do quartel, porque não tínhamos informações. O comandante da época não nos transmitia nada, assim como o subcomandante. Ele era muito fiel ao General Ladário, comandante do antigo Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs).

Esse quadro gerava desconfianças. Não sabíamos o que pensavam os companheiros, principalmente os mais antigos, e, também, não se tinha idéia do pensamento dos subtenentes e sargentos de um modo geral, considerando o Grupo como um todo. Entretanto, tínhamos um ponto em comum: sabíamos que a situação política e a situação econômica do Brasil estavam se deteriorando por completo, sobretudo politicamente.

Como saber o que se passava na cabeça dos graduados, se pouco conversávamos sobre isso. Era um 1º tenente, em função de comando.

Apesar disso, no círculo dos meus comandados, sabia qual deveria ser o comportamento deles. Conhecia-os em sua maioria e aqueles que pairava dúvidas sobre como iriam se comportar, caso a Bateria fosse empregada, não os engajaria em nenhuma situação.

No dia 13 de março, dia do comício da Central do Brasil, foi solicitado ao GEsA que, após os preparativos necessários, se deslocasse para o Campo de Santana com a finalidade de atuar como uma tropa de reforço à Polícia do Exército, que estava empregada na segurança da manifestação. Então, nos deslocamos com um efetivo correspondente a quase uma subunidade. Quem veio comandando essa força foi o Capitão Belham, mais tarde general, na época Ajudante do Grupo-Escola.

Chegamos à cidade e não tomamos nenhuma atitude. Nossa força não foi empregada, não foi necessário. Podíamos de longe, lá de longe, no Campo do Santana, do outro lado, assistir o comício. O que se percebia era que o Exército, por meio da Polícia do Exército, dava segurança a um comício, ato político, com intenções de impor uma radical transformação aos Poderes da República. Na ocasião, o Capitão Belham comentou, muito rapidamente, acerca desse fato. Como já disse, os nossos contatos, mesmo dentro do quartel, eram poucos, nesse sentido.

Nunca reuniram a oficialidade para dizer o que estava se passando. Persistia o sentimento que ficaríamos o tempo todo sem conhecer o pensamento de mais ninguém a não ser o nosso próprio.

Vivíamos constantemente de prontidão na época que antecedeu à Revolução. A cada dia, não sabíamos se, ao final do expediente, retornaríamos para as nossas casas ou se ficaríamos de prontidão no quartel. Elas se tornaram muito freqüentes à medida que a campanha esquerdista, para se apossar do Poder, ia ganhando força.

Naquele dia 13, portanto, assistimos ao comício, vimos o Exército prestando segurança a um ato político, hostil ao regime democrático, por tudo que ali se observou e ouviu, mas a nossa tropa não foi empregada e voltamos ao quartel.

Então, foi possível perceber, do lugar onde estava estacionada a tropa do GEsA, a agitação, a gritaria, as palavras-de-ordem etc.?

Perfeitamente. Havia uma agitação conduzida pelas lideranças. Eram proferidas palavras-de-ordem que, no fundo, clamavam por desordem, existiam numerosas faixas e cartazes, basta observar as fotografias da época, inclusive ofendendo o pessoal do Exército, nos chamando, nos cartazes e nos discursos, de "gorilas", ao mesmo tempo que a PE proporcionava segurança e apoio à manifestação.

Desse tresloucado comício, o Ministro Jair Dantas Ribeiro participou, assim como os demais Ministros militares, o que deixou o Brasil perplexo, pela possível conivência dos mesmos com o caos que ali se implantara.

Vínhamos de prontidão há mais de uma semana no quartel. Na noite de 30 para 31 de março, estava fazendo uma ronda, porque as nossas subunidades, que viviam de prontidão, tinham o seu material embarcado, tudo pronto, em verdadeira ordem-de-marcha. Era preciso estar atento, manter o controle pessoal da situação, para não ser surpreendido. Durante a mesma, observei que o nosso Adjunto do S3 na época, o Capitão Sílvio Pereira Brunner, estava trabalhando na Seção. Devia ser entre 23h e meia-noite.

Vi a luz acessa e entrei no gabinete. Ele estava trabalhando. Bati um papo, também, muito rápido com ele. Disse-lhe: "Olha, essa situação está se estendendo por muito tempo. Acho que devíamos tomar alguma atitude. Alguém tem que falar alguma coisa para nós. Temos que saber o que está se passando; estamos aqui completamente desinformados. O comandante não fala nada, o subcomandante também. Então, cada um de nós está agindo aqui como acha que deve agir, sem saber o que pensa o companheiro sobre essa situação que estamos atravessando. Vivemos dentro de uma tensão..."

Ele me respondeu o seguinte: "Você tenha calma que, quando chegar a hora, você vai saber". Terminei a minha ronda e fui descansar um pouco.

No final da noite de 31 para 1º de março, chega um telefonema ao Grupo-Escola para que o comandante da subunidade, que estava de prontidão, se dirigisse ao então Regimento-Escola de Infantaria (REI), na Vila Militar, com todo o seu efetivo e material. Cada dia tinha uma subunidade de obuses que ficava de prontidão para ser acionada, se fosse o caso. Naquele dia, a 2ª Bateria de Obuses, a minha Bateria, é que estava de prontidão.

Dirigi-me ao Capitão Sílvio Pereira Brunner. Ele me disse: "Vá falar com o coronel comandante". "Está bom", respondi-lhe. Cheguei ao quarto do comandante. Ele estava dormindo. Bati na porta, ele acordou e eu lhe falei: "Coronel, me chamaram no REI, aconteceu isso, o que é que eu faço. Eu vou?" "Sim, lhe chamaram, você vai", respondeu.

Veja, o Comandante da Unidade! Interessante, nem perguntou o porquê? Quem ligou? Não perguntou nada. Aí, o que eu fiz? Não fui com a tropa. Para ganhar tempo, fui sozinho.

Chegando lá, quem estava na porta de entrada do REI? O coronel comandante do Regimento. "Você veio sozinho! Já era para estar..." Não sei onde, não lembro mais o local. O batalhão já havia se deslocado. A minha Bateria deveria ter ido junto.

Disse: "Está bem. Vou conversar com o seu S3, porque quero saber... "Não precisa saber de nada. Você não precisa saber. É só pegar a sua subunidade e ir ao encontro do Batalhão". "Mas eu vou para onde?" O comandante respondeu: "Eles estão no eixo Rio-São Paulo". "Então, está bom". Saí e fui conversar com o S3, que também não me adiantou nada. Só disse que o Batalhão tinha se deslocado a comando de um major, cujo o nome não me lembro. Acho que era Simon. Perguntei: "Já saiu?" Ele respondeu: "Já, já foi. Saiu todo o batalhão". Voltei para a unidade para informar ao meu Comandante.

Recebi essa ordem assim, assim... Ele disse: "Então, você vai. Pega a sua tropa e vai". "Quer dizer que eu posso ir?" "Você recebeu a ordem, você vai".

Veja só, o comandante do REI dando ordem a uma subunidade de outra Organização Militar, mesmo com a presença do Comandante dessa OM, no caso o GEsA, no seu aquartelamento. Um contra-senso, contrariando tudo que aprendera até aquele momento...

Foi bom destacar isso. Na realidade, deveria ter ocorrido um entendimento do Comandante do REI com o Comandante do GEsA e este transmitido as ordens ao seu Comandante de subunidade.

Exatamente. Consegui ganhar um tempo para sair com a minha tropa. Quando iniciei o deslocamento, acho até que já passava da meia-noite. Fui devagar, peguei a Rodovia Rio-São Paulo e, num determinado ponto, encontrei a tropa do REI.

Parei a coluna e fui sozinho, à frente, para conversar com o comandante do batalhão. Ele já tinha, inclusive, começado a ocupação do terreno.

Neste momento, fiquei um pouco temeroso. Não sabia o pensamento dele. Poderia haver a possibilidade de um choque entre nossas idéias. Localizei-o e conversamos.

Felizmente, ele estava ali para cumprir a ordem recebida, mas o seu pensamento era outro, ou seja, ele e eu estávamos abismados com tanta anarquia em nosso País e tanto alheamento dos comandantes de Unidade com relação aos acontecimentos... Tínhamos, portanto, a mesma idéia, o mesmo pensamento. Não haveria choque, não haveria problemas entre nós.

Chamei os meus tenentes e falei com eles para iniciar o desdobramento da subunidade. Ocupamos posição, em local próximo a Rodovia Rio-São Paulo, cerca das duas horas da madrugada; não foi um REOP (Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição), como estávamos acostumados a realizar. Foi mais para sairmos da estrada, ocupar uma posição e ficarmos ali. O Oficial de Reconhecimento (ORec) instalou as linhas, que eram praticamente dois troncos.

Uma linha para o meu PC e a outra mais à frente, na eventualidade de ser preciso um contato com o batalhão. Não se fez mais nada em termos de ligações telefônicas... Passamos uma noite muito tensa, praticamente sem dormir. Não sabíamos o que poderia acontecer. Havia muitas incertezas.

Quando já estava praticamente clareando o dia, aproximam-se outras duas subunidades de obuses, do GEsA, sob o comando do Comandante da Unidade, acompanhado do Tesoureiro, do Aprisionador e de seu Estado-Maior operacional, somente o S3 e seu Adjunto.

A coluna parou ao lado de minha posição. De imediato, saiu o Comandante da Unidade acompanhado do S3 e seu Adjunto, dos Comandantes de Bateria e alguns oficiais das duas subunidades.

Os oficiais que estavam acompanhando o Comandante ficaram no meu PC. Não consegui falar com ninguém, nesse momento.

Alguns minutos depois, voltam o S3 e seu Adjunto e os dois Comandantes de subunidade; entram, cada um, em seu *jeep*, e, com o S3 a testa, deslocam a coluna de viaturas. O comandante da Unidade ficou lá na frente sozinho, esperando com sua viatura. Era o início de um Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP).

Um dos comandantes de subunidade era o Capitão Alencastro. O outro, oficial pára-quedista, era um moreno – Capitão Silveira.

Um outro operacional presente era o Willy Seixas, S3 do Grupo. O Capitão Sílvio Brunner era o seu Adjunto. A minha ligação era muito mais com o Brunner do que com o Seixas.

Quando retornaram, pensei em falar com eles, mas rapidamente entraram cada um à testa da sua coluna e iniciaram o deslocamento.

Não sabia o que se passava. Continuava "aéreo", sem saber de nada. O que eles foram fazer lá? Saíram para realizar um REOP e agora? E daí? Não conversei com nenhum deles, pois não houve tempo.

Tinha, porém, uma certeza: se houvesse alguma coisa, lá na frente, a minha Bateria estaria protegida. Até pensei nisso, porque estava certo de que eles raciocinavam da mesma forma do que eu, pela pouca conversa que tivemos no quartel, ficamos com esse sentimento.

De repente, o major comandante do Batalhão se aproxima de mim, que estava junto à estrada, parou o *jeep*, e disse: "As duas Baterias passaram para o outro lado..."

Logo em seguida, vem chegando o Coronel Aldo Pereira, Comandante do GEsA. A medida que ele vem se aproximando, começo a atravessar a rua, porque a outra linha telefônica que dispunha, que era a ligação com o Batalhão, poderia ser usada por ele, se quisesse utilizar o telefone.

Bem, o que fiz? Atravessei a estrada e dei ordem ao tenente, que era o meu oficial de reconhecimento, que cortasse a linha que por ali passava. No momento em que o meu oficial cortava a linha, o comandante do GEsA, conversava com o major comandante do Batalhão, do outro lado da estrada.

Posso estar enganado, mas tudo indica que ele ia cometer um desatino, pois vi o Major segurando-lhe a mão que empunhava um revólver. Parece que o Comandante da minha Unidade tentaria o suicídio não fosse a pronta intervenção do Comandante do Batalhão.

Aldo Pereira deixava muito a desejar como comandante. Vivia sempre distanciado da gente, durante todo esse período que antecedeu a Revolução, como falei. Naquela noite de 31 de março para 1º de abril, simplesmente deixou eu sair com minha Bateria. Não sentiu que estavam interferindo na Unidade dele. Nem ao menos me perguntou o que eu iria fazer... Qual a missão que eu recebera...

Volto a esse ponto para enfatizar que ele, indiretamente, contribuiu, por omissão, para aumentar a tensão, a incerteza e a insegurança, que advêm, naturalmente, da falta de conhecimento. Você não sabe, o comandante não diz nada sobre o que está se passando. Tudo isso é agravado pela nossa pouca experiência, particularmente, a minha de tenente, enfrentando uma situação dessas, uma situação política nebulosa, que estava em ebulição por uma série de acontecimentos. Meu conhecimento vinha de

leitura de jornal e alguma coisa de rádio. Não recebíamos, insisto, na Unidade, qualquer informação, qualquer esclarecimento em termos oficiais.

Nesse episódio em que ele empunhava a arma, estava de costas quando fui mandar cortar a linha. Quando me virei para atravessar a estrada e voltar ao local onde estava o major e o meu comandante, foi que deparei com aquela situação que, também, acabou ali. Pouco tempo depois, uns vinte minutos depois, ele mandou que eu reunisse a oficialidade e os sargentos da subunidade.

Reuni o pessoal e fui para o outro lado da estrada. Ele chegou e nos disse que tudo aquilo já estava programado. Que ele já sabia, mas não nos falou. Começou, então, um breve discurso de incentivo à luta em apoio ao governo – que acabou deposto – querendo saber quem é que estava de um lado ou do outro, para que se retirasse dali, da reunião, quem não estivesse dentro daquela idéia dele.

Não podendo deixar a minha subunidade se esfacelar, permaneci calado e não me afastei da reunião.

Com os meus oficiais pensamos em sair, mas apenas nos entreolhamos e resolvemos nada fazer naquele momento. Ficamos porque não tínhamos certeza com relação a alguns sargentos. Tanto é que, quando ele deu uma palavra-de-ordem, alguns sargentos levantaram o armamento e deram vivas a alguma coisa que ele dissera e que não me recordo. Foi, nesse momento, que nós, inclusive, vimos quem era quem, descobrindo quais os sargentos da subunidade que estavam contra à Revolução.

Ele veio para dizer que aquilo era um fato já consumado, que ia acontecer, que ele já sabia, mais cedo ou mais tarde, porque a oposição era isso, era aquilo, e tudo mais, levando, como disse, os sargentos favoráveis a se agitarem e a se identificarem.

Ele resolveu permanecer junto ao meu PC.

Ele perguntou por que a linha telefônica tinha sido cortada?

Não, mas ele viu, pois foi feito de modo acintoso. Inclusive, fui com um tenente. Não sabia, naquele instante, o que se passava na cabeça dele. Aqueles primeiros momentos foram, também, de tensão. Os cuidados após a reunião foram redobrados para que não perdêssemos o comando da subunidade.

Como ia ficar a Bateria? Ia ficar acéfala! Então, agüentamos, ali, silentes. Quando estávamos, no PC, com ele, essas cenas já tinham se passado. A tensão ainda continuava, mas começava a atenuar-se. Eu achava que ele já tivera tempo para tomar outras atitudes e que não ia fazer mais nada.

As duas Baterias que se deslocaram pela Estrada Rio-São Paulo na direção de Resende eram de Obuses?Onde estavam a Bateria Comando e a Bateria de Serviços?

As Baterias que se deslocavam eram de Obuses. As Baterias Comando e de Serviços não saíram do aquartelamento, na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Somente seguiram o Tesoureiro e o Aprovisionador, como também o Seixas, oficial de Operações, e o Brunner, seu Adjunto, os dois que também passaram para o outro lado. Quem ficou na posição foi só o Coronel Aldo Pereira, Comandante da Unidade. O Brunner, o Willy Seixas e os comandantes de subunidades, com os seus respectivos Oficiais de Reconhecimento, vieram, do tal REOP, se posicionaram à frente das suas colunas e saíram como se fossem ocupar posição e aí foram embora na direção de Resende. Deixaram o comandante no meio da estrada.

O REI tomou alguma atitude?

Não. O REI estava disposto no terreno. O Major veio falar comigo quando soube do fato. Ele e eu chegamos a comentar a decisão das duas outras Baterias de Obuses, quando ele me falou: "Podiam ter conversado comigo, porque eu estava pensando que eles fossem ocupar posição. Conheço bem os comandantes de subunidade que passaram para lá, poderia, se soubesse, ter dado a eles total proteção, em sua passagem pelos primeiros elementos do REI, lá na frente, mas, felizmente, não houve problema".

Quando o Coronel Aldo chegou junto a mim, eu já estava sabendo da decisão das outras duas Baterias de Obuses. Como disse anteriormente, com o passar do tempo, aquela tensão de que ele poderia fazer qualquer desatino foi se atenuando. Teve um momento que ele passou mal, caiu, teve um tipo, assim, de desmaio. Providenciamos, de imediato, o médico que lhe socorreu sem demora.

Algumas horas depois, retornamos ao quartel em Deodoro, no Rio de Janeiro.

Quem deu a ordem para retornar ao quartel?

Foi ele mesmo. Ele veio em seu *jeep*, à frente, com a Bateria sob o meu comando. Assim, voltamos ao quartel...

O início do deslocamento foi a que horas do dia 1º de abril?

Foi depois do almoço, foi de tarde. Nós, o major e eu, não tínhamos a menor noção do que estava acontecendo no resto do País, quando, na tarde de 1º de abril de 1964, o Coronel Aldo nos mandou retornar. Reuni a subunidade, que sempre ficou ao meu comando...

Soube se o REI voltou também?

O REI ainda ficou lá. Não sei a hora em que se deu o seu retorno, mas não foi imediato. Nós não viemos um atrás do outro. Não viemos em comboio, nada disso.

Ao chegarmos ao quartel, a subunidade foi recolhida por partes. Ficamos, inclusive, aguardando o novo comandante, Coronel José Pinto de Araújo Rabello, que assumiria no dia seguinte.

Houve a passagem de comando?

Houve a passagem de comando, em cerimônia interna, no Gabinete do Comando. Não foi aquela solenidade tradicional. Inclusive parte da tropa, ainda, estava em Resende, não havendo nenhuma razão de se realizar a formatura padrão.

Daí para frente, a Unidade foi voltando à normalidade. Retornamos ao nosso trabalho. Aquela tensão foi se esvaziando. O Coronel José Pinto procurava, sempre, nos manter informados. Buscou trabalhar, inicialmente, com o pessoal que ele conhecia bem o pensamento. Antes, a Unidade estava praticamente sem comando. O subcomandante, Tenente-Coronel Edson, saiu, junto com o comandante. Permaneceram o Estado-Maior do Grupo e os Comandantes de Subunidade.

O nosso retorno, na tarde do dia 1º de abril, ocorreu, também, por problemas logísticos, porque o que restou em termos de gêneros alimentícios, após o almoço do dia 1º, dava, somente, para aquele dia. Não havia condições de permanecer, sem apoio. Não tínhamos condições. Era aquele almoço, jantar e nada mais.

A Bateria de Serviços, como a de Comando, como disse, não chegaram a sair do quartel.

Veja, o comandante disse que era para ir, então fomos. Assim, começou a minha participação. Disse para mim mesmo: “Agora vai ser a minha cabeça que vai mandar, uma cabeça de um tenente com tão pouca experiência...” Com a idéia do Comandante do REI de sair o mais rapidamente possível, não levamos nada, nem mesmo o catanho... Passamos a noite toda sem comer coisa alguma. Só fomos almoçar no dia seguinte, no dia 1º de abril.

Quer dizer que não teve café da manhã, nem nada?

Não teve café da manhã, porque nós já estávamos vivendo, ao amanhecer, aquela situação complicada. Felizmente, o Comandante do Batalhão, também, estava com a mesma idéia, pelo menos a idéia, que era o principal. Se fosse diferente, poderia ocorrer a confrontação.

Ia ser um problema, porque ele, também, estava ali cumprindo ordens. Se ele se colocasse contra, logo no início, poderia perder o comando. Quem era, na época, o comandante do REI?

Era o Abner. Foi ele que deu as ordens diretas para a minha Bateria, passando por cima do Grupo. Formavam uma “grande dupla” Aldo e Abner, ambos com A.

Apenas alguns poucos, felizmente, abraçaram a causa de lutar pelo Governo do peleguismo e da politicagem inconseqüente. No nosso Grupo, aquele Governo só contava com o Aldo e o subcomandante, que também saiu da Unidade, com a vitória da Revolução.

Com o Coronel José Pinto, mais tarde general, permaneceram, como já disse, o restante do estado-maior e todos os comandantes de subunidades. Os sargentos, inclusive aqueles que discordaram, até para iniciar o movimento, permaneceram. Eles foram liberados por dois ou três dias, por ordem do nosso Comandante. Ficaram em casa e receberam uma data para se apresentarem.

O pessoal que ficou no quartel estava todo dentro da mesma idéia. Era a totalidade dos integrantes do Grupo, o que foi muito bom. No começo, ficamos um pouco preocupados. Por que liberar os sargentos contrários à Revolução? Vão sair, o que é que vão fazer lá fora? Era o nosso pensamento. Ficar o resto da semana lá fora liberados para fazerem o que quiserem... Aquilo parecia contra-indicado...

Ressalta-se que o comandante havia assumido no dia seguinte ao nosso retorno, ou seja, no dia 2 de abril. Então, ele estava há muito pouco tempo no Comando.

Mas a ordem foi essa mandar eles embora. Foi ele mesmo, o José Pinto quem deu a ordem. Então, começamos a trabalhar com um pessoal que comungava das mesmas idéias. Em qualquer país comunista, os que adotaram posição contrária à revolução seriam fuzilados. Mas, na nossa Revolução, eles foram perdoados e, ainda por cima, dispensados. Mas foi bom, porque, ao irem para casa, eles não estavam com arma na mão. Um homem desses poderia, de noite, pegar uma arma numa hora... Você sempre fica inquieto, tira a tranqüilidade. Como vão proceder no momento da ronda. É uma permanente preocupação.

Realmente, como um militar desses poderia fazer uma ronda? Não poderia. Ninguém teria sossego, a preocupação com as armarias e tudo mais. Creio que o Coronel José Pinto acabou adotando o melhor procedimento com relação a eles, não acha?

O pessoal acabou entendendo assim. Devo ressaltar que a minha oficialidade foi excepcional. Aliás, a oficialidade de todo o Grupo-Escola se portou muito bem. Mesmo os sargentos, a maioria ficou conosco.

Minha Bateria era composta pelos seguintes oficiais: o CLF (Comandante da Linha de Fogo) era o Tenente Geraldo Valle; o Vieira era o Oficial de Reconhecimento e o Tenente Sérgio Mariano Cordeiro, Comandante da Seção de Serviços, o responsável pelas viaturas, hoje General na ativa.

Todos os três eram muito bons. Trabalharam sempre com grande coração, muito me auxiliaram durante o comando. Estavam sempre prontos para qualquer

missão. Inclusive, no dia em que recebi a ordem para sair, eles nem me perguntaram: "Mas vamos sair por quê? Para quê?" Não. "Vai sair, vamos embora". Não me questionaram nem por que permaneci naquela reunião que o Comandante do Grupo fez no acostamento da estrada, quando disse que quem não estivesse de acordo com ele que saísse.

Penso que nos entendíamos só pelo olhar. Nem perguntaram: "Mas Sanches, por que você não saiu?" Não, não. Eles compreenderam, não me perguntaram nada, desde o começo. Tínhamos o mesmo pensamento... O nosso ambiente na Bateria podia ser considerado muito bom. Estávamos trabalhando ali há um ano e tanto. Já nos conhecíamos bem.

Quando as outras Baterias voltaram de Resende?

As outras Baterias voltaram, acho que três ou quatro dias depois. Permaneceram este tempo em Resende. Quando retornaram ao GEsA, eu ainda falei com o Brunner: "O senhor me deixou, não é? O senhor ia me dizer quando chegasse a hora!" Ele respondeu : "Você não viu quando chegou a hora? Foi aquela". Disse: "Como é que eu ia ver. Não estava nem sabendo. Eu vim tomar conhecimento pelo comandante do batalhão que vocês tinham passado para o outro lado. Como poderia saber qual era a hora?"

"Foi conduta de combate", disse-me o Capitão Brunner – Sílvio Pereira Brunner – um grande capitão, muito admirado pela "tenentada". Era uma liderança dentro do Grupo-Escola.

Coronel Sanches, gostaria de fazer mais alguma consideração sobre aquela noite passada junto à estrada, acompanhando um Batalhão do REI?

Devo recordar, uma vez mais, que foi uma noite muito tensa, uma noite muito difícil, uma noite que não dava para dormir sem saber o que poderia acontecer. Ninguém dormiu. Uma noite de incertezas...

Não chegou a armar barraca, nem nada?

Não, não, não deu tempo. A nossa idéia, a minha idéia, que transmiti para eles foi a seguinte: armar uma barraca para o PC e armar uma outra barraca, em local adequado, ainda com toldo etc., que seria para a gente fazer a refeição. Mais nada. Nós, realmente, não ocupamos posição como manda o figurino. Na verdade, procuramos sair da estrada com os nossos obuses...

É. Foi uma conduta de combate.

Uma conduta e graças a Deus essa tensão acabou de uma forma bastante agradável, sem haver nenhum problema, sem tiro, sem nada...

É verdade. Foi muito bom. Veja que aquele Governo estava desacreditado mesmo, mas poderia...

Poderia a coisa ter tomado proporções diferentes, em se tratando de um Batalhão de Infantaria com uma Bateria de Artilharia dispostos no terreno, com munição, com tudo...

Completos e com munição. O I Exército e a Vila Militar nunca tiveram problemas de munição. O problema, ali, estava na falta de informações.

Exatamente, uma situação de incerteza, pela falta de conhecimento, de informação, que quando falta, parece que falta tudo. Estávamos completamente alijados de qualquer informação, de qualquer esclarecimento. Em síntese, nós não sabíamos o que se passava oficialmente. Não havia nenhuma notícia. Pelo que o major falou comigo, ele, também, estava vivendo a mesma situação. O Coronel Abner, no REI, mantinha o mesmo procedimento do Coronel Aldo, do GEsA. Eu vivenciei isto, inclusive, quando cheguei lá no quartel, para me apresentar a ele: "Você, ainda, está aí? Já devia estar lá?" – "Lá, aonde?" – "Ah, estamos na Estrada Rio–São Paulo..."

Coronel, as causas imediatas da Revolução onde estão? Já se falou no Comício da Central do Brasil. Não se falou, mas, também, estariam nos fatos lamentáveis ocorridos na revolta dos marinheiros?

Entre as causas imediatas, estão essa revolta e, sem dúvida, as marchas das mulheres, da família...

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, então, uma força?

Foram extremamente importantes. Ali foi quando, realmente, se caracterizou o chamamento do povo brasileiro para que o Exército e as Forças Armadas viessem a atuar. Foi um recado muito bem dado para todo mundo entender.

Recado maravilhoso. Mas a gota d'água não foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março?

Do Automóvel Clube, exatamente, foi o que faltava, inclusive caracterizando a quebra da disciplina pelo próprio Presidente da República em seu discurso inflamado para os graduados das Forças Armadas e da Policia Militar... Foi um fato contundente, mas que já vinha se fazendo sentir em outras oportunidades.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência nos acontecimentos da Revolução de 31 de Março?

Sim, porque a guerra fria era uma luta entre duas potências. Foi, dentro da América Latina, que a União Soviética atuou com mais intensidade. Os comunistas viram a possibilidade de transformar o Brasil em uma grande Cuba.

Um verdadeiro continente comunista.

Porque, fruto dessa guerra fria, Cuba já havia sido comunizada. As duas grandes potências, na época, procuravam ampliar a sua área de influência.

Embora os militares estivessem voltados para a sua atividade-fim, houve possibilidade de se observar um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

O clima de insatisfação era possível se sentir perfeitamente mais por leitura de jornal.

Via-se sob a liderança de Leonel Brizola, cuja influência sobre João Goulart era enorme, que o Governo conduzia o País para uma situação de confronto que desagradava, visivelmente, a grande maioria do povo. Os desmandos ocorriam na vida política e na economia nacional que caminhava para um colapso total, com a inflação fora de controle e a falta de gêneros de primeira necessidade afligindo a população como um todo. No Rio, a vida se tornou muito difícil pelo desabastecimento e pela dificuldade de locomoção, com as sucessivas greves dos transportes, que paralisavam a cidade constantemente.

Então, era isso que senti na ocasião. O poder do Brizola foi conduzindo o País, com a complacência de Jango Goulart, para um confronto de conseqüências imprevisíveis.

Coronel, e a Igreja? Qual era a posição da Igreja – favorável ou contrária à Revolução?

No meu entendimento, também, era contra o Governo. A Igreja fazia oposição...

Fazia, exatamente, até porque muito ajudou às Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Era um apelo a Deus, com a participação da Igreja. Depois é que houve uma mudança de posição de uma parte da Igreja que se intitulou "progressista", com a influência do clero estrangeiro que veio para cá com a missão predeterminada de questionar a Revolução.

Na época da eclosão do movimento que depôs o Jango, diria, que quase toda a Igreja voltara-se contra o processo de comunização do País, conduzido pelo próprio Governo, apoiando e participando das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Depois, é que a Igreja começou a sofrer influência do movimento comunista internacional, que se infiltrou nos seminários, transformando boa parcela do clero em adversária da Revolução de 1964.

Ficamos com o grupo dos conservadores, que se opunha a tal igreja progressista entre aspas, adepta da teologia da libertação, de Leonardo Boff, ligada ao regime de Cuba, aos terroristas e seqüestradores, representada, no Brasil, por Evaristo Arns, "Frei Betto", o próprio Boff e outros.

O Evaristo Arns vem demonstrando, até os dias de hoje, um carinho especial pelos seqüestradores, principalmente os estrangeiros, como os do Abílio Diniz, alegando que se tratava de um seqüestro político. Chamá-lo de cardeal é até uma ofensa à Igreja!

Essa Igreja, que se intitulava progressista, fez oposição à Revolução, assim como vários intelectuais, pseudo-intelectuais e a maioria dos artistas. Não conseguimos trazê-los para nós. Eles foram absorvidos pelo movimento comunista internacional – o MCI – como o Vandré...

Geraldo Vandré, que depois, tempos depois, passou a viver praticamente integrado com a Aeronáutica; fez uma bela canção para a Força Aérea Brasileira, intitulada "Fabiana"... Ele mudou completamente de posição...

E os extremistas de esquerda, revoltados pela mudança que se processou em Vandré, em suas concepções políticas, passaram a dizer que ele não estava bem da cabeça. Mais uma leviandade dessa gente, cuja maldade não tem limite.

As Forças Armadas foram, então, intérpretes da maioria da população, no Movimento de 31 de Março de 1964?

Eu não tenho dúvida. Quando recebeu o recado do povo, elas cumpriram o seu papel. Se você for ver a História do Brasil, as Forças Armadas, particularmente o nosso Exército, sempre atuaram para atender aos anseios do povo brasileiro.

O nosso Exército é o povo em armas. Ele atuou, a pedido do povo, contra uma revolução de cunho marxista-leninista em desenvolvimento no País? Os comunistas queriam tomar o Poder? Era isso?

Sim, entendo que sim. Na minha interpretação, o movimento foi contra os comunistas, em favor da liberdade e da democracia.

Os sindicatos e aquelas entidades de esquerda, como o CGT, a UNE etc., logo após o Movimento armado, acabaram silenciando.

Foram surpreendidos e, de imediato, não tiveram reação. Depois, continuaram como oposição e com as suas atividades subversivas, particularmente os remanescentes da UNE. Assim é que, a partir do ano de 1968, o Governo revolucionário foi obrigado a tomar providências mais drásticas por meio do Ato Institucional nº 5, porque estudantes, transvestidos em terroristas, estavam novamente insistindo nas mesmas reivindicações, liderados por extremistas, como Lamarca e Marighela, que atuavam, particularmente, em São Paulo. Cabe lembrar que, no período de 1968–1973, a luta armada desencadeada por organizações extremistas constituiu-se na principal preocupação da Revolução de Março de 1964.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Em termos de liderança foi o Castello Branco. Ele foi o mentor, ele foi o coordenador e condutor do processo revolucionário. Como Presidente da República, voltado sempre para afirmação da autoridade, que desmoronara no Governo deposto, para estratégia de retomada da democracia e da retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico. Entre os civis, os governadores do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda; de São Paulo, Adhemar de Barros; e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Considerando o movimento armado, temos que destacar, evidentemente, os Generais Mourão e Guedes, que iniciaram a Revolução no Brasil, com as tropas mineiras, bem como o Marechal Odylio Denys, cujo apoio ao movimento foi de grande importância.

Na Via Dutra, ligação do Rio de Janeiro com São Paulo, onde o Grupo-Escola atuou, inclusive indo até Resende com duas Baterias de Obuses, considero que a maior figura foi o General Médici, Comandante da AMAN. Os oficiais que lá estiveram retornaram entusiasmados com a sua liderança.

A Revolução foi um movimento exclusivamente interno ou houve influência vinda do exterior, dos Estados Unidos, por exemplo, como insistem os inimigos da Revolução?

Não. Julgo que, dentro da guerra fria, havia uma disputa pela influência. O Brasil estava sendo visado, na ocasião. Ou tendia para o lado democrata ou para o lado comunista. O povo deu o recado, o povo se pronunciou indicando o que queria, e o Exército, particularmente, atendeu aos seus anseios – dizendo não ao comunismo.

Agora, ajuda dos americanos não houve nenhuma. Não adianta dizer que houve, porque todo mundo sabe que não houve; até nós, que éramos tenentes na época, sabemos que tudo foi espontâneo. Isso não quer dizer que os inimigos da Revolução não tenham recebido dinheiro, por exemplo, da Rússia, normalmente através de Cuba. Os comunistas receberam apoio do exterior, antes e, mais tarde, para confrontar a Revolução, inclusive treinamento de pessoal, realizado em Cuba e em países da Cortina de Ferro.

Que aconteceu com o esquema militar do Jango, do Assis Brasil, no qual estavam inseridos o Aldo Pereira, o Abner e outros? Por que desmoronou tão rápido? Realmente, havia um esquema estabelecido?

Havia o esquema, sem dúvida. Havia militares que faziam parte por fidelidade e até por interesse e havia os inocentes úteis. Havia isso tudo, dentro desse esquema...

Faltava aos que apoiavam o Governo Goulart convicção, ideal, para levá-los ao sacrifício por aquele Governo?

Faltava, não resta dúvida. Muitos entraram no esquema visando obter vantagens pessoais. O Aldo e Abner, por exemplo, entendiam que o esquema é que os levaria ao generalato.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN pelo General Médici?

Ao colocá-los em posição, o General Médici contribuiu, decisivamente, para evitar um possível derramamento de sangue.

Foi, também, uma valiosa contribuição para a formação do cadete, pela prática viva dos princípios de chefia e liderança. O cadete sabia por que estava ali.

Ao contrário do pessoal do esquema, o cadete entrou em posição convicto da extrema importância da missão que a AMAN lhe confiara e, ali, iria até a morte se fosse preciso.

Foi uma demonstração de chefia e liderança do General Médici e daqueles que estavam com ele, porque conseguiram empregar os cadetes, sem nenhuma dissensão. Na Academia, sem sombra de dúvida, havia um só pensamento.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, depois do Movimento de 1964?

Apesar de já existir essa união, ela se solidificou, se consolidou, ganhou mais força, conquanto, dentro das Forças Armadas, particularmente no Exército, sempre tenha prevalecido uma forte coesão. O nosso Grupo demonstrou essa verdade.

Quando você afasta um ou outro que pensa, ideologicamente, de maneira diferente, você ajuda a união, porque sai aquele que tem outras convicções, não é isso?

Principalmente, o agitador, o comunista, se ele é retirado de qualquer meio, principalmente o castrense, facilita a coesão.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia? Quais os seus objetivos?

Como foi dito, o movimento da esquerda para a comunização do País vinha numa escalada, buscando quebrar a hierarquia e a disciplina no seio das Forças Armadas, jogando, inclusive, sargentos contra oficiais. Os sargentos foram incentivados a se rebelarem, assim como cabos, soldados e marinheiros.

A revolta dos marinheiros foi um exemplo típico de insubordinação plena. Os extremistas de esquerda foram avançando, dentro das Forças Armadas, até atingir um estágio de indubitável perigo. O movimento partiu deles. Nós apenas recalcamos esse movimento através da Revolução. Escolhemos este caminho, como o povo queria. O que se desejava era o retorno à democracia plena e o restabe-

lecimento da disciplina e hierarquia dentro das Forças Armadas. A Revolução foi feita com esse objetivo.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Acho que até a sua composição, a sua constituição, já responde a essa pergunta. Eram civis e militares que resolveram trabalhar por este País. Juntos buscaram os nossos objetivos, exatamente. A maioria dos ministros era composta de civis de elevado gabarito, que muito ajudaram os presidentes militares.

A Revolução contou com uma comunhão de líderes civis e militares, cujos esforços foram coroados de pleno êxito na condução do País aos seus objetivos.

Governo militar para mim seria se todos fossem militares, se fosse um governo das Forças Armadas. Na verdade, o governo revolucionário reuniu civis e militares, que comungavam do mesmo pensamento, para levar o Brasil a um grande destino.

Apesar dos inúmeros acertos, cometemos erros. Quais foram os erros em que a Revolução incorreu?

Eu não diria que foram erros. Diria que houve algumas incorreções nas prioridades estabelecidas. Então, determinados compartimentos não tiveram aquele desenvolvimento, porque deu-se prioridade para um outro. Não houve um erro proposital para não se querer fazer isso ou aquilo. Acho que se estabeleceu uma prioridade de atuação – vamos atuar no campo econômico, criando uma infraestrutura para viabilizar um sensível crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Optou-se, também, no campo social, por uma correta política no setor da habitação, bem como pelo alargamento das possibilidades de ingresso de um maior número de brasileiros no setor universitário que experimentou um real crescimento.

Tivemos muito bons ministros em quase todas as áreas.

Se houve algum erro a lamentar, foi o da despreocupação da Revolução com a penetração e o domínio dos comunistas na área da Educação, o que, também, adveio da prioridade dada pela Revolução ao combate aos extremistas voltados para a luta armada, deixando, em conseqüência, livre de controle os comunistas que atuavam nas mentes, no ensino superior, principalmente na formação dos jornalistas, ou seja, do pessoal de comunicação social como um todo, bem como dos que, mais tarde, estariam na cátedra universitária, em especial, à frente das cadeiras de história e geografia.

Os sucessos econômicos da Revolução têm sido relembrados com muita ênfase na Escola Superior de Guerra. Professores renomados, de várias universidades civis, destacam, por exemplo, que a década de 1960 e a década de 1970 foram, em termos

econômicos, o período de maior sucesso da História do Brasil, particularmente o período de 1968 a 1973, que pode ser visualizado pelos excepcionais resultados das contas nacionais. Por que isto não é dito, hoje, aos brasileiros? Por que escondem esta verdade dos nossos jovens, nas escolas? O que há por trás disso?

É a ação da mídia, que é a principal formadora da opinião pública, exatamente pelos motivos que acabei de apresentar, apontados por mim como erro que a Revolução cometeu, deixando nas mãos dos contrários à Revolução a área da Educação.

Os nossos bacharéis foram orientados a comungar somente de idéias socialistas. Paulatinamente, de 1985 para cá, foram assumindo postos-chave, foram dominando a mídia, que é a maior formadora de opinião pública. É o elemento principal, o braço poderoso que não deixa que o outro lado seja mostrado. Não permite que se fale bem da Revolução. O patrulhamento, muito pelo contrário, só dá espaço aos que falarem mal, procurando sempre massificar a opinião pública. Por exemplo, o caso do Riocentro. Já, por duas vezes, tentaram reabrir o processo... Por que não vão reabrir o caso da bomba do Aeroporto de Guararapes?

Com aquele atentado, ocorrido em Recife, com várias vítimas, com mortos e feridos, não estão preocupados. Mas se preocupam com a bomba do Riocentro que não causou mortes em nenhum contrário.

Não há ninguém preocupado com aquele caminhão que foi lançado contra o sentinela que morreu, lá em São Paulo, no quartel do II Exército. Ninguém quer reabrir aquele caso!

Perdemos, ali, o nosso Sargento Mário Kozel Filho, na época soldado...

Mas isso não interessa. Por que a família do Sargento Kozel não é indenizada? Indenização é só para os terroristas?! Veja onde nós chegamos! E a mídia, que aí está, sobre isso não diz nada. Ela é parcial, não consegue ver que só um dos lados vem sendo beneficiado nesse governo de esquerda, que conta com o apoio da imprensa, que, por sua vez, depende do dinheiro do Governo, sendo-lhe conveniente, portanto, adotar o discurso de quem a mantém.

O objetivo do terrorismo e das guerrilhas era a tomada do Poder? Havia ajuda de fora?

O objetivo era a tomada do Poder, o que já foi dito em livro escrito pelos próprios terroristas. Não é novidade!

Eles permaneceram contando com ajuda de fora, inclusive, aquela vinda de novos elementos formados em Cuba para ações terroristas. Tanto é que o governo, em 1968, teve que tomar, novamente, medidas drásticas.

Veio o AI-5, necessário pela radicalização dos contrários, que resolveram enfrentar o governo revolucionário.

Muita gente repete por aí que as ações terroristas aconteciam porque o governo não os deixava falar. Mas não seria ao contrário? Não fomos nós que tivemos que reagir porque eles começaram a luta armada?

Não há dúvida que o movimento inicial foi deles. Nós reagimos. Tivemos que combatê-los; não ficamos de braços cruzados. Graças à nossa reação, o grupo da luta armada foi derrotado em mais uma tentativa de tomar o Poder.

Antigamente, se falava em governo revolucionário, em círculo de presidentes militares. Hoje, eles falam em ditadura, em golpe militar, em "anos de chumbo". Qual o motivo dessa mudança? Por que isso está acontecendo?

No meu entender, esta é uma maneira deles buscarem manter a opinião pública afinada com a posição que adotaram, achando que eles fizeram o que deveria ser feito, na luta contra uma "ditadura cruel", sofrendo durante os "anos de chumbo". Eles querem se apresentar, hoje, como vítimas; eles precisam inventar desgraças!

Com esses *slogans*, que eles criaram, procuram atingir, com toda a intensidade, a opinião pública. São expressões fortes, com os quais querem manter a opinião pública, comovida, acreditando neles. Assim, agora no Poder, aproveitaram para criar essas idéias-força que impressionam, como "anos de chumbo", ditadura militar, golpe militar e por aí a fora. Faz parte da estratégia deles. É uma forma, também, de agredir aqueles que os derrotaram fragorosamente no campo militar.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação? Tiraram alguma vantagem? Nós estivemos bem na época da Revolução?

Não, muito pelo contrário. As Forças Armadas pagaram muito caro por isso.

Sempre tinham que dar o exemplo. Seus componentes eram os que ganhavam menos. Tudo, para as Forças Armadas, sempre foi com parcimônia durante todo o período revolucionário.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Isso já era previsto desde que vencemos a Revolução. O objetivo era redemocratizar. Afastadas a anarquia e a baderna, vencidos os apóstolos da luta armada e garantido um salto espetacular de economia brasileira, com índices de crescimento considerados milagrosos, era hora de passar os encargos pesados que a Revolução assumira.

Isso tudo, naturalmente, exigia um período. Da noite para o dia não se podia mudar o caos anterior à Revolução. Demandava um tempo. Agora, se esse

tempo foi prolongado ou não, é difícil avaliar. Acho até que poderíamos, talvez, ter saído antes.

Talvez tenha sido um dos erros. Desgastou-nos a longa permanência. Talvez pudesse ter sido abreviada.

A imagem das Forças Armadas tem sido elevada em pesquisas de opinião demonstrando que o povo nos credita uma confiança muito grande. Como é que o senhor vê essa parte, apesar de todo o revanchismo e das críticas dos nossos inimigos?

Isso mostra, claramente, a nossa credibilidade, a credibilidade das Forças Armadas junto à população. O povo está vendo que as Forças Armadas não são o que os seus inimigos insistem em propalar. O povo sabe que, se não fossem elas, tudo tinha desmoronado. Credibilidade é uma coisa muito séria. Credibilidade não se compra. Se adquire e nós a adquirimos. Essa pesquisa espelha o respeito e reconhecimento do povo às Forças Armadas. Isso veio sendo conquistado ao longo de muito tempo, se consolidando e se solidificando. Esta opinião é tão forte que os inimigos influentes que temos na imprensa, embora querendo nos deslustrar, não têm conseguido. Há, no entanto, uma parcela da população que questiona a existência das Forças Armadas, influenciada pelos meios de comunicação.

São aqueles que esqueceram da necessidade do poder de dissuasão que advém das Forças Armadas.

É o caso de perguntar, então, por que os Estados Unidos têm as suas Forças Armadas? Por que todos os países que se prezam têm as suas Forças Armadas?

Apesar de todos os problemas hoje vividos pela Rússia, as Forças Armadas continuam lá. A União Soviética foi esfacelada, os países que dela faziam parte se tornaram independentes, se tornaram livres e têm as suas Forças Armadas, não têm?

As Forças Armadas francesas, há pouco tempo, estavam realizando explosões atômicas. Todo mundo quer segurança.

Apesar de tudo isso, você encontra articulistas, inclusive políticos, que buscam incutir na população a idéia de que as Forças Armadas são desnecessárias, fazendo o jogo do próprio inimigo externo.

É hora da sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março. Uma palavra sua para o Exército de hoje e de amanhã.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade que me foi proporcionada de dar a conhecer a parcela, eu diria, bem pequena, que me coube nesse período revolucionário, e, desta forma, por meio deste Projeto, pude deixar para as gerações – atual e futura – aquilo que eu e os integrantes da 2ª Bateria do Grupo-Escola vivenciamos. O

Projeto de História Oral veio em boa hora para mostrar aos companheiros do Exército como a Revolução se processou. No caso desse nosso depoimento, procuramos trazer a verdade da Revolução no Vale do Paraíba pelo nosso testemunho.

Esta verdade, em todo o País, virá com o conjunto de todas as entrevistas que estão sendo realizadas, onde as pessoas convidadas têm a oportunidade de expressar as suas vivências naquele período de nossa história. É importante que isso fique escrito, para que as atuais e as novas gerações venham conhecer os fatos reais, narrados desinteressadamente. Não fiquem, portanto, sendo influenciadas por essa mídia, que aí está, que não pensou, ainda, que é muito mais importante o Brasil do que esse "revanchismo" inconseqüente.

Isto que o Projeto está nos proporcionando, através da história oral, irá se contrapor a mentiras e a meias-verdades que têm sido difundidas. Acho muito relevante o trabalho que aqui vem sendo desenvolvido, que conta com sua capacidade que conheço de longa data. Esse trabalho será levado a muito bom termo, ficará excelente, não tenho dúvida quanto a isso.

Essa história precisa ser conhecida pelas Forças Armadas até para que, no presente e no futuro, prevaleça a versão verdadeira dos fatos, versão de quem os viveu.

Foi uma satisfação muito grande estar aqui, conversando sobre todos esses aspectos da Revolução de 31 de Março.

Coronel Romeu Antonio Ferreira

- Natural da Cidade de São Paulo/SP
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsACosAAe e do CEP (Informações).
- Exerceu as funções de Instrutor da EsACosAAe (1968/1969), do CEP (1970/1971) e da EsNI (1972/1973) e de membro do Destacamento de Operações e Informações (DOI) do I Exército.
- Comandou o Forte Copacabana/Museu Histórico do Exército (1987 a 1989) e foi Chefe das Seções de Contra-Inteligência e de Operações de Inteligência do CIE/Gabinete do Ministro (1990/1993).
- Foi Chefe de Estado-Maior da Divisão Militar nas missões da ONUCA (Observação das Nações Unidas na América Central), em Costa Rica, e da ONUSAL (Observação das Nações Unidas em El Salvador), em El Salvador, e Representante da ONU nas conversações de paz para Moçambique. Chefiou a Seção de Controle dos Adidos Militares, do Gabinete do Estado-Maior do Exército (1994).
- Na Reserva, a partir de 1994, foi Chefe de Análise de Inteligência da Operação Rio e Contra o Crime Organizado, na 2ª Seção/CML, além de Diretor do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública/RJ (1996/1999).
- Em 1964, no posto de 2º-Tenente, era Adjunto do S/3 do II/5º RO 105, em Curitiba/PR.

Entrevista realizada no dia 5 de dezembro de 2000.

Gostaria de cumprimentar o Exército por essa iniciativa. Uma das coisas que nós militares, ao longo desses quase quarenta anos de Revolução, sentimos falta é dessa parte histórica.

Não só da luta do Exército contra o comunismo, em prol da democracia, mas também voltando inclusive atrás, à atuação gloriosa da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A história está sendo resgatada por esse testemunho oral e tenho certeza que isto vai ser de muita utilidade no futuro.

Quero externar meus cumprimentos à equipe deste Projeto e dizer que estou aqui muito honrado com o convite para falar de minha participação na história do Exército na Revolução de 1964.

Depois desse seu preâmbulo, perguntamos: que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Essa pergunta é ampla e vai me permitir trazer muito de minha vivência e do meu conhecimento sobre o assunto. Em 1963, era Aspirante em Curitiba. Estávamos afastados do foco político da Nação que, naquela época, era Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Mesmo assim, o noticiário, particularmente dos jornais, influenciava muito a nossa juventude.

Em 1963 e 1964, como Aspirante e Tenente, mantive sempre o idealismo, com a atenção voltada, em especial, para a defesa da democracia, seriamente ameaçada no meu entendimento.

Os Oficiais do 5º Regimento de Obuses 105 mm (5º RO 105) viam a democracia como o oposto ao comunismo, como o regime que conflitava totalmente com a atuação dos que defendiam o comunismo naquela época – 1963 e início de 1967 – uma vez que eles se mostravam favoráveis a uma revolução, inclusive armada, como forma de atingir os seus objetivos, que teriam de ser buscados, segundo diziam, dentro ou fora da lei.

O clima característico daquele período pré-revolucionário pode ser perfeitamente definido como o de caos social e econômico, onde imperava o grevismo que paralisava totalmente o País, levando-o à estagnação e à ruína praticamente em todos as expressões do Poder nacional.

O quadro perverso que caracterizava o Governo Goulart fazia com que a gente sentisse uma revolta e uma vontade de intervir naquele processo que se agravava cada vez mais.

Aquela situação caótica fomentava o crescente avanço do comunismo que chegou ao ponto de levar a própria população a iniciar a reação, principalmente

através das Marchas da Família em que se destacavam as mulheres brasileiras, seguidas por religiosos, empresários e universitários contrários aos comunistas que dominavam a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A grande esperança da nossa população, indo para as ruas, era que as Forças Armadas tomassem uma atitude, o que realmente aconteceu. O Exército, dentro de suas tradições, foi impulsionado pela clara manifestação da maioria do povo brasileiro em seu repúdio àquele Governo que acabou deposto.

No final de 1963, o nosso Grupo – o II Grupo do 5º RO 105 – no Boqueirão, em Curitiba, recebeu, vindo do Rio de Janeiro, o famoso Tenente-Coronel Boaventura, pára-quedista que chegou com a auréola de revolucionário, de ser um oficial íntegro, atuante e avesso à baderna que se instalara no País. Veio para comandar o Grupo que pertencia, como disse, ao 5º RO 105, cujo Comandante era o Coronel Reynaldo Mello de Almeida, depois promovido a General.

Assim que chegou, o Tenente-Coronel Boaventura nos deu uma determinação muito clara, muito direta, recebida quando estávamos prestes a incorporar, no início de 1964, a respeito da nova turma de jovens conscritos. Lembro-me que, em 1963, era Comandante de Linha de Fogo e que, na chegada do Coronel Boaventura, já estava na função de Adjunto do Oficial de Operações (Adj S3), servindo na Central de Tiro, pertencente à Bateria de Comando e Serviço do Grupo.

A determinação do Tenente-Coronel Boaventura, aprovada pelo Coronel Reynaldo, logicamente, era que devíamos acelerar todas as instruções, particularmente aquelas de distúrbios civis, guerra revolucionária, inclusive para que o nosso Grupo estivesse em condições de atirar com a nossa Linha de Fogo num tiro rápido, num tiro imediato, do tipo "Assinale o CZA", sem usar a Central de Tiro do Grupo, mas empregando a Central de Tiro de Bateria e nós, em dois meses, conseguimos fazer o Grupo atirar.

Naquela época, já como tenente idealista em defesa da democracia, recebi a incumbência de ministrar algumas instruções voltadas para esse fim; dentre elas, a de Guerra Revolucionária, a de Chefia e Liderança, e uma outra sobre Controle de Distúrbios Civis.

Lembro-me que o nosso anti-herói, isto é, a pessoa que procurava incentivar as reações das massas, que procurava incendiá-las e que tínhamos que prendê-lo, era um pseudocomunista chamado "Nicola". Ele era, em Curitiba, uma espécie de ligação com o Brizola que, naquela época, assumira o papel de grande inimigo dos militares, transformando-se no agitador-mor. Então, a missão dada de prender o suposto "Nicola" visava tirá-lo de circulação reduzindo a agitação.

Estou falando dos primeiros meses de 1964, quando estourou, em 31 de março, a Revolução. Fomos chamados em casa, porque o expediente já havia terminado, tendo sido acionado o plano de chamada e voltamos para o quartel do Boqueirão, longe do centro da cidade. Quando chegamos, o oficial de dia nos conduziu – capitães e tenentes – ao gabinete do Coronel Reynaldo que, por ter sido chamado em Brasília, determinou que todos seguissem as determinações do Tenente-Coronel Domingues, que ficaria no Comando interinamente.

Por alguns dias, permanecemos, de prontidão, dentro do quartel, mas não recebemos nenhuma missão específica, uma vez que todas as reações, em Curitiba, foram favoráveis à Revolução. Essa foi a nossa participação nos pródromos e naqueles primeiros dias da Revolução, apesar da fogosidade de tenente que leva a gente a querer sair para cumprir missões externas. Como integrava a Bateria de Comando e Serviço, fui encarregado da defesa do aquartelamento. Atualizamos todo o planejamento de defesa interna e, até me lembro, que passamos dois dias e duas noites praticamente sem dormir engajados na defesa do quartel, felizmente sem registrar nenhuma alteração.

Talvez por causa das instruções que eu ministrava, recebi a missão de fazer uma sondagem entre os tenentes, para saber quais aqueles que o Comando poderia contar no momento de uma possível ação militar. Em outras palavras, quais aqueles que nós não poderíamos contar.

Recebi essa missão do meu então Comandante de Bateria, Capitão Felisbino, e me recordo que a resposta foi que todos os tenentes estavam fechados pelos ideais democráticos, até porque nós todos abominávamos o comunismo e toda aquela baderna que se instaurava no País, inclusive com a participação de elementos do primeiro escalão do Governo e do próprio Presidente da República.

Hoje se fala em "Volta aos quartéis", quando, na verdade, após 1964 não saímos mais dos quartéis, o que só acontecia antes da Revolução, para manter a segurança, sobretudo durante as greves.

Justamente, o grande divisor foi 1964, porque antes vivíamos saindo para atuar em greves, para ir, no caso das tropas de São Paulo, para o Porto de Santos, várias vezes, com a finalidade de fazer o Porto funcionar, substituindo os grevistas, de forma a evitar que as cargas perecíveis se estragassem. Mas, depois de 1964, fundamentalmente, vivemos dentro do quartel, dando as nossas instruções, preparados, sim, para qualquer ação.

Exato. Desse modo, durante todo o ano de 1964, fiquei lá em Curitiba. No ano de 1965, vim para o Rio de Janeiro ser aluno da Escola de Artilharia de Costa, última turma a realizar o curso no casarão da Urca. Ao terminá-lo, no final de

1965, fui classificado no 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), no Leblon, onde passei os anos de 1966 e 1967, sem participação em nenhuma atividade relacionada com a Revolução de 31 de Março.

No final de 1967, fui designado instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) na Vila Militar, onde passei o ano de 1968 e quase todo o de 1969. Em dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva assinou o AI-5.

Todos nós oficiais, reunidos numa sala, fomos informados do que estava ocorrendo e, nessa oportunidade, recebi a incumbência junto com outro companheiro, outro capitão, nessa altura eu já era capitão, para fazer o inquérito na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Quilômetro 48, da antiga Dutra. Fomos lá, fizemos esse inquérito, conversando com as pessoas que estavam indiciadas para, depois, elaborarmos o nosso relatório. Felizmente, não tivemos nenhum problema no cumprimento dessa missão.

Em meados de 1969, fui indicado para fazer o curso de Informações no Centro de Estudo de Pessoal (CEP). Não sei precisar o motivo de minha indicação. De julho de 1969 até dezembro, realizei o curso, conseguindo concluí-lo em primeiro lugar e, por isso, fui convidado para ser Instrutor da Escola. Então, fiquei como Instrutor do Centro de Estudo de Pessoal, na área de Informações, em 1970 e 1971. Lembro-me de que, como Coordenador do curso, convidava instrutores do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e ministrava algumas instruções, particularmente, emprego de meios eletrônicos e filosofia marxista. Naquela época, estava interessado em estudar Filosofia e, em 1971, comecei a fazer o primeiro ano do curso de Filosofia na UERJ para procurar entender com mais profundidade o comunismo, que tanto se falava e que já estava atuando com força, matando muita gente.

Em 1971 e 1972, enquanto era Instrutor do Centro de Estudo de Pessoal, ouvi constantemente notícias sobre bombas, assaltos a banco, assassinatos e seqüestros que começaram em 1969. O terrorismo chegava através de diferentes organizações esquerdistas radicais. E estávamos ministrando Instrução de Informações para os quadros que iriam ocupar os órgãos responsáveis por enfrentar essa gente extremista, disposta a matar, a destruir.

Lembro-me de que, naquela época, 1969, 1970, é que foram criados os DOI – os Destacamentos de Operações de Informações, dentro do CODI, Centro de Operações de Defesa Interna, para poder dar uma resposta profissional ao que estava ocorrendo. Porque sentíamos o seguinte: o militar foi formado sim para a guerra, mas não para aquela guerra suja que eles iniciaram, com toda fúria e insensatez.

Fomos formados para combater. Eu era de Artilharia, aprendi a empregar canhões e obuseiros para apoiar a Infantaria, a Cavalaria, as armas-base. Essa era a nossa formação, mas quando líamos sobre a morte de um capitão americano na frente dos filhos, o assassinato de um tenente, que estava amarrado, com coronhadas na cabeça, assaltos a bancos, seqüestro de diplomatas, seqüestro de aviões, então, não sabíamos como dar essa resposta. E foi em 1969/1970, que o Governo resolveu dar uma resposta profissional àquela luta armada que estava sendo desencadeada no País, sem a menor contemplação pelos comunistas que imaginavam, mais uma vez, como em 1935, chegar ao Poder pelas armas.

A nossa resposta, através dos DOI/CODI, deu-se três ou quatro anos depois de estarmos sofrendo derrotas, desde o início da luta armada no Brasil, em julho de 1966, que considero o marco da luta armada no País – aquela explosão de uma bomba colocada no Aeroporto de Guararapes pelos inimigos da Revolução, onde morreram um almirante e um jornalista e mais de uma dezena de pessoas ficaram feridas. E ficamos, até o final de 1969, sem saber muito bem o que fazer. Foram três anos que apanhamos.

Nesse momento, começaram as atuações em força contra as esquerdas, contra as organizações militaristas que defendiam o foquismo cubano ou defendiam a linha de Mao Tsé-Tung de guerrilha no campo. Nessa época, era instrutor não só do CEP, mas também da Escola Nacional de Informações (EsNI) em Brasília, que foi criada em 1972 e da qual fui um dos fundadores. Para lá, levamos tudo aquilo que tínhamos no CEP. Ficamos por lá durante os anos de 1972 e 1973, sempre acompanhando o desenrolar da luta pelos jornais ou pelos documentos que nos mandavam, mas sem participar diretamente dela.

Em 1974, voltamos ao Rio para fazer a EsAO. Ao término do curso, em dezembro de 1974, fui classificado no Regimento Floriano, onde ficamos, até julho de 1975, quando fomos chamados pelo General Reynaldo, general de quatro estrelas, que estava no Comando do I Exército. Ele havia sido meu comandante, em Curitiba, como já expus. Naquela época, era major e o seu conhecimento a meu respeito vinha de Curitiba, quando eu exercia as funções de Adjunto do S3 no 5º RO 105 e sabia que eu tinha feito o curso de Informações; portanto, fui chamado para o DOI.

Neste momento, chega um capítulo muito importante: em 1975, já estávamos sob a presidência do General Ernesto Geisel, que havia implantado a política de abertura – lenta, gradual e segura – porque as organizações comunistas–militaristas que defendiam a luta armada já haviam sido destruídas, derrotadas fragorosamente durante o Governo Médici. Naquela época, em que fui convidado para integrar o DOI/CODI, quem comandava o I Exército, como já disse, era o

General Reynaldo; o General Leonidas Pires Gonçalves era o Chefe do Estado-Maior, a quem conheci no I Exército, e o Chefe da 2ª Seção era o Coronel Mário Pasquali, que havia sido o nosso comandante do Corpo de Cadetes quando eu cursava a AMAN no início da década de 1960.

Sérgio Mário Pasquali foi comandante da minha Bateria em 1959 e 1960, nos meus dois anos de Cadete no Curso de Artilharia. Homem inteligente e inovador, mestre em criar e distribuir missão para todo mundo e ficar atento aos resultados.

O Coronel Pasquali tinha uma cabeça muito privilegiada. A determinação que recebi dos três, isto é, do General Reynaldo, do General Leonidas e do Coronel Pasquali, foi: "Romeu, você está chegando agora e tem uma formação acadêmica de informações; você é um organizador, um planejador e agora a linha política do Governo é de distensão, cabendo a você transformar o DOI". Isto porque tinha feito o curso do CEP, e lá fui instrutor por dois anos, e também instrutor dois anos na EsNI, a nossa antiga Escola Nacional de Informações.

O DOI era o órgão que, em face da crise vivida a partir de 1968 até 1974, devia buscar as informações com segurança; era um braço que colhia as informações, enfrentando as organizações terroristas, desculpe o termo, na base da "porrada" e efetuava as prisões. Então, até 1973, início de 1974, a situação era de crise, de luta armada; mas, em 1975, o Presidente Geisel estava iniciando uma modificação política da Revolução, uma vez que havia sentido que era possível, porque as organizações militaristas comunistas já tinham sido destruídas. Não havia mais ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8, ou melhor, elas estavam esfaceladas – alguns militantes aqui, outros acolá, quase todos foragidos, a maioria no exílio voluntário; iam para o exterior e se diziam exilados. E havia apenas algumas organizações que não eram militaristas, que não defendiam a luta armada como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Mas os DOI ainda estavam com aquele ímpeto, com aquela determinação de atuar da mesma maneira que atuavam contra as organizações militaristas, para poder derrotar a luta armada.

Então, a missão que recebi: "A luta armada acabou e você tem que transformar o DOI do Rio de Janeiro num órgão de informações". Usando a palavra atual: Órgão de Inteligência Clássico. Disseram: "Daqui a pouco tempo, um ano ou dois, o DOI não vai prender mais ninguém, isso vai ser encargo das polícias. Então, você tem que mudar a estrutura para transformar esse DOI, passo a passo, num órgão de inteligência pura, clássico".

E me recomendaram: "Você não pode ir dizendo assim: Acaba isso! Acaba aquilo! Nada disso! Porque senão você não vai ser aceito pelos próprios compa-

nheiros que estão lá. Você tem que ir passo a passo; vagarosamente, vai tentar modificar a organização, modificar para fazer as transformações que, agora, se fazem necessárias".

Foi essa a missão que recebi. Pela primeira vez, estou tendo a oportunidade de falar sobre isso. Quem conversou muito comigo naquela época foi o Coronel Pasquali, logicamente obedecendo as ordens do General Leonidas e, acima, do General Reynaldo.

Fiz um estágio mais ou menos de uns dois meses na 2ª Seção do I Exército, antes de ir para o DOI. Devo ter chegado ao DOI do I Exército por volta de agosto/setembro de 1975 e começamos a fazer algumas modificações. Lembro-me que uns dois ou três meses depois, já tínhamos feito diversas mudanças, para atender àquela idéia do I Exército.

Passamos, no Rio de Janeiro, a procurar entender o que era a Internacional Socialista, o Socialismo, o Trotskismo, qual a linha do Partido Comunista Brasileiro, em vez de continuar atuando contra o PCB da mesma maneira que o fizemos, antes, contra a ALN, VAR-Palmares, VPR, organizações criadas pelos inimigos da democracia para a tomada do Poder e implantação de um governo comunista, através da luta armada naquela oportunidade. Ressalte-se, portanto, que, no DOI do Rio de Janeiro, nenhum problema, nada de anormal, aconteceu desde a minha chegada que merecesse ser registrado neste nosso depoimento.

Ali, passamos quase seis anos, de meados de 1975 a janeiro de 1981. Fui ouvido num inquérito este ano sobre o Riocentro. Quero dar o testemunho, que fique gravado isso aqui, que foi a verdade. O Riocentro ocorreu em 30 de abril, na véspera do feriado de 1º de maio. Toda noite de 30 de abril para 1º de maio havia um *show* no Riocentro em que a idéia era colher recursos para o Partido Comunista Brasileiro, e a nossa gente gostava, desculpe o termo, de "sacanear" o pessoal do PCB.

Em 1980, eu já era o segundo homem da estrutura do DOI. Dois anos antes, já não mais prendíamos, apenas atuávamos colhendo informações, encaminhando-as. Naquela época, recebi uma proposta de algumas pessoas para jogar uma bomba no Riocentro. Essa bomba era para estourar na caixa de força, com a finalidade de apagar a luz e o *show* parar. Não era para ser jogada nem lá dentro do Riocentro nem era para matar ninguém. A idéia era acabar com o *show* do PCB por falta de energia. Discordei daquilo, não gostei da proposta, por achar que era completamente extemporâneo, não tendo mais nada a ver com o clima em que vivíamos naquela época. E proibi a ação; isso foi em abril de 1980 – proibi a ação e ela não foi feita.

Em janeiro de 1981, fui cursar a ECEME, pois tinha ingresso garantido, porque havia conseguido o segundo lugar na EsAO. Logicamente, acredito, é uma supo-

sição, uma especulação, que o que ocorreu lá no Riocentro tenha sido, talvez, a mesma proposta de jogar uma bomba na caixa de força para acabar a luz. Aquilo que proibi antes, alguém autorizou depois e ocorreu aquele triste episódio do Riocentro no qual morreu um sargento do Exército e ficou ferido um capitão.

Prestei este testemunho no inquérito que foi feito pelo General Sérgio Conforto, da minha turma, meu amigo. Disse exatamente isso nesse inquérito que estou agora repetindo.

Em 1981 e 1982, cursei a ECEME, indo, em seguida, para Brasília, onde, após estagiar por três meses na 2ª Seção do Comando Militar do Planalto, fui para o CIE, onde desempenhei as funções de analista de inteligência, de 1983 a 1985.

E aqui entra um ponto muito importante, particularmente para este Projeto. Em 1985, o que é que tínhamos? O novo Governo Sarney, a morte do Tancredo e a solução do Presidente para a pasta do Exército, ou seja, o nosso Ministro General Leonidas que havia sido o meu Chefe de Estado-Maior no I Exército. Lembro-me de que, naquela época, redigi um ou dois documentos defendendo a idéia de que já estava na hora do Exército escrever a história de sua participação na luta armada. Seria importante que o Exército contasse a sua versão dos fatos, que já estavam sendo deturpados. Diziam eles – os terroristas – que defendiam a democracia e nós não, quando, na verdade, fizemos todo aquele nosso trabalho pela democracia contra o comunismo, contra os extremistas de esquerda que queriam a tomada do Poder para implantação de um regime totalitário. Hoje dizem, cinicamente, que lutavam pela redemocratização.

Lutamos contra os terroristas, os seqüestradores, os ladrões de bancos, que agora se dizem defensores da democracia! Pelo amor de Deus, falta-lhes coragem moral de assumir o verdadeiro fim da luta armada por eles iniciada em 1966, com o atentado do Aeroporto de Guararapes – PE, que eles esqueceram entre aspas, mas nós nos lembramos muito bem. O atentado que visava matar o General Costa e Silva, Ministro do Exército, em campanha para a Presidência da República e que vitimou vários brasileiros, como já foi destacado nesta entrevista.

Recordo-me bem que fiz um documento a esse respeito. O meu chefe da S1/02, Seção de Análise e Informações, era um grande Coronel, depois General, Agnaldo Del Nero Augusto, incentivador da idéia de que devíamos escrever a respeito. E a gente pode até fazer uma brincadeira aqui: ele era de Cavalaria, mas muito inteligente! A gente brinca com o pessoal de Cavalaria, mas tem admiração por eles. Ele era um oficial leal que lutava permanentemente por ideais nobres.

Inclusive há um livro que ele apresentou à Biblioteca e foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Editorial e será publicado no ano que vem. Vai mostrar

a mentira que está sendo propagada pelos perdedores que contam uma versão totalmente deturpada do que ocorreu. O livro é intitulado "A Grande Mentira", a mentira "orquestrada" pelos "revanchistas" derrotados.

Vamos esperar a sua publicação. Este livro deve estar relacionado ao que eu vou dizer agora aqui. No final de 1985, o Coronel Del Nero determinou que, na nossa Seção, os analistas começassem a escrever a história do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a história da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), VAR-Palmares etc. Mas não deu certo e explico o motivo.

Lembro-me de que, uma vez, ele solicitou que eu fizesse uma análise de um trabalho elaborado por um companheiro sobre 1968. Vi que esse trabalho tinha até mortos que estavam assaltando bancos. Então, não poderia ser assim. Não poderia um analista continuar desempenhando o seu papel de analista, com todos os documentos que ele tinha que produzir, e, ao mesmo tempo, escrever a História da Luta Armada. Era impossível! Então, o que fez o Coronel Del Nero? Ele designou a mim, para que deixasse o trabalho de análise e determinou que eu ocupasse uma sala grande, como esta, que era a antiga sala de estar dos oficiais do CIE, para começar a pesquisar e escrever. E comecei a fazer isso em janeiro de 1986.

Mas começamos a ver que o trabalho era uma loucura e decidimos também fazer um trabalho ano a ano. O que havia ocorrido em 1967? Quais as organizações que existiam? Fazer um histórico da VPR, da VAR-Palmares, da ALN, ano a ano. E começamos inclusive antes da Revolução, nos pródromos da Revolução de 1964.

E não existia nada pronto. O que tínhamos era uma grande quantidade de dossiês de pessoas e dossiês de organizações. Então, eu pedia, por exemplo, o dossiê da VPR e recebia quatro ou cinco pastas enormes com milhares e milhares de documentos.

O trabalho se tornava muito grande, levando-me a dizer para ele: "Sozinho, deverei demorar uns dois ou três anos para concluir a tarefa que o senhor me atribuiu. Não vai dar!" Sugeri então um amigo meu, de Cavalaria, oficial do mais elevado gabarito, e esse oficial passou a trabalhar comigo em maio / junho de 1986. Todo esse ano de 1986, inicialmente sozinho, depois, eu e esse coronel ficamos mais ou menos até janeiro de 1987 escrevendo esse livro, pesquisando e escrevendo. Era um trabalho insano. Começávamos às 8h da manhã e íamos direto até 20h30min, às vezes 21h. Inclusive, passamos a trabalhar nos sábados e domingos, pesquisando e escrevendo. Foi um ano de um trabalho intenso. Mas foi o que ficou.

Em janeiro de 1987, quando sai do CIE e voltei ao Rio, para comandar o Forte Copacabana, o livro já estava praticamente terminado, faltando apenas al-

gumas introduções de uns poucos capítulos, alguns encerramentos de outros, o trabalho de coordenação das páginas etc. Mas o "grosso" já estava terminado.

Em junho ou julho de 1987, recebi um radiograma do Coronel Del Nero dizendo que o livro já estava encerrado, que continha cerca de 1.200 páginas, que havia sido entregue para o Ministro do Exército e que me cumprimentava pelo trabalho. O Coronel Del Nero foi o coordenador de tudo. Os dois escribas principais fomos eu e esse coronel de Cavalaria. Esse livro nunca foi publicado e não entendi por quê, talvez o próprio General Leonidas e os outros ministros tenham suas razões.

Hoje, estamos, cada vez mais, sentindo na pele esse problema. Estamos, hoje, vivendo uma época de "revanchismo" declarado, explícito. Inclusive estamos vendo nos jornais de hoje esse grupo Tortura Nunca Mais, que está com uma força muito grande, atacando oficiais do Exército e civis de maneira bastante insolente.

É claro que todos nós somos contra tortura, como todos nós somos contra o terrorismo. Porém, eles dizem com toda ênfase: "Não é só contra tortura! Qualquer pessoa que tenha trabalhado contra as organizações comunistas tem que estar fora do governo!" Isso estava nos jornais de ontem: "Não é só o torturador que merece ser afastado; é quem foi analista, quem trabalhou no órgão também".

Então, nesse caso, eu também estou enquadrado por essa gente cretina, faminta de "revanchismo". Aliás, eu que fui designado para a missão de impedir qualquer ato de tortura que se pensasse em realizar. E, no entanto, posso ser acusado, porque trabalhei em prol da democracia contra o comunismo.

E numa fase de abertura em que o órgão voltou tão somente a trabalhar com informações puras.

Exatamente! Esse grupo está aí com grande força dada pelo Governo e eles acusam sem provas. Vale o que eles dizem: sem provas. Então, a Lei da Anistia de 1979 não tem valor nenhum, ou melhor, só vale para eles. Porque nós sabemos que existem elementos que participaram da luta armada, com assaltos a bancos, que estão no Governo e pessoas que participaram do outro lado que estão sendo colocados para fora do Governo. Acusados de quê? De serem torturadores, mas muitos nem trabalharam em órgãos que lhes permitissem agir contra os terroristas.

Não tinham nem ligação, não tinham nem possibilidade, porque não estavam nem próximos a qualquer ação do DOI etc.

Fui, como disse, quase seis anos do DOI e tive a minha atuação sempre firme contra o comunismo, mas sem uma morte no DOI desde que cheguei, e essa turma acusa todos nós, indiscriminadamente de torturadores. Se for preciso, vou à Jus-

tiça contra eles. Porque eu "não tenho rabo". O meu rabo foi esse de ser tenente dentro de um Exército que sempre atacou os extremismos desde a Segunda Guerra Mundial, lutando contra o nazismo e o fascismo e, depois de 1964, lutando contra outra ideologia extremista, espúria, que é o comunismo.

Os extremistas que hoje estão dando as cartas no Brasil são os mesmos comunistas de ontem.

Exatamente, esse é o meu testemunho. Essa foi a minha participação e me orgulho muito do que fiz e faria tudo de novo. É pena que hoje, inexplicavelmente, o Exército está numa posição de defesa.

Sendo atacado pelos extremistas, inclusive por criminosos que ocupam postos-chave, nomeados por FHC.

Ser militar hoje é ruim até para os familiares. Vamos ver se algum dia a situação se modifica, ou seja, a verdade venha a substituir a mentira dos nossos detratores.

A verdade aflorando ganha o Brasil e a nossa gente que fica sabendo quem é quem! Mas é disso que os "revanchistas" têm medo. Eles lutam, desesperadamente, para que a verdade não seja conhecida.

Talvez algum dia... mas não será na nossa geração.

Coronel Romeu, depois dessa síntese bastante significativa, perguntamos onde estão as causas do Movimento democrático de 31 de Março de 1964?

Como tínhamos conversado antes, este Projeto de História Oral baseia-se na vivência, baseia-se no conhecimento. A minha vivência sobre a época da eclosão do Movimento revolucionário de Março de 1964 era muito pequena e muito estreita. Logo depois, é claro, com os estudos, o nosso conhecimento foi ampliado. Não quero aqui fazer um depoimento puramente como tenente, quando a nossa visão era demasiadamente estreita, mas também não quero colocar uma visão de estudioso, porque também não é esse o meu propósito.

Pretendo estabelecer algumas considerações que poderão ser debatidas por diversas pessoas e rebatidas por outras. No campo político, a impressão que tenho, a minha opinião sobre a revolta, tanto dos militares como dos muitos civis, era a falência da autoridade política. Nós militares estamos acostumados com a hierarquia, quer a gente concorde ou não concorde. Assim, com o Presidente da República, nós não podemos admitir essa falência da autoridade, porque a partir daí o próprio Estado desmorona. No campo econômico e psicossocial, ambos muito ligados, o povo brasileiro e nós militares, em particular, verificamos que, com as constantes greves, as filas na busca desesperada por alimentos básicos, as ações

sindicais, a baderna institucionalizada, o Brasil estava cada vez mais se afundando, num verdadeiro caos econômico, com reflexos evidentes no campo social.

Na área militar: a quebra da hierarquia e da disciplina determina logicamente a quebra da coesão. A hierarquia, a disciplina, o nosso companheirismo, a nossa lealdade, isso tudo estava caindo e não podíamos aceitar. Houve, portanto, uma comunhão de pensamentos não só entre os chefes militares da época, mas também lá embaixo entre os tenentes e sabíamos que a maioria dos sargentos pensava como nós.

A principal causa veio do apoio da população, como não poderia deixar de ser: sentíamos orgulho de andar fardados na rua após a Revolução. A mídia em geral também nos apoiava. A mídia, fazendo coro com o povo, exigia que o Exército, que as Forças Armadas tomassem uma posição. Não me esqueço disso. Não adianta, agora, os "revanchistas" inventarem estórias, porque a história real é a que estou narrando.

O senhor julga que a guerra fria, que durou até 1989, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?

Acho que sim porque a partir do término da Segunda Guerra Mundial houve aquela bipolarização ideológica dos mundos. O mundo comunista, Oriental, com a formação da União Soviética, e o mundo Ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos. Então, ficamos do lado Ocidental, em defesa da democracia. Não há dúvida de que a nossa formação acadêmica militar de tenente, naquela época, era em defesa da democracia ocidental católica. Isso era o que norteava o nosso pensamento na época.

Havia, de fato, na sua opinião, um clima de insatisfação da maioria da população contra o Governo João Goulart?

Sim, na minha opinião, sim. Havia por parte da população por essa falência da autoridade que teve o seu princípio na saída de Jânio Quadros. João Goulart, que estava na China, volta não volta, assume não assume, gerando o problema do presidencialismo *versus* parlamentarismo. Havia uma ebulição política muito grande, uma indefinição política também muito grande, mas, no ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964 a insatisfação era muito intensa, não só por parte da população em geral, mas também por parte dos militares, principalmente porque, quando Goulart conseguiu que vingasse o presidencialismo, ele e um grupo começaram a promover uma série permanente de agitações, de cima para baixo, embora houvesse também de baixo para cima, caracterizando uma subversão de cúpula fortíssima, assustadora. A integração das subversões de cúpula e de base levaria à república sindicalista de que eles tanto falavam.

E a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964. A Igreja estava contra aquele estado de coisas?

Nós temos que dividir a Igreja, da igreja dita "progressista", que já caminhava para uma outra linha e tinha vários adeptos. Mas, naquela época da Revolução, a maioria da Igreja era contra a subversão existente e favorável ao Movimento revolucionário, encabeçado e conduzido pelos militares, por solicitação do povo nas ruas e da mídia nos jornais, nos rádios e na televisão. Lembro-me das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, apoiadas pela Igreja, com a presença de padres etc. Naquela época, a gente dizia: "Não há padres comunistas, o que pode haver são comunistas travestidos de padres". Eram os comunistas que tinham se infiltrado na Igreja.

Então, respondendo objetivamente à pergunta, a posição da Igreja era favorável à Revolução, mas já havia uma pequena parcela da dita "Igreja progressista" que, a partir de 1967, iria crescer, em pleno período revolucionário, o que, a meu ver, foi desastroso para a própria Igreja Católica que, daí para frente, perdeu milhões de adeptos e teve a sua liderança bastante afetada.

O que o senhor gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, e dos "grupos dos onze", de Leonel Brizola?

Antes da Revolução, eram os dois grupos mais famosos que pregavam a violência: as "Ligas Camponesas", no campo, e esse meio louco "grupo dos onze", do Brizola.

A esse respeito poderíamos tecer algumas considerações, mas prefiro deixar aqui para a história da Revolução, para a história do Exército na Revolução, um trabalho que fizemos em 1986 composto desses dois documentos – um sobre as "Ligas Camponesas" e outro sobre o "grupo dos onze" e o Exército Popular de Libertação. Fazem parte daquele célebre livro que escrevemos em 1986. Gostaria de deixar aqui para que fique na minha pasta, para quem quiser conhecer melhor esses grupos.

Com muito prazer estamos recebendo esses documentos a respeito das "Ligas Camponesas", que atuaram fundamentalmente no Nordeste, do "grupo dos onze" e do Exército Popular de Libertação, este muito ligado ao que se vê hoje na Colômbia – ELN – Exército de Libertação Nacional que esta lá dividindo o país e atormentando a vida dos colombianos.

O que se passava fundamentalmente no meio militar? Buscou-se na época cisões dentro das Forças Armadas?

Sim, a idéia que tínhamos era essa. Eles estavam querendo dividir o Exército através de um corte horizontal. Diziam que os oficiais representavam os pode-

rosos e os sargentos, os oprimidos. Por isso, eles queriam fazer um corte horizontal. Posteriormente, depois da Revolução estar no Poder, no meio da luta armada, começou a aparecer uma outra linha que queria a divisão do Exército não mais na horizontal e sim na vertical. Era colocar os militares – alguns oficiais que se identificavam como nacionalistas, apoiados por sargentos a eles ligados, de um lado, e o restante da Força, de outro.

Mas, em 1964, naquela época, era, fundamentalmente, uma divisão horizontal, com alguns líderes da camada dos oficiais procurando assumir o comando do grupo dos sargentos, ou seja, da parte que se situava embaixo do corte horizontal. Houve, portanto, a tentativa de divisão, comandada pelo presidente da República e pelo primeiro escalão do Governo, além de Leonel Brizola, que pode ser considerado o elemento que mais se empenhou para obter o tal corte horizontal. Felizmente, apesar de muito se empenharem para dividir o Exército, não tiveram êxito.

Nas outras Forças, sobretudo na Marinha, chegaram a ir bem mais longe, inclusive com a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica de Brasília, em 1963, e com o movimento dos marinheiros e fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro.

Realmente, na Capital Federal, em 12 de setembro de 1963, e no Rio de Janeiro, no final de março de 1964, eles conseguiram ameaçar as Forças Armadas e amedrontar o povo que se posicionou contrário à baderna que se estabeleceu nas duas oportunidades, com maior gravidade, em Brasília, pelos tiroteios havidos.

Quais os principais acontecimentos determinantes do Movimento de 31 de Março?

É claro que a gente poderia discorrer sobre o que houve nos dois últimos anos que antecederam a Revolução, mas vamos ver os fatos de março, aqueles que foram a "gota d'água" que fez com que o copo transbordasse. O primeiro deles – o marcante comício das reformas na Central do Brasil, em 13 de março – contou com a presença dos ministros militares, do presidente da República, dos principais líderes do CGT, PCB etc. Três dias depois, 16 de março de 1964, deu-se o ultimato do CGT - Comando Geral dos Trabalhadores ao Congresso. O ultimato foi o seguinte: "Trinta dias para a reforma da Constituição". O jargão deles era: "reforma na lei ou na marra".

Três dias à frente, 19 de março de 1964, veio a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Um desfile de um milhão de pessoas com o terço na mão, implorando a proteção de Deus e das Forças Armadas contra o comunismo. Então, foi o outro lado em reação ao lado dos comunistas. Em 25 de março, uma nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Santos, com 200 mil pessoas.

E naquele mesmo 25 e em 26 de março a Rebelião dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos. No dia 27 de março, palestra na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, onde Prestes disse: "Se o golpe vier, os golpistas terão as cabeças cortadas". No mesmo dia 27 de março, na festa de aniversário do Partido Comunista Brasileiro, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, Prestes repetia as mesmas ameaças de "cortar as cabeças" dos contrários, dos gorilas.

No dia 30 de março, às vésperas da Revolução, houve a reunião do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Centro, com a presença de centenas de subalternos e sargentos das Forças Armadas e da Polícia Militar e com a presença do próprio Presidente da República, João Goulart, que fez um discurso desafiador, totalmente avesso à disciplina e à hierarquia das Forças Armadas.

Foram esses fatos que culminaram na Revolução.

As Forças Armadas, Coronel Romeu, particularmente o Exército foram intérpretes da vontade nacional, portanto quando foi deflagrada a Revolução?

Sim, porque houve visivelmente a participação do povo. Os militares sentiram que estava havendo apoio da grande maioria da população à Revolução contra o Governo e contra a anarquia que já estava implantada no País. Então, os militares agiram impulsionados pela própria população e pela mídia também da época, que se voltara contra o caos que se instalara no Brasil como resultado da atuação concomitante das subversões de cúpula e de base, como me referi há pouco.

Então, havia uma revolução de cunho comunista em andamento no Brasil?

Sim, sentimos isso claramente. Se não houvesse uma reação imediata, haveria um golpe nas instituições democráticas e a implantação de um regime comunista no Brasil.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução no seu entendimento?

Os nomes que tínhamos, vou falar como tenente, eram os três governadores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo: Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. Eram os três principais líderes civis da Revolução. Dentre os militares: os Generais Castello Branco, Mourão Filho e Carlos Guedes.

Foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve qualquer auxílio externo em particular dos norte-americanos?

Na minha vivência e opinião foi um movimento de preparação e de execução interna. Desconheço qualquer apoio que os Estados Unidos tenham dado à

Revolução de 31 de Março. Pelo contrário, para mim, os Estados Unidos se surpreenderam com a eclosão do Movimento e, a partir da sua implantação, passaram a condenar qualquer ação mais dura por parte dos militares.

E sobre o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução. Entende correta a decisão do General Médici?

Acho que sim, nossa juventude militar representada pelos tenentes instrutores e cadetes não poderia deixar de participar. A decisão do General Médici foi extremamente correta.

Estava em jogo no fundo a soberania do Brasil.

Exatamente. Era a luta da democracia contra o comunismo, ateu e alienígena.

Não podíamos nos subjugar ao comunismo internacionalista, a forças internacionais.

Exatamente. A presença da Academia Militar das Agulhas Negras nesse embate foi fundamental no meu modo de ver, inclusive para a vitória fulminante da Revolução.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Afirmativo. Porque tínhamos um objetivo que era o bem do País, a luta pela democracia contra o comunismo. As três Forças estavam coesas em torno dos mesmos objetivos, que, alcançados, fortaleceram a união.

E a seu ver está correto o termo revolução para o nosso Movimento?

Veja só: o Movimento armado teve por único objetivo o enfrentamento, a revolução comunista em marcha, porque havia uma revolução comunista em marcha. Foi dito movimento revolucionário que visava se contrapor à uma revolução. Assim, o termo seria contra-revolução.

Ocorre que, no meu entender, a Revolução de 1964 não foi só para se opor àquela revolução em marcha. Ela teve objetivos muito mais amplos, objetivos de reformas políticas, de implantar uma nova mentalidade em nossos políticos, uma nova mentalidade na nossa sociedade, o desenvolvimento da economia em novos parâmetros. Então, nesse sentido bem mais amplo, acho que o termo Revolução está correto. O termo utilizado historicamente por nós foi Revolução por ser mais pertinente.

Nós que somos militares, nacionalistas e tradicionalistas, adotamos o termo Revolução porque ela não foi desencadeada apenas para enfrentar o comunismo. Os seus objetivos foram muito mais amplos, queríamos um Brasil desenvolvido, pujante, onde a ordem e o progresso fossem realmente o lema. Portanto, fico com o termo Revolução.

Coronel, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

No meu entender foram governos cujos presidentes eram militares. Os traços marcantes de uma democracia, todos eles foram mantidos, inclusive com eleições indiretas para presidente, diretas para o Congresso, como também dois partidos – o da situação – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – e o da oposição – Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Então, não foi partido único, como nos regimes comunistas, como em Cuba, onde temos Fidel Castro há 41 anos no Poder, o ditador que mais tempo permaneceu no Poder em toda a história do mundo, chamado de Presidente pela esquerda alienada que não muda nunca. Matou 17 mil compatriotas inicialmente e continua eliminando seus conterrâneos. Nenhum jornalista fala ou escreve sobre isso. No Brasil, a nossa mídia ignora as inúmeras mortes de inocentes pela ditadura cubana, mas considera pecado grave matar os terroristas sanguinários que aqui atuavam contra o Estado!

Os nossos Governos não foram totalitários, eram autoritários mas não totalitários como é o cubano, infelizmente adorado pelos contrários à nossa Revolução.

Esse termo que o senhor usou acho excelente. Foram governos autoritários e não governos totalitários nem ditatoriais.

Coronel, em seu entendimento, quais foram os benefícios trazidos pela Revolução de 1964?

Trouxe inúmeros benefícios não só para o País como também para a grande maioria da população. Houve benefícios enormes para a economia. Lembro-me de uma profissão que havia naquela época aqui no Rio de Janeiro. Era o garoto contratado para ficar tentando conseguir linha. Era um garoto 13, 14 anos, contratado para ficar numa sala com um telefone para conseguir a bendita linha.

Ninguém falava com ninguém.

Ninguém falava com ninguém. Exato! Então esse é apenas um pequeno exemplo do que a Revolução trouxe em termos de crescimento econômico para o País. É claro que o sucesso da Revolução trouxe, politicamente, prejuízos para os esquerdistas; por isso, eles escondem tudo de grandioso que a Revolução fez para o País e para a sociedade em geral. Eles só falam em tortura; agora, todo mundo foi torturado, o que é uma das grandes mentiras dos perdedores.

E os erros que a Revolução cometeu?

Gostaria de fazer alguns comentários sobre isso. Primeiro: o Governo não preparou uma nova classe política. Os governos militares por serem autoritários

achavam que os políticos tinham que seguir um padrão de ética que os militares estavam acostumados desde a nossa formação. Mas a realidade é bem diferente e os governos revolucionários nunca se preocuparam com a formação de uma nova classe política. Para mim, isso foi um erro que se reflete até hoje.

Outro erro foi que não se deu muita importância ao combate à corrupção; não que ela não tivesse sido combatida, o foi, mas não com a profundidade que desejávamos.

Lembro-me de que houve alguns casos em que era o Serviço Nacional de Informações (SNI) que "pegava"; era o SNI atrás da corrupção, aqui e acolá. Mas lembro-me também de que o Governo deixava o combate à corrupção principalmente para as polícias, o que não foi bom. O Governo estava preocupado mesmo com a luta armada e a subversão.

A Revolução considerou o Judiciário intocável – sem dúvida, um outro erro. Nunca quis entrar, por exemplo, numa reforma judicial cartorária. Temos esses feudos nos cartórios, essa justiça lenta que a Revolução não quis modificar.

Mas o grande erro da Revolução foi que os governos militares subestimaram o poder da mídia, o poder do domínio da cultura. Parece que eles pensavam assim: "Não vamos gastar dinheiro público com propaganda ou com o que estamos fazendo, pois o que estamos fazendo são fatos e os fatos vão predominar". Quando sabemos que isso não acontece: fatos nada significam, o que importa é o significado dado a esses fatos. Ainda, hoje, existe muito político que não faz nada, mas é considerado lá em cima, apenas porque conta com o poder da mídia. E a Revolução nunca deu valor a isso. Nós ganhamos a batalha contra a guerrilha rural e urbana, mas perdemos a batalha da comunicação social. Essa é a minha opinião.

As grandes realizações da Revolução não foram nem o são, de modo algum, ressaltadas, porque as esquerdas dominaram a mídia e a cultura brasileira. Quando a gente fala na cultura brasileira inclui artistas, os ditos intelectuais, televisão, imprensa, a mídia em geral. Então, o problema é esse. Temos que concordar com o Gramsci. O que ele falou, há muitos anos, foi adotado pelas esquerdas aqui no Brasil, levando-as a dominar a cultura no Brasil.

O que existe hoje é exatamente o império da doutrina gramsciana. E, com isso, fomos alijados, porque não atuamos para evitar esse domínio. Um dos grandes culpados – Golbery do Couto e Silva –, trazido para as hostes da Revolução a partir de 1974, pelas mãos de Ernesto Geisel. Uma lástima! A Revolução tendo do seu lado, por exemplo, o tal de Heitor de Aquino, "auxiliar" direto do Golbery, não precisava ter inimigo!...

Golbery deixou o meio universitário sob o controle dos esquerdistas, advogando a tese de que ali não trariam malefícios, evitando-se o seu envolvimento na luta armada.

A respeito das ações de guerrilha, do terrorismo, seqüestros a embaixadores, assaltos a quartéis, praticados pela esquerda extremista, gostaria de dizer mais alguma coisa?

Gostaria, embora não tendo participado diretamente da luta naquela época. Estava, como disse, desempenhando a função de instrutor. Mas, depois, tornei-me um estudioso desse assunto e, no ano de 1986, após muita pesquisa, pude escrever aquele célebre livro "As Quatro Tentativas de Tomada do Poder".

Sobre isso gostaria de falar agora. Criamos um *site* há dois anos, chamado "TERNUMA", que é a abreviatura de um grupo, que está em plena atividade, chamado "Terrorismo Nunca Mais". Temos escrito e eu particularmente com base naquilo que produzi há 14 anos; tenho colocado alguns novos conhecimentos que chegam em quantidade e temos feito praticamente a maior parte desta página, chamada "Recordando a História". Então, é isso que gostaria de dizer: iniciamos o trabalho de mostrar o outro lado da moeda, pois sempre foi apresentado um lado só; agora, estamos mostrando o outro e estamos com esse *site* no ar desde maio/junho deste ano e já com mais de nove mil visitantes, de maio a novembro de 2000.

Começa, em contrapartida, a luta dos comunistas. Eles mandam *e-mails* dizendo: "Vamos matar vocês, vamos acabar com vocês e muito mais". Nós os conhecemos bem, sabemos que são rancorosos e sempre com atitude "revanchista" contra nós. Recomendo a todos que prestigiem essa tentativa de colocar o outro lado da história, a nossa versão que sabemos ser a verdadeira: www.ternuma.com.br. O importante é que nossos filhos leiam aquilo que estamos escrevendo, assim como todos os brasileiros que querem conhecer a verdade.

O Professor Olavo de Carvalho, pela sua participação ativa contra o comunismo, também tem sido vítima de uma série de ameaças, ele nos disse isso. Realmente, o comunista não aceita a reação. Eles querem ser a doutrina única.

O partido único, a voz única. Não pode haver o debatedor, o contraditório; todos têm que aprender na mesma cartilha, aceitar a mesma filosofia.

Na verdade os radicais são eles, não somos nós. Somos democratas e não consegui esquecer-me das palavras do General Leonidas em final de 1984, começo de 1985. "Nós militares temos que aprender a conviver com os comunistas". Concordo com o General Leônidas; o problema é que os comunistas não conseguem conviver conosco.

Passamos durante alguns anos enfrentando a guerrilha rural e a guerrilha urbana. Uma guerra suja, sangrenta, onde muitos inocentes perderam a vida. Então, naquela época, um dos instrumentos foi a censura a esses atos terroristas. Hoje, já passados mais de trinta anos da luta armada, estamos vendo que um dos motivos do êxito no enfrentamento dessa guerrilha foi a censura à imprensa; por isso houve cerceamento de liberdade naquela época, com o objetivo de não atrapalhar a ação

contra os terroristas. Em conseqüência, afirmo que os DOI foram criados com dois braços – um para colher informações, o outro para prender, para agir, para combater, para atuar em força. Foi numa época de crise, numa época em que a luta armada existia. No estado democrático de direito, como estamos vivendo hoje, um órgão como este não precisa existir, não deve existir, mas, naquela época, os DOI exerceram um papel fundamental diante da obsessão dos terroristas.

São sábias as instruções de Inteligência em que: nós colhemos a informação e levamos essa informação à decisão de um chefe; mas esse órgão não é aquele que vai executar aquelas ações. Isso é sábio, é clássico na atividade de Inteligência.

Então, integrar as informações com uma ação dita policial somente em época de crise. E, hoje, estamos em estado democrático de direito, por isso podemos prescindir de um órgão como esse.

Alguns críticos da Revolução, principalmente os mais rancorosos alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual é o seu ponto de vista a esse respeito?

Não concordo com isso, a tal da "política da chaleira". Então se tem água quente numa chaleira é bom que tenha uma pontinha aberta para escoar senão explode. Mas não foi bem isso, porque a luta armada, conduzida pelos extremistas de esquerda, começou antes da Revolução de 1964. O "grupo dos onze" do Brizola falava em matar os prisioneiros. Nas "Ligas Camponesas", defendiam abertamente a luta armada. Antes da Revolução, vários militantes do então Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram fazer curso na China para implantar a guerrilha.

Tivemos dezenas e dezenas de bombas jogadas pelos comunistas antes do AI-5. Mas eles dizem que a luta armada foi desencadeada depois do AI-5, após dezembro de 1968. Mentira! Porque a bomba de Guararapes foi em julho de 1966. Uma série de mortes, que lembramos bem até hoje, ocorreram antes. Mais uma mentira que eles tentam transformar em verdade pela repetição. Ninguém de bom senso, que viveu na época, concorda com isso. É mais, uma empulhação desses críticos embusteiros.

Com base nessa "política de chaleira" é que o Golbery transformou a Educação no Brasil em espaço exclusivo dos esquerdistas, com as conseqüências nefastas que se verificam até hoje.

Quais os objetivos fundamentais da luta armada desencadeada no campo e na cidade. Onde os comunistas buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo está claro: era derrubar o governo e implantar uma ditadura comunista. Não há dúvida, esse era o grande objetivo. Quais os focos? Podemos

analisar o problema dos focos. Eram focos externos sob duas óticas: uma o foco geográfico e aí vamos relembrar dos focos da União Soviética, de Cuba, China, uma boa época Albânia etc.

E os focos ditos ideológicos que foram inicialmente a Primeira Internacional que acabou, mas, depois, a Segunda Internacional Socialista, a Terceira Internacional marxista-leninista e a Quarta Internacional marxista-leninista-trotskista. Então, basicamente dois grandes focos.

O AI-5 foi necessário?

Foi necessário porque a luta armada já havia sido desencadeada desde 1966. O AI-5 foi em dezembro de 1968, dois anos e meio depois do atentado de Guararapes e já tínhamos nesse período muitas mortes, muitos assassinatos, muitos outros atentados. Então, naquela época, foram dois anos e meio de derrotas, acrescidos de mais um ano, porque os DOI só foram criados em final de 1969. Foram três anos e meio de derrotas para o Governo dar uma resposta profissional.

Julga o senhor que a Revolução se demorou muito no governo?

Acho que sim. Geisel, com o início da distensão lenta, gradual e segura, levou quatro anos: de 1975 a 1978. Em 1979, entrou o Figueiredo. Ficou de 1979 até janeiro de 1985. Então, demorou além do necessário; acredito que, no final da década de 1970, Geisel poderia ter concluído a abertura porque já não havia mais a luta armada. Entendo que Geisel poderia ter convocado eleições diretas e entregue o Poder aos civis, já que ele iniciou, ele deveria ter concluído. Essa é a minha opinião. Não havia razão de haver mais um governo dito revolucionário depois da extinção do AI-5, feita pelo próprio Geisel.

E o "revanchismo" é uma verdade? Ele existe no dia a dia?

No dia a dia. Hoje, 5 de dezembro, é só pegarmos os jornais de anteontem, de ontem e de hoje. Então, *O Globo* de hoje, página inteira do grupo Tortura Nunca Mais, denigre digno oficial do Exército Coronel Rubens Bizerril, que estava trabalhando há algum tempo na Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Tortura Nunca Mais atacou-o como sendo um torturador. Aí, vem esse Governo e já o destituiu.

Ao mesmo tempo que ontem um funcionário civil da Escola Nacional de Informações (EsNI), perdão, do antigo SNI, também foi acusado de torturador e foi afastado. Então, o Tortura Nunca Mais, hoje, tem o poder de degola, pela grande força que possui junto ao Governo Federal e junto à mídia.

O Grupo Terrorismo Nunca Mais – o Ternuma – representa, a meu ver, a primeira reação ao inimigo de plantão, caracterizado por esse grupo "revanchista".

Como disse, o Ternuma, dentro de suas possibilidades, já começou a reagir às patifarias adversárias. O que podemos fazer hoje? É colocar a nossa visão dentro da Internet, no *site* www.termuma.com.br, onde as informações não sofrem deturpações.

A imprensa só dá guarida ao inimigo "revanchista", muitos deles comunistas tradicionais, de carteirinha. Então, o comunismo não desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Não, o comunismo não desapareceu. Os extremistas de esquerda não desapareceram. Considero o extremismo o mal deste século. O extremismo de direita com o nazismo e o fascismo, e o extremismo de esquerda, com o comunismo, outro grande mal do século XX. Lênin, Trotsky e Stálin estão no mesmo nível de radicalismo e crueldade do que Hitler. Não há como fazer diferença entre Hitler e Stálin. Até no fato de quem matou mais pessoas eles se assemelham.

Hoje, temos racismo e o fanatismo religioso do Oriente Médio que são nuances de extremismos. Temos notícias, hoje, de que no mundo inteiro existem grupos ligados ao nazismo que foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, há mais de cinqüenta anos, mas já renasceu de fato.

Ora, o comunismo nunca foi derrotado numa guerra. O comunismo surgiu há quase dois séculos, uma vida muito mais longa que o nazismo, e que dominou muito mais países que o nazismo. É claro, se o nazismo não acabou, o comunismo, com muito mais forte razão, também não acabou.

Estamos convencidos de que o comunismo não acabou. Pelo menos, no Brasil não acabou. Temos hoje uma inflação de partidos comunistas no Brasil. Não sei, mas me parece que o Brasil é um dos países que mais tem partidos comunistas no mundo inteiro; posso citar aqui, de cabeça, dois: Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil que são partidos legais, assim como o Partido Popular Socialista (PPS) que é o antigo Partido Comunista Brasileiro, do Roberto Freire, com outro nome. Há outros clandestinos por aí. Além disso, temos o regime comunista na China, em Cuba, na Coréia do Norte...

E as infiltrações nos outros partidos. Essas são as piores.

É claro que acabou a grande força irradiadora do Estado Soviético, mas os comunistas estão aí, inclusive infiltrados em outros partidos e no Governo, onde a sua representação é bastante expressiva.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isso?

É devido à força moral do Exército. Sabemos que o nosso Exército é pobre; às vezes, até sem recursos para a alimentação de nossos recrutas por culpa dos gover-

nos entreguistas; o nosso orçamento vem diminuindo ano a ano, por falta de visão desse atual governo, mas a força moral que temos, pela correta formação de nossos quadros, faz o Exército admirado e respeitado.

Agora que estou na vida civil, vejo como é grave o problema da educação e quanto que o Exército é desenvolvido na sua formação, nas suas escolas, na sua maneira de conduzir o ensino e a aprendizagem. Nesse aspecto, apesar das dificuldades financeiras, continuamos trabalhando como antes, investindo no homem – oficiais, sargentos, cabos e soldados antigos. A força de nossos quadros é que impressiona a sociedade bem-informada com justa razão.

Posso citar um exemplo que tenho vivido nos últimos quatro anos. Essa tão propalada participação do Exército no combate ao crime organizado. É um tema polêmico. Por quê? O Exército, preparado para lutar contra o inimigo externo, não tem, pela Constituição, nada a ver com problemas relativos a drogas. Mas, com a situação atual da criminalidade, a coisa muda de figura, porque, ao mesmo tempo, temos tudo a ver com a ordem interna.

Então, a partir do momento em que a criminalidade faz com que seja ameaçada a ordem interna, acho que o Exército pode atuar. É claro que quem decide isso é o Poder político, não só o Presidente da República, mas também o Congresso, o Poder Legislativo. Eles têm que analisar até onde o crime organizado está perturbando a ordem interna para tomar uma decisão acertada a esse respeito.

É claro que se você for perguntar ao cidadão, ele quer a participação do Exército, até porque ele se sente atingido na sua vida pessoal, na sua segurança pessoal. Ele quer o Exército nas ruas como a população carioca quis o Exército nas ruas, em final de 1992, com a Conferência Mundial Eco 92 e, em 1994, com a Operação Rio, o que também aconteceu com a visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro, oportunidade em que os índices de criminalidade caíram bastante.

Já existe uma determinação do Ministro do Exército, se não me engano, de 1995, para que o Exército seja empregado contra o crime organizado, contra a criminalidade, mas através dos trabalhos de Inteligência, do apoio logístico, particularmente nas fronteiras, bem como na formação de quadros, inclusive para atender às solicitações dos governos estaduais. Já existe essa determinação no Exército há cinco anos.

Ocorre que há um aspecto a ser considerado neste problema. Como é que a Inteligência vai atuar? No meu entender, o Exército ainda não atingiu o ponto desejável. Por que eu digo isso? Porque fui durante dois anos o chefe da área de combate ao crime organizado aqui no atual Comando Militar do Leste. Então, me lembro, quando fui criar essa carteira, a dividi em três áreas de análise. Uma área de análise contra as drogas, uma área de análise contra o contrabando de armas e uma outra

área de análise contra a criminalidade em geral – seqüestros, – assaltos a bancos etc. Comecei a estudar o problema e realizei um trabalho referente a procedimentos a serem adotados pelo Exército quando chamado a prestar esse apoio.

Visualizei três níveis de criminalidade. O nível três, que é essa criminalidade em geral que está nos morros e que desce para o asfalto matando gente, assaltando bancos, seqüestrando; são esses marginais que dominam os morros com os seus fuzis AR15, M16 etc.

O nível dois, que é o matuto, o intermediário, é o que vai buscar a droga lá na Colômbia, no Peru, no Paraguai e traz para o Brasil. É o intermediário que vai buscar as armas e traz aqui para dentro.

E o nível um, que enquadra os chefões. No nível um, estão os criminosos que não aparecem, que trabalham com lavagem de dinheiro; é o pessoal do "colarinho branco". Tanto é que criei aí um estereótipo para definir, para procurar definir os três níveis.

O nível três é aquele elemento do morro que está com as armas, dentro das favelas e morros do Rio de Janeiro; o nível dois seria o novo rico, porque ele, com essa droga que traz, tem dinheiro – já largou o morro, comprou uma mansão na Ilha do Governador e tem um belo apartamento na Barra da Tijuca.

E o nível um é o cidadão acima de qualquer suspeita. Esse que mora na Vieira Souto, tem um apartamento em Nova Iorque, tem outro em Paris, fazenda em Mato Grosso, avião, iate. Bom, então, vejam: aí, temos que dividir o combate, que é diferente para cada nível.

Acho que cópia desse trabalho pode e deve estar na sua pasta.

Vou trazer uma cópia para o Projeto. Então, veja como dividir o combate aos níveis três, dois e um. O nível três não há dúvida de que são as Secretarias de Segurança Estaduais, são elas as mais aptas para combater a criminalidade em geral. O nível dois, que é o matuto, cabe à Polícia Federal, e o nível um, até pouco tempo, não havia órgão nenhum para combater. O Governo Federal muito corretamente criou um órgão que atua junto ao Banco Central, à Receita Federal, à Polícia Federal tentando pegar os criminosos de colarinho branco. Mas onde entra a Inteligência do Exército?

É claro que a Inteligência do Exército já foi designada para ter uma área de combate ao crime organizado. Todas as 2as Seções têm essas áreas hoje. Ela não vai atuar em nível de morro, pelo menos em nível de comando militar. Ela tem que atuar no nível dois, auxiliando o nível um.

Além disso, questiona-se muito o fato dos elementos do Exército virem a se corromper com a questão das drogas.

Hoje, por exemplo, a quase totalidade dos integrantes do Exército não sabem distinguir cocaína de talco. Mas sabemos distinguir uma pistola de um revól-

ver, uma submetralhadora de uma metralhadora pesada. Esse conhecimento de armas é nosso; temos tudo a ver com armas e nada a ver com drogas.

Portanto, essa é a minha opinião. Concordo que o Exército deva apoiar com a sua Inteligência. Mas o esforço do Exército deveria ser no combate ao contrabando de armas. Tínhamos que dar uma força muito grande no sentido de tentar impedir que uma AR15, que um M16 estejam aqui nos nossos morros. Tínhamos que fortalecer as nossas Diretorias de Fiscalização de Produtos Controlados. Este fortalecimento é fundamental.

Informatizar todo o conhecimento e estabelecer a prioridade para a Inteligência do Exército no combate ao contrabando de armas. Muita gente diz: "Não temos nada a ver com drogas". Concordo, mas temos tudo a ver com armas. Então, acho que nós, até para efeito de soberania, não podíamos aceitar que essas armas de guerra estejam entrando aqui e sendo utilizadas para matar nossos cidadãos. Acho que seria uma ação nobre do Exército atuar contra o contrabando de armas e não contra as drogas.

Coronel Romeu sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Estou muito feliz pela oportunidade de participar deste Projeto. Acho que hoje estamos sendo atacados por uma mídia voraz. O pouco que existe está sendo feito, hoje, pelo grupo Terrorismo Nunca Mais e alguns outros grupos espalhados pelo Brasil inteiro. Mas a vantagem do Ternuma é que ele tem um *site* que espalha a sua mensagem pelo mundo inteiro. Creio que quem puder apoiar o Ternuma é esta a hora, é agora a hora.

Além disso, o Projeto de História Oral, que está sendo aqui desenvolvido, vai trazer um conhecimento do que foi, realmente, a Revolução, do que foi a luta armada em nosso País.

Cabe destacar que o Projeto mostrará o que os entrevistados pensam a respeito de uma série de questões importantes. Se um grande número de entrevistados, cinqüenta, oitenta ou cem têm a mesma resposta para determinadas perguntas, deduz-se que o "revanchista", que tem estórias diferentes para as mesmas perguntas, é no mínimo, mentiroso! Juntando esse Projeto com a história da luta armada que está sendo colocada na Internet pelo grupo Terrorismo Nunca Mais, estamos com duas ações que vêm caminhando paralelamente e se unem no objetivo grandioso de informar corretamente a nossa gente sobre o que representou e representa para o Brasil a Revolução de 31 de Março de 1964. Era isso que gostaria de deixar para a máxima divulgação possível.

Tenente-Coronel Carlos Claudio Miguez Suarez

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de fevereiro de 1955 da Academia Militar das Agulhas Negras quando foi declarado Aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército (AMAN, EsAO, ECEME), o curso da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e o Curso de Comunicação Social do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Promovido ao posto de Tenente-Coronel, por merecimento, em 25 de dezembro de 1975, passou, em 31 de janeiro de 1979, para a Reserva.
- Em 1964, era Capitão, servindo no 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4º GA 75 Cav) em Uruguaiana, RS.

Entrevista realizada no dia 5 de fevereiro de 2001.

Quais foram suas experiências pessoais e a sua participação nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenrolar?

Não foi nada pessoal, na verdade foi um trabalho de equipe. Quando servia em Uruguaiana, um ano antes da eclosão da Revolução, vários oficiais já pressentiam o que podia acontecer em nosso País, e eu somente fui uma pequena parte do trabalho realizado, em Uruguaiana, em conseqüência no Rio Grande do Sul, pelo Coronel Luís Serff Sellmann, que era o Chefe de Estado-Maior da 2ª Divisão de Cavalaria, e do Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Tenente-Coronel Amerino Raposo Filho.

Gostaríamos que relembrasse os acontecimentos vividos em Uruguaiana, os principais pontos a destacar antes e durante a Revolução. Como o Tenente-Coronel Amerino Raposo conseguiu suplantar os problemas ocorridos naquela guarnição?

Diziam que o Tenente-Coronel Amerino Raposo fora mandado para o comando do Grupo, lá na fronteira, por estar sempre lutando contra a situação da época, caracterizada por greves constantes, inflação alta e completa anarquia, tudo que tinha de errado acontecia naquela ocasião. Mandaram, como castigo, o Tenente-Coronel Raposo para comandar o Grupo de Uruguaiana. Lá chegando, se eu não me engano em fins de 1961 ou começo de 1962, ele passou a apontar os descaminhos que o País percorria, a desgraça que se aproximava a passos largos, com a ação nefasta do Governo Goulart, fazendo um trabalho de conscientização dos integrantes não só do Grupo bem como do Regimento de Cavalaria, 8º RC. À noite, ele se reunia com o pessoal, com o Estado-Maior e oficiais da 2ª Divisão de Cavalaria, como também com a sociedade de Uruguaiana, para sua consciente pregação e orientação oportuna para os procedimentos futuros.

O trabalho dele foi perseverante, muito bem feito mesmo, tanto que houve um completo apoio de Uruguaiana quando estourou a Revolução. Há fatos interessantes, que podemos depois citar, que demonstram a eficácia do trabalho do Tenente-Coronel Amerino, uma liderança a serviço da causa nacional. Sua orientação foi assinalada e ressaltada por todos que tiveram a ventura de, com ele, conviver.

Poderíamos já começar a abordá-los, porque caracteriza bem a posição de Uruguaiana dentro do contexto do Rio Grande do Sul.

A partida do movimento em Uruguaiana contribuiu efetivamente para que todo o Rio Grande do Sul fosse atrás, a verdade é essa. Porto Alegre estava tomada pela turma do João Goulart e do Brizola, como tinha acontecido em 1961, mas, em 1964, o movimento revolucionário acabou se impondo.

Quando estourou a Revolução em Minas Gerais, soubemos através do rádio. Antes de tomar conhecimento do que estava acontecendo em Minas Gerais, já havia

um planejamento, porque o Brizola e o João Goulart iriam fazer um comício em Uruguaiana no dia 4 de abril. Isso é muito interessante, porque, antes, o Carlos Lacerda tinha estado em Uruguaiana e ali houve um comício que suplantou todas expectativas, considerando que ali era um ninho do PTB. Houve esse comício com o Carlos Lacerda e eles quiseram fazer um outro comício em represália, marcado para o dia 4 de abril, e quando o avião – isso pouca gente sabe – pousasse no aeroporto, ia haver uma guarda de honra para receber o Presidente, e estava previsto que esta guarda, constituída por elementos do 8º RC, sob o comando do Capitão Tolentino, ia, na hora, prender o João Goulart e o Brizola, quando descessem do avião.

Então, não tinha nada a ver com o movimento de Minas Gerais, foi uma coisa planejada separadamente, espontânea, mas como o de Minas Gerais eclodiu quatro ou cinco dias antes, nosso planejamento não aconteceu. Tinha até local para onde eles seriam levados presos, porque a sociedade de Uruguaiana estava apoiando o movimento, principalmente os estancieiros. Todos iam ficar presos numa estância de um daqueles que apoiavam a Revolução. São fatos que precisam ser contados.

Isto mostra, inclusive, que a Revolução não veio de dentro da caserna, o militar seguiu como sempre o clamor das ruas.

O Exército ouviu o clamor do povo.

Depois, fui servir em Minas Gerais, permanecendo durante cinco anos no Comando de onde partiu a Revolução, como oficial de Estado-Maior. Lá, aprendi muita coisa também; aprendi que a Revolução foi feita pelos civis, mulheres mineiras e pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Logicamente, tinha que ter o apoio dos militares, mas eram os civis os mais revoltados com a situação. Essa grande verdade não aparece, hoje, em lugar nenhum...

Até impediram o Brizola de falar.

Aconteceu isso também, ele foi corrido pelas mulheres mineiras da Secretaria onde ele ia fazer o comício. Puseram-no para fora poucos dias antes da eclosão do movimento armado.

Apoiaram também o empastelamento do jornal Binômio, realizado, principalmente, por oficiais e sargentos da guarnição de Belo Horizonte.

Isso foi antes, em 1961. Esse jornal *Binômio* foi empastelado porque o responsável pelo mesmo, o jornalista José Maria Rabelo, agrediu fisicamente o General Punaro Bley, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, quando este foi à redação do jornal reclamar das ofensas à sua pessoa, feitas em reportagens injuriosas do jornal.

O General ficou revoltado e um dia, isso é o que contam lá, ele pegou o carro e foi sozinho falar com o diretor do jornal. Chegou lá, subiu e foi conversar com

José Maria Rabelo, amigo do Brizola até hoje, foi até diretor do Banco do Estado da Guanabara, quando o Brizola era governador. Ele entrou sozinho, e foi covardemente agredido – ele já era uma pessoa de mais de 60 anos e o jornalista, um menino novo em 1961... Eu não o conheci, isso é a história real ocorrida em Belo Horizonte.

O General foi surpreendido com a agressão que o deixou todo arrebentado. Integrantes do 12º Batalhão de Infantaria e da Infantaria Divisionária (ID/4), da Base Aérea da Aeronáutica e do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), tomando conhecimento da agressão covarde, foram à redação, acompanhados de vários civis, e empastelaram o jornal, mas o agressor já não estava mais lá.

Interessante, há pouco tempo a esquerda fez um livro, porque esse pessoal está sempre atuante – um relançamento, mas com circulação limitada, fizeram essa espécie de livro e colocaram à venda com bastante publicidade, inclusive com o nome de *Binômio*. Eles não param, estão sempre persistindo.

Voltando à eclosão do movimento revolucionário, eu que sou casado em Uruguaiana, recebi do Tenente-Coronel Raposo umas missões interessantes. A primeira que fosse prender o ex-prefeito de Uruguaiana, que pertencia ao PTB, daqueles janguistas fanáticos, e que era nosso padrinho de casamento. Bom, lá fui eu, mas ele já tinha escapado, não estava mais na área.

Mandou prender também o sogro de um capitão nosso companheiro, que depois comandou o Grupo, que era o principal líder ferroviário de Uruguaiana, cidade que sofria as conseqüências da imensa agitação vinda de Santa Maria, importante centro ferroviário.

Naquele tempo, tudo dependia da ferrovia, as estradas eram as "carreteiras", assim chamadas, todas sem asfalto.

Não se podia ir a Porto Alegre sem passar por Cacequi. Então, fui prender o sogro do capitão, o líder ferroviário, e, também, um outro líder, que era o advogado de maior nome da área. Fui à sua casa e ele me pediu para pegar sua escova de dentes, porque não sabia quando ia voltar. Eu lhe disse que ele seria ouvido e no outro dia liberado.

Realmente, não aconteceu nada de mal a esse pessoal. O homem ia lá, o Tenente-Coronel Raposo ouvia e mandava embora no dia seguinte.

Coube-me, ainda, buscar um líder da União Estudantil com o qual também nada aconteceu.

Paralelamente, abríamos os estádios e pistas de obstáculos de nossos quartéis para prática de esportes desde 1963, antes do Movimento Democrático de 1964.

Encarregado, também, de ir ao Correio levantar tudo o que havia na agência, encontrei várias revistas escritas em espanhol, impressas na Cortina de Ferro,

a maioria na Bulgária, se não me engano, e que eram distribuídas nos colégios em todo o Brasil.

Essas revistas ficaram guardadas, por algum tempo, numa dependência do quartel. Havia, também, revistas da UNE, que só falavam em Albânia, China e Cuba; tenho uma, ainda, comigo.

Numa dessas revistas, aparecia o nome do General Ibiapina, hoje, presidente do Clube Militar falando de sua atuação no Nordeste. E uma outra abordava o comício do Lacerda em Uruguaiana, ao qual já me referi. Interessante, que eles estavam muito bem informados.

Nenhuma organização pode viver sem informação, seja ela qual for.

Não pode, e, hoje, estamos carecendo de informações. O Governo Collor conseguiu acabar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e com o SNI, que era um sistema presente em todos os ministérios e, hoje, não temos nada. Veja o malefício que esse indivíduo fez ao País.

Gostaria de dizer mais alguma coisa dessa época, lembrar mais algum fato de Uruguaiana?

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, o apoio espontâneo recebido da população, toda do nosso lado. Apareceram inúmeras viaturas, gêneros, tudo sem pedir. Fizemos logicamente um trabalho preventivo, englobando o plano de chamada, o plano de requisição de viaturas, de alimentos, tudo foi planejado, mas, na hora, a participação aconteceu tão espontaneamente que nem precisou usar o planejamento elaborado.

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Revolução ou contra-revolução?

Ela foi uma contra-revolução sem dúvida nenhuma, porque eclodiu para contrapor-se a uma revolução comunista em pleno andamento.

Todavia, ganhou o *status* de Revolução e, assim, também, pode ser chamada, porque realizou, durante os vinte anos em que vigiu, uma verdadeira e benéfica revolução, de enorme significado, por ter eliminado a ameaça comunista de chegar ao Poder, ter instituído novamente a autoridade na esfera federal, antes inoperante ou mesmo inexistente, e imprimiu, em nosso País, metas de crescimento e progresso invejáveis, reconhecidas nacional e internacionalmente.

Onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março? Em 1935 ou em 1961?

Penso que as suas raízes vêm de longe. Tudo começou no tempo de Karl Marx, com o Manifesto Comunista de 1848 e com o livro *O Capital*. Com a teoria

criada por Marx, trabalharam os comunistas incansavelmente até conseguir estabelecer as raízes do comunismo internacional, em 1917, na revolução russa, após matar meio mundo. Até pouco tempo atrás, tinham feito 100 milhões de vítimas, o que a imprensa não divulga.

A família imperial toda foi assassinada. O Exército foi todo dizimado e criaram o Exército vermelho, com destaque para as lideranças de Lênin, Trotsky e Stálin.

Considerando os crimes cometidos na Ásia, na Europa e na América, eles andaram dizimando em torno de 100 milhões de pessoas, fora as conseqüências terríveis relacionadas com a parte psicológica da família. E continua até hoje. Aqui no Brasil, parece que eles não sabem que o muro de Berlim já caiu.

E também não sabem que aqui o número de mortos, durante os vinte anos do período revolucionário não passou de 300 pessoas...

Nem chegou, segundo o levantamento do Grupo Tortura Nunca Mais foram 260 pessoas. Porque eles se mataram entre si, os "justiçamentos", como chamam. Hoje, se sabe, com absoluta certeza, que muitos foram mortos por eles próprios, dentro dos tais "justiçamentos".

Mas continuam tentando conquistar o Poder. Em 1935, vimos a Intentona Comunista, com Luís Carlos Prestes.

A sua segunda mulher – Maria Prestes – escreveu um livro, onde aborda a volta de Prestes, com a primeira mulher, Olga Benário, em 1935, da Rússia, para implantar, no Brasil, o regime comunista. Ela mesma escreveu essa tentativa frustrada de tomada do poder através de um levante armado. Lembro que Olga Benário era espiã soviética, embora fosse alemã.

Depois, os esquerdistas, tendo à frente os pelegos, tentaram em 1964, perderam de goleada, sem vítimas; tentaram de novo no final da década de 1960 e no começo da década de 1970 em vários lugares.

Tentaram, naquela época, através de assaltos a bancos, a carros-fortes, a trem-pagador, atentados, seqüestros de diplomatas e aviões, guerrilhas de um modo geral, na cidade e no campo, na ilusão de empolgarem o Poder por meio da luta armada. Perderam, mas conseguiram, não pelas armas, mas pela infiltração astuta na área universitária, em especial no Curso de Comunicação Social, tomar conta da mídia e do magistério, atuando nas mentes de nossos jovens, contando só um lado da história. Continuam empenhados, desta feita, pela quarta vez no Brasil, na tomada do Poder.

A guerra fria, pós-segunda guerra, teve influência no Movimento de 1964?

Penso que sim, porque naquela ocasião, quando os russos instalaram os foguetes na Ilha de Cuba, ficou caracterizada a bipolaridade. Oriente *versus* Oci-

dente, comunismo, entre parênteses socialismo, *versus* capitalismo. Não tinha como escapar, OTAN, de um lado, e o Pacto de Varsóvia, do outro. Os dois lados atuavam, cada um querendo a vitória nesse conflito de idéias, a guerra fria.

Um fato que também levou a essa Revolução aconteceu quando o Getúlio suicidou, porque ali houve, dentro das Forças Armadas, um divisor de águas – uma divisão entre os que o admiravam e os achavam que, com o suicídio, acabaria o mar de lama que prevalecia no País, com os "Gregórios".

Depois, veio 1961, que definiu, de vez, quem era de um lado e quem era do outro. Com os desmandos perpetrados por João Goulart, a grande maioria das Forças Armadas, assim como a grande maioria do povo, cansou do engodo, da mistificação, e se posicionou contra aquele Governo que, pelas suas ações inconseqüentes, foi o principal impulsionador do movimento armado que o derrubou.

Gostaria que recordasse o panorama político brasileiro antes da Revolução. O que ocorria no Brasil?

Naquela ocasião, em 1962, servia no Rio, estava tirando o curso de Educação Física do Exército, na Fortaleza de São João. E havia dificuldades de toda ordem, como, por exemplo, as greves que aconteciam a toda hora. Queria ir para a Escola, mas não tinha condução. Faltavam gêneros alimentícios; havia uma inflação em alta, que consumia os nossos parcos salários, e o Governo, aproveitando o retorno ao regime presidencialista, passou a defender, até março de 1964, as tais reformas de base – imprecisas, não se sabendo realmente do que consistiriam e que, segundo eles, deveriam ser feitas "na lei ou na marra", acirrando a crise...

Esse quadro caracterizava a parte urbana, mas havia o setor rural, onde Francisco Julião, valendo-se do dinheiro vindo de Cuba, partiu para invasões de terras, semelhantes às que o MST realiza hoje. O Brizola criou os "grupos dos onze" que tinham como objetivo ajudar, através das armas, a implantação da tal república sindicalista de que tanto falavam. Naquela ocasião, o ponto comum era atingir diretamente a hierarquia e a disciplina, começando com a revolta dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, em setembro de 1963, querendo a elegibilidade dos praças. Antes disso, tivemos Aragarças, também com o pessoal da Força Aérea, e o Juscelino anistiou todo mundo. A indisciplina no mais alto grau ocorreu com a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro – foi uma vergonha, ocorrida em março de 1964, quando marinheiros e, em seguida, fuzileiros navais se revoltaram, fazendo barbaridades.

O Exército entrou, prendeu todo mundo, mas o próprio Presidente da República mandou soltar todos os amotinados presos.

O Ministro da Marinha, desmoralizado, teve que pedir exoneração e o Almirante Aragão, grande líder da subversão, foi carregado nos ombros pelos revoltosos – uma vergonheira.

Tudo isso está nas revistas, com fotografias, é a realidade, mas hoje ninguém fala nisso. Era um quadro de anarquia completa, afetando a produção do País. Não havia crescimento – o quadro era de queda na produção com inflação em permanente alta.

Finalmente, na noite de 30 de março de 1964, houve aquela vergonhosa reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Passeio Público, no Rio de Janeiro. Foram os sargentos para lá, o Jango, em seu inflamado e desrespeitoso discurso, incentivou abertamente a quebra da disciplina nas Forças Armadas. Foi a gota d'água!

No dia seguinte, 31 de março, Minas Gerais se levantou motivada pela escancarada quebra da hierarquia e da disciplina. Em 1964, o esquema utilizado em 1961 não funcionou. Anteriormente, em Porto Alegre, criou-se a cadeia da legalidade – servia em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, naquela ocasião – quando o Brizola conseguiu que o Jango voltasse... Já em março de 1964, não foi mais possível manter "o circo" funcionando... O povo e o Exército cansaram de tanta palhaçada com tamanho alarido... Eles acabaram fugindo, deixando o Brasil começar um novo ciclo de responsabilidade e progresso.

E quanto à posição da Igreja naquela época?

A Igreja, tenho as fotografias, posicionou-se contra a comunização do País, começando por São Paulo, onde participou da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em 19 de março de 1964. Naquela oportunidade, reuniram quase um milhão de pessoas, com destaque para as mulheres paulistanas. Posteriormente, no dia 2 de abril, depois de vitoriosa a Revolução, reuniram cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, com a Igreja apoiando integralmente. E o Cardeal Evaristo Arns foi abençoar as tropas mineiras na chegada ao Rio de Janeiro.

Em 1961, a maioria estava do lado do Brizola, e como o Jango assumiu, o Brizola se julgou o responsável pelo êxito alcançado, criando um quadro complicado. Em 1964, ele quis repetir 1961, indo para Porto Alegre com o Jango, onde procurou estabelecer, de novo, a cadeia da legalidade. Nessa ocasião, o Brasil e o seu Exército estavam exaustos de tanta balela... Eles tiveram que correr para o Uruguai... Nessa oportunidade, era assessor direto do Tenente Coronel Raposo, tendo deixado, por isso, o comando da Bateria. Acumulei, também, as funções de Oficial de Comunicações.

Ficava, portanto, no rádio, acompanhando a tal cadeia da legalidade, com o Brizola insuflando: "Passa a mão nesses gorilas, mata, agora vai correr sangue",

aquele jeito dele de falar, instigando a Nação contra o movimento revolucionário que eclodira. O Tenente-Coronel Raposo me disse: “Coloca isso no auto-falante para todo mundo do quartel ouvir.” O nosso quartel era do lado do 8º RC, e, à noite, aquele silêncio, todo mundo ouviu tanto no Grupo de Artilharia, como no Regimento de Cavalaria, o Brizola dizendo: “Matem os oficiais, passem fogo neles, ainda não correu sangue”, o que trouxe uma revolta geral dentro dos quartéis diante daquelas insanas palavras de ordem. O tiro do Brizola saiu pela culatra. Até o povo nas ruas ficou indignado com aquele tipo de mensagem voltado para a completa quebra da hierarquia e da disciplina, uma mensagem diabólica, do líder daqueles que queriam instalar, em nosso País, uma “república sindicalista”, tão falada naquele Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março.

Há até uma piada feita na época, chamando o comício da Central de “comício das lavadeiras”: só tinha tanque e trouxa. Os tanques eram os carros de combate e os trouxas eram os caras que estavam lá.

Porque eles não deixaram o pessoal ir embora nos trens, paralisando o transporte na Central, então o pessoal foi forçado a ficar, não tendo como voltar para casa, por isso veio a palavra trouxa.

É só consultar as revistas da época: bandeiras vermelhas com foice e martelo, viva Cuba, fora os gorilas... Uma provocação e agora querem tapar o sol com a peneira...

Havia uma revolução comunista em andamento em nosso País. Eles queriam tomar não só o Brasil, na América Latina, mas a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Chile.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Na ocasião, o Senador Auro de Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente, empossando Ranieri Mazili, e nomeou Costa e Silva, Ministro da Guerra; o Almirante Augusto Rademaker, Ministro da Marinha; e o Brigadeiro Corrêa de Melo, Ministro da Aeronáutica. Na mesma noite, foi tudo resolvido, sem correr sangue, sem morrer ninguém. Caíram de podre, o termo é esse.

E os sindicatos, as entidades esquerdistas UNE, PUA, CGT, como se portaram logo após o início da Revolução?

Estou certo de que eles foram surpreendidos. Eles se julgavam muito fortes, e caíram, também, pela manobra. Se achavam donos do Brasil, mas desabou tudo, não reagiram, fugiram, parou tudo. A UNE tentou alguma coisa, pode pegar a revista da UNE, essa que tenho, eles estão pregando claramente a reação.

Eles voltaram a agir justamente depois de 1968, 1969, com seqüestros, a luta armada. Responderam com a luta armada quatro anos depois de 1964, mas não contaram em nenhum momento com o apoio da população, que festejou, fez um verdadeiro carnaval na vitória da Revolução de 31 de Março, mas ninguém, hoje, fala sobre isso.

Soltava foguete, dançava, festejava...

Naquele tempo, no cinema, ainda se via aqueles jornais, noticiosos. Quando aparecia o pessoal da Revolução a turma se levantava e aplaudia, pelo menos durante todo o ano de 1964 foi assim.

Aparecia, por exemplo, Castello Branco, todo mundo aplaudia. Então, os contrários não tiveram reação, porque a população foi de uma espontaneidade impressionante.

Isso vimos, também, com o Presidente Médici, ao entrar no Maracanã e ao ser anunciado, todos aplaudiam; eles não contam essa verdade para o Brasil hoje. Escondem do nosso povo. Há uma postura deliberada da mídia e dos atuais integrantes do Governo de silenciar sobre tudo que a Revolução construiu, transformando o Brasil numa Nação respeitada.

Outro dia escrevi isso no nosso jornal, falando do Presidente Médici, que os extremistas detestam, porque ele os derrotou militarmente no seu período de Governo, além de ter transformado o Brasil numa grande Nação em quatro anos. Lembrei que o Médici ia ver jogo não só no Maracanã mas em Porto Alegre, e era aplaudido de pé, pelas duas torcidas; nada era comandado, tudo era natural.

Agora pergunto, como escrevi: "Será que o Fernando Henrique teria coragem de ir ao Maracanã? Será que ele teria coragem de ver um jogo de voleibol no Ibirapuera? Ia ser vaiado, na certa...

O Médici, para mim, foi o melhor presidente do Brasil, e a mídia, hoje, o chama de ditador...

Um homem que passou o seu período e viajou ao exterior apenas duas vezes, enquanto o atual presidente vive mais no exterior do que aqui. O filho do Médici, Roberto, saiu uma vez com o pai. Vivia no Brasil, na Amazônia, no Nordeste, trabalhando pelo Brasil aqui dentro.

Uma outra verdade que temos que destacar, porque eles omitem: o milagre econômico. Muitos tentam desfigurá-lo, dizer que é mentira. Na semana passada, porém, quando da inauguração da Fábrica Peugeot, no Estado do Rio, o próprio Fernando Henrique ressaltou que, na década de 1970, o Brasil estava crescendo a mais de 10% ao ano. Até que enfim alguém reconheceu e publicaram nos grandes jornais. O Brasil passou a ser a 8ª economia do mundo. O País deixou a 48ª posição para ser a 8ª. Foi um salto gigantesco.

Em sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Civis, não podemos deixar nunca de lembrar Carlos Lacerda. Primeiro Carlos Lacerda, depois Adhemar de Barros, em São Paulo, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Magalhães mobilizou a Polícia do Estado – botou em forma cerca de vinte mil homens da Polícia Militar do Estado e todo o seu secretariado, pessoas de nome, gente séria, como Aureliano Chaves, Milton Campos, Alkmin, Mello Franco, Pierucceti, Monteiro de Castro. Não podemos deixar de citar, também, o Ney Braga, Governador do Paraná; Bilac Pinto, que também, era secretário.

Até o próprio Juscelino Kubitschek apoiou. Tenho uma declaração dele dizendo que também apoiou a Revolução, mas ninguém fala nisso.

No campo militar, logicamente, os dois Generais, Mourão Filho, de Juiz de Fora, e Carlos Luís Guedes, de Belo Horizonte, além do Marechal Odylio Denys, que participou de todo esse movimento, apesar de já estar na reserva.

Perfeitamente. O Marechal Odylio Denys empenhou-se a fundo em Juiz de Fora para a vitória do movimento armado.

Ele ia para lá, fazia as reuniões e tomava conta. Além dos Generais Carlos Luís Guedes, Olímpio Mourão Filho, também o General Muricy e uma série de outros nomes como o do General Médici, Comandante da AMAN, importantíssimo, porque botou os cadetes na rua e definiu a parada no Vale do Paraíba.

Evitou um choque entre o II e o I Exército. E o subcomandante dele, Coronel Antônio Jorge Correa, um homem, até hoje, extremamente atuante, foi de fundamental importância.

É verdade. Do Médici, podemos dizer hoje que ele colocou em prática o maior plano social para a nossa população, beneficiando mais de 50 milhões de brasileiros no setor rural, que não tinham nada, fez tudo isso e ninguém comenta. O maior programa social que já houve nesse País e ninguém fala nada...

Ninguém, hoje, fala do BNH – Banco Nacional de Habitação – que apoiou as Cooperativas Habitacionais, num eficiente programa para dar a casa própria a milhões de brasileiros de baixa renda.

Quanta gente tem hoje sua casinha, seu apartamento obtido através do BNH. Meu primeiro apartamento foi pelo BNH, quitado na época do Figueiredo, que resolveu a questão daquele saldo devedor terrível que não acabava nunca. Lembro-me que o grupo que comprou, a partir do Castello Branco, pediu audiência ao Figueiredo para agradecer por ele ter conseguido equacionar o problema do saldo devedor.

No campo da Educação, implantou, com muito êxito, o Mobral, reduzindo sensivelmente o analfabetismo no País e modificou totalmente o quadro no ensino superior, com aumento impressionante do número de vagas para universitários.

Ainda no campo social, não podíamos deixar de citar o Estatuto da Terra, criado no Governo Castello Branco.

No período dos ditos governos autoritários, hoje, por leviandade, chamados pela mídia de "ditadura", se fez mais pelo Brasil do que em todo o resto da nossa história. Embratel, Embraer, Portobras, com portos, eclusas, integração hidroviária, bem presente na hidrovia Paraná-Tietê. Os açudes, poços e canais no Nordeste, e estradas por todo o território...

A infra-estrutura rodoviária federal decuplicou, tornando-se num dos orgulhos dos brasileiros, mas hoje, infelizmente, se encontra a beira do caos, pelo abandono ocorrido, sobretudo a partir da década de 1990, o que continua até os nossos dias.

Lembro-me que, em 1964, tínhamos uma única pista ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, tornando uma ultrapassagem um ato de perigo. Quantos acidentes assistimos no ir e vir dos cadetes para Academia. O Presidente Castello Branco duplicou a Via Dutra, que se transformou na melhor rodovia do País na minha época de tenente instrutor da AMAN, de 1964 a 1967.

A Ponte Rio–Niterói, Ponte Presidente Costa e Silva – nome de batismo que a mídia nunca citou nas referências a essa fabulosa obra de arte –, resolveu, até os dias de hoje, o gigantesco problema de ligação entre as duas cidades.

Quantas vezes fiquei de duas a três horas em Niterói esperando a barca cargueira para voltar no meu "Fusca" ao Rio nas noites de domingo, às vezes entrando pela madrugada, para enfrentar, no dia seguinte, o expediente, a partir das sete horas da manhã, na Vila Militar.

Foi uma ponte bendita sobre todos os aspectos, levantando a auto-estima de cariocas, fluminenses e dos turistas em geral que buscam as praias do Norte do Estado do Rio de Janeiro e a costa do Espírito Santo.

É hora de lembrar do competente e dinâmico Ministro dos Transportes, Mário Andreazza. No Rio Grande do Sul, a gente não ia de Uruguaiana a Porto Alegre – eram estradas de terra, sempre dando voltas. O asfalto chegou lá com esse digno homem público, Coronel do Exército, que fez tudo e morreu pobre – exemplo de retidão de caráter.

O Programa do Álcool, o Pró-Álcool, foi outra iniciativa que ajudou o País a enfrentar a segunda crise do petróleo, reduzindo os reflexos danosos à nossa economia na década de 1980. O descaso com o Programa após o período revolucionário mostra a falta de visão dos governos que se seguiram aos da Revolução.

Com o "apagão" desde último Governo, completamente apagado na área energética, em termos de investimentos, verificou-se a relevância das obras da Revolução, visando à produção de energia, que acabaram sendo reconhecidas até

pelos contrários. Tiveram que dar "a mão a palmatória", diante da importância das hidrelétricas construídas.

Dezenas de usinas, como as de Sobradinho, Xingó, Paulo Afonso IV, no Rio São Francisco; São Simão, Itumbiara e Emborcação, no Rio Paranaíba; e a grande hidrelétrica de Itaipu...

A maior obra de engenharia realizada em todo mundo durante o século XX, que começou a operar em 1984, ano, também, da inauguração da hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, a primeira grande usina amazônica.

A Revolução de 1964 modificou tudo. Mudou mesmo. Mudou o panorama econômico, político e psicossocial.

É, também, da Revolução o bem-sucedido Projeto Rondon que o último Governo manteve, mas o chamou de Comunidade Solidária para parecer que se tratava de uma iniciativa nova. Empenham-se na tentativa de apagar as realizações da Revolução.

A indústria bélica ou de materiais de interesse militar não pode ser esquecida, porque ofereceu uma contribuição efetiva e eficaz ao mercado de trabalho e à nossa balança comercial, sobretudo na década de 1970 e no primeiro lustro da década de 1980. No entanto, do Governo Collor em diante, a indústria de materiais de defesa perdeu todo o apoio que restava do Governo Federal. A maioria fechou as portas, como a nossa Engesa, que chegou a ser um dos orgulhos da indústria nacional, exportando blindados sobre rodas para uma gama respeitável de países, sobretudo da América Latina.

Felizmente, a Embraer, criada pelo Presidente Costa e Silva, em 1969, continua com um brilhante desempenho, tomando conta de uma fatia substantiva do mercado internacional de aviões. Tem vencido importantes concorrências, inclusive derrotando a Bombardier, do Canadá, a qual vem perdendo terreno para a nossa empresa.

Os portos também foram melhorados para facilitar as exportações em vários Estados do País, como no Rio, o Porto de Sepetiba e, no Espírito Santo, Tubarão.

Criou-se o Banco Central, que organizou e padronizou tudo, um verdadeiro salto adiante.

Ninguém falava com ninguém até a criação da Embratel, dando uma nova dimensão às telecomunicações no Brasil. Antes, para qualquer interurbano, tínhamos que solicitar e esperar, mas, muitas vezes, a ligação não era concretizada. Em Resende, na AMAN, quantas vezes esperei horas durante a noite e acabava indo dormir sem falar com o Rio de Janeiro.

Uma outra importante criação foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Foi importante, também, o chamado crédito educativo – o jovem na facul-

dade ia estudar bancado pelo Governo Federal e depois pagava. Agora, está suspenso. Dizem que não há dinheiro para esse encargo de tão grande alcance.

Uma outra obra relevante foi a relacionada, com a ocupação da Amazônia. Área que agora corre perigo de ser invadida inclusive de forma sutil, por meio dos mais diversos estratagemas, pelos países do G-7. Até os recursos do Projeto Calha Norte foram reduzidos a números insignificantes. Com Fernando Henrique Cardoso, não houve mais preocupação com a ocupação dos espaços vazios amazônicos. Há muita gente que pensa ser o Calha Norte um projeto militar, quando é um projeto brasileiro, de interesse nacional. Acontece que o civil não foi para lá, não assumiu a sua responsabilidade dentro do projeto. O Incra tinha que estar lá, o Ibama e assim por diante.

Coronel, a Revolução foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?

Estava em Uruguaiana e nunca ouvi falar nisso. Dizem que se houvesse guerra civil, o americano apoiaria. Mas o americano, embora só pense no seu próprio interesse, é muito fraco de política externa e não enxergava, corretamente, a escalada comunista em nosso País, nos anos de 1962 a 1964.

Nunca ouvi falar de ajuda estrangeira, de dinheiro, coisa nenhuma, embora fosse somente um capitão. No entanto, o Comandante do Grupo, homem bem informado e de largo conhecimento, nunca falou em apoio externo, nem ele nem nós aceitaríamos. A Revolução de 1964 foi feita somente por nacionais, pelo Carlos Lacerda, pelo Adhemar de Barros, pelo Magalhães Pinto e pelos brasileiros em geral que levaram os militares a interromper o Governo irresponsável de Jango Goulart.

Adhemar e Magalhães mobilizaram as polícias que eram fortes tanto em São Paulo como em Minas. Em Minas, se encontrava a melhor Polícia Militar do Brasil naquela época, a mais respeitada. Hoje, posso garantir que não houve nenhum auxílio externo.

Evidentemente, como diz o consagrado General Meira Mattos, o que acontece é que, a toda hora, a esquadra americana vai para um lado e para outro, porque eles têm a preocupação do campo estratégico. A esquadra americana, por causa da guerra fria, deveria estar de olho...

E, desde o término da Segunda Grande Guerra, o americano colocou o chapéu de xerife do mundo, quer mandar em tudo, interferir em tudo.

O que todos sabemos é que havia, na época, auxílio externo de Cuba e da União Soviética, que mandavam dinheiro para cá para fazer a subversão, a guerrilha – a revolução comunista. Até dizem que o pessoal de esquerda pegava o dinheiro e sumia com ele. Falavam que o Brizola era o Dom Raton, que desapareceu com parte do dinheiro mandado pelo Fidel Castro; por isso, ele nunca foi a Cuba, embora, com

parcela desse dinheiro, tenha procurado implantar a primeira revolta, uma guerrilha no Paraná, e, depois, em Caparaó, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais. Não morreu ninguém, "caíram de podre". De lá de Cuba, viera muito dinheiro – é o que dizem, não sei. Cuba deve ter apenas repassado dinheiro da Rússia e de outros países da Cortina de Ferro.

Eles roubaram também o cofre do Adhemar de Barros, que tinha dois milhões de dólares, isso está comprovado. O dinheiro de fora veio se juntar ao do cofre do Adhemar – é o que todos diziam.

A que atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Goulart, do Assis Brasil, esquema que iria fazer a revolução na lei ou na marra? O que aconteceu com esse esquema?

O povo estava acompanhando o que estava acontecendo. Desde 1961 que eles começaram a colocar o pessoal de confiança do Jango e do Brizola nos principais cargos públicos. Os outros, que eram contra, desde 1954, eram mandados para a fronteira, para o interior, tirando da cidade grande, naquele tempo Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mais nada. Os que contavam com o respaldo deles, mesmo com certos comandos, sobretudo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, não tinham liderança, eles não contavam com a tropa. Muitos dos homens do esquema ficaram, todo o tempo, em gabinetes.

O pessoal que foi transferido para interior, para locais distantes, possuía todas as condições de trabalhar, de doutrinar e mostrar à tropa a real situação, como aconteceu em Uruguaiana, com os Coronéis Amerino Raposo e Luís Sellman.

Como o senhor viu essa parte de chefia e liderança do lado da Revolução? Houve liderança?

Não há dúvida que houve, os chefes e a tropa eram um todo indivisível, coeso, mantendo um permanente relacionamento com a sociedade civil. Estavam todos unidos trabalhando juntos.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN foi importante?

Para mim, foi decisivo. Não vivi a situação, mas conversei com um companheiro que lá servia na ocasião e ele disse que os cadetes em posição face a tropa do Rio, com aquele espírito que só o cadete tem, impediram psicologicamente qualquer ação contra eles. Quem teria coragem de atirar nos cadetes do nosso Brasil?! O cadete, para nós, incorpora em si a própria Instituição! Muitos deles deviam ser, naquele tempo, filhos de oficial ou de sargento, então foi uma ação psicológica perfeita também.

E ali, o General Médici e seus cadetes, resolveram tudo, porque o Kruel tinha tentado, antes, convencer o presidente a uma mudança de rumo, mas João Goulart não respondeu às imposições feitas, porque acreditava no esquema militar montado pelo Governo, esquema que ruiu completamente.

Também está escrito o que o Kruel falou: "Presidente, estão esperando o senhor romper com esse pessoal". Mas ele não rompeu. Para o Kruel tinha acabado seu compromisso – levando-o a decidir pelo emprego do II Exército contra o I Exército que estaria com o Governo. A AMAN antecipou-se e, ao ser empregada, evitou o choque.

O pessoal de Minas, reforçado pela Polícia Militar, marchou para o Rio de Janeiro e para Brasília. No corte do Paraibuna (divisa MG/RJ), parou o pessoal que vinha do Rio, conversaram e eles aderiram. Mais adiante, no Belvedere, perto do Rio de Janeiro, a tropa do I Exército também aderiu. Puderam, então, prosseguir, até o Maracanã. Só faltou assistir a um jogo naquele belo estádio!

A verdade é que, com a Revolução, as Forças Armadas fortaleceram a união e a coesão. Pudemos trabalhar todos afinados, sem aquela preocupação de infiltrações dentro dos quartéis.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia?

A ideologia do patriotismo que levou a grande maioria dos brasileiros a interromper a marcha da comunização do País.

Já falamos nos acertos da Revolução. E os erros, quais foram?

Depois que acontece, é fácil a gente comentar, criticar.

Em 1972, servia no Estado-Maior do Exército, e, naquele tempo, já havia gente que dizia que precisávamos passar o bastão e sair por cima.

O Médici era o ideal para fazer isso, porque o seu Governo foi, sem dúvida, um dos mais exitosos da história do Brasil. Era querido pelo povo. Era aquele Presidente que ia ao Maracanã e arrancava aplausos, de pé, das duas torcidas, de todo o estádio.

Havia, no entanto, a preocupação de que o inimigo ainda estivesse forte, que pudesse reverter.

Foi exatamente isso que aconteceu. O Médici saiu no final de 1973, passando para o Geisel, por receio de devolver o Poder a um civil.

Ainda estava muito recente aquele movimento todo dos terroristas, seqüestradores, da guerrilha das cidades – a chamada guerrilha urbana –, bem como da guerrilha rural, como a do Araguaia – a de Xambioá.

Assim, não se partiu para a democracia plena, porque o próprio inimigo, o próprio adversário obrigou que se levasse mais longe o período revolucionário.

Nessa transcrição, surge um outro problema. A partir de 1974, já no governo Geisel, ocorreu a primeira crise do petróleo, que trouxe um enorme tumulto para vida nacional, com conseqüências muito negativas na esfera econômico-financeira, interrompendo o ciclo vitorioso que chegara ao ápice no período do Presidente Médici, quando a economia brasileira crescia a mais de 10% ao ano.

Ele teve que partir para a energia nuclear e para o pró-álcool, alternativas encontradas para a crise que levou a números elevadíssimos o preço dos derivados do petróleo.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução têm sido destaque na Escola Superior de Guerra, por renomados professores civis de vários estabelecimentos universitários importantes. O Professor João Manuel, da Unicamp, diz que as duas décadas de maior progresso, em termos econômicos, no Brasil, foram as de 1960 e 1970, sendo que a década de 1970 foi a de maior desenvolvimento em toda a História do Brasil. Por isso, pergunto: "Por que isso não é divulgado? Por que isso não chega até nossa gente nos dias de hoje?"

Não chega porque a maioria dos professores, nas universidades, deturpam a verdade e só mostram um lado da moeda, por revanchismo, porque foram doutrinados pela esquerda empedernida, insensível, devido a derrota sofrida no embate com a Revolução. Está devidamente comprovado que o Brasil crescia a mais de 10% ao ano, sem desemprego, com uma inflação mínima de 6 a 7% ao ano no Governo Médici, crescimento que ocorrera também no Governo Costa e Silva em torno de 9% ao ano.

O Fernando Henrique, na semana passada, reconheceu, pela primeira vez, que o período de maior desenvolvimento da História do Brasil foi o do Governo Médici. Esse foi o primeiro sinal de que essa coisa não vai ficar escondida por muito tempo. As nossas realizações por eles sepultadas vão acabar conhecidas naturalmente. A ação da esquerda não será forte suficientemente para ocultar a grande obra da Revolução eternamente. Mais cedo ou mais tarde, a verdade prevalecerá.

Lembro-me de uma obra que não se fala nunca porque era até pequena diante de tantas realizações na época, mas muito representativa para o Vale do Paraíba – que foi a Usina do Funil, no Rio Paraíba. Um dos passeios obrigatórios dos tenentes instrutores da AMAN era a visita ao canteiro de obras da barragem do Funil, construída, para gáudio de todos nós, entre 1965 e 1967. Para permitir o seu funcionamento, foi construída paralelamente a barragem de Inhangapi, uma imensa barragem de terra, para impedir que as águas represadas inundassem a Via Dutra.

Os resultados alcançados com a obra foram relevantes para a economia da região, para o mercado de trabalho e para elevar a auto-estima daqueles que tiveram o privilégio de acompanhar sua construção e de vê-la concluída.

Há pouco tempo atrás, o Aureliano Chaves, que foi Vice-Presidente e Ministro, profundo conhecedor de energia, fez uma palestra muito interessante para nós, quando começaram a privatizar. Dizia ele: "Eu não sou contra a privatização, muita coisa tem que ser privatizada. Mas o que se está fazendo, em termos de energia, vai conduzir o País, daqui a uns três ou quatro anos, a grandes apagões, aumento de tarifas e racionamento, porque aqueles que vêm de fora – as multinacionais – só visam o lucro". E tudo aconteceu...

Claro, não vão se preocupar nem com a necessidade de uma manutenção acurada.

Para eles a base de tudo é a geração de energia para remunerá-los. Quem vai botar dinheiro para esperar vinte a trinta anos para começar a ter lucro? Eles são imediatistas!

Obras como Sobradinho, Ilha Solteira, Tucuruí e várias outras, realizadas pelo Governo da Revolução, para a geração de energia, criação de empregos, sobretudo industriais, precisam ser muito bem manutenidas e, para isso, têm que contar com um grande número de homens voltados para esse mister, a começar por zelosos engenheiros, única forma de garantir uma correta manutenção.

O nosso Aureliano viu direitinho, ao falar que as multinacionais vêm para cá e trazem o desemprego para o nosso pessoal.

Eles só fazem uma manutenção mínima.

Trazem técnicos de fora, o que não é necessário, porque o nosso pessoal está plenamente capacitado a fazer o que sempre fizeram. Essa política deles é que leva aos apagões. Já está acontecendo, a toda hora, em todo o País. E vai continuar assim, não é só a parte de hidrelétrica, não, é tudo. E vão aumentar os impostos...

É necessário um trabalho de manutenção muito grande, em vários pontos, para evitar determinadas fadigas do material que tem que ser trocado, como o são as peças de uma aeronave para um vôo seguro.

Segundo um funcionário de Furnas é preciso haver um grupo de engenheiros e técnicos atuantes, que mantenham um controle permanente da usina. Ele, engenheiro mecânico, e muitos outros especialistas foram mandados embora, porque não há preocupação com a manutenção. Foi deixado um técnico onde havia vários. Esse é um outro aspecto das privatizações, além de não se ver crescimento, a gente começa a se preocupar com o que existe e está deteriorando...

Quanto custa uma barragem ou uma usina? Eles vão querer botar dinheiro permanentemente para otimização de sua manutenção? Essa é a questão.

Volvendo ao período revolucionário, foi preciso haver cerceamento de liberdade? Por que razão? A guerrilha e a luta armada em geral fizeram com que se atuasse no campo da prevenção, da segurança, mexendo assim com a liberdade de imprensa e de expressão?

Claro que teve que acontecer, não vou negar que não houve censura com relação aos jornais, foi preciso, mas por quê? Porque foi provocado pelo outro lado, que não estava contente com a situação.

No entanto, não se viu nenhuma restrição às editoras, que produziram livros marxistas em quantidade, nem às livrarias que os venderam a vontade.

Enquanto isso, a esquerda, voltada para a luta armada, para a prática de atentados, através de estudantes que se transformaram em guerrilheiros, começou a praticar atentados, assaltos a bancos, assassinatos, crimes diversos.

Isso está comprovado. Em 1966, cometeram dois atentados violentíssimos, sendo o primeiro o do Aeroporto de Guararapes, em Recife, onde morreu um Almirante e um jornalista, e a ABI e a OAB nunca falaram nada, nunca mostraram preocupação com tais monstruosidades, que exigiram uma reação a altura por parte da Revolução, mas que só veio mesmo, em dezembro de 1968, através do Ato Institucional nº 5.

Esse jornalista que morreu, para eles da ABI, não existiu. Nenhuma palavra a respeito.

Era Secretário do Governo do Estado de Pernambuco. Depois, aconteceu aquele atentado violento, em que jogaram um caminhão, com uma bomba dentro, por um portão do Quartel-General do Ibirapuera, em São Paulo, e morreu o soldado Mário Kozel Filho, que estava na guarda do aquartelamento. Este atentado, ocorrido em 1968, foi um dos atos terroristas que ensejou a decretação do AI-5. O AI-5 foi uma defesa institucional contra essas coisas que vinham acontecendo a toda a hora. Isso o pessoal de esquerda não fala...

Ensinaram as suas formas de atuação ao bandido comum; eles foram os professores.

O próprio chefe da Casa Civil do Fernando Henrique foi assaltante de carro-forte e de trem-pagador; parece mentira, mas é a realidade; o presidente da Petrobras foi, também, guerrilheiro. Naquela ocasião ele era socialista, agora é capitalista. Eles mudam de lado de acordo com a conveniência...

Será que eram socialistas para inglês ver? Eles hoje estão mostrando o que realmente sempre foram e que gostam muito de dinheiro. São loucos por dinheiro!...

Eles nunca foram patriotas! Eles queriam entregar tudo para as esquerdas, agora querem entregar para as multinacionais...

São internacionalistas, embora muitos se digam nacionalistas.

Não têm compromisso com a Pátria, com o País, com a Nação.

Então, não há dúvida que o AI-5 foi necessário?

Para mim, não há dúvida nenhuma. Penso que, naquela ocasião, as Forças Armadas não estavam preparadas para esse tipo de guerra, nunca se aprendeu guerra de guerrilha, nem guerrilha urbana, nem guerrilha rural. Então, tiveram que se preparar para fazer frente a esses atentados, a esses assaltos, a tudo isso.

Foi necessária a criação de órgãos de informações e operações como o SNI e os DOI/ CODI?

Sem dúvida. Sem eles não havia como enfrentar a luta armada. Logicamente, foi feito um trabalho de planejamento, para poder combater essas ações terroristas, porque não havia nada a respeito na doutrina. Então, montaram novos órgãos, os Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna – os DOI/ CODI. Estes CODI eram integrados por pessoal do Exército, da Marinha, Aeronáutica, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, que foi criada na época da Revolução.

Os DOI começaram a trabalhar, vinculados a um comando combinado, porque antes era tudo independente. É interessante destacar que os DOI/CODI derrotaram esse pessoal da esquerda através das informações. Por isso, os familiares dos terroristas mortos vivem criticando, como se todos tivessem sido torturados. Grande mentira!...

O Professor Olavo de Carvalho mostra que o terrorista é pior que o torturador. O terrorista é pior porque suas ações são indiscriminadas, ele mata inocentes, além de torturar também. Então, o terrorista, quando necessário, transveste-se em torturador sem nenhuma cerimônia.

Quantos inocentes foram mortos estupidamente por esses terroristas que cismaram em implantar “na marra” um regime comunista no Brasil!

Muita gente morreu nos atentados, como em Guararapes, quem estava no local morria. Para mim, quem salvou o País foram os DOI/CODI. Nessa ocasião, estava na Escola de Estado-Maior e não sabia como aquela luta acontecia; era um trabalho diuturno, arriscado, contra mentes doentias, sempre dispostas a ações diabólicas.

Quantas famílias foram prejudicadas porque os seus chefes estavam naquela guerra difícil!

Guerra suja, difícil, imprevisível.

Guerra suja e com reflexo negativo para a família, porque a mulher não sabia onde estava o marido.

Não podia nem falar, e a família, quase sempre, prejudicada e ameaçada.

É por isso que seria interessante o Projeto História Oral ouvir integrantes dos DOI/CODI, que foram, arriscando a vida, os grandes defensores da democracia que temos hoje.

Vamos ouvi-los; porque entendemos, também, que o depoimento deles é de real valia.

Eles estavam na guerra, homens que arriscaram ou perderam a vida para salvarem o País.

Era a linha de frente, poucos na verdade; tem gente que convive ainda com seqüelas de ferimentos e outros perderam a vida.

E a carga psicológica que sofreram, juntamente com suas famílias.

As Forças Armadas durante a Revolução auferiram alguma vantagem?

As Forças Armadas certamente que não, mas em toda coletividade, em toda instituição tem gente que se beneficia. Pode ter um ou outro elemento que tenha se beneficiado de alguma forma, mas as Forças Armadas, muito pelo contrário.

O AI-5 foi importante, também, porque tirou do serviço ativo aqueles elementos nocivos às Forças Armadas, inclusive aqueles que se locupletaram em missões recebidas.

Por que houve o desengajamento dos governos revolucionários da condição política do País? Por que partimos para a abertura?

Porque já estava previsto. Fizemos a Revolução para chegar a democracia plena. Já estava se prolongando além do tempo desejado.

O maior legado da Revolução, dos governos dos presidentes generais, foi a democracia que temos aí, evitando que tivéssemos um regime totalitário tipo Cuba ou China. Isso, eles têm que reconhecer, foi o maior legado.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura do Governo Geisel e, depois, do Governo Figueiredo? Este último Governo, com sua atuação política e os problemas econômicos, como a crise do petróleo, desgastou a imagem da Revolução?

A abertura foi conduzida como planejada, mas o último Governo creio que desgastou a Revolução, porque, quando a parte econômica não vai bem, tudo vai contra. Também começou a aumentar, de novo, a inflação, e a crise do petróleo, que se fez sentir a partir de 1980, foi danosa para a condução da economia, com reflexos negativos para a Revolução.

A condução política foi um tanto prejudicada em face da doença do Presidente Figueiredo, que veio numa hora que não podia e influiu no seu desempenho à frente do último Governo revolucionário.

Como falamos, se a gente soubesse teria encerrado no Governo Médici, sairíamos por cima e, quando precisasse de novo, chamariam as Forças Armadas como fizeram em 1964.

O Presidente Geisel iniciou a abertura, mas não a concluiu. Poderia, também, ter concluído o processo em 1979; era um Governo forte, fez a abertura econômica

e poderia ter feito, ainda, a abertura política. Ele deveria ter encerrado o ciclo revolucionário, já que o Médici não o fez.

E o "revanchismo" existe?

Cada vez maior, é impressionante.

Dia e noite, a mídia promove a indústria do "revanchismo".

A mídia e esse pessoal que foi beneficiado com a anistia. Estão na cátedra, na mídia, nos órgãos do Governo, e contam só um lado da história.

Então, o comunismo não desapareceu? Qual a situação do comunismo no Brasil?

Como falei no começo da entrevista, caiu o muro de Berlim em 1989, mas aqui no Brasil parece que o pessoal não sabe. Agora mesmo foram para Cuba 200 militantes do PT. O próprio Ministro da Justiça esteve em Cuba um pouco antes, para quê? Isso não saiu na imprensa. Ele foi lá para montar uma operação que chamei de "Operação Tucano", porque ele estava sempre criticando a Operação Condor. Foi para lá para estabelecer um esquema de informações entre todos os países ibero-americanos chefiados por governos esquerdistas. E critica a Operação Condor fazendo, hoje, exatamente a mesma coisa, nas suas ligações com Cuba. Também, nesse mês, foi a Cuba o Secretário da Presidência da República, o Aluísio Nunes Ferreira, fazer o quê? Ninguém sabe o que o homem do assalto ao trem-pagador no período revolucionário vai fazer em Cuba. Ele e vários outros extremistas de esquerda adoram o barbudo Fidel!

O comunismo definitivamente aqui não acabou. Ele está presente nos Partidos Políticos, na CUT, no MST, mas parece que o povo e os empresários, principalmente, ainda não pressentiram isso.

As pressões internacionalistas vêm dos dois lados – vêm dos comunistas e dos americanos estes, como donos do mundo, estão de olho na Amazônia, juntamente com os demais países integrantes do Grupo dos Sete. São pressões internacionalistas da esquerda e da direita, representadas, sobretudo, pelos republicanos nos Estados Unidos.

Exatamente, pressão dos dois lados, é o estado máximo e o estado mínimo, quando precisamos do estado necessário, um estado equilibrado, nem máximo nem mínimo.

Quem está aí para nos defender? As Forças Armadas e, ultimamente, além das Forças Armadas, acredito no Ministério Público. Estas são as duas instituições que merecem crédito, porque o governo está alheio aos dois tipos de pressão.

Apesar de tolhido, o Ministério Público tem tido um papel excepcional.

E ainda tem o seguinte: se contássemos com uma imprensa livre, independente, sem ser amestrada, poderíamos alertar sobre a situação que estamos viven-

do, tanto frente ao G7 como frente ao "socialismo" que, na verdade, é o comunismo que continua aqui, muito presente, no Brasil, representado, principalmente, pelo MST que quer afrontar a democracia, seguindo o exemplo das FARC na Colômbia.

A imagem das Forças Armadas tem sido mostrada em alto patamar com as pesquisas de opinião pública. Apesar do revanchismo, a nossa credibilidade chegou a 86%. O que o senhor acha disso?

É a pura verdade, pois o povo sempre acreditou e acredita nas Forças Armadas, principalmente, no Exército. Essa última pesquisa, encomendada pelo Centro de Comunicação Social do Exército para o IBOPE, que é neutro, acusou 86% de credibilidade do Exército. Essa é a verdade. As pesquisas mostram a Igreja, por exemplo, sempre abaixo. Mas não divulgam esses resultados para o público externo.

Hoje, não dá para acreditar na Igreja, que está completamente dividida, esfacelada, com os Boffs e os Bettos.

Que não são freis. Usam a Igreja para fazer proselitismo, para atrair pessoal para seu materialismo histórico. Adoram Fidel Castro. Betto substituiu a adoração a Deus pela adoração ao barbudo cubano que matou 17 mil, a maioria por delito de opinião. Boff continua enganando o povo com a sua Teologia da Libertação. Tem a sua disposição um espaço, semanalmente, no *Jornal do Brasil* para continuar fazendo prosélitos.

Meu Coronel, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Quero principalmente cumprimentar a equipe de História Oral por esse trabalho que os senhores estão executando. Uma atividade que vai permitir contar a verdadeira História do nosso País, a História do Brasil que esse pessoal de esquerda está querendo modificar escrevendo a história com h minúsculo. A verdadeira História do Brasil de 1961 a 1985 precisa ser conhecida do povo brasileiro, para que a nossa gente possa cultuar os nossos reais valores. É isso que o Comandante do Exército determinou, muito oportunamente, que fosse feito. Temos que divulgar esta história para neutralizar a mentira que conta com uma enorme gama de meios de divulgação. Não adianta estar falando e ficar entre nós, temos que levar isso para a rua e já estamos fazendo isso em Belo Horizonte, quando realizamos as nossas reuniões no Grupo Inconfidência. Estamos convidando principalmente os cursos de história, e, quando podemos, escrevemos – quando os jornais aceitam – com a finalidade de que chegue ao leitor a palavra dos dois lados para ele pesar. É preciso continuar a luta para fazer prevalecer a verdade no lugar da fantasia.

Agradecemos essa oportunidade, que há muito tempo era aguardada e que nos permitiu contribuir para registrar o que aconteceu na realidade.

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Geraldo Luiz Nery da Silva
José Luiz Leitão de Souza
Kátia Maria Borges Oliveira
Letícia Maria Lima Godinho
Maria Cristina Santiago da Silveira
Sérgio Ferreira de Albuquerque
Sinésio Ramos Martins

GRAVAÇÃO

Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção
do Comando Militar do Leste

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*400*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Fevereiro de 2004*

Impresso nas oficinas da
Sermograf – Artes Gráficas e Editora Ltda.
Rua São Sebastião, 199 – Petrópolis – RJ
Tel.: (24) 2237-3769

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 10

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico “BIBLIEX”
E-mail: bibliex@ism.com.br
Homepage: www.bibliex.eb.br

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 10
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

- — Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.
- — Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia

Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista

Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

- Natural da Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.
- Declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 17 de dezembro de 1948 pela Escola Militar de Resende.
- Como oficial subalterno e capitão, serviu no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), São Gonçalo – RJ, no 11º Regimento de Infantaria (11º RI), São João Del Rey – MG, e no 1º Batalhão de Fronteira (1º B Fron) – Foz de Iguaçu.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra.
- Exerceu as funções de Instrutor da EsEFEx, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, no exterior, da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP).
- Comandou o 3º Regimento de Infantaria, São Gonçalo/RJ.
- Foi Chefe da Assessoria Executiva do Gabinete do Ministro do Exército; do Estado-Maior da 2ª Brigada de Infantaria, Niterói/RJ; da 10ª Região Militar, Fortaleza/CE, e Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército.
- Como General-de-Brigada foi Comandante da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, Niterói/RJ; Chefe do Estado-Maior do II Exército, São Paulo/SP, e Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, Belo Horizonte/MG.
- Como General-de-Divisão, foi Comandante da 4ª Divisão de Exército, Belo Horizonte/MG, e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Como General-de-Exército, foi Chefe do Departamento Geral de Pessoal, Brasília/DF; Comandante Militar do Sudeste, São Paulo/SP, e Ministro do Exército.
- Em 1964, no posto de Major, era Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, RJ.

Entrevista realizada no dia 5 de março de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Não fui um conspirador, embora acompanhasse, com preocupação, o que se passava no País.

Ao eclodir a Revolução, à qual de pronto aderi, encontrava-me na ECEME.

Terminara o curso no final de 1963, fora nomeado instrutor e estava me preparando para o início das aulas. Iniciada a Revolução, a ECEME imediatamente aderiu, com mínimas dissidências, logo afastadas; transformando-se num repositório de recursos humanos, para atender a qualquer necessidade.

Enviou equipes, organizadas em Estados-Maiores (EM) para várias regiões do País, particularmente para Brasília, além de cumprir outras missões no Rio de Janeiro.

Lembro-me de que ocupamos o Pão de Açúcar, interditando o "bondinho", estabelecemos barricadas na entrada da Praça General Tibúrcio e nos preparamos para defender a praia, no caso de uma possível invasão por mar (fuzileiros navais); o que me parecia pouco provável.

A mim, que na ocasião era Major, coube participar de uma dessas missões, integrando a equipe chefiada pelo então Tenente-Coronel Diogo de Oliveira Figueiredo, encarregado de ocupar as instalações do antigo SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), embrião do futuro SNI, que funcionava em um ou dois andares, não me lembro bem, de um prédio situado na Avenida Presidente Wilson, quase esquina da Avenida Presidente Antônio Carlos.

Entramos pelos fundos, à noite, pois não sabíamos o que iríamos encontrar. Felizmente, as instalações estavam desocupadas (acabavam de ser abandonadas) e pudemos ocupá-las sem problemas.

Depois de alguns dias ali, fui deslocado para as antigas instalações do Conselho de Segurança Nacional, no alto da "Casa da Borracha", na Rua Uruguaiana, esquina da Presidente Vargas.

Aí permaneci cerca de um mês, à frente de um setor da área de informações, após o que recebi ordem de retornar a ECEME, pois seriam iniciadas as aulas do 1º ano, do qual fora designado instrutor.

Sobre essa participação constam de minhas alterações referências feitas pelos coronéis Ariel Pacca da Fonseca e Jayme Portella de Mello, que passaram pela chefia do Gabinete da Secretária Geral do CSN.

O inusitado dessa minha participação foi a presença, na "Casa da Borracha", como chamávamos, do Tenente-Coronel Hélber Penha Valle, para dar-me esclarecimentos sobre a seção que eu passara a chefiar e que, na administração afastada, o fora por ele.

Essa atitude certamente contribuiu para que esse oficial voltasse a ser instrutor da ECEME e, mais tarde, comandasse o 11º RI (Regimento Tiradentes), de São João Del Rei.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Quando Jânio Quadros renunciou, os ministros militares se posicionaram contra a posse de Jango Goulart, que era o Vice-Presidente e se encontrava na China, pois já pressentiam o que poderia acontecer, em razão de suas tendências populistas já manifestadas quando exercera o cargo de Ministro do Trabalho. Chegaram, os ministros militares, na ocasião, a lançar um manifesto à Nação, alertando para os riscos que corríamos.

Não contaram, porém, naquela oportunidade, com o necessário apoio político e da opinião pública, para tomar qualquer atitude mais drástica.

Mas alguma coisa conseguiram. Surgiu a idéia do parlamentarismo, que foi aprovado pelo Congresso e aceito por Jango; que, assim, pôde assumir a Presidência, com a restrição de poderes que lhe foi imposta. Todavia, tão logo assumiu, Jango começou a boicotar o Gabinete, inicialmente chefiado por Tancredo Neves, terminando por impor a realização de um plebiscito que acabou por restituir-lhe a totalidade do Poder.

Na minha visão, a partir daí, iniciou-se a conspiração para derrubá-lo, pois, aliado aos comunistas e atiçado por Leonel Brizola, começou a enveredar o País por caminhos perigosos, compromissados com o comunismo internacional.

Aí estão, a meu ver, as raízes do Movimento revolucionário de 1964.

Há quem veja nas Revoluções de 1922, 1924, 1926 e 1930, as raízes remotas do Movimento de 1964.

Não penso assim, pois o Movimento Tenentista, que culminou com a marcha da chamada Coluna Prestes, era puramente idealista e não ideológico.

Prestes tornou-se comunista após o término da marcha da coluna e foi renegado por seus companheiros.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Creio que diretamente não.

Todavia é inegável que a exacerbação do "perigo comunista" provocado pela guerra fria, aliada à utilização de Cuba pela URSS como ponta de lança para ameaçar os Estados Unidos da América (EUA) e como trampolim para exportar a

revolução para a América Latina (Che Guevara), certamente contribuiu, ainda que indiretamente. Acresce a aceitação crescente pelo Governo Jango da influência comunista proveniente da China e de Cuba; iniciada aliás, a meu ver, com a condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

A partir da recuperação por Jango da totalidade dos poderes constitucionais com o fim do parlamentarismo, agravou-se o panorama político do País, já bastante tumultuado.

As chamadas "reformas de base" representavam o pano de fundo para as greves dirigidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); as manifestações de rua que sempre terminavam em "quebra-quebra"; os conflitos no meio rural estimulados pela Supra (Superintendência para a Reforma Agrária), órgão governamental; a agitação estudantil promovida pela UNE, com o apoio do MEC; os programas de rádio e televisão pregando a luta de classes, com a participação de representantes do Governo Federal; a indisciplina nos quartéis, estimulada por autoridades federais, inclusive pelo próprio Presidente, iam num crescendo, preocupando, cada vez mais as autoridades militares, alguns governadores e a sociedade de um modo geral, contrastando com o Congresso, sem força, dominado pelos partidários de Jango.

Se juntarmos a esse quadro, a ação das "Ligas Camponesas" no Nordeste, a ação desenvolvida por Leonel Brizola que, após deixar o Governo do Rio Grande do Sul, fora eleito Deputado Federal e continuava estimulando a formação dos "grupos dos onze" e a atuação da Igreja ideologicamente engajada; fácil seria verificar que, realmente, caminhávamos para a implantação no Brasil de uma República Popular Sindical, como pregava o CGT. Cartilhas com instruções para guerrilha, apreendidas no Nordeste, confirmavam tal assertiva. Estava em curso um plano para transformar o Brasil em um país comunista.

Em síntese, era esse o panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, na minha visão.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

É inegável que sim e essa insatisfação crescente, manifestada em várias capitais do País, cristalizou-se com a realização em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que mobilizou enorme multidão (as fotos da época o atestam), manifestando-se contra os rumos que o Governo Federal pretendia impor ao País.

Tal manifestação teve grande impacto junto às lideranças militares que a interpretaram como o respaldo popular que faltava e que não haviam obtido em 1961, quando tentaram evitar a posse de Jango.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja tradicionalista de D. Antônio de Castro Mayer, apoiada pela TFP (Tradição, Família e Propriedade), era decididamente contra, apoiando o Movimento revolucionário que eclodiu em 31 de março.

A Igreja secular, não politizada, aceitava, mas após a Revolução se dividiu.

A Igreja ideológica de D. Pedro Casaldaglia era totalmente favorável e engajada na defesa das "reformas de base", particularmente da reforma agrária.

A CNBB, que reunia bispos de todas as facções, agia em função do pensamento do seu Presidente, em regra, compromissado ideologicamente com o Governo Jango. Após a Revolução, deu trabalho.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Tanto as "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, que agiam no Nordeste, particularmente em Pernambuco, com a tolerância do Governador Miguel Arraes; quanto os "grupos dos onze" cuja formação, em todo o País, era fomentada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para agirem como uma milícia para-militar, estavam no contexto da preparação da tomada do Poder e implantação no Brasil de uma República Popular Sindical.

Além desses podemos citar:

O Movimento Cultural Popular (MCP), organizado em Pernambuco e orientado por Gregório Bezerra, notório comunista, egresso de 1935, com o objetivo de conscientizar os estudantes com relação aos jargões comunistas; o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), braço sindical a serviço de Jango, como arma para a implantação da tal república sindicalista.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

À medida que o tempo foi passando, mais se evidenciava a intenção de criar cisões nos quadros das Forças Armadas, procurando jogar as praças, particularmente os graduados, contra os oficiais.

Em várias unidades do Exército Brasileiro, particularmente nas proximidades da eclosão do Movimento de 1964, e logo após, essa cisão ficou evidenciada.

Por outro lado, as revoltas dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro bem caracterizaram o trabalho de dissensão que vinha sendo desenvolvido pelo próprio Governo Jango e seus seguidores nesse sentido; culminando com a "demonstração de solidariedade" ao Presidente, promovida pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do então Estado da Guanabara, no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no dia 30 de março de 1964. Nessa ocasião, o Presidente dirigiu a palavra a sargentos das Forças Armadas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, concitando-os, claramente, a se insurgirem contra seus superiores hierárquicos.

O Clube Militar e seus congêneres, a meu ver, embora fossem palco de discussões e debates, não tiveram participação decisiva no Movimento, pois não se constituíam em terreno próprio à conspiração em marcha.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Entendo que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo a 19 de março de 1964, e a "demonstração de solidariedade" ao Presidente, realizada no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro no dia 30 de março de 1964, foram os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução.

A primeira, como resposta ao comício da Central do Brasil, dando o necessário respaldo popular ao Movimento, e a segunda, caracterizando claramente para todo o País, através da TV, as verdadeiras intenções do Presidente, definidas através de seu discurso populista, demagógico, desagregador e revolucionário. Representou, por assim dizer, a "pá de cal", "a gota d'água".

No dia seguinte, desencadeava-se a Revolução.

Qual foi, portanto, o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Significou, como foi dito na resposta à pergunta anterior, o aval da população para que o Movimento fosse desencadeado. Ela pode ser vista como uma resposta ao comício da Central do Brasil, realizado a 13 de março de 1964, no qual o Presidente Goulart "rasgou a fantasia" pregando abertamente, acolitado por seu cunhado Leonel Brizola, a subversão total do País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida. O aval que as Forças Armadas não tiveram em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio, lhes foi concedido plenamente em 1964, em razão dos desmandos de Jango.

A 31 de março de 1964, quando a Revolução foi deflagrada, era inegável que isso representava a vontade nacional, envolvendo praticamente a totalidade das Forças Armadas, vários Governadores, alguns até conspiradores, muitos políticos, o Congresso como Instituição, as classes produtoras e a sociedade consciente, todos seguros da necessidade da intervenção das Forças Armadas, a fim de assegurar a sobrevivência da Nação, ameaçada de submergir pela ação deletéria e impatriótica do Governo de então.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Creio não haver dúvida sobre isso.

A ação das "Ligas Camponesas", o estímulo à criação dos "grupos dos onze", a ação do CGT, o estímulo à baderna, a infiltração no Governo de extremistas e militantes comunistas, a busca pelo Presidente de poderes cada vez maiores, admitindo até mesmo fechar o Congresso e, principalmente, a tentativa de dividir as Forças Armadas, jogando a tropa e os graduados contra a oficialidade, caracterizavam, a meu ver, uma revolução de cunho comunista em curso, a caminho da tomada do Poder.

Prestes chegou a dizer: "Já temos o Governo; falta tomarmos o Poder".

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso Nacional, como fizera em 1961, agiu positiva e rapidamente, declarando vago o cargo de Presidente tão logo Jango abandonou o País, nele empossando o Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili.

Dessa forma, referendou a Revolução, dando-lhe total respaldo político, institucionalizando-a; contribuindo, assim, para acalmar a população.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução de 1964?

Tomadas de surpresa, deflagrada a Revolução de 31 de Março, ficaram sem ação, somente começando a se manifestar e a atuar mais adiante.

Acresce que imediatamente foram presos vários de seus líderes, inclusive o Presidente do CGT, Dante Pelacani.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

É sempre perigoso citar nomes, pois o risco de cometer injustiças lhe é inerente.

Na minha visão restrita, entre os civis, sobressaíram-se Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. Entre os militares, destaco o trabalho de coordenação conspiratória dos Marechais Odylio Denys e Cordeiro de Farias, a ação desassombrada de Carlos Luís Guedes, Mourão Filho e Muricy, detonadores do Movimento e a ação aglutinadora de Castello Branco quando, como Chefe do EME, legalista por natureza, decidiu-se a expedir a Circular do dia 20 de março de 1964, que foi um verdadeiro divisor de águas e caracterizou seu engajamento na Revolução. Certamente muitos outros nomes poderiam ser citados, mas estes foram os que mais me chamaram a atenção.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Não tenho dúvida de que o movimento foi exclusivamente de preparação interna. Por outro lado, certamente os EUA estavam, tanto quanto possível, acompanhando o que se passava; para o que contavam com a presença na embaixada do General Vernon Walters, amigo desde a Segunda Guerra Mundial, de inúmeros militares brasileiros.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo federal, quando se desencadeou a Revolução?

A resposta é simples. Não havia "esquema militar" algum no Governo Jango. Havia, sim, a presunção de que as Forças Armadas adeririam ao golpe tramado pelo Jango, tão logo ele se caracterizasse. Ledo engano!

À medida que o Governo ia se deteriorando e as Forças Armadas assistiam às tentativas de dividi-las, seus líderes foram tomando posição, os comandantes de unidades foram se conscientizando da realidade e a oficialidade mais esclarecida se preparando, de modo que, quando se desencadeou a Revolução, pareceu que já estava tudo combinado há muito tempo, o que não ocorreu. Em algumas unidades, havia dissidências, particularmente de graduados, logo controladas.

Em outras palavras, o comandante janguista ou mesmo legalista ou, na maioria dos casos, em dúvida, foi levado a aderir pela ação de seus comandados. E, assim, o "esquema militar" de Jango, que só existia na cabeça de Assis Brasil, transformou-se em fumaça.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Para fazer tal tipo de apreciação, precisaria ter acompanhado de perto tais eventos, o que não ocorreu. Todavia, creio que o Comandante da tropa que recebeu ordem de se deslocar na direção de Juiz de Fora revelou exercer ação de comando, ao fazê-la marchar contra a tropa do General Mourão Filho.

Revelou, ainda, bom senso, ao resolver parlamentar e render-se quando sentiu a inutilidade de qualquer reação.

Os Generais Mourão Filho e Muricy, igualmente, evidenciaram tais qualidades ao conduzirem vitoriosamente a tropa até o Rio de Janeiro.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

Creio que foi correto, tendo em vista a necessidade de barrar em Resende qualquer tropa legalista proveniente do Rio de Janeiro e a inexistência de tropa regular que pudesse, em tempo útil, cumprir tal missão. Estou certo de que os cadetes, antes de serem empenhados, foram devidamente esclarecidos da importância e necessidade da missão que iriam cumprir.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução de 31 de Março?

O objetivo estratégico das tropas que deflagraram a Revolução, provenientes de Minas, era atingir o Rio de Janeiro o mais rapidamente possível, o que conseguiram. Embora a capital já fosse Brasília, o Rio continuava sendo a capital política do País e celeiro de tropas, daí a importância de nela caracterizar, o mais rapidamente possível, a presença da tropa revolucionária.

Creio que a presença da tropa do General Mourão Filho no Rio de Janeiro, com a rapidez com que o conseguiu, foi um "cheque-mate" em qualquer idéia de resistência pelos adeptos de Jango que logo viajou para Brasília e Porto Alegre, asilando-se, a seguir, no Uruguai.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?

Evidentemente que sim.

O sucesso da Revolução, o fato do Presidente da República passar a ser um militar e sua determinação em melhorar os vencimentos e a operacionalidade das

Forças Armadas, certamente contribuíram para isso. Iniciou-se uma nova fase, para o País e para as Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

A meu ver o movimento não foi ideológico, a não ser que se possa considerar uma ideologia puramente democrática. Eu diria que foi um movimento nacionalista, no bom sentido.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A imprensa da época, que gozava de inteira liberdade, apoiou decidida e claramente o Movimento, bastando para assim entender, que se leia os editoriais dos principais jornais do País no primeiro mês após seu desencadeamento.

Em seu entender, está correto o termo revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Revolução ou contra-revolução, não vejo grande diferença. Não aceito é o termo golpe. Embora, em realidade tenha havido uma contra-revolução pelos motivos de todos conhecidos, prefiro o termo revolução.

No seu ponto-de-vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

O que caracteriza um governo militar, no conceito por nós entendido, é a inexistência de qualquer outro poder que não "o que manda", sem nenhuma hipótese de contestação. Ora, nos governos da Revolução, o Congresso e o Judiciário funcionavam; havia uma oposição ainda que consentida e a imprensa era livre, ainda que não totalmente.

Assim, não tenho dúvida de que os governos da Revolução foram governos cujos presidentes eram militares, como poderiam ter sido civis; e, apesar de eleitos indiretamente, eram referendados pelo Congresso.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Primeiro a "arrumação" da casa, ordenando a "massa falida" a que se referiu o Presidente Castello Branco quando assumiu o Governo. Depois, melhorar paulatinamente todos os índices de crescimento do País, dotando-o da infra-estrutura necessária para que se transformasse da 48ª na oitava economia do mundo. Creio que esse fato sintetiza tudo que possa ser relacionado como acertos da Revolução.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Erros. Quem não os comete?

Na minha opinião, o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos e depois fazer-se eleição direta. Mas não tenho dúvida de que ele jamais aceitaria, pois não queria nem a prorrogação de um ano, o que acabou aceitando.

Entendo que se isso houvesse sido feito, muita coisa desagradável teria sido evitada, inclusive a luta interna e o desgaste dos militares teria sido menor. Mas compreendo, também, que, na ocasião, em razão da precipitação dos acontecimentos e da premência da tomada de decisões, não teria sido fácil adotar tal solução.

Erro, no meu entender, foi não termos, na década de 1980, declarado a moratória da dívida externa (ou, pelo menos, procurado um acordo), quando após dois choques do petróleo, os EUA, para atender à sua situação interna, elevaram os juros que pagávamos de cerca de 5% para mais de 20%, elevando nossa dívida de forma arbitrária, com graves reflexos para nossa economia. Outro erro, creio, foi durante a fase de abertura, particularmente durante o Governo Figueiredo, não termos atentado para o fato de a esquerda radical, encastelada na imprensa e nas universidades, ter começado a ganhar a guerra da informação, reescrevendo a história, que acabou desaguando no "revanchismo" que hoje aí está.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante os anos de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira, por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Os motivos determinantes desse fato, entendo, estão na parte final da resposta dada à pergunta anterior. Perdemos a guerra da informação. A anistia "ampla, geral e irrestrita" só vale para um lado; a "constituição cidadã" vive sendo modificada; o chamado "entulho autoritário" é objeto de escárnio; o "revanchismo" graça à solta, oriundo do próprio Governo; a mídia, primordialmente "revanchista", reflete a história recontada e não a história verdadeira. É essa história recontada que os estudantes aprendem até mesmo, pasmem, na AMAN, cujos professores do QCO e os contratados tiveram formação universitária com essa distorção. É preciso atentarmos para isso. Perdemos e continuamos perdendo a guerra da informação. Até quando?

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido, por milagre brasileiro?

"Casa arrumada", planejamento governamental competente, honestidade de propósitos, apoio político, integração da Federação, estímulo à produção, confiança das classes produtoras e da população, ação governamental adequada, corrupção contida e vontade de acertar explica, a meu ver, o chamado milagre brasileiro, que transformou o País da 48ª na oitava economia do mundo, a despeito da ação subversiva que teve de ser enfrentada.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Creio que as duas coisas.

A partir do Governo Costa e Silva, entendo que houve alguma preocupação com a comunicação social, embora de forma incipiente e descontínua. Mas com relação à vitória sobre a subversão e a guerrilha, fez-se total silêncio, ensejando a que, após algum tempo, a mídia começasse a contar a história que mais convinha à subversão derrotada, culminando, no Governo atual, com o endeusamento e a indenização de praticamente todos os terroristas, inclusive Marighela e Lamarca, o que é um verdadeiro absurdo que, a meu ver, foi aceito por nós com demasiado *fair play*. Creio necessário persistir na iniciativa tomada pelo Ustra com seu livro, hoje seguida pelo Clube Militar em sua revista, por Olavo de Carvalho, Del Nero e outros, no sentido de divulgar a história verdadeira.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assassinatos, seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc) praticados por extremistas?

O terrorismo e a guerrilha promovidos por extremistas de esquerda, de orientação, em sua maioria, marxista-leninista, oriunda do MCI, representou, a meu ver, mais o inconformismo do comunismo internacional com a derrota de 1964 que, propriamente, algum inconformismo puramente interno, com a ordem política implantada pela Revolução de 31 de Março.

Nossos subversivos, além do apoio, receberam inequívoca influência externa.

Esse movimento foi por nós devidamente combatido, para a vitória das forças legais e do nosso País.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?

Todos sabemos que houve censura, iniciada logo após a deflagração da Revolução.

Todavia, entendo que essa censura, embora cerceasse liberdades (toda censura cerceia), não chegou a prejudicar a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade; haja vista algumas canções dos famosos festivais e algumas peças de teatro como, por exemplo, a *Roda Viva*, encenada praticamente sem cortes. Diga-se, de passagem, que o Presidente Castello Branco era um apreciador do teatro, tendo excelente convivência com vários atores e atrizes.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não, não concordo. Entendo que os opositores ao regime, embora não dispusessem de todos os canais que desejavam, não estavam interessados em fazer qualquer tipo de oposição comportada. Visavam seguir a inspiração vinda do exterior, que indicava para a luta armada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O apoio vinha da URSS, da China comunista e de Cuba, instrumentos do MCI. O objetivo final, como o de qualquer movimento desse tipo, era a tomada do Poder.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Creio que era necessário, em razão da escalada da subversão. Todavia, creio que teria sido menos drástico não fosse o discurso pronunciado pelo então Deputado Federal (e hoje colunista político, sempre contra nós) Márcio Moreira Alves, no Congresso, conclamando as moças a não se casarem com oficiais das Forças Armadas. Ademais, entendo que, se a Câmara concordasse em que o Deputado fosse processado, talvez não houvesse o AI-5 naquela ocasião, pelo menos com o radicalismo de que se revestiu, mesmo que ele fosse absolvido.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

O sucesso do Governo na luta contra a subversão comprova, a meu ver, o acerto do instrumental utilizado. O SNI já havia sido criado e foi obrigado a orien-

tar-se, precipuamente, nessa direção, criando agências na maioria dos Estados e mantendo agentes até no exterior.

A criação de Centros de Informações das três Forças Singulares veio complementar o trabalho feito pelo SNI, capilarizando a busca de informes e de informações através das 2as Seções das OM espalhadas pelo território nacional, integrando o SISNI (Sistema Nacional de Informações).

Mas foi através da criação dos CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e dos DOI (Destacamento de Operações de Informações), sucessores da OBAN (Operação Bandeirante), nos diferentes Comandos de Área e em diversas Grandes Unidades (GU), integrados por elementos das Forças Armadas, da Polícia Federal e das Polícias Militar e Civil estaduais, que, realmente, a luta armada pôde ser dominada.

Quanto ao agravamento da Lei de Segurança Nacional (LSN), não havia como ser de outra forma. Essa estrutura permitiu que o Exército combatesse a subversão, através das Zonas de Defesa Interna (ZDI), sobrepostas aos Comandos de Área e aos Exércitos, então existentes, simultaneamente ao cumprimento de sua missão constitucional de preparar reservas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Penso que se trata de manifestação explícita de "revanchismo" que permeia, praticamente, toda a mídia nacional. Acho que, em realidade, vivíamos uma "ditadura democrática", com o Legislativo e o Judiciário funcionando normalmente e vários presidentes, eleitos indiretamente, alternando-se no Poder. Hoje, vivemos em uma "democracia ditatorial", com o crime organizado ditando regras; a imprensa agindo irresponsavelmente e, muitas vezes, ferindo a ética; o Legislativo agindo como polícia, o Judiciário querendo legislar e o Executivo abusando das medidas provisórias que ficam sendo reeditadas, quase sempre modificadas, por falta de exame pelo Congresso, assoberbado de CPIs. Os "anos de chumbo", como dizem, correspondem ao período de combate à subversão, que não tinha como ser evitado. De que metal poderemos chamar os anos atuais em que os brasileiros não têm a menor segurança?

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Ao responder uma das perguntas, disse que, em minha opinião, o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos, após o que haveria eleições diretas. Dessa forma, minha resposta a esta pergunta é sim. Todavia, deve ser ressaltado que, não fora a necessidade de combater a subversão, certamente a abertura teria sido antecipada.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Minha resposta é não. O Presidente Castello Branco repôs os vencimentos dos militares, totalmente deteriorados, e aumentou o percentual de participação das Forças Armadas no orçamento da União, que se encontrava totalmente defasado.

Esse percentual cresceu até 1967, quando começou a descer, o que continua ocorrendo até hoje.

O fato de muitos militares da reserva conseguirem trabalho em órgãos públicos e na iniciativa privada, a meu ver, não caracteriza, como alguns pensam, em auferir vantagens pela Instituição Forças Armadas.

De sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de governo da Revolução?

Entre erros e acertos, muito mais destes que daqueles, minha avaliação é altamente positiva, haja vista, como salientei anteriormente, a transformação do País de 48ª em oitava economia do mundo. Mas se economicamente evoluímos muito, sobretudo na infra-estrutura de transporte, telecomunicações e energia, particularmente no campo político, creio que regredimos, sem dúvida em função de uma certa inibição da atividade política pelas elites, o que abriu caminho para a ascensão de políticos despreparados, em todos os níveis, particularmente nas Câmaras de Vereadores.

Acresce o fato de deputados e senadores não freqüentarem mais a ESG, como ocorria antes da transferência da Capital para Brasília. Advogo a transferência da ESG para a Capital Federal, com a manutenção dos currículos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), anteriormente chamado Curso Superior de Guerra.

No Rio de Janeiro, a ESG ficou, de certa forma, esvaziada. Os civis que a freqüentam atualmente, sem nenhum desdouro para eles, pertencem, via de regra, ao 2º ou 3º níveis da administração e não têm a oportunidade de aplicar, pelo menos em sua plenitude, os conhecimentos nela auferidos, mais consentâneos com o 1º nível. Por outro lado, os congressistas, que nela poderiam se aprimorar para o desempenho de seus mandatos, não podem freqüentá-la. Uma lástima!

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

Entendo que os governos revolucionários não se desengajaram da condução política do País. Eles, a meu ver, foram se afastando à medida que iam concedendo espaço aos partidos. No início, com governadores indicados, os Estados agiam quase como unidades subordinadas e o governo revolucionário, em realidade, mais

comandava que governava. Vide o caso Leon Peres, afastado, de pronto, do Governo do Paraná sob acusação de corrupção. Por outro lado, a extinção dos partidos políticos então existentes e sua substituição por apenas dois (ARENA e MDB), um de apoio ao governo e outro de oposição, a meu ver, contribuiu para inibir a prática política, pois não conseguiam abarcar todas as tendências então existentes.

À medida que os governadores passaram a ser eleitos diretamente (de início Minas e Guanabara), a prática foi se ampliando, com a aquiescência do Governo Federal, dentro da idéia de caminhar para a normalidade. Mais tarde, criou-se outro Partido, o PP (Partido Popular), de Tancredo Neves, que teve vida efêmera. Mas isso indicava, claramente, o incremento da atividade política, aceita pelo Governo, que aos poucos foi deixando de comandar para, efetivamente governar, o que acho perfeitamente correto, dentro da idéia de que os governos revolucionários não iriam se eternizar no Poder. Caminhávamos para a abertura. Era a transição.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

A anistia "ampla, geral e irrestrita", exigida pela oposição, cujos primeiros passos foram dados no Governo Geisel e que se concretizou no Governo Figueiredo, representou, a meu ver, não uma submissão à exigência, mas sim, o epílogo de uma abertura política "lenta, gradual e segura", que visava reconciliar todos os brasileiros. Pena que tenha acabado por ser unilateral, pois só vale para os antigos subversivos, como ficou evidente nos episódios envolvendo os Coronéis Ustra e Avólio, além de outros.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Creio que não e nem esse era o objetivo do Governo Figueiredo ou das forças que o sustentavam. A dúvida que havia é se deveria haver uma eleição direta para a escolha do novo Presidente ou indireta, como acabou ocorrendo. Eu, pessoalmente, optaria pela eleição direta. Ao contrário do que se esperava, o Presidente Figueiredo, de certa forma, acabou "lavando as mãos", como se diz.

A atuação política e os resultados econômicos do último Governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

A imagem da Revolução, a meu ver, já estava politicamente desgastada desde o final do Governo Geisel, para o que certamente contribuiu o episódio Frota, mas é inegável que o desempenho da economia, no Governo Figueiredo, contribuiu decisivamente para isso.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

É inegável a presença do "revanchismo", principalmente por parte da mídia, revelado mais claramente a partir da chamada Nova República e que persiste até hoje. Os episódios que envolveram, o Ustra e o Avólio, Adidos Militares respectivamente no Uruguai e na Inglaterra, são exemplos mais marcantes de "revanchismo" e a prova concreta de que a Lei da Anistia, feita como a oposição queria, ampla, geral e irrestrita, com a intenção de conciliar a sociedade brasileira como um todo, revelou-se unilateral, valendo apenas para os subversivos, principalmente pela ação da mídia e pela covardia do Governo, incapaz de impô-la em toda sua plenitude.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

A chamada guerra fria decorreu do fato de os EUA e a URSS, potências emergentes da Segunda Guerra Mundial, aliadas no conflito, mas ideologicamente separadas e já com claras divergências no final da guerra, terem começado uma verdadeira corrida armamentista e espacial, baseada em tecnologias cada vez mais avançadas. Isso forçou a realização de alianças envolvendo, de um lado, os EUA e a Europa Ocidental e do outro a URSS e o Leste da Europa.

Foram criadas a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Com o colapso da URSS e com ele o desaparecimento do MCI, acabou o conflito Leste-Oeste, de conotação predominantemente política, e iniciou-se o conflito Norte-Sul, de conotação fundamentalmente econômica, onde a potência hegemônica que restou (EUA) busca impor sua vontade e suas políticas, onde se inclui o chamado "liberalismo".

O comunismo não desapareceu. O que desapareceu foi sua exportação através do MCI, este sim, hoje praticamente inoperante. O Brasil, potência emergente integrante do Sul subdesenvolvido, terá que buscar seus interesses e por eles lutar com desassombro e determinação, empenhando-se em conseguir as alianças adequadas, preservando sua independência, se quiser, um dia, ser um País desenvolvido de que possamos nos orgulhar. Oxalá o consiga.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Esse fato reflete a realidade do conceito de que o Exército desfruta junto à sociedade, que nele continua confiando, apesar de todo o esforço que faz a mídia

para que isso se reverta, o que dificilmente conseguirá. Através das idéias-forças "Braço Forte, Mão Amiga", particularmente apoiado na segunda, o Exército se impõe como única Instituição de âmbito nacional, capaz de ajudar as comunidades nos mais distantes rincões do País, sempre que essa ajuda se faz necessária.

Qualquer calamidade que aconteça, onde quer que seja, lá está o Exército Brasileiro (EB), representado por uma de suas organizações, até mesmo pelos Tiros de Guerra, solidário com a comunidade, pronto a ajudá-la. Esse fato, que a sociedade reconhece, aliado às idéias de seriedade e honestidade que a Instituição transmite, se reflete na pesquisa de opinião.

Finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Segundo o filósofo Olavo de Carvalho, a Revolução de Março de 1964 foi um episódio inusitado e *sui generis,* pois, como que num piscar de olhos, da noite para o dia, desmontou um esquema revolucionário comunista que se incrustara no Governo Federal que já se considerava vencedor, além de mobilizar as forças aglutinadas pelos governadores de São Paulo e da Guanabara, principalmente por este último, para reagir efetivamente à ameaça comunista; evitando, assim, um conflito sangrento entre irmãos.

Ainda, segundo Olavo de Carvalho: "A resposta militar brasileira, seja em comparação com os demais golpes de direita na América Latina, seja com a repressão cubana, se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar, com um mínimo de violência, uma das situações mais explosivas já verificadas na história deste continente".

Para encerrar, ressaltaria a decisiva participação do povo brasileiro. Esse mesmo povo, que nos dias atuais, demonstrou patriótica compreensão da necessidade de poupar energia elétrica, colaborando decididamente com o governo; naquele então, também compreendeu a importância para a Nação de seu integral apoio à Revolução de 1964, fazendo-a também sua.

General-de-Exército Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

- Natural da Cidade de São Leopoldo/RS.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os de Guerra Química, Biológica e Radiológica (da Escola de Instrução Especializada), *Army Command and General Staff College* e *Master of Military Art and Science* (Fort Leavenworth/EUA).
- Comandou o Batalhão da Guarda Presidencial e o Colégio Militar de Brasília/DF.
- Como Oficial General, foi Diretor de Informática, Comandante da 6ª Região Militar, Salvador/BA, da 1ª Região Militar, Rio de Janeiro/RJ, e Chefe do Departamento Geral de Serviços, Brasília/DF.
- Foi Comandante Militar da Amazônia, Manaus/AM, e Comandante Militar do Leste, Rio de Janeiro/RJ.
- Na reserva, a partir de 2001, vem realizando diversas palestras sobre a defesa da Amazônia brasileira para os mais diferenciados públicos-alvo das Forças Armadas, órgãos governamentais e associações civis. É o atual Presidente do Clube Militar.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante de Companhia, no 19º RI, São Leopoldo/RS.

Entrevista realizada no dia 24 de janeiro de 2002.

É um prazer muito grande estar de volta ao nosso Exército mais especificamente à área do nosso Comando Militar do Leste tão querido e que a pouco tempo comandei para, desta feita, aqui relatar alguns aspectos que possam servir de subsídio às gerações futuras nesse tão bem-sucedido Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

É muito bom que esta iniciativa do Exército venha a ser coroada de êxitos como forma de mostrar, às gerações que não tiveram a oportunidade de viver este Movimento histórico, o que ele realmente representou para o nosso País, de modo que, com o passar dos anos, ele seja cada vez mais reconhecido como um período muito importante, sob todos os pontos de vista, na história recente do Brasil.

Muito grato pelo convite que me permitirá fazer algumas considerações em resposta às questões que me serão apresentadas. É uma honra estar aqui nesse momento.

Nós é que antecipadamente agradecemos este seu preâmbulo e a sua participação, iniciando, então, por perguntar-lhe: que fatos gostaria de destacar, por tê-los vivido pessoalmente, nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante as suas conseqüências?

É interessante notar que à época em que eclodiu a Revolução de 31 de Março de 1964, eu era capitão recém-promovido, exatamente em 25 de dezembro de 1963. Encontrava-me no Rio Grande do Sul, mais especificamente em São Leopoldo, servindo no 19º Regimento de Infantaria (19º RI), hoje 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz).

A minha função na época de capitão recém-promovido era de comandante de companhia. Tenho que fazer aqui umas considerações paralelas ao Movimento, à data de 31 de março, porque sei que a minha Unidade apresentou características especiais, porque lá aconteceram coisas que não foram vistas na maioria das unidades do Exército Brasileiro.

Já vinha servindo na Unidade, desde o início de 1960. Então, quando eclodiu o Movimento de 1964, estava no Regimento há cerca de quatro anos. Sou natural de São Leopoldo, mas nunca tinha voltado à cidade, tendo de lá saído muito criança, acompanhando meu pai, também militar, que ali servia na época em que nasci. Saindo de lá, fiz minha vida mais em São Paulo, porém minha carreira militar iniciou-se em Fortaleza. Depois que voltei de Suez, onde estive durante quase dois anos como integrante do Batalhão Suez, quis conhecer a minha cidade. Voltei para melhor conhecer São Leopoldo, já que, sendo gaúcho, sentia um atrativo muito forte em voltar às minhas origens. E lá acabei contraindo matrimônio e, dos meus quatro filhos, três são nascidos em São Leopoldo.

Faço esse preâmbulo para mostrar a minha vinculação com a cidade de São Leopoldo e com a Unidade, tão tradicional na cidade, que era, na época, o 19º Regimento de Infantaria, chamado Leão da Serra, nome que até hoje guardo com grande apreço.

Quando eclodiu o Movimento, já estava, pois, há quase quatro anos vivendo na Unidade, onde passei dois períodos muito críticos da nossa história recente, porque vivi, no 19º Regimento de Infantaria, o período de 1961 e, depois, o de 1964, por isso que eu vinculo muito 1964 ao ano de 1961. Neste ano, o Regimento se dividiu, houve uma divisão dos oficiais muito grande; praticamente, metade dos oficiais decidiu não cumprir as ordens do Comandante e rompeu com o *status quo* então vigente, sendo, inclusive, quase todos presos e mandados depois a se apresentar aqui no Rio de Janeiro.

Vamos, inicialmente, falar do movimento de 1961, quando estivemos mais perto de uma guerra civil. Por muito pouco, o Brasil não entrou numa guerra civil. É preciso que tenhamos bastante consciência disso, porque o III Exército, na época, foi motivado por uma intensa propaganda psicológica, levada a efeito pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que soube mobilizar toda a população do Estado em torno de seus sentimentos patrióticos e mais caros aos gaúchos, alegando inclusive que seríamos invadidos pelas forças do Norte e que o Rio Grande do Sul seria o baluarte na defesa da Constituição. Isso porque, pelo Direito Constitucional, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, caberia ao Vice-Presidente da República, na época João Goulart, assumir a Presidência.

Como conseqüência disso, houve uma grande divisão das Forças Armadas brasileiras, sendo que a maioria destas Forças e do Exército, em particular, se opunham a que João Goulart assumisse. No Rio Grande do Sul, através do seu cunhado Leonel Brizola, desenvolveu-se a chamada Campanha da Legalidade que motivou todo o Rio Grande do Sul e uma parte de Santa Catarina a manter uma parte considerável das Forças Armadas, nos dois Estados, em torno do princípio da legalidade constitucional, que daria posse, como Presidente, a João Goulart.

Isto fez com que o meu Regimento se deslocasse para Santa Catarina, como vanguarda das forças do III Exército, onde estabelecemos uma cabeça de ponte na região de Lages, tendo o Regimento utilizado o eixo da BR-116. O 18º RI foi pelo eixo do litoral e vivemos em Santa Catarina, mais especificamente em Lages, uns 15 dias de intensa tensão, advinda de ameaças de bombardeios, de ameaças de saltos de pára-quedistas, de ameaças da reconquista da Cidade de Lages, enfim tivemos ali muito perto, de uma guerra civil no País.

Felizmente, houve a composição que sabemos, e o João Goulart assumiu como Presidente, mas no regime parlamentarista, onde o chefe do Executivo pas-

sou a ser o primeiro-ministro. Essa foi a composição feita e que permitiu que voltasse novamente a paz e que as Forças Armadas se recompusessem e que a tão propagada invasão do Sul não acontecesse. As tropas realmente do Norte se deslocaram e por muito pouco não houve um embate entre as tropas do III Exército e as tropas do II Exército e do I Exército.

A solução via parlamentarismo, com o nosso Tancredo Neves escolhido Primeiro-Ministro, evitou a guerra civil. O que é que aconteceu em 1961? Estou agora me reportando a minha Unidade e quero me reportar ao Rio Grande do Sul. Já existia no Rio Grande do Sul uma intensa propaganda ideológica de origem esquerdista, não diria de origem marxista-leninista, mas diria de origem esquerdista. Era uma forte propaganda ideológica que mesclava sentimentos, mesclava princípios da esquerda com aquelas coisas patrióticas tão caras a quem vive no Rio Grande que, por sua natureza, é um povo muito afeito as coisas da sua terra e foi assim que o Rio Grande se fez. Como povo fronteiriço, o povo gaúcho soube defender com muito empenho as suas fronteiras e continua cultuando muito bem os seus costumes. É uma das características do povo fronteiriço evitar as penetrações de outras culturas através da fronteira. O Rio Grande do Sul é e sempre foi um cultuador destas tradições que, por isso, se tornaram muito fortes.

O ano de 1961 mexeu com os brios do Rio Grande do Sul: “Com a difusão de que o Rio Grande do Sul seria invadido, que as nossas famílias seriam presas e violentadas pelas tropas que vinham do Norte”. Isso contribuiu para que houvesse um chamamento grande em todo o Rio Grande do Sul. Não digo somente na minha Unidade, porque o Brizola fez a campanha psicológica que foi a única que vi no meu Exército ao longo dos meus quase cinqüenta anos de vida militar e sei que não verei outra campanha que venha a envolver tão intensamente todo um povo, porque o Brizola colocou nos porões do seu palácio os transmissores da Rádio Guaíba e, através dela, arregimentou todo o povo gaúcho, organizando-o em forças militares.

Eram batalhões de operários metalúrgicos, eram batalhões de operários têxteis, eram batalhões de operários da indústria civil, era a cavalaria através dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs). Enfim, todo o Rio Grande do Sul foi motivado e distribuiu as armas que tinha. Com isso, a decisão do III Exército foi tardia, muito tardia. O nosso Comandante do III Exército na época custou a tomar a sua decisão de aderir às forças, aderir ao Governador Brizola, mas o fez para impedir também lá dentro quase que um massacre, pois o Exército ficaria sozinho face ao seu povo.

Então, nesse clima, que busquei pintar, o que aconteceu foi que boa parte dos oficiais da minha unidade não quiseram participar desse movimento, como

disse inicialmente, e foram presos mais ou menos metade dos oficiais. Isso aconteceu em outras unidades também.

Mas entre os sargentos houve uma união enorme, mantiveram sua coesão, impregnados por aquele movimento ideológico esquerdista que se juntou com o chamamento para a defesa do solo riograndense. Os sargentos mantiveram a união e, conseqüentemente, o movimento dos graduados no Rio Grande do Sul ficou extremamente fortalecido.

Esta característica evidenciou-se quando chegamos em 1964. O chamamento de 1961 teve uma vinculação muito grande, quando se deflagrou o Movimento de 1964. Nos pródromos, já vínhamos acompanhando todos os movimentos que estavam acontecendo, particularmente aqui no Rio de Janeiro. Estávamos acompanhando também aquelas coisas que aconteciam em outras partes, como a revolta dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, que ocorreu em setembro de 1963.

Vínhamos acompanhando, então, a intensa campanha de doutrinação. Aí, sim, não era de chamamento ao patriotismo do gaúcho, a imprensa já marxista-leninista levada a efeito pelo Brizola, levada a efeito por aqueles que mais de perto o acompanhavam, levada a efeito pelo próprio Presidente da República João Goulart, seus ministros e por outros parlamentares, além de várias pessoas muito ligadas a eles, inclusive por determinados generais. Alguns generais estavam exatamente na linha do Presidente João Goulart, inclusive o Comandante do III Exército, General Osvino. Ele era exatamente o homem de confiança do Presidente João Goulart.

O ambiente no III Exército, naquela época, em especial no caso da minha Unidade, o 19º RI, mostrava que os oficiais já estavam unidos e coesos. A maioria esmagadora dos oficiais era contra aquele estado de coisas, mas pairava uma dúvida muito grande sobre a posição dos nossos sargentos. Então, essa era a situação existente quando sentimos esse evoluir, esse fermentar de coisas.

São Leopoldo é uma cidade industrial junto com Novo Hamburgo, situada no Vale do Rio dos Sinos junto com outras cidades, região onde a força dos sindicatos era muito grande e esses sindicatos mantinham uma campanha intensa, passando em frente aos quartéis, com provocações, fazendo doutrinação com microfones, alto-falantes etc. Vivia-se, enfim, um clima bastante difícil e de preocupante insegurança.

A começar pelo nosso Comandante do III Exército que sabíamos ser um homem da linha de esquerda. O Comandante da Divisão era também de esquerda. Assim o Comandante de área e o da Divisão eram de esquerda, bem como o Comandante da Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID-6), General Assis Brasil, homem totalmente afinado com a linha da esquerda, todos conhecidos como "gene-

rais do povo", a história, assim, os considera, o que significa, entre outras coisas, que eram chefes ligados às praças por laços paralelos, fora da cadeia de comando, laços estranhos, não usuais; chefes que não mantinham o devido compromisso com a hierarquia e a disciplina. Estas características são suficientes para defini-los, embora haja muitas outras, todas nocivas às Instituições castrenses.

Mas, nesse meio tempo, ainda nos pródromos do Movimento de 1964, assume o comando da 6ª Divisão de Infantaria o General Adalberto Pereira dos Santos. O General Adalberto por nós era desconhecido, mas ele assumiu, não sei bem em que momento exatamente, mas nessa efervescência que acabo de relatar. Ele assumiu e recebeu a apresentação de todos os seus oficiais, e não disse nada sobre o quadro político que eu me lembre, já vão 38 anos e não me recordo de ele ter nos dirigido a palavra sobre a situação política. Porém, quando ele se retirou da sala, nos disse uma coisa que nos traduziu uma confiança muito grande nele, abriu a porta, voltou-se e disse exatamente essas palavras que guardei bem: "Senhores oficiais, para quem interessar possa, sou totalmente contra o comunismo". Saiu, fez a continência e fechou a porta. Então, passamos a ter confiança nele, no então Comandante da 6ª Divisão de Infantaria.

Bem, esses são praticamente os pródromos da Revolução. Quando eclodiu o Movimento, praticamente na noite de 31 de março, os oficiais já se encontravam perfeitamente definidos, mas tínhamos ali uns cinco oficiais que foram exatamente por ordem superior infiltrados na Unidade. Entre esses cinco oficiais, estava o Subcomandante, que era um homem nitidamente comunista, ele foi infiltrado, havendo chegado um pouco antes. Era um oficial muito ativo e todo mundo sabia de sua linha realmente comunista. Havia entre os comunistas infiltrados, um tenente farmacêutico, também atuante, e mais três oficiais. Tínhamos, portanto, cinco oficiais, num total aproximado de quarenta, cujas tendências diferiam das dos demais.

Diferente de 1961, em que nos dividimos e não sabíamos a posição, naquele momento, de nossos oficiais, em 1964, conhecíamos perfeitamente a posição de todos. Confiávamos em todos, menos naqueles cinco. E, quanto aos sargentos, tínhamos dúvidas, porque sabíamos que a impregnação dos sargentos tinha sido muito grande a partir do movimento de 1961, e, entre 1961 e 1964, uma intensa campanha, visando à cisão dos quadros, foi desencadeada pelo Governo, procurando, particularmente, separar os nossos subtenentes e sargentos dos oficiais.

Com isso, criou-se um clima de grande insegurança dentro do quartel. E, com esse clima de tensão, nessa noite de 31 de março, o Subcomandante assume o Comando do Batalhão, porque o Comandante efetivo foi chamado a Porto Alegre e lá acabou sendo preso. E quem assume o Comando do Batalhão? Esse Subcomandante

que sabíamos ser um homem realmente comunista. E ele promoveu, na noite de 31, demonstrando enorme inabilidade, uma reunião com todos os presidentes de sindicatos dentro do quartel no seu gabinete.

Quando aquilo chegou ao conhecimento dos oficiais, o clima ferveu; por muito pouco, não houve um tiroteio dentro do quartel, porque estava todo mundo de pistola em punho e praticamos um ato de indisciplina, não temos dúvida, mas o momento exigiu aquilo.

Retiramos de dentro do quartel, expulsamos do quartel todos aqueles presidentes de sindicatos, sendo um deles primo da minha mulher. Em seguida, nos reunimos com o Subcomandante e lhe dissemos o seguinte: "O senhor aqui não desloca nenhuma tropa." Demos seqüência as nossas ações, prendendo os outros oficiais que sabíamos ser também contrários ao Movimento. Um deles era Comandante de companhia e foi retirado do Comando, saiu do Comando preso por nós, não pelo Subcomandante. Nós os prendemos e retiramos esses oficiais praticamente de circulação.

Enquanto o movimento estava ocorrendo, dissemos claramente ao tal Comandante interino, que era esse Tenente-Coronel, que ele nem pensasse em deslocar qualquer tropa do quartel, uma vez que a tropa ficaria aguardando as ordens que esperávamos que viesse da 6ª Divisão de Infantaria, comandada pelo General Adalberto. Quando sentimos que a Revolução já estava no ar, chegamos a oferecer refúgio para o General Adalberto no 19º RI, dizendo-lhe que ali encontraria local seguro para recorrer, se julgasse necessário.

Na realidade, quando eclodiu o Movimento, ele não ficou em Porto Alegre. Se ficasse seria preso; então, ele saiu para outro local no interior do Rio Grande do Sul, onde, também, buscou o apoio que se fazia mister.

Como acabei de dizer, o General Osvino era da linha do Comandante da Infantaria Divisionária (ID), ou seja, da linha revolucionária marxista e, sem dúvida nenhuma, iriam prender o Comandante da Divisão. Mas nós ficamos desamparados, porque o nosso único apoio estava no General Adalberto – o comandante da Divisão – que sumiu, que saiu completamente do ar.

Ficamos dois dias sem saber onde andava o General Adalberto. Passando o período mais crítico da Revolução, por volta do dia 2 ou 3 de abril, não me lembro exatamente, o Regimento recebe uma mensagem do General Adalberto dizendo que ele estava em algum ponto do Rio Grande do Sul, de onde estaria reassumindo o Comando da Divisão e, portanto, do 19º Regimento de Infantaria.

Bem, estas coisas todas são muito importantes para mostrar porque ficamos praticamente alheios a cadeia de comando. Não recebíamos ordens da ID-6,

porque decidimos não cumprir nenhuma ordem da ID, não recebíamos ordem do comandante de área porque sabíamos também qual era a sua tendência e não recebíamos ordens de quem nós queríamos que nos comandasse, que era o Comandante da 6ª DI, porque ele desaparecera.

Logo a seguir, soubemos o que aconteceu no dia 2 de abril, quando, praticamente, a situação, no Vale do Paraíba, já estava definida e parte das tropas do Rio tinha se confraternizado com as tropas de São Paulo e com os cadetes da AMAN, o mesmo acontecendo com parte das tropas do Rio com relação às tropas de Minas. O restante das forças do Rio não chegaram a se integrar com as forças da Revolução porque retornaram aos seus quartéis na Vila Militar. A situação no restante do País apresentava-se calma. No Rio Grande do Sul, as tropas praticamente mantiveram-se em seus quartéis, de onde não saíram. Preparamos os dispositivos de segurança contra possíveis ações insufladas por esses presidentes de sindicatos.

Enfim, uma defesa de 360º dentro do nosso quartel. As desconfianças em relação aos nossos sargentos ainda continuavam, porém amenizadas, porque o pico da tensão foi a noite de 31 para 1º e mesmo o dia 1º. Porém, no dia 2, a tensão diminuíra sensivelmente. Não me lembro, nesta época, de termos feito nenhuma prisão de sargento, fizemos, sim, a prisão daqueles oficiais como já relatei.

Mas logo depois, tenho que me lembrar exatamente se foi dia 2, 3, foi por aí, por volta da meia-noite recebi uma ordem para que me deslocasse com a minha Companhia para ocupar o quartel-general da 5ª Zona Aérea, hoje V COMAR. Naquele quartel, tinha havido uma série de incidentes. O Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley tinha vindo assumir o Comando do V COMAR, mas foi contestado pelo Coronel Alfeu Monteiro que pertencia ao Estado-Maior do COMAR e estava interino no Comando, por ser o oficial mais antigo.

No COMAR também, como acontecera no Exército e na Marinha, os sargentos haviam sofrido uma forte doutrinação ideológica, só que, lá, as coisas ficaram mais sérias. O Coronel Alfeu era um homem da linha esquerdista, amigo particular de Jango Goulart. Quando o Brigadeiro chegou para assumir o Comando do COMAR, o Comandante interino disse que não passava o Comando e atirou no Brigadeiro Lavanère Wanderley, isso no seu gabinete – era uma passagem de Comando em gabinete. Atirou no Brigadeiro e o feriu. Um dos oficiais que acompanhava o Brigadeiro, o Coronel Roberto Hipólito da Costa, puxou de sua arma e com um tiro certeiro matou o Coronel Alfeu.

Isso criou um clima insustentável na 5ª Zona Aérea. Os sargentos praticamente se levantaram, porque é preciso notar que a impregnação ideológica dos

sargentos foi muito grande; é preciso notar que o Coronel, que acabara de falecer, era um homem ligado a eles, criando um clima insuportável, onde os sargentos iriam invadir a vila dos oficiais etc. Esse era o clima no V COMAR. Quem estava no Comando de Porto Alegre já não era o General Osvino, o grande aliado de João Goulart. Enfim, nós fomos acionados, recebemos ordens para que ocupássemos aquele quartel da Força Aérea. Essa ordem foi dada a mim. A outra Companhia de Fuzileiros saiu para ocupar a refinaria Alberto Pasqualine e também foi feito um movimento à noite.

No cumprimento da missão, cheguei lá com muito cuidado; entramos praticamente em formação de combate, de madrugada, nos desdobramos no terreno, penetramos no quartel da Aeronáutica em formação de combate, ocupamos a vila dos sargentos, ocupamos a vila dos oficiais, separando as duas, com contingente razoável de forças, para evitar um confronto entre oficiais e sargentos.

Fomos bem sucedidos nisso. Felizmente, a situação, com o passar do tempo foi se acalmando, mas ficamos lá seguramente uns dez dias até que as coisas voltassem ao seu leito normal, quando fomos dispensados e retornamos ao nosso quartel, ao 19º RI. Foram momentos, também, de grande tensão para nós todos, particularmente para os companheiros da Aviação.

General, o Brigadeiro permaneceu no Comando?

O Brigadeiro permaneceu no Comando e logo depois foi promovido a Major-Brigadeiro. Bem, acho que ele era na época de duas estrelas, passando a três. Saí para aquela missão e quando voltei à Unidade, estava ainda vivendo essas emoções todas, porque essas coisas não desaparecem de uma hora para outra. O quadro era muito difícil. Espero que o Exército nunca mais viva essa situação de desconfiança mútua dentro de suas fileiras, situação criada habilmente pelos agitadores, na sua maior parte comunistas, com a idéia clara de dividir as Forças Armadas para enfraquecê-las.

Felizmente, entre os nossos oficiais não havia desconfiança, porque prendemos aqueles cinco que sabíamos das suas convicções, mas aquela desconfiança sempre existiu entre os oficiais e os sargentos, mesmo com o Movimento já liquidado, praticamente decidido, já se tratando de um novo Governo. Com João Goulart exilado, fora do País, as nossas preocupações e as ordens que recebíamos eram para prender o Brizola, um dos maiores responsáveis pelo incentivo à cisão dentro das Forças Armadas.

Saímos em diferentes direções, inclusive fomos até o litoral, até a região de Capão da Canoa, onde o Brizola tinha uma casa de praia, gente nossa esteve por

lá. Enfim, ele foi procurado em todos os locais possíveis, mas havia se evadido e não o encontramos.

Mas o que acontecia no 19º RI nessa época? No 19º RI, persistia a desconfiança e levantou-se alguns dados, após o Movimento, de que certos sargentos se armaram, estabeleceram uma espécie de resistência interna e não iriam obedecer a ordem dos oficiais. Então, essas coisas foram aparecendo, mas já após os dias críticos, já não era mais o 31 de março, nem os dois primeiros dias de abril; isso lá pelo dia 15 de abril. E abriu-se um inquérito para apurar os fatos e quem se encontrava realmente envolvido nessas operações.

E o inquérito vai para lá, vem para cá, tendo como encarregado o Subcomandante efetivo do Regimento, Major Rui Przdowski, já falecido. Esse Major ouviu várias pessoas e concluiu pela culpa de alguns poucos sargentos e, particularmente, um sargento, até muito querido por nós, por mim particularmente, inclusive por considerá-lo um bom profissional – o 2º-Sargento Vivaldino.

Esse sargento foi incriminado pelas investigações. O fato que se passou pode ser assim resumido: Quando o Major Rui estava terminando o seu relatório, já depois de vários dias, quando o interrogatório já estava praticamente concluído, devia ser por volta das 16h, 16h30min, o Major Rui sentado na sua mesa, chamou o sargento e chamou o oficial de dia também. O oficial de dia era o Aspirante Flávio Maurer que mais tarde acabou chegando a general do nosso Exército. Ele virou-se para o sargento, presente também o Aspirante Maurer, e disse: “Sargento, você está preso por isso, por isso, por aquilo, as evidências todas apontam para você”. Aí, virou para o Aspirante Maurer e disse: “Maurer, você leve o sargento preso”.

Nesse exato momento, o sargento retirou a pistola que levava por baixo do seu uniforme e atirou no Major que estava sentado, mas não acertou. Aí, na mesma hora, atirou contra Maurer, acertando-o na cabeça. O Aspirante Maurer ficou ali na mesma hora praticamente na situação de semimorto e o Sargento saiu correndo pelo corredor – quem conhece os quartéis Calógeras sabe, como era o caso do 19º RI, que há um corredor grande, tendo ao fundo uma sala de instrução e no meio, mais ou menos, uma escada típica daqueles quartéis que desce no Corpo da Guarda.

O Major Rui, nesse ínterim, essas coisas todas passam em fração de segundo, ao ver o Aspirante Maurer caído e o sargento correndo pelo corredor, tentou alvejá-lo, não o conseguindo.

O sargento, ao descer a escada no Corpo da Guarda, encontra um outro aspirante que tinha vindo, recentemente, servir conosco, o Aspirante Ozéias. O

Ozéias saca da arma, mas o sargento atira e fere o Ozéias no ilíaco e vai para o meio do pátio, e dá um tiro na cabeça, suicidando. Era outro drama com que a Unidade se defrontava, porque tinha que socorrer o sargento e logo, logo depois, vimos que ele estava em seus estertores e precisávamos socorrer o Aspirante Ozéias, que estava sangrando bastante, porque levara um tiro na bacia e, principalmente, o Aspirante Maurer que sangrava abundantemente pela boca, porque o seu tiro foi na cabeça, mas não acertou o crânio, na realidade, ele perfurou toda a arcada dentária mas, enfim, essa região é muito irrigada e quem via ficava com a certeza de que dificilmente ele voltaria do hospital.

Carregamos os dois Aspirantes feridos, transportando-os não em maca, mas com as mãos, atravessando a rua, em frente ao 19º RI, para o hospital, o Hospital Centenário, que fica em frente ao quartel, e ali eles foram medicados, foram atendidos e, ao mesmo tempo, passamos a tratar do velório do sargento que estava morto. Imaginem o clima que envolveu novamente a Unidade – ficou um ambiente extremamente tenso, com esses ferimentos nos dois oficiais, o tiro no Subcomandante, que não acertou, e a morte do sargento. Estes são aspectos que, em 1964, tornaram o 19º RI uma Unidade muito peculiar, porque, felizmente, em outras partes do Brasil, que eu saiba, não aconteceram fatos tão graves quanto esses ocorridos no nosso Regimento.

A partir daí, as coisas foram voltando à normalidade, embora convivendo com a prisão de vários líderes sindicais, com a cassação de vários políticos, essas coisas todas que sabemos da história. O Regimento recebeu um novo Comandante que, com muito tato, restabeleceu a paz e a tranqüilidade no 19.

Deixei a Unidade na segunda metade de 1965, depois de cursar a EsAO feita no período da compressão em quatro meses. Ao concluir o curso da EsAO, fui convidado para Instrutor da Escola. Assim, em janeiro de 1966, desloquei-me para o Rio para assumir a minha função de Instrutor aqui na EsAO e deixei o Leão da Serra depois de viver todos esses acontecimentos.

Os dois episódios da mais alta relevância na história do País, o de 1961 e o de 1964, para mim, um foi a extensão do outro. Para quem viveu aquilo ali, um foi a extensão do outro, exatamente pela intensa motivação ideológica que atingiu os quadros, que os dividiu até resultar em morte como foram os casos que acabo de relatar, envolvendo a Base Aérea de Canoas e o nosso 19º RI.

Havia medo, muito medo que acontecesse conosco o que aconteceu em 1935, quando os comunistas mataram os companheiros enquanto dormiam. Então, durante muito tempo, nós não dormíamos no quartel, ficávamos sempre acordados, um guardando o outro, com receio de um oficial atirar num sargento, com

receio de um sargento atirar num oficial. Vivemos um clima de perplexidade muito grande que esses e outros acontecimentos de menor importância levaram para dentro dos muros do nosso Regimento. Poderia dizer que foi essa a minha experiência dos dias anteriores e imediatamente após a Revolução de 1964.

General, onde estão as raízes desse Movimento todo que interliga as fatos ocorridos em 1961 com os de 1964? Estão em 1922? Estão em 1935? Qual a sua opinião a respeito?

Na época, não tinha esse entendimento, mas hoje não tenho dúvida. Com o que tenho lido, com o que tenho acompanhado, com o que tenho visto, o Movimento de 1964 é uma conseqüência e é uma extensão do de 1935. Na realidade, mesmo vendo que a Intentona Comunista de 1935 não alcançou os seus objetivos no Brasil, os comunistas, liderados por Luís Carlos Prestes, nunca perderam a esperança de converter o Brasil ao socialismo, ao marxismo.

Apesar de o Partido Comunista ter sido colocado por Getúlio na ilegalidade, ele continuava, na clandestinidade, arregimentando gente para os seus quadros; continuava na sua doutrinação, mantinha a sua infiltração nos outros partidos. Infiltração acontecida, com intensidade, no Governo de JK, no excelente Governo de Juscelino Kubitschek, mas ali já se sentia, em todo o País, a infiltração comunista.

Então, isto vem de 1935 para cá, período em que os comunistas com o Prestes nunca perderam a oportunidade de atuar. Vamos vê-los no suicídio do Presidente Vargas; vamos vê-los, depois, no chamado golpe de 1955, com o General Lott que ganhou uma força muito grande entre as esquerdas; mais tarde, vamos ver o General Lott candidato à Presidência, com apoio da esquerda, não ser eleito.

Mais à frente, chegamos à renúncia do Jânio, e a posse do Jango que não acalmou os ânimos, muito pelo contrário, trouxe a intranqüilidade. Mas, nesse meio tempo, o Movimento Comunista Internacional está todo atuando no Brasil, arregimentando mais pessoas, tendo Luís Carlos Prestes, com a sua longa duração de vida política dentro do País, sempre a testa disso tudo até chegar a 1964 com ele presente nesses movimentos todos.

É preciso dizer que, depois da Segunda Guerra Mundial, após a vitória dos aliados em 1945, logo depois, quando pensamos que íamos ter um grande período de paz para o mundo, após a derrota do nazifascismo, imposto pelas nações democráticas e pelo Brasil, que atravessou o Atlântico, juntou-se aos demais países, para participar da vitória sobre a Alemanha e seus aliados... Quando esperávamos que íamos entrar num período de paz, passamos a conviver com o período da guerra fria

em que o mundo inteiro se viu obrigado a enfrentar, observando-se de um lado, a URSS e seus aliados, e, de outro lado, os Estados Unidos e os países ocidentais, com os quais nos aliamos naturalmente, pelas nossas origens e tradições.

Na verdade, o Brasil era "pião" desse jogo todo de guerra fria e interessava por demais ao bloco soviético que o nosso País se tornasse a terceira grande nação comunista do mundo. Porque já tinha havido a Revolução Russa, já tinha havido a Revolução Chinesa e, no Brasil, seria a terceira grande revolução comunista do planeta e, por muito pouco, isso não aconteceu. Se o Brasil tivesse sido comunizado, pelo "efeito dominó", sem dúvida nenhuma, toda a América Latina estaria mergulhada na órbita comunista. Portanto, remonto com toda convicção a 1935 para ali encontrar a origem do Movimento de 31 de Março de 1964.

Havia uma insatisfação do povo com relação ao Governo João Goulart?

Vejo a insatisfação, mas também vejo uma boa parte da população a favor do Jango. Porque a insatisfação existia, é que as forças civis, antes das forças militares, se organizaram para se opor àquele grupo expressivo – muito bem representado no Governo –, fomentador da subversão e da luta de classes, representado no Exército pela busca da cisão entre os oficiais e as praças. É preciso dizer que o Movimento de 1964, é preciso que a história ponha isso no seu devido lugar, foi um Movimento deflagrado pelos civis, e os militares seguiram a vontade dos civis, a vontade da população brasileira. Tanto é que perguntávamos a eles: "O que é que vocês querem? Por que vocês não vão para a rua?" Nós militares só saímos se houver uma clara exigência do povo, porque somos extremamente cautelosos para irmos à rua.

A pressão civil foi tão grande, ao lado dos órgãos de imprensa e da sociedade de uma maneira geral, eu diria, usando o jargão de hoje, a chamada "sociedade organizada" porque na época não existia o termo, mas foi ela que motivou e foi ela que forçou a nós militares nos voltarmos contra aquele Governo, que perdeu a legitimidade pelas insânias cometidas.

Apesar de Jango defender teses que eram bem recebidas por uma parcela do povo, principalmente os sindicalistas, a maioria cansou daquela situação de caos dominante e passou a fazer uma ostensiva oposição ao Governo, cujo discurso demagógico, no entanto, obtinha uma certa penetração nas classes menos favorecidas. Ele falava em reforma agrária, falava em reformas de base, era um chamamento para as classes mais simples da população brasileira. Tanto é que, depois da Revolução, encampamos várias dessas teses, que ele defendia da boca para fora, procuramos pô-las em execução, partimos para implantá-las. Muitas das teses que foram defen-

didas: a reforma financeira, a reforma bancária, a reforma administrativa, a reforma agrária, isso tudo a Revolução encampou no seu ideário.

Então, digo o seguinte: assim como existia gente contra o João Goulart também havia a favor dele, embora em número menor, daí o grande risco de uma guerra civil.

No seu entender, quais foram os acontecimentos principais que levaram ao desencadeamento da Revolução?

Uma das coisas que a gente sabe é que o Jango assumira uma solução de compromisso com a sociedade brasileira, vamos assim dizer, com os homens, com as elites brasileiras e com as Forças Armadas. Uma solução de compromisso, que se não fosse aquela solução de compromisso, que redundou no parlamentarismo, teríamos tido uma guerra civil.

Embora tenha assumido sem força, porque quem mandava era o Primeiro-Ministro, o Jango quis, o mais rápido possível, retomar essa força novamente. O parlamentarismo não era da nossa tradição, somente no Império é que tivemos esse regime. Tanto não é da nossa tradição ter governo parlamentarista na República que já fizeram dois plebiscitos e o povo brasileiro não quer parlamentarismo. Ele é afeito ao presidencialismo.

Sabendo desta preferência, o Jango, que era um homem sem força, queria reconquistá-la. Mas até ele reconquistar essa força em janeiro de 1963, ele ficou, de 1961 a 1963, buscando, através da antecipação do plebiscito, previsto para ser realizado somente no final do seu Governo, o retorno ao regime presidencialista.

A infiltração comunista em seu Governo, no entanto, começou desde 1961, crescendo à medida que o tempo passava.

Essa infiltração continuou sempre durante todo o período no qual a sociedade brasileira vinha observando a tendência do movimento que variava de acordo com o comportamento de Jango. É interessante lembrar que o Jango tinha um movimento pendular, dando uma martelada no cravo e outra na ferradura. Ele tinha um movimento pendular bem característico. Uma hora defendia coisas do agrado da classe média por exemplo, outra hora ele defendia coisas totalmente contrárias à classe média e totalmente a favor da linha esquerdista. Ao visitar os Estados Unidos, falava uma série de coisas totalmente diferentes da sua pregação aqui dentro do País.

Desde o início em que assumiu, acho que existia o descontentamento contra ele, gente contra ele e a favor dele, e ele foi caminhando nesse movimento pendular, querendo chegar até o final do seu Governo. Porque, no final do seu

Governo em 1965, haveria novas eleições e ele queria chegar até lá. Quem não queria era a turma que estava junto com ele, insuflada pelo Brizola, insuflada cada vez mais pelas esquerdas que, inicialmente, passaram por uma revolução pacífica, depois quiseram a revolução violenta e começaram a tentar a tomada do Poder e, ao insuflarem, viram que só poderiam fazer isso se tivessem as Forças Armadas ao seu lado. Então, inventaram os chamados "generais do povo" que foram criados aí; a espada de ouro do próprio Marechal Lott está correlacionada com todo esse problema, embora o Marechal Lott não estivesse nessa linha comunista, esquerdista, em absoluto; todos nós sabemos que ele foi um chefe rígido, militarmente falando, mas ele adotou teses, ele adotou posições que a esquerda dele se apropriou...

A cisão que acabou arrastando as Forças Armadas para a política, começou com o problema do Lott que se tornou importante, porque a política entra nas Forças Armadas fruto da posição do Lott se candidatando à presidência da República etc. Ele acabou levando a política para dentro dos quartéis, o que é altamente inconveniente.

Como efeitos imediatos que levaram à Revolução de 1964, assim de curtíssimo prazo, citamos o comício de 13 de março, quando o Jango cometeu sua primeira grande loucura. Não sou eu quem digo isso não, e sim um dos seus asseclas mais diretos que observou: "O Jango suicidou", suicidou, porque o que ele fez em um mês, no curto espaço de um mês, promovendo uma série de fatos que a Nação jamais poderia agüentar, representou um verdadeiro suicídio. Ele promoveu, nesse mês de março, o comício do dia 13, apoiou a revolta dos marinheiros e fuzileiros e participou da reunião no Automóvel Clube do Brasil, tudo isso no Rio de Janeiro e num único mês, caracterizando um conjunto de episódios que antecederiam a revolução comunista para implantação da República sindicalista no dia 1º de maio.

O Comício da Central do Brasil aqui do lado do QG com os três ministros militares presentes e com a PE – Polícia do Exército – lhe dando garantias. Veja como as Forças Armadas começavam a ser diretamente engajadas, o que aconteceu também na crise política do Automóvel Clube. Poxa! Lá estava o Ministro da Marinha recém-empossado, oferecendo seu aval àquele evento que negava a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas! Na revolta feita no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, marinheiros e fuzileiros deram triste amostra da indisciplina que grassava na Marinha. O fato contou com integral apoio do famoso Almirante Aragão, um dos "almirantes do povo" que acabou carregado pelos seus fuzileiros navais numa cena grotesca...

As forças do Exército é que foram prender os amotinados, levando-os para o nosso Batalhão de Guarda, de onde foram liberados pelo próprio Presidente da República. A anistia por ele concedida mandou colocar em liberdade no velho quartel do BG, aqui no Rio de Janeiro, os revoltosos.

Os fuzileiros navais, ao serem liberados, saíram em marcha, insuflados, desuniformizados, bradando, gritando "abaixo os generais gorilas, abaixo isso, abaixo aquilo" e acabaram carregando, pelo Centro da Cidade, o Almirante Aragão, ovacionado pelos amotinados. Uma verdadeira insubordinação vista em todo o Brasil pelos meios de comunicação social. Jornais e Revistas da época, como *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fatos e Fotos*, particularmente do Sudeste – Rio, São Paulo e Minas – todos os grandes jornais que hoje até nos criticam, é bom voltar atrás, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, todos mostraram, assustados, o acontecimento, todos eles cerraram conosco. As televisões, da mesma forma, dizendo, também, que aquele estado de coisas não podia mais perdurar, as rádios, os meios de comunicação social em geral, todos sem exceção, tecendo críticas contundentes a respeito da situação constrangedora a que chegamos no Brasil.

Nesse meio tempo, também como uma reação àquele tumulto generalizado, acontece a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, no dia 19 de março, levando à rua, estima-se, mais de 800 mil pessoas, um fato inédito para a época. Aquilo mostrou uma insatisfação muito grande e aquilo mostrou claramente às Forças Armadas que elas tinham que ir para a rua, o povo queria que elas fossem para a rua. Então, aí, estava o clima criado. A revolução, que sei lá se sairia mesmo em 31 de março, precipitou-se, enfim, eclodiu, prematuramente ou não, com o movimento de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro.

Na realidade, devo asseverar a bem da verdade, como o fez o jornalista Roberto Marinho no editorial de *O Globo* de 7 de outubro de 1984, o povo foi quem nos colocou na rua. Fomos à rua como mensageiro, como porta-voz do povo que não queria que aquele estado de coisas perdurasse. Tanto é verdade que, vitoriosa a Revolução, aqui no Rio aconteceu a maior manifestação que a cidade já vira com cerca de um milhão de pessoas na rua, em 2 de abril, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, idêntica a de São Paulo, que já estava programada e que veio, na realidade, em consolidação da Revolução, chamada de Marcha da Vitória.

Vejam que era o povo. O que aconteceu no Rio aconteceu em São Paulo, aconteceu em Belo Horizonte, aconteceu nas principais capitais brasileiras este mesmo movimento, inclusive em cidades do interior. Então, na realidade, fomos intérpretes da vontade popular. Era isso que eu queria dizer com muita convicção.

General, quais foram os principais líderes civis e militares do Movimento de 1964?

Olha, tenho dificuldade em responder isso, pois, na Revolução de 31 de Março de 1964, tivemos a liderança um pouco dispersa. É difícil dizer quem foi aquele líder que capitaneou, porque podemos citar várias pessoas, mas, por exemplo, sabemos, hoje, que Cordeiro de Farias desde que Jango Goulart assumiu confabulava com muita gente para depô-lo.

Sabemos que o então Coronel Figueiredo, mais tarde Presidente da República, era da ECEME e na época organizou um grupo de oficiais para pressionar, trabalhar e conspirar contra o Governo. Sabíamos também que Castello Branco era um homem extremamente legalista; isso faz parte da sua biografia e ele só se decide pelo Movimento de 1964 praticamente no seu deflagrar.

Então, poderíamos citar vários nomes que trabalharam juntos para isso, a começar por Cordeiro de Farias, por Odylio Denys, por Kruel, por Amaury Kruel, que na época era Comandante do II Exército que foi importantíssimo para que a revolução se tornasse vitoriosa. Castello Branco sem dúvida nenhuma, como Chefe do Estado-Maior, encampou teses da maior importância e expediu algumas diretrizes até bem fortes conclamando os seus subordinados a trabalharem pelo País, pela Nação e não para governos, porque o Exército existe para servir à Pátria e não a estruturas governamentais.

Diria mais que o Dutra entrou nisso, há evidências do Dutra nessa coisa. De todos, temos mais a falar do General Mourão Filho e do General Carlos Guedes que foram os homens que botaram a cabeça na guilhotina, porque foram os chefes que saíram de lá das Minas Gerais, com forças fraquíssimas, mas moralmente potentes para vir ao Rio deflagrar e consagrar o Movimento armado, juntamente com o Comandante da coluna – o General Muricy, que marchou à frente das tropas mineiras.

Quem realmente botou o seu pescoço para ser guilhotinado foram esses homens. Sei que estou sendo omisso, estou esquecendo gente aqui, mas este conjunto de militares é que forma a liderança do Movimento, tanto é que na hora de escolher, quem seria o futuro presidente da República, o Médici foi um deles, porque na época foi o excepcional Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, outro que tomou uma decisão extremamente arriscada de empregar os cadetes na Revolução. Os irmãos Geisel tiveram uma participação grande no Movimento, sobretudo na auscultação dos militares em todo o País. O General Orlando mandando seus emissários para saber como estavam as tendências em diferentes partes do Brasil.

Veja, portanto, que não estou conseguindo dizer quem é o chefe, quem é o líder desse Movimento, vejo vários generais com influência muito grande e que,

pelos seus nomes e pelos seus passados, se opuseram ao descalabro esquerdista que tinha à frente o próprio Presidente, e conseguiram aglutinar o pessoal do Exército em torno deles.

Tanto é que na hora de escolher o presidente houve dificuldade entre Castello Branco e Amaury Kruel, ou seja, aqueles que, no último posto da carreira, mais despontaram no Movimento. Houve até a participação da turma de São Paulo, encabeçada pelo Governador Adhemar de Barros, que queria o Kruel. Bem, então é difícil apontar hoje, no meu modo de ver, um líder incontestável, porque uma revolução não se faz de um dia para outro; as coisas foram se organizando devagarinho por várias pessoas, todas determinadas em salvar o Brasil.

Entre os civis, os mais destacados, sem dúvida, foram o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e a sua Polícia Militar, que se deslocou nos comboios do Exército que se dirigiram, de Minas, para o Rio e Brasília; o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que fez pronunciamentos muito contundentes; o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um crítico mordaz do Governo, que, por pouco, não foi morto numa trama diabólica arquitetada em reunião presidida pelo próprio Presidente da República, na qual se encomendou o seu assassinato ao General Pinheiro, Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, que, por uma série de motivos, não conseguiu colocar em execução o plano. Por muito pouco ele não foi morto, porque houve recusa de vários comandantes de unidades pára-quedistas em cumprir a missão, até que um aceitou e saiu para executá-lo e acabou não tendo êxito, por um estratagema no qual o Governador, ao ser informado do problema, fez uma mudança no horário de uma inauguração.

Estes três governadores se destacaram, mas quero, também, fazer referência ao Congresso, porque, no Parlamento, vários deputados e senadores foram um esteio para a Revolução de 1964. Embora infiltrado, a maioria do Congresso se posicionou contra aquelas teses janguistas, tanto é que o Jango quis fechar o Congresso. Tramou para fechá-lo, mas não conseguiu. Acho que ainda precisa de muitas pesquisas no futuro, porque citei apenas os principais.

Como viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN por decisão do nosso Presidente Médici?

Tem sido mais ou menos uma tônica dos chefes do Exército manter os cadetes afastados de movimentos armados. Isso, no entanto, não aconteceu em 1964 e sabemos que a Academia teve uma participação muito importante no Movimento de 1964, extremamente importante. As vanguardas das forças que saíram daqui do Rio preferiram evitar o enfrentamento com nossos cadetes, cujos

primeiros elementos eram do curso de Cavalaria da Academia Militar. Então, isto mostrou que, para o Movimento de 1964, foi altamente proveitoso o emprego dos cadetes. Quero crer, entretanto, que isto não possa se firmar como doutrina de emprego, embora a decisão tomada pelo General Médici tenha sido fundamental para a decisão da revolução no Vale do Paraíba.

Inclusive, General, a posição da AMAN levantou o moral da tropa de São Paulo que se deslocava contra as forças do Rio com grande inferioridade de meios.

Isso.

Estava marchando motivada pela causa, mas muito preocupada com a pedreira que teria pela frente, porque sabia das suas grandes limitações em comparação com o poder de combate das forças contrárias que vinham do Rio. Então, era uma marcha para o sacrifício, impulsionada por um gratificante objetivo – a soberania nacional.

Era isso mesmo.

E quando a gente sentiu que a Academia estava ali também para o sacrifício... aí o senhor não avalia o que foi isso no moral de todos os oficiais que se tornaram gigantes. Então, a partir desse momento, a 1ª Bateria do 2º RO que vinha na frente, que por acaso era a minha, não parou mais. Então, agora, só vamos parar ao encontrar os cadetes porque temos que nos unir a eles.

Teve esse efeito, sem dúvida, foi o que acabei de dizer: o efeito da participação dos cadetes no Movimento de 1964 foi muito importante sem dúvida alguma. Então, ninguém pode negar isso e é interessante notar que o General Amaury Kruel era um homem também extremamente legalista e até a última hora tentou demover o Jango de sua aventura, para que ele destituísse do seu Governo aqueles homens nitidamente comunistas etc. E só aderiu praticamente na última hora. Isso é o que mostra a história.

A Revolução contribuiu para a união, para coesão das Forças Armadas?

Ah!, eu não tenho dúvida que sim, depois até por uma questão de sobrevivência, mormente porque assumimos os destinos do País. Sem dúvida nenhuma, até mesmo como dizem, para nossa própria segurança, para nossa própria proteção interna, houve uma manifestação de forte união, houve um sentimento de coesão muito grande dentro de cada Força singular e entre as Forças singulares.

É incontestável que a Revolução contribuiu para isso e houve, ainda, uma preocupação dos nossos presidentes militares de, tanto quanto possível, afastar a tropa da política. Desde Castello Branco, havia essa preocupação muito clara, que caracterizou todos os governos militares.

Além da coesão das Forças Armadas, quais os outros principais acertos da Revolução? E os erros, quais foram?

Não estou aqui para fazer críticas a nenhum governo, mas sabemos que o Governo atual possui, no seu primeiro escalão, gente que combateu a Revolução de 1964, que atuou contra nós de forma torpe, que atuou através do terrorismo urbano e rural sem medir conseqüências. Como a história evolui, esses homens, hoje, são Governo e não querem, de forma nenhuma, reconhecer os méritos da Revolução de 1964 que são tão grandes que começam a surgir em editoriais, mas as paixões, que deveriam amainar, permanecem agudas. A imprensa, de um modo geral, para esconder os grandes feitos do período revolucionário, só fala em tortura, esquecendo-se de que os terroristas, dos quais ela não lembra, foram grandes torturadores, contando isso, inclusive, em filmes nacionais. Mas para falar dos grandes acertos da Revolução, que são muitos, poderíamos começar lembrando que a Revolução instituiu novamente a ordem no País, restabelecendo o princípio da autoridade.

Ela restituiu, através das reformas que fez, uma nova ordem administrativa, uma nova ordem financeira, uma nova ordem econômica no País, o respeito às autoridades, cultuou o patriotismo. No campo psicossocial, procurou incorporar aquelas grandes áreas que estavam perdidas no País e que eram áreas totalmente periféricas aos centros de Poder.

Uma coisa que a gente não vê escrito hoje nem se ouve falar é que a consolidação de Brasília foi feita pela Revolução. Brasília era uma cidade que, em 1964, tinha apenas quatro anos, estava beirando os seus quatro anos quando aconteceu a Revolução de 31 de Março e todos esperavam que Brasília acabasse e que a capital voltasse ao Rio de Janeiro. Aconteceu o inverso – quem realmente consolidou Brasília foi Castello Branco que, além de ir para lá, fez a mudança de todos os ministérios, militares e civis, para Brasília, consolidando Brasília como Capital Federal, consolidação esta que trouxe como grande conseqüência a incorporação de todo o Centro-Oeste ao ecúmeno brasileiro.

Hoje, ninguém pode imaginar que Mato Grosso, Goiás, Tocantins etc. estejam à parte da área mais desenvolvida brasileira, incorporação que se deu a partir da criação de Brasília – mérito que ninguém pode tirar de JK, mas que esteve muito perto de ser perdido e de se tornar uma capitalzinha de província, uma cidadezinha de interior, se não tivesse havido a ação firme e decidida dos presidentes militares em mudar toda a cúpula administrativa para Brasília, porque esta cúpula administrativa não estava lá...

E não queria ir.

Não estava lá e não queria ir; estava toda aqui no Rio de Janeiro. Então, os méritos da Revolução na área econômica foram incalculáveis. Nós que éramos uma

potência colocada no 48º lugar no *ranking* mundial, passamos a ser a oitava potência econômica no mundo. Melhoramos sensivelmente a renda *per capita* brasileira e melhoramos a parte da saúde. O programa de educação, com o Ministro Jarbas Passarinho, foi um programa muito bem-sucedido, diminuindo à beça o número de evasão escolar na área de primeiro grau e aumentando consideravelmente o ingresso no terceiro nível, no nível universitário. A política habitacional veio também consagrar a nossa capacidade realizadora. As estatísticas valem como um instrumento impressionante para demonstrar que a Revolução de 1964 não se olvidou do psicossocial.

Conseguimos reduzir muito o número de nossos analfabetos através do Mobral; procuramos, através do Projeto Rondon, mostrar a Amazônia ao brasileiro, ao brasileiro civil, ao jovem brasileiro – aquele que mais tarde iria desempenhar um papel importante na administração do País. Essas coisas todas levamos para o povo, levamos para o pobre, para o trabalhador, aquele que não tinha direito nenhum, viu seus direitos consagrados no chamado Estatuto da Terra, no Governo Castello. O Estatuto da Terra, que até hoje é considerado como marco, sendo reconhecido como um documento muito bem elaborado para condução da Reforma Agrária. Levamos a previdência ao trabalhador do campo, porque, antes, atendia a muito pouca gente aqui na cidade...

A Revolução de 31 de Março atuou decisivamente em proveito do trabalhador rural através do Funrural.

Exatamente, em benefício do trabalhador rural, sem dúvida alguma; por meio do Funrural, no Governo Médici, atingindo inolvidáveis marcos.

Lembro-me de que, antes da Revolução de 1964, queria fazer uma chamada telefônica aqui para o Rio, onde tinha parentes, pedia a ligação telefônica pela manhã e a telefonista me dizia: “Vamos lhe chamar possivelmente na parte da tarde”, porque o nosso sistema de telecomunicações não existia, era absolutamente inoperante. Introduzimos o mais moderno sistema de telecomunicações existente no mundo. As telecomunicações que hoje temos, por falta de investimentos dos Governos após 1990, não mantiveram a mesma eficiência e, hoje, estão praticamente todas privatizadas.

Melhoramos consideravelmente os transportes, com a abertura de estradas, de portos, de ferrovias, extinguindo uma série de ramais que eram absolutamente inoperantes, procurando investir naqueles que davam maior rendimento.

Energia.

Energia nem se fala, o programa energético brasileiro praticamente todo ele é de origem revolucionária e, ainda hoje, todos os planejamentos, porque sabemos que uma hidroelétrica leva de oito a dez anos para ser construída. Devo, portanto,

dizer com toda ênfase, que a Revolução tem a seu favor um número enorme de acertos, inclusive procurando dar maior unidade ao nosso País, maior unidade e maior coesão interna ao nosso País.

Infelizmente, o Mobral se acabou no final do período revolucionário. Hoje, podíamos estar praticamente com muito pouco analfabeto. O Projeto Rondon levou o universitário para a Amazônia, tendo realizado o envolvimento de nossa juventude com aquela área, pródiga e cobiçada, que, hoje, se constitui na nossa grande preocupação pelas ameaças sempre presentes, vindas das potências do chamado primeiro mundo. O atual Governo procurou mantê-lo, mas não com o nome do Projeto Rondon, para que o Brasil não lembrasse do operoso período em que a revolução vigiu.

Passos conscientes foram dados, muito bem fundados e instituídos pela Revolução de 1964, para que o País desse este salto gigantesco, que fez com que deixássemos de ser um País periférico. Passamos a ser um País com voz. É preciso dizer que nos desenvolvemos muito, entramos na área da ciência, na área da tecnologia, desenvolvemos projetos da mais alta importância, tivemos indústrias magníficas, indústrias bastante sofisticadas, a grande maioria delas iniciada com a Revolução de 31 de Março. Tivemos um programa nuclear que chegou a nos dar autonomia nuclear, hoje colocado em plano secundário, por falta de visão dos dirigentes a partir de 1990. Este programa progrediu bastante no período revolucionário.

Expandimos o nosso território através do mar das 200 milhas, com uma reação enorme de todo mundo em cima do Presidente Médici, porque aquela medida incorporava ao território brasileiro enorme área passível de exploração econômica, as 200 milhas em todo o nosso litoral.

Cerca de 4 milhões de km^2 de superfície que passaram a ser somados a nossa área de 8,5 milhões de km^2.

Então, esses são os principais méritos que poderia destacar da Revolução de 1964.

Também cometemos alguns erros grandes. Embora tenha citado aqui várias vitórias na área psicossocial, acho que deveríamos ter dado uma ênfase ainda maior exatamente nessa área psicossocial, principalmente nos setores da saúde e da educação. Pouco fizemos pela formação das novas elites políticas. Descuramos dos políticos do futuro e estamos sendo governados, hoje, por políticos de muitas e muitas gerações passadas. Nas nossas gerações futuras não investimos, não soubemos transferir para as novas gerações o idealismo da Revolução de 1964. Não conseguimos realizar essa transferência fundamental.

Perdemos a guerra nas universidades. A própria Revolução de 1964 se omitiu, a própria Revolução não quis se fazer presente na universidade. O que aconteceu? Os jovens do período revolucionário se formaram contra a Revolução, particularmente

em áreas críticas, porque, nessas áreas críticas a seleção foi feita pelos esquerdistas, que foram alijados do Poder em 1964, mas não morreram. Eles perderam momentaneamente aquelas batalhas, mas não desistiram da guerra. E onde é que eles investiram e continuam investindo? Particularmente na área de comunicação social e no magistério superior, sobretudo na formação dos professores de História.

Da área de comunicação social, que não demos a devida importância, vieram todos os redatores – chefes, articulistas, ou seja, os grandes formadores da opinião pública nos jornais, na televisão etc., que atuam nos dias de hoje e foram estudantes na época pós-1964.

Como o Movimento Comunista Internacional os doutrinou muito bem, incutindo-lhes a idéia de que estávamos aqui matando milhares e milhares de pessoas etc., que estávamos conduzindo um regime de força dentro do País, quando, na verdade, a nossa Revolução, apesar de ter momentos de força, foi realmente muito branda no seu geral e os momentos de força buscaram salvaguardar as instituições que se viam ameaçadas.

O grande ideário da Revolução de 1964, é preciso a gente dizer, sempre foi a democracia. E por que se instituiu o AI-5? Para poder atuar contra os movimentos revolucionários comunistas, uma vez que a formação de líderes na Rússia, na China, na Albânia, em Cuba – são os quatro principais países formadores de líderes – foi feita de modo que eles retornassem ao Brasil dispostos ideologicamente e muito bem determinados a morrer pela causa, o que, por muito pouco, não os levou a abalar as estruturas aqui existentes no período 1968-1973, em que agiram com toda a violência. E, aí, o que precisávamos era de um instrumento forte.

Hoje, estamos vendo o País democrático sendo tomado pelo crime organizado. Falta a esta esquerda, que está no Poder, seriedade, legislação eficaz e passado que a recomende para enfrentar este tipo de crime. É bandido em todo lugar matando e as leis os protegem, mas não protegem o cidadão comum. Por quê?

Direitos humanos.

Exatamente, direitos humanos, só para os bandidos. A família brasileira é assaltada, é violentada, é morta; estamos presos dentro das nossas casas, todos os cidadãos, todos, ricos e não ricos, todos estamos vivendo essa situação. Nas maiores e menores cidades, nas cidades do interior, que eram refúgios e hoje estão se tornando também problemas muito sérios na área de segurança, porque nos falta um instrumento, faltam leis que sejam realmente contra os bandidos, falta ao Governo um instrumento de força. Agora, eles estão vendo que sem um instrumento de força que possa realmente contribuir para a derrota desse pessoal, eles é que vão sempre sendo derrotados, porque esses elementos, exatamente, como

os terroristas de ontem, não têm limitações e continuarão atentando, em última análise, contra o regime vigente.

Hoje, ouvi uma reportagem pela manhã de um professor muito entendido em criminalidade, em violência, falando o seguinte: "Ou adotamos medidas fortes dentro da democracia ou vamos virar uma segunda Colômbia, devo dizer, pior do que a Colômbia". Porque, hoje, temos mais mortos no Brasil pela violência do que na Colômbia, na guerra que lá se enfrenta. Os assassinatos, os raptos etc., dentro do Brasil, hoje, são maiores do que na Colômbia que está em guerra há trinta anos.

Então o que foi o AI-5? A autodefesa do Estado. Ela precisava de um instrumento forte para garantir a concepção dos seus objetivos e esse instrumento forte foi o AI-5 que, por iniciativa nossa, nossa mesmo, eu digo dos revolucionários, em determinado momento foi extinto, por decisão do próprio Governo revolucionário, em 1979.

É preciso dizer, nos méritos da Revolução, que não contei aqui, da transição do regime revolucionário, o que é uma engenharia política difícil à beça de fazer e que foi feita no Governo Geisel. A transição de um Governo autoritário, não diria de um Governo revolucionário, mas de um Governo autoritário para um governo democrático. Essa transição que foi, no dizer mesmo do próprio Presidente, lenta, coesa e pacífica. E, depois, passa para o Presidente Figueiredo que, hoje, é um homem injustiçado. O pessoal só conta as coisas ruins do Presidente Figueiredo. O Presidente Figueiredo é o grande autor da Lei da Anistia.

A anistia brasileira existiu. Ele fez a anistia, garantiu-a, não permitindo que houvesse movimentos dentro das Forças Armadas que, a ela, se opusessem. Um dia a história irá reconhecer tudo isso.

As Forças Armadas se locupletaram com a Revolução?

Em absoluto. As Forças Armadas tiveram ao longo desses vinte anos, governos e chefes militares que mal atenderam às Forças Armadas para a sua sobrevivência. Acho que houve também um erro de enfoque, ou melhor, um preconceito, sou general e, portanto, não vou tirar aqui da minha área social ou econômica para dar ao Exército, ou para dar à Marinha ou à Aeronáutica. Tenho é que atender à Educação, à Saúde, à infra-estrutura básica – energia, transporte, telecomunicações etc.

As Forças Armadas estão inseridas naquele binômio que tanto se fala na Escola Superior de Guerra: Segurança e Desenvolvimento, binômio que foi se desequilibrando ao longo da Revolução cada vez mais e só ficou no campo do Desenvolvimento e nada para o da Segurança. Então, perdemos uma oportunidade com os presidentes militares, por pruridos, acho pruridos justificáveis, de modernizar as

nossas Forças, de ter uma força mais ágil, modernizada, tecnologicamente falando. Não precisávamos ter grandes efetivos, precisamos ter uma força moderna e adestrada. Esse aspecto perdemos e considero isso uma das falhas da Revolução.

E o "revanchismo" existe?

Ah!... mas não há dúvida. O "revanchismo" está aí, a anistia é uma lei de dupla mão, ela não visa somente anistiar os que partiram, os que deixaram o Brasil, os guerrilheiros rurais, os que cometeram atos terroristas, ela visa também anistiar o pessoal do nosso lado que porventura tenha cometido excessos etc. Houve excessos, mas em quantidade relativamente pequena, considerando o tamanho de nosso País, o tamanho da nossa população e a profundidade de um movimento revolucionário como foi a Revolução de 1964.

Então, o que eu digo é o seguinte: mesmo antes de nós passarmos para o Governo Sarney, mesmo antes, já havia os sinais claros de "revanchismo". E o "revanchismo" está aí em todas as situações. Não podemos desempenhar nem exercer nenhuma função, ou seja, aqueles que participaram na defesa do Estado, aqueles que receberam missões específicas na Revolução de 1964, são logo apontados como torturadores, o que é uma estupidez sem tamanho. Surgiu esse tal movimento Tortura Nunca Mais e outros, que são enaltecidos pela imprensa e pelos quadros políticos atuais.

O "revanchismo", não tenho dúvida, é uma característica atual. Estou me lembrando do pronunciamento do Senador Peres, pela Amazônia, acho que ele fez esse pronunciamento em 1999 no Senado, dizendo que não aceitava esse estado de coisas, que eles não fizeram a lei para favorecer um lado apenas e, sim, os dois lados e só um vem sendo beneficiado pela Lei da Anistia. Anistia significa perdão e esquecimento para os dois lados e que não tolerava o que vinha fazendo esse grupo Tortura Nunca Mais. Esse é um pronunciamento histórico do Senador Peres entre outros que aí estão.

General, a imagem do Exército brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação, apesar de todo esse "revanchismo", dessa propaganda contrária, como atestam as pesquisas de opinião. Como o senhor analisa isso?

O Exército vem conquistando cada vez mais este seu prestígio junto à população, porque o Exército não é alheio ao que se passa com o povo, contrariamente ao que acontece em outros exércitos do mundo até mesmo em exércitos vizinhos a nós. O Exército não sendo alheio ao que se passa com o povo brasileiro, o Exército sempre busca uma estreita ligação com este nosso povo, hoje como que ontem. Ele

participa dos seus sofrimentos e das suas alegrias com a mesma intensidade, sofrendo, chorando ou rindo com a mesma intensidade com que o povo sofre, chora ou ri.

Isto faz com que o povo se identifique com o seu Exército, porque, na realidade, nós, Exército Brasileiro, podemos dizer realmente que somos o povo fardado, porque nossas origens estão no povo. Não temos, a exemplo de outros exércitos vizinhos, castas dentro do Exército, não temos privilégios para fulano ou beltrano, porque pertencem a família X ou a família Y. Não é porque alguém pertença a uma família tradicional que esse alguém vai ser isso, vai ser aquilo, vai ser general, vai ser comandante disso ou daquilo. Vemos, com imensa satisfação, cada um ascendendo no nosso Exército de acordo com o seu mérito, de acordo com o seu valor, de acordo com a sua dedicação.

Devemos destacar que, no Exército, há muitos exemplos de companheiros nossos, alguns ainda na ativa hoje, que entraram no Exército soldados e foram a sargento, de sargento fizeram os seus cursos de oficiais e chegaram a coronéis ou generais; há vários oficiais, entre esses. Então, como não há instituição nenhuma mais democrática que a nossa, estamos sempre ao lado do povo e o povo sabe disso. Nas catástrofes, nas campanhas de vacinação em massa ou nos diversos rincões da fronteira onde começa o Brasil, estamos ali do lado dele.

Como também cultuamos a linha da honestidade e do patriotismo, o povo reconhece isto, porque o povo não é burro; o povo sabe, por ver, ouvir e sentir, valendo-se do seu juízo próprio. Ele sabe por juízo próprio, distinguir os reais valores e, por isso, as Forças Armadas, hoje, estão em primeiro lugar na aceitação pelo povo – a Instituição Exército junto com as duas outras Forças Singulares – à frente de todas as outras, até mesmo da Igreja.

Somos aceitos por isto, porque não é que sejamos gestais, não somos imunes a erros, não, mas sabemos o seguinte: se um de nós cometer um ato ilícito, o faça muito bem porque, ao ser descoberto, não terá a menor complacência de nenhum dos seus companheiros nem a complacência da Instituição. Isso está dentro de nós.

Nunca acobertaremos ninguém porque o "camarada é meu amigo". Para nós, não há isso. Ele é meu amigo até hoje, se amanhã ele der um desfalque, acabou. Se sou encarregado do inquérito, vou enquadrá-lo, todos nós sabemos disso. E, dessa forma, preservamos a nossa Força que é para nós a nossa mais rica herança. Assim, são formados os integrantes das nossas Forças Armadas, em particular o nosso Exército.

Que mensagem final, General Lessa, gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Agradeço as perguntas todas, sei que, às vezes, a gente é obrigado a divagar um pouquinho, mas é obrigado a ligar um fato com outro para facilitar a compreensão.

Quero dizer, primeiro, da validade deste Projeto, porque os homens passam. Tive quase cinqüenta anos de permanência no Exército, onde entrei menino, fiz os meus 15 anos no Exército. Fui com 15 anos lá para Fortaleza e, com cinqüenta anos de vida castrense, vejo que os homens passam. Hoje, já não estou mais na ativa, estou na reserva em situação periférica, mas a Instituição fica. O importante deste Projeto é recolher as experiências de quem teve a vivência acumulada ao longo dos anos. Essas experiências vão servir para alicerçar futuros estudos que venham a se fazer e, servirão, sobretudo, como exemplos, para o bem ou para o mal, oferecidos à nossa Instituição.

Sem dúvida alguma, uma das coisas que sempre temi e, graças a Deus, nunca mais vi em minha Instituição, foi a divisão interna do Exército que ocorreu, principalmente, em 1961 e mesmo, com menor intensidade, em 1964. A política não se constrói dentro do quartel. Somos instrumentos da política, não somos marionetes na mão de políticos, porque a política não é a nossa arte.

A nossa arte é aquela de formar cidadãos, a nossa arte é aquela de formar soldados, a nossa arte é aquela de estarmos preparados para defender a Nação se assim a Nação exigir. Sabemos que isso faremos até por juramento, com sacrifício da própria vida se necessário for.

Muitos no passado já o fizeram, as gerações presentes e futuras terão que continuar com este mesmo elã. O pior germe que poderíamos colocar dentro da Instituição é a política partidária. É aquela política que eu sou a favor de "A" ou a favor de "B". Isso não constrói, ao contrário, só destrói. Ao longo da história, temos constatado essa verdade.

Felizmente, conseguimos fazer uma separação nítida a partir de 1964, uma separação bem nítida. Quero ser político – senador, deputado, vereador – posso ser, mas tenho que deixar a farda, saio das Forças Armadas. Eleito, não volto mais para as Forças Armadas.

Se amanhã, perder a eleição seguinte, sei que não volto. Creio que este critério, foi mais uma decisão acertada da Revolução de 1964, evitando que um general, coronel, capitão ou sargento se torne político e depois, não sendo reeleito retorne ao quartel, impregnado de toda aquela política que viveu lá fora. Antigamente, voltava e ocupava os seus cargos até no passado recente, vamos dizer até 1964, era isso que acontecia.

Então, os presidentes militares procuraram afastar o Exército da política, as Forças Armadas da política e o fizeram exatamente através desta sábia legislação, que começou a vigorar com o nosso Castello Branco.

A esperança que tenho é de ver o nosso Exército cada vez mais profissionalizado, um Exército voltado para as missões constitucionais, sobretudo no mun-

do que vamos viver neste milênio que ora se inicia, um milênio de reais dificuldades para o Brasil, milênio no qual pressões muitos grandes teremos pela frente, e o futuro dirá se iremos ceder ou não.

Essas pressões se exercem na área econômica, se exercem na área psicossocial, se exercem na área da soberania. Estamos convivendo com um processo grande de doutrinação, em que as potências econômicas e militares começam a negar soberania aos países periféricos, acenando para estes com a chamada soberania relativa, soberania limitada, como se fosse possível alguma nação ter somente meia-soberania.

De fato, em muitos aspectos a gente vem abrindo mão, mas o essencial da soberania não podemos aceitar. Temos um território para zelar, temos um povo para cuidar; disso, não podemos abrir mão de maneira alguma. A atual e as novas gerações têm por obrigação manter o que as antigas gerações nos passaram, o que pressupõe uma Força Armada íntegra, coesa, profissional e apta a garantir a integridade do território nacional e a liberdade e a independência do povo brasileiro. É este o grande desafio que nos cabe. Temos plena confiança de que as gerações futuras saberão enfrentá-lo com a mesma determinação demonstrada pelos nossos antepassados.

Major-Brigadeiro-do-Ar Max Alvim

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e os de Piloto de Bombardeio-Médio no Brasil e o de Inteligência, do Exército dos Estados Unidos.
- Exerceu as funções de Comandante de Esquadrilha e de Instrutor da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (Barbacena-MG) e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
- Foi Chefe da Comissão de Fiscalização e Recebimento das Aeronaves T-37C para a Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP).
- Como Oficial-General, foi Chefe do Estado-Maior do Comando Geral do Ar, Comandante do VI Comando Aéreo Regional e Comandante da Universidade da Força Aérea e Guarnição dos Afonsos.
- Em 1964, no posto de Capitão, era piloto na Base Aérea de Canoas/RS.

Entrevista realizada no dia 8 de janeiro de 2002.

Vou fazer um retrospecto, volvendo a outubro de 1962, quando houve uma mudança do Comando de Transporte Aéreo, onde eu servia, e assumiu um oficial-general reconhecidamente ligado às esquerdas. Em conseqüência, fui transferido, posso até dizer, a toque de caixa para o Rio Grande do Sul, para a Base Aérea de Canoas.

Logo no início de 1963, tomando conhecimento da existência de um pequeno grupo que não estava absolutamente de acordo com o que vinha ocorrendo no País na época, liderado pelo Major do Exército Leo Guedes Etchegoyen, fui levado a sua presença e com ele me entrosei perfeitamente, tanto com ele, quanto com os outros companheiros que faziam parte desse pequeno grupo. Mais tarde, se juntaram mais três companheiros e esse grupo que contava com um efetivo pequeno durante quase todo o ano de 1963, já no final do ano cresceu pela aproximação de outros camaradas entre os quais, me lembro muito bem, do General Manta que foi depois presidente da Rede Ferroviária do Sul. Do Rio de Janeiro, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Heitor, fuzileiro naval, veio para tomar conhecimento do que estava acontecendo no nosso meio no Rio Grande do Sul. Ele fazia parte de um movimento semelhante, que já aflorava no Rio de Janeiro. Mais tarde, o Heitor chegou a Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

A coisa foi sendo ampliada gradativamente e fiquei na expectativa de que algo de positivo acontecesse, fruto de tudo aquilo. É bem verdade que, na manhã do dia 31 de março de 1964, o Major Leo Etchegoyen chegou do Rio de Janeiro com uma mensagem, praticamente codificada, que dava a entender que, depois daquele aparato que houve no dia 30 de março de 1964 no Automóvel Clube do Brasil, com a presença do Presidente da República, um movimento armado, até o dia 4 de abril, eclodiria, como resposta àquela inversão completa de valores. Mas para surpresa minha, no mesmo dia 31, quando estávamos em forma na nossa Unidade, para a leitura do boletim, houve uma interrupção para dizer que tinha sido deflagrado o Movimento em Minas Gerais, liderado pelo General Olympio Mourão Filho.

Para mim, não foi surpresa evidentemente, mas, para a maioria, foi, e, aí, a Unidade entrou em prontidão e eu, na época, era ainda capitão, embora em função de major. Recordo-me que eu era o elemento de confiança do Comandante da Base – um excelente oficial, em todos os sentidos, José Paulo Pereira Pinto, faço questão de dizer o nome deste valoroso chefe e amigo. Só tinha um inconveniente: ele fazia tudo que estivesse a seu alcance para evitar que se abordasse qualquer idéia relativa à política dentro da Unidade.

Então, ele próprio não queria tomar conhecimento das coisas, mas era um líder, um homem correto, bem-quisto pela tropa, o que evitou que muita coisa ali acontecesse. Cheguei até ele, logo depois de terminada a leitura do boletim, e dei

a entender que a coisa ia se ampliar de muito. Ele compreendeu e pediu que o auxiliasse a manter a disciplina e a ordem dentro da Base o que fiz, evidentemente.

Bom, os dias seguintes foram de muita tensão, porque não se sabia até onde a infiltração comunista, nas nossas próprias Forças Armadas, poderia desenvolver um contramovimento. Felizmente, não houve porque não havia condições para qualquer reação maior. Não havia porque conhecíamos quem era do outro lado e esses, uma minoria, receberam logo ordem de prisão e já foram afastados do nosso meio. Ninguém quis defender o governo da desordem que findou melancolicamente diante do Movimento cívico-militar de 31 de Março.

Tomamos conhecimento nos dois dias seguintes, com a evolução dos acontecimentos, principalmente da adesão do II Exército, em São Paulo, da adesão do seu Comandante, General Kruel, o que foi de grande importância para o desfecho vitorioso do Movimento armado. No Rio Grande do Sul, o General Poppe de Figueiredo foi levado a tomar uma decisão também favorável e, com isso, amenizou um pouco a tensão naquela região, que só perdurou durante algum tempo por causa dos inquéritos que foram abertos e tudo mais.

Um fato que gostaria de deixar claro aqui começou a acontecer em agosto daquele ano de 1964, quando passamos a sentir uma certa frustração, por haver uma tendência de afrouxamento das atividades revolucionárias. Isso, porque, na minha própria opinião, perdoem aqueles que não concordam comigo, embora o Marechal Castello Branco fosse tido por todos nós, reconhecidamente, como homem íntegro, inteligente, capaz, havia um problema, ele não tinha um espírito revolucionário e demonstrou isso durante todo o tempo em que ele exerceu a Presidência da República. Então, cometeu o primeiro grande erro ocorrido no Movimento que foi não ter tocado no Poder Judiciário, isto foi o que motivou uma série de outros pequenos erros que foram se acumulando com o tempo.

Brigadeiro, onde estão as raízes do Movimento revolucionário? Quando tudo começou? Em 1935? Em 1961? Ou mais para trás?

Evidentemente, os eventos que ocorreram em 1935 demonstraram claramente a intenção de transformar o Brasil num satélite do comunismo internacional. Mas isso durante muito tempo ficou adormecido. Em 1961, veio novamente à baila a mesma tônica e com o Governo João Goulart, governo populista, com o qual se pretendia levar o País a um regime, na época chamado de república sindicalista, que nada mais era do que torná-lo comunista, satélite, por conseguinte, de Moscou.

Na época, começou a haver uma insatisfação de todos aqueles que não comungavam com aquelas idéias marxistas-leninistas, ou seja, a grande maioria do

povo brasileiro. Surgiu, então, como citei, no Rio Grande do Sul, aquele pequeno grupo que se propunha a deflagrar algum movimento contrário à comunização de nosso País. E foi levado de roldão por outros movimentos bem mais estruturados em outras regiões, como foi o caso do de Minas Gerais, conduzido pelo General-de-Divisão Olympio Mourão Filho, apoiado pelo General-de-Brigada Carlos Luís Guedes.

Realmente, muitos outros grupos surgiram em vários lugares, todos, vamos dizer, revoltados com aquela situação de completa anarquia em que se vivia.

Exatamente. Completa anarquia.

Os políticos esquerdistas, principalmente os marxistas-leninistas, assim como os líderes sindicais – conhecidos por pelegos, porque se valiam dos sindicatos para fazer o jogo do Governo, utilizando os sindicalizados como massa de manobra nas atividades de natureza política – esse pessoal escolheu mais uma vez como alvo as Forças Armadas. Consideradas o baluarte do nosso espírito de brasilidade, passaram, naturalmente, a ser atingidas no que tinham de mais sagrado – a hierarquia e a disciplina – pelo Governo que usava do populismo para agitar as massas, trazendo transtornos incontornáveis para a vida do brasileiro de um modo geral. Surgiu, em contrapartida, essa insatisfação e uma reação contra a infiltração que vinha se fazendo com crescente intensidade, não só nas Forças Armadas, como também no clero.

Qual a posição da Igreja com relação ao Governo Goulart?

Com relação ao governo deposto, a Igreja era também radicalmente contra. Depois, alguns meses depois, principalmente fomentada no âmbito dos dominicanos, é que surgiu uma reação contrária ao Movimento cívico-militar de 31 de Março, estimulada pelas idéias marxistas-leninistas, incutidas no espírito daqueles sacerdotes.

A respeito das "Ligas Camponesas", tão atuantes, e do "grupo dos onze", o que gostaria de nos dizer?

Tivemos uma grata surpresa ao ver que aquilo tudo não passava de um blefe. O "grupo dos onze" de Leonel Brizola era outro grande blefe, mas que, se tivesse sido desenvolvido, como as "Ligas Camponesas", teria trazido conseqüências desastrosas para a preservação da paz e da ordem em nosso País.

Como vem ocorrendo hoje com as ações levadas a efeito pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

Agora digo o seguinte: o MST é infinitamente mais danoso do que foram as Ligas de Francisco Julião e os "grupos dos onze" de Brizola. Porque o MST, fomentado pelo comunismo internacional, que não morreu, que permanece vivo, bas-

tante atuante, conta com o apoio ostensivo, declarado de elementos do Governo Federal, sendo alimentado também por parte do clero, a tal Pastoral da Terra...

Imprensa.

Bom, a imprensa nem se fala, a imprensa que foi totalmente a favor do Movimento cívico-militar de 31 de Março depois de ter se locupletado com os governos ditos militares, principalmente *O Globo,* do senhor Roberto Marinho, virou as costas e passou a nos agredir, depois de vinte anos de apoio ostensivo, como foi o caso das organizações Marinho que, surpreendentemente, mudaram de comportamento quando deixamos o Poder. Veja, exatamente após o momento que entregamos o Poder! Eles estão ao lado, sempre dos seus interesses, mudando de posição se preciso for! Infelizmente, esta é a conduta por eles adotada, que, agora, conhecemos!...

No meio militar, naquela época, procurou-se criar cisões no seio das Forças Armadas? Lutas entre oficiais e sargentos?

Ah, evidente, mas só que, como eu já disse, pelo menos eu posso falar na Base Aérea de Canoas, onde eu servia, não ocorreu um fato mais grave por uma razão muito simples, porque o comandante, cujo nome repito com prazer, Coronel José Paulo Pereira Pinto, era querido pela tropa, extremamente dedicado, um chefe justo, amigo de todos, mas um disciplinador também e que impediu que alguns elementos, tidos como insufladores, perturbassem a ordem ou se insurgissem contra a hierarquia dentro da guarnição, antes e principalmente quando deflagrado o Movimento de 31 de Março.

Brigadeiro Max Alvim, que outros fatos, além da reunião do Automóvel Clube do Brasil, de 30 de março, levaram à Revolução de 1964?

A reunião de 30 de março foi decisiva porque contou com a presença de João Goulart, o maior incentivador, com o seu discurso, da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Ele foi mais radical que todos os sargentos que usaram a palavra. O que me deixa pasmo é que, até hoje, existem oficiais de alta patente, são muito poucos felizmente, é verdade, mas existem, que vêem João Goulart como um homem que não fez nada de mau, sempre foi muito bonzinho quase um santo! Este comportamento é uma forma – disto não tenho dúvida – de justificar o erro grave que cometeram ao apoiá-lo, insensatamente, durante a eclosão da Revolução que o depôs. Mas devo continuar, citando os fatos, para responder à sua pergunta. Penso que os mais graves foram a Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, que mostrou que a subversão da hierarquia e da disciplina, na Marinha de Guerra, passou muito de todos os limites!...

O Comício da Central foi o início do desrespeito ao povo brasileiro no mês de março. Nessa mesma época, foi iniciado por uma professora aposentada, no momento me falha a lembrança do seu nome, um movimento que ganhou milhões de adeptos – as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, para se antepor a tudo que estava em ebulição no País. Portanto, o movimento cívico-militar, cívico mesmo e militar porque evidentemente a força era imprescindível, foi apoiado pela opinião pública numa altíssima porcentagem, mais de 90%. Em São Paulo, marcharam um milhão de pessoas. Marcha semelhante, também com um milhão de participantes, aconteceu no Rio, para louvar a Família e a Deus pela vitória da Revolução que nos libertou da praga comunista.

Sem dúvida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade não poderão ser esquecidas nunca, inclusive pela participação preponderante da mulher brasileira, de terço nas mãos, rezando pelo Brasil.

E os comunistas dizem que foram marchas reacionárias...

A toda ação corresponde uma reação. Tinha que haver uma reação, uma reação belíssima, à altura da causa pela qual a maioria absoluta do povo lutava, para desespero dos "revanchistas" de hoje que querem esconder tudo isso!

Foi uma reação das mais belas que o Brasil assistiu, porque havia uma revolução em andamento de caráter comunista.

Exatamente, sem dúvida nenhuma.

Então, Brigadeiro, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional?

Totalmente.

E o Congresso como se portou na época?

O Congresso lamentavelmente se portou como sempre tem se portado. Não há uma unidade de pensamento, não há uma ideologia. Hoje, se escondem na idéia de democracia liberal mas que, na realidade, é jogo de interesse de grupos. Até hoje não se modificou, pelo contrário se agravou, a ponto de se ter visto a cassação de alguns parlamentares, por suas atitudes absolutamente condenáveis, e a renúncia de outros para não serem cassados. Uma vergonheira!

E aquelas entidades tachadas de esquerdistas – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) etc. – como é que se portaram logo no início da Revolução? Elas continuaram a agir?

Elas não tiveram tempo nem organização nem liderança para agir. Mas, hoje, isso não acontece com os grupos esquerdistas que estão atuando. Hoje, têm liderança, embora falsa, mas têm liderança.

E contam com forte apoio externo...

Têm apoio externo que é o pior. Inclusive da maioria dessas ONG, cujos interesses não são os do nosso País.

A Revolução de 31 de Março no seu entender foi um movimento de caráter interno ou houve algum apoio externo inclusive dos Estados Unidos?

Que eu saiba, nenhum apoio externo. Tanto que vivi, todo o ano de 1963, ligado ao nosso pequeno grupo e era só esse grupo que estava tentando atuar de alguma maneira. Só no fim do ano, é que se vislumbrou a possibilidade de ampliar esse relacionamento, aumentando o efetivo do nosso grupo. Nunca ouvi qualquer comentário de que receberíamos qualquer apoio que não fosse de nós mesmos.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar de João Goulart?

Primeiro, porque as poucas lideranças eram falsas lideranças e fraquíssimas. Eu me lembro muito bem de quando o General Ladário assumiu o comando do III Exército na época. Quando houve o Movimento, chegaram até a tirar a cadeira do seu Gabinete para que ele não pudesse sentar. Lá em Uruguaiana, o antigo Comandante da Divisão de Cavalaria, que era o José Horácio da Cunha Garcia, foi exonerado por ordem expressa de João Goulart e colocaram um indivíduo fraquíssimo no comando, sem moral nenhuma que prefiro até nem citar o nome, mas se quiserem eu cito: General Camarinha.

A atuação do Coronel Amerino Raposo foi decisiva em Uruguaiana...

Porque não desmontaram o estado-maior do José Horácio da Cunha Garcia nem tiraram os comandantes de Unidade que eram contra o Governo, caso do Coronel Amerino, que comandava o Grupo de Artilharia, com muita eficiência.

O emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a favor da Revolução de 1964 foi correto no seu entendimento?

Absolutamente correto. Foi o grande obstáculo à tropa da Vila Militar, pertencente então ao I Exército, comandada pelo General Anfrísio, cuja vanguarda, ao chegar próxima à barreira montada pelos cadetes, parou.

Ele não conseguiu fazer com que as suas tropas prosseguissem, não só porque estavam a favor do Movimento revolucionário, como, diante da força moral da AMAN, o prosseguimento tornou-se inviável.

O General Âncora, Comandante do I Exército, decidiu ir à Academia para participar da histórica reunião com o General Kruel, comandante do II Exército, no final da qual ficou decidida que não haveria embate no Vale do Paraíba. Foi uma rendição em alto nível. Sem humilhações, coisas comuns ao Exército de Caxias.

A decisão do General Médici não só segurou a tropa do Rio, como elevou o moral da tropa de São Paulo que era inferior em meios a do I Exército.

Dois aspectos fundamentais, inclusive este de fazer crescer o moral da tropa de São Paulo.

Cresceu porque ninguém tem dúvida de que São Paulo tinha menos meios do que o Rio naquela época, principalmente em termos de munição.

E continua tendo.

Então a posição do Médici foi...

Decisiva.

E eu lhe pergunto, então, se a união e a coesão foram robustecidas após o 31 de Março nas Forças Armadas?

Completamente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Não acredito que fosse baseada em alguma ideologia, não havia ideologia nenhuma. Havia vontade de não permitir que o nosso País caísse sob o regime totalitário vermelho.

Brigadeiro, gostaríamos que falasse um pouco mais sobre a relação da mídia e o Movimento de 1964?

Apoiou completamente, todos os jornais praticamente...

Principalmente *O Globo* que depois de nos apoiar integralmente durante vinte anos mostrou, a partir de 1985, quando nos afastamos do Poder, a sua verdadeira face, traindo o nosso Movimento cívico-militar, tachando-o de totalitário, tachando-o de ditadura militar, chamando os anti-revolucionários para eles, os parceiros de vinte anos, de repressores, de torturadores etc. e tal.

Por que mudou tanto só depois que nos afastamos do Poder?

Garanto que a resposta para esta questão não é difícil; ao contrário, ela é intuitiva, clara...

De uma evidência que salta aos olhos. Lembro-me de que em 1982, na semana comemorativa dos 160 anos de Independência do Brasil, a família Roberto Marinho, ele presente, comemorou conosco junto ao Monumento do Ipiranga, em São Paulo, o evento. Ele e seus familiares conversando alegres, sorridentes, com os militares do II Exército numa perfeita interação. Por que mudou? Dizem que os seus interesses foram contrariados pelo Presidente Figueiredo e, aí, a Revolução, feita

pelo povo, como ele ressaltava, inclusive em editoriais da sua lavra, transformou-se "numa ditadura imposta pelos militares". Além de tudo, não tínhamos mais o Poder, deixamos de interessar. Veja que a resposta é realmente intuitiva, manifesta, extremamente clara.

Interesses contrariados e a transferência do Poder, que saiu de nossas mãos, fez tudo desandar. O Movimento cívico-militar contra-revolucionário, contra uma revolução que estava em andamento, levou ao Poder generais da reserva, porque todos deixaram o serviço ativo, então não foram governos militares, muito diferente do que se viu em outros países da América do Sul, como no Chile, na Bolívia etc.

A Revolução de 1964 contou com o apoio, por exemplo, do *Jornal do Brasil* até o final do Governo Médici, no início de 1974, é só ver os seus editoriais, e de *O Globo*, como dizemos, até o final de 1984, o que pode ser visto no Editorial de 7 de outubro do referido ano, intitulado o "Julgamento da Revolução", de autoria do próprio Roberto Marinho. Observe o detalhe, antes era Revolução, hoje é ditadura.

Este é o exemplo típico de quem tem duas caras!...

A partir de 1974, com a assunção do General Geisel, começou a mudar as feições das coisas e houve uma certa deterioração dos princípios que nortearam as idéias que inspiraram a Revolução de 31 de Março.

Todavia temos que reconhecer, como os jornais antes faziam, que os vinte anos de Revolução transformaram o Brasil completamente. Os derrotados em 1964 e no período 1968 a 1974, que hoje dominam a Imprensa, escondem tudo, o que é profundamente lamentável, por causa do rancor, do ódio que eles têm dos vencedores, aos quais não perdoam, não nos perdoam por termos vencido militarmente e administrativamente.

O senhor falando e eu me lembrando de uma fita de vídeo que assisti ontem sobre a construção da Itaipu Binacional, a obra do século, a maior hidroelétrica do mundo, sobre a qual a mídia silencia, como o faz com relação a todas as grandes realizações da Revolução. Vi, nesta fita, a quantidade enorme de problemas vencidos, com uma determinação impressionante, só para transportar todo aquele material, de um gigantismo impressionante, para a área de Itaipu, passando por Foz do Iguaçu – uma logística verdadeiramente extraordinária.

Eu conheci Itaipu na época da construção e depois voltei com a grande obra concluída. Só os cegos podem permanecer insensíveis ao resultado de tanto labor ali realizado e a tanta beleza! Esquecem que corremos este nosso País na vasta região amazônica durante as atividades do Projeto Rondon que, hoje, procuram novamente ressuscitar, mas com outro nome, mostrando que o atual Governo não admite dar continuidade ao que tem a marca da Revolução. Aí, mudam o nome!

Outro aspecto importante foi a construção de casas populares. Nunca se construiu tantas casas populares como na época do General Médici, o que é verdadeiro também em termos de estradas, cortando o Brasil de norte a sul, de leste a oeste.

A construção naval, a construção aeronáutica, não podíamos deixar de nos referir. Seria injusto não mencioná-las.

Podíamos até dizer que se ressuscitou a autoridade no País.

Completamente, porque ela havia sucumbido diante da balbúrdia e da inépcia que se implantou numa escala ainda não vista.

E agora? Agora também não existe, é bom que se diga. E só ver o que o MST – que se diz Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas que não o é – vem fazendo; as palhaçadas que o Governo atual atura, por falta de coragem moral para impor a ordem.

E quais foram os erros da Revolução além daquele de não mexer no Judiciário? O senhor citaria mais algum?

Não é uma resposta fácil. Vou emitir uma opinião exclusivamente minha, pela qual sou o único responsável. Acho que cometer erro já se cometeu mais de uma vez ao entregar a liderança do País a determinados civis, o que é muito arriscado. Mas o último presidente da Revolução, ao sair do cenário político, não soube fazê-lo com a responsabilidade que lhe cabia integralmente. Devo dizer, ainda, que os dois últimos presidentes não foram bem escolhidos. Deixaram-se levar pela manha dos políticos profissionais.

No mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional no período da bipolaridade, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de tanto progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro, apesar de todos aqueles problemas derivados da guerra fria?

Olha, eu reputo que foi exatamente no período do General Médici que ocorreu esse fato. Pela simplicidade, pela competência, pela honestidade, pelos propósitos verdadeiramente patrióticos é que ele pôde fazer o que foi feito e que, hoje, os "revanchistas", cheios de ódio, buscam colocar no ostracismo, até porque o Presidente Médici foi vitorioso em todos os setores, inclusive na luta contra a insânia terrorista.

Exatamente, por isso ele é o mais atingido pelo adversário.

É o mais atingido, neste momento, pelo rancor dos perdedores, todos de esquerda, a maioria marxista.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida ou não quisemos participar dela, como no caso do próprio Presidente Castello Branco?

Foi um erro fundamental, porque a ação psicológica tinha que ser mantida, a informação não só para as novas gerações das Forças Armadas, como da própria população civil, que deveria tomar conhecimento do que estava sendo realizado e não deixar apenas ao sabor da mídia publicar aquilo que lhe interessasse. Foi um lamentável erro a não existência de uma comunicação efetiva, até para falar das realizações e para defender as suas decisões diante da crítica.

Há uma corrente adversária que afirma que as ações de guerrilha e o terrorismo praticado por extremistas, foram feitos porque não havia liberdade para que a facção contrária pudesse expor seus pontos de vista. Esta assertiva é verdadeira ou não?

Não, não tem nada uma coisa com outra. O que havia era realmente a intenção de sovietizar o Brasil, transformando-o numa república socialista e o meio que algumas facções encontraram foi exatamente o terrorismo e a guerrilha, o que lamentavelmente, levou-os a perder trezentos partidários na luta armada e, o que é muito pior, levou o Estado, para realizar a sua defesa, a perder duzentos homens. Os trezentos inimigos morreram porque partiram para a luta, mas os nossos duzentos morreram pelo dever de defender o Estado, o que, apesar de triste, é extremamente nobre. Agora, eu pergunto: "Quem está sendo indenizado?" Os terroristas, cheios de ódio, que se voltaram contra o Estado!... Só mesmo no Brasil e com o dinheiro do contribuinte!... Imaginem se o Fidel Castro tivesse que indenizar a família dos 17 mil que ele colocou no paredão!...

A guerrilha do Araguaia, por exemplo, foi uma tentativa de reeditar a ação de Mao Tsé-Tung, que começou a revolução no meio rural, mas, no Brasil, naturalmente fracassou porque não houve nenhum apoio da população e teve pela frente o nosso Presidente Médici. Por isso os esquerdistas, que continuam a chorar a morte dos terroristas e guerrilheiros, detestam a figura maior de toda a Revolução, que foi inegavelmente o ilustre Presidente Médici.

Um emérito vencedor em toda a plenitude!

Quais os objetivos claros da luta armada desencadeada no campo e na cidade e quem dava o apoio externo a essas organizações?

O apoio vinha fundamentalmente de Cuba, sobretudo no que tange a apoio logístico que era fornecido a esses grupos por Moscou, através dos comunistas cubanos. O objetivo da luta armada das organizações, que atuavam no campo ou na cidade, era um único – a tomada do Poder.

O que o senhor acha da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI)? Havia necessidade? Como vê essa parte de informações e das operações de informações?

É o que eu gostaria de dizer agora. Não há Estado no mundo por mais simples e desprovido de repercussão internacional que não tenha o seu serviço de inteligência. Ninguém pode prosperar desde a época de Sun Tzu, o grande pensador chinês, sem um serviço de inteligência adequado.

Foi uma jogada extremamente negativa a de Fernando Collor de acabar com o SNI e daí para frente ficou todo mundo sem informações. E não se remonta um Serviço de Informações em poucos anos, demora muitos e muitos anos para formar e preparar pessoal adequado.

Os Destacamentos de Operações de Informações foram a linha de frente para enfrentar na rua e no campo o inimigo solerte e obcecado. Era impossível enfrentar todas aquelas organizações terroristas sem os Destacamentos de Operações de Informações. Eles foram extremamente importantes no nível operacional, como o SNI nas informações para o Presidente da República e os seus escalões mais elevados.

A mídia e os políticos chamam o pessoal que trabalha em inteligência de "araponga", porque contrariam os seus interesses e descobrem as suas mutretagens, as suas pilantragens. Essas coisas todas, com um Serviço de Inteligência adequado, vêm a tona facilmente.

Tive conhecimento não sei até onde é verdadeiro de que Fernando Collor, que na verdade nos traiu, fez conchavo com as forças de esquerda para se eleger, com a promessa de iniciar sua gestão acabando, fechando o SNI. E foi o que aconteceu.

Penso que o maior interessado era ele mesmo, "o rei da patifaria".

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas tiraram algum proveito, se locupletaram naquele período?

Uns poucos elementos das Forças Armadas se locupletaram, mas as Forças Armadas não, pelo contrário, foram muito sacrificadas.

Pior do que aquele período, só o que se iniciou em 1995. Daí para frente, as equipes econômicas têm contingenciado quase todos os recursos das Forças Armadas, com o aval da Presidência da República. Um absurdo, mas as Forças não reclamam, se adaptam, inclusive reduzindo, anualmente, efetivos, com visível perda de sua eficácia.

De sua experiência pessoal, de um modo geral, que avaliação faz dos vinte anos de Revolução?

De um modo geral foi muito positiva o que tirou um pouco o valor, talvez até o brilho do trabalho, foi a excessiva estatização promovida pelo General Geisel.

A tão decantada abertura política, realizada sem o devido controle, e a anistia ampla geral e irrestrita que só vale para o inimigo, não vale para o lado de cá, são acontecimentos que tornam os dois últimos governos ditos também da Revolução devedores do esforço dos verdadeiros revolucionários, dos patriotas que sempre sonharam com um Brasil desenvolvido e não periférico. Basta ver o seguinte: "Quantas famílias já foram indenizadas? Famílias dos radicais de esquerda indenizadas com dinheiro do Brasil nesses últimos tempos, enquanto nenhuma família do nosso lado teve qualquer benefício; pelo contrário, tiveram perdas e assassinatos, sem o menor reconhecimento do Estado".

Exatamente. A gente pode até dizer que aos trezentos deles que morreram – terroristas, criminosos – foi dado apoio e oferecido recompensas. Enquanto que os duzentos nossos, não viram nada, embora defendessem a Nação agredida.

Não viram nada, nem o agradecimento oficial do Estado.

O Governo Figueiredo, com a sua anistia, absolutamente inadequada, permitiu que bandidos voltassem como heróis, inclusive um indivíduo que assassinou um sargento da Aeronáutica dentro do *jeep* foi preso, depois banido e voltou como herói...

Enquanto esses absurdos acontecem no Brasil, sem que ninguém do nosso lado abra a boca, o senhor Fidel Castro continua ditador de Cuba há quarenta anos, recorde de permanência no Poder em todos os tempos no mundo. Qual foi a primeira coisa que ele fez quando assumiu o Poder? Foi mandar confeccionar um uniforme verde-oliva, que continua usando até hoje, sem nunca ter sido militar na vida – ele é advogado, mas continua sendo homenageado por essa esquerda "revanchista" que insiste em chamá-lo de presidente ou comandante e que, ao mesmo tempo, denigre os nossos verde-olivas, o nosso Exército e as Forças Armadas como um todo.

Qual a situação do comunismo no Brasil na atualidade, que alguns afirmam ter desaparecido?

É claro que não desapareceu. O comunismo não desapareceu coisíssima nenhuma, o que caiu foi o Estado socialista na Rússia por incompetência e por ter, durante muitas décadas, alimentado as revoluções socialistas nos diversos países graciosamente e acabou economicamente falido. Mas o comunismo em si não acabou. É uma doutrina extremamente negativa, mas esta aí.

Inclusive agora com a nova roupagem gramscista?

Isto é terrível. Agora a doutrina utilizada vem da Itália, dos "Cadernos do Cárcere", de Antonio Gramsci.

Brigadeiro, a imagem das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso? Como é que diante deste "revanchismo" todo, a opinião pública ainda é tão favorável às nossas Instituições?

Bom, acho que por terem o conhecimento e a certeza de que o grande esteio que existe para a manutenção da nossa nacionalidade, da nossa soberania está nas Forças Armadas.

O povo tem consciência disso.

O povo tem consciência disso tanto é que às vezes em fila de banco se ouve algum comentário. Ah! Na época dos militares, era bem melhor. Já ouvi várias vezes isso sem fazer comentário.

Meu Brigadeiro, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964? O que gostaria de registrar?

A iniciativa do nosso Exército é muito elogiável, porque está na época de dizer, de alguma maneira, com um atraso bastante acentuado, mas ainda a tempo de dar conhecimento às novas gerações, o que foi o Movimento cívico-militar de 31 de Março. A verdadeira história e não a história contada por caminhos tortuosos como vem sendo feito. Então, acho extremamente válida esta iniciativa e parabenizo quem teve a idéia e quem está executando este trabalho.

Brigadeiro-do-Ar Marcio Cesar Leal Coqueiro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Durante a Segunda Guerra Mundial, por cerca de quatro anos, serviu no Esquadrão de Patrulha Anti-submarino, estacionado na Base Aérea de Recife, tendo realizado 220 missões de guerra.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica.
- No exterior, cursou a *Air Navigation School*, em Clinton, Oklahoma, e o *Interamerican Defense School*, em Washington, ambos nos Estados Unidos.
- Foi Instrutor de Navegação Astronômica da Escola da Aeronáutica.
- Oficial da Seção de Informações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- Oficial do Gabinete do Ministro da Aeronáutica (1961).
- Promovido a Brigadeiro em 1967, comandou o II COMAR, em Recife, e o IV COMAR, em São Paulo.
- Em 1964, era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior da Aeronáutica.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, no dia 19 de março de 2002.

Sinto-me gratificado pela oportunidade de poder transmitir informações e dados, com relação aos fatos dos quais participamos, pessoal e intensamente, há cerca de quatro décadas. Acredito que poderão compor, com significativa autenticidade, o quadro da atuação das Forças Armadas na Revolução de 31 de Março de 1964. Desejo externar, ainda, neste início de entrevista, meus calorosos elogios à brilhante iniciativa.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de Março de 1964?

Entendemos que o Movimento nasceu, cresceu e se desenvolveu muito antes dessa tradicional data que rotula sua eclosão. Ainda que não nos afoitemos a arriscar conjecturas nos acontecimentos políticos mais distantes, dos idos de 1922, 1930, 1932, 1935, 1937 etc., cujas influências político-militares, na vida nacional, sempre apresentaram elos e vínculos consideráveis, podemos assumir, tranqüilamente, como data-base, desencadeadora dos pródromos da Contra-Revolução Democrática de 1964, o dia 25 de Agosto de 1961, data da renúncia do Presidente Jânio Quadros à Presidência da República.

Naquele exato momento em que, como anualmente acontece, se comemorava o Dia do Soldado, eram lançados, de forma impensada e irresponsável, um pesado ônus e aflitivas preocupações sobre a Nação e as Forças Armadas.

É claro que, nesse episódio acontecido cerca de três anos antes, as principais raízes fixaram-se na terra, politicamente revolta e adubada. Outras raízes foram se apresentando, como conseqüência tumultuada dos fatos ocorridos após a renúncia do Presidente Jânio Quadros.

À esta altura, devemos esclarecer, à guisa de confirmação e da autenticidade de nosso relato, que, à época, nos encontrávamos em Brasília, servindo no Gabinete do Ministro da Aeronáutica, como Oficial de Ligação com o Gabinete Militar da Presidência da República.

Na análise que fazemos dos acontecimentos, a bem da verdade histórica, com propósito saudável e sem intenção de críticas pessoais, é necessário que se declare, honestamente, acreditarmos ter havido, por parte dos Chefes Militares no Poder, uma avaliação malconduzida da situação, ao decidirem pelo deslocamento dos ministros militares, de Brasília para o Rio de Janeiro, após a renúncia. Assim afirmamos, por considerar que, havendo o Presidente da República abandonado o seu posto e tendo ficado a Nação praticamente, acéfala, o concomitante afastamento dos ministros militares, da Capital da República, centro do Poder, deixaria a sede do governo do País sem a presença dos responsáveis e

zeladores pela manutenção da autoridade e segurança interna. Isso, evidentemente, constituía um risco, deixando-a à mercê dos políticos, no Congresso Nacional, que, como se sabe, não são confiáveis e cuidam, preferencialmente, dos interesses pessoais, partidários e ideológicos. Foi, aliás, o que veio a acontecer, realmente, naquela oportunidade.

Permanecer em Brasília e solicitar a presença dos demais chefes militares das três Forças Armadas, inclusive dos Comandantes de Grandes Unidades, seria exercer, embora de forma indireta, necessariamente, pressão sobre os políticos, inibindo-os de assumirem comportamentos prejudiciais à conjuntura. O que, aliás, veio a ocorrer, ao ser estabelecida, por decisão do Congresso Nacional, a forma de governo parlamentarista, ardilosamente montada, com o propósito de assegurar a posse do Vice-Presidente João Goulart.

Por outro lado, não resta a menor dúvida de que os ministros militares, ao se deslocarem para o Rio de Janeiro, onde turbilhonavam as decisões sobre as possíveis soluções e transparecia o mal-estar, no próprio meio militar, indeciso e inseguro, quanto ao caminho a seguir, iriam se envolver, necessariamente, nesse deteriorado processo, dificultando as suas análises da situação para as tomadas das decisões.

Dessa forma, acabaram deixando-se impressionar com as preocupações latentes, em alguns setores, de ferir os termos e os princípios constitucionais, quando as circunstâncias indicavam que o maior risco que ameaçava a estrutura política do País era a posse do Vice-Presidente João Goulart, muito maior do que assumir posições mais drásticas contra a sua posse. Acabaram, como se sabe, cedendo em seus propósitos estabelecidos, em Brasília, sendo ludibriados pela tese do governo parlamentarista, habilmente apresentada pelo Congresso Nacional e apressadamente aprovada pelos políticos.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal na crise surgida com a renúncia do Presidente Jânio Quadros?

É oportuno que se relate, neste momento, a fim de deixar claro, o sub-reptício e ardiloso comportamento dos políticos, em Brasília: o episódio ocorrido, pessoalmente, conosco, fruto de manobras e falsas versões articuladas pelos partidários ideológicos do senhor João Goulart.

Na condição de Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Grüm Moss, e mais antigo presente em Brasília, recebemos ordem expressa do Ministro de interditar os aeroportos de acesso à Capital da República, a fim de impossibilitar o pouso de qualquer aeronave, civil ou militar, que conduzisse o

Vice-Presidente, João Goulart. Cumprimos estritamente as ordens recebidas, através das providências normais, de bloqueios das pistas de pouso, interditando-as com obstáculos.

Logo, os políticos, senadores e deputados, aliados do senhor João Goulart, reagiram à ordem e às medidas tomadas, através de declarações amplamente divulgadas pela imprensa do País, denunciando a existência de um plano que passaram a chamar de "Operação Mosquito", operação militar com o objetivo de atacar e derrubar qualquer aeronave, civil ou militar, que conduzindo o Vice-Presidente, tentasse pousar na Capital da República.

A verdade é que a "Operação Mosquito" nunca existiu, nem foi cogitada. A interdição dos aeroportos foi, porém, executada, com rigor, sobre a nossa orientação, e em obediência às ordens superiores.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

As imagens fotográficas, amplamente divulgadas, pela imprensa livre e independente da época, bem retratam o reconhecimento do Povo e da Nação às Forças Armadas. Aliás, até hoje, são altamente consideradas pelos elevados índices de aceitação e de aprovação, junto à sociedade, conforme atestam, reiteradamente, as pesquisas de opinião pública, reconhecendo as Forças Armadas, como a mais confiável Instituição do País.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com a presença de cerca de um milhão de pessoas, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, claramente atestam o reconhecimento inequívoco da Nação brasileira pela Contra-Revolução Democrática de Março de 1964, no seu inatacável desempenho e em sua pura ideologia, de amor à Pátria e de defesa dos reais interesses do povo brasileiro.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

A partir da decisão dos chefes militares em favor da posse do Vice-Presidente João Goulart, e no período imediatamente decorrente, vários grupos de oficiais da ativa e da reserva das Forças Armadas, apreensivos com os destinos do País, que passavam às mãos de conhecido e fervoroso adepto da ideologia socialista marxista-leninista, passaram a se reunir. Isoladamente, em princípio, mantendo, porém, contatos através de representantes credenciados, periodicamente, a fim de acompanhar a evolução dos acontecimentos, atentos às manobras políticas das correntes da esquerda radical e dos propósitos ideológicos do Governo.

Grande número de militares, das três Forças, participou desses encontros, dentre os quais, apenas para citar alguns:

Da Marinha: Almirantes Sylvio Heck, Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Estanislau Façanha, Paulo Antonioli, Paulo Mirabeau, Sá Earp. Comandantes Gustavo Engelke, Newton Azevedo, Mario Mello Marques e outros.

Do Exército: Generais Odylio Denys, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Arthur da Costa e Silva, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Antonio Carlos da Silva Muricy, Panasco Alvim, Cezar Montagna, Golbery do Couto e Silva, Helio Ibiapina Lima, Leo Etchegoyen, Ramos de Castro, Fábrega Loureiro e outros.

Da Aeronáutica: Brigadeiros Guedes Muniz, Marcio de Souza Mello, Eduardo Gomes, Ivo Borges, Armando Perdigão, Gabriel Grüm Moss, Serra de Menezes, Manuel Vinhais, Roberto Hippóllyto, Mario J Dias, Souza e Silva, Carlos Affonso Dellamora, Coronéis Adhemar Lyrio, Gustavo Borges, Joaquim Vespasiano, João Paulo Burnier, Juarez de Deus, Velloso e outros.

Civis: Antonio Neder, Antonio Carlos Magalhães, Armando Falcão, Eduardo C Lousada, Otavio Mangabeira, Batista Luzardo, Adhemar de Barros.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

O Governo João Goulart, de acordo com as previsões, decorrido pouco tempo, passou a dar demonstrações inequívocas de seus propósitos ideológicos. Sentindo-se fortalecido, politicamente, deu início a uma série de ações em favor de suas pretensões. Com o apoio do Congresso Nacional, tornou nula a balela do regime parlamentarista. A seguir, passou a ativar a participação no governo dos sindicatos de trabalhadores e de órgãos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Realizavam-se comícios, promoviam-se manifestações públicas de vulto, tudo com agitação programada das massas, sempre utilizando o rótulo de temas ideológicos.

Com o passar do tempo, sentindo-se, também, militarmente apoiado pelas Forças Armadas, embora errando na premissa, iniciou infiltrações nas fileiras de pessoal subalterno. Aliás, foi seu grande erro de avaliação. Logo vieram a ocorrer episódios gravíssimos de quebra de disciplina e de desobediência hierárquica, pondo em risco a estabilidade política e institucional do País.

No dia 13 de março de 1964, teve lugar a realização do explosivo comício na Estação da Central do Brasil, local muito próximo ao Quartel-General do Exército, organizado pelo Presidente Goulart, em acintosa demonstração de desrespeito às Forças Armadas.

Em outra baderna, transformou-se a reunião realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, junto ao Largo do Pedregulho, no Rio de Janeiro, à qual compare-

ceram cabos, marinheiros e fuzileiros navais, representantes de uma Associação de Graduados da Marinha; à reunião, seguiu-se um deslocamento pela cidade, apoiada pelo Almirante Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, que acabou sendo carregado nos ombros das praças.

Por fim, veio o jantar, também oferecido aos sargentos pelo Presidente da República, nos salões do Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30 de março, com a presença de significativo número de militares, ligados a João Goulart, onde houve pronunciamentos ofensivos às Forças Armadas.

Essa reunião, acima referida, do Automóvel Clube do Brasil, assistida por toda a Nação estarrecida, foi considerada inaceitável pelos chefes militares, e constituiu, como não poderia deixar de ser, a gota d'água detonadora do processo de reação das Forças Armadas, atendendo aos reclamos da Nação.

Não havia mais o que esperar. Estava decretada a eclosão da Contra-Revolução Democrática que teve lugar na manhã de 31 de março de 1964.

As reuniões periódicas ocorridas entre os grupos de oficiais da ativa e da reserva, durante o período do Governo Goulart, facilitaram as articulações entre as diversas Unidades e Guarnições das Forças Armadas, principalmente das sediadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Fora dado o basta às manobras políticas e aos propósitos ideológicos, de fundo socialista marxista-leninista, do então Presidente João Goulart.

A movimentação das tropas, em Juiz de Fora, comandadas pelo General Olympio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro e do General Guedes, em direção a Brasília, bem como os demais fatos ligados ao Movimento revolucionário de 1964, nos diversos Estados da União, estão historiados em vários documentos, cabendo salientar a atuação da Academia Militar das Agulhas Negras, sob lúcido comando do General Médici, de fundamental importância para decidir a situação na região do Vale do Paraíba.

Do mesmo modo, a participação direta do Governador Magalhães Pinto, através de seu vigoroso manifesto de apoio, rompendo relações, na primeira hora, com o Governo Federal.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal de João Goulart, quando se desencadeou a Revolução?

A adesão, praticamente unânime, de todo o País, à atitude revolucionária tomada em Minas Gerais, no dia 31 de março de 1964, o que determinou o desmoronamento do Poder, em menos de 48 horas.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

No âmbito da Aeronáutica, o grupo organizado planejou e colocou em execução uma ação militar, visando à tomada e ocupação da Escola de Especialistas da Aeronáutica, com sede em Guaratinguetá, com o objetivo de ter em mãos uma Unidade dotada de campo de pouso e estrutura para operar, normalmente, com aeronaves, em apoio às Forças Terrestres.

O planejamento da operação previa o deslocamento do grupo, pelo mar, a partir do Iate Clube do Rio de Janeiro, com a cooperação de civis possuidores de embarcações apropriadas, e desembarque no litoral do Estado de São Paulo. A seguir, por terra, subiriam a serra, até Guaratinguetá. Deveriam participar da operação, comandada pelo Brigadeiro Guedes Muniz, os Brigadeiros Manoel Vinhas, Adhemar Lyrio e eu, além de outros companheiros. Com o desenrolar favorável do Movimento revolucionário, nos primórdios do dia 1º de abril, a operação foi cancelada, momentos antes da largada das embarcações para seus destinos.

Outro grupo de oficiais da Aeronáutica, relativamente numeroso, veio a participar diretamente das operações militares em defesa do Governador do Estado do Rio, Carlos Lacerda, cujo palácio de despachos – Palácio da Guanabara – estava para ser cercado por tropas de Fuzileiros Navais, comandadas pelo Almirante Aragão. Pertenciam a esse grupo os Brigadeiros Carlos Affonso Dellamora, Souza e Silva, João Paulo Burnier e os Coronéis Gustavo Borges, Francisco Fontenelle, Roberto Leuzinger, Próspero Punaro Barata, Juarez de Deus Gomes, além de outros. O Palácio Guanabara transformar-se-ia em um real campo de batalha, mas com a chegada de carros de combate, comandados pelo Tenente Perdigão, que aderiu à Revolução, e a desistência das tropas do Almirante Aragão de executarem o cerco, pressionadas pelo General Morais Âncora, Comandante do I Exército, que desautorizou qualquer ataque dos fuzileiros ao Palácio, evitou-se um verdadeiro massacre.

No seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Desde logo, desejamos salientar que consideramos haver um acentuado grau de impropriedade nas denominações atribuídas ao Movimento revolucionário de 1964. Na realidade, o que ocorreu foi uma Contra-Revolução democrática, em frontal oposição à preparação e ao desenvolvimento de uma Revolução Socialista, de fundo "marxista-leninista", em acelerado processo de concretização, sob o comando pessoal e as ordens do Presidente da República, senhor João Belchior Goulart, apoiado pelas esquerdas radicais.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

É claro que o desempenho de qualquer função, seja no setor público seja no setor privado, no âmbito civil ou militar, no meio industrial ou comercial, ou, ainda entre os profissionais liberais, irá, naturalmente, depender do cunho pessoal que lhe der o seu executante. Há militares, por exemplo, que desempenham funções de comando, com características eminentemente civis e há civis que exercem funções de mando, com características eminentemente militares. Por outro lado, são as circunstâncias do momento que determinam este ou aquele tipo de comportamento, mormente no caso em pauta, abrangente, de um período pós-revolucionário, freqüentemente afetado por crises, sujeito a ações subversivas capazes de ameaçar a segurança interna.

Demandaria muito tempo, expor, pormenorizadamente, o desempenho do Governo de cada um dos chefes militares nos períodos de seus respectivos mandatos. Podemos, porém, desde logo, afirmar que as acusações e imputações a eles atribuídas pelas esquerdas radicais, inimigas do Movimento revolucionário de 1964, são falsas e mentirosas, fruto de um "revanchismo" tendencioso e odioso, de fundo ideológico, com propósito, inclusive, de auferir benefícios financeiros concedidos pelo atual Governo da República.

O primeiro Chefe de Estado do período da Contra-Revolução Democrática de 1964, o Presidente Humberto Castello Branco, não tomara parte, pessoalmente, nas conspirações, mas, certamente, delas tivera conhecimento. Foi, porém, escolhido, em face de suas extraordinárias qualidades morais, integridade pessoal, com acentuadas características de equilíbrio, de justiça e bom senso, aliadas a uma invulgar capacidade profissional, amor ao trabalho e dedicação à Pátria.

É do conhecimento geral, que, para ele, foi muito difícil e constrangedor a conciliação de seu espírito extremamente legalista e seus escrúpulos de fidelidade constitucional, diante da alternativa, que lhe fora apresentada pelo destino, de ter de concordar com a solução institucional, imposta pela grave crise político-militar.

Aceitou o Governo, impondo condições ditadas por sua consciência, ou seja, eleição por ato do Poder Legislativo, voto indireto, com mandato limitado ao término do período do Governo João Goulart. Invocava a tendência nacional, intuitiva do povo brasileiro, para a liberdade e para a democracia.

Encontrou o País à beira do caos. A indústria e o comércio desmantelados, por falta de capitais, em face das greves intermináveis. As Forças Armadas, apresentando sinais de descontentamento e divisão interna principalmente pela falta de atos punitivos contra todos aqueles que se voltaram acintosamente contra a

disciplina e a hierarquia nas três Forças e contra os subversivos e corruptos de uma maneira geral. Sistema financeiro em desordem. Saúde pública e agricultura desorganizadas e desmontadas. Sistema político, sem lideranças significativas, e o sindicalismo, nas mãos dos pelegos. Sistema educacional, à deriva; alunos e professores, dedicando-se à subversão da ordem. Sistema rodoviário e ferroviário inoperantes. Sistema de comunicações em estado desesperador. Essa a herança deixada pelo Governo do senhor João Goulart.

Em carta, o Presidente escrevia: "Sou, verdadeiramente, síndico de uma falência, cuja massa está em uma desordem incrível".

A meta inicial deveria ser pôr a casa em ordem. Castello tinha uma forte convicção democrática. Jamais transigiria dela. É claro que, através de um governo ditatorial, seria muito facilitada a administração dos problemas internos, porém criaria outros problemas, igualmente graves.

Seu comportamento no Governo era, ao mesmo tempo, suave nas maneiras e inflexível nas determinações.

O Estado de São Paulo, jornal que manteve sempre uma posição de crítica ao seu governo, publicou, no Editorial do dia que se seguiu à sua morte, 19 de julho de 1967, o seguinte:

"Habituamo-nos a ver em S. Exª um dos maiores Presidentes que a República já teve no Brasil. Se não podemos, realmente, olvidar a ação, no Poder, de um Prudente de Morais, de um Campos Salles, de um Rodrigues Alves, não devemos, também, reduzir a gravidade, gravidade extrema da situação nacional ao ascender ao Governo o Marechal Castello Branco. Econômica, política e socialmente, chegamos, em março de 1964, à beira do colapso e, medindo agora o caminho que, desde então, palmilhamos, temos a sensação de nos acharmos em face de um verdadeiro milagre, tal é a diferença entre a situação que hoje desfrutamos e a que então angustiava o País. E se essa admirável obra é de toda a Nação, que soube arcar com os sacrifícios a ela impostos, manda a Justiça acentuar que o grande fator do êxito foi a confiança por todos depositada no homem impoluto, destemido e honrado que a Revolução guindara à curul presidencial."

Ao Presidente Castello Branco, seguiu-se, na Chefia do Estado, o General Arthur da Costa e Silva; tendo assumido a 15 de março de 1967 e deixado o Governo, por motivo de saúde, em 31 de agosto de 1969.

Sua participação, na seqüência e desenvolvimento do Movimento revolucionário de 1964 foi intensa e relevante, tendo assumido o comando do Exército em 31 de março de 1964, por ser o oficial General mais antigo, em serviço ativo, no Rio de Janeiro. Em face de suas atitudes oportunas e corajosas, conseguiu concen-

trar poderosa parcela de poder que lhe permitiu a Chefia do Comando Supremo da Revolução e a coordenação do processo institucional do Movimento revolucionário.

Era do conhecimento público que o Presidente Castello Branco desejava ser substituído por um candidato civil, na Chefia do Governo. Apesar desse fato, Costa e Silva, influenciado e estimulado, por todas as lideranças políticas e militares, aceitou candidatar-se, tendo sido eleito, pelo Congresso Nacional, pela forma indireta, através do Colégio Eleitoral, pelo prazo de quatro anos.

Homem enérgico e definido, dotado de profundas convicções, com base na Justiça, na Lei, na Liberdade. Durante seu Governo deu plena aplicação às prescrições da Constituição de 1967 e na consolidação da Ordem Constitucional. A base de sua política de Governo se reportava ao tema de "Tudo pelo Social".

Foram realizadas grandes obras de infra-estrutura, mantendo o equilíbrio entre as medidas antiinflacionárias e o desenvolvimento do País. Exerceu um papel importante no crescimento do Comércio Exterior e no marcante aumento da rede de transportes rodoviário e na melhoria das estradas. Atuou no desenvolvimento do Plano de Comunicações.

A partir de 1968, o Governo começou a colher os excelentes resultados da reforma tributária implantada pelo antecessor e continuada por Costa e Silva, que já contribuía para o chamado Milagre Brasileiro, na área econômica.

O período do seu Governo foi, porém, muito afetado por graves agitações. Os políticos, confundindo atitudes de tolerância e compreensão com fraqueza e indecisão, partiram, acintosamente, para a contestação, acompanhados de atitudes subversivas na área estudantil, com significativo apoio no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Deputado Marcio Moreira Alves pronunciou violento discurso considerado ofensivo às Forças Armadas. Além de incitar a população a não dar apoio aos festejos da Semana da Pátria, deixando de comparecer às paradas militares, como de costume, e outras ofensas pessoais, referiu-se ao Exército Brasileiro como sendo o "valhacouto de torturadores". Tais atos determinaram imediata reação dos militares e a solicitação do Governo, à Câmara dos Deputados, da cassação, através de processo, do deputado em questão, o que foi negado.

Em conseqüência, o Presidente Costa e Silva, com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, fez editar o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968.

No dia 26 de agosto, o Presidente Costa e Silva apresentou sintomas de trombose cerebral, não conseguindo assinar o Projeto de Emenda Constitucional e a revogação do Ato Institucional nº 5. Em 31 de agosto de 1969, tendo se agravado o seu estado de saúde, os ministros militares tomaram a decisão de assumirem

o Poder temporariamente, constituído em uma Junta Militar (Almirante Rademaker Grünewald, General Aurélio de Lyra Tavares e Brigadeiro Márcio de Souza e Mello).

Na seqüência dos governos da Contra-Revolução Democrática de 1964, se apresenta a ilustre figura do General Emílio Garrastazu Médici. Possuidor de um passado pessoal e profissional ilibado, ao ser informado de sua escolha para ocupar a Chefia do Estado, lutou, insistentemente, contra a sua indicação, demonstrando, desta forma, não ter a menor ambição do poder político. Em face, porém, da forma impositiva com que lhe foi apresentada a situação e das difíceis circunstâncias motivadas pela súbita enfermidade do Presidente Costa e Silva e, por outro lado, pelos problemas de segurança interna criados pelas contestações ao regime, através da guerrilha urbana e rural, acabou decidindo aceitar o árduo encargo, embora, ainda constrangido.

Foi eleito, da mesma forma que os chefes de governo anteriores, pelo Congresso Nacional, voto indireto, para o período de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Em seu primeiro pronunciamento, ao assumir, declarou claramente: "É minha intenção deixar definitivamente instaurada a Democracia, em nosso País, e bem assim, fixadas as bases de nosso desenvolvimento econômico e social".

O Governo Médici foi extremamente atuante, em particular nas áreas de Planejamento, da Economia e dos Transportes. No ano de 1970, em face das hábeis políticas estabelecidas pelos ministros do Planejamento e da Fazenda, o índice de crescimento econômico cresceu para 10%. Esse surpreendente e elevado índice continuou a justificar a conceituação estabelecida em 1968 do chamado milagre brasileiro. Quanto à área econômica, tiveram maior destaque os trabalhos de infra-estrutura, como rodovias implantadas e outras melhoradas, ferrovias reequipadas, novos portos implantados e outros recuperados e as hidrelétricas construídas e equipadas, além de um grande número de outros empreendimentos que valorizaram o desempenho de seu Governo.

A situação política era, porém, muito difícil, com o Congresso, recentemente saído do recesso, a edição do AI-5 e o período da interinidade da Junta Militar provisória. As Forças Armadas, insatisfeitas e inquietas com os rumos da Contra-Revolução. Concomitantemente, a subversão aumentava sua intensidade, através de ações de guerrilha, rural e urbana, envolvendo, principalmente, universitários. Em razão dessas circunstâncias adversas, o Presidente Médici contemplava, com tristeza e amargura, a impossibilidade de poder cumprir a promessa feita, no início de seu Governo, de "deixar instalada a Democracia no País".

Concluiu, porém, o Governo, admirado pela grande maioria da sociedade, aplaudido, como tantas vezes o fora, no Estádio do Maracanã. O seu período foi,

também, o mais profícuo de toda a história econômica brasileira, no qual, em todos os anos, o Produto Interno Bruto cresceu a mais de 10%.

Ao General Médici, seguiu-se o General Ernesto Geisel, na chefia do Governo, tendo assumido no dia 15 de março de 1974 e deixado o cargo a 15 de março de 1979. Da mesma forma que os demais, foi eleito pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional pelo voto indireto.

O projeto político de seu governo se traduzia pela linha básica definida como a de "distensão lenta, gradual e segura", enfatizando o tradicional binômio do "desenvolvimento com segurança".

Imprimiu uma orientação à política externa, privilegiando a abertura de novas oportunidades e estabelecendo o famoso Acordo Nuclear com a Alemanha, do qual resultaram, efetivamente, as Centrais Atômicas Angra I e Angra II. As principais metas da política econômica foram definidas pelo seu Plano Nacional de Desenvolvimento. O petróleo, a energia e os insumos básicos foram os setores que receberam os maiores incentivos.

Os problemas políticos internos, através de entidades civis e setores sociais, especialmente na área estudantil, sempre ampliando suas reivindicações e provocando agitações. Utilizando-se das atribuições do AI-5, em 1977, o Governo manteve o Congresso Nacional fechado pelo prazo de 14 dias, tendo, nesse período, decretado a reforma do Poder Judiciário. Segundo o livro "Tudo a Declarar", de autoria do Ministro Armando Falcão, páginas 351 e 352, o Presidente Geisel, seguindo sua sugestão, além de manter o Congresso fechado pelo prazo supracitado, decretou a reforma do Poder Judiciário. Em 31 de dezembro de 1978, foi extinto o Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

O último Chefe de Estado do Movimento Revolucionário de 1964 assumiu o governo em 15 de março de 1979, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, eleito pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, através de votação indireta.

Os maiores problemas enfrentados no seu Governo, na área econômica, foram a segunda crise do petróleo, que se apresentou violenta, o do montante da dívida externa e o do déficit na balança de pagamentos, além do aumento da inflação. As principais metas da Política Econômica foram estabelecidas pelo III Plano Nacional de Desenvolvimento. Por outro lado, intensificou os programas de pesquisa e investimento das fontes energéticas alternativas e o desenvolvimento das telecomunicações.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Os dois últimos Presidentes deram início e prosseguimento a um processo de anistia ampla aos envolvidos nas agitações e subversão ocorridas no período da Contra-Revolução de 1964. Pessoalmente, fomos e somos contrários à decisão de dar prosseguimento a esse processo de anistia que beneficiava subversivos e terroristas, envolvidos e responsáveis pelo cometimento de crimes hediondos, rotulados de oposição à "ditadura militar".

Ativistas de assaltos a bancos e ataques a quartéis das Forças Armadas provocaram mortes e ferimentos a militares, empenhados no dever de defesa da Pátria, mas, também, a civis inocentes e a estrangeiros. Muito atuantes na guerrilha urbana, provocaram inúmeras explosões de bombas em locais públicos, mataram homens, mulheres e crianças, numa luta armada suja, a serviço de uma ideologia espúria, com base na revolução socialista marxista-leninista.

"É tolice jogar fora a espada quando os outros estão, apenas, ocultando as suas." Com base nessa grande verdade de Maquiavel, tivemos, então, que responder à guerra, obstinada e sanguinolenta, que eles iniciaram contra o Estado, intoxicados pela ideologia comunista.

Ao comentarmos o comportamento dos Chefes de Estado dos Governos Militares da Contra-Revolução de Março de 1964, parece-nos oportuno estabelecer uma comparação com governos exercidos por civis, nos períodos anterior e posterior aos ocupados pelos militares.

Assim, partindo do Governo de Getúlio Vargas, constata-se que os desmandos com a coisa pública, a corrupção e a desordem administrativa eram de tal ordem e gravidade que determinaram o suicídio do Presidente da República, mentalmente transtornado, pela participação direta, de seus parentes e colaboradores.

No Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, havia acusações contra ele de malbaratamento das verbas utilizadas na construção da nova Capital da República, em Brasília, beneficiando-se, pessoalmente, com o dinheiro público, dando, inclusive, motivo a uma rebelião militar, em 1958.

Seu sucessor, o Presidente Jânio Quadros, em ato estúpido, irresponsável e intempestivo, renunciou, sem maiores esclarecimentos, ao cargo, deixando o País em meio a uma crise sem precedentes.

O péssimo Governo do Presidente João Goulart redundou, desgraçadamente, nos fatos de amplo conhecimento e diretamente atinentes à Contra-Revolução Democrática de 1964.

Já nos governos civis, posteriores ao período do Movimento revolucionário de 1964, o primeiro presidente a assumir, José Sarney, ao referir-se à situação de caos que chegou a atingir a sua administração, declarou, textualmente, de

público: “Que o País era ingovernável”, qualificando a Constituição de 1988 como a “Constituição da Ingovernabilidade”.

Sucedeu-lhe o alagoano Fernando Collor de Mello que, processado pelo Congresso Nacional, sofreu *impeachment*, acusado de corrupção e incompetência administrativa. Foi substituído por Itamar Franco, cujo governo teve pouca duração, nada tendo realizado de importante que merecesse ser relatado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, que ocupou o cargo, na seqüência, em janeiro de 1995, para seu primeiro mandato e, em janeiro de 1999, para o segundo mandato, teve um desempenho, em ambos, medíocre, e que lhe granjeou índices de rejeição da opinião pública muito elevados (45%), bem como baixos índices de aprovação (22%), o que contribuiu para a derrota do seu candidato.

O senhor acha que a Revolução de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

De acordo com o exposto, pode ser verificado que o comportamento e o desempenho administrativo dos Chefes de Estado dos Governos da Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, impropriamente denominados de “Governos Militares” e, maldosamente chamados de “ditaduras militares”, transcorreram com a apresentação de níveis elogiáveis de qualificação, sensível crescimento nos índices de desenvolvimento em todos os setores, sempre de forma nitidamente superior aos Governos da República sob a chefia de civis.

Por outro lado, pode ser historicamente constatado que, nos períodos de crises institucionais, ocorridos no Brasil, que pudessem ter colocado em risco a Segurança Interna, tais como em 1922, 1924, 1926, 1930, 1935 (Intentona Comunista), 1937 (Repressão ao Integralismo), e nos longos anos da ditadura Vargas, os governos, sob as chefias de cidadãos civis, foram obrigados a desencadear rigorosas medidas de repressão, a fim de garantir o cumprimento da Lei e a Ordem. Inclusive, com a decretação, do recurso extremo do estado de sítio.

Hoje em dia, muito se fala em “ditadura militar”, “anos de chumbo” etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

As esquerdas radicais, hoje, através da mídia, controlada e tendenciosa, insistem em denominar o período do Movimento revolucionário de 1964 de “ditadura militar” e o período 1969-1973 “anos de chumbo”, fase em que o Estado enfrentou a guerrilha urbana e rural. Omitem as lembranças, por exemplo, da “ditadura Vargas”, exercida por um governo civil, durante longo tempo. Essa sim, uma verdadeira forma ditatorial de Governo, com todos seus matizes e excessos, maus tratos e arbitrariedades praticados por diretos colaboradores do Presidente, como o conhecido Chefe de Polícia, Filinto Muller. Como justificam, esses difamadores ideológi-

cos, sua estreita vinculação com o Governo de Fidel Castro, que mantém Cuba e os cubanos, esses sim, sob uma verdadeira pressão de "anos de chumbo"?

A explicação está no propósito ideológico de implantar, no Brasil, um regime de governo socialista marxista-leninista, para o que há necessidade estratégica de desprestigiar e desmoralizar as Forças Armadas e os seus integrantes, as únicas Instituições capazes de se oporem e de impedirem a concretização, com êxito, dos desideratos comunistas.

A imagem do Exército e das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O movimento militar que deu início à Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 foi fulminante e incruento. Uma forte e incomparável aprovação popular, bem como uma intensa atuação dos políticos e da imprensa, complementaram e legitimaram a Revolução. Ela foi oportuna e necessária. Operou em quase tudo, com acerto e visão de futuro. Foi profunda em iniciativas e reformas gerais implementadas...

A respeito, o Editorial do *Jornal do Brasil*, de 1º de abril de 1964, assim se manifestou, entre outras considerações:

"Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o País de propósitos de desordem e de vontade de ferir a Constituição. Os réus pretendem transformar-se em acusadores. Não. Eles tiveram todas as oportunidades de voltar à legalidade e reincidiram no crime. Nada há a temer. A segurança interna e externa do Brasil se recompõe com a expulsão dos falsos legalistas. Eles serão expulsos da Guanabara e não encontrarão guarida em nenhum ponto do solo pátrio. As Forças Armadas responsáveis pela segurança interna e externa do País saberão encontrar logo a solução constitucional cabível para a imperiosa deposição do caudilho João Goulart."

Que mensagem final, Brigadeiro Marcio, o senhor gostaria de deixar acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrada por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Ao encerrar meu depoimento no Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, devo declarar que me sinto honrado de ter convivido com esses relevantes fatos da História de nosso País, de grande significado para o seu futuro, como Nação livre e povo de índole cristã e sentimentos democráticos. Estamos, como todos os revolucionários de março de 1964, com a consciência tranqüila por havermos cumprido com nosso dever, de militares e de brasileiros.

Brigadeiro-do-Ar Carlos Affonso Dellamora

- Natural da Cidade de Itaqui/RS.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e, nos EUA, os de Manutenção de Aviões PV-1 (Burbank/Califórnia) e Instrutor Acadêmico da Escola de Comando e Estado-Maior da USAF (Montgomery/Alabama).
- Exerceu as funções de Subcomandante do Parque da Aeronáutica de Canoas/RJ, Comandante do 1º Esquadrão do 1º Grupo de Transporte da Base Aérea do Galeão e Comandante da Base Aérea dos Afonsos.
- Foi Subchefe da Aeronáutica no Gabinete Militar da Presidência da República e Chefe do CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.
- Recebeu as nomeações de Adido Aeronáutico, de Membro da Junta Interamericana de Defesa e de Membro da Comissão Militar Mista de Defesa em Washington/EUA.
- Em 1964, no posto de Coronel-Aviador, prestava serviços no Estado-Maior da Aeronáutica.

Entrevista realizada em 20 de março de 2002.

Que fatos gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Com relação aos pródromos, posso declarar que a classe militar principalmente os oficiais da Aeronáutica, Exército e Marinha só começaram a ter uma noção exata do que ocorria no Brasil a partir dos acontecimentos que culminaram com o suicídio, em 24 de agosto de 1954, do Presidente Getúlio Vargas.

O assassinato do Major-Aviador Rubens Florentino Vaz causou um trauma tão grande na Aeronáutica que a Força praticamente parou desde o dia 5 de agosto até a posse do novo governo que assumiu depois de Getúlio Vargas. O novo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, era o líder natural da Força e a situação normalizou, mas não por muito tempo.

Os acontecimentos de 11 de novembro de 1955 colocaram a Aeronáutica em estado de rebelião. O Brigadeiro Eduardo Gomes não aceitou o golpe e conseguiu deslocar quase toda a força de combate para São Paulo, para, segundo suas próprias palavras, tentar resistir. Não conseguiu apoio, voltamos para o Rio de Janeiro derrotados.

Veio o Governo de Juscelino Kubitschek, acompanhado do General Lott, figura incontrastável no Governo etc. Em fevereiro de 1956, Velloso parte para Jacareacanga. Chegou a tomar Santarém, mas foi obrigado a deixar a cidade, embrenhando-se na selva e acabou preso.

Em 1959, vem o movimento de Aragarças, com Burnier, Velloso, Lebre e outros que acabaram exilados na Bolívia, Paraguai e Argentina.

Jânio Quadros – a nova esperança – renuncia e, daí em diante, passamos a viver o caos.

Jango – o Governo das agitações permanentes – empenha-se em destruir a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e em eliminar seus desafetos, dardejando suas ferinas manobras, como as arquitetadas para matar o Governador Carlos Lacerda. O País, cansado de conviver com a irresponsabilidade e incapacidade governamentais, levanta-se em 31 de Março de 1964, dia em que arrancamos os janguistas e comunistas do Poder.

A partir do dia 11 de novembro, vale lembrar, as reuniões eram quase que só de oficiais da Aeronáutica, mas, aos poucos, integrantes do Exército e, também, da Marinha passaram a participar e, aí, já começamos a caracterizar os encontros como verdadeira conspiração.

A partir da posse do Jango, as reuniões conspiratórias passaram a abranger praticamente todo o território nacional.

Os oficiais viajaram do Rio para contatos em todas as grandes cidades brasileiras, onde começaram a sentir os primeiros sinais claros de desapontamento e

de revolta contra o Governo que infelicitava o nosso País, incentivando a discórdia e o conflito nos mais diferentes setores da população, estimulando, sobretudo, a luta de classes.

Na Aeronáutica, os oficiais que se opunham ao Governo estavam em sua totalidade em funções burocráticas.

Um fato marcante, que acabou jogando até os indecisos ao lado dos oposicionistas, foi o episódio ocorrido em dezembro de 1958. O Ministro da Aeronáutica viajou para os Estados Unidos e deixou o General Lott como Ministro Interino da Aeronáutica. Foi a gota d'água – explodiu na imprensa brasileira a famosa Carta aos Brigadeiros que gerou uma cadeia de solidariedade, chegando a serem presos por trinta dias cerca de um mil oficiais. Centenas de outros só não foram presos, porque as autoridades resolveram não mais prender ninguém. Concomitante com a carta, houve a cerimônia da Formatura da Turma de 1958 na ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica). Com a chegada do Marechal Lott, grande parte dos instrutores e oficiais alunos se retiraram do salão e a cerimônia praticamente terminou e os diplomas foram entregues nos escaninhos.

No meu caso – Instrutor da ECEMAR desde 1954 – saí da cerimônia direto para cumprir a pena de trinta dias na Base Aérea de Santa Cruz, nunca mais voltando àquela Escola.

Em 1963 – na Escola Superior de Guerra – pude sentir na sua plenitude o ambiente inteiramente contrário à situação. No início de 1964, encostado no EMAER (Estado-Maior da Aeronáutica), cerca de três dias antes do 31 de março, fui chamado pelo Brigadeiro Burnier, para junto com outros companheiros da Aeronáutica, do Exército e civis tomar parte na defesa do Palácio Guanabara. Quando lá chegamos, encontramos o Coronel-Aviador Gustavo Borges, que era o Secretário de Segurança do Estado da Guanabara.

Aí, ficamos sabendo que a Revolução estava para eclodir e viria de Minas Gerais. O Coronel Borges tinha seu plano já montado para defender o perímetro do Palácio, utilizando Forças da Polícia Militar, e bloqueando todo o acesso ao Palácio, com caminhões de lixo da limpeza urbana. O inimigo mais aparente eram os fuzileiros navais que iriam atacar comandados pelo Almirante Aragão.

Convém salientar que, após o comício da Central no dia 13 de março, só um "anjo" poderia acreditar que as Forças Armadas iriam assistir passivamente a comunização do Brasil.

Já no dia 30 de março, ficamos sabendo que o General Mourão Filho e o General Carlos Guedes só aguardavam o pronunciamento do Governador Magalhães Pinto para iniciar o Movimento. No fim, o que se viu foi que o Almirante Aragão não

atacou e os tanques do I Exército que foram mandados para atacar o Palácio Guanabara acabaram aderindo à Revolução.

Consolidada a vitória, fui comandar a Base Aérea dos Afonsos, onde fiquei três anos e, em seguida, fui para a Casa Militar do Presidente Costa e Silva.

As primeiras decepções ocorreram quando notórios corruptos e ladrões foram tirados da primeira lista de cassados. Não foi a Revolução que os tirou e sim os que dela não participaram, mas que se incorporaram à mesma, agindo "por baixo dos panos".

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

A meu ver, o divisor de águas foi a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a conseqüente posse do Presidente João Goulart.

A renúncia foi uma verdadeira bomba lançada contra aqueles seis milhões de eleitores que se viram repentinamente órfãos a observar a ação dos três ministros militares e o transporte das tropas do Exército para o Sul e unidades da FAB para Florianópolis. Após o plebiscito em janeiro de 1963, as Forças Armadas foram atingidas diretamente pelo Governo com muito mais poder, conseqüência da adoção do regime presidencialista e o 31 de Março era apenas uma questão de tempo.

Dentre as causas mais remotas, estão o assassinato do Major Rubens Vaz, o suicídio de Vargas e o manifesto dos coronéis que levou à novembrada, o 11 de Novembro de 1954.

A gota d'água foi o comício da Central do Brasil, em 13 de março, a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem e, principalmente, o discurso do Presidente da República, ofensivo à disciplina e à hierarquia das Forças Armadas no Automóvel Clube do Brasil, fatos insuportáveis ocorridos no Rio de Janeiro.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A influência da guerra fria considero relativa. O mundo estava dividido entre as democracias e os regimes totalitários, representados por comunistas e socialistas; isto, é claro, trouxe conseqüências, para o Brasil e suas Forças Armadas, claramente favoráveis à democracia.

Já ao fim da Segunda Guerra Mundial, o retorno, a partir de junho de 1945, dos pracinhas vitoriosos da Itália, onde lutaram pela democracia, acabou desaguando no 29 de outubro de 1945 com a queda de Getúlio Vargas.

Gostaria de nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Resumidamente, acredito que o período JK – Juscelino Kubitschek – aquele clima de entusiasmo desenvolvimentalista, "50 anos em 5", construção de Brasília etc. chegou a enganar, por algum tempo, o povo, mas, para a classe militar, que estava atenta, não passaram desapercebidas as falcatruas, as roubalheiras, o enriquecimento ilícito e rápido dos comparsas de JK etc. O resultado foi a esmagadora vitória de Jânio nas eleições de 1960, o qual se apresentou como o antídoto à corrupção, "o homem da vassoura", aquele que iria limpar o Brasil.

A súbita renúncia de Jânio e a posse de Jango, com seu populismo demagógico e a infiltração comunista, só podiam resultar nos acontecimentos que vivemos então e acabaram no desfecho esperado de 31 de março de 1964.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Pelo que sentia nas reuniões que tínhamos freqüentemente com os outros oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, posso afirmar que sim. O problema principal era que todos os comandos principais estavam nas mãos de elementos do famoso dispositivo militar dos Generais Argemiro de Assis Brasil, Osvino Ferreira Alves e Crysantho de Miranda Figueiredo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

A Igreja Católica já naquele tempo – como agora – estava dividida entre os conservadores, a maioria, e o chamado "clero progressista". Dom Helder Câmara – que antes fora integralista, tornando-se depois comunista – causou estragos muito grandes com suas pregações "progressistas" quando, ao comentar as agitações nas grandes cidades, se referia aos agitadores chamando-os de "os admiráveis guerrilheiros urbanos". Havia vários outros bispos "progressistas" como os Lorcheider, Casaldaglia, Tomás Balduíno etc. mas do nosso lado havia dois grandes cardeais – Dom Jaime de Barros Câmara, que era do Rio de Janeiro, e o Cardeal Dom Vicente Scherer, do Rio Grande do Sul. Daí, podemos entender as famosas e inesquecíveis Marchas da Família brasileira, das mulheres brasileiras, que foram às ruas "marchando com Deus pela Liberdade".

O que gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"?

As "Ligas Camponesas" de Julião faziam no Nordeste exatamente o que o MST (Movimento dos Sem Terra) faz hoje em, praticamente, todo o território nacional, sem o menor respeito à propriedade privada e ao patrimônio público, contando com o alheamento das autoridades, sobretudo, em nível federal.

Os "grupos do onze", do Brizola, estavam articulados mais no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Creio que havia muita propaganda, pois na hora "H" da Revolução não apareceu nenhum "grupo dos onze" para se opor.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das Associações congêneres, como o Clube da Aeronáutica?

Uma tentativa séria de criar cisões na minha opinião foi o golpe do General Lott em 11 de novembro de 1955, que criou feridas só cicatrizadas anos mais tarde, mas isso foi naquela ocasião, quando a Aeronáutica foi humilhada com suas Bases cercadas por tanques do Exército.

Fez isso e pagou levando uma surra nas eleições contra Jânio Quadros...

Com relação ao ambiente nos quartéis, só posso me referir aos da Aeronáutica. Lembro que todos os Comandos da Força estavam nas mãos de oficiais janguistas. Afirmo, porém, que os comandos não controlavam ninguém. Como exemplo, recordo o dia 1º de abril, data em que o Coronel-Aviador Alfredo Gonçalves Correa, com seis oficiais leais, invadiu a Base do Galeão, assumiu o Comando da Base em nome da Revolução e não houve a menor reação por parte do Coronel-Aviador que a comandava – até então. É válido lembrar que, nessa Base do Galeão, tinha se refugiado toda a cúpula do dispositivo janguista na Aeronáutica, inclusive o seu Ministro, Brigadeiro Botelho, e outros brigadeiros que saíram de "fininho".

Sobre o Clube Militar não tenho informação, mas o Clube da Aeronáutica, a partir de 31 de março passou a funcionar como se fosse o Ministério e era para onde iam os oficiais quando souberam da eclosão do Movimento.

O nosso grupo que estava no Palácio Guanabara, quando foi "dispensado" da missão, que não mais se fazia necessária, se dirigiu para o Clube e lá ficou "acantonada" por cerca de uma semana. O grupo acabou se "dissolvendo" quando a maioria dos oficiais que a ele pertenciam foi chamada para exercer funções na nova situação, lembrando o episódio do atentado contra o Brigadeiro Lavanère Wanderley e a defesa do mesmo, feita pelo Coronel Hippóllyto da Costa.

A reação do Coronel-Aviador Alfeu Monteiro que não quis passar o Comando da 5ª Zona Aérea, atirando no Brigadeiro Wanderley, fez com que o Coronel Hippóllyto revidasse dando-lhe um tiro certeiro que causou a sua morte. Aliás, esse tiro foi transformado pelos inimigos da Revolução em 16 tiros. Veja o absurdo de quem anda elaborando documentos e escrevendo livros por aí, pertencente

à esquerda "revanchista". Um tiro, em legítima defesa de terceiros pela frente, do qual foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar, transformou-se em 16, pelas costas. É possível acreditar no que esses mentirosos estão colocando no papel? Essa mentira foi forjada para indenizar a família do Coronel janguista Alfeu.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A "fermentação" que havia no seio das Forças Armadas transformou-se em ação motivada por vários fatores.

Ao fundo, a renúncia de Jânio e a humilhação sofrida pelas Forças Armadas que foram obrigadas a aceitar a posse de Jango, vencidas pela guerra psicológica de Brizola – Campanha da Legalidade e posterior defecção de General Machado Lopes, Comandante do III Exército. Cabe lembrar que o outro lado dispunha da totalidade da Marinha, da Aeronáutica e de praticamente todo o Exército Brasileiro com exceção da tropa do General Machado Lopes. A seguir, cito, como grande motivação, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais o papel das mulheres foi fundamental, que, em Minas Gerais, impediram um comício do Brizola.

Outra razão foi o comício da Central do Brasil, com toda a "comunada" presente e as ameaças que os oradores faziam a quem se opusesse às "reformas de base".

A revolta dos marinheiros num sindicato em Benfica (Triagem), que levou, posteriormente, o "almirante do povo" Aragão a ser carregado como vitorioso pelos manifestantes, foi um forte argumento a mostrar que aquele governo realmente não governava...

E tudo culminou com o discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, onde ele desacreditou a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Não tenho a menor dúvida, basta ver as manchetes dos principais jornais do País naqueles dias gloriosos que se iniciaram em 31 de março.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Está mais do que claro: o que fazia o "general do povo" Osvino Ferreira Alves?

E o que fazia Luís Carlos Prestes nos comícios ao lado do Presidente? A agitação nos campos com a ação das "Ligas Camponesas" etc.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o Congresso foi tomado de surpresa; no início chegou a pensar que iria tomar conta tendo o Presidente da Câmara – Ranieri Massili – assumido o Governo, mas logo se deu conta de que o Movimento era muito mais amplo do que imaginava.

Acabaram elegendo o Marechal Castello Branco para Presidente.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT etc.), logo após o início da Revolução?

Não notei a menor reação. Seus principais líderes fugiram.

A UNE foi tomada por alguns revolucionários e creio que foi até incendiada, dizem, que pelos seus próprios membros, para impedir que determinados documentos chegassem às nossas mãos, principalmente os relativos a dados do seu pessoal.

Os "grupos dos onze" de Brizola sumiram no espaço.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Entre os civis, devo citar o Governador Carlos Lacerda, o Governador Magalhães Pinto e o Governador Adhemar de Barros. Com relação aos militares, devo destacar o General Mourão Filho e o General Carlos Luís Guedes que desencadearam a Revolução a partir de Minas Gerais e mais os Generais Costa e Silva, Castello Branco, Moniz de Aragão, Emílio Médici, Amaury Kruel e Justino Alves Bastos.

Na Aeronáutica: Brigadeiros Eduardo Gomes, Márcio de Souza Mello e Gabriel Grüm Moss.

A Revolução de 1964 foi um Movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

O envolvimento dos americanos na Revolução é uma velha cantilena dos comunistas.

Nas incontáveis reuniões que tivemos nos dez anos anteriores à Revolução de 31 de Março, com oficiais das três Forças reunidos, nunca encontrei um único elemento da CIA ou de qualquer outra organização dos Estados Unidos.

E mais: nunca ouvi de nenhum dos companheiros que se reunia conosco, que tivesse, uma só vez que fosse, se encontrado ou mantido contato com algum elemento estrangeiro.

A nossa Revolução foi genuinamente nacional para desespero dos comunistas que insistem na tentativa de buscar elos externos, considerando que eles, sim, não dão um passo sem o apoio internacional.

A que atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo federal, quando se desencadeou a Revolução?

O Governo João Goulart foi tomado de surpresa e confiava no famoso "dispositivo militar" que tinha montado.

A maior prova que o dispositivo não controlava coisa alguma foi dada quando o Governo mandou um poderoso destacamento para impedir a progressão do General Mourão sobre o Rio de Janeiro.

O que aconteceu? A tropa que saiu do Rio aderiu à Revolução e acabou engrossando as fileiras do General Mourão Filho.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate?

É muito difícil opinar nessa questão com relação às Forças e com relação à Aeronáutica. Como citei anteriormente, os oficiais encarregados de ocupar ou tomar as Bases Aéreas demonstraram grande capacidade de liderança. Destaquei o Coronel-Aviador Correa que tomou a Base do Galeão; houve o caso do Coronel Esrom Pires que se deslocou para Santa Cruz e, posteriormente, para Natal.

Com relação ao encontro do II Exército na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ouvi do próprio General Médici, que tratou de todos os detalhes da reunião havida entre o General Kruel e o General Âncora, Comandante do I Exército, que a reunião resultou no fim das operações no Vale do Paraíba, saindo vencedor o Brasil, que, daí em diante, garantiu a paz para trabalhar e crescer.

Creio que os oficiais generais do nosso Exército se portaram muito bem, sendo que o General Médici demonstrou sabiamente sua competência e capacidade de liderança até culminar sua carreira, chegando à Presidência da República "para cumprir uma missão", como ele mesmo declarou.

O General Médici foi brilhante, sob todos os aspectos, em sua vida militar e, como Presidente da República, missão que cumpriu de forma exemplar.

De pleno acordo. Foi tão bom que os "revanchistas" morrem de ódio e de inveja dele. O Brasil e a Revolução vitoriosa têm uma enorme dívida para com ele.

Uma opinião pessoal: O General Mourão Filho, se tinha alguma aspiração maior, além de se levantar com sua tropa contra o Governo João Goulart, falhou na parte crucial de sua jornada. Todos nós aprendemos desde os tempos de cadete em Realengo ou na AMAN que o aproveitamento do êxito é fundamental no combate. Pois o General Mourão, com aquela tropa toda na mão, em vez de dirigir-se ao QG do Exército, foi parar num acantonamento no Maracanã. Acabou

lhe sendo oferecido o cargo de Presidente da Petrobras e, por fim, foi ser Ministro do Superior Tribunal Militar.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Creio que foi muito correto: a tropa de que dispunha o General Médici eram os seus cadetes – altamente treinados e extremamente motivados – todos queriam defender o Brasil do comunismo.

Quando o nosso grupo foi formado para defender o Palácio Guanabara, não tínhamos só militares, mas também, dezenas de civis, alguns não tinham nem um revólver para lutar, mas havia uma certeza: todos queriam impedir a escalada do comunismo no Brasil. Felizmente, conseguimos – a nossa vitória foi contundente e em prazo reduzidíssimo. O inimigo derrotado tentou de novo, de 1968 a 1974, e foi, mais uma vez, espetacularmente derrotado.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Não creio que tenha havido objetivos estratégicos na Revolução.

Na Aeronáutica, havia grupos que se ligavam ao Brigadeiro Moss, outros ao Marechal Márcio e ainda outros que seguiram a orientação do Marechal Eduardo Gomes.

Mas não havia uma coordenação geral. Acredito que no Exército também. Lendo os livros do General Mourão, do General Portella e do Coronel Hernani D´Aguiar a gente sente que eram vários grupos sem uma ligação entre si.

O General Mourão conta que preparava a Revolução, primeiro em Santa Maria-RS, depois em São Paulo e, finalmente, em Minas Gerais, de onde deslanchou, com o Destacamento Tiradentes, rumo ao Rio de Janeiro, visto, por ele, de forma correta, como o principal objetivo estratégico a ser conquistado para definir os destinos da Revolução.

O General Portella também fala na preparação, mas tudo em termos de conspiração e "trabalhando", no fim, o seu chefe, General Costa e Silva, para engajá-lo no Movimento. Lembro que, uma vez, em conversa com o saudoso Marechal Márcio, este me relatou que, às vésperas de eclodir a Revolução, ele e mais o Brigadeiro Grüm Moss foram procurar o General Castello Branco em sua residência e este teve que ser acordado, pois já tinha se recolhido. Os dois brigadeiros ficaram atônitos, pois a Revolução estava chegando e um dos seus mais eminentes chefes tinha ido dormir às 10h da noite.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Acredito que sim e a causa principal era que o inimigo nº 1 – o comunismo internacional – tinha sido derrotado. Hoje, sabemos que ele voltou com a Anistia e está, aí, bem vivo e mandando em setores importantes da Administração, com grande prejuízo para o País.

Depois do 31 de Março e até mais ou menos dez anos após, a tônica nas ordens do dia, nas comemorações e festividades, era a união das Forças Armadas para manter viva a chama da Revolução, o que foi um ponto alto do período revolucionário.

Hoje, não se fala mais disso, infelizmente.

Infelizmente. E, por isso, hoje a nossa vontade nacional, tão forte no primeiro lustro da década de 1970, desapareceu, sucumbiu diante da determinação internacional, que, a partir de 1990, comanda as políticas de todos os setores da vida brasileira, como a política indigenista, por exemplo. Por esta razão, a auto-estima está lá embaixo!

De pleno acordo. A auto-estima inexpressiva é a resultante destas políticas lesivas ao interesse nacional, como a bem-lembrada política indigenista – das reservas contínuas e incomensuráveis na Amazônia, situadas nas fronteiras do País, agravando a ameaça à integridade territorial brasileira e criando dissensões raciais.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

A ideologia era a manutenção da hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas e o corolário era a luta contra a subversão e a corrupção.

Hoje, vemos que a subversão foi controlada, mas a corrupção sobreviveu e, hoje, está muito mais forte do que nunca.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na época, a televisão não tinha ainda a cobertura total do território nacional como hoje.

A mídia – na época – eram os grandes jornais: *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo* e outros meios como as revistas – *O Cruzeiro, Manchete e Fatos e Fotos*. Lembro-me perfeitamente das manchetes de todos esses jornais e da *Revista Manchete*: Fora Jango – acabou, o caudilho fugiu, Brizola no Uruguai. O apoio foi total!

A mídia, hoje em dia, além de procurar esconder tudo isso, mente cinicamente, como no caso do tiro que matou o Coronel janguista Alfeu, no Rio Grande

do Sul, que foi multiplicado por 16 pelos embusteiros, para fins de indenização de sua família.

No seu ponto-de-vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Esta é fácil de responder, os governos não eram militares. Os presidentes revolucionários eram militares da reserva, mas a estrutura de governo era civil: os ministérios, autarquias, grandes empresas, no geral, eram chefiados por civis.

Havia eleições para o Legislativo e para os governos estaduais, sendo que duas dessas eleições quase desencadearam uma luta entre facções do próprio estamento revolucionário. Refiro-me às eleições de Negrão de Lima e Israel Pinheiro (Rio de Janeiro e Minas Gerais) em 1965.

Por ocasião das eleições para governador dos estados, eu exercia as funções de Comandante da Base Aérea dos Afonsos.

Essa Base tinha como missão principal o apoio à Divisão Pára-quedista do Exército. Logo que assumi o Comando, tratei de solidificar ainda mais a união com os pára-quedistas. Lembro que ficava até com pena de ver aqueles militares o dia inteiro praticamente sentados no gramado aguardando a hora do salto. Construí um prédio com todas as instalações necessárias – banheiros, cassino, bar etc. enfim melhorar o conforto dos homens. O Comandante da Divisão era o General Moniz de Aragão. A confiança entre nós era tão grande que por ocasião da deposição do Governador Mauro Borges, de Goiás, quando chegou a ordem de deslocamento dos pára-quedistas para Goiânia, os aviões C82 da Base já estavam sobrevoando Goiânia com os pára-quedistas a bordo.

Voltando às eleições de Negrão de Lima e Israel Pinheiro, devo salientar que, nesse episódio, o Comandante da Divisão Pára-quedista era um grande oficial do nosso Exército, o General João Dutra de Castilho. Eu mantinha contato permanente com o General e com todos os coronéis comandantes das Unidades da Vila. Lembro ainda dos nomes dos coronéis: Antonio Duarte de Miranda, Sebastião Ferreira Chaves e outros de fora da Vila, como os Coronéis Caracas Linhares e Pitaluga.

Logo senti que a posse de Negrão e Israel Pinheiro não seria tranqüila. Uma noite fui informado pelo General Castilho de que a guarnição da Vila estava de prontidão. Imediatamente coloquei a Base também de prontidão e fiz as ligações com a Base de Caças de Santa Cruz e Base Aérea do Galeão, e também com o Comandante da Guarnição dos Afonsos. A situação ficou mais ou menos assim: se a Vila se levantasse como tudo indicava que iria acontecer, as unidades aéreas da área do Rio de Janeiro certamente acompanhariam nossos irmãos do Exército.

Quando o Governo federal acordou foi mandado para apaziguar a Vila nada menos que o General Costa e Silva, que era Ministro da Guerra.

O que o General Costa e Silva conversou com os generais e coronéis da Vila nunca fiquei sabendo, mas o resultado logo foi percebido: a candidatura do Presidente Costa e Silva, que até então era combatida mesmo dentro do Palácio do Planalto, se consolidou e ninguém mais ousou opor-se a ele. O resto todos sabem. O Presidente Costa e Silva foi eleito pelo Congresso e assumiu em março de 1967.

A seguir, aconteceu o que eu chamo de uma desgraça – a doença do Presidente Costa e Silva. Nessa ocasião, eu estava em Washington como Adido Aeronáutico.

Fui avisado pelo Major Conrado – Ajudante-de-Ordens do Presidente que me aconselhou a vir para o Rio. Logo após fui chamado pelo próprio Ministro da Aeronáutica – Marechal-do-Ar Márcio. Cheguei ao Rio e fui direto para o Palácio Laranjeiras, onde estava instalada a Junta que governava o País no impedimento do Presidente Costa e Silva.

A situação era quase caótica: nessa altura já se sabia que o Presidente não tinha mais condições de voltar ao cargo. Começaram a aparecer "candidatos" ao lugar do Presidente enfermo. A Junta, no começo, estava como que perdida. Chegaram a fazer uma "eleição" entre os oficiais generais das três Forças.

O resultado como era de esperar foi o pior possível, apareceram uns cinco ou seis generais mais votados. Já aí, por sorte, despontou a liderança inconteste do Almirante Rademaker na Junta.

O processo eleitoral foi deslocado para o Ministério da Marinha. A Junta resolveu diminuir o colégio eleitoral – a votação ficaria restrita ao Alto Comando das Três Forças. Aqui cabe um parênteses: em 1967 ou 1968, estávamos eu e o Coronel Lourival Massa da Costa, que era o Subchefe do Exército na Casa Militar da Presidência, aguardando, no saguão do Aeroporto Santos Dumont a chegada do Presidente Costa e Silva para uma viagem (eu era, além de Subchefe da Aeronáutica da Casa Militar, o piloto do Presidente).

Lá pelas tantas perguntei, de repente, ao Coronel Massa se ele já tinha alguma vez pensado em quem poderia ser o substituto do Presidente ao fim do mandato. O Massa pego de surpresa disse: "Nunca pensei nisso" e eu lhe disse: "Pois esse assunto não me sai da cabeça e para mim só tem uma pessoa com todas as credenciais para o cargo e essa pessoa chama-se General Emílio Garrastazu Médici – Chefe então do SNI.

Voltando à Junta: mesmo com quorum eleitoral reduzido ainda continuavam três nomes na disputa: O General Médici, o General Orlando Geisel e o Coronel Albuquerque Lima (com muitos votos). Mais uma vez afirmou-se a liderança do

Almirante Rademaker. A Marinha escolhe o General Médici; em seguida, o Marechal Márcio também decidiu que a Aeronáutica escolhia o General Médici e não restou outra opção para o Exército, senão seguir os dois colegas da Junta.

Aí, começou um trabalho dificílimo, convencer o General Médici a aceitar a missão. Até eu fui mandado a Porto Alegre (sede do comando do General Médici – III Exército). Ao final, ele foi chamado ao Rio e acabou aceitando o cargo como uma missão a cumprir e indicou o Almirante Rademaker como Vice. Este relutou dizendo que tinha um compromisso com o Marechal Márcio que, finda aquela missão da Junta, eles não continuariam mais ministros.

Então, o General Médici declarou: "Se a minha primeira ordem não é cumprida, acabou a missão e volto para o meu Comando".

O Almirante Rademaker reconsiderou e acabou aceitando a missão de Vice. As coisas voltaram ao normal e eu voltei para o meu trabalho em Washington.

Vinte dias depois, fui chamado de novo ao Rio de Janeiro. Apresentei-me ao Ministro Márcio e fiquei sabendo da minha nova missão, disse o Ministro: "Consta que lá no Sul estão tentando torpedear a minha permanência à frente do Ministério da Aeronáutica". Viaja para Porto Alegre e esclarece as coisas.

Cheguei a Porto Alegre e fui direto ao Quartel-General do III Exército. Fui recebido imediatamente pelo General Médici que me perguntou: "O que é que tu estás fazendo aqui de novo?", e me levou para sentar junto dele no seu gabinete e eu logo comecei o assunto – "O senhor lembra, lá no Rio, quando o senhor indicou o Almirante Rademaker para Vice?" Resposta sim, lembro perfeitamente. Naquele momento, o Marechal Márcio sentiu-se desobrigado do compromisso assumido com o Almirante de deixarem seus respectivos ministérios. O Marechal Márcio, naquela altura, estava bem no meio de uma reforma geral na estrutura do Ministério e gostaria de levar o trabalho até o fim.

Por esse motivo eu estava ali para transmitir ao futuro Presidente que ele, Márcio, gostaria de completar sua missão.

O General Médici então me diz: mas eu estou informado de que o Márcio não tem condições de continuar à frente do Ministério.

Eu que já farejara, antes no Rio, o que iria acontecer tinha preparado um estudo completo sobre o quadro de oficiais-generais da Força Aérea Brasileira (FAB). Nesse estudo estava uma avaliação completa e minuciosa sobre a personalidade, tendências, caráter etc. de cada um dos Brigadeiros.

Pedi, nesse momento, que o General Médici convocasse uma reunião com todo o seu Estado-Maior que eu iria fazer uma explanação completa sobre o assunto. Convocada a reunião e chegada a hora, fui chamado ao salão de honra do QG do III Exército.

Entrei e dirigi-me a uma mesa enorme onde estavam sentados, na cabeceira e à direita, o General Médici; na outra, o General Figueiredo (Chefe do Estado-Maior); ao lado direito do Presidente, estava o General Fontoura, Serviço Nacional de Informações (SNI) e, ao lado esquerdo do Presidente, ele mandou que eu sentasse. O restante dos lugares estavam todos ocupados com os oficiais que compunham o Estado-Maior (lembro bem do Coronel Túlio Chagas Nogueira que, depois, foi a quatro estrelas e chegou ao Superior Tribunal Militar – STM).

O Presidente levantou-se e disse a todos: O Brigadeiro Dellamora que está aqui ao meu lado vai fazer uma exposição sobre a situação na Aeronáutica. Levantei, abri a minha documentação e comecei a falar. Creio que dissertei cerca de uma hora.

Enquanto eu percebia que o General Fontoura chegava a rir durante certas passagens, eu notava que um outro personagem demonstrava estar bastante desconfortável – era o General Figueiredo.

Quando acabei de falar, o General Médici levantou-se e disse: Brigadeiro, pode avisar ao Márcio que ele será o Ministro da Aeronáutica do meu Governo.

Assisti, por dentro, à campanha que foi feita durante dois anos, para "minar" a confiança que o Presidente tinha no seu Ministro da Aeronáutica. Levaram dois anos para afastá-lo, mas conseguiram. O Marechal Márcio, sentindo-se desprestigiado e como que um "corpo estranho" no Governo, não agüentou e pediu exoneração. Com isso, o seu amigo e um dos mais autênticos revolucionários de 1964 ficou sozinho no governo e acabou melancolicamente como figura decorativa na Vice-Presidência, refiro-me ao Almirante Rademaker, da mesma forma decorativa como ficou, mais tarde, o General Adalberto Pereira dos Santos, um dos mais fiéis e leais amigos do General Médici.

Com os episódios que acabo de relatar não houve mais "empecilhos" e a Revolução enveredou para aqueles caminhos a que me referi neste depoimento. Primeiro, o General Ernesto Geisel – substituto do Presidente Médici – com sua anistia geral que seria lenta e gradual, e, mais tarde, com o General Figueiredo que escancarou a porteira e passou a ser ampla, geral e irrestrita e para quem fosse contra, eu "prendo e arrebento", é o que ele dizia. Esta era a forma como ele se referia aos seus companheiros de Revolução!

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

As comunicações, por exemplo, tiveram uma expansão enorme, as estradas de rodagem, as grandes barragens para gerações de eletricidade, as linhas de transmissão, o desenvolvimento da aviação comercial – os grandes aeroportos etc.

Nunca vivemos um período de tantas realizações como o das décadas de 1960 e 1970.

A Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

O maior, no meu entender, foi não ter feito reformas na estrutura da Administração Pública.

Outro erro cometido está ligado à duração excessiva do Movimento.

Lembro-me de que em uma reunião em que estava presente o então Coronel Golbery do Couto e Silva, este disse: "Vocês só serviram para deflagrar o Movimento revolucionário; agora, terão que ser afastados porque atrapalham".

Esses "vocês" éramos nós, que ele chamava de exaltados – oficiais do tipo Sebastião Chaves, Chico Boaventura, Amerino Raposo, Brigadeiro Burnier, Coqueiro etc.

O resultado é que todos, com raríssimas exceções, que tomaram parte ativa no processo revolucionário, tiveram suas carreiras interrompidas; muitos nem chegaram ao generalato.

E quando, como no meu caso, do Brigadeiro Hippóllyto, Brigadeiro Coqueiro e Brigadeiro Burnier fizemos recursos contra a passagem compulsória para a reserva, eles alegaram que era para "rejuvenescer" os quadros – só não explicaram como foi feito esse rejuvenescimento, transferindo para a reserva os mais moços e ficando os mais velhos na ativa. Aí, a gente lembra do vaticínio do Golbery – eles terão que ser afastados. Quando mandaram o Brigadeiro Correa para casa, antes do tempo, comentaram sem muito alarde para não despertar revolta: a Força ficou livre de mais um caudilho – em Pancho Vila.

Esqueceram que o velho Correa era aquele mesmo que, anos antes, tomara a Base Aérea do Galeão no peito e na raça. Um oficial de reconhecido valor e de grande coragem moral e física.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da Economia Brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes deste fato?

É fácil explicar: a mídia na sua totalidade – TV, jornais, revistas etc. – está toda sob controle ou de comunistas ou socialistas, enfim, de esquerdistas, que são internacionalistas, quase todos filiados às Internacionais Socialistas.

Os proprietários pensam que controlam suas empresas, mas estão enganados – o tempo dirá.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

O milagre ocorreu principalmente ao longo do Governo do Presidente Médici. Um governo de um presidente de profundo valor, de reconhecida capacidade de direção, com um Ministério altamente preparado, principalmente na área econômica, dirigida por ministros e executivos da mais alta competência.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Não creio que tenha havido "batalha da comunicação social" nos três primeiros governos da Revolução, porquanto os administradores se preocuparam muito mais em consertar os estragos que tinham sido causados antes. Havia, também, o terrorismo insidioso começando suas ações: assassinatos, bombas em quartéis, em jornais, assaltos a bancos, a carros-fortes etc., guerrilha urbana no Rio e em São Paulo, com a necessidade de se apelar para o AI-5. O Governo Médici conseguiu finalmente controlar a subversão, chegando mesmo a transformar o Brasil na oitava economia mundial.

Já a partir do Governo Geisel, houve uma mudança nas ações do governo revolucionário. Ao mesmo tempo em que o governo praticava atos de força contra o Congresso – senadores biônicos, cassações para modificar as "maiorias" no legislativo –, houve também ações dirigidas nitidamente para afastar oficiais "afinados ainda" com os princípios da Revolução de 31 de Março. Não esquecer que, nesse Governo, o Chefe da Casa Civil era o velho conhecido General Golbery, cujo secretário era Heitor de Aquino.

Ambos aliados dos maiores inimigos do Movimento de 1964, como o comunista-revanchista Elio Gaspari. Veja com quem essa dupla foi se meter! Não precisa acrescentar mais nada!

Em São Paulo, para agradar setores que não eram revolucionários ou que, então, já estavam trabalhando mesmo contra a revolução, refiro-me ao Governador de São Paulo Egídio Martins e ao Cardeal Paulo Evaristo Arns, o General Geisel cometeu aquela barbaridade que foi o afastamento do Comando do II Exército, do General Eduardo D'Ávila Melo, um dos melhores homens que já conheci em toda minha vida.

Outra liderança foi afastada com a demissão do Ministro Silvio Frota, para facilitar a "eleição" do General Figueiredo à Presidência. O livro do General Hugo Abreu mostra perfeitamente essa manobra da dupla Geisel-Golbery.

A partir daí, já não mais se falava em Revolução de 31 de Março.

Então foi fácil – a mídia, totalmente infiltrada, dominou os meios de comunicação e ganhou a batalha da comunicação social (que não houve).

No Governo Figueiredo, ainda tivemos um autêntico revolucionário, que foi o General Walter Pires. Mas o próprio Presidente vivia alardeando: "Eu prendo e arrebento"; aludindo não aos subversivos, mas aos revolucionários.

No fim, o que se viu foi o vácuo na Administração Figueiredo, propício à rebelião nas hostes supostamente governistas do PDS, com uma grave cisão (nascimento do PFL), o que propiciou a eleição de Tancredo Neves, portador de doença grave, com a subida de Sarney e a saída melancólica de Figueiredo pelos fundos do Palácio do Planalto.

Uma pena o nosso brilhante Presidente Médici não ter encerrado o ciclo revolucionário!...

Gostaria de abordar mais algum aspecto acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assassinatos de inocentes, bombas em jornais, assaltos a quartéis, a bancos) praticadas por extremistas?

Essas ações subversivas desaguaram no AI-5, sendo que o General Médici enfrentou decididamente os extremistas e acabou derrotando a luta armada tanto urbana como rural.

Às vezes, o governo titubeava não se sabe bem o porquê (pressão estrangeira no caso dos embaixadores seqüestrados ou para evitar derramamento de sangue) e atendia às exigências dos seqüestradores. Muitas vezes, a própria Força Aérea, temendo que o governo cedesse ao terror, tomava os aviões seqüestrados de assalto, furava os pneus para impedir a decolagem e, num caso, matou os seqüestradores.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento de certos segmentos da sociedade brasileira?

A censura se limitava a proibir peças ostensivamente contrárias à Revolução. Na imprensa, também se exercia um certo controle, para evitar propaganda julgada contra os ideais da Revolução. Mas ninguém se preocupou em olhar a Universidade, onde os professores marxistas atuaram livremente fazendo a cabeça da juventude da época.

Até por orientação do próprio Golbery, que foi o principal contra-revolucionário do Governo Geisel.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto-de-vista?

A verdade é exatamente o contrário do que, hoje, dizem: os subversivos não queriam dialogar; julgavam que venceriam a Revolução, recorrendo à luta armada e às

ações de guerrilha urbana, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de guerrilha rural, em zonas pouco habitadas. Foi o grande erro dos terroristas!...

A reação à altura do Governo Médici transformou o sonho dos inimigos do País em grande pesadelo!...

Exatamente. Apareceram os assaltos a bancos, ações armadas contra quartéis etc. O País inteiro tomou conhecimento de nomes como Marighela, Lamarca e outros, todos eliminados pela pronta e eficaz ação do Estado.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Derrubar o Governo da Revolução, implantar o socialismo, fuzilar os oficiais das Forças Armadas etc., orientação vinda certamente de Cuba, onde os nossos subversivos faziam cursos e eram também doutrinados.

Muitos deles estão por aí espalhados pelos partidos políticos e falando, cinicamente, em democracia.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

O AI-5 foi uma espécie de último recurso adotado pelo Presidente Costa e Silva para dar um basta à ação subversiva.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos como os DOI (Destacamentos de Operações de Informações)?

Acho que sim. Todos esses órgãos foram criados, como o AI-5, para dar um fim definitivo às guerrilhas urbana e rural.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões foram adotadas a partir de 1990, com o objetivo explícito de acabar com qualquer coisa que lembrasse o "regime militar" como tendo sido algo de bom. É a exteriorização dos "revanchistas", que não se conformam com as derrotas sofridas.

O "revanchismo" é tão evidente que dispensa outros comentários.

A Revolução muito se demorou no governo do País?

Acho que sim. No fim do Governo Médici que estava no auge da popularidade ele com a autoridade que tinha, poderia ter presidido o desengajamento e a transição para um governo civil, de forma controlada, num processo lento, gradual e

progressivo, o que evitaria o que ocorreu – um escancaramento descontrolado, uma anistia que só favorece o lado dos terroristas, assassinos e seqüestradores, o que é um absurdo, deixando os militares na situação em que até hoje se encontram.

Um "dinheiro" que está sendo tirado do País e entregue à família de bandidos desclassificados, como Lamarca, Marighela e tantos outros. É um sacrilégio!...

De sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de Revolução?

A minha avaliação é extremamente positiva. O avanço do Brasil rumo ao desenvolvimento foi feito decididamente e se consolidou, praticamente, no fim do Governo Médici.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O governo dos militares não veio para ficar eternamente no Poder. O que retardou a volta ao regime democrático normal foi a eclosão das badernas, agitações nas ruas, assaltos a bancos, assassinatos por todo o País e a conseqüente reação dos governos da Revolução.

Mas, já no Governo Geisel, era evidente que a imprensa começava a dar sinais do que viria depois; começou sutilmente com a pregação da volta aos quartéis... a alternativa lenta, gradual e progressiva e, finalmente, o estouro da boiada no Governo Figueiredo que acabou na Nova República, com a anistia ampla, geral e irrestrita.

A atuação política e os resultados econômicos desse último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

É evidente que sim. O episódio do Riocentro mostrou o quadro real do Governo.

O que o senhor tem a acrescentar sobre a Lei de Anistia?

Todos pensávamos que a Lei da Anistia era para todos, pois fora ampla, geral e irrestrita. Ao fim, o que se viu é que ela só tem sido aplicada para beneficiar antigos terroristas, assaltantes de bancos e subversivos de todos os matizes.

Criaram uma comissão que só serve para indenizar com milhares de reais as famílias de antigos subversivos mortos e agora até um parlamentar bem vivo recebe polpuda pensão. Mas as famílias dos infelizes militares e policiais que morreram cumprindo o seu dever não ganharam nem um só tostão.

Na Aeronáutica, o caso do Coronel Alfeu Monteiro mostra bem a indignidade dessas indenizações vergonhosas!...

Como analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico do tempo da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Todos pensávamos que, com a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, o comunismo estaria fadado a desaparecer. Ledo engano: está mais forte que antes desses episódios. Aqui, no Brasil, os comunistas estão por toda parte. Estão no governo, dentro de grande parte dos partidos políticos. Na Igreja, há um teólogo que faz apologia do PT e de Fidel Castro, um tal frei Beto que foi comparsa do Marighela e agora é colunista de *O Globo*, assim como o tal frei Leonardo Boff, da Teologia da Libertação, transformado pela esquerda em jornalista, com coluna no *Jornal do Brasil*.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Isso só vem mostrar o valor e a qualidade desses verdadeiros baluartes com que contam o povo brasileiro para defendê-lo na hora da necessidade – as Forças Armadas. Feliz a Pátria que possui para defendê-la tais instituições, em particular o nosso Exército Brasileiro.

Qual a sua mensagem final para este nosso Projeto?

Faço votos que vocês continuem com este Projeto. Vão até o fim, com essas pessoas maravilhosas, que, felizmente, estou sabendo, têm vindo, aqui, contribuir para que esta obra tenha completo êxito, indo ao encontro da maior quantidade possível de brasileiros que, há muito tempo, aguardam a verdadeira história da Revolução de 1964.

General-de-Brigada Celso dos Santos Meyer

- Natural do Rio de Janeiro – RJ.
- Turma de 1940 da Escola Militar do Realengo, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército Brasileiro. Fez a Escola de Artilharia do Exército dos Estados Unidos da América – Oklahoma e a Escola Superior de Guerra.
- Foi Instrutor da EsAO de 1950 a 1951.
- Comandou o 2º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Santiago-RS (1962-1963).
- Pertenceu ao Gabinete do Ministro do Exército, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF (1967/1970).
- Como General, comandou a Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Exército (AD-2), Santos-SP (1974-1976), e exerceu as funções de Adido do Exército junto às Embaixadas do Brasil nos Estados Unidos e no Canadá (1976-1978).
- Em 1964, integrava a Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos - Rio de Janeiro-RJ.

Entrevista realizada no dia 26 de fevereiro de 2002.

Foi com grande satisfação que recebi o convite para participar deste trabalho que considero de alta relevância para as gerações que estão por vir. Fazia-se necessário colocar por escrito tudo o que aconteceu nesse período, sem dúvida, um dos mais desagradáveis e, também, dos mais sérios já vividos por todos nós brasileiros. De modo que eu tive feliz e infelizmente uma certa participação como a maioria dos brasileiros, principalmente, dos militares. E estou pronto a fazer o meu depoimento daquilo que vivi, daquilo que soube, para que fique devidamente registrado... aliás, isso eu já venho fazendo no meu ciclo de amizade e na minha família. Tenho sempre transmitido a eles o que vivemos, todos nós, na luta contra a expansão comunista em âmbito mundial.

Que fatos o senhor gostaria de citar a respeito da sua participação pessoal nos pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Primeiramente, a minha participação pessoal na Revolução de 31 de Março de 1964 foi de expectativa, como era de praticamente todos nós militares, voltados para seus afazeres castrenses. Já diplomado pela Escola de Estado-Maior do Exército, em 1949, a minha visão se ampliou. Aliás, um dos objetivos da Escola de Comando e Estado-Maior é abrir os horizontes. Passei a me preocupar mais com os problemas políticos que, até então, nunca tinham me inquietado. Acredito, também, que fosse a situação da maioria dos meus companheiros. Cada um cuidava da sua vida, ministrava a sua instrução, as suas aulas, recebia ensinamentos nas escolas militares, e o tempo ia passando.

Gostaria de assinalar o seguinte: na época – não digo que tenha sido o único, porque não sei os outros – recebi um livro de autoria de um coronel português intitulado *Guerra Revolucionária*. Esse livro era uma antevisão da Quinta Coluna que foi muito bem usada pelos nazistas para dominar, praticamente, toda à Europa visando ao domínio mundial. Esse coronel descrevia o processo com muita lucidez e objetividade e era um alerta. Para mim, foi um alerta. Depois, emprestei esse livro e como livro e dinheiro quando se empresta geralmente se perde, não sei mais aonde ele foi parar. Dali, então, é que comecei a despertar mais para essa questão – perigo comunista, política em si.

Atribuo o início das atividades de defesa da democracia à fundação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudo Social) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) duas instituições que foram criadas por civis com a participação de militares. Não tive a oportunidade de tomar parte, mas alguns militares foram convocados e participavam, tentando vender a idéia de que alguma coisa tinha que ser

feita. O ritmo em que os acontecimentos estavam se desenvolvendo, principalmente, a partir da posse de João Goulart, com a renúncia do Jânio, começou a estabelecer uma enorme preocupação. Havia mesmo civis que estavam pensando em se retirar do País, achando que não havia mais solução. Um companheiro nosso, contemporâneo, que chegou aos mais altos postos do Exército, chegou a considerar que estava tudo perdido, tirou um ano de licença sem vencimentos e foi trabalhar numa empresa civil. Acreditava que já estava tudo perdido!

Outros militares, que eram mais politizados, começaram a fazer oposição ao Governo Goulart que tinha assumido e foram afastados, mandados para as chamadas Circunscrições de Recrutamento (CR), que passaram a ser, depois as Circunscrições do Serviço Militar, as CSM. Por que os mandaram para as CSM? Porque eram Organizações Militares sem tropa, voltadas para atividades administrativas, relativas a Serviço Militar e Mobilização, contando com um efetivo muito reduzido, inexpressivo. Eram oficiais muito politizados, como os irmãos Serpa. Para Bauru, foi o Golbery, se não me engano, e o Couto e Silva. O Serpa "louro" foi para Sorocaba, o Serpa "preto", que era o irmão mais velho, foi para o Piauí, o Serpinha – Luís Gonzaga de Andrada Serpa –, o mais moço e o mais politizado, foi para Manaus. Esses oficiais merecem todo o meu respeito e minha admiração. Eles tiveram a antevisão, que eu mesmo admito que não tinha. Estava voltado para as minhas atividades castrenses, como já disse, para o meu esporte... Às vezes, achava que eles exageravam, que eles estavam vendo, como se diz normalmente, "chifre em cabeça de cavalo".

O Serpinha – Luís Gonzaga – em uma ocasião me procurou – sempre que nos encontrávamos, conversávamos muito – e eu disse para ele: "Quando é que você vai fazer o seu curso de estado-maior?" Os irmãos mais velhos já tinham feito, na minha turma, de 1947 a 1949. "No momento, não posso. Estou preocupado com a situação do País". Disse: "Luís Gonzaga, por que não deixa os generais se preocuparem e vai se preparar, para você chegar a ser um desses generais?" Essa conversa, ainda me lembro nitidamente, tivemos em plena Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Eu respeito e admiro esses oficiais pela sua antevisão.

Da mesma forma, muitos oficiais contestavam abertamente o Governo que os punia normalmente com transferências para guarnições distantes dos grandes centros.

Depois, já no governo da Revolução, uns foram "castigados" de uma maneira mais agradável. Eles continuaram a fazer oposição, embora fosse já amistosa. Queriam mais rigor por parte da Revolução contra corruptos e subversivos. Os Serpa, principalmente. Então, um foi designado Adido em Paris, o outro para a Aditância de Roma.

Foi a forma que encontraram de, pelo menos, suavizar mais a oposição que eles faziam, protestando que o Governo estava sendo muito tolerante, foi mandá-los para longe. Isso são os fatos que eu me permito colocar de início nessa entrevista.

Quanto às raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março, já falei no IPES e no IBAD. Atribuo a eles a iniciativa de protestar, de se organizar e de tentar alertar à sociedade e aos militares para o que estava ocorrendo no País. Então, a partir daí, o IPES e o IBAD, foram fechados pelo Governo Jango, porque continuaram a fazer uma oposição de forma mais veemente. Quanto a outras raízes, me ocorre os protestos desses militares mais politizados e de alguns políticos, aqueles que viviam pedindo providências. Como, hoje mesmo, no meu deslocamento para cá, em conversa com o motorista de táxi. Ele sabendo que eu era militar – quando lhe dei o destino da corrida – ele disse: "Quando é que os senhores vão tomar uma atitude quanto ao descalabro que está ocorrendo no País?" Isso me tem sido cobrado – verbo usado na nossa linguagem militar como pedir providências – amiúde em barbeiro, em táxi e em reuniões com amigos civis. Eles perguntam: "Até aonde isso vai nos levar?" Todos preocupados, porque, no momento, na minha visão, nós temos um governo de comunistas ou de ex-comunistas, como preferir.

O Presidente, é sabido, era comunista e, na minha opinião, um dos piores, embora digam que a sua mulher era mais ativa do que ele. Por que é dos piores? Porque ele era um professor, não poderia ser considerado um inocente-útil como muito estudante que foi aliciado, ficou nessa situação, virou simpatizante ou participante ativo. Era um professor, um homem que aplicava a inteligência, que sabia das coisas, e que estudava sociologia, matéria da qual ele foi professor em curso na Sorbonne – França. Ele era do grupo, na minha opinião, daqueles que mandavam fazer, não era do grupo ativista como o ex-Ministro Serra, como é o atual Ministro da Justiça, Aluísio Nunes Ferreira, que tem uma ficha que qualquer marginal que a possuísse estaria preso. Matou, roubou, fez, aconteceu e hoje é o Ministro da Justiça. O Francisco Weffort, da Cultura, e o Paulo Renato, da Educação, também. E outros mais. O governo está fazendo uma ação entre amigos.

Agora, a imprensa noticiou que o José Dirceu, ex-presidente da UNE, também terrorista, comunista, viveu em Cuba quando foi banido do País depois do seqüestro do embaixador americano – Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969 – está sendo premiado com uma importância em dinheiro, porque teve a sua vida prejudicada pela Revolução de 1964. O jornal cita outros que estão sendo beneficiados com mais de um milhão de reais porque a sua atividade foi interrompida. Na opinião deles, estavam exercendo atividade política. Para mim, é uma pouca vergonha, com licença da expressão.

Quanto a guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, é claro que teve uma influência, porque o mundo após a guerra ficou dividido em dois: de um lado, a União Soviética, com a sua expansão para o domínio mundial, baseada na ideologia comunista, e, do outro lado, as nações aliadas, chefiadas pelos Estados Unidos, em defesa da democracia. O cenário que se vivia era esse. De um lado, a democracia se defendendo; do outro lado, o Movimento Comunista Internacional (MCI), sob a orientação soviética, tentando o domínio mundial. Não havia como deixar de influir em tudo e em todos.

Com relação ao panorama político brasileiro na época da guerra fria, anterior a 31 de março, era praticamente o de sempre. Um panorama político inconsistente, com partidos disputando o Poder e, também, defendendo os seus interesses. Não havia nada de novo, mas vivia-se num regime democrático. Cabe ressaltar o seguinte: há quem diga que o regime democrático – não sei se foi o Churchill – é um dos piores do mundo, só que não há outro melhor. Que eu saiba, realmente não há outro melhor. Entretanto, tem um grande defeito, seja ele de que tipo for, apresenta *nuances*, de acordo com o país que o adota. As franquias democráticas consentem que qualquer pessoa delas se aproveitem para destruir o próprio regime democrático.

A revolução comunista, bolchevista na Rússia, foi uma tomada do Poder em dois tempos como preconizavam, depois, os soviéticos. A revolução foi feita mais por Kerenski e por Trotsky. O Lênin veio a seguir. Dizem os historiadores, que Lênin, foragido da Alemanha – onde eles pregavam o comunismo –, estava na Suíça. Ele e os seus companheiros foram colocados num vagão de carga ferroviário, transportados, através da Alemanha, e lançados na Rússia para complicar mais a situação interna do País que estava em guerra com a Alemanha, ainda sob o regime czarista. Então, o Lênin e os seus asseclas embarcaram na revolução de Kerenski e Trotsky e, lá dentro, eles deram a volta: derrubaram Kerenski e Trotsky, assumiram e implantaram a ditadura comunista que, até onde se sabe, foi a mais violenta que já houve na História, responsável por cerca de cem milhões de mortes, entre amigos e inimigos, como bem relatado no Livro Negro do Comunismo.

Quais as conseqüências da intempestiva renúncia de Jânio Quadros? Qual o panorama político vivido a partir de 25 de agosto de 1961?

A eleição do Jânio Quadros foi recebida com grande euforia. Houve uma votação prodigiosa de seis milhões e meio de votos. Entretanto, ele, infelizmente, fez a aliança com o João Goulart e o colocou como Vice, nessas composições políticas de bastidores – essa já nem era mais de bastidores, tornou-se ostensiva. Ele foi eleito com aquela avalanche de votos e criou-se um clima de euforia no

País: “Agora as coisas vão melhorar, agora nós vamos para frente...” Era o homem da vassoura, dos inquéritos, acabar com a corrupção. Subitamente, em 25 de agosto de 1961, no Dia do Soldado – eu estava em frente ao antigo Ministério da Guerra, hoje do Exército, Palácio Duque de Caxias, onde estamos agora, pois o Ministério já se encontrava em Brasília oficialmente – libera-se a notícia que ele havia renunciado. Os historiadores, até hoje, divergem se aquilo foi uma tentativa de golpe ou apenas se ele perdeu o juízo. Com a renúncia do Jânio, automaticamente, assumia – tinha que assumir – o Vice-Presidente João Goulart. Houve reação, os chefes militares da época, Generais Denys, Ernesto e Orlando, principalmente, se opuseram. Viveu-se aquela situação no, então, III Exército, cujo Governador do Rio Grande do Sul, cunhado do Goulart, Leonel Brizola, lançou uma enorme campanha favorável à posse através da rede da legalidade por ele implementada. Formou-se, assim, a cadeia da legalidade, formalizando-se a oposição. De certa forma, ele conseguiu o seu intuito. O Comandante do III Exército, na época, que me abstenho de citar o nome, aderiu ao Senhor Leonel Brizola. Mas a situação acabou se resolvendo quase *de per si*. Criaram, primeiro, a posição política intermediária do parlamentarismo que não levou a coisa nenhuma, permitindo, apenas, que o Jango fizesse um plebiscito que ele comandou e ganhou. Quer dizer, só reforçaram a posição dele e do seu pessoal. Foi um dos nossos graves erros, porque nós é que forçamos a criação do parlamentarismo. As forças de oposição acharam que seria uma solução e não foi. Com o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, Goulart transformou o regime parlamentarista em presidencialista, recuperando todos os poderes anteriormente perdidos.

Havia um clima de insatisfação contra o João Goulart?

Havia um clima de grande insatisfação. Em primeiro lugar, porque o João Goulart não era confiável, era um provinciano, filho de estancieiro da região de São Borja, no Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Nunca tinha saído dali, dizem até que nem para ir a Porto Alegre. Com o retorno do Getúlio, quando foi deposto, pelo que se sabe, ele se tornou uma espécie de mensageiro, garoto de recado do Getúlio na sua articulação para voltar ao Poder pelo voto, como realmente aconteceu, infelizmente. Era um camarada de província, vivia nos bordéis de fronteira – que são da pior espécie – mas a família tinha dinheiro. A irmã do Jango casou-se com o Brizola. Teria sido um casamento de conveniência, não sei direito, mas isso é problema de família.

Essa insatisfação aumentou muito, a partir de 1963, com greves generalizadas, que ocorriam permanentemente em seu Governo, falta de gêneros de primei-

ra necessidade, inflação crescente e agitação insuportável, promovida pelos pelegos infiltrados no sindicalismo – Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), confederações de trabalhadores e sindicatos.

A posição da Igreja, naquela época, era a favor ou contra o Goulart?

A posição da Igreja era preocupante. A Igreja, obviamente, nunca viu com simpatia o comunismo, porque ele é ateu. Ela estava preocupada, mas não podia fazer muito. Começou a surgir, também, a infiltração na Igreja, os tais padres de passeata ou até mais do que isso. Um dos destaques foi o Helder Câmara e depois o Evaristo Arns – o Cardeal "vermelho" de São Paulo. A Igreja tinha os católicos sempre, repito, preocupados, querendo que as coisas se resolvessem, mas eles não tinham o poder para influir, para provocar uma decisão.

Gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"? O que o senhor destacaria a respeito desse pessoal?

Entendo bastante do "grupo dos onze" porque fui designado para fazer o IPM (Inquérito Policial Militar) desses grupos. Sobre as "Ligas Camponesas", sei que elas foram criadas e eram chefiadas pelo Francisco Julião, mas elas cresceram mais no Nordeste e pretendiam, sob orientação cubana, fazer a reforma agrária "na marra", como eles diziam. Invadir e ocupar. Aliás, não está muito diferente do que estamos vendo hoje em dia, no Movimento dos Sem-Terra, que fazem o que bem entendem, com a total inércia, a completa indiferença do Governo. Entende-se essa passividade porque, como disse, ele é todo ou quase todo constituído de ex-comunistas. Alguns até nem muito arrependidos, na minha opinião.

Quanto ao "grupo dos onze", disse que fui designado para fazer o IPM. Era a milícia "brizolista". Com ela, o Brizola pretendia se opor às Forças Armadas em apoio ao "cunhado-presidente" e depois em benefício próprio, porque ele já teria, naquela época, pretensões de chegar ao Palácio do Planalto. Eles assumiram a Rádio Mayrink Veiga que era uma estação do Rio de Janeiro, de certo renome, e ali instalaram o seu quartel-general. O seu chefe de estado-maior, na rádio, era um cidadão chamado Paulo Shilling, cuja filha, extremista de esquerda, foi presa e não sei se desapareceu ou não no Uruguai, onde andou exercendo atividades terroristas. O "grupo dos onze" se propôs a criar uma milícia a imagem de uma equipe de futebol – onze jogadores – pois eles achavam que aquilo tinha um chamamento místico sobre a população: futebol, onze jogadores, onze integrantes. Na noite da Revolução – noite de 31 de março – eles tentaram convocar a sua milícia, mas não conseguiram.

Como o senhor denomina o Movimento de 31 de Março de 1964?

Naquela época, pré-revolucionária, digamos assim, ou pré-movimento – não me detenho nessas questões semânticas – revolução é o nome dado há um movimento de maior envergadura, que muda completamente tudo, de cima a baixo ou de baixo para cima. Acho que vocês têm preferido falar em movimento...

Não, nós aqui falamos tanto em Movimento como em Revolução. Entendemos que, na verdade, ela pode ter sido, inicialmente, um movimento armado, com as características de uma contra-revolução, porque sabemos que havia, do outro lado, uma revolução em andamento.

Acho que havia. Com essa revolução que estava em andamento, de origem comunista, deveria ser implantado – uma república sindicalista –, segundo constava, em 1º de maio do ano de 1964, que a Revolução de 31 de Março evitou.

Se antecipou, por isso contra-revolução. Mas, depois, como ficou vinte anos no Poder e modificou, realmente, o retrato do Brasil nos diversos campos, particularmente, no campo econômico, acho que ela, através até dos atos institucionais, transformou-se numa verdadeira e grande Revolução. Essa é a minha opinião, que não é a dos comunistas, porque, para eles, revolução é aquela que mata milhares de seres humanos.

Concordo com você, concordo em gênero, número e grau. A Revolução nos seus vinte anos durou muito tempo e com isso se desgastou. Haja vista a nós mesmos. Nenhum de nós é mais o jovem dos seus vinte, trinta ou mesmo quarenta anos. A própria idade, o tempo, desgasta. Ela demorou muito e, na minha opinião, foi um tanto reticente, um tanto tímida. Acho que teria sido preferível, naquele início, que a chefia tivesse sido atribuída ao General Costa e Silva, porque o Castello era soldado, era muito culto, mas soldado até a alma. Era muito formal, tanto que ele relutou até o último momento para assumir a Revolução. Quando ele se dispôs a emitir aquele documento, dirigido aos generais, alertando para o que estava ocorrendo, acho que ele já o fez tarde. Foi em março, nos últimos dias. Lembro-me o movimento no Estado-Maior do Exército. Ele era o Chefe do Estado-Maior e era o militar de maior projeção na época. Tinha ido à FEB e comandado a Escola de Estado-Maior. Em termos militares, ele era o Chefe de maior representatividade. Não havia nada que ele pudesse ser acusado, ou disso ou daquilo. Os outros, sempre, tinham alguma coisa. Então, ele foi naturalmente alçado àquela condição.

Lembro-me que, na noite de 31 de março, há uma passagem curiosa. Estava na Comissão Militar Mista, com o General Nestor Penha Brasil. Ele morava na rua Nascimento e Silva, em Ipanema, perto do General Castello que, também, residia na mesma rua. Ele comentava conosco, oficiais de estado-maior dele, as reuniões que o

Castello, o Costa e Silva e os outros faziam, discutindo, examinando e avaliando o panorama político do País. O Castello sempre era reticente e que o Costa e Silva era mais impulsivo. Talvez, naquela hora, naquele primeiro momento, fosse melhor um homem impulsivo, um homem de decisão, como o Costa e Silva do que um Castello, mais ponderado. Acho que deviam ter invertido. O primeiro comando da Revolução deveria ter sido dado ao Costa e Silva e o segundo ao Castello, porque ele, segundo se sabe, não queria o Costa e Silva como seu sucessor. Isso já é fato aceito. Na minha opinião, até onde entendo de alguma coisa, o seu preferido seria o General Adhemar de Queiroz, pelo qual sei que ele tinha grande respeito. Tanto que, na transição de Ministério da Guerra para Ministério do Exército, ele tirou o General Adhemar de Queiroz da Petrobrás e o fez ministro.

O Adhemar de Queiroz, sem dúvida, era um homem muito admirado pelo Castello.

Era, e a prova é que ele foi tirado da Petrobrás. Primeiro, tinha sido colocado lá e depois retirado. Foi posto, então, no Ministério do Exército por um período curto, o que faltava para o término do Governo Castello Branco.

Houve uma ação deliberada para criar cisões nas Forças Armadas?

Não diria que houve um patrulhamento, um recrutamento, um esforço planejado ou programado para criar cisões nas Forças Armadas. Havia simpatizantes. Tínhamos oficiais que eram considerados comunistas como o General Assis Brasil, o Jeová Mota – que é lá de Pernambuco. Aliás, o General Ibiapina relata isso muito bem. Quem desencaminhou, doutrinou, o Gregório Bezerra, que era sargento, foi o Jeová Mota. Se bem que o Kerenski Mota, que comandou o Batalhão de Petrópolis, embora o nome leve alguma relação, nunca se revelou comunista, como o irmão. Conta um oficial que assessorava de perto o Castello que ele vacilou na hora de assinar o ato de transferência para a reserva do Kerenski Mota, depois do devido inquérito. A caneta falhou e o oficial que estava secretariando o Castello puxou uma "Bic" e disse: "General, essa aqui não falha". Era um oficial altamente conceituado, principalmente, pelo Castello. Nunca senti esse esforço de doutrinação. Havia os naturalmente voltados para o comunismo como é o caso do Luís Carlos Prestes, na Intentona. Ele, com os seus seguidores, que enlutaram o 3º Regimento de Infantaria com os assassinatos dos seus companheiros democratas quando dormiam. Aquele pessoal já era comunista e desenvolveu uma atividade de doutrinação em alguns oficiais.

Qual a sua opinião sobre o Osvino e a esquerda militar do Jango, a qual ele pertencia?

Conheci o Osvino. Não muito bem, mas razoavelmente. Até me tinha em conta. Ele era muito amigo do meu cunhado – Coronel Aldo Pereira – que infeliz-

mente nos levou a uma cisão familiar. Ele estava no dispositivo "janguista". Você, quando é designado para um cargo, vai buscar os seus auxiliares onde? Entre os desconhecidos, entre os inimigos? Não. É o caso do nosso atual Presidente. Ele foi buscar os seus ministros onde? Com raras exceções, entre os seus companheiros de partido e de comunismo. É normal, é natural. É o velho provérbio bíblico: "Matheus, primeiro os teus".

Não senti que houvesse uma programação de decisão. Alguns simpáticos ao Governo Jango... Lembro de um que era até meu aluno de inglês que se gabava do dispositivo militar do Jango: "Ah!, o dispositivo militar do Jango é muito bom, muito forte e ele vai fazer e vai acontecer". Respondi-lhe: "Olha, esse dispositivo do Jango, na minha opinião, é fictício, porque os que são conhecidos não têm destaque, os militares de projeção não estão com o Jango." Ele citou: "Assis Brasil, Jeová Mota, Osvino e Napoleão Nobre". "Eles não têm expressão no meio militar. Os que têm são os altos chefes militares: Castello Branco, Penha Brasil, Costa e Silva etc." Esse cidadão era um civil, mas aí a discussão cessou.

Quais foram os principais acontecimentos que realmente levaram ao Movimento Revolucionário em 31 de março? Qual foi, vamos dizer, a gota d'água?

É difícil você designar a gota d'água, mas a preocupação era grande, a insatisfação era geral, como disse, com civis já pensando em ir embora, deixar o País, porque achavam que não havia mais solução. Um companheiro nosso, que chegou lá em cima, já tinha pedido licença para trabalhar na iniciativa privada, pois acreditava que estava tudo perdido. Os que foram mandados para as CR (Circunscrições de Recrutamento), também, pensavam que não havia mais o que fazer. O próprio General Ernesto Geisel, que era meu vizinho no Leblon, e, que vez ou outra, eu encontrava nas nossas andanças, nessa época difícil, ele mesmo considerava, na conversa de rua, de calçada, que não tinha mais nada a fazer, que as coisas já estavam perdidas. Ele, certamente, me confidenciou isso e ele sabia mais do que eu, um simples major, um tenente-coronel. Entretanto, uma vez, ele me disse em segredo que achava tudo perdido.

Será que nós não situaríamos a gota-d'água na reunião do Automóvel Clube?

Acho que os fatos que podem caracterizar a gota-d'água foram a reunião do Automóvel Clube e o Comício da Central – que eu assisti, de camarote, lá do alto da torre do antigo Ministério da Guerra – com a presença do Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, na minha opinião de triste memória, pelo mal que causou ao Exército. Fez o jogo "janguista", porque queria ser marechal. Houve, também, a

rebelião dos sargentos em Brasília e, talvez, a gota-d'água tenha sido o problema no sindicato dos metalúrgicos, a reunião, a assembléia dos marinheiros, um acontecimento vergonhoso em que a disciplina e a hierarquia foram para o espaço.

Ao serem punidos os marinheiros indisciplinados, o Ministro da Marinha foi demitido pelo Goulart.

Exatamente, foi demitido.

E aí veio o Paulo Mário que era, na verdade, um decrépito.

Era um decrépito que, também, sabidamente, apoiou o Aragão – Almirante Aragão – que, aliás, foi preso na Rua Carlos Góes, pouco adiante do apartamento em que eu morava. Eu acho que esses fatos podem ser considerados a gota-d'água.

E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada pelos inimigos de movimento reacionário?

É claro que foi reacionário, como eles bem dizem, porque reagiu à bagunça, ao movimento que estava tentando dominar o País. Ela proporcionou às Forças Armadas o respaldo da sociedade civil. Nós, militares, somos muito contidos pela nossa formação, pela disciplina, pela hierarquia. Repugna a um capitão tomar medidas contra o seu major, o seu coronel. Os mais dispostos apenas vão lá e manifestam o seu ponto de vista, com o risco de levar uma cadeia, como nós dizemos. Mas, de um modo geral, nós ficamos na expectativa, olhando, observando.

Discutimos tenente com tenente, capitão com capitão. Existem os círculos militares. Até que a sociedade civil, sentindo que a situação estava muito ruim, se dispôs a ir à rua. Este fato deu o respaldo que se fazia necessário. Quem tem o poder? É o militar. Ele tem a força. Só quem pode, numa linguagem chula, "virar a mesa" é, em princípio, o militar. Ele chega com a força das armas de que dispõe e diz e desdiz, faz e desfaz. Mas ele precisava do aval da sociedade que foi dado por esse movimento. O Exército só atua interpretando os anseios do povo. Fora disso, é inviável.

Na verdade, uma tradição: o Exército sempre entrar com o povo motivando, desejando com muita clareza.

Como hoje, já mencionei aqui. Ouço do motorista de táxi, em uma roda de amigos, a cobrança de providências porque do jeito que as coisas vão... Está bem, o comunismo acabou. Não! O que terminou foi o movimento expansionista mundial comandado pela União Soviética, quando ela foi desmembrada. Agora, temos à Rússia em um regime meio confuso, ainda, tentando se salvar, sobreviver economicamente, mas os comunistas não morreram. Uns são ex-comunistas – os que fizeram profissão de fé, dizendo que deixaram de ser –, mas a maioria não disse nada, está

calada, dentro da linha "gramsciana". O Antônio Gramsci, filósofo comunista italiano, pregou a guerra pós-dominação comunista, o domínio dos meios de informação, das faculdades e das universidades.

Quando fiz o IPM, na Faculdade Nacional de Filosofia que tinha a maior célula comunista do mundo estudantil na época – não era a UNE, não era o Calabouço. Ele era o segundo na hierarquia e a UNE era a terceira. A Faculdade Nacional de Filosofia era a número um, porque eles já tinham desistido da doutrinação do camponês, do proletário, pois não tinham cultura para absorver a doutrina comunista. Podiam ser, quando muito, massa de manobra. Eles resolveram investir no professor e a Faculdade de Filosofia é a dos professores: ela forma mestres, em muitas matérias. Você, para ser professor, necessita ter o curso de Filosofia, não basta só o da matéria, precisa dele para ter dar a condição de professor. Então, eles tinham investido lá. A organização já não era mais que uma célula, eles já a chamavam como Organização de Base do Partido Comunista. Era o que existia na Faculdade Nacional de Filosofia. Eles diziam que um professor comunista era superior a cento e cinqüenta ativistas de rua.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução que enfrentou toda essa sorte de pessoas?

Tenho uma visão, talvez, diferente de todos, mas não quero ser diferente de ninguém. Acho que a Revolução não teve propriamente líderes, ela foi quase de explosão espontânea. O clima de insatisfação foi crescendo, foi crescendo com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Faço uma restrição a esse Deus porque sou agnóstico. Como dizem por aí: "Ateu, graças a Deus". Mas, me classifico como agnóstico. Então, Marcha da Família com Deus pela Liberdade... está bem, admito. A sociedade acredita em Deus. Entretanto, aquela manifestação foi muito importante, na minha opinião.

Agora, chefes na área civil, os que deram um passo à frente, eu cito, em São Paulo, o Adhemar de Barros; em Minas, o Magalhães Pinto. E só. Na área militar, citaria o Marechal Denys que foi importantíssimo naquela hora difícil. O Castello, para mim, não foi um dos chefes da Revolução. Ele aderiu nos últimos momentos. Ele participava de reuniões com o Penha Brasil, o Costa e Silva e outros generais, no Rio de Janeiro, mas nunca tomou a iniciativa. Não era um conspirador, era um homem formal, um militar disciplinado e repugnava qualquer atitude de desrespeito ao Comandante em Chefe das Forças Armadas, que era o Presidente.

Embora entenda que não foi um líder, mas o estopim da Revolução foi o General Mourão Filho. O General Olympio Mourão Filho, já em São Paulo, segundo

depoimento que me foi feito nessas minhas conversas com amigos, pelo General Diogo Figueiredo, ele já pregava uma revolução, um movimento contra o Governo e fazia isso abertamente. Depois, jogaram-no em Minas Gerais porque ele sendo mineiro satisfazia a conveniência familiar, ao seu pessoal, o que talvez o deixasse mais calado. Entretanto, ele continuou martelando, martelando. Tanto que, naquela manhã de 31 de março, recebi um telefonema de um companheiro, do gabinete do General Jair – que era o Ministro – para saber alguma coisa sobre movimento de tropas de Minas. Eu, também, não sabia nada. Ele colocou a tropa na rua e o fez no momento errado. Em março? Março é o primeiro mês de instrução, após as férias nos quartéis. A tropa chegara a pouco; estava verde. Como partir em março? Em janeiro e fevereiro é o período de férias dos oficiais e dos sargentos. Final de janeiro, início de fevereiro, chegada dos recrutas, tinha uns poucos cabos e soldados do núcleo-base (pessoal antigo, profissional) e já alguns contingentes chegando. Não era, ainda, tropa operacional. Em fevereiro e março, você não tem um contingente operacional muito grande. Ele colocou a tropa, como se diz, "no grito", na rua, porque falam – eu nunca o conheci pessoalmente – que ele era meio doidão, meio "estrambelhado". Pôs a tropa na estrada e partiu. E quando souberam foi uma correria. No Rio de Janeiro, o General Muricy saiu correndo, ele mesmo me disse, foi ao encontro do Mourão e acabou vindo comandando a coluna.

É como eu disse: o Mourão quis ser, e foi o estopim, provocou, deu o primeiro passo. É aquela história dos ratos, da assembléia dos ratos para se defender dos gatos: os ratos estavam preocupados, pois vinham sendo comidos pelos gatos e aí convocaram uma assembléia. Lá se discutiu isso e aquilo – como se discute coisas inúteis em assembléia – até que um rato disse: "Vamos colocar um guizo no rabo do gato e toda a vez que ele se mexer o guizo toca e nós nos escondemos". Foi aplaudido, aprovada a moção por unanimidade. Então, um outro rato, perguntou: "E quem é que vai botar o guizo no rabo do gato?" O Mourão pôs o guizo no "rabo do gato". Ele criou o problema. Porque o que havia muito... Eu estava perto do General Penha Brasil (quatro estrelas) vivia "batendo papo", digamos, assim como o Castello e os outros e nos mantinham relativamente bem informados. Ninguém estava falando em colocar o guizo. E os quatro estrelas? O Amaury Kruel vacilou até a última hora, custou muito a se definir. O Âncora estava do outro lado. Os generais estavam divididos. O Osvino era nitidamente do Governo e o Jair Dantas Ribeiro uma péssima figura. Estava disposto a fazer o quiser que fosse para ser ministro, como foi. Havia essas simpatias. O Kruel, na madrugada de 31 de março para 1º de abril telefonou para o Médici na AMAN informando-lhe que decidira pela Revolução e solicitava o apoio do Médici, no que fosse possível, e o Médici hipotecou-lhe solidariedade.

Foi daí que ele partiu de São Paulo para a AMAN – na tarde do dia 1º, quando parte de suas tropas já haviam chegado a Resende – para a reunião com o Âncora, que foi do Rio e estava respondendo pelo Ministério – o Jair estava no hospital. O Médici promoveu o encontro dos dois, no qual chegaram a um consenso. Vale lembrar que o Médici já havia ocupado, com o Corpo de Cadetes, uma posição defensiva frente às forças do I Exército que viriam para São Paulo. O Âncora, após o encontro com o Kruel, retornou e entregou o comando para os generais que já estavam reunidos no Palácio Duque de Caxias, no Rio, aguardando o final das tratativas na Academia. Se tivesse sido diferente, poderia ter acontecido um problema muito sério, porque a situação da tropa não estava ainda definida totalmente.

A mídia apoiou o Movimento?

A mídia tinha que se preocupar. O Roberto Marinho estava preocupado. Participei de reuniões na casa dele já depois da Revolução, é claro. Eu chefiava o setor de Relações Públicas no Gabinete do General Lyra Tavares, Governo Costa e Silva. Roberto Marinho estava "acendendo uma vela a Deus e outra ao Diabo". Ele tinha jornalistas – sabidamente comunistas – que nós denunciávamos. Um ou outro, ele afastava ou então procurava neutralizar, mas não totalmente. E as matérias em defesa da Revolução eram mais controladas por ele, da *Globo,* do que as outras de oposição.

O *JB* era a mesma coisa. Chegamos a montar uma operação – eu, com os meus auxiliares, nas Relações Públicas – pois achávamos que o *JB* estava indo muito para a esquerda e era um jornal tradicional, muito lido, muito respeitado. O Manuel Francisco de Nascimento Brito, jornalista feito na cama como dizia o Lacerda, pois a Condessa Pereira Carneiro é quem era proprietária do jornal e ele, genro, herdou. Pois bem, estive na casa dele, em Santa Teresa, mais de uma vez, discutindo. Fizemos a operação *JB* com o apoio do Roberto Marinho. Ele foi convidado pelo Ministro Lyra Tavares para uma reunião: o Ministro, o Roberto Marinho, eu e o meu Assessor de Imprensa que era o Manuel Moreira Paz, brilhante oficial, uma argumentação fabulosa. Ele falava que era uma beleza. Eu dizia para ele: "Você está na função errada, você devia estar no rádio". Você dava uma palavra e daquilo ele tecia toda uma série de considerações devidamente concatenadas e sem vacilar. Uma facilidade de expressão tremenda. Ele era o meu assessor de imprensa na questão. O *Globo* nos cedeu as suas colunas e nós colocamos muito editorial, via Manuel Moreira Paz. A *Globo*, é claro, a direção fazia vista grossa. A mídia estava na posição "em cima do muro", como se diz, vendo como é que as coisas se desenvolviam. Eles acreditavam que, mesmo que houvesse um domínio

comunista do País, eles iriam sobreviver. É discutível, muito discutível. Mas não se podia contar cem por cento com o apoio da imprensa.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governo cujos presidentes foram militares. Não eram governos de militares. Tanto que os militares que foram presidentes tiveram a preocupação de manter o Congresso funcionando, começando pelo Castello Branco. Os ministros eram civis e não mexeram na Justiça.

Quais foram os principais acertos da Revolução?

Foram muitos, muitos realmente. Só o controle da situação econômica e financeira do País bastava. Saímos de uma inflação galopante para uma fase de estabilidade. O filósofo, jornalista e professor Olavo de Carvalho escreveu um artigo – que está entre os meus guardados – mostrando, com muita competência, os inúmeros acertos da Revolução. Consulte a Internet, porque está lá em seu endereço eletrônico.

Ele escreveu coisas muito corretas e oportunas. Ele disse que não houve nenhuma revolução, no mundo, que tivesse tão pouco derramamento de sangue, como a nossa. Só por isso e por tudo que foi feito pelos governos militares, inclusive livrando o País da terrível ditadura do proletariado, sob a forma de uma república sindicalista-comunista, os brasileiros deveriam estar agradecendo de joelhos e de mãos postas. Ele destacou qualquer coisa assim.

Quando eu estava na ativa, era muito convidado para reuniões com empresários. Era solicitado pela Confederação Nacional do Comércio e, num almoço que eles fizeram, estava um grupo de empresários americanos. Junto se encontrava aquele que veio a ser presidente – o Jimmy Carter. Eram da Geórgia, do Sul dos Estados Unidos. E, naquela conversa, como eu falava inglês e eles não falavam o português, perguntei a eles: "Quais são os produtos brasileiros que vocês estão mais interessados em importar?" E um deles, respondeu: "Gostaríamos de importar o método de combate aos comunistas adotado por vocês". Os americanos consideravam a coisa mais perfeita do mundo. Nenhum País tinha conseguido neutralizar, com tanta eficácia, o comunismo naquele nível que ele havia alcançado, porque eles já se diziam do governo: "Só não temos o Poder, mas estamos no Governo". Eles falavam isso, o próprio Luís Carlos Prestes.

Era a tal tomada do Poder em dois tempos que falei, lembrando que Kerenski e Trotsky fizeram a revolução. Lênin entrou e derrubou os dois e estabeleceu a

ditadura do proletariado, de triste memória. Na Tchecoslováquia, lembramos a tomada do parlamento, a queda do parlamento, eles assumiram o Poder, valendo-se do próprio Congresso... Eles apoiavam todo e qualquer movimento nacionalista. Você brigava com o governo e fazia um movimento de oposição. Eles apoiavam. Essa oposição ganhava, chegava ao governo e os comunistas entravam com eles. Era a chamada tomada do Poder em dois tempos. Uma vez lá dentro, eles davam o tombo final, o golpe de misericórdia.

Isso eles fizeram, também, na própria Cuba. O movimento de Cuba, pelo Fidel Castro, a tal campanha de Sierra Maestra, foi apoiada pelos Estados Unidos. Foi, porque eles queriam se livrar do Batista que estava tornando-se nacionalista. O Batista era um ex-sargento, um fantoche, mas ele começou a desagradar os americanos, reivindicando uma série de benefícios. Os cassinos, os hotéis, o jogo, era tudo explorado pelos americanos. Ele começou a querer colocar ordem no assunto e isso desagradou-lhes. A derrubada do Batista não foi ideológica, ele não era comunista, ele era nacionalista. Quem era e enganou os americanos, foi o Fidel Castro. Apoiado pelos americanos, derrubou o Batista, só que "o tiro saiu pela culatra".

No campo social, quais os acertos da Revolução de 1964?

O BNH foi importante, foi extremamente importante; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi importantíssimo. O Estatuto da Terra editado pelo Presidente Castello Branco; o Mobral, também, foi muito bom. Eu fiz o IPM do Mobral comunista, que era o PNA (Programa Nacional de Alfabetização), associado ao movimento de cultura popular, que eles usavam para doutrinação dos favelados. O coordenador nacional desse PNA era o Betinho – Herbert José de Souza. Primeiro, da AP (Ação Popular) do meio estudantil, depois comunista quando adquiriu mais asas. Aí, ele, então, se revelou totalmente. Ele foi o Coordenador do Programa Nacional de Alfabetização que era um programa de alfabetização, mas de linha comunista. Inicialmente, quando quiseram anular esse PNA, fizeram o Mobral. Nas mãos do Simonsen, os resultados foram muito bons.

A Revolução, pela nossa formação, pela timidez do militar em lidar com assunto civil, ela ficou aquém do que poderia ter sido feito. O Castello, mais do que ninguém, repito, era um tímido. Ele, segundo me consta, repugnava a divulgação, a publicidade. Ele achava que tudo devia ser feito silenciosamente, que era assunto interno. E não era! Hoje, estamos pagando por isso. Eles dominaram as faculdades e a mídia e estão, principalmente através das inverdades repetidas, da "orquestração da mentira", nos atingindo. Qualquer assunto negativo eles destacam, as coisas boas eles desprezam, ignoram.

E os erros da Revolução?

Errar todo mundo erra. Ninguém acerta sempre. Mas eu diria que os acertos foram bem maiores do que os erros. Um erro cometido foi ficar muito tempo no Poder, vinte anos foi muito.

Quando deveria ter acabado?

O Costa e Silva, quando assumiu, pensou em acabar, devolver para o civil. Isto eu sei devido às reuniões dele com o General Lyra Tavares, cujo gabinete, em Brasília, eu chefiei até a crise devido o problema de saúde do Costa e Silva. O General Lyra conversava muito comigo, era falante, uma cultura privilegiada. Ele chegou a me confidenciar, uma vez, a conversa do Costa e Silva com ele, sobre a sucessão. Ele achava que estava na hora de devolver o bastão ao mundo civil, porque a Revolução com o passar do tempo, estava se desgastando. Ao paisano em geral, não interessava ter poder de tirar, de botar, de prender. Ele gosta da bagunça, em poder fazer negociatas, de comprar A, comprar B, de realizar um bom negócio. Ele não está muito interessado em coisas certas...

Trabalhei numa empresa, que eu não vou citar, muito boa empresa. O trabalho dela era de primeira linha, uma empreiteira. Eles nunca me pediram nada que atingisse a minha formação, sempre me respeitaram e a rigor nunca me solicitaram nada. Eu era uma espécie de garantia para eles. Todos, naquela época da Revolução, queriam ter um militar a seu lado. E muitos militares se beneficiaram. Eu, de certa forma, também. A empresa me empregou durante 11 anos, depois uma outra o mesmo tempo. Achei que estava na hora de parar e me afastei. O dono da empresa dizia, depois que ficamos mais íntimos: "Eu dou o meu preço, preço certo, correto, proposta técnica, proposta comercial. Agora, em cima disso, entra o preço político". Chamavam de preço político – era o preço que queriam pagar, sempre muito superior e estamos conversados. Um exemplo disso é a ferrovia Belém–Brasília, naquele trecho que construíram de trezentos quilômetros, de Tocantins para cima. Ela entrou e ganhou uma participação de cem quilômetros. Três empresas ganharam. "Deram para mim, porque dei o preço político que queriam. Dei o meu preço comercial e técnico, agora pagaram o preço político, não para mim, preste atenção, três vezes mais – método tri, isto é, pagaram três vezes mais o preço que era cobrado, embora para a empresa venha só o preço certo, o preço comercial, o restante não sei bem para onde vai".

A Revolução não conseguiu impedir essas práticas, mas dificultava. Há uma passagem com o General Frota, com quem eu servi. Quando ele estava no Comando do antigo I Exército, um dia, eu chego e ele estava numa reunião com os seus

oficiais – eu nem era de lá, eu era da Escola Superior de Guerra. Ele estava reunido com o General Bento, Chefe do Estado-Maior, Coronel Ourique, Subchefe, e o Fiúza, que era do DOI/CODI. Eu, da ESG, passei por lá. E ele disse: "Agora, acabou a corrupção, não há mais corrupção com o AI-5". Eu lhe disse: "O senhor está enganado. Vai ficar mais difícil, porque se tornará mais perigoso, mas vai aumentar o preço e aumentando o preço vai haver quem acha que compensa arriscar. Diria para o senhor que ficará mais caro". E foi o que aconteceu. A licitação da ferrovia Belém–Brasília, para aqueles trezentos quilômetros, pagaram três vezes mais o metro do trilho do que o normal, do que a Vale desembolsava para fazer as suas ferrovias. Esse é um fato que assusta a nós militares, mas que não causa espanto àqueles cuja formação é bem diferente da nossa...

Como o senhor viu a ação dos terroristas antes da decretação do AI-5?

As bombas estavam explodindo. Foram 25 bombas, 17 só em 1968. Mas as bombas, não se sabe, até hoje, quem é que estava jogando.

Houve, entretanto, dois atentados ao próprio Quartel-General do II Exército: um na Conselheiro Crispiniano, outro no Ibirapuera.

Isso foi outro erro grave deles. Aquele atentado contra o soldado Mário Kozel Filho – promovido a sargento. Aquilo foi uma ignorância. Obteve repúdio nacional. Mataram um jovem recruta que estava cumprindo o seu dever, prestando o seu serviço militar, de uma forma covarde. O assassinato do capitão, aquele americano, Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1965, que estava fazendo um curso, na presença da esposa e do filho de 8 anos. Aquilo, também, foi outra ignorância que só obteve protesto e repugnância. Foram erros graves que eles cometeram. Eles, hoje, querem ser vistos como "bonzinhos", mas não prestavam, eram frios, covardes...

O que o senhor gostaria de dizer mais a respeito da guerrilha, do terrorismo, seqüestros de embaixadores...?

Foi o apelo à luta armada... Acho que a luta armada, que foi adotada pelos comunistas no seu desespero, foi um mau passo que eles deram e um bom passo para nós. Quando eles partiram para a luta armada, eles se complicaram porque obviamente, provocaram a reação. É natural, você é agredido, é atacado, você reage. Depois, a situação ficou difícil, mais difícil para eles. Naquela época da fase ideológica, eles iam à faculdade – sabe como é o jovem, ele se empolga: "Ah, é contra o Governo, eu estou aí, sou contra". O estudante não está muito ligado, a não ser os profissionais que existiam e que estavam, ali, para recrutar os menos

avisados. Chegavam, empolgavam, faziam uma passeata: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, é contra o Governo”. Muita gente ia. Agora, na hora em que começaram a morrer pessoas do lado de lá, também, a reposição deles ficou mais difícil. Você já chegava e ele dizia: “Ah, mas pode morrer, tem gente morrendo, não é?”

Aquela guerrilha de Caparaó foi uma palhaçada, eles quase morreram de fome e de frio. Mas, a guerrilha de Xambioá foi a grande besteira que eles fizeram. No primeiro momento, eles como que reeditaram a questão dos sertões. Naquela época, começaram a mandar tropa, não sabiam o que é que tinha lá, o que é que não tinha, e começaram a ser comidos aos poucos. Depois, vieram, a saber, que o Antonio Conselheiro tinha reunido cerca de cinco mil fanáticos que estavam dispostos a morrer pela causa. É enviada uma tropa, manda uma Companhia, manda outra e no final tiveram que montar uma operação militar para acabar com os revoltosos, apoiada por logística e tudo.

Entretanto, agora, em Xambioá, eles foram devagar, se infiltrando. Estudaram, viram o negócio do Conselheiro, como tinha sido, começaram devagar a mandar gente; não esqueceram do estudante de medicina, do médico que desempenha um papel importante na guerrilha... Mas é sabido que a guerrilha sem o apoio da população local não tem condição de sair vitoriosa. Tem que contar com o apoio da população local. Isso era necessário. Eles tinham que conquistar esse apoio e começaram a fazer isso. Foram devagar, se infiltrando e quando acharam... Eles pretendiam instalar – pensaram – um núcleo, digamos assim, uma Zona Liberada que contaria com o apoio de algumas nações comunistas. Iam criar um problema muito sério. Até que o Governo tomou conhecimento e mandou, primeiro, uma tropa pequena. Não resolveu. O pessoal se escondeu, fugiu, depois voltou. Dizem, que os que retornaram fizeram com a população que tinha apoiado a tropa do Governo uma série de maldades, inclusive tortura. Isso eles não contam!...

O Governo enviou outra tropa – pára-quedista – que fez a limpeza da área como manda o nosso “figurino”, o nosso manual militar. Quando você faz uma operação, na hora da operação, você tem que fazer uma limpeza, vê o que sobrou e o que não sobrou ali (inclusive as granadas que não explodiram) para não sair matando a população. Verifica quem é que fugiu, quem se escondeu. Assim, na segunda vez, eles fizeram bem feito e acabaram com aquele “ninho de ratos”, digamos assim.

As “Ligas Camponesas”, que foram dominadas e extintas, eram uma espécie de guerrilha que usava como motivação a reforma agrária “na marra”, como eles mesmos diziam. Esta guerrilha não deu certo, a de Caparaó também não. O Exército foi buscar o pessoal, lá em cima, que estava morrendo de fome e de frio, pois

não houve a ligação necessária, simplesmente, porque não havia população no local! Nós, na operação *JB* que mencionei antes, nas Relações Públicas do Gabinete do Lyra Tavares, montamos essa operação *JB* que contou até com o apoio de *O Globo,* do Roberto Marinho, em pessoa. Demos um furo, como se diz em linguagem jornalística, a prioridade de divulgação daquela operação ao *JB.* Os jornalistas credenciados, na época, protestaram, por meio de uma conversa particular com o decano, o Otávio de Castro, um jornalista que vivia no Rio de Janeiro e, depois, foi para Brasília. Era coronel, bem alto, preto, do *Diário de Notícias. "*Coronel, esse furo foi dado para o *JB*". Chamei-o: "Otávio, você é nosso, sem nenhuma dúvida. Demos para o *JB* sim, por isso, por isso, por isso". Eu tive que dizer: "Nós demos, foi intencional, porque o *JB* está se desviando e nós precisamos do *JB* conosco". E deu resultado. O *JB* repensou, repensou e veio para o lado de cá, de novo. Tem muita história curiosa que aconteceu.

Houve cerceamento da liberdade de imprensa, da liberdade artística?

Claro que houve. Você não pode fazer um movimento, no caso uma contra-revolução, sem os instrumentos de defesa, necessários e imprescindíveis, à sua preservação. Eles queriam implantar um regime que chamavam de sindicalista, mas que era comunista. Tínhamos que nos defender para não entregar isso assim de "mão beijada", de graça. Você sabe que a informação é a arma do comando. Você tem que dar informações corretas, honestas e tem que impedir que o inimigo divulgue aquilo que achamos que não deve ser divulgado. Senão, deixamos de publicar o que fizemos bem e divulgamos os atos do inimigo! Assim, estaríamos promovendo o inimigo, estaríamos trabalhando contra nós. Em situações de conflito, de guerra, não pode deixar de haver uma atenção especial com aquilo que será ou não divulgado.

Hoje em dia, eles se vangloriam que fizeram aquele jornaleco – *O Pasquim.* Dizem em entrevista aos jornais, que lhes dão espaço, que enganavam o censor, enfatizando como se fosse uma grande coisa, que publicavam a notícia com sentido dúbio. Quem é que ia entender o tal sentido dúbio, a não ser eles mesmos que já eram comunistas. Volta e meia, eles se declaram orgulhosos, porque publicavam isso e o censor aprovava achando que era aquilo. Ora, quem iria entender o real sentido que eles queriam dar? Ninguém, só a turma deles!

E o Governo Geisel? Como é que o senhor viu?

O Governo Geisel, eu não gostei. O General Geisel foi meu capitão, na Escola Militar, eu cadete, ele capitão...

Poderia ter parado no final do Governo Médici?

Poderia, mas não parou por culpa deles, dos adversários. Eles apelaram para a violência, recrudesceram as ações, as tais guerrilhas urbana e rural e o Médici teve que revidar. O Médici passou para o Geisel, que era um oficial-general já na Reserva, embora tenha pensado até em passar para um civil, mas não o fez, porque ainda havia alguns focos de guerrilha urbana e um final de resistência da guerrilha rural.

Tenho uma passagem curiosa nesse Governo Geisel. Conhecia uma moça que era suplente de deputado, próxima ao Tancredo Neves, que ela chamava de "meu guru". Uma moça não, já uma senhora. Era ex-mulher de um oficial de Marinha, conhecido meu. E ela me procurava muito, estava sempre envolvida com o Tancredo, o Ulysses, aquela turma, em pleno Governo Geisel. E ela dizia: "Ah, o pessoal acha que não vai haver a abertura". O Geisel já tinha acenado com a abertura. Dizia: "Eu acho que vai". Ela: "Não, o pessoal acha que isso tudo é cortina de fumaça, que na hora vão fechar mesmo". Eu lhe dizia: "Tudo depende de vocês. Se quiserem escolher num candidato reacionário, 'revanchista', um Ulysses Guimarães, aí pode haver problema". E continuei: "Se decidirem por um Tancredo Neves, acho que não vai haver problema nenhum. Não vai haver, porque o Tancredo Neves é um político conciliador, que busca harmonizar interesses conflitantes, é o político autêntico. Faz aquilo que é mais proveitoso, mais conveniente, então, não deve haver problema". E ela levou isso. Tanto levou, que depois disse para mim: "O Tancredo quer conversar com você". "Comigo, não". Ela disse: "Ele queria trocar idéias". "Não, não quero falar com ele". "Vai haver a abertura, se vocês não complicarem, vai haver a abertura". Então, dizia, sempre, para ela: "São vocês que estão complicando".

Quando o Tancredo, afinal, foi lançado candidato, já doente, trabalhava numa empresa na qual o Hélio Beltrão tinha sido presidente, o Grupo Ultra. Ele teve, também, aspirações presidenciais mas, depois, desistiu. Um dia, foi a Brasília, voltou e me disse: "Soube lá, em Brasília, que você está sendo cotado para um alto posto no Governo Tancredo". Disse-lhe: "Eu sei, mas já mandei dizer para ele que não aceito". Ele tinha mandado me consultar, por essa moça, se eu aceitaria ser o chefe do SNI. Eu disse: "Não, não aceito. Eu não quero cargo, função, nada no Governo Tancredo. Quero ficar onde estou". Havia muita gente disputando cargos no Governo, inclusive alguns colegas nossos. Eu sabia que o ministro ia ser o Leônidas, que já tinha me confidenciado que recebera o convite do Tancredo. Disse: "Na minha opinião, o ministro vai ser o Leônidas". "Mas, como você sabe?" "Bom, como eu sei não vou lhe dizer, mas o ministro vai ser o Leônidas. Agora, acho que o chefe do SNI ideal para o Tancredo com o Leônidas de ministro, é o Ivan de Souza Mendes". A idéia era reduzir a força do SNI. Muita gente estava se valendo do SNI para impedir

isso ou impedir aquilo. Qualquer nomeação de Governo tinha que passar pelo crivo do SNI. Eu mesmo tive o meu nome nesta situação. Lá, do SNI, me ligaram: "Ó Celso, você vai assumir um cargo no governo?" "Eu! Que eu saiba não". Então, soube que um amigo meu – nem tanto amigo assim, na área civil – tinha sido nomeado para um cargo. Eu nem me lembro mais direito qual e ele tinha pensado em me convidar para ser assessor, chefe ou diretor dele. Tinha que se consultar o SNI e o fizeram

E lá, me perguntaram: "Você vai?" "Que eu saiba, não!"

Na verdade, houve a abertura e o Tancredo acabou sabendo que o seu nome seria bem-aceito?

É, o Tancredo soube por mim – posso dizer isso com toda segurança – pois disse para essa moça: "Se for o Tancredo, não vai haver problema".

A atuação política e os resultados econômicos do Governo Figueiredo desgastaram a Revolução?

Não, não desgastaram na minha opinião. O João Figueiredo foi um ferrenho defensor da abertura que lhe cabia concluir. Nunca trabalhei com ele, apenas nos conhecíamos, nos respeitávamos. Eu a ele e ele a mim. Acho que ele cumpriu o seu papel. Ele foi nomeado para fazer a abertura, para devolver o governo aos civis e ele fez isso. Não realizou obra nenhuma, que eu saiba. Concluiu o que estava em andamento. Ele apenas se limitou a conduzir o processo. Tentaram tumultuar. Aquele negócio das "Diretas já" que foi uma "bobageira" na minha opinião, pois a eleição acabou sendo mesmo indireta, como estava previsto.

Como se eleição indireta não fosse democrática, quando o mundo todo faz eleição indireta.

Isso tudo, cansei de argumentar por aí afora. Agora, o João cumpriu a missão que lhe atribuíram. No estilo dele, um pouco grosseiro, mas não era o que o pessoal dizia ou fazia crer que ele era: ignorante, grosseirão. Não era! Era um homem que fazia até versos! Primeiro da turma em tudo, e você sabe que não é fácil ser primeiro na EsAO e na ECEME. Embora, ele que me perdoe, contava com uma certa simpatia da banca pelo passado da sua família e dele mesmo. Mas era competente. Agora, era rude, mas fazia isso, na minha opinião, para justificar a sua condição de cavalariano – a Cavalaria, como nós sabemos, tem aquela tradição de rápido e mal feito.

O "revanchismo" existe hoje?

Está em pleno curso. A Operação Gramsci está em pleno curso. Nunca falam bem de qualquer coisa da Revolução e destacam todos os pequenos erros, enganos

e defeitos que multiplicam, que decuplicam. Mas o pior são as mentiras. Tudo que escrevem está cheio de inverdades! Não há um artigo nem livro que você possa dizer que o autor, apesar de esquerdista, de marxista, foi isento, imparcial, neutro. Infelizmente, não existe. Irrogam à Revolução a responsabilidade por todos os erros e silenciam sobre os acertos e realizações.

Invariavelmente é o que ocorre. Imputam erros e escamoteiam todos os acertos.

Depois da queda do Muro de Berlim, acabou o comunismo?

Não, o comunismo não acabou. Acabou a União Soviética que adotou o comunismo como o seu regime, como a sua ideologia, visando ao domínio mundial. A g*lasnov* e a p*erestroika* não terminaram com o comunismo, mas puseram fim à União Soviética cujos países que a integravam estão tentando se democratizar, funcionar democraticamente. Até onde vai... é difícil precisar. Há comunistas arrependidos – diria poucos – mas há ex-comunistas, aqueles que fizeram a sua confissão de fé, como o caso do Olavo de Carvalho que, naquela palestra no Clube Militar, começou dizendo que tinha sido comunista, por que deixou de ser e por que, agora, o estava combatendo. Foi de uma enorme franqueza. Há os que estão, digamos assim, "enrustidos", que estão na posição de espera. Não há mais futuro para o comunismo no mundo, mas há os saudosistas, que são muitos, trabalhando diuturnamente para que tudo volte a ser como antes.

Veja esse atentado, agora, contra o Oliveto, esse seqüestro. É aquela mesma turma...

Do Chile, que seqüestrou o Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar...

Há uma frase que cunharam, não sei quem foi: "O preço da liberdade é a eterna vigilância". É preciso esclarecer, é preciso contar. Isso que vocês estão fazendo é de um enorme valor. Escrever. O Castello, segundo me consta, se recusava a divulgar os feitos do seu governo...

Tinha o fantasma do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do Getúlio. Qualquer propaganda lembrava o DIP da época do Getúlio...

É, relacionava com o DIP da época do Getúlio, de triste memória.

General, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução.

A minha mensagem final é de aplausos a essa iniciativa de vocês. A idéia, segundo me disseram, foi do General Gleuber.

Foi. Foi ele quem criou os dois projetos: este e o projeto da FEB.

Acho que projetos dessa natureza se faziam necessários. Registrar. Já disse a você, antes de iniciarmos essa sessão, que eu vinha sendo, insistentemente,

solicitado por uma editora – Editora Record – para escrever a minha experiência político-militar, o que eu vivi nessas longas jornadas, porque eu vivi tudo isso de perto, bem de perto. Sei de muitas coisas porque estive junto de altos chefes: General Lyra Tavares e General Sílvio Frota, como ministros. Participei de muitos fatos, assisti a muita coisa.

Na noite da edição do AI-5, por exemplo, dormi num sofá no Gabinete do Ministro do Exército. Eu e mais uns dois ou três, porque o Ministro tinha ido para uma reunião, nas Laranjeiras, e quando voltou nos relatou o que ocorrera.

Aconteceu um caso, nessa reunião do AI-5, muito curioso. Ele voltou e disse: "O Presidente reuniu o Conselho de Segurança Nacional e fez a exposição". O pretexto foi irrelevante: aquela manifestação do então Deputado Márcio Moreira Alves, que podia passar despercebida. Mas pegaram esse fato, porque a coisa estava ficando ruim. O ambiente se deteriorava e resolveram adotar uma providência efetiva, o que achei bom e positivo. Era necessário. Você não pode deixar o inimigo lhe destruir a vontade, livremente. Você tem que tomar medidas coercitivas. E foi o que foi feito.

Mas, nessa reunião do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, quando o General Lyra regressou, relatou-nos o seguinte: "O Gama e Silva, que era o Ministro da Justiça, expôs o projeto. O Presidente, então, resolveu consultar os presentes, um a um. Voltou-se para o seu Vice-Presidente que era o Pedro Aleixo, de Minas, que declinou a palavra: "Presidente, eu queria declinar, no momento, e ouvir os demais". O Presidente, em sua boa-fé, ia passar adiante quando o próprio General Lyra Tavares, segundo ele mesmo relatou, disse: "Senhor Presidente, um momento. Não podemos ficar na dependência de querer ou não querer. Acho que nós devemos obedecer ao Decreto que estabelece a hierarquia ministerial. É um Decreto que regula isso. Por ele, cabe ao Vice-Presidente opinar primeiro. Depois, é o Ministro da Justiça. Há uma ordem. Senão, nós não saímos mais daqui, pois todos vão querer opinar por último". O Lyra colocou isso na ordem. Obviamente, todos concordaram e o seu Pedro Aleixo foi contra. Ele era a favor do estado de sítio. Ele foi contra e os demais foram a favor do AI-5.

Quando o General Lyra contou isso, eu tinha ido recebê-lo – estava dormindo, vestido, num sofá, no meu gabinete – então lhe disse: "General, o Presidente, no ato, não pediu a renúncia do Vice-Presidente?" Ele: "Como renúncia?" "General, se o Presidente vem a sofrer qualquer coisa ou morre. Na idade dele, ninguém está livre de morrer de repente. Assume o Vice, que é contrário. O que é que se pode esperar?" O Lyra parou, pensou: "É Celso, você tem razão, mas vamos correr o risco, já está feito". Tanto que, quando houve a crise Costa e Silva – eu chefiava o Gabine-

te, em Brasília, chamávamos o Escalão Avançado, pois uma parte do Gabinete já tinha ido para Brasília – recebi instruções de que o Pedro Aleixo não ia assumir.

O Passarinho, o Jarbas Passarinho, ele era Senador, ligou para mim porque tinha sabido qualquer coisa. A doença do Costa e Silva, no início, tentaram manter em segredo mas, depois, o problema começou a vazar. O Passarinho me ligou em casa, lá em Brasília, e disse: "Celso, o que é que você sabe da doença do Presidente Costa e Silva?" Disseram que ele tinha embarcado para o Rio de Janeiro fortemente gripado. Não houve as despedidas. O carro do Presidente tinha encostado junto do avião. Alegaram que ele estava fortemente gripado, com um cachecol, e que, por isso, não houve cumprimentos, não houve nada. O Passarinho me telefona: "O que é que você sabe sobre a gripe?" Digo: "Soube que ele embarcou fortemente gripado. Ouvi dizer, no entanto, que não é gripe". "Você pode saber alguma coisa?" "Vou tentar". "Você me diz?" "Digo". O médico do Presidente era o médico que também atendia aos meus filhos, porque eu havia casado tarde – tinha filho de dez a 14 anos, o que não é normal. Como ele tinha estado na minha casa para ver uma "febrinha" qualquer, de uma das crianças, ele me dissera que estava muito preocupado com o problema do Presidente. Eles achavam que era um AVC. Numa entrevista com o Governador, se não me engano de Goiás, o Presidente tinha ficado sem poder falar alguns segundos e depois se recuperou. Eles estavam preocupados que alguma coisa viesse a acontecer, como veio acontecer realmente... Procurei me informar e ninguém sabia de nada, só viemos a saber mais tarde que, realmente, ele tinha tido um derrame.

Voltando, as minhas palavras finais – já me afastei demais do tema – acho que essa iniciativa é brilhante, extremamente válida. Fazia-se necessário registrar tudo o que aconteceu naquele período, sem dúvida um dos mais conturbados da vida nacional. Houve muita coisa boa, algumas coisas erradas, mas o balanço final diria que foi bastante positivo. O Brasil saiu de uma das últimas economias do mundo para uma das dez primeiras. E só isso já foi um efeito decisivo. Não precisa dizer mais nada. Restabelecimento da autoridade, da moralização. Lutou, mas não acabou com a corrupção, que é intrínseca do ser humano, ou se é corrupto ou não. É como a gravidez, ou a mulher está grávida ou não. Não existe o está pouco grávida nem o muito grávida, como não há meio corrupto ou um pouco corrupto. Ou é ou não é. E os militares têm essa tradição de honestidade e seriedade. Minhas últimas palavras, ao prestar este depoimento, são de agradecimento por ter sido lembrado e convidado, porque, como já disse, acho essa iniciativa de grande valia. Fazia-se necessário registrar os fatos, preto no branco. Faço votos que vocês continuem neste Projeto, o divulguem amplamente e não tenho dúvidas que o farão. Reitero os meus agradecimentos pela distinção da lembrança de meu nome e pelo convite, o que me trouxe imenso prazer.

General-de-Brigada Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery

- Natural da Cidade de Jaguaquara – Estado da Bahia.
- Turma de 1957 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Foi Comandante da Brigada de Aviação do Exército e Diretor de Especialização e Extensão.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, Transporte Aéreo, Salto Livre, Comandos, Operações na Selva e Piloto de Helicóptero.
- No exterior: EUA – Básico Pára-quedista e Operações na Selva. Foi Instrutor de Operações de Combate da Escola das Américas, no Panamá.
- Em 1964, era Capitão, Comandante da 1ª Companhia de Infantaria Pára-quedista e depois Subcomandante da Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão, do Regimento Santos Dumont.

Entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2001.

É uma satisfação muito grande estar aqui para rememorarmos um fato histórico que marcou a nossa geração. Realmente, o que ocorreu na década de 1960 com a sua evolução até a década de 1980 foi um passo importante na história brasileira. Prazerosamente, portanto, estou aqui para, nesta oportunidade, rememorar os fatos vividos, por um jovem tenente, com vinte e um anos de idade. Estou à sua disposição.

Vamos iniciar, perguntando ao General Andrade Nery que fatos ele gostaria de abordar relativos à sua participação nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Pois não. Cheguei Aspirante-a-Oficial ao 6º Regimento de Infantaria, tradicional Regimento da História do Brasil, da história da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Cidade de Caçapava-São Paulo. Embora jovem, sentia no Vale do Paraíba uma movimentação que, naquela época, 1958, já preocupava. Eu era um pouco politizado. O meu velho pai, Antunes Andrade Nery, tinha sido vereador e prefeito de Jaguaquara-BA, foi também, caixeiro viajante, tendo transmitido a nós toda sua experiência de vida, bem como o meu avô, o velho Antônio Porfírio – Coronel da Guarda Nacional. Ele transmitiu a preocupação com as oligarquias que dominavam o interior do Brasil e que foi o ponto-chave dos movimentos dos tenentes que vinham desde 1924, 1926, 1929 e fizeram a Revolução de 1930, para afastar aquelas oligarquias que dominavam o Brasil e que levavam o povo a uma vida de sacrifícios, sem reforma agrária e sem nenhum bem-estar. Cheguei ao Vale do Paraíba, no 6º RI, sentindo aquela movimentação política, pois naquele momento, o Brasil já vivia o cenário mundial da guerra fria.

Eram dois impérios dominando o mundo. O Brasil, pela sua posição geoestratégica, estava na área de interesse e de influência do império dos Estados Unidos e era, também, área de interesse da URSS – os dois impérios que dominavam o mundo. Eu vivia a efervescência das prontidões. Vamos lembrar uma passagem do Presidente Juscelino Kubitschek quando deu a volta ao mundo depois de ter sido eleito. Nessa ocasião, nos Estados Unidos, o Presidente Eisenhower, disse para ele: "Não entendo como o Brasil, um País com a sua dimensão, um País continental, não possui um serviço de informações de governo". O Presidente Juscelino ao chegar, e após ser empossado, chamou o seu Ministro da Guerra – Marechal Odylio Denys – e deu a missão de criar um Serviço de Informações. Essa missão foi transmitida ao seu Assistente que era o então Coronel Humberto de Souza Mello. Ele reuniu um grupo de assessores e criou o SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações) que funcionava no Rio de Janeiro. Posteriormente, mudaram o nome para SNI (Serviço Nacional de Informações).

Num dado momento, em 1959, no Vale do Paraíba solicitei a uma pessoa, que passara por lá, para trazer a minha família – minha mulher e o meu filho – para o Rio de Janeiro, porque iria ocorrer, na região, um levante, talvez o início de uma revolução, de ideologia marxista-leninista – semelhante àquela que ocorreu em 1935. E me fizeram uma recomendação: "Passe a andar armado". Mandei a família para o Rio de Janeiro e passei a andar armado. Assim, comecei a sentir, naquele momento, o envolvimento político que estava ocorrendo no Brasil, fruto da guerra fria, quando esses dois impérios queriam dominar o mundo. Tivemos o caso de Cuba, dos foguetes de Cuba. Quando os Estados Unidos colocaram os seus foguetes na Turquia, a URSS, por sua vez, colocou em Cuba. O mundo viveu um agravamento da guerra fria, que se tornou muito quente, quase a eclosão de uma terceira guerra mundial.

O Brasil sentia isso na sua política. Os jornais publicavam a todo instante notícias de estranhas movimentações no campo – início da ação das "Ligas Camponesas" –, movimentações até nas cidades. E isso foi, realmente, muito significativo na minha formação militar, não há dúvida. Como jovem tenente, sofria essa influência.

Em seguida, tivemos, em 1961, a renúncia do presidente eleito – Jânio Quadros. Já me encontrava no Núcleo da Divisão Aeroterrestre, a tropa pára-quedista. Havia realizado os cursos necessários e fui surpreendido, numa madrugada, com a notícia de que nós deveríamos entrar em prontidão. No caso, éramos um Batalhão de Infantaria Pára-quedista, que em oito horas deve estar aprestado e embarcado. Cheguei na Companhia – estava comandando o Pelotão de Morteiros, da 1ª Companhia de Petrechos Pesados, do Regimento Santos Dumont. Aquela movimentação, acondicionar o material, enfardar a munição e, então, surgiu o primeiro problema. As granadas de morteiro deveriam ir prontas, mas qual era a nossa missão?

A renúncia do Presidente Jânio Quadros deu início à cadeia da legalidade que estava a comando do então Governador do Rio Grande do Sul que, no seu palácio de governo, iniciou a campanha para a posse do vice-presidente que estava, nós sabemos, na China. Foi mandado para lá pelo Jânio Quadros, o Presidente. Não há dúvida de que ele programou tudo aquilo para renunciar. Pegou um avião e foi para São Paulo para voltar nos braços do povo e governar com todo o poder. Inclusive, isso nos foi transmitido pelo piloto que conduziu o Presidente, um amigo meu de turma, da Escola Preparatória. Ele foi o piloto do avião que conduziu o Jânio Quadros até a Base de Cumbica–SP. O Presidente não desembarcou e ficou esperando, com o rádio ligado, pensando em voltar a Brasília para então, com todos os poderes, provavelmente com o Congresso fechado, prosseguir no seu governo. Porém, o que nós vimos, foi uma ação rápida dos ministros militares

com a liderança do Marechal Denys que, em ligação com o Congresso e na ausência do vice-presidente, deram posse ao Presidente da Câmara, o Deputado Ranieri Mazzilli. Bem, e o que estava ocorrendo então?

O Governador do Rio Grande do Sul iniciou uma rebelião contra essas medidas, querendo dar posse ao vice-presidente, que estava fora do País. O governador, na sua pregação revolucionária, falava todos os dias na Rádio Guaíba, na "Cadeia da Legalidade". Lembro, perfeitamente, quando ele dirigia a palavra aos militares dizendo: "Sargentos do Exército, matem seus oficiais!" Era uma pregação subversiva, para gerar a inquietação, para desagregar. Seria o fim das Forças Armadas. Era outra tentativa do Império Comunista para implantar no Brasil um regime marxista-leninista. A primeira tentativa foi com o Prestes, o Apolônio e outros companheiros a soldo do movimento comunista internacional. Não tive dúvidas, lutar contra esta ameaça era o caminho certo. A Brigada Pára-quedista que, na época, era Núcleo da Divisão Aeroterrestre, recebeu a missão de fazer um deslocamento aéreo, com todo seu efetivo. Era uma realidade indescritível para um tenente! Éramos em torno de cinco mil pára-quedistas e todos nós embarcamos em aeronaves para fazer um vôo direto, aliás com uma parada no meio do caminho, se não me engano em São Paulo para colocarmos os pára-quedas e ficarmos prontos para o salto para conquistar, por meio de um assalto vertical, a Base de Canoas e, em seguida, partir em direção ao Palácio Piratini para ocupá-lo.

Uma tropa pára-quedista, quando é lançada, fica, realmente, numa situação de guerra, de combate. Você salta, é um alvo fácil enquanto está descendo com o seu pára-quedas aberto, mas você pode retirar a sua arma do invólucro e usá-la durante a queda. Tínhamos a consciência de que aquela operação era uma operação de guerra. É claro que jovens tenentes não discutem – cumprem as ordens – e nós estávamos com o nosso general comandante a bordo das aeronaves que eram mais de vinte. A nossa missão era conquistar. À frente, uma hora, seguia uma esquadrilha de bombardeio que iria atacar os objetivos. Então, o que ocorreu?

Primeiro, na cabeça daquele jovem tenente e eu peço a sua compreensão para abordar todos esses fatos como um jovem tenente, quer dizer, da maneira como eu pensava na época, nos meus 25 anos de idade. Estava consciente de que aquela era a melhor opção, no momento. Porém, vi alguns companheiros que relutaram em cumprir a ordem. Houve uma pequena reunião em que se discutiu uma preocupação: "Nós tínhamos companheiros de arma, de turma, lá em Porto Alegre, e o regimento deles já estava ocupando a Base de Canoas". Não me lembro se era o 18º ou 19º Regimento. Precisamos lembrar que algumas unidades no Rio Grande do Sul aderiram à cadeia da legalidade, ao comando do General Machado Lopes. Naque-

la hora, eu disse: "Olha, os aviões vão à frente, vão bombardear os objetivos. Vamos ter mortos e feridos e, quando nós saltarmos, eles não vão perguntar quem está saltando, eles não vão perguntar quem está no pára-quedas. Vai haver combate, é guerra mesmo, mas temos que cumprir a nossa missão". E, assim, embarcamos nos aviões para cumprir a missão que nos foi dada pelo Comandante do Núcleo que a recebeu diretamente do Ministro, o Marechal Denys.

Quem era o comandante da tropa pára-quedista?

Era o General Paulo Torres. O problema de você embarcar, no meu caso, o meu pelotão com toda a munição enfardada e com os morteiros enfardados é que você lança os morteiros com pára-quedas próprios, mas você salta com a munição no corpo. E como preparar a munição? A munição de morteiro tem o explosor e a espoleta. Se a granada cair, após a colocação do explosor e da espoleta, ela poderá funcionar realmente. Aí, percebemos que a guerra é diferente do treinamento. Apesar da tropa pára-quedista estar muito bem adestrada, naquele momento, levei um choque. Porém, lembrei-me de uma ação de um regimento inglês, traduzido em um livro muito bom "Major Fantasma", do Coronel David Stirling com seus Comandos, os S.A.S. O S.A.S. era um regimento que atuou nas Malvinas e que está, agora, em ação no Afeganistão. Esse regimento foi o primeiro a atuar à retaguarda das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial com uma passagem no livro que dizia assim: "Primeiro, eles lançaram a munição toda preparada – espoleta, explosor e a granada – perderam alguns pára-quedas, mas eles conseguiram recuperar outros em que a granada estava preparada". Numa missão anterior, eles fizeram o que o regulamento mandava – as espoletas num pára-quedas, os explosores em outro e as granadas em pára-quedas diferentes – e não puderam cumprir a missão porque perderam, justamente, o pára-quedas em que estavam os explosores.

Quando preparei a granada para aquela missão de 1961, meu comandante de companhia perguntou: "Tenente, o que você está fazendo?" "Estou preparando a granada". "Mas você tem que fazer isso lá. Agora, você põe o explosor no pára-quedas". Mostrei o livro para ele. "Capitão, eu não posso perder as granadas". "Isso é uma loucura", disse ele. É a realidade da guerra, respondi. Aprendi realmente. Foi uma viagem longa e cansativa. Você embarca os soldados do seu pelotão – 45 homens – dentro de um avião militar. Você levanta durante o vôo, vai lá na porta, olha para os seus soldados e vê que eles estão olhando para você. Você é o mestre de salto, o comandante, o líder. Você vai para dentro do avião, caminha no outro sentido, olha para os soldados e eles continuam fixos no seu olhar. Se você ficar verde, eles ficam verdes; se você ficar azul, eles ficam azuis; se você

tiver medo, eles vão ter medo, também. Mas, na hora em que você abre a porta, põe a cabeça para fora e que dá o comando de "JÁ", você salta na frente e pode ficar certo de que eles irão atrás.

Por felicidade, hoje digo por felicidade, quando estávamos ultrapassando a divisa de Santa Catarina, entrando em território gaúcho, veio a ordem para retornar. Naquele período, soubemos, depois, que os deputados reunidos com os ministros militares chegaram a um acordo. Aí vem a importância, que eu sei que ocorreu, do Tancredo Neves ter apresentado uma fórmula para evitar aquele derramamento de sangue – o parlamentarismo. Voltamos – o parlamentarismo foi aceito. O Vice-Presidente João Goulart não desfrutava mais dos poderes do presidencialismo. Sabemos que não demorou muito, porque o próprio Tancredo Neves, no cargo de Primeiro-Ministro, fez tudo para que o parlamentarismo terminasse e se retornasse ao presidencialismo. Essa é uma passagem importante que vejo na minha vida de tenente.

Prosseguimos, ainda, na Brigada Pára-quedista. A partir dali, passamos a perceber melhor a guerra fria. Veio o plebiscito, voltou-se ao presidencialismo e nós começamos a ser envolvidos naquela agitação do Rio de Janeiro. A imprensa publicava a todo instante, desde o Governo do Juscelino, uma certa infiltração do movimento comunista internacional. O que ele pretendia? Aspirava, exatamente, depois da conquista de Cuba – tentou colocar os seus foguetes lá – entrar na área de influência americana. Era, infelizmente, a situação do Brasil, em virtude da sua posição geo-estratégica. O objetivo era ameaçar o outro império dominador. Eram os dominadores do momento contra o Brasil dominado.

Há uma passagem interessante criada pelos tenentes pára-quedistas. Fizemos uma reunião numa tarde de 1962, não lembro o dia, era um grupo grande de tenentes. E começamos a discutir o que fazer, o que é que nós vamos fazer? De que lado vamos ficar? Essa pergunta tinha ligação com a situação mundial, com a radicalização ideológica que envolvia a todos, a instabilidade política, a rarefação do Poder e as reinvidicações das áreas subdesenvolvidas do País e com as ameaças que ocorriam naquele instante. Fomos informados pelo noticiário da volta do Luís Carlos Prestes, de Moscou. Estávamos assistindo à campanha do Governador do Estado do Rio de Janeiro – Carlos Lacerda. Vivíamos aquela agitação.

Com vários tenentes presentes, exatamente na sala de reunião de oficiais, que chamávamos de cassino dos oficiais, no Regimento Santos Dumont. Era o início de 1962, o então Ministro da Guerra General Kruel, foi almoçar na Vila Militar do Rio de Janeiro e, quando entrevistado, declarou que estava ali para decidir "de que lado ia ficar", referia-se, claro, à situação política. Pois bem, nós

tenentes pára-quedistas do Regimento Santos Dumont, decidimos fazer uma reunião para também decidir se ficaríamos contra o império soviético que pretendia implantar no Brasil o regime comunista, ou se ficaríamos contra o império americano que pretendia nos manter como colônia de um regime capitalista selvagem com um modelo baseado na exploração de trabalho humano, onde o império procura se apoderar da maior quantidade possível de recursos naturais. A posse desses recursos, combinado com o monopólio tecnológico e, se necessário, com a utilização de meios violentos garantiriam a hegemonia da potência exploradora.

O ambiente era de revolta, como brasileiros nacionalistas desejávamos ver o País livre dos dois impérios, sonhávamos com prosperidade e grandeza para o nosso povo e que viesse a ocupar uma posição de destaque no contexto das nações. O certo seria dividir para vencer. Primeiro, lutar contra o império soviético, representado pelo movimento comunista internacional e, depois, contra o império americano. Éramos jovens tenentes, vinte e poucos anos. Decidimos: "Vamos partir contra um império e vamos vencer esse império". Olha a pretensão dos tenentes! "Depois vamos partir contra o outro império e com isso defender o Brasil". Lembro que dois companheiros se levantaram indagando: "Qual foi a decisão? Vamos partir contra o império da Rússia Soviética e...". Levantou-se uma questão interessante. Naquela época, o Exército Brasileiro vivia um Acordo Militar com os Estados Unidos que foi, muito tempo depois, rompido pelo Presidente Geisel, em seu Governo. O Governo revolucionário... A tropa pára-quedista era integrante do Acordo Militar. Pensamos: vamos contra o império comunista agora e depois contra o outro império, porque não há dúvida de que eles vão ameaçar o Brasil, vão querer limitar a nossa soberania. Os dois companheiros que se levantaram discordaram e disseram: "Não vamos fazer isso. Vocês vão contra o império russo e nós vamos contra o império americano, desde já. Depois nós vamos nos encontrar".

A partir daquele dia, daquela reunião, começamos a fazer ligações com o General Augusto Cezar Muniz de Aragão que, naquela época, escrevia no jornal *O Globo* artigos importantíssimos para nós – "Mensagem aos Oficiais Jovens". Eram lições de moral, de fortalecimento moral, para levantar a auto-estima, mostrar a necessidade de defender a soberania brasileira contra a ameaça de quem quer que fosse. Também nos aproximamos, bastante, da liderança do Marechal Denys que, logo após a introdução do parlamentarismo, se retirou e passou a cuidar justamente das ameaças que passaram a ocorrer contra o Brasil. Nós cerramos fileiras com um grupo que depois comandou o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964. Quem eram esses oficiais? Eram os tenentes de 1924, de 1930 que, em 1964, eram os coronéis e os generais. Eles fizeram a Revolução. Essa reunião que realizamos

marcou a nossa decisão. Continuamos com as ligações, a agitação permanecia, isso durante os anos de 1961 e 1962 – final de 1961 e início de 1962.

Trocaram o comando dos pára-quedistas. Com a renúncia do Jânio Quadros e com a posse do Presidente João Goulart, o General Santa Rosa foi nomeado comandante. Ele assumiu o comando da Brigada, ainda, com a denominação de Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Ele vinha do Rio Grande do Sul, estava com o Governador Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul. Assumiu o comando do Núcleo e determinou uma reunião logo após àquela solenidade normal da caserna, da passagem de comando de uma Grande Unidade, na qual ocorre o desfile da tropa em continência ao novo comandante.

Ao terminar o desfile, ele determinou: "Todos os oficiais e sargentos devem se reunir, agora, na 'baiúca' – hangar onde a Intendência dobrava os pára-quedas". Era a maior sala de reuniões que nós dispúnhamos na época. Os oficiais e os sargentos de todas as unidades pára-quedistas se reuniram naquela sala. Fui conhecer o novo comandante – General Santa Rosa – e fiquei surpreso, levei um susto, um susto muito grande, porque ele subiu numa mesa, num tablado, nós sentados – oficiais e sargentos – e disse assim: "Quero falar para os sargentos pára-quedistas, quero cumprimentá-los porque vocês não cumpriram as ordens de seus oficiais". Era inadmissível para mim, presenciar o General comandante em flagrante desrespeito aos princípios basilares da Instituição.

Diante de tal absurdo, passamos a nos envolver cada vez mais naquele movimento para derrubar, destruir aquele império – o soviético – que usava um movimento que se chamava movimento comunista internacional, pretendendo ocupar um país continental, o Brasil, geo-estrategicamente área de influência e de interesse do outro império – o norte-americano. Sentimos que a ameaça era muito maior do que aquela que tínhamos imaginado e precisávamos sim, o mais rápido possível, acelerar aquilo e evitar o mal maior, porque a disciplina começou a cair visivelmente. Como um General-de-Brigada assume um grande comando de uma tropa tão preparada como a nossa e o seu primeiro ato é pregar a indisciplina, é jogar os sargentos contra os oficiais? Aquilo foi demais para mim.

Mas teve outra coisa em seguida. Dois ou três meses depois, o contraste. Meu Comandante de Companhia me chama às 7h da manhã, início de uma jornada, ainda, na Companhia de Petrechos Pesados, da qual eu era o subcomandante. "Nery, nós temos uma missão, agora, muito importante – prontidão". Perguntei-lhe: "O que é?" O problema era com um "grupo dos onze", lembra? – grupos com formação guerrilheira. Um "grupo dos onze" estava atuando em Xerém, aqui no Estado do Rio de Janeiro, invadindo terras nos moldes das "Ligas Camponesas". Tinha um coman-

dante que era chamado pelo codinome de “Capacete Verde”. Não sei o nome do indivíduo, muito em evidência na imprensa na época. Em Xerém, aqui! “Ele está criando problemas e nós vamos com a Companhia. A ordem foi do capitão”. Vamos eliminar este “grupo dos onze”. A missão é do General Santa Rosa. “Está bem. A gente cumpre – missão não se discute”. A missão veio do comandante. Partimos. Eu com a companhia. Primeira surpresa! Ocupamos umas cinco viaturas, todos armados. Eu, ao lado do motorista, na “boléia” da viatura, e o capitão, no jipe, puxando o comboio pela Avenida Brasil. Assim, fomos na direção de Xerém. Num dado momento, ele entrou ao lado do caminhão e fez um sinal para que eu prosseguisse. “Cumpra a missão. Vou aparecer depois – não espere por mim”. Entendi, prontamente – estava sozinho e, assim, iria cumprir a missão.

Chegamos em Xerém no ponto exato previsto na carta. Tínhamos feito um estudo de situação, antes de sair do quartel. Quando percebi que ali era o local que deveríamos desembarcar e penetrar na selva de Xerém, fomos emboscados pelo grupo a comando do “Capacete Verde” – “grupo dos onze”. Abriram fogo contra nós! Imediatamente, fiz um sinal, a tropa desembarcou pelo lado direito da viatura e ficamos protegidos. Olhei e vi a seguinte cena: na orla da selva, num mastro estava sendo hasteada uma bandeira que não deu para identificar. Não era a brasileira. O líder estava com um capacete, realmente típico daquele caçador inglês dos filmes de caçadas na África, uma bermuda cáqui e um casaco, também, cáqui e armado. Após a emboscada, eles imediatamente retraíram para a selva. Entramos, vasculhamos, fizemos prisioneiros e não foi preciso atirar. Recolhemos farto material. Bastante material de propaganda marxista-leninista, treinamento de guerrilha, todos oriundos de Cuba, bem como armamento “zero quilômetro”. Peguei aquilo tudo e levei para o comando da Brigada onde recebi ordem para entregar ao ajudante-de-ordens do então comandante General Santa Rosa. Assim o fiz. Escrevi o meu relatório e retornei ao meu quartel. Fui encontrar o capitão, no dia seguinte, que me perguntou: “Como é que foi?” Como é que foi? Eu lhe disse: “Tudo bem capitão, foi bem”.

Dois dias depois, descobri o objetivo da missão – a Companhia tinha sido usada como tropa pretoriana! Acontece que o local era um loteamento do Automóvel Clube do Brasil e seus sócios, alguns membros da sua diretoria, tinham comprado terrenos naquela área. Um dos donos de terreno era o General Santa Rosa, que havia assumido o cargo de presidente do Automóvel Clube do Brasil. Fui usado e a minha tropa também. Fomos usados para tirar de cima do terreno dele o “grupo dos onze” que fazia aquilo que ele pregava – ocupava terras dos outros indiscriminadamente, segundo o modelo empregado pelas “Ligas Camponesas” no Nordeste e no

Centro-Oeste. Que decepção! Uma decepção muito grande. Não foi para isso que fui formado, não foi para isso que recebemos a nossa instrução, a nossa formação moral. Uma decepção! E, aí, nos envolvemos com mais determinação ainda de impedir, primeiro, a ação do soviético dentro do território brasileiro.

Em seguida, foi a operação "Mata Lacerda". É chocante! Operação "Mata Lacerda..." o Governador Lacerda, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara, na época. Eu morava próximo à Vila Militar, num bairro do outro lado da Vila, próximo à Intendente Magalhães, já no início da descida de Jacarepaguá – Vila Valqueire. Já tinha alguns filhos, era mais perto, precisava de uma casa barata. Nós pagávamos aluguel, uma fase difícil 1962, 1963... Tínhamos que acordar cedo para a fila do arroz, para a fila do feijão... Faltava luz duas horas de noite e duas horas de manhã. Era uma crise. Tive que mudar para ali. Antes, morava no Maracanã, mas não dava mais para pagar o aluguel naquela área. E como esse movimento já era significativo – realmente estávamos envolvidos – percebíamos o perigo, as ameaças à soberania, à integridade e à disciplina. Começamos a tomar providências. Não fomos só nós – o nosso comandante de Regimento também. Foi escalada uma equipe de oficiais que morava nas imediações da Vila. Éramos cinco, no total. Tínhamos um rádio em casa e de hora em hora ligávamos para todos os oficiais-de-dia, de serviço nos batalhões, nas unidades pára-quedistas para saber se estava tudo em ordem. Por quê? Fui avisado em 1958: vai acontecer uma rebelião comunista no Vale do Paraíba liderada pelo, então, Coronel Zerbini. Isso em 1958. Mande a sua família para o Rio de Janeiro e ande armado! Em 1961, 1962, 1963 já vínhamos realizando esse trabalho. Era ordem. Fazíamos as reuniões e ficava tudo decidido. Então, o que acontecia? No quinto dia, eu pegava o rádio e levava para a minha casa. Fazia uma escala de serviço para colocar o rádio no ar de hora em hora, a noite inteira. Se fosse sábado ou domingo – o dia inteiro. Havia o contato por meio de uma senha e contra-senha com os oficiais-de-dia dos quartéis para saber se tudo estava em ordem ou não, lembrando de 1935, quando os comunistas mataram, ocuparam os quartéis etc. De noite, era difícil você, de hora em hora, acordar e ligar o rádio. Assim, a esposa entrava na escala. Ora eu ligava, ora ela ligava. Falávamos com todos os oficiais-de-dia. Era comum não haver resposta, mas o nosso rádio entrava no ar como previsto.

Normalmente, a cada dois dias alguém deixava de responder, aí não tinha jeito, reuníamos o armamento dentro do carro e saíamos em Vila Valqueire e Sulacap, acordando os companheiros. "O que houve?" "O oficial-de-dia não respondeu, não ligou o rádio. Tem problema, vamos lá!" Fazíamos infiltrações, eram patrulhas noturnas para verificar o que estava acontecendo no quartel que não

tinha respondido a chamada do rádio. Às vezes, tínhamos que realizar várias patrulhas por noite. Já pensou! Passamos quase dois anos fazendo isso. Vivíamos como sonâmbulos, por quê? Ameaça de uma rebelião comunista como a de 1935, quando Carlos Prestes e seus seguidores mataram os companheiros que dormiam no quartel da Praia Vermelha e como a que acabou acontecendo em Brasília em setembro de 1963. Prova evidente de que estávamos certos

Um dia de madrugada – 2h da manhã – fomos chamados ao quartel. Foi acionado o plano de chamada. No quartel, aquele alvoroço! "O que está acontecendo?" "Uma operação para matar o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Ele vai ser eliminado, vai haver agitação no Rio de Janeiro, o presidente vai pedir o estado de sítio ao Congresso, justamente, pela agitação que vai ocorrer pela morte do governador". Daí seria criada a república sindicalista comunista da América do Sul – que era o objetivo deles. E nós sabíamos porque a imprensa anunciava! Se pegarmos os jornais da época, vamos ver que isso estava quase todos os dias na imprensa. E estávamos com essa motivação.

Já tínhamos as nossas ligações com os grupos do Marechal Denys e do General Aragão, Moniz de Aragão. A nossa ligação era o Capitão Tarcísio, Assistente do General Aragão – Coronel Tarcísio, hoje. Deles, veio a informação sobre a operação "Mata Lacerda". O nosso comandante chegou e disse assim: "Estou sendo chamado para ir ao comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre". Não era mais o General Santa Rosa, que havia sido movimentado para outra função. Era o General Alfredo Pinheiro, pára-quedista, também, conhecido por "Faz Tudo". O Coronel José Aragão Cavalcanti, nosso comandante – não era parente do General, havia sido professor de Geopolítica, na AMAN –, reuniu os oficiais, nós já estávamos movimentando a tropa, armando o pessoal, aquela movimentação de uma prontidão, um aprestamento em ordem-de-marcha, isso de madrugada. Ele disse: "Fui chamado para me apresentar, agora, ao comandante, no Núcleo da Divisão, no quartel-general, mas sei a missão que vou receber. A missão que lhe seria dada de "deslocar o Regimento para emboscar e matar o Governador da Guanabara quando ele inaugurar o pavilhão do Hospital Miguel Couto, no Leblon, às 9h da manhã". Claro que não iríamos fazer isso! Nem o nosso comandante! Ele seguiu para o quartel-general e nós ficamos aguardando.

Retornou, dizendo que falou para o General Pinheiro que já sabia do planejamento a ser executado. A missão que ele recebeu foi a seguinte: "Coronel, o Brasil já está em estado de sítio. O Presidente acabou de solicitar ao Congresso o estado de sítio, porque o Governador da Guanabara está agitando o País e tem que ser preso. Você vai prendê-lo". Ele disse: "Não é isso que eu sei General. Não houve o pedido,

ainda, de estado de sítio. O Congresso está fechado. Não amanheceu ainda e a sessão do Congresso vai ser realizada de manhã. O pedido não ocorreu. Sei que vai ser ao contrário – nós vamos matar o Governador Lacerda – aí sim, vai haver motivo para o estado de sítio. Essa missão o senhor não pode me dar".

O Chefe do Estado-Maior do Núcleo da Divisão Aeroterrestre – Coronel Mafra – disse para o General: "Deixa, vamos chamar o comandante do Grupo de Obuses Aeroterrestre". Na época, era o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior. Só que estávamos em ligação permanente – o nosso Regimento com o Grupo – 24 horas em contato. O Coronel Boaventura foi ao quartel-general e respondeu da mesma maneira para o Chefe do Estado-Maior.

Sabendo que a missão seria cumprida de qualquer maneira, o Coronel Aragão determinou que um oficial do Regimento Santos Dumont se deslocasse para a porta de cada unidade pára-quedista, para observar a movimentação. Depois de uma hora, mais ou menos, vem o Tenente José Alves Machado, de carro, meu companheiro de turma – que tinha sido designado para verificar a situação do Grupamento de Unidades Divisionárias, aquela série de Companhias de Serviços que formam um grupamento, ao comando de um oficial superior. Pois não é que o Chefe do Estado-Maior se dirigiu à Companhia de Engenharia para comandá-la na operação "Mata Lacerda". O Alves Machado quando viu que a Companhia já estava se preparando para sair, e ia sair mesmo, retornou ao Regimento e avisou ao nosso comandante. Foi instantâneo. Sem ordem, todos nós embarcamos no comboio para sair, para impedir a passagem daquela Companhia que tinha a missão de eliminar o Governador da Guanabara.

Não queríamos que o Brasil entrasse em uma guerra civil, quando sabíamos que o inimigo era outro. Mais uma cilada, planejada para envolver os militares, para envolver as Forças Armadas, como aquela em que fui envolvido em Xerém contra aquele "grupo dos onze" que, na verdade, era para proteger o terreno dos sócios do Automóvel Clube do Brasil! Quando nós corremos para embarcar, o Coronel Aragão apitou, reuniu os oficiais e disse: "Não precisa, calma. Já falamos com o Governador Lacerda que a Companhia de Engenharia iria sair. Não, não, não se preocupe". Às 4h da manhã, o Major Monção, que era pára-quedista, ligara para o Governador Carlos Lacerda, que estava em Petrópolis na sua casa – casa do governador – e o avisou. O que fez ele? Inverteu as inaugurações daquela manhã. O pavilhão do Hospital Miguel Couto que estava previsto para as 9h, passou para as 5h. O Coronel Aragão disse: "Deixa a tropa sair. A Companhia de Engenharia pode se deslocar. Não vai haver problema nenhum". Vamos ver quem mora perto? Tenente Brandão: "Eu moro em frente ao hospital". O Coronel Aragão determinou

que ele ligasse para a sua casa e ficamos aguardando. O Brandão, pelo telefone, ia passando para nós o que a sua esposa na janela, olhando o que acontecia na porta do Miguel Couto, transmitia.

A Companhia de Engenharia saiu?

Saiu, sim. Incrível! O Coronel Mafra entrou na Companhia de Engenharia, composta de um capitão, três tenentes e quinze sargentos, aproximadamente, todos jovens. Sabe como é a tropa pára-quedista – aguerrida, bem-treinada, auto-estima – ele chega e diz: “Capitão tem uma missão. Reúna os seus oficiais e sargentos. Tem uma missão para pára-quedista, muito importante. Quem estiver com medo pode se retirar. Alguém está com medo?” Meu Deus! Jovens oficiais, jovens sargentos vão dizer para um chefe que estão com medo. “Então, armem-se e vamos embora. Eu vou comandar a Companhia”. E assim ele saiu.

Cabe lembrar que apareceram quatro oficiais pára-quedistas armados de fuzis com lunetas. Sabíamos, desde o início, que aquela missão fora planejada no apartamento nº15 do Anexo do Copacabana Palace, então apartamento do Presidente da República João Goulart. Contou com a presença do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, do Comandante da tropa pára-quedista, General Pinheiro, e do Coronel João Sarmento, do Gabinete Militar. Planejaram que a solução para antecipar a criação da república sindicalista comunista seria criar um caos no Estado da Guanabara, com a decretação do estado de sítio. E como criar um caos? Aí, o general pára-quedista disse: “Deixa comigo, isso é missão para pára-quedista” – tropa pretoriana. A ordem para prender e “atirar para matar” Carlos Lacerda na manhã do dia 4 de outubro de 1963, quando da sua visita ao Hospital Miguel Couto, no Leblon, foi transmitida, naquele apartamento, ao General Alfredo Pinheiro, pelo Ministro da Justiça, Deputado Abelardo Jurema, que esclareceu ao General Pinheiro que o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, estava a par de todo o plano e dera sua aprovação. Nós estávamos sendo usados como tropa pretoriana. O General Pinheiro, dali mesmo, ligou para o oficial que estava de Superior-de-Dia no quartel-general – o qual representa o comandante na ausência deste – “Capitão, desencadeie o plano de chamada que nós temos uma missão para a tropa pára-quedista”.

Mas o que ele não sabia era que nós, do Regimento Santos Dumont e do Grupo de Artilharia, já estávamos no quartel. Já tínhamos sido avisados daquela reunião, durante toda a madrugada regada a uísque. Sabíamos de todos os detalhes da reunião. Por isso, quando o Coronel Aragão recebeu a missão do General, ele disse: “Não é isso General Pinheiro, tenho a certeza do que está ocorrendo”.

O capitão que estava de serviço – eu falei com ele: "Você recebeu a ordem do General?" "Recebi de madrugada. Já recebi ligações do Chefe da Casa Militar, do governador do Rio Grande do Sul e de vários oficiais-generais querendo saber se os pára-quedistas realmente já estavam se reunindo". Durante toda a madrugada nós estávamos lá acordados, no quartel, acompanhando os acontecimentos. A Companhia de Engenharia se deslocou para o Leblon e ocupou posições em frente ao Hospital Miguel Couto. Não sabia que o Governador Lacerda já havia inaugurado e estava longe.

A esposa do Tenente Brandão ficou da janela anunciando: a tropa chegou, desembarcou, os soldados deitaram, ocuparam posição...Depois de mais de uma ou duas horas, lá pelas 11h da manhã, ela disse: Alguém se levantou, está vindo na direção do prédio, no térreo – era um bar. Foi, realmente, um oficial que ligou para dizer: Não apareceu ninguém! Depois disso, deram ordem para retrair. Essa foi a operação "Mata Lacerda". Os quatros oficiais que estavam armados com fuzis e lunetas, que não pertenciam à Companhia de Engenharia, foram com a missão de eliminar o governador. A esposa do Tenente Brandão viu esses oficiais, com os respectivos fuzis e com as lunetas, nas mãos. Ela era esposa de um oficial – ela sabia o que estava dizendo – ela falou em fuzil com luneta.

Após o retorno daquele pessoal, exigimos que fosse aberto um inquérito policial militar, nós, oficiais do Regimento Santos Dumont. Eu dei a parte. Fui, apenas, um deles. Nós não fizemos isso só falando, não! Nós redigimos partes, exigindo que a verdade fosse apurada. Naquela semana de outubro de 1963, o Presidente João Goulart manda chamar o Deputado Leonel Brizola para um encontro ou reencontro, que foi descrito como "cordial, mas dramático". Nesse encontro, ficou estabelecido o seguinte esquema de ação: após o assassinato de Carlos Lacerda, aprovação do estado de sítio em 48 horas. Para isso, seria desencadeado contra o Congresso um processo de terror, com violentas ameaças e pressões militares. Isso realmente aconteceu. O líder do Governo na Câmara, Tancredo Neves, e os Deputados Martins Rodrigues e Bocaiúva Cunha falando – ameaçando – no plenário diziam textualmente: "ou o Congresso vota o sítio ou será fechado".

Concedido o sítio, seriam executadas as intervenções na Guanabara e São Paulo. Esta intervenção já estava preparada há muito tempo, e a justificativa jurídica da medida ficou a cargo do "jurista" Abelardo Jurema.

Depois de obtido o aviltamento do Congresso pela aprovação do sítio, ele seria sumariamente fechado. Uma Constituinte seria convocada para a elaboração da Constituição nos moldes soviéticos, como idealizado pelo Governo.

Com essas medidas, o Presidente João Goulart tentava criar condições para o regime de exceção que lhe permitiria continuar no Poder. Na verdade, estáva-

mos vendo o País ser entregue por um grupo de brasileiros, que abria a porta da Nação ao invasor comunista. A preocupação era grande. Queríamos que todo o Exército soubesse o que estava ocorrendo naquele momento. Os companheiros precisavam saber que o negócio ficara muito perigoso. Estávamos sendo usados como tropa pretoriana. O inquérito foi aberto, queríamos ser ouvidos. Surpresa! O Major Monção foi transferido para o interior do Brasil, para ficar bem longe, justamente aquele oficial que ligou para o Governador Lacerda e avisou. Mais tarde, merecidamente, foi promovido a General. Todos os oficiais que participaram ou que sabiam da história não foram ouvidos no inquérito.

O Major Monção fez uma carta, que foi publicada nos jornais na época, contando a verdade. Um escândalo, um escândalo! Nós exigimos o inquérito, queríamos ser ouvidos no inquérito e o que ocorreu? O General Pinheiro, Comandante da Brigada, o General "Faz Tudo" é bom lembrar, mandou reunir os oficiais do Regimento Santos Dumont. Entra, com uma garrafa de uísque debaixo do braço, fardado, como Comandante, e diz: "Companheiros, vim aqui para falar com vocês, roupa suja se lava em casa. Nós não devemos comparecer ao inquérito para contar o que houve". Abriu a garrafa de uísque. Com a exceção de uns dois ou três, fomos nos retirando do local e ele ficou ali para beber o seu uísque. Esse era o Exército, o Núcleo da Divisão de Pára-quedistas, em 1962 e 1963.

Por terem se negado a comandar a "Operação Mata Lacerda", também foram transferidos para o interior do Brasil, os coronéis José Aragão Cavalcanti e Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, comandantes do Regimento Santos Dumont e do Grupo de Obuses Aeroterrestre, respectivamente. A exoneração e a transferência dos dois comandantes era uma medida punitiva, injusta e descabida. Estávamos solidários com o nosso Comandante o Coronel Aragão. Naquele momento, tínhamos consciência de que, com a recusa de participar do atentado, salvamos não só a vida do Governador, mas a dignidade do Exército. Tínhamos que agir, e rápido. Imediatamente entramos, todo o Regimento, em "ordem de marcha". Não permitimos que o Coronel Aragão passasse o comando da unidade, mesmo contra sua vontade. Ele, naturalmente, tentou nos demover do que estávamos pretendendo, alertando que poríamos em risco a nossa carreira. Retrucamos, estávamos tentando desfazer uma injustiça, um ato indigno com o nosso Comandante. Ato contínuo, ligamos para o Capitão José Fernandes de Santana Andrade, Comandante da Companhia Pára-Quedista que, naquela época, montava guarda nos palácios presidenciais de Brasília, determinando que o mesmo informasse ao Presidente João Goulart sobre a nossa determinação de impedir a punição do Coronel Aragão, o que foi feito de imediato pelo tenente de serviço.

Após ouvir com atenção o Tenente Bento de Souza, pára-quedista comandante da guarda do palácio, o Presidente João Goulart disse: "O seu comandante é mesmo muito querido, não é tenente? Ato contínuo ligou para o Ministro da Guerra, General Jair, determinando o cancelamento da transferência do Coronel Aragão. Infelizmente, talvez por falha nas ligações, não foi possível evitar a punição do Coronel Boaventura que foi preso por 30 dias e transferido. Ao se despedir, o Coronel Boaventura dirigiu a seguinte mensagem aos seus comandados: "Tende sempre em mente a missão constitucional do Exército; não coloqueis jamais o vosso valor a serviço da indignidade e lembrai-vos de que cada um de vós é responsável pela confiança e pelo respeito que a Nação deposita na mais valorosa tropa do Exército".

Vivíamos, então, uma grave crise militar que rapidamente evoluiu para a área política com sérias repercussões. Em conseqüência, o Marechal Denys e o General Moniz de Aragão intensificaram as ligações com a tropa. Começamos a perceber que era preciso haver maior entrosamento entre as unidades. Como começamos a reagir, a tropa pára-quedista foi proibida de realizar tiros de exercício e até o tiro do recruta. Proibiu-se que a munição fosse entregue à Brigada. Começamos então a fazer acampamentos no Recreio dos Bandeirantes, que era totalmente deserto naquela época. Entrávamos com os carros particulares no Regimento-Escola de Infantaria – eu cansei de fazer isso no meu carro – para pegar com os oficiais daquele Regimento, a munição necessária para adestrar a tropa pára-quedista. Fazíamos o tiro no Recreio dos Bandeirantes. Era a única possibilidade de adestramento. Fomos proibidos de participar de qualquer exercício. Entrávamos no Campo de Instrução de Gericinó, à noite.

O Tenente José Aurélio Valporto de Sá foi preso, assim como o Tenente Eglair Barcelos Alves. Foram presos porque estavam adestrando os seus pelotões em um exercício programado pelo Regimento. É claro que nós só podíamos fazer isso escondidos e durante a noite, ou no Recreio dos Bandeirantes ou no Campo de Instrução de Gericinó.

Esses fatos aconteceram a partir do momento em que alguns coronéis do Gabinete do Ministro, Jair Dantas Ribeiro, passaram a nos vigiar. Alguns oficiais compareceram ao quartel. Lembro-me de um deles, um coronel que chegou e reuniu os tenentes: "Atenção, estou aqui por ordem do Chefe de Gabinete do Ministro para dizer que os oficiais pára-quedistas estão se reunindo clandestinamente em Vila Valqueire e na área de Sulacap, reuniões sabidamente conspiratórias contra o governo". O que nós fazíamos era adestrar a nossa tropa. Fazíamos as ligações, pois precisávamos saber o que estava ocorrendo. Não queria partir numa operação semelhante à que fui em Xerém. Muito menos desejaria que meu Regi-

mento se transformasse em coiteiro de bandidos. Estávamos direcionados, sabíamos a ameaça que ocorria. O coronel afirmou que se continuássemos conspirando, iríamos ser transferidos para a fronteira. Era uma clara ameaça. Não ocorreu coisa desse tipo, mas outras piores.

Em 1963, saí da Companhia de Petrechos Pesados e assumi o comando da 1ª Companhia de Infantaria Pára-quedista, Companhia de pronto emprego, do Regimento de Infantaria Pára-quedista. Demos um nome à companhia – "Companhia Cobra". Essa Companhia deveria estar pronta para se deslocar em uma hora. Um dia, às 5h da manhã, recebi ordem para desencadear o plano de chamada e preparar a Companhia para uma missão. Pelo horário, teria sido mais fácil esperar a chegada dos soldados, às 6h no quartel. Às 7h, estava com a Companhia pronta, tudo pronto. O material ficava realmente enfardado. O efetivo era em torno de duzentos homens. O Coronel me chama e ao seu Estado-Maior. Entra o General Pinheiro – Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, indagando: "Qual é a Companhia que vai cumprir a missão?" "A 1ª Companhia". "Quem é o Comandante?" "Tenente Nery". "Tenente, aqui". Fiquei em pé, ao lado dele. Ele abriu em cima daquela mesa grande, no cassino dos oficiais, local da reunião, a carta de Brasília. Quando olhei, entendi o que já sabíamos durante a noite. Tinha havido uma rebelião em Brasília, a Base Aérea fora tomada, alguns quartéis já estavam tomados, alguns oficiais presos e a cidade estavam na mão de uma rebelião. Só não sabíamos a extensão do problema, naquele momento. Mas era sério. O Presidente, os ministros e as principais autoridades estavam propositadamente fora de Brasília. Na verdade, foi tudo planejado. Inclusive, deputados participaram daquele levante. O General Pinheiro disse: "Tenente, não está acontecendo nada em Brasília. Você vai levar a sua tropa, desembarca, vai desarmado. Você vai fazer um desfile semelhante ao de Sete de Setembro, no Dia da Pátria, na Alameda dos Ministérios".

Sabíamos que não era aquilo. Acabáramos de ouvir na rádio – estávamos sempre atentos, ligados, tínhamos informações. A realidade era outra. Brasília estava sublevada, era a rebelião dos sargentos, a maioria da Marinha e da Aeronáutica. Obedeciam a um intelectualizado comando civil, não se restringiria apenas a Brasília e devia estender-se por todo o País. Da chefia da rebelião, participavam os Deputados Neiva Moreira, do PSP-MA, Hércules Correia, Marco Antonio, do PCB-GB, e Max da Costa Santos, do PSB-GB, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola. Pela ordem, os revoltosos pretendiam: depor o Presidente da República; fechar o Congresso; acabar, sumariamente, com o Supremo Tribunal Federal, classificado como órgão inútil e dispensável; desvirtuar o regime e implantar uma república (ditadura) socialista; transformação total das Forças Armadas.

Os prédios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica estavam ocupados e os revoltosos já estavam no terraço, na cobertura, no telhado dos pavilhões nos esperando. Sabiam que a tropa pára-quedista ia saltar. Seríamos eliminados como pombos. Íamos saltar e desfilar desarmados. Disse para o general: "General, não é isso..." Não completei a frase! Quando ia começar a falar levei uma "botinada", por debaixo da mesa. Eu estava em pé e os outros oficiais do Estado-Maior do Regimento, sentados. O Oficial de Operações, Major Giácomo Jannuzzi Neto, me deu um pontapé. Eu entendi. Era para ficar calado. Calei-me e ouvi a missão – desfilar desarmado.

Ao sair dali, fui falar com o Major Jannuzzi. Ele me disse: "Nery, é rebelião, se você for desarmado, você vai morrer, sua tropa vai ser eliminada. É guerra! Eles ocuparam Brasília e já leram o manifesto de criação da República Sindicalista Comunista do Brasil". Eu pergunto: "Como é que eu vou, Major?" Vá armado, claro! Você vai para a guerra. Qual é a minha missão? "Você vai saltar para libertar Brasília". Saltar, para libertar Brasília das mãos dos revoltosos, ou seja, conquistar Brasília. Essa foi a missão. "Onde estão os revoltosos?" Ocupando os prédios dos ministérios militares. Já existem oficiais presos. "Você tem que libertá-los – descobrir onde eles estão e libertá-los".

Naquele momento, minha maior preocupação era armar a Companhia – duzentos homens. E a munição? Veio a informação de que tinham trancado a munição. O Oficial de Munições do Regimento, Tenente Eglair Barcelos Alves, disse: "Nery, vou me virar. Deixa comigo". E saiu, para conseguir a munição. Comecei a pegar o armamento, quando chegou uma parte da munição. Tinha que "enfardar". Dei ordem para colocar a munição no carregador e levá-la também no cinto. O grosso da munição seria acondicionado em um cunhete, com um pára-quedas em cima para ser lançado do avião. Após o salto, você sai correndo para procurar a munição, pegá-la e levá-la com você. Sabendo que precisava de muitos pára-quedas, mandei buscá-los. Chegou a informação: o major encarregado dos pára-quedas fechou a "baiúca" – como nós chamamos o local de acondicionamento dos mesmos – e não vai distribuir os pára-quedas para você, por ordem do general – o pára-quedas da munição! Na hora, imediatamente, dei a ordem para que os cunhetes fossem abertos. Mandei distribuir a munição pelos bolsos. Iríamos saltar com a munição dentro do bolso, em quantidade. Aí, surgiu um problema. Soubemos que a rebelião era dos sargentos de Brasília, com o foco principal na Marinha e na Aeronáutica.

Em virtude daqueles acontecimentos de 1961, quando o General Santa Rosa, Comandante dos pára-quedistas, elogiou os sargentos por não terem cumprido or-

dem de seus superiores hierárquicos, e do Governador Brizola mandando os sargentos matarem seus oficiais, criou-se um ambiente de mal-estar dentro da tropa. Aquilo foi sendo alimentado numa seqüência, agora essa rebelião em Brasília, era o dia 12 de setembro de 1963. Apesar de preocupado, mandei distribuir a munição para os sargentos. Não podia duvidar da lealdade dos sargentos. Paguei para ver.

Estávamos em pleno aprestamento, tínhamos que preparar a munição, preparar os fardos. O subtenente, aquele homem mais antigo, aquele sargento que foi alçado à função de subtenente, o administrador da carga da Companhia, chegou para mim e disse: "Capitão, preciso falar com o senhor, aliás, todos os sargentos querem falar com o senhor". Eu disse: "Bom, o que houve. Vou lá". Eles estavam numa sala, reunidos. O subtenente iniciou: "Capitão, o senhor mandou distribuir a munição para todos nós, sargentos. O senhor confia nos sargentos da Companhia?" Chamei a atenção dele: "Em algum momento, desconfiei de vocês? Em algum momento, pensei isso? Vocês viram isso aqui entre os oficiais e sargentos do Regimento Santos Dumont? Não estou entendendo o que vocês estão falando". "Capitão, a reunião é para agradecer a confiança. Conte conosco. Em nenhum momento, o senhor deixará de contar com a nossa lealdade. Conte conosco".

Assim, fui para Brasília. Eram 14 aviões. Até aeronave em manutenção decolou. Os antigos aviões C-82 voavam de porta aberta. Cruzando a serra de Petrópolis e Teresópolis, e seguindo para Brasília, fazia muito frio, eu sentado ao lado da porta olhando o vôo em formação, vi um avião pegar fogo – o avião do Tenente Maia Martins. Retornou para os Afonsos. Mais adiante, o avião do Valporto, também, pega fogo e pronto, o efetivo estava se reduzindo. Depois, eles chegaram a Brasília – dois dias depois – não houve problema.

A nossa viagem foi longa. Foi aquilo que eu disse: dentro do avião, você olha para o soldado e ele está lhe olhando, você vai para lá e ele olha para lá, você vem para cá e ele olha para cá. E eu me dei conta de que eu tinha dado a ordem, antes de decolar: "Nós vamos saltar na Alameda dos Ministérios. O suposto inimigo está ocupando os telhados dos quatro prédios e vai atirar em nós. Todos os oficiais e sargentos deverão tirar a arma do invólucro e durante a queda atirar em tudo o que se mover". Eu, como comandante, tinha que dar uma ordem que protegesse a minha tropa e que permitisse o cumprimento da missão. Sabia que, com duzentos homens, tinha que libertar Brasília. O que é isso? A cabeça não funcionava. Qual a verdadeira dimensão disso. Brasília é muito grande. Aonde eu iria procurar esse pessoal? A ordem estava dada.

Durante o vôo, fiquei pensando: vou chegar em Brasília às 5h da tarde, o expediente está terminando, os funcionários estão cruzando a Alameda dos Minis-

térios. São pessoas que vão estar se movimentando. Vamos atirar? Muita gente vai morrer, muita gente inocente. O mestre de salto, o comandante em cada avião, vai com o fone no ouvido, escutando os pilotos. Eu ouvia a conversa dos pilotos. Não ia haver combustível para prosseguir o vôo depois de Brasília. Eles diziam: "Vamos pousar em qualquer lugar". A situação era difícil e preocupava. Confesso que, sozinho – não tinha ninguém para conversar, eu era o único oficial no meu avião, os outros tenentes estavam nas demais aeronaves – fiquei preocupado, muito preocupado.

Aí, me veio a história de um outro livro – o emprego dos pára-quedistas belgas no Congo – quando houve um levante e muitos reféns, mais de 1.500 reféns. A tropa pára-quedista foi empregada com sucesso – eles não saltaram em cima do objetivo. Você, na sua introdução, falou na nossa EsAO, não foi? A Escola, que aplica a doutrina no seu laboratório, que é o campo, associando tática e técnica com o tiro real, o mestrado do oficial, a última escola onde aprendemos e aplicamos a tática da Arma. É errado, no planejamento pára-quedista, você traçar a sua zona de lançamento em cima do objetivo – você não salta em cima do inimigo. Ah! Que felicidade! No avião, lembrei-me disso. Então, me veio aquela sensação de satisfação – não devo saltar em frente aos ministérios – tenho que saltar longe. Fazer como os pára-quedistas belgas: pegaram tudo o que andava, tudo o que tivesse roda e foram correndo para o objetivo e libertaram os homens que estavam presos, seus patrícios.

Então, imaginei: vou saltar em outro lugar, assim vamos evitar atirar em tudo o que se mova. Tudo que se mova seriam os funcionários terminando o expediente, saindo de Brasília. Adquiri confiança e disse para o Comandante da aeronave – ele me avisaria vinte minutos antes, com um toque de sirene dentro do avião: "Comandante, determine a entrada em formação cerrada – para as aeronaves se aproximarem – dê uma rasante em cima da alameda dos Ministérios. Depois, vou dar a final para você". Nós íamos saltar, eu tinha decidido saltar depois da Alameda dos Ministérios, bem distante. Preferia ir a pé, correndo, para o objetivo.

Quando ele cerrou, dez minutos antes de chegar em Brasília, o meu ala esquerda – eu via, a distância é curta – o meu ala esquerda estourou o motor e pegou fogo. Era, justamente, a aeronave do Tenente Brandão. Pegou fogo no motor. Aquilo foi imediato! Mudei a missão! Eu disse para o Comandante da aeronave: "Mande que siga direto para o aeroporto". O aeroporto estava nas mãos dos revoltosos. "Mande-o seguir direto para o aeroporto e vamos todos para lá, vamos desembarcar". Salto de viatura em movimento – nós sabíamos fazer isso. Quando a aeronave tocar no chão, nós saltamos sem pára-quedas, ou seja, salta e rola. É claro que nós íamos ter

baixas com isso, mas estávamos treinados. Saltávamos de viatura em movimento até na Avenida Brasil. Fazíamos esse adestramento. Ele falou: "O aeroporto está nas mãos dos revoltosos". Porém, eu sabia que um pelotão de Goiânia já estava se dirigindo para lá – uma Companhia de Goiânia – sob o comando do então Tenente Machado Borges, o mesmo que chegou a General. Quando a primeira aeronave, que era a do Brandão, tocou na pista, ele comandou o salto. Todo mundo pulou da aeronave – joga a arma e salta feito um fardo, feito uma roda. Você encolhe todo o corpo e sai girando, pois machuca menos. Pousamos em seguida.

Mas houve uma ocorrência. Realmente, o aeroporto ainda estava nas mãos dos sargentos revoltosos. Um deles, ao ver o avião pegando fogo no motor, comentou que aquele ali já está sendo destruído pelo fogo e que ele iria acabar com ele, jogando uma granada. E correu na direção do avião para jogar a granada. Acontece que ele estava perto da cerca e parece que era o estacionamento dos táxis, no aeroporto de Brasília. Os motoristas ouviram aquilo e pularam a cerca, começando a correr atrás dele. Foi uma cena inusitada. Os motoristas se abraçaram com aquele sargento que tinha uma granada na mão, enquanto ele gritava: "Vou soltar a granada". Quando o Brandão chegou, com alguns homens, a granada não tinha nem mais grampo. Estava sendo presa pelo capacete, na mão, e o sargento já com medo de soltar a granada. Após ser preso, ele confirmou que ia jogar a granada para destruir a aeronave, que sabia ser da tropa pára-quedista.

Neste ínterim, desembarcamos, corremos para frente do aeroporto e pegamos todas as viaturas, carros, caminhões e ônibus que apareceram por ali. Desloquei-me em comboio com a minha tropa – duzentos homens – chegamos na Alameda dos Ministérios, do outro lado dos ministérios militares. Fiz o sinal para parar e logo a seguir o de avançar. Não falei mais nada. Desembarcamos correndo, tomamos de assalto os ministérios, fomos do primeiro piso até o último e fizemos setecentos prisioneiros. Todos estavam armados.

É preciso lembrar que ocorrera uma ação de um pelotão da Polícia do Exército-PE, na véspera. Naquela noite, o Tenente era o Uchoa. Mas o que houve com ele? Acontece que no momento do ataque dos sublevados ao Ministério da Aeronáutica, ele estava com o pelotão guarnecendo e resistiu ao ataque. Foram disparados muitos tiros contra o pelotão dele. Que era composto de "catarinas", lembra? Naquela época, a Polícia do Exército incorporava somente soldados do Sul do Brasil – os "barrigas-verdes" catarinenses – os "catarinas". Ele deu ordem de fogo porque tinha que impedir o ataque – era um ataque mesmo. Nenhum soldado atirou, nenhum soldado atirou. Ele tomou o fuzil de um soldado e atrás de uma coluna gastou a munição, rolou para outra coluna – todos os soldados

estavam atrás das colunas do ministério. Ele foi de soldado em soldado e resistiu ao ataque sozinho, atirando, porque os soldados não o fizeram.

A Biblioteca do Exército tem um livro, de 1958, "Homens ou Fogo". Eu li muito esse livro e se eu não me engano é do General Omar Bradley que fez um inquérito na Segunda Guerra Mundial sobre o porquê do homem não atirar, quando está em combate. Após uma operação numa das ilhas do Pacífico, ele colocou dois ou três regimentos de "quarentena" vamos dizer assim, numa ilha do Pacífico e ouviu do comandante ao último soldado. Onde você estava na hora do ataque? O que houve? Por que você não atirou? Etc... E concluiu, dizendo o seguinte: "O fator psicológico". Ele tem uma referência interessante: o jovem, principalmente – é o nosso caso que incorporamos recrutas – o jovem é criado para não maltratar até os animais. É aquele negócio, não amarrem uma lata no rabo do gato, não maltratem o animal e de uma hora para outro, dos dezessete para os dezoito anos ele se apresenta no quartel e nós vamos ensiná-lo a atirar para matar.

Disse isso, quando estava na Academia Militar das Agulhas Negras: "Estamos aqui para ensinar a vocês a matar, mas a matar em defesa da Pátria". O Tenente Uchoa ficou abismado. Como é que o soldado dele não atirava – não houve jeito dele atirar! No livro, Omar Bradley diz: "O maior índice de aproveitamento de tropas na Segunda Guerra Mundial foi com a tropa pára-quedista e de comandos". Os pára-quedistas russos chegavam a ter 18 % dos que atiram, no máximo 20%. Ou seja: de cada grupo de combate de infantaria só dois homens atiram quando se deparam com o inimigo, mesmo quando ele está correndo a dez metros de distância. Um grupo de combate tem um sargento e um cabo. Se, dos dez integrantes, dois atiram, somente o sargento e o cabo atiravam. Os soldados, não. Os recrutas não atiram, é preciso muito treinamento. Uma prova foi o que ocorreu com o Tenente Uchoa.

Com a tropa pára-quedista, o rendimento é maior, mas chegamos ao último andar dos quatro prédios dos ministérios e fizemos setecentos prisioneiros. Quantos tiros nós demos? Nenhum. Prendemos a todos, depois de tomarmos de assalto o local. Foram colocados num andar e ficamos no outro andar, embaixo. Durante 45 dias, nós ficamos ali guarnecendo. Dormíamos no chão. Eles dormiam no andar de cima, também, no chão, o mesmo espaço, as mesmas condições sanitárias – estávamos no andar de baixo e eles sabiam que não podiam descer, eram sargentos.

Já à noite, reorganizei minha tropa. Veio uma informação rápida: acabaram de entrar num bloco de apartamentos, em uma superquadra e cortaram os pulsos da esposa de um oficial, porque queriam prender o marido. Ela foi salva pelos vizinhos. Cortaram os dois pulsos porque ela não dizia onde estava o marido. Ela também não sabia. Ele tinha saído para ir ao quartel. Ela nem sabia se ele

já estava preso. Queriam o seu marido. Era um oficial do Exército, um capitão, e cortaram os pulsos dela. Fiquei com medo, porque aquilo poderia representar para a tropa uma reação maior, a partir dali. Graças a Deus não foi preciso.

Outra informação: na rodoviária de Brasília, a última passagem, a mais baixa, naquela época 1963 – a rodoviária não estava concluída, ainda estava em obra –, fora fechada pelos revoltosos. Eles fecharam de um lado e do outro. Deixaram uma porta e escreveram no muro – Paredão – e colocaram, em posição, um pelotão da tropa dos fuzileiros navais, com metralhadoras. Iam começar o fuzilamento dos oficiais que já estavam presos. Peguei um grupo e mandei ao comando do Tenente Valporto, para a rodoviária. Prendemos todo o pelotão, com as metralhadoras em posição, prontas para fuzilar os oficiais. Essa foi a minha vivência em 1964 e antes de 1964, em 1963. Prendemos o pelotão e abriu-se o inquérito. Fizemos até um comentário, porque o inquérito foi feito na Marinha. A maioria dos sublevados era da Marinha. Conversando com o encarregado do inquérito lhe disse: "Comandante, daqui a 15 dias vão estar todos de volta, como se nada tivesse ocorrido". Esses presos foram trazidos de avião, por nós, para o Rio de Janeiro. Ficaram no navio-prisão.

Há um fato que gostaria de acrescentar. Quatro ou cinco dias depois, chegou a Brasília um Batalhão do Regimento Santos Dumont. Não trazia munição. O general não tinha deixado. Passaria a integrá-lo. O negócio estava quente, porque, ainda, estávamos fazendo a limpeza de Brasília. Informei ao major que havia reunido toda a munição que trouxera, em uma sala no pavilhão do ministério. "Tem suficiente?" perguntou! Respondi: "Tenho munição para um batalhão, por um ano". A nossa corrida, a proibição de sair armado! Foi tanta gente levando munição, ao sairmos do Rio! O Barcelos, Eglair Barcelos Alves – Oficial de munições. Lembro-me de que, já com todas as aeronaves "taxiando", motor ligado, ele chegou com a viatura e foi jogando os cunhetes pela porta dos aviões. Os pilotos ficaram preocupadíssimos. Tinha muita munição, o Batalhão cumpriu a sua missão e nós retornamos para o Rio.

O Comandante do Batalhão, Major Giácomo Jannuzzi Neto, chamou-me, aqui no Rio, depois da operação e disse: "Nery, você vai fazer uma relação dos militares que vão receber condecoração, por bravura, nesta operação, você faz isso?" "Claro, indico os homens da minha Companhia que merecem a medalha". Chamei o meu sargenteante e pedi que ele me desse o mapa da força – o manifesto de vôo de lançamento dos pára-quedistas, para que todos fossem incluídos, todos os militares que foram para Brasília comigo, que tomaram Brasília de assalto e que tinham consciência de que libertaram Brasília. Entreguei ao Major Jannuzzi, Comandante

do Batalhão, a relação de toda a Companhia. Ele disse: "O que é isso? Pedi para você o nome daqueles que merecem..." Eu lhe disse: "Major, todos nós fizemos a mesma coisa. O que um fez, o outro fez também. Todos fomos além do dever". Palavras dele: "Nery, só vou indicar você, porque condecorar duzentos por ato de bravura vai desmoralizar a medalha". Sendo assim, somente eu seria indicado. "Major, essa eu não vou receber. O senhor me desculpe – ou concede para todos ou não me mantenha na relação". E, realmente, foi isso que ocorreu. Aqueles que estavam em Brasília, foram condecorados. Os tenentes, sargentos e soldados pára-quedistas que, numa ação enérgica e eficaz, sufocaram um movimento revolucionário que pregava uma ampla indisciplina contra a hierarquia militar e contra a autoridade e a legitimidade do Poder Judiciário, representado pelo tribunal mais alto, que é o Supremo Tribunal Federal, não foram reconhecidos. Essa era a situação vivida naquela época, que levou à eclosão da Revolução de 1964.

Já no período revolucionário, fui para a Amazônia ajudar a criar o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Nós estávamos lá, quando o Capitão Lamarca roubou o armamento no 4º RI e foi para a cidade de Registro-SP criar um foco de guerrilha. O General Rodrigo Octávio, Comandante Militar da Amazônia, chama o Coronel Teixeira, Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS – e diz que deveríamos preparar a nossa tropa para fazer um deslocamento rápido à região de São Paulo para combater a guerrilha do Lamarca. E, assim, fizemos. Toda a tropa do CIGS, julgada a mais bem adestrada em guerra na selva, era uma equipe de uns quarenta homens. Reunimos todos os instrutores e alunos de Guerra na Selva para uma operação contra a guerrilha do Lamarca.

Todavia, o General Rodrigo Octávio foi transferido para Brasília e a colaboração da tropa de Manaus deixou de ser aceita. O nosso Comandante, Jorge Teixeira de Oliveira, o "Teixeirão", excelente oficial, ficou muito aborrecido. Ele disse: "Meu Deus, nós criamos o CIGS, estamos adestrados, o curso funcionando, o Exército tem uma equipe excepcional e não a empregamos". Naquele momento, o curso de Comandos, da Brigada Pára-quedista, que estava conosco em Manaus, foi mandado para Registro. Nós não fomos. Eles foram, mas, com dez ou doze dias, saíram. Também não os aceitaram, por quê? Não entendi! Utilizaram tropa recém-incorporada – soldado que tinha três meses ou menos ainda de quartel. Deu no que deu. Quer dizer, não foi uma vitória do Lamarca, foi o emprego de tropa inexperiente. Fizeram um relatório e depois, mandaram para nós, em Manaus.

Estávamos em treinamento de guerra na selva, estudávamos a doutrina de guerra na selva, no Centro considerado hoje o melhor do mundo. Por ser instrutor daquele centro em Manaus, é que fui mandado, à revelia, para o Panamá. Fui

instrutor de operações na selva, de patrulha na selva, dos "Tigres" – o Ranger – no Panamá. Por quê? Porque eu tinha sido Chefe da Divisão de Ensino e Oficial de Operações do CIGS. Foi só por isso. Qualquer oficial que tivesse passado pelo CIGS, naquela época, teria condições de cumprir a mesma missão.

No relatório, que eu disse que recebemos em Manaus, a respeito de Registro, depois da operação contra o Lamarca, o General Airosa, que era, em São Paulo, o Chefe do Estado-Maior do II Exército, escreveu assim: "Chegamos à conclusão de que o facão de mato é muito importante no combate na selva". Quando nós pegamos aquele relatório, em Manaus, e o lemos, o Coronel Teixeira falou-nos: "Meu Deus do céu!" E amassou o relatório e jogou fora. "Meu Deus do céu! Estou aqui há três anos, criamos o CIGS, ensinamos a doutrina de selva e o conhecimento sobre os equipamentos do combatente de selva, mostramos as experiências da Birmânia, na Segunda Guerra Mundial, e somente agora, numa operação que fracassou, voltada praticamente para prender o Lamarca, que acabou escapando, chega-se tardiamente à conclusão de que o facão de mato é um equipamento muito importante para o combatente de selva!" Caso tivesse empregado a tropa do CIGS, especializada em operações na selva, no enfrentamento com o Lamarca em Registro, no lugar da tropa bisonha e despreparada para este tipo de missão que não sabia nem para que servia o facão de mato, claro que o resultado teria sido outro.

Retornando da Amazônia pretendia iniciar a minha preparação para realizar o concurso para a Escola de Estado-Maior. Tinha que estudar e a minha nomeação para Instrutor da EsAO era um ótimo negócio. Quando fui surpreendido com a retificação da minha nomeação, à revelia, agora para ser Ajudante-de-Ordens, e responsável pela segurança do General Humberto de Souza Mello, novo Comandante do II Exército – São Paulo – na fase em que a guerrilha estava no auge. Foi um tempo difícil. A guerrilha urbana organizada pelo baiano Carlos Marighella, mesmo depois da sua morte, executou 65 missões naquele período em que estive como responsável pela segurança do Comandante do II Exército. Caímos em duas emboscadas e pude presenciar o que ocorria em São Paulo. Era uma guerrilha bem organizada, que contava com pessoal preparado e farto material.

Marighella editou o manual mais completo de guerrilha urbana que o mundo conhece, o Minimanual do Guerrilheiro Urbano. Quando fui para a Escola das Américas – onde funcionava e ainda funcionam todos os cursos que um exército precisa desde a formação de comandante, de liderança, de administração até o curso de formação de sargentos, comandos, guerra na selva etc. – em um dado momento, ao entrar na biblioteca para fazer pesquisas para as minhas aulas e encontro, como *best-seller*, o livro de guerrilha do Marighella. Não existe, até

hoje, um manual melhor de guerrilha urbana. Outra ação violenta da guerrilha em São Paulo foi o assassinato do industrial dinamarquês naturalizado brasileiro, Henning Albert Boilesen, que era o presidente do Grupo Ultra, morto pelos terroristas no dia 15 de abril de 1971. Considerado pelos extremistas da esquerda, como colaborador do Governo.

Acontecia que, nesta mesma ocasião, elementos que tinham ido para a Europa, alguns exilados, outros exilados voluntários. Organizaram um grupo em Paris, com a missão de denegrir a imagem brasileira. Não era só criticar o governo revolucionário. Era desacreditar a imagem brasileira. O chefe desse grupo era Dom Helder Câmara, que se transferiu para Paris e chegou a se lançar candidato ao Prêmio Nobel da Paz por indicação de três governos do norte da Europa.

Diante desse fato, o Presidente Médici ligou-se com o Comandante do II Exército e deu a seguinte ordem: fale com o Boilesen, chame-o ao seu quartel-general e dê a missão de levar aos governos nórdicos, inclusive o dinamarquês, onde ele tinha as suas origens, o "dossiê" do Dom Helder Câmara. Mostre quem é esse padre, o que ele está fazendo, o que já fez – ex-integralista, comunista – essa "figura impoluta" da Igreja. Quem chamou o Boilesen fui eu. Levei-o para a reunião. Ajudei-o a preparar o "dossiê" que era trabalho de Ajudante-de-Ordens. Ele foi para a Europa, apresentou o documento para os três presidentes e os três países retiraram a proposta de Helder Câmara para o Prêmio Nobel da Paz.

De imediato, fomos informados no Brasil da ordem dada pelo grupo de Paris: "Matar o Boilesen". Eles deram a ordem se não me engano para o Lamarca. Recebi a missão de chamar o Boilesen, de novo. Nós o ensinamos a atirar, para a sua defesa pessoal. Foi escalado um elemento da Polícia Civil para ser o seu segurança – motorista dele. Ele treinava no estande de tiro da 2ª Divisão de Exército, no quartel do Ibirapuera. Foi-lhe recomendado cuidado. Sabia-se que eles, os guerrilheiros, tinham ordem para matá-lo. Um dia, esse homem vai à casa da filha, entra numa rua que era mão única, um quarteirão que, naquele dia, havia uma feira, só dava uma passagem e a emboscada – se não me engano foi a quinta tentativa dos guerrilheiros – foi semelhante àquelas que fizeram para o Comandante do II Exército, nas quais caímos por duas vezes, mas conseguimos sair.

O itinerário do Comandante do II Exército só era conhecido pelo motorista e na hora. Eram sete, oito itinerários diferentes quando ele fazia o seu deslocamento da casa para o quartel e vice-versa. O Boilesen, naquele dia, entra na rua da feira – só tinha uma passagem. Dispensou o motorista e ninguém entendeu o porquê. O motorista pediu uma dispensa e, também, não sabemos por que foi dispensado. Ele foi dirigindo. Entra na residência da filha, tira o paletó e deixa a

arma em cima da mesa, fala com a filha veste o paletó e sai sem a arma. Foi emboscado na esquina com a Alameda Casa Branca. Levou dezenove tiros, quinze na cabeça. Duas senhoras que estavam na feira também foram atingidas. Assim, era São Paulo. A guerrilha urbana ali era perversa. Este fato realmente repercutiu e, por isso, nós nos envolvemos bastante nessas operações.

Os assaltos a bancos se multiplicavam, o dinheiro roubado – desapropriado, como eles diziam – era depositado até em contas particulares como a que o Marighella mantinha no exterior. Jovens sonhadores e ávidos por aventuras eram recrutados para ações noturnas de propaganda, pichando paredes. Escalados para dirigir os carros nessas horas, muitas vezes eram surpreendidos quando percebiam que a missão, daquela vez, era um assalto a banco. Propositadamente, o líder deixava cair no local do assalto a carteira de identidade do jovem estudante que estava no volante do carro da quadrilha e tinha sido convidado para pichar um muro e não para assaltar um banco. A surpresa maior era na manhã seguinte. Os jornais publicavam a foto do jovem agora assaltante de banco, identificado por ter "deixado" cair a sua identidade. Percebendo a "armação" para envolvê-lo nas ações criminosas e sem saída, o jovem procurava a liderança que dizia: "sujou", você terá que "esfriar" por um tempo, "desaparecer", não se preocupe, vamos levar você para o interior. E, assim, mais um estudante era levado para a guerrilha de Xambioá no sul do Pará. Envolvidos de uma maneira desleal, ardilosamente planejada para ações criminosas contra seu país, por um grupo que pretendia derrubar o governo para implantar um regime totalitário comunista que foi repudiado pelo povo, até na própria União Soviética. Esses jovens, agora com identidade falsa, desconhecida até por seus familiares. Ao enfrentarem as forças da lei nos combates travados em São Paulo e Xambioá, alguns morreram e foram enterrados com a identidade que portavam. É fácil concluir que apenas os chefes das guerrilhas, responsáveis pela troca das identidades dos jovens, hoje considerados desaparecidos, têm condições de informar o verdadeiro nome de cada um para ajudar na identificação do nome usado "de guerrilha" com o qual provavelmente foram enterrados.

Na fase mais crucial da guerrilha de São Paulo, quando cresceram os assaltos a bancos os seqüestros, os assassinatos de pessoas inocentes na rua como a jovem que o Lamarca escolheu para provar sua condição de ótimo atirador – era instrutor de tiro – e numa atitude covarde matou-a com um tiro, logo após assaltar um banco. Com a intensificação das ações de guerrilha em todo o País, principalmente no Rio e São Paulo as Forças Armadas ficaram em desvantagem, alguns homens foram abatidos, era preciso uma ação mais enérgica nos combates. Isso aconteceu no mesmo dia da morte do Cabo de uma das equipes que, em

perseguição ao "Japonês", companheiro de Lamarca no roubo das armas do Hospital Militar de São Paulo e da guerrilha em Registro. O Cabo morreu porque se aproximou para prender o "Japonês" com a arma abaixada. Foi morto por uma rajada de metralhadora desferida pelo Japonês através da porta do carro. Ato contínuo o Comandante do II Exército, General Humberto de Sousa Mello, determinou que eu transmitisse uma ordem ao comandante da Operação Bandeirante para reunir a tropa e, na presença de todos, exigiu mais treinamento, mais atenção nas ações. Disse ainda: "Já estou cansado de enterrar homens sob meu comando. Exijo mais energia na execução das ações. É preciso agir de acordo com as técnicas antiguerrilhas aprendidas. Quando sob a mira das armas dos guerrilheiros, tinham que ser mais rápidos e atirar para matar". Eu ouvi, estava presente. O General Humberto estava angustiado com a morte dos seus subordinados. Era um veterano de 1930. Tinha sido Secretário de Segurança de Pernambuco. Conhecia as técnicas dos comunistas para a tomada do Poder.

Desta maneira e neste contexto, a guerrilha começou a perder terreno até ser totalmente eliminada em São Paulo. É preciso lembrar que nesta fase, ninguém, nenhuma pessoa inocente, morreu de bala perdida nas ruas de São Paulo. A Revolução de 1964 foi vitoriosa, derrotados foram aqueles que pretendiam subjugar o povo brasileiro impondo um regime odioso marxista-leninista.

Vale lembrar que o General Humberto, cumprida a missão em São Paulo e após uma breve passagem por Brasília, como Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, passou para a reserva aos 66 anos, retirando-se para sua residência, no Rio. Já na primeira semana, começou a receber ligações ameaçadoras com o seguinte teor: "Já sabemos onde você mora, aproveite que esse é o seu último fim de semana. Cumprimentos da guerrilha". Foram duas semanas de ameaças diárias, para o casal. Tomou uma decisão. Iria se mudar. Seria preciso um empréstimo bancário para a entrada num apartamento. Procurou um banco. Resposta do gerente: "O senhor não tem renda familiar para um empréstimo". Nesta hora, ele se deu conta da situação financeira dos militares, afinal tinha atingido o último posto da carreira. Não desistiu, ao sair em busca de outra solução. Teve seu carro, que era dirigido pelo seu motorista, violentamente fechado por outro, próximo ao Canecão, na saída do Túnel Novo, Zona Sul do Rio de Janeiro. A ação foi visivelmente intencional, pretendiam fazer parar o carro do General. Seria uma ação terrorista? Um seqüestro? Com a freada brusca, o General Humberto foi violentamente projetado sobre o painel do carro, batendo com a cabeça. Em ação rápida, o motorista subiu na calçada, tomando a direção contrária, conseguindo assim, fugir do local e retornando à residência. Horas depois, o General Humberto entra-

va em coma com derrame cerebral vindo a falecer no Hospital Miguel Couto onde fora internado. Era realmente o seu último fim de semana.

A Revolução deu certo? Claro que deu. Um País que se fechou, que estatizou todos os seus serviços, criou a Nuclebras, a Petrobras e se desenvolveu. Experimentou um avanço fantástico na sua matriz hidroelétrica, criada pelo Getúlio e desenvolvida exemplarmente no período revolucionário. Vamos lembrar os tenentes de 1930? Os tenentes fizeram a Revolução de 1930 e colocaram um ditador – Getúlio Vargas – que fez o Brasil crescer – com erros e acertos – mas fez o Brasil crescer. Criou uma matriz hidroelétrica baratíssima, que hoje vende energia por R$ 54, e nós recebemos essa energia em casa por R$ 400 o MW. E vai aumentar, agora, de novo. Está em crise porque o FMI proibiu investir! Os governos revolucionários construíram as maiores hidroelétricas do mundo. Por isso, é que nós ainda temos energia suficiente.

Agora, surge mais uma ameaça. O outro império começa a dizer que, na região da hidroelétrica de Itaipu, lá na tríplice fronteira, existem terroristas. A imprensa já disse que há um documento, recomendando que tropas americanas venham a guarnecer Itaipu. O que eles querem? É manter os desafios a todo o momento, como xerifes do mundo! Outro dia, no Clube Militar, um daqueles companheiros que disse: "Nery, vamos na outra direção, vocês vão atacar o comunismo e nós vamos atacar o outro, o capitalismo americano". Hoje, nós nos encontramos, agora juntos contra o capitalismo selvagem norte-americano.

O que é que vimos no período revolucionário? Acertos e erros. A Revolução teve muitos acertos, a Revolução chegou no momento certo, fez o Brasil crescer, Brasil potência. Desenvolveu a produção, a indústria, abriu e asfaltou estradas, criou o Banco Nacional da Habitação. As pessoas compravam apartamentos, suas casas e hoje ninguém consegue comprar nada. As Forças Armadas progrediram, estavam bem adestradas, com boa receptividade. Foram para a rua porque o povo exigiu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O povo foi e exigiu a atuação. Hoje, o que está acontecendo? As Forças Armadas continuam a ter uma aceitação extraordinária, são as maiores instituições em credibilidade, bem acima da Igreja que vem em segundo lugar nas pesquisas. São as mais queridas, apesar dos inúmeros "revanchistas" que, principalmente na mídia, tentam denegri-las. Os derrotados que insistem em contar uma estória que não aconteceu.

O povo está a exigir providências. Temos que pensar realmente na nossa soberania. É agora. O Brasil precisa se desenvolver, como aconteceu no final da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970; não pode permanecer submisso ao FMI. Encontrei esse amigo, esse companheiro, e ele me disse: "Nery,

vocês foram numa direção, contra o império soviético, mas muitos se locupletaram". Eu lhe respondi: "Você me corrija se eu estiver errado. Existe algum militar que, por ocupar cargo importante, tenha ficado milionário?" Ele me respondeu: "Realmente, não conheço nenhum". Mas nós conhecemos políticos que enriqueceram, se locupletaram em cima da Revolução de 1964.

É de envergonhar qualquer pessoa esse envolvimento das elites com a corrupção que se alastra nas altas esferas nacionais. Falta coragem moral para apurar o roubo do dinheiro público e apontar os responsáveis por esse descalabro político. Neste contexto amargo, paradoxalmente, é a hora de reagir e iniciar a grande obra de reconstrução do País, em todos os segmentos nacionais, onde não só o povo, como todo o organismo social venha a se inserir com justiça, paz e prevalente viés de cooperação.

Agora, como antes, permanecemos em defesa da nossa soberania, em defesa de um Brasil grande, de Forças Armadas decentemente pagas, bem equipadas, que não sejam injustiçadas e de um povo que tenha liberdade e condições de progredir. Vamos nos dar as mãos e prosseguir na empreitada!

Por tudo o que vimos, havia naquela época, no período 1961–1964, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, por parte da maioria do povo brasileiro?

Muito grande, muito grande, porque o País passava necessidades. Falei sobre a fila do arroz, você lembra disso? A fila do arroz, a fila do feijão, a fila do açúcar, a falta de energia. Uma greve por semana. Às vezes, duas ou três, eram as greves de solidariedade. O quadro era de inépcia e de crescente subversão.

Uma outra coisa: tenho que falar o que eu vivi. Lembro-me, segundo-tenente, tinha o meu filho com dois anos, o mais velho, que teve um problema no pé, sendo obrigado a engessá-lo. Fui ao médico, paguei a consulta e tive que empenhar uma jóia. Entrei na Caixa Econômica e empenhei um anel para pôr um gesso e pagar uma consulta de um médico. E depois? Não tinha mais dinheiro. Fui ao cabo enfermeiro do quartel e disse para ele: "Ensine-me como fazer". "Tenente, o senhor vai à farmácia e compre atadura gessada – é barato e o senhor não vai mais precisar gastar". Passei a engessar o pé do meu filho, porque não tinha dinheiro para pagar! Essa era a situação de um tenente pára-quedista que ganhava 90% a mais do que os outros. A nossa gratificação era de 90% para saltar de pára-quedas e para ter a coluna lesionada como tenho hoje. Atualmente, a gratificação caiu para 20%, houve uma deterioração.

Mas o povo realmente queria mudar, o povo foi para a rua e exigiu. Você lembra que as mulheres, em Belo Horizonte, também, exigiram que a Revolução fosse deflagrada. Pediam as Forças Armadas. Por quê? Porque nem ao povo inte-

ressava o incentivo a indisciplina, onde eles jogavam subordinados contra superiores e vice-versa, o que minou a disciplina e a hierarquia e assustou o povo que ficava horrorizado com tudo que estava vendo, como, por exemplo, a sublevação dos marinheiros, ocorrida no Rio de Janeiro, largamente difundida pela Imprensa – nos jornais e nas revistas da época. As greves permanentes, principalmente nos transportes terrestres, paravam as cidades, os piquetes impedindo que o povo trabalhasse". Éramos um País dominado, dentro do quadro da guerra fria, onde havia um pólo dominador e um pólo explorador e nós, os explorados. Tínhamos que dar um jeito de nos ver livre desses dois impérios hegemônicos".

Tomamos a direção inicial contra o comunismo. Foi uma Revolução, uma Contra-revolução vitoriosa, porque os comunistas já estavam quase no Poder. O próprio Luís Carlos Prestes declarou: "Já estamos no Governo, só não temos o Poder". Sabemos que, no Chile, eles conseguiram chegar ao Poder pelo voto, com Salvador Alende. Foi, no mundo, a única vez que o marxismo-leninismo ocupou o Poder pelo voto e sem usar a violência. Na Tchecoslováquia, valeram-se de leis elaboradas pelo próprio Congresso para assumirem o Poder, também sem apelar para a luta armada. Foi o que se chamou de o Assalto ao Parlamento. Em todas as outras tentativas, tiveram que usar a violência. Aqui, a nossa Revolução impediu que isso acontecesse; a Revolução destruiu a força do movimento comunista internacional.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

O grande líder da Revolução foi o Marechal Odylio Denys. No momento em que ele se afastou do Governo, quando aceitou o parlamentarismo e deu a ordem para que a tropa pára-quedista voltasse da missão de conquistar a Base Aérea de Canoas, em Porto Alegre soubemos que aquilo era o início da tomada do Poder por eles e que íamos ter que acabar sendo obrigados a enfrentá-los. A partir daí, o Marechal Denys passou a se organizar e organizar o pessoal. Outro líder inegável foi Augusto Cezar Muniz de Aragão – o General que escrevia, quase que diariamente, no jornal *O Globo*, as mensagens aos oficiais jovens. Merecia ser reeditado, aquele trabalho todo merecia ser reeditado para ser do conhecimento das atuais gerações de brasileiros, principalmente da juventude militar. Quase todo o dia saía e aquilo nos preparou para as missões futuras. Citaria, também, o General Cordeiro de Farias, um grande líder em todos os movimentos que ocorreram no Brasil, bem como os Generais Mourão e Guedes que deram a partida ao Movimento, contudo com a liderança decidida do Marechal Denys, como ressaltamos. Dentre os civis, destacaria o Governador Carlos Lacerda, o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros. Apenas estes para não me

alongar, sabendo que, aqui, caberiam muitos outros nomes respeitados para que o Movimento armado se sagrasse vitorioso de modo tão estupendo, praticamente sem derramamento de sangue.

O Movimento revolucionário de 1964 foi de preparação exclusivamente interna ou alguém veio de fora nos ajudar?

Esse assunto foi muito explorado pela mídia. É uma maneira de desvirtuarem o que foi feito, dar uma conotação política, ideológica. Tínhamos o Acordo Militar americano, por volta de 1962, 1963. Um dia, na formatura matinal, o nosso comandante disse que estava no quartel-general, um deputado americano que havia chegado para nos inspecionar, inspecionar o material do acordo. Perguntamos para o coronel o que o deputado estadunidense iria fazer? Ele estava querendo saber se nós usávamos o armamento americano, de forma correta. Dissemos para o coronel que não admitiríamos ser inspecionados por um norte-americano. O coronel concordou e ele, realmente, não entrou. Nós não deixamos esse deputado americano entrar, em 1963, no quartel do Regimento Santos Dumont. Aqui não! País soberano não se dobra assim, não interessa Acordo que fira a nossa soberania.

Quando estávamos na preparação da Revolução, porque veja bem: três dias antes do dia 31, já estávamos prontos, dentro do quartel. Nós não saíamos mais do quartel, sabíamos de tudo, todas as ligações estavam feitas. Eu comandava um pelotão de canhões anticarros, 106mm, com dez canhões. Saí em direção a Minas Gerais para reforçar a tropa que descia, mas voltei da antiga Estrada Rio-São Paulo, porque me avisaram que não seria mais necessário. O melhor seria fechar a Vila Militar, pela retaguarda, e foi o que fiz.

Todos nós estávamos informados sobre o que ia acontecer. Os comandantes das Unidades eram homens do João Goulart, mas no momento exato seriam tirados por nós mesmos. Em cada unidade, já tinha um oficial que iria assumir o comando e a determinação era: "Não se antecipem, aguardem ordens". Neste momento, já existia até o grupo do General Castello Branco, no Estado-Maior do Exército. Mas a nossa ligação era toda com o General Moniz de Aragão que estava com o seu QG montado, no bairro de Marechal Hermes, e com o Marechal Denys, que estava em Juiz de Fora, Minas Gerais. As ligações eram perfeitas. Não há dúvidas de que o Marechal foi o mentor, a cabeça da Revolução, o grande planejador. Teve a visão na hora certa, porque iríamos sofrer a "comunização", ou seja, a entrega do País a um dos impérios, o soviético, o que se daria no dia 1º de maio de 1964. Concluindo, os norte-americanos nada tiveram a ver com a nossa Revolução. Eles se surpreenderam tanto como os comunistas que, até hoje, não sabem como a nossa reação foi tão fulminante.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução? Por que o Assis Brasil, os Pinheiros, os Santa Rosa, essa gente toda não conseguiu fazer o que diziam ser capazes?

O General Santa Rosa pregou a indisciplina no Núcleo Pára-Quedista, usou a tropa para desocupar um terreno particular dele. Saiu do comando. O General Pinheiro tentou a operação "Mata Lacerda", dizendo que era missão para pára-quedista, ganhou um apartamento da Caixa Econômica para ficar calado e foi para casa. Esses homens não lideravam nada. Esquema? Era o esquema dos aproveitadores. Dos homens que tinham desvirtuado os nossos princípios, que não seguiram aqueles ensinamentos que obtivemos na caserna. Essa é a verdade! Não eram líderes, não eram chefes! Não havia esquema. O próprio Chefe da Casa Civil do Governo Goulart – Darci Ribeiro – cobrou, na hora, do General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, o esquema, a tropa para a defesa do Governo João Goulart. Simplesmente, não existia!

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, a favor da Revolução foi correto no seu entendimento?

Não tenho dúvidas! Não tenho a menor dúvida, porque eu comecei a minha vida militar de oficial no Vale do Paraíba. Relatei, aqui, no início da minha entrevista. Realmente, ninguém poderia ficar no quartel, tinha que haver a participação. Hoje, você já imaginou o que estariam dizendo aqueles cadetes. Qual seria a justificativa para que os cadetes ficassem, como se diz nos dias atuais, em cima do muro? Repare o que ocorreu. Acabei de declarar que três dias antes do dia 31 de março, nós já estávamos sabendo, estávamos prontos e de prontidão. Fazíamos os contatos.

Depois do comício do Automóvel Clube do Brasil, não me lembro exatamente a hora, houve uma reunião no nosso quartel, à noite. Estávamos crentes que era o início da contra-revolução. Veio a seguinte informação: o General Cordeiro de Farias está se deslocando para São Paulo para conversar com o General Kruel, então Comandante do II Exército, que tinha que se definir. Ele era favorável à Revolução, mas o Cordeiro de Farias foi lá com esta missão. Ele disse o seguinte: "Sou amigo pessoal do Presidente da República, João Goulart. Preciso de 24 horas para convencê-lo a passar para o nosso lado". Segundo o General Amaury Kruel, o Presidente João Goulart estava sendo ultrapassado por aquele grupo que já dominava o palácio – os "pelegos" – e que, também, dominava os sindicatos. Veio a seguinte informação: Vai atrasar 24 horas. Não adianta aguardar acordados. Vamos dormir. "Surpresa, no dia seguinte, a tropa de Minas desceu. Graças a Deus".

A mídia apoiou o Movimento?

Totalmente, completamente. Se você pegar os jornais nas bibliotecas e pesquisar ou mesmo na Internet, você vai ver. Os jornais *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, diariamente, publicam uma coluna sobre os fatos que ocorreram há cinqüenta e há quarenta anos. Você lê ali os resumos e constata o integral apoio da Imprensa à nossa Revolução. Só se falava, à época, da revolução sindicalista comunista que ameaçava os verdadeiros democratas, os verdadeiros brasileiros. O próprio Julião dizia: "Já ocupamos, já fiz a rebelião, o campo já é nosso". A ameaça maior vinha de um regime que se instalara há setenta anos na Rússia e que não dera certo. Visitei a Rússia. Estive em Moscou, no momento em que estava ocorrendo a transição e comentei com o povo – bati um papo – dizendo, para sentir a reação, que o comunismo iria voltar. E eles diziam, com convicção, que não. Todos, no meio do povo, porque andei em supermercados, em restaurantes e eles repetiam, sempre, que não voltaria mais, porque eles não iriam admitir, eles queriam liberdade, eles cansaram de tudo que viram e sentiram na própria pele.

Dentre os jornais, *O Globo*, com total convicção, apoiou os vinte anos de Revolução; é só ler o Editorial de 7 de outubro de 1984, escrito por Roberto Marinho, intitulado o julgamento da Revolução, que confirma plenamente esta afirmação.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

É outra coisa que é muito comentada. A primeira Revolução, a de 1930, feita pelos tenentes que foram, depois, os coronéis de 1964, colocaram um ditador, um presidente que virou ditador – Getúlio Vargas – porque precisavam de um regime de força para fazer as reformas, tão necessárias na época. Quando chegou 1964, a decisão foi diferente: "O governo vai ser trocado a cada quatro anos, por mandatos, e em eleições indiretas". Uma vez, lá no Exército dos Estados Unidos, os americanos, falando comigo, disseram assim: "Vocês têm governos militares dominados pelos militares". Eu respondi que tínhamos militares no governo, embora a maioria absoluta no governo fosse de civis, que concentravam em suas mãos, enorme poder. Eu lhes dizia, no entanto: "Vocês nos EUA, vivem a ditadura do Legislativo. Vocês têm eleições indiretas, nós também – vivia-se a época dos governos cujos presidentes eram militares. Vocês se valem das prévias. No Brasil, a prévia é realizada dentro das Forças Armadas, que indicam os generais a serem candidatos na eleição indireta". A esquerda e a mídia passaram a chamar isso de ditadura, mas ditadura é outra coisa. Você, de início, perde o direito de ir e vir. Ninguém perdeu isso. Nunca aconteceu. Ninguém foi para a cadeia que não tivesse feito alguma coisa muito grave, um assalto a banco, um seqüestro, atos terroristas como a colocação de

bombas, um assassinato ou mesmo ter colaborado com estas ações. Agora, os militares indicam os generais, os candidatos a presidente. Eu pergunto se é muito diferente de hoje? As Forças Armadas não indicam mais. Os donos dos partidos indicam os seus candidatos. Quem indica os candidatos, hoje? Os partidos têm quadros fabulosos, homens competentes, preparados, mas não pode. Os donos dos partidos decidem, normalmente são eles próprios os candidatos.

A mídia, naquela época, nos apoiou porque havia interesse. Apoiou totalmente. Depois, foi dominada pela esquerda. Houve realmente uma falha. Que ditadura é essa que deixa a mídia e a educação serem dominadas pelos contrários? A mídia passou a criticar porque havia uma abertura e estava se preparando para ter o apoio político, tomar uma direção diferente. E, agora, com o aval do Congresso que permitiu a entrada do capital estrangeiro na mídia, até órgãos estatais de outros países já começaram a comprar a nossa imprensa. Vão indicar o candidato.

Você lê na imprensa, determinado marqueteiro dizer que ganhou a eleição de tal candidato. Ele ganhou, porque planejou. É ele quem indica o candidato. Ele chega e diz que fulano não pode, porque não tem boa aparência ou não tem comunicação. Então, é ele quem indica. Quem é que vai indicar no futuro? Sempre alguém indica. Tivemos militares no governo, em eleições indiretas, porém quem indicava os candidatos – essa é a grande diferença – eram as Forças Armadas.

A batalha da comunicação social foi perdida pelos governos revolucionários ou nós não quisemos participar dessa batalha, inclusive deixando de nos defender de possíveis erros ou excessos?

Perdemos. Perdemos porque não se acreditava em comunicação social naquela época e os presidentes achavam que gastar dinheiro com propaganda não era dinheiro bem gasto, que havia problemas sociais e econômicos muito mais importantes. O outro império, o dos ditos socialistas, ocupou a mídia.

Já se falou aqui dos vários acertos, mas e os erros da Revolução. Quais foram?

Não ter feito a reforma agrária que o Presidente Castello Branco planejou. Não ter distribuído mais a renda. Não ter feito a reforma do Judiciário. Ter deixado a mídia e a educação nas mãos da esquerda. Esses me parecem ser os erros mais graves.

Quais os objetivos da luta armada dentro do País desencadeada tanto no campo como na cidade? Onde eles buscavam a orientação e o apoio?

O movimento comunista internacional era uma realidade. Existiam universidades tais como a Patrice Lumumba, em Moscou, na Coréia do Norte, em Cuba

etc., especializadas no ensino e divulgação da doutrina comunista. Conheci, na minha ida a Moscou, um homem que foi meu intérprete. Ele era membro do Governo e disse: "Sou da KGB. Fui instrutor de todos os brasileiros que vieram aqui aprender guerrilha". Disse-lhe: "Você vai me dar os nomes", brincando, é claro, porque a minha viagem foi na década de 1990. Mas existia isso, era uma realidade. A Rússia Soviética era o outro império que queria eliminar o império capitalista americano e procurava atuar nas áreas de influência e interesse dos Estados Unidos da América.

O Brasil, geo-estrategicamente falando, é uma área de interesse e influência americana. Era alvo da conquista russa, não há dúvida. Eles queriam penetrar pelo Oceano Atlântico e, para isso, tinham que conquistar o Brasil. Esse movimento, como é preconizado na doutrina marxista-leninista, busca conquistar o Poder pela violência. Como eles fizeram no Camboja, em Cuba e em vários países. Na Europa, esmagaram a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia. Essa é a técnica e a tática do movimento comunista internacional. Na doutrina chinesa, preconizada por Mao Tsé-tung, a luta armada parte dos campos para as cidades, enquanto na doutrina adotada pelos soviéticos, a luta decisiva, parte das cidades para os campos.

O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião a esse respeito?

Naquela época, ocorria um recrudescimento muito grande da violência. Eles estavam assaltando bancos, principalmente em São Paulo. Estavam colocando bombas, fazendo sabotagens, assassinatos, para depois, iniciarem a fase dos seqüestros, troca de presos etc. Era a atuação violenta, a parte militar do movimento comunista atuando. Acho que o AI-5 veio num momento oportuno. É claro que hoje a imprensa aproveita para criticar, mas se nós recordarmos o Governo Getúlio Vargas, por exemplo, foi muito mais repressivo. O AI-5 foi uma medida de força necessária, no momento certo. Conheci e trabalhei com cubanos que eram contra o Fidel Castro, inclusive oficiais. Um deles participou do desembarque da Baía dos Porcos e foram trocados por medicamentos. O Che Guevara, o ídolo romântico, que parece com Jesus Cristo, teve aquela fotografia, que ficou tradicional, correndo o mundo. Ele, o Che, era o presidente dos tribunais de execução, em que o homem que tinha sido contra a revolução sentava, em cinco minutos o Che mandava ler a acusação, perguntava se tinha algum fato a alegar em sua defesa e, normalmente não considerado, a sentença era a pena de morte. O paredão era ao lado. E a execução imediata.

Exatamente o que vi em Brasília, em 1963, quando cheguei na rodoviária. Estava lá o paredão e a metralhadora pronta para fuzilar os oficiais. De um deles,

o pulso da mulher já tinha sido cortado, porque ela não quis dizer onde o marido estava. É assim que eles atuam. Atuaram em Cuba e é verdade que o próprio Guevara, algumas vezes, ele mesmo puxou o gatilho da arma e executou o prisioneiro, sem direito de defesa. Como agora, o outro império quer fazer no Afeganistão. Não estou falando dos terroristas do Afeganistão e sim do povo afegão, bem como de vários homens levados para Guantânamo sem culpa formada.

O SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna) foram necessários?

Citei o que aconteceu na cidade de Registro – operação contra o Lamarca. Em um dado momento, um comandante de unidade mandou um pelotão por uma estrada para pegar o Lamarca que tinha acabado de assassinar o Tenente Santos, da Polícia Militar-SP, à base de coronhadas. Ele bateu com a coronha da arma até o tenente morrer, não atirou para não fazer barulho. A seguir, outro comandante destacou outro pelotão com a mesma missão, pela mesma estrada porém, em sentido contrário. Os dois se encontraram em um combate de encontro de amigos, fruto do duplo comando – o que ocorre quando mais de um chefe tem o mando.

O que aconteceu então? O Exército deu uma parada e instituiu as Zonas de Defesa Interna (ZDI). Deu o comando para os generais de quatro estrelas, comandantes das Áreas, comandantes dos Exércitos. Criaram os Conselhos de Defesa Interna, os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), chefiado pelos Chefes dos Estados-Maiores dos Exércitos e, também, os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) – aqueles homens que iam para as ruas, executar as operações contra guerrilha. Com esta medida o Exército centralizou o comando. Na doutrina militar, aprendemos a vida toda a importância de atuar com o comando centralizado. É o início de tudo. A partir do momento em que o comando foi centralizado e que só um homem comandava as operações, passou a dar certo e a guerrilha foi derrotada, o comunismo perdeu mais essa batalha.

O império soviético que queria dominar o Brasil não conseguiu êxito e, em conseqüência, não conseguiu dominar a América Latina. O segredo foi a falta e apoio popular e a centralização das ações, como falei no início, foi o Juscelino quem criou o SNI – vou repetir – foi o Juscelino quem criou o SNI, com o nome de Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. A missão foi dada ao Coronel Humberto de Souza Melo, então assistente do Marechal Denys, Comandante do I Exército. O Coronel Humberto reuniu os Majores Knaack, Souza Pinto, Hugo Abreu, Presgrave e outros, no total de seis ou sete oficiais que foram a Israel, à Alemanha, à Inglaterra, aos Estados Unidos e à França, onde aprenderam tudo sobre informa-

ções e contra-informações, em países considerados potências mundiais. E tudo o que eles aprenderam, eles aplicaram no SFICI que tinha a sua sede no Rio de Janeiro, na Rua Uruguaiana, antigo prédio da Casa da Borracha. Começou ali.

Com a Revolução de 31 de Março, mudaram o nome para SNI. As informações eram produzidas para o Governo. Um governo bem informado não erra, não diz que não sabe. Hoje, se critica muito o SNI, mas agora é que os presidentes desinformados são surpreendidos com os fatos. No combate à guerrilha, durante os governos militares, a centralização do comando foi feita no CODI, que contava com os DOI. Agora, talvez não haja mais necessidade da existência dos DOI – Destacamento de Operações e Informações, então, vamos extingui-los, mas que permaneçam os CODI e o SNI. Não fizeram isso, sabe por quê? Porque, havia muita gente interessada em que não houvesse mais o SNI para que não se apurasse a falcatrua, a corrupção das elites.

A Revolução demorou muito como governo?

Gostaria que a Revolução durasse mais uns vinte anos, pelo menos nós não teríamos visto tudo isso... Vamos lembrar: Nos Estados Unidos, em 1929, a grande quebradeira elege o Roosevelt em 1932, por aí. O que ele fez? Fechou o País, privatizou todos os serviços estratégicos e investiu na produção. Teve dificuldades para entrar na Segunda Guerra Mundial – só conseguiu com o ataque a Pearl Harbour que ele soube antes, mas deixou que ocorresse para motivar o povo. Se fechássemos o Brasil por mais tempo, com generais presidentes ou com presidentes civis, ligados ao Movimento de 1964, nós, hoje, ainda teríamos as nossas grandes empresas estatais que representam a soberania de qualquer País. A maioria dos militares é, por excelência, nacionalista, o que impediria a quebra dos monopólios evitando o que lamentavelmente ocorreu com a Petrobras.

Qual a sua avaliação dos vinte anos da Revolução, em grandes linhas?

O País teve um progresso muito grande. Lembro-me, por exemplo, do programa Pró-álcool. O Brasil apresenta para o mundo inteiro uma solução muito menos poluente, um substituto para o petróleo – a energia nuclear não substitui, como energia, o petróleo, o álcool sim. O americano passou a usar o álcool misturado com a gasolina, a exemplo do que o Brasil fazia, para diminuir a poluição, tirar o chumbo e a Petrobras vendia o álcool para os Estados Unidos. No momento em que a Petrobras instala nos Estados Unidos um depósito gigantesco para exportar, para crescer mais ainda, o americano coloca restrições à compra do álcool brasileiro e passa a comprar álcool do milho e a taxar o produto. A campanha conduzida

pelos norte-americanos contra o nosso produto acabou com o programa do álcool, uma das grandes conquistas dos governos militares e que fez o Brasil crescer. O desenvolvimento veio também da matriz energética das hidroelétricas. Isso foi o suficiente para termos energia barata para o nosso crescimento, solução criada nos vinte anos de progresso que a Revolução trouxe ao nosso País.

O comunismo desapareceu a partir da queda do Muro de Berlim ou ele está, ainda, presente?

O comunismo que venho me referindo desde o início dessa nossa entrevista era o comunismo representado pelo império soviético, que queria dominar o Brasil por motivos estratégicos. No momento em que não existe mais o império soviético, não existe mais este perigo. Temos que olhar agora é para o outro império que nos ameaça, se quisermos manter a nossa soberania.

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade. Pesquisas de opinião vêm atestando isso. Como vê esse fato? O que acha dessas pesquisas?

A mídia submissa trabalha diariamente a população, durante anos, contra as Forças Armadas do seu próprio País, o que se dá com os "revanchistas" em geral. Esta conduta é ditada pelo exterior ou por interesses escusos, mas a imagem das mesmas é aquela dos militares que, na hora certa, sabem agir em defesa do povo. O Exército Brasileiro, que conhecemos profundamente, é um Exército do povo, cujas escolas militares estão abertas a todos, sem nenhuma restrição ou preconceitos, bastando a aprovação no concurso de admissão.

Um País em pleno desenvolvimento, nos vinte anos da Revolução, permitindo a migração social. Na Europa, não existe isso, você nasce filho de metalúrgico, você tem que ser metalúrgico. No Brasil, você vê na própria Academia Militar das Agulhas Negras. Quem entra lá é o homem do povo, não é de agora. Já era na nossa geração, ou seja, o Exército é isso, sempre foi uma instituição querida, apesar dos "revanchistas".

Hoje, todo o povo está perguntando: "Porque o Exército está omisso? O Brasil precisa se desenvolver, o desemprego é grande, estamos com 80 milhões no limite da miséria, mas, mesmo assim, temos remetido para o exterior, como pagamento da dívida externa, só este ano, 120 bilhões de dólares, de juros".

Estamos à mercê de um homem ou dois, da equipe desse governo que decidem, influenciados pela sua formação acadêmica nos Estados Unidos da América. Eles decidem que temos que pagar os juros da dívida neste patamar elevadíssimo. Será que nós temos que pagar? O Presidente Geisel rompeu com o FMI quando foi

necessário, e o Juscelino, também. Está na hora de renegociar com outras bases, de reduzir essa sangria em benefício do povo, da melhoria do mercado de trabalho, do crescimento econômico. Todos os países que foram ao FMI estão na miséria!

O Geisel também denunciou o Acordo Militar com os EUA em boa hora.

Denunciou muito acertadamente. Todos os países que foram ao FMI estão na miséria, porque é isso o que eles querem. O império americano não admite uma potência econômica abaixo do Equador. E nós estamos pagando. Vamos imaginar que eles vão cobrar 120 bilhões de dólares mais uns 80 bilhões que são remetidos pelo principal da dívida, remessa de lucro, dá uns 200 bilhões de dólares.

Já imaginou se nós tivéssemos a coragem moral de reduzir o maldito superávit primário, de modo a pagar apenas uma parte dessa dívida absurda, ficando com uma parcela substantiva dessa quantia para os investimentos na infraestrutura, principalmente em energia e transportes, bem como para aquecer a economia com o aquecimento do mercado interno, inclusive através de uma política sensata, mas ambiciosa, de distribuição de renda.

O americano em 1933 fez isso. Não deu dinheiro diretamente, mas se fechou e investiu lá dentro. Não deixou investir fora. O dinheiro que entra de noite e sai de manhã não interessa para nós. O que interessa é o investimento das indústrias, das empresas multinacionais em geral. Alguém dirá: "Elas não vão investir". "Vão sim!" Vão investir, porque elas precisam, logicamente aquelas que dão lucro. Isso seria uma solução para o Brasil crescer e, ao mesmo tempo, reduzir o sofrimento de nosso povo.

Uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

As suas perguntas me fizeram meditar e falar bastante, mas ainda tenho, aqui, um pensamento a registrar. O que fizemos? Digo o que nós fizemos, porque me envolvi totalmente naquele movimento de redenção do País. Com o mesmo pensamento daqueles tenentes reunidos no Regimento Santos Dumont. "Vamos defender o Brasil, lutando contra um império que nos quer dominar". Conseguimos. O Brasil cresceu, virou potência, e de uma hora para outra sentimos a ameaça do outro império. Por que não reunir, e começar tudo de novo?

Hoje, quando ouço os mais jovens perguntarem: "Por que o Brasil está assim? Minha resposta: "Porque não foi feito tudo que tinha que ser feito!" Quando nós atuamos, em 1964, os coronéis que nos lideraram eram os tenentes de 1924, de 1926, de 1930. Por que não atendemos aos anseios e necessidades desse País como desejávamos? Fizemos bastante, mas faltou muito! Acho que é a hora de completar

num outro contexto. Mas é preciso que surja uma liderança para conduzir o povo, e que arme nossas Forças Armadas para defender, com prioridade, a integridade territorial e a Soberania brasileira.

Em 1962, em que o mundo vivia a guerra fria da bipolaridade, naquela reunião dos tenentes pára-quedistas um grupo partiu contra a ameaça do império soviético, era o grupo de direita, o outro grupo partiu contra a ameaça do império americano, o grupo de esquerda. Nós, identificados como os nacionalistas de direita, vencemos a ameaça do marxismo-leninismo do império soviético. O regime militar foi instalado. O País progrediu, desenvolveu, sua indústria floresceu, estradas foram construídas, as maiores hidroelétricas do mundo. O País chegou à oitava potência econômica do mundo. Alguns erros foram cometidos, é claro. Porém, o maior erro foi cometido pelo outro grupo de brasileiros, o da esquerda, que, no meio do caminho contra o império americano, influenciado por falsas lideranças do Movimento Comunista Internacional, mudou seus objetivos e virou suas armas contra nós, em Xambioá, no sul do Pará, sob a liderança do mineiro de Passa Quatro, ex-tenente da reserva, Osvaldo Orlando Rodrigues da Costa, o Osvaldão, formado em guerrilha na China e na Tchecoslováquia.

Desenvolveu, naquela área, uma feroz guerrilha rural, que contou com a supervisão de Ernesto Che Guevara que lá esteve em 1966 antes de morrer e com financiamento e apoio de Fidel Castro. Em São Paulo, deu-se outra mudança de objetivo na mais preparada e violenta guerrilha urbana, sob a direção do baiano Carlos Marighella, autor, como já falei, do melhor manual de guerrilha urbana que se produziu. Estas duas lutas fratricidas, de brasileiros contra brasileiros, provocadas por um dos impérios da guerra fria, nos mesmos moldes da primeira ocorrida em 1935, a Intentona Comunista, foi um grande erro. Os militantes treinados, financiados e armados pela URSS, pensavam levar o País à anarquia. Mas encontraram pela frente as Forças Armadas, eficientes e muito bem treinadas para defender a Nação e o seu povo, unidas contra a comunização pretendida, que culminaria, como anunciavam, na criação da República Sindicalista Comunista do Brasil.

O resultado da resistência às investidas do império comunista é que mais uma vez vencemos e, por sorte, matamos poucos. O que pode ser comprovado com a abertura democrática e a concessão da anistia promovida pelo governo dito militar. O que ensejou o retorno às atividades políticas de um grande grupo de brasileiros anistiados. Muitos deles, auto-exilados, que hoje usufruem polpudas aposentadorias e gordas e indecentes indenizações, sem nunca terem participado de ações seja de que lado fosse. Mudando de posição e de patrão, esses falsos esquerdistas, ao alcançarem postos de mando no Governo, rapidamente aderiram ao império explo-

rador, adotando um modelo econômico neoliberalizante, que por mais de oito anos, criminosamente, vem destruindo, vem alienando a baixos preços, por imposição do poder econômico internacional, os ativos da infra-estrutura do País, indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico, provocando desta maneira, o desmantelamento criminoso do que restou do Estado Brasileiro. Paira no ar, a sensação de País ocupado, não por tropas, mas pela vontade dos estrangeiros!

Chegou o momento de organizarmos mais uma vez o movimento de resistência à entrega da nossa soberania. Dela, devem participar todos os brasileiros, civis e militares. É o chamamento ao dever de defender a Pátria, ameaçada pela cobiça de maus brasileiros que trocam a soberania nacional pelo dinheiro sujo dos banqueiros internacionais.

Muito obrigado, foi um prazer imenso.

General-de-Brigada Geraldo Luiz Nery da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.
- É bacharel em Ciências Econômicas (Universidade Gama Filho) e Administração de Empresas (Faculdade Moraes Júnior).
- Foi Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Instrução Especializada (EsIE) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde exerceu as funções de Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia.
- Comandou o 20º Grupo de Artilharia de Campanha – Grupo Bandeirante – Barueri/SP.
- No exterior, foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em La Paz – Bolívia.
- Promovido a General em 1992, comandou a 16ª Brigada de Infantaria de Selva – Brigada das Missões – Tefé/AM, tendo sido o Gerente de sua transferência do Rio Grande do Sul para a Amazônia. Comandou a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, Santos, depois, Guarujá/SP.
- É membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).
- Em 1964, era 1º-Tenente, Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105 – Regimento Deodoro, Itu/SP.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca,
no dia 21 de fevereiro de 2002.

Com grande satisfação aqui estamos para falar, sobretudo, do 2º RO 105 – Regimento Deodoro – e da nossa Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – na Revolução de 31 de Março de 1964, passando primeiramente pelos pródromos do nosso movimento revolucionário, desde a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 1961.

O nosso escopo, portanto, é apresentar os fatos reais vividos nos pródromos, na eclosão e durante o desenvolvimento da Revolução de 31 de Março, totalmente deturpados pelos revanchistas – esquerdistas internacionalistas – derrotados fragorosamente no campo militar pela Revolução, para que o Brasil permanecesse democrático, crescesse e prosperasse, com ordem e segurança.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Alguns estudiosos da História do Brasil entendem que as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam em 1922, nas idéias do tenentismo, idéias de um Brasil grande, como suas dimensões geográficas (8.500 mil km^2), onde o dinamismo viesse substituir o marasmo da década de 1910 e 1920 do Brasil República, idéias que geraram as Revoluções de 1922, 1924, 1926 e 1930.

A maioria dos que se dedicam ao assunto crê, no entanto, que o Movimento de 1964 vem do repúdio ao comunismo no meio militar, nascido em 1935, pelos crimes perpetrados pelos marxistas-leninistas, na Intentona Comunista, levante armado que irrompeu em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, financiado e determinado pelo *Comintern* – a Internacional Comunista –, fundada, em 1919, por Lênin, para propagar o comunismo, e aproveitada por Stalin para promover os interesses da política exterior da União Soviética.

A Intentona, conduzida por Luís Carlos Prestes, que entrou no País com passaporte falso para chefiá-la, contou com 23 estrangeiros para a sua preparação e execução, dos quais apenas nove foram presos no Brasil após o fracasso do movimento. Ficou, no seio do Exército e das Forças Armadas, a revolta contra aquela infame Intentona, na qual os comunistas mataram covardemente seus companheiros de farda enquanto dormiam.

Acredito, todavia, que as raízes mais fortes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam, verdadeiramente, no início da década de 1960. Vou me ater, portanto, a causas da Revolução de 1964 mais próximas, ou seja, ao ano de 1961, quando se deu a renúncia do Presidente Jânio Quadros, período em que eu servia no 2º RO 105 – Regimento Deodoro –, após ter sido declarado Aspirante-a-Oficial, em 4 de dezembro de 1960.

Nessa época, o 2º RO 105 possuía dois Grupos e uma Bateria Comando do Regimento (BCR). Contudo, só um dos Grupos e a BCR possuíam efetivo completo em

pessoal. No outro Grupo, só havia os obuseiros e uma Guarda do Material – comandada por um graduado – o Sargento Barconi – que contava com cerca de dez soldados – para realizar a sua manutenção, a qual era muito bem-feita.

Ao Regimento Deodoro, chegaram comigo mais dois Aspirantes – Roberto Coimbra do Prado e Armindo da Luz Matheus, classificados na 2ª Bateria de Obuses, enquanto fui designado para a 1ª Bateria.

O ambiente no Regimento era o melhor possível, tanto entre Oficiais, onde a camaradagem merece destaque, como entre oficiais e sargentos, caracterizado por uma forte união, parecendo vir de longe, pela sua expressão, pela solidez que apresentava, e que foi mantida pelos integrantes da Unidade naquela época, o que se mostrou extremamente importante nos momentos decisivos, vividos nesse primeiro lustro da década de 1960.

O expediente da Unidade começava diariamente após o Bom Dia de todos os oficiais reunidos ao Comandante do Regimento, Coronel Oswaldo de Mello Loureiro, chefe ríspido e enigmático, de difícil trato, a única pessoa que não contribuía para o clima amistoso e de sadia camaradagem vivenciado naquele quartel de nossa Artilharia de Campanha.

A maneira de ser do comandante – é bom que se diga – não conseguia afetar, de modo algum, o excepcional ambiente que se desfrutava no Regimento.

Para se ter uma idéia da integração reinante, lembro-me de que, nas atividades esportivas do meio-expediente de sábado, eu e alguns outros oficiais jogávamos futebol de campo com os sargentos, para obtermos o quorum necessário, impossível de se conseguir só com os oficiais, que se dividiam entre o futebol de campo, muito poucos, futebol de salão, voleibol e o tênis, esporte que nascia no Regimento, naquela época.

Nunca houve o menor problema no nosso futebol. Ao contrário, disputamos partidas inesquecíveis que também contribuíam para aproximar oficiais e sargentos.

Com os graduados e soldados, participávamos, ainda e oficialmente, dos Exercícios de Orientação, chamados, na época, de Exercícios de Patrulha, onde o comando cabia aos Aspirantes e Tenentes, havendo nas patrulhas obrigatoriamente sargentos, cabos e soldados. Enfrentamos competições acirradas, representando as nossas Baterias, e que sempre resultavam numa união crescente entre oficiais e graduados em cada subunidade e entre as mesmas, até porque, no dia seguinte ao embate, vinha o almoço de confraternização do Grupo, com as premiações dos vencedores.

De segunda a sexta-feira, as minhas atividades eram gratificantes à frente da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses (1ª Bia O), naquela época a quatro peças. Os meus Chefes de Peças – Sargentos Queiroz (CP1), Pezuto (CP2), Hermes (CP3) e Rego

Barros (CP4) – eram, antes de tudo, excelentes profissionais: leais, sinceros, dedicados e competentes. Não posso esquecer do Sargento Stefanuto, da manutenção de viaturas, que se desdobrava e tudo saía bem, e do 1º Sargento Armando – Sargenteante – disciplinador duríssimo com ele mesmo e com todos os subordinados.

Posso afirmar que o padrão de oficiais e sargentos do Regimento não diferia do de minha subunidade. Nas demais Baterias, os graduados mostravam-se também muito disciplinados e capazes, informação que me chegava através dos outros tenentes e de minhas observações pessoais, principalmente no período em que acumulei a função de CLF (Comandante da Linha de Fogo) com a de Oficial de Reconhecimento, trabalhando também na Topografia, integrado a oficiais e sargentos da Bateria Comando (BC) e da 2ª Bateria, sob a coordenação do Adjunto do S/2, 1º-Tenente Salazar, com quem muito aprendi. A nossa Bateria fazia a Área de Alvos, a 2ª, a Área de Posições, e a BC, a Conexão.

Fora do quartel, durante a noite, os tenentes solteiros continuavam juntos nos dois principais clubes da cidade. Esta nossa união merece ser ressaltada.

Durante os dias, inteiramente dedicados às nossas funções, vivíamos felizes, apesar de muito mal remunerados, quando fomos surpreendidos com a renúncia de Jânio. O 2º RO entrou inicialmente de Sobreaviso e o Comandante da Unidade, que saíra para buscar informações junto ao Escalão Superior, retornou sem obtê-las.

Aqui, cabe um parêntese para dizer que, nesse momento, os oficiais do Regimento desconheciam, realmente, a posição política e ideológica do Comandante, embora tivesse ele, em rápida reunião feita conosco ao retornar a Itu, criticado a falta de informações proveniente do Escalão Superior, configurando, segundo ele, uma inadequada condução da situação no meio militar. Chegou a nos perguntar se sabíamos de algo através dos noticiários para transmitir-lhe, porque ele nada tinha a nos dizer, o que pareceu muito estranho para todos os capitães e tenentes com quem conversei.

No dia seguinte pela manhã, o Regimento recebeu a visita do General Ulhoa Cintra, que veio na qualidade de Comandante do Grupamento Tático 4, que enquadrava parte da tropa de São Paulo e com o qual deveríamos partir contra o Rio Grande do Sul, pois o III Exército se posicionara favorável à posse de João Goulart na Presidência, com o que os ministros militares não concordavam, por conhecê-lo bem no desempenho de outros cargos públicos, inclusive como Ministro do Trabalho no Governo Getúlio Vargas.

No salão de reuniões, o General Ulhoa Cintra dirigiu a palavra aos oficiais, concitando a todos para marchar contra o III Exército, de modo a impedir a assunção de João Goulart, atendendo às ordens do Ministro da Guerra, General Odylio Denys.

Penso que, se aí ele encerrasse as suas palavras, o Regimento sairia tranqüilamente, apesar da posição contrária do Comandante, que nós desconhecíamos, mas que o General conhecia muito bem, motivo pelo qual ele continuou a falar, dando um recado ao Coronel Loureiro, mas que acabou gerando uma crise, como mostraremos.

Assim, o General, ao concluir, afirmou que as tropas que se deslocariam para o Sul, como as sob seu comando, eram muito mais fortes e muito melhor apoiadas do que as oponentes, o que nos levaria a entrar triunfantes em Porto Alegre e que "não admitiria, em nenhuma hipótese, demonstrações de tibieza".

Após essas últimas palavras, perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer. E, nesse exato momento, o Major Nelson Lucas, S/3 do Grupo, disse que não estava preocupado se o GT/4 era forte ou não; estava, sim, preocupado com a sua consciência ao participar de uma luta fratricida. Que iria armado de cacetete contra o Sul, sem nenhum problema, se a sua consciência o mandasse e não porque ele se sentisse forte. Que embora não fosse tíbio, sentia-se fraco por não ter como explicar aos seus filhos o porquê do seu ato de ir contra aqueles que, por acaso, estavam servindo no III Exército. O Major Lucas era um oficial muito correto, família muito bem constituída e a sua posição tinha peso. Diante dessa intervenção, o General Ulhoa Cintra determinou que aqueles que estivessem solidários com o Major Lucas que dessem um passo à frente. Os oficiais superiores primeiro, seguidos dos capitães e, posteriormente, os tenentes e aspirantes, todos deram um passo à frente. Por fim, o Comandante, muito esperto, que só depois passamos a conhecer, declarou-se solidário a seus oficiais. Para ele, caiu a sopa no mel!...

O General, extremamente irado, chamou o seu Estado-Maior e retirou-se do Regimento. A partir daí e por um bom tempo, a paz de espírito, que sempre reinara na Unidade, transformou-se em desassossego, caracterizado por dúvidas e incertezas, em face dos fatos que passaremos a narrar.

Soubemos, logo depois, hora do almoço, que todos os oficiais se encontravam presos e, portanto, impedidos de sair do quartel.

Por coincidência, os três Aspirantes da Turma de 1960 estavam sendo presos e, ao mesmo tempo, promovidos a 2º Tenente pela Portaria de 25 de Agosto do Ministro da Guerra. Então, eu fui promovido e preso no mesmo dia.

Horas depois, saíram presos de Itu para Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, todos os oficiais superiores do 2º RO 105 (Coronel Loureiro – Comandante; Coronel Roberto – Subcomandante; Tenente-Coronel Arsonval – Comandante do I Grupo; Majores Jayme e Lucas, respectivamente Oficiais de Operações do Regimento e do I Grupo). Ficou no comando da Unidade o Major Eduardo de Paula Carvalho

Netto, surgindo a primeira grande dúvida naquele momento. Por que ele ficara, sendo oficial superior, se, também, havia dado um passo à frente em defesa da tese do Major Lucas. Só, bem depois, soubemos que ele gozava da absoluta confiança do Comando em São Paulo e em Jundiaí – Artilharia Divisionária (AD/2) –, leais ao Ministro Odylio Denys. Deduzo que faltava essa certeza no que tange aos demais oficiais levados para o Rio.

O Regimento concomitantemente entrou de prontidão, o que levou as praças a não perceberem bem a prisão dos oficiais que ficaram no quartel, uma vez que ninguém poderia deixá-lo pela situação extraordinária vivida pela tropa.

Um ou dois dias depois, mais uma surpresa, chega, após o jantar, ao aquartelamento para conversar com os oficiais o Coronel Luiz Gonzaga de Andrada Serpa. Devemos dizer que toda a oficialidade passou a noite inteira dialogando, disciplinadamente, com o visitante. O objetivo do Coronel Serpa era mostrar ao Regimento que aquela tradicional Unidade não podia ficar de braços cruzados dentro do quartel quando o Ministro da Guerra precisava do apoio da tropa. Com essa tese, todos concordavam. O impasse estava no fato de que os oficiais entendiam que o deslocamento da Unidade deveria se dar ao comando do Coronel Loureiro, porque ele foi solidário com os oficiais e, por isso, se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Depois de uma noite de diálogo disciplinado, os oficiais admitiram sair contra o Sul desde que ao comando do Capitão mais antigo, Capitão Luiz Carlos Domingues da Silva, um autêntico líder, no qual toda a oficialidade confiava. Esse fato deveu-se, em parte, à explicação muito serena e convincente do Coronel Serpa de que o Coronel Loureiro era a favor da posse de João Goulart e que, portanto, em nenhuma hipótese, viria comandar o Grupo e, disse, ainda, que aquelas palavras do General Ulhoa Cintra não eram para os oficiais e sim dirigidas ao Comandante, porque o General tinha certeza de que o coronel arranjaria uma forma para não ir.

No dia seguinte, o Grupo recebeu ordem do Comandante da AD/2, que, como disse, ficava em Jundiaí, de deslocar-se para Piedade – SP na madrugada do dia 5 de setembro, precisamente à 1h30min, com a totalidade de seus meios, para formar um Grupamento de Artilharia (Agrupamento – Grupo), com o 2º GO 155, também de Jundiaí, ao comando do Coronel João Francisco Moreira Couto, Comandante do 2º GO, oficial muito respeitado em nossa Unidade. Isso evitaria o contato direto do Grupo com o GT/4, uma vez que ficou um ressentimento daquela fatídica reunião. O próprio Ulhoa Cintra, que não queria conversar conosco, participou daquela solução, proposta pelo Coronel Moreira Couto à AD/2.

Assim, saiu o I Grupo do 2º RO 105 com destino a Piedade, ao comando do Capitão Domingues, de onde seguiu para Juquiá, próximo a Registro, na Rodovia

Regis Bitencourt, que liga São Paulo ao Paraná, onde receberia ordens para o prosseguimento. O quartel ficou sob a responsabilidade do Major Carvalho Netto e da Bateria Comando do Regimento (BCR), que era comandada pelo Capitão Flávio Miranda, de saudosa memória.

À frente das Baterias em toda a Operação estavam os Capitães: Rubens Gurgel de Siqueira (1ª Bia O); Lauro Rogério Araújo (2ª Bia O); José Carvalho Filho (Bateria Comando) e Antônio Calixto Barbosa, Secretário do Regimento, que assumiu a Bateria de Serviço naquele difícil momento, ao qual cabe uma menção especial pelo seu desempenho à testa de toda a logística do Grupo, realizando um admirável trabalho, como o que resultou na chegada da Unidade a Juquiá com todas as suas viaturas, apesar da idade das mesmas, contando, para isso, com a participação do 1º Tenente José de Souza, incansável e competente oficial QOE, responsável pela manutenção do Grupo.

Por razões políticas, ficamos acampados em Juquiá nas margens da rodovia por uma semana até 11 de setembro, aguardando ordens e enfrentando chuvas copiosas todos os dias e que não cessavam o dia todo. Voltei com meu coturno reserva, porque o que usei inicialmente ficou totalmente inutilizado pela lama que tivemos de enfrentar.

O Comandante do GT/4, de helicóptero, sobrevoou a posição da Artilharia, mas lá não apareceu, evitando sujar os seus coturnos de camurça, que conhecemos no dia em que foi a Itu.

Depois de uma semana ali acampados, recebemos ordens para retornar ao quartel, graças à solução política encontrada para a crise, aceita pelos ministros militares: posse de Goulart com a adoção do regime parlamentarista.

De volta ao quartel, no Boletim Interno de 14 de setembro de 1961, foram publicados os elogios do Capitão Domingues a todos que participaram do movimento, ficando sem efeito, para fins de assentamentos, a prisão imposta aos oficiais do Regimento pelo Comandante do GT/4, que, apesar de seu espírito militar, foi extremamente infeliz em sua estada na Unidade. Creio que o próprio General Everaldo, na época Major, integrante do Estado-Maior daquele oficial-general, sabe que a saída da Unidade, em apoio ao Ministro da Guerra, não se deu imediatamente pelo modo com que o Comandante do GT abordou a questão.

Convém ressaltar que o Grupo saiu com todo o seu pessoal (oficiais e praças), ao Comando do Capitão Domingues, sem nenhum problema, demonstração do alto grau de disciplina da Unidade, aliado à invulgar liderança daquele excelente oficial.

O Grupo voltou à sua rotina a partir de 13 de setembro. No final do mês, retornou o Comandante da Unidade, Coronel Oswaldo de Mello Loureiro, com um

duplo objetivo: primeiramente, separar os sargentos dos oficiais, valendo-se inclusive de reuniões com esses graduados, para tratar de assuntos, via de regra, nocivos à hierarquia e à disciplina, que acabavam chegando ao conhecimento da oficialidade; e, como segundo propósito, procurou, valendo-se de seu cargo, criar constrangimentos para os capitães, punindo todos aqueles que conseguisse, com base em motivos fúteis, inaceitáveis, injustiças clamorosas.

Releva dizer que, apesar de muito haver se empenhado para consecução de seus dois objetivos, Oswaldo de Mello Loureiro, ao deixar o Regimento, para integrar o Conselho de Segurança Nacional se não estou enganado, não conseguiu o seu intuito, uma vez que não separou oficiais e sargentos e as punições aplicadas, sem nenhum cabimento, fortaleceram os atingidos, que passaram a gozar de maior apreço e consideração de seus superiores, pares e subordinados.

Importa também registrar que, ainda no Comando de Oswaldo Loureiro, todos os subtenentes e sargentos foram chamados a São Paulo para conversar, pessoalmente, com o Presidente João Goulart a respeito de aquisição de casa própria. Recordo-me de que estava toda a Linha de Fogo em plena instrução visando ao tiro do Grupo, quando a sessão foi interrompida para que todos os sargentos se preparassem imediatamente para viajar a São Paulo, onde o Presidente da República os receberia. A instrução prosseguiu comigo, com os cabos e soldados sem os chefes de peça. Veja que absurdo!... Os próprios sargentos foram apanhados de surpresa e tiveram dificuldade, em termos de uniforme de passeio, para cumprir, de pronto, aquela ordem que veio diretamente da Casa Militar da Presidência, o que soubemos posteriormente.

Esse fato mostrou claramente como o Presidente da República buscava a aproximação com os graduados, sonhando valer-se dos mesmos mais tarde para neutralizar os oficiais, quando do desencadeamento da revolução comunista, para a qual passou a trabalhar, com o máximo empenho, após ter conseguido o retorno do País ao regime presidencialista.

Com a substituição do Coronel Loureiro no final de janeiro de 1962 pelo Coronel Rubens Alves de Vasconcelos, genro do General Zenóbio da Costa, o Regimento voltou a ser uma Unidade excelente para servir, na qual era gratificante trabalhar, apesar dos vexatórios salários que recebíamos e do início da agitação propiciada por dupla subversão: a de cúpula, estimulada pelo próprio Jango e pelo seu cunhado Brizola, e a de base, realizada pelos líderes sindicais, os chamados pelegos, que começaram, a partir de 1963, a mandar no Brasil.

Na verdade, o comando do Coronel Rubens, encerrado em abril de 1963, transcorreu sem problemas maiores, que ganharam real intensidade a partir dessa

época, já no comando do então Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, o qual conduziu a Unidade, com grande sabedoria, na Revolução de 31 de Março de 1964, como veremos a seguir.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Depois de uma propaganda imensa contra o parlamentarismo, valendo-se de todos os veículos de comunicação de massa, principalmente do rádio e de artistas populares, do tipo Elza Soares, Jango Goulart conseguiu que a maioria do povo brasileiro, em plebiscito, dissesse não àquele regime de governo.

Voltou o presidencialismo e a situação política, social e econômica piorava a cada dia, não pelo sistema presidencialista, mas pelos desmandos do primeiro mandatário. A agitação política, promovida pelos sindicalistas, tinha no despreparado João Goulart o parceiro ideal, que, juntamente com seu cunhado Leonel Brizola, estimulava todo movimento anárquico, particularmente as greves políticas que destruíam a economia do País. No campo sócio-econômico, nenhuma providência efetiva, inclusive para tentar debelar a inflação galopante, que levava ao desespero, sobretudo as classes média e pobre em todo território nacional.

Antes, o presidencialismo seria a salvação; depois, o presidencialismo era pouco – faltava agora as reformas de base, entre as quais a reforma agrária, que tinham que sair "na lei ou na marra", como diziam o governo e seus seguidores, especialistas em fazer parar o País. As filas para adquirir produtos básicos de consumo, como o leite, passaram a infernizar a vida da maioria das donas de casa, que madrugavam para conseguir o alimento de seus filhos.

O País marchava a passos largos para a implantação do que se chamava, na época, de república sindicalista, que, no fundo, significava a adoção do marxismo-leninismo, ou seja, a nossa comunização.

Era preciso reagir!... E começamos modestamente... Os tenentes do Regimento passaram a fazer um programa anticomunista na Rádio Convenção, de Itu, o qual era gravado em instalações da Igreja Matriz, o que retrata, de maneira clara, a posição da Igreja na época, em sua grande maioria contrária às artimanhas daquele Governo, voltado para a implantação do comunismo ateu. A Igreja, além do incentivo, oferecia-nos todo o apoio.

Trabalhávamos em duplas: Tenentes Danilo Rubens Marini e Ronaldo Gouveia de Miranda, faziam uma dupla de jornalistas, apresentando um jornal comentado, com críticas aos atos e medidas populistas do governo federal. Um outro quadro era o meu, como Engenheiro João Cotrim, especialista em construção de barra-

gens e hidrelétricas, com o Tenente Montedônio, como um interlocutor ávido de notícias, interessado em saber tudo sobre a Rússia, de onde Cotrim acabara de vir, após estagiar nos canteiros de trabalho de grandes barragens, como autoridade, reconhecida internacionalmente, no assunto, obras apresentadas ao mundo pela Rússia e pelos seus admiradores no Brasil como fabulosas e inigualáveis. Esses mesmos brasileiros, anos depois, criticavam Itaipu, que teve como principal técnico João Cotrim, chamando-a de obra faraônica, obra que vem permitindo ao Brasil sobreviver em termos de energia.

Para viver o papel de João Cotrim, tive que estudar, nas suas minudências, o livro por ele escrito "Um Engenheiro Brasileiro na Rússia". Nesse livro, ele mostra a grandeza das barragens, das hidrelétricas, mas enfatiza que a propaganda russa as tornava maiores e mais importantes do que na verdade o são.

Aborda, também, o Engenheiro Cotrim, o outro lado, mostrando a carência e a má qualidade dos bens de consumo na Rússia e destaca a intoxicação doutrinária, verdadeira lavagem cerebral, que sofria o povo na União Soviética. Ele cita em seu livro, por exemplo, uma propaganda muito difundida na Armênia, através de uma metáfora. Dizia o texto: "Raia no horizonte o comunismo perfeito". E os camponeses da região não entenderam a figura de retórica e pediram explicações. A principal rádio estatal mandou-os procurar a definição de horizonte uma vez que o conceito de comunismo já era por demais conhecido. E veio a definição de horizonte: "linha imaginária que separa o céu da terra e que se afasta de nós à medida que nós nos aproximamos dela".

Realmente, o conceito de horizonte retrata muito bem o "comunismo perfeito", mostrando que ele nunca será alcançado, não existia, portanto, e nunca existirá.

Tudo isso era assunto de minha conversa no papel do Engenheiro Cotrim, com o Montedônio, o interlocutor à procura da verdade sobre a Rússia, que, no Brasil, era uma incógnita naquela época. Só chegavam de lá informações positivas, deixando todo mundo impressionado com o seu poder. Assim, o livro do Engenheiro Cotrim era, no início de 1963, uma atração; fazia parte dos primeiros livros a apresentar uma amostragem da realidade russa, diferente do que se difundia naquele período.

Outros oficiais também se engajaram nesse mister na Rádio Convenção, como os Tenentes Geraldo Martinez y Alonso, Alcides Pereira (já falecido) e Abel da Rocha Catuta.

Dessas atividades, cujos dividendos verificamos ser muito pequenos, muito restritos, partimos – inicialmente, alguns capitães e tenentes – para São Paulo, com o objetivo de nos integrar a uma equipe de uns trinta oficiais que se reuniam em diferentes locais, sob a admirável liderança do General Rubens Resstel, na

época Coronel, para participar da preparação do movimento de reação à revolução comunista que estava em pleno andamento, como dizia Luís Carlos Prestes: "Já temos o Governo, falta-nos o Poder".

Para felicidade do Regimento e dos oficiais subalternos em particular, foi classificado na Unidade o Coronel Diwal Correa Rodrigues, que passou a exercer as funções de Subcomandante do Coronel Benedicto.

O Coronel Diwal reunia todas as virtudes para que alguém seja um excepcional oficial – objetivo, leal, disciplinador, inteligente, atuante, anticomunista, com largo conhecimento da política nacional e dos seus políticos, grande capacidade de decisão e espírito de iniciativa, tudo isso aliado a uma impressionante liderança. Andava muito bem fardado e sempre pronto a ouvir os oficiais e a orientá-los.

Ele dizia que quanto mais preparados estivessem os oficiais, inclusive politicamente, melhor exerceriam suas funções de orientadores dos graduados e soldados. "Eu me ligo com vocês – oficiais – e vocês com as praças". É importante, nesse momento, salientava o Coronel Diwal, evitar o engajamento direto do Comandante, que tem de ser poupado para que o tenhamos na hora precisa, no momento decisivo. No entanto, ele deve estar informado de tudo que estamos fazendo ou que vamos fazer.

Aos domingos pela manhã, ele aparecia no cassino de oficiais para, conosco, ler os jornais e trocar idéias. Posicionava-se claramente contra a baderna instituída no País.

À frente de toda a oficialidade do Regimento, foi ao Ituano Clube receber o Governador do Rio de Janeiro – Carlos Lacerda –, que viera a Itu para um jantar em sua homenagem. O discurso do Lacerda, com o Ituano superlotado, foi uma verdadeira consagração. Com o brilhantismo de sempre, deixou-nos a certeza de termos ouvido o maior tribuno brasileiro, sem dúvida!... Esse episódio pode ser alinhado entre os libelos dos brasileiros responsáveis contra os insuportáveis desmandos do Governo Federal, como o foram, posteriormente, os das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

O Coronel Diwal passou a nos acompanhar nas reuniões presididas pelo Coronel Rubens Resstel em São Paulo, nas quais iam também o Major Nestor do Val Filho (desde que chegou e assumiu a 3ª Seção do Regimento), o Capitão Miranda (que, de comandante da BCR, passou a S1 da Unidade); o Tenente Prado, meu colega de turma, e os Tenentes Danilo, Gouveia, Catuta e Alonso, que iam sempre que podiam, e o Tenente-Coronel Rubens Toledo, Comandante do I Grupo, que compareceu à reunião havida na casa do General Pery Constant Bevilacqua, Comandante do II Exército, da qual falaremos daqui a pouquinho.

Numa das reuniões, no 2º semestre de 1963, anterior a da residência do General Pery Bevilaqua, recebi a missão de ir a Jundiaí para saber a posição dos oficiais daquele Grupo em relação ao Movimento revolucionário que se preparava, uma vez que o 2º GO 155, hoje 12º GAC, não se vinha fazendo representar nos encontros em São Paulo. Era hora de definição, no entender do Coronel Resstel, excelente coordenador de todos os passos da Revolução no âmbito das Unidades em São Paulo.

Chegando a Jundiaí, durante o expediente do dia seguinte, procurei o Tenente-Coronel Alaor, Subcomandante, relatando-lhe a minha missão.

Esse me disse que ali no GO o primeiro contato tinha que ser com o Coronel Moreira Couto, porque, sobre o assunto que me trazia ao quartel, nada poderia ser feito sem o aval do Comandante. Fui levado por ele ao Coronel Comandante, oportunidade em que lhe narrei tudo, dizendo-lhe, ainda, que ali estava autorizado pelo Subcomandante do 2º RO 105 – Coronel Diwal. O Comandante do 2º GO 105, secamente, determinou que eu retornasse a Itu, para informar ao Coronel Diwal que ele, Moreira Couto, o estaria esperando, à noite, dando-me o endereço de um hotel. Voltei a Jundiaí, acompanhando o Coronel Diwal, e o esperei até perto da meia noite, hora que terminou a reunião dos dois coronéis. Na volta a Itu, o Coronel Diwal me disse que poderíamos contar com o Grupo e que iria ligar-se com o Coronel Resstel para que buscasse contato com o Coronel Moreira Couto no dia seguinte.

A missão foi cumprida, mas eu aprendi muito nesse episódio, inclusive que um assunto de tal envergadura era impossível de ser tratado, em suas minudências, entre um 1º Tenente e um Coronel Comandante de Grupo. Mas creio que fiz o meu papel como intermediário, contando com o fato de ser bem conhecido do Coronel Moreira Couto desde 1961, antes mesmo da crise com a renúncia de Jânio Quadros, quando ia jogar contra o 2º GO 155, integrando as equipes de voleibol e futebol de salão do Regimento Deodoro. Na verdade, fui à Unidade para conversar com os tenentes, dando ciência ao Subcomandante, pelo fato de nossa boa amizade.

Vale ainda recordar que, em 1963, chegaram presos ao Regimento, dois capitães e vários tenentes de um Batalhão do 4º RI, Batalhão comandado pelo Major Ner, este preso em Jundiaí (2º GO 155), por haver abandonado o Porto de Santos com sua Unidade, irritado por estar realizando o embarque e desembarque de uma carga perecível naquele porto, durante uma das inúmeras greves, enquanto os estivadores permaneciam sentados ou deitados no cais, com ar de deboche.

O Major ligou-se com a 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), declarando que iria, antes de continuar o cumprimento da missão recebida, evacuar os grevistas do local, até porque havia uns gaiatos zombando dos soldados.

Como lhe foi negada a autorização para retirar os grevistas, o Major, contando evidentemente com o apoio de seus oficiais, deixou o porto com todo o Batalhão, retornando ao quartel em Quitaúna. Daí, o motivo da prisão de toda a oficialidade.

No 2º RO 105, o pessoal foi muito bem recebido, inclusive lhe foi facultada a prática de esporte, juntamente com os oficiais do Grupo. Nenhuma restrição lhes foi imposta a não ser a de não poder sair do quartel. Lembro-me de que no dia do aniversário de um dos capitães, de nome Juarez, que, além de goleiro de futebol de salão, era o líder da oficialidade presa, o nosso pessoal mandou confeccionar um bolo e salgadinhos, realizando, após o expediente, uma verdadeira festa de aniversário, com o comparecimento inclusive do Coronel Diwal, do Major Nestor, da maioria de nossos capitães e de todos os tenentes.

Vamos nos ater agora à penúltima reunião realizada em São Paulo pela equipe liderada pelo General Resstel – aquela em que fomos à casa do General Pery Bevilacqua –, com cerca de quarenta oficiais. O 2º RO 105, como sempre, contava com a liderança maior do Coronel Diwal, além de dois outros oficiais superiores (Tenente-Coronel Toledo e Major Nestor), alguns capitães e tenentes.

Quando o Coronel Resstel acabou seu relato em que, com muita clareza e sinceridade, clamava ao General Pery que liderasse o movimento contra aquele desgoverno que infelicitava o Brasil, o filho do General, um civil, interveio dizendo que era um absurdo apresentar tal proposta a seu pai, cuja carreira foi sempre pautada no respeito à legalidade, passando, mesmo, a condenar a tentativa de envolvimento de seu progenitor contra o governo.

Interrompeu-o o Coronel Diwal, dizendo-lhe que a presença de um civil naquela reunião, entre oficiais da tropa com o Comandante do II Exército, não era admissível e que só foi aceita por ser ele filho do General Pery. Mas que, diante da sua inoportuna intervenção, ele propunha ao Coronel Resstel e aos demais oficiais o término imediato daquele encontro que passou a ser inconveniente e sem propósito.

A idéia do Coronel Diwal levou, prontamente, a oficialidade a se apressar em apresentar suas despedidas ao General Pery e a reunião foi encerrada.

Releva citar que aqueles que usaram a palavra tinham que se identificar, o que facilitou a transferência de todos os oficiais superiores do 2º RO 105 para Mato Grosso publicada, dias depois, em Boletim do II Exército, cuja área de responsabilidade na época, incluía aquele Estado, além de São Paulo. Aquela sanção mostra claramente a posição política do General Pery.

Assim, o 2º RO 105 perdeu, numa hora importante, os Coronéis Diwal e Toledo e o Major Nestor, todos transferidos para Nioaque, em Mato Grosso. Toda-

via, foi poupado o Coronel Benedicto que, se lá estivesse, perderia o comando do nosso Regimento. Isso mostra a visão do Coronel Diwal favorável à preservação da figura do Comandante para hora decisiva.

Em meados de março de 1964, logo após o comício da Central do Brasil, viajei ao Rio de Janeiro para uma cirurgia no HCE, quando pude presenciar ali no bairro de Benfica, na Rua Ana Néri, o deprimente espetáculo da revolta dos marinheiros dentro do Sindicato dos Metalúrgicos.

No dia em que passei de ônibus, na porta daquele Sindicato, diante de um enorme engarrafamento de trânsito, pude reconhecer o Ministro do Trabalho de João Goulart – Amauri Silva – que estava na calçada da frente do prédio, creio que ao lado do líder sindical e Presidente do CGT, Dante Pelacani, falando a um grupo de marinheiros. Veja como o Presidente prestigiou a sublevação, dando-lhe apoio ostensivo, por meio de elementos de sua confiança, inclusive do primeiro escalão do Governo.

Vale lembrar que o Ministro da Marinha de então, por ter punido os marinheiros revoltados, foi substituído pelo Almirante Paulo Mário, reformado há muito tempo, completamente senil, tendo ainda o Presidente da República anistiado os militares amotinados.

Dois ou três dias depois, quando me encontrava em plena recuperação da cirurgia ainda no Rio, recebi uma carta do Capitão Miranda trazida, em mãos, por um sargento do 2º RO 105, que me falava da reunião havida entre o grupo de oficiais liderado pelo Coronel Resstel com o General Amaury Kruel, novo Comandante do II Exército. Dizia o Capitão Miranda que, ao contrário do que acontecera no encontro com o General Pery Bevilácqua, a reunião foi auspiciosa e que eu viajasse, o quanto antes, para Itu, porque, no seu entender, a nossa Revolução deveria eclodir a qualquer momento.

Tal notícia levou-me a voltar no dia seguinte, vindo a encontrar a oficialidade animada pela clara posição do General Kruel na reunião, oportunidade em que ele declarou não ser possível mais aceitar a subversão estimulada por elementos do próprio Governo.

Mesmo assim, só em torno da meia-noite do dia 31 de março, chegou-nos a decisão do General Kruel de apoiar o Movimento revolucionário desencadeado em Minas Gerais pelos Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Houve uma verdadeira festa no refeitório de oficiais, onde o pessoal, cansado de esperar, se abraçava, emocionado, vibrando com a notícia da tão esperada decisão do Comandante do II Exército. Lembro-me de que o Capitão QOE José de Souza, grande profissional, abraçou-me, com profunda alegria e entusiasmo, dizendo-me: "A decisão demorou, mas veio; o General soube interpretar o desejo da tropa que é a

do povo brasileiro". Aí, estão as palavras de um oficial simples da Manutenção das Viaturas, mas que a vida ensinara tudo.

Em seguida, ainda no Refeitório de Oficiais, o Coronel Benedicto chamou o Capitão Dario Scoralick, Comandante da 1ª Bia O, e a mim, Comandante da Linha de Fogo, dando-lhe a ordem de ultimar os preparativos ficando em condições de deslocar a Bateria para a cidade de São Paulo, como ponta ou escalão avançado do I Grupo, a partir das 7h da manhã e determinou que eu passasse imediatamente as funções de oficial de dia da Unidade para o Tenente Alonso, da Bateria Comando do Regimento, de modo que pudesse partir com a 1ª Bateria na hora determinada.

Devo mencionar dois fatos ocorridos, ainda, no dia 31 de março. O primeiro diz respeito à vinda ao quartel de vários empresários e um diretor de colégio para oferecer viaturas para integrar o comboio do I Grupo, quando souberam que esse era um problema da Unidade para o seu deslocamento em apoio à Revolução iniciada em Minas Gerais. Isso se deu por iniciativa, junto aos empresários, dos irmãos Carpi (Orlando e Leonel) ao serem informados por nós desse tipo de dificuldade. As requisições foram feitas, de imediato, pelo Comando do Regimento, atendendo às necessidades levantadas pelo I Grupo, que embarcou o seu material contando com esse considerável reforço. Assim, o 1º Escalão, constituído pela 1ª Bia O, deslocou-se com a maior parte da munição e o material de acampamento em quatro dos oito caminhões civis requisitados, cujos proprietários a seguir citamos: Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, Mecânica e Fundação Irmãos Gazzola; Cerâmica Carpi; Fecularia Ituana; José Ivan Siqueira; José Batista da Silva; Ioshio Katanira; e Sílvio Scalet.

Dos quatro caminhões civis da 1ª Bateria, dois conduziam munições de Artilharia, de metralhadoras, de lança-rojões e de armas individuais, nos outros, embarcamos o material de acampamento, cobrindo todas com as lonas cedidas, onde escrevemos: "Munição-Perigo", dando idéia de que contávamos com grande quantidade de munição, quando a situação era bem diferente.

Dias após o retorno vitorioso, em tais viaturas foram afixadas plaquetas que as identificavam como participantes da Revolução de 31 de Março de 1964.

O outro fato, único episódio negativo durante toda a participação do Grupo, deu-se pouco antes da Revista do Recolher (21h) do dia 31 de março. O Subtenente Rubens, da 1ª Bia O, surpreendeu a todos, quando, ao se ver sozinho com os cabos s soldados da Bateria, fez um rápido discurso a favor das reformas de base de João Goulart e do seu sindicalismo. Disse-lhes que o Regimento não podia colocar-se contra o movimento dos trabalhadores porque, no futuro, eles, cabos e soldados, seriam os trabalhadores.

O Capitão Luís Gonzaga Camargo, S/2 do Regimento, ao ser informado do fato, efetuou, pessoalmente, a sua prisão. Esse subtenente era, desde o tempo do Coronel Loureiro, o Presidente do Grêmio de Subtenentes e Sargentos do Regimento, tendo lidado, com certa freqüência, com aquele Coronel, com quem nós, tenentes, o vimos, várias vezes, conversando nas imediações do Gabinete do Comando. Coube-lhe conduzir os graduados a São Paulo ao encontro com o Presidente da República, anteriormente citado.

Amanhecia, quando a 1ª Bia recebeu ordem para partir às 7h30min. Na hora prevista, a Bateria deixou o Regimento na direção de São Paulo. Fomos alcançados antes de chegar ao destino por duas ou três viaturas do Estado-Maior do Regimento, conduzindo o Coronel Benedicto e os Capitães Luís Confort Júnior (S3/Rgt), Flávio Miranda (S1/Rgt), Camargo (S2 da Unidade), José de Souza (Oficial de Manutenção e Transporte do Regimento) e uma equipe de Saúde Regimental, chefiada pelo Sargento Bernal.

Ao chegarmos a São Paulo, região do Parque da Água Branca, recebemos ordem de prosseguir até a entrada da Rodovia Presidente Dutra, onde deveríamos encontrar o 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, ao qual apoiaríamos.

No ponto determinado, não estava o 4º RI. Mesmo assim, recebemos a missão de prosseguir na direção do Rio de Janeiro para apoiar, a partir de Caçapava, o 6º RI. Durante esse deslocamento até bem próximo ao local do primeiro alto-horário, em São José dos Campos, íamos ouvindo no rádio a cadeia do Brizola, fazendo sucessivas ameaças ao mesmo tempo que informava ter o Ministro Jair Dantas Ribeiro assumido, pessoalmente, o comando das tropas governamentais que partiam para Minas Gerais e São Paulo contra os gorilas que seriam esmagados pelas tropas leais ao Presidente.

De repente, as vozes que nos intimidavam saem do ar, entrando outras que diziam que o Presidente deposto fugira com seu *staff* do Rio para Brasília e de Brasília para o Rio Grande do Sul.

Daí em diante, as estações de rádio passaram a transmitir a verdadeira situação vivida, ou seja, um quadro inteiramente favorável ao Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964. Tratava-se da chamada “Cadeia da Liberdade” que assumiu a condução de todo o noticiário.

Em nosso alto-horário em São José dos Campos, fomos informados pelo Coronel Benedicto, que não estava bem de saúde (acabara de tomar uma injeção aplicada pelo sargento Bernal), de que a Academia Militar das Agulhas Negras ocupara posição entre Resende e Barra Mansa e que, até aquele momento, nenhuma tropa vinda do Rio passara pelo bloqueio imposto pelos cadetes. O nosso

moral foi lá para o alto. Sentimos que poderíamos prosseguir, com a máxima velocidade possível, até a nossa AMAN, o que aconteceu, uma vez que não encontramos na rodovia, como estava previsto, o 6º RI.

Chegamos à Academia por volta das 15h, ocasião em que o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, com seu Estado-Maior, que ali realizava contínuo estudo de situação, recebeu a oficialidade do Escalão Avançado do I Grupo do 2º RO 105. Depois de destacar a importância de nosso concurso para o êxito do Movimento revolucionário contra o caos instalado no País, entregou, pessoalmente, uma flâmula da AMAN a cada oficial, assinando a que foi destinada ao Coronel Benedicto, Comandante do nosso Regimento ali presente. Foi um episódio inesquecível!

Em seguida, o Coronel Benedicto nos informou de que íamos ficar alojados no Curso de Artilharia da AMAN, onde permaneceria o comboio, após reabastecido, em condições de, no dia seguinte, 2 de abril, substituir a Bateria da AMAN que se encontrava ocupando posição, em apoio ao Curso de Infantaria, cuja missão era impedir o acesso a Resende das tropas oriundas do Rio de Janeiro.

No conjunto principal, minutos após esse inesquecível evento, junto aos elevadores próximos à sala do Oficial-de-Dia e do Estado-Maior da AMAN, assisti à prisão do General Zerbini, o que se deu elegantemente através de um convite para tomar café, feito pelo 1º-Tenente José Pordeus Maia, no momento em que ele tentava sair da Academia e foi impedido por determinação do General Médici. O General Zerbini, Cmt da ID/2 (Infantaria Divisionária da 2ª DI) foi quem segurara, nos quartéis, os Regimentos que devíamos apoiar – o 4º e o 6º RI – pois o único que saiu e à sua revelia foi o 5º RI, de Lorena. Pude observar que o referido General não queria voltar para tomar o café, mas o Tenente Maia não o deixou recusar o convite, fazendo-o praticamente retornar ao elevador por onde descera. Eu conversava com o Maia naquele local quando ele passou a dar cumprimento à ordem recebida.

Naquela mesma tarde, chegou à AMAN a Bateria de Artilharia do CPOR de São Paulo, assim como duas Baterias do Grupo-Escola (GEsA), que deixaram o Coronel Aldo Pereira, Comandante do Grupo, na estrada e passaram para o lado da Revolução, apresentando-se às tropas da AMAN. Seus integrantes ficaram alojados na Seção de Educação Física da Academia, onde tive a oportunidade de rever meu amigo de turma – 1º-Tenente Armindo da Luz Matheus –, que servira comigo em Itu, como Aspirante e 2º-Tenente, nos anos de 1961 e 1962.

O restante do nosso Grupo – que veio ao Comando do Major Nelson Lucas, oficial que se rebelara, em 1961, contra o General Ulhoa Cintra – só chegou tarde da noite à AMAN, ficando, também no Curso de Artilharia. Deixo em minha pasta-arquivo uma cópia de duas folhas da revista *O Cruzeiro Extra*, de 10 de abril de

1964, onde aparece parte do comboio do I Grupo, no seu destacamento pela Dutra, destacando-se o Major Lucas, seu Comandante.

Desejo dar a devida ênfase à espetacular Proclamação dos Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, intitulada "IRMÃOS EM ARMAS", lançada no Vale do Paraíba, no dia 1º de abril, apresentada em várias oportunidades pela Rádio Agulhas Negras e incluída na entrevista do General Antonio Jorge Corrêa, Subcomandante da AMAN na época (TOMO 1 desta Coletânea). Vou me permitir lê-la e deixarei em minha pasta o exemplar original que recebi do Coronel Cordeiro, naquela época cadete do 3º ano do Curso de Artilharia, participando, galharda e decisivamente, daquele movimento revolucionário de redenção nacional.

A AMAN neutralizou os comandos e suas tropas que, do Rio de Janeiro, se dirigiam para São Paulo, ao mesmo tempo em que conseguiu elevar o moral das tropas do II Exército em nível tão alto que só aquela gente que marchava na direção do Rio, inferiorizada em meios de toda ordem – principalmente em efetivos e munição – pôde sentir o seu significado em toda a sua grandeza.

Quando chegamos à Academia, ouvimos pela Rádio Agulhas Negras, a Proclamação dos nossos cadetes destinada a seus colegas da Escola Naval e da Aeronáutica, que conforme a citada anteriormente, consta do Aditamento ao Boletim Interno nº 64, de 2 de abril, da AMAN, cuja cópia, obtida junto ao General Antonio Jorge Corrêa, também deixo em minha pasta. Esta bela proclamação também consta do depoimento do General Corrêa.

Pela mesma estação de rádio, soubemos da fuga de João Goulart do Rio Grande do Sul para o Uruguai, por não ter encontrado no III Exército o respaldo que imaginara.

No café da manhã do dia 2 de abril, fomos informados de que a situação evoluiu tão favoravelmente que os cadetes seriam recebidos por todos nós numa grande formatura no campo de parada da AMAN, não sendo mais o caso de irmos substituir os de Artilharia nas posições ocupadas.

Aí, vivemos o dia mais maravilhoso de minha vida militar em termos de satisfação profissional só igualado àquele em que soube de minha promoção a oficial-general. Parecia um sonho estar presente, com meu Regimento, na nossa gloriosa Academia, para assistir ao monumental desfile dos nossos cadetes em comemoração à espetacular vitória sobre o Movimento Comunista Internacional e seus lacaios brasileiros que tanto se empenharam em subverter a hierarquia e a disciplina em nossas Forças Armadas, visando à comunização do País.

"O Brasil venceu e muito deve à AMAN", era o que passava pela minha cabeça, olhando, entusiasmado, para o General Médici, consagrado pelo brilho de

suas decisões e por sua invulgar liderança, bem como para o seu Subcomandante, o valoroso Coronel Antonio Jorge Corrêa, tendo ao meu lado toda a oficialidade, inclusive os professores e demais integrantes da nossa Academia, para a qual eu viria em seguida como Instrutor, pois aceitara, no dia anterior, o convite que me fora feito pelo Curso de Artilharia uma semana antes.

Armados até os dentes, com seu fardamento completamente enlameado, depois de dois dias de chuva e barro em profusão nas posições que ocupavam, oficiais e cadetes realizaram um desfile impressionante, tão impressionante quanto a alocução (Ordem do Dia) do General Médici naquela cerimônia que nunca se apagará da memória daqueles que tiveram o privilégio de vivê-la.

Aguardando ordens da 2ª DI, uma vez que a situação já estava praticamente resolvida, o I Grupo do 2º Regimento de Obuses permaneceu na AMAN para propiciar descanso à tropa, só retomando o Movimento pela Dutra rumo a São Paulo às 7h do dia 3 de abril, tendo chegado a esta última cidade às 18h.

O Grupo permaneceu acantonado no Ginásio do Ibirapuera até o dia 6 de abril, tendo recebido as visitas dos Comandantes da 2ª DI e AD/2.

Às 12h30min do dia 6 de abril, o I Grupo do 2º RO 105 iniciou seu deslocamento para o quartel em Itu chegando às 16h.

Vale lembrar que os cabos e soldados da 1ª Bia, por iniciativa deles, escreveram nas lonas de todas as viaturas o dístico “Furação da BR-2” para destacar a correria da Subunidade no deslocamento para Resende, sem alto-horário de São José dos Campos até o destino.

À entrada da cidade de Itu, aguardavam-nos todas as autoridades do município.

Às 17h30min, com todas as viaturas e pessoal iniciou o I/2º RO 105 o desfile pelas ruas da Cidade de Itu – Avenida Marginal – Rua Floriano Peixoto – Quintino Bocaiúva e Quartel.

Toda Itu se fez presente, com o povo concentrando-se em massa ao longo do itinerário do desfile, para aplaudir o Regimento Deodoro numa demonstração de elevado espírito cívico. O comércio local cerrou suas portas e os estabelecimentos de ensino dispensaram seus alunos para que todos pudessem participar da festiva acolhida dada ao Regimento. Durante o desfile, marchou à frente da tropa, a fanfarra do Instituto de Educação Regente Feijó.

Após o desembarque, a tropa entrou em forma à frente do quartel e, depois da continência ao terreno, houve um intervalo de 10min para que os civis se confraternizassem com os militares. Nesse momento, pude sentir bem de perto a vibração e o entusiasmo do povo ituano.

Seguiu-se um desfile a pé em continência ao Comandante do Regimento.

Ao fora de forma, usaram da palavra o Prefeito Municipal para saudar o Regimento, exaltando o feito histórico, e o Comandante para agradecer, inclusive pelo apoio da gente de Itu, materializado inclusive nos oito caminhões civis que integraram o comboio do I Grupo e, ainda, de uma Perua Rural Jipe, oferecida pelo senhor Vitoriano Garcia da Fonseca.

Deixo aqui para futuras consultas a relação de oficiais e graduados que se deslocaram para Resende e daqueles que ficaram encarregados da segurança e guarda do aquartelamento (cópia do Boletim Interno nº 69, de 1 a 6 de abril de 1964), bem como das minhas folhas de Alterações que se referem à participação na Revolução de 31 de Março de 1964.

Encerro esse meu relato, destacando aqui no Aditamento ao BI nº 64, de 2 de abril, a letra d do nº 2, da AMAN – Acontecimentos do dia 01 de abril de 12:00 a 20:00 –, que se refere à chegada do 2º RO 105 (1ª Bia O) à área da AMAN nesse período. Na nossa frente, só uma Unidade, do próprio Vale do Paraíba, entrou em Resende – o 5º RI, por volta das 11h30min, como consta do documento em tela. Esse registro é valioso, uma vez que nos documentos do 2º RO 105, só se faz referência aos horários do Grupo –, omitindo-se os dados relativos aos horários do Escalão Avançado do Grupo (1ª BO), de grande importância, pois, junto a ele, estavam o Comandante e o Estado-Maior do Regimento, que adentraram em Resende, por volta das 15h, muito tempo antes do grosso da Unidade, que lá chegou tarde da noite.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A influência da guerra fria, tanto antes, como durante e após a Revolução de 31 de março de 1964, foi muito marcante no Brasil, porque todos os países praticamente, por motivos variados, fizeram sua opção por um dos dois grandes pólos de poder em que o mundo se dividira – o pólo Ocidental, dos regimes liberais, sob a liderança dos Estados Unidos da América, e o pólo Oriental, dos regimes totalitários –, inspirado na doutrina marxista-leninista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), seguida da China, vinculada ao pensamento de Mao Tsé-tung. O pólo comunista, pela sua própria doutrina expansionista, fomentou, em plena guerra fria, luta em todos os continentes – a guerra da Coréia, as guerras ditas de libertação nacional na África, a guerra do Vietnã, as guerras de guerrilhas na América, com a comunização de Cuba, em 1959, e o enorme empenho para implantar regimes similares em outros países sul-americanos como Brasil, Bolívia, Peru, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia etc.

Assim, em pleno ambiente da guerra fria, o Brasil, através da Revolução de 31 de Março de 1964, derrotou fragorosamente os comunistas, frustrando as suas intenções de implantar no País a república sindicalista que tanto almejavam.

Poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro favorecia a tomada do Poder pelos comunistas, uma vez que o caos se implantara nos campos político, econômico e social, inclusive com base nos desmandos cometidos por João Goulart, que após a restauração do presidencialismo, passou a desrespeitar a Constituição, em visível escalada, a mesma Constituição que serviu de argumento fundamental aos que defenderam sua posse. Alegava que a mesma impedia as "reformas de base", devendo sofrer modificações urgentes, o que era repetido pelos radicais que paralisavam o País e a produção nacional, parando o sistema de transportes, entregue a "pelegos", controlados pelo todo-poderoso Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O Brasil, politicamente, podia ser comparado a uma nau sem rumo, em meio a uma grande tempestade.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Com toda a certeza, pois o povo brasileiro em geral estava cansado do clima de agitação e violência, que imperava nas greves políticas e paralisações de toda ordem, e dos desmandos administrativos de um governo títere, os quais causavam prejuízos incalculáveis à ordem social e econômica.

A exceção se concentrava nos meios sindicais e entre os elementos da esquerda internacionalista, aí incluídos a União Nacional dos Estudantes (UNE), os pseudo-intelectuais (totalmente incoerentes, porque adoram Fidel Castro, mas se dizem amantes da liberdade e da democracia) e uma minoria muito pouco expressiva de militares, particularmente algumas praças, motivadas basicamente por compensações de ordem econômico-financeira, como financiamento para a compra da casa própria principalmente, além de promoções ou transferências para guarnições de seu interesse, bem como pela esperança de uma real obtenção de poder, com a inversão hierárquica que vislumbravam, especialmente na Marinha com base no comportamento tresloucado do Governo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja em geral era de desconforto e desconformidade, podendo-se afirmar que a grande maioria dos religiosos se posicionaram contra

aquele governo ateu, como se verificou, claramente, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em grandes cidades e em pequenas que também fizeram questão de manifestar nitidamente a sua discordância.

Anos depois, a partir de 1967 e 1968, sofreu a Igreja uma infiltração comunista expressiva, surgindo os radicais da Teologia da Libertação (os Boffs e Betos), que passaram a atuar intensamente nas tais comunidades eclesiais de base, os "padres de passeata", o "Cardeal Vermelhão" – Evaristo Arns, que foi, a meu ver, o principal aliado que os comunistas contaram e contam, até hoje, na Igreja, tendo abraçado, com todo empenho, não faz muito tempo, a causa dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, cujos crimes hediondos devem, para ele, ser perdoados porque são de natureza ideológica, isto é, são de natureza comunista, a única ideologia que merece perdão e louvor para Arns e seus asseclas, fanáticos defensores de terroristas-torturadores que gostam muito mais de dinheiro do que da ideologia comunista que alegam defender por meio de seus crimes.

O que gostaria de falar sobre as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze"?

As "Ligas Camponesas" atuavam no Nordeste (fundamentalmente) e no Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), invadindo terras e deixando em polvorosa fazendeiros e homens do campo, de modo similar ao Movimento Sem Terra (MST) dos nossos dias.

A diferença está no fato de que, no período revolucionário, as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, foram totalmente desbaratadas pela vontade política de eliminá-las, enquanto o MST continua desafiando o atual Governo, até porque parte de seus integrantes também aprecia as invasões perpetradas na terra dos outros pelo MST.

O "grupo dos onze" foi uma tentativa de Leonel Brizola de estabelecer uma estrutura-padrão subversiva, com onze elementos, como se fosse um time de futebol ou um grupo de combate de pelotão de fuzileiros, em que cada um tem a sua função, mas que não logrou êxito, principalmente por falta de tempo para a sua expansão. A Revolução de Março de 1964 lhes deu um basta...

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Embora no 2º RO 105, em Itu, o convívio fosse extremamente harmônico e exemplar entre todos os integrantes, como já mostramos, houve no meio militar numerosas tentativas de se criar cisões entre oficiais e graduados, orientação emanada da cúpula, centrada no Presidente da República e em seu cunhado Leonel

Brizola, vinda, portanto, de cima para baixo, com o propósito de acabar com a hierarquia e a disciplina. Estimulou-se a revolta dos sargentos contra os oficiais, inclusive incitou-se os graduados a eliminar os seus chefes.

Temos informações confirmadas de que alguns quartéis do Exército e da Força Aérea, principalmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, conviveram com cisões em seus quadros.

Na Marinha, a situação foi muito pior. A quebra da hierarquia e da disciplina, que, em parte, todo Brasil tomou conhecimento, mostrou a vulnerabilidade daquela Força, pelo menos naquele período, o que deve ter provocado, no mínimo, uma auto-crítica muito profunda dos seus altos chefes.

Quais os acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março 1964?

Em primeiro lugar, o comício da Central do Brasil, presentes João Goulart, seu Ministério, inclusive, Jair Dantas Ribeiro (Ministro da Guerra), e as lideranças comuno-sindicalistas. Uma verdadeira vergonha nacional!...

Vem, a seguir, a revolta dos marinheiros e fuzileiros que foram se confraternizar com os metalúrgicos, na sede daquele sindicato, em Triagem. Assisti, pessoalmente, ao passar pela Rua Ana Néri, em 26 de março, a mais esse absurdo, estimulado por Goulart, que optou por apoiar abertamente os militares amotinados.

Finalmente, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, jantar oferecido pelas praças a Goulart, que, a meu ver, foi a gota d'água para revoltar decisivamente qualquer brasileiro contra a subversão instituída pela cúpula do Governo, apoiada por uma minoria extremamente atuante da base.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade tiveram um significado todo especial, porque esses acontecimentos serviram como um sinal extremamente nítido de que a população, em sua absoluta maioria, estava contra os rumos tomados pelo Governo, trazendo o suporte indispensável e determinante para a intervenção das Forças Armadas, em particular do nosso Exército.

Releva citar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na Cidade de São Paulo, em 19 de março, foi o fato positivo que mais influiu na eclosão do Movimento revolucionário de 31 de Março, além da anteriormente ocorrida em Belo Horizonte, também muito importante.

Acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Essa realidade pode ser constatada lendo-se os jornais e as revistas da época que, na sua absoluta maioria, aplaudiram a Revolução, que salvou o Brasil da sanha comunista.

O Projeto de História Oral do Exército tem arquivado cópia de cerca de vinte revistas (*O Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *Manchete* etc.) e de vários jornais da época, que mostram o entusiasmo do povo e da própria Imprensa escrita com a Revolução de 31 de Março de 1964.

O povo nas ruas de Itu agiu, exatamente, como a Imprensa mostrou nas grandes cidades, empolgado pela retumbante vitória do Movimento revolucionário. Sou testemunha ocular do ocorrido na pacata cidade de Itu – São Paulo – que foi toda para a rua saudar o Regimento Deodoro em seu retorno triunfante. O dia de nosso reencontro com o povo ituano foi marcado pela festa mais expressiva e comovente que assisti nos meus quatro anos de permanência naquela cidade. Parecido com aquele grandioso evento, só vi os desfiles de Sete de Setembro, mas nas ruas em que a tropa passava, enquanto que, no 31 de Março de 1964, a festa do povo era em toda a cidade. Um espetáculo deslumbrante! Nunca a tradicional Itu reuniu tanta gente participando e comemorando!

As fotos, que mostro agora e que deixarei cópias na minha pasta-arquivo, dão uma idéia de como foi recebido o I Grupo/2º RO 105 após a Revolução de 1964.

Havia, a ser ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sem dúvida nenhuma. A eclosão do Movimento de 1964 deu-se exatamente porque, a partir de um determinado momento, quando João Goulart conseguiu o retorno ao regime presidencialista, o grupo de esquerda radical, que gravitava em torno dele, resolveu se apoderar do País, grupo que começou a agir, principalmente, nos sindicatos e no meio estudantil, pregando a transformação do Brasil numa república sindicalista comunista. Passamos a assistir a um processo acelerado de revolução marxista–leninista, impulsionado por uma dupla ação subversiva: a de cúpula, proveniente do próprio Governo, e a de base, assentada fundamentalmente na atuação dos pelegos que dominavam o sindicalismo brasileiro.

Qual atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

A grande maioria dos congressistas queria a Revolução mais do que os militares, porque a ação principal pretendida pelo Governo Goulart era contra o

Poder Legislativo. Ele e seus seguidores o que mais queriam era fechar o Congresso. A palavra de ordem, nos comícios anárquicos patrocinados pelo Executivo, era fechar o Congresso.

Assim, só uma minoria de deputados e senadores comunistas ou compromissados com o esquema sindicalista revolucionário aceitava as manobras daquele Governo, voltadas para implantação da tal república sindicalista.

Com o vazio do Poder, criado pela fuga de João Goulart para o Rio Grande do Sul, abandonando Brasília, um grupo de mais de cem parlamentares saiu a pé juntamente com o Deputado Ranieri Mazzili, Presidente do Congresso Nacional, para que ele fosse sentar-se à mesa do fujão, criando o fato consumado.

Vale frisar que João Goulart começou fugindo do Rio de Janeiro para Brasília, no dia 1º de abril, pensando em estabelecer resistência mas, ao chegar a Brasília, verificou a impossibilidade de fazê-lo; seguiu, então, para Porto Alegre, onde também não encontrou clima para resistir, fugindo para o Uruguai, deixando o Brasil livre de tanta incompetência e leviandade.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução?

Foram tomados de total perplexidade, mostrando-se frustrados e incapazes de qualquer reação efetiva.

Devo assegurar que nada havia de sério no Governo abjeto de João Goulart. Era um governo de fanfarrões. Quase tudo ruiu como os castelos de areia. Alguns elementos ligados à UNE e a outras entidades, todavia, sobreviveram transformando-se, depois, em 1968, nas organizações ligadas à luta armada, como a AP (Ação Popular), POLOP (Política Operária), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ALN (Aliança de Libertação Nacional), MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), COLINA (Comando de Libertação Nacional) etc. Havia mais de duas dezenas de organizações comunistas seguramente, todas desmanteladas pelos Governos revolucionários.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dentre os militares, há que destacar, no Movimento de 31 de Março, os Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, generais da ativa, que foram os primeiros a colocarem as tropas nas ruas motivados, sobretudo, pelo jantar do Automóvel Clube do Brasil do dia 30, evento inaceitável, porque representou o compromisso formal do despreparado Goulart com a quebra total da hierarquia e da disciplina. Daquela noite em diante, não havia mais justificativa para qualquer mi-

litar imparcial, consciente, considerar legal o Governo caricato do então Presidente da República, a serviço de interesses que não os do Brasil.

Com Mourão Filho, esteve a exemplar figura do Marechal Odylio Denys, cujo papel de enorme destaque na nossa Revolução é um fato incontestável, atuando, em 31 de março, em Juiz de Fora. Além dele, devo homenagear o General Luiz Carlos da Silva Muricy, que veio à frente das tropas de Minas Gerias (Juiz de Fora) para o Rio de Janeiro, comandando o Destacamento Tiradentes.

No eixo Rio-São Paulo, o grande destaque é para o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, que, ao decidir empregar os cadetes do nosso Exército, na Revolução, paralisou o Movimento das tropas do Rio de Janeiro, comandadas por elementos servis àquele Governo títere, elevando, concomitantemente, o moral das Unidades do II Exército que marchavam, com todas as suas deficiências, contra as tropas dos "generais do povo", como eram chamados os fantoches alinhados ao desgoverno da época, bem como contra os Coronéis Comandantes de Unidade leais a nada, ou melhor, leais aos "generais do povo".

O General Amaury Kruel fez a sua parte, mas demorou, deixando o II Exército e toda oficialidade do 2º RO 105 desesperados pela decisão que tardava.

No Rio de Janeiro, impende enaltecer o valente General Moniz de Aragão, que se destacou pelas suas ações decisivas na Vila Militar.

O General Castello Branco teve sua participação no Movimento militar, sobretudo através do documento que liberou como Chefe do Estado-Maior do Exército, em 20 de março de 1964, a todos os generais e aos demais militares do EME e das OMs subordinadas, definindo o caminho a ser adotado em face dos fatos que ameaçavam a vida nacional.

Castello Branco dizia em sua nota: "(...) Os meios militares nacionais e permanentes não são para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei (...) Entrarão as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o Poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil."

Depois, foi um grande Presidente, no mesmo nível do saudoso e excepcional Presidente Médici.

O General Costa e Silva, que esteve à frente do QG revolucionário no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) e que manteve ligações com os Generais Mourão

Filho, Kruel e Emílio Médici (na AMAN), ao qual confirmou a deflagração geral da Revolução e solicitou o seu apoio.

Dentre os coronéis, destaco o Coronel, depois General, Rubens Resstel, uma grande liderança em São Paulo; os Coronéis, depois Generais, João Moreira Couto e Benedicto Maia Pinto de Almeida, Comandantes dos 2º GO 155 e 2º RO 105, respectivamente, e o Coronel, depois General, Antonio Jorge Corrêa, o excepcional Comandante do Corpo de Cadetes e, depois, Subcomandante da AMAN (na Revolução de 1964), cuja atuação sempre admirável pude acompanhar nas duas funções.

A minha homenagem muito especial ao Coronel Diwal Correia Rodrigues, Subcomandante do 2º RO 105, o homem que foi afastado do nosso Regimento por ter dito o que era preciso ao General Pery Beviláqua, que comandou o II Exército sem se definir o tempo todo, amparado numa falsa noção de legalidade.

Finalizo, destacando o Coronel depois General Carlos de Meira Mattos por tudo que fez (saindo de Cuiabá para atuar em Brasília) e, até os nossos dias, continua fazendo pela Revolução de 31 de Março de 1964. Orgulho-me profundamente por pertencer ao Exército do qual ele é, hoje, ao lado do General Antonio Jorge Corrêa, as suas duas maiores expressões.

Entre os civis, o meu aplauso para os Governadores Carlos Lacerda (Rio de Janeiro), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneguetti (Rio Grande do Sul).

Meus encômios, ainda, aos valorosos congressistas Bilac Pinto, João Calmon – o João Sem Medo – e ao brilhante jornalista Maurício Loureiro Gama que, na televisão, foi o homem que melhor mostrou ao Brasil, em São Paulo, a incapacidade, a incompetência e a sordidez do Governo que queria comunizar o nosso País, além de estar à frente das Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas em São Paulo e no interior, como a de Tatuí, sua cidade natal.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento absolutamente nacional, sem o menor envolvimento estrangeiro.

A respeito de apoio externo, inclusive dos americanos, os detratores da Revolução gostam de explorar essa tese, dizendo que houve ajuda dos Estados Unidos e apresentam como comprovação o fato de que uma das esquadras americanas se deslocara para a costa brasileira. Essa afirmativa é de uma estupidez meridiana, porque um país, como os Estados Unidos, cuja estratégia mundial engloba todo o planeta, desloca esquadras para todos os lugares de crise. Estamos

cansados de ler nos jornais ou ver nos canais de televisão, toda vez que se esboça um conflito, o deslocamento de uma esquadra norte-americana, o que é uma rotina, desconhecida apenas dos ignorantes.

O General Vernon Walter, Adido Militar em 1964 no Brasil, prestando seu depoimento para este Projeto, declarou taxativamente que nunca os Estados Unidos tiveram qualquer participação na Revolução. É evidente que o General Vernon Walter sabia o que estava acontecendo, porque ele participou da guerra na Itália junto com os brasileiros, sendo, portanto, amigo do General Castello Branco e de vários oficiais da Força Expedicionária Brasileira. Não só ele, mas qualquer pessoa medianamente inteligente que lesse aqui os jornais com atenção, também sabia ser impossível para qualquer Força Singular, que se preze, permanecer indiferente diante dos desmandos daquele governo, principalmente pressionada diariamente pelo povo que não suportava mais aquele estado de coisas – o caos político implantado pelas próprias autoridades governamentais.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O desmoronamento rápido e sem derramamento de sangue processou-se porque o esquema montado, tendo à frente o General Assis Brasil, baseava-se em benefícios, inclusive financeiros, em privilégios, promoções, numa série de favores e não numa adesão consciente.

Como já lhes falei, financiavam também casas para oficiais subalternos e capitães do QAO e QOE, sargentos e cabos engajados. Era um esquema implantado em cima de interesses.

Os comandos da Vila Militar foram entregues a coronéis do esquema, os quais, quando quiseram deslocar a tropa para enfrentar a Revolução, para confrontar conosco, não obtiveram êxito. O Governo e seus seguidores se equivocaram porque pensavam que, por conseguirem deslocar tropas durante os comícios, para dar-lhes apoio, segurança, proteção, dentro da cidade, conseguiriam também efetuar os deslocamentos que se fizessem necessários para apoiá-los politicamente em qualquer situação. O Governo enganou-se redondamente quando entendeu que as tropas que evitavam desordens nos comícios, como no do dia 13 de março, eram tropas de adesão a causa deles. Ledo engano!... Assim, os comandantes no Rio não conseguiram conscientizar a tropa no sentido da causa defendida por eles. Isso aconteceu, por exemplo, com o Comandante do Grupo-Escola que, ao deslocar-se contra São Paulo, ficou sozinho na estrada, porque, no primeiro descuido, as baterias o abandonaram passando para o lado das tropas revolucionárias.

O mesmo aconteceu com o general do povo que comandava a força contra Minas; voltou para casa frustrado.

O desmoronamento processou-se porque não havia a menor capacidade de liderança naqueles que se aliaram ao governo das bravatas, ao governo da mazorca, ao governo das reformas "na lei ou na marra". Além de tudo, não contavam com o mínimo prestígio no seio do povo, embora quisessem passar a História como generais e almirantes do povo.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Vou me ater exclusivamente ao que vi. Chegada a ordem do General Kruel para partirmos, na direção de São Paulo e daí para o Rio de Janeiro para acabar com a revolução comunista em andamento, conduzida pelo próprio João Goulart; a ordem foi retransmitida pelo Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida ao 2º RO 105 que sem nenhuma recusa, partiu para cumprir a missão. Devo enfatizar o empenho e o entusiasmo de todos oficiais, graduados e soldados em fazê-lo, cansados de ouvir o povo na rua clamar por um basta àquele desgoverno que o Brasil não merecia!...

Ninguém pensou em discutir a ordem do General Kruel, nem a do Coronel Benedicto. Todos passaram imediatamente a cumpri-las com o máximo profissionalismo.

Releva dizer que, na marcha para Resende, houve dois momentos de enorme vibração; aquele em que os rádios passaram a anunciar a fuga de João Goulart e o momento precioso em que a tropa da 1ª Bia foi informada pelo Coronel Benedicto que os cadetes da AMAN estavam em posição no Vale do Paraíba (ribeirão da Divisa), a este de Resende, para fazer face às forças que do Rio demandassem São Paulo. Nessa oportunidade, o Capitão Dario, Cmt da 1ª Bia O, e eu fazíamos o último alto-horário, ao lado do Coronel Benedicto, que, apesar de doente, se encontrava ali mostrando o caminho a todo Regimento.

Na AMAN, a impressionante liderança do General Médici, com a sua palavra firme e suas proclamações admiráveis, e a do Coronel Antonio Jorge Corrêa ficaram patentes para mim que os vi atuando naquele momento difícil. Os cadetes, no dia 2, fizeram o desfile, em continência ao Comandante da AMAN, mais vibrante que assisti em toda a minha vida militar, sob o comando dos Instrutores empregados na missão, ao retornarem das posições ocupadas.

Das Agulhas Negras, o nosso Regimento retornou convicto do dever cumprido e impressionado com tudo que pôde ver, inclusive em termos de chefia e liderança, tanto dos componentes da AMAN, como do pessoal do GEsA – Major Seixas, S3

do Grupo, o seu Adjunto, Capitão Silvio Bruner, e os Capitães Alencastro, Cmt 3ª BO, e Silveira, Cmt 1ª BO – que passaram para o lado da nossa Revolução e, ainda, da simples mas decidida Bateria de Artilharia do CPOR de São Paulo, cujo Cmt, infelizmente, não me lembro o nome. Foi mais uma liderança ali presente.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

Foi absolutamente correto, tanto que não houve, ali, nenhuma voz contrária; a decisão foi acertada e oportuna, tomada por uma das maiores lideranças que o Exército já teve em toda a sua história – General Emílio Garrastazu Médici.

Estava em jogo a soberania nacional e o General Médici enxergou isso. O emprego operacional dos cadetes da AMAN evitou o provável confronto entre tropas do Rio e de São Paulo.

Quero sublinhar que ninguém melhor do que os homens responsáveis que marchavam de São Paulo contra o Rio de Janeiro, cônscios de suas limitações e deficiências, em termos de pessoal e material, ninguém melhor do que eles para avaliar o valor incomensurável desse emprego. As poucas tropas do II Exército ali envolvidas – 5º RI, 2º RO 105, a Bateria do CPOR/SP, BCCL (que veio de trem) e o 2º Esqd Rec Mec, hoje 2º Esqd C Mec –, ao conhecerem a decisão do Comando da AMAN, tiveram o seu moral extremamente fortalecido.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

As de Minas elegeram corretamente o Rio de Janeiro e Brasília como os objetivos estratégicos de maior relevância para definir a situação.

O Rio de Janeiro concentrava, naquela época, os Ministérios Militares, Chefias de Estado-Maior e de Departamentos e a maior parte das tropas das três Forças Singulares, além de vários órgãos de Ministérios civis, ainda não transferidos para Brasília, que era outro objetivo estratégico por ser a capital da República.

Brasília foi também o objetivo das tropas de Mato Grosso (Cuiabá) que partiram, sob o comando do Coronel Meira Mattos, que lá desempenhou um papel relevante, sobretudo junto ao Congresso Nacional.

Para o II Exército, o principal objetivo estratégico era o Rio de Janeiro, onde estavam os "generais e os almirantes do povo".

As tropas do IV Exército tinham que se impor lá no Nordeste (o principal objetivo estratégico estava em Recife), assim como as do III Exército, no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre.

Houve deslocamento de tropas de São Paulo para o Sul, a partir do dia 2 de abril (4º RI e 12º GAC, na época 2º GO 155), mas que não precisaram chegar ao destino pela rápida definição da situação em favor dos objetivos da Revolução de 31 de Março de 1964, com a fuga de Goulart.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Muito, porque afastamos de nosso meio, naquela época, todos os comunistas, os oportunistas, os aproveitadores ligados a políticos do governo deposto, fortalecendo concomitantemente os princípios fundamentais da disciplina e da hierarquia nas três Forças Armadas.

O fato de não mais haver confrontos ideológicos no seio de seus quadros, incentivados de fora, contribuiu muito para o fortalecimento da união e da coesão.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março foi feito basicamente contra o comunismo, contra a subversão de cúpula e de base, que impediam que o País trabalhasse e progredisse. A liberdade, os direitos e deveres de uma verdadeira democracia eram a meta.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Quem tiver dúvida consulte os jornais e revistas da época. Os principais apoios foram dos jornais *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Jornal* etc.

Até hoje, recordo-me do editorial do jornal *Correio da Manhã,* no dia 31 de março, intitulado "Basta!", ou seja, o jornal mostrava que o Brasil já sofrera demasiado com aquele governo. "Agora, basta!" O Editorial de 1º de abril desse mesmo Jornal foi intitulado de "Fora!" Dizia: "Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!" O *Jornal do Brasil*, em 1º de abril de 1964, assim se expressou: "Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade." ... "restabelecendo-se a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares". A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas". *O Globo* (televisão, rádio e jornal) apoiou a Revolução durante todo o período revolucionário (de 1964 a 1985).

As Organizações Globo de hoje são o sinônimo mais perfeito do vira-casaca. É só ler o Editorial "Julgamento da Revolução" do Roberto Marinho, de 7 de outubro de 1984, que deixo aqui em minha pasta-arquivo, para tirar qualquer dúvida, daqueles que não acompanharam esse período da história do nosso País, a respeito da posição

desse jornal. O senhor Roberto Marinho até os primeiros anos da década de 1980 adorava viver bem junto às Forças Armadas e eu sou testemunha disso. Assistiu, por exemplo, ao nosso lado, às comemorações dos 160 anos de Independência, 7 de setembro de 1982, junto ao Museu do Ipiranga em São Paulo. O Brasil, ao ter, em seu território, empresa, como essa, que muda de posição por conveniência, não precisava ter mais nenhum inimigo, embora tenha tantos. Ela por si só bastaria!...

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O Globo, de 5 de abril de 1964, diz: "A Revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista".

Dessa forma, a rigor, foi uma contra-revolução inicialmente, que impediu a comunização do nosso País, impondo, através de um movimento armado, uma fragorosa derrota aos extremistas de esquerda, a maioria infiltrada dentro do próprio governo, impedindo que o Brasil fosse dominado pela doutrina marxista-leninista em estado avançado de implantação – 5ª fase da Guerra Revolucionária, caracterizada pela Tomada do Poder.

Todavia, o Congresso, elegendo o 1º Presidente revolucionário, e os atos políticos que se sucederam institucionalizaram a Revolução, que durante os vinte anos que esteve à frente dos destinos do País, mostrou uma outra maneira de governar, calcada no planejamento e não na improvisação que transformou o Brasil da 48ª em oitava economia do mundo. Revolução dos superávits na Balança Comercial e na Balança de Pagamento em conta corrente. Período em que nenhum dos presidentes enriqueceu, todos saíram pobres, exceto o Presidente Médici, que era fazendeiro e deixou o Governo com o que já possuía antes. Uma Revolução, portanto, em todos os sentidos da palavra, até pelo elevado caráter dos seus cinco presidentes (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) e pela restauração do princípio da autoridade, completamente inexistente no caricato governo deposto.

Revolução que é questionada, porque em vinte anos só morreram quinhentas pessoas entre os que se enfrentaram: trezentas do lado do inimigo interno (os adeptos do comunismo) e duzentas entre os que os derrotaram. Revolução para os comunistas tem que matar 17 mil, como fez Fidel Castro.

Trago aqui o testemunho do senhor Roberto Marinho no artigo anteriormente citado "Julgamento da Revolução", de 7 de outubro de 1984:

"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das Instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. (...) Prosseguimos apoian-

do o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo da abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. (...) Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários".

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Foram governos cujos presidentes eram militares, respaldados pelas Forças Armadas e pelo partido de apoio ao Governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional). Seus ministros, exceto das pastas militares, eram civis. Tratavam-se, pois, de governos autoritários e não totalitários que atuaram com o Congresso aberto, judiciário respeitado, eleições regulares.

Nos governos militares ou militaristas, o poder político concentra-se nas mãos das Forças Armadas e é por elas exercido. Não existe outros poderes. Nele, há prevalência dos interesses militares e das indústrias diretamente relacionadas com a segurança nacional, o que não aconteceu nem de longe, no Brasil, durante todo o período revolucionário.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais foram os principais?

Está questão é que mais exige poder de síntese, porque os principais êxitos e acertos da Revolução são numerosíssimos. Vamos, portanto, sintetizar dizendo que o primeiro foi derrotar os comunistas por duas vezes: em 1964 e depois, no primeiro lustro de 1975, acabando com dezenas de organizações sanguinárias, adeptas da luta armada.

No campo da economia mundial, demos um espetacular salto do 48º lugar para oitavo lugar, na escala de valor das nações. Assim, a Revolução instituiu um projeto de governo que alçou o País a um lugar digno no concerto das nações.

Na esfera econômica, multiplicaram-se as rodovias federais, cortando o País, de norte a sul, da Amazônia à fronteira com a Argentina e o Uruguai, e de leste para o oeste, chegando ao Mato Grosso (como a BR 364, que passa por Cuiabá, atravessa Rondônia, indo até o Acre). É muito bom recordar que, em 1964, quando eclodiu a Revolução a melhor estrada do Brasil – a Rodovia Presidente Dutra – tinha uma única pista, tendo sido duplicada de 1964 a 1966 (Governo Castello Branco).

As hidrelétricas construídas pela Revolução vem garantindo a energia para o desenvolvimento econômico até hoje. Dentre tantas, lembramos as de Sobradinho,

Paulo Afonso III e IV, no rio São Francisco; Estreito, Jaguará e Marimbondo, no Rio Grande; Funil, no Paraíba do Sul; Ilha Solteira, Porto Primavera e Itaipu (maior obra de engenharia realizada em todo mundo no século XX), no rio Paraná; e Tucuruí, no rio Tocantins, a primeira grande usina amazônica.

As telecomunicações deram outra dimensão ao território brasileiro. Em 1964, eu levava no mínimo duas horas para conseguir uma ligação telefônica de Resende para o Rio de Janeiro. Era um absurdo!... Em 1984, falava de Rondonópolis para o Rio em questão de segundos, com uma legibilidade semelhante ao se falar entre dois telefones vizinhos no mesmo bairro da cidade do Rio de Janeiro. Que maravilha!...

Pela primeira vez, começamos a observar, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, superávits não só na balança comercial, mas também na balança de pagamento em conta corrente, que envolve não só a balança comercial (onde as exportações superavam de longe as importações), como também a balança de serviço (que quantifica, macroeconomicamente, itens críticos, como juros da dívida externa, royalties, transportes internacionais e uma série de outros serviços com o exterior). Isso tudo devido à força do nosso comércio exterior. Que saudade dessa década, onde até a primeira grande crise do petróleo, em 1974, ensejou a criação do Pró-álcool, uma conquista brasileira que não podia ser abandonada no pós-Revolução.

Não havia desemprego, ao contrário, o nível de emprego crescia, de forma a absorver perfeitamente os jovens que demandavam o mercado de trabalho. No eixo Rio–São Paulo, executivos ganhavam mais do que seus similares americanos ou europeus. Kombis das empresas de construção civil recrutavam mão-de-obra no ABC paulista com alto-falantes oferecendo bons salários e confortos nos alojamentos. Um metalúrgico parcimonioso ganhava o bastante para comprar um fusca novo.

Criou-se a Portobras, que começou a se preocupar não só com os portos marítimos, mas com hidrovias interiores, como a Tietê-Paraná.

A partir de 1964, reduziu-se substancialmente a inflação, que no desgoverno Goulart era de 96% para 12% ao ano, o que se verificou no primeiro decênio da Revolução, período em que as nossas exportações decuplicaram de 1,2 bilhão de dólares para 12 bilhões, chegando mais tarde a 22 bilhões de dólares.

Uma pesquisa do IBOPE, realizada em junho de 1971, em pleno Governo Médici, atribuíra-lhe 82% de aprovação. Em 1972, a economia cresceria a 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda *per capita* dos brasileiros aumentara 50%.

Com relação às expressões política e militar do Poder Nacional, a Revolução ofereceu ao Brasil a Paz Social (Objetivo Nacional Permanente), a Ordem e a Segu-

rança nas cidades e no campo. Para oferecer Paz, Ordem e Segurança, os governos revolucionários enfrentaram e derrotaram os esquerdistas extremistas e suas organizações no campo (guerrilha rural) e na cidade (guerrilha urbana ou terrorismo). A Revolução reintroduziu o Princípio da Autoridade com o Presidente Castello Branco, princípio que o Brasil perdera o referencial no governo deposto.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, durante os anos de 1960 e principalmente na década de 1970, têm sido considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG, como o Professor João Manuel, da UNICAMP, o que, por si só, torna o período revolucionário (março de 1964 a janeiro de 1985), extremamente superior ao que vivemos daí para frente, principalmente na última década (a de 1990) – a década da violência, da insegurança, do desemprego e da corrupção, conhecida pelo nome de "década desperdiçada".

No campo psicossocial, através da criação do Banco Nacional da Habitação, conseguiu a Revolução de 1964 dar casas para uma parcela significativa da população. O meu primeiro apartamento foi adquirido com o empréstimo do BNH, o que ocorreu com inúmeros brasileiros. Ao mesmo tempo, reduziu o analfabetismo, com a criação do Mobral; criou o Projeto Rondon, que levou ao interior do Brasil, particularmente à Amazônia e à fronteira Oeste, profissionais de saúde e professores que modificaram o perfil da saúde e da educação naquelas longínquas regiões. Ainda no campo da Educação, assegurou a presença de mais de dez milhões de estudantes nos bancos escolares, realizando uma revolução no setor do ensino universitário, com um substancial incremento do número de vagas no nível superior. O Funrural – o maior programa de distribuição de renda do mundo – teve um alcance invejável, beneficiando cerca de quarenta milhões de trabalhadores rurais, sustentando a economia de mais de oitenta por cento dos nossos municípios.

A Revolução de 31 Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Certamente, quem não os comete? Deixou de fortalecer os partidos políticos e não preparou a juventude para representar os ideais da Revolução no Congresso, na universidade e na mídia.

Não fez a reforma do Judiciário com a amplitude necessária.

Permitiu que, no setor da educação, os comunistas, seguindo a orientação gramsciana, se encastelassem na cátedra, preparando professores, jornalistas, homens de comunicação social para transformar a vitória militar da Revolução num revés político, o que conseguiram, porque, hoje, o magistério e a mídia são integralmente de esquerda radical, com raras e honrosas exceções, impedindo o

fortalecimento do civismo e do verdadeiro nacionalismo, uma vez que a doutrina que seguem é internacionalista, subordinada aos princípios que definem o Estado Máximo (filosofia marxista) na sua grande maioria ou, por conveniência, o Estado Mínimo (dos americanófilos e de seus discípulos), portanto contrária ao Estado necessário, aquele que tem o seu tamanho de acordo com as suas necessidades para a busca do bem-comum, obtido com a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional, Integração Nacional, Paz Social, Progresso e Democracia).

A Revolução demorou-se muito à frente do Governo, perdendo a oportunidade de fazer a passagem do bastão no final do mandato do Presidente Médici (1974), oportunidade em que conseguimos atingir todos os grandes objetivos programados pelo Movimento revolucionário. Uma outra excelente oportunidade de chegarmos a democracia plena foi ao término do Governo Geisel (1979), o qual, em dezembro de 1978, extinguira o AI-5 e abrira o caminho para a volta ao Poder dos presidentes civis. Poderia ter completado essa tarefa sem o menor problema, mas não o fez.

O último governo revolucionário incidiu em erros palmares:

– realizou uma abertura ampla, geral e irrestrita inconseqüente, permitindo até que um terrorista assassino, condenado em primeira instância, viesse a ser posteriormente juiz, em Pernambuco. Lamentável!...

– Não soube fazer a transformação para o regime democrático pleno, entrando em choque com o Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, e com o seu próprio Partido. Suas frases de impacto foram sempre extremamente infelizes, demonstrando não possuir a menor vocação política. Ele foi o responsável pelo desfecho, sem o brilho que merecia, de uma Revolução em que se engajaram tantos homens de bem para conseguir, com muito empenho, levar o Brasil a uma posição de real destaque entre as nações.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A Revolução não cuidou, como devia, da sua propaganda, a começar pelo Presidente Castello Branco, que se mostrava contrário a qualquer tipo de divulgação do governo, porque receava que pudesse parecer com o "Departamento de Imprensa e Propaganda" (DIP), do tempo de Getúlio Vargas.

Nos períodos dos Presidentes Costa e Silva e Médici, a Comunicação Social ganhou uma certa atenção, mas nada comparado ao que os políticos profissionais

fazem gastando fábulas de dinheiro dos contribuintes em horários nobres de televisão para fazer propaganda do nada. É revoltante!...

Os presidentes militares, por formação, pouco divulgaram o muito que fizeram. Hoje, ao contrário, nada se faz, mas muito se fala.

Embora não tenhamos nos engajado na batalha da comunicação social – deixando, por princípio, de dar a devida divulgação ao que se fez – muitos homens de bem, hoje, que viveram o período revolucionário, principalmente das classes sociais menos favorecidas, aqueles que aprenderam tudo na luta diária, demonstram saudades daquele período sério da vida nacional.

O que gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha e dos atos de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticados por extremistas?

Comprova tudo isso que o Brasil esteve gravemente ameaçado pela guerra revolucionária, conduzida, com toda a crueldade possível, pelos extremistas do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Todavia, o inimigo interno não conseguiu o mínimo respaldo popular, nem na cidade, nem no campo. O povo brasileiro disse não aos terroristas sem Pátria, não aos internacionalistas sanguinários.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada representa uma das formas de luta na tentativa comunista de assaltar o Poder. É uma corrente que, ao adotar o enfrentamento armado, se choca com a outra dos velhos comunistas, cuja linha, para a tomada do Poder, se assentou na agitação ou subversão e na propaganda conhecida por via pacífica.

Naquela época, a luta armada buscava orientação e o apoio, principalmente, na China, – nas teses de guerrilha rural de Mao Tsé-tung – nos satélites da União Soviética, como a Albânia, na Coréia do Norte e, sobretudo, em Cuba, onde o ditador Fidel Castro, que eliminara 17 mil opositores, se empenhava em exportar o seu modelo revolucionário perverso, conhecido por foquismo.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Trata-se de mais uma balela dos derrotados militarmente pela nossa Revolução, pelos seus "companheiros de viagem" e pelos "inocentes-úteis" que hoje são muitos. A luta armada, com Francisco Julião e com o "grupo dos onze", esteve

presente desde o Governo Goulart, onde o que não faltava eram opções para a manifestação dos inimigos internos do Brasil.

Terroristas, como Diógenes José Carvalho de Oliveira, o Diógenes do PT de Porto Alegre, o amigo de Olívio Dutra, hoje presidente do Clube de Seguros da Cidadania, organização encarregada de obter fundos para o PT, e mais algumas dezenas deles, queriam ardentemente exercitar o que aprenderam em Cuba, por isso deixaram o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) de Brizola que, para eles, era mais de gargantear do que agir, para entrar na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), criada para derrubar o regime pela luta armada em março de 1968, e assim puderam matar a vontade. Foi Diógenes do PT quem matou o Capitão Chandler, do Exército dos EUA, com seis tiros de revólver, na frente da mulher e dos filhos, em 12 de outubro de 1968.

Ao diálogo oferecido por Castello Branco, que era eminente democrata, e por Costa e Silva, um homem de índole boa, o inimigo interno respondeu com o atentado do Aeroporto de Guararapes em 25 de junho de 1966. Eles só conheciam esta forma de agir, orientação determinada de fora.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Absolutamente necessário. Para entendermos o porquê, passamos aos fatos (fonte General Raymundo Negrão Torres, *Ombro a Ombro*, de novembro de 2001): "Explosão de uma bomba no cinema Bruni, no Rio de Janeiro, com um inocente morto (12 de novembro de 1964); atentado a bomba contra o jornal *O Estado de São Paulo* (22 de abril de 1965); atentado à bomba, no Aeroporto dos Guararapes, contra o General Costa e Silva e no qual morreram o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho e sofreu mutilações o Tenente-Coronel Sylvio Ferreira da Silva, um dos muitos feridos no atentado. Segundo Jacob Gorender, em seu livro "Combate nas Trevas", esse atentado foi obra da Ação Popular (25 de junho de 1966); explosão de uma bomba no cinema Itajubá, em Santos (1º de agosto de 1966); explosão de uma bomba no Teatro Guaíra, em Curitiba (26 de agosto de 1966); explosão de uma bomba na sede do Corpo da Paz, entidade americana no Rio de Janeiro, com um ferido (2 de agosto de 1967); primeira ação terrorista seletiva da ALN, em Presidente Epitácio – assassinato do fazendeiro Zé Dico, na invasão de sua fazenda (24 de setembro de 1967); é assassinado o bancário Osíris Marcondes, do Banco Mercantil de São Paulo, durante assalto de terroristas à agência da qual era o gerente (15 de dezembro de 1967); atentado à bomba contra o Consulado americano em São Paulo, com dois feridos (15 de março de 1968). Um deles, o estudante Orlando Lovecchio Filho, de 22 anos, perdeu uma perna e até hoje não conseguiu receber a indenização que pleiteia; explosão a dinamite no QG da Polícia Militar de São Paulo (10 de abril de 1968);

lançamento de uma bomba contra o antigo QG do II Exército/SP, na Rua Conselheiro Crispiniano, com dois feridos (15 de abril de 1968); novo atentado à bomba contra o jornal *O Estado de São Paulo* (20 de abril de 1968); atentado à bomba contra a Bolsa de Valores de São Paulo (15 de maio de 1968); atentado à bomba contra o Consulado da França em São Paulo (18 de maio de 1968); ocorreram várias explosões em edifícios públicos e em vias de transporte, em diversos pontos do País (junho de 1968); atentado à bomba contra o QG do II Exército, no Ibirapuera, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no qual morreu o soldado sentinela Mário Kozel Filho e ficaram gravemente feridos vários soldados da guarda (26 de junho de 1968); é morto a tiros no Rio de Janeiro, por engano, o Major do Exército alemão Edward Ernest Tito Von Westernhagen, que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), confundido com o Capitão boliviano Gary Prado, suposto matador de Che Guevara, crime do Comando de Libertação Nacional (COLINA), em 1º de julho de 1968, autoria confirmada por Jacob Gorender, no livro “Combate nas Trevas”; explosão simultânea de bombas em frente ao DOPS e a dois edifícios da Justiça Estadual de São Paulo (19 de agosto de 1968); é abatido a tiros o soldado da PM/SP, Antonio Carlos Jerrery, quando de sentinela (20 de agosto de 1968); assassinado a tiros o soldado Eduardo Custódio de Souza, da PM/SP, por terroristas, quando de sentinela no DEOPS/SP (7 de setembro de 1968); fuzilado pela VPR, à frente de sua mulher e filhos, o Capitão do Exército americano Charles Rodney Chandler, de 30 anos, estudante de uma Universidade de São Paulo e veterano da guerra do Vietnam, sob a falsa justificativa de ser agente da Cia, tudo isso para assinalar um ano de morte de Che Guevara na Bolívia (12 de outubro de 1968).

Assim, depois de 25 atentados, sendo 18 no ano de 1968, com dezenas de mortes e feridos, veio o Ato Inconstitucional nº 5.

Esses atentados, a meu ver, corresponderam às razões maiores para a edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Inconstitucional nº 5 com a finalidade de fornecer ao Governo os instrumentos necessários para combater o terrorismo e a guerrilha.

Há, ainda, um outro motivo político a ser considerado que adveio da negativa do Congresso para processar o imaturo e insolente Deputado Márcio Moreira Alves, que, na época, resolveu contestar a Revolução protegido pelas suas imunidades parlamentares.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Nenhum Estado, instituição ou empresa pode viver sem informações. A criação do SNI buscou o atendimento da necessidade básica de coordenar as ativida-

des de informações dos diversos Ministérios, enquanto que a sua extinção por Collor de Melo representou mais uma leviandade de um elemento irresponsável que chegou à Presidência da República (mais um pândego tratando de coisas sérias no Brasil, com um resultado desastroso).

Quanto aos DOI, órgãos de Operações de Informações, representavam uma exigência para fazer face à guerra revolucionária provocada pelos terroristas. Foram os elementos de resposta fundamentais, que conseguiram sustentar a lei e a ordem em todo território nacional.

O agravamento da Lei de Segurança Nacional ocorreu para que o Exército pudesse, também, se contrapor à luta armada, participando da defesa contra o inimigo interno, além de cumprir suas missões normais, previstas na Constituição.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?

É claro que houve cerceamento das liberdades, evidente, senão não teria existido Revolução mas, a meu ver, de forma extremamente branda, sem prejuízo para a divulgação do pensamento dos diversos segmentos da sociedade brasileira, embora com reflexos negativos à continuidade dos ideais revolucionários. A própria Revolução, em pleno domínio do poder, determinou a extinção da censura, o que ocorreu durante o Governo do Presidente Geisel.

Hoje, os excessos, fundamentalmente na televisão, não têm limites. Isso é democracia?... Há vinte anos, ninguém imaginaria, exceto os discípulos de Gramsci, que se pudesse chegar ao nível de imoralidade e perversão com que nossos filhos e netos têm que conviver ao assistir à maioria dos programas apresentados na televisão em qualquer horário. O interessante é que as Igrejas em geral, inclusive a Católica e a Evangélica, não se voltam contra isso, apesar de contarem com espaços nos jornais e programas em rádio e televisão, onde poderiam realizar a reação devida contra essa inaceitável situação, que impede o fortalecimento moral, espiritual e cívico de nosso País. É hora de mudar, para não sucumbir! Para isso, é mister o engajamento daqueles que têm poder e querem um Brasil grande.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É a forma encontrada pelos inimigos da Revolução, os chamados "revanchistas", para denegrir propositadamente a imagem dos governos revolucionários e, ao mesmo tempo, das Forças Armadas.

Como são covardes, durante o período revolucionário, os que hoje usam essa linguagem não tinham coragem, nem física nem moral, de fazê-lo, ao referir-se à Revolução.

Lamento registrar a ausência, hoje, de uma reação à altura, principalmente quando da indenização dos familiares dos criminosos Lamarca e Marighella. Esses atos inaceitáveis, sem a devida contestação de nossa parte, animaram os revanchistas a prosseguir no seu intento de premiar terroristas cujos crimes exigiram uma pronta resposta do Estado, na época em que foram perpetrados, período hoje denominado pelo inimigo interno de "anos de chumbo" (1968 a 1974). Na verdade, "anos de chumbo" são os que estamos vivendo a partir da década de 1990 até este momento, nos quais todos os brasileiros de bem se encontram reféns de inúmeros bandidos, sórdidos e aleivosos, inclusive daqueles de colarinho branco, muitos deles exercendo cargos importantes nos três Poderes da República.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, pelo contrário! Os presidentes militares deram absoluta prioridade ao desenvolvimento, prevalecendo até uma orientação no Governo Geisel: "Máximo desenvolvimento, com o mínimo de segurança necessário". Nesse mesmo governo, em que o Exército foi pouco lembrado, os salários dos militares tornaram-se ínfimos, parecidos com os de hoje.

O Presidente Sarney e o seu Ministro do Exército, General Leônidas, fizeram muito mais, em termos materiais, pela nossa Instituição do que os governos revolucionários. O patrimônio cresceu, com ampliações e construções importantes, lembrando o tempo de Pandiá Calógeras.

Por dever de justiça, releva dizer que o Presidente Figueiredo e o seu excelente Ministro do Exército Walter Pires igualaram, no início da década de 1980, os salários do pessoal da ativa e da reserva, atendendo a um justo anseio das Forças Armadas do Brasil.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Foram tempos em que alguns lutaram para dar a todos os brasileiros: paz social, ordem e absoluta segurança, bem como prosperidade à nossa Nação. Apesar da ação permanente dos revanchistas, há muitas pessoas de bem que sentem saudade daquela época, em que o Brasil era verdadeiramente respeitado.

O professor Ray Cline, que foi assessor permanente dos Presidentes dos Estados Unidos desde a época de Franklin Delano Roosevelt e que dirigiu o Centro

de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, em Washington, ao estudar o Poder Nacional em termos quantitativos e qualitativos dos 78 maiores países do planeta, chegou à conclusão, em estudo publicado em 1975, de que o Brasil do primeiro lustro da década de 1970 era o sexto país, em Poder Nacional, na frente, por exemplo, do Canadá, da Itália e Austrália, e o primeiro, junto com a França, em determinação ou vontade nacional.

Considerando a reconhecida competência do Professor Ray Cline, sem dúvida um dos maiores estrategistas não só norte-americano, mas de todo o mundo, verifica-se o valor incomensurável do Brasil, como nação, na primeira metade da década de 1970 (Governo do Presidente Médici, querido pelos brasileiros, exceto pelos terroristas sanguinários e seus defensores extremistas, que hoje usam a mídia para criticá-lo injustamente).

Já em 1971, falando aos estagiários da Escola Superior de Guerra, o então embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, asseverava: “Nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento”, aquela forte vontade nacional do primeiro lustro da década de 1970, mensurada com tanto acerto por Ray Cline.

Os vinte anos do regime político implantado em 1964 transformaram completamente o Brasil, que se modernizou e se desenvolveu de modo realmente revolucionário.

É uma pena que no País que já teve a maior vontade nacional do mundo como vimos, hoje prevaleça a vontade internacional, como se verificou, por exemplo, na criação da reserva Ianomâmi, um crime perpetrado contra a soberania nacional por Collor de Mello e seu Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para atender às exigências norte-americanas feitas por escrito – carta assinada por oito senadores dos EUA, em 14 de junho de 1991, encaminhada a Collor por George Bush.

Por que se verificou o desengajamento dos Governos revolucionários da condução política do País?

Porque a Revolução havia cumprido o papel a que se dispusera, contando o País, com a segurança e o desenvolvimento que faltava em 1964. Suas instituições democráticas preservadas pela Revolução eram sólidas, não havendo necessidade de nenhum recurso não constitucional, o que acontecia desde o final do Governo

Geisel em março de 1979, o qual poderia ter se encarregado perfeitamente desse desengajamento, mas infelizmente não o fez.

Para a plena restauração das práticas democráticas, bastava passar o governo a um presidente civil, através de eleição direta ou indireta, uma vez que ambos os tipos de eleição são absolutamente democráticos.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Durante o Governo Geisel observou-se uma abertura gradativa que perdeu um pouco em organização na gestão do Presidente Figueiredo. A verdade é que, após o AI-5 ter sido extinto, não fazia sentido manter nenhum governo representativo da Revolução. Geisel, através do mandato exercido por Figueiredo, objetivou, fundamentalmente, proteger sua pessoa de quaisquer problemas de caráter político.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

O "revanchismo" está presente em todos os setores e atividades.

Ele foi notório quando da elaboração da Constituição de 1988, Constituição pródiga em direitos, chegando às raias do absurdo, omissa no que tange a deveres. A Constituição que o principal pateta que a elaborou chamou-a de "Constituição Cidadã", mas que, hoje, todo mundo sabe que é a "Constituição da Ingovernabilidade", mostrou-se mais parecida com um programa de governo populista do que com uma carta de princípios ajustados à dinâmica do mundo contemporâneo.

O "revanchismo" está bem vivo nas permanentes campanhas da mídia de descrédito da Revolução e das Forças Armadas, campanhas que se assentam em mentiras, distorções e em estratégias diversas para denegrir aqueles que impuseram aos comunistas em 1964 e no período 1967–1975 grandes derrotas militares, com as quais eles não se conformam até hoje.

Quanto à Lei da Anistia, ela se mostrou necessária para a pacificação nacional, mas foi feita e vem sendo aplicada de maneira defeituosa, protegendo tão-somente os criminosos que enfrentaram as Forças Armadas e Auxiliares, chegando a ponto de permitir que um assassino, frio e vil, de um graduado da Aeronáutica chegasse a juiz, em Pernambuco; que seqüestradores se transformassem em deputados; e que um assaltante de trem e de carro pagador – motorista do incentivador maior da guerrilha urbana, Carlos Marighela – virasse Ministro da Justiça.

Nos dias atuais, muita gente está enriquecendo o seu *curriculum* e anda ganhando vultosas indenizações, extensivas a seus familiares, pelo fato de constar

que partiu da luta armada ou que foi vítima de repressão do Estado. As inverdades aceitas pela tal comissão para efeito de indenizações são inacreditáveis!...

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Embora a União Soviética e toda a Cortina de Ferro tenham desaparecido, juntamente com o Pacto de Varsóvia que lhes dava suporte militar, o comunismo, calcado, principalmente, na doutrina marxista-leninista, no pensamento maoísta e, ultimamente, impulsionado pelas idéias de Antônio Gramsci, está mais vivo do que nunca, principalmente na América Latina, como se verifica em Cuba, na Colômbia, e no nosso País, onde o quarto poder – a mídia – com toda a sua influição psicológica, é esquerdista internacionalista, tendo como grande ídolo Fidel Castro, o matador de 17 mil adversários no Paredão, no governo há mais de quarenta anos sem eleições, nem diretas nem indiretas, e onde não existe outro partido senão o Comunista. Os políticos de esquerda – a grande maioria hoje – seguem a mídia, chamando Fidel Castro de Presidente e os demais Presidentes, que vieram de outras Revoluções, de natureza não comunista, de ditadores, apenas porque as suas Revoluções não se enquadram no MCI. Muito interessante e patusco, se não fosse completamente insensato e irracional!...

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Entendo que, apesar do "revanchismo" dos esquerdistas internacionalistas, que se apresentam, normalmente, como socialistas, particularmente na mídia, parcela ponderável do povo não se deixa tão facilmente enganar pela propaganda adversa, sobretudo pelo fato de conviver, de perto, com as Organizações Militares espalhadas por todos os rincões do território brasileiro.

Muita gente esclarecida das grandes cidades também sabe distinguir o falso do verdadeiro, condenando os discursos marxistas totalitários e a impunidade, no país, dos criminosos do MST, valorizando, ao mesmo tempo, o esforço do Exército não só para garantir a segurança nacional, como em atender, voluntariamente ou quando chamado, às necessidades da população brasileira carente, inclusive nas longínquas guarnições de fronteira.

Todavia, a grande mídia, além de não divulgar essas pesquisas, realiza um trabalho permanente no sentido de denegrir as Forças Armadas, o que é extremamente preocupante e está por exigir providências, que, hoje, se mostram pouco

viáveis, porque faltam os meios para levar ao povo brasileiro mais civismo e maior patriotismo e, sem isso, a nossa gente não é instada a se indignar com o tratamento inaceitável que os órgãos de comunicação de massa dispensam às Forças Singulares. Tal comportamento difere completamente nos Estados Unidos, na França, Inglaterra e em alguns outros países da América do Sul, que demonstram um apreço especial pelas suas Forças Armadas, como acontece inclusive na Bolívia, onde o povo é pobre, mas é patriota.

Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

A Revolução iniciada em 31 de março permitiu ao Brasil dar um salto expressivo na direção do crescimento e do desenvolvimento nos campos político, econômico e social.

O renomado Professor e Estrategista Ray Cline mostrou ao mundo que esse País – que crescia a mais de 10% ao ano no primeiro lustro da década de 1970 – aliás a década mais importante de toda a história econômica do Brasil, apesar do choque do petróleo ocorrido em 1974 –, possuía a maior vontade nacional do planeta ao lado da França.

No entanto, os "revanchistas" continuam insistentemente a distorcer a verdade e tentar reescrever a história.

Assim, os depoimentos tomados nesse importante Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964 precisam chegar aos integrantes das Forças Armadas e porque não dizer aos brasileiros em geral, às suas novas gerações que vêm sendo enganadas pelos revanchistas de plantão que atuam principalmente na mídia, na Universidade e, hoje, até no ensino de 1º Grau (Ensino Fundamental).

Para tanto, aprendemos o caminho com a História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, que felizmente saiu das prateleiras em forma de livros e de um CD, extremamente prático, o que deverá se repetir com o Projeto da Revolução de 1964.

A Coletânea do Exército na Revolução de 31 de Março mostra a verdadeira história de 1964. Não podemos nos conformar em conhecer apenas a desvirtuada versão dos derrotados.

A comemoração do aniversário da Revolução de 31 de Março, com a presença de convidados, principalmente civis, em todos os quartéis, com ordens do dia substantivas alusivas à data, é uma outra forma de fazer a Revolução conheci-

da dos brasileiros, sobretudo dos que não a viveram, assim como demonstrar o orgulho que temos de ter participado, de forma modesta, mas com muita convicção, da sua realização. Faríamos tudo de novo!...

A Revolução de 31 de Março salvou o Brasil e o fez crescer admiravelmente. Essa verdade machuca os extremistas que lhe são contrários e que não conseguem suportá-la ou degluti-la. Eles sentem a necessidade de escondê-la, de falseá-la, e contam, para isso, com a grande mídia, totalmente infiltrada.

Enfrentar essa realidade é o desafio que temos pela frente. Esse Projeto, se bem divulgado, representa um importante passo nesse sentido, como outros que estão sendo dados, individualmente, por valorosos brasileiros, civis e militares, finalmente dispostos a escrever e a difundir a história real da Revolução de 31 de Março, instigados por tanta mentira dos interessados em distorcê-la e denegri-la. Antes tarde, do que nunca!...

A última mentira foi plantada aqui ao nosso lado, na Central do Brasil, enaltecendo o triste comício do dia 13 de março e a figura caricata de João Goulart, com direito a busto!... Seria pândego, se não fosse lastimável!...

Por tudo isso, não é razoável, não é racional, permanecer em silêncio. O Brasil precisa conhecer a verdadeira história da Revolução de 31 de Março de 1964!... É nossa obrigação contá-la e divulgá-la!...

Doutor Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Bacharelado em Direito, em 1961 pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro/RJ.
- É advogado em prática privada, especializado em Direito Civil, Penal e Trabalhista, de 1962 até a presente data.
- Foi Deputado Estadual/Rio de Janeiro de 1962/1971, quando atuou como membro das Comissões de Constituição, Emendas Constitucionais e Justiça. No Governo Carlos Lacerda, do antigo Estado da Guanabara, foi líder da Maioria, Presidente e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
- Foi, também, Deputado Federal/Rio de Janeiro de 1971/1977, tendo sido, durante o mandato, Vice-Líder do Partido Majoritário; membro do Comitê Investigativo do Congresso sobre Direitos do Consumidor e principal autor da legislação que estabelece a Comissão Especial para a Pesquisa de Documentos Históricos.
- Fundador e Presidente da Associação Nacional dos Direitos do Consumidor (1977) e membro do Conselho Nacional dos Direitos do Consumidor (Governo Sarney).
- Exerceu, como Advogado Sênior, a Chefia do Departamento de Direito Penal da Light – Companhia Elétrica do Rio de Janeiro (1991/1999).
- Trabalhou na elaboração de acordos nucleares entre Brasil e Alemanha, conhecendo, naquele país, plantas industriais e a legislação concernente à Segurança de Instalações Nucleares.
- É oficial da Reserva da Marinha do Brasil e cursou a Escola Superior de Guerra (ESG).

Entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2003.

Inicialmente, gostaria de dizer que estou sumamente feliz e envaidecido por comparecer a uma Unidade do Exército, instituição magnífica, memorável, a qual me ligam tantos laços. Tenho a honra de ter nas minhas veias o sangue de um bravo soldado; sou trineto, por parte de mãe, do Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi, Patrono da Artilharia brasileira. Distinguiu-se em vários feitos da nossa História, principalmente na Guerra do Paraguai. Registro, também, que sou leitor assíduo das publicações da Biblioteca do Exército, que considero de alto padrão de cultura.

É sempre muito gratificante lembrar do ínclito Marechal Mallet, exemplo para todos os artilheiros, assim como da nossa Biblioteca do Exército, cujos livros são realmente de elevada qualidade. Vamos iniciar nossa entrevista perguntando ao Doutor Nina Ribeiro quais os fatos que gostaria de abordar sobre os pródromos, a eclosão e as conseqüências da Revolução de Março de 1964? O que o senhor gostaria de destacar a respeito desse período de cerca de vinte anos na nossa história?

Quando eclodiu o Movimento de 1964, que considero redentor da nossa nacionalidade, era deputado recém-eleito pelo Estado da Guanabara (tempos mais tarde esse Estado fundiu-se com o Estado do Rio) e líder da bancada de apoio ao Governo Carlos Lacerda. Não obstante ser o mais moço fui escolhido para ser o líder. Para bem situar a resposta, vou narrar fatos que vivi dentro desse contexto específico de líder da Maioria e fazer colocações, que chamaria de genéricas, na condição de um mero espectador dos demais fatos.

Antes de mais nada, creio oportuno dizer que o Movimento de 1964 foi uma reação contra um golpe que estava em marcha. Infelizmente omite-se ou deturpa-se esse fato. A juventude de hoje, lamentavelmente, é mal-informada e afirmo pelo diálogo que mantenho com meus três filhos e seus colegas. A razão do desconhecimento da situação do País, no que diz respeito aos pródromos da Revolução de 1964, pode ser explicada pela infiltração ideológica nefasta do corpo docente de muitas instituições educacionais e omissão proposital dos livros didáticos.

Todos que viveram aquele período lembram da toada, da baderna, crescente para tentar desestabilizar as instituições vigentes no País, abrindo caminho à instauração de uma república sindicalista, pró-comunismo, que renegava as tradições cristãs e democráticas de nosso povo. A Revolução de 1964, por meio de seus líderes e, principalmente, pela atuação das gloriosas Forças Armadas, reagiu contra isso. Não foi um movimento reacionário, este apodo indigno que querem lhe caracterizar, mas uma reação legítima, com convicção e alma, nascida no espírito de nacionalidade daqueles brasileiros fiéis à nossa tradição e que não suportavam a

idéia de implantação do bolchevismo em nosso País. Sobretudo, seria um regime alienígena, vindo de Cuba ou de países soviéticos ou da China comunista, com costumes, usos e métodos inteiramente estranhos à nossa forma de ser e sentir.

Especificamente, meu posto de combate no dia 31 de março, quando eclodiu o Movimento, foi no Palácio Guanabara, junto ao Governador Carlos Lacerda. Exatamente ali estava de armas na mão, pronto a doar a vida, se fosse necessário, na defesa das nossas convicções. Havia naquele momento uma incerteza muito grande. A competência para o manejo de armas adquiri durante a prestação do serviço militar, quando atingi a patente de 2º tenente do Corpo da Armada da Marinha brasileira. A defesa do Palácio contava com uma metralhadora .30, nossa "grande arma", mas estávamos dispostos a resistir até o fim.

Mas foi um trabalho muito importante de defesa do Governador Carlos Lacerda seriamente ameaçado naquele período. Homens da envergadura do Doutor Nina Ribeiro foram ali dispostos ao sacrifício da própria vida, porque a esquerda inconseqüente agia com toda a violência. Essa é a realidade e que está sendo mostrada agora, nesse depoimento precioso.

Segundo nos foi dado conhecer na época, nos momentos iniciais do Movimento, o Estado estaria vulnerável; éramos o alvo a ser conquistado, nesse primeiro instante da luta.

Começo o relato de todos estes acontecimentos com o encargo honroso que recebi, embora duro, também, poucos dias antes da eclosão do Movimento, em Minas. Deveria denunciar perante a Nação uma tentativa frustrada de seqüestro, seguida de morte, do Governador da Guanabara, que estava incomodando demais ao apontar com firmeza os desmandos do Governo Federal. Comandava o grupo seqüestrador o General Pinheiro, vulgo "Faz Tudo". Impediu-lhe o desiderato um simples e feliz desencontro de horário: quando o seu pessoal chegou ao local o governador tinha partido. Tudo foi examinado e está constatado e provado.

Uma vez que esses elementos ficaram patentes, o Governador Carlos Lacerda quis divulgar a tentativa para a Nação. Coube ao Padre Godinho, deputado federal na época, falar em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Veja que a Igreja tinha representantes da maior dignidade e aliados ao Movimento, haja vista o Padre Godinho.

É verdade. Para fazer a denúncia na Guanabara, o Governador pôs-se em dúvida, num primeiro momento, entre o querido companheiro e amigo General Danilo Nunes e o meu próprio nome. Depois me escolheu, não que tivesse mais méritos do que o Danilo, de forma alguma, mas apenas por ser o seu líder na Assembléia. Ele resolveu me prestigiar e pediu que fizesse a denúncia.

Foi, talvez, a seção mais tumultuada da assembléia. Subi à tribuna e comecei a narrar os fatos, enquanto os líderes da oposição, ligados ao Partido Comunista, refugiados no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sentiram a gravidade dos mesmos. Não podendo contrariar a denúncia que revelava, mandaram seus correligionários dificultar ao máximo o meu discurso. Lembro-me bem de que o Paulo Alberto Monteiro de Barros, que adotou depois o nome de Artur da Távola e chegou até ao Senado da República, ordenava: Aparteiem! Aparteiem! Eu ouvia-lhe as ordens, nesse sentido. Em resposta aos pedidos de aparte, disse: "Mas não estou usando nem adjetivos; estou narrando fatos. Peço que me permitam terminar o relatório; depois poderemos comentar e concederei os apartes. Agora eu não os concedo".

Ao perceberem que a manobra não resultaria em impedir o relatório perante a Nação, uma vez que a imprensa estava presente, começaram a algazarra. Quase ao final do relato que fazia com todas as minúcias, em obediência a uma ordem expressa da bancada comunista, José Gomes Talarico se aproximou da tribuna e arrancou, num gesto violento, o microfone a minha disposição, derrubando um copo d'água. Não faço apologia da violência, mas tinha que reagir como homem. Dei-lhe uma bofetada no rosto, ele rodopiou no meio do plenário. Neste momento, as duas bancadas, a comunista e a nossa, da União Democrática Nacional (UDN), levantaram-se. Armas foram sacadas, inclusive de calibre 45; a sessão degenerou em conflito, vias de fato mesmo. Talvez, fosse a sessão mais tumultuada da Assembléia Legislativa do Estado.

Ato contínuo dirigi-me ao Palácio Guanabara e relatei ao governador o que houve e ele confessou-me que esperava por isso. Reuniu a todos e disse:

– A situação é incerta. A Guanabara é considerada perdida no primeiro tempo de luta. Provavelmente, seremos atacados pelas tropas de elite do Almirante Aragão e não teremos muita condição de resistir. Aqueles que quiserem ir para casa podem ir.

O Almirante Cândido Aragão comandava os fuzileiros navais, tropa muito bem equipada. Indaguei:

– Mas, para onde vai o Governador? O senhor vai para casa, também?

– Não, vou ficar onde é o meu lugar: no Palácio.

– Então, ficamos também.

Alguns permaneceram e outros, realmente, se afastaram. Ocorreram até lances, hoje um pouco engraçados. O cozinheiro do Palácio Guanabara, por exemplo, era um homem metido a lutador, forte. Quando notou o clima de guerra, essa eminência de ser massacrado, sumiu. Esgueirou-se, pulou o muro e saiu. Na rua,

solicitado a identificar-se pelo pessoal do serviço de vigilância, foi obrigado a retornar ao Palácio. Trouxeram-no de volta e ele chegou com a "crista baixa", desmoralizado. Tentara, realmente, ir embora.

O Coronel-Aviador Gustavo Borges, Secretário de Segurança, meu amigo, tenho a honra de defendê-lo, como seu advogado, em algumas questões, montou uma tal "operação cebola". Para retardar a marcha de possíveis tanques blindados, de guerra, colocou bloqueando as ruas que dão acesso ao Palácio Guanabara caminhões do lixo. Na verdade, iriam atravancar as ruas e retardar a marcha de uma tropa que se dispusesse a vir. Nesse caso, seria para nos dizimar, para nos massacrar, pois possivelmente não teríamos meios de resistir; a moral da tropa de guarda do Palácio estava baixa. Vários disparos acidentais ocorreram durante a madrugada, denotando certo nervosismo. Alguns homens estavam armados com a submetralhadora INA e a "maior arma", como disse, era uma .30 montada na frente do Palácio.

É evidente que ninguém dormiu naquela noite de 31 de março para 1º de abril de 1964, tal era a tensão que dominava a todos no Palácio. No alvorecer, na crista dos morros, identificamos pessoas fazendo exame de situação do nosso local. Estávamos preparados para tudo.

Segundo soubemos *a posteriori*, o Almirante Aragão deixou de marchar sobre o Palácio Guanabara porque o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, aderiu ao Movimento. Kruel chegou a fazer vários apelos ao então Presidente João Goulart para que fizesse uma declaração contrária aos comunistas. Avaliava o General Kruel que conseguiria travar o Movimento, mas Jango evitou fazê-la. Diante da negativa do Presidente ordenou às tropas sob seu comando que marchassem na direção do Rio de Janeiro. O Comandante do I Exército, General Moraes Âncora, que até a reunião nas Agulhas Negras com Kruel, segundo nos foi relatado, estava rigorosamente neutro, deu um ultimato ao Almirante: "Não venha porque senão vai enfrentar o Exército". Aragão era "posudo", falastrão, mas tinha bom-senso e mudou de idéia, desistindo do ataque ao Palácio Guanabara, cujas conseqüências seriam trágicas para nós.

Definida a vitória, cantamos o Hino Nacional com muita emoção. Guardo fotografias publicadas na *Manchete*, e em outras revistas, também. Nesta, estou ao lado de Carlos Lacerda, grande líder civil da Revolução, e de outras pessoas que estavam presentes naquele posto de combate, podemos chamar assim, por ocasião da eclosão do Movimento. Vê-se na foto o General Salvador Gonçalves Mandim, o Governador Abreu Sodré e o Coronel Fontenelle.

Tivemos, ainda, outra emoção muito forte, no dia seguinte. Estavam na sala com o governador, além de mim, os Almirantes Pena Boto e Amorim do Vale

e os Generais Danilo Nunes e Mandim. Em dado instante, todos os presentes estranharam a notícia de que alguns tanques se aproximavam do Palácio Guanabara. Decorridos alguns minutos foi esclarecido que eram filhos do General Etchegoyen que chegavam para entregar uma bandeira nacional ao senhor governador. A emoção tomou conta de todos. Um choro convulsivo explodiu de dentro do nosso ser; um choro que não envergonha porque é a alma lavada depois de uma longa vigília aflitiva e angustiante.

Foi uma seqüência de dias, até a Revolução, que começou com o comício da Central e encerrou-se com o episódio do Automóvel Clube do Brasil com aquele discurso insano.

O choro que o Doutor Nina Ribeiro abordou é o choro de entusiasmo, de vibração e alegria. Entendo que as Forças Armadas foram impulsionadas pelos civis, sobretudo através das Marchas da Família que levaram os quartéis a se levantarem contra aquele estado de coisas. Acredito que essa atuação civil foi da maior importância para o desencadeamento do Movimento.

É verdade. Desde anos anteriores a esses episódios, acentuavam-se as tentativas de expandir o comunismo na nossa Pátria. Ainda estudante universitário lembro da União Nacional dos Estudantes (UNE), verdadeiro instrumento de dominação comunista. Certa feita eu e mais três ou quatro "gatos pingados", colegas de faculdade, fomos à UNE para protestar contra o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia. Seria realizada uma palestra pelo Chanceler Oswaldo Aranha. Ousei interpelá-lo, lembrando-lhe dos pródromos do rompimento, ao tempo do brioso e ínclito Marechal Dutra. Num aparte, disse-lhe: "Será que é preciso sacrificar a honra nacional, visto que ainda persistem os motivos que levaram o Governo do eminente Marechal Dutra a romper as relações com nosso País. Ainda mais agora que estamos assistindo desenfreada expansão da ideologia comunista". Só não fomos massacrados, dentro do prédio da UNE, na Praia do Flamengo, porque iria repercutir muito mal para o próprio Oswaldo Aranha. A equipe de segurança do ministro fez uma parede humana e nos protegeu da pancadaria que iria "chover" sobre nós, por parte da esmagadora maioria de comunistas, na UNE.

Em outro episódio, também, sofri a fúria dos comunistas por contrariá-los. Tive a honra de representar o corpo discente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) num congresso de estudantes – III Congresso Latino-Americano de Estudantes (CLAE), em Caracas. O congresso estava inteiramente dominado pelos enviados de Fidel Castro e quando eu e mais quatro da Colômbia, as únicas vozes destoantes, protestamos, cassaram nossas credenciais e, também, fomos vítimas de agressão física. O jornal *O Globo* publicou em primeira página. Naquele momento, tive

que me homiziar num convento de jesuítas para poder escapar da malta de estudantes comunistas que queriam nos massacrar, simplesmente porque éramos antimarxistas e manifestávamos a nossa opinião.

Mostro com esses antecedentes, durante período imediatamente anterior à eclosão de 1964, que não houve solução de continuidade na minha firmeza ideológica. Quer dizer, quando participei do Movimento de 1964, já como deputado estadual e oficial R/2 da nossa Marinha de Guerra, estava sendo coerente.

O que o senhor gostaria de dizer mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Por exemplo, o que se passava no meio militar? O senhor tem alguma informação que gostaria de abordar, sobre esse aspecto?

Sim, sem dúvida. Além de amigos muito próximos tenho parentes no meio militar. Citaria o General Raphael de Souza Aguiar e o Brigadeiro Nelson Lavanère-Wanderley, primos de minha mãe. Este último integrou com bravura a resistência ao comunismo, vindo a tornar-se, inclusive, Ministro da Aeronáutica. Trocávamos idéias e impressões; preocupava-nos as mesmas apreensões e nos preparávamos para agir como bons brasileiros. Fiz muitos contatos, também, na casa do Almirante Sylvio Heck, onde encontrei Aristóteles Drummond e outros queridos amigos que comungavam das mesmas idéias.

O ponto de grande importância, de virada, no meio militar, e que veio a tornar-se, por assim dizer, a espoleta do Movimento de 1964 foi a quebra da hierarquia. Reeditava-se por obra dos comunistas brasileiros os mesmos fatos ocorridos na revolução de 1917, na Rússia, com a revolta do Encouraçado *Potenkim*. Lá como aqui, a quebra da hierarquia faria desabar os edifícios da nacionalidade, as suas instituições mais caras, mais firmes: Exército, Marinha e Aeronáutica. Algo de muito sério, uma resposta à altura teria que acontecer. A assembléia no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença do próprio Presidente da República, patenteou a subversão da hierarquia. Ele deu o aval com a sua presença, complacência e, quem sabe até, com a sua permissão, para que esses movimentos ganhassem crescimento avassalador.

É preciso estar atento, porque esses inimigos da Pátria não desistem. Mudam de tática ou técnica; às vezes, procuram ser sub-reptícios, se fingem até de mortos. Não nos deixemos iludir, estou me referindo aos dias de hoje, achando que os comunistas desistiram do seu intento. Não! Não desistiram! Antonio Gramsci comprova com os seus escritos. Eles mudam sua forma de agir, mas não se afastam dos objetivos que continuam a ser solertes, mesmo depois da queda do Muro de Berlim, mesmo depois da Perestroika, mesmo depois de todos esses episódios que

não lograram, infelizmente, matar no nascedouro essas idéias. O marxismo, ao meu ver, incorpora contradições manifestas às nossas tradições humanitárias, cristãs e democráticas.

Doutor Nina Ribeiro, como o senhor viu a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

A Igreja tem vários matizes. Sou cristão e educo os meus filhos no credo católico. Existe uma Igreja eminentemente respeitável, de Cristo, separada do Estado. Numa passagem do Novo Testamento, Cristo estava pregando quando um publicano indagou, querendo embaraçar a figura do divino mestre: "É lícito pagar o tributo a Cezar" e mostrou-lhe uma moeda romana. Cristo disse: "Dai a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus". Separou inexoravelmente o mundo espiritual do mundo temporal. Esta é a Igreja autêntica, legítima.

Sem dúvida, deturpam os ensinamentos da Igreja e vamos dar os nomes: os marxistas Leonardo Boff, Frei Beto...

Frei entre aspas.

E são materialistas. Sofri perseguições por causa disso. Deixei de fazer um programa sobre a defesa do consumidor, na TVE (Televisão Educativa), porque foram me perguntar a opinião sobre a Teologia da Libertação. De início não quis responder por ser matéria totalmente estranha ao programa. Estava há dois anos no ar respondendo "ao vivo" às perguntas dos consumidores de todo o Brasil. Atendíamos cidadãos que eram enganados, vilipendiados, vítimas de fraudes, de estelionatos, na compra de produtos eletrodomésticos, remédios, negócios enfim. Dávamos conselhos, enquadramento jurídico para que essas pessoas pudessem se defender.

Mas a TVE foi dominada pelo MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Certamente, aquilo era uma armadilha para me expulsar de lá. Diante da minha recusa em responder começaram a provocar: "Mas o senhor não tem opinião sobre a Teologia da Libertação? O senhor tem medo de dar a sua opinião?" Acabei por dizer: "Não tenho medo de nada. Vou dar a minha opinião. Se é isso que vocês querem, tudo bem." Passei a explicar a minha opinião sobre a Teologia da Libertação.

Antes de mais nada, é uma desonestidade intelectual. Cristo pregou o dualismo, espírito e matéria, haja vista o exemplo que acabei de citar: "Dar a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus". Marx, Engels e outros filósofos ligados ao chamado materialismo histórico pregaram o monismo, quer dizer, só existe uma realidade, a matéria. Pergunto, então, como harmonizar o marxismo monístico, materialista, com o cristianismo dualista, espírito e matéria. Para o

cristão, na palavra de Cristo, existem duas realidades: o mundo espiritual e o mundo material; mas para Marx e Engels existe uma realidade unívoca.

Do ponto de vista intelectual, repito, considero desonesto querer aproximar essas doutrinas. Lamentavelmente, a propaganda dessas idéias tem um certo proselitismo no meio da juventude de pouca cultura, sem o hábito de consultar os livros, e são presas fáceis desses, a rigor, estelionatários intelectuais.

Havia, portanto, a Igreja tradicional que nós defendemos, honramos e respeitamos e a Igreja que sofreu a infiltração marxista. Sabe-se que esta Igreja é desonesta e comete traição. Fui informado, por exemplo, de que na Alemanha, os recursos coletados nas missas eram canalizados para as comunidades eclesiais de base e transferidos para extremistas, marxistas, da América do Sul, particularmente, do Brasil. Traíam os católicos de envergadura, respeitáveis, segundo a tradição alemã. Eles acreditavam estar ajudando a uma pessoa pobre, miserável. As comunidades eclesiais de base fazem um trabalho de solapamento e que é, a rigor, de traição nacional.

A Igreja marxista perfez outras vilanias e torpezas. Infiltrou-se em muitos outros organismos, nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Não poderia deixar de tentar se infiltrar na Igreja católica apostólica romana. Foi comprovado, constatado, que determinados psicólogos, de conotação marxista, foram "colocados a dedo" para examinarem candidatos aos seminários, nos Estados Unidos. Eles, propositalmente, admitiram todos os que tinham tendência à pedofilia. Embora os candidatos a padres fossem rapazes, esses psicólogos com acuidade aprovaram um grande número desses pobres jovens com esta tendência, a meu ver patológica.

O resultado veio alguns anos depois, com esta onda que ameaça até dizimar a Igreja católica nos Estados Unidos da América. Várias ocorrências de pedofilia, envolvendo padres e até bispos. Eles foram infiltrando a Igreja católica. Seria incrível que não o tentassem fazer num organismo da importância e da complexidade da Igreja católica, porque insidiosos e cruéis, acreditando que os fins justificam os meios.

A resultante, em 1964, como agora, também, é que existem duas igrejas. Uma Igreja tradicional, do Padre Godinho, citado, do Padre Calazans, de Dom Jaime de Barros Câmara, e outra Igreja cujos padres usam a batina como escudo para esconder as suas tentativas solertes. Hoje existem padres que pregam a invasão de propriedades no campo ou na cidade, pregam o homem esmagando o homem, matando, trucidando, mesmo que com isso sacrifiquem inocentes. Que religião é esta, afinal? Onde eles aprenderam isto? Certamente não foi nos ensinamentos de Cristo.

São do mesmo naipe desses que dizem se inspirar no Alcorão e pregam a violência. Basta lê-lo para certificar-se de que manda tratar até com brandura os próprios inimigos. Há muitas semelhanças entre a Bíblia cristã e o Alcorão. Essas seitas, a meu ver diabólicas, de extremistas, deturpam e criam uma noção bem atual do *Jihad,* da guerra santa. A propagação islâmica pela violência, pelo terrorismo, pelo banho de sangue, pelo assassinato covarde de crianças, de senhoras, de pessoas, enfim, que não estão armadas, que não são, deliberadamente, confessadas como beligerantes.

De modo que, sobre a posição da Igreja em 1964, como a atual, infelizmente há divisão, um pluralismo: partes elogiáveis as quais enaltecemos e partes execráveis que consideramos a sua contrafação.

Poderia complementar o problema surgido na TVE. A título de querer a sua opinião sobre a Teologia da Libertação, num programa de defesa do consumidor, após sua resposta, dada com toda convicção, qual foi a conseqüência para o senhor?

Expressei na TVE, ostensivamente, como é do meu feitio, a minha convicção sobre a Teologia da Libertação. Disse que era uma contradição e, sobretudo, uma desonestidade intelectual. No dia seguinte, emissário da própria diretoria, os diretores não se dignaram a vir falar comigo, trouxe o recado de que as minhas idéias estavam incompatíveis com o espírito da direção da TVE e, por via de conseqüência, o meu programa estava encerrado. Disse-lhe: "Não é surpresa para mim, esperava por isso", e repeti aquela célebre frase de Cambronne, quando cercado, sem ter mais condições para uma retirada estratégica. Ele disse: *la garde meurt mais ne se rend pas* "A guarda morre mas não se rende." Retirei-me e nunca mais voltei.

Veja a que ponto chega a ação do "revanchismo". Um programa que era benéfico para o brasileiro, para o consumidor, um programa que ia ao encontro do homem brasileiro, ensinando e orientando como proceder. Na verdade, a direção queria fazer uma "caça às bruxas".

É verdade.

O senhor abordou, mas solicitaria de maneira mais enfática, quais os principais acontecimentos, os fatos reais que determinaram realmente o Movimento de 31 de Março?

Sem dúvida. No Palácio Guanabara, soubemos assim que o General Carlos Luís Guedes e Olympio Mourão Filho iniciaram a marcha do glorioso Movimento de 1964. Essa movimentação militar foi uma espécie de catalisador para outros setores que comungavam das mesmas convicções e aguardavam um sinal verde. No entender de alguns houve uma precipitação, mas benéfica e benfazeja. O Movimento estava ma-

duro para nascer e qualquer contemporização poderia, talvez, incrementar o natimorto ou tristemente famoso “esquema Assis Brasil”. Com outra desenvoltura, o Jango poderia resistir um pouco mais.

A verdade é que essa precipitação foi benfazeja, pois fez o Movimento medrar. Latente já no coração de todos os bons brasileiros, ele apenas eclodiu, veio para a rua, nasceu e ganhou corpo, ganhou força e conquistou rapidamente a vitória.

O senhor faria algum comentário acerca da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Emociona-me lembrar dessa marcha. Minha pranteada mãe participou desse movimento junto com as senhoras da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia). Na Cidade de Petrópolis, onde tínhamos a nossa casa, ela entregou um ramo de flores ao General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy). Na ocasião, minha mãe fez o discurso, em nome das senhoras presentes, quando de forma eloqüente se concedeu ao General a honra ao mérito pela participação no Movimento. O General Muricy representava as Forças Armadas, particularmente o Exército, que tornou possível a vitória do Movimento de 31 de Março. Sem o Exército, espinha dorsal do Movimento, não haveria o triunfo, mas o campo psicossocial, tão bem simbolizado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi muito importante.

As marchas realizaram-se em vários rincões da Pátria brasileira. Em Minas Gerais, o senhor Leonel Brizola, um daqueles arautos da baderna, foi corrido pelas mulheres, senhoras de terço na mão. “Não venha aqui pregar a subversão, porque o nosso espírito é outro: é cristão, é democrático”, disseram-lhe colocando-o para correr.

Quando esse grupo de senhoras desceu de Petrópolis, para participar da grande marcha triunfal, no Rio de Janeiro, havia uma expectativa de enfrentarem piquetes na estrada, em frente à Fábrica Nacional de Motores. Visavam impedir a descida desse grupo de senhoras para se juntar na esplanada carioca com o Mourão Filho, Ademar de Queiroz e outros chefes militares. Apesar da denúncia, elas souberam resistir e, felizmente, nada de mal aconteceu. Aqueles que tiveram essa idéia recolheram-se a sua insignificância. Já tinham reconhecido que estavam batidos e derrotados.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de março?

O Exército é uma sacrossanta instituição; nunca falhou ao Brasil. Devemos-lhe a nossa emancipação política e a constância das instituições. A manutenção da vida nacional desde os seus pródromos deve-se às Forças Armadas e, em especial, ao Exército.

Em 1964, não poderia ser uma exceção. O espírito que presidiu as Forças Armadas foi o de interpretação da alma legítima do povo brasileiro. As classes arma-

das sublinharam em 1964, mais uma vez, a alma do povo brasileiro, ultrapassando líderes e idéias carcomidos e estereotipados.

Dizia-se no direito romano, ao longo da história das diversas missões das legiões em defesa e salvação de Roma: *Salus populi suprema lex esto* quer dizer a saúde ou o Bem Comum da República é a suprema lei. Não houve, a rigor, uma quebra do espírito da legalidade. A Revolução salvou o Brasil, num momento crítico de sua história; não poderia se omitir, sob pena do País perder-se irremediavelmente.

Gostaria, ainda, aproveitando a pergunta, dizer que vitoriosa a Revolução, não era preciso "pedir desculpas por ter vencido", essa é que é a verdade. No entanto, o ínclito, o brioso Marechal Castello Branco, um dos maiores homens públicos deste País. Um homem de seriedade, cultura, envergadura, energia fantástica e caráter impoluto. Pois esse homem, sentindo que a sua obra iria se encerrar sem que pudesse atalhar sequer muitas questões, teve o escrúpulo de pedir os votos para prorrogar o seu mandato.

É pena que não se tenha prorrogado um pouco mais para que o Brasil entrasse nos eixos definitivamente. Talvez, de forma um pouco precipitada, deixamos que voltassem os "revanchistas", os arrivistas e os "vendedores da pátria". Todos aqueles que comungam uma ideologia de traição nacional, que importam outras idéias. A revolução tinha que ser completada, ir mais longe e aperfeiçoar com mais calma as instituições nacionais.

As Forças Armadas nunca desencadearam uma revolução para vantagens próprias, ao contrário se sacrificaram. É um panegírico de todo soldado nada fazer em causa própria. A começar pelos comandantes mais graduados, até os escalões subalternos, nenhuma vantagem pessoal foi obtida com a Revolução. Falar o contrário é uma infâmia, uma deturpação que procura tisnar, apodar. O espírito da caserna é de sacrifício, pronto a dar a vida.

E se o outro lado ganhasse, quais seriam as conseqüências? Haveria paredão?

Não tenho dúvida de que seria importado para dentro de nossos limites. No entanto, fomos magnânimos. Não houve condenações desse tipo. Houve escaramuças aqui e acolá como em toda guerra de guerrilha. Muitos dos nossos que pereceram assassinados, suas famílias não receberam a devida indenização. Cito um caso só, poderia citar centenas. O soldado Mário Kozel Filho, sentinela no Quartel-General do II Exército, vítima de um atentado terrorista, morreu com bravura, cumprindo seu dever. A família desse homem recebe uma indenização de ridículos R$ 300,00, incapaz de comprar os remédios que seus pais precisam. Enquanto isso, vemos guerrilheiros do Araguaia, por exemplo, homens de alta traição

nacional, que pegaram em armas contra o Brasil e contra as instituições estabelecidas, serem homenageados com nome de rua e condecorados. Hoje, estão em postos de destaque no Congresso. Realmente uma infâmia, uma ironia que o destino, algum dia, há de corrigir.

Doutor Nina Ribeiro, gostaria de apontar alguns civis e militares que, no seu modo de ver, se destacaram naquela luta contra a comunização do nosso País?

Há heróis anônimos, entre civis e militares; muitos nomes poderiam ser lembrados. Mas, sem dúvida, os Marechais Castello Branco e Costa e Silva e os Generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que foram citados.

O nosso General Médici, lá na Academia Militar das Agulhas Negras.

O General Emílio Garrastazu Médici a quem tive a honra de servir diretamente, nas funções de vice-líder na Câmara, como deputado. O eminente Presidente Médici e Dona Scylla foram os meus padrinhos de casamento. Defendi-o com muita convicção; foi um grande presidente e um grande líder, também, da Revolução.

Entre os civis destacaria, sem dúvida, em primeiro lugar, Carlos Lacerda. Homem de talento, bravura e idealismo, conseguiu ser o maior tribuno de todos os tempos no nosso parlamento. Na Revolução foi um bravo. Destacou-se como administrador. Compartilhei da sua ação administrativa, onde mostrou que não era apenas um demolidor, mas sabia construir, também. Lembro-me de que poucos dias depois de assumir o Governo do Estado da, então, Guanabara, começou a faltar água. A adutora do Guandu estourou e o Rio de Janeiro ficou sem água. Normalmente, nesses casos, o governador expede suas ordens e fica em casa. Era um fim de semana. Lacerda foi pra lá e ficou mais de 48 horas sem arredar um instante, comendo sanduíche e em pé. Eu disse: "Governador, o senhor precisa descansar". Ele respondeu: "Não saio daqui, enquanto o Rio de Janeiro não voltar a ter água. Faço questão de dar o exemplo".

Os engenheiros e todos os demais trabalhadores envolvidos na recuperação da adutora trabalharam "a toque de caixa", porque o Governador estava em pé assistindo. Afastou-se 48 horas depois, quando o Rio de Janeiro voltou a ter água. Passou o tempo todo sem dormir, comendo sanduíches; sou testemunha ocular. Foi um líder, um chefe que merece nosso respeito.

Outros nomes de civis que ajudaram a Revolução foram Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Adhemar de Barros, em São Paulo. Deste tenho algumas restrições, mas foi um homem de prestígio e devemos reconhecer seu apoio ao Movimento.

Por uma questão de idoneidade histórica, vou criticar um pouco o próprio Governador Lacerda de quem fui tanto amigo. Quando ele achou que era seu dever

participar da "Frente Ampla", lealmente fui à presença dele e disse-lhe: "A partir desse momento não lhe sirvo mais, embora continue lacerdista. O senhor é que está deixando de sê-lo". Ele tomou um susto, ficou espantado e, também, achou engraçado. Passados os anos, voltamos a nos avistar e estreitar o nosso relacionamento, até o seu perecimento. Naquele momento, creio que estava mal-aconselhado ou mal-inspirado.

Ele possuía uma inteligência brilhante e o gênio tem esses altos e baixos. Naquele momento, infelizmente, me permiti discordar. Não era um robô, mas um adepto sincero de suas idéias. Foi um dos líderes incontestes da Revolução de 1964.

A Revolução foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou ela teve alguma influência do exterior, em especial dos Estados Unidos, como fazem questão de enfatizar nossos opositores? Qual a sua posição? O senhor ouviu algo a esse respeito?

Houve preocupação dos chefes da Revolução e dos líderes autênticos de evitar a intervenção americana. O Governador Lacerda preocupou-se em mandar dizer ao General Vernon Walters, eu estava no Palácio Guanabara e me lembro, no auge da eclosão revolucionária, quando recebemos a notícia da marcha das tropas de Minas, para que se afastasse do Brasil. Solicitava o Governador que o Embaixador Lincoln Gordon transmitisse ao Governo dos Estados Unidos para que não interviessem de forma alguma. "Vamos agüentar o tranco sozinhos", como de fato aconteceu. Lacerda conhecia o General Walters, pela convivência no Palácio.

Na geopolítica mundial, o equilíbrio seria quebrado. Se o Brasil caísse arrastaria a América do Sul. Temos conhecimento de que os Estados Unidos estavam preparados para intervir. Mas não o fizeram, e uma das vozes que pediu para que não houvesse a intervenção, evitando que se maculasse, se tisnasse o Movimento, foi o Lacerda. Procurou-se, justamente, impedir que, no futuro, pudessem dizer: "A Revolução de 1964 foi um movimento americanista ou feito por americanos." Foi um movimento genuinamente brasileiro; não precisamos de ajuda.

Exatamente. O que o senhor está dizendo, o próprio General Vernon afirmou na sua entrevista para o Projeto. Disse que ficaram observando os acontecimentos, sem a menor participação. Até brincou, dizendo que sabíamos muito mais de revolução do que eles.

É verdade. O General Vernon Walters foi uma pessoa muito interessante. Falava 12 idiomas. Tive alguns contatos com ele. O General brincava com o Governador Lacerda, dizendo-lhe: "Meu gato de estimação não gosta do senhor". "Mas por quê?" E ele explicava ao Lacerda: "Quando o senhor começa a falar, na televi-

são, o gato sai da sala". Ele "*He malks out of the room,* ele vai embora da sala, não gosta do senhor. Lacerda dizia: "Não sabia que desagradava os gatos".

Muito afeito à realidade brasileira, certa vez o encontrei num jipe, lá no interior do Maranhão. Conversava com os homens humildes do campo sobre suas vidas, aprendendo o sotaque local. Era um talento para línguas; conseguia falar no sotaque maranhense, também.

Na verdade, com a ligação que tinha com o Mascarenhas de Moraes e com o Castello Branco, por causa da guerra – Vernon fora ligação das forças brasileiras com o V Exército americano –, ele poderia até ter querido se intrometer, mas como um homem inteligente percebeu que era muito mais importante ficar de fora e observar o que acontecia. E viu uma vitória maiúscula, em 48 horas, sem precisar de nenhuma ação estrangeira alienígena.

A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar exemplos?

Sobre a mídia poderia invocar o que disse a respeito da Igreja. Existiu de vários matizes; vários jornais e várias formas de ver a situação. Havia jornalistas brilhantes, idealistas, sinceros, da categoria de Flávio Cavalcanti, por exemplo, que apoiou o Movimento. Sabia a origem e os fins visados pelo glorioso Movimento de 1964. Outros optaram por ficar "em cima do muro". São jornalistas que procuram ver "para que lado o vento vai soprar", onde poderia dar maior vantagem e tombar para este lado. São utilitaristas. Um outro grupo foi formado com os empedernidos e intoxicados pela ideologia comunista, redivivos pela comunhão das idéias de Antonio Gramsci.

Este último grupo continua a infiltrar-se na mídia, e o que foge ao credo marxista procura omitir, negar e deturpar. As legítimas conquistas da Revolução são, simplesmente, afastadas. Para falar dos tempos atuais, há poucos dias fiquei revoltado com as invasões desaçaimadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguindo cartilhas, com grande apoio do Foro de São Paulo. Lamentavelmente, vemos a imprensa muito infiltrada.

O MST tem ligações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), movimento revolucionário sem escrúpulos. Abrigou, por exemplo, Fernandinho Beiramar. Usa o tóxico, o seqüestro e outras formas para angariar recursos para comprar armas, objetivando mudar o governo de um país ou, até, de toda a América do Sul.

Nas invasões, não apenas fazendeiros são trucidados, mas peões, empregados humildes dessas fazendas. Propriedades produtivas que estão dando emprego e plantando alimentos são invadidas e pessoas são sacrificadas, às vezes, mortas

covardemente. No episódio de Carajás, aquela tropa foi acuada e agredida. Também do MST, havia pessoas com armas de fogo. É muito curiosa a interpretação que certos jornalistas de esquerda deram aos fatos, mas as imagens não mentem. Fizeram comentários tendenciosos, mas tiveram a incúria de passar o filme. Quem o assiste, melhor sem o áudio para não atrapalhar, constata que a tropa que se deslocou para a região para pôr fim à baderna foi acuada. No último momento restava se deixar imolar como mártires, traindo o seu dever funcional, ou reagir em legítima defesa, no exercício regular de direito. A tropa agiu como devia.

Revoltado e condenando esses excessos, escrevi um artigo sobre o MST e o estado de direito. Enviei-o para vários jornais, mas para o meu dissabor não foi publicado. Talvez porque incomoda. Alinhei fatos, invoquei artigos da Constituição, princípios de direito. Para minha honra, vi o artigo reproduzido pela Internet, por meio do *site* do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), do Coronel Juarez. Lamentavelmente, os grandes jornais não publicaram.

Quais, no seu modo de ver, as principais realizações e erros que o senhor destacaria da Revolução de 1964?

Teríamos que gastar muitas horas falando das conquistas da Revolução de 1964. Contudo, o principal acerto reside no aspecto moral. Passamos a viver no Brasil um clima de seriedade, de respeito pela autoridade constituída. Qualquer cidadão, não apenas as autoridades, mas o operário, o homem simples, o bom pai de família saía à rua e sabia que seria respeitado. Hoje, não se respeita mais nada, neste País.

Em toda esquina, pode-se sofrer um assalto, acontecer um crime. Meus filhos, quando custam a chegar fico sobressaltado. Sai-se de casa, sem saber se se volta. Hoje, pretende-se, por meio de um plano diabólico, urdido não se sabe se aquém ou além fronteiras, desarmar os homens de bem. O Congresso estuda, até, considerar como crime inafiançável possuir arma em casa; é um absurdo.

O senhor Leonel Brizola é o grande culpado pelos altos índices de criminalidade em nosso Estado. Quando Governador, deu ordem à polícia para não perseguir os traficantes, assassinos e ladrões que se dirigissem para alguns morros, sabidos por todos. Portanto, permitiu a criação e consolidação de verdadeiros santuários da criminalidade.

Enquanto os bandidos continuam armados, possuem armas até de grosso calibre, capazes de derrubar um avião, surge esse movimento de sonhado pacifismo. O homem de bem não tem que escrever pela cartilha dos covardes, mas reagir a um assalto, é claro, se tiver meios para isso. Não aceito quererem desarmar a

população civil, não obstante ela deseje ter a sua arma em casa, registrada e legítima, para defender-lhe a família e a incolumidade física.

Desde tempos imemoráveis existe esse instituto que o próprio Cícero, em Roma, falava: *non scriptased natalex*. Quer dizer, a legítima defesa não é uma lei escrita; é inata da condição humana. Como poderei exercer a minha legítima defesa contra um assaltante armado se não tenho arma. Essa idéia tem provocado muitas críticas de pessoas avisadas e de professores de direito. O homem de bem não pode mais estar armado para se defender, em legítima defesa.

A Inglaterra, por exemplo, resolveu proibir ao cidadão ter arma em casa. Chegou-se ao ridículo do representante da equipe olímpica de tiro, meticulosa e britanicamente, ter que embarcar num avião e ir treinar na Suíça. A arma está lá; ele volta para a Inglaterra sem a mesma. Os resultados estão sendo desastrosos. Recrudesceram muito os assaltos a residências, sobretudo de pessoas idosas, apesar da eficiência da *Scotland Yard*, a polícia inglesa. Os bandidos raciocinam de uma forma simples: o cidadão inglês é cumpridor da lei; sei que naquela casa moram dois anciões. Se eles estão proibidos de ter armas, qual vai ser a reação deles? Eles podem nos cuspir, xingar, dar uma vassourada, quando muito, e nada mais do que isso. Eles se encorajam a vencer os umbrais e invadir a casa alheia. Ao contrário, se o cidadão de bem pudesse ter a sua arma, devidamente registrada, poderia reagir e fazer com que o assaltante pagasse pela sua ousadia, em determinadas circunstâncias. Assim reage um homem.

Mas, creio ser tudo parte de uma orquestração de objetivos mais longos. Sente-se que existe uma tendência para desarmar as Forças Armadas dos países da América do Sul, particularmente o Brasil. Há um “revanchismo” solerte. Faltam verbas orçamentárias e a Segurança Nacional é uma das colunas mestras da sobrevivência da nacionalidade. Garroteiam o soldo dos militares, aviltando-os. Jovens promissores não se dirigem mais às academias militares, na expectativa de terem um mínimo de ambição no futuro e poderem criar bem as suas famílias. Falta verba para alimentação, faltam peças de aviões para reposição. Os pilotos deixam de fazer as horas de vôos que são obrigados a cumprir. Há um verdadeiro “canibalismo” entre as aeronaves: peças de um avião vão guarnecer outro, deixando aquele em terra, naturalmente. A Marinha enfrenta os mesmos problemas. Companheiros, amigos daqueles tempos de guarda-marinha, no estágio no contratorpedeiro *Pará*, muitos ainda continuam na ativa, em conversas, demonstram sua decepção pela falta de meios que assegurem a plena eficiência da Força.

A meu ver, é uma orquestração, interna e externamente, levada a cabo por elementos que querem as Forças Armadas fracas, para que possam com facili-

dade cobiçar a nossa Amazônia ou tomar outras medidas que levem a governos excepcionais. É preciso estar alerta e atento. Isso começa em casa com o cidadão.

Devemos ressaltar: a Revolução de 1964 está inspirando todo esse "revanchismo", porque acertou. Ela incomoda muito, pelos seus resultados. Quando eu era vice-líder na Câmara dos Deputados, várias vezes exerci a liderança. Podia proclamar da tribuna que o nosso Produto Nacional Bruto (PNB) crescia mais de 11% ao ano. Nunca houve, em nenhum período de nossa história, uma expansão econômica tão avantajada; são índices incomparáveis. Exatamente o período que eles chamaram, depois, injustamente, de "anos de chumbo" ou "anos ditatoriais". Esses índices incomodam.

No domínio da comunicação, éramos paupérrimos. Os governos que se seguiram à Revolução de 1964 transformaram-no completamente. A reforma agrária, enfrentou-a o Presidente Castello Branco, com objetividade e sinceridade. O Estatuto da Terra foi criado sem demagogia, sem açular apetites subalternos, sem importar cartilhas da Nicarágua mal traduzidas, às vezes, distribuídas no próprio idioma espanhol. Como o "sandinismo" ou outras doutrinas exóticas podem servir de exemplo para o progresso brasileiro?

Volto a enfatizar o que disse no início da resposta. Enalteço, sobretudo, o aspecto moral. Hoje, mesmo as autoridades, quando sofrem uma vilania, um ataque, uma torpeza, dizem: "Ah! Vamos parlamentar". Como parlamentar, se há uma invasão, uma prática de ilícito penal, se a Constituição ou o Código Penal ou outra lei foi vulnerada! Têm que haver uma reação enérgica, sob pena da autoridade se desmoralizar. Lamentavelmente, constatamos que muitos que exercem postos no Governo, simplesmente diante do erro, da afronta, do ataque, da pilhagem, do roubo, do assassinato dizem: "Vamos parlamentar". Parecem acumpliciados, complacentes, colocando num parâmetro de igualdade os homens de bem e os bandidos, salteadores e outros da pior categoria possível e imaginária.

Doutor, agora os erros. Que erros o senhor levantaria?

O saldo da Revolução de 1964 foi altamente positivo. Há pouco disse que havia uma preocupação em pedir desculpas por ter vencido. Ora, vencedor de revolução não pede desculpas de nada; vai em frente e completa a obra. Houve um certo receio, por parte dos chefes revolucionários no Poder, de serem mal-interpretados; alguém poderia achar que trabalhavam para o seu próprio interesse. Nunca tiveram esse intento. Sabemos a imparcialidade que sempre os norteou; sempre viveram modestamente, conhecemos-lhes os hábitos, durante décadas e décadas. Não mudaram, não ficaram deslumbrados com o Poder, não tiveram a "vertigem do Poder", a vertigem das alturas.

Um aspecto que conheço bem de perto e, lamentavelmente, ficou quase que intocável foi a legislação político-eleitoral. Os prejuízos ao País foram incríveis. Vemos que a vida política traduz-se de forma grosseira e desonesta, com a invasão de muitos tipos inescrupulosos que conseguem triunfar. O problema é simples de entender; basta comparar os ganhos de um deputado federal com os gastos nababescos de uma campanha política. A diferença é chocante e o sistema eleitoral brasileiro conduz, lamentavelmente, à desonestidade.

Tomemos Minas Gerais como exemplo. O indivíduo, para se eleger deputado federal nesse Estado, tem que percorrer um território maior do que a França. Vai precisar de avião, uma frota de automóveis, um "batalhão de pessoas". Isso ultrapassa em muito os ganhos de um deputado federal, bem avantajados em comparação com outras categorias profissionais ou funcionais por esse Brasil afora.

Por força dessa situação, está ocorrendo uma queda cultural e de seriedade dos elementos que representam a sociedade. O Congresso Nacional, hoje, reflete o interesse de grupos confessáveis e inconfessáveis e não os ideais do Bem Comum, o interesse da coletividade como um todo, como queria São Tomás de Aquino, por exemplo, na Suma Teológica. São pessoas jurídicas ou igrejas ou outros grupos que têm condições econômicas de eleger os seus representantes: deputados de empresas, de igrejas, dos traficantes, dos contrabandistas, enfim pessoas jurídicas, em última análise. Uma pessoa física, a não ser muito rico, não tem condições econômicas de bancar uma campanha política nos moldes em que ela se realiza no Brasil.

Por não querer vender a minha alma, fui forçado a me afastar. Ou teria total independência das convicções ou sairia. A partir do momento em que houve a fusão da Guanabara com o Estado do Rio a campanha tornou-se muito mais cara e difícil, sobretudo, para as pessoas físicas. Advogado, homem de classe média, eu não poderia arcar com aqueles ônus.

É uma pena que a Revolução não tenha mudado a legislação político-eleitoral. Existem exemplos, como o voto distrital puro, inglês, em que o representante do povo é eleito por um pequeno arrabalde dos subúrbios de Londres, por exemplo. O gasto é de saliva e sola de sapato, mais nada; anda a pé, cumprimenta e discute os problemas com os seus vizinhos. Nesse modelo, qualquer categoria profissional pode ser candidato. Quem vai dizer se ele tem qualidade o conhece de perto, sabe como ele trata a família, os filhos. Depois, como ele mora ali, estará obrigado a explicar por que votou determinado projeto, por que se absteve. Isso é democracia, e não custa nada.

Tentou-se aprovar, mas não houve eco. Os parlamentares chegam ao Congresso por esta forma, drenando dinheiro de grandes grupos de interesses nacio-

nais ou multinacionais, de toda a natureza, até criminosos, como já constatamos. Não lhes interessa mudar as regras do jogo. A mudança viria *manu militari,* uma conseqüência da Revolução, ou seria muito difícil, talvez, nunca mais. Perdeu-se uma oportunidade de ouro. Mas não se pode exigir tudo. O saldo foi inteiramente positivo, válido, e temos que reconhecer: a Revolução de 1964 salvou o Brasil.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

De forma alguma; de forma alguma. Não houve falta de canais durante todo o período da Revolução, do seu advento até o fim. As vozes discordantes sempre tiveram acesso aos meios de divulgação, e até mereceram uma certa predileção, visto serem eles muito infiltrados, diga-se de passagem. Quando tivemos o bipartidarismo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – eu era da Arena – houve a preocupação em dar uma voz à oposição. O MDB podia falar livremente e essa voz, no Congresso, ecoava alto e ganhava manchetes dos jornais, e deturpava muito os fatos.

Vivi um episódio na Câmara que mostra a falta de escrúpulos desses que dizem não terem voz. Havia uma recomendação de respondermos aos ataques. O Presidente Médici queria que todas as acusações fossem respondidas. Fiz até um curso de economia para responder com cifras quando procurassem atacar os dados econômicos. Pedi até um quadro-negro e escrevia. Nada mais acachapante do que um dado certo ou uma cifra exata, num momento propício. Mas a oposição usava de subterfúgios e de armas, às vezes, solertes.

Estava no exercício da liderança da Arena, no Governo Médici. Um dia, entrou no recinto o Deputado Marcos Freire, de Pernambuco, aos berros, fazendo um escarcéu: "Mataram! Mataram! Assassinos, mataram um estudante em São Paulo!" Fez um tumulto enorme. Começou a juntar gente; os jornalistas com os olhos arregalados, tomando nota e gravando. Pensei: amanhã vai eclodir em todos os jornais. Liguei para o meu amigo Carlos Alfredo Paiva Chaves, Coronel Paiva Chaves, uma das minhas fontes de informação. Era um homem cumpridor dos seus deveres, eficiente, admirável; lastimo muito a sua morte prematura. Um grande cavaleiro. Disse-lhe o que acontecia e precisava responder. Ele disse: "Agüenta, espera um pouco".

Três minutos depois, ele me contou o que acontecera. Um estudante jogou uma bomba na Universidade de São Paulo (USP) e foi preso. Cometeu crime comum e tinha que ser preso, fosse estudante ou não. Jogar uma bomba numa universidade

é ato terrorista. Ao ser conduzido pelos autores da sua captura, num determinado momento, conseguiu se desvencilhar, saiu correndo, atravessou a rua e um caminhão atropelou-o. Morreu em plena via pública, diante de milhares de pessoas. Fui ao plenário e pedi um aparte. Marcos Freire escarneceu: "Vossa Excelência vem aqui defender os carrascos da ditadura, quero encerrar o meu discurso". Eu disse: "Vossa Excelência não quer conceder um aparte, muito bem; peço à mesa que me inscreva. Vou responder imediatamente ao seu discurso".

Concluído o discurso dele, seguiu-se um clima tenso, de expectativa. Alguns jornalistas que simpatizavam comigo disseram: "Nina, sai dessa. Você vai defender a morte do estudante, o que é isso! É o seu fim político". Disse: "Deixa pra lá, não é o meu fim político e, ainda que fosse, é meu dever. Não é nada disso que vocês estão pensando". Fui para a tribuna, exerci o tempo regimental que me cabia no exercício da liderança, e disse: "Esse pobre estudante, essa infeliz criatura que jogou uma bomba na universidade, criminoso comum, morreu. Lamentamos a sua morte, como a de qualquer ser humano. Mas ele morreu atropelado como milhares de outros brasileiros". Casualmente, tinha as estatísticas de atropelamentos. Narrei todo o fato e desmistifiquei, por completo, o discurso de Marcos Freire. Exclamaram: "Ah! Mas foi isso!" Foi uma ducha de água fria que acabou com todo o efeito sensacionalista.

Mais tarde, em plena campanha eleitoral pela minha reeleição, fui convidado para ir ao Fundão. Aconselharam-me a não ir, por ser um antro de comunistas e ficaria sujeito a toda sorte de violências. Decidi que, uma vez convidado, o meu dever era ir. Qual não foi a minha surpresa quando cheguei. Mostraram um livro e um se levantou e disse: "O senhor sempre defendeu os carrascos da ditadura; como é que o senhor vem aqui falar para os estudantes?" O livro do Marcos Freire estava adulterado. A minha explicação, narrando em minúcias o episódio, tinha sido suprimida. Uma desonestidade.

Denunciei a farsa e recebi muitas vaias. Jogaram frutas e outros objetos encima de mim, mas continuei a falar. Disse: "Lamento que vocês que protestam contra um pretenso regime violento, não erguem a sua voz contra as masmorras e as violências de um Fidel Castro. Por que vocês não erguem a sua voz contra as violências que existem no regime comunista da China? Por que vocês não erguem a sua voz contra os países comunistas que praticam toda a sorte de atrocidades? Onde está a consciência de vocês? Onde está a imparcialidade, o senso de justiça?" (Veja-se *O Livro Negro do Comunismo*).

Os apupos cessaram. O estudante, muitas vezes, é mal-informado. Gosta de ser agressivo, se afirmar, mas possui no íntimo um sentimento de justiça. Quando

sentiram que falava a verdade e que tive a coragem de ir lá, naquele meio hostil, eles calaram, pararam de me vaiar e algumas poucas, muito poucas palmas, eclodiram.

Quais eram os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde buscavam orientação e apoio? O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

A luta armada baseia-se no seguinte princípio: somente pela revolução, pela força das armas, se consegue o Poder. Ela continua em vigor, não desapareceu. Enquanto uns acreditam nos meios democráticos para atingir o Poder e aceitam as restrições inerentes a tal exercício, outros, os extremistas, praticam a luta armada, visando obter o Poder total, completo.

A luta armada pretende queimar etapas e provoca a eclosão de movimentos sociais, no campo e na cidade. Para atingir seus objetivos diabólicos, estimulam a luta de classes, o ódio de gerações, apóiam o desarmamento dos cidadãos e, de todas as formas possíveis, o enfraquecimento das Forças Armadas. Vale-se de pobres coitados, como massa de manobra, "buchas para canhão". O democrata não desdenha a ajuda dos cidadãos nem viola a lei. Nós, democratas, não precisamos destruir um país da imensidão territorial do Brasil, com tantas terras devolutas; não precisamos ocupar fazendas produtivas. Eles usam os tratores, não para amanhar a terra, mas para derrubar cercas e invadir fazendas; usam celulares, não para se comunicar com os seus companheiros, mas aliciar pessoal armado para fazer as invasões. Deturpam tudo.

Mesmo antes do Movimento de 1964, desde o tempo de Francisco Julião, mentor das "Ligas Camponesas", atuam procurando desestabilizar as instituições estabelecidas. Hoje, com muito mais sofisticação, com meios mais avançados, tecnologicamente, e armamento contrabandeado.

Continuaram durante a Revolução e ela foi, até, magnânima com muita gente; podemos dizer que não primou pelo excesso. Poupou pessoas que, legitimamente, poderia não tê-lo feito. A Revolução até se coibiu, se autolimitou, em todas as formas. Morreram pessoas de lado a lado pela refrega, escaramuça e batalha havidas. Inclusive, execuções sumárias internas feitas por gente do próprio partido comunista.

Na Câmara, quando o pessoal da oposição lia os nomes daqueles que tinham morrido, pretensamente até torturados, enfrentava o problema. Sempre disse que "a prática da tortura é algo abjeto e se existiu foi episódica, num plano unicamente individual". Jamais foi admitida como uma instituição, isso é uma mentira deslavada.

Do lado da Revolução, vimos muito bons brasileiros serem sacrificados. Civis inocentes, mulheres e crianças, foram vítimas de terrorismo; bancários mor-

tos pelas costas, assassinados violentamente, nos assaltos a bancos para angariar fundos. Precisavam desses recursos para comprar armas e manter viva a chama revolucionária; precisavam manter a própria guerrilha do Araguaia. Lia as dezenas e dezenas de nomes de pessoas sacrificadas, na tribuna da Câmara, mas não conseguia o mesmo destaque nos jornais. Não era publicado, não repercutia. Quando caía alguém do lado de lá, isso ganhava manchete dos jornais, mas se fosse do lado de cá, não merecia sequer uma linha de jornal. Bastava um acidente ou qualquer fato que acontecesse, e é claro, quando há um enfrentamento, uma guerra, entre pessoas armadas, pode ocorrer mortes, evidentemente.

Muitos que atacaram e, ainda, atacam a Revolução de 1964 usam de "dois pesos, duas medidas"; demonstram parcialidade, injustiça, solércia e falta de caráter. Sobretudo, eles são comprometidos com o outro lado.

Sobre o AI-5, que o senhor me perguntou, configuro-o como um bisturi que num determinado momento foi usado para extirpar um carcinoma. É a mesma coisa que perguntar se o bisturi é necessário? Existe um tumor no organismo e para extirpá-lo precisa-se de uma intervenção cirúrgica. O médico, com o bisturi na mão, pratica uma agressão, mas benfazeja. O organismo humano sangra, gera dor, mas é uma agressão legítima para extirpar um tumor maligno. Se o bisturi não for usado o doente morre, e rapidamente.

Numa outra fase, com os instrumentos jurídicos dos códigos penais e a Lei de Segurança Nacional (LSN) se tornou, realmente, desnecessário. Não defenderia a sua permanência, pois implicava restrições ao estado de direito, mas em determinado momento, foi necessário. Repito a imagem do bisturi. No momento em que há um câncer grassando num organismo, não se pode questionar: o médico tem o direito de agredir o paciente, ou não? Temos que primeiro salvar-lhe a vida; depois, pensa-se em outra providência. Evidente que o bisturi não pode ser usado a todo momento, a toda hora. Mas não foi o que se quis; a existência do AI-5 foi temporária.

É preciso deixar bem claro isso e situar o AI-5 nos seus termos. Não se queira deturpar aquilo que foi conseguido num momento em que a baderna ensaiava voltar a este País.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". Antes, na vigência do próprio Movimento revolucionário, falava-se em regime militar, governo militar. Hoje, fazem questão de afrontar. O que o senhor pensa a esse respeito?

Chumbo existe na mentalidade pesada deles. Pensam que conseguem embair, enganar, pelas frases de efeito que geram. São mestres da propaganda; está em

Gramsci, também. Através de idéias-forças procuram ganhar a guerra do campo psicossocial; não é uma guerra atômica, convencional ou de guerrilhas, mas uma guerra psicológica.

Chamam de "anos de chumbo" por quê? Naqueles momentos, um indivíduo podia andar mais leve pelas ruas. Hoje, não são mais "anos de chumbo", mas o número de assaltos é gritante, chocante. No amplo círculo das minhas relações, desconheço quem não tenha sido assaltado ou, pelo menos, não teve ninguém da família vítima de uma tentativa de assalto. É impressionante. Não são "anos de chumbo", mas o cidadão pode levar chumbo a qualquer momento e ficar pela rua.

O senhor falou que não conhece ninguém que não tenha sido vítima de assalto e quero fazer coro, dizendo que também não conheço. Quem sofre a ação do bandido não tem, na hora, como se defender; é deprimente, é humilhante para o cidadão que paga os seus impostos. E ainda vêm com essa "palhaçada" de passar trator por cima de armas, como se isso fosse resolver o problema. É insuportável vê-se pessoas que deviam ter bom senso alegar que as armas têm que sair da mão da sociedade, quando elas continuam na mão dos bandidos.

Exatamente. Essa tese do desarmamento geral e completo poderia, até, ser examinada com honestidade, se o desarmamento começasse pelos bandidos. Mas acontece que eles continuam armados e o ambiente é de intranqüilidade. Para defender a minha vida e a da minha família, dentro do meu lar, preciso de uma arma. De outro modo, a legítima defesa fica sendo uma figura de linguagem, aquilo que os latinos chamavam *flatus vocis* É uma panacéia, uma bobagem, só uma figura de estilo, sem maior conteúdo.

O clima atual é acabrunhante. Sente-se o desrespeito às instituições. Traficantes metralham até os próprios públicos, como vimos a prefeitura do Rio ser metralhada. Policiais são assassinados pelas costas, tão-somente porque são policiais, em missões de ronda ou parados num determinado ponto. É o dinheiro do tráfico que grassa de uma maneira louca e desenfreada. Eu, como advogado, graças a Deus, até hoje nunca defendi um traficante nem defendo. Fazê-lo me causaria asco, nojo. São seres abjetos, anti-sociais, que transformam sua prática numa forma de subversão armada, vindo a ameaçar a existência da própria nacionalidade. Vide o drama da Colômbia, nos dias de hoje, trazendo perigo sério para o território brasileiro, que não está imune a essas influências.

Há um desrespeito à ordem constituída, e a autoridade não se faz respeitar. Comentei sobre isso. Diante de um ato violento, não se tem que parlamentar, mas repreender com a força; de outra maneira é uma covardia. E não se pode exigir de ninguém, muito menos da autoridade, que seja covarde.

O cidadão tem o direito de reagir. No dizer de Von Shering, grande mestre do direito, "o homem que abaixa a cabeça diante da violência, que não pugna pelo seu direito – ele usou uma expressão muito dura na sua obra *Zweckim Recht*, o "Fim do Direito" – é um castrado moral". Assim, existe um dever inerente à própria dignidade do ser humano: reagir diante do bandido.

Lembro-me, também, de uma frase célebre do Benjamin Disraeli, Lord Beaconsfield, que foi Primeiro-Ministro da Rainha Vitória, período em que a civilização britânica atingiu a sua culminância. Perguntaram-no a que atribuía a grandeza da Inglaterra. Respondeu assim: "Atribuo a grandeza do Império Britânico unicamente ao seguinte: os homens de bem, os homens honrados, têm pelo menos a mesma coragem que os salteadores e bandidos". Creio ser aplicável ao caso brasileiro.

"Ditadura militar" é outro termo forjado nessa guerra semântica de palavras. Voltaire dizia: "*calomnier toujours,* quer dizer, repetir uma mentira muitas vezes ela acaba ganhando foros de verdade. O que seria uma "ditadura militar"? Analisando os termos, seria um governo de militares para militares. Isso nunca houve, ao contrário, a preocupação era entregar um grande número de cargos a civis. Ouso dizer que houve um certo açodamento, uma certa precipitação, em fazer voltar a Presidência da república, muito antes do tempo, aos civis. Outro aspecto, os militares não auferiram benefícios, não aumentaram vantagens próprias, enquanto no Poder. Ao contrário, "abriram a porta" e possibilitaram o "revanchismo".

O fenômeno se repete no Chile e na Argentina. Aprovada a Lei da Anistia, por exemplo, procuram desenterrar os mortos como se só existissem de um lado. Esquecem que existiram mortos e sacrificados dos dois lados. Procuram inundar as mentalidades, sobretudo dos mais jovens, de verdades deturpadas ou meias verdades.

O grande escritor brasileiro Machado de Assis, talvez, um dos maiores romancistas que tivemos, disse assim: "Diga-se a verdade, mas diga-se completa, porque a verdade pela metade equivale a uma mentira completa". Vemos nesses livros didáticos que compulso, porque tenho três filhos, deturpações e meias verdades ganhar foros de verdade completa. Seus conteúdos são deturpados, propositalmente amesquinhados, torcidos e retorcidos, tudo no intuito de omitir os benefícios trazidos pela Revolução de 1964 e de se alardear alguns erros que aconteceram. Esses, evidentemente ninguém é perfeito, ganharam lente de aumento e passaram a ser um princípio geral. Nos livros didáticos, os erros tornaram-se normas do governo, como se fossem normas estratificadas, quando eram apenas casos particularizados, um exagero, uma minúcia, um detalhe. Visa-se solapar, desacreditar, criar um antimilitarismo.

Vemos essa tendência se estendendo a vários setores. Creio muito sério e lamentável: em algumas instituições educacionais baniu-se do currículo a guerra de guerrilhas. Como se pudesse apagar a história, deixou-se de dar a festividade merecida, a profundidade devida, à Intentona Comunista de 1935. Isto procura ser obnubilado, escondido. As comemorações da Revolução de 1964 não têm a grandeza e brilho merecidos. Vemos, no campo de nomes de ruas, de honrarias e de indenizações pagas com o dinheiro do erário público, homenagens à traição nacional, em detrimento dos verdadeiros heróis, que restam hoje anônimos ou com indenizações miseráveis, e até ofensivas, como é o caso do soldado Mário Kozel Filho, que citei há pouco.

Doutor, da sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Um período de crescimento acelerado do País, com respeito ao cidadão e ao princípio de autoridade. Os problemas fundamentais do Brasil foram enfrentados com decisão, com objetividade. Nos múltiplos setores da atividade humana houve franco progresso. Na indústria; nas comunicações, sem dúvida com resultados magníficos; na habitação, área tão carente, criou-se o Banco Nacional da Habitação; a reforma agrária, enfrentada com o Estatuto da Terra.

Faltou seqüência a esses resultados alvissareiros. Maus políticos, politiqueiros, desejosos de fazer demagogia, assumiram o Poder, depois da Revolução. Distingue-se, nesse instante, o estadista do politiqueiro. O estadista tem coragem de arrostar a impopularidade para o bem do povo; aplica remédio amargo, regime espartano, quando é necessário fazê-lo, e não conquista votos. O politiqueiro jamais tomará uma atitude que seja impopular; procura agradar sempre, se possível, a todos, pelo menos, à maioria. Às vezes, maioria desavisada, presa fácil da demagogia e ele se encastela no Poder. Eis a verdadeira fraqueza do regime democrático. Não há regime perfeito. O politiqueiro aproveita essa fragilidade; é a brecha por onde ele ascende ao Poder. Mas é fácil distingui-los.

O erro da Revolução, se houve, foi ter abreviado a sua existência. Deveria prolongar-se, um pouco mais, e feito outras reformas, como a que eu mencionei no plano político-eleitoral, e no plano educacional. Teríamos a vantagem de ter pessoas mais instruídas, de olhos mais abertos para as realidades do País, advindo, naturalmente, um amadurecimento progressivo e constante do nosso regime livre e democrático. A precipitação em abreviar impediu que muitas reformas eclodissem; não puderam se realizar. Muitos "ninhos de vespas" continuaram intocáveis, intangíveis, e mantiveram o seu fel. Aberta a porta, voltou a ser destila-

do, com o auxílio externo de outras potências, dentro da estratégia de converter a América do Sul ao comunismo e ao materialismo dialético. Realmente, temos, hoje, problemas sérios a enfrentar.

Qual a sua avaliação da abertura política, desde o Governo Geisel?

Como disse, foi um pouco açodada, queimou etapas, e com isso deixou de dar certos arremates. A abertura, sobretudo, escancarou a porta para que os inimigos da Revolução pudessem recrudescer de uma forma solerte, impiedosa e cruel, deturpando, mentindo e laqueando a boa fé do público, em particular das novas gerações, e procurassem a todo pano voltar ao Poder. É o que eles estão fazendo, hoje.

Mesmo anteriormente, a Revolução se precipitou, no meu entender ao permitir que fosse prematuramente julgada pelas urnas antes de esgotadas as etapas de sua evolução, e, do amadurecimento de certos frutos de resultado e conquista inegáveis sob ponto de vista do interesse público. Nesse sentido coube a Jellinek, entre outros mestres do Direito, desenvolver a tese das Revoluções como fatos geradores de Direito. Senão, como explicar a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a Emancipação das Treze Colônias americanas em relação à Inglaterra etc. Por isso mesmo, as eleições de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara, representaram um claro revanchismo. Neste último caso, instruído com documentação relevante pelo então Coronel Ferdinando de Carvalho, homem bravo e intimorato que sofrera até atentado por presidir o IPM do Partido Comunista, requeri como Deputado o *impeachment* do senhor Negrão de Lima que tinha comprado o apoio de um partido fora da Lei – o Comunista em prol de sua candidatura a Governador de Estado, em pleno ciclo revolucionário. Denunciei até que o acordo tinha se dado em casa do Advogado Letelba Rodrigues. Submetido a votos, na Assembléia Legislativa, depois de muitas sessões tumultuadas, votaram comigo apenas a Deputada Lígia Lessa Bastos e o Deputado Célio Borja. Também os Editoriais de quase todos os jornais foram contra o referido *impeachment* que correspondia ao repúdio a um partido fora da Lei e ao espírito revolucionário de 1964.

Observa-se, a partir de 1985, a presença do chamado "revanchismo" por parte de políticos, autoridades em geral e da mídia, em relação, fundamentalmente, aos militares. O que o senhor acha a respeito?

O "revanchismo" está mais presente do que nunca, porque determinado por um desejo desaçaimado de destruir a autoridade moral, representada pelas forças

vivas da nacionalidade. Estende-se a todos os campos. Copiam os ensinamentos revolucionários de Gramsci, esses "revanchistas" adeptos do comunismo, que preconizam a destruição dos valores atuais da sociedade e, numa segunda etapa, implantar uma nova ordem social. Que nova ordem social? A ditadura do proletariado ou para o proletariado: o Estado comunista.

Está demonstrado no "Livro Negro do Comunismo", publicação imparcial, da Europa, livro volumoso; título original em francês é *"Le Livre Noir du Communisme"*. O comunismo matou mais de cem milhões de pessoas, em vários quadrantes do mundo, ao longo dos regimes e do tempo. O livro mostra de forma consistente.

A verdadeira violência dos nossos dias começa dentro de casa. Certas idéias são deturpadas; procura-se desmoralizar as instituições nacionais: a Igreja, criando-se a sua contrafação, uma igreja anedótica: a igreja da Teologia da Libertação; as Forças Armadas, criando-se instituições paramilitares em detrimento das mesmas; A Família, procurando-se aviltá-la, por meio da ênfase a esses movimentos *gays*.

Os homossexuais são criaturas humanas que devemos ter sentimento de comiseração, porque isso não disfarça a anormalidade que são investidos. Bastaria um raciocínio "kantiano" para mostrar que não são normais. Uma vez, num programa de auditório, aliás, não deveria ter ido pelo ambiente altamente depreciativo – havia muitas pessoas que procuravam zombar das instituições e da família – fui instado a dizer o que pensava do homossexualismo. Disse que tinha piedade, mas não os considerava normais. Recebi uma monumental vaia, em troca. "Por que não são normais!? São tão normais quanto o senhor e qualquer outro" – disseram. Respondi-lhes que não é preciso invocar razões de ordem moral nem religiosa, e lembrei-lhes um pensamento respeitado do filósofo Emanuel Kant. Na "Crítica da Razão Pura", *"Kritik der Teorichen Vernunft"*, ele explica como podemos saber se uma ação é moral, sob o ponto de vista da razão. É simples, basta convertê-la em máxima universal sem absurdo. Vamos exemplificar: Eu posso roubar? Se a ação de roubar for convertida em máxima universal, é claro que a vida em sociedade vai ser impossível. Até o ladrão vai ser roubado. Então eu não posso converter a ação de roubar em máxima universal sem absurdo. Outro exemplo: Eu posso praticar a caridade? Se todos praticassem a caridade seria ótimo, o mundo seria melhor, haveria menos injustiça e mais comiseração pelos pobres.

Muitos pensam que é privilégio da esquerda ter comiseração e respeito pelos humildes e pelos que têm fome. Ao contrário, querem-nos para massa de manobra, para usá-los como alavanca para atingir o Poder, para "bucha de canhão". São os primeiros a sacrificar esses pobres coitados na possível reação a uma invasão de uma propriedade agrícola. Desejamos as reformas dentro da lei, de

forma legal, democrática, respeitando o direito de propriedade sem esquecer-lhe a função social; jamais o panegírico do egoísmo.

Então, a máxima de Kant é válida. Respondi-lhes que as pessoas nascidas, às vezes, com esses distúrbios glandulares merecem a nossa comiseração. Se tornassem a prática homossexual uma regra absoluta a humanidade desapareceria da face da Terra, em uma geração. Logo, baseado nesse simples raciocínio, não são normais.

É possível dialogar com o moço, mostrar onde está a verdade, acabar com a mistificação por meios das palavras, que envenenam as instituições. Esse é o grande desafio da nossa época. As armas não são apenas de fogo, mas psicológicas: os *slogans*, a propaganda, a forma de enquadrar. "Ah! fulano é de direita", repetem até empurrar o cidadão de seu plano para a direita, no sentido de desmoralizar. Creio que nós buscamos o centro, até por questão de equilíbrio, de geometria.

Essa terminologia surgiu na Revolução Francesa. Na representação popular, os deputados que ocupavam as cadeiras mais à direita da sala eram adeptos da volta da realeza. Os que se sentavam na parte mais alta eram os "montanheses", à esquerda os "jacobinos", violentos e radicais. Ao longo do tempo, ganhou outros matizes. Hoje, chamar de direita ou esquerda é depreciativo. O cidadão é encurralado na direita para ser desmoralizado pela mídia. Não aceito esses termos.

Na atualidade, existem os traidores da pátria e os que respeitam as tradições brasileiras. Os que respeitam a Família, a nossa fundamentação cristã, o Estado democrático; os que querem as instituições livres, honrar o Exército de Caxias, a Marinha de Barroso ou a Aeronáutica de Santos Dumont. Queremos que respeitem nossos valores e não fazer a exaltação do anti-herói, do bandido; a apologia do crime. Até bem pouco, víamos muitos jornalistas fazerem elogios aos "mineirinhos", aos bandidos. Geravam-se, no espírito dos jovens, o culto aos anti-heróis; que exemplo de vida este anti-herói poderia dar?

Nulificar todos os valores, a idéia bolchevista em marcha; vamos destruir todos os valores. Num primeiro momento, não há preocupação com o controle total da economia, porque acham ser impossível. Procuram solapar os valores e as instituições. Idéia desde que o estrategista Sun Tzu disse que a melhor forma de se conquistar uma fortaleza é desmoralizar a sentinela, é desmoralizar os ocupantes desta fortaleza. Quando a moral da tropa cair a zero, a fortaleza cairá como um castelo de cartas.

A forma de dissolver as instituições começa com o uso indiscriminado do tóxico, porque o toxicômano é quimicamente desfibrado. Para conseguir comprar é capaz de roubar o pai; a donzela, talvez, de ceder a sua virgindade. Procuram fazer rir da virtude. Um jovem, hoje, que resista ao tóxico, que não pratique esse tipo de

vício, é desdenhado, escarnecido, por muitos outros jovens. Sou pai e senti essa influência. "Nós somos chamados de caretas, bobocas, no colégio, meu pai!" Pedi que meus filhos convidassem os seus colegas e passei um filme importado, feito por médicos, que mostrava com realismo como ficavam as vísceras e o cérebro daqueles que se intoxicavam com as substâncias ditas estupefacientes, a começar pela maconha, o primeiro degrau, que já causa danos permanentes ao cérebro.

Disse-lhes que poderiam ser zombados, chamados de ultrapassados, até outros termos mais insultuosos, pelo fato de não participarem da rodinha do fumo: da maconha ou do LSD ou da heroína ou da cocaína, mas se não resistirem, não há volta. Tenho certeza de que saíram dali vacinados.

Lamentavelmente, não há reação das escolas, dos livros didáticos e dos meios de divulgação com essa envergadura. Precisamos mostrar a verdade, esclarecer; mostrar ao jovem o que é uma vida sadia, uma vida pelo esporte; mostrar o que é a prática da democracia, o que devemos aos homens de armas das gloriosas Forças Armadas do Brasil, os atos de bravura, desde o nascimento da nossa Pátria. Mostrar sem rebuço, sem peias, com honestidade e sinceridade; sem ter medo de elogiar a quem merece. Quando queremos usar os meios de divulgação, somos cerceados, seja pela infiltração, seja pelo fato de preferirem chocar pelo gritante, pelo absurdo. A preocupação exclusiva é vender jornal.

Vou contar um episódio, na citada TVE, em que acabei por me indispor. Estava num programa de entrevistas, ao lado de outras pessoas, entre as quais esse cantor chamado Ney Matogrosso. A pergunta do âncora do programa, o entrevistador, foi a seguinte: "Que o senhor faz, quando chega em casa depois do trabalho?" As respostas dos entrevistados eram simples: "vou tomar banho", "vou ler o jornal" etc. Eu disse que ia ler, alguma leitura atrasada, ou descansar um pouco. Ele, com o maior cinismo, o programa era vespertino, disse assim: "Ah! Eu chego em casa muito tenso. Fumo um "baseado", um cigarrinho de maconha, para me sentir bem". Eu me levantei e disse: "Protesto! Aqui é uma emissora do governo. É lamentável. Fumar maconha é crime e esse senhor está fazendo a apologia do crime. O senhor deveria sair daqui preso". Ele disse: "O que é isso Nina, você está perdendo a esportiva". Retruquei: "É isso mesmo! Tem adolescentes assistindo ao programa, meus filhos, e devo protestar. O senhor é um cantor, galvaniza multidões, e está dando um mau exemplo. Além disso, utiliza um meio de divulgação que pertence ao Governo para fazer apologia do uso da maconha. O senhor sabe que isso é crime?" O programa não pôde prosseguir.

O homem de bem precisa se indignar diante de certas situações. Aquele que abaixa a cabeça e morre sem berrar é carneiro, não é um ser humano.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional? O comunismo, realmente, não desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu, apenas mudou de roupagem. Haverá sempre adeptos do totalitarismo. Ele atualizou-se, aproveita com mais habilidade as brechas, as reivindicações sociais legítimas: emprego, comida, moradia. As soluções para esses problemas é secundário. Servem aos adeptos do comunismo de alavancas para a conquista do Poder, no seu caminho de truculências. Existem nações que exportam essa ideologia e armas e, mais do que isso, procuram penetrar no Brasil. Em Brasília, há uma representação oficial das FARC, por exemplo.

É um absurdo, mas existe.

O Foro de São Paulo acolheu e agasalhou esses verdadeiros traidores da pátria colombiana e inimigos da nacionalidade brasileira. É um movimento que teima em persistir, em tomar conta das manchetes dos jornais, em destruir os valores, dominar, pelo rapto, o espírito dos jovens, de gerações futuras, que podem mudar tudo isso. É preciso estar alerta, não para praticar injustiças, mas para saber reprimir e revidar à altura, em todos os campos em que esses insidiosos inimigos da Pátria queiram atuar.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, embora se tente ocultar do povo esses resultados. O que o senhor acha disso?

É verdade. A despeito de todas essas manobras que descrevemos, da infiltração da mídia, da deturpação das verdades, há um clamor por segurança, tranqüilidade. Muitos identificam nas Forças Armadas este verdadeiro caráter exponencial de guardiões da nacionalidade. No Império, havia o Poder moderador exercido pelo imperador; na época republicana, tem sido exercido pelas Forças Armadas. Quando a vida da Nação está em perigo, elas nunca têm faltado ao seu compromisso.

Muitos cidadãos vão, até, ao exagero. Querem que as Forças Armadas façam tudo, por exemplo, se convertam em Polícia. Não foram criadas para isso. A formação do soldado, do marinheiro ou do aviador e o próprio armamento não é apropriado. A Polícia é indispensável na sua missão. Precisa-se, porém, modificá-la, extirpar-lhe os carcinomas existentes. Lamentavelmente, há em todas as classes sociais; não é privilégio da Polícia ter maus elementos. Criar uma carreira dignificante, com o policial ganhando bem, para suprir-lhes as necessidades.

Hoje, na dura realidade econômica, conhecemos casos concretos de policiais militares forçados a morar próximo dos antros dos bandidos. Que autoridade tem esse

policial ao prender um traficante, quando ele sabe que um amigo ou um assecla ou um apaniguado daquele meliante é vizinho dele. Amanhã, poderá ferir sua família. Age a meia-força ou até fica inibido. Creio que o policial devia residir em determinados lugares, pagos pelo Estado, além de terem um salário mais compatível.

A favela é um outro tipo de sociedade. Com o vácuo de poder da sociedade estabelecido, o traficante assume a liderança, em muitos desses lugares. Pratica alguns atos caridosos, aparentemente: fulano precisa estudar para o vestibular, ele paga o curso; um indivíduo se machucou, a mulher vai ter filho, é urgente, não pode esperar mais, o traficante dá o dinheiro. Fica idolatrado e passa a aproveitar; utiliza os adolescentes, que eles chamam de "aviões", para levar o tráfico ou mensagens dos seus negócios. Nessa hora, impõe na marra a sua vontade e quem se voltar contra ele, corta a mão, fuzila, mata. Cria-se este regime draconiano da antissociedade, uma realidade dos nossos dias.

Invocando Disraeli, se os homens de bem tiverem a mesma coragem, não precisa ter mais, basta a mesma coragem dos bandidos, ultrapassamos essa fase. Sou otimista. Temos forças vivas na Nação que podem começar. Os integrantes das nossas briosas Forças Armadas, a população civil ordeira e trabalhadora, que respeita a lei, os empresários que querem tocar a livre empresa sem o desejo egoísta e desaçaimado do lucro. Esse homem é bem-vindo. A propriedade deve ser o objetivo de todos aqueles que trabalham; desejamos que o operário possa ser um proprietário: ter sua casa própria, seu veículo, e que possa se vestir e comer satisfatoriamente.

Doutor Nina Ribeiro, pedimos ao senhor que registre para nós uma mensagem final, no nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Antes de mais nada, quero agradecer e dizer da minha emoção de estar na casa dos meus antepassados. Enaltecer a Biblioteca do Exército pela preservação dos nossos valores. O Exército é a espinha dorsal, a alma da Nação. Tem um valor inapreciável, inestimável, inexpugnável. Felicito, também, a iniciativa deste Projeto. A preservação destes depoimentos e sua ampla divulgação deve ser validada, para que as futuras gerações aprendam a amar o Brasil. Que Deus nos inspire e nos permita fazer tudo isso.

Coronel-Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e os de Oficial de Comunicações em Scott Field-Training Comand/EUA – Air Force e de Oficial de Controle de Tráfego Aéreo em Sheppard Field-Training Comand/EUA – Air Force.
- Passou a maior parte de sua carreira exercendo a função de Assistente de Aerovias na Organização e Desenvolvimento dos Serviços de Proteção ao Vôo, nos Setores de Controle de Tráfego Aéreo e de Busca e Salvamento.
- Foi Representante do Brasil no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional em Montreal/Canadá (1955/1957), no Conclave de Navegação Aérea em Montreal (1956), na Assembléia Geral em Caracas (1956) e em outras Conferências.
- Em 1961, foi Diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos (atual ECT).
- Após a passagem para a reserva, em 1962, foi Diretor Administrativo da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba.
- Em 1964, era Secretário de Segurança Pública do Governo Carlos Lacerda, Estado da Guanabara, com a incumbência de administrar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Guarda Civil, a Polícia Judiciária, o Corpo Marítimo de Salvamento, o Departamento de Trânsito, o DOPS e a Radiopatrulha.

Entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2002.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Exército Brasileiro por essa oportunidade que tenho de, pela primeira vez, revelar uma série de fatos que não pude mencionar antes por motivos mais ou menos óbvios. Apesar de escrever cartas e ensaios, a patrulha comunista na imprensa até hoje não permitiu que esses meus documentos fossem publicados.

Por isso a importância desta oportunidade que a Força Terrestre me oferece, ocasião também propícia de agradecer ao Exército Brasileiro pela extraordinária colaboração durante a fase pré-revolucionária em que o Estado da Guanabara, do qual eu era Secretário de Segurança, estava sob constante ameaça de estado de sítio e de intervenção e até de assassinato do Governador Carlos Lacerda, como vou narrar mais adiante.

Pretendo abordar tudo aquilo que ainda tiver guardado na memória, complementado pelo que trago anotado. Grande parte do que vou dizer estará baseado em documentação que possuo, nos meus arquivos particulares. Naturalmente, alguma coisa ficou só para a memória, porque não era possível documentar tudo.

Pretendo abordar os assuntos que conduziram as Forças Armadas à Revolução de 31 de Março, tornando praticamente obrigatória a sua entrada no panorama político nacional.

A verdade é que, ou as Forças Armadas atendiam à absoluta maioria do povo, partindo para uma revolução, ou, então, o Brasil ia ser entregue à União Soviética, passando a ser mais um satélite a servir de base para lançamento de foguetes contra os Estados Unidos. Escrevi um artigo sobre isso: o Brasil seria o quarto flanco – o flanco sul, porque há o flanco Europa, leste; oeste, Ásia; norte, transposto somente por foguetes ICBM (pertencente a família ATLAS de mísseis balísticos intercontinentais), por cima da calota polar, porque não era possível haver uma invasão por terra através do pólo; faltando o flanco sul, o Brasil estava sendo preparado para esta destinação.

Daí, o interesse da União Soviética em fomentar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste verdadeiro continente.

Coronel, poderia nos mostrar o seu caminhar, desde aquele início, lá no Governo Vargas. Por que resolveu entrar na política? O senhor era, até determinado momento, somente oficial aviador e depois se sentiu obrigado a participar de atividades políticas. Por quê?

A minha participação, ao lado de vários outros colegas de turma – no início eram só colegas de turma – deve-se ao seguinte fato: havia uma corrupção generalizada no Governo Getúlio Vargas. Era escândalo em cima de escândalo, e quem mais denunciava, com base em documentação farta e raciocínio lógico, era o Carlos

Lacerda, através, primeiro, de colunas na *Tribuna da Imprensa* e no *Correio da Manhã*, e depois no seu próprio jornal chamado *Coluna da Imprensa*.

Até que um belo dia nós soubemos lá na Diretoria de Rotas, onde eu trabalhava, no Aeroporto Santos Dumont, que um coronel da FAB (Força Aérea Brasileira) chamado Guilherme Telles Ribeiro estava fazendo uma operação irregular na compra de material para a FAB.

Irritados e envergonhados, denunciamos o fato e demos todos os documentos e comprovantes para o Carlos Lacerda publicar, o que ele fez. Resultado: 15 dias depois, esse Coronel Telles Ribeiro e um capanga entraram no edifício do Lacerda e deram uma surra nele dentro do elevador.

Assim que soubemos na Diretoria de Rotas, eu e os majores ficamos muito revoltados, com um claro sentimento de culpa, porque tínhamos induzido o Lacerda a publicar aquele artigo, aquela denúncia que geraria a agressão.

Reunimo-nos no Aeroporto e resolvemos passar a acompanhá-lo, armados de 45, para defendê-lo com a nossa presença. Daí para frente, começamos a acompanhar o Lacerda.

Todo dia tinha um acompanhante. No dia 4 de agosto de 1954, eu estava escalado, mas na hora do jantar recebi um telefonema do Galeão me convocando para vôo do Correio Aéreo Nacional no dia seguinte de madrugada. Como a gente decolava muito cedo, eu não quis fazer o vôo cansado, maldormido.

Telefonei para o meu colega Rubens Florentino Vaz para me substituir e ele pegou o serviço no Colégio São José, na Tijuca, onde o Lacerda proferia uma palestra. De lá, passei o bastão para ele às 9h da noite, e ele levou o Lacerda no carro dele até em casa, na Rua Tonelero, 180.

Lá chegando, o Lacerda, que estava com o filho Sérgio, desceu de um lado e o Major Vaz desceu do outro. Ficaram conversando um pouco, depois o Lacerda se afastou pela calçada para entrar. Este fato está descrito com todo o detalhe em meu livro, lançado, há pouco, novembro de 2001, com o título "Getúlio e o Mar de Lama", que estou deixando no Projeto de História Oral. Ele mostra a verdade sobre 1954 e faz uma análise de todo esse período. De maneira que não vou entrar em muito detalhe, porque já consta aí...

Ficou muito conhecido esse episódio do assassinato do Major Vaz e ocorreu uma coisa que não é ressaltada no livro, que foi a aglutinação das Forças Armadas em torno da FAB para caçar os assassinos do Vaz. Isso foi muito comovente, a FAB ficou extremamente grata. Havia dias, como digo no livro, em que apareciam no Aeroporto Santos Dumont mil oficiais do Exército, fardados, com 45 na cintura, para caçar o bandido Euribes da Silva.

Esse episódio resultou no suicídio do Getúlio – o Getúlio se matou de vergonha. Dizem que foi o Lacerda que derrubou o Getúlio, coisíssima nenhuma, o Getúlio se matou de vergonha. Há uma versão de alguns médicos de que ele foi morto, não foi suicídio, porque existem umas circunstâncias meio esquisitas relacionadas com a sua morte.

Por que é que o Getúlio, um homem que sempre gostou de andar bem-apresentado, bem-vestido, iria se suicidar de pijama e chinelo? Essa é a primeira dúvida que aparece. Segunda dúvida: por que a família impediu a realização da autópsia? Isso também é muito estranho, pois seria do interesse deles fazer a autópsia, para constatar se a bala tinha realmente partido do revólver de propriedade de Getúlio. Impediram a autópsia e nunca se soube se a bala era aquela mesma que tinha partido do revólver dele.

Passaram-se os tempos, Getúlio já um tanto esquecido, assume o Café Filho, que fica doente, seguem-se aqueles episódios do Lott. O Marechal Henrique Lott dá o golpe do 11 de Novembro e o Carlos Luz toma posse, mas fica só por um mês. Enfim, é uma história muito longa, que não vem muito ao caso, porque pouca influência teve no 31 de Março.

Apenas serviu para que nós, assustados com a corrupção que já vinha anunciada e prevista com a posse do Juscelino, recomeçássemos a conspirar para derrubar o Juscelino.

Aqueles dois episódios de Jacareacanga, PA, e Aragarças, GO, por exemplo, foram essencialmente dois movimentos um tanto românticos, dirigidos contra a corrupção de Juscelino, e não sou eu quem falo na corrupção do Juscelino, quem declara e cita fatos e tudo é o Samuel Wainer no livro “Minha Razão de Viver”. O Samuel Wainer era o dono da *Última Hora*, o jornal que apoiava o Getúlio, criado para o seu próprio apoio e depois mantido pelo Juscelino com o dinheiro maciço do Banco do Brasil.

O que o Samuel Wainer roubou do Banco do Brasil é uma loucura, e depois foi parar na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso, em que aparecem todos os valores, datas e documentos.

Chegamos, então, à Revolução de 31 de Março. A situação política era tão ameaçadora, do ponto de vista da segurança nacional, que as Forças Armadas tinham que tomar uma posição. Naquela altura, o Lacerda também tinha sido eleito Governador e eu era o Secretário de Segurança.

Nessa posição, participei e assisti em parte, assisti de camarote, à Revolução toda. Por isso minha disposição em dar esse depoimento, porque realmente vi coisas que pouca gente viu, acompanhei do lado de dentro.

Como Secretário de Segurança, o que gostaria de destacar, inclusive mostrando os constrangimentos e as dificuldades vividas pelo Lacerda?

O Jango tinha ódio mortal do Lacerda. Acredito que era mais fruto de inveja, porque ele era um incompetente, um bronco completo, um *playboy* de fronteira, que passara a juventude indo a cabarés e farras. Até mesmo depois de Presidente da República, ele organizava orgias num apartamento ao lado do Copacabana Palace, era a sua maior preocupação.

Enquanto o Lacerda era um tribuno, um jornalista respeitável.

Um homem respeitado, que estava fazendo um excelente governo no Estado da Guanabara. O Jango adotou várias linhas de ação para destruir o Lacerda.

Primeiro foram "futricas" para atingir a parte econômica do Estado, impedindo ou dificultando o Estado a tomar um empréstimo para fazer a obra da água que está aí até hoje. Nós temos água hoje graças a Carlos Lacerda.

O Lacerda conseguiu um empréstimo por fora, sem garantia do Tesouro, sem aval do Tesouro, sem garantia do Banco do Brasil, sem nada, apesar da oposição do Jango. No fim, ele provocou uma outra...

Lembrar que a Zona Sul do Rio de Janeiro não tinha água, era um inferno...

Não tinha, eu morava na Zona Sul... Passavam-se vinte, trinta dias, sem pingar uma gota d'água.

Em Copacabana era uma coisa terrível. A solução veio com o Lacerda, valendo-se da água do Guandu, sozinho, sem nenhum apoio do Governo Federal.

O Estado teve que custear tudo sozinho, apenas com apoio do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, um empréstimo sem o aval do Banco do Brasil.

Tendo o Lacerda conseguido o empréstimo e dada partida no projeto da água, o Jango ficou desesperado e pôs em prática a idéia do Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, armando a seguinte armadilha: numa lei de aprovação do orçamento da República, ele incluiu um artigo dando direito aos policiais da Guanabara de optarem pelo Governo Federal. Os policiais da Guanabara eram aqueles que tinham ficado no Rio, na época da mudança da Capital para Brasília, e por decreto do Juscelino eles permaneceram aqui, para não desfalcar completamente a Polícia e o Corpo de Bombeiros do Estado, para a cidade não ficar abandonada. Em Brasília, só havia barraco naquela época – era a tal "Cidade Livre" dos candangos – e o Goulart criou, então, essa possibilidade.

Inseriu esse artigo na Lei de Meios e com isso conseguiu esvaziar a Polícia. Ele tirou do Corpo de Bombeiros e da Polícia, em três ou quatro dias, cerca de dois mil bombeiros, três mil e tantos policiais militares e mais dois mil da Polícia Civil.

Esse é um fato que pouca gente sabe. Poderia falar mais sobre esse esvaziamento?

Vou lhe dar mais informações. Em primeiro lugar, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) – entidades esquerdistas que reuniam trabalhadores para promover agitação e estimular greves –, criados em 1962, com a complacência e conivência do Jango, davam sobejas demonstrações de já estarem em condições de paralisar o País. Ameaçavam desligar todas as fontes de energia e paralisavam os ônibus freqüentemente por meio de greves violentas.

O Lacerda mandava mobilizar centenas de caminhões do Estado para oferecer transporte gratuito para a população, o que de certa forma frustrava o desígnio do Jango.

Mas, não contente com isso, ele continuou com a opção da Polícia e do Corpo de Bombeiros e montou o seguinte: foram cerca de dois mil bombeiros, foi a pior manobra deles, porque o Estado ficou somente com duzentos bombeiros, e esta cidade não pode funcionar com menos de quatro mil homens no Corpo.

Fiquei torcendo e remoendo dentro da Secretaria para não haver nenhum incêndio, porque só havia bombeiro no quartel da Praça da República e um bombeiro de sentinela em cada quartel, fingindo que o quartel estava funcionando. Mas não tinha ninguém, estava tudo abandonado. Isso demorou uns quinze dias. Ao fim dessa quinzena, já conseguimos preparar novos bombeiros recrutas, que foram recompletando os quadros.

Com a PM, foi mais ou menos parecido. As quantidades eram maiores, mas a PM era muito grande, já tinham chegado os novos recrutas, então, apesar de eles nos tirarem mais de três mil PMs, ainda havia número suficiente para fazer o policiamento da cidade.

A Polícia Civil foi desfalcada, mas também rapidamente fizemos concurso para comissários, delegados, escrivães e peritos do Instituto de Criminalística, recompletando os quadros rapidamente, graças à eficiência do Governo do Lacerda como um todo, sobretudo a sua Secretaria da Administração.

Veja a maldade do Abelardo Jurema: ele retirou aqueles bombeiros todos nas vésperas do pagamento, que era no dia 27 ou 28 do mês. De maneira que, de repente, a Tesouraria do Corpo de Bombeiros ficou completamente às moscas, não havia como fazer a folha de pagamento do pessoal.

O Secretário de Finanças da Guanabara da época mandou quarenta contadores “craquérrimos” para dentro do Corpo de Bombeiros e em 48 horas eles fizeram a folha de pagamento dos bombeiros e nós pagamos em dia. Isso deixou o Jurema e o João Goulart furiosos, porque era mais uma frustração da dupla.

Então, resolveram partir para o assassinato. Recrutaram aquele General Alfredo Pinheiro...

Pinheiro, Comandante do Núcleo da Divisão Pára-quedista.

O General Pinheiro, Comandante dos pára-quedistas, participou de uma reunião no Apartamento 15 do Anexo do Copacabana Palace com os Deputados Leonel Brizola e Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, e com o Subchefe da Casa Militar do Presidente João Goulart, Coronel João Sarmento.

Nessa reunião, o Ministro da Justiça deu ordem para que o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, na manhã do dia 4 de outubro de 1963, prendesse o Governador Carlos Lacerda e, no caso de haver resistência, atirasse para matar, quando o Lacerda fosse fazer uma inauguração no Hospital Miguel Couto, no Leblon, prevista para as 8h da manhã. O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, ao dar a ordem no dia 3, véspera da ação, esclareceu ao General Pinheiro que o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, estava a par de todo o plano e dera sua aprovação, uma vez que o Jango ia conseguir o decreto do estado de sítio, o que serviria de motivo para o desencadeamento do plano.

O Ministro da Guerra, que mandou abrir Inquérito Policial Militar (IPM), alegou, em nota oficial, que só tomara conhecimento das notícias sobre o atentado contra o Lacerda, ao chegar ao Rio, por meio de sua Assessoria.

Em Brasília, foi encaminhado à mesa da Câmara o requerimento do Deputado Padre Godinho, para constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de apurar as responsabilidades no fracassado atentado contra o Governador Lacerda.

Quer dizer que os executantes seriam enganados, porque não havia estado de sítio.

Exatamente, seriam enganados. Mas eles não eram bobos, o oficial do Exército não é bobo, ao contrário. O Tenente-Coronel Francisco Boaventura, grande oficial, o Chico Boaventura, desconfiou do negócio. Ele era Comandante do Grupo de Artilharia Pára-quedista.

Chamado pelo General Pinheiro, ele disse que só cumpriria a missão por escrito. O General Pinheiro não ia escrever e assinar embaixo o nome; ele se recusou a assinar a ordem, alegando que a ordem ele recebera, por intermédio do Ministro Abelardo Jurema, do próprio Presidente da República e não tinha sido dada por escrito, no entanto ele tinha aceito de boa fé, tudo perfeito, considerando, principalmente, que o País já estaria em estado de sítio, de maneira que tinha de cumprir.

Mas o Boaventura disse "não vou". O Coronel Aragão, Comandante do Regimento Santos Dumont, recebeu a mesma missão e também se negou a cumpri-la. O Coronel Monção, que assistiu a tudo, era o Oficial de Operações do Estado-Maior do Núcleo. Não confundir o Coronel Aragão com o Almirante Aragão nem com o

General Moniz de Aragão. O Coronel Aragão era comandante do Regimento de Infantaria Pára-quedista, como falei, o Regimento Santos Dumont.

O Coronel Aragão foi meu Professor de Geopolítica na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando eu era cadete e ele oficial de Estado-Maior.

Esses oficiais, então, ficaram de vigília no quartel, ficaram voluntariamente de prontidão, preparados no quartel para tentar inviabilizar o Plano.

No entanto, sem que o Boaventura, o Aragão e o Monção percebessem, o Tenente-Coronel Abelardo Mafra, Chefe do Estado-Maior do General Pinheiro e com ele mancomunado, organizou uma tropa com gente da Arma de Engenharia, valendo-se, portanto, de uma Companhia de Engenharia lá do Grupamento de Unidades Divisionárias, e saiu com essa tropa pelos fundos do quartel. Mas, de madrugada, um oficial pára-quedista telefonou para um agente meu de informações, de inteligência, denunciando o fato.

Eu já estava alerta e tinha posto de sobreaviso a Polícia Militar. Às 4h da madrugada, mais ou menos, veio a confirmação de que eles iriam sair.

O primeiro telefonema foi à 1h da manhã, quando determinei a dois agentes de Inteligência do Estado da Guanabara, que se deslocassem para a praça próxima ao hospital, para me relatarem os fatos que estariam por acontecer. Ao mesmo tempo, telefonei para o Lacerda.

O Lacerda, muito esperto, disse: "Não põe PM lá, nós não vamos combater ninguém. Você faz o seguinte, está marcado nos jornais para às 8h a minha visita. Vou chegar lá às 6h15min, e quando os pára-quedistas aparecerem já terei ido embora há muito tempo".

Achei formidável aquela solução, até para mim, porque não ia ter que entrar naquele combate, mas deixei os dois agentes lá.

Esses dois agentes, por conta própria, bolaram uma outra operação complementar. Eles estavam cada um com um carro, foram para a Avenida Niemeyer e trombaram os dois, um com o outro, atravessando e bloqueando completamente a pista.

Daí a pouco, chegaram os pára-quedistas e havia dois carros enguiçados na frente, não podiam passar, tinham que esperar a perícia por causa do seguro. Depois de meia hora de discussão, os pára-quedistas carregaram no braço os dois carros trombados, afastaram, passaram e chegaram às 8h30min no Hospital Miguel Couto. Evidente que não tinha mais ninguém! A inauguração já havia acontecido.

As informações completas me chegavam pelo rádio, porque os dois rapazes me transmitiam. No dia seguinte, o Exército abriu uma sindicância, no Núcleo da Divisão Pára-quedista, respondida pelo Boaventura, que deu um depoimento perfei-

to, completo, detalhado, mas com um pedido de insistência do General Pinheiro para que não fosse divulgado.

Por alguma manobra esperta, esse depoimento dele saiu publicado inteirinho no jornal *Estado de São Paulo*. Quer dizer, foi lançado em São Paulo para confundir o Pinheiro e o Jango aqui no Rio de Janeiro.

Saiu em São Paulo o depoimento inteiro e depois ainda teve, no dia seguinte, mais um comentário do Estado de São Paulo, reafirmando tudo aquilo que tinha sido dito e o resultado, por incrível que pareça, foi a prisão por trinta dias do Tenente-Coronel Boaventura e a sua transferência para fora do Rio de Janeiro. Aquela CPI, requerida pelo Padre Godinho no Congresso, foi abafada pelo Tancredo Neves, que era o cara que atrapalhava tudo. Posso até citar outros tantos fatos em que ele emperrou o andamento.

Com isso, puseram uma pedra em cima do inquérito dos pára-quedistas, apesar de, como diz o código penal: o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstância alheia à vontade do agente.

A prisão, com morte do Lacerda, não aconteceu por motivos alheios à vontade do Jango, do Abelardo Jurema, do General Pinheiro, do Brizola, todos eles coniventes.

O crime é doloso, porque houve concurso de todos e quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua cumplicidade. Todos eles eram cúmplices. No livro que vou publicar ainda este ano, listo os culpados.

O Lacerda escapou por ter sido avisado do problema e pela estratégia que ele mesmo concebeu de chegar lá mais cedo e fazer a inauguração em outro horário.

Exato. Nesse livro, listo os meliantes: João Belchior Marques Goulart e Abelardo Jurema, políticos mandantes; Leonel de Moura Brizola, político concorrente; Alfredo Pinheiro, General agente; Abelardo Mafra, Tenente-Coronel agente; e o possível acobertamento da parte do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, e mesmo do Comando do I Exército. Isso mostra a vontade do Jango em destruir o Lacerda...

Coronel, por que a planejada ação do Almirante Aragão contra o Governador Carlos Lacerda, tão comentada na época, não logrou êxito?

O dispositivo do Assis Brasil, Chefe da Casa Militar do Jango – o tal esquema militar – caiu como um castelo de cartas. Ele, Assis Brasil, autorizou o Almirante Aragão, Almirante fuzileiro, a atacar com os dois Batalhões de Fuzileiros o Palácio Guanabara, destruir o Palácio, se fosse preciso, e matar o Lacerda.

Esses dois Batalhões saíram dos seus quartéis lá na Ilha do Governador, mas eu tinha radiopatrulha na cidade inteira me avisando de qualquer movimento de tropa em qualquer canto. Fui informado imediatamente de que os portões do quartel do Batalhão Humaitá e do Batalhão Riachuelo dos fuzileiros tinham-se aberto.

Mobilizei então a Polícia Militar para fazer um cordão do lado de fora e tentar resistir, pelo menos algumas horas, à tropa dos fuzileiros, que era muito superior. Eu não tinha a menor ilusão de que ia ganhar qualquer coisa.

Mas nós tínhamos entupido as ruas com caminhões, com tratores, máquinas pesadas etc., para atrapalhar...

Como foi o deslocamento da Força controlada pelo Almirante Aragão?

O deslocamento não foi fácil, pois o BCC (Batalhão de Carros de Combate) tem uns tanques muito pesados e ele levava aquilo na frente. Mas no RCMec (Regimento de Cavalaria Mecanizado), naquela época chamado de Regimento de Reconhecimento Mecanizado (RRecMec), conhecido por "RecMec", os tanques são mais leves, e não teriam condições de arrastar aqueles tratores imensos da Secretaria de Transporte.

Muito menos os fuzileiros, que só tinham aqueles carrinhos blindados para desembarque, que são necessariamente leves para poder flutuar. O Almirante Aragão partiu de lá do quartel com a missão de acabar com o Lacerda no Palácio Guanabara.

Dei partida na Polícia Militar. Com isso, despertamos a atenção do I Exército. O General Moraes Âncora telefonou para o Aragão e disse: "Se você passar do Ministério da Marinha, corto as suas tropas com o Rec Mec", tropa de Campinho.

O Rec Mec, hoje RCMec, nessa altura, estava todo estacionado no pátio em frente do Quartel-General do Exército, Palácio Duque de Caxias, em frente deste mesmo edifício onde estamos. Ele inteirinho. Só um pelotão tinha prosseguido e estava protegendo o Palácio Laranjeiras perto do Palácio Guanabara. O Almirante Aragão ficou com medo, porque a coragem não era o forte dele, ele gostava muito de ser carregado no colo pelos marinheiros, mas isso é uma outra história.

Então, o General Moraes Âncora impediu a vinda desses dois batalhões do Almirante Aragão e com isso...

Frustrou-se mais essa última ação hostil do Jango contra o Lacerda, que é a resposta à sua pergunta.

Esse deslocamento foi em que dia exatamente?

Foi no dia 1º de abril, no fim da tarde, no dia seguinte ao Movimento iniciado pelas tropas do General Mourão em Minas Gerais.

Onde estão as raízes do Movimento de 1964? Isso foi plantado em 1935, com a Intentona Comunista? Ou com o tenentismo em 1922?

Pelas pesquisas que fiz, o Partido Comunista, criado em 1922, infiltrou-se, dentro da técnica comunista, na primeira manifestação que passou a ter uma certa relação com o Partido, que foi a Coluna Prestes.

A Coluna Prestes começou em 1924. O Prestes era oficial do Exército, da arma de Engenharia, servindo no Rio Grande do Sul, no Batalhão Ferroviário, e partiu com 1.500 soldados, civis, adeptos, enfim, agregados, uma confusão, para se juntar ao Coronel Isidoro Dias Lopes, da Polícia Militar de São Paulo que tinha se revoltado, se rebelado contra Arthur Bernardes, Presidente da República na época.

Então, o Luís Carlos Prestes, que saiu com a tropa do Rio Grande do Sul, veio juntar-se com essa força do Coronel Isidoro, que era o comandante das tropas revoltosas de São Paulo, para então continuarem o ataque visando à derrubada do Presidente Arthur Bernardes.

Mas os dois se deram mal. O Isidoro Dias Lopes foi derrotado em São Paulo e o Luís Carlos Prestes não conseguiu sair do sertão. Por tudo que li sobre a Coluna, ela foi uma demonstração de total incompetência militar.

Assisti a uma entrevista do Prestes na TV Educativa do Rio de Janeiro. Apesar da idade, ainda estava falando bem e confirmou a minha opinião de que ele era uma burrice granítica, uma ignorância total em matéria militar, porque ele só lia Marx, Engels, aquelas baboseiras.

Era um teórico do comunismo.

Ele não tirou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), não tirou o Estado-Maior, portanto ele não sabia quase nada de tática, ele sabia tanto quanto um cadete da Escola Militar do Realengo, que equivale à AMAN, voltada, basicamente, para a técnica das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia etc.).

Então ele andou 22 ou 23 mil quilômetros, fazendo “cooper” neste País, andou pelo sertão, foi até o Ceará, desceu, veio até a Bahia, tornou a voltar, fez o caminho todo de volta e entrou na Bolívia.

Quer dizer, uma coisa de louco, o sujeito sair andando pelo sertão, sempre acreditando naqueles próprios chavões deles: “as massas vão nos apoiar, as massas vão fazer isso, vão fazer aquilo”, quando nada disso aconteceu, ninguém o apoiava no sertão, ninguém queria nada com eles. Inclusive porque o sertanejo em geral é muito religioso e o comunista, como o Luís Carlos Prestes, é ateu, então ele se indispunha logo com o pessoal.

Quem escreveu um livro primoroso sobre a Coluna Prestes foi uma repórter, uma jornalista de Porto Alegre. Ela refez todo o percurso, há uns dez anos, fez

todo o percurso da Coluna Prestes, repetindo todos os passos e entrevistando todos os sobreviventes que ela foi encontrando.

Eles contaram os horrores que a Coluna praticava em termos de assaltos, estupros e matança de gado para comer, roubo de cavalos para poder substituir os cavalos deles que estavam cansados, tudo isso com o aval de Luís Carlos Prestes.

Prestes, já no meio da caminhada dessa Coluna, começou a receber dinheiro de Moscou. No momento em que ele passou a receber dinheiro de Moscou, para mim, ele tornou-se um mercenário a serviço de uma potência estrangeira, para matar brasileiros. Além de desertor do Exército e todos os outros defeitos, como incompetência, ele tornou-se pior ainda, pois passou a ser um mercenário.

Ele recebeu 80 mil dólares para dar partida na Coluna. Esses 80 mil dólares ele recebeu do Getúlio, que tinha uma ligação com a Coluna, que, na verdade, não era uma Coluna formada por comunistas. O próprio Luís Carlos Prestes, inicialmente, não se dizia comunista. Mais tarde, na História, o Getúlio prende o Prestes, depois solta o Prestes, prende de novo, anistia o Prestes, depois vai para o palanque junto com ele, para os dois concorrerem ao Senado em 1950 e são eleitos, por incrível que pareça.

Depois da Coluna Prestes, já na Bolívia, o Luís Carlos Prestes foi doutrinado pelo Astrogildo Pereira, um comunista teórico, uma pessoa com algum mérito, não era terrorista, não matava ninguém.

Era um idealista, ideólogo. Esse Astrogildo Pereira doutrinou o Luís Carlos Prestes para que ele se tornasse realmente comunista. Daí para diante, então, ele se entrosou completamente com a KGB russa, recebendo todo mês os seus estipêndios, suas medalhas. Foi levado a Moscou várias vezes para fazer curso e se entrosar com o pessoal de lá. Ficou conhecendo o resto, como o João Amazonas, o Grabois e outros comunistas.

A partir daí, ele começou a conspirar e se preparou. O Exército não estava tomando conhecimento dele, mas, quando chegou em 1935, ele cismou que o Partido Comunista Brasileiro já estava maduro para tomar conta do Brasil.

Comunicou isso a Moscou que aprovou o desencadeamento da revolta e ele assinou a Ordem de Operações para o 3º RI, para a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos e para as Unidades do Nordeste, situadas em Natal e no Recife.

Ele antes negava isso; agora não, nos seus últimos depoimentos já confessava que tinha dado ordem. Nega que deu ordem para matar uma moça que era do Partido Comunista, chamada, como é o nome dela...

Ela foi assassinada pois o Partido desconfiava de que ela estava dando serviço para a Polícia. Ele sempre negou que a tivesse mandado matar até que o jornalista

William Waack, da Globo, foi a Moscou e consultou os arquivos da KGB. Lá encontrou um memorando assinado por ele mandando matar a menina.

Assinado pelo próprio?

Assinado pelo Luís Carlos Prestes, ele reproduziu no livro dele o memorando do Luís Carlos Prestes. Além dessa menina, ele mandou matar vários outros, uns seis ou sete, eu estou com a lista completa; fiz o levantamento, estou com todos os nomes dos assassinados.

Isso estará no seu novo livro?

Estará no meu livro, todos os assassinados.

Como eu disse, o Exército estava um tanto alheio a tudo isso, de repente vem a Revolução de 1935, em que o Exército é agredido diretamente, de madrugada, à traição pelas costas, oficiais dormindo, foi o movimento mais horroroso, mais cruel, mais traiçoeiro que a História do Brasil conhece.

Então, criou-se dentro do Exército um espírito de repúdio e de resistência aos comunistas. Mas eles ficaram adormecidos, digamos assim, hibernando durante vários anos depois de 1935. Em 1935, eles foram destruídos pelo Exército.

Essa mulher assassinada seria Elza?

Elza Fernandes. Com 18 anos de idade, estudante de ginásio, tornou-se amante de um daqueles comunistas, ia a todos os lugares junto com o amante, ela ficou sabendo de muita coisa e depois acusaram-na de estar dando serviço para a Polícia. Não há prova disso.

Mataram-na, foi estrangulada num matagal; depois, como ela não cabia no caixote, que eles queriam enterrar, quebraram-na toda a paulada, quebraram o cadáver, puseram num caixote pequeno e enterraram Elza Fernandes no fundo do quintal de um dos comunistas executores.

Depois mataram também um outro, estou me lembrando agora, Waschavski, Tobias Waschavski, um estudante também. Os outros mortos não eram estudantes, eram motoristas, não sei o quê, enfim, colaboradores do Partido Comunista, que foram assassinados por "queima de arquivo".

Voltando ao fim da história, o Exército ficou, então, com muita raiva dos comunistas. Quando veio o Juscelino, ele começou a fazer vistas grossas ao comunismo que surgia de novo. O próprio Getúlio aparecendo junto com o Luís Carlos Prestes...

Quando houve o assassinato do Major Vaz, pensou-se, primeiro, que havia alguma conotação. Não. Foi coisa do Getúlio, da gangue do Palácio do Catete. Os

comunistas ficaram assistindo, até estarrecidos, não fizeram coisíssima nenhuma. Tentaram se aproveitar depois, assim que saiu o Governo Getúlio e assumiu Café Filho.

Cercaram o General Lott que foi escolhido pelo almanaque. “Quem é o mais antigo? É esse aqui. Então, é esse que vai ser o Ministro da Guerra”. Foi um desastre, porque ele não sabia de coisa nenhuma, aceitou a espada de ouro, não sei mais o quê, homenagens as mais espúrias, se encantou com os socialistas, que logo o abordaram e se aproximaram.

Porque os outros, os centristas, os democratas autênticos – tenho impressão de que nós somos – somos encabulados, não chegamos junto ao Poder para bajular, para tentar influir em coisa nenhuma. Se a gente é chamada, a gente vai lá e trabalha com a maior boa vontade. Se não for chamada, quem vai é o comunista, esse vai de qualquer jeito.

Cercaram o Lott e o induziram a fazer um monte de besteiras. O Exército continuou atento para essa lenta comunização do Brasil. Vem o Jânio Quadros, nós militares tivemos assim um ano de euforia, porque parecia que daquela vez iria, quer dizer, vamos ter democracia.

Era o homem da vassoura, ia acabar com a corrupção.

O homem da vassoura vai acabar com a corrupção e vamos afastar os comunistas sem precisar fazer revolução. Aí, ele renuncia, deixa todo mundo “pendurado no pincel”.

Depois de ter dado uma medalha para o “Che” Guevara.

Exatamente. Quando em campanha eleitoral ele passou por Cuba e fez uma visita ao Fidel Castro; tenho umas fotografias dele, cumprimentando o Fidel, mas o que pesou mesmo foi a medalha ao “Che” Guevara.

Ele saiu, espertamente, digo aqui no livro, no dia 25 de agosto de 1961. Queria voltar nos ombros do povo, para ser mais claro, nos ombros das Forças Armadas, para garantir a ditadura dele.

Queria ser um novo Getúlio, apoiado pelas Forças Armadas, então o que ele fez? Ele conseguiu eleger o Jango, porque ele permitiu que, em sua campanha – eu participei da campanha do Jânio Quadros – e me lembro das facilidades que ele concedia ao Jango, para também fazer a campanha dele.

Então o Jango derrotou, se não me engano, o Milton Campos que era o Vice na chapa do Jânio Quadros. Era um mineiro boa gente, gente correta, democrata...

O Jânio uniu-se ao Milton Campos “para inglês ver” e, ardilosamente, porque ele era político, e não podia fugir à regra, conseguiu eleger o Jango no lugar do seu Vice. Naquele tempo, as eleições eram independentes, não havia vínculos

entre os dois. Então, ganhou ele, de uma chapa, e o Jango, de outra. Ficou aquela situação esdrúxula, o Jânio Quadros sendo acusado de direitista, da "Wall Street", e o vice dele um cara da esquerda, vendido a Moscou, vamos dizer assim, era um completo paradoxo.

O fato é que ele já sabia que ia renunciar e sabia que as Forças Armadas tinham horror ao Jango, por conseguinte iriam impedir a posse dele. Mas a história não aconteceu exatamente como previa o Jânio Quadros. Primeiro, a renúncia dele foi aceita imediatamente e ele foi despachado para casa; em segundo lugar, começou a haver o movimento nas três Forças Armadas para impedir a posse do João Goulart. Aquele General lá do Sul, do III Exército...

Machado Lopes.

O Machado Lopes foi na conversa do Brizola, que era uma raposa e tão podre quanto o Jango Goulart. Foi na conversa dele e resolveu dizer que o III Exército estava a favor da Constituição e que daria posse ao Jango.

Então o Jango, que estava voltando da China, pousou em primeiro lugar em Porto Alegre e lá então se enturmou com o Machado Lopes, do III Exército, e com o Brizola, e de lá vieram para cá. O resto das Forças Armadas ficou naquela situação perplexa de fazer uma guerra civil ou cumprir a Constituição. E, realmente, para você descumprir a Constituição precisa estar muito cheio de razão.

Veio aquela solução do parlamentarismo.

Exato. Mas o Jango não se satisfez, então mexeu no Congresso até conseguir, no início de 1963, através de um plebiscito, restabelecer os plenos poderes de Presidente da República.

Quando eu estava na Secretaria de Segurança da Guanabara – fiquei na Secretaria de 1963 a 1965, os três anos inteiros –, no princípio de 1963, ele obteve o que queria, o retorno ao regime presidencialista.

Creio que o plebiscito foi em 6 de janeiro de 1963.

Mesmo antes de assumir o meu cargo no Governo Carlos Lacerda já estava trabalhando junto com ele, para organizar a Secretaria de Segurança da Guanabara, que não existia na época. O Juscelino foi embora e deixou aqui um caos na área da Segurança, deixou diretamente subordinados ao Secretário de Justiça, o Corpo de Bombeiros, Salvamento Marítimo, Polícia Militar, Polícia Civil, cada um com um chefe independente, se reportando diretamente ao Secretário de Justiça. Ora, não havia quem conseguisse administrar essa encrenca sem que houvesse um entrosamento entre as corporações todas.

Foi o Lacerda que organizou, com a minha ajuda e de um brilhante oficial do Exército – Coronel Amerino Raposo. Assumi em 1963 e logo começou a campa-

nha para o plebiscito, uma campanha diária, permanente, principalmente pelo rádio, onde a palavra de ordem era: "Diga Não ao Parlamentarismo". Depois de infernizar os brasileiros com uma "orquestração" detestável, Jango conseguiu o seu intuito no início de 1963.

Ele fez uma propaganda enorme contra o parlamentarismo, valendo-se, sobretudo, da cantora popular Elza Soares, que gritou vários meses nos nossos ouvidos, dia e noite, com a cantilena insuportável para que disséssemos, no plebiscito, "não ao regime parlamentarista".

Daí em diante, caminhou, a passos largos, para tomar o Poder, mas subordinado a Moscou.

E começou a falar nas reformas de base, que tinham que ser feitas, imediatamente, na lei ou na marra, é o que diziam a todo o momento.

Chamei na época essa operação de "operação salame", porque salame você corta uma fatia fina, todo dia você corta uma fatia fina. Então, todo dia você abria o diário oficial e encontrava uma medida qualquer do Jango prejudicando a democracia e as Forças Armadas.

Todo dia saía uma transferência de um oficial de modo que, na Vila Militar, praticamente todos os comandantes fossem chegados ao Brizola. No Rio Grande do Sul, era o comunista Ladário, se não me engano. Aqui, o Comandante da Vila era o *Oromar Osório,* vermelhinho roxo. O Osvino, que foi comandante do I Exército, logo depois passou para a Petrobras, o que foi a salvação da paróquia, porque o General Moraes Âncora, que assumiu, era um homem extremamente correto, muito ponderado.

O Jango foi nomeando, nomeando, por isso é que era a "operação salame", todo dia ele cortava alguém que lhe fosse contrário. Até que, como eu disse, num artigo na época, ele cortou uma fatia grossa demais, o comício do dia 13, na Central do Brasil.

Um prenúncio já havia deixado os militares todos ouriçados, ou seja, a rebelião dos sargentos em Brasília. Sargentos da FAB e da Marinha fizeram uma baderna, morreram dois deles. O Exército entrou imediatamente, com ordem de cima, inclusive com uma tropa pára-quedista vinda do Rio de Janeiro e liquidou, rapidamente, com aquele movimento dos sargentos.

O comício do dia 13 foi a maior farsa da história, porque eles marcaram o comício para a praça em frente à Central do Brasil, do lado do Ministério da Guerra. Os encarregados do comício bloquearam todas as linhas de trem do subúrbio e da periferia do Estado da Guanabara; ninguém podia embarcar para os ramais de Santa Cruz e de Japeri, a partir das 5h da tarde; então, começou a juntar

gente que queria ir para casa e não podia. Não tendo outra alternativa, ficavam ali para assistir. O planejamento para aumentar a assistência foi muito bem bolado! O pessoal do Exército, principalmente o de Informações, assistiu ao comício das janelas laterais do Palácio Duque de Caxias, em frente à praça.

Não obstante, além das cento e tantas mil pessoas que ficaram retidas na Central do Brasil, outras foram trazidas da Baixada Fluminense e até de Volta Redonda em ônibus alugados pela Petrobras, com o dinheiro da Petrobras, da Presidência da República e dos empreiteiros que deviam favores ao Jango. Isso quem conta é o Samuel Wainer, não sou eu, ele conta porque assistiu às negociações.

Outro que fala dessas negociações é o Abelardo Jurema, no livro "Sexta-Feira 13". Por causa do comício, ele batizou o livro de "Sexta-Feira 13".

Ele, que foi o Ministro da Justiça do Jango, conta tudo, inclusive a total ignorância da gangue do Jango sobre o que estava acontecendo no resto do País, eles não sabiam de nada. Quer dizer, a gente conspirava livremente, porque eles não tinham serviço de informações. Não tinham nada. As informações do Jurema, Ministro da Justiça, eram as dos repórteres, os jornalistas ligados ao Governo, porque, naquela época, não eram todos como hoje; ao contrário, a grande maioria era contra aquela baderna institucionalizada pelo próprio Governo. Ele telefonava para os jornalistas, que contavam o que sabiam. Assim, o Jurema se informava e orientava o seu Ministério para os negócios internos da República.

As três Forças ficaram alertas, observando a evolução do Governo João Goulart. Quando chegou nesse comício, foi escancarada a pregação da revolução comunista, da subversão, das palavras de ordem violentas com relação aos militares que se opunham a tudo aquilo, aos quais chamavam de "gorilas".

Basta ver uma fotografia da época, o que tem de bandeiras e faixas com a foice e o martelo, tudo pintado de vermelho, foi um mar de faixas, de foices e martelos, e garantidos pelo Exército que lá estava com a PE, que recebeu esta triste missão. O Jango exigiu que o Ministro da Guerra de então desse assistência ao comício, que tivesse tropa fazendo segurança para se proteger contra o Lacerda, pois ele tinha medo do Lacerda e da nossa Polícia. Com uma certa razão, aqui entre nós.

Depois disso, as Forças Armadas ficaram em pé de guerra e aceleraram as conspirações, na época conduzidas pelo General Cordeiro de Farias, pelo Marechal Odylio Denys e pelo General Nelson de Mello, fundamentalmente.

Eles aceleravam as conversações, quando acontece a reunião, do Automóvel Clube do Brasil, em que o Jango reuniu dois mil – anunciou 20 mil, mas foram só dois mil – sargentos, dentro do salão do Automóvel Clube do Brasil. O Jango

falou diretamente a eles. Em seu discurso que está publicado em revistas e em livros, estimula os sargentos a se contraporem aos oficiais.

Tanto o negócio era real que o Movimento armado irrompeu no dia seguinte – 31 de março – e já no dia 1º ou dia 2 de abril, quando o Jango estava em Porto Alegre fugindo para o Uruguai, ele se encontrou com o Brizola e com o comandante do III Exército, e o Brizola começou a preconizar a resistência: "Temos que resistir, vou ser o Ministro da Justiça e "fulano de tal" Ministro da Guerra". O General Ladário, que estava lá, era adepto daquilo. Está tudo aqui no livro...

O Brizola diz textualmente que eles tinham que reagir e que diante da ponderação de um dos generais que estava presente, de que a maioria dos oficiais estava contra o Jango e, portanto, querendo aderir à Revolução, ele disse: "Não tem problema, tenho um sargento ao lado de cada oficial e esse sargento está instruído para matar o oficial e assumir o comando, assumir a posição dele".

Essas coisas que o Brizola disse já tinham transpirado lá embaixo de alguma maneira. No Brasil, você não guarda segredo. Já tinha transpirado, então a oficialidade toda já estava de sobreaviso, embora isto tudo tenha sido apenas um sonho do fanfarrão Brizola, que ele muito queria ver realizado, mas, felizmente, não correspondia à verdade.

Mesmo aqui no Rio de Janeiro, várias Unidades se movimentaram a favor do Movimento armado, aderindo à Revolução, e os poucos sargentos contrários, ou ficaram no quartel ou foram presos.

Vale lembrar que o General Mourão Filho, em Minas Gerais, estava dentro da conspiração com o Cordeiro de Farias e com o Marechal Denys que se deslocou para Juiz de Fora. O Mourão Filho foi dormir cedo no dia 30 de março, ele dormia muito cedo e acordava muito cedo, como bom "milico".

Por volta das 7h, 8h da noite, sua esposa acordou-o e disse: "Mourão, você tem que assistir isso aqui". Era a televisão, mostrando a reunião do Automóvel Clube do Brasil. Muito a contragosto, ele se levantou e sentou diante da televisão.

Quando acabou a reunião do Automóvel Clube do Brasil, ele já estava fardado, 45 na cintura, caminhando para a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, para dar partida no Movimento armado, para acionar a tropa, adotando aquele princípio da surpresa do Sun Tsu, general chinês que sabia tudo sobre guerra. As coisas que aquele homem deixou escrito são impressionantes e o General Mourão as leu e as adotou.

Deu partida, portanto, no dia 31 de março, antecipando-se à proposta, ainda meio no ar, de outras lideranças de iniciar a Revolução no dia 3 de abril. Ele se antecipou. E, segundo Sun Tsu, ele tinha razão, porque textualmente ele diz

que a precipitação, às vezes, é prejudicial, mas quem não se antecipa aos fatos está fadado à derrota.

A surpresa é um princípio de guerra fundamental porque, se obtida, traz uma vantagem significativa.

Ele foi muito bem assessorado pelo General Carlos Luís Guedes, General Comandante da Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte.

ID-4.

Exatamente. O Guedes era um sujeito formidável, a meu ver ele era uma pessoa mais ponderada e nem por isso menos resoluto do que o Mourão Filho. Ele foi um apoio fantástico para o Mourão. Ele conseguiu o apoio do Magalhães Pinto e da sua Polícia Militar, cujo Comandante, Coronel José Geraldo de Oliveira, reunia, também, grande valor profissional e patriótico. Nesse esforço junto ao Governador Magalhães Pinto, foi, ainda, de grande importância a ação do Marechal Denys.

Ele foi buscar o apoio da Polícia Militar de Minas e o Magalhães Pinto colocou à disposição dele.

Na verdade, a Polícia Militar aderiu espontaneamente ao Guedes, eu tive o depoimento dos dois. Inclusive, conversei longamente com o Comandante da Polícia Militar, Coronel José Geraldo de Oliveira, dias depois da Revolução.

Mas foi confirmado esse apoio pelo Magalhães Pinto, ele fazia questão.

O Magalhães Pinto estava mordido para ser Presidente da República, ele nunca esteve tão mordido pela mosca azul como naquela época.

Na verdade, o Guedes queria iniciar a Revolução no dia 30 de março, o que está escrito no livro de sua autoria "Tinha que Ser Minas".

Então, quando o Mourão disse, na noite de 30, "vou sair de qualquer maneira", o Guedes disse que estava pronto e o da PM também bateu os calcanhares e disse que estava com eles.

Foram ao Magalhães Pinto, que fez um manifesto muito "água com açúcar". O Comandante da PM e o Guedes convenceram o Magalhães Pinto a assinar um outro manifesto, mais contundente, já que o Mourão não concordara com o fraco conteúdo do primeiro.

Essa correção histórica é necessária, porque muita gente acha que o Magalhães Pinto foi o líder civil da Revolução de 1964. Ele queria fazer uma coisa meio "água com açúcar", para depois manter as eleições que estavam programadas, e ele se eleger Presidente da República, essa era a jogada dele.

Felizmente, as coisas tomaram outro rumo após a reunião do Automóvel Clube do Brasil, em que Jango plantou a discórdia e a indisciplina dentro das

Forças Armadas, como nunca fizera antes, levando-as a atender ao que o povo tanto desejava há muito mais tempo.

Coronel, na sua opinião havia um clima de insatisfação no País contra o Governo João Goulart?

O que eu vou falar não é minha opinião, é a opinião do Abelardo Jurema, no livro que ele escreveu, "Sexta-Feira 13". Ele conta tudo, porque, como era Ministro da Justiça, todos os decretos e leis elaboradas pela "gangue" do Jango passavam pelo Ministério da Justiça, antes de ir para o Congresso. É o caminho normal, o Ministro da Justiça sempre dá palpite em qualquer lei ou decreto.

Ele conta os despautérios que o Jango queria fazer e que anunciou no comício da sexta-feira 13, fazendo desapropriações absurdas às margens de rodovias não definidas, congelamento dos preços de aluguel, anunciando que ia confiscar apartamentos que não estivessem alugados, que não fossem alugados em um determinado prazo, ia confiscar tudo para alugar a preços módicos para populares.

Os remédios iam ter o preço escrito no rótulo, para não poder ser alterado, dentro de um quadro onde a inflação galopante assustava o País; a inflação era uma verdadeira loucura.

Isso tudo o Jurema reconhece e escreve, faz a lista completa das besteiras que o Jango estava fazendo, de maneira que não sou eu que estou dizendo, mas o Ministro da Justiça do João Goulart, em seu livro "Sexta-Feira 13", com o intuito de defendê-lo.

Lembro-me das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que assustaram a gangue do Jango e pressionaram as Forças Armadas a agirem.

Nelas, minha participação foi muito pequena. Soube que estavam planejando a Marcha em São Paulo, achei ótima idéia, é claro, e depois as classes produtoras aqui no Rio de Janeiro, reforçadas pela *CAMDE*, que era uma organização política criada pelas mulheres democráticas, planejaram em nossa cidade. Essas senhoras organizaram essa passeata, mas ela iria acontecer depois do dia 1º de abril. A minha participação foi só planejar a segurança para aquele desfile transcorrer pacificamente, e ocorreu como previsto, mas a Revolução já tinha ganho, o que tornou tudo muito fácil. Do jeito que estava planejado, haveria briga na rua, porque os comunistas iriam tentar atacar, principalmente o CGT e o PUA iriam tentar agredir os componentes da passeata.

Em São Paulo a coisa foi bem, assim como em Minas, mesmo porque era aqui que estavam as cabeças do PUA e do CGT, aqui é que eles tinham tropas de

choque. Eles viviam provocando a Guanabara, pelo ódio que mantinham do Carlos Lacerda em solidariedade ao Jango.

Os pelegos – líderes sindicais ligados ao Governo – faziam comício em lugar proibido, faziam depredações, ocupações do tipo dos sem teto hoje e invasões de terra, estas sob o comando das "Ligas Camponesas", que hoje se chamam de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas fazem a mesma coisa, e o governo, naquela época, convivia com a desordem por eles promovida, exatamente como acontece hoje.

Sabe o que o CGT e o PUA faziam com os desafetos? Eles agarravam à força as pessoas e com barras de ferro quebravam as pernas das pessoas, esses sindicalistas, esses extremistas do PUA e do CGT quebravam as pernas de quem não rezava pela cartilha deles.

O PUA inventou uma arma terrível, e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) apreendeu várias delas antes e depois da Revolução. Eles pegavam toco de cabo de aço usado em atracação de navio, amarravam numa ponta, fazendo uma espécie de uma empunhadura de espada e a outra ponta eles desfiavam para ficar ouriçado e usavam aquilo como chicote, como rebenque para cortar qualquer recalcitrante. O sujeito queria romper a greve, então tomava uma rebencada, que rasgava o sujeito todo e ia parar no pronto-socorro. Era assim que eles agiam, na "democracia".

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo foi para nós sumamente importante, porque nos deu uma força enorme. Pela primeira vez, vimos que a opinião pública em geral estava a nosso favor.

A própria Igreja participou.

A Igreja também, depois é que a Igreja virou, depois da Revolução eles sofreram infiltrações, quase todas oriundas do exterior, e mudaram de opinião.

Eles, ao se infiltrarem na Igreja, conseguiram arranjar os padres de passeata e os cardeais, tipo Evaristo Arns que gosta mais de Cuba e de seqüestradores estrangeiros do que do Pai Nosso e dos infelizes seqüestrados brasileiros.

Esse tal Evaristo Arns escrevia cartas amorosas até em tom suspeito para o Fidel Castro. Tem uma carta dele publicada nos jornais em que ele faz uma declaração de amor ao Fidel Castro.

Figura irritante, a começar pela voz, fervoroso defensor de seqüestradores.

E o Dom Hélder Câmara era do Partido Integralista, sempre foi politizado, foi integralista primeiro, mas se deu mal, pois o próprio Getúlio destruiu o integralismo; ele pulou, então, para o Partido Comunista e vivia criticando o Lacerda. Era o divertimento desse perigoso e vingativo elemento, sobre o qual há histórias escabrosas.

Depois que a Revolução venceu, como foi o comportamento do pessoal do PUA, do CGT e da União Nacional dos Estudantes (UNE)?

Os mais violentos, os mais fanáticos, depois de algum tempo, foram formar o MR8, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a VAR Palmares e, uns quatro ou cinco, a Polop – que editava o periódico *Política Operária*, daí o nome pelo qual era chamada a organização – que defendia o caráter socialista da revolução brasileira, ao contrário do PCB, que a caracterizava como nacional-democrática. Esses movimentos reuniram terroristas e guerrilheiros. Eles eram terroristas, porque, segundo a definição mais consagrada, o terrorista é aquele que mata sem ter motivo, mata porque está incomodando, ou mata porque ele joga uma bomba de alcance coletivo e elimina uma porção de gente. O primeiro atentado terrorista foi em 1966, no Aeroporto de Recife, já no Governo Castello Branco, onde morreu o Almirante Nelson Fernandes, deixando viúva e dois filhos menores, o qual estava ao lado do jornalista Edson Regis, pai de cinco filhos, que também faleceu.

Nesse atentado, que visava o General Costa e Silva, Ministro da Guerra e candidato à Presidência da República, além das mortes do Almirante e do jornalista, várias pessoas ficaram feridas. Não havia justificativa para um ato desses. Só porque queriam atingir o Ministro Costa e Silva, mataram e feriram uma porção de inocentes. Com esse atentado, a mídia e o pessoal dos direitos humanos nunca se preocuparam! Não é revoltante?!

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de Março de 1964? Quem o senhor gostaria de destacar, além do Lacerda?

O Lacerda está incluído, como líder civil. Era o homem que falava e era ouvido. Primeiro, sabia falar muito bem, para mim foi o maior tribuno que o Brasil já teve. Tinha uma cultura vastíssima, conhecia o Partido Comunista de trás para frente, de todo jeito, porque ele começou a carreira dele no Partido Comunista.

Como ocorre, hoje, com o Olavo de Carvalho, que conhece tudo do comunismo.

O Olavo conhece perfeitamente esse mecanismo todo. O Lacerda, além disso, tinha o jornal...

Quando nós o procuramos para protegê-lo, em 1954, dissemos: “Carlos, nós temos a obrigação de defender a sua integridade, porque você é o único que pode falar aquilo que desejamos e não podemos. Não podemos, porque o regulamento proíbe, porque não temos a sua capacidade, a sua eloqüência, a sua dialética e os seus conhecimentos do Partido Comunista”.

“Nós sabemos o que queremos, a democracia, mas não temos os meios que você tem, então vamos protegê-lo, dar segurança para que você possa continuar nessa campanha”. E a sua campanha infernizou o Jango e sua malta.

Tanto ele incomodava, tanto ele era líder que o Jango tentou matá-lo várias vezes. O Getúlio também tentou...

Vocês vão ver no livro, antes do atentado da Tonelero que alguém da guarda pessoal do Getúlio tentou matar o Lacerda, jogando uma bomba de dinamite numa lancha, quando a gente estava atracando na Ilha de Paquetá. Eu estava a bordo da lancha, ninguém me contou, eu vi explodir a banana de dinamite.

Como escaparam?

Foi uma questão de segundos. A banana de dinamite caiu na água, abriu um rombo na lancha por baixo e na hora nós não percebemos. Descemos da lancha e mal tínhamos passado pelo pontão, aquela ponte de atracação das barcas, veio um marinheiro correndo e afirmando que a lancha estava afundando.

Nós corremos para ver que realmente já estava com água pela metade, arrastamos a lancha para a praia e apareceu o rombo, tipicamente provocado por dinamite.

Para completar, para mim, o líder civil da Revolução foi o Lacerda. O outro civil que ajudou, mas a contragosto nosso, foi o Adhemar de Barros e ajudou bastante.

Ele teve uma atitude decisiva em São Paulo, colocando como Secretário de Segurança o General Aldévio, cujo comportamento foi exemplar, excelente.

Os outros eram todos seguidores do Lacerda, e lá no Sul havia alguns em torno do...

Próprio Governador Menegheti.

Do governador e do Peracchi Barcellos, que era o Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

E figuras como o Bilac Pinto.

Esse pessoal era só de gabinete, não era combatente. O Milton Campos também era um grande jurista, mas fora do gabinete ele era zero. Como Ministro da Justiça, foi péssimo, o mínimo que ele fez foi botar como seu Chefe de Gabinete um comunista, um advogado comunista de Belo Horizonte.

E os militares, quem o senhor destacaria?

As lideranças militares, na minha opinião, são um pouco contraditórias.

O senhor já citou o Cordeiro de Farias, sem dúvida o Marechal Denys...

O Marechal Denys foi um grande líder. Mas é preciso separar os que conspiraram, os cérebros, que bolaram e conseguiram convencer os comandantes de tropa a tomar uma atitude. É preciso separar os que foram idealizadores das operações militares, o Castello Branco, e num plano menor, o Costa e Silva, daqueles que, como a gente fala na gíria, “arriscaram a pele” para combater, para

brigar, para atirar, para viver ou morrer, como o Mourão Filho e o Guedes, isso ninguém tira deles.

Eu acho que a Revolução foi muito injusta com eles, porque o mínimo que podiam fazer com o Mourão Filho era impedir a passagem dele para a reserva, dando-lhe um último prêmio, a promoção e um comando para ele.

Outro injustiçado também foi o General Moniz de Aragão, Carlos Augusto Moniz de Aragão, um baluarte na Vila Militar, que teve, ali um desempenho extraordinário.

Teve um papel muito importante, como também o General Muricy.

O Muricy foi um caso interessante. Ele teve uma briga com o Brizola em Natal, quando ele estava servindo lá, e por isso foi destituído e trazido para o Rio de Janeiro, espezinhado, humilhado. O Mourão chamou-o para comandar o Destacamento Tiradentes, para recompensá-lo da humilhação que tinha passado com o Brizola.

E comandou muito bem. Trouxe o Destacamento de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro, enfrentando com pulso os contrários que tentaram impedi-lo.

Tinha a seu lado o Coronel Linhares, que era febiano, um grande oficial, acho que já faleceu, e trabalhava junto com o Lacerda. Ele passou para a reserva trabalhando no Palácio Guanabara. Caracas Linhares, um grande oficial.

Eram três grupos de líderes. O líder da conspiração, que eu nomearia os Marechais Cordeiro de Farias e Odylio Denys, e mais o General Adhemar de Queiroz.

Adhemar de Queiroz, amigo do Castello Branco, figura brilhante.

Grande oficial, cujo apelido era Tico-Tico, não era nada pejorativo, era porque ele era muito agitado.

O cavalo puro-sangue, também, é agitado. Foi um homem extremamente atuante.

Um camarada extraordinário.

Além do General Adhemar de Queiroz, na Marinha, destacaria os Almirantes Sílvio Heck, Rademaker, Mello Batista, almirantes corajosos foram eles que tomaram o Ministério da Marinha no peito. Eles foram lá fardados, entraram e todo mundo cumprimentou, fez continência e se submeteu a eles. Os fuzileiros foram embora.

E na Força Aérea?

Na Força Aérea, o Mello Maluco, que não tinha nada de maluco, era espertíssimo, inteligente, muito eficiente. Na FAB, tinha o Brigadeiro Grüm Moss, também grande oficial, que chegou a ser Ministro da Aeronáutica.

Tinha também o Hélio Costa, Diretor de Rotas Aéreas, com toda a eletrônica na mão.

O Brigadeiro Lavanère Wanderley, que logo depois da eclosão da Revolução, foi nomeado comandante da 5ª Zona Aérea e lá chegando aparece um coronel da FAB, Alfeu de Alcântara, que era janguista, e dá um tiro de 45, cara a cara com o Lavanère,

mas o sujeito era muito ruim de tiro e a bala raspou, só fez um risco na cabeça do Lavanère Wanderley.

Outro oficial da FAB, chamado Hippóllyto da Costa, que estava ao lado do Brigadeiro Lavanère Wanderley, puxou a 45 e deu um tiro nesse coronel comunista, matando-o na hora. Conto esse fato no livro com todos os detalhes.

Como foi aquele episódio da tentativa de assalto ao Palácio Guanabara?

Aquilo foi um boato, alguém lá do Palácio, porque tinha gente de todo tipo. Foram milhares de pessoas, com lenço azul e branco, para defender o Palácio de qualquer maneira. Apareceu gente com canivete, com faca de cozinha, com pica-pau, garrucha, espingarda de mil e oitocentos e alguma coisa, aparecia de tudo, impressionante.

Tinha juiz, tinha padre, todo mundo aparecia e se oferecia para defender o Palácio Guanabara, foi uma adesão impressionante do povo.

É importante dizer isso, pois mostra como é que o povo se manifestou e hoje eles, os derrotados, omitem tudo isso.

Exatamente. Tínhamos um plano, caso viessem os tanques pela Rua Paissandu e Rua Ipiranga, que dão acesso à Pinheiro Machado e ao Palácio, portanto. Tínhamos um plano de fazer uma chuva de coquetel molotov em cima dos blindados do Exército ou dos Fuzileiros Navais, o que viesse.

No sexto andar de todos aqueles prédios, nessas duas ruas, ficaram agentes do DOPS com a sacola de feira cheia de garrafa de coca-cola, com o pavio pronto para dar a partida. Eles conversavam com o dono do apartamento e pediam para ficar na janela em posição de jogar aquelas garrafinhas se aparecesse algum blindado.

Todos esses funcionários do DOPS foram recebidos de braços abertos, com cafezinho, comida, cadeira para sentar, todas as mordomias possíveis e imagináveis daquelas famílias da Rua Paissandu.

Ninguém agüentava mais aquela anarquia. Em suma, foi aquela adesão do povo, todo mundo foi para lá, todo mundo queria cooperar...

Em dado momento, nos sentimos um pouco fracos no Palácio Guanabara em termos de defesa, apenas com sacos de areia para aquela espécie de casamata.

Apareceu um português, proprietário de uma pedreira em Jacarepaguá, que em poucas horas trouxe uns três ou quatro caminhões cheios de pó de pedra, ensacou aquilo tudo e fez um verdadeiro fortim no Palácio Guanabara. Tudo dele, idéia, dinheiro, caminhão e pó de pedra.

Na verdade, a ação seria a daqueles dois Batalhões de Fuzileiros do Almirante Aragão, no dia 1º de abril.

Exato. No dia 1º de abril, não me lembro mais a que horas, apareceram uns grupos de soldados na crista de um morro que há nos fundos do Palácio Guanabara. E alguém, um desses voluntários, viu aquilo e deu um grito de alarme, achando que os fuzileiros estavam atacando, mas era a própria PM, o 2º Batalhão da Polícia Militar tomando posição, pois eu tinha determinado que eles defendessem os fundos do Palácio.

O 2º Batalhão da PM defendeu os fundos do Palácio e aquela garganta que tem na Rua Farani, aquele corte na pedra. Eles ficaram lá em cima, apontando armas, e o Coronel Burnier, João Paulo Moreira Burnier, outro sujeito extraordinário, que depois foi injuriado pelo Departamento de Desinformação da KGB. Trouxe até um documento sobre isso; as desinformações da KGB eram muito eficientes.

O Coronel Burnier organizou o pessoal de lenço azul e branco, ele tinha retirado da Base Aérea de Santa Cruz dois trilhos, dois suportes de foguete ar-ar ou ar-terra, foguetinhos pequenos de 5 polegadas que os aviões levam embaixo da asa, e quando eles vêem um alvo interessante no chão fazem a pontaria e disparam os foguetes.

Ele retirou os trilhos, porque a Base Aérea não estava conosco; havia vários janguistas e comunistas lá dentro. Depois acabou ficando nas nossas mãos com a prisão dos contrários e os brizolistas não se mexeram. Ameaçaram de bombardear para atender ao apelo do Brizola através do rádio. O próprio Luís Carlos Prestes, no seu livro, confessa que deu ordem ao seu Partido para movimentar os elementos comunistas dentro da Base de Santa Cruz, para que Santa Cruz atacasse o Palácio Guanabara com os foguetes dos aviões e gasolina gelatinosa dos bimotores Meteoros, que, naquele tempo, era o avião de caça do Brasil, um bimotor com dois jatinhos.

Voltando ao Palácio Guanabara, quando foi dado o alarme, todo mundo pensou que era o ataque dos fuzileiros do Aragão. Eu até fiquei chateado, porque era responsável por aquela segurança toda, e como é que deram o alarme, achando que os fuzileiros tinham chegado nos fundos do Palácio e eu não sabia, a minha tropa não sabia? Isso não podia acontecer, como, aliás, não aconteceu. Era o meu pessoal que estava chegando para ocupar posição. Quem se precipitou era uma pessoa desinformada!

Isso ocorria com o João Goulart, que praticamente não sabia de nada, sabia muito pouco, como o Collor, mais tarde, que também não sabia de nada por ter acabado com o Serviço Nacional de Informações (SNI). O atual Presidente é outro fracasso, foi também surpreendido com o apagão. Essa gente toda, em termos de informações, pode ser considerada um zero a esquerda!

Com a Revolução de 1964, vieram as explicações para os fatos, porque o Governo Federal tinha o SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), que depois foi transformado no SNI.

A Revolução de 31 de Março foi exclusivamente de preparação interna ou houve algum apoio externo, inclusive do americano?

Não, eu investiguei isso também, porque começaram a surgir esses boatos e no Rio de Janeiro não fizemos contato nenhum com o americano.

Mas soube que o General Guedes, em Belo Horizonte, que fez o plano estratégico do ataque inicial, ou seja, a primeira etapa da Revolução, e possuía excelente noção de logística, ficou muito preocupado com a duração do combate, que poderia começar a se procrastinar.

Ele, então, bolou o seguinte: "nossa via de suprimento vai ser a Vale do Rio Doce e o porto vai ser Vitória". Falou com o comandante do Batalhão de Vitória, que, de fato, na primeira hora, aderiu à Revolução, ocupou o porto e ficou pronto para receber suprimento por navio.

O Guedes conversou, veladamente, com o cônsul americano em Belo Horizonte, chamado Laser, e pediu-lhe para avisar às Forças Armadas e ao governo americano, primeiro, que a Revolução ia sair; segundo, se a Revolução se arrastasse por muitos dias eles iriam pedir suprimento de munição e gasolina através do Porto de Vitória.

Se Vitória caísse na mão dos comunistas, eles se deslocariam para Salvador, onde iriam contactar com o IV Exército, que estava totalmente conosco, inclusive contava com uma grande liderança, o atual Presidente do Clube Militar, General Ibiapina, que, no Recife, desempenhou uma importante função no Movimento...

Vale lembrar que nenhum apoio americano foi necessário e a Revolução estava vitoriosa em 72 horas, um resultado impressionante que levou o Jango a fugir de Porto Alegre para o Uruguai, o mesmo acontecendo, posteriormente, com o Brizola. Assim, falar em apoio externo não tem nenhuma procedência. A Revolução de 1964 foi inteiramente verde e amarela.

Como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN pelo General Médici no Vale do Paraíba, impedindo que o I Exército fosse ao encontro do II e houvesse derramamento de sangue?

Eu fiquei sabendo, através do nosso Serviço de Informações, do levante da AMAN. Fiquei admirado, naturalmente, muito satisfeito, porque mais uma Grande Unidade estava do nosso lado e numa posição estratégica, porque ali poderia cortar, separar o I Exército do II.

Foi o que foi feito.

Ao tomar posição com o Corpo de Cadetes, com os cadetes de todos os cursos, o Comandante da AMAN paralisou o I Exército que se deslocava na direção

de São Paulo contra o II Exército. O General Médici mostrou-se um comandante decidido, não brincava em serviço, mostrando coragem e destemor.

Precisa muita coragem para jogar a "cadetada" numa guerra dessas. Podia dar em morte, tiroteio e tudo, uma responsabilidade muito grande e principalmente porque entre os cadetes há um grande número de filhos, sobrinhos, parentes de militares que estavam dos dois lados. Na tropa do Rio de Janeiro ou de São Paulo deveria haver oficiais cujos filhos estavam na AMAN. Foi uma coragem muito grande dele. Inclusive, saiu um livro do Coronel Ivany Henrique da Silva, oficial de Engenharia, Comandante da Companhia de Engenharia da AMAN que conta tudo. O livro dele é espetacular, ele esclarece tudo e transcreve o manifesto que os cadetes fizeram convidando, conclamando as outras duas Escolas Militares e as forças do I Exército a aderirem à AMAN. O General Médici, nas primeiras horas do dia 1º de abril, se comprometera com o General Kruel que a Academia Militar manteria a Via Dutra (BR-2) livre, para o deslocamento das tropas do II Exército em direção ao Rio.

Isso teve um efeito fulminante, principalmente no I Exército e elevou o moral das tropas de São Paulo (II Exército) e de Minas Gerais que se deslocavam contra o Rio.

A decisão estratégica do Médici mostra que ele foi um grande General, e independente disso, na minha opinião, ele foi o melhor dos Generais Presidentes, melhor, inclusive, que o Castello Branco.

Sem dúvida, concordo integralmente. Inclusive, é importante que se diga que quando o Kruel decidiu em São Paulo – com forte pressão, também, do Adhemar – que o pessoal do II Exército se deslocaria, ele pediu e recebeu o apoio do General Médici, apoio que se mostrou imprescindível sob todos os aspectos.

A decisão do Kruel foi de certa forma prejudicada por parte das tropas da ID-2 (Infantaria Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria), comandadas pelo General Zerbini, que não saíram do quartel, não obedeceram, não fizeram nada.

Muitos dizem que isso se deve à participação pessoal do Zerbini. Porque não saíram nem o 4º RI nem o 6º, só quem saiu foi o 5º Regimento de Infantaria, de Lorena, que ele não conseguiu segurar. O 5º RI partiu contra o Rio, chegando a Resende pela manhã do dia 1º de abril, por volta das 11h.

Esse Zerbini é irmão daquele grande médico cardiologista.

Com isso a Artilharia do 2º RO 105 veio sem a Infantaria na frente. Porque não saíram nem o 4º nem o 6º, um dos quais o I Grupo de Obuses/2º RO 105 deveria apoiar.

Li num livro sobre a Revolução, não sei se no do Coronel Ivany, um depoimento do comandante dessa tropa de Artilharia, em que ele se queixa dizendo

que houve certa apreensão, porque não contava com a Infantaria durante o deslocamento, situação em que a Artilharia se mostra mais vulnerável.

Coronel, o que gostaria de destacar a respeito da união e da coesão das Forças Armadas? Ela foi robustecida com a Revolução de 1964?

Sem dúvida, as três Forças se uniram definitivamente, já estavam muito aglutinadas a partir de 1954, e eu dou muito importância a essa coesão das três Forças. Acho que foi fundamental para a segurança do Brasil...

O Juscelino tentou separar a Força Aérea da Marinha, com aquele episódio do porta-aviões, mas não conseguiu e quem colocou uma pá de cal em cima daquela disputa foi o Castello Branco. Ele consolidou mais ainda a união das três Forças.

A "mídia" apoiou o Movimento de 31 de Março na época?

Na época, apoiou intensamente, dizem até que houve uma palavra só. O *Correio da Manhã* naquele tempo estava nas mãos do Paulo Bittencourt, depois passou para a viúva dele, que era uma coisa horrorosa...

O Paulo Bittencourt publicou um editorial no dia 31, reportando-se à reunião do Automóvel Clube do Brasil, um editorial, pequeno, terminando com um BASTA, em letras garrafais. Aquilo foi a pá de cal para os militares todos...

Agora me lembrei de um pequeno episódio. O Brizola conhecia bem o poder da mídia, ele prestava muita atenção a esse lado. Veio para o Rio trazendo uma mala de dinheiro, porque ele não assinava cheque, cuja origem naturalmente não era possível traçar, e comprou a Rádio Mayrink Veiga.

Essa rádio falava bem do Jango e mal dos militares. Lá no Sul, ele tinha a rádio Farroupilha, uma outra estação, com a mesma finalidade, assim como em vários outros pontos do Brasil ele tinha estações de radiodifusão. Vivia fazendo propaganda a favor do comunismo.

O Lacerda, antes de o Brizola ser o dono, tinha conseguido umas horas na Rádio Mayrink Veiga. Um dia o Lacerda ia saindo da Rádio, quando foi interceptado por dois ou três capangas do Mendes de Moraes, que lhe deram uma surra, a primeira surra da vida dele, na calçada da Mayrink Veiga.

Os governos da Revolução eram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Basta ver os Ministérios, a resposta está aí: quase todos civis, inclusive o Ministério que tinha dinheiro sempre esteve nas mãos de civis.

Hoje se faz questão de omitir todos os acertos da Revolução...

Totalmente bloqueados, nada passa pelo filtro da patrulha ideológica.

O que gostaria de destacar dentre as principais realizações da Revolução que a "patrulha" esconde?

Eles não falam nos cento e tantos democratas que os terroristas mataram. Tenho a lista completa dos nomes, local e data da morte de cada um. As famílias nunca foram indenizadas. Agora os trezentos que eles perderam, morreram cometendo crimes e atrocidades, completamente fora da lei, como seqüestros de diplomatas estrangeiros. Por que indenizá-los?

Esses trezentos criminosos tiveram as suas famílias indenizadas pelo Governo em 100, 150 mil reais, como prêmio pelo fato de terem matado brasileiros a serviço da Rússia e do comunismo em geral. Eles já eram assalariados da Rússia, recebiam uma mesada de Moscou em dólar, para ninguém reclamar. Esses caras ainda foram receber mais 100, 150 mil reais, cada família foi receber isso. Além disso, há os que estão aí bem vivos entrando no dinheiro da Nação, através de remunerações mensais ou grandes indenizações, algumas bem maiores do que 500 mil reais, pelo motivo de terem se voltado contra o Estado. É uma brincadeira com o dinheiro do povo!...

E os nossos que morreram em combate, defendendo o Estado, não receberam nada. O atual Governo está à frente desta tremenda injustiça!

Esse documento que mostro aqui para as câmeras é a história do Departamento de Desinformação da KGB. A KGB criou esse Departamento, para fazer o que eles chamam de *desinformátsiya*. Trata-se de indicar informações passadas – falsas, incompletas ou dúbias – fornecidas ou confirmadas a outros países, a fim de fazer com que seus governos cheguem a conclusões errôneas sobre a Rússia, sendo, inclusive, induzidos a ações benéficas para com a Rússia.

Essa máquina continua, é feito máquina sem freio, tomou aquele embalo e não cessa. Caiu o muro de Berlim, caiu a União Soviética, mas eles continuam funcionando dentro de todos os jornais com a *desinformátsiya*.

Esses documentos do Departamento de Desinformação da KGB, pela sua influência e pelos seus danosos resultados, tratarei mais a fundo no meu próximo livro.

As grandes operações da *desinformátsiya* aqui no Rio de Janeiro foram o caso dos mendigos e o caso do Brigadeiro Burnier. Dizem que o Burnier ia explodir o gasômetro, no caso do Sérgio Macaco – um trapalhão que conseguiu promoções na Justiça ao arrepio da lei. Um absurdo! Como um Capitão Intendente sem os Cursos de Aperfeiçoamento e de Comando e Estado-Maior chega a Brigadeiro?! É o próprio Samba do Criolo Doido, é a negação a tudo que está escrito sobre promoções, prejudicando a imagem do Judiciário!

Trouxe um desencanto àqueles que se empenham dentro das regras, para obter suas promoções! É o que a esquerda prepara hoje para o descrédito

das nossas instituições!... Representa mais do que um desaforo! É escabroso e estarrecedor!...

A questão dos mendigos começou com um fato concreto, realmente estavam matando mendigos e jogavam os cadáveres no Rio da Guarda. Amarravam as mãos do mendigo atrás, davam uma bordoada na cabeça e jogavam no Rio da Guarda, de cima de uma ponte.

Até que uma mendiga, não deram com força suficiente, acordou, era exímia nadadora porque era filha de pescador, e nadou até a margem, apesar de estar com a mãos amarradas, foi batendo o pé, encalhou na areia. Um caboclo a salvou e a levou para a delegacia.

Mas ela era completamente demente, levou uns quinze dias dizendo coisas sem nexo. Aos poucos, o delegado de Santa Cruz conseguiu formar uma história coerente, abriu um inquérito e me comunicou.

Saí correndo e fui avisar o Lacerda, uma coisa horrorosa estava acontecendo, já havia mais de dez mendigos, dez cadáveres encontrados no Rio da Guarda, e a *Última Hora* estava dizendo que ele estava matando mendigos.

Ele mandou abrir um inquérito administrativo e policial. O delegado de Santa Cruz tinha traçado a origem como sendo o Serviço de Mendicância, que era em Olaria, um abrigo de mendigos administrado pela Polícia.

Mandei cercar o lugar com a PM e prendi todo mundo que estava lá dentro, do último mendigo até o chefe que era policial de carreira, prendi todo mundo. Foram todos para o Regimento de Cavalaria da Polícia Militar e lá tudo foi esclarecido.

Era um guarda civil antigão, nomeado muito antes do Lacerda assumir o Governo, que começou a dizer para os outros que ele falava com Cristo. Falava com Jesus Cristo e que Jesus Cristo o tinha encarregado de beneficiar os mendigos sob sua guarda que ele achasse irrecuperáveis, os quais deveria matar e jogar no rio.

Ele se mancomunou com o motorista, cujo nome já diz tudo, o apelido era "Tranca Ruas", a gente já vê que não era boa coisa. Ele levava os mendigos para o Rio da Guarda junto com esse motorista e matava. A *Última Hora* fez um escarcéu tremendo.

A KGB espalhou isso no mundo inteiro, recebi telegramas de uns quatro ou cinco países, apelando para que eu parasse de matar mendigos. O Lacerda então recebeu pilhas. Peguei todos esses telegramas fiz um cálculo, porque conhecia o sistema de tarifa de telegrama: a KGB gastou da ordem de 600 mil dólares só de telegramas, foi quanto custou essa campanha dos mendigos. E, anos depois, vinha gente me perguntar: "Mas, Coronel, é verdade que o senhor matava mendigo?", porque as notícias da *Última Hora* eram categóricas: "ele mandou, foi ele que tramou, foi ele que imaginou, que mandou a Polícia segurar os mendigos e matar

com uma bordoada na cabeça", prejudicando o Governo e a imagem do Lacerda também, já nem falo na minha pessoa.

Faz sentido o Governador Lacerda sair das suas obrigações para mandar matar mendigos a bordoada? Mas o povo acreditava, pois era dito tantas vezes, com tanta firmeza...

Há um filósofo francês que diz: "Menti, menti, caluniai, caluniai, sempre ficará alguma coisa".

O próprio Hitler usou isso muito, a mentira repetida, "orquestrada", que acaba sendo vista como verdade.

Gramsci, membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, usava isso.

O outro foi o Sérgio Macaco. Em dado momento, o Partido Comunista começou a achar que Burnier estava incomodando muito, eles ficaram furiosos num episódio de um seqüestro de um Caravelle no Galeão.

O avião foi seqüestrado ainda no chão, renderam os pilotos, e pelo rádio exigiram mais gasolina, porque eles queriam voar direto para Cuba. Mas o Burnier, que não era de brincadeira, cercou o avião, deu uma rajada de metralhadora em cada pneumático, furou todos os pneus do avião e começou a bolar uma solução.

Demorou algumas horas até que cristalizou um plano global para tomar o avião de volta. Ele cobriu o avião com espuma, valendo-se do carro de bombeiro do aeroporto, do qual sai aquele jato de água que quando cai em cima do fogo faz uma imensa bolha de espuma e com isso abafa o fogo.

Ele cobriu o avião com espuma de incêndio, com isso ele tirou a visibilidade das janelas, inclusive da janela do piloto e do comandante. Os três terroristas, dois sujeitos e uma mulher, ficaram dentro do avião sem conseguir olhar para o lado de fora e não sabiam onde estava a tropa da FAB.

Ele teve tempo de preparar o seguinte: injetar pela tomada de ar condicionado gás lacrimogêneo da polícia. Em dado momento estava tudo preparado, inclusive uma tropa de elite, para invadir o avião.

Ele apertou, disparou as garrafinhas de gás lacrimogêneo, os terroristas ficaram meio tontos, com os olhos congestionados, aí o Burnier arrombou a porta do avião, entrou com a sua tropa, prenderam a mulher e um terrorista e mataram o outro, que estava querendo eliminar o comandante.

O comandante, quando viu aquele movimento de gás lacrimogêneo, saiu por uma portinha e caiu embaixo no pátio, mas, como é muito alto, quebrou a perna no salto e ficou caído, deitado.

O terrorista veio ali pela janela, começou a atirar no comandante. Esse comandante está vivo, pertenceu à empresa Cruzeiro do Sul, era meu amigo. A

tropa do Burnier não teve outro jeito senão fuzilar esse terrorista, ou fuzilava o terrorista ou ele matava o piloto.

Era preciso anular o Burnier, então acionaram a *desinformátsiya*, engendraram estórias fantásticas e desmoralizantes para o Burnier. Disso foi encarregado um oficial comunista da FAB, Sérgio Macaco, que já era mau elemento desde cadete. O Eduardo Gomes gostava dele, não sei por que, e passou a mão na cabeça dele em várias instâncias. Ele deveria ter sido expulso e não foi, foi ficando, dizendo que ia se regenerar.

Sei que passaram a mão na cabeça do Sérgio Macaco e ele começou a acusar o Burnier de umas coisas muito engraçadas. Causa espanto o fato de esses fatos serem aceitos pela opinião pública, apesar de absurdos.

O Burnier foi acusado de planejar a explosão do gasômetro. Acontece que o gasômetro está a um quilômetro e meio da casa onde o Burnier morava, logo, se aquele gasômetro explodisse a casa do Bournier iria para o espaço. Evidentemente, ele não ia explodir o gasômetro. E o que ele ia conseguir com a explosão do gasômetro? Nada. Poderia acusar, dizer que aquilo era coisa dos comunistas, mas a Revolução tinha ganho, não precisava de desculpa para explodir coisa nenhuma, para combater os comunistas, nós já tínhamos ganho a guerra.

Passaram a acusar o Burnier de levar os comunistas a bordo de aviões e ameaçar jogá-los do avião em alto-mar, mas não deram por falta de ninguém.

O mais ridículo de tudo é que o Burnier tinha vendido a Amazônia. Veja o absurdo, vendido a Amazônia para um general americano, comandante da 82ª Aerotransportada. Como é que um general americano ia comprar, com que dinheiro? Ele precisaria de vários caminhões de ouro maciço para comprar a Amazônia e o Burnier ia fazer o que com esse ouro todo?

É um absurdo, lembra o caso da Zuzu Angel, eles mesmos sabem que é a maior fantasia do mundo, mas fingem que acreditam.

É outra operação da KGB...

Da KGB, que aceita que alguém a uma distância enorme pudesse ver, de noite, que um carro da repressão fechou outro que era o da Zuzu Angel – uma mentira deslavada, insuportável!

O acidente do Juscelino – tentaram inventar um pseudo-assassinato. Um caminhão atravessa a pista, dá de cara com o carro dele e aquilo foi tramado pelo Exército. Brincadeira!

Mesma coisa se a gente começasse a querer achar que o Castello morreu em face de um atentado, seria mais um absurdo. Mas estávamos falando de acertos da Revolução. Gostaria que o senhor destacasse alguns acertos e alguns erros da Revolução.

A meu ver o principal acerto foi o fato de livrar o Brasil do comunismo, esse acerto paga qualquer falha que a Revolução tenha cometido, é compensável por esse feito incrível. O Brasil foi um dos pouquíssimos países que se livrou do comunismo sem correr sangue. E a custo zero, digamos.

A outra coisa que a Revolução fez, também fundamental, – sou suspeito por ser homem de telecomunicações, depois de oficial aviador – foi o sistema de telefonia, de transmissão de dados e de televisão no Brasil.

O Rio de Janeiro tinha com São Paulo 12 canais de voz. Canal de voz é a possibilidade de uma conversação naquele fiozinho. Eram 12. A fila para falar no telefone era uma coisa tremenda, a gente pegava um avião da ponte aérea para resolver um negócio em São Paulo muito mais depressa do que esperar dois, três dias para conseguir uma ligação telefônica. Como eu era de comunicações, trabalhava na Diretoria de Eletrônica, tomava conta das comunicações da FAB, sabia dos detalhes, como funcionava toda aquela rede de telefones.

Por isso, no dia 31 de março, ocupei as estações terminais com o pessoal do DOPS, que foi lá, fechou as janelas, trancou tudo e ninguém entrava e nem saía, controle total sobre as telefonistas. Onze canais ficaram à disposição dos generais do Exército, para conspirar à vontade.

Passaram a falar com o Brasil inteiro. Aprendi com o Lott. Porque, em 11 de novembro de 1955, ele tomou conta do Brasil com o rádio do Ministério da Guerra, esse rádio que fica nessa torre aqui em cima.

Assim, os 11 canais ficaram à disposição dos generais da Revolução e um único canal, por ordem minha, especificamente, ficou à disposição do Jango e do Kruel. Eu sabia que, nessa altura, o Kruel era fundamental para resolver se ia correr sangue ou não ia correr sangue.

Íamos ganhar de qualquer jeito, mas, se o Kruel entrasse seria tranqüilo, seria em 24 horas e sem correr sangue, foi o que aconteceu. Mas sabíamos do conflito dele com o Jango, ele era anticomunista radical e o Jango era amigo dele, eram gaúchos. Gaúcho tem um sentimento de amizade muito profundo, uma fidelidade...

Ele chegou a ser ministro do Jango. Foi Ministro da Guerra como General-de-Divisão, uma exceção.

E quem o tirou de lá foi a gangue do Palácio – o *Riff,* o Abelardo Jurema, aquela gente que estava, a tempo integral, a serviço da subversão.

Comunistas notórios.

Comunistas notórios tiraram o Kruel de lá, porque ele era anticomunista e o nomearam para um Exército mais fraco, o de São Paulo, porque o I e o III

Exércitos eram os mais fortes, em termos de poder de combate, maiores efetivos, grandes quantidades de munição etc.

Munição, armamento, efetivos completos, viaturas, tudo era melhor nos I e III Exércitos, porque eram prioritários, com base nas hipóteses de guerra, hoje hipóteses de conflito.

Em São Paulo, os meios eram insuficientes.

Era pouca coisa para comparar com os outros.

A tropa maior de Infantaria estava no Vale do Paraíba – Caçapava e Lorena – e em Quitaúna, município de Osasco.

Com dificuldade de mobilidade por falta de viaturas.

Exatamente. Então o Kruel passou o dia inteiro falando de duas em duas horas, depois de hora em hora, com o Jango que insistia em se contrapor às tropas do General Mourão Filho, em Minas Gerais, mandadas contra ele, contra as forças do I Exército. Em nenhum momento, Jango mostrou-se inclinado a ouvir as recomendações do General Kruel que insistia, sem resultado, na idéia de obter a anuência do Presidente as condições que estipulara.

Escutando tudo o que os dois conversavam, agora posso falar nisso, porque está prescrito, naquele tempo não podia. Como é que eu sabia da conversa dos dois, ninguém ficou sabendo na hora, só agora, é a primeira vez que estou dizendo isso em público.

Fui mantendo informado o Castello Branco. Com o Costa e Silva, não tinha ligação apesar de conhecê-lo. Tinha obrigação com o Castello Branco. O Leônidas Pires Gonçalves era compadre do meu primo Marcelo Romeiro da Roza, que estava no meu gabinete, o Marcelo ao meu lado, falando com o Leônidas o tempo todo e passando as informações.

Inclusive o Capitão Romeiro da Roza foi Ajudante-de-Ordens do Leônidas.

Filho do Marcelo.

Foi meu cadete e sofreu um sério acidente na Amazônia...

Fraturou duas vértebras cervicais e ficou quadriplégico.

Sei que eu pude acompanhar os entendimentos entre Jango Goulart e Kruel e vi como o Kruel realmente resistiu, resistiu, até que às 8h da noite do dia 31 ele disse: "Jango, não tem mais remédio, não tem jeito, não vou lhe apoiar mesmo, porque sou contra o comunismo, você não se livrou desses elementos todos que estão aí no Palácio Laranjeiras, de maneira que vou aderir ao Movimento".

Kruel impôs uma condição ao Jango: queria que ele se afastasse de todos os pelegos.

Queria afastar aquela gente toda, o *Riff, o Pelacani, o Hércules Correa e mais uma dezena de agitadores implacáveis...*

Mas o Jango achou que ele ainda tinha bala na agulha, mesmo sem o Kruel.

E assim o Kruel aderiu ao Mourão e veio pelo Vale do Paraíba, pela Via Dutra, com um Grupo de Artilharia, um Regimento de Infantaria, um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e uma Companhia do Batalhão de Carros de Combate, esta pela via férrea. O restante da Infantaria ficou nos quartéis pela ação do Zerbini, mas ele chegou até a AMAN, onde foi recebido de braços abertos pelo Médici.

Para participar de uma reunião com o Âncora.

O Âncora saiu do Rio e foi negociar a rendição lá. Quando ele chegou, viu que a tropa dele toda estava querendo voltar, por causa do notável Manifesto dos Cadetes da AMAN e da defensiva por eles estabelecida no Vale do Paraíba.

E houve tropa dele que passou para o lado da Academia, duas Baterias de Obuses do Grupo-Escola.

Houve tropa que tranqüilamente passou. E grande parte da tropa que ele tinha mandado para Minas também passou para o outro lado, com exceção de um Batalhão do Destacamento do Cunha Mello, que não aceitou, o resto aderiu. Aderiu ao Destacamento Tiradentes que vinha comandado pelo Muricy.

Voltando aos acertos.

Foram as telecomunicações. O entrave das telecomunicações no Brasil era o código, a legislação. Fizemos o Código Brasileiro de Telecomunicações no Governo de Jânio Quadros. Quando o Jango tomou posse, ele sentou em cima do decreto e não saía a regulamentação do novo Código de Telecomunicações. Não se fez nada no governo dele. Foi uma paralisia total!

Quando os revolucionários assumiram o governo, foi uma das primeiras coisas que falamos com o General Castello. Digo nós, porque a linha dura tem uma porção de gente que não se sabe direito quem foi. Falamos com o Castello, ele desencravou o tal projeto e desencadeou a criação da Embratel.

A Embratel revolucionou as telecomunicações no Brasil. Jogou microondas do Rio Grande do Sul até Belém do Pará, cabo, fibra ótica, satélite. Televisão colorida, tudo foi obra da Embratel, que foi criada na época da Revolução.

As rodovias se multiplicaram, eu me lembro de que a duplicação da Dutra foi feita depois de 1964, antes era um inferno a Rio–São Paulo em pista única.

Aqueles 12 canais de telefonia entre Rio–São Paulo, sabe quantos são hoje? Dez mil, e não dão vazão.

Hoje falta energia. É impressionante a incapacidade dos governos a partir do início da década de 1990!

Itaipu, a maior usina do mundo, tive a honra de colaborar no projeto daquela obra...

Que eles chamaram de faraônica, e hoje falta energia porque não deram continuidade, não gastaram nada em infra-estrutura, em linhas de transmissão...

Acho que quiseram mesmo parar as obras no Xingu, no Tocantins; foram paralisadas no São Francisco...

A ditadura do Fundo Monetário Internacional (FMI) que hoje comanda o nosso Governo, considera esses gastos em infra-estrutura como indesejáveis; estamos impedidos de realizá-los....

Este é mais um absurdo!

Não são aceitos como investimentos e sim como gastos que devem ser eliminados porque causam déficit público. Realmente, é de estarrecer! Isso impede tacitamente que o País cresça...

Essas foram as grandes obras da Revolução: telecomunicações, as estradas de rodagem (60.000km de estradas asfaltadas), as portentosas usinas hidrelétricas, como Tucuruí (4000MW) e Itaipu (12.600MW), as duas maiores hidrelétricas do planeta.

Ambas começaram a operar em 1984. Tucuruí, a primeira grande usina amazônica, Itaipu – a maior obra de engenharia realizada em todo mundo no século XX, maior inclusive do que o túnel sobre o Canal da Mancha, orgulho de ingleses e franceses.

Aquelas no Rio Paraná, Ilha Solteira, gigantesca, tem 3400MW, com Jupiá (1500MW) formando o complexo de Urubupungá, de enormes proporções.

No Rio São Francisco: começaram a operar, em 1979, Sobradinho e Paulo Afonso IV (2450MW), esta a maior do Complexo de Paulo Afonso, que tive o profundo orgulho de visitar em 1978, com a Escola de Comando e Estado-Maior, quando as impressionantes obras estavam sendo concluídas.

As eclusas do Rio São Francisco usaram, de maneira inteligente, uma mão-de-obra ao mesmo tempo competente e econômica – a Engenharia do Exército. Não me conformo de ver os Batalhões de Engenharia parados nos quartéis, e esses governos civis a gastar rios de dinheiro com empresas particulares quando, os Estados Unidos, os paradigmas do privatismo, da iniciativa privada, são o grande usuário das tropas do Exército para construir barragens.

O Vale do Tennessee foi todo construído pelo Exército americano; aqueles canais em torno de Nova Orleans, uma rede fantástica, descomunal, maior que a rede de canais da China, foi toda construída pelo Exército americano, mas aqui o Exército, coitado, fica querendo trabalhar, mas os governos o ignoram.

Porque é frustrante o sujeito ficar no quartel sem verba, sem gasolina, não podendo fazer o que sabe e a custos menores. Todavia estão lá, porque se houver

uma emergência, uma guerra, serão necessários batalhões de engenharia de combate e de construção. Mas poderiam ser extremamente úteis em época de paz, poderiam ser muito mais utilizados. Há um Batalhão em Barreiras, na Bahia, muito bem equipado, de engenharia de construção, que poderia fazer o desvio do São Francisco e acabar com a seca. Não faz porque não alocam verba, mas se fizessem a obra com o Exército sairia pela metade do preço e pela metade do tempo.

Sem dúvida, e isso aconteceu no Paraná, num convênio daquele Estado com o Exército, quando se fez um trabalho de vulto, inclusive uma moderna ferrovia...

A ferrovia no Tronco Principal Sul, que vai de Curitiba a Porto Alegre, foi toda construída pelo Exército.

Coronel, quais foram os erros da Revolução?

A meu ver, o principal deles foi não criar lideranças civis para passar o bastão. Não providenciaram, acabaram com as lideranças civis, onde é que foram parar Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo, Raimundo Padilha, Padre Calazans, Padre Godinho, o próprio Carlos Lacerda foram alienados, chegaram até a prender o Carlos Lacerda, para mim um absurdo completo. Até entendo que ele fosse cassado, porque se colocou numa posição de oposição muito radical e é humano o Costa e Silva ficar revoltado e cassar o Lacerda, mas mandar prender o Lacerda, que não tinha nem revólver, não tinha um 32 em casa para se defender de ladrão. Isso foi demais...

Qual o objetivo do terrorismo que muitos esquerdistas, hoje, têm a coragem de dizer que visava à implantação da democracia no Brasil?

Em 1965, saí da Secretaria de Segurança e não exerci mais nenhum cargo de governo, não participei de mais nada, passei a ser um mero espectador, lendo na imprensa o que estava acontecendo, sabendo através de companheiros, de conversas, Clube Militar, Clube da Aeronáutica, Naval, o pensamento das forças militares. Devo dizer, no entanto, que esses terroristas foram nas águas de alguns malucos comunistas que achavam que, através da guerrilha urbana e rural, era possível, era viável derrubar o governo, não para implantar o regime democrático, como dizem, mas para criar um governo totalitário no País.

Criar uma zona liberada ou criar focos (foquismo), como fez Fidel Castro.

Achavam que em outros lugares teriam o mesmo sucesso que em Cuba, mais não ganharam em lugar nenhum.

O próprio "Che" Guevara foi morto na Bolívia.

Decidiu comunizar o coração da América do Sul e morreu fuzilado por um boliviano.

Essa guerrilha obedecia os próprios *slogans* que eles repetiam: “Estamos com as massas, as massas estão nos apoiando, temos que derrotar o capitalismo, cruel e espoliativo”. Mas a luta armada dos comunistas no Brasil nunca contou com apoio algum. Todos eles no fundo querem ser capitalistas... Os comunistas, no fundo, adoram o capitalismo.

Eles adoram indenizações. Não querem medalhas, nenhuma compensação de ordem moral.

Realmente, adoram indenizações. São loucos por dinheiro!

Estive em Moscou e São Petersburgo há uns dez anos, depois da “Perestróica”, e vi a miséria, porque eles abriam tudo, deixavam a gente ver tudo e vi a miséria e o amor que eles têm pela liberdade e pelo capitalismo.

Existe uma porção de lojinhas em Moscou com soldado de metralhadora na porta, onde só entra turista pagando em dólar. Nelas é possível comprar as coisas mais sofisticadas e mais caras em termos de jóias, tecidos etc.

No shopping chamado GUM, você observava as lojas vazias, não havia praticamente mercadorias nas prateleiras, não havia nada, a pobreza do país era enorme. Nas ruas, o que havia de mendigos era uma coisa impressionante.

No Brasil, existe “revanchismo” de políticos, de autoridades em geral e da mídia?

O “revanchismo” é diário, basta abrir o jornal, em todos os instantes. Eles não se conformam da surra que levaram em 31 de março. O 31 de Março provou a incompetência deles, a burrice e a falácia dos argumentos que eles tinham para o comunismo.

E também não se conformam com o sucesso dos governos revolucionários.

Também, é outra coisa que os magoou profundamente. A técnica é esconder tudo. Nem uma palavra sobre as realizações revolucionárias. É uma pena porque há tanta coisa a se falar sobre a obra do Médici, que foi, como disse, o melhor Presidente da Revolução. Depois, vem o Castello, que fez muito também. O próprio Costa e Silva, governo em que o País chegou a crescer a 9% ao ano e que criou a Embraer, uma empresa vencedora da qual a Força Aérea muito se orgulha.

O General Geisel, eu não gostava dele, porque era muito estatizante, criou um monte de empresas estatais... Sou contra empresa estatal. “Hay govierno, soy contra”, como diz aquele revolucionário espanhol.

Tudo o que é estatizado corre sério risco de não funcionar, só estatizar aquilo que não tem outro jeito, serviço diplomático, forças militares, talvez uma parte da saúde, as grandes pesquisas, que são muito caras para o particular fazer, e a segurança.

E o Geisel não deu continuidade, no setor dos transportes, às grandes obras do Médici, inclusive a Transamazônica, que hoje é criticada, mas o que faltou foi continuidade.

Realmente, ele não deu atenção maior aos projetos rodoviários na Amazônica, faltou continuidade. Ele e o Figueiredo se voltaram mais para a produção de energia, inclusive na própria região amazônica.

Eu até gostava muito do Figueiredo, porque o conheci antes de ele ir para a Presidência, tive um convívio muito agradável com ele. Ele era muito inteligente, mas logo no início do governo ele teve aquele enfarte, foi parar naquela clínica americana para fazer não sei quantas safenas...

Quase todas as pessoas que tiveram enfarte, com as quais convivi, pude constatar que ficavam com uma lesão cerebral. Há uma diminuição de acuidade, uma diminuição de memória, de raciocínio, sempre prejudicava muito, isso está nos livros atuais de neurologia, o que acontece com a perda de neurônios quando o sujeito tem uma parada cardíaca, vários milhões de neurônios morrem numa pancada só.

Por isso, ele começou a fazer coisas erradas, já na segunda metade do seu governo. Fez muita bobagem, infelizmente, fruto da enfermidade, porque, antes, ele era bem diferente.

O comunismo desapareceu com a queda do Muro de Berlim? Qual é a situação do comunismo no Brasil, no seu entendimento?

No meu entendimento, eles estão fazendo tudo para voltar...

Agora, vou me permitir fazer uma especulação. Até aqui, procurei falar como historiador, baseado em fatos dos quais tenho documentação, agora vou fazer uma especulação, afirmando que os comunistas continuam ativos aqui no Brasil...

Em postos-chave, mas não é só isto. De onde vem o dinheiro do MST? Dinheiro para os jornais comunistas e para custear estes jornalistas todos que recebem estipêndio por fora para continuar escrevendo em jornais que são nitidamente capitalistas, tipo *O Globo*, o próprio *Jornal do Brasil*, que agora mudou completamente, não sei de que cor ele está.

Deste modo, como é que esta gente sobrevive? Como sobrevive o MST? De onde vem este dinheiro? Só existe atualmente uma fonte de recursos. Moscou fechou e, em conseqüência, fechou Havana. Fidel Castro está "por aqui", engasgado por falta de dinheiro, morrendo de fome.

A China está na dela, se está mandando alguma coisa é pouco, não quer aborrecimento com os Estados Unidos. Ela quer crescer, precisa do consumo do americano, que demanda bilhões em produtos chineses e, com isso, está enriquecendo a China ao ritmo de 6 ou 7% ao ano.

Então não faz muito sentido que a China esteja mandando dinheiro para cá. Eu comecei a acompanhar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

na sua ação; não sei se o que vou dizer é correto, mas enfim é uma especulação. As FARC na Colômbia são também uma guerrilha dirigida por fanáticos, como no tempo do Stálin. São quarenta anos de guerrilha.

E que se associaram com o narcotráfico... A narcoguerrilha vive do dinheiro das drogas.

Como fecharam as torneirinhas de Cuba e Moscou, eles ficaram sem dinheiro para pagar comida, uniformes, saúde e etc. daqueles dez ou 15 mil guerrilheiros organizados em forma de exército, com uniformes, arquivo, comunicações, tudo muito bem montado, isso custa uma fortuna.

Alguém deve ter-se lembrado dos narcotraficantes, propuseram uma barganha com os narcos: "Vocês nos dão dinheiro, dão apoio financeiro e nós lhes garantimos a segurança das rotas de transporte com as nossas tropas, garantimos as rotas de transporte da cocaína até a fronteira com o Brasil".

Esse negócio já tem até estimativa, parece que os narcos contribuem com 700 milhões de dólares por ano. Os narcos faturam cerca de 3 a 4 bilhões de dólares por ano, só os narcos da Colômbia, fora os outros. Abrir mão de 700 milhões de dólares, para eles, não é nada.

E ganhando, em contrapartida, segurança e a capacidade de atuar livremente.

Eles terceirizaram a segurança, contrataram um exército mercenário para dar cobertura a eles. É a única explicação que vejo, desse dinheiro dos narcos. As FARC também mandam dólar para os nossos comunistas. Eles querem o apoio do Brasil, porque eventualmente eles querem se espalhar para dentro da Amazônia e manter o tráfego em nossas metrópoles.

Sabia que há dois representantes das FARC no Congresso? Confessado pelo Gabeira, que é o cicerone deles no Congresso Nacional, e tem mais dois que estão agora, janeiro de 2002, juntos do Governador Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, assessorando-o, dois elementos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas.

Mas vou lhe dar outros sintomas. Por que esses governos civis todos são contra o Projeto Calha Norte? Por que são contra o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)?

Eles não querem integração, não querem um Brasil grande.

Não há dúvida, veja o SIVAM. Como era um negócio muito grande, ia dar muito dinheiro para muita gente, foi aprovado e o estão fazendo ao custo de 1,4 bilhão de dólares, para montar uma rede de radares. Não entram nesse bilhão de dólares os custos com aviões de caça, bases aéreas, transporte de gasolina, nada disso é computado nesse bilhão. Esse bilhão é só para rede de radares, comunicações telefônicas e rádio.

Quando o negócio estava ficando pronto, o Brasil assinou um tratado com os Estados Unidos de não abater avião civil. Lembro quando a Rússia abateu um avião

da Coréia do Sul na península de *Kantchaka,* o avião escorregou na rota, não prestou atenção, foi levado pelo vento, entrou em território russo, eles não conversaram, abateram o avião, um jumbo. Com trezentas e tantas pessoas a bordo, morreu todo mundo. Pois bem, o Brasil assinou um tratado no qual ele se compromete a não abater aviões civis, quaisquer que sejam.

A FAB reclamou, estavam montando o SIVAM com aviões de caça, com um gasto enorme e sem poder abater aviões que não queiram se identificar. Se um avião carregado de cocaína for interceptado, não pode ser abatido, porque é proibido pelo tratado. Rapidamente fizeram uma lei dizendo que podia abater, autorizando a FAB a abater, desde que autorizada, caso por caso, pelo Presidente da República.

Mas as coisas no ar se passam em segundos, eu sou aviador, a gente intercepta e se não resolverem em trinta segundos, não resolvem mais, o outro avião se desvia, vai embora, atravessa a fronteira.

Isto é para não resolver, e quem é esse Presidente da República? Depende, também, do tipo de pessoa. Deste aí, não há o que esperar, infelizmente...

A lei que está em vigor é esta, mas a FAB não foi autorizada a fazer nada nem pedir licença ao Presidente da República, porque não foi feito o decreto regulamentando essa lei. Está há seis anos no Ministério da Justiça e o Gregori deu uma declaração afirmando que não liberava o decreto, não levava para o Presidente assinar, porque ele era contra abater avião civil.

O que ele recebeu para sentar em cima dessa lei, que, se assinada, permitiria que o narcotraficante fosse abatido? Ou ele tem interesse junto aos narcotraficantes ou ele tem compromisso com relação aos comunistas, não tem escapatória, é uma dedução mais do que lógica, é cartesiana, não há o que discutir. As FARC são comunistas e associadas dos narcotraficantes.

A imagem das Forças Armadas brasileiras vêm apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, apesar da ação dos revanchistas, como atestam as pesquisas de opinião. O que gostaria de dizer sobre isso?

Entendo que, apesar de toda a propaganda subliminar e ostensiva na imprensa, o povo não é burro, está acordando devagarzinho e se autovacinando contra essa campanha da mídia para desmoralizar as Forças Armadas, contra os "revanchistas" que querem ir à forra da derrota que sofreram.

Os "revanchistas" guardam um sentimento de ódio pessoal muito forte contra nós. Os interesses do País são completamente secundários. Não há conflito neste particular. O problema está no fato de os militares terem acabado com a

alegria do obscuro João Goulart e dos comunistas, como Prestes, Abelardo Jurema, Marighela... Isso eles não perdoam.

Qual a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral?

Mais uma vez agradeço a oportunidade de colaborar para trazer a verdade sobre os fatos dos quais participei e informar que, em breve, vou tratar da publicação deste meu novo livro, que complementa o que falei com maior riqueza de detalhes. Há coisas que nunca foram publicadas, que estão em minha memória, e que comecei a revelar nesta feliz oportunidade.

Muito grato, então, ao atual Comando do Exército, que muito me honrou em tomar o meu depoimento sobre este palpitante tema, que vem diariamente sendo deturpado pelos perdedores, na mídia e através de livros lançados com enorme propaganda, que silenciam sobre as vibrantes realizações da Revolução de 31 de Março e desfiguram todos os episódios que se propõem a abordar.

Coronel Renato Ribeiro da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Artilharia Antiaérea (EsDAAe).
- Em 1964, era Capitão, servindo no então 4º Regimento de Obuses 105mm (4º RO 105), hoje 14º Grupo de Artilharia de Campanha (14º GAC).
- Comandou o 2º GACos – Fortaleza de São João – e o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro. Serviu como Oficial de Gabinete dos Ministros do Exército, Generais Orlando Geisel e Sílvio Frota.

Entrevista realizada no dia 27 de dezembro de 2001.

Inicio a minha participação saudando o Exército e, em particular, os integrantes desse fabuloso Projeto de História Oral de nossa Instituição na Revolução de 31 de Março de 1964. Cabe-me, também, nesta oportunidade apresentar o meu agradecimento penhorado por esta distinção, por esta honra que me está sendo concedida de relatar episódios que vivi não só nos pródromos desse Movimento revolucionário, como também durante a sua eclosão.

Depois deste seu preâmbulo, nós lhe perguntamos: "Que fatos gostaria o senhor de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante a sua vigência?"

Nos pródromos da Revolução, ou seja, em 1963, período anterior a minha apresentação no então 4º Regimento de Obuses 105 (4º RO 105), hoje 14º Grupo de Artilharia de Campanha (14º GAC), vivi como aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Tive, naquela fase, uma participação intensa nas memoráveis assembléias do Clube Militar, que acredito terem sido fator importante para a eclosão do Movimento.

Especificamente sobre o 4º RO 105, gostaria de abordar, referindo-me ainda ao ano de 1963, alguns aspectos que me foram relatados pelo então Capitão Humberto Ayres Corrêa, o Capitão Corrêa, figura marcante naquele processo de participação do 4º RO 105 na Revolução de Março de 1964.

Refiro-me a reuniões que se realizavam em Pouso Alegre, em dependências da igreja local. Não com a participação de padres, mas contando com a cessão, pela Igreja, de suas dependências para reunião das pessoas que não estavam satisfeitas com as coisas que vinham acontecendo no País, mais do que isso, que se preocupavam com os rumos e o quadro caótico impostos ao Brasil pelo Governo de João Goulart.

Presentes a essas reuniões, estavam diversos integrantes de diferentes setores da sociedade de Pouso Alegre, particularmente aqueles mais conservadores, que bem caracterizavam o povo mineiro. O Capitão Corrêa era um dos representantes do 4º RO 105 que ia às reuniões, espontaneamente, por acreditar firmemente que aquele estado de coisas não poderia continuar.

Cabe destacar que essas reuniões, além de sigilosas, contavam com um elemento enviado pelo Comando da 4ª Região Militar / 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM / DI), do General Olympio Mourão Filho, indicado particularmente pelo Coronel Brasiliano, se não me falha a memória, Virgílio Brasiliano, pertencente ao seu Estado-Maior.

Algumas dessas reuniões, devido a seu caráter sigiloso, foram realizadas até na própria residência do Capitão Corrêa. Desde então, ficou uma orientação

para o 4º RO que, se necessário, lhe caberia participar do Movimento revolucionário com o efetivo de uma Bateria a seis peças. Era o que poderia ser feito com aquele efetivo e com aquele material que o RO, na ocasião, possuía em condições de pronto emprego.

O 4º RO 105, hoje 14º GAC, localiza-se em Pouso Alegre, sul de Minas, em um importante entroncamento rodoviário, o que contribui para conferir-lhe uma maior expressão. O quartel se encontra nas proximidades da Rodovia BR 381 – Fernão Dias–, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Esta rodovia passa por dentro do município, margeando a cidade, vamos assim dizer, formando o entroncamento com a BR 459, rodovia federal de ligação com a BR 116 que, naquele trecho, é a Dutra.

Dali de Pouso Alegre, também há uma irradiação de várias rodovias estaduais que se espalham por diversos municípios mineiros, dando acesso, inclusive, ao nordeste de São Paulo.

Com relação a minha apresentação no Regimento, em janeiro de 1964, gostaria de citar um fato curioso. Cheguei sendo devidamente sondado, o que só vim a saber depois pelos companheiros, que, ao me receberem, me provocaram, me instigaram para saber qual era a minha posição em face de tudo aquilo que estava ocorrendo em nosso País.

Desde logo, sentiram que eu também não concordava com aquela situação que afligia e intranqüilizava a todos, fiel ao meu passado, inclusive, repito, participando daquelas assembléias do Clube Militar, insatisfeito com os fatos que estavam acontecendo.

Depois da minha apresentação, quero chamar atenção para um exercício de PC, que se desenvolveu ao longo da Rodovia Fernão Dias, portanto na ligação entre as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, programado pela 4ª RM / DI e que, hoje, é fácil concluir, já estava direcionado para objetivos revolucionários que passavam pela mente dos chefes, particularmente dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes.

No adestramento da tropa, um duplo objetivo – a preparação da tropa em si e seu preparo para, se necessário, tomar parte no Movimento revolucionário.

Ao longo da rodovia, friso eu, deu-se um fato especial no final do exercício, quando estávamos acantonados bem ao sul de Minas, quase na divisa de São Paulo, onde, adiante, só há o município de Estrema. Nessa situação, recebemos a visita do General Carlos Luís Guedes, o saudoso General Guedes, então Comandante da ID / 4. Durante a visita, houve explanações, aquela coisa toda sobre o exercício – sua finalidade, como vinha se desenrolando, tendo me chamado a atenção o fato de o General ter se levantado e se dirigido para frente de uma carta do Estado de Minas

Gerais, ficando a observá-la atentamente, quando passou a fazer comentários sobre eixos de penetração e de saída do Estado. Mais tarde, concluí que, na cabeça dele, já estava a possibilidade do Movimento.

Outro fato interessante, que antecedeu a Revolução, deu-se no mês de março, quando recebemos a visita em nosso aquartelamento do General Olympio Mourão Filho, General Mourão, Comandante da 4ª RM / DI. Fez aquela visita de praxe e inspeção. Depois, reuniu-nos no auditório e, naquela oportunidade, fez fortíssimas críticas à situação do País. Após o término da reunião, não tivemos mais dúvidas de que algo viria.

Algo muito sério iria acontecer.

Exatamente. E, nesse ponto, há um detalhe que precisa, também, ser ressaltado. O 4º RO 105, naquela época, sediava, em seu aquartelamento, o Comando da Artilharia Divisionária da 4ª DI (AD-4), o que era até objeto de muitas considerações. A maioria não gostava, porque se tratava de uma Grande Unidade dentro de uma Unidade, exatamente da AD, a que estávamos subordinados, ocupando, também, o nosso quartel, com todas as implicações desse fato.

De qualquer maneira, quiséssemos ou não, estava lá a AD-4 que, na época, era comandada pelo General Ivan Pires Ferreira, oficial-general de elevado conceito, uma excelente pessoa, um profissional reto, cuja posição política, no entanto, desconhecíamos, o que nos trazia a preocupante dúvida de como ele agiria no caso da necessidade de emprego do 4º RO num movimento político-ideológico que, pelos indícios, parecia bem próximo.

Naquele mês de março, passei à disposição da AD-4, para exercer a função de S2 e Secretário, pela carência de oficiais naquele Comando.

Exatamente no dia 27 de março, uma sexta-feira, no final do expediente, chegou um rádio cifrado. Decifrei o rádio, que mandava a nossa Unidade passar à disposição da ID-4, do General Carlos Guedes. Eu entendi aquilo como um recado, uma mensagem especial. Era iminente a eclosão do Movimento contra aquele estado de coisas que infelicitava o País e a nossa gente.

Devo aqui fazer um parêntese para dizer que comandava o 4º RO 105 o Coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes, que estava no Rio, no final de março, por motivo plenamente justificado. É bom frisar isso, pois, com esse oficial, vim, depois, a servir por cerca de dois anos, o que me permitiu avaliar perfeitamente que ele não era de fugir de responsabilidade. Assim, a sua ausência, por ter ido ao Rio naquela ocasião, justificava-se perfeitamente pelo fato de ter encontrado o quartel em condições muito precárias, o que o obrigara a ir ao Rio à cata de recursos financeiros e materiais para ver se melhorava o estado do aquartelamen-

to. Essa realidade ensejou, ainda, a decisão de dispensar uma parte do efetivo de recrutas, um terço por semana, objetivando angariar recursos, através das economias administrativas, outra forma de melhorar a situação.

À primeira vista, isso pode parecer sem importância, mas esse aspecto influiu na condução do episódio, assim como o fato de o General Ivan também estar no Rio, por razões que já não me lembro, nem vêm ao caso.

O fato é que, ao decifrar o rádio, fui atrás do Subcomandante que julguei estar assinando as guias de licença daquele terço que seria dispensado.

Ao encontrá-lo, disse-lhe brincando: "Coronel, o senhor faça o favor de ler este rádio, pois tenho a impressão de que, depois de lê-lo, o senhor vai parar de assinar essas guias. Na verdade, o Coronel já as havia assinado e o pessoal já estava dispensado. No momento, ele se encontrava despachando documentos de rotina. Leu o rádio, apôs o ciente e me devolveu, dando, logo em seguida, a ordem preparatória para o seu cumprimento. Na 3ª-feira, 31 de março, chegava outro rádio determinando que a Unidade se deslocasse para Belo Horizonte para integrar o Grupamento Operacional da ID-4, sob o comando do General Guedes.

Recebido esse rádio, o Subcomandante reuniu os oficiais, leu o seu teor e determinou que uma Bateria a seis peças, a comando do Capitão Corrêa, que se apresentara como voluntário, se deslocasse para dar cumprimento a missão.

É hora de destacar, de modo muito especial, o valor do Capitão Corrêa, Humberto Ayres Corrêa, da turma de 51, da Arma de Artilharia, figura extraordinária, que sempre mereceu o respeito e a admiração de todos. Corajoso, determinado, firme na busca dos objetivos ditados pelas suas convicções. Os acontecimentos que apontei naquelas reuniões na igreja me foram relatados por ele e a palavra dele para mim é lei.

Diante do problema da ausência de um terço da Unidade, o Capitão Corrêa desencadeou o plano de chamada, ao mesmo tempo em que ultimava os preparativos para o deslocamento da Bateria, contando com outros oficiais que o apoiavam naquele momento decisivo. Pelo seu temperamento e competência, trabalhar com ele era um grande privilégio, um prazer sempre renovado.

Devo aqui, também, ressaltar as figuras do Capitão Ribeiro, hoje Coronel Antônio Gomes Ribeiro, que era o S3 da Unidade, e do Capitão Schiefler, este, infelizmente, já falecido – um COR dos mais expeditos – o qual partiu para uma série de providências de ordem administrativa, inclusive a requisição de ônibus e de caminhões, uma vez que as nossas viaturas não comportavam todo o efetivo.

Havia dificuldade para transportar o pessoal das diversas seções.

Sair com todos os meios orgânicos, vamos dizer assim.

Uma outra providência para o deslocamento da Coluna foi a reunião do Capitão Corrêa com os subtenentes e sargentos que, nessa oportunidade, se recusaram a partir, alegando motivos variados, principalmente desobediência à Constituição, além de problemas familiares, entre outros. O Capitão Corrêa ainda lhes disse que aquela era hora de pensar no País, na Pátria, e não em problemas particulares. Mas, apesar de todo o empenho do admirável Capitão, o fato é que nenhum deles quis participar do Movimento.

Após a reunião, o Capitão Corrêa foi procurado por vários sargentos que lamentavam não terem se apresentado para partir com a Coluna, alguns alegando terem sofrido ameaças diversas, até pressões de seus familiares, temerosos com a conjuntura política. O certo é que essa posição dos sargentos, embora contrária, foi apresentada de forma pacífica e ordenada. Lembro-me, como se fosse hoje, de uma fileira de sargentos, próxima à parede do prédio da Bateria, entregando suas armas, pacificamente. Os preparativos continuaram, adentrando pela noite de 31 de março. Nesse momento, constatou-se que se dispunha de uma sobra, digamos assim, de cabos e soldados, ficando o pessoal sem saber o que fazer com eles. Decidiu-se, então, organizar uma inusitada Bateria de Choque Motorizada.

Quando chegávamos com essa Bateria de Choque Motorizada, nos diversos locais por onde íamos passando, havia uma curiosidade. Que negócio é esse? Todos indagavam, e essa Bateria foi a que eu comandei. Era uma sobra de cabos e soldados recrutas que foi conduzida em três ônibus que nós requisitamos.

Na madrugada de 1º de abril, o Capitão Corrêa partiu, sem aguardar a chegada do Comandante da AD 4 ou do próprio Comandante da Unidade, que, como eu disse, estavam viajando. Partiu sem nenhum subtenente ou sargento. As peças saíram comandadas por cabos, promovidos simbolicamente a sargentos chefes de peças. Com isso, o Capitão Corrêa evitou a possibilidade, embora remota, de ter o seu deslocamento obstado com a chegada do Comandante da AD-4. Deixou no aquartelamento uma pequena parte do efetivo com a missão de acabar de carregar o restante da munição do paiol da Unidade, bem como da munição e do armamento das reservas das baterias, cabendo a mim transportar, na medida do possível, todo esse carregamento, o que eu deveria realizar após o retorno do Coronel Góes, nosso Comandante de Unidade, que estaria voltando do Rio de Janeiro, devendo chegar às primeiras horas do dia 1º, o que acabou acontecendo.

Informado de que o Coronel Góes chegara à sua residência, fui imediatamente contactá-lo, dando-lhe conhecimento da situação. Ele não titubeou; prontamente aderiu. Partimos, mas aguardamos na Rodovia Fernão Dias, nos arredores da cidade, aquele pessoal que estava carregando o restante da munição e do

armamento. Ao chegarem com todo esse material, nos deslocamos no encalço da coluna comandada pelo nosso Capitão Corrêa.

Nesse deslocamento, dois fatos merecem realce: o primeiro dizia respeito à informação que colhemos, através de rádio transistor, muito utilizado naquela época, que o II Exército e, mais tarde, também, o I Exército haviam aderido à Revolução.

O outro fato curioso referia-se a notícias de que o pessoal de Três Corações, da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), posicionara-se contrariamente ao Movimento revolucionário. Então, passamos por aquela cidade com uma certa preocupação, bastante atentos, mas nada ocorreu.

Chegamos em Belo Horizonte na madrugada do dia 2 de abril e ficamos acantonados no quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Nesse mesmo dia, iniciamos o deslocamento para Brasília, integrando o Grupamento Tático 12 (GT 12), comandado pelo então Coronel Dióscoro do Vale, posteriormente promovido a General com todo o merecimento.

O ilustre General Dióscoro do Vale.

De muito agradável lembrança. A essa altura, houve um fato digno de registro. Entendo assim o episódio da reintegração à coluna de marcha dos subtenentes e sargentos, que não haviam aderido ao Movimento revolucionário.

Assim, depois que partimos, eles resolveram aderir. Entre as causas que foram apontadas, a principal foi o arrependimento, muitos alegando que queriam ter participado desde o início e por não o terem feito se sentiram frustrados.

Frustrados pela omissão, deixando o comboio partir sem as suas presenças.

Exatamente, bastante frustrados e, como falei, soubemos de notícias de que uma parte desses sargentos sofrera pressões que influenciaram na decisão inicial por eles tomada. Vários sargentos passaram para nós a idéia de que, desde o começo, queriam, de coração, aderir. Por outro lado, sabíamos que esses graduados, em sua maior parte, eram perfeitamente integrados à sociedade local, na sua maioria muito bem casados com moças da cidade, de famílias tradicionais, vivendo em boas residências, sofrendo, por via de conseqüência, em alto grau, a pressão dessas famílias conservadoras de Minas Gerais, assustadas, horrorizadas, com o quadro anárquico que fora implantado no País, por obra do peleguismo e do comunismo, com o beneplácito do Presidente da República de então – João Goulart.

Assim, os sargentos que, pelo casamento, passaram a pertencer a tais famílias foram devidamente recriminados pela atitude que haviam tomado. Isso, naturalmente, pode e deve ser pesado também para que eles se arrependessem e decidissem requisitar mais alguns ônibus e saíssem atrás da Coluna, que se deslocava

em direção a Brasília, vindo a alcançá-la na cidade de Paracatu, bem ao norte de Minas, quase na divisa do Distrito Federal.

Ao recebermos ordens para reintegrá-los, deu-se um verdadeiro racha, pois a quase totalidade dos oficiais não queria, em hipótese alguma, aceitá-los.

Eu vi oficiais morrendo de raiva, de mágoa, por entender que essa nova decisão dos sargentos dera-se tardiamente e, portanto, não poderia ser acolhida.

Diante da posição da maioria dos oficiais contrária à reintegração dos sargentos, veio o seguinte esclarecimento do Comando da 4ª RM / DI: ou se aceita a reintegração ou a Unidade volta para Pouso Alegre. A 4ª RM queria que todos participassem. Achava que não havia problema de estender a mão a quem acabou mudando de posição. Que outro Comando de Revolução no mundo fez ou faria algo como o que acabamos de relatar?! Só nas Forças Armadas brasileiras isto poderia acontecer, sem dúvida nenhuma!

Tivemos, então, que optar por integrá-los para cumprir a determinação do Escalão Superior, mas deixamos todos sem função. Desta forma, a contragosto da grande maioria, deu-se a absorção dos mesmos, os quais nem pelos cabos e soldados foram bem aceitos.

Aliás, houve um fato curioso. Os ônibus e as viaturas estavam cobertos por uma camada de poeira misturada com orvalho. Os cabos e soldados fizeram com o dedo inscrições bastante depreciativas aos subtenentes e sargentos, que ficaram muito ressentidos, porque o que se escreveu era extremamente pesado. Deixo até de dizer aqui, mas as considerações feitas foram, realmente, muito depreciativas.

Após esse episódio, prosseguimos nosso deslocamento para Brasília, onde chegamos no dia 4 de abril. Na Capital, ficamos acantonados na sede do então IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Naquela época – nós sabemos, mas as gerações atuais não o sabem – os institutos de aposentadoria eram divididos por classe: marítimos, bancários, industriários etc.

Tínhamos o IAPI, dos Industriários; o IAPC, dos Comerciários, e assim por diante.

Então, ficamos no IAPM e muito bem instalados, pois estávamos num Brasil novo (a cidade fora inaugurada em 1960) e, ali, nos limitamos a realizar o serviço de guarda em diversos locais, pois não havia focos a debelar, não havia nenhuma resistência a enfrentar, não havia contrários; o País estava cansado, saturado, do Governo deposto. Foi o povo que exigiu que o Exército fosse para as ruas, como as famílias mineiras obrigaram os sargentos a se integrarem ao seu Regimento, que marchava para Brasília.

Dias depois, recebemos ordem de retornar a Pouso Alegre, via Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, quero destacar a nossa participação no chamado Desfi-

le da Vitória, com a cidade inteira aclamando as tropas que haviam colocado o Brasil no seu verdadeiro rumo, impedindo a comunização, que estava em marcha acelerada. O desfile foi vibrante, semelhante à Parada de 7 de Setembro, com a população aplaudindo, acenando bandeirinhas, louvando a Revolução vitoriosa. E, hoje, os esquerdistas contam outra história, querem passar para as novas gerações uma idéia de que houve um golpe militar, quando, na verdade, é preciso que se enfatize, foi a grande maioria do povo que praticamente obrigou a tomada de posição do Exército contra a anarquia insuportável que imperava em nosso País.

Foi um movimento do povo, que, por tê-lo exigido, vibrou intensamente com ele. Daí, o mérito deste Projeto, porque, valendo-se da História Oral, estamos narrando os fatos exatamente como eles se passaram...Esta é a verdade que os derrotados em 1964, aquela minoria inconseqüente, parte hoje no Poder, quer ocultar, esconder, escamotear das novas gerações.

Aqui, estamos ouvindo o que realmente aconteceu.

Exato. Estamos reproduzindo os fatos com toda a autenticidade, com toda fidelidade.

De Belo Horizonte, retornamos a Pouso Alegre e a cidade nos recebeu em festa. Muitos automóveis se deslocaram ao longo da Rodovia Fernão Dias para, em inesquecível carreata, desfilar à frente da Unidade.

Na cidade, as ruas repletas de gente, bandeiras, bandeirinhas, faixas de saudação. Uma coisa louca, palanque, discursos, tudo a que tínhamos direito; a população batendo palmas para a nossa atuação, demonstrando o orgulho verdadeiro que sentia como partícipe, por intermédio de sua Unidade, do Movimento revolucionário.

Nos dias que se seguiram à Revolução, o Capitão Corrêa passou, também, à disposição da AD 4. Ele e eu ficamos encarregados de coordenar as investigações de fatos que estavam sendo apurados pela famosa Comissão Geral de Investigações (CGI).

Paralelamente, foi instaurado o Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar, especificamente, aquela atitude dos subtenentes e sargentos, do qual foi encarregado o então diretor da Fábrica de Itajubá.

A Solução do IPM desagradou profundamente aos oficiais pois, em sua conclusão, julgava não haver nada a censurar na posição adotada pelos subtenentes e sargentos, ao mesmo tempo, que se referia a um possível ressentimento por parte da oficialidade em relação aos sargentos pela situação que os graduados desfrutavam na localidade. Muito bem instalados e bem casados com moças da área, o que não acontecia com os oficiais, resultado da curta permanência destes na guarnição, fato natural, pelas transferências a que estavam submetidos por força de regulamento, as quais impediam um maior vínculo, uma vinculação perene, com a cidade.

Ainda a propósito desse IPM, lembro-me bem de quando o Capitão Corrêa, que, como disse atrás, também, se encontrava à disposição do Cmdo AD/4, chamou-me, com os autos do IPM em mãos, demonstrando grande frustração e com os olhos marejados, disse-me: “Renato, veja a solução que deram ao IPM!” De fato, pessoalmente, também fiquei profundamente decepcionado.

Mas quem deu essa solução?

Não me lembro exatamente, se foi do Cmdo da AD/4 ou da 4ª RM, parecendo-me mais provável o último, ficando claro, porém, que não foi do Diretor da Fábrica de Itajubá, embora, certamente, tenha sido dada com base no Relatório feito por ele, que era o Encarregado do IPM.

Por esse episódio, verifica-se que a nossa Revolução foi a mais magnânima de que se tem notícia na face da Terra em todos os tempos, pois, como acabamos de ver, perdoou os contra-revolucionários e, ainda, pasmem, empenhou-se em justificar suas ações, como aquela cômoda e absurda decisão inicial dos graduados, contrária à de seus superiores, ferindo os princípios basilares da Instituição – a hierarquia e a disciplina –, num momento em que estava em jogo os destinos do País, assim como a decisão tardia desses mesmos graduados, mudando de posição, quando a Unidade já havia se deslocado.

Isso tudo se deu dias após a eclosão da Revolução, o que contando ninguém, nem mesmo o adversário, vai acreditar.

Estou assim concluindo a narrativa do que foi a Revolução no 4º RO 105, em Pouso Alegre. Desejo ressaltar a importância desse relato modesto, feito com a maior autenticidade, e que só foi possível graças a este Projeto de História Oral, cujo mérito ressalto com muita satisfação.

Que as minhas considerações finais, sobre os fatos ocorridos em Pouso Alegre, sejam para enaltecer o Capitão Humberto Aires Corrêa, o nosso Capitão Corrêa. Evidentemente, que muitos o ajudaram, colocando o seu tijolo nessa obra, de acordo com as suas possibilidades e as suas funções, mas o grande arquiteto foi ele, não resta dúvida, ele que eu considero, sem nenhum favor, a figura central da Revolução em nossa guarnição.

Depois desse seu relato sobre o desempenho do 4º RO 105 na Revolução, gostaria de perguntar-lhe se havia, de fato, no País, em geral, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Ah! Evidentemente. Em primeiro lugar, porque o Presidente João Goulart já era uma figura bastante conhecida. Inicialmente, como Ministro do Trabalho do

Presidente Getúlio Vargas, no seu segundo Governo, e depois como Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek, períodos em que demonstrara suas posições populistas. No cargo de Ministro do Trabalho, mostrara bem às claras suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais. Como Vice-Presidente de Jânio, quando do episódio da renúncia em 1961, ele estava visitando a China comunista, quando os ministros militares tiveram a oportunidade de expressar o que pensavam sobre ele, ressaltando em manifesto, naquela oportunidade, a absoluta inconveniência do seu regresso ao País para assumir a Presidência, daí advindo a adoção do regime parlamentarista, que foi a solução encontrada para a crise.

No cargo de Vice-Presidente, chegou a exaltar o êxito das comunas populares e, depois, como Presidente da República, animou e apoiou ostensivamente todas as manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores que paravam o País, através da paralisação de todo o sistema de transporte. A população ficou privada até de alimentos essenciais. Faltava tudo. O grevismo tomou conta do País. Os principais portos viviam parados, com enorme prejuízo para as nossas exportações e importações.

O ano de 1963 e os primeiros meses de 1964 caracterizaram-se, também, por uma inflação galopante ao meio de uma anarquia não conhecida antes. O quadro de invasões de terras, semelhante ao que ocorre hoje, era estimulado pelo Governo, intranqüilizando os proprietários rurais, mormente nas áreas mais valorizadas do território nacional, onde os invasores preferiam atuar. Todos esses problemas contribuíram para gerar um clima de grande insatisfação contra o Governo.

Qual era, Coronel Renato, de um modo geral, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto em 1964?

Tenho a impressão de que a Igreja apoiou firmemente o Movimento revolucionário. E eu me reporto àquelas reuniões havidas em 1963 em dependências da Igreja local. Isso é uma prova inconteste. Além do mais, quero lembrar que Pouso Alegre é sede de bispado e creio que o Pároco da Igreja não iria deixar e até mesmo estimular aquelas reuniões, se não houvesse o consentimento do Bispo de Pouso Alegre. Assim sendo, acho que havia todo o apoio.

De um modo geral o que se passava no meio militar naquela época? Houve tentativa de se criar cisões, separação entre oficiais e sargentos nas Forças Armadas? Qual a participação do Clube Militar e de associações congêneres no Movimento?

A grande maioria da oficialidade era contra aquele estado de coisas que caracterizava o Governo deposto. Uns mais ostensivamente, outros menos. Agora,

quanto aos subtenentes e sargentos, nós já sabíamos que, realmente, a maior parte deles foi atraída pelo movimento de esquerda, que visava exatamente criar cisões dentro das Forças Armadas. Assim, a maioria não era favorável à Revolução que, felizmente, acabou por banir, do nosso País, o comunismo, ideologia que fomentava abertamente a quebra da disciplina e da hierarquia, visando à derrubada destes dois pilares das Instituições castrenses.

No que diz respeito à participação do Clube Militar e de associação congêneres, lembro-me das memoráveis assembléias realizadas em 1963, a que já me referi, nas quais pregávamos a queda daquele Governo insano.

Saíamos, eu, o General Motta, aqui presente, e muitos outros oficiais, diretamente da EsAO para aquelas Assembléias. Sabíamos que o Clube Naval também apoiava incisivamente o Movimento revolucionário que pôs cobro ao movimento comunista que, em setembro de 1963, provocou a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, os quais ocuparam os ministérios...

Lá em Brasília.

Positivo. Na capital, exatamente.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?

Os acontecimentos determinantes foram os ocorridos na iminência da Revolução, ou seja, no mês de março de 1964. Então, citaria, como primeira manifestação provocativa de nosso Movimento revolucionário, por tudo que ali se presenciou, o Comício da Central do Brasil, em 13 de março, quando o Presidente, acompanhado de seus Ministros, inclusive militares, pregou as reformas de base, na lei ou na marra.

Depois, um ultimato que a CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – fez ao Congresso, exigindo que ele aprovasse, em trinta dias, a nova Constituição.

A sublevação dos marinheiros na segunda quinzena de março – aquele triste episódio em que os marinheiros rebelados no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, no Rio, saíram, em passeata, chegando a carregar nos ombros o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, um dos "Almirantes do Povo" – um verdadeiro atentado à disciplina e à hierarquia.

A Circular do então General Humberto de Alencar Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, logo após esse fato insuportável ocorrido na Marinha, em que ele destacou que as Forças Armadas não poderiam atraiçoar o Brasil.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em particular a de São Paulo, ocorrida em 19 de março, com cerca de um milhão de pessoas, onde os brasileiros,

com prevalência das mulheres, rezaram, de terço na mão, por um basta, no Brasil, a toda aquela terrível crise, provocada e estimulada pelo próprio Governo.

Finalmente, a assembléia dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart, que aproveitou aquela oportunidade para apresentar total solidariedade ao movimento dos marinheiros, corroborando o que mostrara anteriormente, ao provocar a exoneração do Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, anistiando os amotinados, que haviam sido presos pelo Ministro. Essa reunião de discursos inconseqüentes, como o do Presidente da República – ocorrida no dia 30 de março, segunda-feira, foi o estopim da Revolução, que eclodiu em Minas Gerais, tendo à frente os Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, destacados chefes, aos quais, com justiça, já me referi.

Acha o senhor, portanto, que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando desencadeada a Revolução de 31 de Março?

No meu entender, sem dúvida alguma. Pelos fatos que acabei de narrar, a sociedade brasileira, como um todo, não agüentava mais aquela caótica situação.

Coronel, havia uma Revolução de cunho marxista em andamento no País, conduzida, com todo empenho, pela esquerda?

Sem a menor sombra de dúvida. Os fatos mostravam isso claramente. As investigações realizadas posteriormente confirmaram que a esquerda preparava uma revolução comunista que seria desencadeada pouco tempo depois. Daí, muita gente dizer que a nossa Revolução, foi, na verdade, uma Contra-Revolução, cujo objetivo era derrotar o comunismo, o que se alcançou plenamente.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares do nosso Movimento revolucionário?

Vou citar aqueles mais notáveis no meu entender. Como líder civil, eu lembraria a figura do Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Foi ele, inclusive, que colocou a sua Polícia Militar inteira à disposição do Exército no Estado.

Como chefes e líderes militares, destacaria os Generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, na verdade, desencadearam a Revolução, assumindo a responsabilidade e o risco maior de iniciá-la, partindo na frente de todos.

Como o senhor denominaria o Movimento revolucionário de 1964?

Olha, é sabido que o Movimento não preencheu todos aqueles requisitos, digamos até didáticos, para que viesse a ser chamado de revolução. Eu, pessoalmente, prefiro dizer Movimento revolucionário. Mas um fato é inconteste: o nome

pegou, ninguém vai mudar: é Revolução de 31 de Março de 1964, por tudo que ela realizou, para a grandeza do Brasil, nos vinte anos em que esteve no Poder.

Na verdade, tantos fatos meritórios ocorreram em conseqüência desse Movimento, que mudou o País completamente, no período de vinte anos, que ele não pode mesmo deixar de ser chamado de Revolução.

Exato, no sentido prático, real, foi Revolução, porque transformou a anarquia, a baderna, em ordem, ordem preconizada em nossa Bandeira, assim como reimplantou no País, com o Presidente Castello Branco, a autoridade, que havia desaparecido no desgoverno Goulart.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar os que julga fundamentais?

A Revolução instituiu no País o planejamento de governo. Tudo que se executava era fruto de acurado planejamento estabelecido nos Planos Nacionais de Desenvolvimento – os PND – que caracterizaram o período dos Presidentes militares. A administração e a economia em nível federal conheceram grandes nomes como os Ministros Otávio Gouveia de Bulhões, Hélio Beltrão, Roberto Campos, que realizaram uma mudança extraordinária na forma de administrar o País e de conduzir a nossa política econômica, agilizando as decisões e reduzindo, substancialmente, a enorme inflação deixada pelo Governo deposto.

Foi o período de obras magníficas como as da hidrelétrica de Itaipu, das rodovias rasgadas por todo o País e do trabalho vitorioso na área das telecomunicações.

No campo social, a Revolução, através do Banco Nacional da Habilitação (BNH), construiu milhares de residências nos mais diferentes municípios do nosso território, particularmente para o pessoal de baixa renda; entrou, também, no setor da Educação, reduzindo o analfabetismo, através do Mobral, e aumentando significativamente as vagas no ensino universitário.

Muitos outros aspectos, tanto do campo social como do econômico, poderiam aqui ser abordados, como o incremento substancial do mercado de trabalho, principalmente na construção civil e nas áreas dos transportes e da energia, esta caracterizada, também, pelo crescimento da produção de gás e petróleo, inclusive em águas profundas, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Coronel, a chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes não quiseram enveredar por esse caminho para divulgar o que faziam?

Bom, não houve uma firme disposição da Revolução de divulgar devidamente as suas realizações, talvez por modéstia.

Por formação dos Presidentes militares, eu creio também.

Exato, nossa formação contribuiu muito para a não divulgação dos feitos da Revolução.

Por outro lado, nos omitimos totalmente em estimular a nossa presença nos meios de comunicação social e nas Universidades. Nós sabemos que, hoje, a mídia e o ensino superior estão totalmente dominados pela esquerda, aquela esquerda derrotada em 1964 e que, agora, só faz denegrir a Revolução, além de omitir, esconder, todas as nossas realizações, por mais espetaculares que sejam. Considero essa a grande derrota da Revolução. À vitória militar, que levou o País à ordem e ao desenvolvimento, seguiu-se a perda na expressão psicossocial do poder nacional, principalmente por termos perdido a mídia, que conduz a opinião pública.

Isso muito me preocupa porque a história contada às atuais gerações, principalmente à universitária civil, é totalmente parcial, pois a mídia e a universidade, além de renegarem, de execrarem, de falarem mal da Revolução, contam, digamos, estórias em vez da verdadeira história. Até os fatos da Guerra do Paraguai estão sendo totalmente deturpados, desvirtuados, o que torna difícil se conseguir, mais tarde, recuperar a verdade, apagada diuturnamente pelos esquerdistas revanchistas, que dominam a mídia e o ensino universitário.

A técnica atual é a de lançar aquela semente mentirosa, fazê-la crescer, sempre que possível, através da repetição permanente, da orquestração, de modo que a verdade desapareça.

Sem dúvida. Essa estratégia revolucionária vem sendo utilizada pela esquerda na atualidade, juntamente com as idéias de Antônio Gramsci, pensador político que fundou o Partido Comunista na Itália, defensor da conquista da mídia e da cátedra para se chegar ao Poder.

Perfeitamente, idéias seguidas à risca pela esquerda derrotada em 1964.

Entende o senhor que foi necessária a criação de órgãos de informação, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), e, também, de operações, como os Departamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

Bom, quanto ao SNI eu respondo perguntando: "Qual o país, qual a nação, que pode viver sem um órgão central e órgãos setoriais de inteligência?"

Até lamento, porque, de um certo tempo para cá, houve um verdadeiro desmantelamento do SNI, o que, para o nosso País, é desastroso sob todos os aspectos.

Quanto aos DOI, eles, na época em que foram criados, desempenharam o seu papel com reconhecida eficácia no combate ao terrorismo.

Particularmente contra a ação de seqüestradores, assaltantes de bancos e de carros e trens pagadores.

Exatamente, os DOI ajudaram a acabar com o terrorismo em nosso País, atuando com muita competência, o que até os adversários reconhecem, no íntimo ou até abertamente, como temos visto.

Coronel, a imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

As pesquisas de opinião estão aí. É o povo falando e oferecendo o seu respaldo ao Exército Brasileiro, que é, acredito, a Instituição mais democrática que existe, sem qualquer preconceito de raça, de cor, de credo ou lá do que for.

No Exército, prevalece o mérito, tornando a Instituição respeitada pela opinião pública, o que muito nos honra.

Por fim, que mensagem o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Como disse, inicialmente, sem favor algum, este Projeto de História Oral é muito importante, o que me leva a sugerir que todo grande acontecimento histórico-militar seja objeto de um projeto semelhante, aproveitando, de imediato, os relatos de seus partícipes, sem perder nenhum deles. Para tanto, faz-se mister criar uma norma nesse sentido.

Exatamente, porque a história oral pressupõe, também, a transformação do código oral para o código escrito – com a confecção de livros que advêm das entrevistas.

Por tudo isso, devo reconhecer, nesta oportunidade, o grande mérito deste Projeto.

Finalmente, quero aproveitar o ensejo para doar ao Museu do Exército, por intermédio deste Projeto, de algo que, carinhosamente, guardei durante muitos anos e que ostentei, com grande orgulho, na parede do meu escritório. Trata-se de um quadro contendo o Manifesto lançado pelo General Mourão Filho, no dia 31 de março de 1964, com assinatura original...

Achei melhor que ele ficasse em lugar que pudesse ser apreciado não só por mim, mas pelas atuais e futuras gerações, por ser a mensagem do principal líder militar da Revolução de 1964, merecendo ser conhecida de todos aqueles que visitarem o Museu de nossa Força, no Forte de Copacabana.

Foi gratificante, concluo, trazer a minha colaboração a este grandioso Projeto.

Coronel Amaury Friese Cardoso

- Natural da Cidade de Itajaí/SC.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Material Bélico (Oficial de Motomecanização); de Aberdeen Proving Grounds (Avançado de Material Bélico), EUA; da U.S Army (Administração de Suprimento), EUA; do Instituto Militar de Engenharia/Fundação Getúlio Vargas (Controle da Produção); do CEP (Técnica de Ensino); Escola Superior de Guerra (Altos Estudos de Política e Estratégia), UERJ (Mestrado de Estudos de Problemas Brasileiros); e Universidade Estácio de Sá (Didática e Metodologia do Ensino Superior).
- Exerceu as funções de Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou a 4ª Companhia Leve de Manutenção (Juiz de Fora/MG), a Companhia de Carros de Combate Médio do Regimento-Escola de Infantaria (Vila Militar/RJ) e o 56º Batalhão de Infantaria (Campos/RJ).
- Foi, como Oficial de Estado-Maior, Chefe da SE/2 – 1ª Subchefia – Estudos Estratégicos do Estado-Maior do Exército; Chefe do Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (Recife/PE) e membro da Comissão Especial dos Municípios da Faixa de Fronteira e do Grupo Interministerial do Projeto Calha Norte.
- Na reserva, exerceu os cargos de professor das disciplinas de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e de Metodologia da Pesquisa nas Universidades Estácio de Sá e Gama Filho. No Clube Militar, é o Coordenador do Curso de Preparação para o Concurso de Admissão à ECEME.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante da 4ª Companhia Leve de Manutenção e Adjunto do E/4 da 4ª RM/4ª DI (Juiz de Fora/MG).

Entrevista realizada no dia 3 de dezembro de 2001.

Sinto-me gratificado em poder prestar este depoimento em que tenho a obrigação de relembrar pessoas notáveis, muitas delas já falecidas e hoje completamente esquecidas, e que, no desenvolvimento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, muito realizaram com impressionante profissionalismo. É a oportunidade que se me oferece para registrar o feito dessas pessoas, grandes brasileiros, de quem ninguém fala. São inúmeros os heróis que conduziram este Movimento e se tornaram, através do processo histórico, pessoas anônimas, o que só lhe trazem maior valor.

Gostaria de lembrar, ao iniciarmos o Movimento revolucionário de 31 de Março, que a nossa expectativa era deflagrar uma guerra civil com conseqüências bastante drásticas para todos nós. Felizmente, isso não aconteceu, cabendo-me destacar, neste momento, a postura de determinados homens, que souberam, durante todo o desenrolar do Movimento, desde a etapa do planejamento, observar uma postura essencialmente militar, a exemplo do Major Ary Capella, do Major Alísio Sebastião Mendes Vaz e do próprio Comandante do Destacamento Tiradentes, General Antônio Carlos da Silva Muricy. Eles servirão de exemplo às gerações futuras, porquanto foram cidadãos que, apesar de envolvidos num ambiente totalmente político, em momento algum, deixaram de ser profissionais e de agirem como tal.

A situação geral mostrava um quadro político institucional, uma crise política característica, entretanto, a conduta e a postura, em todo o processo, de excelentes profissionais, como os que citei, extremamente proficientes, os levaram a cumprir suas missões, a conduzir suas tropas, seus subordinados, com exemplar correção.

Nesta ocasião, eu era Comandante da 4ª Companhia Leve de Manutenção, em Juiz de Fora, sendo requisitado para ficar como Adjunto do E-4, Major Ary Capella, o que foi publicado em Boletim Interno da 4ª Companhia Leve de Manutenção.

É importante afirmar que quando reuni todos os meus subordinados – oficiais, subtenentes, sargentos – o quadro da Revolução foi descrito para eles, foi mostrada a gravidade do momento e que nós não estaríamos mais aceitando a continuidade daquele processo. E sobre certos aspectos iríamos cair na ilegalidade, considerando que estávamos reagindo contra as autoridades constituídas e que havia necessidade de cada um, de maneira bastante consciente, assumir um compromisso com a causa revolucionária, a situação exigia a definição de cada um. A satisfação que tive foi imensa com a 4ª Companhia Leve de Manutenção, uma vez que os 12 oficiais e 51 subtenentes e sargentos, individualmente, se manifestaram totalmente solidários. Fiz lembrar o compromisso que tínhamos de defender as nossas

instituições com o sacrifício da própria vida e todos eles afirmaram que estavam dispostos a cumprir o juramento.

Isto, para mim, foi extremamente significativo e está publicado no Boletim Interno da 4ª Companhia Leve de Manutenção. Faço questão, neste momento, de ressaltar o procedimento destes meus subalternos, que agiram de maneira desassombrada durante todo o Movimento, demonstrando alto grau de profissionalismo, seja na parte de manutenção, de evacuação, de suprimento, de abastecimento de combustível para todo o Destacamento Tiradentes, seja na distribuição de munição que estava estocada na Fábrica de Juiz de Fora, onde fomos apanhá-la para atender às Unidades.

Nesta oportunidade, desejo, portanto, destacar o excepcional procedimento desses meus subalternos que deram o melhor de si para atender a todos os seus pesados encargos.

Coronel Amaury, o Destacamento Tiradentes cumpriu a sua missão de onde até onde?

Estávamos no dia 31 de março, na situação de prontidão, já com a definição de que não toleraríamos mais as afrontas vindas do Governo, como as da reunião do Automóvel Clube do Brasil, ocorrida na véspera, no Rio de Janeiro, onde o próprio Presidente da República partilhou da quebra da disciplina e da hierarquia.

Na manhã de 31 de março, veio a ordem para constituirmos o Destacamento Tiradentes. Fui chamado ao Quartel-General da 4ª Região Militar, onde discutimos a composição dos meios, mantendo ligação com as Unidades, tratando das necessidades de complementação de suprimentos, além de um aspecto que mais me absorveu, naquela manhã, que foi a mobilização de viaturas – ônibus e caminhões civis – e a destinação dessas viaturas para as diferentes organizações militares.

Para o 11º RI, por exemplo, foi destinada a frota de ônibus civis mais quatro viaturas de meia tonelada da 4ª Cia Leve de Manutenção que passaram à disposição do Regimento para tracionar os canhões anticarro. Caminhões civis comerciais foram empregados para levar suprimento e a tralha da Unidade. Enfim, o grande comando composto da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria não tinha a sua motorização completa e houve necessidade de uma rápida mobilização. Nesse sentido, o correto levantamento das necessidades – tarefa a cargo do Major Ary Capella, como E-4, e do Major Alísio, como E-3 – foi essencial para o sucesso da operação, sob a supervisão do Chefe do Estado-Maior, Coronel Batista.

Nesse momento, lá no QG, já tínhamos uma série de oficiais da Reserva integrando o Estado-Maior; discutindo soluções para problemas e procurando prestar os seus serviços à causa revolucionária e à composição do Destacamento Tiradentes.

Isso ocorreu em Juiz de Fora no Quartel-General da 4ª Região Militar e 4ª DI, no início da manhã do dia 31 de março de 1964. Na parte da tarde, o Destacamento já tinha tomado a estrada e o General Muricy já havia assumido o Comando. O Coronel Walter Pires, Chefe do Estado-Maior do General Muricy, só chegou à noite, quando coube a mim providenciar um transporte para ele, que acabou sendo um carro da Prefeitura de Juiz de Fora, um automóvel Chevrolet da Prefeitura, que passou a ser dirigido por um sargento meu da 4ª Cia Leve de Manutenção, recebendo um cabo da PE para a sua segurança. Foi lembrada a necessidade de dar-lhe um oficial de ligação para manter o contato com a tropa, optando-se pelo Major Cid Goffredo, presente no Quartel-General, e que passou à disposição do Coronel Walter Pires, a fim de integrá-lo à coluna, que já estava em deslocamento, e levá-lo ao encontro do General Muricy.

Quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março?

Para mim, as raízes estão na Intentona Comunista, onde os acontecimentos são por nós repudiados, pela covardia e pela deslealdade empregada. Em conseqüência, associando o comunismo ao procedimento de determinados militares marxistas que atuaram na Intentona Comunista, a nossa aversão a esse regime político tornou-se total.

Independente disso, a nossa formação é democrática e o nosso compromisso maior é com a Nação brasileira e com o nosso povo, do qual fazemos parte, como já foi dito, com muita razão, pois o Exército é o povo em armas, para orgulho de todos nós integrantes da Força Terrestre.

Sentimos que o povo brasileiro, amante da democracia, amante da paz social, estava totalmente frustrado naquele deteriorado e anárquico. Não só pela degradação plena das nossas instituições, mas também da nossa economia e das distorções profundas da ação política, tínhamos a indicação que caminhávamos para um regime totalitário, para uma república popular comunista, e a reação do povo brasileiro, contrário àquele estado de coisas, sensibilizou todo o Exército, tanto os que condenavam, expressamente, a orientação política do Governo, como aqueles companheiros que, por sua formação mais rígida, tinham um compromisso com a Constituição e com o que chamavam de legalidade.

Em 1961, houve realmente no Exército uma dicotomia, entre aqueles que pensando na construção do Brasil grande, inimigos do comunismo e do populismo, não queriam que João Goulart assumisse, considerando as ameaças que poderiam advir de sua posse, e aqueles que procuravam preservar e respeitar a Constituição, julgando que não cabia ao Exército se intrometer e interferir no sistema político.

Essa dicotomia existiu no Exército em 1961. Os legalistas, que se submetiam aos ditames da Constituição, e os que se insurgiam contra a posse de Jango Goulart, entre os quais me incluo, nós que partimos para o Movimento Armado em 1961.

Já em 1964, houve uma compreensão plena de que o Presidente Goulart, que acabara por tomar posse em 1961, levara o País para o caos, como muitos temiam, tudo com o firme propósito de implantar uma república sindicalista-comunista no País, extinguindo o regime democrático e, assim, o povo e o Exército, este incentivado por aquele, puseram um ponto final naquela situação criada pelo Governo, em particular pelo próprio Presidente que acabou sendo deposto, por suas ações levianas, ferindo a Constituição e as leis.

O senhor poderia nos dizer algo mais acerca do panorama político anterior a 31 de março, particularmente dentro dos quartéis?

Vivíamos uma época de euforia na expectativa da eleição de Jânio Quadros, que se consumou com uma votação consagradora. O que queríamos era uma estrutura política administrativa honrada, honesta, e Jânio se propôs a implantar no Brasil esses aspectos que todos ansiavam. A vassourinha, símbolo de sua campanha, associou-se a idéia de varrer a corrupção que impedia um presente e um futuro promissores para o País. E aquela expectativa toda se desfez com a sua renúncia intempestiva, inexplicável, trazendo uma enorme decepção, uma terrível frustração, para todos.

O surgimento do Vice-Presidente João Goulart, com seus comprometimentos populistas, associados à falta de firmeza que sempre demonstrou na sua vida política, tudo isso nos preocupou e achávamos que ele não teria condições de conduzir o Brasil ao grande destino que tanto desejávamos. Infelizmente, foi o que veio a acontecer. Nossas preocupações procediam inteiramente. O seu Governo foi um desastre sob todos os aspectos!...

Nos quartéis, tínhamos, como disse, aqueles elementos legalistas, elementos corretos, sérios, que pensavam que o Exército estava integralmente subordinado aos preceitos constitucionais em qualquer hipótese. E aqueles que achavam que tínhamos a obrigação de impedir que um Governo populista e despreparado levasse o Brasil pelos caminhos da demagogia e do sindicalismo controlado pelos pelegos pertencentes ao movimento comunista internacional.

Sonhávamos com o Brasil poderoso, democrata e cristão, de acordo com aqueles ideais trazidos da nossa formação, que queríamos ver colocados em prática, e que sentíamos ser impossível, se à frente do País estivesse João Goulart. E repito: estávamos certos. Aquele sujeito representou um tremendo atraso para a

Nação. Até hoje, os reflexos negativos de seu Governo, que obrigaram uma reação à altura, se fazem sentir.

Mas, valendo-se daquele ambiente criado a partir de 1961, surge dentro das Forças Armadas, determinados elementos oportunistas querendo ocupar espaço no Governo João Goulart e passaram a ser legalistas e janguistas para atender à imposição da ordem instituída e o que é muito pior, transformaram-se em oficiais-generais populistas – os generais e almirantes ditos do povo, com os quais Goulart armou um esquema que, ao lado dos pelegos e dos comunistas em geral, ameaçava a todos e aos outros poderes constituídos principalmente.

O relacionamento entre oficiais, sargentos, cabos e soldados sempre se caracterizou pela máxima lealdade, pela sadia camaradagem e pelo afeto muito significativo entre os companheiros de farda. Esse relacionamento sempre foi muito espontâneo e sincero, mas isso não significa populismo e nos preocupou o fato de companheiros começarem a buscar um relacionamento promíscuo com seus subordinados, sem o devido respeito à disciplina e à hierarquia, assim como um populismo cada vez maior dentro do Exército, o que desagradava bastante a quase totalidade da Força, contrária àquela visível e crescente promiscuidade.

Esses elementos além do mais eram desleais. Tudo o que ocorria no quartel imediatamente procuravam, para se promover, fazer chegar àqueles outros escalões, para mostrar que atuavam como verdadeiros espiões dos companheiros, ou seja, estávamos repetindo aquele ambiente da Intentona Comunista em termos de desconfiança por não se saber exatamente quais os que integravam o esquema daquele Governo suspeito.

Fatos corriqueiros ocorridos nas Unidades eram levados para os escalões superiores ligados ao Governo. A título de exemplo, lembro-me de que, quando o General Mourão assumiu o comando da 4ª Região Militar, ele determinou que, na sua primeira visita à 4ª Companhia Leve de Manutenção, o comandante da unidade ministrasse uma instrução para seus quadros sobre movimentos revolucionários.

Escolhi o tema *Regimes Políticos Contemporâneos – O Processo Revolucionário* e, em minha abordagem, enfatizei aquelas cinco fases do movimento revolucionário. Terminada a exposição, houve um debate, particularmente motivado pelo General Mourão que procurou caracterizar que o Brasil estava vivendo a quinta fase, destacando a gravidade da situação naquele momento.

Passados alguns dias, estava eu no Rio de Janeiro, providenciando suprimento pertencente à cadeia da Diretoria de Motomecanização, quando fui surpreendido ao ser chamado pelo Diretor de Motomecanização, General Ênio, que, de maneira muito agressiva, quis saber o que é que estava acontecendo na minha Unidade, que

estaria agindo de maneira subversiva e que história era essa e foi me cobrando... Goulart contava com este tipo de apoio. Dias depois, ele vai a Juiz de Fora, à 4ª Cia Leve, a pretexto. Tínhamos uma série de viaturas descarregadas para o desmanche, cabendo-nos o aproveitamento do material classe dois, que era feito na própria Companhia, assim como providenciar a alienação de todo o material inservível.

Era realmente competência da DMM. Entretanto, sem que ninguém esperasse, ele chegou e percorreu a Unidade querendo manter contato com o pessoal. Era eu um mero capitão diante de um general que se mostrava insatisfeito, hostil, sem nenhuma razão aparente, a não ser aquela exposição que fizera para o General Mourão, que lhe chegara ao conhecimento. Felizmente, contei com a cobertura do Major Ary Capella e, não sei explicar porquê, com presença inesperada de um grande amigo meu, Chefe do Serviço Militar, o Coronel Serpa, que, o tempo todo, a pretexto de uma visita, permaneceu lá e, de vez em quando, dava as suas respostas, fazia as suas intromissões, criando um desconforto, uma situação de constrangimento ao então Diretor de Motomecanização.

Isso é coisa dos Serpa, excepcionais como sempre...

Era uma figura extraordinária... O Hospital da Guarnição de Juiz de Fora ficava ao lado do quartel da 4ª Companhia Leve de Manutenção e o Coronel Serpa, fazendo tratamento dentário, aproveitava para tomar café comigo constantemente. Guardava uma posição perfeitamente definida, contrária a permanência de João Goulart à frente do Governo por todos os demandos que vinha cometendo. Meses e meses antes do 31 de Março, o seu entusiasmo era de tal maneira como conspirador, como revolucionário de primeira grandeza, que ele sonhava com a minha Companhia em ordem de marcha prestando o apoio indispensável à Revolução que viria. Este era o seu pensamento. Mais um detalhe importante sobre o Coronel Serpa: foi pedida a transferência dele de Juiz Fora. O Chefe do Estado-Maior, nessa época, era o General Castello Branco e o seu Ajudante-de-Ordens era o Capitão Negrão. Havia um certo relacionamento meu com o General Castello Branco quando ele foi para Recife, uma vez que, por indicação do General Adhemar, os seus dois Ajudantes-de-Ordens seriam o Capitão Negrão e eu. Daí, os meus contatos com o General Castello Branco.

Em uma dessas vezes, ele, com a sua notória discrição, me perguntou: “O que é que está acontecendo com o Coronel Serpa?” A resposta que eu dei: “Homem de tanto valor, mas tão sofrido e continua a receber pressões. O que está acontecendo é isto, talvez, pelo seu ímpeto inegável, pela sua maneira de ser”.

No final de 1963 e nos primeiros meses de 1964, o panorama político ficou mais claro, porque o governo, ao afrontar em demasia os militares, acabou por uni-los, a aproximar a sua maioria esmagadora, precipitando, inclusive, o dia da Revolução.

Qual era, naquela época, a posição da Igreja com relação ao Movimento de 31 de Março e ao Presidente deposto?

Falo como católico apostólico romano praticante. Em momento algum, deixei de freqüentar a Igreja e de participar da minha crença religiosa. Mas sentimos a preocupação em ver que determinados segmentos da Igreja, desvirtuando todos os seus maiores valores, começaram a se politizar.

A criação daquelas associações – Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), com conotações essencialmente políticas, distorcendo a religião, passou a nos preocupar. Eram pequenos segmentos extremamente atuantes. Mas a Igreja, na sua quase totalidade, ficou fiel aos seus princípios.

Em momento algum, senti necessidade de me afastar da minha Igreja por incompatibilidade ideológica. Ela sempre me acolheu e não houve problema, apesar dos desvios de algumas minorias.

Determinados segmentos, sim, foram se afastando da Igreja dita tradicional para abraçarem o que chamavam de igreja "progressista" – progressista entre aspas, voltada para as coisas materiais em substituição as espirituais.

Como disse, esse tipo de igreja – progressista entre aspas – não interveio no meu credo religioso, na minha prática religiosa, embora, em algumas paróquias, após a extinção do AI-5 em dezembro de 1978, tenha fomentado, principalmente a partir do limiar da década de 1980, conflitos ideológicos, afastando católicos do seu seio e incorporando materialistas, em sua maioria comunistas, para o seu interior, uma vez que a vida espiritual fora substituída por aspectos de ordem material, como, por exemplo, solicitação aos fieis, durante a missa, de doações para pagar advogados que deveriam defender subversivos presos, torcendo o sentido da atividade da Igreja.

Que papel a Marcha da Família com Deus pela Liberdade exerceu no processo revolucionário?

Foi muito importante para nós militares, porque aquela massa popular, conduzida particularmente por mulheres, em manifestações extraordinárias, naquelas marchas memoráveis, levou a nós das Forças Armadas a uma situação de constrangimento pela nossa omissão.

Aquele nosso comportamento omisso passou a significar para nós covardia e não admitimos, pela nossa formação, a pecha de covardes. Mesmo aqueles militares legalistas passaram a ficar convictos da necessidade de intervir realmente no processo, compreendendo que a mensagem vinda do povo nas ruas não podia mais ser ignorada.

As Marchas da Família foram fundamentais para tirar o Exército dos quartéis, para tirá-lo do imobilismo. Mais uma vez, em 31 de março de 1964, o Exército agiu atendendo ao clamor do povo que não suportava mais a baderna e a subversão instituídas e alimentadas pelo próprio Governo.

O que gostaria de abordar a respeito das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze" que se especializaram em perturbar a vida do País?

Exato. A expressão perturbar é muito pertinente. Porque as "Ligas Camponesas" e esses "grupos dos onze" não tiveram uma amplitude para mudança do regime; eles foram a bem da verdade incrivelmente perturbadores da ordem e do acatamento às leis em vigor.

As "Ligas Camponesas" buscaram explorar áreas inóspitas, onde havia uma população miserável, perturbando a ordem no interior, principalmente através de saques e invasões, aliás muito parecido com o que está atualmente acontecendo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A técnica foi a mesma, voltada fundamentalmente para as invasões de terras e saques de todo o tipo com a finalidade precípua de perturbação da ordem.

O "grupo dos onze" foi criado por Brizola com o objetivo de intervir de fato, através de elementos armados, na vida nacional, para garantir a execução das mudanças preconizadas que deveriam ser postas em prática na raça ou na marra.

Em suma, tais grupos deveriam atuar para a realização das reformas na marra, caso não se conseguisse implantá-las normalmente dentro da lei. O lema era: reformas na lei ou na marra.

O movimento do Coronel Jeferson Cardim Osório, em Santa Catarina, por exemplo, buscava impor as idéias comunistas na região Sul do País através das armas. Nada conseguiu, além da tentativa de perturbar a paz social.

Da mesma forma, as "Ligas Camponesas", as guerrilhas de Caparaó e, depois, as de Xambioá, assim como o terrorismo urbano, não tiveram fôlego para uma mudança de regime, mas perturbaram efetivamente a Nação durante vários anos do período revolucionário, particularmente de 1968 a 1974. Todavia, aquilo que mais desejavam, que era uma área liberada para implantar uma nova ordem, passando a contar abertamente com o apoio externo, em momento algum conseguiram.

A idéia de criar uma zona liberada do tipo da obtida pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que era o grande objetivo dos extremistas de esquerda no Brasil, não foi avante pela pronta e eficaz reação das forças legais que salvaram o País de se defrontar com um quadro adverso como o vivido pela Colômbia nos dias de hoje.

Embora já tenha falado do meio militar em geral, gostaria que complementasse dizendo o que viu nos quartéis em Minas Gerais e qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres no Movimento revolucionário?

Nos quartéis em Minas Gerais, acompanhávamos todo aquele movimento ocorrido no Rio de Janeiro, com total indignação, em face da quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, como no comício da Central do Brasil, com a presença dos ministros militares; na rebelião dos Marinheiros, verdadeiro levante de desordeiros, e na reunião dos sargentos com o Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil – eventos onde só não viram o caos que o País mergulhara – pela ação de um Governo irresponsável – aqueles que não queriam ver ou melhor não desejavam ver por interesses variados, normalmente pessoais.

Determinados pronunciamentos nos acalentavam bastante, como, por exemplo, os do General Muniz de Aragão, chefe pelo qual tínhamos um respeito muito grande. Seus pronunciamentos eram todos centrados na urgente necessidade do restabelecimento da disciplina militar. Reunia os meus oficiais e sargentos para transmitir-lhes os seus ensinamentos.

Procurei sempre manter contato com os chefes militares mais antigos – o Coronel Bretas, Comandante do 10º RI, meu vizinho; o Coronel Ferraro, Comandante do 11º RI; o Coronel Jaber, Comandante do 4ª Grupo de Artilharia de Campanha (4º GAC), na época 4º RO 105 (4º Regimento de Obuses 105mm).

Os estagiários oriundos da ECEME, que integravam o Estado-Maior da 4ª Região Militar, devo salientar, eram de alto nível.

A concentração deles em Juiz de Fora, já que eles poderiam optar por qualquer outra organização, foi uma opção deliberada e que contribuiu muito para o perfeito desempenho do Comando da 4ª RM no planejamento e na condução do Movimento.

Uma equipe totalmente coesa de uma capacidade profissional excepcional, foi o que vi na 4ª RM. Com esses oficiais, mantinha contato, conversávamos bastante, falávamos de nossas preocupações.

O acontecimento de 31 de março, portanto, não nos causou surpresa, causou surpresa a ineficiência, a falta de estrutura da oposição que acreditávamos realmente que íamos enfrentar uma guerra. Essa guerra não aconteceu. O que se viu foi o tigre de papel, e aquelas manifestações esperadas não ocorreram.

Antes de partirmos, mandei que todos os meus subordinados fossem em casa – oficiais e sargentos – não só para apanharem o material que houvessem por bem levar, mas para se despedirem da família, deixando-as encarregadas de toma-

rem as providências administrativas domésticas necessárias, porque não sabíamos quando seria a nossa volta e se haveria volta.

Estávamos esperando que houvesse reação, mas, felizmente, não houve. Realmente, o nosso deslocamento de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro teve aquelas participações e contatos, todos com os contrários, como com aquele pelotão do Tenente Hélio Monteiro de Barros, do 1º Batalhão de Caçadores, pelotão que passou para o nosso lado, com o Grupamento Tático do Regimento Sampaio sob o comando do Coronel Raimundo – formado por um Batalhão do Regimento Sampaio e um Grupo do Regimento Floriano – que também aderiu às tropas mineiras. Assim, embora houvesse momento de tensão, o nosso deslocamento foi pacífico. Chegamos no Rio e até fomos conduzidos por meio de batedores para o Maracanã, onde ficamos acantonados.

Com o Destacamento Cunha Melo houve algum incidente?

Incidente que eu assisti deu-se em Três Rios. Estávamos no grande alto. O PC do General Muricy, Comandante do Destacamento Tiradentes, estava numa clareira, lá junto ao rio, quando apareceram dois jipes com emissários do Destacamento Cunha Melo que viera do Rio para enfrentar-nos. A proposta desses oficiais era a de nós permanecermos estacionados lá em Três Rios até que todas as Organizações Militares do Destacamento deles retornassem aos quartéis, de modo a não dar qualquer conotação de retraimento com perseguição e, disso, não abriam mão.

O General Muricy informou aos emissários: "Vamos prosseguir; estamos num grande alto e as medidas administrativas estão sendo tomadas aqui. Após a conclusão das mesmas, iremos prosseguir". O comissário, major pára-quedista, de maneira até bastante insolente e gesticulando disse: "E o senhor será o responsável pelo derramento de sangue". Como resposta, o General Muricy mandou chamar o Tenente-Coronel Jaber, Comandante do Grupo de Artilharia (4º GAC), e mandou colocar o Grupo em posição, alertando que o primeiro tiro a ser dado a peça seria acionada por ele, General Muricy.

Determinou ao Tenente da Silva, do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (4º Esqd C Mec), que tirasse os seus carros de combate leves das pranchas e viesse constituir o Elemento de Reconhecimento Vanguarda do Destacamento.

Tudo isso foi feito e a presteza no atendimento a essas determinações do General Muricy deixou esse pessoal do Cunha Melo meio desnorteados, levando-os a pegar a viatura e rapidamente se retiraram de lá. Felizmente, o confronto não ocorreu.

O senhor está justamente enfatizando a posição da verdadeira liderança que tínhamos entre nós. No caso do General Muricy, que respondeu à altura, ficou muito

clara a sua posição de não ceder em nada, fruto das suas convicções, que eram as de todos os integrantes das tropas mineiras.

A liderança militar é observada através dos gestos do chefe que sensibilizaram bastante, como esses do General Muricy, que quebraram a crista do major pára-quedista representante do Destacamento Cunha Melo.

Em 1961 quando estava no GUEs, no destacamento que já citei, no GT que foi até Registro e que depois recebeu ordem de retrair. Perdemos e nada é tão triste como uma tropa derrotada, que é aviltada e todos fazem questão de tripudiar sobre ela. Passei mais de 15 dias em São Paulo, organizando um ponto de coleta de viaturas danificadas para fazer a evacuação ferroviária. O ambiente por mim vivido, na Rede Ferroviária, foi de maus-tratos, a desconsideração foi total.

Quando cheguei aqui, quem estava me esperando? Era o General Arruda, o ex-Comandante do GT. Recebeu-me, cumprimentou-me, tomou as providências que se faziam necessárias e fez questão de levar-me até em casa no seu carro, dizendo-me que gostaria de cumprimentar a minha família. Realmente, cumprimentou a minha família, de maneira assim discreta, e se retirou. Veja o que é um líder! Foi me buscar depois de tantos dias, por ter sido Comandante do GT, ao qual procurei servir da melhor forma possível.

Nós estávamos derrotados e o ex-comandante, depois de 15 dias, sofrendo todas aquelas vicissitudes lembrou de um mero capitão, que ele deixou atrás cumprindo missão e foi lá recebê-lo e com essa consideração. Olha, são pequenos gestos que mexem conosco. Isso é tão importante que até emoção, neste momento, eu sinto.

Aí, está a demonstração clara do líder, do homem que vai ao encontro do seu subordinado. Mas eu diria que, na verdade, essa derrota foi política, porque nós aceitamos o parlamentarismo que foi parte do acordo para que voltássemos, o que quer dizer que Goulart não assumiria como Presidente no regime presidencialista e, sim, no parlamentarista, onde seus poderes eram bem reduzidos. Na verdade, não se configurou, acredito que o senhor concorda, uma derrota no campo militar que nos traria, aí sim, muito maior amargura.

Infelizmente, no entanto, sabemos que João Goulart, insidiosamente e com base em propaganda massacrante, conseguiu voltar a ser presidente no regime presidencialista através daquele plebiscito manipulado, para o qual artistas esquerdistas, nas rádios, cantavam músicas com letras que incentivavam o "diga não" ao parlamentarismo e com toda aquela "orquestração" acabaram fazendo com que o presidencialismo retornasse, dando a Jango, em janeiro de 1963, as prerrogativas que ele perdera em 1961.

Ficou bem caracterizada a liderança que existia de um dos lados, que era realmente o lado que desejava um Brasil grande, sem anarquia, e que faltava do outro lado, onde a liderança era “tigre de papel”.

As Forças Armadas foram, na verdade, intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

Ah! Não tenho dúvidas quanto a isso. As minorias atuantes que davam apoio ao Governo eram manipuladas, mas o povo brasileiro não se conformava com o que acontecia. O grevismo e aquelas manifestações anárquicas, quase que diárias, ocorridas nas principais cidades do Brasil, atormentavam o povo. O caos econômico e as crises sociais eram insuportáveis. Ao sair de casa, ninguém sabia se ia encontrar transporte ou não, as coisas mais absurdas aconteciam. A Central do Brasil em greve total, relâmpago, porque um determinado líder sindical, para mostrar a sua força parava toda a Rede Ferroviária Federal, para se promover junto à estrutura do Governo e toda aquela massa ficava no meio do caminho sem poder trabalhar. As greves eram permanentes, cabendo destacar as greves de solidariedade de uma categoria em relação à outra. Então nós, militares, vivíamos de prontidão ou de sobreaviso.

Tudo faltava... Os portos funcionavam mal, com as seguidos greves dos estivadores ou dos portuários. O Exército era chamado para realizar o desembarque de bens de consumo não duráveis para que não apodrecessem no cais. O problema do abastecimento era grave. Para conseguirmos leite para as nossas crianças, naquela época, era através da viatura, chamada vaca leiteira, que começou a passar muito cedo, por volta de 5h da manhã, para evitar as greves nos transportes que impediam os veículos trafegarem. Então, a família tinha que acordar de madrugada e formar aquela fila para comprar um litro de leite para dar aos filhos.

Essa era a situação do Brasil. A nossa sociedade não se conformava mais com aquele caos total que estávamos vivendo e a ação era essencialmente política e aqueles pelegos procurando agradar o governo do quanto pior, melhor, e sendo por ele manipulados. Não estou afirmando que os pelegos fossem todos comunistas, mas todos eram oportunistas. Dentro desse ambiente, aqueles que tinham o seu ideário marxista-leninista conduziam aquele processo que levaria a estrutura democrática existente à destruição total, de forma a obter a transformação do Brasil para um regime político totalitário, que eles chamavam de república sindicalista.

Qual foi o comportamento do Congresso Nacional diante da Revolução de 31 de Março?

A meu ver, foi realista. Com a ausência do Presidente da República, que fugira de Brasília para o Rio Grande do Sul, ele considerou vago o cargo. Coube-

lhe dar posse ao Presidente da Câmara, e reconhecer o comando revolucionário, a quem caberia instituir a nova ordem.

E como se portaram essas organizações todas, fundamentalmente as sindicais e as estudantis, depois da eclosão da Revolução?

Na eclosão, eles todos desapareceram. Como afirmei, a nossa expectativa era de enfrentarmos uma guerra civil e isso felizmente não ocorreu, porque eles desapareceram. Aos poucos, foram se reaproximando, porque o ideário marxista-leninista nunca deixou de existir e sempre se manifestou com diferentes matizes.

E, inclusive, atuando na clandestinidade.

Exatamente. Na clandestinidade, tumultuando o Governo revolucionário durante o tempo todo. Houve o milagre brasileiro no tempo do Presidente Médici, o que, na verdade, foi fruto de um esmerado planejamento, que começou com Castello Branco. Era o momento ideal para deixarmos o Governo, restabelecendo totalmente as estruturas políticas administrativas no Brasil e dando o poder político a um civil. Mas isso, infelizmente, não foi realizado, considerando que a guerrilha não estava completamente neutralizada.

É uma coisa muito natural que o jovem reaja. O jovem gosta de contestar. Isso é natural. Seria lastimável criarmos gerações sem essas tendências e esse jovem sentir-se castrado e novas elites não surgirem... Então, "o povo unido jamais será vencido", esse *slogan* congregou os jovens. Em Campos, em 1968, quando estava comandando, fui fazer uma palestra na Universidade de Campos. Várias vezes fui convidado para fazer palestras, encontrando, inicialmente, essa oposição de estudantes com esse *slogan* "Povo unido jamais será vencido". E fui ao encontro deles; e disse-lhes que gostaria de dialogar com eles. "Vamos lá para o auditório, mas vamos manter respeito; eu respeito vocês e vocês vão me respeitar, vamos trocar idéias". E aquela massa que era manipulada aquiesceu, entrando no auditório.

Então, houve uma exposição normal, uns levantaram, fizeram intervenções e eu lhes disse: "Temos uma elite aqui", com aquela conotação: "Vamos discutir de maneira elevada, sem emoções, mas buscando a razão. Ótimo, e você sua opinião?" Aquela técnica de discussão dirigida normal foi desenvolvida e fomos nos interando e chegamos a bom termo.

Coronel, quais, na sua opinião, foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Olha, indiscutivelmente, o Marechal Odylio Denys era uma autoridade. As suas ações em prol da Revolução, em Minas Gerais, só o elevam; ele desenvolveu

um trabalho que só líderes muito respeitados conseguem. Um exemplo está na posição adotada pelo Regimento Sampaio, quando estava se deslocando para Minas Gerais sob o comando do coronel Raimundo que, ao receber um telefonema lá em Petrópolis do Marechal Denys, mudou totalmente de posição acatando a solicitação do velho chefe que lhe falou: “Raimundo contamos com você, o Brasil precisa de você, só há um caminho a seguir. Ajude-nos”. Então ele acatou inteiramente. Outro líder eminente foi o General Adhemar de Queiroz, chefe vinculado ao Marechal Denys, uma pessoa muito ponderada.

O General Castello Branco era uma pessoa discreta; ele não agia assim diretamente articulando a Revolução, como fizera o Marechal Denys, mas ele acompanhava e, através daquela maneira austera que lhe era peculiar, ele procurava conduzir o processo, mostrando que não estava de acordo com o andar da carruagem... Aquele seu documento, como Chefe do Estado-Maior, foi extremamente significativo, porque teve o efeito de uma bússola, mostrando o caminho a seguir.

Os comandantes de área, General Mourão e General Carlos Guedes, lá em Minas Gerais, não há dúvida nenhuma, que eles conduziram o Movimento armado; eles foram os pioneiros! Foram os primeiros a colocar as tropas nas ruas. Dei como exemplo a primeira visita do General Mourão à 4ª Companhia Leve de Manutenção – ele já levou a mensagem, ele já queria uma definição... O Mourão não foi um oportunista, foi um homem de convicções.

E o General Guedes junto ao Governo de Minas e a Polícia Militar.

Exatamente, as articulações feitas pelo General Guedes com o Governador Magalhães Pinto foram fundamentais ao sucesso do Movimento, assim como Magalhães foi, sob todos os aspectos, de grande importância para a marcante vitória alcançada pelo movimento revolucionário.

Na Guanabara, o Carlos Lacerda foi realmente excepcional, infelizmente, as suas ambições políticas o levaram para outro setor, mas era um revolucionário autêntico. Em São Paulo, o Adhemar de Barros assumiu realmente sérios compromissos com a Revolução e sua ação junto ao General Kruel merece ser aqui enaltecida.

Agora, vamos falar do General Médici. Antes, volto a 1961 para passar a idéia real do papel que a Academia desempenhou participando da Revolução? A meu ver, aquela atitude do General Médici teve uma importância singular. Em 1961, estava eu lá, em Resende com aquele destacamento do GUEs, quando houve um acidente perto dali, naquele posto de gasolina chamado Churrascaria Presidente. Muito a vontade fui para a Academia, porque tinha acabado de sair da AMAN, onde havia passado cinco anos como Instrutor do Curso de Infantaria.

Cinco anos como Instrutor!

Ao querer entrar na Academia fui impedido, barrado no Portão Monumental. Veio um oficial para saber o que eu queria. Falei do acidente e, realmente, ele me deu apoio e fez as ligações com à Santa Casa, isso e aquilo mandou médico, mas não permitiu a minha entrada. Olha, aquilo me abalou profundamente. Disse para mim mesmo: "Passei aqui cinco anos; estou acabando de sair desta Casa de Formação de Oficiais; todos os valores que guardo foram aqui adquiridos, todas as minhas convicções. Como esta Casa, que é minha, está em outra direção; ela nem me recebe, não me deixa nem entrar". E isso sinceramente me abalou.

Daí a importância do General Médici ao abrir a Academia para todos os que participaram do Movimento armado.

Exatamente, o General Médici foi genial. Uma liderança consagrada na história do Exército.

Ele foi ao encontro dos ideais revolucionários que chegaram a Resende para ajudar a banir aquele movimento anarquista-comunista, espúrio às nossas tradições. Ele recebeu a todos de portas e coração abertos.

A posição adotada pela Academia foi enaltecida em todo o Exército. Foi extremamente significativa a decisão do General Médici.

A Academia é olhada pelos seus ex-cadetes como um verdadeiro templo, onde fomos formados e que de nós merece o máximo respeito. Então, no momento em que a Academia passou a liderar o processo revolucionário no Vale do Paraíba, disposta a combater, isso nos trouxe uma tranqüilidade muito grande. Estamos no caminho certo, porque o caminho por nós adotado era também o da Academia, a Casa sagrada que aprendemos a amar!

A Revolução de 31 de Março recebeu algum apoio externo, inclusive vindo dos Estados Unidos?

O nosso movimento foi de natureza interna, feito somente por brasileiros idealistas. A nossa soberania foi mantida e exigida em todas as circunstâncias.

O General Vernon Walters, que era, na época, Adido Militar aqui no Brasil, afirmou categoricamente em depoimento para o Projeto que não houve a menor participação dos EUA na Revolução.

Até acredito que parte da esquadra americana possa ter ficado de prontidão e voltada para o território brasileiro para agir no caso de que qualquer problema mais grave viesse ocorrer, mas não teve, como sabemos, nenhuma ligação com o nosso País. Qualquer conotação de interferência no nosso movimento nenhum de nós admitiria nem aceitaria como brasileiros.

A que atribuir o rápido desmoronamento do tal esquema militar do Presidente da República João Goulart, com o qual iria fazer a revolução na lei ou na marra?

Aqueles elementos, antes de mais nada, eram todos oportunistas. Se analisarmos os que entraram nessa linha e perguntarmos qual era o valor militar deles? Qual era a confiabilidade que eles inspiravam? Diremos valor militar, nenhum; confiabilidade, nenhuma; porque eles procuravam recrutar grupelhos, todos constituídos, também, através de interesses pessoais. Então, o tal esquema militar que participaria da revolução sindicalista, a ser implantada na lei ou na marra, não possuía nenhum valor militar.

Faltava liderança.

Exatamente. A análise do perfil militar de tais elementos mostra que, realmente, eram pessoas sem maior expressão...

E como apreciaria a chefia e liderança do lado da Revolução?

Olha, o chefe militar logo se conhece. Nós, na nossa vida militar, não conseguimos enganar os subordinados por muito tempo; o embuste dura muito pouco. Então, temos que realmente ter convicções, para procedermos em consonância com as mesmas. Já citei exemplos significativos de liderança, lembrando do Destacamento Tiradentes em 1964. Citei os exemplos marcantes do Major Ary Capella e do Major Alísio, que souberam granjear o meu respeito e a minha admiração pelo exemplo no cumprimento do dever.

A tranqüilidade dos nossos homens era notória porque acreditavam nos seus chefes; tinham a convicção que estavam no caminho certo.

Então, o chefe militar é aquele que todos têm confiança, como os que nos conduziram durante a Revolução. Mas qualquer resultado a que chegássemos, eles estariam solidários conosco. E não como aqueles do outro lado que, na primeira oportunidade, sumiriam com medo de se desgastar ainda mais.

Tínhamos a certeza de que os nossos chefes militares, mesmo na adversidade, mesmo na derrota, estariam conosco solidários, dando-nos o apoio, como o General Arruda, cujo exemplo ficou, para sempre, comigo guardado.

A liderança militar pôde ainda ser observada em toda a sua dimensão com os atos de muita grandeza do Comandante da AMAN, General Médici, apoiado pelo seu Estado-Maior, onde se encontrava o então Coronel Antonio Jorge Corrêa, Subcomandante, todos solidários com o Comandante, dando-lhe total e espontânea colaboração.

O valor militar e a liderança estavam muito bem representados pelos chefes que conduziram as tropas vitoriosas na Revolução.

A mídia apoiou o Movimento na época?

Ao regressarmos a Juiz de Fora, as nossas famílias acompanharam, viram os jornais, revistas, tudo isso era muito lisonjeiro. A Revista *O Cruzeiro*, na época, fez uma coluna de todo o Destacamento Tiradentes, ressaltando o procedimento militar, a conduta, elogiando muito o comportamento de todos os militares que integravam a Coluna.

Todos os postos de gasolina no eixo foram requisitados de maneira oficial. Recebíamos tantos litros de gasolina, assinávamos o termo de responsabilidade; aí, uma equipe ficava, as viaturas vinham e já estava designado qual o posto que ia abastecer. O Tenente Goldi foi o responsável por esta atividade logística que transcorreu sem o menor problema.

Os jornais também nos apoiaram.

Todos os grandes jornais e revistas, o apoio foi total. "A Nação que se salvou a si mesma", livro lançado na época, teve repercussões internacionais muito grande.

Hoje em dia, no entanto, verificamos na mídia, na área do ensino, na universidade, em todos o setores de comunicação social, uma penetração comunista muito forte pela influência da estratégia gramsciana. O livro "A Revolução Gramcista no Ocidente", do General Sergio de Avellar Coutinho, que, além de inédito, é muito oportuno, desmistifica uma falácia de que o comunismo acabou, quando há toda uma engrenagem trabalhando no sentido de fortalecer a revolução comunista no Brasil, na América Latina e em outros continentes. Ingênuos somos nós em acreditar que isso não esta acontecendo!...

O professor Olavo Carvalho tem alertado sobre isso, mostrando claramente que, hoje, enquanto na França 80% da mídia são de esquerdistas aqui chegam a 100%. É raríssimo você ver alguém nos meios de comunicação social que não seja esquerdista. O que não acontecia em 1964, onde tínhamos inúmeros jornalistas contrários às idéias e às práticas socialistas. Havia grupos que se debatiam contra aquilo; hoje, infelizmente, não há. Todo mundo praticamente, que faz a opinião pública, reza na cartilha gramsciana.

Com o efeito da revolução gramsciana na total esquerdização dos meios de comunicação de massa no momento atual, nem o centro nem a direita estão, hoje, representados na mídia. Por que esse fenômeno aconteceu, se o comunismo fracassou em todos os lugares onde foi aplicado? Porque a estratégia gramscista foi muito bem aplicada no Brasil pelos comunistas, os quais passaram atuar prioritariamente no setor da Educação, principalmente no ensino universitário e, aí, nas faculdades de Comunicação Social, Pedagogia, História. Este foi o segredo.

Coronel, no seu ponto de vista os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Tirando a Junta militar que governou logo após o grave problema de saúde que vitimou o Presidente Costa e Silva, todos os nossos Presidentes militares foram eleitos pelo Congresso por meio do voto indireto. Havendo o problema discutível do bipartidarismo. Mas não sei o que é mais correto se é o bipartidarismo que congrega duas correntes significativas, ou o sistema atual vigente, com 42 partidos políticos. Qual é a expressão? Qual é o ideário? Para existir um partido político antes de mais nada tem que existir um ideário. Quais são os 42 ideários destes partidos?

Com o bipartidarismo quem fosse contra, podia, na oposição, propor as suas idéias. Isso em Cuba e em países comunistas é impossível; não existe como se contrapor já que o partido é único.

Exatamente, não há como discordar. No período revolucionário brasileiro, o presidente, ao ser indicado, a primeira coisa que fazia era passar para a reserva. Agora, não resta dúvida nenhuma que, no exercício do Poder, ele tinha respaldo na expressão militar, isso não há dúvida. Ele contava com a anuência do poder militar. Entretanto, ele era um general da reserva, eleito pelo Congresso Nacional por meio do voto indireto e através de um sistema bipartidário.

Com a maioria de ministros civis.

A mídia, nesta última década, tem procurado omitir os acertos da Revolução, deixando de abordar tudo de positivo que a Revolução realizou. Quais foram, Coronel, as principais conquistas ocorridas no período revolucionário?

Na história do Brasil, pela primeira vez, tivemos uma projeção significativa no campo econômico, projetando o Brasil como a oitava economia do mundo e reconhecendo o Brasil através do milagre brasileiro, a exemplo do que ocorria no Japão.

Vamos verificar em todos os setores da infra-estrutura o que eram antes da Revolução as telecomunicações no Brasil, o que era o sistema viário, o Plano Nacional de Viação nunca implantado e o que passaram a ser, o mesmo ocorrendo na área energética. As grandes obras “faraônicas” da Revolução foram aquelas que nos legaram energia até hoje e outras realizações extraordinárias, como a Ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio a Niterói, São Gonçalo e a Região dos Lagos.

No campo social que tanto se fala, o trabalhador brasileiro não tinha direito a greve, que sempre foi considerada ilegal. Quem é que regulamentou a greve? Foi o período revolucionário. O programa de integração social, quem realizou?

O problema da Previdência Social, o 13º salário para todos, o Funrural, que deu cidadania ao homem do campo, o Banco Nacional da Habitação, que financiou a construção de milhares de residências, o Estatuto da Terra, o documento mais completo e realista para resolver o problema fundiário brasileiro, faltando vontade política de aplicá-lo. Então, tudo isso foram obras do período revolucionário. Agora, temos que reconhecer que não houve milagre porque o que se chamou de milagre foi o resultado de um planejamento em nível nacional muito bem realizado que permitiu o nosso crescimento a mais de 10% ao ano em todo o Governo Médici e em torno de 8% no Governo de Costa e Silva. É claro que as carências sociais do Brasil eram de tal amplitude que não puderam ser resolvidas completamente, principalmente na área da Educação, onde não chegamos onde desejávamos.

Para que possamos continuar indo ao encontro da melhoria na estrutura social tem que, antes de mais nada, haver a vontade nacional que se verificou na época da Revolução, mormente de 1964 a 1974. Temos a esperança de que o povo unido vai cobrar, vai impor inclusive que a estrutura política administrativa do Brasil venha a agir com seriedade, austeridade e honestidade como nos vinte anos de Revolução.

O que está faltando, hoje, é a vontade nacional que tínhamos no período do Presidente Médici. Aquele otimismo vivido no período do Médici, em que o Brasil crescia, como dissemos, a mais de 10% ao ano, em todos os quatros anos. Governo que soube ser autoritário para atacar de frente e derrotar a guerrilha urbana e rural, enfrentando com destemor o quadro de subversão e luta armada que havia em nível nacional e internacional, que se iniciou, no Brasil, em 1968 e que, praticamente, estava superado no final de 1975.

Nós o vimos no Maracanã, ovacionado pelo povo que recebeu com extrema consideração aquele Presidente que estava conduzindo o País com profunda seriedade, com todo o apreço; era ovacionado porque ele mereceu cair na graça da nossa gente. Até o futebol, foi um traço forte de união entre o Presidente e o povo. Hoje, os "revanchistas" mentirosos escondem tudo isso. Adversários políticos chegaram a dizer que se o Presidente Médici resolvesse concorrer em eleição direta teria a vitória assegurada, porque o povo o estimava e respeitava.

Assim, temos, antes de mais nada, de fortalecer a vontade nacional e, hoje, ela precisa ser criada, novamente, vontade nacional que foi fortíssima no Governo Médici, onde a crença e a satisfação do povo eram expressivas. Os inimigos da Revolução estão empenhados em desfigurar aquela fase rica de realizações e de enorme interação entre o povo e o saudoso Presidente, hoje, injustiçado pela vileza "revanchista".

A vontade nacional foi inclusive mensurada na época como das maiores do mundo ao lado da vontade nacional francesa. Ela foi quantificada pelo estrategista americano Ray Cline, que deixou apreensivos aqueles que não queriam nenhum País desenvolvido na América Latina. Mas, apesar dos acertos, a Revolução cometeu erros. Quais foram?

O maior erro, devo enfatizar, foi durar de mais na ação. Verificamos a enfermidade do Costa e Silva, já nos bastidores. Felizmente, acertou-se completamente na escolha do Presidente Médici, que foi magnífico sob todo os aspectos. Já o Presidente Geisel e o Presidente Figueiredo enfrentaram crises internacionais, como as duas crises do petróleo, que lhes criaram uma série de vicissitudes internas, de desgaste. Qualquer governo, seria desgastado; não era o Governo Geisel ou o Governo Figueiredo. As circunstâncias levaram-nos ao desgaste.

Mas a imagem da Revolução, do processo histórico hoje seria outra se o Presidente Médici tivesse passado a faixa presidencial a um civil naquele otimismo, naquela elevadíssima vontade nacional, mensurada, como vimos, por um estrangeiro consagrado pelos seus conhecimentos no campo estratégico, naquele clima de realizações impressionantes.

Devíamos também ter olhado com muito mais atenção para a área da Educação, onde permitimos, pela ação ou omissão do senhor Golbery, Governo Geisel, que tão importante setor fosse inteiramente dominado pelos esquerdistas fanáticos.

Coronel, perdemos a batalha da comunicação social ou os Governos revolucionários por serem avessos à comunicação de massa, por formação, não quiseram tratar dela?

Na verdade, os militares, por formação, principalmente naquela época, eram avessos a qualquer tipo de publicidade com relação ao que estavam fazendo, com receio que aquilo pudesse ser confundido com propaganda. Logicamente os nossos presidentes militares tinham essa formação. Eles tinham as suas obrigações, os seus compromissos, procuravam cumprir da melhor maneira possível, tinham consciência que o melhor estava sendo feito, por isso rejeitavam a comunicação de massa, necessária e imprescindível ao Governo, principalmente no período do Presidente Castello Branco, que tinha ojeriza a qualquer tipo de divulgação de suas realizações.

Não é do espírito militar, da nossa formação, a divulgação pela pessoa do que ela própria fez. E, realmente, houve uma inibição nesse sentido. Um bom trabalho chegou a ser realizado, nessa área, nos Governos Costa e Silva e Médici, apesar da falta de recursos orçamentários destinados especificamente à atividade.

Já a atuação da comunicação social do Governo Geisel foi malsucedida até mesmo para o público interno.

O que gostaria de abordar a respeito das ações de guerrilha e do terrorismo em geral? No seu entender, o que os comunistas buscavam com aquilo?

As esquerdas, com apoio externo de Cuba, estavam querendo, através da guerrilha rural estabelecer áreas liberadas. Paralelamente, atuava o guerrilheiro no setor urbano, por meio do terrorismo, com formação e apoio também externos, com o objetivo principalmente de obter dinheiro através de assaltos a bancos. Eram movimentos que perturbavam a ordem interna, mas não tinham amplitude para a tomada do Poder.

Todavia, a toda ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário. Como o período da luta armada começou a ganhar força a partir de 1968, 1969, no Governo Costa e Silva, e cresceu violentamente no período de 1970 a 1972, no Governo Médici, este teve que enfrentar e vencer o terrorismo e as guerrilhas, o que ele fez com coragem e determinação, impedindo que o povo brasileiro sofresse com os desvarios dos guerrilheiros urbanos e rurais como se vê, hoje, na Colômbia. Com a reação do Estado, os terroristas passaram a se auto-exilarem e, no exterior, iam fazer proselitismo, como se fossem heróis, perseguidos pelo "governo ditatorial".

Esses movimentos de esquerda – de terrorismo, de guerrilha rural etc. – foram perniciosos, para o processo revolucionário, que se prolongou para enfrentá-los, impedindo que crescessem e se transformassem numa ameaça à Nação brasileira. As desgraças que estão ocorrendo na Colômbia foram, felizmente, evitadas no Brasil pela reação do Governo revolucionário.

O AI-5, então, foi necessário?

Ah! Não há dúvida nenhuma. Foi necessária a criação dos instrumentos adequados para poder coibir a ação armada, mas agindo de maneira legal. O AI-5, embora venha ser considerado ditatorial, foi um instrumento instituído legalmente. O ilegal é quando a ação é realizada através da iniciativa própria, por meio do livre arbítrio de determinada pessoa. Então, o AI-5 estabeleceu normas, regras, em face de uma situação caótica criadas pelos comunistas.

82 bombas foram lançadas naquele período.

Então, houve necessidade de tomarmos medidas...

Ninguém cita isso, só falam do AI-5, mas não dizem porque é que ele veio.

Realmente. O AI-5 foi exatamente o instrumento legal para fazer face àquele caos que o País fora obrigado a enfrentar a partir de 1968, embora o primeiro atentado tenha ocorrido em 1966 no Aeroporto de Guararapes, no Recife, como já citei.

A criação dos Destacamentos de Operações de Informações para fazer face a tudo isso foi necessário?

Esses Destacamentos foram de grande importância. Porque, no momento, que desviássemos a nossa organização militar para atender a esses problemas de segurança interna e a ações essencialmente policiais, estaríamos desorganizando totalmente o nosso Exército, dando um outro sentido a ele e comprometendo a Defesa Nacional, que é a missão maior que temos. Então, passaríamos a ser organismos policiais.

O Exército, para não envolver a Força nessas operações, criou esses órgãos específicos para atendê-las. Esses órgãos, sem uma vivência nesse setor, buscaram uma aproximação muito grande com a Polícia. Todas aquelas distorções, e arbitrariedades usadas pela Polícia foram absorvidas, porque a Polícia, no dia a dia, vive num ambiente antagônico de violência e logicamente qualquer ser humano se embrutece em face dessa realidade. No entanto, vale lembrar, que os criminosos que enfrentamos, no período da luta armada, não tinham nenhum comedimento, porque os terroristas são, por si só, elementos desumanos.

Em 1965, no Regimento-Escola de Infantaria estava comandando a Companhia de Carros de Combate Médios. Toda vez que a minha Companhia entrava de guarnição tinha por norma percorrer todos os postos em que os meus soldados estavam dando serviço dentro do Regimento.

Quando chego no xadrez, encontro uma postura inadequada da tropa, risinhos etc. O que havia? Havia cinco mulheres presas que foram encontradas num aparelho, sendo, então, recolhidas lá. E as instalações sanitárias, com aquelas privadas turcas, sem portas, eram evidentemente inadequadas.

A guarda ficava toda ativa, porque de vez em quando aquelas mulheres iam procurar a instalação sanitária para fazer as suas necessidades. Ao presenciar esse fato, fui direto ao comandante do Regimento e disse: "Não é possível continuar essa promiscuidade. Os elementos que imputo responsabilidade, estão perdendo a seriedade no serviço". O resultado foi a remoção das tais mulheres para o Batalhão de Comunicações, em Deodoro, onde havia condições de maior privacidade.

Em Vitória, onde servi, com relação a um casal de professores subversivos, preso no 3º Batalhão de Caçadores, dois professores com nível de mestrado, qual foi o meu procedimento? Solicitei ao Coronel Siqueira, que era o comandante, que autorizasse aquele casal ocupar um local isolado, na Formação Sanitária, onde havia a segurança necessária. Esse casal ficou o tempo todo naquela Formação Sanitária, que cumpriu o papel de prisão.

Com satisfação, lembro que um desses elementos subversivos, até fez uma poesia e me dedicou. Olha, com muito honra, recebi aquela poesia. Nossos pensa-

mentos, nossos ideais eram totalmente conflitantes, mas isso não significa que se perdesse o respeito a pessoa humana.

As Forças Armadas tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem durante o período revolucionário?

Não, muito pelo contrário. Tínhamos uma necessidade muito grande de reaparelhamento, seja para a instrução da tropa, na área relativa às Operações, seja na esfera logística, onde sentíamos restrições de toda ordem, inclusive de gasolina, óleos e lubrificantes, assim como de suprimentos particularmente para viaturas.

Entretanto, tínhamos consciência de que era necessário poupar o máximo, porque as necessidades do Brasil no campo sócio econômico eram inúmeras. Então, abrimos mão de muita coisa do nosso adestramento em proveito do desenvolvimento, aceitando verbas curtas, porque o Brasil necessitava maiores investimentos em outros setores e procurávamos, através da nossa criatividade, realizar o adestramento da tropa, dar a instrução aos nossos quadros com o menor custo possível. Essa é a nossa formação. Abríamos mão para o Brasil crescer. É diferente de abrir mão para nada, como acontece hoje.

Depois da queda do Muro de Berlim, qual a real situação do comunismo?

Ele está aí, o comunismo não desapareceu, em absoluto. O idealismo marxista-leninista é latente, aquele que foi comunista continua a ser comunista, aguardando apenas a oportunidade para o exercício do Poder.

Hoje, o que encontramos são ajustamentos e uma evolução do marxismo-leninismo que está, talvez, superado, tendo em vista que o movimento comunista internacional, hoje em dia, já não tem aquela conotação anterior.

O revolucionário Antonio Gramsci procurou ajustar o processo revolucionário comunista para o Ocidente e escreveu suas "Memórias do Cárcere", no tempo em que esteve preso na Itália, ensinando uma outra estratégia para que o comunismo conseguisse se infiltrar no Ocidente, estratégia que está sendo muito bem interpretada, muito bem assimilada e muito melhor praticada pelos elementos de esquerda em nosso País. Então, é só verificarmos aquilo que falei... A estratégia gramsciana foi adotada com integral êxito pelos comunistas no Ocidente, sobretudo no Brasil.

Todo Poder para a mídia e para os professores nas escolas de diversos níveis, sobretudo na Universidade...

Exato. O processo está sendo desencadeado de acordo com a metodologia de maneira até didática. O problema existe, mas, às vezes, não acreditamos que estamos vivendo um processo revolucionário comunista com outra conotação e o

que eles estão querendo é a implantação do comunismo por outra via, por outro processo, mas o ideário é exatamente o mesmo.

Coronel, a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que acha disso?

O povo acredita nas Forças Armadas e tem por elas grande apreço. Hoje em dia, a quantidade de pedidos que tenho, todo ano, para o elemento servir ao Exército está crescendo bastante... Vi, por exemplo, com muita satisfação, agora, lá no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista a incorporação de um dos soldados que me pediu para servir, aluno meu, no curso de preparação, o qual consegui que servisse, dentro de uma competição, que é cada vez mais difícil. Ele convidou a minha senhora e eu para sermos seus padrinhos na entrega da boina, o que muito nos grafiticou.

Os soldados que lá estavam junto com suas famílias, orgulhosas, por verem seus filhos fardados, mostra a crença que têm no Exército. Então, tudo isso aí é muito positivo.

Quando temos um problema de calamidade pública, quando chegamos no local e entramos com aquele povo sofrido, sentimos que a presença do Exército inspira confiança. Quando existe a miséria e a fome e quem está levando a comida é o Exército aquela gente sabe que vai ser alimentada, que vai receber as cestas básicas previstas integralmente.

Por tudo isso, o povo acredita nas Forças Armadas e no seu Exército, na sua seriedade. Todavia, não há interesse nenhum desse elemento subversivo, dos derrotados em 1964 e, depois, na luta armada de 1968 a 1973, que a massa popular tenha essa crença nas Forças Armadas. Para eles, as três Forças Singulares têm que estar desorganizadas, têm que estar desestruturadas, têm que estar o mais desacreditadas possível.

Mas, felizmente, mesmo com toda essa ação dos "revanchistas", eles não conseguiram o seu intento. O Exército continua amado por seu povo. É aquela idéia-força que prepondera: "Braço forte e mão amiga". Então, o homem do povo, sabe que vai encontrar em nós o apoio necessário para defender os seus reais interesses, o mesmo acontecendo com as Forças co-irmãs.

O que gostaria de acrescentar ao seu depoimento, sobretudo sobre a participação da tropa mineira – Destacamento Tiradentes – que contava com o apoio de sua Companhia de Manutenção, por ocasião do Movimento de 31 de Março de 1964?

Falamos muito no Destacamento Tiradentes, mas, para fins didáticos, o que foi o Destacamento Tiradentes? Foi aquela força organizada em Juiz de Fora inte-

grada pelo 10º RI, 11º RI, 4º GAC, 4º Esquadrão e pela 4ª Companhia Leve de Manutenção. Foram organizados com Estado-Maior da 4ª RM/4ª DI, que se deslocou de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, sob o comando do General Muricy, que veio do Rio para esse fim, atendendo ao convite do General Mourão Filho.

Como disse, a tropa se organizou e partiu para o combate. Daí, a admiração que ficou em todos nós pela postura do seu Comandante, General Muricy, do seu E4, Major Ary Capella e do seu E3, Major Elísio. Porque, o tempo todo, mantiveram uma postura de ação militar, embora o quadro geral fosse político, mas, em momento algum, permitiram qualquer desorganização no deslocamento.

Nós nos deslocamos como uma força militar em condições de combater e isso estava presente, a todo momento em todos nós, plenamente imbuídos da missão que tínhamos sobe nossos ombros. Não era um desfile e esses militares que destaquei, pela sua postura impecável, pela maneira de exigir os procedimentos, bem caracterizaram isso... Não era, também, uma demonstração de força; era o emprego de força, razão pela qual sempre elogio a conduta desses oficiais, líderes autênticos. Viemos sem encontrar resistências e fomos alcançando linhas sucessivas até chegarmos a área de acantonamento que foi o Maracanã.

Em Minas Gerais, o General Guedes organizou o Destacamento Brasília, na base do 12º RI e da Polícia Militar de Minas Gerais que, por sinal, tinha uma afinidade muito grande com nós militares do Exército. No tempo em que lá servi, a integração era total e eles estavam motivados, também, para o Movimento, contrários ao caos instalado no País e buscando os mesmos valores.

A única diferença é no contato com o elemento contrário que seria também do Exército. Eles não teriam dúvida que, na primeira oportunidade, iriam abrir fogo. E nós militares do Exército contra militares do Exército, antes de abrirmos fogo, tínhamos problemas a resolver. Foi aquele procedimento do General Muricy – quem vai dar o primeiro tiro sou eu. Assumindo essa responsabilidade. E lá na Polícia Militar quem daria o primeiro tiro era o observador avançado e o elemento da peça, o atirador da peça.

Ao chegar aqui no Rio de Janeiro, nos dias seguintes, encontrei no QG do I Exército, um movimento muito grande, muita gente, muitos elementos da reserva, todo mundo, querendo uma oportunidade de servir, de se integrar ao Movimento.

Vim aqui funcionalmente para poder liberar suprimentos do Depósito Central, que era quem daria a ordem, então foi o Chefe do Estado-Maior do I Exército, quem determinou à DMM que liberasse os suprimentos. Uma coisa interessante aconteceu nessa situação, uma vez que nossa tropa vencedora aceitou o fato de que aqueles elementos da DMM, que eram adversos, vinculados a João Goulart, em mo-

mento algum, deixassem sair um parafuso que não viesse através daquele pedido formal, daquele processo formal. Então, aquela tendência de saque não houve. Tudo o que saiu do Depósito foi dentro da estrutura regulamentar, como num fluxo normal, com as autorizações normais. Isso é importante assinalar, porque mostra que os vencedores não apelaram para esta sua situação de modo a constranger os companheiros contrários a agirem fora das normas regulamentares.

Tivemos, também, o apoio dos radioamadores. Durante o deslocamento o Coronel Faceda montou um PDR de radioamadores em Juiz de Fora e durante todo o deslocamento uma rede montada atuou como informante. Tínhamos informações de todo o movimento do Destacamento Cunha Melo através dessa rede. Uma série de providências administrativas foram tomadas através da rede, por exemplo, alguns fogões de campanha não estavam funcionando a gasolina e sim com botijão de gás e, naquela época, variava conforme a empresa. E se fez o levantamento do tipo de botijão de gás etc., através dos radioamadores da rede e, daí, se pedia a subsistência: um caminhão com tantos botijões de gás de tal tipo para atender ao suprimento de tais Companhias. É interessante assinalar que isso em combate seria um caos. Se a linha de suprimento de fogões funcionava a gasolina e o subtenente macetoso botou o botijão de gás, que realmente era muito mais confortável, mas, em situação de campanha, qual era o gás? Como é que seria suprido? Isso é um ensinamento que tem que ser levado sempre em consideração.

Coronel Amaury, gostaríamos que apresentasse agora uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

A oportunidade que tive de destacar nesta entrevista aqueles que agiram de maneira desassombrada no Movimento armado de 31 de Março de 1964 foi extremamente gratificante. Assim, com grande satisfação e muito orgulho, tenho o privilégio e a honra de, neste final de depoimento, dizer honra ao mérito ao Major Ary Capella, ao Major Alísio Sebastião Mendes Vaz e ao General Antônio Carlos da Silva Muricy. Faço isso muito à vontade, porque esses oficiais souberam liderar e conduzir o processo como militares íntegros e capazes, hoje todos falecidos e por demais esquecidos. A oportunidade de lembrar os seus nomes é uma afirmação e uma realização pessoal muito grande que o Projeto de História Oral do Exército proporcionou-me.

Coronel Irtonio Pereira Rippel

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais: Operações na Selva – Categoria A – CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva); Informações – Categoria A e Informações do Campo Externo, ambos na EsNI (Escola Nacional de Informações).
- É bacharel em Comunicação Social e Relações Públicas, pela Escola Superior de Relações Públicas de Recife – Pernambuco.
- Comandou o 10º Grupo de Artilharia de Campanha – Fortaleza – Ceará.
- Em 1964, era Capitão e servia no Quartel-General da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé.

Entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2001.

Sinto-me, realmente, agradecido e, de certo modo, emocionado. Isso é natural pelo tempo decorrido desde a passagem para a reserva, pela idade e, pelo tempo de vida no Exército. A gente se emociona. Nunca me desliguei da Força e jamais o farei. Voltar, nesta situação, a uma organização militar da minha Instituição é realmente uma satisfação muito grande, dá idéia do retorno à casa que, um dia, saudosos, fomos obrigados a deixar por força dos regulamentos.

Ouvindo o meu *curriculum vitae*, lembro-me de quando entrei no Exército, um jovem de 16 anos. Isso tem um significado muito profundo. Acresça-se ao fato a oportunidade de poder apresentar a minha colaboração ao Projeto que estuda o que considero, ao longo da minha vida profissional, da minha vida militar, o fato mais marcante, porque envolveu as Forças Armadas e teve reflexo, evidentemente, sobre o nosso País: a nossa Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. A meu ver, foi o fato mais significativo, depois da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tornou-se um marco da nossa história, da história do País na qual se insere a história da Instituição.

Portanto, fico muito feliz em participar, esperando que as minhas observações, embora limitadas, tenham alguma validade para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. Dos diversos fatos que observei e alguns que vivi, vem a minha modesta colaboração a este Projeto. Falar de nossa Revolução é falar de um movimento que mudou completamente o País que estava seriamente ameaçado de ser comunizado, vítima de uma luta ideológica e convivendo com o perigo de ficar sob a direção de uma doutrina que contraria todos os nossos conceitos advindos de nossa formação moral, cívica, histórica, cultural e religiosa. O comunismo, infelizmente, para aqueles que viveram sob a sua égide, propiciou, basicamente, muita dor, tristeza e falta de liberdade. Mas, no discurso em países democráticos, só falam em liberdade, bem-estar dos trabalhadores, em repartição de renda e mesmo em democracia, palavras que utilizam largamente na atividade continua de agitação e propaganda.

Há uma forte motivação para participar do Projeto, porque, ao lado de meus companheiros bem como de nossos chefes, muito nos orgulhamos do que fizemos, não nos omitindo quando o Brasil esteve em perigo. Não podíamos deixar de fazê-lo, em virtude da reação do nosso próprio povo, que, na prática, exigiu a nossa participação. Como sempre, o Exército esteve ao lado da Nação, da Pátria e, por isso, sinto-me muito orgulhoso. Inclusive, por uma questão, até de justiça, para com o próprio Exército. Não temos nada do que nos envergonhar com o que ocorreu. Muito ao contrário, devemos nos orgulhar como de outras participações, também vitoriosas, ao longo da História do Brasil.

Infelizmente, hoje, por questões sabidas, a história vem sendo deturpada. Esta é uma oportunidade que o Exército nos concede para que um dia, quem sabe,

a Nação possa conhecer a verdadeira história da Revolução, principalmente das causas e das circunstâncias que levaram as Forças Armadas e, em particular, o Exército a atuarem em 1964.

Este Projeto ainda veio em boa hora, talvez até com um certo atraso. Espero que seja bastante difundido para benefício da nossa Instituição e do nosso País.

Quais foram as causas do Movimento revolucionário de 1964? Em que momento da história nasceu o Movimento?

Entendo que o Movimento de 1964, que chamo de Revolução, na realidade configurou a reação da sociedade brasileira. Quando digo sociedade brasileira, abranjo todos os setores das diversas classes, principalmente da classe média, que se posicionaram contra o Governo, aí incluída a reação da Igreja Católica, da época, vamos dizer assim, contra àquela situação caótica, fomentada pelos sindicatos, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pelo próprio Governo. Acho que o movimento da sociedade cristalizou a resistência àquilo tudo que estava ocorrendo no País que procuro sintetizar, chamando de instabilidade permanente nas áreas política, econômica e social, inclusive nas próprias organizações da área militar, ou seja, dentro das Forças Armadas.

Vivemos um período muito difícil em que a indisciplina era estimulada pela cúpula do Governo. Interessante é que se poderia julgar que isso ocorria somente no nível dos nossos graduados. Não! A verdade é que o desleixo e mesmo a afronta à disciplina possuiam adeptos, embora em pequeno número, mas muito ativos, em todos os postos e graduações, inclusive em determinados indivíduos dos altos postos da hierarquia militar e da direção do País. Havia uma instabilidade constante, além da indisciplina que era provocada nos escalões mais baixos.

A reação, em relação ao perigo da "comunização" do País, partiu do próprio povo através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Naquele quadro de agitação e subversão, característico do período da guerra fria, que se agravava na América do Sul como um todo, nos idos de 1963 – e que atingiu o clímax em nosso País no início de 1964, quando houve uma verdadeira cristalização desses problemas todos –, o povo foi em massa para as ruas como forma de demonstrar cabalmente a sua revolta.

O senhor poderia nos falar sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de março. Qual era, exatamente, a posição do Governo?

Tínhamos um panorama político instável, confuso e, sob certos aspectos, perigoso. Lembro-me de algumas expressões utilizadas por autoridades ligadas

ou pertencentes ao Governo, tais como: "Vamos fazer isso, se preciso for, na marra". Lembro dessa expressão que era muito usada: "Na lei ou na marra". Isso, evidentemente, a meu ver, na vida de um País, tornava-se muito perigoso, porque não havia o menor respeito à lei, que vivia sendo violada constantemente. Então, acho que vivíamos um quadro instável, confuso e ameaçador.

O Governo era muito fraco e era fraca, inegavelmente, a figura do Presidente. Fraco mesmo. Inclusive, nas suas próprias atitudes. Porém, era ambicioso. Assim, passou a existir a possibilidade de um golpe de estado, o risco de ocorrer uma revolução de fundo marxista-leninista por aquilo que era dito, inclusive de modo ostensivo, e praticado nas várias manifestações populares, como no Comício da Central do Brasil – exposto ao mundo – e na reunião do Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, na Cidade do Rio de Janeiro, onde a hierarquia e a disciplina sofreram verdadeiro abalo. Havia o risco iminente de se cair ou de se mergulhar em uma revolução sangrenta. Ah!, sem dúvida.

Determinados segmentos políticos de esquerda se julgavam suficientemente fortes para se exporem. Isso se refletia, particularmente, nos sindicatos, nas confederações de trabalhadores etc., desembocando na exploração de determinados temas, que sempre foram muito sensíveis, como a reforma agrária, e que, naqueles dias, estavam muito em evidência, assim como hoje. O problema da reforma agrária, que foi uma bandeira intensamente usada, os direitos trabalhistas, problemas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ainda agora, estamos vivendo. Esses fatos provocaram animosidades e estimularam as chamadas "lutas de classes", com alto grau de risco para o País. Tudo isso gerou uma insatisfação dos segmentos que se viam expostos, como fazendeiros, constantemente ameaçados, e a própria Igreja.

Qual era a posição da Igreja? Favorável ou contrária ao Movimento de 1964?

Inicialmente, a Igreja teve uma ação muito grande, porque ela se colocava frontalmente contra aquele estado de coisas. As célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade mostraram isso. Vivi um momento muito interessante: vinha, com meu pai, uma vez, em férias, e caímos no meio da manifestação em São Paulo. Estávamos dentro de um fusquinha e de repente nos vimos no meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e nos perdemos dentro de São Paulo. Era uma multidão impressionante, uma quantidade enorme de religiosos a se insurgir contra aquilo que estava ocorrendo.

Porém, mais tarde, após a vitória da Revolução, já existiam alguns padres que estimulavam as ações das esquerdas. Esses, mais à frente, depois da Revolução consolidada, se colocaram contra o Movimento e as Forças Armadas, inclusive

alguns membros da alta hierarquia católica. Até bispos, quase todos de origem estrangeira, que vieram para cá criar o que a esquerda chamava de "igreja progressista", com uma participação muito atuante.

Houve tentativas de cisões dentro da caserna, dentro do meio castrense? Havia a busca da desunião nas Forças Armadas, partindo, inclusive, da cúpula?

Considero que sim. Houve vários casos. Aí, tenho que me situar, também, em duas épocas. Em 1963, quando era capitão, na 1ª Bateria do 10º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (1ª /10º GACosM) – Macaé/RJ, onde servi, existia uma certa discussão política, que não era usual no nosso meio, estimulada pelo comandante com uma visão de esquerda. Inclusive, apoios formais e ostensivos a organizações estranhas, criadas dentro da área militar. Organizações, tipo associação de cabos, começaram a forçar sua implantação. Era um estímulo, a criação de classes dentro da organização militar. Houve até uma espécie de desfile de operários em determinada ocasião, para recepcionar uma figura da República, que apareceu por lá e que mostrara o desejo de ser homenageada pelos operários, dentro do quartel. Uma coisa esquisita! Nunca vi nada igual em toda a minha vida militar.

O comício do dia 13, na Central do Brasil, e a reunião do Automóvel Clube do Brasil estariam entre os motivos determinantes para o desencadeamento da Revolução? Foram essas as causas de curto prazo?

Permito-me usar uma imagem: a pólvora bem socada. Aquilo já estava pronto, faltava apenas a espoleta. Usando a linguagem do caçador, foi a espoleta que fez deflagrar o Movimento. Esses fatos abalaram toda a sociedade. O comício do dia 13 não refletiu muito mal somente nas Forças Armadas. Ele refletiu muito negativamente em todo o País, no campo político, no campo psicossocial e no campo econômico. Foi, naquele comício, que o Governo fez a apologia das reformas de base que o Presidente estimulava e que a esquerda patrocinava. Quem acompanhou o comício do dia 13 viu o que foi o anarco-sindicalismo. As gravações e os jornais da época podem comprovar a baderna ali cristalizada. Embora, hoje, não se fale mais nada, na época chocou as famílias brasileiras e a imprensa em geral. É só ler. O Presidente, sem dúvida, estimulava toda aquela insanidade.

Aquele espetáculo deprimente chocou o País como um todo, inclusive as Forças Armadas em cujos quartéis, na sua maioria, havia uma clara atuação, forjada na cúpula governamental, contrária à disciplina e à hierarquia. Encontrei isso em quartéis de Niterói, como o Forte Rio Branco, cujo comandante fazia dupla com o de Macaé, ambos integrantes do dito esquema militar do Governo Jango.

Essa área em que servi um bom tempo, havia associações, com fins políticos, de cabos, de sargentos e até de oficiais subalternos, dentro do ambiente castrense, extremamente atuantes. Era um negócio inacreditável! Mas acho que o problema ocorrido com a Marinha no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Cristóvão, foi muito mais sério. Estimulado de cima – exemplo dos mais claros de subversão de cúpula – executada, a olhos vistos, pelo Almirante Aragão. No meio militar, aumentou a inquietação e apreensão.

Em Macaé, onde eu servia, as tentativas de criação de cisões entre o quadro de praças e o de oficiais foi um fato inegável, bem como, posteriormente, no Comando da 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC), em Bagé, onde me encontrava na época da Revolução de 31 de Março.

O senhor citou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Hoje, os derrotados em 1964 dizem que foi um Movimento reacionário ao Governo Goulart. Qual o seu ponto de vista a esse respeito?

Não, mais um absurdo dos perdedores. Entendo que o sentido era muito mais abrangente. Visava, evidentemente, a figura do presidente, dos seus ministros e dos políticos que o acompanhavam, na época. O sentimento era muito mais amplo, era um sentimento nacional, representativo dos nossos valores – morais, éticos, espirituais e religiosos. As Marchas representavam a sociedade brasileira – ricos, pobres, classe média. Era o povo como um todo. Através das Marchas, o povo mostrou às Forças Armadas que elas não podiam continuar indiferentes diante do caos. É só examinar as fotografias e os filmes que se vê isso. A não ser que a pessoa não queira ver. Aí, é outro caso.

O Porto de Santos, em São Paulo, como o Porto do Rio de Janeiro, por exemplo, viviam mais parados do que funcionando. Eram atos deliberados das entidades sindicais para prejudicar a economia do País. Então, eu lhe pergunto: essas entidades, após a Revolução, como se comportaram? Como viu a posição desse pessoal após a queda do Governo Goulart?

Houve uma situação interessante. Primeiro, eles não tinham, naquela época, a grande capacidade que apregoavam. Era uma atuação que se desfez naquele momento. Quando o poder da Revolução se manifestou, eles se retraíram e muitos fugiram. Posteriormente, proporcionou-se melhores condições para que os sindicatos atuassem, na realidade, como verdadeiros sindicatos, na defesa dos direitos do trabalhador e não na defesa de uma ideologia estranha às nossas tradições e aos nossos costumes. Até isso, os governos revolucionários vieram dar um tom correto,

uma orientação no sentido de que o sindicato fosse, efetivamente, porta-voz do trabalhador. Acabou-se com o "peleguismo".

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Dos líderes civis, lembro-me muito bem, em conseqüência, talvez, de viver no Rio de Janeiro, do Governador Carlos Lacerda que oferecia uma resistência heróica. Ele lutava mesmo contra a baderna instalada no País, contra o governo central e contra aqueles que lhe davam suporte. Em Minas Gerais, participando daquele gatilho que impulsionou o Movimento armado, o Governador Magalhães Pinto, que vestiu a camisa revolucionária, assim como o Governador Adhemar de Barros, em São Paulo.

Não quero cometer injustiças com os meus chefes militares, a maioria dos quais não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, de privar, de acompanhar o seu trabalho. Citaria, então, o Marechal Castello Branco e, principalmente, o General Médici com quem nunca servi, mas de quem sou um profundo admirador pelo grande chefe que soube ser, tanto no desempenho de seus cargos militares, mas como Presidente da República, período em que conquistou a simpatia e o aplauso do povo, de todo o povo, a exceção dos terroristas apátridas e dos que os apoiavam. A sua atuação foi sempre brilhante, sobretudo na época em que comandava a Academia Militar das Agulhas Negras.

Naquele momento político, o General Mourão e o General Guedes, que deflagraram o movimento na área militar, foram grandes líderes, até porque foram os primeiros a se levantarem contra a podridão que caracterizava o governo deposto. A eles, a nossa justa homenagem.

A Revolução de Março de 1964 foi um Movimento de preparação interna ou ela se valeu do apoio externo, inclusive americano?

Nunca obtive nem mesmo depois de maduro – a Revolução me encontrou capitão – qualquer prova palpável que algum estrangeiro tivesse nos apoiado. Não estou dizendo, é claro, que eles não estivessem acompanhando porque, se não o fizessem, seriam uns imbecis e os norte-americanos para tolos eles não servem. Eles acompanham tudo o que acontece aqui, em nosso País, tanto hoje, como acompanhavam em 1964. Isso é natural para quem dividia o Poder no mundo com a União Soviética. Mas dizer que nos apoiaram, que nos incentivaram, que nos ajudaram, isso é mais um embuste de quem quer diminuir a importância dos brasileiros que, sozinhos, fizeram a Revolução, sem a menor cooperação vinda do exterior.

Para me contrapor a propaganda adversa, consultei vários chefes a esse respeito e todos foram incisivos em declarar que nunca recebemos nenhuma colabora-

ção estrangeira. O nosso Movimento foi absolutamente interno, nosso. Se tudo saiu muito bem, ótimo. O resultado é inteiramente nosso, do povo brasileiro. Dizem, até, que os americanos chegaram a preparar uma esquadra. Mas ela, ao que eu sei, se estava sendo preparada ficou por lá mesmo. E se andou aqui por perto, em observação, nunca se manifestou. Nós é que resolvemos, graças a Deus, o nosso problema, com grande acerto para o bem do Brasil e enorme decepção dos comunistas que tinham a vitória como certa.

O rápido desmoronamento do esquema que o Presidente Goulart apregoava ter, por que se desmoronou tão rapidamente quando se desencadeou a Revolução? Qual a sua apreciação a esse respeito?

Vejo dois aspectos. Primeiro, entendo que a Revolução foi bem montada, embora de uma forma rápida, mas foi bem preparada. O planejamento, apesar da rapidez, foi eficiente e a execução tão rápida que, na área – vamos chamar de operacional – não deu muita margem a reação.

Há um outro aspecto que considero importantíssimo. Ela sempre contou com grande apoio popular, queiram ou não os "revanchistas" de hoje. A área militar, que era toda contra os demandos do governo que acabou deposto, recebeu um impressionante apoio da grande maioria da população brasileira. Isso fez desmoronar o chamado esquema militar que, afinal de contas, praticamente não existia. Porque, na hora que ele foi ser confrontado, simplesmente não existia. Agora o nosso, sem ser alardeado, na realidade estava pronto, porque contava com convicções, com a disciplina e a hierarquia castrense, com as tradições e os valores cultuados pelas Forças Armadas.

O nosso próprio soldado, referindo-me a oficiais, sargentos, cabos e soldados, não suportava mais o caos, representado pelo grevismo, que significava absurda e permanente situação de prontidão para a tropa, com os gastos correspondentes e o desgaste físico da nossa gente, além dos custos materiais. Lembro-me muito bem das coisas que vivi com os meus jovens soldados no Rio Grande do Sul. Mostravam-se, sempre, firmemente engajados e conscientemente disciplinados. Esse engajamento foi plenamente observado nas tropas revolucionárias – um quadro fantástico, fabuloso – quando chamadas a dar um basta no verdadeiro caos que era o Brasil no mês de março de 1964.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto em seu entendimento?

Na época, prevaleceu a chefia e a liderança, mas também o bom senso, a prudência e a confiança entre superiores e subordinados. Foi exatamente isso que realmente desmoronou o outro esquema, porque todos nós tínhamos confiança

em nossos chefes e em nossos subordinados. Foi isto que prevaleceu naqueles momentos em que houve a possibilidade de choque, como ocorreu no deslocamento das tropas de Minas, e no Rio Grande do Sul, quando chegou a haver alguns entreveros, num dos quais participei.

Com relação ao emprego operacional dos cadetes, acho que o General Médici – que, na época, era o comandante – soube assumir o seu papel de líder diante daquele grande desafio, porque realmente o chefe não pode temer riscos, num momento de decisão. Naquela ação, ele comprovou as belas virtudes do grande chefe que era. A importância da participação da Academia não foi só operacional, mas psicológica pela simbologia, pelo significado da AMAN, do cadete. Isto foi fundamental. Mas, sem dúvida, a atitude do nosso General Médici demonstrou para todo o Exército muita determinação e desprendimento diante do risco.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Ah! sem dúvida. Quanto a isso não há o que discutir. O respeito à disciplina e à hierarquia em todas as situações veio demonstrar, com clareza, que a fase anárquica vivida pelo País findara. A união e a coesão das três Forças passou a ser outro ponto alto. Há um fato que ocorreu que sintetiza muito bem essa integração que se refletiu quando do impedimento do Marechal Costa e Silva, por motivo de doença, redundando na ascensão ao comando do País dos três Ministros militares. A integração merece ser enfatizada.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Em termos ideológicos, o repúdio ao comunismo e a tudo que ele significava e praticava.

A mídia apoiou o Movimento?

Apoiou sim. Quem quiser ter certeza dessa realidade, leia os jornais e revistas da época. Os jornais que hoje depreciam a Revolução – no Rio de Janeiro, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo, *O Estado de São Paulo* – viam, naquela época, o risco que o País estava correndo e se posicionaram contra o Governo Goulart, fazendo como a maioria da população e incentivando as Forças Armadas a tomarem posição. Apesar da ação deliberada do Governo Goulart contra a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, as nossas praças, via de regra, tiveram sempre uma atitude extremamente correta, coesa, demonstrando confiança nos seus chefes, salvo raras exceções. Assim, aquele governo fraco e desajustado não conseguiu atingir seus objetivos – subverter as Forças Armadas –, mas tentou com insistência.

Na última década, a mídia e aqueles que hoje detêm o poder fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns desses acertos, que eles não falam para o Brasil não conhecer?

Acho que é muito fácil citar. É, até mesmo, uma coisa muito interessante. Vamos começar pela área política, para depois definir as demais. É só lembrar que, naquela época dos presidentes militares, os outros poderes funcionavam também, através de eleições para o Legislativo, com derrotas e vitórias inclusive dos representantes militares, o que era visto normalmente. Na questão da segurança, o povo passou a viver uma fase inegavelmente de paz e tranqüilidade. Só não tiveram tranqüilidade os terroristas e guerrilheiros que tentaram tomar o poder através da luta armada. Esses receberam a resposta, que demorou a vir, mas quando veio trouxe os resultados exigidos pela sociedade e pelo País.

No campo social, enfrentou-se o problema da habitação, tão bem-equacionado. Nunca vi construir tantos conjuntos habitacionais em benefício das classes mais humildes. Não que a classe média, também, não tenha sido beneficiada. O foi, mas em proporção menor do que as classes de menos recursos. É só vermos os numerosos e bem-construídos conjuntos daquela época, e que, hoje, nada que se faz ou se apregoa chega aos pés. No setor educacional, a prioridade foi para o curso superior. Eu mesmo trabalhei em grupos de estudo, tratando de vestibular e de abertura de faculdades. É só ver o que era o ensino no País antes e depois. Ao ensino fundamental, também se deu atenção, como nas atividades do Mobral etc.

Tivemos a ventura e orgulho de ser, talvez, o único País que venceu uma revolução comunista em andamento e de uma forma singular... fomos tão felizes que não houve praticamente derramamento de sangue. Foi uma vitória maiúscula da democracia. Anos depois, quando vieram com a luta armada, vencemos de novo. Interessante! O único País, praticamente do mundo que superou a ação intensa e deletéria dos comunistas sem trazer problemas para a população. É só ver o que aconteceu em volta... É só ver o que Fidel Castro fez em Cuba na sua sangrenta revolução... Dezessete mil fuzilados!

Há um outro aspecto interessante que considero muito importante relembrar. Os presidentes militares – eu acho isso muito profundo – e os militares que ocuparam posições de relevo, não só na área política como na área empresarial do País. Gostaria de citar um exemplo – o Cesar Calls, que foi tenente na Escola Preparatória de Fortaleza, chegou a ministro, fazendo hidrelétricas, como a de Boa Esperança e uma série de obras. Estou citando um nome apenas, como um exemplo. Generalizando, os presidentes militares, os militares que ocuparam posições de relevo jamais tiveram sua honestidade posta em dúvida. Quem conhece, por exemplo, a

história do Ministro Andreazza, sabe como ele morreu – pobre mas honrado, sendo que o apoio do Exército, naquela oportunidade, foi fundamental para o homem que nos deixava depois de tantos serviços prestados. Nenhum de nós, e até hoje procuro por alguém que cite um presidente militar corrupto ou sob qualquer suspeita de corrupção. Não encontro. Não existe, nem de ministros militares. Não se conhece. Foi uma época de austeridade e responsabilidade.

No campo econômico, foi onde a Revolução melhor se houve. O País foi extremamente beneficiado, sobretudo na montagem de uma respeitável infra-estrutura em todos os setores da economia, obtendo, em conseqüência, um salto no crescimento do poder nacional.

A mídia, nesta última década, vem criticando os erros da Revolução. Quais foram esses erros no seu entender?

Após aquele descalabro em que o País vivia, acho que qualquer coisa que se fizesse bem feito era acerto. Não é que eu esteja só defendendo... É fácil. Tenho um argumento muito forte. Um País que era a quadragésima oitava economia do mundo e que se viu alçada à oitava economia, evidentemente, as coisas não ocorreram tão erradas assim. Acho que esse é um argumento muito forte.

Mas posso dizer que, talvez, tenhamos errado por determinadas omissões, como por exemplo, ter deixado que se processasse uma grande infiltração comunista no setor da educação, com reflexos danosos na formação dos nossos alunos, o que acontece até hoje infelizmente.

Se os governos militares pudessem ter concluído a sua tarefa um pouco mais cedo, em termos políticos, teria sido melhor. Quem sabe, no final do Governo do Presidente Médici. Afinal de contas, foi a fase em que tudo correu bem. O País estava em paz, consolidado, a vontade nacional em alta e até ganhamos o campeonato mundial. O País voltara a calma, nossa economia estava no apogeu, havia um planejamento que se prolongava para além daquele Governo que, infelizmente, após o período revolucionário foi abandonado como "entulho autoritário". Uma das justificativas, que ouvi para perdurar, seria o problema da anistia. Acho, no entanto, que um presidente civil poderia ter feito a anistia com toda a segurança. O Médici era queridíssimo pelo povo. No final do seu governo, nos parece o momento adequado para ter sido feita a transição para um presidente civil – um homem que fosse respeitado pela sua honorabilidade e pela competência para o elevado cargo.

Com relação as omissões, deixamos de divulgar, com grande amplitude, o ideário da Revolução e as realizações ocorridas. Faltou, inclusive, falar dos resul-

tados obtidos no aspecto crítico do combate à subversão e ao terrorismo. Hoje, temos um Ministro da Justiça, Aloísio Nunes Ferreira, que, naquela época, tomou parte em assaltos a trens pagadores. Ele era motorista – não sou eu quem está dizendo, é o registro histórico dele – de um perigoso terrorista, chamado Carlos Marighella, idealizador e realizador do manual de guerrilha urbana, com grande sucesso em todos os meios terroristas de diversos países. Isso está ligado, exatamente, a este passado que não divulgamos. Faltou dizer quem era quem.

Achamos desnecessário e não o fizemos, caracterizando, a meu ver, uma omissão que, até hoje, só prejuízos tem nos trazido.

A nossa formação é muito fechada, muito para dentro; não temos a mania de nos elogiarmos. Esperamos que os outros nos vejam pelo nosso exemplo. Os militares sempre foram assim. São raros os chefes militares que aceitam apregoar as suas realizações oficialmente. Não somos nem fomos criados divulgando as nossas realizações; isso se reflete em toda a nossa vida. Por isso, acho que nos mantivemos omissos, omissos por nossa formação.

Por outro lado, aqueles vencidos pela Revolução de 1964 foram ocupando, paulatinamente, todos os cargos do atual Governo que nos detesta. É só comparar os nomes daquela época e aqueles que estão, hoje, nos diversos setores do Governo.

Eles foram tomando posse, também, de modo gradativo e seguro, de todos os espaços da mídia, dos centros culturais e de estudos. Os esquerdistas estão aí, representados pela maioria dos artistas e atores. Eles são festejados e endeusados a "três por dois", enquanto qualquer pessoa que apresenta pontos de vista diferentes dos ditos socialistas passa a ser patrulhada. Cantores como o Jair Rodrigues, apolítico, foi patrulhado; Wilson Simonal, também; Geraldo Vandré foi duramente criticado por eles, porque descobriu o caminho certo. Aproximou-se das Forças Armadas e descobriu o que ele não sabia antes. Fez até uma canção para Força Aérea Brasileira – a nossa FAB – que ele chamou de Fabiana.

Assim, os esquerdistas foram ocupando todos os espaços –, sobretudo no governo e na mídia. Eles foram muito eficientes quando perceberam que, se dominassem a Imprensa e a área da Educação, principalmente as Universidades, dominariam tudo. Foi o que aconteceu. Mas quem os ensinou? Eles aprenderam com Antônio Gramsci, inteligente pensador que, como membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, apontou as falhas de Lênin e de seus camaradas, mostrando as correções dos rumos para implantar o comunismo nas sociedades do Ocidente.

Enquanto isso, os que querem difundir ou revelar a verdade não encontram oportunidade, nem espaço na mídia. Isso foi fruto do nosso silêncio e da nossa omissão quando dispúnhamos de meios de comunicação social para fazê-lo.

Quais os objetivos da luta armada em nosso País – guerrilha urbana e rural – que gerou uma reação vitoriosa que conseguiu eliminar todo esse tipo de ação?

O objetivo era derrubar o regime instaurado, os ditos governos militares para tomarem o Poder. Evidentemente que, na época, a tarefa dos terroristas e dos guerrilheiros tornou-se extremamente difícil. Primeiro, porque não contavam com o menor apoio da população; não há guerrilha urbana ou rural que prospere sem este apoio. Segundo, as nossas realizações e afirmações muito fortes. O Governo Médici que os combateu, ao contrário deles, tinha um enorme apoio popular.

Consta que Lula chegou a declarar que, se o Presidente Médici se candidatasse a Presidente da República, em 1973, seria eleito.

Apesar do que acabo de afirmar, partiram os comunistas para instaurar um outro tipo de governo, buscando derrubar o regime pela força. Isso, de acordo com a mentalidade e os ideais deles, era natural, plenamente compatível. Afinal de contas se tratava de combatentes que lutavam contra governos, sem obedecer nenhuma ética. Houve auxílio externo? Sim e, particularmente, de Cuba, mas não só de Cuba. A Argélia fornecia campo de treinamento. Outros países também apoiaram, inclusive do Leste europeu. Prepararam muita gente na antiga União Soviética, Tchecoslováquia e até na Albânia.

O que gostaria de dizer sobre o SNI, bem como a respeito dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)?

Nenhum país, até hoje, pôde prescindir de um sistema de informações. Nenhum, inclusive, os americanos que falam tanto em democracia têm o FBI, para segurança interna, a CIA, para segurança externa, suas salvaguardas, os Institutos de Segurança das suas Forças Armadas, das forças peculiares de cada um, até dos Fuzileiros Navais. Então, nenhum País pode prescindir de um sistema de informações. Neste quadro, o SNI veio preencher uma lacuna que tínhamos. O País, realmente, não estava voltado para a coleta de informações e isso é absolutamente necessário. Até sou suspeito para falar, porque trabalhei no SNI, durante alguns anos, após a minha passagem para a reserva.

O SNI não é nada disso da imagem que passaram. Era um órgão muito bem-estruturado para as nossas necessidades, para aquele momento. Não é dizer que não poderia ser aperfeiçoado. Claro que poderia. Era, também e até mesmo, um centro de pesquisa. O SNI nunca teve poder de polícia. Quando se estudava uma pessoa era em benefício do País e, qualquer órgão de informação, até na empresa, analisa àquele que vai admitir como seu empregado ou seu dirigente. Vai examinar vários, no universo daqueles que poderão ser escolhidos para assumir determinadas funções na diretoria, na vice-presidência, nas diversas gerências. Há que ser assim. O que o SNI fazia era estudar pessoas. O que não é crime nem deprimente. Acho que é

necessário para a vida do País. Evidentemente, quando não se observa atentamente pode se entregar os destinos de uma nação, de uma instituição ou de uma empresa a pessoas que podem não ser as melhores para tais cargos. Quem conheceu, sabe que o SNI é um grande injustiçado nos comentários e nas referências de seus detratores.

Com relação aos DOI-CODI, é preciso ver as circunstâncias em que esses órgãos foram criados desde a Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, os DOI-CODI propriamente ditos. O que significa? DOI – Destacamento de Operações de Informações – CODI – Centro de Operações de Defesa Interna. Então, os Centros de Operações de Defesa Interna, na realidade, eram superiores aos DOI, que eram os executores. Por que esta organização foi criada? Primeiro, porque quem devia fazer, por lei, me desculpe, não fez. Ministério da Justiça e Polícia Federal nunca fizeram absolutamente nada. Segundo, as Polícias dos Estados eram incapazes para, sozinhas, assumirem tais encargos. Existiam, embrionariamente, os chamados DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), mas com uma atuação muito limitada. E a coisa veio estourar na mão de quem tinha que estourar, como, aliás, a História do Brasil é rica em mostrar, nas mãos das Forças Armadas. É só ler a legislação da época e ver quem era o encarregado de fazer o que; na realidade, nunca fez. Acabou sob nossa responsabilidade.

Começamos a acompanhar a situação, evidentemente. Necessitava-se de um órgão de informações. Mas, como, na parte de execução, não havia quem realizasse o combate, isso ficou sob a nossa direção. Daí, a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna, os CODI, e os Destacamentos que eram operacionais. Todos os CODI e DOI criados se empenharam muito. O pessoal das Forças Armadas que ali foi trabalhar e o pessoal das polícias civis envolvido nesse trabalho enfrentaram bravamente terroristas frios e sanguinários dispostos a tudo. As vicissitudes não os impediram de cumprir as missões que lhes foram atribuídas. Era uma guerra e, graças a Deus, nós vencemos, para o bem do País.

Se perdêssemos, talvez, estivéssemos hoje enfrentando, como a Colômbia, quem sabe, as FARB, – irmãs das FARC – ou seja, as Forças Armadas Revolucionárias do Brasil. Aí, os esquerdistas, estariam exultantes!... E os verdadeiros brasileiros – aqueles que realmente amam este País – atormentados e desprestigiados, como acontece hoje, com os nossos vizinhos colombianos.

Gostaria de dizer mais alguma coisa do SNI, fruto da experiência que adquiriu por ter trabalhado no Serviço?

Por uma questão de justiça, mais até do que por conhecimento. De novo, entra a questão de justiça. O SNI viveu duas fases: na primeira fase, ele se estruturou

para a Nação em si, e buscou coordenar tudo isso. Ele servia ao governo, no bom sentido, e o cliente principal que era o Presidente da República. O campo de estudo do SNI era muito grande. Eu mesmo, até como aluno – tirei os dois cursos da organização – examinei os planos qüinqüenais de Governo. Não tudo, evidentemente, determinados segmentos. Lembro-me de que analisei estradas, não no aspecto de construção – eu não sou engenheiro e nem era o caso – mas nos seus aspectos políticos, econômicos, psicossociais etc. Eu estudei isso, inclusive com relação à Perimetral Norte e à Transamazônica que, infelizmente, acabaram não se concretizando. Os governos seguintes não deram seqüência ao trabalho.

Assim, o SNI tinha uma gama, um volume de trabalho muito grande, um trabalho árduo. Estudava-se inclusive a problemática indígena, com determinados oficiais e civis de alto conhecimento do tema, estudiosos, abnegados. Atuava na área econômica, na política, na psicossocial. Havia um departamento e um órgão de estudo para orientar a política de governo que, veja bem, era de orientação e não de decisão. O SNI nunca foi órgão de decisão. Ele era um órgão consultivo, voltado para o Governo e para a Presidência da República. Ele trabalhava em todos esses aspectos. Como lhe disse, até no problema dos índios. Conheci e posso até citar o seu nome – Guarani, o nome dele era esse. Era o Coronel Guarani, uma das pessoas que mais conhecia o problema indígena. Brincava muito com ele sobre a sua dedicação à área indígena, dizendo-lhe que até o nome ele já tinha! Um homem fabuloso e tantos outros que existiam lá. Hoje, infelizmente, só se faz demarcar e homologar imensas reservas indígenas, além de tudo na fronteira, uma perigosa ameaça à tentativa de futuros desmembramentos do território nacional.

São os feudos da FUNAI, resultado de uma equivocada política indigenista, adotada a partir da desastrada Constituição de 1988, a mais remendada que se conhece, conhecida por "Constituição da Ingovernabilidade", assim batizada pelo Presidente Sarney.

Voltou-se também o SNI para a necessidade de projeção do País, o que fê-lo começar a olhar o campo externo. O SNI dispunha das escolas de idiomas para preparar o pessoal, de conhecimento sobre países e isso já foi quase na segunda fase, que acompanhei, porque, como disse, tive a ventura de realizar os dois cursos do SNI. Em 1975, está no meu currículo, tirei o Curso de Informações do campo interno – CIQ – Curso A, oficiais superiores. Transformei-me em analista dessa área. Depois, dez anos após, em 1985, ainda no Exército, fui indicado para tirar o Curso de Informações do campo externo, necessidade surgida com a projeção do País no cenário mundial. Hoje, tudo isso, infelizmente, acabou. Eu não

tinha estabilidade, quando o órgão foi extinto, me mandaram embora e tudo bem. Mas lamento que tudo isso tenha ocorrido, porque quem perdeu, realmente, foi o nosso País.

Um dos motivos de extinguirem o SNI, dizem as más línguas, foi porque acompanhava tudo, particularmente, na área econômica, cerrando sobre a roubalheira, inclusive valendo-se das agências regionais, onde o problema da corrupção era estudado e, normalmente, detectado até com muita antecedência para que o problema não ocorresse ou para que os seus efeitos maléficos pudessem ser evitados. A verdade é que o SNI era um grande entrave à corrupção em nosso País.

O último governo, dito militar, desgastou a imagem da Revolução?

Temos que estabelecer até mesmo paralelos. Não há como fugir a isso, porque as pessoas são diferentes, somos todos diferentes, embora, normalmente, comunguemos dos mesmos ideais, dos mesmos valores, mas somos diferentes. A figura do Presidente Figueiredo era completamente diferente do Presidente Geisel. O choque começava até pelo modo de ser de cada um. O Presidente Figueiredo tinha aqueles rompantes, era muito dele. Era extremamente emotivo. Não despreparado, de jeito nenhum. Acho que, tanto ele como o Presidente Geisel, como os outros, também, atingiram a plenitude do amadurecimento, não só em termos de carreira, mas pela vivência nacional.

O homem, a pessoa humana é muito complexa. Eu parto disso. Figueiredo não era igual ao Geisel nem ao Médici nem ao Castello Branco nem ao Costa e Silva. Ele era uma figura humana singular. Inegavelmente, pelo seu modo de ser, proporcionou, ao meu ver, alguns desgastes, sim. Não que lhe faltasse competência, apenas pelo seu modo de ser, principalmente após a doença que o vitimou, a partir da qual o seu comportamento sofreu uma mudança, no meu entender.

O "revanchismo" existe? Está presente?

Sem dúvida. Acho que não precisamos nos alongar muito, porque quem lê os jornais, principalmente determinados jornais, inclusive desta semana toma conhecimentos de fatos interessantíssimos, de "revanchismo". Eles nunca nos esqueceram. Um cidadão mandou para a *Tribuna da Imprensa* uma daquelas "cartinhas" do leitor, uma coisa muito interessante. Ele, criticando o Governador que foi empossado, lá no Piauí – era um senador, disse que ele era cria da Revolução, dos militares e anarquizou o ex-senador, oficial, enfatizando ser ele da reserva. Acho que, embutido nisso, está a revolta desse "revanchista", também porque

o senador é oficial da reserva das Forças Armadas do País dele. O "revanchismo" chega a esse ponto de imbecilidade – a meu ver não há outro termo – para definir tal tipo de comportamento. O sujeito guarda raiva até hoje por associar o senador à sua vida quando jovem oficial R/2. É difícil de acreditar!...

De tudo, nós somos culpados. Já nos culparam até pela falta de luz, alegando que as hidrelétricas feitas não levaram em consideração a possibilidade de estiagens. Creio que criticar as prodigiosas hidrelétricas por causa da estiagem é o que faltava! Quem abrir os nossos jornais e revistas atualmente não fica com nenhuma dúvida se existe ou não "revanchismo"! Mas leia... que vale como piada!

Atualmente, qual a situação do comunismo no Brasil?

Inegavelmente, a ideologia continua a mesma e existe gente, ainda, que acredita nisso fielmente, particularmente aqueles que vêm do início do movimento, e são conhecidos desde os nossos bancos escolares. Agora, criam "escolinhas" de invasão para ajudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, "escolinhas" de discussão, de ideologia, a partir dos grupos primários. Mesmo com todo esse trabalho obcecado, é muito difícil a instauração do comunismo entre nós, porque o nosso povo, de qualquer modo, na sua simplicidade, não aceita o comunismo. Agora, os comunistas não mudaram de ideologia. O Senador Roberto Freire, por exemplo, não deixou de ser comunista nem inimigo das Forças Armadas, porque elas são o maior obstáculo a implantação do comunismo no Brasil. Eu, também, não deixei de ser o que era. Por que ele deixaria?!

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de aceitação junto à opinião pública. Isso é tão verdadeiro que, hoje, a mídia está omitindo essa pesquisa para não colocar as Forças Armadas em primeiro lugar. Qual a sua opinião sobre isso, apesar de toda a ação dos "revanchistas"?

Sob determinado aspecto, até acho ótimo, pois mesmo com toda a campanha desencadeada, os "revanchistas", nossos opositores, nunca conseguiram macular o nome, o valor e a imagem das Forças Armadas e do nosso Exército em particular. Eles podem omitir, mas macular não conseguem. Tenho a certeza que os nossos companheiros e irmãos que estão na ativa e os do futuro saberão, sempre, manter com orgulho, a imagem do nosso Exército e, por extensão, das demais Forças irmãs.

Mas deveríamos ser mais agressivos. Outro dia, no Clube Militar, dei uma sugestão: vamos usar um pouco mais o contido naquela frase afixada no Clube: "Orgulhe-se, você pertence à Instituição de maior credibilidade do Brasil". Nós usamos pouco aquilo ali. Os nossos homens precisam divulgar mais esta idéia. É

natural você ter orgulho de estar numa Instituição que, apesar da atuação permanente das forças adversas, é a mais querida pelo povo brasileiro! Temos orgulho dela, de tudo que fizemos, de vestir a nossa farda e ser o que somos. Acho que esta virtude ninguém tira da gente nem da visão do nosso povo.

Coronel, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Penso, há muito tempo que a história da Revolução de 31 de Março de 1964 deveria ser contada, debatida e analisada em todas as nossas escolas militares, particularmente, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), para que esses difusores, esse nosso público interno, particularmente os oficiais jovens e os graduados – que graças a Deus não viveram aqueles dias e não fazem idéia do que aquilo foi – melhor conhecessem, com todos os detalhes, o que se passou. As nossas incertezas, os companheiros que perdemos, inclusive muitos civis, imolados por amar o nosso Brasil, tanto quanto nós. É só pegarem a documentação da época, sobretudo jornais e revistas. A relação daqueles que nunca são lembrados nos cento e cinqüenta mil reais que são pagos por decisão de uma comissão fajuta de um Governo medíocre. Posso citar vários exemplos.

Outro dia, estava conversando com dois amigos sobre o atentado no Aeroporto dos Guararapes, quando morreu o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista de nome Regis; e ficaram feridas mais 14 pessoas. O pobre do goleiro do Santa Cruz, que era vigilante municipal, pela explosão da bomba junto à sua perna direita, foi obrigado a amputá-la. Esses homens nunca foram lembrados.

Meu companheiro, o colega de turma José Julio Toja Martinez Filho, também foi morto. Na Academia, ainda, lembram dele. Mas o Exército, particularmente, nunca ouviu falar no Major Martinez. Colega meu de turma, inclusive de Estado-Maior, não só de Academia. Ele morreu assassinado, no dia 2 de abril de 1971, com um tiro, por uma terrorista.

O Major Martinez participava de uma "campana" de uma residência de subversivos em Campo Grande, RJ – observação e análise do que ocorria no local. Ele era o chefe da equipe da Brigada Pára-quedista encarregada daquela missão. Por volta das 11h da noite, um casal chegou em um táxi, estacionando nas proximidades. A mulher ostentava uma volumosa barriga aparentando adiantado estado de gravidez. Julgando que o casal nada tinha a ver com a luta armada, Martinez, impelido por seu conhecido sentimento de solidariedade, solicitou ao casal que dali se afastasse. Ato contínuo, da "barriga" formada por uma cesta de pão, com

uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando-o instantaneamente.

A família de Martinez nunca recebeu nenhuma indenização, a não ser o soldo, pois ele foi promovido e deixou aquela pensão. Ela nunca recebeu os cento e cinqüenta mil que o governo anda distribuindo para as famílias dos terroristas que partiram para a luta armada porque quiseram, muito diferente daqueles que, por dever de ofício, se sacrificaram em defesa da Pátria.

O público interno teria que conhecer os fatos e o melhor veículo seria os nossos oficiais e os nossos graduados. Acho isso muito importante, porque o meu pai, que era praça, graças a Deus, me ensinou muitas coisas e uma delas foi isso – a importância de divulgar os fatos vividos pela Instituição. Acredito que seria muito interessante, para que eles melhor compreendessem a nossa Força e o porquê do seu valor que cresce ainda mais pela sua participação na Revolução de 1964, atendendo aos apelos do povo brasileiro. É isso o que eu podia dizer. Não é uma mensagem, é um desejo – a divulgação do trabalho que estamos elaborando, sobretudo em nossas escolas de formação. Esta luta, que aqui está sendo desenvolvida, representa uma medida de grande alcance para a história do Exército e para a memória nacional.

Coronel Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro – RJ.
- Pertence à Turma de 1961 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o de especialização da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.
- Foi Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.
- No exterior, integrou a comissão de assessoramento técnico do projeto de Artilharia Antiaérea, realizando estágio em Zurique – Suíça. Fez parte da comissão de recebimento dos canhões de 40 mm, na Boffors- Suécia.
- Em 1964, servia no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana, como 2º-Tenente Comandante da Cúpula 305 mm, da 1ª Bateria.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, no dia 11 de dezembro de 2001.

Damos início às nossas atividades, passando a palavra ao Coronel Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio para as suas considerações iniciais.

Para mim, é motivo de satisfação e por que não dizer de orgulho estar aqui para dar o meu testemunho sobre a Revolução de 1964. Esta Revolução que, no meu coração, está viva até hoje e tenho certeza permanecerá viva até a minha morte, pois me dediquei a ela de corpo e alma, acreditando nos seus ideais.

Quero fazer o registro da satisfação de estar aqui com amigos aos quais muito admiro, o que me deixa perfeitamente à vontade para dar o meu testemunho.

A todos, muito obrigado pelo convite que guardarei dentro das minhas ternas recordações da amizade e da sadia camaradagem que este nosso glorioso Exército faculta-nos construir. Muito grato, estou à disposição.

Que fatos, meu caro Coronel Sampaio, gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Servia no Forte Copacabana, era 2º-tenente, vivendo aquele clima que toda a Nação brasileira vivia. Era um clima de desordem, era um clima de subversão da hierarquia militar. E, apesar da minha pouca vivência naquela época da carreira, facilmente constatava isso, no meu dia a dia, na conversa com os meus companheiros e com os meus subordinados, inclusive sargentos. Víamos que aquilo que nos foi ensinado nos bancos escolares, nos bancos acadêmicos... a coisa mais sagrada na vida castrense, qual seja o respeito à hierarquia estava sendo desprezado, estimulado a ser colocado de lado. Dentro desse clima, há que acrescentar a corrupção que campeava em tudo.

O Forte Copacabana começou a reunir a sua oficialidade para participar do basta a tudo que víamos, incentivados pelo claro chamamento do povo brasileiro. Como figuras proeminentes desse movimento, que tínhamos notícias, estavam o General Olympio Mourão Filho e o nosso querido e saudoso Marechal Castello Branco, naquela época General.

Quero fazer um registro de imediato do nosso comandante o então Tenente-Coronel Arídio Brasil. Uma figura ímpar, um comandante sincero, um chefe que sobretudo nos comandava pelo exemplo. Este homem, já falecido, teve uma influência muito grande na minha formação, como oficial. Faço questão de registrar, nesse momento, a minha admiração pelo valor moral e profissional do Tenente-Coronel Arídio.

Então, começamos a nos reunir, com a pretensão de participar desde o início do Movimento que, conforme combinado, deveria eclodir a partir do dia 31

de março, como de fato aconteceu. No meu escalão, eu era o comandante da cúpula 305mm, tendo os sargentos na mão e a tropa também. Estávamos preparados, realmente, para o que desse e viesse.

Sentíamos que o Brasil estava perigosamente se curvando diante da esquerda, de uma esquerda ardilosa, de uma esquerda completamente alienada e alienígena, desejosa de sepultar a democracia em nosso País. Para fazer face a esse quadro lamentável, devo declarar que o Forte Copacabana posicionou-se desde o início, estimulado, sem dúvida, pela maioria do povo, especialmente pela posição digna e desassombrada da mulher brasileira, contra o Governo Goulart, que pode ser considerado, com toda a convicção, o Governo do caos. Do Comandante do Grupo aos recrutas, houve uma unanimidade em torno da idéia de que a legalidade do governo fora por ele próprio destruída, através de atos criminosos perpetrados contra a Nação e o regime democrático.

Felizmente, a desafiadora estrutura que apoiava o governo se desfez como um castelo de areia e nós não precisamos intervir, embora estivéssemos preparados, moral e materialmente, para tal. O nosso objetivo era exatamente a reimplantação da democracia, porque, na realidade, vivíamos uma democracia distorcida em que a hierarquia e a disciplina, nas Forças Armadas, estavam sendo minadas por uma maquiavélica subversão de cúpula. Caminhávamos exatamente para a implantação de uma república sindicalista – era o que pretendiam. Era o que João Goulart, com toda a sua equipe, pretendia implantar aqui, embora ele não tivesse nenhuma liderança, o que afirmo, inclusive, por tê-lo conhecido nos meus serviços tirados no nosso Forte, conhecimento imposto por dever de ofício. Ele estava cercado por elementos que sabiam o que queriam. O passo definitivo para a tal república sindicalista não estava longe de ser dado.

Essa república sindicalista daria lugar à ditadura do proletariado, descambando totalmente para a esquerda, num alinhamento com Cuba, União Soviética e China. Isso é que era o objetivo final. Tudo estava bem claro. Mesmo eu, jovem 2º-tenente naquela época, já vislumbrava isso claramente.

Historicamente, se nós olharmos como as democracias se implantaram no mundo, veremos que foram, via de regra, de maneira bem difícil. Os próprios Estados Unidos tiveram uma cruenta guerra de Secessão. Se olharmos a Europa, ela passou por um banho de sangue durante a Segunda Guerra Mundial. Nela, como na Primeira Guerra Mundial, houve muita fome. Os norte-americanos passaram por uma recessão terrível. Foram processos dolorosos que deixaram marcas na população.

Nós, aqui na época, queríamos evitar o mal maior. Reagimos contra a implantação de um regime comunista, porque, quando isso acontece, o processo de volta

à democracia é extremamente penoso. O que realmente o Movimento de 1964 visava era impedir que o movimento comunista internacional continuasse atuando no País e subvertesse completamente o nosso regime.

O senhor acabou de citar a Segunda Guerra Mundial, depois da qual surgiu a guerra fria. Qual a influência desse novo tipo de guerra no Movimento de 1964?

A guerra fria trazia no seu bojo a bipolaridade. O pólo representado pela União Soviética, valendo-se do movimento comunista internacional, atuava nos demais países, para aumentar o número de integrantes na sua órbita. Cuba era a sua ponta-de-lança na América e daí irradiava a revolução comunista para toda a América Latina. A URSS procurava conquistar espaços importantes, dentro do ambiente da bipolaridade.

Não resta a menor dúvida de que um país gigante como o nosso, tornando-se uma república popular comunista, seria um grande avanço para a União Soviética. Não só pelas riquezas que poderiam destinar ao suprimento da expansão comunista, como também, serviria o País de base política para alavancar o processo de crescimento do comunismo, a fim de cercar, ainda mais, o núcleo da democracia mundial, que na época, estava centrado nos Estados Unidos.

No ano de 1963 e primeiros meses de 1964, havia realmente um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

O clima de insatisfação existente era muito grande. Claro que havia, também, a turma "orquestrada", porque a técnica comunista, nós vemos isso até hoje, é terrível, insidiosa. Ela começou a fomentar, exatamente, uma solução popular, dizendo que iriam atender às aspirações das camadas mais pobres da população, quando na realidade eles tinham um outro objetivo por trás de tudo, ou seja, a tomada do Poder.

Na atual conjuntura, vemos isso perfeitamente. A esquerda, no Brasil, infelizmente, continua viva do mesmo jeito, e, hoje, ela está no Poder, infelizmente trabalhando em consonância com os interesses de fora, com os interesses que não são os nossos, de modo totalmente diverso do seu discurso interno. Naquela época, eles pretendiam, indubitavelmente, tomar o Poder. Era o grande objetivo deles. Mas havia uma insatisfação da grande maioria do povo contra aquela situação vigente no País – de greves diárias, faltas de itens básicos da alimentação das famílias, queda na produção, inflação assustadora e desemprego.

Houve, antes e após à Revolução, as Marchas da Família, em que, ao lado de parcela significativa da sociedade, a Igreja tomou partido. A Igreja, por sua pró-

pria doutrina não podia aceitar o comunismo de maneira nenhuma. Por quê? Em primeiro lugar, porque o comunismo é ateu. Segundo, porque perseguiu o clero, perseguiu as irmandades todas, em várias partes do mundo. Então, na época, a Igreja não aceitava uma ditadura comunista, visto que era totalmente contra os seus princípios. Só o ateísmo, que é pregado pelo comunismo, bate frontalmente contra a parte espiritual, contra a espiritualidade que a Igreja prega. Então, naturalmente, houve uma articulação muito grande, nas paróquias e tudo mais, de apoio às Forças Armadas.

Uma coisa interessante. Na época, o apoio da Igreja tinha maior expressão, pois a Igreja era muito mais disciplinada, vamos dizer assim. O bispo tinha uma ação, na sua região de influência (bispado), muito preponderante. O que ele dizia era palavra de lei, o que hoje não acontece; há padres e freis questionando as posições dos bispos. Ninguém, naquele tempo, ia questionar o que o bispo dizia. Ele dava uma ordem e todo mundo cumpria. Por incrível que pareça, o bispado liga-se direto a Roma. Não existe, em nenhum país, uma organização regional com ação de mando sobre eles.

A CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – é apenas uma organização de consulta e de opiniões. Ela emite opiniões, mas não tem ação de mando. O bispo é completamente independente. Tivemos casos, aqui, como na campanha da fraternidade que Dom Eugênio Sales, quando era o bispo, no Rio de Janeiro, não participou. Eles têm completa autonomia. Então, o que se alardeia da CNBB não é real. A CNBB é uma ficção em termos de mando. Ela não manda nada, é apenas um órgão que congrega, que reúne os bispos. Pode, eventualmente, baixar uma diretriz para todos os bispos – que podem acatar ou não – não sendo, portanto, impositiva.

Havia, naquela época, alguns movimentos como as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze". Poderia falar alguma coisa a respeito desses movimentos?

Hoje em dia, temos a réplica das "Ligas Camponesas" que é exatamente o MST. Que vive aí, tranqüilamente, invadindo terras e o Governo assistindo sem tomar nenhuma providência. Isso é, exatamente, o que eles pretendiam fazer naquela ocasião e que nós nos contrapomos com a necessária firmeza. Era um dos objetivos da Revolução acabar com aquela afronta à lei, impedir que tais ações acontecessem. Infelizmente, no presente momento, nós não vemos isso. Hoje, vemos todo mundo assistir a tudo placidamente.

Faço, aqui, o registro de um fato, um fato terrível que assisti, porque foi a primeira vez que houve o chamado massacre dos camponeses, lá no Sul. Um vídeo divulgado, inclusive, pela TV Record, na época, mostrava aquela turba armada

com foices e pás, indo de encontro à Brigada Militar e a Brigada recuando. De repente, um dos camponeses saca de um revólver – aparece no vídeo um círculo em torno da arma – e dispara um tiro contra a Brigada que recuava. A Brigada, depois, atira para o alto – a primeira reação foi um tiro de advertência – mas, mesmo assim, eles continuaram caminhando. Depois então, claro, quando a Brigada se viu completamente acuada, aquele pelotão, em última instância, atirou em cima dos atacantes. Então, o tal massacre é um massacre entre aspas. Eu diria que não foi massacre coisa nenhuma.

Mas, voltando às "Ligas Camponesas", na época, eu apenas lia e sabia de suas atividades através de notícias dos jornais. A televisão não era tão desenvolvida e nunca tive a oportunidade de vê-las atuando. O "grupo dos onze", também. Não tive a oportunidade de conhecê-los melhor, a não ser por meio dos jornais. Havia outros movimentos de esquerda, de uma maneira geral, congregando os estudantes.

No meio militar, Coronel Sampaio, procuraram provocar uma cisão?

Claramente. Houve visível infiltração nas casernas. Recebi notícias de Unidades nas quais certos sargentos e até cabos estavam sendo trabalhados no sentido de se lançarem contra os oficiais.

Tivemos, no comício da Central no dia 13 de março, na revolta dos marinheiros, na segunda quinzena de março, e naquela reunião do Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30, verdadeiras mazorcas, onde a agitação, o tumulto e as palavras de ordem materializavam, com toda a clareza, a subversão em alto grau. A tentativa de criar uma cisão no meio militar ficou muito bem caracterizada. Fora isso, havia as ramificações dentro das diversas Unidades. Eles tentavam exatamente solapar a disciplina e a hierarquia. Esses acontecimentos que acabo de citar foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março.

As Forças Armadas, particularmente, o Exército foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução?

Foram. Gostamos muito, aqui no Brasil, que determinados segmentos chamem para si a responsabilidade de serem a voz do povo. Então, é um grupo que se manifesta como sendo o todo. Mas no caso específico de 1964, esse grupo compunha-se das Forças Armadas e da Igreja. Havia uma ação da Igreja, também, muito forte nesse período. Realmente, interpretavam a vontade do povo, não resta a menor dúvida.

Uma facção do povo, é bem verdade, foi manipulada por esse pessoal de esquerda. É interessante como esse pessoal trabalhava na época. Quando havia um gru-

po numeroso, aparecia um sujeito com a bandeira com a foice e o martelo e todo mundo acreditava que os que estavam em volta dele comungavam das mesmas idéias. Na realidade, aquilo era um golpe que eles usavam na hora de aparecer na fotografia e na televisão: "Puxa, olha quanta gente ali apoiando!" O sujeito levantava aquela bandeira para ser fotografado, mais nada. Era um dos artifícios que usavam. O sujeito, de repente, desfralda uma faixa contra determinado grupo ou instituição. As pessoas estavam ali para ouvir, para ver, não querendo dizer que eram partidárias daquelas idéias. Usavam esse artifício, dando a impressão de que todos compartilhavam, conscientemente, daquilo, o que não correspondia à verdade.

Como se portaram, antes e após a Revolução de 1964, os sindicatos e entidades tachados de esquerdistas?

Vamos ver essas entidades, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as tais Confederações, e falar do sindicalismo. O nosso sindicalismo era primário, estava começando e começando mal. Totalmente dominado pelo pessoal de esquerda e com idéias claramente comunistas. Eram os famosos "pelegos" – elementos diretamente ligados ao Governo e que queriam se aproveitar da massa trabalhadora, da massa que queria ganhar o pão de cada dia e dar um mínimo à sua família.

Os elementos interessados em se aproveitar disso é que subiam, é que galgavam as posições de destaque, de chefia e liderança, conduzindo a todos como gado para o curral, dentro da estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Eles iam tocando aquele pessoal para, de acordo com a vontade dos líderes, realizando aquele trabalho de massa, também denominado trabalho de base, que consistia, em resumo, em atividades desenvolvidas junto aos diferentes segmentos da população, apoiadas por ações de agitação e propaganda, AGITPROP, como os comunistas designam tais atividades. Exploravam contradições e antagonismos, politizando as aspirações espontâneas e até legítimas dos trabalhadores.

Em agosto de 1962, realizou-se o IV Encontro Sindical, quando o Comando Geral de Greve foi transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), momento em que se deu a conquista de mais uma Confederação Nacional, a dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), ocasião na qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) obteve a hegemonia no meio sindical. O CGT consolidava o domínio do dito partidão na área sindical e lhe proporcionava um poderoso instrumento de pressão. Já em setembro, o CGT decretou uma greve geral que paralisou cerca de três milhões de trabalhadores em todo o País.

Após a Revolução, de pronto, essa força toda desapareceu, com a fuga da maioria dos seus líderes ou com a prisão dos que foram encontrados.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março, na sua opinião?

Como líder militar, o General Olympio Mourão Filho, seguido do General Carlos Luís Guedes, seu subordinado direto, não resta a menor dúvida. O nosso querido General Castello Branco foi outra liderança inconteste – um homem que nos faz falta até hoje, um homem puro, inteligente e decidido, um homem que realmente precisávamos na atual conjuntura, mais do que nunca.

Entre os civis na época, tínhamos o Carlos Lacerda que despontava como um líder atuante e carismático com brilhante atuação no Palácio Guanabara, no dia da Revolução. Ele realmente era um líder civil. Um tribuno magnífico, um tribuno perfeito, um político que fora comunista, conhecera o comunismo e depois realmente fez "mea culpa" e passou para o outro lado. Viu que embarcara numa canoa furada e a abandonou no momento certo.

Outro líder civil importante foi o nosso Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que deu todo o apoio à Revolução. Foi de lá que veio o Movimento, com a Polícia Militar do Estado, muito bem comandada pelo Coronel José Geraldo, ao lado do General Mourão. O próprio Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, decidiu-se pela Revolução antes do General Kruel. Isso aí não podemos esquecer. São homens que têm que ser, sempre, muito bem lembrados. Então, na minha visão de tenente da época, era isso.

A preparação do Movimento revolucionário foi interna ou houve auxílio externo, especialmente dos Estados Unidos, por exemplo?

Não ouvi nem participei de nada em que se verificasse a mínima influência americana, apoiando a Revolução de 1964. Acredito que a Revolução, depois de implantada, teve clara simpatia dos Estados Unidos. Isso é inegável. Ela, a meu ver, foi uma grata surpresa para os americanos que não imaginavam que aquele movimento poderia estar vitorioso, em todo o Brasil, em 72 horas. Valeram-se, pois, da pronta ação das Forças Armadas, muito especialmente do Exército, que ouviu o clamor do povo. Graças à aquela ação vigorosa, os norte-americanos ficaram livres de ter que conviver com uma Cuba do tamanho do Brasil na América do Sul. Seria um caso muito sério!

Quando o Forte Copacabana optou por dar o apoio ao Movimento revolucionário, o senhor e os seus companheiros tinham ciência de que poderia haver por trás algum apoio externo?

Não, não, absolutamente. Nunca se pensou em qualquer apoio externo. Foi uma decisão da oficialidade liderada, mais uma vez volto a falar o nome deste homem, pelo nosso querido Tenente-Coronel Arídio Brasil, depois General que, realmente,

esteve sempre à frente dos oficiais – porque ele era um líder, um líder sempre presente. Foi ele quem congregou a Unidade e tomou todas as decisões, levantando o Forte contra aquela situação insuportável, em apoio ao General Olympio Mourão Filho. Disso não resta a menor dúvida. Está nos boletins do imortal Forte de Copacabana.

Coronel Sampaio, a quem atribuir o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Esse desmoronamento atribuo à fragilidade da própria revolução de esquerda que iria acontecer nesse País. O apoio desse movimento de esquerda falava alto, ameaçava, fazia um barulho preocupante, mas, diante da nossa contra-revolução, verificou-se que ali, havia, na verdade, muito fanfarrão, como o Brizola.

Na realidade, hoje em dia, não tenho a menor dúvida, não foi uma revolução que ocorreu em 1964. Houve uma contra-revolução. A revolução estava sendo preparada pela esquerda! Nós iríamos em etapas. Primeiro para um república sindicalista e depois para uma república comunista. Seria um golpe branco, vamos dizer assim, não fosse a reação do povo que levou as Forças Armadas, como sempre aconteceu no País, a segui-lo interpretando os seus anseios.

Esta dita revolução de esquerda, em andamento, não estava, ainda, bem consolidada. Houve, inicialmente, as principais articulações políticas. Talvez, politicamente, a revolução de esquerda estivesse costurada, porém faltava a força, faltava o apoio das Forças Armadas. Assim, o sistema ruiu rapidamente.

A verdade é que não se faz revolução sem força. Se não houver força, fazer revolução, na práxis, é impensável. Tenho que ter o braço armado ao lado do braço político. Eles tinham o braço político, estavam costurando as suas alianças, mas não tinham o braço armado que, depois, tentaram estabelecer por meio dos movimentos que eclodiram na clandestinidade.

As Forças Armadas robusteceram a união após o 31 de Março? Por quê?

Robusteceram a união e muito. Existe uma máxima que diz o seguinte: "O sofrimento congrega e une". Todos nós, que passamos pela Academia Militar das Agulhas Negras, enfrentamos um desafio, ainda mais no início, quando estamos naquele período de adaptação. Há um sofrimento, um sofrimento positivo, vamos dizer assim, não um sofrimento de tristeza. Não é um sofrimento na busca da afirmação. É como se fosse um amálgama. Estamos sendo formados, temos que nos adaptar. Há um sofrimento indispensável ao domínio do corpo e do espírito nas lides castrenses. E esse sofrimento explica muito bem por que hoje estamos tão unidos, por que os integrantes de cada turma são tão congregados, levando um

companheiro a socorrer o outro. É no estudo, é no ensino básico, é no ensino profissional, é naquela marcha interminável, naquele exercício noturno de longa duração. Tudo isso faz com que cada um procure apoiar o outro com todo o empenho. Isto que existe nas Forças Armadas, falta hoje em nosso País. Cada um precisa olhar mais para o próximo, realmente. Acho isso muito importante, porque o individualismo e o egoísmo são sempre um mau sinal.

Da mesma forma, durante a Revolução de 1964, participar do movimento contra a situação vigente, contra o Governo, era um risco muito grande, um risco sobretudo para nós que estávamos iniciando a nossa vida. Poderia ter terminado ali a minha carreira militar, como 2º tenente. Talvez não estivesse vivo agora, dando o meu testemunho, se vencesse o outro lado que se caracteriza pelo ódio ideológico, pela vingança doentia. Não precisa sair da América, é só olhar para Cuba! Tudo isso fez com que as Forças Armadas se unissem mais ainda. Não só isoladamente, ou seja, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, mas as três Forças, cada vez mais coesas em torno desse ideal, da verdadeira democracia. Então, aumentou a coesão. Este foi, realmente, um fato marcante que como uma das muitas conseqüências benéficas da Revolução de 31 de Março.

O senhor acha que o Movimento de 31 de Março de 1964 estava baseado em alguma ideologia?

Não, não havia uma ideologia. Havia um ideal. O grande ideal democrático, o grande ideal de fazer do Brasil um País mais forte, livre da corrupção, mais justo. Esse era o Brasil que eu, como tenente sonhava, sonhava muito, queria tanto.

Da mesma forma, eu via isso, também, no seio da minha família. O meu pai, a minha mãe, todos me apoiavam e diziam: "Que bom que agora vamos mudar, vamos passar para algo melhor, que realmente o nosso País, com essa potencialidade imensa, vai progredir".

Isto foi visto na rua, o povo nos aplaudindo. Quando o Forte Copacabana colocou as barricadas na rua, o povo vinha trazer água mineral, vinha trazer sanduíche para nós. Era uma nova esperança que nascia. Foi fantástico, foi realmente de deixar a gente muito emocionado, extremamente emocionado! O povo também estava cansado de tantos despropósitos, de tanta anarquia!

A mídia apoiou o Movimento de 1964?

A mídia é um capítulo à parte. Como o Congresso Nacional, a mídia, também, dança conforme a música, porque ela precisa do Poder para sobreviver. A mídia necessita, mais que qualquer outro setor, do Poder para sobreviver.

Ora, se o Poder é outro, então, mudamos a história. Agora, sou de direita desde "pequenininho", com a exceção de um ou outro segmento. Então, a mídia apoiou integralmente. E nós, na época, apoiamos um pequeno jornal de uma pequena rádio chamada *Rádio Globo*. Um jornal chamado *O Globo*, que não tinha muita expressão! Depois, apoiamos uma televisão... demos apoio a essa organização para termos uma televisão que era a *TV Globo*, do Rio de Janeiro. Isso foi o início das Organizações Roberto Marinho que está hoje aí, e que, depois de usufruir intensamente, nos apedreja. Então, se as Organizações Globo são o que são hoje agradeçam à Revolução de 1964, agradeçam aos militares que estiveram no Poder e que sempre prestigiaram a *Globo*, dando concessão de canais, não só de televisão, como, também, de rádio. E a *Rede Globo* é o que é hoje porque nasceu, nasceu da Revolução de 1964, do apoio da Revolução de 1964. E, durante vinte anos ela nos apoiou 100%, aliás 1000% ! E, hoje, joga pedra em cima de nós... Não conheço em toda a minha vida, maior exemplo de ingratidão, de traição e de covardia!...

Estou percebendo que o senhor usa o termo Revolução para denominar o Movimento de 1964. Esta é a forma correta de denominá-lo?

Acho, acho correto o termo. O termo está bem aplicado. Revolução é quando se tem um líder e se pretende fazer uma mudança radical. Porque nós pretendíamos fazer uma mudança radical. Essa mudança não foi feita, infelizmente, não foi feita. Que mudança seria essa? A Revolução de 1964, no meu entender, deveria ter fechado tudo, passa a borracha e vamos começar de novo. Significa o seguinte: não tem que aceitar aquele "congressinho" para manter a fisionomia da frente. Fecha, todo mundo na rua. Fecha a Justiça – todo mundo para a rua. Vamos fazer de novo, vamos botar gente nova. Colocar interventores nos Estados, acabar com a Câmara de Vereadores, acabar mesmo! Vamos fazer uma faxina, vamos empregar a linguagem que, hoje em dia, se usa tanto – vamos passar o Brasil a limpo. Aquela ocasião era a hora de passar o Brasil a limpo. Passar a borracha. Começar de novo.

Depois, sim, eleições livres em todos os níveis com normas e regras bem definidas, de maneira que não se permitissem situações abusivas como se vê hoje – essa justiça morosa, realmente lenta e, a todo momento, apresentando, como no Congresso, casos de corrupção. É uma vergonha!...

Era isso que deveria ter sido feito pela Revolução, como se pretendia! Vamos ao Chile. Pinochet passou a borracha. Veja o Chile como está hoje. Ele não teve nenhum remorso em fechar o Congresso, fechar a Câmara dos Deputados. Fechou tudo, inclusive a Justiça. Estabeleceu uma junta e governou com "punho-de-ferro".

Em qualquer revolução, em qualquer ação de força, a injustiça faz parte do sistema. Não podemos querer fazer uma revolução "boazinha". Ah!, não. Paga o justo pelo pecador? Paga. Mas o preço que se paga ou que se teria pago seria muito menor do que o preço que estamos pagando hoje com uma violência urbana fora de controle, com a corrupção instaurada no País e com o descrédito das instituições. Se nós tivéssemos feito isso, hoje, com certeza, teríamos um outro Brasil.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Vamos caracterizar. Primeiro vamos fazer aqui uma distinção, uma separação. Revolução para mim, e na minha ótica, termina com o Castello Branco. O que tinha sido combinado era que o Castello Branco, depois do Movimento, convocaria eleições gerais em todos os níveis.

No entanto, começando pela bomba colocada no Aeroporto do Recife, em 1966, os oponentes mostraram que iriam partir para a retaliação, o que realmente aconteceu em larga escala. Então, os militares, com o argumento que não tinham, ainda, saneado tudo, que ainda existiam muitos focos comunistas que precisavam ser vencidos, permaneceram vinte anos. Não era isso que desejávamos!...

Na verdade, todos os movimentos da clandestinidade se acentuaram, praticamente, depois do Governo Castello Branco. Foi depois. Na época, tínhamos que abrir e retornar para os quartéis, preservar a nossa integridade. Quando falo nossa, não falo só no Exército não, falo nas Forças Armadas. Deixaríamos muito claro que, a qualquer perturbação, voltaríamos a intervir. Isso é o que teria que ser feito. A Revolução para mim termina com Castello Branco. O resto são governos militares que optaram pela continuidade, quando caberia ao nosso Castello Branco realizar a abertura. Infelizmente, a linha dura não deixou. Os governos que se sucederam foram governos militares, não governos da Revolução. A Revolução terminou no meu entender com o insigne Marechal Castello Branco, uma figura extraordinária sob todos os pontos de vista.

Infelizmente, a coisa mudou e nós tivemos essa confusão toda que terminou com esses dois lamentáveis Governos do Geisel e do Figueiredo. Foram lamentáveis, bem como essa abertura desastrosa.

Assim, excluído o Governo do Presidente Castello Branco, que recebeu a atribuição da Revolução, que só existiu para atender ao clamor do povo de colocar o Brasil novamente no regime democrático, afastando os comunistas e criptocomunistas do Poder, os demais foram governos militares que deram uma continuidade desnecessária à Revolução.

A mídia tem se preocupado, particularmente nesta última década, bem como aqueles que hoje detêm o Poder, em fazer absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais os principais acertos da Revolução?

Ah!, foram muitos. Muitos acertos. Não resta a menor dúvida de que o País passou por uma completa transformação, principalmente no Governo Castello Branco. Tivemos uma melhoria concreta em todos os setores. Nas estradas, no apoio ao homem do campo, nas telecomunicações que se tornaram maravilhosas, na política habitacional, onde se fez muito em pouco tempo. Foi magnífico. Queimamos etapas. Tivemos um progresso em todos os níveis de dar inveja a outros países. Vieram delegações de fora para verificar o que estava acontecendo no Brasil, porque o Brasil progredia imensamente, sobretudo no Governo Castello Branco.

Depois, explorou-se com intensidade o dito milagre brasileiro que foi importante, mas se valeu do trabalho inicial do inesquecível Presidente Castello. A partir de Geisel, tudo que se fez teve apoio do endividamento externo muito forte. Começamos a buscar dinheiro para poder continuar investindo após a primeira crise do petróleo.

Para se realizar alguma coisa tem que haver dinheiro. Se lhe falta dinheiro, você não realiza. Então, captou-se bastante lá fora. Vieram os juros e os juros foram crescendo e a coisa fugiu de controle. A parte inicial foi maravilhosa, não resta a menor dúvida. Ocorreram grandes benefícios, mas principalmente a partir de 1974, na gestão de Geisel, os erros começaram a se acumular.

Entre os erros dos governos ditos militares, no que tange a investimentos, citamos aquela Perimetral Norte, que foi uma coisa desastrosa, e a Ferrovia do Aço, nesta o Governo Geisel investiu muito sem nenhum resultado. Tivemos o problema nuclear, realizado em bases muito estranhas. Não sou contra a exploração nuclear não, pelo contrário, sou a favor dela, mas, da maneira como foi concretizada, o dinheiro que se gastou, inclusive pagando a armazenagem de material na própria Alemanha, representou uma aventura que me parece ambiciosa demais. Nós não podíamos, como país em desenvolvimento, nos arriscar tanto. Esta é a minha opinião.

Vamos falar, agora, da "batalha da comunicação social". Na sua opinião, ela foi perdida pelos governos revolucionários ou esses deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão dos seus acertos?

Na época do Castello Branco, realmente, não houve divulgação, porque ele era contra qualquer tipo de propaganda que pudesse lembrar a ditadura Vargas. Não houve, pois, preocupação nesse sentido.

Nós, militares, temos sempre como parâmetro a modéstia, ou seja, não jactar-se daquilo que está fazendo. Todavia, para quem se encontra no governo, há necessidade disso – o político não pode deixar de mostrar as suas realizações. O povo tem que tomar conhecimento. Castello achava que isso aconteceria naturalmente, sem o engajamento do Governo com a divulgação.

Maior atenção com as atividades de Relações Públicas só existiram nos dois últimos governos, justamente naqueles que tinham menos para divulgar.

Passando o período dito militar, veio a fase dos presidentes civis, onde é raro um militar vir a público para dizer o que foi feito ou contradizer aquilo que a mídia divulgou sem nenhuma responsabilidade, principalmente após o início da década de 1990.

É o que estamos vendo hoje, estórias plantadas por jornalistas, muito elogiadas por outros jornalistas também "revanchistas", visando criar esteriótipos negativos na opinião pública a respeito dos militares.

Uma outra coisa que não me conformo é o fato de os comunistas dizerem agora que se contrapunham à ditadura militar para terem uma democracia no País, quando, na realidade, não era nada disso. O que acontecia, realmente, é que havia um ideal, não digo nem de esquerda – um ideal comunista, comunista logo internacionalista – em tudo isso, não há a menor dúvida, queriam tomar o Poder, uns pela luta armada, grupo do Marighela, Lamarca etc., outros pela via da subversão, chamada de via pacífica, tendo à frente os elementos do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Houve um cerceamento da liberdade de imprensa e da expressão artística, durante o período?

É claro. Toda ação que se faz por força é natural que assim seja. Tenho que cercear essas liberdades, entre aspas, que existem, porque tenho que fazer prevalecer, de maneira urgente e bem direcionada, o objetivo que pretendo atingir. Não posso me dar ao luxo de deixar todo mundo a dar palpite, falar a vontade. Tenho que chegar e traçar a minha diretriz e, em cima dela, não posso deixar todo mundo falando o que quer ou bem entende, lançando boatos etc. Tem que cercear mesmo! Faz parte do processo, não só em 1964, como também no restante do período militar. Acho que o cerceamento da liberdade foi até muito acanhado!

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime é que provocou a luta armada. Qual a sua opinião a respeito?

Um dos fatores que leva à luta armada é exatamente o cerceamento natural advindo de uma Revolução. Não só isso. Há, também, a vontade dos derrotados de

depor, de mudar o sistema. Então, quando você está numa democracia plena, se você quiser fazer um discurso contra o presidente ou contra a instituição você vai lá e faz. Está em plena democracia. Você pode falar. Quando você proíbe isso, há uma tendência a extravasar de alguma maneira. Posso extravasar pelos meios disponíveis, principalmente através do partido da oposição, no caso o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ou extravasar fazendo parte de um movimento qualquer, de um movimento contra a situação para que a minha voz seja ouvida. Havendo ou não canais para a manifestação dos opositores, aqueles que se decidiram pela reação através da luta armada não estavam preocupados com esse aspecto, porque eles não queriam dialogar com ninguém! Os terroristas deram partida na luta armada, ignorando o fato de haver ou não possibilidade de conversar e nós fomos enfrentá-los cerca de três anos depois, porque não estávamos preparados para aquele tipo de guerra! Acreditávamos que pudesse haver Revolução democrática que não fizesse mal a ninguém! Depois, nos convencemos de que isso não existe, porque o terrorismo, conduzido pelos extremistas de esquerda, nos mostrou que não há revolução boazinha!...

Qual o objetivo da luta armada que surgiu no campo e na cidade? Qual a sua orientação? Tinha apoio externo?

Vinha de Cuba, da União Soviética, por meio de Cuba, e também da China. A gente não tem nenhuma dúvida sobre esse apoio, que foi vultoso. Acredito que por trás disso, na época, havia a frustração dos comunistas de termos impedido a tal revolução que eles tanto sonhavam fazer no tempo de João Goulart, a qual já me referi nessa entrevista. A tal revolução de esquerda que era o grande objetivo deles. A esquerda estava se preparando, politicamente estava costurando a revolução que levaria à república sindicalista, mas faltava o braço armado. Por isso, ela estava começando a se infiltrar nos quartéis, porque, para fazer uma revolução, há que ter o braço armado ao lado do braço político.

Foi o Movimento Comunista Internacional (MCI) que fomentava todo esse processo?

Sim, era o MCI que fomentava. Com a queda do Muro de Berlim, com o desmantelamento de toda a União Soviética, eles ficaram sem ter um paradigma, sem ter uma referência. Eles estão tentando, realmente, se reagrupar novamente – uns a partir da social democracia, entre aspas, outros através do socialismo, que é o novo nome do comunismo para muitos, inclusive para o tal Roberto Freire, que mudou o nome do PCB para Partido Popular Socialista (PPS). São uns espertos! Foi a forma de contornar o desprestígio do comunismo a partir de 1989.

Estão procurando um alinhamento, procurando novos filósofos para basear suas teorias, porque Marx e Engel já estão um pouquinho ultrapassados. Todas aquelas teorias, a Teoria do Valor-Trabalho, a Teoria da Mais Valia, aquele negócio todo da ditadura do proletariado, aquilo tudo já é quase um folclore.

Mas eles continuam, ainda, com a teoria do Estado paternalista, aquele que faz tudo. Nós aqui temos esse vício – qualquer coisa a gente transfere para o Estado. "Olha, estou aqui. Estou querendo um emprego para mim". Não é o Estado que vai arranjar. O Estado tem que propiciar os meios para que surjam os empregos. Ele, na realidade, é um grande administrador. Esta é a visão democrática do Estado.

Ao filósofo Gramsci é que eles atualmente apelam, na busca de atualizar as conceituações de Marx e Engel? Eles agora concordam que é de vital importância a conquista da mídia para os seus interesses, bem como de alguns segmentos que fazem a cabeça da massa, tais como os professores?

É, o Gramsci, é o pensador adotado por eles. Embora suas idéias sejam antigas, eles as ressuscitaram em pleno período revolucionário, largaram de lado o proletariado e partiram para a conquista dos profissionais de Comunicação Social e do Magistério. Esses esquerdistas internacionalistas, que não têm nenhum respeito à nossa História, estão reescrevendo tudo, inventando uma estória nova. Até a Guerra do Paraguai, eles estão reescrevendo toda. Não sei como é que eles não derrubaram ainda o Duque de Caxias! Eles estão tentando desmoralizar os nossos grandes heróis, as nossas personalidades, criando outros sem nenhuma expressão.

Nós não nos preocupamos com o tipo de professor que tínhamos em nossas Universidades, quase todos esquerdistas e lá ficaram fazendo a cabeça da nossa juventude. Não nos preocupamos, também, com os nossos profissionais de Comunicação Social. Nessa área, a esquerda entrou dominando inteiramente.

Não demos a devida importância à área dos formadores de opinião, principalmente no Magistério Superior e na Comunicação Social; falhamos redondamente nessa parte da Comunicação. Nós nos omitimos e hoje não contamos com os meios necessários para contestar o que aparece na mídia contra nós. Puxa! Se tivéssemos espaço para falar, a guerra estaria ganha, porque nós podemos falar e provar. Eles falam, mas não provam, enquanto nós temos como provar. Não se trata de estabelecer polêmica. Seriam artigos bem postos, bem escritos que mostrassem os mentirosos. Às vezes, saem artigos na *Revista do Clube Militar*, da melhor qualidade, às vezes, saem artigos, até em determinados jornais, de oficiais-

generais da reserva falando e falando muito bem. Isso tem que ser feito, mas em muito maior número. O Exército tem que responder às afrontas dos "revanchistas".

Este é um problema que as Forças Armadas precisam enfrentar. Não podemos permanecer calados.

O AI-5 foi necessário? Qual é a sua opinião?

Bom, o AI-5 foi um mal dentro dos males. Como não se abriu depois do Castello Branco, começaram a surgir, a espocar, todos esses movimentos. Tínhamos uma democracia que não era bem democracia porque apesar de ter o Congresso funcionando, ter a Justiça funcionando, havia leis de exceção, embora o Governo estivesse se valendo apenas da Constituição na época do Costa e Silva, no ano de 1968. Porém, chegou um momento em que o Executivo teve que ter mais força porque, como se diz, "a vaca estava indo para o brejo". Quer dizer, começaram a surgir as ações características da luta armada. Aconteceu que tínhamos que realmente partir para uma ação enérgica, forte, para fazer face à ação contestatória da esquerda. E, aí, houve necessidade de se lançar mão do AI-5. O AI-5 foi necessário e deu, vamos dizer assim, margem para que houvesse excessos na dura luta contra o terrorismo que, como todo mundo sabe, atua sem nenhuma regra.

Guerra é guerra! Quando digo guerra é guerra, quero dizer que a guerra é sórdida, é algo sujo, sobretudo a dos comunistas, onde o fim sempre justifica os meios. Não existe guerra "bonitinha", todo mundo obedecendo os tratados. Ah!, não. Para o prisioneiro, dá um "sorvetinho", "coitadinho", está preso ali. Coloca ar-refrigerado. Não tem desse papo!

Houve, portanto, a necessidade da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações, os DOI dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI)?

Exatamente. Para se manter a ordem no Brasil houve necessidade de criá-los. E hoje, sofremos a falta disso. O nosso Governo anda perdido sem saber o que acontece, porque ele desmantelou tudo isso. Agora, as coisas acontecem e o Governo está sempre desinformado, ultrapassado, eles são os últimos a saber, infelizmente.

O atual Governo não acaba de ser surpreendido pelo problema energético?

Exatamente, foi surpreendido pelo problema energético. Na época dos governos militares havia um planejamento rígido. Conheço pessoas de Furnas que, inclusive, me disseram que, na época, quando um reservatório desses baixava 10% era um Deus nos acuda! Todo mundo tinha que compensar com outras medidas,

diminuindo a vazão do reservatório para recompletar logo, puxar energia de outro lugar para ajudar, a fim de que se mantivesse sempre aquele padrão energético.

Hoje em dia, o que se faz? Nada, porque o apagão resultou da total falta de investimento, sobretudo em linhas de transmissão de energia. A situação só não foi pior, porque eles se valeram de tudo que a Revolução havia feito. Hoje, efetivamente nada se faz, a não ser mandar quase todo o dinheiro para fora.

É preciso pagar juros e parte do principal da dívida que não pára de crescer, mesmo depois de vender grande parcela do patrimônio nacional cujas receitas deveriam tê-la reduzida.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que pensa a respeito dessas expressões?

Não tenho desdouro nenhum em falar em ditadura, não tenho desdouro nenhum em falar nisso, porque, de dezembro de 1968 até 1978, era um regime de exceção, período em que vigiu o AI-5. Era uma necessidade do momento. No presente, os esquerdistas todos choram esse pessoal que morreu. Guerra é guerra! Ninguém deve estar chorando, agora, porque os terroristas morreram. Eles morreram porque eram do outro lado e pegaram em armas, paciência, eles foram ao encontro da morte! Infelizmente, não existe guerra "boazinha", não existe isso.

Como, também, não existe bombardeio cirúrgico. Vamos voltar, agora, ao que está acontecendo na atualidade. Quando começaram os bombardeios, muita gente chegou a comentar comigo: "Não, agora os bombardeios são cirúrgicos...". Olha, eu lhes dizia, vai morrer gente, como sempre, que não tem nada a ver com isso! Disse-lhes vai haver erro, vai acontecer de se bombardear alvo por engano e na hora de registrar as coordenadas alguém poderá ser enganar; vai fazer um pedido de apoio de fogo errado e vai morrer gente amiga e vai morrer quem não tem nada a ver com isso. Vão morrer muitos civis! Não há guerra em que só morra militar, isso não existe! Agora, falta alguém que chegue a público, na mídia, e diga isso.

Quando começaram a falar que o Estado brasileiro iria indenizar esse pessoal todo que morreu, eu disse: mais uma brincadeira com o nosso dinheiro! Não tem que indenizar nada, morreu porque estava participando da guerra do outro lado. Senão, vou querer que os alemães indenizem os brasileiros ou então que a Itália indenize os brasileiros que lá morreram, e que indenize as famílias dos brasileiros. Não!... nada de indenização para terroristas, morreram porque desafiaram o Estado, e se fazia necessário matar os "coitadinhos" para que o restante do País vivesse em Paz.

Isto tem que ser dito e muito bem dito porque não vejo vergonha nenhuma de ter enfrentado esta guerra com a máxima determinação! Não é contra os direi-

tos humanos, nada disso. Quando estamos numa guerra não existe direitos humanos, não existe mesmo. Pode até haver uma certa ética, mas direitos humanos para tratar o prisioneiro a pão-de-ló? Não! Vai dar um tratamento cristão, humano, isso sim. Mas, no combate, atira para matar, nada de prender. Sou contra a tortura, frontalmente, e os terroristas torturaram muita gente! Houve tortura de ambos os lados e do nosso lado quem pensou em torturar pagou por isso. Mas, o que nós temos que deixar bem claro é que – guerra é guerra.

No confronto, morremos nós ou morrem eles! Que morram eles!

A Revolução demorou muito no Governo do País?

A Revolução não demorou muito não. Demorou o que estava previsto que eram quatro anos, três a quatro anos do Castello Branco. Agora, o que demorou muito foram os governos militares, posteriores, principalmente os dois últimos que não deveriam ter acontecido em nenhuma hipótese. Houve várias oportunidades...Houve uma oportunidade ao final do Governo Médici, onde a Revolução teria que ser encerrada. Foi uma oportunidade de ouro. O Brasil estava ganhando em tudo, até a Copa do Mundo de 1970, éramos tricampeões do mundo, havia uma situação econômica excelente no País, a luta armada estava praticamente neutralizada. Por que não abriram naquela época? Abriram melancolicamente com um presidente militar saindo pelos fundos. Uma tristeza, uma vergonha!

As Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas, infelizmente, não. Alguns de seus integrantes é que se aproveitaram da situação, mas não na época do Castello e, sim, na dos outros governos militares. Enquanto a grande maioria continuou suando a camisa nos quartéis, uma parte beneficiou-se da Revolução.

Muita gente trouxe parentes, filhos ou primos de colegas para se empregarem nessas empresas. Todos concordavam, porque o aval de um oficial, naquela época, era fantástico, era a porta aberta para tudo. Infelizmente, é *mea culpa* que temos que fazer, temos que admitir que houve isso.

Só para ficar bem esclarecido esse aspecto. Então, alguns se locupletaram, mas as Forças Armadas só perderam. É isso?

Exatamente. Inclusive os nossos salários. Na época, tivemos um reajuste inicial com o Castello Branco e depois ficamos esquecidos. E, se não me engano, não estou bem lembrado, foi citado recentemente...nem sei se foi o Collor quem

falou isso, quando se estava pedindo um reajuste: "Vocês estiveram no Poder tanto tempo e não cuidaram de vocês; não sou eu quem vai cuidar"! Houve algo assim.

Realmente, nem material militar nós adquirimos. Vivíamos muito preocupados com a parte da segurança interna, mas material profissional, seguir o avanço tecnológico que estava acontecendo no exterior, não. Só viemos a nos preocupar com isso posteriormente no Governo Sarney, com o Ministro Leonidas à frente da Pasta do Exército, quando houve uma boa melhoria. Depois, entramos nessa crise econômica e aí adeus... Estamos com as nossas Forças Armadas do jeito que estão... Além da crise e da enorme incompetência dos Governos, a partir de 1990, a má vontade com relação aos militares, é manifesta.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País? Poderia falar sobre a "abertura" do Governo Geisel?

O militar tinha um compromisso de transferir o Poder para os civis assim que os comunistas estivessem neutralizados. Por isso, volto aquela minha colocação inicial; a Revolução tinha que terminar com Castello Branco. Continuou e está sofrendo, até hoje, o ônus disso, porque as militares não são políticos.

Enfatizo que o militar não foi preparado para ser político. A AMAN não forma o político, a EsAO não aperfeiçoa o político. Não é esse, também, o objetivo da ECEME no seu curso de Comando e Estado-Maior. O político é político. O militar não foi feito para isso. Daí, o motivo do desengajamento.

São poucos aqueles que se tornaram políticos profissionais, políticos vitoriosos. Poucos seguiram a carreira política, exatamente porque não têm essa formação, não têm jeito para tal. O militar é muito sincero. Ele foi formado para ser leal a vida inteira e um político leal não faz carreira.

Qual a sua avaliação sobre a "abertura" do Governo Geisel?

Não queria ser tão contundente, mas foi desastrosa. A saída... depois do Geisel, o Geisel e o Figueiredo, foi um final muito melancólico, triste mesmo. Não estavam a altura de tudo aquilo que nós fizemos, de todos aqueles riscos que nós corremos. Foi uma grande decepção, uma grande amargura para todos nós. Para mim, pelo menos foi. A Revolução tinha que ter sido encerrada, no máximo, no Governo Médici, embora o ideal, volto a repetir, seria ter terminado no Governo brilhante de Castello Branco.

Houve a partir de 1985 e existe até hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia em relação aos militares. O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

A Lei da Anistia foi um dos erros, entre os muitos, que os dois últimos governos militares cometeram. Como permitir que quem pretendia estabelecer um regime totalitário de esquerda no País se estabelecesse no poder novamente. Não posso admitir que todo aquele pessoal comunista que foi banido e cassado, voltasse cheio de benesses, cheio de regalias, que o povo brasileiro ordeiro e progressista não desfruta.

O senhor concorda que há o "revanchismo"?

O "revanchismo" existe em elevado grau, não só por esse pessoal que voltou, como também por parte da mídia, porque nós nos omitimos. Voltamos àquela pergunta anterior que foi colocada. A mídia e a divulgação – nós não fizemos divulgação de nada. Não somos capazes de retrucar aquilo que a mídia diz, muitas vezes, meias-verdades. A mídia tem uma técnica especial de usar as meias-verdades. "Todo aquele pessoal que lutou contra os governos militares estava querendo democracia?" Veja o absurdo! Tirando uma minoria democrática, eles estavam sendo manipulados por uma turma que queria exatamente o contrário, queria instalar no País uma ditadura do proletariado! Eles queriam destruir a democracia e implantar aqui um regime comunista!

Isso nunca foi dito, isso não li em lugar nenhum. Isso, nós só lemos nas nossas revistas – *Ombro a Ombro*, *Revista do Clube Militar* ou nos artigos do Olavo de Carvalho que agora é a nossa voz! É incrível uma coisa dessas! Ele foi comunista e conhece bem o ramo. Voltou, está aí. É um dos nossos arautos. Pelo amor de Deus! Nós, com tantos generais, pelo amor de Deus! Eles têm que assumir as suas funções de liderança, têm que liderar, mostrar que realmente amam o Exército. Quando falo oficiais-generais, estou tratando, também, da Marinha e da Aeronáutica. Eles não podem se acomodar! Eles têm que se incomodar, para isso são generais!

Não acha difícil para as Forças Armadas cumprirem a sua missão constitucional, diante do "revanchismo", que lhes nega tudo para fazer face às ameaças externas?

A nossa missão constitucional, hoje, não cumprimos. A verdade verdadeira é essa. Temos o Exército, a Marinha e a Aeronáutica sendo "sucateados". Não se compra nada, porque somos pacifistas. Eles fingem desconhecer que quem não tem força militar não tem poder.

Perdemos a grande impulsão de força no desgoverno Collor quando acabaram com aqueles poços que existiam na Amazônia, onde íamos detonar a nossa bomba atômica, o nosso armamento nuclear. Como é que esses governos não entendem isso?! Acontece o seguinte: quem senta na mesa para negociar tem que mostrar o porrete que tem do lado. A partir daí, ele é ouvido.

Os exemplos atuais da Índia e do Paquistão estão aí para confirmar. O americano entrou no Paquistão, pisando em ovos, com todo o cuidado do mundo, por quê? Trata-se de uma potência nuclear. Vai mexer com a Índia. A Índia, também, é potência nuclear. Ah!, tem miséria? Tem, mas é potência nuclear, tem a bomba. E nós temos vergonha de falar nisso. Vergonha por quê?

Onde é que nós estávamos? Onde estavam os militares que deixaram o tal Collor de Mello acabar com a possibilidade de o Brasil ser respeitado, sabotando o nosso programa nuclear. Na época, que tínhamos que pressionar, que tínhamos que realmente falar, que tínhamos que realmente defender o nosso programa deixamos que um irresponsável anulasse todo o esforço que fizemos. O próprio presidente, por não ser de confiança, não precisava saber do que se estava fazendo. Onde é que nós estávamos que deixamos acabar tudo? Faltou uma conversa ali, de olho no olho.

Resultado: Collor de Melo fez o jogo dos poderosos. Para eles, quanto menor o número de potências nucleares melhor, porque, ao contrário, seria mais gente a mandar Os donos do mundo não querem outros para que haja divisão de poder!

Então, não podíamos admitir isso. Ali, começou o problema... ali começou o nosso fim, vamos dizer com todas as letras. Deixamos de ser potência nuclear. O mesmo Collor da absurda Reserva Ianomâmi! Quantos desserviços ao Brasil!...

Além de tudo isso voltou todo mundo que estava fingindo ser exilado... todo mundo que era comunista, que era cassado, todos voltaram! Uma série interminável de exilados entre aspas, de exilados voluntários que, hoje, consomem o dinheiro da Nação com indenizações a si próprios e aos herdeiros dos terroristas assassinos que decidiram iniciar uma guerra suja contra o Estado!

Para o Exército, para a Marinha e para a Aeronáutica nada! Temos que ser pacifistas! Não devemos comprar aviões, armamento, modernizar coisa nenhuma.

Além de tudo isso, criam-se vários "programinhas" com nomes cada um mais bonito que o outro. Vai ver qual deles funciona? E nós assistimos a tudo isso pacificamente, porque não é a nossa missão falar, não temos nada com isso! Como não temos?! É preciso uma visão global. Não podemos assistir a tudo isso mudos!

"Sucateou-se" tudo e agora o *gap* tecnológico aumentou tremendamente. Hoje, se a gente quiser fazer alguma coisa nossa, brasileira, na área tecnológica, da ciência e tecnologia, estamos anos-luz atrás. Cheguei a pegar o tempo que não era assim. A gente, pelo menos, via o fim da fila.

Agora, a esquerda neoliberal acabou com a nossa auto-estima, que já foi elevadíssima nos primeiros anos da Revolução, fortíssima até 1973!

Em freqüentes pesquisas de opinião, a imagem do Exército vem tendo uma aceitação muito grande diante da sociedade brasileira. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Ainda bem que o Exército pode ter essa credibilidade do povo brasileiro!

Temos isso, apesar do "revanchismo" que existe. Isso acontece espontaneamente. Olhe bem, isso não é trabalho de mídia nossa não, isso é espontâneo! O que sobrou de 1964? O pessoal da minha idade, quer dizer, o pessoal que viveu, os civis que viveram aquela época, com quem estou cansado de conversar, eles dizem: "Puxa vida, o que está acontecendo hoje em dia? Como é que vocês estão mudos, cegos... É outro País. Naquele tempo foi tão bom! Quando é que vocês vão assumir isso de novo?" Eu digo : "Não há a menor condição e não existe clima para isso". Então, o que existe, hoje, é o desmando, sobretudo no que diz respeito à educação e à saúde. O nosso ensino é uma tristeza! O que vão ensinar para os meninos? Não pode repetir ano, passa sabendo ou não. Hoje, o aluno vai à escola pública só pela merenda. É uma questão de sobrevivência; ele vai para lá só para comer. Aprender que é bom ele não aprende, porque o professor ganha uma miséria. Temos que cuidar, fazer um esforço na formação do nosso povo. Sem a informação, sem a educação, ninguém está apto a pilotar o automóvel da democracia.

Se nós não cuidarmos desse binômio – educação e saúde –, trabalho para cinqüenta anos, a coisa vai de mal a pior! Para sair de onde estamos para chegar a um nível bom, vai se levar cinqüenta anos. Educação e saúde são tarefas de longo prazo. Não se obtém com "programinhas" para vir o pessoal lá de fora, filmar e dizer que o Brasil tornou-se um modelo, o que infelizmente, é mentira! Ah! vão à favela não sei das quantas, filmar a favela. Depois que isso termina, acabou tudo! É uma brincadeira dos neoliberais, dos doadores do nosso patrimônio que até pouco tempo eram extremistas de esquerda!

É a base. Se eu não tiver a base para edificá-lo, aí tudo mais fica muito difícil. A educação deficiente faz com que sejamos servis diante dos poderosos que querem dar as cartas para a periferia subdesenvolvida.

Gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 para a história por meio deste Projeto Oral do Exército?

Gostaria realmente de acrescentar que não me arrependi de 1964, nunca me arrependi daquilo que fiz, porque fiz por amor ao meu País, fiz pensando em realmente transformar o meu País. Infelizmente, isso não aconteceu. É com pesar que vejo, hoje em dia, esta esquerda incompetente no Poder...

Mas sinto que, pelo menos naquela ocasião, o País pôde assistir ao surgimento de uma luz no fundo do túnel, coisa que hoje em dia não se vê de forma alguma.

Houve uma época que conseguimos subir, sentir o gosto de quem sabe que está progredindo; sentimos que caminhávamos para o primeiro mundo, com o nosso povo melhorando. Havia emprego, havia planejamento, programas e projetos. Víamos muito mais gente no ensino superior do que antes. Pudemos sonhar em ser um País realmente grande. Mas, isso não aconteceu. Ocorreu um retrocesso por descaso, por falta de competência, principalmente a partir do início da década de 1990, na qual os esquerdistas neoliberais, apesar de tanta pose, não souberam fazer o País crescer, oferecer empregos e desenvolver-se, como observamos, radiantes, nos primeiros anos da Revolução de 1964, quando tudo indicava que íamos dar o grande salto para o futuro, se houvesse continuidade e seriedade dos que vieram depois.

Quero aproveitar a oportunidade, já encerrando, para agradecer mais uma vez essa oportunidade e a especial atenção que me dispensaram. Que não olhem isso como um desabafo. Procurei ser o mais isento possível, o mais desapaixonado possível. Falo apenas como um militar da reserva, um homem que tem orgulho da profissão que escolheu, que ama este País e sempre desejou vê-lo grande e respeitado.

Tenente-Coronel-Aviador Juarez de Deus Gomes da Silva

- Natural do Estado do Rio de Janeiro.
- Possui os seguintes cursos: Escola da Aeronáutica, Piloto de Caça, realizado em Natal/RN, no 2º/5º Grupo de Aviação, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior – ECEMAR.
- Nos Estados Unidos da América, fez o Curso de Piloto Instrutor-T33 – Texas e o "Senior Foreign Officer Intelligence" – Maryland.
- Foi Instrutor de Piloto de Caça no 2º /5º Gp Av, em Fortaleza. Exerceu as funções de Oficial de Gabinete do Ministro da Aeronáutica, serviu no Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), foi Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.
- Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo do Clube Militar e do Clube da Aeronáutica e Presidente do Grupo Terrorismo Nunca Mais, desde a sua fundação.
- Em 1964, era Capitão – Oficial de Operações do 2º/1º Grupo de Aviação de Caça.

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2002.

Quero agradecer o privilégio de ter sido convidado para poder, de alguma forma, de uma maneira modesta, auxiliar para que seja montada a história real da Revolução de 31 de Março de 1964, da qual me honro de ter participado ativamente.

Que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos do Movimento, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Gostaria de destacar um aspecto que até hoje é obscuro na história da Revolução, para fazer justiça a um amigo, chamado Tenente Perdigão. Durante a Revolução, no dia 29 de março, fui preso pelo Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Coronel Rui Moreira Lima, em virtude de estar fazendo parte de uma conspiração para derrubada do Governo João Goulart. Fui conduzido preso – naquela época era Zona Aérea – para a 3ª Zona Aérea e, no mesmo dia 29, fugi, porque já estava combinado com o Brigadeiro Burnier que eles estariam me aguardando no Palácio Guanabara. Desloquei-me à noite, para o Palácio e lá fiquei, provavelmente, até o dia 2 ou dia 3 de abril.

No dia 31 de março, estava com três sargentos, dois cabos e 27 soldados da Polícia Militar, guardando a entrada da Rua das Laranjeiras, um dos acessos ao Palácio Guanabara. Em determinado momento, vislumbrei, ao longe, dois blindados. Chamei um sargento e um cabo e, cada um de nós com quatro granadas, nos dirigimos para jogar as granadas nas lagartas dos blindados. Não sabíamos quem estava nos carros. Para nós, eram blindados que estavam vindo para invadir o Palácio Guanabara. Quando nos aproximamos, o tenente, que estava comandando os dois blindados, acenou com um lenço branco. Falei com o sargento e o cabo: “Vamos ver do que se trata”. Ele parou os blindados e eu perguntei: “Quem é você?” “Sou o Tenente Perdigão e vim aderir à Revolução no Palácio Guanabara. Esses blindados foram enviados para proteger o Presidente João Goulart, no Palácio do Catete. Nós desviamos e viemos para cá”. Faço questão de que isso seja ressaltado, porque existe uma história que esses blindados teriam sido levados ao Palácio Guanabara pelos irmãos Etchgoyen, o que não é verdade. Quem recebeu os blindados fui eu.

Quando o Tenente Perdigão se apresentou, ele disse: “Capitão, será que o senhor me daria o seu lenço que está no pescoço?” Nós, do grupo do Palácio da Guanabara, usávamos um lenço azul e branco. Eu falei: “Tenente, com uma condição: eu lhe dou o lenço em troca de uma metralhadora INA”. Ele me deu a metralhadora e eu lhe dei o lenço. Qual o fato curioso? Uma semana após, o Tenente Perdigão, com a esposa, foi a minha casa pegar a metralhadora, porque estava em “carga”. Veja, a nossa Revolução como era! Ao mesmo tempo, ele queria mostrar a esposa que foi ele quem levou os blindados.

Saíra uma reportagem na revista *O Cruzeiro*, dizendo que o Ciro e o Leo haviam levado os blindados. Eles, o Ciro e o Leo, estavam no Palácio Guanabara comigo, na época. Se não me engano, o Leo fazia parte do estado-maior que era formado pelo Brigadeiro Burnier, o Brigadeiro Souza e Silva e o Coronel Mendes, do Exército. Eles constituíram um estado-maior, na Escola Anne Frank, que é anexa ao Palácio Guanabara.

Gostaria, portanto, que a história fizesse justiça a esse Oficial, pela sua determinação e invulgar espírito de iniciativa. Repito, quem recebeu os blindados fui eu. O Ciro, apenas, subiu num blindado quando estacionou na porta do Palácio. Vale lembrar que mandei, inicialmente, virar um caminhão da Limpeza Urbana para que os blindados não entrassem – naquela época era Limpeza Urbana – e fui, como já disse, com um sargento e um cabo, para tentarmos destruir os blindados, quando o Tenente Perdigão colocou um lenço branco para fora. Esta é a verdadeira história.

Daquele período, no Palácio Guanabara, daquela definição em defesa de um dos grandes líderes civis da Revolução, o Governador Carlos Lacerda, o que gostaria ainda de destacar? Que outros aspectos daqueles dias de dificuldades, de tudo que ali foi vivido, gostaria de ressaltar?

Houve uma dificuldade enorme. Nós tínhamos um grupo grande de civis, de estudantes civis, a maioria levada pelo Coronel Martinelli, do Exército. Era um grupo de civis, garotos de 16 a 19 anos, que resolveram aderir à Revolução. Tivemos um problema muito marcante. Tínhamos, em uma das salas, uma quantidade significativa de munição, de foguetes e de dinamite, que exigia uma constante vigilância, porque os jovens estavam sempre fumando por ali, junto às caixas de munição, local onde, normalmente, se reuniam para descansar, para conversar. Então, mantínhamos, sempre, um oficial controlando o local para que a Escola Anne Frank não fosse pelos ares. A inexperiência e a imaturidade daquela rapaziada nos assustavam. Eles queriam lutar e nós não sabíamos nem com quem, porque ninguém se aproximou.

Só houve uma vez, quando o Governador Carlos Lacerda foi à nossa sala para nos alertar de que recebera informes sobre a provável invasão do Palácio Guanabara pelos fuzileiros navais, do Almirante Aragão, os quais viriam pelo morro que tem atrás do Palácio. O Brigadeiro Burnier determinou que eu fosse com um grupo de soldados – conosco, também, o Capitão Lúcio, da Aeronáutica, com alguns militares da PM – averiguar se era verdade e tentar, de alguma forma, oferecer resistência. Felizmente, era boato. Não havia nenhum sinal de uma possível invasão.

Nos três ou quatro dias que ficamos no Palácio, realmente, não sofremos ameaça concreta de espécie alguma. Apenas uma tensão grande, porque não sabía-

mos o que ia acontecer. O Carlos Lacerda sempre incentivava o pessoal, visitando-nos diariamente. Ele tinha uma facilidade tremenda de discursar e de convencer. Deu-nos um apoio moral permanente e de muito valor.

Na sua visão, onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março. Quando ela nasceu?

Para mim, nasceu em 1935, na Intentona Comunista. Porque a partir dali, eles não pararam nunca de se movimentar, de se estruturar para a tomada do Poder. Não vou dizer que ela nasceu de Jacareacanga ou de Aragarças. Acho que não. Quem conhece a história da Intentona de 1935, que conheço bem por minha função hoje, sabe que, desde aquela época, a tomada do Poder vinha se desenvolvendo. Em 1935, por um golpe de força, fracassado por falta de estratégia, mas onde se constatou a covardia, a insensatez, a traição e o ódio dos comunistas contra os seus próprios companheiros, contrários à ideologia comunista, os quais foram mortos dormindo, fato que merece destaque especial, sobretudo, por mostrar que os fins, para os comunistas, justificam os meios. Depois vieram as "Ligas Camponesas", que cresceram no período de 1961 até março de 1964, período que utilizaram para preparar o golpe final contra as instituições democráticas, o que tudo indicava, seria em 1º de maio.

O comício da Central foi causa imediata, mas as raízes estão lá em 27 de novembro de 1935, quando os comunistas partiram para a tomada do Poder e sofreram o primeiro revés.

Esta Intentona chegou a ter, inclusive, um governo implantado no Rio Grande do Norte. Chegaram a instalar ministérios, como o da Viação e Transportes, cujo titular era um carteiro, e o da Defesa, um sargento.

A história completa da Intentona de 1935 pode ser conhecida no endereço eletrônico www.ternuma.com.br que o grupo "Terrorismo Nunca Mais" mantém na Internet.

Gostaria que fizesse um resumo sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de Março. Como era o Brasil naquela época?

Era um poço de subversão e a anarquia, imensa e constante, não superava muito a da época de hoje. Como nós estamos, talvez, às vésperas de uma nova, não digo revolução, mas de uma revolta social – porque se nós tínhamos naquela época o "grupo dos onze" e as "Ligas Camponesas" – que eram meia dúzia – nós, hoje, temos o MST com mais de 350 mil filiados. Recebendo instrução – temos informações – de instrutores de Cuba, do Peru, do México e da Colômbia. No momento, se compararmos o que é o MST e o que foram as "Ligas Camponesas", chegaremos à

conclusão de que as Ligas eram "jardim da infância" em relação ao que se tem hoje. A situação, em termos de Poder, de meios alocados aos revoltosos, está muito pior.

No entanto, naquela época, o clima de insatisfação contra o Governo Goulart era enorme, não tenho a menor dúvida, porque faltavam os produtos de primeira necessidade – arroz, feijão, leite, carne – e os preços subiam diariamente, num quadro de inflação descontrolada, ao que se somavam as greves permanentes, inclusive as de solidariedade. A todo o momento, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT) paralisavam as grandes cidades, impedindo que as pessoas chegassem aos seus locais de trabalho.

O CGT, principal órgão a serviço do Partido Comunista Brasileiro, era o maior promotor de greves, voltadas principalmente para a desarticulação da produção. Os sindicatos e as confederações nacionais de trabalhadores julgavam que o Poder militar estava ao lado de João Goulart. Sempre diziam: "Nós temos o Poder militar ao nosso lado, não haverá problemas".

Mas, na verdade, esta premissa era falsa. Tanto as Forças Armadas como a Igreja eram contra a subversão que campeava. Totalmente contra. Hoje, não. Grande parte da Igreja católica apoia a subversão, a invasão de terras, a equivocada política indigenista, as lutas de classe, através da Teologia da Libertação e várias outras excrescências. Valem-se de falsos religiosos, tipo frei Beto, que não é mais frei e ainda reza missa em igrejas, como rezou lá em São Paulo a missa de sétimo dia, se eu não me engano, de corpo presente, do ex-prefeito Celso Daniel, morto de forma enigmática, acompanhado de um estranho secretário. O tal frei Beto, apesar de excomungado da Igreja, rezou essa missa fantasiosa.

O pior do panorama político anterior a 31 de março de 1964 foi a ação no sentido de criar cisões dentro das Forças Armadas. Os maiores responsáveis por este tipo de ação foram exatamente Leonel Brizola, doutor em anarquia, e o Presidente da República, apoiado pelos seus Ministros, que eram verdadeiros mestres em procurar separar as praças dos seus oficiais, como vimos claramente na rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em que certos ministros do Jango incentivaram, pessoalmente, o descalabro que ali se presenciou.

Conhecemos vários oficiais que participaram desse tipo de procedimento, gerando cisões ou que se mostravam contrários a que se combatesse qualquer tipo de baderna ou subversão, como o Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, porque apoiava aquele Governo, que se dizia legal, mas era um governo ilegítimo por permitir e incentivar a subversão no País. Foram todos cassados.

Desta forma, o próprio Presidente fazia o jogo da quebra da hierarquia, como vimos não só no comício do dia 13, mas, também, no jantar do dia 30, no

Automóvel Clube do Brasil, onde ele pregou abertamente a quebra da disciplina, o que, sem dúvida, representou a gota d' água para a eclosão da Revolução.

Existe uma diferença fundamental daquele período para o de hoje. Naquela época, os oficiais eram mais politizados e tinham mais conhecimento do que ocorria. Por ocasião da morte do Major Vaz, que estava junto com o Lacerda, e que originou aquele problema do "cai ou não cai o Getúlio" eu, como cadete, eu não, a minha turma, que era a do terceiro ano da Escola de Aeronáutica, teria sido convocada para participar daquele movimento. Assim, desde aquela época, os cadetes, os tenentes e os capitães sabiam realmente o que estava ocorrendo. Eu acho, não sei, que, hoje, isso não ocorre e pior – eles são alimentados por um lado só. Eles só ouvem uma versão da história que é contra nós, porque não há acesso a outro tipo de informação. Esse bombardeio tem sido diário, principalmente da *Rede Globo,* que passou vinte anos ao nosso lado, mudando em 1985, quando deixamos o Poder.

Tivemos o caso de um prêmio dado ao jornalista Caco Barcellos – prêmio Embratel e depois o prêmio Líbero Badaró – montado em cima de uma farsa. Um soldado, desertor do Exército, fala que participou do assassinato de dois terroristas e quem os matou teria sido um coronel do Exército. Não foi dado o nome de ninguém. Foi feito um levantamento e provado que era mentira – esses dois terroristas morreram num acidente de carro em Vassouras. Colocou-se na Internet as certidões de óbito assinadas por dois médicos, atestando que eles morreram em conseqüência da explosão, em decorrência do acidente. Além de vários livros da esquerda, como a "Revolução Impossível", do Luis Mir, e "Combate nas Trevas", do Gorender, afirmarem que eles iam praticar uma ação terrorista, mas bateram na traseira de um caminhão e explodiram. No entanto, esse jornalista recebeu um prêmio por uma farsa montada, totalmente montada. Este fato foi rebatido, mas não na grande imprensa. Protestaram o Professor Olavo de Carvalho, o jornalista Paulo Martins, da *Gazeta do Paraná*, e mais um jornalista do Rio Grande do Sul, chamado Diego Casagrande que, também, de alguma forma, divulgou o embuste na coluna dele. Mas não tiveram a devida repercussão. O prêmio foi mantido. Foram mandados ofícios para Embratel protestando, mas, até hoje, a empresa não tomou providência nenhuma.

Na minha opinião particular, o Exército foi duramente atingido nisso. Opinião minha! Teria que partir do Comando do Exército uma reação em relação ao jornalista Caco Barcelos, porque, além de tudo, ele falsificou um documento do Exército sobre a apresentação desse desertor, lá em Maringá. Ele falsificou o documento, apresentou o documento falso, após a deserção, porque a intenção desse

soldado – Valdemar Rodrigues – era receber uma indenização, como todos eles estão recebendo, pelo tempo que ficaram afastados do Exército. O documento é falso, está tudo documentado. Existem os documentos verdadeiros. E continua premiado e impune este jornalista falsário e farsante!

A comissão, criada pelo Governo FHC, que vem distribuindo dinheiro do País injustamente para janguistas e terroristas em geral, em setembro de 1997, cometeu um outro absurdo ao conceder indenização aos familiares do Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro – cuja viúva recebe pensão militar – morto em 31 de março de 1964 com um tiro dentro de um quartel da Aeronáutica, em Porto Alegre.

A respeito de seu voto nesse processo, o General Oswaldo Pereira Gomes, membro da Comissão, autocriticou-se em entrevista à *Folha de São Paulo*, de 7 de junho de 1998. Disse ele: "(...) Houve um caso de um militar janguista que se rebelou num quartel da Força Aérea do Rio Grande do Sul. Ele foi morto e a Comissão votou o processo em que ele teria levado 16 tiros pelas costas. Era o Coronel Alfeu Alcântara Monteiro. O pedido de indenização foi aceito. Eu mesmo aprovei o caso. Mais tarde, ao procurar conhecer melhor o fato, fui descobrir que o coronel não tinha levado 16 tiros pelas costas, mas um tiro, pela frente, após ter ele antes atirado. O que foi para o relatório Brasil Nunca Mais foi essa mentirosa versão de 16 tiros pelas costas, o que é mais uma inverdade no rol das mentiras dos comunistas. Aconteceram muitos casos como esse.

Havia, inclusive, uma combinação entre os presos para eles "orquestrarem" determinados depoimentos, ou seja, combinavam de dizer a mesma coisa, incriminando determinadas pessoas. Como exemplo, há o caso do General Fayad. Vários presos políticos combinaram em falar que todos foram torturados por ele (...).

O General Gomes que concedeu a entrevista é o representante das Forças Armadas na comissão. Suas dúvidas sobre esse processo, antes da votação, para que pudesse dar o seu voto com absoluto conhecimento de causa, como é o mínimo que a sociedade espera de qualquer juiz, seriam tiradas se, simplesmente, consultasse o IPM (Inquérito Policial Militar) que, na época, apurou o fato.

Se consultasse teria tomado conhecimento de que no dia 31 de março de 1964, o Brigadeiro Nelson Freire Lavanère Wanderley, acompanhado do Coronel Aviador Roberto Hipóllyto da Costa, chegou à então 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, para assumir o comando, que deveria ser transmitido pelo Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, oficial mais graduado presente. O Coronel Alfeu, amigo pessoal de João Goulart, após recusar-se a transmitir o comando, atirou e feriu o Brigadeiro, sendo morto com um tiro de pistola 45 pelo Coronel Hippóllyto,

em ato considerado como de legítima defesa de outrem. O Coronel Hippóllyto foi absolvido pela Justiça Militar.

Veja que, mais uma vez, essa Comissão fajuta julgou com base em mais uma grande mentira, como, via de regra, tem acontecido. É uma vergonha!...

Em numerosos fatos, esta comissão está fraudando a história, distribuindo irresponsavelmente o dinheiro da Nação...

Quais os principais acontecimentos que levaram à eclosão da Revolução?

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Tenho a impressão de que, mesmo com todos aqueles movimentos que caracterizavam a subversão total, como o comício da Central, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, a revolta dos marinheiros – com o pândego Almirante Aragão sendo carregado pelos subordinados–, acredito que, realmente, a partida, o estopim, foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A passeata dos universitários da Universidade Mackenzie na cidade de São Paulo, em apoio aos militares, antes da Revolução, também foi decisiva. Eles fizeram uma manifestação muito grande. O que ocorreu, no meu entender, foi uma contra-revolução, porque a revolução armada dos sindicalistas-comunistas estava prestes a ser desencadeada.

As Forças Armadas, motivadas pelas Marchas da Família, foram, sobretudo, intérpretes da vontade nacional, da vontade do povo, atingido diretamente por tantos desmandos, muito embora não faltassem discursos demagógicos que lhe prometiam uma série de benesses, mas que perderam o efeito para a maioria da população.

Com a eclosão da Revolução de 31 de Março, os sindicatos e as entidades esquerdistas, que tumultuavam a vida da Nação, ficaram praticamente sem ação, porque, de imediato, vários de seus líderes foram presos, embora a maioria tenha fugido. Eles não esperavam que houvesse uma reação tão grande aos absurdos que cometiam impunemente.

Eles só reagiram, mais tarde, através do terrorismo, quando não estávamos nem prontos para enfrentar esse nosso tipo de manifestação. O militar não é formado para esse tipo de luta que eles implantaram. Tivemos que nos preparar para enfrentá-los. É preciso que fique bem claro que as ações terroristas, após a Revolução de 1964, representavam uma forma violenta de contestação daqueles que perderam, tentando novamente a retomada do Poder. Eles eram contra as Forças Armadas, porque elas respaldavam o Poder e conservavam a democracia.

Esse negócio de chamar de "ditadura militar" isso é uma balela. Ditadura é a de Cuba, onde já morreram vinte mil pessoas e há trinta mil presas. Isto é ditadura, sim. Na China, com 60 milhões de mortos, na Rússia, com 100 milhões, são exem-

plos de ditaduras comunistas. Uma Revolução, como a nossa, que, dos dois lados, em vinte anos, não morreram quinhentas pessoas, não tem nada parecido com ditadura nem "anos de chumbo". "Anos de chumbo" são os de agora, quando este número de mortos acontece em apenas duas semanas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Se for fazer uma estatística, aqueles que morreram ligados à luta armada – trezentos, entre terroristas e guerrilheiros – durante os vinte anos do período revolucionário morre por semana em São Paulo e no Rio de Janeiro nas mãos dos bandidos. Que ditadura foi essa? Talvez tenha sido o grande mal – ter sido uma revolução "anti-hemorrágica". Muito democrática para o meu gosto. A revolução que é "anti-hemorrágica" não se perpetua. Aqui, as nossas conquistas têm sido sem derramamento de sangue, como na Independência do Brasil. Não há um sentimento de pátria, um sentimento de luta por ideais nossos, que o brasileiro precisa ter. As escolas deixaram de ensinar o Hino Nacional, o Hino à Bandeira. Na nossa época, o professor entrava, ficávamos de pé. O Hino era cantado diariamente. Hoje, não. Eles fazem o que querem: agridem o professor, tem que se pedir segurança porque as escolas são invadidas por traficantes, por bandidos, por tudo que é malfeitor. Isso é democracia? Para mim, isso é ausência do Poder, é anarquia!

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

No Exército, o General Olympio Mourão Filho e o General Carlos Luís Guedes, os pioneiros do Movimento armado que evitou a implantação do comunismo no Brasil em 1964. Na Força Aérea Brasileira (FAB), quero citar o Brigadeiro Burnier, o Brigadeiro Dellamora e o Brigadeiro Coqueiro. Quero citar, também, o Coronel Gustavo Borges, Secretário de Segurança do Governador Carlos Lacerda, pois sempre participou ativamente e com destemor à frente de sua Secretaria, principalmente durante a Revolução.

Líder civil, gostaria de citar o Carlos Lacerda, porque o Magalhães Pinto foi empurrado pelo filho – os senhores sabem que ele não aderiu desde o início. O General Mourão saiu independente do Governador Magalhães Pinto. Para mim, esses são os verdadeiros líderes.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente interno?

Exclusivamente interno. Sabe-se que não houve auxílio de fora, nenhum, absolutamente, nenhum.

Quem participou da Revolução sabe disso, o que está sendo, mais uma vez, confirmado pelo seu depoimento.

Não houve, esta é a verdade. A esquerda continua tentando, mas não vai conseguir reescrever a história com mentiras e considerações fajutas.

Por que ocorreu tão rapidamente o desmoronamento do esquema militar do Presidente da República – João Goulart?

Porque ele não tinha esquema nenhum. Ele contava com o apoio do então III Exército, no Rio Grande do Sul, mas não das unidades do III Exército. Somente do comandante – General Ladário Pereira Teles – ele tinha o apoio do comandante, mas não tinha o apoio das Unidades. Ele nunca teve esquema nenhum.

Talvez pensasse até que dispunha, porque ao contar com o General Ladário, acreditava possuir o III Exército e, também, por ter apoio de alguns comandantes de tropa no Rio de Janeiro, o que não representava o beneplácito das Unidades.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão depois da Revolução?

Totalmente. Muitos dos que agitavam ou faziam vista grossa à agitação foram embora. Gostaria, também, de citar como um dos líderes da Revolução o Almirante Rademaker. Seria uma injustiça não citar o nome dele, bem como o do Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, General Emílio Garrastazu Médici, e o do Almirante Pena Boto – outro constante lutador anticomunista. O País muito deve a estes três brasileiros ilustres.

Plenamente de acordo.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia ou ele era um movimento contra o comunismo?

Era um movimento contra o comunismo. Um movimento da maioria do povo brasileiro contra o comunismo. Apesar de achar que, se existe a "esquerda", tem que existir a "direita", porque é muito difícil alguém no "centro" combater, porque, para mim, centro é a posição mais amarga, amorfa e inerte que existe no mundo. Se nós pegarmos... vou dar um exemplo muito grosseiro. Se nós pegarmos uma balança e colocarmos 1.000kg no centro e um 1kg em qualquer dos lados, a balança vai tender para aquele quilograma. Então, esse negócio de "centro" é uma coisa muito relativa. Acho que é uma posição muito cômoda. O nosso posicionamento é contra essa "esquerda", toda ela, de origem internacionalista, obedecendo às Internacionais Socialistas. Se discordar disso, é ser de direita, somos de direita. Na verdade, o que somos é antiesquerdistas, anticomunistas.

Agora, eles estão para realizar a V Internacional. Esses fóruns sociais, que estão inventando atualmente, não passam de reuniões internacionais socialistas.

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. Poderia destacar alguns desses acertos. O que a Revolução fez de mais positivo?

Praticamente, atuou em todas as áreas: comunicações, energia, transporte, mormente estradas, habitação e segurança interna, que hoje não existe. Se olharmos para o que existia em 30 de março de 1964 e, depois, para os governos chefiados por militares, e fizermos um paralelo, vamos verificar que saímos quase do nada para o muito e que se realizou, após 1985, não tem expressão. Isto, apesar das falhas, porque nada é perfeito. Gostaria de destacar, também, o meu grande presidente – General Emílio Garrastazu Médici. Foi um governo que pegou a fase mais dura e que soube dar uma resposta à altura. Ao mesmo tempo, obteve um índice de aceitação do povo muito grande, muito maior do que todos os outros, bem maior do que o atual Presidente da República, o imperador Fernando Henrique Cardoso que, se fosse o que ele pensa que é, o Brasil estaria muito bem.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, principalmente nos últimos anos da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970, foram os mais brilhantes de toda a economia brasileira em todos os tempos. Todavia, isto não é ressaltado hoje, porque não interessa à esquerda que esta verdade apareça. Quando falamos em milagre brasileiro, eles levam para a chacota, não dando ênfase ao nosso espetacular desempenho que nos levou a posição de oitava economia mundial, depois de estarmos no quadragésimo oitavo lugar. Um salto de quarenta lugares! Realmente, durante o período dos governos presididos por militares, ninguém vai dizer que foi um mar de rosas, porque todos cometemos erros. Até alguns erros mais sérios. Acho que certos acordos não podiam ter sido feitos e que uma revolução não pode optar por ser tão democrática. No início, tínhamos que ter tomado uma posição de revolucionários e não aceitar determinados pactos. Fizemos até acordos para obter a maioria na Câmara Federal, o que considero inadmissível.

Perdemos a "batalha da comunicação social" ou não quisemos enfrentar essa batalha?

Totalmente. Perdemos até porque não soubemos nos aproximar da Imprensa para isso. Um dos grandes beneficiados pela Revolução foi o senhor Roberto Marinho, das *Organizações Globo,* por isso nos apoiou nos vinte anos em que ela durou; depois, nos deu as costas. Em um dos últimos dias de março de 1964, o Almirante Aragão entrou na redação dele, com fuzileiros navais, para fechar o jornal *O Globo*. Testemunha disso? É o capitão da Aeronáutica que hoje é casado com a sobrinha do Roberto Marinho. Pediu demissão da FAB. Chama-se Luís Paulo Jacobina Vasconcelos. Esse foi um dos que teve a metralhadora apontada na cabeça. Se, realmente, o outro lado tivesse ganho não existiria o *"Império Globo"*. No entanto, o que fazem hoje conosco? Acho uma covardia que, ao mesmo tempo que nos massacram, não nos dão a chance de defesa, porque não abrem espaço para nada.

Na época, o jornal *O Correio da Manhã* foi um dos que gritou. Publicou até na primeira página, bem grande, no dia 31 de março, – "Basta" – ocupou quase toda uma página, clamando pelo fim da subversão do Governo Goulart. No outro editorial, do dia seguinte, destacou a palavra "Fora", indicando o caminho para Jango.

O Estadão, todos esses jornais tinham um posicionamento... inclusive, muitas reuniões da Revolução foram feitas no gabinete do presidente de *O Estado de São Paulo,* que era o Júlio de Mesquita que ajudou e muito à Revolução. O *Jornal do Brasil* também muito nos apoiou até o fim do Governo Médici.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista a esse respeito? Concorda com isso?

Não, não concordo. Nunca foi proibido esse tipo de manifestação. O que não podia era a baderna. É diferente. É o que se tem hoje, com o MST, invadindo fazendas, fechando estradas, assaltando caminhões etc.

A luta armada já existia desde o tempo de Jango Goulart, antes da Revolução, portanto.

É, pois, mais uma invenção das esquerdas quando dizem que a luta armada começou com o AI-5. Mentira! Os atentados começaram antes. O AI-5 foi uma resposta. Os jornalistas que, ainda hoje, são do nosso lado não se manifestam porque – é até compreensível – o emprego deles está em jogo. Não vou citar nomes para não comprometer, mas tínhamos vários jornalistas que, na época, nos apoiavam e, hoje, ainda alguns, apesar do patrulhamento ideológico violento. No mundo artístico também, tivemos vários exemplos, como o do cantor Simonal. Ele foi crucificado porque, realmente, não era comunista e como ele muitos cantores. O Jair Rodrigues esteve no ostracismo, durante muito tempo.

O AI-5 foi uma resposta à luta armada, cujo objetivo era a tomada do Poder. Recebiam o auxílio financeiro da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), diretamente ou via Cuba. Dizem, até, que o Leonel Brizola recebeu um milhão do Fidel Castro, dinheiro com o qual ele comprou as suas fazendas. Segundo consta, o Fidel Castro só o chama de "El Raton".

Foi importante a criação dos Destacamentos de Operações de Informações – os DOI?

Foi importantíssimo. Nós não tínhamos estrutura para combater a luta armada que eles impuseram à Nação brasileira.

As ações terroristas impostas mostram que os comunistas nunca quiseram dialogar com o Governo. Buscavam o Poder pela confrontação, como o fazem, hoje, as

lideranças do MST. Não mudaram nada, mudamos nós. Acho que estamos aceitando o que não poderíamos, de forma alguma, aceitar.

O "revanchismo" é total, particularmente na mídia. Vivem a falar em "ditadura militar", "anos de chumbo".

Ditadura com trezentos mortos? Não existe ditadura com trezentos mortos. Só houve ditadura para os terroristas e para aqueles que os apoiavam. Para o restante do povo brasileiro, não houve restrição a nada. Colocava-se num campo de futebol cem mil pessoas e todas elas aplaudiam o Presidente da República quando ele entrava no estádio! Que ditadura é essa? Não existe. Ditadura é o que temos, ainda hoje, em Cuba e na China. É estranho que quando se referem ao Pinochet chamam-no de ditador. Ele foi eleito, de alguma forma foi eleito. As suas ações contra Alende foram solicitadas oficialmente pelo Congresso, enquanto o Fidel Castro é um ditador sanguinário e o chamam de presidente quando vem ao Brasil – Presidente Fidel Castro – ele nunca foi eleito, nunca foi eleito para nada. Esta é a mídia que temos hoje. Aquele juiz espanhol Baltazar Garzon. Por que ele nunca fez nenhuma ação contra o Fidel Castro? Foi mandado um ofício para a Espanha, solicitando a prisão do Fidel Castro quando da sua vinda ao Brasil por ele ser um ditador. Foi aberto um inquérito, mas nunca houve resposta.

Esse Baltazar Garzon deveria estar preocupado com os graves problemas do seu país, que não são poucos, maiores que os do Chile, inclusive com o terrorismo do ETA, lá de San Sebástian, do norte da Espanha, e deixar de intrometer-se nos assuntos internos dos países sul-americanos...

Para ver a que ponto atingiu a desmoralização do atual Governo é só lembrar do ativista Bové, que vem da França, invade e depreda uma propriedade privada, no Brasil, incentiva a invasão e vai embora. Volta depois e não acontece nada.

Hoje, temos em Brasília uma representação das FARC. Temos um *site* da FARC no Brasil. Tudo autorizado. Está sendo aberto, agora, um comitê de solidariedade às FARC, em Ribeirão Preto, por um dos secretários do PT, um dos responsáveis pela campanha do Lula. Entendo que, se temos uma relação diplomática com a Colômbia, é inadmissível que um grupo de guerrilheiros, que combate o Governo com o qual nos relacionamos, se permita que aqui funcione uma representação sua.

As Forças Armadas, durante o período revolucionário, tiraram algum proveito, auferiram alguma vantagem?

Não, absolutamente nenhum. A gente pode ver isso pelos nossos vencimentos naquela época, que chegaram a ser vexatórios, principalmente no período do Governo Geisel. Nós nunca usufruímos do Poder que tínhamos. Pode ter ha-

vido “empreguismo”. Isso é outra coisa. Mas nunca ocorreu o corporativismo dentro das Forças Armadas.

Como viu a Anistia feita pelo Governo Figueiredo?

Eu, pessoalmente, acho que foi muito ampla, muito geral e muito irrestrita. Só beneficiou um lado. Entendo que o nosso último Governo não trouxe nada de positivo, porque apesar de todos os benefícios como a Lei da Anistia, não houve o reconhecimento pelos que dela tanto se beneficiaram. Eles dizem que houve a anistia por pressão e nós sabemos que não houve pressão nenhuma. É por isso que digo que ela foi ampla e irrestrita demais para qualquer pessoa de bom senso. Fazendo ou não fazendo, os “revanchistas” vivem a nos crucificar. Então, seria muito melhor ter feito uma lei mais consentânea, mais adequada pela prevalência do senso de justiça, prescrevendo tratamento diferenciado para os terroristas – assassinos, seqüestradores, assaltantes de bancos etc., principalmente os já condenados em primeira instância. Em conseqüência, não estariam aí soltos, exercendo funções importantíssimas nos três Poderes da República, elementos que deveriam estar na cadeia. Evitar-se-ia, por exemplo, que o assassino de um sargento da Aeronáutica, condenado em primeira instância, exercesse, atualmente, por motivos políticos ideológicos, o cargo de juiz. Verdadeiro absurdo!

A imagem das Forças Armadas vem apresentando, em pesquisas de opinião, elevados índices de aceitação junto à sociedade. Qual a sua idéia sobre isso?

Acho que o elevado nível de aceitação das Forças Armadas reflete tudo. Há que ver que, nessas pesquisas, as Forças Armadas estão posicionadas, inclusive, acima da Igreja. A mídia, dentro do seu jogo sujo não tem feito a devida divulgação dessas pesquisas. Desta forma, o seu conhecimento fica muito restrito. Tenho a impressão de que as Forças Armadas precisam partir para uma atuação mais forte. Deveriam exigir direito de resposta com relação a uma série de inverdades que nos acusam. Hoje, vejo que temos nos omitido e aceitamos tudo como se verdade fosse, o que é outro absurdo!

Houve um incidente, agora, lá na Amazônia, onde quem está comandando é o General Guilherme Figueiredo. Estive com o Comandante do 7º COMAR – que é o Comando da Aeronáutica na área – e ele me contou sobre o caso da lancha que invadiu águas brasileiras, tripulada por sete pessoas. Ele acredita que fossem guerrilheiros, porque todos eles estavam com aquela “bandana” que o guerrilheiro usa. Quando eles invadiram as águas brasileiras, uma “voadeira” do Exército, casualmente, estava mais ou menos próxima. Eles deram ordem de parar. Os tripulantes da

lancha manobraram para o lado deles e fugiram, atirando na "voadeira" do Exército. Por que não foi dito isso? A versão divulgada foi que o Exército metralhou uma lancha tripulada por pessoas desconhecidas, não identificadas. Não é verdade! Realmente, os prováveis guerrilheiros é que atiraram. O General Guilherme Figueiredo está tendo uma atuação, segundo o Major-Brigadeiro Irineu – Comandante do COMAR – muito boa, nos muitos casos que têm surgido, como nesse que acabei de narrar. Ele está dando mão forte. Outro dia, foi dada a ordem para que dois aviões da FAB decolassem porque um avião colombiano invadiu o espaço aéreo brasileiro. Dois "Tucanos" interceptaram o avião, voaram na ala, obrigando que ele voltasse para o território colombiano. De modo que, está havendo, lá na Amazônia, um esforço conjunto, muito proveitoso, entre o Exército e a Aeronáutica, de acordo com o que me falou o Brigadeiro Irineu. Isto é muito bom.

Gostaríamos, agora, de ouvir as suas considerações finais.

Quero agradecer a oportunidade que me foi dada de poder exprimir os meus conhecimentos e idéias sobre a Revolução de 1964 e, ao mesmo tempo, a minha revolta por tudo o que vem acontecendo, hoje, no Brasil. Desejo agradecer ao convite que me foi feito e dizer, mais uma vez, que, realmente, me sinto muito honrado por ter participado, de alguma forma, do Projeto que irá mostrar a verdadeira história da Revolução de 1964, que irá se contrapor às versões mentirosas que vemos por aí, apresentadas com um impressionante apoio da mídia, totalmente dominada pela esquerda "revanchista".

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Geraldo Luiz Nery da Silva

José Luiz Leitão de Souza

Kátia Maria Borges Oliveira

Letícia Maria Lima Godinho

Maria Cristina Santiago da Silveira

Sérgio Ferreira de Albuquerque

Sinésio Ramos Martins

GRAVAÇÃO

Subseção de Audiovisuais

da 5ª Seção do

Comando Militar do Leste

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 11

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário
e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 11
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: “Vale mais a versão do que o fato.”

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há “do outro lado da colina”.

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: “O Último Secretário”. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Mario Orlando Ribeiro Sampaio

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Informações da Escola Superior de Guerra (ESG).
- No exterior, fez o curso de Aperfeiçoamento de Informações (*Bundes Nachrichten Dienst*) em Munique/República Federal da Alemanha.
- Exerceu as funções de Instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e na Academia Militar das Agulhas Negras.
- Comandou o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1ºRRecMec), depois 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º RCMec), Campinho, Rio de Janeiro, RJ.
- Foi Adido das Forças Armadas na República Árabe do Egito.
- Como General-de-Brigada, foi Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas, RS; Comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, MG e Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, DF.
- Como General-de-Divisão, foi Diretor de Patrimônio, Comandante Militar do Planalto/11ª Região Militar e Vice-Chefe do Departamento Geral do Pessoal (DGP).
- Como General-de-Exército, foi Comandante Militar da Amazônia (CMA) e Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC), Brasília, DF.
- Em 1964, no posto de Major, servia no Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 25 de março de 2002.

Quero declarar a minha satisfação pessoal em poder colaborar com este Projeto de História Oral do Exército Brasileiro sobre os acontecimentos relativos à Revolução de 31 de Março de 1964. Pelo que já foi dito na leitura de meu *curriculum vitae*, na época eu era Major e servia no Estado-Maior do Exército, quando da eclosão da Revolução de 1964. Só tenho a dizer, nesse momento, que agradeço essa oportunidade de poder relatar tudo que for possível, que a minha memória ajudar, sobre o que pude colher como observação e ensinamentos, daquilo que foi esta nossa Revolução de 31 de Março de 1964.

Qual a sua experiência pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão, e durante o seu desenvolvimento?

Queria me reportar inicialmente aos pródromos, porque, a partir daí, tenho também participação do que se deu durante a Revolução. Tinha feito o meu estágio de Estado-Maior em Campo Grande, capital do então Estado de Mato Grosso, após o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e lá fiquei por dois anos, até ser transferido para o Rio de Janeiro, para a Diretoria de Instrução. Isso foi de 1960 para 1961, e, logo depois, aconteceu a renúncia do Jânio Quadros, que acabou por levar, a meu ver, ao Movimento de 1964.

Com essa renúncia, fui transferido da Diretoria de Instrução para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que funcionava na esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas, em um edifício cuja loja no térreo era a Casa da Borracha. Ali, recebi do Mário Andreazza as funções na Seção Anticomunista (SAC).

Lembro-me dele falando: “Sampaio, você tem que guardar nomes: João Amazonas, Jover Telles.” Aqueles principais líderes, figuras daquele tempo, do comunismo, pertencentes à direção dos partidos ou organizações comunistas na época.

O tempo foi passando e procurei desempenhar as minhas atribuições na Seção. Acredito que, naquele período, tenha agradado aos chefes a minha maneira de proceder, de escrever e de relatar fatos.

Posteriormente, eu e mais uns quatro companheiros fomos distinguidos com um curso de aperfeiçoamento de informações, na Alemanha.

Durante esse período, aconteceram muitas coisas aqui no Brasil. Começou a se desenvolver aquela tendência do Governo Goulart, que foi o substituto do Jânio Quadros, de deixar se empolgar pelos líderes marxistas, e a coisa começou a “degringolar”. Passamos a conviver com uma época que se tornou conturbada.

Terminado o curso, voltei para a Secretaria do Conselho, continuando o meu serviço, até que, em agosto de 1963, senti que não “estava agradando”, e soube,

depois, que o General Assis Brasil, que era o Chefe da Casa Militar do Governo Goulart, tendo em vista informações que ele recebeu a respeito da minha atuação, achou por bem me tirar daquela Seção e me passar para outra, sem grande importância, em um andar embaixo.

Ele se dizia o chefe do esquema militar do João Goulart.

Esquema militar, exatamente, do estamento militar, que poderia ser a defesa do Governo.

Então, fui para essa outra Seção e um mês depois fui surpreendido com um Boletim que me exonerava da função, desligava-me do Conselho, mas não me dava um destino. Todos nós militares sabemos que, para uma transferência ser executada, são necessários três atos: o primeiro é a transferência propriamente dita, dando um destino, o segundo é a exoneração da função e o terceiro é o desligamento da Organização Militar em que se está servindo.

Em seguida, recebi ordens de sair imediatamente do prédio da Casa da Borracha, e só retornar para apanhar a minha caderneta de vencimentos, na portaria, sem entrar no prédio. Quer dizer, fui expulso da Secretaria do Conselho de Segurança. Em vista disso, apanhei os meus pertences e fui embora.

Já na rua tomei uma condução para a minha casa, na Tijuca. No meio do caminho fiquei pensando: "Bom, estou indo embora para casa, mas não sei qual o meu destino, onde é que vou receber o dinheiro para comprar o pão no fim do mês, não tenho para onde ir, não me disseram para onde eu vou".

Quando passei em frente ao hoje Palácio Duque de Caxias, onde naquela época funcionava o Quartel-General (QG) do Ministério da Guerra, desci da condução e entrei, à paisana mesmo, no QG. Um colega até me viu e disse: "Sampaio, o que é que você esta fazendo aqui, à paisana." Eu disse: "Ah, estou numa emergência, vou me apresentar ao Estado-Maior do Exército (EME)." E fui.

Fui recebido por um coronel, cujo nome não me lembro, que, após ouvir o relato do fato, me disse: "Mas é verdade o que o senhor está dizendo?" Eu disse: "É verdade, estou aqui à paisana, acabei de ser praticamente expulso."

Ele então me disse: "Isso é uma coisa muito grave, vou dar ciência ao General Castello – o General Castello era o Chefe do Estado-Maior do Exército. Ele entrou, falou com o General Castello, voltou, e disse: "O General quer conversar com o senhor."

Entrei no gabinete, ele me olhou, "com aquele jeito dele", sem pescoço e disse: "É verdade o que eu acabei de ouvir?" Respondi: "Sim senhor, é verdade." E ele: "O senhor está à paisana e veio..." E eu: "Sim senhor, já expliquei que eu trabalhava à paisana e, nas circunstâncias em que as coisas se puseram, tive que...".

Ele continuou: "Não, o senhor fez muito bem, eu só queria perguntar se o senhor confirma tudo isso que o Coronel me disse." Respondi: "Confirmo sim senhor". Ele então disse: "Coronel, o senhor providencie um lugar aqui no Estado-Maior para o Major servir." O Coronel disse: "Vai para a 1ª Seção." E o General Castello: "Então, amanhã o senhor se apresente aqui, mas fardado". Ainda fez questão de dizer isso.

Fiquei no Estado-Maior do Exército de setembro de 1963 até a eclosão da Revolução, tendo ali assistido ao Comício da Central do Brasil no dia 13 de março e à Reunião dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março, episódios que culminaram na Revolução. Esses são os acontecimentos que vivi, com relação aos pródromos; foi o que aconteceu comigo. A partir daí, é claro, não poderia ter outra perspectiva de ação do que ser contra tudo aquilo que estava acontecendo, pois comigo mesmo acontecera aquele absurdo: ser expulso de uma Unidade, de um Estabelecimento, de uma Organização, da maneira que fui.

Passado esse tempo, veio a Revolução. Na noite de 31 de março para 1º de abril, estava na minha casa, na Tijuca, ouvindo as notícias pelo rádio. A televisão naquele tempo ainda era meio difícil...

Ao saber que o General Castello estava reunindo um comando da Revolução na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), pensei: "Bom, vou me apresentar lá", mas sabia que para sair da Tijuca, no meu carro – que, aliás, era uma Kombi – com um outro colega, eu teria – naquele tempo não havia o Túnel Santa Bárbara – que passar pela Avenida Presidente Vargas.

Quando estávamos chegando, vi aquele alvoroço, uma turba, o pessoal na Central, gritando o nome do Jango, com aquelas bandeiras vermelhas, foice e martelo, e eu disse: "Bom, para eu passar agora, vou ter que imaginar um meio". A maneira encontrada foi gritarmos, eu e meu colega, das janelas da Kombi: "Jango, Jango", e, devagarzinho, conseguimos passar, e fomos para a ECEME, chegamos lá já escurecendo, era 1º de abril, no fim do dia.

Apresentamo-nos na Escola, à paisana, porque tinha essa circunstância de ter de passar pelo Centro do Rio de Janeiro. O fato é que o General Castello estava na Escola, chefiando grupos, para fazer a Revolução aqui no Rio de Janeiro.

O Comandante era o Mamede.

Exatamente. Após a apresentação, anotaram de onde eu vinha: "Sou do Estado-Maior do Exército". O fato é que, passadas algumas horas, eu e esse colega recebemos uma missão de ir até a Avenida Pasteur, no bairro da Urca, a pé, à paisana, para verificar indícios da chegada de um pequeno navio da Marinha que, segundo diziam, vinha com fuzileiros para atacar a Escola. Saímos andando e nada

vimos, encontramos até um coronel, cujo nome não me lembro, a memória é ruim, que disse: "O que é que vocês estão fazendo aqui?" Respondi: "Nós estamos com 'tal' missão." E ele: "Não, eu já estive por ali também, não tem nada não." Então, voltamos, demos a notícia, e continuamos lá na Escola.

À noite, não sei a que horas, um emissário me disse que o General Castello estava querendo falar comigo, então fui lá; ao chegar ele olhou para mim e disse: "O senhor à paisana." Respondi: "Sim senhor, as circunstâncias são as mesmas, estou pronto para receber qualquer missão." Ele disse: "Bom, quero o seguinte: o senhor foi lá do Conselho de Segurança, e conhece bem aqueles meandros." Respondi: "Conheço tudo." E ele: "Então a sua missão é ir lá, retomar o prédio do Conselho, o senhor pode, está autorizado a recrutar oficiais, alunos da ECEME." Peguei uns 15, não me lembro mais, com outros companheiros que tinham condução, enchi a Kombi, e tocamos, de madrugada, para o prédio da Casa da Borracha.

Chegando lá, tudo fechado e apagado, bati na porta, demorou um pouco, acendeu uma luz, e veio um sargento, que me conhecia bem, pois eu tinha servido lá com ele. Abriu aquela portinhola de vidro, me viu, e disse: "Major, o senhor?" Eu disse: "Sou eu, vim retomar esse prédio aqui, tem alguém aí?" "Não senhor, me deixaram aqui sozinho, disseram que tinha não sei o quê, mas que eu ficasse aqui, que eu estou de serviço." Eu continuei: "Então abra". Ele abriu, eu disse: "Você vai resistir, alguma coisa?" E ele: "Deus me livre Major, contra o senhor", e fez menção de tirar o revólver, porque ele estava armado. Os companheiros disseram: "Olha, cuidado que ele está armado." Eu falei: "Não, ele não vai fazer nada." De fato, ele disse: "Não, o senhor quer o meu revólver? Então respondi: "Não, quero entrar aí."

Com isso cumpri a missão que era tomar o Conselho de Segurança. Telefonei para a Escola, dizendo que tinha cumprido a missão e estava aguardando ordens. Disseram: "O senhor aguarde ordens aí na Secretaria do Conselho, fique com uns três ou quatro oficiais e dispense os outros." Esses foram os fatos, e, no dia 06 de abril, retornei para o Conselho de Segurança, através de classificação oficial, lá permanecendo e continuando com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O senhor voltou ao lugar de onde fora expulso?

Fui expulso, mas voltei, deu-me uma satisfação muito grande, "lavei a alma".

Esse foi o início da minha participação na Revolução. Nessa mesma noite, soube que o então Coronel Montagna, naquela época, depois General, foi quem recebeu a missão de ir retomar o QG da Costa (Quartel-General da Artilharia de Costa), em Copacabana.

Quais, no seu entender, foram às raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Essas raízes, no meu entender, por tudo que sei, vêm de bastante tempo atrás, daquelas revoluções antigas, da Revolução da Escola Militar de 1922, 1924, 1926, do tenentismo, até 1935, quando houve a Intentona Comunista, primeira tentativa dos comunistas de implantar a ditadura marxista-leninista no Brasil.

Atacaram seus companheiros que morreram dormindo. Foi uma vil traição. Aí, começou o ódio contra aqueles homens, que foram traidores...

Ódio contra o comunismo, é claro, exacerbado ainda mais com esses fatos. Então, para mim, essas são as raízes mais profundas, acho que são dessa época.

Tivemos também outros períodos, já mais para frente um pouco, na época do Juscelino Kubistchek, depois começou aquele negócio dos sargentos pleitearem a possibilidade de serem eleitos deputados... E começou a haver, então, uma certa transformação na hierarquia, porque aquilo tudo trazia, em conseqüência, fatos que feriam a disciplina. No Exército sempre se disse: "As Forças Armadas são apolíticas, não pode haver partidos dentro do Exército", e tendo sargentos deputados, ou qualquer coisa que o valha, já se começava a subverter esse princípio. Então, no meu entendimento, as raízes são essas.

O senhor acha que a guerra fria teve alguma influência na nossa Revolução?

Acho que teve, porque, depois da Segunda Guerra Mundial, veio a guerra fria, e com uma intensidade muito grande, a propaganda esquerdista, vermelha ou bolchevista, que vinha da Europa, em particular, chegou até Cuba. Durante a guerra fria a dicotomia de ideologias – comunismo contra democracia – cresceu exatamente por causa do aumento da propaganda. A execução de atos aqui dentro e as infiltrações ocorreram por influência dessa propaganda. A Revolução foi uma maneira de se antepor a essa influência do Movimento Comunista Internacional, chamado MCI.

Havia, naquela época, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart? Estava bem caracterizado isso?

Havia, fora de qualquer dúvida, pela maneira como o Governo João Goulart estava conduzindo as suas ações, admitindo esses descalabros que feriam a disciplina, admitindo manifestações contra autoridades, demonstrando falta de vontade política de conter os excessos e a influência comunista, cada vez maior, com enorme infiltração nos sindicatos e confederações de trabalhadores, que passaram a ser entidades a serviço da subversão.

Os Ministros, inclusive os militares, temiam o CGT, o Comando Geral dos Trabalhadores, que mandava mesmo, tendo como secretário-geral Dante Pelacani,

cujas ordens faziam curvar-se o Ministro do Trabalho, Amauri Silva, que não realizava nenhuma nomeação para cargo de direção sem a aprovação de Pelacani.

Consta que usou o seu poder para a demissão do Ministro da Marinha, Silvio Mota, porque mandou prender aqueles marinheiros sublevados, após a vergonhosa rebelião feita no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em Triagem.

Exatamente, e o Dante agia assim: “Não, esse não queremos, coloca esse.”

E colocaram o tal de Paulo Mário, que era um decrépito e que se fez presente à reunião do Automóvel Clube do Brasil, a reunião da indisciplina.

Foi chamado para ser ministro, desmoralizado, fazendo questão de cumprimentar aquele cabo Anselmo na frente de todas aquelas autoridades. Imagine isso, chegamos a uma época de completa subversão da ordem e da hierarquia, indicando, claramente, que a intenção de João Goulart era transformar o nosso País numa república sindicalista, marxista-leninista.

Paralelamente, ativavam-se organismos que tinham um papel no processo de comunização do País. Refiro-me aos “grupos dos onze”, criados pelo senhor Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, e que se espalharam pelo Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás etc., e as “Ligas Camponesas”, do senhor Francisco Julião, no Nordeste, em Pernambuco principalmente.

E até no Centro-Oeste.

Além disso, o movimento de cultura popular, que foi uma criação do Miguel Arraes, do Gregório Bezerra, que era o homem que mandava nesse negócio, fazendo cartilhas preparadas no sentido de “fazer a cabeça” daquela juventude; inclusive, uma das publicações dessa cartilha se chamava “O tijolo”, e nela constava o seguinte: “Como é que é feito o tijolo? É tirado da terra, a terra é do agricultor, que é pobre. E esse tijolo é feito por quem? É feito pelos operários, pobres. E para quê? Para fazer a casa dos ricos”. É tudo uma seqüência para “colocar na cabeça” dos pobres que eles estavam sendo explorados pelos ricos; então, o exemplo era o tijolo, as coisas eram concebidas dessa forma.

Na época, qual era a posição da Igreja?

Uma parte da Igreja, uma minoria de pouca expressão era simpática aos comunistas, e por quê? Por causa da infiltração também nos quadros da Igreja. Na época, inclusive, ela organizou movimentos de juventude – a Juventude Operária Católica (JOC), a JUC, que era a Juventude Universitária Católica –, todos com uma finalidade muito nobre, mas que foram sendo infiltradas por elementos que passaram justamente a subverter tudo aquilo que ela tinha de bom em termo de religião, que é um fator de peso para a nossa sociedade.

E muita gente entrava ali enganada, os inocentes úteis.

Inocentes úteis. A grande maioria da Igreja temia a comunização do País. Os religiosos em geral eram contrários à agitação característica daquele período, a qual era incitada pelo próprio Governo.

O Olavo de Carvalho citou que ele começou sendo iludido numa organização que era católica, toda infiltrada, e a pessoa que realmente doutrinava nada tinha a ver com religião.

Exatamente. Muita gente de boa fé foi ludibriada.

Uma grande parte da Igreja que estava conosco, participou das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o senhor se lembra?

Foi uma coisa sublime, porque a religiosidade do povo brasileiro falou mais alto. Então, foram organizadas essas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, um fato muito positivo que levou o Exército a se conscientizar de que o povo estava nas ruas exigindo uma inadiável tomada de posição.

Importante, porque despertou as Forças Armadas, porque o povo ali se posicionara definitivamente.

Ficou claro que o povo não estava compactuando com aquilo que o governo tentava fazer crer com a sua propaganda.

Existiam cisões dentro das Forças Armadas? Como era o ambiente dentro dos quartéis?

Na época, eu estava na Secretaria do Conselho ou no Estado-Maior do Exército (EME), não lidava diretamente com os corpos de tropa, mas tínhamos informações de que o ambiente nos quartéis, em primeiro lugar, era de perplexidade, com a juventude militar se perguntando: “Para onde vamos, onde vamos parar?” Havia uma clara infiltração esquerdista com o mesmo discurso de 1961, utilizado por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, no sentido de defender a legalidade do Governo, considerando que ele deveria permanecer, apesar da anarquia reinante. Então, havia divergências, mas eram pequenas, com relação aos efetivos tendentes a apoiar o governo. Essas minorias é que criavam atritos dentro dos quartéis, para testar o comandante, se ele teria ou não a capacidade de se fazer impor. A grande maioria não suportava mais a situação caótica que perdurava em todo o País.

Quais os fatos determinantes do desencadeamento da Revolução de 1964?

Em primeiro lugar, todos que se interessassem pelo Brasil, não só pela função que pudessem estar exercendo, mas como patriotas, analisassem a situação nacional, veriam que ela estava em franco declínio, porque a sua economia estava se destroçando nos três setores, primário, secundário e terciário, ou seja, na agricultura, na indústria e

nos serviços. A agricultura, dominada pelos sindicatos rurais e pelas “Ligas Camponesas”, a indústria pelos sindicatos das classes, não podia produzir, ninguém podia trabalhar, era greve de todo lado, todo dia; a pior situação era nos serviços, sobretudo nos transportes que não funcionavam, tudo paralisado a toda hora, pela ação do CGT e do PUA, onde as facções mais comprometidas com os desvarios eram a dos ferroviários e dos estivadores, os quais impediam a todo momento, respectivamente, o trabalho nas ferrovias e nas atividades de carga e descarga dos navios nos portos.

Então essa era a situação do País que o povo estava custando a entender ou admitir. Como é que um Brasil tão grande, com tanto potencial para crescer e desenvolver-se, chegava a esse ponto? Era a pergunta que se fazia.

Depois, para colocar mais fogo na caldeira prestes a explodir, tivemos o Comício da Central do Brasil. Naquele comício, eu estava na janela lá da frente (o entrevistado se refere ao Palácio Duque de Caxias, onde funcionava o então Ministério da Guerra), assistindo àquele negócio: foi um estrondo, uma coisa, confusões, faixas, até a mulher do Presidente, Maria Tereza, estava no palanque, gente gritando “morte aos gorilas”, referindo-se a nós militares contrários àquela baderna, mas com a presença, o que é o absurdo maior, do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que disse que não ia àquele ato e acabou indo. O General Castello foi convidado e mandou dizer que não ia.

Embora fosse ainda major, sabia que muitos generais estavam chegando para o Castello e dizendo: “Mas General, como é que vai ser isso aí?” Então, ele distribuiu aquele manifesto, aquela circular, mandando que a gente se contivesse porque não era ainda chegada a hora, mas que ia chegar.

Depois tivemos a revolta dos marinheiros, onde a desordem atingiu as raias do absurdo, com ostensivo apoio do Governo. Em seguida, no dia 30 de março, veio a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia/RJ, com a presença do Presidente da República, das autoridades militares, inclusive de vários ministros, dentre eles o da Justiça, Abelardo Jurema, e do novo Ministro da Marinha, Paulo Mário, que substituiu o Almirante Silvio Mota, destituído de suas funções, pelo Presidente, por ter se posicionado contra a baderna de marinheiros e fuzileiros. Os ministros presentes foram ovacionados pelo tático apoio àquela balbúrdia e àquela indisciplina.

Com tudo isso, a caldeira explodiu ou, como dizem muitos, ali estavam as gotas que faltavam para encher o cálice e derramar.

No meio daquela mazorca toda, naquele mês de março, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, qualificada pelo inimigo interno de movimento reacionário, foi de fundamental importância?

Para mim, significou a concretização da vontade nacional, expressa através da família, porque, afinal de contas, foram as senhoras, com terço na mão, que a fizeram, e isso significava o quê? Que não era uma facção, não eram as Forças Armadas, era o povo, o povo todo se manifestando de forma cristã contra aquela baderna, organizada no sentido de conduzir o País para uma revolução bolchevista.

Então, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional?

Sem dúvida, foram intérpretes legítimos da vontade nacional, colocando nas ruas as tropas, as suas forças, as suas armas, no sentido de, justamente, materializar aquela vontade que foi expressa pelas "Marchas" e por tantas manifestações.

Havia, no seu entender, uma revolução de cunho comunista em andamento?

Sim, e pior de tudo, conduzido pelo próprio Presidente da República. Então, não havia dúvida nenhuma de que, se não houvesse uma reação como houve, hoje, talvez, fizéssemos parte de uma república sindicalista-comunista.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional na Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso tinha, como em todos os lugares, elementos a favor e contra.

Voltando no tempo, quando João Goulart retornou da viagem à China, existia uma reação contra a possibilidade de ele tomar posse, e votaram a emenda parlamentarista, na qual ele teve os seus poderes presidencialistas limitados.

No entanto, imediatamente após a posse, ele começou a fazer, juntamente com Leonel Brizola, pressão para a realização de um plebiscito e conseguiu derrubar o regime em vigor, valendo-se de uma enorme propaganda, realizada, inclusive, por artistas populares.

Então, a maioria do Congresso Nacional, na verdade, era contra governo subversivo?

Ah! Era contra, tinha alguns poucos elementos a favor, como sempre há, mas não conseguiram influir.

Como se portaram os sindicatos e aquelas entidades esquerdistas: UNE (União Nacional dos Estudantes), PUA (Pacto de Unidade e Ação), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), logo após o início da Revolução?

Pelo que pude, na época, observar, tenho a impressão de que o comportamento dessas entidades foi de terem sido apanhados de surpresa. Eles não contavam com uma reação como a que houve. Achavam que estava tudo pronto para dominarem a situação e foram surpreendidos, não só pelo próprio povo, através

daquelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, como também pela ação imediata e pronta das Forças Armadas.

Pude, depois, até ver um episódio: o CGT foi o que reagiu mais, houve, na Avenida Rio Branco, uma escaramuça de elementos do CGT, que estavam dispostos a uma reação, mas aquilo foi dominado rapidamente.

Essas outras – UNE, PUA etc. – sumiram, não houve reação, devem ter ficado estupefatas e desapareceram.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Houve muita gente de grande valor.

Gostaria de destacar, porque é inegável, a figura do grande Marechal Denys, ele era daqueles revolucionários do tenentismo – um patriota incansável na luta pelo nosso Brasil.

Então, como líderes militares, destacaria o Marechal Odylio Denys, o General Castello Branco, inegável, e os generais que vieram lá de Minas, Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, os grandes pioneiros.

Veio de Minas, com o Destacamento Tiradentes, o nosso General Muricy, a quem o País muito deve.

Tinha a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sob o Comando do Médici, uma liderança efetiva, excepcional.

Agora, do lado de São Paulo ficou uma sombra de hesitação: o General Kruel, Comandante do II Exército na época, demorou um pouco a se decidir.

Num plano mais embaixo, poderia destacar os coronéis Meira Mattos, Walter Pires, que depois foi Ministro do Exército, o Marechal Gustavo Cordeiro de Farias. Então, para mim, foram esses os líderes que podemos destacar do Movimento.

Como civis, governadores, citamos três: o Magalhães Pinto, de Minas; o Lacerda, aqui no Rio; e o Adhemar de Barros, em São Paulo, este, inclusive, teve uma influência muito forte na definição do Kruel.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Não houve, absolutamente, auxílio externo. Não há dúvida de que a preparação foi inteiramente nacional, interna. Agora, é inegável, porque trabalhei muito em informações, e sei que nada se faz que não tenha alguma ligação com uma coisa ou outra, e que o interesse dos Estados Unidos era de que não houvesse a comunização do Brasil, porque daqui se alastraria para toda a América Latina.

Interesse houve – inclusive, não restam dúvidas, de que tanto o Embaixador quanto o Adido Militar acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos – mas

dizer que deu qualquer apoio para fazer a Revolução, fez isso ou aquilo, é mais uma falácia dos nossos inimigos.

E o esquema militar do Assis Brasil, como é que ele desmoronou tão rápido?

Pois é, o Jango Goulart tinha uma fé, uma crença ilimitada nesse dispositivo militar, que estava sendo apresentado a ele pelo Assis Brasil, e, ainda, nas tais forças, vamos chamar anexas, que eram os sindicatos, as confederações de trabalhadores, o CGT, as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e os movimentos ditos de cultura que o levavam a achar que tudo estava preparado no sentido de que a força militar contrária não seria suficiente para dominá-los, para enfrentar a força que adviria do Ministro Jair, dos ministros militares em geral, e de outros chefes, como a do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros, e que se dizia Almirante do Povo.

Assim, o Presidente e seus asseclas entendiam que a eles estava hipotecada uma força que julgavam imbatível. Esse entendimento levou o Presidente a acreditar que derrotaria as Forças que partiram de Minas, bem como não dar a menor atenção às considerações que lhe foram transmitidas pelo General Kruel. O Presidente foi iludido e por quê? Agora, entra uma parte que gosto muito, informações, porque quem não se informa, quem não tem informações, informações valiosas e confiáveis, está fadado a grandes insucessos! Todo governo precisa da boa informação, qualquer informação não adianta e, na verdade, aquele era um governo desinformado.

Para mim, o maior causador do fracasso desse esquema militar, vamos dizer assim, foi estar mal-assessorado, mal-informado.

No que tange às tropas que estiveram próximas de um confronto, como o senhor viu o aspecto chefia e liderança da nossa parte?

Os homens que estavam no comando, na liderança, eram homens já testados, com um valor militar insofismável, de chefes, de líderes. Então, podemos citar: Odylio Denys, Mourão, Muricy e Guedes, militares que estavam à frente das forças de Minas Gerais, eram homens reconhecidamente capazes, lideranças comprovadas, honestos e de real valor profissional, mormente no aspecto de não temer riscos. Sem dúvida nenhuma, eles conseguiram convencer os seus inimigos prováveis, que eram os homens aqui do I Exército, de que a guerra deles era perdida, quer dizer, eles, com a liderança que mostraram, conseguiram evitar um possível derramamento de sangue.

Por causa de quê? Por causa da liderança deles, por isso é que conseguiram que o Destacamento Cunha Mello, que saiu aqui do Rio de Janeiro, após chegar lá, retraísse, voltasse, como voltou o General Âncora, que foi a Resende e observou que a causa daquele governo estava perdida, e no encontro com o Kruel e o Médici

sentiu que não dava e foi embora, mas por quê? Porque havia líderes autênticos do outro lado, dispostos a dar um basta ao sofrimento do povo brasileiro, cansado de tanto populismo inconseqüente.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março de 1964?

Sem dúvida, porque houve a manifestação unânime de pensamento das Forças Armadas. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica viram que eles todos tinham o mesmo pensamento com relação ao problema.

A mídia apoiou o Movimento?

A mídia, na época, apoiou o Movimento, tenho ainda os recortes de jornais, das revistas. A imprensa em sua absoluta maioria apoiou a Revolução de 31 de Março e a maioria dela até o fim do Governo Médici continuou apoiando – como o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, o *Correio da Manhã, Diário de Notícias,* todos favoráveis, todos com a mesma visão. *O Globo* apoiou o nosso Movimento até o momento em que deixamos a condução da política. Hoje, sem a menor explicação, trocou de lado. É a rede que gosta de estar ao lado do Poder!...

E as revistas – Fatos e Fotos, O Cruzeiro, *a* Manchete.

Todas, sem exceção, estampavam sempre aspectos favoráveis à Revolução.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Considero que eram governos em que os presidentes eram militares. Não era um governo militar, porque para se chamar de governo militar, no meu entendimento, teria que haver quase que um banimento dos outros poderes – o Legislativo, o Judiciário, o que não aconteceu.

O Congresso estava funcionando, só havendo uma vez em que foi preciso endurecer, foi em 1968, com o Costa e Silva, com o AI-5, por causa do tal Márcio Moreira Alves, que fez aquela pergunta: "Até quando o Exército será um valhacouto de torturadores?" E, em seguida, dois ou três dias depois, fez aquela manifestação, concitando as mães e namoradas a boicotar a Parada de Sete de Setembro, porque os jovens estudantes que foram convidados eram os mesmos que eram metralhados e torturados pelos algozes, que eram as Forças Armadas. Então, chegou a um extremo que não dava mais para agüentar.

Até hoje é um inimigo figadal nosso, embora tenha procurado, depois, uma aproximação conosco, o que, a meu ver, em nenhum momento, devemos aceitar.

Sem dúvida. É um homem que sabe escrever, mas é o mesmo elemento daquela época, e está sempre dizendo: "Pois é, no tempo da 'ditadura militar', na época dos 'anos de chumbo' etc. e tal."

Quais foram os acertos da Revolução, sobre os quais hoje não se fala?

Há muitos acertos, tenho de sintetizar: houve a restauração da autoridade durante os vinte anos que tivemos no Poder, o que não existia antes da Revolução; tivemos a redução da inflação, que era de quase 100%, para 12%; o pagamento do funcionalismo, que estava sempre atrasado, passou a ser feito em dia. Criou-se a Previdência Social, o Funrural, beneficiando o brasileiro que não tinha direito a nada.

Na esfera econômica, tivemos a criação da Eletrobrás, com a construção daquele sem número de usinas hidrelétricas. As exportações brasileiras passaram de 1,5 bilhão para 37 bilhões de dólares. E o programa de construção de moradias com o Banco Nacional da Habitação? Foi, realmente, uma maravilha!

O Porto de Santos era um antro de grevistas; os navios ficavam esperando dias e noites, porque não podiam descarregar, tendo-se que indenizar a permanência deles lá parados. Era uma subversão completa, que terminou com a abençoada Revolução de 31 de Março.

Estradas asfaltadas: tínhamos 3 mil quilômetros e fomos para 45 mil quilômetros; estruturaram-se grandes empresas construtoras, como a Camargo Correia, a Mendes Júnior e tantas outras, que depois foram até fazer serviços no exterior.

A criação da Embratel, as nossas comunicações telefônicas deram um salto impressionante; antigamente, o sujeito pedia uma ligação interurbana e levava horas, às vezes passava de um dia para o outro e não conseguia falar. A partir da Revolução, você passou a pegar o telefone e falar. Telebrás, a mesma coisa. O petróleo, de uma produção de 75 mil barris por dia, passamos para 750 mil barris por dia.

Esses são os pontos, dentre tantos outros, que me ocorrem destacar da Revolução.

E quais foram os erros?

Os erros, como tudo, não se pode admitir que não existiram.

Destacaria, por exemplo, alguns excessos da Revolução, de participantes, não como missão que tivessem recebido, mas pelo espírito, talvez, dos executantes, tivemos excessos e nós sabemos que houve; excessos que existiram, é bom que se diga, de ambos os lados.

Um deles foi a censura, que tinha de existir, porque era uma ferramenta que logo após a Revolução precisava ser aplicada para conter os excessos e fazer face às reações que já estavam começando a existir; mas a censura foi um pouco demorada e começou a influir na "cabeça" do povo, de que as Forças Armadas ou a Revolução estavam, de fato, querendo cercear as liberdades. Para mim, esse foi um dos erros da Revolução. Interessante que, dentro da Universidade, a Revolução deixou tudo

na mão dos contrários e, por isso, estamos pagando até hoje. Faltou, no setor da educação em geral, uma ação efetiva dos governos revolucionários.

Outro foi o prolongamento do tempo de permanência no Poder.

O próprio Castello Branco, nas suas manifestações, logo depois de assumir, dizia que o grande objetivo era a normalização.

Em seqüência, o Costa e Silva – que depois teve aqueles problemas todos, que exigiram a decretação do AI-5 – e o próprio Médici queria que tudo se normalizasse, de forma até poder entregar o Governo aos civis, o que só foi possível com a "abertura", iniciada pelo Geisel, e concluída pelo Figueiredo.

Esses, no meu entendimento, constituem os erros que a Revolução cometeu.

O seu currículo registra uma passagem pelo CIE (hoje Centro de Inteligência do Exército), qual a missão que ali lhe cabia?

O CIE era o órgão principal de informações do Exército. Para a execução da tarefa que ele tinha de cumprir, contava com as 2as Seções dos grandes escalões: Exércitos, Divisões e Brigadas e, também, do escalão Unidade.

As informações seguiam os canais de comando e chegavam ao CIE, que fazia a consolidação. Essa consolidação era realizada diariamente, e, no primeiro despacho do dia, o Ministro, na época o General Walter Pires, era informado por mim do que tinha se passado nas últimas 24 horas. Essa era a missão do CIE.

O CIE recebia, também, informações de outros órgãos semelhantes, das outras Forças: o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e o CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica). O fato é que as três Forças tinham um sistema que era de transmissão, integração e difusão entre si. Tudo isso, no final, era enviado ao SNI (Serviço Nacional de Informações), porque tínhamos ligação com esse órgão principal das informações no País, que mantinha o Presidente da República informado. Então, havia a parte militar, até onde a nossa função chegava para atender ao escalão Ministro, e a complementação com o SNI.

Então, no Sistema Nacional de Informações, se fôssemos fazer um organograma, o SNI coordenava as três Forças Armadas e mais os órgãos de informações dos ministérios civis, todos integrados.

Era o sistema de informações, que hoje não existe.

Que hoje não existe. Veja o que fez o "seu" Collor com a idéia de vingança, "revanchismo", tendo sofrido as conseqüências desse ato, porque se ele tivesse um sistema de informações não teria havido o que houve com ele.

Existe agora a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que no meu entendimento é um arremedo do que era o SNI, porque ela não tem os elementos,

não tem a capacidade e não sei se tem as verbas – porque isso era inclusive um dos motivos de crítica, já que o SNI recebia verbas especiais, sobre as quais não se prestava conta para ninguém.

Falou-se em integração das Forças Armadas. Então, por exemplo, em caso de prisões, tínhamos que atuar em prisões de elementos que não fossem do Exército?

Não. O CIE (Centro de Informações do Exército) não atuava, não era órgão executivo, era órgão de informação, como também o próprio SNI, que só informava.

A Polícia Federal ou a Polícia de Segurança informada é que agia com relação às prisões.

Às vezes "sobrava" para os comandantes de quartéis, a guarda de presos?

Recebi presos no RecMec, um estudante, revoltadíssimo, e eu conversei com esse rapaz. Pois bem, ele disse, no final das minhas conversas com ele: "Coronel, nunca pensei que era assim, jamais imaginei que teria a atenção do Comandante." Eu aduzi: "Rapaz, você foi iludido, você está aqui porque alguém colocou na sua cabeça falsas premissas. Agora você viu como é que nós agimos, vamos almoçar lá no rancho." E ele continuou: "Mas, Coronel, eu não sabia que o Exército era assim." E eu completei: "Pois é rapaz, puseram isso na sua cabeça, não somos assim como lhe disseram; não queremos o mal de ninguém, queremos é o esclarecimento da mocidade, da juventude, para que não seja alvo exatamente desses comunistas."

Esse, rapaz, quando foi solto, saiu meu amigo. Eu mesmo influenciei para sua liberdade. Ele veio me abraçar, e depois nunca mais tive contato com ele, mas deve ter se conduzido melhor na vida.

Perdemos a batalha da comunicação social ou não quisemos nos engajar nesse importante setor?

Acho que perdemos a batalha da comunicação social, e é preciso dizer por quê: o nosso feitio de homens que vestem farda não é estar se vangloriando, de estar contando... Além disso, por educação, temperamento, por formação, essa é a palavra, por formação, somos assim.

O estudo e a evolução do programa psicossocial diz que temos de fazer a nossa propaganda, o psicossocial diz isso, a divulgação. Agora, o que acontece? Acontece que quando fomos conhecer bem isso, a mídia já estava dominada pelas esquerdas, completamente dominada, e nós, com os nossos recursos, não temos um elemento próprio de divulgação, de peso, não para modificar o pensamento do público interno, mas do externo, porque este é o preparado pela grande mídia.

Para o público interno, temos, me parece, e ele é eficiente, o Noticiário do Exército, temos publicações, temos os nossos boletins, que para o público interno satisfazem. Agora, daí para fora, a mídia domina, com todas as possibilidades que dispõe a imprensa.

Como o senhor viu a abertura nos governos Geisel e Figueiredo?

Geisel acabou com o AI-5, em maio de 1978, acabaram aquelas sanções, inclusive penas meio fortes relativas à censura. Nessa época, começou a abertura, de forma gradativa, e isso naturalmente influenciou a sociedade. A abertura foi completada no Governo Figueiredo, embora um tanto tumultuada, fruto, inclusive, de sua enfermidade; então, a coisa não teve o caminhar, vamos dizer assim, organizado como se esperava.

A luta armada desencadeada no campo, na cidade, buscou orientação e apoio externo onde? Qual era a orientação? O que eles queriam?

A luta armada, no meu entendimento, visava à retomada daquelas condições em que estávamos anteriormente e a tomada do Poder, a fim de fazer do Brasil uma república comunista e, para alcançar esse objetivo, havia apoio de Cuba, de Moscou, da Cortina de Ferro, da Coréia do Norte. Então, eles contavam com esse apoio que vinha de fora.

O AI-5 foi necessário?

Acho que foi necessário. Não existia mais clima para que voltássemos – até porque já tínhamos experiência – ao período de antes da Revolução. Havia uma tendência de se fomentar a desmoralização das autoridades e das Forças Armadas, a subversão e a corrupção voltavam numa verdadeira escalada, chegando a um ponto em que não dava mais para agüentar, culminando com aquela ofensa, feita de uma forma tão contundente pelo tal Márcio Moreira Alves. E a maneira de fazê-lo foi: "Vamos colocar um ponto final nisso, e a maneira veio com o AI-5."

As Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir qualquer vantagem na época?

Não. Exatamente ao contrário. As Forças Armadas não se aproveitaram da posição que assumiram, de governo, de comandar o País, e a modéstia, que caracteriza sempre o militar nas suas ações, ficou expressa pelos presidentes da Revolução, que foram os generais que assumiram, através de eleições indiretas, feitas pelo Congresso.

Os recursos eram dados para o desenvolvimento e a segurança sempre ficava num plano secundário.

Para dar o exemplo, os governos da Revolução nunca ofereceram vantagens para as Forças Armadas, porque a prioridade era o desenvolvimento.

Qual a sua avaliação, resumidamente, desses vinte anos de Revolução?

Foram vinte anos de progresso econômico, de conquistas nos serviços públicos e no bem-estar social; resumidamente é o que acho.

Qual a sua avaliação a respeito da anistia?

A anistia vem sendo aplicada de uma forma unilateral. Anistia significa esquecimento dos fatos havidos, perdão para os dois lados. Se houve excessos que eles fossem esquecidos, e suas conseqüências também.

E o que é que está havendo? Foram organizadas comissões de julgamento dos atingidos pela Revolução, para as quais todas as benesses são legadas, o mesmo não acontecendo com os homens que defenderam o Estado contra a guerrilha urbana e rural – os grandes injustiçados nesse processo descabido. O dinheiro da Nação está premiando terroristas e seus familiares – um total contra-senso.

A indenização da viúva do Lamarca – quem é Lamarca? Traidor, mau-caráter, assassino e desertor, o que, nas Forças Armadas, mais abominamos —, que foi levado pela mídia a ser considerado herói nacional, recebe pensão de general, enquanto os nossos capitães, soldados e aqueles sargentos que foram mortos, nem indenização estão recebendo, como o nosso soldado, depois Sargento Mário Kozel Filho, que morreu estupidamente, de guarda, porque os terroristas do bando de Lamarca jogaram um carro-bomba, pelo portão dos fundos do quartel do II Exército, no Ibirapuera, em São Paulo.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo revolucionário desgastaram a imagem da Revolução?

O Presidente Figueiredo, com a doença, teve prejudicada a sua atuação como governante.

A economia estava sendo conduzida de forma aceitável, apesar do segundo choque do petróleo que atingiu em cheio o seu governo, mas a possibilidade de continuidade do processo revolucionário já não existia. Eu estava comandando o Planalto nessa época, sofri lá com os problemas. O Tancredo ficou doente e não conseguiu assumir e o governo acabou nas mãos do Sarney. O desfecho, infelizmente, não foi o desejado.

Houve também aquela "briga" de eleição direta ou indireta, e o Figueiredo disse que ele era a favor das diretas, mas o partido não era, ficou mal para o partido...

Exato, teve essas convulsões na parte política e reflexos na parte econômica, é claro.

Acho que ele foi um homem corajoso, um homem decidido, mas politicamente ele...

Não era o indicado, nunca foi. Ele foi meu instrutor, tive muito contato com ele. Depois disso, no SNI e, quando ele era o Presidente, lá no CIE. Eu tinha muito contato com o General Figueiredo. Excelente companheiro, cabeça privilegiada – ele era primeiro de turma de Escola Militar, de EsAO, de Estado-Maior, era tríplice-coroado – mas, politicamente, era uma "cavalaria daquele nosso tempo". Ele estourava como fez lá em Santa Catarina, em que o estudante foi lá falar qualquer coisa, xingou, e ele já desceu do palanque para brigar. Quer dizer, politicamente, ele não era o indicado para o cargo de Presidente. Mas tinha capacidade, tinha, porque era muito inteligente, e acompanhava os problemas nacionais intensamente. Agora, não tinha a filigrana de saber conduzir as coisas politicamente. Ele era "militar mesmo", daquele negócio reto, direto. Qualquer coisa que não fosse exatamente como queria, ele não aceitava.

E o "revanchismo", existe?

Está aí presente nas formas mais diversas. Já nos acostumamos a ouvir essas expressões: "anos de chumbo", "ditadura militar", e que tudo que tem de ruim nesse Brasil foi por causa das Forças Armadas e do Exército em particular. É o "revanchismo", inclusive, com a conseqüência de vermos hoje, ocupando posições de destaque, elementos que, na realidade, foram banidos porque já não eram bons, ou que tinham idéias contrárias ao que era o pensamento nacional. Bandidos e terroristas. Então o "revanchismo" veio e, quando há oportunidade de menosprezar, de diminuir, de denegrir a nossa atuação, eles têm, por causa da mídia, todos os elementos para escrever e multiplicar aquilo por "não sei quanto".

Com a queda do Muro de Berlim desapareceu o comunismo? Qual é a situação do comunismo no Brasil?

É uma falácia dizer que o comunismo acabou, não acabou, está aí bem vivo, está presente. Você viu essa propaganda que estão fazendo na televisão do PC do B? É de estarrecer, usam a juventude para falar, e falam abertamente em "ditadura militar". O que acabou foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Cada um daqueles países satélites continuou com seu partido comunista. Continuam com força os partidos comunistas chinês e o da Coréia do Norte. O de Cuba se arrasta sem o apoio que antes dispunha da União Soviética.

Como o senhor vê os elevados níveis de aceitação da imagem do Exército, junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião?

Vejo como o resultado evidente de que o povo, a sociedade, no seu julgamento, apesar de todo o "revanchismo", de toda a mídia contrária, sabe enxergar a

realidade, porque quando ocorrem as calamidades ou outro fato qualquer, quem é que atua? São as Forças Armadas: o Exército, a Marinha, a Aeronáutica.

Os caminhões do Exército são vistos transportando medicamentos, alimentos, salvando o pessoal flagelado nas calamidades públicas. As regiões carentes do interior, como a do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vêm recebendo cestas básicas transportadas pelas nossas viaturas, com toda presteza e honestidade. Então, tudo isso aí, mais o que a mídia vem mostrando, aos "borbotões", de desonestidade, corrupção – de governadores, de juízes, que tinham que julgar e recebem propina, roubam –, mas, por outro lado, o povo não vê o nome de um general, de um coronel, de uma patente maior das Forças Armadas envolvida em qualquer escândalo desses. Isto contribui para a elevada imagem de nossas Forças Singulares.

Os presidentes militares saíram do governo como entraram: pobres, ninguém se locupletou, isso caracteriza bem a Revolução.

Saíram como entraram, exemplo vivo de acurada formação moral e espírito público.

Qual a sua mensagem final para o Projeto da Revolução de 31 de Março?

Só queria aduzir o seguinte: estou muito satisfeito que esteja sendo realizado este Projeto de História Oral, como foi o da Segunda Guerra Mundial, porque acho que, por tudo isso que nós já dissemos e que a mídia esconde, passamos a contar com uma primeira ferramenta que faça chegar à sociedade e ao povo de um modo geral as verdades sobre os fatos, seja na guerra, seja na Revolução de Março de 1964, que nós estamos tratando. O objetivo final é produzir alguma literatura a respeito disso, que se faz necessária, e que vá dar à sociedade, à população, a oportunidade de conhecer a verdade, porque estamos falando aqui não só de acertos, mas também de erros, estamos falando em defeitos, em coisas que talvez não devessem ter sido feitas, mas que foram, estamos reconhecendo, portanto, também os nossos equívocos.

E é bom que seja feito assim como está, porque se fosse possível, por hipótese, fazer isso através da mídia, certamente o efeito seria contrário, porque as deturpações representariam o lugar-comum, como estamos assistindo no que publicam sobre os vinte anos da Revolução.

Portanto, quero parabenizar o Projeto. Era o que eu tinha a dizer.

General-de-Divisão Anápio Gomes Filho

- Natural da Cidade de Niterói, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); o de Informações da USAINTS/ Estados Unidos da América; o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra (ESG); e o de Operações na Selva, do Centro de Operações na Selva e Ações de Comando (COSAC).
- Serviu nas seguintes Unidades: 6º Regimento de Artilharia Montada, Cruz Alta, RS; 1º Grupo de Obuses 155, Rio de Janeiro, RJ; Forte Barão do Rio Branco, Niterói, RJ; 8º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Santana do Livramento, RS; 2º Grupo de Obuses 105, Itu, SP; 5º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, Campinas, SP.
- Como Oficial Superior foi Oficial de Estado-Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP; Oficial da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ; Chefe de Seção da Diretoria de Cadastro e Avaliação, Rio de Janeiro, RJ; Comandante do 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, Curitiba, PR; Chefe do Estado-Maior da 12ª Brigada de Infantaria, Caçapava, SP; Vice-Presidente Executivo da Comissão de Desportes do Exército; Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, Marabá, PA; e Chefe da Assessoria, 1 do Departamento de Material Bélico, Brasília, DF.
- Como General, foi Comandante da Artilharia Divisionária/4, Pouso Alegre, MG; da Artilharia Divisionária/1, Vila Militar, RJ, Comandante da 12ª Região Militar, Manaus, AM; e Diretor de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), Rio de Janeiro, RJ.
- Em 1964, no posto de Major, integrava o Estado-Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP.

Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2002.

É uma satisfação estar aqui presente para poder colaborar neste Projeto que reputo de máxima importância para o Exército e para a nossa história. É uma maneira que temos para desfazer as mentiras, as calúnias, as inverdades que constantemente são veiculadas pela imprensa. É uma satisfação, portanto, poder colaborar, como já disse, com este Projeto do maior significado para a posteridade.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Em 1964, eu era Oficial do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em São Paulo. Quando lá cheguei, em 1963, o Comandante da Região era o General Lyra Tavares, que ficou pouco tempo, sendo logo substituído pelo General Olympio Mourão Filho.

Com o General Mourão, logo após ele assumir, passamos a ter reuniões conspiratórias presididas por ele, com alguns oficiais do Estado-Maior da Região. Quero aqui destacar o nome de dois deles que foram os padrinhos dos mais novos que lá estavam, foram o Coronel Policarpo e o então Coronel Augusto Cid Camargo Osório, depois General. Lá em São Paulo, tínhamos essas reuniões na parte da manhã, porque, naquela época, o expediente iniciava às 11h. O General Mourão nos reunia pela manhã quando fazia exposições a respeito da situação, do pensamento dele; fizemos, inclusive, estudos e planejamentos para, se fosse o caso, montarmos um grupo de resistência na Serra da Bocaina, a meio caminho entre o Rio e São Paulo.

Mas o General Mourão queria ir para Minas, para uma Região Militar com tropa, porque não havia unidades de combate na 2ª Região Militar; e ele acabou sendo transferido para a 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora.

Aqui, convém lembrar uma história que ele nos relatou em uma visita que fez a São Paulo após a Revolução. Disse-nos que fora informado por pessoas amigas que estava sendo acompanhado, vigiado em São Paulo, porque estaria conspirando contra o Governo. Então, em meados de 1963, nas comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932 de São Paulo, ele e alguns oficiais compareceram à Assembléia Legislativa para a sessão solene e lá estava também o General Peri Constant Bevilaqua, que comandava o II Exército. Quando um dos oradores começou a criticar o Governo, naquele exato momento, o General Mourão fez um sinal para os seus oficiais, ficou de pé, e abandonou o recinto, em sinal de protesto aos ataques que o Governo estava sofrendo por parte daquele orador. Era a maneira que ele encontrou para mascarar a sua posição diante daquela corrente ligada ao Governo, contrária a ele e ao seu desejo de ir para a 4ª RM/DI e, com aquela iniciativa, ele acabou sendo transferido, como queria, para Minas Gerais.

Em São Paulo, também passamos a ter contato com elementos civis e este contato nos foi proporcionado por intermédio do Tenente-Coronel Rubens Resstel que, radicado em São Paulo, tinha um grande círculo de relações. Naquela ocasião, fazíamos reuniões nas casas de civis. Dessas reuniões, também participavam oficiais das guarnições do interior; em viaturas que nos eram cedidas oficiais da capital se encarregavam de buscar e levar de volta os participantes.

Com a saída do General Mourão, foi para o comando da Região o General Bandeira, não o General Bandeira lá do Nordeste, outro General Bandeira, mas não tinha a mesma linha do General Mourão.

Em substituição ao General Peri Bevilaqua, assumiu o comando do II Exército o General Amaury Kruel e aí tive uma participação, que acredito tenha colaborado para o bom andamento das coisas porque me dava muito bem com o então Major Vinícius Kruel, sobrinho do General, com quem conversava muito. Na época, houve um problema disciplinar com alguns graduados e o General Kruel tomou uma atitude firme, e eu, em conversa, com o então Major Vinícius, disse-lhe que essa atitude do seu tio repercutiu muito bem no meio da tropa aqui de São Paulo. E ele perguntou: “Como você sabe disso?” “Porque estou há mais tempo aqui do que você, servi em Itu, Campinas, e tenho bastante conhecimento da área, enquanto você está chegando agora. Conversávamos muito e fui adiantando algumas informações que certamente seriam passadas ao Comandante do II Exército, mas silenciei a respeito das nossas reuniões conspiratórias. Eu lhe dizia que: “Se seu tio se mantiver nessa linha de respeito à disciplina e se posicionar claramente contra a baderna, que era a tônica do momento, ele terá toda a tropa de São Paulo ao seu lado.

O General Comandante da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI) era o General Aloísio Miranda Mendes e o General Zerbine era o Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DI (ID/2). Disse com muita clareza e muita ênfase para o Major Kruel que, se o seu tio, o General Kruel, ficasse nesta linha, com ou sem esses dois Generais, ele teria a tropa com ele.

Foi se avolumando aqueles movimentos anárquicos das esquerdas, principalmente aqui no Rio, até que eclodiu o Movimento com o General Mourão no dia 31 de março.

Muitos lembrar-se-ão da fidelidade do General Amaury Kruel, aos seus princípios e da sua lealdade ao então Presidente João Goulart, tentando demovê-lo até o último minuto de prosseguir por trilhas perigosas e mal-acompanhado. Como não conseguiu, prevaleceu o interesse nacional, fazendo com que o II Exército, sob o seu comando, aderisse à Revolução Democrática.

Daí em diante, minha participação, como membro do Estado-Maior da 2ª Região Militar, designado pelo Coronel Policarpo, que era o meu Chefe direto, foi no

sentido de coordenar, junto aos fornecedores de combustível, o abastecimento, por parte dos postos, das viaturas do Exército que se deslocassem. Passei, portanto, a trabalhar com esse pessoal civil.

No dia 2, o Coronel Policarpo mandou que eu me apresentasse ao Coronel Cid Camargo Osório, depois General, que já estava no Estado-Maior do II Exército, porque quando o General Bandeira assumiu, eles se desavieram e o Coronel Cid, então, para não sair da área, foi transferido para o II Exército. Cumprindo ordens do Coronel Policarpo, apresentei-me ao Coronel Cid, que me deu a missão de deslocar-me para Curitiba, de helicóptero, para acompanhar as tropas de São Paulo que se dirigiam para o Paraná, porque parte das tropas paulistas não engajada se deslocou para o Sul.

Uma vez definida a posição da 4ª RM no Rio de Janeiro e das forças no Vale do Paraíba, parte das tropas do II Exército foi para o Paraná, o Grupo de Artilharia 155, de Jundiaí, o Grupo de Quitaúna, deslocando-se, também, pela Regis Bittencourt, na direção de Curitiba, o 4º Regimento de Infantaria (4º RI).

Fomos para Cumbica, tomamos um helicóptero e nos deslocamos ao longo da rodovia SP-PR monitorando a tropa que seguia em direção ao sul. Pousamos para verificar a situação de um trator do GO 155 que havia fundido o motor; prosseguimos até Registro, onde reabastecemos, no P Sup que lá havia sido montado.

O mau tempo não nos permitia seguir para Curitiba, que era nosso destino, mas, diante da nossa insistência de prosseguir, o piloto, Capitão Henrique, propôs alcançar o litoral e, pela linha da costa, chegar a Paranaguá; já anoitecia quando decolamos para prosseguir. Fizemos rápida parada na Ilha do Mel, onde havia uma guarnição do Exército, e enviei mensagem para a 5ª Região Militar.

Em Paranaguá, fomos recebidos pelo Capitão dos Portos, além do Capitão da Polícia Militar e do administrador do Porto que nos levou para jantar.

No outro dia de manhã, segui de carro para Curitiba pela antiga estrada da Graciosa, com a finalidade de entrar em contato com o Governador Ney Braga para tratar do problema do abastecimento, porque, naquela época, não havia ainda a Refinaria de Araucária, e o combustível do Paraná ia de São Paulo.

Assim que começamos a reunião com o Governador, recebemos a notícia de São Paulo de que a situação já estava totalmente controlada, inclusive no Sul, e eu deveria voltar. Consegui, então, transporte aéreo lá na base de Bacachiri para me levar até Paranaguá e de lá tomamos o helicóptero e retornamos a São Paulo. Essa foi a minha participação na Revolução.

A ação de João Goulart foi tão nefasta que uniu os brasileiros contra ele, o povo, na sua grande maioria, e o Exército como um todo, praticamente.

No dia 4 de abril, voltando da missão, fui ao Quartel-General do II Exército quando encontrei o General Lindolfo Ferraz Filho, Comandante da AD2 (Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria), pelos cantos. Olhei, cumprimentei-o, ele havia sido meu instrutor na Escola Militar, estranhando que estivesse por ali. Depois, conversando com o Major Kruel, soube que o General Kruel ficara muito aborrecido com ele, porque estando de férias ali por perto, demorou três dias para chegar. Ele não perdoou e não o recebeu.

Poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Já falei alguma coisa a respeito, mas, em resumo, podemos dizer o seguinte:

– liberalidade, vista grossa e omissão durante o Governo Juscelino Kubitschek;

– traição à maioria dos seus eleitores pelo senhor Jânio Quadros, incluindo o episódio Che Guevara, um sinal verde para os comunistas;

– tomando as rédeas do Poder, o senhor João Goulart levou o País a um verdadeiro caos. O Presidente, apoiado pelo Brizola foi um dos maiores incentivadores da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. A sua aparente fraqueza era parte do jogo para atingir o caos e, com isso mudar a Constituição, inclusive na marra, como diziam, de acordo com seus interesses.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia sim, incontestavelmente. Todos se queixavam da caótica situação econômica, e, aqueles que percebiam, se mostravam temerosos com o avanço das atividades dos comunistas e a força que eles ganhavam no governo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A maior parte do clero comungava com o temor da população, frente ao descalabro econômico e à ação dos comunistas, mas, logo depois da eclosão da Revolução, já se fizeram notar os "padres e as freiras de passeata", que apoiavam as atividades dos comunistas. Na verdade, havia religiosos profundamente ligados aos comunistas, aliás, até hoje.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

O ambiente no meio militar era de perplexidade diante da complacente posição do Ministro do Exército e da atitude de alguns chefes militares que, por

ambição, apatia ou mesmo convicções políticas, apoiavam o rumo nitidamente esquerdista-comunista do Governo do senhor João Goulart.

As tentativas de criar cisões nos quadros das Forças Armadas foram flagrantes e insidiosas. Recordo aqui a sedição de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília; o episódio dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, do Rio de Janeiro; o Almirante Aragão nos braços das praças; o comício da Central do Brasil e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, quando o Governo das aberrações, dos desvarios, dos desatinos, começou a cair.

No Quartel-General da 2ª Região Militar, onde eu servia, o ambiente era bom e posso afirmar que a maioria dos subalternos e sargentos era fiel aos princípios da nossa Instituição e não aceitavam as tentativas de lançar a desunião no seio do Exército.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Além dos que já citei, há outros episódios a considerar como a atividade dos "grupos dos onze", das "Ligas Camponesas", do Comando Geral dos Trabalhadores, que era o Comando das Greves, responsável por infernizar o País a todo momento, inclusive com greves de apoio a outras greves, as chamadas greves de solidariedade.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Tudo que não for "esquerdóide" ou "comunistóide", será tachado de reacionário pelos inimigos da Revolução de 31 de Março de 1964, os eternos derrotados. As Marchas foram uma demonstração inequívoca de insatisfação e de repúdio à orientação do Governo do senhor João Goulart, contestada pela população unida, de terço na mão, pela liberdade, pela democracia e contra o totalitarismo que estava por se implantar no País.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

A grande maioria apoiou a Revolução, seja por princípio, seja por conveniência.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução?

Embora contrárias à Revolução, passaram um bom tempo sem engendrar atividades de reação, até porque a maioria dos seus líderes fugiu, o que é muito comum nos comunistas. Quando as coisas apertam, eles desaparecem.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Civis – Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ney Braga Juracy Magalhães etc.

Militares – General Mourão Filho, Castello Branco, Odylio Denys, Costa e Silva, Carlos Guedes, Emílio Médici, Lyra Tavares e outros.

A Revolução de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Até onde alcança o meu conhecimento do 31 de Março de 1964 foi de preparação exclusivamente interna e, sinceramente, não acredito que algum chefe militar tenha procurado apoio ou o beneplácito de algum elemento externo.

Quanto aos civis, nada posso opinar, mas a Revolução, como um todo, não teve nenhuma ligação com o exterior, como também não foi orientada pelos EUA ou por quem quer que seja.

Como os comunistas e seus afins sempre estiveram subordinados a Cuba, Praga ou Moscou, é natural que tentem ofuscar a nossa vitória com mentiras e calúnias, na tentativa de esconder o fracasso, a fragorosa derrota.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Simplesmente não havia "esquema militar". Os chefes militares do suposto esquema – a maioria por vaidade, ambição e não convicção política – pavoneavam, mas não detinham o controle de nada. Apesar dos esforços feitos e das balelas, o Exército não foi contaminado e se manteve unido no momento crítico.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)?

Havia confiança nos chefes e coesão em torno deles, é o que posso afirmar, quanto ao II Exército, onde eu servia; e, pelas informações obtidas, posso dizer que o clima era o mesmo no seio da 4ª RM e AMAN.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O Exército empregou tropa com conscritos ainda em formação, logo nada mais correto do que o emprego dos cadetes, profissionais, exemplarmente prepara-

dos, dada a situação de emergência que o País enfrentava. A participação da AMAN foi decisiva para a rápida e consagradora vitória da Revolução.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Parte da tropa do II Exército se deslocou para o Paraná, como reforço para eventual confronto com elementos do III Exército, o que felizmente não aconteceu. O Sul, muito ao contrário do ocorrido na renúncia do senhor Jânio Quadros, não se amedrontou com os arreganhos e ameaças do senhor Brizola e, unido, ficou ao lado do Exército revolucionário.

Ao contrário de 1930, dessa vez foram os mineiros e não os gaúchos que tomaram o Rio de Janeiro. A vinda para o Rio da tropa de Minas e do General Mourão – indiscutivelmente o detonador do Movimento – teve mais o propósito de marcar presença, já que, no Rio de Janeiro, a maioria da tropa estava nas mãos de gente nossa.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim, porque percebemos, com evidência e profundidade, os perigos que rondavam a Nação, o que mostrou a necessidade de as Forças Armadas se unirem para manter os objetivos conquistados e permanecer atentas às reações do inimigo solerte. A infiltração comunista na Igreja, no meio estudantil, no operariado, na imprensa e em repartições do Governo nos serviram de alerta: ou nos uníamos para resistir e combater em melhores condições ou seríamos tragados por eles.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não. A Revolução de 31 de Março de 1964 foi uma patriótica reação do Brasil contra a ideologia comunista que maus brasileiros, auxiliados e orientados por Cuba, Praga e Moscou, tentavam impor à Nação.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na maioria sim. *O Estado de São Paulo, Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil* e o, hoje, famigerado *O Globo* apoiaram o Movimento. Muitos outros jornais também o fizeram, mas não tenho como precisá-los. A Rede Globo, por exemplo, deixou de fazê-lo por interesses inconfessáveis, quando a Revolução deixou o Poder, ou seja, a partir de janeiro de 1985.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os presidentes foram militares, mas os governos jamais. Foram poucos os militares que ocuparam cargos na administração pública e a ingerência militar ficou limitada às ações de segurança e ao combate aos atos de terrorismo, seqüestros, assassinatos e guerrilha.

Quais as raízes da Revolução de 1964?

Precisar as raízes não me atrevo, mas tenho para mim que o que aconteceu em 31 de março de 1964 foi uma reação, sobretudo, da parte esclarecida da sociedade e das Forças Armadas contra as atividades dos comunistas, seus afins e inocentes úteis que, às escâncaras, à vista de todos, impuseram, com atrevimento, as suas regras nocivas nos diversos setores do Governo para destruir a nossa democracia.

A guerra fria teve influência no Movimento de 1964?

A guerra fria, na verdade, influenciou, muito fortemente, mas nas atividades dos comunistas os quais, sentindo a firme e arrogante posição da União Soviética e o apoio por ela dado a Cuba e ao Leste europeu, se robusteceram e passaram a agir com mais desenvoltura. Convém lembrar que desde o Governo do senhor Juscelino Kubitschek eles vinham criando asas e durante o Governo João Goulart se lançaram ao vôo, cada dia mais alto.

O curto interregno do senhor Jânio, o traidor, também lhes foi favorável.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964? O senhor poderia citar os principais?

A mídia está dominada pelo que chamo de “a canalha”, comunistas-esquerdistas, recalcados e aproveitadores; a essa gente não interessa destacar os acertos, pois a palavra de ordem é mentir, caluniar. Sobre tudo que foi bom – silêncio total. A regra é denegrir. Como diziam os caudilhos nos entreveros de 1893: “Quem o inimigo poupa, na mão dele morre.”

Os anos da Revolução foram um período áureo para a economia brasileira, onde:

– o parque industrial foi grandemente ampliado e modernizado, com a implantação de indústrias de alta tecnologia, inclusive a indústria petroquímica;

– o Brasil, que entrou na Revolução como exportador de produtos primários, tornou-se exportador de produtos manufaturados, que passaram a dominar a pauta de exportação;

– nossa balança comercial, apesar da recessão mundial e das crises do petróleo, sempre foi positiva; em 1983, o saldo chegou a 6 bilhões de dólares e, em 1984, a “Nova República” foi recebida com um saldo de 13 bilhões de dólares, que logo se encarregou de malbaratar.

Vivemos um notável desenvolvimento do PIB, que começou, em 1968, com o crescimento de 9,3% e chegou, em 1973, a mais de 13%. Nessa série, não houve crescimento menor que 9% – um verdadeiro milagre resultante de planejamentos governamentais bem executados. É bem verdade que não foi acompanhada de uma melhor distribuição de renda, mas que não deixou de melhorar bem, convindo lembrar que, à época, o crescimento da população se fazia com taxas bem mais elevadas que as de hoje. Vale, ainda, citar os seguintes setores extremamente beneficiados:

– energético com a criação do pró-alcool;

– telecomunicações;

– energia hidrelétrica;

– malha rodoviária;

– Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva);

– Zona Franca de Manaus;

– universidades;

– construção de residências para as classes média e pobre, através do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Não houve desnacionalização nem privatizações, o que hoje existe e é uma vergonha, com verdadeira doação do patrimônio nacional ao capital estrangeiro.

O senhor acha que a Revolução de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Sim, dentre eles citamos:

– a Ferrovia do Aço, no Governo Geisel, sem finalidade clara;

– a falta de elaboração de uma sólida e rigorosa legislação para coibir as orgias e irresponsabilidades dos municípios, estados, universidades, fundações, empresas governamentais e outras organizações;

– inexistência de uma legislação sobre controle de natalidade e paternidade responsável;

– a não unificação das polícias militar e civil;

– não atuou com a devida atenção nos setores da saúde e, principalmente, da educação, que ficou inteiramente nas mãos da esquerda, criando-se, por aí, o grupo revanchista, que ataca injustamente a Revolução, sobretudo “a canalha” que hoje domina a mídia e sobre a qual já me referi.

A chamada “batalha da comunicação social” foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Não acho que os governos revolucionários tenham perdido a "batalha da comunicação social". Na época, houve a necessária e conveniente comunicação social, mas o que não se pode é querer relacionar fatos de vinte ou mais anos passados com o "massacre" da mídia atual contra a Revolução, conseqüência do domínio da Imprensa pela esquerda derrotada e pelos rios de dinheiro que vêm de fora para este desiderato.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticadas por extremistas?

Alguns comunistas e muitos desajustados de mal com a vida, com a família, recalcados, frustrados e pretensos "Che Guevaras" tentaram combater a Revolução com assaltos, seqüestros, assassinatos, atos terroristas e ações de guerrilha. Alardeavam que combatiam a opressão em busca da liberdade, da democracia, bens inexistentes na terra dos seus patrocinadores.

A diversidade dos grupos subversivos mostra bem o delírio, a perturbação mental, o desatino dessa gente, a falta de unidade ideológica, de uma ação de comando unificada, deixando transparecer a existência de uma disputa entre eles, na busca de destaque, de notoriedade.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Decididamente não concordo com esse ponto de vista, porque é falso e tendencioso. A essa gente falta autoridade moral para falar em canais para manifestação dos opositores. A sua escola e os seus propósitos eram totalitários e internacionalistas, avessos ao diálogo.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Diante da situação existente, entendo que sim. Castello Branco, sem dúvida um grande Presidente, e o próprio Costa e Silva não foram suficientemente rigorosos no combate aos núcleos subversivos. Os acontecimentos na França, em 1968, animaram os derrotados daqui, que partiram para a luta armada, obrigando o Estado a reagir.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Sim, foi necessária. Jamais esquecerei os companheiros que participaram da luta contra a subversão. Rendo minhas homenagens a todos eles, lembrando que muitos se feriram, ficaram mutilados ou foram mortos, mas evitaram, no Brasil, o que se vê, hoje, com extrema tristeza e preocupação, na Colômbia.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Houve sim. O cerceamento das liberdades foi uma conseqüência do recrudescimento da propaganda e das ações subversivas. Acho que não devemos nos envergonhar e nem nos penitenciarmos pelo que aconteceu, afinal, manda quem pode e obedece quem tem juízo. Não temos que dar satisfações a uma corja, repito corja, que sempre esteve ao lado de ditadores ferrenhos e sanguinários, como Fidel Castro, e, que, hoje, cinicamente, se arvora em crítica da Revolução de 31 de Março de 1964.

Como o senhor vê essa terminologia "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe", utilizada, hoje em dia, pela dita corja?

Como já disse anteriormente a "canalha", caluniando e mentindo, vai passando às novas gerações a imagem de que houve uma "ditadura militar", um período de "torturas" e "repressão" – estão no papel deles, tolos fomos nós.

O atual Governo comunga com a "canalha", pois logo no início o "rei" nomeou uma comissão – uma esdrúxula comissão para premiar os seus amigos, assassinos, terroristas e guerrilheiros.

E o candidato oficial às próximas eleições também faz parte da "canalha", pois, na sua propaganda, afirma cínica e debochadamente que foi "perseguido pela ditadura de 1964 e se exilou no Chile!"

E, agora, gente que se diz nossa, vem com a balela, com a calhordice de nos dizer "Vamos esquecer o passado", quando o outro lado só fala e tira proveito dele. Nós fomos e somos realmente tolos!...

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Vi uma abertura atabalhoada, sem comando efetivo e sem que fossem tomadas precauções para o futuro. Nós, os vencedores, tudo entregamos ao inimigo, que hoje nos pisoteia, nos ofende, nos calunia.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Em parte, acho que sim. O Presidente Figueiredo não foi feliz, mas é necessário dizer que, no tocante à abertura, herdou desacertos do Governo Geisel.

Geisel, Golbery e outros desgastaram, realmente, a Revolução, com certeza mais do que o Figueiredo.

Em 1978, como Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá/PA, fui proibido de comparecer ao aeroporto para recepcionar o Presidente Geisel. Ele contava com a presença do bispo "comunistóide" da diocese, se não me engano Dom Alano; está esperando por ele até hoje. A 23ª Brigada era secundária...

Houve, principalmente, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", em relação aos militares?

Como já tive oportunidade de dizer, nós os vencedores, tudo entregamos aos nossos inimigos, logo não podemos nos surpreender com o "revanchismo", as calúnias e as mentiras.

Com a queda do Muro de Berlim, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo já havia sido banido do Chile – valhacouto dos "exilados" brasileiros – melhor no Chile do que em Cuba...

Com a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da URSS, o radicalismo dos comunistas brasileiros chegou a amainar um pouco. Sem a sua "mesada", Cuba entrou em estado de falência, perdeu a arrogância e as condições de treinar e exportar agitadores. Às voltas com seus graves problemas, a Rússia se esqueceu do Leste europeu e o deixou à própria sorte, o mesmo acontecendo com relação à Argélia.

O comunismo é uma utopia, um atraso de vida, uma ignorância, vai sofrendo modificações, mas não creio que desapareça. Entre nós, o PCB já mudou de nome e o PCB do B, nas suas propagandas, ao lado do vermelho, da foice e do martelo, já exibe, para mascarar, o nosso verde e amarelo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Acho reconfortante e animador, sinal de que a "canalha" da mídia não está alcançando os objetivos desejados.

O que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Gostaria de dizer, neste fecho, reiterando minhas palavras iniciais, que vejo esse Projeto como da maior importância, particularmente, daqui a dez, vinte, cinqüenta anos, porque estes livros estarão à disposição de historiadores, pesquisadores e brasileiros em geral, que poderão confrontar a versão verdadeira dos fatos aqui narrados, sem o propósito de inventar e de mentir, com essas

calúnias e inverdades que são veiculadas pela imprensa de hoje, como tenho dito, dominadas pela canalhice, sim, porque são realmente canalhas!

Quero ressaltar o fato de que quando este governo entrou, logo no início, nomeou uma comissão e deu a chefia da mesma a um dos seus amigos com a finalidade de premiar os assassinos, assaltantes, guerrilheiros, terroristas vivos ou mortos, amigos dele, do rei, e clientes do chefe da comissão.

Posso garantir, com toda a consciência que a grande maioria das acusações contra a Revolução são caluniosas.

A respeito dos vinte anos de acertos que mudaram a face do Brasil, nem uma palavra hoje em dia. O capital estrangeiro e a ação dos revanchistas inveterados determinaram que o silêncio seja total.

Por isso, enfatizo, ao término desta minha entrevista, que a possibilidade de levar a verdade aos jovens de nossas Forças Armadas, à Universidade e ao maior número de pessoas dos diversos segmentos que compõem a população brasileira fica na dependência da difusão de obras como esta, criada pelo Projeto de História Oral do Exército, e que vai mostrar o que foi, realmente, a Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Divisão Sergio Ruschel Bergamaschi

- Natural da Cidade de Veranópolis, RS.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia e recebeu o prêmio de viagem a bordo do Navio-Escola Almirante Saldanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Fortificação e Construção do Instituto Militar de Engenharia (IME).
- Trabalhou como Engenheiro Militar, na construção da Rodovia BR-277, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Guarapuava.
- Exerceu as funções de professor do Instituto Militar de Engenharia (IME), de Assessor do Gabinete do Ministro do Exército e de Assistente do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- Comandou o 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Teresina, PI.
- Foi Oficial do Estado-Maior da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, Petrópolis, RJ, Chefe de Gabinete da Diretoria de Obras de Cooperação, do Departamento Geral de Serviços, e Subchefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste.
- Como General-de-Brigada, comandou o 2º Grupamento de Engenharia, Manaus, AM, foi Adido Militar nos Estados Unidos da América e no Canadá e Diretor de Assuntos Culturais.
- Como General-de-Divisão, foi Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo, SP.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Professor em Comissão do Instituto Militar de Engenharia, Praia Vermelha, RJ.

Entrevista realizada no dia 8 de abril de 2002.

É com muita satisfação que venho aqui para fazer esse breve depoimento de minha participação, melhor dizer da Engenharia de Construção na área da segurança e do desenvolvimento. E responder a mais algumas perguntas que o senhor quiser me fazer.

General, que missão, voltada concomitantemente para os campos da segurança e do desenvolvimento, gostaria o senhor, como Comandante de Batalhão de Engenharia na época do Governo do Presidente João Figueiredo, de abordar aqui nesse início de sua entrevista?

Meu General, no início do Governo do General Figueiredo, já em vigor a política do General Geisel de abertura lenta e gradual, começou a haver movimentos de perturbação da ordem no Baixo Araguaia, na região de Xambioá. O assunto estava no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, e foi criado o Grupo Executivo de Terras do Baixo Araguaia – o GETAT, sendo seu Presidente o Doutor Íris de Oliveira.

O grupo foi inspirado no GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), criado há muitos anos por problemas semelhantes.

Conversando com o General Venturini, este disse ao Dr. Íris: "Por que ele não pedia ao Exército para colocar um destacamento de Engenharia para trabalhar naquela área tão carente de infra-estrutura e de estradas." Assim, surgiram os primeiros contatos e a proposta foi apreciada pelo Chefe do Departamento de Engenharia e pelo Diretor de Obras de Cooperação, respectivamente General-de-Exército Antônio Ferreira Marques e General-de-Divisão Rubens Mário Brum Negreiros, que acolheram bem a idéia, condicionada a aprovação à realização de reconhecimentos e avaliação. Foi selecionado o 1º Grupamento de Engenharia, com sede em João Pessoa, na Paraíba, para o cumprimento da missão. Era seu Comandante o General-de-Brigada Roberto França Domingues, que a acolheu com entusiasmo.

Foram feitos os reconhecimentos preliminares com a minha presença na qualidade de Comandante do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), de assessores meus e de assessores do Comando do Grupamento. Fomos para a região de Xambioá, fizemos os reconhecimentos e os levantamentos que nos asseguraram que havia viabilidade para o que se pretendia.

Logo foi feita uma reunião em Brasília com as presenças dos generais Antonio Ferreira Marques, Rubens Mário Brum Negreiros e Roberto França Domingues, da minha também e de assessores do Grupamento e do Batalhão.

Foram, então, discutidos os problemas. O General Marques e assessores apresentaram várias ponderações e dificuldades que poderiam surgir para que a obra fosse levada a bom termo, e todos os óbices levantados foram prontamente respondidos

pelos representantes do Grupamento e do Batalhão, o que levou o General Marques a comentar: "Vocês de Construção são muito rápidos para resolver os problemas". Isso aqui fica como homenagem ao nosso pessoal da Engenharia de Construção.

Que merece mesmo!

Então, foi celebrado um convênio com o GETAT e esse convênio foi assinado lá no meu Gabinete, em Teresina, e editado em setembro de 1980. Por força desse convênio, recebi na hora dois cheques: um de duzentos milhões de cruzeiros e outro de vinte milhões. Os duzentos milhões de cruzeiros eram para as obras e instalações, compra e recuperação de equipamentos, e os vinte milhões de cruzeiros eram para assistência social. Tratava-se de muito dinheiro na época. Compramos uma série de equipamentos, como, por exemplo, quatro tratores D6, tratores de médio porte, motoniveladoras, carregadeiras, mototransportadores, caminhões, caminhonetes, cavalos-mecânicos, pranchas para transporte do equipamento, comboios de lubrificação, lanchas e outros equipamentos.

Mobilizamos, então, o pessoal. No planejamento, constava empregar um destacamento com base numa Companhia de Engenharia Reforçada, comandada por um major do QEM (Quadro de Engenheiros Militares), mais um capitão de Engenharia, quatro tenentes, um tenente-médico, um tenente-dentista, um tenente QAO, previstas 93 praças, sendo que 18 sargentos e 17 cabos. Além disso, ainda, foram previstos 262 civis, formando, realmente, uma tropa expressiva.

Esses civis eram da área, General?

Alguns levados do Batalhão e outros seriam contratados na área, inclusive serventes. O pessoal mais especializado teve que ser levado ou convocado...

Quer dizer, isso foi uma forma de aumentar o nível de emprego na área e diminuir a agitação, porque a pessoa começa a arranjar emprego, não fica ociosa; esse trabalho da Engenharia é importante por isso também, porque absorve mão-de-obra.

Sim, sem dúvida nenhuma. A Engenharia de Construção se presta muito para esse tipo de operações. Os planejamentos de aquisições e de lotação dos efetivos foram quase completamente efetivados e foram suficientes para levar a bom termo as obras. O primeiro Comandante desse destacamento, faço aqui uma homenagem, foi o Major QEM Edson Jesus de Paiva e Silva, já falecido infelizmente...

Edson Jesus de Paiva e Silva.

Para o início das instalações, foi organizado um destacamento precursor que já levou equipamentos diversos. Foi com muita dificuldade que chegou à área, uma região muito carente de meios, de pontes etc., e foi necessário muito esforço para lá chegar com o material. Uma das primeiras coisas que esse destacamento precur-

sor fez foi arrumar as ruas da cidade que receberam saibro e foram patroladas. O destacamento foi comandado pelo 1º Tenente Jorge Ernesto Pinto Fraxe, oficial muito competente e dedicado.

Que maravilha!

E a resposta da população? Nos dias que se seguiram, pintaram a maioria das casas, em sua maioria de madeira. A vila ganhou nova aparência.

Começaram, então os trabalhos. A maioria dos projetos havia sido feita ou estava sendo feita pela Seção Técnica do Grupamento.

Foram construídos o aquartelamento, hospital, escola e residências para alguns elementos que não poderiam morar em barracões. Um outro aspecto a destacar é que o projeto de urbanização manteve quase a totalidade da vegetação. Era um babaçual muito bonito.

A localidade onde foi instalado o Destacamento foi São Geraldo do Araguaia – PA, que é vizinha a Xambioá, do outro lado do Rio Araguaia.

Uma beleza não é?

Infelizmente, não pude assistir a tudo, porque cinco meses depois, estava passando o comando da Unidade.

O senhor foi na verdade o pioneiro, iniciou o projeto.

Exatamente, pioneiro e talvez o único que tenha condições de trazer essas informações, porque os outros já entraram com a obra em andamento, deixando de conhecer esses detalhes iniciais da missão. Felizmente, a missão foi coroada de êxito.

Esse Destacamento veio a se chamar Destacamento Rodrigo Octávio em homenagem a um grande General que tanto defendeu a área amazônica. Outra coisa interessante é que a Companhia de Engenharia foi reforçada por um Pelotão de Equipamento, para fazer a manutenção do material, uma Seção de Assistência Social, com Setor de Saúde, Hospedagem e Armazém; um Setor de Administração, com Contabilidade, Pessoal, Compras, Aprovisionamento, além de uma Seção de Informações e uma Seção de Ligação com o Fundo Rural.

General, a travessia do Araguaia ali, como é feita, existe balsa?

De balsa.

No Tocantins, já havia ponte, mas ali era usada uma balsa. O Rio Araguaia é muito bonito!

Está muito bem.

Bom, resumindo essa parte, é importante destacar o valor da presença do poder do Estado. A nossa presença influiu muito, tranqüilizou a área, melhorou a assistência social.

Na primeira fase da obra, estava prevista a implantação de uma primeira ligação da Fundação Brasil Central ao entroncamento com a Rodovia Transamazônica, a BR-230, com um ponto de passagem obrigatório em São Geraldo do Araguaia, numa extensão aproximada de duzentos quilômetros. Houve posteriormente outras etapas para os trabalhos.

Minha atuação ocorreu na instalação do Destacamento. Deram prosseguimento às obras os sucessivos comandantes do 2º BEC, os coronéis engenheiros militares QEMA Antônio José Blanco e Arby Ilgo Rech.

Na primeira visita de reconhecimento àquela região, contatei um dos dois padres franceses que atuavam na área (já não lembro qual) – os Padres Aristiles Camiou e Miguel Lemois.

O sucesso da atuação do Destacamento acabou, tudo indica, provocando nova onda de conflitos, levando ao episódio da expulsão dos padres do País (de grande repercussão na imprensa) durante a Presidência Interina do Vice-Presidente Aureliano Chaves, enquanto o Presidente Figueiredo estava sendo operado em Cleveland, nos EUA.

Infelizmente, o Destacamento teve vida curta e as instalações foram transferidas para a Polícia Militar do Pará.

Vou encaixar aqui uma idéia que venho alimentando. Vou aproveitar a "dica" para registrá-la. Julgo que essa experiência de São Geraldo do Araguaia deveria ser estendida para a Transamazônica. A área adjacente da Transamazônica é muito carente e precisa ser desenvolvida. São terras férteis, na região das cachoeiras dos rios, próximas a locais próprios para a geração de energia elétrica. A rodovia dará condições para, a partir da região ocidental do Acre, ter acesso ao Pacífico e a seu mercado.

Esse trabalho na Transamazônica naturalmente será objeto de oposição dos grupos ecológicos e de todos que terão interesses contrariados por nossa atuação naquele mercado.

Quanto aos problemas ecológicos, tenho um registro interessante a fazer. Em 1992, quando Diretor de Assuntos Culturais, participei, em Curitiba, de seminário promovido por uma ONG que trata da preservação dos sítios históricos e naturais. Falaram na floresta amazônica, e eu me levantei meio encabulado, estava à paisana, era General-de-Brigada e o único militar entre civis. Criei coragem e disse: "Acho que precisamos ocupar a região da Transamazônica, escoando para área parte do contingente de população, de mão-de-obra que acaba indo para as favelas. Dar assistência técnica para eles produzirem, vivificando assim as áreas adjacentes à rodovia. Para me precaver, disse que, quanto à floresta, há maneiras de impedir que ela seja destruída."

Então, o professor Aziz Ab'Saber, da Universidade de São Paulo, bastante conhecido nacionalmente, disse que eu tinha razão, e que a floresta, inclusive, pode se recuperar com o tempo, pois ela tem grande poder de recuperação.

Quando menino, na rua em que eu morava, havia uma família Abi Saber. Creio que a grafia era essa. Os rapazes chamavam Latife e Ricardo. Era uma família grande...

Eles são sírios, de origem síria. Era um pessoal com o qual nos dávamos bem.

O Professor Ab'Saber mostrou-se muito distinto e afável no trato...

General, que outras realizações da Revolução gostaria o senhor de destacar por tê-las conhecido de perto?

Olha, tomei conhecimento de muitas realizações, mas destacaria o Programa Rodoviário Nacional, muitas obras foram feitas. A ligação Cuiabá-Rondônia, por exemplo.

Cuiabá-Rondônia que entrou pelo Acre.

Depois foi pelo Acre adentro até Cruzeiro Sul, a cidade mais a oeste do Brasil, próxima à fronteira com o Peru.

É a BR-364.

Sim, é a BR-364. Acrescentaria a BR-163, Cuiabá-Santarém e a BR-174, Manaus-Caracaraí-fronteira da Venezuela.

Importantes obras, todas da Engenharia Militar, não é isso General?

Sim, todas importantíssimas e da nossa Engenharia Militar...

Do nosso 2º Grupamento de Engenharia de Construção.

Sim, do 2º Gpt, que depois vim a comandar como General-de-Brigada.

É o Grupamento Rodrigo Octávio.

Exatamente, que depois veio a se chamar Rodrigo Octávio, em homenagem a esse General que tanto fez pela Amazônia.

Tenho um carinho especial pela área, porque quando cheguei com a Brigada das Missões do Rio Grande do Sul, em Tefé...

Ah, sim, você conhece bem a Amazônia.

Inicialmente, fiquei no Grupamento de Engenharia, durante um mês e pouco, e inauguramos uma placa naquela Grande Unidade para marcar a nossa passagem por ali antes de fazer o lance do Comando da Brigada para o destino final, período em que nos preparamos em Manaus, para nos juntarmos com o Escalão Avançado, a Companhia Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva que já se encontrava em Tefé. Então, recebi um apoio valioso do 2º Grupamento e eles nos hospedaram, abrigaram os pioneiros, ali em Manaus, por iniciativa do General Freitas, que comandava

o Grupamento. Ele viabilizou a continuidade dos nossos trabalhos na área, colocando sua administração ao nosso dispor.

Exatamente. Então, o General Freitas foi quem o recebeu naquele momento difícil. Ele comandou o 2º Grupamento, se não me engano, em 1992 e 1993.

Ele me deu todo o apoio com a sua infra-estrutura. Acompanhei, depois, lá em Tefé o trabalho da Engenharia feito em Urucu – em proveito da Petrobras – os reconhecimentos iniciais, as idas do Comandante do Grupamento. Eu o recebi em Tefé e visitei as obras rodoviárias ligando os vários poços de petróleo e o principal na área central. Vi todo o trabalho bonito da Engenharia e, agora, ultimamente, uma Companhia do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), terminou o nosso quartel em Tefé, o Posto de Saúde, os arruamentos, as casas dos oficiais e sargentos.

Uma companhia do 8º BEC.

Exatamente, do 8º BEC.

Sediado em Santarém, no Estado do Pará.

Fez o quartel, fez os arruamentos todos, cabendo-lhe, posteriormente, recuperar a avenida que liga a cidade ao aeroporto que ganhou o nome de Avenida dos Expedicionários, a qual passa na frente do nosso quartel e das nossas residências, que distam cerca de 1 km do Aeroporto.

Coube a essa Companhia do 8º BEC fazer a ampliação do Aeroporto de Tefé, um trabalho da maior relevância porque passou a permitir ali o pouso de qualquer tipo de aeronave. Então, há uma integração muito grande com a Engenharia, e o 61º Batalhão da Brigada, que foi para Cruzeiro do Sul, instalou-se no quartel do 7º BEC, que se mudou para Rio Branco, o qual, embora já extinto, veio a ser reativado pelo Ministro Tinoco, por solicitação do General Pacheco, Comandante Militar da Amazônia, em 1992, atendendo a uma exposição de motivos da nossa Brigada.

O General Pacheco pediu ao Ministro Tinoco para reativar o 7º BEC de modo a continuar, inclusive, o trabalho na 364 no Estado do Acre, o difícil trabalho de manutenção daquela rodovia, na época até Sena Madureira, para aproveitar uma verba do Ministério dos Transportes.

Em direção ao Peru...

Exatamente! Então, foi uma ligação muito estreita com a nossa Engenharia e ficou um pelotão do 7º BEC nos ajudando, apoiando o 61º Batalhão de Infantaria de Selva que vindo do asfalto, no Rio Grande do Sul, de repente se viu na selva, numa área totalmente diferente da que atuava anteriormente.

Onde é que estava o 61º?

O 61º estava em Santo Ângelo...

Foi, então, um senhor deslocamento!

Foi para lá pelo Rio Juruá, vindo de Belém, em face da BR-364 estar interrompida – no trecho entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; então, ele não pôde usar aquela rodovia, que funcionou, muito bem, na época da Revolução, mas, depois, começou a haver problemas, por falta de manutenção, principalmente das pontes, o que a deixou interrompida e, aí, o pessoal teve que vir de Belém, pelo Rio Amazonas, até Manaus, e, daí, pelo Solimões, passou por Tefé e desceu pelo Juruá até Cruzeiro do Sul, uma viagem longa e ali se juntou ao 7º BEC, à nossa Engenharia, que ensinou tudo para a gente.

A Engenharia fazia tudo na região – travessia do Juruá, tratamento de água – temos muito que agradecer ao 7º BEC. Lutamos pelo seu renascimento com um forte argumento – já havia uma Companhia em Rio Branco, então tudo apontava para a solução de juntar o Batalhão àquela Companhia e foi o que aconteceu. Está lá vivo até hoje com toda força, fazendo o seu trabalho muito valioso no Acre, enquanto o 5º BEC faz em Rondônia. Queriam que o 5º BEC trabalhasse também para o Acre, o que seria problemático. Então, os dois Batalhões estão lá, ajudando o desenvolvimento do Brasil; isso tudo a gente viu de perto, por isso a gente admira demais a Engenharia.

General, a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade que vem sendo medido através de pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Respondendo à pergunta, eu diria que, nesses dois anos que permaneci em área da jurisdição do Governo do Estado, pude observar o seguinte: vão demorar muitos anos para que o Brasil venha a ter quadros para administrar o País como o Exército preparou os seus. Essa preparação começa com os soldados e cabos e se estende para as graduações e postos acima. Dá gosto de ver a desenvoltura dos nossos soldados, a forma como operam nossos sargentos. O gabarito das Escolas de Sargentos (EsSA) e o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Cruz Alta, os cursos de formação de Cabos (CFC), nossos cursos para Oficiais – AMAN, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), por tudo isso, acho que vai levar muito tempo para o Brasil ter quadros administrativos do nível dos nossos. Os militares que passam para a reserva e que vão atuar nos mais diversos setores, em geral, agem com muita desenvoltura e correção...

Seriedade.

As pessoas confiam em nós.

Está muito bem, o senhor abordou muito bem a questão.

Então, é por isso que as pesquisas apontam as Forças Armadas e o Exército em particular como as instituições de maior credibilidade no País, mais de 80%, acima de todos os outros.

Exatamente.

Encontrei esses dias um conhecido, que foi meu aluno no IME, e perguntei-lhe a respeito de um companheiro da turma anterior a minha – o Coronel Roehl, como é que vai? "Ele está muito bem, sempre atuante. É professor muito conceituado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Diretor do Curso de Engenharia Civil, e atua na Pastoral da Família." Este é um bom exemplo do elevado desempenho do nosso pessoal.

Eclético, é verdade, o senhor abordou um aspecto importante. Foi a primeira consideração desse tipo feita aqui, mostrando esse outro lado, que é o lado prático da vida no desempenho de suas atividades, onde a gente pode aquilatar bem o valor do homem, através do exercício de suas funções.

General, o senhor gostaria de registrar algo mais para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Bom, acho que essa experiência deve ser ampliada para outros aspectos da participação do Exército no desenvolvimento e na segurança do País... Quando eu era coronel servi no EMFA. Um capitão-de-mar-e-guerra fuzileiro naval, um diplomata e eu fomos, a convite da Escola de Estado-Maior da Nigéria, fazer uma palestra na escola, em Kaduna, sobre a contribuição das Forças Armadas para o desenvolvimento do País. E, aí, pudemos abordar a grande contribuição dos militares. Da parte do Exército, notadamente nas várias áreas da Engenharia e das Comunicações. Estas, por exemplo, deram origem ao sistema Embratel, que foi criado pelo nosso pessoal formado pelo IME.

Exatamente.

O próprio ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) foi originário de uma especialidade lá da Escola Técnica do Exército (que depois veio a se chamar IME).

Julgo, portanto, que o Exército tem muitos campos em que pode vir a dar sua contribuição.

Pois não. Inclusive, General, me permito aqui acrescentar que essa sua idéia já é vitoriosa, porque se resolveu trabalhar com a Engenharia no Projeto de História Oral, ora iniciado, de modo a mostrar o que tem sido a Engenharia Militar dentro dos diversos setores; o IME, as fábricas, os arsenais, os parques, a Engenharia de Construção, a participação dos nossos engenheiros na vida econômica do País. Esse impulso dado às telecomunicações, transportes etc. deve-se em muito ao nosso pessoal técnico, sempre chamado a cooperar nessa área da Ciência e da Tecnologia.

Veja, por exemplo, no setor da energia elétrica, em plena crise de energia, o comentarista da Globo, Arnaldo Jabour, numa das suas crônicas, criticou a Revolu-

ção de 1964, por haver construído as grandes usinas de Itaipu, de Tucuruí, não me lembro bem por que razão, possivelmente por algum problema ocorrido nas estiagens. Como pode alguém pensar tal absurdo!...

Esse sujeito é um fracasso! Como é que ele não consegue enxergar que a falta d'água, momentânea, não tem nada a ver com essa forte consciência de que a hidrelétrica é o melhor meio de produção de energia, inclusive não polui, superior, em todos os aspectos, às termoelétricas, que devem ser vistas como complementares.

Realmente, fala sem conhecimento de causa.

No Brasil, há muito pândego falando de coisas sérias. Então, me parece que aí foi o caso bastante clássico do revanchista desesperado tentando denegrir obras inteiramente consagradas.

Gostaria de acrescentar também os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, verdadeiras maravilhas que a Revolução criou. A gente sabia, o que ia se fazer. Podia, até, não fazer tudo, mas muito se fez.

Sabíamos quais os caminhos a seguir. O planejamento na Revolução de 1964 foi a mola mestra dos sucessos alcançados.

Muito foi feito, muito mesmo. O que faltou, sim, foi divulgar o que se realizou, aspecto da maior importância.

O General Ivan de Souza Mendes foi meu chefe quando trabalhei na Assessoria de Planejamento, no Gabinete do Ministro, depois ele foi para a Casa Militar da Presidência da República e foi Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Certo dia, ele disse para um grupo de oficiais, entre os quais eu me encontrava: "Não sei como nós entregamos todas as nossas bandeiras para os adversários." Então, muitos acham que, sem dúvida nenhuma, a Revolução de 1964 pecou pela comunicação, faltou comunicação.

Exatamente, faltou comunicação.

Nós temos aquele negócio de hierarquia, não é? De austeridade...

É assim a nossa formação.

Muito rígida.

Não quer falar de si.

Então, nós não conquistamos a mídia e a mídia não nos aprecia.

Isso porque eles foram formados dentro da nova concepção da doutrina comunista que é a concepção de Antonio Gramsci que destaca a participação ativa, não mais dos operários, mas dos jornalistas, que influem decisivamente na opinião pública, e dos professores, que podem modificar comportamentos, atitudes.

Realmente, a estratégia gramscista orienta a revolução comunista no sentido de destruir as Forças Armadas, valendo-se basicamente de intelectuais, professo-

res, que podem fazer a cabeça de seus alunos, e dos jornalistas, que conduzirão a sociedade de acordo com os interesses da ideologia do Partido único.

Trabalharam e trabalham com os formadores de opinião. Atuaram, dessa forma, para que, consoante a concepção de Gramsci, a vitória militar seja esvaziada pela conquista das mentes.

Vemos a que ponto chegou essa bagunça da violência e sexo desenfreado.

Dizem que isso é democracia: mas não é, absolutamente. Isso chegou a um ponto, difícil de se imaginar a que chegasse. Esse descalabro a que nós chegamos é uma ofensa ao jovem, aos nossos filhos, aos nossos netos porque, em qualquer horário, não há mais respeito nenhum. As mensagens danosas chegam a todas as faixas etárias! Isso só quem sabia que iria acontecer eram os discípulos de Gramsci, porque sua estratégia conduzia para esta realidade sombria e negativa.

General, sua mensagem final para o nosso Projeto.

Quis trazer para o Projeto da Revolução de 1964, associando às coisas boas que a Revolução nos legou, o trabalho da Engenharia Militar, para lembrar a sua atuação em locais afastados como no caso de São Geraldo do Araguaia, mostrando o pioneirismo da nossa Engenharia, assim como a capacidade do Exército, através do seu trabalho, de neutralizar as ações maléficas, provenientes da teoria marxista-leninista, para dizimar democracias e implantar o totalitarismo. Então, há este outro aspecto – o Exército tem realizado, também, através do seu trabalho, a vivificação de áreas despovoadas, principalmente nas faixas de fronteira, tem contribuído para o aumento do nível de emprego, absorvendo mão-de-obra ociosa, tem, enfim, muito realizado pelo Brasil, tanto no campo do desenvolvimento como no da segurança.

Encerro destacando a importância deste Projeto que o amigo e outros oficiais estão conduzindo, como um antídoto para as mentiras e leviandades que vêm sendo escritas pelos inimigos da Revolução – verdadeiros revanchistas de plantão – em jornais, livros e revistas.

Nesta oportunidade, o meu aplauso para aqueles companheiros que estão escrevendo sobre o tema, entre eles os generais Del Nero e Coutinho, cujos livros farão parte de minha biblioteca. Soube que estão percorrendo o Brasil para difundi-los. Este é o caminho. A história não pode ser escrita pelos vencidos. Esta tarefa, como sempre foi, cabe aos vencedores.

General-de-Brigada Plinio Pitaluga

- Natural da Cidade de Cuiabá/MT.
- Pertence à Turma de 1934 da Escola Militar de Realengo, ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria.
- Foi, durante a Segunda Guerra Mundial, nos postos de 1º-Tenente e Capitão, Subcomandante e Comandante do 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (Esquadrão Tenente Amaro).
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou o 13º Regimento de Cavalaria, em Jaguarão/RS, e o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1º RRecMec), hoje 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º RCMec), Campinho, no Rio de Janeiro/RJ.
- Pertenceu, como Oficial de Estado-Maior, ao Gabinete do Ministro do Exército. Foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil na Argentina.
- Como General-de-Brigada, comandou a 4ª Divisão de Cavalaria, atualmente, 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Guaicurus, em Campo Grande/MT.
- Em 1964, no posto de Tenente-Coronel, estava na Circunscrição de Recrutamento de João Pessoa/PB.

Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de setembro de 2002.

Inicialmente, caro companheiro, agradeço a você e à sua organização esta oportunidade que me dá para, mais uma vez, recordar um passado talvez um pouco distante.

Tratando-se de uma dissertação informal, evidentemente poderão ocorrer omissões ou alguma falha natural. E, também, de salientar um aspecto especial desta entrevista dada nesta sala, num hospital, onde me encontro há quase três meses em face da fratura da perna tomando um banho apressado em casa.

Como conseqüência, a recuperação sempre demorada quando se tem uma idade avançada. Este é um aspecto bastante importante, porquanto estou atingindo em janeiro próximo, 93 anos de idade. A situação me deixa bastante triste, porque não dizê-lo, se estou privado de participar de vários eventos importantes na vida do País, sobretudo quando nos encontramos às vésperas das eleições. Talvez não possa levar o meu voto, porque não estou conseguindo andar, mas este evento que se aproxima se constitui numa alegria para nós, porque a Força Expedicionária Brasileira, ou seja, o Brasil na Segunda Grande Guerra, lutou muito pela democracia; a democracia que estava ameaçada no mundo, e, hoje, estamos vendo que ela, apesar de tudo, é praticada.

A situação na qual o senhor se encontra valoriza muitíssimo esta entrevista, demonstrando, mais uma vez, o espírito de colaboração e de amor ao Brasil, que defendeu na guerra e o faz na paz. Dou meu testemunho que a lucidez e o discernimento que caracterizam elevou em muito este depoimento, ajudando a manter viva a memória histórica e a verdade.

No limiar desta nova etapa, vamos recordar o seu comando no 13º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, em Jaguarão. Foi um ano difícil porque coincidiu com a renúncia do Jânio Quadros. Como que o senhor viveu esse período, no Rio Grande do Sul, início da década de 1960, mais precisamente o mês de agosto de 1961, renúncia do Jânio?

Antes, estava servindo em Realengo na DEE – Diretoria de Ensino e Especialização, como Chefe da 3ª Seção.

Já estava há muito tempo fora da tropa. Achando que devia voltar para a tropa, pleiteei livremente uma unidade hipo, porque as unidades motomecanizadas estavam numa miséria muito grande por falta de peças, falta de carros, a maioria indisponível e todos muito antigos e eu queria, pelo menos, uma unidade que pudesse funcionar com base em cavalos, comendo capim, que me traria a satisfação de ter uma tropa para trabalhar, independendo de peças de reposição e de combustível, que também era escasso.

Sempre fui um homem do cavalo. Pratiquei pólo e todos os esportes a cavalo, de maneira que pleiteei uma unidade de Cavalaria como a que servi no ano de 1940,

em Bagé. De Bagé, fui para a Escola de Moto e, lá, para Recife, Estados Unidos e, ao voltar, fui para a guerra.

Queria ir para um Regimento a cavalo, o 8º de Uruguaiana, onde servi como Aspirante, ou o 12º, de Bagé. Mas, havia alguns problemas em Jaguarão, cidade que eu conhecia regularmente, pois, embora vivendo em Bagé, tinha relações esportivas com a unidade de Jaguarão, por causa do pólo e por causa das manobras. Confesso que não era um regimento que me atraísse.

Não era o regimento dos seus sonhos?

É. Eu queria ir para o regimento onde ficara mais tempo. Seria ou o 8º ou o 12º. Não conhecia bem o ambiente político local. Naquela ocasião, o III Exército era dominado por elementos considerados mais da esquerda. Encontrei uma área no Rio Grande do Sul bastante diferente do resto do País, que estava preocupada com a atitude do Jânio. Jânio não merecia confiança. Senti na conversa com os oficiais da guarnição e de outras guarnições que visitei para fazer palestras ou participar de competições de pólo. Estava achando que a situação era desfavorável. Tive uma atitude de reserva, mas comentando com os oficiais que a legalidade era nossa. Nós que éramos os donos da legalidade. Quando o Jânio surpreende o País com a sua renúncia.

Achei que era o momento oportuno de evitar a continuidade com o Jango, que não era um comunista, mas estava sendo guiado pelos comunistas e que o Brasil ia entrar numa fase difícil. A atitude de não dar posse ao Jango era uma atitude de legalidade, porque ele já vinha sendo trabalhado por forças que estavam preparando a revolução de natureza comunista. As publicações mostram claramente que estavam tentando uma revolução sindicalista-comunista. E nós estávamos acompanhando tudo isso, de modo que, estando no Rio naquela ocasião em férias, voltei para Jaguarão, por uma questão de lealdade, para mostrar ao pessoal o perigo que estava por vir. Dizia a eles: não há nenhuma ameaça agora, mas, daqui a dois anos, vamos ver. Tal a certeza que tinha das conjunturas do momento e de depois a respeito do comportamento do Jango, que ficava, para mim, muito claro que o amanhã seria, sem dúvida, muito pior do que aquele instante que vivíamos, porque o presidente que iria assumir não era um homem capaz, já tendo se mostrado, anteriormente, quando ministro despreparado para a função que exercia.

Quando fui informado pelo III Exército para não mais cumprir ordem do Ministro da Guerra, ordens de Brasília, respondi: “Não, eu cumpro ordem também de Brasília. Depois dei conhecimento aos Comandantes da Brigada e da Divisão de

Bagé. Como me foi dito que estava livre para fazer o que quisesse, fui embora para o Rio de Janeiro, onde me apresentei.

O senhor falou bem, pressentindo o que seria aquele homem como Presidente da República. E acabou sendo, apesar do parlamentarismo, forma encontrada para diminuir os seus poderes. Com o plebiscito, voltou-se ao regime presidencialista. Lembro-me da publicidade feita pelos artistas com o "diga não ao parlamentarismo". Assim, gostaria de ouvir do senhor a chegada ao ano de 1964 e, depois, o período que o senhor esteve no 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado no Rio de Janeiro, abrangendo, justamente, os pródromos da Revolução e a eclosão.

O Brasil entrou numa fase de desconfiança e incerteza. E nós já estávamos acompanhando todo esse movimento há muitos anos. Já vínhamos nos preparando para circunstâncias novas.

Desde 1935, com a Intentona Comunista.

Tudo isso foi se acumulando. O Exército foi sentindo o peso dos acontecimentos. Sempre tínhamos o objetivo de não permitir que essas forças, que estavam se preparando e se aglutinando com outras forças, transformassem o Brasil numa república sindicalista.

Nós não fomos surpreendidos absolutamente. Porque, dentro de um sistema de compreensão mútua e de incerteza do que poderia trazer à família brasileira, não podíamos aceitar uma revolução com o sacrifício de milhares de pessoas por causa de uma visão completamente distorcida de alguns elementos. Então, em 1964, nada conseguiram devido às nossas preocupações, protegendo o meio militar e impedindo que o Brasil fosse dominado por forças impostas pelo MCI (Movimento Comunista Internacional). A Revolução de 31 de Março de 1964 não foi para nós uma surpresa. Era a realidade que vinha marchando, conduzida, muitas vezes, por homens do próprio governo.

Nós não estávamos preparados para enfrentar o que hoje chamam de "anos de chumbo", mas que se constatou pela realidade. O Brasil, através de suas Forças Armadas, foi obrigado a se preparar para enfrentar as situações difíceis criadas por homens a serviço da ideologia comunista que atentaram, mais uma vez, contra a democracia e, uma vez mais, acabaram derrotados, dessa feita, no confronto armado, no quadro das guerrilhas urbana e rural.

General, quais foram os episódios mais característicos que levaram à Revolução? Lembramos, por exemplo, do comício do dia 13 da Central do Brasil. O senhor recordaria outros episódios determinantes do Movimento de 1964?

Há muitos episódios que caracterizaram o andamento para esse nosso fortalecimento. Fortalecimento da área, sobretudo da juventude militar. Dos majores, capi-

tães e dos tenentes. Mas os acontecimentos de março que se caracterizavam pela natureza demagógica, foram, além do comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, depois o dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil. Não havia mais dúvida de que estávamos à porta de uma grande luta.

Então, tudo isso me deu a certeza de que, se não houvesse aquela campanha das áreas políticas, religiosas e sociais, a ameaça dos sindicalistas faria o Brasil mergulhar num mar de lama ou num mar de sangue e era preciso evitar isso. Assim, a Revolução de 1964 foi a salvação do Brasil!

Os antigos comunistas consideram essa nossa atitude a mais interessante e inédita no mundo, uma revolução sem sangue.

Sem sangue, exatamente. O nosso General Leônidas estava dizendo isso no jornal: "Evitamos a comunização do País, que ele chamou de 'cubanização', sem a perda de uma só vida." Então, General, gostaria que o senhor nos dissesse como viu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que me parece repercutiu profundamente entre os militares.

Essas marchas se caracterizaram, sobretudo, pela mobilização do espírito religioso. A de São Paulo a mais profunda, a de maior significado, e, conseqüentemente, complementou os outros argumentos para a reação. Eu que era Tenente-Coronel na época me perguntava: "O que vocês estão fazendo? Por que vocês não estão nas marchas?" Com isso, incentivando o comparecimento do pessoal. Se não queremos derramamento de sangue, temos que nos juntar a elas. Uma revolução a gente sabe começar, mas não sabe como ela termina. Tenham paciência, pois o Brasil ainda precisa compreender melhor o perigo que vem por aí, quando, então, a adesão será total, o que facilitará a queda do atual Governo naturalmente, sem maiores conflitos.

Sem dúvida. A adesão às Marchas da Família foi decisiva, inclusive para levar às Forças Armadas o recado da absoluta maioria do povo brasileiro, de que aquele era o momento!

General, o senhor chegou a observar claramente a ação do Movimento Comunista Internacional para criar cisões nos quartéis, jogar oficiais contra sargentos, sargentos contra oficiais, atuando particularmente sobre os graduados?

Na ocasião da Revolução, estava em João Pessoa, na Circunscrição de Recrutamento, porque não era elemento de confiança da cúpula militar ligada ao Governo.

É interessante observar que não davam comando de tropa aos anticomunistas, como o senhor e outros, por suas posições de reação às medidas tomadas por um Governo fraco e manipulado.

Na CR, tive o mesmo comportamento que adotei quando comandava o 15º. Fizemos a revolução lá. Fui chamado pelo General Syzeno Sarmento, Chefe de Gabinete do Costa e Silva para vir comandar o 1º Regimento, que depois transformou-se no 15º RCMec, de Campinho.

Lá, encontrei um ambiente muito desagradável. Quase houve morte entre subtenentes e sargentos. Pedi que um oficial fosse fazer inquérito para melhor conhecer o Regimento e transformá-lo numa unidade de segurança dos generais Castello Branco e Costa e Silva. Lá passei dois anos. Houve reação à posse do Negrão de Lima para o Governo do Rio de Janeiro, mas, contornada.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando se deflagrou a Revolução?

A Revolução foi aprovada porque se acreditou na sua sinceridade. As suas atitudes eram coerentes e não eram contra o povo, nem contra a democracia. Constituiu-se em uma força de coerência e de segurança para o povo brasileiro.

General, quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Hoje, fica um pouco difícil destacar todos os líderes civis. Não podemos nos esquecer, no entanto, dos líderes civis, como o Magalhães Pinto, em Minas Gerais; o pessoal da Bahia, com o Antonio Carlos Magalhães; Adhemar de Barros, em São Paulo; e o Carlos Lacerda, no Rio.

Entre os militares, a Revolução não foi feita por um homem, foi feita por um pensamento.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento interno ou teve alguma participação externa?

Ações externas não houve absolutamente. A Revolução foi nossa.

Exatamente General. Ela realmente foi interna como todo mundo aqui tem falado. O próprio General Vernon Walters, que esteve com o senhor na guerra, disse que não houve nenhuma participação americana. Evidentemente, que acompanharam, observaram como uma nação líder.

General, a que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que tanto se falava, de apoio ao João Goulart, do tal Assis Brasil? Como que esse pessoal foi derrotado tão rapidamente, sem dar um tiro?

Porque a maioria absoluta do Exército, as Forças Armadas e o povo brasileiro estavam do outro lado.

Quais os principais acontecimentos determinantes da Revolução desde as suas raízes?

Todos nós estávamos preocupados com a situação política e social do Brasil. Decidimos acompanhar de perto as atividades dos elementos que gostariam de impor ao Brasil uma nova forma de governo, um novo regime.

Assim, poder-se-ia acrescentar, nas raízes, os acontecimentos de 1935 e 1937, com vocação totalitária, e outras infiltrações que vinham ocorrendo. As propostas apresentadas para uma modificação radical da nossa economia e da política agrária, por exemplo. Enfim, desejavam transformar, em pouco tempo, a nossa democracia num novo regime, numa nova forma de governo, com características totalitárias.

Tudo isso se constituiu nos fatores mais antigos, que depois foram completados nos períodos mais próximos da Revolução. A situação foi evoluindo através do tempo, graças à anuência dos governos, às infiltrações e às ameaças. Um conjunto de causas e efeitos que não nos surpreenderam, porque vínhamos acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Perigosas, bem montadas, bem trabalhadas e com suporte do exterior, sobretudo da Rússia.

A audácia dos comunistas chegou a ponto de atingir as Forças Armadas na sua estrutura de hierarquia, de disciplina e do respeito às leis, em atitudes descabidas, agressivas, demonstrando que a Revolução ocorreu em seu ponto culminante, no limite da tolerância. Desencadearam as dissensões dentro das Forças Armadas, com promessas iníquas, ações hostis dos sindicatos, sobretudo a reunião no Automóvel Clube do Brasil, tudo isso construiu uma posição radical contra o Brasil democrático. Não se podia esperar mais, nem ter condescendência com aqueles homens que vinham, paulatina e audaciosamente, cavando a destruição do nosso regime democrático.

Depois que a Revolução foi institucionalizada, depois que ela se firmou, pergunto se as Forças Armadas tiveram a sua união robustecida, aumentando a coesão entre seus integrantes?

Sim. Antes, as Forças Armadas tinham fraturas, ainda que pequenas, dentro de si mesmas. Como aconteceu na era do Jânio Quadros. E, também, em 1955. Em 1964, todas as facções se uniram, para deter o avanço de uma infiltração bem conduzida e financiada por recursos vindos de fora do Brasil.

A imprensa apoiou o Movimento?

Pode-se assegurar que a totalidade da mídia apoiou o Movimento. Do contrário, não teria se expandido com tanta força e velocidade.

Interessante que a mídia, que apoiou plenamente o Movimento, como o senhor asseverou, vem, nessa última década, procurando omitir todos os acertos e realizações da Revolução, adotando outra posição. O que o senhor gostaria de falar a respeito dos acertos e das realizações da Revolução de Março de 1964? O que nós fizemos em prol do Brasil durante os vinte anos de Revolução?

Essa é uma pergunta que dá absolutamente o sentido da Revolução. O que ela conseguiu nesses vinte anos nos diversos setores de atividade, justifica plenamente as atitudes tomadas. A Revolução veio para evitar uma transformação social incompatível com os nossos princípios, salvando a democracia. Houve, por exemplo, o AI-5 que nada mais era do que uma medida para dar à Revolução a força necessária para prosseguimento na caminhada democrática. O progresso se verificou em todas as expressões do Poder Nacional, na área dos transportes, das comunicações, da energia, da habitação, sob a luz da democracia, porque não deixamos de ter eleições, não cessaram as atividades do Congresso Nacional. Evidentemente, os perdedores negam os efeitos positivos da Revolução. A mídia que passou para o outro lado, ataca o período revolucionário. Não temos nas mãos o sangue de companheiros nem ódio em nossos corações; não pensamos no "revanchismo". A Lei da Anistia mostra a nossa preocupação em dar ao Brasil uma recomposição calcada no seu destino histórico.

A Revolução no seu entender cometeu algum erro? O que o senhor gostaria de destacar a esse respeito?

Seria inédito apontar qualquer movimento, no mundo, sem erro. Todos eles apresentam aspectos negativos ou malconduzidos, inclusive pela pressa e, por vezes, devido à inexistência de uma estrutura.

Não tenho, hoje, elementos capazes de apontar alguns desses erros, mas eles existiram e não deixamos de reconhecer. Talvez o tempo de duração da Revolução de vinte anos tenha sido um desses principais enganos. Por outro lado, esse tempo mais longo pode ser atribuído às forças que surgiram para contestar a Revolução, com armas nas mãos. Por exemplo, as guerrilhas; falsas guerrilhas, porque os homens que as fizeram não conheciam, apesar de terem se preparado no estrangeiro, a sua técnica. Escolheram mal a região de atuação, distante das reais de contato com o exterior. Revolução, da maneira que pretenderam, não se faz sem o apoio de fora. A área escolhida ficava tão distante de Belém que seria muito difícil de lá advir o apoio que se fazia necessário. Foi baseada somente na audácia e no espírito de aventura, sob uma visão restrita, de idealistas impregnados pela ideologia comunista, que não conheciam nada sobre guerrilha, mesmo com participantes orientados no exterior.

General, o terrorismo ou a guerrilha urbana, que praticou assaltos a quartéis e a bancos, levou também ao AI-5?

Tudo isso, assassinatos, toda essa ação terrorista provocou uma reação que veio através do AI-5. As ações terroristas não significam só matar, roubar, assaltar e seqüestrar. Buscam, principalmente, levar o pânico à população. Então, evidentemente, ali estavam as bases da insegurança sentida pelo povo e combatidas pela Revolução.

A luta armada desencadeada no campo em local mal escolhido para a guerrilha rural, como o senhor salientou, e a guerrilha na cidade buscava o quê?

Tinha por objetivo criar pavor e insegurança na população. E, que, evidentemente, não conseguiram pelas medidas tomadas a tempo pelo Governo. O Governo teve habilidade e serenidade para contornar outras exigências, soltando presos em troca da libertação de diplomatas seqüestrados, facilitando a ida para o exterior de elementos comprometidos com a revolução socialista a ser instalada no Brasil, objetivo estratégico dos grupos voltados para a luta armada.

Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar" e "anos de chumbo". A mídia repete isso para todo o mundo. Isso faz parte do "revanchismo"? Existe "revanchismo"?

Sim, existe o "revanchismo". Enquanto todos nós ficamos certos de que fizemos muito mais pelo Brasil e sem ódio, eles mantêm aceso, ainda hoje, esse "revanchismo". Tudo que se faz contra a Revolução eles procuram explorar ao máximo, por uma mídia bem apoiada pelo capital internacional. Tratam de destruir, cada dia mais, as idéias sadias e os resultados da Revolução, porque a ação deletéria não terminou, continua por outros meios e está presente na nova estrutura da guerra contra o Brasil.

Durante a Revolução, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem?

Desconheço qualquer vantagem que as Forças Armadas tenham conseguido nesse período. Pelo contrário, ela trouxe vantagens para o povo, vantagens àqueles que acreditam nos princípios da democracia.

Não houve assim qualquer troca de favores, qualquer troca de vantagens para os militares que continuaram pobres e dedicados aos seus deveres constitucionais.

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê, hoje, esse alto índice de aceitação das Forças Armadas, apesar do "revanchismo"?

Isso significa e comprova que as medidas que foram tomadas, algumas delas consideradas apressadas e injustas, satisfizeram plenamente a opinião pública. E a

maioria do povo reconhece aqueles que tiveram a coragem, física e moral, de sair em defesa das nossas instituições. Isso é uma prova de que as medidas foram à altura das nossas esperanças. Dai, decorre a idéia fixa de destruir, a qualquer tempo e a qualquer modo, o que foi construído pela Revolução.

Após a Revolução de 1964, mais precisamente em 1968, o senhor foi promovido a general e vai exercer o cargo de Adido Militar na Argentina. Quais os principais fatos que o senhor gostaria de salientar daquele período que transcorreu entre 1967 e 1969?

Foi um período que passei fora do Brasil, mas com os olhos voltados para o nosso País. Através de correspondências, de troca de informações e dos estudos correlatos das ações na Argentina, no Chile e no Uruguai para atingir o Brasil.

Foi uma fase difícil em que alguns elementos, sobretudo de São Paulo, extremamente ativos, resolveram tomar partido sempre com o mesmo objetivo – comunizar o nosso País. O Brasil poderia ter sido envolvido numa seqüência de atos de terror partindo também da Argentina, do Uruguai ou do Chile. Houve muito contato entre as Forças Armadas brasileiras e argentinas, como também entre os comunistas desses dois países. Evidentemente, o Adido Militar é o representante das Forças Armadas em outro país para permitir a troca de informações legais, sem qualquer outro espírito de "revanchismo", mas, sobretudo, de segurança, porque a luta vinha de longe, de Cuba, interrompida na Bolívia, com a morte de Che Guevara pelo Exército boliviano, e que seguiu para a África. Então, tudo isso exigia do Adido Militar um conhecimento perfeito da história da sua terra.

General, de 1969 a 1972, vamos vê-lo de volta ao Mato Grosso à frente da 4ª Divisão de Cavalaria, a atual 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. O que o senhor gostaria de registrar para o Exército a respeito de sua passagem por essa Grande Unidade.

Estava afastado da tropa há muito tempo e pleiteei voltar a comandar qualquer Grande Unidade. Fui então contemplado com a ida para Mato Grosso para comandar a 4ª Divisão de Cavalaria, assim denominada na época. Tive várias satisfações. Primeiro, voltar a minha terra. Sendo cuiabano, e o Estado do Mato Grosso não tendo sido ainda dividido, dava a alegria de ver o nosso rincão com outros amigos presentes. Uma outra, voltar à tropa, trabalhando o espírito e perguntando a mim próprio, como conduzi-la. Encontrar uma maneira de levá-la a ter uma vida institucional, exercitando as suas atividades básicas, manobras e a disciplina. Enfim, dar-lhes o sentido da atividade-fim. Realizamos três grandes manobras. A grande manobra de 1969, com todas as unidades do sul do Mato Grosso, deslocadas para Campo Grande. Dois Regimentos de Cavalaria, um Regimento de Artilharia, elemen-

tos de Engenharia etc. Deslocamentos de quatrocentos quilômetros a cavalo, com as viaturas precárias da área, de Ponta Porã, Aquidauana, para defender uma área liberada ao norte de Campo Grande. Foi a manobra do sacrifício.

Fizemos uma operação, com forças vindas de Cuiabá e de Corumbá. Depois, uma outra na região sudeste do Estado, em direção à fronteira de São Paulo na chamada "Manobra da Presença", em que o Exército praticamente se apresentava, pela primeira vez, naquela área de reserva dentro de um esquema de emprego de todas as suas unidades em apoio à população.

Era uma Ação cívico-social, batizada de Aciso pela Força Terrestre.

Exatamente. E a última manobra foi no final do meu comando. Foi a manobra levada a efeito na área do Pantanal com duas situações, uma de guerra irregular no Pantanal, ao sul de Bela Vista, chegando até ao Rio Paraguai. E a outra fase, uma manobra de guerra convencional, com tropas que prosseguiram por Aquidauana, Miranda, até a área do Porto de Mangana, no Rio Paraguai, na travessia do rio, para evitar a invasão de forças inimigas à Cidade de Corumbá. Foi a manobra chamada "Léguas de Saudade", porque exigia trabalho de reconhecimento de uma faixa de terreno muito grande, por muitas léguas, muito interessante, sob o ponto de vista social, como também do ponto de vista militar. Daí, então ter sido chamada "Léguas de Saudade".

Com isso, pudemos realizar um grande apoio à população civil e às colônias indígenas. A Divisão de Cavalaria ficou mais conhecida, mais estimada, justamente pelo sentido de dar ao povo brasileiro, ao povo de Mato Grosso – uma região tão grande e tão destituída de mercado de trabalho para sua população – um efetivo apoio, envolvendo diversas atividades, sobretudo de saúde, na área médica e odontológica. Serviu para garantir a presença do Exército naquela imensa região e assegurar, na prática, a nossa posição de defender os princípios da Revolução de 1964.

O senhor gostaria de dizer mais alguma coisa do seu período na ativa, lembrar algum fato que não tenha sido apresentado?

Há inúmeros fatos. Ressalto o apoio total que procurei dar aos estudantes, facilitando a vida deles, muitas das vezes em transporte, mostrando o valor do estudo, da cultura, para os responsáveis pela Revolução. Tive também a audácia de passar alguns dias em São Paulo, estudando as organizações de apoio à infância abandonada. Tudo isso com o sentido da preocupação social; não se tratava absolutamente de fazer demagogia, mas de buscar soluções para problemas reais e tão presentes nessa faixa etária da população, não soluções definitivas, porque a amplitude desses acontecimentos era tão grande que não se podia conseguir, em pouco tempo, uma solução concludente, terminante; buscava-se, sim, o encaminhamento desses problemas.

Na verdade, o senhor foi para a reserva, mas nunca ficou inativo, mantendo uma vida de luta, em grande parte dedicada à Força Expedicionária Brasileira, aos ex-combatentes. Então, gostaríamos de ouvir o senhor nessa fase não mais fardado, mas atuando firmemente à frente do Conselho dos Ex-Combatentes.

Desde que voltei da guerra em 1945, me empenhei em atender a Associação de Ex-Combatentes. Funciona num prédio antigo ali na Lapa, no Rio de Janeiro. Era o prédio da Liga de Defesa Nacional. Lá, se formou a Associação. No ano seguinte, já como aluno da Escola de Estado-Maior, passei a ser secretário dessa Associação.

Esse interesse nasceu olhando a atenção que a França sempre dedicou aos homens que integraram e enalteceram as fileiras de Napoleão. Da mesma forma na Guerra do Paraguai, cujos ex-combatentes recebiam apoio na Ilha de Bom Jesus. Assim, morando no Rio de Janeiro, ou em outras cidades, em Goiás, São Paulo, Minas Gerias, sempre procurei desenvolver essa atividade, buscando justamente apoiar o ex-combatente. Depois, fui eleito presidente do Conselho de Ex-Combatentes. Tal fato vem nos impondo uma necessidade maior de penetrar no âmbito da legislação para que se possa evitar as injustiças. É verdade que o Brasil não preparou os seus filhos para o retorno da guerra, como outros países o fizeram. A pobreza, a falta de uma alimentação adequada e de um atendimento essencial foram uma constante entre os que participaram da guerra. O ex-combatente não teve o seu valor reconhecido, não teve nenhum privilégio, absolutamente. Há outros que defenderam a falsa legalidade, que defenderam a falsa guerrilha e a esses, sim, proporcionaram vantagens enormes que, nem de longe, tiveram os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Dentre os ex-combatentes, não há elementos egoístas; não querem favores, mas sofrem pelo total esquecimento a que foram relegados.

Ultimamente, o senhor foi chamado para chefiar uma comissão que trataria da elaboração de um monumento ao Movimento de 31 de Março. Esse monumento, depois, se transformou numa bonita placa que foi afixada na entrada do Clube Militar. Integraram essa comissão homens de valor, que estiveram a seu lado, como o General Fábrega, os coronéis Hélio Mendes e Caruso, entre outros destacados companheiros. O senhor gostaria de dizer alguma coisa sobre esse trabalho que confiaram ao senhor e que resultou na placa inaugurada no ano passado?

A idéia de se fazer um monumento ao Movimento de 1964 era bem antiga. Um amigo meu, o Coronel Caruso, escreveu um artigo no *Jornal do Brasil* a esse respeito. Deu aquela idéia e o Clube Militar aceitou o desafio. Nomeou uma comissão para estudar o assunto. Escolhemos o local para construí-lo, de preferência ligado às Forças Armadas, como, por exemplo, na Praia Vermelha, mas não tivemos um apoio total, porque havia aqueles que diziam não ser oportuno ainda. Enquanto isso, os elementos

do outro lado, faziam memoriais aos seus. Então, tive a idéia de fazer uma placa, face à dificuldade de fazer o monumento; escolhemos a frase, mas com a idéia de que essa placa fosse reproduzida nas áreas e organizações militares, trazendo um resultado positivo, não da minha iniciativa inicial, mas lançando uma marca, um desafio aos outros homens de hoje a continuar com a colocação de outras placas no mínimo nos Grandes Comandos e nas Grandes Unidades, e fazer o monumento, que poderia ser na Praia Vermelha, ou dentro da Escola Superior de Guerra ou no Forte de Copacabana, locais por nós propostos. Infelizmente, a idéia principal não vingou, mas a placa está lá com as frases que eu peço que você faça reproduzir na nossa entrevista.

Vamos atender, com muito prazer, sua solicitação, colocando, nesse ponto de sua entrevista, uma cópia de uma foto da sugestiva placa.

General Pitaluga, nós, abriríamos, ainda, a palavra ao senhor para qualquer complementação que queira fazer, vinculada à sua história de vida e às suas vivências.

Vale lembrar que o Conselho de ex-Combatentes realiza de dois em dois anos a sua Convenção. Nessa Convenção, foi eleita uma diretoria nova e apreciado o assunto do interesse da época. Neste ano, a Convenção será realizada em Valença, sede do Esquadrão que tive a honra de comandar na guerra, chamado hoje "Esquadrão Tenente Amaro". Essa Convenção vem lutando com dificuldade. Nesta ocasião, faço um apelo a todos aqueles que acreditam, de fato, que o Brasil fez bem em participar da guerra que deu apoio a essa Convenção, ao Prefeito, ao Comandante da Área, ao Major Douglas, para que a Convenção, a ser realizada em Valença, venha a ter muito sucesso. Valença, uma cidade pequena, alegre, montanhosa, que lembra bem as montanhas da Itália e o Esquadrão se constitui numa unidade muito estimada naquela localidade, por onde já passaram outras unidades militares.

Este apelo, que faço justamente àqueles que dão ao Exército Brasileiro a sua simpatia, tem a finalidade de levar aos nossos companheiros de Valença o apoio indispensável para realizar esta Convenção, muito especial, porque marca a nossa homenagem a Caxias, que viveu e morreu ali, nos arredores de Valença. Caxias é o Patrono dessa Convenção. Que lembrem, naquela área, da figura de Caxias e do Tenente Amaro, um simples Tenente que se fez herói por acreditar nas idéias democráticas. É o apelo que faço.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso o Projeto de História Oral do Exército?

A respeito de um movimento de tal magnitude, como o 31 de Março de 1964, é difícil dar uma última palavra. Desejo, no entanto, apresentar, como verdade, a liberda-

Homenagem
Ao Movimento Democrático
31 de Março

Forças democráticas brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional.

O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento.

Esta placa expressa também o nosso eterno reconhecimento aos civis e militares sacrificados, desde 27 de novembro de 1935, na defesa da ordem, da liberdade e da democracia.

Clube Militar
31 Mar 2002

de que dela adveio. Constatar que pessoas que foram comunistas, estão escrevendo hoje, sobre aspectos e peculiaridades importantes a respeito da Revolução, o que mostra que ela pode ser considerada, no mundo, *sui generis,* pelo poder que reuniu, por sua importância, pela impetuosidade e, sobretudo, pelo seu caráter humanista. Isso, então, é a força da Revolução. E que a mocidade esteja voltada para o sentido certo da democracia, não temendo os aventureiros que surgem de um lado e do outro, na ânsia de aparecer, de ganhar poder e de obter outras vantagens.

O Brasil que tem, no seu Exército, a sua força, uma força que vem do Serviço Militar obrigatório, que devemos defender, para não deixar que transformem a nossa Força Terrestre numa legião, esquecendo que o Exército não pertence ao Governo, pertence à Nação.

Aqui vim, não nas melhores condições, para dizer que continuamos na esperança de que o Exército prossiga na defesa da democracia, que nunca possa ser substituído por legiões. O Serviço Militar obrigatório faz com que o cidadão, além de aprender a arte da guerra, venha também receber importantes lições de civismo. Vai também aprender a amar o Brasil e obter novas condições físicas, para integrar o grande movimento que a Instituição realiza. Muito obrigado.

General Pitaluga, nós que lhe somos extremamente gratos, reconhecendo, de público, o esforço que o senhor despendeu ao longo desta histórica entrevista, na qual o Exército, mais uma vez, pôde constatar o vigor de sua capacidade intelectual nos seus 93 anos.

General-de-Brigada Niaze Almeida Gerude

- Natural da Cidade de Codó, Maranhão.
- Exerceu as funções de Auxiliar de Instrutor do Curso de Intendência da Academia Militar das Agulhas Negras; de Tesoureiro, Almoxarife e Aprovisionador do 2º Batalhão Rodoviário, Lages, SC; de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR, RJ) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e de Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.
- Foi Chefe da Divisão do Fundo do Exército, da Diretoria Geral de Economia e Finanças; Chefe do Estabelecimento de Material de Intendência da 7ª Região Militar; Chefe da Assessoria de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, do Departamento de Material Bélico, e Chefe da Pagadoria Central do Pessoal.
- No exterior, foi Tesoureiro do Batalhão Suez, Rafah, Palestina.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Motomecanização, hoje Escola de Material Bélico, e da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, no posto de Major, era aluno do 1º Ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2001.

Com muito gosto, recebi e aceitei o convite para participar deste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março. É com muita satisfação que o faço. A Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, que salvou o Brasil de uma verdadeira catástrofe, tem sido propositadamente distorcida. Há anos que a mídia e que muitos professores de escolas – primárias, secundárias e superiores – vêm deturpando o verdadeiro sentido da nossa Revolução de 1964.

Depois desse preâmbulo do General Niaze, passamos a perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Na realidade, a minha participação nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, começou em 1961 quando, indignado pela falta de reação, naquela época, aos fatos graves que estavam acontecendo no Brasil, idealizei e realizei, em 27 de novembro de 1961, às 17h, junto ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, com o pseudônimo de José Carlos Gomes, a primeira reação pacífica popular anticomunista da década de 1960.

Ela teve o objetivo de alertar a opinião pública brasileira contra a infiltração comunista no País; contra a corrupção e a subversão que ameaçavam a vida nacional; levantar o moral do povo para uma possível luta e para protestar contra a política exterior do Brasil, principalmente a de apoio a Cuba.

Na ocasião, era eu capitão-aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Organizei o comício contando com a cooperação de membros da família de minha esposa, que era grande; do doutor José Carlos, da Confederação Nacional do Comércio; da Liga Feminina Anticomunista; do jornalista Álvaro Americano, dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* e, também, do Palácio Guanabara.

Contei com a segurança oferecida pelo doutor Boré, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Tive apoio de Dom Jaime Câmara, do Monsenhor Bessa, doutor Cecil Boré e da Confederação Nacional do Comércio. O comício contou com a participação de associações religiosas, Liga Feminina Anticomunista e do povo em geral. Usaram da palavra Niaze Gerude, sob o pseudônimo de José Carlos Gomes, Dona Dulce Magalhães, Herculano Carneiro, Paulo Sérgio Carneiro, Angel Aparecido, refugiado cubano, Padre Pancácio Dutra e Erodines Saraiva.

Quando fui falar com o jornalista Álvaro Americano sobre a minha idéia, ele me perguntou se eu tinha experiência em realizar comícios. Respondi-lhe que não tinha nenhuma, mas possuía uma grande vontade de começar alguma reação pacífica. Ele me declarou que eu não conseguiria pôr nem quinhentas pessoas junto ao Monumento.

Contudo, devido ao meu trabalho, aos trabalhos dos cooperadores junto a Dom Jaime Câmara, com quem tive uma entrevista pessoal, às associações religiosas de muitas igrejas católicas da cidade, publicações de convites em jornais etc., o comício foi um sucesso, conforme comprovam fotos publicadas no *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*, ambos de 28 de novembro de 1961, e no livro, de minha autoria, *O Movimento Revolucionário de 1964* e a *Verdade dos Fatos*, páginas 12 e 13. Deixo aqui, na pasta do colaborador, os principais documentos relativos ao comício de 27 de novembro de 1961.

Em novembro de 1963, realizei, na Diretoria Geral de Intendência, para oficiais, sargentos e funcionários civis, uma palestra, das programadas pelo Estado-Maior do Exército, sobre a luta em defesa do povo contra a investida comunista.

Desempenhei as seguintes atividades durante o período de 31 de março a 12 de maio de 1964: missões extraordinárias de observação de movimentos anormais entre a Zona Sul e o Centro da Cidade do Rio; participação no golpe de mão ao QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; ida ao Palácio Guanabara para obter armamento para a defesa da Praia Vermelha; guarda pessoal na residência do General Castello Branco, com outros oficiais da Escola de Estado-Maior, na noite de 8 de abril; busca ostensiva em residências suspeitas; entrega de documentos na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e DOPS. Execução de serviços de censura na Italcable, Radiobras, Radional, Telerádio, nos dias 4, 5, 6 e 20 de abril. Serviço de permanência no edifício da Praia Vermelha de 9 a 14 de abril e, na ECEME, dias 28 de abril e 3 de maio. Missões diversas: à disposição do DNER, de 16 a 24 de abril.

General Niaze, quais foram as principais reações que levaram ao Movimento de 31 de Março de 1964?

Pouca gente ignora a idéia do domínio, em todo o mundo, exercido pelo comunismo, desde que a doutrina comunista foi delineada em 1848, por Frederick Engels e Karl Marx, doutrina aplicada, na prática, por Lênin e Trotski.

Marx, impregnado de um materialismo histórico, convicto de que o homem devia ser o único Deus, o novo Messias, julgou-se capaz de realizar mudanças radicais, transformações sociais, optando pela luta de classes, certo de que tal luta conduziria a ditadura do proletariado, período de transição para eliminação de todas as classes.

Desejava Marx, como Engels, levar as suas idéias a todo mundo. Para dominá-lo, poderia ser aproveitado o jogo das leis econômicas, capazes de provocar a concentração de renda e o pauperismo, geradores de crises e precursores de catástrofes no capitalismo, suposições de Marx e Engels ou, segundo os dois, por meio da violência, destruindo a ordem social existente, prevista no Manifesto

Comunista de 1848, que levaria a uma nova ordem final, calcada na idéia "operários de todos os países uni-vos!"

A Rússia, dominada pelos comunistas em 1917, organizou-se e passou a pôr em prática o domínio mundial através do comunismo.

Vamos tratar apenas das principais organizações que conduziam à subversão. Existia toda uma rede de indivíduos e organizações adeptos do comunismo, sistematizados em: instrumentos de ação internacionais, com centros de irradiação da subversão; organizações de "frente" internacionais e agentes de influência internacionais; instrumentos de ação nacionais, com organizações subversivas nacionais; organizações de "frente" nacionais e agentes de influência nacionais. Órgãos de apoio, com governos de países socialistas, representantes diplomáticos e organizações comerciais, culturais, de amizade, órgãos de propaganda etc., de países socialistas.

A Terceira Internacional ou Internacional Comunista, chamada por Stálin, de Kominform, com objetivo de coordenar os partidos comunistas de todo o mundo, continuou sendo realizada pelo Comitê Central do PC da União Soviética, principal centro irradiador da subversão.

A Quarta Internacional, fundada em 1938, em Paris, por Trotski, que seguia as idéias de Marx e Lênin, mescladas ao principal escrito de Trotski – o *Programa de Transição*. Muito radicais, eram adeptos da forma violenta de luta, mas no âmbito urbano. Sua tática preferida era a da greve geral insurrecional, pontilhada de conflitos urbanos, onde as massas insufladas, organizadas, doutrinadas e armadas se confrontavam com as forças de repressão.

Organizações de "frente" internacionais, para mascarar as suas verdadeiras intenções, destinavam-se a obter o controle de determinados agrupamentos sociais sem despertar suspeitas de que esse controle fosse exercido pelos comunistas. Alguns exemplos: Conselho Mundial da Paz, Federação Sindical Mundial, União Internacional de Estudantes etc. Todos esses grupos se faziam representar em seus diferentes países por meio de "seções".

Agentes de influência internacionais, como literatos, cineastas, compositores, cientistas etc., embora não pregando ostensivamente o comunismo, levantavam mundialmente certas bandeiras tipicamente comunistas ou no mínimo anticapitalistas.

Ainda existiam instrumentos de ação nacionais, como organizações subversivas e organizações de "frente" nacionais, órgãos de apoio e outros. O Konsomol, cuja finalidade era a arregimentação e educação da juventude, estava presente no Brasil através de um Secretariado.

Os partidos comunistas proliferavam por todos os países e a infiltração era permanente. No Brasil, havia um Comitê Nacional, Comitês Metropolitanos, Célu-

las Fundamentais, Comitês Distritais, Comitês de Bairro, Células de Empresas, Células de Bairro.

A infiltração, já no início da década de 1960, era impiedosa, principalmente nos sindicatos, nos órgãos estudantis, "Ligas Camponesas", imprensa falada, escrita, televisionada etc. Tal infiltração procurava, dentro da tática de dividir para enfraquecer, enfraquecer para dominar, lançar uns contra os outros, inclusive nas Forças Armadas, onde militares e até políticos tentaram jogar sargentos contra oficiais, contra a ordem constituída e contra a lei, com o objetivo de esmagar as tradições brasileiras e transformar o Brasil em colônia do império soviético.

Com todo esse aparato em funcionamento, com a baderna já instalada há bastante tempo, o governo dava integral apoio à subversão, à anarquia, às greves, inclusive participando de comícios e atos de desordem. Influenciava, também, nomeando conhecidos comunistas para ocuparem empresas estatais de porte, além de realizar campanhas de desmoralização de chefes militares não comprometidos com o esquema governista e partir para um atentado contra a vida do Governador da Guanabara Carlos Lacerda, ferrenho anticomunista, por tropas pára-quedistas ("Operação Mata Lacerda"), aproveitando-se da implantação do estado de sítio, que seria conseguido no Congresso Nacional. A ordem nesse sentido partiu do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, para o General Pinheiro, o famoso "Faz Tudo", pertencente ao tal esquema militar. Felizmente, o plano não deu certo.

À medida que o tempo passava, já no final de 1963 e início de 1964, toda a preparação para a luta violenta manifestava-se, na prática, com recrudescimento das campanhas pela reforma agrária, servindo tal reforma de pretexto para os movimentos subversivos, o que acontece até hoje, com o beneplácito do governo. Ao fechamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao incremento de invasões de terras e de saques urbanos, somavam-se os comícios, visando à agitação e à provocação. Como reação ao movimento comunista, surgiram o Manifesto dos Professores Universitários, criticando a atitude frouxa do Governo diante da comunização do País; as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Manifesto do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, que foram as principais reações que levaram ao Movimento desencadeado em 31 de março de 1964.

O senhor poderia nos fornecer mais alguns dados acerca do panorama político brasileiro a partir da renúncia de Jânio Quadros até o 31 de Março?

A irresponsável e inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, deixou atrás de si o caos político e econômico. O vice-presidente substituto legal do renunciante viajava pela China comunista em missão fraternal e

não era bem-visto pelas Forças Armadas do País, devido a sua incompetência e a sabida e aberta aliança com pelegos, extremistas, estudantes esquerdistas e agitadores, entre os quais Leonel Brizola.

No Sul, foi desencadeada a chamada Campanha da Legalidade, liderada por Brizola. Enquanto, no Rio, governadores estaduais, em consonância com os ministros militares, impuseram a instituição do regime parlamentarista visando a reduzir a capacidade de decisão presidencial. Aceitando a imposição dos chefes militares, João Goulart assumiu a Presidência.

O parlamentarismo, sabotado pela ação inescrupulosa de Goulart e dos extremistas que o apoiavam, acabou mostrando-se ineficaz. Surgiu a campanha para a da antecipação do plebiscito e os comunistas se valeram do fato para manipular as massas em todo o País. O Presidente, sem formação de estadista e por interesse pessoal, permitiu que o País se transformasse em campo de experiências de brutal agitação e grande demagogia.

A partir dos últimos meses de 1961, e durante todo o Governo de João Goulart, a chamada guerra revolucionária foi obtendo grande vulto, chegando a atingir as raias do absurdo, em termos de ação subversiva, em fins de 1963 e início de 1964. As greves se proliferavam, estimuladas pelo próprio Governo.

O Ministério da Educação transformou-se num grande reduto comunista. Caíram, ainda, em mãos comunistas a Petrobras e outros órgãos autárquicos importantes. O Ministério da Justiça fazia o jogo dos extremistas da esquerda, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, onde ocorriam invasões de terra e onde havia um pólo comunista muito atuante, que era a Fábrica Nacional de Motores.

Na Paraíba, houve mortes durante invasões de propriedades rurais. Em Pernambuco, o Deputado Francisco Julião, seguido por outros agitadores, realizava marchas sobre os engenhos, fazendas e tumultuava o quadro político com as "Ligas Camponesas". No Rio Grande do Sul, houve várias tentativas de invasões de propriedades, como em Osório e Torres, ações que foram repelidas pelo governo estadual. Em Goiânia, foi realizado o congresso dos camponeses sem terra, quando foi pregada abertamente a revolução comunista.

Em 1962, os comunistas dominaram a União Nacional dos Estudantes (UNE) e criaram o Pacto de Unidade e Ação – PUA –, envolvendo num comando único todos os sindicalistas dos setores ferroviário, rodoviário, marítimo e aeroviário, organização que atuava decisivamente para paralisar o sistema de transportes, sobretudo no Rio de Janeiro.

A desordem econômica e a queda da produção, decorrentes da demagogia oficial, a falência da agricultura, a desorganização das finanças, tudo comprometia

a existência do País como Nação soberana, surgindo a possibilidade de nos tornarmos uma grande Cuba.

Circulavam notícias alarmantes a respeito das organizações denominadas "grupos dos onze", que eram grupos de combate criados por Leonel Brizola, verdadeiras células vermelhas para a luta, para a guerrilha. Sucediam-se congressos de estudantes, incitados por agentes do Brizola, que envenenavam jovens inexperientes, engajando-os em ações do Movimento Comunista Internacional – o MCI.

Vários acontecimentos, entre motins e tensões sociais, trouxeram tremenda inquietação e enorme violência que se avolumavam no País, atingindo a máxima intensidade no mês de março de 1964. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) emitia manifestos e instruções, seguindo diretrizes do PC que, com suas greves, paralisavam quase totalmente a Nação. A disciplina militar deteriorava-se, a inflação crescia inexoravelmente, enquanto se sucediam greves irregulares quase que diariamente.

Jornais, revistas e livros marxistas, muitos editados em Moscou e Pequim, vendidos livremente em bancas de jornais e livrarias, cresciam assustadoramente. Em alguns teatros, eram exibidas peças imorais ou de cunho marxista. O tumulto e a desordem recrudesciam. Luís Carlos Prestes, acompanhado de líderes do CGT e de outros políticos esquerdistas, discursava abertamente, defendendo a necessidade dos comunistas chegarem ao Poder, aproveitando a oportunidade de já se encontrarem no Governo.

Em 12 de setembro de 1963, em Brasília, sargentos da Marinha e da Força Aérea rebelaram-se contra decisão do Supremo Tribunal Federal, que mantivera a inelegibilidade de sargentos, exigindo o deslocamento de tropas do Rio de Janeiro para sufocar o movimento na Capital Federal.

Goulart negociou diretamente com o PC a formação de uma Frente Popular, coordenada por Santiago Dantas, e que visava à unificação das forças esquerdistas. Tudo parecia pronto para a instalação da República Sindicalista passando, logo que possível, definitivamente, ao sistema comunista.

Em 13 de março de 1964, por sugestão do PCB, foi realizado um grande comício nas imediações da Central do Brasil, no Rio. Em torno do palanque, a massa humana assistia, na verdade, à comunização da Pátria, alguns agitando bandeiras vermelhas e cartazes ridicularizando os oficiais do Exército que se colocavam contra os comunistas, chamando-os de gorilas. Esse espetáculo, guardado por carros de combate do próprio Exército, foi degradante, tendo à frente os inimigos da democracia.

Poucos dias mais tarde, um grupo de marinheiros, liderados pelo tal cabo Anselmo, revoltou-se e promoveu agitada reunião no Sindicato dos Metalúrgicos

do Rio de Janeiro. Tropas do Exército cercaram o edifício e após horas de confabulação prenderam os insurretos, mas João Goulart determinou que os mesmos fossem libertados e demitiu o Ministro da Marinha.

A ordem presidencial para a liberação dos marinheiros presos, a presença do comunista Hércules Corrêa e outros, nos quartéis, para verificar o cumprimento da ordem do Presidente, e a passeata vexatória que se seguiu, com marinheiros desuniformizados carregando o Almirante Aragão nos ombros, atingiram violentamente os brios dos militares – oficiais, sargentos e soldados – ferindo a dignidade das Forças Armadas.

No dia 30 de março, o Presidente compareceu a uma assembléia com cerca de dois mil sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia. Assistiu aos diversos discursos dos graduados e, por fim, ele próprio fez um inflamado pronunciamento que atentava diretamente contra a hierarquia e a disciplina militar.

O temor geral do que poderia acontecer promovia a união e a reação dos contrários ao estado de deterioração, de anarquia, de inépcia, de desmoralização e de corrupção que levava, em ritmo acelerado, à implantação da ditadura comunista.

Homens e mulheres levantaram as suas vozes em defesa do Brasil ameaçado e, entre eles, destacava-se Carlos Lacerda, Governador da Guanabara e, por isso, tentaram matá-lo. Surgiram muitos focos de conspiração nos Estados dos quais participavam governadores, oficiais-generais, militares de outros postos e graduações, e civis de diversos setores da sociedade, motivados por ideais democráticos.

As mães de famílias, as mulheres brasileiras legítimas e incontestes herdeiras das heroínas de Guararapes, com o rosário nas mãos, lideraram e promoveram, em algumas Capitais, gigantescas passeatas, denominadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Era o clamor público, era o apelo às Forças Armadas para que reagissem, para que salvassem o Brasil do caos, da anarquia, do comunismo. Municípios menores também fizeram suas Marchas, particularmente no interior do Estado de São Paulo.

Em 20 de março de 1964, o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, dirigiu uma circular-manifesto aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e organizações subordinadas, sobre a grave situação por que passava o Brasil, servindo de motivação para a luta em defesa da Nação.

General, havia, portanto, no seu entender um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Como já foi dito, o Presidente João Goulart, além de não ter uma formação de estadista, amargava uma desconfiança generalizada da população ordeira deste

País e das suas instituições sérias e responsáveis. Cresciam os vagalhões da demagogia que ameaçavam fazer naufragar o Brasil no caos.

Como já foi visto, a inflação tornava-se galopante ao meio de greves ilegais, sabotagens, tumultos, ao que se somavam agitações encomendadas. Preparavam-se guerrilhas e invasões de propriedades rurais. Os comunistas já controlavam os sindicatos, a UNE, os diretórios acadêmicos. Os estudantes agitavam politicamente o País.

Eram reais as infiltrações vermelhas nos ministérios, no próprio Palácio do Governo, nas classes políticas, no meio artístico, nos veículos de comunicações e outros. Além de todos esses fatos, milhões de cruzeiros eram canalizados pelo próprio governo para fins escusos e desapareciam no poço sem fundo da corrupção, que campeava.

A hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas sofriam sérios arranhões, pois até elementos estranhos entravam em quartéis para verificar o cumprimento de ordens superiores, além de outros fatos graves que ocorriam. O tráfico de influências era grande. Através da Pricopolítica, o Movimento Comunista Internacional (MCI), com aquiescência do Governo, apertava o cerco sobre o Brasil. Os políticos vermelhos, a serviço do comunismo internacional, utilizavam todos os processos a seu alcance, como a persuasão, as privações, a violência física, o sexo, a degradação moral e a alienação mental, para obterem o domínio sobre a vontade da população.

Não era sem razão que as bancas de jornais exibiram em profusão jornais, revistas e livros imorais e subversivos e também diversos teatros apresentavam, com freqüência, peças explorando a subversão e a imoralidade.

Assim, estava sendo preparado o caos, como já foi dito para favorecer a tomada do Poder, com grande insatisfação da parte sadia da população – absoluta maioria – que desejava viver em um Brasil com ordem e progresso, dístico de sua bandeira.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja católica com relação ao Governo deposto em 1964?

Bem, não se pode falar da posição da Igreja, a partir do advento do comunismo, sem se referir à impiedosa infiltração que ela sofria, responsável por parte de algumas de suas atitudes.

A religião católica, assim como outros credos, não ficou imune à nefasta ação da poderosa arma de que se utilizava o império vermelho para liquidá-la. Lênin, por sinal, já enfatizava que, para acabar com a religião, era muito mais importante introduzir no seio da Igreja a luta de classes do que atacá-la de frente. Por isso que a infiltração, que começara há muitos anos – pois já em 1949, o

Monsenhor Foulton Sheen, bispo auxiliar de Nova York, denunciava a existência, no Ocidente, de mil padres infiltrados, formados na Cortina de Ferro – tentava desagregar, criar focos antagônicos entre os fiéis, sobretudo nos meios eclesiásticos e religiosos; separar os bispos em blocos de "conservadores" e de "progressistas", a fim de vencer a Igreja por dentro.

Esqueceram os comunistas que Jesus, quando fundou a sua Igreja, disse que as "portas do inferno não prevaleceriam contra ela". Marcel Clément, em editorial de 5 de abril de 1957, de *L'Omme Nouveau*, referindo-se ao movimento de infiltração surgido na Polônia, afirmou que os comunistas se esforçavam em dividir e debilitar a Igreja para nela introduzir a dialética.

Tudo isso explica a longa e paradoxal permanência, nas funções que ocupavam, dos senhores Casaldaglia, Adriano Hipólito, Hélder Câmara, Evaristo Arns e tantos outros. A revista espanhola *Que Pasa*, em determinada época, acusava o Brasil de possuir 53 bispos comunistas.

A Teologia passou a ser um dos principais alvos da infiltração e tal fato esclarece por que a salvação do homem sofreu tão forte distorção, passando do plano teológico para o plano político, sob a designação de "Teologia da Libertação".

Designação, por sinal, coincidente com a "libertação dos povos", citada por Stálin, quando se referiu ao papel da guerra revolucionária, em conferência pronunciada na Universidade de Sverdlov, em abril de 1924. Stálin falou em libertação dos povos, logo ele, o líder comunista que mais atacou a liberdade do homem, matando milhões de pessoas. Mas a liberdade de que falava era para a introdução do comunismo.

Exatamente, liberdade para o comunismo e não liberdade do homem, como nós entendemos. É o terrível jogo de palavras!...

Exatamente. Em 1968, portanto após o Movimento revolucionário de 1964, o Papa Paulo VI dizia: "Estamos sendo tentados de historicismo, de relativismo, de subjetivismo, de neopositivismo que, no campo da fé, criam um espírito de crítica subversiva e uma falsa persuasão de que, para atrair e evangelizar os homens do nosso tempo, temos que renunciar ao patrimônio doutrinário acumulado durante séculos pelo Magistério da Igreja e de que podemos modelar, em troca do conteúdo dogmático, um cristianismo novo, à medida do homem e não à medida da autêntica palavra de Deus."

Grandes recursos econômicos fluíam para as universidades católicas com a finalidade de infiltrá-las.

A Igreja como um todo, a Igreja estruturada no mistério da fé que emana de Cristo, é claro, não apoiava os desmandos, a anarquia, a tentativa de impor ao

Brasil a ditadura do proletariado, já considerada pela própria Igreja "intrinsecamente perversa".

O sectarismo da Igreja-povo, voltada para a libertação material, levou vários membros da sua hierarquia não só a apoiarem intelectualmente essa nova postura, mas também a agirem em consonância com ela, além dos que chegavam do exterior com o firme propósito de colaboração com as esquerdas.

Na Arquidiocese do Rio de Janeiro, por exemplo, traindo a confiança do Cardeal D. Jayme Câmara, anticomunista, católico verdadeiro, o cônego Távora, o Padre Hélder e Dom Jorge Marcos ofereciam os seus préstimos ao movimento comunista.

O primeiro confiara a Chico Mangabeira, o da Aliança Nacional Libertadora, a direção de um Movimento Social Cristão, isto é, entregava na "boca do lobo" operários católicos desavisados; o segundo, ao mesmo tempo que procurava conquistar para si a devoção das damas da alta sociedade, concertava planos de subversão com Anísio Teixeira no Ministério da Educação; o terceiro, através do *Correio da Noite,* dava cobertura, no Rio de Janeiro, às agitações do Presidente da Juventude Operária Católica (JOC), em conluio com os comunistas do Sindicato dos Metalúrgicos.

Em todas as circunscrições eclesiásticas, abriam-se os quadros da Ação Católica para a penetração de agentes comunistas. Empurrava-se para a UNE a juventude católica, não para combater o comunismo, mas para aliar-se a ele.

Em 1964, pelegos comunistas de Jango e Brizola defenderam a "Nova Igreja". Padres e bispos bajulavam comunistas, todos numa simbiose espantosa. Foram abertas as portas dos conventos aos agitadores que se confundiam com os padres sem batina, nos corredores.

Já se encontrava convulsionado o Nordeste com as "Ligas Camponesas" e outras atividades subversivas e ainda Dom José Távora cuidava das cartilhas de iniciação ao bolchevismo para agricultores.

A CNBB dominada, em sua maioria, por "progressistas", adotou a estratégia do nacionalismo clerical e funcionava, em certas ocasiões, mesmo sem bispos, porque uma dezena de pelegos se arrogava no direito de falar pelo Episcopado. Quase todas as ordens religiosas estavam gangrenadas, até a Companhia de Jesus, um dos pilares da velha Igreja.

A verdadeira Igreja resistiu e, após o Movimento revolucionário de 1964, 12 arcebispos e bispos, no meio de uma maioria muda, dirigiram uma carta de apoio ao Presidente da República, a qual continha entre outras expressões a de que "estavam convictos de que as soluções devem ser inspiradas pelos princípios católicos entendidos segundo o seu legítimo significado e não interpretados torcidamente de maneira a dar a impressão de que a doutrina católica não é senão uma modesta

expressão, em termos religiosos, do que ensinaram Karl Marx e outros "doutores" do comunismo e do socialismo".

"Com estas afirmações, diziam os 12 bispos e arcebispos, vão os nossos votos de inteira cooperação do poder espiritual com o civil e o militar para a grandeza do Brasil cristão." Assinaram: Dom Geraldo de Proença Signaud; Dom João B. Costa; Dom Delfim Peres; Dom Antonio Mayer; Dom Manuel Cintra; Dom José Veloso; Dom Antonio Soltera; Dom José D'Angelo Neto; Dom José Vasques Dias; Dom Guido Castelo; Dom Bernardo Muller e Dom Jakson Prado.

Quais os principais acontecimentos no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

O verdadeiro poder de um Estado reside em suas Forças Armadas, em sua capacidade de reação militar a qualquer provocação, em seu poderio bélico e nuclear, o que, hoje, o Governo não leva em consideração.

Este governo, meu General, não leu Maquiavel que nos ensinou, em O Príncipe, que: "É preciso ser leão para amedrontar os lobos e raposa para reconhecer as armadilhas", mostrando, ainda, que: "É tolice jogar a espada fora, quando os outros estão apenas ocultando as suas".

Com toda certeza não leu Maquiavel e por isso desconhece que as Forças Armadas são a própria essência do poder que emana do povo, preparadas e com características, sentimentos, objetivos e anseios deste mesmo povo.

Sabendo disto, os comunistas, bem orientados de fora, atentaram contra a sua estrutura, buscando destruir a base hierárquica que as fundamentam, que as conformam.

Ninguém tem dúvida de que houve tentativa, sim, de criar cisões nos quadros das Forças Armadas. Houve, inclusive, abertura de portões de alguns quartéis, como já foi dito, para que elementos políticos, civis e militares, comprometidos com as esquerdas revolucionárias, fossem iniciar a doutrinação, especialmente, de graduados e soldados.

O motim dos sargentos em Brasília e a insubordinação das praças da Marinha, lideradas pelo cabo Anselmo no Rio, são exemplos da tentativa de criar cisões nos quadros.

A hierarquia estava sendo abalada, a ponto de marinheiros terem saído em passeata, no Rio de Janeiro, carregando o Almirante Aragão nos ombros. A situação se deteriorou tanto que marinheiros chegaram a atirar oficiais ao mar, o que retrata a grave situação no Ministério da Marinha.

Esses extremistas de esquerda continuam prestigiados pelos neoliberais que, hoje, governam o País, os quais, no fundo, são da mesma laia que aqueles inconseqüentes agitadores que se empenhavam pela cisão dentro de cada Força.

Os neoliberais que hoje se encontram no Poder – a esquerda entreguista fiel à doutrina do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impede o crescimento da nossa economia e do mercado de trabalho – estão prestigiando todos aqueles que morreram no confronto armado com o Estado por meio de vultosas indenizações. É uma forma de atenuar o remorso por terem estimulado os jovens a tamanha inconseqüência... Por isso, eles estão premiando essa gente toda com somas fabulosas. Condenam da boca para fora o terrorismo atual e, ao mesmo tempo, indenizam os terroristas de ontem. É o contra-senso mais evidente que se conhece!

E querem ter credibilidade... Impossível!...

Quais os principais acontecimentos que o senhor gostaria de destacar como determinantes no desencadeamento da Revolução?

Como já vimos, anteriormente, o objetivo do comunismo internacional era escravizar os povos livres ao Império Soviético, através de uma ditadura imposta pelo partido comunista daquele país que queria ser único em todos os países – a ditadura do partido único.

Para tanto, a União Soviética contava com uma rede de organizações, inclusive no Brasil, que atuavam de diferentes maneiras, de acordo com as peculiaridades de cada País. Aqui contavam com centros de irradiação da subversão internacionais e nacionais. Organizações de frente internacionais e nacionais, representações diplomáticas, órgãos de propaganda e outros.

Tal rede já havia feito o seu trabalho de sapa e provocado a criação aqui de diversas organizações subversivas, que deviam atuar com a colaboração de sindicatos, estudantes e pessoas dos diversos segmentos da sociedade e do Governo, no sentido de levar o País à anarquia generalizada, tomar o Poder e implantar a ditadura do proletariado.

Embora já se delineasse, desde a posse de João Goulart, a necessidade de uma virada de mesa para "recolocar o Brasil nos trilhos", alguns acontecimentos contribuíram para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964, como:

– o manifesto à Nação lançado por mais de quatrocentos professores universitários, acusando o Governo Federal por sua atitude complacente diante da comunização em marcha acelerada;

– invasões de terras com simultâneos atos de violência em Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e no Estado do Rio;

– tomada pelos comunistas, em eleições espúrias, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e do PUA (Pacto de Unidade e Ação);

– denúncia do Cardeal Dom Jayme Câmara sobre a existência de uma conspiração para uma revolução popular brasileira;

– as greves quase diárias;

– a rebelião dos sargentos da Marinha e da Força Aérea, ocorrida em Brasília, contra a decisão do STF, que denegara a ilegibilidade dos sargentos;

– engenhos invadidos, em Pernambuco, pelas "Ligas Camponesas";

– a indisciplina que já grassava nas Forças Armadas;

– o comício da Central do Brasil no Rio, no dia 13 de março de 1964;

– as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com seu clamor às Forças Armadas para que reagissem, para que salvassem o Brasil do caos e do comunismo;

– a revolta dos marinheiros lideradas pelo cabo Anselmo;

– a Circular-Manifesto do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco;

– a atuação dos líderes, militares e civis, que conspiravam no sentido de barrar a calamitosa ação da subversão no Brasil, como o Marechal Odylio Denys, os generais Cordeiro de Farias, Muricy, Mourão Filho, Carlos Guedes e Jayme Portella e os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Luiz Cavalcante, Ildo Menegheti, Ney Braga – militar exercendo função civil – Fernando Correia da Costa, os ex-participantes dos grupos de Aragarças e Jacareacanga, como Tarcísio Nunes Ferreira, Veloso, Burnier, Teixeira Pinto, Lameirão, Paulo Victor, Luiz Mendes, Ferreira, Charles Erba, Roberto Sayão e outros;

– a reunião da desordem no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 30 de março, onde João Goulart pregou abertamente a subversão no âmbito das Forças Armadas. Foi a gota-d'água.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, sem dúvida nenhuma, intérpretes da vontade nacional, o que ficou comprovado com as grandes manifestações de total apoio e regozijo pela vitória, sem sangue, do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, como ficou mais conhecido.

Publicaram os jornais da época vibrantes demonstrações de apoio popular à Revolução de 1964, atestando o quanto o povo brasileiro vibrou com a queda de João Goulart. Além das manifestações de massa, do povo simples, patriotas dos mais variados segmentos da sociedade aplaudiam em todo lugar e ofereciam os seus

préstimos aos vitoriosos, como aconteceu em Copacabana logo após a tomada do QG da Artilharia de Costa, em que o povo, espontaneamente, se oferecia para ajudar na montagem de barricadas e em outros serviços. As fotos que deixo em minha pasta-arquivo mostram esse apoio espontâneo, inclusive flagrantes espetaculares das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em vários Estados e no Rio, esta com cerca de um milhão de pessoas, chamada de Marcha da Vitória, por ter sido realizada nos primeiros dias de abril, após a estupenda vitória da Revolução.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal assim que se desencadeou a Revolução de 1964?

Creio que isso pode ser atribuído a alguns fatores que ocorreram logo após o desencadeamento do Movimento revolucionário. A proclamação feita pelo General Mourão à Nação e às Forças Armadas, após o Destacamento Tiradentes, comandado pelo General Muricy, haver alcançado a ponte sobre o Rio Paraibuna, denunciando o Governo por subversão e afirmando que Goulart deveria ser afastado do Governo que não soubera honrar.

A proclamação do Governador Magalhães Pinto acentuando que Minas se empenharia com todas as energias de seu povo para restauração da ordem constitucional comprometida.

O pronunciamento do Governador Adhemar de Barros de que Minas não se encontrava só no Movimento, garantindo a participação do General Kruel, Comandante do II Exército, confirmada por este que enfatizou ser sua luta contra os comunistas e seu objetivo romper o cerco do comunismo que comprometia a autoridade do Governo da República.

Confabulam as forças que provinham de Minas com as mandadas do Rio para combatê-las. Os oficiais de ambos os lados conversam, prevalecendo o bom senso que leva às principais defecções do lado do Governo. Os jornais de 1º de abril, do Rio, estampam manchetes favoráveis ao Movimento e de repúdio ao Governo. Na Guanabara, o Governador Carlos Lacerda encontrava-se entrincheirado em seu palácio, com a PM e muitos voluntários civis e militares, devido ao informe de que os fuzileiros navais o atacariam.

A Escola de Comando e Estado-Maior transformou-se num quartel-general ostensivo da contra-revolução, acolhendo diversos oficiais de outras organizações militares. O General Costa e Silva fez contatos, articulou forças, conseguindo importantes adesões.

O Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, General Médici, com todo o seu efetivo de oficiais, cadetes e praças, preparou-se para o enfrentamen-

to, ao lado da contra-revolução, o que foi fundamental para a vitória do movimento armado no Vale do Paraíba.

No eixo Rio–Belo Horizonte e Rio–São Paulo, as defecções a favor do Movimento revolucionário se evidenciaram no dia 1º e as tropas da Guanabara retornaram, a partir de 2 de abril, para os quartéis, enquanto as de Minas chegaram ao Rio, acantonando no estádio do Maracanã.

O QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar foi tomado por oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado-Maior, sob o comando do então Coronel Montagna. O episódio embora modesto, ganhou grande dimensão devido à confusão feita pelos que divulgaram a notícia, emprestando-lhe efeitos psicológicos notáveis para os destinos revolucionários. Inclusive diziam que era o Forte de Copacabana que teria sido tomado. As notícias transmitidas pela TV Rio, liberadas logo após o golpe de mão, e pelas estações de rádio tiveram a mais ampla repercussão no então Estado da Guanabara e nos demais Estados da Federação.

Chegaram, também, ao conhecimento de João Goulart, bastante aumentadas, dando a este a impressão de que a situação logo se tornaria insustentável no Rio, o que fê-lo decidir abandonar o Palácio Laranjeiras, também com receio das forças de Lacerda, e embarcou para Brasília.

As inexpressivas forças do governo desfazem-se e Goulart, de Brasília, segue para Porto Alegre e, finalmente, para o Uruguai – desfecho melancólico de um falso caudilho que se aliou a comunistas e oportunistas para acabar com a democracia no Brasil.

General qual a sua apreciação quanto ao aspecto de liderança e chefia das tropas que desencadearam o Movimento de 1964?

Há uma variação bem grande em relação às forças a favor e contra o Movimento Revolucionário de 31 de Março. Os oficiais que comandavam as forças da contra-revolução, inclusive da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tinham muito mais motivação e suas lideranças não sofreram arranhões.

Contudo, quem comandava unidades mandadas combater as que se deslocavam em direção ao Rio de Janeiro teve sérios problemas em se fazer obedecer porque a oficialidade era predominantemente contra o governo anárquico que se instalara no Brasil, contra a comunização que o Governo se dispunha instalar no País.

Os generais Mourão, Guedes e Muricy, em Minas Gerais, e o General Médici, no Vale do Paraíba, foram as grandes lideranças a destacar, além do velho Marechal Denys, cujo papel no Movimento armado em 1964 foi decisivo.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução, tendo o General Médici à frente, foi correto em seu entendimento?

Sim, foi muito correto. Naquela situação em que se encontrava o País, o emprego de quaisquer unidades, normais ou de elite, era extremamente válido, ainda mais em se tratando do Corpo de Cadetes, bem mais preparado e apto para prestar uma valiosa contribuição à causa democrática, ameaçada por um governo títere.

Em relação a este assunto, sugiro que seja ouvido o Coronel Ivany Henrique da Silva, instrutor do curso de Engenharia da AMAN na época e que escreveu o livro *Heróis a Lutar*, sobre os cadetes na Revolução de 1964.

O Coronel Ivany, que participou diretamente dos acontecimentos na AMAN, diz textualmente, no Capítulo 1 de seu livro: "A corajosa decisão do Comandante da Academia – General-de-Brigada Emílio Garrastazu Médici – de empregar o Corpo de Cadetes para enfrentar as tropas leais ao governo foi, a meu ver, uma decisão histórica. Importante é destacar que foi uma opção pensada, planejada e consciente, sem qualquer resquício de improvisação."

Ao acompanharmos o relato de tudo o que aconteceu naqueles dias históricos, poderemos deles retirar um magnífico exemplo de amor à Pátria e de senso de responsabilidade.

Quais as operações militares que o senhor gostaria de destacar e os seus principais objetivos estratégicos?

Olha, embora a capital do País fosse o Planalto Central, Brasília, para onde algumas tropas se deslocaram, o Rio de Janeiro continuava sendo a capital política e a caixa de ressonância de todos os eventos nacionais de envergadura. Ela correspondia ao objetivo mais importante do Movimento revolucionário. Era sobre o Rio que as Forças de Minas e de São Paulo se dispuseram a marchar e marcharam. Mas também, após o domínio de suas áreas, outras forças marchariam em direção a Curitiba, Porto Alegre e Recife.

General, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após o 31 de Março?

Inegavelmente, pois antes havia um trabalho sistemático para dividir as Forças Armadas, estabelecer a indisciplina, destruir a hierarquia. Com propostas deliberadas de enfraquecê-las, buscou-se quebrar o ânimo de seus componentes, de modo que os mesmos não reagissem.

Os exemplos são diversos, mas basta citar a revolta dos sargentos da Força Aérea de Brasília, a subversão da ordem na Marinha de Guerra, a revolta dos marinhei-

ros e fuzileiros no Rio de Janeiro, a cerimônia que institucionalizou a indisciplina e a desordem no Automóvel Clube do Brasil, também no Rio.

Sem dúvida alguma, após 31 de março de 1964, afastados os elementos dissidentes e os agitadores, contrários aos padrões de conduta e de pensamento das Forças Armadas, a união e a coesão se robusteceram fortemente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

A meu ver não. Foi um Movimento legítimo para restabelecer a ordem, a governabilidade e evitar a tomada do Poder por meio da revolução comunista...

E a mídia como se portou? Ela apoiou o Movimento?

Sim, tanto a falada como a televisionada, quanto a escrita. A TV Rio, por exemplo, imediatamente após a tomada do QG da Artilharia de Costa começou a divulgar os fatos e com grande entusiasmo, atribuindo-lhes maior dimensão do que eles realmente tiveram.

Falou-se erradamente em tomada do Forte Copacabana, o que chegou aos ouvidos do ainda Presidente Goulart que ficou muito assustado, talvez pensando que o palácio onde se encontrava pudesse ser atingido por granadas disparadas pelo referido Forte. Tal fato transmitido, também por estações de rádio, foi muito útil aos objetivos do Movimento.

Inúmeros jornais manifestaram solidariedade ao Movimento, estampando grandes manchetes de apoio em suas primeiras páginas, tecendo grandes elogios ao desfecho da longa crise em que se debatia o País, até a queda do inconseqüente Goulart.

Alguns exemplos: *O Globo*, de 30 de março de 1964: "Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida que dê a seus adversários o direito de trucidá-la para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar." De 2 de abril de 1964: "Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos." *O Jornal do Brasil,* de 31 de março de 1964: "Nenhum regime resiste à desordem nas suas Forças Armadas. Isto não é programa de governo. É um projeto de caos." *Correio da Manhã,* de 31 de março de 1964: "Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos, em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico e financeiro." *O Estado de Minas,* de 5 de abril de 1964: "Os militares não deverão ensarilhar as suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria."

Portanto, muito diferente de hoje, quando os interesses fazem a Imprensa desdizer tudo aquilo que disse! Para conhecer a verdade, é só consultar esses jornais daquela época, os quais, hoje, insistem em transmudar a história.

No seu entender, está correto o termo revolução ou como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

De acordo com o "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda, o termo revolução significa sublevação, mudança violenta da forma de governo. Toda mudança repentina e radical das instituições fundamentais do estado e da sociedade realizada pela força. É isso que diz Buarque de Holanda. E o termo revolucionário quer dizer excitar a revolução, sublevar, instigar a revolta, agitar moralmente. Era justamente o que o Governo anárquico de João Goulart estava preparando com os comunistas nacionais e apoiado pelos comunistas internacionais; estava sublevando, instigando a revolta, caminhando a passos largos para a revolução comunista, com o fim deliberado de implantar a ditadura do proletariado, a ditadura dos sindicalistas, a ditadura dos paredões, como em Cuba.

As Forças Armadas desencadearam, portanto, uma revolução para impedir a eclosão de outra revolução. O termo correto, conseqüentemente, é contra-revolução, ou seja, movimento que fez abortar uma revolução em marcha. Contudo, ficou mais conhecido com o nome de Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

Quais foram os principais benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março?

Numerosos benefícios; o País passou a ser a oitava economia do planeta, deixando o 48º lugar que ocupava anteriormente; quase decuplicou a potência energética instalada; grande incremento do comércio exterior; extraordinário desenvolvimento das telecomunicações e serviços de correios e telégrafos; um enorme crescimento de matrículas no ensino superior e de residências para as classes média e pobre, com base no Banco Nacional da Habitação (BNH); redução da inflação de 100% para apenas 23%; acordo nuclear com a Alemanha; instalação de diversos programas e projetos desenvolvimentistas como o Mobral, Provale, Prodoeste, PIN, Polo-Amazônia, Programa de Produção de Minerais Energéticos Nucleares; desenvolvimento dos setores industriais de base; criação do sistema internacional via satélite; aumento expressivo da capacidade de refino de petróleo; construção e pavimentação de milhares de quilômetros de rodovias; construção da Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva) e outros.

E quais os erros cometidos pela Revolução?

A meu ver a Revolução cometeu diversos erros, como é natural a toda pessoa humana, a todo governante. O primeiro período – Governo Castello Branco – que normalmente teria que enfrentar as maiores dificuldades, os maiores obstáculos, justamente por ser o primeiro, se autolimitou no tempo, ao estabelecer apenas um

ano de duração, período por demais insuficiente para realizar tudo o que se fazia necessário para pôr o País em ordem.

A prorrogação por mais um ano, perfazendo o curto período de dois anos, encontrou ainda a oposição do grande líder Carlos Lacerda, com todas as suas conseqüências, criando mais dificuldade para o Governo. A meu ver, o primeiro período não deveria ter sido inferior a quatro, cinco ou talvez seis anos.

Delegação de atribuições ou de poderes aos governadores dos estados para também indicarem elementos a serem cassados. As cassações, a meu ver, deveriam ter sido todas muito bem estudadas por um órgão central, subordinado à Presidência da República.

As cassações deveriam ter sido limitadas a elementos que processassem o credo vermelho, mas que apoiassem efetivamente ou realizassem atos subversivos, como terroristas ou guerrilheiros, atentando contra a ordem e o governo revolucionário, através da luta armada ou incitação à mesma ou ainda fossem comprovadamente corruptos.

Não deveriam ter atingido um Lacerda e outros políticos só porque pensavam de maneira diferente.

O Poder revolucionário não deveria ter se estendido por tanto tempo também. O mais correto no meu entender era ter havido eleições diretas após o término do Governo Médici, quando o Poder seria entregue a um civil, certamente aliado da Revolução, pertencente ao partido da situação – que dava respaldo político ao Governo.

Então, as Forças Armadas continuariam a atuar em legítima defesa da ordem, da democracia, mas com a Nação sob o comando de um civil, eleito diretamente. Naquela ocasião, as manifestações terroristas, já se encontravam sob controle das Forças Armadas, praticamente neutralizadas. O Governo revolucionário não teria sofrido os efeitos e o desgaste do proposital choque do petróleo, segundo diz Lyndon LaRouche no livro "Máfia Verde", EIR, Rio de Janeiro – 2001 – 2ª Edição. "Aquele choque de 1974 foi proposital para evitar o desenvolvimento dos outros países."

Foram, portanto, negativos para a Revolução, o choque do petróleo ocorrido em 1974 e o demasiado tempo de permanência no Poder.

O governo revolucionário, também, não se preocupou em formar líderes políticos civis, com boa formação moral, para assumir os altos cargos dos Três Poderes para dar seqüência à atividade política, com o fim do período de presidentes militares.

Para tanto, poderia ter sido criado um curso especial de política e liderança na própria Escola Superior de Guerra. O aumento do tempo do Governo do Presi-

dente Figueiredo de cinco para seis anos foi negativo porque o levou a mostrar-se cansado, desinteressado e sem ânimo. Não teve o Governo Figueiredo a clarividência de proporcionar eleições diretas, permitindo à oposição levantar tal bandeira a seu favor.

A anistia ampla, geral e irrestrita, a cargo desse último governo, dito militar, foi para mim um grande erro. Elementos que fizeram subversão, terrorismo, guerrilhas, que assaltaram, roubaram, seqüestraram e mataram não poderiam voltar para cargos públicos, não poderiam voltar como se nada tivessem feito, inclusive para se candidatar a cargos eletivos.

O que se observa hoje? Ex-terroristas, ex-assaltantes de bancos, ex-seqüestradores, ex-guerrilheiros e até os que cometeram assassinatos e "justiçamentos" estão ocupando elevados cargos no Executivo, no Legislativo e até no Judiciário, lamentavelmente.

Por que os sucessos econômicos conseguidos pela Revolução não têm a devida e justa divulgação?

Inicialmente por conta da mídia, completamente infiltrada há muito tempo por esquerdistas cassados e descendentes que guardam um incontido ressentimento contra o Movimento de 1964, surgido com absoluto apoio da população. Eles fazem questão absoluta de não divulgar os enormes benefícios que a Revolução trouxe ao País, assim como qualquer fato importante ocorrido na época dos presidentes militares. Os inimigos da Revolução de 1964, principalmente os ditos intelectuais e os professores esquerdistas, usam, sobretudo, a mentira "orquestrada", repetida, para atacá-la. O fato ocorre porque quase 100% dos jornalistas no Brasil pertencem à esquerda revanchista, fazendo na Imprensa o mesmo jogo que a maioria dos professores nas escolas de todos os níveis, principalmente no ensino superior, o que é fruto da atuação dos comunistas, em obediência à estratégia gramscista, a ser seguida particularmente nas faculdades de Comunicação Social (Jornalismo e Relações Públicas).

Respeitando o patrulhamento ideológico e com receio de contrariar ouvintes ou eleitores que vêm há anos recebendo informações completamente distorcidas dos fatos que se passaram, a esquerda revanchista (derrotada em 1964 e no período de 1968 a 1973) impede a devida e justa divulgação de todos os grandes feitos da época.

Por último, em razão da anistia, completamente equivocada, instalaram-se nos três Poderes da República, ex-cassados, ex-subversivos, ex-terroristas, ex-guerrilheiros, ex-seqüestradores e até ex-assassinos que não têm nenhum interesse que aqueles sucessos sejam divulgados.

Se o povo tomasse conhecimento da verdade, isto é, das grandes realizações da Revolução, neste período de 1964 a 1984, creio que muita gente seria banida do País pelo próprio povo – que, apesar de simples e ordeiro, se revoltaria contra tamanho embuste.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares ou esses deixaram, por princípio, de atuar no campo da comunicação social, da comunicação de massa?

Desde os tempos ainda dos governos revolucionários que a mídia, dominada pelas esquerdas, não só atacava o Movimento como mentia e distorcia os fatos, os acontecimentos, as grandes conquistas, obtidas com trabalho, honestidade e competência.

Enquanto isso, os governos revolucionários não só deixaram de fazer a devida difusão dos seus acertos, dos seus apurados planejamentos, dos seus muitos e variados empreendimentos que tiraram o Brasil da bancarrota e do caos econômico e social, como permitiram que não só a mídia como também professores esquerdistas, desde aqueles tempos até hoje, denegrissem – com deslavadas mentiras, omissões e distorções – os grandes feitos revolucionários, principalmente nas universidades públicas, federais ou estaduais, onde a estratégia gramscista foi aplicada com maior empenho.

Realmente, os governos da Revolução não fizeram a difusão de seus acertos nem a defesa de seus erros e excessos. Esqueceram-se de que fazer concessões a quem tem o deliberado propósito de tomar o Poder só facilita a sua caminhada em direção ao objetivo.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não, para mim, a alegação não tem qualquer fundamento. É mais uma fantasia dos derrotados pelas armas, os quais iniciaram a luta armada, tendo inúmeros instrumentos para manifestarem seu descontentamento, inclusive o próprio partido da oposição, mas os adeptos da luta armada nunca pensaram no diálogo. Optaram por matar ou morrer, por isso o absurdo de, agora, buscarem vultosas indenizações. Só no Brasil!...

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade. O que é que eles buscavam? Havia apoio externo?

Em síntese, os objetivos da luta armada eram claros. A revolução comunista e proletária foi desencadeada em momento previamente escolhido por seus ideólogos.

Ela representa o final do processo subversivo e o início de implantação da "nova ordem". Há um fazeamento de toda a ação comunista voltada para a conquista do Poder.

Uma vez vitoriosa a revolução proletária, tem início, como já foi dito, a abolição da propriedade privada e a passagem dos meios de produção para as mãos do grupo de burocratas que representa o partido comunista.

A orientação e o apoio externo eram obtidos principalmente de Cuba, de alguns países da Cortina de Ferro e da própria União Soviética. Até o primeiro semestre de 1972, 138 militantes de organizações terroristas haviam se aperfeiçoado em cursos de guerrilha em Cuba, onde aprendiam a tática de guerrilha, tiro, comunicações, topografia, organização do terreno, política e treinamento avançado. Alguns outros realizaram cursos semelhantes em países europeus, dominados pela União Soviética, como a Tchecoslováquia, a Albânia e mesmo na Rússia.

O que o senhor tem a nos dizer sobre ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticadas por extremistas?

Engels e Marx proclamaram a ação política revolucionária que deveria ser levada a efeito com os fins justificando os meios. No plano político: conflitos sindicais, greves de conteúdo social; no plano revolucionário: motins, atos de terrorismo, guerrilhas rurais; e no plano internacional: a própria guerra.

Todas as contradições resultantes destas estratégias devem ser consideradas aparentes e, portanto, válidas, desde que contribuam para o resultado final desejado: abolição da propriedade privada, coletivização dos bens de produção e a instalação da ditadura do proletariado.

Seguindo os princípios ou inspirações citadas, as organizações comuno-terroristas nacionais empreenderam incêndios e destruição de carros oficiais; assaltos a bancos, radiopatrulhas, supermercados; ataques a sentinelas; furtos e roubos de armas em quartéis; explosões de bombas, seqüestros; assassinatos; guerrilhas.

Dentre os muitos atos levados a efeito, podemos destacar:

– explosão de bomba no Aeroporto de Guararapes, Recife/PE, com o objetivo de assassinar o então General Costa e Silva; na ocasião, morreram o Almirante da Reserva Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho, tendo ficado feridas 13 pessoas, inclusive uma criança de seis anos de idade (primeiro ato terrorista, ocorrido em junho de 1966);

– atentado ao Quartel-General do II Exército, São Paulo, com a explosão de um carro-bomba, com a finalidade de atingir, indiscriminadamente, o quartel-general, matando o soldado Mário Kozel Filho, de 18 anos, que se encontrava de guarda, e causando danos ao imóvel;

– deserção do Capitão Carlos Lamarca e de três graduados, do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna/SP, com o furto de fuzis, metralhadoras, revólveres, granadas e munição para o armamento furtado.

– assalto, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ao Hospital Militar de Cambuci, São Paulo, de onde foram roubados nove fuzis FAL, destinados às suas ações urbanas;

– assassinato, pela VPR, do Capitão americano Charles Chandler, quando saía de sua casa para mais um dia de estudos na USP;

– seqüestro, pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, com o objetivo de colocar a guerra revolucionária comunista na ordem do dia, tentar desmoralizar o Governo e libertar terroristas presos;

– seqüestro do Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Holleben;

– seqüestro do Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, pela VPR e pelo Movimento Revolucionário Trotsquista (MRT), com o objetivo de libertar subversivos presos;

– seqüestro do Embaixador da Suíça no Brasil, Giovane Eurico Bucher, pela VPR, quando foi morto seu segurança, Hélio Carvalho de Araújo, com a finalidade, também, de libertar presos;

– implantação de guerrilha, por Lamarca e comparsas da VPR, no Vale do Ribeira, o qual, posteriormente, fugindo com sete homens, da área onde atuavam as Forças do Exército, numa carroceria de caminhão em direção de Eldorado e, depois, de Sete Barras-SP, infligiram pesada derrota a uma Patrulha da Polícia Militar, tendo seu Comandante, Tenente Alberto Mendes Júnior, se entregado como refém, em troca da vida de seus homens. Mais tarde, Lamarca decidiu eliminar o Tenente e, para não chamar a atenção das forças que o cercavam, o oficial foi morto, a coronhadas, por Lamarca e os outros guerrilheiros;

– implantação, por subversivos, de foco guerrilheiro no Araguaia, no sul do Pará, tendo o mesmo sido desbaratado pelas forças de segurança, alicerçadas nas características do nosso homem, do terreno e contando com recursos e meios de sobrevivência.

O AI-5 foi necessário?

Necessário e oportuno. Apesar de o Brasil já estar vivenciando dias melhores em conseqüência do feito saneador do Governo Castello Branco e das primeiras medidas tomadas pelo Governo Costa e Silva, estava sendo iniciado um período de

extrema agitação e de ações terroristas na Europa, chegando à América e ao Brasil. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas foram vítimas de injúrias, assacadas por um parlamentar, quando cresciam as agitações na área estudantil e recrudesciam as ações de guerra insurrecional, com assaltos a bancos, assassinatos, bombas lançadas contra quartéis e jornais, atentados, seletivos e indiscriminados.

O Governo sentiu-se compelido a editar o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, para poder fazer face a todas essas ações e recobrar a tranqüilidade necessária para prosseguir na faina de buscar o desenvolvimento com segurança, de chegar ao progresso, à ordem e à paz, objetivos fundamentais do Movimento de 1964.

General, foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o próprio agravamento da Lei de Segurança Nacional?

O SNI foi absolutamente necessário, pois o governo não pode se deixar surpreender pelos acontecimentos, ele deve ter conhecimento dos fatos com antecedência para poder se antecipar, para agir em tempo oportuno e corretamente, tanto na área econômica, numa crise de energia elétrica, por exemplo, como nas áreas política, psicossocial ou militar.

Na esfera política, a violência havia chegado a tal ponto que era necessária resposta condizente por parte das forças de segurança. O País não podia ficar sujeito à sanha da guerra revolucionária cada vez mais intensa, cada vez mais perniciosa. Foi necessário neutralizar e impedir os movimentos subversivos e as ações terroristas.

Assim, em setembro de 1970, o Presidente da República Emílio Médici expediu a Diretriz Presidencial de Segurança Interna. De acordo com tal Diretriz, em cada Comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, passaram a existir: o Conselho de Defesa Interna (Condi), o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), todos sob a coordenação do próprio Comandante de cada Exército. Este Grande Comando, quando no desempenho de medidas e atividades de Defesa Interna, denominava-se Zona de Defesa Interna (ZDI).

O combate ao terrorismo e à subversão ganhou muito a partir da centralização das informações de Defesa Interna e das Operações de Informações através de um único órgão – o DOI – e sob o comando único deste órgão. Com esta solução genuinamente brasileira, até imitada por outros países, o combate ao terrorismo e a subversão passou a obter muito mais êxito.

Do efetivo total do Exército de cerca de 150 mil homens, foram empenhados no combate à subversão e ao terrorismo, em todo o território nacional, apenas cerca

de quatrocentos homens nos DOI e cinqüenta no Centro de Informações do Exército, além, é claro, da colaboração de policiais militares e civis, e de outros órgãos.

Assim, o restante do Exército pôde continuar se dedicando às suas atividades normais tendo que, de quando em vez, uma ou outra unidade ser empregada, com parte de seu efetivo, em ações de repressão à guerra revolucionária em desenvolvimento.

Da mesma maneira, para poder se opor a todos os obstáculos criados pela guerra revolucionária comunista, houve necessidade também do agravamento da Lei de Segurança Nacional.

As Forças Armadas auferiram vantagens durante os governos revolucionários?

Não, o material que receberam destinou-se apenas ao benefício e segurança do País. Os governos revolucionários – uns mais outros menos – equiparam e armaram melhor as suas Forças Armadas.

O Brasil pôde ver as suas Forças Armadas com aviões, navios, carros blindados e mecanizados com canhões e outras armas e equipamentos novos, a maioria produzida aqui, todos capazes de serem empregados eficaz e efetivamente em caso de necessidade. Foi o alvorecer promissor da indústria bélica no Brasil.

Outro fato relevante, mas que não caracteriza em absoluto o aproveitamento da situação para auferir vantagens, foi a prestação de serviço de muitos oficiais competentes, particularmente diplomados pelo IME e pelo ITA, nas universidades, em empresas estatais e de pesquisas nucleares e outras, os quais contribuíram e muito para o extraordinário desenvolvimento dos setores de telecomunicações, elétricos, nucleares, da indústria bélica e de equipamentos específicos para o mundo civil e para as Forças Armadas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Muito se fala em ditadura e "anos de chumbo", mas os que falam não dizem que foram eles mesmos os responsáveis, em razão de suas atitudes violentas de guerra revolucionária, de terrorismo e mesmo de ações políticas, que levaram os governos do Movimento de 31 de Março de 1964 a tomar medidas mais duras para reprimir e para neutralizar o terrorismo ou guerrilha urbana e a guerrilha rural. Eles fazem questão de esquecer que foram os iniciadores de todos os movimentos visando à tomada do Poder, obrigando os governos revolucionários e as Forças Armadas à reação necessária para manter a ordem e a segurança interna.

"Anos de chumbo", meu general, são os de hoje em que o povo como um todo "leva chumbo" sob todos os aspectos; alvo de bandidos comuns e de bandidos de

colarinho branco, enquanto naquela época o chumbo era só para fazer face ao chumbo dos terroristas trazendo a paz para os brasileiros de bem.

De pleno acordo.

De sua experiência pessoal, que avaliação faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Faço uma avaliação muito positiva, embora tenha ela cometido equívocos e algumas injustiças, próprias dos seres humanos.

A Revolução de 1964 veio para restabelecer a ordem, a paz, a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas, promover o bem-estar do povo, preservar a honra nacional e impedir a implantação da ditadura do proletariado.

Os objetivos da Revolução foram muito bem definidos na "Circular" do General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, poucos dias antes de sua eclosão: "(...) a modernização da nossa sociedade, pela reforma de estruturas injustas ou arcaicas; pelo combate simultâneo à inflação, que nos rouba o presente, e à estagnação, que nos rouba o futuro; pela restauração da tranqüilidade política e social indispensável à realização do desenvolvimento e ao fortalecimento do Poder Nacional."

Quando o inimigo interno, apoiado do exterior, preparou o caos para favorecer a tomada do Poder, num ambiente de incerteza e mesmo de desespero, as Forças Armadas, exprimindo a vontade do povo manifestada nas ruas, sobretudo pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, deflagrou o Movimento revolucionário de 31 de Março, para reorganizar a economia nacional, à beira do abismo; plantar em solo firme os alicerces do desenvolvimento; fomentar recursos para construir e reconstruir.

Muitos caminhos, aparentemente fechados, foram rasgados pela Revolução, mas muitos desafios não puderam ser vencidos, permanecendo a má distribuição de renda, que caracteriza a injustiça social. Todavia, nestes vinte anos, inúmeras realizações, podem ser citadas e muito mais teria sido realizado se não tivesse ocorrido, como já foi dito, a brutal elevação, proposital, dos preços do petróleo, em 1974, ocasionando o crescimento da dívida externa e reduzindo o ritmo de desenvolvimento do período do Governo Médici, já reconhecido como milagre brasileiro.

O saldo de inúmeros programas, projetos e políticas implantados foi muito positivo, a ponto de o PIB do País, no período, ter crescido mais de 10% ao ano, em 1970, 1971, 1972 e 1973, ou seja, durante todo o Governo Médici, até o seu estancamento, em 1974, pelos colonialistas "que não querem um outro País como o Japão no Hemisfério Sul", mas sim a exploração de suas riquezas naturais e a soberania limitada, para se apoderarem de áreas de seu território.

Podemos destacar, em grande parte do período revolucionário, as reduzidas taxas de inflação; o absoluto controle da dívida externa, de 1964 até o final do Governo Médici; a expansão industrial e agrícola; o grande crescimento das exportações; o desenvolvimento da infra-estrutura das rodovias, dos portos marítimos, fluviais e lacustres; o programa ampliado de energia elétrica, inclusive com centrais nucleares; o programa de produção de minerais enérgicos nucleares; a criação do Ministério da Previdência Social; o desenvolvimento dos setores industriais de base (pólos petroquímicos, complexos metal-mecânicos e eletromecânicos); produção de álcool para substituir ou ser adicionado à gasolina; grande expansão das comunicações e implantação do sistema internacional via satélite.

Os governos revolucionários, portanto, responsáveis e conscientes – apesar do duro combate à subversão, ao terrorismo e à guerrilha rural – empreenderam o progresso em nosso País, através de bem planejados programas e tudo fizeram para tornar nossa sociedade, mais justa, porque é nela que o homem desdobra o carretel de suas virtualidades e a paz.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O período do Governo do General Geisel, coincidiu com o momento em que se abateu uma crise sobre o Brasil, o fim do chamado milagre brasileiro, em conseqüência da mudança da conjuntura internacional e, principalmente, pela brutal elevação dos preços do petróleo, já citada anteriormente, provocando uma inflexão que, até certo ponto, ficou sob o controle do Governo. Mas tal controle não impediu que suas realizações ficassem bem abaixo das do Governo anterior.

Embora o Presidente tenha assumido o Governo, prometendo a distensão política, ele encontrou dificuldades para pô-la em prática, pois existiam dois lados antagônicos de pressão: a oposição, que queria que tudo fosse realizado com pressa, imediatamente, e de acordo com seus interesses, e a chamada "linha dura" militar, que não aceitava ainda a abertura política.

O Presidente se viu compelido a tomar algumas medidas de exceção que desagradaram a oposição que, por sua vez, se aproveitava delas para mudar o estado de espírito da população, a seu favor. Outras desagradaram boa parte dos militares.

O problema político da sucessão ocasionou o afastamento do General Sylvio Frota do Ministério do Exército e o pedido de demissão do General Hugo Abreu, da Casa Militar, fatos que desagradaram muito alguns setores militares.

Veio o Governo do General João Figueiredo, eleito indiretamente pelo Congresso em novembro de 1978, após a revogação do AI-5 feita pelo Presidente Geisel.

A oposição avançou, elegendo um número elevado de candidatos seus. Os resultados do pleito indicaram que a maioria dos brasileiros já aspirava por mudanças, por mais participação, mais liberdade política.

Já no seu discurso de posse, em 15 de março de 1979, o General Figueiredo declarou: "Juro que farei deste país uma democracia." Seguiram-se greves de trabalhadores e de outras categorias. O desengajamento da condução política do País não foi realizado como esperávamos pelo último governo da Revolução, porque, após a doença do Presidente, ele perdeu o interesse em liderar efetivamente o processo.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" no Governo Figueiredo?

Cumprindo seu juramento, foi empreendida a reforma partidária para a volta do pluripartidarismo, concebida paralelamente à anistia, que terminou sendo extremamente ampla, geral e irrestrita, contrariando o pensamento do Governo, que a queria apenas para permitir a volta dos exilados de fato (poucos) e dos exilados voluntários (muitos), isto é, aqueles que se exilaram porque quiseram e hoje contam outra estória.

Em 1982, a oposição conseguiu eleger os governadores dos estados mais ricos, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Com a reforma partidária, o trabalhismo ganhou o PTB, de Ivete Vargas, e o PDT, de Brizola. Também foi fundado o PT, de Luiz Inácio da Silva, o Lula, que atraiu razoável contingente de militantes de esquerda.

Em novembro de 1983, foi lançada a "campanha das diretas já" para presidente, rejeitada em 25 de abril de 1984, no Congresso Nacional. A partir de então, a liderança do PMDB, tendo Tancredo Neves como candidato à Presidência, concentrou sua força no Colégio Eleitoral. Devido à cisão no PDS e à criação da Frente Liberal, que apoiou a chapa de Tancredo e a posse de José Sarney, como o primeiro Presidente da "Nova República", como a batizara Tancredo Neves.

Por tudo o que foi narrado, verifica-se que o Presidente Figueiredo cumpriu o seu juramento e empreendeu a "abertura" política, iniciada por Geisel.

A minha avaliação é positiva, apesar dos variados e multiformes óbices, apesar da intercalação de medidas de distensão e de fechamento, por conta de radicalismos existentes. A anistia deveria vir, mas não tão ampla, tão geral e tão irrestrita com a qual todos os terroristas foram anistiados, inclusive os assassinos, igualando o bandido perverso ao comunista por ideologia. Essa é a minha posição.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a nos dizer da Lei de Anistia?

Sim. Houve e está crescendo a cada dia.

Um grave erro do Movimento de 31 de Março de 1964 foi ter tornado possível, durante, ainda, os governos revolucionários, o controle quase total, por parte das esquerdas marxistas, dos veículos de comunicação social e dos que denominamos de "centro de irradiação de prestígio cultural", pois tal controle foi levado a cabo para efeito de ações ideológicas.

É fácil perceber os riscos advindos da manipulação deliberadamente mal-intencionada dos referidos meios, a automatização de comportamentos impostos pelo emprego maciço e negativo de expressões e de símbolos, capazes de influírem ou de modelarem os sentimentos, as ações e os procedimentos das pessoas.

Da mesma forma, no que tange a arte cênica, em particular ao Teatro, além de apresentações de peças imorais, passaram a fazer sugestões ou insinuações de formas de organização social, inspiradas no materialismo dialético.

Dominando tais meios e os jornais esquerdistas, praticamente todos, não foi difícil para os derrotados, os que queriam implantar a ditadura comunista no Brasil, partir para o "revanchismo" contra os militares, através de delações falsas, distorções dos fatos, meias-verdades, mentiras e omissões propositadas. Diversos oficiais das Forças Armadas, particularmente do Exército, foram destituídos de suas funções ou pediram transferência para a reserva, em razão de mentiras assacadas contra eles. Até oficiais que se encontravam em serviço no exterior, como adidos militares, entre outras funções, foram atingidos pelos detratores.

A história do período criado pelo Movimento revolucionário de 1964, nascido para impedir a implantação, em marcha, da ditadura do proletariado, da República sindicalista do Brasil, tem sido oficialmente escrita e difundida pelos meios de comunicação social, teatros e cinemas e ensinada nas escolas de todos os níveis, pelos revanchistas, com enormes distorções, absurdas omissões e deslavadas mentiras. Os revanchistas só falam em "ditadura militar" e em "torturas". Não dizem que o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 foi uma resposta às ações, foi uma resposta à desordem, à anarquia generalizada, às greves quase diárias, ao caos por eles provocado e ao apelo popular levado às ruas das grandes cidades pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Mentem os revanchistas, ao divulgarem ou escreverem que a sua luta era contra a "ditadura militar" na busca da democracia, quando as suas ações visavam implantar a ditadura comunista e, que, para tanto, muitos deles foram se aperfeiçoar em terrorismo e em guerrilhas em Cuba e em outros países da então Cortina de Ferro. Antes se mantinham completamente calados quanto às suas ações armadas, quanto aos atos terroristas que praticaram, assassinatos, assaltos, seqüestros, atentados a bombas, explosões, roubos, "justiçamentos", guerrilhas e outras ações que provocaram a reação necessária e

vitoriosa das Forças Armadas. Hoje, eles, pela certeza da impunidade, contam abertamente tudo que fizeram, inclusive através de filmes nacionais de longa metragem.

Por último, devido à Lei da Anistia, ampla, geral e irrestrita, completamente equivocada, uma lei que colocou no mesmo nível, criminosos, traidores, terroristas, guerrilheiros, subversivos com os que, legalmente, defenderam a Pátria, a lei e a ordem, impedindo a implantação da ditadura sanguinária comunista e restabelecendo a democracia. Anistia, sim, para permitir a volta ao País dos que se encontravam exilados e anular as cassações, porém com restrições. Os que assassinaram, assaltaram, roubaram, seqüestraram, praticaram terrorismo, subversão, deserção e outros crimes não poderiam, jamais, se candidatar a cargos públicos e assumir governos. Mas como não houve restrições, assumiram cargos políticos em todos os níveis – federal, estadual e municipal – onde ampliaram o "revanchismo", oferecendo indenizações, promoções e até erguendo monumentos a traidores da Pátria, que a queriam subjugá-la ao regime soviético, enquanto afastaram os militares das decisões governamentais, além de reduzir seus efetivos, seus orçamentos, permitindo a obsolescência de seus meios de combate, ao invés de renová-los e aumentá-los, para a segurança do País, o que é uma constante desde o início do atual Governo em 1995.

Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu. Ele está presente hoje, como antes, na China, em Cuba, na Coréia do Norte, no Vietnã, em El Salvador, na Nicarágua, na Colômbia e atuante, de diversas maneiras, em quase todos os países, com o mesmo objetivo da soberania limitada, do governo mundial, da destruição da propriedade privada, da luta de classes, do "igualitarismo".

Lyndon LaRouche, em seu relato autobiográfico de 1987, afirma que a nova esquerda não era um fenômeno sociológico, mas um projeto coordenado internacionalmente, criado de cima para baixo por agências de inteligência, com a participação da Liga para a Democracia Industrial nos EUA e do aparato internacional socialista. Imbuída de um pacote de contracultura de rock-droga-sexo, introduzido pelas agências organizadas. O cerne da nova esquerda já era um movimento amplamente fascista em construção.

LaRouche, igualmente, descreve a guinada da "nova esquerda" para o ambientalismo. Um exemplo disto foi a realização em Porto Alegre do "Fórum Social Mundial", totalmente dominado pelas esquerdas e pelo "ambientalismo marxista". Outro exemplo é o movimento guerrilheiro denominado MST (Movimento dos Sem Terra).

Por isso se afirma, com razão, que o comunismo não desmoronou, nem naufragou; não terminou de percorrer seu caminho; apenas mudou de passo, mas segue a

mesma rota de eliminar o que, para ele, são obstáculos no caminho, como a destruição total da propriedade privada, proclamada no Fórum Social Mundial. Com a participação de 122 países, centenas de ONGs (Organizações Não Governamentais) e a mídia comprometida, o Fórum manteve um silêncio cúmplice sobre o fracasso do comunismo, enquanto sistema sócio-econômico, o qual com sua negação da propriedade privada, conduziu à miséria os povos onde se implantou.

A situação do Brasil não é muito diferente da existente em outros países. Como falamos antes, ainda durante os governos revolucionários, as esquerdas dominaram os meios de comunicação, as universidades, escolas de nível médio e primário e novamente a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Com a reforma política, que restabeleceu o pluripartidarismo, voltaram os antigos partidos comunistas e outros novos, socialistas e trabalhistas, além das Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), completamente infiltradas.

Também, com a anistia e o passar do tempo, as esquerdas que tudo fizeram para implantar a ditadura comunista no Brasil, foram elegendo seus candidatos, além de irem assumindo cargos públicos e, por fim, assumiram o próprio Governo. Hoje, eles proliferam no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, nos partidos políticos, nos sindicatos e, principalmente, na mídia. Daí, a facilidade para a execução do "revanchismo", para o afastamento das Forças Armadas das decisões governamentais, para provocar o seu enfraquecimento e para pagamento de polpudas e absurdas indenizações às famílias de terroristas, subversivos, guerrilheiros mortos em confronto com as Forças que cumpriam seu dever constitucional de defender a ordem interna e o próprio País.

No que tange a partidos, basta lembrar as teses aprovadas no Congresso da CUT, em setembro de 1988, seguidas à risca até os dias atuais, para as ações a empreender no triênio 1989/1991, que tinham como objetivo a tomada do Poder e apoio à América Central, na luta revolucionária pró-marxista, que lá se desenvolvia, confisco de terra e desapropriação sem indenização.

Após a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, a estratégia usada não é mais a da luta imediata, mas sim a de reivindicações políticas, econômicas e sociais que possibilitarão a luta.

No Brasil, existe um novo componente, surgido após o Movimento de 31 de Março de 1964. Países estrangeiros, como o Império Britânico, passaram a apoiar, financiar, direta e abertamente, o movimento de cunho guerrilheiro dos Sem Terra (MST), desde sua fundação.

O líder do MST, Gilmar Mauro, reconheceu que sua organização promove uma "guerra civil de baixa intensidade" em vários pontos do País, e, eu acrescento, com a conivência do Governo. O pretexto, naturalmente hipócrita, é a reforma agrária.

Mas não há números confiáveis sobre os resultados reais dos assentamentos, pelo contrário, sabe-se que muitos foram abandonados, muitos lotes foram vendidos e diversos se favelizaram.

O *show* das invasões, a fraqueza das repressões, o contínuo ceder para não perder, só podem levar a uma situação de convulsão social, uma vez que os próprios líderes do MST não escondem seus objetivos. No VI Encontro Nacional, realizado em Piracicaba, em fevereiro de 1991, foi aprovado o seu documento básico com a apresentação de seus verdadeiros objetivos, que não são os de resolver os problemas dos inocentes-úteis, usados como massa de manobra. Eis alguns tópicos:

– aos operários também interessa a realização da Reforma Agrária, pelo caráter político da aliança com os camponeses, para a tomada do Poder;

– as ocupações e outras formas massivas de luta pela terra vão educando as massas para a necessidade da tomada do Poder e da implantação do socialismo;

– a disciplina se fundamenta na consciência política e na educação socialista dos militantes para a compreensão do seu dever revolucionário;

– a disciplina se obtém educando os militantes no estudo da ciência e da dialética, da economia e da luta de classes.

E o Movimento dos Sem Terra (urbano) não é diferente do outro, pois, conforme publicou a *Folha de São Paulo*, de 21 de julho de 1997, o seu líder do ABC, Ademar Luiz Machadão, declarou: "Defendemos a reforma urbana e eles (MST) a reforma agrária, mas a nossa luta é a mesma."

Tais movimentos não têm o apoio da Igreja, como muitos pensam e falam, inclusive clérigos "progressistas". O Papa João Paulo II, em audiência a bispos paulistas, em 21 de março de 1995, disse: "A Igreja não pode estimular, inspirar ou apoiar as iniciativas ou movimentos de ocupação de terra, quer por invasões, pelo uso de força, quer pela penetração sorrateira das propriedades agrícolas". (Atca Apostolical Sedis, de 10 de novembro de 1995).

Apesar da atitude de reprovação do dirigente máximo da Igreja, o Bispo D. Pedro Casaldáglia, havia escrito em seu livro *Tierra, nuestra libertad* (1974):

"Malditas sejam todas as cercas."

"Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!"...

Vai ganhando corpo a união dos sem-terra com os sem-teto, como uma nova ameaça que se destaca no contexto nacional.

O IV Encontro Nacional do MST, realizado, em janeiro de 1999, em Brasília, revela o propósito de encetar ações ofensivas, naturalmente cumprindo ordens de seus controladores externos, processo similar ao desfechado, no início do mesmo ano pelo seu congênere mexicano, Exército Zapatista de Libertação Nacional.

O grande exemplo para o Brasil é a Colômbia. Continuando nosso País a trilhar o mesmo caótico caminho percorrido pela Colômbia, bem se pode prever que as manchetes estampadas nos presentes dias em jornais colombianos, serão as mesmas no Brasil de amanhã. Se não houver adequada reação contra a atuação desses movimentos revolucionários que intentam: abolir o direito de propriedade, promover invasões de terras e prédios, bem como ampliar a escalada da violência e do banditismo, do seqüestro, do narcotráfico e da corrupção em geral, o Brasil pode ser dominado por essa onda desagregadora. É o perigo que, hoje, estamos correndo.

Um evento marcante, que responde bem as suas duas últimas indagações foi a realização do Fórum Social Mundial (FSM), iniciado em 25 de março de 2001, no auditório do Centro de Encontro da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Ele não conseguiu ocultar, desde o início, suas garras revolucionárias e sua verdadeira face pró-comunista. Logo após o francês Bernard Cassin, editor do *Le Monde Diplomatique* e um dos idealizadores do evento, ter proclamado aos 15 mil participantes, provenientes de 122 países, da Albânia ao Zimbábue, o que foi o lema do encontro: "Estamos aqui para mostrar que um outro mundo é possível;" uma prolongada ovação saudou a delegação comunista cubana; a platéia eufórica – na qual tinham assento delegados do MST, de Cuba, das narcoguerrilhas colombianas, do PC do B, do PT, da CUT e de teólogos da libertação – mostrando-se favorável às guerrilhas zapatistas do México e da narcoguerrilha da Colômbia, tornou evidente que o "outro mundo", de que falou Cassin, é carregado de tonalidade vermelha e desejado pela maioria daqueles assistentes.

Terminada a sessão inaugural, seguiu-se a denominada Marcha contra o Neoliberalismo e pela Vida, pelo centro de Porto Alegre, com bandeiras com a foice e o martelo, retratos de Lênin, brados em favor de Cuba, das guerrilhas e do MST, estando, entre os participantes, o Governador Olívio Dutra e o Prefeito Tarso Genro, ambos do PT.

Nas oficinas sobre luta armada, um guerrilheiro colombiano das FARC, usando o pseudônimo de Javier Cifuentes, apelou para a luta "em favor da construção do único regime destinado a levar a felicidade à espécie humana, que é o socialismo".

O revolucionário argelino, no painel "Os fundamentos da democracia e de um novo poder", deixou claro o tipo de "democracia" e de novo poder almejado por ele, ao afirmar: "estamos prontos para pegar em armas contra o sistema de propriedade privada".

No painel da CUT, seu vice-presidente da Bahia, Álvaro Gomes, conclamou as entidades presentes a organizar ações de resistência simultâneas em vários continen-

tes, propondo ainda protestos de rua e uma greve, ambos em âmbito internacional, ainda, este ano.

O painel “Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis” foi presidido pelo sacerdote belga, expoente da teologia da libertação e ex-assessor de Fidel Castro. O Padre Houtart, declarou que não adianta reformar o sistema de propriedade privada, ficando como única saída “sua destruição total”.

O Fórum Parlamentar, em sua declaração final, anunciou a constituição de uma “rede internacional de parlamentares para “sustentar” a ação das ONGs reunidas no Fórum Social Mundial e para agir, permanentemente, de maneira que suas plataformas de esquerda tenham uma verdadeira tradução legislativa”.

No acampamento da Juventude e dos Povos Indígenas, sob uma grande lona, chamada “Espaço Confederação dos Tamoios”, realizou-se uma programação subversivo-conscientizadora, dirigida a indígenas e aos jovens presentes. No acampamento, membros do PT, do PC do B, da UNE e outros ativistas dirigiam a programação. Milhares de preservativos foram distribuídos.

Após quatro Internacionais de Trabalhadores, de cunho socialista, surgiu em Porto Alegre uma quinta, com carga revolucionária mais radical do que as anteriores.

O Encontro de Porto Alegre significa, por certo, um marco na tentativa de organização e avanço das esquerdas no Brasil e no mundo, após estrondoso fracasso da eliminação da propriedade privada, da União Soviética e de outros países comunistas. Analistas já levaram a hipótese do surgimento de uma nova Internacional do tipo socialista, em Porto Alegre, caso as “esperanças” suscitadas venham a se concretizar.

Quais as conseqüências para Forças Armadas cumprirem sua missão constitucional, diante da atual ameaça dos “revanchistas” e das pressões, de toda ordem, a que estão submetidas nos dias de hoje?

Pelo que se lê e mesmo se ouve falar, os orçamentos das Forças Singulares têm sido, propositadamente, cada vez menores, enquanto não tem faltado grandes somas de recursos não só para a favelização do campo empreendida pelo MST, como também para socorrer bancos falidos.

Isto implica, fatalmente, inaceitável redução de efetivos das nossas Forças com a alienação (venda) de quartéis – passando por cima da história das Unidades, o que virou moda – obsolescência de equipamentos e armamentos e impossibilidade de adquirir ou produzir armas, navios e aviões novos e em quantidades adequadas ao cumprimento das missões constitucionais que nos cabem, tanto interna como externamente. A operacionalidade das tropas fica reduzida, prejudicada, natural-

mente. Contudo, isto não pode continuar acontecendo se o País não quiser se entregar a um verdadeiro suicídio político-militar.

O mundo em geral, passa por um período de transição em relação a "unipolaridade". O Brasil precisa volver às décadas de 1960 e 1970, quando se voltou para o desenvolvimento, para o crescimento em suas expressões política, econômica, social, militar e tecnológica, com o alcance e a capacidade de promover os seus interesses em nível global, como faziam a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a ARAMAR, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), as Diretorias de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas e a indústria bélica e nuclear brasileiras, que experimentaram um grande e inesquecível impulso.

Assistimos ao Governo Collor estancar o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro e o Governo Fernando Henrique enterrá-lo, apondo sua assinatura no hipócrita "Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares", ambos, certamente, cumprindo orientações externas.

Embora, hoje, só exista uma superpotência, diversas potências regionais estão fortalecendo grandemente suas posições em suas esferas de atuação geopolítica, como a China, a Índia, o Paquistão, a União Européia, o Japão, a própria Rússia, o Irã, a África do Sul e a Nigéria. Dentro de alguns anos, a atual situação de unipolaridade deverá estar modificada e o Brasil, com toda a sua potencialidade, não poderá ficar atrás. Ele não pode continuar entregando a estrangeiros suas áreas estratégicas, sob a forma de privatização, nem submeter-se a imposições dos atuais controladores do mundo e ONGs a seu serviço de não aplicar recursos em projetos de infra-estrutura, necessários ao desenvolvimento dos espaços vazios do território nacional, que estão sendo inviabilizados pela ação deletéria de tais ONGs, inclusive através de uma absurda política indigenista, apoiada pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

O movimento ambientalista-indigenista que, falsamente, se diz defensor dos direitos humanos, está contribuindo diretamente para o oposto, ou seja, destruindo os direitos humanos fundamentais como o progresso e o acesso à produção de riquezas que aumentariam o Orçamento da Nação e a quantidade de empregos de qualidade, ao abortar projetos fundamentais para o aumento da produtividade e da atividade econômica, como se observa, por exemplo, na área energética e dos transportes.

Não resta dúvida de que a falta de recursos orçamentários, particularmente para investimentos na área tecnológica, prejudica substancialmente o fortalecimento, o reequipamento, o rearmamento e a modernização das Forças Armadas.

A auto-estima está sendo afetada pela diminuição anual de efetivos com a estória de que os tempos são outros, que é preciso administrar a crise – que, aliás, é bem maior para uns (Ministério da Defesa) do que para outros (Ministérios Civis) – quando sabemos que esta opção, que leva a extinção de Unidades e até de Grandes Unidades, visa, basicamente, a permitir que a Força Terrestre viva com recursos cada vez menores, ou seja, que o custeio caiba dentro dos parcos orçamentos que o governo atribui à área militar, a cada ano mais reduzidos.

Para manter os Objetivos Nacionais Permanentes, o Brasil precisa, entre outras medidas, aumentar urgentemente os recursos para as suas Forças Armadas, que anualmente só têm diminuído, como aqui foi lembrado.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Agindo há longos anos com autoridade, honestidade, seriedade, competência e patriotismo, o Exército adquiriu um invejável padrão de qualidade e de confiança, tornando-se respeitado e estimado pela sociedade a qual serve.

Sua eficiência tem sido reconhecida pela sociedade, em razão do seu desempenho em todas as atribuições que lhe têm sido conferidas, quer no País, quer no exterior, quer militares, quer de apoio a empreendimentos civis, como nas missões recebidas em catástrofes ou mesmo na distribuição de alimentos...

Uma das missões, cumpridas com eficiência e prontidão, foi a da distribuição de notas de reais nos mais distantes rincões deste País, quando da implantação do Plano Real, que lhe valeu o devido reconhecimento.

Portanto, esses elevados índices de aceitação junto à sociedade não só contribuem para o seu fortalecimento e elevado conceito junto à opinião pública, como também desmentem, a todo instante, os derrotados em 1964 e no período da luta armada (1968-1974). A mídia "amestrada", como diz o Professor Marcos Coimbra, nada transmite do Exército Brasileiro e das demais Forças Armadas, a não ser que haja uma notícia que, por acaso, lhes seja desfavorável.

O que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, para ficar registrado neste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Toda uma filosofia trazida pela Revolução de 1964, de civismo e amor a Pátria, e as conseqüentes ações neste sentido foram praticamente abandonadas, sobretudo a partir da década de 1990 até hoje.

Dentro desta infeliz realidade, faço questão de destacar as ameaças que pesam sobre o País, em razão da grande cobiça internacional em torno da Amazônia e

do Pantanal; e, principalmente, da existência de vendilhões da Pátria que acatam ou aceitam imposições externas para impedir o nosso desenvolvimento, como a proibição de investir em infra-estrutura, como reza o malfadado acordo com o FMI. Aliás, os americanos já disseram que não querem um Japão no Hemisfério Sul, através de Henry Kissinger. Toda a atenção é pouca com as manobras tramadas entre os donos do dinheiro e a nossa esquerda neoliberal, bem como entre o Ministério da Justiça/Funai e as forças internacionais, com relação à criação absurda de imensas reservas indígenas contínuas nas faixas de fronteiras, em desobediência à Constituição, em seu Art. 20 §2º, que diz: A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Aliás, hoje, parece que está sendo posto em prática tudo o que afirmou o livro do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), divulgado há poucos anos: "O Complô para Destruir as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas." E a destruição das Forças Armadas está sendo conduzida pelo processo mais insidioso, reduzindo-lhes, ao máximo, os recursos orçamentários. Não é, portanto, coincidência que o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso, que adotou tal procedimento, tenha assinado o Diálogo Interamericano, contrário aos interesses do Brasil.

Para terminar, gostaria de ler um pequeno trecho de uma carta que me foi remetida por Salvador Borrego, renomado escritor mexicano, pela maneira como ele se refere ao nosso Exército e à Revolução de 1964.

Na carta de Salvador Borrego, de 30 de abril de 1979, a mim dirigida em resposta a uma carta que lhe enviei, o grande escritor mexicano, autor de preciosos livros, diz o seguinte em relação ao nosso Exército: "O Exército Brasileiro tem desempenhado um magnífico papel não só para a grandeza do Brasil senão para toda a América." Ele fez retroceder muitos anos os planos do comunismo internacional. É um Exército admirável. Naturalmente, que os comunistas o odeiam – este é o seu "Certificado de Honra".

Finalmente, quero agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral da Revolução de 31 de Março 1964, bem como ao Comandante do Exército, General Gleuber, que, ainda como Ministro, criou esta excepcional oportunidade para que os homens de bem de nossa Nação pudessem expor a verdadeira história da Revolução de 1964, que contrasta com as balelas cinicamente orquestradas em livros e jornais pela insensatez dos derrotados, que, hoje, se fazem de vítimas e afirmam que lutaram contra a ditadura militar e não que tudo fizeram para implantar a ditadura comunista no Brasil.

Coronel João Franco Pontes Filho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de dezembro de 1950, da Escola Militar de Resende, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Equitação do Exército.
- Exerceu as funções de Instrutor do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx).
- Foi Chefe do Estado-Maior da Primeira Divisão de Cavalaria, Santiago, RS, e da 1ª Região Militar, Rio de Janeiro, RJ; Chefe de Seção da Diretoria de Movimentação do Exército, Brasília, DF; Chefe de Gabinete da Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização, Rio de Janeiro, RJ, e da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu, também, as funções de Assistente do Exército, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brasília, DF, e do Comandante do IV Exército, Recife, PE.
- Em 1964, no posto de Major, era o Instrutor-Chefe da Escola de Equitação do Exército, Realengo, RJ.

Entrevista realizada em 24 de abril de 2002.

Coronel, que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal e de seu pai, o General Franco Pontes, nos pródromos da Revolução de 31 de Março e na sua eclosão?

A minha participação pessoal foi dividida em duas partes: no Rio de Janeiro, onde tínhamos poucas informações do que acontecia, era o Instrutor-Chefe da Escola de Equitação, sob o comando do Coronel Bonecase, mais tarde promovido a General, quem eu sempre procurava conversar e, de São Paulo, tinha notícias de como as coisas evoluíam por lá, por intermédio de meu pai.

Lembro que, já perto da eclosão da Revolução, na mesa do almoço, na Escola de Equitação do Exército (EsEqEx), perguntei ao Coronel Bonecase quem era o nosso chefe. Ele, por medida de precaução, não disse nada, mas senti que havia um chefe, que estava comandando. Por que fiz a pergunta? Porque estava acompanhando, em São Paulo, o que estava acontecendo.

Meu pai, quando terminou a Escola Superior de Guerra (ESG), não foi promovido a general. Ele foi um dos assinantes do memorial dos coronéis e com isso ficou alijado da promoção.

Assim que passou para a reserva, ele foi convidado pelo Governador Adhemar de Barros, que já o conhecia, para comandar a Força Pública de São Paulo. Ele ficou na dúvida, embora conhecesse bem São Paulo, pois comandara o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de São Paulo e ainda, como cavaleiro participante de provas hípicas, competira muito por lá e nas Sociedades Hípicas de São Paulo havia boa quantidade de pessoas que o conheciam. Ele se aconselhou com o cunhado que estava na ativa, o General Nicanor Guimarães de Souza, que achou que ele deveria aceitar. Eu também opinei, dizendo que ele já tinha cumprido a sua missão no Exército e que deveria procurar alguma coisa mais para fazer. Ele acabou aceitando e pediu autorização ao Ministro do Exército para usar o uniforme, pois na reserva era um general-de-divisão e não podia comandar à paisana. Ele foi autorizado.

Cumpriu a missão que lhe fora dada pelo Governador, que dizia: "Prepare a Força Pública para nos defendermos aqui em São Paulo." Assim, foi feito um longo trabalho de revisão de toda a Força Pública. Lembro de fatos que me contava. Um deles, que começou a trazer para a Capital aqueles policiais que estavam no interior, para reciclá-los. Quem conhecia o interior via soldados sem postura militar. Então, esse pessoal retornava com um novo uniforme e com outra ênfase. Lembro também que, dentro daquele processo de reciclagem, ele mandou pegar todo o armamento da Força Pública (Polícia Militar de São Paulo) e recalibrar na Fábrica Estrela. Assim ele ficou com o armamento antigo, mas todo ele reciclado. Na época, não existia o Fuzil Automático Leve (FAL). O fuzil era o Mauser, ainda de 1908, e

havia, inclusive, umas metralhadoras pesadas Hotkiss. Era esse o armamento que ele podia ter na época e achava que estava muito bem. O grande problema era o da munição, sob controle do Exército. Foi assim que ele preparou a Força Pública para uma eventualidade qualquer.

Nesse período, muitas vezes o meu pai me telefonava e eu o pegava no Aeroporto Santos Dumont, de carro. Ele vinha de São Paulo pela ponte-aérea e eu o levava à casa do General Costa e Silva, no Largo dos Leões, no Humaitá, onde faziam reuniões.

Nos dias próximos da eclosão da Revolução, muitos oficiais serviram de mensageiro, viajando pelo Brasil afora. Esses oficiais, quando passavam por São Paulo, não ficavam no Comando do II Exército; hospedavam-se no QG da Força Pública. Outro fato era que vários oficiais do Exército, como o falecido General Irulequi, se não me engano, o General Diogo Figueiredo e outros, que não recordo, iam ao QG da Força Pública, para dar aulas e orientação aos oficiais do Comando da Força Pública. Este fato era importante, porque havia uma indefinição do General Amaury Kruel, que por sinal era amigo do meu pai, mas que não definia a sua posição, já que tinha uma ligação muito forte com o então Presidente João Goulart.

Em conseqüência desse fato, no dia 31 de março, quando Minas Gerais desencadeou as operações e partiu na direção do Rio de Janeiro, em face da indefinição do II Exército, meu pai, com ordem do Governador, determinou que a Força Pública partisse em direção ao Rio de Janeiro.

Nesse momento, existiam 75 mil homens preparados para eventualidades, não de guerra, mas de ações em que pudessem ser usados como força, mesmo porque a Força Pública de São Paulo tem uma tradição guerreira, já dos idos de 1932.

À meia-noite do dia 31, minha mãe ligou de São Paulo e disse: "Nós também partimos e seu pai fez uma declaração aos jornais de que nós estamos saindo também." Mais tarde, já de madrugada, ela liga de novo e avisa: "Seu pai deu última forma na saída da tropa, porque o General Kruel acabou de se definir, ficando ao lado da Revolução e do Exército." Mais tarde meu pai disse: "Jamais poderia ter continuado a avançar com a tropa, porque o Exército tomara a si a missão. Assim, a tropa voltou para o aquartelamento porque o II Exército tomou a decisão que tinha que ser tomada."

Acho que esse fato tem alguma relevância, porque muito pouca gente sabe do que aconteceu naquele período de muita ebulição, de muito trabalho e no qual meu pai teve uma participação muito relevante.

Estava na Escola de Equitação, tinha participação efetiva no assunto e tinha conhecimento daquilo que estava acontecendo. O General Braga, que depois comandou o III Exército e que, na época, era o Diretor de Aperfeiçoamento e Especialização,

que funcionava na antiga Escola Militar do Realengo, passava quase todas as manhãs pela Escola de Equitação para conversar com o Coronel Bonecase, mais tarde General. Soube depois que ele tinha dito ao Coronel Bonecase que se preparasse, pois conforme as coisas fossem acontecendo, ele provavelmente deveria assumir o comando do Regimento Andrade Neves e que escalasse oficiais da Escola, para seguirem com ele. Isto não ocorreu, embora o Comandante do Andrade Neves tivesse sido substituído depois.

Coronel, onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964, que eclodiu, como nós sabemos, em Minas? Vem de 1922, de 1935 ou de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros? Qual a sua opinião?

Este Movimento teve as suas raízes desde o movimento comunista. Há muito tempo que os comunistas tentavam entrar no Brasil e na América do Sul, vindo todos aqueles seus asseclas e espiões para cá. Antes de 1935, já havia movimentos no Nordeste, com oficiais lutando com outros oficiais. Eles foram descendo e acabou vindo eclodir aqui em 1935, na Praia Vermelha e também na Escola de Aviação, onde oficiais e praças foram mortos, durante a noite enquanto dormiam, pelos comunistas que sempre entenderam que os fins justificam os meios por mais brutais e covardes que se apresentem.

Quando cursava o primeiro ano do Colégio Militar, pelos anos de 1940, 1941, fui a uma prova hípica na Sociedade Hípica Brasileira, na Praia Vermelha, onde é atualmente a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), uns quatro anos depois da desativação do 3º RI e lembro daqueles rombos na fachada do prédio, para eliminar os comunistas. Foi no tempo do General Dutra, que mandou que se atirasse com os canhões Krupp 75. A Artilharia chegou lá e fez o tiro direto. Eles fugiram para a Sociedade Hípica e se esconderam dentro dos boxes dos cavalos, para não serem mortos. As tropas legais jogavam granadas dentro dos boxes e morreram muitos cavalos desportivos, inclusive o cavalo Pirro do General Amaral, que era famoso na época. Assim, acho que essa coisa veio de muito longe, muito antes da renúncia de Jânio Quadros. O problema todo veio de 1935 e pegou também a parte dos pelegos de Jango Goulart, o populismo dele se infiltra no INPS (IAPC, IAPI, IAPTEC etc.). Todos aqueles institutos estavam minados por comunistas, por aproveitadores, por tudo que era classe de gente. Eles já estavam no Governo, só não tinham a força, como disse o General Segadas Viana.

O que o senhor gostaria de ressaltar a respeito do panorama político nas vésperas da Revolução? Como era a vida nacional?

A vida nacional era dividida em duas partes: havia uma parte da população que seguia a sua vida normal e estava apreensiva; havia outra que só fazia ebulição

no cenário político, com exigências trabalhistas. O País ficava dividido em duas partes: uma, querendo trabalhar normalmente – a grande maioria; outra, a minoria atuante, fazendo aquelas confusões todas para tomar o Poder.

Então havia em marcha uma revolução de natureza comunista?

Existia, sem dúvida, contando com o apoio do Presidente.

Houve, na verdade, um clima de insatisfação de boa parte do povo contra Jango Goulart?

A parte da população que ficou contra era muito grande. Muita gente bateu às portas dos quartéis, pedindo socorro. A Igreja participou fortemente nessa época e o povo se uniu, tanto que saiu em passeata de milhares de pessoas, chegando a um milhão de brasileiros na cidade de São Paulo, se não me engano no dia 19 de março – a Marcha da Família. Depois que o Exército tomou sua posição, o povo sentiu-se seguro, esperançoso, com a Revolução em 31 de março de 1964, Exército e povo, mas aí quem mudou de lado foi a Igreja. De repente, os padres ditos "progressistas", que estavam escondidos no clero, apareceram. Ninguém, pelo menos publicamente, tinha conhecimento da situação desses padres. Podia ser que os órgãos de informações tivessem, mas o público não tinha conhecimento desse tipo de padre.

Coronel, e as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"? O senhor pode dizer alguma coisa? Lembra alguma coisa?

Lembro sim, porque em 1968 fui nomeado para uma Auditoria Militar e uma das coisas que tive que julgar foi um "grupo dos onze" lá de Campos. Eram uns pobres coitados, que não tinham dinheiro nem para comer. Sentimos que eles foram usados. Nós, os três juízes, ficamos com pena deles, pagamos um lanche para eles e conseguimos passagem de volta para Campos. Eles não sabiam nem por que estavam ali nem tinham capacidade de compreender a enrascada que as lideranças comunistas os colocaram.

Quais foram os principais acontecimentos, no seu entender, que precipitaram o Movimento de 31 de Março?

A coisa vinha em ebulição. Era 1º-Tenente e ganhava menos do que o salário mínimo da época. Quem tinha dado aquele salário mínimo grande? Tinha sido o João Goulart. Nós, militares, estávamos sempre sendo amesquinhados. Ficamos impressionados ao ver a Polícia do Exército tomar conta de um comício contra o próprio Governo e contra o Exército. Ele, João Goulart, pregando contra ele mesmo e contra as suas Forças Armadas!

Comício de 13 de março, na Central do Brasil.

Porque eles tinham o Governo, mas não tinham a força. Tentaram subverter as Forças Armadas começando com aquela bagunça na Marinha, feita por marinheiros e fuzileiros navais. Um negócio inacreditável!

Exatamente, foi no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio.

O que estourou mesmo foi a reunião no Automóvel Clube do Brasil. Aquilo ali foi a gota-d'água. Meus amigos bufavam de raiva. Éramos impotentes. Majores e capitães não tinham força para fazer o que devia ser feito. Perguntei ao Coronel Bonecase o que iríamos fazer e quem era o nosso chefe. Disse-lhe que teríamos que fazer alguma coisa.

Aí, estourou a Revolução?

Sim. Tinha que fazer alguma coisa; se a decisão não fosse tomada aqui, iria para São Paulo, o que realmente quase aconteceu. Quando minha mãe me disse aquilo, preparei minha família. Morava e ainda moro na Rua Artur Bernardes, vizinho da Embaixada do Uruguai. Disse para a minha mulher que pegasse tudo de valor que pudesse colocar em uma mala e que fosse para lá e se escondesse.

Fui me encontrar com meu pai em São Paulo. Eu tinha um carro que, logo na saída, deu uma pifada e custei a consertar. Já eram 8h30min do dia 1º de abril, vinha pela Avenida Brasil e presenciei uma coisa que me dá medo até hoje: um grupo desvairado, de trinta a quarenta pessoas, não tendo mais o que quebrar, quebrava as grades daqueles pontilhões da Avenida Brasil; aquela turma correndo e destruindo o que aparecia na frente. Acelerei para não ser atingido.

O que eles queriam, afinal?

Queriam mudar de vida, ocupando a casa dos outros. "Se aquele tem, por que eu não tenho?" Era o pensamento. Era muita gente, ao longo da Avenida Brasil. Esse modo de pensar contava com o apoio irrestrito da camarilha governamental que estimulava a anarquia como se não fosse Governo.

Foi uma coisa bárbara!

De repente, nós sentimos o que poderia ser uma revolução desse tipo.

Coronel, qual o real significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Aquilo foi um recado da sociedade, dizendo que alguém teria que fazer alguma coisa, pelo amor de Deus e que só quem poderia fazer seriam os militares, pois as pessoas e os padres estavam ali rezando.

Foi o recado. O grande recado! O povo foi para a rua: em São Paulo, um milhão de pessoas; em Belo Horizonte, uma quantidade imensa de pessoas encarecendo um basta naquela mazorca que era o Governo Goulart.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da maioria da vontade nacional, agindo a pedido da população.

Hoje, os perdedores não admitem que se conte a verdade a respeito do desgoverno deposto e dos Governos da Revolução de 1964, não interessa a verdade.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas, tipo UNE (União Nacional dos Estudantes), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e PUA (Pacto de Unidade e Ação), logo após o início da Revolução?

A maioria de seus membros fugiu ou foi presa. Alguns tentaram se organizar, para se contrapor à situação, mas eram uma minoria sem base. As famílias de muitos desses filiados estavam nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Eles não encontraram o apoio que queriam. Era um grupo de aproveitadores, querendo fazer alguma coisa, mas era mais alarde do que coisa concreta.

Depois, sim, tentaram enfrentar a Revolução através de numerosos grupos armados, mas foram novamente derrotados.

Coronel, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução? Quem o senhor gostaria de destacar?

O General Castello Branco, indubitavelmente, e outros militares, que trabalharam com ele. Citei o principal de todos, mas os militares daquela época tiveram a sua liderança, tiveram a sua participação, como convinha ao Exército. O nosso chefe foi o General Castello Branco, que foi seguido pelos outros chefes, pois era um homem extraordinário e todos se reuniram em torno dele.

Mas no exato momento de dar início à Revolução, aqueles que foram os pioneiros...

Um dos pioneiros foi o Adhemar de Barros. Como toda boa revolução, que não podia eclodir com hora marcada, senão poderia ser abortada, o mérito coube a Minas Gerais, porque partiu antes e pegou todo mundo de surpresa, é o princípio de guerra que, se aplicado corretamente, é um dos mais importantes fatores da vitória.

Das nossas Minas Gerais, surgiram, então, Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Muricy e o Marechal Odylio Denys que integrava esse grupo, o que foi muito importante, assim como o Médici à frente da nossa AMAN, no Vale do Paraíba.

Coronel, e o esquema militar do Governo Federal, o tal esquema do Assis Brasil, que era imbatível?

Acho que eles subestimaram o Exército. Eles não tinham nada. Tinham o quê? Tinham o Assis Brasil, tinham o Osvino Ferreira Alves.

Mas não eram líderes.

Não eram líderes. Estavam ali porque tinham a patente e em volta deles uns coronéis que queriam comando de unidades, muitos indefinidos e outros que não sabiam o que estavam fazendo. Fiquei com pena de alguns militares que se encontravam no interior, onde as notícias não chegavam. Soube de um problema que houve em Dom Pedrito, onde os oficiais foram afastados e eles não sabiam de nada. Ora, em Dom Pedrito, naquela época, as notícias não chegavam. Os telefones eram precários.

É verdade! Não havia telefone. Nós ficávamos horas e horas para tentar falar de Resende para o Rio de Janeiro ou para São Paulo, imaginem em Dom Pedrito!

Participei de uma comissão de compra de cavalos em Uruguaiana. Para falar com o Rio de Janeiro levava 24 horas. Isto foi um pouco antes de 1964. Chegamos a atravessar para Libres, na Argentina, para falar diretamente com o Rio de Janeiro, porque no Brasil, não se conseguia.

Veja que coisa! O que era o Brasil antes da Revolução!

Não tinha nada!

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento desse tal esquema militar?

Eles não tinham poder, não tinham a força, embora estivessem encastelados no Governo, mas não representavam nada.

Não representavam e também não tinham o povo. Eles se diziam os generais do povo, mas não eram.

Acho que a família deles também desfilou na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

E a mídia apoiou o Movimento de 31 de Março?

Inicialmente apoiou. O movimento era muito grande, mas depois de alguns anos a coisa foi se deteriorando e passaram a ser contra. A maioria desses jornalistas era paga e eles começaram a fazer aquele patrulhamento: quem não estava de acordo, não entrava no jornal. Todo mundo pago, a maioria por países estrangeiros, para desencadear a desinformação. É quase impossível colocar uma notícia no jornal que favoreça o Exército, que seja do nosso interesse.

Não aparece.

O Exército deveria pagar para ter uma coluna para todo mundo ler. Só pode ser assim. Noticiar no *Globo*, no *Jornal do Brasil,* para saberem o que o Exército faz, porque ninguém sabe.

Ninguém sabe, mas a situação de recursos é tão negativa que, também, não sobra dinheiro para agüentar uma coluna nos principais jornais.

É uma coisa interessante. Não obstante, esse papel de "grande mudo", não pode mais ser aceito.

Está ultrapassadíssimo! Hoje, a decisão de ser o "grande mudo" acaba com qualquer instituição que adote esta linha.

Posso fazer uma brincadeira?

Pois não.

Brinco dizendo que quem inventou a propaganda foi a galinha, que bota o ovo e sai cacarejando, avisando a todos. Acho que o Exército tem que agir desta forma. É preciso mostrar o que se fez, mas nós não mostramos. Mostrar, também, o que não vem nos agradando.

Exatamente! Mostrar quando não gostamos de alguma coisa.

Há pessoas na minha família que não acreditam que ganho pouco. Essas coisas que plantam e nós não temos como esclarecer. Acho que o Exército deveria ter algum meio de pagar pela notícia, pois não há outra solução. O Sistema Nacional de Informação (SNI) acabou, mas os perdedores de 1964 e da luta armada posterior colocaram o seu SNI funcionando e barram tudo.

Coronel, os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Acho que não eram governos militares. Foram autoritários em certas épocas, quando houve necessidade de endurecer para não ser sufocado pela oposição.

Foram autoritários e não totalitários.

Totalitários nunca foram, pois existia um Congresso. Um Congresso que muitas vezes desprestigiava o Presidente, assim como o Poder Judiciário que foi mantido intocável. O Congresso tem que ser respeitado, mas tem que ser respeitável.

Quais as principais realizações da Revolução que o senhor citaria?

Os êxitos administrativos, como dar uma noção de mais unidade, de mais brasilidade ao povo, uma coisa que tinha na minha época de estudante, como o desfile da raça, no tempo do Getúlio.

Importantíssimo, a Parada da Raça.

A Parada da Raça não queria induzir ninguém a ser militar, mas todo o dia se cantava o Hino Nacional; tinha o canto orfeônico, onde nós cantávamos com Villa Lobos.

Tínhamos auto-estima, tínhamos o orgulho de estar construindo o País do futuro...

Depois da Revolução, acabaram com as aulas de Educação Moral e Cívica, pois não interessava que se gostasse do Brasil e criaram esse ambiente de desestímulo, influindo negativamente na nossa auto-estima, que, infelizmente, despencou.

Criaram esse clima de "revanchismo", de confronto, de inverdades com relação à Revolução e aos militares.

O brasileiro já tem uma tendência de se depreciar, ainda mais quando tiram os temas que falam de brasilidade.

Com a própria mídia e o atual Governo procurando denegrir-nos sempre que possível.

Apesar de os governos da Revolução tanto terem realizado, principalmente na área da infra-estrutura. O que fez o Ministro Andreazza, abrindo estradas, portos, corredores de exportação...

Os telefones que não falavam, passaram a falar.

Passaram a falar. Uma grande coisa foi o desenvolvimento das telecomunicações. Isto, talvez, tenha sido o maior fator de união do Brasil.

A energia...

Nesse campo foi um progresso muito grande: dezenas de usinas como Paulo Afonso III e IV, o complexo de Ilha Solteira, Itumbiara, Marimbondo, Tucuruí e Itaipu, no Rio Paraná, a maior hidrelétrica do mundo.

O único problema que tivemos foi que não atacamos a questão do petróleo, como devíamos, e sem petróleo não há país que viva. Ficamos dependendo do petróleo barato e quando o preço foi lá em cima, passamos a pagar uma conta altíssima. Foi a forma que encontraram no exterior para impedir a nossa evolução. Lembro de uma notícia de jornal dizendo que nós pagávamos 900 milhões de dólares por ano com a importação de petróleo e, dois anos depois, passamos a pagar 12 bilhões. Não há economia que resista!

E os principais erros da Revolução, quais foram?

Toda Revolução é autofagista, ela acaba devorando a si mesma. Assim, vimos brigas políticas, com grupos querendo assumir a Presidência, como o do General Costa e Silva querendo entrar à força no Governo. Aquilo trouxe uma depreciação da Revolução muito grande e tenho a impressão de que, se ele não ficasse doente, iria haver outros desdobramentos.

Demorou, talvez, demais. Não se sabe se se quis demorar ou demorou porque as condições não favoreceram. Acredito que, se o Muro de Berlim tivesse caído mais cedo, ela hoje teria outra história.

Infelizmente, mesmo depois da queda do Muro em 1989, o comunismo no Brasil permanece ativo, buscando impedir a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), inclusive através da política indigenista com as incomensuráveis áreas indígenas, como a Ianomâmi e outras em processo de demarcação ou homologação, todas elas ameaçando a integração e a integridade nacionais.

Crime de lesa a Pátria que vem sendo cometido a partir de 1990, por interpretação equivocada do Art. 231 da Constituição de 1988, por insensatez ou má-fé...

Coronel, e a batalha da comunicação social, nós a perdemos?

Nunca perdemos, uma vez que nunca entramos nela. Então, não houve batalha da comunicação social, porque não acreditávamos na sua importância e dela não participamos.

Não gostávamos da comunicação social. O próprio Castello Branco não queria: "Não aqui não pode ter DIP", que era o Departamento de Imprensa do Getúlio Vargas que Castello não queria nada que pudesse relembrá-lo.

Não se tratava de propaganda, mas de divulgar o que o Governo revolucionário fez e o Exército faz, particularmente no interior.

O trabalho da engenharia militar, por exemplo.

É preciso mais, porque essa coisa tem que ir se batendo, batendo, batendo, até o camarada se convencer. Dar uma notícia aqui, outra ali, ninguém se interessa, porque o povo é muito desligado dessas coisas.

Agora eles repetem ditadura, ditadura e todo mundo fala ditadura.

É isso, agora é ditadura.

Eles conseguiram ficar orquestrando isso.

O Exército tinha que ter aberto seus quartéis, receber pessoas trazendo as famílias.

Fizemos, mas um pouco tarde, mas não comemoramos devidamente a Revolução de 31 de Março.

É preciso arranjar um meio de se chegar ao povo. Difundir o porquê da Revolução, o que realmente aconteceu para que o povo tome consciência do embuste desta esquerda que aí está. Não fizemos isso quando tivemos oportunidade para fazê-lo, contando com a Imprensa. Se você não ganhar o povo, não adianta falar. Tem-se primeiro que ganhar o povo para depois dizer que o que estão contando não corresponde à verdade, mostrando que a história deles está toda distorcida, completamente deturpada.

E o AI-5, foi necessário?

Todos os atos foram necessários. Tinha que haver uma limpeza. Aliás, está faltando um outro AI-5, porque tem muito político por aí que está precisando ser alijado novamente. Mas vamos ver se, agora, com essa nova lei em que o político pode ser processado, sem ter que se pedir autorização ao Legislativo, a coisa funciona. Vamos ver se a justiça atua, agora, com seriedade, porque não é possível um sujeito com uma ficha criminal se esconder no Congresso. Aquilo ali não pode ser esconderijo de criminosos!

Só em 1968 foram vinte e tantas bombas e atentados, ou seja, mais de um por mês. Era um absurdo! Quem iria enfrentar aquilo sem meios?

Naquela época, o estafeta não saía mais do quartel fardado; saía à paisana, porque podia ser atacado pelos terroristas na rua. Os sargentos e oficiais também tinham ordem de sair à paisana. Ninguém podia mais ter o orgulho de andar fardado.

Agora isso está acontecendo com os policiais, que os bandidos do crime organizado estão matando.

Exatamente!

Coronel, o SNI (Sistema Nacional de Informação) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações) foram necessários?

Muito, muito necessários. Sem informações não é possível conduzir uma organização, quanto mais um País que é uma organização extremamente complexa.

O DOI era justamente um organismo de informações, dentro do Exército, para ajudar a Polícia a enfrentar o terrorismo diretamente, na prática, como em assaltos a bancos, estouros de aparelhos (locais onde se escondiam os terroristas).

A guerra era suja, porque o terrorista não tem limitações. Era uma guerra dentro de uma guerra. Nós não a queríamos, mas tivemos que vivê-la para dar resposta aos comunistas que optaram pela luta armada para a tomada do Poder.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito?

Isso tudo é a grande mentira. Não existiu uma "ditadura militar". Funcionava o Congresso, funcionava o Judiciário. Houve artistas ganhando dinheiro à custa disso. O General Santa Cruz me contou que estava no Palácio e pegaram um filme de um cineasta desses aí, que pusera uma cena que nada tinha a ver com o filme, uma cena agressiva, sexual, não sei mais o quê; que perguntaram ao tal cineasta por que ele botara aquela cena no filme e que ele respondeu que o fizera porque sabia que ia ser censurada e que isso seria uma boa propaganda para o seu filme e de graça.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem nesse período?

Muito poucas. Apenas no fundo, temos o orgulho de ter cumprido a missão derrotando os comunistas e impedindo a implantação da ditadura do proletariado em nosso País.

Em termos materiais, acredito que, comparando-se com as deficiências de hoje, naquela época estávamos melhores. O Ministro do Exército deste último Go-

verno, não conseguindo aumento para os militares, pelo menos investiu nas policlínicas e nos hospitais militares, para que fosse melhorado o atendimento. Isso não deixa de ser um vencimento indireto. No entanto, passaram agora a contingenciar os recursos do Fusex...

Este é um absurdo que não tem tamanho. A solução vai ser entrar na justiça contra esse achincalhe!...

Como o senhor avalia, em uma palavra, os vinte anos de Revolução?

Acho que foi uma grande vitória do Brasil. Hoje, estamos conversando e andando pela rua, o que não aconteceria se os comunistas tivessem vencido. Felizmente, eles foram literalmente derrotados. Se ganhasse o outro lado, com certeza, teríamos sido fuzilados.

Como aconteceu em Cuba. Lá foram 17 mil.

Não tenha dúvida. Disse para a minha mulher que eu seria enforcado em um desses postes ou teria que deixar o País. A grande coisa foi que hoje todo mundo fala e faz o que quer, porque a Revolução de 1964 quis que assim o fosse.

Evitamos a comunização.

Esse é o grande valor do Movimento de 31 de Março de 1964. Seguramos a barra para eles fazerem tudo que querem hoje.

Coronel, qual a sua avaliação a respeito da abertura política desde o Governo Geisel?

É muito difícil avaliar, porque todo mundo sabia que, no retorno desses políticos, terroristas e guerrilheiros, eles não iriam se conformar de passar a borracha e ficar todo mundo bonzinho. Eles iam voltar à vida política com a idéia de vingança. No entanto, eles estão indo muito mais longe do que se imaginava.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo da Revolução desgastaram a sua imagem?

Muito, por uma situação que não dependeu do Brasil: o choque do petróleo. Aquilo foi terrível. Foi uma rasteira que levamos. Sistematicamente, ao longo da história, toda vez que o Brasil começa a levantar um pouquinho, leva uma rasteira, interna ou externamente. No ano passado, vimos o Brasil sofrer o problema da falta de energia, foi outra paulada.

Eles se valeram só da energia instalada pela Revolução de 1964. Não fizeram mais nada para a frente. Aí foram surpreendidos. Faltou energia, mas todos sabíamos que isso mais cedo ou mais tarde iria acontecer. Não houve investimento!

Não há mais o SNI para informar.

O Presidente foi surpreendido, também, com a invasão da fazenda dele. O pessoal do MST (Movimento dos Sem Terra) chegou a deitar em sua cama. Foi surpreendido pela incúria, pela negligência do seu Governo.

Quis ser bom moço e deu nisso.

O bom mocismo impede a decisão política de atuar, dentro da lei, contra a baderna.

Não tem que sair dando tiro no MST. Tem que prender o elemento que errou. Tem que cumprir a lei, colocando os criminosos na cadeia.

Coronel, como o senhor está vendo o "revanchismo"?

Os perdedores de 1964 e do período de 1968 a 1974 (luta armada), através de mentiras, de calúnias, de embustes, tentam denegrir a Revolução de 31 de Março e as Forças Armadas, como se elas não tivessem agido impulsionadas pelo povo e na defesa do povo. Esta é a verdadeira história. Os derrotados estão diuturnamente voltados para o "revanchismo".

E onde ele é mais forte?

Na mídia ele é mais forte. Ela está toda tomada, distorce os fatos e ninguém tem a coragem de dizer: eu sou comunista.

É o que diz o Olavo de Carvalho.

Ele está sozinho. O resto todo é radical de esquerda, mas ninguém tem a coragem de dizer.

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas, apesar de todo esse "revanchismo". Como o senhor vê isso?

Acho que o Exército tem a sua linha, a sua missão. Só há um problema que me preocupa. É o do soldado que hoje vem para o Exército, voluntariamente, querendo o seu primeiro emprego, querendo subir na vida e querendo servir. Ele não pode ficar desnutrido. O Exército tem que tomar cuidado com o problema da falta de alimentação. Mandar o soldado trabalhar e depois mandar para casa, sem comer, é uma coisa muito séria. Acho que isso é jogar água pelo ralo. Você está trabalhando de um lado e estragando tudo pelo outro. Acho que o soldado tem que sair bem alimentado. Napoleão já dizia que "os exércitos marcham sobre seus estômagos". Não sei como o Exército vai resolver isso, mas é um problema da maior gravidade.

Isso já devia estar resolvido. É uma questão de alocar os recursos devidos ao Exército, que eles não o fazem, porque estão pagando uma dívida impagável. A situação financeira na atual conjuntura está extremamente grave, porque dependemos de

um dinheiro alienígena que entra no País a juros altíssimos, que, ao serem pagos, juntamente com a dívida externa, cada vez maior, geram uma crise que impede que o País cresça e se desenvolva, deixando de oferecer os empregos que o País tanto precisa.

Entreguei um artigo para o *Jornal do Brasil* sobre o novo tipo de imperialismo que um assessor do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha vê para o mundo; como eles devem tratar os outros países, através do dinheiro. É o que eles pensam lá e nós aqui ficamos enterrados até o pescoço.

Exatamente! Estes esquerdistas, transformados em neoliberais, estão sufocando o povo brasileiro, sem emprego e sem perspectivas.

Eles estão pagando o preço que eles mesmos se impuseram. Nós também, com esses rombos todos que estamos assistindo perplexos.

Estamos vendendo ou doando patrimônio, e esse dinheiro não é aplicado em nada. É só para pagar uma dívida que não pára de crescer!...

Além da doação do patrimônio, estamos diante dos roubos. O País é rico e maravilhoso, mas metem a mão. São fortunas e fortunas. Acho que há possibilidade de passar a limpo o Brasil, com essas novas leis promulgadas e com o apoio da imprensa, com o seu novo estilo de denunciar.

E com a ação do Ministério Público que vem atuando bastante.

Coronel, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Primeiramente, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui narrando fatos relativos à Revolução de 1964 e expondo estas idéias que acredito e que não contava com a oportunidade para divulgá-las.

Espero ter contribuído com este Projeto, externando o que julgo importante, com o lastro de uma existência inteira de observação e de vivências. Para mim, foi muito gratificante esta oportunidade de divulgar o meu pensamento a respeito de vários e importantes aspectos relacionados com o nosso tema.

Desejo muita felicidade neste empreendimento, que considero extremamente valioso. Já tentei fazer na Escola de Equitação a memória do hipismo militar, mas o projeto não foi adiante, o mesmo acontecendo na Confederação Brasileira de Hipismo. Desejo parabenizá-los, portanto, pelo trabalho que merece uma ampla divulgação pela dificuldade e relevância de realizá-lo em nível nacional e com uma expressiva gama de entrevistados.

Coronel Audir Santos Maciel

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército, o de Artilharia Antiaérea, da Escola de Defesa Antiaérea (EsDAAe), de Técnica de Ensino, do Centro de Estudos do Pessoal (CEP), de Operações na Selva do COSAC, atual Centro de Instrução de Guerrilha na Selva (CIGS), e o de Informações-Categoria "A", da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Na Itália, cursou, na *Scuola di Guerra*, o Curso Superior de Estado-Maior.
- Comandou o 3º Grupo de Artilharia de Costa (3º GACos) e Forte Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu, como Oficial de Estado-Maior, as funções de Adjunto da Seção de Informações da 2ª DE, do II Exército e Comandante do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército. Como Oficial de Gabinete do Ministro, foi Assessor do Centro de Informações do Exército (CIE).
- Em 1964, no posto de Capitão, era o Comandante da 6ª Bateria de Obuses do 1º Regimento de Obuses 105, Regimento Floriano, Vila Militar, RJ.

Entrevista realizada no dia 07 de março de 2002.

Gostaria primeiro de agradecer o convite para que aqui viesse participar deste Projeto de imenso valor, uma vez que vai mostrar o outro lado da história.

Os nossos detratores, derrotados pela Revolução de 1964, é que estão, hoje, reescrevendo a história, sendo fácil concluir que esses rancorosos e inconformados perdedores, para os quais os fins justificam os meios, máxima do comunismo, se especializaram em trazer a público os fatos distorcidos, escondendo tudo que a Revolução fez de bom, ao mesmo tempo que divulgam uma enorme quantidade de inverdades para recriminar-nos.

Desta forma, avulta de importância este Projeto que irá traduzir para o povo brasileiro os verdadeiros acontecimentos ocorridos no período de 1964-1984.

Depois deste breve e objetivo preâmbulo do nosso Coronel Maciel, em que ele destaca a necessidade de se contar a verdadeira história da vintena vitoriosa 1964-1984, para fazer face a tanta deturpação que vem sendo dita e escrita pelo lado dos derrotados, passamos a perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de destacar nos pródromos da Revolução de 1964, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Nos pródromos, comecei a tomar conhecimento de fatos quando estava deixando o cargo de Instrutor da Escola de Defesa Antiaérea e fui mandado apresentar-me no 1º Regimento de Obuses (1º RO) – Regimento Floriano, na Vila Militar.

Fiquei adido, já no final do ano, porque ia fazer a EsAO, a uma outra unidade ali mesmo na Vila Militar, porque não poderia ser transferido do Rio por prazo inferior a seis meses.

Quando eclodiu a Revolução de 1964, ficamos ali ilhados dentro daquele quartel, praticamente sem comunicação com os oficiais, nossos amigos, que queriam conversar conosco, os quais eram impedidos de fazê-lo, porque o quartel estava em prontidão, fechado, não entrava nem saía ninguém.

Isolados mesmo.

Isolados não sabíamos o que acontecia lá fora, apesar de capitão, com dez anos de serviço.

No dia 31 de março, o II Grupo do Regimento Floriano recebeu a missão de seguir para Minas e perguntamos para os nossos chefes o que é que estava acontecendo, o porquê. E as informações que nos passaram eram muito diferentes daquilo que, depois, viemos a constatar. Entre outras coisas, disseram que íamos combater um levante da Polícia Militar mineira.

Saiu então o II Grupo na esteira de uma unidade de Infantaria que nos informaram ser o Regimento Sampaio. O II Grupo era composto de duas Baterias de

Obuses – a 4ª Bateria e a 6ª Bateria, sendo que esta ficou a meu comando, porque o comandante efetivo teve um problema e foi operado, o que me levou a assumir o comando da Bateria naquele dia e partimos em direção a Petrópolis.

O destino era Minas Gerais.

Minas Gerais, como disse, e a missão que nos deram foi combater uma revolta da Polícia mineira, integrando o Destacamento formado pelo Regimento Sampaio e o nosso Grupo. Isso nos foi dito; é interessante essa coisa. Saímos da Vila Militar ao entardecer, umas 6h da tarde aproximadamente e nos deslocamos em direção à divisa do Estado do Rio com Minas Gerais.

Cerca de 3h da manhã, o comboio foi obrigado a parar devido não só à cerração, como também à situação de alguns soldados motoristas, que começaram a cochilar na boléia da viatura.

Então, depois desse alto-horário forçado, alguns oficiais e sargentos passaram a acordar os motoristas para seguir em frente, as viaturas trabalhando em marcha lenta e fomos embora, tocamos para frente e chegamos, clareando o dia, numa região que eu não posso definir bem; sei que havíamos passado por Areal e nos dirigíamos para, se não me engano, a região de Paraibuna, onde o corte desse rio separa os dois Estados.

Quando o II Grupo ali chegou, vindo imediatamente à retaguarda da tropa de Infantaria (Regimento Sampaio), fomos informados de que o Regimento de Infantaria havia passado pela barreira formada e se incorporou à tropa de Minas e que a nossa 4ª Bateria, que vinha à frente, comandada pelo Capitão Gualberto Pinheiro, também passou. Ficou, então, o comando do II Grupo e a 6ª Bateria, com a Bateria de Serviço (BS) e a Bateria Comando (BC), as quais marchavam atrás da 6ª Bateria que eu estava comandando.

Neste momento, após muita conversa e mesmo discussão entre os dois lados, o meu Comandante de Grupo decidiu que, como a ordem que recebera era outra, nós voltaríamos para o quartel. E saíram para fazer um reconhecimento de uma outra estrada que pudesse dar retorno certo.

A esta altura, eu me senti o capitão mais antigo com todas as demais Baterias – a 6ª BO, a BC e a BS, todas na minha mão.

Regressando em direção a Petrópolis, encontramos o I Grupo do Regimento Floriano. Nesse momento, chegou o Comandante do I Grupo – o Coronel Mello – que era muito ativo... Como disse, o Regimento era composto de dois Grupos. O Comandante do I Grupo foi logo dizendo: “Olha, vamos embora, vamos voltar”, – voltar para enfrentar a tropa que vinha de Minas. Foi, quando lhe disse que a última ordem que recebi do meu comandante – que não estava ali – foi que devíamos regressar

para o quartel e é o que vou continuar fazendo. No retorno, andamos uns cinco ou seis quilômetros até onde se encontrava o Comando da tropa.

Nesse momento, apareceu o Donner, que era o comandante efetivo da Bateria e que, por isso, reassumiu o comando da 6ª Bateria. Já que a ordem foi voltar para o quartel, realmente voltamos. Como já comentei, foi uma enorme surpresa para nós sermos aplaudidos, quando voltávamos, pelo povo, entusiasticamente, como vencedores. Toda a população da região de Petrópolis, que se deparava com o comboio, corria em nossa direção nos aplaudindo maravilhados e nós não tínhamos feito nada, mas, no entanto, recebíamos uma consagração, com aplausos calorosos, como se também fôssemos vencedores. O povo julgando que estávamos vindo de Minas. Foi uma coisa impressionante!

Evidentemente que foi um espetáculo inusitado: o povo entendeu que era a tropa mineira que estava descendo em direção ao Rio. Mas, na verdade, era um retorno de parte da tropa do Rio que resolveu não combater, porque não era revolta da Polícia Militar mineira, não era nada disso; então, foi mais um engodo do esquema daquele governo irresponsável. Então, vamos voltar e não vamos combater, porque não teve nenhuma revolta da PM. As tropas eram do Mourão não é isso, meu Coronel?

Exatamente isso, nos enganaram para que saíssemos.

Eram as tropas do Mourão, com o Muricy à frente, merecendo o respeito de todos nós.

Exatamente, esta tropa já estava engrossada com o pessoal de Infantaria (Regimento Sampaio) e com a 4ª Bateria que estava já do lado de lá descendo para o Rio de Janeiro. Voltamos, portanto, na frente.

A Infantaria lembra exatamente o Coronel Raimundo que houve por bem passar para o lado de Minas atendendo à solicitação de seu amigo Marechal Odylio Denys com o qual conversou pelo telefone num alto-horário da marcha, o que o levou a apoiar o Marechal, que estava em Juiz de Fora, e a tropa mineira.

Pergunto ao nosso Coronel Maciel o que poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Como é que era o Brasil? O País estava tranqüilo ou vivia em interminável estado de greves e de anarquia? O que gostaria de nos dizer?

Na verdade, era uma anarquia total. O Exército vivia sendo empregado para guardar pontos importantes devido às greves constantes que aconteciam, principalmente em estações ferroviárias. Lembro-me de uma ocasião numa praça, onde, com os meus soldados, ficamos guardando um ponto inicial de ônibus para evitar a depredação. Foi um momento muito difícil; era uma violenta greve de transportes,

forçada por numerosos piquetes que atingiu todo o Rio de Janeiro. A coisa esteve muito feia, por um bocado de tempo. Com essa situação calamitosa, os cariocas passaram a conviver a todo momento. Minha senhora e eu fomos vítimas dessas circunstâncias sempre bastante perigosas.

Aí está uma demonstração das greves que aconteciam constantemente. Havia de fato um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Havia, sem dúvida. Qualquer pessoa em sã consciência sabia que aquilo não ia dar certo. Havia uma efervescência muito grande, quebra total da ordem e da disciplina; o Governo era exercido por pessoas que não tinham capacidade para tal. O Rio, que vi de perto, transformou-se numa baderna constante, caminhando a passos largos para o caos total.

Coronel, o que se passava no meio militar, houve tentativa de criar cisões nas Forças Armadas?

Bom, de um modo geral, nos quartéis, existia sempre uma minoria muito atuante, cooptada para implantar uma espécie de um processo de insubordinação. Havia um ambiente de muita insegurança e, pior, de desconfiança, uma coisa que nunca vira anteriormente. Havia uma desconfiança um do outro. Ninguém sabia quem era quem ali, ou seja, quem era a quinta-coluna, que ali estava para gerar a indisciplina. O quadro fazia-nos lembrar a Intentona de 1935, na qual os comunistas, obcecados pela sua ideologia descabida, mataram seus colegas dormindo. O postulado que eles obedecem cegamente é aquele que volto a salientar – os fins justificam os meios.

Coronel, quais os principais acontecimentos a seu ver que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?

Bom, aquele comício na Central do Brasil foi impressionante, um verdadeiro pandemônio, uma coisa terrível. E o meio civil também sentiu que aquilo ali ia gerar uma revolução sangrenta.

Houve as Marchas da Família, hoje esquecidas pela imprensa, que foram a grande motivação, provocando a reação dos militares que acabaram por tomar uma decisão. Mas a mídia, dentro de sua sórdida estratégia, omite esse fato da maior importância.

Exatamente. Coronel dentro, ainda, daqueles fatos relativos ao desenvolvimento da Revolução, o senhor poderia, nesse momento, fazer algumas considerações sobre a sua função em São Paulo falando-nos do período em que desempenhou importantes funções à frente de um DOI/CODI, e, depois, junto ao CIE?

Pois não. Quando terminei a Escola de Comando e Estado-Maior fui para São Paulo, porque havia esgotado o tempo de permanência no Rio de Janeiro. Chegando lá, fui trabalhar como Adjunto da 2ª Seção. É bom dizer que nem todo mundo gostava de trabalhar numa 2ª Seção. Mas a missão que me foi atribuída procurei desempenhá-la da melhor maneira possível.

Comecei trabalhando na 2ª DE, sendo, depois, chamado pelo II Exército, que hoje tem o nome de Comando Militar do Sudeste, para exercer as mesmas funções.

Fui para o II Exército, para a 2ª Seção, lá ficando por dois anos. Ao término desses dois anos, vagou-se o comando do DOI e fui convidado para exercer função no DOI, no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI/CODI/II Ex). Assumi, por dois anos, a chefia do DOI/CODI, é bom que se diga que o nome inicial era Operação Bandeirante, porque foi desencadeada no Vale da Ribeira, em São Paulo, ganhando esse nome. O Vale da Ribeira é uma área rural, mas a parte da cidade, a parte urbana, também estava efervescendo.

Os que trabalharam, após terminar o problema do Vale da Ribeira, vieram para São Paulo e, aproveitando uma área ociosa de uma delegacia policial, montaram uma estrutura de informações chamada então de DOI/CODI, passando a existir um em cada Comando de Exército naquela época e o primeiro Comandante do DOI em São Paulo foi o Tenente-Coronel Waldir Coelho.

Então, esse foi o órgão criado, em razão da necessidade que surgiu de se realizar ações semelhantes as da Operação Bandeirante na cidade de São Paulo, considerando que as tropas não poderiam atuar na Cidade da forma como fazia o Destacamento de Operações, implantado com certas características para atender a esse tipo de confronto.

É interessante lembrar que o DOI/CODI era uma organização mista: o comando era de um oficial do Exército, mas existia pessoal da Aeronáutica, da Polícia Civil, Polícia Militar, uns sargentos (homens e mulheres) da Polícia Militar de São Paulo, excelentes profissionais.

E até eu comentava que, muitas vezes, uma moça daquelas no telefone fazia um levantamento completo de uma ocorrência, de uma família, que economizava horas e horas de "paquera" (de tempo de acompanhamento para esclarecer uma situação). Porque ela simplesmente conversando com uma pessoa no telefone, conseguia fazer um levantamento praticamente completo. Olha, isso economizava esforço da nossa gente; era um grupo de excelentes profissionais.

Assumi o comando numa época que já não era a pior, como a vivida pelo Waldir Coelho, o período do Ustra, épocas muito mais difíceis. Quando assumi o

comando do DOI foi imediatamente após o episódio da morte do Bicalho Lanna, que faleceu num tiroteio com a Polícia.

A história do Bicalho Lanna é até interessante valendo a pena contar. A sua companheira era uma moça chamada, pelos documentos, apreendidos com ela, Esmeralda Siqueira de Aguiar. Dois dias depois da sua morte e de seu enterro com nome de Esmeralda Siqueira de Aguiar, compareceu ao II Exército um tenente-coronel de Engenharia que servia em Recife. Esse tenente-coronel chega e diz: "Essa moça não é Esmeralda, é a minha filha – chama-se Sônia Maria." Então, demos para ele o número da sepultura, onde ela havia sido enterrada e o problema acabou para nós.

Anos depois, esse cidadão, já como professor, transformou-se no primeiro chefe ou líder de terroristas, embora fosse um tenente-coronel da Arma de Engenharia, aparece cobrando providências do Exército pelo fato de que teríamos escondido o cadáver da filha dele, o que, na verdade, é uma mentira que ele propagou, porque, infelizmente, naquela época, não pegamos dele uma declaração escrita de que ele fora notificado de tudo que sabíamos a respeito de sua filha.

Esse fato nos perturbou bastante, porque fomos acusados de coisas, como o de esconder corpos no cemitério de Perus, que foi totalmente revirado, com a violação de numerosas covas de indigentes, que não tinham nada a ver com a sepultura de Esmeralda ou Sonia Maria, local que conheciam bem, que sabiam onde estava, porque foi dito para eles. Então, até essas coisas aconteceram, esse tipo de desinformação com o objetivo de confundir o povo e denegrir o Exército.

É importante que se denuncie esse tipo de ação dos inimigos da Revolução para que se possa aquilatar com que tipo de pessoal tivemos que conviver. Esse cidadão hoje pertence ao grupo Tortura Nunca Mais.

Veja o tipo de pessoa que integra esse malfadado grupo Tortura Nunca Mais. Felizmente, agora temos o grupo Terrorismo Nunca Mais para se antepor a esse grupo de malfeitores.

Quando do seu falecimento, a mulher dele assumiu e ficou dirigindo, por muito tempo, esse grupo.

Ele, que se aliou a esse Tortura Nunca Mais, alegava que tínhamos escondido o corpo, orquestrando essa grande mentira. Fico até hoje revoltado, quando me lembro do fato, por isso ter partido de um companheiro...

Espantoso, nós não sabíamos desse fato. Como era o nome dele?

Acredito que seja Cavalcante. Era um tenente-coronel de Engenharia da turma de 1953.

Transformou-se em líder do Tortura Nunca Mais.

E passou a ser professor, ele e a senhora.

Mas a filha era terrorista?

Exatamente e morreu de arma na mão.

O senhor gostaria de falar alguma coisa a respeito do Centro de Informações do Exército (CIE), sobre algum fato relevante, como esse, que é importantíssimo, porque desmascara essa ação, vamos dizer, pífia de determinados elementos que se apresentam ao Brasil, hoje, como donos da verdade.

Vamos contar uma história que aconteceu aqui no Rio, onde temos, agora, um túnel chamado Zuzu Angel, que é o nome de uma estilista de moda, mãe da Hildegard Angel que escreve até hoje numa coluna do *O Globo*. Era mãe de Stuart Angel Jones, um terrorista desaparecido. Ela, voltando de uma festa *society*, segundo muitos dizem, embriagada, bateu com o carro e morreu. Isso veio até escrito no jornal de modo atenuado, dizendo que ela estava ligeiramente alcoolizada.

O jornal foi muito delicado no trato do assunto, dizendo que ela havia ingerido alguma bebida alcoólica. Vinte anos depois, quando iniciaram as indenizações aos familiares de terroristas mortos, aparecem duas testemunhas que juraram ter visto, é incrível contar isso, que um carro, que seria da Aeronáutica, do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), teria abalroado o carro dela, jogando o seu automóvel num abismo, e que, em conseqüência disso, ela veio a falecer.

Essa mentira inicialmente foi recusada na tal Comissão que distribui o dinheiro dos brasileiros aos criminosos e às famílias deles. Mas, depois, conseguiram uma forma para que a filha Hildegard recebesse uma polpuda indenização. Como se não bastasse, o Prefeito do Rio, a figura caricata do incompetente Luiz Paulo Conde, mudou o nome do túnel Dois Irmãos para túnel Zuzu Angel e tem lá um monumento a ela. Então, são essas coisas que me irritam porque, além de sórdidas, representam a apologia à mentira, contando com a cobertura total dessa imprensa venal.

Deturparam, mentiram, e, ainda, recebem dinheiro dos cofres públicos.

É, realmente, inacreditável!...

Eles não querem prêmios como medalhas; isso aí, não gostam; eles querem dinheiro, compensações de ordem monetária. Medalhas, galardões, isso não interessa a eles. Eles só raciocinam com o vil metal; prêmio, para eles, é dinheiro, e muito dinheiro; não é pouco não. Muito, porque para nós 150 mil é dinheiro, embora possa não ser para muitos deles, mas, para nós, é.

E, no CIE, quando o senhor lá esteve. Por favor, gostaria de lembrar alguma coisa daquela época?

Bom, quando cheguei no CIE já estava na fase da abertura. Inicialmente, como Assessor do CIE, trabalhava, estudando e produzindo informações sobre as

organizações terroristas que já estavam em declínio, já não tinham a periculosidade da primeira fase.

Na segunda fase, assumi a chefia da Seção de Operações, mas essas operações também já estavam muito limitadas. Não se operava mais no Brasil e aos poucos fomos diminuindo, diminuindo e com a mudança do Ministro Walter Pires, praticamente encerrou toda a fase do CIE. Fui, portanto, o último Chefe de uma Seção de Operações, mas que já não estava operando. A Seção de Operações deixou de atuar com a chegada do novo ministro, infelizmente.

Coronel, aquelas inúmeras organizações subversivas já estavam todas, vamos dizer, em sua essência neutralizadas?

É como disse, quando assumi o DOI com a morte do terrorista Bicalho Lanna, foi o último ato de tiroteio na rua que houve em São Paulo, porque, depois, a partir daí, não houve mais nenhum. Eles se infiltraram na imprensa, passando a contar com a mídia, conquistaram a imprensa para jogar a opinião pública contra nós.

Aí entrou justamente esse esquema voltado para a conquista da mídia, do magistério?

Exatamente. Domínio do magistério e da Igreja, forte infiltração na religião.

Os comunistas, valendo-se da mídia e do magistério e não mais de luta armada, partiram para o domínio das mentes pelo poder fabuloso das idéias. Através do poder da mídia e do magistério passaram a transmitir aos jovens uma nova história, como muito bem disse, o General Gleuber, o nosso Comandante, Comandante da Força Terrestre: "Eles passaram a reescrever a história."

Até gostaria de dar um exemplo do que a mídia torce. Vocês devem lembrar do caso Vladimir Herzog e que há um prêmio de reportagem Vladimir Herzog. Ele compareceu ao DOI em São Paulo acompanhado do jornalista que era credenciado lá no II Exército e que se chamava Paulo Nunes. Apresentou-se de manhã, às 8h da manhã, para depor. Após o almoço, já havia terminado tudo, ficando numa sala, afastado, e, ali, ele enforcou-se. Hoje, a imprensa publica, como subsídio para exame de vestibular, encarte em que Vladimir Herzog foi preso e, após uma noite de torturas, amanheceu enforcado.

Digo, meu Deus, é só pegar *O Estadão* da época para ver o que aconteceu, mas não se preocupam com isso. O que fica valendo para o jovem, que vai fazer o vestibular, é o que consta nesse recorte que lhe foi fornecido. Mas é a história que eles contam e, a partir daí, passou a ser a verdade, mas a verdade foi contada detalhadamente pelos jornais da época, como *O Estado de São Paulo*, ao qual já me referi.

A verdade foi mostrada pelo jornalista Paulo Nunes. Ele testemunhou, dizendo: "Eu fui levar o Herzog de manhã às 8h e às 16h iria buscá-lo. Foi uma surpresa para nós, para todos nós que ele tenha se enforcado." Digo que este sujeito não era mais que um jornalista, não tinha nada de importante.

Não era importante.

Hoje, ninguém sabe que ele era um jornalista como outro qualquer. Associou-se a sua pessoa uma figura de grande renome. Prêmio Vladimir Herzog – para um judeu, apátrida, que nem brasileiro era.

Um estrangeiro metendo o bedelho nas nossas coisas...

Ele era iugoslavo, saiu da Iugoslávia, foi para Itália e depois para o Brasil e, aqui, deram cidadania brasileira. Consta que foi locutor da BBC em Londres.

Prosseguindo, vamos perguntar ao Coronel Maciel, como se portavam os sindicatos, as entidades tachadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução?

Bom, aí como se diz: "botaram o rabo entre as pernas", porque todas ficaram completamente desorientadas com a rápida deposição de João Goulart e com a fuga ou prisão dos principais chefes dessas organizações espúrias que tanto perturbaram a vida do País até março de 1964.

Elas, realmente, foram surpreendidas.

Surpresa total. Eles não acreditavam que fosse acontecer uma revolução sem sangue, à moda brasileira, com o povo apoiando, aplaudindo, e, em conseqüência disso, elas ficaram completamente desorientadas.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, tendo Osvino e Assis Brasil à testa, os que se autodenominavam generais do povo. Por que é que esse esquema desapareceu de repente?

Bom, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se baseiam na disciplina, na hierarquia e na ordem. Na hora em que aparece um cidadão que se diz militar, gerando desordem, ele deixa de ser militar e passa à situação de desordeiro. Perderam toda e qualquer influência que poderiam ter, influência obtida através de processos escusos, largamente empregados para cooptar seus subordinados, acenando com o atendimento de interesses individuais. Por isso, esse tal esquema, atuante e ameaçador, desintegrou-se facilmente.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Sim, acredito perfeitamente. Foi o que se viu depois, não só nas Forças Armadas, mas em todo o Brasil que passou a viver muito melhor, recobrou-se a paz que a cúpula do governo havia tirado da nossa gente.

Sem dúvida, porque eles realmente procuravam dividir jogando patrões contra empregados, peões contra os fazendeiros, incitando a luta de classes.

O nosso povo tem uma Bandeira onde se lê Ordem e Progresso. O povo não quer desordem, quer ordem, e os militares colocaram ordem num país que estava à beira do caos.

Exatamente. No seu entender, está correto o termo revolução? Como é que o senhor descreveria o Movimento de 31 de Março?

Olha, na minha opinião, foi uma revolução. Eu sei que alguns, agora, querem optar pelo nome contra-revolução. Acho que é um eufemismo que não cabe ser ressaltado. Na minha opinião, foi e deve ser usado o termo revolução. Nós temos orgulho de dizer que houve uma revolução; o resto, para mim, é eufemismo.

Exatamente e que eles chamam de golpe agora, mas antes não tinham coragem de fazê-lo.

A imprensa, tomada por extremistas, por esquerdistas internacionalistas, é que faz esse papel ridículo, porque antes falavam em revolução, como *O Globo*, que passou vinte anos falando da Revolução. Após passarmos o Poder, só depois, esta mesma empresa passou a chamar de golpe, de ditadura, sem explicar por que mudou tanto de posição.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não foram governos militares porque toda a estrutura política coexistiu. Então, só por isso, já fica meio difícil falar em governos militares. Foi um governo onde um militar eleito presidente, em eleição indireta, como o foi Tancredo Neves, dividiu suas responsabilidades com os ministros, em sua maioria, civis.

Numa aula de direito, numa faculdade do Rio de Janeiro, um professor lançou o tema que o Sarney foi um presidente imposto pelo Ulysses Guimarães e que o Figueiredo não teve vontade, não queria mais saber de política, largou tudo de mão.

Isto, realmente, nos entristece, porque o Presidente Figueiredo tanto quis ser o substituto de Geisel, gerando inclusive crises, mas, no final, mostrou-se apático, esquecendo-se do compromisso que assumira com milhões de revolucionários.

Não conduziu adequadamente o processo de sua sucessão.

Infelizmente, essa foi a realidade.

Coronel, a mídia, nesta última década, faz questão absoluta de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns, os principais?

Olha, basta ver o problema que nós vivemos agora desse apagão. Por que é que houve o apagão? Porque o Governo Sarney, ao assumir o Poder a primeira coisa que fez foi cancelar os projetos de distribuição de energia elétrica que vinha de Itaipu. Quatro meses depois, o País ia entrar num caos e ele foi pressionado pelos empresários de São Paulo a continuar as obras de distribuição de energia elétrica, porque senão o País iria parar.

Isso que aconteceu naquela época, essa diminuição da aplicação de capital para a distribuição de energia foi reduzida ainda mais a partir de 1990, o que causou esse apagão. Agora, o próprio Fernando Henrique, maior responsável pela crise, diz que a culpa foi dos governos anteriores.

Se nós analisarmos quais foram os governos anteriores foi ele mesmo, o Collor de Melo, que perdeu o mandato por corrupção, o Itamar e o Sarney, porque até o Sarney tudo vinha se desenvolvendo. Esse apagão, que ele tenta fugir da responsabilidade, a culpa é dele, dele principalmente, e dos outros que o antecederam.

A hidroelétrica de Itaipu foi inaugurada pelo Presidente Figueiredo.

Exatamente.

Então, não procede querer responsabilizar até o Presidente Figueiredo, porque foi ele quem inaugurou a obra do século, exatamente no setor da energia, faraônica para os nossos adversários em termos de capacidade de geração de energia e pela sua grandiosidade.

Dentre as inúmeras obras realizadas, uma outra considerada também faraônica foi a Ponte Rio–Niterói, tremendamente criticada, hoje em dia está aí congestionada pelo tráfego existente entre Rio e Niterói. Nenhum desses esquerdistas neoliberais, incapazes de grandes realizações, pensam em duplicá-la, porque não há capacidade nem recursos para nada, além dos destinados a pagar juros e o principal da dívida externa que não pára de crescer.

Realmente, estamos precisando de outra ponte, mas falta competência.

Competência e dinheiro. Aliás, não há dinheiro para nada, com os compromissos junto ao FMI.

Veja a visão de longo prazo dos presidentes militares.

Os militares sempre projetam para o futuro e os civis, que estão por aí, projetam para a próxima eleição. É muito diferente um para o outro...

Exatamente. O senhor gostaria de citar mais alguma obra, alguma realização importante da Revolução. Eu lembraria a recuperação do princípio de autoridade que estava completamente deteriorado, não existia no País no tempo do despreparado João Goulart, e que Castello Branco, com a sua elevada força moral, instituiu e voltou tudo aos trilhos. O Brasil, como o senhor disse, voltou a contar com "Ordem e Progresso".

Em todos as expressões do Poder Nacional, o Brasil cresceu nos vinte anos de Revolução.

No tempo do saudoso Presidente Médici, a economia chegou a crescer a 11,9%, no ano de 1972, a maior taxa de todos os tempos. Esse ano foi o quinto consecutivo de crescimento superior a 9% (1968 a 1972).

Em 1973, mantivemos a taxa de mais de 10% e o pleno emprego que é hoje o grande drama dos brasileiros nessa era da esquerda neoliberal, iniciada na década de 1990.

A década desperdiçada.

Coronel, o senhor acha que a Revolução cometeu erros? Quais foram?

A frase não é minha, mas um companheiro disse uma vez o seguinte: "A Revolução cometeu um erro, um erro tático porque, quando todo o povo estava querendo que o Exército e as Forças Armadas em geral entrassem para derrubar o terrorismo, que estava sendo implantado com assassinatos, seqüestros, isso foi feito com muita contemplação."

Esse companheiro nos disse assim: "Na verdade, cometemos um erro tático e um erro estratégico: tínhamos que ter começado a derrubar os juízes contrários à defesa da democracia, esses padres que se colocaram contra o Papa, através de alianças com Fidel Castro, através dessa irracional teologia da libertação."

Era por aí que tínhamos que começar a trabalhar, tirar esse pessoal aonde não foi mexido justamente no Judiciário e que esse para mim foi o grande erro, aliado ao de deixar aos esquerdistas internacionalistas livre trânsito no setor da educação.

Foi um erro aceitar leis que só protegem os bandidos. Virou moda, hoje em dia, o bandido tem todos os direitos e os cidadãos que se tranquem em casa. Isso que está acontecendo é o que quer essa esquerda inconseqüente e os problemas estão aí nas ruas do Rio de Janeiro, em São Paulo, por todo o Brasil, até em cidades antes pacatas do interior.

Você vê agora esse cerco que foi feito em que morreram 12 bandidos. Já existe um órgão, uma parte da imprensa querendo responsabilizar a Polícia. Aliás, é ridícula esta propaganda toda a respeito de um presídio de São Paulo, uma verdadeira "orquestração" do tal massacre do Carandiru, porque morreram cem, só cem, mas deviam ter sido duzentos, porque lá só tinha bandido irrecuperável e avesso a qualquer processo que busque obter um mínimo de ordem.

Exatamente só tinha bandido. O mesmo que assistimos no inexistente massacre do Eldorado dos Carajás, quando, na verdade, os bandidos é que atacaram a Polícia.

E eu posso contar uma história a respeito? Do Carandiru dá tempo?

Claro, o senhor tem todo o tempo que desejar!

Conheço um senhor que teve a família violentada por dois bandidos! Foram presos e ele disse para mim: "Quando apareceu a lista dos cem do Carandiru, eu procurei, e um deles estava lá; o outro desgraçado não estava, ficando para mim a obrigação de matar esse cara." Porque o que ele fez com a minha filha na minha presença nenhum pai esquece, vou matar esse cara. Fiquei feliz com a morte do outro, mas ainda há um vivo. Isso foi dito por um pai atormentado, desiludido. Acho que qualquer pai pensaria assim no seu lugar!

Certamente.

É bandido já dizia o nosso Coronel Erasmo Dias: "Polícia é polícia, bandido é bandido. Bandido tem que ser tratado como bandido." Aí, lhe perguntaram: "Mas quando o polícia vira bandido?" Ele respondeu: "Mas, então, não é mais polícia, ele passa a ser bandido; tem que ser tratado como bandido"...

Claro, não há dúvida. O senhor veja o crime que foi aqui cometido pelos seqüestradores do Abílio Dinis. Defendidos por quem? Por quem? ...

Por vários elementos da esquerda, que se dizem defensores dos direitos humanos.

Exatamente, inclusive pelo Cardeal vermelhão, protetor de canalhas, de seqüestradores...

O nosso "mui amigo" Evaristo Arns, amigo do demônio.

Evaristo Arns e quem é que estava com ele? O Eduardo Suplici, senador do PT, defendendo bandidos internacionais, bandido do Canadá, bandido chileno...

Bandidos do exterior que cometem crimes, segundo eles, por ideologia; enquadram-se na revolução comunista. Passaram a ser bandidos privilegiados e foram para seus países e, logo em seguida, liberados.

Então, é isso aí. Se bobearem, vai aparecer, de novo, Evaristo Arns querendo defender esses outros bandidos internacionais que fizeram todas essas monstruosidades com o empresário Oliveto!...

Exatamente. Já veio o advogado do chileno, esse covarde que fez isso tudo com o Oliveto; chegou o pilantra do advogado dizendo que ele é um grande herói chileno, porque tentou matar o General Pinochet. Veja a canalhada que nos agride no momento!

Estão aí para seqüestrar e humilhar um empresário nosso, como o Oliveto. Os defensores dessa súcia vão alegar, mais sua vez, que se trata de crime político!

Coronel, a chamada "batalha da comunicação social" foi perdida por nós, ou deixamos de nos engajar nesse assunto?

Bom, eu sempre disse que essa batalha nunca existiu, porque nós não procuramos nunca atrair a imprensa verdadeiramente, inclusive como fazem os governos em geral, com verbas para publicidade e propaganda. Acho que a imprensa continua a

dizer o que quer e o que não quer, dentro daquela teoria de que a boa notícia não vende jornal, o que vende jornal é o escândalo, é a notícia que afronta.

Isso me foi dito por um jornalista credenciado lá em São Paulo, o Abrãozinho. Quando o DOI de São Paulo estourou um aparelho do Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde eles tinham cárceres privados, escondidos atrás de paredes, falsas paredes, ele me disse: "Ora Maciel, isso vende jornal hoje, amanhã já não vende, mas se fosse ao contrário, se vocês tivessem matado um deles, aí, teríamos uma semana de notícias."

Então, a imprensa pensa assim, o escândalo deve ser noticiado durante bastante tempo. Uma boa notícia só rende se tiver desdobramentos ruins. Exemplo: a polícia matou alguns bandidos, vai ser notícia, porque vão começar a combater a polícia porque matou e não se deve matar bandido, principalmente se o bandido, embora perigoso, for menor...

Se, ao contrário, a morte for de policiais, eles morrem ainda com a pecha de despreparados profissionalmente!

Você vê isso nessa carta, hoje no *O Globo,* 7 de março, há uma carta dessa Cecília...

Vice-presidente do Tortura Nunca Mais.

Exatamente, do Tortura Nunca Mais. Fica claro que ela queria ver sangue da Polícia e não só do bandido, porque disse que eram muitos policiais contra poucas pessoas, as pessoas eram do PCC.

Armadas.

Armadas até os dentes num ônibus, numa operação, que nós não sabemos exatamente os propósitos dos bandidos!

Qual era a finalidade?!

O que é que eles iam fazer? Então essas pessoas, para ela, Cecília, não eram bandidos, eram pessoas que foram atacadas por muitos policiais. Só faltou ela dizer que foi uma covardia. Só faltou dizer que devia ser um contra um, para haver morte também de policiais.

Então, é por isso, que nós não ganhamos a luta na imprensa, porque a imprensa faz o que quer e não se pode fazer nada. Em nome da liberdade de imprensa, eles falam o que querem.

E publicam uma carta desse tipo.

Publicam uma carta desse teor.

Vamos aproveitar e perguntar-lhe se o AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

Muito necessário, na época tinha que ser feito aquilo que permitiu ao Exército criar os DOI, porque não tínhamos o chamado poder de polícia, ou seja, não podíamos

prender, não podíamos investigar, não podíamos, antes, fazer nada. O AI-5 facultou isso. Estávamos, antes, de mãos atadas. Então, foi com o AI-5 que se conseguiu ganhar alguma coisa, autorizando o Exército, as Forças Armadas, no comando, à frente das operações, responder aos terroristas.

Por isso que o inimigo interno tem raiva do AI-5, porque o AI-5 permitiu que acabássemos com os grupos comunistas, com todos os grupos que, hoje, são endeusados pelo Tortura Nunca Mais. É endeusado até o homem que matou um oficial alemão quando queria matar o oficial boliviano Gary Prado, responsável por eliminar Che Guevara lá na Bolívia.

Ele, ao matar o Guevara, passou a ser o inimigo público número um desses comunistas. Então, eles saíram atrás do Gary Prado que estava fazendo curso no Brasil, na Escola de Comando e Estado-Maior, mas acabaram matando, um oficial alemão, também aluno da ECEME, mais uma vítima da sanha dos terroristas quando fazia o mesmo curso no Brasil.

Agora contam isso abertamente e são aplaudidos, mesmo matando estrangeiros que estavam aqui fazendo um curso, desarmados, o que é lamentável. Para enfrentar esse tipo de gente é que foi necessária a criação desses órgãos, os DOI, e fazer o agravamento da Lei de Segurança Nacional, sem o que não se podia combater nada. Aliás, o atual Presidente, outro dia, deixou escapar o seguinte: "Há necessidade de se criar um órgão centralizado que coordene as informações", ele mesmo falou nisso.

O Collor, por exemplo, acabou com o SNI, porque sabia que toda aquela corrupção sua viria a público rapidamente.

Hoje em dia, Coronel, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe" que antes não falavam, no máximo, falavam de governo ou de regime militar tão-somente. Agora todo mundo é corajoso, todo mundo tornou-se valente, mas antes ninguém falava nada. O que o senhor pensa a esse respeito?

Bem, como disse a imprensa não foi tocada. A imprensa diz o que quer e vende o jornal com aquilo que eles consideram que o povo quer ouvir.

Então, a imprensa faz o que quer. Ela vive atacando os militares com essas expressões, como "anos de chumbo", tudo isso porque é interesse deles apresentar às atuais gerações uma história distorcida, para que a Revolução seja vista como danosa. Creio que a história vai nos fazer justiça no futuro, espero.

As Forças Armadas, Coronel, auferiram vantagens na época da Revolução?

Pelo contrário, para nós tudo foi muito difícil; não sei como é que consegui educar os meus filhos, porque, graças à Deus, eles são inteligentes e passaram para as faculdades públicas, porque senão não teria como mantê-los estudando.

Foi difícil porque sempre os generais presidentes não queriam dar prioridade a expressão militar do Poder Nacional, para que não parecesse que estavam beneficiando o segmento militar. Então, com isso, sempre se falava em máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança desejável e, com isso, as Forças Armadas foram muito prejudicadas em tudo e por tudo.

Coronel, como analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o problema ideológico, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não vai desaparecer nunca, sempre existe alguém que vai priorizar essas ideologias alienígenas, vai ser comunista, fascista, nazista etc. Agora foi um baque muito grande, porque eles não têm mais o respaldo da poderosa União Soviética que sustentava tudo. E só ver Cuba, onde a situação da imensa maioria do povo se deteriora a cada dia.

O "revanchismo" está muito presente? O que gostaria de dizer a respeito?

Ele está cada vez mais presente e eu seria, possivelmente, uma das vítimas do "revanchismo" porque comandei um DOI. Vejo o meu amigo Ustra, vítima de uma série de constrangimentos por ter trabalhado na linha de informações e aquele nosso médico, o General Fayad, acusado por ter exercido sua função junto a um DOI. Passou a ser rotulado como torturador e sempre alvo das maiores injustiças, inclusive através do Conselho de Medicina, onde estava, na presidência da entidade, seu inimigo mais cruel.

Enquanto isso, assistimos exatamente o contrário com relação aos terroristas; aquele Teodomiro, que assassinou o Tenente Levi na Bahia, era advogado, continua advogando e, no entanto, é um assassino frio, que matou pela ideologia comunista. No Rio Grande do Sul, da mesma maneira, aquele assessor do Olívio Dutra está lá fazendo as suas trapalhadas e é um assassino, covarde. Ele foi quem matou o Capitão Chandler em São Paulo na frente de sua esposa e filhos. Então, para os bandidos indenizações e benesses é a regra adotada pelos revanchistas, pelos derrotados pela Revolução. Para nós, silêncio sobre todas as realizações. Divulgações só das ditas torturas. Aliás, hoje todos eles foram torturados, até o Garotinho!

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião, apesar de todo o ataque dos revanchistas. O que o senhor acha dessa posição favorável da sociedade com relação às nossas Forças Armadas nessas pesquisas de opinião?

Bom, essas pesquisas de opinião dizem a verdade. O povo não se deixa enganar tão facilmente, mesmo com toda a orquestração dessa mídia. Apesar do

"revanchismo". Qualquer pesquisa vai dizer sempre isso: Precisa-se de alguém para fazer alguma coisa. As Forças Armadas têm que estar presentes. É a organização que reúne efetivamente maior credibilidade, pela seriedade com que se debruça sobre qualquer trabalho que precisa ser feito, até a distribuição de reais pelo Brasil.

O próprio povo já estava querendo que as Forças Armadas se engajassem no combate aos tóxicos e ao contrabando, o que realmente nos assusta porque não fomos, inclusive, preparados para tais missões.

Os jovens que incorporaram nas Forças Armadas estão lá para defender a soberania do Brasil e não para atacar bandido, porque essa não é a finalidade das Forças Armadas, daqueles jovens que as mães liberaram, inclusive, vibrando, para que eles se preparassem para a defesa da Pátria.

Então, esse aspecto também precisa ser observado, porque, se formos olhar o pessoal do núcleo-base, o pessoal profissional, ele está muito reduzido, pela troca desse núcleo pelo efetivo variável, pelo recruta, para pagar menos ao homem e não pagar mais ao núcleo-base, compostos de soldados profissionais.

Então, está havendo isso hoje em dia. Manda-se o profissional embora e fica o recruta em seu lugar. Aí, depois, raciona-se com o recruta cumprindo missões para as quais é necessário muito mais treinamento e preparação.

Estas considerações precisam ser do conhecimento dos públicos interno e externo da nossa Força, para que eles, juntamente conosco, façam coro em torno da manutenção da nossa eficiência.

É mister que as novas gerações – as gerações do presente e do futuro – conheçam esta Coletânea com mais de duas centenas de entrevistas de militares e civis que participaram dos fatos ocorridos no período 1964-1984 – muito diferentes das estórias mentirosas, por aí contadas, que conseguem transformar, por exemplo, o tiro que atingiu o janguista Alfeu de Alcântara Monteiro, no V COMAR, em Porto Alegre, dado pelo Coronel Roberto Hippólyto da Costa, pela frente, em legitima defesa, em 16 tiros pelas costas para oferecer vantagens pecuniárias a seus familiares.

É hora de passar-lhe a palavra para as suas considerações finais.

Nestas minhas considerações finais, quero agradecer a oportunidade que esse Projeto, criado, em tão boa hora, pelo nosso General Gleuber, companheiro de Turma, me ofereceu de mostrar a verdade.

Volto a falar da imprensa, porque é revoltante a gente ver uma Rede Globo, um jornal *O Globo*, que depois de passar vinte anos elogiando a Revolução, sofrerem, inexplicavelmente, uma transformação tão radical, vindo a fazer considerações e discursos opostos aos que apresentaram durante todo o período da Revolu-

ção. Então, pergunto: “A quem interessa esta posição adotada por esse pessoal, principalmente a partir da década de 1990, de críticas permanentes à Revolução e às Forças Armadas, se antes eram só elogios?”

Não deixa de ser revoltante e intrigante, porque muito do progresso dessa famigerada empresa, ela deve ao Movimento de 1964.

As minhas palavras finais são para dizer, com toda certeza, que o povo, ao assistir àqueles bárbaros atos terroristas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, vibrou com a entrada das Forças Armadas naquela luta que, felizmente, terminou com a fragorosa derrota dos inimigos do Brasil.

Coronel Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de Janeiro de 1956, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Artilharia de Costa (EsACos), o de Técnica de Ensino do Centro de Estudos do Pessoal (CEP) e o Curso Avançado de Operações Anfíbias da Marinha do Brasil.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Artilharia de Costa (EsACos), do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Comandou o 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (2º GACAP), Itu, SP.
- Foi Chefe da Seção de Coordenação e Doutrina da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Estado-Maior da 2ª Brigada de Infantaria – Escola.
- No exterior, foi Adido das Forças Armadas junto à Embaixada Brasileira em Georgetown, Guiana.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Instrutor da Escola de Artilharia de Costa, Fortaleza de São João-Urca, RJ.

Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, provocou o início de um processo de cisão nas Forças Armadas. De um lado, os "legalistas" que desejavam o cumprimento da Constituição Federal, com a posse do Vice-Presidente João Goulart e, de outro, aqueles que temiam que a *entourage* que o cercava transformasse o Brasil em uma república sindicalista de ideologia marxista.

Nessa época, estava eu como instrutor da Escola de Artilharia de Costa, sediada em prédio próximo à Escola Superior de Guerra (ESG), no interior da Fortaleza de São João.

Existia durante esse tempo, uma rede de rádio interligando o Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª RM (QG ACos/1ª RM), com sede junto ao Forte Copacabana, com seus dois Grupamentos e suas OM subordinadas, da qual a EsACos fazia parte como ouvinte.

Atentos às manobras daquele Governo e sabedores de que no QG da ACos havia alguns oficiais, declaradamente, comunistas, como o Capitão Eduardo Chuay e o Capitão Suzano, permanecíamos na escuta a fim de surpreender diálogos que viessem a confirmar nossos informes e, ao mesmo tempo, colher outros indícios que fossem de posterior valia.

O Capitão Chuay, ainda na Academia Militar, como cadete, já defendia com veemência a doutrina marxista, exercendo forte influência sobre aqueles companheiros que não possuíam uma acendrada convicção democrática. Através de ampla bibliografia voltada para seus interesses, distribuía livros a esses companheiros que se deixavam entusiasmar por essa literatura espúria. Isto explica o fato de que a sua turma de formação tenha sido aquela com maior número de cassados.

Voltemos ao ano de 1963, quando, fiel aos seus pensamentos de jovem cadete, o Capitão Chuay, já com livre trânsito junto à Presidência da República, usava de sua influência na Caixa Econômica Federal para conseguir financiamento para aquisição da casa própria para seus pares que, desta forma, se deixavam levar por suas idéias, passando a defender suas convicções.

Estávamos, a oficialidade de então, dividida em três seguimentos bem nítidos. À esquerda, aqueles que, alinhados com a política dominante, defendiam as esdrúxulas idéias e ações do Governo; no centro, a maioria que se dedicava, quase que exclusivamente, a seus afazeres castrenses e à direita, os que conspiravam e, indignados, procuravam de todas as formas por cobro as medidas permanentes que buscavam à comunização do País.

Com a eclosão da Revolução de 31 de Março, o Comandante da EsACos, Coronel José Vieira Sobral, foi acometido de uma conveniente "cegueira momentânea" que durou até 5 de abril e que o afastou do comando.

Embora não fosse o subcomandante, o Major Augusto César Bondim da Graça, assumiu o Comando da Escola determinando-nos que prendêssemos os oficiais e sargentos alinhados com o Governo.

Após o cumprimento da missão acima, ainda no dia 31 de março, apresentei-me ao Coronel Jaime Moutinho Neiva, que coordenava uma barricada na Avenida Pasteur, na altura do Iate Clube do Rio de Janeiro, a cargo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o objetivo de barrar qualquer tentativa das tropas leais ao governo de atingir a região da Praia Vermelha e Urca.

Fomos surpreendidos com a aproximação de um carro de combate que demandava nossas posições. Inquietos e receosos de seu poder de fogo, mas ainda assim prontos para o cumprimento da missão, verificamos, quando mais próximo, que o mesmo trazia uma bandeira branca. Era o Coronel Etchegoyen que chegava para somar esforços.

Permanecemos em posição por todo dia 1º de abril, mas com a adesão de quase toda a Guarnição do Rio de Janeiro à causa da Revolução, retornamos às Unidades. De regresso à EsACos, surpreendi o conluio do Capitão Nogueira, intendente da Escola, com mais dois sargentos que tramavam a portas fechadas uma reação no âmbito da Fortaleza de São João, especialmente contando com a possível adesão de sargentos da Escola de Educação Física do Exército.

Imediatamente dei ciência ao Major Bondim do grave fato, tendo ele me dado ordens para proceder à prisão dos três envolvidos, o que foi feito sem muita dificuldade. Encaminhados os sargentos ao Forte São João, conduzi com uma pequena escolta o Capitão à Chefia de Polícia do I Exército, na sede daquele Grande Comando, na Praça da República. Algum tempo depois, fui chamado para depor no IPM a que respondia o Capitão Chuay, que, em vista de seu comportamento, foi posteriormente cassado.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 março de 1964?

A Nação brasileira estava à beira do caos. A economia combalida se deteriorava, mercê de uma política econômica suicida. A indústria esmagada pelos sindicatos dirigidos pelos "pelegos" caminhava para o sucateamento. As greves no setor dos transportes passavam a ser fatos corriqueiros na vida dos brasileiros. A inflação, sem controle, caminhava a passos largos para a hiperinflação de funestas conse-

qüências. O Presidente da República, fraco e pusilânime, era presa dos agitadores comunistas treinados em Cuba e Pequim. O senhor Luís Carlos Prestes já havia recebido o sinal verde de seus patrões em Moscou, para iniciar a guerrilha rural no interior do Brasil. É dessa época sua conhecida frase "já conquistamos o Governo, só nos falta o Poder". Nunca se esteve tão perto de se instalar no País uma República Sindicalista sob o patrocínio do próprio Governo Federal.

As Forças Armadas já caminhavam para o envolvimento político partidário. Surgiam os "generais do povo". A hierarquia e a disciplina, pilares das Forças Armadas, começavam a ser questionadas, inclusive por elementos do próprio Governo. Apavorada, a Nação, através de sua imprensa, com exceção do jornal *Última Hora,* editado no Rio de Janeiro e de propriedade do jornalista Samuel Wainer, pedia a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da ordem.

As mulheres foram às ruas orando a Deus pela liberdade da Pátria e pela manutenção da democracia, nas célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceram em Minas Gerais, São Paulo – Capital e em várias cidades do interior – e, posteriormente ao Movimento de 31 de Março, no Rio de Janeiro, a Marcha que ficou conhecida como "Marcha da Vitória". Enquanto tudo isso ocorria, uma ponderável fração das Forças Armadas, articulava em surdina, a Revolução vitoriosa de 31 de Março de 1964!

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Sem dúvida alguma, as forças vivas da nacionalidade, não contaminadas com a podridão que se procurava instalar no País, reclamava soluções urgentes para evitar a comunização do Brasil. A inflação sem controle afetava de forma danosa a economia, arrastando o comércio e a indústria a situações desesperadoras. Somente aqueles partidários do lema "quanto pior, melhor" teciam loas ao *stato quo* manipulado pelos interesses alienígenas.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Vários movimentos subversivos se instalaram no País durante o Governo João Goulart, com o objetivo comum de subverter a ordem e proporcionar a tomada do Poder com a implantação de um governo marxista-leninista no Brasil. Financiados pelo MCI, formavam células capazes de se infiltrar e cumprir missões de caráter pára-militar, especialmente, visando apoiar ações de invasão de propriedades rurais. Dentre esses grupos, avultaram, no Norte, as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, e, no Sul, os "grupos dos onze" de Leonel Brizola.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Foram vários os acontecimentos que se tornaram determinantes para a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964. Podemos alinhar alguns:

– o atendimento ao clamor da sociedade civil que culminou com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em repúdio à desagregação institucional, econômica e social;

– a total rejeição das forças vivas da nacionalidade àquele estado de coisas vigente, visando dar um "Basta!" ao cinismo, à insensatez, à audácia, à anarquia, ao despudor e à desagregação social motivados por um governo fraco, contraditório, manipulado pelos comunistas e sindicalistas subversivos que desejavam a implantação de uma República Sindicalista no Brasil ao arrepio das instituições vigentes;

– o desrespeito à propriedade privada e a justa indenização às desapropriações rurais e urbanas com a propalada "reforma agrária", por meio da qual o próprio governo estimulava a invasão de propriedades produtivas, comprometendo, destarte, a toda produção rural;

– a falta do direito à paz, à ordem, aos princípios da hierarquia e da disciplina e do respeito às leis em face de motins, de revoltas, de associações clandestinas de graduados das Forças Armadas à revelia dos regulamentos militares, tudo isso estimulado por autoridades pertencentes ao governo;

– finalmente, as ações e omissões, responsáveis pela desagregação institucional, pelo desmantelamento econômico e pela ruptura do tecido social, ameaçavam lançar o Brasil no abismo da guerra civil.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um magnífico exemplo de cidadania que o povo, na sua maioria, constituídos de mulheres, angustiado e preocupado com o rumo tomado pela política nacional, democraticamente foi às ruas, desarmado, com velas na mão, orando e pedindo a proteção divina para a caótica situação em que se encontrava o País, à beira do caos, nas garras do comunismo ateu. Foi um apelo para que toda a população brasileira se unisse para restaurar a democracia tão vilipendiada pelos que lhe eram contrários.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 Março de 1964?

Sem a menor sombra de dúvida. Não há um exemplo em toda a nossa história, em que o Exército Brasileiro e as demais Forças Armadas tivessem se manifestado contra a vontade nacional, claramente manifesta pelo povo brasileiro. No que diz respeito à participação na deflagração da Revolução de 31 de Março, foram exaustivamente auscultados os anseios da sociedade brasileira, em seus mais diversos seguimentos sociais, culminando com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Havia, a seu ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Qualquer cidadão, por mais desavisado que fosse, por mais alheio que se encontrasse, perceberia a transformação social que se operava no País. O Governo Federal, fraco e incompetente, tornou-se presa fácil nas mãos de agitadores subvencionados pelo MCI. A expansão do bloco soviético na Europa e a conquista de uma cabeça-de-ponte na América, sediada em Cuba, reativaram o sonho comunista, abortado em 1935, de conquistar o continente americano, através da conquista do Brasil, agora não mais pela força das armas, mas sim pela conquista de mentes adrede preparadas e infiltradas em postos-chave no governo e na mídia, o que, depois, se convencionou chamar de tomada do Poder pela "Via Pacífica". Para que isso ocorresse, mister seria minar a estrutura do último bastião em defesa da democracia – as Forças Armadas. Assim, tentaram destruir o binômio em que se baseia a Instituição – disciplina e hierarquia. Espetáculos deprimentes como a revolta dos sargentos, a reunião no Automóvel Clube do Brasil e o comício do dia 13 de março na Central do Brasil, com a presença do Presidente da República e de Ministros de Estado, atestam os descaminhos por onde enveredava o País. Eles não mais contavam com a reação das Forças Armadas e do povo brasileiro, mas ela veio na hora certa.

Quais na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

A Revolução de 31 de Março de 1964 teve inúmeros líderes militares e alguns líderes civis. Dentre os civis destacaram-se os governadores, de São Paulo, Adhemar de Barros; da Guanabara, Carlos Lacerda e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, bem como o doutor Carlos Marcondes Ferraz, na residência de quem, muitas vezes, reuniram-se os generais conspiradores. Quanto aos líderes militares, podemos apontar os generais Castello Branco, Costa e Silva, Antônio Carlos da Silva Muricy, Carlos Luiz Guedes, Olympio Mourão Filho, Amaury Kruel, Odylio Denys, Emílio Médici, Antônio Bandeira, Augusto César de Castro Moniz de Aragão e muitos outros.

A Revolução de 31 Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

No tempo em que o mundo se digladiava entre dois blocos antagônicos, natural seria que qualquer movimento que se antepusesse à expansão do domínio de um dos antagonistas, contasse com, pelo menos, a simpatia do outro lado. No Brasil, não seria diferente. Entretanto, a preparação do Movimento de 31 de Março de 1964 foi, a meu ver, exclusivamente interna, embora os conspiradores de então estivessem cientes de que poderiam contar com o auxílio norte-americano, se houvesse necessidade.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O chamado esquema militar do Governo de então era constituído, na verdade, pela pequena minoria de oficiais comprometidos com a esquerda e por aqueles que viam na aproximação com o governo uma oportunidade de auferir benesses – os oportunistas aproveitadores. A grande maioria cumpria ordens e, no momento da deflagração da Revolução de 31 de Março, deixaram de lado a posição anterior, frustrando seus antigos chefes que com eles contavam. Até mesmo oficiais que, até às vésperas de 31 de março, defendiam os posicionamentos do Governo Federal, logo após o início da Revolução passaram a defendê-la com veemência, vindo, inclusive, a presidir comissões de inquérito.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Como já foi bastante enfatizado, a maioria da oficialidade das Forças Armadas estava voltada para seus misteres. Quando conduzida por lideranças confiáveis e lídimas, cumpriu com acerto as missões que lhe estavam afetas. No que diz respeito às OM da 4ª RM/DI, II Exército e AMAN, a condução segura, por parte de seus oficiais, permitiu que a tropa, sob seus comandos, tivesse o desempenho que delas se esperava. Não restam dúvidas de que o binômio "chefia e liderança" esteve presente na totalidade de suas ações. Portaram-se tão bem que chegaram a atrair para o lado da Revolução várias Unidades que deveriam combatê-la, como no caso do 31º Grupo de Artilharia de Campanha (Escola) – 31º GAC (Es), em que duas Baterias de Obuses passaram para o lado da Revolução, se apresentando na AMAN, em Resende, deixando perplexo o Comandante daquele Grupo, Coronel Aldo Pereira, um dos integrantes do esquema militar do Governo Goulart.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O Corpo de Cadetes da AMAN constitui-se em uma tropa de elevado valor moral e de profundos conhecimentos técnico-profissionais. Seu emprego operacional, sob a liderança firme do General Garrastazu Médici, foi estupendo, explorando o seu nível intelectual e seus conhecimentos sobre Guerra Revolucionária, cuja implementação no currículo da AMAN se deu a partir de 1962, por determinação do Estado-Maior do Exército. Foi empregada a cavaleiro da BR-116, com o objetivo de barrar qualquer tentativa de ataque das tropas do I Exército que marchassem sobre São Paulo. Por outro lado, ali estava a futura oficialidade do Exército Brasileiro e, sem dúvida, os oficiais e a tropa do I Exército se aperceberam dos sacrossantos ideais pelos quais os cadetes ali estavam posicionados, de forma peremptória e dispostos a tudo.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

A vitória da Revolução de 31 de Março sobre a ameaça marxista no Brasil mostrou que as Forças Armadas eram, naquela ocasião, o último baluarte em defesa das liberdades democráticas. Escoimadas dos maus brasileiros que as integravam, sobreviveram unicamente pelo espírito de união e pela férrea coesão que as domina. Ainda hoje, em um cenário totalmente adverso, as Forças Armadas, mercê dessas qualidades, mantêm-se fiéis ao seu intento de bem servir à Pátria. Este esforço é plenamente entendido pela população que, em todas as pesquisas de opinião, as coloca nos primeiros lugares em confiabilidade.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Se o apego aos ideais democráticos, o amor à liberdade, o progresso com honestidade e justiça social caracterizam uma ideologia, é certo que a Revolução de 31 de Março possuía uma forte ideologia. Mas se a pergunta se reporta à adoção de ideologias com fundamentação filosófica, pensamos que não. A única crença que norteava os atos e ações do ideário da Revolução, era a certeza de se obter melhores condições de vida para nosso povo e isto foi cabalmente atingido, respaldado no binômio desenvolvimento e segurança.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

É muito fácil comprovar a atuação da mídia no apoio à Revolução de 31 de Março, basta que consultemos os arquivos dos diferentes órgãos de comunicação social. Jornais como o *Jornal do Brasil,* o *Estado de São Paulo,* o *Correio da Manhã,*

a *Folha da Tarde,* o *Estado de Minas* e naturalmente *O Globo,* para não citar outros mais, estamparam em suas primeiras páginas nas edições de 31 de março e 1º abril, editoriais exaltando o papel das Forças Armadas na defesa da democracia e agradecendo aos "bravos militares que os protegeram de seus inimigos". O senhor Roberto Marinho, através de seu jornal, publicava em editorial no dia 31 de março: "Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar." Mais recentemente, em editorial do mesmo jornal do dia 7 de outubro de 1984, após mais de vinte anos decorridos da eclosão da Revolução de 31 de Março, assim se expressava o senhor Roberto Marinho: "Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante." Mais adiante, nesse mesmo artigo, assim se expressa o articulista: "Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro País, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964." Lamentavelmente, como mudam os homens!

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O Movimento de 31 de Março foi levado a efeito, atendendo aos repetidos clamores do povo brasileiro em suas diferentes camadas sociais. Não foi um movimento de elite e, muito menos, das classes menos favorecidas. Foi a grande massa da classe média que pedia a intervenção das Forças Armadas para evitar que fosse o País arrastado para as sangrentas mãos do Movimento Comunista Internacional. Era necessária uma tomada de posição antes que a revolução comunista conseguisse atingir seus objetivos, apoiada, internamente pelo Governo Federal e seus sequazes e, externamente, pelas nações do bloco comunista. Na realidade, o que ocorreu no Brasil, em março de 1964, foi, sem qualquer dúvida, uma Contra-Revolução que se antepôs à revolução vermelha em marcha, fato inédito na História Mundial.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os cinco governos da Revolução, foram governos onde prevaleceram os poderes civis da Nação. Onde o respeito entre os três poderes caracterizava a prevalência do estado de direito. Onde os governos eram apoiados por um Poder Legislativo

atuante e onde as leis eram aprovadas pelo Congresso e não através de decretos-lei ou medidas provisórias tão do agrado do atual governo. As eleições, embora indiretas, eram disputadas por partidos políticos, inclusive de oposição que indicavam seus candidatos ao pleito. Sem dúvida alguma, tratava-se de governos democráticos, onde os presidentes eram militares. Não eram governos militares, pois esses se caracterizam pela ascendência do Poder Militar sobre os demais poderes da Nação.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Seria, por demais extenso, listar todos os acertos da Revolução de 31 de Março de 1964, mas podemos apontar como principais, a nosso ver, os seguintes:

– o restabelecimento do princípio da autoridade por vinte anos;

– o crescimento econômico a altas taxas, por vários anos seguidos, levando o Brasil da 48ª posição entre as economias do mundo, em 1963, à oitava posição no final do período revolucionário;

– a extraordinária expansão do Sistema de Comunicações;

– a valorização da moeda nacional, com a redução significativa das taxas de inflação, dos juros e o restabelecimento do equilíbrio das finanças interna e externa do País, com base nos seguintes parâmetros: – Inflação de 12% – juros de 7% e crescimento econômico, ao ano, de 9,3%, em 1968; 9,0, em 1969; 10%, em 1970; 12%, em 1971; 11%, em 1972 e 13,6%, em 1973.

– a equalização das necessidades de energia, criando a matriz energética e passando a potência instalada de 5.480 MW (megawatts) para 51 mil MW, quase 1.000% de acréscimo. A energia produzida e consumida, passando de 51 mil MW para 300 mil MW, aumento de 600%. As reservas petrolíferas de 320 barris para 1.900, com acréscimo de 400%. A produção de petróleo de 98 mil b/d para 340 mil b/d, ou seja, 300% a mais;

– a agricultura triplicou a produção, saindo de 18,4 milhões de toneladas em 1963, para 55 milhões de toneladas, em 1983. Nossa capacidade de armazenamento saiu de 5 milhões de toneladas para 57 milhões, um incremento de 1.000% no período;

– a universalização do ensino público, possibilitando um aumento de 180% de matrículas de crianças de 10 a 14 anos. O ensino universitário cresceu 10.000%, saindo de 124 mil em 1963 para 1.300 universitários em 1983;

– a renda *per capita* saltou de US$ 400 com um PIB de US$ 30 milhões em 1964 e uma população de 75 milhões de brasileiros, para uma renda *per capita* de US$ 2.000, com PIB de US$ 125 milhões e uma população de 120 milhões de habitantes

em 1984. Assim, o brasileiro enriqueceu de 400 dólares para 2.000, quatro vezes mais (400%), enquanto a população cresceu apenas 60%;

– a consolidação da democracia, antes mesmo do término da guerra fria, a despeito de brasileiros fanatizados que desejavam atrelar o País ao comunismo internacional que levou os países do Leste europeu a uma situação falimentar nos campos econômico, social e político.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Em um evento da magnitude da Revolução de 31 de Março, onde o fator humano foi de uma grande importância, seria uma veleidade acreditar-se não ter havido erros. É claro que houve, porém em número infinitamente menor do que os numerosos acertos. O maior e talvez o mais grave erro cometido foi a sua perpetuação por cerca de duas décadas. Os dois últimos governos do período revolucionário acarretaram um desgaste bastante apreciável à Revolução e ao Poder Militar diante da população brasileira em geral, cujos reflexos são sentidos até os nossos dias. Podemos ainda enumerar alguns equívocos, a nosso ver cometidos:

– priorizar o campo econômico em detrimento do psicossocial, despreocupando-se da preparação de lideranças políticas para dar continuidade à Revolução;

– não ter conseguido neutralizar a elite política que criou o caos e foi afastada do governo pela Revolução de 31 de Março de 1964, permitindo que voltassem ao Poder, sabotando-o e buscando a desforra em todas as oportunidades;

– haver perdido a "batalha da comunicação social", por omissão, por falta de aplicação de recursos na atividade ou exagerada confiança, permitindo que uma minoria atuante e ensandecida de brasileiros comunistas, aproveitadores e políticos inescrupulosos montasse uma estrutura que passou a dilacerar a verdade a ponto de transformar terroristas assassinos em heróis nacionais como estão fazendo com Carlos Marighela, Carlos Lamarca, Luís Carlos Prestes e outros que hoje ocupam o primeiro escalão dos governos federais, estaduais e municipais;

– permitir que a esquerda e os revanchistas derrotados em 1964 e de 1968 a 1973 dominassem a mídia, a ponto de criar uma nova estória do Brasil, inculcando nas mentes dos mais desavisados que o que vem dos governos revolucionários é violência. Toda prisão foi sem motivo, todo preso foi torturado e todo morto assassinado. A Revolução se tornou impopular a partir de 1975 – porque ela não o era, principalmente no Governo Médici – porque não soube se comunicar. O muito que fez, o tanto que reformou, o muito que modernizou, o enorme crescimento que imprimiu ao País, tudo isso a mídia faz questão de ignorar; a lei do silêncio deve

imperar sobre tudo de positivo que foi realizado. Atualmente, o inimigo tem feito o máximo esforço para o esvaziamento, o enfraquecimento e o sucateamento das Forças Armadas e, se possível, sua destruição, com o beneplácito do atual Governo.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artística etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de alguns segmentos da sociedade brasileira? O que gostaria de declarar sobre isso?

A nosso ver houve o cerceamento de liberdades nos segmentos da sociedade brasileira comprometidos com a baderna, com interesses escusos e obscuros e, principalmente, daqueles que, de armas na mão, buscaram nos impor a ditadura do proletariado, calcados em doutrinas alienígenas que nada tinham a ver com os valores cultuados e cultivados pela Nação brasileira. A estes, a Revolução de 31 de Março não só cerceou, como procurou extirpar do seio da nossa sociedade. Às demais correntes de pensamento, que buscavam a divulgação dos valores democráticos, de informações sadias e de expressões consentâneas com a índole do povo brasileiro, não sofreram qualquer tipo de cerceamento em suas atividades, muito pelo contrário, foram inclusive estimuladas pela Revolução.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

De forma alguma. Este é um argumento inconseqüente, eivado de má-fé que procura justificar o injustificável. A luta armada surgiu no Governo Costa e Silva, exatamente pelas facilidades proporcionadas pela Revolução de 31 de Março, que, por escrúpulos, não desejava, naquela época, perenizar-se no Poder. A esquerda, sedenta de sangue, vislumbrou nessa atitude, indícios de fraqueza e iniciou a luta armada com o objetivo da retomada do Poder, obrigando ao Governo responder, inclusive com algum retardo, através da edição do AI-5. É risível a idéia de colocar-se, à disposição de inimigos, canais para divulgação de doutrinas, absolutamente contrárias à corrente de pensamento vigente, quando essas idéias podem enfraquecer a democracia com a finalidade de afogar o País na "maré vermelha" que tanto infelicitou e ainda infelicita numerosos povos por este mundo afora.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade, e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada tinha por objetivo a retomada do Poder, a implantação de uma república totalitária comunista e, posteriormente, a expansão dos tentácu-

los do “polvo vermelho” para toda a América do Sul. Este movimento de inspiração marxista recebia orientação e recursos dos títeres a serviço do Movimento Comunista Internacional. Numerosos subversivos realizaram cursos de capacitação em vários países comunistas como Cuba, Albânia, Tchecoslováquia e até mesmo na União Soviética. Ao MCI, interessava sobremaneira a anexação do Brasil ao rol de seus integrantes, não só pela sua situação estratégica no continente, como também pelo seu potencial energético e sua força de trabalho.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Com a eclosão descontrolada do terrorismo urbano e da guerrilha rural, somente um instrumento que desse plenos poderes ao Governo, tornar-se-ia eficaz naquela conjuntura, para evitar uma guerra cruenta entre irmãos. O AI-5 cumpriu esse papel de extrema importância para fazer face à insensatez e à vileza de um inimigo torpe, que se valeu de meios abjetos para alcançar um fim repugnante para nós democratas.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Nenhum chefe, por menor que seja o escalão, pode prescindir da assessoria de um órgão de informações e, para que essas informações sejam operacionalizadas, em tempo hábil, torna-se necessária a criação de órgãos capazes de, rápida e eficientemente, tomar as medidas julgadas imperiosas. Assim, o Governo Federal criou o Serviço Nacional de Informações, que com suas diversas agências proporcionou uma rede de informações eficiente e capaz. Para fazer face à rapidez que se desejava obter no trato das informações e para coibir, sobretudo, à ação de terroristas ensandecidos, foram criados os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Como essa nova sistemática poderia colidir com alguns aspectos da Lei de Segurança Nacional, houve necessidade, tão-somente, de adequá-la ao Sistema.

Quais os artifícios usados pelos adversários da Revolução de 1964 para obtenção de vantagens na “batalha da comunicação social”?

Muito se fala hoje, porque a Revolução perdeu, na época, a “batalha da comunicação”. As hienas de plantão continuam uivando impunemente sem que os órgãos encarregados de divulgar a verdade dos fatos se manifestem. “Uma mentira repetida mil vezes vale mais que mil verdades ditas de uma só vez.” Hoje, até mesmo certos revolucionários, infelizmente, não demonstram aquele orgulho de haver participado da Revolução de 31 de Março, o que é lamentável. Se nós, militares, não nos importa-

mos com o restabelecimento da verdade, o que dizer daqueles que até hoje acalentam o sonho de abraçar doutrinas malsãs. O povo brasileiro precisa e quer ser informado dos acontecimentos como de fato ocorreram. Prova disso está na grande procura pelos esclarecimentos que o *site* do Ternuma coloca à disposição dos usuários da Internet. É de se lamentar, seja hoje o Ternuma, uma Organização não Governamental, o único arauto a mostrar a verdadeira História do Brasil em nossos dias, quando o Governo, não só não a divulga, como deliberadamente a deturpa.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Basta verificar a situação de penúria na qual se encontram os militares atualmente e o grau de sucateamento do material em uso para se concluir que os governos revolucionários muito fizeram pelo País no campo do desenvolvimento e muito pouco fizeram pela classe militar.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

A nosso ver, a Revolução de 31 de Março apresenta duas fases bastante distintas. A primeira, do início do Movimento até o final do Governo Médici, abrangendo três períodos presidenciais, o do Presidente Castello Branco, o do Presidente Costa e Silva e o do Presidente Médici. A segunda, do início do Governo Geisel até o final do Governo Figueiredo. Anteriormente, já havia externado que o maior erro da Revolução foi sua longa duração, assim, coerentemente, afirmo que após o término do Governo Médici, deveriam ser convocadas eleições diretas e entregue a direção do País a presidentes civis, mantendo algumas salvaguardas sob tutela do Poder Militar.

Na primeira fase, especialmente, no Governo Castello Branco, a Revolução de 31 de Março manteve-se fiel ao seu ideário, sob a conduta exemplar desse grande chefe e excelente administrador que foi o Marechal Castello Branco. Nos dois governos que se lhe seguiram, a despeito do recrudescimento da luta armada, o País viveu sua melhor época desde o Segundo Império. Foi a fase do milagre econômico, na qual, contrariando as "vivandeiras" de plantão, o Brasil apresentou a sua maior taxa de crescimento, sendo olhado com respeito a admiração pelas grandes potências mundiais. Foi uma época áurea em todos os setores da atividade, sendo apenas comprometida pela guerrilha que ainda assim teimava em arrastar o País para a guerra interna. A atuação honesta e firme do Presidente Médici, exemplo de militar e estadista, soube ser dura, quando no trato com os terroristas assassinos, e

amena, quando, de radinho de pilha na mão, comparecia aos estádios de futebol e era aplaudido pela população. A nosso ver, vivia-se ali a ocasião propícia para encerrar o período revolucionário.

A partir daí, a Revolução de 31 de Março começou a caminhar para trás. Fomos perdendo terreno na mídia e, em conseqüência, junto à opinião pública. Para tentar manter-se com algum apoio político aparente, começou-se a falar de anistia. A classe política, sedenta de poder, mostrava as unhas. Mesmo os partidos políticos que aparentemente apoiavam a Revolução, confabulavam pelas "diretas já". Fomos perdendo, um a um, todos os valores arduamente conquistados, até desaguar, após o final do período revolucionário, neste estado de coisas, no qual as Forças Armadas são responsáveis por tudo de errado que se faz no País e os terroristas de então ocupam hoje o primeiro escalão da República.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Evidentemente que não. Como já me referi acima, os militares deveriam terse afastado do governo, logo após o término do período do General Médici. Entretanto, tal afastamento deveria ter sido programado para ser efetivado de forma gradual. Mesmo após o Governo Figueiredo, esse afastamento dever-se-ia concretizar paulatinamente, e não da forma abrupta como o foi. Medidas por demais liberalizantes, tomadas durante o último período revolucionário, cujo carro-chefe foi a anistia "ampla, geral e irrestrita", nos dão a medida do açodamento com que a Revolução se retirou do cenário nacional. A anistia como foi feita nos parece uma medida demagógica que em nada interessava aos verdadeiros revolucionários. Hoje, verificamos claramente ser ela unilateral, beneficiando, de maneira vergonhosa, somente aqueles que pregavam a luta armada e o caos social no Brasil.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Sinto-me muito feliz de ter sido convidado para vir prestar este depoimento, porque, graças a Deus, estou em paz com a minha consciência por tudo aquilo que realizei em termos de Revolução de 1964, do que muito me orgulho. Estaria pronto, se o tempo voltasse, para, na primeira trincheira, colocar novamente um basta àquela horda de canalhas que queria comunizar o País. No entanto, estou muito mais preocupado não pelo que foi e sim com o que será! Precisamos, evidentemente, assim que tivermos oportunidade, com o poder da nossa inteligên-

cia, tentar reverter esta situação. Precisamos ganhar a mente das crianças que serão o futuro do nosso País. Precisamos dar a eles os instrumentos necessários para que possam separar o joio do trigo; para que possam compreender que o que aconteceu no Brasil foi alguma coisa grandiosa que superou tudo aquilo que aconteceu no resto do mundo. Temos que passar para elas que a nossa geração, criticada por terroristas e revanchistas desclassificados, salvou o Brasil das garras do comunismo. É com muita satisfação que falamos isto, entretanto com muita preocupação que esta mensagem não chegue ao seu destinatário pela ação dos inimigos do Brasil.

Este Projeto é a maneira de podermos levar para aqueles menos informados, para essa geração que vem depois de nós, e para essa outra que ainda está nos primeiros anos de escolaridade, um pouco da nossa verdadeira história. Através de um trabalho como este, que os senhores estão empreendendo, extremamente complexo, mas de grande valor para o Exército, é que se pode contar a verdadeira história do Brasil.

Coronel Ronaldo Pecego de Moraes Coutinho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1958 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Centro de Estudos do Pessoal (CEP – Técnica de Ensino), o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e o Curso Superior de Guerra, os dois últimos da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Centro de Estudos do Pessoal (CEP), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e integrou o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Comandou o 14º GAC, Pouso Alegre, MG.
- Foi Chefe da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/EUA (CEBW) e Adjunto do Adido Militar do Brasil nos EUA.
- Exerceu, também, a Chefia da Assessoria 3 e a Subchefia do Gabinete do Ministro do Exército.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/4º RO105, hoje 4º GAC, em Juiz de Fora, MG.

Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Era, na época, 1º-Tenente e servia no então I Grupo do 4º Regimento de Obuses 105 (I/4º RO 105), hoje 4º Grupo de Artilharia de Campanha (4º GAC) em Juiz de Fora, desde 1959.

Antigo no posto, na Unidade e na Guarnição conhecia bem a maioria absoluta dos oficiais tanto do meu quartel como no 10º Regimento de Infantaria (10º RI) e no Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esqd C Mec).

No ano que antecedeu a Revolução de 31 de Março, e nos primeiros meses do ano de 1964 o que se via eram os capitães e tenentes, que tinham poder de comando e decisão limitados, se manifestarem, constantemente, entre os companheiros e subordinados sobre os acontecimentos que afligiam toda a Nação e, em particular, o Exército Brasileiro, tal o comprometimento dos altos chefes com as manifestações contra a ordem e a disciplina.

Alguns oficiais – como eu – passaram a estudar e a fazer vestibulares para Faculdades, pensando, na primeira oportunidade, deixar o Exército, tendo em vista as constantes quebras da disciplina e da hierarquia que vinham, progressivamente, acontecendo, o que considerávamos uma traição aos valores cultivados na AMAN e preservados com tanta seriedade e cuidado, ao longo do tempo, pela nossa Instituição.

Reuniões aconteciam em minha residência, congregando amigos mais íntimos entre os tenentes e capitães; o assunto era sempre o mesmo: por que os nossos chefes não agiam diante da desordem que assolava o País? Qual seria o pensamento do General Mourão que, abertamente, dizia que não confiava nos seus generais Comandante da AD/ 4 – Ivan Pires Ferreira – e da ID/4 – Carlos Luiz Guedes? O que estaria fazendo o Marechal Denys em Juiz de Fora, no dia 29 de março?

Essas indagações seriam respondidas, posteriormente, através dos fatos e à medida que o tempo corria.

No dia 31 de março, já de Prontidão, o Grupo recebeu a missão de bloquear a BR–3, na região de Benfica, às 12h, passando de imediato para Ordem de Marcha.

Às 16h, chegaram ao quartel os generais Mourão e Muricy. Na reunião de oficiais, tomamos conhecimento de nossa missão através da palavra do Comandante da Divisão: desceríamos imediatamente para o Rio a fim de depor o Presidente Jango e fechar o CGT; O General Muricy seria o Comandante do Destacamento Tiradentes e o Marechal Denys nos acompanharia no deslocamento. As indagações foram respondidas; o General Mourão preferia o General Muricy – que ocupava uma função burocrática no Rio – aos seus generais subordinados. Daí, a sua convoca-

ção e vinda para Juiz de Fora. Fomos ainda informados de que o 10º RI e o 4º Esqd C Mec estavam requisitando, no meio civil, viaturas para seu deslocamento e depois iriam se juntar a nós na estrada, bem como as tropas de Belo Horizonte e São João Del Rei do Exército Brasileiro e da Polícia Militar mineira.

Ao cair da tarde, às 17h, o I/4º RO 105 iniciou sua marcha para o combate, sendo, portanto, a 1ª Unidade do Exército Brasileiro a iniciar, efetivamente, o Movimento de 31 de Março de 1964!

Às 20h30min, estacionamos em Paraibuna e fomos informados de que o Batalhão de Petrópolis estava barrando a nossa passagem. Pouco depois, chegaram o 10º RI e o Esqd C Mec e as primeiras tropas da PM.

As negociações com o Coronel Kerensky, Comandante do Batalhão de Petrópolis, se iniciaram numa pequena casa abandonada à beira da BR-3.

Às 22h30min, oficiais e sargentos do Batalhão de Petrópolis começaram a passar para o nosso lado e o que restou da unidade retornou para a sede, deixando o nosso caminho livre para prosseguirmos até Três Rios, onde chegamos às 9h30min de 1º de abril.

Posteriormente, já integrando o GT/11 (11º RI, I/4º RO e 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado), vanguarda do Destacamento, prosseguimos até Areal onde estacionamos por volta das 14h do mesmo dia, tendo em vista estarmos com o caminho barrado por tropas do General Cunha Melo (GUEs), vindas do Rio.

Após negociações, as tropas de Cunha Melo retornaram para a Vila Militar e alguns membros de seus quadros aderiram à nossa causa.

Prosseguimos então para o Rio, chegando à Fábrica Nacional de Motores (FNM) à 1h do dia 2 de abril, onde estacionamos para depois prosseguirmos para o Rio às 14h, chegando, finalmente, vitoriosos, ao nosso destino final, o Estádio do Maracanã, às 15h.

Iniciamos o deslocamento de volta às 5h do dia 6 de abril, chegando a Juiz de Fora às 18h30min, quando fomos recebidos calorosamente pela população, como se fôssemos heróis de guerra, mesmo sem termos disparado um só tiro, mas tínhamos contribuído para consolidar a democracia e a liberdade com responsabilidade.

Às 19h30min, entrávamos nos portões do I/4º RO 105, orgulhosos pelo dever cumprido.

Minhas palavras finais seriam para o nosso Comandante de Grupo: Tenente-Coronel Elias Antonio Jaber. Foi nomeado para comandar o Grupo sendo ainda Tenente-Coronel, sem o curso de Estado-Maior e passara o maior tempo de sua carreira em Mato Grosso (Nioac). Esses fatos eram inéditos para designação do Comandante de uma Unidade considerada de elite que recebia sempre os primeiros classificados

da AMAN e EsAO e era comandada por oficiais de nomeada. Como iria se conduzir à frente dos destinos do Grupo? Quem o indicara para o cargo?

Apesar de todas as indagações o que poderia dizer é que o Coronel Jaber foi um dos melhores Comandantes que tive ao longo de meus 41 anos de vida militar. Firme em suas decisões, educado, tinha uma enorme capacidade de decisão e de simplificar problemas. Conduziu com extrema correção sua Unidade durante todo o desenrolar do Movimento de 31 de Março, demonstrando ser um oficial preparado, líder nato, democrata e digno das tradições de nosso Exército Brasileiro. Nesse momento, presto as minhas homenagens a ele de quem guardo gratas recordações.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Raízes remotas:

– tenentismo: no início da década de 1920, jovens tenentes lutaram no Rio (1922) e em São Paulo (1924) como cidadãos honrados contra o arbítrio, a corrupção e nepotismo que devastavam o nosso País.

– frustração com os resultados da Revolução de 1930;

– o sentimento anticomunista gerado em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, reforçados pela guerra fria;

– retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com arraigados sentimentos democráticos, fruto da luta contra a ditadura nazifascista.

Imediatas:

As atitudes do Presidente Jango Goulart ao assumir o Governo, imediatamente após uma visita à China e à Rússia, incentivando a desordem, a quebra da hierarquia e as reformas demagógicas.

O senhor julga que a "guerra fria" pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. Porque, como disse ao responder a pergunta anterior, ela veio reforçar o sentimento anticomunista, nascido em 1935, com a Intentona Comunista.

O senhor poderia nos dizer algo a cerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político no Brasil era todo ele favorável à conquista do Poder pelos comunistas já que o caos, nos campos econômico e social, estava, praticamente, instalado com o descontrole da inflação e com o incremento da corrupção, alimentados pela presença de radicais na assessoria direta de Jango; o sistema de

transportes entregue a “pelegos” controlados pelo todo poderoso Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); além disso, no Congresso, existia uma minoria comunista, decidida e influente, apoiada pelo próprio Presidente da República, seguindo a orientação de Luís Carlos Prestes, presidente do PCB, ilegal, mas atuante.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Sim, exceto nos sindicatos e no meio dos reformistas de esquerda, a insatisfação era generalizada.

Qual era de modo geral a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

Posição da Igreja: de uma maneira geral era contra; entretanto, os radicais da Teologia da Libertação atuavam intensamente junto às comunidades de base, desinformando-as e confundindo-as quanto aos verdadeiros propósitos do Governo, numa atitude favorável aos dirigentes da época.

O senhor poderia falar sobre as “Ligas Camponesas” e os “grupos dos onze”?

Essas organizações eram exaltadas pela mídia engajada e, evidentemente, pelos comunistas, mas, no meu modo de ver, foram ações localizadas. As “Ligas Camponesas” em alguns estados do Nordeste, principalmente em Pernambuco, e os “grupos dos onze”, em particular no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Tais grupos não conseguiram propagar suas idéias para o resto do País.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Houve várias:

– a revolta dos sargentos em Brasília que objetivava estabelecer a cizânia entre eles mesmos e contra os oficiais;

– meu irmão que servia na Brigada Pára-quedista, me informava pelo telefone que a presença do Governo junto aos sargentos daquela GU era assídua e as promessas de casa própria e automóvel, a juros baixos, fascinava a todos, evidentemente em troca de apoio político na hora que houvesse necessidade.

– nossa Unidade recebeu presos da revolta de Brasília que trouxeram vários problemas disciplinares tal a arrogância que estavam possuídos.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

– a revolta dos sargentos em Brasília;

– a insubordinação dos marinheiros no Rio, acolitados pelos "pelegos" e comunistas;

– as ações da Frente de Libertação Nacional, composta pelos "grupos dos onze", capitaneados por Brizola;

– as ações das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, em Pernambuco;

– o comício da Central do Brasil, em 13 de março;

– a assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março, onde o Presidente confraternizou-se publicamente, com as praças das Forças Armadas e das PM, prometendo-lhes uma nova Lei de Promoções, incentivando a promiscuidade entre as autoridades e as praças, afrontando abertamente a hierarquia e a disciplina.

– as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo e no Rio de Janeiro, congregando cerca de um milhão de participantes, em cada uma delas.

Esses, em resumo, foram os acontecimentos catalisadores que contribuíram, decisivamente, para o início da Revolução de 1964.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família teve um significado todo especial, tendo em vista que esse acontecimento serviu como um sinal nítido de que a população, em sua maioria absoluta, estava contra os rumos tomados pelo governo o que veio proporcionar um suporte indispensável e determinante para intervenção das Forças Armadas.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida. Basta consultar os periódicos da época e enfatizar, mais uma vez, o significado das Marchas da Família, não só pelos objetivos desse movimento como, também, pelo expressivo e nunca visto, número de participantes.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sem dúvida, já que a primeira fase da conquista do Poder estava praticamente instalada, ou seja, o caos a que já nos referimos anteriormente, que criaria condições para o começo de uma guerra civil, precedendo a conquista do Poder. Entretanto, na nossa opinião, as esquerdas radicais se precipitaram uma vez que não possuíam, à época, uma estrutura em condições ideais para atingir seus objetivos.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Adesão da maioria de imediato.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNT etc.), logo após o início da Revolução?

Nenhuma ação operacional válida. Protestos tímidos e lançamentos de panfletos.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Militares: Marechal Odylio Denys; General Mourão Filho que desencadeou o Movimento e o General Castello Branco que reimplantou a ordem no País.

Civis: Magalhães Pinto, em Minas Gerais e Carlos Lacerda, no Rio.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento exclusivamente interno, contando com enorme apoio popular, fato que veio facilitar a intervenção das Forças Armadas.

Pelos relatos, pós-revolução, ao que tudo indica, os EUA estariam em condições de nos apoiar militarmente se necessário, e teriam um Plano denominado "Brother Sam", elaborado pelo General Vernon Walters, Adido Militar na ocasião, amigo de Castello Branco e ex-oficial de ligação da FEB, com concordância do governo americano.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Era um esquema frágil, liderado por oficiais de pouca expressão, nas instituições a que pertenciam; estavam na contramão da história e do momento político, defendendo valores diferentes dos cultivados em suas Forças.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

"Se as palavras convencem, só o exemplo arrasta."

Guiados por esse pensamento os chefes militares da Revolução conduziram suas tropas para defender a Nação democrática prestes a ser violada pelos grupelhos comunistas.

Contribuíram para isso alguns atributos desenvolvidos ao longo da carreira como o conhecimento da profissão, fruto do contínuo aperfeiçoamento da capacitação

técnico-profissional, realizado através dos inúmeros cursos indispensáveis para o prosseguimento da carreira.

Além disso, o devotamento integral à profissão aliado à capacidade de decidir com clareza e rapidez foram características importantes que permitiram a condução das operações com sucesso.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Foi correto, exemplar e de enorme valia para fortalecer – ainda mais – o Movimento.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Sim. A ocupação da Cidade do Rio, antiga capital da República, onde se encontravam o Presidente e parcela significativa do Poder político que ainda não tinha se transferido para Brasília, pode ser considerado como tal, pois para lá se dirigiram as tropas comandadas pelo General Mourão Filho e foi no Rio, também, que ficou tudo decidido inclusive que o General Castello Branco seria o novo Presidente.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim; a coesão entre as Forças Armadas se consolidou ainda mais.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não creio. Objetivava preservar a liberdade, a democracia e manter a lei e a ordem, objetivos da nossa Constituição que estava seriamente ameaçada.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A grande mídia, naqueles momentos que antecederam à Revolução, apoiava abertamente o Movimento até porque vislumbrava as restrições ao seu funcionamento que viriam caso um regime comunista fosse instalado. Iriam, certamente, perder sua importância, suas prerrogativas e sua liberdade. Era uma questão de sobrevivência de seus empregos e de seu futuro.

O apoio popular também influiu decisivamente para essa tomada de posição.

Exemplos: *O Estado de Minas, Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã*.

No seu entender, está correto o termo "Revolução"? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O nome mais adequado seria Contra-Revolução, pois já havia uma revolução em marcha, caracterizada pelas tentativas, bem-sucedidas de se estabelecer o caos no País o que viria a ser, doutrinariamente, a primeira fase do processo de conquista do Poder pelos comunistas.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O que pode caracterizar a diferença?

Os governos, do período revolucionário, eram de presidentes militares e não um governo militar. Isso porque os presidentes militares procuraram, sempre que possível, manter o Congresso funcionando e buscaram a legitimação de seus atos através dos representantes do povo.

Além disso, convocaram, durante todo o período que governaram, civis qualificados para ocupar ministérios e cargos dos mais diversos em toda estrutura governamental.

Tinham, também, o pensamento permanente de passar gradualmente o Poder para os civis assim que a situação permitisse, como de fato aconteceu ao final do Governo Figueiredo. Com o passar dos tempos, o número de militares que passou a fazer parte das instituições governamentais, aumentou consideravelmente, porém sem que isso pudesse caracterizar um governo militar.

A mídia, nessa última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia dizer os principais?

– Infra-estrutura econômica:

– Transportes – aumento significativo da malha rodoviária nacional, não só pela construção de novas estradas como também pela pavimentação das já existentes.

– Energia – aumento da potência instalada através da construção de grandes usinas hidrelétricas como Urubupungá, Itaipu, Tucuruí.

– Comunicações – criação de um sistema básico de comunicações, através da Embratel que instalou um sistema internacional de satélite e milhões de canais de voz.

– Petróleo – investimentos substanciais na área de refino, exploração e desenvolvimento da produção.

– Educação e Cultura: diminuição do número de analfabetos – MOBRAL aumento considerável do número de universidades.

– Economia – redução drástica da inflação particularmente de 1971 a 1975.

Obs: essa omissão da mídia é criminosa e tendenciosa, já que os principais veículos de comunicação do País se encontram infiltrados de esquerdistas revanchistas

que colocam a defesa de suas ideologias acima dos interesses do País, procurando denegrir a imagem das Forças Armadas e dos governos militares. Através das meias-verdades e da desinformação procuram reescrever e deturpar a história, como impunemente estão fazendo, às escâncaras e ostensivamente.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo quais foram?

Sim. Os principais foram:

– nomear alguns políticos pusilânimes para cargos de relevância;

– não processar à época os detratores das Forças Armadas;

– dar excesso de poder ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Polícia Federal;

– dar projeção às Polícias Militares, prestigiando-as de tal forma que hoje essas corporações adquiriram um poder político considerável, maior que as Forças Armadas, embora sejam corporações mal-estruturadas e ineficientes que se servem de sua ambivalência para usufruir benefícios próprios, deixando de lado os interesses da população;

– não difundir ampla e pormenorizadamente as ações terroristas, permitindo que aqueles que mataram, seqüestraram, explodiram bombas em instalações públicas, passassem a ser considerados heróis perante a opinião popular e hoje ocupem altos cargos na administração do País.

– não ter conseguido ganhar a "batalha da comunicação".

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG, em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Conseqüência natural da perda da "batalha da comunicação". Em determinado momento do período revolucionário, as esquerdas "revanchistas" perceberam que as tentativas de instalar a guerrilha no País não teriam êxito porque as Forças Armadas tinham o controle da situação – graças ao eficiente serviço de informações montado – e viram que o domínio das comunicações seria a saída natural para a revanche futura, o que de fato vem acontecendo.

Outro motivo seria a falta de preocupação em montar Grupos de Trabalho, no âmbito das Forças Armadas especializados e permanentes, encarregados de se contrapor, rapidamente, aos ataques dos detratores dos governos revolucionários. Seria uma espécie de pronta resposta.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por "Milagre Brasileiro"?

Foi possível graças, em primeiro lugar, ao preparo cultural dos oficiais das Forças Armadas, oriundo dos diversos cursos de seleção existentes na carreira das armas que possibilitam ao militar ter uma visão mais precisa do que qualquer outro cidadão, da conjuntura nacional.

Em segundo lugar, poderíamos ressaltar que os atributos cultivados pelas classes armadas tais como: coragem, determinação, disciplina intelectual e idealismo, contribuíram para esse sucesso reconhecido mundialmente.

Também seria importante destacar a vontade política, dos governos revolucionários, para atingir os objetivos nacionais estabelecidos e a preocupação com a segurança nacional.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram por princípio de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Objetivamente, como já me referi acima, foi perdida.

Os governos revolucionários se preocuparam em fazer a difusão de suas realizações, tanto é que foi criada uma assessoria, no nível Presidência da República, destinada para tal fim, chefiada pelos então coronéis Camargo e Otávio Costa. Ao que parece não tiveram o êxito esperado ou não deram importância a esse aspecto, já que o sistema de informações funcionava, à época, muito bem.

Houve um trabalho também importante, que perdura até nossos dias, que foi a criação de um Sistema de Comunicação Social com um órgão central o CCom SEx e no âmbito dos Comandos Militares e GU subordinadas o incremento das atividades da 5ª seção.

Porém, nos parece que esses órgãos não conseguem espaço adequado na grande mídia e seus pronunciamentos, com destaques precários, não atingem o grande público.

Hoje em dia, a mídia é o maior "partido político" do Brasil. Cortejada pelo poder econômico e pelo governo se associa a eles sempre que necessário para trocar favores, seja através da distorção premeditada de fatos, seja denegrindo a imagem de instituições ou pessoas honradas do presente e do passado.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assalto a quartéis, a bancos) praticadas por extremistas?

Constituíram-se em atos violentos de covarde e odioso terrorismo, que com a ausência de uma adequada divulgação ostensiva e repetida, foram, com o passar dos anos, distorcidos cinicamente.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, expressão artísticas, etc.) com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Nos primeiros governos da Revolução havia a censura, pois a situação assim o exigia. Progressivamente, esse cerceamento aos meios artísticos, foi diminuindo e no Governo Figueiredo praticamente não mais existia.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não concordo; basta recorrer aos jornais da época e ver os artigos de Alceu de Amoroso Lima, Heitor Cony e outros.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Só houve luta armada em Caparaó e no Araguaia. O apoio mais significativo vinha de Cuba, onde vários terroristas, inclusive o atual Presidente da Petrobras, o tal Henri, tiraram cursos de guerrilha. A China maoísta também contribuiu, instruindo alguns militantes da época.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Foi mais que necessário, pois a desordem já dominava as ruas e havia necessidade de medidas mais fortes para restabelecer o controle do País.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações como o Sistema Nacional de Informação (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Sem informações precisas, oportunas e verdadeiras é impossível um governante tomar acertadas decisões e a criação do SNI e dos DOI veio permitir aos governos revolucionários conduzir com maior acerto os destinos do País.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Esses termos foram criados pela mídia infiltrada de esquerdistas e se constituem numa verdadeira falácia, já que esses mesmos meios de comunicação idola-

tram Fidel Castro, que matou cerca de vinte mil no *paredón*, chamando-o de presidente e o recepcionando com uma cobertura extremamente favorável.

Seria interessante ressaltar que esse sanguinário cidadão não entra nos Estados Unidos, a maior democracia do mundo, bem como o senhor Gabeira, terrorista consagrado e que hoje posa de herói tendo em vista o destaque que a mídia facciosa lhe oferece.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no Governo do País?

Sim, após o Governo Médici deveria ter sido concluída, inclusive com a passagem dos encargos de Presidente da República para um civil.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não. Pelo contrário, se formos considerar a mudança da lei da nossa aposentadoria e as condições salariais que nos foram outorgadas, poderemos constatar facilmente o rigor com que fomos e estamos sendo tratados.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Houve, evidentemente, erros e acertos, estes últimos muito mais numerosos. O que se pode constatar através dos sucessos obtidos nas grandes realizações nos campos econômico e social, na infra-estrutura, na educação é que o nosso País deu um grande salto na busca do desenvolvimento, nesse período, como nunca se vira antes, proporcionando condições para que os desmandos dos governos civis que se seguiram à Revolução, não fossem sentidos com a real intensidade pela população. O caso do racionamento de energia recente é um bom exemplo disso já que nada se fez de significativo no setor, fato esse que veio desaguar num racionamento previsível pelos técnicos em função dos pequenos investimentos feitos ao longo desses 17 anos dos governos eleitos pelo voto direto.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O longo tempo de permanência dos militares no Poder, os problemas surgidos no Governo Figueiredo, como o novo choque do petróleo, as desavenças com o Vice Aureliano, por ocasião da operação do Presidente, alguns pronunciamentos presidenciais intempestivos, as ações dos sindicatos apoiados pela imprensa, formaram um clima favorável ao desgaste dos militares perante a opinião pública

nacional e o seu posterior e progressivo desengajamento do governo que viria a se concretizar no Governo Collor, já que a influência do Ministro do Exército – General Leônidas – em particular e dos outros de um modo geral, no Governo Sarney foi marcante, desde seu início até o fim.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" desde o Governo Geisel?

Foi uma atitude correta, feita no momento certo, mas que teve falhas na sua execução, tendo em vista que ao final do Governo Figueiredo os militares perderam o controle da situação permitindo aos políticos e principalmente às esquerdas, espaço para o "revanchismo" explícito.

A atuação política e os resultados econômicos do último Governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sem dúvida.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

A anistia, cedo demais, permitiu que políticos revanchistas, em curto prazo, ocupassem cargos no Legislativo e no Executivo, fato que veio aumentar, ainda mais, o desgaste das Forças Armadas. Praticamente, só beneficiou terroristas e subversivos. Foi notoriamente unilateral.

Como o senhor analisa hoje após a queda do Muro de Berlim o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O radicalismo, no Brasil, vem desaparecendo aos poucos à medida que as esquerdas passaram a ocupar cargos executivos e os escândalos e as más administrações de seus partidários se fizeram freqüentes, demonstrando que os partidos de esquerda são iguais aos outros e para isso estavam precisando só passar a ser "vidraça".

Infelizmente, o comunismo não desapareceu e, com a esquerda no Poder, quase toda internacionalista, o Brasil continuará não tendo influência significativa no cenário político mundial, dominado inteiramente pelos Estados Unidos e o G-7.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam as várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

As pesquisas vêm indicando essa tendência há muito tempo; entretanto com a pouca divulgação do fato pela grande mídia, que se preocupa mais em desferir

ataques infundados às Forças Armadas, me parece que a repercussão é pequena e até mesmo aqueles que votam favoravelmente têm medo de demonstrar publicamente sua verdadeira opinião, em face da força dos veículos de comunicação.

Haja vista a publicação, recente, do enredo de um filme que aborda de forma negativa a atuação do Patrono do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai e cujas respostas não tiveram a ênfase compatível para um fato que deveria indignar a todos. Essa é a diferença para a maior democracia do mundo: lá o povo fala orgulhoso: "a nossa Marinha"; "o nosso Exército", a meu ver, não temos que nos contentar com essas pesquisas de aceitação, o povo tem que amar suas Forças Armadas pelo que elas representam para manutenção da ordem interna e respeitabilidade externa.

Finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrado para a História por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Além de tudo que já foi dito, gostaria de realçar, uma vez mais, que, sem o 31 de Março, não teríamos condições de dar um salto expressivo em tão pouco tempo, na direção do progresso e do crescimento acentuado nos campos econômico, político e social, acontecimentos que fizeram o Brasil emergir, no período revolucionário, como uma potência atuante e respeitada no âmbito das nações.

Entretanto, os meios de comunicação infiltrados por elementos da esquerda, ex-terroristas e revanchistas vêm distorcendo, anos a fio, propositadamente, a verdade dos fatos, tratando com ironia e desdém os responsáveis por um momento de grande desenvolvimento do nosso País, demonstrando em todas as oportunidades que preferem apagar da memória dos brasileiros todo sucesso alcançado no passado e cortejar, através de reverências, os políticos e ditadores de esquerda, como Fidel Castro, o exterminador de milhares de concidadãos.

É inaceitável que hoje não mais sejam comemoradas pelas Forças Armadas datas como o 27 de novembro e o 31 de março. Em nome da anistia? Ou conformismo dos atuais chefes?

As respostas aos ataques freqüentes que o Exército Brasileiro vem sofrendo (corte de árvore na Praia Vermelha, Réveillon no Forte de Copacabana, a falsa estória do Caco Barcelos, caso Fayad, caso Avólio etc.) têm sido tíbias e de repercussão bem inferior às reportagens da grande mídia.

Ao que parece, os perdedores de 1964, distorcendo os fatos, estão reescrevendo a História, sem que nenhuma ação efetiva seja realizada nas escolas e universidades do País, por aqueles que deveriam preservá-la verdadeiramente.

Coronel Francimá de Luna Máximo

- Natural da Cidade de João Pessoa, Paraíba.
- Pertence à Turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Possui os cursos básicos de Pára-quedista, Mestre de Saltos e de Salto Livre do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, o de Técnica de Administração do Centro de Estudos de Pessoal (CEP/Palácio Duque de Caxias) e o de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Serviu na tropa pára-quedista em todos os postos da carreira militar, desde 2º-Tenente, quando foi brevetado, em junho de 1961, até março de 1987, ocasião em que passou para a reserva remunerada, no posto de Coronel.
- Esteve, também, classificado como voluntário, durante seis anos, em duas oportunidades diferentes, no 2º Batalhão Especial de Fronteira/Comando de Fronteira do Solimões (Tabatinga, AM), extremo oeste do Brasil, tríplice fronteira entre Brasil-Peru-Colômbia, e no 1º Batalhão Especial de Fronteira/Comando de Fronteira de Roraima (Boa Vista, RR), limite setentrional, Brasil–Venezuela–Guiana, exercendo as funções de Comandante de Companhia de Infantaria de Selva, Oficial de Operações (S/3) e Oficial de Informações (S/2).
- Na reserva, dedica-se ao estudo das questões da Soberania Nacional e ao trabalho na área de Comunicação Social, de conteúdo nacionalista, através das publicações do Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), onde atua como Coordenador Executivo, e do jornal *O Farol,* do qual é Presidente, atividades desenvolvidas dentro do Movimento Nativista. É Presidente da Associação dos Veteranos de Brigada de Infantaria Pára-quedista.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Oficial Subalterno no Regimento Santos Dumont, do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, Vila Militar, RJ.

Entrevista realizada no dia 1º de abril de 2002.

Primeiramente quero dizer do meu júbilo pessoal e do meu reconhecimento pela oportunidade de retornarmos ao Exército, a este Quartel-General, para reafirmarmos as nossas responsabilidades na posição assumida em 31 de março de 1964. Também dar o testemunho de fatos vividos, aos quais vou basicamente me ater, fatos que foram vivenciados naquele escalão em que eu me encontrava – um escalão subalterno, 1º-Tenente –, ainda muito moço, aos 28 anos de idade.

Situações reais, e que eu já estava desesperançado da possibilidade de oferecer essa contribuição, sobretudo para que ela sirva como elemento de reflexão e de estudo para gerações presentes e futuras, para os jovens e para a própria história.

Que fatos o senhor gostaria de destacar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Isso é muito interessante, e poderia dizer exatamente o que foi o ambiente reinante na época, o contexto histórico que vivemos, a questão dos reflexos da fermentação política na área militar, que existiu em larga escala e, que, sobretudo, motivou o posicionamento que adotamos de solidariedade aos altos escalões do Exército que resolveram se opor àquele clima de descalabro.

Na verdade, ocorreram desdobramentos de 1964 sobre os quais gostaria de apontar a nossa visão sobre eles. E, como vivemos, desde tenente até coronel, todo esse processo, não deixaria de estar atento a algumas colocações que se somassem aos fatos vividos enquanto tenente e a própria maturação que a vida nos oferece, para avaliações mais aprofundadas.

Onde o senhor servia nos pródromos da Revolução, e quais os principais fatos vivenciados?

Encontrava-me no Regimento Santos Dumont, e isso significa dizer no Rio de Janeiro, na Vila Militar. O Rio de Janeiro foi o centro político de maior repercussão daquilo tudo com que nós nos defrontávamos, no quadro da guerra revolucionária, orientada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI).

Sabemos, perfeitamente, que o clima na sociedade era de um descontrole total por parte do Governo da República, conduzido pelo senhor João Goulart, em que evidências gritantes atingiam o cotidiano do cidadão, tais como o grevismo e a excitação no sentido de obter uma atuação contrária aos princípios básicos das Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina –, estimulando escalões subalternos a assumirem um papel político dentro dos quartéis.

E o Rio de Janeiro era, sem dúvida, o centro de maior projeção nesse campo, com maior presença de efetivos militares, historicamente, desde 1920, com a criação da Vila Militar, no Governo do Presidente Hermes da Fonseca, uma concentração

de tropa muito grande. Naturalmente, seria de grande importância que esta área estivesse, no mínimo, desestabilizada nas suas bases, com inquietações nos quartéis e constante agitação social provocada por sindicatos, através de greves políticas.

Os sindicatos passavam a ter presença ativa no seio da massa trabalhadora não como portadores de reivindicações específicas da classe, mas simplesmente como autores de paralisações seguidas que atingiam duramente a vida dos cidadãos e das empresas. A inflação assumia índices preocupantes porque, demagogicamente, eram atendidas todas as reivindicações salariais da classe trabalhadora para atraí-la, também, como braço político dessa fermentação própria da guerra revolucionária; e, por outro lado, as paralisações prejudicavam o setor produtivo da Nação.

Sem dúvida, um quadro trágico.

Então, eu estava neste ambiente e servindo ao Exército numa tropa – a tropa pára-quedista – que por suas condições estratégicas e de pronto emprego em situações de grave perturbação interna, ou por necessidades externas da nossa defesa, evidentemente foi impactada muito especialmente, foi tratada de forma especial pelos cultores do caos naquela época.

Nesses pródromos, de agitação, de confronto, de ação intensa do MCI (Movimento Comunista Internacional), que participação teve o Núcleo da Divisão Aeroterrestre (NuDAet), no chamado "levante dos sargentos", fundamentalmente da Aeronáutica, que ocorreu em Brasília, nesse período anterior à Revolução?

O NuDAet era integrado, basicamente com dois grandes componentes: o Regimento Santos Dumont e o Grupo de Artilharia Aeroterrestre.

Convivíamos, no nosso dia a dia, com situações muito concretas. Por exemplo: de repente, somos surpreendidos, em um fim de semana, com o jornal *Diário de Notícias* publicando declarações políticas do Subtenente Gelcy, um nome que se tornou muito conhecido naquela época e que trabalhava na nossa área de motomecanização, na garagem do Regimento. Ele enveredara por um caminho incompatível com a vida castrense, ao decidir alertar o País de que havia uma mentalidade retrógrada no Exército, chamando os oficiais que não concordavam com a linha demagógica do Governo Jango de "gorilas" e outras atitudes de indisciplina.

Esse fato causou bastante apreensão na área onde eu estava, porque ele, evidentemente, não estava só, outros o acompanhavam. Era uma indicação clara de que dentro do nosso quartel e, no NuDAet, por extensão, já existiam como que escalões ou células paralelas à cadeia de comando. Isso numa tropa pára-quedista – sem demérito para as demais – onde os rigores do cumprimento de missões

arriscadas apelam muito para esse sentido de cumprimento do dever, trabalho em equipe, confiança nos comandantes, de respeito às ordens e de rigoroso apego à disciplina.

Posteriormente, em outra ocasião, pude testemunhar, como jovem tenente, lá pelos idos de 1962, o Comandante do Núcleo, General Sylvio Américo de Santa Rosa – que tinha uma posição que nos parecia ambígua – porque essa liberalidade com subordinados que se lançavam na aventura de política partidária e ideológica, mereceria uma atuação mais enérgica da parte do seu comando, convocou uma reunião de todos os oficiais e sargentos da Grande Unidade. Adianto que, sempre que possível darei os nomes dos protagonistas embora nem sempre os tenha completos. Convocou uma reunião de todos os oficiais e sargentos do Núcleo.

Para se ter uma idéia, isso só pôde ser realizado no antigo pavilhão de dobragem de pára-quedas, que é um pavilhão enorme, com mesas, dezenas de mesas, que servem de amparo para a dobragem, na Colina Longa, hoje, situado na área do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (CIPqdtGPB). E ali, estupefato, como jovem tenente egresso da Academia Militar das Agulhas Negras, da nossa AMAN – brevetado pára-quedista com quatro meses de 2º-Tenente – senti que aquela reunião tinha um caráter confuso. Para que seria? Era para enquadrar alguém? O General fez um pronunciamento vago, sem um objetivo claro para mim.

De repente, um sargento dá um pulo, coloca-se em cima de uma mesa daquelas, e faz uma verdadeira imprecação, atribuindo rótulo de "gorilas" a quem não apoiasse os planos governamentais que estavam em curso através dos comícios. Havia muitos comícios com essa pregação, que destacavam um certo condomínio de reformas necessárias ao Brasil, mas sempre com uma acentuada presença de agentes comunistas, algo que nós percebíamos perfeitamente.

Não tínhamos por que, de pronto, atribuir uma avaliação de que o Presidente era comunista. Ele era um rico estancieiro e nós, instrutores pára-quedistas, oficiais formados pela Academia Militar, tínhamos capacidade de fazer essas distinções, mesmo sendo jovens. No entanto, parece-nos que ele assim agia, movido por uma ambição desvairada de querer consolidar-se no Poder e, sobretudo, com olhos voltados para a eleição que iria se operar em 1965, estimando que uma dessas reformas garantiria o instituto da reeleição, que só veio acontecer agora, há poucos anos, há dois ou três anos, passados mais de quarenta anos.

Não existia na História do Brasil, na história republicana, esse requisito da reeleição. E o senhor João Goulart, ao contrário do que pode parecer, embutida junto com medidas que poderiam atender ao povo, uma das reformas era essa, a reforma

eleitoral, que lhe franquearia a reeleição, porque ele estava cumprindo um mandato em substituição ao presidente que havia renunciado.

Portanto, aquele ambiente gerava predileções e acenos de políticos, atraindo oficiais, atraindo praças, mas sempre com esta nova componente, porque, pela primeira vez na História do Brasil, havia uma carga muito grande de atuação direta e de confronto de sargentos contra oficiais.

É verdade.

Era a primeira vez que isso acontecia. E, para mim, aquilo ficou muito evidente quando aquele sargento tomou a palavra acintosamente, diante de toda a oficialidade, e fez um discurso altamente explosivo, e que não gerou maiores conseqüências da parte do General Santa Rosa.

Então, somavam-se declarações políticas à percepção de que grupos na caserna estavam se organizando em busca da realização das reformas que o Governo e seus seguidores apontavam como solução para o País.

Mas, ao mesmo tempo, como oficial, como cidadão, eu me perguntava: “Mas como que essas coisas que têm essa aparência boa – reformar, resolver o problema da terra, atender aos preceitos de maior defesa da economia perante a voragem que já se manifestava dos trustes, como eram denominados – mensagens que traziam uma componente nacionalista –, poderiam ser efetivadas com tais instrumentos de ação política?”

Isto está configurado dentro dos pródromos, quer dizer, forte fermentação política nos quartéis, como prosseguimento de uma ação política de maior porte e que já suscitava ingredientes suficientes para se fazer uma análise da conjuntura e da posição que cada um de nós teria de tomar diante desses fatos. De concordar ou de discordar.

O processo não parou nisso. Posso também citar um outro exemplo: a fermentação agravou-se de tal maneira que desaguou num ato horrendo, que foi o atentado ao Governador do Estado da Guanabara, senhor Carlos Lacerda, para o qual o Núcleo da Divisão Aeroterrestre havia sido selecionado para executá-lo pelo Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que num dos seus “porres cívicos” teve esse delírio, contando com o beneplácito de oficiais da confiança dele no Núcleo. Os militares envolvidos neste lamentável episódio constam no acervo do Inquérito Policial Militar instaurado na época.

Esse foi um fato muito conhecido, e foi barrado graças à tomada de posição de dois Oficiais Superiores: o Comandante do Grupo de Artilharia Aeroterrestre, Tenente-Coronel Francisco Boaventura Cavalcante Junior, e o meu Comandante na Infantaria, o Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante.

Recordo-me muito bem quando, na manhã daquele frustrado atentado, o Coronel Aragão, no café da manhã, bateu palmas com as duas mãos para chamar a atenção dos oficiais e disse: "Nós aqui só cumpriremos ordens legais e decentes." E aquilo começou como que a estabelecer essa cunha na nossa ortodoxia. Quer dizer, já havia indicações concretas de que não bastava o militar ser disciplinado, ser fiel a toda bagagem da formação legalista da Academia – que sempre nos deu uma formação legalista – porque se ficássemos todos unicamente enquadrados, calados, poderíamos servir de instrumento para missões daquela natureza que eu vi. O atentado ao Governador da Guanabara frustrou-se porque foi abortado dentro do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. É verdade que ele não foi exclusivamente operacionalizado lá, existiam outros elementos envolvidos dentro desta cadeia hierárquica maluca que começava a "mostrar os seus dentes", e para nós evidenciava a necessidade de estarmos atentos.

Mas lá foi frustrado pela ação, fundamentalmente, dos tenentes-coronéis Aragão e Boaventura.

Notadamente pela ação consciente desses dois Comandantes:

Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante, penso que ainda está vivo...

Coronel Aragão, que foi nosso professor de Geopolítica na AMAN, e o Coronel Boaventura.

Francisco Boaventura Cavalcante Junior, que era o Comandante do Grupo de Artilharia. Ambos tinham um senso muito profundo de atenção à evolução dos acontecimentos por essa via obscura, enigmática da propaganda em torno das "reformas de base". Havia alguma coisa que, na verdade, subvertia. Ainda falam muito e tentam ridicularizar, achincalhar, afirmando que a Revolução foi algo que se processou dentro de uma histeria contra a subversão e contra a corrupção, e não apresentam os fatos escabrosos que antecederam à intervenção militar, e ficam só nisso; acho que também houve um erro grave de comunicação nosso em não detalhar os fatos anormais, totalmente fora dos padrões castrenses, ocorridos em nossos quartéis, que nos levaram à Revolução.

O povo não sabe disso, do que ocorria entre os muros dos quartéis.

Recordando o meu tempo de tenente, já apontei três: o Subtenente Gelcy, no jornal *Diário de Notícias*, fez declarações, duas ou três reportagens em domingos, deblaterando contra "Deus e todo mundo"; o outro que, numa reunião de oficiais, convocada pelo General Santa Rosa, um sargento faz um discurso, chama todo mundo de "gorila" etc., como que instigando os oficiais a segui-lo, ou então se apresentando como representante de um grupo capaz de ultrapassá-los e a tentativa de assassinato do Governador Lacerda.

E, aí, há uma quebra total da hierarquia e da disciplina.

Totalmente, visível para todos. Por isso é que eu me espantava muito com o grau atingido de condescendência com a omissão – me espantava – porque essas coisas foram muito claras. Você não precisava ser politizado para verificar – eu até coloco isso num segundo plano – que a componente ideológica forte era a do Movimento Comunista Internacional, isto é evidente. Mas a maioria, inclusive dos oficiais, ficava perplexa ou não acreditando exatamente naquilo que observava, não obstante esses fatos que estavam acontecendo com uma clareza indiscutível.

Então, na nossa área, do Núcleo, isto já permitiria uma rápida delimitação dos papéis que tínhamos que assumir. Evidente que faltava informações, esclarecimentos em outros lugares do Exército, mais distantes. Considero, inclusive, fazendo um parênteses, que julgo fundamental: para que um oficial pudesse assumir a posição que nós assumimos, adesão a ruptura constitucional – que foi o que nós fizemos e temos que deixar isso muito claro – ele deveria ser visto sob dois elementos fundamentais: o primeiro é a sua posição geográfica, onde se encontrava, e o segundo, o grau de informações que possuía.

Por isso, quando alguém estava numa unidade importante do Exército, como eu estava, e em outras unidades da Vila Militar – Regimento Escola de Infantaria, Grupo Escola de Artilharia, EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e outras escolas, como a Escola de Estado-Maior – eu não compreendia a apatia, a dúvida ou ambigüidade diante desses fatos, porque isto era visto por todos. Aqueles oficiais que não conseguiram enxergar o perigo para as Instituições diante de acontecimentos claros como esses que mostrei, permanecendo ao lado da baderna, esses, sim, precisam explicar por que ficaram cegos.

E, então, quem sabe, essa permanente campanha que quer apagar da história, ou então reduzir essas tomadas de atitudes, vou até o ponto de ser um pouco indulgente com aqueles que deveriam ter maior responsabilidade, que seria de identificar a componente ideológica marxista-leninista camuflada sob a égide do apelo às "reformas de base". Como um oficial poderia aceitar que alguma coisa estivesse sendo feita – retiro o lado ideológico, insisto, evidências – que nos remetiam para um cenário de total indisciplina, de balbúrdia e de inversão da hierarquia? Como aquilo poderia ser assimilado e aceito ou, no mínimo, tolerado, o que é a mesma coisa. Como ser tolerante diante desses fatos?

Fatos insuportáveis, inaceitáveis, não podiam ser tolerados, mas eram.

Culminando com mais um acontecimento inusitado, nos pródromos. Em face de tudo isso, o Comandante do nosso Regimento – o Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante – foi instado por um grupo de oficiais, notadamente pelos então capitães Carlos Alberto de Lima Mena Barreto e Acrísio Figueira para que ele passasse a ter uma segu-

rança permanente de dois oficiais. Depois desse evento – atentado ao Lacerda, do qual o Coronel Aragão não admitiu que o seu Regimento participasse – e as evidências, como disse, eram gritantes – de indisciplina e da ação deletéria ideológica marxista-leninista, com todos os seus panfletos distribuídos nos quartéis, vilas e clubes militares – o Coronel passou a ser escoltado, ora pelo Capitão Paulo Rubens Brandão, ora por mim, que era solteiro e ambos, morando no Leblon e em Ipanema. Íamos no jipe dele, e ele não vinha diretamente para o quartel. Veja a que ponto as coisas chegaram!

Ele se dirigia para a chamada "área A", que é na região de Vila Valqueire, onde moravam os oficiais, onde morava o Tenente Adalto Luiz Lupi Barreiros, o Tenente Gilseno Nunes Ribeiro, o Tenente Andrade Nery – Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery –, que era da minha Companhia, onde morava o Tenente Eglair Barcellos Alves e, a partir daquele ponto, era que o Coronel Aragão se deslocava, com um cortejo dos seus oficiais, para o quartel, para assegurar que ele estava em segurança e não seria alvo de uma ação, no prosseguimento desses atos.

Do inimigo interno, infiltrado em nossos quartéis.

Então esses seriam alguns elementos dos quais eu poderia lembrar-me, e que coloco diante dessa perspectiva: não eram devaneios, não eram elucubrações como tentam colocar. Infelizmente, ocorreu esse momento de trevas na nossa história. E me parece que foi a primeira vez, embora já tivéssemos tido outros entreveros ao longo da nossa história, que era totalmente de inspiração externa, oriundo da União Soviética, para a tomada do Poder e para a implantação de uma nova ordem, um novo regime que se opunha à nossa cultura histórica, às nossas tradições, aos nossos valores espirituais, só encontrando similar na Intentona Comunista, em 1935.

Que estava ali como parâmetro de transformação, a animar até homens a quem, hoje, eu me somo em muitas das minhas atitudes, em defesa da Soberania Nacional nesta nova fase do Brasil, que não é mais uma luta ideológica ancorada nos modelos clássicos contemporâneos, é uma fase em que a continuidade histórica do Brasil se acha ameaçada, por estar sendo transferido para o estrangeiro todo o controle de economia nacional, todos os patrimônios públicos, grandes empresas e indústrias em acelerado processo de desnacionalização, ao mesmo tempo em que assistimos à nossa cultura ser violentada.

Então, não é mais aquele problema do passado, e que eu não vejo razão para não tê-los, lado a lado, aqueles que são patriotas, aqueles que são honestos, aqueles que – eu não vou dizer como eles dizem de nós – estavam sendo enganados. Ninguém estava sendo enganado, as evidências mostravam que você tinha uma opção, e essa opção foi fomentada, de fora das nossas fronteiras revelando assim as suas garras, a sua face, através de acontecimentos como esses que alinhei nos antecedentes.

Portanto, esses antecedentes já eram suficientes para determinar "quem era quem" naquela história. Ou você apoiava a linha que estava açulando este tipo de procedimento com uma bandeira aparentemente inquestionável, que é a bandeira das reformas, ou você consideraria que era impossível atingir este objetivo com aquela maneira provocativa de agir, com aquela estratégia, com aquelas condutas absurdas, com aquela balbúrdia toda e com a destruição, simplesmente, dos alicerces das Forças Armadas.

Daí, mais à frente, veio o problema de Brasília.

Porque há uma escalada nesse processo.

Essa escalada o Coronel Máximo vai mostrar agora.

Afortunada, ou infortunadamente, considero afortunadamente, porque nós hoje podemos dormir em paz e nos apresentar perante os homens de bem da Nação dizendo que nós barramos um processo insano. A sociedade brasileira deve às Forças Armadas – não é a cada um de nós, não é a nenhum líder – essa consciência da importância da intervenção quando as coisas assumem essas características, e Deus queira que jamais tenhamos que novamente nos defrontar com situações como essa.

Eu me encontrava numa situação interessante, creio até que do lado conceitual e doutrinário, muitos oficiais teriam mais capacitação e bagagem intelectual para fazer as análises pertinentes. Mas quero me ater agora, como Coronel da reserva – como tenente, naquela época não percebia isso, nós jovens somos, naturalmente, muito levados ao imediatismo – ao evento da sublevação que passou a ser conhecido como "rebelião dos sargentos", em Brasília, DF.

De repente, fora da ritualística, fora do organograma, é organizada uma Companhia Pára-quedista, uma Companhia de Fuzileiros, e dado o comando a um oficial da mais alta integridade, o Capitão José Fernandes de Santana Andrade. Esse capitão teve autorização para convocar alguns tenentes tirados das outras Subunidades, escolher os seus homens, e assim, somos enviados para Brasília.

Brasília vivia um dos seus momentos de fermentação política muito sério.

Lembro-me também de que antes desta missão, por mais de três ou quatro vezes, nessa confusão de cúpulas querendo impor uma direção, a alma do Exército se revela através da sua verticalidade. Sempre haverá um, dois, três, dez ou vinte generais, não podemos quantificar, mas está na alma da história de nosso Exército alguém estar assumindo responsabilidade e se posicionando.

Foi uma antecipação muito importante, fruto do discernimento, da sensibilidade com a responsabilidade histórica, porque é nesse lado sadio que aconteceu essa decisão de deslocar esta Companhia. Mas haveria que ter uma justificativa para uma Companhia de Pára-quedistas, sediada no Rio de Janeiro, ficar adida à Compa-

nhia de PE (Polícia do Exército) – ser evacuada uma Subunidade do BPE e nós ocupamos aquele pavilhão. Chegamos e ficamos lá. E, de repente, começa a se "inventar" o que fazer, mas aquela Companhia estava lá.

Hoje levanto, assim como especulação, não teria nenhum elemento concreto para uma afirmação mais contundente: estranhamente, não se passam duas semanas e lá aparece uma Companhia de Carros-de-Combate, a comando do então Capitão de Cavalaria Casales (Luciano Phaelante Casales) – posteriormente, ele chegou a quatro estrelas, eu não sei se ainda está na ativa.

É quatro estrelas, na reserva.

Evidente que onde há pára-quedistas, e se eles são um elemento perturbador de um equilíbrio tático–estratégico, medidas são tomadas para neutralizá-los. De repente apareceu essa Companhia de Carros-de-Combate, e ocupou o outro pavilhão. E essa companhia mantinha uma atitude pouco amistosa com a nossa. Inclusive, à noite, durante quinze ou vinte dias, acionava as sirenes dos seus carros e não tínhamos tempo para repouso. Uma situação muito estranha, não havia nenhuma troca de informações ou planejamentos entre a Companhia Pára-quedista e a Companhia de Carros de Combate.

Isso aconteceu, nós nos encontrávamos ali, e ficou "aquela coisa". E aí o que é que sucedeu? Não há dúvida para mim, hoje, de que a área do Exército que acompanhava toda essa balbúrdia, deslocou a nossa Companhia e, quatro semanas depois de nós chegarmos, "estoura" essa impropriamente denominada revolta ou sublevação dos sargentos. Por que imprópria?

Porque, na verdade, aquele foi um trabalho de estado-maior, um planejamento bem-feito, felizmente mal-executado, e, portanto, escapava aos sargentos ações como: ocupar os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica. O do Exército foi o único que não foi possível ser ocupado. Então, durante dois ou três dias, a cidade de Brasília esteve "na mão" desses revoltosos, que eram majoritariamente sargentos, subtenentes e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, fuzileiros navais deslocados para lá.

Nos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica tomados pelos sublevados, não se podia entrar. A Superquadra Norte 209, onde residiam dezenas, ou talvez centenas de famílias de oficiais, foi cercada e também bloqueada, mais de uma centena de oficiais retidos, bloqueados. E, por sorte da nossa Companhia de Pára-quedistas, na noite desta sublevação, na noite do dia 12 de setembro de 1963, uma arma dos fuzileiros navais que progrediam para atacar a nossa posição disparou acidentalmente, o que alertou a nossa segurança e impediu que fossemos atacados, enquanto dormíamos.

Neste exato momento em que há o alerta – e nós vivíamos esse clima de inquietação, de sirenes a noite toda etc. – rapidamente tomamos nosso dispositivo,

um sargento se aproxima de mim – 2º-sargento Martins – e diz: "Tenente Máximo, nós nunca imaginamos que as coisas que o sargento Thudes fala por ocasião das refeições, do almoço, aquelas pregações dele, tinham nexo, portanto sugiro que o senhor peça ao Comandante da Companhia para prender o Sargento Thudes imediatamente, porque ele é um dos elementos 'dessa coisa' que está acontecendo aí."

E isso me levou a ir ao Capitão Fernandes e dar-lhe uma sugestão: "Fernandes, essa é a informação, e isso é sério, nossos sargentos estão, na sua maioria, totalmente em desacordo com isso que está aí, mas tem um que não está – e nós não sabemos quantos mais existirão, com esse pensamento, aqui dentro. A 'coisa' está se operando em termos de combate real, os fuzileiros foram rechaçados sob fogo dos nossos postos avançados." Então, foram deslocados para reforçar a Quadra 209 e os dois Ministérios, porque foi abortado, mais uma vez, um lado que era decisivo para eles, que seria nos surpreender e ter aquele trunfo, e a que preço é possível imaginar. E disse mais para ele: "Coloque o sargento Thudes, com o seu GC (Grupo de Combate), à disposição do meu pelotão." Cuidarei de observá-lo permanentemente, além de buscar o efeito psicológico de isolá-lo do ambiente do seu pelotão. Conversei com o Tenente Galvão e ele concorda plenamente com esta medida.

E assim foi feito naquela noite, que foi terrível. Esse episódio tem fatos muito importantes para serem analisados: qual é o comportamento do soldado que recebe ordem de atirar? Qual é o comportamento nosso de saber quem é quem? E muitos outros mais...

No dia seguinte, o Capitão José Fernandes de Santana Andrade verificando que havia esse problema a ser resolvido – a Base Aérea de Brasília tomada –, nós ainda estávamos numa posição vulnerável, porque não tínhamos um apoio próximo muito confiável e, a situação indefinida, ele teve a sábia orientação, o cuidado, de dizer para nós tratarmos os sargentos com toda a nossa prática normal de pára-quedistas, de amizade, de consideração, mas ele ia tomar uma decisão com respeito ao sargento Thudes, com que todos nós oficiais – os tenentes Ubiratan Pereira de Andrade, Subcomandante, José Everardo de Albuquerque Montenegro, José Barbosa Aragão, que era o Comandante do Pelotão do sargento Thudes, Eurico Rangel e eu, concordamos, evidentemente, e ele apenas se reservou a convocar todos os oficiais e sargentos e dizer, perante todos: "O quadro que está acontecendo é 'esse, esse, esse, esse", e relatou este quadro que nós vimos.

Continuou: "Uma arma dos fuzileiros foi disparada acidentalmente, e foi Deus quem nos salvou, porque provocou a nossa reação. No entanto recebemos, dos próprios sargentos, a indicação de que o sargento Thudes é um agente deste esquema que veio nos hostilizar. O que nós faremos com ele?"

Ocorreram manifestações dos sargentos de repúdio àquela atitude e ficou claro que o Capitão não tencionava tomar uma medida generalizada contra os sargentos. O sargento Thudes foi preso e conduzido ao Major Escosteguy, E2 (Chefe da 2ª Seção) da 11ª RM. Depois de Brasília ter sido resgatada pelas forças que nós vamos denominar de legalistas, que eram as nossas forças.

Nessa oportunidade, veio do Rio de Janeiro a Força Tarefa Santos Dumont, do Regimento Santos Dumont, e nessa ação o aeroporto foi reconquistado. Ali estavam vários dos nossos companheiros – espero que alguém, conhecido seu, tenha estado nessa etapa. Junto com as tropas que vinham de Goiânia e as tropas do Exército em Brasília, que eram pequenas, a cidade foi retomada.

Na tropa que veio do Rio, estavam dois amigos nossos: o Tenente, hoje, General Andrade Nery e o Tenente Valporto que, há alguns anos, tivemos a desventura de perdê-lo, no posto de Coronel.

Houve um Inquérito Policial Militar (IPM) onde esse e outros pormenores devem constar, mas que caracteriza, fundamentalmente, mais uma vez, o abismo para os oficiais e para os homens de responsabilidade. Como poderia estar sendo proposta uma linha política sadia para o Brasil se os métodos eram aqueles?

Exatamente, essa é a questão. Como iam fazer reformas sérias desse modo, com o sargento Thudes, com o Subtenente Gelcy. Impossível?...

Eu não era oficial superior, não era homem vivido, era um 1º-Tenente, quero aqui deixar claro, alguém que estava perto do problema, e que vi, observei, vivenciei, vi os sargentos, de uma certa forma, deprimidos por terem um companheiro cooptado para uma ação daquela.

Ocasionalmente, fui escolhido pelo Capitão Fernandes para vir para o Rio de Janeiro e trazer um documento apreendido com os revoltosos que regulava aquelas ações criminosas, para ser entregue pessoalmente, ao Comandante do RSD, Tenente-Coronel José Aragão Cavalcanti, porque houve uma etapa de busca desses elementos, e isso tinha que ser feito. Um dos líderes desta rebelião era o Sargento Prestes de Paula, e ele foi preso embaixo da cama de um fotógrafo, seu amigo.

Não quero ser rancoroso, mas incorporei também uma experiência: que esses comunistas ou pseudocomunistas, ou homens que são oportunistas, valem-se de bandeiras ditas comunistas, muitas delas encontradas nas encíclicas papais, portanto muito boas. Não é necessário ser comunista para ter uma reta consciência social. Como católico, estudei profundamente a encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII e as encíclicas papais que deram continuidade ao Ensino Social da Igreja nos tempos contemporâneos, está tudo ali escrito, não precisa de muito intelectualismo nem outras considerações filosóficas. Mas eles se apoderam dessas bandeiras, fazem um

barulho enorme – é a minha visão, minha experiência, desejo reafirmar e confirmar –, na maioria dos casos, se acovardam, empurram muita gente no fogo e desertam quando o rastilho de pólvora que acenderam provoca incêndios que conduzem as conflagrações. Esses líderes, em geral se comportam como covardes, fazem um alarido enorme e, na hora "H", fogem e desaparecem nas sombras.

Então esse pretenso líder foi preso embaixo da cama desse fotógrafo.

Isso aqui foi dito, muito bem, pelo Olavo de Carvalho, que era comunista. Na hora em que precisaram dos líderes, na hora "H", ninguém encontrou líder nenhum.

Cheguei a essa conclusão. Talvez ele com mais forte razão, por ser um filósofo, com todo o seu estudo. Mas, eu vi isso.

Então esse homem foi preso, fugiu, e foi encontrado lá encolhido. Com esse Sargento Prestes de Paula e com o fotógrafo foi capturado um documento, ao qual tive acesso e li. Por que li? Porque o Capitão José Fernandes Santana Andrade, Comandante da Companhia, disse: "Máximo, você vai levar para o Regimento, no Rio, esse documento que é da máxima importância, que é o planejamento dessa revolta." Esclareço que chamam de revolta dos sargentos, mas ali havia oficiais.

Vamos ouvir bem esse trecho do depoimento do nosso Coronel, porque é da maior importância.

Veja bem, li, tomei conhecimento, o Capitão Fernandes leu para todos nós, e eu considero aquilo um trabalho de estado-maior. Os sargentos não poderiam fazer aquilo sem terem generais, oficiais de estado-maior, comprometidos com essa causa comunista no País, seja por oportunismo, seja por convicção ideológica, ou seja, por fisiologismo, fazendo aquele jogo. Então, pude me deter na leitura e considero um documento de peso, que tem aspectos que jamais me esqueci.

Antes de trazê-lo para o Rio, como uma missão dada pelo Capitão Fernandes, senti-me tentado a tirar cópias, coisa que lamento muito hoje de não tê-lo feito. Mas aquele rigor, aquela nossa formação o impedia, porque era um documento confidencial, já tinha tomado conhecimento. De qualquer maneira, hoje também estaria privado de fazê-lo. Espero que ele exista, em algum lugar porque o entreguei ao Coronel José Aragão Cavalcante, meu Comandante, que levou para o quartel-general e, de lá foi encaminhado para a 1ª DE. Por isso, não sei mais onde se encontra, e esta cópia eu não tenho. Ele dizia claramente, as ações que estavam previstas, como se uma ordem de operações fosse, em uma delas havia um item: "pelotão de fuzilamento dos oficiais considerados irrecuperáveis para o regime". Que regime?

Vou repetir essa frase, esse título da ordem de operações, que jamais esqueci: "pelotão de fuzilamento dos oficiais irrecuperáveis para o regime". Logo a seguir: "Comandante do pelotão de fuzilamento: sargento Dantas, fuzileiro naval! É, são pas-

sados 38 anos, e isso foi tão fortemente marcado na minha consciência, na minha visão de oficial diante daquela balbúrdia, que o nome por eles escolhido não esqueci. Depois, "local das execuções" – é algo que tem um certo refinamento, e sem dúvida um apuro na escolha por parte desses mentores, porque foi selecionado um local adequado, que eram os porões do prédio das torres de televisões de Brasília. E, realmente, ali é uma espécie de garagem enorme. Tive o cuidado de ir lá, depois de passados os acontecimentos, é um lugar bem adequado para fuzilamentos, sobretudo para um grande número de pessoas. Eles tiveram esse requinte.

Este documento foi uma coisa concreta. Se ele faz parte do mundo de documentos sigilosos, desconheço, mas não poderia deixar de citá-lo, inclusive por ter sido o seu portador para o Rio, e também para ficar claro, confirmando todas aquelas "fumaças" que surgiram, anteriormente, no conturbado ambiente político daquela época. Senão vejamos, o pronunciamento do subtenente "tal"; a atitude do sargento que "sobe lá", na mesa e faz uma conclamação absurda; essa questão toda da fermentação política dentro dos quartéis; a desconfiança instilada entre os Quadros das Forças Armadas; o atentado contra Carlos Lacerda etc. Somando tudo isso, já estamos em setembro de 1963, com uma escalada insuportável no sentido da delimitação dos propósitos hediondos de comunização da nossa Pátria.

*Coronel Máximo, uma pergunta para ficar bem claro: esse documento tinha uma procedência escrita. De onde veio? Quem o redigiu? Qual foi a organização que o produziu?**

Posso lhe dizer que, como 1º-Tenente, naquele curto espaço de uma leitura, na colocação do envelope timbrado com o carimbo de confidencial, e que me caberia levá-lo, não fiz uma análise profunda, eu me ative a aspectos bem claros como esse. Veiculou-se muito essa questão, sobretudo em Brasília, dessa procedência e dos seus mentores. Eu só pretendo citar nomes quando tiver absoluta certeza.

*A minha pergunta é pelo seguinte: é saber se o documento tinha um formato de documento militar – ou seja, se a sua procedência pudesse ser ou da Marinha, ou mesmo da Aeronáutica, ou do grupo que estava rebelado em Brasília – ou se tinha uma procedência civil. Recordo-me de que esteve aqui fazendo uma entrevista o Coronel Amerino Raposo, que estava em Uruguaiana, RS nessa época, e ele se refere, também, a documentos que estabeleciam a punição, morte etc., para oficiais, lá no Sul. Por isso é que eu queria ver se havia um certo paralelo entre esses documentos.**

Desconhecia essa questão do Sul e que existiam outros documentos. O que nos pareceu muito claramente, nos comentários posteriores, sem análise do pró-

* Intervenções feitas pelo General Aricildes Motta.

prio documento que foi levado e entregue ao Comandante do Regimento Santos Dumont, Coronel José Aragão Cavalcanti – é que, pelo seu formato, ele se assemelhava a um boletim nosso, aquele mesmo tipo de papel, mas ele não dava a idéia dos seus autores.

Mas esse documento foi analisado exaustivamente, e eu cheguei a saber de nomes de civis, havia civis no planejamento.

Gostaria de enfatizar também que recebemos nessa época, missões muito estranhas, que nos levaram a pensar em questioná-las. No entanto, é muito difícil incutir nos subordinados, e na nossa própria formação, a idéia de não cumprir ordens. É algo extremamente doloroso e os fatos foram nos remetendo para isso. Vou dar um exemplo: embarquei em aeronaves da FAB, em 1962, 1963, pelo menos três vezes, com ordens de missão para minha Subunidade se deslocar para Brasília, em que não permanecemos lá nem vinte e quatro horas, porque parte dos generais daquela guarnição não sabia da nossa presença, mas os C82 e os C119 deram rasantes no Congresso antes do pouso, porque os pilotos tinham outras ordens, verificamos depois. Estávamos mobiliando os aviões, sem saber de nada. Em uma dessas missões, ao aterrissar em Brasília, guardo na memória a lembrança daqueles quepes dos generais nos aguardando. Recordo-me muito bem, porque era Comandante do Pelotão de Petrechos Leves e fui contemplado com dois aviões C-119, bem mais rápidos que os antigos C-82, e aterrissei em Brasília primeiro, antes do grosso da minha Companhia, que era comandada pelo Capitão André Lourenço da Silva Lindgren.

E, ali, na área de estacionamento das aeronaves fiquei ganhando tempo, porque vi “mar de quepes bordados”, e eu era um 1º-Tenente. Não me cabia tomar nenhuma iniciativa de ligação naquelas circunstâncias. Continuei providenciando o desembarque do pessoal e da carga do meu Pelotão, que estava com toda a munição prevista, com todas as dotações completas. Mas alguém se impacientou com a espera – porque esses aviões C-82 demoram bem mais, têm um procedimento de descida mais lento, quando aproximou-se um general e me perguntou: “Quem é o comandante?” Nós não tínhamos insígnias no uniforme camuflado; eu estava misturado com meu pessoal, era confundido com as praças, mas, no fundo, alguém me identifica e vem o mencionado general e me questiona: “O que é que você vem fazer aqui?” Respondi: “Vim aqui cumprir ordens, o Comandante da minha Companhia, está chegando aí, o senhor aguarde por ele.”

Então nós regressamos para o Rio de Janeiro naquela tarde, antes do anoitecer, se não me falha a memória, entretanto um fato político tinha acontecido, uma pressão sobre o Congresso, creio que a votação sobre o parlamentarismo, lá dentro

do plenário agentes manipulavam o efeito da nossa presença e insinuavam: "Está vendo, os pára-quedistas estão chegando aí."

Em certa ocasião – saltamos cinco vezes numa jornada – salto de combate – com uma Companhia de Fuzileiros Aeroterrestre, o que é algo extenuante, na Zona de Lançamento (ZL) Cruzeiro, onde hoje é o Quartel-General do Exército (Forte Apache), a título de treinamento, mas estava havendo outro momento delicado de votações no Congresso, mas para todos os efeitos a nossa tropa estava fazendo demonstração de força relacionadas a determinado interesse político.

No dia seguinte o jornal *Correio Brasiliense* estampou uma *charge* na primeira página que traduzia de forma jocosa a seguinte idéia: "Estão caindo os últimos capítulos da Constituição."

Era um clima carregado de incertezas – em face dessa angústia do que é o cumprimento das ordens e o jogo político que uma tropa de envergadura estratégica está sendo introduzida, jogo nefando, que se utiliza de todas as formas de atuação. Então, cada pára-quedista realizou cinco saltos, nas condições especiais para o lançamento em Brasília, em face da umidade local, muitas vezes semelhante à do Deserto do Saara, média de 12ºC de umidade relativa do ar, clima árido, com implicações na sustentação dos pára-quedas que exigiam modificações que fomos ajudando a delinear e a corrigir, uma espécie de tabu aeroterrestre naquele tempo. Ninguém jamais tinha dado mais de dois saltos na região do Planalto Central e uma Companhia nossa, na sua totalidade fez isso, mas, no entanto, dentro do Congresso estavam acontecendo coisas, e alguém propalava que estávamos fazendo "isso e aquilo" em favor "disso e daquilo outro".

Fui, pelo menos três vezes, a Brasília nessas circunstâncias, junto com outros companheiros, dentro desse quadro de confusão que já atingia o cume da hierarquia, porque passávamos a desconfiar dos nossos altos comandantes. De que lado será que ele está? Então, a coisa tinha essa gravidade toda.

Veja bem, em função desse clima, muitas vezes, retardávamos as coisas. O dispositivo chamado "esquema", gerenciado pela Casa Militar, também tinha os seus núcleos nas unidades mais importantes, e a nossa era uma delas, que trabalhavam no sentido oposto. Então aí eu não teria maiores considerações, porque entendo que há uma regra nessa hora, é como se nós estivéssemos caminhando para um desfecho que não sabíamos qual seria, mas que era uma guerra, que incluía sabotagem também.

Fui Comandante do Pelotão de Morteiros 4.2 M-30, placa base circular, moderníssimo, uma verdadeira artilharia orgânica do RIAeT. Fui seu primeiro comandante na Cia Apoio/RSD. Nenhuma Organização Militar do Exército possuía

essa dotação. Mas carecíamos de munição para o adestramento. Várias vezes recebemos munição dos nossos companheiros não pára-quedistas, precisamente do então 2º-Tenente Apparício, hoje general de quatro estrelas, que era subalterno da Companhia de Morteiros Pesados do Regimento Escola de Infantaria (REsI) – e que nos cedia munição, porque aquela Unidade–Escola, tinha uma dotação bem maior por peças. Portanto, sobrava munição e havia interesse em conhecer e atirar com os M-30. Em troca deste intercâmbio informal de instrução recebíamos munição para nossos exercícios de tiro. E, no entanto, talvez por cautela da parte do escalão superior devido ao quadro de ebulição, na área do NuDAet não tínhamos munição suficiente para atirar, para nos adestrar ou para sermos empregados.

Entretanto, em outras situações de emergência ocorreram ações de bloqueio, de resistência passiva, em virtude de estarmos nessa altura, já realmente com duas ou três facções lá dentro: uma primeira, muito ativa, audaciosa, que se apresentava ostensivamente, favorável à pregação da chamada república popular sindicalista – que a coisa foi tendendo a ter essa feição ao longo do tempo, e, nesta época, já era muito claro esse objetivo político revolucionário, e aí já com simpatizantes, e volto a dizer, uns de boa fé, outros porque eram realmente formados para tal, agentes aliciados, treinados, doutrinados e outros que eram simplesmente oportunistas, "inocentes úteis", como hoje, tipos que surfam em qualquer "onda" para estar bem com a situação.

Outro grupamento contrário a essas aventuras, era liderado pelos capitães Carlos Alberto Lima Menna Barreto e Acrísio Figueira, secundados pelos tenentes José Alves Machado, Leomar Jorás Lopes, Andrade Nery, Ubiratan Pereira de Andrade, José Siqueira da Silva, Léo Antunes Goyanna, Álvaro Bragança Perez, Pedro Schirmer Arilton Marino França, Jácomo, Bandeira, Paulo Rubens Brandão, José Aurélio Valporto de Sá, José Everaldo de Albuquerque Montenegro, José Barbosa Galvão, Roberto Seabra Monteiro de Barros que mantinham estreito contato com o Comandante do RSD, Tenente-Coronel José Aragão Cavalcanti e através dos majores José Augusto da Escócia, José Luciano de Bello Neves e o Capitão Kléber Caldas de Carvalho, ressalvadas as omissões decorrentes de minha memória. Estes oficiais compunham o contrapeso daquela loucura, e por fim, havia a componente dos oficiais desinteressados pelo quadro político nacional, que imagino que até hoje ainda acredita em Papai Noel.

Está muito bem colocado. Como é que foi a sua experiência na eclosão da Revolução?

Aí tudo foi muito simples. A minha experiência foi a minha Companhia já estar, afortunadamente, vivendo tudo isso, desde 1963, o que facilitou muito, por-

que não fomos surpreendidos. Só fui surpreendido com uma coisa: eu achava que ia haver “muita bala e muita morte” na Vila Militar. Eu estava na Vila Militar, e na área do pára-quedismo, no auge da agitação subversiva.

No dia 1º de abril, amanhecemos com o fato consumado da reação à aquele estado de coisas. Depois da rebelião dos sargentos – as articulações se intensificaram e ficaram muito claras de que nós, com chefes militares de prestígio, não iríamos tolerar aquele estado de coisas que corroia a hierarquia e a disciplina. Na mesma proporção, creio, que despontavam os simpatizantes, os comunistóides, os almirantes “Aragões” etc.

Havia os generais da estirpe de um Moniz de Aragão, que era para nós, no pára-quedismo, uma referência, que tinha como elo com o nosso grupo, o Major Stélio. Também, junto ao General Aragão, recordo-me do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, na época Capitão, oficial muito decidido e arrojado. Esses também eram duas referências para nós, que éramos “pica-fumos”.

Esses homens se movimentavam e serviam de “meio-de-campo”, vamos denominar assim, junto às unidades operacionais pára-quedistas.

Os capitães Menna Barreto e Acrísio, tenentes Alves Machado e Leomar passavam para os demais oficiais de confiança informações e explicações de como as coisas estavam evoluindo.

Os partidários do esquema João Goulart, estavam enraizados na cadeia de comando, em postos de importância ou desempenhando funções normais nas Unidades.

Recordo-me de que o NuDAet teve uma fase sob o comando do General Pinheiro, apelidado de “Faz Tudo”. Ele era um homem da “corte”, mas causava admiração por sua figura de pára-quedista. Ele tinha uns cacoetes que encantavam os mais jovens. Por exemplo: por vezes, ao receber a apresentação da tropa em plena forma física, lépido, se antecedia com um salto mortal e recebia a apresentação, como se fosse um desses ases das equipes de saltos ornamentais. Coisas assim, consideradas um pouco deslumbrantes para os capitães, tenentes e para os sargentos. No entanto, ele era um homem da absoluta e irrestrita confiança do Presidente João Goulart, tendo desempenhado o cargo de Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e, segundo comentava-se durante nossa permanência naquela cidade, organizava festas, recepções íntimas e orgias planaltinas para devaneio da alta cúpula do poder, em Brasília.

Então, temos essa singularidade de que nós não podemos abrir mão, que é a beleza do nosso Exército, esse pluralismo fantástico, essa agregação de todos os pecados e virtudes da nossa sociedade. Também não devemos “dourar a pílula” em

nada, porque a grandeza do Exército está, exatamente, nessa coisa única no mundo: ele é o retrato do nosso povo.

Aqui, acolá, tem as suas ovelhas negras. E não estou com isso invocando que somos ovelhas privilegiadas. Quero sempre me reportar à questão de tomar atitudes diante de fatos concretos e, naqueles acontecimentos, eles eram evidentes.

No entanto, ele, General Pinheiro, foi um dos atores que ajudou muito a minar a estrutura do Exército, com sério desgaste para a disciplina, trazendo oficiais de sua confiança para que o NuDAet, no mínimo, fosse neutralizado. Porque é muito difícil uma tropa daquele quilate ser doutrinada e ser colocada a serviço de causas iníquas. A nossa tropa não seria jamais, mesmo com investidas dessa ordem, de cima para baixo e também, ser solapada de dentro para fora, de dentro de suas entranhas, por maus pára-quedistas, que se "encantaram" com as teses socialistas tingidas de vermelho, aquele quadro perverso plantado no interior dos seus quartéis.

No dia 31 de março, o General João Costa era o Comandante do NuDAet. Ele nos parecia indiferente, muito frio, um militar enquadrado, um "soldado profissional", que, naquele momento histórico, não podíamos mais estar com esse tipo de comando na Brigada, porque estávamos nos aproximando de definições muito sérias. E volto a dizer: ficar em forma, ficar disciplinado, enquadrado, significaria o risco de estar coonestando, estar avalizando, estar se acumpliciando com fatos, acontecimentos, personagens e atores que mostraram claramente quais eram os seus propósitos. E eram propósitos contrários ao Brasil, muito claramente, e contrários ao Exército, particularmente, pelo solapamento da hierarquia e da disciplina, o esfacelamento premeditado da instituição.

Por outro lado, um bom número de oficiais se revelavam atuantes e assíduos às reuniões políticas, que pregavam o socialismo, mas, no fundo, era o marxismo-leninismo que estava subjacente. É aquela coisa. Outros eram condescendentes ou omissos e o nosso grupo mesmo em inferioridade de poder era muito decidido diante daqueles elementos que foram trabalhados, lá dentro, desde 1961.

A única grande surpresa para mim foi como os acontecimentos se precipitaram rapidamente: primeiro com uma articulação extremamente competente, na noite de 31 de março, através do Tenente Alves Machado, o RSD foi avisado para se preparar para receber o General Moniz de Aragão que viria estabelecer o seu PC no nosso quartel, e assim aconteceu – estão fazendo 38 anos hoje quando presto esse depoimento – o General Moniz de Aragão de japona, com um bastão de comando – naquela época os generais não eram aquinhoados com bastão, mas ele usava – com o fardamento de pára-quedista, dizendo que ia assumir a Revolução no nosso Regi-

mento. Como que para resgatar – dado a tradição dele de pára-quedista – o Exército daquela balbúrdia, e dizer que ali era o centro da redenção da Vila Militar.

Ocorre que o Coronel Murilo Valporto de Sá, Chefe do Estado-Maior, ciente de todo esse quadro, num trabalho extraordinário – um homem que comandou Companhia de Fuzileiros na Segunda Guerra Mundial, soldado exemplar, pai do meu estimado amigo Tenente José Aurélio Valporto de Sá – conseguiu equilibrar as duas vertentes, ou seja, a linha da lealdade à Revolução e a lealdade e subordinação hierárquica ao seu comandante. E obteve do General João Costa o compromisso de que ele aceitava o comando do General Moniz de Aragão, a partir da sua chegada ao Regimento Santos Dumont (RSD).

E assim foi feito. Por isso não houve mais necessidade de caracterizar a assunção de comando do Comando da Revolução na pessoa do General Moniz de Aragão, no nosso Regimento, do qual ele saiu naquela noite um pouco insatisfeito – porque ele queria concretizar sua investidura no comando revolucionário no Arroio dos Afonsos – mas acolheu as ponderações do Coronel Murilo Valporto de Sá e se dirigiu para o QG da 1ª DE, onde não encontrou reação, e registrou-se mais um exemplo de debandada da parte dos subversivos.

Os que estavam do outro lado, sumiram.

Portanto a surpresa foi essa.

E assim acontece uma etapa importante, que foi o deslocamento de algum lugar, que eu não sei, do Rio de Janeiro, do General Moniz de Aragão e do seu estado-maior – onde eu só percebia o Stélio, aquele homenzarrão – naquela madrugada. O General Moniz de Aragão tornou-se por alguns meses comandante da Vila Militar.

O NuDAet, portanto, ficou ainda sob o comando do General João Costa por igual período. Tranqüilizada a parte operativa, tranqüilizada a consolidação das ações desencadeadas a partir de 31 de março de 1964, o General Moniz de Aragão, então, é nomeado Comandante dos pára-quedistas.

Considerando a "rebelião dos sargentos", de 1963, em Brasília, que teve aquele episódio em que nós íamos ser surpreendidos de noite, considerando a Intentona Comunista, em 1935 – que eu não estava presente, nasci em 1936, mas dela tomei conhecimento através de meu saudoso pai, então 3º sargento, Francisco Máximo Neto, no antigo 22º BC, João Pessoa, Paraíba, comentei com meus companheiros um episódio que ele havia me relatado, qual seja, ele servia numa companhia de fuzileiros aquartelada no piso superior de um dos pavilhões daquela Unidade, o andar térreo era ocupado pela Companhia de Metralhadoras. Na noite da Intentona, ele assumiu o comando da Companhia de Fuzileiros porque os oficiais não chegavam ao quartel, não era possível chegar, e isso está relatado pelo Capitão

Campos Góis, que era o Comandante da Companhia, posteriormente, catedrático da cadeira de Francês na EsPF e que me confirmou pessoalmente este fato. Lembrou-me de que registrou a atuação do meu pai nos seus relatórios.

A Companhia de Metralhadoras, instalada no piso inferior, estava sublevada, era pró-Intentona, apontou suas metralhadoras para o teto de madeira, deu *ultimatum* para que se rendessem e mesmo sem a presença de nenhum oficial ele desafiou-os para atirar mas não o fizeram. O prédio tinha o piso de madeira, e era evidente o risco que passaram.

Esses e outros exemplos históricos serviram-nos de escorva para o exercício pleno da ação de comando no momento de incerteza na noite de 31 de março. Nesta ocasião, os tenentes Andrade Nery, José Aurélio Valporto de Sá, Roberto Seabra Monteiro de Barros e eu, que éramos os quatro comandantes de pelotão da Companhia de Petrechos Pesados, do 1º Btl Aet, do RSD, fizemos um pacto e fomos ao Comandante da Companhia para dizer que, tendo em vista esses acontecimentos do passado, e para que não mais houvesse qualquer sombra de dúvida quanto a nossa ação de comando, iríamos distribuir para cada sargento, como prova de confiança, dois "pentes" da metralhadora INA, que era o armamento dos sargentos naquela época. Unimos dois carregadores com esparadrapo, um para cima e outro para baixo, para ser mais rápida a alimentação das armas quando esgotado um carregador – que tem a capacidade para trinta tiros – e fornecemos aos nossos sargentos, a cada um deles, uma arma municiada.

Retiramos as nossas camisas de instrução, ficamos de peitos nus, acendemos a luz do PC da Companhia – e fomos repousar tranqüilamente, dizendo-lhes: "Nossa atitude é essa e, hoje à noite, vamos receber o General Moniz de Aragão" – isso foi em 31 de março, entre 21 e 22h – "o General chegará por volta das 23h ou meia-noite." "E a questão é essa, e nós estamos no comando."

Este fato foi vivido pelo Nery – não sei se ele mencionou isso de alguma maneira no seu depoimento –, o Capitão concordou, como que para sinalizar que novamente o Exército voltava a ter a sua cadeia de comando que estava sendo vilipendiada e enxovalhada.

Enxovalhada, porque, para o inimigo que se confrontava conosco, "os fins justificam os meios".

É verdade, mas, assim foi o 31 de março. Correram, fugiram, não houve confronto. Não fico me regozijando com isso, mas gostaria de ter tido um confronto com eles.

Por quê? Porque seria a única maneira de nós passarmos a limpo as versões fantasiosas, de hoje, porque, no fundo, mesmo tendo se evadido eles se colocam como mártires.

Passam a ocorrer situações, erros, equívocos na condução do processo revolucionário nos desdobramentos de 1964 – que naturalmente em algum lugar vamos

tocar sobre esse assunto – também não poderíamos imaginar que ela viesse como algo divino, sem erros, casto, dogmático. Ela teve os seus pecados, e não vejo por que não citá-los.

E daí estes fugitivos assentam as baterias, nutrem-se dos erros, dos desvios que aconteceram, e apresentam-se hoje, perante a Nação – depois do desgastante prolongamento da sua ação no tempo, que, no meu ponto de vista, não deveria ter acontecido. Alardeiam que a Revolução foi uma obra conduzida pelos americanos, e que nós fomos simplesmente uma espécie de marionetes deles, no jogo da guerra fria. E não aconteceu nada disso. Finalmente, que o nacionalismo foi vitimado de forma terrível, porque as reformas eram nacionalistas e visavam a felicidade do povo brasileiro. Hoje, apresentam-se como arautos de uma obra redentora, como salvadores da nossa Pátria.

Quando na verdade eram todos internacionalistas, subordinados ao MCI (Movimento Comunista Internacional).

Não tendo havido confronto... – não que eu seja belicoso, mas acho que quem chegou ao ponto que eles chegaram, é imperdoável não "pagar para ver".

No seu entender, onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Agora vou me permitir uma breve teorização, agora um pouco mais em cima da minha experiência de vida. Agora já não é mais a reação daquilo que estou tentando deixar claro da minha vivência do fato histórico diante de "tais e tais" situações. Acho que, fruto da idade, com o peso da vivência, eu não deixei, em momento algum, de estar muito sintonizado com as questões nacionais. Agora, estando na reserva, procuro estudar, procuro participar como cidadão. Quando os acontecimentos se precipitaram, por me encontrar no Rio de Janeiro e com um nível de informações bastante acentuado deparei-me com o dilema de ter que tomar a decisão de investir contra a ordem constituída e submetida a um verdadeiro cataclismo. Isso foi bom e foi ruim.

No plano dessas raízes, tenho a impressão clara de que nós não podemos perder de vista – ontem, hoje e amanhã – que nossa Nação está fadada, por vocação natural, a ser muito diferente do que tem sido levada a ser. Portanto ela, com os altos e baixos da sua trajetória histórica vive tensões sociais e ações governamentais, que geram também expectativas, ansiedades, decepções, frustrações, mas o fulcro, o centro, é que o Brasil está fadado, por vocação natural, a ser diferente do que é.

E assim sendo, ele vive um natural processo de transformação de tudo que existe no momento, até que este grau de aprimoramento da sua trajetória leve a que ele seja um reduto do mundo destinado a não ter todas essas discrepâncias: a

faltar terra para muitos, a ter essa concentração de renda brutal, a ter essa desigualdade social incrível, a conviver com esses fatores de injustiça social. Enquanto isso permanecer, vamos ter iniciativas, vamos ter impulsos visando, com motivações diversas, ir ao encontro do despertar, do idealismo dos "tenentes", do tenentismo, primeiro desabrochar dessa visão transformadora, e que pode ser chamada, também, de revolucionária.

O conceito de revolução nos remete a uma profunda mudança de estrutura, pode ocorrer de forma pacífica, como esperamos, como também pode acontecer de forma violenta, na medida em que esses impulsos incontroláveis sejam orientados para ações pacíficas ou violentas.

Como disse alguém, creio que em 1964 foi 1922 de cabelos brancos. As atuações desassombradas do Brigadeiro Eduardo Gomes, dos generais Cordeiro de Farias e de Juarez Távora que vieram a ocupar cargos no Ministério do General Castello Branco, de alguma forma, corrobora esta assertiva. Deslanchou como revolução, nos seus desdobramentos, na medida em que agiu vigorosamente buscando fortalecer o Estado brasileiro, ao reativar o processo de industrialização, ao priorizar a infra-estrutura, que foi agora totalmente malbaratada nos dias atuais pelos seus adversários do passado, e está sendo entregue aos estrangeiros. É uma infra-estrutura que nasce do compromisso de 1930.

Compromisso com o crescimento.

Com o crescimento. Mas, sobretudo, com uma idéia de estado brasileiro, estado nacional, equipado, que escapa à discussão ideológica da estatização, que é um absurdo, uma enorme confusão. A grandeza do Brasil exigirá sempre um Estado forte, um Estado com respaldo no plano militar, no plano econômico, capaz de fazer face às tensões externas e uma série de necessidades vitais para a Nação brasileira.

Acho que aquele Brasil que dormitava antes de 1922, que acalentou todos aqueles sonhos, aquele idealismo, que foi objeto de ações muito ousadas e muito importantes na nossa vida pública, que, com os seus altos e baixos, desaguou em 1930 – que pode ser visto com um lado muito bom e pode ser visto com muitas reservas, como eu tenho de 1937 em diante, com desvios e com abusos de poder – que é algo que sinaliza uma maturidade no sentido de que o Brasil iria se projetar mundialmente para ocupar uma posição central no concerto das Nações.

E aí a interrupção desse projeto nacional de 1930, de fortalecer o Estado brasileiro e de ter condições de entrar no jogo do poder mundial, que é onde as coisas acontecem, de não sermos tão dependentes. Até 1945, importávamos tesourinha de aparar unhas, marca "corneta" da Alemanha, palito era importado de Portugal!

Este passo dado em 1930, na sua essência – portanto não vou ficar na periferia dos seus desacertos –, foi interrompido pelas implicações da conjuntura mundial durante o Governo Getúlio Vargas e pela saturação do processo internamente, que a realidade mundial indicava que não comportava mais depois da Segunda Guerra Mundial: uma ditadura aqui, abaixo do Equador, ou em qualquer lugar do Ocidente.

Afigurou-se um contraste muito grande e essa interrupção, pela via do aprimoramento democrático, causou o mal de paralisar o processo de fortalecimento do Estado. Porque Juscelino vem com aquela roupagem desenvolvimentista, mas se tornou o principal algoz de um fortalecimento auto-sustentado, de uma economia nacional soberana, porque ele abre o Brasil para as multinacionais da indústria automobilística de forma extremamente leviana e assenta as bases desse neoliberalismo que está aí e que se tornou avassalador e incontrolável, sobretudo nesses últimos oito anos do atual governo.

Este rasgo pseudodesenvolvimentista, pode ser encarado como uma implosão do Projeto Nacional menos dependente e autônomo –, é uma questão que precisa ser colocada. Quando nós defendemos o fortalecimento do Estado brasileiro, e uma visão nacionalista nesta direção, ela significa o controle das coisas, não significa uma visão cega, fanática, contra quem quer que seja.

Penso que os fatos políticos se agravaram, após a renúncia de Jânio Quadros – causando grande frustração, – deixando a Nação órfã e politicamente sem lideranças. Quando acontecem os desdobramentos futuros, no Governo João Goulart decorrente da febre reformista que empreendeu, o que significa? Agravou-se a situação política porque ascendeu à Presidência da República um governante desprovido da legitimidade necessária com a posse de João Goulart.

Jânio Quadros tinha sido eleito como oposição, ele era oposicionista, ele era um homem até – não obstante aquele namoro com Ernesto Che Guevara etc. – considerado de direita, autoritário. O vice empossado, João Goulart, não trazia a legitimidade da votação consagradora e da proposta do candidato eleito Jânio Quadros.

Era o homem da vassoura, que ia acabar com a corrupção.

O Vice-Presidente de Jânio Quadros não foi tão votado quanto João Goulart, candidato a vice-presidente na chapa derrotada encabeçada pelo General Lott, ele elegeu-se por força dessa distorção eleitoral. Goulart fazia parte da chapa derrotada nas urnas. Não era o cabeça da chapa, ele era o vice, o número 2 daquele que perdera as eleições.

Não custa lembrar que Getúlio Vargas na mensagem presidencial ao Congresso, em março de 1952, aponta pela primeira vez, o perigo comunista no Brasil e cita nominalmente o manifesto do Partido Comunista em que Luís Carlos Prestes

preconiza que a revolução comunista no Brasil não pode deixar de ser considerada como progressiva e permanente. Então, havendo essas resoluções do Partido Comunista, documento escrito, esse alerta de Getúlio Vargas, a pusilanimidade de João Goulart porque, exatamente, passou a mão por cima de tudo isso e, na busca de apoio popular, atraiu as hostes do Partido Comunista, os agentes do comunismo internacional, que aparelharam a sua base principal, que era o Ministério do Trabalho. Tarefa que ele já havia iniciado, claramente, durante o período em que foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, onde houve o famoso Manifesto dos Coronéis, exigindo a saída dele, e Getúlio Vargas o afastou.

Dentro desse cenário, penso que as raízes de 1964 têm um pouco de cada dessas coisas, mas ela tem uma especificidade muito clara: a mobilização nacional contra os desmandos do Governo João Goulart e dar um basta a àquele processo comunizante e a àquele de balbúrdia, de perda de autoridade e de orfandade moral da Nação.

Quem é que estava insatisfeito com aquele Governo?

Antes de chegarmos aos insatisfeitos, quando será uma resposta rápida, temos que dizer que havia os satisfeitos, o que ficou muito claro nessa escalada de acontecimentos, ou seja, na manipulação política de sindicatos, no grevismo, na inflação, na falta de gêneros – feijão, arroz, leite, surgindo as filas na busca dos alimentos –, comportamento absurdo do Presidente em termos de perda de autoridade, mancomunado com pelegos – pelegos, para os jovens, são aqueles agentes do Ministério do Trabalho, colocados ali nos sindicatos para politizá-los, profissionais da politicagem. Veja bem, se eles tinham tanto apego à democracia, ao invés da ação dos deputados e dos vereadores usaram esse "colchão de ar", os pelegos para introduzir as facilidades do governo nos sindicatos, inclusive agitações, com dinheiro dos próprios Institutos – existiam diversos institutos de previdência – IPASE, IAPB, IAPC, IAPI – para fazer o jogo do governo, no sentido das suas propostas políticas de continuísmo e de anular as resistências dos partidos oposicionistas.

Esse chamado peleguismo se mostrava na descontração de como os agentes transitavam no Palácio do Planalto e nas declarações que davam à imprensa.

Só não pensavam nos trabalhadores, que eram massa de manobra, porque eles faziam o jogo político, demonstrando, às vezes, mais poder que os próprios ministros.

Quer dizer, os sindicatos foram deslocados desta vocação de canal das reivindicações, as quais, em grande parte, passaram a ser atendidas pela via dos pelegos. As demandas dos sindicatos, das classes trabalhadoras, eram encaminhadas para esses agentes e, por isso, eles têm esse nome: pelegos. Numa cartada, que se proces-

sava de duas maneiras: primeiro, ela neutralizava o sindicato – mas o sindicato precisava desse canal – e, em segundo, ela enfraquecia os partidos.

Com isso, a insatisfação foi aumentando no seio da classe média – porque não era brincadeira, a cada greve, a cada dia, greves e mais greves políticas, paralisações de toda ordem atingiam todo o povo. Pela primeira vez, começamos a conhecer as chamadas greves nacionais, que não eram exatamente voltadas para atender aos direitos dos trabalhadores, eram para paralisar por paralisar. E há uma frase do então Ministro João Goulart, que foi muito veiculada na imprensa naquela época: "Eu sou técnico em greves."

Portanto, este conjunto de desatinos foi desaguando numa insatisfação naqueles setores que, a princípio, estavam anestesiados, inertes, não reagiam, mas que, no dia a dia começavam a sentir os efeitos: a classe produtiva nacional. Confundem muito com que chamam de elites. Existe o setor produtivo, homens de indústria, homens de produção, homens de trabalho, empreendedores. Todo esse conjunto e as Forças Armadas em geral, todos os que discordavam dessas manobras – foi como uma bola de neve.

Portanto, o somatório desses desatinos despertou a reação dos pilares fundamentais da Sociedade Civil. Já no início de 1963, estava claro o divisor de águas que era, de um lado, uma máquina governamental utilizando-se de todos os recursos disponíveis para golpear as Instituições, através de manobras para desmoralizar o Congresso e dizer que as reformas não saíam por culpa desse mesmo Congresso e dos militares, e que, para mudar isso, ela estava no Poder e, de outro, os que percebiam esse conjunto de panacéias que levavam o País à desgraça, e se sentiam prejudicados por várias e justas razões.

Essa insatisfação foi se generalizando, se aguçando, atingindo pontos muito importantes ao longo do ano de 1963. Portanto, 1964 canalizou motivações até certo ponto heréticas – alguns dos próceres civis que aderiram eu não gostaria de tê-los do nosso lado, mas não tivemos escolha.

E a posição da Igreja?

Quanto à Igreja, faço uma comparação um pouco forçada. Ela difere das Forças Armadas porque é uma Instituição divina – trata-se de uma afirmação pessoal, é uma questão minha, testemunho de fé. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo, onde foi estabelecida uma hierarquia, iniciada com Pedro, o Apóstolo Pedro e continuada até os dias atuais.

Então, isso não é uma ritualística qualquer, mas, ao mesmo tempo em que a Igreja é divina por força deste mandato, por esta criação, por esta obra – foi o

próprio Jesus que a edificou – ela é humana, e aí é que vem o grande embate ao longo da história da afirmação das verdades do Evangelho, que são as idas e vindas, a prevalência ora dos instintos humanos mais primitivos – completamente dissociados da missão da Igreja de levar a boa nova da fraternidade, da amizade, do amor – onde, aqui e acolá, emergem as fraquezas humanas, os apetites por Poder, por mando, e o homem em si, que integra essa Igreja – seja ele Papa, Cardeal, Bispo, Sacerdote ou leigo como eu – claudica, cai, envereda por caminhos obscuros.

Portanto, a Igreja, o seu comportamento – como a Revolução de 1964, como as Forças Armadas –, não pode ser vista de uma forma assim monolítica.

Aconteceu, aqui no Brasil e na América Latina, uma espécie de sedução, que atribuem a uma leitura mais atualizada da evangelização, que seriam aqueles segmentos católicos que enveredaram por uma tentativa de usar a ideologia como trampolim para "queimar etapas", para a realização dos valores evangélicos. Algo que de alguma forma nos remete à Idade Média pela via da atuação político-partidária. Eu não diria que seria o mesmo do tempo da inquisição, daquela relação tão prolixa e íntima com o Estado, quando aconteceram todos aqueles erros decorrentes dessa opção, da qual felizmente ela se libertou.

Aqui, no Brasil, observamos clérigos, de diversos níveis, inclusive bispos, que acharam que o melhor caminho era se associar com a vanguarda desses movimentos ditos de transformação. No íntimo, tenho certeza de que eles não enveredariam nunca pela ortodoxia comunista, que é algo a que se contrapõe visceralmente a doutrina da Igreja. Estávamos vivendo o próprio sacrifício da Igreja dentro da União Soviética, a avalanche de perseguições no mundo materialista marxista-leninista, o "socialismo real" que foi aquilo que era visível nas propostas socialistas naquela época.

Não creio que chegasse ao ponto de existir um bispo comunista, impunemente. Falo isso como católico. Mas, a exemplo de muitos oficiais do Exército, também esses clérigos acreditaram em Papai Noel e acharam que era possível pegar uma "carona" naquele modismo "socialista", eu vejo por aí. E isso é tão doloso, para mim, quanto admitir que aceitaram conscientemente fazer o jogo dos comunistas aqui na América Latina.

Então, não quero contribuir para uma análise mais ácida desses procedimentos, porque também tenho convicção de que, para o processo de transformação do Brasil, seja ele pela via pacífica, seja ele pela via revolucionária armada, que ainda aguarda o futuro – infelizmente, porque as contradições, os dilemas, os absurdos e os contrastes continuam –, para tudo que possa vir a ser feito na direção correta de

colocar o Brasil como um lugar no mundo onde não haja espaço para famintos, onde não haja espaço para quem não tem uma casa, onde não haja espaço para quem não tem terra – porque, naturalmente, fomos aquinhoados para não ter esses problemas –, em tudo que possa representar uma transformação dessas instituições jamais estarão de fora: a Igreja e as Forças Armadas.

Portanto, considero uma inabilidade, considero um erro, em qualquer caso localizado, ou não, em situações momentâneas ou em situações definidas reforçar ações ou reforçar campanhas depreciativas dizendo que o Bispo "tal" fez isso ou aquilo, que o padre que defende uma melhor condição para os pobres é "padre de passeata", esse tipo de coisas. Temos que separar esses equívocos do conjunto da Igreja, porque ela permanece sempre aliada das Forças Armadas e da essência dos processos de transformações para o bem-estar do povo.

Acredito, pois, que ocorreram equívocos por parte de membros da Igreja, como aconteceram equívocos amparados no aval que era dado pelas Forças Armadas naquele tempo.

A sua opinião sobre as "Ligas Camponesas"?

As "Ligas Camponesas" nada mais foram do que uma instrumentalização feita em homens bons, em homens que estão precisando de ajuda ainda hoje. Sou nordestino, não tenho nada que ser contemporizador com a mentalidade dominante de certa camada do Nordeste, que conheço muito bem, que sufoca, que priva da dignidade o ser humano. Mas não é reduzir isso somente para o usineiro. Não é só o usineiro, somos todos nós.

Então, resumiria assim: esse absurdo de não ter havido – não chamo a reforma agrária – o desenvolvimento agrário no Brasil, capaz de solucionar o problema das demandas dessa gente, que precisa de terra ainda hoje. E isso foi, entre outras bandeiras sociais, assumidas pelo senhor Francisco Julião, que as transformou através das cartilhas que foram apreendidas – e eu li algumas delas, em instrumento da subversão comunista, no campo. Então, ninguém precisa me ensinar essas coisas. Cartilhas ensinando a violência e armamento foram apreendidos nos aparelhos das "Ligas Camponesas". Em Minas Gerais, em 1962, foi apreendido um ônibus da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais que estava se deslocando lá para o Nordeste com um carregamento de armas.

Então, volto a perguntar: "Onde está a coerência entre todos nós que queremos a reforma agrária, medida indispensável para o desenvolvimento econômico –, que o General MacArthur, que não foi nenhum político profissional, tomou a iniciativa de fazê-la no Japão como um dos primeiros atos do Exército de ocupação, tal

a sua importância?" Nenhum país vai dar um salto na industrialização e ter um mercado interno pujante, dissociado de mãos nos arados, alimentos e produção do campo, que é importantíssimo, sem uma reforma agrária ajustada a sua realidade econômica social.

Castello Branco, com o Estatuto da Terra, mostrou essa verdade.

No seu discurso de posse, ele foi até o Estatuto da Terra, que ainda hoje é o melhor documento que existe no Brasil sobre isso. Pois bem, aonde existia a possibilidade de compatibilizar este objetivo a ser atingido – não digo nem ideal – com a reforma agrária na marra, na violência, na usurpação, na loucura, na cegueira, no fanatismo, inspirado no exemplo de Cuba, que muito encantava os nossos líderes socialistas? Essas "Ligas Camponesas" nada mais eram do que braços políticos que estavam sendo transformados em braços armados da guerrilha rural.

Sou muito grato a todos por estar aqui, hoje, prestando um depoimento, o que pode parecer uma loucura, pois estamos vivendo um ambiente totalmente hostil a esse tipo de coisas. Hoje, o ideal seria "dourar a pílula".

Mas esse é um dos principais valores deste Projeto de História Oral do Exército.

Primeiro é reafirmar as posições, as responsabilidades e a fundamentação de cada um, as suas razões, e deixar-se então ser julgado por isso. Se na minha modesta posição de tenente, hoje coronel da reserva, tiver que ser rotulado de alguma coisa, eu digo: "Liga Camponesa" nada mais era do que um arremedo, que denomino com uma palavra nordestina: uma "presepada".

Por que uma presepada? Porque jamais iriam atingir coisa nenhuma, sair vitoriosos em coisa nenhuma, com aqueles homens simples – que para eles era dito que a reforma agrária só podia ser feita assim e apontado o exemplo cubano – e com aqueles quadros, sobretudo os deles, que também, mais uma vez, na hora "H" fugiram, deixando um "mundo" de homens e de mulheres, que foram doutrinados, totalmente desorientados, o que não ajudou em coisa alguma.

Essa é a conclusão que eu faço: "Ligas Camponesas" foram braços armados da guerrilha que iriam, no Nordeste, substituir as próprias Forças Armadas.

Começando o movimento no campo, como Mao Tsé-tung, que se valeu da guerrilha rural, aproveitando o engajamento do Exército na Segunda Guerra Mundial.

As cartilhas nada mais eram do que ensinamentos dentro dessa doutrina.

Quais foram, na época, as causas imediatas do 31 de Março? Aqueles que levaram os revolucionários a lançarem as tropas na rua?

Sem dúvida, o mês de março foi pródigo naquilo que seria um planejamento deles, mas que, na verdade, era uma coisa de malucos inconseqüentes.

Dizem que o golpe deles seria no dia 1º de maio!

Estávamos numa escalada. Aqueles que viviam a realidade nacional e acompanhavam os fatos, sejam políticos, sejam de outra natureza, não podiam desconhecer todos esses elementos.

Então, as causas e os fatos determinantes foram o comício do dia 13, a reunião dos marinheiros e fuzileiros navais no sindicato dos metalúrgicos, que foi uma afronta à Marinha, e, em seguida, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, com aquela manifestação de sargentos das polícias que se misturaram com os das Forças Armadas.

Os discursos e a conclamação do Presidente eram visivelmente dentro dessa linha socialista, marxista-leninista, da revolução, da república popular, da quebra da hierarquia, de "virar as coisas" – e isso está na História, não precisamos mais mostrar.

Eles trouxeram isso claramente numa escalada, documentos posteriores comprovaram, e estão, aí, no acervo da História, que João Goulart até setembro detonaria o golpe dele com o seu esquema, porque o Congresso dava sinais claros de que não aprovaria as reformas. E as reformas, diga-se de passagem, embutiam a mais importante para ele, que era a da mudança da Constituição, no sentido de garantir a questão da reeleição, a mesma coisa que se operou recentemente aqui no Brasil.

A Constituição que tanto os serviu, passou a ser uma Constituição imprestável, "madrasta", no dizer deles mesmos.

Eles apressaram, "calcaram o pé" com mais força no acelerador, no sentido de caracterizar duas ou três coisas: primeiro que não era possível, dentro da ordem legal, operar as reformas que "salvariam" o País; segundo, que as Forças Armadas teriam que ser objeto de toda essa balbúrdia para, no mínimo, serem neutralizadas; terceiro, havia grupos, como o "grupo dos onze", que recordo muito bem, aqui no Rio de Janeiro, e que eram grupos mais qualificados, não era como os pobres homens das "Ligas Camponesas" lá do Nordeste. Esses homens eram quadros capazes de fazer operações mais complexas, operações de destruição, incêndios, seqüestros, sabotagens ou ações ainda mais delicadas.

Essa coisa que fermentava, e que gerava todo esse caldo de perturbação nacional, já estava se mostrando favorável para que eles saíssem dos discursos realizados dentro da ordem democrática. Significava que as coisas tinham que ser obtidas de qualquer maneira, com uma ação de governo, de força, o que naturalmente seria um golpe.

Só encontro essa explicação para aquela avassaladora ofensiva do mês de março – a seqüência de acontecimentos que enumeramos – que terminou sendo conside-

rada por todos nós como um desatino dos mais desvairados. Tais acontecimentos foram determinantes para a eclosão do Movimento de 31 de Março.

E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sobre a qual ainda não falamos, teve a ver com a eclosão, considerando que sem o povo o Exército não sairia?

Vou fazer a seguinte abordagem: as coisas ficaram claras, então foram usados os instrumentos necessários, porque o confronto era mais do que perceptível, seja de um lado, seja do outro.

Na verdade, além das minhas convicções, formadas ao longo de todos esses fatos que vi e relatei, não tive muito acesso a outras fontes, devido ao escalão em que me encontrava, não tive condições de apreender a engenharia da cúpula revolucionária, do comando que a delineou. Acho que foi uma manobra muito inteligente e necessária, porque teríamos que usar de toda a nossa competência. Foi uma ação muito hábil: atrair a população para mostrar o seu desagrado, porque historicamente sabemos que sem povo não é possível ocorrer intervenções armadas.

E isso é uma peculiaridade muito importante da história do nosso Exército, e daí por extensão das Forças Armadas, que veio desde a Proclamação da República: há sempre essa postura de estar auscultando o pulsar do povo brasileiro. Essas marchas tiveram uma grande relevância porque, sobretudo, os católicos viam na ameaça comunista a própria asfixia da Igreja e da sua presença no cenário nacional. Foram de grande valor, porque a população, a família, a mulher brasileira disse não a João Goulart e ao seu desditoso Governo.

E a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

Achei que houve no mundo político muita agilidade e competência. O fato de o Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, ter declarado vaga a Presidência da República foi de uma importância muito grande, foi uma manobra política de muita visão, como foi também a atuação dos ministros militares quando da renúncia do Jânio. Ele quis renunciar, renunciou, ficou o vácuo. É verdade que haveria aquele risco da posse do vice, mas nós não sabíamos bem o que o Jânio queria. E se houvesse uma adesão dos nossos ministros?

Então, o Congresso seguiu mais ou menos essa tônica: Ele fugiu? Então o cargo está vago. E deu posse imediata ao Presidente da Câmara dos Deputados, Raniére Mazilli, não obstante todo o esperneio, por exemplo, de Darcy Ribeiro, que ameaçou fechar o Congresso. Estávamos no dia 31 de março, 1º ou 2 de abril, ainda não estava claro o esfacelamento do chamado esquema militar do Presidente, e da própria ação de comando dos membros do Governo que ainda detinham o

Poder, eles podiam expedir ordens, o quadro não estava definido, sacramentado. Então, o fato de o Presidente do Senado ter empossado Mazilli, começa a recolocar o País dentro da ordem democrática.

Até porque o Congresso estava ameaçadíssimo pelo João Goulart, ele, mais que os militares, também tinha que se colocar contra aquele estado de coisas.

Uma manobra muito ágil e competente.

E os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas: UNE, CGT, PUA etc., como é que agiram depois da Revolução?

O Movimento Comunista Nacional já havia se infiltrado e assumido o controle, vigorosamente, dessas entidades. No entanto, elas foram objeto dessa cooptação, colocaram-se como instrumento dessas linhas do passado ideológico e, no presente, as que confusamente ainda existem, não sabemos bem que linhas adotam.

Então, quero dizer o seguinte: eles todos faziam parte desse cortejo comprometido com essas "reformas", propostas no Governo João Goulart, mas isso se revelou sem substância, sem liderança, desarvorado e sem consistência. Além disso, parece que eram homens que não podem ser considerados verdadeiros líderes, porque, ao abraçarem uma causa não autenticamente brasileira – pois defendiam a ideologia importada, a ideologia que vem de fora e pode contagiar momentaneamente cabeças, mentes e espíritos, mas, no fundo, no fundo, quando se trata de materializar o passo para concretizar os seus propósitos, acontece isso que o Brasil mostrou para o mundo – eles não se revelaram à altura, faltava a "chama" dos patriotas autênticos que nunca foram.

No Exército, saímos para defender a restauração e o revigoramento da essência da nossa vocação de soldados: a hierarquia e a disciplina, e o perigo de o Brasil ser um satélite da União Soviética. E eles, estavam defendendo o quê?

Por isso que essas entidades todas falharam, como falharam outros setores por falta dessa autenticidade; eles montaram um esquema que se revelou totalmente incapaz, iníquo e indigno, daí por que, no fundo, todos fugiram e não reagiram.

Volto ao tema para deixá-lo bem claro. O Movimento foi exclusivamente de preparação interna ou se valeu do auxílio externo dos americanos, como dizem os perdedores?

As pessoas que têm noção mínima dessa questão de relações de poder mundial vão ver que o Brasil não ficaria à margem de um acompanhamento, do interesse dos chamados países centrais.

Havia a bipolaridade, as preferências da União Soviética, tanto que o País foi acossado e minado pela tentativa da expansão da revolução comunista, que havia sido

deslocada para Cuba. E essa expansão foi o grande sonho de Ernesto Che Guevara, que cometeu erros incríveis nas tentativas de expandi-la para a África e depois aqui para a América do Sul, estando o Brasil dentro desse jogo, porque o maior sonho da União Soviética era tornar o Brasil uma grande Cuba, ou seja, a conexão se faria para desequilibrar o eixo do poder mundial e afetar profundamente os Estados Unidos.

É lógico que os Estados Unidos não iriam aceitar esse desfecho. Não quero ser condescendente com eles, porque o problema de tratar com os Estados Unidos ou a Rússia é nosso. Aliás, disse isso o General Castello Branco no seu discurso de posse, ele falou muito claramente sobre isso.

Por exemplo, dentro do Brasil, estamos em 2002, nós não conseguimos, pela via das franquias democráticas, colocar um freio na biopirataria. Os americanos aqui entram vestidos de cientistas, de missionários, e é uma sangria tão infausta quanto seria a sangria ideológica. Nós não conseguimos porque eles vêm sob disfarces diversos, e é próprio do sistema. Então, os Estados Unidos também podem ter se infiltrado, e, quem sabe, atuado, na mesma proporção.

Acho que temos que encarar com toda a tranqüilidade o que se operou em termos de reação ao avanço do outro núcleo de poder mundial, do outro bloco – União Soviética. Naquele momento, para nós, o mais importante era barrar a marcha da guerra revolucionária comunista. Os americanos, teríamos condições e tempo de enfrentá-los da forma que viessem, posteriormente, num segundo momento, coisa que está acontecendo até hoje, é ponto de honra para nós que fizemos 1964. Então, acho o seguinte: influência pode ter havido, intromissão não, jamais. Intromissão não permitiríamos.

A Revolução foi um movimento exclusivamente interno. Isso é importante. Os líderes do que convencionou-se chamar Revolução – naquele momento, que era uma contra-revolução –, 1964 tem que ser visto assim, atuaram independentemente, sem nenhuma ajuda externa.

Assumimos, um presidente fugiu, porque estava fazendo toda aquela sorte de desmandos, estava dirigindo uma velada revolução comunista no Brasil.

Foi uma ruptura constitucional, temos que deixar claro isso, inclusive porque amanhã poderá ser necessário intervir novamente. A nossa Força, os nossos chefes, poderão ser chamados a intervir, jamais isso pode ser descartado – os generais na Iugoslávia não tiveram esta percepção e ela se esfacelou após a morte de Tito –, não podemos perder isso de vista. Então, foi necessário fazer a ruptura constitucional, depor o presidente que se tornou indigno, que fazia o jogo antinacional, contrário ao Brasil, aos interesses da Nação e que assumimos essa responsabilidade de afastá-lo.

Nessa pergunta, penso que caberia exatamente clarear esse posicionamento.

As coisas que eram para ser feitas foram feitas, há momentos que você pode enveredar por um curativo para sanar o mal, mas, às vezes, o curativo não é suficiente, e essa situação pôde deixar muito claro que só uma cirurgia profunda atenderia ao momento histórico.

Existiu, então, o tal esquema do Jango, apregoado por Assis Brasil, Chefe da Casa Militar?

Prefiro dizer que esse esquema existiu, foi bem trabalhado, ocupou postos-chave, indicava para as unidades mais importantes aqueles em quem confiava e, no final das contas, quando foi acionado o botão, ele simplesmente silenciou, numa atitude que humanamente pode ser considerada aceitável, mas como oficial, eu não aceito, porque houve uma debandada da maioria dos seus componentes.

E a chefia e liderança por parte das nossas tropas, das tropas de Minas Gerais, tropas que realmente estiveram na iminência do combate?

O Exército, naturalmente, tal como a Igreja, que é o depósito da fé, tanto ontem como hoje, também tem esse depósito, a formação prevalecerá, e a ação de comando dos quadros de oficiais será exercida. Temos que render esse preito a todos os oficiais que viveram em várias situações, tanto na tropa como em estabelecimentos de ensino; às vezes, o oficial tinha sido até perseguido, afastado, e estava numa posição burocrática em algum lugar. Devemos a todos esses oficiais o exercício mais lídimo do que foi o aprendizado nos bancos escolares, de que eles deveriam liderar e eles lideraram. Foram oficiais, foram sargentos, jovens tenentes, capitães, majores, coronéis e generais, bem como generais da reserva, que não exerceram ação de comando, mas a facilitaram muito, com a sua disponibilização para os riscos que representaram as tarefas de bastidores de articulação.

Então, acho que temos que guardar bem que, no meio daquele caos, foi brotando, naturalmente, a responsabilidade de exercer o comando.

E o emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, a favor da Revolução, foi correto?

Foi muito importante e decisivo, no plano do que representa esse complexo de ações que brotaram dessa convergência, assim como se fosse a formação de um *cúmulus nimbus*, que se precipita num determinado momento na tempestade. Lembro-me sempre do clima, de que era de muita dúvida e incerteza, e que haveria um confronto sangrento.

Mas, não obstante as dificuldades de comunicações, soubemos que os cadetes, e os fomos todos nós, estavam se posicionando ao lado do Comandante e

assumindo responsabilidades, confrontando, e “botando as coisas nos eixos”, e refreando o açodamento dos que se bandearam.

Acho que aquele emprego dos cadetes foi emblemático e importante para que a Academia também oferecesse uma oportunidade concreta de que, nos bancos escolares, segundo as necessidades da história, eles, que seriam chefes no futuro, mostrassem que não eram figuras decorativas, participaram ativamente, de um momento histórico como aquele. Achei muito significativo e calou muito em nós, pára-quedistas, aquela atitude de empregá-los.

A Revolução de 31 de Março robusteceu a união e a coesão no Exército Brasileiro?

Ganhou muito no que diz respeito ao retorno do Exército às suas rotinas de enquadramento e de devoção às suas práticas milenares: a disciplina, a hierarquia, a vida do quartel; e, sobretudo, com o afastamento daquela promiscuidade com projetos políticos, esse envolvimento desastroso que contaminou nossa caserna.

E, aí, para ser coerente, recordo-me de oportunidades que declinei. Nos primeiros dias de abril, fui designado para o inquérito da Caixa Econômica, um ato extremamente honroso, tendo como encarregado o Coronel Pára-quedista Onaldo Raposo, tal como houve o inquérito do Partido Comunista, com o Coronel Ferdinando de Carvalho, também brilhante oficial, onde alguns pára-quedistas foram convocados.

Fui designado através do *Diário Oficial* da União, mas a minha sede da vida de soldado, como tenente de Infantaria eu me sentia como que violentado na essência desse direito de viver essa vida com os meus soldados, com a instrução militar, prejudicada, desde a renúncia de Jânio Quadros, por todos esses embates políticos, depois transformados em luta ideológica. Fui, então, ao meu comandante, Tenente-Coronel Aragão Cavalcanti, e solicitei a exclusão do meu nome daquela comissão; portanto, o meu nome, que fora anunciado na *Hora do Brasil*, está no decreto relativo à Comissão de Investigação, foi substituído pelo do Capitão Sobreira, recém-egresso da EsAO. Porque eu queria isso, queria o quartel, e a Revolução veio permitir que eu realizasse esse anseio de ser soldado integralmente, sem conviver com aquela fermentação política e ideológica que caracterizou os anos daquele malfadado Governo.

Então esta questão de colocar novamente a vida da tropa, a vida castrense, dentro desses seus limites tradicionais, já era um grande passo que a Revolução propiciou e me contentava totalmente.

A Revolução, com toda certeza, foi extraordinariamente importante e decisiva para este objetivo. No entanto, quero ressalvar que, com os desdobramentos de

1964, com o desgastante e excessivo prolongamento da sua ação no tempo, ela gerou a formação de grupos em torno de líderes que se alternavam no Poder, os castellistas, a linha dura, como foi assim denominada – que não era dura coisa nenhuma, ela queria o retorno mais rápido à plenitude do regime democrático, depois pude perceber –, e parte da comunidade de informações, que passou a ter uma supremacia muito grande na influência dos rumos, do que deveria ser feito ou não ser feito. Em termos de estrutura militar, o objetivo é inquestionável e o ganho é para todas as gerações, porque sem o Exército fortemente adestrado, operativo e comandado pela sua cadeia de comando, como voltou a ser com a Revolução, não é possível existir um Estado, não é possível existir nada.

Então, foi importantíssimo no plano da coesão e da formação dos quadros. No entanto, sempre ressalvo esse outro aspecto, que foi muito danoso, penso, nos desdobramentos finais: a configuração de grupos que se articulavam para um rodízio, e esse rodízio nem sempre estava claramente sintonizado com os objetivos iniciais da Revolução.

E a mídia, apoiou a Revolução?

Temos que voltar no tempo, a mídia não tinha ainda todo esse peso. No entanto, os jornais, as revistas, as emissoras de rádio, com raras exceções, apoiaram a Revolução. Dentre as exceções, foi muito usada a Rádio Mayrink Veiga pelos adversários, entendo assim, como o primeiro ensaio de popularização da informação e de utilização da informação para fins políticos, ideológicos: a cadeia da legalidade e aquelas coisas que foram feitas, sob a direção de Leonel Brizola.

No entanto, penso que houve sempre um grau de inibição muito grande da nossa parte na utilização da propaganda, essa nossa formação centrada no cumprimento do dever, sensível ao estoicismo, o sentimento de achar que o que é feito é porque era para ser feito, a fidelidade ao juramento. São valores imperecíveis, que não podem ser misturados com outras coisas, é o dever militar. A comunicação de massa não foi bem trabalhada.

Nós nos contentamos com a voz da consciência no "dobrar do travesseiro", porque os soldados não são muito afeitos a divulgar as suas façanhas, nem se sentem bem com isso. O verdadeiro soldado, aquele que tem alma de soldado, não gosta de alardear as suas conquistas, mesmo estando com a indumentária civil; o General Castello Branco, como primeiro ato, após sua confirmação como primeiro presidente do novo regime, passou para a reserva, e assumiu a Presidência na condição de um oficial da reserva. Esses condicionamentos prevaleceram muito, à exceção do período dos presidentes Médici e Geisel, que cuidaram um pouco mais

da comunicação social. O primeiro, por meio do General Octávio Costa, e o segundo, com a presença do General Toledo Camargo e do Coronel Adalto Barreiros, na Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (AERP).

As campanhas que promoveram naquela fase visavam acentuar as grandes metas de desenvolvimento econômico alcançadas até então. E, também, atenuar um pouco os efeitos da guerra psicológica adversária, embora ache que, a partir do Governo Geisel, já estava configurada uma situação em que os perdedores de 1964, aproveitando-se das brechas no processo revolucionário, das fraquezas humanas, dos desvios pontuais dos propósitos iniciais e do desgaste de uma continuidade no tempo além do necessário, conseguiram se apossar da mídia e da informação. Identificava-se uma saturação na opinião pública que, aliada a estratégia aprendida nos ensinamentos de Gramsci, resultou no domínio daquele importante setor pelos derrotados pela Revolução.

Um grande número de oficiais, e me incluo entre esses, revelou dentro da cadeia de comando da Revolução, e lealmente, sua discordância. Fui várias vezes ao meu comandante e disse para ele: "Não é possível isso, vamos entrar num "beco sem saída, quem sabe num Vietnam, sem saber bem como sair." Agi no sentido de alertar, porque, mesmo havendo todo o reordenamento hierárquico e disciplinar, fomos, de alguma forma, líderes da Revolução, no nosso escalão.

Existiram os líderes nos escalões mais altos, expoentes a quem nós rendemos as nossas homenagens, mas a cúpula, o comando da Revolução, igualmente como ficou desatenta para a comunicação social, ficou pouco atenta às vozes de dentro da Revolução, que diziam: "Estamos divergindo, não é assim, não vá por aí." Não quer dizer que se criasse uma situação de indisciplina, mas o exercício da lealdade, daquilo que todos nós aprendemos.

Então, acho que essa parte foi muito prejudicada, exceção daquele momento, que foi feito já dentro de um grau de ufanismo discutível, mas as marcas já estavam impregnadas na opinião pública, e a mídia, que já começava a ter o reforço da televisão, ganhou a "batalha da comunicação", porque foram em cima dos nossos erros.

E quais foram os acertos da Revolução?

Isso é importante. O primeiro acerto foi conter o avanço comunista no interior das nossas fronteiras, barrar a maré vermelha, não vejo como não falar. Agora isso vai ser o quê? Afrontoso para muitos dos nossos amigos de hoje. E pode ser desconfortável? Não importa o que estava em curso; era uma guerra, era um jogo, ou você se definia, pelo que disse o General Castello Branco no discurso do primeiro

ano, no Palácio da Liberdade, em Minas Gerais: "Tínhamos uma situação que nos encaminhava para uma ruptura, com a opção básica do Brasil, em toda a sua História." Que opção básica é essa? Opção básica de alinhamento com o sistema democrático Ocidental, e a nossa opção foi por esta situação, num primeiro momento; não tem nada a ver com o interesse de americano, com o jogo com os americanos, tem a ver com a opção que os beneficiava no jogo do poder mundial. Beneficiava os americanos, porque tínhamos de beneficiar alguém, porque não somos uma ilha, não vivíamos nem vivemos isolados.

Com a opção pelo Ocidente, evitamos a comunização do País, deixamos de nos tornar mais um satélite da União Soviética, surgindo com Castello Branco, em verdadeira grandeza, a autoridade que fora esfacelada no governo deposto.

Não fui desses revolucionários ardorosos, assim de propalar façanhas ou atrelar-me a grupos, mas fui aquinhoado com convites honrosos, que recusei a todos eles, por exemplo, o do Coronel Silva Freitas, de Artilharia, já depois do Ato 5, que me chama aqui no Palácio Duque de Caxias ou num escritório na Avenida Presidente Roosevelt, e me diz: "Você vai ser o número 2 da Seção de Operações do SNI, aqui no Rio de Janeiro", ao que lhe respondi: "Não, não, sou de tropa, por favor, não misture, eu estou lá, onde me sinto bem." Quer dizer, seria um cargo de confiança da Revolução que não aceitei porque cada um de nós deve fazer aquilo que gosta e onde acha que é mais útil.

O homem certo no lugar certo.

Teve o inquérito da Caixa Econômica, eu não fui, me disseram: "Você vai ter prestígio rapaz, você está declinando disso?" Saiu no Noticiário do Exército a minha nomeação para instrutor da AMAN para ajudar nessa mudança de mentalidade, fui indicado pelo querido amigo Coronel Anísio Alves Negrão. Como não havia sido convidado antes e foi publicado no Noticiário do Exército sem que eu fosse consultado, eu disse: "Não vou poder, quero ser comandante de pelotão aqui – isto aqui estava um inferno – eu sou pára-quedista, quero é o avião, o meu pelotão, a AMAN não está dentro das minhas perspectivas." Complementaram: "Você está maluco!"

Seria outro posicionamento de grande destaque profissional, mas soaria como que uma atitude de estar alardeando essas posturas de revolucionário, que prefiro reafirmá-la hoje, quando estamos numa situação bem hostil, com tentativas de "revanchismo" e achincalhe pelos perdedores inconformados.

Então, o primeiro grande acerto não são aqueles indicadores econômicos, importantes sem a menor dúvida. Depois, o prosseguimento do ideal dos tenentes, que foi em parte satisfeito, já em parte materializado em 1930: o processo de

tirar o Brasil da sonolência, de ser um país eminentemente agrícola, porque o Brasil tem condições plenas de ser uma potência mundial, hoje tecnológica, no passado industrial.

O segundo acerto, o segundo grande elemento, foi à criação da infra-estrutura para o deslanche de um Estado verdadeiramente apto para um processo de desenvolvimento rico, autêntico, real e autônomo.

Essas opções de 1964 sobrepassam em muito os seus erros. Há uma prevalência grande de acertos.

Portanto, acho que os grandes ganhos da Revolução no campo econômico foram: ter priorizado o setor energético; os centros de tecnologia – o fortalecimento do que existia antes, realizado pelo Presidente Dutra; a Petrobras; as telecomunicações; a malha rodoviária, inclusive a Transamazônica feita de modo muito correto, com ótimo traçado. Podemos, hoje, olhar para trás e dizer que acrescentamos muito ao processo desenvolvimentista do Brasil.

E os erros da Revolução?

O mais grave até já comentei por alto, foi a sua incapacidade de gerar lideranças verdadeiras. Penso que a morte do Presidente Castello Branco foi muito ruim, em seus vários ângulos, em seus vários aspectos. Mas a influência dele, quem sabe? Ele foi visto com algumas reservas no começo, porque era um homem de muito apego às ortodoxias castrenses, já que uma revolução precisava naturalmente de um certo arrojo, e menos pruridos com o tratamento que foi dispensado ao Judiciário e à classe política.

Identifico isso hoje, como Coronel, e como estudioso, que outro grave erro foi essa incapacidade de definir no tempo a intervenção, antes que ocorressem os desgastes dos embates internos e suas conseqüências na opinião pública. À época, na minha ótica de tenente, com os propósitos de enxergar mais o Exército, de ver o Brasil livre daquela ameaça comunizante, eu não percebia. No entanto, o fator preponderante desse alongamento, evidentemente, foi conseqüência da luta armada, sobretudo, dos atos terroristas.

O terceiro foi uma excessiva condescendência, no plano político, com verdadeiros trapalhões, políticos que são capazes de tudo, e que aderiram à nova situação em face das concessões éticas do modelo existente na cabeça do nosso primeiro Presidente, que seria de dar uma vestimenta fortemente democrática ao impedimento de João Goulart. Ele os acolheu, por necessidade de sustentação. Veja bem: como uma revolução pode se nutrir deste expediente de incorporar aos seus quadros "verdadeiros vira-casacas", indivíduos sem escrúpulos, políticos corruptos,

que só acreditam nos projetos individualistas deles? A nossa sustentação política esteve fortemente impregnada desses tipos, que gostaria muito de vê-los no inferno, e jamais sendo algo que eu tivesse que me ombrear com eles.

Esse erro tem suas razões de Estado. É muito fácil eu estar aqui dizendo isso, e outra percepção é de quem está no comando tendo que, perante o mundo, o poder mundial, a qual sempre temos que nos referir, fazer a "maquiagem", para que a Revolução se consolidasse. Reconheço que existem esses problemas que escapam aos desejos que eram de muitos de nós.

Quarto erro: além desse conluio, essa promiscuidade excessiva com venais, foi não ficar atento e ter feito jogo muito duro com adversários que fatalmente seriam atraídos, se não houvesse um certo grau de intolerância, e uma certa cegueira, no sentido de desconfiar muito do adversário, em tese, dogmaticamente.

Existiram casos de disputas regionais que se valeram de instrumentos da Revolução para acertos de contas entre grupos provincianos, paroquiais etc.

É necessário que registremos isso que vimos, que, sem dúvida, aconteceria em qualquer situação, só que aqui, no Brasil, muitos destes vitimados estão aí, até premiados, com promoções, indenizações milionárias etc. Se fosse em Cuba, esse erro seria fatal, porque teriam sido fuzilados, e não estariam tomando conhecimento, desse tipo de crítica ou dessa possibilidade de se recompor no futuro.

O quinto erro, que me parece mais gritante, foi uma excessiva predileção por uma facção da área da comunidade de informações, muito pouco hábil, muito pouco afeita ao tratamento político, porque ali se tratava de uma condução política, ao ponto de nós sermos também alcançados por esta facção.

Estranhamente para mim, que sou um soldado, e que estive de certa forma, quando servi em Roraima, envolvido na preparação de parcela dessa tropa que atuou na segunda fase, no Pará –, tropa de combate à guerrilha real, presente no nosso território, tentando liberar áreas.

Pelo fato de não ter sido definido um comando operacional terrestre, por ter continuado uma operação de informações – por uma questão de disputa, penso interna, de prestígio –, temos um exemplo raro na história militar mundial, de um Exército que derrota uma guerrilha, um Exército vitorioso e recebe ordem para que este fato simplesmente sumisse, desaparecesse, fossem queimados os seus documentos, e do qual não paira hoje, sequer, um registro histórico. Por quê?

Porque as ações de antiguerrilha, no Pará foram inicialmente, como não poderia deixar de ser, uma operação de informações, quando foram identificados indícios, confirmados, depois, pelas Forças Especiais da Brigada Aeroterrestre e outros elementos. Então, a partir desse momento, cessa a operação de informa-

ções e entra um comando operacional, como entrou, mas com essa limitação, parecia que estava a comando de um setor da área de informações.

Portanto, com esse exemplo, desejo materializar, como homem de tropa e como homem de 1964, minha visão crítica sobre alguns dos aspectos que considero errados. Havia uma certa tendência a dar uma roupagem definitiva e sacrossanta a tudo que vinha da chamada comunidade de informações.

E quero fazer aqui um reparo: eles são merecedores, a comunidade como um todo, do nosso respeito, do meu respeito, da minha admiração, porque eles foram o tempo todo uma espécie de vanguarda deste confronto.

Tivemos mortos, como o Major José Júlio Toja Martinez, ainda não pára-quedista, mas recém-chegado à Brigada para realizar o Curso Básico Pára-quedista e que vinha desta área, e que simplesmente por ter sido escrupuloso, por ter sido soldado, por ter sido digno, aborda um carro Volkswagen, pede a identidade a uma mulher que estava aparentemente grávida, ou se fazendo de grávida e leva um tiro no rosto, no dia 2 de abril de 1971. A sua lápide está hoje lá no Bosque dos Campeões, um jardim no Arroio dos Afonsos reservado aos heróis pára-quedistas mortos no cumprimento do dever. A partir daí, ninguém mais se sentia com direito de pedir identidade a quem quer que seja, como não mais se pediu.

Então, esses homens de informações, parte deles, extrapolaram, mas eles não são responsáveis por isso. Acho que foi a própria condução política, e os altos chefes que deixaram, e isso foi muito ruim para a Revolução, no meu ponto de vista, na sua seqüência, porque as chamadas decisões de grande porte, as inflexões históricas, a "hora de sair", a "hora de entrar", como foi feita, ou então as manobras que devem ser feitas dentro do jogo do poder existente ou em meio às turbulências, exigem algo mais do que um conhecimento específico de uma área específica, que é de extremo valor e indispensável –, a área de informações.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Isso é uma das grandes mentiras que são repetidas. Há pouco, numa outra pergunta, citei e vou repetir: "O Presidente Getúlio Vargas, na mensagem presidencial de março de 1952, apontou o perigo comunista, baseado num manifesto de Luís Carlos Prestes que preconizava a revolução permanente e progressiva." Então, estou em cima do fato, ele (Prestes) falou isso, e quem era ele? A liderança maior do Movimento Comunista Internacional no nosso País.

Então que falta de canais é essa? Isso é um planejamento que vem de muito tempo.

Para combater a luta armada comunista foi necessário o AI-5?

Não creio, vivíamos uma situação de exceção. Para combater isso não seria necessário o AI-5, não vejo o porquê. Aliás, o AI-5 me foi colocado com outros objetivos. Ele teria que lidar muito com alguns desvios da área econômico-financeira da Revolução. Haveria o problema da necessidade, que estava bem identificada na época, de atuar sobre os líderes parlamentares que propunham essas ações de guerrilha. Estávamos vivendo em 1968 algo que nos remetia para uma situação de muito constrangimento: eram as marchas de protesto, a contracultura importadas da Europa. Uma delas, conhecida como a dos "cem mil", aqui na Candelária (Igreja da Candelária, na Avenida Presidente Vargas), já dentro desse processo de reação agregou todas as forças e tendências oposicionistas, inclusive, as forças que haviam saído do nosso território. Aliás, essa reação estava acontecendo no mundo todo, na Europa, principalmente na França, e nos Estados Unidos.

Portanto, o AI-5 foi um instrumento usado prioritariamente para fins políticos, através das cassações e de quebrar barreiras, no plano jurídico, que asseguravam direitos, direitos que eram usados para exatamente enfraquecer o regime. Penso que não seria necessário, isso é questão para um comandante de área resolver dentro da sua área de jurisdição. Em Brasília seria o poder central, com respeito à atitude de parlamentares.

Quanto ao reordenamento dos rumos da economia, sua influência tornou-se nula.

Sentir-se afrontado com aquele discurso do Márcio Moreira Alves...? Essa é uma opinião minha, muito pessoal, que não desejo escamotear, mas sim contribuir, e dizer que, nessa própria dinâmica dos quadros que se posicionaram a favor de 1964, há leituras diferenciadas. A minha opinião é que aquele discurso não tinha o peso político mínimo para o tamanho da reação.

Hoje muito se fala em "ditadura", em "anos de chumbo", como é que o senhor vê essas colocações?

Creio que essas colocações, a exemplo das reações extremamente emocionais, como no caso do discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, fazem parte de uma tentativa de menosprezo, com a situação, coisas normais no quotidiano da política. Não é uma constatação fundamentada num valor histórico, alguém pode discordar do que aconteceu. Muitos brasileiros, naturalmente, assim já se posicionaram. Há setores também do pensamento nacional que, não sabedores de todo este conjunto de ações, desse processo que estava em curso – ou seja, das ações danosas praticadas pelo governo central, com o Presidente João Goulart, tendo perdido o controle dos seus aliados, a "coisa" se inverteu para ser um proces-

so de guerra revolucionária. Desinformados, acham que poderia ser tolerada a presença dele até as eleições. Então, 1964, que vai completar ainda quarenta anos, é muito pouco tempo diante da História.

E ocorre que muitos dos protagonistas adversários, que estavam dentro daquela experiência revolucionária, aliados de João Goulart, eram jovens, e hoje são homens maduros que estão ocupando altos cargos da República, ou no mundo político, muitos são parlamentares, outros são jornalistas. E, aí, eles se permitem dar àquele momento e à ocorrência histórica de 1964 a versão conveniente para eles.

Portanto, uma declaração aqui, outra acolá, de alguém que tenha essa atitude de menosprezo ou de achincalhe, ou queira se apresentar como paladino da democracia ou arauto do nacionalismo, escondendo todos esses terríveis acontecimentos que nós vivemos, é um direito dele. Nós não temos que nos impacientar diante disso. Fizemos a nossa parte e vamos começar a mostrá-la, inclusive através deste Projeto de História Oral.

As Forças Armadas têm o carinho do povo brasileiro, elas estão enraizadas na sociedade, nas cidades, sobretudo nas pequenas cidades, por mais que campanhas difamatórias se repitam, por mais que alguém diga isso ou aquilo, ou queira reduzir a sua expressão nacional, criar embaraços, ou mesmo uma atitude hostil do povo, como disse, de menosprezo, a imagem das Forças Armadas não é afetada. Isso são tentáculos dessa chamada guerra psicológica, daqueles que querem se apresentar como fiadores de alguma utopia delirante, candidatos a heróis de alguma coisa, candidatos a mártires de alguma causa.

A Revolução de 1964 ainda vai ficar durante algum tempo sujeita a essas flutuações do pensamento e rotulações inconsistentes. Agora, ela foi um pouco de tudo, temos que assumir isso. Ela foi necessariamente uma ruptura institucional num determinado momento, ela foi obrigada a depor o Presidente, tinha que depô-lo, e, na sua seqüência, teve momentos de – quem sabe tenha sido a razão pela qual ela hoje é submetida a esse bombardeio –, numa tentativa de não ir às últimas conseqüências na violentação da ordem jurídica, preocupada com a ordem existente, que estava sendo conduzida na direção de uma ruptura, visando à implantação de um regime comunista no Brasil, valendo-se das brechas da democracia. Há um momento em que, nessa alternância de encontrar uma feição própria para a Revolução, para que não fosse simplesmente uma quartelada, evitou-se que o reordenamento a ser feito não fosse muito profundo.

Ela experimenta momentos de atenuação ao rigor da ruptura institucional e preserva o Congresso, torna intocável o Judiciário, mantém os contratos, e isso tem um preço, porque, ou você faz revolução e vai até as últimas conseqüências e assu-

me as rédeas totalmente, como fez Fidel Castro, ou não faz. Ele fez lá a revolução dele, seus adversários foram colocados no paredão, ele tem as justificativas dele, inclusive para se manter no Poder há mais de quarenta anos, prendendo e matando seus compatriotas.

Aqui, a "coisa" tem esses temperos brasílicos, essa miscigenação, não só étnica, mas de formulações doutrinárias, institucionais e jurídicas. Então, tivemos "momentos", tais como submeter o nome do Comandante da Revolução à aprovação do Congresso. Tivemos o "momento" em que a prorrogação do mandato do comandante da Revolução teve que ser submetida a um prazo fatal, que seria atropelado com o do recesso do Congresso, algumas "acrobacias" feitas para legitimar o projeto revolucionário brasileiro, caboclo, sem ir às últimas conseqüências, como nos modelos marxistas, stalinistas etc., onde não teria havido esse problema porque, simplesmente: "Ah! Divergiu?" Pronto, o assunto está resolvido: "É ali, naquele canto."

Durante algum tempo alguém vai estar sempre se referindo com ranço a isso, mas temos que ser muito conscientes da importância do que fizemos, e generosos no sentido de dizer: "Bom, eles não sabem o que estão falando nem escrevendo." "Eles não sabem o que fazem."

Ao tempo dos governos revolucionários as Forças Armadas auferiram algumas vantagens?

Que vantagens? Nenhuma, além das que já tínhamos anteriormente, e um certo rigor, excessivo, no sentido de não sermos vistos pela população como beneficiários. Exemplos: o General Geisel, pessoalmente, usava "maquininha" de calcular, para saber quanto um cabo ia ser reajustado, porque o Exército Brasileiro, muito além do exército soviético, exército do partido comunista, é no mundo, incluindo-se os demais exércitos acobertados no passado pela União Soviética, aquele que mais sentido social possui, porque o salário, no Exército Brasileiro, de um General-de-Exército, o posto mais elevado da hierarquia, não corresponde a mais do que dez vezes o vencimento da menor graduação, ou seja, de um cabo engajado.

Então, verificamos que os nossos reajustes para compensar as defasagens inflacionárias e as variações da economia sempre foram muito comedidos, durante a Revolução. O 13º salário, por exemplo, só veio no Governo José Sarney.

O que houve de extraordinário para o Brasil, foi que cresceram nossas responsabilidades no plano de possibilidades estratégicas, de projeto de Nação – estudamos e pensamos o Brasil por toda a vida – convivemos com a gente brasileira ao longo de todas as regiões do nosso País. As Forças Armadas são uma universidade natural do povo, a presença do oficial, do sargento, dos quadros profissionais, enfim, lá nos ermos da Amazônia, no interior do Nordeste, de Minas, do Rio Grande

do Sul, nas grandes capitais. Essa interação com as populações civis nos oferece essa lição de Brasil que se projetava dentro dos programas de desenvolvimento amplo da Revolução, do qual destaco o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que é um marco no Governo Geisel, e abrange todas essas grandes linhas do desenvolvimento nacional.

Ali, notamos a sensibilidade para a priorização da área tecnológica, para onde teremos que ir – o salto é por aí – e vieram as verbas, não só para a área militar, para os projetos da Marinha na área tecnológica, projetos nucleares importantes, para os projetos do Exército, na área bélica, quando o mundo se assustou com os nossos blindados, fruto de pesquisas tecnológicas inteiramente conduzidas por brasileiros: o Urutu, o Cascavel, o Sucuri, o Osório, além da Embraer, mísseis, satélites, foguetes etc.

A priorização foi em ambos os sentidos, não só na parte militar, mas na civil, como o Centro de Pesquisas de Telecomunicações, da Embratel, em Campinas, que é o maior do mundo, e onde nasceu a fibra ótica; a Eletrometal, que é a primeira indústria mundial a beneficiar o nióbio, fazendo a mistura daqueles aços especiais necessários à corrida espacial e outras aplicações dessa notável tecnologia de ponta.

Sempre houve uma tentativa de equilíbrio, não priorizando projetos desenvolvimentistas ou demandas só do Exército. Os projetos desencadeados de avançadas e ousadas conquistas nas áreas espacial, de telecomunicações, energética; na agricultura, como a Embrapa, com tecnologias pioneiras e extraordinários experimentos científicos etc., tudo isso foi um projeto global e não podemos jamais ser acusados de tratamento especial, no que diz respeito a interesse estratégico militar.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura, desde o Governo Geisel?

Modestamente, mas muito convicto, acho que foi uma operação de extrema competência, que me surpreendeu agradavelmente, porém tardia.

Penso que o período da intervenção poderia ter sido reduzido ao máximo a seis anos e nós estaríamos liberados para o retorno à normalidade institucional, que sempre foi a nossa posição histórica, estar acima dos partidos, acima das ideologias, e como fiéis guardiões das mais caras tradições, valores e expectativas da Nação brasileira.

Creio que esse foi o ponto crucial, mas rendo as minhas homenagens, porque foi uma saída ordenada; diria apenas que houve excessiva permissividade e pouco cuidado no resguardo daquilo que seria a nossa herança, que foi extremamente construtiva.

Afora a competência de evitar uma luta interna, não chegar a um ponto explosivo qualquer, e não haver mais uma vez chance de haver derramamento de

sangue, houve uma condução eminentemente política, que para isso contou com sábias adesões de homens de esquerda, Petrônio Portela, o próprio Ulysses Guimarães, Severo Gomes, que foi um dos nossos mais importantes quadros na área tecnológica, era um homem de esquerda, do MDB. No final, foi possível esse trabalho, que nos retirava da cena política, mas num ambiente de acentuado desgaste que poderia ter sido evitado.

Dentro desse espírito de encurtar, ele não poderia ter concluído a abertura no seu governo, evitando chegar ao Figueiredo, com mais seis anos que não foi mais do que um mandato-tampão, sem que houvesse motivo?

É, mas aí nós já estávamos em plena efervescência interna dos grupos que se formaram na cúpula, a fim de "esticar" cada vez mais.

O problema do Frota, que apareceu ...

O General Medeiros que seria o seguinte, do General, quem sabe, Leônidas...

A atuação política e os resultados econômicos do último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?

Não. O Presidente Figueiredo, à maneira dele, tinha a idéia de que nós próprios teríamos que pôr um fim ao ciclo intervencionista. Da mesma maneira, não precisava todo aquele conjunto de manobras, jogo político etc. Mas o Presidente – os presidentes, o próprio Geisel – não tinham mais condições políticas. Já haviam se cristalizado muitos agrupamentos em torno de lideranças que poderiam suscitar vantagens dentro daqueles que comungavam com o sistema dominante de então.

Assim, o Presidente Figueiredo levou ao final a missão. O desgaste, parece-me, não foi bem dele, do governo dele, foi de o processo ter chegado até o ponto onde se achava.

Tenho que firmar bem essa linha de pensamento, como uma expressão de descontentamento, de certos segmentos de 1964, que eu me incluo. Descontentamentos com os descompassos políticos, com a guinada econômica que levou ao endividamento externo e a excessiva permanência no tempo. Por quê? Não era uma ditadura, não era mais uma revolução, não era uma "coisa" que tivesse o patrocínio direto da tropa, dos militares, e acarretou desgaste correspondente a todas essas ambigüidades, que, na verdade, se sucediam interminavelmente.

E ainda por infelicidade veio a segunda crise do petróleo, que atrapalhou o campo econômico no Governo Figueiredo, além do problema da sua doença, que o obrigou a pedir licenças.

Isso agravou mais ainda essa questão interna, das disputas internas.

Hoje em dia, está aí o "revanchismo"?

O "revanchismo" hoje tem uma característica sofisticada, como o mundo evoluiu em muita coisa, ele se apresenta, também, muito sofisticadamente. É dito que não há "revanchismo", que estamos aí, que o passado é o passado, mas no fundo, estes setores, vamos chamar assim, esses nichos que foram contaminados pela ideologia marxista-leninista, terminaram levando à bancarrota o Governo Goulart e seus seguidores também, guardam grande frustração e não escondem profundos ressentimentos.

Os que estavam assim imbuídos dessa idéia de revolução popular, os remanescentes dessa aventura, não perdem oportunidade para distorcer os fatos. Outra parte da esquerda – e tenho a oportunidade de conhecê-los mais de perto, hoje, por causa do meu próprio trabalho, posso sentir o alcance dos seus propósitos na defesa do Brasil, propósitos idênticos aos nossos, na atualidade, muito sabiamente, discordaram da luta armada no passado, e acharam que aquilo era um erro gravíssimo.

O MST parece, então, estar na contramão dessa idéia.

É verdade, parcela influente do MST opera hoje, segundo esses passos históricos equivocados. Os seus atos mais recentes são dentro dessa linha de confrontação, da revolução popular. Esses homens têm verdadeira aversão aos militares e se alimentam de uma certa fobia, de uma psicopatia, uma doença qualquer, que é a incapacidade de dialogar, para saber das nossas reais concepções sobre os problemas do Brasil.

Outros, passados esses 15 anos da Nova República, se permitem considerar que não temos muitas diferenças, daí ter havido importantes aproximações, quando o Governo do Brasil, notadamente este atual Governo, estabelecido com quadros socialistas, de esquerda – os mesmos que estavam presentes no comício das Diretas e que estavam lá para empunhar a bandeira da resistência, numa ofensiva contra 1964, achavam que os militares da Revolução de 1964 eram cônsules dos Estados Unidos, das multinacionais, e entreguistas –, passados os anos, verificaram que foram dos quadros que eles próprios organizaram, que foi introduzida no Brasil, no início da década de 1990, a histeria das "reformas constitucionais", as mais profundas alterações no capítulo da ordem econômica, jamais consentidas por qualquer Governo, ao longo da nossa história. Medidas profundamente desnacionalizantes, antipatrióticas e antiéticas.

Chegou-se ao cúmulo de, aí sim, fazerem as tais reformas, foram feitas as reformas que golpearam o Capítulo da Ordem Econômica da Constituição, jamais nenhum governante na história do Brasil ousou propô-las. Costumo dizer, nos ambientes que freqüento, e nas palestras que profiro por aí afora, que todos os governantes anteriores, os presidentes do Brasil no passado estão absolvidos, de

qualquer coisa pelo único e incrível dano que foi a mutilação da Ordem Econômica, atingida na sua essência, abrindo totalmente, como um cordeiro inerme e manso, o Brasil à voragem dos trustes, das multinacionais, das corporações. Hoje, verificamos que 78% do PIB brasileiro está na mão dos estrangeiros.

Quando isto foi feito? Nos últimos oito anos do malfadado Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que achou por bem enveredar por este caminho, ao qual nos opomos frontalmente. Então, quadros da esquerda e importantes lideranças militares se aproximaram sob o efeito dessa tragédia. O problema agora é outro. Nenhuma das partes está interessada em enaltecer ditaduras, mas jamais uma parcela dos patrimônios nacionais, do que é brasileiro, foi entregue aos estrangeiros, como política de governo, durante o que chamam de ditadura. No entanto, agora, tudo é doado de forma cínica e deslavada por essa esquerda neoliberal internacionalista sufragada na democracia.

Na época da Revolução – e falo como um dos seus membros, que operou no nível de 1º-Tenente –, não estávamos a serviço da direita, o Exército não é nem da direita, nem da esquerda.

Atribuem também essa distorção: que foi uma ditadura de direita, manipulada pelos Estados Unidos, manipulada por "isso e por aquilo". Esquecem-se de que a reação foi necessária pelos seus próprios desmandos no passado, e agora, juntos, parte da esquerda e nós, estamos na luta para fazer face aos desmandos que estão sendo feitos no plano da pior das opções ideológicas, que é opção pelo neoliberalismo e pela entrega do País.

Ninguém vai negar o seu passado, mas vamos sempre com os olhos voltados para o futuro, dizendo assim: "Olha, o que está se passando hoje é muito mais grave do que em qualquer época, vamos parar com esse negócio."

Para defender o Brasil, não é necessária a submissão do pensamento a uma das ideologias dominantes no mundo, basta ter a noção de projeto de nação, e decisão política. Qual é a decisão? Reforma agrária. Para ser favorável à reforma agrária, não é necessário ser marxista, ser socialista, invadir terras, não é necessário nada disso, basta ser ético e ter conhecimento de causa.

Baseado na sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de Governo da Revolução?

Firmo minha avaliação em dois pontos principais:

– Incrementou a infra-estrutura, colocou o Brasil na rota do desenvolvimento e alcançou altos índices de pleno emprego, não obstante, a excessiva concentração da riqueza nas mãos de ínfima parcela da população;

– Barrou o processo de comunização do Brasil, fato que ultrapassa qualquer análise econômica.

São conquistas que, passados quase vinte anos, infelizmente não vemos nenhuma ação posterior de aprimoramento; pelo contrário, vemos o escândalo da corrupção sendo cada dia que passa mais voraz, mais terrível, o sufocamento do desenvolvimento tecnológico e debilidade do Estado Nacional.

E esse fantasma da desnacionalização, da perda do controle do que é nosso, onde uma abertura tresloucada, simplesmente está fazendo com que as nossas coisas sejam administradas, gerenciadas e comandadas de fora do Brasil, e isso é imperdoável, e, com isso, não há condição nenhuma de ser indulgente. O Movimento de 1964 não pode jamais ser acusado desses erros e dessa incúria.

As pesquisas de opinião colocam a imagem do Exército, das Forças Armadas, nos primeiros lugares, em nível de aceitação pela sociedade. O que o senhor acha disso, apesar do "revanchismo"?

O "revanchismo" torna-se inócuo, e apenas uma espécie de diletantismo em certos redutos intelectuais, na mídia e em indivíduos que querem se apresentar como, vestais de alguma coisa. Agora, o que a vida nos ensinou, a vida militar, e a nossa experiência de soldados, é que o Exército pela sua capilaridade nata, está presente em todo o País, assim como a Marinha e a Aeronáutica, as Forças Armadas. Nós nos referimos sempre ao Exército com maior destaque pela sua maior articulação, pela presença física em todo o território brasileiro. E há uma convivência natural, nas pequenas e grandes cidades, dos soldados com a população, um convívio dentro da realidade do dia a dia, no cotidiano das pessoas que faz, com que militares e civis, sociedade e caserna, se entrelacem cada vez mais. Eles amanhecem e vão para os seus rituais: os soldados na caserna; os civis nas empresas, nas fábricas, nos escritórios; os filhos estão servindo a Pátria no quartel; os filhos estão fazendo exame para sargentos, para oficiais...

Verifique-se chegar numa cidade como Uberlândia, Jaguarão, Ipiranga, Juiz de Fora e dizer assim: "Vamos tirar esse quartel daqui, porque isso aqui é um peso, isso é um gasto desnecessário." A cidade se levanta.

Portanto, o peso da mídia não é suficiente para incutir esta peçonha: que somos um peso, que tem que ter "mais verbas para a educação e menos tanques", essas coisas que surgiram ao longo do tempo, que "a ditadura", que "a tortura", que "o golpe", que "o militarismo" etc. são a causa de todos os males. Isso não "cola"!

Acho que nós devemos ter absoluta tranqüilidade, não fazermos eco e termos uma atitude de indiferença, senão desprezo, por essas vozes, porque temos um

respaldo concreto dessa relação histórica, e até mesmo porque quando o Exército erra, as Forças Armadas erram, em geral ele está num vácuo, numa inércia de uma conseqüente visão histórica equivocada da sociedade, naquele tempo, naquele momento. Portanto, considero isso desprezível.

Qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Gostaria, primeiro, de dizer que, para mim, a essa altura da vida, foi uma surpresa agradabilíssima. Segundo, saber que nossas relações de respeito e amizade pessoal valeram muito para que essa oportunidade me fosse dada.

Considero oportunidade porque aqui procurei reafirmar tudo em que eu acredito, não obstante, hoje, entender que as circunstâncias se alteraram profundamente, e diante disso sou o primeiro a estender a mão a homens dignos de esquerda, e reconhecer o valor de muitos deles.

Dizer também que esse Projeto de História Oral vai dar a nossa versão sobre a Revolução de 1964 e vai então preencher essa lacuna do registro histórico aos acontecimentos naquela época. É verdade que ele não vai ter facilidades para ser difundido e quem sabe vai ter dificuldades para ser formalizado oficialmente. Isso tudo é possível, e nós devemos saber que isso é natural, porque no combate existem essas alternâncias.

Na marcha para o combate, de repente temos que estar numa zona de reunião, numa linha de partida ou então retrair para posições que nos coloquem em melhores condições de dar seqüência as nossas ações.

E dizer que dentro de tudo o que foi feito, atitudes que expressamos e as ações que praticamos, quero realçar um aspecto muito pessoal: não me comportei como um daqueles filhos muito obedientes, a regras rígidas, ao fundamentalismo ideológico e, hoje, junto com outros companheiros, exposamos a convicção de que devemos ir às últimas conseqüências para evitar a fratura da sociedade brasileira, estamos empenhados em apresentar uma base doutrinária que corresponda exatamente à possibilidade de uma coesão nacional ampla, que está na essência da doutrina da brasilidade, nascida nos exemplos dos homens e mulheres que construíram a nacionalidade, seus feitos e os fatos enobrecedores extraídos da nossa história, desobedientes do ordenamento colonialista.

Esse sentimento nativista, que nasceu espontaneamente em Guararapes, com os comandantes que brotaram do seio do povo: André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, Antonio Dias Cardoso, Matias de Albuquerque e, como eles juntaram o branco, o negro e o índio, que também, em 1964 aflorou no momento

em que detivemos a escalada enlouquecida do comunismo, sirva de adubo para a coesão nacional e afastar os bloqueios e empecilhos para novamente unirmos todos os brasileiros, de todas as partes e gerações.

Que possamos então, cada um renunciar às influências externas por amor ao Brasil – sentimento de pátria, que dispensa ideologias que separam os brasileiros – dizer que essa terra é nossa, que a defesa da Nação não dispensa nenhum brasileiro para essa obra, mas que cada um de nós terá que fazer o *mea culpa*, fazer o ato de contrição, que nos leve à ideologia do amor à Pátria, a ideologia da brasilidade, que nenhuma ideologia externa, nem à direita nem à esquerda é capaz de substituir.

E, desta herança, o Exército é o principal depositário, não somos nós, não é nenhum movimento particular de militares. Confiamos nisso, e é imbuído disso que fui aos últimos detalhes de um depoimento, que tem as suas falhas, que tem o componente da emoção, mas que foi vivido, ninguém me disse, e que faria tudo de novo, mas que tenho o compromisso, perante mim mesmo, de colaborar para que possamos encontrar esse plano da coesão, em torno desse sentimento, não diria do nacionalismo como ele é colocado, mas do nativismo, que é o nacionalismo mais puro, e o sentimento de brasilidade que é a nossa mola doutrinária. Muito obrigado. "Brasil Acima de Tudo."

Muito bem. "Brasil Acima de Tudo."

Coronel Ernesto Gomes Caruso

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1962 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Oficial de Radar, da EsACosAAe (Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), onde foi, também, instrutor.
- Exerceu a Chefia do Estado-Maior da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD-3), Cruz Alta, RS.
- Comandou o 18º Grupo de Artilharia de Campanha em Rondonópolis, MT.
- É bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Júnior.
- Após sua passagem para a reserva, foi Gerente de Departamento da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), de 1992 a 1998.
- Possui artigos publicados em jornais e revistas e escreve regularmente no jornal *O Farol*.
- Em 1964, servia, como Tenente, no 2º GO155, Jundiaí, SP.

Entrevista realizada no dia 19 de fevereiro de 2004.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento aos responsáveis pelo Projeto História Oral do Exército Brasileiro pelo honroso convite para fazer este depoimento sobre a Revolução de 31 de Março.

Com regozijo retorno a este sítio, cenário de muitos fatos históricos, dentre os quais destaco o mais marcante – a Proclamação da República – que nos faz lembrar a cada passagem por esta área, delimitada por este Quartel-General, o Campo de Santana e a Casa do Marechal Deodoro.

Por outro lado, o Palácio Duque de Caxias, onde servi por três vezes, me faz retornar ao passado recordando com relação ao tema deste depoimento de um serviço de permanência que tirei no I Exército, quando o guerrilheiro Lamarca, então capitão e desertor, ludibriava seus companheiros, retirando uma viatura com armamento do 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo, cujo alarme foi transmitido ao Rio de Janeiro naquela oportunidade, surpreendendo a todos, porquanto esse fugitivo aparecia em reportagens ensinando tiro ao alvo a funcionários de bancos, vítimas de assaltos de expropriação.

Com a devida anuência dos responsáveis pelo Projeto em tela, selecionei dois aspectos, de fundamental importância, para o meu relato sobre este marcante capítulo da História recente do nosso País:

– a gratidão e homenagem aos seus maiores e

– o combate aos detratores dos seus feitos.

A gratidão é um dever de todo brasileiro que minimamente acompanhou a trajetória do comunismo após a sua implantação na União Soviética em 1917, com todo o banho de sangue e morte onde buscou impor o seu domínio, como em 1935 no Brasil, criando uma nódoa que não se apagará, embora até hoje os seus adeptos e simpatizantes façam grande esforço para conspurcar a imagem dos nossos heróis, desviando a atenção dos males provocados pelos doutrinadores e ativistas do marxismo-leninismo.

Há que se reconhecer, bradar, exteriorizar esta gratidão e transformá-la concretamente em homenagem aos que fizeram a Revolução de 31 de Março de 1964, naquela fase preliminar, sentindo de perto o perigo de comunização que ameaçava o nosso País, atuando com inegável desprendimento e pondo em perigo as próprias cabeças e carreiras. No desafio a seguir, no momento da sua deflagração, com os riscos de uma luta fratricida, mas com a consciência do que pretendia a Nação, clamando por liberdade e repudiando a doutrina espúria que aliciava os governantes de então, acreditando na certeza do que queria o povo. E, na fase da sua consolidação, vencendo o desvario de terroristas e guerrilheiros, com o sacrifício de muitas vidas de civis e militares, que sintetizo na figura de um homem brasileiro, que, ao

chamamento da Pátria, foi prestar o serviço militar e é despedaçado pela violência de um ato insano, materializado pelo lançamento de um carro-bomba contra o portão das armas do QG do II Exército, em São Paulo – o Soldado Mário Kozel Filho, promovido a sargento *post mortem*.

Assim, diante do que presenciava após a anistia, nas ações de iniciativa de governantes e jornalistas em agressão à Revolução e exaltação aos terroristas, guerrilheiros e comunistas, preparei um artigo sob o título "Preito de Gratidão e Início de um Novo Embate", publicado no *Jornal do Brasil* no dia 3 de janeiro de 2000. Como se pode observar no jornal, a matéria que havia escrito foi estranha e previamente submetida à entidade contrária para preparar o contraponto, não muito comum na mesma edição. Outros jornais não o publicaram. Desse artigo, destaco o extrato a seguir:

"Quando estava na ativa, apresentei à direção da organização militar, onde servia, uma proposta de monumento em homenagem aos mortos no combate ao comunismo internacional, cuja derrota em 31 de março de 1964 não foi suficiente para neutralizar alguns empedernidos e obcecados brasileiros, que envolvendo jovens idealistas, os conduziram para uma aventura na guerrilha e no terrorismo. Obviamente, houve mortes em ambos os lados e exageros numa natural escalada de ação e reação.

Naquela oportunidade, imagino eu, que meus chefes estavam no firme propósito de fazer uma distensão, a despeito das homenagens de toda ordem prestadas àqueles que assaltaram, seqüestraram e bombas fizeram explodir matando compatriotas. Monumentos, praças, ruas e outros logradouros deram nomes aos seus mortos. Suas famílias vêm sendo indenizadas. Algumas tiveram os processos vetados, mas aprovados em nova votação. Os que estão vivos ocupam diferentes cargos públicos sem contestação e sem serem molestados. Cenário e interpretação perfeitos para os aplausos dos editoriais e das reportagens.

Por outro lado, os vencedores têm alguns de seus representantes perseguidos, civis e militares que estavam na frente de combate, também jovens e comandados, que hoje não podem assumir cargos semelhantes aos ocupados pelos vencidos. Um não pode ser adido militar; outro não pode ser diretor de um hospital e um terceiro não pode ascender a um cargo de destaque na Polícia Federal. São acusados de participarem de ações de tortura. Basta que alguém diga; as palavras significam a vontade do rei, por delegação divina. São afastados peremptoriamente, sem quem os defenda. Aqueles que deveriam fazê-lo não podem estar com a consciência tranqüila. Era uma obrigação postular um tratamento equânime. Afinal, uns são acusados dos tais crimes e não podem assumir cargos, enquanto outros, partícipes confessos das ações de seqüestro e terrorismo, nada lhes é vedado."

Em suma, a proposta, feita na ativa em torno de 1989, em resposta ao que fizeram em Volta Redonda, ratificada no artigo acima referido, era de se construir o Memorial 31 de Março. A sugestão encontrou audaz defensor no Herói da Segunda Guerra Mundial, General Plínio Pitaluga, a quem reverencio nesta oportunidade. O Clube Militar, na gestão do General Hélio Ibiapina, criou uma comissão, sob a presidência do General Pitaluga, para estudar e apresentar soluções a respeito. Ainda não se construiu o monumento, mas em 3 de abril de 2002, com a comissão presidida pelo General José Saldanha Fábrega Loureiro, se inaugurou, solenemente, uma placa alusiva no saguão do referido Clube onde se lê:

> *Homenagem*
> *Ao Movimento Democrático de 31 de Março*
> *Forças democráticas brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional.*
> *O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento.*
> *Esta placa expressa também o nosso eterno reconhecimento aos civis e militares sacrificados, desde 27 de novembro de 1935, em defesa da ordem, da liberdade e da democracia.*
> *Clube Militar, 31 de março de 2002*.

A *Revista do Clube Militar* de janeiro de 2000 e a edição, de Jan./Fev./2000, do Jornal *Letras em Marcha* também publicaram a matéria.

Continua o sonho e a imperiosa necessidade de se perpetuar a reverência aos que defenderam e, principalmente, deram a vida pela democracia. Deixo, em minha pasta-arquivo, cópia dos projetos do Memorial que apresentamos à referida Comissão.

Observem que até o mentor da Intentona Comunista tem monumento, pois que o *Jornal do Brasil* publicou matéria referente à inauguração de um memorial em Palmas, TO em sua homenagem, conduzindo-me a escrever e enviar ao citado jornal, em 15 de outubro de 2001, o artigo, evidentemente não publicado, nem como contra-ponto *a posteriori*, *Comunistas: Ausência de Heróis*, onde em um trecho afirmo:

"Mais do que linhas arquitetônicas contorcidas artisticamente a cintilar e ofuscar a visão pelo brilho, está a mente, que independendo do olhar, sente, no seu mais elevado consciente, a História que se tenta mudar. Tentativa vã, pois a mancha indelével do sangue derramado pelos brasileiros, mortos traiçoeiramente pelo sectarismo dos comunistas em 1935, não será removida pela estampa da armadilha, na

forma inconsciente, que ardilosamente disfarçada, pretende substituir o algoz da Intentona pelo pretenso herói da marcha."

A suntuosidade faraônica, acolhendo uma pequena escultura de Lênin entre outros pertences do fanático adepto da extinta matriz comunista, vai fazer lembrar ao brasileiro que, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, existe um Monumento desprovido do luxo e da assinatura, onde o bronze representa um Soldado, tristemente atingido por um falso colega, que não defendia o lábaro verde-amarelo, apunhalando-o pelas costas, à noite, como o pior dos inimigos e a mando de outra nação, ainda que vestindo o mesmo uniforme. Torpe mimetismo. Pois, além do rico monumento, virou nome de rua no Rio de Janeiro e provavelmente em outras cidades. Ao passo que o nome do General Médici tem incomodado os extremistas internacionalistas que têm se empenhando em substituí-lo, sem sucesso por enquanto. Ressalte-se que, no Rio de Janeiro, tentaram apagar a homenagem ao ilustre Presidente, admirado que foi pela gente comum, mas que, diante da forte resistência, se retraíram.

E da séria e lúcida posição do Prefeito César Maia, vetando o projeto.

Aquele homem simples, que usando um radinho de pilha no Estádio do Maracanã era aplaudido pela massa, tem sido o alvo principal da esquerda rancorosa e revanchista.

Por isso, há que se perseguir o objetivo de perenizar os feitos da Revolução, em particular por ter sido um período de incomparável desenvolvimento. Os museus e parques do Exército não podem deixar de contemplar em suas dependências, salas ou salões com farto material para consulta e com guias preparados para divulgá-los. Painéis, fotos dos atos terroristas, dos seqüestros, das atrocidades, dos mortos a coronhadas, metralhados, do material apreendido nos aparelhos, das reportagens da época. Onde possível, audiovisuais, filmetes. Não temos feito o contraponto da melhor maneira. A massa de jovens que incorpora anualmente e os freqüentadores dos museus precisam ser bem informados. As bibliotecas também podem contribuir de forma semelhante, separando o material para facilitar a transmissão da informação verdadeira. Por que não se aproveita o momento da propaganda para se divulgar a obra e não somente a entidade? Hoje – há de se reconhecer – mais difícil.

Coronel Caruso, após estas considerações tão oportunas e merecidas sobre os nossos maiores, o que gostaria de relatar a respeito dos detratores das nossas Forças Armadas e da Revolução de 31 de Março de 1964?

As campanhas de difamação têm sido grandes, em especial nas proximidades dos dias 31 de março. Lembro de um artigo intitulado "Memória Curta", publicado

na *Revista do Clube Militar* de junho de 2000, onde refutando as propagandas do jornal *O Estado de São Paulo*, escrevi:

"O jornal *O Estado de São Paulo* veiculou pela televisão, próximo ao 31 de março, uma propaganda em busca de novos adeptos, assinantes e compradores desse periódico de importância nacional. Seria um fato normal se não usasse expressão de críticas à Revolução Democrática de 1964 como suporte para a sua meta de expansão de vendas. Até porque já se passaram quinze anos de subseqüentes governos, de fracos desempenhos, muito longe dos objetivos patrióticos e desenvolvimentistas alcançados no período revolucionário. Melhor seria comentar a ação subserviente do atual Governo que torna sombrio o horizonte dos brasileiros. Também não se pode ter memória curta a bloquear o passado, esquecendo-se da própria e importante contribuição para aquele movimento que livrou o País do sangrento confronto entre a esquerda que se preparava para dar o bote final e uma direita que se armava com toda intensidade para defender suas posições.

Quem teve a oportunidade de ler o livro *Março 1964: a mobilização da audácia*, editado em 1965, irá relembrar as razões do acima exposto. Os que não leram vão tomar conhecimento do que escreveu o jornalista José Stachini, autor do livro, integrante de *O Estado de São Paulo* e, como citado no texto, considerado um de seus mais notáveis repórteres. Logo, aceito como pleno de credibilidade.

A carta do Dr. Júlio de Mesquita Filho, de 20 de janeiro de 1962, ao Estado-Maior clandestino, transcrita no livro, demonstra a articulação posta em andamento para a derrubada do Governo Goulart. Divergindo de alguns pontos, ressalta as falhas dos movimentos de outubro de 1945, contra a ditadura e na queda de Getúlio em agosto de 1954, com a precipitação da entrega do Poder 'a homens que vinham do mesmo passado'; discute sobre o prazo de permanência de um governo discricionário; trata do expurgo dos quadros do Poder Judiciário, como absolutamente necessário, mas sem violências desnecessárias; opta pela decretação do estado de sítio, de início, com a dissolução das Câmaras, após a conquista da confiança da opinião pública; defende a vigência da Constituição de 1946, com as devidas alterações; propõe nomes para as pastas ministeriais, concluindo que 'seria meio caminho andado para que o País se convencesse de que, afinal, se haviam apagado da nossa História os hiatos abertos na sua evolução pela ditadura do senhor Getúlio Vargas e pela ação corruptora dos seus discípulos nos governos que se sucederam até os nossos dias'; e, com extrema convicção, proclama que: 'Acha-se o País em estado de profunda comoção e não esconde a descrença que o vai dominando, relativamente à possibilidade de sairmos da situação de anarquia e desordem em que desesperadamente nos debatemos.'

A etapa seguinte, de acordo com o livro, foi a apresentação por parte do doutor Júlio de Mesquita Filho aos chefes da conspiração de um projeto de 'Ato Institucional', elaborado pelo diretor de *O Estado* com a colaboração de professor de Direito Constitucional. Os seus dezesseis artigos definem que o governo será constituído por uma Junta Militar, que serão dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais, que governadores e prefeitos poderão ser confirmados ou destituídos com a nomeação de interventores, além de outras providências. Em suma, o que ocorreu efetivamente com a Revolução de 31 de março de 1964 foi muitíssimo mais tímido, muitíssimo mais brando, muitíssimo mais democrático, do que havia sido proposto pelo doutor Júlio de Mesquita Filho.

Estas lembranças têm como objetivo destacar a participação do eminente brasileiro em defesa das instituições democráticas, que estavam sob a ameaça de um governo alienado dos seus compromissos com a Constituição Federal, com a Nação e com o Ocidente. Neste particular, comprometendo as Américas com a implantação de mais um satélite soviético, muitas vezes maior do que Cuba, que, fatalmente, não teria sido da forma incruenta como foi a Revolução de 1964, neutralizando a luta fratricida prestes a se deflagrar."

Em 16 de maio de 2001, a *Tribuna da Imprensa* publicou um artigo na coluna opinião intitulado "Os nazistas ianques", onde consta que "Cuba não inventou facínoras como Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, Videla, Banzer, Gautieri, Pinochet etc. Os nazistas ianques, sim". Por sinal, tal artigo me foi transmitido pelo nosso General Pitaluga para que eu escrevesse algo em resposta a esse despropósito. Instado por esse notável anticomunista, fiz uma resposta, em 21 de maio de 2001, denominada *Stalinistas Latinos*, abaixo transcrita, mas não publicada:

"Se a Base de Alcântara estivesse em vias de ocupação pela antiga União Soviética, como ela já o fez no passado, em Cuba, no início da década de 1960, na célebre crise dos mísseis, com o beneplácito do civil que se apresenta fardado desde a revolução comunista em 1959, alguns brasileiros aplaudiriam de pé, ou quem sabe em genuflexão, à semelhança de outros do mesmo matiz que antes estavam juntos na mesma platéia, mas que hoje justificam a Base de Guantânamo, norte-americana em território cubano, pois costuram um aluguel da Base brasileira, por certo uma abominável agressão à soberania nacional.

Os colegas dos bancos escolares em Cuba, Albânia e China, onde foram aprender técnicas de guerrilha, terrorismo, seqüestros e expropriação, são os 'neroliberais' que não podendo incendiar Roma, estão destruindo o Estado Brasileiro. Ou será que foram anjos de candura perfeita os integrantes da esquerda armada e desvairada, que

velhos e derrotados em 1964, usaram jovens idealistas como 'buchas-de-canhão' em ações de contra-ataque, não à ditadura como apregoam, mas, sim, para tentarem mais uma vez transformar o Brasil em um satélite soviético, sonho acalentado desde 1922.

Não há dúvidas quanto às atividades desencadeadas por essas organizações, porquanto seus integrantes, no passado, hoje batem no peito e dizem o que fizeram em filmes e em livros que estão circulando por aí; assaltaram, assassinaram e são merecedores de reportagens e fotografias brindando em taças de cristal. Como grande mártir dessas atrocidades, lembremo-nos do Tenente da PM, SP, Alberto Mendes Júnior, morto a coronhadas de fuzil pelo bando de Lamarca, para que os tiros não revelassem as posições dos guerrilheiros em Registro, SP.

Os nomes das organizações demonstram, com clareza, seus propósitos: Organização Revolucionária Marxista Política Operária, Movimento Armado Revolucionário, Vanguarda Popular Revolucionária, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Ação Libertadora Nacional etc. O *Komintern* e os congressos de cunho internacional orientavam as ações no Brasil e em outros países, em especial no Continente Sul-Americano, onde não tiveram tempo nem oportunidade de copiar Stálin, nos processos de extermínio, aos quais mantinham uma submissão inaceitável como se observa no mandamento que determina: '*Os integrantes do Partido que rejeitam as condições e as teses estabelecidas pela Internacional Comunista devem ser excluídos do Partido.*'

Os países vizinhos ao nosso tiveram que enfrentar Montonero, Tupamaro, Sendero Luminoso, Che Guevara e outras tantas forças revolucionárias, todas inegavelmente comunistas, cujas idéias básicas repousam no partido único e na economia estatal, que se desintegraram com a queda do Muro de Berlim. Foram todas derrotadas com exceção das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que ficaram como testemunho do que estaríamos vivendo, nós brasileiros, se esta Nação e as suas Forças Armadas não tivessem sido as vencedoras. Imagine-se mais a ligação com o narcotráfico, agora escancarada ao mundo, corroborando um dos seus princípios de que os fins justificam os meios.

Vários desses aventureiros que foram capturados, presos, condenados, exilados e anistiados estão desfilando pelos palácios, redes de televisão, gabinetes e salas com ar condicionado, de terno e gravata, e bem de vida, graças ao ciclo vitorioso legado pelos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo e ao arrojo de um General Olympio Mourão Filho. Foram patriotas, dignos e desapegados do Poder, porquanto tiveram força suficiente para copiar o guru do Caribe e não o fizeram.

Muitos desses anistiados, compreendendo o passado e revendo posições, se juntam a outros convictos de que estavam certos, mas, envoltos pelo anseio de paci-

ficação, se irmanam com os que se encontravam em trincheiras opostas, na defesa irrestrita dos interesses brasileiros, como pregava o Duque de Caxias, marchando ombro a ombro contra o inimigo comum, hoje caracterizado pelo verde-papel, que mais vai do que vem, que um dia pode se transformar em verde-uniforme a invadir nossas praias.

Alguns ainda acham que o comunismo é a solução, e uma parte se aglutinou no projeto neoliberal que submete o patrimônio nacional aos grilhões do verde-papel. Há que se dizer não a Cuba, não aos Estados Unidos e sim ao Brasil, como modo de expressar a união da nossa força e inteligência em favor de um projeto nacionalista."

Certamente, Coronel Caruso. Não ao estado máximo, dos comunistas; não ao estado mínimo, deste medíocre governo neoliberal, e, sim, ao estado necessário, àquele cujo tamanho atende, na justa medida, aos interesses nacionais. Não a esses atuais doadores de nosso patrimônio, forjado com tanto sacrifício pelos brasileiros, sobretudo pelos operosos governos da Revolução de 31 de Março de 1964.

Recentemente, foi lançado o discutido livro *A Ditadura Derrotada,* do jornalista Élio Gaspari, com graves distorções que têm sido contestadas por partícipes dos eventos, atingidos, como propalam, por infundadas e inverídicas afirmações nele contidas, ou por gente consciente que refuta os relatos do citado jornalista.

Constatam-se tais reações no artigo de Themístocles de Castro e Silva, sob o interessante título "De quem é a derrota?", publicado em 13 de dezembro de 2003, no jornal *O Povo,* o jornal do Ceará, que por si só demonstra uma convicção de descrédito às afirmações do jornalista Élio Gaspari, que, agora, tem a veleidade de se apresentar ao País como historiador. Observem.

"Quem foi derrotado: quem passou vinte e um anos no Poder e o deixou quando quis e porque quis, ou quem, sem que se disparasse um só tiro, correu para as embaixadas e de lá para diversos países?

Um antigo comunista de carteirinha, vivendo atrás de pseudônimo, não pode ter isenção para escrever sobre o 31 de Março. É o caso de Élio Gaspari, ou o "*Parmiggiano*", como no tempo dos artigos na imprensa comunista, à qual tanto se dedicou.

Se ditadura fosse um mau regime, Getúlio Vargas não teria voltado nos braços do povo, depois do Estado Novo. Milhões de brasileiros dariam tudo para a volta do Brasil aos tempos dos generais de 1964, particularmente sob os aspectos moral e administrativo.

O destino produziu esta coincidência simplesmente extraordinária: o ditador Getúlio deu ao trabalhador brasileiro a mais avançada legislação da América Latina, enquanto os "ditadores generais" criaram o maior programa de distribuição de renda do mundo: o Funrural. A obra de Vargas é tão extraordinária que o pessoal

do PT não admite que mexam nela. O Funrural oferece vida digna a cerca de 40 milhões de trabalhadores rurais, sustentando a economia de mais de oitenta por cento dos municípios...

Um movimento revolucionário, ou contra-revolucionário, no caso de 1964, quando decide matar não vai atrás de jornalistas ou operários, deixando livre ou vivo quem possa oferecer resistência. Se os generais quisessem matar alguém, começariam por Jango, Miguel Arraes, Brizola, Abelardo Jurema, Francisco Julião, das tais "Ligas Camponesas", Luís Carlos Prestes, João Amazonas e demais figuras de lideranças entre os comunistas. Com exceção de Brizola (ainda vivo, depois de governador duas vezes) e Jango, vítima de infarto, os demais morreram de velho, com assistência da família.

Por que esperaram que morressem todos os generais de 1964, para divulgar fitas gravadas ou notas de arquivo? Qual o interesse do senhor Heitor Aquino Ferreira, que deve sua projeção política ao Exército, em contribuir para passar ao público a imagem distorcida de um Geisel, de quem foi assessor, aplaudindo o assassinato desta ou daquela pessoa que não identifica?

Sobre um grupo de pessoas vindas do Chile e presas no Paraná e que tinham sido mortas, Geisel teria observado:

"Tem gente que não adianta deixar vivo, aprontando. É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa."

Por que não revela o nome das pessoas assassinadas, vindas do Chile ou de qualquer lugar?

O novo livro de Élio Gaspari é o que podemos chamar de repositório de fofocas, que existem nos bastidores de qualquer governo.

Qual o interesse do senhor Heitor Ferreira em procurar um comunista para confiar-lhe conversas reservadas sobre o governo de seus chefes, atingindo diretamente a instituição a que servia e com a qual tinha dever de lealdade, no caso o Exército?

Isso é prova de bom caráter?

O Movimento de 1964 foi plenamente vitorioso nos seus objetivos, que eram os de esmagar a revolução comunista em marcha, já com infiltração nas Forças Armadas, e estancar a corrupção que, mesmo assim, não chegava ao patamar dos dias atuais. Promoveu eleições diretas quando quis e como quis. Abriu o regime também porque quis e como quis. Também deu anistia, por sinal exagerada, e por isso ainda pagará por muito tempo. Derrotou o terrorismo e a guerrilha. O crescimento econômico chegava a dez e doze por cento, ao contrário de hoje, com a "democracia petista"...

Derrotada como, quando e onde?

Por qualquer ângulo que se estabeleça comparação, o Brasil da "ditadura" dos generais era dezenas de vezes superior ao de hoje...

A qualificação da vida política é a mais baixa de todos os tempos, com predominância absoluta da mediocridade, em todos os níveis. A promiscuidade entre Executivo e Legislativo é simplesmente escandalosa, com uma espécie de balcão de negócios montado em Palácio para, com verbas do Orçamento, fazer aprovar, no Congresso, as matérias de interesse do Governo.

A realidade histórica mostra que *A Ditadura Derrotada* começa mentindo através do próprio título. Nunca um movimento cívico-militar conseguiu tanto êxito nos seus objetivos, proporcionando ao País uma fase de prosperidade e de respeito perante todas as nações do mundo.

É o que está na História."

Outra reação foi demonstrada pelo General Alvir Souto, através do jornal *O Globo*, de 27 de novembro de 2003, na coluna Cartas dos Leitores, assim se expressando:

"Em seu livro *A Ditadura Derrotada* o escritor Élio Gaspari refere-se a meu pai, General Álcio Souto, e a mim e comete inverdades. Meu pai não foi um simpatizante da Alemanha nazista. Jarbas Passarinho, em seu depoimento no livro *Histórias do Poder* Vol I, p. 322, diz: "Álcio Souto era um homem como eu acredito que foram Dutra e outros mais, muito admirador, não do nazismo, não do Hitler, mas do exército alemão." Nosso material de combate era alemão. E era uma perfeição. Eu, por exemplo, fui artilheiro no canhão Krupp. O exército alemão, como órgão profissional da guerra, era muito admirado. Meu pai comandou a Escola Militar do Realengo, no período de 20 de janeiro de 1941 a 25 de janeiro de 1943, quando fui seu cadete, e o fato ocorrido no cinema "Milímetro", assim chamado pelos cadetes por existir na cidade o Metro, ocorreu em 1940, em uma única sessão. Meu pai comandou a Artilharia da 1ª DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira), da qual fiz parte e integrei um dos Grupos que foram à Itália, e só não foi para a FEB (Força Expedicionária Brasileira) por ter ficado doente, sendo substituído pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias. Meu pai não foi protetor do General Ernesto Geisel. Ele construiu uma carreira militar brilhante, pois sempre possuiu luz própria e todos os chefes desejavam ter o General Geisel por perto, inclusive o meu pai. A doença que matou meu pai não foi tuberculose, e foi tratada, não por bolinhas de homeopatia, mas sim por antibióticos existentes na época – 1948 – quando a medicina não estava muito avançada. Às vésperas de sua morte, um remédio mandado vir dos Estados Unidos não teve o efeito esperado. Não recebi tratamento especial do Presidente Geisel, quando da minha promoção a general-de-brigada. Por indicação do Alto Comando e escolhido pelo Presidente Geisel, recebemos, eu e mais dez companheiros, a espada de general."

Ratificando a abordagem feita pelo General Alvir Souto, o eminente escritor, ex-governador e ex-senador, Coronel Jarbas Passarinho, em artigo publicado no

Jornal do Brasil, de 9 de dezembro de 2003, sob o título "A história pela ótica da animosidade" assim se pronunciou:

"Não tenho lido a obra de Élio Gaspari, um erro que reconheço. Ministro que fui de Costa e Silva e Médici, estou certo da parcialidade do jornalista, o que invalida o historiador. Estultícia negar o valor de seus livros, porém como libelo da saga de 1964, mesmo quando simpático aos Generais Geisel e Golbery, "sem cuja colaboração este livro não existiria". Fui, todavia, arrastado ao conhecimento de versões inverídicas de outras fontes. De uma, inesperadamente. Telefonou-me o General Alvir Souto, meu contemporâneo na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e meu amigo. Perguntou-me se lera uma passagem da *Ditadura Derrotada* em que seu pai, o ínclito General Álcio Souto, era retratado como nazista, atribuindo-me o autor tal afirmação no livro *Histórias do Poder*, na página 322 do volume 1º. Da minha estante tomei do livro de Alberto Dines e Florestan Fernandes Filho e li na página citada, fielmente reproduzido o que disse quando cadete presidente da Sociedade Acadêmica Militar: "O nosso comandante, um grande oficial, o General Álcio Souto, era um homem, como acredito que foram Dutra e outros mais, muito admirador, não do nazismo, não de Hitler, mas do exército alemão." Como pôde um historiador deturpar uma frase tão clara e usá-la para denegrir uma reputação? Mandei ao General Alvir a cópia da página. Ele a leu por telefone ao jornalista. Dele me disse ter recebido a garantia de que corrigiria o texto no livro. Por que não, desde logo, nos jornais de cujo espaço nobre dispõe? Entrementes, o livro já terá vendido alguns milhares, com a foto do General Álcio como "filonazista".

Crítico feroz do regime de 1964, não foi Élio Gaspari avaro em aceitar versões, sem averiguar-lhes a veracidade. Na *Ditadura Envergonhada*, o Coronel-Aviador Alfeu Monteiro é dado como metralhado pelas costas com 16 tiros. O coronel, contrário ao 31 de março de 1964, deveria passar o comando da 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, ao Brigadeiro Nelson Wanderley, que se acompanhava do Coronel Roberto Hipólito da Costa. Negou-se a fazê-lo. Atirou contra o brigadeiro, ferindo-o, no que foi alvo de um tiro fatal desferido pelo Coronel Hipólito. Fato comprovado em IPM e julgado na Justiça Militar.

O mesmo afã acusatório está no artigo de Élio Gaspari para a *Folha de São Paulo* de 3 do corrente, sobre o General João Figueiredo. "Depois de ter sido sovado na eleição de 1974, concluiu: Povo de merda, que não sabe votar". Se alguém foi "sovado em 1974" não foi João Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que não fazia política e não dava entrevista à imprensa. Sovado terá sido o presidente da Arena ou o Presidente Geisel. Quanto à frase chula, fica a dúvida, a menos que conste do Diário de Heitor Aquino que lhe "deu trinta anos de amizade". Quem disse

que o brasileiro não sabia votar foi Pelé, certa vez. Podem ser episódicas as inverdades, mas comprometem a interpretação histórica se constantes. Talvez por fatos dessa natureza é que Voltaire terá dito ao seu tempo: "Assim se faz a História."

Gostaria de acrescentar algo mais, Coronel Caruso, sobre o jornalista em tela?

Do artigo citado anteriormente, do escritor Jarbas Passarinho, poderíamos apontar dois trechos que bem demonstram a posição desse jornalista. Em um deles diz:

"No início, redator do jornal *Novos Rumos*, do Partido Comunista, foi preso."

E, mais adiante, completa:

"O jornalista, guardando, talvez, a lembrança recôndita, mas não apagada, da prisão na Aeronáutica, desforrando-se do passado, numa espécie de *vendetta* que lembra uma faceta da terra natal."

O trabalho desse jornalista, com pretensão de historiador, favorecido pelo monopólio de uma fonte privilegiada, exclusiva, pode ser considerado, como o nº 1 dos revanchistas recalcados, que destila ódio contra os que participaram da Revolução Vencedora de 31 de Março.

Do relato do Tenente-Coronel reformado Lício Augusto Ribeiro Maciel, abordando o "Caso Sônia", na guerrilha do Araguaia, destaca-se que ela foi alvejada na perna já com a arma na mão, após várias advertências, sendo avisada de que voltariam em seu socorro. No afã da perseguição e da crescente escuridão, não conseguiram achar a arma no meio do mato, que seria traiçoeiramente utilizada contra quem lhe poupou a vida. Após uma infrutífera perseguição aos demais integrantes do grupo, que se evadiram protegidos pela mata e pela noite, retornando para onde se encontrava a guerrilheira, eis que essa, quando se aproximaram, dispara alguns tiros, à queima-roupa, com a arma, então recuperada, ferindo o Tenente-Coronel Lício no rosto e o Major Curió no braço, o que suscitou a pronta reação da equipe, alvejando-a. Se quisessem matá-la, teriam feito no primeiro momento.

Salvo da morte e de ficar paraplégico, por milagre, o Tenente-Coronel Lício enfrentou o sofrimento, cirurgias, mas heroicamente voltou às ações em defesa da democracia. No entanto, recordando os ferimentos do corpo no passado não muito distante e agredido presentemente no seu sentimento pela caneta do citado escritor, comenta: "Diz Élio Gaspari que este foi o episódio mais notável da guerrilha, distorcendo propositalmente os fatos e enaltecendo o fanatismo da Sônia, o que demonstra o pouco apreço que tem pela exatidão do que escreve."

Complementa o Tenente-Coronel Lício: "Mais um erro grosseiro... O combate com o grupo militar da guerrilha foi muito mais importante, muito mais sangrento, tendo desmoralizado o movimento do PC do B."

Trata-se de uma clara vingança contra a Revolução e os integrantes das Forças Armadas, mas que ele pretende levar até o fim.

Apreciemos outro artigo, denominado "Por que anos de chumbo?", do jornalista Themístocles de Castro e Silva, de onde destacamos:

"Muita gente, particularmente os jovens, já ouviu ou leu a expressão "anos de chumbo", com a qual as esquerdas procuram identificar o governo dos generais, particularmente o do Presidente Médici, que se viu no dever de desbaratar a guerrilha e o terrorismo. Ao General Médici, ao contrário, o Brasil deve o maior programa de distribuição de renda da América Latina, dentro de uma fase de desenvolvimento econômico que ficou conhecida como o milagre brasileiro.

Mas por que "anos de chumbo", se foi um Presidente profundamente humano, voltado extraordinariamente para o social? Os trabalhadores rurais (quarenta milhões atualmente) e os empregados domésticos têm amparo da Previdência Social graças ao seu Governo. Mas vamos aos "anos de chumbo".

Estão lembrados do seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick? Para libertá-lo, os seqüestradores exigiram, primeiro, a leitura de um "Manifesto" em todas as emissoras de rádio e televisão, e, depois, um avião para deixar 15 comunistas no exterior (Argélia, Chile e México).

Para salvar a vida do embaixador, o Governo concordou com a exigência dos marginais. Tudo bem.

Pediria a atenção dos leitores para a redação do "Manifesto dos Terroristas", com esse mesmo título publicado na edição do *O Povo* de 6 de setembro de 1969 (o Presidente Costa e Silva já estava hospitalizado com grave distúrbio circulatório). O redator do "Manifesto" foi o jornalista Franklin Martins – o mesmo que, hoje, comenta política na televisão, no *Jornal da Globo* –, o qual, por ironia do destino, é filho de Mário Martins, jornalista, deputado e senador pela UDN de Carlos Lacerda, excelente cidadão, muito bem relacionado com seus colegas do Comitê de Imprensa da Câmara, entre os quais eu me incluía.

Mais uma vez, peço a atenção para a redação do "Manifesto". Aliás, para justificar os "anos de chumbo" basta o primeiro período, que é o seguinte:

"Ao povo brasileiro. Grupos revolucionários detiveram hoje, o senhor Charles Burle Elbrick, Embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum ponto do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a efeito: assaltos a bancos, onde se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; tomada de quartéis e delegacias, onde se consegue armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se liber-

tam revolucionários para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores. Na verdade o rapto do embaixador é apenas mais um ato de guerra revolucionária que avança a cada dia e que este ano ainda iniciará sua etapa na guerrilha rural."

Que tal? Qual o governo que sem chumbo enfrentaria tal situação? Observem que eles próprios, os criminosos, sem ninguém pedir, confessaram assaltos a bancos, tomada de quartéis e delegacias, invasão de presídios, explosão de prédios e "justiçamentos". Depois de tudo isso, na área urbana, informavam que, ainda naquele ano (1969), iriam iniciar outra etapa da guerra revolucionária: a guerrilha rural.

Leram com cuidado? Se possível, repitam a leitura. Então, já sabem por que nasceram os "anos de chumbo"? E, agora, me respondam: qual o governo responsável que, diante de tais crimes e tais promessas, todas já em prática, não se disporia a agir com mão de ferro? A situação permitia panos mornos? Não, evidentemente. Eram criminosos travestidos de políticos.

A guerra estava declarada e o seqüestro do embaixador, como afirmam os próprios terroristas, não era "um episódio isolado".

Governo nenhum tem noção exata de um movimento clandestino. Pode ser inexpressivo, como pode ser amplo e profundo. Ou o governo entrava para valer ou poderia levar a pior. Felizmente, a guerrilha do Araguaia não era lá essas coisas e, com poucas horas de chumbo, estava tudo desbaratado. O Partido Comunista, covarde como sempre, quis promover guerrilha com estudantes do Congresso de Ibiúna (aquele cujo local conseguiram com prestígio de Frei Beto).

Estão aí, portanto, as razões dos "anos de chumbo", que garantiram a paz da família brasileira, dando ao Presidente condições de trabalhar e realizar uma obra pela qual recebeu aplausos num Maracanã lotado. Nessa fase, dez aviões e quatro diplomatas foram seqüestrados.

Dos cinco militares da Presidência, o General Médici foi o mais sensível aos problemas sociais. Só pela ampliação do Funrural (criado pelo General Costa e Silva) seu nome jamais será esquecido dos brasileiros. Já o General Figueiredo, os professores viram garantida a volta de sua aposentadoria aos 25 anos, que FHC acabou. O Brasil teve duas fases de amplo desenvolvimento social: com o Estado Novo de Getúlio e com os militares de 1964. A esquerda morre de raiva com isso, mas é a História que o diz."

Como estaria, Coronel Caruso, o Brasil sem as hidroelétricas de Itaipu, Tucuruí e tantas outras construídas pelos governos dos generais?

Foi o que fez face ao apagão insuportável ocorrido no Governo FHC, que não disse a que veio. Oito anos perdidos!... Chamavam-nas de obras faraônicas, hoje silen-

ciam sobre elas. Aliás, desejo lembrar que, entre os revanchistas está o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Veja estas suas declarações em *O Globo*, de domingo, 15 de fevereiro de 2004:

"Temos hoje no Brasil dois riscos. Um é uma volta à visão do período militar, do Brasil-potência, reinterpretada pela esquerda. Como se isso valesse a pena para o povo. Em vez de canhão, manteiga. Isto é visto, por exemplo, nas declarações do ex-Ministro Roberto Amaral sobre a bomba atômica e de alguns setores econômico-empresariais. A idéia que o bom para o Brasil é o país ter uma presença militar e ter uma atitude agressiva com relação aos focos de poder. E isso vem junto com a visão quase mercantilista de que o bom é fechar e de que, na economia, quanto mais você exporta e menos importa melhor é. Isso é um perigo."

Veja que abordagem equivocada, totalmente irracional. É inacreditável o ponto que chegou o "revanchismo" para certos elementos, principalmente para este que passou oito anos em branco à frente de um Governo que se apequenou completamente, infelicitando o nosso País e a nossa gente. Calcado na expressão manteiga/canhão, há que se buscar o equilíbrio conveniente ao País para que seu povo não padeça de fome e que seja respeitada a sua soberania. O Governo FHC, mesmo dizendo que optou pela manteiga, não conseguiu na sua gestão que a Nação brasileira crescesse a não ser muito modestamente, retratando um desempenho preocupante, em nada comparável a do período militar, de notória expressão, medido, inclusive, pelo elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Felizmente, tem surgido pela Internet muita reação à pregação contra a Revolução de 1964, que reproduz correspondências das seções de cartas dos leitores dos jornais, artigos e opiniões. Desses, pinçamos alguns trechos, citando seus autores, procurando condensá-los neste depoimento para reforçar o nosso preito de gratidão. Nesse particular, há que destacar o inestimável trabalho do Ternuma, *www.ternuma.com.br* (Terrorismo Nunca Mais).

Não poderia deixar de mencionar neste meu relato a determinação dos oficiais da reserva, em invejável trabalho de aglutinação no V Encontro Nacional de Associações de Oficiais R/2 do Exército Brasileiro, onde foi emitida a Declaração de São Paulo, cujos signatários são presidentes das Associações de Oficiais R/2 do Brasil, reunidos em 24 e 25 de outubro de 2003, no auditório do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo, demonstrando uma preocupação com os destinos do País, e a tentativa de desmonte das Forças Armadas, onde destacam "O importante papel dos oficiais R/2, presentes em todos os segmentos da sociedade nacional", sintetizado nos seguintes tópicos:

– Fidelidade ao juramento de defesa incondicional da Pátria e suas instituições.

– Repúdio às tentativas de enfraquecimento das Forças Armadas Brasileiras.

– Atuação, em todos os níveis, para o soerguimento ético e moral da sociedade.

– Aglutinação, organização e formação de lideranças na Oficialidade R/2.

Ainda, sobre o Documento em tela, gostaria de enunciar quatro dos seus 12 posicionamentos e conceitos, emitidos por esses valorosos oficiais:

– O território nacional é intocável e será preservado com o obstinado apoio da Reserva Atenta e Forte do Exército Brasileiro, sempre que convocada para a defesa da Pátria, dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

– Como cidadãos no pleno exercício de seus direitos constitucionais, denunciam, ao mesmo tempo que repudiam, o estado de abandono a que têm sido submetidas as Forças Armadas brasileiras, com grave ameaça à sua eficácia operacional.

– Repelem, também, com veemência, as freqüentes tentativas que visam denegrir a imagem das Forças Armadas, perpetradas por maus brasileiros, cujos objetivos são sobejamente conhecidos. A opinião pública tem rejeitado tais procedimentos, conforme indicam as sucessivas pesquisas onde as Forças Armadas são apontadas como a instituição nacional que detém o maior grau de confiabilidade junto à população.

– Nós da Reserva Atenta e Forte, impulsionados pelos valores cívicos, éticos e morais assimilados em nossa passagem pela caserna, com visão de toda a problemática geopolítica nacional e internacional, faremos a nossa parte com tenacidade, idealismo e perseverança. Almejamos um Brasil democrata, soberano, economicamente desenvolvido, socialmente justo e respeitado no concerto das nações. Mas estamos atentos para, se for preciso, pugnar contra eventuais desvios de rumos. A desordem institucional, aliada à omissão dos homens de bem, é a escada que conduz os tiranos ao Poder. A sobrevivência da liberdade pressupõe um permanente estado de vigilância.

Coronel Caruso, tive a felicidade de receber e ler esta declaração dos nossos oficiais R/2. Fiquei, realmente, impressionado e o cumprimento por ter tido descortino de, no seu depoimento, fazer referência a este documento de capital importância, sobretudo neste terrível momento que estamos vivendo de insegurança, corrupção e total desalento.

Veja a validade desse Encontro, um exemplo que os nossos Oficiais da Reserva estão dando a todos os demais integrantes das Forças Armadas.

Silenciar, quando vemos o Exército e as Forças Armadas em geral apunhaladas por detratores desqualificados, é renegar as nossas mais caras tradições de coragem e altivez. A Nação, por importantes segmentos que a integram, já vem se revelando surpresa com a passividade de seus soldados nos momentos atualmente vividos, de extrema gravidade para existência nacional.

Realmente, a omissão já se fez sentir claramente. O povo, em geral, vem dizendo isto com todas as letras.

Apesar de toda a ignóbil ação dos detratores, a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Até bem pouco tempo, as pesquisas de opinião não estavam mais incluindo, como antes faziam, questões sobre o conceito das Forças Armadas emitido pelo povo brasileiro comparativamente com outras instituições pesquisadas.

Ontem, no entanto, fui surpreendido com o retorno de uma notícia sobre pesquisa do IBOPE indicando as Forças Armadas como a instituição de melhor imagem para a população brasileira, ouvidas duas mil pessoas em 145 cidades, de 7 a 11 de fevereiro de 2004.

Será que era mesmo para publicar esta realidade que vem confirmar os resultados de todas as pesquisas anteriores, aumentando a auto-estima e o gáudio dos militares?

Com os senhores, a nota do jornal *O Globo*, de quarta-feira, 18 de fevereiro de 2004 – 2ª Edição, em que as Forças Armadas ocupam o primeiro lugar entre as entidades mais confiáveis em nosso País.

Ibope: Forças Armadas têm a melhor imagem para a população

Pesquisa indica que 78% dos entrevistados são contra a Lei da Mordaça

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ao Ibope indica que as Forças Armadas aparecem como a instituição com melhor imagem para a população, com 73% da preferência dos entrevistados, seguidos da imprensa (72%), Ministério Público (58%), Igreja Católica e Evangélica (56%), advogados (56%), polícia (51%), Poder Judiciário (48%), Poder Executivo (40%) e Poder Legislativo (35%).

A pesquisa também indica que 78% dos entrevistados são contrários à adoção no país da Lei da Mordaça, que impede divulgação de casos sob investigação. A maioria dos entrevistados disse ser favorável à divulgação das informações sobre investigações e processos em que o Ministério Público esteja atuando, exceto os protegidos por sigilo. Recentemente, a Lei da Mordaça voltou a ser discutida em Brasília. Políticos do PT chegaram a defender que o Congresso reveja a legislação sobre a ação dos procuradores.

A pesquisa revela ainda que o poder de investigação dos procuradores não deve ter limite. Para 68% dos entrevistados, o Ministério Público deve apurar os crimes de corrupção, os que envolvam o crime organizado e até os casos de envolvimento de policiais. Para o presidente da Conamp, Marfan Martins Vieira, isso demonstra que as ações do Ministério Público contam com o apoio da população.

— É uma resposta a toda e qualquer tentativa de cercear o trabalho dos procuradores — disse Marfan Vieira.

A pesquisa foi realizada entre 7 a 11 de fevereiro e ouviu duas mil pessoas em 145 cidades. ■

Coronel Caruso, a palavra ainda é sua para qualquer outra consideração.

Corroborando o que tratara anteriormente no artigo "Memória Curta", mostrando as campanhas dos jornais, nas proximidades do dia 31 de março, observem que o

Jornal do Brasil de domingo, 15 de fevereiro de 2004, publicou o Capítulo 1 da série "Olhares sobre 1964, A hora da tempestade", onde se lê a seguinte apresentação da matéria, feita pelo jornalista de esquerda Augusto Nunes: "Os sete capítulos sobre um período essencial da História começam por revisitar o outono do inevitável acerto de contas." Nessa introdução, o autor minimiza e ridiculariza a ameaça: "Se faltavam planos de combate efetivos, sobrava gabolice, sobretudo nas gargantas governistas. O General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, fazia sucessivas alusões a um certo "dispositivo" capaz de sufocar qualquer quartelada ou insurreição. O Deputado pernambucano Francisco Julião se proclamava pronto para mobilizar multidões de camponeses armados. Em janeiro, num encontro em Moscou com Nikita Kruschev, líder da então poderosa União Soviética, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, resumiu a cena brasileira: "Se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato."(....) E coisa de comunista pareceu o comício promovido em 13 de março nas imediações da Central do Brasil, no coração do Rio de Janeiro, quando o próprio Jango fez o discurso principal."

Ora, se são sete capítulos e publicados aos domingos, os teremos em 22 e 29 de fevereiro, 7, 14, 21 e 28 de março. Bem a propósito. Nesse primeiro capítulo, encontram-se dois artigos como se fossem ponto e contraponto. O primeiro, do escritor Jarbas Passarinho, chamado "31 de Março de 1964", e outro, do ex-militante comunista e historiador Jacob Gorender, um terço maior, intitulado "A ditadura sem disfarces". Os títulos não foram dispostos como antagônicos, mas para se interligarem. Coincidência ou não. O "31 de Março de 1964" assinala o fato, mas não agride, diferentemente do segundo que ataca. Com o destaque dado, lê-se "31 de Março de 1964, A ditadura sem disfarces". Houve malícia na montagem? O do escritor Jarbas Passarinho demonstra um gesto de nobreza, desprovido de paixão; procura palavras para a conciliação. O do ex-militante comunista, é pura agressão; não medita erros; no final assopra amenidades. Não fala do terrorismo, da guerrilha, dos inocentes explodidos por carros-bombas e dos propósitos da tomada do Poder pela força para implantar o regime dos seus sonhos. Mas assevera que: "O AI-5 eliminou o instrumento do *habeas corpus*, colocou sob censura os meios de comunicação e conferiu amplas atribuições à Justiça Militar, com o amparo da draconiana Lei de Segurança Nacional. A impossibilidade de manifestação do pensamento e a proibição de atos de protesto conduziriam numerosos resistentes democráticos à opção pela luta armada."

No livro *Combate nas Trevas*, do próprio Jacob Gorender, se extrai que o Partido Comunista do Brasil, constituído em 1962, por facção advinda do PCB, em fins de março de 1964, enviou um grupo de militantes à China, a fim de receber treinamento na Academia Militar de Pequim para, no regresso, instalar no Araguaia

o embrião da guerra popular prolongada. Logo, não foi o AI-5, de 1968, que desencadeou a reação. Esse Ato foi a arma que permitiu neutralizar o contra-ataque feito pelos comunistas quando no processo de consolidação da Revolução Democrática, derrotados que foram em 1964. Felizmente, uma arma que evitou tantas mortes, como as havidas onde o comunismo se instalou.

Quarenta anos se passaram e o "revanchismo", calcado no domínio dos órgãos de comunicação, tem proporcionado aos perdedores de ontem inúmeras vantagens pessoais, consubstanciadas em vultosas indenizações, aposentadorias especiais e ascensão aos postos maiores do governo, mas sem triunfo algum no desenvolvimento do País, pois o subsídio maior vem sendo a dilapidação do patrimônio nacional, o desemprego, o fechamento de fábricas e lojas comerciais, a proliferação dos excluídos, que servem de argumentos aos seus discursos. Deu-se a premiação aos criminosos, enquanto se encontram esquecidos os defensores da democracia, que os combateram por imposição legal, cumprindo ordens. Mortos, mutilados e reformados. Seria justo que se criasse uma Associação das Vítimas do Terrorismo Comunista, para defender os interesses desses que foram olvidados, ficando a sugestão de que o TERNUMA, que vem oferecendo valiosa contribuição na defesa dos valores democráticos, tome a si tal desiderato.

Coronel Caruso, qual a mensagem final que gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do nosso Exército na Revolução de 31 de Março?

Gostaria de deixar registrada a minha satisfação de participar deste Projeto e muito principalmente reconhecer o mérito do nosso Exército por ter empreendido uma iniciativa de gravar para a posteridade depoimentos de tantos brasileiros, vivendo em diversos Estados da Federação, de Norte a Sul do País. Os livros que serão publicados são uma expressiva resposta aos nossos anseios expressos nesta entrevista. Outras medidas semelhantes precisam ser postas em prática. As conquistas do passado não garantem os troféus da vitória, se em mãos tíbias.

Tenente-Coronel Odin Barroso de Albuquerque Lima

- Natural da Cidade de Resende, RJ.
- Formou-se na, então, Escola Militar de Resende, RJ, tendo sido declarado, em 28 de dezembro de 1946, Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Exerceu as funções de Auxiliar de Instrutor no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e de Instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Foi Adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército.
- Comandou a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos Antiaérea.
- Foi nomeado Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.
- Atuou como Assistente Secretário do Comandante Militar do Planalto e 11ª Região Militar (CMP/11ª RM).
- No limiar da Revolução de 1964, integrou o Estado-Maior do General Augusto César Moniz de Aragão nas ações desenvolvidas na Vila Militar, RJ. Nesta ocasião, pertencia ao efetivo da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada em 4 de abril de 2002.

Coronel, que fatos gostaria de abordar sobre as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964 e a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Considero a minha participação nos pródromos da Contra-Revolução de 31 de Março, como a continuação de luta de meu pai, Major Landerico, que passou a vida inteira engajado no movimento tenentista, na busca de um Brasil grande, democrata, com igualdade de oportunidade para todos, o que o levou à prisão em 1922 e em 1924. Em 1925, nasci com ele preso. As raízes da Revolução, não tenho dúvida, que vêm de 1922, foi um fermento que obteve seus resultados em 31 de março de 1964.

A principal causa mais recente da Revolução deu-se em 1955, quando houve a famosa novembrada, com o seu auge em 11 de novembro de 1955, na qual o nosso Exército foi obrigado a tomar determinadas posições, que a maioria dos jovens não concordava.

A respeito de sua participação pessoal, o que gostaria de acrescentar nos pródromos da Revolução?

Servia na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército, onde tínhamos, como Chefe, o General Castello Branco. Os acontecimentos que vinham caracterizando o País, principalmente o Rio de Janeiro, eram de uma agitação permanente. Até desafios eram feitos, passando em frente ao QG do Exército, através de mensagens de "queremos respeito com os sindicatos", desafiando abertamente a Força Terrestre, o mesmo ocorrendo com relação às demais Forças.

A minha participação consistiu em mergulhar de corpo e alma na conspiração, vamos dizer assim, e começamos a confabular para ver se modificávamos aquele estado de coisas e, felizmente, conseguimos, com a ajuda do povo que foi para as ruas clamar por liberdade e respeito à democracia.

Coronel, vamos nos referir agora ao panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964. O que gostaria de falar a esse respeito?

Estávamos caminhando para uma república sindicalista. Os pelegos, à frente dos sindicatos e das confederações de trabalhadores é que mandavam. O senhor João Goulart aceitava tudo que faziam. O Brizola agitava, criando um clima de desassossego e insegurança. Preparavam-se para tomar o Poder, só faltava o golpe final contra as nossas instituições. A situação que o Brasil vivia era de anarquia total e de absoluta falta de autoridade. Todas as confusões eram tramadas. Greves pipocando, uma em cima da outra. Em qualquer unidade da Federação, observava-se a ação deliberada no sentido de transformar o nosso País em um estado totalitário, de doutrina marxista-leninista.

Antes da Revolução, como era a situação militar? Houve tentativas de criar cisões dentro das Forças Armadas?

Nas três Forças, houve a clara tentativa de criar cisões, inclusive através do processo de jogar os sargentos contra os oficiais, quebrando a hierarquia e a disciplina, que são as pedras basilares das Forças Armadas.

Foi um ledo engano deles, porque os sargentos, na sua grande maioria, sempre foram muito leais e disciplinados. Uma minoria é que poderia estar entrando no canto da sereia.

E o ambiente nos quartéis?

Vou falar do quartel-general, porque eu estava no Estado-Maior do Exército. Os contatos que tínhamos nos quartéis eram os melhores possíveis, trazendo a convicção de que aquela aventura de anarquia não prosperaria dentro do Exército. Tanto que, quando a contra-revolução se desencadeou, não houve mortes e todo mundo cumpriu ordens. Uma minoria inexpressiva é que não concordou com o movimento que tinha o respaldo da imensa maioria do povo.

O Clube Militar teve participação nessa fase próxima à eclosão?

O Clube Militar teve uma grande participação, porque nós nos reuníamos, constantemente em assembléias-gerais, discutíamos e havia uma grande pressão, particularmente da reserva. O pessoal da ativa se mantinha mais em silêncio, dentro dos regulamentos militares. Havia um libelo muito grande dos que não concordavam com o caminho pernicioso que o Governo Goulart conduzia o País.

Coronel Odin, vamos falar agora na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esse foi um movimento qualificado de reacionário pelos opositores da Revolução. Qual o real significado dessas Marchas?

O significado dessas Marchas foi marcante sob todos os aspectos, porque através delas, o povo, de diversos Estados da Federação, mostrou que não suportava mais aquela situação, de intranqüilidade e insegurança, que um governo irresponsável impusera à Nação. Foi através de uma delas, que uma palestra, em Belo Horizonte foi inviabilizada porque as senhoras, de terço na mão, entraram pelo auditório onde Leonel Brizola realizaria uma palestra, como se Brizola fosse o diabo, que aliás é, e correram com ele de lá.

Esse movimento cresceu em São Paulo e envolveu mais de um milhão de pessoas que foram para a rua, em 19 de março de 1964, e realizaram uma marcha empolgante. Acho que essa marcha foi o estopim e vou dizer uma coisa, que talvez

não vá agradar a muita gente, mas acho que essa marcha colocou nós militares para fora dos quartéis; com ela, fomos para a rua. As senhoras é que nos botaram na rua. Então, a mulher brasileira tem a grande responsabilidade de ter tornado o Movimento de 31 de Março de 1964 vitorioso.

O Exército foi intérprete da vontade nacional?

Tranqüilamente. Foi intérprete, sem nenhuma dúvida. O nosso Movimento foi um movimento cívico, vibrante, patriótico. As tropas, ao se deslocarem, eram vivamente aplaudidas pelo povo nas ruas. Foi uma comunhão cívica nacional. E os esquerdistas, hoje, escondem essa verdade dos brasileiros!

Coronel, havia uma revolução de cunho comunista em andamento?

Tranqüilamente, que contava com o apoio ostensivo do Governo, motivo pelo qual não podemos deixar de ressaltar que à subversão de base, vinda dos sindicatos e da UNE (União Nacional dos Estudantes), juntou-se a pior das subversões – a de cúpula –, tendo no centro o próprio Presidente da República, o que pode ser corroborado com a consulta a jornais e revistas da época.

Havia, portanto, a busca pelos comunistas da mudança de ordem institucional do País.

Via-se em andamento uma revolução chefiada pelo partido vermelho e nós nos antecipamos a essa revolução e, conseqüentemente, conseguimos neutralizá-la. Daí, o título que eu dou de Contra-Revolução de 31 de Março.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares do Movimento de 31 de Março de 1964?

Acho que o principal líder civil foi Carlos Lacerda, um homem combativo, inteligente e culto, que se antepunha à tentativa, que se malogrou, feita pelos comunistas. Teve a contribuição dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Adhemar de Barros, de São Paulo. Assim, podemos considerar esses três como os principais líderes civis.

No Exército, tenho dificuldade de dizer quem foi o líder. Para mim, o homem com quem eu participei, em quem eu confiei, com quem abracei a causa revolucionária se chama Costa e Silva. Muita gente discorda, mas meu líder se chamou Arthur da Costa e Silva.

Inclusive o Costa e Silva, para corroborar o que o senhor disse, fez uma ligação com o Médici, na madrugada do dia 1º de abril, dizendo que o QG aqui estava em pé de guerra, que havia aderido à Revolução e que precisava do apoio do

Médici. Então, realmente o Costa e Silva teve uma importância grande. Sem dúvida, foi uma liderança.

Eu servia no Estado-Maior do Exército, cujo chefe era o General Humberto de Alencar Castello Branco, que por ser um homem muito legalista, permaneceu, durante muito tempo, tentando fazer a coisa, dentro da legalidade. Mas, realmente, nas confabulações, nas nossas reuniões em que eu participava como soldado com os generais e como major junto com os tenentes que tinham sido cadetes meus, perguntava-se aos capitães e tenentes quem iria chefiar e em quem eles confiavam. Uma grande maioria falava no General Costa e Silva.

Quais os chefes militares que participaram lá em Minas Gerais e que merecem citação?

Embora, não os considere líderes no conjunto Exército, temos que agradecer aos generais Mourão Filho e Carlos Guedes por terem dado a partida; se eles não tivessem a iniciativa naquele bendito 31 de Março, além de perdermos o efeito surpresa, poderíamos dar a oportunidade de reação aos inimigos da Pátria, facilitando a contra-ofensiva aos construtores do caos em nosso território.

O Presidente João Goulart falava no esquema militar de que dispunha o Governo Federal. Por que houve o desmoronamento desse esquema?

Dentro do observatório de major, ouvíamos falar muito do esquema militar do General Assis Brasil. Vivendo ali, naquela posição, sabíamos que os homens que tinham sido colocados como comandantes de tropa, não tinham todo esse poder, não tinham liderança. Conseqüentemente, achávamos que o esquema militar do General Assis Brasil estava fadado ao fracasso, o que foi confirmado.

Como era o aspecto da chefia e liderança no Exército, nessa oportunidade, principalmente na tropa do Exército que esteve na iminência de um combate? Havia realmente uma chefia, uma liderança?

Faço uma comparação. Quando falamos de tropa militar, de Forças Armadas, não temos como fugir da seguinte posição: No Exército, o pessoal sempre foi disciplinado e atento à hierarquia, com raríssimas exceções de indisciplina. No entanto, em 1955, quando o Ministro da Guerra, o General Lott, recebeu a espada de ouro, houve uma tentativa de quebra da disciplina, considerado, por exemplo, que se um cabo fosse punido, poderia escrever diretamente para o ministro, para que sua punição fosse revista e relevada. Em conseqüência, a hierarquia e a disciplina estavam indo para o espaço.

Dentro da Marinha, houve sempre uma separação grande entre a oficialidade e as praças. A Marinha tem normas e tradições que não são as mesmas no Exército. No Exército, vamos para um acampamento, comemos a mesma comida do soldado e,

nas refeições, fazemos questão de sermos os últimos a nos servir. Em uma manobra, sentamos ou deitamos no chão, no terreno, como se fôssemos recrutas, vivendo a situação. Com o sargento há um maior entrosamento, uma maior amizade e um maior respeito, conseqüentemente. Temos que confiar naquele que está junto de nós. Na guerra, nos pelotões e nas patrulhas, o oficial sempre foi à frente. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos mostrou isso na Itália.

Na Marinha, se o comandante do navio vai para bombordo, os outros todos têm que passar para o outro lado da ponte de comando; se vai para boreste, todo mundo vai para o outro lado. Hoje, eles estão chegando à posição. Na Marinha, eles jogaram oficiais dentro d'água, fizeram horrores. Sou cunhado de três oficiais de Marinha e acho que conheço bem a mentalidade deles.

Na Aeronáutica, há uma mistura grande da nossa mentalidade, da nossa formação. Tinha o pessoal que era oriundo da Marinha, da Aviação Naval e tinha o pessoal oriundo da Aviação do Exército. Eram mais liberais, mas participaram ativamente da nossa Contra-Revolução em 31 de março.

Quanto às tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate, tivemos uma série de exemplos de liderança. Devo ressaltar, no Destacamento Tiradentes, – o que veio de Minas Gerais, Juiz de Fora, para o Rio de Janeiro – a atuação firme e admirável do General Muricy. No Vale do Paraíba, a liderança incontestável do General Médici, à frente da Academia Militar das Agulhas Negras.

Sobre os cadetes da AMAN. Como viu o emprego operacional da Academia Militar?

Quando houve a novembrada de 1955, eu era capitão-instrutor e estava no comando da AMAN um dos maiores oficiais que conheci, o Coronel Júlio Teles de Menezes, que mais tarde foi promovido a general, muito merecidamente. Dizem que foi o único general indicado por todos os companheiros, para a promoção.

Depois do 11 de novembro, foi feita uma reunião de todos os oficiais-instrutores para que o Coronel Gilberto Peçanha, Comandante do Corpo de Cadetes, analisasse o 11 de novembro e as explicações não convenceram a maioria dos oficiais.

Eu, por exemplo, não fiquei convencido e conversava muito com os outros oficiais a respeito. Tive que parar quando o Coronel Júlio Teles de Menezes reuniu os oficiais e disse: "Peço aos senhores que tomem a posição que queiram tomar, mas não envolvam os cadetes; peço isso porque tive companheiros cadetes que, em outra revolta, ficaram na miséria, perderam o curso e tudo mais." Assim, não houve emprego de cadetes e nem a AMAN, nem o seu Batalhão de Comando e Serviços participaram.

Já em 31 de março de 1964, o General Médici, Comandante da AMAN, colocou a Academia em posição no terreno, em face das tropas da Vila Militar. Achei perfei-

ta a posição dele, porque o nosso País se achava, realmente, convulsionado; estava em jogo a soberania nacional, perigosamente ameaçada pelo movimento comunista internacional.

Então, foram duas posições: a de novembro de 1955, achei válida a posição do General Júlio Teles de Menezes; e a de 31 de março de 1964, ocasião em que adorei a posição que o General Médici tomou, levando a balança a pender para o lado do Brasil, ou seja, para o lado dos cidadãos brasileiros, civis e militares, que não suportavam mais aquele repugnante desgoverno.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Infelizmente, não foram governos militares, pois acho que se tivessem sido, muita coisa teria acontecido de melhor. Acho que foram governos chefiados por oficiais-generais, mas nunca governos militares. Governo militar para mim foi o do Chile, que conseguiu levar aquele país a ser uma grande nação.

Como se portou a chamada mídia na época? Ela apoiou o Movimento? Que exemplos gostaria de citar?

Acho que a mídia, representada por quase todos os jornais do País, estava clamando abertamente por uma tomada de posição das Forças Armadas contra aquele insuportável estado de coisas a que aquele verdadeiro desgoverno levara o País. A prova é que, no dia 30 de março, o então *Correio da Manhã*, que ainda existia, fez um editorial com o título de "Basta!", que mostrava a anarquia que o nosso País estava vivendo. Quem pegar o jornal *O Globo,* de 1º de abril, vai ver as loas que ele teceu à nossa contra-revolução, assim como o *Jornal do Brasil*, em se falando do Rio de Janeiro, onde estávamos, o mesmo acontecendo no restante do território nacional.

Os jornais, de uma maneira geral, só faziam elogios à contra-revolução. Um dos erros que a Revolução cometeu foi não termos mantido a mídia do nosso lado e termos permitido que os contrários ao nosso Movimento fossem tomando conta, aos poucos, da imprensa. A Rede Globo ficou conosco até a passagem do bastão por parte do Figueiredo, quando ela mudou radicalmente de posição, mostrando a todos nós que o que ela gosta mesmo é de estar ao lado do Poder, pelas conseqüências que advêm disso. Hoje, nós não temos mídia a favor; temos que lutar contra ela.

O Globo publicou a fotografia do Fernandinho Beira-Mar, um bandido conhecido e fez o currículo dele, colocando-o como ex-soldado do Exército. Com que finalidade, a não ser denegrir o nosso Exército?

Chega a ser pândego e ao mesmo tempo ridículo!...

Cheguei a escrever-lhes perguntando por que eles não diziam, também, que o Pelé é ex-soldado. O nosso prefeito, o César Maia, também serviu no Forte de Copacabana. Por que não dizem que ele é ex-soldado?

Não há interesse! Não traz dinheiro para eles, que não vêem outra coisa a não ser compensações financeiras.

Não há interesse porque são nomes, são pessoas que mostram que o Exército tem, na sua maioria, gente de valor. Tive um comandante de bateria, o Capitão Herman Bergvist, que depois foi general, que disse uma frase que guardo até hoje: "Ai de nós se a maioria não fosse de bons."

A perda da mídia foi aqui citada como um erro da Revolução. Que outros erros e acertos devem ser enumerados?

Acho que um grande erro que a Revolução cometeu foi ter dado prazo para a extinção da penalidade de Leonel de Moura Brizola e outros. Outro se deve ao Marechal Castello Branco, ao dizer que na Justiça ninguém mexia; reabrimos o Legislativo, que mesmo funcionando, embora sob a nossa tutela, dizia um bando de barbaridades contra nós, provocando, inclusive, em 1968, Governo Costa e Silva, a decretação do AI-5.

Por outro lado, a permanência de ministros no Supremo Tribunal Federal, como Hermes Lima, Vítor Nunes Leal, que foi Chefe da Casa Civil, e Evandro Lins e Silva, dizendo horrores a nosso respeito foi outro erro da Revolução.

Tivemos vários acertos: o primeiro foi impedir a comunização do País, tanto em 1964, como de 1968 a 1973, quando os comunistas tentaram, outra vez, através da luta armada, e novamente, foram derrotados, tanto na guerrilha urbana como na rural; melhoramos na educação, no transporte, na alimentação e o progresso que tivemos no Governo Médici foi tanto que chegaram a falar em milagre brasileiro. Em 1973, por exemplo, o PIB cresceu 13,6%, o que leva a esquerda incompetente a morrer de inveja e a tentar esconder, a todo custo, um dado como esse do povo brasileiro.

O fato é que a Revolução durou de 1964 a 1984 e, em vinte anos, a nossa Revolução fez esse Brasil progredir de uma maneira extraordinária, passando a ser a oitava potência econômica do mundo, vindo da 48ª posição.

A Nova República no mesmo espaço de tempo, aproximadamente, só fez destruir, pelo menos no meu ponto de vista. O que foi feito de extraordinário na Revolução serviu para que eles enfrentassem as crises com que se defrontaram, inclusive o vexaminoso apagão, fruto da incompetência do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Acho que os acertos da Revolução, usando aquela célebre expressão: "Se colocarmos em uma balança os acertos e os erros, o prato dos acertos vai lá embaixo

e o dos erros vai ficar lá em cima." Esta é a realidade sobre a qual a tática da mídia é silenciar. A mídia só está autorizada a falar de torturas, como se os terroristas não fossem torturadores! Quem tem dúvida veja o filme que fala da vida do assassino, desertor e traidor Lamarca. Veja como ele e o seu bando mataram o Tenente Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo!...

O senhor poderia explicar por que chama o Movimento de 31 de Março de 1964 de contra-revolução?

Porque acho que estava em curso no Brasil uma revolução comunista-sindicalista e nós conduzimos o nosso movimento contra essa revolução. Por isso, que a chamo de contra-revolução.

E sobre as ações de guerrilha e de terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, colocação de bombas em quartéis e em jornais, o que gostaria de relatar ainda?

Nesse período, eles estavam realizando a tentativa de fazer a contra-revolução deles através da luta armada. Em conseqüência, quiseram desestabilizar o governo. A luta armada foi iniciada, em 1966, em Recife, no Aeroporto de Guararapes, quando praticaram o atentado contra o General Costa e Silva, em que duas pessoas morreram e mais de uma dezena ficaram feridas.

O General Costa e Silva estava fazendo a viagem de campanha como candidato a presidente. Acho que essas ações vieram a dar origem ao Ato Institucional nº 5, que foi a reação oportuna e necessária contra as ações dos comunistas, inconformados com a contundente derrota que sofreram em 1964.

Essas operações de luta armada, desencadeadas, quer no campo, quer na cidade, tinham apoio externo?

Pelo menos, a orientação revolucionária, sem dúvida.

Eu não tenho provas com relação a recursos, mas tudo leva a crer que sim. Segundo constava na época, vinha dinheiro da Cortina de Ferro e de Cuba, particularmente de Cuba. Dizem que Brizola recebeu muito dinheiro de Fidel Castro e que não aplicou corretamente. É o que se falava naquela ocasião.

Dizem que muita coisa veio de Fidel Castro e que o dinheiro entregue a Brizola, este entregou uma pequena parte para o Coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório, famoso comunista, e ficou com o resto.

O Jeferson Cardim se estrepou todo. Foi preso logo de saída, na sua primeira incursão.

Comenta-se que Brizola é chamado por Fidel Castro de *El Ratón*.

E sobre a criação daqueles Órgãos de Informações e Operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), o agravamento da Lei de Segurança Nacional. O que o senhor tem a dizer?

Achei necessários os órgãos criados, pois deram grande ajuda para que derrotássemos os comunistas. Vale o velho ditado: quem vai à chuva é para se molhar. Eles fizeram e tiveram o troco, tendo sido importante para a nossa vitória, nessa luta, o agravamento da Lei de Segurança Nacional, porque começaram a haver assaltos a bancos e mortes. Eles não eram puníveis. Então, houve necessidade e, com essas mudanças, conseguiu-se reduzir muito as ações que eles vinham empreendendo.

Hoje em dia, muito se fala em "anos de chumbo", "ditadura militar", ao se referir àquele tempo, particularmente a mídia. O que o senhor pensa a esse respeito?

Acho uma patacoada falar em "anos de chumbo" para uma época em que o País progrediu da forma como progrediu e em que o povo, exceto os terroristas, tiveram paz para viver e trabalhar. Aliás, uma época de pleno emprego, que a esquerda morre de inveja! Eles queriam dar a nós o direito de morrer; a eles, o direito de matar. Com isso, não concordamos. E respondemos o chumbo deles com o chumbo necessário para derrotá-los fragorosamente.

Sobre o termo ditadura militar digo que a ditadura que eu conheci aqui no Brasil foi a ditadura de Getúlio Vargas. Vou falar agora pelas histórias que meu pai contava em 1935, quando prenderam os comunistas na Polícia Especial. Tinha um tio comunista – o Tio Bruno, que vira e mexe estava preso e vira e mexe a minha tia vinha e pedia a papai, que era colega do Felinto Muller, para ver se resolvia o problema. Lembro que o velho falava a respeito das barbaridades que eram feitas na Polícia Central, com mortes, mesmo! O Getúlio Vargas, vejam só, que hoje é considerado pai dos pobres, não perdoava comunista. Essa foi uma ditadura civil no verdadeiro sentido da palavra.

Artur Bernardes governou o Brasil quatro anos em estado de sítio. Mandou um bando de gente para Clevelândia e outros lugares piores. Meu pai ficou preso na Casa de Detenção e saiu lá de dentro tuberculoso, indo para o Hospital de Convalescentes, quando eu vim a nascer.

Então, ditadura militar não houve. Uma pena! Acho que se tivesse havido um governo militar, muita coisa hoje, perversa para o Brasil, não estaria acontecendo. Foi uma pena!...

Outro erro que cometemos foi deixar esse Márcio Moreira Alves e outros se apossarem da mídia e escreverem barbaridades contra nós. Tem gente se iludindo com ele!

É preciso ser raposa para reconhecer as armadilhas. Maquiavel nos ensinou isso, mas não aprendemos!...

Como vê o problema da duração do período do Movimento de 1964?

Eu não posso dizer se foi pouco ou muito. É difícil. Acho que uma Revolução deve se extinguir por ela mesma, como aconteceu no Brasil. Muita coisa deixou de ser feita porque se encerrou antes, por decisão do próprio governo que entendeu que era hora de concluir a abertura de modo pleno. Aliás, para mim o que foi escancaramento!

As Forças Armadas teriam obtido vantagens durante esse período?

Não, muito pelo contrário. Se verificarem os Atos Institucionais nºs 1 e 2, vão ver que, dentro do Brasil, os mais sacrificados foram os integrantes das Forças Armadas.

A minha família inteira foi cassada: o Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, casado com a irmã de meu pai e que fora Ministro da Marinha foi cassado; seus dois filhos, um oficial intendente da Marinha, e o outro, capitão de artilharia, foram cassados. Dentro das cassações, os grandes sacrificados, no Brasil, foram as Forças Armadas.

Em termos econômicos, o pessoal das Forças Armadas não recebeu nenhuma vantagem?

Não, pelo contrário. Sempre ouvimos aquela história que somos um país pobre e, em conseqüência, o nosso Exército é pobre e, por isso mesmo, temos que ganhar pouco. Enquanto ficamos nisso, nas outras áreas as benesses são enormes. Aliás, benesses só para o lado de lá...

Qual a avaliação que o senhor faz da abertura que começou no Governo Geisel e prosseguiu no Governo Figueiredo?

Como já disse, acho que não houve abertura. Houve um escancaramento. O processo de abertura foi malconduzido desde o Governo Ernesto Geisel, e a bomba explodiu nas mãos do Presidente João Figueiredo.

A atuação política e os resultados econômicos do Governo Figueiredo desgastaram a imagem da Revolução?

Houve uma crise muito grande, que abalou o mundo todo – a segunda crise do petróleo. O General Figueiredo não podia fazer milagres e assim mesmo ele levou até o fim o seu governo, enfrentando uma conjuntura terrível, onde o preço do petróleo chegou a US$ 40 o barril, levando o Presidente a priorizar, em todo o seu Governo, o setor energético, dando especial atenção à construção das grandes hidrelétricas.

Não gostei da maneira com que ele saiu pela porta dos fundos. Ele deveria ter saído pela porta da frente, de cabeça erguida, porque, com todos os defeitos que

pudesse ter o meu querido amigo General Figueiredo, era um homem inteligente e um homem que foi de briga mesmo! Ele ajudou a fazer a Revolução, não poderia ter deixado o Palácio, pela porta dos fundos. Não foi feliz nessa sua decisão e a última impressão fica.

Sobre o "revanchismo". O que gostaria de dizer?

Acho que o "revanchismo" está latente; está em plena execução, só não vê quem não quer. Veja o caso do General-Médico Fayad, a campanha que fizeram contra ele; o Coronel Avólio, o Coronel Ustra, com aquela mentirada da Bete Mendes, que é uma figura desclassificada. Hoje, quem está dando as ordens é o Grupo Tortura Nunca Mais, da Cecília Coimbra. A Cecília falou, está falado e o Exército está sendo chamado de "grande mudo". Mas parece que começou a falar agora, na Ordem do Dia desse ano, com o General Gleuber Vieira, a qual, aliás, foi muito feliz.

Hoje, você entra num táxi, puxa um assunto, sem dizer que é militar, normalmente ouve o motorista dizer que tem saudade dos militares, que tinha segurança, que ganhava o seu dinheiro sem correr riscos, que as coisas podiam aumentar um pouco, mas que tinha o seu dinheiro, porque havia ordem e tranqüilidade para trabalhar e que hoje a luta é muito grande e a segurança nenhuma. Assim, acho que o "revanchismo" existe em elevado grau, mas o povo continua achando que as Forças Armadas são a entidade que merece o maior respeito e a sua admiração, gozando da maior receptividade junto à opinião pública.

Deveríamos fazer uma campanha grande contra essas notícias que são dadas publicidade em jornais. O jornal *O Globo* não publicou uma linha favorável sobre o 31 de Março, muito ao contrário, referiu-se à data, anarquizando, dizendo que nada tinha a falar. Temos que falar, sim! Temos que ter o direito de resposta. Devemos processar quem caluniar as Forças Armadas! Tenho certeza de que assim vai diminuir essa campanha!

Não podemos ficar só na defesa. Temos que atacar também, mostrar quem é quem. Faço parte do grupo "Terrorismo Nunca Mais", sou um dos vice-presidentes. Estamos fazendo um trabalho que acho válido. Estamos com um ano e pouco; não temos nem dois anos na Internet e já estamos com mais de 60 mil visitas às nossas páginas.

Vamos mostrando a realidade dos fatos. Não sei se estão lembrados de uma reportagem de um tal de Caco Barcelos, um repórter da Rede Globo, em que ele conta uma história fantástica de um ex-soldado que participava das ações do SNI e que presenciara um coronel entrar em uma sala e matar um casal com tiro na nuca. Nós levantamos aquilo. É a maior mentirada. Esse ex-soldado era desertor do Exército, onde não ficou oito meses. O casal assaltou um carro pagador junto com o

atual Ministro da Justiça Aluisio Nunes Ferreira e fugiram com o dinheiro do assalto. Aliás, o dinheiro ficou com o Aluisio.

Esse casal e o atual ministro naquela época eram, portanto assaltantes?

Eram. Na época o Aluisio, que hoje é o ministro, era assaltante, era terrorista. Chegou a ser motorista do Marighela, o homem da cartilha da guerrilha urbana.

Já é ex-ministro.

Ele saiu, vai ser candidato a deputado, agora.

Esse casal, fugindo para Minas Gerais perdeu a direção do carro, entrou debaixo de um caminhão e esse Caco Barcelos montou uma série de histórias mentirosas. Entregamos os dados ao Olavo de Carvalho, que preparou um artigo muito bem escrito, mostrando a grande farsa. Corre o tempo e o tal de Caco Barcelos recebe o Prêmio Embratel de Reportagem, por esse trabalho. É brincadeira!...

Aquele conhecido comunista Evandro, fichado, de *O Globo* morreu deixando de providenciar para que a documentação, que lhe foi entregue, fosse levada ao Caco Barcelos, e o desmentido não ocorreu. Agora, o Roberto Marinho, que viveu nas tetas da Revolução, não manda mais no *O Globo*; quem manda é o Márcio Moreira Alves e outros. Infelizmente, há coleguinhas nossos amigos do Márcio Moreira Alves. São inocentes-úteis ou idiotas?!

O senhor poderia dar o endereço do site do seu grupo?

É www.ternuma.com.br

Gostaria de falar alguma coisa sobre a lei de anistia, aprovada pelo Governo Figueiredo?

Quem fez a lei foi o Geisel. Eu não sou contra a anistia. Tenho uma carta do meu pai preso. A carta não foi para mim; foi para um cunhado dele. Tenho três ou quatro cartas e fotografias. Para se ter uma idéia da mentalidade dos tenentes, do tenentismo e a nossa mentalidade de hoje, meu pai, preso, escreveu dizendo que não queria nem ouvir a palavra anistia, porque não queria ser confundido com a canalha sórdida e bernadesca que dela se valeu no Exército.

Então, acho que a anistia é necessária, mas anistia significa esquecimento. Nós nos esquecemos dos bandidos, mas os bandidos não se esqueceram de nós. Os bandidos, hoje, estão no governo fazendo o que Cecília Coimbra determina. Estão, aí, Leonel Brizola solto, esse tal Aluisio Nunes Ferreira, Ministro da Justiça e agora é candidato a deputado. Veja, aonde chegamos! Tem um tal de Teodomiro, que matou covardemente um sargento da Aeronáutica, com um tiro na nuca, encontra-se como juiz do trabalho em Pernambuco, se não me engano.

Então, que diabo de anistia é essa? Só para bandidos? E aqueles que defenderam o Estado contra os terroristas? Agora os bandidos somos nós?

E o comunismo desapareceu?

Não. O comunismo continua imperando, principalmente aqui no Brasil. O Brasil está sempre cinqüenta anos atrás. O comunismo terminou, mas aqui, no nosso País, cresceu com vários nomes: PSB, PPS, PC do B, PCB etc. Está aqui no Brasil e sendo revigorado na Europa.

A imagem do nosso Exército vem apresentando, através de pesquisas, ampla aceitação e o primeiro ou segundo lugar entre todas as entidades consideradas. O que o senhor acha disso?

Acho isso formidável, apesar de que a mídia, em geral, não publica. É difícil os jornais de grande circulação publicarem um resultado de uma pesquisa que nos seja favorável. Não adianta falarmos somente para o público interno; temos que falar para o público externo.

Outro dia o jornal publicou que o Exército dispensava os recrutas com dengue. A maneira como eles publicaram não esclarecia que os dispensados eram conscritos, em processo de seleção, embora, na mesma notícia, o jornal dissesse que os atuais soldados seriam tratados pelo Exército.

Silenciam sobre notícias positivas da Instituição. Então, temos que enfrentar esse pessoal que, através de mentiras e farsas, depõem contra nós na mídia. De que forma? Confesso que não sei os recursos que temos, mas acho que botar um processo em cima de um pilantra desses seria fundamental.

Finalmente, Coronel, qual a sua mensagem final a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964?

Tenho um orgulho muito grande por ter dela participado. Acho que foi um bem enorme para o País. Entendo que, na situação em que estamos hoje, o povo vai pedir socorro, não demora muito e nós, mais uma vez, vamos fazer um novo 31 de Março, que, para mim, hoje, é uma das maiores datas que o País viveu.

É preciso que façamos sempre justiça à Revolução pelo que ela representou e representa para o Brasil. Mostrar que fizemos um bem extraordinário à Nação, não permitindo que a canalha vermelha, que continua dizendo as barbaridades que dizem, por enquanto impunemente, a comunizasse.

Não podemos ficar calados; este Projeto e o trabalho do Ternuma são os primeiros passos, importantes sob todos os aspectos.

Tenente-Coronel Orestes Raphael Rocha Cavalcanti

- Natural da Cidade de São João Del Rey, MG.
- Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tendo sido declarado, em 20 de dezembro de 1956, Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui os cursos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Como Extensão Universitária, freqüentou na Universidade Mackenzie, São Paulo, o Curso A Política de Segurança Nacional, ministrado por membros integrantes do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Exerceu todas as funções de combatente e administrativas atribuídas ao Oficial da Arma de Artilharia nas diversas organizações militares em que serviu. Foi, também, Oficial de Informações (S/2) no 2º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (2º GCan 90AAe), em Quitaúna, Osasco, SP.
- Pertenceu ao Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército/SP (DOI/CODI/II Ex) e comandou o Destacamento de Informações da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército, Curitiba, PR.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Oficial Subalterno da 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (1ª/1º GACosM), Niterói, RJ.

Entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2001.

Tenho o maior prazer e a honra de estar aqui prestando esta pequena colaboração e fornecendo certos dados que podem ser valiosos para o futuro, porque servem também para contestar muitos argumentos que os derrotados em 1964 e, depois, na luta armada (1968-1974) têm divulgado e que carecem totalmente de fundamento. Não sou o "dono da verdade", mas um militar que ama o seu Exército e que sempre procurou cumprir com as suas obrigações da melhor maneira possível. Aqueles que comigo serviram podem ratificar o que estou dizendo.

A minha vivência no Exército data de muitos anos porque o meu pai era militar, oficial do Exército, e o meu avô também participou, como voluntário, da Guerra do Paraguai. Tenho a carta patente dele até hoje (pergaminho) assinada por Dom Pedro II, o que me honra muito.

Coronel podia dizer o nome deles?

O meu pai era Orestes Cavalcanti e o meu avô era Clementino Pereira Passos Cavalcanti. Espero que esta minha contribuição pequena seja de real valia, porque a darei de bom grado e com muita sinceridade.

Depois do preâmbulo do Coronel Orestes, vamos perguntar ao nosso colaborador: que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenvolvimento?

A respeito dos antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964 tenho a dizer que, nessa época, era 1º-Tenente de Artilharia, praticamente começando o oficialato. Servia na 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, no Forte do Imbuí, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de março de 1964, o então Major João Carlos Marques Henrique Netto, Comandante da organização militar, reuniu os oficiais e participou que a situação no País estava tensa e que poderia se degenerar em confronto armado entre simpatizantes de João Goulart e as forças democráticas do Exército Brasileiro. E decidiu que todos os oficiais e sargentos, exceto um sargento, que não gozava de sua confiança – ele foi depois alvo de um Inquérito Policial Militar, e, por coincidência, quem foi encarregado desse IPM fui eu mesmo – deveriam permanecer armados vinte e quatro horas por dia. Os oficiais ficariam acordados durante a noite e dormiriam, revezando-se, durante o dia. Não estava descartada a possibilidade de atacarmos a organização militar aquartelada no vizinho Forte Barão do Rio Branco, cujo comandante Major Queiroz, apoiado pelo Capitão Jacson, que era sabidamente comunista, tinha por norma tentar aliciar outros militares, inclusive intimidando seus comandados.

Ele ficava dando indiretas quando em conversa informal, mesmo na presença de funcionários civis do Forte, inclusive para os oficiais. Ele insinuava que aqueles

que não estivessem de acordo com ordens emanadas da Presidência da República, vindas de João Goulart, poderiam se dar muito mal.

Levaríamos nossas famílias para o Forte do Imbuí e lá constituiríamos um ponto forte de resistência a qualquer investida das forças comunistas. Ali, poderiam contar com um esquema militar na sublevação de organizações militares das Forças Armadas, contra aquele Governo irresponsável.

Quanto aos oficiais e praças, iniciamos uma preparação psicológica principalmente com os soldados, que foi intensificada quando da eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964, em Minas Gerais. Nessa oportunidade, substituímos a Polícia do Exército na guarda e segurança do quartel-general da Infantaria Divisionária da 1ª Região e na 2ª Circunscrição do Serviço Militar, em Niterói, por ordem do General Lisboa, Comandante daquela Grande Unidade. Fizemos isso, porque o General Lisboa chegou lá e não gostou do apronto da tropa, embora fosse pessoal especializado para fazer guarda. A verdade é que ele depositava muita confiança na organização militar aquartelada no Forte do Imbuí, ele que era a maior patente hierárquica, naquela época, na guarnição de Niterói.

Esse alto padrão atingido pela nossa Bateria, muito devemos ao nosso Major João Carlos Marques Henrique, era um senhor Comandante, um homem querido, ele era o nosso líder, além de chefe.

Sou amigo dele até hoje, com muito prazer. Ele fez uma coisa muito inteligente, muito democrática: ele reuniu os oficiais da unidade para sabermos qual a atitude que iríamos adotar naquele momento de definições. Lógico que a decisão cabe ao chefe, mas como ele era um chefe voltado para o diálogo, ele ouviu a opinião de todos. Ele quis ouvir a opinião de todos, o que o deixou seguro de que todos estávamos prontos para cumprir as suas ordens, que sabíamos ser no sentido da total repulsa ao quadro de ódio e de insegurança criado por aquele Governo, visando, claramente, à comunização do País.

O Presidente João Goulart foi afastado porque traiu a confiança do povo e esteve prestes a deixar que fosse adotado, no País, o regime comunista, que escravizaria os brasileiros, tornando o Brasil mais um satélite da União das Repúblicas Socialista Soviéticas.

A Rússia era quem comandava todos os passos dos infelizes países que integravam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os alienígenas que estavam aqui no Governo muito se empenharam para alargar o poderio de Moscou com a incorporação à sua órbita da maior nação da América Latina. As Forças Armadas demoraram a interferir para depor o Presidente, apesar do quadro político e sócio-econômico caóticos plenamente configurado, onde as greves eram constantes, os

protestos de categorias eram diários, os alimentos de primeira necessidade começaram a faltar mesmo enfrentando-se filas imensas. As pessoas permaneciam nas filas durante toda a madrugada para conseguir um litro de leite.

As ameaças das guerrilhas rurais eram constantes, devido à organização das "Ligas Camponesas", enquanto, nas cidades, a guerrilha urbana começava a se desenhar, não só usando os "grupos dos onze", como também a massa estudantil que seguia a UNE, reforçada pelos operários, atiçados pelos sindicatos e pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores da Indústria, do Comércio, dos Transportes etc., coordenados pelo Comando Geral de Greve, transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em agosto de 1962.

Tudo acontecia sob a complacência e o apoio velado do Presidente e com o incentivo ostensivo do cunhado Leonel de Moura Brizola. Como aconteceu com Kerenski, em 1917, na Rússia, eliminado pelo companheiro Lênin, tudo indicava que isso ocorreria no Brasil com Jango Goulart, o primeiro que seria eliminado com a implantação do regime comunista, porque ele não tinha liderança.

Vários estrangeiros estavam infiltrados, plantados na sociedade brasileira. Como exemplo, citamos o casal russo Sônia e Ivan, conhecidos, no Brasil, por Stela e Heinz, fazendo-se passar por alemães.

A Faculdade Nacional de Filosofia era sempre freqüentada por um senhor de idade, estrangeiro, que se dizia alemão e que todos os dias ia àquele educandário para jogar xadrez. Quando eclodiu o movimento revolucionário, ele desapareceu e ninguém até hoje sabe nada a respeito dele.

No dia 30 de março de 1964, véspera do Movimento 31 de Março de 1964, o estudante Antônio Carlos Silveira Alves foi ferido, acidentalmente, por um tiro quando recebia instrução de uso de arma de fogo dentro de uma das salas de aula da Faculdade Nacional de Filosofia, o que pode caracterizar bem que a revolução comunista se encontrava em andamento. No início do fato do tiro acidental, o membro do Partido Comunista e também aluno Antônio Carlos Faria Pinto Peixoto, que ministrava a instrução, se opôs a que o ferido recorresse a um hospital para que não denunciasse e não desse informações a respeito do assunto.

Só no dia seguinte é que ele foi atendido no Hospital Miguel Couto, sendo que correu um boato muito forte de que ele tinha morrido, sem ter sido atendido. Isso é prova suficiente que Alfredo Sirkis está errado ao dizer que tudo começou com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto no restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968.

O calabouço era um núcleo tremendo de comunistas e mantinha ligação com a Faculdade Nacional de Filosofia, cuja atuação tinha um âmbito enorme, muito vasto,

alcançava vários pontos aqui do Rio de Janeiro, mantendo ligação permanente com várias outras faculdades.

Em alguns dias daquele ano, quando estava, no Rio, a serviço, assisti àquela turba de estudantes no Centro da Cidade, quebrando tudo por onde passavam. Inclusive as lojas comerciais que não tinham tido tempo de fechar as suas portas. Era uma multidão incontida, raivosa, verdadeiras hordas.

Voltando no tempo, a arregimentação na Faculdade Nacional de Filosofia se dava até mesmo antes do candidato à Faculdade se tornar aluno. No pré-vestibular, a quase totalidade dos professores pertencia à Organização de Base do Partido Comunista Brasileiro ou, no mínimo, fazia parte dos chamados aliados ou simpatizantes.

Eram gentis e prestativos com os freqüentadores do pré, oferecendo-lhes livros, fazendo favores pessoais etc., tudo com a finalidade de arregimentá-los para a Organização de Base do PCB na Faculdade Nacional de Filosofia.

Dentro das normas gerais de ação adotadas pelos comunistas num primeiro estágio, deviam procurar fazer com que o aluno quebrasse os seus vínculos com a família e por esse motivo o membro do partido comunista Pedro Celso Uchoa Cavalcante Neto, anterior inclusive ao inquérito da Faculdade Nacional de Filosofia, mas que levantamos na época, fundou o "clube da cueca" que nada mais era que um apartamento para encontros com a finalidade de alunos da Faculdade Nacional de Filosofia realizarem relações sexuais de acordo com quem estivesse lá disponível.

Alguns anos depois, quando aquele aluno comunista saiu da Faculdade, foi então criado pelo aluno membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Antônio Carlos Faria Pinto Peixoto o "clube do amor livre", que funcionava de maneira idêntica ao "clube da cueca".

Outro tipo de arregimentação usada pela Organização de Base (OB) da Faculdade consistia no fato de alunos de melhor nível, de boa estampa, aqueles que eram extrovertidos, simpáticos convidavam os alunos do sexo oposto e que eram muitas vezes menos bonitos, não tão bem apessoados para assistirem reuniões da OB. Então, aqueles alunos ficavam enaltecidos com essa deferência e começavam assim a freqüentar aquelas reuniões da organização de base e à medida que o candidato a aluno ficava mais digno de confiança era levado a participar de reuniões de maior importância.

Tudo isso era muito atraente para o jovem, principalmente para as moças que estavam ávidas de liberdade "entre parênteses" sexual. Porque nós vivemos aqui numa metamorfose da nossa sociedade, num estágio em que essa condição de liberdade sexual foi colocada num patamar muito alto.

Havia informações na Faculdade para desenvolver uma técnica para fabricar líderes, isso era muito fácil. Eram instruções que vinham da Rússia, porque nós

pegamos na Faculdade Nacional de Filosofia muitos documentos vindos da Rússia com orientação do Partido Comunista russo.

Então uma das maneiras de se fazer líderes era essa de o aluno ouvir as aspirações de todos os alunos. Então, um queria que a Faculdade fosse pintada, outro queria que tivesse futebol após as aulas. Cada um queria uma coisa: que a cantina fosse melhorada etc. E aquele, que ia ser fabricado como líder, ouvia aquelas aspirações todas e, no momento oportuno, ele defendia aquilo tudo. E ficava simpático a todos porque os alunos diziam: "Puxa, ele falou nesse ponto que eu gosto, que eu achava que devia ser." Então, esse era um artifício que se usava para se fabricar líderes.

Isso tudo me foi possível conhecer porque estive de fevereiro de 1965 a janeiro de 1966 à disposição do Inquérito Policial Militar (IPM) da Faculdade Nacional de Filosofia.

Em 1966, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP) entraram em acordo para dividir entre eles o comando dos diretórios estudantis das faculdades que pudessem ter representações de alunos. Nem todas as faculdades podiam ter representações, ter grêmios. Então entre essas que podiam ter grêmios, o PCB e a AP dividiram, ou seja, quem ia pertencer a um ou a outro.

A Faculdade Nacional de Filosofia naquela época mantinha ligações com vários outros elementos comunistas de outras faculdades como o restaurante do Calabouço e com o Ministério da Educação. Havia, por exemplo, uma aluna, Regina do Prado, que era secretária de finanças da organização de base...

De abril de 1969 a novembro de 1970, exerci as funções de Oficial de Informações (S2) do 2º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, em Quitaúna, Osasco, SP. Nessa época, inclusive, fui muito feliz na minha atuação como S2, porque indiquei, para a rede de informações do Exército, como provável área de guerrilha do desertor e traidor da Pátria, Capitão Carlos Lamarca, que servia no 4º RI, em Quitaúna, ao lado do meu quartel, a área de Sete Barras, Barra do Turvo e Registro. Isto veio a se confirmar depois.

De maio de 1971 a março 1973, fiquei à disposição do DOI/CODI do II Exército. Quero lembrar que a minha indicação e de mais dois companheiros foram as primeiras indicações nominais para o DOI/CODI do II Exército. Até então a indicação era quantitativa. Chegava no quartel a mensagem: Deveis providenciar a apresentação de um capitão... e a partir da indicação desses dois companheiros e a da minha, começaram a ser as indicações nominais. Porque na realidade aquela organização era de uma seriedade absoluta e havia a necessidade de que alguém quando fosse prestar o seu serviço ali tivesse o seu nome examinado sob vários ângulos, porque,

para o DOI/CODI, acontecia, às vezes, de irem oficiais ou sargentos e não permanecerem lá uma semana, sendo recambiados para a tropa de volta...

Não tinham as características necessárias, exigidas.

Quando cheguei lá, o nosso comandante me deu a opção de fazer o expediente de 24 por 48 horas ou então fazer oito horas diariamente de expediente. Ia cuidar da parte administrativa. Era o terceiro mais antigo da organização e fui com mais dois outros oficiais. Preferi, por uma conveniência pessoal, fazer o expediente de oito horas diariamente. Porém, não fui encaminhado para essa função administrativa. Foi um outro companheiro e fiquei como um dos três elementos que, na época, dava o serviço de oficial de permanência que, naquela época, também cumpria todas as missões, normalmente quando o expediente acabava tais como análise, investigações, prisões etc.

Desta maneira, foi que "levantei" vários elementos que foram presos por nós e que estavam completamente envolvidos, inclusive pertencentes a grupos de tiros etc., como foi o caso do Luís Merlino que era do POC (Partido Operário Comunista). Luís Merlino tinha chegado da França e estava em Santos, quando mandei uma das minhas equipes de busca e apreensão prendê-lo lá em Santos. Ele tentou, ainda, se evadir da sua casa pelos fundos, mas nós trabalhávamos muito bem. Era muito difícil fugir da mão da gente e ele foi preso nessa época. Mais tarde, infelizmente, segundo soube que ele veio a falecer, porque tentou fugir. Isso às vezes acontecia. Uma vez, um elemento que era de uma organização terrorista foi "cobrir um ponto", traduzindo: foi a um determinado lugar para se encontrar com outros terroristas e ele, apesar de estar algemado e com um agasalho cobrindo as algemas, se atirou embaixo de um caminhão e morreu em Pinheiros.

E houve uma exploração, logicamente, de que nós tínhamos matado o indivíduo. O motorista do caminhão diariamente ia ao DOI, porque estava preocupado em ter matado o rapaz. Sabíamos, tínhamos certeza absoluta, que ele não tinha culpa nenhuma, porque foi o rapaz que se jogou para não se entregar a ninguém.

Verdadeiro kamikaze.

É, foi um *kamikaze*. Foi um homem suicida mesmo. Então, para terminar essa primeira parte, queria dizer ainda que trabalhando no DOI, levantamos até a imprensa comunista daqui do Rio de Janeiro. Às vezes, tínhamos elementos em quatro estados do Brasil de uma só vez, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. São Paulo porque havia uma rede de comunicações, o que, aliás, acho que é muito saudável. Nos dias atuais, em que o narcotráfico domina, acho que devíamos ter um órgão central, uma espécie de DOI. Acabamos com o terrorismo no Brasil, doa a quem doer. Por isso, eles vivem falando em torturas, para justificar a

clamorosa derrota das numerosas organizações voltadas para a luta armada no confronto com os nossos DOI.

Exatamente. Hoje, estão aí os bandidos fazendo o que querem, porque não há uma coordenação.

Não há, infelizmente. Dei instrução de segurança graciosamente nas minhas horas de lazer, porque fazíamos parte da comunidade de Osasco, porque o quartel em que fui S2 estava em Quitaúna, local pertencente ao município de Osasco, 10º em arrecadação do País. Arrecadava mais do que muitas capitais do Brasil e Osasco era um barril de pólvora. Em colaboração com as indústrias de Osasco, dei instrução de segurança de manuseio de armas, fazia um perfil psicológico e mandava em envelope lacrado para o representante de uma das indústrias de Osasco. Mandava as informações que podia colher a respeito daqueles elementos de segurança, que eram muitos, que iam lá com a finalidade de ter instrução comigo.

E foi assim que descobri que tinha um sargento da Marinha, que havia sido expulso por subversão no Nordeste, e estava trabalhando como segurança de uma das grandes indústrias lá de Osasco, se não me engano a Braseixos ou a Cobrasma.

Creio que essas duas firmas pertenciam ao empresário Luiz Eulálio Bueno Vidigal, que foi Presidente da FIESP, de 1979 a 1982, quando lá servi. Não sei se ele continuou no cargo.

Eram firmas de grande porte.

De maio de 1979 a abril de 1980, fui Comandante do DOI da 5ª RM/DE, 5ª Região Militar e Divisão de Exército. Bom, aí o procedimento, o comportamento do DOI era completamente diferente do que fora em anos anteriores, quando prevaleciam as operações de informações, os confrontos com os terroristas. Então, ali, fazíamos mais o quê? Fazíamos mais era um trabalho de informações, algumas vezes infiltrando elementos no meio civil. Cheguei a alugar uma casa e fazer a mesma coisa que os comunistas faziam nos aparelhos. Colocavam dois terroristas, um homem e uma mulher para dar aquele aspecto de família etc. A mesma técnica usei lá em relação ao DOI, para obter informações e infiltrar-me na sociedade de Curitiba. Lamentavelmente, nessa época, não fiz muita ligação com outras cidades do Paraná e de Santa Catarina porque a nossa verba ficou curta... Era importante fazer essas viagens, ainda mais com a vivência que tinha nesse campo, a fim de manter um contato constante com os nossos companheiros na área de informações para eles nunca serem surpreendidos.

Aproveitei o dinheiro da verba que era destinada a combustível e a gastos com viagens e comecei a construir o muro nos fundos do DOI, porque até então não havia muro. Consegui, pelo menos, levar até mais da metade, porque havia uma enorme carência de dinheiro para qualquer tipo de melhoramento que quiséssemos

fazer. Sempre foi muito escassa a verba para o Exército, mas, nessa época, com os reflexos da segunda crise do petróleo, a coisa piorou sensivelmente.

A Revolução "cortou na própria carne" em todos os aspectos.

Tivemos o tempo todo carência de recursos. Então, de maio de 1979 a abril de 1980, quando fui comandante do DOI da 5ª RM/DE, não tenho muita coisa para falar a respeito, pois o ambiente já estava bem mais calmo, estava tudo sob controle. Fiz uma das viagens com uma das terroristas conhecida por Linda Taiá. Antes de ingressar na clandestinidade e no terrorismo, ela morava na Rua Cerqueira Daltro, em Cascadura. Ela se amasiou com Milton José Barbosa, radiotelegrafista da 1ª Região Militar, servindo no Quartel-General do Exército, onde estamos realizando esta entrevista. Ele recebeu ordem de Brasília para que a autoridade superior daqui – o Comandante do I Exército – detivesse determinados oficiais, por ligações feitas com organizações comunistas. E ele o que fez? Como ele era comunista também, avisou aos oficiais e caiu na clandestinidade adotando nome falso. Deixou a carreira e tudo em benefício dos princípios ideológicos que defendia.

Foi esse tipo de pessoal que enfrentamos, um pessoal obcecado, obstinado, onde a ideologia era colocada em primeiro lugar. O camarada deixava a profissão, deixava tudo, a família, pai, mãe impregnado pela ideologia que em nada se assemelhava aos princípios que norteiam a Pátria brasileira.

Mais tarde vou ter a oportunidade de me referir a esse tipo de problema: da quebra dos vínculos da pessoa com a família. Milton Barbosa, o sargento que caiu na clandestinidade, utilizou como um dos lugares para exercícios de tiro de arma portátil, a praia de Itaipuaçu, que naquela época, era muito deserta. Houve um tiroteio entre os seus quadros e o pessoal do DOI de São Paulo, do II Exército, e ele faleceu em decorrência desse tiroteio e aquela moça, Linda Taiá, que era professora primária, foi atingida por um disparo na altura do frontal, perdendo uma parte do osso. Ficou muito tempo presa conosco no DOI de São Paulo, depois se recuperou.

Inclusive quando foi presa, estava grávida e ela teve a criança lá dentro do DOI. Isso veio a desmentir os maus-tratos que muitos diziam que praticávamos contra as pessoas presas. Até a própria esposa do nosso comandante, do então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, ia lá dentro do xadrez, muitas vezes, para conversar com as moças que estavam presas e passeava com elas no pátio. Então, tinha todo esse tom de humanidade e que, infelizmente, os meios de divulgação do País jamais propalaram nada dessa natureza. Tínhamos que ter divulgado toda essa verdade, inclusive do DOI que não perdeu o seu lado humano, como estou relatando, apesar de ter enfrentado os mais perigosos terroristas, que foram os que atuaram em São Paulo, durante a Operação Bandeirante (OBAN).

Perguntaria ao nosso Coronel, quais as raízes da Revolução de 31 de Março?

No meu entender, as raízes do movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964 se reportam a um período anterior a 1922, ano da fundação do Partido Comunista Brasileiro. Então, tivemos a Revolução Russa em 1917, e de lá para cá surgiram os adeptos do comunismo, seduzidos por essa ideologia enganosa.

Tanto isso é verdade que quando caiu o Muro de Berlim, ficou bem caracterizado que a Alemanha Ocidental estava cem vezes à frente da Alemanha Oriental. Nunca, nunca, ninguém quis fugir da Ocidental para a Oriental. Sempre se pulava o muro para cá.

Como nunca vi ninguém fugir no mar bravio, com tubarões, em barcos frágeis, de algum país, só de Cuba. Somente em Cuba que o pessoal foge pelo mar, desesperado...

Arriscando a sua própria vida.

Como a mãe desse tal garoto que eles fazem tanta propaganda que morreu fugindo do regime. Somente de Cuba, alguém foge em barcos tão frágeis, sem nenhuma segurança, para tentar se ver livre?

Um grande risco de vida, porque aquela área do mar do Caribe é infestada de tubarões. Veja que regime maldito que leva as pessoas a arriscar tudo para se ver livre daquele inferno!

É uma região característica de abalos sísmicos, maremotos, terremotos.

Agora mesmo houve um terremoto em El Salvador. É uma região de abalos sísmicos, de terremotos, maremotos etc. Fugindo do inferno, o cara joga tudo e, felizmente, muita gente conseguiu chegar a Miami.

O Partido Comunista Brasileiro fez várias tentativas para implantar o comunismo no Brasil, principalmente nos anos de 1935 e 1964, e, mais a frente, em pleno período da Revolução de 1968 a 1974, ano em que as organizações comunistas, na sua grande maioria, já tinham sido derrotadas pela ação dos nossos DOI/CODI.

Em 1935, houve a primeira manifestação mais significativa para acabar com a democracia em nosso País – a Intentona Comunista. Em 1962, houve uma dissidência no PCB (Partido Comunista Brasileiro), sendo que o João Amazonas continuou no partido e o Maurício Grabois se afastou, fundando o Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentro da linha chinesa.

Que é a linha da revolução armada.

A mais violenta linha que não aceita a via pacífica, mantida pelo PCB naquela época, ou seja, tomada do Poder, através da subversão, da agitação e da propaganda.

Muita gente se esquece de que a China quando se tornou comunista e quando a Rússia foi lá dizendo para eles lhe pedirem a bênção, o chinês disse: "Olha, quem

manda aqui na China somos nós." A China o que era? Era um conjunto de cidades afastadas umas da outras, onde havia pequenos reis que dispunham da vida e da morte de seus súditos. Mao Tsé-tung, muito inteligentemente, apelou para esse artifício – o comunismo. Para quê? Para unificar a China e aí veio essa revolução cultural etc., já bem difundida. Então, na China, o comunismo conseguiu a unificação de todos os chineses do continente em torno dessa ideologia, evidentemente a ferro e fogo. Não tenho dúvida de que foram cometidas muitas barbaridades em nome disso. Ficou de fora, apenas a China Nacionalista, hoje Taiwan.

Inclusive a própria implantação do comunismo na China, devemos lembrar, deu-se quando o país estava em plena Segunda Guerra Mundial e o comunista, ao invés de defender a sua pátria, a China, dentro do conflito mundial, ele se valeu do fato de o País estar em guerra, para "minar" e tomar o Poder, enquanto os chineses lutavam na Segunda Grande Guerra. O comunista não tem compromisso com o país, e sim com o sistema comunista internacional.

Exatamente.

A ideologia é internacional, eles são internacionalistas.

Eles se valeram do conflito mundial em que a China estava envolvida.

Mao Tsé-tung fez a coluna e foi agregando camponeses que não tinham outra opção, bem característico da técnica comunista de agir, adere na marra, como eles ameaçavam fazer por aqui, em 1963 e 1964.

Exatamente, como queriam fazer aqui no Brasil em 1964, provocando o caos. Quando a pessoa não tem para onde ir, nem como resistir aparece alguém acenando com uma única bandeira, que não admite contestação, bandeira do partido único, se apresentando como o dono da verdade e não deixando espaço para outra opção.

Além disso, como o Exército, as Forças Armadas chinesas estavam em ação, quando passava a coluna de Mao Tsé-tung, não havia quem defendesse o camponês, que era obrigado a aderir, porque senão aderisse, ele seria sacrificado e não havia ninguém para defendê-lo, porque o Exército regular estava em guerra.

Essas revoluções comunistas elas se fazem muito facilmente porque até fazendo uma blague, uma ironia, é só mandar as pessoas que são contra levantar o braço e põe no paredão. Aí, fica todo mundo favorável. Quem foi contra já morreu.

Então, em 1962, houve essa dissidência do PCB e o João Amazonas continuou no partido e o Maurício Grabois afastou-se, fundando o PC do B, de linha chinesa, que era a da luta armada. De 1966 para 1967, uma ala vermelha do PC do B organizou um grupo de guerrilha rural no Araguaia, em Chambioá, ao sul do Pará, neutralizada pelo Exército Brasileiro, em 1973 e 1974. Até disseram que as forças militares matavam todo mundo, mas o José Genoíno está vivo para provar o contrário.

Eles não gostam do Médici porque ele derrotou todos esses movimentos urbanos e rurais. A guerrilha derrotada no Brasil continua viva na Colômbia, separando o País em facções. E nós, felizmente, conseguimos eliminar esse movimento.

O movimento do Araguaia, descoberto em 1972, só foi totalmente derrotado pelo Exército Brasileiro em 1974. Esses partidos comunistas são engraçados, volta e meia, eles têm os rachas: o cara que explode tudo, diz que quer ser mais violento e outro que diz que não deve ser tanto. Eles vivem criando novos partidos, mas todos rezando na cartilha comunista.

Criaram o PCBR.

É, mas eles todos, em primeiro lugar, "se dão às mãos", pois é o objetivo deles. Depois, é que vem a briga "intestina" a briga interna.

Porque todos querem mandar.

Exatamente, então eles têm essa vaidade. Em 1968, o Mário Alves e outros dissidentes do PCB fundaram o PCBR que é o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Após a renúncia do Jânio Quadros, em 1961, com a ascensão de João Goulart ao Poder, ficou criado o caos no País, no primeiro trimestre de 1964, sobretudo em março, dando ensejo a uma situação favorável para que fosse estabelecido o comunismo.

É isso que ninguém diz. Dá a impressão de que o Brasil estava calmo, tranqüilo, e as Forças Armadas, então, se apoderaram do Governo, quando, na verdade, a situação era completamente oposta, com conflitos generalizados, quase que diários.

Ninguém produzia no País, anarquia geral, greves diárias em todos os pontos até nas padarias e, naquele momento, alguém teve que fazer alguma coisa quando chegou a um ponto de minar a disciplina dentro das Forças Armadas. Foi, aí, que eles se deram mal, quando as Forças Armadas não aceitaram aquilo, impulsionadas pelo povo, assustado com as afrontas às instituições.

Em resposta a tudo isso, surgiu o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, que foi uma conseqüência, não foi uma causa, pois a causa foi a existência de uma revolução em curso, em acelerado andamento.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido politicamente em dois: democracia e comunismo. O comunismo intensificou suas ações de propaganda e domínio de vários países. Vimos a Hungria pedindo socorro ao mundo e ninguém socorreu, e ela foi comunizada. Eles entraram na Tchecoslováquia e em todos os países daquela área, criando a Cortina de Ferro, protegida pelo Pacto de Varsóvia.

Polônia, que fez a guerra contra os nazistas e antes do término do conflito já estava dominada por outro regime totalitário tão pernicioso como o que fora derrotado com a participação altiva dos poloneses.

A Polônia é a eterna sofredora. Digo isso porque a minha avó era polonesa, apesar de ter vindo com nove anos para o Brasil. Ela era, talvez, mais brasileira do que muitos brasileiros. Sofria na Polônia e sofreu mais tarde com essa incursão do comunismo no início da década de 1960 na direção do Brasil. O mapa mundial estava se tornando cada vez mais vermelho nessa época. Olhávamos para o mapa e víamos que ele estava sendo comunizado paulatinamente.

Sobre esse aspecto aqui abordado sobre o problema da Polônia, ouvimos, no Projeto anterior, um ex-combatente polonês que nos falou sobre a Segunda Guerra e sua participação como capitão do Exército. Quando terminou a guerra ele teve que fugir para a América, porque não pôde voltar para a Polônia. Ele participou da guerra contra o alemão, contra o italiano, contra o eixo, lutando pela democracia, e o País dele se comunizou, envolvido pela União Soviética, o que o obrigou a vir para a América do Sul. Imagine o que é um homem lutar, enfrentar uma guerra e depois não poder voltar para o seu país por vê-lo, de repente, nas mãos de Stálin.

Os analistas políticos da época, da Segunda Guerra Mundial, já estavam esperando que isso fosse acontecer. Depois da divisão do mundo, nessas duas facções, uma democrática e outra comunista. E as próprias cidades e povos que eram libertados corriam para o lado do Ocidente, fugindo do domínio soviético.

Exatamente a bipolaridade.

Com um dos pólos querendo aumentar o seu poder através do movimento comunista internacional, presente nos quatro continentes.

Gostaria de fazer um adendo ainda a respeito da Segunda Guerra Mundial: o Brasil como um País democrático, religioso, tinha que adotar medidas que sustassem as possibilidades de que ele e outros países da América do Sul fossem comunizados.

Porque, na realidade, não é querer ser prepotente, mas o Brasil é um País continente e tenho a impressão de que se descambasse para um lado, o mesmo aconteceria com toda a América do Sul.

Coronel, acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, o que gostaria de acrescentar?

Anteriormente a 31 de março, o panorama político no País era desalentador. Jânio Quadros, eleito por grande maioria de votos, em sete meses de governo cometeu pecados capitais, condecorando com a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul Che Guevara – emissário encarregado de difundir o comunismo nos países sul-americanos

e, finalmente, renunciando em 25 de agosto de 1961. Foi uma nuvem de péssimo tempo que passou pelo Brasil. Infelizmente, esse pândego traiu o povo brasileiro. Foi votado maciçamente e traiu todos os ideais do Brasil: de liberdade, de democracia, de tudo que é bom e saudável.

As Forças Armadas garantiram a ordem no País após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, permitindo a posse de Raniere Mazilli, que era o Presidente da Câmara dos Deputados. João Goulart que estava na China em visita após 13 dias, também teve a sua posse garantida pelas Forças Armadas, com a mudança do regime de presidencialista para parlamentarista, conferindo-lhe menos Poder, porque ele não era confiável e provou isso. Era muito pior do que se imaginava!

Coronel, havia de fato um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Isso era quase que total. O novo Presidente João Goulart, despreparado e alvo de desconfiança por parte dos militares e das elites brasileiras, adotou procedimentos populistas. Lamentavelmente, nós militares, tivemos que atender aos anseios do povo e depô-lo, para trazer novamente a paz e a ordem ao nosso Brasil.

Falei em procedimentos populistas adotados pelo Presidente da República. Começou a surgir essa dupla pressão – do Governo, de cima para baixo, e dos movimentos sindicais e estudantis, de baixo para cima. Achatando o quê? A classe média que é o amortecedor da democracia e ela faz o papel do "capitão no corpo de tropa". Ela lida com o pessoal de maior e de menor categoria hierárquica, ela é o termômetro porque está no meio.

Exatamente, daí se chamar o capitão de oficial do círculo intermediário.

É por isso, exatamente! Muito bem chamado de oficiais intermediários que são do círculo dos capitães. Para o estabelecimento da incômoda situação política que João Goulart adotou, ele contava com a colaboração do seu cunhado, que é esse anarquista, que nós conhecemos, Leonel Brizola.

As greves cada vez eram mais constantes e começava a faltar alimentos para o povo, o racionamento alcançou índices maiores do que na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial eu era criança, mas não me lembro de faltar leite como faltava nessa época do Jango. Tinha que ficar durante a madrugada na fila, alternando com a minha sogra, para conseguir um litro de leite para as minhas crianças. Faltava feijão, arroz e outros gêneros alimentícios.

Por isso, insisto em dizer que hoje querem dizer que aquilo era um mar de rosas, mas, na verdade, faltava até leite para as crianças. Porque nada se produzia no País, sempre em greve, com os transportes sem funcionar, não deixavam o povo chegar ao local de trabalho.

Nada funcionava, era só greve, greve de tudo.

Greve em apoio a outras greves, greves de solidariedade, uma tremenda anarquia.

No campo, eram as "Ligas Camponesas", semelhante ao Movimento dos Sem Terra (MST), que vive invadindo fazendas e prédios públicos, fazendo tudo que querem, sem a menor reação das autoridades responsáveis.

Hoje o problema fica restrito a um grupo – o MST – que faz o que quer e não há punição para eles. A autoridade se omite, vergonhosamente. Naquela época, o grevismo era um fenômeno que envolvia todos os sindicatos, todas as categorias.

Era generalizado. Hoje é particularizado, é específico, obedece a ideologia comunista e que busca objetivos eminentemente políticos, usando um enorme grupo de infelizes inocentes úteis.

Exatamente, mas conta fundamentalmente, como naquela época, com o beneplácito do Governo.

Ahhh! Completamente.

Como viu a posição da Igreja com relação ao Governo Goulart?

Na verdade, o que aconteceu foi a participação, em 1964, da Igreja ativamente nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, cansada de tanta baderna, de tanta greve, ela comungava das mesmas idéias da grande maioria do povo brasileiro que pedia a intervenção das Forças Armadas.

Posteriormente, o que houve foi uma infiltração, uma importação de padres estrangeiros, terrível dentro da Igreja e dos seminários, padres que não tinham o menor compromisso com a consecução dos nossos objetivos nacionais, o que continua acontecendo hoje, elementos cujos interesses conflitam com os interesses do Brasil.

Em pouco tempo, aquilo que eles quiseram fazer com as Forças Armadas em 1964, fizeram com a Igreja logo depois. Apareceram figuras que justamente levaram a Igreja para outro caminho, como Helder Câmara, Evaristo Arns, os da chamada Igreja "progressista", "progressista" entre aspas, era a igreja da subversão e do apoio à luta armada, representada em sua maioria por estrangeiros, que continuam atuantes hoje, como são os tais freis, Beto e Boff, o primeiro grande amigo de Fidel Castro e o segundo um dos defensores da teologia da libertação, que mistura cristianismo com marxismo.

Até hoje, esses dois falsos religiosos continuam o seu trabalho de destruição da Igreja Católica...

Lembro-me de que a atuação da Igreja nos anos que se seguiram ao Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964, que a Igreja apoiou, tornou-se de contestação.

Aí vieram os "padres de passeata" que participavam das passeatas da mazorca, da anarquia de 1967 e 1968.

Eles faziam a contestação aos governos exercidos por militares na Presidência da República, valendo-se dos padres ditos progressistas e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que praticamente ensejaram o aparecimento da Ação Popular (AP) tida como comunismo católico, que foi exatamente fruto da infiltração dos comunistas na Igreja Católica.

O que se passava no meio militar, antes de 1964? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Havia um descontentamento generalizado das Forças Armadas por parte de oficiais e sargentos pelos rumos que o Presidente impunha ou tentava impor ao País. Poucos oficiais e sargentos eram simpáticos ou solidários a João Goulart. O que havia era uma preocupação de uma parcela de militares com a obediência à Constituição, mas não mais com a intensidade de 1961. Somente na Marinha de Guerra, houve manifestações violentas favoráveis ao Presidente Goulart em face dos marinheiros usarem como veículo de agitação o Sindicato dos Marítimos para dar vazão à desordem e à insubordinação, o mesmo acontecendo com os fuzileiros navais incentivados pelo Comandante do Corpo, o pândego Almirante Aragão.

No Forte Barão do Rio Branco, em Niterói, o Major Queiroz, Comandante da organização militar, era comunista e contava com a simpatia do Capitão Jacson, que, como isso, tentava aliciar e intimidar alguns de seus oficiais para a causa deles.

Corria "a boca pequena" que o Comandante da Bateria de Artilharia de Macaé, também, era "comunista de carteirinha". E o Comandante do 4º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo (4º GCan 90), de Niterói, nutria uma forte simpatia pelo Governo, por motivo de amizade com João Goulart.

O Clube Militar e congêneres eram radicalmente contrários ao João Goulart. Todos já sabiam, desde 1961, que ele não seria capaz de governar o País, com o mínimo de aceitação, apenas as Forças Armadas aceitaram, por força da tese da legalidade, dar posse a Jango.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução no dia 31 de março?

Os acontecimentos que provocaram a Revolução de 31 de Março de 1964 foram, principalmente, o comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, e a reunião realizada com os sargentos, no auditório do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

A Marcha da Família com Deus pela a Liberdade, em 19 de março 1964, na Cidade de São Paulo, constituiu-se na maior manifestação popular havida até então no Brasil e reuniu uma multidão de cerca de um milhão de pessoas em defesa das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo.

Outras marchas, com o mesmo título e os mesmos propósitos, foram realizadas em outras cidades brasileiras e a mais expressiva foi a do Rio de Janeiro que reuniu mais de um milhão de pessoas em comemoração à queda do Governo Goulart. Para comprovação desses fatos, é suficiente recorrer aos jornais da época.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

As Forças Armadas são constituídas de pessoas do povo – são os brasileiros fardados, crentes em Deus, patriotas – que sempre fizeram, ao longo dos anos, defender os anseios do povo de respeito à democracia, à liberdade, à ordem e à lei. Tenho um colega que hoje é Coronel de Artilharia que foi engraxate na Central do Brasil. Queiram ou não os nossos inimigos "o Exército é o povo em armas".

O Exército é a Força Armada com o maior efetivo e se constitui na maior organização do Brasil, porque conta com unidades, distribuídas em todo território nacional.

Com um Batalhão – 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS) – e mais de vinte pelotões na nossa linha de fronteira, permanece dando vida a muitos lugares onde começa o Brasil.

As Forças Armadas e, particularmente, o Exército, formam o braço forte que atenderam à vontade dos brasileiros desde 19 de abril de 1648, em Guararapes, no Brasil Colônia, derrotando e expulsando os holandeses de nosso território.

Havia uma Revolução em andamento no País, na década de 1960, de cunho comunista?

Pelo menos era o que dizia o próprio Luís Carlos Prestes – um dos maiores traidores da Pátria, cognominado pelos comunistas de o "cavalheiro da esperança". Durante os vários anos em que viveu na Rússia, ocupava uma casa de quatro quartos. Tinha a sua subsistência e da sua companheira garantidas, recebendo ordenado de Moscou e passagens de avião gratuitas. Tudo isso proporcionado pelos comunistas.

Ora! Sabíamos que, naquela época, em uma casa de quatro quartos na Rússia, deviam morar quatro famílias. Veja a credibilidade desse homem entre os marxistas–leninistas. Com as informações cedidas por Luís Carlos Prestes aos russos e à União Soviética, era fácil colocar informantes no Brasil a serviço do comunismo. Vimos isso há alguns anos, no *Globo Repórter*, só que ninguém mais parece que se

lembra disso. Tenho a fita gravada comigo sobre aquele casal comunista que era espião aqui no Brasil.

Nos seus cálculos, os comunistas estavam no Governo e buscavam o Poder a todo custo através da revolução que implantaria aqui a "ditadura do proletariado".

Inclusive, nessa própria fita, existe também uma entrevista com um major que é meu xará, Major Orestes, que fugiu de Cuba num avião e levou a família para os Estados Unidos. Ele dá uma entrevista nessa mesma fita. A fita está à disposição do Projeto.

Agradecemos a boa vontade.

Quando eclodiu o Movimento de 31 de Março de 1964, foram detidos vários chineses. Muita gente também não se lembra disso. Eles estavam de posse de muitos dólares e canetas-revólveres calibre 32. Estive com essas canetas na minha mão, na época que estava à disposição do inquérito policial militar da Faculdade Nacional de Filosofia e andava sempre em contato íntimo com o SNI e, através do SNI, cheguei a manusear essas canetas.

Eram canetas como essa aqui, como uma caneta comum. Tinha percursor que ficava travado, era do tipo dessa técnica que é usada com essas canetas multicores, que a gente abaixa uma e prende. Então, puxava-se como se fosse um gatilho ao chegar perto do sujeito para matá-lo. Servia para fazer a eliminação seletiva, atividade em que era muito usada. A pseudocaneta-tinteiro era muito empregada no terrorismo seletivo.

Quando eclodiu o Movimento de 31 de Março, estavam cheios de dólares e com essas canetas, e a única coisa que aconteceu na época é que eles foram expatriados, recambiados lá para a China, foram expulsos do nosso País.

Imagine esses camaradas agindo dessa forma em Cuba quando a revolução venceu – iriam todos para o paredão.

Exatamente, não tinha conversa.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Olha o Poder Legislativo não se opôs ao movimento armado e transformou-se em colégio eleitoral. O Presidente ainda se encontrava no País quando o Congresso declarou o cargo vago. Quer dizer que eles estavam de pleno acordo com a Revolução. Na época em que o Governo constituído optou por certas cassações de deputados e quando da adoção dos atos inconstitucionais, o Congresso já começou a se mostrar reacionário.

O Poder Judiciário, como estava antes da Revolução, permaneceu exatamente o mesmo, sendo que o Supremo Tribunal Federal nunca protestou contra as cassações

e outras medidas de exceção, traduzindo, com essa atitude, com esse consentimento, apoio à Revolução, conferindo-lhe legalidade institucional.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

As entidades tachadas de esquerdistas, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação), a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio), logo após o início da Revolução de 31 de Março de 1964 ficaram desarticuladas durante algum tempo. Mas esse pessoal da esquerda, os comunistas, eles não param jamais de trabalhar, então, eles podem levar uma "solapada", uma derrota, mas eles buscam se reestruturar. Então, ficaram desarticulados, mas não foi por muito tempo.

Em fins de 1965 e em 1966, já estavam reestruturadas e organizadas algumas dessas entidades, a ponto de entrarem num acordo de dividir os diretórios acadêmicos das faculdades entre o Partido Comunista Brasileiro e a Ação Popular (AP).

O próprio professor Faria Góes, que era Brigadeiro Médico da Aeronáutica da reserva e Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia me disse: "O bloco democrático está muito bom e a eleição quem vai ganhar é o representante do bloco democrático." Ele acreditava nisso e eu o avisei...

Eu só o chamava de professor, que é muito honroso. Eu lhe disse: "Professor, quem vai ganhar lá na sua Faculdade é uma representante da Ação Popular, é Maria Olívia Chagas e Silva. Ela não precisava necessariamente ganhar a eleição para presidente. Nesses órgãos, havendo uma ou duas figuras para convencer as outras, é o bastante." Porque elas conduzem as outras. Não é preciso que um diretório tenha todos os seus elementos comunistas, basta um ou dois que o levem a adotar atitudes comunistas. Bastava, portanto, um ou dois, porque eles são extremamente atuantes. E, pelos menos, um, em cada diretório, era estudante profissional, principalmente a partir de 1968.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Vou ser muito sintético porque desconheço qualquer auxílio externo. Trabalhei em informações durante muito tempo e jamais esbarrei com qualquer documento ostensivo ou sigiloso que fizesse referência a solicitação ou oferecimento de auxílio externo de qualquer tipo.

Desconheço, realmente, qualquer auxílio externo, em especial dos Estados Unidos, para o Movimento de 31 de Março de 1964. Poderia contar com a simpatia de outros países, mas foi um movimento genuinamente brasileiro.

A que atribuir o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo João Goulart?

O chamado esquema militar do governo federal não refletia a vontade popular. Ia de encontro ao espírito de paz e de liberdade que o nosso povo temia perder com a adoção do comunismo. Nesse tal esquema, havia carência de lideranças com alguma expressão.

Reinava entre os militares, principalmente entre os oficiais, uma insatisfação generalizada com os rumos políticos adotados por João Goulart.

Quanto ao aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais, em especial das tropas do Exército da 4ª Região Militar, do II Exército e da AMAN, que estiveram na eminência de um combate, como é que o senhor aprecia esse aspecto?

O aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais das tropas que fizeram a Revolução – forças da 4ª Região Militar, do II Exército e da AMAN – pôde ser bem apreciado, prevalecendo ali a razão, o bom senso e a coragem, características que sempre nortearam o comportamento dos militares brasileiros.

Conseguimos aqui no Brasil com uma "canetada" libertar os escravos, enquanto que, nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma guerra fratricida de dez anos para conseguirem isso. Então, o nosso povo é isso e tivemos a adesão à Revolução sem ocorrer um disparo sequer.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma manifestação sincera e definitiva de repúdio ao comunismo. A ideologia nacional sempre foi anticomunista em defesa dos direitos consignados na Constituição, de liberdade e de paz.

Se lembrarmos que o Brasil combateu a Alemanha com o seu nazismo, a Itália com o seu fascismo e não aceitou o integralismo, aqui internamente, ficam reforçados os ideais democráticos dos brasileiros, manifestados pela fração fardada do povo, que se chama Forças Armadas.

Como viu a atuação da imprensa em 1964? A chamada mídia apoiou o Movimento?

A mídia, liderada pela imprensa escrita, apoiou o Movimento integralmente. Se verificarmos os jornais da época, vamos encontrar uma infinidade de artigos apoiando, batendo palmas não só as Organizações Globo, como toda a imprensa de uma maneira geral. Rendendo loas a Revolução, mostrando que todos eles estavam de acordo em considerar a Revolução, com um grande feito realizado no nosso País.

Em seu entendimento, quais foram os benefícios que a Revolução trouxe para o País?

Aqueles que detêm o Poder hoje fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução de 1964. Assim como de enfatizar os prejuízos que ela teria causado à Nação, dando vazão a um comportamento revanchista, vingativo e covarde, sob os auspícios de um patrulhamento ideológico injustificado.

Alinho como acertos principais da Revolução:

– ter evitado a comunização do Brasil;

– ter neutralizado e extinguido o terrorismo no País;

– a elevação do País a oitava economia do mundo, tirando-a da 48ª posição;

– a significativa redução da inflação;

– a ausência de desemprego;

– o restabelecimento de respeito a autoridade constituída;

– o aumento do PIB de cerca de US$ 78 bilhões em 1963, com 76 milhões de habitantes para US$ 270 bilhões em 1985, com 130 milhões de habitantes. Um aumento de US$ 1 mil para US$ 2 mil de renda *per capita*;

– a capacidade de geração de energia elétrica passou de seis megawatts para mais de quarenta;

– as rodovias federais pavimentadas passaram de 12 mil para 55 mil km.

– a indústria naval chegou a ser considerada uma das maiores do mundo, indicada por alguns como sendo a segunda entre todas;

– o crescimento com índices muito significativos da produção de petróleo e siderurgia;

– a pesquisa de fontes alternativas de energia, metanol e álcool;

– a adoção de um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para civis – FGTS;

– a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH;

– a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), anseio que remontava ao tempo do Império;

– a criação do Projeto Rondon e do Mobral;

– a construção da Rodovia Transamazônica que caiu no vazio por falta de visão de presidentes na dita Nova República, principalmente a partir de 1990.

O PIB praticamente quadruplicou, de 1963 para 1985. Todo mundo, inclusive os estrangeiros, falaram do milagre brasileiro e essa esquerda hipócrita não dá valor às nossas coisas. Ela tem inveja desse período!

Vale a pena repetir que a capacidade de geração de energia elétrica passou para mais de 40 MW. Se não houvesse esse impulso da energia elétrica no País provavelmente não hoje, mas já há muitos anos, estaríamos aqui com o racionamento de energia elétrica. As rodovias federais pavimentadas, volto a destacar, passa-

ram de 12 mil para 55 mil quilômetros. Há que ver o seguinte: quando saí Aspirante, a minha turma de Engenharia toda foi comemorar o seu aspirantado no mato. A turma toda de Engenharia foi servir no mato, fazer estrada para o Brasil onde não tinha o mínimo de conforto.

Temos que nos lembrar de que não é de hoje que grande parte das rodovias e até ferrovias do Brasil foram construídas pelo Exército Brasileiro.

Outro ponto, a indústria naval chegou a ser considerada uma das maiores do mundo. Esses estaleiros que estão fechados hoje, todos eles funcionavam e a pleno vapor. A indústria naval aqui chegou até ser indicada na época como sendo a segunda do mundo.

Vale destacar que a pesquisa de fontes alternativas de energia foi de extrema valia. O metanol ficou aqui também em estudo durante muito tempo e ficou a dúvida se adotaríamos o metanol ou o álcool. O metanol poderia até ser retirado do eucalipto mostrando que somos um País realmente abençoado pela natureza.

Enquanto nosso eucalipto fica adulto com dois, três anos de idade, lá na Suíça, por exemplo, um eucalipto para ficar adulto demora 16 anos. Então, temos aqui esse potencial todo energético para ser explorado.

No Brasil, ficou uma máquina, que tenho conhecimento, funcionando em Itapetininga, durante oito anos, mesclando metanol e óleo diesel, porque nada acontece por acaso. Esse programa de álcool, programa de metanol, não apareceu de uma hora para outra, isso aí é resultado de muito trabalho, é fruto de muitos anos de pesquisa.

A adoção do FGTS foi muito bom para os civis. A criação do Banco Nacional da Habitação, o BNH, que atendeu, de maneira adequada, a uma boa parcela da nossa população que pôde viver a realidade da casa própria.

É importantíssimo esse aspecto que beneficiou muita gente, inclusive o meu primeiro apartamento comprei através do BNH.

Moro numa casa também e tive o apoio do BNH para poder ser proprietário, porque era difícil realmente. Houve uma abertura muito grande para isso.

A construção da Ponte Presidente Costa e Silva que é a Ponte Rio-Niterói, anseio de cariocas e fluminenses que remontava ao tempo do Império. Enfrentei, muitas vezes, as barcaças de Niterói e era horrível. Agora, imaginem vocês, se não houvesse uma ponte Rio-Niterói, como é que seria essa situação aqui do Rio de Janeiro e Niterói, teríamos que continuar passando por Magé ou fazendo a travessia em barcas ou lanchas.

Quantas noites a gente passava em claro na fila para atravessar a baía.

Eram horas que a gente esperava a barcaça; ficava na fila dormindo.

Ficava na fila dormindo dentro do carrinho.

Isso mesmo. E passava horas e horas.

Felizmente, naquela época não havia assalto; se fosse hoje, ia ser todo mundo assaltado.

Naquela época não havia assalto.

Se fosse hoje, você não ia poder entrar na barca, porque não ia ter dinheiro para entrar, não é isso? Hoje é assim. É impunidade, é o bandido solto, não é isso?

É verdade. Outro ponto que alinhei também...

Direito humano é só para bandido hoje. E tem muito espertalhão ganhando um dinheirão por defender bandido!

É, exatamente. Um dos itens que gostaria de abordar se refere à ausência de desemprego. Havia muito emprego naquela época. Tivemos pleno emprego em 1972 e 1973.

A partir de 1990, outro ponto que nos preocupa se refere à Amazônia que foi relegada a plano muito secundário. No meu entender, a Amazônia precisa urgentemente ser ocupada por brasileiros. A Amazônia pede socorro: quer ser ocupada não por estrangeiros, mas por brasileiros, porque a Amazônia é nossa! A Amazônia pertence aos brasileiros. Esta é uma luta de todos, não só das Forças Armadas.

O Exército está, há quase quatrocentos anos, presente na Amazônia, com suas Unidades, sempre com muito pouco apoio, principalmente na faixa de fronteira. Quantas cidades no Brasil nasceram por causa de aglomerações que foram feitas em torno de organizações militares? Quantas cidades existem?

Mas a partir de 1990, como aqui se disse, a Amazônia foi abandonada.

Esses últimos governos só sabem demarcar reservas indígenas contínuas nas fronteiras, o que é extremamente condenável pelos reflexos negativos para o desenvolvimento e para a segurança nacional nessas áreas extremamente importantes do nosso território.

A política indigenista demonstra a incapacidade da Funai de resolver qualquer problema com seriedade...

Os revanchistas querem achincalhar a construção da estrada Transamazônica. Os governos de presidentes militares compreendiam a importância da Transamazônica. A partir de 1990, os governos vêm demonstrando que não entenderam o alcance da Transamazônica, que seria uma via de povoamento para a nossa Amazônia. Temos que tomar posse daquilo.

O Uti possidetis *foi válido no passado; é válido no presente e o será no futuro. A Bolívia ficou no Altiplano e perdeu mais da metade do seu território! Não há vácuo de poder, ensina a nossa Escola Superior de Guerra!*

É verdade.

Coronel Orestes, a Revolução cometeu erros? Em caso positivo, quais foram?

Como erros da Revolução, aponto, em primeiro lugar, permitir que o Brasil permanecesse muito tempo com presidentes militares. Seria politicamente melhor, se mais uma vez, os militares entregassem a Presidência da República a um civil, através de eleição direta ou indireta, e continuassem na sua posição de guardiãs da Pátria e da Constituição, o que poderia ter sido feito ao término do Governo Médici.

Segundo, a falta de comunicação e propaganda nos meios castrenses e de caráter geral para o povo. Terceiro, deixar de promover melhorias nas Forças Armadas, dando prioridade absoluta para o desenvolvimento, deixando a segurança em segundo plano, principalmente no Governo Geisel. As nossas organizações militares ainda usavam viaturas que fizeram a campanha da Itália, 35 anos após finda a Segunda Guerra Mundial. Teríamos que crescer muito mais na expressão militar do Poder Nacional. É sempre bom lembrar que as grandes potências do mundo mantêm as suas Forças Armadas estruturadas e atualizadas. Quarto, deixar de preparar melhor a juventude para o futuro com um trabalho mais convincente da necessidade de civismo, do culto à Pátria.

Isto é fundamental, como também, o equilíbrio entre as cinco expressões do Poder Nacional: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica.

Coronel, "os sucessos econômicos" obtidos pela a Revolução de 1964 durante a década de 1960 e, particularmente, durante a década de 1970, foram os maiores em toda a história do Brasil. Por que tudo isso não é lembrado, não é divulgado atualmente?

Na minha opinião, os chamados revanchistas demonstram um firme propósito em tentar desmoralizar os militares e solapar os seus direitos. São aqueles que não conseguiram comunizar o Brasil, devido à ação enérgica das Forças Armadas, mas se instalaram no Governo e nos meios de divulgação nacionais. Para eles, não seria conveniente ressaltar os sucessos econômicos como também as conquistas sociais da Revolução de 31 de Março. Eles preferem falar de torturas, esquecendo-se de que a maioria dos seus amigos terroristas foram torturadores confessos, até em filmes nacionais, como no que mostra a morte a coronhadas do Tenente da Polícia Militar/SP Alberto Mendes Júnior, amordaçado, para evitar o estampido dos tiros.

Como foi possível, no mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional, ocorrer em nosso País, um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

O milagre brasileiro ocorreu devido ao empenho e à honestidade dos presidentes militares cujo interesse primordial era o bem-estar da Nação, excluídas as

vaidades pessoais e o desejo de se promoverem. O oficial das Forças Armadas é um idealista com muito boa formação cívica, comprometido perante a Bandeira do Brasil de dar a vida pelo seu País.

O combate maior ao comunismo foi exercido principalmente pelos DOI, pelos Destacamentos de Operações e Informações, que aliviaram as organizações militares das constantes situações extraordinárias da tropa e permitiram tranqüilidade para que os governantes trabalhassem. A guerra dos combatentes sem fardas, entre legalistas e comunistas subversivos, ficou restrita aos órgãos de repressão e aos comunistas marginais, permitindo que o País continuasse a crescer.

A chamada "batalha da comunicação" social foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A chamada "batalha da comunicação" social foi perdida pelos governos revolucionários, com reflexos até os nossos dias, porque os mesmos deixaram de fazer a difusão dos seus acertos e a defesa de seus possíveis erros e excessos. Deveriam ser analisados, item por item, os acontecimentos ligados ao período revolucionário e, logo após, desencadeada a divulgação dos fatos em todo território nacional.

O que gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha rural e de terrorismo, praticadas por extremistas comunistas?

Não sei se seria inteligente ou politicamente certo deixar de negociar a liberdade de embaixadores estrangeiros por comunistas, que eram atuantes, mas que estavam presos no momento da exigência da troca. É muito desagradável, incômodo, desumano, expor a vida de um inocente, mas os diplomatas que representam os seus países no estrangeiro, além das missões positivas de confraternizações e celebrações mútuas de acordos políticos, não deixam de ser informantes, para não dizer espiões, junto aos países onde estão oficialmente credenciados. Podemos, talvez, encará-los como se fossem combatentes burocráticos, porque fazem parte do contexto.

Quando do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrik, eu era S2 do 2º GCan 90 AAe, aquartelado em Quitaúna, Osasco. Tive a oportunidade de externar a seguinte opinião a um dos oficiais da 2ª Divisão de Infantaria em São Paulo: "Se cedermos às exigências dos seqüestradores, a técnica irá se repetir." Como, de fato, aconteceu.

Lembro que existem países que não negociam com seqüestradores. Em relação a guerrilhas rurais, tivemos tempo para nos organizar, neutralizá-las e destruí-las.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades com prejuízo para a divulgação do pensamento de segmentos da sociedade brasileira. O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Durante o processo revolucionário chegou a haver uma tênue censura à imprensa, ao direito de expressão e a algumas manifestações artísticas. Todavia, estava muito longe de se comparar com a sistemática adotada durante a ditadura Vargas.

Esse emprego de "ditadura militar" está completamente malcolocado. Houve realmente uma ditadura, mas civil. Vivi ainda sob os auspícios da ditadura Vargas. Era criança, mas sei de muita coisa que aconteceu. Estive também na época da posse do Frondize, na Argentina, e vi como era a ditadura lá. Era um policiamento ostensivo nos restaurantes, ninguém levantava nem a cabeça quando estava comendo no refeitório. Esse era um ambiente de pavor, aqui não havia nada disso, o ambiente de pavor foi só para os terroristas.

"A cada ação corresponde uma reação igual e no sentido contrário."

É uma lei que não falha.

Houve até festivais de canções, uma porção de protestos...

Futebol no Maracanã, o Médici aplaudidíssimo pelas duas torcidas. Os esquerdistas derrotados escondem essa grande verdade.

Afirmo, que aqui nesse País não houve ditadura no período revolucionário iniciado em 1964. Ditadura só para os criminosos que, hoje, andam dando entrevistas, até na televisão, como na Rede Bandeirante, sorrindo, sobre os crimes que cometeram. Falando de como agiam no horário nobre. Em que ponto nós chegamos!...

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Concorda com esse ponto de vista?

É uma afirmação completamente descabida. A luta armada incentivada por países comunistas, como Cuba, por exemplo, tinha a finalidade de desestabilizar o Governo, provocar o caos, promover insatisfação e causar pânico ao povo. Como o processo da revolução marxista-leninista tinha sido interrompido em 1964, os comunistas, não se conformando com a derrota, retornaram com a linha chinesa, que condenava a via pacífica e indicava a luta armada como única solução.

Hoje, os descontentes e frustrados, os chamados revanchistas instalados no Governo, atuantes na imprensa escrita, falada e televisada, nas manifestações artísticas de teatro, de música popular e outras, deturpam a história e bloqueiam os canais para as manifestações de descontentamento dos militares em geral e de civis patriotas. Nem por isso, os militares adotaram a luta armada ainda ou sequer fizeram alguma manifestação de força. As Forças Armadas não são monitoradas pelo exterior.

Coronel, hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe". O que o senhor pensa a respeito?

Os termos "ditadura militar", "anos de chumbo" e "golpe" são rótulos criados e divulgados pelos inconformados revanchistas com o fito de desmoralizar a Revolução e as Forças Armadas notadamente. Na óptica do povo, o Exército continua sendo a instituição mais confiável do País. Os comunistas não se conformam com a queda do Muro de Berlim, com o fim da Cortina de Ferro e por terem perdido a guerra por três vezes no Brasil: em 1935, em 1964 e no período da luta armada (1968-1974).

Durante a Revolução de 1964, fundamentalmente no período de 1968 a 1973, chamado pelos revanchistas de "anos de chumbo" cerca de duzentos brasileiros morreram no confronto com os terroristas comunistas.

Valendo-me do livro "A Grande Mentira", página 396, do General Agnaldo Del Nero Augusto, que dispensa apresentações, mostro, aqui, um relato, concernente à morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho, que mostra um exemplo de como agiam os terroristas nos chamados "anos de chumbo".

Eles começaram mandando chumbo e, por isso, levaram chumbo.

"No início de abril, a Brigada Pára-Quedista recebeu a denúncia de que um casal de subversivos ocupava uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande, RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do I Exército sem o aprofundar, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma *campana,* a fim de confirmá-lo.

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada, chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de vigilância sobre a residência. Por volta das 11 horas da noite, um casal chegou em um táxi, estacionando-o nas proximidades. A mulher ostentava uma volumosa barriga aparentando adiantado estado de gravidez.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar ao casal que se afastasse daquela área. Impelido por seu conhecido sentimento de solidariedade, agia impulsivamente, na intenção de preservar a *senhora* de possíveis riscos: ela poderia ficar, a qualquer momento, no meio de um fogo cruzado.

Ato contínuo, da *barriga* formada por uma cesta para pão, com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando instantaneamente o Major Martinez, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, ao sair em defesa do chefe da equipe, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo marido. Nesse momento, os demais componentes da equipe desencadearam cerrado tiroteio, causando a morte dos dois subversivos, que foram identificados como os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Boas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroris-

tas. No *aparelho* que ocupavam, foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, supermercados, diplomatas estrangeiros e generais-de-exército.

O episódio mostrou como as pessoas que não estavam preparadas ou que ainda não acreditavam no *estado de guerra* podiam ser surpreendidas e mortas. A equipe que deveria estar coberta e abrigada acabou sofrendo duas baixas em um combate.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho – o Zazá, como carinhosamente era chamado por seus colegas – acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde por três anos, exatamente o período em que a guerra revolucionária se desenvolvera, estivera afastado desses problemas, em função da vida escolar bastante intensa. Na ECEME, as informações sobre a guerra revolucionária na época em curso eram genéricas e superficiais. Os estudos ali desenvolvidos eram orientados em particular para a guerrilha rural e feitos com base em casos vividos em outros países. As técnicas estudadas para o combate à guerrilha urbana, como a ocorrida na Argélia, de combate casa a casa, não se adequavam ao nosso caso.

Estagiário na Brigada Pára-Quedista, à qual não estava afeta a missão de combate direto à subversão, o Major Martinez não contava com elementos especializados em sua equipe. Não estava habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava a cada dia mais violenta. Deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a filha mais velha então com 11 anos de idade. O jornal *O Globo* de 5 de abril de 1971 relata o episódio.

Em uma inversão dos fatos, como vem ocorrendo de maneira sistemática no Brasil – o que só é compreensível no contexto de uma guerra psicopolítica –, hoje dão-se os nomes dos "heróis", Marilena e Mário Prata, respectivamente, aos DCE da Universidade Santa Úrsula e da Universidade Federal do Rio de Janeiro."

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens, nem foram, infelizmente, beneficiadas pelos presidentes militares que dispuseram de tempo suficiente para melhorar as Forças Armadas, inclusive a remuneração de seus quadros, mas o fizeram sempre muito modestamente.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Os vinte anos de governos com presidentes militares tiveram um saldo muito positivo de uma maneira geral. O militar não faz uma carreira política para exercer a Presidência da República. Ele não vem subindo gradualmente postos da política

para chegar a Presidência da República, mas sim, através de estudo, da instrução dos seus quadros, Escola de Aperfeiçoamento, Curso de Altos Estudos Militares, Escola Superior de Guerra (ESG), que muita gente desconhece, e dos cargos que exerce até general de quatro estrelas.

Então, o militar se atualiza com os problemas do País, podendo exercer a Presidência da República mesmo não tendo feito uma carreira política.

A grande conquista desse período foi o restabelecimento do princípio da autoridade e houve um incentivo muito expressivo para que os brasileiros fossem mais honestos, através, inclusive, dos exemplos vivos dos generais presidentes.

Coronel, porque se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O desengajamento dos ditos governos militares da condução política do País deveu-se pura e simplesmente ao fato de que os militares sempre consideraram que o Brasil deveria ser governado de acordo com a livre vontade do povo, na escolha do seu presidente, e a Revolução foi feita para se chegar a isso.

Houve, sobretudo, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte da imprensa, de políticos e de autoridades. O que o senhor tem a dizer de tudo isso e da Lei da Anistia?

O "revanchismo" é conseqüência da frustração, do ódio, do inconformismo e da compulsão que comunistas e ex-comunistas dispensam aos militares, porque foram estes que os alijaram dos seus inconfessáveis intentos, que se mostravam impatrióticos e nocivos ao nosso País.

A Lei da Anistia que se tornou unilateral, foi criada com a finalidade de cicatrizar as feridas causadas no tempo da luta do Estado contra as guerrilhas urbana e rural, de legalistas e democratas contra terroristas, internacionalistas-comunistas. Desde que foi criada, até hoje, a lei só tem beneficiado aos que foram marginais com vários deles ocupando cargos de chefia no Governo, em estatais etc., enquanto os legalistas são alvos constantes de patrulhamento ideológico e prejudicados sempre que aparecem oportunidades para os perdedores se vingarem.

O Governo, o Presidente, encaminha para a Inglaterra um coronel e uma organização não governamental daquele País, se liga com outra daqui e o Governo, em atitude de anuência àquele órgão externo, retira o nosso representante militar, como fez na Inglaterra. Quer dizer, há uma interferência direta nos nossos negócios internos. O Governo esquerdista do Brasil não pode se apequenar tanto, tem que saber que quem manda aqui dentro somos nós. Não podemos permitir que estrangeiros venham tomar decisões nos nossos negócios internos. Esta é a minha opinião.

Então, estão aí, perseguindo uma porção de gente, inclusive o próprio General Fayad, os coronéis Ustra e Avólio, todos excelentes, sobre quaisquer aspectos. Aqueles que foram revolucionários, que tiveram atuação, passaram a ser vítimas deste "revanchismo", sem cabimento, que está provocando o revide. Vamos ver até quando?!...

No livro "A Grande Mentira", já mencionado, o General Del Nero, foi extremamente feliz ao abordar a ação dos revanchistas contrários à Revolução de 1964 hoje em dia, mostrando, inclusive, como os jornais, no período revolucionário, nos defendiam e atacavam, concomitantemente, o terrorismo cruel e irresponsável:

Diz o General na página 374 de seu precioso livro:

"Tão persistente é a propaganda psicológica até hoje movida contra a Revolução que devem pairar dúvidas para os mais jovens sobre a real situação do País àquela época e como era entendida pela maioria da população. Melhor do que qualquer descrição nossa, fala por si o editorial do *Jornal do Brasil*, de 13 de junho de 1970, sob o título 'A Nação Afrontada', a seguir transcrito:

Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil: o Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado. E na emboscada que lhe armaram dois agentes federais tombaram, um sem vida e outro ferido; dois brasileiros. Toda a Nação se sente também atingida.

O manifesto em que se exprimem os agressores declara guerra a todos os brasileiros, ao advertir que doravante ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça, sob qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar uma repulsa que nos sufoca em indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza a confiança. A Nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o País se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado.

Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da íntima parcela de incendiados pelo ódio. A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, a ordem e a esperança, que repele esta e qualquer outra prática de ódio e violência.

A decisão do Governo, dentro dos limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira.

Somos, desde ontem, uma Nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos noventa milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos.

Somos uma Nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão desta dignidade e desta civilização."

Devo ressaltar que o General Del Nero, com base nesse valioso editorial do *Jornal do Brasil,* esgotou o assunto.

Como analisa hoje, Coronel Orestes, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

A guerra fria desenvolveu uma grande hostilidade entre os blocos democrático e comunista e, até hoje, ainda existem resquícios dessa época. Muitos comunistas no Brasil reformularam suas posições em face da queda do Muro de Berlim, enquanto outros continuam recalcitrantes e outros, ainda, fingem que acreditam numa ideologia, que não deu certo em lugar nenhum, porque lhes interessa mistificar.

Creio que o comunismo e o nazismo dificilmente vão desaparecer, talvez nunca, porque sempre contarão com alguns sonhadores, aproveitadores, loucos e até mesmo idealistas como seguidores. O Brasil, ainda, conta com vários comunistas e pseudocomunistas querendo impor ao País um regime totalitário de esquerda. As lideranças do MST são exemplos irrefutáveis desta verdade.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O Exército Brasileiro, conta nos seus quadros com elementos de todos os Estados do Brasil. Desde Roraima, Amazonas e Amapá, até o Rio Grande do Sul. Na Força Terrestre, todos os brasileiros estão irmanados, mesmo tendo nascido em regiões as mais diversas, podendo ser de raças, credos, cores, ascendências e posições sociais diferentes.

O Exército tem um padrão de operosidade, patriotismo, dedicação, humildade, solidariedade humana, noção do cumprimento do dever e tradição que muito o engrandece. O Exército jamais se furta a cumprir com os seus deveres e é talvez a única instituição nacional, ao lado das outras Forças Armadas, que assume um compromisso, perante a nossa Bandeira, de dedicar-se ao serviço da Pátria com o sacrifício da própria vida.

O oficial, antes de galgar os postos mais elevados da hierarquia militar, passa por todas as tarefas e obrigações atinentes ao soldado, desde que ingressam nas escolas militares, até atingir o oficialato. Tanto os oficiais, como os sargentos, têm, na vida militar, uma contínua atualização de seus conhecimentos profissionais,

sendo obrigados a passar mesmo por escolas de aperfeiçoamento, de especialização e, no caso dos oficiais, de altos estudos.

Quem presta o serviço militar constata tudo isso e muito mais, divulgando para as suas famílias e a seus amigos o que é realmente a vida na caserna, daí, principalmente, a nossa aceitação junto à população.

Qual a sua mensagem final, Coronel Orestes, para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Estou convicto de que os militares sempre se apresentarão bem todas as vezes que forem convocados para qualquer missão, por isso a absoluta maioria do povo brasileiro vem comprovando, em todas as pesquisas de opinião, que as Forças Armadas estão sempre ocupando uma invejável posição dentre as entidades pesquisadas de maior confiança.

Apesar disso, o mundo, via de regra, ama a Deus e ao soldado, mas, sobretudo, nos momentos de perigo. Passadas as dificuldades, esse mesmo mundo, muitas vezes, esquece de Deus e não lembra do soldado.

Mesmo sabendo desta realidade, convocados oficialmente ou não, por estrito dever de patriotismo, estaremos sempre prontos a atender aos anseios e às aspirações do povo, agrade ou não a quem quer que seja.

As nossas Forças Armadas sempre cumprirão sua missão constitucional e mais uma vez vamos ver a caravana passar, enquanto os cães ladram. As Forças Armadas são a última trincheira da Nação, difícil de ser afetada, pelos seus valores tradicionais, de patriotismo, de equilíbrio e de coragem, que sempre os mais antigos passam para os mais modernos.

Tenente-Coronel Reginaldo Pontes Bielinski

- Natural da Cidade de Governador Valadares–Minas Gerais, MG.
- Pertence à Turma de dezembro de 1959, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Foi instrutor da Escola de Educação Física do Exército e do Centro de Estudos de Pessoal.
- Foi Comandante do 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá, AP).
- Possui os cursos de instrutor da Escola de Educação Física do Exército e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- Em 1964, era 1º-Tenente, servindo no 12º Regimento de Infantaria (Belo Horizonte, MG).

Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2002.

Ao ser convidado para participar deste Projeto, que considero de suma importância, principalmente para as gerações futuras, vi que poderia colaborar efetivamente, já que a minha carreira no Exército, durante os meus trinta anos de serviço, coincidiu com o período imediatamente anterior à Revolução de 1964 e os vinte anos seguintes.

Como os fatos são resultantes de depoimentos, de documentos e da percepção que se tem dos acontecimentos, acredito que vivi muita coisa, e espero, com o meu relato, colaborar efetivamente com o Projeto.

Dando prosseguimento às atividades previstas, perguntamos ao Tenente-Coronel Bielinski o que poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, o que se passava no meio militar, como era o ambiente nos quartéis naquela época?

Começo falando sobre 1954, que foi o período em que iniciei no Exército. Ingressei na Escola Preparatória de Cadetes, em Fortaleza, após um concurso de âmbito nacional – que é uma característica do Exército, que vai selecionar os seus integrantes em todo o território nacional verificando a capacidade intelectual, a sanidade física e mental, para preencher as vagas em suas escolas.

Esse é um detalhe que considero importante, porque os civis, a grande maioria dos civis, não percebem, não conhecem, o que se passa no Exército, como é formado o nosso Exército. Esse fato de selecionar os seus quadros em todo o território nacional dá uma grande confiabilidade ao nosso Exército, e o torna realmente nacional, porque há pessoas de todos os estados, de todas as cidades, não importando a sua origem social ou financeira, o importante é que ele tenha competência e que preencha as condições necessárias.

Quando ingressei na Escola Preparatória de Cadetes, em 1954, já tinha uma pequena noção do que se passava na política, porque meu pai era gaúcho e, como tal, gostava do Getúlio Vargas, e minha mãe, baiana, tinha simpatia pelo Carlos Lacerda. Então, eles sempre conversavam, às vezes até um pouco mais forte, e aquele conhecimento eu fui adquirindo, obtendo uma noção do que se passava, mas não havia um cunho ideológico naquilo. Na verdade, tanto o Getúlio, quanto o Carlos Lacerda, eram pessoas que falavam muito bem, transmitiam as suas idéias muito bem, e conquistavam os seus eleitores dessa forma.

Mas quando entrei em 1954, na Escola Preparatória, no dia 25 de agosto seria o Juramento à Bandeira, que infelizmente foi suspenso, porque, no dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se. Então, comecei a perceber que havia uma ligação muito forte entre o Exército e o que se passava na política, porque uma

simples solenidade de alunos da Escola Preparatória foi suspensa, porque o Presidente da República tinha se suicidado.

Observei, portanto, que qualquer coisa que acontecia no País, em termos nacionais, repercutia no Exército. Essa era a situação. Pelo menos o que posso adiantar é que havia uma ligação muito forte entre o Exército e os acontecimentos políticos.

O Juramento à Bandeira – para aqueles que entram no Exército – é uma data muito importante, porque ali ele assume o compromisso em defender a sua pátria, mesmo com o sacrifício da sua própria vida. Estávamos cientes daquilo, e querendo fazer aquele juramento. Mas havia também uma outra frustração, porque até então, o trote existia, acontecendo que os novatos – chamados "bichos" – sofriam o trote dos veteranos, que acabava no dia 24 de agosto. Infelizmente, com o suicídio do Getúlio Vargas, a solenidade foi adiada, e o trote continuou.

Depois da Escola Preparatória, fui para Academia Militar e, sinceramente, não lembro de nenhum acontecimento político, porque na Academia Militar não se tinha tempo; na verdade, o cadete tem muito pouco tempo – é estudar dia e noite para enfrentar as provas e se preparar para desempenhar corretamente as diversas funções a respeito das quais éramos examinados, inclusive em trabalhos variados, exercícios no terreno de longa duração e em manobras militares. Lembro-me apenas de que fiz uma guarda de honra para o Juscelino Kubitschek, que era então o nosso Presidente.

Depois que terminei a Academia Militar, que é uma escola que forma o oficial, que ensina, que mostra que ele vai comandar, que ele vai ser responsável por jovens, fui para a minha primeira Unidade: o 14º Regimento de Infantaria, em Recife, mais precisamente em Jaboatão.

Recebi o meu primeiro salário, morava no quartel, fazia algumas economias, a sociedade não era tão consumista, o carro nacional ainda não existia. Mas era também um ano eleitoral, em que os candidatos à Presidência eram o General Lott e o Jânio Quadros. E já havia um certo cunho ideológico, talvez em conseqüência da revolução havida em Cuba e com a debandada de Fidel Castro para a linha comunista. Então, já havia no quartel uma pequena discussão sobre os candidatos à Presidência.

Inclusive o General Lott, que era apoiado pelo João Goulart, adotou uma campanha populista, e esse tipo de campanha – apesar de ele ter sido um oficial de extrema honradez – pelo cunho populista, "respingou" nos quartéis, e acredito que teve conseqüências no futuro.

Coronel, na fase pré-revolucionária, como era o ambiente nos quartéis?

Depois de servir um ano no Recife, fui para a Vila Militar, servir no 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio, uma glória da Infantaria Brasileira, que

defendeu a liberdade, a democracia, na Europa, lutando contra o nazismo e o fascismo. É uma honra para o oficial de Infantaria servir no 1º Regimento de Infantaria.

Fui para lá, mas confesso que me decepcionei, em função da situação política do País, já que Jânio Quadros havia renunciado e quem ocuparia o lugar seria o Vice-Presidente João Goulart. Poucos historiadores comentam isso, a mídia muito menos, mas acredito que a frágil democracia brasileira sofreu um impacto muito forte naquela ocasião. Por quê?

Havia dois candidatos à Presidência – Jânio Quadros e o General Lott – e três candidatos à Vice-Presidência – João Goulart, Milton Campos e Fernando Ferrari. E, por incrível que pareça, o vice-presidente não era da chapa do presidente, foram eleições distintas. Tanto que, para presidente, votaram 10 milhões e 600 mil eleitores e, para vice-presidente, votaram 12 milhões e 300 e tantos mil, uma diferença de quase 2 milhões de votos. O vencedor para Presidente foi Jânio Quadros, que teve quase 6 milhões de votos, bem acima do General Lott, que teve pouco menos de 3 milhões de votos.

O João Goulart foi eleito com cerca de 4 milhões de votos – o Milton Campos teve quase isso e o Fernando Ferrai cerca de 2 milhões – ou seja o Vice-Presidente que foi eleito, João Goulart, não era da chapa do Presidente Jânio Quadros, pelo contrário, ele apoiava o General Lott, mas também não era da chapa do Lott. Então acredito que tenha havido uma barganha política. Pode-se ainda dizer que Ferrari tirou os votos que Milton Campos precisava para ganhar com folga a eleição. Vale ainda lembrar que o mineiro Juscelino não apoiou o mineiro Milton Campos em face de problemas partidários, outro fato que acabou por beneficiar João Goulart.

Quando Jânio Quadros renunciou, o que aconteceu? Pela legislação eleitoral assumiria João Goulart, então houve escaramuças, passamos pelo parlamentarismo, até que depois, num plebiscito muito dirigido, João Goulart conseguiu assumir a Presidência. Mas nos quartéis, como era visto isso?

No Regimento Sampaio, por exemplo, fiz guarda de honra para o João Goulart e para o Tancredo Neves, que estavam em campanha, e eu sinceramente tinha vergonha daquilo, porque o quartel estava sendo usado como apoio para políticos e eu achava que aquilo contaminava o Exército. As unidades da Vila Militar viviam sendo envolvidas na política. Então, foi um ano frustrante para mim e, na primeira oportunidade que tive, saí e fui cursar a Escola de Educação Física do Exército.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional no Brasil? O que o senhor acha disso?

Quando o João Goulart se tornou Presidente, com o fim do parlamentarismo, ele estava, digamos, com a "faca e o queijo na mão", mas o João Goulart nunca se

declarou um comunista. Ele era um homem vindo do trabalhismo, era um homem que sempre usou o cadáver de Getúlio Vargas como apoio político – aliás constantemente os nossos políticos fazem isso, aproveitam o cadáver de um outro para angariar simpatias e votos.

Mas ele, como não tinha o apoio da maioria, daqueles que tinham elegido o Jânio Quadros, procurou, inabilmente, prometer reformas que ele jamais poderia realizar, porque não teria apoio para isso. Primou por agir demagogicamente. A oposição lutava contra isso, e se instaurou o tumulto no País, quando então agentes do movimento comunista internacional se...

Infiltraram.

Já agiam dentro da guerra fria, com a conquista do Poder em Cuba, com a queda da Hungria, da Tchecoslováquia, um crescimento muito grande da Cortina de Ferro. E o Brasil oferecia condições políticas, por falta de firmeza de governo, para que os agentes começassem a atuar, nos sindicatos, e mesmo nas Forças Armadas. Mesmo nas Forças Armadas se começou uma tentativa de divisão, inclusive com os "respingos" da campanha do General Lott, tentando a divisão entre oficiais e praças. Então, a situação, não só nas Forças Armadas, mas também no País, pelas greves, pela diminuição da produção, da incerteza...

Da desordem.

A desordem imperava e a coisa foi num crescendo, resultado do conluio do Presidente da República, ministros e pelegos que dominavam os sindicatos, com o fito de implantar o caos total que levaria à tal república sindicalista comunista. Em 1962, eu estava cursando a Escola de Educação Física do Exército, não participava muito, mas sabia que os quartéis da Vila Militar estavam sempre de prontidão, se preparando para qualquer coisa mais grave. A situação era triste. Tanto é que, em 1963, quando terminei o curso de Educação Física, fui para Belo Horizonte, retornei à minha terra, porque tinha saído de lá criança e aproveitei a oportunidade para voltar. Mas a situação do País continuava cada vez pior, um verdadeiro caos em todos os sentidos.

O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Em 1963, como disse, fui para Belo Horizonte, para o 12º Regimento de Infantaria. Por coincidência, o General Castello Branco tinha servido, como tenente, nessa Unidade. Vivi, nesse período, intensamente o que se passava, porque o mineiro dá uma importância muito acentuada à liberdade, provavelmente fruto de tudo que fizera Tiradentes. Além do mais, o mineiro era muito – e acredito que

continue a ser – religioso, principalmente a parte católica. Então, esse sentimento de liberdade e a religiosidade foram fatores muito importantes para que Minas Gerais fosse a origem, o início, para mudar aquela situação de pânico que o governo implantara no País.

Quando cheguei ao 12º Regimento de Infantaria, apresentei-me ao Comandante – Coronel Dióscoro Gonçalves do Vale – e falei a ele que eu queria passar os ensinamentos que tinha recebido na Escola de Educação Física, e ele me deu "carta branca". Pude, então, preparar a tropa, porque não existe combatente sem um bom preparo físico, e não existe espírito de corpo sem uma boa competição esportiva.

Fui feliz, e consegui preparar aquela tropa para aquele ano difícil – 1963 – e, no ano seguinte, dois batalhões do 12º Regimento de Infantaria participaram efetivamente da Revolução de 31 de Março, um indo para o Rio de Janeiro e o outro para Brasília. Foi uma situação difícil, marcada por sobreavisos e prontidões, com o conseqüente e inevitável desgaste físico e mental dos homens.

Mas, antes, quero só voltar um pouco, porque a situação no quartel já era de desconfiança entre oficiais e praças; a situação do País era tão envolvente que a desorganização política já estava dentro dos quartéis.

Já influenciava.

Influenciava os quartéis. Era um ambiente difícil, havia muita prontidão, eu tinha me casado em 1963, a minha mulher era do Rio, ficava em casa sozinha, havia ameaças contra a família de militares, então era uma preocupação muito grande.

Até que, finalmente, o General Humberto Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, publicamente, através de uma Diretriz, repudiava aquela situação. Infelizmente, o então Ministro da Guerra não tinha tomado nenhuma atitude, foi um omisso, talvez por sentir que devia seguir aquela Constituição, que, de uma forma ou de outra, nos legara um Presidente que não era da vontade do povo, mas tinha um aspecto legal. Com aquela brilhante Diretriz, passou a ser o nosso grande líder, o grande líder da Revolução de 31 de Março porque, a partir daí, a partir das orientações de sua Diretriz, começaram, com firmeza, as reações.

O Governador de Minas Gerais era o Magalhães Pinto, um político conciliador, mas que também rompeu com o poder central. No Rio de Janeiro, o Carlos Lacerda, anticomunista convicto, apoiado por oficiais das Forças Armadas no Rio de Janeiro, vinha reagindo, há tempo, em tom agressivo, o que levou o Governo Goulart a planejar a sua prisão.

O Comandante da 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, era o General Mourão Filho, e o Comandante da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infan-

taria) o General Carlos Luís Guedes, que englobava os Regimentos de Infantaria: o 10º Regimento, em Juiz de Fora, o 11º, em São João Del Rey, e o 12º, em Belo Horizonte.

Em final de fevereiro, início de março de 1964, foi programada uma competição esportiva, extraordinária, entre os três regimentos, e foi realizada em São João Del Rey. Essa competição esportiva – ficamos depois sabendo – foi incluída no planejamento, já como uma primeira resposta, uma primeira reação, àquela situação – pois nada como uma competição esportiva para um congraçamento, e realmente isso houve em Minas Gerais. Foi uma preparação muito intensa, e eu contei com a colaboração de 16 oficiais saídos da Academia Militar em dezembro de 1963, os quais vieram a servir conosco.

As competições ensejaram um contato grande com aqueles jovens aspirantes, eu 1º-tenente, mas, de repente, me vi orientando aqueles jovens, tão confusos, naquele momento difícil, difícil para o militar, muito difícil pela preocupação enorme, com o Exército e com o País...

Inclusive, nessa época, a classe média já tinha se manifestado, bem como uma importante parcela do empresariado.

Sim. A outra reação, partindo da classe média, que tinha votado em peso no Jânio Quadros, e não admitia aquela situação, principalmente através da mulher, e com o apoio da Igreja, começaram as célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Tudo naquele período, naquela época.

Naquele período pré-revolucionário.

Marchas organizadas e com muita gente. Naquela época, tínhamos 60 milhões de habitantes, mas houve marcha, a da Cidade de São Paulo, com a participação de 1 milhão de pessoas, uma coisa extraordinária.

Demonstrando a insatisfação do povo com aquela situação, tomando as ruas de João Goulart, como aconselhara o General Carlos Guedes.

A situação caótica, extremamente preocupante, levou o povo para as ruas. Então, esses oficiais, liderados pelos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, com o apoio, no caso de Minas Gerais, do Governador Magalhães Pinto, resolveram colocar as tropas na estrada, motivados, ainda, pela reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde a disciplina e a hierarquia foram achincalhadas pelo próprio Presidente da República João Goulart.

No dia 30 de março – não posso me esquecer, foi um dia muito importante na minha vida – o Comandante do 12º Regimento de Infantaria, o Coronel Dióscoro Gonçalves do Vale reuniu os seus oficiais e comunicou que pretendia marchar junto com as tropas da 4ª Região Militar contra aquela situação, e queria saber dos seus

oficiais com quem poderia contar. Ele colocou em termos de opção, explicando que era uma atitude revolucionária, que implicaria risco de carreira, risco da própria vida, risco da própria família. Então, aquela era uma opção que ele colocava para os oficiais fazerem.

A resposta dos oficiais foi de apoio, exceto dois capitães que não desejaram participar – não por questões ideológicas, porque, na verdade, o militar, ele é muito apegado à Constituição e aquilo significava romper o compromisso com a Constituição. Então, o Coronel Vale determinou que os Comandantes de Companhia fizessem o mesmo tipo de reunião com os graduados, e, também, apenas dois sargentos não desejaram participar.

Dois sargentos.

Dois sargentos. No dia 31 de março, saiu o 1º Batalhão do 12º Regimento de Infantaria, na direção de Juiz de Fora, para se juntar às tropas daquela cidade. E, logo depois, foi formado um grupamento tático, composto do 2º Batalhão do 12º Regimento de Infantaria, da Bateria do CPOR (Centro Preparatório de Oficiais da Reserva) de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais, num total de cerca de 2 mil homens. Coube-me integrar esse grupamento tático, eu era Adjunto do S/4 do Batalhão (Chefe da 4ª Seção de Unidade).

O destino desse grupamento era...

Brasília. Fomos para Brasília e eu pertencia ao Escalão de Reconhecimento, encarregado da parte logística ao longo da rodovia. E eu não posso me esquecer do apoio popular. Ali é que se percebeu realmente como éramos recebidos ao longo daquela rodovia, pelo povo.

No deslocamento de Belo Horizonte para Brasília, o senhor recebeu esse forte apoio popular.

Eu e toda a tropa. O povo aplaudindo e incentivando. Como eu era do Escalão de Reconhecimento, chegava um pouco antes para medidas de caráter logístico, era quase carregado no colo, eram palmas, aplausos, pedidos para integrar aquela coluna de marcha, "vivas ao Exército", palavras de apoio irrestrito – "finalmente vamos acabar com essa baderna". Então, realmente, foi um espetáculo extremamente emocionante.

Existiam, inclusive, pessoas querendo integrar a coluna.

Exatamente.

É importante para ficar registrado.

Eram pedidos de voluntários, gente oferecendo a sua residência, organizações prontas a receber a tropa, para alimentá-la, uma manifestação espontânea. Isso então comprova que, realmente, o Exército, as Forças Armadas, enfim, atenderam ao chamamento do povo brasileiro, com certeza, não há nenhuma dúvida sobre isso.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, do Governo João Goulart, quando se desencadeou a Revolução?

Considero o Governo do senhor João Goulart um governo de balelas. Era muita promessa, reforma disso, reforma daquilo, ele sabia que não havia nenhuma condição política ou financeira, naquela situação, para as tais reformas. Aquele homem não agiu como Presidente. Transformou-se num agitador contumaz, um populista enganador. Da mesma forma, o seu esquema militar também era uma balela, uma grande balela, mas sempre houve empenho em mostrá-lo, a nós militares, como ameaçador.

A tropa, que marchava para interromper a baderna e o caos no País, pôde verificar claramente, pelas manifestações de apoio do povo que ela representava, realmente as aspirações nacionais. Isso vem muito ao encontro do que falei no início, quando se faz a seleção dos integrantes do Exército e são recrutadas pessoas de todo o Brasil: a nacionalidade está representada ali – não podemos esquecer nunca esse fato. É por isso que, no Exército, não há comandantes que mandam, há comandantes que comandam. Ele tem que estar em sintonia com sua gente para que realmente possa cumprir a sua missão, e isso é uma característica muito presente, uma peculiaridade sempre observada no Exército. Então, esse esquema militar de gabinete, realmente, não funcionou naquela época, nem funcionará nunca.

E o Congresso Nacional quando da eclosão do Movimento, qual foi a sua atitude?

Fui para Brasília integrando o grupamento tático, e lá fiquei cerca de quinze dias, até a posse do General Castello Branco. Qual foi a reação do nosso Congresso?

O Congresso percebeu claramente que tinha havido uma manifestação popular, uma manifestação do povo que queria uma mudança de governo. Ele estava demonstrando isto, claramente, através do apoio às Forças Armadas nas ruas, desde as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a partir de 31 de Março incentivando as tropas que marchavam. Então, o Poder foi emanado do povo, e o Congresso, sabiamente, e politicamente, acatou de imediato, inclusive elegendo, como primeiro Presidente da Revolução, o General Castello Branco: o Poder emanara do povo, foi cumprida a vontade do povo.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união, a coesão, após a Revolução de 31 de Março de 1964?

Com certeza, porque, se havia alguns militares decisivamente engajados ao janguismo ou possuíam alguma ligação com o comunismo, eles foram afastados – tanto praças, quanto oficiais, que eram uma minoria, acho que muito pouca gente. O

que havia, realmente em alguns, era aquele apego à Constituição, em não sair da Constituição, mas, a partir do momento em que o General Castello Branco emitiu aquela Diretriz, ficou claro que o caminho do Exército era o da Revolução.

Robusteceu, portanto, a união, a coesão?

Certamente, pois, com a Revolução, foram afastados aqueles poucos militares que tinham alguma coisa de ideologia comunista ou estavam atrelados a Jango. Houve um compromisso de cunho moral, porque nos sentimos responsáveis pelo movimento armado, apesar de ficar comprovado, posteriormente, que os governos da Revolução foram integrados por civis, a maioria era de civis e, logo, logo, o Exército voltou à sua missão constitucional.

E o Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Por parte dos militares, tenho certeza de que não. Isso se deve à formação do militar. Em todas as escolas, em todos os níveis – de praças, de oficiais, de oficiais superiores, oficiais intermediários, todos, em quaisquer dos cursos nossos – a preocupação sempre foi com a educação integral, não só o preparo profissional, mas também o preparo moral, o preparo físico e o preparo psicológico.

Então, se torna realmente, o militar, um cidadão, um cidadão que sabe dar valor à ordem, dar valor ao progresso, que quer o desenvolvimento, nisso aí não há lugar para uma ideologia, porque – pelo menos as que conheço – todas elas são castradoras do pensamento e da liberdade, há sempre um "quê" que impede.

Então, um homem que tem uma educação integral não pode mais se submeter a ideologias, a não ser que seja mal orientado. Inclusive há até um detalhe que me passou: lembro-me de que, na década de 1960, havia um chamamento que os mais inteligentes deveriam aderir ao socialismo, ao marxismo, "os mais inteligentes", quer dizer, eles apelavam para tudo.

Inclusive tive alguns companheiros, realmente brilhantes, que balançaram, balançaram por causa desse chamamento, mas foi coisa de momento e viram logo que, por exemplo, ser comunista implica abdicar da liberdade, e qual a coisa mais importante da nossa vida? É a liberdade.

E a imprensa, a hoje chamada mídia, apoiou o Movimento na época?

Com certeza. Naquela época os jornais tinham uma influência muito grande, porque a televisão estava começando. Então, os grandes jornais apoiaram inteiramente antes e durante a eclosão da Revolução. *O Globo* apoiou a Revolução durante os vinte anos. *O Jornal do Brasil* nos primeiros dez anos. A revista do Clube Militar,

de março de 2001, foi uma edição histórica, apresentando os editoriais da imensa maioria dos jornais.

Isso está ali, à disposição de quem quiser pesquisar, realmente, o que a imprensa publicava – não só naquela época, mas durante os vinte anos – é só consultar a Biblioteca Nacional, que já há em filme todos esses jornais, e quem tiver a curiosidade ou, pelo menos, quiser saber a verdade, verificar os fatos, confirmar a veracidade do que estamos dizendo, não terá dificuldade.

Em Minas Gerais, lembro-me de que foi formada, na época, uma grande cadeia de emissoras de rádio. Não me lembro o nome completo se é esse, mas o locutor Dênio Moreira – Dênio com certeza – era uma pessoa de uma capacidade verbal impressionante, e ele esclarecia a situação e mostrava ao povo, contava o que estava acontecendo. Então, as Forças Armadas, o Exército em particular, em Minas Gerais, tiveram esse apoio completo, graças também à atuação dessa cadeia de emissoras de rádios.

No seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Revolução, por definição, é quando se rompe com alguma coisa. Então, por definição, houve uma revolução. Mas no caso do militar, efetivamente – isso com certeza posso dizer –, porque ele rompeu com a Constituição, abriu mão da sua carreira, abriu mão da sua segurança pessoal, da sua vida e da sua família. Então ele se empenhou a fundo naquilo, jogou a sua vida naquele instigante empreendimento capaz de mudar aquela situação caótica que imperava em nosso País. E o que é mais importante ainda – para atender ao apelo patético do povo, revelando uma forte emoção, que sempre esteve mesclada ao impulso proveniente da razão.

Não tenho nenhuma dúvida de que houve uma revolução, para romper com aquela situação. Muitos hoje falam em golpe, acho que o golpe existiu quando foi feita aquela legislação eleitoral que permitiu que candidatos a presidente e vice-presidente não fossem da mesma chapa; ali é que foi o golpe que repercutiu quando o Jânio Quadros renunciou.

Ali talvez estivesse uma das origens da situação caótica do País.

Com certeza, acho que sim. A democracia no Brasil sempre foi muito tênue, muito frágil. Então, imagine eleger um Presidente, Jânio Quadros, com uma votação estrondosa...

Com uma campanha voltada para um determinado aspecto...

Voltada contra a corrupção – Juscelino mexeu com o Brasil, mas ficaram suspeitas de corrupção, a inflação veio também – então Jânio Quadros partiu na esteira

da moralidade, e o povo votou nele, principalmente por causa disso. João Goulart não tinha plataforma para Presidente.

Totalmente diferentes o Presidente e o Vice-Presidente, aí o Presidente renuncia...

Aí, se verifica que, quando foi feita aquela legislação, houve o golpe.

Coronel, no seu ponto de vista os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Acho que posso. Estava em Brasília aguardando a posse, a resolução do Congresso sobre os destinos do País. Na eleição, foi escolhido pelos senadores e deputados o General Castello Branco. O primeiro ato do General Castello Branco, antes de assumir a Presidência, foi passar para a reserva.

Para o militar, que conhece bem isso – o civil não percebe muito bem – ele estava sinalizando que deixava de ser militar da ativa para assumir um cargo político.

Importante que o senhor esteja dizendo isso, é bom esclarecer isso aí.

A visão do General Castello Branco – que na opinião de muitos foi o maior estadista brasileiro – nesse aspecto, principalmente nesse aspecto, ele estava ali dizendo que ia ser o Presidente dos brasileiros, ele não ia ser o Comandante dos brasileiros.

E todos os outros que o seguiram tomaram a mesma atitude e hoje, quando falam em ditadura, pergunto: "Mas como ditadura? Tivemos cinco presidentes com ciclo determinado, eleitos indiretamente pelo Congresso, ou seja, eleitos por senadores e deputados que foram escolhidos diretamente pelo povo."

Então, não houve governos militares, houve presidentes de origem militar, que a primeira coisa que faziam era tirar a farda, para demonstrar que eles estavam ali para ser Presidente dos brasileiros, e não o Comandante dos brasileiros.

Inclusive ele fez uma reestruturação na carreira nessa época.

Sim, foi bom lembrar isso, que estava deixando passar. A carreira militar – em 1961, 1962, 1963, 1964 – estava sofrendo forte impacto da situação do País. Os salários baixos, promoções demoradas, a carreira estava se desestruturando.

Então, uma das primeiras medidas, na área militar, do Presidente Castello Branco, foi reestruturar a carreira militar, criando uma situação melhor para que a carreira pudesse ser desenvolvida de forma profissional. Um ponto fundamental foi que ficou proibido, a partir daí, que o militar da ativa exercesse cargo político, ou cargo civil, que era uma norma até então comum. Castello fez uma reestruturação muito bem concebida, particularmente no que tange aos aspectos mencionados.

O Exército sempre teve, em todas as Constituições, uma missão definida, e acho que ele tem que continuar com a mesma missão, ele não pode se preocupar com política eleitoral, ou política partidária, porque isso vai descaracterizar a formação

do militar. A formação integral do militar é uma formação para todos os governos, não interessa qual seja o governo, o que interessa é que o governo cumpra a Constituição e a lei, porque cabe, internamente, ao Exército, às Forças Armadas, manter a lei e a ordem, para que o País possa trabalhar.

Então, o Presidente Castello Branco tomou essa medida, que foi seguida pelos governos que o sucederam e, hoje, a situação encontra-se perfeitamente definida para o militar. Aquele militar que quer se candidatar a algum cargo político se afasta, e vai ser político se quiser, nada o impede. Ele não pode ser, ao mesmo tempo, militar e político.

Coronel Bielinski, a mídia nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder, fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais acertos da Revolução?

Os acertos foram muitos, mas gostaria de citar um fato, na minha área, na minha especialidade, que é Educação Física e esporte. Vi um amigo, um companheiro – Capitão Cláudio Coutinho, infelizmente já falecido, prematuramente, foi meu companheiro na área de Educação Física, fomos Instrutores na Escola de Educação Física do Exército – que teve oportunidade de fazer um curso com o professor Cooper, Kenneth Cooper, nos Estados Unidos e, quando ele voltou, com esses conhecimentos que ele auferiu, foi chamado pela então Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para integrar a comissão técnica da Seleção Brasileira que ia disputar a Copa de 1970, no México. E, conforme todos sabemos, aquela Copa teve um êxito extraordinário, principalmente na preparação física, que nos levou a enfrentar muito bem a altitude do México, que, até então, era um mito. E nós tivemos a melhor preparação física da Copa.

Isto teve muito a ver com o trabalho do Coutinho, junto com o Chirol, com o Parreira, que são também pessoas de muito valor. Mas com o êxito na Copa do Mundo, o que aconteceu? O método Cooper começou a se popularizar, livros foram editados, porque até então era difícil ver, nas ruas das cidades brasileiras, alguém correndo: quando se via alguém correndo, era militar.

E hoje, o que é que se vê? Por exemplo, vejo aqui, na Avenida Atlântica: há dias que você não consegue andar, tal é a quantidade de pessoas que passaram a se preocupar com o seu físico. E isso começou, com certeza, nesse trabalho oriundo do êxito na Copa do Mundo, em que o meu amigo Cláudio Coutinho – uma inteligência viva a serviço do esporte nacional – teve uma parcela considerável.

Uma outra coisa que eu gostaria de lembrar, referente à mídia, é que as televisões brasileiras – quase todas que estão aí – foram criadas no período em que os

chamados governos de origem militar estiveram no Poder. Então essa questão da mídia omitir os acertos, acho que merecia ser verificado. Por quê? Por que quando a mídia começa a omitir coisas boas e mostrar coisas ruins apenas, às vezes até sofismando, há algum problema na mídia. Por que não fazer uma CPI, já que está na moda, para saber por que é que a nossa mídia fica tão dependente de governos, inclusive do exterior, dos países ricos do mundo, tão dependente financeiramente, tão dependente ideologicamente. Por que essa minha preocupação? Acho que a democracia não se faz sem uma imprensa livre, não se faz mesmo. E a nossa imprensa, por problemas econômico-financeiros, tornou-se dependente de capitais que vêm do governo ou do exterior.

Há, o fenômeno do civilismo também.

Esse aspecto, ora lembrado, acho que deve ser considerado: a questão do civilismo. A história do Brasil conta que não foram poucas as manifestações de civilismo, ou seja, o civil, como ele constitui a maioria da população, quer também ter o poder. Então, há uma certa relutância quando o militar se candidata a um cargo, principalmente de Presidente da República.

Então, o que aconteceu foi o seguinte: como os governos estavam tendo sucesso – o Brasil começou a crescer economicamente de forma incrível, chegando a ser a oitava economia do mundo vindo lá da 48ª posição – muitos começaram a se preocupar com o que estava acontecendo, em vez de vibrar com aquele brilhante desempenho.

Exatamente. Passamos para o oitavo lugar dentre todas as economias.

E isso foi algum milagre? Acho que resultou de muito trabalho, competência e honestidade. Todos os governos da Revolução se cercaram de gente competente, e havia controle, o que é extremamente importante.

Voltando a essa parte do civilismo, isso teve muita influência também, porque alguns professores, religiosos, jornalistas, ideologicamente contaminados, um grupo pequeno, mas ativo, começou a pregar, começou a "bater nessa tecla" do civilismo e, com isso, inibiu a maioria desses profissionais, que são formadores de opinião – porque eles, particularmente, gostavam do crescimento – mas eles, para quem os ouvia, quem os via, quem os lia, eles não passavam isso – o fruto desse crescimento – como se aquilo fosse coisa de militar.

Basta ver que nos governos, em todos eles, a maioria dos ministérios eram constituídos por civis, os militares estavam nos quartéis, como se diz, há muito tempo. Então se perdeu essa oportunidade de desenvolver o povo; o País cresceu, mas o povo se desenvolveu pouco, porque ele não era informado, ou melhor, ele era desinformado sobre o que estava acontecendo. Dessa forma, esses tiveram uma influência muito grande nessa parte de comunicação, atuando para que o povo não se

aglutinasse em torno do fenômeno do crescimento, porque o desenvolvimento não depende só do governo, depende do povo, e o povo, quando quer, faz as coisas.

Veja o caso do recente racionamento de energia: qual foi o fator de êxito nessa campanha? Foi o povo, o povo é que quis, e, se o povo quiser, vai acabar com a dengue, e se não quiser, não vai acabar!

O senhor acha que foi necessária a criação dos Órgãos de Informações e Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), e também o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Essa é uma oportunidade para aqueles que não acreditam, ou não perceberam ainda que havia realmente uma tentativa de tomada de Poder – que começou com a posse de João Goulart – isso é flagrante. Quando os governos estavam tendo êxito na política econômica, na condução do País, o povo estava acreditando, tinha emprego, tinha perspectiva, tinha esperança, qual foi a linha que eles adotaram? A da luta armada. Cursos de guerrilha se intensificaram, vieram os seqüestros de embaixadores, assaltos a bancos, assassinatos de militares e de civis...

Tiveram apoio externo, inclusive para realização desses cursos de guerrilha.

Aliás é uma coisa que gostaria que me esclarecessem: como se consegue dinheiro para fazer o que fizeram? Porque é muito dinheiro, de onde veio esse dinheiro? Inclusive os brasileiros que se auto-exilaram, que saíram para dar aula na "Universidade disso, Universidade daquilo" e ficavam em Paris, com que dinheiro? Quem é que os apoiava? É uma pergunta que eu gostaria que me respondessem.

Então, quando começaram essas ações terroristas, houve uma reação, com um planejamento que considero magistral. Tanto é que essa luta armada durou pouco, por quê? Leis específicas, justiça militar, órgãos de informação, centralização das polícias. Então foram medidas que, tomadas, permitiram o combate ideal a esse tipo de crime, que é o terrorismo.

Medidas que foram tomadas, vale lembrar, para se contrapor a uma ação que eles iniciaram.

Foi uma reação.

Foi uma reação, exatamente.

Uma reação àquilo. E por que é que foi rápido? Por causa dessas medidas. Nós temos agora o exemplo nos Estados Unidos.

Nova Iorque.

Esse atentado terrorista em Nova Iorque. Quais foram as medidas que o governo americano tomou? Parecidíssimas com as que foram tomadas aqui, e, nas devidas proporções, são idênticas. Agora por que isso? Por causa do tipo de crime: o terro-

rismo é um crime terrível, são pessoas que matam e se matam, que torturam sempre que preciso, como fizeram covardemente, Lamarca e o seu bando, com relação ao Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo. Para não despertar atenção, amordaçado e morto a coronhadas na cabeça e, pasmem, puseram ainda em filme para os brasileiros verem!... São pessoas fanáticas. Então, contra elas, são necessárias medidas rápidas, imediatas, constantes e eficazes, para que realmente se possa debelar esse verdadeiro câncer. Isso nós conseguimos.

Quero aproveitar a oportunidade para relembrar que os companheiros que combateram esse tipo de crime constituíam parcela pequena das Forças Armadas e das Polícias. É hora de relembrar aqueles que lutaram, alguns vivos até hoje, porque vários morreram.

Muitos tombaram.

Então, quero aproveitar essa oportunidade e relembrar isso, para que nunca esqueçamos, e que fique na história que nós devemos a nossa liberdade a esses homens também.

Exatamente.

Civis e militares.

E hoje os terroristas ou suas famílias recebem polpudas indenizações, enquanto que muitos companheiros nossos e seus familiares estão aí completamente esquecidos.

O que está acontecendo é fácil de entender, porque aquela turma que tentou tomar o Poder naquela ocasião – e alguns estão aí, agora no Poder, vários galgaram cargos, chamados pelo atual Governo ou se elegendo – aquela gente tinha que amparar de alguma forma os outros, porque, senão, eles iam se voltar contra eles. Como está acontecendo agora com os terroristas chilenos, que resolveram vir atacar aqui.

Seqüestrar com todo o requinte de crueldade, de perversidade.

Esses são daquela época, era o pessoal de esquerda – chamado de esquerda – que tivemos que combater. Então, o que esses últimos governos fizeram aqui? "Vamos dar-lhes um substancial apoio financeiro, dar nome de rua, de monumento..., porque eles, também, nos ajudaram, direta ou indiretamente, a estar no Poder." Pena que os governos da Revolução de 1964 não tenham tratado melhor os próprios revolucionários, o que é lamentável sob todos os aspectos. Contaram com todos os meios para apoiar melhor aqueles que defenderam o Estado naquela época difícil, mas não o fizeram como deviam.

Coronel, hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

A mídia, conforme falei anteriormente, é muito dependente, e acho que, de vez em quando, eles recebem aqueles bilhetinhos: "Olha, vamos falar mal daquilo,

ou vamos falar mal disso." Então, acho que é apenas uma saída, sem fundo de verdade, porque não há uma justificava para esse tipo de coisa a não ser as compensações financeiras, ou quem sabe, medo que o povo queira os militares de novo.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Conforme já foi falado ao longo dessa entrevista, o militar, pela sua formação, está no topo, no topo da sociedade, pela sua qualificação profissional obtida nos cursos que realiza, sempre com aquela preocupação da educação integral. Querem atribuir ao militar alguns erros cometidos por governos da Revolução: ele jamais vai ser atingido por esse tipo de propaganda, geralmente mentirosa, e o povo sabe disso. Porque o militar, como falei, pela formação e pela origem, é conhecido e reconhecido pelo povo.

Toda vez que o nosso povo precisou, estávamos ali, em apoio: a história mostra isso. Então, o povo vai sempre acreditar nas Forças Armadas, em particular no Exército, justamente pela maneira como tem sido e como é o Exército hoje, que continua trilhando seu caminho, o caminho indicado por Caxias, o caminho da ordem, da liberdade, da magnanimidade e do perdão. Isso é devido a quê? À formação do militar.

Nunca vai se modificar isso, mesmo que façam força, e nós estamos saindo desse período difícil com muita inteligência, com muita firmeza, com muita habilidade, porque o militar é muito bem preparado.

Coronel, finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 1964 que devesse ficar registrado aqui para o nosso Projeto de História Oral do Exército? Lembro-me de que o senhor em 1964, no 30/31 de março, estava em Belo Horizonte e saiu no destacamento precursor da coluna que se dirigia para Brasília não é? O senhor lembrou que, na época, já estava casado, recém-casado.

No início dessa entrevista falei que os fatos se comprovam através de testemunhas, de documentos e na percepção daqueles fatos. Tenho um documento que escrevi no dia 30 de março de 1964.

Por favor, gostaríamos de ouvir.

Isso aqui são folhas de uma agenda que tinha na minha Seção de Educação Física, em que eu anotava coisas inerentes à minha atividade. Mas antes de ler, não posso deixar também de fazer uma homenagem à mulher, à mulher brasileira, à mulher mineira no caso, específico daquele 31 de março, pela sua coragem, pela

sua fé, pela sua noção de família, foi muito importante para que nós pudéssemos ser vitoriosos em nossa Revolução.

Então, gostaria de ler, respondendo à sua pergunta, o que escrevi – a minha letra estava bem diferente – há quase quarenta anos.

O senhor escreveu no dia 30 de março?

30 de março de 1964.

"Esta é uma data importantíssima. Aqui registro não um fato relacionado com a educação física, e sim os fatos da tomada de posição do 12º Regimento de Infantaria face à conjuntura política do País.

Hoje pela manhã, o Coronel Vale, nosso Comandante, nos revelou sua decisão de apoiar o movimento da 4ª Região Militar em defesa da ordem. Foi, sem dúvida, uma decisão difícil, porém acertada, abalizada, convicta, e, tenho certeza, ditada pela vontade de Deus.

Já não poderíamos esperar mais. Sei, agora, que amanhã poderei contar a meu filho, que está para nascer, que seu pai estava totalmente integrado no dispositivo que tentaria dar a esta Pátria querida a paz que tanto merece.

Não sei se seremos os vitoriosos. Sei, porém – e tenho a consciência tranqüila e muita fé em Deus – que jamais vestirei um verde-oliva ultrajado, descorado, sem honra. O sangue dos meus pais tão queridos ferve em minhas veias. Não negarei jamais a fibra que deles herdei. Assim quero que seja meu filho. Não há ódio em mim, há um desejo imenso em ver este Brasil sempre livre. A minha esposa peço a Deus que a proteja, a ela, que tanto amo, e a meu filho que nascerá livre."

Esse é um documento escrito no dia 30 de março de 1964 pelo então Tenente Bielinski. Nessa época, a idade do senhor era...

Em 1964, tinha 27 anos.

Mostra o sentimento de um jovem militar, naquela época em que ocorreu o Movimento de 31 de Março de 1964. O senhor extravasa, nesse documento, aquela angústia que estava sentindo, vendo o País em situação tão caótica. Parabéns, Coronel, e muito obrigado.

Eu é que agradeço.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964

31 DE MARÇO

TOMO 12

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 12
Ceará

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História — Tomo 12

Coordenador Assistente do Projeto de História Oral do Exército
Aurelio Cordeiro da Fonseca

Coordenador Regional – CE
Entrevistador
Tarcísio dos Santos Vieira

Coordenadores Assistentes – CE
Antônio Setembrino de Mesquita e Souza
Francisco Sobreira de Alencar

Capa
Murillo Machado

Revisão
Ivan Pedro César da Cunha
Solange d'Almeida Telles

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-357-9 (t. 12)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil — Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o “Plano de Entrevista”, que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No “Encerramento do Plano”, incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
→ Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
→ Transcrição absoluta / Transcrição com edição / Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), o da Universidade do Ar, o do *Industrial College of the Armed Forces,* nos Estados Unidos e o *Royal Air Force Staff College,* na Grã-Bretanha.
- Especializou-se na Área Operacional em Bombardeiros, Transporte Aéreo, Helicópteros (patrulha e anti-submarino), na Logística e, também, na Área de Ensino.
- Exerceu as funções de Instrutor na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, na Academia da Força Aérea e na Escola de Estado-Maior da Aeronáutica. Comandou o Esquadrão de Transporte e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- Integrou o Esquadrão de Vôo no Congo Belga, atualmente República do Congo e serviu em diversas unidades dos Comandos Aéreos Regionais.
- Como oficial-general, foi Comandante do Comando Aéreo de Treinamento; Chefe do Estado-Maior e Comandante do Comando Geral de Apoio; Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica e Conselheiro Militar da Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).
- Foi Chefe de Gabinete do Ministro da Aeronáutica (Governo Sarney).
- Em 1964, era Capitão e servia na Base Aérea de Santa Cruz/RJ. Foi, nesse mesmo ano, nomeado Ajudante-de-Ordens do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 21 de março de 2002.

Quero dizer da grande honra em estar aqui no Exército que também é a minha Casa, que é a nossa Casa. A Casa do Soldado, seja ele da Terra ou do Ar. E a importância que isso terá no futuro evidentemente só a visão de estadista, a visão histórica, é que pode avaliar. Espero que a minha contribuição possa validar algumas das condicionantes que levaram a nossa Revolução de Março de 1964, da qual alguns se envergonham, mas muitos outros não têm coragem também de dizer que ela não foi tão revolucionária quanto gostaríamos. De maneira que meus cumprimentos ao Exército Brasileiro por tal iniciativa e os meus agradecimentos por esta oportunidade singular.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Pouca coisa nos antecedentes e na eclosão; alguma participação próxima do primeiro Governo, como Ajudante-de-Ordens do Presidente Castello Branco.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

As raízes distantes, mas constantes há anos, colocam a ideologia comunista e a anticomunista. Ambas confundem-se, por vezes, com as posturas da política nacional em seus aspectos econômicos socialistas e capitalistas e também os movimentos políticos militares dos anos 1930, 1940 e 1950.

O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A guerra fria está presente em todas as posturas políticas em nosso País com ou sem tal nome, mas, muito visível.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Panorama político brasileiro anterior a 1964 pode ser muito longo, observa-se certa constante no seguinte:

– A participação ou ação de militares em certos momentos da vida nacional – 1889, 1922, 1924, 1930, 1932, 1935, 1945, 1955, 1961.

– O panorama político encontrava, como quase sempre, e até hoje, políticos alinhados com o governo, em troca de vantagens pessoais, e outros, chamados de oposição, por não usufruírem de tais vantagens. O panorama político é o mesmo, isto é, os partidos estão a reboque de seus líderes e candidatos, pois aqueles não

têm ideários e estes jogam com sua força pessoal, isto é, em entidades ou países sem estrutura e sistema, os homens são seguidos ou são responsabilizados por tudo que acontece.

– Falamos em democracia, desde então, mas não a praticamos. Acomodamo-nos com os executivos fortes... desde que sejam nossos amigos.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia, entre políticos de oposição (UDN) e entre boa parte dos militares mais politizados, um clima de desconfiança, insegurança e insatisfação conseqüente contra o Presidente João Goulart. Outrossim, pela postura estatal do Governo, as forças econômicas também a ele se opunham.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A Igreja católica, naquela ocasião, preocupava-se com a sobrevivência religiosa cristã – podendo imaginar que a mudança para um regime comunista, por seu conhecido e condenável materialismo, sufocaria o catolicismo.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Não conheço o assunto – só por ouvir dizer – mas me lembro das ações das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião no Estado de Pernambuco de Miguel Arraes – modelo revolucionário sem perspectiva estratégica. "Grupo dos onze" foi uma criação de Brizola para operacionalizar as ações, mas que não obteve os resultados previstos.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

Minha visão é da Aeronáutica – a do Exército pode ser diferente. Mas, na verdade, uma Força Armada que teve um oficial general (Brigadeiro) candidato a presidente da República por duas vezes, com 48 e depois com 53 anos de idade, tornou-se muito infiltrada pela política de presença no governo. Assim é que na Aeronáutica, sempre existiu um grupo no governo e outro contra o governo, caracterizado pelos cargos e promoções que receberam e na expectativa de serem lembrados ao subirem. Eram as históricas ações militares influenciando o governo. A queda de Getúlio Vargas em 1945, seu retorno em 1950, seu suicídio em 1954, o golpe do Ministro da Guerra em 1955 (11 de Novembro), os movimentos de Jacareacanga e Aragarças em 1956/1959, a entrada e renúncia de Jânio Quadros

em 1961 e a posse do Vice-Presidente João Goulart, no regime parlamentarista, por exigência dos Ministros Militares. O ambiente nos quartéis da Aeronáutica era de pouco profissionalismo, muita política – eram os gorilas X Gregórios – democratas X comunistas – golpistas X legalistas – direita X esquerda. O Clube Militar viveu tais reflexos em suas gestões; o Clube de Aeronáutica, não, por ter menor expressão.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?

As ações do Presidente João Goulart, acobertando atitudes de esquerda e ferindo a hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, após o comício da Central do Brasil e num jantar do Clube de Suboficiais e Sargentos do Exército e da Polícia Militar no Automóvel Clube do Brasil com a presença de um Almirante (populista) – Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, e do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Finalmente, a posição firme do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, mostrou o caminho a ser seguido. O estopim, então, foi o desrespeito à hierarquia militar e à indisciplina assistidos pelo próprio Presidente da República.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Demonstração de que a população, identificada com a família, temia a ação comunista que extinguisse a religião e a liberdade, inspirando os militares, detentores da força, a agirem, como em episódios anteriores, para depor o Presidente e derrubar o Governo, evitando, assim, que o País se tornasse uma "república sindicalista".

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, ao menos de parte ponderável da vontade nacional.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vozes levantaram-se "contra" esperando não ser realidade, incluindo-se congressistas que tinham compromissos com o Governo (oriundos do PTB e PSD) e outros, a favor, inicialmente oriundos da União Democrática Nacional (UDN). Todos na expectativa de ver como iria terminar. Veja-se que tão logo (72 horas) verificou-se a saída do Presidente Goulart para o Uruguai, o Presidente do Con-

gresso declarou a vacância do cargo, dando posse ao Presidente da Câmara dos Deputados senhor Ranieri Mazilli.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA etc.), logo após o início da Revolução?

Foram surpreendidos e a maioria de seus líderes fugiu e outra parte foi logo sufocada.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Trata-se de visão genérica de liderança, isto é, quem apareceu:

Civis

Governadores Magalhães Pinto – MG; Carlos Lacerda – RJ; Adhemar Barros – SP; Ildo Meneguetti – RS.

Congressistas

Pedro Aleixo; Milton Campos; Adauto Lucio Cardoso; Aliomar Baleeiro; Bilac Pinto.

Militares

General-de-Exército (Res) Odylio Denys; General (Res) Riograndino Kruel; General Olympio Mourão Filho; General Carlos Luís Guedes; General Emílio Garrastazu Médici; General Arthur da Costa e Silva; General Adalberto Pereira dos Santos; Coronel (depois General) Carlos de Meira Mattos; Coronel (depois General) Cesar Montanha de Souza; Brigadeiro-do-Ar Alfredo G. Corrêa; Brigadeiro-do-Ar Nelson Lavanère Wanderley; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) João Paulo M. Burnier; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Carlos Afonso Dellamora; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Marcio C. Leal Coqueiro; Coronel-Aviador (depois Brigadeiro) Roberto Hippólito da Costa; Almirante Rafael de Azevedo Branco; Almirante Carlos Borba.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento exclusivamente interno – não houve auxílio externo, somente simpatia do Ocidente para que não houvesse influência comunista em nosso País.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

À sua "não existência". Não havia esquema militar algum para manter o governo. Sem o Exército e suas reais lideranças é impossível qualquer movimento.

O Ministro do Exército de então, General Jair Dantas Ribeiro, não é nem nunca foi comunista e sem sua ação era impossível. Ele era, sim, legalista, como também o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco. Embora alguns graduados e subalternos admirassem as medidas populistas do Governo (haja vista o tal jantar oferecido a subtenentes e sargentos no Automóvel Clube) não interpretavam esquemas militares. Alguns generais ditos "comunistas" (não creio), eles eram, sim, da "esquerda janguista" – Osvino, Assis Brasil, Brigadeiro Francisco Teixeira etc., não chegavam a compor um esquema militar.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Na 4ª RM (Juiz de Fora – Belo Horizonte), penso que os comandantes ousaram e demonstraram serem inspiradores de seus comandados; ainda que se saiba que no Exército um toque de corneta (ordem) leva a lógica do cumprimento da missão. Nas outras Forças é um pouco diferente.

Quanto às tropas que atuaram no Vale do Paraíba (AMAN e II Exército), a grande figura foi o General Médici, Comandante da Academia Militar, que a empregou em apoio à Revolução. Com o emprego do Corpo de Cadetes a favor do II Exército e frente às tropas do General Armando de Moraes Âncora (I Exército), o General Médici contribuiu decisivamente para a rápida vitória do Movimento iniciado em 31 de março e já inteiramente definido em 2 de abril.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não, em nenhuma ideologia característica e sim basicamente contra o comunismo – contra a subversão e contra a corrupção, tudo em nome de uma postura democrática e de justiça, buscando a liberdade do povo brasileiro, que desapareceria caso houvesse a propalada comunização do País.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Quase todos apoiaram, mas o jornal *Estado de São Paulo* foi o principal. O *Jornal do Brasil* pelo menos até o início do Governo Geisel, enquanto não se lhe atrapalhava as finanças. O jornal *O Globo* durante os vinte anos da Revolução, mudando de lado inesperadamente em 1985, por motivos desconhecidos. A liberdade de imprensa era contida e consentida. Outros jornais do Rio não sobreviveram, como *Última Hora,* que não apoiou, e *Correio da Manhã*, que apoiou só no início.

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

Não acho o termo Revolução exatamente adequado. Teve, no entanto, semelhança com revoluções sangrentas pelo comportamento adotado com relação a determinados políticos e a certas lideranças que foram completamente sufocados. Houve mesmo um *paredon* político por 15 anos. Não é preciso ter morte "física" para se ter revolução. Houve, sim, morte política para muitos por tempo definido, pois foram todos ressuscitados e receberam injeção de vida política e financeira com a anistia. Aliás, bastante ampla, geral e irrestrita. O termo mais correto no meu entender é Movimento de 31 de Março de 1964.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os governos de 1964 a 1984 foram exercidos por militares, na Presidência, mas não houve governo militar ou militarista. No governo militar ou militarista, o poder político é detido e exercido pelas Forças Armadas e nele predominam os interesses militares e ou da indústria bélica. Não foi assim, embora acredite que tiveram influência, exercendo pressões sobre os governos, que não os de Castello Branco e Geisel. Verifica-se que tais pressões levaram sempre a se ter um general como presidente.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

– Neutralização da ação comunista em 1964 e, depois, no período da luta armada que durou de 1968 a 1974.

– Busca da prática democrática e participativa.

– Restabelecimento da ordem pública.

– Criação do Banco Central – controle do processo inflacionário e economia competitiva.

– Criação de órgãos ou ministérios que redundaram em proveito de uma excelente evolução do sistema de telecomunicações.

– Aumento da oferta de energia hidráulica em grande escala.

– Incremento de Universidades e de vagas nas Faculdades Públicas, acabando com o problema dos excedentes.

– Aumento extraordinário de rodovias, inclusive pavimentadas, contribuindo para a integração nacional.

– Criação do Banco Nacional da Habitação e das Cooperativas Habitacionais para construção da casa própria.

– Atuação para que o País não se tornasse uma república sindicalista, ligada à União Soviética, retomando, com o Presidente Castello Branco, a verdadeira presença da autoridade, inexistente no Governo Jango.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

– Demorou-se no processo de retorno à plenitude da vida democrática.

– Não equacionou o problema educacional primário ou básico.

– Deixou a Universidade inteiramente na mão da esquerda, o que trouxe conseqüências extremamente negativas para o País e para a própria Revolução de 31 de Março.

– Custou a permitir a liberdade de participação.

– Não realizou a reforma do Judiciário, a reforma política e a reforma tributária.

– Deixou que o AI-5 gerasse arbítrios.

– Não deu um mandato completo ao ideário do Presidente Castello Branco, figura extraordinária e extremamente capaz de, realmente, revolucionar o nosso País.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Faltou sempre, por parte do governo, um real empenho nesse sentido e, por parte da mídia, honestidade. Castello Branco dizia que este País precisava de um presidente "despreocupado com a popularidade". Somente ele pensava assim, porque todos os demais presidentes da Revolução tiveram preocupação com a popularidade, embora não tenham investido o necessário em publicidade. Devo ressalvar, também, o Presidente José Sarney, responsável pela transição, homem que, com simplicidade, não se importava de transigir – conviveu com 12 mil greves em seu período de governo.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticadas por extremistas?

Julgo tais ações como de permanente inquietação para prejudicar a ação dos governos revolucionários e buscar, de forma irresponsável, implantar no País um regime totalitário de esquerda. Não havia planejamento nem prioridades, e sim o desejo de ser oposição, valendo-se da luta armada e da clandestinidade, para estabelecer um regime do tipo marxista-leninista no Brasil. Muitos inocentes pagaram com a vida por essa insensatez. Os mortos pelo terrorismo identificados perfazem um total de 120 brasileiros, ou seja, 120 famílias enlutadas.

O senhor acha que foi necessária a criação de Órgãos de Informação e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Acho essencial em qualquer época um Serviço de Inteligência ou de Informações e o modelo de DOI/CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) foi imprescindível, porque estávamos em guerra interna contra o terrorismo e, depois, contra a guerrilha rural. A eficácia desses órgãos levou o Estado brasileiro a derrotar integralmente as organizações terroristas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Não houve ditadura militar, houve governo de generais, mas com a grande maioria de ministros civis, aliás os que detinham maior poder. Houve, isto sim, executivos fortes no campo da segurança e na área econômica.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Com nome de Revolução, demorou-se. Devia ter desaparecido após Castello Branco, o único que seria capaz de conduzir a uma correta transição. Tentou, mas cedeu, em nome da ética profissional à ambição de outros menos preparados, e a sua retidão de caráter impediu-o de prolongar seu período por um mandato completo. Escreveu, de próprio punho no AI-2 – o atual presidente é inelegível – diferente de outro que conhecemos bem e que usou de todos os meios para obter sua reeleição.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não, nunca vi tal entre as Forças Armadas, mas estou certo de que alguns companheiros puderam beneficiar-se, aliás, como sempre acontece em qualquer situação.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Vivi de capitão a brigadeiro tal período. Fiz parte do governo de um general e assisti a outros. Valeu a pena por interromper o processo de anarquia e subversão do malfadado Governo João Goulart, que tantos prejuízos causou ao País. De nada me arrependo, somente de seu melancólico final nos anos de 1983/1984 que foram ridículos. A saída do Presidente João Figueiredo pelos fundos do Palácio foi extremamente infeliz sob todos os ângulos, embora o modelo já tivesse se esgotado no Governo do Presidente Geisel.

Não tivemos estadistas além do ditador Getúlio Vargas, do participativo Juscelino Kubitschek ou do realmente estadista Castello Branco, ao qual o País muito deve.

Castello Branco, nos três anos em que governou o País, deixou a marca indelével de sua figura de estadista. À frente dos negócios do Estado, revelou visão ampla dos problemas, autoridade firme e esclarecida e dedicação desinteressada aos superiores interesses nacionais. Voltado sempre para a consecução dos objetivos da Nação, conquistou a admiração nacional e internacional pela sua extraordinária personalidade e sua invulgar obra.

Luiz Vianna Filho – membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro Chefe da Casa Civil do Presidente, Deputado Federal, Governador da Bahia, Senador e Presidente do Senado – assim analisou o estadista Castello Branco:

"Dificilmente haverá personalidade mais rica e mais completa do que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do chefe à visão do estadista. Era dos que conservavam autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana."

Prossegue Luiz Vianna Filho:

"Não lhe importava o peso das responsabilidades que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se desdobra a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcantes como a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade. Virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação, teria feito malograr muito do que se fizera com árduo sacrifício. Ele possuía, porém, a convicção de lhe caber enfrentar e suportar as agruras de um governo de "entressafra", isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria, visto que a tinha como missão a ele confiada pela Revolução."

Dando seqüência, enfatiza Luiz Vianna Filho:

"Acreditamos emergirá aqui a figura do Chefe de Estado incansável em restaurar moral e materialmente o País. Um País que recebera devastado pela mais grave crise política, social, econômica e financeira de sua história, e que integrou colocado no caminho do progresso e da segurança. Fê-lo, nisso também fiel a sua formação, graças a uma luta sem tréguas, aceitando soluções árduas e enfrentando críticas e oposição dos próprios correligionários. Convicto da conveniência nacional em manter o Congresso, preservar o Judiciário e acatar a liberdade de imprensa, arcou, sobranceiro, sem queixas, com o pesado ônus oriundo de uma atitude que poucos defendiam ou justificavam na ocasião. O que lhe importava, porém, era semear: outros colheriam depois dele."

Diz o ínclito General Carlos de Meira Mattos no livro "Castello Branco e a Revolução":

"Tem o Exército razões sobejas para orgulhar-se deste homem que saiu de suas fileiras, numa das horas de crise nacional das mais graves, para altear-se, como

legítima glória do estadismo brasileiro, alinhando-se entre os maiores que já produzimos – José Bonifácio, Pedro II, Caxias, Rio Branco."

Já que não coube ao ilustre Presidente Castello Branco realizar a transição com seu reconhecido descortino, qual a sua avaliação a respeito da "abertura" ocorrida a partir do Governo Geisel?

Tardia, mas razoavelmente bem comandada.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

É natural que houvesse "revanchismo", mas a postura dos atuais chefes militares, suportando o atual governo, medíocre sob todos os aspectos, vem mostrando o altruísmo desses chefes. A Lei de Anistia foi corajosa, de aplicação difícil, pois cada caso era um caso. No entanto, como houve arbítrio e indiscriminação na condenação, houve o mesmo na Anistia, que só vem beneficiando um dos lados.

Com o término da bipolaridade dos tempos da guerra fria, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu e não desaparecerá, pois buscar sua forma de existência que não se destrói proibindo – devemos saber conviver com ele. O Brasil é "mal" desenvolvido e as "elites" políticas não sabem o que querem. Desejam ser "capitalistas nos lucros e socialistas nos prejuízos". Os comunistas estão aí com um discurso nacionalista, mas eles são tão internacionalistas como esse governo neoliberal que está jogando fora o patrimônio do País, através de uma absurda política de privatizações.

A imagem do Exército Brasileiro e das Forças Armadas em geral vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

A imagem do Exército reflete e ofusca por si até a imagem das Forças Armadas, pois sua presença em crises fê-lo fiador de uma real calmaria política. Sua imagem é, como sempre foi, confiável e não precisamos dizer isto, basta olhar – o Exército é o colégio do pobre e, como nossa sociedade é em sua maioria pobre e carente, ele é o melhor colégio. Se existisse um "partido político do Exército", é possível que elegesse muita gente, mas felizmente não temos. Não gosto de identificar companheiros pregando uma bancada parlamentar para defender nossos interesses – remuneração e legislação de pensões etc. Nós precisamos, como vem acontecendo, é que o povo e a Nação nos respeite e goste de nós porque somos parte deste povo.

O que gostaria de aduzir mais, acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército?

Ao se encerrar esta entrevista, desejo cumprimentar o Exército Brasileiro pela iniciativa em promovê-la. Estimo que possamos ouvir gente de todos os lados, pois penso que este projeto é histórico e dificílimo de análise tão já, por ser recente e nós sermos contemporâneos. O que eu poderia acrescentar aqui é a minha convicção de que a nossa Revolução evitou a comunização do País, pela deposição de um governo caótico, sem derramamento de sangue, o que é excepcional sob todos os sentidos – verdadeiro exemplo para o mundo.

Por outro lado, a audácia de se fazer guerrilhas urbanas e rurais (tentativas frustradas) só puderam ser combatidas e neutralizadas com ações de fato, o que para tal exigiu o emprego da Força Armada, pois nossas ações policiais não eram suficientes e mesmo capazes. Tivemos que reagir com determinação, porque a inconseqüência não poderia prevalecer.

Sob o aspecto de desenvolvimento da infra-estrutura e da expressão econômica do Poder Nacional, valeu a pena o Movimento de 31 de Março de 1964, mas sob o enfoque político e mesmo educacional, creio que não valeu.

Nesse encerramento, afirmo que, além da influência de meu pai, igualmente nordestino, o complemento de minha personalidade ocorreu durante os três anos que convivi com o Presidente Castello Branco. Ninguém me influenciou tanto e por toda a vida.

Sinto-me extremamente honrado por participar deste histórico Projeto, sobretudo porque, através dele, me foi possível relembrar e exaltar a memória do insigne Presidente Castello Branco, do competente militar, de destacado Oficial de Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), do exemplar estadista e do homem verdadeiramente completo.

Enche-me de orgulho, responsabilidade e motivação o fato de ter sido seu único Ajudante-de-Ordens oriundo da Força Aérea Brasileira (FAB) e também o último, quando no exercício da Presidência da República.

Finalmente, nós que podemos nos orgulhar de pertencer a esta Nação e alguns outros, mais afortunados, que integraram o Exército de Castello Branco, devemos todos usufruir desta herança com o mesmo sentimento de otimismo de suas palavras em mensagem ao Congresso Nacional:

"O Brasil de hoje é um País muito mais promissor do que aquele recebido em 1964. O Brasil deixou de ser o País dos problemas impossíveis, do impasse político, da instabilidade social, do imobilismo administrativo. Ele é hoje um País em busca de novas soluções, capaz de organizar-se e agir objetivamente."

Era o País de 1967! E o de hoje em dia?

Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Barbosa Moreira Lima

- Natural da Cidade de Colinas, Maranhão.
- Possui todos os cursos regulares da Aeronáutica e, no exterior, o de Piloto de Caça em Aguadulce/Panamá, em Aeronave P-40, e, na Base Aérea de *Suffolk*, em Nova York/Estados Unidos, em Aeronave P-47/*Thunderbolt*.
- Realizou, durante a Segunda Guerra Mundial, na Campanha da Itália, 94 missões de guerra, sendo atingido pela Artilharia Antiaérea alemã em nove ocasiões.
- Serviu como Piloto de Caça, exercendo todos os cargos e funções exigidos, desde Ala de Esquadrilha até a de Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça.
- Foi A/3 do Comando de Transporte Aéreo (COMTA).
- Como oficial superior, foi Comandante do Grupo de Transporte Especial.
- Pertenceu ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington/EUA.
- Em 1964, no posto de Coronel, comandava a Base Aérea de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 24 de abril de 2002.

Queria, em primeiro lugar, falar da minha alegria em rever esta casa e este ambiente, onde prestei o meu primeiro depoimento sobre a Segunda Guerra Mundial. E, como hoje é 24 de abril, foi justamente no mês de abril que o 1º Grupo de Caça teve o seu efeito máximo de eficiência, de bravura no cumprimento do dever.

Nos céus da Itália.

Nos céus da Itália. No dia 23 de abril quem foi ao Museu Aeroespacial nos Afonsos pôde ver o leme do avião que afundou com um buraco feito por munição de 20mm. Passei um susto muito grande nesse dia. No dia 24, fui atingido novamente; então, esse mês de abril, o dia de hoje, é dia para não mais esquecer.

E no dia 22 de abril é que se comemora o Dia da Aviação de Caça em nosso País.

E hoje até trouxe uma revista que deixo para ser copiada, onde há uma reportagem muito bonita sobre o 22 de abril.

Um trabalho primoroso, aliás, toda a revista está excelente.

O diretor da revista foi eleito por unanimidade, no mês passado, Conselheiro Especial do Instituto Histórico da Aeronáutica. Mas a conversa hoje não é essa, a conversa hoje é sobre o Movimento revolucionário de 1964.

Para citar o Movimento de 1964 pediria que me dessem a chance de ir um pouquinho mais atrás para mostrar a minha posição porque, em 1964, eu fui cassado. Às vezes me perguntam: "Mas vem cá, você foi considerado herói nacional, você tem 94 missões na guerra, defendeu realmente a democracia, de repente foi cassado? São percalços."

E há explicação para tudo, principalmente num momento revolucionário em que as coisas não são simples. Em toda minha vida militar, mantive o compromisso de defender a Constituição. A Revolução de 31 de Março de 1964 violentou meus direitos. Cassaram-me até o direito de trabalhar; mas isso é uma página virada, agora, pensando friamente, acho que o mais importante é estarmos unidos para continuar na defesa da soberania do nosso País, principalmente na luta pela manutenção da Amazônia, que o atual governo está tentando entregá-la ao estrangeiro, preferencialmente aos Estados Unidos.

E, aí, a gente lembra da Base de Alcântara, que querem entregar aos americanos que só pensam nos seus interesses.

Exatamente, só pensam nos seus interesses. Apóiam um projeto inteiramente e, de repente, retiram esse apoio, tudo ao sabor dos seus interesses. Assim, eles procedem. O caso da guerra das Malvinas, por exemplo. Deixaram os argentinos falando sozinhos e apoiaram totalmente o governo da Inglaterra.

Se formos à história, encontraremos o imperialismo americano agindo na guerra espanhola, intervindo em Cuba, Porto Rico, Filipinas, ocupando o Texas, comprando a Louisiana, o Alasca, ocupando o Havaí, enfim chegamos à triste con-

clusão – quando entram, se instalam e, para sair, só à força, como no Vietnã. Com o poder que possuem, é uma guerra difícil de vencer.

É oportuno lembrar que, no momento, temos que estar muito atentos a esse problema. A atuação dos EUA como potência hegemônica nos obriga a fazer o que já estamos fazendo – revivendo o Projeto Calha Norte, que nada mais é que a defesa efetiva de nossa soberania na fronteira Norte. Aproveito o momento para lembrar a próxima eleição do Clube Militar, no dia 29 deste mês.

Abro meu voto para o General Lessa. Quando comandou a Amazônia, aplicou seu nacionalismo e a competência profissional, denunciando à Nação, através de conferências e pronunciamentos, o perigo de uma "ocupação branca" dessa imensa região, pelos países do G-7, com destaque para os EUA. E Lessa não parou ao ser transferido para o Comando Militar do Leste. Continuou denunciando enquanto permaneceu na ativa, fazendo o mesmo agora como oficial da reserva. Repito sempre que ele e nossos companheiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – os que lá estão e os que lá estiveram – saem de lá com o "mestrado" de patriotismo brasileiro e prontos para aplicá-lo em defesa da região e do Brasil.

No contexto do tema: "Por que fui cassado?", há que passar pelo meu regresso da campanha da Itália. Ainda lá, em plena guerra, no dia 17 de dezembro de 1944, Nero Moura completou sua 15ª missão de guerra. Vitorioso e feliz pelo sucesso obtido, pelo bombardeio picado e a destruição de várias viaturas motorizadas inimigas, durante o regresso, após cumprir a rotina de rever os filmes de combate das missões do dia, exibidos à noite no Clube Senta a Pua, nos reuniu no salão para um bate-papo. Sem mais preâmbulo, pôs na mesa a seguinte pergunta: "Os que voltarem o que farão dessa experiência adquirida em combate?" Houve um consenso na resposta: "Vamos implantar, na Força Aérea Brasileira, os novos conceitos da atual doutrina de emprego da aviação de caça." Ninguém cortou o dedo para assinar com sangue aquela decisão, melhor dizendo, aquele juramento.

O 1º Grupo de Aviação de Caça foi mantido inteiro após o regresso da Itália, o que nos facilitou o cumprimento do que juramos em 17 de dezembro de 1944, no Clube Senta a Pua. Enfrentamos logo no início da instrução a perda de três veteranos – Lima Mendes (95 missões), Menezes (71 missões) e Tormim (62 missões) – mortos durante o vôo em dias diferentes – choques no ar – com três alunos. Aprendizado cruel e duro! Nero Moura raramente deixava de exaltar os feitos dos comandados do Senta a Pua, não somente os conquistados na Itália, mas aqui no Brasil o de formarmos – até sua morte, em 17 de dezembro de 1994 – cerca de 1100 pilotos de caça.

O regresso da Força Expedicionária Brasileira acelerou a redemocratização do Brasil. Todos nós veteranos da Segunda Guerra Mundial regressamos ao Brasil

contaminados com o vírus benfazejo da democracia. O governo estava atento ao fato, considerando que antes do regresso da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a ditadura foi surpreendida e afetada com o democrático e corajoso manifesto dos mineiros.

Prevendo reação dos soldados vitoriosos sobre as ditaduras nazifascistas, a cúpula militar da ditadura do Presidente Getúlio Vargas, ao receber as Unidades guerreiras da FEB liberava seus homens para umas férias de quarenta dias. Ao regressarem, não encontravam mais a Unidade original – havia sido destinada para outro local – e mesmo eles estavam designados para outras Unidades, geralmente distantes da anterior. Pensava o governo e os chefes militares garantidores do Poder, que esse desmantelamento proposital evitaria a revolta previsível dos ex-combatentes da campanha da Itália contra a situação vigente.

Isso não aconteceu com o 1º Grupo de Caça, talvez pela confiança que o Presidente tinha em Nero Moura. A Unidade iniciou suas atividades cumprindo o que combinara em Pisa: dar instrução à nova Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). Não desejávamos mais ter que ir ao estrangeiro para formar nossos jovens caçadores.

Começamos a instrução no início de setembro, depois de quarenta dias de férias. Mal começamos, aconteceu o 29 de outubro, com a deposição do Presidente. É curioso observar que lutamos na Itália ao lado de aliados para defender a democracia, enquanto aqui no Brasil nosso governo era chefiado por um ditador.

O golpe aconteceu no dia 29 de outubro de 1945. O que ocorreu com o Grupo de Caça Senta a Pua: O Subcomandante do Coronel-Aviador Nero Moura, que agora comandava também a Base Aérea de Santa Cruz (BASC), comunicou-lhe às 12h, que o Brigadeiro Sá Earp – Comandante da 3ª Zona Aérea – marcou com ele uma reunião no Quartel-General, às 16h. Na hora aprazada, Nero Moura apresentou-se a Sá Earp, que o recebeu com essas palavras: "Coronel Nero Moura, as Forças Armadas estão depondo o Presidente Vargas, pergunto-lhe: "O senhor está conosco ou com o Presidente?" "É evidente que estou com o Presidente Vargas." "Então, o senhor está preso", e foi recolhido na condição de preso incomunicável.

Até aquele momento, a maioria dos veteranos nada sabia. Eu, pessoalmente, morava na Rua do Catete, bem próximo do Palácio Presidencial. À noite, já se via em todo bairro do Flamengo um grande movimento de militares do Exército, inclusive com deslocamento de tanques de guerra. As estações de rádio passaram a noticiar sobre uma possível deposição do Presidente. Entrei em contato com alguns companheiros da guerra e nos reunimos em um local no Leblon – os capitães Kopp, Horácio, eu e o Tenente Meira de Vasconcelos – partindo dali para a Base Aérea de Santa Cruz, sede do Grupo de Caça. Passamos pelo portão da guarda, nos identificamos e fomos para o Cassino dos Oficiais. Na entrada, encontramos o Major Ari Neves

que, durante a Segunda Guerra Mundial, havia se apresentado ao Grupo de Caça na Itália duas semanas antes do fim da guerra, em substituição ao Major Marcílio Gibson, Comandante do Escalão Terrestre. O Major Ari Neves naquele momento respondia interinamente pelo Comando do 1º Grupo de Caça. Fazia-se acompanhar de dois majores estranhos à Base. Toda a Base estava de prontidão e naturalmente perguntei ao Major Ari onde se encontravam os veteranos, tenentes Corrêa Netto e Keller: "Estão dormindo", estes pilotos já estavam engajados na instrução aos novos pilotos de caça e deveriam decolar às 6h.

Insisti na pergunta ao Major Ari: "Por que o Corrêa Netto e o Keller não estão de prontidão?" "Você quer saber? É porque eles, como todos vocês, são suspeitos. O Nero está preso e vocês são amigos dele." Sem falar nada tirei minha pistola, apontei para eles e desarmei os três. "Major Ari, o senhor nos conhece e sabe qual é nossa posição. Nós não aceitamos essa condição de suspeitos. A prontidão da Base será feita por todos os oficiais do nosso efetivo."

Devolvi as armas dos majores visitantes, pedindo-lhe que fossem embora. Eles aceitaram a sugestão. Ao amanhecer do dia 30 de outubro, o Subcomandante regressara do Quartel-General, da 3ª Zona, encontrando o pessoal da Base, principalmente os oficiais, sob forte tensão.

Tomando conhecimento da causa – a acusação de suspeita dos veteranos – promoveu uma reunião dos oficiais no Cassino. Contestou as palavras de Ari Neves e acrescentou que nós veteranos merecíamos sua inteira confiança. Aceitei a nova situação, mas ponderei que o Major Ari não pensava do mesmo modo. Então, o Major reagiu, fitando-me com raiva e, aos gritos, declarou: "A afirmação do Tenente Rui é capciosa." Saltei de onde estava, segurei-o pela gravata, fazendo-o recuar de sua afirmação. Apaziguados os ânimos, em poucos dias, a Base livrou-se desse oficial, transferindo-o para outra Unidade.

Daí em diante, o incidente, apesar de resolvido, criou sobre mim a impressão de uma pessoa agressiva. Eu era Tenente e ele Major.

Quando gravamos nossa entrevista sobre a Segunda Guerra Mundial, lembro-me de sua pergunta sobre a carta de meu pai escrita em 31 de março de 1939, data do meu ingresso na Escola Militar do Realengo. Permita-me repeti-la, agora, pela influência que teve em minha vida militar. Por coincidência, saí da Força Aérea também na mesma data com a Revolução de 31 de Março de 1964.

Após a deposição de Vargas, houve a eleição democrática, cujo eleito foi o General Eurico Gaspar Dutra. Esse governo fez questão de seguir a Constituição de 1946 em seus mínimos detalhes. Avaliando-o, agora, ressalto que o seu comportamento com relação à Constituição foi um dos méritos de Dutra como Presidente da

República. Dutra teve como adversário o Brigadeiro Eduardo Gomes, que teve a maioria dos votos da Aeronáutica. Votei nele e cometi o pecado de repetir o voto em 1950, quando novamente o Brigadeiro se candidatou contra Getúlio Vargas. Ainda conservava na consciência minha intolerância com qualquer regime ditatorial.

Eleito Getúlio, Nero Moura – agora Brigadeiro-do-Ar – ocupou o Ministério da Aeronáutica. Fui convidado para servir em seu Gabinete, exercendo a função de Comandante da Seção de Aviões de Comando, mais tarde transformada em Grupo de Transporte Especial. Muito cedo entrei em rota de colisão com o Brigadeiro Chefe do Gabinete. Em princípio de janeiro de 1953, a Força Aérea Brasileira (FAB) adquiriu na Inglaterra setenta *Gloster Meteor* – avião de caça bimotor subsônico – quando aproveitei para deixar o Gabinete e seguir para a Inglaterra, onde, com mais oito pilotos, recebemos os aviões e nos habilitamos como instrutores. Regressamos em março de 1953 e, com menos de seis meses, as aeronaves – jato puro – foram incorporadas a BASC e já estavam voando nos céus brasileiros.

Do suicídio do Presidente Vargas, todos conhecem sua carta-testamento, desfecho trágico daquele acontecimento. Seu governo foi marcado pela oposição do político Carlos Lacerda, filiado à UDN e correligionário e amigo do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Cabe aqui uma impressão pessoal sobre os nobres personagens. Ninguém põe em dúvida a coragem, o patriotismo, a ética e a liderança do Brigadeiro, com justiça é hoje o Patrono da FAB. Seu nacionalismo era tão grande, que o Presidente Vargas, ao negociar com os EUA a cessão das Bases Aéreas e Aeronavais do Nordeste, nomeou-o comandante da 2ª Zona Aérea, cuja área de jurisdição se iniciava em Caravelas/BA indo até Parnaíba/PI.

O Brigadeiro Eduardo era seu adversário politicamente, ambos quase inimigos pessoais. Ambos tinham em comum o amor ao Brasil. Ninguém os vencia no fervor nacionalista que dedicavam ao Brasil. Getúlio nomeando-o Comandante do Nordeste, tinha certeza de que Eduardo não permitiria qualquer tipo de agressão ao Brasil, por menor que fosse, por qualquer americano, fosse quem fosse – de Roosevelt a um simples soldado dos Estados Unidos da América. Foram dois grandes patriotas dignos do respeito dos brasileiros.

Como político, Eduardo – em minha opinião – foi um fracasso. Permitiu que a política partidária – seu partido era a União Democrática Nacional (UDN) – entrasse na FAB, o que proporcionou uma tremenda desunião dentro da Força. É aqui que entra Carlos Lacerda. Seu jornal, *Tribuna da Imprensa,* passou a atacar o Governo na mais violenta campanha, até então conhecida na República. Por essa atitude, arregimentou vários companheiros nas três Forças, com maior número na Força

Aérea – oficiais superiores que se tornaram guarda-costas de Lacerda, acompanhando-o como tal em comícios e reuniões políticas. Mas eram guarda-costas amadores.

Três meses antes do assassinato do Major Rubem Vaz, colegas da Diretoria de Rotas, tentaram cooptar-me. Recusei a proposta com essas palavras: "É muito caro para a Nação contratar um Major para guarda-costas particular de um político. Esse político é inimigo da família Vargas e não duvido de que alguém da guarda pessoal do Presidente possa matar o Lacerda. Como vocês são amadores e bala não tem endereço, pode acontecer que uma delas bata na sua testa" – toquei o dedo na testa do Souza Leão – e aí o Cotonifício Bezerra de Melo vai perder um sócio ilustre. Souza Leão era Major-Aviador e meu colega de turma. Retirei-me da reunião – era aniversário de um dos colegas – dizendo que a função de Major-Aviador merecia tratamento mais digno. O episódio me colocou em oposição declarada, ficando eu mais uma vez marcado pelos futuros ganhadores da Revolução de 31 de Março de 1964.

Três meses depois, o Vaz foi morto pelo pistoleiro João Alcino, amigo e comparsa dos homens da Guarda Pessoal do Presidente, entre eles Gregório Fortunato e um tal Climério. No instante em que João Alcino atirou em Lacerda, seu guarda-costas do dia, o Major Rubem Vaz estava na porta da casa de Lacerda – Rua Tonelero, em Copacabana – e correu para pegar sua pistola .45 que estava no porta-luvas do seu carro. João Alcino o matou pelas costas, exatamente após abrir a porta do carro e abaixar-se na tentativa de pegar a arma. Eu tinha razão – os guarda-costas de Lacerda eram amadores.

O desdobramento do crime aumentou a fúria acusatória de Lacerda contra o Governo Vargas. Não lembro a data, mas poucos dias depois, houve uma reunião no Clube da Aeronáutica com a presença do Brigadeiro Eduardo Gomes para homenagear o Vaz. Nesse dia, eu estava na Base e, por coincidência, era o mais antigo na escala hierárquica. O Comandante da Base, Coronel Pamplona; o do 1º Grupo de Caça, Major Assis; o Subcomandante, Major Lessa Bastos, todos estavam ausentes, um deles cumprindo viagem no Correio Aéreo Nacional (CAN). Recebi o rádio do presidente do Clube da Aeronáutica – Brigadeiro Loyola – convidando os oficiais para a tal reunião pranteando a memória do Vaz. Reuni os oficiais presentes, li o telegrama e os alertei de que essa reunião não iria prestar nenhuma homenagem ao companheiro assassinado, era, sim, uma reunião política, cujo fim era pedir a renúncia do Presidente. Cheguei a prever os oradores que iriam discursar. Disse aos jovens oficiais e os demais presentes: "Irei à reunião por obrigação, vocês irão se quiserem", mal dispensei os oficiais, outro rádio me chegou às mãos, também assinado por Loyola. "Comunico que não autorizei reunião citada no rádio tal, a mesma está cancelada." Horas depois, mais um rádio, também do Loyola, mantendo o convite

para a reunião. Tudo foi lido tendo repetido o mesmo comentário, enfatizando se tratar de uma reunião política.

A reunião aconteceu sob forte emoção dos presentes, principalmente da parte dos oradores. O último deles, propôs em sua fala, que encerrássemos a reunião e marchássemos para a porta do Palácio do Catete, para pedir a renúncia do Presidente. O autor da proposta foi o Coronel-Aviador José Vaz – não era parente do Rubem Vaz. Nesse instante, um colega de turma – Major-Aviador Celso Rezende Neves – tomou a palavra e apelou ao Brigadeiro Eduardo que impedisse que o ato fosse realizado, tecendo comentários sobre as conseqüências danosas que adviriam, concluindo que essa marcha poderia provocar a perda de outro Rubem Vaz. Eduardo Gomes ouviu o apelo, tomou a palavra e disse: "Está encerrada a reunião, quero todos em casa – fez uma pausa – agora."

Entre os dias 5 de agosto – assassinato do Major Vaz – e 24 de agosto de 1954 – suicídio do Presidente – aconteceu o seguinte fato na BASC: o Coronel Pamplona, Comandante da Unidade, veterano e ex-Oficial de Operações do Grupo de Caça, na Itália, reuniu o Estado-Maior da Base – Kopp, Assis, Rui, Keller, Pantoja e Figueiredo Guedes – em 17 de agosto de 1954 e declarou-se bastante emocionado: "Acabo de chegar da cidade e constatei que o Ministério da Aeronáutica está vivendo um verdadeiro caos. A cadeia de comando está quebrada. Exagerando, quem está mandando na FAB é a Diretoria de Rotas e seus majores. Como sugestão e ordem também, a qualquer momento, poderá surgir o meu substituto. Se isso acontecer, lhe entregarei "a chave da Base". Houve um silêncio causado pela surpresa das palavras do Pamplona, que foi quebrado por mim, o terceiro na hierarquia, na função de Comandante do 2º Esquadrão de Caça: "Coronel, permita-me uma ponderação. Na deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, apareceram aqui dois majores estranhos à Base que, sem nos consultar – na época éramos tenentes – passaram a intervir em nossas decisões. Reagimos com bastante energia e eles foram embora. Em minha opinião, se a cadeia de comando quebrou por falta de autoridade – no Quartel-General da 3ª Zona Aérea e até na pessoa do Ministro Nero Moura – vamos retomá-la, recebendo ordens do Comandante Supremo das Forças Armadas – o Presidente Getúlio Vargas. Assim, me recuso a entregar "a chave do meu Esquadrão" a quem quer que seja."

O Coronel fuzilou-me com o olhar e disse: "Você é um fanfarrão. Como não dispomos de um avião equipado para vôo noturno, você irá amanhã para o Parque de Marte em São Paulo e só regressará quando essa situação estiver resolvida." "Negativo, o senhor disse que os majores estão no comando da FAB, sou Major e não vou entregar a chave do Esquadrão, repito, a ninguém." Ele não estava esperando por isso, pois éramos bons amigos e irmãos de guerra. Emocionado, perguntou aos

outros: "Vocês estão vendo a loucura do Rui?" Retruquei na hora: "Não sou louco nem fanfarrão" e mandei um recado forte para que ele me respeitasse. Mas o Pamplona retrucou: "O que vocês acham dessa loucura?" Todos me deram razão.

O Assis tomou a palavra e disse: "Coronel, sugerimos que o senhor reúna os oficiais no cassino, exponha francamente o que está acontecendo e que, daqui em diante, passaremos a receber ordens somente vindas do Catete. Se o Presidente renunciar, obedeceremos à nova ordem. É o que reza a Constituição.

A reunião foi realizada em seguida e toda a oficialidade ficou com o Comandante.

Em 24 de agosto, o Presidente se matou deixando para a posteridade a carta-testamento. Quando se soube de sua morte, sugeri que o Grupo realizasse o vôo-homenagem e alguém ponderou que se pedisse permissão ao Brigadeiro Eduardo. O vôo foi por ele autorizado. Houve companheiros na FAB que não concordaram com a homenagem.

O povo foi à rua chorar a morte de Getúlio Vargas. Nós, do 1º Grupo de Aviação de Caça, homenageamos o Presidente, acompanhando, em sobrevôo, o deslocamento do seu caixão mortuário entre o Catete e o Aeroporto Santos Dumont. Foi nosso adeus ao Presidente que criou a Força Aérea Brasileira em 20 de janeiro de 1941, reequipando a Aviação de Caça em janeiro de 1953, adquirindo na Inglaterra, novos de fábrica, setenta aviões de caça *Gloster Mark*-8, bimotores a jato. Quando o primeiro avião biplace foi montado na fábrica do Galeão, o Presidente inaugurou a era jato na FAB, voando como passageiro observador do caçador Coronel-Aviador Oswaldo Pamplona Pinto, veterano da campanha da Itália e Comandante da BASC.

No dia em que acabou com sua vida – 24 de agosto – o jornalista Carlos Lacerda saiu do cenário político, acompanhando o sentimento respeitoso do povo a esse grande brasileiro.

Depois de Vargas, houve a eleição de Juscelino para Presidente e João Goulart para Vice que se realizou em 3 de outubro de 1955. No dia 11 de novembro de 1955, Café Filho – o Vice de Getúlio – entrou na articulação golpista – "golpe branco" que, se dado, Juscelino e Jango não teriam chegado ao Poder. O esquema era o seguinte: Café Filho simulava um AVC (Acidente Vascular Cerebral), seria hospitalizado em emergência, assumiria o Governo o Presidente da Câmara, Deputado Carlos Luz – de acordo com a Constituição – o qual substituiria imediatamente o Ministro da Guerra General Lott pelo General Fiuza de Castro. Aí, era só emendar a Constituição e Juscelino e João Goulart não tomariam posse. Lott, aconselhado pelo General Odylio Denys, denunciou a farsa de Café Filho, pôs os tanques nas ruas, assumiu a liderança das Forças Armadas e garantiu a continuidade institucional, dando posse aos candidatos vencedores da eleição. Esse golpe, muito mais para contragolpe, foi

batizado pelo legalista e íntegro General Henrique Lott com o nome de Retorno às Instituições Democráticas Vigentes. Foi a primeira vez que contrariei a Constituição. Acreditei sempre na honestidade de propósito do General Henrique Lott e em seu passado fiel ao cumprimento da Constituição do País, promulgada em 1946.

Estava na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), fazendo o curso de Estado-Maior e no dia 11 de novembro de 1955, participava, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de uma manobra combinada Força Aérea com a Força Terrestre.

Na véspera – dia 10 – recebi um telefonema de um companheiro veterano do Senta a Pua que esteve comigo na Campanha da Itália, Capitão-Aviador João Milton Prates – era 2º Tenente R/2 na Itália – que exercia a função de Ajudante-de-Ordens e Piloto do então ex-Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato eleito à Presidência da República. "Rui, o Juscelino está preocupado com o destino de sua candidatura e deseja saber como andam as coisas por aí?" Pedi tempo e fiz algumas ligações telefônicas, informando-o de volta, de que estava tudo aparentemente calmo – eram 21h30min; entretanto, sabia-se que, se o General Lott saísse do Ministério da Guerra, seria desencadeado um golpe militar, com o envolvimento do Presidente Café Filho, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Carlos Luz e o General Fiuza de Castro, previsto para substituir Lott no Ministério da Guerra. Se essa "armação" acontecer, o Juscelino e o Jango não serão empossados e sabe lá Deus o que poderá acontecer. Mais tarde, telefonei ao Prates atualizando o novo quadro: "O General Lott assumiu o Poder, agora está tudo na mão dele; se passar legalmente e permanecer como Ministro, seu chefe não correrá perigo, ao contrário, ele deverá assumir a Presidência de acordo com as regras." "Você acha que ele deve ir para o Rio?" "Sim, respondi, mas não deve correr o risco de chegar de avião, pois os aeroportos do Rio de Janeiro estão sob controle da Diretoria de Rotas e essa gente toda é golpista, com destaque para o Lacerda e até o nosso Brigadeiro Eduardo." Juscelino Kubitschek pôs uma peruca – dizem – e chegou de automóvel via estrada Niterói–Magé – até sua casa, a Rua Sá Ferreira, em Copacabana.

Na manhã de 11 de novembro, os alunos da ECEMAR e ECEME estavam a postos na Praia Vermelha. Castello Branco chegou cedo, nos cumprimentou e nos mandou embora, aguardando novas ordens. Estávamos com dois carros, o do Major Meira e o do Major Claudio Carvalho. Decidimos na casa do Meira, quem iria para a prontidão da ECEMAR, no Galeão, ou se apresentaria no Ministério da Guerra, aguardando o resultado da agitação que, naquela hora, era bem grande.

Fomos para o Quartel-General da Praça da República: Meira, Eudo, eu e o Pessoa Ramos. Para a ECEMAR, o Claudio, Vassalo, Carrão e creio que o Souza Mendes.

Todo mundo numa boa, como dizem os jovens de hoje. Encontramos no Quartel-General do Exército mais de cinqüenta oficiais da FAB – de brigadeiro a 2º tenente – para os quais designaram uma sala ampla e ficamos aguardando alguma ordem. O único brigadeiro presente – Major-Brigadeiro Vasco Alves Secco – imediatamente passou a fazer parte do Estado-Maior do General Lott. Era o nosso Ministro da Aeronáutica naquele local. Cerca de 17h, fui chamado à sala do Brigadeiro Secco, que me ordenou seguir para Santa Cruz e apresentar-me ao General Sucupira que comandava um Grupo Tático, baseado no Quartel de Engenharia Vilagran Cabrita, com a missão de atacar e ocupar a Base Aérea de Santa Cruz (BASC). "Você substituirá o atual comandante da Base, o Coronel-Aviador Ari Presser Bello." Imediatamente protestei, invocando a distância hierárquica entre nós – fui cadete de Presser Bello na Escola de Aeronáutica, ele já era Major-Chefe da Instrução, em 1942 – sugerindo que entre os companheiros presentes, estava o então Tenente-Coronel-Aviador Roberto Pessoa Ramos, três turmas mais antigas que a minha e como eu, no pós-guerra, serviu anos na BASC. Secco aceitou minha ponderação e determinou que Pessoa fosse comandar a BASC e eu o 1º Grupo de Caça. Juntou-se a nós, o Major-Aviador Magalhães Motta, que também foi piloto de caça de Santa Cruz e credenciado para assumir qualquer função. Pessoa Ramos nos apresentou ao General Sucupira, que nos recebeu sem maiores efusões. Juntamo-nos ao seu Estado-Maior, onde estavam o Coronel de Artilharia Ariel Paca da Fonseca e o Capitão de Infantaria Sá Campelo, o velho e conhecido "Rigorosa", instrutor exigente e enquadrado da Escola Militar do Realengo.

Logo depois, fiz contato com a Base, através do veterano do Senta a Pua, o eficiente Suboficial de Armamento Adalberto José do Espírito Santo, pedindo-lhe que me desse a situação dos aviões da Base que ainda não tinham decolado para São Paulo. Cabe destacar que, antes de o Brigadeiro Eduardo Gomes seguir para São Paulo, "deu ordem para que todas as Unidades Aéreas se deslocassem para a Base Aérea de Cumbica". O nosso 1º Grupo de Aviação de Caça, na ocasião, era comandado pelo então Tenente-Coronel ou Major-Aviador (antigão) Ernani Carneiro Ribeiro, que se esquivou da ordem, entregando a missão ao veterano do Senta a Pua, Major-Aviador Renato Goulart Pereira. Goulart levou cerca de 18 caças *Gloster Meteor,* para Cumbica, deixando quatro indisponíveis, que seguiriam depois. Ficaram, ainda na Base, quatro aviões T-6 *North American,* que seriam conduzidos para São Paulo, no dia 12, sob o comando do Coronel-Aviador João Camarão Telles Ribeiro.

Sabedor desse detalhe, Pessoa fez uma exposição ao General Sucupira, enfatizando que o Coronel-Aviador Ari Presser Bello somente entregaria a Base a ele – General Sucupira – após enviar as oito aeronaves. Ponderamos com o General

que com aquele mau tempo – choveu a noite toda – e com a falta de equipamento, de apoio à navegação para os aviões a jato, não havia possibilidade do deslocamento durante a noite. Acontece que o General Lott, que já dominava todas as Unidades locais – no Rio de Janeiro – do Exército e Aeronáutica, não tinha ocupado ainda, até aquela hora, a BASC.

O Coronel Ari Presser Bello havia se comprometido com o Brigadeiro Eduardo, que somente entregaria a Base depois da decolagem dos oito aviões restantes. Para tanto, usou todos os meios possíveis, no sentido de ganhar tempo, para decolar os aviões. Veio conversar com Sucupira às 20h, 23h e às 0h, sempre altivo e jogando forte com o General. Com a delonga, Lott perdeu a paciência e ordenou que o ataque à BASC tivesse início às 2h da madrugada. O General Sucupira não quis mais falar conosco, determinou que Sá Campelo elaborasse as ordens fragmentárias para sua Artilharia, Blindados, para o Batalhão de Engenharia de Combate e elementos especiais do Regimento Escola de Infantaria (REI), da Vila Militar, Unidade padrão da Infantaria do Exército.

Diante do perigo iminente e da disposição de atacar do Grupo Tático de Sucupira, falei com o Coronel Paca, pedindo-lhe que evitasse destruir o Hangar do *Zepellin*, o único remanescente da era dos dirigíveis alemães, obra de arte com 270m de comprimento, 53m de altura e 52m de largura. Destruí-lo seria um crime contra a arte da engenharia dos anos de 1933 a 1935. "Atire na pista interditando-a ao pouso e decolagem de aeronaves de asa fixa." Paca sorriu e nos garantiu que o Hangar de Santa Cruz não seria molestado. Com boa vontade e bom humor, falou-nos também o pessoal do Batalhão de Engenharia de Combate e dos elementos especiais do Regimento Escola de Infantaria da Vila Militar. "Sabemos que a Base é guardada por uma Companhia de Infantaria, cujo efetivo permanente é constituído por um capitão e poucos sargentos instrutores. O restante é formado por recrutas, sem experiência de combate. São jovens civis de baixo padrão de escolaridade que, após um ano de caserna, são devolvidos à sociedade civil. Para nos sossegar, disseram, "não vamos usar armas de fogo nem arma branca, vamos lutar à tapa." Claro que não seria assim, os homens de Santa Cruz estavam em casa, havia dentro da Base duas vilas – uma de oficiais e outra de sargentos. Provavelmente, haveria mortes e cicatrizes desse tipo de luta, quando acontece entre irmãos, custa a sarar.

Como a hora fatal estava chegando e a ordem de Lott tinha que ser cumprida, resolvi usar um estratagema numa tentativa de evitar um ataque noturno. Dirigi-me ao General, pedindo-lhe permissão para falar com o Brigadeiro Secco. Concedida a autorização e na presença de todos, rolei a manivela do velho telefone existente, pedi à telefonista que ligasse para o número tal, que correspondia ao da sala em que se

encontrava o General Lott e seu Estado-Maior, e aguardei um momento. Na verdade, não havia feito ligação alguma. Continuando a farsa, falei alto ao interlocutor que não existia: "Alô, é do Ministério da Guerra?" "Por favor, aqui é o Major Rui Moreira Lima, desejo falar com o Brigadeiro Secco." "Brigadeiro, que bom que consegui falar com o senhor, por favor, fale com o General Lott, solicitando-lhe passar a hora do ataque à BASC para às 6h da manhã. Se fizer às 2h, com essa escuridão e sob a chuva que está caindo aqui, esse ataque deixará de ser uma operação de guerra, passando a ser um massacre a civis. "Sim, Brigadeiro, não desligarei, ficarei na linha aguardando a resposta." Deixei passar quatro minutos e, dramaticamente, falei alto: "Graças a Deus, o General Lott adiou a hora do ataque." Olhei firme no olho do General Sucupira e perguntei: "O senhor deseja ouvir do Brigadeiro Secco a ordem do General Lott?" "Não é necessário, a operação será realizada às 6h." Creio que o General não quis ir ao telefone, porque tinha grande deficiência auditiva.

A chuva diminuiu na madrugada e o Coronel Camarão decolou os quatro T-6 às 5h30min, para São Paulo. Os quatro *Gloster* a jato tiveram uma pane – os pneus das rodas foram esvaziados – e não havia compressor na Base para atendê-los.

Em cima das 6h, Presser Bello telefonou ao General Sucupira, convidando-o a tomar café com ele na Base. Fez mais, veio pessoalmente convidá-lo. O General aceitou o convite, mas levou junto seu Grupo Tático. Erro grosseiro cometeu o General. Ainda se fala até hoje que o Exército invadiu a BASC, agressão imperdoável, considerando-a diplomática e politicamente. Não havia necessidade daquela demonstração de força. Como resultado, neguei-me a acompanhá-lo no que fui seguido, pelo Pessoa e pelo Motta, e imediatamente telefonei ao Comandante da 3ª Zona Aérea – Brigadeiro Correia de Melo, – pedindo sua presença na Base para ele mesmo receber o comando do Coronel Ari Bello e passar ao Pessoa Ramos e a mim os comando da BASC e o do Grupo de Caça. Preservamos a dignidade do Coronel Ari Presser Bello, que em momento algum deixou-se humilhar pela tropa invasora e que, como militar, cumpriu as ordens recebidas do Brigadeiro Eduardo. Deve ter sido duro para ele negociar a decolagem dos aviões, com o risco de a Base ter sido atacada como queria o General Lott.

Após o pouso do Brigadeiro Correia de Melo, fomos para a Base onde chegamos às 10h. O Coronel Ari Presser Belo estava se retirando e, ao cruzar comigo, disse-me: "Moreira Lima, se não fosse essa chuva – continuava chovendo – a história teria sido contada diferente." Respondi-lhe: "É que até Deus está do nosso lado mandando o mau tempo, que evitou a tragédia que causaria um ataque a nossa Base."

O Coronel Ari Presser Bello é hoje Tenente-Brigadeiro Reformado com a idade muito acima de noventa anos... perto dos cem. Continuou sua carreira militar com

a bravura sempre presente, conquistando o posto máximo pelo seu valor pessoal sem nunca pôr em risco sua dignidade. Seu compromisso com o Brigadeiro Eduardo foi cumprido até o fim. Somente quatro aviões deixavam de decolar, por falta de material. Ele morreria no posto, combatendo o Grupo Tático, mas não entregaria a Base antes de cumprir sua missão. Pode ser considerado um exemplo de soldado da Força Aérea Brasileira!

Sobrou para mim a calúnia de dizerem que eu entrei na Base comandando um tanque de guerra do Exército. Como a calúnia deixa sempre uma pena de fora do travesseiro citado na parábola indiana, houve gente que acreditou nessa infâmia lançada contra mim.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek recebeu a faixa de Presidente sob os aplausos dos seus eleitores e da grande maioria do povo brasileiro. Praticamente começou a governar a 1º de fevereiro, mês de carnaval. Pois foi justamente no sábado de carnaval que o Major Haroldo Velloso fugiu com um bimotor da FAB – C45 – para o Brasil Central. Fuga planejada e do conhecimento dos radicais golpistas da Aeronáutica.

Não tenho o direito de afirmar nem posso fazê-lo, mas o Velloso não agiu sozinho. A estratégia da rebeldia de Jacareacanga tinha como objetivo desestabilizar o Governo do Presidente Juscelino. Como? Velloso desencadearia o movimento, o governo ordenaria a repressão, os militares se recusariam a cumprir ordens e estaríamos com a indisciplina instalada no País. Pela Constituição em vigor, o Presidente da República é o Comandante Supremo da Forças Armadas. Desobedecido, a hierarquia já não valeria nada e a solução seria a substituição do Presidente.

Velloso ao sair da Escola de Aeronáutica, como Aspirante da Turma de 1942, foi servir na Base Aérea de Belém. Apaixonou-se pela Amazônia, tornando-se, em pouco tempo, um grande conhecedor da selva. Com o tempo, conheceu os irmãos Villas Boas, tornando-se também íntimo dos cerrados do Brasil Central. No posto de Major, chefiou o Projeto de implantação da rota Rio–Manaus.

Era um excelente piloto de transporte e um homem corajoso; ele, dentro do mato, era um gigante, apesar de sua pouca estatura; quando entrava no mato, ele crescia, ele impressionava. Tinha uma orientação fantástica dentro da mata, era um mateiro nato...

Que coisa impressionante!

Com essa experiência, não foi difícil para ele liderar a rebeldia de Jacareacanga. Sua primeira ação foi dominar e interditar os campos de pouso de Aragarças, Xavantina, Kuluene, Capitão Vasconcelos, Xingu, Cachimbo, Cururu, Jacareacanga, Itaituba, Belterra e Santarém. Usou para interditá-los, espalhar nas pistas tambores

vazios de gasolina e óleo ou então troncos de árvores. Em seguida, estabeleceu código com os guarda-campos para a abertura e fechamento dos campos, se necessário.

Enquanto a ação revolucionária de Velloso agitava o noticiário da imprensa escrita e falada, providências do governo foram tomadas na segunda-feira – em pleno carnaval – para abortar a rebelião. Do Rio de Janeiro e Belém, forças federais foram enviadas para o local. De Belém, decolou como piloto do C-47 2059 e também como comandante da operação, o Major Paulo Victor, tendo como subordinados, o Capitão Lameirão e o Tenente Petit (aviadores) e mais um tenente de Infantaria, comandando um grupo de 25 graduados e praças, armados com fuzis, submetralhadoras Ina e farta munição.

Do Rio de Janeiro, fui investido da missão de retomar os aeroportos do Brasil Central e os amazônicos de Cururu, Jacareacanga, Itaituba, Belterra e Santarém. Dispunha como meios, de um C-47, sob meu comando – co-piloto 1º-Tenente Farias – e dois sargentos mecânicos, Laurindo e Machado, um manual de codificação de mensagens, o Sargento de Infantaria Martins, ao qual entreguei uma metralhadora .50 e mais um sargento de Infantaria comandando um cabo e nove soldados. O Lodestar era comandado pelo Capitão Francisco (Chicão) de Assis Lopes, o co-piloto Tenente Thomaz Peçanha e dois sargentos, um, mecânico, e outro, rádio, o Ferraz Correa. O armamento dos oficiais e sargentos era a pistola Colt .45 e dos praças, fuzis. A munição que levei era limitada. Minha cadeia de comando era ligada ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley.

Em poucos dias, conseguimos – eu e meus homens – dominar e abrir, para pouso e decolagem, os campos de Aragarças, Xavantina, os intermediários Kuluene e Capitão Vasconcelos, o de Xingu, Cachimbo e Cururu.

Velloso estabeleceu sua sede em Jacareacanga. Era mais próximo de Santarém, o principal aeroporto da área que, mais tarde, Velloso ocupou por mais de uma semana.

Minha Base de Operações foi instalada no Cachimbo, onde consegui me organizar. Várias operações foram realizadas, a mais perigosa, a tomada do posto Cururu – Funai – que havia sido ocupado por 19 homens do Velloso, contando com o comandante – um ex-Sargento Alencar, do Exército, que diziam ser desertor.

Para essa missão, decolei ao escurecer, do Cachimbo para a Missão de São Francisco do Cururu – um povoado de cerca de duzentos índios – controlado por frades alemães. Ali, pousei, usando os faróis de vôo noturno do C-47, auxiliado por um precário balizamento improvisado de 15 lamparinas e pequenas fogueiras. O risco de quebrar o avião ou danificá-lo chegava próximo do 100%. Minha presença naquele momento, naquele lugar, era imperativa. Tive sorte, nem quebrei nem danifi-

quei o C-47. Lembro-me de que passei do final da pista uns 25 metros. Juntamos os índios e, na mão, empurramos o avião para a pista.

Requisitei o barco principal dos frades, juntei meus homens e desci o Rio Cururu abaixo. Antes de partir, um frei – parecia o mais idoso – pediu-me para acompanhar-me. Seu argumento: "Major, meu Rio nunca foi manchado por sangue. Conheço o Sargento Alencar e poderei parlamentar uma solução honrosa, sem mortes." Minha força era composta de 21 homens, contando com o destemido Major Aviador Francisco de Assis Lopes – meu co-piloto – os mecânicos da tripulação e uns 15 soldados e graduados de Infantaria. Levei, ainda, um corneteiro e quatro apitos tipo juiz de futebol.

Experiência de combate na selva igual a zero. Assim mesmo, chegamos ao posto de Cururu, em um barco dos frades ajudados pela surpresa, prendemos os 19 homens do Velloso: inclusive o sargento Alencar. Entre eles haviam os índios Henrique e Joaquim, um caboclo ribeirinho, Manoel, e o capataz Getúlio. Os outros eram trabalhadores da Rota Rio–Manaus que tinham como vantagem sobre nós a prática do conhecimento da região. Trouxe comigo o sargento Alencar, dispensando os demais com essa mensagem: "Meus caros, voltem para Jacareacanga e abandonem essa luta. O que os majores Velloso e Paulo Victor estão fazendo não vale o sacrifício de vocês. A qualquer momento as casas de vocês poderão ser bombardeadas e destruídas."

Pedi ao Major Keller – meu camarada do Grupo de Caça na Itália – que interrompesse sua missão de suprimento de gasolina para Cachimbo e levasse o prisioneiro ao Brigadeiro Lavanère Wanderley, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Mais alguns dias – 24 ao todo – durou a rebelião. Velloso foi preso e seus companheiros se exilaram na Bolívia. Após encerrar a Operação Cachimbo, mandei todo o meu pessoal para suas Unidades de origem, decolei para Belém, onde visitei o Velloso, que era prisioneiro incomunicável no Parque de Aeronáutica de Belém.

Meu amigo estava sentado, com uma barba de alguns dias por fazer, mas altivo e com voz e movimentos firmes. "E, aí, Velloso, que é que te deu?" "Nada Arataca – era meu apelido na Escola Militar – para te dizer a verdade, nem sei por que estou preso incomunicável, porque metade da Força Aérea Brasileira não vem aqui com medo de se comprometer e a outra, porque não cumpriu o que havia combinado." Realmente, eu estava certo. Velloso não faria aquilo sozinho.

Conversamos, depois de um cafezinho, abracei-o e voltei para o Rio. Passei 22 dias no Brasil Central, missão de guerra, mas bem diferente da que enfrentei na Itália. Resumindo, assim, vi e vivi a tal rebelião de Jacareacanga que não foi idealizada somente pelo Velloso.

Nós nos respeitávamos muito, éramos amigos desde nosso ingresso em Realengo, em 31 de março de 1939. Mais tarde, o filho dele, que é Brigadeiro-do-Ar

e engenheiro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tornou-se meu amigo. Velloso, depois, entrou na política e acabou Deputado Federal. Como patriota e nacionalista, foi designado para chefiar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de venda de terras da Amazônia a multinacionais. Em sua conclusão, denunciou o perigo dessa venda como traição ao Brasil. Pouco tempo depois, foi morto em Parintins, durante uma cerimônia em que estavam presentes o prefeito, o juiz, o delegado e o povo da cidade quando houve um tiroteio e somente ele foi atingido... É que ele sabia demais. Não morreu na hora, mas morreu em conseqüência disso. Assim, calaram a boca do Velloso.

Naquele livro publicado por jornalistas americanos – "Seja Feita a Vossa Vontade" – com mil e poucas páginas, você vai encontrar a razão do atentado sofrido por ele. O Departamento de Estado dos Estados Unidos da América só admite a sua razão. Se alguém os contesta ou os incomoda, eles mandam calar a boca ou para sempre, matando, ou corrompendo, comprando o cidadão.

Em 31 de março de 1964, novamente não me afastei da legalidade. Fui contra, na realidade nunca deixei de defender a democracia, por ela, lutei voluntariamente na Segunda Guerra Mundial. A carta de meu pai de 31 de março de 1939 continua marcando minha conduta de repulsa a qualquer tipo de ditadura. Prosseguindo, o Juscelino governou debaixo de pau. Durante os quatro anos de governo, enfrentou o Movimento de Jacareacanga do Velloso, e o de Aragarças, do Velloso outra vez, aliado a Burnier e a vários outros, inclusive o querido e indômito Tarcísio, na época, jovem Capitão do Exército, que esteve na linha de frente desse movimento.

Tarcísio Nunes Ferreira, do grupo de assessoramento do General Moniz de Aragão em 1964.

Exatamente, essa turma toda foi parar em Aragarças. Após a derrota, a maioria se exilou na Bolívia, foi aberto o Inquérito Policial Militar (IPM), tendo à frente o General Taurino Resende. Houve dificuldade para escalar a tripulação que o levaria ao Brasil Central. Foram me buscar em casa, outra vez.

Andando para frente, chegamos a Jânio Quadros, ano de 1961. Jânio Quadros ganhou a eleição usando a "figura doméstica de sua famosa vassoura". Eu comandava o Grupo de Transporte Especial (GTE). Em 31 de janeiro de 1959, faltavam quatro dias para eu completar trinta dias de prisão disciplinar por uma briga entre dois oficiais. Ponderei com o Brigadeiro Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica de Jânio: "Brigadeiro fui preso por trinta dias e ainda faltam quatro para eu ser libertado, apelo ao meu ex-comandante em Santa Cruz que determine que eu cumpra esses quatro dias à frente do GTE. Meu substituto é o Pavan, que é duas turmas mais moderno que eu. Não gostaria de passar por esse vexame" e Moss me atendeu. A

Revolução nos separou, mas o respeito mútuo entre nós permaneceu até sua morte. Quatro dias depois, passei o comando para o Pavan, amigo e companheiro da aviação de caça, nomeado em meu livro "Senta a Pua" como um dos voluntários que o final da Segunda Guerra Mundial, em 8 de maio de 1945, o impediu de entrar em combate. Ainda estava nos Estados Unidos da América em fase de treinamento.

Aí, veio o Jânio com as cachaçadas dele, as loucuras dele, os bilhetes dele, as brigas de galo dele. Era um cara alucinado esse tal de Jânio Quadros. Em 25 de agosto de 1961, renunciou à Presidência com vistas a voltar nos braços do povo. O povo não queria mais saber dele. Os três ministros militares assumiram o Governo, fizeram uma junta e aí vai entrar outra vez o Coronel Ari Presser Bello, agora Brigadeiro. Eu estava fazendo o Curso Superior de Comando na Escola de Estado-Maior e o Brigadeiro Ari era o Comandante da Escola. A renúncia de Jânio teve como conseqüência a prisão de muitos colegas na Força Aérea Brasileira. Todos os dias mandavam mais presos para o navio-transporte *Barroso Pereira*. De repente recebi ordem de prisão do Brigadeiro Ari Bello. Iria também para o *Barroso Pereira*. Como eu nunca tinha sido preso antes, por motivo político, justamente por não ser político partidário, disse ao Brigadeiro que sem saber por que estava sendo preso, não aceitava a prisão. Como ele também não sabia por que, fiquei de prontidão na Escola, junto com o Brigadeiro e os Instrutores que lá estavam. Voltando aos acontecimentos, eu ainda em casa, completando um trabalho para ser entregue na Escola, soube pela manhã, através da vizinha, que nos avisou: "Dona Julinha não deixe o seu marido sair de casa, porque o apartamento está cercado. Bateram no meu filho nessa madrugada e o Sérgio, filho do Coronel Pamplona, também, foi agredido." Eles apagaram a luz da entrada do edifício para facilitar a truculência de sua ação.

A Polícia cercou meu apartamento, mas não entrou em minha casa. Tomei a decisão de reagir à prisão. Pus meu braço direito em uma tipóia simulada, camuflei a pistola e desci. Chegando à portaria não encontrei ninguém. Tomei o ônibus da Escola e fui para o Galeão. Apresentei-me ao Comandante Ari Bello com essas palavras: "Brigadeiro, o senhor sabe que essa noite a polícia cercou minha casa?" Ele respondeu: "É verdade." "Mas o senhor sabia que eu não iria ser preso em minha casa, nem pela Aeronáutica e muito menos pela polícia. Considero essa violência um atentado contra minha vida, portanto, adquiri o direito, também, de tirar a sua. Como o senhor está armado e eu estou armado, vamos conviver aqui, mas nesse clima de desconfiança absoluta." "Mas estou cumprindo ordens superiores." Perguntei: "Ordem de quem?" "Do Brigadeiro Márcio Melo e Souza." Retruquei: "Mas esse Brigadeiro quando vestia a camisa integralista – era capitão –, sua célula era comandada por um taifeiro, que diabo é isso? Que moral tem ele para me prender?" "É que ele é o Comandante da

Força Aérea nos três Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais." "Pois é, mas não cometi crime nenhum e não vou aceitar essa ordem."

"Agora vou lhe fazer uma proposta, para que possamos conviver nessa prontidão, enquanto durar essa patacoada inconstitucional dos três ministros militares: vamos ficar presos aqui com o portão da Escola fechado a cadeado e se aparecer algum golpista tentando entrar, ele que se cuide."

Ficamos mais três dias e a paz voltou ao País. Nesse recolhimento compulsório, tive a chance de conversar, francamente, com o Brigadeiro Presser Bello. Abrimos o jogo um com o outro, voltando ao passado, esclarecendo episódios que precisavam ser esclarecidos. Relembramos seus tempos de Tenente do Exército de passagem por São Luís/MA e eu, com 15 anos, aluno do Colégio São Luiz, depois na Escola Militar do Realengo, em 1939, quando ele, como Comandante de Esquadrilha, não quis que eu representasse a Escola no filme *Águia Cega*; outras dúvidas tivemos também na Escola da Aeronáutica; o 11 de Novembro, em Santa Cruz etc. Falamos de tudo e assim ficou esclarecido. Daí em diante, tornamo-nos amigos respeitosos.

O Brigadeiro voltou ao assunto do episódio Jânio: "Quando recebi ordem para lhe prender, ninguém da Escola quis aceitar a missão. Tentei junto à oficialidade do Comando de Transporte Aéreo (COMTA) e também ninguém quis lhe prender." De repente, apareceu o Comandante do Parque de Viaturas, o Coronel Firmino Ayres de Araújo.

O Firmino é o homem lá do Nordeste, do Senta a Pua.

É esse aí que eu cito no meu livro "Senta a Pua!" O Firmino chamava todo mundo de Zé. Fui seu aluno na Escola de Aeronáutica, seu co-piloto em patrulhas na Base de Salvador e amigo dileto, enquanto viveu. Continuou Presser Bello: "Firmino você cumpre qualquer ordem?" "Cumpro qualquer ordem." "Então vai prender o Rui." "Ah, Zé Rui não vou não." Foi essa a expressão que ele usou. "Zé Rui é meu amigo."

"E não foi ninguém." A verdade é que passei mais essa crise em branco. Não fui preso também dessa vez. Essa sucessão de fatos deveria estar sendo anotada no caderninho dos golpistas.

Quando chegou a Revolução de 1964 eu era Comandante da Base de Santa Cruz. Lá, um dia, recebi fora do plano de transferência o Capitão Juarez, que foi para Santa Cruz com o intuito de me prender, acredito que dentro do esquema da Revolução, o que ficou claro, porque, uma semana antes de 31 de março, ele foi à Vila dos Sargentos junto com o Major Mascarenhas, que havia estado em Aragarças – foram, em um sábado de madrugada, falar com os graduados na Vila dos Sargentos da Base, propondo minha prisão e a sublevação da Base.

Veja que maluquice, ele falou com o sargento Mascarenhas, que era irmão desse Major Mascarenhas. O sargento protestou e denunciou o que estava aconte-

cendo, telefonando-me em seguida. Tomei as providências devidas, apresentando o Capitão Juarez, na segunda-feira, preso ao Comandante da 3ª Zona Aérea, solicitando que fosse aberta uma sindicância a respeito.

No final do expediente, fui ao Brigadeiro Teixeira, Comandante da 3ª Zona Aérea, e perguntei sobre o destino do Capitão Juarez, e ele disse: “Eu o mandei embora, é um garoto.” Muito aborrecido com o Teixeira disse: “Então, esse Capitão vai para a Vila dos Sargentos tentar tomar a Base, eu o mando preso para cá e o senhor simplesmente o liberta? Francamente, o caso é real e o senhor não está levando a sério. Estou comandando uma Base onde existem três mil e tantas pessoas, entre civis, sargentos e oficiais. Tenho três Unidades aqui sediadas – o 1º Grupo de Caça, o 1º Grupo de Aviação Embarcada e o Grupo de Controle e Alarme. Venho dormindo na Base quatro dias por semana, como se eu estivesse de mal com a minha mulher e o senhor faz uma coisa dessas?” “Calma, rapaz, isso não vai dar em nada.”

Mas o 31 de Março foi a resposta que tivemos. As previsões do Brigadeiro Teixeira não se confirmaram. O General Mourão pôs a tropa na estrada e marchou contra o Rio de Janeiro. Por duas vezes, o Conselho de Segurança, através de um colega que já morreu, me telefonou: “Rui dá uma corrida nessa coluna do Mourão, basta uma passagem que você faz o serviço nele. Eles vão embora.”

Eu lhe disse: “Olha, tenho uma cadeia de comando e a cadeia de comando é o Brigadeiro Teixeira, é ele quem manda na Zona Aérea, e na minha Base.” Se der a ordem e eu puder cumpri-la vou fazê-lo; hoje, no entanto, com esse mau tempo, parece que não há jeito. Atacar uma coluna de blindados é fácil. Sou doutor em coluna, porque só fiz isso na guerra. Se eu quiser parar a coluna, sem morrer ninguém, basta atirar no carro da testa e no último. Com esse procedimento o pessoal foge. Depois é só botar fogo nos outros. Mas não vou fazer; sem ordem, não faço isso.

Impaciente por esperar, lá pelas 16h decolei no jatinho *Paris*, tendo como co-piloto o Tenente-Coronel Berthier, Comandante do 1º Grupo de Caça. Passei para o topo das nuvens – 5.500m – chamei o radar Galeão, pedindo ao operador que me levasse à vertical da cidade de Paraíba do Sul. Fiz a primeira tentativa e encontrei a coluna próxima a Areal. Assinalei no mapa da revista *Quatro Rodas*. Quando passei pelas viaturas, foi uma correria só. Pânico total, por falta de espaço para manobrar, em plena Serra do Mar e com o tempo reinante, voltei a 5.500m e fiz nova tentativa.

Chamei, de novo, o Galeão para me levar outra vez para cima de Paraíba do Sul. As palavras do Berthier – que era meu amigo, mas estava formal, com um constrangimento terrível – foram essas: “Coronel Rui, nessa segunda tentativa, vamos morrer.” Eu lhe respondi com essa frase: “A gente só morre uma vez.”

Nova passagem sobre a coluna, novo pânico. Voltei ao topo das nuvens novamente e chamei o Galeão que me transmitiu a seguinte mensagem: "O Brigadeiro Teixeira está pedindo a sua presença na 3ª Zona Aérea." Respondi: "Você avisa ao Brigadeiro Teixeira que estou com o Comandante do 1º Grupo de Caça a bordo, vou deixá-lo em Santa Cruz e volto para falar com ele."

Deixei o Berthier em Santa Cruz e fui para o Santos Dumont falar com o Brigadeiro Teixeira. Encontrei-o no corredor, acompanhado de umas quinze pessoas, indo para a pista. Ao ver-me, falou informalmente: "A Vila Militar entregou a rapadura." "E agora?" "Estamos indo para a casa do Ministro Botelho ouvir suas instruções, suas ordens."

Eles usaram um C-47 da Base do Galeão e eu segui no jatinho *Paris*. Na casa do Ministro Botelho, fomos recebidos – ele emocionado, com lágrimas – nos disse: "Meus amigos, o Presidente estava aqui no Rio e sem comunicar nada a ninguém foi para Brasília. Em Brasília, também, sem comunicar nada a ninguém, foi para o Rio Grande do Sul. Então, a minha ordem – que foi dada no dia 1º de abril – é a seguinte: Voltem para suas Unidades e aguardem instruções. Nós perdemos a Vila, que não reagiu, e o General Mourão está chegando aí. Regressem, pois, às suas Unidades e aguardem novas instruções."

Para não deixar dúvida sobre meu vôo sobre a coluna do General Mourão, nem uma vez, repito, nem uma vez, eu disse que ia bombardear essa coluna. O avião a jato *Paris* era uma aeronave de turismo, usada pelo *GTE* para conduzir passageiros importantes. Estou lhe dizendo agora que esse foi o fato. Realmente, queria saber a posição da coluna, porque, se parasse a chuva e me mandassem atirar na coluna, eu sei como parar uma coluna. Cumpriria a ordem, sem matar ninguém. Sempre agi em obediência à carta de meu pai: "Nos momentos de loucura coletiva, deves ser prudente não atentando contra a vida dos teus concidadãos." A carta do meu pai esteve sempre presente... até hoje. As minhas palavras quando saí de Santa Cruz foram inspiradas nessa carta." Uma mensagem para o 1º Grupo de Caça: "Vocês estão sentados numa arma perigosíssima, com quatro canhões 20mm, com foguetes, com bomba incendiária e bomba de demolição. Não as usem contra o povo brasileiro; não façam o papel que o Péron fez lá na Casa Rosada."

Ainda na BAGL, quando estávamos jantando, chegaram dois pilotos – Major Baliu e Capitão Hugo Hartz – e um oficial de manutenção, Coronel Nicoll, que era sobrinho ou primo do Brigadeiro Nicoll.

Dirigiram-se a mim: "Coronel Rui, quem falou foi o Baliu, estamos com dois C-54, temos vinte sargentos e temos muito armamento que tiramos do Depósito de Material Bélico. Vamos voar agora para Porto Alegre, onde nos uniremos às forças que estão defendendo o Presidente. O senhor concorda em vir conosco?" Respondi: "Meus

caros, essa pergunta é impertinente, deveria, por questão de hierarquia, ser dirigida ao Brigadeiro Teixeira, que é o mais antigo e é o Comandante da 3ª Zona Aérea. Mas não os deixarei sem resposta, até porque não gostaria de ser influenciado pela resposta do Brigadeiro Teixeira. Em suma, sua pergunta, no mínimo, não foi delicada. Aqui está minha resposta: Há dois fortes motivos para não aceitar o convite. Todos nós aqui presentes estivemos juntos na residência do Ministro Botelho que, em resumo, nos disse: "O Presidente, sem consultar e sem avisar – pelo menos a mim, seu Ministro – voou para Brasília e, também, sem dizer nada, decolou para Porto Alegre. No momento, desconheço onde realmente ele estará. Essa atitude é um indicador de que ele quer evitar o confronto entre irmãos – a guerra civil. Seguir com vocês me soa uma aventura. Acho até que vocês, provavelmente, não o encontrarão mais em território brasileiro. É um motivo para não aceitar o convite. O segundo motivo, mais forte ainda, é que deixei Santa Cruz, dizendo aos meus comandados que voltaria." O convite foi imediatamente dirigido ao Brigadeiro Teixeira, que lhes deu a seguinte resposta. "O Rui tem razões suficientes para não ir, eu faria o mesmo se não fosse o ódio que esse pessoal tem contra mim. Se eu ficar aqui, serei crucificado. Vou com vocês."

Despedi-me e fui para o jatinho *Paris* que estacionei ali perto. O local em que eu o deixara estava completamente alagado. Se fizesse qualquer tentativa de decolar, as turbinas apagariam, possivelmente até durante o táxi. Pedi emprestado ao Neiva um C-47 e um co-piloto e fui para Santa Cruz. Fiz três tentativas para descer em Santa Cruz, tal era o tempo. Meu co-piloto foi o Capitão-Aviador Dallalana, meu amigo e ex-comandado. Para pousar em Santa Cruz, a chuva era tão forte e a visibilidade tão precária, que consegui pousar só na terceira tentativa. Nas duas primeiras, o controlador da torre, dizia: "O senhor está sobre a pista, está livre para aterrissar." Ele via o avião e a pista, eu não.

Logo após o pouso, reuni a Base no cinema e narrei aos meus comandados, o que tinha acontecido na casa do Ministro. Terminei meu discurso assim: "Está encerrada a prontidão, o golpe militar venceu." Vamos aguardar os nossos substitutos e acrescentei: "Não quero ninguém armado na Base, a não ser o pessoal de serviço e eu. Podem até usar a arma discretamente, mas quem estiver com a arma no coldre, ostensivamente, está me desafiando e eu não vou tolerar esse procedimento." "Está encerrada a reunião. Boa-noite."

Fui dormir. Com a prontidão encerrada, o pessoal de serviço ficou exercendo a segurança normal rotineira. Isso era mais ou menos nove e meia para as dez horas da noite.

De repente, sou surpreendido com a chegada de Dona Julinha, minha esposa. Pelo inesperado, foi um verdadeiro choque. Ao entrar no quarto, lhe pergun-

tei: “Mas o que é que você veio fazer aqui?” “É que, quero ficar com você!” “Mas isso aqui, Julinha, pode se transformar num tumulto, numa coisa muito desagradável, para mim e para você.” “Mas fico com você, está bem?” Eu me deitei, estava muito cansado.

Mais ou menos às duas horas da manhã, um major, que estava de serviço na Base, bateu em minha janela e disse: “Coronel, está aí o Coronel Pires, Esron Saldanha Pires, que quer conversar com o senhor. Imediatamente imaginei que o Pires fosse me substituir. Eu tinha uma mensagem do Gabinete do Ministro na mão dizendo: “Passe o comando da Base imediatamente ao substituto legal que está sendo providenciado.” Não tinha assinatura, mas a sigla MINIAER (Ministério da Aeronáutica).

“Diga ao Coronel Pires para ele fazer o favor de se desarmar e colocar a pistola em cima da minha mesa.” Cheguei lá a pistola estava em cima da mesa. Guardei-a em minha gaveta e disse: “Pires, qual é o problema, o que é que você quer?” Ele disse: “Não há problema, estou com esse telegrama aqui e vim assumir o comando da Base.” Mais uma pergunta: “Pires, não me lembro de, alguma vez, ter visto você em Santa Cruz e olha que servi nessa Base quase 11 anos. Não lembro de tê-lo visto aqui, visitando, ou em alguma solenidade, ou mesmo por curiosidade para ver o hangar do Zeppellin.” “Não Rui, realmente, nunca vim à Base de Santa Cruz.” E era Coronel antigo e não conhecia a Base mais bem equipada da FAB!

Com toda a franqueza, mas com respeito e amizade – ele era uma turma mais antiga do que eu – lhe disse: “Então, você não é o homem indicado para comandar essa Base. Nosso efetivo – militar e civil – é da ordem de três mil e poucas pessoas, com 178 oficiais, cerca de 750 sargentos e, mais ou menos, setecentos cabos e soldados e, aproximadamente, trezentos civis.” Ele respondeu: “Puxa, mas estou com essa ordem.” Fiz algumas considerações e sugeri que ele falasse com quem assinou a ordem, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, com o que ele não concordou. Ainda comentei com o Pires, essa ponderação visa preservar sua integridade física, o pessoal está revoltado, saio daqui às duas horas da manhã e você aparece como Comandante, surgirá a pergunta: “Onde está o Coronel Rui?”

Comentário dele: “Então vamos falar, mas você fala.” “Não tem problema, eu falo.” Ligamos para a cidade e atendeu, no gabinete, o Brigadeiro Dario Azambuja, que estava como Chefe de Gabinete do Melo. Até fui grosso com ele. “Quem está falando?” “É o Rui Moreira Lima!” “Quem está falando?” “É o Dario, Rui, é o Dario.” Eu lhe disse: “Já pegou um galho Brigadeiro”, fiz essa ironia desrespeitosa. “Pegou um galho não. O Melo é quem me botou aqui.” “Desculpe, trata-se do seguinte: está aqui o Coronel Pires, que acho que não é o homem certo para comandar a Base nesse momento. Acho que quem deveria vir para cá seria, como sugestão, o Coronel Burnier

ou o Coronel Becker, ambos de minha turma. O Becker, porque foi meu comandado quando comandava o 1º Grupo de Aviação Embarcada. Sua presença seria bem recebida e não haveria solução de continuidade. Quando me ausentava da Base para voar no CAN, era ele o substituto. Quanto ao Burnier, tem experiência suficiente como comandante, tem presença, tem voz de comando e exerce liderança." "Ah, mas isso aí Rui é melhor você falar com o Melo."

Liguei para o Ministério. Atendeu-me agressivamente: "Moreira Lima você não recebeu o meu telegrama, o meu rádio?" "Recebi sim senhor." "Pois passe o comando dessa 'merda' agora." Respondi: "Não, não, não é assim, não, o senhor considera 'merda' porque o senhor sempre considerou a FAB uma 'merda', porque quando o uniforme era sapato preto, o senhor usava sapato amarelo, quando era amarelo o senhor usava preto. Quando um cadete ia desligado por indisciplina de vôo, o senhor desatacava seu colega – Brigadeiro Fontenella, Comandante da Escola – e voando o Boeing P-12, fazendo acrobacia à baixa altura sobre a pista dos Afonsos, impedindo o tráfego normal dos cadetes. Isso é indisciplina Brigadeiro. É mau exemplo. O senhor pode até me considerar "uma merda", mas respeite minha Base. Dessa maneira, nós não podemos conversar."

Retrucou: "Mas você tem que passar o comando agora." E eu lhe disse: "Não, não vou passar não. O senhor me conhece, fui seu Oficial de Gabinete, duas vezes, quando o senhor era Ministro, fui Comandante do Grupo de Transporte Especial (GTE), então o senhor me conhece bem, e sabe minha maneira de agir, a minha franqueza, a minha lealdade, inclusive agora, com o senhor. E o senhor vem agora com esse telegrama me escorraçando de madrugada de minha Base."

E acrescentei: "Olha, Brigadeiro, vou lhe dizer uma coisa que o senhor não vai gostar de ouvir. Vou passar o comando da Base às nove horas da manhã com a tropa em forma, como manda o Regulamento de Continência da Aeronáutica, cumprindo todos os itens: Leitura do seu telegrama, leitura da Ordem do Dia e do Boletim, tudo direitinho. E o senhor – ele era o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica no Governo João Goulart – pode vir, é meu convidado." Na ocasião, o senhor poderá repetir aquelas palavras que disse em julho de 1962, quando recebi o comando do Coronel Coutinho Marques, que eu era um oficial padrão." Com isso, ele perdeu a paciência, e me disse um palavrão e eu respondi: "Vá você."

Após o incidente telefônico, reuni os comandantes das Unidades subordinadas, apresentando-os ao Pires. Todos esses oficiais estão de acordo com o golpe presente. São todos a favor. Naquela noite de 31 para 1º de abril, ainda julgava que o Brasil estava vivendo uma crise política, tipo golpe de estado, e continuei: "Converse com eles livremente. Pela manhã, às 9h, faremos a passagem de comando."

"Todos são leais a mim, pelo regulamento e, mais tarde, a você, pela nova ordem que iremos enfrentar." Para ratificar o que afirmei, perguntei ao Tenente-Coronel Berthier e aos outros oficiais superiores: "Quem é que comandará a Base até passagem de comando, às 9h?" "O senhor, meu comandante." "Ouviu Pires? Todos são leais." Fui dormir. Ainda noite, alguns oficiais tentaram tomar o Material Bélico. As ordens que deixara com o chefe eram claras e por escrito. Ninguém se arrisca a entrar diante de uma guarda armada com Ina.

A formatura e a cerimônia foram realizadas dentro do hangar do Zeppelin. O mau tempo atravessou o 30, 31 e 1º de abril. Não houve trégua na chuva. Na minha Ordem do Dia, recitei a maioria do texto da carta do meu pai – tenho-a de memória – e disse que, naquele momento em que eu estava passando o comando, existiam dois governos, um, o de fato, o que me obrigou a passar o comando para o Coronel Pires, ao qual estou obedecendo agora. O outro, o legítimo, estava aqui no Rio, foi para Brasília, foi para o Rio Grande do Sul, não sei onde é que ele está nesse momento. Esse não existe mais, considero o governo antigo. O Coronel-Aviador Esrom Saldanha Pires, meu colega, meu companheiro, contemporâneo de Escola Militar e meu amigo, será o comandante da Base. Nós dois aqui, nesse grande palco, somos apenas dois atores e vocês os espectadores. Tudo que recebi de vocês nessa Base, em lealdade, disciplina, respeito à hierarquia, em profissionalismo e trabalho, passem tudo para ele, porque nós – eu e ele – não temos culpa de estarmos vivendo esse momento histórico.

Dirigi-me aos pilotos do 1º Grupo de Caça: "Quero fazer uma recomendação antes de terminar a minha Ordem do Dia, que é verbal, não escrevi. Vocês têm uma responsabilidade muito grande com os aviões sob suas guardas. O *Gloster* é um avião que tem quatro canhões de 20mm, leva foguete nas asas, leva duas bombas, bomba gelatinosa, essa bomba que queima até o chão ou, então, bombas de demolição e incendiárias. O *Gloster Meteor* F-8 se mal empregado, é perigoso.

Existe um precedente na América do Sul ao tempo do Perón. Lá, as Forças Armadas usaram o Gloster – Mark 4 – que é semelhante ao Mark 8, contra o povo argentino, mataram civis na Praça de Mayo.

Tenho na memória a carta que recebi de meu pai, no dia 31 de março de 1939, quando ingressava na Escola Militar do Realengo: "O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas; é esse povo que deve inspirá-la nos momentos graves e decisivos", – como é esse agora – vou repetir, tornei a repetir. "Nos momentos de loucura coletiva é preciso ser prudente, não atentando contra a vida dos seus concidadãos; o soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade." Isso é importante para vocês, para o Comandante do Grupo e para os pilotos e pessoal de

apoio. “O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas.” “É esse que deve inspirá-las nos momentos graves e decisivos.”

Em seguida, dirigi-me ao 1º Grupo de Aviação Embarcada: “Vocês também comandam o P16, um excelente avião anti-submarino, que possui um grande poder de fogo, conduzindo também um verdadeiro laboratório de eletrônica como auxílio no emprego dessa aeronave. Cumprir ordens é o nosso dever, quando se trata do inimigo externo. Contra os irmãos de arma ou contra o povo, vale a pena pensar. O momento que estamos vivendo, hoje, é grave.” Assim, aconteceu a passagem de comando, mais ou menos às 11h deixei Santa Cruz e fui diretamente para a 3ª Zona Aérea, apresentando-me ao Brigadeiro Francisco Teixeira e ao Chefe de Estado-Maior, o Coronel Carlos Alberto Martins Alvarez. “Estávamos o aguardando para irmos nos apresentar ao Brigadeiro Correia de Melo, no Ministério da Aeronáutica.”

É até engraçado que, quando o carro saiu pela rua, o povo estava muito de acordo com a Revolução. No deslocamento para o Ministério, os passantes nos aplaudiam, batendo palmas, o que era natural, porque ainda estávamos usando um carro oficial.

No Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica – o Brigadeiro Melo – agora o representante da Revolução na Aeronáutica, fizemos nossa apresentação. Havia muitos oficiais, uns trinta ou quarenta, não me lembro quantos circulando. O Brigadeiro Francisco Teixeira se apresentou e indagou por suas ordens e ele disse: “O senhor vai para casa e aguarda as ordens.” Quando chegou a minha vez eu disse: “Brigadeiro Melo, essa madrugada terminamos uma conversa num desaguizado que poderia ter sido evitado, mas aconteceu.” Assim, eu queria fazer mais uma ponderação: “Qual é a ponderação?”, em atitude de desafio, que era próprio do Brigadeiro Melo.

A ponderação é a seguinte: “Moro na Rua Raul Pompéia, 240, praticamente há quarenta anos. O porteiro do prédio foi mestre-de-obras na construção, os meus vizinhos são, a maioria, meus amigos, todo mundo ali me conhece; em frente, mora um colega de turma do Liceu do Maranhão, e tem ainda o irmão do Getúlio, que se dá comigo. Ali, todo mundo me conhece, menos o Tom Zé, que é o bicheiro que domina o morro do Cantagalo e o Pavãozinho.”

E continuei: “Não gostaria de ser preso por uma patrulha da Força Aérea Brasileira, chegando num *jeep,* com equipamento de combate, capacete, metralhadora Ina etc., me dando voz de prisão como se eu fosse um Zé da Ilha qualquer. Melo falou em voz alta para os presentes: “O Moreira Lima disse que não vai ser preso.” “O senhor está torcendo as minhas palavras, eu não disse isso, eu disse que não vou ser preso com essa exibição. “Por favor, Brigadeiro, eu já estou preso?” “Não, você pode se retirar e ir para sua casa.”

“Desculpe minha insistência Ministro, daqui a uns trinta minutos estarei em casa, se o senhor ou qualquer um chegar ostensivamente e em uniforme de campanha

em minha casa, vou perguntar ao Comandante da Patrulha: O senhor veio me prender ou o senhor veio me visitar? 'Estou cumprindo ordem Coronel Rui, o senhor está preso.' Vagarosamente desabotoarei os dois últimos botões do dólman, tirarei a pistola e direi: 'Dou um tiro em quem puser o pé neste batente.' Pode ser que eu seja baleado, antes que eu use minha arma. Essa é minha decisão Ministro Melo."

Não se tratava de um quixotismo nem de valentia barata, apenas não queria ser humilhado. Poderia ter morrido, considerando que estava contrariando um fato novo – a Revolução de 31 de Março – certo ou errado, não sairia preso andando, seria baleado ou morto. Até aquele dia – 1º de abril de 1964 – nunca fui preso por motivo político. Como até hoje, nunca pertenci a nenhum partido. Para não dizer que não tinha partido, tinha sim, fazia parte do Partido de Tiradentes, aquele que foi torturado, enforcado, esquartejado, depois de morto, em defesa da liberdade do povo do Brasil. Odeio os partidários de Silvério dos Reis. Encerrando o desagradável diálogo com o Brigadeiro Melo, ele me perguntou: "Mas você será preso?" "Sei disso, prenda-me por telefone." Graças a Deus o Brigadeiro Melo era um sujeito destrambelhado, mas um homem corajoso e, como todos nós, feito de carne e osso. Conversamos olho no olho e, em nenhum momento, houve qualquer manifestação de desrespeito entre nós. Ele compreendeu que eu estava ferido e mandou-me embora.

Dois dias depois, o Brigadeiro Baiena – Nelson Baiena de Miranda – oficial do seu Estado-Maior, telefonou-me: "Moreira Lima, você podia dar um pulinho aqui no Estado-Maior?" "Tem que levar escova de dente, toalha, chinelo?" "É, é melhor você trazer." Então, fui para lá, onde houve, também, um incidente. Essas coisas são assim e eu até nem gosto de falar nisso, mas cheguei lá e disse: "Quero ver o meu mandato de prisão." Tomei conhecimento indignado de que o meu inquiridor no IPM da Força Aérea Brasileira seria o Tenente-Brigadeiro Antonio Guedes Muniz.

Guedes Muniz era uma figura conhecida nas Forças Armadas como um quatro estrelas, formado em engenharia aeronáutica, era piloto, projetou e construiu os aviões de instrução Muniz-7 e Muniz-9, enfim, tinha todos os méritos na FAB. Mas ele foi muito mal falado administrativamente quando dirigiu a Fábrica Nacional de Motores (FNM). "Brigadeiro Baiena, com a má fama que o Muniz tem, não o reconheço com moral para me inquirir nesse IPM. Se acontecer, declararei isso em público e não responderei suas perguntas." O Brigadeiro Muniz foi substituído no IPM, na véspera em que eu deveria ser interrogado. Talvez minha recusa inicial tenha influído na substituição do Brigadeiro Muniz pelo Marechal-do-Ar Ajalmar Vieira Mascarenhas.

Em seguida, disse ao Brigadeiro Baiena que ele estava fora do uniforme. Estava usando sua pistola .45 no bolso da calça. Comentei e tirei-a com certa força, rasgando um pouco sua calça. O senhor deve usar sua arma regulamentar no coldre.

Pedi o coldre de um Major presente, pus o coldre no Brigadeiro e a coloquei na cintura. Sei que foi uma violência e hoje não faria isso. Mas fiz, era o início de uma revolução e o pessoal não estava ligando muito para o que poderia acontecer. Antes de deixar a sala de Baiena, perguntei-lhe: "Responda-me, Brigadeiro, o senhor que sempre foi escalado para fazer inquéritos sobre improbidades administrativas, diga-me se não estou certo de que o Brigadeiro Muniz deixou a FNM por improbidade administrativa?" "Não sei nada sobre isso Moreira Lima." Voltei-me, então, para o Coronel que deveria me escoltar até o 1º Distrito Naval. "O Brigadeiro Baiena está com medo de falar, o que você me diz sobre isso? O Brigadeiro Muniz é ou não é culpado? "Estou fora, gaúcho velho; eu não sei nada disso." "Não sou gaúcho nem velho. Você está, como o Brigadeiro Baiena, com medo de falar a verdade." Comentei em voz alta para os poucos presentes, inclusive para o major que cedera o coldre para eu colocar a pistola do Brigadeiro Baiena. "Essa é a diferença que existe entre o Brigadeiro, o Coronel e eu. Daqui a pouco vou ser metido no porão de um navio da Marinha e não tenho medo de afirmar que o meu futuro inquiridor não tem moral para me inquirir e eles, covardemente, se encolhem."

"Brigadeiro Baiena, vou lá para baixo esperar por quem vai me levar para a Marinha." Tomei o elevador e desci."

Quem me acompanhou até o Estado-Maior da Aeronáutica foi o Coronel Helio de Amorim Gonçalves, meu cunhado, amigo e herói de Montese.

O Coronel Amorim tem história, foi ferido em combate, é herói da FEB. Deu uma ótima entrevista registrada no Tomo 4, da História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Não esqueci.

Exatamente, ferido em combate. Ele é uma pessoa extraordinária; é revolucionário de 1964, pensamento completamente diferente do meu, vamos dizer assim, o pensamento nosso era contrário, tínhamos idéias opostas.

Ele é seu cunhado.

Irmão de minha mulher, irmão de Julinha. O Hélio me acompanhou a pedido de Julinha e, de repente, testemunhou as cenas descritas. Pouco depois de ir lá para baixo, chega o Zamir – Coronel Aviador Zamir de Barros Pinto. Percebi que ele seria minha escolta: "Rui estou numa situação difícil, vou te acompanhar." "Ah, rapaz, nem sabia que você estava aqui por isso. Então, vamos embora."

Fomos para o 1º Distrito Naval e mal chegamos na porta do quartel, fomos recebidos por dois fuzileiros e um capitão-tenente. Continências e tal e ele entregou o ofício ao capitão." "Está entregue o prisioneiro." "Assim não, Zamir, você observe que nós dois estamos com a nossa farda, somos coronéis, isso é o azul baratéia do nosso uniforme, é a nossa glória, é a nossa honra, é a nossa dignidade.

Não aceito que um capitão me receba aqui com ofício, como se eu fosse um prisioneiro qualquer. Desta forma, eu não aceito. Deve haver lá em cima uma autoridade responsável por isso.”

Era um almirante, não me lembro o nome, era um homem magro e muito educado, foi de uma delicadeza enorme comigo. “Almirante, estou exausto, muito cansado. Por favor, mande-me logo para a prisão.” Ele chamou um oficial meu conhecido e que, agora, não estou lembrando o nome, mas foi corredor de 800 e 1.500 metros na Taça Laje. Mais tarde, corremos pelo Fluminense. Foi ele que me acompanhou e me levou para o navio *Barroso Pereira*.

Na hora de sair, eu disse: “Almirante eu queria fazer um apelo ao senhor.” “Qual é?” “Que o senhor me revistasse, não quero ser revistado por um oficial de patente inferior à minha.” Sempre levei muito a sério a hierarquia militar.

“O senhor tem alguma coisa.” “Não senhor.” “Então, vale a sua palavra.” “Não senhor”, já fui abrindo a mala e derramei-a – era uma malinha que eu usava no jatinho para as pequenas viagens. Derramei tudo no chão, uma grosseria enorme. Ele disse: “Coronel, não é preciso.” Nesse instante, encontrei um punhalzinho no meu *nécessaire,* era um punhalzinho tipo suvenir, que a gente comprava lá na Paraíba, coisa de paraibano, de arataca. “Está aqui, nem tinha visto, peço que você entregue isso a Julinha” e o entreguei ao Zamir.

Fui, então, para bordo do *Barroso Pereira* e nesse navio fiquei convivendo num ambiente de barata, de rato, num lugar sórdido à beça. O meu sanitário era daquele que você equilibra no pé em um buraco, muito chato aquilo. Não tinha chuveiro, tinha pia. Então, resolvi fazer uma greve de fome. Passei três dias lá, sinceramente confesso a vocês, quando a gente quer o sujeito agüenta. Agüentei esses três dias pelo menos com uma fome danada, doido para comer qualquer coisa, mas tinha um compromisso, eu disse que não ia comer e cumpri. Iria, sei lá, até às últimas conseqüências. E quando eles vinham com a comida e colocavam o prato no chão, um prato de esmalte – e este escorregava para chegar ao fundo. Estávamos no último deque. Eu pegava o prato e o jogava lá; arremessava na porta que acabara de fechar. Aquilo tudo ficou impregnado de sujeira.

Três dias depois, veio um capitão e disse: “O senhor vai mudar de prisão.” Disse-lhe, então: “Está ótimo.”

Nesse ínterim, Julinha foi ao Brigadeiro Nero Moura e disse: “Brigadeiro, eu não peço nada para o Rui. Quero apenas que ele não seja discriminado: ele está num navio diferente, sozinho.” O Brigadeiro Nero falou com o Castello Branco. O Castello Branco havia me elogiado em boletim por ocasião da guerra, foi meu professor duas vezes na manobra de 11 de novembro, quando era Comandante da ECEME e eu estava

justamente naquela manobra de fim de ano. E ele prontamente atendeu ao Brigadeiro Nero e me mandou para o *Princesa Leopoldina*.

O Comandante do navio mandou me chamar. Fiz a barba, me ajeitei, entrei numa lancha, que eles chamam de aviso, marinheiro complica tudo, chama lancha de aviso, e fui transferido para o *Princesa Leopoldina*. Eram pouco mais de 19h.

Durante o trajeto, decidi mudar de atitude: "Puxa, estou sendo burro, vou mudar o meu comportamento. Vou ser mais educado, vou procurar me controlar, em vez de estar com essa mania de reclamar de tudo. Isso é um fato, estou preso e não tem jeito." Quando cheguei lá, o Comandante Santos Lima, creio que era capitão-de-fragata, me recebeu com grande afabilidade.

Observei de cara que o navio ostentava o galhardete de almirante. O navio-prisão guardava três brigadeiros, dois almirantes e dois generais. Ainda hoje não sei, mas acho que o galhardete de almirante deveria obedecer a esse detalhe.

Quando cheguei a bordo, o Santos Lima me tratou muito bem e eu o tratei como deveria, também muito bem. Ouvindo seu nome, lembrei-me do grande cirurgião do Hospital dos Servidores – Doutor Santos Lima – e perguntei: "Santos Lima, você tem um irmão médico no Hospital dos Servidores?" Ele disse: "Tenho." "Você sabe que ele me operou?" "Sei que lhe operou, que até recebeu uma caixa de uísque de presente e que ele gostou muito do senhor." "E você é parecido com ele."

Daí em diante, o gelo foi quebrado antes de ser recolhido ao camarote. Disse-lhe: "Santos Lima, acho que agora que nos conhecemos melhor, você já pode me mandar para o porão desse belo navio", disse rindo. "Não senhor, o senhor vai para um camarote com ar-condicionado. Aqui não há nenhum prisioneiro oficial ou sargento preso em porão, todos estão em camarotes com ar-condicionado." "Que bom, isso é ótimo, porque no *Barroso Pereira*, amarguei um porão." "O senhor toma um cafezinho?" "Não, obrigado. Já não tomei o da FAB antes de vir para cá, recusei o do Almirante no Distrito Naval e também não quero o seu. Por favor, mande-me logo embora porque estou muito cansado." Estava cansado mesmo. Tudo ia bem até aquele ponto. Complicou quando tentou me revistar: "Coronel, antes do senhor sair, tenho um pequeno problema?" Eu disse: "Qual é?" "Tenho que fazer uma revista no senhor." Protestei, delicadamente, dizendo-lhe que o Almirante já havia me revistado", e acrescentei: "Sugiro que lhe pergunte por telefone ou telex." Imagine que, por minha iniciativa, pedi ao Almirante, antes de ir para o *Barroso Pereira*, que me revistasse, argumentando que não gostaria de ser revistado por alguém de patente inferior. Ele falou: "Para mim, tratando-se do Coronel Rui Moreira Lima, sua palavra é bastante para não ser revistado." Contei-lhe a grosseria que fiz ao Almirante, ao abrir minha mala e lançar tudo no chão. Depois desse

gesto, pedi que o Almirante me desse um documento, alforriando-me da revista. Ele foi direto: “O senhor tem minha palavra, que não será mais revistado na Marinha.”

Santos Lima ouviu e, impassível, repetiu: “Lamento, Coronel Rui, mas é a rotina de segurança do navio. Veja só, tenho aqui punhal, peixeira, navalha, revólver etc., tudo confiscado dos oficiais prisioneiros.” Contudo, insisti na liberação de minha revista, não sendo atendido. “Está bem, você quer e vai me revistar. Vou facilitar sua tarefa.” Chamei um fuzileiro parrudo que ia passando e mais três que estavam próximos. Agora venham me revistar. “São seis contra um. Terão que me agarrar, bater, jogar-me no chão, rasgar minha roupa e tudo mais. De graça, não vai revistar. Isso é uma violência, abuso de autoridade, covardia e uma indignidade.” Santos Lima hesitou e disse: “Está bem, Coronel, o senhor está dispensado da revista.” Dias depois soube que a revista dos prisioneiros era feita próximo ao portaló, o local mais freqüentado de qualquer navio. O prisioneiro ficava nu, sob as vistas dos passantes.

O ambiente criado pelo critério adotado do preso incomunicável foi melhorado por um pequeno detalhe que passo a relatar, recordando o Coronel Jarbas Ferreira de Souza, que, desde o primeiro dia em que entrou no *Leopoldina*, permaneceu fardado com dólman, gravata e tudo mais exigido pelo regulamento. Era muito reservado e pouco falava com os companheiros. De repente, soube que, naquele dia, ele completava 52 anos. Quando todos sentaram para o jantar, levantei-me e, em altos brados, pedi a atenção de todos para cantarmos *Parabéns pra você, Jarbas*. Acendi um fósforo, cantamos a canção e o Jarbas apagou a vela improvisada. Fizemos fila para os cumprimentos, só não houve o famoso bolo de aniversário.

O fato foi imediatamente comunicado a Santos Lima, que estava em casa e veio, de imediato, para o navio. Chegou ao *Leopoldina* às 2h da manhã. Em seguida, bateram em minha porta. “O Comandante deseja falar-lhe agora.” Aprontei-me e escoltaram-me até ele. Recebeu-me sorridente e logo cumprimentou-me: “Coronel, o senhor fez uma coisa fantástica, o senhor quebrou o gelo da incomunicabilidade, devolvendo, em nosso navio, a alegria aos seus atuais passageiros. Seu gesto homenageando o Coronel Jarbas aliviou a tensão dos primeiros dias.” E outros elogios recebi como “pessoa muito esclarecida e muito humana.” “Hoje, às 17h, também quero homenagear o Coronel Jarbas – o relógio marcava 2h da madrugada – com um coquetel em meu camarote. O senhor tem carta-branca para convidar mais quatro companheiros.” O coquetel aconteceu inicialmente com um pouco de constrangimento, transformando-se logo em uma reunião de bons companheiros. Santos Lima brilhou como anfitrião, ressaltando seus predicados de homem de boa vontade, afastando de si a figura antipática dos carcereiros. Ponto para ele.

Meus primeiros oito dias de *Princesa Leopoldina*, passei-os solitário, incomunicável, somente encontrando gente durante as refeições. Ninguém podia conversar. Ainda não estava liberado o banho de sol. No meu oitavo dia, fui chamado ao camarote do Comandante, que me pediu para acolher em meu camarote sete prisioneiros que estavam revoltados e indisciplinados. Disse-lhe que estava muito bem sozinho e que não era minha atribuição tomar conta de meus pares. Na verdade, vivia sonhando em ter alguém com quem conversar. Depois de alguns argumentos, concordei. "Pode mandar os homens." Poucos minutos depois, recebi os irmãos Suzano – um corveta e outro capitão do Exército; o Corveta Enéias – oficial de máquinas –, os capitães aviadores Dautt e Gomes de Oliveira, e um tenente mecânico de avião, Tenente Nerval. Realmente era uma turma braba." O Dautt, ao entrar no camarote, foi dizendo aos gritos: "Coronel Rui, o senhor fique sabendo que ninguém aqui vai me impedir de fugir, o senhor fez muito mal em se responsabilizar por mim." "Ô Dautt, fala baixo que parede tem ouvido e eu também quero fugir." Dautt acalmou-se, passou a falar baixo e eu lhe fiz uma pergunta: "Você sabe nadar?" "Mais ou menos." "Então, meu caro, estamos quase na barra do Rio de Janeiro, a correnteza é forte e quem cair n'água aqui, se nadar somente "mais ou menos", morre afogado. Outro dado importante é o diâmetro da vigia e a altura – mais ou menos 2m e 50cm – dela em relação ao mar. Se você conseguir se esgueirar e pular n´água, o barulho causado pelo impacto vai alertar o sentinela que, armado, poderá lhe atingir. Assim, vamos fazer uma planta baixa do navio, aí sim, poderemos escolher o melhor ponto de abandono durante a fuga. Ele concordou. Tornamo-nos confidentes e candidatos à fuga. Também no dia da chegada dos "feras", o João Carlos Gomes de Oliveira ao abrir sua mala, notou a falta de seu rádio de pilha. Esbravejou, xingou e tal e eu lhe propus levá-lo ao camarote do Santos Lima para ele trazer seu rádio de volta. Expus meu plano. Eu o apresento como o filho do Senador Gomes de Oliveira – seu pai – e digo-lhe que você quer pedir desculpas por suas grosserias anteriores.

A essa altura, você já localizou o rádio e o Santos Lima, que deseja a paz, já o desculpou. Aí, eu entro em cena, pedindo licença para quebrar o protocolo, dando um abraço no Santos Lima. A cena provocará a atenção dos presentes para mim e você pega seu rádio. Deu certo. Trouxemos o rádio que era alimentado por um tipo de pilha seca quadrada de fabricação japonesa. O rádio vinha equipado com um carregador desse tipo de pilha, que, para recarregá-la, bastava ligar na tomada. Passamos os cinqüenta dias de *Princesa Leopoldina* ouvindo, à noite, o *Repórter Esso*, da Globo, e o grande jornal das 8h, da Rádio Tupi. Com alguns guardanapos de papel, passamos a escrever e difundir as notícias entre os prisioneiros.

Dessa forma, fomos levando. No final da prisão, todos sabiam que o rádio estava comigo, inclusive a segurança do navio, minha cama era revistada diariamente, durante o banho de sol. O rádio permanecia amarrado entre minhas pernas, incomodando-me um pouco, mas o macacão era folgado o suficiente, dando para tapiar a segurança.

Por essas e outras, tornei-me uma figura popular e muito respeitada a bordo. Um dia, durante o banho de sol, pedi a palavra e falei aos companheiros: "Tenho a impressão de que dessa vez não estamos lidando com um golpe desses, que depois de vinte e quatro horas, tudo se acomoda." Acho que, agora, a coisa é diferente, estamos presos, incomunicáveis, sem direito a defesa, presos na Marinha, essa gente não está brincando, esse troço vai durar.

Quando sairmos daqui, vamos procurar a Escola da Fundação Getúlio Vargas, para fazermos um curso de administração ou outra especialidade, de acordo com a tendência de cada um, para ingressar no mercado de trabalho. Nesse momento, não passava pela minha cabeça que eu seria privado de trabalhar na minha área – o vôo, mas nos cassaram a profissão de aviador.

Com uns 18 ou 20 dias de prisão, fomos premiados com o banho de sol que, gradativamente nos aumentava o tempo de exposição. No final, tínhamos mais liberdade, quando tivemos acesso a livros, campeonatos de jogos, como gamão, baralho, assistimos na televisão a partidas de futebol, fazíamos pescarias etc. Fomos, finalmente, privilegiados de nos conhecermos – oficiais das três Forças – na própria prisão.

Após 47 dias de prisão na Marinha, o pessoal da Força Aérea Brasileira voltou a seus pagos. Fomos transferidos para o quartel da 3ª Zona Aérea, sob o comando do correto Brigadeiro João Adil de Oliveira. É o ex-Coronel Adil que chefiou o inquérito da República do Galeão. Bem que a "República da Diretoria de Rotas" esperava que o Adil fosse torturar o Gregório e seus asseclas, sob sua custódia. Tratou-os como suspeitos, sem cometer nem permitir violências. As pessoas importantes que foram ouvidas, como o veterano do 1º Grupo de Aviação de Caça – o ex-Tenente Médico Luthero Vargas – filho do Presidente Vargas e muitos outros foram tratados com respeito e dignidade. Quando a imprensa noticiou falsamente que Dona Darcy Vargas iria ser interrogada, o Coronel Adil desmentiu categoricamente, protestando contra a infâmia divulgada. Enfim, os presos do *Princesa Leopoldina* passaram a ser os presos da 3ª Zona Aérea, com direito a usar o telefone, usar a área do Quartel-General por menage e receber visitas. João Adil não se contaminou com a linha dura que assumiu o Poder.

Um episódio que vale registrar e detalhar é o caso da nomeação do Coronel João Adil de Oliveira para esse inquérito do Galeão.

Antes da nomeação do Coronel Adil para presidir o IPM sobre o assassinato do Rubem Vaz, a Diretoria de Rotas, sob a direção do Brigadeiro Eduardo, abrigava um grande número de majores, todos radicais inimigos do governo eleito em 1950, cujo Presidente era Getúlio Vargas – não acuso o Brigadeiro Eduardo, mas acuso a maioria dos majores da DR, de exigirem que o IPM de Rubem Vaz fosse presidido pelo Brigadeiro Loyola Daher, tendo como auxiliar o Coronel Adhemar Scaffa. Nero Moura não aceitou a indicação da DR e nomeou o Coronel Adil de Oliveira, mantendo o Scaffa como seu auxiliar.

Depois de nomeado o Coronel Adil, um major da Diretoria de Rotas entrou intempestivamente no Gabinete do Ministro Nero Moura, dirigiu-se ao seu Chefe do Gabinete – Coronel Amarante – e disse: "Coronel Amarante, vim aqui protestar em nome dos majores da Diretoria de Rotas contra a nomeação do Coronel Adil como presidente do IPM Rubem Vaz."

Mal o Major Aviador Gilberto Toledo terminou de falar, Amarante disse: "O senhor vai protestar preso por ordem do Ministro, no Quartel-General da 3ª Zona Aérea. Coronel Ortegal escolte o Major Toledo e o entregue preso ao Brigadeiro Comandante a 3ª Zona Aérea."

Eu estava presente e o Coronel Francisco Teixeira também, éramos visitantes. O Gabinete de Nero Moura estava completo. Após a retirada do Toledo, o Coronel Teixeira opinou: "Acho Amarante, que essa prisão provocará uma crise de adesão dos majores da DR que talvez complique mais a situação." Como houve um certo silêncio, falei eu: "Penso de modo diferente. O Toledo estava acompanhado do Major Wilson França e o França não apoiou o Toledo, ou porque não quis ser preso com ele ou por divergir de sua idéia. Ninguém me perguntou, mas acho que a decisão do Coronel Amarante prendendo o Toledo em nome do Ministro é a certa." Somente um oficial do Gabinete apoiou o Coronel Amarante, o Major Corrêa de Melo – meu colega de guerra na Itália.

Imediatamente à chegada do Toledo no Quartel-General, o Coronel Aviador Geraldo Guia de Aquino telefonou para o Amarante, pedindo que a prisão do Toledo fosse relaxada. Amarante levou a proposta do Aquino ao Ministro Nero Moura que decidiu que o Major Toledo voltasse ao Gabinete e, perante todos, pedisse desculpas por sua indisciplina emocional e leviana.

Toledo fez exatamente o que determinara o Ministro e foi mandado embora com alguns conselhos do experiente líder Nero Moura.

O Nero foi bom na guerra e na paz.

Realmente, o Nero foi bom na guerra e na paz. Bom em tudo, era um homem correto, ético e sobretudo leal. Quando foi convidado pelo Getúlio Vargas – em 1950,

no segundo governo – para ser seu Ministro da Aeronáutica, eu estava deixando a caça de Santa Cruz para servir na aviação de bombardeio, em Recife, a meu pedido. Desde o fim da guerra, que eu voava o velho *Thunderbolt* – inclusive o veterano D-4 da Itália. Estava cansado.

Todo fim de tarde de sexta-feira, eu saía de Santa Cruz e ia visitar o Jambock Nero Moura, na Aerovia Brasil, onde ele era Diretor Técnico e Operações do Grupo de Vôo dessa empresa aérea. Nesse fim de tarde, o encontro foi diferente. "Rui, acabo de ser convidado para ser o futuro Ministro da Aeronáutica, do futuro governo democrático do Presidente Vargas. Antes que eu o cumprimentasse, acrescentou: "Quero você no meu gabinete."

Orgulhoso e honrado com o convite, disse-lhe: "Coronel Nero, o senhor conhece minha posição quanto ao Presidente Vargas, inclusive, nessa eleição, cometi dois pecados, o de não votar nele e o de repetir meu voto no Brigadeiro Eduardo." "Mas não estou cobrando seu voto, você vai servir ao Brasil e a mim diretamente. Desejo modernizar a Aeronáutica e quero contar com você." Aceitei e imediatamente desfiz minha transferência para Recife.

Continuei em Santa Cruz, aguardando a posse do novo governo. Sobre o fato de ele ser o novo ministro e eu servi-lo como oficial de gabinete, guardei silêncio. De repente, mandou-me chamar na Aerovia Brasil. Um tanto contrafeito, disse-me: "Acabo de me desquitar da Marieta e, como desquitado, não terei condição de conviver socialmente com a família oficial da Força Aérea Brasileira." E continuou: "O futuro Ministro será o Brigadeiro Secco – Vasco Alves Secco – e você ficará no gabinete dele." "Obrigado, Coronel Nero; com o senhor, eu estaria servindo ao amigo, com a liberdade e a franqueza do irmão mais moço com o mais velho. Com o Brigadeiro Secco, não é a mesma coisa." "Ajude-me novamente e me transfira para Recife." Dias depois, fui chamado novamente por ele. "Olha Rui, quando comuniquei ao Presidente que havia me desquitado, deixando-o à vontade para nomear outro Ministro, ele sorriu e disse simplesmente: "Não estou interessado em sua vida particular, o senhor continua fazendo parte do meu futuro ministério como o meu Ministro da Aeronáutica, desquitado ou não."

Quando voltei à Diretoria de Pessoal para anular novamente minha transferência, foi uma gozação só. O Coronel Aviador Nero Moura assumiu o Ministério da Aeronáutica no dia 31 de janeiro de 1951, dia da posse de Getúlio Vargas como Presidente da República. Na mesma data, apresentei-me no Gabinete e fui designado para comandar a Seção de Aviões de Comando.

Os primeiros dias do Ministério Nero Moura foram difíceis e penosos. Alguns brigadeiros fizeram "beicinho" e não aceitaram os cargos que lhes foram desig-

nados. Resumindo, não queriam despachar com um coronel. Nero não discutiu, nomeou coronéis para exercer funções de brigadeiros. Disse "beicinho" de propósito. Quando sentiram que iam ficar sem função, iam perder as benesses que o poder proporciona, "furaram a greve" e assumiram os cargos para os quais foram designados.

Como no Brasil há jeito para tudo, descobriram que a lei, que proporcionava uma promoção a quem tivesse combatido o levante comunista, ainda estava em vigor. Nero Moura cumpriu missão de bombardeio picado e ataque rasante ao quartel do 3º RI na Praia Vermelha, Unidade rebelada durante o levante. Comprovada sua ação, foi promovido a Brigadeiro-do-Ar. Tudo de acordo.

O papel do Nero Moura foi sempre de soldado legalista e cumpridor de ordem. Defendia as instituições cumprindo o juramento que fizera quando galgou o oficialato. Em resumo, defender a legalidade foi sempre a missão maior desse grande soldado. Era anticomunista, mas nunca deixou de conviver com seus contemporâneos que foram comunistas. A editora da Fundação Getúlio Vargas publicou um livro baseado no depoimento que ele prestou à CPDOC/FGV, cujo nome é *Um vôo na história*. Nesse livro, faz um belo e verdadeiro relato sobre sua ação como piloto durante a Intentona Comunista de 1935.

Como Ministro da Aeronáutica, Nero Moura, inaugurou a era jato, adquirindo na Inglaterra, setenta *Gloster Meteor Mark-8.* A Força Aérea Brasileira, sob sua batuta, conquistou um espaço entre seus pares sul-americanos, reequipando-a com a aquisição desses setenta aviões. A compra desse tipo de aeronave foi altamente benéfica para o Brasil. Trocamos uma safra de algodão estocada no Brasil por setenta modernos caças bi-reatores tipo *Gloster Meteor.* Ganhou a Inglaterra que não tinha matéria-prima – algodão – para alimentar sua indústria têxtil e ganhou o Brasil que em boa hora ingressou na era jato, modernizando a Força Aérea Brasileira, com aeronaves saídas da fábrica para as Bases de Caça de Santa Cruz e Canoas. O velho guerreiro – o caça P-47 *Thunderbolt* – cedeu ao tempo, sendo substituído pelos *Mark*-8 ingleses.

Participei da equipe que foi à Inglaterra receber os setenta jatos. Foi justamente nessa ocasião que deixei o Brigadeiro Nero e voltei para meus pagos – minha Aviação de Caça.

Quando na equipe do Ministro Nero Moura, à frente da Seção de Aviões de Comando, fiz a primeira inspeção lá no hangar, onde havia aquelas casinholas contendo óleo hidráulico, uma caixa de ferramentas e os suprimentos, com o número do avião do brigadeiro, o nome do brigadeiro e da Diretoria dele. Portanto, cada Diretoria tinha um avião. Ao fazer esse primeiro trabalho, fiz a seguinte observa-

ção: "Isso contraria toda a norma de manutenção; daqui a pouco, os aviões, que hoje estão novos, começarão a ser canibalizados, porque a manutenção está errada e vamos perder aí brigadeiro, piloto."

Creio que devemos reunir toda a Seção de Comando, todos os aviões dos brigadeiros e dar aos brigadeiros a mesma liberdade de solicitar o avião. Quero um avião para ir a tal lugar, não se nega. Ele pega o avião que estiver disponível, não é mais aquele avião com o número dele.

"Mas você não vai conseguir isso", diziam. Mas aí, com a minha diplomacia, que vocês já viram, consegui convencer a todos eles, que, muito solícitos, aceitaram a sugestão". Nunca lhes faltou avião. A tripulação era deles quando numa viagem – Ajudante-de-Ordens, eles davam o nome do piloto, a gente fazia a ordem de operações, quer dizer, não houve solução de continuidade, porque a manutenção era feita corretamente, uma manutenção única, igual para todos.

Depois, saí do Gabinete para Santa Cruz para voar o jato. Já comentei o problema do Coronel Ari Presser Belo que foi Comandante da Base naquele incidente, o incidente Jânio Quadros. Esse homem, o Brigadeiro Ari Presser Belo, está vivo, está com noventa e tantos anos, está indo para os cem. Mas sempre foi um homem, também, muito correto, muito digno, muito leal.

E aquela atitude dele, lá no Vilagran Cabrita, que achei errada, foi de um sujeito determinado, de um chefe leal ao Brigadeiro Eduardo Gomes, que levou o pessoal todo para São Paulo para resistir e não houve assim um consenso, não foi uma revolução, foi um golpe mesmo. O General Lott deu o golpe em 11 de novembro, batizando esse golpe com o nome "Retorno aos Quadros Institucionais Vigentes". Na realidade, Lott, fiel aos regulamentos e à Constituição, fez manter a eleição e a posse dos eleitos.

No navio Princesa Leopoldina, *o senhor destacou a importância do pessoal fazer curso. Quais as principais passagens de seu período na vida civil como empresário?*

Houve, realmente, um consenso sobre a necessidade de fazermos um curso. Saíram todos porque eram cinqüenta dias de inquérito. Eu saí com 49 dias porque o General Taurino de Resende quando foi fazer o inquérito de Aragarças, do Burnier, não tinha nenhum piloto que quisesse voar. Escalado, fui com ele, fui a Aragarças. O General Taurino, que era o Chefe da Comissão Geral de Investigações (CGI), por isso, ficou me conhecendo.

Na CGI, o Marechal Ajalmar Vieira Mascarenhas – que substituiu o Brigadeiro Muniz no dia em que fui ser interrogado – passou a ter a responsabilidade do inquérito na FAB. Bom, então, fui ouvido por ele e volto para a sua pergunta.

Quando saímos, a Fundação Getúlio Vargas estava oferecendo um curso, a um preço bem razoável. Animados, fomos à Fundação Getúlio Vargas, fizemos a inscrição e, na hora que eu ia começar o curso, fui intimado para o meu segundo inquérito.

Então, fui parar nas mãos do Brigadeiro Manoel José Vinhaes e de seu assistente, Coronel João Paulo Moreira Burnier. Era ele que passava as perguntas ao Vinhaes. Esse IPM ficou conhecido como o Inquérito de Santa Cruz, o Inquérito ligado à Base Aérea. Esse Inquérito foi terrível, sendo dirigido praticamente pelo Burnier. Ambos – Vinhaes e Burnier – não procuravam apurar a verdade, mas comprometer-me como subversivo. Muitas vezes, eu dizia para o Vinhaes: "Brigadeiro, o senhor é do Maranhão, o senhor é um homem inteligente, essa pergunta é burra e isso o machucava." "Eu não aceito isso", ele dizia. E, assim, foi um inquérito muito ruim.

Passei nesse inquérito 39 dias respondendo as perguntas. Não tinha hora para as perguntas, que podiam ser à noite, podiam ser de madrugada, podiam ser ao meio-dia podiam ser a hora que eles quisessem. Só não colocaram holofotes em meu rosto. Mas era um troço... Muito desconfortável. Não desejo tratar das perguntas, elas estão presentes no IPM. É só consultar. Um dia, o Brigadeiro disse: "Vamos lhe acarear com o sargento tal." Eu disse: "Brigadeiro, eu não me incomodo de ser acareado com quem o senhor quiser, mas esse tipo de acareação inverte a posição do acusado, no caso o subversivo é o senhor, porque um oficial como eu, Comandante da Base de Santa Cruz, com a fé de ofício que tenho, com as minhas atitudes, muito amplas, muito abertas, o senhor vai me pôr na frente de um sargento para ver quem está falando a verdade? Pare com isso, Brigadeiro, essa coisa é uma humilhação..."

E ele disse: "Não, mas você vai ver, agora você vai se encrencar", ele era primário, o velho Vinhaes. Bom, fui lá para ser acareado com o Sargento Fragoso, com o sargento Tavares e com o Suboficial Michelloni. Todos os três, quando na minha frente, começaram a chorar. Quem os instruiu para a acareação foi o Padre Bergnini. Foi melhor assim, não mentiram. Um dos sargentos a ser acareado era o irmão do Bispo Dom Fragoso, um homem brilhante, formou-se em advocacia, mas muito fraco de personalidade. Ele foi induzido para dizer que eu fazia reuniões com sargentos. Dos três, foi o único que tentou confirmar a calúnia. No final, por covardia ou vergonha, chorou também.

Um certo dia, o Brigadeiro Vinhaes, me disse: "Hoje, você vai ser acareado com um major." Eu lhe respondi: "Então, fui promovido, pensei que fosse baixar para cabo, sendo major, é sinal de que fui promovido."

O major compareceu acompanhado por cinco coronéis: o Velloso, o Paulo Victor da Silva, o Souza e Silva, o Vespaziano Ramos e o Coqueiro. Cinco oficiais revolucionários, com exceção do Velloso, todos adversários meus."Como foi que o

senhor, no dia tal, encontrou o Coronel Rui?" "Eu estava na porta do comando, conversando com o Coronel Rui, logo depois da parada, quando se apresentaram a ele o Suboficial Michelloni e o sargento Fragoso, tomando a palavra o Michelloni: 'Coronel, o Fragoso quer falar com o senhor.' 'Então, fale, o que você quer?' O Coronel abraçou o sargento e foi para a privada com ele."

Quando ele disse isso, caí do cavalo. "Espera aí – não vou dizer a linguagem que usei – mas o que o major esta dizendo é puro homossexualismo. Agora, estou preocupado com o seu inquérito, Brigadeiro. O senhor quer perguntar ao major se ele realmente me viu abraçar o sargento?"

Perguntado se viu abraçar o sargento: "Não, ele botou a mão no ombro do sargento." "Ah, a mão no ombro do sargento já melhorou muito, diferente de ter abraçado. Agora, o senhor pergunte a ele o seguinte: se eu, com a mão no ombro do sargento, entrei na privada com ele?" "Não, ele foi na direção da privada, foi na direção da privada." "O que eu quero saber é se ele me viu entrar na privada?" "Não, senhor, não vi entrar na privada." "Então, com a mão no ombro do sargento, fui na direção da privada. O senhor quer perguntar a ele quantos metros tem da porta do comando à porta da privada?" "Cinco metros." "Tenho o passo aferido: um, dois, três, quatro, cinco, seis, é aqui. Essa tem mais ou menos cinco metros de distância. Então, pergunte a ele se me viu, com a mão no ombro do sargento, entrar na privada, parar no meio do caminho, ou, então, distraído, acertar os córneos na parede?" Ele não viu nada, Brigadeiro, esse sujeito não viu nada, é um mentiroso e é um covarde também. Certa vez ele fez uma brincadeira de mau gosto com meu irmão – Tenente Carlos Augusto, Piloto no GTE – altamente ofensiva a meu pai, sem o conhecer. Na época era Desembargador no Maranhão. Meu pai é o autor da carta de abertura do Senta a Pua. Carlos me contou isso, seis meses depois, nos Estados Unidos da América. "O que é que você fez?" "Eu não fiz nada, eu era tenente, ele era capitão." "Mas você deveria dar-lhe um murro na boca, ninguém tem direito de falar assim! Não foi uma brincadeira, ele nos ofendeu, quando eu chegar no Brasil, a primeira coisa que vou fazer é dar um murro nos córneos desse sujeito."

Quando cheguei aqui, assumi o comando do GTE. Ele me procurou e pediu-me para voar no GTE. Olha aqui meu caro, vamos ao banheiro – era no velho banheiro da Escola Militar do Realengo que os cadetes resolviam suas brigas – o banheiro do GTE naquele momento serviu de palco, dei-lhe uns empurrões e o xinguei de covarde. "Coronel, aquilo foi uma brincadeira com o Carlinhos." "Pois fique sabendo que não admito esse tipo de brincadeira."

"Veja só Brigadeiro, ele agora está se vingando. Ele é covarde e só veio aqui porque pediu proteção ao Paulo Vitor, o Souza e Silva, o Vespaziano, o Coqueiro e o

Velloso. E acrescentei: "Velloso não me admiro da presença dos outros, mas você não pode estar aqui, não me faça perder o respeito que tenho por você, vá embora." E ele foi.

"Finalizando, Brigadeiro Vinhaes: "Não sou advogado, o meu advogado é o Evaristo de Moraes. Isso vai ser um prato cheio para ele, porque, eu não sendo advogado, constatei e provei que esse sujeito é um mentiroso." Diante da verdade, Vinhaes disse: "Nós vamos anular essa acareação com o major." "Negativo, Brigadeiro, tudo que foi dito aqui, constará nesse inquérito e não abrirei mão, porque é muito importante para minha defesa futura. Ele falou: "Não, mas o Sartori – Capitão Sartori era o escrivão – anula isso." Falei: "Então, vou ficar mudo se essa acareação for anulada, comprova que o inquérito está sendo fraudado." Aí, ele disse: "E você vai ficar preso a vida inteira." "E o senhor, vai morrer antes de mim, porque sou mais novo, o senhor vai ficar também preso à vida inteira para terminar o inquérito. Vai ser uma coisa sem nexo, uma discussão do crioulo doido." Ele, então, disse: "Está bem, você assina e a acareação será mantida."

Fiquei 106 dias nesse inquérito. Somente fui posto em liberdade porque o Evaristo entrou com *habeas corpus*. Não havia ainda o AI-5. O relator foi o Doutor Murguel de Resende, era o juiz togado. O Brigadeiro Correia de Melo, na ocasião, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O Mourão Filho, que veio com as tropas de Minas Gerais e que se autodenominou "vaca fardada", na verdade ele não tinha nada de vaca fardada, era um sujeito muito inteligente. Na realidade, foi um dos bons ministros do STM. Falava muito, mas era justo. Depois de mais de cem dias preso, o Evaristo entrou em ação: "Puxa, estou roubado, esse *habeas corpus*, pelo menos, dois votos eu vou ter contra, o do General Mourão e o do Brigadeiro Correia de Melo. Quando começou a votação, o Brigadeiro Secco disse: "Quem devia estar preso não era esse coronel, quem devia estar preso era o Coronel Burnier, que foi quem fez Aragarças. Voto como relator."

O General Floriano Lima Brayner, que nunca tive a honra ou o prazer de cumprimentar, de me dirigir a ele, falou vinte minutos, vinte minutos sobre a minha conduta, conduta na guerra e fora da guerra. E votou a meu favor.

Foi Chefe do Estado-Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes na Segunda Guerra Mundial.

É verdade. Ele escreveu um livro sobre a FEB que é uma crítica só. Se eu fosse ele, não o publicaria. É muito polêmico. Tenho esse livro na minha estante.

Mourão Filho quando foi dar o voto, disse assim: "Diante da folha de serviços desse oficial e do que o relator abordou, quem deveria estar preso era eu, Mourão Filho. Disse, assim mesmo."

O Melo completou: "Estou com o voto do relator. Então, até o Melo. Foi unanimidade, todos os juízes votaram a meu favor."

Eu fui solto. Tinha que fazer o alvará de soltura, pois bem, o General Taurino de Resende que não tinha mais nada com isso, influiu no Tribunal e, nessa noite mesmo, me soltaram. Saí, e fui para a vida civil, vamos dizer assim, competir na vida civil. Na vida civil, a primeira coisa que fiz foi procurar uma companhia de aviação. Eu já tinha requerido à DAC (Diretoria de Aeronáutica Civil, hoje Departamento) a carteira de piloto civil, carteira de piloto de linha aérea; eu, o Caldeira, o Malta e o Anízio, todos nós quatro tínhamos feito o requerimento.

Fiquei pensando que aquilo seria um passeio, vão me dar logo, pois eu já era profissional do vôo, voava bastante e razoavelmente bem, era veterano em viagens para o estrangeiro, sabia o suficiente para operar em Paris, em Atenas, enfim em qualquer lugar do mundo. Já tinha descido em Washington, quando servi lá; voei, tirei licença de vôo de piloto. Em certa viagem da CAB (Comissão Aeronáutica Brasileira), alugava o avião em vez de pagar a passagem, era mais barato e contava com a vantagem, como piloto de linha aérea, de ter o hotel mais barato e ainda fazia essa economia para a própria CAB. Então, eu sabia voar, era um troço que eu sabia fazer era voar.

Pedi a minha licença de vôo e foi negada por uma portaria – isso eu lamento – que o Ministro Wanderley, um companheiro de guerra, tenha feito por pressão de maus companheiros. E lamento ainda mais que um homem que eu admiro e continuo admirando, admiração sincera, não estou fazendo demagogia, acho que ele foi um homem necessário ao Brasil, foi um líder, e é justo que ele seja o Patrono da Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes tenha ratificado essa portaria, estendendo essa violência a todos os pilotos – civis e militares – era como se desejasse que aeronautas e aeroviários morressem de fome. Todos tiveram que mudar a profissão. Foi uma agressão aos direitos humanos. Na Bíblia, em qualquer lugar, ninguém negou o direito de o homem trabalhar para o sustento dele. Isso me foi negado, negaram-me o profissionalismo, então me fizeram isso. E eu passei por cima, eu e a maioria dos colegas. Uns foram para a Suíça, outros foram embora para Portugal, mas alguns ficaram...

Teve gente que viveu 15 ou 16 anos lá na África, voando na Argélia Airline! Eu não, eu não saí do Brasil e não me arrependo.

A Paraense me contratou para ser o Diretor de Manutenção, sem voar, portanto, aceitei. Quando me preparava para mudar para Belém, o Brigadeiro Clovis Travassos disse a um dos diretores da Paraense – Brigadeiro Átila Gomes Ribeiro – se vocês contratarem o Rui, a Companhia vai sofrer sanções. Ele era o Diretor do DAC.

"Olha, o Rui não pode se empregar na aviação; se vocês o empregarem, vamos cortar os subsídios, cortar as vantagens que vocês têm. Eles eram empresários, tinham que sobreviver, o Rui era apenas um nome – corta-se o Rui."

Fui, então, trabalhar na Companhia Grassi, em São Paulo, companhia que produz carrocerias de ônibus. Fiz um concurso no Departamento de Pessoal. Menos de uma semana, eu estava almoçando com o Doutor Bruno Grassi, que era o dono, era o patriarca lá da empresa e diretor, e ele me disse: "Ah, eu não sabia que o senhor era Coronel, o senhor é Coronel?" "Sou, sim senhor." "Mas o senhor quando fez a sua apresentação aqui não disse que era Coronel."

Eu lhe respondi: "Não me perguntaram, queriam saber se eu sabia dirigir o pessoal, se conhecia as leis, se sabia lidar com o INPS, esses impostos, essas coisas todas, eu estudei isso e fiz." E ele me disse: "Está bem, mas o senhor tão novo na reserva, como Coronel." Eu lhe disse: "É verdade. Só que eu não pedi para ir para a reserva. Puseram-me na reserva."

"Esse dedo-duro que disse ao senhor que eu sou Coronel, deve ter influído. Agora, peço-lhe que abra o jogo e diga logo o que tenho que fazer, porque já estou pronto, tenho até passagem de volta." "Não, eu ia pagar a passagem do senhor." "Então, não pague não, Doutor Bruno, eu trouxe passagem de volta."

Brigadeiro, o que ele lhe disse, frente a frente, para justificar a sua saída da empresa Grassi?

Ele não disse para mim que a causa era o SNI, mas ele me disse: "O senhor sabe nós trabalhamos aqui com os créditos dados pelo Banespa. Banespa é o Adhemar, e ele é revolucionário, daqui a pouco, eles cortam os créditos da gente, por isso o senhor não pode ficar." Então, foi boa pergunta porque me permitiu esclarecer esse ponto.

Aí, voltei para o Rio de Janeiro. Puxa, então vai ser difícil eu me empregar, porque na Aviação, que é aonde eu queria ir, não posso. Há duas portarias reservadas impedindo, como é que vai ser?

Indo a um coquetel, ali no Copacabana Palace, encontrei um francês, que tinha uma firma de representação de alimentos aqui no Brasil. Fui convidado para esse coquetel pelo Coronel Souza Leão, meu colega de turma na Escola de Aeronáutica, servimos juntos no Gabinete do Ministro Nero Moura, formou-se, posteriormente, em engenharia no ITA, tendo feito mestrado em Boston, um sujeito formidável. Então, ele ficou me paparicando para ver se arranjava um emprego para mim.

Apresentou-me a esse francês que falava português. Ele me perguntou: "O que é que o senhor faz?" Eu disse: "Estou disponível para trabalhar." "O senhor quer ser o meu gerente de vendas, da representação que tenho aqui?" "Se o senhor confiar, vou tentar, asseguro-lhe, porém, de que nunca vendi nada comercialmente. Fui nove vezes à América e nunca trouxe um automóvel para vender, porque achava que não podia fazer comércio como oficial da Força Aérea Brasileira. No meu enten-

der, qualquer coisa que comprasse na América e vendesse no Brasil era comércio." Todos fizeram, todo mundo fez, não tirou pedaço de ninguém, ninguém deixou de ser honesto por isso, mas eu tinha certos princípios, era minha ética. Mas o que o senhor tem, qual é o produto?

Ele tinha vários produtos. Era calcaia produzida lá no Paraná; era fubá mimoso, milho de pipoca, grão-de-bico, arroz, feijão, óleo de girassol, alfazema, alpiste, tinha de tudo. Era uma sacolinha de 250g e 1/2kg. Aquilo eu botava na mala e ia vender. Só que ele tinha a representante dele, que era uma moça, essa moça tinha a Cooperativa do Banco do Brasil como prato cheio, quer dizer o cliente grosso dele e mais alguns clientes eram 23 ou 24 clientes. Eu, em três meses, tinha 502 ou 503. Entrava nos botecos e o português já estava me comprando o material.

Nessa coisa de vender, pensei na Dona Sandra Cavalcante com o Plano da Cooperativa Habitacional (COOPHAB). Assim, de produtos alimentícios, passei a vender apartamentos. Trabalhei no Consórcio Nacional de Imóveis (CNI), que era vendedor exclusivo da COOPHAB. Para tanto, tirei um curso de corretor de imóveis e, junto com mais ou menos uns quarenta cassados, passamos a vender mais apartamentos do que todos os outros corretores, porque os apartamentos não foram vendidos, foram comprados, tal a procura. Na época, não havia inflação, não havendo inflação, todo mundo queria comprar. Então, o sujeito chegava e a gente perguntava: "Sabe ler e escrever?" "Sei." Então escreve o seu nome aí, pela assinatura do sujeito a gente já sabia o grau de instrução dele e já designava um grupo para cuidar dele. Então, a velocidade de venda era muito grande, porque a gente preparava para o sujeito aquela documentação toda, ele só tinha que assinar.

Dona Sandra nos pagou a comissão combinada. Um quinto correspondia à comissão. Essa comissão foi o primeiro dinheiro que ganhei aí fora, assim grosso, que me permitiu fazer uma reforma no meu apartamento.

Aí, fui vender laje pré-moldada, fui vender caminhão Mercedes-Benz, tratores e máquinas pesadas usadas e transformei-me num homem de vendas.

Engraçado que dei certo nessas vendas. E terminei indo trabalhar numa firma de engenharia de um colega nosso, o Leôncio Andrade. "Ah, Rui você tem jeito para isso, você vai ser o meu diretor comercial." Mas o Leôncio era muito sabido, sabido demais e, com um ano, vi que não ia dar certo e não quis continuar.

Nesse ínterim, passou-se a ouvir falar de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Sudam, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), reflorestamento e entrei de cabeça nisso. Com isso, vi que ainda poderia ajudar o Nordeste, ajudar a Amazônia, ajudar a reflorestar o País, ajudar a pesca.

Mário Henrique Simonsen, quando era Ministro, disse que os escritórios não podiam fazer aquele tipo de negócio – captação de incentivos fiscais de pessoa jurídica – tratando-se de um mercado de títulos, somente empresas registradas no Banco Central poderiam exercer essa atividade. Comprei uma carta patente que estava à venda e fui registrá-la no Banco Central. Quando fui fazer o registro, a perseguição do SNI, inspirada pela Aeronáutica, quase me impede de fazê-lo. Durou três meses minha *via crucis* nos gabinetes do Banco Central. O responsável pelo registro era sobrinho de um companheiro do atletismo do Fluminense – Alberto Murguel – da equipe de 4X100 metros. Seu nome de guerra também era Murguel. Um dia, perdi a paciência e perguntei: "Ô Murguel, o que é que está havendo que vocês não registram minha Distribuidora de Valores?" "O SNI não está deixando registrar sua Distribuidora baseado em informações da Aeronáutica." Decidi ir ao SNI, ali no Ministério da Fazenda, num salão daqueles, sei que era grande, com muitas divisórias, eu me apresentei com a minha carteira...

O SNI era no 13º andar. Quando cheguei, me identifiquei com um cidadão – devia ser o segurança, dublê de recepcionista, e disse: "Sou coronel e quero falar com alguém do meu posto aqui. Pode ser coronel de qualquer Força". Veio me receber o Coronel Murad, de Cavalaria, irmão do Coronel-Aviador Murad, ambos meus amigos, desde Realengo. Quando vi o Murad se aproximar, disse em voz alta: "Poxa, Murad, vocês querem me matar de fome? Estou aqui trabalhando, fazendo o meu serviço, comprei uma carta patente para poder ficar de acordo com o Mercado de Capitais e vocês se negam a registrá-la?" "Basta dessa perseguição mesquinha. Já me proibiram de voar e agora essa?" "Espera aí Rui, calma." "Não vou ter calma coisa nenhuma, não posso admitir mais essa torpeza comigo." Parecia que eu era o dono do SNI, tal a atitude tomada.

"Vem cá", me levou para uma sala, "fique aí, por favor, não fale mais nada". Fiquei quieto. Saiu e foi falar com o General Médici, que era o Diretor do SNI. Ao voltar, me disse: "O General Médici e eu consultamos o seu prontuário, não há nada contra você. Você está trabalhando e o General Médici disse que quando você chegar no seu escritório sua carta patente já estará registrada no Banco Central." Em menos de uma semana, consegui o registro. Aquilo que o Médici disse foi feito em um prazo relativamente pequeno, apesar da série de requisitos burocráticos exigidos.

A carta patente pertencia à Rumo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e foi registrada como Jacel Jambock Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Aí, entrei no mercado...

Com a Distribuidora Jambock, fui eleito Vice-Presidente da Associação das Distribuidoras de Valores (ADAVAL), por 16 anos. Não sei se conheceram o Coronel

Wolfango de Mendonça. Foi Comandante de Companhia do Major Sizeno Sarmento no Batalhão dele, na guerra. Na época era titular de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), registrado no Banco Central.

Ele era o presidente da ADAVAL. O Wolfango, meu companheiro de guerra, me acolheu bem e nossa chapa foi vitoriosa. Nas eleições seguintes, por 16 anos, mudava o presidente, mas o vice-presidente era eu. Por que vice-presidente? Porque o SNI não deixava que eu fosse presidente, não permitia, mas eu também não me incomodava, continuando a fazer a minha vida. E minha distribuidora se tornou forte no mercado de capitais, de incentivos fiscais.

A nossa firma era tão eficiente, tão eficaz, tão competente, a Jambock Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda que, quando havia um consórcio, um lançamento de uma multinacional, vinham os Bancos, puxando o carro chefe e com eles, lá estava a Jacel Jambock. O meu capital registrado era mínimo, mas eu entendia daquilo. Terminei pegando a exclusividade do Cimento Aratu – Multinacional do Grupo Lone Star (Estados Unidos da América) – numa competição com o Roberto Campos que era presidente de um conceituado Banco de Financiamento do Brasil, aliás, ele era o dono do Banco.

Na abertura da licitação, o presidente do Cimento Mauá – Mister Kibble – declarou: "Doutor Campos, seu preço é igual ao do Coronel Lima, mas vou ficar com ele: o senhor tem um Banco, tem muita coisa para se preocupar; ele só se preocupa com o incentivo fiscal, vou ficar com ele." Isso me deu um empurrão muito grande para o sucesso na capitação de incentivos fiscais.

O depoimento é meu, mas acho que estou abusando de falar eu, eu e eu. A verdade é que sou eu o depoente. Um detalhe, o diretor da regional Sudene/Rio quando recebia uma legislação nova de Recife, em confiança, dialogava comigo sob a aplicação da mesma junto ao mercado. A maioria era auto-aplicável, mas, às vezes, eu sugeria com toda isenção, que uma palavra, uma vírgula etc., fosse trocada. Geralmente, minha sugestão era acolhida.

A Jambock DTVM Ltda operou no Mercado de Capitais, atuando no setor de incentivos fiscais de pessoas jurídicas, durante 17 anos. Em 1970, cheguei a ter 13 salas – duas próprias – 24 telefones e 31 funcionários. Era fiscalizado pelo Banco Central de dois em dois meses e, às vezes, de três em três, imposição do SNI. Trabalhava duro e corretamente.

De repente, em novembro de 1970, fui preso violentamente pelo Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Antes de me procurarem na Distribuidora, foram à minha casa, prenderam meu filho Pedro Luiz, de 17 anos, para indicar onde eu estava trabalhando. Meu Deus do céu,

que SNI e DOI-CODI são esses que ignoravam meu endereço comercial. O próprio SNI sabia que eu era o titular da Distribuidora Jambock, pois foi o General Médici que ordenou o registro de minha carta patente. O que os autores dessa violência desejavam mesmo é ver meu fim. Fui preso por oito indivíduos, chefiados por um 2º sargento do Exército. Durante a prisão fui encapuzado e levado para o Rec-Mec de Campinho, onde me puseram num espaço que mal cabia um catre, cujas molas estavam fora do lugar e o colchão era uma esteira de fibra de tronco de bananeira, daquele jeito era impossível alguém deitar na cama.

Aquilo me deixou muito triste e o General Sizeno Sarmento passou três dias para me achar, três dias para me localizar. Não quero entrar nos nomes que me fizeram isso porque essa pessoa que me prendeu, eu tenho até pena. Ele se humilha: "Puxa, Rui", mas eu não quero muita conversa com ele.

Porque um sujeito que faz isso com o outro e que dependeu do outro, serviu junto comigo no Conselho de Segurança, foi à Alemanha porque pediu para eu falar com o General Kruel que eu nem conhecia. Disse para ele: "Rapaz, não conheço o General Kruel, mas vou falar com o General para ajudá-lo." E pedi ao General Kruel para que ele fosse fazer o curso de Informações na Alemanha, pelas suas funções, dizendo ao General que se tratava de um sujeito que, trabalhando na área de informações, ligado diretamente à Presidência da República, seria muito justo e proveitoso que ele fizesse um curso específico da área, no exterior.

Já tinham ido três turmas realizar esse curso. Aí ele foi. Mas esse camarada, que conviveu comigo, me faz uma ingratidão desse tamanho. Sei que ele foi forçado pelo Burnier, porque o Burnier, soube depois, quis me prender pela FAB. Não foi nenhum oficial da Aeronáutica preso, em 1970, nenhum oficial. E eu fui da maneira mais grotesca, porque fui por um 2º sargento, que era do DOI/CODI, e, mais, prenderam o meu filho para me achar, como se eu estivesse escondido. Se eu tinha treze salas, estava no mercado de capitais, se eu tinha, de dois em dois meses, um fiscal do Banco Central lá visitando a minha firma, cuidando da minha firma, me pressionando... Não podia ser do Banco Central isso; era um sujeito qualquer que estava fazendo isso, só pode ser. O Burnier tinha essa coisa comigo, uma ficção em me fazer mal, na minha opinião. Deus que o perdoe, ele já se foi.

Terminei os meus negócios da seguinte maneira: dezessete anos depois, veio a anistia e eu criei uma firma paralela, era a Jacel Jambock Turismo. E nós entramos, eu e o meu companheiro sócio, no setor do turismo. Ele praticamente me obrigou. Eu não queria fazer turismo embora soubesse fazer, mas é uma coisa para gente moça e é difícil você ser um bom agente de turismo. Para ser bom agente de turismo tem que ter mocidade também. Hoje, está aqui, amanhã não está; no dia

seguinte, está não sei onde. Porque faz parte do negócio. Entra também dólar; você precisa ter um caixa dois; toda a agência de turismo, nem que não queira, tem que ter uma caixinha dois, para poder satisfazer aquele sujeito que quer o dólar naquela hora e isso é proibido. Então, era uma coisa que não estava dentro do meu caderno. Mas o colega insistiu.

Contratamos um rapaz que hoje tem um clube de nudismo. Esse canalha tem um clube de nudismo lá em Búzios, não sei o que ele está explorando. Esse sujeito nos roubou e eu, de repente, estava com títulos apontados, devendo a todos os hotéis do Rio de Janeiro. Fui, visitei os hotéis, levando os contratos da Jacel Jambock Distribuidora, os contratos que eu tinha com as reflorestadoras, com as outras empresas do Nordeste e disse: "Tenho esses contratos, tenho o compromisso da Esso, tenho o compromisso da Shell, tenho o compromisso da Xerox, tenho muitos compromissos."

Esse pessoal está aplicando em mim; isso vai dar para pagar todas as contas no fim do ano para vocês; até outubro, estou com isso pago. Se vocês vierem tomar, tomem o meu apartamento, um terreno que tenho lá em Brasília, um outro que tenho ali na Rua Soares Cabral, e acabou. Todos toparam me dar o prazo e eu, antes de outubro, paguei a todos. Aí disse: "Quer saber de uma coisa, chega de ser galego, chega de estar vendendo, encerrei as minhas contas e fiquei por aí."

Qual foi a razão pela qual o senhor foi preso novamente em 1970?

Nenhuma razão foi dada. Eles mandaram, tenho uma carta que escrevi para o Octavio Costa, essa carta nunca saiu do cofre. Essa carta dizia assim: "Prezado Octavio Costa, quem está falando aqui não é um estranho para você, é o Rui Moreira Lima, seu companheiro de turma do segundo ano fundamental da Escola Militar do Realengo. Essa carta, realmente, não é para você é para o General Médici, Presidente da República, porque o General Médici inclusive é um homem justo." Aí, contei para ele aquele fato que ele mandou registrar a minha firma, deixou que eu trabalhasse. Eu vou lhe dizer o que é que aconteceu comigo: "Eles me cercaram, eu tinha um apartamento em Teresópolis, um apartamento para passar fim de semana." E, num dia, foi no feriado de 2 de novembro, o dia dos mortos, eles me fecharam, me cercaram, fizeram uma patrulha lá na estrada Rio-Petrópolis para me prender.

Você já imaginou, eu vinha com a minha filha, a minha garotinha, e o meu garoto, minha mulher. Aí, vêm os caras para me prenderem. Se eu estivesse armado, eu estava morto, porque eu ia lutar como um cão, entendeu? Mas, então, era um negócio muito sério esse. E eu vim e ao chegar aqui no dia seguinte, quando voltei do meu passeio lá de Teresópolis, fui trabalhar. Estava lá no meu escritório

quando esses caras foram lá na minha casa na Rua Raul Pompéia, 240, edifício Jambock, era meu, passei quarenta anos lá.

Aí o sujeito chegou e disse para Pedro Luiz, o meu garoto com 17 anos: "Cadê o teu pai?" "Ah, o meu pai está trabalhando." "Você vai dizer onde ele está", como se eu estivesse escondido. Eu estava com treze salas, 24 telefones, com uma série de empregados, com tudo, dentro do mercado.

É isso aí, a ordem era para fazer violência. Os meus inimigos na Aeronáutica, de onde partiu essa ordem, devem ter dito: "Prende esse cara de qualquer jeito..." Outros foram presos, que eram sujeitos com fama de comunistas, e todos ficaram nos quartéis por menage; eles foram avisados da prisão por telefone. Então, o único sujeito preso, com essa violência, fui eu. Quando tinha na Aeronáutica aqueles homens de sempre, só eu fui preso, no episódio de 1964, eu que nunca fiz política. Mas aquilo me deixou nervoso.

Estou magoado com essa crueldade e a Revolução não tem nada a ver com isso. A Revolução para mim é uma página virada e tomei, como minha filosofia, de assumir a Revolução, pois que as pessoas que torturaram, que fizeram violência, esses, em qualquer lugar, fariam a mesma coisa, porque está na índole deles, são pessoas desenhadas para isso. Não é a minha Instituição nem o Exército glorioso de Caxias nem a Marinha de Guerra que fizeram essa maldade com um colega, que humilharam um colega.

Não há dúvida. Até porque a violência foi, de ambos os lados, iniciada pelos terroristas, que torturaram, mataram e depois mostraram naquele filme do Lamarca.

Então eu considero isso um episódio. E desde o momento que fui defender a anistia, que fundamos a Associação Democrática Nacionalista dos Militares (ADNAM), fui para os corredores do Congresso para orientar, para fazer o que chamam dessa palavra horrível, chamam de lobby, eu fiz lobby junto aos deputados para que saísse a nossa anistia e saiu. Mas o importante para mim, não é o que passou, é o que está se fazendo, hoje, com as Forças Armadas.

A nossa Revolução, a nossa Revolução de 31 de Março quanta coisa boa essa Revolução fez! Quanta coisa boa! Foi a Revolução mais nacionalista que eu vi, foi aqui que se criou tudo, todas essas grandes empresas de eletricidade, empresas de telecomunicações que não existiam, uma beleza que foi feita nesse período. As telecomunicações, as hidrelétricas, o crescimento da Petrobras, tudo isso foi dentro dessa Revolução.

Agora não se pode evitar na Revolução o que aconteceu comigo. Fui encapuzado... Para fazer uma necessidade fisiológica, ficava um soldado armado do meu lado. Puxa, vida, isso é uma indecência, é uma excrescência. Eu botei isso na carta...

Que foi para o Médici.

Isso. Aí, o Sizeno ficou atrás, inclusive por causa do Hélio Amorim, que foi a ele. Julinha, minha mulher lhe disse: “General, é o Rui, o Sizeno me conhecia, o Rui é conhecido lá da Itália.” Aí, ele foi me procurar, três dias para me achar, três dias. Na hora que achou, chamaram a minha mulher aqui, aqui nesse prédio, era um major, um ajudante-de-ordens, pena que não lembro o nome, mas ele foi muito gentil desde o começo. Disse para ela: “Olha, Dona Julinha, tenho uma grande notícia para a senhora, seu marido foi encontrado, já está solto e o general está oferecendo uma viatura para a senhora ir buscá-lo.”

Julinha, malcriada, disse: “Não, não quero, porque por hora, enquanto o meu marido não estiver em casa, a sua farda é minha inimiga. Ele sabe voltar para casa.” Voltei para casa num táxi lá porque o comandante, esse que me prendeu, não me deu apoio. Ele alegou que não sabia que eu estava preso. Como não sabia que eu estava preso? Então se prende um Coronel da Aeronáutica, não é um coronel qualquer, eu sou um sujeito que fez uma porção de coisas na Aeronáutica, que foi pioneiro numa porção de coisas e ele não sabia que eu estava preso ali há três dias. É uma conversa que não se pode aceitar. Ele só foi lá me visitar quando o Sizeno mandou me soltar. Quis se desculpar, quis que eu fizesse uma carta para a Dona Julinha, ele conhecia a Julinha, mas eu lhe disse: “O que eu quero é que você me empreste uma cueca, um aparelho de barba, que não tenho, porque fui metido aqui de repente.” Ele me emprestou uma cueca, me emprestou o aparelho, fiz a barba e fui me embora.

Então, isso é triste, é triste, mas vocês nunca me encontraram em lugar nenhum falando mal da Aeronáutica, falando mal do Exército, falando mal das nossas Forças Armadas. Meus colegas todos são testemunhas disso. Escrevi um livro e você não encontra no “Senta a Pua”, uma queixa minha.

O livro, realmente, é uma maravilha. E a primeira edição é da Biblioteca do Exército.

Exatamente, da nossa Bibliex, com quarenta mil exemplares.

Em todas essas minhas declarações, que tenho feito aí, não escondo os fatos, porque não posso esconder o que aconteceu comigo. Mas, hoje, me lembro, sem rancor, dessas pessoas todas, companheiros meus, que eram meus amigos, e os que se acovardaram a partir da Revolução; houve isso também, o sujeito ficou com medo de falar com a gente.

Então, isso foi uma decepção enorme, mas confesso a vocês que nunca deixei de falar com ninguém. Nunca cuspi no prato que comi. A Aeronáutica é a minha vida! Quando fui para a Itália, estávamos naquele *U.S Colomby* e um colega que morreu na primeira missão de guerra, disse assim: “Rui, acho que essa guerra vai nos marcar. É o antes e o depois.” Ele se foi na primeira missão de guerra, não pôde ver o depois.

Mas eu vivo o meu tempo passado, não fiquei apenas sonhando com ele, porque fiz um livro, ajudei a fazer o filme *Senta a Pua*, filme histórico que esta aí.

Uma maravilha, excelente. Aplaudido de pé onde passou.

E agora estou indo ao Estado-Maior da Aeronáutica, vou à EsAO para fazer conferência para os capitães, já fui à nossa AMAN, vou à AFA, vou divulgar a nossa história enquanto puder.

Falar mal, contar uma história dessas não conto. Aqueles que insistem, eu digo: "Não meu filho, isso aí é uma coisa que já passou. Quem passou por isso fui eu, não há por que remover o que desune. Tive vontade de escrever um livro, sempre tive, tenho todo o material, você vê que a cabeça está boa?

Sem dúvida.

Estou com os nomes, mas eu não vou publicar, porque se for publicar, vou abrir feridas e não vejo, não vejo, sinceramente, não vejo como uma coisa que seja boa, não é boa! O que vai despertar é a Rede Globo pegar e botar isso em primeira edição contra o Exército, que não tem nada com isso. Então, eles vão usar isso para continuar essa campanha infame, miserável, que está nos tomando tudo, e o nosso Exército, o glorioso Exército de Caxias, é quem perde ele que esta lá em São Gabriel da Cachoeira, na Cabeça do Cachorro, lá em Tabatinga, e lá na fronteira todinha, distante, vivificando aquela faixa, marcando a presença do Estado brasileiro. Felizmente, temos um Lessa, ex-Comandante da Amazônia, que continua a defendê-la, se Deus quiser futuro Presidente do Clube Militar, e tantos outros amazônidas, dispostos a lutar pela defesa dessa rica e cobiçada área do território nacional.

Agora, eles, americanos, querem, o que é importante, para eles, uma base na Amazônia, através do aluguel do Centro de Lançamento de Alcântara. O acordo assinado atenta contra a soberania nacional em vários dos seus dispositivos.

Esse acordo que foi assinado pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg pelo Brasil.

Sardenberg. É o homem irresponsável que contingenciou os recursos do Projeto Calha-Norte, em 1999, embora fosse uma verba miserável, pouco mais de um milhão de dólares, uma brincadeira desse Governo, mas, mesmo assim, a contingenciou até o final do ano, como Ministro Extraordinário de Projetos Especiais (MEPE).

Pois bem, agora, na 3ª Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada, nesse fim de semana, quinta ou sexta-feira passada, uma posição completamente contrária a esse acordo, repudiando o acordo e, no caso, de se desejar reabrir um novo acordo que se use os 11 substitutivos dados pela Comissão do Waldir Pires.

Isso vai fazer frente ao Fernando Henrique. Ele vai perder força para apresentar isso em plenário. O Congresso Nacional está alertado a respeito. Então, acho que nem tudo está perdido. Nessa próxima eleição, temos que nos livrar desse Governo

que está aí, do internacionalista neoliberal Fernando Henrique e colocar um governo que tenha pessoas que representem os nacionalistas autênticos.

De pleno acordo. Estamos cansados desse governo medíocre que vem infelicitando o nosso País e a nossa gente. É o governo do desemprego e da doação do patrimônio nacional. Estamos precisando de um Brigadeiro Ferola, de verdadeiros nacionalistas.

Ferola, outro sujeito formidável, brilhante, ligado ao setor da ciência e da tecnologia, além de grande piloto. Precisamos é ter gente de dentro da Força para poder ir ao Clube Militar fazer como se fez na questão do petróleo, que a gente chegava lá e defendia as nossas posições. O sócio do Clube tinha direito de falar, o General Juarez Távora, como me lembro do seu discurso, um homem com um passado brilhante, o homem do código de minas, defendendo o subsolo brasileiro.

Estou muito feliz de estar aqui presente e estou às ordens de vocês caso falte alguma coisa.

Brigadeiro, estou certo de que o seu depoimento cobriu tudo. É hora, pois, de sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército e das Forças Irmãs na Revolução de 1964.

Não quero que a minha emoção e o meu entusiasmo tragam a impressão de que pretendo ser o dono da verdade. Quero, sim, que o meu depoimento sirva à história, para sedimentar a união das Forças Armadas, porque o Brasil não pode prescindir de Forças Armadas fortes, preparadas e unidas.

Foi uma pena que, hoje, eles nos tenham empurrado goela abaixo esse Ministério da Defesa que aí está. Quando fiz o meu curso de Estado-Maior está lá o estudo que fiz defendendo o Ministério da Defesa. Mas do jeito que eles agiram agora, fazendo a gente engolir um ministério que não é nosso, isso é um verdadeiro absurdo.

Sem dúvida, Brigadeiro, esse é o Ministério da Defesa para agradar americanos.

Isso não pode, puxa, isso não. Isso aí, sou contra, não aceito.

Esses contingenciamentos dos recursos do Calha-Norte, em 1999, são todos eles, uma vergonha.

Como todo bom brasileiro, como todo verdadeiro patriota, como defensor do Calha-Norte, um projeto verde e amarelo, estava, não faz muito tempo, no Clube de Engenharia, quando lá começou uma conferência em homenagem ao General Horta Barbosa, e não vi ninguém falar em Forças Armadas. Então me levantei e falei: "Vocês estão esquecendo de uma coisa, o verde-oliva que está lá, está lá no Calha-Norte com seus batalhões, os seus pelotões de fronteira, estão lá, podem ser peque-

nininhos mas eles estão lá. E vocês sabem que se mexerem com a nossa fronteira, se vierem pisar na nossa gente, aqueles homens que estão lá vão virar bichos e vão lutar para impedir.

Por isso, o restante dos brasileiros, unidos, civis e militares, não podem nunca esquecer daqueles que lá estão, na primeira linha, dando o primeiro combate. A missão de defesa das nossas fronteiras, de defesa da Amazônia, é de todos nós.

Concluo, agradecendo a consideração com que, mais uma vez, a equipe do Projeto me recebeu neste quartel-general.

General-de-Divisão Luiz Augusto Cavalcante Moniz de Aragão

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército e o de Fortificação e Construção do Instituto Militar de Engenharia.
- Foi Chefe da Comissão Regional de Obras da 2ª Região Militar, SP, e da Comissão Especial de Obras da AMAN, como Coronel.
- Em 1992, foi promovido a General-de-Brigada e nomeado Subdiretor de Obras Militares. A seguir, em 1993, passou a comandar o Instituto Militar de Engenharia (IME). Em 1995, foi promovido a General-de-Divisão e chefiou o Centro Tecnológico do Exército até 1999, quando passou para a reserva.
- Em 1964, era 1º-Tenente, aluno do Instituto Militar de Engenharia.

Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 10 de fevereiro de 2004.

Sejam as minhas palavras iniciais, neste Projeto de História Oral do nosso Exército, para dizer da grande e natural satisfação de poder falar do desenvolvimento econômico brasileiro no período revolucionário. Estou pronto para atender às suas indagações em torno de um tema empolgante, sobre o qual me dedico há algum tempo, instigado pelas suas correlações com a minha profissão de engenheiro militar, especializado em Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia, após toda uma vida dedicada à realização de projetos e obras diversificados, pelas diferentes regiões de nosso País, que me obrigaram a acompanhar constantemente índices de preços e valores de insumos da construção civil.

Como pode ser caracterizada a conjuntura econômica nacional às vésperas do Movimento de Março de 1964?

Resumidamente, pode-se dizer que o País se encontrava à beira do caos – hiperinflação e insolvência em seu comércio com o resto do mundo.

A propósito, no segundo semestre de 1963, cogitou-se de uma moratória internacional, em face da gravidade da situação do balanço de pagamentos.

Os investimentos eram irrisórios e o País vivia uma fase de recessão industrial.

As greves ocorriam segundo uma freqüência cada vez mais acelerada e eram estimuladas pelo próprio governo. O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), ganhava força política e assustava o meio empresarial. As greves de solidariedade de uma categoria para com outra tornaram-se comuns, enquanto que a paralisação constante de atividade produtiva se fazia, principalmente, através de greves nos transportes, sobretudo nas grandes cidades, nas quais os "piquetes" impediam, de forma agressiva, até os táxis de rodarem.

A infra-estrutura do País estava esgotada, obsoleta e abandonada. A energia elétrica era escassa e os apagões comuns. Os cortes programados e os horários especiais eram a normalidade nas áreas metropolitanas.

O sistema rodoviário estava atrofiado. A principal rodovia nacional, a Rio–São Paulo, era em pista única de sete metros para as duas mãos, inclusive na Serra das Araras, gerando acidentes constantes.

Com a permanente ação dos "pelegos" – líderes e ativistas dos sindicatos mais politizados –, os transportes ferroviários e marítimos, bem como a movimentação de cargas nos portos, mostravam-se ineficientes, atingindo preços absurdos.

Como exemplo, certa vez, os portuários exigiram o pagamento de uma gratificação, apelidada de "vexame", para concordarem em transportar volumes contendo louças sanitárias.

Quando corria um boato, mesmo falso, de que um funcionário ferroviário havia sido demitido, imediatamente era declarada greve nesse setor.

A infra-estrutura de telecomunicações era reduzidíssima. Além de ser diminuto o número de telefones no País, muitos ainda funcionavam com magneto – tendo que girar várias vezes uma manivela – e as ligações interurbanas eram feitas com o auxílio de telefonistas. Em termos de pessoa física, raras eram aquelas que possuíam um telefone; uma das classes priorizadas era a dos médicos. Não havia, no entanto, oferta pública por parte das concessionárias.

Esta breve síntese de fatos, característicos do ano de 1963 e do 1º trimestre de 1964 (véspera do movimento revolucionário), permite uma visão da conjuntura econômica nacional durante o Governo Goulart, após o plebiscito que instituíra novamente o regime presidencialista no País.

Como se apresentava a área social em nosso País na década de 1960, sobretudo no que tange aos setores da habitação e do ensino superior, durante o Governo João Goulart?

Os investimentos sociais em saúde, habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana e ensino público, com exceção da iniciativa de alguns Estados, como o da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, eram também irrisórios.

O déficit habitacional, no País, estava próximo de dez milhões e a oferta de residências para aluguéis era mínima quando comparada a sua demanda. Milhares de unidades permaneciam fechadas, pois as "leis do inquilinato" só geravam prejuízos para os proprietários. A inexistência de um sistema imobiliário de funcionamento eficiente fazia proliferar as construções por Administração, que acabavam se arrastando por vários anos, como conseqüência do crescimento descontrolado dos preços dos materiais e salários. Por esta sistemática, a construtora cobrava uma taxa de administração sobre a folha de pagamento de pessoal, material e serviços em geral. Não tinha, portanto, compromisso com preço e prazo. Muitas obras paralisavam porque os promitentes-compradores não aceitavam os constantes reajustamentos de preços, pois, na época não existia a correção monetária.

No ensino superior, havia sido estabelecido um paradigma que se repetia todos os anos. Era o do acúmulo dos "excedentes", isto é, vestibulandos que eram aprovados nos concursos para as universidades, mas que não eram matriculados por falta de vagas. Esta frustração dos jovens motivava protestos e passeatas, além de se constituir em alvo fácil para ideologias exógenas. Mas, de fato, não havia perspectiva para eles.

Como era a vida das empresas e dos brasileiros em geral na época do governo deposto?

A inflação e a falta de mecanismos financeiros de defesa gerava a ilusão de lucro nas empresas, devido ao cálculo das depreciações pelos custos históricos e

devido à absorção de ganhos nominais na reposição do capital de giro. Não havia, portanto, em caráter oficial, a distinção entre lucro real e nominal, gerando injustiças e irracionalidades na tributação. Era claro, também, o desinteresse nos investimentos em serviços de utilidade pública, os quais costumam ser remunerados a partir dos custos históricos de instalação.

O sistema tributário, além de injusto, pois tributava ganhos ilusórios, mostrava-se obsoleto. Ainda existia o imposto do selo, que previa a colagem de selos ou estampilhas nas notas fiscais das empresas. Isto gerava sonegação e problemas para as empresas, pois era comum faltarem estampilhas nas "praças", inclusive em cidades como a do Rio de Janeiro. Os profissionais liberais, de um modo quase geral, não eram cadastrados pela Receita Federal e, portanto, não pagavam o imposto de renda. Aliás, os direitos de autor e as remunerações de professores e jornalistas eram isentos de todos os impostos, conforme Art. 203 da Constituição de 1946. A Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, alterou este artigo, acabando com a isenção do imposto de renda, primeira razão para que a grande maioria daqueles que integravam estas duas categorias se posicionasse contra o movimento revolucionário, desde o seu início praticamente.

Enfim, foi um período muito conturbado e de extremo desalento para os brasileiros que aspiravam a um País desenvolvido e soberano, e, portanto, uma fase extremamente favorável à penetração da ideologia marxista-leninista.

Que números, relativos à situação econômica e financeira do Governo Jango, gostaria de apresentar para que tenhamos uma idéia do quadro vivido, em nosso País, naquela época?

Segundo as revistas *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas, de janeiro e fevereiro de 1964, que trago aqui comigo, páginas 71, 74 e 81, a votação de orçamentos desequilibrados e a política de reconhecida liberdade na concessão de créditos ao setor privado e a assistência financeira prestada pela União às autarquias e empresas estatais provocaram grandes déficits de caixa.

Ao final de 1963, chegou-se a um déficit de 54% da receita da União.

Entre 1962 e 1963, o Governo Federal procedeu à chamada "recuperação tarifária", através de vultosos reajustamentos. Nos portos, de até 200%; na navegação, de até 120%; no transporte rodoviário, de até 60%; no ferroviário, de até 90%; no aeroviário, de 115%; e nos táxis, de 60 a 80%.

O governo efetivou, ainda, a extinção de subsídios ao consumo do trigo, petróleo e derivados, através de taxas cambiais superavaliadas. Realizou, também, o reajustamento dos preços do aço, do leite e do açúcar, assim como o reajustamento

do salário mínimo, para um patamar elevado, em 1963, resultando em verdadeiras ondas de acordos salariais em bases bastante altas.

Como conseqüência, ao final do ano de 1963, a inflação atinge 78%, provavelmente a maior taxa até então ocorrida no País.

Em janeiro de 1964, o salário mínimo é majorado em 60%. Era um sinal claro de que o Governo perdia completamente o controle da economia. Em 1964, este aumento era muito expressivo. Após o segundo "choque do petróleo" (1979) este valor passaria a ser aceito mais normalmente.

Mas qual era a atitude dos políticos e, em especial, do Presidente João Goulart diante deste quadro?

A vontade política para a reversão da situação era nenhuma. A competência, menor ainda.

O mais fácil era culpar as grandes potências do mundo ocidental, o imperialismo, as elites conservadoras e afirmar, publicamente, que a única solução para os problemas era a execução das "reformas de base", estereótipo muito repetido pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e adotado por Goulart; reformas que o País não sabia, exatamente, quais eram, o que representavam e como seriam implementadas, uma vez que o Governo dizia que iria adotá-las, se preciso, "na marra", ou seja, iria impô-las.

Como se apresentavam as contas externas?

O Governo Goulart tratava com negligência as exportações do País e, além do mais, alguns itens importados eram beneficiados por subsídios cambiais. O atraso sistemático das taxas de câmbio em relação à inflação também concorria negativamente no comércio exterior.

Assim, o saldo da Balança Comercial em 1962 foi negativo em US$ 346 milhões e em 1963, em US$ 244 milhões. As nossas exportações atingiram apenas US$ 1,4 bilhão em 1963, valor irrisório se for comparado com o de 1984, que ultrapassou US$ 27 bilhões.

Um dos nossos óbices estava no fato de que a pauta tradicional de exportações brasileira era de produtos primários, de demanda externa pouco elástica, tendo que competir com a produção de outros países grandes produtores desses mesmos itens. Como a oferta era grande, acordos internacionais estabeleciam o regime de cotas para alguns produtos, cotas estas que nem sempre eram respeitadas. Como conseqüência, os preços permaneciam normalmente deprimidos.

A pequena dimensão da nossa economia em 1963 pode ser avaliada pelo PIB cujo valor foi de apenas US$ 20,6 bilhões, a preço de dólar daquele ano.

Qual o nível de inflação e de desenvolvimento em março de 1964?

A inflação era de cerca de 100% ao ano, em março, tendência a chegar, no final daquele ano, a 144%, valor na época considerado de hiperinflação.

O crescimento do PIB atingiu apenas a taxa anualizada de 1,2%, enquanto a taxa de natalidade era em torno de 3%, o que indicava uma razoável queda na renda média *per capita* do brasileiro.

O clima generalizado de greves desestimulava novos investimentos e o País chegou a um nível baixíssimo de competitividade, quando comparado a outros países, dificultando, ainda mais, a venda externa de nossos produtos.

Assim, o quadro configurado em março de 1964 era, sem dúvida, terrível: inflação elevada, déficits seguidos nos balanços de pagamentos e nas execuções orçamentárias, greves generalizadas, agitações de sindicatos, estudantes e marinheiros; desinvestimentos em geral, carência nas áreas sociais, falta de perspectivas de melhoras, dúvida quanto ao futuro imediato de nossa soberania e uma nítida omissão da maioria dos líderes políticos.

E o mundo desenvolvido, como se comportava?

Em 1963, a Inglaterra apresentara um *boom* econômico-financeiro e os EUA uma nítida recuperação de sua economia.

Já a Alemanha, França e Itália tiveram um recuo em suas taxas de crescimento.

Convém salientar que, na época, havia uma grande facilidade para o desenvolvimento econômico: o preço muito baixo do petróleo (inferior a três dólares o barril), pois ainda não existia a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Mas isto não foi, sequer, aproveitado pelo nosso País.

Quando se deu a Revolução, nossa renda *per capita*, de, aproximadamente, duzentos dólares, era muito inferior à dos países desenvolvidos – Estados Unidos da América, França, Alemanha Oriental e Ocidental, Suécia, Canadá, Austrália, União Soviética, Tchecoslováquia e Itália – que variavam entre US$ 3.500 nos EUA a US$ 1.100 na Itália.

O México, a Argentina, África do Sul e Romênia tinham a renda *per capita* variando de US$ 450, no México, até US$ 750, na Romênia, valendo, portanto, de duas a quatro vezes a do nosso País.

Como foi possível reverter-se este quadro tão desfavorável nos governos militares, ainda na década de 1960?

Para bem descrever as ações de recuperação do País, recorro ao livro do extraordinário e saudoso economista Mário Henrique Simonsen – *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Como vocês podem ver, selecionei, aqui, os trechos que passo a ler:

"Com a instalação do novo governo era natural que o combate à inflação viesse a inscrever-se como a primeira prioridade cronológica da política econômica. Não porque a estabilidade monetária fosse mais importante do que os objetivos de crescimento e de melhoria do bem-estar social, mas porque ninguém de bom senso poderia admitir que um país pudesse se desenvolver à beira de tão alta inflação."

A metodologia adotada foi a do gradualismo, isto é, a do combate à inflação por etapas planejadas e que foi incluída no Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco – PAEG.

Para muitas agências internacionais, o gradualismo era uma solução inadequada. A sugestão delas era o "tratamento de choque", mas o PAEG alinhou um bom elenco de argumentos a favor do gradualismo:

"– o êxito de um tratamento de choque dependeria, basicamente, do congelamento geral dos salários, que, no momento (1964), foi, acertadamente, considerado socialmente indesejável, principalmente pelo fato de algumas classes já terem sido reajustadas, enquanto outras ainda não o haviam sido;

– o êxito de um tratamento de choque dependeria, primordialmente, da imediata redução ou mesmo eliminação dos déficits públicos, virtualmente impossível de alcançar-se sem considerável mutilação dos investimentos federais;

– qualquer tratamento de choque tende a provocar modificações abruptas na composição, por setores, da Procura Global de Bens e Serviços. Como o sistema de preços costuma ser muito pouco flexível no sentido descendente, o resultado imediato dessas mudanças abruptas é a alta de alguns preços e o desemprego em alguns setores. Tendo em vista o crescimento explosivo da população brasileira e a insuficiência da criação de empregos produtivos no biênio 1962-1963, essa fórmula da adaptação, via desemprego, foi corretamente considerada socialmente indesejável;

– a supressão das distorções inflacionárias envolve a eliminação de certos controles de preços, como no caso das tarifas dos serviços de utilidade pública. Isso tenderá, na ausência da flexibilidade descendente dos demais preços, a provocar uma inflação corretiva, de natureza residual;

– o comportamento de alguns setores produtivos achava-se viciado pela persistência do processo inflacionário (hábito de taxas de juros inferiores ao aumento do custo de vida etc.). Ao invés de levá-los à insolvência por um tratamento de choque do processo inflacionário, considera-se preferível permitir o seu saneamento durante um período de adaptação;

– as experiências internacionais descritas como "tratamento de choque" ou não resultaram em contenção efetiva da inflação em tempo inferior ao previsto no

presente Programa de Governo, ou foram conduzidas em contexto totalmente diferente do vigente no Brasil.”

O PAEG chegou a se aventurar em algumas quantificações:

– aumento dos meios de pagamentos de 70% em 1964, 30% em 1965 e 15% em 1966;

– essas metas seriam compatíveis com o declínio da taxa de inflação para cerca de 25% em 1965 e para aproximadamente 10% em 1966.

Como se vê, o PAEG formulara uma política de gradualismo rápido. Na prática, porém, a desaceleração do processo inflacionário foi bem mais lenta. Entre 1964 e 1969, as taxas de inflação certamente caíram, mas a taxas bem mais morosas do que as previstas no PAEG, como se vê a seguir (IGPA – Índices Gerais de Preços por Atacado – Oferta Global e Índice do Custo de Vida na Guanabara):

	IGPA (%)	ICV (%)
1964	93,3	86,6
1965	28,3	45,5
1966	27,4	41,2
1967	22,5	24,1
1968	23,0	24,3
1969	21,6	24,2

Portanto, após seis anos de combate à inflação, as taxas de aumento de preços se situaram apenas levemente abaixo daquilo que se previa para 1965 – o segundo ano do programa de estabilização.

Convém salientar que o livro supramencionado foi editado em 1970 e, portanto, só apresenta dados até 1969.

Seria possível falar da lentidão do processo adotado?

Vou me valer de uma análise do nosso Mário Henrique Simonsen que esclareceu muito bem todo esse processo de combate à inflação.

“A lentidão do nosso gradualismo parece apenas ser o resultado de um conflito de objetivos... No campo econômico, a Revolução não se propôs apenas ao combate à inflação, mas a uma série de outras metas que, de alguma forma, teriam que retardar a estabilização monetária.

Em princípios de 1964, a inflação brasileira não era apenas galopante. Era também reprimida. Isso, certamente, se transformaria num dos principais obstácu-

los à rapidez gradualista proposta no PAEG. Uma política de estabilização não deve visar apenas à eliminação das altas de preços. Deve, também e principalmente, objetivar à sustentação de um sistema de preços eficiente, do ponto de vista da alocação de recursos. Em abril de 1964, essa perspectiva exigia o descongelamento de diversos setores – aluguéis, combustíveis, serviços de utilidade pública etc., cujos preços haviam sido comprimidos naquela clássica tentativa de combater a inflação pelos seus sintomas.

Para citar dois exemplos, a alta dos aluguéis na Guanabara foi de 116%, em 1965, e de 85%, em 1966, devido, sobretudo, ao descongelamento dos aluguéis antigos. O aumento dos serviços públicos de 71%, em 1965, e de 47%, em 1966."

Essas e outras altas de preços, destinadas a corrigir distorções acumuladas anteriormente e que, a médio prazo, atenuariam a dependência de alguns desses setores dos subsídios governamentais, chamou-se de "Inflação Corretiva".

Um segundo fator de retardamento da estabilização foi a disseminação, em larga escala, da fórmula da Correção Monetária (criada em 1965). Como é sabido, tal fórmula representou uma tentativa de neutralização dos efeitos inflacionários, isto é, um método de convivência pacífica com a inflação. Uma fórmula que fatalmente deveria se limitar a alguns setores, pois a correção generalizada se tornaria inócua ou logo levaria a inflação ao infinito. As razões para sua implantação foram, primeiramente, a necessidade de honrar a dívida pública, recuperar a rentabilidade dos serviços de utilidade pública, ativar os mercados imobiliários e de capitais, e outros setores que haviam sido gravemente prejudicados pela alta geral dos preços. A segunda referia-se ao fato de que uma geração educada sob a égide da inflação crônica jamais investiria nesses setores sem uma proteção contra a eventualidade de altas futuras de preços. É certo que a correção em causa permitiu o desenvolvimento de inúmeras atividades que dificilmente se teriam expandido à margem da ilusão dos valores monetários. Mas é igualmente óbvio que a correção monetária atuou como um realimentador automático da inflação.

Uma terceira variável foi do comércio exterior. Em princípios de 1964, o Brasil, além de hiperinflacionado, era um País virtualmente insolvente em seu comércio com o resto do mundo. Um dos êxitos incontestes da Revolução, tanto no período Castello Branco quanto na administração Costa e Silva, foi o de ter transformado essa situação em uma posição de sensíveis superávits cambiais. Contudo, essa recuperação exigiu uma atualização de taxas de câmbios que inevitavelmente se refletiria nos custos internos. A acumulação de reservas implicava a contrapartida da expansão monetária dificilmente conciliável com a austeridade dos orçamentos do PAEG. E, a partir de agosto de 1968, o País adotou a fórmula da taxa de câmbio flexível.

Em quarto lugar, o Governo fez questão de desenvolver um mercado de capitais bastante sofisticado, com instituições especializadas em diferentes ramos de operações e com a criação de inúmeros títulos destinados a atrair as poupanças privadas. É certo que um desses títulos – a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional – permitiu que o Governo Federal financiasse boa parte de seus déficits sem expansão dos meios de pagamento. Contudo, o desenvolvimento do mercado de capitais, com os seus múltiplos títulos em concorrência, forçou a alta da taxa real de juros, isto é, a taxa nominal não tendeu a baixar tão elasticamente quanto a taxa de inflação, transformando-se num fator de tensão de custos para as empresas.

Outros fatores poderiam, ainda, ser lembrados. O plano habitacional – respeitadíssimo em seu conteúdo social e na sua função de reativador da economia – entrou com tal impacto após a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que gerou uma apreciável inflação de demanda na construção civil em 1967 e 1968. A reforma tributária, se melhorou consideravelmente a racionalidade do nosso sistema fiscal, introduziu uma participação dos Estados e Municípios nos impostos de renda e sobre produtos industrializados que agravou sensivelmente os déficits do Governo Federal em 1967 e 1968.

Um último fator parece merecer especial destaque: a ojeriza nacional às crises de estabilização.

Os méritos de uma política de desenvolvimento não são aferidos, somente, pelo crescimento do índice do produto real num determinado ano. De fato, um processo de desenvolvimento envolve transformações econômicas e sociais numa escala que só pode ser operada a longo prazo. E a taxa de crescimento a prazo curto depende de uma série de fatores que nada tem a ver com a longevidade do desenvolvimento – da maior ou menor generosidade das safras, das heranças recebidas do passado etc.

Na prática, porém, quase todo mundo se esquece dessa posição doutrinária, e mede o êxito desenvolvimentista de um governo tão-somente pelas taxas de crescimento do produto real no seu período de atuação. Esse hábito, diga-se de passagem, vem sendo adotado por excelentes economistas profissionais. Já o Governo Castello Branco, por exemplo, por mais que tenha plantado para o futuro do Brasil, deixou de ser reconhecido em termos de desenvolvimento, porque, no triênio 1964/1966, a taxa de crescimento do produto real ficou em 3,8% anuais, o que não deixa de ser uma injustiça para uma gestão tão profícua. O Governo Costa e Silva foi recolocado no quadro dos beneméritos do desenvolvimento pelos aumentos do produto real em mais de 9%, ocorridos tanto em 1968 como em 1969. E a mudança de conjuntura afetou a própria estrutura de expectativas dos planejamentos oficiais.

Após os resultados do biênio 1968/1969, taxas da ordem de 9% ao ano passaram a ser consideradas perfeitamente compatíveis com as potencialidades brasileiras.

A que atribuir essa dinâmica imediatista? Não é provável que se trate, como querem alguns, de um açodamento típico de país tropical. As melhores explicações aludem, de um lado, à ansiedade natural pelo desenvolvimento, que afinal tem que constituir o objetivo prioritário da política econômica do País. E, de outro lado, às dificuldades de mensuração estatística dos verdadeiros méritos do esforço de desenvolvimento empreendido por uma administração. É óbvio que um Governo não vale apenas pelo que colhe, mas sobretudo pelo que planta para o futuro. Contudo, o êxito da colheita é facilmente aferível pelas taxas de crescimento do produto real; o da plantação não dispõe do apoio de qualquer indicador estatístico simples.

Seja como for, a dinâmica imediatista constitui sério obstáculo ao declínio rápido da taxa de inflação. A experiência internacional revela e a nossa própria confirma que, dificilmente, a inflação cai sem uma etapa de transição, na qual os índices do produto industrial sofrem certa queda. Os dois principais degraus descendentes do nosso processo inflacionário, o de 1965 e o de 1967, foram acompanhados por duas crises desse gênero. O fenômeno não revela qualquer incompatibilidade entre estabilização monetária e desenvolvimento econômico, desde que este último seja compreendido como um processo de longo prazo. De fato, a crise é de estabilização e não de estabilidade; dura enquanto a taxa de inflação está baixando, mas não persiste depois que os preços se estabilizaram ou depois que a inflação baixou. Trata-se, portanto, de uma simples aplicação do princípio do 'recuar para saltar melhor' – o que se perde de taxa de crescimento no período de transição pode ser facilmente recuperado na fase subseqüente."

Fazendo um breve parênteses, eu perguntaria: nesses últimos dois anos (biênio 2001/2002), também não tivemos uma crise de estabilidade?

Realmente. No biênio 2001/2002, pudemos observar que a estabilidade também teve suas crises, dependendo da formulação econômica adotada, com seus reflexos na taxa de câmbio, e da conjuntura internacional: variação dos preços dos insumos básicos (petróleo, trigo etc.), dos bens de capital e do nível de atividade econômica dos EUA e União Européia, bem como de suas políticas protecionistas.

Prosseguindo com Simonsen: "Tudo isso é muito lógico, mas há um evidente conflito entre a dinâmica imediatista, que afere o desenvolvimento pelo crescimento a prazo curto do produto real, e a aceitação das crises de estabilização. As recessões industriais dos dois trimestres centrais de 1965 e do primeiro semestre de 1967 talvez tenham despertado entre nós uma verdadeira ojeriza às crises desse tipo – uma

ojeriza algo semelhante àquela que os alemães nutrem em relação a qualquer ameaça inflacionária. Diante disso, o Governo Costa e Silva parece ter renunciado à política do gradualismo rápido programada pelo PAEG, acomodando-se a um conceito mais lento, em parte pela preocupação em incentivar a economia. O Programa Estratégico, editado em 1968, evitou qualquer quantificação do objetivo desinflacionário, limitando-se a um enunciado qualitativo – a taxa de inflação deveria baixar significativamente ano a ano. Assim, o combate à inflação desceu da categoria de meta autônoma para a de mínimo condicionado. Como assinalou o Professor Eugênio Gudin, o objetivo não era mais o de alcançar certos índices de declínio inflacionário e, respeitados esses índices, conseguir o melhor possível em matéria de crescimento. Mas o de atingir certas metas básicas de crescimento a curto prazo e, dentro disso, reduzir ao mínimo a inflação. Entendem alguns que essa era uma posição politicamente pragmática diante da dinâmica imediatista. Uma crise de estabilização talvez em nada prejudique (ao contrário, pode até melhorar) o crescimento médio do produto real num horizonte de dez ou quinze anos."

Seria dizer que após seis anos de sacrifício, conseguiu-se apenas restaurar a taxa de inflação do período de 1950/1958?

Não, isto seria injusto. Primeiro, porque a taxa passou de ascendente a descendente, partindo da virtual hiperinflação do primeiro trimestre de 1964. Segundo, porque os sacrifícios não foram assim tão grandes, pelo menos desde meados de 1967. Terceiro, porque – e esse parece constituir o aspecto mais importante – a inflação de 1969 estava muito menos associada a distorções no sistema de preços do que na década de 1950. Entre 1950 e 1958, tivemos de 20 a 25% anuais de alta de preços, mas com câmbios artificiais, aluguéis congelados, juros reais negativos, serviços públicos remunerados e depreciados pelo custo histórico nominal etc.

No final da década de 1960, suportou-se uma taxa de inflação correspondente, mas com a prevalência do instituto da correção monetária, com a taxa flexível de câmbio e com o ativo funcionamento de um mercado de capitais.

Que análise poderia ser feita das ações dos governos revolucionários nos campos econômico e social nas décadas de 1970 e 1980?

Julgo que é mais apropriado dividir o período em dois:

– de 1970 até o primeiro choque do petróleo (1973);

– de 1973 até o final do Governo do General João Baptista de Figueiredo.

Conforme Simonsen em seu *Brasil – 2002:* o Governo Costa e Silva, no seu Programa Estratégico, havia evitado qualquer quantificação quanto à redução pretendida

da taxa inflacionária, limitando-se a um enunciado qualitativo: o ritmo de aumento de preços deveria declinar sensivelmente ano a ano.

Já o Governo Médici, em suas Metas e Bases, preservou o mesmo enunciado com uma ligeira quantificação: a inflação deveria cair ao ritmo anual de 10%.

A ampla introdução da correção monetária em nossa legislação e a política de realismo cambial (aprimorada, a partir de 1968, com o sistema das minidesvalorizações) praticamente eliminaram distorções importantes, já mencionadas. Assim, os reajustes salariais das diferentes classes tornaram-se bem mais homogêneos, os serviços de utilidade pública passaram a ser remunerados em função do custo histórico atualizado, isto é, corrigido monetariamente. As exportações passaram a crescer a taxas sem precedentes e o País conseguiu acumular substancial volume de reservas internacionais com os sucessivos superávits no balanço de pagamentos. A correção monetária restabeleceu o interesse na compra de títulos públicos e privados, a aquisição de imóveis para aluguel e os financiamentos imobiliários se expandiram muito além das previsões mais audazes, graças ao Sistema Financeiro de Habitação. O imposto de renda passou a incidir, praticamente, só sobre os ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios. E atrasar impostos deixou de ser bom negócio, pois o pagamento passou a receber multas e correção monetária.

Segundo Simonsen, em *Brasil–2002* – considerando os benefícios trazidos pela correção monetária, uma corrente respeitável de economistas admitia que uma inflação de até 20% ao ano, naquele quadro brasileiro (1968-1973), constituía fenômeno bem menos grave do que uma alta anual de preços de 5 ou 6% num País despreparado para o convívio com a inflação, isto é, desprovido da correção monetária e da taxa cambial flexível.

Alguns economistas criticaram a correção monetária. Eles tinham razão?

Realmente esta convivência citada por Simonsen teve o seu preço: a elevação do coeficiente de realimentação inflacionária.

Simonsen afirma que essa realimentação, por certo, constituiu um sério foco de resistência à baixa da taxa de inflação no Brasil. No entanto, desde 1964, praticou-se, a par das medidas fundamentais de combate à inflação, variadas formas de controle de preços: dos gêneros de primeira necessidade, através da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), dos preços industriais, através da CONEP (Conselho Nacional de Estabilização de Preços), numa terceira etapa, através do acompanhamento de custos pela CIP (Comissão Interministerial de Preços) e, ainda, o controle das taxas de juros pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mas essa política de controle de preços não é prejudicial?

Claro que ela também traz problemas. Particularmente, acho que a chave do problema está na dosagem adequada das medidas, procurando-se chegar aos “ajustes finos”.

Mas Simonsen é quem afirma:

"Os perigos de uma política de controle de preços são bem conhecidos. Eles podem ser a origem de uma inflação reprimida, mais prejudicial do que a própria inflação aberta, diante das tentações de uma política de combate à alta de preços pelos sintomas.

Não obstante esses inconvenientes, há um argumento bastante ponderável a favor do controle de preços num programa de estabilização: ele pode representar uma fórmula simples para reduzir o coeficiente de realimentação inflacionária e, assim, abreviar os sacrifícios de adaptação."

Continuando a análise do período até 1973, pode-se dizer que mantendo critérios coerentes de reajustamentos salariais, atuando no controle monetário, com atenção especial para a liquidez do mercado, combatendo com rigor os déficits da União, ajustando controles de preços industriais e de taxas de juros e financiando, com especial ênfase, o plantio e a comercialização de safras agrícolas, foi possível atingir, em 1973, a taxa de inflação de 15%.

Se observarmos os números da execução financeira do Tesouro no período 1963-1973, vamos verificar que o déficit – diferença entre receita e despesa –, em 1963, foi de 48%, caindo para 34%, em 1964, e evoluindo para um saldo positivo em 1973, primeira vez que as receitas do Tesouro superaram as despesas. Vale registrar que os déficits, a partir de 1969, foram inexpressivos, caracterizando um equilíbrio entre receita e despesa. Este desempenho foi um dos principais responsáveis pela queda gradual da inflação nesse período. Tal comportamento de ajuste de receita e despesa na execução financeira do Tesouro, introduzido e perseguido pela Revolução de 1964, é o que, a partir do ano 2000, passou a chamar-se de Responsabilidade Fiscal.

Outros valores comparativos, que vamos lembrar agora, mostram as diferenças gritantes entre 1963, o último ano completo de um governo irresponsável e inconseqüente, e o de 1973, quando os resultados da economia brasileira elevaram a nossa auto-estima e impressionaram o mundo desenvolvido, caracterizando bem o que foram os governos revolucionários, antes chamados de governos militares, e, agora, intitulados de ditadura pelos revanchistas derrotados em 1964, que escondem todos os fatos positivos da Revolução.

Portanto, segundo a Revista *Conjuntura Econômica* (FGV), de maio de 1974, o PIB mais que triplicou, de 1963 a 1973, passando de 20 para 63,5 bilhões de dólares. Nesse mesmo número da Revista, verifica-se que, em 1963, as exportações brasileiras foram de 1,4 bilhão de dólares e, em 1973, de 6,8 bilhões de dólares, quintuplicando praticamente aquele valor. A produção de veículos automotores cresceu de 171 mil, em 1963, para 730 mil, em 1973, e a de tratores de rodas de 11 mil para 42 mil. Com relação à produção de

cimento (em 1.000t) e de aço em laminados (em 1.000t), o crescimento deu-se de 5.000 para 15.000 e de 2.000 para 6.000, respectivamente, ou seja, triplicaram.

Estes e outros números caracterizaram o extraordinário crescimento do Produto Interno Bruto, evidenciando uma nova dimensão da economia brasileira no período revolucionário, especialmente entre 1968 e 1973, com a taxa anual média de 10%. Este fato, como sabemos, passou a chamar-se Milagre Econômico. Isto nos faz, hoje, lembrar, com saudade e orgulho daquele período de prosperidade inédita.

Pela relevância dessa evolução, é justo que recordemos com os brasileiros, esta época memorável através do quadro que peço seja focalizado:

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (%)		
1963 – 1,5	1967 – 4,8	1971 – 12,0
1964 – 2,9	1968 – 9,3	1972 – 11,1
1965 – 2,9	1969 – 9,0	1973 – 13,6
1966 – 5,1	1970 – 9,8	

Diante destes dados, fica evidente que o País chegou em 1973 com a inflação declinante, o crescimento elevado e saldo positivo na balança comercial.

Atualmente (2002-2004), a mensagem que é passada pelos nossos Ministros da Fazenda expressa que isto é impossível, ou seja, que só a estabilidade da economia viabiliza o crescimento do País e que o combate ao desemprego terá que esperar por isto. Diante das atuais e elevadas taxas de desemprego, 20% na área metropolitana de São Paulo, fica mais evidente o quanto eram injustas, para não dizer terríveis, as críticas dos opositores da Revolução: "O povo não come obras de infra-estrutura."

Realmente uma frase vil.

Voltando a 1973, a dívida externa bruta era de US$ 8 bilhões e as reservas cambiais de US$ 7 bilhões. Portanto, uma relação viável, em termos de possibilidades de pagamento, já que o governo se preocupava em alongar os prazos de seu vencimento no ano seguinte. Em 1973, venciam apenas 20%. O perfil da dívida tinha melhorado sensivelmente.

Assim, a política econômica, então vigente, mostrou-se eficaz apesar de, atualmente, a maioria dos economistas considerar as ações então desenvolvidas como antagônicas: o combate à inflação e os investimentos públicos geradores de crescimento do PIB.

Mágica ou sorte? Nada disso, apenas competência. A solução encontrada foi a de se adotar uma dosagem adequada das intensidades de cada uma das ações. De um lado, um gradualismo no combate à inflação, instrumentado por um grau razoável de

austeridade monetária e, do outro, investimentos públicos seletivos com alto retorno econômico-social: corredores de exportação, energia, telefonia, mineração, habitação, educação etc. Como conseqüência dessas ações, como não poderia deixar de ser, o País aumentou também, e substancialmente, a sua competitividade no âmbito internacional devido ao elevado ganho de produtividade de sua economia.

Como apreciação final do desempenho dos governos revolucionários nos campos econômico e social no período terminado em 1973, primeiro período da análise desse processo, conforme divisão feita no início da resposta a esse tópico, pode-se dizer que eles souberam aproveitar muito bem as condições favoráveis da conjuntura internacional então existentes.

Claro que a condição mais favorável foi o baixo preço do barril de petróleo: inferior a três dólares.

Segundo a sua análise, o primeiro "choque do petróleo" foi um marco fortemente inibitório da expansão de nossa economia. Como ele ocorreu e quais as reais conseqüências para o mundo e para o Brasil?

A partir da conferência de Trípoli, em fevereiro de 1971, os países da OPEP passaram a exigir aumentos do preço do barril de petróleo.

No dia 6 de outubro de 1973, os egípcios e sírios iniciaram a chamada guerra do Kippur – Ramadan. O Iraque, em seguida, decretava a nacionalização de parte dos interesses norte-americanos nas suas jazidas petrolíferas.

Prevendo a impossibilidade de um retorno à situação anterior, quando exerciam um domínio absoluto desde a produção até à comercialização, as companhias internacionais, passaram, também, a incentivar a alta dos preços do petróleo, o que lhes proporcionou os maiores lucros na história da indústria petrolífera.

O preço médio do barril de petróleo bruto que, em janeiro de 1973, era de três dólares, em março de 1974, alcançou o valor de US$ 13,31 e, portanto, um aumento de 343% em pouco mais de um ano.

A importação brasileira de petróleo passou de 712 milhões de dólares em 1973 para 2,8 bilhões em 1974 e 3,2 bilhões em 1976.

A alta dos preços do petróleo, somada às pressões de realimentação da inflação já existentes, quase duplicou em 1974, o ritmo inflacionário dos países desenvolvidos. A média anual saltou de 7,2% para 12,1% chegando em alguns países, como o Japão, a quase 25%. Além disso, desorganizou seriamente os seus balanços de pagamentos e o seu sistema produtivo.

Isto se repetiu no Brasil, só que de forma mais grave, pois tão importante quanto o choque do petróleo, foi o choque das matérias-primas, em 1974. As importações de matérias-primas (trigo e insumos industriais básicos) em 1974 tive-

ram o seu valor mais do que dobrado em relação a 1973 como resultado do aumento dos preços pelos países vencedores.

Mas os nossos problemas não pararam aí. A grande disponibilidade financeira dos países exportadores de petróleo gerou uma grande demanda de produtos normalmente atendidos pelos países industrializados: armamentos e bens de capital (máquinas e equipamentos).

É claro que os países industrializados aproveitaram as circunstâncias e elevaram bastante os seus preços, como uma forma de compensarem a alta do petróleo.

No primeiro caso, armamentos, até que o Brasil se beneficiou um pouco, pois também era exportador desse item. Mas, no segundo caso, bens de capital, absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento de um país, perdemos mais uma vez. E muito. Os valores correspondentes de importações cresceram demasiadamente.

O Brasil, ao contrário dos países industrializados, deliberadamente, evitou partir para a estratégia da recessão econômica.

A idéia foi realizar uma desaceleração progressiva, seja porque o País sendo pobre iria pagar um preço altíssimo pela recessão em termos econômicos e sociais, seja porque precisava ganhar tempo, para que a solução objetivada, de sair da crise do petróleo pelo aumento das exportações e pela busca de uma auto-suficiência em insumos básicos, pudesse apresentar resultados.

Nesse sentido, o maior êxito obtido foi o crescimento do PIB de 9,7% em 1974, portanto no ano seguinte à crise do petróleo, quando a maioria dos países industrializados já começava a entrar em recessão e a obtenção de um crescimento anual médio do PIB, entre 1974 e 1980 de 7% (Revolução *Conjuntura Econômica*).

Dentro das novas condições da economia mundial, o Governo partiu para um esforço concentrado de substituição de importações, particularmente nas áreas de petróleo, siderurgia, metalurgia não-ferrosa, indústria química e fertilizantes, papel e celulose e bens de capital. Isto significou, é claro, mais dispêndio de divisas cambiais, uma busca crescente de empréstimos e financiamentos externos e, como conseqüência, um crescimento acelerado da dívida externa brasileira, que, no final do Governo Médici, era de apenas US$ 8 bilhões, como vimos.

O governo intensificou também obras de ampliação e modernização da infra-estrutura nacional, especialmente as voltadas para os setores de energia e de exportação (corredores de exportação) e atividades ligadas à exploração mineral.

Como exemplo destas, merecem destaque os investimentos na província mineral de Carajás, descoberta em 1967 e que já se revelava muito promissora. Seu dimensionamento progressivo avaliou uma reserva de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor (66%), mas também uma grande quantidade de cobre,

manganês, bauxita e ocorrências significativas de ouro, níquel, cromo e estanho. A necessidade de investimentos, no entanto, era grande e a produção em larga escala só poderia começar a acontecer em 1986. Em 1977, os investimentos estimulados para o Projeto Ferro-Carajás eram tão elevados que a empresa americana United States Steel, até então associada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na iniciativa, desvinculou-se do projeto. Além das dimensões dos custos, a sua análise em relação às perspectivas do mercado internacional era pessimista.

Isto, naturalmente, significou mais ônus para o Brasil. Portanto, um grande projeto, voltado principalmente para a exportação, exigindo também um grande investimento de longo prazo, ajudando a compor a estratégia de melhoria da balança comercial, em um período de crise internacional, tornou-se extremamente crítico para o País. Uma estratégia própria de grandes estadistas, planejadores e empreendedores, competentes e confiantes, mas, certamente, sonhadores e atrevidos. Planejadores que romperam com as teorias conservadoras e jogaram pesado. Souberam arriscar.

É claro que sabiam que o preço seria alto, pois o nosso projeto era, na sua fase de implantação, gerador de importações elevadas.

No quadro geral, apesar dos sucessos alcançados nas exportações, as despesas com importações cresceram mais aceleradamente resultando déficits seguidos nas balanças comerciais e de serviços, sendo o maior já em 1974.

A inflação no País, que após muito esforço chegara a 15% em 1973, voltou a crescer. No entanto, as reservas cambiais cresceram cerca de 50% entre 1973 e 1979.

No final da década de 1970 veio o "segundo choque do petróleo". Qual a nova postura do Governo? Que resultados puderam ser alcançados ao final do último governo da Revolução?

O Segundo Choque do Petróleo (1979) foi extremamente danoso à economia brasileira.

Enquanto o petróleo era bastante no mercado internacional, a exploração desse produto em nosso território era considerada inviável economicamente e, por isto, o esforço não era prioritário. Além do mais, o então insuficiente desenvolvimento tecnológico da Petrobras para as pesquisas em águas profundas e a escassez de recursos para esses investimentos concorriam para um quadro de pouco empenho por aquela empresa. Havia, também, uma expectativa, desde 1973, de que os EUA e aliados europeus importadores de petróleo (Inglaterra, Alemanha e França) viessem a fazer uma intervenção no Oriente Médio para alterar as condições comerciais daquele produto. Isto acabou adiando, aqui em nosso País, decisões de restrições mais fortes em seu consumo.

Mas o fato era que, 25 anos de existência, a Petrobras produzia, em 1979, apenas 17% do petróleo consumido pelo Brasil. Em 1978, por exemplo, a produção foi inferior à de 1977 e a de 1979 menor do que a de 1978.

De 1969 a 1978, a produção cresceu apenas 10%, enquanto o consumo aumentou mais de 110%.

Um aspecto a ser analisado é o de que até 1979 o Brasil perfurou pouco mais de cinco mil poços, enquanto apenas os EUA perfurava vinte mil anualmente. Claro, a preços bem menores.

Em junho de 1979, aconteceu o pior. A OPEP eleva o preço do barril de petróleo para uma faixa de 18 a 23,50 dólares (nos anos seguintes, chegaria a 43 dólares).

Desta vez, ao contrário do que ocorrera durante a crise de 1973, o Brasil decidiu acompanhar a estratégia dos demais países importadores.

Por seus reflexos no balanço de pagamentos, na inflação e na atividade econômica, o Presidente Figueiredo entendeu que a questão energética deveria assumir prioridade máxima no seu Governo. Anunciada, ainda, a criação da Comissão Nacional de Energia (CNE).

Em julho de 1979, após ouvir o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e a recém-criada CNE, o Presidente decide congelar em 960 mil barris/dia a importação de petróleo, apesar de saber que o consumo previsto para o segundo semestre daquele ano era de 1.025 mil barris diários.

A CNE resolve, ainda, estabelecer como instrumento para atender ao crescimento da demanda o aumento da produção nacional de petróleo e o uso de fontes alternativas. Entre estas, são incluídas a opção de elevar o consumo de álcool, do carvão mineral e vegetal, da biomassa e da energia solar direta. São, também, previstas a redução do desperdício de derivados do petróleo e a ampliação do aproveitamento da energia oriunda das hidroelétricas. Tudo isso exigindo, naturalmente, elevados valores de investimentos numa época de enormes dificuldades econômicas. Nunca é demais repetir: a elevação de investimentos acarreta a elevação das importações com fortes reflexos na balança comercial.

Gostaria de mostrar, a seguir, alguns dados que me parecem muito expressivos:

– as 29 indústrias de cimento das regiões Sul e Sudeste, responsáveis por 80% da produção nacional, consumiram cerca de 400 milhões de dólares em divisas gastas com óleo combustível, representando 25% desse insumo usado internamente no País;

– outros 63% de óleo combustível eram consumidos pelas refinarias, siderurgias, industriais petroquímicas, de produtos alimentares, de cerâmica, de papel e celulose e têxtil;

– já o consumo de óleo diesel tinha a seguinte estrutura: 75% no transporte rodoviário, 13% na indústria e os restantes 12% em outros setores;

– apenas 16% da carga nacional era transportada pelas estradas de ferro. Este era um dado que gerou uma expectativa de caos em que seria transformado o abastecimento brasileiro, caso o racionamento a ser adotado não fosse implementado racionalmente;

– a redução de quase 40% no consumo de gasolina por veículo, de 1973 a 1978, acabou sendo anulada, em parte, pelo crescimento da frota em 75%, nesse período.

Como se pode verificar, tratava-se de uma gigantesca operação de modificação estrutural dos setores produtivos, concomitantemente com a mudança do perfil energético do País.

Na realidade, uma tarefa aparentemente inexeqüível em face dos recursos financeiros necessários.

Como ocorreu esta reestruturação e a aplicação das diretrizes na CNE (Comissão Nacional de Energia)?

Esta pergunta é extremamente importante e para tentar respondê-la vou recorrer a outra ficha que preparei especialmente com números expressivos e absolutamente indispensáveis para que se possa bem avaliar os esforços então desenvolvidos.

A primeira medida a destacar foi, como não poderia ser diferente, a intensificação dos investimentos na pesquisa e exploração de petróleo, principalmente na Bacia de Campos, onde alguns campos já se encontravam em operação. Após investir pesadamente na área, a Petrobras, em 1984, conseguiu superar a meta estabelecida em 1979, de quinhentos mil barris diários. Uma conquista, sem dúvida, extraordinária.

A partir daí, acreditando nessa grande Bacia, a Petrobras prosseguiu na sua exploração, obtendo sucessivos recordes.

Em 1984, a produção marítima já era responsável por 68% da produção nacional de petróleo, sendo 55% oriundo da Bacia de Campos.

Esta produção possibilitou que a importação de aproximadamente um milhão de barris/dia em 1979, caísse para 622 mil em 1984 e 470 mil barris/dia em 1985.

Em 1980, o Brasil gastou US$ 19 bilhões em importações de petróleo. Em 1984, as importações líquidas foram de US$ 4,5 bilhões, isto é, importação de US$ 6,5 bilhões em petróleo bruto e exportação de cerca de US$ 2 bilhões em derivados de petróleo para trinta países, além da receita oriundo do seu transporte. Sem dúvida, um outro grande êxito.

Destaque-se, ainda, o fato de que foram identificadas outras jazidas de petróleo como no litoral sul de Santos, em Marajó etc.

Uma das medidas de mudança estrutural mais importantes na área de energia foi a implantação do Programa Nacional do Álcool.

No período de 1979-1984, a produção de álcool quase que foi triplicada. Até 1979, o álcool era adicionado à gasolina na proporção de 20% e, neste ano, foi produzido o primeiro carro com esse combustível. Em 1984, 1,5 milhão de veículos já circulavam no País, representando 80% da comercialização de todos os automóveis.

Isto gerou uma economia anual de US$ 35 milhões, fora os aspectos sociais altamente positivos decorrentes, especialmente no campo.

Outro item importante da busca da mudança do perfil energético no País foi a intensificação das construções de hidroelétricas. O destaque maior foi o da conclusão, em 1984, das enormes Hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí e suas conexões com o sistema elétrico existente através dos chamados "linhões".

A demanda industrial por insumos energéticos também se alterou. O diesel foi sendo, gradualmente, substituído pela eletricidade e o óleo combustível por carvão mineral e vegetal.

Também merece destaque o esforço de aproveitamento energético do gás natural. Em 1979, foram consumidos 35 mil bep/dia (barris equivalentes de petróleo por dia) e, em 1984, 90 mil bep/dia.

Em 1979, o Brasil importava 80% da energia necessária para fazer o País funcionar. Em 1984, isto chegou a 40%.

Este grande esforço foi traduzido por indicadores que revelam os seus efeitos na economia do País.

O PIB ainda nos anos de 1979 e 1980 manteve um crescimento importante apesar da crise: 6,4 e 7,2%. Já nos anos de 1981 a 1983, a sua variação caracterizou uma recessão. Mas, já em 1984, o PIB voltou a crescer: 4,5%.

A balança comercial manteve um saldo negativo em 1979 e 1980 e positivo de 1981 a 1984, mas o balanço de pagamentos passou a apresentar déficits sucessivos, pois, como não poderia deixar de ser, a dívida externa e a inflação cresceram substancialmente.

Sem esse esforço, no entanto, teríamos tido uma terrível crise econômico-social, de conseqüência imprevisível e não disporíamos de uma infra-estrutura que, mais tarde, veio mostrar-se indispensável para o País fazer face aos escassos investimentos da década de 1990 e início do século XXI.

Sabidamente, o programa de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil, nos vinte anos da Revolução, foi notável. O que pode ser dito a respeito?

A estratégia de mudar a matriz energética do País, para torná-la menos dependente do petróleo, e de ampliar a oferta de energia elétrica, efetivou-se através da construção de um grande número de hidroelétricas, da sua integração em um

sistema nacional interligado, do Programa Nuclear e do aproveitamento do gás natural para a geração de energia.

Quais as hidroelétricas de maior destaque construídas no período revolucionário?

Itaipu, Tucuruí, Urubupungá, o Complexo de Ilha Solteira, Emborcação, Sobradinho, Paulo Afonso (I, II, III e IV), Itaparica, Itumbiara, Porto Primavera, Pedra do Cavalo, Rosana, Taguaruçu, São Simão, Três Irmãos, Foz do Areia, Salto Osório, Marimbondo, Samuel, Funil, Boa Esperança e tantas outras.

O que pode ser dito sobre a Hidroelétrica de Itaipu?

Trata-se da maior hidroelétrica do mundo.

Foi inaugurada em outubro de 1984 com duas de suas 18 turbinas previstas funcionando. Cada turbina gera 700 MW e o conjunto tem uma capacidade de 12.600 MW. Naquela data, foi também entregue um "linhão" para transmissão da energia, com 1.200km, indo de Foz de Iguaçu a São Roque (SP).

O custo deste empreendimento foi de US$ 15 bilhões, sendo que só o "linhão" custou cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

O esforço para salvar a fauna e a flora da região ganhou destaque na imprensa internacional como uma das maiores e mais sérias iniciativas desse tipo, até então realizadas. Inevitavelmente, a formação do lago submergiu o conjunto do Salto de Sete Quedas, um dos mais belos monumentos naturais do Brasil.

Recentemente assistia na TV ao comentário de que o aço gasto em Itaipu correspondeu a 380 Torres Eiffel.

O que pode ser dito sobre as divergências com a Argentina quanto ao projeto de Itaipu?

O rio Paraná, onde está localizada Itaipu, é um rio internacional, banhando o Brasil, Paraguai e Argentina. Assim, qualquer obra que altere o seu curso ou interfira em obras em trechos de outros países requer um acordo entre os interessados.

Da mesma forma que o Brasil manifestou a intenção de construir Itaipu em associação com o Paraguai, a Argentina revelou o seu interesse em construir também duas usinas com aquele país: *Corpus e Yaciretá*.

O projeto inicial brasileiro previa para a nossa usina uma cota superior de 220m e a inferior de 100m acima do mar (cota de saída d'água). Portanto um desnível de 120m e este desnível é o dado fundamental para o cálculo da potência máxima da usina.

Já o projeto argentino de *Corpus* previa a sua altura máxima em 120m acima do mar. Sendo assim, haveria alagamento do território nacional e redução de 20m da altura aproveitável para Itaipu, acarretando a perda de um sexto de seu potencial elétrico.

Em torno desses dados é que, durante vários anos existiu um impasse diplomático entre Brasil e Argentina quanto à compatibilidade dos projetos de Itaipu e *Corpus*.

Quando o acordo prevendo uma solução intermediária já tinha sido aceito por ambos, eis que a Argentina exigiu mais cinco metros para a cota superior de *Corpus*, o que não foi aceito pela diplomacia brasileira.

O acordo só ocorreu em outubro de 1979. A altura máxima de *Corpus* ficou fixada em 105m e, portanto, o desnível de Itaipu, que inicialmente tinha sido previsto em 120m foi reduzido para 115m. Esta acabou sendo a solução satisfatória para o Brasil, pois o desnível pleiteado pela Argentina para *Corpus* passou de 38m para 23m, embora o Brasil inicialmente tivesse proposto 13m. Para compensar a perda de 5m no projeto de Itaipu, a nossa diplomacia tentou infrutiferamente passar de 18 para 20 turbinas, mesmo com a promessa de manter apenas 18 funcionando (duas ficariam se revezando em manutenção ou como reserva).

Destaque para o nosso Chanceler Saraiva Guerreiro que conseguiu com habilidade uma solução que já estava se tornando quase impossível. O presidente argentino era o General Jorge Rafael Videla e o brasileiro, o General João Figueiredo.

Convém recordar que, nesta época, a Argentina também entrou em atrito com o Chile, pelo Canal de Beagle, claro que de forma mais grave do que tratou o problema das hidroelétricas.

O que gostaria de abordar sobre a Hidroelétrica de Tucuruí?

É a quinta maior do mundo, depois de Itaipu, Assua (Egito), Grand Coulle (EUA) e Krasnoyarsk, na Rússia.

Inaugurada em novembro de 1984, passou a gerar 3.960MW em sua primeira etapa, energia que, em grande parte, passou a ser absorvida pelo Grande Carajás, além de alimentar os complexos industriais Alunorte/Albrás e Alcoa.

A geração total prevista é de 8 mil MW.

O custo total da primeira fase de Tucuruí foi de 4,6 bilhões de dólares.

Quais as conseqüências desse programa para os setores industrial e de serviços?

As empresas brasileiras de construção pesada atingiram um elevado grau de competência na construção de grandes hidrelétricas e, como conseqüência, o País passou de importador a exportador de serviços de construção dessa natureza, principalmente para a América do Sul e África.

As indústrias de equipamentos de grande porte, tanto no setor elétrico, como hidrogeradores e transformadores, como no de construção civil, como gruas, centrais de concreto e britagem, equipamentos de terraplenagem e transporte

etc., tiveram um grande desenvolvimento tecnológico e uma expressiva expansão de seus negócios.

E quanto ao Programa Nuclear, o que gostaria de dizer a respeito?

Para que a geração de energia em um país com as dimensões continentais como as nossas funcione como um sistema equilibrado é necessária a construção de hidroelétricas e de termoelétricas. Os insumos tradicionais utilizados por estas últimas são escassos no País e altamente poluidores. Assim, apesar da forte oposição dos barrageiros (defensores da hidroeletricidade), o País resolveu ter suas usinas termelétricas à base de energia nuclear.

Além do emprego na geração de eletricidade, pensou-se no caminho estratégico da aquisição da tecnologia nuclear para uso pacífico ou para se garantir a paz (dissuasão). O programa nuclear brasileiro foi justificado, também, a partir de uma previsão de esgotamento do potencial hidrelétrico na região centro-sul. Não havia também a certeza da viabilidade técnico-econômica da transmissão elétrica a distâncias superiores a 2.000km. Por outro lado, havia a plena consciência de que o quilowatt oriundo de uma usina termonuclear era bem superior ao da hidroeletricidade e, desde a década de 1950, com a experiência do Almirante Álvaro Alberto, sabia-se que os países detentores da tecnologia nuclear dificilmente concordariam em transferi-la, mas apenas estariam dispostos a vender "caixas-pretas".

Em 1967 e 1968, dois grupos técnicos recomendaram a instalação de uma usina nuclear com capacidade da ordem de 500MW.

Em 1971, após concorrência internacional foi assinado contrato com o consórcio Westinghouse e Empresa Brasileira de Engenharia, para o fornecimento e montagem de uma Central Nuclear de 625MW, utilizando Reator a Água Leve Pressurizada (PWR), utilizando-se como combustível o urânio enriquecido e no esquema "caixa-preta".

A seguir, começaram as articulações para a instalação de mais seis ou oito centrais nucleares. Foi quando surgiu a alternativa do acordo com República Federal da Alemanha (1975) dentro da premissa de que o Brasil não devia nem podia limitar-se a adquirir no exterior, em operações isoladas, centrais nucleares, sem cogitar de um programa de cooperação tecnológica e industrial, tanto no que se refere a centrais quanto ao ciclo do combustível, que proporcionasse uma autonomia progressiva.

A base da cooperação foi uma programação da instalação de oito centrais nucleares até 1990, de 1.300MW de potência cada uma, com a participação pro-

gressiva da indústria nacional no fornecimento dos componentes. O valor global do programa – centrais mais ciclo do combustível – foi estimado, na época, em cerca de US$ 20 bilhões.

O protocolo previa a constituição de 11 empresas mistas entre a Nuclebras e cerca de vinte grandes empresas e bancos alemães ou suas subsidiárias. Apenas cinco dessas empresas foram constituídas, dentre elas estão: Nuclep, fábrica de componentes pesados de reatores; Nuclen, empresa de engenharia nuclear; Nuclam, empresa de mineração e prospecção de urânio; Nuclei, serviços de enriquecimento, e Nusteg, pesquisas para aperfeiçoamento do sistema *jet-nozzle* de enriquecimento.

Como se sabe, os preços dos fornecedores alemães começaram a subir, em especial após o segundo choque do petróleo, e a economia brasileira também viu-se bastante fragilizada. Foi necessário, portanto, uma expressiva redução do programa como um todo, embora não tenha sido paralisado.

Assim, da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, cujo nome homenageia um dos maiores incentivadores do programa nuclear brasileiro, foram construídas apenas a Angra-1, já citada, e a Angra-2 com potência de 1.300W, embora a maior parte dos equipamentos de Angra-3 já estejam comprados.

O que coube às Forças Armadas no Programa Nuclear Brasileiro?

As três Forças Armadas receberam encargos diferenciados.

A partir de 1982, o Exército Brasileiro participou do esforço pelo domínio da energia nuclear com o Projeto Atlântico, que contemplou o estudo da viabilidade técnica da construção de um reator de potência moderado a grafite, refrigerado a ar, e da produção, no Brasil, de grafite nuclearmente pura. Neste contexto, foi criado o Instituto de Projetos Especiais, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, que objetivava a construção de um reator crítico de potência entre 10 e 20MW e a instalação de uma usina para a produção de grafite naquelas condições. Com a Nova República, o projeto foi esvaziado, sobretudo, a partir do desastroso Governo Collor de Melo, o mesmo acontecendo nos oito anos de FHC até ser finalmente extinto, juntamente com o IPE, em 2003, no atual Governo, que não disse ainda a que veio.

A Marinha do Brasil vem realizando, desde o 2º semestre de 1979, um grande esforço de pesquisa e desenvolvimento que tem como objetivo final a obtenção de um submarino nacional de propulsão nuclear. A missão coube ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), que criou no município de Iperó, São Paulo, o seu centro experimental Aramar. Tendo conseguido, continuamente, recursos bem expressivos, o projeto da Marinha vem obtendo seguidos êxitos apesar de todas as restrições encontradas em fornecedores internacionais, o que vem lhe obrigando a

executar um profundo e eficiente trabalho de pesquisa e desenvolvimento, cujo destaque maior foi o desenvolvimento das ultracentrífugas que já operam em cascatas, em escala-piloto, em Aramar.

O extraordinário desenvolvimento do setor de telecomunicações, sabidamente, foi um dos destaques dos governos militares. O que gostaria de destacar a respeito?

Realmente, foi um êxito excepcional pelos resultados alcançados, mas também porque gerou um apreciável ganho de produtividade e diminuição de custos para as empresas do País.

Em 1964, o número de residências com telefones era mínimo. Haviam menos de dois aparelhos por cem habitantes.

Uma ligação interurbana, inclusive entre Rio e São Paulo, era um desafio à paciência de qualquer usuário. Era completada com o auxílio de telefonistas. Fora das grandes capitais brasileiras os aparelhos ainda eram a magneto.

O serviço público de telefonia era executado por centenas de concessionárias, atuando sem uma coordenação central que lhes imprimisse indispensável compatibilidade técnica e operacional. As ligações internacionais se completavam, precariamente, por ondas curtas e pelo cabo submarino inaugurado por D. Pedro II.

A radiodifusão limitava-se à cobertura local ou, quando muito, regional.

O telégrafo nacional, obsoleto e de má qualidade, era a imagem da ineficiência. Os Correios eram das mais decadentes repartições públicas brasileiras, com rotinas de trabalho ultrapassados, técnicas inadequadas, apatia geral de um funcionalismo desestimulado e sofria um déficit crônico.

O Brasil era quase um País mudo, as comunicações caminhavam rapidamente para o colapso.

Em vista desse quadro terrível de atraso, os governos militares programaram expressivos investimentos na área. Assim, foram criadas a Embratel (1965), a Telebras (1972) e as empresas estaduais de telefonia, surgindo, então, um invejável sistema: o sistema Telebras.

Paralelamente à montagem da estrutura administrativa e operacional, desenvolveu-se uma indústria genuinamente nacional e com a criação, em 1976, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebras, em Campinas, o Brasil passou a desenvolver tecnologias próprias gerando importante economia em divisas, coerentemente com a sua estratégia de diminuir os déficits de seu balanço de pagamentos.

O CPqD da Telebras tornou-se um centro de excelência, permitindo que o Brasil se incluísse entre os sete países do mundo a dominar a tecnologia de centrais

digitais CPA'S (Central Trópico, muito difundida no País), de fabricação da fibra óptica, de Estação Receptora de Satélite etc.

Recuando a 1966, o governo militar nacionaliza a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), com a compra de suas ações pela Embratel. É elaborado o plano de um milhão de telefones que confere excepcional apoio às indústrias de equipamentos de telecomunicações instaladas no País.

A prioridade para a recuperação da CTB surgiu do fato que 60% dos serviços telefônicos concentravam-se na sua área de atuação, a Região Sudeste.

Rapidamente, esse esforço produz resultados bastante positivos, como a expansão da planta e a melhoria dos padrões de qualidade dos serviços. Assim, a imagem da CTB começa a melhorar sensivelmente, e seus assinantes se beneficiam com os avanços proporcionados, em especial pela Embratel, na área de longa distância, com a implantação da discagem direta à distancia (DDD). Em 1975, o Brasil inaugura a discagem...

A Embratel, representando a modernidade nas telecomunicações brasileiras, nasce praticamente ao mesmo tempo que o consórcio mundial Intelsat, do qual também participa o Brasil. Por isso, não lhe é difícil dominar as telecomunicações via satélite. Em fevereiro de 1969, inaugura a primeira estação terrestre de comunicações via satélite, a estação de Tanguá.

Pouco tempo depois, as emissoras de televisão passam a anunciar com orgulho que seus programas estão sendo transmitidos Via Embratel.

O impacto do progresso das telecomunicações brasileiras vai gerando uma euforia geral, seja pela melhoria dos serviços telefônicos, seja pela cobertura de eventos, até então inexistente. Entre esses eventos, estão a conquista da Lua (1969), a Copa do Mundo (1970), as Olimpíadas de Munique (1972) e Montreal (1976), transmitidas ao vivo, sendo que, em 1972, foi inaugurada a transmissão por televisão a cores. O grande avanço, no entanto, se deu com o início da operação do Brasilsat, cérebro do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite. O primeiro Brasilsat foi lançado ao espaço, por um foguete Ariane-4, da base de Kourou, na Guiana Francesa, nos últimos dias do Governo do Presidente João Figueiredo, em fevereiro de 1985.

A modernização da infra-estrutura incluiu também a instalação de cabos submarinhos para ligações com a Europa e Estados Unidos.

Outro grande destaque deve ser dado à transformação de um serviço inoperante e desacreditado como eram os Correios e Telégrafos em uma empresa pública de grande e reconhecida eficiência, a ECT (Empresa de Correios e Telégrafos).

Uma outra área que sofreu uma grande expansão foi a radiodifusão, voltada, sobretudo à integração nacional, e para a ocupação de grandes espaços vazios, como a

Amazônia, tomados por emissoras de outros países. A população dessas áreas passaram a captar as potentes emissoras da Radiobras, com uma programação dirigida para ela.

Quais as principais realizações no setor rodoviário?

A evolução da Rede Rodoviária Nacional foi extraordinária ao longo dos governos militares. Vejamos alguns dados que eu trouxe anotado para me facilitar. Em 1964, havia, no País, entre todos os tipos de estradas, 545 mil quilômetros dos quais apenas 34 mil quilômetros asfaltados; por elas passavam cerca de 450 mil de caminhões por ano; todas as estradas eram em pista simples.

Em 1984, havia no País 1,4 milhão quilômetros de estradas, portanto, foram construídos 45 mil quilômetros de rodovias por ano; desse total, 100 mil quilômetros eram pavimentadas; e por elas passavam cerca de 2 milhões de caminhões por ano, apesar da segunda crise do petróleo, ocorrida em 1979. Como decorrência, o aumento da circulação de passageiros e mercadorias foi gigantesco, levando riqueza para todo o território nacional.

A estes números podem ser acrescidos cerca de 1.000 quilômetros por ano em trechos de conservação de estradas, inclusive com repasse de recursos para os governos estaduais.

Que obras rodoviárias merecem destaque ao longo dos governos revolucionários?

– duplicação da Rio–São Paulo, isto é, passou a ter duas pistas independentes (auto-estrada), inclusive com a nova pista de subida da Serra das Araras;

– concretização das ligações, ainda incompletas ou inexistentes:

Rio–Salvador, Curitiba–Porto Alegre, Campo Grande–Cuiabá e Cuiabá–Goiânia;

– novo traçado da BR-040, no trecho Petrópolis–Juiz de Fora, com duas pistas. A BR-040 liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília;

– construção da Ponte Rio–Niterói com 14km, inaugurada em 1974;

– construção das rodovias:

- Rio–Santos
- Santos–São Paulo (Imigrantes)
- São Paulo–Campinas (Bandeirantes)

– prosseguimento, com pavimentação, da Rodovia Anhangüera até à BR-040, melhorando a ligação São Paulo–Brasília;

– melhoramento do traçado e reconstrução com asfaltamento (antes era em terra) da Belém–Brasília;

– construção da Cuiabá–Santarém (BR-163), com 1.750km, pelos 8º e 9º Batalhões de Engenharia de Construção. Esta obra permitiu o desenvolvimento do Projeto SINOP a 500km ao norte de Cuiabá, além de levar o progresso para a área por ela servida;

– construção da Transamazônica, aproveitando, em grande parte, mão-de-obra desempregada do Nordeste como conseqüência de uma terrível seca naquela região;

– construção e asfaltamento da BR-319, Manaus–Porto Velho com mais de 800km de extensão;

– construção e asfaltamento da Rodovia Cuiabá–Porto Velho (Rodovia Marechal Rondon): 1.442km, eliminando o estrangulamento do Noroeste em relação ao Centro do País. Antes, o tempo de viagem era de trinta dias; com a sua entrega, passou a ser de 24 horas;

– construção e pavimentação da Rodovia Brasília–Barreiras–Salvador, inclusive execução da ponte sobre o Rio São Francisco. A rodovia foi construída pelo 4º Batalhão de Engenharia de Construção (Barreiras);

– construção e pavimentação da ligação do sul do Piauí a São Luís e Belém, executada parcialmente pelos 2º e 3º Batalhões de Engenharia de Construção (Teresina e Picos);

– construção e pavimentação de estradas da rede do Nordeste, possibilitando encurtamento superior a 600km nas viagens entre Brasília e São Luís, Brasília e Fortaleza, e Brasília e Recife;

– o acréscimo total à rede do Nordeste, entre estradas pavimentadas e não pavimentadas, ligações e acessos foi de 5 mil quilômetros;

– asfaltamento da maioria das estradas do Rio Grande do Sul.

O que poderia ser dito a respeito da Ponte Presidente Costa e Silva?

A ligação do Rio a Niterói através de uma ponte foi motivo de polêmicas históricas. Quase todas concluindo pela incapacidade técnico-financeira do País em realizá-la.

A sua efetivação gerou, sem dúvida alguma, um grande salto tecnológico em construção de pontes.

Para a sua concretização, criou-se uma empresa estatal, a ECEx, que durante algum tempo, após a conclusão dessa obra, manteve-se em atividade utilizando os equipamentos adquiridos durante a construção dessa monumental obra.

Esta ponte induziu um forte desenvolvimento à Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro e no seu interior e ajudou a consolidar a fusão político-administrativa e econômica do Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. Antes, a ligação se dava por um demorado transporte em barcas ou lanchas pelo longo contorno rodoviário da Baía de Guanabara.

O seu custo elevado já foi totalmente amortizado, várias vezes, pela cobrança de pedágio. Atualmente (em 2004), chega a ser risível a hipótese de ser construída uma obra de proporções semelhantes no Brasil.

E o transporte ferroviário foi esquecido?

Também não foi esquecido o setor ferroviário. Para não esquecer os feitos mais importantes trouxe também, uma relação das ferrovias construídas ao longo dos governos da Revolução:

– da Soja, no Paraná e Santa Catarina;

– de Carajás (Pará–Maranhão) – com 890km, ligando a província mineral da Serra do Carajás ao porto da Madeira, próximo a São Luís;

– do Aço (Minas Gerais–Rio de Janeiro–São Paulo) o seu projeto revelou-se muito caro, pelo número elevado de viadutos e túneis, além de suas características técnicas muito rigorosas. Sua construção, ora foi interrompida, ora ganhou metas desaceleradas, mas não foi concluída. É usada apenas parcialmente;

– do Trigo (Roca Sales–Passo Fundo), iniciada e interrompida na década de 1950, a retomada de sua construção tornou-se viável após a primeira crise do petróleo (1973) e pelo fato de ter sido confiada ao 1º Batalhão Ferroviário (Lajes). Concluída em 1980;

– Minas–Distrito Federal, partindo de Pires do Rio (Minas Gerais), foi concluída pelo 2º Batalhão Ferroviário; o seu destaque é a ponte sobre o Rio Araguari, construída por administração direta por aquela organização militar.

Foram modernizados muitos trechos ferroviários, especialmente com substituição de toda a superestrutura, isto é, trilhos, dormentes e lastros (brita). Como por exemplo, o pátio de Canoas, e trechos diversos da malha do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, foram desativados vários ramais ferroviários considerados antieconômicos.

Uma atenção especial foi dada ao transporte coletivo das grandes cidades com a construção dos trechos iniciais do metrô do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

– as linhas de trens urbanos e suburbanos também foram melhoradas e receberam muitas composições novas, como por exemplo, as da antiga Central do Brasil, além de obras de infra-estrutura, com sensível melhoria da eficiência em geral.

Que tratamento os governos militares deram aos sistemas portuário e aeroviário?

Nos vinte anos de governos da Revolução, foi dada uma atenção importante ao sistema portuário no País.

Foram construídos inúmeros portos e os maiores, já existentes, foram ampliados e modernizados, inclusive com largo investimento em aquisição de equipamentos de grande porte.

Vejamos os novos portos construídos:

– Porto de Sepetiba – Os estudos para a localização do porto na Baía de Sepetiba tiveram início em 1973, pelo Governo do então Estado da Guanabara. A partir de 1974, foram assumidos pelo antigo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sucedido pela Portobras. A primeira etapa da obra, o terminal de carvão, na Ilha da Madeira, entrou em operação em 1982. Foram ainda previstos o terminal para minérios de ferro e o de carga geral.

– Porto de Praia Mole – O complexo portuário de Praia Mole, em Vitória, foi inaugurado oficialmente em novembro de 1984. Possibilitou a movimentação de 3 milhões de t/ano de produtos siderúrgicos e 8 milhões de t/ano de carvão. É um porto artificial em mar aberto e sua localização na Ponta do Tubarão é favorecida pelo acesso ao terminal da Companhia Vale do Rio Doce.

– Porto da Ponta da Madeira – Situado a 9km de São Luís, é parte do Projeto Carajás. Possui instalações de descarregamento de vagões, estocagem de minérios, sistema de embarque por uma linha de transportadores, repeneiramento e rebritagem.

– Porto de Estrela – Situado no Rio Taquari (Rio Grande do Sul), foi inaugurado em 1977, tornando-se o primeiro entroncamento intermodal, conectando hidrovia, ferrovia e rodovia.

– Porto de Trombetas – Situado à margem direita do Rio Trombetas, afluente do Amazonas, escoou em 1984 cerca de quatro milhões de toneladas de bauxita.

– Iniciado em 1967, quando foram descobertas as primeiras jazidas de bauxita, a 80km da Cidade de Oriximiná (Pará). O primeiro embarque para o mercado internacional deu-se em agosto de 1979. A bauxita é levada da mina por ferrovia, num percurso de 30km.

A Companhia Vale do Rio Doce era a maior acionista (46%) do projeto.

A preocupação com a ecologia também está presente em todo o Projeto Trombetas. Dentro dessa filosofia, foi criada a Comissão Interna de Meio Ambiente (CIMA), que busca possibilitar um melhor controle e preservação das condições ambientais da área.

Pode-se citar, ainda, entre outras obras, a construção do terminal açucareiro de Recife e o salineiro de Areia Branca.

Com referência à infra-estrutura aeroportuária, o que pode ser dito?

Foram construídos os seguintes aeroportos:

– Internacional do Rio de Janeiro.

– Internacional de Guarulhos (São Paulo).

– Internacional de Confins, a 47km do Centro de Belo Horizonte. Atualmente, denominado Tancredo Neves.

Outros aeroportos foram ampliados e modernizados. O gerenciamento das obras e do financiamento destas instalações foi muito bem conduzido pela Infraero.

Para coroar as realizações na infra-estrutura aeronáutica, foi implantado o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SINDACTA) com a utilização de radares tridimensionais, que executam o acompanhamento do tráfego aéreo, integrados ao processamento de dados em computadores para informação dos vôos.

Como síntese do que foi aqui abordado, quais os principais feitos dos governos da Revolução nas áreas econômica e social do País?

Devem ser destacados, especialmente:

– o chamado milagre econômico, no período de 1968-1974, caracterizado pela taxa média de crescimento do PIB de 10%;

– a profunda mudança no perfil energético do País, acelerada a partir de 1979, para fazer frente ao segundo choque do petróleo (1979);

– as grandes obras de infra-estrutura em estradas, portos e aeroportos;

– os grandes sistemas da Eletrobras (distribuição de energia) e Telebras;

– na área social, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Sistema Financeiro e de Poupança e o Sistema de Habitação, centrado no Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Funrural, beneficiando milhões de brasileiros que trabalham no campo.

Como conseqüência do desenvolvimento econômico, o crescimento do número de empregos e da renda nacional, com seus efeitos inseparáveis na renda individual.

– na área educacional, o destaque maior parece-me que foi a eliminação da figura vergonhosa e desalentadora dos milhares de "excedentes" anuais. Aqueles estudantes aprovados em concursos para as universidades, porém não matriculados por falta de vagas, e o Projeto Rondon, que o Governo FHC manteve com outro nome;

– programa de construção de hidroelétricas, com destaque para Itaipu, Tucuruí e Sobradinho;

– programa de aceleração da busca de auto-suficiência de petróleo, a partir de 1979, com destaque para a exploração da Bacia de Campos;

– programa de desenvolvimento da energia nuclear, que permitiu ao País incorporar essa tecnologia estratégica;

– programa de substituição de importações de insumos básicos e bens de capital, com destaque para a criação e expansão de siderúrgicas e fábricas de cimento e a implantação de pólos petroquímicos;

– Programa Nacional do Álcool, com destaque para a criação de empregos no campo, acompanhada de melhoria salarial nessa área, e para a ampla fabricação de carros a álcool;

– o amplo programa de mineração, com destaque para o Projeto Carajás;

– o amplo programa de construção rodoviária, com destaque para a efetivação das interligações de todas as capitais do Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte-Ocidental, além das ligações com Brasília;

– a Ponte Rio–Niterói;

– a implantação de corredores de exportação;

– o grande programa de construção de aeroportos internacionais e do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SINDACTA);

– os desenvolvimentos regionais com os Programa Indicativo Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), Progres;

– o extraordinário êxito da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em pleno Nordeste brasileiro na produção agrícola;

– a expansão da agricultura e pecuária, apoiada pelas empresas de pesquisas agropecuárias, que integraram grandes áreas, antes consideradas inservíveis para o plantio. Essa expansão passou a gerar receitas crescentes de exportação;

– investimentos e apoio à área de pesquisa e desenvolvimento, com a criação ou reaparelhamento de inúmeros centros de pesquisa e apoio a projeto;

– investimentos elevados em educação e saúde;

– a criação da Fundação MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização –, com o objetivo de cuidar da alfabetização e da educação contínua de adolescentes e adultos;

– programas e ações políticas do Governo que garantiram a participação do nosso País em pesquisas na Antártica.

Quais seriam as suas palavras finais para este nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Desde meados de década de 1960 até 1973 (primeiro choque do petróleo), o mundo ocidental experimentou uma fase de prosperidade sem precedentes. Em 1973, o produto real dos países desenvolvidos cresceu à elevada taxa de 6,4%. Em grande parte esta expansão foi beneficiada pelos preços baixos das matérias-primas produzidas pelos países subdesenvolvidos, entre estas avultando pela sua importância, o petróleo.

Mas o Brasil até março de 1964 não vinha aproveitando esta vantagem. Sofria crises políticas sucessivas e descurava da parte sócio-econômico. Era um alvo importante para o Movimento Comunista Internacional e representava a “pinça” idealizada para atingir o primeiro mundo.

Hoje sabemos que restavam, portanto, nove anos, isto é de 1964 a 1973, para o País aproveitar aquelas condições favoráveis.

Caso não tivesse ocorrido a Revolução de 1964, na melhor das hipóteses, teríamos nos transformado, na década de 1980, em um País de padrão médio africano, pela total falta de condições de enfrentar as duas crises do petróleo e pelo excesso de tolerância com o MCI. Na pior das hipóteses, teríamos nos tornado em um teatro de operações, com algumas características do TO da Guerra do Vietnam. Ocupado por guerrilhas urbanas e rurais e invadido por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou da Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, o que seríamos?

Estas considerações podem parecer exageradas para os jovens de hoje que não viveram aquela época. Mas, no mínimo, devem requerer, por parte deles, reflexões e pesquisas em fontes isentas e idôneas, para poderem entender o nosso verdadeiro processo histórico recente.

Sem dúvida, os militares brasileiros, em geral, são favoráveis ao regime democrático, porém, em 1964, atendendo ao clamor do povo brasileiro nas ruas, entenderam que o sistema político vigente não tinha interesse real ou mesmo agilidade e competência para conduzir o País a um grande destino. Além da corrupção crescente no País, os políticos comunistas se aproveitavam da indiferença dos demais para implantarem o caos, o que naturalmente facilitaria a estratégia do comunismo internacional.

Os militares, portanto, entenderam que só num regime forte, mas bem intencionado e competente, poderia mudar o destino do País.

Pelos feitos descritos nesta entrevista, podemos concluir que eles estavam certos, e pelo que temos visto nos últimos 19 anos (1985-2004) a nossa nova democracia está apenas assistindo à passagem do tempo e os seus políticos pensando principalmente em tirar vantagens pessoais de seus cargos. Aliás, parece que isto não mudará tão cedo. Mas e o País?

Ah, este vem sobrevivendo à custa da enorme obra econômico-social deixada pelos governos revolucionários ao longo dos seus vinte anos.

Aliás, no dia 1º de outubro de 2003, a manchete do caderno de Economia de *O Globo* foi a seguinte: "O Brasil passa de 8ª à 15ª economia no mundo." Que façanha!...

Muito grato pela oportunidade que me concederam.

General-de-Divisão Théo Espindola Basto

- Natural da Cidade de Campo Grande, MS.
- Principais cargos e funções: Comandante de Pelotão no Batalhão Suez (Faixa de Gaza, Egito); Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); oficial de gabinete do Ministro do Exército; Comandante do 32º BIMtz – Batalhão D. Pedro II (32º Batalhão de Infantaria Motorizado), Petrópolis–RJ; da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá–MT; da 10ª Região Militar, em Fortaleza–CE; da Escola Superior de Guerra e da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo–SP;.
- Foi Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo–SP e 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército – Assuntos Especiais e Internacionais.
- No exterior: Cursou a Escola Superior de Guerra do Exército argentino.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; o curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, era 2º-Tenente de Infantaria e servia no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, PR.

Entrevista realizada em 8 de novembro de 2001.

Quero iniciar dizendo da satisfação, do prazer e da honra de participar deste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964. Sem dúvida, preservar a História é um dever de todos nós brasileiros. Por isso, enquanto agradeço esta oportunidade, também louvo a iniciativa de criar em nosso Exército um projeto dessa envergadura. A memória de um país se escreve através do testemunho de pessoas que viveram o período em que o fato histórico aconteceu. E será tanto mais fidedigna quanto maior a credibilidade que se possa atribuir à fonte, diferentemente de informações colhidas com o objetivo de apresentar uma versão própria, uma verdade particular.

Este projeto vem, assim, preencher uma lacuna importante na nossa História e será de grande utilidade às gerações futuras, desejosas de pesquisar, de estudar a Revolução de 1964, hoje, infelizmente, escrita de forma às vezes distorcida e até mal-intencionada. Estou aqui, pois, para trazer o testemunho de quem viveu o período da Revolução desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando era ainda Cadete, até o final do Governo Figueiredo, em 1985, já como Tenente-Coronel.

Para compreender a Revolução é importante conhecer as suas causas, pois nada acontece por acaso. Didaticamente, as causas mais remotas encontram-se entre a década de 1920 e a década de 1950; as causas mais próximas remontam à década de 1960 e, finalmente, no ano de 1964, temos as causas imediatas. É preciso entender que o Brasil estava, como está, inserido no cenário mundial, e sofria, como sofre, as influências das ações dos atores internacionais.

Em 1917, a Revolução Bolchevista, na Rússia, visava criar condições de melhoria para o proletariado. Naquela fase – após a revolução industrial, em que a mão-de-obra era escravizada, sob condições de trabalho as mais desumanas – a teoria marxista apresentava-se como sendo o condão capaz de resolver os problemas sociais, buscando um mundo em que não houvesse desigualdade, em que as oportunidades fossem igualmente oferecidas. O caráter expansionista da Revolução Bolchevista irradiou-se para outros países, e começamos a sofrer influências e ingerências no nosso modelo de vida ocidental.

Logo após a Segunda Grande Guerra, tivemos o período da chamada guerra fria, enredando as duas superpotências – os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – na disputa pela hegemonia mundial. Líder do bloco capitalista, os Estados Unidos procuravam conter o avanço do socialismo marxista em direção ao Ocidente, o que, sem dúvida, gerou temor e ressentimento no interior do bloco socialista. Para agravar o problema aconteceu a ascensão de Mao Tsé-tung, conquistando o Poder, na China, em 1949, e ali implantando o sistema comunista.

Dentro desse quadro, a Guerra da Coréia (1950-1953) representou um grave risco à paz mundial. Dividida, a Coréia do Norte, socialista, contava com o apoio dos

soviéticos e dos chineses, enquanto a Coréia do Sul era defendida por tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais cerca de 90% eram compostos por soldados americanos.

Com o fim desta Guerra, esperava-se a paz. Entretanto surgiu um novo conflito político-ideológico. Em 1955, o Vietnã do Norte era controlado pelos vietcongues, guerrilheiros socialistas, enquanto o Vietnã do Sul recebia o apoio americano, que crescia intensamente ao longo dos anos. Em 1965, por exemplo, havia 3.500 soldados americanos no Vietnã. Em 1968, este número crescera mais de 150 vezes: eram mais de 540.000 soldados.

A complicar ainda mais a conjuntura internacional surgiram, no norte da África, manifestações em favor da independência da Argélia, colônia francesa. Com o agravamento da crise a partir de 1958, quatro anos mais tarde viria a sua autonomia política, depois de lutas sangrentas, inclusive alguns atentados contra a vida do Presidente De Gaulle e duas tentativas de golpe de Estado.

Todos esses foram episódios com repercussão em todo o mundo, uma vez que a soberania dos povos é algo sensível às relações internacionais. Por isso, alcançariam também os países em desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Em Cuba, a Revolução foi vitoriosa, mas no nosso País, na Argentina, no Chile e no Uruguai a Contra-revolução impediu a ascensão dos comunistas, que pregavam a tomada do poder para implantar a sua doutrina. Esta luta assumia várias formas, desde a via pacífica, que era o modelo soviético, até a luta armada, modelo chinês.

O cenário internacional seria talvez, no Brasil, a moldura do quadro que estamos querendo criar. Aqui, na década de 1920, os movimentos tinham características voltadas para os problemas internos: eram os maus costumes políticos, as velhas oligarquias políticas, o mau uso do dinheiro público, a corrupção. Então, tivemos os movimentos idealistas. Há que lembrar do Movimento Tenentista: dos Dezoito do Forte, das Revoluções de 1922, de 1924 e de 1926, situações que demonstram inquietação com problemas nossos; é importante frisar esse aspecto. A própria Coluna Prestes também foi nessa época. Na década de 1930, início da era getulista, tivemos as Revoluções de 1930 e de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e o Movimento Integralista. Percebe-se, assim, que o acerto do tecido político-social de um país se faz com dificuldade.

Na década de 1940, no Governo do Presidente Dutra, o Partido Comunista, que tivera uma ação importante na Intentona, é colocado na ilegalidade, o que, creio, lhe trouxe mais força, vez que passou a atuar fora das normas políticas seguidas pelos outros partidos.

Chegamos, então, à década de 1960 e às causas próximas do Movimento de 1964. Naquela ocasião o Movimento Comunista Internacional conseguira lançar uma

cunha no território americano: Cuba, no Caribe, com a subida de Fidel Castro, em 1959, e a implantação do regime comunista, trampolim para a Revolução Bolchevista nos países em desenvolvimento. Nessa época, surgiu a guerra revolucionária. E em 1961, foi feito o primeiro exercício de guerrilha rural. Eu era Cadete de Infantaria. Colocaram-nos em grupos e nos mandaram para o campo em trajes civis. Era uma coisa assim meio diferente, pois, até então, estávamos acostumados com a instrução padrão, o Batalhão no ataque e a Companhia na defesa, e de repente nos colocam à paisana e de barba crescida, para fazer um exercício.

Ainda em 1961, no Dia do Soldado, ocorreu a renúncia de Jânio. Com a pressão da rede da legalidade, o Vice-Presidente João Goulart foi alçado à Presidência da República. E aí começou a divisão no Exército. Na Academia tínhamos os gaúchos, legalistas. O III Exército ficou no lado da legalidade, do Jango, e o restante ficou contra, mas não houve derramamento de sangue. Jango assumiu e continuou o processo de inquietação popular.

Nesse período, servindo no 3º Regimento de Infantaria (3º RI), em Niterói, RJ, jovem tenente ainda, lembro-me bem que a divisão entre militares de direita e de esquerda nos trazia muita inquietação e até uma certa aflição, por não sabermos quem era quem. Um ambiente que realmente contrastava com a nossa formação militar, assentada na hierarquia e na disciplina. No 3º RI o oficial-de-dia não dormia: passava a noite de metralhadora na mão, acordado, indo aos postos, preocupado com a segurança.

Para que se tenha idéia da desordem que ocorria no interior da caserna, cito um graduado, 3º-sargento Quintanilha, que era o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos de Niterói, e que se ligava diretamente com o Presidente da República. Certa vez, passando bem próximo às dependências do Estado-Maior do Regimento, ele chamou-me e disse: “Aspirante, vou falar com Jango!” Realmente, fez a ligação e era Jango quem estava na linha. Essas coisas contrastam com a cadeia de comando. Era a fase das greves, da indisciplina, dos chamados “generais do povo”, nós que somos generais do Exército Brasileiro. Povo somos todos nós, mas “generais do povo”, isso já é populismo demais.

Cito alguns nomes, permitam-me, pois este é um testemunho fidedigno. Era Comandante do I Exército o General Osvino Ferreira Alves que, durante visita ao 3º RI, depois de passar em revista a tropa, tirou a túnica e, pendurando-a no ombro, dirigiu-se ao refeitório dos oficiais, para a apresentação individual. Após suas palavras, recebeu alguns apupos; os tenentes estavam insatisfeitos... divisão realmente! Lembro-me, também, do Almirante Cândido Aragão sendo carregado nos ombros pelos marinheiros e fuzileiros.

Outra vez, ainda 2º-Tenente, indo ao Rio de Janeiro, fui ao Quartel-General e fiz uma visita a um companheiro de turma do meu pai – turma de 1937, da Arma de Cavalaria, da Escola Militar do Realengo –, atendendo seu pedido. Ao entrar em seu gabinete, o Coronel, posto que ostentava, estava acionando a greve na Central do Brasil! E comentou: "Nós temos que resolver os problemas populares." Portanto, era um oficial do Comando do I Exército, usando telefone interno, interferindo na Central do Brasil, com evidente respaldo de seu Comandante. Então, isso tudo foi "criando o caldo" que acabou redundando no início da Revolução. Seriam as causas próximas.

Devo fazer um registro sobre a atuação do movimento comunista, antes de 1964: ele se voltou muito para o meio universitário. Em 1968, era aluno de uma faculdade de Direito, como Capitão e, mais tarde, tornei-me professor universitário. Assim, tendo sido aluno e professor, pude conhecer bem aquele meio. Havia muita gente idealista e muita gente manipulada. Algumas vezes, lembro-me, logo no início da aula tiravam o professor da plataforma para fazer proselitismo, mesmo com a turma toda contra, porque quem estuda à noite precisa e deseja aprender, sem falar que a maioria necessita do diploma a fim de exercer a profissão.

As causas imediatas estão no mês de março de 1964 e são aquelas que levaram ao desencadeamento da Revolução. Primeiro, o comício da Central do Brasil, no dia 13, com a presença do Presidente da República e dos chefes militares sob a proteção da Polícia do Exército, não obstante a exibição de faixas ofensivas às Forças Armadas. No dia 16 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deu um ultimato ao Congresso Nacional, exigindo que fosse votado o regime sindicalista, com vigência a partir do dia 1º de maio. Esse fato veio a ser confirmado pelo embaixador soviético acreditado no Brasil e por documentos dos arquivos de Moscou, liberados aos pesquisadores. No dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, reuniu mais de um milhão de pessoas, episódio que envolveu a classe média, importante por sua densidade eleitoral. No dia 25 de março houve a Revolta dos Marinheiros, com cenas lamentáveis: o pessoal sem o dólmã, sem a túnica, quepe virado para trás, cenas terríveis. Depois, anistiados pelo Ministro da Marinha. Dias antes, em 20 de março, Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, emitiu uma nota reservada sem alusão à deposição de ninguém, mas alertando para o processo de sublevação que se estava iniciando. No dia 30 de março aconteceu a famosa reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, uma cena deplorável. O Presidente da República cercado por sargentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o que esperamos não mais volte a se repetir no nosso País. Estas, a meu ver, foram as principais causas da Revolução. Os mili-

tares foram tirados dos quartéis pelo clamor público, pela população, inquietação que levou à eclosão do Movimento.

Ressalte-se, então, o quadro internacional de expansão da ideologia comunista, de encontro à nossa formação ocidental e cristã, à índole do povo brasileiro, que não se coaduna com os valores ligados ao regime autoritário, à época, da União Soviética. O ser humano tem as suas ambições: viver em paz, com emprego, alimentação, casa e lazer. Por que buscar modelos importados, diferentes? Aqueles modelos, independentes de darem certo ou não na União Soviética e na China, não nos atenderiam, porque somos um povo diferente. Queríamos paz para progredir, para evoluir, para atender aos nossos interesses, aos nossos anseios. Tínhamos inteligência para encontrar soluções locais.

O Movimento Comunista Internacional buscava, como disse, espalhar-se pelo mundo. No Brasil, a primeira tentativa ocorreu em 1935, através da Intentona Comunista. Na madrugada do dia 27 de novembro daquele ano, o nosso 3º Regimento de Infantaria, ainda na Praia Vermelha, junto ao Pão de Açúcar, viu morrer diversos companheiros, assassinados covardemente. Luís Carlos Prestes desencadeou a Intentona obedecendo ordens vindas de Moscou, fato mais do que sabido. Sem dúvida, um episódio que marcou e alertou as Forças Armadas da ameaça de comunização do País.

Os "grupos dos onze", criação de Leonel Brizola, constituíram uma tentativa de coordenar a ação subversiva, visando a tomada do Poder. Já as "Ligas Camponesas", orientadas por Francisco Julião, pregavam, inicialmente, a reforma agrária, ou seja, buscavam terras para os camponeses. Essas organizações preocupavam por serem instrumentos de subversão da própria ordem.

O comício da Central do Brasil foi um espetáculo dantesco, transmitido pela televisão. Não entendi por que a Polícia do Exército fazendo a segurança das autoridades no palanque montado em frente à Central do Brasil. Havia, no local, cartazes ofensivos às Forças Armadas. Vi aquilo tudo com muita tristeza. As mulheres tiveram papel importante na eclosão do Movimento de 31 de Março, através da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE). Nesse dia do comício da Central, por exemplo, conseguiu (a CAMDE) que as pessoas se manifestassem de forma silenciosa, em oposição ao que estava ocorrendo, acendendo velas e colocando-as nas janelas de suas casas e nas sacadas dos edifícios.

No dia 31 de março de 1964, estando no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, em casa dos meus sogros, ao ouvir o barulho de tanques e de carros de combate na rua, apressamo-nos – eu e o meu sogro, que era dentista do Exército – em nos apresentar no quartel-general. Fardamo-nos e saímos à rua, quando fomos várias

vezes puxados por pessoas do povo que pediam: “Tenente, salve este País!” Eram pessoas preocupadas com o descalabro, a desordem e o caos implantados no Brasil. O Exército, em todos os movimentos de que participou, desde a República, sempre o fez por imposição da vontade popular. Formadas por diferentes níveis e camadas sociais, as Forças Armadas sentem o que sente o povo. Somos, pois, o povo armado.

É alentador saber que contribuímos para robustecer a união e a coesão na caserna. Sim, porque vivíamos uma época de divisão, motivada pela intromissão da política no meio militar. Com o processo revolucionário os oficiais passaram a preocupar-se com a sua destinação, com a instrução, com a participação no desenvolvimento nacional. Não tenho dúvida que se interrompeu a cizânia nas Forças Armadas.

O Movimento de 31 de Março, trouxe dois aspectos positivos que gostaria de ressaltar. A decência na administração pública, na política, na economia, na aplicação da lei e o nacionalismo saudável, ou seja, a preocupação com os nossos problemas, a busca do nosso modelo, das nossas soluções. Este, o ideário, no meu entender, bem sintético, da Revolução.

As manifestações de transparência e seriedade aconteciam na nossa própria Força. A seleção para o Batalhão Suez é um bom exemplo, do qual sou testemunha. Era uma opção muito boa, uma experiência num país distante, integrando a primeira força de paz da ONU. Ainda 2º-Tenente, antes da Revolução, e candidato em potencial, fui ao Quartel-General, à Diretoria de Pessoal da Ativa. Lá, uma mesinha, um cabo sentado, folha de papel almaço, inscrições para Suez. Após preencher os dados pessoais, ele me perguntou: “Tenente, quem o está indicando?” Respondi, meio surpreso com o teor da pergunta, que era voluntário. O cabo, então, comentou: “O senhor não vai.” E realmente não fui. Com a Revolução e as normas publicadas – tenho inclusive o *Noticiário do Exército* – o único critério para a seleção do Batalhão Suez era o mérito. Primeiro, uma prova de Inglês, que era a língua falada na Faixa de Gaza; depois, o perfil de cada candidato era expresso em pontos, de acordo com uma lista com itens, por exemplo, serviço em Unidades de Fronteira, colocação na turma etc. Transparência e mérito não podem deixar de ser levados em consideração.

O Movimento de 31 de Março, a meu ver, foi uma contra-revolução, na medida que foi de encontro a uma revolução comunista internacional, querendo impor o seu modelo. Mas se considerarmos que o mesmo transformou a fisionomia do nosso País, podemos considerar o termo revolução correto.

O Movimento Revolucionário de 1964 tinha um programa com objetivos e ações distribuídos em todos os campos do Poder, com destaque para o sócio-econô-

mico. O País chegou a crescer à taxa média de 11% ao ano, durante o Governo Médici, entre 1969-1974, época conhecida, por isso, como a fase do "milagre brasileiro". Sob tais circunstâncias teria sido oportuno devolvermos o País ao poder civil, valendo-nos daquele momento de euforia nacional, clima que nos era favorável.

Poucos se lembram de que por essa época recrudescera a violência praticada pelas esquerdas, únicas responsáveis pela dilatação da permanência dos militares no Governo. Apesar de Luís Carlos Prestes defender a via pacífica para a tomada do Poder, linha adotada por Moscou, Carlos Marighela escolhera o caminho da luta armada como meio de dominação política. Em vista disso estivera em Cuba. Marighela é o autor do *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, inspiração das Brigadas Vermelhas, da Itália, e de um grupo terrorista alemão.

A propósito, em entrevista recentemente concedida à *Rede Cultura de Televisão*, indagado por que a Revolução tanto se demorou no Poder, Jarbas Passarinho – que esteve muito próximo dos governos militares, já que foi, em duas ocasiões diferentes, Ministro do Trabalho e da Educação – respondeu: "Debito à esquerda a duração do período revolucionário", querendo referir-se, sem dúvida, à exacerbação da violência e à prática de atos terroristas por parte da esquerda de Carlos Marighela. Estas, sim, foram as verdadeiras causas do prolongamento dos governos revolucionários.

O Exército assumiu e respaldou o processo revolucionário pós 1964 e sofreu o desgaste inevitável, mas era uma missão a cumprir. Procedeu desse modo em nome da segurança nacional, sem qualquer pretensão político-partidária, tanto que os presidentes militares, sem exceção, cumpriram um único período de governo, sem nenhum pedido de reeleição. E, no Poder, nenhum deles enriqueceu.

Como em todo processo revolucionário, com início, meio e fim, a Lei da Anistia veio coroar o Movimento de 31 de Março de 1964. Primeiro, houve necessidade de leis duras, a fim de combater o terrorismo e a corrupção. Numa segunda fase, passamos a trabalhar juntos para o desenvolvimento do País. E, por fim, durante o governo do Presidente Figueiredo, o perdão para todos os brasileiros. Diante da proposta de iniciativa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para excluir Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes do processo de anistia, sob a alegação de que a volta desses líderes políticos poderia prejudicar a "abertura", o Presidente João Figueiredo, num ato de grandeza, simplesmente declarou: "Lugar de brasileiro é no Brasil. A anistia há de ser ampla, geral e irrestrita. Queremos iniciar um novo período da História do Brasil. Sem revanchismo e sem rancor." Decisão tão nobre foi testemunhada pelo Ministro Jarbas Passarinho, conforme declarou à *TV Cultura* em recente entrevista, a que já me reportei.

Outra realização de destaque dos governos presididos por militares, no campo econômico, foi a revolução das telecomunicações. Em 1961, quando cadete, qualquer ligação interurbana exigia que se fosse à Companhia Telefônica, na cidade e, na fila, aguardasse a vez para solicitar a ligação. Dez anos depois, de qualquer "orelhão" falava-se com qualquer país do mundo. A Hidrelétrica de Itaipu, tão criticada – obra faraônica, à época –, supre todo o Sul e Sudeste, em termos de energia elétrica. E hoje, o que temos? Restou-nos o "apagão", porque a ditadura econômica, via neoliberalismo, está preocupada tão-somente em "fazer caixa" para pagar juros da dívida externa, sem se preocupar com o genocídio praticado contra a grande maioria da população, resultado da privatização aleatória e imprudente.

Também não se pode esquecer a Rodovia Transamazônica, obra de suma importância como fator de integração nacional, o que, por si só, esvazia as críticas que lhe são assacadas. Completamente abandonada, prejudica a afirmação da soberania nacional, na Amazônia.

Gostaria de lembrar, ainda, a implantação da Reforma Agrária, através do moderno Estatuto da Terra; a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), obra de largo alcance social; o Programa de Integração Social (PIS), que permitiu ao trabalhador participar do lucro da empresa; a pequena taxa de desemprego; e a universalização do ensino público. O Projeto Rondon levou os universitários a conhecer a realidade nacional. Procurou-se analisar os problemas do País, na busca de soluções. Enfim, a Revolução não só assegurou os direitos dos trabalhadores, como os ampliou.

Com realizações tão significativas, lamenta-se a falta de apoio dos meios de comunicação social. A propósito, tendo sido integrante do Centro de Comunicação Social do Exército – chefiei o Centro de Planejamento da área de comunicação – sei que o grande problema é a falta de recursos financeiros. A mídia é cara; a promoção do trabalho realizado exige muito dinheiro, este é um dos problemas sérios. O orçamento é muito reduzido, mal permite atender às necessidades do Exército.

Além da escassez de recursos, devemos reconhecer que, em termos de propaganda, o militar é tímido e modesto. Não deseja se expor e ainda fica preocupado em evitar o desperdício. Por isso mesmo arriscaria dizer que esta nossa falha tem permitido esse festival de aleivosias contra a Revolução, com o objetivo de desviar a atenção do povo da situação calamitosa em que nos encontramos.

Lamenta-se, outrossim, o ódio instilado contra a Revolução e que vem sendo inoculado na juventude brasileira através de certos livros didáticos. Alguns autores apresentam os fatos históricos a seu talante. Enquanto falseiam a verdade, denigrem a imagem do Exército e maculam a memória dos nossos heróis nacionais. No

que diz respeito à afirmação grosseira do seguinte texto do livro de História do Brasil, de autoria de Luiz Koshiba e Denise Pereira, à página 336: "'Repressão' e 'milagre econômico' foram dois traços marcantes do Governo Médici, e equivalem a dois níveis da estratégia do regime militar: a 'doutrina de segurança nacional' – aliás, importada dos Estados Unidos – e o 'desenvolvimento a qualquer preço'", é importante que se caracterize, e se distinga, entre influência e ingerência.

A nossa doutrina militar sofreu a influência francesa, no início e, após a Segunda Guerra Mundial, a norte-americana, sobressaindo então os princípios daquele conflito. Sobre a ingerência americana, acredito que se deva à existência de um convênio de cooperação técnico-militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, rescindido por iniciativa do Governo Geisel.

Por isso, associar repressão à doutrina de segurança nacional é, a um só tempo, maldade e ignorância. Na verdade, a doutrina de segurança nacional surgiu da acuidade do meio militar em face da guerra fria, envolvendo diretamente os dois grandes blocos antagônicos daquela época, mormente depois da vitória da Revolução Cubana, exemplo de dominação comunista que se desejava estender aos países subdesenvolvidos da América do Sul. Preocupadas com esta estratégia, as nossas Forças Armadas fundaram, em 1949, a Escola Superior de Guerra, centro permanente de estudos e pesquisas das questões nacionais, dos problemas que afligem o País. A escola recebe, anualmente, alunos militares e civis: cientistas, humanistas, estudiosos e intelectuais em sua melhor qualificação profissional.

O resultado desse esforço produziu o projeto nacional caracterizado pelo binômio Segurança e Desenvolvimento. Este, sim, um modelo elaborado por quem desejava fazer do Brasil uma grande Nação. E conseguimos; basta lembrar que o País saiu da quadragésima oitava posição, em 1964, e foi elevado à oitava economia do mundo, em 1973. Isto significa que estávamos no caminho certo, infelizmente interrompido em virtude da inversão de prioridades, posto que, agora, o interesse nacional está subordinado a interesses particulares. Para sairmos do atraso em que estamos mergulhados seria necessário um pacto, uma nova aliança – num esforço conjunto e harmônico – entre todos os brasileiros, para lutar contra a corrupção e os maus costumes políticos; contra os desníveis sociais e a impunidade. Acredito que a Escola Superior de Guerra (ESG) poderá, novamente, oferecer valiosos subsídios com vistas à elaboração de um outro projeto, um modelo genuinamente brasileiro, na luta para a superação das atuais dificuldades.

Evidentemente, o processo revolucionário é passível de críticas, pois é obra de seres humanos. Considero que uma das falhas da Revolução foi o engajamento reduzi-

do de civis, o que explica a carência de lideranças políticas. Mesmo porque estamos diante de uma questão política. O poder militar representa apenas o braço armado.

Um outro aspecto que contribuiu para a incompreensão do papel que desempenharam os militares, foi a falta de informação, quando se poderia fazer um contato mais próximo com a comunidade universitária, por exemplo.

Gostaria de encerrar minha participação neste Projeto dirigindo uma mensagem à geração que nos vai suceder. Inicialmente, levando-a a refletir sobre a idéia de que um país só pode se desenvolver se houver paz para o trabalho. O caos, a anarquia e a desordem só prejudicam. A democracia é o melhor regime, e todos nós o queremos; mas é um dos mais vulneráveis e necessita da educação de cada um. Saber viver num regime democrático é muito importante e difícil, porque o direito de cada um termina onde começa o direito do vizinho, ou seja, temos de conviver com os direitos individuais, respeitar as diferenças, as minorias.

Os problemas que vivemos atualmente são muito sérios. Somos chamados a enfrentar a miséria, a fome, o desemprego, a falta de moradia. Isto exige honestidade e competência. Não devemos dividir a sociedade brasileira em civis e militares, mas pelo modo de ser e agir de seus integrantes; pela honestidade e competência.

O civismo é a coluna-mestra de qualquer país. Reparem bem nos países do primeiro mundo. O culto aos símbolos nacionais não é obra militarista. Hoje as pessoas não sabem cantar o Hino Nacional, nem se interessam pelos símbolos. E o civismo não é prática exclusiva dos militares. Quem dita o futuro de um país é o povo, exigindo os seus direitos e cumprindo com os seus deveres. Confio nos nossos futuros cidadãos e dirigentes.

General-de-Brigada Gentil Nogueira Paes

- Natural da Cidade de Jaguaribe, CE.
- Comandou a Companhia Escola de Transmissões (CEsT), na Vila Militar, Rio de Janeiro e o 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), em Teresina-PI; chefiou o Estado-Maior do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, em João Pessoa-PB. No posto de General, foi Diretor do Contencioso de Pessoal (DCP) e Comandante do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, em Manaus-AM (1974/1978).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era oficial superior, Chefe da Segunda Seção (Informações) do Estado-Maior da 10ª Região Militar, em Fortaleza, CE.

Entrevista realizada em 28 de junho de 2001.

No início, relutei em participar deste Projeto de História Oral. Depois, pensando melhor, aceitei o convite. Concluí que tinha condições, possivelmente, de colaborar, mercê da experiência recolhida em minha longa carreira no Exército.

Em primeiro lugar, desejo agradecer à Força Terrestre por ter me encaminhado na vida, oferecendo-me uma nobre carreira. Em segundo, anseio em contribuir com este Projeto com o relato de episódio envolvendo a mídia e as dificuldades que se enfrenta ao tentar modificar um fato publicado. O desenrolar dos acontecimentos ensina que prevalecem interesses na mídia, escamoteando a informação correta, no seu papel de formadora da opinião pública.

Sou um dos filhos de um fazendeiro pobre de Jaguaribe, interior do Ceará. Naquela época, em todo o Estado só havia ginásio em Fortaleza, em Sobral e no Crato. Da minha cidade, para chegar à capital era preciso andar três dias a cavalo, até Quixadá, e daí, de trem até Fortaleza. Essa era uma dificuldade que tive de enfrentar. Meus pais colocaram os três filhos mais velhos – José, eu e o Virgílio – em colégios: o José foi para o Colégio Militar de Fortaleza; eu e o Virgílio, para um colégio de frades franciscanos em Canindé.

Logo no primeiro ano, meus pais verificaram que não teriam condições financeiras para assegurar a educação de todos, ao mesmo tempo. Tiveram o bom-senso de deixar o mais velho no Colégio Militar e retirar os outros dois de Canindé. Assim, toda a família – pai, mãe e filhos – ficou trabalhando para custear as despesas do mais velho, no Colégio Militar.

Felizmente, José terminou o seu curso, foi para a Escola Militar de Realengo e, quando se formou, estabeleceu, para a família, uma mesada de 500 mil réis, para nos ajudar. Mudamo-nos para Fortaleza, e eu e o Virgílio conseguimos ingressar na Escola Militar de Realengo, mediante concurso. E assim iniciamos a carreira militar, graças – e aqui rendo minha homenagem ao Exército Brasileiro – ao sistema eminentemente democrático que adota para recrutar os seus quadros de oficiais. Encontrei lá gente de todas as origens, raças e religiões; além de muitas praças oriundas do Exército e da Aeronáutica.

Declarado Aspirante-a-Oficial, em 1939, fui classificado em Curitiba, onde iniciei minha carreira. Integrei as fileiras da Arma de Engenharia, na especialidade transmissões – hoje, comunicações – vindo por isso, comandar, como Capitão, a Companhia Escola de Transmissões (CEsT), na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Em virtude da guerra, em 1945, o Exército Brasileiro resolveu matricular oficiais jovens no curso de Comando e Estado-Maior, abrindo concurso exclusivo para primeiros-tenentes. Estando nesse posto, resolvi enfrentar aquele desafio. Ao final dos exames, fui aprovado junto com outros 35 tenentes, que se incorporaram

a capitães, majores e tenentes-coronéis. Nessa turma, encontrei oficiais superiores que mais tarde se destacariam na carreira militar, como os ministros do Exército, generais Sylvio Frota e Walter Pires e o General Carlos Luís Guedes, que foi um dos líderes da Revolução, em Minas Gerais.

Discorrendo sobre as causas da Revolução de 1964, li alguns historiadores que remontaram à Guerra do Paraguai – Guararapes, até –, para buscá-las. Entretanto, vejo mais proximamente os acontecimentos que influenciaram as Forças Armadas, principalmente o Exército; fatos que contribuíram para a formação do espírito revolucionário. Lembro, inicialmente, o movimento dos tenentes, nos anos 1922 e 1926. Naquele tempo, o sistema de escolha dos presidentes da República era um verdadeiro conluio entre os políticos de São Paulo e Minas, conhecido como a "política do café-com-leite". Faziam-se eleições completamente fraudulentas. Se o candidato escolhido fosse de São Paulo – eram forjadas as atas, dava-se o cidadão como eleito, e pronto – na eleição seguinte, selecionavam um político de Minas Gerais.

Essa situação perdurou até 1930, quando foi eleito o candidato de São Paulo, Júlio Prestes sendo, Getúlio Vargas, derrotado. Os getulistas não aceitaram o resultado e levantaram o Rio Grande do Sul. O Exército, vivendo o espírito do "tenentismo", pôs em prática seus ideais, apoiando a Revolução, fazendo-a vitoriosa. Getúlio assumiu o Governo e quando se pensava que ele iria implantar decididamente um sistema democrático de eleição, acabou se tornando um ditador. Getúlio propunha-se a combater as oligarquias, mas seu governo acabou se transformando numa outra oligarquia que durou 15 anos!

Em 1945, Getúlio Vargas foi pressionado e deixou o Poder, retornando, mais tarde, quando foi eleito para o cargo de Presidente da República. Sucederam-se desmandos no País e, mais um vez, as Forças Armadas, em particular o Exército, acabaram se rebelando. A Aeronáutica instaurou inquérito para apurar o assassinato de um oficial dos seus quadros que estava junto com Carlos Lacerda, um grande opositor de Getúlio Vargas. Acusava-se o governo por aquela barbaridade e por um "mar de lama" que infectava o Catete. Afinal o drama culminou com o suicídio de Vargas, em 1954.

Os fatos citados acima estão entre os antecedentes mais remotos da Revolução de 1964. Entretanto, o episódio que considero como o mais importante, por ter alertado as Forças Armadas sobre a peçonha e a traição marxista, foi a Intentona Comunista, quando o comunismo envolveu alguns dos nossos indigitados militares. Foi em novembro de 1935. Em Natal, no Recife e, principalmente, no Rio de Janeiro, com a revolta do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), militares submetidos à ideolo-

gia comunista assassinaram até companheiros que estavam dormindo. Essa violência e felonia ficaram definitivamente impregnadas, na mentalidade militar, gerando o anticomunismo e a revolta contra aqueles atos bárbaros.

Além desses cruéis atentados contra companheiros, repercutiram negativamente as palavras de Luís Carlos Prestes, líder máximo do comunismo no Brasil, ao declarar no Senado que "se o Brasil entrasse numa guerra contra a Rússia e ao lado dos Estados Unidos, ele combateria ao lado da Rússia, contra o Brasil".

Em 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, tentou-se impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, por causa das ligações espúrias dos movimentos trabalhistas com os comunistas. Mas como isso não foi possível, chegou-se a um acordo: ele assumiria o Governo, mas sob o regime parlamentarista. E assim foi feito. Só que João Goulart já assumiu o Governo com o pensamento no plebiscito que viria a derrubar o parlamentarismo.

Houve uma campanha muito grande. O Governo montou um esquema, inclusive promovendo vários generais, que eram chamados de "generais do povo", homens de confiança do Presidente. Na campanha, o Governo trabalhou de maneira descarada pelo fim do parlamentarismo.

Com a queda do parlamentarismo, João Goulart sentiu-se livre para fazer o que queria: implantar no Brasil uma república sindicalista, nos moldes peronistas. Os acontecimentos foram se precipitando; todos viam e sentiam que caminhávamos para um regime de esquerda implantado pelo próprio Governo. Como E/2 (Oficial de Informações) da 10ª Região Militar, em Fortaleza, trabalhei no preparo do que seria uma contra-revolução, ou seja, planejando as ações que deveríamos desencadear após a possível implantação da revolução comunista no País.

Naquele momento, ainda sem nenhuma orientação do escalão superior, sem nenhuma orientação de um líder – porque ainda não tínhamos líder –, estávamos trabalhando, preparando essas ações. A idéia central era esta: se implantado um regime comunista, deixaríamos os quartéis, levando a maior quantidade possível de armamento e equipamento para o interior. Iríamos para zonas previamente escolhidas, solidários aos líderes rurais, onde montaríamos núcleos de resistência para derrubar o regime anárquico que seria instalado.

Chegamos a março de 1964. Sucederam-se aqueles acontecimentos em cascata: comício na Central do Brasil, revolta dos marinheiros, reunião do Automóvel Clube e outros. No dia 31 daquele mês, Minas Gerais escorvou o detonador da Revolução com as marchas dos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, com seus subordinados, contagiando o Brasil inteiro. Na realidade, o que foi decisivo mesmo, para a vitória da Revolução, foi o apoio do povo, com toda certeza.

Acho que o termo “Revolução”, para designar o Movimento de 31 de Março de 1964, não está correto. Certo seria “Contra-Revolução”. De fato, reafirmo ter participado do preparo de uma contra-revolução, pois contávamos como certa uma revolução que estava sendo articulada com o apoio do próprio Governo, a fim de implantar o regime comunista no Brasil. Então – embora não houvesse diretriz do escalão superior – nos preparávamos para resistir a um governo comunista em vias de instalar-se à revelia das Forças Armadas.

Após a vitória da Revolução de Março de 1964, os governos militares realizaram muitos empreendimentos, em diversos campos de atividade. No campo da educação, por exemplo, ao assumirem o Poder, o nosso ensino universitário contava com 150 mil matrículas. Ao término do ciclo dos governos revolucionários, tínhamos 1,5 milhão de matrículas no ensino superior. Fizemos a reforma bancária, com a criação do Banco Central; a reforma habitacional, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH); a reforma fiscal; a reforma eleitoral; a aposentadoria rural. Aliás, pouca gente sabe do alcance dessa aposentadoria. Como fazendeiro – tenho uma fazendinha de herança – conheço bem a situação do trabalhador rural. Antes, quando ele chegava à idade em que não podia mais trabalhar, se não tivesse um bom patrão que o amparasse, ia para a sede do município viver de esmola. Hoje, todo trabalhador rural tem a sua aposentadoria. Isso é um tipo prático de distribuição de renda.

No campo da energia, podemos citar as grandes usinas hidrelétricas implantadas pelos governos militares, além do aumento considerável na produção de petróleo. Houve a abertura de uma ampla rede de rodovias que, infelizmente, estão ficando abandonadas. Tendo servido na Amazônia, lembro-me da abertura da BR-174, ligando Manaus à Venezuela e da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, com 1.555 quilômetros de extensão. Na Transamazônica eu não trabalhei, a não ser num trecho entre Humaitá e Lábrea, mais de 200km. Essa é uma estrada que até hoje não foi completamente implantada. Atualmente não há recursos para conservá-la, mas, apesar disso, a Transamazônica está viva, há populações ao longo de seu traçado e será uma estrada que crescerá de importância no futuro.

Quando os comunistas falam em “ditadura militar” ou “anos de chumbo”, referindo-se ao período dos governos militares, tenho vontade de rir. Ora, que ditadura é essa, se os “ditadores” eram eleitos por um dos sistemas normais, democráticos, de eleição de presidente!? Eleição realizada por Colégio Eleitoral é um sistema adotado, ainda hoje, em vários países do mundo, além de os presidentes militares cumprirem um prazo fixo de governo. O que sei das ditaduras comunistas é que eles – aí sim, ditadores – só saem do governo mortos ou depostos. Aqui

mesmo na América Central, à frente do "paraíso" cubano, temos Fidel Castro, há várias dezenas de anos no Governo. Isso é que é ditadura.

Um dos erros foi a duração da Revolução, que poderia ter sido menor. Outra coisa foi a censura que deveria ter sido muito limitada. Em troca, deveria ter havido um sistema confiável de informações à população. Cito sempre o caso da guerrilha do Araguaia, da qual não tínhamos nada a esconder. Pelo contrário, estávamos combatendo ali inimigos da Pátria, estávamos defendendo o País. Eram guerrilheiros que estavam implantando uma zona liberada, para começar uma guerra contra o Brasil.

Combatemos e não sei por que se impôs uma censura que não permitia que nada fosse divulgado. Na minha opinião faltaram os correspondentes de guerra, como se faz hoje no mundo inteiro, correspondentes confiáveis, presentes na área e que publicariam tudo que acontecia: quem morreu, quem matou. Assim, saberíamos quais foram os que combateram no Araguaia, quais foram os que morreram pela Pátria e quais foram os que morreram combatendo a Pátria.

Hoje, fomos transformados de heróis – porque fomos heróis defendendo a Pátria – em vilões. E quando se faz uma Lei de Anistia, só os agressores da Pátria recebem compensação. Os militares que morreram no combate nada deixaram para suas famílias, que ficaram sem nenhuma compensação, sem nada. No Araguaia ganhamos a guerra, mas perdemos a História. Porque a História é o que se escreve.

Tenho um fato que foi muito marcante na minha vida e que gostaria de registrar aqui, por referir-se à batalha suja que vem sendo ganha pela mídia. Sabemos da dificuldade de modificar uma idéia implantada pela mídia, não é? Então, para isso, tenho um exemplo ocorrido comigo nos anos 1970, que caracteriza muito bem esse pensamento. Comandei o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, na Amazônia, durante quatro anos. Uma das missões dos Batalhões do Grupamento era a construção da Rodovia Manaus–Boa Vista–fronteira com a Venezuela. Era a BR-174.

Quando assumi aquele Comando, em junho de 1974, essa estrada possuía duas frentes de serviço. Por se desenvolver no sentido norte-sul e cortar a Linha do Equador, o regime das chuvas era diferente em cada extremidade da rodovia. Em vista disso, conforme a estação chuvosa, trocávamos os elementos do sul para o norte e vice-versa. Encontrei o Batalhão com sua frente de serviço no Rio Abonari, que era a divisa de uma reserva indígena de duas tribos muito agressivas.

Na base localizada junto ao rio, no lado sul, fora da reserva, havia o acampamento da companhia de engenharia que implantava aquele trecho da estrada. Ao norte do rio, dentro da reserva indígena, localizava-se o acampamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) que fazia as ligações com os índios – porque o Exército,

quando fez o convênio com o Ministério dos Transportes, para a construção dessa rodovia, exigiu que todo o contato com os índios fosse feito pela Funai.

Antes desse convênio, houve uma missão da Funai, organizada com a finalidade de fazer contatos preliminares com os índios, para explicar-lhes que iria ser construída aquela estrada. A essa missão foi incorporado um padre, que se chamava João Calleri. Pois bem, os índios pegaram essa expedição composta de 11 pessoas e mataram 10, inclusive o Padre Caleri, tendo escapado um mineiro funcionário da Fundação. Foi o primeiro ataque. Quando fizemos a ponte sobre o Rio Abonari, denominei-a Ponte Padre Caleri.

Havia duas tribos naquela reserva: a tribo dos atroari e a dos waimiri. O delegado da Funai, na Amazônia, considerava que os atroari eram agressivos e os waimiri, não. Estes eram seus amigos, freqüentavam sua casa em Manaus, onde o cacique Maruaga se hospedava, quando ia tratar-se na Cidade. O delegado ficava na maloca dos índios, também. Como afirmei, assumi o Comando do Grupamento em junho de 1974.

No mês de outubro, os índios chegaram ao acampamento da Funai e combinaram que no dia seguinte um grupo sairia para caçar e outro iria para a roça – a Funai tinha uma roça para ensinar os índios a plantar. Quando amanheceu o dia, o grupo que ficou para plantar atacou e matou todos os que estavam no acampamento, menos um que escapou, e os que foram caçar atacaram os funcionários da Fundação que o acompanhavam e mataram todos. Foi o segundo ataque.

No mês seguinte, reuni o pessoal e fiz várias determinações, entre as quais que ninguém poderia trabalhar em grupo com menos de 15 homens. Mas tinha um empreiteiro – era até um cearense – que trabalhava abrindo picadas na mata e bem à frente do serviço. Disse-me que os índios eram seus amigos, que tratava deles fornecendo-lhes remédios e comida, que tinha toda confiança neles. Ainda lembrei ao André – era esse o nome do empreiteiro – que havia proibido grupos com menos de 15 homens. Ele saiu dali e mandou uma turma de quatro homens a 20km adiante do nosso acampamento. O grupo foi atacado pelos índios. Três morreram e um escapou com uma flecha atravessada no peito. Foi o terceiro ataque.

No quarto ataque, os índios mataram todos os homens da Funai, no acampamento, inclusive o delegado da Fundação na Amazônia, o Gilberto Pinto – muito amigo nosso – do qual tenho ainda uma fotografia com uma flecha atravessada no tronco. Mataram todos, escapou somente um. Por coincidência, em todos os quatro ataques sempre escapou um. O povo dizia que era para contar a história, mas acho que não, pois esse camarada só escapou porque se atirou no rio e saiu mergulhando.

Em todos esses episódios, foram atacados, exclusivamente, o pessoal da Funai e esse empreiteiro. Nunca houve atrito de militares, ou mesmo civis do Grupamento,

com os índios. Nos ataques, nenhum índio foi morto ou ferido; todos os mortos foram abatidos pelos índios. Essa é a história real.

Pois bem, passei o Comando do Grupamento em 1978 e, cinco ou mais anos depois, já tendo me retirado da Ativa do Exército, recebi uma carta de um amigo que estava servindo em Manaus, mandando-me um recorte de jornal daquela cidade, uma espécie de "Pasquim", imprensa marrom que só faz chantagem. O dono do jornal, o Sr. Lucena, por conta disso, foi eleito vereador, deputado e senador, e como senador, em Brasília, acabou dando um tiro na cabeça, justiça com as próprias mãos.

A reportagem do jornal me acusava – e ao Exército – de "exterminadores de índios", e dava conta da morte de milhares de índios. Ora, não havia morrido nenhum índio! Redigi uma carta detalhada a esse colega e o autorizei a falar com o Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), dizendo que estava à disposição para ser interrogado e prestar todos os esclarecimentos necessários, se ele quisesse fazer qualquer investigação. Eles acharam melhor arquivar aquilo, não houve providências. Fiquei tranqüilo.

Posteriormente me aparece aqui em Fortaleza, no meu apartamento, uma equipe de reportagem da Rede Globo, do *Fantástico*. O repórter Francisco José subiu ao apartamento, com sua equipe. Conversamos mais de meia hora. Expliquei tudo, contei toda a história, que não se matou nenhum índio. O repórter, afirmando que só queria a minha palavra, armou toda aquela parafernália na sala do meu apartamento, leu aquele trecho da reportagem, onde constavam as acusações contra mim e contra o Exército e pediu que eu dissesse se aquilo era verdade ou não. Disse que era mentira, que jamais um índio fora ferido. E relatei tudo de novo. Pois bem, quando a matéria saiu no *Fantástico*, a única fala minha era essa: "É mentira!" Mais nada. O repórter só queria mostrar que eu tinha sido ouvido. Não deu direito ao público de conhecer toda a história que lhe foi revelada, porque ele gravou mas não publicou. Ficou nisso.

Uns anos depois recebo em casa um número da revista *Terra*, que eu assinava, trazendo uma reportagem sobre a ligação Manaus–Caribe, aquela estrada em que trabalhei e onde aconteceu toda a história. A reportagem era muito bonita, muito bem feita, mas copiava tudo o que a mídia já havia dito e ainda acrescentava que tinham morrido 200 soldados. Escrevi uma carta para a revista contestando aquilo tudo, contando a história verdadeira. Ora, dizer que tinham morrido duzentos soldados! Isso era todo o efetivo da Companhia que trabalhava lá! Então a revista publicou uns pequenos trechos da minha carta, sem comentário, sem nenhum destaque. A verdade continuou sendo negada ao público.

Narrando esses fatos, desejo mostrar o quanto é difícil modificar algo na mídia, principalmente quando interessa aos repórteres atacar as Forças Armadas.

Nesses três episódios, como se vê, nada foi modificado, e lá continuamos nós, eu e o Exército, como "exterminadores de índios".

Em toda a minha vida me preocupei muito com a situação da Amazônia. Atualmente, temos uma ameaça muito séria: a droga. Sabemos que os grandes produtores de coca eram peruanos e bolivianos, mas com a perseguição que sofreram, mudaram-se para a Colômbia. Agora, quando este País está combatendo o narcotráfico, com auxílio dos EUA, os narcotraficantes estão invadindo a Amazônia brasileira e venezuelana. Desde a época em que sobrevoava a Amazônia, naqueles aviõezinhos – os teco-tecos – e via aquela infinidade de pistas ocultas na mata, já imaginava que aquilo seria um grande chamariz para o pessoal da droga. E sempre falo – quando tenho oportunidade – do cuidado que devemos ter com isso.

Felizmente, algumas providências já estão sendo tomadas, como o exemplo do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Mas, por que esse projeto foi tão combatido? Por que há uma orquestração tão grande sobre a Amazônia: "pulmão do mundo", "terra de nações indígenas" etc? Porque interessa a muita gente manter a situação daquela imensa região, onde os narcotraficantes se acoitam. Vi na Amazônia índios cultivando plantas potencialmente produtoras de coca. Portanto, sou de opinião de que devemos continuar com a política de ocupação da Amazônia, com a construção de uma rede de vias de comunicação, apropriadas ao ambiente.

Este Projeto de História Oral do Exército chegou em boa hora. Vejo-o como um grande passo, para evitar o que estamos observando hoje, isto é, a nossa história estar sendo contada pelos nossos inimigos. Mas o povo enxerga, o povo não é burro. O Exército tem procedido com correção, inspirando confiança nas pessoas. Acho que o Exército e as demais Forças Armadas estão sendo bem conduzidos.

Agora mesmo, com o problema da seca, as pessoas têm confiança porque a distribuição de água e de cestas básicas vai ser feita pelo Exército. É a confiança na Instituição. E isso é muito gratificante para nós. Pelo que acabei de dizer, este Projeto deve continuar, a fim de evitar que aconteça o que sucedeu na Revolução de 1964, quando as Forças Armadas entraram, trabalharam, impulsionaram o País, fizeram tudo e saíram como agressoras, como vilãs. Por quê? Porque faltava, como já disse, um projeto como este. Portanto, que os atos e as ações sejam publicados corretamente, sem nenhuma censura. Acho mesmo que a censura não constrói.

Como palavra final, dirigida à mocidade de hoje e às futuras gerações, peço-lhes que confiem nas Forças Armadas, confiem no Exército, que nunca decepcionou a Nação, e sempre trabalhou com patriotismo, com dedicação e com desprendimento.

General-de-Brigada Adalberto Bueno da Cruz

- Natural da Cidade de Canoas, RS.
- Principais cargos e funções: Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Oficial do Gabinete do Ministro do Exército; Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS); Chefe da Seção de Doutrina da ECEME; Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf Sl), em Marabá, Pará, e Comandante da 12ª Região Militar (12ª RM), em Manaus.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Peru.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, Guerra na Selva e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- Em 1964, era Aspirante-a-Oficial e servia no quartel do 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, SP.

Entrevista realizada em 19 de junho de 2001.

Agradeço a oportunidade a mim concedida para poder transmitir as experiências vividas e os fatos que tive oportunidade de participar. Quando eclodiu a Revolução de Março de 1964 era Aspirante e servia no 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, a maior Unidade do Exército do Estado de São Paulo. Por sua importância, o 4º RI era constantemente solicitado a cumprir missões de segurança.

Vou contar um fato ocorrido com a Unidade, em 1963, para mostrar o ambiente existente, antes da Revolução. Dele não participei, visto que ainda cursava o último ano da AMAN. Nesse ano, em São Paulo, ocorreram mais de duzentos dias de greve. Numa dessas situações o Batalhão – fração operacional do Regimento – foi chamado a intervir no Porto de Santos. Lá chegando verificou-se que o motivo pelo qual estava sendo requerido não era para manter a ordem, mas para descarregar navios.

O Batalhão rebelou-se, não descarregou os navios e, sem ordem nenhuma, retornou para São Paulo. Criou-se um problema sério, houve investigação. Até os próprios militares, acostumados com a disciplina e submetidos a regulamentos, rebelavam-se contra ordens contrárias à formação militar.

Devo esclarecer que os oficiais do 4º RI eram seguidamente convidados para participar de reuniões organizadas e dirigidas por autoridades civis, quando estes cidadãos deixavam patente o descontentamento com a situação que o País estava vivendo. Tais fatos servem para demonstrar que o 31 de Março não foi obra exclusiva dos militares. O meio civil estava inquieto e desejava que alguém tomasse a iniciativa, no sentido de evitar a comunização do País, rumo assumido ostensivamente pelo Governo João Goulart, infiltrado que estava por elementos de esquerda.

Esse descontentamento gerou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, em torno de cem mil pessoas, um efetivo muito elevado para a cidade, em 1964. Nas manifestações populares atuais, fazem questão de dizer que compareceram duzentas mil pessoas, até um milhão, na tentativa de minimizar a importância daquela iniciativa, que antecedeu a Revolução de 31 de Março.

Diante dessa situação de desgoverno que imperava no País, o Exército tomou as medidas de prevenção, preparando-se paulatinamente, pois, caso a sociedade convocasse as Forças Armadas para uma intervenção política, deveria estar em condições de fazê-lo. Houve a preparação profissional e intelectual dos quadros e da tropa, através de palestras e exercícios de contraguerrilha.

Alguns militares estavam favoráveis ao Governo Goulart. Uns cinco ou seis dias antes da Revolução de 31 de Março, o próprio Comandante da Infantaria Divisionária – do qual não lembro agora o nome – foi ao 4º RI fazer uma palestra, tentando exigir que seus oficiais mantivessem uma disciplina rígida, não se deixassem influenciar pela pressão da sociedade e não tomassem a iniciativa de empregar

a força, para destituir do Poder o então Presidente João Goulart. Cinco dias depois ele estava preso. Eclodira o Movimento.

Em São Paulo, contudo, o desenvolvimento dos fatos não transcorreu facilmente, no meio militar. O General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, ficou em meio à dúvida: por ser gaúcho, ter sido promovido por Getúlio Vargas e ser amigo de João Goulart, não se decidiu. O Comandante do 4º RI, o então Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, foi ao QG do II Exército – na época era II Exército –, expôs os fatos ao General Kruel, disse-lhe que o 4º RI apoiava o Movimento e saiu dali com a adesão do General. O papel do Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro foi muito importante. A tropa permaneceu aquartelada, de prontidão, e atenta às manifestações contrárias, praticamente nulas.

Houve uma indecisão no Sul do País, terra de João Goulart e de Brizola. A tendência seria o III Exército, com sede em Porto Alegre, manter-se a favor de João Goulart. Em conseqüência, em São Paulo, constituiu-se um grupamento tático, organizado com base no 4º RI e reforçado com peças de artilharia do Grupo de Itu. A coluna de marcha, de mais ou menos 5km, partiu em direção a Porto Alegre.

Nessa hora, foi possível constatar a situação em que se encontrava o nosso Exército. Como não tínhamos viaturas para o transporte de todo o pessoal, foram requisitados ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo. As peças de artilharia foram praticamente “amarradas” em caminhões retirados do parque industrial, apenas com o chassi e a cabine do motorista. Nos postos de gasolina fazia-se, mediante requisição, o reabastecimento das viaturas.

Quando chegamos a Curitiba, a situação em Porto Alegre já havia sido resolvida. Com a destituição do seu Comandante, que se evadira da cidade, o III Exército aderiu ao Movimento. Sendo assim, de Curitiba retornamos para São Paulo. Na chegada à capital paulista, fomos surpreendidos por uma manifestação popular em apoio ao 4º RI e, por conseguinte, à Revolução. Desfilamos no Vale do Anhangabaú, na Avenida 9 de Julho, sob aclamação entusiasmada de grande parte da população, que se deslocou em atendimento ao anúncio do desfile da tropa. Indubitavelmente, acontecimento da maior importância da Revolução, pouco comentado.

Terminada essa fase nos aquartelamos e foram, praticamente, dois meses de prontidão. Começaram, então, a se esboçar algumas reações, principalmente no meio militar. Certa vez, quando me dirigia para a sala de recepção do Regimento, observei uma sala de aula repleta de militares, todos sargentos, sentados, em absoluto silêncio. Olhei para o púlpito: não vi nenhum instrutor, e não havia, mesmo, previsão de palestra ou instrução. Aspirante, curioso, entrei na sala e vi o Tenente Campos sentado, ao fundo. Ninguém olhava para ninguém.

Fui falar com o Tenente e pude ver que ele estava com a pistola em cima da coxa. Pois bem, todos aqueles sargentos, mais de trinta, estavam presos por terem cometido atos contrários ao Movimento de 31 de Março, de insubordinação militar. Muitos desses sargentos foram posteriormente condenados, expulsos do Exército. Alguns estiveram no navio-presídio. No 4º RI, também o envolvimento de dois oficiais levou-os à cassação. Citei estes exemplos para mostrar que a subversão e a infiltração de esquerda haviam minado a disciplina e a hierarquia, elementos vitais para haver força militar em condições de emprego.

Na seqüência das ações revolucionárias, atribuíram-me a missão de ocupar a Prefeitura de Osasco, em face de sérias denúncias de corrupção e de desvio de recursos. Posteriormente, recebi a ordem de me dirigir à moradia de um sargento e trazê-lo preso ao quartel, devendo revistar a casa à procura de documentos que comprovassem sua participação na subversão. Missão delicada e difícil pelo constrangimento que causaria àquela família. A vizinhança saiu à rua, quando cheguei na casa do militar, pois naquela época um movimento qualquer chamava a atenção das pessoas. Bati à porta, a senhora veio atender; perguntei por seu marido, que estava de pijama. Dada a ordem de prisão, o constrangimento: a mulher e a criança começaram a chorar. No exame da residência, encontramos alguns livros russos e recortes de jornais. Para evitar um maior embaraço, para ele e para a família, mandei que parte do destacamento o levasse para o quartel, enquanto fazia a revista.

Fiz questão de narrar este episódio, a fim de salientar a desarmonia e os malefícios que a infiltração comunista produziu no seio das Forças Armadas, entre os próprios companheiros.

Comprovou-se que a subversão, em São Paulo, atingira elevado grau, principalmente nos sindicatos e no meio estudantil, liderado pela União Nacional de Estudantes. A apreensão do documento "planejamento das esquerdas", em São Paulo, revelou que, vencedor o comunismo, todos os oficiais seriam justiçados e submetidos ao *paredón*. Isso ninguém conta, ninguém comenta, ninguém escreve.

Hoje, a juventude e a maioria das pessoas desconhecem o que é o *paredón*, um muro, uma parede que existia em Cuba, onde os adeptos do "democrata" Fidel Castro fuzilavam todos os seus oponentes, não lhes dando direito algum de defesa ou de julgamento justo. Fidel Castro, com a autoridade de Presidente de Cuba, extirpou da ilha seus opositores e todos os seus companheiros revolucionários que eram contra a manutenção da ditadura comunista. Pretendia-se, em São Paulo, fazer o mesmo com aqueles que se opunham à implantação do regime comunista no Brasil.

Esta foi a minha participação em São Paulo. Posteriormente, transferido para Porto Murtinho, Mato Grosso, na fronteira do Brasil com o Paraguai, tive oportuni-

dade de comandar uma patrulha em duas ocasiões diferentes, a primeira delas com o objetivo de interceptar a passagem de Che Guevara. Informes davam conta de que ele estaria se dirigindo para a Bolívia, subindo o Rio Paraguai. Depois vieram notícias de que vários caminhões estariam transportando armas para a Bolívia, através do Pantanal Mato-grossense. Por meio de patrulhas motorizadas percorremos cerca de mil quilômetros, varrendo o trecho do território brasileiro, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Entretanto, nada conseguimos encontrar que pudesse comprovar os informes ou caracterizasse o transporte de armamento.

Concluído o meu tempo de fronteira – um ano e sete meses – fui transferido para Manaus, onde cursei e, depois, fui instrutor do Curso de Guerra na Selva. Na Região Norte, praticamente um país à parte, não houve subversão. O único fato característico que marcou a Revolução foi a prisão do então Governador Gilberto Mestrinho, por corrupção e problemas ideológicos, sendo depois cassado e destituído do Governo do Estado do Amazonas.

Gostaria de citar um fato importante que se liga às origens da Revolução de 1964. Todos sabem que o marco inicial da luta para implantar a ideologia marxista-leninista no nosso País foi em 1935, através da Intentona Comunista. O processo então empregado pela rebelião vai se repetir em 1964, mas como houve um movimento preventivo das Forças Armadas, não se completou. A virulência da ação de 1935 demonstrou a sanha e a traição dos comunistas, capazes de qualquer atitude para atingir seu objetivo de alcançar o Poder. Felizmente, foram derrotados.

Retrocedendo no tempo, logo percebemos que o Império se apoiara no tripé Poder Militar, Igreja e Poder Econômico. E houve três questões que D. Pedro II teve de enfrentar: a questão militar, a questão religiosa e a libertação dos escravos, que tirou do poder econômico a mão-de-obra barata, propriedade do senhor de engenho. Com isso, o Império caiu e implantou-se a República. Comparativamente, o que aconteceu em 31 de março? O País se apoiava no poder econômico diversificado, e não apenas numa monocultura; nas Forças Armadas, espelho da Nação e braço armado do Estado; e na Igreja, unida pela crença, um poder muito importante.

Dessa forma, as esquerdas tinham consciência de que, sem o apoio desses três esteios não havia possibilidade de implantar o comunismo no Brasil. Para comprovar, basta lembrarmos a reação da Igreja Católica, completamente avessa ao comunismo, com uma ação marcante no combate à subversão, haja vista a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Após o 31 de Março os comunistas continuavam a saber que não tinham condições de assumir o Poder, sem antes de dominar essas três forças, sustentáculos da sociedade brasileira. Imediatamente, buscaram elementos doutrinadores com o

objetivo de, infiltrados, promoverem a subversão no interior da Igreja e das Forças Armadas. Com a infiltração de comunistas em seminários, alguns padres passaram a participar da subversão.

Inúmeras formas foram utilizadas para introduzir a subversão no Exército. Na própria Academia Militar descobriu-se uma célula de cadetes subversivos. A célula foi abortada e os cadetes foram expulsos da AMAN. Foi uma evidente tentativa de colocar, dentro do próprio Exército, na elite, na oficialidade, elementos comunistas que pudessem, no futuro, participar de um possível movimento, tendo em vista que no de 31 de Março de 1964 eles fracassaram.

Segundo a doutrina do Movimento Comunista Internacional, estavam delineadas algumas linhas de atuação para as forças destinadas a mudar o regime democrático de governo. Uma, obediente a Moscou, que seria praticamente a guerrilha urbana. Outra, orientada pela China, seria a guerrilha rural. Havia, ainda, a experiência do foco revolucionário, de Fidel Castro.

No Brasil, surgiram as "Ligas Camponesas", lideradas por Francisco Julião, em Pernambuco, seguidores da linha chinesa. Inicialmente, deveriam levar a revolução popular ao campo para, no estágio seguinte, alcançar a zona urbana e, em conseqüência, tomar o Poder. Os "grupos dos onze", liderados por Leonel Brizola, seguiam a linha de Moscou, apesar de receberem financiamento de Cuba. A idéia de Brizola para os "grupos dos onze" seria a instauração de movimentos revolucionários nos centros urbanos. Ambos os movimentos não eram coordenados entre si. Ao contrário, cada um dos seus líderes queria avocar-se o direito de fazer a Revolução e assumir o Poder, caso o movimento fosse vitorioso.

A Revolução desencadeou-se pela manifesta vontade da Nação, não tenho dúvida quanto a isso. Em São Paulo, por exemplo, onde vivi o problema, era comum a indagação de conhecidos e amigos sobre "o que o Exército ia fazer, como o Exército podia admitir que todas aquelas coisas estivessem ocorrendo". Insubordinação militar, como aconteceu com os marinheiros e os fuzileiros navais, no Rio de Janeiro, subversão, greves, o Brasil praticamente ingovernável, verdades sobre as quais a maioria da população nos questionava.

A sociedade brasileira reclamava uma providência para pôr fim à desordem. O País estava vivendo um clima de pré-ebulição revolucionário-comunista, quadro que contava com o apoio e o estímulo do Governo de João Goulart, infiltrado que estava de elementos de esquerda. Felizmente o Movimento de 1964 abortou essa situação.

Os comunistas, na tentativa de desmoralizar o Movimento de 1964, insinuam que uma esquadra norte-americana aprestava o deslocamento para o Brasil, fazendo crer que os EUA patrocinavam a Revolução. Acredito que esta tenha sido a versão

utilizada pelos comunistas para explorar o sentimento nacionalista, pois nenhum brasileiro iria admitir uma intervenção americana em nosso País.

É claro que os Estados Unidos acompanhavam com interesse a situação no continente americano, numa época em que o poder mundial estava polarizado entre esse país e a Rússia comunista. Estavam preocupados em evitar a comunização dos países latino-americanos, o que já ocorrera com Cuba. Convém lembrar que, antes de alcançar o Poder, Fidel Castro recebera o apoio dos Estados Unidos, onde estivera – e onde fez uma palestra – com o objetivo de obter recursos para financiar o seu movimento. Engenhosamente, depois que assumiu o Poder, declarou-se comunista.

Na realidade, a Revolução de 1964 não contou com o apoio estrangeiro. Foi uma reação espontânea da Nação ao desejo de transformação da ordem política e da estrutura sócio-econômica, por parte das esquerdas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, demonstram essa verdade histórica.

O ideário revolucionário de 1964 fundava-se na democracia. Tanto é que os governos presididos por militares realizaram uma transição pacífica e devolveram o País à normalidade democrática, consolidado politicamente e assentado sobre uma consistente base econômica. Muito diferente do que ocorreu em Cuba e na China, últimos países comunistas que ainda existem no mundo.

A situação revolucionária exige dispositivos legais para o combate das forças opostas. Vivíamos uma verdadeira guerra contra a subversão e elementos de esquerda. A violência comunista, caracterizada pelas ações terroristas – assaltos a bancos, atentados contra a vida, atos de sabotagem e seqüestros de autoridades, inclusive estrangeiras, seguidos de morte – nos levou ao agravamento da Lei de Segurança Nacional (LSN), à edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e à criação de órgãos de informações e de operações. Afinal, não são os governos comunistas que assumem o Poder de forma ditatorial, como Fidel Castro, em Cuba, matando sem julgamento os seus próprios companheiros?

Entre o passado recente e os dias atuais é possível fazer um paralelo. Para o combate ao banditismo e à violência que assola e amedronta as principais cidades brasileiras – assiste-se, quase passivamente, à guerra civil não declarada – não existe um eficiente sistema de inteligência que permita a antecipação dos organismos policiais à atuação de criminosos e bandidos. Este foi justamente o papel dos órgãos de informações e operações durante o período dos governos militares. Antecipando-se às ações subversivas, tornaram possível combater o inimigo antes que pudesse realizar os seus desígnios. E por acaso a Rússia não tinha a KGB (polícia política)? Por acaso Cuba não dispõe de um serviço de inteligência? Por acaso os Estados Unidos não

possuem a CIA (Agência Central de Inteligência)? Por que a interdição somente para nós, os brasileiros? O problema é que o nosso serviço de inteligência liquidou as esquerdas, e as esquerdas são revanchistas, não perdoam os seus vencedores.

Foram muitas as realizações dos governos militares, nos diversos campos de atividade. Hoje, as pessoas já estão acostumadas com outro padrão de desenvolvimento, de comportamento, de cultura e não comparam o Brasil de antes do Movimento de 1964 com o País dos governos militares. Em todos os aspectos o Brasil modificou-se, basta confrontar os dados estatísticos anteriores e posteriores à Revolução. Deparamo-nos com outro País.

Em 1971, por exemplo, estava para casar, em Manaus – minha esposa é amazonense – e marcáramos o casamento para a primeira quinzena de janeiro. Mas, por alguns problemas de ordem particular, tivemos que transferi-lo para 4 de fevereiro, por sinal, dia do meu aniversário. Tentei comunicar-me com os meus pais, em Porto Alegre – viriam para a cerimônia – por todos os meios disponíveis na época. Levei uma semana; via radional, via *western*, até radioamador eu tentei, em vão. Hoje, de um aparelho celular, fala-se com o mundo inteiro, graças ao desenvolvimento das telecomunicações que os governos revolucionários proporcionaram ao País.

Outro exemplo, propositalmente olvidado, refere-se à energia elétrica, sustentada, até hoje, pelas "obras faraônicas" dos governos militares. Naquela época, a construção de Itaipu e Tucuruí, e da maior linha de transmissão do mundo, foram consideradas "obras faraônicas". E as diversas hidrelétricas que foram construídas ao longo do Rio São Francisco? É evidente que a descontinuidade do plano energético, nos governos civis após a Revolução, deixou-nos essa triste realidade: racionamento de energia e ameaça de "apagão".

Em relação aos problemas rurais, o Estatuto da Terra, elaborado e posto em execução no Governo Castello Branco, tem o mérito de haver mantido a paz no campo, até pouco tempo atrás. Naquela época, a frente de colonização encontrava-se ainda no oeste paranaense, no sul do Mato Grosso e até quase no oeste catarinense; agora está bordejando a Amazônia.

Hoje, existe o ingrediente ideológico marxista-leninista, com líderes civis formados no estrangeiro, muitos com origem nos seminários, como é o caso da maioria das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses líderes se utilizam do movimento pela posse da terra, colocando aí um ingrediente ideológico; usam os agricultores e aventureiros como massa de manobra, como ferramenta para conquistar o Poder.

Quando eu comandava a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, no Pará, ocorreu o episódio conhecido por Massacre de Eldorado de Carajás. Como

partícipe das ações posteriores a esse incidente, foi-me possível obter uma cópia do documento de fundação do MST. Quando aborda a finalidade do movimento, o documento é tachativo: tomada do Poder. A reforma agrária para eles é um meio, simplesmente, do qual estão se servindo para sensibilizar a sociedade e convencê-la de que a luta pela terra através da força é uma necessidade.

Eles – vou usar um termo até grosseiro – são tão descarados que condenam o uso da força contra suas ações ilegais, entretanto, são os que mais a utilizam. Ou a ocupação de uma propriedade privada não é um ato de força? Mas tudo isso está dentro do ideário marxista-leninista de criar uma atmosfera de tensão violenta e obter o apoio das massas – o que nos remete a estratégia anteriormente utilizada pelas "Ligas Camponesas" – com o objetivo de tomar o Poder.

Outra estratégia utilizada pela esquerda e pelos descontentes com os governos militares tem sido o patrulhamento a que as Forças Armadas vêm sendo submetidas. A utilização de qualificativos – "ditadura militar" e "anos de chumbo" – são, de fato, "medidas preventivas" adotadas pela esquerda, tendo em vista a atual degradação do poder político. É possível que a sociedade brasileira volte a exigir um movimento moralizador, daí a repetição dessa tecla.

Existem críticas à Revolução de 1964. É claro que em todo movimento, ainda mais num movimento de força, ocorrem acertos e erros. Felizmente, houve mais acertos. Entre os erros eu salientaria que o Movimento não permitiu ou dificultou o surgimento de novas e autênticas lideranças políticas, no seio das forças democráticas. Quando os militares deixaram o Poder, as lideranças políticas eram as mesmas causadoras da Revolução. Outro ponto que se deve reconhecer é que o desenvolvimento do País foi baseado num sistema inflacionário. Apesar de ter permitido grandes investimentos, propiciou o crescimento da dívida externa, que nos suga recursos financeiros. Na minha opinião, esses seriam os dois grandes erros do Movimento de 1964.

Observa-se, ao longo dos anos depois da Revolução, uma nítida preocupação da mídia e daqueles que hoje detêm o Poder de omitir os acertos da Revolução. Certamente, para mascarar a incapacidade de gerenciar o progresso do Brasil, porque estariam mostrando, às claras, que são incapazes de continuar na trilha que os governos militares escolheram para o País. Hoje, ninguém fala dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que os governos revolucionários elaboraram e executaram. Simplesmente, porque não existe planejamento nos governos pós-revolucionários, que agem de acordo com os interesses eleitoreiros, esquecendo as necessidades e os objetivos nacionais.

No que diz respeito à "abertura" política, iniciada no Governo Geisel, não há dúvida de que crescia, na sociedade, o desejo de escolher os seus governantes. Na

medida em que se procrastinava o retorno do País à plenitude democrática, o governo militar enfrentava manifestações de desagrado em face da manutenção do *status quo*, circunstância evidentemente embaraçosa e constrangedora. É fácil falar do passado, mas, a meu ver, o momento ideal para a "abertura" teria sido o final do Governo Médici. Com a sua antecipação, ganharíamos a iniciativa e não seria feita sob pressão.

Direcionando o assunto para a questão da cobiça internacional da Amazônia, passo a referir-me à notável obra dos governos revolucionários, para a integração da região ao País. A implantação da Zona Franca de Manaus, por exemplo, foi uma decisão do Presidente Castello Branco, primeiro governo revolucionário. Além disso, foi durante os governos militares que foram construídas rodovias naquela vasta região, como a Transamazônica, "por onde ninguém trafega", nas palavras mentirosas de alguns. Ora, como já disse, comandei uma Grande Unidade (GU) do Exército, em Marabá, cidade situada a mil quilômetros de Itaituba. Essas duas cidades estão interligadas por um tráfego permanente, tanto é que, muitos passageiros usuários da Estrada de Ferro Carajás desembarcam em Marabá e tomam as suas caminhonetes Chevrolet D-20 e vão até Itaituba. É claro que no inverno o percurso Marabá-Itaituba é feito com dificuldade, devido às chuvas. O trecho entre Humaitá e Itaituba realmente está abandonado. A bem da verdade, as únicas rodovias que existem na Amazônia foram construídas pelo Exército, através dos Batalhões de Engenharia de Construção.

Voltando a comentar aspectos ligados à comunicação social, devo dizer que os governos revolucionários perderam o apoio da mídia, basicamente, por dois motivos. O primeiro, já comentado, foi a duração do período revolucionário, ou seja, a perda do momento oportuno da "abertura". O segundo, foi o fato de a imprensa ter sido tratada quase como uma inimiga. Não se admitia que as falhas cometidas fossem por ela divulgadas, aplicando-se a censura. Por isso, os repórteres colocaram-se contra o Movimento; sempre que tiveram oportunidade, criticaram o Governo.

Ora, a imprensa existe, tem erros, é inegável. Mas, quem hoje é responsável pela moralização do País, mostrando os erros cometidos, os roubos, os desvios de recursos financeiros nos estados e municípios, se não a imprensa? Hoje, o Brasil toma conhecimento de muita coisa errada, graças à imprensa. O trabalho que ela está fazendo, nem a Justiça faz.

Há alguns anos, numa dessas pesquisas de opinião, as Forças Armadas estavam em primeiro lugar. Por quê? Não temos nenhum problema racial, ideológico ou político. O Exército recebe os brasileiros como brasileiros e não por suas caracterís-

ticas físicas, ideológicas, políticas ou financeiras. Outro motivo é que se sabe que não auferimos vantagem alguma do Movimento de 1964, a não ser o ônus de poucos erros. Até aqueles que politicamente consideravam-se inimigos ou adversários valem-se, hoje, da competência das Forças Armadas, cientes da sua isenção ideológica, política e religiosa. Por isso, a admiração e o respeito. O povo sabe, o que estamos fazendo é de seu interesse, e não de facções ou de interesses pessoais.

Encerrando-se o ciclo revolucionário, teve o Governo a nobreza de promulgar a Lei da Anistia, consubstanciando a reconciliação e o perdão mútuo. O problema é que a esquerda é revanchista, e para sobreviver necessita manter o ódio. Só eles, os comunistas, podem ser anistiados. Não admitem que alguém que os combateu seja anistiado ou detenha uma função pública.

Ao encerrar minha participação neste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 – tão oportuno ante as distorções a que ora todos assistimos – entendo que poderíamos ter tomado o exemplo do Imperador Pedro II. Ao exercitar o Poder Moderador, promovia a alternância do governo, ora conservador, ora liberal, conforme os anseios da população. Analogamente, o governo revolucionário poderia ter estimulado o revezamento entre as forças políticas de então, a ARENA e o MDB, que seriam solidariamente responsáveis pelo Movimento de 1964. Certamente, ter-se-ia excluído a idéia maniqueísta que, à época, permeava o pensamento político dos governantes: a ARENA, do lado do bem e o MDB, do lado do mal.

Devo reiterar que a Revolução, em si, foi uma exigência da sociedade. O equívoco dos governos militares consistiu na utilização de velhas raposas políticas, que, por sua vez, aproveitaram-se do Movimento de 1964 para preservar e manter seu *status quo*, em detrimento da própria Revolução. Às Forças Armadas caberia tão-somente o ônus da iniqüidade. Enquanto isso, os oportunistas de ontem são alguns dos nossos acusadores de hoje. Se houvesse o Poder Moderador, quem sabe, a história fosse outra.

Coronel Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá

- Natural da Cidade de Manaus, AM.
- Principais atividades militares: Instrutor da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), em 1946 e 1947; Oficial de Estado-Maior na 8ª Região Militar (8ª RM), em Belém, Pará, de 1951 a 1953, e na 5ª RM, em Ponta Grossa, Paraná, em 1954 e 1955; Chefe da Seção Técnica e Divisão de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1955 a 1962; Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, de 1966 a 1969; e Chefe da 25ª Circunscrição do Serviço Militar (25ª CSM), de 1969 a 1970.
- Principais atividades civis: Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), de 1962 a 1964 e da Associação Brasileira de Colonização, em Brasília, em 1964.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Formou-se Aspirante-a-Oficial pela Escola Militar do Realengo. Estágio nos EUA (promovido pela USAID/Brasil).
- Principais cursos civis: curso de extensão para Administradores de Empresa, da Escola de Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC); curso livre de jornalista, em 1965, na UFC; e curso de zoneamento florestal do Centro Panamericano de Treinamento e Pesquisa em Recursos Naturais (CEPERN), em 1971, convênio Organização das Nações Unidas (ONU) – Organização dos Estados Americanos (OEA) – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).
- Na eclosão da Revolução, era Tenente-Coronel e estava à disposição do Estado de Goiás, por ato do Ministro da Guerra, para dirigir o IDAGO, autarquia criada em 1962.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2000.

Instado a dar minha modesta contribuição ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964, é com satisfação que venho transmitir o que me foi possível observar e colher.

A partir de 1955, transferi-me para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), depois de cinco anos de serviço de Estado-Maior, na Amazônia e na 5ª Região Militar. Achei por bem refugiar-me no ensino, na instrução, haurir novas experiências. Lá, comecei um trabalho que durou mais tempo do que esperava.

Em 1962, não estava servindo em organização do Exército, convidado que fora para assumir o IDAGO, conforme consta da minha apresentação na página inicial deste depoimento. Estava à disposição do Governo do Estado de Goiás, cujo governador foi meu colega de turma na Escola de Estado-Maior (ECEME). Vi os fatos assim, do alto e à distância.

É bom haver uma relembrança do clima político existente no Brasil, desde 1961. Este ano foi marcante pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Foi um período com muitas atividades políticas, e os partidos, seja de direita ou de esquerda, como de hábito, rondavam as Forças Armadas. A União Democrática Nacional (UDN) era a agremiação política que tinha os melhores líderes e empolgou, com o seu proselitismo, as lideranças das Forças Armadas. Este mesmo partido, depois de tentativas frustradas de chegar ao Poder, enfim conseguiu empolgá-lo. A grave situação se aproximava de seu desfecho: a Revolução de 1964.

Esse episódio, para nós, trouxe dificuldades, mas sabemos que o processo evolutivo de uma nação não se processa sem sérios agravos. A travessia foi transposta com sacrifício e esforço, graças à ação dos chefes militares que conseguiram superar uma difícil etapa da nossa evolução. O País livrou-se das tentativas da guerrilha, como as que hoje atormentam a Colômbia e o Peru. Todavia, pagamos um preço e esperamos dias melhores para nossa Pátria.

A Revolução irrompeu de maneira diferente em muitos estados. Na perspectiva do tempo, afigura-se qual uma colcha de retalhos, numa série de acontecimentos regionais, depois consolidados com muita propriedade.

Goiás, Estado que envolve Brasília por todos os lados, teve, também, os seus problemas, aumentados pela acentuada radicalização política. Havia antagonismos que demandavam a época da revolução de 1930. O Poder estadual alternava-se entre o Partido Social Democrático (PSD) e a UDN.

Esse registro de todos os fatos acontecidos e vividos naquela região são, para mim, favoráveis ao Exército, apesar de, no meu julgamento, observar erros primários de precipitação, inadequação e até algum facciosismo de políticos e responsáveis pela ordem local. Aquele Estado, pois, conheceu excessos – abuso de autoridade,

intimidações e uso de força com invasão de pacatas residências – tudo para obter confissões de interesse político.

Esses excessos, cometidos naquela ocasião, são responsáveis, ainda hoje, por muita má-vontade que se constata na mídia nacional contra os militares, proveniente de ressentimentos de famílias, de vítimas, de descendentes e até de amigos dos que sofreram tais impactos.

De tudo o que vimos e fizemos, demos conhecimento, através de um relatório, solicitado em 1970, pelo Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), o então Coronel Milton Tavares de Sousa, mais tarde Comandante da 10ª Região e depois, Comandante do II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste. Ele fora nosso colega de Curso de Estado-Maior, entre 1948/1950, quando éramos capitães. Nesse relatório há muitos dados que traduzem exatamente os fatos acontecidos, tudo perfeitamente documentado. Tem 34 folhas e sete anexos, sobre o que ocorreu em Goiás. Contém os principais eventos que podem ser apoiados por meu eventual testemunho, se necessário.

Todavia, essas ocorrências de Goiás não afastam, de nenhum modo, os precedentes ideológicos que impulsionaram a Revolução de 1964. E, aqui, refiro-me à ideologia marxista, comunista. Para mim, a aversão contra o comunismo nas Forças Armadas se acentuou a partir da traição praticada na noite de 27 de novembro de 1935, na chamada Intentona Comunista. Os crimes e as atrocidades, cometidos durante a Intentona, foram tão brutais que afrontaram a Nação brasileira e vacinaram os militares, sobretudo os do Exército, contra a ideologia comuno-marxista.

Por outro lado, nos meios religiosos brasileiros, em especial entre os católicos, o comunismo também não encontrava guarida, em virtude de sua filosofia materialista. Por esse motivo, entendo que a Igreja Católica foi, inicialmente, uma grande aliada das Forças Armadas.

Vou relatar um caso vivido em Goiás, que se relaciona com essa questão. O desenvolvimento agrário goiano tinha por base a educação. Organizamos um programa intitulado Bandeiras Agrárias, voltado para a juventude, que foi a matriz, o cerne do Projeto Rondon. Na Capital do Estado de Goiás havia muitos estudantes do interior. O programa Bandeiras Agrárias consistia em preparar esses estudantes, para ministrarem, em suas áreas de origem e durante os períodos de férias – quando retornavam às suas localidades –, conhecimentos agrários à população local.

Para alcançar tal objetivo, organizamos diversos currículos para estudantes de Direito, de Medicina, de Agronomia e de outras profissões, os quais aprendiam as matérias de sua especialidade. Este projeto teve uma acolhida muito grande na Universidade Católica de Goiás, onde tivemos, como colaborador, um padre, profes-

sor da UCG, que nos assessorou na elaboração dos currículos e participava do zelo didático que dedicávamos à boa apresentação desses programas aos estudantes.

Através deste contato direto e das observações gerais que empreendi, não me restou dúvida de que a posição da Igreja, de um modo geral, embora com ligeira discrepância, era de defesa de seus princípios doutrinários, portanto, solidária com o Movimento de 1964, contra o comunismo.

Já no meio militar, os antecedentes já citados acarretavam soluções mais pragmáticas, com embasamento doutrinário anticomunista, em decorrência da Intentona de 1935. Como já disse, no fim de 1962, fui para o Governo de Goiás. Mas, posso opinar, pois, apesar de estar num cargo civil, não podia me desligar da vida castrense, embora a minha função fosse demasiadamente absorvente – quem lida com colonização é como quem exerce um comando militar, não tem descanso.

Nos quartéis, os militares se sentiam desconfortáveis, em face do ambiente político-social que agitava o País. A inquietação agravou-se com a ameaça à hierarquia e à disciplina, colunas-mestras das Forças Armadas, e com o desrespeito à lei e à ordem, naquele princípio de 1964.

O comício da Central do Brasil, no dia 13; o levante dos marinheiros, no dia 26, liderado pelo cabo Anselmo, com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos fuzileiros navais; o almoço do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, oferecido por praças ao Presidente da República e a seus ministros em clima de clara baderna; todos esses desatinos eram provocados e promovidos por comunistas aboletados nos postos-chave do Governo, como aliados do Sr. Jango. Tudo isso violentava e ameaçava a missão constitucional das Forças Armadas e, por isso mesmo, as inquietava, particularmente o Exército.

Em decorrência disso cresciam as articulações conspiratórias no meio militar e, sobretudo, tiveram início os movimentos do povo brasileiro contra os desmandos do Governo e de seus aliados comuno-marxistas. Os mais notórios desses movimentos foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, desencadeadas em São Paulo e em outras capitais brasileiras. Esses movimentos respaldavam, com a vontade popular, o que as Forças Armadas viessem a decidir em favor de nossa Nação. Foi o que aconteceu em 31 de março de 1964, com o desencadeamento da Revolução.

Podemos dizer que os comunistas do Governo João Goulart, com o próprio beneplácito deste, através de várias entidades – UNE, CGT, PUA, CNTI – todas por eles dominadas, empurravam o povo brasileiro e as suas Forças Armadas a desencadearem a Revolução.

O que aquelas entidades faziam, a mando de suas lideranças, era uma contínua provocação às Forças Armadas, aproveitando-se de todos os incidentes e aci-

dentes para fazerem chicanas, perturbação da ordem e desestabilização do sistema de governo, tudo isto para que os esquerdistas brasileiros, orientados pelas facções comunistas da URSS, China e Cuba, principalmente, transformassem o Brasil numa república sindicalista.

Temos que convir que não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelas Forças Armadas para remover os entulhos de subversão deixados pelos comunistas em todo território nacional. As Forças Armadas na convergência de esforços para superarem aquelas dificuldades, amadureceram seus princípios doutrinários e se desempenharam com nobreza na condução político-militar da Revolução. Tudo isto lhes valeu um inegável robustecimento da coesão e da união de seus componentes, que não se pode desconhecer.

Entende-se que o Movimento de 1964 irrompeu decididamente para neutralizar os desmandos de então. Mas não se limitou somente a isso. Foi muito além. Passou a reestruturar a Nação, a transformá-la, na preparação de um futuro bem mais promissor para o seu povo. Aí gerou a Revolução, com "R" maiúsculo.

Lamentavelmente, os governos subseqüentes à Revolução não deram prosseguimento à obra revolucionária. Só mantiveram o que se tornara irreversível. Um exemplo patente foi o Estatuto da Terra, um trabalho pioneiro de Paulo Assis Ribeiro, um grande técnico nacional, que fora presidente da Fundação Brasil Central. Ele e a mulher eram ótimos engenheiros, muito cultos. A casa deles era uma verdadeira biblioteca pública, tal o número de freqüentadores e estudiosos que os visitavam.

Este brasileiro foi, posteriormente, o presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e, por coincidência, fora o nosso assessor, no Estado de Goiás, e idealizador do IDAGO. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, também por ele fundado, foi mais tarde subdividido em IBRA, que é a parte fundiária propriamente dita, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que ficou com a parte de colonização e desenvolvimento agrário, cuja denominação foi resultado de sugestão minha.

Pois bem, este homem, que tive o privilégio de conhecer e que viveu inusitada experiência agrária no Estado de Goiás, foi o autor do Estatuto da Terra, adotado pelo Presidente Castello Branco.

O Estatuto delineava uma política agrária para o País. Se a sua aplicação tivesse tido continuidade, aí sim, teríamos algo a reformar. Como não se reforma o que não existe, a reforma agrária que apregoam por aí só serve para amealhar dividendos eleitorais e ideológicos, e enganar os menos afortunados que, geralmente, são os que mais precisam da terra. Se o Estatuto da Terra tivesse sido observado dentro da pureza do seu autor e das intenções com que a Revolução pre-

tendia implementá-lo, esses problemas dos sem-terra não existiriam ou estariam sensivelmente reduzidos.

Nessa ocasião, sugeri, também, a criação de uma Justiça Agrária Nacional, que enfrentou os primeiros e mais difíceis problemas na região agrária de Goiás, porque era ali que se agravavam tais problemas, devido à proximidade de Brasília e à grande quantidade de latifúndios existentes.

Mas não era só Goiás que apresentava tais problemas. Estes estavam espalhados por todo o País, por falta de uma política agrária. Insisto em que a aplicação do Estatuto da Terra, com critério e persistência, teria contribuído, eficazmente, para a solução do problema agrário brasileiro e para a eliminação ou redução drástica das mazelas que, ainda hoje, perduram no campo. Compreendo que a questão agrária não era fácil, naquela época, como ainda não o é, hoje.

Mexer com qualquer problema de terra, de uma maneira criteriosa e justa, exige uma série de providências prévias que têm de ser aliviadas de nossa burocracia costumeira e tornadas práticas, para se tornarem realmente efetivas. São necessidades como levantamento topográfico, mapeamento em escala compatível, levantamento agrológico, zoneamento agrícola e medidas sócio-técnico-financeiras para os assentamentos.

O Serviço Geográfico do Exército prestou-nos, em Goiás, excelente colaboração no levantamento topográfico e no mapeamento em escala de 1/50.000 da Região do Planalto Central e outras, com cujas primeiras cartas presenteamos o Comando Militar do Planalto e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. De outros meios poderíamos dispor, como levantamento aerofotogramétrico, por exemplo. Todo esse processo, contudo, tem um custo com o qual o País tem que arcar, mas a sua realização urgente é de vital importância para o Brasil.

O que não se pode admitir, por ser injusto e pernicioso, é o aproveitamento do meio rural, sobretudo do homem simples que vive lá, para explorá-lo política e ideologicamente ou escravizá-lo economicamente. O meio rural tem que ser reorganizado, com urgência e efetivamente, em real benefício do homem do campo. É com este espírito que se conseguirá afastar do campo esses movimentos demagógicos, enganadores e desordeiros, tipo "Ligas Camponesas", Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros que jamais apresentarão soluções aos problemas existentes, mas estão criando outros.

Pois bem, foi exatamente no período revolucionário que se procurou dar o primeiro passo decisivo para a solução da questão agrária no Brasil, dentro de intenções sinceras e de medidas racionais, como o Estatuto da Terra, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e outros.

No entanto, essa mesma Revolução é achincalhada hoje, quando a chamam de “ditadura” ou se referem aos “anos de chumbo”. Entendo esse criticismo vesgo como uma falácia revanchista e irresponsável dos vencidos de ontem. Como enxergar ditadura onde funciona o Congresso Nacional com as suas duas casas: Câmara dos Deputados e Senado? Com presidentes eleitos por essas Casas? Com eleições populares para todos os demais cargos eletivos? Só os insensatos podem entender como ditadura.

Porém, mais lastimável ainda é constatar-se que essa falácia irresponsável de certos brasileiros de esquerda ou filocomunistas não parou na conspurcação à Revolução, mas se estendeu às Forças Armadas e a seus integrantes, sobretudo aos que estiveram mais diretamente envolvidos com a dinâmica revolucionária.

Insinuar que as Forças Armadas auferiram vantagens e ganhos no período revolucionário, que os militares, em geral, tiraram proveito desse período, é esconder a verdade, é usar de má-fé. Os exemplos que se podem mostrar, no momento atual, revelam a realidade passada: as Forças Armadas, desmontadas por falta de recursos; o nível salarial dos militares é o mais baixo dos três Poderes da República, com seis anos de estagnação.

Todos os militares que ocuparam cargos na alta administração do País, incluindo os presidentes, saíram de lá mais pobres do que quando assumiram. O Coronel Mário Andreazza, por exemplo, que foi Ministro da Revolução, recebeu o apoio de seus amigos, que custearam o seu próprio tratamento de saúde, por não dispor ele de meios para tanto.

Não digo que a Revolução não tenha tido falhas; teve-as. Cito apenas uma, por considerá-la a mais vinculada à preparação do nosso povo: a Revolução, em que pese o esforço dedicado à educação, podia tê-lo redobrado em prol de uma camada muito maior da população, especialmente, porque nós, militares, somos educadores, por formação: educamos o recruta que forma uma grande e importante parcela da sociedade, sobretudo da classe média, que é a fonte, a origem de quase todos nós.

Essa mesma esquerda, através de uma mídia por ela dominada, a serviço externo e da própria ganância, insiste, com estardalhaço, em três centenas de mortes ocorridas, lamentavelmente, durante o período revolucionário. Esquece que mais de cem dessas mortes foram causadas por ela, esquerda, contra os defensores da ordem ou pessoas inocentes, e o restante, em encontros provocados por ela mesma.

Ignoram as esquerdas marxistas que os arquivos de Moscou, abertos recentemente, ostentam que mais de cem milhões de pessoas foram mortas, no mundo todo,

pela ação do Movimento Comunista Internacional (MCI). Escondem os morticínios que o MCI, por seus adeptos, provocaram na América Latina, sobretudo na Colômbia, no Peru e, particularmente, em Cuba, onde mais de 17 mil pessoas foram assassinadas a mando de Fidel Castro e de Che Guevara. Nesse balanço macabro, a Revolução brasileira mostrou-se muito branda, graças a Deus.

Alguns fatores contribuíram para isso, como o nível de instrução, o preparo, o senso de equilíbrio e a moderação do nosso militar, herdada, esta, do povo brasileiro, avesso a qualquer tipo de violência; podemos acrescer, ainda, a eficiência de um bom serviço de informações e o apoio da população.

Há quem suponha que a "batalha da comunicação social" foi perdida pela Revolução, pelos militares. Não vejo a situação desta maneira, nesse aspecto. Concordo com a idéia segundo a qual a Revolução poderia ter exercido um controle mais eficiente sobre os meios de comunicação social e sobre a formação do pessoal desse setor.

Na verdade, o que existe é uma mídia internacional que controla a mídia nacional. Esta só faz o que aquela manda ou que venha ao encontro de seus interesses. Por trás dessa mídia internacional há, ao que tudo indica, uma espécie de alma danosa que manobra toda a política internacional de comunicação social, de modo a atender aos interesses do *establishment* mundial.

Um exemplo disso foi o recente boicote nacional à divulgação do resultado de um seminário havido na Escola Superior de Guerra sobre a Amazônia. Apenas a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, de Resende, divulgou o assunto. Portanto, a mídia nacional, que nos era favorável na época da Revolução, passou a ser manobrada por grupos internacionais na defesa de seus interesses, que impõem a reorganização do poder temporal na face da Terra, sobretudo após o desmoronamento da União Soviética.

Apesar de tudo isto, da prepotência tirânica internacional em termos de comunicação social e da subserviência da mídia interna, o fato é que o prestígio das Forças Armadas, sobretudo do Exército, vem crescendo perante o povo brasileiro, conforme o demonstram as últimas pesquisas: mais de 80% de aceitação. Isto significa que ninguém engana ninguém por muito tempo e as Forças Armadas formam, anualmente, milhares de recrutas que saem dos quartéis com conhecimento direto da seriedade, da utilidade e da importância do militar para a Nação. O povo não julga suas Forças Armadas pelo que ouve dizer: julga-as pelo que sente, pelo que vê.

Contudo, neste mundo atual, o estilo de guerra suja e surda de que se tem tomado conhecimento pode nos derrotar sem termos a oportunidade de disparar um único tiro. Neste caso, as Forças Armadas, sozinhas, estarão impossibilitadas de

cumprir a sua missão de preservar a integridade, a unidade e a soberania nacionais. Tornar-se-á, então, necessária uma vontade política sem subterfúgio, voltada para a educação do povo brasileiro, de maneira prática e objetiva, de modo a fazê-lo evoluir de um sistema social claudicante para uma sociedade efetivamente consciente de si mesma, de seus valores culturais e de suas necessidades fundamentais.

Uma evolução dessa natureza não se faz por salto, mas passo a passo. Não se pode apanhar uma pessoa no sertão e colocá-la diretamente dentro da ONU para solucionar questões de que essa pessoa jamais tomou conhecimento. O movimento impõe que todos os brasileiros sejam educados para viverem como brasileiros, que saiam todos do atraso em que vivem, que se harmonizem na defesa sagrada do que nos pertence, que é o Brasil, o futuro de nossa Nação soberana, a nossa nacionalidade.

Tudo isso, repito, depende muito de uma vontade política inadiável e sem subterfúgio, que crie e desenvolva, em nosso povo, com a urgência que a situação merece, uma consciência cívica capaz de preparar e empregar, criteriosamente, os meios humanos e materiais disponíveis.

O nosso potencial é imensurável. Temos de transformá-lo em poder, antes que seja tarde. Ao território brasileiro pertencem a Amazônia e o Pantanal, áreas que o sacrificado esforço sobre-humano de nossos ancestrais nos legou. Temos que fortalecer a consciência moral e cívica a fim de defender e preservar essas ricas terras em nosso próprio benefício.

Aqueles interesses internacionais, de que já falei, se intensificam e se associam, neste clima de globalização atual, numa trama sórdida para nos tomarem essas duas áreas, em especial a Amazônia, que é quase metade do território brasileiro. Entre todos os problemas que o nosso País enfrenta, no momento, é este o mais grave, no meu entendimento. A sociedade brasileira, se quiser sobreviver, tem que estar sensibilizada para a defesa altiva do território pátrio, especialmente da Amazônia.

Por isso, contando com a falta de uma opinião pública nacional e considerando o isolamento de nossos amazônidas, assumi o compromisso pessoal de, através da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar de Fortaleza, colaborar na formação dessa mentalidade. Numa Assembléia que se tornou histórica, em 30 de julho de 1999, elegemos a Amazônia e para ela estamos orientando nossos esforços, aproveitando a presença dos ex-alunos em todo o território nacional para divulgar essa sagrada missão; enxergando na atual aluna do Colégio Militar a futura mãe, a primeira educadora de seu filho.

Por outro lado, além da mentalidade, é preciso ação. E ação exige meios à disposição. As Forças Armadas precisam de meios para o cumprimento de suas missões. Portanto, volto a insistir numa vontade política nacional capaz de preparar

uma opinião pública para a defesa do País, e de colocar à disposição das Forças Armadas os meios necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional.

Um exemplo magnífico desse esforço foi a recente Manobra de Querári, no oeste amazônico, onde mais de cinco mil homens de todas as partes do Brasil foram reunidos em 48h. Porém, a defesa da Amazônia exige muito mais do que a exclusiva ação militar. É necessária e urgente a ação permanente dos Ministérios da Educação, da Saúde e dos Transportes, entre outros ministérios civis.

É necessária também aquela vontade política que faltou na implantação do Projeto Calha Norte, que não significa apenas a presença militar na região. Este projeto seria um bom exemplo da união de todos os brasileiros em defesa de uma causa, conforme já sugerido nesta entrevista. Seria a harmonização de todos os esforços numa ação conjunta de defesa do que é nosso, pois a Amazônia é muito e legitimamente nossa.

Por falar em Calha Norte, lembrei-me do Calha Sul, que ficou mais conhecido como Transamazônica, uma iniciativa do Governo Médici, realizada pelo Ministério dos Transportes de Mário David Andreazza. Era a ligação revolucionária das calhas dos rios que integram a bacia meridional do Rio Amazonas, fazendo a humanização daquela faixa de floresta, ao longo da qual se disseminaram várias Unidades militares de selva.

Se analisarmos com consciência e isenção o Movimento de 1964, suas realizações e, nesta análise, compararmos o Brasil de 1964 e o Brasil de 1985, constataremos, com certeza, o conjunto destacado de iniciativas que, postas em prática com seriedade e competência, transformaram o País em todos os campos do desenvolvimento: no planejamento governamental, no saneamento da administração pública, nas comunicações, nos transportes, na produção de energia, na educação, na segurança pública. O Brasil passou de 48ª para a oitava potência econômica do mundo.

Dos presidentes militares, apenas dois conheci pessoalmente: o General Castello Branco, que foi meu instrutor de Tática Geral na Escola Militar do Realengo e Diretor de Ensino na Escola de Comando e de Estado-Maior do Exército e o General Emílio Médici que, quando Coronel, era o Subcomandante da AMAN e Subdiretor de Ensino. Todos os cinco presidentes militares, porém, foram homens de elevada envergadura moral.

Nesta oportunidade, me insurjo contra a mídia atual que, mesquinha e desrespeitosa, agride a imagem do Presidente Médici com injustiças, infâmias e mentiras. Ao longo de cinco anos que convivemos, ele foi um militar justo, calmo, ponderado e intrinsecamente bom. Um homem cujas virtudes, que todos conhecemos, desmentem toda e qualquer aleivosia da mídia.

Muito bem. Até aqui, ative-me à Revolução de 1964, de uma maneira geral, com alguns desvios pela Amazônia e por Goiás. Agora, porém, aproveitando esta

excelente idéia do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, gostaria de referir-me à Revolução de 1964, no Estado de Goiás. Muita gente de alto gabarito tem apreciado a Revolução de 1964, mas deixa um hiato com relação a Goiás. Quero dar um testemunho de que houve Revolução em Goiás e fui um dos agentes da Revolução.

Um tenente-coronel, posto à disposição do Governo do Estado, fez a Revolução em Goiás! Sem conspiração, porque estávamos entranhados na mecânica do Governo. Esta Revolução ocorreu pelos reflexos militares dos seus integrantes: o Governador era um colega de Estado-Maior, Coronel Mauro Borges, um homem positivo, que já havia rompido com o Governo de João Goulart, em junho de 1963.

No dia 31 de março de 1964, encontrava-me, às 11h, em atividade no IDAGO, que dirigia, quando fui surpreendido com a deflagração do Movimento. Transmiti a notícia ao Governador e perguntei-lhe: "O que vamos fazer?", ao que ele respondeu: "Tome conta da situação militar que eu me encarrego da civil."

Combinamos algumas medidas de caráter militar, como a organização de um quartel-general dentro do Palácio das Esmeraldas, e a mobilização das forças regulares do Estado: Polícia, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil. Estavam aparecendo, já nesse momento, forças compostas por civis do interior, com a colaboração de fazendeiros e a apresentação de lideranças rurais querendo tomar posições.

Então, organizou-se, no Palácio das Esmeraldas, um Estado-Maior Geral (EMG), adaptando as disponibilidades das Casas Civil e Militar. Havia cerca de dez oficiais do Exército à disposição do Governo do Estado de Goiás, disponibilizados pelo Ministro da Guerra. O EMG foi organizado com pessoal que trabalhava em Goiás. Eu era o Chefe do Estado-Maior e das 2ª e 3ª Seções. Havia outros elementos, como o engenheiro do serviço geográfico, filho do General Djalma Polli Coelho, Major Felipe Braga Coelho, que era meu chefe de Departamento de Planejamento do IDAGO. Todos esses oficiais compareceram ao Palácio, se apresentaram para cumprir missões, ocuparam posição e ficaram trabalhando dentro do quartel-general, por três dias, de 31 de março a 2 de abril de 1964.

O fato é que todo esse pessoal, antes mesmo de eclodir a Revolução, já havia adotado uma posição desfavorável ao Governo do Sr. João Goulart, mas também não sabia que desfecho iriam tomar as articulações militares em curso. Então, Goiás ficou isolado nessa iniciativa revolucionária própria. Daí, a organização desse Estado-Maior, a mobilização das forças disponíveis e a perspectiva de enfrentamento de situações adversas.

O Batalhão de Infantaria de Goiânia era comandado pelo Coronel Joaquim José de Sousa Júnior, meu velho instrutor do Realengo, compadre de Jango. O Batalhão estava muito bem armado e ameaçava bombardear o Palácio das Esmeral-

das, o que me levou a argumentar com o Coronel Sousa Júnior: "Não dá para você fazer isso, é uma loucura! Olha como é que está o Brasil todo, se levantando, não dá..." Por outro lado, havia informação de deslocamento de tropas vindas do Sul, de Minas ou São Paulo, convergindo sobre Brasília, com passagem por Goiânia, o que permitia concluir que o Estado de Goiás estava entre dois fogos.

No dia 1º de abril de 1964, recebemos um telefonema do então Coronel Meira Matos, nosso antigo instrutor na Escola Militar do Realengo, perguntando se tinha segurança para chegar a Goiânia, dizendo que estava deslocando o 16º Batalhão de Caçadores (16º BC) de Cuiabá, cuja vanguarda se encontrava a 450km a sudoeste de Goiânia, em Jataí, e que ele estava fazendo o percurso de avião teco-teco. Então, o Governador lhe disse: "Mas é claro, vamos recebê-lo."

Começamos, pois, os preparativos para a recepção ao Coronel Meira Matos, no Aeroporto de Goiânia, e para o desfile do dia seguinte. O Coronel Meira Matos foi hóspede do Estado de Goiás, no Hotel Bandeirantes, proferiu palestras na *Rádio Brasil Central* e, à noite, nos dirigimos ao quartel do 10º BC, para conversar com Sousa Júnior, a quem Meira Matos falou da missão que trazia e das disposições que animavam o Movimento.

No dia seguinte, 2 de abril, deu-se o desfile de encerramento das operações em Goiânia. Por motivo que desconheço, não permitiram o comparecimento da Polícia Militar de Goiás ao Desfile da Vitória em Brasília. Tudo isto, porém, está explicado naquele relatório de 1970, a que já me referi, dirigido ao CIE, a pedido do então Coronel Milton Tavares de Sousa.

Todavia, durante o início do processo revolucionário, há um incidente relacionado a Trombas de Formoso, considerado reduto comunista e que eu prestava a melhor assistência possível. Diante da ameaça de bombardeio por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) fui ao QG da 11ª RM e dei ciência ao Coronel Álvaro Alves dos Santos, Chefe do Estado-Maior do General Raphael de Sousa Aguiar, Comandante Militar de Brasília, do que realmente acontecia naquela área.

Eu estivera em Trombas de Formoso há quase um ano, em 23 e 24 de maio de 1963. Entreguei duzentos títulos de terras naquela região. Ali havia uma produção de 150 mil sacas de arroz. Um lugar desses não pode ser comunista. O que houve lá remonta a antecedentes – por 1960 – da Polícia Militar de Goiás e de uma política suja: mataram a mulher de um dirigente, um tal de Zé Porfírio, por questão de terra, briga de posseiros das "Ligas Camponesas".

Posteriormente, o Estado desapropriou aquelas terras, fez a medição, através do IDAGO e eles se tornaram proprietários legais. Assim, acabou o problema. Mas aquele líder, o Zé Porfírio, se tornou comunista por causa das injustiças que fizeram com ele.

No Estado de Goiás se engendravam falsas sucessões, falsos arquivos paroquiais, uma espécie de política ilegal na legalidade, exercida ou acobertada por governos anteriores, quando muitos daqueles líderes foram eliminados pela própria Polícia Militar, criando duradouros ressentimentos de revolta.

O que disse ao Coronel Álvaro dos Santos repeti ao General Sousa Aguiar, que concordou em mandar uma equipe examinar a questão *in loco*. Para Trombas de Formoso foram enviados o Coronel José Joel Marcos, que foi Chefe do Estado-Maior do General Rodrigo Octávio, Comandante da Polícia Militar de Goiás, o Coronel Coelho Neto e mais um oficial do Estado-Maior do Exército (EME), que constataram a procedência dos fatos e deram informações ao General Sousa Aguiar.

Finalmente, os fatos ocorridos em Goiás deixa-nos a impressão de que nós, do Exército, os ignoramos; que lá não houve Revolução. Houve, sim. Houve uma tomada de posição muito mais difícil do que qualquer outra, porque não estávamos entrosados com outras articulações. Ela foi tomada ao sabor típico do militar: diante da situação, o que fazer? Não era possível ficar com o governo nacional, tínhamos de ficar com os nossos irmãos. E assim o fizemos. Há muito ainda que dizer, mas, resumindo uma grande ópera, é o que posso dizer nesta ocasião. Goiás fez a sua Revolução, dentro das suas possibilidades e com o maior empenho, para colaborar com a situação nacional. Assim o fez.

Acredito que a esperança da colheita reside na semente. Toda a realização que não é possível, hoje, num quadro de esperanças, ela sempre é possível para as gerações vindouras. Isto é, tudo aquilo com que você sonhou e não pôde realizar, esse é o símbolo das gerações sucessivas, dentro da família, pai, filho, neto etc. Então, não tenho, senão como fiz na minha vida toda, nos meus labores no Exército, como instrutor de Escola Preparatória, como Comandante de Colégio Militar, senão animar, estimular o devotamento à causa nacional, em prol de nossa evolução.

Hoje, mais do que nunca, eu me entusiasmo com a presença das mulheres no Colégio Militar. É o fato mais auspicioso que existe, para mim, na atual estrutura do Exército: a mulher nos colégios militares; porque, justamente, ela é a matriz, ela é quem vai multiplicar e o seu efeito multiplicativo é muito maior.

De modo que peço a Deus que o nosso País – Pátria do Evangelho, lugar onde se prevê o encontro das grandes civilizações – seja o berço da harmonia. José Vasconcelos, um sociólogo mexicano, afirmava que esse encontro se daria entre o Prata e o Amazonas, onde iria surgir a grande civilização, a semente da nova raça, porque era a síntese das dores da humanidade. Ela vai ser no Brasil, e é a juventude que vai propiciar esse quadro. Será a nossa futura raça: o preto, o branco e o índio mesclados.

Coronel Francisco de Andrade Garcez

- Natural da Cidade de Maruim, SE.
- Atividades militares: Prefeito Militar de Fernando de Noronha; Ajudante-de-Ordens do General Bandeira; Professor em comissão de Física e professor concursado de Geografia, no Colégio Militar de Fortaleza (CMF).
- Atividades civis: Presidente da Associação das Empresas da Construção Pesada do Estado do Ceará.; Presidente e fundador da Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural e Natural; e Presidente do Círculo Militar de Fortaleza.
- Cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Cursos civis: Bacharel em Geografia; Engenheiro Civil; e Técnico em Administração.
- Em 1967, encontrava-se no Aeroporto dos Guararapes, no Recife, quando houve o atentado terrorista que vitimou um almirante e um jornalista e feriu várias pessoas.

Entrevista realizada em 27 de junho de 2001.

Sinto-me honrado em participar deste Projeto de História Oral pertinente à Revolução de 1964, iniciativa oportuna e feliz do Exército Brasileiro, ao revelar a verdade para as futuras gerações. Dirijo-me, em especial, aos meus ex-alunos, com os quais, durante 17 anos, tanto dialoguei nas salas de aula; a meus filhos, netos e às futuras gerações que vão nos ver e ouvir. Embora tão importante projeto esteja um pouco atrasado, nunca é tarde para que a verdade seja revelada, principalmente porque, hoje, a mídia procura distorcer os fatos históricos relacionados ao Movimento de 1964.

Assim desejo, inicialmente, comentar muito sucintamente os movimentos armados, a partir da Proclamação da República. Os episódios que passaram à História com os nomes de Revolta do Sargento Silvino e Revolta da Armada, e a atuação decidida do Marechal Floriano Peixoto, todos na fase da consolidação da República, servem para demonstrar a preocupação do Exército em manter a unidade e soberania pátrias. O País precisava manter o novo regime que gerou alguma inquietação, apesar de proclamado pacificamente, tanto no seio da população quanto esperado junto aos monarquistas, desejosos que estavam de retornar ao regime anterior.

Posteriormente, a História brasileira registra vários outros movimentos, destacando-se, por exemplo, as campanhas de Canudos e do Acre, as revoltas da Vacina Obrigatória, dos Marinheiros, do Contestado, dos Jagunços, dos Tenentes e a Coluna Prestes. Esta última revolta colaborou para a queda da antiga República. Em 1930, surgiu a Revolução Liberal e a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder. Em 1932, fizemos a Revolução Constitucionalista, em 1935, aconteceu a Intentona Comunista e, em 1937, Getúlio deu um golpe e gerou o Estado Novo. Por causa disso, houve a Insurreição Integralista.

Com o Exército ainda atento, deu-se a deposição de Getúlio Vargas. Seguiu-se o Governo do General Dutra, durante o qual o Partido Comunista do Brasil foi cassado, por questão de segurança. Após novo Governo de Getúlio Vargas e do seu suicídio, tivemos a Novembrada, movimento que assegurou a eleição de Juscelino Kubitschek, ocasião em que o Exército teve decidida participação. Quase promovido a Aspirante, tive que esperar um bom tempo, até que a Novembrada se resolvesse.

Juscelino assumiu, vieram os Movimentos de Aragarças e de Jacareacanga, sem grande importância. A seguir, o Senhor Jânio Quadros assume a Presidência da República. O General Tácito dizia que assistira, pela primeira vez, no Palácio da Alvorada, em Brasília, à transmissão da faixa presidencial de um presidente para outro, de Juscelino para Jânio.

Poder-se-ia pensar que estava consolidada a democracia, mas não. O Governo Jânio Quadros foi efêmero. Recebeu uma quantidade imensa de votos e assumiu a

Presidência com uma popularidade incrível, mas havia uma situação esdrúxula: ele foi eleito por um partido e o Vice-Presidente, por outro, o que acarretaria inúmeros problemas. No início, estava desenvolvendo um bom Governo e a população estava esperançosa de consolidar a democracia, afinal Jânio Quadros representava o Governo preferido pela maioria. Entretanto, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio renunciaria, para surpresa do povo, com o propósito, imagina-se, de que as Forças Armadas fossem reconduzi-lo à Presidência da República, com plenos poderes. Mas, enganou-se.

João Goulart, que deveria substituir Jânio Quadros, não gozava da confiança das Forças Armadas, mas a classe política contornou a dificuldade, lançando mão da instituição do parlamentarismo. Pensando como Getúlio, querendo criar, também, um outro tipo de governo, totalitário, Jango conseguiu o retorno ao presidencialismo, através de plebiscito. Passou, então, a tomar várias atitudes ofensivas às Forças Armadas e foi se unindo às esquerdas. Apesar de alertado, achou que tinha força suficiente para manter seus intentos, porém, as Forças Armadas acompanhavam todos os movimentos.

Nós, capitães e tenentes, vivíamos sofrendo, escutando pelo rádio – não havia televisão – as notícias sobre os problemas que afligiam o País, a subversão comunista com agitação na cidade e no campo, a criação das "Ligas Camponesas", sob a orientação de Francisco Julião, em Pernambuco, e a criação dos "grupos dos onze", arquitetados por Leonel Brizola. Alguns militares se reuniram e começaram a planejar uma contra-revolução para fazer face à revolução comuno-sindicalista, em curso e já adiantada. Essas, as causas remotas do Movimento de 1964.

As causas imediatas foram o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, seguindo-se o motim dos marinheiros, capitaneados por um almirante e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, todos ocorridos no Rio de Janeiro. Tudo aquilo causou tristeza, preocupação e inquietação no meio militar e nos meios civil e religioso. Temos que reconhecer a importância do poder civil, representado, naquela época, pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Adhemar de Barros, de São Paulo; Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; e, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Graças a Deus irrompeu, como disse, uma contra-revolução, e evitamos que o comunismo fosse implantado no Brasil. João Goulart foi deposto, fugiu, e então foi decretado o primeiro Ato Institucional, declarando-se a vacância da Presidência.

Eleito primeiro Presidente revolucionário, por um colegiado constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o Marechal Castello Branco, verdadeiro estadista, com sabedoria soube manter o equilíbrio e tivemos uma Revolução pací-

fica. Idealista, queria que logo retornasse o Poder às mãos dos civis. Não obstante, prorrogou-se o seu mandato por mais um ano; ele não aceitou período maior.

As grandes reformas sociais foram realizadas nesse período. Os passos iniciais para a reforma agrária e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foram muito importantes para a obtenção da harmonia social. Além disso, tivemos a nova lei do Imposto de Renda e a criação do Banco Central, tudo no Governo Castello Branco. Aumentou-se o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Isto posto, o pessoal que vinha do governo anterior ficou diluído entre os novos ministros, enquanto muita gente desejava mesmo a substituição compulsória de todos os ministros daquela corte.

Raciocinando-se friamente, percebe-se que a intenção das Forças Armadas, do Governo, era voltar à democracia, ao exercício pleno da democracia. E isso era importante. Não posso deixar de dizer que, ainda no Governo Castello Branco, tivemos a reforma eleitoral, a reforma política e a criação do salário mínimo nacional, antiga aspiração dos nossos operários.

O Governo Costa e Silva, período de curta duração por causa da doença que acometeu o General, também foi profícuo. Tomou medidas importantes no combate à inflação, foi rigoroso no pagamento da dívida externa, tornou o câmbio flexível, estimulou a exportação e deu início à desburocratização administrativa, orientada pelo Ministro Hélio Beltrão.

Durante o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici ocorreu o chamado "milagre econômico": a economia cresceu a taxas de 12% ao ano e a inflação caiu. Criou-se o Plano de Integração Social (PIS), e permitiu-se a participação dos funcionários no lucro das empresas, até então bandeira comunista. Foram construídas a Transamazônica e a Perimetral Norte. Promoveram-se a reforma dos Correios e o desenvolvimento das companhias telefônicas estaduais.

O Presidente Ernesto Geisel, quarto militar no Poder, começou a fazer a distensão política, promoveu o reatamento das relações com a China, condenou o sionismo e o regime racista da África do Sul, além da denúncia do Acordo Militar Brasil/EUA. Considero o ponto máximo do Governo Geisel o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha, completado durante o governo seguinte.

João Baptista de Oliveira Figueiredo enfrentou um grande déficit na balança de pagamentos, herança do cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que, ao reduzir a oferta de petróleo, provocou a elevação dos preços, conhecida como o choque do petróleo. Entretanto, o Governo Figueiredo aproveitou-se das dificuldades para suprir as nossas deficiências do campo energético e, através de grandes investimentos, buscou as fontes alternativas.

Esse foi um período muito importante para a nossa economia. Iniciou a exploração das reservas minerais, em Carajás. Construiu-se as Usinas de Itaipu e Tucuruí (já existia a Usina de Boa Esperança). O Governo, através do Ministério de Minas e Energia, construiu a maior linha de transmissão do mundo. A capacidade instalada de energia passou de 7.500 MW para 45.000 MW, o que corresponde a um aumento de 500%. Daquela época para cá não mais se construiu, e hoje o País enfrenta o "apagão". Infelizmente, os atuais governantes dizem que não tinham conhecimento do problema energético.

Na administração do Presidente João Figueiredo ocorreu um outro fato da maior significação. Pela Declaração de Belém, todos os países que compõem a base geográfica sobre a qual se assenta a hiléia amazônica firmaram um acordo para explorar e defender o seu território. Lamentavelmente, dele pouco se ouve falar e, acredito, pouca gente o conhece. A visão do estadista, fruto do amor à liberdade e à soberania nacional, antecipava-se às dificuldades e ameaças que pairavam sobre o nosso País.

Ante estas considerações, vale a pena uma reflexão, um olhar crítico sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, principalmente pelos ataques grosseiros, depreciativos, que nos últimos anos lhe vêm sendo insistentemente lançados. Esquecem-se os seus detratores contumazes, de que a Revolução não poderia permitir que a doutrina comunista – alimentada, difundida e inoculada por alienígenas, de um lado; e absorvida, de outra parte, por maus brasileiros, por incautos, mas sobretudo pela juventude idealista – causasse a subversão da ordem, a democracia e o sistema de governo vigente.

A Intentona Comunista foi o despertar, a motivação principal da eclosão da Revolução de 1964, porque, antes, sabia-se do perigo, mas não da intenção, malévola, do que eram capazes os subservientes a Moscou e ao regime de Pequim. A Intentona Comunista, desde 1935, despertara no Exército, nos companheiros, em toda a Nação, a revolta e o medo de um regime totalitário, como o comunista. Antes da Revolução de Março de 1964, a própria Igreja sabia que estava em curso uma guerra revolucionária. Daí o apoio, por exemplo, do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, e a realização de Marchas da Família com Deus pela Liberdade, no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte. Ao deflagrar a Revolução, pois, as Forças Armadas, em particular o Exército, apenas estavam interpretando a vontade nacional, absolutamente contrária à implantação do regime comunista no País.

Atualmente, se parte da mídia insinua que pela guerra fria os norte-americanos nos impuseram a execução do golpe militar de 1964, tal ocorre por ignorância ou má-fé, pois, como disse, os militares não poderiam permitir que a peçonha

comunista de 1935 voltasse a surpreendê-los. Portanto, esse segmento da mídia deve estar sendo conduzido por jornalistas que não vivenciaram a Revolução. Por outro lado, alguns antigos elementos derrotados, hoje no Governo, têm interesse em denegrir a imagem das Forças Armadas quando, por exemplo, aplaudem a indenização do Lamarca. É inadmissível obscurecer esses fatos.

Acerca de ações de guerrilha e outras operações como seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos e a explosão de bombas em vários lugares do País, eu mesmo presenciei um fato muito triste. Em 1967, servindo no 14º Regimento de Infantaria (14º RI), em Recife, encontrava-me no Aeroporto dos Guararapes ao lado de vários companheiros, aguardando a chegada do Presidente Costa e Silva, procedente de João Pessoa. Em dado momento, ouvimos uma explosão, um forte estampido a poucos metros do local em que nos encontrávamos. Uma bomba colocada em uma banca de revistas, explodira.

Ouviu-se o ruído de vidro se estilhaçando. Algumas vidraças do aeroporto partiram-se. Um almirante do Instituto Naval caiu a meus pés. Ainda tentei socorrê-lo, mas, infelizmente, pela gravidade dos ferimentos que sofrera, faleceu ali mesmo. Um carregador muito nosso amigo, bastante conhecido no Aeroporto dos Guararapes, perdeu as duas pernas. Aquele artefato deveria detonar por ocasião da chegada do Presidente Costa e Silva ao aeroporto, o que não ocorreu em virtude do atraso da sua aeronave, ainda em João Pessoa. Avisado da tragédia, a visita presidencial ao Recife foi cancelada. Presenciei, vi e senti este episódio lamentável, e dele escapei, estando hoje aqui, testemunhando, a bem da verdade. Graças a Deus.

Ainda em Pernambuco, participei de buscas a Chico Julião, responsável por incêndios criminosos nos canaviais do Município de Vitória de Santo Antão. Quantas noites sem dormir! Mas nos sentíamos seguros por estarmos apoiados pela própria população, motivada pelo exemplo dos governos revolucionários. A propósito, vale a pena refletir sobre o que disse o Presidente Castello Branco, quando lembrou como usara o Poder: "Não quis nem usei o Poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi." Sem o saber, o Presidente Castello Branco estava a definir o perfil dos presidentes militares, paradigma para a juventude, pois os exemplos que, após aqueles governos, os homens públicos vêm legando à sociedade, são abomináveis.

Restaria, ainda, as acusações feitas ao Movimento de 1964 relativas à tortura, ao número de mortos e desaparecidos. Mas nem mesmo essa imputação prevalece, em face da passionalidade, do radicalismo e da exacerbação com que se trata problema tão grave. Basta, comparativamente, tomar o genocídio que o Movimento Comunista Internacional impôs à Humanidade. Os Arquivos de Moscou, hoje aber-

tos ao público, comprovam esta assertiva. Foram milhões de vítimas só na China e na Rússia. Aqui na América Latina, só em Cuba, na Colômbia e no Peru, foram dezenas de milhares.

No Brasil aconteceu um milagre, apesar de macabro, posto que o número de mortos foi inferior a três centenas, de ambos os lados. Por quê? Fruto da índole, do caráter pacato do povo brasileiro, resultado da miscigenação entre o branco, o índio e o negro. Depois, a vontade e o apoio do povo que tem aversão ao assassinato covarde e frio. Numa palavra: a moderação.

Realmente houve prisões, punições, mas sem rancor. Quantas vezes convivíamos com os presos políticos, no Quartel do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), porque era gente de princípio? Quantas vezes saíamos para visitar os presos, perguntar o que eles queriam, hein? Quando fiz a universidade, em Brasília, levava para estudar na minha casa alguns alunos, jovens comunistas. E, posteriormente, presos, diziam: "Capitão, me leve para o seu quartel, para a Brigada." Isso quer dizer que, a rigor, sem qualquer vaidade, o militar brasileiro reflete a alma do seu povo.

Infelizmente, o socialismo-marxista derrotado pelos militares ainda sobrevive, explorando a corrupção e a miséria. Mas se o comunismo vive do caldo de cultura da miséria, dos antagonismos e da luta de classes, não adianta perder tempo em combater os efeitos. Temos que combater as causas. Podemos vencê-lo pela educação, que levará à melhoria do nível de vida da população. Porque a instrução, a educação, levam o homem a enxergar. E, vendo e percebendo, pode sonhar. E o sonho é a inspiração daquilo que se tem em mente.

Atualmente, ocorre uma outra guerra. E o inimigo pode nos vencer por meios que não os bélicos. Refiro-me à globalização, não adianta se iludir. Reconhecemos que há o bom capitalista, o homem sério, mas também existe o capitalista desumano e o capital volátil. Diante da competição perversa e violenta com que nos defrontamos, a única saída é investir no homem e em tecnologia. Se não sairmos do atraso, as nossas empresas não terão como competir. É uma luta árdua, desleal, desigual, quase impossível. Estamos diante do neoliberalismo implacável, imposição dos países ricos sobre o Terceiro Mundo. Não é livre mercado, nem economia de mercado. É suicídio mesmo, é genocídio. Ou, para ser menos cruel, estamos regredindo rumo à colonização. O homem deixou de ser importante, não significando, na atualidade, senão mero sobressalente.

Portanto, vejo este Projeto com entusiasmo e vibração, pois, com toda certeza, infenso à deformação dos fatos, à distorção da verdade. Alegra-me, outrossim, saber que poderá alcançar um público numeroso e diversificado, principalmente a juventude e as gerações futuras, porquanto a sua divulgação envolverá todos os meios

possíveis, inclusive a mídia eletrônica, via Internet. Esse último meio – Internet – será eficiente e eficaz na preservação fidedigna da nossa história.

A Lei da Anistia, promulgada em 1985, exemplifica muito bem este meu raciocínio. Importante, principalmente, por revelar a "abertura", a reconciliação e o perdão mútuo, mas desconhecida da grande maioria dos brasileiros. Posteriormente, tantas vezes violentada para atender ao rancor e ao "revanchismo" dos derrotados, numa quadra em que o País tanto necessita da harmonia de todos os brasileiros, para enfrentar múltiplas dificuldades, até mesmo de ordem psicológica. Diferentemente da postura de Caxias, vencedor e pacificador das lutas internas, braço forte da unidade e da soberania nacional.

Por fim, gostaria de salientar que aos governos revolucionários coube desenvolver o Brasil, elevado que foi à condição de oitava economia do mundo; em 1964, ocupava a 48ª posição. Depois, em 1985, encerrando-se o ciclo revolucionário, os militares devolveram o País à normalidade democrática, a salvo do totalitarismo comunista.

E hoje, como ontem, a consciência do povo brasileiro não permitirá que atitudes impatrióticas prevaleçam. Os tempos são outros. Mas a missão constitucional das Forças Armadas permanece imutável.

Coronel Francisco Sobreira de Alencar

- Natural da Cidade de Maranguape, CE.
- 8ª Região Militar Assistente-Secretário do General Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira Neto; comandou o 5º Batalhão de Engenharia de Combate, em Posto União, SC.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e de Informações Militares do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, comandava a Segunda Companhia do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (BEConst), em Crateús, CE.

Entrevista realizada em 31 de maio de 2000.

Inicialmente, quero dedicar o conteúdo desta exposição a todos os brasileiros e brasileiras, especialmente àqueles que nasceram após 1964 e àqueles que, em 1964, não tinham idade suficiente para entender a grave crise que se abatia sobre o Brasil, devida, em grande parte, à ação dos comunistas, que intentavam implantar no Brasil a ditadura do proletariado. E alguém poderia me perguntar: "Havia comunistas no Brasil?" Eu lhes responderia que sim. A doutrina comuno-marxista, angariou, aqui no Brasil, vários simpatizantes, depois adeptos e por último, em 1922, fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou Partidão, como diziam. Em Moscou, reuniam-se as Internacionais Comunistas onde tinha acento o chefe principal dos comunistas do Brasil, Luís Carlos Prestes. Essas Internacionais instruíam e orientavam as ações dos comunistas, para o domínio do mundo, através da tomada do Poder nos países infiltrados. No Brasil, os comunistas brasileiros empreenderam esforços nesse sentido e culminaram essas ações com a Intentona Comunista de 1935. E o que foi essa Intentona Comunista? Um movimento planejado, orientado e dirigido pelos comunistas, desencadeado nas Cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, onde espalharam o terror, agredindo, saqueando, violentando aquela gente simples dessas cidades, e assassinando 28 militares, na madrugada de 27 de novembro de 1935. A Intentona Comunista traumatizou e afrontou a Nação e se refletiu de maneira indelével na alma dos militares brasileiros, que não a esqueceram em 1964.

A Intentona Comunista não foi a única causa da iniciativa de 1964; poder-se-ia dizer que exerceu influência psicológica profunda, impulsionando os militares brasileiros ao Movimento Cívico-Militar de 1964. Todavia, existiam outros fatores, como, por exemplo, o panorama político nada animador anterior a 1964, com a corrupção grassando na vida pública brasileira. Os conchavos político-partidários eram normais, sobretudo durante as campanhas eleitorais, e os candidatos, na sua maioria, não estavam preparados para o exercício de cargos eletivos.

No final de 1960, houve eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Nessas eleições foram eleitos: para Presidente, o Dr. Jânio da Silva Quadros e para Vice-Presidente, o Dr. João Goulart, da chapa oposta à do Presidente eleito, e com o apoio dos comunistas do Brasil. No começo de 1961, Jânio assume o Poder com idéias de moralizar o Governo e sanear a administração pública. Implantou várias dessas idéias, trazendo esperanças ao povo brasileiro de um futuro promissor para o País. Qual não foi a decepção da Nação brasileira quando, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio, desastrada e pretensiosamente, renuncia à Presidência da República. E digo pretensiosamente porque há indícios fortes de que pretendia retornar à Presidência, com todos os poderes, o que não ocorreu porque o Congresso declarou a vacância da Presidência da República.

A conseqüência foi o surgimento de uma crise institucional grave. O Vice-Presidente, Dr. João Goulart, teria que assumir a Presidência da República mas não desfrutava da confiança do povo brasileiro, por sua aliança com os comunistas. E essa desconfiança se acentuou pelo fato de o Dr. Jango estar visitando a China comunista, no dia da renúncia de Jânio, certamente para sondar, para orientar-se sobre como seria uma República Comunista. Essa desconfiança do povo brasileiro foi perfilhada pelas Forças Armadas, cujos ministros sugeriram ao Congresso que conseguisse uma forma de reduzir os poderes do Presidente da República. Adotou-se, então, o parlamentarismo e o Dr. João Goulart assumiu a Presidência da República, com seus poderes reduzidos à figura de Chefe de Estado, pois nesse sistema parlamentarista quem governa é o Primeiro-Ministro, escolhido pelo Congresso. Os aliados de Jango, sobretudo os comunistas, não se conformaram com essa situação e começaram a articular o retorno ao presidencialismo, conseguido por meio de um plebiscito, engendrado e muito manipulado. Jango, então, tornou-se Presidente da República, com todos os poderes constitucionais do sistema presidencialista.

Nessa época, o Governo de Jango já vinha sofrendo várias quedas: a inflação crescia assustadoramente e o País perdia prestígio no Exterior. Os comunistas infiltravam-se, continuamente, no Governo e dominavam os postos de segundo e terceiro escalões. Ao mesmo tempo provocavam, por todo o território nacional, vários tumultos e desordens, através de entidades por eles dirigidos como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional do Trabalhadores na Indústria (CNTI), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras. O principal desses tumultos ficou conhecido como o comício do dia 13 de março (1964) ou comício da Central do Brasil, ao lado do então Ministério da Guerra, uma provocação. A esse comício compareceram o Presidente da República e seus ministros, incluindo os ministros militares. Nele, foram exigidas as reformas de base “na lei ou na marra”, como diziam os comunistas, o fechamento do Congresso e que todo o poder fosse dado aos sindicatos. Exigiram, ainda, a formação de uma Constituinte para elaborar nova Constituição, ao agrado dos comunistas.

Enquanto isto, desenvolviam-se ameaças à hierarquia e à disciplina nas Forças Armadas. Leonel Brizola insuflava sargentos e praças contra oficiais, o que ele chamava de “brizolismo” contra “gorilas”. “Gorila” era uma expressão usada pelos comunistas para caracterizar os generais que eram contra o Governo de Jango, mas essa expressão se estendeu para todos os oficiais que não concordavam com a situação vigente. Algumas manifestações de sargentos e praças se espalharam pelo território nacional, ficando conhecida a revolta dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963. No ano seguinte, ocorreu o levante dos marinheiros, no Sindicado dos

Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ao comando do cabo Anselmo e com o apoio do Almirante Aragão, Comandante dos fuzileiros navais. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, tentou punir os amotinados, mas foi demitido pelo Presidente da República. No dia 30 de março de 1964, sargentos e praças ofereceram um almoço, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, ao Presidente da República e a seus ministros. Os discursos proferidos durante esse almoço repetiam as exigências já feitas no comício do dia 13.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 foi uma reação a esse estado de coisas, impulsionado por três fatores que vou resumir aqui; três fatores que foram, vamos dizer assim, a gota d'água que extravasou o copo: o comício do dia 13, o levante dos marinheiros e o almoço do Automóvel Clube do Brasil. Isto motivou as Forças Armadas a reagirem contra a ação dos comunistas que queriam implantar no Brasil, como já disse, uma ditadura do proletariado, sob a forma de uma República Popular Sindicalista, nos moldes de Pequim e sob os ditames da União Soviética, o que vale dizer, transformar o Brasil num escravo da Rússia comunista.

E como foi que se desencadeou esse Movimento Cívico-Militar? Enquanto se davam todos esses tumultos, em todo o território nacional, o povo brasileiro experimentava uma preocupação profunda com o que poderia ocorrer no Brasil. E essa preocupação revelou-se, muito bem, nas chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Foi um verdadeiro grito angustiante do povo brasileiro e um apelo às Forças Armadas para que dessem um basta àquela situação. Por outro lado, vários oficiais da reserva se articulavam com o pessoal da ativa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sobretudo do Exército. Os chefes militares começaram a se reunir para planejar um Movimento que sustasse o avanço dos comunistas em nosso País. Os Comandos Militares, na sua maioria, concordavam com o Movimento e as Unidades, praticamente todas, tanto da Marinha, como do Exército e da Aeronáutica, aderiram. Os chefes militares resolveram desencadear o Movimento no começo de abril. Certamente sabiam que o golpe comunista estava previsto para o dia 1º de maio de 1964. Entretanto, fatos novos precipitaram os acontecimentos. Um desses fatos foi o jantar do Automóvel Clube do Brasil.

Na madrugada de 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, Comandante das tropas de Minas, apoiado pelo Marechal Odylio Denys, resolve pôr em marcha suas Unidades, na direção do Rio de Janeiro. Mas, por que o Rio de Janeiro e não Brasília? Na realidade, dizia-se, repetidamente, que o comandante do I Exército, General Âncora (Armando de Moraes Âncora), era simpatizante do Governo de Jango. Essa suposição se confirmou quando este Comandante destacou uma força-tarefa com base no Regimento Sampaio, para entestar as forças de Minas Gerais. Tal deci-

são trouxe uma preocupação muito grande aos articuladores do Movimento, porque, caso houvesse um confronto entre essas tropas, seria um desastre para toda a Nação. Graças a Deus e, mais uma vez, à interferência do Marechal Odylio Denys, esse confronto não ocorreu; ao contrário, a força-tarefa aderiu às tropas de Minas, houve um congraçamento e ambas as forças convergiram suas marchas na direção do Rio.

Enquanto isso ocorria, o II Exército, de São Paulo, sob o comando do General Amaury Kruel, iniciava o seu deslocamento para o Rio de Janeiro e, na altura da Cidade de Resende, soma-se aos esforços da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), então comandada pelo General Emílio Garrastazu Médici, que já havia iniciado o seu movimento na direção de Barra Mansa para conter as tropas do GUEs (Grupamento de Unidades Escolas), destacadas pelo Comandante do I Exército. A AMAN passou, então, a ser a excelsa vanguarda do II Exército. Com o avanço dessas tropas para o Rio de Janeiro e a ação destacada de grupos de comandos integrados por oficiais-alunos da EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), o I Exército aderiu ao Movimento. Horas depois, o Comando Revolucionário e os demais chefes militares receberam a informação da fuga de Jango para destino ignorado e, também, da vacância da Presidência da República, vacância esta decretada pelo Congresso. Estava vitorioso o Movimento Cívico-Militar de 1964.

O Comando Revolucionário, dirigido pelo General Arthur da Costa e Silva – o mais antigo oficial-general da ativa, naquele momento – assumiu a direção do País, e a primeira iniciativa desse Comando foi a emissão de Ato Institucional, que cassava aqueles políticos mais incriminados com a anarquia do Governo Jango e definia o processo de eleição indireta para o novo presidente, ou seja, o Congresso elegeria, em nome do povo, o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Desse modo foi eleito como primeiro presidente do ciclo revolucionário, o General Humberto de Alencar Castello Branco, que enfrentou a fase mais difícil e trabalhosa desse período, mas venceu com sabedoria e maestria. Garantiu paz e tranqüilidade para toda a Nação, empreendendo as reformas necessárias ao ordenamento do Governo e ao saneamento da vida administrativa do País. Convém citar, entre as medidas tomadas para esse saneamento, o Decreto-Lei nº 200, que regia a aplicação e a prestação de contas de todos os recursos distribuídos a todas as unidades administrativas. Ao mesmo tempo, o General Castello Branco inaugurava, no País, a fase do desenvolvimento, com um planejamento rigoroso e exeqüível, além de várias medidas empreendidas no campo social. Vou citar apenas três, ligadas principalmente aos brasileiros mais humildes: o Estatuto da Terra, marco inicial de uma política agrária que beneficiou milhões de brasileiros no campo; o Banco Nacional

da Habitação (BNH), que viabilizou a aquisição da casa própria, também para milhões de brasileiros; e o Fundo Rural (Funrural), que melhorou a vida de milhões de trabalhadores, com mais de sessenta anos de idade e que, trabalhando a vida toda no campo para retirar o próprio sustento, não tinham mais condições de fazê-lo.

O General Castello Branco foi eleito por dois anos. Entretanto, o acúmulo de medidas para o saneamento do País e para o planejamento de uma administração serena, exigiu-lhe mais tempo. Por isso, o Congresso Nacional impôs-lhe mais um ano de governo, mesmo contra a sua expressa vontade. O Presidente Castello Branco alimentava a idéia de institucionalizar a Revolução e o fez com a Constituição de 1967. Assim, ele encerrou o seu mandato, passando a Presidência da República, em 15 de março de 1967, ao seu substituto legal, o General Arthur da Costa e Silva.

Costa e Silva continuou o processo de desenvolvimento planejado e intensificou as medidas de saneamento, particularmente aquelas que incidiam no combate à corrupção. Uma das grandes realizações do seu governo e um marco na vida do País foi a Ponte Rio–Niterói.

Costa e Silva, ao lado de todas essas providências, viu acirradas as ações dos comunistas, agora sob a forma de terrorismo e com o rótulo de luta armada. Começou antes mesmo de sua posse, com o atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, onde faleceram um jornalista e um almirante e foram feridos nove cidadãos, destes, alguns ficaram paralíticos para o resto da vida. Costa e Silva teve, então, de endurecer as medidas de segurança, e esse endurecimento veio com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Certamente, as pressões decorrentes dessas atividades se refletiram na saúde do General Costa e Silva que sofreu uma trombose, afastando-se, assim, da Presidência da República.

Para substituí-lo, o normal seria o seu Vice-Presidente. Entretanto, o Dr. Pedro Aleixo opunha-se ao endurecimento das medidas de segurança, portanto, ao AI-5 e, por isso, foi impedido de assumir a Presidência da República. Organizou-se, então, o que se chamou de Junta Militar, composta pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Essa Junta Militar dirigiria o País, enquanto durasse a doença do Presidente da República. Todavia, a doença agravou-se e acabou levando o General Costa e Silva à morte. Estava vaga a Presidência da República e surgiu a necessidade de uma nova eleição que, realizada pelo Congresso, escolheu o nome do General Emílio Garrastazu Médici.

O General Médici iniciou o seu governo, em 30 de outubro de 1969, dando forte impulso às medidas de desenvolvimento planejado. Intensificou, também, as ações de combate à corrupção e enfrentou, com energia, coragem e determinação, o ápice da luta armada, vencendo-a. O País caminhava muito bem: a inflação

estava sob controle e a dívida externa brasileira se reduzira a seis milhões de dólares; o Brasil passara da 48ª para a oitava potência econômica mundial. Foi nessas circunstâncias que o General Médici encerrou o seu período de governo, passando a Presidência ao seu substituto legal, o General Ernesto Geisel, no dia 15 de março de 1974.

O General Geisel trazia a idéia da distensão política e iniciou o processo da chamada "abertura". Para isso, revogou o AI-5 e deu continuidade e até intensificou as medidas de desenvolvimento planejado e de combate à corrupção. Mas o General Geisel viu-se a braços com uma das maiores crises que se abateram sobre o mundo, a chamada crise do petróleo que atrapalhou a economia de todos os países, em particular a do Brasil, que era dependente da importação de petróleo. Isso onerou, consideravelmente, a nossa dívida externa. Por outro lado, o General Geisel trazia, no seu planejamento, a construção de várias obras necessárias ao desenvolvimento do País, sobretudo no campo energético; essas obras dependiam de empréstimos externos. O General Geisel teve a coragem de assumir esses compromissos, o que aumentava, ainda mais, a dívida externa. Mas, como fruto e continuidade desse esforço, surgiram as construções das maiores hidrelétricas do mundo – Itaipu, Tucuruí – além de muitas outras usinas energéticas, que ficaram prontas e concluídas no governo seguinte, do Presidente Figueiredo. A Ferrovia do Aço foi outra grande obra iniciada pelo General Geisel. Convicto da necessidade de suas realizações e do dever cumprido, ele termina o seu período de Governo e passa a Presidência da República ao General João Baptista de Oliveira Figueiredo, a 15 de março de 1979.

O General Figueiredo, logo no início do seu Governo, ao enfrentar a segunda crise do petróleo – através do seu Ministro de Minas e Energia, Coronel César Cals – estabeleceu, com extraordinária determinação, um plano de metas, que assegurasse a auto-suficiência de nosso País em minério e energia, até o final da década 1990/ 2000. Os governos seguintes se descuidaram da continuidade. A exemplo da atual crise energética, como justificá-la, se no Governo Figueiredo completou-se, neste País, a mais extensa linha de transmissão do mundo?

Em paralelo às medidas de distensão política, isto é, a "abertura" política, o Presidente Figueiredo empreende as medidas de desenvolvimento planejado. Antevendo o término do ciclo revolucionário ele se antecipou e sancionou a chamada Lei da Anistia, de iniciativa de seu Governo. Todos os cidadãos punidos por atos de exceção, desde 9 de abril de 1964, foram anistiadas, como também elementos envolvidos com a defesa interina. Tudo isto, então, cairia no esquecimento, de acordo com a Lei da Anistia. Repetia a conduta exemplar do Duque de Caxias, no tempo do Império, quando conclamava a todos os brasileiros a conviverem numa só

família. O General Figueiredo, nesse momento, então, encerra o seu período de Governo, já no começo de 1985, e também encerra o ciclo dos governos militares.

Os militares que exerciam postos no Governo voltaram para os seus quartéis, todavia, persistiu, ainda, resquícios dos governos revolucionários, remanescentes da Constituição de 1967, em vigor. O desatrelamento completo veio com uma nova Constituição, o que ocorreu em 1988. Neste ano, pois, encerrou-se tudo o que se referia aos governos revolucionários.

Entretanto, este tema não se esgota com o que foi dito até aqui. Há muito mais o que dizer e que outros expositores o farão. Resta-me fazer, agora, alguns comentários complementares.

Comecemos pela posição da Igreja Católica em relação ao Governo João Goulart, às vésperas da Revolução. O comunismo, pela sua própria essência doutrinária, é antireligião, antipessoa humana, antinação e antipátria. O clero nacional, na efervescência, provocada pelos comunistas, naquela época, revelou-se altamente preocupado com o destino do País. Vários bispos e padres não só estimularam, mas também apoiaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o que significava apoiar um movimento de reação, isto é, apoiar o Movimento Cívico-Militar de 31 Março de 1964. Conseqüentemente, esta atitude representava uma oposição ao Governo João Goulart.

Quanto às "Ligas Camponesas", sabemos que compunham um movimento criado pelo comunista Francisco Julião, mais conhecido como Chico Julião. Essas "Ligas Camponesas" se disseminaram pelo interior do Nordeste, particularmente por Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, espalhando o terror, sobretudo contra pequenos fazendeiros e proprietários. Praticavam agressões, assaltos e saques contra essa gente simples do interior. Com relação aos "grupos dos onze" foram fruto de uma idéia de Leonel Brizola, que os organizou e espalhou pelo País todo. Esses grupos tinham a missão de difundir o terror, capitais e demais cidades, sobretudo em lugares do interior. Num dado momento, eles seriam reunidos numa Força, muito parecida com a Guarda Vermelha soviética de 1917, que segundo os planos de Brizola, daria sustentação ao governo comunista a ser implantado no Brasil.

Em certa oportunidade, Luís Carlos Prestes, o líder marxista brasileiro, asseverou: "Nós, os comunistas, já temos o Governo (do Brasil), falta-nos apenas o Poder", confirmando a extensa infiltração comunista no Governo de Jango e o objetivo de tomada do Poder. Assim entendo e, além do mais, ela é concordante com o conhecimento que se tinha, na época, de que o golpe comunista estava previsto para 1º de maio de 1964.

Sobre as lideranças do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, vou citar os nomes de três militares e igual quantidade de civis. Os generais Castello

Branco, Costa e Silva e Mourão Filho foram as vigas mestras do Movimento. Entre os civis vou citar os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, de São Paulo, Adhemar de Barros e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que apoiaram, em todos os sentidos, o Movimento.

Muito se alega que o Movimento de 1964, sofreu influência externa, especialmente dos EUA. Entendo o contrário, que foi uma idéia exclusivamente nossa, de brasileiros.

A mídia desconhece, propositadamente ou não, o papel da guerra fria na intenção soviética de expansão do comunismo, em todos os países do mundo. Sabe-se perfeitamente que a guerra fria foi uma invenção de Stálin, para a tomada do Poder, para o domínio comunista do mundo, nascida durante a Segunda Grande Guerra, quando, nas Conferências de Teerã, Yalta e Potsdam, Stálin impôs grandes vantagens na Europa. A linha então traçada que dividia a Europa, conhecida como "linha de ferro" ou "cinturão vermelho", significou a entrega ao controle soviético de todos os países da Europa Central e dos Balcãs. Desses países, apenas dois foram excluídos: a Grécia, no Sul; e a Finlândia, no norte.

A Intentona Comunista de 1935 trazia, na sua essência, a intenção da tomada do Poder pelo comunismo, no Brasil, segundo o objetivo de domínio do mundo pelo comunismo estabelecido pelo *Komintern*, em 1919. Em 1935 não havia guerra fria, mas, desde aquela época, os comunistas alimentavam a mesma intenção da tomada do Poder. Assim, a guerra fria escondia a intenção da tomada do Poder pelos soviéticos e essa foi a guerra travada no Brasil, uma guerra contra o comunismo.

Com relação ao esquema militar de Jango, afirmo que se tratava de um blefe, simplesmente não existia, como demonstraram os fatos posteriores. Por outro lado, a união entre as Forças Armadas são fruto de laços históricos, que a vitória do Movimento de 31 Março de 1964 só fizeram fortalecê-la.

Pode-se afirmar que a ideologia do Movimento, está resumida no binômio "desenvolvimento com segurança". Outros princípios que constituíram a base doutrinária da Revolução de 1964 foram: paz com tranqüilidade, democracia com ordem e progresso, liberdade com responsabilidade, pleno respeito à plena soberania nacional dos países amigos.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 combateu a revolução comunista. Então, não vejo adequado o termo revolução para o Movimento Cívico-Militar de 1964. A ele, no meu entendimento, se ajusta muito mais a expressão Contra-Revolução, que foi, na realidade, o que fizemos, embora, no desenrolar dos fatos, ela tenha assumido a forma e as características de uma verdadeira Revolução, sem derramamento de sangue.

Vale dizer que, no seu curso, o Movimento se confirma como tal, por ter mudado, em 180º, os rumos do País, carreando-lhe vultosas vantagens. De fato, os benefícios trazidos pela Revolução de Março de 1964 foram incontáveis. Pediria até permissão para ler aqui dados estatísticos para que se tenha uma idéia, em certos campos do desenvolvimento, do que foi feito neste País durante a Revolução. Em 1964, o País não possuía um sistema de comunicação. Nessa época, por exemplo, servia em Crateús, no 4º Batalhão de Engenharia de Construção e, para se fazer uma ligação para Fortaleza, levava-se dois dias de espera, isso quando se era atendido. Em 1974, já era possível fazer uma ligação para qualquer parte do território nacional em menos de um minuto e, em 1984, para o mundo todo, também em menos de um minuto. Poderíamos enumerar outros dados; por exemplo, a produção de grãos entre 1963 e 1983, em milhões de toneladas: em 1963 produzíamos 19,4 milhões de toneladas enquanto, em 1983, foram 55 milhões de toneladas; quer dizer, houve uma multiplicação por 2,8 da produção. A capacidade de armazenagem: em 1963 era de cinco milhões de toneladas e, em 1983, passou a 57 milhões de toneladas, isto é, multiplicou-se por 11,4. Na Educação, que é o ponto básico de uma Nação, as crianças de dez a 14 anos freqüentando a escola: em 1963 tínhamos cinco milhões de crianças e, em 1983, nove milhões de crianças, quase o dobro. Universitários em mil: em 1963 tínhamos 124 mil universitários, era muito pouca gente; em 1983, já tínhamos um milhão e 300 mil universitários; ou seja, multiplicados por dez. Energia, outro ponto fundamental para a vida dinâmica do País. A potência instalada: em 1963 tínhamos 4.480 megawatts; em 1983, 35 mil megawatts; multiplicada por nove. Em rodovias pavimentadas: em 1963 tínhamos 19 mil km; em 1983, tínhamos 75 mil km; multiplicado por quatro, praticamente. Para não me alongar fico com esses dados, suficiente para atestar o imenso desenvolvimento produzido no País pela Revolução de 1964. As fontes dos dados acima são as estatísticas do Anexo I de "A Revolução de 1964", de Adolpho João de Paula Couto (págs. 309-315-317 e 320), citando Glycon de Paiva ("A Grande Conspiração").

Sobre o silêncio proposital da mídia acerca desses dados e a maneira como se refere à Revolução, chamando-a de "ditadura militar", esquecendo a ditadura do proletariado que os comunistas queriam implantar no Brasil, gostaria de dizer algo. O Movimento revolucionário, como empreendimento de humanos, teve seus erros, claro. Não vamos dizer que tudo foi acerto, houve erros, entre os quais, vou citar apenas três, que reputo os principais: um deles foi a falta de divulgação dos atos revolucionários. Era possível divulgar, por exemplo, os motivos das cassações, os atos empreendidos em defesa da ordem interna, as realizações da Revolução, como os dados citados acima que, até hoje, muito poucos os conhece. Uma outra falha foi

o Movimento ter, praticamente, esquecido os nossos meios educacionais e os nossos órgãos de comunicação de massa, abrindo-os à invasão comunista, que os dominam atualmente. Daí, a nossa mídia completamente desviada de toda a veracidade dos fatos. Considero outro erro, também, a falta de mobilização da população em defesa da Revolução. Não precisava de propaganda: bastava expor os fatos, as realizações da Revolução, para mobilizar esse povo, o que não foi feito, e hoje o povo não sabe muito bem o que houve, a partir de 31 de março de 1964. O povo ficou e continuou completamente desinformado.

Nestes meus comentários complementares, desejo deter-me a seguir, na postura ética, vigilante e constitucional de nossas Forças Armadas, antes, durante e após a Revolução de 31 de Março de 1964. Jamais as Forças Armadas se aproveitaram da situação revolucionária para auferir vantagens. É possível que um ou outro elemento civil ou militar, desprovido de qualquer dignidade, haja cometido alguma desonestidade. Mas pessoas dessa natureza eram raras exceções no conjunto dos revolucionários autênticos. Basta constatar-se que nem os vencimentos dos militares tiveram melhorias privilegiadas durante o período revolucionário. Pelo contrário, até hoje, a nossa remuneração talvez seja a mais baixa, comparando-se com outras carreiras dos três poderes da República.

As Forças Armadas brasileiras nunca empreenderam guerra de conquista; jamais foi seu intento, nem o será, com a graça de Deus. Fizeram, no século passado, algumas campanhas, visando a pacificação interna, sob a condução excelsa do Duque de Caxias. Participaram, ainda, de guerras externas. E foram obrigadas a enfrentar, internamente, a guerra suja do terrorismo e da guerrilha da esquerda. E saíram vitoriosas em tudo isso.

Agora, no presente, juntam-se os terroristas de ontem com os neoliberais de hoje para implantarem, no Brasil, uma globalização de interesse puramente externo, com a alienação completa do nosso povo. O que fazer? Todos nós sabemos que a globalização foi uma imposição das grandes potências aos países mais fracos, em desenvolvimento. Os governos atuais desses países aceitaram-na, embora jamais tivessem a simpatia do povo, que nem foi consultado. Pode-se perguntar a qualquer pessoa consciente, por mais simples que seja, se ela é a favor desse sistema. Com certeza, ela responderá que é contra qualquer sistema de globalização. A globalização significa, na verdade, um dreno na economia do País voltado para as grandes potências, acabando por deixar o povo completamente alienado de sua própria nacionalidade. Torna-se, portanto, impositivo e urgente fortalecer a educação e a conscientização do brasileiro voltados para o amor à Pátria e o civismo, para que ele, efetivamente, se oponha a este estado de coisas. É um assunto que foge à competência

exclusiva das Forças Armadas, pois se relaciona a todos os brasileiros autênticos, cada um em sua área de responsabilidade, militar ou civil.

Falamos de guerra suja, na qual alguns companheiros foram mortos. Os outros, ainda hoje, sofrem toda a sorte de injustiça praticada por certos grupos atiçados pelo ódio, pelo rancor. Esses companheiros são heróis nacionais, que lutaram e arriscaram suas vidas em defesa da lei, da ordem e, sobretudo, do povo brasileiro. A esses mártires se dirigiu o então Ministro do Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, com a seguinte frase: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia." Este pensamento é de uma felicidade rara. Julgo até que esta frase deveria sair dos quartéis, ganhar as ruas, praças e campos e aninhar-se nos corações e nas mentes dos brasileiros, sobretudo dos mais jovens. Além disso, sugiro, como uma atitude de justiça, a construção de um monumento com os nomes de todos esses heróis nacionais que, se no momento estão esquecidos, mais cedo ou mais tarde serão relembrados com muito respeito, até com veneração.

Peço permissão para ler a minha mensagem derradeira, que chamei de comentários finais, dada a sua importância, no meu ponto de vista: "O Brasil é o País líder da América Latina. Se tivesse caído nas garras do comunismo, em 1964, deixando-se escravizar pela União Soviética, este cinturão vermelho teria arrastado todos os países latino-americanos, já contaminados por essa ideologia. A expressão territorial do Brasil, sua potencialidade econômica, seu contingente populacional, associados à potencialidade dos países hispano-americanos, teriam fornecido à União Soviética um poderio tal que ela não se teria desmoronado em 1989, mas certamente se teria transformado na maior potência dominante do mundo. A nossa Contra-Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 frustrou-lhe as intenções de escravizar o nosso País. Daí, o ódio que os comunistas e filocomunistas alimentam contra ela e, em particular, contra as nossas Forças Armadas que, com o apoio do povo, lhes infligiram a mais dura derrota por eles sofrida em todos os tempos. Acusam-na de torturas e assassinatos, quando ela apenas adotou um processo de cassações contra os maus políticos e ativistas comunistas, os mesmos que fomentaram e praticaram os desmandos e desordens de 1964, mas tiveram suas vidas respeitadas. Fingem desconhecer que a Revolução Francesa adotou a guilhotina, que ceifou milhares de vidas; que a Revolução Comunista na Rússia adotou os pelotões de fuzilamento que tiraram a vida de milhões de russos; que a Revolução Cubana adotou o *paredón*, onde foram sacrificados milhares de cubanos, a mando de Fidel Castro e Che Guevara. O povo brasilei-

ro jamais aceitou tais violências. Por isso, meus irmãos brasileiros, convicto da mente acolhedora que nos é muito própria, envio-lhes a seguinte mensagem: vamos continuar construindo a paz e a prosperidade para todos nós, com amor a este grande País, que é nosso; com fundamento na Verdade e na Justiça; com o sentimento cristão de respeito aos semelhantes, destacando as crianças e os idosos; vislumbrando sempre um país glorioso, onde seja Deus a vontade suprema a dirigir nossas ações; a família seja a base afetiva de nossa sociedade; a Pátria, a expressão maior de todos os valores nacionais, porque foi tudo isto e muito mais de construtivo que realizou a nossa Contra-Revolução Democrática de 31 de Março de 1964."

Coronel José Firmino Dias Lopes

- Natural da Cidade de Sobral, CE.
- Comandou o 26º Grupo de Artilharia de Campanha, em Guarapuava, PR, e exerceu as funções de oficial de Estado-Maior da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Uruguaiana, RS; Adjunto de Subchefia do Estado-Maior do Exército e Assistente do Comandante do Comando Militar do Oeste, Campo Grande, MS.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval.
- Em 1964, era Tenente e servia no II Grupo/7º Regimento de Obuses 105mm (II/7º RO 105), em Natal, RN.

Entrevista realizada em 25 de junho de 2001.

Inicialmente, quero agradecer pela oportunidade que me foi dada de participar deste projeto que visa à preservação da historiografia brasileira sobre os acontecimentos marcantes da Revolução de Março de 1964. Na oportunidade, quero elogiar esta iniciativa, que por certo prosseguirá, para que a História faça justiça aos militares e civis que participaram daqueles acontecimentos. Espero que a minha modesta experiência possa acrescentar algo de valor ao rico acervo que está sendo criado sobre o assunto.

Pelo menos quero engrossar as vozes daquelas pessoas de bem que, nos últimos anos, corajosamente, saíram de suas atividades para protestar contra as mentiras, as infâmias perpetradas contra a Revolução pelos meios de comunicação social. Sempre me considerei um revolucionário autêntico, de modesta participação nos acontecimentos, mas de elevada convicção nos benefícios que a Revolução traria para o Brasil. Passados mais de 30 anos, há os que criticam a Revolução, não pelo que ela fez, e sim pelo que deixou de fazer.

Apresentei-me em Natal, nos idos de 1963, no II/7º RO 105, como aspirante de artilharia recém-chegado da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Subalterno de Bateria de Artilharia, dedicado inteiramente ao serviço, tinha pouco tempo para perceber ou avaliar os preparativos para a Revolução. Ignorava-os completamente. Sabia, pela leitura dos jornais, que o Brasil estava envolvido por graves crises políticas, problemas econômicos, inflação, desabastecimento e distúrbios civis que perturbavam as populações dos grandes centros.

O clima era de tensão. Os jornais diariamente denunciavam a eclosão de um golpe e militares conhecidos eram acusados de "gorilas golpistas". Como cidadão, não apoiava o Governo João Goulart. Torcia mesmo para que alguns grupos mais afoitos o depusessem do Poder. Mas, como Aspirante-a-Oficial, não me passava pela cabeça envolver-me em sedição. Acompanhava os acontecimentos com os olhos voltados para a figura do meu chefe, o Coronel Caldas, Comandante de Grupo de Artilharia.

Acabava de completar 25 anos, sentia-me com a personalidade formada, tinha valores éticos já consolidados dos meus ancestrais. Criado no sertão, no meio de pequenos proprietários, desde cedo aprendi a valorizar o trabalho, honrar a família, preservar a palavra, a honestidade e, sobretudo, o temor a Deus. Recebi as primeiras letras de severas e competentes professoras do interior que, naquela época, educavam a juventude sob o olhar vigilante do pai. Na adolescência, ingressei no tradicional Colégio Sobralense, estabelecimento católico orientado pelo saudoso Dom José Tupinambá da Frota, que orientava o colégio sob o lema "Deus, Pátria e Família".

Aluno aplicado e perseverante, concluí o ginásio, ingressei na Preparatória, passei pela Academia e, em 1962, fui declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia e

classificado no Nordeste, em Natal. Em resumo, quero dizer que grande parte da minha formação moral foi recebida em casa e na Igreja. Valores como patriotismo, cidadania, culto aos heróis, foram consolidados nos estabelecimentos de ensino civis e militares, onde completei a minha educação. Fiz esse intróito para mostrar que a minha opção revolucionária não partiu de um ato intempestivo, emocional.

Como cadete, já estava decepcionado com o Governo Goulart e não tinha a menor afinidade com o socialismo ateu. Desde cedo, passei a rejeitar o comunismo por influência do meu pai, que era integralista, e por persuasão da santa madre Igreja Católica, ferrenha anticomunista na época. Há muito, como disse, estava decepcionado com os políticos brasileiros, já não tinha a menor esperança de encontrar "o salvador da Pátria". Acompanhei, decepcionado, o suicídio de Vargas, a eleição e a posse de Juscelino, as folclóricas revoltas de Aragarças e Jacareacanga e presenciei a campanha e a emocionante vitória de Jânio Quadros e a frustração de sua inexplicável renúncia.

Discordei de colegas gaúchos que foram contaminados pela propaganda da *Rádio Guaíba*, na "Campanha da Legalidade". Como cadete, dei o meu apoio moral ao manifesto dos ministros militares, que rejeitavam a posse de Jango, regressando da China. Em resumo, o meu estado de espírito era de repúdio ao Governo Jango e de franca oposição a qualquer solução socialista. Desejava que as mudanças varressem os políticos corruptos e pusessem, no comando do País, um chefe competente, honesto e democrata, de mando militar ou civil.

Apresentei-me no RO, como era conhecido pela população o II/7º RO 105, no início de 1963, e encontrei a oficialidade atônita, desencantada com os rumos do País. A crise econômica e a inflação abatiam o ânimo de todos, praças e oficiais, que buscavam soluções alternativas para sobreviver. Apesar dos pesares, o RO não tinha problemas, seu material era novo, recebido do Acordo Militar (com os EUA), seu Quadro de Organização (QO) estava completo, não faltava comida, havia munição, combustível e suprimentos diversos. As viaturas estavam todas disponíveis, 100% das viaturas rodando. O único efeito da crise foi o adiamento da apresentação dos recrutas. No primeiro semestre de 1963, vivíamos em regime administrativo. Com a incorporação, lá para meados de junho, dediquei-me a cuidar do serviço e da instrução e o meu tempo ficou ainda mais restrito para pensar em política, embora acompanhasse com atenção o que se passava em Brasília.

Nos grandes centros, recrudesceram as greves e as agitações políticas. Faltava comida e a população estava intranqüila. A sociedade provinciana de Natal não era muito perturbada pelos distúrbios e greves. As manifestações pró-Jango de operários, ferroviários e estudantes, apenas indicavam que havia uma coordenação

externa. Recordo-me de dois fatos que perturbaram a nossa atividade no RO, na antevéspera da Revolução (ano de 1963): a revolta dos sargentos da Força Aérea Brasileira (FAB), em Brasília, e a reação ao discurso de Brizola, atacando o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) Comandante da Guarnição.

Na rebelião dos praças da Aeronáutica, o RO ficou sobre rodas, em condição de apoiar o 16º Regimento de Infantaria (16º RI), que deveria invadir a Base Aérea de Parnamirim, se acaso solidarizasse com os amotinados da Capiltal. No segundo incidente, o grupo mobilizou todas as viaturas, à noite, e saiu rodando pela cidade, em protesto contra as palavras do Sr. Brizola, criticando o Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7) e da Guarnição de Natal.

Mas foi a revolta da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que se aquartelou, protestando contra os baixos soldos, que possibilitou a grande ação conjunta do RO com o 16º RI. Nessa ocasião, uma Bateria da Unidade entrou em posição e ficou em condições de derrubar o muro do quartel da polícia, para que os elementos do 16º penetrassem no recinto. Felizmente os revoltosos se renderam e nós cantamos a vitória. Outro acontecimento, de alguma importância, foi o acompanhamento do clamor do cabo Anselmo, que apareceu em Natal fazendo conferências, tentando cooptar cabos e fuzileiros da Base Naval para ingressarem no Sindicato dos Marinheiros.

Natal, apesar da tradição revolucionária da Intentona de 1935, em 1964 contava com elementos revolucionários não muito fanáticos. Os mais conhecidos não passavam de velhos militantes que apenas partilhavam das idéias comunistas. Sofremos muito com as freqüentes e extemporâneas prontidões, que nos prendiam no quartel por dias e semanas. Qualquer acontecimento em Recife, boatos de ação das “Ligas Camponesas” na Paraíba, greves no Rio, tudo era motivo de sobreaviso e prontidão.

O ambiente no quartel era excelente; havia uniformidade de pensamento entre oficiais e praças. O veneno da desconfiança, da intriga e da falsidade destilado nos quartéis de outras guarnições, nunca perturbou o clima de amizade e confiança existentes no Grupo. Dormia-se tranqüilo, havia confiança no companheiro do lado, todos estavam unidos em torno do Coronel Caldas. Digo isso porque depois tomei conhecimento, quando fui para o Rio de Janeiro, que, em algumas Unidades, se dormia com um olho fechado e o outro aberto e com a metralhadora ao alcance.

Na madrugada do dia 31, o Coronel Caldas nos deu a notícia do desencadeamento da Revolução. Como disse, fui surpreendido. Dentro do meio militar de Natal sentia que havia algo no ar, mas não sabia quem eram os chefes. O Movimento

contou com o apoio de todas as Unidades do Exército e da Aeronáutica, da Guarnição; a Marinha se omitiu, ficou no seu quartel.

Os primeiros dias da Revolução foram marcados por momentos de surpresa, euforia e indefinição. O tumulto das primeiras horas, as ações improvisadas não arrefeceram o ânimo, a alegria e, sobretudo, a esperança de redenção do País. De pronto, os diversos planos de defesa foram desencadeados. Passamos a ocupar pontos sensíveis: correios, repartições, bancos e estações de tratamento d'água. Duas ações de maior vulto se destacaram: a ocupação da Prefeitura de Natal e a invasão da estação ferroviária, para retomá-la do sindicato.

Imediatamente passamos a recolher as pessoas consideradas subversivas, muitos dos revolucionários de 1935, idealistas já desalentados com a evolução do comunismo. Os novatos, surpreendidos, mostravam-se mais rebeldes e agressivos. A maioria dos prisioneiros era composta de homens simples, certamente manipulados pelos líderes socialistas. Nunca presenciei violência física contra os prisioneiros. Todos eram tratados com humanidade. Ocupavam as instalações da enfermaria, adaptada como prisão.

Na área civil, o Governador Aluízio Alves ainda esboçou um velado apoio ao Governo Central, mas logo seu senso de sobrevivência fez com que se calasse e ficasse aguardando os acontecimentos. O Prefeito, conhecido líder socialista, tentou montar uma resistência simbólica e foi preso e afastado do governo municipal. Com certa surpresa, constatei que apenas parte do clero de Natal apoiou, e com reserva, a Revolução. Basta ver que o culto de ação de graças pela vitória da Revolução, montado por alguns sacerdotes, foi desestimulado pela alta hierarquia da Igreja. As celebrações praticamente ficaram restritas à família militar.

No que diz respeito aos antecedentes, o Movimento de 1964 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas do País com o contexto internacional da época. O quadro externo era dominado pela guerra fria, que a União Soviética parecia estar ganhando. Havia grande crescimento econômico, dianteira na tecnologia militar, dominavam os mísseis de grande alcance, eram maiores seus progressos na corrida aeroespacial. Então, havia um sentimento de vitória do comunismo internacional, e esse era o estado de espírito dos meus amigos e das pessoas que eu conhecia. Havia uma ampliação generalizada da luta armada antiimperialista em todo o Terceiro Mundo. Nada parecia deter o comunismo. Aqui perto, em Cuba, a vitória de Fidel Castro fazia a alegria dos nossos intelectuais, da nossa esquerda e de toda a América Latina.

O Governo de Jango vinha atravessando crises sucessivas. O descontentamento social era muito grande, com as freqüentes ondas de greves e a inflação alcançan-

do o índice aterrador de 25%. Jango assustava a burguesia com ameaças de expropriação, confisco de residências e promoção de guerrilha no campo. Nos grande centros, a classe média sofria com greves políticas que paralisavam os meios de transporte e o sistema de abastecimento. A infiltração das esquerdas, com suas idéias revolucionárias, era visível e preocupante.

Conspirava-se muito, em 1964, contra e a favor do Governo. Parte do Congresso agia contra o Presidente e também alguns governadores: Adhemar de Barros, em São Paulo; Ildo Menegheti, no Rio Grande do Sul; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro e Magalhães Pinto, em Minas Gerais. O próprio governo também conspirava. Nos gabinetes federais urdia-se a ampliação dos poderes presidenciais para a mobilização das bases. Desconfiada de reações armadas, a Casa Militar montava um esquema de sustentação e de dissuasão, em que os "generais do povo" e a rebeldia dos praças faziam parte da trama. Assim, incentivava a indisciplina e a quebra da hierarquia. Mas, confirmam os historiadores, era no meio militar que mais se conspirava. Reuniões para preparação e desencadeamento da Revolução, foram realizadas no Sul, no Nordeste e com maior destaque, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Na realidade, a Revolução nasceu do antigo confronto político-ideológico iniciado com o suicídio de Getúlio Vargas. Até então, Vargas praticamente conseguia uma homogeneidade: o Brasil não se fracionava. Depois da morte dele, dois grupos se formaram: de um lado, reuniram-se os populistas, os demagogos, os nacionalistas e os comunistas, que eram acolhidos pelo PSD e pelo PTB principalmente; do outro lado, os conservadores, os reacionários e os anticomunistas, representados pela UDN e conduzidos pelo grande líder Carlos Lacerda.

A despeito da existência de grupos conspiradores, a expressiva maioria dos oficiais que testemunharam aqueles acontecimentos afirmam que a Revolução não tinha projeto. A ameaça comunista e o estímulo à subversão da hierarquia e da disciplina, promovidos pelo Governo Jango, estão no centro das razões que levaram à sua deposição pelas Forças Armadas.

Castello Branco tomou posse em abril de 1964, sem um ideário para a Revolução. Havia, nas cabeças das lideranças vitoriosas, um difuso objetivo a ser atingido pelo Movimento: combate à subversão e guerra à corrupção. O Presidente imaginava fazer uma cirurgia rápida no País e promover um retorno breve à democracia. Sonhava reeducar a classe política mantendo intocável o Congresso, bem como o Judiciário. O primeiro mandatário da Revolução era um estadista: conseguia pilotar o barco do poder de modo sereno, apesar do mar revolto de paixões revolucionárias. Transformou o que poderia ser uma quartelada latino-americana num movimento modernizante, que se destacou e foi exemplo na América Latina.

Depois da posse de Castello Branco, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões esboçaram um plano de combate à inflação e um plano de desenvolvimento e, aos poucos, o ministério de Castello, criado à sua imagem, montou as peças do grande painel, abrangendo os campos social, político e administrativo. No seu mandato, criaram-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Estatuto da Terra. Restaurou-se a moralidade pública em todos os níveis, fez-se o planejamento orçamentário e implantou-se o programa de desburocratização. Castello nunca usou o Poder como instrumento de prepotência, para a glória pessoal ou vaidade de fáceis aplausos: usou-o para salvar a Democracia, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios e corrigir distorções do passado. Plantou a semente da grandeza do Brasil.

Com a ascensão de Costa e Silva, ficou claro que o regime mudava de perfil: aparecia a chamada "linha dura", disposta a radicalizar a Revolução. Data desta época o fracionamento da frente revolucionária. Para uns, teria havido "revolução" demais e, para outros, "revolução" de menos. O grupo de Castello e de Geisel seria o da "linha mole", enquanto o de Costa e Silva e de Médici seria da "linha dura". Costa e Silva assumiu o Poder em clima de euforia e prometendo reforma, mas logo foi envolvido pelo radicalismo da oposição de cunho ideológico, surgindo as ações de terrorismo e seqüestro de pessoas e autoridades. Acometido de doença grave, foi obrigado a se afastar da Presidência da República.

Eleito, em outubro de 1969, o General Emílio Garrastazu Médici foi o Presidente mais popular que o Brasil já teve, desde Juscelino Kubitschek. Deixou o Governo admirado pela maioria da sociedade, que o identificava com o chamado "milagre brasileiro". Fez um governo muito ativo na área do planejamento, economia e segurança. Devido ao acirramento ideológico mundial, foi obrigado a enfrentar a chamada "luta armada", caracterizada por expropriações, seqüestros, guerrilhas urbana e rural, saindo-se vencedor do confronto com todas as facções oposicionistas.

Nas universidades, nos colégios, professores de formação marxista, aliados a adeptos da contracultura, infectaram os corações e as mentes da nossa juventude, que passou a se engajar nas ações armadas. Hoje, por ter tido sucesso no combate à subversão, Médici é o alvo predileto dos ataques dos meios de comunicação social.

Seguiu-lhe, no mandato presidencial, o General Ernesto Geisel, intimamente ligado ao Presidente Castello. Austero, rígido, o "alemão" – como era conhecido na intimidade – enfrentou com êxito a crise do petróleo, incentivou a estatização, implantou o programa nuclear, rompeu com o acordo Brasil/Estados Unidos e, assessorado pelo seu grupo mais chegado, promoveu a "abertura" segura, lenta e gradual, enfrentando, com mão-de-ferro, a oposição de setores militares dissiden-

tes. Jornalistas esquerdistas, anarquistas e existencialistas, se impuseram e a imagem da Revolução passou a ser abertamente combatida nos meios de comunicação.

Figueiredo foi escolhido para dar prosseguimento à "abertura". Aparentemente não foi bem sucedido. Seu governo foi marcado pela exacerbação da opinião pública, pela campanha das "diretas já", pela ação de terroristas de direita, pelo descontrole da dívida externa e pela sua inapetência por governar. Destacou-se, sobretudo, pela incompetência para conduzir o processo sucessório. Figueiredo, direto e franco na aparência, não conseguia passar essa imagem para o seu governo. Abatido pela crise de saúde, mostrava-se oblíquo e dissimulado, não encarava de frente os reais problemas. Dizia-se que ele perdera a vontade de governar.

Sua política econômica era abertamente conhecida pela sua ineficiência e insensibilidade. No final do mandato, Figueiredo parecia torcer para que os últimos dias do seu Governo passassem o mais depressa possível. Sua indefinição, na escolha do seu sucessor, favoreceu a manobra de Paulo Maluf, obstinado e ambicioso político paulista, que conseguiu impor-se como candidato do partido do Governo, concorrendo com Tancredo Neves, por quem foi derrotado. Figueiredo não passou a faixa ao seu sucessor, José Sarney, que substituiu Tancredo Neves, falecido antes de assumir o Poder. Figueiredo saiu pelos fundos do Palácio, pedindo ao povo que o esquecesse.

Ao relembrar a Revolução, cumpre-me ainda citar, das suas origens, os acontecimentos mais importantes entre aqueles que determinaram, a meu ver, sua eclosão: o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, a revolta dos marinheiros e a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. A partir daquele dia 31 de março de 1964, todos, dos soldados aos oficiais, começamos a sentir uma vibração diferente, um novo ânimo, uma esperança no País, vindo da vitoriosa Revolução.

A partir de 1968, começou a verdadeira luta armada, quando houve o recrudescimento do Movimento Comunista Internacional (MCI). Numa primeira fase, na época do Presidente Costa e Silva, tivemos de enfrentar as ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores e assaltos a quartéis e a bancos). Houve necessidade, na época, da edição do AI-5, um instrumento certíssimo e eficiente. Sem ele, creio, a Revolução não teria sobrevivido. Posteriormente vieram as bombas colocadas em bancas de jornais, o que, no meu entender, indicava a tentativa de alguns para desestabilizar a abertura proposta pelo Presidente Figueiredo.

Naquela época, a Igreja Católica apoiava o Movimento Revolucionário. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chegou, mesmo, a publicar uma nota em apoio à Revolução, entretanto, verificava-se que alguns pastores desejavam mudar o pensamento sobre como tratar o pobre. Daí surgiu a famosa Teologia da

Libertação, que teve tanto apoio no Brasil. Também não conseguimos aplicar, no País, a política social da Igreja, que foi difundida pelo Papa Leão XIII. Se a tivéssemos aplicado, teríamos o trabalhador ganhando o que merece e uma melhor distribuição da renda. O trabalho estaria baseado na fraternidade e no amor ao próximo. E é por esse caminho que vejo uma maneira de combater o marxismo-leninismo.

A mídia atual insinua que, através da guerra fria, os norte-americanos nos impuseram o "golpe militar" de 1964. Ora, acredito que recebemos dos americanos apenas o apoio moral, só isso, e é lógico, pois eles eram nossos amigos e tinham o mesmo pensamento sobre o momento que vivíamos.

Os acertos da Revolução de 1964 são, de costume, omitidos pela mídia. Tenho lido e colecionado os artigos da mídia que falam mal da Revolução e das Forças Armadas. Identifico três vertentes: uma vertente ideológica, que é a mais aguerrida, representada pelas esquerdas; uma outra vertente que chamo de filosófica, dos que querem mudar tudo (costumes, educação, instituições, valores nacionais); e, finalmente, a vertente que pesa mais, representada pelo pessoal do primeiro mundo, os proprietários dos nossos jornais.

A partir de 1980, verifica-se uma campanha dirigida para destruir as Forças Armadas. A mídia combate o serviço militar obrigatório, diz que não existe mais guerra, afirma que não compensa gastar nada com as Forças Armadas e que o problema do País é conseguir recursos para a pobreza. A mídia é uma demolidora dos valores morais, espirituais, éticos. Enquanto não conseguirmos um modo de barrar essa campanha sórdida que aparece na televisão e nos jornais, não vamos ter condições de fortalecer o povo, para que se contraponha a essa globalização em que só o lucro é que vale. Temos que fazer um trabalho de corações e mentes, à base do sistema cristão e ético, no qual a pessoa humana é que merece o cuidado, e não o lucro.

Finalizando, quero registrar o seguinte: é preciso que uma nova geração surja, arrebatada pela vida heróica, iluminada pelas luzes do espírito, lançando-se à luta, disposta ao sacrifício, à renúncia, à pureza e ao trabalho. É preciso que surja uma nova geração de homens livres e dignos, para reconstituir o que estiver destruído e conhecer os dias luminosos da exaltação e da glória. Cito uma frase do grande poeta Gonçalves Dias, transcrita no livro *O Ritmo da História*, de Plínio Salgado: "Mas um dia virá bem longe, e os teus livres serão."

Tenente-Coronel Artur de Freitas Torres de Melo

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Representação Militar – Representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) junto: ao Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel); à Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) e à Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA).
- Missão Internacional – Delegado do Brasil na Conferência da União Internacional de Telecomunicações (UIT), em Genebra, Suíça.
- Principais funções públicas e civis: Chefe do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI), de Brasília; Superintendente da Televisão Educativa do Estado do Ceará (TVE).
- Principais cursos: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Engenharia Eletrônica no Instituto Militar de Engenharia (IME).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era Major e cursava Engenharia Nuclear, no IME.

Entrevista realizada em 21 de junho de 2001.

No início de 1963, integrando um grupo de oficiais-alunos do Instituto Militar de Engenharia, IME, participei de reuniões que tinham o propósito de examinar a situação salarial e o posicionamento da classe militar face às provocações do Presidente João Goulart que, temerariamente, agitava o País e atingia a sociedade como um todo.

Preparamos um trabalho minucioso e extenso, destinado a todos os oficiais-generais sediados no Rio de Janeiro, inclusive ao então Ministro da Guerra. Sem resposta, começamos, então, a nossa escalada, buscando, na Vila Militar, oficiais da ativa. Em Deodoro, conseguimos reunir mais de cem capitães que freqüentavam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Entre as Unidades principais, fomos à Brigada Pára-quedista em busca de apoio dos oficiais de baixa patente. Várias assembléias foram realizadas nos clubes militares da Aeronáutica, da Marinha e do Exército.

No dia 3 de julho de 1963, ocorreu o encontro definitivo: a grande assembléia do Clube Militar, com a presença de mais de dois mil oficiais. Na realidade, a primeira contestação militar ao Governo do Presidente João Goulart. O Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, após esta assembléia, por ordem do Presidente da República, prendeu inúmeros oficiais, entre os quais eu me encontrava por haver pronunciado o discurso de maior impacto. Fomos recolhidos às fortalezas de São João, Rio Branco e outras do Rio de Janeiro, inclusive o meu irmão José – o então Capitão Torres de Melo – e o General Maggessi (Augusto da Cunha Maggessi Pereira), presidente do Clube Militar, por seus pronunciamentos durante a assembléia, assim como outros oradores. Também não foram exceção os nossos companheiros do IME porque, em solidariedade à minha prisão e à do José, redigiram e divulgaram uma carta de intimidação ao Governo do Presidente João Goulart.

Sobre esses fatos escrevi um livro intitulado *Marcas do Destino e da Revolução de 1964*, onde apresento vários episódios vividos antes, no início e depois da Revolução consolidada. Em 1964, não houve uma Revolução, mas uma reação ao comportamento de um desastrado Presidente da República. Não creio que existisse um plano ou qualquer projeto político que norteasse as autoridades militares com esse objetivo e, nessa linha de raciocínio, não caracterizo a marcha militar que partiu de Minas Gerais, sob o comando dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, como um ato revolucionário.

O ciclo dos presidentes militares, embora impactante no desenvolvimento de alguns setores, não produziu uma reforma política verdadeiramente revolucionária. Apesar de hoje sermos chamados de ditadores, de tiranos, os presidentes militares governaram com os políticos, e o que é pior, com todos os vícios deles, em destaque

a subserviência. Enquanto isso, os líderes de oposição, alguns homens de grande valor, inteligentes, sérios e honestos, foram sacrificados pelos subservientes, que ficaram a serviço do Poder.

A prorrogação do período de cassação dos direitos políticos de vários homens públicos foi uma ação direta da classe política. O Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, sugeriu a sua ampliação de dez para vinte anos. Cumprido o afastamento político, permitiu-se que os exilados – em grande parte na África e no Chile – retornassem como se fossem heróis.

Convém lembrar que o Governo do Marechal Costa e Silva, sentindo a necessidade do apoio da Imprensa, houve por bem oferecer todas as facilidades para a criação, com dinheiro americano, da *Rede Globo de Televisão*. Ainda tentei intervir, como membro do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), mas de nada adiantou: o "monstro" foi criado e, mais adiante, voltou-se contra o criador. O Presidente Figueiredo ainda tentou, no seu governo, criando novas redes de televisão, diminuir o poder da emissora que se concedera à família Marinho, hoje o maior colégio eleitoral do País.

Tenho de lastimar o despreparo dos militares para mudar o curso da História. Não obstante os exemplos do passado, em termos políticos, os governos militares retornaram, com as eleições indiretas, à década de 1930. Lastimo que o Movimento de 1964 não tivesse um ideário político, para fazer uma reforma grandiosa, sobretudo no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, que fosse capaz de evitar, com a gangorra, com o peso do Poder começando a faltar, a volta da prevalência dos maus políticos e dos maus costumes políticos.

Hoje, assistimos a esse descalabro! Pelo menos, algum político ou jornalista, recentemente, lembrou que estamos muito próximos do ano de 1963, porque esses exilados, criminosos, assassinos, voltaram e outra vez envolveram o Poder da República, assustando a sociedade do nosso País.

Do panorama político de então, a meu ver, dois fatos principais levaram à Revolução. Primeiro, a inapetência do Presidente João Goulart para governar; em segundo lugar, a utilização da baderna para afrontar as lideranças públicas que a ele se opunham. Goulart levou as massas à rua para a agitação, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, justamente onde estavam as grandes expressões políticas, os mentores políticos do Movimento de 1964, os Governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

A impressão dominante da Nação era que naquilo tudo havia um objetivo determinado. Apesar da inexistência de um projeto nacional de reformas com conteúdo e liderança, o Presidente pretendia poderes especiais, a fim de influen-

ciar o Congresso Nacional com vistas à aprovação de medidas que favorecessem a implantação de uma república sindical.

Havia, entretanto, a influência marcante do Senhor Leonel Brizola, cunhado do Presidente e principal mentor das "reformas de base", pelas quais Jango esperava promover a mudança do sistema de Governo. O Presidente João Goulart servia-se, então, do clima reformista, através da agitação e dos comunistas entranhados no seu Governo, na expectativa de concretizar o seu "plano".

Hoje, tenho a nítida impressão de que, naquele momento, o Presidente João Goulart confiava que os oficiais-generais que lhe serviam muito bem, num determinado momento, em vista da agitação crescente, com o País em conflito permanente, tentassem fazer o que fizeram os Generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Só que eles não partiram para a ofensiva, e a sublevação acabou não ocorrendo, como talvez estivesse esperando o Presidente.

Sem ser comunista, muito pelo contrário, Goulart era latifundiário, proprietário de extensas glebas de terra no Uruguai e Rio Grande do Sul, o que ele, realmente, volto a insistir, tentava, era consolidar a sua autoridade. Tirando proveito dessas manifestações, quem sabe, obtivesse os poderes especiais a que me referi.

Estou convencido de que fomos nós, os oficiais daquele pequeno grupo que citei anteriormente, que, ostensivamente, criamos uma consciência no meio militar, para que não houvesse apoio a qualquer comandante que tentasse se contrapor à marcha das forças que partiram de Minas Gerais, no início do Movimento de 1964. Enfatizo que a anarquia, a desordem e as provocações – sempre com a participação de líderes comunistas, que eram os mais radicais – violentaram a consciência nacional e foram determinantes para o desencadeamento da Revolução.

A esse tempo, a Igreja tinha uma posição marcante, sobretudo no Nordeste; as "Ligas Camponesas" e o Governador Miguel Arraes estimulavam a agitação do homem do campo. A fé, pela participação da Igreja, começava a ser atingida. Tudo isso, para mim, contribuiu para o início do Movimento de 1964. Felizmente, os generais que partiram de Minas Gerais não encontraram, ao longo da caminhada, nenhuma tropa de reação. Na realidade, puseram-se em marcha sem que o Exército, deliberadamente, tivesse planejado o Movimento.

A partir do momento em que as Forças Armadas, com segurança, tomaram posse do território nacional e da política, inclusive com a escolha do Presidente da República, passamos a interpretar os sentimentos de toda a Nação. Lembro-me de que, no Rio de Janeiro, no dia 1º de abril de 1964, na missão de ocupação do Contel, com um grupo de oficiais do IME, fardados e armados, ao passar pela Avenida Rio Branco em direção à Avenida Presidente Vargas, fomos,

por diversas vezes, aplaudidos pelas pessoas que acenavam do alto dos prédios daquela zona comercial.

Sobre o comportamento dos congressistas, sabe-se que, embora inferiorizados com algumas cassações, os parlamentares de oposição continuaram desafiando diretamente o poder militar. Eu mesmo participei de dois episódios, que estão descritos no meu livro, como a ocupação da Cidade de Goiânia, no final de novembro de 1964, com a deposição do Governador Mauro Borges. Essa foi uma ação direta de que participei como superintendente do DTUI, depois Companhia Telefônica de Brasília.

O segundo episódio, também, resultou de contestação e ocorreu em outubro de 1966. O Presidente da Câmara dos Deputados, jurista Adauto Lúcio Cardoso, entendia que as cassações de dois, três ou quatro deputados, que se processavam de vez em quando, teriam que ser homologadas pelo Congresso. Promoveu, então, uma "vigília cívica", que terminou com a rápida intervenção militar, por volta de cinco ou seis horas da manhã.

O Poder Judiciário permaneceu ileso; ninguém tocou na Justiça, que, a meu juízo, deveria ter passado por uma reforma radical. Por isso, insisto, não fizemos uma Revolução, pois não mudamos os costumes políticos, não mudamos a Justiça, Poder que estava e continuou arcaico, sem servir à Nação.

Com relação aos principais líderes da Revolução, não resta dúvida de que os Governadores do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda; de Minas Gerais, Magalhães Pinto; do Paraná, Ney Braga, e, até sob suspeição, o de São Paulo, Adhemar de Barros, deram suporte político à deposição do Presidente João Goulart. Entre os militares, destaco aquele grupo pequeno de capitães e alguns tenentes. Não me aproximei de chefes maiores, mas tive um convívio muito próximo com o então Tenente-Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que, depois, viria a ser Presidente da República. Mas nunca ouvi dele qualquer referência aos chefes militares do Movimento de 1964. Sei que o General Castello Branco, num certo momento, como Chefe do Estado-Maior do Exército, lançou um manifesto com algumas observações sobre o Governo do Senhor João Belchior Marques Goulart.

Alguns afirmam que a Revolução teria recebido ajuda externa, dos Estados Unidos. Dentro do nível das nossas patentes era impossível saber algo a respeito. Entretanto, podemos fazer algumas considerações, a fim de tirarmos nossas próprias conclusões. Depois da Revolução Comunista de 1917, na Rússia, a mesma expandiu-se pelo mundo e, aqui no Brasil, o ex-companheiro que nos traiu – Luís Carlos Prestes – organizou e fez realizar a Intentona Comunista de 1935.

Desde então, os militares brasileiros, convictos do perigo marxista, dispensavam qualquer orientação alienígena para a adoção de iniciativas associadas ao

interesse nacional. Por seu turno, os Estados Unidos tinham todo interesse em preservar da sanha comunista não apenas o Brasil, mas toda a América Latina, principalmente os países do Cone Sul. Esse objetivo americano era facilmente perceptível, em face da guerra surda que mantinham contra a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sob esse enfoque, todos fomos beneficiários, vez que a dominação comunista seria terrível para o mundo, e não somente para este ou aquele país, esta ou aquela região, este ou aquele continente.

Com relação ao apoio da mídia, especificamente, não posso deixar de lembrar que para a convocação da Assembléia do Clube Militar de 3 de julho de 1963, tivemos a participação do tablóide *A Noite*. Em reuniões que muitas vezes avançavam pela madrugada, conseguíamos que o jornal esperasse pela manchete e a matéria da primeira página do dia seguinte.

De modo geral, a imprensa brasileira pouco nos ajudava, excluindo-se, de um lado, a *Tribuna da Imprensa*, jornal de propriedade do Governador Carlos Lacerda e do jornalista Hélio Fernandes, eficaz no combate ao desgoverno do Presidente João Goulart e, de outra parte, os *Diários Associados*, incluindo a *Televisão Tupi*, que, sempre simpáticos, de vez em quando abriam uma janela dentro do noticiário, com alguma coisa a nosso favor. Com relação aos demais órgãos da comunicação, quantas tentativas fizemos, por exemplo, junto ao jornal *O Globo*, sem nada conseguir. Pouco antes da eclosão do Movimento de 1964, recordo muito bem, a edição daquele periódico trouxe, na primeira página do primeiro caderno, a fotografia do Presidente, portando a faixa presidencial e a manchete "O grande estadista".

Um outro questionamento refere-se à aplicação do termo "Revolução" para definir o Movimento de 31 de Março de 1964. Conforme já afirmei, essa expressão não está muito bem colocada. Entendo que tenha ocorrido um Movimento para a deposição de um presidente desastrado. E só lamento que ao nos ocuparmos demasiadamente da administração do País, tenhamos nos esquecido do nosso meio militar. Depois de vinte anos no Poder, não surgiu um líder para dar continuidade ao processo revolucionário, como ocorreu com o Presidente Getúlio Vargas que, da Revolução de 1930, mais adiante tornou-se Presidente da República pelo voto direto.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, em que pese a tentativa de não se tratar objetivamente dessas questões, sabe-se da ocorrência de alguns incidentes marcantes e registros até bárbaros, como aquele que tirou a vida de um sargento da Aeronáutica. Desavisado, mantivera um preso político com as algemas à frente do corpo, e não às costas, possibilitando ao preso tirar-lhe a arma e atirar na sua nuca.

Pois aquele homem foi também anistiado e tornou-se juiz classista. E não se tratava de criminoso comum, mas de homicida covarde, que atirou por trás. Lastima-se que pessoas dessa estirpe se tenham tornado grandes heróis. Ainda bem que a máscara caiu e começam a descer a rampa.

Infelizmente, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) me afastou definitivamente do processo revolucionário. Entendo que ele alijou as lideranças inteligentes do País. Eu estava muito envolvido com os Governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, e buscávamos insistentemente uma saída civil, para sucessor do General Costa e Silva, alguém que tivesse uma experiência marcante como dirigente de um Estado. Por isso, a meu juízo, o AI-5 foi a grande quartelada do Poder militar do Movimento de 1964. Além de Carlos Lacerda, esvaziou-se um grupo muito ativo, "o grupo dos coronéis", integrado, entre outros, pelo Coronel Francisco Boaventura Cavalcante, que freqüentemente reunia seus integrantes com o objetivo de oferecer, procurar, propiciar um novo rumo, uma mudança política para o nosso País.

Diferentemente do AI-5, a criação dos órgãos de informações e de operações revelou-se oportuna e necessária. Eu mesmo utilizei os seus serviços. Ao deixar o serviço ativo do Exército, ingressei na iniciativa privada e, como empresário, realizando serviços de redes telefônicas, era comum receber proposta de corrupto, que dizia: "O senhor mede dois quarteirões, mas só faz um; e a gente racha o que for pago a mais, na metade." Essas propostas eu as repassava para o Serviço Nacional de Informações (SNI). Os órgãos de informações impediam o que, hoje, tornou-se rotina no País: a corrupção. Não podemos aceitar, por exemplo, que membros do Congresso Nacional com "fichas" tão sujas e sob acusações as mais deploráveis possam olhar nos nossos olhos e tornar-se dirigentes da Nação.

Também entendo que a Revolução muito se demorou no exercício do Poder. Num espaço menor de tempo, poderia ter empreendido combate mais efetivo e eficaz à corrupção, em todas as áreas, públicas e privadas, elegendo tal combate como um dos objetivos nacionais.

Como partícipe da Revolução não quero criticar o governo dos militares, porque as realizações foram muitas, há coisas muito positivas. Contudo – é necessário que se diga – o retorno dos ativistas e dos militantes criminosos, dos "luminares" e dos "heróis", todos cheios de saudades, não melhorou, em nada, o nosso País. Atualmente, com os pseudodemocratas no Poder, o Brasil está à deriva. Entretanto, como frisei, as realizações dos governos militares superam, em muito, os aspectos negativos. Na área social, por exemplo, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) permitiu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais Brasil afora, dentro de uma engenharia simples e barata. Sem considerar que houve,

concomitantemente, uma ação muito positiva na ocupação de terras devolutas que estavam sem atender qualquer finalidade.

O setor de telecomunicações teve um impulso tremendo durante os governos militares. Antes, não tínhamos condições de fazer qualquer comunicação entre os Estados ou entre o Brasil e um outro país. A Revolução de 1964 mudou tudo isso, com uma realização muito ampla no setor da telefonia fixa e no setor de interurbano.

Outro ponto marcante foi a ampliação da malha rodoviária do País, através dos Grupamentos de Engenharia, sobretudo nas regiões mais carentes, política que, hoje, praticamente inexiste, mesmo sabendo-se que, em países desenvolvidos, determinados campos de atividade, como a engenharia de barragens, por exemplo, está entregue ao Exército; este é o caso dos Estados Unidos.

Não se pode negar a participação valiosa das Forças Armadas, particularmente do Exército, no processo de construção e desenvolvimento do nosso País, sendo o período revolucionário, mais recentemente, responsável pela inserção da economia brasileira entre as oito primeiras do mundo. Nesse contexto, evidenciou-se a busca da independência energética, com a construção de grandes barragens. Itaipu bem o atesta.

Também gostaria de me referir a um tema bastante explorado para atacar as Forças Armadas e os governos militares, tratado, infelizmente, de maneira superficial e até irresponsável: a censura. Não se pode negar a presença do censor, durante os governos militares, nos meios de comunicação e entre algumas atividades ligadas a expressões artístico-culturais. O grande equívoco persiste na exploração sensacionalista, deliberadamente distante da verdade, tudo isto facilitado, por um lado, pela alienação e ignorância da população, e por outro, pela curta memória do brasileiro, condições excepcionais à manipulação a que vimos assistindo.

Quanto à tortura, irmã gêmea da censura, no esforço de muitos para denegrir o prestígio das Forças Armadas, por meio de patrulhamento explícito, eu nunca vi. Fui preso em 1964 pelo Governo João Goulart, passei quinze dias recolhido à Fortaleza de São João, sem direito a sair de uma área limitada ao refeitório e a um apartamento. Segundo o raciocínio da esquerda, também eu estaria sendo torturado, porque durante aquele período não pude receber qualquer tipo de visita familiar. As únicas visitas permitidas eram de militares fardados.

A propósito, devo confessar que sou radicalmente contra a tortura, mas a censura não deveria ter acabado. Em virtude da censura é que muitos artistas, muitos autores, diretores de televisão e de teatro, jornalistas, hoje são aposentados, sob o pretexto de que foram impedidos de se realizar profissionalmente. E,

atualmente, a Nação está submetida à convivência com a pornografia sem limites, predominante na televisão brasileira.

Também muito se tem falado em "ditadura militar" e "anos de chumbo", o que nos dá uma sensação de coisa pesada. Eu não vi nada dentro do meu País que possa caracterizar os "anos de chumbo". Participei do governo, passei três anos em Brasília, quase dirigindo a Companhia Telefônica, sem qualquer tipo de autoritarismo, com toda liberdade e respeito ao funcionário mais humilde.

Um outro aspecto muito importante da Revolução diz respeito à maneira ilibada com que os presidentes militares administraram o País. Com mais de vinte anos no governo, não se aproveitaram da situação para auferir quaisquer vantagens. Não houve qualquer tipo de aproveitamento. Até costumo dizer que, na nossa formação militar, existe um escrúpulo exagerado com a probidade. A gente tem a sensação de que não pode sequer comprar a prazo, se não tiver o dinheiro no banco para cobrir a prestação, com receio de tirar proveito de alguma coisa. Então, como resultado da formação familiar, complementada pela formação nas escolas militares, nós só fizemos perder com a Revolução. Até um certo benefício que a legislação do imposto de renda concedia aos militares foi eliminado. E agora, neste Governo, não temos direito a nada, a não ser perder direitos.

Em face da nossa formação militar, que nos leva ao compromisso de amar a Pátria e de respeitar o seu povo, é triste constatar o descaso e a indiferença a que todos estamos submetidos, situação que nos constrange e nos faz sofrer. Para romper os grilhões da subserviência, do rancor e do "revanchismo", não vislumbro outra saída senão harmonizar os brasileiros bons e autênticos, levando-os a refletir sobre a grave necessidade de sairmos do atraso, elevando nossos níveis educacionais e restaurando o nosso sentimento nativista, bem como a ética, a moral, o amor à verdade e os bons costumes políticos. O País precisa trilhar este caminho.

Ao concluir minha participação neste Projeto, tão importante para restaurar a verdade histórica sobre o Movimento de 1964, gostaria de me dirigir, primeiro, aos meus companheiros do Exército, deixando claro que participei do Movimento com desassombro, nos seus momentos mais difíceis. E corri riscos para que a deposição do Senhor João Goulart se efetivasse. Revolucionário de primeira hora, jamais poderia colocar-me em campo oposto às minhas convicções.

Como afirmei anteriormente, as minhas restrições ao Movimento são doutrinárias, muito mais de ordem filosófica, pois contrárias, de um lado, ao tempo de permanência dos militares no Poder e, de outro, à inexistência de um ideário imanente ao Movimento. Os militares estavam bem preparados, como estão, para assegurar a ordem interna, constitucional, mas não para ocupar a direção do País.

O Presidente Castello Branco, o único com visão de estadista, percebeu as possibilidades e deficiências e, cônscio da missão a cumprir, tentou delimitar o período revolucionário a partir da sua própria sucessão, sem êxito. Por conseqüência, os grandes líderes vieram a ser expurgados e, com eles, os últimos idealistas. Nenhum sucessor, entretanto, teve a sua escolha fora dos restritos padrões militares.

Por isso, aos mais jovens eu diria que se a gangorra voltar, se for preciso um novo período de governo militar, espero que o seja apenas para a correção de rumos ou para rápidos ajustes institucionais. Sempre e unicamente para fortalecer e aprimorar a democracia.

Todavia, tenho a esperança de que a introdução da urna eletrônica no processo de votação e apuração das eleições, no nosso País, seja um sinal e um aliado confiável no combate aos maus costumes políticos e à corrupção. Do mesmo modo, ao observar o comportamento dos meus netos, tenho confiança de que a juventude inteligente e sadia, as próximas gerações, persigam com determinação a transformação do perfil do caráter nacional.

Finalmente, passo às mãos do coordenador do Projeto de História Oral, no Ceará, um exemplar do meu livro *Marcas do Destino e da Revolução de 1964*, para, se possível, constituir-se anexo e complemento às minhas declarações.

Tenente-Coronel Affonso Taboza Pereira

- Natural da Cidade de Itapajé, CE.
- Cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Instituto Militar de Engenharia (IME) – Engenharia de Construções; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Estagiou no Centro de Pesquisas *Waterways Experiment Station* (WES), em Vicksburg/EUA.
- Principais cargos e funções militares: subalterno do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Teresina, PI, destacado na 1ª Companhia de Construção (1ª Cia Cnst), em Campo Maior, PI; estagiário, em missão nos Estados Unidos, do *US Army Corps of Engineers Waterways*; Chefe da Comissão Regional de Obras da 10ª RM (CRO/10).
- Principais atividades civis: empresário nas áreas da construção civil e indústria de alimentos; vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon/CE); diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).
- Produção Intelectual: entre outros, dois trabalhos sobre pavimentação asfáltica de estradas e aeroportos, quando estagiário no WES/EUA.
- Em 1964, era 1º-Tenente, aluno do IME.

Entrevista realizada em 27 de setembro de 2001.

Vou fazer um esforço de memória no sentido de reconstituir fatos que vivi, vi acontecer ou cujo desenrolar acompanhei pelos noticiários da imprensa, nesses últimos quarenta anos, relacionados com a Revolução de Março de 1964. Evidentemente, haverá lapsos, pois um período de quarenta anos é um tempo muito longo para que se retenha na memória fatos, mesmo vividos, mas que não tivemos a preocupação de deixar registrados num diário ou num arquivo qualquer.

Inicialmente, queria reportar-me aos antecedentes da Revolução de 1964 e dizer que, a meu juízo, a Intentona Comunista de 1935, dentre as causas remotas, foi a mais forte e a mais próxima. Por quê? A Intentona Comunista expôs, para o Brasil e para os brasileiros, a face cruel do comunismo: da traição, da falta de respeito aos princípios morais e de dignidade humana mais comezinhos. As Forças Armadas, que sofreram na pele o ataque dessa felonia, e a população brasileira como um todo ficaram com ojeriza ao comunismo.

O costume, a prática anual de homenagear as vítimas da Intentona fez com que as gerações mais antigas transmitissem às mais novas a crueldade e a frieza daquele episódio praticado por irmãos de armas e fez brotar, no seio da população, particularmente nos militares do Exército, a aversão à ideologia comunista. Os mais velhos, os que fizeram a Revolução de 1964 viram, viveram aqueles dias, e os mais novos, como eu, que era primeiro-tenente, estávamos conscientizados, graças a Deus.

Havia uma crise permanente no País, política e militar, e vários movimentos armados aconteceram entre as décadas de 1930 e 1950, mas nenhum deles, à exceção da Intentona Comunista, na minha avaliação, pode ser apontado como causa da Revolução de 1964. Foram atribulações decorrentes do campo político-militar, bastante confuso, daquela época. À exceção do movimento que colocou Getúlio no Poder, todos os demais foram episódicos, tentativas frustradas de tomada do Poder.

Em 1964, havia um ingrediente especial que não existiu nos outros: a ameaça da implantação por meio político-eleitoral do comunismo no Brasil, processo que a eleição presidencial de 1960 tornou evidente. Disputada por dois candidatos, o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, que encabeçava a chapa do Partido Social Democrático (PSD) e tinha como companheiro, candidato a Vice-Presidente, João Goulart, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o outro candidato, da União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros, cujo companheiro de chapa era Milton Campos. A chapa Jânio-Milton Campos era tida como de direita ou "entreguista", como se dizia naquela época, e a chapa do General Lott e João Goulart era uma chapa com tendência de esquerda.

É interessante observar que o General Lott, ministro todo-poderoso do Presidente Juscelino, e homem de grande prestígio no Exército, pendeu para a esquerda. Em meio à disputa eleitoral, na sua boa-fé, na sua crença, fora distinguido com uma espada de ouro, episódio que os militares não aceitaram de bom grado. Na verdade, um fato com reflexos negativos para as Forças Armadas e para o General Lott. Apuradas as eleições – à época votava-se no candidato a Presidente e no candidato a Vice-Presidente, separadamente – foram eleitos Jânio Quadros e João Goulart, considerados, o primeiro, de direita, e o outro, de esquerda. Assim, na ausência do Presidente, o Estado seria conduzido pelo Vice-Presidente, com tendência para desfazer tudo aquilo que teria sido construído pelo primeiro, em termos de política interna.

Logo no começo do Governo, o Presidente Jânio Quadros apresentou um sistema de administração e de condução da política do País que não correspondia à esperança que nele se depositara. Em vez de mergulhar no âmago dos problemas que afligiam a Nação, ocupou-se de assuntos insignificantes ante a importância do cargo: a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galo. Decepcionou a todos os que nele votaram ao condecorar o guerrilheiro Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Sete meses depois, em 25 de agosto de 1961, eis que o Presidente Jânio Quadros apresenta a sua renúncia ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, gerando um problema institucional muito sério. João Goulart, que deveria substituí-lo, por ser o Vice-Presidente da República, encontrava forte reação por parte das Forças Armadas, resultado de suas posições políticas ostensivamente hostis à democracia. E, coincidentemente, estava em visita à República Popular da China. Ademais, não se tratava de um estadista, mas tão-somente de um rico fazendeiro gaúcho que fez política à sombra de Getúlio Vargas.

Felizmente, os nossos políticos, com afinco e inteligência, articularam um artifício, transformando a forma de governo. E assim tivemos um regime parlamentarista, o que permitiu a posse de João Goulart, evitando-se um confronto no seio das Forças Armadas. Lá mesmo em Campo Maior, município do Piauí, onde construíamos a estrada de ferro ligando Teresina a Piripiri, o Comandante da minha Companhia era nitidamente favorável à posse de João Goulart. Ele dizia estar com a legalidade. E não se pode culpá-lo por isso.

Jango, entretanto, não se contentou em ficar no parlamentarismo. Começou a tecer a volta do regime presidencialista e, através de um plebiscito, ganhou com larga maioria, mas o seu Governo foi um pandemônio, um pesadelo. Não sendo líder, o seu Governo ressentiu-se de lideranças capazes no Congresso Nacional. Enfim, o

Governo de Jango não tinha conteúdo e muito menos um projeto para o País. Para mim, ele foi levado de roldão pelas forças de esquerda, até chegar à Presidência da República. A sua competência não ia além da porteira da estância.

Agora, uma observação. Entre 1962 e 1963, estava em Campo Maior, PI. Enquanto o meu Comandante de Companhia defendia a legalidade, como disse há pouco, o Comandante do nosso Batalhão alertava para os riscos que a posse de João Goulart representava para o País. Isto ficou evidente através da visita que nos fez – eu era Segundo-Tenente, chefe da residência de construção da ferrovia Teresina–Piripiri, a sessenta quilômetros de Campo Maior. Recebi ordem para reunir os funcionários civis do batalhão, cerca de duzentos, que trabalhavam na construção. Na sua exposição, falou longamente a respeito da importância das eleições para a vida do País, dos perigos do regime comunista, do perigo de se eleger pessoas que fossem ou estivessem a serviço dos comunistas. Inclusive, apresentou uma relação de candidatos do Piauí que, na sua visão, não deviam ser votados por estarem a favor da ideologia comunista.

Narrei esse episódio para demonstrar a efervescência que a Nação vivia, presente em toda parte, até mesmo no meio militar. De fato, existia o temor no seio da população, que sofria as angústias do dia-a-dia com a paralisação dos transportes coletivos, por exemplo, e a incerteza do rumo político que se queria imprimir ao País. Aqui, reside, com certeza, uma outra razão por que as Forças Armadas deflagraram a Revolução. Sensíveis aos apelos da sociedade, patente na movimentação dos governadores e nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, apenas interpretaram a vontade nacional.

Em 1964, 1º-Tenente, cursando o Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha, vi de perto a inquietação que havia no Rio de Janeiro, centro nervoso do País. Morava no edifício Praia Vermelha, que abrigava as famílias dos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do IME. Aqueles primeiros dias do ano foram de tumulto total. Pipocavam greves pra todo lado, a toda hora. Greve da água, greve da luz, greve do gás – no Rio de Janeiro, o gás é encanado. À notícia da greve do gás ou da água corria-se para o supermercado na busca de alimentos que não precisassem ser cozidos, e corria-se a encher banheiras, baldes, panelas, copos – o que pudesse – pois ninguém sabia quando a companhia de água, que era estatal, voltaria à normalidade. Era um inferno.

No IME, não sentimos o problema da indisciplina porque, como alunos, não tínhamos subordinados, éramos responsáveis por nós mesmos. Mas sabíamos que nos quartéis havia problemas sérios de indisciplina. Certo dia, perto do Iate Clube, na Avenida Pasteur, encontrando um amigo, Capitão-Tenente que servia numa Uni-

dade da Marinha, no Rio de Janeiro, ele me contou que partira para a luta corporal com um cabo, seu subordinado, que se recusara à ordem de faxina.

Ora, quando uma Força Armada chega a uma situação dessa natureza, é sinal de que estamos diante de uma crise. Pois se a disciplina e a hierarquia – esteios da instituição militar – deixam de existir, algo vai muito mal. Infelizmente, era este o quadro precedente à Revolução. Oficiais da alta hierarquia das Forças Armadas, principalmente do Exército e da Marinha, davam-nos maus exemplos. O Almirante Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, era chamado de "almirante do povo".

Para a eclosão do Movimento de 1964, alguns episódios foram decisivos. O primeiro deles foi o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março; o segundo foi o motim dos marinheiros e fuzileiros, no sindicato dos metalúrgicos, de 20 a 26 de março; e o terceiro, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30, com a presença do Presidente da República. Todos esses acontecimentos ocorreram no Rio de Janeiro e foram alvos de ampla divulgação por parte da imprensa.

Lembro-me muito bem das reportagens, ao vivo, do comício da Central do Brasil. Havia centenas de faixas do Partido Comunista e de organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), da esquerda radical. Viam-se funcionários da Petrobras, de macacão com as logomarcas da empresa, portando cartazes subversivos. A gente sentia que o País não podia ir muito longe naquele estado de coisas. Sobre a reunião dos sargentos, no Automóvel Clube, a televisão também transmitiu ao vivo, o Presidente cercado de sargentos. Gritos, euforia, estado de ânimo do "já ganhamos".

A euforia da esquerda só se comparava à nossa decepção e tristeza. Mas tínhamos um alento: a batalha travada pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que desmontava o Governo por meio de artigos e discursos. E o Governador de Minas, Magalhães Pinto, que também era favorável à Revolução. Outro fato alentador era ligar a *TV Tupi*, à noite, e ouvir o editorial escrito por David Nasser, grande jornalista, lido com muita ênfase pelo locutor Gontijo Teodoro.

Nos últimos quatro ou cinco dias que precederam o 31 de Março houve, na Praia Vermelha, um sopro de esperança. Havia grande movimentação de alunos da ECEME e alguns do IME. Soubemos que estava em curso um movimento e, dizia-se, o General Castello Branco à frente, o que nos enchia de confiança, porque aquele homem era uma espécie de ícone do Exército. "Se é o Castello, a coisa é pra valer", a gente pensava. O Marechal Odylio Denys estava na reserva, mas fazia a ligação entre alguns governadores e os comandos das Grandes Unidades (GU). Entre o IME

e a ECEME, pelos próprios alunos – o Major Eliano Moreira de Sousa, secundado pelo Major Hallo Rinck Ribeiro.

Os dias 31 de março e 1º de abril foram muito tensos. Sacos de areia foram colocados pelos alunos do IME, como defesa. Os oficiais da ECEME e do IME – todos foram para a praça – tinham a missão de defender as instalações militares e suas famílias, alojadas, como disse, no edifício Praia Vermelha. O armamento era individual, revólver e pistola. Falava-se, não se sabia se era verdade ou boato, que os fuzileiros navais estavam deslocando-se para invadir a Praia Vermelha, e também – as emissoras de rádio teriam noticiado – iam invadir o Palácio Guanabara.

O Governador Carlos Lacerda estava lá, guardado por tropas da Polícia Militar e por grande número de voluntários civis, seus admiradores. Entre estes, uma pessoa muito ligada a mim, tio da minha mulher, José Milton Ferreira Gomes, comerciante em Copacabana, falecido há dois anos. Admirador de Carlos Lacerda, decidira emprestar-lhe apoio e solidariedade. Realmente, a maior preocupação de todos nós, se os fuzileiros invadissem a Praia Vermelha, era com as nossas famílias, com a leva de pessoas desordeiras que poderiam vir depois.

Tratei, então, no dia 31 de março, de levar minha esposa, que estava grávida do meu primeiro filho, para o apartamento em Copacabana, e fiquei sozinho na Praia Vermelha. Se acontecesse algo, seria comigo, e não com ela. Falou-se, certa ocasião, que o Coronel Zílio, administrador do edifício Praia Vermelha, subira o morro da Urca com um grupo de oficiais da ECEME e apreendera algumas metralhadoras que os fuzileiros navais estariam instalando por lá. Comentou-se, mas não sei se é verdade. De fato, apareceram umas metralhadoras, mas não sei se eram as tais.

Num determinado momento, irrompe na Praia Vermelha, vindo pela Avenida Pasteur, um carro de combate. Logo pensamos que chegara a hora da invasão dos nossos domínios, preocupação que se dissipou quando avistamos o Capitão, em pé, em cima do tanque, com os braços estendidos e acenando alegremente para nós. Percebemos que era gente amiga e, a partir daí, ficamos felizes.

Havia, pelo menos, um carro de combate para ajudar os nossos revólveres na defesa, da Praia Vermelha, euforia comparada à alegria que tivemos quando as estações de rádio divulgaram a fuga do Jango. Lembro-me como se fosse hoje, eu estava na calçada do edifício Praia Vermelha. De repente, quase correndo, eufórico e abrindo os braços, vejo o tio Milton, tio da minha esposa, que me fora dar um abraço. "De onde vens, Milton?", perguntei. – "Do Palácio Guanabara, onde estava para defender o Lacerda." E disse mais: "E tinha muita gente", referindo-se aos amigos que, solidários, também tinham ido defender Lacerda. E concluiu: "Vou

pra casa, minha mulher não tem a menor idéia de onde estou, nem o que ando fazendo nestas horas todas". Abracei-o demoradamente, e disse: "Obrigado, tio Milton. Agora o meu filho pode nascer, estamos num País livre!."

Dilúvio de papel picado nos prédios da Zona Sul do Rio de Janeiro e "buzinaço" foi o que se viu naquela tarde do primeiro dia de abril. Era a resposta, a saudação do povo do Rio de Janeiro ao Movimento revolucionário, que destronava Jango e eliminava a ameaça comunista ao nosso País.

O ciclo dos presidentes militares, dividi-lo-ia em duas fases. A primeira seria do General Castello Branco até o General Emílio Médici, e a outra, do General Ernesto Geisel e do General João Baptista Figueiredo. A primeira fase caracterizou-se pela recomposição da economia e início da construção da infra-estrutura do País. A segunda fase do ciclo destacou-se pela complementação da infra-estrutura, pela distensão política – que teve início no Governo Geisel e consolidou-se no Governo Figueiredo – e também pelo início de dificuldades econômicas, como a retomada discreta, mas firme, da inflação, e a queda do PIB.

Vamos começar por Castello Branco, um democrata convicto, desprovido de vaidades e de ambições. A excelência de suas qualidades – vou externar uma opinião pessoal – favoreceu algumas falhas, logo no início da Revolução. As forças de esquerda, organizadas e vivas, surpreendidas pela Revolução, não puderam se recompor, e Jango fugiu. Dever-se-ia, então, estabelecer um mandato para o Presidente Castello Branco, em vez de completar o período do Governo João Goulart. Estávamos vivendo uma nova ordem, não havia necessidade de completar o mandato de quem fora deposto. Aquele era um regime velho e apodrecido, estávamos começando vida nova. Então, esse foi o erro patente.

Não obstante vitoriosa, os pruridos democráticos acenderam o temor de a Revolução assemelhar-se a uma ditadura. Daí, a designação Revolução Democrática, o segundo equívoco. Sim, desculpem-me os que discordam, mas o País, a Nação, as Forças Armadas depuseram o Presidente. A Revolução foi feita para restaurar a democracia, mas num segundo passo, porque o País estava caminhando, anteriormente, para uma ditadura comunista.

Não podia ser em apenas dois anos que iríamos consertar tudo. A democracia é o melhor regime, mas exige preparação, e dois anos é um tempo muito curto. Tanto é verdade que, pouco depois, veio o Ato Institucional nº 5 (AI-5), absolutamente necessário diante do recrudescimento da violência que a esquerda desencadeara. Foram atos de terror, caracterizados por seqüestros, assassínios, assaltos a quartéis e a estabelecimentos bancários, enfim uma guerra declarada. A guerrilha do Araguaia é bem a demonstração da monstruosidade.

Evidentemente que o AI-5, a Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos de informações e segurança foram os instrumentos que a Revolução recorreu a fim de poder enfrentar, com eficácia e no menor espaço de tempo possível, a audácia e a impetuosidade dos adversários. Se o General Castello Branco tivesse continuado, sem tempo determinado para sair, certamente entre cinco e sete anos o País estaria organizado e em condições de eleger um presidente civil, e a História do Brasil seria outra. O governo revolucionário não teria permanecido vinte anos no Poder, e ter-se-ia evitado o desgaste.

O Presidente Costa e Silva não era um estadista, não estava preparado e era ambicioso. Sabendo que Castello tinha os dias contados, preparou-se para sucedê-lo. O Presidente Castello Branco discordava da sua pretensão, mas, infelizmente, a conjuntura político-militar levou Costa e Silva à Presidência. Acometido de doença irreversível, a Junta Militar que o substituiu escolheu o Presidente Médici que deu um impulso fantástico ao País. A economia prosperou a ponto de falar-se em milagre brasileiro. O PIB chegou a atingir 11% e a inflação baixou para 12%, índices anuais extraordinários. O Presidente Médici passou a ser apreciado pelo povo como um verdadeiro líder. Homem simples, foi certa vez ovacionado no Estádio do Maracanã, num clássico carioca. E ele nunca fez esforço para ser popular: a popularidade veio das realizações do seu governo. O Presidente Médici tornou-se simpático, também, ao povo, pelo hábito de assistir aos jogos ouvindo o radinho de pilha. Porém, a guerrilha e a perturbação da ordem levaram-no a agir com mão-de-ferro, razão por que o pessoal da esquerda chama o seu período de governo de “anos de chumbo”. Para mim, “anos de ouro”, anos do milagre brasileiro. E se os terroristas sofreram, foram perseguidos, os cidadãos comuns, todos aqueles que trabalhavam pela grandeza, pelo crescimento do País, experimentaram um período de prosperidade.

O Governo Geisel caracterizou-se pelo início da distensão política e, também diria, pela afirmação da soberania nacional. Ato importante nesse rumo foi a denúncia do Acordo Militar Brasil–Estados Unidos, prejudicial ao País, e o reatamento das relações diplomáticas com a China. No aspecto econômico, apesar dos esforços para dar continuidade ao Governo Médici, a conjuntura mundial não permitiu; houve o segundo choque do petróleo, razão pela qual o PIB caiu e a inflação subiu. Embora fosse uma pessoa de grande autoridade moral, o General Geisel não era autoritário. Responsável pela abertura política – lenta, gradual e segura – em janeiro de 1979 revogou o AI-5, estabelecendo as condições objetivas para que o seu sucessor devolvesse a normalidade democrática ao País.

O Governo Figueiredo deu continuidade ao ritmo de construção da infraestrutura do País, mas herdou do Governo Geisel uma inflação crescente e o PIB

em queda. Nesse período, continuou a distensão política, que culminou com a aprovação da Lei da Anistia. Os anistiados, sem querer reconhecer o mérito do Governo Figueiredo, diziam ser, a anistia, uma conquista deles.

Convém esclarecer que o Exército não se engajou na vida política por vontade própria, mas para atender ao chamamento da Nação. Começou a desengajar ainda no Governo Castello Branco, tese que talvez seja contestada por alguns estudiosos. Apesar de ser, apenas, um observador modesto, não vi o engajamento do Exército na Revolução, a não ser no episódio da Junta Militar que impediu a posse do Vice-Presidente eleito e escolheu o Presidente Médici, sucessor do General Costa e Silva, e na escolha dos presidentes pelo Alto Comando do Exército, submetida ao Congresso praticamente para homologação.

Não há dúvida de que a Revolução foi benéfica ao País, tendo sido fruto do amor à Nação. Por isso, lamenta-se quando insinuações maldosas tentam associá-la a influências externas. É claro que os Estados Unidos devem ter gostado, e sabemos que gostaram, de ver o Brasil, o maior País da América Latina, fora da rota comunista. Todavia, existe uma grande diferença entre suposição e comprovação.

Outro dado significativo é o fato de, em dois dias, a Revolução estar vitoriosa. Com a grande vantagem – fato inusitado – de não haver vidas humanas a lamentar. Além disso, acredito que, no mundo, foi a revolução de mais baixo custo financeiro. Uma outra certeza é que a Revolução foi deflagrada visando a conter o avanço do comunismo e, ao mesmo tempo, organizar o nosso País, que estava numa tremenda anarquia, numa desordem total. Não estava a soldo de qualquer ideologia.

Quanto à conceituação, em si, do Movimento de 1964, devemos denominá-la de Revolução, pois foi uma iniciativa do povo. As Forças Armadas apenas acolheram e interpretaram o desejo da sociedade. O Exército saiu às ruas na última hora – a Nação em polvorosa – e não saiu sozinho. Quem deflagrou a Revolução foi, inicialmente, Carlos Lacerda, que alertou a consciência nacional para a iminência do caos, e depois, Magalhães Pinto, com o seu manifesto – o estopim iniciador da saída de tropas dos quartéis.

Numa breve retrospectiva é fácil concluir que, não fora a Revolução, teríamos um País comunista, uma viagem quase sem retorno. Este, a meu ver, o maior, entre todos os benefícios que a Revolução nos proporcionou. Em segundo lugar, a recomposição e reordenação da economia brasileira, o que permitiu tantas realizações, em todos os campos de atividade. Vieram as hidroelétricas; as mais importantes foram Itaipu, Boa Esperança e Tucuruí; as telecomunicações; os portos e ferrovias; o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), obra do Presi-

dente Médici, em benefício do agricultor pobre, que, antes, não tinha do que se socorrer; a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que propiciou a aquisição da casa própria a milhares de brasileiros.

Reportando-me à malha rodoviária federal, devo dizer que a engenharia de construção do Exército desempenhou um papel muito importante no seu desenvolvimento. Só aqui no Nordeste, tínhamos quatro Batalhões de Engenharia de Construção. O de Natal, por exemplo, pavimentou a BR-304, que liga Fortaleza àquela capital, até o entroncamento com a BR-116.

A aceitação e boa imagem das Forças Armadas, em particular o Exército, reveladas por pesquisas de opinião divulgadas recentemente, pode parece um milagre, aparentemente. A resposta é simples: o povo associa muito o Exército, as Forças Armadas, à Revolução, e a mesma está viva na mente das pessoas. O povo não repudia a Revolução, apesar do esforço de massacre ao Movimento da mídia de tendência esquerdista. Mas as pessoas, às vezes, mesmo parecendo incultas, sabem julgar.

Assim, a boa imagem do Exército reflete a Revolução, porque o Exército está intimamente associado à Revolução, e as pessoas têm a lembrança de uma época de fartura, uma época em que havia o chamado "milagre brasileiro". Depois da Revolução, as coisas desandaram, houve uma tal de Nova República, comandada por republicanos velhos que não funcionou. Nova no nome, mas das épocas antigas.

Acredito que livrar do comunismo um dos países de maior extensão territorial do mundo, tem para a humanidade um mérito indiscutível. Assim, a nossa dívida para com aqueles que enfrentaram e venceram esse desafio deve ser, no mínimo, a nossa solidariedade. Temos a obrigação de ser solidários com aqueles que estão sendo atacados por terem feito a Revolução, por terem trabalhado, dedicado-se, dado o melhor de si, com prejuízo pessoal e de suas famílias.

Vi na televisão, há alguns anos, um companheiro nosso de grande valor – o General Newton Cruz – defendendo-se, valentemente, da acusação de homicídio, submetido a processos na polícia, na Justiça, tendo como única testemunha um doente mental. E ninguém se levantou para defendê-lo! Eu vi isso com muita pena. Está faltando solidariedade da nossa parte para com esses companheiros. Também existe o caso de um Coronel que serviu na embaixada do Uruguai. Acusado por uma guerrilheira que depois tornou-se deputada, esse Coronel perdeu o cargo que ocupava na embaixada e encerrou precocemente a sua carreira. Depois escreveu um livro, abordando a sua atuação. Deveríamos encontrar uma maneira de ajudar, as empresas poderiam patrocinar a publicação desse livro, que seria divulgado e

se espalharia pelo Brasil inteiro, nos colégios, gratuitamente, a fim de fazer face a essa campanha ignominiosa lançada contra as pessoas que participaram da Revolução. Mais recentemente um general-médico quase teve o seu registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, porque servira no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Não se viu ninguém se levantar a favor dele. Não houve a sua defesa institucional.

Valeu a pena? Não teria sido melhor permanecer na arquibancada e ver o circo pegar fogo? No Chile, o General Pinochet livrou o seu país do comunismo, colocou o país em ordem, a economia organizada, sólida, e hoje está sendo injustiçado, submetido a tratamento de bandido. Preso na Inglaterra e depois no seu próprio país, porque o defendeu do comunismo! Se perguntassem: “General Pinochet, valeu a pena?”, tenho certeza que ele diria: “Sim, valeu a pena, porque não fiz por mim. Eu fiz por meus filhos, pelos filhos dos meus filhos, fiz pelas novas gerações.” É assim que devemos pensar.

Major Geraldo Nogueira Diógenes

- Natural de Jaguaribe, CE.
- Cursos civis: Engenharia Civil e Engenharia de Segurança do Trabalho. Cursos militares: Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), 1949; Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1952; e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1963.
- Cargos e funções militares: instrutor no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Recife, PE; instrutor no CPOR de Fortaleza, CE; instrutor-chefe do Curso de Artilharia do CPOR de Fortaleza, CE.
- Atividades civis: diretor do Departamento de Obras e Projetos da Universidade Federal do Ceará (UFC), no período de 1970 a 1985; engenheiro da SAMEAC-UFC, no período de 1985 a 2000; e professor universitário da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), de 1974 a 2001.

Entrevista realizada em 20 de junho de 2001.

O Movimento Cívico-Militar de 1964 não foi um movimento revolucionário, mas anti-revolucionário. Neste Movimento, inicialmente ressalto que os militares foram impulsionados pelos civis, que estavam intranqüilos em face da anarquia e do caos reinantes. Entre os civis, destaco a participação dos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; do Rio Grande do Sul, Ildo Menegheti; de Alagoas, General Luís Cavalcante; de São Paulo, Adhemar de Barros; e de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Houve, também a adesão e a solidariedade da mulher brasileira que, indignada com o caos que infelicitava a Nação, foi às ruas pedir que se desse um basta na subversão. Como primeiro impacto, a Revolução interrompeu a desagregação institucional, o desmantelamento econômico e a ruptura social, fatores que ameaçavam lançar o País numa guerra civil.

Gostaria de me reportar a alguns fatos históricos, antecedentes remotos da Revolução e que, superpostos no tempo, contribuíram para a sua eclosão. Algumas pessoas aludem à revolta dos marinheiros contra a punição de "açoite da chibata". Anteriormente, houve a "revolta da vacina", manifestação popular contra a obrigatoriedade da vacinação coletiva a que o governo submetera os habitantes do Rio de Janeiro, na tentativa de combater uma epidemia que grassava na cidade. Há quem fale, também, recuando mais alguns anos, do episódio de Canudos, no interior da Bahia, sob a orientação de Antônio Conselheiro.

As revoluções, entre 1922 a 1926, à época do tenentismo. Ali surgiram os tenentes, recém-saídos de Realengo, entre os quais Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto, Luís Carlos Prestes e outros que, pelo entusiasmo juvenil e patriótico, queriam mudar a face do Brasil, acabar com a corrupção, com as fraudes, com a inércia dos governos. Em 1930, surgiu Getúlio Vargas e, em 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em seguida veio o Estado Novo, período em que ocorreu a Intentona Comunista e, logo depois, o motim integralista que levou o Governo a decretar a ilegalidade do Partido Comunista.

No segundo Governo de Getúlio, encontrava-me no Rio de Janeiro, era Segundo-Tenente recém-transferido. Quase não podíamos sair às ruas fardados, já que as pessoas nos perguntavam por que não tirávamos Getúlio Vargas do Poder, pois a Nação não podia continuar como estava. Era muito desagradável ouvir aquilo.

Outro problema sério, conhecido como "mar de lama", ocorreu pela influência de Gregório, o chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, considerado um "superministro", já que muitos ministros, antes de falar com Getúlio, primeiro dirigiam-se a ele. Carlos Lacerda, vibrante deputado federal, era a voz tonitruante no Congresso, denunciando a desorganização que intranqüilizava o País, as fraudes e a corrupção. E Gregório, não sei se a mando de alguém ou por conta própria, resolve-

ra atocaiar – a palavra é essa mesmo, atocaiar – na Rua Tonelero, ele e mais dois capangas, o Deputado Carlos Lacerda, que, naquela ocasião, fazia-se acompanhar do Major Rubens Vaz, da Aeronáutica. O Major Vaz morreu na hora e Carlos Lacerda apenas sofreu um ferimento no pé.

Seguiu-se a Novembrada e a assunção de Juscelino Kubitschek ao governo, com dois movimentos da Aeronáutica: Jacareacanga e Aragarças. Posteriormente, tivemos as candidaturas a presidente e a vice-presidente da República, de Jânio Quadros e Milton Campos, respectivamente, em oposição ao General Henrique Lott e a João Goulart. Com a eleição, foi vitoriosa a chapa Jânio Quadros / João Goulart.

Poucos meses depois de assumir a Presidência da República, Jânio Quadros renunciou no Dia do Soldado, 25 de agosto de 1961. Por que Jânio renunciou? Durante a campanha política aparecia empunhando uma vassoura, simbolizando o combate à corrupção e à fraude. Ao assumir, não se viu nada disso e sim probleminhas tolos, corriqueiros: proibiu a rinha de galos, o uso do biquíni nas praias e lançou a moda do uso de uniforme cáqui para os funcionários públicos. Ele mesmo usava esse traje. Logo no início de seu mandato, brigou com o Congresso e não conseguiu praticamente nada. De repente, renunciou à Presidência da República e comunicou a sua decisão ao Congresso Nacional. A seguir, viajou para São Paulo, na esperança de voltar nos braços do povo, com maiores poderes. Felizmente, isto não aconteceu.

João Goulart deveria assumir a Presidência da República, mas as Forças Armadas faziam certa restrição a sua investidura no cargo e, coincidentemente, no dia da renúncia de Jânio Quadros, ele se encontrava em visita à China. Era um homem simples, não era comunista. Estancieiro, apoiava os trabalhadores na tentativa de implantar uma república sindicalista. O Congresso, então, como solução conciliadora, implantou o parlamentarismo e Jango tomou posse, com poderes reduzidos, a 7 de setembro de 1961.

Com isso, houve uma sucessão de desmandos, as Forças Armadas sentiram-se tolhidas e as esquerdas passaram a vislumbrar a oportunidade de fundar a república sindicalista. Vieram os atos de violência, no campo e nas cidades. As hierarquias institucionais eram desacatadas, agredidas, sem qualquer advertência de parte das autoridades responsáveis. A indisciplina militar era até incentivada. Em toda parte a inquietação popular era crescente.

Podemos afirmar que o Brasil estava sendo conduzido pelas esquerdas para uma revolução institucional, inspirada no modelo tcheco e, ao mesmo tempo, na luta armada, de inspiração sino-soviético. Sem dúvida, um momento terrível para as Forças Armadas, bastante atingidas. No ano de 1962, ocorreu a ascensão de

elementos esquerdistas e surgiram ações subversivas do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Pacto de Unidade e Ação (PUA). Recrudesceu o proselitismo estudantil nas universidades e a penetração marxista no setor cultural.

Em 1963, houve o excitamento das esquerdas, com vistas ao sonho da república sindicalista. Nos quartéis, a preocupação com o desenrolar dos fatos. Mas a nossa formação e tradição não permitiam que o Brasil tomasse outro rumo que não o democrático.

A respeito de João Goulart, volto a dizer que não era comunista. Quando muito, um inocente útil que desejava aproveitar-se dos sindicatos, como ponto de apoio, para promover a reforma agrária, que sempre foi o seu pensamento. Aconteceram, então, fatos realmente importantes, como a revolta dos sargentos em Brasília; uma velada campanha de desmoralização dos chefes militares, não comprometidos com a subversão, e a tentativa de prisão de Carlos Lacerda, Governador da Guanabara.

Nessa época, encontrava-me no Rio de Janeiro, cursando a EsAO. Essa ordem realmente aconteceu, veio da Casa Militar e foi transmitida a um grupo de pára-quedistas, cujo Comandante era um cearense de Barbalha, na região do Cariri. Como militar ele cumpria a Constituição, e essa não era uma ordem constitucional. Negou-se, pois, a cumpri-la.

A imprensa e o meio cultural divulgavam propaganda de uma ditadura no estilo comunista. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que denunciava as ações subversivas, foi fechado; quatrocentos professores universitários manifestaram-se com críticas à atitude do governo, acusando-o de estar levando o País à comunização. Seguem-se mais desordens e subversão: campanha eleitoral, o voto do analfabeto no estilo marxista, aumento das invasões de terra e saques na cidade. O governo do Rio Grande do Sul denunciava movimentos subversivos, prestes a explodir por lá. Os líderes comunistas no CGT e PUA estimulavam as implosões de greves em áreas críticas como energia, telefonia e gás.

Cresce a influência de Prestes na política. A 13 de março de 1964, numa terça-feira, realizou-se o comício da Central do Brasil, com a presença dos ministros militares e de inúmeros sindicalistas, portando bandeiras com a foice e o martelo. Foram assinados dois decretos, prevendo a encampação da refinaria de petróleo e a desapropriação de terras. Tudo isso era transmitido pela televisão. Em meio à desordem, surgia, em cívica reação, a campanha da mulher brasileira pela democracia. Podíamos observar milhares de velas nas janelas das casas e edifícios no Rio de Janeiro. E o silêncio cúmplice. Finalmente, a 30 de março, reunião no Automóvel

Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com sargentos das três Armas, num clima de "já ganhamos". Chegamos ao 31 de Março de 1964!

Gostaria de tecer breve comentário sobre o primeiro dos presidentes da Revolução. Tive a oportunidade, ainda como Aspirante, de conhecer o General Castello Branco, servindo aqui em Fortaleza, no cargo de Comandante da Região. Pude observar o homem das leis, o homem correto, o homem direito, o homem que exigia, mas, antes, oferecia os meios correspondentes. Posteriormente, quando ele comandava o IV Exército, eu era instrutor do CPOR, em Recife. Pude constatar que ele continuava a mesma pessoa: oito anos mais velho mas, como o vinho, muito melhor.

O Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco possibilitou um período essencialmente de obediência às leis, observância de princípios morais e políticos e, o mais importante, voltado para o futuro, para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. O Governo Castello Branco criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), promoveu a reforma fiscal, aprovou a lei do imposto de renda e a reforma eleitoral e implementou avanços no campo social, como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do salário mínimo.

No Governo Costa e Silva, a radicalização político-ideológica e a agitação estudantil precipitaram a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), com a prisão de importantes políticos e a cassação de mandatos. Por outro lado, o Presidente Costa e Silva executou grandes reformas estruturais: cumpriu os compromissos externos, facilitou as exportações e afastou a ameaça da recessão.

No Governo Emílio Garrastazu Médici, a presença do Presidente na televisão era como um calmante: de fala pausada, sincero, honesto, correto. Quero contar um fato, breve. Na época, como diretor do Departamento de Obras da Universidade Federal do Ceará, eu estava com um projeto de expansão do campus universitário e viajava sempre a Brasília. Numa das viagens, a meu lado, no avião, um jovem de aproximadamente 20 anos foi logo puxando conversa, dizendo que era estudante, líder estudantil, comunista convicto. Mas, ao ver e ouvir o Presidente Médici na televisão, acreditou nele e mudou radicalmente de convicção política.

O Governo Ernesto Geisel teve como destaque principal o projeto político, com a distensão lenta e gradual. Houve ainda: o reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China; a condenação do regime racista da África do Sul; as denúncias do acordo militar Brasil/EUA; o acordo nuclear com a Alemanha, envolvendo dez bilhões de dólares para a construção de oito usinas nucleares. Por fim, o investimento estatal privilegiando o setor petrolífero.

O Governo João Baptista Figueiredo enfrentou graves problemas, com destaque para o montante da dívida externa, a balança de pagamentos, a tendência de

queda do PIB (Produto Interno Bruto) e o retorno da inflação. Mesmo assim, conseguiu acelerar alguns projetos de exportação, como o do ferro, manganês e bauxita em Carajás. Investiu, ainda, em fontes alternativas de energia. Quem não se lembra do Pró-Álcool? A indústria passou à produção de automóveis a álcool. Houve a prospecção de petróleo em plataformas marítimas e o desenvolvimento das telecomunicações, colocando o País na vanguarda em todo o continente sul-americano. Ocorreu, também, o aumento da capacidade elétrica instalada, com a construção das hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí e o Brasil obteve recorde na produção de café e de aço. No campo político, foram promulgadas as Leis da Anistia e da Organização dos Partidos. Houve a extinção do bipartidarismo – ARENA e MDB – e a aceitação de novos partidos.

Durante o período revolucionário, a face do Brasil mudou completamente. Várias foram as realizações, em todos os campos de atividade. Poderia enumerar, no âmbito do Ministério do Transporte, a construção da infra-estrutura em rodovias, ferrovias, portos marítimos, fluviais e lacustres. Foram construídas a rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte. No Ministério das Minas e Energia e das Comunicações, houve aumento significativo nos setores de mineração, siderurgia, energia e infra-estrutura. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tornou-se modelo de eficiência. As ligações telefônicas diretas, nacionais e internacionais, (DDD e DDI) tornaram-se realidade, fruto da modernização das companhias telefônicas e da criação da Embratel.

Perdemos a "batalha da comunicação social", porque deixamos de levar ao conhecimento da população os meandros da política, as informações concernentes à consolidação da abertura democrática e, também, por não divulgarmos amplamente as realizações governamentais. Isso ainda hoje é nocivo, principalmente no meio estudantil e cultural – teatro, cinema, televisão. Assim, persiste uma visão distorcida dos fatos, da realidade da Revolução. Nem por isso, contudo, a imagem do Exército tem deixado de alcançar elevados índices de aceitação junto à população.

Passemos a uma temática que nos causa enorme preocupação: a ameaça à nossa soberania. Diante das declarações de alguns dos países mais ricos do mundo de que "a Amazônia é internacional e não dos brasileiros", não resta qualquer dúvida sobre tal ameaça. Quero lembrar que a região amazônica possui 20% da água doce de todo o globo terrestre. A floresta amazônica possui cinco mil espécies de aves, enquanto uma mesma floresta temperada, na América do Norte, possui apenas seiscentas e cinqüenta espécies. Na Amazônia, podem ser encontrados trezentos tipos de árvores por hectare. Na floresta norte-americana, não mais que vinte espécies. Existem minérios estratégicos na Amazônia, cobiçados, principalmente, pela América do Norte.

Gostaria de lembrar, a propósito, a máxima: "Se desejas a paz, prepara-te para a guerra." Existe na Amazônia o curso de Guerra na Selva e eu observei, no *Fantástico*, programa exibido nas noites de domingo pela Rede Globo de Televisão, alunos de outros países, principalmente da Inglaterra, da França, da Itália, do Canadá e dos Estados Unidos, partícipes daquele curso. De início, a indagação preocupante: "Por que estão ali?" Depois, até fiquei satisfeito, entendi melhor. Eles, realmente, conheceram, observaram e constataram que a Amazônia é impenetrável e que os brasileiros estão vigilantes. E não se ganha uma Amazônia numa guerra regular.

Em face da lembrança de Caxias – o Pacificador – grande responsável pela unidade nacional e pela harmonia entre todos os brasileiros, afigura-se-me oportuno, pela similitude, um breve comentário sobre o que representa a Lei da Anistia, no esforço para o coroamento pacífico do período revolucionário. O seu objetivo, evidentemente, era beneficiar ambos os lados, o que não aconteceu.

Os exilados voltaram ao País, ocupando as mais diversas funções. Alguns foram eleitos deputados estaduais, federais e senadores. Hoje, até são vistos nos cargos de ministro de Estado e de secretário-geral da Presidência da República. Livres, totalmente livres, o que não aconteceu com aqueles que enfrentaram a ameaça comunista. Alguns militares ou civis indicados para um determinado posto foram impedidos porque teriam sido "torturadores". Lamenta-se o ódio revanchista dos traidores da Pátria, que apenas têm-se utilizado e vêm-se servindo da anistia. Entretanto, houve assaltantes de bancos, assassinos, seqüestradores que, anistiados, pousam de heróis, embora não passem de traidores.

Houve um desertor, capitão do Exército que, roubando armamento, tornou-se assaltante e fundou um pelotão de guerrilha para a tomada do poder. Pois bem, as famílias daqueles que participaram da guerrilha foram indenizadas. Entretanto, as famílias dos soldados, sargentos e oficiais que morreram lutando, não foram indenizadas! Por que a discriminação, se a anistia veio para todos? Isso é "revanchismo" mesquinho, patrulhamento ideológico. Por isso, deve-se corrigir a injustiça.

Ao final da minha participação neste Projeto, dirijo-me à geração daqueles que participaram do Movimento revolucionário de 1964, para conclamá-la à superação de injustiças e ressentimentos. Desejo, também, agradecer ao bravo povo português, que nos legou este País maravilhoso, e ao Duque de Caxias, que, mercê de sua bravura, desprendimento e heroísmo, pôde conservá-lo. Aos jovens que representam o futuro deste grande e maravilhoso País, anseio que sejam magnânimos, que saibam amar a todos como irmãos, preocupados, antes de mais nada, em trabalhar pelo progresso do Brasil, sem mágoa e sem rancor. E que finalmente, pensando num Brasil melhor, possamos todos, orgulhosos, proclamar: somos brasileiros!

Advogado Juvenal Antonio Araújo de Arruda Furtado

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhados: Chefe de Posto de Coleta Censitária do Censo 1970; Oficial de Gabinete do Consultor-Geral do Estado, CE; Advogado da Companhia de Habitação (COHAB), CE; Assessor do delegado do Banco Nacional da Habitação (BNH), CE; Advogado da Caixa Econômica Federal. Atualmente, exerce a chefia do Jurídico Regional Fortaleza da Caixa Econômica Federal e a Presidência do Círculo Monárquico de Fortaleza.
- Cursos: Direito, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) – Fortaleza, CE, em 1974; Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), CE e outros cursos nas áreas de Direito, Administração Bancária, entre outros.
- Produção intelectual: Peças jurídicas, pareceres jurídicos e artigos sobre assuntos diversos. Outras produções: Conferências e palestras.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2001.

É uma satisfação participar do Projeto História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. Trata-se, na verdade, de um projeto oportuno e conveniente, sobretudo por resgatar o nosso passado histórico, legado valioso que se transmite à posteridade. Uma máxima que também se aplica às nações é a de que, sem passado, elas não sabem o que querem, não têm identidade e nem sabem para onde vão. Não sabem quais são os seus objetivos, nem a missão histórica a cumprir no concerto das nações.

A Revolução de 1964, a meu ver, constitui um fato digno de registro. Bom, posso falar em parte, porque quando foi deflagrado o Movimento eu tinha apenas 14 anos de idade. No entanto, sabia o que queria, dentro da minha adolescência, até porque a cativante educação cívico-cristã recebida de meus pais fazia com que eu me interessasse por esses temas. Minha formação cristã fez com que acompanhasse de perto toda aquela convulsão social sofrida pelo Brasil e me posicionasse do ponto de vista ideológico, doutrinário, que até hoje mantenho, graças a Deus. As crises militares, a tentativa de quebra da hierarquia militar, o cabo Anselmo, as greves, os quebra-quebras, a inflação alta, os desabastecimentos, tudo isso vivenciei e ficou marcado na minha memória.

Realmente, era uma situação difícil, delicada, e não havia outra saída para o País, a não ser a intervenção militar no ordenamento jurídico vigente, a fim de retirar o Brasil da situação caótica em que se encontrava. Mas, antes de mais nada, gostaria de destacar o aspecto da quebra da hierarquia, tanto civil como militar, que era, se não fomentada, pelo menos tolerada pela autoridade constituída.

Então, eu vejo – digo novamente – com bons olhos este Projeto, até porque chegou, hoje, às minhas mãos, um exemplar sobre a História do Brasil, concernente à ditadura militar. Publicado sob a égide do Instituto Teotônio Vilela, órgão de estudo e pesquisa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), através da gráfica do Senado Federal, pude perceber, ao folheá-lo, que o documento restringe-se à abordagem ideológica, de caráter marxista, sem uma referência positiva a qualquer aspecto da Revolução. O historiador sério iria à origem, à raiz dos fatos, buscaria os antecedentes históricos correspondentes. Com esta ressalva quero apenas registrar a oportunidade que tem este Projeto de resgatar a história da Revolução, de forma imparcial, em toda a sua inteireza.

Não se pode negar que, à época da Revolução, o panorama político apresentava-se marcado pela desordem, situação que levou o povo a exigir a intervenção das Forças Armadas, pois o caos estava se instalando no nosso País.

Naquela ocasião, aluno dos padres jesuítas e freqüentando, como coroinha, a igreja do Cristo-Rei, tive a oportunidade de presenciar o povo de Deus em oração

pela paz. Durante as celebrações eucarísticas, nas homilias, os sacerdotes conclamavam os fiéis a orar para que a Providência Divina afastasse a ameaça comunista que pairava sobre o Brasil. Havia uma prevalência sensível do sentimento religioso. Sim, porque o comunismo, antes de tudo, é antinatural e a formação religiosa do povo brasileiro não permitia aquela situação, principalmente pelo clima de insegurança, resultado da ruptura da ordem constituída, da insubordinação à lei.

Ora, no Governo do Sr. João Goulart – isso eu lembro bem – era a própria autoridade que, se não estimulava, pelo menos tolerava a quebra da hierarquia. Levantam-se bandeiras a favor da reforma agrária e de uma república sindical, promovendo ainda mais o caos: era a subversão, patrocinada pelo governo constituído e eleito. O Presidente da República tinha que velar pela ordem, pela segurança e bem-estar, e isso não estava ocorrendo. Então, realmente houve subversão promovida, em larga medida, pelo próprio governo, pelas próprias autoridades.

Santo Agostinho diz que a paz é a tranqüilidade da ordem. Ora, observava-se a desordem da hierarquia militar e da burocracia civil, abaladas pelas greves e secundadas pelo desabastecimento e pela inflação desenfreada. Então, o povo brasileiro, ordeiro e trabalhador, mas hostilizado, sugeriu a intervenção das Forças Armadas. Por quê? Estava e ainda está na alma do povo brasileiro a certeza de que o comunismo, por ser antinatural, é, de certa forma, o impulsionador de qualquer revolução, não no sentido do Movimento de 1964, mas da revolução que iria levar o Brasil à desordem. Isso feriu a índole do nosso povo.

A História registra, por exemplo, o comício da Central do Brasil, o motim dos marinheiros e a reunião no Automóvel Clube do Brasil, episódios que aconteceram no Rio de Janeiro e comprometeram seriamente a hierarquia e a disciplina no seio das Forças Armadas. A luta pela reforma agrária nos canaviais de Pernambuco complementa muito bem a agitação que o País experimentava.

A grosso modo, esses são os fatos que aconteceram, realmente graves, e que apressaram a eclosão da Revolução. Aliás, tenho absoluta certeza de que, ao deflagrá-la, as Forças Armadas, principalmente o Exército, apenas interpretaram a vontade nacional. Todos os historiadores sérios confirmam esta assertiva. Veja bem, foi o povo que saiu às ruas pedindo a intervenção das Forças Armadas. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em Minas Gerais e em São Paulo, bem o atestam.

Comparo essa manifestação a dois movimentos da História do Brasil, o Fico e a Maioridade: o povo foi às ruas e pediu uma intervenção política para resolver o impasse que o País vivia. Recordo que participei de um acontecimento que restou

gravado até hoje em minha memória: a marcha em agradecimento pela vitória da Revolução e pela derrota do comunismo no Brasil.

O comunismo, por ser antinatural – como diz Pio XI, uma seita filosófica – tende à divisão e ao ódio, em oposição ao Movimento de 1964, episódio do qual as Forças Armadas participaram como fator de unidade e coesão nacional. Desempenharam, naquela oportunidade, o mesmo papel exercido pelo Poder Moderador à época do Segundo Reinado. Essa coesão, essa magnífica unidade nacional, herança dos lusitanos, encontra-se ameaçada, hoje, pela guerrilha, pelo narcotráfico e pelo sucateamento das Forças Armadas. A própria Amazônia está ameaçada, e eu vejo isso com preocupação, seja como brasileiro, seja como cristão.

Poder-se-ia indagar se o Movimento de 1964 foi inspirado em alguma ideologia. Os estudos e pesquisas conduzidos pela Escola Superior de Guerra permitiram a formulação de uma política autóctone, adequada às necessidades da Nação e do Estado, bastante abrangente, vez que permeia todos os campos do Poder Nacional e corporificada no binômio Segurança e Desenvolvimento. Ora, sendo o comunismo um sistema político-econômico assentado sobre fundamentos ideológicos da teoria marxista, é evidente que o ideário técnico-doutrinário da Escola Superior de Guerra, encampado pela Revolução, encerrava a antítese comunista.

Por ser habitual os adversários da Revolução chamarem-na de “ditadura” – o próprio opúsculo do Senado Federal a que me reportei anteriormente tacha-a de “ditadura militar” –, precisamos matizar esse termo. A ditadura se caracteriza pela presença de um chefe que detém todos os poderes, irrestritamente, e pode praticar o bem ou o mal. Por essa forma de raciocínio existiria a boa ou má ditadura. Na segunda hipótese, estaríamos diante do tirano. Felizmente, não foi este o caso do nosso País.

A Revolução não interveio para destruir o ordenamento jurídico, que existia apenas sob o aspecto formal, mas para restaurá-lo e preservá-lo das ameaças internas e externas, contando com o apoio da população, que exigia a “tranqüilidade da ordem”. Com isso, legitimou-se a Revolução.

Passado o período revolucionário, a mídia tem sido pródiga na divulgação de atos de improbidade e corrupção no âmbito dos três poderes da República, contrastando com os mais de vinte anos em que os militares e as Forças Armadas permaneceram no governo. Tal constatação serve para demonstrar que eles, os militares, não se aproveitaram do governo para auferir vantagens ou prebendas.

No entanto, para desacreditar o Movimento de 1964, tornou-se comum a utilização de estereótipos, sendo típico, por exemplo, o emprego das expressões “ditadura militar” e “anos de chumbo”. Em vista disso, gostaria de me referir ao que

disse o Cardeal Joseph Ratzinger sobre o comunismo: "É a vergonha do século XX, responsável pela maior carnificina da história dos povos." Basta ler "O Livro Negro do Comunismo", recentemente publicado, escrito pelos próprios comunistas. Nele registra-se que o comunismo, em oitenta anos, matou mais de cem milhões de pessoas. Em Cuba, foram cerca de quarenta mil. No Camboja, em torno de dois milhões de mortos. As informações que nos chegam dão conta de que a guerrilha da Colômbia já matou mais de vinte mil pessoas. A perseguição aos cristãos durante os quatro primeiros séculos da nossa era causou trezentos mil mortes. Diante de números tão cruéis, falar em "anos de chumbo", no Brasil, durante a Revolução de 1964, soa falso, principalmente ante o número insignificante de baixas.

Infelizmente, omitem-se as realizações da Revolução, que lançou o seu olhar em todas as direções. Lastima-se que, na atualidade, se haja promovido a inversão de todas as prioridades. A zona rural, por exemplo, encontra-se abandonada à própria sorte, motivo que facilmente explica a existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não obstante o Estatuto da Terra, editado pela Revolução e ainda atualíssimo, mas considerado, à época, muito adiantado para a realidade rural brasileira.

A propósito, o MST é um movimento artificial criado pelas esquerdas e, é com tristeza que digo, patrocinado pela Comissão Pastoral da Terra, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com fortes fundamentos na Teologia da Libertação. O MST já está usando até métodos de guerrilha; dizem alguns, em ligação com a guerrilha colombiana.

Quero registrar que o direito de propriedade, ramo do Direito Natural, é anterior ao Estado. E, a meu ver, o Brasil não precisa de reforma agrária, pois mais de 50% das terras devolutas pertencem à União, aos Estados e aos municípios. Enquanto a estrutura fundiária dos Estados Unidos da América do Norte tem em torno de 12 milhões de propriedades privadas, o Brasil possui apenas quatro milhões. O que existe é uma exploração da mídia em torno desse tema, com o objetivo de destruir a propriedade privada, um dos requisitos para manter a unidade nacional, a família na sua integridade e as tradições do povo.

Gostaria de ratificar, assim, a preocupação do Movimento de 1964 com a Nação. Naquele período, o Estado voltou-se para o bem-comum da população, com o mérito de haver afastado o perigo comunista que rondava não só o Brasil. Sim, porque se o nosso País tivesse sucumbido, certamente teríamos testemunhado o "efeito dominó" em toda a América Latina. E a Rússia e o Muro de Berlim, em vez de ruírem, teriam proporcionado uma sobrevida ao comunismo internacional. Portanto, bastaria este aspecto, de ordem ideológica, para justificar a intervenção das Forças Armadas.

Erros foram cometidos, e a grandeza, a credibilidade deste Projeto sobre a História da Revolução reside na busca de identificá-los. Para mim, o primeiro equívoco repousa sobre a estatização exagerada; mesmo assim, com méritos, vez que alavancou o processo de substituição das importações. Ao reduzir a nossa dependência dos países exportadores, fortaleceu a indústria brasileira. A equívoco muito maior assiste-se hoje, resultado do modelo neoliberal, iníquo e devastador.

Outro equívoco, a meu juízo, decorreu do excesso de zelo com o campo econômico, em prejuízo da formação de quadros. Sabe-se, por exemplo, que, pelo Tratado de Versalhes, os aliados impuseram ao Exército alemão um efetivo de cem mil homens, e os alemães formaram cem mil oficiais. A formação do oficial exige um período de quatro a cinco anos, enquanto o soldado forma-se em seis meses. A grande crítica, pois, é a Revolução, em sua fase inicial, haver minimizado a preocupação de ordem doutrinária, prejudicando a continuidade na segunda fase. Nem por isso, entretanto, os militares deixaram de receber o apoio da população. Ontem, como hoje, as Forças Armadas lideram as pesquisas realizadas para apurar a credibilidade das instituições nacionais.

É bom lembrar que o comunismo não morreu. Seita filosófica, apenas metamorfoseou-se sob o manto da "revolução cultural" e do estímulo disfarçado ao hedonismo. Os projetos sobre a legalização do aborto, a união homossexual, a reforma agrária e tudo o que vai de encontro à ordem natural, sob a égide dos partidos de esquerda, não deixam margem à dúvida. Por isso, a perseguição às Forças Armadas e aos militares, que têm suportado o fardo e a fama de terem sido algozes e torturadores.

Como vencer, então, tantos desafios? Conhecedores que somos das verdadeiras razões que, teimosamente, nos prendem ao atraso – a corrupção, os maus costumes políticos, os desníveis sociais, enfim, os antagonismos que provocam e alimentam a luta de classes – há que se promover a conscientização da sociedade em prol da ética e do civismo para, irmanados, enfrentar e vencer ambigüidades e vicissitudes.

Entre os inúmeros problemas que temos de enfrentar nos dias de hoje, e que muito me preocupam, tomemos o exemplo da Amazônia. Já existem crianças dizendo que não se pode mexer na floresta, exclusividade dos animais irracionais. Paradoxalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o território ianomâmi protetorado, "patrimônio da humanidade". E a nossa soberania? Ora, lembremo-nos de que, durante o Segundo Reinado, o Exército Imperial brasileiro chegou a trocar tiros com ingleses na Amazônia. E não só ingleses, mas também alemães, franceses, espanhóis.

Precisamos, sim, fortalecer as Forças Armadas naquela região, dar todas as condições para que ocupem os espaços vazios e retomem o Projeto Calha Norte. E,

ao mesmo tempo, precisamos trazer os índios à civilização, como Anchieta, Nóbrega e tantos outros fizeram no passado. Não manter os nossos índios no tempo da pedra lascada, vivendo na barbárie. Promover o desenvolvimento sustentado da Amazônia e a sua integração com todo o Brasil. Matizar bem o problema da ecologia, proibindo nivelar o homem aos animais. Isso, sim, precisa ser encarado e enfrentado.

Um outro problema preocupante, para todos nós, diz respeito à mídia, ao que ela divulga. Sabemos que a Revolução e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se opõem aos princípios marxistas e revolucionários perderam a "batalha da comunicação social", fato que se pode atribuir ao patrulhamento ideológico. Ademais, como pode a Nação sair do atraso, se prevalece na mídia uma disputa de audiência e de lucros em detrimento dos fundamentos da nacionalidade?

Creio que o povo, a grande massa, não gosta de determinados programas de televisão, sobretudo programas vulgares e imorais. Tanto assim que, recentemente, uma pesquisa em favelas do Rio de Janeiro revelou que os programas da Rede Cultura, e aqueles mais clássicos, foram os programas de maior audiência. Ainda bem.

Portanto, vejo com esperança este Projeto de História Oral do Exército. Espero que a partir deste Projeto as Forças Armadas implementem palestras, conferências, publicações, utilizando a Biblioteca do Exército (BIBLIEX), convênios com colégios, universidades, institutos históricos etc. Aí sim, poderemos tentar, e com certeza vamos reverter essa situação. Mesmo porque o Exército sempre foi popular. Basta verificar o dia 7 de setembro. O povo sente vibrar em sua alma o patriotismo. Mesmo que ninguém convoque a população para assistir ao desfile cívico-militar, todos vão espontaneamente. E vibram, entusiasmam-se, aplaudem. Qual é a criança que não quer um dia, pelo menos numa fase da sua vida, ser um policial, um soldado, ou um bombeiro?

Nunca houve divórcio entre as Forças Armadas e o povo. Harmonizar é a palavra-chave. Caxias foi o Pacificador. O Exército brasileiro tem seguido nesta linha, que nada mais é do que colocar em prática a máxima cristã, o perdoar. O "revanchismo" deixa transparecer o caráter ideológico, o ódio metafísico da esquerda, uma luta entre o bem e o mal, que se opõe à doutrina cristã.

Lembro-me bem de que, após 1985, a mídia esquerdista, mobilizada, encetou uma campanha para levar ao banco dos réus o General Newton Cruz, como a representar as Forças Armadas e o regime a que servira. Isso é "revanchismo". Mais recentemente indenizaram as "vítimas" da ditadura; mas as vítimas que defendiam a ordem nunca foram indenizadas. Isso é "revanchismo". O poder público tem que rever tudo isso, porque, se vítimas houve, as primeiras foram aquelas que defende-

ram a ordem, que defenderam a Pátria, que defenderam a nossa nacionalidade. Quer dizer, sem harmonia não pode haver paz, não pode haver tranqüilidade, não pode haver desenvolvimento social, econômico e político.

As verdadeiras vítimas – volto a dizer – foram as que defenderam a legalidade. Morreram e hoje ninguém diz nada. Os vivos estão no ostracismo. Precisamos resgatar a memória dos mortos, dos autênticos heróis da Pátria e proteger os que ainda estão vivos, sob pena de no futuro sermos submetidos à censura dos nossos filhos e netos.

Ao final, gostaria de dizer que não se constrói uma Nação sem bases, sem princípios. Precisamos animar e educar, sobretudo, essa geração que está nascendo e a geração adolescente que está nesse vazio ideológico. E precisamos oferecer-lhes princípios sólidos.

Finalmente, queria encerrar a minha entrevista lendo um trecho do livro "A Igreja, a Reforma e a Civilização", do ilustre Padre Leonel Franca, já falecido. No prefácio, ele diz:

"Grande é a responsabilidade de quem escreve. Agitar idéias é mais grave do que mobilizar exércitos. O soldado poderá semear os horrores da força bruta desencadeada e infrene; mas, enfim, o braço cansa e a espada torna à cinta ou enferruja e se consome no tempo. A idéia, uma vez desembainhada é arma sempre ativa, que já não volta ao estojo nem se embota com os anos. A lâmina do guerreiro só alcança os corpos, pode mutilá-los, pode trucidá-los, mas não há poder de braço humano que dobre as almas. Pela matéria não se vence o espírito. A idéia do escritor é mais penetrante, mais poderosa, mais eficazmente conquistadora. Se a encontra despercebida (e quantas inteligências desaparelhadas para as lutas do pensamento!) toma-a de assalto, instala-se no seu trono e daí dirige e governa, a seu arbítrio, toda a atividade humana. Pelo espírito subjuga-se a matéria."

O comunismo vai ser derrotado. O triunfo será nosso, porque o comunismo é materialista, é ateu, é antinatural. E o espírito, como disse o Padre Leonel Franca, sempre dobra a matéria.

Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins

- Natural da Cidade de Viçosa do Ceará, CE.
- Principais cursos: Graduação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Licenciatura em Letras. Pós-graduação: Mestre pela Universidade Federal do Ceará. No exterior: Curso no *King's College London – University of London;* curso de Direito Comparado na *Universidad Complutense*, de Madri, Espanha.
- Principais cargos e funções desempenhados: Juíza de Direito da Comarca de Várzea Alegre (1961); em 1986, pelo critério de antiguidade, foi nomeada para o cargo de desembargadora; em 1990, foi eleita presidenta do Tribunal Regional Eleitoral e, em 1999, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Professora concursada das Cadeiras de Direito Comercial e de Direito Internacional Privado da Universidade Federal do Ceará (UFC).
- Recebeu o Diploma de Membro Acadêmico Titular da Cadeira nº 33, do Instituto dos Magistrados do Ceará.

Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2000.

É um prazer estar aqui para falar sobre a Revolução de 1964. Entendo que a partir da Intentona Comunista de 1935, o Brasil ficou apavorado com o regime comunista, principalmente pela violência. A renúncia do Presidente Jânio Quadros, no Dia do Soldado do ano de 1961, e a posse do Vice-Presidente, João Goulart, desencadearam uma crise de natureza política bastante séria. Vieram desmandos à sombra do Poder, com as esquerdas sentindo-se no Governo. Outros episódios com repercussão nas entranhas das Forças Armadas foram a insubordinação dos cabos e sargentos – não mais se obedecia à hierarquia – e algumas nomeações de generais fora das prescrições normais da carreira; começou-se a falar nos "generais do povo".

O ambiente nacional exigia providências emergenciais. No campo, havia uma violência muito grande. Os brasileiros não mais se sentiam seguros. E ainda se apresentava a anarquia institucional: os deputados a fazerem leis apenas compatíveis com a ideologia que cada um adotava. Em 1963, falava-se abertamente de uma república sindicalista.

No primeiro trimestre de 1964, quatrocentos ou mais professores universitários, tendo à frente a figura grandiosa de Sobral Pinto, divulgaram um manifesto criticando a complacência do Governo e pedindo soluções. O cardeal do Rio de Janeiro fez um alerta sobre a eclosão possível de uma revolução popular. À época, eu era juíza de Barbalha e, ouvindo a Rádio Mayrink Veiga, mesmo como juíza, era difícil entender se o Governo estava dentro da legalidade ou se o povo estava com a ilegalidade. Com o manifesto dos professores universitários pude, então, compreender que o Governo se posicionava do lado das esquerdas.

Em 13 de março veio o estopim, o comício na Central do Brasil, com a presença dos ministros militares, raiz do Movimento do dia 31. Nessa manifestação popular havia faixas e bandeiras com a foice e o martelo, símbolo do regime comunista, e ouviram-se muitos oradores inflamados a conclamarem o povo, parecendo querer instaurar uma guerra civil, para que o comunismo pudesse realmente ser vitorioso no Brasil. Chamou-me muito a atenção a campanha das mulheres no Rio de Janeiro, com as velas acesas nas janelas de suas casas e nos edifícios onde moravam – as mulheres são sempre fundamentais em qualquer tomada de posição –, num protesto silencioso.

O almoço do Automóvel Clube do Brasil oferecido por sargentos das três Forças Armadas ao Presidente – ao som do "Já ganhamos! Já ganhamos!" – não foi somente marcante, mas o símbolo da indisciplina e desrespeito à hierarquia. O pior foi quando o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), impôs ao Congresso o prazo de trinta dias para a reforma da Constituição. Um absurdo. Uma reforma constitucional, mesmo reunindo os maiores juristas de todo o País, não pode ser feita em apenas trinta dias. Há que se formar uma Comissão dos Constituintes e, pelo menos,

esboçar-se um Projeto de Emenda. Não se tinha mais a noção de diferença entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O Executivo absorvera o Legislativo.

Felizmente, o Poder Judiciário permaneceu à margem desse processo e pôde recolocar algumas coisas nos lugares através, por exemplo, dos mandados de segurança impetrados por pessoas lesadas pelas invasões de suas terras. Mas a desmoralização era de tal monta que já não se cumpriam as decisões judiciais. O próprio Poder Judiciário estava-se sentindo postergado. Acredito que, no conjunto, esses foram os acontecimentos fundamentais para que o Exército acudisse ao apelo do povo.

O meu conterrâneo, General Castello Branco, fez tudo para conduzir o governo o mais próximo possível da legalidade. Ele, todos sabem, realmente foi um militar de renome, sério e correto; um militar que queria o bem-estar do País. Do mesmo modo que Caxias, ele desejava pacificar. E não desejava a oligarquia do poder militar. O General Castello Branco pensava mesmo em restabelecer a democracia e devolver o País aos civis, à normalidade. Agora, uma crítica. A permanência dos militares no Poder por mais de vinte anos, ao contrário do que desejava o General Castello Branco, constituiu um desgaste para as Forças Armadas.

O Exército fez muito bem em acudir ao clamor público, mas deu muita ênfase ao combate à subversão, como se ela fosse o único mal do País. E não era. Hoje, sabemos que a corrupção – a semente que não foi extinta – germinou, floresceu e está aí, exuberante, responsável pelo narcotráfico, pela violência contra a criança, pela violência contra a mulher, pela violência contra qualquer cidadão; quer dizer, a corrupção, base de todo esse mal, foi postergada. Mas, felizmente, a Revolução de 31 de Março impediu a comunização, que era o mais grave e cruciante; havia uma verdadeira desagregação institucional e predominava a anarquia. O Brasil estava com medo de uma ruptura social. O Exército, entretanto, não se omitiu. Até porque, na hora da tristeza e da agonia, da violência e da desagregação, nós só contamos com ele. A História bem o demonstra.

A propósito, gostaria de enaltecer a importância deste Projeto, indubitavelmente uma iniciativa das mais louváveis: permite a preservação fidedigna de um período recente da nossa História e oferece a oportunidade para que se conheça um pouco mais sobre o comportamento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. A princípio, a Justiça ficou numa posição de expectativa. A gente sentia os juízes um pouco amedrontados em decidir, porque pensavam que as Forças Armadas fossem intervir no Poder Judiciário. Mas isso não aconteceu, posso testemunhar, até porque, se houve uma pessoa que estava sofrendo em virtude de denúncias, de representações firmadas contra si, essa pessoa era eu. Por quê?

Como juíza da 9ª Vara Cível, convertera várias concordatas em falências, causas patrocinadas pelo advogado José Josino da Costa que se intitulava medalhão da advocacia, com emprego na Assembléia Legislativa do Ceará e na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Além do causídico José Josino da Costa, os advogados Airton Batista e Edvar Teixeira Férrer; os juízes Jáder Santana, José Maria Melo e Evandro Nogueira Lima e um coronel da Polícia Militar, Antônio Onofre Filho, tentaram, em comissão, aproveitar-se da Revolução para expurgar-me da magistratura.

Reunidos na Associação dos Magistrados, redigiram um memorial pedindo a minha expulsão, documento que encaminharam para a 10ª Região Militar (10ª RM). Mas tive a graça e a satisfação de saber que o General Oscar Jansen Barroso, Comandante da Região, e o hoje General Francisco Batista Torres de Melo, que era o chefe da 2ª Seção – que eu não os conhecia – tiveram a sensatez de mandar apurar a verdade. Concluídas as averiguações e solicitada a comparecer à 10ª Região, lá estive, acompanhada da Promotora de Justiça, Geórgia Gomes de Aguiar, que trabalhava comigo. Na 2ª Seção, o General Torres de Melo perguntou:

– Quem é a juíza da 9ª Vara, Dra. Águeda Passos Rodrigues Martins?

– Sou eu – respondi.

– Quero ter a honra de apertar a mão mais limpa da magistratura! A senhora foi acusada de tudo, mas a senhora apenas tem cumprido com o seu dever – disse, ao mesmo tempo que estendia a mão direita.

Daquele momento em diante comecei a ver que a Revolução viera para sanear, corrigir o que estava realmente errado, e passei a divulgar, entre os meus colegas, a confiança que deviam ter na Revolução, exortando-os a não temer qualquer apuração por parte dos militares. Pelo contrário, que receassem os corruptos que estavam, do lado de fora, levando denúncias para os militares. Então, sou aquela pessoa realmente justiçada pela Revolução de 1964.

Como a maioria dos países, o Brasil criou o seu sistema de informações, pois nenhum governo pode isolar-se, ignorando o mundo que o rodeia. Tal sistema foi necessário para defender-se das adversidades internas, naturais em qualquer revolução, e, ao mesmo tempo, como órgão de assessoria nas decisões sobre questões intimamente associadas à soberania. Haverá de dispor, inclusive, de organismos responsáveis pela coleta de dados pertinentes aos diversos campos do poder, permitindo decisões objetivas e racionais. Evidentemente, a chave do sucesso repousa sobre a inteireza das pessoas que integram esses órgãos.

Lamentavelmente, aqui no Ceará, fomos vítimas, eu e a desembargadora Auri Moura Costa, da parcialidade de um dos agentes do sistema de informações. Curiosamente, os seus informantes eram todos ligados àquelas pessoas às quais já me

referi. As perseguições foram tantas, as denúncias foram tantas e tão graves – felizmente, malévolas e maledicentes – que, para nos defender, tivemos, forçosamente, de constituir advogados, tomando a iniciativa de levar o teor das denúncias que nos eram assacadas ao conhecimento do Ministro da Justiça, Senhor Alfredo Buzaid, que mandou apurá-las. De Brasília veio um oficial do Exército que pôde constatar a indignidade que se estava praticando. E o agente foi transferido.

Por felicidade, prevaleceu o bem. E, por dever de justiça, cumpre-me ressaltar que a vitória do bem somente tornou-se possível porque, realmente, na 10ª Região encontravam-se homens da estirpe do General Jansen Barroso, do atual General Francisco Batista Torres de Melo, do Coronel Celso Viana, de Cedro, bem como do então Major Francisco Sobreira de Alencar que, desde então, nunca mais tive a oportunidade de encontrar. Devo confessar que este oficial foi a pessoa mais importante em toda a apuração dos fatos.

Infelizmente, voltamos a viver outra fase de denúncias; desta feita, acredito, em função de certas providências que temos adotado no âmbito do Poder Judiciário.

Atualmente, muito se fala sobre a "ditadura militar", ponto de vista, para mim, completamente distorcido. Existia a liberdade, o direito de ir e vir. A gente podia falar, aspecto sobre o qual também posso testemunhar. Em todas as oportunidades em que conversei com o General Jansen, com o General Torres de Melo ou com o Coronel Sobreira, sempre dizia tudo o que sentia, exprimia a minha opinião sobre o que achava errado por parte da Revolução.

Uma outra avaliação pessoal sobre a Revolução refere-se aos muitos benefícios que ela propiciou à Nação. Basta lançar um olhar isento sobre o crescimento da economia, alçada à oitava posição mundial. Os governos militares só contribuíram para aumentar o acervo do País. Não promoveram o seu desentesouramento. Diferentemente da transferência vergonhosa, a que hoje se assiste, do patrimônio nacional, construído com o suor de cada brasileiro. Sem falar na preocupação que paira sobre a possível perda da Amazônia, considerada o pulmão do mundo. Não podemos permitir que se pratique mais esse transplante contra o Brasil. A bem da verdade, todos lá em casa estamos preocupados com o desmantelamento do nosso País. Até, outro dia, adverti o meu marido: "Olha, você vai ficar doente de tanta preocupação com os bens do País." Na realidade, o Brasil empobreceu. O povo está mais pobre.

Em termos absolutos, hoje temos mais pobres do que há alguns anos. A nossa moeda é um engodo. Enganaram os pobres com a história do "real". Basta atentar para a concentração da riqueza, sob a guarda de uma pequena minoria. E eu não sou comunista. Muito pelo contrário. Foram os comunistas que traíram a Nação, que

usurparam a bandeira daqueles que, como eu, amam, verdadeira e desinteressadamente, o nosso País, o nosso querido Brasil. Cidadania, por acaso, é registro civil à custa do cartório? Dignidade é ter uma casa para morar, é ter comida na mesa, é poder educar os filhos, é poder oferecer uma vida decente ao cidadão.

Não posso deixar de expressar a minha revolta diante de crianças que vejo passando fome. Assim como, mais que um apelo, não posso deixar de alertar os brasileiros para que, irmanados, evitem a desnacionalização e a falência sócio-econômica da Nação e do País; alerta duplamente extensivo aos militares, pois, além de brasileiros, são os responsáveis, constitucionalmente, pela integridade física do território, subconjunto da segurança e, por conseguinte, da soberania nacional.

O meu alerta estende-se ainda aos "projetos" de combate à pobreza, tão a gosto dos políticos e do Governo mas que, em última instância, não passam de um jogo de cena, de demagogia, um atentado humilhante à miséria alheia. Sobre comportamento tão deplorável repousa o cerne de todos os nossos problemas. Num extremo, aqueles que produzem a corrupção e a miséria; na outra extremidade, os beneficiários, aqueles que delas se aproveitam, e em meio à sanha oportunista, nós, os que lutamos contra procedimento tão abominável. Agora, torna-se fácil compreender por que todos os brasileiros – civis e militares – que amam sinceramente o Brasil e o seu povo, encontram-se na mesma posição, numa única posição.

Acredito que este Projeto de História Oral, se bem utilizado, por sua divulgação, inclusive através da mídia eletrônica, contribuirá, até mesmo didaticamente, para dirimir algumas dúvidas, mesmo conceituais, sobre a Revolução. Outro aspecto muito importante é a preservação fidedigna da nossa História. Vejo isso com muita satisfação, vez que as futuras gerações terão a oportunidade de conhecer a noção exata do que foi a Revolução de 1964, principalmente pela existência do *marketing* atual, voltado para desfigurar e minimizar as realizações dos governos militares e, o mais grave, para conspurcar, tripudiando, a imagem militar.

Não obstante todo o esforço por parte de certa mídia, observo que não houve sucesso. Tanto é verdade que no Tribunal de Justiça, por exemplo, conto com a assessoria de quatro coronéis; e todo mundo diz que a minha assessoria foi a melhor que já houve no Poder Judiciário. A Comissão de Licitação e a Auditoria Externa estão entregues a militares, que realmente cumprem com os seus deveres. São pessoas fiéis, pessoas sérias, pessoas corretas, pessoas que realmente não são corruptas. O Brasil sabe que os militares, na sua grande maioria, são íntegros, probos. Veja os presidentes militares: ao deixar o Poder, estavam tão pobres quanto antes. A prova maior de que não se aproveitaram, não se beneficiaram, é a constatação pública de que, depois de mais de vinte anos no Poder, esqueceram-se de melhorar

os seus próprios vencimentos, os salários dos seus militares, da tropa; quer dizer, a mentira tem pernas curtas e a verdade tem que ser ampliada.

E o que vemos hoje? A desordem, a insegurança, a falta de ética e de compromisso com a verdade, razão por que entendo que há necessidade de um Projeto de caráter nacional com vistas a harmonizar todos os brasileiros, abandonados à própria sorte. Terá de ser capaz de mobilizar a todos e a cada um, na luta contra a corrupção, contra os maus costumes políticos e contra a impunidade, variáveis que envergonham e entristecem.

Um Projeto dessa envergadura há que ser entregue a uma equipe de mesmo porte. E ninguém melhor que um núcleo militar, por entender de segurança, de ordem, de ética e de hierarquia. Todavia, supondo que pudesse ser confiado ao Poder Judiciário, que é a minha área, a diretriz prioritária seria levar o Poder Legislativo a assumir o seu verdadeiro lugar, numa posição sobranceira, capaz de elaborar e votar leis de interesse da população, em vez de produzir leis casuísticas ou que sequer vão ser executadas. Exemplo típico temos na nossa Constituição Federal, desde a de 1934, passando pelas Constituições de 1946, 1967, 1969, até a última, de 1988, repleta de Emendas. Enquanto isso, a Constituição dos Estados Unidos é de 1787 e só tem 26 Emendas.

Raciocínio análogo deveria ser aplicado em cada área, em cada segmento e em cada atividade, abrangendo todos os campos do poder nacional, observando-se, prioritariamente, os interesses da Nação.

Ao encerrar a minha participação neste Projeto de História Oral, gostaria de dirigir-me, particularmente, aos jovens de hoje e de amanhã, juízes ou não, para conclamá-los à ordem, ao respeito aos valores éticos e morais e ao amor ao País e ao seu povo. Porque só o amor constrói. E aos novos juízes, a esta nova geração de juízes, além dessas virtudes, o amor à Verdade e à Justiça. Assim, firmes e determinados, inquebrantáveis e altaneiros, estarão ajudando a construir o Poder Judiciário a que todos almejamos: um Poder limpo, livre de corrupção e independente.

Economista Paulo Roberto Coelho Pinto

- Natural da Cidade de Camocim, CE.
- Principais cargos e funções: na Universidade Federal do Ceará: Secretário Geral; Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas; do Departamento de Educação e Cultura; da Imprensa Universitária e professor titular de Finanças Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados. Superintendente de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SUDEC), de 1971 a 1974, e Secretário de Planejamento do Município de Fortaleza, de 1975 a 1979. Conselheiro e Presidente do Conselho Regional de Economistas da 8ª Região (Ceará, Piauí e Maranhão).
- Principais cursos: Bacharel e Licenciado em Filosofia; Pedagogia; Ciências Jurídicas e Sociais; Bacharel em Ciências Econômicas; e diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG).
- Produção intelectual: *A Importância de uma Universidade para o Ceará* (1954) e *Ensino Técnico para o Desenvolvimento*, premiado em 1972, pela Academia Brasileira de Letras. 2ª Edição.

Entrevista realizada em 21 de setembro de 2001.

Na abordagem sobre a Revolução de 1964, é importante a sua interpretação à luz da Ciência Política, uma vez que existe muito embuste e demagogia com o objetivo de desfigurar-lhe o caráter. Impõe-se uma reflexão, eu diria, cartesiana, a fim de dissipar quaisquer dúvidas acerca de verdades sorrateiramente divulgadas, tanto na mídia escrita quanto na televisionada, e em outros canais de comunicação, infelizmente, dominados por remanescentes da esquerda expurgada do Poder, em 1964. O período revolucionário não foi, a rigor, o que a mídia esquerdista e revanchista chama de "ditadura militar", ou até, mais pejorativamente, de "anos de chumbo". Houve, na verdade, uma fase de mais intenso autoritarismo, até tornar a equilibrar-se a harmonia social esfacelada pelo governo irresponsável de João Goulart. Mas, durante o período revolucionário, funcionou o Congresso, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, ao contrário do que aconteceu na ditadura de Vargas, por exemplo.

Refletindo com mais profundidade sobre esse tema, verifica-se que não há, a rigor, um modelo estandardizado de democracia. A democracia americana é presidencialista e, a da Inglaterra, parlamentarista. A democracia sueca é diferente da democracia da Suíça, da Noruega, enfim, de outros países europeus. No México, considerado por essas esquerdas como democracia, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) monopolizou o Poder por noventa anos. Uma retrospectiva histórica demonstra que a Grécia antiga, modelo clássico de democracia, admitia até a escravidão.

Atualizando a retrospectiva histórica, constatamos que, hoje, no Brasil, estamos vivendo um período de demagogia, e não de democracia. A propósito, a demagogia vigente no nosso País costuma condenar os atos institucionais e os decretos-leis dos governos revolucionários. No entanto, faz uso do instrumento das medidas provisórias, muito semelhante, no contexto jurídico, aos decretos-leis e aos atos institucionais. Destaque-se que só no atual governo foram emitidas, até agora, 5.027 medidas provisórias, correspondentes a duas medidas provisórias por dia, ou 52 a cada mês, ou 628 medidas provisórias a cada ano de governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Logo, a reflexão cartesiana sugere que as críticas da mídia não têm outro objetivo, senão deformar a imagem da Revolução.

Se a gente fizer uma retrospectiva do que sucedeu naquela época, vamos ver que as causas motivadoras do Movimento que intentou repor a ordem no Brasil residiam principalmente na inflação desordenada, no desequilíbrio econômico, na desorganização administrativa, no incitamento às greves por parte de elementos do próprio Governo Jango, e mais do que isso, na quebra da hierarquia militar.

O Governo Jango não tinha um Projeto Nacional. Numa análise sociológica, o projeto de Jango era similar ao de Getúlio Vargas, ou seja, um projeto pessoal de

perpetuação no Poder, apoiado no caudilhismo. Como a onda emergente era esquerdizante, Jango empunhou essa bandeira como forma de manter-se no governo, bafejado pela massa ignara. Sendo ministro, e um dos maiores latifundiários do Rio Grande do Sul, por que não dividiu ele suas imensas propriedades com os agricultores e agregados que viviam e trabalhavam em suas terras? É claro que havia uma tentativa flagrante de subversão em marcha, à frente as "Ligas Camponesas", os agitadores profissionais, muitos deles treinados em Cuba e na Rússia, financiados por esses governos estrangeiros.

Dentro desse panorama, alguns acontecimentos foram determinantes para o desabrochar da Revolução. Particularmente, entre outros fatores, a nomeação de reconhecidos esquerdistas, inclusive militares, em postos-chave do governo como, por exemplo, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na Petrobras e em outras áreas estratégicas. Sem dúvida, um desafio aos verdadeiros democratas.

Havia também uma tentativa de quebra da hierarquia militar, com promoções de oficiais-generais por critérios espúrios, gerando os chamados "generais do povo". Além do incitamento de cabos e sargentos a se insurgirem contra os seus chefes, na tentativa de quebra da disciplina militar. Nas universidades, setor que conheço mais de perto, o proselitismo esquerdizante era promovido largamente, apoiando greves e distúrbios na área estudantil.

Diante da desordem e do caos, não tenho dúvida de que as Forças Armadas foram intérpretes fidelíssimas da repulsa da maioria do povo brasileiro, quando, a 31 de março de 1964, expulsaram do Poder os esquerdistas – à frente, Jango – restabelecendo a tradição cristã e nacionalista do Brasil.

Um exemplo da origem popular do Movimento, encontramos principalmente no apoio da classe média, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas nas grandes cidades brasileiras, como reação à onda esquerdizante e pelo restabelecimento dos postulados cristãos e democráticos. Por isso, constitui grande injustiça querer atribuir o êxito da Revolução de 1964 à interferência externa. Na verdade, a Revolução foi um movimento genuinamente brasileiro, de caráter nacional, de preparação exclusivamente interna, e que recebeu o respaldo dos principais segmentos da sociedade, inclusive da Imprensa. Evidentemente, depois de vitorioso, recebeu o apoio dos Estados Unidos e de todos os países democráticos, consubstanciado no reconhecimento do governo revolucionário que se implantara no nosso País.

Sobre o comportamento do Congresso Nacional, em apoio à Revolução, no meu modo de ver foi tíbio e contraditório, o que, aliás, está de acordo com a postura, eticamente amoral, da grande maioria dos nossos representantes, politiqueiros que

vivem quase sempre ao sabor do oportunismo mais deslavado. Entretanto, para ser justo, devo ressaltar a adesão e o apoio à Revolução dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, e Adhemar de Barros, do Estado de São Paulo. Na área militar, os principais líderes foram o Marechal Odylio Denys e os generais Olympio Mourão Filho, Antônio Carlos Muricy e Castello Branco.

Lamentamos profundamente que, depois de duas décadas de esforço gigantesco – até então a quadragésima economia do mundo, o nosso País passou a ocupar a oitava posição – se tenha dilapidado o patrimônio nacional. E, o pior, de forma mais que autocrática, ditatorial mesmo, em prejuízo dos seus filhos. Hoje, sim, vivemos uma ditadura, a ditadura econômica, desumana e cruel.

É triste constatar o desfile dos brasileiros, pelas ruas das cidades, ostentando o estado miserável a que todos fomos submetidos. Além de humilhados e maltrapilhos, sem direito, sequer, a adoecer, pois a saúde pública apodreceu. É desesperador constatar que a educação, a habitação, a malha viária, a segurança pública, enfim, a infra-estrutura sócio-econômica do nosso País foi desmantelada pelo governo neoliberal pós-Revolução. Em nome da modernidade a população ficou desempregada.

A filosofia desse neoliberalismo atual é muito diferente da filosofia da Revolução de 1964, movimento nacionalista inspirado nos estudos da Escola Superior de Guerra, doutrina postergada por antipatriotas, a fim de entregar aos estrangeiros as principais reservas estratégicas do País. Tudo em nome da globalização econômica, que somente interessa ao capital internacional. Acreditamos ser válida a venda de empresas estatais deficitárias, mas nunca a alienação do patrimônio nacional, de relevante interesse social, como as companhias fornecedoras de energia elétrica, de água e esgotos, a Petrobras e outras empresas de caráter estratégico. Em termos práticos, se entregamos essas atividades econômicas à iniciativa privada, as empresas direcionam a sua política de preço para a obtenção, cada vez maior, de lucro, aumentando as tarifas, em detrimento da unidade consumidora. É o que já estamos verificando aqui no Ceará, particularmente com o caso da energia elétrica. Levantamento a que procedi, desde a privatização, indica que as tarifas de energia elétrica sofreram um aumento real de 58%. Um absurdo! Como patriota, como brasileiro, discordamos inteiramente da privatização dos setores estratégicos da economia. Mesmo porque nunca foram deficitários.

Dizer que a doutrina da Escola Superior de Guerra foi inspirada em parâmetros norte-americanos é uma deturpação grosseira da verdade. A doutrina que se estruturou para a formação da Escola Superior de Guerra foi inspirada, urdida e arquitetada nas

universidades francesas. Lá estiveram os generais Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora, Castello Branco, o Marechal Odylio Denys, enfim, luminares que trouxeram o aporte de uma experiência vitoriosa na Europa e no mundo, adaptada à realidade e ao interesse brasileiros, de conteúdo rigorosamente nacionalista.

Assim, não tem nenhum fundamento a afirmação de que a Escola Superior de Guerra foi inspirada em modelo norte-americano. Ainda diria mais, tendo ali estudado, posso dar o meu testemunho de que foi um dos melhores cursos que fiz ao longo de minha vida. E fiz cursos de especialização em vários países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, além dos cursos universitários que estão em meu currículo. Portanto, repito, um dos melhores cursos que fiz ao longo de toda a minha trajetória intelectual, foi o curso da Escola Superior de Guerra.

Com relação ao Movimento, em si, não hesito em afirmar que tivemos, na verdade, uma Revolução, termo que exprime, adequadamente, a determinação de restabelecer os laços da tradição democrática brasileira, que estavam ameaçados pelo conluio esquerdizante sob a chefia de João Goulart. Mais tarde, diante da provocação de arruaças e greves políticas, quadro que se agravou em face do acirramento de ações desencadeadas pela esquerda – terrorismo, assalto a bancos, seqüestros, movimentos de guerrilhas etc. – a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi uma conseqüência para a preservação dos ideais revolucionários.

Quanto aos órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), surgiram para completar o arcabouço inerente à Segurança Nacional. Entretanto, nada mais natural, já que isto é comum a toda estrutura de poder pelo mundo afora. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles têm a CIA (Agência Central de Inteligência); na Rússia, a KGB (Polícia Política); e em Israel, o MOSSAD (Agência Central de Inteligência). Aqui no Brasil, até mesmo o governo atual, que se diz ultrademocrático, restabeleceu o sistema de informações que ele mesmo desmontara, como se os países ultrademocráticos não possuíssem os sistemas de informações mais evoluídos e sofisticados do planeta. Aliás, vêm de tempos imemoriais, desde o Império Romano.

Talvez, o principal erro da Revolução tenha sido demorar-se no governo, mesmo assim, conseqüência de dois desvios originais. Primeiro, contemporizou os políticos tradicionais, em sua maioria carreiristas e aproveitadores, diga-se de passagem, que se insinuaram na periferia do Poder, sem nenhuma afinidade com as idéias moralizadoras da Revolução. Em segundo lugar, a bem da verdade, a Revolução, o sistema revolucionário não se preocupou em criar lideranças novas, identificadas com os ideais revolucionários.

A Escola Superior de Guerra, celeiro, centro dinâmico de preparação de novos líderes e estadistas, estava pronta caso fosse acionada. Como é o caso do próprio Presidente Castello Branco. A propósito, na última reunião do ministério, já na fase das despedidas do Governo, lembrando como usara o Poder, disse: "Não quis nem usei o Poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o Poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi." Essa afirmação do Presidente Castello Branco aplica-se a todos os presidentes revolucionários. Todos se enquadram nesses parâmetros e não se locupletaram, nem se beneficiaram das benesses e regalias do Poder. Foram todos honestos, corretos e dignos. Como resultado desse comportamento, foi possível, durante os governos militares, o grande passo para o progresso. Chegou-se a falar até em milagre brasileiro, tão grande era o seu ritmo.

No campo energético, podemos dizer que as grandes hidrelétricas foram construídas nesse período. Itaipu é o exemplo mais expressivo, para não ir muito longe. Nas comunicações, a Embratel corporificou a expansão da rede de comunicação. Outra importante realização foi o Pró-Álcool, posteriormente desprezado e até extinto, fruto da pressão exercida pelo cartel do petróleo, infelizmente. Sob o ponto de vista econômico, teria sido uma grande saída para o Brasil. Além de substituir o petróleo, essa energia alternativa gerava uma grande massa de empregos na agricultura. O Pró-Álcool era tão importante que, durante alguns anos, a produção de carros a álcool chegou a 80%, contra 20% de carros movidos a gasolina e a óleo diesel, o que dá uma idéia da magnitude do programa, que deveria ter sido intensificado, e não extinto.

Ainda dentro desse contexto verificou-se o desenvolvimento da Petrobras, com o aperfeiçoamento da prospecção de petróleo em águas profundas, que foi uma marca brasileira. Basta dizer que a produção de petróleo subiu de 280 mil barris/dia, em 1964, para 695 mil barris/dia, em 1985. Outro ponto importante foi a criação do Banco Nacional da Habitação, que permitiu à classe média a aquisição da casa própria, e criou o programa de construção de casas populares, priorizando a população de baixa renda.

Um outro dado muito significativo refere-se ao nível de emprego da População Economicamente Ativa (PEA), que serve para aferir o compromisso e a responsabilidade dos governos com a Nação. Pois bem, durante o período revolucionário a taxa de desemprego, no seu maior nível, ocorreu no Governo do Presidente João Figueiredo, e não passou de 4,9%. Entretanto, divulgou-se recentemente que, em fevereiro de 2001, a taxa de desemprego no Brasil alcançou os 9,8% e, em São Paulo, 11,7%. Comparativamente, esses indicadores revelam o sofrimento do povo

brasileiro que, além de perder o emprego, teve os salários reduzidos e confiscados. Tudo em nome da modernidade, do desenvolvimento tecnológico ou da abertura de mercados, esquecendo-se, o governo, de priorizar o homem, que merece respeito – ou deveria merecê-lo – pois, sem ele, nada mais faz sentido. Nem mesmo o lucro, quase sempre extorsivo.

Quando terminou o Governo Figueiredo a nossa dívida externa era de US$ 11,8 bilhões e, hoje, está em cerca de US$ 365 bilhões. Nos governos militares havia um superávit na balança comercial de US$ 8 a US$ 10 bilhões, o que significa dizer que o Brasil exportava mais do que importava. Atualmente, com a globalização, os déficits se sucederam, oscilando entre US$ 6 e US$ 8 bilhões anualmente. Esses números dispensam qualquer comentário. Infelizmente, os governos subseqüentes não deram prosseguimento à ordem de construção do progresso. A atual crise energética, por falta de investimentos no setor, é bem uma prova deste descalabro. Não se construíram novas hidrelétricas, e nem novas linhas de transmissão. O Nordeste, por exemplo, poderia estar a salvo desse problema energético se, em vez de uma linha de transmissão, tivéssemos três ou quatro linhas de Tucuruí para suprir as nossas carências.

O estoque da dívida externa líquida, pública e privada, em 1994, era de US$ 107,4 bilhões ou 19,77% do PIB. Em fevereiro de 2000, estava em US$ 205 bilhões, e representava 36,84% do PIB. O Produto Interno Bruto de 1994 foi de US$ 543 bilhões, e o de 1999 fechou em US$ 544,2 bilhões, ou seja, um crescimento insignificante de 0,20%, em cinco anos. O estoque da dívida interna líquida de 1994 era de R$ 87,8 bilhões, ou seja, 25,3% do PIB. Em fevereiro de 2000 esse mesmo estoque elevou-se para R$ 612,5 bilhões ou 61,5% do Produto Interno Bruto nacional. Entre 1990 e 1994 houve um superávit comercial de US$ 63,3 bilhões, mas de 1995 a 2000, um déficit na balança comercial de US$ 24,9 bilhões. As reservas brasileiras que chegaram a US$ 76 bilhões caíram, recentemente, para US$ 23,5 bilhões. Enquanto isso, o buraco orçamentário ano a ano mais se amplia, o que é muito grave.

Uma das principais causas desse descontrole decorre da sonegação fiscal elevadíssima, quem declara é o próprio Secretário da Receita Federal, em entrevista a uma revista brasileira de 29 de maio de 1999. Ele diz tachativamente que, em primeiro lugar, os artifícios legais fazem com que a Receita Federal deixe de arrecadar, em média, R$ 12 bilhões por ano. Dos sessenta e seis maiores bancos brasileiros, a metade não paga imposto de renda. Será que não têm lucro? Ainda mais, um terço das maiores empresas brasileiras também não pagam imposto de renda. A lei permite que qualquer instituição bancária possa verificar a conta de um cidadão,

mas a Receita Federal está impedida disso. Por quê? Algo está visivelmente errado e precisa ser mudado numa reforma tributária urgente.

Não bastasse tanta humilhação, gostaria de lembrar que ante a desagregação, a desorganização e a agitação em que se encontrava o País, os governos revolucionários buscaram resgatar as instituições e colocar o Estado a serviço da Nação. Considerando que o campo era uma das áreas que mais sofria a interferência da esquerda, o Governo do Presidente Castello Branco não hesitou em promulgar o Estatuto da Terra, de concepção, até hoje, reconhecidamente avançada. Infelizmente, os governos mais recentes, principalmente este último – que tanto nos infelicita – não puseram em prática o Estatuto da Terra e, por isso, as antigas "Ligas Camponesas" serviram de inspiração ao atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tantos distúrbios vêm provocando nos setores agrários do País.

Hoje em dia, a mídia, dominada por revanchistas esquerdistas, fala em "ditadura militar", referindo-se à Revolução de Março de 1964, e em "anos de chumbo". No entanto, a chamada "ditadura militar" foi bem mais branda que a ditadura de Getúlio Vargas, tão exaltada pelos esquerdistas, que a consideram progressista. Que houve alguns excessos, houve. Entretanto, tais excessos – inerentes a qualquer Revolução – foram apenas deturpações de comportamento realizadas por escalões inferiores, com a desaprovação dos chefes revolucionários. Se comparada à revolução cubana, por exemplo, tão endeusada pelas esquerdas, com o assassinato de milhares de pessoas, o que ocorreu aqui foi uma gota d´água. Fala-se em pouco mais de trezentos óbitos, incluindo a guerrilha do Araguaia. Então, não há como exagerar nessas tintas que são deturpadas pelas esquerdas.

Dizer que os militares se aproveitaram dos governos revolucionários é uma inverdade. Além de não auferir benefícios pessoais ou pecuniários, a categoria militar é a que percebe, hoje, menores salários, principalmente em face do que ganham os membros do Legislativo e do Judiciário. Quer dizer, nem isso os militares fizeram em proveito próprio.

O principal erro da Revolução, como disse antes, foi ter se prolongado muito no Poder. Aliás, se o Presidente Castello Branco não fosse um homem tão puro nos seus ideais teria ficado mais tempo, a fim de concluir o processo revolucionário, proceder aos necessários expurgos, fazer as reformas, reestruturando o que estava transmudado em verdadeira anarquia, em caos administrativo, e depois entregar o governo ao poder civil.

Para o Brasil, o ideal é um regime democrático, o que mais se coaduna com a formação histórica e sociológica da nossa gente. Todavia, naquela conjuntura, um governo despreparado e até irresponsável estava levando o País para a comunização

e para o caos, o que teria sido um erro fatal, atualmente comprovado diante da derrocada do regime comunista da União Soviética. Ao fazer uma análise crítica da realidade atual, posso afirmar que temos uma democracia entre aspas. As medidas provisórias, na prática, são iguais aos decretos-leis e aos atos institucionais do regime militar, não há como negar. Dizer, por outro lado, que naquela época nós não tínhamos liberdade – claro, havia um governo mais autoritário – é sofismar, pois não havia o cerceamento da liberdade, como nos regimes totalitários. Tanto assim que funcionavam, normalmente, o Congresso Nacional e o Judiciário.

A grande missão, hoje, dos verdadeiros patriotas, é o combate à corrupção e à miséria. Urge que se adotem soluções imediatas, pois estão solapando as bases mesmas da nossa sociedade democrática e cristã. E é exatamente a isso tudo que o governo atual está alheio.

A todas essas inquietações soma-se a permanente ameaça de internacionalização da Amazônia. O que fazer, se tudo depende do grau de educação, harmonia e determinação de todos os brasileiros? A cobiça internacional, particularmente dos Estados Unidos, pela Amazônia, cremos ser o grande problema para a manutenção futura da integridade nacional. Por isso, o nosso maior inimigo, hoje, não é o comunismo, sepultado após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

É preciso executar um projeto amplo de ocupação racional na Amazônia, respeitadas, naturalmente, as condicionantes ecológicas. Um projeto como o Calha Norte, por exemplo, foi criminosamente abandonado. Cabe aqui, por oportuno, a revisão dos espaços ianomâmis. Não tem sentido, à luz de uma análise racional e lógica, que quatro mil e quinhentos índios, os ianomâmis, ocupem um território do tamanho dos estados de Alagoas e Sergipe. Isso dá lugar à penetração de missões estrangeiras, missões travestidas de religiosas, as quais roubam as nossas riquezas minerais e violam o nosso território.

Ao final, dirijo-me, particularmente, aos jovens, com quem lido de perto na universidade, mocidade que vive momentos de decepção, de incredulidade e apreensão. A essa mocidade devemos transmitir um legado não apenas material, mas de cunho espiritual, herdado de outros que se dedicaram à missão de conquistar, desbravar, construir e solidificar as bases de nossa civilização tropical. Sem recuos nem desfalecimentos. Mas o que está por fazer exige um aperfeiçoamento constante, uma preparação para a grande missão.

Todos admitimos que a velha democracia liberal, da centúria passada, apresenta-se desarmada para a luta do novo milênio. Eis que uma nova democracia deve surgir com um cunho social, sem transformar o Estado no mais frio dos

monstros frios, como dizia o filósofo Nietzsche. A democracia social procura realizar mais a igualdade do que a liberdade. Mas não sacrifica a liberdade: disciplina-a apenas, e tenta resguardá-la. Sem hipertrofia do Poder, sem esmagamento do seu ideal muito humano de progresso, de aperfeiçoamento individual e de ascensão de todos na escala social.

Por isso, diria, ao encerrar, se é verdade que a atual geração de políticos e administradores, ora no Poder, fracassou em seus desígnios, temos de admitir que a nova geração, hoje nos bancos escolares, será uma geração sacrificada, para se tornar uma geração salvadora. Só assim poderemos, confiantes, repetir com o grande poeta indiano Rabindranath Tagore: "Dentro desse céu de liberdade, ó Senhor, deixe que se erga a nossa Pátria!"

Engenheiro Agrônomo Francisco Valter Vieira

- Natural da Cidade de Ipaumirim, CE.
- Cursos civis: Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Ciências, Área de Construção em Entomologia pela Universidade de São Paulo (USP); doutor em Entomologia Agrícola (USP). Cursos militares: curso de formação de cabo e de sargento (1956 e 1957).
- Cargos e funções militares desempenhados: Data de praça: 7/06/1955; sargento identificador-datiloscopista, servindo no Quartel-General da 10ª Região Militar (QGR/10); passou à reserva no posto de 2º-Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE).
- Cargos e funções civis desempenhados: chefe da Administração do "Campus" da Escola de Agronomia (UFC); atualmente professor do Centro de Ciências Agrárias (UFC); chefe do Departamento de Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFC, desde 1991; coordenador do curso de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFC (1995-1996); bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1983-1996); consultor científico do CNPq e Fundação Cearense de Auxílio à Pesquisa (FUNCAP); presidente do Lions Clube de Fortaleza (1991-1992).
- Produção intelectual: Inúmeros trabalhos científicos, entre os quais: *Princípios de Morfologia de Insetos e Ácaros* – Livro Didático (1999).

Entrevista realizada em 07 de novembro de 2001.

Os antecedentes que motivaram a Contra-Revolução de 31 de Março de 1964 remontam a Intentona Comunista de 1935, como marco inicial. Analisando sucintamente o quadro político brasileiro após esse episódio, destacaria os seguintes aspectos. O Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), na obstinação de construir a cidade de Brasília, colocaria um dos tijolos na construção do Movimento de 1964. De um lado, pela emissão indiscriminada de papel-moeda, responsável pela hiperinflação a que submetera o País. De outra parte, pela corrupção do seu governo, num desvio escandaloso do dinheiro do povo, concedido para o financiamento de obras de fachada, meramente políticas, espoliativas, em vez de priorizar as necessidades da população.

O Presidente Jânio Quadros, também, contribuiu para a eclosão daquele Movimento, pois a sua renúncia levaria o Vice-Presidente João Goulart à chefia do Poder Executivo. Antes, no entanto, ter-se-ia que contornar uma crise política, vez que os antecedentes ideológicos de Jango desaconselhavam a sua efetivação no cargo mais importante da República.

Todavia, o próprio período do Governo Jânio, por seu comportamento, deixava antever que o País estava à deriva, desgovernado. O Presidente deixara-se envolver por problemas insignificantes – a interdição das rinhas e do uso do biquíni – ignorando os problemas sociais cruciantes do Brasil.

Posteriormente, o Presidente Jânio Quadros concederia ao guerrilheiro Che Guevara a Comenda do Cruzeiro do Sul, atitude intempestiva que revoltou a muitos, pela forte influência, sabidamente comunista, que aquele guerrilheiro exercia em todos os países limítrofes ao nosso.

Evidentemente, as Forças Armadas estavam preocupadas com a iminente ameaça do socialismo marxista que, no seu bojo, prenunciava a desorganização do nosso ideário democrático, a desordem e o tumulto generalizados, bem como a devastação das nossas tradições cristãs – conjunto de valores que sempre guardaram como sentinelas avançadas.

A propósito, convém lembrar que por ocasião da renúncia de Jânio Quadros – premido por pressões ao seu governo, alegando forças ocultas, fato até hoje sem uma explicação convincente – o Vice-Presidente João Goulart encontrava-se em visita à República Popular da China. Iniciou-se, então, junto ao Congresso, um movimento que, em nome da preservação da legalidade, do respeito à Constituição, defendia a posse de João Goulart. Tal iniciativa encontrou receptividade até mesmo nas Forças Armadas, fato que se pode atribuir ao espírito legalista dos nossos militares.

Entretanto, de maneira sábia, por iniciativa de políticos experientes, moderados, chamados de conservadores, criou-se uma estratégia para diminuir os poderes do Presidente da República, instalando-se o regime parlamentarista. O Presiden-

te da República se transformava numa figura menos poderosa e mais decorativa, passando ao Primeiro-Ministro a chefia do Governo. Mas as lideranças políticas, estimuladas pelo próprio presidente, passam a terçar não só pelo retorno ao regime anterior, mas também pela implantação de uma república sindicalista e a entrega do Poder aos comunistas.

Ora, quem não se recorda das ofensas aos militares, da intimidação às lideranças militares? Falava-se até em nomes que cairiam diante dos "paredões". O próprio Exército foi contaminado nos seus escalões inferiores, pela indisciplina de cabos e soldados. No Ceará elegeram até um sargento, o sargento Garcia, a deputado federal. Inclusive nos clubes de sargentos do Exército, da Aeronáutica e da Marinha havia pronunciamentos explosivos, subversivos. Eu mesmo fui testemunha de uma reunião no nosso Clube General Sampaio, ocasião em que alguns sargentos propuseram solidariedade a este movimento rebelde, indisciplinado, com o apoio não só ao sargento Garcia – que fomentava a indisciplina nos quartéis – mas também aos projetos esquerdistas, demagógicos, do Presidente João Goulart.

Por ocasião do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, ladeado por sargentos, o presidente da República tomou algumas medidas demagógicas, de repercussão muito negativa junto à família brasileira e às lideranças responsáveis deste País, sendo exemplo o decreto que autorizava a desapropriação de terras às margens das principais ferrovias e rodovias brasileiras, 13km à direita e à esquerda, justamente aquelas terras produtivas que já tinham proprietários e não tinham problemas de escoamento da produção. Tomadas, nunca foram indenizadas. Felizmente foram restituídas depois, pela Revolução, aos seus legítimos donos.

Outro ato bastante grave na área militar foi o motim dos marinheiros, liderado pelo cabo Anselmo, no Rio de Janeiro. Os militares já não obedeciam e até desprezavam e provocavam os seus superiores hierárquicos. Enfim, depois de um almoço no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro, oportunidade em que o presidente foi presenteado com uma bandeja, oferenda dos sargentos e cabos das nossas Forças Armadas, eis que a Revolução eclodiria, sob a liderança do Marechal Castello Branco e do General Mourão Filho, entre outros.

No meio civil, o apoio de governadores foi essencial ao êxito da Revolução. Destacaria Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, em São Paulo; e Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul.

Estes foram os principais fatos que, a meu juízo, determinaram, desaguaram na Revolução de 1964 e que, na verdade, revelavam o sentimento do povo brasileiro, no limite de sua paciência ante o comportamento irresponsável do Presidente João Goulart. Ele não se preocupou em administrar, mas em oferecer condições para que o comunis-

mo se instalasse no nosso País. Acredito que, por isso, o êxito da Revolução veio de modo pacífico, sem derramamento de sangue.

Vitoriosa a Revolução, foi possível observar que a oposição e as entidades de esquerda não estavam mesmo preparadas para assumir o Poder, pois não dispunham sequer de um projeto para o País, a não ser o estímulo à desordem e à subversão. Para se ter uma idéia, nas universidades prevalecia o discurso populista de que 50% das vagas deveriam ser reservadas para os filhos dos trabalhadores. Ou seja, havia uma participação provocativa das lideranças sindicais com o objetivo de doutrinar os jovens universitários.

A Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, reagiu à conjuntura sucintamente descrita. Forjou-se, como disse, a partir da Intentona Comunista de 1935, passando pelo Estado Novo, período em que se vivenciava uma atmosfera de base esquerdista, estreitamente vinculada à influência de Luís Carlos Prestes. A sociedade, felizmente, rechaçou as idéias que se tentavam implantar no País e emprestou apoio e solidariedade às Forças Armadas, principalmente ao Exército, que soube preservar a identidade nacional e manter a nossa tradição de povo ordeiro e cristão.

Hoje, contemplando-se o período revolucionário, vê-se que foi extremamente favorável ao País, por maior que seja a má vontade de alguns. Basta esquadrinhá-lo, sob qualquer aspecto, em relação ao período anterior a 1964 e posterior ao ano de 1985.

Inicialmente, eleito pelo Congresso, o Presidente Castello Branco (11.04.64-15.03.67) teria que administrar, como dizia, a massa falida em que se transformara o Brasil, herança da irresponsabilidade de maus brasileiros. Daí, a preocupação em recuperar a credibilidade, a ética e a moral das instituições governamentais. A Reforma Administrativa representa muito bem o esforço para enfrentar a realidade de então. Por outro lado, algumas entre as várias realizações exprimem a grande preocupação em atender aos anseios e aspirações do povo. O Estatuto da Terra, a política agrária, o desejo de manter o homem no campo, ligado às suas raízes, fazendo o que sabe e o que gosta de fazer, trabalhando para o desenvolvimento do País. O Banco Nacional da Habitação, tornando realidade o sonho da casa própria para milhões de brasileiros. A criação do Banco Central, a adoção de uma política monetária realista e eficaz, permitindo controlar o câmbio, valorizar a nossa moeda e reduzir a dívida externa.

O Presidente Costa e Silva, não obstante seu curto período de governo (15.03.67-31.08.69), resultado dos problemas de saúde que lhe ceifaram a vida, conseguiu manter a inflação sob controle.

Durante o Governo do Presidente Médici (30.10.69-15.03.74) o País assistiu à implantação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o maior programa de distribuição de renda da América Latina, atendendo a milhões de trabalhadores rurais, até então abandonados à própria sorte, pois que sem direito à aposenta-

doria. Esta foi uma medida de transcendental importância para o campo, onde morava a maioria da população brasileira e a mais pobre. No interior não existia uma política creditícia ou de financiamento para a agricultura, de apoio aos pequenos produtores. A pobreza, ali, era muito grande, muito acentuada, e não se manifestava em toda sua grandeza e necessidades porque o homem campestre era pacato, e expressava muito a figura do Jeca Tatu, era o homem conformado por falta de cultura. No entanto, a contribuição do pequeno agricultor, em termos de produção de alimentos, era tão significativa que a criação do Funrural e a extensão dos seus benefícios à grande família do campo, passaram a se constituir numa questão de justiça social.

O Governo do Presidente Ernesto Geisel (15.03.74-15.03.79), não obstante as dificuldades decorrentes da crise do petróleo, manteve o País voltado para a sua destinação como potência, sobretudo para a dignidade dos seus filhos, estes que são os responsáveis por sua grandeza. Durante o seu governo ocorreu a implantação das usinas de energia nuclear de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Graças à sua visão de estadista, Geisel soube manter, com altivez, a soberania nacional, em que pese as pressões de ordem internacional. Com o mérito de haver sido o artífice da distensão política, lenta, mas firme e gradual.

Fechando o ciclo dos presidentes militares viria o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (15.03.79-15.03.85), fértil por suas realizações e por devolver o País à plenitude democrática. Atualmente, diante da realidade do "apagão", o Governo Figueiredo assoma grandioso, em face da importância das hidrelétricas em funcionamento: Itaipu, Boa Esperança, Tucuruí, Sobradinho, Xingó. Figueiredo foi coadjuvado pela inteligência e dinamismo, perspicácia e clarividência do Ministro de Minas e Energia, Coronel César Cals de Oliveira Filho, responsável pela introdução de fontes alternativas na matriz energética do nosso País – inclusive, o carvão, fóssil praticamente ignorado e subutilizado –, com destaque para o Pró-Álcool, que não obstante os ataques, a sabotagem e o boicote que se lhe impuseram, repercutiu profundamente na vida econômica e social do Brasil.

Em matéria de infra-estrutura, os governos militares tiraram o Brasil do acanhamento. Não havia grandes vias de escoamento de produção, mas estradas carroçáveis, estreitas, estradas vicinais não concebidas pela Engenharia. Em termos de telecomunicações, basta lembrar, por exemplo, que o Ceará não falava com o próprio Ceará e, em dez anos, falava, estava ligado com o mundo todo, via Embratel.

No conjunto, ao período revolucionário creditam-se obras que transformaram o perfil da Nação e do País. Se o Brasil, em 1964, ocupava a 48ª posição, em termos de riqueza, e saltou, em 1973, para o oitavo PIB do mundo, evidentemente se trata de uma constatação, e não de uma falácia.

Em vinte anos de governo os militares e as Forças Armadas não se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem. Eu até digo, e muita gente diz, são homens despojados de interesses pessoais, escrupulosos por causa da sua formação cívico-militar, patriotas que não se aproveitaram do *status quo* em benefício próprio. Os militares continuam pobres e com baixos salários. O seu salário maior, o seu soldo maior continua sendo a dedicação ao trabalho, o apego à caserna e o amor ao Brasil.

Infelizmente, o socialismo marxista derrotado pelos militares ainda sobrevive, e se revitaliza explorando os desníveis sociais, a corrupção e a miséria, conseqüência dos baixos níveis de educação e dos maus costumes políticos. O ideal seria que o capitalismo humanizado, por meio de leis socialmente justas, pudesse ser uma alternativa concreta, instrumento que conferisse dignidade ao homem. Algo concreto e diferente do socialismo utópico.

O desnível social do Brasil será grandemente reduzido através da educação, da distribuição democrática da riqueza, da criação de oportunidades que abranjam o segmento social mais numeroso e mais carente da sociedade. Não bastasse, internamente, os desafios da luta contra os desníveis sociais e os maus costumes políticos, a corrupção e a impunidade, eis que surge, ameaçadora, a globalização da economia, cujos mentores podem vencer – diferentemente do conflito armado – sem o emprego de meios bélicos, confiantes na tibieza autóctone, submetida ao pragmatismo frio do monetarismo alienígena.

Diante da magnitude das dificuldades faz-se necessária vigorosa cruzada cívica com base na participação harmônica e consciente de todos os brasileiros. Do contrário, não creio nos seja possível enfrentar sequer os obstáculos internos, quanto mais a guerra surda e suja da agiotagem global, ungida pelo mundo oficial.

É lamentável que certa mídia, nos dias de hoje, não apenas sonegue as realizações do período revolucionário, mas também promova o patrulhamento sobre as Forças Armadas e os militares. Sobretudo porque, ao afastar-se da imparcialidade, fere os princípios éticos, e faz chegar à opinião pública versões que não se coadunam com a verdade dos fatos. Outrossim, porque, ao oferecer uma versão particular, distorcida pelo enfoque ideológico, sonega e nega às gerações futuras o direito sagrado de conhecer a verdade sobre a Revolução de 1964. O que ela fez e deixou de fazer pelo Brasil. É lamentável, enfim, por açular a sociedade contra as Forças Armadas e os militares, eles que são povo, na sua essência, pois provenientes de todos os estratos sociais.

Por isso, a importância transcendental deste Projeto. Ao alcance de quantos desejem conhecê-lo, oferece a vantagem de chegar aos consulentes com a credibilidade da fonte que o produziu.

Engenheiro César Cals de Oliveira Neto

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhadas: chefe de gabinete da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará; diretor técnico da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU); coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico de Transporte e Trânsito, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor da Escola de Engenharia e da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ; engenheiro da Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Fortaleza; presidente da Câmara de Comércio Brasil-Malásia (três mandatos); presidente da BCV – Engenharia, Planejamento e Consultoria Internacional Ltda e consultor e coordenador da Área de Engenharia de Informações da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).
- Foi Deputado Federal em três legislaturas; Prefeito Municipal de Fortaleza; Líder do Partido Social Democrático (PSD), na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte.
- Cursos: Engenharia Civil, na Universidade Federal do Ceará (UFC), com curso de pós-graduação e estágio de especialização da ACTIN/Paris, em 1978.

Entrevista realizada em 13 de junho de 2001.

A Revolução de Março de 1964 é um fato histórico da mais alta relevância para o nosso País. Tive a oportunidade de vivenciar uma parte dessa história, ainda na Escola de Engenharia, sobretudo com a visão do engenheiro, discutindo sobre as obras que estavam sendo realizadas, obras da maior importância. Logo no início do governo da Revolução, viam-se algumas realizações como, por exemplo, a hidrelétrica de Boa Esperança, no Estado do Piauí, sob a presidência do Coronel e engenheiro civil César Cals. Esta usina, que recebera absoluta prioridade, trouxe uma verdadeira transformação, principalmente para os estados do Maranhão e Piauí, e está totalmente integrada ao sistema brasileiro, através da sua ligação com as outras usinas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Na Escola de Engenharia, discutia-se muito os programas de habitação do Governo Castello Branco, pois, criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), estava em curso no País a construção de grandes projetos habitacionais. Paralelamente, instituíra-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fonte de recursos para o financiamento da habitação popular, hoje enfrentando grandes dificuldades.

Mantive, depois, algum contato com a administração do Presidente Ernesto Geisel, responsável, também, por alguns programas importantes na área de engenharia, objeto de discussões no âmbito da universidade. Posteriormente, tive a honra de participar do Governo João Figueiredo, quando fui diretor técnico da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU), responsável pela política nacional de desenvolvimento do sistema de transportes das regiões metropolitanas e outras áreas urbanas.

Os grandes investimentos na área de transporte urbano foram realizados ainda na administração dos governos da Revolução e contemplaram principalmente duas vertentes: a construção da malha ferroviária para o transporte de passageiros e a melhoria dos corredores de transporte coletivo. Milhares de quilômetros foram pavimentados para melhorar as condições de tráfego dos ônibus, exatamente nas áreas mais pobres, na periferia das grandes cidades, situadas nas regiões metropolitanas correspondentes.

Por sinal, há poucos dias, em Washington, manuseando um relatório do Banco Mundial, pude constatar uma referência a um dos programas executados pela EBTU no Governo Figueiredo, o Programa de Pavimentação em Áreas de Baixa Renda, citado como exemplo para o mundo inteiro como um programa de sucesso, de baixo custo e com um alto retorno, com grandes benefícios para as camadas mais humildes da população. Lamentavelmente, depois da administração do Presidente Figueiredo, a EBTU foi extinta, em obediência ao "programa" para "enxugar" a máquina administrativa, reduzir o "custo" Brasil ou despropósito que o valha.

No Governo Figueiredo, ainda mantive contatos em outras áreas, além de transportes, pois, como prefeito de Fortaleza, fazia parte da mesma integração, do mesmo sistema de governo. E o Governo Figueiredo nos apoiou fortemente numa época em que enfrentamos muitas dificuldades, agravadas pelos cinco anos de seca. Durante aquele período o Governo Federal autorizou a construção, nos bairros pobres de Fortaleza, de mais de cento e cinqüenta chafarizes, trazendo água limpa, pura e, sobretudo, gratuita para a população.

Ainda como prefeito de Fortaleza recebi o Ministro Mário Andreazza, que assinou um programa de construção de barragens para o Ceará, dentro de uma discussão sobre a transposição de águas do Rio São Francisco. A teoria do Ministro Andreazza previa construir os reservatórios para que, depois, o excedente de água do São Francisco pudesse ser transferido para a região Nordeste. E agora se volta a discutir a possível transposição de águas do Rio Tocantins para o São Francisco, e águas do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino, ou mesmo de águas do Tocantins diretamente para o Nordeste. Infelizmente esta obra, que é verdadeiramente imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste, continua sendo postergada.

Ainda sobre a administração dos presidentes militares, quero me reportar a um fato do qual sou testemunha ocular. Como deputado federal e integrando um grupo de parlamentares convidado pelo governo americano para visitar várias instituições nos Estados Unidos, em Nova Iorque, tivemos a oportunidade de participar de um debate com um dos vice-presidentes do Citybank. Dizia ele que a grande dívida externa do Brasil, diferente de outras repúblicas da América Latina e até mesmo do mundo, fora construída através da aplicação maciça de recursos em sua infra-estrutura. E falava sobre telecomunicações, transportes e energia.

Enfim, tive o privilégio de estar em contato com a Revolução não só através das conversas de meu pai, César Cals de Oliveira Filho – um dos soldados que aplicaram toda a sua técnica, sua honestidade, sua seriedade, seu trabalho, em favor dos ideais de construir um Brasil grande, um Brasil brasileiro, um Brasil desenvolvido, um Brasil em paz social – mas também, pela área de engenharia, como partícipe de algumas das grandes obras realizadas pelo Movimento.

Entre os anos de 1969 e 1973, em pleno Governo Emílio Médici, o nosso País experimentou uma fase extraordinária de crescimento econômico, conhecida como o "milagre brasileiro". O produto interno bruto vinha crescendo a taxas anuais de 11%, e a inflação se mantinha em torno de 18% ao ano. Mas no último trimestre de 1973 surgiria a grande crise do petróleo – das maiores já ocorridas – resultado da guerra entre Estados árabes e Israel. Os países do Golfo Pérsico, integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), reduziram a sua oferta,

em função do que houve um aumento vertiginoso no preço do barril. Como o nosso País produzia apenas 15% ou 16% do petróleo que consumia, é fácil depreender o impacto, o grande choque desfechado contra a economia brasileira.

Ainda no início da administração do Presidente Figueiredo, seu Ministro das Minas e Energia, o Coronel César Cals, por decisão de Figueiredo, aceitou como um desafio a construção do que ele chamou de “modelo energético brasileiro”. E na busca dessa construção foi ao encontro de todos os segmentos da sociedade, viajando aos rincões do Brasil, discutindo com cientistas, discutindo nas universidades, discutindo com as associações de classe, com as federações de indústrias e de trabalhadores.

Estimulou um grande debate nacional, aberto a todas as forças vivas com maior interesse no setor energético. Foram dezenas de seminários em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul, procurando coletar informações e sugestões com vistas à implantação de uma matriz energética própria, campo em que não existiam iniciativas consolidadas. O Brasil era ainda incipiente nessa matéria. Ao mesmo tempo, essa discussão serviria para diagnosticar toda a problemática do petróleo.

No início da administração do Presidente Figueiredo – ressaltava o Ministro César Cals – o Brasil produzia 164 mil barris/dia de petróleo e consumia mais de um milhão de barris/dia. Quer dizer, produzia cerca de 15% e importava aproximadamente 85% das suas necessidades de petróleo. E o pior é que o nosso País adotava um modelo energético que tinha por base o uso do petróleo, esquecendo-se do seu grande potencial hidrelétrico. Em outras palavras, a matriz do consumo brasileiro de energia exibia um descompasso gritante na utilização das suas fontes de produção. Para se ter uma idéia, em termos de EP (equivalente em petróleo), em 1979 o Brasil consumia, aproximadamente, 55 milhões de toneladas EP de derivados de petróleo e praticamente 31 milhões de toneladas EP em energia elétrica.

Ao final de seis anos, os 31 milhões passaram para 45 milhões, o que representa um aumento de quase 50% na oferta brasileira de energia elétrica, atendida pelos investimentos aplicados na construção ou ampliação de hidrelétricas. Vale a pena observar que enquanto a energia elétrica cresceu 50%, na matriz de consumo energético brasileiro, as importações de petróleo decresceram da ordem de vinte por cento (20%). Ao reduzir as importações de petróleo, o Brasil evitava a remessa de bilhões de dólares para pagamento aos fornecedores, deixando de financiar milhares de empregos no exterior em benefício da mão-de-obra brasileira.

Para se ter uma idéia, o dispêndio de divisas do País com petróleo e derivados, com a crise, aumentou mais de dez vezes, chegando a alcançar a casa dos dez

bilhões de dólares em 1981. Os investimentos nas atividades de exploração e produção, ao lado do forte desenvolvimento de alternativas energéticas e dos esforços na área de conservação de energia contribuíram para reduzir a dependência energética e para que o País pudesse conseguir que o dispêndio líquido de divisas com importação de óleo e derivados caísse para cerca de três bilhões de dólares.

Na área de petróleo, podemos destacar ainda os seguintes fatos:

• Para conseguir produzir em águas na faixa de 120 metros, a Petrobras buscou a tecnologia disponível no exterior. Assim foi implantada a primeira fase de produção da bacia de Campos, que permitiu ao Brasil aumentar substancialmente a produção de petróleo. A Petrobras ampliou ainda a utilização dos sistemas de antecipação de produção, com grandes benefícios. Foi possível antecipar receitas e realizar o domínio gradual da tecnologia de exploração submarina. A produção passou, assim, a bater sucessivos recordes.

• Foi implantado na década de 1980 o projeto conhecido como "fundo de barril", através da adaptação das instalações industriais da Petrobras para atender à elevação do consumo de derivados. Seu objetivo era transformar os excedentes de óleo combustível em derivados como o diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha), de maior valor.

• Outro marco da década foi a atenção especial dispensada à preservação do meio ambiente. A Petrobras passou a dedicar grande quantidade de recursos ao treinamento e à educação ambiental, assim como ao desenvolvimento de tecnologias específicas de proteção ao meio ambiente e a adoção de um programa de melhoria da qualidade dos combustíveis.

• Em 1980, entra em operação a Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos, SP.

• Em 1981, são instalados na bacia de Campos as câmaras submarinas do Sistema Provisório de Produção, com tecnologia desenvolvida pelos técnicos da Petrobras.

• Em 1982, entra em operação o III Pólo Petroquímico, instalado em Triunfo, RS.

• Em 1984, é construído, em São Sebastião (SP), o Centro Modelo de Combate à Poluição no Mar por Óleo, o primeiro do País.

• Ainda em 1984, é alcançada a meta-desafio de produção de 500 mil barris diários de petróleo.

• São realizadas as primeiras descobertas comerciais efetuadas pelas contratantes de risco: gás natural pela Pecten na bacia de Santos e óleo pela brasileira Azevedo Travassos, na parte terrestre da bacia Potiguar (1985).

• Os primeiros campos gigantes em águas profundas na bacia de Campos são descobertos: Albacora (1984) e Marlim (1985).

Este, o modelo energético idealizado pelo Ministro César Cals, que, enquanto priorizava a substituição das importações de petróleo por outras fontes de energia, prosseguia na prospecção desse mineral fóssil em território brasileiro.

A obstinação e o esforço para construir um modelo próprio contemplaram várias alternativas. Como fonte de energia térmica buscou-se, por exemplo, a utilização do carvão mineral e da biomassa produzida nas propriedades rurais; a construção de biodigestores em sítios e fazendas nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia permitiu iluminar casas e alimentar alguns eletrodomésticos.

Anteriormente, como Diretor de Coordenação da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S. A., no Governo Geisel, lembro-me bem de que o Coronel César Cals, já falava da energia eólica como fonte alternativa, sendo o Nordeste detentor de grande potencial pela predominância da luz solar durante, praticamente, os 12 meses do ano. Ora, a energia eólica nada mais é do que uma energia, vamos dizer, derivada da energia solar. Em função das diferenças de temperatura e pressão, principalmente, há uma movimentação de ventos e conseqüentemente os aerogeradores são movidos, produzindo, então, a energia elétrica.

E o que acontece? No período de agosto a dezembro a energia eólica está mais forte, exatamente quando o nível das águas está mais baixo, quando se tem que poupar energia hidráulica, como na crise que ora vive o Brasil. Atualmente, em termos de energia eólica, são várias Itaipus no País, sendo que só o Estado do Ceará – com aerogeradores a 50m de altura – possui uma capacidade para produzir o equivalente a meia Itaipu.

E qual a contribuição da energia nuclear na formulação do modelo energético brasileiro? Todos sabemos que a sua maior dificuldade está associada à ameaça ao meio ambiente. No entanto, tal problema será transposto, com toda certeza, pela tecnologia. Hoje, por exemplo, o índice da "sujeira" ou "lixo atômico" de usinas nucleares desenvolvidas na África do Sul está muito abaixo do índice registrado há algumas décadas. Não precisa ser muito letrado para perceber que a tecnologia avança vertiginosamente, sendo razoável a estimativa de que, em pouco tempo, a ciência terá encontrado a solução adequada para o problema; quer dizer, em breve esta será uma questão totalmente superada.

Agora, é preciso que se diga que a matriz brasileira é basicamente hidráulica, e foi ele, o Ministro César Cals, quem, no Governo Figueiredo, construiu boa parte dessa matriz. Para que se tenha idéia da sua importância, basta salientar que, hoje, a CHESF está vendendo o megawatt-hora hidráulico para as distribuidoras por cerca de R$ 40,00 (quarenta reais), quando o megawatt-hora de qualquer outro tipo de energia custa mais de R$ 100,00 (cem reais), mesmo a energia eólica, uma

das mais baratas dessas novas energias. E como os aproveitamentos hidráulicos brasileiros foram construídos, em boa parte, durante a Revolução, essas usinas já estão amortizadas, diferentemente de um projeto novo.

O valor barato da tarifa precisa ser defendido, para que os produtos brasileiros sejam competitivos, para que o Brasil possa entrar na ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas), possa competir nesse mundo globalizado. Porque no Primeiro Mundo, como chamam, existe dinheiro barato, existe tecnologia barata, existem mecanismos de proteção, barreiras protecionistas e organismos internacionais atuantes.

Além do valor da tarifa do megawatt-hora, uma outra vantagem comparativa do nosso modelo é a qualidade da energia, saudável e pura, incapaz de qualquer agressão ao meio ambiente. A Revolução pode-se orgulhar disso. As dificuldades que existem, atualmente, não decorrem, em absoluto, da natureza do modelo, mas, única e exclusivamente, da não aplicação do capital necessário à expansão do sistema, tratado, no mínimo, com descaso, de certa forma até irresponsavelmente.

A partir de 1985, imediatamente após o término do Governo Figueiredo, os investimentos foram diminuindo gradativamente, até culminar com a crise energética que hoje estamos vivendo. Uma crise grave que não depende de fatos externos, não foi provocada por problemas na Argentina, no Oriente Médio e nem tampouco nos Estados Unidos. Quer dizer, as administrações do Brasil pós-revolucionário não investiram como deveriam investir, não administraram corretamente, não houve um bom planejamento para a adequação do problema energético nacional.

Nas discussões de que participo sobre energia, valho-me, costumeiramente, do exemplo de um cavalo puro-sangue, mas sob rigoroso jejum. Não há como vencer a corrida, talvez, nem consiga largar. Comparativamente, a matriz energética brasileira é uma das melhores do mundo e foi construída, em grande parte, como já disse, durante o período revolucionário. Com mérito, diga-se, para o Governo João Figueiredo, durante o qual foram inauguradas as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho e Paulo Afonso IV e iniciadas as construções de Xingó e Itaparica, grandes projetos nacionais. A demonstrar a excelência da tecnologia hidrelétrica brasileira tem-se, por exemplo, o convite formulado ao Coronel César Cals, tão logo deixou o Ministério das Minas e Energia (MME), para ser o consultor de projeto similar, "Projeto Hidrelétrico de Bakun" – até então arquivado – na Malásia.

E agora, com os "apagões" e o racionamento de energia elétrica que se impôs ao povo brasileiro, seria cômico, se não fosse trágico, atribuir-se problema tão sério à ausência de chuvas, única e exclusivamente. Evidentemente, a falta de chuvas existe, mas vem apenas agravar uma situação que já se estava cristalizando.

Por quê? Quando se vai construir uma hidrelétrica – está nos manuais de procedimentos da Eletrobrás – há que se dimensionar o sistema para o período crítico, isto é, para a época desfavorável do regime de chuvas, da parte hídrica, mais ou menos de quatro a cinco anos. Os manuais de engenharia da Eletrobrás recomendam ainda que, ao dimensionar um sistema, há que se considerar como energia firme a média das energias produzidas dentro do período crítico; ou seja, ele tem que ser suficiente, até mesmo, no período crítico, de grande dificuldade hídrica.

O que aconteceu? Não houve a alocação de recursos necessários à ampliação da oferta de energia; e o sistema energético brasileiro começou a utilizar a reserva hídrica destinada ao período crítico, evitando, destarte, a solução de continuidade no fornecimento de energia ou, como se diz comumente, assegurando a energia firme. Então, o que estamos vivendo hoje, no Brasil? Um período crítico, mas que ainda não é tão grave como o período fixado pela Eletrobrás para o dimensionamento dos seus sistemas hidrelétricos. Se as recomendações técnicas da Eletrobrás tivessem sido cumpridas, o sistema elétrico brasileiro suportaria com a maior tranqüilidade o período crítico que estamos vivendo, hoje, no ano de 2001.

Mais uma vez o quadro atual nos remete ao Governo Figueiredo, período em que a capacidade instalada, isto é, a oferta de energia elétrica cresceu mais do que o consumo. O que, infelizmente, não ocorreu nos governos subseqüentes. De acordo com estudos e discussões na área energética, nos últimos vinte anos o consumo médio de energia cresceu cinco por cento, e a oferta, três por cento. Isto significa que a crise atual no nosso País não pode ser atribuída ao modelo energético. Os responsáveis pelo déficit, na verdade, são os seus administradores, que não quiseram ou não souberam aproveitar a competência da matriz energética nacional.

Cabe lembrar, a propósito, a questão do alumínio, principalmente pelas críticas surgidas ante os projetos de construção de grandes usinas, que demandaram montante considerável de recursos. Uma planta industrial de alumínio exige volume apreciável de energia e nenhuma empresa optaria por construí-la, em especial na Amazônia, praticamente no meio da selva, sem que houvesse condições de operacionalizá-la, principalmente se o suprimento de energia não estivesse assegurado. Mas, essa visão da planta de alumínio não pode ser entendida simplesmente como uma questão de custo-benefício econômico. Evidentemente, envolviam razões de ordem estratégica muito importantes para o País, isto é, há que ser entendida, também, como uma forma de ocupação competente do espaço amazônico, de criar verdadeiras plataformas de ocupação dentro da Amazônia.

Aqui se encontra, talvez, a melhor explicação por que a ação do MME se fez tão presente naquela região. Realmente, dedicara o Ministro César Cals uma atenção

especial à Amazônia. Acredito que não apenas pela visão do engenheiro, do técnico, mas também pela formação castrense, pois o militar brasileiro possui acendrado sentimento nacional. E a Amazônia sempre foi objeto de cobiças internacionais. Daí, o sentimento de proteção, de brasilidade, de integração nacional.

Ele conhecia o grande potencial energético e mineral da Amazônia. Mas as dificuldades eram muito grandes em recursos materiais, financeiros e humanos. Os técnicos, por exemplo, preferiam ficar perto de Copacabana a permanecer no Rio Xingu. Ele entendia, no entanto, que a Amazônia, para ser nossa, deveria ser ocupada racionalmente, de forma competente e, sobretudo, irreversível. Então, o que fez? Na discussão do modelo energético, observou a existência de recursos minerais na Amazônia, verdadeira "anomalia planetária". Não existe, no mundo, concentração mineral de tal magnitude, mas Carajás é uma belíssima "anomalia". Eu, pessoalmente, visitei o Projeto Carajás e me lembro de que até a pista... a brita... a piçarra era escura, acho que de minério com alto teor de ferro, uma coisa espetacular.

Ainda sobre a questão petrolífera, há pouco tempo, consultando a Internet, constatei que a mais alta taxa de crescimento da produção de petróleo na história da Petrobras, desde a sua fundação, por Getúlio Vargas, ocorreu entre os anos de 1979 a 1985. Em segundo lugar, intrínseco à substituição do petróleo, havia uma verdadeira luta contra o desperdício. As estatísticas que temos hoje no Brasil apontam um desperdício da ordem de 15% de energia nas plantas dos projetos industriais, nas residências, no governo etc.

A preocupação do Ministro César Cals com a conservação de energia chegou à elaboração do projeto arquitetônico, que deveria utilizar as fontes naturais, a luz solar e os ventos. As plantas dos projetos industriais deveriam priorizar motores de alta suficiência energética, eliminando-se os processos produtivos inadequados ou obsoletos, desperdiçadores de energia. Foi desenvolvido um grande trabalho de conscientização da sociedade à racionalização do consumo de energia, mesmo porque, o índice de 15%, como perda, nos torna perdulários, como observava o Ministro César Cals. Em 1980, aplicado sobre o petróleo importado, aproximadamente um milhão de barris/dia, representava uma perda considerável de 150 mil barris/dia. A conservação de energia é uma questão atual; ainda hoje a sociedade brasileira gasta muito, desnecessariamente.

O terceiro tripé do modelo energético era a questão das energias renováveis. Até porque as energias que existem no planeta são finitas, a maioria delas. O petróleo e o carvão mineral são exemplos. Por isso, tornou-se oportuno aproveitar a energia eólica e a energia hidráulica e aperfeiçoar as tecnologias disponíveis de aproveitamentos de outras fontes energéticas. Naquela mesma época, instituiu-se a

Comissão Nacional de Hidrogênio, cujo objetivo era também estudar o emprego deste gás como sucedâneo energético. No Nordeste, a idéia inovadora era o aproveitamento da biomassa, compreendendo os resíduos e detritos vegetais e animais, entre eles o bagaço da cana-de-açúcar, às vezes, apodrecendo sem nenhuma aplicação.

Ademais, ainda no Governo Geisel, como Diretor de Coordenação da Eletrobrás, César Cals criou, no Ceará, uma usina para a obtenção do álcool a partir da mandioca e da madeira. São várias as possibilidades. A idéia foi abandonada, mas ainda vai vingar. A Universidade Federal do Ceará, por sinal, tem um grupo de professores, cientistas, muito bom, potencial utilizado pelo Ministro César Cals para desenvolver os projetos correspondentes.

Ainda sobre os recursos renováveis, há que se destacar o Programa do Álcool, ou Pró-Álcool, um desafio de grande repercussão internacional, uma resposta clara do Brasil à crise energética. Este nosso País é surpreendente, a sua criatividade não pode deixar de ser desenvolvida. Atualmente, lamenta-se o desestímulo que os seus administradores vêm inoculando na sociedade; fruto da falta de visão. E naquela época houve – é preciso que se diga – o boicote permanente, a reação surda, a oposição disfarçada ao Pró-Álcool, desafios enfrentados corajosamente pelo Presidente João Figueiredo.

A questão do álcool deve ser tratada de forma mais abrangente, e não apenas sob o enfoque da energia. Primeiro, enquanto o processo produtivo do petróleo envolve grandes corporações transnacionais, exigindo procedimentos sofisticados e superautomatizados, o álcool reclama extensas áreas de terra para o cultivo de cana-de-açúcar, caracterizando-se pelo emprego intensivo de mão-de-obra e de implementos agrícolas de fácil manuseio. Outra vantagem comparativa é a utilização de glebas em todas as regiões do País, gerando milhões de empregos e promovendo a distribuição de renda. O Programa do Álcool foi um dos carros-chefes do Governo Figueiredo, não porque fosse a panacéia ou algo milagroso, mas por priorizar um derivado nacional renovável, um "energético social", diria, pois excelente empregador de mão-de-obra.

Em termos práticos, em 15 de março de 1979 – data que assinala a posse de Figueiredo na Presidência da República – o Brasil possuía carro zero a álcool. Seis anos depois, ao deixar a Presidência, entregara ao País uma frota de 1,2 milhão de veículos movidos a álcool, conquista que se deve à competência dos técnicos do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), sediado em São José dos Campos, São Paulo. O próprio Presidente passou boa parte do seu governo utilizando um carro a álcool.

Ao lado da fabricação de motores, instalou-se toda a infra-estrutura de abastecimento, correspondente à rede de postos de combustíveis. Coisa de gente gran-

de, que nenhum país do mundo fez. E o Brasil é referência internacional nesse quadro. Em decorrência do Programa do Álcool desenvolver-se-ia toda uma tecnologia automobilística, toda uma tecnologia de usinas de processamento, de transformação, de produção de álcool. Entendo que esse programa foi sensacional e por isso deve voltar a receber a prioridade do governo brasileiro.

A completar a matriz energética, o Governo brasileiro, à época do Presidente Geisel, celebrara um acordo com o governo da Alemanha para a implantação de um programa nuclear. Posteriormente, esse programa foi objeto de forte oposição, dentro e fora do País, em face da ocorrência de alguns acidentes. Durante o Governo Figueiredo, buscando-se adequá-lo às necessidades internas, decidiu-se pelo essencial, a tecnologia. Os cientistas, os técnicos, as universidades, as empresas precisavam absorver a tecnologia que vinha da Alemanha.

Infelizmente, o Presidente Figueiredo e o Ministro César Cals foram objeto de sórdidas campanhas por parte, até mesmo, de setores da imprensa. Procuravam denegri-los porque tinham decidido adequar o programa nuclear à disponibilidade financeira do País. Praticamente, faltando cinqüenta dias para o término do governo, o Presidente Figueiredo e o Ministro César Cals inauguraram a usina nuclear de Angra I, a primeira usina nuclear brasileira, até hoje produzindo energia.

No âmbito internacional, o MME também realizou ações importantes. Em meio a um cenário de muita dificuldade havia o pensamento, no seio do governo, de que o País poderia tornar-se um parceiro global, e o MME seria o instrumento dessa ação. Precisávamos otimizar a presença brasileira mundo afora. Então, qual era a estratégia? César Cals sabia que a América do Sul era, talvez, o único continente autosuficiente, sob o ponto de vista energético. Existe petróleo no Brasil, na Venezuela, no Equador; existe carvão; praticamente todos os países da América do Sul têm potencial hidrelétrico expressivo, têm um potencial de gás muito forte, têm as jazidas nucleares.

César Cals foi, inclusive, um dos dirigentes da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Lembro-me dele indo para a Nicarágua, para a Colômbia, para diversos países da América do Sul. Ele dizia que a energia poderia ser a base desse mercado latino-americano e ensejar um contexto de maior integração latino-americana. Hoje, tem-se o Mercosul – Mercado Comum do Sul, que não deixa de ser uma vertente ou uma parte dessa integração latino-americana, que ele sonhava mais global, mais abrangente. Claro que o Mercosul é um passo, e a energia um dos instrumentos. Ele procurara também levar a Petrobras para outras regiões, estabelecendo parcerias. O Brasil comprava petróleo e pagava com produtos brasileiros, compensando a balança cambial e gerando empregos, internamente.

Ainda sobre a dinâmica atuação do Ministério de Minas e Energia, para falar de um problema atualíssimo – o racionamento de energia elétrica – não se pode explicar o “apagão” como falta de planejamento ou de execução de novas linhas de transmissão para integrar outras regiões, pois o Ministro César Cals, em nome do Governo Figueiredo, implantou no Nordeste a mais longa linha de transmissão do mundo. E não só essas grandes linhas de transmissão do Norte para o Nordeste, mas todo o esqueleto do sistema integrado Itaipu – São Paulo. A usina de Itaipu ainda hoje é recorde em produção de energia elétrica no mundo.

Sobre os esforços que o Ministro César Cals empreendeu com vistas à implantação de uma refinaria de petróleo no Ceará, gostaria, antes, de ressaltar o seu descortino como administrador. César Cals realmente visualizava o Brasil na sua inteireza e trabalhou exaustivamente para reduzir os desníveis regionais. Daí porque defendera a implantação de uma refinaria de petróleo no Ceará, aspiração que remonta ao Governo Castello Branco. Um investimento dessa monta há que atender a requisitos importantes, previamente analisados.

Em função disso, o Ceará deveria “produzir vantagens”. Como? Inicialmente, através de contratos de risco para a perfuração de poços de petróleo em áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte, na expectativa de que os lençóis submarinos alcançassem expressiva produção de óleo bruto. E foram instaladas plataformas nos municípios de Aracati e Paracuru, no Ceará; e em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Paralelamente, buscou-se o fortalecimento da fábrica de asfalto de Fortaleza, efetivado por meio da sua ampliação. Houve a implantação da Lubrificantes do Nordeste (Lubnor), a grande fábrica de lubrificantes do Brasil, aqui em Fortaleza, resultado dos investimentos realizados pela Petrobras. Estavam, assim, estabelecidas as condições para que o Ceará fosse merecedor de uma refinaria de petróleo.

Atualmente, o governo do Estado propaga intensamente a construção do Porto do Pecém, prometendo integrá-lo num complexo refinaria-siderurgia. Entretanto, a população, em sua maior parte, desconhece que à Revolução de 1964 coube viabilizar as condições necessárias à integração do complexo refinaria-siderurgia ao porto em epígrafe. O Porto do Pecém é muito importante e constitui uma das alavancas do desenvolvimento do Ceará, mas está incluído dentro de um contexto de infra-estrutura, porque, além do porto, a indústria precisa de energia, cujo suprimento adicional provém desse “leão” que é Tucuruí, além de Sobradinho.

Fortaleza também recebe energia de Tucuruí e de Boa Esperança, através de uma linha de 500 kV. Quer dizer, houve todo um trabalho de oferta de energia, e isso tem implicações claras na decisão de uma indústria de vir para o Ceará. E uma das viabilidades fortes do Porto do Pecém é a possibilidade da instalação de uma

refinaria de petróleo no nosso Estado, cenário sobre o qual o Ministro César Cals teve participação absolutamente fundamental, como já observei.

Com relação à questão mineral, também não é diferente. Seja através da implantação de uma siderúrgica ou de qualquer outra unidade industrial que venha a compor o pólo a que nos estamos referindo, o suprimento mineral vem da região Norte. Mais uma vez, foi o Ministro César Cals o pioneiro na exploração do grande potencial que existe em Carajás.

Um fato importante foi a ligação ferroviária entre Carajás, no Pará, e o Porto de Itaqui, no Maranhão, ligação responsável pelo escoamento da produção mineral. Sobre Itaqui, trata-se de um porto de águas profundas da melhor qualidade, considerado um dos melhores do País. Foi construído para viabilizar o desenvolvimento do grande projeto mineral, sendo Carajás um dos seus carros-chefes.

É claro que a extração mineralógica em Carajás e o escoamento da produção, através da ferrovia, até o Porto de Itaqui, para o transporte marítimo, estejam apoiados, firmemente – em todas as operações – no suprimento de energia, disponível, como disse, através da usina de Tucuruí. Por fim, o último componente, o petróleo, indispensável para que o Porto do Pecém, uma belíssima obra, obtenha sucesso. Petróleo oriundo de Paracuru, no Ceará, e do Rio Grande do Norte. Esse petróleo e o gás natural produzido aqui ou em Guamaré/RN permitirão operacionalizar o parque industrial petroquímico e metal-mecânico, inclusive, usinas termoelétricas.

Ao final da minha participação neste Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964, chego à conclusão de que o tempo decorrido serviu para demonstrar o legado que os governos militares conferiram à Nação. Exemplos de probidade e zelo, mas sobretudo de amor ao País, detentor de um potencial fantástico.

Mas é preciso seriedade, é preciso suor, é preciso muito trabalho. Trabalho que foi desenvolvido pela Revolução, e que encontra uma referência corporificada na belíssima infra-estrutura, que há de ser ampliada, claro, porque o País exige a dinâmica contínua das metas, do progresso.

A matriz energética, o sistema de transportes, o sistema de telecomunicações, a malha rodoviária faz do Brasil um País emergente. Graças, evidentemente, ao trabalho.

O Brasil é um País viável e o seu povo é forte, determinado, altivo. O brasileiro é sobretudo competente. Mas é preciso educação, é preciso tecnologia, é preciso investir na população, que saberá corresponder. Veja-se a questão do racionamento de energia e a resposta cívica que o povo brasileiro está oferecendo.

A Amazônia está sendo ocupada de forma tranqüila. Não temos guerra civil em nenhum lugar do Brasil. Tudo isso é competência. Temos uma cultura e, nesse

aspecto, o Exército, e sobretudo a Revolução, teve um papel muito importante que a História há de contar. Mas o grande exemplo é o trabalho. Homens como César Cals, João Figueiredo, Mário Andreazza e vários outros que conheci, dedicaram as suas vidas à construção deste grande País.

Engenheiro João Paulo Simões Accioly de Carvalho

- Natural da cidade de Quixadá, CE.
- Cursos militares: Escola Preparatória de Cadetes, de Fortaleza (EPF); Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Engenharia Elétrica, no Instituto Militar de Engenharia (IME) e Escola Superior de Guerra (ESG).
- Principais atividades civis: professor do Curso de Engenharia da Universidade Federal do Ceará; membro do Conselho Universitário da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); diretor da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU); presidente das Centrais Elétricas do Piauí; membro do Conselho de Administração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE); engenheiro-chefe do Escritório Técnico da Comissão de Obras do Exército, em Manaus e na 10ª RM (Ceará); diretor da Indústria Eletrometalúrgica Ltda; Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Ceará; responsável técnico da firma Correta Engenharia e sócio-gerente da firma TELETRON Engenharia Ltda. Foi presidente do Náutico Atlético Cearense, (1988 a 1994).
- Produção intelectual: *O Problema Energético Brasileiro*, monografia apresentada na ESG; *Plano de Eletrificação do Estado do Piauí*; entre outros.
- Em 1964 era Tenente, aluno do IME, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2000.

Devo dizer que me sinto honrado em ter sido lembrado, para contribuir com aquilo que vi e o pouco que vivi ativamente, sobre o que foi a Revolução de 31 de Março de 1964. Minhas análises iniciam no período depois do Estado Novo, quando surgiu João Belchior Marques Goulart, a quem precisamos conhecer para entender 1964.

Com a redemocratização, em 1945, o País, praticamente, apresentava três linhas político-partidárias: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) próximo do "socialismo europeu", isto é, sem o radicalismo ideológico; a União Democrática Nacional (UDN) que incorporava os ideais liberais, considerada mais à direita; e o Partido Social Democrático (PSD) que agrupava os oligarcas que vinham do período ditatorial e os tecnocratas influentes no governo.

Getúlio Vargas, depois de chefiar um governo ditatorial, volta, cinco anos depois, eleito pelo povo. Para a maioria das pessoas foi um paradoxo. Eu me lembro do comício, o primeiro que assisti, que Getúlio fez quando veio ao Ceará, e foi a Maranguape. Levado por meu pai, ele estava muito curioso em ver o Gregório, cuja atuação iria influir muito nos acontecimentos que culminaram com o suicídio de Getúlio.

Eleito Presidente da República, em 1950, Getúlio nomeou João Goulart Ministro do Trabalho, em 1953. Tudo indicava que laços familiares os ligavam, justificando a escolha para o cargo. Jango, como era conhecido Goulart, nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um estancieiro. Na terra gaúcha, onde estive, soube que se tratava de um rapaz boêmio e liberal.

Sua linha política se assentou nos sindicatos, influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola. A efervescência dos movimentos sindicais conduzida pelo "petebismo" provocou reação, principalmente no pessoal da UDN, capitaneada por Carlos Lacerda, responsável por uma firme oposição ao Governo de Vargas. Acusavam Jango de querer implantar no País uma República Sindicalista ao estilo de Perón. A campanha contra Goulart vai crescendo até que, no início de 1954, exigem sua saída do Ministério do Trabalho. Getúlio, forçado, afasta-o.

Nesse ambiente, o Governo começa a ser acusado de corrupção. As denúncias vão se tornando mais fortes e a situação de Getúlio torna-se insuportável com o atentado da Rua Tonelero, de que todos estamos lembrados. Apesar do objetivo ser Lacerda, quem termina atingido é o Major Rubens Vaz, da Força Aérea. As Forças Armadas, que sempre foram nacionalistas e preocupadas com o avanço do comunismo, começam também a reagir contra Getúlio. A reação inicial se generaliza e se amplia. Com isso, se precipita a queda de Getúlio.

Lembro-me de que tive a felicidade, há alguns anos, de pertencer ao conselho da CHESF, presidida, na época, pelo Dr. Apolônio Jorge de Farias Sales. O Dr. Apolônio foi ministro de Vargas na época da ditadura e no regime constitucional. Certa vez, conver-

sando com ele – tínhamos muita intimidade na escola experimental da CHESF – disse: "Dr. Apolônio, o senhor, que conviveu com o Presidente em dois períodos bem distintos, por que Getúlio se suicidou? Mataram Getúlio?" Ele respondeu: "Olhe, o que eu posso dizer é que a pressão sobre o governo existia, todos sabemos, mas a parte mais reservada foi a reunião ministerial que, aliás, não foi nem com todos os ministros. Ele nos convocou ao Palácio naquela noite, nos reuniu, e disse apenas o seguinte: 'Em 1945, os militares me pediram o governo; eu entreguei, porque eles é que me tinham colocado no governo. Agora, estão me pedindo de novo o governo; eu não vou entregar, porque foi o povo que me colocou. Eu só vou sair daqui morto.' Poucas horas depois, tivemos a notícia do suicídio do Presidente Vargas, no dia 24 de agosto de 1954."

Encerrada a fase de Getúlio, Café Filho assume, passa pouco tempo e é convocada a eleição. Juscelino Kubitschek, político das Alterosas, candidato à Presidência da República pelo PSD, é o vencedor do pleito. O período de Juscelino foi marcado por um rápido desenvolvimento, dando margem ao crescimento inflacionário. Juscelino abre o desenvolvimento do País com obras de retorno lento, como Brasília, cujos frutos virão vinte, trinta, quarenta anos depois. Não tínhamos dinheiro, tomou-se emprestado e daí começou o regime inflacionário.

No seu governo, a UDN também lhe faz oposição. Chegou a haver alguns movimentos armados: Jacareacanga e Aragarças, por exemplo, foram dois movimentos da Aeronáutica, sempre muito próxima dos ideais da UDN. Depois de debelados, a índole de pacifista, do sujeito sem ódio, do estadista levou Juscelino, imediatamente, a anistiar os rebelados daqueles dois movimentos.

A sua habilidade política foi capaz de, a um só tempo, atrair empresas de capital estrangeiro e romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, Juscelino conseguiu contornar as intransigências políticas, deixando as insatisfações da área militar a cargo do Marechal Henrique Teixeira Lott, e graças a esse líder militar, chegou ao final do governo. Mesmo com a inflação crescente, Juscelino saiu prestigiado pelo povo.

Para concorrer à sucessão de Juscelino, o PSD lança, como candidato, o Marechal Lott, que era o homem forte do seu governo. Nos jornais do País, o nome do Lott era mais freqüente do que o do Presidente. Não escapou da vaidade ao receber a "espada de ouro". Ao que eu me lembre, somente o General Osório recebeu uma "espada de honra", oferecida pelo povo do Rio Grande do Sul, ao término da Guerra do Paraguai. Juscelino, por conveniência, preferiu alijar-se do processo e "cristianizou"[1] o Lott.

[1] Cristianização – expressão cunhada em 1950, no debate sucessório para a Presidência da República e que entrou para o vocabulário político nacional. Refere-se ao candidato do PSD, Cristiano Machado, que foi abandonado à própria sorte pelas lideranças pessedistas mais expressivas que aderiram à candidatura Vargas.

Sem o apoio de Juscelino, ficou fácil à UDN lançar um candidato. Foi atrás de um político que tinha sido prefeito/governador de São Paulo, carismático, de idéias esquisitas. Não se pode dizer que Jânio Quadros fosse udenista; ele usava os partidos quando lhe convinha. Mas a UDN precisava de um nome, e não tinha um candidato carismático para lançar; então, apóia Jânio, que se elege.

Nessa época, em 1960, os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, particularmente os do último ano, como era o meu caso, começavam a tomar interesse pela política. Atraía-os a candidatura Lott, por ser um militar de grande expressão. As candidaturas eram: Lott e Jango, de um lado e Jânio e Milton Campos, do outro. A legislação permitia que se votasse no Lott e no Milton Campos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Entretanto, traído por Jango, prevaleceu a propaganda da famosa "dobradinha Jan-Jan"e o Marechal Lott perdeu a eleição.

Jânio começa o seu governo inspirando muita expectativa e esperança. O povo confiou-lhe a luta contra a corrupção e o protecionismo, mas, para surpresa de todos, Jânio Quadros passa a namorar as esquerdas. Eu até fico em dúvida: será que Jango influenciou mesmo o Jânio? Pela grande diferença cultural entre eles era difícil. Quem sabe ele quis testar o seu prestígio junto às Forças Armadas e à UDN? Jânio culmina esse namoro com a esquerda ao condecorar Che Guevara – um argentino/cubano, revolucionário comunista – com a maior comenda que temos, a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Este foi o teste com que Jânio desafiou a UDN e as Forças Armadas, e foi duplamente derrotado. Carlos Lacerda fechou questão em cima dele e levou toda a UDN a pressioná-lo. Ele foi perdendo prestígio junto à UDN, o partido de sustentação de seu governo, e torna-se alvo das suspeitas das Forças Armadas. Desvalido desses apoios fundamentais, pela sua própria inépcia, Jânio começa a passar a idéia de que o Congresso lhe negava ajuda, mas, na realidade, ele não soube usá-lo. Tentou administrar o País por consulta direta ao povo. O resultado disso tudo foi que ele suportou a situação por pouco tempo, sete meses, e no final, urdiu aquela jogada da carta-renúncia do dia 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado.

Nesse dia, data da minha promoção a 2º-Tenente, eu estava em Santa Maria, RS, e participaria de uma solenidade militar. Quando entrei no 7º Regimento de Infantaria (7º RI), às 10h30min da manhã, soube que algo estava acontecendo. O subcomandante do RI me mandou voltar para o meu quartel para entrar de prontidão, sem dizer o motivo. Depois, fui saber da renúncia do Jânio.

Presume-se que Jânio tenha estudado bem a situação. Aproveitou a visita de Jango à República Popular da China para aumentar a insatisfação dos militares com a solução de ele vir a ocupar o Poder. Na certa, imaginou o seguinte: "O homem já

é tido como sindicalista/comunista, e está visitando a China comunista; não vão deixar que ele assuma os destinos do País!" Jânio jogou com essa possibilidade e deve ter considerado o fato de o País ter passado por períodos conturbados – suicídio do Getúlio e revoltas no Governo do Juscelino. Assim, apresentou a carta-renúncia, supondo que não a aceitariam, com medo do Jango assumir, e conseguiria os plenos poderes para governar.

A manobra não funcionou. O Congresso declarou vaga a Presidência da República. Jânio ainda tentou articular-se em Brasília, mas percebeu ter cometido um grande erro em não ter consultado os ministros militares, antes de ter-se decidido pela renúncia.

Surgiu um impasse na posse do Vice-Presidente João Goulart, decorrente de seus antecedentes já apontados, principalmente seus conciliábulos com os comunistas. Os três ministros militares, liderados pelo General Odylio Denys, vetaram o seu retorno ao Brasil. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart e forte liderança local, empreende uma campanha de mobilização da população gaúcha, em favor do cunhado, e consegue integral apoio de duas personalidades de muita importância no Estado: o General José Machado Lopes, comandante do III Exército, e Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que teve uma ação decisiva, nessa oportunidade.

Montou-se um sistema de radio propaganda que se chamou "Cadeia da Legalidade". O III Exército tornou-se o "Exército da Legalidade" e eu estava nele, pois servia em Santa Maria. Tive que engolir o sapo para cuspi-lo muitos anos mais tarde. O certo é que o povo do Rio Grande estava mobilizado para combater em defesa da posse do João Goulart. O III Exército compartilhava dessa mobilização. Vi grupos de civis armados de foices e machados se apresentarem no Quartel-General (QG), querendo defender o Presidente João Goulart, e Unidades de Cavalaria deslocando-se do interior do Estado para ocuparem posição mais à frente de Santa Maria.

Todavia, os ministros militares, inspirados no exemplo de Caxias, mais uma vez agiram de maneira pacífica, evitaram o enfrentamento com o III Exército e concordaram com a solução do parlamentarismo – forma de governo em que o Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado; quem governa é o Primeiro-Ministro, eleito pelo Parlamento.

Jango retorna ao Brasil e, embora contrariado, assume a Presidência da República sob essa nova forma de governo. A reação contra o parlamentarismo não se fez esperar e assumiu tal expressão que forçou o Congresso a aprovar a realização de um plebiscito, que o derrubaria. O voto plebiscitário foi manipulado; empregaram-se todas as ilicitudes cerceadoras da liberdade de opção do eleitor e enganadoras de

sua consciência. Foi um plebiscito completamente arranjado e propositadamente confuso, cujo objetivo único era a vitória do sistema presidencialista, a todo o custo.

Um exemplo bem expressivo do desatino das ações do Governo nesse plebiscito foi-me passado por meu pai, na época, delegado fiscal no Ceará. Na véspera, foi convocada uma reunião de todos os chefes de repartições federais, numa sala, e um emissário de Brasília explicou o que deveriam fazer em termos de apoio de pessoal e meios de transportes, para o dia seguinte, do plebiscito. Um dos chefes presentes levantou-se e perguntou quem iria pagar a conta. O representante do Governo respondeu: "Eu vim aqui saber quem quer colaborar com o Presidente João Goulart ou quem quer ser demitido."

Derrogado o parlamentarismo, Jango se investe dos poderes do presidencialismo. Daí por diante se acelera um processo de insolvência financeira e caos social que afunda o País. Os comunistas infiltrados no Governo e em entidades de classe, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os sindicatos, empreendiam as transformações das instituições nacionais. Esse trabalho criminoso contava com o conhecimento e até com a conivência do Presidente da República.

Nessa época, o ambiente reinante no quartel não era de confiança. A hierarquia e a disciplina, dois fundamentos da carreira militar, não estavam sendo respeitados. Testemunhei algumas ações ligadas ao objetivo de conquistar a confiança de cabos e sargentos. No final de 1963, o General Jair Dantas Ribeiro, Ministro do Exército, visitou a Guarnição de Santa Maria. O programa constou, em relação aos oficiais, apenas a apresentação de praxe, mas fez uma reunião com todos os cabos e sargentos da Guarnição, sem a presença da oficialidade, o que nos deixou desconfiados e apreensivos. Em seguida, foi embora.

Na minha subunidade havia um terceiro-sargento, chamado Pozzibom, que tomava conta da casa do General Osvino Ferreira Alves, que era de Santa Maria e lá mantinha essa moradia. Esse graduado liderava os demais sargentos da Guarnição e mantinha uma intimidade muito grande com o General Osvino, um dos sustentáculos de Jango. O sargento Pozzibom fora transferido da Guarnição. Eu, que era o Subcomandante, informei-lhe que iria publicar no boletim a sua transferência. Ele me respondeu que não o fizesse, porque seria revogada em breve. Dois ou três dias depois, chegou uma comunicação cancelando a transferência.

Eu não era bem visto na Unidade, porque me opunha àquele ambiente, até de hostilidade, em que se vivia. Certa vez, a Unidade entrou de prontidão e só pude ser avisado mais tarde, pois não estava em casa. Quando cheguei, o Comandante já havia mandado distribuir o armamento e a munição para todos. Fui ao seu encontro e disse-lhe que se deveria recolher a munição da tropa – sargentos, cabos e soldados –

porque não havia confiança. Autorizou-me a resolver o assunto. Coloquei a tropa em forma, expliquei que tinha havido um engano de munição entre a pistola Colt 45 e a metralhadora INA e mandei que passassem em coluna um por um, a fim de que fosse depositada, na lona previamente colocada sobre o chão, a munição recebida. Já era noite e todos cumpriram a ordem. Levei a munição para a reserva de armamento, onde permaneceu com uma guarda. Para maior precaução, no dia seguinte conversei com o capitão que me autorizou a tirar o percussor de todo o armamento da tropa. Então, passamos a ter tranqüilidade no quartel. Mas esse era o ambiente reinante.

No final de setembro de 1963, recebo uma ordem de transferência para Fortaleza que, até hoje, não entendi, pois eu iria para o Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro, em fevereiro do ano seguinte. Sendo um oficial casado, essa transferência para outro extremo do País, quatro meses antes de começar o curso do IME, só posso entender como sendo o resultado da reação dos sargentos à minha permanência na Guarnição de Santa Maria, RS. O fato é que fui para o Ceará e de lá para o IME.

Em Fortaleza, tomei conhecimento do que estava se passando. O pessoal do Grupo de Obuses (GO), hoje Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), com o Coronel Hélio Lemos à frente, liderava o movimento na área. Ele acabou preso e recolhido ao 23º Batalhão de Caçadores (23º BC). Como havia receio de usar as comunicações telefônicas, fui o oficial escolhido pelo General Humberto Ellery para ir a Recife, ter com o Coronel Hélio Ibiapina Lima e informar-lhe dos acontecimentos, no Ceará.

No Rio de Janeiro, no IME, morei no mesmo prédio onde, também, residiam os oficiais que cursavam a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ambas as escolas localizam-se na Praia Vermelha. Essa minha nova situação, tanto pela convivência com os alunos da ECEME, quanto pelo fato de estar no Rio de Janeiro, fez-me acompanhar de perto aquela efervescência dos acontecimentos de quebra da disciplina e hierarquia.

O pessoal do IME estava reunido em grupos de trinta. O meu grupo se reunia lá em casa, para não chamar a atenção. Ficamos dois meses naquele rebuliço, até que tomamos um susto, quando nos pediram para que fôssemos ao Ministério do Exército, cerca de trezentos oficiais, se não me engano foi no dia 30, com o objetivo de pressionar o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, para assumir o Ministério, na marra, em substituição ao Jair, que já se encontrava doente.

A entrada desse número elevado de oficiais no Ministério da Guerra, ali na Avenida Presidente Vargas, todos de 5º uniforme e com a túnica inflada pelo volume da pistola 45, provocou a pronta reação do I Exército. Com menos de meia hora que estávamos lá dentro, o quartel foi cercado. Vimos os carros de combate apontando

para o Quartel-General. A ordem foi bater em retirada, logo que o General Castello saísse. Lembro-me de que encontrei um oficial da minha turma (Tenente Jarbas Tavares Botelho) empenhado na ação de cerco, e indaguei-lhe: "O que você está fazendo com esse carro de combate aqui?." Ele disse: "Eu não sei! Mandaram-me vir para cá e apontar o tubo para o Ministério da Guerra."

Naquela noite, a gota d'água foi a reunião do Automóvel Clube do Brasil, que assistimos pela televisão. Já ocorrera o comício da Central do Brasil, que irritara a todos, e a revolta dos marinheiros. Então, o General Olympio Mourão Filho se impacienta, lá em Minas, junto com o General Carlos Luís Guedes, e começa a Revolução. Era o resultado do desastrado panorama brasileiro.

É bom que fique registrado o papel incansável do Clube Militar nas denúncias de quebra da hierarquia e disciplina. Acompanhei esse esforço do Clube Militar nos três meses que antecederam a eclosão da Revolução. Mesmo aos oficiais que moram fora da Guarnição do Rio, o Clube Militar expede documentos e publicações, para que acompanhem o que se passa. Naquela época, o Clube Militar tinha pessoas que souberam levantar essa bandeira contra a quebra da hierarquia. Eu me lembro do General Maggessi (Augusto da Cunha Maggessi Pereira), que era o presidente do Clube, do então Coronel João Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo), sócio, do Coronel João Walter, que depois encontrei na Amazônia, chefiando uma comissão de obras, e do Major Milazzo (Daniel Milazzo), meu comandante na AMAN. Estou citando alguns oficiais que conhecia.

Dois cearenses chamavam a atenção no Clube Militar: o Tenente-Coronel Artur de Freitas Torres de Melo – na época, major – e o seu irmão, Capitão José Ramos Torres de Melo, inflamados nacionalistas cujos pronunciamentos visavam conscientizar e levantar os ânimos dos oficiais, para a reação. Tanto o Artur como o José foram punidos, em 1963, por discordarem da situação reinante.

O Clube Militar uniformizava o pensamento da oficialidade, e isso era bom, porque, na hora em que eclodisse o Movimento, todos agiriam numa única direção, para a vitória. Assim, o Clube Militar exerceu uma função importante: levantar as questões, difundi-las e uniformizar o pensamento dos oficiais.

Em suma, três pontos são básicos como causas da Revolução de 1964. A ameaça à hierarquia e à disciplina militares, sustentáculos das Forças Armadas; a infiltração comunista no Governo, tentando implantar uma república sindicalista escravizada a Moscou; e a intranqüilidade do empresariado com a perspectiva de comunização do País. Essas insatisfações acirraram o anticomunismo congênito do povo brasileiro e precipitaram a reação conjunta das Forças Armadas, povo e empresariado brasileiros, a fim de livrar o Brasil do desmoronamento que o ameaçava.

O povo começou a manifestar o seu repúdio àquela situação através das célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas e conduzidas pela mulher brasileira. Mobilizavam milhares e milhares de pessoas, em São Paulo e outras capitais, e contavam com o apoio da Igreja. Expressavam as insatisfações e as preocupações dos cidadãos e calavam como apelo às Forças Armadas, especialmente ao Exército, para que cumprissem a sua missão constitucional de defesa do País. A Imprensa, que, naquela época, traduzia, de fato, a opinião pública, também estava deste lado, contra os desmandos do Governo e de seus comparsas. Havia uma vontade uníssona da sociedade brasileira. As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes dessa vontade nacional ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964.

Considerando-se uma apreciação subjetiva sobre os líderes do Movimento, vale citar, na fase da preparação, desde pelo menos um ano antes de março de 1964, o Marechal Odylio Denys e os generais Cordeiro de Faria, Maggessi e Mourão Filho. O Mourão, no posto de General-de-Brigada, foi meu comandante, em Santa Maria. Era um tanto estouvado. Desde quando serviu na cidade gaúcha, depois em São Paulo e no Estado de Minas, esteve envolvido na preparação da Revolução. Em São Paulo, contou com a colaboração do jornalista Júlio de Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*.

Na deflagração do Movimento destaco os generais Mourão e Guedes. Aliás, naquela época, o início do Movimento pegou a todos de surpresa, no Rio de Janeiro. O General Mourão, apoiado pelo Marechal Denys, resolveu precipitar os acontecimentos, deslocando suas tropas na direção da cidade carioca, no dia 31 de março de 1964.

Sobre os líderes da fase da consolidação, quando se evitou a reação, citaria dois nomes: Amaury Kruel, Comandante do II Exército, grande amigo do Presidente, mas não estava disposto a apoiar os desatinos de Jango. Com a Revolução deflagrada, tentou, ainda, demovê-lo de tais atitudes, o que não conseguiu. Empregou suas tropas na direção do Rio de Janeiro, contra o I Exército, que esboçava uma reação. O outro nome é o do General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, que conseguiu reunir, em Resende, o General Kruel e o General Âncora (Armando de Moraes Âncora), Comandante do I Exército.

Conta-se que ocorreu um episódio envolvendo o General Âncora, que era o ministro interino do Exército. Ao entrar apressado na Academia, não teve a Guarda de Honra formada em sua homenagem. Ao sair da reunião, no Salão Dom João VI, o Oficial de Dia pediu-lhe desculpas pela falha, quando o General teria respondido: "Para general vencido não se põe guarda em forma." Assim, ele se retira da AMAN e se desvanece a reação do I Exército. Isto se deveu, no meu entendimento,

aos esforços dos Generais Médici e Kruel, e também significou, na prática, a vitória do Movimento de 1964.

De tudo isto, o que se viu foi a Revolução nascer da vontade espontânea do povo brasileiro. Não houve interferência externa, nem mesmo dos Estados Unidos. Quanto ao apoio externo, é possível que tenha havido algum. Do lado oposto, sabe-se que houve muito e variado apoio dos países comunistas: União Soviética, China, Cuba, Albânia e outros. Por outro lado, aqui existiam empresas multinacionais, instaladas no tempo do Juscelino, que não alimentavam nenhum interesse em ver o Brasil transformado numa república sindicalista atrelada a Moscou. Daí, pode ter vindo algum apoio, pelo menos psicológico, estimulando Júlio de Mesquita, dono do *Estadão*, a publicar matérias contra a baderna e a favor da eclosão do Movimento.

É pura falácia da esquerda dizer que o embaixador Lincoln Gordon fizera sugestões de intervenção ao governo dos Estados Unidos. Não acredito nessa história, embora se saiba que, no contexto da guerra fria, seria normal o interesse americano para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo. Na América Latina, bastava o desastre de Cuba. Agora, imagine-se um país como o Brasil escravizado à União Soviética e encravado na retaguarda dos EUA! Entretanto, repito, a vitória da Revolução de 1964 foi o resultado da vontade nacional, conquistada pela ação rápida das Forças Armadas, em especial do Exército.

A mídia atual se encastela nessas aleivosias contra o Movimento de 1964, por puro "revanchismo", ignorância ou má-fé. Os governos militares acabaram com certos privilégios da mídia, como por exemplo: isenção de imposto de renda para jornalistas e aposentadoria por conta do Estado. Outra mudança foi o fim das transferências maciças de recursos, feitas pelos governos anteriores, para propaganda. Os governos da Revolução não faziam propaganda. Desse modo, a mídia teme uma outra intervenção militar e volta-se contra a Revolução, em defesa de seus interesses.

Esse temor, de certa forma, empurra os derrotados de 1964 e outros grupos a que se aliaram a malquistar as Forças Armadas perante a opinião pública, numa tentativa de enfraquecê-las, quebrando-lhes a união e coesão internas. A propósito, gostaria de lembrar que o brasileiro lê pouco; o povo forma a sua opinião, particularmente, através de alguns jornais e da televisão. Mas, algo muito forte nas nações que lêem pouco é a tradição oral. Por isso, parabenizo o Exército pela iniciativa deste Projeto.

A tradição oral está esquecida nos quartéis e, pela idade que tenho, meus companheiros de turma são generais-de-divisão, já antigos. Tenho conversado, quando posso, com eles, e sempre lhes digo: "Vocês, hoje, no topo da carreira, têm que

fazer com que os comandantes de tropa vivifiquem os episódios nacionais." E não só este de 1964, mas Guararapes e outros muitos, vitais para a manutenção de uma consciência nacional. A Revolução de 1964 tem que passar, por tradição oral, a todos os quartéis, até para eliminar quaisquer dúvidas sobre a origem do Movimento, que foi feito contra uma ideologia apátrida.

Em 1964, no Brasil, ocorreu uma Contra-Revolução. O inimigo pretendia implantar o marxismo, enquanto a Nação não estava motivada por ideologia nenhuma. A população queria era o bem-estar social, a preservação de sua liberdade, a manutenção da democracia. Então, o Movimento de 1964 não pode ser caracterizado como movimento ideológico de direita, como alguns jornalistas tentam rotulá-lo.

Agora, os brasileiros perderam a oportunidade de fazer uma real revolução, que modificasse os costumes políticos e os sistemas fundiário e educacional existentes. Uma vez que as Forças Armadas conquistaram o pleno poder, as mudanças deveriam ter sido mais profundas. Na área política, por exemplo, afastariam definitivamente da vida pública muitos dos políticos que, hoje, estão comandando os destinos do País. Vide o atual Presidente da República que se auto-exilou no Chile, ninguém o mandou embora, e com uma bolsa de cinco mil dólares.

Os extremistas de esquerda praticaram ações de guerrilha e outros atos violentos. O Lamarca foi da minha turma de Academia Militar. Houve uma reação pronta e enérgica. É aquela lógica: se eu posso fazer e tenho que fazer, faço. Critica-se muito o Presidente Médici, mas não se combate guerrilha com frouxidão. Nos anos de 1967, 1968 e 1969 andei muito pela Colômbia, principalmente a região de Letícia, fronteiriça com o Brasil, e não havia guerrilha. Hoje, ela domina a Colômbia, porque não foi morta no nascedouro.

No Brasil, tentou-se implantar em Xambioá, no Pará. A selva amazônica é muito mais complexa e difícil de penetrar do que a selva da Colômbia. Se a guerrilha progredisse naquela região, hoje o País estaria lamentando não cinqüenta, setenta ou oitenta pessoas envolvidas e mortas, mas setenta mil ou cem mil. Foi muito correto, pois, o procedimento adotado pelo Presidente Médici, apesar de doloroso, tenho certeza, para ele, por saber que algumas pessoas foram mortas. Mas foi uma visão do futuro, saber que, ao dominar a guerrilha, você está salvando gerações para a frente.

A Colômbia está pagando muito caro por não ter tido essa visão. Eu fui amigo de um general colombiano, o Gil Colorado, comandante de tropas antiguerrilha, acredito em San Vicenzo, morto em abril de 1994, se não me engano. Estive com ele em fevereiro, em Letícia, num jantar com o comandante da Amazônia, na época, o General Sampaio Maia, e diante da minha indagação sobre as dificuldades enfrenta-

das na luta contra a guerrilha da Colômbia, ele respondeu: "Não é fácil! A guerrilha, depois que se implanta, faz o narcotráfico. Com o ouro que o garimpeiro lhe paga pela proteção ela compra a coca e faz o tráfico de drogas, rendendo-lhe muito dinheiro, usado na compra de armamento." Hoje está difícil a situação da Colômbia, e o Brasil estaria pior se o Presidente Médici não tivesse agido como agiu. Contra o terrorismo, só se age desse jeito.

No que diz respeito ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), eu diria que ao comando revolucionário, logo no início – depois transferido ao Presidente Castello, quando eleito – deveria ter sido concedido os poderes contidos naquele Ato, editado anos mais tarde. Defendo a tese de que o AI-5 deveria ter entrado em vigor no dia da Revolução, encerrando-se com um mandato de seis anos para o Presidente Castello Branco. Ao fim deste período, o Presidente Castello estaria em condições de convocar as eleições, depois de ter feito a limpeza política. Assim, a decretação do AI-5 demorou muito.

No dia 1º de abril de 1964, a Revolução estava acanhada; não se preparara para assumir o governo. O primeiro Ato Institucional foi lançado como se fosse o primeiro e único, acabado. Não recebeu sequer numeração; só mais tarde recebeu o "número 1". Ademais, não havia uma Constituição pronta. Quem está querendo derrubar o governo e impor um regime, tem até a sua Constituição para lançar no dia que assume. Não foi este o caso da Revolução de 1964.

Os governos presididos por militares inseriram o Brasil entre as dez maiores economias do mundo, um salto gigantesco e espetacular, que a mídia procura minimizar. No Governo do Presidente Castello Branco, o País inaugurou uma industrialização forte, que já se havia instalado, de maneira incipiente, com Getúlio, e prosseguido com Juscelino. A Revolução preparou as bases para o desenvolvimento e definiu as principais metas da política econômica nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Havia uma demanda industrial crescente, reprimida por falta de energia que, em 1964, já provocava crises violentas. Houve um crescimento vertiginoso na eletrificação, com a construção de usinas hidrelétricas, que produzem eletricidade de baixo custo, destacando-se Itaipu – talvez o maior empreendimento do mundo, no seu setor – que liberou aquela demanda reprimida.

A telefonia teve um extraordinário desenvolvimento. Em 1964, eu passava doze horas num posto telefônico, na Avenida Rio Branco, para conseguir ligação com a Cidade de Fortaleza. Nove anos depois, em 1973, estive em Nova York e pude verificar que já estávamos chegando ao nível da telefonia americana. Isto se deve a dois ministros, engenheiros militares, um da Marinha e outro do Exército, respectivamente, o Comandante Euclides Quandt de Oliveira e o Coronel Higino Caetano

Corsetti. Os dois eram fabulosos técnicos de comunicações. Corsetti foi, inclusive, nosso instrutor na AMAN.

Esse salto imenso do desenvolvimento econômico brasileiro, na época da Revolução, foi acompanhado, com igual quantidade e qualidade, no campo social. Quais foram os maiores avanços, depois da legislação trabalhista do Getúlio, senão o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), a instituição do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), todos obras da Revolução. A importância social do Funrural é muito grande. Os comerciantes vendem fiado, nas suas bodegas, durante todo o mês, esperando o início do mês seguinte, quando aquele velhinho aposentado rural, que antes não era, recebe o seu dinheirinho e vai pagar as suas contas. Esses são ganhos da Revolução, no campo social que, hoje, eu não vejo ter progredido em nada.

Outra realização extraordinária da Revolução é o Estatuto da Terra, embora praticamente abandonado. O Estatuto da Terra, do Presidente Castello Branco, é um processo pacífico de distribuição de terra, sem dar margem à agitação e sem desestruturar as empresas rurais. Estas, paulatinamente, são transferidas em várias pequenas propriedades, num sistema cooperativo ou mesmo individual.

Todos os governos subseqüentes à Revolução dizem: "Vamos priorizar o social." Parece a história do lobisomem ou do saci-pererê, conhecida no Ceará. Todos afirmam existir lobisomem e saci-pererê, mas ninguém os vê. Do mesmo modo, esse social, de 1985 para cá, nunca apareceu.

Uma homenagem especial deve ser feita aos militares e às Forças Armadas, pois não se aproveitaram da situação, durante os vinte anos que detiveram o Poder, para auferir vantagens de qualquer forma ou tipo. Pelo contrário, o corte maior foi na própria carne. Eu vou lembrar, por exemplo, o aumento do tempo de serviço exigível para a transferência para a reserva, que passou de vinte e cinco para trinta anos, o achatamento salarial e o corte – logo no início – da promoção a marechal, por ocasião da passagem para a inatividade do general-de-exército. O Exército também podia ter-se aparelhado, dentro das possibilidades do País, sem prejudicar aquelas transformações sociais. Entretanto, além de não se beneficiar, os militares foram até privados de uma série de direitos; foram modestos demais. Talvez, estejam pagando por isso. No Ceará existe uma expressão que diz: "Quanto mais se abaixa, mais o bumbum aparece."

Alguns ataques à Revolução se relacionam com o número de baixas, cerca de três centenas. Se compararmos com movimentos ocorridos em países como Cuba, Peru, China e outros, falar em números, num processo que durou mais de vinte anos

e que fez transformações radicais, é até ridículo. Essa comparação permite comprovar que o Movimento de 1964 não se baseou em ideologias, portanto sem vinganças e perseguições. Foram abatidos aqueles que contestaram com armas na mão, em casos que não puderam ser evitados, um ou outro. Quer dizer, diante de uma análise honesta, são inconsistentes os ataques que vêm nesta direção.

O comunismo, passado ao povo pelos intelectuais como sendo a salvação, não passou de utopia, um grande fracasso. Ele não trouxe crescimento econômico, só trouxe miséria e fome. Não há mais lugar para a ideologia comunista, mas há lugar para a insurreição, e por causa da fome, prima-irmã da ira. O homem com fome fica irado. Então, se acontecer – e hoje já existem movimentos preocupantes, principalmente no campo – uma violência generalizada, não será por ideologia, mas por fome e pela desigualdade na distribuição dos recursos.

O regime comunista não cria riquezas, logo não há o que distribuir. É fechado, ditatorial e escraviza o povo. Ao contrário, as Forças Armadas brasileiras, sobretudo o Exército, desde Guararapes, em meados do século XVII, quando nasceu a Nação e o Exército, sempre estiveram ao lado do povo, como povo, em sua defesa. Não se aponta uma intervenção militar no sentido de massacrar, de perseguir a população mas, sempre, de apoiá-la. Por isso, a imagem do Exército, hoje, apesar de todas as críticas, vem apresentando excelentes índices de aceitação junto à sociedade. É o reconhecimento da atuação do Exército, atualmente tão bem interpretada pela feliz expressão "Braço forte, mão amiga".

Hoje, em face dessa guerra surda e suja da globalização, que nos estão impondo e que nos pode derrotar sem o disparo de um tiro, torna-se cada dia mais difícil para as Forças Armadas cumprirem sua missão de preservar a soberania nacional. A solução previsível dependerá de todos os brasileiros. A globalização é muito boa para os ricos, na medida em que se apropriam dos pobres, pois estamos vendo os efeitos. Se globalização significa a abertura dos países – como mercado – à livre concorrência, como competir com o "Grupo dos Sete"? Pode haver tudo, menos competição. Entrega ou doação, sim, criminosa, em face da iniqüidade que se vem impondo aos brasileiros.

Mas, em termos de defesa, o Brasil de hoje tem problemas bem diferentes de trinta ou quarenta anos atrás. As preocupações se dirigem para a Amazônia. Mas o panorama estratégico atual não deve ser encarado apenas sob o aspecto militar. Devemo-nos preocupar, por exemplo, com o colonialismo econômico. Hoje se liquida um país movimentando bolsas, pela Internet, em Wall Street, em Londres, em Cingapura ou no Japão.

Na parte militar, corremos um grande risco. O problema da Amazônia está saindo da fase da retórica – de Al Gore, dos EUA, de Mitterrand, da França, e de

outros que há muito tempo vêm dizendo que a soberania dessa área pelo Brasil é meramente circunstancial – e já está se operacionalizando. O objetivo final, não revelado, dessa chamada “Operação Colômbia” é “vietnamizar” a Amazônia. Quando concretizado, o melhor que pode acontecer será eles dizerem assim: “Bom, vamos pacificar, ninguém briga mais, um para cada lado. Agora, esse pedaço aqui fica independente.”

Para tanto, as condições existem e facilitadas: a reserva Ianomâmi, um enclave entre o Brasil e a Venezuela com 18 milhões de hectares, nove milhões em cada país, para doze ou quinze mil índios, ou seja, mais de mil hectares para cada índio. Sei que o Exército está bem treinado em guerra na selva – acompanhei isso desde 1967, dentro do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) – e vem concentrando efetivo na Amazônia, mas isso será inútil. Defendo que o Brasil deve ser uma potência nuclear, não para agredir, mas para usar como poder de dissuasão, evitar a “vietnamização” da Amazônia.

A propósito, não posso deixar de falar sobre o muito bem estruturado Projeto Calha Norte, que envolve vários ministérios. Com tristeza, vê-se que só as Forças Armadas, praticamente, cumprem a sua parte. Só com uma perna, entretanto, e com os recursos definhados, como estão os pertinentes às Forças Armadas, tende a parar. Quando se passou a falar sobre a “Operação Colômbia”, o atual governo disse que iria reativar o Projeto Calha Norte. Ficou na promessa, na retórica televisiva. Procedimento, aliás, usual, tipo espasmódico, de acordo com a pressão da sociedade.

Neste momento final de meu depoimento, gostaria de deixar uma crítica aos camaradas da ativa. Está havendo um abandono dos companheiros que estiveram envolvidos em ações de guerra de guerrilha, em ações de defesa da Pátria e que hoje estão sendo execrados. Não tenho visto qualquer reação das Forças Armadas em prol destes companheiros, que se preocuparam, deram a vida uns, e outros deram os seus esforços, levaram privações a suas famílias, e hoje são acusados. Quebra-se uma vara, mas não um feixe de varas. Eu creio que estão deixando as varas muito sozinhas, isoladas. Há que enfeixá-las. Esse alerta serve, também, para o pessoal que está na ativa, pois pode acontecer o mesmo com os seus integrantes. Essa mentalidade, da Força, de não se posicionar em defesa desses companheiros que já prestaram serviço, pode trazer a dúvida e influenciar, psicologicamente, as próprias Forças Armadas, de modo indesejável e pernicioso.

A Revolução de 1964 tem que aparecer, não pode se esconder, eis que nada foi feito de errado. Sugiro, por exemplo, um monumento na Praia Vermelha, ao lado do existente, que homenageia os heróis da Intentona de 1935. Além disso, por que não se põe em cada quartel uma placa alusiva ao Movimento? Por que o

dia 31 de março de cada ano não se comemora mais, como se comemorou nos primeiros anos? Existiram erros, porém o número de acertos foi muito maior em benefício do País.

Dirijo minha mensagem final aos comandantes das Unidades das Forças Armadas, em especial do Exército. Não é suficiente o preparo militar para as ações de combate, embora seja imprescindível. Tão importante quanto este preparo é a ação psicológica diuturna de esclarecimento e convencimento, intramuros e junto à comunidade, do papel das Forças Armadas, de sua importância como guardiães da soberania e da integridade territorial. Este trabalho, por sua importância, deve-se estender à sociedade, principalmente através dos jovens que, a cada ano, prestam o serviço militar. Bem orientados, esses jovens propagarão no meio civil os verdadeiros ideais de patriotismo e civismo necessários à construção de uma grande Nação, que vem sendo retardada pela ação de maus brasileiros, como os que deram motivo a que se levantassem os mais representativos setores da vida nacional, liderados particularmente pelo Exército, no dia 31 de março de 1964.

Engenheiro José Walter Barbosa Cavalcante

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cargos e funções desempenhados: Engenheiro da Rede Ferroviária Federal S.A., onde ingressou por concurso e ocupou todas as chefias, inclusive, no período de 1962 a 1967, a Superintendência; Professor titular do Departamento de Mecânica e Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Ceará; Diretor de Crédito Geral do Banco do Estado do Ceará, na administração do Governador César Cals de Oliveira Filho; e Presidente do Clube de Engenharia do Ceará, do qual é sócio emérito.
- Foi Prefeito Municipal de Fortaleza de 1967 a 1971.
- Cursos: Engenharia Civil (Universidade Mackenzie/São Paulo), tendo feito cursos de extensão e estágios em indústrias e entidades governamentais dos Estados Unidos, do Canadá, da Alemanha e da Suécia.
- Produção intelectual: Curso de Mecânica Aplicada às Máquinas – Máquinas Hidráulicas, em três volumes, e Cálculo de Reservatório Abastecedor de Canal de Navegação.

Entrevista realizada em 06 de junho de 2001.

Inicialmente, desejo dizer da minha satisfação de aqui estar presente como colaborador deste Projeto de História Oral do Exército, tão oportuno.

A história política e social do Brasil é uma história difícil de ser comentada. Ela é cheia de altos e baixos, desde os reinados portugueses até o Império brasileiro, depois a República velha, a República nova e assim vai até a época de hoje. Mas não querendo me alongar muito sobre o assunto, gostaria apenas de dizer que após a proclamação da República, ingressamos em uma seqüência de presidentes que julgo inadequados às posições em que o Brasil deveria encontrar-se naquela oportunidade.

Eles incentivaram as políticas regionais. Ainda hoje se procura fazer a famosa política do café-com-leite, ou seja, a política entre São Paulo e Minas Gerais. Muitas vezes em benefício regional, em detrimento da Nação como um todo.

Daí, partimos para coisas inesperadas, como o acontecimento de 1935, a Intentona Comunista. Esse foi o primeiro tratamento de choque recebido pelo povo brasileiro, que acordou e passou a se interessar mais pelos assuntos políticos.

Então passamos pela fase do caudilhismo, que foi representada de maneira cabal pelo Presidente Vargas. Do caudilhismo, após o equilibrado Governo Dutra, passamos ao populismo, dos presidentes que queriam mais aparecer na ribalta do que trabalhar pelo bem da Nação. Esse populismo, que atingiu o ápice com Juscelino, Jânio e Jango, foi de extrema crueldade para com este País. Basta ver que a inflação, nossa inimiga até hoje, começou no Governo Juscelino. Para citar apenas um exemplo, pouca gente sabe que todo o imposto gerado pela venda do trigo, em qualquer lugar do Brasil, do Amapá ao Chuí, era, naquela época, recolhido como se o local gerador do imposto fosse Brasília. Então, esse populismo gerou, como já disse, essa inflação.

Veio a renúncia de Jânio Quadros. Empossado Jango, sob o parlamentarismo republicano, em curto prazo passou a exercer todas as pressões anárquicas, principalmente através dos comunistas, até impor ao Congresso a aprovação de um plebiscito, que lhe possibilitou a volta ao regime presidencialista e ao Poder de que necessitava para realizar seu sonho de tornar o Brasil uma república sindicalista. Mais tarde, quando a situação atingiu o ponto crucial, quando a população não aceitava mais os desvarios dos governantes, aí então o Exército Brasileiro teve de ir ao encontro do povo, a fim de retomar a ordem no País.

Os fatos que levaram à eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964 são muitos. Podemos citar, entre os mais importantes, o comício da Central do Brasil, ao qual compareceram até ministros militares, e durante o qual foram assinados atos oficiais, perante a televisão, numa demonstração de um populismo barato, de uma demagogia que não levaria o Brasil a lugar nenhum. Esse comício – ao qual assisti – foi uma das manifestações populares que mais me chocou.

Tivemos também o ultimato do famigerado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ao Congresso Nacional, exigindo as reformas que ele queria, não aquelas das quais o País precisava. E finalmente, podemos citar aquela reunião no Automóvel Clube do Brasil, na qual os sargentos provocaram e pressionaram o poder constituído, exigindo reformas, subvertendo, assim, a hierarquia e a disciplina. Esses são os fatos mais relevantes que culminaram com a Revolução de 1964.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram realmente intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução. O Exército sempre mereceu o respeito e a confiança dos brasileiros. Ora, as mulheres estavam fazendo passeatas em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, com velas acesas. Estava claro que o povo não estava mais suportando aquela anarquia, aquela balbúrdia. E a quem caberia tomar a iniciativa de consertar a desordem reinante? Ao Exército, claro! Não fosse a persuasão do povo brasileiro, que não suportava mais aquela situação, o Exército não teria ido ao encontro dos nossos desejos.

A mídia brasileira é um dos organismos mais complexos que existe neste País. Existe uma guerra entre os veículos de comunicação. Assim, uma parte da imprensa apoiou decisivamente a Revolução. Outra parte, nem tanto. Um dia desses li uma reportagem de jornal que teve matérias publicadas durante a Revolução e depois da Revolução. Naquele tempo, só faziam elogios, atualmente só exploram defeitos. O apoio da mídia não é confiável, pois varia aos sabor dos seus interesses.

O termo "Revolução", para designar o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, a meu ver não está adequado. Sou daqueles que pensam que havia, desde 1935, uma revolução comunista neste País, e nunca deixou de existir e vai continuar existindo. Então, quando ela atingiu aquela situação em que Prestes dizia que "os comunistas já tinham o Governo, só lhes faltava o Poder", estávamos diante da chamada subversão revolucionária marxista ou comunista. Então tivemos que fazer o quê? Uma Contra-Revolução. Para mim, portanto, o termo mais apropriado para caracterizar o Movimento de 31 de Março de 1964 é este: Contra-Revolução.

Quanto às ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis e a bancos, colocação de bombas em bancas de jornais – não gosto nem de pensar no medo que todos nós tínhamos de ir a um banco ou a um aeroporto. Ligavam para mim e diziam: "O senhor tem uma filha no colégio, mas ela poderá ir para a aula e não voltar." As guerrilhas – temos agora exemplos de países vizinhos – sabemos o mal que trazem. Terrorismo é terror, é bagunça, é anarquia.

Por tudo isso é que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Também houve necessidade de se endurecer a Lei

de Segurança Nacional. Ora, qualquer entidade só funciona bem com órgão de inteligência. Isso vale para a parte política, administrativa, industrial, para tudo. Portanto, creio que foi muito bom para o Brasil a criação, naquela época, desses órgãos de informações, de inteligência.

Ao recordar os governantes militares, destaco a integridade moral, a postura e o elevado caráter de todos eles. Um dos pronunciamentos do Presidente Castello Branco constitui uma profecia, em face da atual onda de globalização. Para tanto, tomo a liberdade de ler o que se segue. Diz Castello Branco:

"A História dos povos mostra que o nacionalismo se impôs como força política e força econômica. Ele é criador, emancipa, institui e dá unidade à vida nacional de um país subdesenvolvido, não explorado por países adiantados, não submisso a estes. E o nacionalismo econômico será sua arma emancipadora. Há, inevitavelmente, o choque de uma concepção nacionalista de desenvolvimento, ou, no mínimo, uma economia complementar de economias industrializadas que reivindicam uma infra-estrutura própria. Só o nacionalismo econômico pode impulsionar um país desenvolvido para ele mesmo formular a sua política econômica, segundo o primado do interesse nacional. Trata-se, quase sempre, de aproveitar o próprio país, as suas matérias-primas, de aumentar a sua produtividade, dominar o mercado interno e conquistar o mercado externo."

De fato, no pronunciamento acima o Presidente Castello Branco já antecipava que a prática do nacionalismo econômico seria, nos dias atuais, a solução para enfrentarmos a financista e totalitária onda de globalização.

Quanto às inúmeras realizações dos governos militares, citarei algumas. Na atualidade estamos vivendo o problema da energia. Isso tudo foi previsto no regime militar, como foi também incrementada a produção de minérios, e, no campo energético, construídas e concluídas as maiores hidrelétricas do mundo, sob a administração do cearense César Cals de Oliveira Filho no Governo Figueiredo.

Naquele tempo, a Petrobras quadruplicou a produção e as estradas tiveram notável incremento, principalmente no Nordeste. Se o fortalezense hoje sai para Sobral, vai pela BR-222; se sai para o Sul do País, vai pela BR-116; e se quer ir pelo litoral, vai pela litorânea, que é a BR-101. E quem foi o executor disso tudo? O Ministro Mário Andreazza.

Tive a honra de conhecer o Marechal Castello Branco quando ele era General Comandante da 10ª Região Militar, viajando de trem até o Crato, acompanhado da sua esposa, Dona Argentina, e com todo o Estado-Maior da Região. E passei a admirálo logo de imediato, porque a ordem e a disciplina reinavam no trem. Eu era um engenheiro de 23 anos de idade, representante da Rede Ferroviária, e ele, discipli-

nado, diante de qualquer situação que fugisse da normalidade, perguntava-me o que deveríamos fazer. Ele sabia que eu era o responsável por qualquer problema que acontecesse com o trem.

Tivemos alguns encontros em casas de amigos. Um dia, subitamente, ele me perguntou: "Dr. Walter, o que o senhor achou do meu governo?" Respondi: "O senhor fez um governo excepcional, mas cometeu um erro muito sério: quis fazer uma revolução legalista, o senhor teve preocupação demais com a lei. Revolução é um ato anormal, é um ato de força. Muitas vezes o ato de força tem que ser cometido para evitar violência maior." Mas o Marechal Castello Branco sempre foi preocupado com a legalidade, com as coisas marchando para um limite máximo.

O socialismo-marxista derrotado pelos militares em 1964 ainda sobrevive, como sempre a explorar a corrupção e a miséria. Temos, pois, de combater as causas disso tudo. E o combate à miséria, à corrupção e aos maus costumes políticos, neste País, não pode prescindir de lideranças, lideranças efetivas, lideranças que, de fato, dediquem toda a sua capacidade em prol da educação e do bem-estar do povo brasileiro.

Ocorre, atualmente, uma verdadeira guerra suja e surda, em nosso País. Nesta guerra o inimigo já não emprega os meios bélicos. A ameaça vem da globalização, com seu totalitarismo financista e dos comunistas revanchistas. Isso me faz remontar à minha vida universitária em São Paulo. Os agitadores daquela época, os bagunceiros das eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), enfim, os esquerdistas eram: José Serra, José Dirceu, José Gregori e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Eu pertencia à Juventude Universitária Católica (JUC). Impressiona-me profundamente ver esse pessoal mandando, hoje em dia, no País.

Quanto à cobiça da Amazônia, atualmente tão comentada, creio que o Movimento revolucionário de 1964 esteve sempre vigilante. O General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, quando era Ministro do Interior, criou a Zona Franca de Manaus. Os governos militares procuraram implantar – embora sem total êxito – as grandes rodovias na Amazônia, a fim de integrá-la definitivamente ao território brasileiro.

Por incrível que pareça, atualmente, há lideranças mundiais que já chegaram ao desplante de afirmar que a Amazônia é do mundo, não é de poder absoluto do brasileiro. Por tudo isso precisamos, cada vez mais, ficar do lado daqueles que estão trabalhando naquela região do País, que um dia ainda será o celeiro do mundo. Pelo menos dos bens mais escassos.

Nunca seremos nada se não houver harmonia e união entre todos nós, brasileiros. Esse é o exemplo que nos legou Caxias, o Pacificador. A Lei da Anistia, por exemplo, revela a abertura, a reconciliação e o perdão mútuo, ao vencermos aquela minoria comunista. Renova-se, assim, a postura de Caxias. A anistia mostrou bem o

caráter e a disposição dos vencedores de 1964. Antigamente cabia aos vencedores matar os vencidos. A Revolução de 1964 estendeu o braço a todos, aos vencidos principalmente. Acontece que a oposição ainda não conseguiu entender isso. Considera a anistia como o perdão de uma banda só. A anistia representa um abraço, um estender de mãos ao vencido, pedindo que ele colabore e que venha a ser um bom brasileiro.

Um projeto nacional capaz de harmonizar todos os brasileiros, a meu ver, passaria pela educação, como ponto básico, fundamental. O povo sente a falta de escolas, a falta de universidades autênticas – incipientes e quase todas maculadas pela incompreensão dos governantes. Tem-se agravado sempre a má distribuição da riqueza. Ainda assim o povo se recusa à subversão. Através deste importante Projeto de História Oral sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, finalizando, dirijo-me às atuais e futuras gerações, convidando insistentemente o povo a que resista à sedução do desespero. Creio que o povo brasileiro ainda não desanimou. É o que nos anima.

Juiz Angelo Rattacaso Junior

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Principais cursos: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Cursos de extensão: Segurança e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); Introdução à Documentação e à Biblioteconomia (UFC). Curso militar: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza, CE (Aspirante-a-Oficial).
- Principais cargos e funções desempenhados: Juiz-auditor militar, em exercício, na 10ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM); Juiz-auditor em exercício pleno, na Auditoria da 7ª CJM; Professor de Direito Penal Militar, da Faculdade de Direito (UFC); Professor de Estudos de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Filosofia do Ceará e de Sociologia do Direito e História do Direito Brasileiro na Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Professor de Direito Constitucional e Penal na Academia da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e Juiz-auditor corregedor, em exercício pleno, na Auditoria de Correição da Justiça Militar Federal.

Entrevista realizada em 20 de setembro de 2001.

Antes de mais nada, desejo expressar a satisfação em poder dar minha modesta colaboração, trazendo algum subsídio para o Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964 e, dessa forma, enriquecer a historiografia militar. Falar sobre o Movimento de 31 de Março de 1964 nos leva a revolver muito do nosso passado, anterior mesmo, eu diria, ao ano de 1964. Afinal, por que aconteceu o 31 de Março de 1964? Para a ocorrência daquele Movimento foi preponderante a participação dos segmentos armado e civil da nossa sociedade.

Bem antes, a Nação brasileira, confiantemente, elegera Presidente da República o cidadão Jânio da Silva Quadros, o "homem da vassoura". Jânio ganhou este apelido porque adotou a vassoura como símbolo de campanha, para indicar sua disposição de luta no combate à corrupção. Pela maioria expressiva de votos que obtivera, representava a última esperança de um povo sofrido, decepcionado com uma série de erros de má administração. Jânio inicia o seu período presidencial sob os melhores auspícios e começa a tomar medidas de certa forma duras, algumas até inusitadas.

Entretanto, predominava a desarmonia entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional, principalmente com algumas lideranças da época, como era o caso do Senhor Carlos Lacerda. No dia 25 de agosto de 1961, data consagrada ao soldado brasileiro, depois de presidir a solenidade militar no Palácio do Planalto, Jânio, homem impetuoso, talvez emotivo, de repente, resolve renunciar – este fato não está devidamente esclarecido –, diz-se, para voltar nos braços do povo.

A Nação fica perplexa, estarrecida. Quem iria ocupar esse vazio de Poder? A renúncia era irreversível. Naquela ocasião, o Vice-Presidente da República, João Belchior Marques Goulart, encontrava-se em visita à República Popular da China. Discute-se a posse do Senhor João Goulart: se com todos os poderes inerentes ao Presidente ou por uma modalidade capaz de conter o político jovem, inexperiente em termos de militância partidária, ainda que, de certa forma, herdeiro do Presidente Getúlio Vargas. Havia essa discussão, essa crise, essa inquietação de âmbito nacional.

Chega-se à solução, não sei se a mais feliz: João Goulart assumiria a Presidência da República, mas teria que se conformar com a adoção do parlamentarismo, para moderar ou restringir as suas atribuições. Porque todos sabemos que no sistema parlamentarista, o Presidente da República é o Chefe de Estado e quem dirige o Governo é o Primeiro-Ministro. Num determinado momento, empolgado com o Poder, exercitando o Poder, João Goulart resolve convocar o povo para que se manifeste sobre a continuação ou não do sistema parlamentarista. Vitorioso no plebiscito, retorna-se ao presidencialismo. Talvez o início de toda a problemática que, de imediato, teria influenciado o Movimento de 1964.

Numa abordagem histórica, e sem querer de modo algum atingir a memória de alguém que, bem ou mal, encontrava-se investido do cargo de Presidente da República, devo dizer que João Goulart, lamentavelmente, não estava preparado para misteres tão elevados. Como Ministro do Trabalho que foi, vamos dizer, talvez tivesse alguma competência. Vigorava naqueles idos a Constituição de 18 de setembro de 1946, uma das mais perfeitas e mais técnicas promulgadas em nosso País. Mas João Goulart deixou-se levar por certos segmentos da vida política brasileira que, talvez, não fossem os seus melhores oráculos, os seus melhores guias, nem os melhores líderes para a Nação brasileira, que vinha de sucessivas crises desde a renúncia de Jânio Quadros.

Na época, com o vigor da sua mocidade, se podemos dizer assim, Leonel de Moura Brizola estava muito empolgado. Ainda hoje é atuante na política brasileira, portador de reconhecido radicalismo. Ao seu lado estavam Miguel Arraes de Alencar e outras figuras ligadas à tradicional esquerda, inclusive ao Partido Comunista do Brasil. De repente o País estava, de norte a sul e de leste a oeste, envolto por uma política populista, demagógica. Ao mesmo tempo, entidades banidas da vida política por decisão da própria Justiça Eleitoral, como é o caso do Partido Comunista, funcionavam como se na legalidade estivessem.

João Goulart, naturalmente, não era um espectador passivo. Caminhava-se por itinerários inquietantes, preocupantes. O princípio de autoridade, a autoridade do Presidente da República estava em xeque. Entretanto, é justo que se diga, João Goulart não era comunista, mas, por sua tibieza, deixara-se levar pelas circunstâncias. Inebriado pelo Poder, consentia no caos, por acreditar, ingenuamente, que, assim, seria possível implementar as reformas que preconizara.

Havia um certo ambiente de anarquia, caminhávamos para uma república sindicalista. Os sindicatos a fazer greves de toda natureza, inclusive greves políticas, e não necessariamente relacionadas a uma justa reivindicação, salarial ou pertinente à atividade laboral. Ora, aquilo tudo num Brasil que ainda hoje, queiramos ou não, procura romper a barreira do subdesenvolvimento. Aquele era, pois, um quadro extremamente danoso para a Nação brasileira.

O relaxamento do princípio da autoridade trazia reflexos em algo muito valioso e por isso bem preservado nas Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina. A anarquia vicejante no meio político, no escalão superior da República, começava a expandir-se no meio militar sob a alegação de que, como pessoas do povo, os militares precisavam ser ouvidos. Realmente, isso é muito importante, mas não da forma como se propunha, com a quebra da hierarquia e da disciplina.

Surgiram até mesmo denominações curiosas, antes nunca vistas na história da República, como, por exemplo, “general do povo”, “almirante do povo”. Lembro-me

de que certa vez, ainda jovem advogado – era um período de Semana Santa – após uma desordem qualquer de natureza sindical, vários fuzileiros navais carregavam nos ombros o Almirante Cândido Aragão. Para mim aquilo soou como algo extremamente chocante. Um almirante fardado carregado nos ombros de marinheiros e fuzileiros. Isso é promiscuidade, totalmente incompatível com a vida militar, sedimentada sobre uma pirâmide hierárquica. Sem hierarquia e sem disciplina as Forças Armadas não são forças regulares, mas grupos armados perigosos. Sem disciplina e sem hierarquia não há contenção alguma, conceito extensivo às Polícias Militares.

Dentro daquele quadro, as mentalidades mais conscientes começavam a se indagar por que "almirante do povo", "general do povo". E por que militares reuniam-se nas suas associações e transformavam os seus encontros em reuniões de caráter político, em confissão político-partidária. Além de anormal, revelava o afrouxamento da disciplina e o desrespeito à hierarquia, contaminando, inclusive, algumas figuras da oficialidade. Não se faz o progresso de um país, de uma nação, deixando que as Forças Armadas assim procedam.

Estudioso do período histórico em que a Rússia Imperial sucumbiu diante do sistema bolchevista, presenciava os rumos semelhantes no Brasil, onde vivia-se uma fase revolucionária preparatória e, por analogia, imaginava como seria triste e lamentável a transformação do nosso Exército, como na Rússia, em Exército Vermelho. Naquela época era oficial temporário, da reserva de segunda classe (R/2), ex-aluno do CPOR, nada aprendêramos que nos levasse a tal estado de anarquia, de relaxamento ou afrouxamento da disciplina e, muito menos, à desordem e à quebra do princípio da autoridade.

No entanto, o País não caminhava, política ou administrativamente, para bons rumos. Falava-se muito em reformas: agrária, urbana, etc. O próprio governo pós-1964 é que veio encarar com seriedade esses problemas, criando algo ainda hoje muito importante para o trabalhador, como o Estatuto da Terra, a aposentadoria do trabalhador rural e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Sem demagogia, sem vulgarização, com ordem e disciplina.

A Nação estava em ebulição, uns a favor, outros contra. Lembro-me bem, casado há pouco tempo, tinha um filhinho. Às vezes, diante da incerteza, eu mesmo me perguntava como ficaria o Brasil no dia de amanhã. Advogado, ainda não havia ingressado na magistratura. Trabalhando, radinho de pilha ligado, de repente começo a ouvir notícias dando conta de um movimento de tropas em Minas. Esse era o brotar do Movimento de 31 de Março, que depois ganharia corpo e se legitimaria no Poder, com sucesso. Recordo sempre, pelo motivo do General Olympio Mourão Filho, um dos ativos líderes da eclosão do Movimento, vir a ser mais tarde presidente do Superior Tribunal Militar.

Ao lado da participação militar houve também o apoio do povo, que foi à rua, antecedendo o deflagrar do Movimento, através de passeatas de cunho religioso e das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Essa movimentação revelava a preocupação que se abatia sobre o povo brasileiro, preocupação por certos valores muito caros à Nação brasileira, inclusive as tradições cristãs. A propósito, a hierarquia católica de certa forma solidarizou-se com o povo e, conseqüentemente, com o Movimento, reconhecendo que a situação não podia continuar, embora posteriormente tenha mudado a sua orientação.

Finalmente, em 31 de março de 1964, a Revolução eclodiu, salvando o nosso País da ameaça comunista. Para satisfação nossa, eis que o primeiro governo revolucionário estava sob a chefia da figura ímpar do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, homem que tinha uma visão de presidente e, sobretudo, algo de muito raro nos presidentes da República: líder e estadista ao mesmo tempo.

Logo recuperaria o princípio da autoridade, a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e a paz e a tranqüilidade no território nacional, bem como a honestidade e a seriedade no trato da coisa pública, apanágio do Movimento de 1964. Por tudo isso, as Forças Armadas, particularmente o Exército, apenas interpretaram o pensamento da maioria da população brasileira; apenas ratificaram sua vocação de prestigiar e defender a integridade nacional, os sagrados princípios da democracia e da ordem, esculpidos na nossa bandeira.

Sobre os líderes da Revolução, civis e militares, considero o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco a sua maior figura, seja como militar ou intelectual, como presidente ou estadista, mas sobretudo como líder. É claro que existem outros baluartes no meio militar. Falamos há pouco do General Olympio Mourão Filho. No meio civil tivemos a liderança do Governador Carlos Lacerda, do Governador Magalhães Pinto e do Governador Adhemar de Barros, além de muitos outros.

Acerca de ações de guerrilha e de terrorismo, recorro à minha memória como magistrado, juiz, integrante da Justiça Militar. Com o Movimento de 1964, embora não fossem considerados crimes militares, atribuiu-se à Justiça Militar a competência para julgar os delitos políticos. O delito político tem duas configurações, a histórica e a doutrinária. Ora, o aspecto político simples ou delito político público ocorre quando alguém se declara partidário de uma ideologia cujo exercício não é permitido, cuja prática, exaltação ou propaganda não é permitida. Da mesma forma como não se permite, até hoje, propagar o nazismo ou o fascismo.

Naquela época, o Partido Comunista estava proscrito do processo eleitoral brasileiro, portanto, à margem da legalidade. Mas havia pessoas que teimavam em desrespeitar, ignorar a lei, direta ou indiretamente, e surgiu algo muito preocupante.

Aqueles que pensavam politicamente dessa forma, mas não se contentavam no pensar e passaram à ação. Queriam, de qualquer sorte, obter a vitória para a sua causa; de qualquer forma e a qualquer custo, mesmo com o sacrifício, muitas vezes, de vidas inocentes.

Foi aí que se iniciou a fase do terror. Inocentes pereceram ou foram feridos ou mutilados. Integrando um Conselho da Aeronáutica, lembro-me bem, isso eu trago no acervo de minhas memórias, de que, fui, talvez, o primeiro juiz-auditor da Justiça Militar a julgar um atentado terrorista. Refiro-me à explosão de uma bomba no aeroporto dos Guararapes, pouco antes da chegada prevista do Marechal Arthur da Costa e Silva. Foram feridos muitos civis, lembro-me bem. O Coronel Sylvio Ferreira da Silva foi ferido gravemente. Depois encontrei-me novamente com ele em Recife, onde por três vezes fui juiz-auditor. Lembro-me bem de certo documento que encontrei nos autos, com a seguinte declaração: "Se nós quisermos armas, vamos aos quartéis; se nós quisermos dinheiro, vamos aos bancos."

Estava desencadeada a onda de terror, destacando-se, entre outros, o atentado à Souza Cruz e vários assaltos a estabelecimentos bancários, até que se chegou a guerrilha de Xambioá. Houve aqueles episódios inusitados, salvo engano, três seqüestros de figuras ligadas à diplomacia; a atuação de Lamarca; roubos de armamentos e morte de sentinelas, em quartéis. Enfim, episódios que caracterizaram a fase mais negra daquele período, pelo aspecto ideológico. Um período muito difícil, que sacrificou muitas pessoas, ceifou muitas vidas.

Tudo leva a crer que essas ações terroristas – seqüestros e assaltos a bancos – serviram de inspiração ao crime organizado. Inclusive, circula uma versão, nos dias de hoje, de que conhecido grupo do crime organizado no País, seria o resultado da convivência entre os presos políticos e os presos comuns. De fato, durante o Movimento de 1964 houve um período em que as ações terroristas intensificaram-se e, concomitantemente, aumentaram os assaltos a bancos. O governo revolucionário decidiu, assim, considerá-los crimes contra a segurança nacional, e por conseqüência, os delinqüentes políticos – aqueles que praticavam atos de terror ou delitos políticos simples – e os assaltantes de bancos foram recolhidos a um mesmo estabelecimento penal. Desse possível convívio, e da orientação dos presos políticos aos delinqüentes comuns, surgiria a constituição daquilo que viria a ser o "Primeiro Comando Vermelho", ponto de partida do crime organizado no País. Assim, não se sabia se o assaltante era verdadeiramente alguém que agia por questão puramente ideológica, por questão política, ou se era apenas um marginal.

Para fazer face àqueles desafios, a Revolução buscou mecanismos jurídicos que lhe permitissem combate eficaz. Diante do pavor e da grande apreensão a que a

sociedade brasileira estava submetida, as garantias constitucionais não poderiam viger em toda a sua plenitude. Então, veio a lume a legislação institucional, muito rígida, os Atos Institucionais e os Atos Complementares, arbítrio que se concedera às autoridades da República para cassar, demitir, expulsar, licenciar e/ou reformar.

Para combater a incúria e a corrupção no trato das questões administrativas, inclusive casos de enriquecimento ilícito, fortunas obtidas no exercício de atividade partidária, o governo revolucionário instituiu a Comissão Geral de Investigação (CGI), sob a presidência do Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto. É evidente que as medidas em epígrafe, restritivas, sem dúvida foram tomadas em favor de dias melhores para todos os brasileiros.

O País melhorou muito, a olhos vistos, após o 31 de Março de 1964. Houve erros? Sim, muitas coisas que poderiam ser evitadas, não o foram. Talvez o problema da tortura, que é bem possível ter havido. Não se pode, num país de dimensões continentais como o nosso, com vários organismos atuando nesse campo, ter todos à mão. Entretanto, em termos comparativos, não se pode negar que houve moderação. Na URSS morreram vinte milhões; na América Latina, para contar só o Peru, a Colômbia e Cuba, são dezenas de milhares. Aqui no Brasil, de ambos os lados, não foram três centenas. Quer dizer, essa comparação macabra nos é muito favorável. Diante desses números, pode-se afirmar que o Movimento de 1964 foi moderado.

Estranha-se, no entanto, o silêncio que a mídia guarda sobre a questão. Fala-se apenas do suposto desrespeito às decisões judiciais, procedimento que o governo revolucionário não ousou praticar, o que vem confirmar a certeza de que houve moderação. Há que se considerar ainda que, em vinte anos de governo, os militares e as Forças Armadas não se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer natureza. Nem sequer corrigiram a própria questão salarial. E poderiam tê-lo feito. Agiram com a máxima lealdade e com a máxima ética. Ficaram esperando que, com a democratização, os políticos reconhecessem que eles haviam se sacrificado por aquele ideário. Vã expectativa, até hoje. Depois, há que se reconhecer também que a Revolução trouxe inúmeros benefícios ao País.

Uma questão muito delicada e preocupante nos dias de hoje: o possível dano que alguns segmentos da mídia, sobretudo eletrônica, possam causar à sociedade brasileira, às futuras gerações. Assistimos hoje, nas novelas, à apologia da desagregação da família. Os valores morais e espirituais que a família tradicionalmente cultua são postos de lado, apresentados como se fossem valores superados. Isso é preocupante, sobretudo pela idéia que a televisão procura retratar.

Às vezes, a televisão comete pecados terríveis, inclusive em assunto de Justiça. Denigre a reputação de pessoas, prejulgando-as, influenciando até mesmo o

resultado de um júri, no caso, por exemplo, de crimes dolosos contra a vida. São distorções muitos sérias. A mídia poderia desempenhar papel bem melhor para sairmos do atraso cultural e instrucional, que é a nossa grande preocupação. A televisão comercial às vezes preocupa, porque esqueceu que também é um meio de educação. Louva-se a divulgação de falcatruas e ilicitudes, mas se condena a difusão excessiva dos maus costumes. Não podemos sair do atraso enquanto a mídia colocar a audiência no mesmo patamar do lucro. A conseqüência óbvia é o baixíssimo nível da maioria dos programas, apelativos e deseducativos. Impressiona pela perda da noção da ética e do respeito.

Hoje, quando se fala na Revolução, ouvem-se muito as expressões "anos de chumbo" e "ditadura", revelando ainda um certo rancor. Dentro desse contexto enquadra-se muito bem o exemplo da anistia política, concedida ao final do Governo João Baptista Figueiredo, para coroar a abertura democrática e promover, mutuamente, a reconciliação e o perdão. A anistia, figura do Direito Penal, existe para assegurar o reencontro da Nação, na busca do caminho da paz. Princípio universal, bilateral, válido, inclusive, para ideologias antagônicas, como ato de grandeza. Daí porque não se compreende que ainda haja um certo espírito de "revanchismo" que, muitas vezes, macula determinadas iniciativas e leva o povo a pensar de forma distorcida, contrária ao reencontro da Nação brasileira. Nesse aspecto, o sistema foi magnânimo, ao buscar a pacificação. Mas há pessoas dispostas a revolver o passado, permanentemente, à procura de fantasmas, esquecidas do apelo que se fez à Nação.

Neste ponto, a figura de Caxias, como pacificador, é exemplo dignificante. Não é preciso atravessar o oceano nem ir a outro continente. Olhemos para o interior do nosso próprio País, para o Duque de Caxias, o melhor exemplo para o Exército Brasileiro. Prerrogativa que nem todo Exército estrangeiro possui. É muito difícil encontrar um Exército que tenha nascido com a idéia de Pátria. O Exército Brasileiro, para felicidade nossa, nasceu com esta idéia. Quando, nos Montes Guararapes, pensou-se em Pátria, logo surgiu a idéia de união entre todas as raças e etnias para a constituição do nosso Exército.

O Brasil pode mesmo orgulhar-se das suas Forças Armadas. Até pela união perfeita entre crença e costumes, pois Guararapes viria a ser o berço do Exército, cujas alas, ainda incipientes, lutavam para expulsar o holandês invasor, luta travada em defesa da Pátria e da crença. Guararapes – pela união entre brancos, índios e negros – demonstra para o mundo que nascemos em harmonia. Enquanto surgia a Nação, nascia também o seu Exército. E, ao longo do tempo, o País tem buscado uma harmonia que repele e contraria frontalmente o terrorismo alienígena. Inclusive

o terrorismo dos dias atuais, do inimigo sem face. É algo terrível combater o inimigo sem face, que ninguém visualiza, ninguém identifica, mas dele sente os efeitos.

Entendo que devemos buscar a paz a qualquer custo, e sempre com bom senso. Os Estados Unidos da América do Norte, que sempre primaram pela defesa das liberdades e dos direitos humanos, não devem sacrificar países de outros continentes para uma exibição de armamento ou de tecnologia. A paz é muito melhor e nos lembra a figura de Caxias. Aqui no Brasil convivem israelitas, muçulmanos, católicos, protestantes, reformistas. Um paraíso para se viver. Por isso, a maior parte, a quase totalidade da Nação brasileira deseja tanto a paz, que só constrói.

Como seria bom se a consciência nacional despertasse para a necessidade de estar unida em torno do objetivo comum de retirar o nosso País do atraso representado pela corrupção, pelos maus costumes políticos, pelos desníveis sociais e pela impunidade! Não se pode falar de algo tão sério, tão nobre e tão urgente sem que se mergulhe profundamente no respeito à lei, à ética e à moral, princípios intrinsecamente associados à judicatura. Ninguém pode falar da atividade de um juiz, de um magistrado, sem se lembrar da lei, da ética e da moral. Lei, moral e ética que foram bandeiras do Movimento de 1964, com a restauração da hierarquia, da disciplina e da ordem, para que todos pudessem trabalhar num ambiente de paz.

Só podemos construir um projeto dessa natureza se afastarmos do cenário político a "lama dourada", instrumento em que transformaram a moeda, lama que corrompe e domina, sobretudo, o mundo político. Somos testemunhas. Temos que purificar o mundo político, o cenário, o meio político brasileiro. E a eleição é o melhor meio para isso. Precisamos escolher políticos honestos, capazes de implementar uma política industrial, comercial, uma política agrícola eficiente, acima de interesses pessoais, mas a favor da sociedade, verdadeiramente.

Precisamos, também, de uma profunda reforma no âmbito do Judiciário, para tornar a Justiça rápida e barata. De modo geral, o livre acesso de todos à Justiça continua uma dificuldade, infelizmente. Ainda existem os que podem ir e os que não podem ir à Justiça, constatação que preocupa qualquer julgador.

Como última consideração, eu diria que, com quase trinta e oito anos de magistratura militar, uma das coisas que me têm proporcionado orgulho é a qualidade dos meus jurisdicionados, os integrantes das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, onde não vejo delinqüente nato, não vejo crime organizado, não vejo contrabandista. Aqui ou acolá, nos processos que chegam até nós, alguém que, por uma circunstância qualquer, viu-se compelido, num determinado momento, a se afastar um pouco do cumprimento da lei. Isto é bem um retrato fiel do que são as Forças Armadas: uma elite na vida de um país. Não aquela elite sofisticada, a elite

das crônicas sociais, a elite mundana, superficial e falsa. Mas uma elite de patriotas, uma elite de bons brasileiros e, sobretudo, uma elite que nas casernas encontra uma escola de brasilidade, uma escola de educação, sob todos os aspectos.

Tenho dois filhos que foram concursados e estudaram em colégios militares. Tenho uma nora professora, estruturada como 2º-Tenente no Colégio Militar de Fortaleza. Então, essas Forças Armadas merecem confiança. Tenho plena confiança nelas.

Próximo de atingir a idade-limite, término de minha caminhada, retornarei a outra atividade, se o Criador me permitir. Enquanto tiver as Forças Armadas, este País merece crédito. E tem tudo para construir o seu futuro, resta saber escolher os nossos governantes.

Juiz Stênio Rocha Carvalho Lima

- Natural de Fortaleza, CE.
- Cursos civis: Bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Ceará (1965); Administrador de Empresa; diversos cursos na área jurídica; curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), CE e três cursos de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), RJ.
- Cursos militares: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza (1962), declarado Aspirante-a-Oficial R-2; realizou o Estágio de Instrução, na tropa, sendo promovido a 2º-Tenente R-2.
- Principais cargos e funções desempenhados: Secretário Estadual de Administração; Secretário da Casa Civil do Governo do Ceará; Diretor Geral das Secretarias de Justiça, Cultura e Administração; Juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TER), por 4 anos.
- Produção intelectual: Diversos, na Revista da Procuradoria Geral do Município e na Revista Brasileira de Direito Eleitoral (discursos).

Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2000.

Gostaria, antes de mais nada, de agradecer a oportunidade que me foi dada de participar deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro sobre a Revolução de Março de 1964.

Quando eclodiu a Revolução eu era universitário, cursava o quarto ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e, ao mesmo tempo, servidor público estadual. Como estudante, nunca me engajei em nenhum movimento estudantil daquela época, principalmente porque havia toda uma parafernália, na imprensa e nos próprios movimentos universitários, a indicar que eram elementos extremamente radicais, ligados às esquerdas, que insuflavam os outros à baderna.

Doutrinariamente, já àquela época, eu não afinava com aquelas manifestações de colegas. Muitas vezes, pelo meu posicionamento contrário, encontrava dificuldade até para ingressar na faculdade, a fim de assistir às aulas. Havia sempre aqueles elementos engajados nos movimentos esquerdizantes, ávidos por implantar uma nova ordem, mercê dos ecos que chegavam ao País da guerra fria entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além da crise econômica, que resultava em instabilidade social, havia o radicalismo político, deixando o País diante do imponderável.

O momento, na verdade, era de suma gravidade. Em todos os rincões da Pátria notava-se o desejo da sociedade no sentido de que se pusesse um freio àquela desordem, originada pelo modo como a Nação estava sendo governada: um Presidente que não tinha pulso, nem força, nem comando e ficava à mercê daqueles que estavam a solapar os reais destinos da Pátria. Estes procuravam provocar as Forças Armadas, estimulando a inversão da hierarquia e a indisciplina, conhecidos por todos como os pilares sobre os quais elas repousam.

Além disso, havia uma violência desenfreada no campo e nas cidades. As "Ligas Camponesas" exigiam uma reforma agrária, mas não havia um planejamento adequado para implantá-la. Não adiantaria, pura e simplesmente, distribuir a terra sem que houvesse o crédito respectivo e o pagamento efetivo das desapropriações. Vivia-se, portanto, naquela generalizada indisciplina, tanto na ordem militar quanto na civil.

O País parecia marchar para o caos – como querem alguns e eu sou partícipe dessa avaliação. Estávamos, sem dúvida, a enfrentar uma típica guerra revolucionária comunista, que evoluía rapidamente. Para alguns, segundo o modelo tcheco, sob o enfoque de uma revolução meramente institucional. Para outros, sob o modelo sino-soviético, onde era nítida a preferência pela luta armada total. Tornava-se, portanto, imperioso que houvesse toda uma doutrinação, tanto da parte militar, quanto da parte de civis interessados na harmonia com as Forças Armadas, a fim de alterar o rumo da Nação, que na verdade estava a caminhar para a comunização.

Eu, ainda jovem e sem, evidentemente, muito aprofundamento sobre as questões em curso, à época – até porque, não existiam as facilidades de hoje e havia toda uma conotação esquerdizante por parte da imprensa – vi manifestações de graduados, sargentos e cabos, na chamada Revolta dos Sargentos de Brasília, uma inversão total da hierarquia; uma velada campanha de desmoralização dos chefes militares, que não comungavam com o esquema subversivo que se estava montando.

Existia, na verdade, a idéia de implantar uma ditadura sindicalista, sendo denotativo o fortalecimento de entidades como Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Pacto de Unidade e Ação (PUA). Recrudesciam as campanhas pela reforma agrária e pelo voto do analfabeto e o aumento das invasões de terras, além da inflação e de greves em setores vitais – energia, telefonia, gás.

Foi criada a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) de sustentação do governo, nitidamente de esquerda. E para culminar, com toda aquela desordem na área militar, realizou-se, a 13 de março de 1964, o famoso comício da Central do Brasil, ocasião em que o Presidente da República, João Goulart, fez-se acompanhar de seus Ministros e de adeptos de seu governo, e assinou decretos de encampação de refinarias de petróleo e de desapropriações agrárias. Essas afrontas ecoaram fundamente junto aos escalões superiores das Forças Armadas e naqueles que não comungavam com a forma pela qual o governo vinha dirigindo o País. Tudo aquilo foi como o estopim para que houvesse, por parte de militares e civis, a Contra-Revolução.

Posteriormente, logo após a grande crise na Marinha, começaram a repercutir o envolvimento do Governador Carlos Lacerda e a silenciosa manifestação de militares no âmbito de seus quartéis, sob a orientação do Marechal Odylio Denys e do General Castello Branco, entre outros, o que nos dava a certeza da Contra-Revolução. E, no dia 30 de março, bem me lembro, houve no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro – e a televisão mostrou – um verdadeiro cerco dos sargentos da Polícia Militar e das três Forças Armadas ao Presidente Jango, com discursos vibrantes e subversivos. A situação chegara a um ponto tal que houve até quem adiantasse a data para o golpe que seria dado pelo Presidente Goulart. Agiram mais rapidamente os brasileiros autênticos que, através de Minas, com o apoio de São Paulo e, posteriormente, de outros Estados, desencadearam o 31 de Março: para alguns, a Revolução de 31 de Março de 1964; para outros, a Contra-Revolução.

Bem sabemos o que pôde ser feito ao longo do período militar em prol do progresso e desenvolvimento da Nação. Poder-se-ia indagar, entretanto, como a Revolução se posicionou em termos de acertos e de erros. É evidente: todos que estamos a administrar cometemos os nossos equívocos. O que, fundamentalmente, se pode extrair do meu ponto de vista, é que a Revolução teve muito mais acertos do que erros.

Como governar é saber dividir bem o Poder, é saber procurar, dentre as várias alternativas, aquelas que mais condizem com a realidade, os nossos presidentes militares, todos eles, buscaram implantar as mudanças necessárias para que o País pudesse progredir, sobretudo, gozar da sua soberania e se afirmar no concerto das nações.

Não se pode, ao cabo de todas essas considerações iniciais, deixar de aludir à sensibilidade do General Ernesto Geisel, secundado pelo General João Baptista de Oliveira Figueiredo; aquele, responsável pela "abertura" democrática e este, pelo desengajamento dos militares do Poder, decisões assumidas, solidariamente, e que permitiram à Nação o reencontro com o Estado Democrático de Direito: com eleições livres e com os três poderes funcionando, independentemente, mas harmônicos entre si, tal como o consignado no texto constitucional.

Conforme já afirmei, a Revolução teve mais acertos do que desacertos, e a Nação pôde, realmente, ficar livre da comunização. Não devemos, entretanto, esquecer os cuidados necessários para que as Forças Armadas – guardiãs da ordem e da soberania nacional – possam exercitar o seu múnus tal como preconizado no texto constitucional.

Lamenta-se a solução de continuidade ocorrida no pós-Revolução. De fato, aos governos civis tem faltado vontade política para assegurar uma vida digna à maioria dos brasileiros, observando-se, nitidamente, que as ações próprias do campo social deixaram de ter prioridade. Assim sendo, é fácil explicar a insatisfação com a insegurança, com a violência, com a desenfreada corrupção nos escalões até mesmo do governo. Isso tudo nos envergonha, nos entristece e nos faz ter a esperança de modificações substanciais na legislação. O Judiciário, muitas vezes, é acusado de convalidar determinadas situações de ordem fática. Isso decorre, entretanto, da nossa legislação fragmentária, absolutamente casuística. E o Judiciário, salvo aquelas leis que estão em incompatibilidade com a Constituição, não pode deixar de executá-las.

Já se sabia, antes de março de 1964, do desejo explícito do Presidente João Goulart – com o apoio parlamentar de que dispunha – de transformar o Brasil numa república sindicalista, inclusive com data certa para a deflagração do golpe: 1º de maio de 1964. A frente parlamentar que foi instituída no Congresso Nacional não permite dúvida sobre ter sido a força primeira que daria respaldo ao presidente, para a implementação deste seu desejo.

Pelo que pude saber, João Goulart foi levado ao governo por indicações políticas, porque era ligado ao esquema de Getúlio Vargas. Na verdade, ele não tinha credenciais para dirigir o País, pois, além de fraco no comando do governo, mostrara-se simpatizante dos comunistas. Não posso, peremptória e enfaticamente

afirmar, no entanto, que Jango tenha sido comunista. É evidente que, sendo auxiliado por vários assessores nitidamente de esquerda e, talvez, pensando que pudesse dirigir a Nação segundo aqueles pressupostos, procurou absorver aquelas idéias marxistas. Entretanto, volto a dizer, não creio que ele fosse comunista, de fato.

A meu ver, a subversão mais acintosa era a inversão de valores: a falta de ética e o desrespeito para com aqueles que desejavam o progresso material e moral do País. Naquela época, a subversão era de tal ordem que entendíamos nós, os civis, que apenas e tão-somente as Forças Armadas deveriam conhecer a resposta para que o País pudesse retornar à ordem e à paz social, no campo e nas cidades.

Dentro da sublevação que existia nos quartéis, a quebra da hierarquia e da disciplina era intolerável. Então, aqueles que tinham maior sensibilidade política partiram para a doutrinação da tropa, da oficialidade mais jovem, buscando a sua adesão para que o País mudasse o seu rumo, vez que o caos estava à vista. E se não tivesse havido essa coordenação, esses contatos entre militares e civis, numa preparação rápida, o golpe do Governo Goulart viria. Felizmente, antes disso, no dia 31 de março daquele ano, a Revolução foi deflagrada com total êxito.

Muito importante para o sucesso da Revolução foi a participação popular. Realmente, ao ser deflagrado o Movimento, o povo estava ao lado daqueles que o fizeram. Tanto assim, que não houve derramamento de sangue. Na verdade, um fato auspicioso, pois serve para demonstrar que os militares, formados com base no respeito e no amor à Pátria, às instituições e ao seu povo, mereceram deste o respaldo necessário, na hora precisa.

Entre as principais lideranças à frente da Revolução, um dos políticos que mais se destacaram foi Carlos Lacerda, na época, Governador da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Cito, também, o Governador Adhemar de Barros, de São Paulo; o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e o Governador Ildo Menegheti, do Rio Grande do Sul. Uma das estratégias, quando se decidiu articular o Movimento de 1964, que tinha, evidentemente, os seus riscos, pela possibilidade de choques com as forças do governo, era poder contar com o apoio da população, representada pelos próprios governadores. Mas o risco foi calculado: ou se fazia a Contra-Revolução ou logo, logo haveria o golpe. De modo que foi fundamental o trabalho desses governadores. A valentia do Governador Lacerda, por exemplo, mostrou que era necessária uma ação civil, com o apoio da população, coesa e irmanada com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Na verdade, como disse o General Rubens Bayma Denys, foi um Movimento "uno e indivisível, em prol do progresso do Brasil livre e soberano".

Acredito que situações absolutamente incontornáveis tenham dilatado o período militar. A idéia – e isso é o que se sabe historicamente – do Presidente Castello

Branco previa a permanência dos militares à frente do Poder durante o mais curto espaço de tempo possível, necessário apenas para a restauração da ordem e da disciplina, e suficiente para promover a reestruturação do governo, devolver a soberania ao País e, principalmente, trabalhar as reformas partidária, eleitoral, do Judiciário, financeira, tributária e administrativa. No entanto, as condições políticas do momento levaram os militares a permanecer mais tempo no Poder, o que nunca foi o propósito do Presidente Castello Branco.

Os militares muito fizeram pelo País, quando à frente do governo central. Em primeiro lugar, com o Presidente Castello Branco, a ordem e a hierarquia voltaram a ser observadas. Aquele era um homem íntegro, capaz, muito inteligente, um estrategista que nos deixou o legado de uma atuação, sobretudo, honesta. Ele próprio se negou, posteriormente, a retornar ao governo.

Quero destacar algumas medidas tomadas, justamente, no Governo do Presidente Castello Branco, que considero de grande alcance social. A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que trouxe uma nova e formidável contribuição ao progresso social do País, o Estatuto da Terra, o Programa de Integração Nacional e a luta incessante para manter a dívida externa e a inflação rigorosamente sob controle. Foi nessa época, também, que tivemos um grande impulso na área das telecomunicações, além da construção de grandes usinas hidrelétricas e da rodovia Transamazônica.

A Escola Superior de Guerra – ESG – é bem anterior à Revolução de 31 de Março de 1964. Desfrutei do prazer e satisfação de participar de três ciclos de estudos de extensão, em contato com oficiais-generais das três Forças, e com reitores, professores, advogados, enfim, com uma gama de profissionais dos mais diversos matizes, quando tive a oportunidade de discutir as políticas fundamentais de acordo com a doutrina da Segurança e Desenvolvimento nacionais. A adesão da ESG ao Movimento de 31 de Março de 1964 fez com que a escola participasse da formulação de políticas setoriais, dentro de cada campo do poder nacional.

Comprovou-se, em todos os países, a ineficácia da dialética marxista, porque não há a contrapartida, ou seja, a teoria não consegue ser praticada. O verdadeiro fracasso dessa ideologia pude constatar numa viagem à União Soviética, começando pela Polônia, indo a Praga, a Minsk e, depois, a Moscou. Ao longo daquelas estradas – fui de ônibus – viam-se os campos abandonados. Não havia locais onde o ônibus pudesse parar, para o atendimento de uma simples necessidade fisiológica; uma pousada para um café matinal ou um refrigerante qualquer. Vimos um povo sofrido, todos loucos para conseguir um par de tênis ou uma calça *jeans*. E um salário aviltante, como o da nossa intérprete, uma portuguesa. Esse é o enfoque sobre a dialética marxista que, na verdade, não empolgou os povos que a adotaram.

Gostaria de dizer algo sobre a Amazônia, cantada em prosa e verso como pulmão do mundo. Por sua potencialidade, desperta a cobiça sempre presente de várias nações, seja no continente americano ou no europeu. Infelizmente, a insensibilidade do governo central não tem permitido ações efetivas para sua adequada ocupação. Praticamente, só o Exército se encontra por lá, firme na luta diuturna em favor da integridade territorial e contra a invasão e a destruição da floresta, o que é muito pouco, em relação ao gigantismo da área e dos problemas que a cercam. A Nação precisa voltar os seus olhos para a Amazônia, a fim de que ela continue a ser nossa e possa permanecer incólume aos perigosos olhos dos outros países, ávidos por espoliar a riqueza nacional encravada naquela região.

A "batalha da comunicação social" foi perdida pela Revolução. E foi perdida pela timidez dos militares na divulgação dos seus atos e realizações. Acostumados à parcimônia dos orçamentos e extremamente zelosos com o patrimônio nacional, preocupados em maximizar os benefícios decorrentes da aplicação dos recursos financeiros, não obstante a sua exigüidade, os militares sempre buscaram eliminar o desperdício. Aliás, assim posso falar, porque fui testemunha ocular disso tudo quando estagiei como intendente num bom quartel, na época, o 24º BC, em São Luís, no Maranhão.

A comunicação é essencial. Hoje, é obrigação constitucional a divulgação de atos e fatos da administração. Sem personalismos, sem divulgar o administrador, mas as suas ações. A Constituição diz que a publicidade deve representar algo de cunho educacional e cultural para que se possa saber se o governante está gastando bem ou mal os recursos públicos alocados no orçamento. Este, portanto, foi um dos pontos negativos da Revolução, no meu ponto de vista.

A Nação não pode sair do atraso se prevalecer, na mídia atual, formadora da opinião pública, uma disputa de audiência e de lucros, a explorar o consumismo e os escândalos em detrimento do civismo, da moral e da ética, fundamentos da nacionalidade. Na verdade, o que se vê hoje é extremamente lamentável. Todos os dias somos agredidos – eu não sou nenhum puritano para dizer isto pelo desejo puro e simples de demonstrar que o seja – por uma licenciosidade, uma libertinagem total nos meios de comunicação, principalmente na televisão. Diariamente – somos obrigados a ver em nossas casas – preponderam os conceitos amorais que nos agridem e fazem com que os nossos filhos, as nossas crianças, desde cedo fiquem ao sabor dessa verdadeira falta de ética no tratamento dos problemas do dia a dia. Há pouco, houve até intervenção de ordem judicial, posteriormente revogada, proibindo a apresentação de determinados quadros com a exibição de crianças na televisão.

Em meio ao turbilhão, eis que surge este Projeto, valiosa contribuição na luta contra a degradação dos hábitos e costumes. Fonte fidedigna de preservação da

nossa História, este Projeto é, ao mesmo tempo, repositório de sugestões para romper a inércia na luta contra o jugo consentido do subdesenvolvimento, nas suas diversas formas, e da subserviência. A idéia deste Projeto é, assim, digna de aplausos e deverá estar à disposição dos brasileiros, espera-se, através dos vários meios de comunicação, inclusive da Internet, com certeza uma das alternativas mais democráticas da atualidade.

Um dos pontos nevrálgicos a serem atacados e que os governos têm negligenciado, lamentavelmente, é a educação. A educação como diretriz primeira para que a Nação possa conhecer a sua própria cultura. Educação para oferecer o conhecimento necessário à profissionalização. Educação como elemento primordial no combate à corrupção, ao exigir uma legislação que leve o indivíduo a pensar duas vezes antes de praticar qualquer ilícito penal. Uma educação capaz de constranger a mídia, diante de situações que atentem contra a dignidade do homem. Quer dizer, uma educação mais que formal – formadora e formativa, civilizadora – capaz de conter o próprio Poder, não permitindo a extrapolação dos balizamentos que lhe são impostos, prática, hoje, tão comum, infelizmente, no nosso País. Como exemplo, temos esses absurdos, as medidas provisórias, necessárias a qualquer governo, desde que fossem observados os seus limites. Existe o limite constitucional, que não é, todavia, observado. O próprio Supremo Tribunal Federal já o disse.

Na verdade, quem faz a lei é o Congresso. E a lei, muitas vezes, é malfeita, casuística até em alguns casos, como na área política, principalmente quando ocorrem eleições. Cada eleição tem a sua própria lei, razão pela qual a legislação é absolutamente fragmentária e casuística. O Judiciário é, às vezes, criticado por não adotar um determinado posicionamento, mas repetindo o que já disse, mesmo que o quisesse não poderia fazê-lo pois a lei editada e vigente é compatível com o texto constitucional. Surgem, então, os absurdos a que estamos assistindo: sucessivas reeleições. No Ceará, temos alguns casos de prefeitos, de vereadores que deveriam estar na cadeia, que não deveriam mais participar de eleição. Entretanto, participam porque a legislação diz que, enquanto a condenação não transitar em julgado, prevalece o direito de concorrer à eleição. E o que é pior, o povo elege. Que pode fazer o Judiciário? Nada!

Ao reafirmar os meus agradecimentos pela gentileza do convite, quero deixar a minha mensagem de otimismo, a minha palavra de advogado atuante no foro de Fortaleza e foros de outras cidades, de que este Projeto de História Oral, feito pelo Exército, é de grande valia. Por representar uma síntese do pensamento de várias personalidades, sobre os mais variados temas, não só desejo, mas acredito possa, realmente, produzir efeitos. Que a sua eficácia tenha a projeção do futuro, tal como a própria filosofia que encerra o Projeto. Muito obrigado.

Procurador de Justiça Meton César de Vasconcelos

- Natural da Cidade de Granja, CE.
- Principais cargos e funções: promotor de Justiça (Ministério Público); procurador da Justiça (Tribunal de Justiça do Ceará); auxiliar de ensino, instrutor, assistente e professor adjunto de ensino superior, e chefe do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal do Ceará (UFC); diretor da Escola de Polícia Civil; do Departamento de Polícia Civil e da Divisão de Polícia Metropolitana (Secretaria de Segurança Pública); chefe de gabinete do secretário de Educação (Secretaria de Educação); assessor jurídico da Divisão de Pavimentação do Departamento de Estrada de Rodagem do Ceará (DER-CE) e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e secretário geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará (OAB-CE).
- Principais cursos civis e militares: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Administração Pública (EAC); curso de extensão na Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, RJ; especialização em Direito Criminal (UFC) e de Aspirante-a-Oficial do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), com estágio de 2º-Tenente, no 10º Grupo de Obuses 105 (10º GO-105).
- Produção intelectual: A iniciativa do Ofendido ou de seu representante legal nos Crimes de Ação Penal Pública; Ação Penal nas Contravenções e nos Delitos de Trânsito e O Inquérito Policial: seu valor probante, entre outros.

Entrevista realizada em 28 de junho de 2001.

Ainda criança, migrei de minha cidade natal para Fortaleza, convivendo, então, com parentes que não se mostravam interessados na discussão da vida política do País. Certamente por isso, de princípio não adquiri um pensamento político, ou seja, não tinha idéia da problemática política que o País vivenciava àquela época. Mais adiante não me era dado, todavia, ficar alheio ao embate político-ideológico que assistia nascer no Brasil.

Foi exatamente no período em que iniciava os meus estudos na velha Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, que nasceu em mim um conflito interior. De um lado, o respeito aos mais velhos, sentimento adquirido no convívio familiar com meus pais, depois com meus tios, quando vim estudar aqui em Fortaleza. Formara-se em mim a consciência de que a obediência às leis e às autoridades superiores devia ser um marco de cidadania, um marco que deveria balizar o comportamento das pessoas. De outro lado, o incômodo de assistir, naqueles tempos, à quebra da hierarquia militar, às tentativas de promover a anarquia social, fatores esses que ameaçavam fragilizar poderes legalmente constituídos.

Cheguei depois ao serviço militar, ingressando no CPOR, uma escola de civismo, de culto à hierarquia e à disciplina. Naquela Unidade – sempre digo aos meus filhos – aprendi a ser homem, e, daquelas lições, procurei pautar a minha vida, dali em diante, como cidadão. Esses traços da minha personalidade quis aqui enfatizar, inicialmente, porque, por conta deles, tornou-se difícil, para mim, assistir passivamente aos acontecimentos que terminaram por desencadear o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Aliás, ao invés de Movimento revolucionário, seria mais adequado chamá-lo de Movimento contra-revolucionário porque, pelo que pude depreender através de uma reflexão pela leitura política, naquela época, na verdade o que se presumia acontecer era uma guerra revolucionária comunista que estava às nossas portas. E foi exatamente esse movimento que se contrapôs a essa guerra revolucionária. Foi exatamente o movimento que motivou o Exército Brasileiro, por uma série de fatores conhecidos de todos, a chamar para si a missão de fazer abortar a tentativa de agentes de esquerda que intentavam tomar o Poder no nosso País.

Nos momentos que antecederam a eclosão dessa reação, quando se uniram os anseios dos militares e os sentimentos do povo, é que o País se livrou do jugo comunista. Não fora o Exército tomar a frente, seria muito difícil termos saído daquelas dificuldades. Por quê? Porque na verdade o povo, por si só, embora consciente da gravidade daquelas ameaças, não seria capaz de se mobilizar para uma reação. Dentro desse contexto gostaria de dizer que, no momento a que me refiro, pude assistir a episódios que marcaram a minha vida e a vida da Nação.

Em primeiro lugar, na Faculdade de Direito, onde exercia o cargo de professor: era um professor jovem, um desportista atuante, e, por conta disso, tinha boa convivência com os jovens universitários e depois, junto ao 10º GAC, onde estagiava. Na Faculdade de Direito, realmente, pude sentir violentas ameaças que motivaram, inclusive, a necessidade da ocupação daquele estabelecimento de ensino, para que a ordem fosse restaurada. E quero dizer que, naqueles momentos, muitos professores foram constrangidos a assinarem manifesto comunista. Os que se recusaram a tanto foram violentamente ameaçados de morte no “paredão de fuzilamento”, quando os comunistas vencessem a batalha. Eu, certamente, fui um desses tantos, mas não me quebrei sob as ameaças e reagi.

A nível nacional, também assistíamos, naqueles momentos, a ações atentatórias ao sentimento de patriotismo, de civismo, de respeito à hierarquia e à ordem constitucional, sobretudo. Os episódios do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul chegavam ao nosso conhecimento e nos causavam preocupação. O golpe maior que a Nação sofreu, no meu entender, foi a quebra da hierarquia por setores internos das Forças Armadas, setores dissidentes, flagrantemente de esquerda.

Infiltrados nas Forças Armadas, faziam o jogo do setor externo, do setor internacional do mundo comunista. Mas, felizmente, essa quebra do princípio da autoridade teve um fim, que foi exatamente o eclodir desse Movimento que eu chamo anti-revolucionário, porque fez abortar a tentativa do comunismo em nosso País. De modo que, por conta dessa ação do Exército, eficaz, oportuna e efetiva, nós hoje podemos, embora com algumas restrições, respirar ares de democracia no País e podemos sentir ainda, na maioria dos cidadãos, dentro das Forças Armadas, a certeza e a convicção de que o Brasil, sendo um país democrata, não poderia suportar aquelas pretensões que até então se avizinhavam de nós.

Naquela época, a subversão campeava no País. Estávamos a atingir aquilo que, hoje, doutrinariamente chamamos de desobediência civil, porque, na verdade, os agentes de esquerda manipulavam sobretudo a juventude. A partir das escolas de 1º e 2º graus, e da universidade, os jovens eram facilmente manipulados no sentido da prática dos objetivos desejados pelo comunismo. De modo que eu pude, pelo exercício do magistério na faculdade de Direito, sentir presente no dia a dia essa subversão por meio de estudantes infiltrados dentro das escolas e da universidade, e até por muitas pessoas de esquerda que, não pertencendo à universidade, lá estavam manipulando os jovens como se eles fossem uma massa de manobra.

Mas o evento maior, a ofensa maior que houve à consciência nacional, foi exatamente a audaciosa e violenta tentativa dos comunistas de desonrarem os

sentimentos cultuados pelo povo brasileiro. Aqueles sentimentos de paz, de ordem, de respeito à hierarquia, de respeito à ordem constitucional e aos princípios que integram a estrutura da família brasileira. Até então, havia em nosso País um acendrado amor à Pátria. Em todo local por onde se passava havia referência à Pátria, à bandeira, aos símbolos nacionais, e não havia notícias de que algo se antepusesse a esses sentimentos.

Com o estabelecimento da agressão, pelos comunistas, começou a reação popular contra isto. Hoje, lamentavelmente, pouco ou quase nada se fala em Pátria, em patriotismo ou em pavilhão nacional. Excetuando-se nas cerimônias militares, no meio civil, no meio das comunicações e das autoridades governamentais, em todos os níveis, pouco ou quase nada se fala. Foi exatamente essa tentativa do comunismo, de fazer sucumbir esse sentimento cultuado pelo povo brasileiro, que provocou aquela reação. E essa reação, graças a Deus, teve que ser endossada pelo Exército, para dar força ao povo e fazer restaurar a consciência nacional ameaçada.

Todos sabemos que os militares têm a hierarquia e a disciplina como vigas-mestras. Eis que, de repente, surgiram aqueles episódios que puseram o Poder militar em perigo, o Poder que protege a Nação, ameaçando, porque se sentia que procuravam quebrar a hierarquia e a disciplina, seus pilares fundamentais. Isso aconteceu e despertou a consciência nacional. Cito como exemplo os episódios do Rio de Janeiro, onde os subordinados se insurgiram contra os superiores. Naquele momento, a ordem constitucional foi violentada até pelos próprios governantes. Aquelas manifestações mostraram que, na verdade, não era mais possível se conviver com aquele estado de coisas. Tinha-se de reagir. Uma reação era imperiosa. E graças a Deus ela aconteceu.

Nas últimas décadas é comum a gente ouvir expressões críticas ao Movimento de 31 de Março, sobretudo que esse Movimento teria sido um trabalho externo, sob orientação dos EUA. Naqueles tempos vivíamos na guerra fria, e é natural que o comunismo apontasse para os EUA como o país que conduzia a nossa reação. Mas, na verdade, nós brasileiros sabemos que esse Movimento foi eminentemente nacionalista.

Os EUA não teriam nenhum interesse de pressionar as nossas Forças Armadas, sempre fiéis à independência e à integridade nacionais. Jamais, portanto, essa suposta influência externa aconteceu. Foi sim, esse movimento, uma reação natural do povo brasileiro à tentativa de infiltração comunista no território nacional. E essa reação se deu através do nosso Exército, acolitado por lideranças de outros setores das Forças Armadas.

Fala-se muito em “revolução”, para designar o Movimento de 31 de Março de 1964. Aqui, de acordo com afirmativa anterior, prefiro considerá-lo um movimento

anti-revolucionário, porque se opôs a um movimento revolucionário, à guerra revolucionária comunista, que ameaçava a nacionalidade brasileira. Na sua textura, como foi formatado, na verdade, teve esse movimento anti-revolucionário de usar métodos revolucionários para se antepor, pela forma de reação, àquilo que se mostrava ameaçador para a Nação brasileira.

Muito se diz que o chamado período da ditadura foi danoso para o País. Sob o ponto de vista da nacionalidade, entendo que, se voltarmos nossas vistas para aquele País anterior ao Movimento, vamos verificar que ele nada tinha em termos de enfoque internacional, a não ser a construção de Brasília. Foram os governos militares que deram à Nação o desenvolvimento das comunicações, o grande progresso, a construção das grandes hidrelétricas e de uma formidável rede rodoviária.

Todas essas obras constituíram um incomensurável patrimônio para a Nação. Nos governos dos militares, além de todas essas realizações de grande valor econômico e financeiro, o País vivia em tranqüilidade, o povo brasileiro tinha saúde, tinha educação, tinha desenvolvimento. E tudo isso se devia a quem? Aos governantes do período anterior? Àqueles que faziam antagonismo aos então dirigentes militares? Não, claro. Tudo isso era fruto de uma boa administração. Eu, que servi no Exército como estagiário, nas funções de aprovisionador, almoxarife e tesoureiro, vi como o militar administra os bens a seu cargo: com responsabilidade, com isenção.

Nunca vi, naquela época, os governos militares fazerem clientelismo ou nepotismo. Diria até que os militares foram tão honestos que sequer se preocuparam em resolver seus problemas de vencimento. De modo que, daquele contexto, se nos transpusermos para a atualidade, vamos encontrar um quadro absolutamente adverso, em que não há dinheiro para a saúde, não há dinheiro para a educação, não há dinheiro para o saneamento. Mas há, sim, muito dinheiro para pagar os agentes financeiros que estão sugando as nossas reservas, o nosso patrimônio, que está sendo vendido para pagar juros internacionais. De modo que rendo homenagens aos governantes militares daquela época, pois souberam administrar a economia do País, dando acréscimo ao patrimônio nacional.

Logo que os militares assumiram, houve um enorme progresso nas universidades. Foi exatamente o momento em que as universidades cresceram para atender à demanda do brasileiro que precisava se instruir e se educar, para o melhor desenvolvimento pessoal. No setor de saúde, decorrente das obras de saneamento que foram feitas, os resultados foram notórios. O povo brasileiro assistiu, também, a momentos de grande progresso social pelos programas habitacionais que o governo realizou.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), por exemplo, criado pelos governos militares, há quem diga ter sido a maior distribuição de renda já

ocorrida na América Latina. Graças a ele, muitos brasileiros do sertão, muitos brasileiros idosos, depois de longos anos de labor, alcançaram uma sustentação de vida, uma vida feliz até os últimos dias, o que, na verdade, produz resultados benéficos na distribuição da renda nacional. Realmente, é um projeto majestoso. É tão grande que até hoje perdura, sendo reivindicado pelos atuais revanchistas, como se fosse uma bandeira deles próprios.

Hoje em dia muito se fala sobre a ocorrência de uma "ditadura militar". Saber se realmente houve ditadura, para mim é uma reflexão que faço, e o faço não analisando somente aquele período, mas o faço ao longo da nossa história, até os tempos atuais. Porque o que nós sabemos é que um movimento anti-revolucionário, para se tornar eficaz, tem que usar processos que não são normais, comuns, dentro de uma ordem democrática. É uma contra-revolução que se estabelece, e que, por conseqüência, tem que empregar a força para combater o inimigo. Sendo assim, sob esse aspecto, é até aceitável que se diga que houve uma ditadura. Ditadura no ato de reagir contra a ameaça comunista.

Mas, a partir do momento em que a agressão se dizimou, a partir daí não vejo como entender-se ter havido ditadura. E explico. Ditadura é absolutismo, e durante o período revolucionário, depois que o processo anti-revolucionário se consumou, o que nós testemunhamos foi o fato de governantes militares, de todos os setores e níveis, cultuarem a ordem constitucional. Poder-se-ia dizer que os atos dos governos militares eram antidemocráticos, mas pelas razões que há pouco citei. Eles eram necessários, porque só daquela forma se poderia restabelecer a ordem. Sem meios dissuasórios não seria possível absolutamente se fazer retornar a ordem à Nação. E naquele tempo, não se tinha notícia absolutamente de que o governo desrespeitasse a ordem constitucional.

Testemunhei, várias vezes, atos dos governos militares serem adversados judicialmente, isto é, sentenças judiciais serem proclamadas e cassarem atos do governo, e os governantes se renderem para cumprir tal decisão. Esse é um detalhe importante, para desmistificar essa figura da ditadura no período militar. Porque, no período dos governos militares, as decisões eram cumpridas religiosamente. Constituía uma questão de honra o cumprimento das ordens emanadas do Poder Judiciário. Coisa que não acontece hoje.

Existem críticas à Revolução de Março de 1964. Acho que nenhum movimento revolucionário será capaz de ser infalível, até porque se utiliza, normalmente, de métodos extraordinários, excepcionais. No caso brasileiro, um dos equívocos cometidos pela Revolução, a meu ver, foi o fato de que ela, mesmo involuntariamente, propiciou o afastamento de algumas novas lideranças nacionais que emergiam, ainda

não comprometidas ideologicamente com interesses externos, mas que foram sufocadas pelo receio de que se fizessem presentes, servindo àqueles interesses espúrios.

Posso dizer que, por força desse involuntário efeito negativo operado junto aos jovens, muitas pessoas honestas, na época, foram consideradas no meio de outras como se subversivas fossem. O tempo depois mostrou, entretanto, que realmente aquelas pessoas foram manipuladas. Eram inocentes úteis que se deixaram levar por uma proclamação da esquerda e que, por causa disso, foram confundidas com elementos subversivos.

Hoje estamos diante de uma guerra suja, sórdida e impatriótica. O Brasil sofre novas ameaças, ameaças externas, que vêm sob o rótulo de uma globalização que se instalou no País, sufocando o nosso nacionalismo econômico e pondo em risco a nossa independência e a nossa soberania. Já se diz até que a Amazônia não nos pertence e que a nossa moeda tem que ser um reflexo da moeda externa. Desse modo, preocupa-nos essa situação nova que surge, comprometendo os verdadeiros interesses nacionais.

Assim, entendo que o povo brasileiro deve estar preparado para reagir, mais uma vez, a essa nova guerra que se estabelece, e que é uma guerra diferente: é uma guerra em que os métodos utilizados são muito mais perigosos que os métodos tradicionais de uma guerra convencional. Assim, para nos defendermos dessa nova ameaça, precisamos contar com o esforço e a harmonia de todos os brasileiros, principalmente com os órgãos aos quais compete a defesa nacional, as Forças Armadas.

Atualmente, tenho atuação como profissional de Direito, operador de Direito, advogando. Já passei pelo Ministério Público, e diria que uma coisa em que o militar nos dá exemplo é a disciplina, que não aceita transigência com os erros, os equívocos e as ofensas aos regulamentos. E no Brasil, infelizmente, nos dias de hoje, o que vemos é a impunidade. Poderíamos aproveitar esse sentimento do militar, de obediência à lei, de punição àqueles que praticam a indisciplina, como ensinamento para combater a impunidade. Esse mesmo exemplo deveria ser vivenciado no meio civil, para aplicar aos infratores da lei as sanções que ela prevê. Mas, infelizmente, o homem que estabelece a lei e o que deve dar as condições para o cumprimento das penas, nenhum nem outro cumpre a sua missão. E hoje, infelizmente, a impressão do cidadão brasileiro é de que a impunidade é tolerada pelos governantes. Praticam-se crimes porque se confia que não haverá punição, e isso é um péssimo exemplo. Seria, pois, o ensinamento militar o melhor remédio para combater a impunidade no meio civil.

Sabemos que a autoridade está em crise. E qual é a causa dessa crise? Por que a autoridade está desacreditada? Na verdade, esse descrédito decorre exatamente

da sua má formação educacional e da sua omissão, ao conviver com os maus costumes políticos e com a impunidade. Constituída assim, através de meios espúrios, ao conviver no meio da sociedade, no meio do povo, não se pode lhe dar crédito por não ser legítima. Essa é a causa de estarmos numa verdadeira crise de autoridade, em meio ao desequilíbrio entre direitos e deveres.

Gostaria de, ao final, fazendo um retrospecto a partir dos momentos iniciais da presente entrevista, dirigir-me aos jovens brasileiros. É importante que a execração de todas essas mazelas a que me referi, purifique e fortaleça para sempre a consciência dos jovens, e que nada possa embair sua capacidade de bem servir. É preciso que os jovens acreditem que o Brasil é um país que, em futuro próximo, será capaz de superar todos esses óbices que, através do tempo, nossa geração atual vem enfrentando. E que o sentimento de Pátria, o civismo e o respeito à ordem constitucional sejam primados, sejam prioridade de conduta na sua vida particular. E que cada um, assim procedendo, seja, na verdade, um brasileiro que dará ao Brasil sua contribuição concreta, ao nível do nosso imenso potencial físico, humano e cristão.

Professor Francisco Olavo Silva Colares

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Cargos e funções desempenhados: professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF), de 1981 a 1998 e do Colégio Farias Brito, de 1974 a 2001; advogado; radialista – apresentador e moderador do programa *O Mundo em Debate*, da Rádio AM do Povo.
- Cursos civis: História, na Universidade Estadual do Ceará (UECE); Direito, na Universidade Federal do Ceará (UFC); Orientação Educacional, no Centro de Estudos do Pessoal (CEP), do Exército, e pós-graduação, em História das Idéias Políticas, na UECE.
- Produção intelectual: História do Ceará, Ensino Médio e Apostilas de História e Geografia. Outras produções: artigos jornalísticos e históricos publicados no *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *Tribuna do Ceará*.

Entrevista realizada em 19 de setembro de 2001.

Inicialmente, desejo expressar a minha satisfação por poder integrar o elenco de pessoas convidadas para falar sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, iniciativa muito feliz do Exército Brasileiro. Ante a maneira distorcida como vem sendo apresentada a Revolução, este Projeto de História Oral – por sua transparência e fidedignidade – tem o mérito de esclarecer as dúvidas que povoam a consciência da sociedade brasileira, aparentemente dividida entre civis e militares. Somos uma sociedade una. É preciso compreender que o Brasil não se divide em porções.

Todos os cidadãos, homens e mulheres, até as crianças, precisam ter consciência do engajamento numa sociedade que busca o futuro a partir do conhecimento do seu passado, através da História. Então, este Projeto vem ocupar o vácuo existente e a certeza de que, a partir daqui, estaremos todos a contribuir para que a Nação conheça melhor a sua realidade e tenha plena convicção do que aconteceu, dentro de uma análise a mais imparcial que possamos estabelecer. Isso somente é possível ouvindo-se todos os grupos ideológicos, todas as tendências da política. Ouvindo aqueles que participaram de fatos grandiosos dos últimos tempos, a partir do pós-guerra, época em que se constrói esta sociedade moderna, esta sociedade industrial urbana, da qual fazemos parte.

A Revolução de 31 de Março de 1964 não se fez do dia para a noite. Não se constituiu às vésperas do anúncio à Nação de que havia uma ruptura, em face do quadro que vivíamos. Veio ao longo de décadas, com militares e civis debatendo, discutindo o que melhor fazer diante da transformação por que passava o mundo, realidade que se refletia sobre o nosso País, que não entendia bem o seu futuro, não compreendia bem o que estava a acontecer.

É necessário lembrar que durante o primeiro período getulista, de 1930 a 1945, o quadro nacional viria a sofrer uma mudança muito grande. A economia brasileira era essencialmente agrícola, sendo o café responsável por 70% das nossas exportações. Esta sociedade rural vai sendo colocada em segundo plano, cedendo lugar à industrialização, a partir da percepção de que o País, por suas potencialidades, também poderia ser berço do mundo moderno, do mundo industrializado. Em 1945, no final do Estado Novo, a industrialização estava consolidada, no nosso País.

Getúlio Vargas não foi o único responsável por este milagre, como às vezes alguém comenta. Isto, na verdade, é o resultado de um processo histórico que envolvia todo o Ocidente, a partir da Europa, dos séculos XVIII e XIX, dos Estados Unidos e Japão, na segunda Revolução Industrial. E o Brasil, naquele momento, amadurecia o processo de transformação profunda que ali se iniciava.

Em 1960, tínhamos na política brasileira lideranças populares e de indiscutível carisma. Jânio da Silva Quadros, nascido no subúrbio de São Paulo, chega à

Presidência da República em poucos anos; Adhemar de Barros, também de São Paulo, homem da indústria e da política rural; Jornalista Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, figura de suma importância nesse processo de transformação, com participação ativa no período que antecede a morte do Presidente Getúlio Vargas, em 1954; Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais, prefeito de Belo Horizonte, médico, abandonou a profissão para se dedicar à política. Contribuiu para a modernização do País, com erros e acertos.

Se a política do populismo provocava indefinições ao País, tal fenômeno não se verifica com relação ao campo econômico, que avançava na produção de energia elétrica, principalmente a partir de recursos hídricos. Os programas de aproveitamento das Bacias do Paraná e do São Francisco já estavam em desenvolvimento e, por conseguinte, dispunha-se do instrumental necessário à efetiva modernização. Mas aí surge o grande problema: de repente, muita gente sai do campo para a cidade, atraída pela industrialização, e constrói-se o perfil da sociedade urbana.

Jovens, na sua maioria, que abandonaram as áreas rurais, acreditam no Brasil urbano, no Brasil da indústria. Acreditam no Brasil que se construía em São Paulo, no ABC, com a grande concentração industrial na área do vale do Rio Paraíba do Sul. Acreditam nas atrações que a Cidade do Rio de Janeiro oferecia. Jovens que acreditaram no projeto de Brasília, na ocupação do Oeste, a partir do Governo de Juscelino.

Os políticos populistas, entretanto, com êxito nas urnas, vão construindo um País que não leva efetivamente a um caminho de paz, sossego e tranqüilidade. A década de 1960 começa com um quadro histórico preocupante. Depois da arrancada desenvolvimentista do Presidente Juscelino – "cinqüenta anos em cinco", a divisa do seu governo –, tivemos Jânio Quadros. Apenas sete meses de governo, de muita conversa, de muitos bilhetinhos e de poucas realizações úteis e importantes. Com a sua renúncia, João Belchior Marques Goulart, Vice-Presidente da República, eleito através de um processo eleitoral que permitia eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República de partidos e chapas diferentes, deveria assumir a chefia do Governo.

Este fato gerou uma questão política, criou um conflito político-ideológico. De um lado, aqueles que defendiam a legalidade da sua posse, e, do outro, a discordar, parcela considerável da sociedade, por entender que João Goulart não reunia condições para assegurar o equilíbrio, a estabilidade, a ordem e o progresso. A solução viria com o parlamentarismo. João Goulart na Presidência da República, como Chefe de Estado, e Tancredo Neves, o Primeiro-Ministro, como Chefe de Governo. Na verdade, uma solução apenas conciliatória e, por isso, de tão curta duração, de setembro de 1961 a janeiro de 1963.

Tancredo Neves logo renunciaria para disputar o governo de Minas Gerais, tendo sido derrotado por Magalhães Pinto. O período seguinte, de Brochado da Rocha, também foi um período confuso, de poucos meses de duração. A terceira fase do parlamentarismo, governo do socialista, jurista e professor Hermes Lima, também não proporcionou condições para o País avançar. João Goulart entendeu muito bem a situação que se lhe abria para defender o retorno do sistema presidencialista, confirmado através da realização de um plebiscito autorizado pelo Congresso Nacional.

Todas essas situações devem ser lembradas a fim de que possamos entender o porquê de tanta intranqüilidade e desassossego que o País vai vivenciar entre janeiro de 1963 e março de 1964. Um ano e dois meses de governo com agitações, com subversão da ordem, com dificuldade política, pois João Goulart não gozava no Congresso Nacional de maioria estável.

O Partido Social Democrático (PSD), o maior partido político do País, tinha o apoio, sobretudo, da área rural e era forte em Minas Gerais e a União Democrática Nacional (UDN), partido de Carlos Lacerda e de um grupo de políticos brilhantes como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso e Aliomar Baleeiro, que não aceitavam o caos político que estava a ocorrer. Ao caminhar para o início de 1964, constata-se o aprofundamento da crise, dos conflitos e das divergências. De tal forma crescente, a intranqüilidade nacional vai desaguar na Revolução de 31 de Março de 1964, e perduraria até 1985.

Hoje, regra geral, ouvimos apenas comentários superficiais sobre os governos militares, sem uma abordagem mais detalhada, um cuidado maior na análise do que cada um dos governantes veio a realizar. Nenhum governo agrada efetivamente a todos. Daí, os aplausos de uma parcela da sociedade, e a crítica, a não aceitação de outro lado. É absolutamente natural que isto aconteça. Não se poderia esperar que, ao longo de vinte e um anos, toda a sociedade brasileira estivesse ao lado daqueles que estavam governando o País.

De início, a contribuição extraordinária do Presidente Castello Branco, chefe militar que consegue se comunicar, consegue chegar ao povo. Lembro-me bem da sua primeira visita a Fortaleza, desfilando em carro aberto pelas ruas da cidade. Naquela época, alunos do Colégio Cearense, do Sagrado Coração, estávamos todos na Avenida Duque de Caxias. O Presidente Castello Branco a visitar a sua terra natal, o Ceará, e a receber os aplausos; e a certeza de que esperávamos muito da sua administração.

Castello Branco estabeleceu, em 1967, uma Carta Constitucional que aprimorou o sistema tributário nacional, modernizou o sistema orçamentário e instituiu o plano anual de investimentos. Estabeleceu normas de política fiscal e empreendeu

um duro combate à inflação. Aprovou o Estatuto da Terra e autorizou as desapropriações, para fins de reforma agrária, com pagamento através de títulos da dívida pública. Fixou, por fim, uma nova legislação sobre a administração pública, tendo, na reforma administrativa, instrumento eficaz de combate à corrupção. O ministério de Castello Branco foi constituído de pessoas competentes e qualificadas.

Em 15 de março de 1967, tivemos a passagem do Governo para o Marechal Costa e Silva, que ficou no Poder por pouco mais de dois anos. Seu Governo foi marcado pelo início de uma crise profunda nas relações com a oposição à administração estabelecida. Muitos criticam a estrutura militar que o País passou a vivenciar, em 1968.

No mundo todo tivemos a explosão da juventude. É necessário lembrar que a década de 1960 começa com uma revolução no interior da sociedade, decorrência da mudança no comportamento humano, em face da descoberta da pílula anticoncepcional. Por conferir liberdade às relações entre homens e mulheres, tal descoberta assume importância histórica, com intensa repercussão em todo o mundo, principalmente por permitir que a mulher – mais do que procure – exija a sua participação, a sua integração, a sua inserção na sociedade. E nas universidades da Europa, principalmente na França, eclodiu aquele grito de protesto, de revolta. Os jovens queriam liberdade, que talvez nem entendessem, nem soubessem definir, sequer soubessem que tipo de liberdade estavam a exigir. Mas o certo é que os protestos de Paris, em maio de 1968 – envolvendo, a princípio, apenas os estudantes e, mais tarde, os trabalhadores – ecoaram no Brasil.

E aí é necessário lembrar que o Governo militar do Marechal Costa e Silva foi tolerante, absolutamente capaz de manter a calma, de compreender tudo aquilo que estava acontecendo. E entre maio e dezembro de 1968, a Nação foi tomada por passeatas, por manifestações de protesto. Muitas vezes essas manifestações terminaram em pancadaria entre aqueles que estavam a contestar a ordem pública vigente e aqueles que estavam para fazer a ordem prevalecer. No Rio de Janeiro, aconteceu a famosa passeata dos cem mil. Em Fortaleza, ocorreu uma passeata gigantesca, à qual, segundo se avalia, compareceram de trinta mil a quarenta mil pessoas. Naquela época, era presidente do Diretório Central dos Estudantes, no Ceará, o atual Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, José Genoíno Neto.

Ainda em 1968, durante a Semana da Pátria, através de pronunciamento na tribuna da Câmara Federal, o Deputado Márcio Moreira Alves conclamara as jovens brasileiras a evitar aproximar-se dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, a evitar contato com os militares e a não participar das manifestações do Sete

de Setembro, atitude que, evidentemente, injuriou determinadas áreas do governo e, de certa forma, da própria sociedade.

Lamentavelmente, vamos mergulhar num período que nem mesmo o Presidente Costa e Silva desejava, ilação que se faz a partir da postura anteriormente assumida, e que medeia de 13 de dezembro de 1968, com a implantação de legislação mais rígida, até 1974, último ano do Governo do General Emílio Garrastazu Médici. Ao longo dessa fase, o País viveu uma época de agitações e de confrontos, uma guerra suja, ocorreram guerrilhas urbanas e rurais. O governo, evidentemente, reagiu. Mas é preciso lembrar que no Governo Médici, de 1969 a 1974, o País viveu o chamado "milagre brasileiro", com desenvolvimento acelerado, com grandes conquistas e avanços.

Na realidade, uma fase de muita prosperidade, de grandes investimentos na área social, preocupação constante do governo militar. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) beneficiou milhões de pessoas do campo, que não haviam sido amparadas pela legislação trabalhista. Um dos maiores, se não o maior programa social do planeta, com quarenta milhões de pessoas aposentadas.

Também tivemos algo muito interessante – como professor, reputo fundamental – a criação do ensino profissionalizante do 2º grau, o ensino médio de hoje. Lamentavelmente, acabou, foi sabotado. As próprias escolas particulares e o setor público o foram boicotando, dizendo que não dava certo, que o sistema era improdutivo, que o aluno queria ir para a universidade. Hoje, temos convicção de quão necessária para o País é a formação da mão-de-obra qualificada de nível médio. Infelizmente, o projeto, iniciativa do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, não foi levado adiante, mas esquecido, considerado improdutivo, numa avaliação grosseira e equivocada da mentalidade contrária àquela idéia.

O General Ernesto Geisel, ao assumir o Governo, em 1974, deparou-se com uma ordem econômica internacional muito grave e prejudicial ao País, que estava vivenciando uma etapa de prosperidade. Foi a crise do petróleo. Em 1973, mais uma guerra no Oriente Médio entre Israel e os árabes. Estes logo perceberam que o petróleo poderia e deveria ser usado como arma política, um meio de barganha forte que até então não haviam utilizado. Que fez o mundo árabe? Aumentou o preço do barril de petróleo. Para o mundo ocidental, particularmente para o Brasil, foi um duro golpe.

Em meio a tudo isso, o Presidente Geisel dá início à abertura política, de forma lenta e gradual, tendo como articuladores principais o Senador Petrônio Portela, Ministro da Justiça, e o General Golbery do Couto e Silva, que passou a "bruxo da abertura", responsáveis por convencer a Nação de que, assim, sem ser repentina, evitar-se-ia a desordem, o retorno à situação anterior, absolutamente inaceitável.

Obviamente, a distensão política comportava alterações na norma constitucional. O detalhe importante a observar é que, ao fazê-lo, submetendo-as à apreciação do Congresso Nacional, o Presidente Geisel explicitara a duração do mandato do próximo presidente – que viria a ser o seu sucessor – fixado em seis anos, comportamento escoimado de qualquer solução casuística.

O Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo vai fechar o ciclo dos militares no Poder. Além de consolidar a abertura democrática, Figueiredo tem o mérito de promover a anistia política, tentativa de reaproximar, de harmonizar a Nação. Todos os políticos que se encontram no exílio, agora anistiados, podem retornar ao Brasil.

Não se pode desconhecer que o País cresceu muito durante os governos militares, autenticamente nacionalistas. Hoje, com a transferência do patrimônio público para a iniciativa privada, observa-se exatamente o contrário, processo que se iniciou ainda no Governo Collor de Melo, mas plenamente efetivado no decorrer dos dois governos – eleito e reeleito – do Senhor Fernando Henrique Cardoso.

O grande mérito dos governos militares está no fortalecimento das empresas estatais, como sinônimo de desenvolvimento econômico-social e na sensibilidade para com as questões sociais, sem que o País estivesse submetido ao regime socialista ou comunista. Muito pelo contrário. O comportamento político dos governos militares sempre esteve voltado para a busca do retorno à democracia, com a grande preocupação de manter o Estado brasileiro controlando e fortalecendo as empresas públicas, sendo exemplos disso a Petrobras, a Eletrobrás, a Embratel, a Telebrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Se hoje a política que temos leva ao enfraquecimento da estrutura do Estado, é porque o neoliberalismo defende a tese de que o Estado deve emagrecer e não deve controlar a economia, que deve estar nas mãos da iniciativa privada. O homem deixou de ser essencial para tornar-se acessório, mera peça de reposição, resultado da frieza neoliberal, que só enxerga números, sendo o homem apenas um desses numerais.

Então, por que houve a Revolução de 1964? Poder-se-ia indagar. Exatamente para preservar o País da sanha alienígena, do totalitarismo comunista, que buscava a implantação de uma república sindical, processo já bastante adiantado e que ganhara impulso com a posse do Presidente João Goulart. E não seria a primeira vez, pois em novembro de 1935 houve a tentativa de tomada do Poder, pela força, episódio que passa para a História como a Intentona Comunista. Naquela oportunidade ocorreu a sublevação nos quartéis do 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), em Natal, do 29º BC, no Recife (Socorro) e, no Rio de Janeiro, no quartel do 3º RI e na

Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. Levante traiçoeiro e sangrento, praticado por companheiros, contra os outros, que dormiam despreocupadamente.

Devo lembrar que, associado à Intentona Comunista, está o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, inspirado na Revolução Comunista Russa de 1917. A criação do PCB deve-se, em boa parte, à influência que jovens imigrantes italianos e alemães trouxeram para cá, principalmente os italianos, militantes do socialismo e do anarquismo. Aqui, trabalhando na lavoura, nas estradas de ferro e nas indústrias nascentes de São Paulo, difundiram suas idéias e muitos dos operários brasileiros deixaram-se contagiar, absorvendo aquela ideologia.

Quando criança, acostumei-me a ver aqui em Fortaleza, sempre a cada mês de novembro, cartazes alusivos à Intentona, afixados em vários locais da cidade. Ora, se este fato permanece na minha lembrança, como poderiam esquecê-lo aqueles que estavam realmente empenhados em preservar a democracia? E ao chegar a década de 1960, e com ela a agitação, a subversão e a perda de rumo da Nação, a evocação do motim de 1935 reacendeu na memória dos militares. Perceberam estar às vésperas de uma nova sublevação, pois o ambiente estava em efervescência, para que os comunistas assumissem o Poder.

Não muito raro, indaga-se sobre se o Presidente João Goulart dispunha de um plano, de um projeto nacional, com conteúdo e liderança. Particularmente, não creio que se possa falar de um projeto nacional denso, bem firme. João Goulart era um homem rico, um grande fazendeiro ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob a orientação de Getúlio Vargas, a quem era vinculado. O objetivo do PTB era reunir, incorporar os operários, os trabalhadores urbanos de todo o País.

A meu juízo, João Goulart não estava preparado, não tinha qualificação para o exercício da Presidência. Além de não possuir aptidão, sofria de abulia política. Era um homem que transmitia a idéia de alguém muito acomodado, mais preocupado com as coisas relativas às suas propriedades, aos seus bens, e que, de repente, ante a renúncia intempestiva de Jânio Quadros, vê-se guindado à Presidência da República.

Com relação, especificamente, a um plano nacional, o que existia, na verdade, era um plano trienal elaborado pelo Ministro do Planejamento, economista Celso Furtado – idealizador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Governo Juscelino – que não chegou efetivamente a ser implementado. O Produto Interno Bruto (PIB) que, em 1962, fora de 5%, em 1963 caíra para menos de 2%. Se, no conjunto, a economia brasileira entrava em declínio, deduz-se, necessariamente, que as reformas de base – plataforma do governo, responsáveis, em grande parte, pela agitação política – não tinham como prosperar. Ape-

nas, denunciavam o populismo demagógico, sobretudo quando se reportava à questão da reforma agrária, que viria a se efetivar com o advento do Estatuto da Terra, uma das grandes realizações do Governo Castello Branco. Não há como negar que a política fundiária, ao longo das três últimas décadas, foi realizada com base no Estatuto da Terra.

João Goulart nunca transmitiu confiança à Nação, razão por que caiu de forma tão rápida. Os que estavam a seu lado mostraram-se fracos, justo por não terem um líder para conduzi-los.

Sobre a posição da Igreja – muito forte no seio da sociedade brasileira, desde os jesuítas – à exceção de algum padre, algum bispo, ela marchou ao lado do Movimento Revolucionário. Se depois, a partir da década de 1970, apresenta-se dividida, já é outra história. Em 1964, eu que estudava no Colégio Cearense, vi a alegria e o entusiasmo dos irmãos maristas em apoio à Revolução. E em Mecejana, ainda menino de 12 anos de idade, me ligava muito ao cônego Francisco Pereira, que naquela noite, através do rádio de pilha, acompanhava as notícias sobre a eclosão da Revolução. Ao lado de outros católicos, todos apoiavam, efetivamente, o que estava acontecendo. Meu pai, por exemplo, vibrava com o que acontecia.

O apoio de alguns governadores, líderes civis de grande expressão nacional, foi decisivo para o êxito do Movimento de 1964, merecendo destaque o jornalista Carlos Lacerda, Governador do então Estado da Guanabara. No meio militar, são vários os líderes. Porém, no momento da irrupção, o Marechal Castello Branco e o General Olympio Mourão Filho são os principais.

Quando se ouve notícias de que a Revolução de 1964 teria sido uma imposição dos Estados Unidos, há que se fazer algumas considerações. Realmente, no pós-guerra o mundo estava dividido entre o comunismo, liderado pela Europa do leste, sob a tutela da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o capitalismo, no Ocidente, à frente os Estados Unidos, numa disputa hegemônica. Isto posto, não se pode ignorar que, em 1959, houve a tomada do Poder, em Cuba, por Fidel Castro. Não se pode desconhecer, outrossim, a resistência de Cuba ao ataque norte-americano à Baía dos Porcos. Enquanto resistia, Fidel Castro declarava, explicitamente, a sua adesão ao marxismo-leninismo. Outro exemplo desse conflito foi o desembarque de tropas americanas no Vietnã do Sul, para combater guerrilheiros comunistas. E em 1961, os comunistas ergueram o Muro de Berlim, na Alemanha dividida.

No ano seguinte, Cuba é sitiada por tropas da Marinha dos Estados Unidos em face da instalação de mísseis soviéticos na ilha. Estes são exemplos do estado de beligerância que predominava entre aquelas potências, sendo evidente a repercussão desses fatos mundo afora, inclusive no nosso País.

Sob tais aspectos, é clara a associação entre o Movimento de 1964 e a guerra fria. Ocorre que o Brasil tem a sua História, o seu evoluir histórico, que não pode ser esquecido. Argumentar que a Revolução foi pura e simplesmente uma intervenção dos Estados Unidos, evidentemente falseiam a verdade. Não se está analisando os fatos de modo abrangente e imparcial, mas tão-somente pontuando o imperialismo americano, a força dos Estados Unidos no bojo da guerra fria, na luta contra a União Soviética. Estaríamos, dessa forma, esquecendo que a nossa História recente possui características próprias, processo que se iniciou com a fundação do Partido Comunista, em 1922, passando pela Intentona de 1935, para, enfim, desaguar na Revolução, depois de toda a agitação do período Goulart.

Com relação ao apoio dos meios de comunicação ao Movimento de 1964, sabemos que as principais redes de rádio do País foram levadas a secundá-lo por exigência da Nação. É claro que havia exceções, existiam emissoras ligadas ao Governo Goulart. A Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, por exemplo, era controlada por Leonel Brizola, que apoiava Jango. O jornal *Última Hora* também defendia o governo vigente. Diferentemente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Em 1964, a Rede Globo de Televisão não existia ainda, tendo sido criada no ano seguinte. E aqui no Ceará, o jornal *O Povo* e a maior parte das emissoras de rádio estiveram ao lado do Movimento, à exceção da Rádio Dragão do Mar, pertencente ao grupo no Poder, que teve suspensas as suas transmissões durante alguns dias. Diante de todas essas evidências podemos dizer que, de modo geral, houve o apoio da grande Imprensa ao Movimento de 1964.

Quando os protestos na Europa, em 1968, a que me referi, chegaram ao nosso País, também os Estados Unidos assistiam a manifestações de violência contra a sua crescente participação na Guerra do Vietnã. Mas, no Brasil, por causa das ações de guerrilha e de atos terroristas, as ações foram ainda mais violentas. Principalmente porque os seus agentes se aproveitaram do idealismo entusiasta e cego da juventude.

Vários estudantes universitários e secundaristas de Fortaleza participaram da Guerrilha do Araguaia e integraram as facções mais radicais, aquelas que admiravam, por exemplo, Che Guevara e a Revolução Cubana. Naturalmente, esses jovens não tinham condições de fazer uma análise histórica imparcial da situação. Muitos deles não sabiam exatamente o que as guerrilhas representavam ou significavam. E, lastimavelmente, tivemos mortes de ambos os lados.

O acirramento da guerrilha e do terror fez com que o governo revolucionário instituísse os órgãos de informação e de operações e, *pari passu*, agravasse a Lei de Segurança Nacional. Com relação a esta lei, a única ressalva, a meu ver, seria o

instituto da pena de morte. Primeiro, por não ter sido prática comum no Brasil; e, mesmo no mundo, são raros os países que ainda mantêm a pena máxima. Em segundo lugar, pela possibilidade da execução de inocentes ou pela absolvição de culpados. Os órgãos de informação e segurança, no entanto, estes são absolutamente necessários a qualquer Estado Democrático de Direito.

Todos os governantes do período revolucionário iniciado em 1964, saíram da vida pública do mesmo modo como entraram. Foram profissionais militares que aceitaram o cargo de Presidente da República como missão. Poder-se-ia dizer que Castello Branco ficou rico ou se locupletou da coisa pública? Médici e Geisel foram dois autênticos estadistas. E o Presidente Figueiredo também legou ao País um exemplo de responsabilidade irretocável.

As realizações do período revolucionário, algumas já comentadas, por serem abrangentes e múltiplas, contemplaram todos os campos de atividade. O Presidente Castello Branco, por exemplo, introduziu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Na época, muito criticado por substituir o Sistema de Garantia à Estabilidade do Trabalhador; depois, aplaudido por toda a Nação. A previdência do homem do campo, a qual já me referi, foi uma iniciativa de extraordinário alcance social.

Muitas outras iniciativas importantes foram tomadas no campo econômico-social. Por exemplo, durante o Governo Geisel, que enfrentou a crise mundial do petróleo, sempre houve cautela no aumento do preço do combustível, bem como a preocupação em discutir o que iria acontecer; não se estabelecia o aumento e depois anunciava; se discutia antes. Preocupação que significava respeito ao direito da pessoa humana.

Até mesmo a violência decorrente do confronto ideológico denota essa preocupação. Restringindo-se à força necessária e suficiente para neutralizar as ações adversas, pôde o governo revolucionário evitar uma tragédia, assertiva que se pode comprovar com base no número de baixas, menos de trezentas vítimas, de ambos os lados, das quais mais de cem eram integrantes do aparato oficial.

Enquanto isto, o governo stalinista entra para a história do século XX através do flagelo que se abateu sobre a União Soviética, com um número de vítimas oscilando entre dez milhões e trinta milhões. Em outras sociedades onde os regimes totalitários prevaleceram, também os números são dramáticos.

A passagem do comunismo foi lamentável, pois, ao surgir, no século XIX, trazia uma mensagem de esperança para o trabalhador, algo que se prenunciava capaz de combater o capitalismo selvagem, o capitalismo da burguesia. Mas na prática fica claro o seu desvirtuamento quando, em 1956, o próprio Nikita Kruchov, ao assumir o governo da União Soviética, denunciou o stalinismo – durante a reali-

zação do XX Congresso do Partido Comunista – como um período de horror. Vinte e nove anos de horror político, com milhares e milhares de pessoas presas, torturadas, submetidas a cruéis tratamentos, levadas para hospitais psiquiátricos, abandonadas na Sibéria e mortas. Não há como negar, pois, que o totalitarismo gerou um resultado, uma situação inaceitável, tendo sido rejeitado nos próprios países onde se estabeleceu.

Segundo os historiadores, as guerras que aconteceram em fins do século XVIII e início do século XIX tinham por objetivo consolidar as nacionalidades. No século XX, através das duas grandes guerras, os países imperialistas disputavam a hegemonia mundial. Na atualidade, os historiadores fazem uma análise profética. Com base no que têm observado, falam das guerras étnicas, das guerras religiosas e, sobretudo, das ações de grupos de terror.

Todavia, para se consolidarem como democracias, às nações impõe-se, como condição necessária e suficiente, garantir, prioritariamente, uma melhor condição de vida aos seus cidadãos. Para tal, as nações precisam ter cuidado com a divulgação de idéias salvadoras, voltadas para engrandecer o homem – de todo desejável – mas que, na prática, se há revelado *marketing* falaz, com o qual não podemos, em hipótese alguma, concordar.

Mais uma vez somos levados a reconhecer a sobriedade dos governos militares, quando não enfatizaram a divulgação de realizações concretas, quase sempre tratando de benefícios para a sociedade, principalmente para a grande maioria da população, sob a forma de conquistas sociais.

A divulgação de idéias, o *marketing* político-eleitoral deve utilizar a tecnologia disponível. Existem os profissionais que cuidam dessa área. As disputas eleitorais mais recentes transformaram os comícios, por exemplo, em espetáculos extravagantes. E os programas para a televisão, em representações teatrais, que têm variado da comédia a peças histriônicas de retórica, que alguns aplaudem por conveniência do usufruto, enquanto a grande maioria, desprovida de senso crítico, torna-se presa fácil da manipulação.

Só depois do período revolucionário chegaríamos à “democracia do *marketing*”, da sociedade do espetáculo. Eis a questão. A propósito, tinha razão o velho Chacrinha, figura ímpar da nossa televisão, quando dizia que “quem não se comunica, se trumbica”. Todavia, existe uma distância abissal entre a sensatez, a decência e o sensacionalismo.

Daí, assoma a oportunidade e a importância deste Projeto como registro e fonte fidedigna da memória viva da Pátria, sem o qual a Nação caminharia para o esquecimento, e – o mais grave – às gerações futuras apenas conceder-se-iam men-

sagens ou versões distorcidas da verdade histórica, exploradas, divulgadas por elementos espertos, por grupos cheios de sutilezas e habilidades.

Mormente porque falar em ética, moral e em civismo nos dias de hoje, passou a ser algo que gera vergonha em algumas pessoas, tal a volúpia com que a mídia divulga o escândalo, a imoralidade, o desrespeito aos direitos e obrigações e ao sentimento de justiça. No início do século XX Rui Barbosa escreveu, entre as brilhantes páginas que produziu, que "acabaríamos tendo vergonha de ser honestos, de ser dignos".

É preciso que a Nação se convença de que lutar por justiça, por ética, por honestidade, é algo que constrói e contribui para que possamos ter gerações futuras mais honradas, mais dignas e mais amantes da Justiça. Não podemos deixar que prevaleçam as agressões que vêm sendo perpetradas contra a sociedade. Por isso mesmo, com satisfação e orgulho participo de iniciativa tão feliz, induvidosa e inestimável contribuição do Exército na busca da veracidade dos fatos, correspondentes a um período significativo da nossa história.

Além disso, este Projeto assume extraordinária credibilidade na medida em que não se restringe a ouvir somente testemunhas favoráveis à Revolução, mas acolhe análises e opiniões das mais diversas tendências ideológicas e sociológicas.

E para coroar o afastamento dos militares do centro do Poder, o governo revolucionário promulgou a Lei da Anistia, ato que, ao consolidar a abertura democrática, renovaria a conduta de Caxias, de reconciliação e de perdão. Todo aquele que analisar a História do Brasil com imparcialidade logo perceberá que a anistia constitui, efetivamente, um tijolo a mais na construção da grandeza do nosso País.

Agora gostaria de me dirigir, sobretudo, às gerações atuais e futuras. É preciso que se entenda, hoje e amanhã, que o País, ao longo de sua história, realizou proezas extraordinárias. Na época colonial, expandindo o seu território, construindo através dos bandeirantes este Brasil de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, que os diplomatas, através dos tratados, souberam consolidar. A partir do Império, construindo a unidade nacional, não obstante todas as tendências de separação, as ameaças de secessão: no Nordeste, com a Confederação do Equador; nos pampas, com a Revolução Farroupilha. E na República, com todas as mazelas e defeitos, erros e equívocos, ainda assim o País conseguiu manter a sua unidade e, ao mesmo tempo, caminhar para a industrialização e a modernidade.

Infelizmente, não resolvemos a problemática social, questão que passa, necessariamente, pela conduta, pela idoneidade, pela purificação da vontade e do caráter nacionais. Questão que passa, também, pela sensibilidade humana – que todos possam ser menos pobres e menos ricos – âmago de toda justiça social.

Verdade que leva à compreensão de protestos – muitas vezes ou quase sempre corretos – decorrentes da injustiça que se funda na concentração exacerbada da riqueza, obra-prima do capitalismo selvagem.

Torna-se fácil, pois, compreender que a solução de problema tão grave depende, evidentemente, da integração consciente de todos, e de cada um, em particular: civis e militares, homens e mulheres, adultos, velhos e crianças. Todos, solidariamente, seremos capazes de construir um País realmente justo e melhor. E não apenas uma Nação moderna e rica, mas grandiosa pela aproximação entre todos os brasileiros.

Este Projeto de História Oral faz parte da construção desta grande Nação.

DEGRAVAÇÃO

Antonio Reginaldo de Lima

*Léa Carla Aleman Amaresco**

TEXTUALIZAÇÃO

Antônio Setembrino de Mesquita e Souza

Aricildes de Moraes Motta

Aurelio Cordeiro da Fonseca

Francisco Sobreira de Alencar

Raimundo Cabral Ribeiro

TRANSCRIÇÃO

*Geraldo Luiz Nery da Silva**

EDIÇÃO DE IMAGENS

Francisco Wilton Oliveira

José Gerardo Carlos dos Santos

Subseção de Audiovisuais

da 5ª Seção do

*Comando Militar do Leste**

---

* Entrevistas realizadas na Coordenadoria do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 13

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 13
Rio Grande do Sul

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Publicação 745

1964 – 31 de Março: O Movimento Revolucionário e a sua História Tomo 13

Coordenador Assistente do Projeto de História Oral do Exército
Aurelio Cordeiro da Fonseca

Coordenador Regional – RS
Entrevistador
João Carlos Rotta

Coordenador Assistente – RS
Entrevistador
Luiz Alberto de Oliveira Francez

Capa
Murillo Machado

Revisão
Ivan Pedro César da Cunha
Solange d'Almeida Telles

M637 1964 – 31 de março : o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003.
t. – (Biblioteca do Exército; 745)

ISBN 85-7011-356-0 (t. 13)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas. I. Motta, Aricildes de Moraes.

CDD 981.06

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados” e da “Folha Registro de Entrevistas”, esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, “deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles”. Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Ruy de Paula Couto

O General Ruy de Paula Couto é natural de Porto Alegre, onde nasceu em maio de 1916. Ingressou no Exército no então Colégio Militar de Porto Alegre, sendo praça de 6 de março de 1934.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de janeiro de 1937 pela Escola Militar do Realengo, foi classificado no 1º Grupo de Obuses 105 (1º GO 105), sediado na Vila Militar-RJ. Ainda como oficial subalterno e Capitão, serviu em tradicionais Unidades de sua Arma, na Vila Militar e no Rio Grande do Sul, destacando-se como Instrutor de Tiro, Instrutor-Chefe do NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e exímio atirador.

Cursou a Escola de Estado-Maior (EEM), ainda no posto de Capitão, no triênio 1946/1948. Após sua conclusão, passou a integrar o seleto corpo de instrutores daquela Escola que aplaudiu suas promoções, por merecimento, a Major, em março de 1951 e a Tenente-Coronel, em setembro de 1954, depois de obter o conceito "Excelente" no curso da Escola de Artilharia do Exército dos EUA – Fort Sill e Fort Bliss.

Classificado na 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) no final do ano seguinte, chefiou a 3ª Seção daquela Divisão até ser novamente convidado para fazer parte da equipe de Instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) nova denominação da EEM.

Em 1959, freqüentou a Escola Superior de Guerra (ESG) como estagiário do Curso Superior de Guerra. Depois de diplomado, chefiou a Seção de Planejamento do I Exército.

Comandou, sucessivamente, o 3º Grupo de Artilharia de Costa (3º GA Cos) – Forte Copacabana, em 1961 e, dois anos mais tarde, já Coronel por merecimento desde dezembro de 1962, o 3º Regimento de Obuses 105mm (3º RO 105) – Regimento Mallet.

Combateu as Insurreições Comunista em 1935 e Integralista em 1938 e participou ativamente da Revolução de 1964, quando respondia pelo comando da Artilharia Divisionária da 3ª DI (AD/3), em Santa Maria, RS.

Ainda em 1964, a convite do Comandante do III Exército, assumiu a 2ª Seção e, em 1966, a subchefia do Estado-Maior daquele Comando de Área. Mercê de suas excelentes qualidades profissionais, foi nomeado Adido do Exército na República Oriental do Uruguai, cargo que desempenhou até maio de 1969.

General-de-Brigada a partir de julho daquele ano, chefiou o Estado-Maior do III Exército, o Gabinete do Estado-Maior do Exército (EME) e comandou a Artilharia Divisionária da 6ª DI (AD/6). Como General-de-Divisão, posto galgado em novembro de 1975, exerceu os cargos de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial e comandante da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/5ª DI).

Distinguido entre os pares, conquistou o mais alto posto da carreira – general-de exército – em novembro de 1978, sendo nomeado chefe do Departamento Geral de Serviços (DGS) de onde se retirou para a reserva, em setembro de 1981.

Segurança Nacional, Educação e Desenvolvimento foram os principais temas abordados nas inúmeras palestras proferidas em diversas Instituições de Ensino e Organizações Não Governamentais (ONG), durante sua brilhante carreira.

Desportista de escol, foi pentacampeão de tiro do Exército, na modalidade Oficial-General, e pratica o radioamadorismo.

Ao longo de sua carreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, recebeu inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas, órgãos e entidades dos governos Federal e estaduais e pela República Oriental do Uruguai.

Entrevista realizada em 29 de Junho de 2000.

É uma satisfação tê-lo como entrevistado neste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. O senhor é um oficial brilhante, primeiro colocado em sua turma do Realengo e menção "Muito Bem" (MB) na ECEME; galgou todos os postos da carreira militar, sendo hoje General-de-Exército. O senhor trouxe um texto escrito; quando lhe for conveniente, ele poderá ser consultado.

O então Coronel Ruy participou intensamente da Revolução de 1964, pois era Comandante do Mallet (3º Regimento de Obuses 105 mm – 3º RO 105) e Comandante interino da AD/3, Unidade e Grande Unidade integrantes da maior guarnição militar do interior do Brasil, situada em Santa Maria, no coração do RS. O senhor dispõe de um tempo livre para relatar a sua vivência e os fatos marcantes daquela época conturbada e, depois, passaremos às perguntas, se for o caso.

É uma satisfação estar aqui e, satisfação maior ainda, ver esta iniciativa de realizar entrevistas com os companheiros que assistiram, acompanharam e participaram da Revolução de 1964; quase todos esquecidos no decorrer do tempo. Hoje em dia, poucas pessoas têm conhecimento daqueles fatos; então se não perpetuarem esse conhecimento, ele se perde na história.

Comandei o Forte Copacabana entre 1961 e abril de 1963. Nesse período, preparei a Unidade para o combate à subversão, deixando-a treinadíssima para cumprir qualquer operação de controle de tumulto e tudo o mais que fosse exigido, tanto é que foi a primeira a envolver-se e a revoltar-se na época da Revolução.

Quando estava completando o comando – fiquei exatamente dois anos, nenhum dia mais – fui convidado pelo General Franklin (Franklin Rodrigues de Moraes) para ser o Chefe de Estado-Maior[1] da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre. Estava me preparando para vir quando soube que o General Franklin fora preterido na promoção; se não me engano, pelo General Oromar (Oromar Osório); eram dois generais-de-brigada.

O Oromar estava em Santiago e foi promovido na frente dele.

Fui ao Estado-Maior do Exército (EME) e disse que não viria mais para Porto Alegre. Lembro que um companheiro de lá ainda me disse:

– Ah! Mas qualquer general que for para lá, vai gostar muito de tê-lo como seu Chefe de Estado-Maior.

– Fui convidado pelo General Franklin e não aceito ser Chefe de Estado-Maior de outro general e também não aceito ir para Porto Alegre.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números

Estava naquela situação de dúvida para onde iria, quando o General Reynaldo (Reynaldo Mello de Almeida), grande amigo, me perguntou:

– Por que tu não pleiteias o Comando do Mallet; está nomeado para lá um Coronel que não quer ir de jeito nenhum.

– É uma idéia boa!

Como eu conhecia o General Ferraz (Lindolfo Ferraz Filho), Chefe-de-Gabinete do EME, fui a ele e falei:

– Estou entregando o Comando do Forte Copacabana e sei que há uma grande dificuldade para colocar um comandante no Regimento Mallet. Se for possível, gostaria de ir para lá.

– Mas que maravilha, estamos mesmo precisando.

E assim fui nomeado Comandante do Mallet. Passei o Comando do Forte Copacabana em 16 de abril e, em vinte e poucos dias de maio estava assumindo em Santa Maria.

A partir de então ficamos bem mais isolados dos acontecimentos; em Santa Maria não sabíamos muito bem o que acontecia no País, só sentíamos aquela subversão terrível que graçava, uma gritaria pedindo reformas de base e tudo mais pelo que o governo estava empenhado. Todo mundo estava preocupado, mas sem saber o que poderia acontecer, apenas mantendo sempre a tropa informada e pronta para qualquer eventualidade.

Durante o mês de março de 1964 aconteceram aqueles fatos lamentáveis lá no Rio de Janeiro. Foi chocante saber do comício da Central do Brasil no dia 13, na frente do nosso Quartel-General, com a presença do Presidente da República e toda sua equipe, um mar de comunistas agitando bandeiras. Aconteceu ainda a anarquia dos marinheiros que se revoltaram e carregaram o Almirante Aragão (Cândido Aragão) nos ombros; um acinte à hierarquia e à disciplina.

Durante um desfile da Guarnição, na cidade, o bispo de Santa Maria me perguntou:

– Coronel, aonde é que vamos parar com este País assim?

– Dom Sartório, o senhor pode ficar tranqüilo, porque mais um acontecimento desses e se resolve o problema todo – respondi de pronto.

– O senhor acha!?

– Eu não acho, tenho certeza!

– Ah, tomara Deus!

No fim do ano fomos para o campo fazer uma grande manobra da DI, durante a qual choveu uma barbaridade. Quando o exercício estava se encerrando, eu disse ao General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo):

– Antes de cada Unidade seguir para seu quartel, vamos desfilar pela cidade.

– O nosso pessoal está imundo, é tudo barro vermelho; as viaturas estão com lama até o teto – ele argumentou.

– General, melhor ainda, porque vamos mostrar como estamos trabalhando; que não estamos só dentro do quartel fazendo faxina e ordem-unida.

E desfilamos com toda aquela tralha de subtenente, todos e tudo embarrado e sob um verdadeiro temporal. A cidade parou, a população veio para a rua e nos aplaudiu vivamente; foi uma das mais bonitas paradas que já vira até então.

A partir de meados de março passei a responder pelo Comando da AD/3; não era Comandante interino porque continuei como comandante efetivo do Mallet. As instalações da AD estavam dentro do Regimento – acredito que até hoje seja assim – então eu respondia teoricamente, porque estava sempre dentro do "meu quartel". Era até chamado de colega porque permanecia mais no Mallet; qualquer necessidade na AD, eu ia lá para resolver.

Lá pelo dia 26 ou 27 de março, disse ao pessoal que viria a Porto Alegre, para conversar com o Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) e com o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) porque eles deveriam estar bem mais informados do que nós. Fui no fim de semana e conversamos muito, aqui no quartel da DI. Lá pelas tantas o Fontoura me sugeriu:

– Vamos fazer o seguinte: eu te darei todas as freqüências e horários da nossa rede-rádio e vamos nos falar direto; do Mallet conosco e vice-versa.

– Tudo bem, ótima idéia.

– Mas retorna logo para Santa Maria porque a coisa está para estourar.

Viajei no dia seguinte, um domingo. Nem consegui colocar em execução o esquema idealizado, porque poucas horas depois chegou lá, recém-chegada do Rio, a proclamação do Castello Branco, que me foi entregue pelo Coronel Edmundo (Edmundo da Costa Neves), chefe da 9ª Circunscrição do Serviço Militar (9ª CSM) – fora colocado ali como castigo, por suas convicções políticas. Levei o documento para o quartel, reuni os oficiais e o li todo. Alertei quanto à necessidade que tínhamos de permanecermos vigilantes e muito preparados porque pressentíamos que a situação atual não persistiria por muito tempo.

Logo em seguida, no dia 31, começaram a chegar os boatos e, à noite, já tivemos a notícia, através das emissoras de rádio, que a 4ª DI havia se revoltado e estava se deslocando de Minas para o Rio de Janeiro; soubemos ainda que o II Exército ficara "meio para lá e para cá", mas no fim também aderira. Conversei muito com o General Poppe que, várias vezes, mostrou-se constrangido. Senti que ele não estava contra o movimento, mas inibido por um dever de gratidão para com o General Jair (Jair Dantas Ribeiro) o ministro. Então eu o alertei:

– General, a questão não é mais pessoal, estamos em uma situação de fato e o país não pode mais agüentar esses comunistas. Se não agirmos agora, se esperarmos mais um pouco, viraremos uma República Sindicalista.

– Pois é! – foi a sua resposta lacônica e evasiva.

E ficou naquele "pois é". Outros companheiros telefonaram para ele; eu estava lá quando o General Garrastazú (Hugo Garrastazú) comandante da 3ª DC (3ª Divisão de Cavalaria), de Bagé, telefonou, dizendo que estava com problemas. Ele só dizia:

– Pois é..., não..., sim..., eu estou bem...

Ficou só nos monossílabos, e nós sem sabermos bem o que estava acontecendo.

A partir do dia 1º, quarta-feira, o General Poppe normalmente se recolhia em torno de meia-noite. Depois eu saía de jipe, com o motorista, para percorrer os pontos críticos da cidade; ia até a sede do partido comunista, ao sindicato dos ferroviários, passava pelo outro lado da linha, na vila operária e, se estava tudo tranqüilo, voltava para o quartel, chegando normalmente em torno de cinco, cinco e meia da madrugada. Eu repartia o quarto com o Agostini (Gabriel D'Annunzio Agostini) e com o Major Rolim (Heronildes Sobreira Rolim), meu subcomandante efetivo. No dia 2, depois da ronda, quando me preparava para levantar, a fim de retornar ao QG, ainda no alojamento dos oficiais, vi o Major Rolim virar-se para o Agostini e falar:

– Coronel, temos que revoltar este Regimento! Não podemos esperar mais!

Na mesma hora falei:

– Calma, calma que nós vamos juntos com a DI, se nós nos "levantarmos" antes, criaremos mais problemas. Santa Maria é uma Guarnição muito importante e não convém; aqui é um centro nervoso. Eu sei que a DI irá conosco, tenho certeza.

Fui para o QG entre 8h30m e 9h, e encontro reunidos na sala do comando da DI os meus velhos conhecidos: Prefeito e Diretores da Viação Férrea. Como a ferrovia (Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e os ferroviários eram encargo do Mallet, eu tinha que dialogar com eles por causa das greves e outras atividades da classe e acabei conhecendo aquelas figuras todas. A presença deles me intrigou, mas depois o General Poppe me disse que eles tinham ido até lá para oferecer a formação de composições que iriam levar nossas tropas. Não me contive:

– Levar nossas tropas para onde?

– Recebemos ordem do III Exército!

Recém tínhamos recebido a ordem. Chegara primeiro para os ferroviários e depois para a DI. Determinava que uma ou duas companhias do 7º Regimento de Infantaria (7º RI) fossem lá para cima da serra e que duas Baterias do Mallet...

– Espera aí! – não deixei que ele terminasse de falar – o senhor não pode tirar nenhum soldado de Santa Maria. O senhor quer entregar a Guarnição para os

comunistas? O que nós temos que fazer é uma manobra sobre Porto Alegre. Nós já não temos a 2ª DC conosco?

– Temos, temos a DC!

Não contávamos com a 1ªDC; a 3ª aderira ao movimento, embora o General Garrastazú estivesse na dúvida de que se poderia cumprir alguma missão.

Então consegui um mapa e, ali na hora, montei uma manobra:

1. Ordem para a 2ªDC:

a) deslocar um grupamento tático motorizado pela BR, não devendo ultrapassar o corte do arroio Iruí – é um arroio junto de Cachoeira do Sul; a ponte que o atravessava havia caído;

b) atingido aquele ponto, fazer ligação com a Guarnição de Cachoeira do Sul – eu sabia que pelo menos a Unidade de Artilharia comandada pelo Mattos Júnior (Francisco de Mattos Júnior) era nossa – e coordenar o prosseguimento juntos, se for o caso.

2. Ordem para o 8º RI de Santa Cruz do Sul – não sabíamos muito bem se estavam conosco ou não:

– deslocar-se na direção de Porto Alegre, não ultrapassando Montenegro.

3. Ordem para o 9º RI, comandado pelo Coronel Danton Duro (Danton do Amaral Duro) – esse sabíamos que era do outro lado:

– deslocar um batalhão pela BR-2 (hoje BR-116), não ultrapassando Camaquã sem ordem.

Quer dizer, viriam três peças de manobra na direção de Porto Alegre e parariam para coordenar o prosseguimento. Aí comentei com o General:

– O mais importante de tudo isso não é a manobra, é transmitirmos via rádio, pela fonia, no modo ostensivo. Vamos pedir também ao Capitão Duarte (José Carlos Duarte), que servia no Mallet e era radioamador, para transmitir a notícia através da Cadeia da Liberdade – estações de rádio, capitaneadas por São Paulo, que apoiavam a luta anticomunista.

E assim foi feito. Depois me contaram que o Jango, o Brizola e a turma toda, reunidos no QG do III Exército, receberam ou ouviram a notícia da manobra. Em um dado momento o Jango teria perguntado ao Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil):

– General, quanto tempo temos antes de essa tropa chegar aqui?

E o Assis Brasil com aquele jeitão dele meio gauchesco, respondera:

– Ora tchê, se essa tropa veio motorizada, pela estrada, direto, é uma questão de horas, em pouco tempo estarão chegando.

O Jango então deu a palavra final:

– Vamos embora, pô!

E de imediato se deslocaram para o aeroporto, de onde foram para o Uruguai. Isso é o que contam.

Até aqui, meu relato foi de caráter geral, mas agora vou rememorar alguns detalhes do que aconteceu lá na Guarnição de Santa Maria, RS.

O General Poppe realmente custou a decidir. O Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto) falava muito com ele, pois era seu chefe de Estado-Maior, e eu, de minha parte, também. Pressionávamos dizendo:

– General, não podemos esperar mais!

Até que no dia 2, quando cheguei no QG, o General me mostrou um papelzinho rascunhado. Li; era a decisão dele e, entre outras coisas, dizia: "(...)A 3ª DI adere aos companheiros da 4ª Região Militar e do II Exército(...)." Ele me perguntou:

– Posso contar contigo e com todo o teu Regimento?

– General – respondi de pronto – estou segurando o Mallet para ele não se revoltar. Claro que o senhor conta inteiramente conosco. Eu não queria sair sozinho. Só lhe peço para retirar: "adere aos..." e colocar: "a 3ª DI se levanta contra a comunização do Brasil".

Na minha frente, ele riscou e retificou os termos da decisão.

Eu trouxe um documento precioso que é uma cópia do relatório da 3ª DI sobre os acontecimentos de 31 de março de 1964 (Anexo). Na ocasião, quando vim para Porto Alegre, pedi uma cópia do documento oficial remetido de Santa Maria e a tenho guardada. Nela consta com detalhes tudo o que ocorreu naquela época.

O senhor sabe que no início dos nossos trabalhos, remexi toda a 2ª Seção, porque eu sabia da existência desses relatórios, que foram solicitados para todas as Guarnições e que resultaram em documentos elaborados sem atropelos, bem pensados, muitos até comedidos. Pois bem, todos foram recolhidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e não se tem mais acesso a eles.

É estranho, porque penso que todos nós deveríamos ter uma cópia de tudo. Quem não gostaria? Eu, pelo menos, a guardo com carinho.

Sob a minha ótica, faltou escrever algo naquele relatório. Talvez porque eu estava em uma situação peculiar: respondia pelo comando da AD e permanecia sempre ao lado do General Comandante da DI, tentando influenciá-lo a tomar uma decisão rápida a fim de que se adotassem as providências necessárias.

Várias ações foram desencadeadas muito antes da DI ter-se decidido pela Revolução. Mandei ocupar a gare da Viação Férrea, as oficinas do km 3 e outra instalação que havia no km 2; foram ocupadas as estações de rádio. Enfim, o Regimento Mallet ocupou pontos, desde a cidade até a Base Aérea, no bairro de Camobi, numa extensão de 14km.

Não chegou a haver tumultos, porque fizemos uma proclamação de "governo militar", proibindo a reunião de mais de duas pessoas. De vez em quando, o pessoal

desafiava essa proibição. Os ferroviários reuniram cerca de quinhentas pessoas e iniciaram uma agitação na frente da sede deles, na Avenida Rio Branco. Casualmente, o edifício onde eu morava situava-se defronte ao referido local, de maneira que estava acostumado, pois sempre faziam aquela baderna – reuniões de protesto como hoje em dia os militantes petistas fazem em praça pública. Só disse para o General:

– Deixa comigo. Vou mandar dissolver.

Claro, a ação decorrente da minha decisão seria imediata; era gritar para o Regimento Mallet e pronto. O General não teve outra resposta:

– Então manda.

Chamei o Capitão Maya (Ahyr Maya), Comandante interino do II Grupo e determinei que empregasse sua tropa em dispositivo de controle de tumulto e acabasse com aquela reunião. Na mesma hora pedi ao General Poppe:

– General, preciso de um pelotão de carros de combate do 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL), em reforço ao Mallet, porque quero ordenar-lhe a missão.

Ele não teve dúvida, atendeu o meu pedido. Então mandei colocar o Pelotão junto à estação ferroviária e posicionar um carro de combate em cada pista, voltado para o montante da avenida, com a metralhadora e as fitas de munição à vista e o atirador bem postado. O Mallet iniciou o movimento lá por cima naquela formação em cunha e começou a cutucar o pessoal com a baioneta. A maior parte dos nossos soldados era de origem alemã, uns gringos fortes. Depois da operação, eles, brincando, diziam assim:

– "É! Os primeiros nós cutuquemos..."

Quando os manifestantes começaram a sentir a baioneta fizeram meia-volta. Olharam lá para baixo e viram aqueles dois carros apontando as metralhadoras; debandaram na hora, sumiram. Não obedeceram a ordem do Capitão Ahyr para evacuar a rua, mas saíram naquela disparada toda, uma correria mesmo. Em cada rua que eles entravam, uma turma do Mallet fechava a boca da rua e, em poucos minutos a área estava limpinha.

Todos os moradores da redondeza postaram-se nas sacadas e nas janelas batendo palmas. E os soldadinhos que ficaram de guarda foram tratados a pão-de-ló. As senhoras ofereciam lanches, docinhos, salgadinhos, coca-cola, tudo o que tivessem, para os soldados. Elas diziam:

– Toda a vida sonhamos em ver um espetáculo como este. Nem acreditávamos que seria possível um dia assistirmos algo assim.

Farei alguns comentários em torno da decisão do General Poppe lá no QG. O relatório detalha aquela decisão, mas quero relatar um diálogo que ocorreu com o Coronel Ito, comandante do 3º BCCL. Lembra dele?

Foi comandante de companhia aqui no CPOR/POA (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre)!

Ito do Carmo Guimarães, um militar sério, enquadrado e cumpridor de ordens. Ele estava em Porto Alegre acompanhando um filho doente. Quando eclodiu a Revolução, ele conseguiu esgueirar-se e viajou para Santa Maria. Chegou lá sem saber nada do que estava acontecendo. Por sorte, eu estava no QG na hora em que ele foi apresentar-se ao General Poppe e, não sei por que, até hoje, tenho na memória as palavras do General. Ele fez a seguinte indagação:

– Coronel Ito, a partir de agora a 3ª DI não acatará mais as ordens do III Exército, quero saber se posso contar com o senhor e com seu Batalhão!

O Ito tremeu na base; bateu calcanhares, tomou a posição de sentido e, quando ia abrir a boca para responder, não o deixei falar, coloquei a minha mão sobre sua boca e complementei:

– Ito, o General está dizendo que a 3ª DI se levantou contra a comunização do Brasil.

– Ah, bom! – relaxou – Aí, pode contar comigo; quanto ao meu Batalhão, vou ver como estão as coisas por lá.

Sabíamos que o BCCL estava "meio, meio". Então ele foi rapidamente para a sua Unidade. Depois ele me contava uma história interessante que ocorrera por lá:

– Paula Couto – ele me chamava assim – pô, eu estava conversando com o pessoal, falando sobre o nosso posicionamento, quando chegou a ordem da 3ª DI, determinando que o Batalhão colocasse um Pelotão em reforço ao Regimento Mallet. Aquilo foi uma maravilha. Foi quase um coro: "Quê? O Mallet está conosco! Então estamos juntos!"

A ordem da DI apressou e facilitou a adesão do Batalhão sem nenhum problema. São detalhes que só eu posso saber, pois vivi aqueles acontecimentos.

Depois disso estivemos montando aquela manobra sobre Porto Alegre, das quais dei as linhas gerais; posteriormente o General determinou ao Estado-Maior que a detalhasse, mas foi mais ou menos o que relatei.

Há um episódio que, posteriormente, teve grande repercussão em toda a área. O então Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes) que comandava o 5º Regimento de Cavalaria (5ºRC), de Quaraí, recebeu ordem para sair com um GT. Um Capitão insuflou os sargentos a se rebelarem contra a ordem e o Comandante prendeu todos os rebelados. Saiu com oficiais, cabos e soldados, mas saiu.

No meu quartel havia dois oficiais dos quais tinha dúvida sobre o posicionamento em face da Revolução. Um deles era o Major Vargas (Oswaldo Carmo Vargas), um homem bom, direito e pacato, mas muito ligado à figura do Jango. Uma ocasião ele me procurou e desabafou:

– Coronel, puxa vida, estão querendo acabar com meu partido.

Naquele tempo, o partido do Jango era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Então ponderei:

– Não, pelo contrário. O problema é que todos os comunistas se refugiaram no teu partido. Agora vamos tirá-los de lá e o teu partido ficará decente de novo.

– Ah! Será que é isso mesmo?

– Claro que é isso!

Depois dessa nossa conversa ele ficou tranqüilo.

O outro oficial era o Major Luongo (Jorge Luongo), da AD. Fizeram uma pressão grande para que ele assumisse o comando do Regimento; não sei se corresponderia, mas fizeram a campanha para ele. Era um militar muito enquadrado e vivia com o nosso pessoal na cidade, participando daquelas operações de controle de tumulto. Os estudantes, orientados por suas lideranças, começaram a nos chamar de "gorilas". E o apelido pegou. Um certo dia o Luongo me disse:

– Comandante, o senhor está vendo que estão chamando o nosso pessoal de gorila.

– Que maravilha! Gorila não tem nem chifre e nem rabo. Então está muito bom, está ótimo.

Ele parou, balançou os ombros, mas não disse nem fez mais nada.

Eu não gostava de comandar enfurnado no gabinete. Ao entrar no quartel, de imediato ia ao rancho das praças para ver se estava tudo direitinho, depois tomava café da manhã com os oficiais, fazia a formatura do Regimento e passava a manhã inteira circulando. Eu conhecia todos os cantinhos, tudo o que havia atrás de cada porta e quem estava lá, pois sempre entrava, cumprimentava os sargentos, ou cabos, perguntava o nome, a situação de cada um, da família, dos filhos, se estavam no colégio, etc. Conhecia cada um deles, mantinha um contato cerrado e sabia que todos gostavam muito de mim. Uma ocasião, três sargentos – dos mais antigos – me procuraram e disseram o seguinte:

– Coronel, sabemos que o senhor não tem confiança nos sargentos Fulano, Cicrano, Beltrano, e...

Nominaram cinco colegas. Confesso que eu desconfiava de dois deles, mas os outros me passaram batidos. E eles prosseguiram:

– O senhor pode deixar que tomaremos conta deles...

– Fica inteiramente com vocês, nem tomo conhecimento.

– O senhor pode ficar tranqüilo.

E cada vez que um daqueles "duvidosos" era escalado Comandante-da-Guarda, por exemplo, um dos sargentos "vigilantes" ficava o dia inteiro tomando chimarrão e conversando. Quando ele saía, vinha outro e assim mantiveram o controle todo o tempo; não houve nenhum problema. Nem com oficiais e nem com sargentos.

Lembrei de uma outra situação vivida, que merece ser relatada. Lá pelas tantas, eu estava no QG com o Agostini e o General Poppe, quando chegou um rádio do General Costa e Silva. Além de outras coisas, estava escrito: "(...)na qualidade de oficial-general mais antigo assumo o comando(...)"; não tenho certeza de se era do Exército ou das Forças Terrestres, mas algo assim nesses termos: "assumo o comando". O General Poppe ficou assim, pensativo, reticente:

– O que vamos fazer?

Não tive dúvida em propor:

– O senhor deve responder que, na qualidade de oficial-general mais antigo na área deste Grande Comando, assume o comando do III Exército e que a sede passa a ser em Santa Maria.

Ainda meio pensativo, ele concordou:

– É, de fato, sou o mais antigo.

Então eu e o Agostini saímos para providenciar o referido rádio.

O General Poppe era mais antigo do que o General Ladário (Ladário Pereira Telles)?

Não! O Ladário tinha vindo para assumir o comando da 6ª DI e acabou por assumir o comando interino do III Exército, justamente porque era o mais antigo, na época. Mas na hora em que nós rompemos, quando a DI se levantou contra o Jango, rompemos inclusive com o Ladário. Então insisti com o General:

– O senhor, na qualidade de oficial mais antigo, assume o Comando do III Exército e a sede passa a ser em Santa Maria. E vamos enviar outro rádio convidando o Governador Meneghetti, que está em Passo Fundo, para transferir o Governo do Estado aqui para Santa Maria, onde ele terá toda a segurança e apoio.

Os rádios foram enviados e, posteriormente, recebemos até a visita de um oficial do gabinete do Meneghetti.

A situação das Grandes Unidades vizinhas está bem detalhada no relatório, de maneira que não preciso complementar. Apenas comentarei alguma coisa da 1ª DC, que era a perigosa. A bem da verdade, perigoso era o Comandante.

A 1ª DC era de Santiago do Boqueirão, comandada pelo General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva). A atitude dele foi mais pela amizade de "praças velhos" que o unia ao Jango e ao Jair.

O nosso pessoal foi até Santiago para fazer contato e uma sondagem sobre a situação. O Saraiva não só não permitiu que o nosso pessoal conversasse com seus oficiais, como determinou que se retirassem imediatamente da Guarnição.

Soube, através de uma entrevista, que, durante a viagem de avião que o levaria para Santiago, ele teria desabafado para o piloto – oficial da Aeronáutica:

– Sempre acertei o lado, mas desta vez acho que me quebrei, peguei o lado errado. Pressinto que estou em fim de carreira.

Outro detalhe que convém relatar é que tínhamos alguns problemas com a Brigada Militar. O comandante do Batalhão da Brigada Militar, Darcy Paiva Ethur, consta inclusive no relatório, tinha sido ajudante-de-ordens do Brizola e era totalmente do outro lado. Em compensação tínhamos lá um Batalhão de Abas Largas, comandado pelo Coronel Francisco Martins que era totalmente do nosso lado. No relatório consta uma passagem em que o Ethur foi pressionado. Havia também um tal de Coronel Prado, da reserva, que tinha uma fazenda ali por perto, em uma localidade chamada Formigueiro. Inclusive mandamos uma equipe procurá-lo e neutralizá-lo, porque era mais um dos homens muito ligado ao Brizola.

Finalmente, considero interessante fazer um comentário sobre o último parágrafo do relatório: "Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevado o 3º RO 105, que desempenhou na Guarnição de Santa Maria um papel muito importante pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do comando da Divisão."

Quem assina o relatório?

Esse documento foi expedido em 1965 e está assinado pelo General Canavarro (José Canavarro Pereira).

O General Menna Barreto reconhece a atuação decisiva do Regimento Mallet, para a consolidação da Revolução, em Santa Maria. Mas ele deu um certo valor à pressão que os oficiais do Estado-Maior dele exerceram sobre o General Poppe e às dificuldades que ele próprio passou pelo fato de ter ido a Uruguaiana conversar com o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann). Acredito que em Cachoeira do Sul também foi assim. O Comandante do Batalhão de Engenharia (3º BE Cmb) era o Coronel Boris (Boris Bromirski), uma belíssima pessoa – já falecido – mas já estava há oito anos no comando.

Em compensação no Grupo (3º Grupo de Obuses 155mm – 3º GO 155) estava o Coronel Mattos Júnior; o galego era muito firme e equilibrava um pouco as coisas.

Ele não era muito de conversa!

Outro detalhe interessante. Mandei fazer no Mallet, em Santa Maria, o que encontrei lá no Forte Copacabana. Lá, haviam riscado no chão, em cima das casamatas dos canhões 190 e 305, as direções de tiro para acertar no Palácio do Governo, Quartel-General e outros pontos mais. Em Santa Maria eu tinha seis Baterias e mandei preparar a direção contra a Brigada Militar – porque eu não sabia qual seria o posicionamento daquele Batalhão – e contra o 7º RI que, com dois Batalhões, era uma potência, ainda mais porque sabíamos que o Comandante, Coronel Firmo (Alberto Firmo de Almeida), era do outro lado, aliás, acabou cassado pelo Ato Institucional Nº 1 (AI-1). Disse para o meu pessoal:

– Eles que não se metam com a gente porque temos poder de fogo.

Graças a Deus tudo se consolidou sem dispararmos um tiro.

Agora, a marcha que fizeram nos moldes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi impressionante. Lotou a Avenida Dr. Bozzano. Montamos um palanque ao lado do QG, no fim da avenida, ali em frente ao Sétimo. Nesse palanque estavam todas as autoridades que haviam nos apoiado, inclusive o Prefeito em exercício Adelmo Simas Genro, pai do Tarso Genro – na época um garotão que, por sinal, foi até preso, porque andou fazendo anarquia na cidade. Aquela avenida ficou lotada, de ponta a ponta; nunca houvera, nem haverá, manifestação igual.

O General Menna Barreto se emocionou quando falou sobre esta marcha.

Foi, foi de emocionar mesmo.

Ele não esperava aquela reação.

Começou a marcha e nós, ali no palanque olhando, pensávamos que, logo, logo, veríamos o final da manifestação, o que não acontecia nunca; foi uma coisa realmente espetacular.

Agora vamos às perguntas. O senhor já esclareceu a parte mais importante, através deste seu excelente depoimento. Eu me admiro de que, só depois de tantos anos, quase meio século, fomos atentar para a necessidade de escrever sobre todos aqueles acontecimentos e de condensá-los em algum lugar, em um livro, por exemplo, que pode nem ser publicado, mas estará disponível para qualquer estudioso, pesquisador que quiser ler a história. Pouca gente conhece esses fatos ocorridos no interior.

É, não tem quem possa saber. Eu estou até admirado de ainda ter na minha memória todos esses fatos, e dou um exemplo final. Seguidamente eu tinha que acompanhar e administrar aquelas greves dos ferroviários. Uma delas, que se iniciaria na manhã de certo dia, coincidiu com a chegada do vagão pagador. Eles interromperam ou adiaram o início; receberam o dinheiro e, de tarde, reiniciaram o protesto. E eu lá, reunido com aqueles diretores todos, ouvindo aquela lengalenga: “Porque nós temos os nossos direitos, porque o direito de greve está assegurado, não sei o que mais.”

Eu os interrompi e simplesmente disse:

– Muito bem, mas a ferrovia é um próprio federal; se quebrarem um vidro sequer aqui, entro com minha tropa e fecho tudo.

Claro que eles respeitaram, pois sabiam que, se fosse preciso, eu entraria mesmo.

Vamos, então, para a primeira pergunta, referente aos antecedentes imediatos e preparação. O senhor chegou a escrever sobre isso?

Para cada item coloquei uma resposta bem pequena.

A subversão era generalizada e apoiada ostensivamente pelo Governo Federal que atuava de mãos dadas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com isso havia

quebra de hierarquia, em um processo para desmoralizar as Forças Armadas. O comício da Central do Brasil, com os líderes comunistas e de todos os segmentos da esquerda no palanque, ao lado do Presidente da República, pregando as reformas de base do modo que eles queriam e gritando *slogans* contra as instituições democráticas – o Brizola inclusive discursou pedindo o fechamento do Congresso – foi o espetáculo que mais revolta causou, tanto entre os militares como no povo em geral.

A revolta dos marinheiros – acolhidos no sindicato dos Metalúrgicos – e o almoço em homenagem a Jango, promovido no Automóvel Clube do Brasil por subtenentes e sargentos, ao qual o Presidente compareceu pessoalmente, foram os episódios seguintes que sacudiram a Nação. Chegaram ao basta.

Praticamente não houve preparação, mas um acúmulo insopitável de indignação, que veio em um crescendo, diante do preparo ostensivo para a instalação de uma República Sindicalista "Democrática", nos moldes cubanos. Essa revolta veio de dentro de cada um. Não sei se em Minas houve algum preparativo mais detalhado.

Eu fiz o curso da EsAO em 1963 e notei que havia uma preparação. Os instrutores, em sua maioria, nos doutrinavam sobre Guerra Revolucionária. Houve uma preparação dos quadros.

Eu não fiz EsAO. Fui direto para a ECEME. O próprio Estado-Maior lançou uma série de fascículos e um livro, que ainda tenho em casa, intitulado "Guerra Revolucionária". Agora, uma preparação visando a organização de um movimento, realmente não sei se houve.

Conheci o Tenente-Coronel Fontoura (Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues), Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da EsAO, em 1963, aqui na DI, onde ele foi estagiário. Fizemos umas manobras em conjunto e ele gostava muito de conversar comigo. Eu era Tenente e ele já Major. Depois, me procurou lá na EsAO e alertou:

– Vocês estão atropelando demais. Lembrem-se de seus chefes, gente que está acima de vocês.

Verdade, Capitão era e é muito afoito, às vezes, até demais. Porém nada de mais. Naquele ano de 1963 havia uma insatisfação geral; a situação política reinante, culminando com a revolta dos sargentos em Brasília, nos chocou muito, bem como o doloroso problema dos vencimentos baixos. Tanto é que não houve nenhuma vaga no Rio de Janeiro para a minha turma.

Todos foram classificados fora do Rio. Mobiliaram as Guarnições do interior, como Cachoeira do Sul, Santa Maria, etc. Os capitães não estavam doutrinados, mas, mal ou bem, sabiam o que estava acontecendo.

Não há dúvida de que sabiam, porque ministrávamos, inclusive eu no Forte Copacabana e depois no Mallet, uma série de "Instrução para Oficiais", mostrando o

que era Guerra Revolucionária e fazendo um paralelo com a situação política da época. Agora, não houve preparação no sentido de planejar e organizar uma operação com emprego de tropa. Existiu o alerta para os perigos que corríamos, se a situação continuasse evoluindo como vinha.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução e quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a sua consolidação?

A imprensa, através de seus mais importantes veículos – este livro do meu irmão transcreve editoriais do *O Povo*, do *Correio da Manhã* e de outros jornais como *O Estado de São Paulo*, que são impressionantes – cooperou muito. No mais, o desencadeamento mesmo foi feito pelas mulheres, porque depois do comício da Central do Brasil, em todo o trajeto desde a Avenida Rio Branco até o fim da Zona Sul do Rio, havia velas acesas nas janelas dos apartamentos em sinal de tristeza pela situação e pedindo a Deus que desse uma solução. Aquele protesto evoluiu para as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que só no Rio de Janeiro reuniu quase um milhão de pessoas e em São Paulo outro tanto.

E a maior resistência? Vou dizer, a maior resistência foi a dos militares. É difícil quebrar a disciplina, a hierarquia e aquele amor à legalidade que são apanágios do militar. Ele é muito enquadrado; fazê-lo revoltar-se não é fácil.

O que mais se esperava dos novos governantes?

O restabelecimento da ordem e da seriedade da administração pública e o fim daquele caos reinante, que permitissem ao País um desenvolvimento continuado, segundo o lema de nossa bandeira: "Ordem e Progresso", dentro de uma democracia forte. Naquela época, o pessoal dizia, como dizem hoje, que não se sabia o que iria acontecer no dia seguinte. Qualquer compra que fosse efetuada, o comerciante recomendava para levar na hora, porque pouco depois estaria mais cara, o que sempre se confirmava. Essa situação acabou quando os militares assumiram. Hoje, guardo uma quantidade grande de cartas de leitores que dizem: "se aquilo era ditadura, bendita ditadura"; outro disse assim: "por muito menos em 1964 um punhado de homens valentes e aguerridos tomou conta do País, empunhou as rédeas e colocaram ordem na casa".

O senhor considera que a escalada revolucionária e a edição dos Atos Institucionais foram conseqüências da atuação dos políticos e da ação do terrorismo?

As esquerdas, inconformadas com a derrota sofrida, aliaram-se totalmente aos comunistas. Foram todos eles acolhidos no Movimento Democrático Brasileiro

(MDB), único partido da oposição, e passaram a realizar ações subversivas violentas, fugindo ao controle da direção do partido. A violência seguiu crescendo, com as expropriações de fundos, como eles chamavam, para alimentar atos terroristas, como os diversos seqüestros de embaixadores e outros diplomatas estrangeiros, além de atentados e assassinatos de pessoas que lhes eram contrárias.

Segundo dados oficiais cerca de 200 pessoas resultaram mortas pelos terroristas, algumas de forma cruel e traiçoeira; o caso do Major Toja (José Júlio Toja Martinez Filho); aquele empresário de São Paulo, Henning Albert Boilesen; o Major Edward von Westernhagen, oficial alemão que cursava a ECEME, assassinado estupidamente; o Capitão americano Charles Chandler, que foi morto na frente da senhora e dos filhos; aquele Tenente da Polícia de São Paulo, Alberto Mendes Júnior, que foi justiçado pelo Lamarca, a coronhadas, para evitar fazer ruído.

O senhor considera que os governos militares foram competentes?

Penso que sim e vou dizer mais. Acompanhei muito o Castello Branco desde quando eu era Capitão cursando a ECEME e ele o Diretor de Ensino. Depois, Castello foi comandar a Escola e eu era Major ou Tenente-Coronel Instrutor. Então, tive bastante contato com ele e sei que era um homem decididamente legalista e com absoluta vocação democrática. Todo mundo sabia que o Castello Branco quis passar o governo para um civil, pois achava que os militares não deviam ficar mais tempo no Poder.

O que vimos, de um modo geral, foi austeridade e desambição – não vou falar no episódio do Figueiredo que ficou mais um ano – não tínhamos um caudilho que se perpetuasse no Poder. Tivemos eleições, a bem da verdade indiretas, mas cada um cumpria seu mandato e passava o cargo para o substituto, normalmente sem nenhum problema.

O País cresceu de forma espetacular, saindo do 37º lugar para a oitava potência do mundo. Passamos a viver episódios como o contado por companheiros que serviam na Missão Militar no Paraguai. Chegavam em Curitiba precisando falar com o Rio de Janeiro, mas consideravam impossível fazer uma ligação telefônica em tempo hábil. Então eram informados de que não havia mais problema, era só discar o DDD e a ligação estaria feita. Era de cair o queixo e normalmente arrancava uma expressão do tipo:

– Mas como, no Brasil está assim agora!

O progresso foi realmente espetacular e com administrações sérias. Os presidentes foram se revezando, indiretamente como já falei, e quem não deixou acabar o Governo militar mais cedo foi a esquerda, com a escalada da subversão e do terrorismo, que impediu a abertura.

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

O terrorismo teria que ser derrotado em benefício do bem-estar do País. Era impositivo, não podia permanecer aquele estado, como hoje estamos chegando novamente, com ações de assassinos, essa violência em geral que graça no País. A situação é muito parecida, só que naquele tempo era tudo por conta da subversão e hoje é o crime organizado, o narcotráfico e uma série de outras coisas.

Como se tratava de combater uma guerrilha interna, com extremistas apoiados e treinados pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), creio que não houve, vamos dizer, uma metodologia de combate ao terrorismo, houve a preocupação de exterminá-lo, adotando uma autêntica conduta de combate, procurando as autoridades conter e aniquilar a ação subversiva da maneira julgada, no momento e nas circunstâncias existentes, a mais eficiente. Organizaram-se equipes para a busca de informações, a fim de tentar barrar os terroristas.

É lógico que na hora do enfrentamento era guerra, guerra suja; sempre que podiam, eles matavam um dos nossos; se os nossos revidavam, acho que estavam no seu direito. É certo que, sempre, nessas situações, há abusos; então acredito que tenha havido tortura, pois hoje há. Hoje a polícia prende um delinqüente comum qualquer e, às vezes, o tortura. Então, naquela época, ao verem os companheiros sendo mortos...Acredito que tenha havido tortura, mas não no nível que propalam por aí.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

Ai ocorreu a maior falha da Revolução, já que os governos militares eram avessos à divulgação de suas realizações. Em uma visita que o General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, fez a Porto Alegre, falei a ele:

– General, o Governo precisa mostrar ao povo o que está faltando realizar e o que foi feito pelo Governo: levantando o moral, proporcionando o progresso do País, contendo a inflação, enfim, melhorando as condições de vida etc.

– Espera aí – disse me interrompendo –, o Marechal Castello é totalmente avesso a qualquer propaganda.

Dava-nos a impressão de que tinha medo que lembrassem do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Getúlio. Retruquei:

– Isso não é propaganda General, devemos dar esperança de melhores dias ao povo; este povo sofrido precisa conhecer as coisas boas que estão sendo feitas para ele e que reverterão em seu proveito.

– Não! O Marechal Castello proíbe qualquer propaganda – respondeu-me taxativo.

Foi uma falha muito grande da Revolução.

O senhor já fez uma referência sobre os jornais que nos primeiros dias da Revolução publicaram muitos editoriais elogiando a posição do Exército. E, pouco tempo depois, estavam todos em posições diametralmente contrárias. Dentre os documentos encontrados na 2ª Seção do CMS, está um álbum de recortes de jornais que inclui aquele mês de março. É impressionante! Hoje são editorialistas detratores da "ditadura militar", mas viviam fazendo elogios enormes às atitudes do Marechal Castello Branco. Enfim...Nós, realmente, somos avessos à propaganda;

Ah, totalmente. Antes da Revolução, meu irmão fez, aqui no III Exército, um Manual de Guerra Psicológica, no qual mostrava isso tudo. Talvez eu ainda tenha algum exemplar guardado lá em casa. Acontece que o nosso Golbery do Couto e Silva, uma das eminências do Governo, não era favorável ao combate sistemático e radical da subversão. Ele dizia que os subversivos tinham que ter alguma coisa para fazer, para se expandir e assim permitiu que eles se infiltrassem. Então, com o consentimento dos governos militares, a esquerda apossou-se de todos os pontos-chave da mídia e dos estabelecimentos de ensino, inclusive das cadeiras de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Moral e Cívica, que tinham sido criadas justamente para difundir os nossos ideais. Eles foram se infiltrando e, no fim, nós tínhamos professores daquelas cadeiras "ensinando" segundo o interesse da esquerda. Finalmente, o primeiro Governo civil que assumiu, resolveu extinguir aquelas cadeiras. Concluindo, a nossa omissão permitiu que esse proselitismo político ganhasse força e liberdade para agir; foi o ponto fraco.

Por sermos muito preocupados com a opinião pública internacional, há uma pergunta sobre o trabalho para conquistá-la. O senhor teria uma resposta?

Tenho. Internacionalmente, o mundo exterior recebia informações, quase que exclusivamente, através da intensa campanha da esquerda, engajada na desmoralização e crítica veemente ao Governo, e tomava contato, preferencialmente, com os exilados e asilados políticos – a maioria desses que se diziam exilados, na realidade eram asilados, porque saíram do País por livre e espontânea vontade – que procuravam, de todas as maneiras, denegrir o Governo do Brasil, inclusive com a sistemática e exagerada acusação de torturas de um modo geral.

Assim, as ações governamentais não eram divulgadas e as grandes realizações feitas que elevaram verticalmente o Brasil, como já referi, para a condição de oitava potência mundial, ficaram amortecidas, para não dizer esquecidas. Aquela reportagem da revista *Seleções* intitulada "Uma nação que se salvou a si mesma" é espetacular, mostra muito bem tudo o que houve; o Brasil estava sendo comunizado e o próprio povo brasileiro reagiu e acabou com o comunismo.

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

O Exército, como Instituição, só esteve engajado no momento da eclosão do movimento. Depois passou a cumprir a sua missão, intervindo apenas para a manutenção da Ordem Pública, passando por episódios de combate armado a movimentos subversivos, que incluíram guerrilha rural e urbana e ações terroristas. Então, não houve engajamento permanente do Exército. O fato de haver um militar Presidente, que passava logo para a reserva, não quer dizer que o Exército estivesse continuamente fazendo a Revolução. Ele a fez e se retirou.

Comandei a 5ª Região Militar e, normalmente após as solenidades a que eu comparecia, era procurado pela imprensa de Curitiba; não me negava a atendê-la. Em um "Dia do Soldado", no final da cerimônia, uma repórter, conhecida "comuna", acho que trabalhava no *O Globo*, fez a seguinte pergunta:

– General, quando os militares voltarão para os quartéis?

– Ué minha filha, você não assistiu à formatura? Todos os militares estão dentro do quartel, todos aqui – respondi de pronto.

Ela deu uma risadinha, e eu prossegui:

– Quando é que nós saímos do quartel?

– Em 1964.

– Então me responda: Quem proclamou a República no Brasil?

Foi o suficiente para uma risada geral dos outros repórteres. E arrematei:

– Em todos os acontecimentos importantes por que passou nosso País os militares estiveram presentes, eles são partes da Nação. Depois voltam para os quartéis.

E é assim que eu interpreto essa questão.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

É difícil responder se a transição foi feita no momento mais adequado. A verdade é que o Marechal Castello Branco, como já referi, desejava que seu sucessor fosse um civil. A atividade intensa da subversão, quando eficazmente combatida, recuava para um estado latente, impossibilitando sua total extinção. Isso obrigou a continuidade dos governos militares.

Desiludido por não ver esse objetivo conseguido, em prazo razoável, o Presidente Geisel decidiu iniciar a "abertura", lenta e gradual, por considerar desaconselhável a manutenção de militares no Poder por tempo tão prolongado. A esquerda carece totalmente de razão quando se jacta de haver imposto a "abertura". Houve, eu sei, muita pressão externa, muita pressão internacional.

Aquela história da redemocratização, como se os governos militares não fossem democráticos, não tem fundamento, pois o Congresso e o Judiciário funcionavam

normalmente. Houve, é claro, alguns Atos Institucionais, mas hoje, não temos a "Medida Provisória", através da qual o Executivo decide independentemente do Congresso e até do Judiciário? E não é uma democracia? Todos afirmam que é, então só se é a do tipo que havia nos governos militares.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

O "revanchismo" é uma realidade impressionante. A anistia ampla e irrestrita, decretada pelo Governo militar, só foi cumprida de um lado. As autoridades permitiram, e até incentivaram o retorno dos exilados políticos e de todos aqueles que se asilaram voluntariamente, desejosos de uma total pacificação interna. A esquerda, porém, impregnada de um ódio condenável, entendeu a anistia apenas de seus quadros. Voltaram e, com total liberdade, assumiram altos cargos e foram eleitos democraticamente. Mas jamais perdoaram a derrota sofrida e atuam dentro de um espírito revanchista sem quartel.

Aqueles que cumpriram estritamente seus deveres, trabalhando na segurança de autoridades ou defendendo as instituições, que ficaram mutilados por ações terroristas, nenhum apoio receberam. Tampouco as famílias dos que foram assassinados por subversivos. Agora, os traidores da Pátria, os assassinos e terroristas mereceram todos os prêmios, recebendo suas famílias altas recompensas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação Brasileira ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

A resposta pode ser medida pelas pesquisas de opinião recentemente feitas, que apresentam uma aprovação de apenas 13% contra 73%, se não me engano, de reprovação. Considerando os ideais da Revolução de 1964, a democracia atual está muito afastada do modelo que era almejado para preencher os anseios e as necessidades da Nação Brasileira.

A infinidade de "Medidas Provisórias" atestam um predomínio absoluto do Executivo sobre os outros Poderes. Há um apoio ostensivo a movimentos e facções espúrias, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que não é registrado em lugar algum porque não é pessoa jurídica e, por conseguinte, não pode nem ser processado – organizado como uma verdadeira guerrilha rural. Atualmente aplicam os ensinamentos colhidos em decorrência da fácil derrota sofrida em 1964. Hoje estão espalhados pelo País inteiro, aprenderam a subversão em escolas do exterior, colocam sempre as mulheres e as crianças na frente e dificultam qualquer repressão.

Enquanto isso, as Forças Armadas estão sendo enfraquecidas, deixando de receber o mínimo para se manterem em condições de atuar no cumprimento de suas

missões. Seu material, já antiquado, está sendo sucateado, pois não há peças de reposição. Não existe apoio nem para a manutenção de um efetivo mínimo profissionalizado e, muito menos para a modernização de seus equipamentos. Quem irá defender a Pátria ante uma ameaça externa? Os políticos?!

General, esperávamos uma entrevista neste nível. Eu o conheço e o seu passado; o militar impõe-se ao longo da carreira, há sempre uma mútua troca de idéias entre pares e "sabemos" o que o companheiro está falando; mas realmente a sua entrevista foi excelente. Estou entusiasmado porque há uma identificação de idéias, pensamos mais ou menos do mesmo jeito; mas não é por lavagem cerebral não, é pela formação ética que recebemos e por nos considerarmos corretos e patriotas. Estamos muito agradecidos e, repito, continuo reclamando por que demoramos tanto tempo para resgatarmos a memória da Revolução.

Anexo

A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 NA 3ª DI

1. ANTECEDENTES

Pode-se afirmar que o sentimento de revolta que culminou com a adesão da 3ª DI à Revolução iniciada em Minas Gerais em 31 de Março de 1964, começou a existir no QG da 3ª DI durante o Cmdo do Gen Div Olympio Mourão Filho, no ano de 1962. Comandantes e Oficiais do Estado-Maior da Divisão, preocupados com a situação do País que marchava a passos largos para a comunização, já naquela época, traçavam planos de operações revolucionárias, ao mesmo tempo que preparavam psicologicamente suas Unidades para uma reação. Em 26 de agosto de 1962, após uma reunião de Estado-Maior, ficou assentado que, se o Congresso fosse fechado, a 3ª DI lançaria, ato contínuo, uma proclamação à Nação e se poria imediatamente em marcha na direção de Porto Alegre (Operação Junção).

Após realizar visitas às Guarnições (Gu) de Pelotas, Santa Cruz e Cachoeira sentiu o Gen Mourão que todos os Comandos compartilhavam das mesmas idéias.

Contatos foram estabelecidos com o Cmt da 2ª DC Gen José Horácio da Cunha Garcia e seus oficiais de EM (Cel Luiz Serff Sellmann, Maj Jaime Ehlers, Maj José Campedelli) que compartilhavam com o Cmdo da 3ª DI das mesmas preocupações. Um código para ligação entre as duas Gu foi estabelecido. (Código "CACEQUI").

Passaram-se os meses. O General Mourão foi transferido para São Paulo tendo deixado montado em Santa Maria, como que um EM revolucionário. (Chefe Ten Cel

Luiz Alberto de Freitas depois o Cel Ramão Menna Barreto; Maj Athos Cezar Baptista Teixeira, Maj Paulo Lacerda Braga, Maj Antônio Villas Bôas, Maj Telmo Ariosto de Athayde Bohrer e Cap Paulo Fernando Eschiletti).

No ano de 1963 a situação de intranqüilidade, reinante no país, começou a se fazer sentir, com maior intensidade dentro dos quartéis. Sentia-se que a nação marchava célere para o caos e, assim sendo, mais cedo ou mais tarde uma decisão teria que ser tomada.

Nesse ano assumiu o Cmdo da 3ª DI o General Poppe de Figueiredo passando o EM Revolucionário, já então chefiado pelo Cel Ramão Menna Barreto, a trabalhar no sentido de levar o novo Cmt da Divisão a assumir o seu Cmdo. Foram também classificados no QG/3ª DI 3 (três) oficiais estagiários (Maj Édison Boscacci Guedes, Maj Milton Machado Martins e Maj Paulo Emílio Silva Garcia) que se integraram imediatamente no EM Revolucionário. Seu estágio passou a ser aproveitado para visitas constantes às Unidades Divisionárias a fim de intensificar o contato com a tropa, particularmente com os quadros.

Em algumas Unidades onde os Cmts eram vinculados ao Governo João Goulart, Oficiais de confiança – homens-chave – (8º RI – Ten Cel Ito Carvalho Bernardes, 9º RI – Ten Cel José Mattos de Marsillac Motta, 7º RI – Majores Erydson Pereira Magalhães e Firmino William Ferreira França) foram selecionados.

Ligações foram feitas também com elementos da 6ª DI (Cel Carlos Alberto da Fontoura, Ten Cel Ângelo Irulegui Cunha) e com oficiais da Reserva residentes em Porto Alegre (General Antonio Adolpho Manta e outros).

Em São Paulo continuou o General Mourão o mesmo trabalho, mantendo ligação com o QG/3ª DI através de emissários de absoluta confiança. Por eles o EM Revolucionário sabia que São Paulo estava preparado para uma reação e apenas era esperado um momento psicológico.

Julgou-se ser esse momento o da retirada do General Pery Constant Bevilaqua do Cmdo do II Ex, pois esse fato causou profundo descontentamento à tropa.

Transferido para Minas Gerais, continuou o General Mourão seu trabalho, mantendo suas ligações com o EM/Revolucionário da 3ª DI.

Ainda no ano de 1963, chegou transferido para Santa Maria, um oficial que grande influência veio a ter no preparo da Revolução na Guarnição: o Cel Edmundo da Costa Neves nomeado Chefe da 9ª CR. Enquanto isso, a subversão, com o beneplácito do Governo, progredia assustadoramente.

A criação do espírito de classe, insuflado em particular no "Círculo dos Sargentos", feria profundamente a coesão dos quadros, pela quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina e criava uma constante desconfiança entre os diversos círculos.

Em fins de 1963 a insatisfação entre os oficiais aumentou. Era comum a expressão: "Vamos morrer em posição de sentido."

O ciclo de palestras sobre Guerra Revolucionária realizado na Gu de Santa Maria, permitiu ao EM Revolucionário intensificar ainda mais a preparação psicológica de seus oficiais abrindo os olhos daqueles que ainda não haviam se apercebido, com as devidas dimensões, da situação do País.

Em janeiro de 1964 levou a efeito a 3ª DI, como encerramento do ano de instrução, um exercício de envergadura em que quadros e tropa foram convenientemente testados. A manobra foi encerrada com a realização, debaixo de condições de intempérie, de um desfile de todas as Unidades participantes, pelas ruas da cidade de Santa Maria, o qual constituiu-se numa demonstração de força à população santa-mariense.

Encerrado o ano de Instrução e adiado o licenciamento do contingente, baixou a Divisão uma nota de instrução especial através da qual deu ênfase especial a Instrução de controle de tumultos, comícios, greves, etc...

No dia 17 de janeiro foi recebido o seguinte rádio do General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, retransmitido pelo Cmdo do III Exército:

"SITUAÇÃO ESTA CAPITAL CALMA PT BOATOS ORIGEM SUSPEITA PROPALAM ALTERAÇÃO ORDEM DIVERSOS PONTOS PAÍS EMBORA NADA TENHA OCORRIDO MAIOR GRAVIDADE SENÃO LUTA ARMADA COM BAIXAS VG ENTRE CAMPONESES E FAZENDEIROS POLÍCIA PARAÍBA PT PERDURAM GREVES GUANABARA PTPT EMPRESAS BONDES VG TELEFÔNICA VG GAS BEM COMO MARÍTIMOS PREVIDENCIÁRIOS E PORTUÁRIOS VG SEM MAIORES REPERCUSSÕES VIDA CIDADE PT INFORMAREI QUALQUER ALTERAÇÃO IMPORTANTE PT"

Veio o comício do dia 13 e seus reflexos.

Na noite de 25/26 de março chegou a Santa Maria o Major Cav Jaime Ehlers, já então servindo no EME, o qual procurou o Cel Ramão Menna Barreto em sua residência, entregando-lhe, para que fosse levado ao conhecimento do General Poppe de Figueiredo, um documento de autoria do General Humberto de Alencar Castello Branco Chefe do EME dirigido às organizações a ele subordinadas. Foi chamado à residência do Cel Ramão Menna Barreto o Major Cav QEMA Paulo Emílio Silva Garcia, que se encontrava respondendo pela Chefia da 2ª Seção. O Major Ehlers, expondo o motivo de sua viagem, informou o seguinte:

– que diante da situação em que se encontrava o País, havia o General Castello Branco concordado em tudo fazer para evitar que a subversão tomasse conta da nação e para impedir que o Exército fosse arrastado a uma posição contrária à sua missão constitucional;

– que naquele momento estava o referido documento sendo levado por oficiais do EME para diversos pontos do País a fim de que dele tomassem conhecimento os Chefes Militares não comprometidos com o Governo João Goulart;

– que recebera instruções para entregar um exemplar ao General Adalberto Pereira dos Santos, Cmt da 6ª DI, o que já fizera;

– que ao clarear do dia seguiria para Uruguaiana a fim de entregar um outro exemplar ao Cel Serff Sellmann, Ch EM da 2ª DC, destinado ao General Joaquim de Mello Camarinha, Cmt da Gu.

Perguntando se algum exemplar fora levado ao General Hugo Garrastazú, Cmt da 3ª DC, respondeu que não e que o Cmt do III Exército tomaria conhecimento do mesmo através do General Adalberto Pereira dos Santos.

Entregou o Major Ehlers ao Major Garcia mais um exemplar em fotocópia, solicitando que fosse entregue ao Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR.

Estava o Cel Menna Barreto com viagem marcada para Uruguaiana na manhã do dia 26 razão por que ficou o Maj Garcia encarregado de levar o documento ao General Poppe de Figueiredo que se encontrava passando o fim de semana no CISM. Devia o Maj Garcia transmitir a reação do General Poppe de Figueiredo, através de um rádio, em código, para o Maj Ehlers em Uruguaiana ou Porto Alegre. Cerca de 0900 horas do dia 27 o Maj Garcia fez entrega do documento ao General Poppe de Figueiredo informando-lhe sobre como tinha chegado à DI. Após ler o documento o General Poppe de Figueiredo teve a seguinte expressão:

– "Já conheço o pensamento do Castello e estou integralmente de acordo com ele. Aliás, neste documento, ele está incompleto. Também não poderia deixar de ser, pois, se estivesse completo, seria sua destituição da Chefia do EME".

Perguntado a quem deveria dar conhecimento do documento em causa o General Poppe de Figueiredo responde:

– "Dê conhecimento aos Cmts de Unidades".

Retornando ao QG o Maj Garcia expediu os seguintes rádios para Uruguaiana e Porto Alegre, respectivamente:

"MAJOR CAMPEDELLI – QG/2ª DC – INFORME JAIME SEU AVÔ PASSANDO MUITO BEM ET MAJ GARCIA – QG/3ª DI"

"TEN CEL ANGELO – QG/6ª DI – PEÇO INFORMAR MAJ EHLERS ASSUNTO SERAH LEVADO CONHECIMENTO FAMILIA PT MAJ GARCIA – QG/3ª DI".

Na tarde do mesmo dia o Maj Garcia compareceu à residência do Ten Cel Leo Nunes da Silva, Chefe da 1ª Seção, substituto eventual do Ch EM, a fim de dar-lhe conhecimento do documento e informar-lhe sobre a decisão de General Poppe de Figueiredo. Na oportunidade o Ten Cel Leo manifestou sua dúvida quanto à conveniência do documento ser mostrado aos Cmts de Unidades por não proceder de canais de Comando normais e pela possibilidade do conteúdo do documento poder vir a ser explorado tendenciosamente ou mesmo deturpado o pensamento do General Castello Branco.

Ainda na noite do dia 26, tomou conhecimento do documento o Maj Estagiário Brummel Couto não tendo os demais oficiais do EMG sido encontrados por estarem passando o fim de semana fora da cidade.

Dia 27 de Março – Cerca de 10 horas o Cmdo da DI recebeu o seguinte rádio do Cmt do III Ex:

– "Sr MINISTRO INFORMOU ECLOSÃO MOVIMENTO LIMITADO INDISCIPLINA PACIFICO MARINHA PT I EX ADOTOU APENAS MEDIDAS SEGURANÇA INDISPENSÁVEIS PT GENERAL GALHARDO CMT III EX."

Cerca de 15 horas o Ten Cel Léo, acompanhado do Maj Garcia, deslocou-se para o CISM a fim de transmiti-lo ao General Poppe de Figueiredo. A essa hora as rádios comerciais já informavam que o Presidente da República havia chegado ao Rio e solucionado a crise na Marinha, não aceitando a renúncia do seu ministro, demitindo o Almirante Cândido Aragão e punindo todos os marinheiros sublevados.

Nessa oportunidade o General Poppe de Figueiredo teve as seguintes expressões:

– "A decisão do Presidente só poderia ter sido essa. Eu, se fosse o Ministro da Marinha, não me demitiria. Ainda como Ministro faria um manifesto à Nação, denunciando o Presidente da República ao Congresso para decretar o impedimento do Presidente".

Expressou ainda o General Poppe de Figueiredo sua confiança no General Castello Branco.

– "Fadado a ser no futuro o nosso chefe".

Manifestou também o General Poppe de Figueiredo sua esperança em que o General Jair Dantas Ribeiro se desse conta, em tempo, do rumo perigoso a que estava conduzindo o Exército.

Referindo-se ao documento do General Castello Branco disse o General Poppe de Figueiredo:

– "Resolvi não dar conhecimento aos Cmts de Unidades. Dele só devem ter ciência os oficiais do EMG".

Comentando ainda sobre o fato do documento não ter sido levado ao General Garrastazú assim se expressou o General Poppe de Figueiredo:

– "Não sei por que deixaram o Garrastazú de fora. Ele que é um anticomunista ferrenho".

Retornando ao QG o Ten Cel Leo e Maj Garcia lá encontraram mais um rádio recebido do Cmdo do III Ex cujo teor era o seguinte: "RD 172E3 CIRC DE 27 MAR 64 PT RETRANSMITO SEGUINTE RD RECEBIDO 1430 HORAS HOJE PTPT ASPAS VG ORDEM SR MINISTRO INFORMO VOSSÊNCIA PEQUENOS GRUPOS PROCEDENTES NAVIOS MARINHA TENTARAM DESEMBARCAR CAIS MINISTERIO MARINHA COM TROCA TIROS RETORNANDO SEUS

NAVIOS PT ELEMENTOS MARINHA REUNIDOS SINDICATOS METALURGICOS ESTÃO SENDO RECOLHIDOS QUARTEL EXÉRCITO PARA POSTERIOR ENTREGA SUAS UNIDADES PT SITUAÇÃO CALMA PERFEITO CONTROLE PT GENERAL BOM TEMPO CHEFE GAB MG PT ASPAS GEN GALHARDO CMT III EX."

O Ten Cel Leo determinou então que o conteúdo dos dois Rd recebidos fosse retransmitido para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul e, através de um Memorando Reservado, fosse dado conhecimento aos Cmts de OM da Gu de Santa Maria e oficiais superiores do EM Divisionário. Isto foi feito na mesma tarde e informado ao General Poppe de Figueiredo que aprovou as medidas tomadas.

Enquanto as providências de transmissão eram tomadas chegou ao QG o Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR, em busca de informações, ocasião em que o Maj Garcia informou-lhe estar de posse do documento a ele destinado. O Cel Edmundo solicitou ao Maj Garcia que comparecesse a CR no dia seguinte levando o documento.

Dia 28 de março – Cerca de 0900 horas já circulavam notícias de rádio de que o General Professor Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, tendo tomado conhecimento do documento elaborado pelo General Castello Branco, levara-o ao Ministro da Guerra.

Cerca de 0930 horas o Maj Garcia chegou na 9ª CR onde entregou o documento ao Cel Edmundo da Costa Neves tendo colhido as seguintes informações:

– ser o Cel Edmundo oficial da mais alta confiança do General Oswaldo Cordeiro de Faria;

– estar o Cel Edmundo trabalhando contra o Governo e a favor de um movimento revolucionário que deveria eclodir dentro em breve e do qual o General Cordeiro de Faria era um dos líderes;

– que o General Poppe de Figueiredo quando estivera no Rio, em férias, tivera um entendimento pessoal com o General Castello Branco;

– que o Cel Edmundo "trabalhava" mais intensamente o Cel Ito do Carmo Guimarães, Cmt do 3º BCCL, oficial apegado a legalidade e cuja conduta, no caso de uma revolução, seria uma incógnita;

– que outra preocupação para o Cel Edmundo era o General Newton Barra, Cmt AD/3, Oficial General da confiança do Presidente João Goulart;

– que o Cel Edmundo estava respondendo a um questionário recebido de Porto Alegre o qual seria apresentado também aos elementos de confiança do esquema revolucionário em Santa Maria.

Às 17:15 horas foi recebido o seguinte rádio:

RD 138 E4 CIRC DE 28 DO CMT III EX:

"RETRANSMITO SEGUINTE RADIOGRAMA PARA CONHECIMENTO VEXCIA SOLICITANDO SEJA MESMO DADO CONHECIMENTO TAMBÉM TODAS UNIDADES SUBORDINADAS

PTPT URGENTÍSSIMO CMT III EX PALEGRE S-Nº DE 28 MAR 64 PT CIRC VG ORDEM SR MINISTRO INFORMO VEX QUE VG POR DETERMINAÇÃO SR PRESIDENTE REPÚBLICA E SOLICITAÇÃO MINISTRO MARINHA VG EXÉRCITO INTERVEIO CASO MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS SEDE SINDICATO METALÚRGICOS VG TOMANDO REFERIDOS MILITARES SOB SUA CUSTODIA PARA POSTERIOR APRESENTAÇÃO AUTORIDADES NAVAIS PT OPERAÇÃO JÁ CONCLUÍDA PT QUESTÃO DISCIPLINAR CARGO NOVO MINISTRO MARINHA ACORDO REGULAMENTO REFERIDA FORÇA PT CUMPRE ASSINALAR PERFEITA COESÃO E DISCIPLINA MANTIDA AMBITO EXÉRCITO PT SITUAÇÃO INTEIRAMENTE TRANQUILA VG EMBORA EM CURSO INTENSA ONDA BOATOS TENDENCIOSOS PT OUTROSSIM DETERMINA S EXCIA SEJA DADO CONHECIMENTO TEXTO PRESENTE RÁDIO TODAS ORGANIZAÇÕES MILITARES SUBORDINADAS ESSE COMANDO PT GENERAL BOM TEMPO CH GAB MIN GUERRA PT GEN GALHARDO CMT III EX".

O Ten Cel Leo juntamente com o Maj Garcia foram ao QG para providenciar a retransmissão o que foi feito nas mesmas condições dos anteriores e comunicando ao Gen Poppe de Figueiredo para sua aprovação.

Dia 29 de março – Ao anoitecer regressou de Porto Alegre o Maj Milton Machado Martins, titular da 2ª Seção, tendo o Maj Garcia lhe feito um relato de todos os acontecimentos e das informações que dispunha, passando-lhe às mãos a documentação recebida, inclusive o documento do Gen Castello Branco.

Dia 30 de março – O expediente foi iniciado no QG e, possivelmente, em todas as OM da 3ª DI, num clima de revolta e insatisfação em face das notícias de que o Presidente da República havia aceito a demissão do Ministro da Marinha e havia nomeado para substituí-lo um almirante da Reserva de tendências comunistas.

Às 1850 horas, foi recebido o seguinte rádio do Cmt III Ex: "INFORMO VEX VG ORDEM SR MINISTRO VG QUE APÓS PRIMEIRO RELATO FEITO PRESIDENTE REPÚBLICA PELO MINISTRO MARINHA VG CHEFE NAÇÃO DETERMINOU PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS FOSSEM ADOTADAS RESTABELECIMENTO DISCIPLINA VG APURAÇÃO RESPONSABILIDADE ATRAVÉS INSTAURAÇÃO DIVERSOS IPM PT CALMA SITUAÇÃO TODO PAÍS PT ONDA BOATOS TENDENCIOSOS CONTINUA INTENSA PROCURANDO CRIAR CLIMA INTRANQUILIDADE PT GEN BOM TEMPO CH GAB MIN – GEN GALHARDO CMT III EX".

Dia 31 de março – Pela manhã soube-se da reunião dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil sob a presidência do Sr João Goulart. Tal acontecimento, inicialmente, trouxe perplexidade àqueles que possuíam arraigados os sentimentos de disciplina e espírito militar. Posteriormente constituiu, sem dúvida nenhuma, o principal motivo para gerar a força aglutinadora, capaz de compelir, mesmo os mais indecisos, a uma atitude na primeira oportunidade.

Às 1700 horas foi recebido o RD "UU" 184 E3 B do Cmt do III Ex do seguinte teor:

– "INFORMO VG PARTIR RECEBIMENTO DESTE ESSA GU DEVERAH ENTRAR SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PRONTIDÃO RIGOROSA PT ASS GEN GALHARDO CMT III EX".

A ordem de prontidão foi transmitida verbalmente, de imediato, para todas as OM da Guarnição de Santa Maria e pelo rádio para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul. A ordem verbal foi confirmada na Gu de Santa Maria pelo Memorando ostensivo 44 E3 Circ de 31 Mar.

Imediatamente foi transmitida ordem para a rede rádio da Divisão entrar no ar.

Cerca de 1900 horas chegou ao QG o Ch EM, Cel Menna Barreto que havia regressado de Uruguaiana onde fizera contatos com os oficiais do EM/2ª DC. Soubera que a 2ª DC estava absolutamente coesa e, sua oficialidade a custo, contida pelos mais graduados.

2. OS ACONTECIMENTOS

Ao entrar de prontidão no dia 31 de março a 3ª DI, Guarnições e Unidades a ela subordinadas, para efeito do Plano de Segurança, estava sob os seguintes Comandos:

1– Cmt – Gen Mário Poppe de Figueiredo – 3ª DI e Gu Santa Maria

2 – Ch EM – Cel Ramão Menna Barreto

3 – E1 – Ten Cel Léo Nunes da Silva

4 – E2 – Maj Milton Machado Martins

5 – E3 – Maj Telmo Ariosto de Athayde Bohrer

6 – E4 – Maj Paulo Emílio Silva Garcia

7 – Estagiários: Maj Brummel Couto – Maj Armando José Sperotto

8 – Cmt AD/3: Cel Ruy de Paula Couto; o Gen Newton Barra, Cmt efetivo, encontrava-se no Rio em férias.

9 – Cmt 3º BCCL – Maj Luiz Carlos Prestes de Oliveira Mota; o Cmt efetivo, Cel Ito do Carmo Guimarães encontrava-se em Porto Alegre com licença.

10 – Cmt 3º RO 105 – Ten Cel Gabriel D'Annunzio Agostini (respondendo)

11 – Cmt 3º Esqd Rec Mec – Cap Milton Abrantes

12 – Cmt 7º RI – Ten Cel Alberto Firmo de Almeida

13 – Dir Pq RMM/3 – Maj Marcos de Jesus Pereira Porto

14 – Cmt 3ª Cia Mnt Ap – Cap Gabriel Coelho de Castro

15 – Ch 9ª CR – Cel Edmundo da Costa Neves

16 – Ch CRO 1/3 – Ten Cel Antonio Francisco da Rocha Junior

17 – Dir HGu SM – Maj Raphael Theodorico da Silva

18 – Cmt ID/3 – e Gu Pelotas – Cel Joaquim Carlos Muller Ribeiro

19 – Cmt 9º RI – Cel Danton do Amaral Duro

20 – Cmt 3º GO 155 e Gu Cachoeira do Sul – Cel Francisco de Mattos Júnior

21 – Cmt 3º B Cmb – Maj Isaac Clerman; o Cmt efetivo Ten Cel Boris Bromirski, encontrava-se em licença para tratamento de saúde.

22 – Cmt 3ª Cia Com – Cap Alyr Maya.

23 – Diretor H Gu Cachoeira – Cap Med Fernando de Araújo Guimarães

24 – Cmt 8º RI e Gu Santa Cruz do Sul – Cel Augusto Luiz de Faria Correa.

Após o recebimento da ordem de prontidão, o serviço de escuta, da 2ª Seção, captou notícias sobre a eclosão do movimento revolucionário em Minas Gerais. O Gen Mourão Filho Cmt da 4ª RM/4ª DI havia dado início a tão esperada Revolução havendo as tropas mineiras se lançado, decidida e valorosamente, na direção do Rio de Janeiro, tal como havia sido planejado, dois anos antes para a 3ª DI que deveria se lançar sobre Porto Alegre.

Começou a expectativa a reinar no QG/3ª DI. Boatos começaram a circular de que a Viação Férrea entraria em greve o que realmente ocorreu à zero hora. Imediatamente foi transmitida ao 3º RO 105 ordem verbal para ocupar a Viação Férrea confirmada pelo Mem Sec 41 E3 de 1º de abril assim redigido:

– "1. Confirmo minha ordem verbal determinando que o 3º RO 105 passe a executar o PLANO SEGIN-REP, ocupando os seguintes P.S.: ESQUILO – FALCÃO – GAMBÁ – GAZELA – JAVALI – RAPOSA.

2. Deverá, outrossim, manter cerrada vigilância em todo seu setor, nele mantendo a ordem bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomerado humano.

3. Deverá ficar em condições de, mediante ordem, ocupar mesmo a força, a Prefeitura Municipal, fazendo silenciar a estação de rádio que lá está transmitindo. (a) Gen Div Mário Poppe de Figueiredo – Cmt da 3ª DI".

A essa hora as rádios emissoras de São Paulo já divulgavam o manifesto do governador Ademar de Barros e notícias da adesão do II Exército à Revolução.

Cerca de 0100 hora o Gen Poppe de Figueiredo acompanhado do seu Aj de Ordens, recolheu-se à sua residência. Também foram pernoitar em casa, dadas as dificuldades de instalações do QG/Divisionário, o Maj Milton, Maj Bohrer e Maj Sperotto. Permaneceram no QG o Cel Menna Barreto, Ten Cel Léo, Maj Garcia e Maj Brummel.

Aproximadamente à 0130 hora o Cel Menna Barreto determinou ao Maj Garcia que fizesse uma visita ao 3º BCCL a fim de ver como as coisas iam por lá. Após cumprir a ordem o Maj Garcia fez ao Ch EM o seguinte relato: "A Unidade só estava com 50% do seu efetivo no quartel; todos os oficiais estavam dormindo inclusive o Cmt interino; apenas um Sgt estava de ronda; a Unidade estava aparentemente tranqüila".

Cerca de 0200 horas recebeu o Maj Garcia um chamado telefônico do QG/6ª DI. Era o Ten Cel Ângelo Irulegui Cunha informando que o Cel Carlos Alberto da Fontoura, Ch EM/6ª DI, desejava falar com o Cel Menna Barreto.

Estabelecido o contato entre os dois Ch EM o Cel Carlos Alberto da Fontoura informou ao Cel Menna Barreto de que o Gen Ladário Pereira Telles havia chegado a Porto Alegre a fim de assumir o Cmdo do III Ex e que o Gen Adalberto Pereira dos Santos desejava falar com o Gen Poppe de Figueiredo.

Imediatamente o Cel Menna Barreto deslocou-se para a residência do Gen Poppe de Figueiredo. Aproximadamente às 0230 horas o Gen Poppe de Figueiredo chegou ao QG e, imediatamente, mandou fazer uma ligação telefônica para o QG/ III Ex. Estabelecida a ligação foram ouvidas as seguintes expressões do Gen Poppe de Figueiredo:

– "Alô. É do III Ex? Quero falar com o Gen Galhardo (Benjamin Rodrigues Galhardo). Aqui é o Gen Poppe Cmt da 3ª DI. Ele não está? Está em casa? Está doente? Não? Pois não. Ottomar (Ottomar Soares de Lima)? Não quero falar com você Ottomar! Quero falar com o Gen Galhardo. Ah sim. O Ladário é? Sim. Quero falar com ele. Alô Ladário. Como vai você? Bem obrigado. Você chegou do Rio agora é? Sim. Sim. Sim. Está muito bem. Um abraço para você. Até logo".

Informou logo a seguir o Gen Poppe de Figueiredo ao Cel Menna Barreto que o Gen Ladário Pereira Telles lhe dissera que fora nomeado para substituir o Gen Adalberto Pereira dos Santos no Cmdo da 6ª DI e que o Gen Galhardo fora transferido para a chefia do EME em substituição ao Gen Castello Branco que tinha sido exonerado. Que as substituições seriam imediatas e que o Gen Galhardo já lhe tinha passado o comando e encontrava-se em sua residência. Que tinha assumido o Cmdo do III Ex visto ser o Gen de Divisão mais antigo.

A seguir o Gen Poppe de Figueiredo sentou na sua mesa e concentrou-se na escuta das estações de rádio do Rio (Globo), São Paulo e Minas Gerais acompanhando o desenrolar dos acontecimentos com grande atenção e preocupação.

Cerca de 0330 horas recebeu o Gen Poppe de Figueiredo um chamado de Porto Alegre. Era o Gen Adalberto informando-lhe que não estava disposto a entregar o Cmdo da 6ª DI ao Gen Ladário Pereira Telles, mas que estava com problemas muito sérios em suas Unidades. Perguntou ao Gen Poppe de Figueiredo se poderia contar com o apoio da 3ª DI para a decisão que pretendia tomar. Segundo declaração do Cel Menna Barreto a resposta do Gen Poppe de Figueiredo foi mais ou menos a seguinte:

– "Adalberto, o coração manda que eu lhe apóie, mas a razão não me permite fazê-lo. Acho aconselhável buscar uma solução dentro da lei, que não fira a Constituição".

Interrompido o contato telefônico voltou o Gen Poppe de Figueiredo a escutar rádio como que na expectativa de uma notícia esperada ansiosamente.

Às 0500 horas foi recebido o Rd 841 Circ de 1º de Abr 64 do Gen LADÁRIO PEREIRA TELLES:

– "EM VIRTUDE DE TER ASSUMIDO O COMANDO DA 6ª DI VG POR DETERMINAÇÃO CONTIDA EM RD DO EXMO SR MINISTRO DA GUERRA VG DE 31 MAR 64 VG COMUNICO QUE ASSUMI VG NESTA DATA VG O COMANDO DO III EX VG POR SER MAIS ANTIGO DOS CMTS DE GU PT GEN LADÁRIO PEREIRA TELLES – Cmt III Ex".

Em intensa expectativa amanheceu o EM em reunião na 2ª Seção do QG.

A noite de 31/1º nas Unidades da Divisão transcorreu em calma mas também sob intensa expectativa.

Na Gu de Santa Maria apenas o 3º RO 105, com um de seus Grupos (I) já empregado na Viação Férrea, tomou conhecimento, por intermédio do seu Cmt e Cmt da AD/3, que mantinham cerrado contato com o QG/3ª DI, das substituições havidas nos Cmdos do III Ex e 6ª DI. Em conseqüência, alguns oficiais mais afoitos pressionaram o Cmt para uma declaração de adesão à Revolução antes mesmo do Cmt da 3ª DI. O Cmt, no entanto, não a julgou conveniente pelas seguintes razões:

– "qualquer definição antes do Cmdo da DI poderia determinar uma reação de sua parte, para manutenção do seu prestígio, que seria aproveitada, inevitavelmente, por elementos ligados a situação anterior;

– era necessário evitar, de qualquer maneira, sob pena de comprometer os resultados da Revolução em todo o Estado do Rio Grande do Sul, luta na cidade de Santa Maria, dada sua peculiar situação, quer sob o ponto de vista físico, como militar;

– o caminho seguro era demonstrar todo o apoio e assessorar o Cmt da 3ª DI no sentido de que ele colhesse os elementos necessários a uma decisão favorável".

Cerca de 0600 horas as rádios Santa-mariense e Guarathan começaram a divulgar notícias relativas à eclosão da Revolução em Minas Gerais e a incitar o povo à reação ao golpe que estava sendo desfechado contra o Governo João Goulart.

Nessa hora apresentou-se no QG/Divisionário o Cel Ito do Carmo Guimarães, Cmt do 3º BCCL que havia regressado de Porto Alegre. Após ser informado do que se passava, recolheu-se à sua Unidade, onde determinou o cumprimento de ordem de prontidão rigorosa. Cerca de 0630 horas o Cmdo da Divisão determinou o deslocamento de 1 Pel de CC do 3º BCCL para a região do DSSM onde passou a reforçar o 3º RO 105.

Cerca de 0730 horas recebeu o Maj Garcia um chamado telefônico de Bagé. Era o Maj Hélios Perillo Fleury, E2 da 3ª DC, que buscava contato. Informou que o Cmdo da 3ª DC estava inclinado a apoiar a Revolução de Minas, mas que ainda não havia decidido. Perguntando qual a situação da 3ª DI foi-lhe informado que ainda não havia decisão, mas que também havia inclinação na maioria do EM em apoiar a Revolução. Informou ainda o Maj Fleury ter sido recebido no QG/3ª DC o rádio do Gen

Ladário Pereira Telles e perguntou o que havia acontecido ao Gen Adalberto. Foi-lhe informado que o Gen Adalberto Pereira dos Santos havia sido exonerado à sua revelia.

Cerca de 0830 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt III Ex:

– "PARTIR RECEBIMENTO DESTE DEVEIS ORGANIZAR FICANDO EM CONDIÇÕES DESLOCAR-SE PARA O NORTE PTPT HUM BTL 7º RI VG UMA BIA/3º RO 105 VG 3º ESQD REC MEC ET UMA CIA CC/3ª BCCL PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Cerca de 0930 horas outro rádio foi recebido do Cmt III Ex:

– "8º RI DEVERAH DESLOCAR-SE PARA MARCELINO RAMOS VG MÁXIMA URGENCIA VG ONDE PASSARAH DISPOSIÇÃO GEN SILVINO CMT 5ª RM/5ª DI PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Em face da ponderação do Maj Bohrer de que o efetivo previsto para ser deslocado deixaria a Gu de Santa Maria muito enfraquecida o Gen Poppe de Figueiredo determinou ao Ten Cel Léo que fizesse um levantamento do efetivo existente.

A essa mesma hora o Cmt do 3º RO 105, informado de que havia ordem do III Ex para embarcar com destino a Curitiba, toma conhecimento de que um trem, com 119 vagões, seria organizado em Santa Maria. Reúne o Sub Cmt do 3º RO 105, Cmt dos I e II Grupos e S/3 informando-os sobre a ordem de embarque, tendo havido repulsa unânime. Entrando em contato com o Cmt da AD/3 chegam à conclusão de que a ordem não poderia ser cumprida, mas que ainda havia tempo a ganhar até a hora da tropa começar a embarcar.

Cerca de 0940 horas chegou ao QG uma comissão constituída pelo Vice Prefeito de Santa Maria Sr Adelmo Simas Genro que se encontrava em exercício no cargo de Prefeito e mais os líderes ferroviários Baltazar Mello (C1), Francisco Lemes (C1) e outros. Vinham apresentar solidariedade ao Gen Poppe de Figueiredo e colocar a Viação Férrea à disposição das tropas da 3ª DI que teriam que se deslocar para defender o Governo João Goulart.

Informaram que haviam recebido instruções de Porto Alegre para organizar os comboios. Ficou combinado que no momento oportuno a DI informaria suas necessidades de transporte e quando seriam necessárias.

No momento em que a comissão era recebida o Maj Garcia recebe novo chamado telefônico. Era o Cel Roberto Gonçalves, Ch do EM da 3ª DC, que havia chegado no aeroporto de Camobi em Santa Maria, em um avião do aeroclube de Bagé e solicitava transporte. Informado da chegada do Ch EM da 3ª DC o Cel Menna Barreto determinou ao Maj Garcia que fosse até o aeroporto receber o Cel Roberto.

Às 0950 horas o Cmt da DI recebeu o Rd 93 E2 Circ de 1º Abr do Cmt do III Ex.

– "RETRANSMITO SEGUINTES RADIOGRAMAS VG DETERMINANDO SEJA DADO CONHECIMENTO TODOS COMANDOS DAS OM SUBORDINADAS PTPT ASPAS 1º NOTA FORNECIDA PELA PRESIDENCIA DA REPUBLICA NA MANHÃ DE HOJE VG PARTE DA GUARNIÇÃO FEDE-

RAL SEDIADA EM MINAS GERAIS VG REBELOU-SE SOB O COMANDO DOS GENERAIS GUEDES ET MOURÃO INSPIRADA NO MANIFESTO LANÇADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL ET OS PODERES CONSTITUIDOS PT DIANTE DESSA SITUAÇÃO VG O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECOMENDOU AO MINISTRO DA GUERRA VG GENERAL JAIR DANTAS RIBEIRO VG QUE FOSSEM IMEDIATAMENTE TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA DEBELAR A REBELIÃO VG TENDO SIDO DESLOCADAS PARA MINAS GERAIS UNIDADES DO PRIMEIRO EXÉRCITO PT O MOVIMENTO SUBVERSIVO VG QUE SE FILIA AS MESMAS TENTATIVAS ANTERIORES DE GOLPE DE ESTADO VG SEMPRE REPUDIADAS PELO SENTIMENTO DEMOCRÁTICO DO POVO BRASILEIRO ET PELO ESPÍRITO LEGALISTA DAS FORÇAS ARMADAS VG ESTAH CONDENADO A IGUAL MALOGRO VG ESPERANDO O GOVERNO FEDERAL PODER COMUNICAR OFICIALMENTE VG DENTRO EM POUCO VG O RESTABELECIMENTO TOTAL DA ORDEM NO ESTADO PT NÃO PODE MERECER SENÃO O MAIS VEEMENTE REPUDIO DA NAÇÃO A ATITUDE DOS QUE PROCURAM INSTAURAR A DESORDEM E FERIR AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS VG NO MOMENTO EM QUE GOVERNO FEDERAL COM O APOIO DO POVO E DAS FORÇAS AREMADAS VG SE ACHA EMPENHADO EM ENCAMINHAR PACIFICAMENTE ATRAVÉS DO CONGRESSO NACIONAL VG AS REFORMAS E MEDIDAS NECESSÁRIAS RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO PAÍS PT EH LAMENTÁVEL QUE SE TENHA ESCOLHIDO COMO PALCO PARA DEFLAGRAR A NOVA AVENTURA GOLPISTA O ESTADO DE MINAS GERAIS VG DEPOSITÁRIO DAS MELHORES TRADIÇÕES CÍVICAS DO POVO BRASILEIRO PT A NAÇÃO PODE PERMANECER TRANQUILA PT O GOVERNO FEDERAL MANTERAH INTANGÍVEIS A UNIDADE NACIONAL VG A ORDEM CONSTITUCIONAL E OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E CRISTÃOS EM QUE ELA SE INSPIRA VG POIS CONTA COM A FIDELIDADE DAS FORÇAS ARMADAS E COM O PATRIOTISMO DO POVO BRASILEIRO PTVG 2º PROCLAMAÇÃO A NAÇÃO – CUMPRINDO DETERMINAÇÃO EXPRESSA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA VG ASSUMI VG NESTE MOMENTO DE INTRANQUILIDADE PARA A NAÇÃO BRASILEIRA VG O COMANDO EFETIVO DAS AÇÕES LEGAIS CONTRA O MOVIMENTO DE SUBVERSÃO QUE ESTAH CARACTERIZADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS SOB O COMANDO DOS GENERAIS CARLOS LUIZ GUEDES E OLYMPIO MOURÃO FILHO VG OS QUAIS NESTA DATA EXONERO DOS COMANDOS QUE A NAÇÃO LHES CONFIOU PT A NAÇÃO TODA JÁ ESTÁ BASTANTE ALERTADA SOBRE AS FORÇAS QUE AGORA ESTÃO TENTANDO SUBVERTER O REGIME DEMOCRÁTICO À LUZ DO QUAL TEMOS FEITO A EVOLUÇÃO PACÍFICA E CRISTÃ DE NOSSA PÁTRIA PT FIEL AOS PRINCÍPIOS LEGALISTAS QUE IMPRIMO A TODAS AS MINHAS DIRETRIZES VG AGIREI COM A MÁXIMA ENERGIA CONTRA OS SUBLEVADOS VG ALERTANDO-OS VG PARA QUE NÃO SE DEIXEM ENGANAR POR FALSOS DEFENSORES DEMOCRACIA QUE OS ESTÃO CONDUZINDO PARA UMA VERDADEIRA LUTA ENTRE IRMÃOS PT CERREMOS FILEIRA VG BRASILEIROS VG EM TORNO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS QUE REGEM NOSSOS DESTINOS VG E ESTA FASE CRÍTICA EM BREVE ESTAH ULTRAPASSADA PARA O

BEM DE NOSSA PÁTRIA PT EMBORA EM ESTADO DE CONVALESCENÇA NÃO HESITAREI EM SACRIFICAR MINHA PRÓPRIA SAÚDE PARA CUMPRIR ESTE DEVER QUE TENHO PARA COM MINHA PÁTRIA E PARA COM O REGIME DEMOCRÁTICO QUE DEFENDO HAVEREMOS DE CUMPRIR NOSSA MISSÃO HAJA O QUE HOUVER VG CUSTE O QUE CUSTAR PT GEN JAIR DANTAS RIBEIRO – MINISTRO DA GUERRA ASPAS PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Às 1000 horas foi expedido para o Cmt do 7º RI o Mem Secreto nº 39 E3 do seguinte teor:

"A partir recebimento deste, deveis manter uma guarda composta de um 01(um) cabo 03(três) soldados no Ponto Sensível RÃ".

Durante a viagem do Aeroporto de Camobi ao QG/3ª DI o Cel Roberto Gonçalves, em conversa com o Maj Garcia, assim se expressou:

"Nós já estamos no plano inclinado. Agora não há mais como recuar. Já decidimos romper o tumor. Só não contamos com uma Unidade; o 14º RC de D. Pedrito. A 2ª DC também está revoltada e inteiramente coesa. E vocês como é que estão?"

Foi-lhe informado que o Gen Poppe de Figueiredo ainda não havia decidido aderir à Revolução, mas que sua vinda e as informações relativas à adesão das 3ª e 2ª DC, poderiam precipitar a decisão do Cmt da 3ª DI.

Enquanto o Cel Roberto deslocava-se de Camobi para Santa Maria, o Gen Poppe de Figueiredo recebeu dois chamados telefônicos.

O primeiro do Gen Camarinha, Cmt da 2ª DC, informando-lhe que a 2ª DC encontrava-se rebelada apoiando a Revolução de Minas.

O segundo do Gen Hugo Garrastazú informando-lhe de sua decisão de, juntamente com a 2ª DC, aderir à Revolução de Minas. Nessa ocasião o Gen Garrastazú teria feito um apelo veemente ao Gen Poppe de Figueiredo a que aderisse a Revolução.

Após esses telefonemas o Cel Ramão Menna Barreto solicitou ao Gen Poppe de Figueiredo autorização para reunir o EM, a fim de debaterem a situação. Nesse momento chega ao QG o Cel Roberto Gonçalves que foi imediatamente introduzido no Gabinete do Gen Poppe de Figueiredo, tendo-se iniciado rápida conferência com a presença do Maj Milton e Cel Menna Barreto. Eram aproximadamente 1130 horas.

Concluída a reunião o Maj Milton informou aos oficiais do EM que se encontravam presentes que o Cmdo da 3ª DI aderira a Revolução e tomara a seguinte decisão:

– convocar uma reunião dos Cmts de Unidades da Gu de Santa Maria, Oficiais de seu EM para informar-lhes da decisão tomada;

– lançar uma proclamação;

– enviar mensageiro a Santiago a fim de fazer uma ligação com o Gen João de Deus Nunes Saraiva a fim de obter o apoio também da 1ª DC à causa revolucionária.

Às 1130 horas foi recebido no QG o rádio 94 E2 de 1º Abr do Cmt III Ex cujo texto era o seguinte:

– "DETERMINO DAR CONHECIMENTO SUBORDINADOS SEGUINTE PROCLAMAÇÃO III EX PTPT ASPAS HONRADO COM A CONFIANÇA DO EXMO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA VG DR JOÃO GOULART E DO EXMO SR MINISTRO DA GUERRA VG GENERAL DE EX JAIR DANTAS RIBEIRO VG ASSUMI O COMANDO DA 6ª DI E VG POR TER SIDO O EXMO SR GENERAL DE EX BENJAMIM RODRIGUES GALHARDO NOMEADO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO VG SENDO O OFICIAL GENERAL MAIS ANTIGO ACABO DE ASSUMIR O COMANDO DO III EX PT JULGO-ME PERFEITAMENTE CONHECIDO NÃO SOH PELOS CAMARADAS DO III EX COMO TAMBÉM PELOS DEMAIS COMPANHEIROS DO EXÉRCITO BRASILEIRO PT SEMPRE FUI INTRANSIGENTE DEFENSOR DA LEI E DA ORDEM E AMANTE DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS PT AQUI ME ENCONTRO PARA CUMPRIR RIGOROSAMENTE AS ORDENS DAS AUTORIDADES SUPERIORES PT TODOS OS SACRIFÍCIOS FAREMOS PARA QUE A LEI E A ORDEM SEJAM RESTAURADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PT NINGUÉM ARREBATARAH DAS MÃOS DO PRECLARO PRESIDENTE JOÃO GOULART A BANDEIRA DA LEGALIDADE PT O SEU MANDATO EH INTOCÁVEL PORQUE É A EXPRESSÃO DA SOBERANIA NACIONAL PT A FORÇA SATÂNICA DOS PREVILÉGIOS NÃO ARRANCARAH VG DO POVO BRASILEIRO A BANDEIRA DAS REFORMAS PT POR ELAS LUTAREMOS VG EXÉRCITO E POVO VG SEMPRE UNIDOS VG SEMPRE UNISSONOS NOS SENTIMENTOS COMO TEMOS SIDO EM TODO O DECORRER DA NOSSA HISTÓRIA PT COMPANHEIROS DO III EX VG MEUS PATRICIOS DO RIO GRANDE DO SUL VG DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ VG BRAVA GENTE BRASILEIRA VG COMO REPRESENTANTE DO EXMO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR JOÃO GOULART E SOB AS ORDENS DO EMINENTE MINISTRO DA GUERRA GENERAL DE EX JAIR DANTAS RIBEIRO VG CONCLAMAMOS A TODOS VOS A CERRAR FILEIRAS NA DEFESA DA ORDEM VG DA LEI E DAS INSTITUIÇÕES PT ESTOU SEGURO E CONFIANTE QUE A NOSSA CAUSA É SANTA E QUE NINGUÉM NOS ARREBATARÁ ESSA VITÓRIA QUE JAH É NOSSA PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Em cumprimento à decisão do Gen Poppe de Figueiredo, viajou para Santiago, via aérea, o Ch da 9ª CR, Cel Edmundo, acompanhado do Ch EM/3ª DC, Cel Roberto Gonçalves que, lá chegando, entraram em contato com o Gen Bda Saraiva, Cmt da 1ª DC e solicitaram sua adesão em nome do Gen Poppe de Figueiredo. O Gen Saraiva, alegando motivos sentimentais (amizade e gratidão), declarou que não podia voltar-se contra o Sr João Goulart. Pediu aos Coronéis que não entrassem em contato com seus Cmts de Unidades. Diante disso os mensageiros regressaram a Santa Maria sem lograr êxito na missão. A 1ª DC, pelo seu Cmt, não apoiaria a Revolução.

Às 1330 horas, em cumprimento à determinação do Gen Poppe de Figueiredo, realizou-se uma reunião na Sala de Instruções do QG/3ª DI com a presença dos Cel

Menna Barreto Ch EM/DI, Cel Paula Couto Cmt AD/3, Ten Cel Agostini Cmt do 3º RO 105, Cel Ito Cmt do 3º BCCL e oficiais do EMG da Divisão, Ten Cel Léo E1, Maj Bohrer E3, Maj Milton E2, Maj Garcia E4, Maj Brummel e Maj Sperotto Estagiários. Visivelmente emocionado, o Gen Poppe de Figueiredo, em rápidas palavras, disse que havia pesado a importância da decisão que tomara, mas que não podendo ficar indiferente à ação nefasta dos comunistas que ameaçava tragar o País, decidira, juntamente com os camaradas da 2ª DC e 3ª DC, dizer um BASTA a comunização do Brasil, apoiando a Revolução eclodida em Minas e já apoiada por São Paulo, e não cumprindo mais ordens do III Ex. E para isto esperava contar com o apoio dos seus Cmts de Unidades e oficiais do EM.

Imediatamente levantou-se o Ten Cel Agostini e disse:

– "V Exa pode contar com o apoio do Rgt Mallet".

O Gen Poppe de Figueiredo dirigiu-se, então, ao Cel Ito, e perguntou-lhe:

– "Posso contar com seu apoio Cel Ito?"

O Cel Ito respondeu:

– "O Cmt do 3º BCCL cumpre as ordens do Cmt da Divisão".

– "E meu EM está de acordo?"

Perguntou o Gen Poppe de Figueiredo.

Em silêncio os oficiais do EM assentiram com a cabeça, não tendo havido manifestações em contrário.

Encerrada essa reunião, uma outra foi realizada, no Gabinete do Cmt da DI, para a qual foram convocados, além dos participantes da 1ª reunião, o Cmt do 7º RI, Ten Cel Alberto Firmo de Almeida, e demais Cmts e Chefes de Repartições e Estabelecimentos da Guarnição.

O Gen Poppe de Figueiredo repetiu as mesmas palavras ditas na Sala de Instrução e dirigindo-se de inopino ao Ten Cel Firmo perguntou:

– "Posso contar com seu apoio Cel Firmo?"

A resposta do Ten Cel Firmo foi mais ou menos a seguinte:

– "A situação não está bem clara. Muitos boatos, muitas notícias de lá e outras de cá. Para mim a situação ainda está obscura. Acho cedo ainda para tomar qualquer decisão".

Essa atitude do Ten Cel Firmo já era esperada tendo o EM previsto sua substituição pelo Ten Cel Milo Darcy Aita, Ajudante Geral do QG/3ª DI, oficial da mais absoluta confiança do Cmdo da DI e que recentemente havia sido transferido do 7º RI.

O Gen Poppe de Figueiredo retomou a palavra e disse:

– "Cel Firmo, a situação para o Cmt da DI está clara e a decisão tomada. Está encerrada a reunião".

O Ten Cel Firmo imediatamente retirou-se em direção do quartel do 7º RI, fronteiro ao QG/DI.

Diante da situação, o Maj Milton e Maj Garcia, rapidamente, trocaram idéias e mandaram um estafeta chamar o Ten Cel Firmo em nome do Ch EM, alertando a este de que era preciso ganhar tempo para prevenir os majores Erydson Pereira Magalhães e William Ferreira França do que havia se passado, antes que o Ten Cel Firmo pudesse chegar ao 7º RI. O Maj Brummel foi mandado ao 7º RI, tendo deixado os imediatos do Ten Cel Firmo prontos para prendê-lo, caso intentasse qualquer ação contra a Revolução.

A partir desse momento o Maj Brummel passou a ser o oficial de ligação com o 7º RI.

A transmissão da decisão do Gen Poppe de Figueiredo para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul, foi dirigida via telefônica tendo em vista mantê-la em sigilo até o fim da jornada.

Às 1500 horas é feita a ligação telefônica com o 8º RI tendo sido transmitida a decisão do Cmt da DI. O Sub Cmt do 8º RI, Ten Cel Ito Carvalho Bernardes, informa ao Cmt da 3ª DI que a Unidade está coesa pronta para cumprir suas ordens. O Cmt do 8º RI a seguir é informado do que se passara e concorda com a decisão tomada, em seu nome, pelo seu Sub Cmt. Um oficial e um Sgt do 8º RI são designados para, em traje civil, vir a Santa Maria receber ordens.

A essa mesma hora foi solicitado o comparecimento ao QG/DI do Cmt da Gu da Brigada Militar Ten Cel Francisco Martins a fim de ser informado da decisão do Gen Poppe de Figueiredo. O Ten Cel Martins veio acompanhado do Ten Cel Darcy Paiva Ethur, Cmt do 2º BG. O Ten Cel Martins recebeu a decisão com agrado enquanto que o Ten Cel Ethur, embora nada dissesse, demonstrou pela fisionomia, certa insatisfação.

Às 1500 horas foi recebido o Rd 151 S1 de 1º de Abr do Cmt da Gu de Cachoeira do Sul:

– "TROPA ESTA GUARNIÇÃO COESA SITUAÇÃO CALMA PT MANIFESTO DEPUTADO BRIZOLA ATRAVÉS RÁDIO FARROUPILHA CAUSAM MAL ESTAR GUARNIÇÃO VIRTUDE NÃO APENAS REQUISITO TOTAL ESTAÇÕES PORTO ALEGRE PARTE GOVERNADOR ESTADO COMO TAMBÉM TERMO AQUELE MANIFESTO INFRINGEM RECOMENDAÇÕES RÁDIO 16 E2 CD1 VA Circ de 16 ESSA DI PT Cel Mattos Júnior Cmt 3º GO 155".

Nessa mesma hora foi dispersada pelo 3º RO 105, por ordem do Cmdo da DI, uma concentração de ferroviários defronte ao chamado Palácio Rosado, costumeiro ponto de reuniões e comícios de ferroviários e comunistas. A população circundante, após a ação enérgica da tropa, deu grandes demonstrações de aplauso.

Cerca de 1630 horas o Cmdo da Divisão foi informado de que havia problema no 3º Esqd Rec Mec, pois alguns oficiais não estavam concordando em apoiar a Revolução, em face disso implicar a queda do Governo João Goulart. O Maj Milton recebeu

então ordem para ir até o Esqd observar o que acontecia e tomar as providências necessárias. O Maj Milton cumprindo sua missão fez rápida preleção aos oficiais do 3º Esqd, demovendo, pelo menos aparentemente, qualquer reação ao cumprimento da decisão do Cmdo da Divisão.

Às 1645 horas foram expedidas ordens verbais depois confirmadas pelos seguintes Memorandos:

Nº 40-E3 Secreto de 1º Abr – Cmt 7º RI:

"DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, tomando as seguintes providências:

a) Ocupar os seguintes pontos sensíveis para proteção:

CANÁRIO – CAPIVARA – BALEIA – BOTO – ÁGUIA – RÃ – OVELHA e PANTERA.

b) Manter 1 Cia (-) na Praça Saldanha Marinho em condições de:

(1) Manter a ordem e dissolver qualquer aglomeração nas circunvizinhanças da referida praça;

(2) Proteger, particularmente os seguintes pontos sensíveis: SAGUÍ – LONTRA e TUBARÃO;

(3) Grupar os Pontos Sensíveis COIOTE e CABRA determinando que saiam do ar, sob pena de serem postos fora do ar, conforme ofício deste Cmdo a ser entregue aos respectivos Diretores.

(a) Gen Div Mário Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI"

Nº 42-E3 Secreto de 1º Abr – Cmt 3ª Cia Mnt Ap:

"1. DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, ocupando os seguintes Pontos Sensíveis: OSTRA – PAVÃO – PINGUIN e PERDIZ.

2. Deveis, outrossim, guardar as entradas da cidade pelas estradas de São Sepé e Picadinha, a fim de impedir a saída da cidade de gêneros alimentícios e a entrada de armamento".

Nº 43-E3 Secreto de 1º de Abr – Cmt 3º Esqd Rec Mec:

"1: DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, ocupando os seguintes Pontos Sensíveis: OCAPI e RENA.

2. Deveis, outrossim, manter cerrada vigilância em todo o seu setor, nele mantendo a ordem, bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomerado humano.

3. Deverá ainda guardar entrada da cidade, pela R do Menino Deus, a fim de impedir a saída de gêneros alimentícios e a entrada de armamento. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM 3ª DI, P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

Ofícios nºs 45 e 46 E3, de 1º Abr às Rádios GUARATHAN e SANTAMARIENSE, respectivamente:

"1) Tendo assumido o governo militar da Cidade e estando solidário com as tropas do II Ex e 4ª RM, determino:

a) Que a emissora sob vossa direção saia da cadeia radiofônica que atualmente está integrando.

b) Que passe a transmitir apenas música e anúncios.

2) Esclareço-vos, outrossim, que essa emissora será retirada do ar, caso deixe de cumprir a presente determinação.

(a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

A ligação telefônica com as Gu de Cachoeira e Pelotas não foram obtidas.

Cerca de 1700 horas o Gen Poppe de Figueiredo foi chamado ao telefone pelo Gen Ladário. Nesse contato o Gen Poppe de Figueiredo deu-lhe conhecimento de sua decisão.

O Gen Ladário Pereira Telles então disse-lhe:

– "Poppe você está cometendo uma traição".

Ao que o Gen Poppe de Figueiredo respondeu-lhe:

– "Traição está cometendo você permitindo a comunização do País".

Após essas palavras o Gen Ladário Pereira Telles disse:

– "Está bem vou desligar".

E assim o fez.

O Boletim Divisionário nº 16, desse mesmo dia, publicou a seguinte proclamação:

"Nossa Pátria passa por um momento decisivo de sua história. Herdâ-mo-la de nossos pais cristã e democrática. Assim queremos transmiti-la aos nossos filhos.

Nos últimos tempos vem nosso País sendo levado para o comunismo ateu e totalitário, numa flagrante violentação da vocação do povo brasileiro.

Após os últimos episódios de conhecimento público, nos quais a disciplina das Forças Armadas foi praticamente destruída, a situação atingiu a um ponto em que se desenhou nítida, sob o império do mais puro e legítimo patriotismo, a necessidade de ser, enquanto é tempo, oposto um dique a avalanche comunista.

A 3ª DI alia-se aos camaradas da 2ª DC (URUGUAIANA), 3ª DC (BAGÉ) na missão sagrada de impedir a comunização de nossa querida Pátria".

Aproximadamente às 1730 horas o Ten Cel Leo, que após a decisão do Gen Poppe de Figueiredo recolhera-se à sua Seção, dirige-se ao Gabinete do Cmdo e, apresentando as razões em documento escrito, informa ao Cmt da Divisão que não concordava com a decisão tomada pelo Comando e solicita fique dispensado de cumpri-la.

Às 1915 horas foi transmitido o seguinte rádio para a ID/3:

"Nº 74 E3 de 1º Abr – SENTINDO NECESSIDADE DE RESTABELECER RESPEITO HIERARQUIA FORÇAS ARMADAS VG QUE VEM SENDO SOLAPADA POR ELEMENTOS INTERESSADOS COMUNIZAR BRASIL VG CULMINANDO SOLUÇÃO DADA ÚLTIMO CASO MARINHA GUERRA VG BEM COMO SENTINDO NECESSIDADE NÃO AFASTAMENTO TROPAS GUARNIÇOES VG FIM IMPEDIR FIQUEM CIDADES ENTREGUES AÇÃO COMUNISTA VG DECIDO NÃO ACATAR ORDENS CMT III EX DETERMINANDO DESLOCAMENTO UNIDADES DI PT (a) Gen Poppe Cmt 3ª DI"

Após a decisão do Gen Poppe de Figueiredo passou o EM a planejar as medidas de segurança necessárias face a possíveis ações de tropas de Porto Alegre e 1ª DC.

Para isso forem expedidas as seguintes ordens:

"Cmt 8º RI – Ordem Particular nº 1 – Secreta, de 1º Abr:

1. Deveis barrar qualquer movimento de tropas, quer Fv, quer Rv, incidindo sobre Santa Cruz ou sobre Santa Maria, nos seguintes eixos:

Porto Mariante – Santa Cruz.

Gen Câmara – Rio Pardo – Cachoeira do Sul

Rio Pardo – Santa Cruz

Soledade – Santa Cruz.

2. Qualquer ação sobre esses eixos, deverá ser imediatamente comunicada a este Cmdo.

3. Em caso de ser recalcado, devereis realizar uma ação retardadora ao longo dos eixos:

Santa Cruz – Candelária – Cerro Chato

Santa Cruz – Candelária – Cachoeira

Rio Pardo – Cachoeira.

Os elementos que forem acolhidos em Cachoeira passarão a reforçar essa Guarnição, após acolhidos.

4. Os Elm que retraírem para Cerro Chato, deverão estabelecer nova linha de defesa na corte do Jacuí. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

"Cmt Gu Cachoeira – Ordem Particular nº 2, Secreta, de 1º Abr: 1. Deveis defender a cidade de Cachoeira do Sul, barrando as vias de acesso Rio Pardo – Cachoeira do Sul e Capané – Cachoeira do Sul.

2. Deveis também, acolher os elementos do 8º RI que retraírem a cavaleiro da RS 64, os quais passarão a reforçar a Guarnição de Cachoeira do Sul, após acolhidos. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

3. Deveis ainda reforçar o 8º RI com 1 Bia 155".

OBSERVAÇÃO: Retificado o item 3º, por telefonema transmitido ao Cap Barreto Viana, para a seguinte redação:

"3. Deveis ainda ficar em condições de reforçar o 8º RI com 1 Bia 155. Em 2 Abr 64. (a) Telmo Ariosto de Athayde Bohrer – Maj E/3 3ª DI".

"Cmt 3º Esqd Rec Mec – Mem nº 45 E/3 Secreto de 1º Abr:

Esse Esquadrão deverá deslocar uma patrulha sob o Cmdo de um Oficial, para a região de Canabarro, a fim de vigiar o eixo ferroviário Dilermando de Aguiar - Santa Maria, impedindo a passagem de qualquer composição conduzindo tropas em direção a Santa Maria. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM/3ª DI P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

"Cmt 7º RI – Mem nº 44 E/3. Secreto, de 2 Abr:

1. Esse Regimento deverá deslocar uma Cia Fzo (-), a 2 Pel Fzo e 1 Sec Ptr, para a região do Passo do Arenal, a fim de cobrir a cidade de Santa Maria no eixo São Sepé – Santa Maria.

b) Deslocar uma Cia com igual efetivo para a região de Vai de Serra, a fim de cobrir a cidade de Santa Maria no eixo Cruz Alta – Santa Maria. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM/3ª DI, P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

As ordens para o 8º RI e Gu Cachoeira do Sul foram levadas pelo Capitão Sidney Zanon Machado do 8º RI que, regressando a Santa Cruz na noite de 1º/2 Abr, passou por Cachoeira onde estabeleceu contato com o Cmt da Gu e entregou-lhe a Ordem Particular nº 2, Secreta.

Continuou o EM seu planejamento, durante a noite, visando completar o dispositivo de segurança e ao mesmo tempo articular as forças para as ações ofensivas sobre Porto Alegre.

Enquanto os estudos eram feitos escutava-se, através da Cadeia da Legalidade, a palavra do Sr Leonel Brizola no comício realizado defronte à Prefeitura de Porto Alegre, conclamando os Sargentos e Oficiais nacionalistas a reagirem e matarem, "mesmo que fosse a unha", os oficiais gorilas.

Mais tarde chegaram informações de que o Sr João Goulart já se encontrava também em Porto Alegre e preparava-se para comandar a resistência.

Dia 2 Abr – À 0100 hora foi recebido o seguinte Rd 2 BF de 2 p

– "INFO PREZADO CHEFE ESTA UNIDADE SE PÕE SOB CMDO V EXCIA VG DESLIGANDO-SE III EX SOLIDARIZANDO-SE MOVIMENTO PROPAGADO 2º EX QUE VARRE TODA NAÇÃO VISANDO RESTABELECER RESPEITO CONSTITUIÇÃO PT AGUARDO CONFIANTE ORDENS VEX PT CEL DIRCEU – CMT 1º B F V".

À 0145 hora pelo receptor do 7º RI foi captada a seguinte mensagem:

– "DO 3º G CAN AAA PARA O 7º RI – PARA: GEN POPPE DE FIGUEIREDO – Cmt 3ª DI – SANTA MARIA – PARTICIPO V EXA ESTE CMDO DECIDIU NÃO MAIS ACATAR ORDENS III EX, SOLIDARIZANDO-SE COM COMPANHEIROS DO II EXÉRCITO SENTIDO PRESERVAÇÃO CONSTITUIÇÃO E SALVAGUARDA INTEGRIDADE PÁTRIA CONTRA INFILTRAÇÃO COMUNISTA. UNIDADE MANTÉM ORDEM GUARNIÇÃO PT AGUARDAMOS ORDEM V EXA PT MAJ VIRGILIO DA SILVA ROCHA – CMT 3º G CAN AAA".

Às 0300 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt 8º RI:

– "PARTICIPO RECEBI ORDEM CMT III EX SEGUINTES TERMOS PTPT DEVEIS DESLOCAR REGIMENTO MÁXIMA URGÊNCIA P ALEGRE PT GEN LADÁRIO CMT III EX PT INFORMO DEIXEI CUMPRIR ORDEM ACORDO DETERMINAÇÃO VEX PT AGUARDO ORDENS PT CEL FARIA CORREA CMT 8º RI".

Às 0730 horas foi recebido o seguinte rádio:

– "Rd 168 S1 de 2 pt RERA 82 E3 DE 2 ABR INFORMO TODO BTL ACHA-SE DISPONIVEL PT CEL BRITO – CMT 3º B R V ".

Às 0840 horas foram expedidas as seguintes mensagens:

– "CMT 2ª DC – FIM ACELERAR VITÓRIA NOBRE CAUSA ESTAMOS EMPENHADOS VG JULGO CONVENIENTE V EX DETERMINAR SEGUINTES AÇÕES:

1º: APOSSAR-SE RAPIDAMENTE DA REGIÃO DE GEN VARGAS VG COBRINDO-SE NO CORTE DO IBICUI.

2º: FICAR EM CONDIÇÕES DE PROSSEGUIR SOBRE PORTO ALEGRE. GEN POPPE – CMT 3ª DI".

– "CMT 3ª DC – FIM ACELERAR VITÓRIA NOBRE CAUSA ESTAMOS EMPENHADOS JULGO CONVENIENTE V EXCIA DETERMINAR SEGUINTES AÇÕES:

1º: APOSSAR-SE RAPIDAMENTE DA REGIÃO DE CRUZAMENTO DE SÃO SEPÉ.

2º: FICAR EM CONDIÇÕES DE PROSSEGUIR SOBRE P ALEGRE. GEN POPPE – CMT 3ª DI".

Às 0900 horas foi expedido o seguinte rádio:

– "Cmt Gu Santa Cruz – APROVO DECISÃO TOMADA PT CUMPRINDO ORDEM PARTICULAR Nº 1 DATADA 1º ABR PT GEN POPPE DE FIGUEIREDO – CMT 3ª DI".

Às 0905 horas foi expedido o seguinte rádio:

– "CMT ID/3 – DENTRO QUADRO MANOBRA 3ª DI VG 3ª DC ET 2ª DC VG DETERMINO DESLOCAMENTO REGIÃO CAMAQUÃ VG ELEMENTO VALOR BI VG CONDIÇÕES PROSSEGUIR PALEGRE PT COMUNIQUE INICIO OPERAÇÃO PT GEN POPPE – CMT 3ª DI".

As mensagens para as 2ª e 3ª DC foram transmitidas em fonia e em claro a fim de que pudessem ser captadas pelas Unidades da Gu PAlegre.

Às 0910 horas o Gen Poppe de Figueiredo decide assumir o Cmdo do III Ex e estabelecer seu QG em Santa Maria.

Cerca de 0915 horas foram expedidos os seguintes documentos:

Of 48 E3 dirigido ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do seguinte teor:

– "A fim de esclarecer rumores de que elementos estranhos aos quadros do DCT estão se reunindo no edifício deste Departamento, e se tratando de Próprio-Nacional, determino a ocupação do prédio".

Of nº 49, 50, 51 e 52 E3 dirigidos respectivamente aos Diretores das Rádios IMEMBUY, MEDIANEIRA, GUARATHAN e SANTAMARIENSE, contendo os seguintes dizeres:

"1. Como Cmt Militar da cidade requisito a emissora sob vossa direção, a partir deste momento.

2. Em conseqüência:

a) A partir do recebimento desta, só serão permitidas as irradiações de notícias ou comunicados fornecidos por este Cmdo, ou pelo Cmt da 3ª DI, Cel Ramão Menna Barreto;

b) Fora disto, deverão ser irradiadas apenas músicas e anúncios comerciais. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo, Cmt III Ex".

Cerca de 0930 horas foi recebido o seguinte rádio transmitido em caráter urgentíssimo:

– "SR. GEN ARMANDO MORAIS ANCORA VG NOMEADO HOJE MINISTRO GUERRA INTERINO VG DEIXOU ESTE CARGO EM CERIMÔNIA PRESENÇA TODOS GENERAIS PT DADA SITUAÇÃO VG VIRTUDE SER MEMBRO ALTO COMANDO MAIS ANTIGO VG ASSUMI NA MESMA CERIMÔNIA COMANDO EXERCITO NACIONAL PT GEN EX COSTA E SILVA CMT EX NACIONAL".

Cerca de 0945 horas foram expedidos os ofícios 53, 54, 55 e 56 E3 dirigidos respectivamente aos Diretores das Rádios IMEMBUY, MEDIANEIRA, GUARATHAN e SANTAMARIENSE, do seguinte teor:

"1. Face ao desenvolvimento da crise que abalou o País e a atual situação política reinante torno sem efeito, a partir deste momento, as determinações constantes do meu Ofício Nº 49, 50, 51 e 52, respectivamente, desta data.

2. Outrossim, faço saber que essa emissora deverá observar integralmente o Art. nº 53, da lei nº 4117 de 27 Ago de 1962, anexo por cópia. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt III Ex".

Às 0945 horas foi expedido pelo Gen Poppe de Figueiredo o seguinte rádio dirigido ao Gen Costa e Silva:

– "Cmt do Ex Nacional: INFORMO A VEX QUE ASSUMI A DIREÇÃO DAS OPERAÇÕES DO RESTABELECIMENTO DA TRANQUILIDADE NA ÁREA DO III EX VG JÁ CONTANDO VG ALÉM DA 3ª DI VG COM A 5ª DI VG 2ª DC VG 3ª DC VG ELEMENTOS DA 6ª DI (COMANDO DE CRUZ ALTA) VG 1º BTL FERROVIÁRIO VG 3º G CAN AAAe PT INFORMO OUTROSSIM VG QUE DETERMINEI A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES VISANDO A RESTITUIÇÃO DA ORDEM EM PORTO ALEGRE PT GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

À mesma hora foi convocada uma reunião dos órgãos de imprensa de Santa Maria quando o rádio acima foi divulgado. Foi solicitado ainda às emissoras locais que integrassem a Cadeia da Liberdade, tendo havido certa relutância, principalmente da Rádio IMEMBUY através do seu representante Dr Antonio Abelin.

Alegou o Dr Abelin que a notícia de deslocamento de tropas sobre PAlegre poderia causar pânico na população. Como a intenção do Cmdo da DI era inquietar o inimigo em Porto Alegre, foi determinado que a notícia fosse divulgada como nota oficial.

Cerca de 1000 horas o Gen Poppe de Figueiredo recebe a seguinte resposta do Gen Costa e Silva:

– "FELICITO DIGNA ATITUDE ASSUMIDA PT APROVO INTEGRALMENTE DECISÃO DE VEX PT GEN COSTA E SILVA MINISTRO DA GUERRA".

Ainda às 1000 horas foram expedidos os seguintes documentos:

"Rd nº 76 E3 de 2 Abr – Cmt 1ª DC – COMUNICO VOSSÊNCIA ASSUMI SMARIA COMANDO III EXÉRCITO PT SOLICITO INFORMAR DISPONIBILIDADE TROPAS ESSA GU PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 77 E3 de 2 Abr – Cmt 3ª DC – INFORMO VEX ASSUMI SMARIA COMANDO III EX TENDO INICIADO OPERAÇÕES VISANDO RESTABELECIMENTO ORDEM SUA ÁREA PT DETERMINEI EM CONSEQÜÊNCIA DESLOCAMENTO TAMBÉM TROPAS 3ª DI ET 2ª DC RUMO PALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"Rd nº 78 E3 de 2 Abr – CMT 2ª DC – INFORMO VEX ASSUMI SMARIA CMDO III EX TENDO INICIADO OPERAÇÕES VISANDO RESTABELECIMENTO ORDEM SUA AREA PT DETERMINEI EM CONSEQUENCIA DESLOCAMENTO TAMBÉM TROPAS 3ª DI ET 3ª DC RUMO PALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO – CMT III EX".

"Rd nº 79 E3 DE 2 Abr – CMT 5ª RM/5ª DI – COMUNICO VEX HAVER ASSUMIDO NESTA DATA EM SANTA MARIA VG COMANDO III EX VG VIRTUDE SER OFICIAL MAIS GRADUADO JAH HAVENDO DETERMINADO DESLOCAMENTOS TROPAS 3ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC FIM RESTABELECER ORDEM PALEGRE PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 80 E3 de 2 Abr – CMT 6ª DI – COMUNICO VEX HAVER ASSUMIDO NESTA DATA VG SANTA MARIA VG COMANDO III EX VG VIRTUDE SER OFICIAL MAIS GRADUADO JAH DETERMINADO DESLOCAMENTOS TROPAS DA 3ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 81 E3 de 2 Abr – CMT 1º, 2º e 4º EXÉRCITO – CMDO MILITAR AMAZÔNIA – CMDO MILITAR BRASÍLIA – INFORMO VEX ASSUMI DIREÇÃO OPERAÇÕES RESTABELECIMENTO TRANQUILIDADE ÁREA III EX JAH CONTANDO ALÉM 3ª DI VG 5ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC ELEMENTOS 6ª DI CMDO CRUZ ALTA VG 1º BTL FV VG 3º GR CAN AU A AE PT INFORMO OUTROSSIM DETERMINEI REALIZAÇÃO OPERAÇÕES MILITARES VISANDO RESTITUIR ORDEM PORTO ALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"Rd nº 82 E3 de 2 Abr – CMT 2º BTL RD – COMUNICO ASSUMI SMARIA COMANDO III EX PT SOLICITO INFORMAR DISPONIBILIDADES TROPAS ESSA UNIDADE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"MEM Secreto Nº 46 E3 de 2 Abr – CMT 7º RI:

1. DETERMINO seja recolhido ao quartel a Cia Fzo (-) a que se refere o item 1.b do Mem nº 44-E3 Secreto de 2 Abr 64. (a) Ramão Menna Barreto – Cel Cmt 3ª DI".

Após ter feito as comunicações de sua assunção de comando do III Ex o Gen Poppe de Figueiredo, enviou nota ao Governador Ildo Meneghetti nos seguintes termos:

– "O III Ex, agora sob o comando do Gen Mario Poppe de Figueiredo, na cidade de Santa Maria, convida o Exmo Sr Governador do Estado e seus Secretários para instalar seu Governo nesta cidade, onde dará todas as garantias para o livre exercício do governo. Aviões estão à disposição do Governo Estadual no Aeroporto de Camobi."

Às 1020 horas e 1100 horas foram recebidos os seguintes rádios do Cmt da Gu Cachoeira do Sul (3º G O 155):

"Rd nº 143 S1 de 2 Abr – INFORMAÇÕES ELEMENTO CIVIL RELATIVA CONFIANÇA CHEGADO PALEGRE PTPT UM OITO RI CARROS COMBATE NAS RUAS VG GRANDE QUANTIDADE ARMAMENTO E CIVIS REUNIDOS PREFEITURA VG POSTOS RECRUTAMENTO ESPALHADOS CIDADE VG CIDADE ABANDONADA GOVERNO ESTADO VG BRIGADA SOB COMANDO ELEMENTO COMUNISTA VG EXISTENCIA RAZOÁVEL ELEMENTOS CONTRÁRIOS BRIZOLA SEM ORIENTAÇÃO PT CEL MATTOS JUNIOR – CMT 3º GO 155".

"Rd nº 145 S1 de 2 Abr – SOLICITO VEX INFORMAR TAMBÉM 8º RI ORDEM RECEBIDA DESSA DI VG ATRAVÉS MAJ BOHRER VG PARA QUE BIA O SE DESLOCASSE SANTA CRUZ VG FIM REFORÇAR AQUELA UNIDADE VG SOMENTE ORDEM ESSE CMDO PT (A) CEL MATTOS JUNIOR – CMT 3º G O 155".

Cerca de 1100 horas avolumam-se as notícias de que o Presidente João Goulart havia abandonado o País rumando para o exterior.

Às 1155 horas foi expedida a seguinte mensagem para o Cmt da 2ª DC:

– "SOLICITO VEX DESTACAR EM SMARIA UM OFICIAL ESSA GU FIM ASSESSORAR ESTE CMDO GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

Às 1200 horas as emissoras de Porto Alegre irradiam a palavra do Prefeito SERENO CHAISE anunciando que o Sr João Goulart havia viajado para o estrangeiro e convidando aos Porto-alegrenses a retornarem ao trabalho.

Às 1210 horas foi recebida a seguinte mensagem do Cmt da 3ª DC:

"ACABO COMUNICAR-ME COMANDANTE 9º RI O QUAL ENVIARÁ AINDA HOJE 1 MENSAGEIRO DE AVIÃO ATÉ ESSA GUARNIÇÃO PARA OBTER MAIORES ESCLARECIMENTOS PT ESTÁ UNIDO NOSSA CAUSA VG ASSIM TAMBÉM 1º/7º G A COS M – DE RIO GRANDE PT GEN GARRASTAZÚ CMT 3ª DC".

Às 1310 horas o Gen Poppe de Figueiredo recebeu o seguinte rádio do Gen Newton Barra enviado de PAlegre:

– "Rd 66 Aj O de 2 Abr 64 – FACE ACONTECIMENTOS E ESTANDO EM FÉRIAS APRESENTEI-ME 1º CORRENTE GEN LADÁRIO QG/III EX E PRETENDIA APRESENTAR-ME NESSE QG PT VIRTUDE INFORMAÇÃO TELEFÔNICA VOSSÊNCIA TODA DI HAVIA ADERIDO MOVIMENTO II EX ET NÃO DESEJANDO ADERIR PARTICULARMENTE PARA NÃO ME COLOCAR CONTRÁRIO EMINENTE AMIGO MINISTRO JAIR DANTAS VG DECIDI PERMANECER NESTE QG PT CONSEQUÊNCIA NORMALIZAÇÃO SITUAÇÃO IREI APRESENTAR-ME 3ª DI DESEJANDO CONDICIONAR MINHA PERMANÊNCIA COMANDO AD/3 CRITÉRIO AUTORIDADE SUPERIORES PT GEN BARRA CMT AD/3".

Às 1400 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmt do 8º RI:

"Rd 83 E3 de 2 Abr – CMT 8º RI – REF O PART Nº 1 VG IFORMO DETERMINEI CMT 3º G O 155 DESLOCASSE ELEMENTOS DE REF SOMENTE MEDIANTE ORDEM PT ESSE RI SERAH INFORMADO CASO ORDEM SEJA EXPEDIDA PT GEN POPPE CMT 3ª DI".

Às 1410 horas foi expedido o seguinte rádio para os Cmts das Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul:

"Rd nº 85 E3 de 2 Abr – NESTA DATA EXMO SR GEN POPPE ASSUMIU EM SANTA MARIA CMDO III EX PT EM CONSEQUÊNCIA ASSUMI O CMDO 3ª DI PT (A) CEL RAMÃO – CMT 3ª DI".

Às 1420 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt 8º RI:

– "FIM CUMPRIR MISSÃO RECEBIDA REQUISITEI VINTE ÔNIBUS VG CINCO CAMINHÕES VG JAH TENDO UTILIZADO CINCO ÔNIBUS ET TRÊS CAMINHÕES PARA TRANSPORTAR TROPAS DESTINO RIO PARDO SOLICITO APROVAÇÃO ATO PT CEL FARIA CORREA CMT 8º RI".

Às 1530 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt ID/3:

"INFORMO FACE DIFICULDADE REQUISIÇÃO VTR VG DESLOCAMENTO BI PREVISTA ENTRE 16 ET 17 HORAS PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Cerca de 1600 horas chegou ao QG/DI o Ten Cel Martins Cmt da Gu da Brigada Militar acompanhado do Ten Cel Ethur. Recebidos pelo Cel Menna Barreto, o Ten Cel Martins informou que havia vindo ao QG por solicitação do Ten Cel Ethur em face de boatos que circulavam na Viação Férrea de que as forças da Brigada seriam substituídas pelo Exército. O Cel Ramão disse-lhes então:

– "Isto não passa de boatos que vocês não devem levar em consideração. Hoje mesmo vieram ao QG informar que ia haver um levante na Brigada e que você, Ethur, seria o chefe do movimento. É claro que não acreditei".

A estas palavras o Ten Cel Ethur que mais tarde ficou provado estava envolvido em confabulações contra-revolucionárias, empalideceu.

Nesse momento chegou ao QG o Cel Ito Cmt do 3º BCCL demonstrando certa irritação. Após a saída dos oficiais da Brigada o Cel Ito dirigiu-se ao Cel Ramão dizen-

do ter sido traído, pois soubera estar o Gen Poppe movimentando tropas. Argumentou que a decisão do Gen Poppe, apresentada na Sala de Instrução, fora não cumprir as ordens de deslocamento de tropas emanadas do Gen Ladário, porém que permaneceriam nos quartéis.

O Cel Ramão deu-lhe então uma explicação tendo o Cel Ito permanecido no QG algum tempo, fazendo comentários sobre o assunto com oficiais do EM que apenas o ouviam.

Por volta de 1630 horas o Cmdo da Divisão, informado de que elementos subversivos se reuniam na Escola Hugo Taylor, deu ordem, por intermédio do Cmdo da AD/3, ao 3º RO 105 para cercar o estabelecimento e aprisionar os participantes da reunião. A ordem foi cumprida com presteza, porém a reunião já havia sido desfeita.

Cerca de 1630 horas chegou a Santa Maria via aérea o Cel Orlando Pacheco Ch da Casa Militar do Governador Ildo Meneghetti acompanhados de assessores militares tendo comparecido imediatamente ao QG/3ª DI onde passou a tratar com o Gen Poppe do retorno do Governo do Estado, que havia se transferido para Passo Fundo, a Porto Alegre. Após os acontecimentos havidos, ficou acertado que o retorno do Governador seria feito juntamente com a transferência do Cmdo do III Ex Revolucionário para Porto Alegre. Ficou acertado que no dia seguinte, dia 3 de Abril, Cmt do III Exército e Governador encontrar-se-iam na região de Pantano Grande e em uma única coluna entrariam em Porto Alegre.

O Gen Poppe levaria consigo uma forte escolta, integrada por elementos de todas as Unidades da Divisão. Seu EM seria constituído do Maj Milton e seu Ajudante-de-Ordens, Cap Oswaldo Marques Belliard.

Em face dessa decisão passou o EM Divisionário a planejar o deslocamento do Cmdo do III Exército tendo antes que sofrer uma rearticulação. O Ten Cel Léo que desde a tarde do dia 1º encontrava-se apenas tratando dos assuntos de rotina da 1ª Seção foi chamado pelo Cel Menna Barreto que, numa demonstração de confiança, lhe deu ordem para assumir a Chefia do EM. O Maj Garcia que desde a noite de 31/1º Abr passara a reforçar a 2ª Seção, assumiu-a efetivamente, ficando dispensado da Chefia da 4ª Seção. Para a 4ª Seção foi designado o Maj Brummel enquanto o Maj Sperotto assumia a 1ª Seção.

Foram estabelecidas também pelo EM entendimentos com o Cel Roberto Gonçalves, Ch do EM/3ª DC e Maj Ernestino Fischer Vieira dos Santos, E3 daquela GU, que vieram a Santa Maria de avião, coordenar a operação sobre Porto Alegre. Chegou também a Santa Maria nessa tarde, tendo se apresentado ao Gen Poppe, o Maj Cav Floriano Aguilar Chagas da 2ª DC, designado para representar a 2ª DC no EM do III Exército Revolucionário.

Aproximadamente às 1700 horas compareceu ao QG uma comissão de ferroviários liderada por Baltazar Mello a fim de informar que haviam lançado um mani-

festo conclamando os ferroviários a retornar ao trabalho e que dentro de uma hora toda a VFRGS estaria trabalhando normalmente. Isto de fato aconteceu.

Às 1815 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt da ID/3:

– "INFORMO VEX VG CUMPRIMENTO MISSÃO RECEBIDA VG BI PARTIU 17 HORAS PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Às 1830 horas em face das informações de que haviam cessado todas as resistências em Porto Alegre, o Cmdo do III Exército decidiu suspender a operação do 2º/9º RI sobre a capital do Estado, determinando o retorno das tropas ao quartel. A ordem foi transmitida pela Rede Rádio Divisionária.

Às 1900 horas foi expedido o Mem Secreto nº 47 E3 de 4 Abr dirigido aos Cmts da AD/3, 7º RI, 3º RO 105, 3º BCCL, 3º Esqd Rec Mec, 3ª Cia Mnt Ap, Pq RMM/3:

"1. A partir das 1900 horas de hoje passa a ser a seguinte a situação das OM desta Guarnição:

a) 50% do efetivo, por Unidades constituídas (1 Btl e 1 Cia Rgt, 1 Gp e 1/2 Bia Rgt, etc.) situação prevista no Art 500 do R-1.

c) Restante do efetivo: em suas residências, na situação prevista no nº 2 do Art 498 do R-1.

2. Fica revogado o determinado no Men constante da referência. (a) Léo Nunes da Silva – Ten Cel Ch EM/3ª DI – P/O do Cel Ramão Menna Barreto – Cmt 3ª DI".

Às 2000 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt ID/3:

– "Nº 48 ASST DE 2 ABR – RERA 87-E3 de 2 PT INFORMO VEX ORDENADO REGRESSO BI DEZENOVE HORAS PT (a) CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Às 2120 horas foi recebido novo rádio do Cmt ID/3 contendo o seguinte texto:

– "INFORMO VEX ENVIOU ESTA MANHÃ OFICIAL LIGAÇÃO CIDADES BAGÉ ET JAGUARÃO PT ENTROU CONTATO GEN CMT 3ª DC e 13º RC VG TENDO CONSTATADO SITUAÇÃO CIDADES COMPLETA NORMALIDADE PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Aproximadamente às 2300 horas foram expedidos os seguintes rádios para os Cmts do 8º RI e Gu Cachoeira respectivamente:

– "Nº 88 E3 de 2 Abr – TORNO SEM EFEITO ORDEM PARTICULAR NR HUM DE HUM DE ABRIL PT (a) CEL RAMÃO CMT 3ª DI".

– "Nº 89 E3 DE 2 ABR – TORNO SEM EFEITO ORDEM PARTICULAR NR DOIS DE HUM DE ABRIL PT (a) CEL RAMÃO CMT 3ª DI".

À essa mesma hora, por determinação do Cel Menna Barreto, em face de falta de informações da Gu de Cruz Alta, foi feita, pelo Maj Garcia, uma ligação telefônica com o 6º GO 105 tendo o Maj Milton Londero Aita, que respondia pelo Cmdo, manifestado restrições a um entendimento telefônico, sentiu-se a necessidade de mandar um elemento de ligação a Cruz Alta. Apresentaram-se voluntários o Cel

Edmundo e o Maj Art Antonio Villas Boas, que servia na 9ª CR. O Cel Edmundo e Maj Villas Boas partiram de Santa Maria cerca de 2300 horas, utilizando a caminhonete particular do Cel Edmundo, tendo regressado ao alvorecer informando:

– "Estava a Gu de Cruz Alta sem informações completas da situação geral;

– O 6º GO 105 estava com a Revolução, mas muito preocupado com o 17º RI, Unidade onde serviam alguns oficiais nacionalistas e os sargentos estavam contrários a Revolução".

Dia 3 de Abril – Toda a manhã desse dia foi dedicada aos preparativos do deslocamento do Cmdo do III Exército Revolucionário para Porto Alegre.

Cerca de 1030 horas o Gen Poppe em reunião onde tomaram parte além dos oficiais do EM/3ª DI todos os Cmdos de OM da Guarnição, apresentou suas despedidas.

Sua excelência em tom dramático e forte, visivelmente transfigurado, manifestou mais uma vez sua repulsa a qualquer tentativa de comunização do Brasil, motivo principal de sua decisão de, juntamente com os Cmdos da 2ª e 3ª DC, dar um BASTA aos maus brasileiros, que pretendiam entregar o País aos comunistas.

Cerca de 1130 horas a coluna iniciou a marcha para Porto Alegre.

Antes de sair, porém, mandou o Gen Poppe preparar, e deixou assinado, o documento contendo os seguintes dizeres:

– "Of S/Nº Reservado, de 3 Abr 64, do Comandante do III Exército ao Sr Comandante da 3ª DI – Assunto: Chegada de Oficial General

1– Caso se apresente no comando desta Gu o Gen Newton Barra, deverá o mesmo ser cientificado de que não poderá assumir o comando da 3ª DI.

2– Determino, outrossim, que o referido Oficial General seja cientificado de que deverá se apresentar no mais breve prazo possível ao QG do III Ex em Porto Alegre. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt III Ex".

Durante a tarde uma onda de boatos e notícias inverídicas, possivelmente oriundas do Comitê Municipal do Partido Comunista em Santa Maria, tomou conta da cidade. Entre elas destacavam-se:

– Chegada do Gen Assis Brasil e Gen Newton Barra a Santa Maria a fim de revoltar a Guarnição;

– Levante dos Sargentos;

– Levante da Guarnição da Brigada Militar.

Essa situação levou o Cmt da Guarnição a expedir uma nota, através do Serviço de Relações Públicas, a fim de tranqüilizar a população e advertir energicamente os boateiros.

Às 1630 horas foi recebido o seguinte rádio:

"Nº 103 E2 Circ de 3 PT DE ORDEM DO SR MINISTRO DA GUERRA SOLICITO VEX VG CASO SEJA LOCALIZADO VG PRISÃO IMEDIATA DEPUTADO LEONEL BRIZOLA PT CEL CODECEIRA – Chefe EM Resp Exp QG III EX".

Este rádio foi imediatamente retransmitido para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul.

Às 1710 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmdo do III Ex:

– "TENDO RECRUDESCIDO ONDA BOATOS CIDADE ET INTENSIFICADAS ATIVIDADES ELEMENTOS COMUNISTAS VG COMANDO TOMOU MEDIDAS CONTROLE SITUAÇÃO PT CEL RAMÃO MENNA BARRETO CMT 3ª DI".

Na noite de 3/4 de abril passou a colaborar com a 2ª Seção da Divisão o Maj Villas Boas da 9ª CR.

Dia 4 de Abril – Às 0400 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmt do III Exército:

– "Nº 25 E2 de 4 Abr 64 – VIRTUDE ONDA BOATOS EXPEDI NOTAS IMPRENSA FIM TRANQUILIZAR POPULAÇÃO E COIBIR AGITADORES PT SITUAÇÃO TROPA GU SMARIA TAMBÉM INTRANQUILA VIRTUDE CIRCULAÇÃO COMENTÁRIOS SOBRE DESCONTENTAMENTO SARGENTOS E ALGUNS OFICIAIS FATO SITUAÇÃO NACIONAL PT CMDO DI PROCURANDO SOLUCIONAR PROBLEMAS MÁXIMA CAUTELA A FIM EVITAR PRECIPTAR ACONTECIMENTOS PT APROVEI ATO CMT ID/3 DETERMINANDO PRISÃO COMUNISTAS RESPONSÁVEIS PRO-PALAÇÃO BOATOS ALARMANTES CIDADE PELOTAS PT CEL MENNA BARRETO CMT 3ª DI".

Às 0900 horas o Cmdo da DI expediu para as Gu Subordinadas o seguinte rádio:

– "INFORME SITUAÇÃO GUARNIÇÃO SEU CMDO PT AREA DIVISÃO SITUAÇÃO VG EMBORA CALMA VG REQUER VIGILÂNCIA CONSTANTE PT CEL MENNA BARRETO – CMT 3ª DI".

Às 1500 horas foi expedido para a 9ª CR, HGu SM, DSSM o Mem Secreto nº 48 E3 contendo o seguinte:

"A partir das 1900 horas de hoje todo o efetivo dessa OM deverá permanecer na situação prevista no nº 2 do Art 498 do R-1, ficando revogado o determinado no Mem constante da referência. (a) Léo Nunes da Silva – Ten Cel Ch EM P/O do Cel Ramão Menna Barreto – Cmt 3ª DI".

Às 1900 horas foi recebido o Rd 124 E2 do Ch EM/III Ex:

– "Rd 124 de 4 PT FACE URGÊNCIA REQUERIDA VG TRANSMITI SEGUINTE ORDEM 8º RI PT PT SOLICITO INFORMAR POSSIVEL URGENCIA NATUREZA E GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS QUE ESTARIAM SE VERIFICANDO CIDADE RIO PARDO PT CASO POSITIVO TOME MEDIDAS ADEQUADAS MANUTENÇÃO ORDEM PT CEL CODECEIRA – Chefe EM III Ex".

Às 2105 horas foi recebido o Rd 120 E2 do Ch EM/III Ex:

– "Rd 120 E2 Circ de 4 Abr pt REINA CALMA NESTA GUARNIÇÃO VG TODAS ATIVIDADES PROCESSANDO RITMO NORMAL PT SOLICITO ENVIAR SITUAÇÃO ÁREA JURISDIÇÃO ESSE COMANDO PT CEL CODECEIRA -CH EM III EX Resp Exp".

Às 2200 horas foi recebido o Rd 15 S2 do Cmt Gu de Cachoeira:

– "Rd 15 S2 de 4 pt RETRANSMITO SEGUINTES RDS PTPT UU CMT GU CACHOEIRA 123 E2 DE 4 PT FACE URGÊNCIA REQUERIDA VG TRANSMITI SEGUINTE ORDEM 8º RI PTPT SOLICITO INFORMAR POSSIBILIDADE URGÊNCIA NATUREZA ET GRAVIDADE OCORRÊNCIAS QUE ESTARIAM SE VERIFICANDO CIDADE RIO PARDO PT CASO POSITIVO TOME MEDIDAS ADEQUADAS MANUTENÇÃO ORDEM PT CEL CODECEIRA CHEFE EM/III EX PTVG UU CMT III EX PALEGRE NR 14 S2 DE 4 ABR PT RERA 123 E2 de 4 VG INFORMO VEX PREFEITO RIO PARDO INFORMOU ESTE CMDO SITUAÇÃO CALMA NAQUELA CIDADE ET DELEGADO POLÍCIA VG FACE SABOTAGEM VG COM AREIA VG VIATURA MUNICÍPIO DISPOSIÇÃO CIA 8º RI PRENDEU ELEMENTOS COMUNISTAS ET AGITADORES AQUELA CIDADE PT ESTE CMDO CONTINUA MANTENDO LIGAÇÃO AQUELE SETOR PT CEL MATTOS JUNIOR CMT 3º G O 155 ET GU".

TÉRMINO DA AÇÃO

Com os acontecimentos relatados foi encerrada a fase que pode ser chamada Operacional da Revolução de 31 de Março.

A partir daí, começou o Cmdo da Divisão a tomar medidas repressivas contra aqueles que haviam contribuído para a subversão na sua área de responsabilidade.

Na madrugada de 4/5 de Abril, na Guarnição de Santa Maria, foi preso, quando se dirigia para o trabalho, o líder ferroviário e reconhecido comunista Baltazar Mello que, após interrogado no QG/3ª DI pelo Maj Bohrer, foi recolhido ao quartel do 3º BCCL.

Cerca de 0900 horas foi preso, quando saía da residência de Baltazar Mello, outro comunista, empregado da Cooperativa dos Ferroviários, de nome Arthur Pereira da Silva o qual após ser interrogado no QG da Divisão pelo Major Garcia, também foi recolhido ao quartel do 3º BCCL. No dia 6 de Abril foi aberto um IPM tendo sido encarregado o Maj Alexandre Máximo Chaves Amendola do 3º RO 105.

Essas prisões foram feitas a fim de testar a reação dos ferroviários que, entretanto, não se manifestaram.

A partir desse dia inúmeras prisões foram realizadas, dentre as quais destacamos, na Gu de Santa Maria, as dos seguintes líderes comunistas:

– Baltazar Mello, Arthur Pereira da Silva, Onofre Ilha Dornelles, Augusto Galmarini Flores, Jorge Motecy, Clarimundo Flores e Lourenço Silveira.

Aos Cmts de Gu Subordinadas foram expedidas instruções no sentido de que, quando julgassem conveniente, efetuassem as prisões dos elementos subversivos que estivessem atuando nas respectivas áreas.

No dia 7 de Abril autorizada pelo Cmt III Ex foi feita Intervenção na Diretoria Regional do DCT tendo sido designado Interventor o Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR.

Nesse mesmo dia, na Gu de Santa Cruz do Sul, foi instaurado um IPM tendo sido designado encarregado o Ten Gerêncio Neleyr Oliveira De Bem.

No dia 8 de Abril foi realizada a Intervenção no SAPS tendo sido nomeado Interventor o Maj IE Paulo Chagas Pinto Ch do DSSM.

No dia 13 de Abril, foram realizadas as Intervenções na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea e no Serviço de Repressão ao Contrabando tendo sido designados Interventores, respectivamente, os Cel R1 Dátero de Lorenzi Maciel e Gen R1 Celso Montes de Marsillac.

Em 14 de Abril o Noticiário do Exército tornou público o seguinte Ato do Comando Revolucionário:

"O Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em Ato datado de 11 de abril de 1964, resolveu, nos termos do § 1º do Art 7º do Ato Institucional de 9 de Abril de 1964, transferir para a reserva o Ten Cel Inf Alberto Firmo de Almeida".

Em conseqüência, o Ten Cel Alberto Firmo de Almeida, naquela data, passou o Comando do 7º RI ao Maj Erydson Magalhães, conforme fez público o Boletim Divisionário nº 73 de 14 de Abril de 1964.

Nesse mesmo dia foi designado Chefe do Órgão Controlador de Preços da Prefeitura o Maj Carlos Aspar da CRO 1/3.

Em face de informações sobre atividades subversivas nos Municípios de São Pedro do Sul e General Vargas foi instaurado no dia 17 de Abril, um IPM, tendo sido nomeado encarregado o Ten Cel Tito Villalobos Filho do 3º BCCL.

No dia 18 de Abril foi feita Intervenção no Serviço de Assistência Médica Domiciliar (SAMDU) tendo sido designado Interventor o Ten Cel R1 Dr Dinarte Canabarro Cunha Filho.

Nesse mesmo dia assumiu o Cmdo da 3ª DI o então Cel Júlio Maximiano Ollivier Filho nomeado Cmt interino da ID/3.

No dia 22 de Abril foram realizadas mais duas Intervenções:

– Caixa Econômica Federal – Interventor Capitão IE Leonel Mendes Santiago do QG 3ª DI.

– Inspetoria Seccional do Ensino Secundário – Interventor Capitão Guilherme Kapp do Pq RMM/3.

Em vista do grande número de implicados no IPM do qual estava encarregado o Major Alexandre Máximo Chaves Amendola e considerando os diversos setores de atividades dos mesmos, resolveu o Cmdo da Divisão desdobrá-lo em outros IPM, per-

manecendo o IPM do Major Alexandre apenas no Setor Ferroviário. Assim, dentro dessa orientação, foram abertos os seguintes IPM na GU de Santa Maria:

– Dia 23 de abril – Atividade de Grupos dos 11 – Encarregado Major Antonio Villas Boas, da 9ª CR.

– Dia 28 de abril – Atividades subversivas no meio Estudantil – Encarregado Major Marcos de Jesus Pereira Porto do Pq RMM/3.

– Dia 29 de abril – Atividades subversivas no meio Militar – Encarregado Cel Breno Borges Fortes, Cmt da AD/3.

– Dia 7 de maio – Atividades subversivas no Setor do Funcionalismo Público e Profissões Liberais – Encarregado Major Heronildes Sobreira Rolim do 3º R O 105.

A fim de levar a Revolução ao restante da área de responsabilidade da Gu de Santa Maria que se encontrava agitada e tendo em vista a absoluta inexistência de ação do Governo do Estado, foram instaurados no dia 29 de abril mais dois IPM abrangendo municípios onde não existiam Gu Federais. Foram eles:

– Atividade Subversivas e Grupos dos 11:

a) Município de Tupanciretã e Julio de Castilhos

Encarregado: Capitão Aloysio Augusto de Miranda do 7º RI.

d) Municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno e Restinga Seca

Encarregado: Capitão Rubem Antonio Gallo do 3º R O 105.

No fim do mês de Abril, após realizar reuniões com os Diretores de Colégios Secundaristas e por proposta destes, decidiu o Cmdo da Divisão nomear, Coordenador da União Santamariense de Estudantes, o Padre Rômulo Zanchi.

Na Gu de Pelotas o primeiro IPM, versando sobre atividades subversivas na cidade, foi instaurado no dia 18 de Abril tendo sido seu encarregado o Major Glauco Penna de Oliveira.

Na Gu de Cachoeira do Sul o primeiro IPM, versando sobre atividades subversivas e Grupos dos 11 no Município de Encruzilhada do Sul, foi instaurado no dia 8 de Maio, tendo sido seu encarregado o Capitão Wilson Loppi.

No dia 13 de maio foi recebida, em Santa Maria, oficialmente, a informação sobre o ato de cassação dos direitos políticos do Dr Paulo Devanier Lauda e Adelmo Simas Genro; respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Santa Maria.

No mesmo dia a Câmara de Vereadores se reuniu tendo sido empossado na Prefeitura o Presidente da Câmara de Vereadores o Dr Waldir Aita Mozaquatro, representante do MTR.

Com o objetivo de mudar a Lei Orgânica do Município e realizar eleição indireta para a escolha dos novos Prefeito e Vice-Prefeito, foi apresentada uma proposta na Câmara de Vereadores tendo sido a mesma derrubada. Diante do impasse

o Cmt da DI, Cel Julio Maximiano Ollivier Filho, fez uma reunião dos presidentes de Partidos, no QG, a fim de debater com os mesmos a situação e orientá-los para uma solução que não viesse ocasionar problemas para a Revolução. Dessa reunião ficou acertada a candidatura do Dr Miguel de Andrade Neves Meirelles para Prefeito e do Dr Francisco Alvares Pereira para Vice-Prefeito, ambos apolíticos.

A Câmara reuniu-se, novamente, em caráter extraordinário, tendo sido a Lei Orgânica alterada, possibilitando, dessa forma, a eleição indireta dos novos mandatários. Lançadas as candidaturas, foram eleitos, por unanimidade, os Srs Dr Miguel de Andrade Neves Meirelles, para Prefeito e o Dr Francisco Alvares Pereira para Vice-Prefeito, tendo a bancada do PTB votado em branco.

No mês de maio foram instaurados ainda os seguintes IPM:

Gu de Pelotas

– No dia 12 de maio, versando sobre atividades subversivas em Canguçu tendo sido encarregado o Major Cid Scarone Vieira.

– No dia 19 de maio, versando sobre atividades subversivas no meio militar tendo sido encarregado o Capitão Arnaldo de Lima Novaes.

Gu de Santa Cruz do Sul

– No dia 20 de maio, versando sobre atividades subversivas no meio militar em Santa Cruz do Sul tendo sido encarregado o Capitão José Guido Maders.

Gu de Cachoeira do Sul

– No dia 15 de maio, versando sobre Grupos dos 11 e existência ilegal de armamento na Gu de Cachoeira do Sul, tendo sido encarregado o Cel Milton Braga Hor-Meyll Alvares.

No mês de junho novos IPM foram instaurados a saber:

Gu de Pelotas

– No dia 1º de junho, versando sobre atividades subversivas no meio estudantil em Pelotas, tendo sido encarregado o capitão Wanner de Oliveira Barcellos.

– No dia 23 de junho, versando sobre atividades subversivas em Pelotas, tendo sido encarregado o Capitão Natalino da Cruz Correia.

– No dia 26 de junho, versando sobre atividades subversivas e permanência de estrangeiros em Santa Vitória do Palmar, tendo sido encarregado o 1º Tenente Sérgio dos Santos Lima.

– No dia 16 de julho versando sobre atividades subversivas no IPEAS, tendo sido encarregado o Major Paulo Sylvio Prates.

Gu de Santa Cruz do Sul

– No dia 9 de junho versando sobre atividades subversivas na União dos Estudantes de Santa Cruz, tendo sido encarregado o Capitão Sady Antonio de Araújo.

APOIO DA POPULAÇÃO

Em todas as Guarnições a população civil que, nos primeiros momentos manteve-se em expectativa, logo que sentiu a vitória da Revolução democrática passou a colaborar espontaneamente com o Movimento revolucionário, destacando-se nesse mister a classe média em geral e as classes conservadoras e empresariais em particular.

A parte da população que poderia tentar resistir à Revolução, manteve-se apenas em expectativa.

Em Santa Maria, no dia 17 de Abril foi realizada a "Marcha do Agradecimento" (fotografias em anexo) quando cerca de 50.000 pessoas deslocaram-se, da Praça Saldanha Marinho até o QG/3ª DI, a fim de prestar sua homenagem às Forças Armadas pela sua decisão de erradicar o comunismo do Brasil.

O MORAL DA TROPA

Os problemas surgidos nas Unidades da 3ª DI, durante a Revolução foram poucos.

O 7º RI, que teve seu Comandante em exercício Reformado pelo Ato Institucional, um Ten R2 preso por ordem do Cmt do III Exército e 6 Sgts transferidos, foi a que maior abalo sofreu e, conseqüentemente, maiores preocupações causou ao Cmdo da Divisão.

No 3º Esqd Rec Mec alguns oficiais e a maioria dos Sargentos, nos momentos iniciais, colocaram-se contrários à decisão do Cmt da DI. Essa circunstância, determinou a ida do E2 da Divisão à Unidade a fim de orientar e reforçar a ação do Cmt da Unidade o que solucionou, satisfatoriamente, o problema.

No 3º BCCL houve muita intranqüilidade nos primeiros dias da Revolução.

Nas Unidades onde os Cmts eram ligados ao governo deposto (8º RI e 9º RI), a ação enérgica e eficiente dos Sub Cmts, neutralizou, completamente qualquer reação.

Esses foram os fatos que prejudicaram, de certo modo, o moral da tropa da 3ª DI que, como um todo, pode ser considerado muito BOM.

Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevada o 3º R O 105 que desempenhou, na Guarnição de Santa Maria, um papel muito importante pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do Cmdo da Divisão.

JOSÉ CANAVARRO PEREIRA
GEN DIV CMT 3ª DI

General-de-Exército Décio Barbosa Machado

O General Décio, porto-alegrense, nascido em fevereiro de 1926, ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Cadetes (EPC), hoje Colégio Militar de Porto Alegre, em 1º de abril de 1942.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de agosto de 1945, pela Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), foi classificado no então III Grupo do 2º Regimento de Artilharia Mista (III/2º RA Ms), sediado em São Leopoldo, RS, e ali galgou as promoções ao primeiro posto e a 1º-Tenente. Em 1949 foi nomeado Auxiliar de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA).

Já promovido a Capitão, em 1950, retornou para a Guarnição de São Leopoldo, indo servir no seu antigo quartel, agora denominado I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm (I/6º RO 105), interrompendo sua permanência ali apenas para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1954.

Oficial superior desde setembro de 1955, foi matriculado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1956. Estagiou como oficial do Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA) no Quartel-General (QG) da 3ª Região Militar (3ª RM) em Porto Alegre. Movimentado para o III Exército em 1960, vivenciou, no ano seguinte, como Adjunto da 3ª Seção, o episódio da Legalidade.

Em 1962, foi transferido para a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (AD/6ª DI) em Cruz Alta, RS. Em 1965, promovido a Tenente-Coronel, por merecimento, retornou a Porto Alegre para ser o Chefe da 2ª Seção daquela DI. Dois anos depois, movimentado para o III Exército, foi designado Adjunto da Seção de Planejamento e, posteriormente, Chefe das 2ª e 5ª Seções.

Nomeado Comandante do 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos (3ºGCanAuAAé), em Caxias do Sul, RS, exerceu essa nobre função, cumulativamente

com a de coordenador regional do Projeto Rondon/RS, até ser matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1972. Mercê de seu perfil, ao concluir o curso, permaneceu no Corpo Permanente da Escola.

Nomeado Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Chile em 1974, retornou dois anos depois para o Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília.

Como General-de-Brigada, a partir de 1978, foi Diretor de Inativos e Pensionistas (DIP); Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), em Santa Maria, RS; Comandante da AD/6, já sediada em Porto Alegre; e Chefe do Estado-Maior do III Exército.

Após ser promovido a General-de-Divisão, em 1984, comandou a 3ª Divisão de Exército (3ª DE), em Santa Maria, e exerceu a vice-chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Departamento de Material Bélico (DMB) em Brasília.

Conquistou a quarta estrela do generalato em 1988, sendo nomeado Chefe do Departamento Geral do Pessoal (DGP). Permaneceu na chefia do DMB, seu último cargo na ativa, até agosto de 1990, quando foi transferido para a reserva.

Bacharelou-se em História e Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1961, e é técnico em Administração e Planejamento Governamental pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), a partir de 1977.

Lecionou História, Geografia e Antropologia na PUC/RS e Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cruz Alta e proferiu conferências na ECEME e na Escola Nacional de Informações (EsNI).

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelas Forças Armadas, sendo destaque a dos Carabineiros, do Chile, e a Estrela Militar do Exército do Chile.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem o prazer de entrevistar o General-de-Exército Décio Barbosa Machado que, de início, falará livremente sobre o tema proposto e ao final, complementaremos o seu depoimento com perguntas.

Vou iniciar abordando a crise provocada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Em 1961, Major do QEMA, servia no Estado-Maior do III Exército, hoje Comando Militar do Sul (CMS). Desde o mês de julho, acumulava as funções de Adjunto da 3ª Seção e auxiliava nas atividades do subgabinete da Casa Militar da Presidência da República – inovação do Jânio – instalado em várias capitais brasileiras. Porto Alegre era uma delas. Meu chefe era o Tenente-Coronel Jayme Moreno.

Vivíamos o mês de agosto, realizando preparativos para a visita do Presidente da República que viria ao Sul a fim de, entre outras atividades, participar da inauguração da exposição pecuária que seria realizada no Parque de Exposições do Bairro Menino Deus. A mesma que hoje em dia, com muito mais repercussão, se realiza em Esteio (Expointer). No dia 25, praticamente já em final de jornada, ultimávamos os preparativos para a vinda do Presidente no dia seguinte, quando fomos surpreendidos com a notícia da renúncia. No primeiro momento, sem maiores detalhes sobre o que ocorrera, ficamos completamente atarantados.

Viemos para o quartel-general, nos apresentamos e a partir daquele momento participamos do processo – conhecido de todos – que se desdobrou em conseqüência do ato de renúncia do Presidente.

De um modo geral sabemos o que houve: a intenção dos ministros militares era impedir que o Vice-Presidente João Goulart assumisse o Poder; a reação do Governador do Rio Grande do Sul, em defesa da posse do vice e a sua iniciativa de usar, talvez pela primeira vez no Brasil e de uma maneira muito hábil, os recursos da radiodifusão na condução da opinião pública – a assunção do controle da Rádio Guaíba – e, com base nessa retransmissora, organizar a Rede da Legalidade e lançar a campanha em favor da posse do Vice-Presidente, como previa a Constituição. Explorou ainda, com muita emotividade, o fato de João Goulart ser gaúcho, detalhe que pesou na mobilização da mídia e do povo do Rio Grande do Sul.

Vimos aquele movimento popular crescendo com várias ramificações, inclusive com muita simpatia no meio militar. Alguns oficiais achavam que a melhor solução era aquela proposta pelos ministros militares. Mas um grupo bem numeroso e representativo dos nossos colegas, não sei exatamente dizer em que proporção, achava que o Vice-Presidente deveria assumir sem restrições.

Os detalhes do que ocorreu naquele conturbado período são conhecidos e não tenho maiores novidades para relatar. Lembro-me de que o quartel-general estava de prontidão porque os acontecimentos se desenrolavam fora do nosso con-

trole. Para nós da 3ª Seção o problema primordial era o surgimento e organização dos chamados "movimentos populares" à sombra da campanha da Legalidade. Refiro-me àqueles batalhões ditos patrióticos da Companhia Carris, dos portuários e dos sindicatos que estavam se organizando em moldes paramilitares. Embora o paiol da 3ª Região Militar se situasse na encosta do morro do CPOR, estávamos muito atentos ao depósito de material bélico da Região localizado ao lado do QG – onde, hoje em dia, encontra-se o Museu do CMS – pois ali havia apreciável quantidade de armamento e muita munição de arma portátil.

Sentimos também que o movimento de massa estava tomando um rumo indesejado com uma infiltração esquerdista muito acentuada. Elementos que pertenciam ao Partido Comunista e a outras organizações radicais de esquerda se aproveitavam da instabilidade e da confusão para tentar assumir o controle político do País. Essa era a grande preocupação que tínhamos aqui no Sul.

Como é sabido, o Comandante do III Exército ficou com um dilema. Talvez seu desejo fosse obedecer as ordens dos ministros militares, depor o Governador e assumir o controle da situação. Mas, por outro lado, ele bem avaliava as conseqüências desse ato, a repercussão e a possibilidade de um conflito generalizado, talvez o início de uma guerra civil.

O General Machado Lopes (José Machado Lopes) perdeu muito em termos de apoio pessoal imediato quando, por discordar das suas opiniões, liberou o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), seu Chefe do Estado-Maior, que partiu para o Rio de Janeiro. Ele ficou praticamente sem oficiais superiores, gente com mais experiência da área, que pudesse melhor assessorá-lo. A bem de complementar, vale dizer que os dois generais estavam há pouco tempo na área do III Exército; tinham assumido a função acredito que em julho daquele ano.

Alguns oficiais que pertenceram ao Estado-Maior do General Osvino (Osvino Ferreira Alves), que o antecedeu no Comando do III Exército, tinham sido movimentados. O Coronel Argemiro de Assis Brasil, conhecido por suas tendências esquerdistas, fora transferido para a 3ª Região Militar, aqui mesmo no QG. Desde o início da crise ele mantinha ligações permanentes com o Brizola. Do próprio quartel-general, ele se comunicava com o Governador. Esse vazamento de informações dificultava a ação do General Machado Lopes. E enquanto ele não definia a decisão a ser tomada, surgiram várias correntes de opinião entre os oficiais mais graduados da Guarnição, inclusive uma que advogava a sua substituição pelo General Pery Constant Bevilaqua, Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), de Santa Maria.

O General Pery Bevilaqua era um legalista convicto e, logo após o episódio da renúncia do Jânio, considerou que não era o caso da contestação em curso,

cabendo realmente ao Vice-Presidente assumir a Presidência. Essa posição fez com que fosse pensada até essa possível mudança de Comandantes. É importante salientar que um filho do General Bevilaqua servia aqui na 3ª Região Militar, ou no III Exército, não tenho certeza. Era Major e, provavelmente, elemento de ligação entre os insatisfeitos com o General Machado Lopes e o pessoal da 3ª DI. Falava-se que ele se dizia porta-voz do pai e do grupo que pretendia colocar o General Bevilaqua no comando do III Exército. Não participei diretamente dessas confabulações, mas sabia da existência das várias tendências em confronto. A verdade é que a situação se precipitou. Acredito que, quando da saída do General Muricy, o Comandante do III Exército, pesando bem as conseqüências e para evitar que a situação tomasse rumos indesejáveis, decidiu aderir à tese da posse do João Goulart. Ao mesmo tempo, na cúpula do Exército, surgia a idéia conciliadora do parlamentarismo.

Após decidir e definir sua posição, o General Machado Lopes foi até o Palácio Piratini[1] e declarou ao Governador Brizola que endossava a tese da posse do vice. A partir daquele momento, ele realmente assumiu o comando das ações militares na sua área de atuação e as coisas começaram a se organizar. Como havia uma ameaça de intervenção no Rio Grande do Sul, foram formados diversos grupamentos operacionais e deslocadas algumas Unidades das nossas Divisões, inclusive para o litoral de Santa Catarina. Com isso, de certa maneira, aquela agitação que havia fora e dentro do quartel passou a ser controlada pelo próprio Exército.

Penso que a decisão do General, provavelmente contrariando seus desejos pessoais, foi muito sábia e a melhor solução para o Brasil. Ele soube, naquela ocasião, evitar uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis.

A minha participação deu-se como oficial de Estado-Maior. Em prontidão, assisti a diversas reuniões e palestras, preocupado com os mais exaltados e muitas vezes com o próprio General.

Como comentei, era Adjunto da 3ª Seção e meu chefe era o Coronel de Engenharia Guerreiro Britto (João Guerreiro Britto). Foi até engraçado o que aconteceu. Ele, tido como um destacado oficial de esquerda, praticamente não participou do episódio da Legalidade, em 1961. Não atuou, se omitiu, e até passei um tempo sem vê-lo. Já em 1964, quando comandava o 3º Batalhão Rodoviário (3º B Rv), em Vacaria, assumiu clara posição contra a Revolução. Foi destituído do comando e cassado posteriormente.

É válida a impressão de que o Comandante do III Exército ficou um pouco isolado naqueles atribulados momentos de 1961?

---

[1] Sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

É a minha opinião. Vejamos alguns exemplos: o Chefe da 4ª Seção, Coronel Luiz Chaves Barlem, foi designado para uma função estranha ao Estado-Maior e se afastou. Vivia mais ligado ao Palácio Piratini do que ao QG. O Coronel Raphael Zipin, Chefe da 1ª Seção, quase não interferia nas decisões mais importantes. Havia poucos coronéis assessorando o General Machado Lopes e ele realmente ficou sem o apoio de pessoas da sua confiança.

Enquanto isso, na 3ª Região Militar, sem general e comandada interinamente pelo Coronel Virgínio Cordeiro de Mello, Comandante do CPOR, o movimento pró-Legalidade era muito forte e o maior ativista era o Chefe do Estado-Maior, Coronel Assis Brasil. Apoiado por outros oficiais que simpatizavam com o movimento do Brizola, dominou a Região e a colocou em confronto com o restante do quartel.

Ninguém tinha dúvida sobre as tendências esquerdistas do Coronel Assis Brasil. Alguns, como o Coronel de Cavalaria, Nelson Maurell Salgado, também integrante do Estado-Maior da Região, estavam na mesma corrente dele mas não eram considerados militares de esquerda, isso para mencionar apenas um de quem me lembro. O ambiente no QG estava tenso. Havia uma desconfiança muito grande entre oficiais e sargentos. Andavam todos armados; uns de metralhadora INA e outros de pistola. Graças a Deus não houve nenhum incidente maior, mas o clima emocional era muito carregado, muito desagradável.

A nossa preocupação era a fragilidade do esquema de resistência montado pelo Brizola. Receávamos de que ele perdesse o controle das ações para as organizações paralelas ou para o pessoal da esquerda radical o que lhes possibilitaria dominarem a situação e iniciarem uma baderna generalizada. Esta foi a razão da vinda de um Esquadrão de carros-de-combate da Serraria[2] para ocupar as ruas em torno do quartel-general e proteger o depósito de material bélico, o armamento e a munição.

Quando o Esquadrão deslocou-se para o centro da cidade, espalharam boatos de que iríamos atacar o Palácio do governo. Foi um momento de grande nervosismo.

Não tenho dúvida de que a decisão do General Machado Lopes foi muito sofrida. Ele precisou fazer um estudo de situação cuidadoso, medindo bem as conseqüências da sua corajosa opção. Sentiu que o clima poderia degenerar para uma guerra civil e decidiu, vamos dizer assim, pelo mal menor. Em uma ocasião, à noite – sempre ficavam um ou dois oficiais fazendo a ronda – eu o vi caminhando, preocupado, de um lado para o outro, no gabinete do comando. Perguntei-lhe se precisava de alguma coisa e ele, sem responder a pergunta, me falou:

– A guerra é muito mais fácil do que isto aqui!

---

[2] Bairro da cidade de Porto Alegre/RS.

Ele era muito austero. Tentaram premiá-lo com uma espada de ouro mas ele não aceitou. Nas circunstâncias do momento, ele realmente não tinha outra ambição a não ser evitar uma guerra civil. Tomou uma decisão muito difícil mas, do meu ponto de vista, não tenho dúvida, a mais adequada para o País diante dos fatos. Depois que o General Machado Lopes tomou a decisão de defender a posse do Jango, convidou o General José Maria de Moraes e Barros, que comandava a AD/6 de Cruz Alta, para ser seu Chefe de Estado-Maior. Assim, sua assessoria ficou sob controle e ganhou mais eficiência, o que permitiu que fossem tomadas as medidas necessárias para fazer frente à ameaça da intervenção militar do governo central no Rio Grande do Sul.

A 3ª Seção do III Exército era chefiada, como já falei, pelo Coronel Guerreiro Brito. O Coronel Jayme Moreno era o adjunto mais antigo. Além dele, serviam na seção eu e o Carlos Aloysio Weber, ambos majores. Éramos nós três. O Major Weber também trabalhava no subgabinete da Casa Militar da Presidência da República que funcionava fora do QG, em um edifício em frente à paineira[3] da Rua Siqueira Campos.

O Chefe da 2ª Seção (E-2), Coronel Milton Baptista Pereira, era um oficial antigo, Aspirante de 1929, um homem muito ponderado. Acredito que ele tenha influenciado o General Machado Lopes na sua decisão constitucionalista.

O então Coronel Assis Brasil que fora o E-2 anterior, como já citei, era agora o Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar. Homem realmente capaz, inteligente e simpático, mas definitivamente ligado à esquerda, principalmente ao Brizola e Jango. Pois não é que, depois dos acontecimentos de 1961, ele pediu a minha transferência do III Exército? Como permanecera em Porto Alegre e tinha muita força no governo, enviou um bilhete para o Leonel Brizola com uma relação dos indesejáveis que deveriam ser afastados do Rio Grande do Sul. É possível que o General Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) tenha falado sobre este episódio quando concedeu a entrevista dele. Ele foi movimentado para Pelotas, o Pedro Américo Leal – hoje vereador – para o Rio de Janeiro, e eu para a AD/4 em Minas Gerais.

Não cheguei a ir para lá, pois sem saber que fora ele próprio que havia provocado a minha designação para a AD/4 de Minas, quando soube da movimentação indesejada, fui até seu gabinete e fiz a seguinte solicitação:

– Coronel, fui surpreendido com a minha transferência para a AD/4 em Pouso Alegre. Não sei qual é o motivo, mas como no momento tenho necessidade de permanecer na área, gostaria de contar com o seu apoio a fim de retificá-la para outra AD, aqui mesmo no Rio Grande do Sul.

---

[3] Uma grande árvore (paineira) existente em uma das principais ruas do cento da cidade de Porto Alegre.

Ele prometeu me ajudar, como de fato o fez, e fui para a AD/6, em Cruz Alta. Isso aconteceu em 1962. Não entendi por que aquelas vinditas foram realizadas com tanto retardo. A renúncia do Jânio aconteceu em 1961 e nosso afastamento só ocorreu no fim de 1962.

Terminado o episódio da Legalidade o senhor permaneceu servindo no comando do III Exército?

Sim, continuei no QG.

Algum tempo depois, o General Machado Lopes foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e passou o Comando do III Exército para o General Nestor Penha Brasil, a quem procurei ajudar ao máximo. Quando ele entregou o comando ao General Jair Dantas Ribeiro, concedeu-me um expressivo elogio em boletim.

Durante o Comando do General Jair, até maio de 1963, quando foi convidado para o cargo de Ministro da Guerra, aconteceram as transferências dos oficiais que, em 1961 e também mais tarde, haviam sido considerados pelo agora General Assis Brasil e comparsas como contrários à posse e à permanência do Vice-Presidente no governo. O curioso é que, dentro do nosso limite de atuação, a expressiva maioria dos oficiais, que foi movimentada como "castigo", era favorável à solução constitucional, isto é, à posse do Vice-Presidente João Goulart.

Trouxe aqui uma cópia de documentos encontrados em 1964 na residência do Brizola, nos quais o General Assis Brasil acusa seus colegas de farda de serem opositores ao Governo do Jango. Nesta nota está a relação dos oficiais sujeitos ao pedido de afastamento: Raphael Zipin, Milton Baptista Pereira, Telmo de Oliveira Sant'Anna (Aspirante da Arma de Cavalaria de 1940), Jayme Moreno e Décio Barbosa. Estou eu aqui nesse pacote, sei lá por quê. Mas um fato interessante: esta movimentação, como já falei, só foi acontecer muito depois de 1961.

Quem é o Ênio referido no bilhete do General Assis Brasil quando ele fala: "Fica a teu critério usar o Ênio para meter o olho nessa gente?"

Não sei. Talvez seja o General Ênio da Cunha Garcia, mas não posso afirmar, poderia estar especulando.

Gostaria de fazer um registro. Antes de pedir a retificação da minha transferência da AD/4 para a AD/6, de Cruz Alta, telefonei para o General Manoel Mendes Pereira, comandante da AD/6, a fim de dizer-lhe que iria pleitear servir naquele QG. O General concordou com a minha ida, mas não pude agradecer-lhe pessoalmente. Fui para Cruz Alta no início de 1963 e quando me apresentei na Guarnição, ele já havia sido transferido.

Quando cheguei em Cruz Alta, a Guarnição vivia uma situação curiosa. O Coronel Fritz de Azevedo Manso, homem conhecidamente avesso ao esquerdismo, coman-

dava o 17º RI e o Coronel Adolpho João de Paula Couto, até hoje um atuante pensador militar anticomunista, era o Comandante do II/6ºRO (II/6º RA 75 AR) – atual 29º Grupo de Artilharia de Campanha (29ºGAC).

A AD/6 estava sem General Comandante e o Coronel Paula Couto a comandava interinamente. Por sua posição anticomunista claramente definida, estava preocupado com o crescimento dos movimentos de esquerda. A principal ameaça provinha dos "grupos dos onze" do Brizola que se organizavam em todo o Estado. Para contrabater os tais grupos, ele criou a Associação dos Homens Livres. Parecia até que, no início de 1963, Cruz Alta tornara-se um reduto de oficiais ligados à uma conspiração contra o governo. Essas precauções e a atuação democrática junto à população civil tiveram depois, em março de 1964, efeito muito positivo. Esse era o quadro na Guarnição.

Ainda no primeiro semestre de 1963 assumiu o comando da AD/6 o General Isaac Nahon. As atividades partidárias na cidade eram normais, não ocorrendo efervescência política de vulto em Cruz Alta. A maior preocupação era a alardeada existência dos "grupos dos onze", obedientes às determinações de Leonel Brizola.

O General Isaac Nahon logo foi transferido. Assumiu interinamente o Comando da AD/6 o Coronel Herculano Augusto Virmond, oficial do QEMA, Comandante do Grupo de Artilharia. Era um Coronel antigo – fora da Força Expedicionária Brasileira (FEB) – e reconhecido como muito bom profissional. Por causa disto, em 1964, acabou sendo prejudicado. Explico o motivo: devido a seu bom desempenho como Comandante da AD/6 e da Guarnição de Cruz Alta, ele foi convidado pelo Ministro, General Jair, para comandar o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GA Cos M), aquartelado perto do Jóquei Clube do Rio de Janeiro. Passou a ser visto como um militar ligado ao esquema do governo e foi "queimado" na Revolução. Para mim ele não era homem de esquerda, apenas um chefe competente e só preocupado em comandar a sua Unidade.

Passei o ano de 1963 no cargo de Assistente do Comando da AD/6. Vivemos todo esse período pré-1964 praticamente sem General Comandante, sendo o comando exercido pelo Coronel Comandante de Grupo mais antigo. Lembro-me, por exemplo, do comando interino do Tenente-Coronel José Mariano Corrêa de Araújo Filho, que comandava o I/6º RO 105 (I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm) em São Leopoldo e, mais tarde, foi Ajudante-Geral aqui no QG/III Ex.

Às vésperas da Revolução, no início ou em meados de março, o Coronel João de Alvarenga Soutto Mayor – mais tarde foi promovido a general – foi nomeado novo Comandante do II/6ºRA 75AR. Ocorreu então uma situação estranha em Cruz Alta: como ele era o mais antigo dos coronéis das nossas Unidades de Artilharia, assumiu também o comando interino da AD/6, função de General, embora fosse mais moderno do que o Comandante do 17º RI, Coronel Fernando Moreno Maia. Este, por sua vez,

exercia o comando da Guarnição. Dez dias depois de deflagrado o movimento do dia 31 de março o Coronel Soutto Mayor foi transferido para o Rio e assumiu o comando de um Grupo de Artilharia Antiaérea onde havia problemas. Ele era especializado nesse setor e acredito que tenha ido para Cruz Alta como castigo, o que ocorria muito na época. A nossa Guarnição não era das mais apreciadas, sendo considerada, por muitos, como local de punição.

Só no segundo semestre de 1964 a AD/6 voltou a estar sob um comando efetivo. O General Carlos Gonçalves Terra assumiu e comandou-a por mais de um ano. Por sinal, foi o homem adequado para aquela ocasião, pois era um chefe prudente, habilidoso e sério. Acomodou muitos problemas que poderiam ter surgido na área de segurança sob sua responsabilidade.

Como foi o 31 de Março na Guarnição de Cruz Alta?

Acredito que os oficiais e sargentos, em sua maioria, foram surpreendidos com o acontecido. Eu tinha curso superior de Geografia e História e como havia carência de professores, à noite eu ministrava aulas de Geografia Econômica na Faculdade de Economia. Ao retornar para casa, minha esposa me contou:

– Décio, houve um levante em Minas Gerais, estão deslocando tropas para o Rio de Janeiro.

– Mas que loucura! O que essa gente pretende fazer? – comentei, com espanto.

Afinal eu era oficial superior do QEMA, assessor do Comando da AD, não poderia estar assim tão "por fora" do assunto. Isto, de certa maneira, evidencia a nossa falta de conhecimento ou a inexistência, na área, de ligações ou planejamentos conspiratórios. Realmente via o pessoal das Unidades de Artilharia subordinadas tão-somente absorvido nos trabalhos de rotina. No 17º RI, nosso vizinho de Infantaria, sob o comando do Coronel Moreno Maia – que também não era um militar político – os procedimentos eram os mesmos, ou seja, total empenho no aperfeiçoamento das rotinas da instrução.

Continuou tudo muito calmo até que na madrugada do dia 1º chegou, de surpresa, na cidade, o General Adalberto Pereira dos Santos que havia sido exonerado do comando da 6ª DI pelo General Ladário Pereira Telles, novo Comandante do III Exército. O General Adalberto reassumiu, por sua iniciativa, o comando da DI ali mesmo na Guarnição de Cruz Alta. Viajou em uma Kombi civil, dirigida pelo Senhor Kanitar Camboim, funcionário da Caixa Econômica Federal, que mais tarde gerenciou uma das agências de Porto Alegre.

O General estava acompanhado pelos Coronéis Carlos Alberto da Fontoura, seu Chefe de Estado-Maior, e Tenente-Coronel Ângelo Irulegui Cunha, integrante

do seu Estado-Maior. Não lembro se este último viajou na Kombi ou sozinho. O General deixou Porto Alegre, a fim de evitar uma possível agitação. É bom lembrar o que ocorrera em 1961 na Capital. Ele passou por São Leopoldo onde não parou porque não tinha confiança em alguns oficiais daquela Guarnição, e foi até Cruz Alta sem entrar em contato com ninguém no caminho, pois havia ainda o risco de ser preso.

A situação evoluiu muito rapidamente e na parte da tarde soubemos que o Governador Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, havia chegado a Passo Fundo. Em seguida o General Adalberto deslocou-se até aquela cidade para discutir com o Governador o que estava acontecendo no restante do País e, principalmente, no Estado. Com isso a Guarnição de Cruz Alta voltou à situação anterior: no comando da AD e do Grupo o Coronel Soutto Mayor e, comandando o 17º RI e a Guarnição, o Coronel Fernando Moreno Maia.

Houve uma reunião dos Comandantes de Unidades no QG. As Organizações Militares (OM) da Guarnição entraram em prontidão e receberam a missão de manter a ordem nas suas respectivas áreas de responsabilidade. Havia patrulhas mistas percorrendo as ruas onde começavam a surgir alguns sinais de turbulência. O Prefeito e a maioria dos vereadores eram do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), esperançosos de que houvesse uma nova Legalidade, organizaram, ao lado da Prefeitura Municipal, uma concentração de brizolistas históricos favoráveis à permanência de João Goulart na Presidência da República. Próximo dali reuniram-se os ruralistas, principalmente aqueles integrantes da Associação dos Homens Livres, criada pelo Coronel Paula Couto. Uma das nossas preocupações iniciais era evitar que houvesse um confronto entre esses dois grupos.

Um detalhe importante: havia rumores de que na noite do dia 1º o General Adalberto e outros oficiais seriam aprisionados por um grupo de sargentos do 17º RI. Realmente havia a presença de esquerdistas entre aqueles graduados. Provavelmente imaginavam que a situação iria reverter em favor de João Goulart.

Sabíamos que alguns sargentos mantinham ligações políticas. Eu, por exemplo, tinha sempre um olho muito aceso sobre um dos nossos operadores de radiotelegrafia, que não me inspirava confiança. E, pela função que desempenhava, ele tinha facilidade de comunicar-se com outras Unidades e Guarnições; se mal-intencionado, poderia tornar-se um elemento perigoso. Cerrei minha observação sobre ele, fazendo visitas pela manhã e à tarde ao posto rádio.

Além do mais, havia no QG dois ou três sargentos da minha absoluta confiança que, imbuídos do desejo de evitar confrontações, me mantinham informado sobre o ambiente dos graduados. Na medida em que tomávamos conhecimento de

eventuais ameaças, adotávamos medidas cautelares adequadas. Felizmente, não tivemos maiores problemas e as coisas foram se acomodando muito rapidamente.

Vitoriosa a Revolução, começaram os inquéritos destinados a apurar responsabilidades sobre corrupção e subversão. Fui encarregado de um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a existência de movimentos de caráter subversivo na área. Ouvi diversas autoridades, conversei com o Prefeito e com o Presidente da Câmara de Vereadores, elementos ligados ao PTB, e ainda com grupos mais radicais: um ou dois líderes bancários mais exaltados e alguns brizolistas muito agitados. Gente que fizera discursos violentos, se enrolara na bandeira brasileira, isso tudo na antevéspera da queda do Jango Goulart, é claro.

Meu inquérito ainda estava em andamento quando fomos surpreendidos com as primeiras cassações na região, realizadas sem qualquer interferência da nossa parte. Cassaram o prefeito e outros civis, e até mesmo militares: um tenente do Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e alguns sargentos. Surpresa para todos porque o IPM na Guarnição nem tinha sido concluído.

Ficou claro para nós que houve uma influência externa muito grande através de ligações políticas de gente da terra que procurava, de certa maneira, promover suas vendetas. Por exemplo: as maiores acusações contra o Prefeito, homem do PTB, mas correto, eram por sua participação na formação dos "grupos dos onze" – que não chegaram a se organizar – e também por causa de alguns discursos esquerdistas. Não houve ato da parte dele que caracterizasse atentado grave contra a Lei de Segurança Nacional. Entre os demais políticos cassados havia apenas alguns oradores inflamados que falavam demais. Nada que se pudesse enquadrar como subversão.

O resultado do meu inquérito foi interessante. Passados alguns anos, o processo, depois de muito andar, voltou a Cruz Alta para ser julgado pela Justiça Civil. O juiz que o recebeu fora um dos indiciados apontados por mim. Indiciado em termos, porque ele nada mais era do que um inexpressivo agitador do interior. São dessas coisas estranhas que acontecem no Brasil.

É interessante relatar uma ocorrência que, de certo modo, indica a existência, no âmbito do III Exército, de um planejamento e preparação preliminares para a eclosão de algum movimento revolucionário contra a situação vigente. Antes do dia 31, acredito que no início do mês, um oficial me telefonou de Porto Alegre, dizendo que iria passar por Cruz Alta e pedia um contato comigo na estação ferroviária. Tratava-se de assunto delicado e ele solicitou que eu comparecesse ao encontro em trajes civis.

Um dos coronéis da Guarnição me aconselhou a ir ao encontro e recomendou:

– Você vai e fica alerta, porque é possível que seja o porta-voz de algum movimento que esteja querendo acabar com esta anarquia em que estamos vivendo.

Fui ao encontro do emissário na estação. Era o Major de Cavalaria Luiz Armando Franco de Azambuja que mais tarde, como General, comandou a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Santo Ângelo. Ele me alertou que haveria outros contatos e me entregou a metade de uma nota, acho que de cinco cruzeiros, que serviria como senha e identificação. Não foi necessário receber a outra metade da nota.

Permaneci na AD/6, em Cruz Alta, até o fim do ano de 1964. Durante esse período, vez por outra aparecia uma notícia: abram o olho que os sargentos estão conspirando; cuidado com a rearticulação dos "grupos dos onze"; coisas vagas, nada de concreto. Achávamos que era boato, mas alguma coisa havia. Tanto que posteriormente foram instaurados outros IPMs para averiguar certas denúncias. O General Marsillac foi encarregado de um destes inquéritos; através dele confirmou-se a existência de subversão no 17º RI. No Grupo de Artilharia também descobriram ligações de subversivos com um cabo que tinha a chave do paiol.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Os métodos foram adequados e a prova maior disso é o fato de que a subversão foi derrotada. Talvez tenham acontecido alguns exageros desnecessários embora a iniciativa da violência tenha partido do pessoal de esquerda. Vale afirmar que nós só obtivemos resultados positivos no confronto com o terrorismo a partir do momento em que nos organizamos adequadamente para enfrentá-lo.

Como o senhor avalia a atuação e os resultados da Comunicação Social durante o período revolucionário?

Na minha opinião, nesta área o nosso trabalho foi falho. Não conseguimos convencer a opinião pública sobre a honestidade das nossas intenções, nem valorizar os resultados positivos obtidos em vários setores pelos governantes do período revolucionário. O pessoal de esquerda sempre nos criticou com muita intensidade e eles têm penetração muito forte na mídia. Criticam muito os nossos métodos e para isso não hesitam em falsear a verdade. Infelizmente, neste campo nós falhamos.

O senhor considera que o Exército desengajou-se do processo revolucionário na hora adequada?

Tudo foi feito de acordo com as circunstâncias. Antes era impossível pela ameaça da subversão; depois que se promoveu a "abertura", seria inviável prosseguir no Poder em função do progressivo esvaziamento da Revolução. A entrega do Poder aos civis foi realizada no momento adequado.

General-de-Brigada José Mattos de Marsillac Motta

O General Marsillac é natural de Porto Alegre, RS, onde nasceu nos idos de setembro de 1917. Freqüentou o então Colégio Militar de Porto Alegre entre 1930/1935, sendo praça de 20 de abril de 1936. Cursou a Escola Militar do Realengo e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 25 de dezembro de 1938.

Classificado no 7º Batalhão de Caçadores (7º BC), em Porto Alegre, um ano depois, já 2º-Tenente, seguiu destino para o 7º Regimento de Infantaria (7º RI), Santa Maria, RS. Promovido a 1º-Tenente em dezembro de 1941, no ano seguinte foi transferido para o 8º BC, com parada em São Leopoldo, RS, onde serviu apenas seis meses.

Mercê de suas qualidades profissionais, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA – hoje novamente Colégio Militar). Integrou o seleto corpo docente da tradicional EsPPA até dezembro de 1944 quando, promovido a Capitão, foi transferido para o III Batalhão do 8º RI (III/8º RI), em Passo Fundo, RS. Oficial de escol, destacou-se nas diversas funções desempenhadas ao longo dos quatro anos em que serviu na Unidade.

No 9º BC, de Caxias do Sul, permaneceu durante apenas três meses, pois em maio de 1949 seguiu destino para a Guarnição da Vila Militar, RJ, onde freqüentou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Ao final do curso foi classificado no 19º RI (Ex-7º BC).

No segundo semestre de 1950, nomeado Comandante da 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia Gd), retornou a Porto Alegre, permanecendo no comando durante dois anos. Promovido a Major, por merecimento em dezembro de 1952, foi servir no Quartel-General da 3ª Região Militar (QGR/3), sendo designado para a Seção do Serviço Militar e Assistente Secretário do Comandante. Três anos depois foi transferido para o 18º RI, ainda na Guarnição da capital gaúcha. Ali foi oficial do Estado-Maior

da Unidade, Comandante de Batalhão incorporado, Subcomandante e Comandante, eventualmente, do Regimento.

Promovido ao posto de Tenente-Coronel, em abril de 1960, mais uma vez por merecimento, em 1961 viveu intensamente o episódio da Legalidade. No início de 1963 foi movimentado para o 9º RI, com sede em Pelotas, RS. Na função de Subcomandante do Regimento vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de Março de 1964.

Dois meses depois, por determinação do então Comandante do III Exército, retornou à sua antiga Unidade, o 18º RI. Paralelamente ao exercício de funções inerentes ao seu posto na Organização Militar (OM), foi encarregado da condução de diversos IPM (Inquérito Policial Militar) em decorrência da confiança que inspirava em seus superiores.

Por ter sido promovido ao posto de Coronel em dezembro de 1965, no início do ano seguinte foi classificado no Quartel-General da 6ª Divisão de Infantaria (QG/6ª DI), exercendo a Ajudância Geral até ser promovido a General-de-Brigada, com transferência para a Reserva, em agosto de 1966.

Já na vida civil, foi assessor administrativo no processo de liquidação da Companhia de Seguros Protetora, Presidente do Conselho Deliberativo do GBOEx Grêmio Beneficente e assessor da GB Crédito Imobiliário até 1973.

No decorrer de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Nação.

Entrevista realizada em 20 de novembro de 2001.

O nosso entrevistado de hoje no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 é o General José Mattos de Marsillac Motta, Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de 1938 do Realengo, que vivenciou muitos fatos ocorridos aqui na área do então III Exército, na década de 1960, abrangendo dois episódios importantes: a Legalidade, em 1961 – um período muito agitado – e também a Revolução, em 1964. Com a palavra o General Marsillac.

Inicialmente, afirmo que me sinto muito honrado com o convite, muito embora sinta que não mereceria ser ouvido sobre esses movimentos do qual todos nós, na época, participamos. Pouco sei porque na minha vida só fui soldado, sempre estive alheio à política.

Esse "sempre" é muito relativo, porque após a Legalidade, em 1961, senti a necessidade de acompanhar o que vinha sucedendo no País, mais para prover a minha segurança. Procurei observar os fatos e saber o porquê deles estarem ocorrendo.

Em sua opinião quais foram as causas da Revolução de 1964?

Para mim, o movimento nasceu com a Legalidade, em função da queda de Jânio Quadros. Eu era legalista convicto. Para mim só existia uma lei que era a Constituição. O que ela dizia? Faltou o presidente, assume o vice. Não interessa se é o João, o Antônio, qualquer outro. Essa minha posição decorria, também, da confiança que eu depositava no meu Comandante de Exército, General Machado Lopes (José Machado Lopes), um homem que eu sabia ser puro, um combatente da guerra. Não vi fato nenhum que desmerecesse essa minha confiança e, na hora do perigo, não deixaria o meu Comandante sozinho. Fiz a continência e vou confiar.

Na época, servia no 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e comandava um dos seus Batalhões. O Comandante do Regimento, Coronel Ottomar (Ottomar Soares de Lima), teve que assumir interinamente a Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID/6). Então, o Tenente-Coronel Peri (Peri Zimmermann), da minha turma, passou a responder pelo comando, deixando vaga a função de Subcomandante, que vim a exercê-la. Nesse tempo, aconteceu um movimento comunista dentro do 18º. Coincidência ou não, no mesmo momento eclodia algo semelhante em outras duas Unidades do III Exército: na Companhia de Guardas, comandada pelo Pedro Américo Leal, e no 19º RI. Consta, não confirmei nunca, que houve até um sargento ferido lá. Se não me engano servia lá um comunista notório, o Nunes (Oswaldo Nunes).

Para meu azar, quando me informaram que os sargentos haviam se sublevado, o Comandante estava fora do quartel; tinha sido chamado ao Quartel-General e não regressara. Os sargentos estavam reunidos em uma subunidade do quartel e

pretendiam prender o Peri quando ele voltasse. Instruí meus oficiais do Estado-Maior para que permanecessem a postos, mantendo o pavilhão de comando em condições de receber o Comandante do Regimento. Disse:

– Se os sargentos tentarem qualquer ação, revidem porque trarei o Coronel.

Uma das Companhias do meu Batalhão – eu era Subcomandante eventual – a 1ª, era comandada por um grande Capitão, o Erydson (Erydson Pereira Magalhães). Simultaneamente, determinei a ele que preparasse um Pelotão de confiança e fosse buscar o Comandante onde ele estivesse, porque iria assumir o Comando do Regimento. E mandei os oficiais garantirem a posse.

Decidi abordá-los, e quando entrei na sala, deparei-me com uma porção de sargentos na minha frente, todos armados. Era de madrugada. Pensei comigo: "estou roubado". Aí fiz uma peroração:

– Como é que vocês se arvoram no direito de abandonar suas Unidades e se reunirem aqui como desordeiros.

Disse o que eu tinha vontade de dizer porque, nessa hora, mesmo não sendo de falar muito, a palavra vem fácil, é uma coisa interessante. Falei com naturalidade, mas forte. E terminei dizendo:

– Não tenho medo de vocês, tanto é que vim aqui sozinho, se quiserem me fazer alguma coisa, façam. Mas saibam que vou reagir.

Eu atirava muito bem de metralhadora de mão – era até convencido. Nos estandes de tiro das Companhias utilizava uma metralhadora de mão INA, de minha propriedade e enchia o alvo. Era demagogia, porque apenas queria mostrar que também sabia atirar, mas naquela ocasião na Legalidade, me serviu.

Era uma sala pequena e estava com a minha metralhadora atravessada. Quando terminei de dizer: "(...)mas saibam que vou reagir", vi todos os olhares convergirem para trás de mim e pensei comigo: "estou cercado". Virei-me rápido e me deparei com um punhado de oficiais que estavam ali oferecendo solidariedade e proteção para mim. Fiquei muito comovido.

Embora tenha conseguido amainar a revolta dos sargentos, eu não me sentia tranqüilo, pois o movimento ainda não tinha terminado. Disseram que a guarda do quartel estava com as armas voltadas para nós e que já haviam prendido o Capitão Alencastro (Sérgio Pêgas de Alencastro). Saí brabo e fui ao corpo da guarda para ver o que estava ocorrendo. Cheguei, desarmei a guarda e prendi os sargentos. Voltei para o pavilhão de comando, mas sem saber o que poderia ocorrer dali em diante.

Embora o movimento estivesse aparentemente debelado, poderia ressurgir a qualquer hora. Não sabia quem estava no comando da sublevação. Quando conversei

com os sargentos que iam prender o Comandante, eles disseram que o líder não era sargento, era um oficial. Como eu confiava nos meus oficiais, não me contive e disse:

– Quero o nome desse traidor porque vou matá-lo!

No relatório que mandei para o QG escrevi que não permitiria que continuasse vivo em nosso Regimento um traidor.

Um dos sargentos, o Mader, disse que daria o nome do oficial. Não sei por que ele teve uma crise, começou a chorar enquanto os sargentos diziam:

– Não diz! Não diz!

Nesse instante ouvi um tiro fora da sala e saí correndo na direção do corpo da guarda. O Capitão Einloft (Oscar Carlos Einloft) surgiu atrás de mim, vindo na minha direção, indagando: "O senhor está bem, Coronel?" Ele pensou que tivessem atirado em mim.

Por fim, tudo acalmou. Este fato ocorreu na noite de 29 para 30 de agosto de 1961. E aqui está o resultado desse movimento, são doze folhas do meu relatório, feito no dia 11 de setembro. O Major Péricles (Péricles Augusto de Machado Neves) foi quem movimentou o Regimento contra nós. Era comunista. Isso está aqui escrito.

Major Péricles. Ele era de que turma?

Foi meu cadete na Escola Preparatória nos idos de 1943 ou 1944. Uma cabeça privilegiada, falava vários idiomas, era professor de psicologia, fazia clínica de psiquiatria. Infelizmente, foi ele que promoveu esse movimento no 18º RI.

O senhor disse que houve outros movimentos em duas outras Unidades.

Na Companhia de Guardas e no 19º. Agora, em nenhuma, com a mesma intensidade. Aquela noite eu pensei que iria morrer. Sentimos que o movimento viera de fora para dentro porque nos cortaram a luz e o telefone. Eu via a Vila São José iluminada e no quartel tudo escuro.

Há um outro fato que ocorreu naquela ocasião e que merece ser relatado. Como já comentei, eu era Subcomandante interino do 18º RI. Logo depois do movimento dos sargentos assumi o comando eventual, pois o Comandante interino adoeceu. Como tal, participei da reunião dos comandantes de Unidades diretamente subordinadas ao III Exército e de Organizações Militares da Guarnição, presidida pelo General Moraes e Barros (José Maria de Moraes e Barros), Chefe do Estado-Maior do III Exército.

No início da reunião, o E2 – oficial chefe da 2ª Seção –, por determinação do General Moraes e Barros, fez uma síntese do que estava ocorrendo na Guarnição. Terminou dizendo que muitos batalhões da Legalidade, criados com aquele movimento, como o do mata-borrão, perto da Biblioteca Pública, estavam infiltrados por notórios comunistas. Falava-se até, não tive comprovação, que veio participar

a favor da Legalidade o Deputado, carioca ou fluminense, Tenório Cavalcanti, "o homem da Lurdinha". Voltou dizendo que nunca vira reunidos, em um só ponto, tantos comunistas. Esse ponto era o Palácio Piratini.

Quando fui perguntado, em nome do meu Comandante, Tenente-Coronel Peri, se estava do lado da Legalidade – referia-se ao movimento existente –, respondi:

– Não, sou pela lei!

Até então eu só pensava em termos de Exército, de disciplina e hierarquia. Se o General Machado Lopes, o meu Comandante maior, o homem em quem confiava, desse uma ordem, eu a cumpriria sem hesitação.

Foi dito então que o movimento estava infiltrado e foi distribuída uma missão de combate para os vários Comandantes de Unidades. Recebi a do 18º qual seja, mediante ordem, agir contra um dos batalhões da Legalidade. Quando terminou a exposição, depois que todos receberam as suas missões, o General perguntou:

– Quem tem dúvida?

Eu me levantei e falei assim:

– Excelência, não tenho dúvida sobre a missão recebida: mediante ordem, atuar em tal ponto. O Regimento tem condições de cumprir essa missão desde já. Mas, se o movimento é comunista, tenho uma preocupação.

– Qual é a sua preocupação, Coronel? – indagou-me.

– O que foi feito no Quartel-General para neutralizar a ação dos oficiais comunistas que aqui servem?

E saí dando o nome deles, pois eu os conhecia todos. Destacava-se o de Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil), para mim um notório comunista, para outros – os adeptos da esquerda – um excelente oficial. Na ocasião fiquei preocupado.

O General Moraes e Barros retrucou:

– Não estou gostando da forma como você está falando.

– Excelência, o senhor deu uma missão de combate para o meu Regimento. Comando mil e duzentos homens e não quero que uma ordem errada, levada por um desses oficiais que citei, provoque a morte de um dos meus homens.

Antes que o General falasse, dois oficiais se levantaram e ficaram ao meu lado de imediato. O Pedro Américo Leal, comandante da Companhia de Guardas e o Einloft – já citado no episódio da sublevação dos sargentos – que comandava um Esquadrão de Reconhecimento do 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º R Rec Mec) colocado em apoio ao 18º. Já é falecido, e sempre o admirei. Os dois se levantaram e disseram que estavam comigo.

Mais tarde, o Pedro Américo escreveu um artigo no jornal *Zero Hora* do dia 1º de abril de 1979, intitulado "A Cadeia da Legalidade", quando contou esse episódio.

Penso que o General pesou o que representava o 18º RI, um Esquadrão Mecanizado e a Companhia de Guardas na segurança da cidade e viu a nossa situação. Se nos manifestáramos daquela forma é porque pensávamos na hora de cumprir uma ordem, pois tínhamos que verificar quem a estava dando. Então ele pediu que eu comparecesse à 2ª Seção, onde obteria as informações solicitadas. Ainda falei o seguinte:

– Vossa Excelência permite uma observação? A dúvida não é só minha, outros dois oficiais que comandam tropa têm a mesma preocupação. Quero que eles me acompanhem.

E assim tudo foi feito.

Esses foram os fatos que ocorreram. Então vejo o Movimento de 1964 todo ligado ao movimento comunista que pretendiam impor ao País. Tudo começou em 1961 com o governo que se seguiu ao de Jânio Quadros, comandado por eles.

Na mesma época que o General Machado Lopes, por intermédio do seu Estado-Maior, disse que o movimento estava infiltrado por notórios comunistas, e me deu missão de combate contra eles, ocorreram movimentos no 18º, na Companhia de Guardas e no 19º. Não sei se aconteceram em outras Unidades, mas nestas tenho certeza de que sim.

Essa reunião ocorreu antes da Legalidade?

A reunião foi depois do dia 25 de agosto, quando começou a Legalidade. O 18º já tinha deslocado um Batalhão para Criciúma.

Sempre fui voltado para a instrução, vivi como soldado, nunca pensei em burocracia, sempre pensei em comandar homens em ação. Quem serviu comigo pode comprovar o que estou dizendo. Comandava o 1º Batalhão e vivíamos acampados fazendo exercício. Por esta razão poucos gostavam de servir comigo. Quando as coisas ocorriam, normalmente eu era chamado para participar. Nós já estávamos posicionados ao lado do Comandante do III Exército, a favor da Legalidade.

Por que o senhor falou no General Moraes e Barros?

Ele substituiu o Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy). Quando tudo começou, o General Muricy foi ao Rio de Janeiro para saber o que estava ocorrendo. Voltou de lá dizendo que nós estávamos no rumo errado, que a razão estava com os nossos chefes militares lá do Alto Comando. E retornou ao Rio.

Aí, o General Machado Lopes chamou um dos generais da área do III Exército; veio o Moraes e Barros para chefiar o Estado-Maior.

Eu estava em Curitiba quando o Muricy passou. Tínhamos bloqueado a estrada e ele passou.

Então, essas foram as causas que levaram à Revolução. Se a situação política do País já era difícil, com a posse do Jango tornou-se insuportável. Começamos a ver

badernas e desordens em todo o País e o pior é que vinham atingindo diretamente as Forças Armadas. Procuravam minar a disciplina, introduzindo política dentro do quartel. Não vou citar nomes, mas infelizmente, até alguns dos nossos generais agiam assim.

Um general que eu tinha em alto conceito inspecionou o Regimento e foi uma decepção para mim. Havíamos preparado vários temas táticos para que, mediante escolha dele, pudéssemos realizar uma demonstração no terreno. Terminada a inspeção da tropa ele reuniu os sargentos no ginásio do 18º e perguntou – palavras que me repetiram; eu não escutei – o que a laboriosa classe dos sargentos precisava.

Ora, no Exército não existe classe, existe hierarquia. Como é que um general vem nos inspecionar e fala em classe de sargentos. E a decepção foi maior, porque ele retirou-se do Regimento sem ouvir ninguém sobre a eficiência da Unidade, nem a mim que estava encarregado da instrução e a nenhum outro oficial. Nós nos preocupávamos com isso.

Um pouco antes do início da Revolução de 1964, fui transferido para o 9º RI, como castigo. Não tiveram coragem de dizer, mas o meu nome constara em uma carta escrita pelo General Assis Brasil para o Governador Brizola, pedindo o meu afastamento e de outros oficiais do III Exército porque tudo fizéramos para perturbar a Legalidade.

O que não era verdade.

Durante a Legalidade, participei de todo o coração, com consciência, como legalista. Mas disseram que me manifestei contra os comunistas dentro do quartel-general. E dei nomes, esse foi o meu erro.

Aquela revista *O Cruzeiro* que circulava na época da Revolução publicou, em agosto de 1964, as cartas do Assis Brasil para o Brizola, nas quais fui agraciado com a necessidade de ser posto para fora. Constam, ainda, o Pedro Américo, o Coronel Raphael Zipin, o Coronel Milton Baptista Pereira, o Tenente-Coronel Telmo de Oliveira Sant'Anna, o Tenente-Coronel Jayme Moreno, o Major Décio Barbosa Machado, o Major Luiz Carlos Menna Barreto e o Ari Prates da Rocha – um civil lotado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – por ser integralista.

Atentem para a expressão da carta dele: "(...)Eram controlados pelo General Muricy." Eu nunca falei com o General Muricy, aliás, nunca entrei no gabinete dele. Na realidade fui afastado. Eles apenas não tiveram coragem de dizer que nos transferiam a bem da disciplina. Mas pela carta do Assis Brasil, nós não poderíamos servir no território do III Exército.

E aí aconteceu uma coisa interessante. Na minha vida profissional sempre disse que o meu desejo era servir no Regimento Escola de Infantaria (REI). Como gosto de instrução, eu me consideraria muito feliz se terminasse a minha vida

militar naquele Regimento. Sem falsa vaidade, fui menção Muito Bem (MB) na EsAO e o número um de Infantaria do Rio Grande. Eu vibrava com a instrução. E não é que eles me transferiram exatamente para o REI. Não pude chorar ou lamentar, mas pensei comigo: "eles são maquiavélicos, pois nem posso contestar a transferência".

No entanto, aquela máquina que já pensava em termos contrários ao Jango, os companheiros da ativa, se não me engano o próprio General Amaury Kruel, conseguiram a retificação da transferência do REI, para o 9º RI, de Pelotas, RS. Apesar do Comandante ser mais antigo do que eu, tínhamos sido tenentes e capitães juntos e fizéramos uma boa amizade. Na apresentação para os demais oficiais – eu era o número dois na Unidade e fui designado Subcomandante – ele disse que me conhecia e teceu uma série de elogios a meu respeito, com aquelas palavras que se utilizam para qualquer oficial, que só tem qualidades quando chega. Assim que ele terminou sua exposição, procurei clarear para o Regimento a razão de ser de eu estar no Nono. Comecei dizendo:

Coronel, agradeço suas palavras, não sou merecedor delas, mas quero posicionar a minha existência aqui no quartel. Fui transferido porque acusei os comunistas que serviam no Quartel-General; fui transferido a pedido deles e, se professar o anticomunismo é ser indisciplinado, continuarei sendo, não por violar a disciplina, mas por combater o regime comunista.

É preciso que se entenda a minha indisciplina como focada nesse ângulo. A reunião terminou rápida, mas para mim foi muito benéfica, porque logo depois, vários oficiais – principalmente oficiais superiores – vieram me procurar e se solidarizar comigo: "Coronel, o senhor conte conosco."

Fiquei tranqüilo de estar no 9º, pois vi que estava bem cercado. Só um detalhe: o Comandante tinha sido candidato a prefeito na cidade de Pelotas e perdera a eleição.

Qual era o partido dele?

Ele era político, mas não lembro o partido dele. Era correligionário do Brizola.

Era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Isso mesmo, e perdeu a indicação na convenção, na cidade. Graças a Deus o candidato indicado pelo partido foi derrotado. O vitorioso era da oposição, chamava-se Edmar Fetter, e me ajudou muito. Então, fora servir em um Regimento comandado por um Coronel que era do partido que dirigia o País de uma forma que eu achava errada e que vinha destruindo a estrutura militar. E fiquei atento a tudo o que ocorria no quartel.

Lembro que o Ministro da Guerra da época foi lá e eu não o cumprimentei, só fiz a continência, porque fora ele quem atendera o pedido do Brizola para a nossa transferência. Comandara o III Exército depois de 1961. Conta-se que em decorrência

dessas cartas – não comprovei nada – ele apoiou a nossa transferência, mas de forma sigilosa, através de um documento reservado ou secreto.

Vou relatar o fato que me contaram sobre essas transferências, quando me encontrava em Pelotas. Na mesma época foi transferido o Coronel Murad (Adib Murad), que ainda não tinha cumprido o tempo dele de Guarnição. Ele foi falar com o General se dizendo surpreso porque, não tendo tempo na Guarnição, não via razão para a sua saída e pedia autorização para ir ao Rio de Janeiro tratar do assunto no Ministério da Guerra, cujo QG ainda era ali na Praça Duque de Caxias. O general não raciocinou e o autorizou. Ele era oficial de Estado-Maior (QEMA)[1] e lá deveria ter seus amigos, pois tomou conhecimento que a transferência tinha sido um pedido do Comandante do III Exército. Voltou a Porto Alegre, porque tinha que se apresentar para seguir destino[2]. Aqui, o Comandante, se dizendo pesaroso, perguntou-lhe se conseguira sustar a transferência. A resposta foi direta:

Não, não consegui e nem quero. Não desejo servir sob o seu comando, porque foi o senhor que pediu a minha transferência.

Todos os oficiais foram transferidos a pedido do próprio Comandante do III Exército. Infelizmente não tive oportunidade de falar com ele depois disso.

Resumindo. A comunização do Brasil avançava celeremente. O principal chefe comunista, Luís Carlos Prestes, chegou a afirmar que para terem o governo, só faltava assumir.

Até o Presidente da República, em seus pronunciamentos públicos, colaborava com a voz do Partido Comunista. Fazia de tudo para destruir a hierarquia e a disciplina falando às Forças Armadas como se o fizesse às massas sindicais e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A rebelião dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, foi o prenúncio de que coisas graves aconteceriam. Sobre esse episódio um fato me intrigou e guardei-o na memória. A rebelião eclodiu exatamente no dia que Jango Goulart chegava em um avião da Força Aérea em Pelotas. O que deduzi na época? Que o afastamento do Presidente de Brasília visava poupá-lo daquilo que iria ocorrer. Se o movimento dos sargentos fosse vitorioso, voltaria nos ombros; se fracassasse ele não era atingido porque estava fora de Brasília. Penso que foi um fato grave.

No comício da Central do Brasil, notórios agitadores atacaram de todos os modos o regime democrático e procuraram enxovalhar as Forças Armadas. Aquele

---

[1] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais com o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

[2] Expressão castrense que significa providenciar as medidas necessárias para se apresentar na nova Unidade para onde o militar foi transferido.

fato ensejou que o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, elaborasse uma mensagem alertando as Forças Armadas sobre o perigo que corriam com a tentativa de quebra da disciplina nas organizações militares.

A assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil foi a gota d'água para a decisão dos chefes militares e dos políticos democratas. O Presidente Jango Goulart, confraternizando com as praças das Forças Armadas e das polícias militares, lançava invectivas contra a democracia e promovia a cizânia no meio militar.

O senhor considera que houve uma preparação coordenada e minuciosa ou o desencadeamento da Revolução foi espontâneo?

Na ocasião, como eu servia em Pelotas, no 9º RI, uma Guarnição afastada do centro político gaúcho, não notei essa preparação; refiro-me no âmbito do País. Não houve essa coordenação. No meu caso, fui contatado uma vez pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) que, conversando comigo, perguntou o que achava da situação. Como confiava nele, pois fora meu Comandante no 19º RI, confidenciei:

– General, acho que as coisas vão muito mal, não sei onde vamos parar.

– Vamos à luta, acho que vamos à luta – ele disse curta e claramente.

Foi o único chefe dos que participaram da Revolução com quem fiz um contato. Até vou um pouco além: o General Mourão, durante o tempo em que comandou a 3ª DI, nos alertava do que ocorria no País e procurava preparar-nos para uma ação militar efetiva que terminasse com os desmandos governamentais.

E na proximidade da eclosão do movimento, tomamos conhecimento de que teria ocorrido uma reunião em Minas Gerais, da qual participaram, além das várias autoridades estaduais, os generais Mourão e Denys (Odylio Denys), tratando dos graves problemas que afetavam a segurança do País. De fato eles se reuniram.

Causou-nos surpresa a eclosão do movimento em Minas. As notícias eram muito fracas e falhas. Sabíamos que havia algo no ar, mas as autoridades militares daqui não nos esclareciam sobre o que estava acontecendo. Isso no primeiro tempo, antes da madrugada.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a preparação?

Só posso falar a respeito da cidade de Pelotas, a minha Guarnição. O que vou relatar agora é importante. Na época comandava interinamente a Infantaria Divisionária (ID/3), com QG na cidade, o Coronel Joaquim (Joaquim Carlos Muller Ribeiro), Comandante do 7º RI de Santa Maria. Ele foi para lá sem a família e eu sem a minha, porque temíamos que acontecesse alguma coisa no Brasil e a minha idéia

era participar ativamente em defesa da ordem e da hierarquia. Por coincidência, a instrução do Regimento ficou sob minha direção porque o Comandante não era desses mais interessados no assunto e sabia que eu gostava dessa atividade.

E o Regimento foi preparado, inclusive para a guerrilha. A minha idéia era de que se não conseguíssemos a vitória em um movimento organizado, o 9º iria para a coxilha com o Regimento de Santa Cruz do Sul, no qual servia um grande amigo meu: o Ito (Ito Carvalho Bernardes), já falecido, um homem que fez toda a campanha da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. Em nossas conversas telefônicas dizíamos que no caso de um insucesso, iríamos para a coxilha.

Ele comandava Santa Cruz?

Não, ele servia lá, mas não confiava plenamente na ação do seu Comandante, assim como eu também não sabia como o meu se pronunciaria. Ele era do partido do Jango e fora levado para o comando do Regimento pelo Governo. Então não sabíamos o que iria acontecer. E, se eclodisse o movimento, com certeza não iria parar. Bem ou mal organizado, iria em frente. Sempre me dediquei muito àquilo que tenho como ideal e estou ficando emocionado só de relembrar...

Eu falava sobre o Comandante Joaquim. Nos encontros informais que mantínhamos, como camaradas, pois estávamos solteiros em Pelotas, conversávamos sobre os fatos que vinham ocorrendo no País e, em especial, os que envolviam as Forças Armadas, e que confirmavam o crescimento da indisciplina e a quebra da hierarquia. Vimos sargentos e soldados se reunindo, oficiais sendo presos na Marinha, impedidos de entrar nos seus navios.

Em todas as oportunidades, o Coronel Joaquim demonstrava estar em desacordo com tais fatos. Estávamos sintonizados na totalidade dos pensamentos. Conversávamos sobre a necessidade de intervenção das Forças Armadas para restabelecer a ordem e impedir que o mal se tornasse incurável. Nunca tive dúvida da posição dele. Foi injustiçado na Revolução; tinha um irmão artilheiro, o Coronel Ribeiro (Domiciano Muller Ribeiro) que serviu aqui, boa gente "à beça".

O Coronel Joaquim era muito mais antigo do que eu. Eu o tratava de senhor. Não pertencia ao QEMA.

Então não tinha aspirações a general.

Vou lhe dizer uma coisa. Quando eclodiu o movimento de 1961, o conjunto de comandantes de Unidades era de oficiais sem o curso de Estado-Maior.

É, sem dúvida.

Apresento duas razões para isso: não queimar os oficiais QEMA e também porque o próprio oficial de Estado-Maior do meu tempo, em princípio, não ia para a

tropa, na realidade não era um *troupier*[3]. Comandante QEMA era raríssimo e um Capitão, Major ou Tenente-Coronel, com Estado-Maior, não se via servindo na tropa. As exceções corriam por conta daqueles que quisessem ir. Conheci um companheiro no 19º, com o curso de Estado-Maior, cuja família era de lá e por isso queria servir por perto: o Hélio Germano Schuch.

No meio civil destaco algumas pessoas que colaboraram conosco. O Dr. Apodyr Almeida de Oliveira, representante da Liga de Defesa Nacional na cidade. Foi um homem com quem me liguei permanentemente desde que cheguei em Pelotas. Nunca duvidei do seu sentimento patriótico. Advogado, não exercia cargo público, coisa rara. Era dedicado à Liga de Defesa Nacional, onde eu o auxiliava. Também o Dr. Edmar Fetter, Prefeito municipal, nos deu apoio antes, durante e depois da eclosão do movimento, e ainda um radioamador que servia de ligação entre a minha pessoa e o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen) – perdi o nome, é uma das minhas mágoas. Tínhamos uma rede-rádio de radioamadores que, mediante palavras-código, aparentemente sem importância, estávamos ligados: “Como vai o futebol? E o teu time? Já tens novos reservas?” Parecia só brincadeira, mas sabíamos do que estávamos falando. Cito também o repórter Mário Emílio de Menezes que hoje mora em Porto Alegre. Trabalhou muito na Liga de Defesa Nacional e tem muito para contar.

Ele já era da imprensa naquela época?

Não posso afirmar. Mas ele acompanhava o que estava ocorrendo na política da cidade e sintonizava conosco. Ele não participava das reuniões.

Entre os militares da Guarnição destacavam-se: o Major Scarone (Cid Scarone Vieira), meu braço direito na Revolução; o Major Prates (Paulo Sylvio Prates); o Tenente ou Aspirante Suppa (Mário Ângelo Suppa Thomaz Pereira), foi um grande auxiliar que tive. Como Aspirante ele até corria risco, porque eu, se me mandassem embora, iria promovido com todas as vantagens, mas o pobre do Aspirante.

Destaco, ainda, o Major Lúcio (Lúcio Madeira Guimarães), que era Assistente na ID/3, trabalhava ligado ao Coronel Joaquim. A ID não tinha oficial de Estado-Maior. Eram só o Comandante, o Assistente e dois oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, por sinal excelentes; um deles – o Cavalcanti (Humberto Pessoa Cavalcanti) – faleceu há pouco tempo.

Convém deixar aqui registrado que houve unanimidade por parte dos demais oficiais e praças da Unidade em apoiar o movimento. Não tivemos defecção. A partir

---

[3] Expressão castrense que nomeia o militar mais dedicado às lides operacionais do que à burocracia, ao planejamento e à preparação intelectual.

do momento que o Regimento disse que estava a favor da Revolução, nenhuma voz discordante se apresentou.

É interessante destacar que o 9º passou por uma grande crise nos primeiros dias que se seguiram à eclosão do movimento. Tudo se definiu quando começaram os deslocamentos de Unidades em todo o território nacional em apoio às tropas que desciam de Minas. A ordem da DI era prontidão rigorosa e chegou um pouco antes da meia-noite, em Pelotas. O Coronel não estava presente. Como eu morava no quartel, assim que recebi a comunicação já adotei aquelas medidas normais; chamar oficiais e praças, colocar o Regimento em prontidão e avisar o Comandante. Passei a noite acordado, montando e verificando dispositivos de segurança do quartel junto com os demais oficiais, sem saber o que estava ocorrendo. Tudo era surpresa para nós. Por isso acredito que faltou coordenação à eclosão do movimento; foi espontâneo, talvez porque anteciparam a data.

Exatamente. É isso o que se deduz das opiniões do pessoal.

A história é tão grande que se torna difícil relatá-la. Se deixarmos de contar algum detalhe, nos perdemos no tempo. Na manhã seguinte, estava fazendo a barba quando os oficiais me cercaram, pois não havíamos recebido nenhuma informação oficial. Como tinha rádio no quarto, ouvira as notícias de São Paulo dizendo que havia eclodido um movimento em Juiz de Fora, Minas, comandado pelo General Mourão.

Não se sabia o que estava ocorrendo lá; apenas que era um movimento contra o Governo do Jango. Eu já havia convivido com o General Mourão e conhecia a idéia dele. Ele preparou a 3ª DI, em Santa Maria, na época de seu comando, para uma ação dessas. Havia uma rede-rádio, fora da rede do Exército, que se comunicava conosco lá em Pelotas.

O Chefe do Estado-Maior dele era o General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto). Dois majores que tinham sido meus cadetes, o Milton (Milton Machado Martins) e o Garcia (Paulo Emílio Silva Garcia), de Cavalaria, serviam lá e eram porta-vozes do Mourão para mim. Iam freqüentemente ao Regimento e me diziam a idéia do chefe. Perguntavam como estavam o Regimento e os oficiais e eu lhes transmitia as minhas observações. Então a ligação com Santa Maria era esta e também através do Etchegoyen, enquanto ele serviu lá. Aí o Mourão foi embora e o Joaquim veio para a ID de Pelotas.

Assim que eclodiu o movimento, pensei comigo: “será esse movimento do Mourão o que nós pensamos que seja? Só pode ter sido uma decisão coerente com o rumo que ele já estava traçando para a 3ª DI, aqui no Sul”. E não sabíamos de nada porque ninguém nos dava notícias. Quando os oficiais me cercaram, disse-lhes:

– Se vocês têm confiança em mim, aguardem, porque tenho apenas uma posição e já a defini. Qualquer que seja a definição do nosso chefe, só tenho uma linha: apoiarei o movimento do Mourão.

Nós estamos com o senhor – disseram unânimes os oficiais e indagaram – e os nossos comandantes?

Vou falar com eles – respondi.

O senhor deu uma "negaceada" e, até agora, não disse o nome do seu comandante.

O senhor sabe o que acontece? O que me leva a repugnar? Porque ele é morto. Não gosto de falar em um morto, porque ele não pode defender-se. Pode ser que tudo aquilo que eu esteja dizendo, que possa dizer contra ele, seja inverdade minha. Não que eu esteja mentindo. Não, mas porque os fatos vão se desenrolando e não sabemos se temos toda a verdade presente. Era a minha verdade.

Certo General, o senhor não precisa falar; fique à vontade.

É só verificar em um Boletim do 9º RI da época que vocês... A história tem que ser verdadeira. Bom, um pequeno parêntese, só para mostrar quem era o comandante.

Eu tinha uma certa ascendência sobre ele no que diz respeito à instrução. Tanto é que quando cheguei lá, enquanto tomávamos um café da manhã, disse:

Marsillac, eu assumo as responsabilidades. Tu és o subcomandante, "pega a bola e vai chutando".

O Regimento, na realidade, se ressentia um pouco de pulso militar. Falo assim porque eu tinha saído do 18º, e o deixara traquejado, com algumas práticas do meu costume; o Regimento desfilava todo dia para eu assistir e fazia inspeções seguidas; essas coisas não vi por lá. Quando fui para Pelotas, marquei formatura matinal todos os dias, com ordem transcrita em Boletim, aprovada pelo comandante. Formatura às tantas horas, com uniforme previsto em Quadro de Trabalho Semanal (QTS). Quem tivesse que ir para o campo, saía da formatura e já tomava destino.

Está escrito no regulamento que, chegada a hora H, a mais alta autoridade presente desencadeia a operação. Às vezes, ele se atrasava e eu iniciava a formatura. Ele entrava por trás do palanque, o que me encabulava.

Outra cena: sempre fui muito zeloso com o meu fardamento; à paisana era até relaxado como sou até hoje, tanto é que, se a minha mulher não me cuida, saio nu de casa. Mas minhas fardas eram engomadas, eu não perdoava. Em qualquer fração que comandasse – desde Companhia até Batalhão – a inspeção de fardamento semanal era levada a sério. Eu lembrava das palavras do General Patton (George S. Patton Jr): "O uniforme é básico, é prova de disciplina. Soldado que anda bem fardado, que cuida da sua pessoa, é soldado disciplinado."

E eu incutia isso nos meus subordinados. Em uma revista feita, notei que no Regimento não se amarrava o coturno de forma única. Cada um usava um tipo de amarração. Então recomendei: "Vivemos em uma Unidade. E unidade é unidade; todo mundo tem de marchar de passo certo e com uniformes iguais. A partir da formatura de amanhã quero todos os coturnos amarrados como o meu."

Com a aquiescência do comandante, toda a manhã eu fazia um comentário no palanque e dava as ordens necessárias. Essa rotina de trabalho foi implantada para evitar que cada comandante de fração fosse ao gabinete ouvir que o Primeiro Batalhão fará isso, o Segundo tem aquela missão, e assim por diante; aquelas histórias que todos conhecemos e fazemos.

Então, no dia seguinte à ordem sobre a amarração dos coturnos, fui taxativo: "Só um oficial descumpriu a minha ordem – o Major Comandante do Batalhão. Amanhã ele estará com o coturno bem amarrado senão será preso." E não é que o comandante também estava com a amarração do coturno dele diferente. E o pior, ele ainda disse:

– Pô, Marsillac, não diz que tu vais me prender!

– Coronel, eu comando de Tenente-Coronel para baixo, para cima nem olho – disse brincando, porque ele também falou rindo.

Fechado o parêntese e prosseguindo, quando os oficiais pediram uma definição sobre a participação do 9º RI no Movimento, respondi que perguntaria ao nosso comandante na hora do café. Éramos muito amigos, então no cassino[4] mesmo, informalmente, comentei com o Danton...

Danton (Danton do Amaral Duro), não falamos nada.

Por tudo que tenho de mais sagrado, escapou a palavra.

– Queremos uma definição sua, não podemos ficar "em cima do muro". Somos o Exército, representamos uma Força, a população de Pelotas tem confiança em nós, é o Regimento da cidade e ele vai se portar como tal. Não somos contra o Governo, somos contra o que ocorre no País. O nosso pensamento é o mesmo da sociedade local.

Porque, na realidade, não considerava o Jango e sua turma como Governo; indiretamente era o que eu estava dizendo.

– Marsillac, você está criando caso?

– Não estou criando caso. Passamos uma noite inteira acordados, o Movimento é grave mesmo. Escuta teus oficiais – ele tinha medo dos oficiais superiores – pergunta qual é a preocupação deles.

– Não vou me definir antes da ID.

---

[4] Refeitório, normalmente dispondo de uma sala de recreação anexa.

Como eu já havia preparado várias alternativas, arrematei:

– Então, Coronel, tão logo terminemos o café, o automóvel do comandante estará aqui na frente para irmos ao Quartel-General saber do Comandante da ID qual é a idéia dele e o que ele pretende.

– Mas iremos chatear o Joaquim – ele ainda tentou uma escapatória.

– Não iremos chatear ninguém, o senhor é comandante e vai pedir uma orientação dele, saber o que está ocorrendo.

Ele acabou concordando, até porque, oficialmente, não se sabia nada. Levei junto o oficial de operações (S3) e o de informações (S2), pois como eu tinha desconfianças, pensei comigo: "quero gente ao meu lado para testemunhar tudo, não sei o que vem por aí. Qualquer atitude será presenciada por todos nós". E assim seguimos para o QG. Fomos recebidos de imediato pelo Coronel Joaquim, mas o Danton pediu para conversar a sós com o comandante. Na ante-sala, presenciei o Assistente do Joaquim, Major Lúcio, perguntar ao Coronel Danton:

– Qual seria a conversa?

– Sobre o movimento do Mourão.

E eu acrescentei:

– Qual é a posição do Joaquim?

– Ele já se definiu, é favorável ao General Mourão.

Provavelmente o Coronel Joaquim era muito mais revolucionário do que eu, porque o 7º RI tinha parada na sede da DI. Quando o Mourão comandava a 3ª DI, ele já comandava o 7º. Arrisquei outra pergunta:

– Mas desde quando?

– O Danton sabe disso – respondeu o Lúcio.

O Lúcio então me esclareceu que o Danton já sabia a posição do Joaquim, desde a madrugada. Quando ele esteve aqui, o Joaquim disse-lhe tudo. E ele não nos disse nada, nem que retornara ao Regimento para nos escutar. Fiquei com uma certa desconfiança. Naquele momento despertou o "semancol". Ele fora candidato pelo PTB, o Governo é deles, ele comanda porque foi designado pelos chefes militares. Por que me colocaram aqui? Eu, que sou contra. Por que me transferiram? Porque ele está de um lado e eu sou do contra. Tudo foi feito para ele poder me comandar. Só que ele não sabia quem eu era. Embarcamos de volta e, de imediato, no automóvel eu o enfrentei:

– Danton, afinal de contas com quem está o Coronel?

– O Joaquim me disse que apóia o movimento do Mourão – respondeu.

Danton ainda acrescentou que instado a dar sua opinião, disse-lhe que no quartel escutaria os oficiais. Em seguida, arrematei:

– Mas mesmo antes, vou te dar a palavra dos oficiais; nós todos somos favoráveis, só estávamos esperando a tua definição. Tu estás com o Mourão?

– Pô, tu estás me apertando. Lógico que ficarei com a nossa ID.

Respirei fundo. Porque, como já referi, eu me precavera, havia ali duas testemunhas: os S2 e S3. Fui adiante:

– O que vais fazer Danton? Qual é a tua idéia?

– Reunir os sargentos e os oficiais.

E o fez, no refeitório dos sargentos. O Regimento era a dois Batalhões e tínhamos uma banda de música. Então, a Companhia de Comando e Serviços tinha uma infinidade de sargentos, eram maioria e nós uma minoria. Na época, não há dúvida de que nós oficiais, de certa forma, temíamos um movimento de sargentos. Não sei se aconteceria.

Aconteceu na minha Unidade. Terrível. É uma preocupação que não nos deixa dormir à noite.

Eu sentira na carne o problema, embora no final tenha sido comandado por um oficial. Quando ele nos reuniu a todos, fiquei temeroso: será que perante aquela massa de sargentos, ele permaneceria favorável ou daria uma marcha à ré. Não pressentíamos o que iria acontecer.

Ainda mais que uma das políticas adotadas pelo Brizola aqui no Rio Grande do Sul era justamente lançar os sargentos contra os oficiais. Sabíamos disso pelos discursos e pronunciamentos dele.

Fiquei com medo que, ali em conjunto, ele se manifestasse favorável ao Jango. O comandante tinha facilidade de expressão e começou uma peroração muito bonita. Iniciou criando uma imagem de Pátria, de legalidade; dando a impressão de que fazia uma comparação com 1961. Comecei a preocupar-me. Pensei comigo: se ele for em outra direção, o que faremos? Até fiz uma barbaridade; o Scarone estava comigo e viu – infelizmente não pode depor porque está morto.

Eu era um verdadeiro cangaceiro, tanto é que um companheiro nosso dizia que o meu quarto parecia um arsenal: era metralhadora de mão, pistola, faca e "escambau". Isto acontecia porque algumas vezes recebi informação de que pretendiam me matar ou prender. No quartel portava sempre a arma regulamentar e exigia o mesmo de todos os oficiais, mesmo em situação normal. Na Legalidade, os oficiais só se armaram quando o movimento se iniciou, o que criou um clima de desconfiança na tropa.

Logo que cheguei ao Regimento, em Pelotas, determinei que, durante o expediente, todo o oficial andasse equipado e com a arma regulamentar na cintura. E eu dava o exemplo. Como já estávamos de prontidão, nessa reunião eu estava com

a minha metralhadora de mão cruzada no peito e usando faca – gostava muito de usá-la, pois a arremessava bem. Quando vi o comandante falar daquela forma bonita, puxei a pistola e a deixei solta no coldre. Se houvesse uma marcha à ré e algo acontecesse... Graças a Deus, de repente, veio uma frase salvadora dele: "Mas, no entanto – ele havia elogiado o Governo e a Legalidade – o Governo se desmandou e, graças aos nossos chefes..."

As palavras dele me encheram de felicidade; fiquei com a cabeça e o coração palpitantes. Ele ficou tão comovido que começou a chorar e não conseguiu concluir. Então tomei a palavra e saí "chutando a bola". Concluí a oração dizendo que: "...Graças a Deus, o Regimento estava unido numa causa comum, patriótica, que o Exército era aquele com que sempre sonhamos, e que iríamos restabelecer a ordem no País." Após a reunião subi para o meu gabinete, sempre em prontidão rigorosa.

A ID considerou necessário o deslocamento de tropas para o Banhado do Colégio onde os dez mil Sem-Terra do Brizola nos ameaçavam. Eu mesmo designei um Batalhão, porque o Danton deixou a meu cargo todas as atividades. Trancou-se no gabinete e não saiu mais de lá. Fiquei recebendo as ordens.

A ID/3 era vinculada à 3ª DI, comandada pelo Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo)?

Exatamente. E vou dizer o seguinte: fiquei muito entristecido quando falaram mal do General Poppe de Figueiredo. Nos contatos que ele teve comigo antes da Revolução, e nas visitas que fez ao Regimento, nunca se abriu como o Mourão, mas dava a entender que não concordava com o que vinha ocorrendo e demonstrava preocupação. Ele nunca teve uma manifestação ou uma atitude que pudesse ser considerada contrária ao desencadeamento do movimento.

Depois da reunião com todos os sargentos, houve alguma reação? As palavras do Coronel e as suas foram aceitas?

Não houve defecção de um só oficial. No meio dos sargentos não posso dizer, mas aparentemente não houve nada. Cumpriram as ordens exatamente como foram dadas, não tivemos uma dúvida sequer. Sei que em algumas Unidades do Rio Grande aconteceram reações, mas não no 9º RI. Estava tranqüilo quanto aos oficiais e praças. A minha dúvida era sempre o Coronel.

O Comandante do Batalhão que mandamos em direção ao Banhado do Colégio não era um oficial de muita ação. Como havia a possibilidade de combater a guerrilha, eu o substituí pelo Scarone. Abri mão do meu S3 em benefício do Batalhão que iria pelear sozinho.

Ignoro se essa ordem veio por intermédio da 3ª DI. No entanto, o Coronel Joaquim via o General Poppe da mesma forma que eu o via: um chefe confiável.

Ninguém melhor do que o General Menna Barreto para falar sobre ele. Provavelmente ele pode até me completar, pode ser que ele tenha uma outra visão na intimidade. Estou dizendo o que me aparentava, eu tinha confiança nele.

O deslocamento desse Batalhão foi apoiado integralmente pelo Prefeito da cidade, Edmar Fetter. Mostrei a ele que a Unidade tinha pouquíssimas viaturas funcionando, pois vivíamos aquela fase de transição com viaturas velhas sem condições de sair. O Fetter nos forneceu ônibus e caminhões para o transporte da tropa até o Banhado do Colégio.

Uma tarde, durante aquela fase que a Revolução ainda estava se consolidando, chegou lá no Regimento o doutor Apodyr, da Liga de Defesa Nacional. Éramos amigos porque eu também pertencia à Liga. Foi logo falando:

– Marsillac, quero falar com o Comandante do Regimento e só com ele.

– Antes de tudo – fui sincero com ele – vou perguntar ao Comandante se ele quer te receber.

Afirmei antes que o Coronel não andava mais pelo quartel, depois da reunião lá na sala de refeições. Ficou encerrado no quarto dele o tempo todo, não participava das atividades; sumiu do mapa. Como nossos gabinetes eram contíguos, bati na porta do Danton e entrei. Ele estava sentado junto à mesa de despacho. Disse-lhe:

– O Dr. Apodyr quer falar contigo, e disse que é só contigo, porque o motivo é muito grave e afeta a segurança do Regimento. Vou fazê-lo entrar.

– Manda esse fofoqueiro embora, não vou ouvir ninguém, não quero encher o meu ouvido de fofoca. Manda ele embora.

Danton – ponderei –, tu não podes fazer isso, o Dr. Apodyr representa uma parte da sociedade local. Quer relatar um fato que afeta a segurança do Regimento; mesmo que seja fofoca, tu tens que recebê-lo.

– Mas não vou recebê-lo, faz o que tu quiseres.

Voltei para meu gabinete e disse ao Apodyr:

– Doutor, o comandante não vai recebê-lo. Resta-lhe falar comigo ou se retirar.

– Marsillac é grave, não sei nem como começar.

– Agora tu não sairás daqui sem dizer do que se trata.

– Então te direi tudo.

Contou-me que corria na cidade a notícia de que o Danton tornaria "vira-casaca" e movimentaria o Regimento para defender o Governo do Jango Goulart. Para tal ele tramava a minha morte e dos oficiais que me seguissem.

Relativamente há pouco tempo, uns cinco ou seis anos, quando me encontrei com o jornalista Menezes na Liga de Defesa Nacional, ele me disse, confidencialmente, que o tal boato já se transformara em notícia. Ele sabia do assunto em detalhes.

Ainda ontem, na solenidade do Dia da Bandeira, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), ele me disse:

– Marsillac, tu podias não estar aqui, assistindo esta cerimônia.

Estava conosco o Coronel Jonny (Jonny Gomes Prange), que perguntou o porquê. A resposta veio pronta:

– Porque ele seria morto pelo Comandante do 9º RI.

Continuemos com o relato. Quando o Apodyr me disse isso, fiquei possesso, pois já estava com os nervos à flor da pele. Fui incisivo:

– Tu escreves isso Apodyr?

– Não só escrevo, como digo na presença do Coronel.

– Então tu ficas aí.

Novamente chamei o S2, o Capitão Doubrawa (Delcy Gorgot Doubrawa).

O Doubrawa é uma turma depois da minha, foi adido em Israel, meu contemporâneo de EPPA (Escola Preparatória de Porto Alegre) e de AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras).

Eu precisava ter uma testemunha da declaração. Pedi para o Doubrawa acompanhar-me até o gabinete e solicitei que o doutor Apodyr repetisse a notícia, porque no primeiro tempo eu estava sozinho. Depois entrei na sala do Comandante preparado para um confronto; fiquei na posição de sentido, com a mão colada na coxa, olhando olho no olho e o tratando por senhor. Disse simplesmente:

– Coronel, o que o doutor veio relatar, era uma mensagem para o senhor mesmo, que deveria tê-la escutado. Serei bem claro e objetivo. Ele me disse que corre um boato na cidade de que o senhor pretende movimentar os sargentos contra nós, estando nos planos a minha morte e dos oficiais que me acompanharem. O senhor terá que agir agora porque senão eu é que agirei. Quero ouvir um desmentido da sua boca porque o senhor me conhece, não vou me entregar.

Ele levantou da cadeira e só disse:

– Marsillac, eu sou teu amigo.

Fiquei desarmado, pois entrara pronto para uma coisa pior e aí me "tiraram toda a munição da cartucheira".

– Marsillac, estou com vocês integralmente. Como trairia meus oficiais?

Falou bonito. Tive que admitir:

– Olha, Danton, vim aqui com uma testemunha, estou acreditando em ti, mas os fatos poderão ser comprovados. Porque existe o boato que tu desmentiste.

Jogo rápido, saí. Não ocorreu o movimento. Aí fiz o seguinte: expedi várias ordens – a sublevação dos sargentos na Legalidade me ensinou muito, foi uma preciosidade para a minha vida militar; com ela aprendi muita coisa – organizei

patrulhas para rondar dia e noite todas as áreas dentro do quartel; todos tinham que ficar nas suas Unidades, só saíam de lá para assuntos de serviço. As patrulhas obrigavam o cumprimento dessa ordem. À noite, ninguém podia sair dos alojamentos; para andar no pátio, só com ordem dos seus oficiais.

Durante o dia ficava acomodado no meu gabinete e à noite virara coruja, normalmente passava rondando, porque essas coisas normalmente ocorrem de madrugada. Foram medidas de segurança idênticas às que eu já havia tomado. Aí chegou o segundo boato:

A esta altura o Jango ainda estava aqui pelo Rio Grande?

Não sei precisar, porque as coisas... Não fiz relatório. Apenas anotei o que ocorreu no Regimento de quinze em quinze minutos; uma cronologia. Tudo foi acontecendo tão rápido que não me lembro dos dias, só sei que ainda estávamos em prontidão rigorosa.

Quando a situação se definiu entramos naquela fase de prontidão relativa, em que se permitia, pelo sistema de rodízio, que oficiais e sargentos fossem até suas residências para visitar os familiares e buscar roupas. Ainda não estava definida a segurança do Movimento, o Brasil estava se aquietando. Tenho a impressão de que os generais dos grandes comandos, no centro do País, já se haviam definido, mas ainda havia dúvidas sobre certas Unidades.

Sei de uma que resistiu até quase o fim – o 1º BC, de Petrópolis, RJ –, não pelas armas; era comandada pelo Kerensky Túlio Motta, nortista e muito estudioso; foi o segundo colocado na minha turma e que era comunista. Eu sabia que ainda havia uma resistência, pelas notícias que ouvíamos.

O Castello Branco lutou muito para que ele não fosse cassado. Gostava imensamente dele. Dizem que era um grande oficial...

Ele era uma cabeça.

E não conseguiu livrar-se da cassação. O pessoal...

Eu não podia ter esquecido o nome porque na turma ele era conhecido como "Querence". Como entrei em 1936 na Escola Militar, logo depois da Intentona Comunista, e ele era de trinta e cinco, brincávamos com ele por causa do nome: Kerensky, o russo. Não tinha nada a ver, não era acusado de nada, mas foi uma das resistências contra a Revolução.

Então, estávamos naquela fase de prontidão relativa ainda. Todos os oficiais iam para casa ver a família e o Danton não ia. Mas eu não maliciava. Uma tarde, o mesmo doutor Apodyr retornou ao quartel. A sua posição permitia que mantivesse um ótimo relacionamento na cidade e, como a Liga de Defesa era muito ativa, seus associados sempre o municiavam de notícias.

Ele nos confidenciou que o Danton, acreditando que o movimento fosse fracassar, estava fazendo correr na cidade a notícia de que ele não aparecia em casa porque eu o tinha prendido. Embora tivesse participado ao lado da Revolução, ele queria dar a impressão, para aqueles que eram contra, de que estava preso.

A cidade sabia a minha posição. Desde que cheguei comecei a fazer um levantamento dos comunistas da terra. Conhecia o que cada um fazia, onde trabalhava e morava, se estava em funções importantes. O Instituto de Educação, por exemplo, ligado à área de agricultura, era presidido por um homem colocado pelo Jango. Então, quando eclodiu a Revolução, comecei a receber ordem e desencadeei a operação. Prendi e levei um bocado de comunistas lá para o quartel.

Quando entreguei essas anotações aqui no QG, este ano, havia nessa pasta aberta, assim como está, uma cadernetinha vermelha. Perdi a bendita. Calculo que tenha caído na rua. Quem a encontrou não deu valor nenhum, porque como ela está, não há como identificar coisa alguma. Nela eu tinha todas as minhas anotações do Movimento de 1964. Desde a senha que utilizávamos antes e durante a Revolução, até a relação de oficiais designados para prender os comunistas. Eu anotava sempre quem era o oficial porque conhecia o temperamento de cada um e o tipo de comunista a prender: este é violento, vou mandar o Fulano; aquele é mole, posso mandar o Beltrano. Ficou tudo perdido.

Voltemos ao assunto. Quando o Apodyr falou, fiquei horrorizado. Pensei comigo: "o Danton está agindo de bandido comigo, ou melhor, está me chamando de bandido". Entrei no gabinete dele de novo e disse:

– Danton, te arruma, vais para casa agora.

– Ué Marsillac, que caso é esse? Eu não quero ir para casa.

– Vais para casa agora. O automóvel está aí na frente, vais ver a tua família.

– Mas o que está havendo, Marsillac?

– O doutor Apodyr veio me dizer que tu estás fazendo...

Ele acabou me obedecendo e foi para casa. Fiquei aliviado, porque com isto o boato que corria na cidade ficou desmoralizado.

Ainda se falava em luta, a turma se agitava e não sabíamos se a situação estava consolidada. Tanto é que outro boato que correu lá em Pelotas – Graças a Deus desmentido – foi de que o Regimento de Cavalaria de Jaguarão estava contra a Revolução e iria marchar na direção da cidade. Mandei um oficial de confiança – nessa cadernetinha perdida estava o nome dele – em trajes civis, em seu carro particular, para verificar o que estava ocorrendo. Ele voltou dizendo que podíamos ficar calmos.

Depois disso morreu a Revolução em Pelotas, no sentido de que tudo se acalmou com a consolidação do Movimento. Anos depois, em 1969, voltei à cidade

para receber uma homenagem da Brigada Militar que, na época, sempre me apoiou com o Regimento de Cavalaria. Ganhei uma placa de prata que ostento com muito orgulho na minha sala.

Há ainda um fato que desejo relatar, pois não sei se ele é de conhecimento público. Quando o General Poppe de Figueiredo veio assumir o Comando aqui em Porto Alegre pediu o apoio do Regimento e de outras Unidades. Chegou escoltado por tropas, entre as quais o meu "Pelotar", na realidade apenas um pelotão operacional – o "Pelotar" mesmo surgiu depois. Então esse Pelotão reforçado entrou com o Poppe de Figueiredo aqui porque não sabíamos o que iria ocorrer na cidade.

Depois, alguém procurou denegrir a imagem do Poppe de Figueiredo e retruquei na hora: "Para mim, se ele falhou não foi no meu escalão." Sempre esteve presente no comando, até na hora do movimento revolucionário. E pelo que o Joaquim me falou, ele sintonizava conosco.

Quando o Poppe de Figueiredo assumiu o III Exército ele já sabia da razão de eu ter sido transferido para Pelotas. Então me trouxe para comandar o 18º porque o Comandante, Coronel Bandeira de Mello (Lauro Bandeira de Mello), que enchera o Regimento de comunistas notórios – os tenentes-coronéis Liberato (Liberato Vieira da Cunha), Quadros (Wilson Quadros de Oliveira), Palmeiro (Eduardo Palmeiro da Costa) e outros – tinha sido destituído do comando e preso;

O único fora do ninho daquela turma era o Nunes que servia no 19º.

O Regimento era um covil de comunistas. Então me trouxeram para comandá-lo; assumi o comando como Tenente-Coronel. A primeira medida que tomei foi pedir para retirarem do quartel os oficiais comunistas que estavam presos lá. Aleguei que não poderia ficar com aqueles oficiais que tinham servido lá, inclusive, comandantes de Batalhão. Fui atendido.

O senhor foi nomeado Comandante do Regimento?

Cheguei transferido, como a Unidade não tinha Comandante e eu era o mais antigo, assumi e fiquei no comando algum tempo.

Em que época o senhor veio de Pelotas?

Já vou dizer certo. Está tudo escrito nessas minhas anotações: minha apresentação no Regimento, sublevação dos sargentos da Aeronáutica, ação da Marinha junto aos marinheiros; fui escrevendo tudo enquanto as coisas iam acontecendo comigo.

Aqui as datas: 31 de março eclosão do movimento; 1º de abril, Brizola no comício do Largo da Prefeitura concita os sargentos a prenderem seus oficiais; 15 de abril, cumpri missões aéreas de vigilância na fronteira com o Uruguai para constatar possível permanência de Brizola na área da fronteira – por determinação do III Exército cruzei a fronteira com um avião teco-teco do aeroclube para buscá-lo em

uma fazenda. Fui todo armado, não consegui nada, ele não estava lá. E aqui está: no dia 17 de abril, em radiograma urgente, o Comandante do III Exército me transferiu para o 18º RI. Em 18 de maio fui desligado do 9º e dia 21 me apresentei. Em três dias saí de Pelotas e assumi o comando.

Talvez por causa da situação da Unidade.

Em junho chegou o Comandante efetivo. O Navarro (Geraldo Alvarenga Navarro). Era um grande amigo meu, tenho muita saudade dele. Fez toda a guerra, era oficial de motores do 1º Regimento de Infantaria, duro para "chuchu", não levava ninguém de compadre.

Fiquei muito feliz quando ele chegou. Passei o comando e ele de imediato começou falando daquela intimidade que tínhamos, pois fomos cadetes juntos – embora ele fosse duas turmas na minha frente – e tenentes também; era uma afinidade muito grande, inclusive amizade de família, pois nossas patroas se davam, servíramos juntos em Santa Maria. Então ele disse:

– Quando fui convidado para comandar o 18º impus uma condição: aceito desde que me dêem como subcomandante um oficial da minha confiança.

– Quem foi que tu indicaste? – perguntei.

– Eu te indiquei – respondeu secamente.

Fiquei muito feliz dele ter se lembrado de mim. Permaneci no Regimento e, daí por diante, não parei mais; seguidamente me davam missões extras. Não sabia por que um oficial que só foi *troupier*, que só viveu da tropa, estava sendo tão solicitado? E as missões eram "abacaxis", normalmente eu tinha que resolver tudo sozinho. Um exemplo: no dia 26 de outubro de 1964 me mandaram para Itaqui porque corria a notícia de que o então Comandante do 1º RC tinha se conduzido mal perante os oficiais durante a Revolução e havia uma dúvida sobre a sua conduta na época.

Fui, presidindo um Conselho de Justificação composto pelo Coronel de Infantaria Wilson de Azevedo e um engenheiro, a quem quero bem, o Garicochea (Paulo Garicochea Mata), julgar a conduta do oficial. Estava tranqüilo, porque era mais antigo que o comandante. Ele, de fato, mostrou conduta irregular, não teve energia, o que, aliás, ocorreu em muitas Unidades. Ficaram em "cima do muro", talvez por falta de informações, porque eu colocaria a mão no fogo por muitos desses companheiros.

Os comandantes, principalmente, muitas vezes vacilaram por falta de informações do escalão superior ou por temperamento. Há pessoas que precisam ser empurradas; é preciso encontrar o "jeitinho" de cada um para fazer as coisas. Talvez ele tenha se imaginado sozinho no Regimento, pensando que os oficiais estavam do outro lado e não teve aquela franqueza que eu e outros comandantes tivemos, de abordar os oficiais, e dizer-lhes: "Olha, estou com a Revolução, quem é que está comigo?"

Soube que houve isso em várias Unidades. No caso de Itaqui o comandante não estava envolvido em nada. Aí houve um desdobramento. Os oficiais começaram a citar vários civis que tramavam contra a Revolução. Era outubro de 1964 e estávamos em pleno Movimento. Comentava-se no meio civil e entre os políticos de Itaqui que o Comandante conversava muito com a sociedade local. Então comecei a trazer "testemunhas" da conduta do Comandante, mas pessoas que eram contra a Revolução, segundo indicação dos oficiais:

– Coronel, o senhor ouve o Fulano, o Beltrano e o Cicrano.

Resultou em um calhamaço de documentos, entregue com o relatório do Conselho de Justificação. Deve estar tudo arquivado na Segunda Seção, se não queimaram. E fiz a bobagem de não fazer uma cópia para mim. Depois aprendi.

Relatarei ainda apenas aquelas missões mais difíceis que cumpri. Eu era Subcomandante do 18º e às 11h da noite do dia 9 de dezembro de 1964, bate lá em casa o meu Comandante, o Coronel Navarro. A Dulce disse que eu estava dormindo e que na manhã seguinte me informaria do assunto da visita.

– Não, é urgente e é grave, é só com ele.

A Dulce me acordou, atendi o Navarro e ele disse:

– Marsillac, recebi ordem do III Exército para que tu estejas amanhã às 5h da manhã na Base Aérea quando receberás uma missão a bordo, dada pelo General Humberto, Comandante da ID.

Humberto de Souza e Mello?

Ele mesmo. O Assistente dele era o Coronel Fernando Vilhena Cordeiro, um baixinho. Comandou o 9º muitos anos depois da Revolução. Perguntei:

– Mas qual é a missão? Como vou sair de casa assim? E a minha família? Para onde me mandarão?

Já haviam me mandado para Itaqui de avião, então estava preocupado com o que iriam fazer comigo. A única coisa que o Navarro me disse foi:

– Vá preparado para cumprir qualquer tipo de missão e não diga nada de nada a ninguém, é tudo secreto.

Um parêntese. Brincando, eu conversava informalmente com os companheiros que o meu sonho era prender o Brizola no Uruguai, em uma operação semelhante à dos judeus naquela missão famosa. Pensei comigo: "será possível que eles vão me dar um presente desses?" Missão militar era fácil eu cumprir porque estava na "massa do sangue".

Como eu tinha uma boa variedade de armamento em casa, coloquei na mala tudo o que podia, fui bem armado para o aeroporto, porque eu não sabia para onde iria; fui até em trajes civis, ou seja, preparado para "qualquer tipo de missão".

Quando cheguei na Base Aérea, o General Humberto estava junto de um *beechcraft*, nariz de vidro, na pista. Ele pediu que o piloto desembarcasse, me fez subir no avião, sentamos em um assento daqueles e me deu a missão. Apesar de secreta e com a recomendação de não dizer nada a ninguém, a missão não era no Uruguai e sim em Cruz Alta, onde corria a notícia de que estava para eclodir um movimento de contra-revolução de sargentos e que possivelmente estaria envolvido o Coronel Comandante do 17º RI.

Eu iria cumprir uma das duas seguintes missões: fazer um inquérito, em que eu era Tenente-Coronel e o inquirido era Coronel ou assumir o comando do Regimento. A decisão seria dada pelo Comandante da Artilharia Divisionária da 6ª DI (AD/6), em Cruz Alta.

Fui no "nariz de vidro" da FAB e, em Cruz Alta, um jipe estava me esperando, com o General e seu Assistente, o Major Décio Barbosa Machado – hoje quatro-estrelas – que tinha sido meu cadete e éramos amigos. Levaram-me para o QG e repetiram o que o General Humberto havia me dito: ou eu assumiria o comando do Regimento ou faria um inquérito contra o comandante. Ponderei que, legalmente, estava impossibilitado de fazer o inquérito, porque o inquirido era um Coronel e eu Tenente-Coronel. Debatemos o problema e decidimos usar um artifício. Eu faria um inquérito para apurar um movimento que havia na Guarnição.

Eu iria ao 17º para sentir o ambiente da Unidade. E deu certo, pois o Coronel Comandante do Regimento soube que eu ia para lá e até preparou um quarto para mim, todo bem arrumado. Quando me apresentei, ele disse:

– Marsillac, temos um quarto de hóspedes para ti, vem para cá, é muito bom.

Eu não conhecia o Coronel, não era do "nosso Exército". Agradeci sua atenção. Sentia-me inibido em realizar um inquérito sobre o comandante, muito embora tudo dissimulado, aceitando uma hospedagem dele. Voltei para o QG e alertei o General:

– Não posso dormir no Regimento, mas não tenho dinheiro para hotel, porque vim às pressas, me colocaram em um avião e nem com a minha família deixei dinheiro.

Não te preocupes, mandarei arrumar tudo para ti.

Colocaram uma cama de campanha e passei a dormir no QG. Durante todo o tempo do inquérito fiquei lá. Nada foi apurado contra o Comandante do 17º; ele estava inocente.

Acredito que quem fazia transpirar esse boato era a turma que de fato integraria o movimento dirigido por sargentos. O líder era um terceiro-sargento da inteira confiança do Comandante do Regimento, mas ele não sabia. Esse movimento começou quando o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) abandonou a

6ª DI e foi para Cruz Alta com o então Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) Chefe do Estado-Maior dele. Eles deveriam ser presos pelos sargentos quando chegassem lá, mas o movimento não se consolidou. Então ficaram preparando uma contra-revolução. Não sei se vocês têm esse dado.

Não, não. Esse é um fato novo e importante.

Esse inquérito está na 2ª Seção, porque embora tenha tirado cópia, naquele tempo não havia xerox, entreguei as duas vias; hoje me arrependo, pois teria o documento. O grande auxiliar que tive em Cruz Alta foi o Major Aita (Milton Londero Aita) Comandante interino do Grupo de Artilharia, porque a Unidade estava sem Comandante efetivo.

Todos os meus entendimentos eram feitos por intermédio do Décio. Quase não me liguei com o General Comandante. Quando havia uma inquirição eu sempre queria colocá-lo em dia com o que estava se passando, mas ele não se interessava em ouvir; invariavelmente dizia: "Conta para o Décio."

No fim eu só contava ao Décio. Dessa forma terminei o inquérito, que provou duas coisas: primeiro, o Comandante era inocente...

Então o senhor pode dizer o nome dele...

Não senhor. Ele era inocente, mas não se chamava "Inocente"; nem "Inocêncio". A outra prova foi que o movimento era para eclodir na chegada do General Adalberto em Cruz Alta, mas por alguma razão, não aconteceu, apenas continuou a crescer. No decorrer do IPM, pedi a prisão de alguns sargentos; ouvi vários civis, nenhum deles estava envolvido.

E Oficial nenhum?

Informaram o nome de um, mas, posteriormente, muito tempo depois, conversando informalmente, soube que era inocente. Disseram que esse oficial era muito correto e alguém quis criar uma dúvida sobre suas atitudes, mas ele demonstrou ser confiável, pois se conduziu bem na Revolução. Cometi uma certa injustiça no meu inquérito porque citei o nome dele como não gozando de total confiança, embora, na época, fosse uma obrigação, porque estávamos na fase de consolidação do Movimento.

Tínhamos que separar os verdadeiros revolucionários daqueles que vacilavam e com isso punham em risco a conquista dos nossos objetivos e daqueles que de fato eram contra nós. Cabia aos chefes, por outras medidas, apontar responsabilidades através de um outro inquérito.

A minha família só foi saber do meu destino dez a doze dias depois. Se o Coronel Cordeiro for ouvido, ele confirmará. Minha esposa vinha ao QG para saber notícias minhas e diziam que não sabiam. O chefe poderia tê-la chamado em particu-

lar e dito para ela: minha senhora, o assunto é reservado, não insista, só posso dizer que o seu marido está em Cruz Alta. Isso a tranqüilizaria.

Como guardei segredo que "poderia até ir para o Uruguai", ela não sabia onde eu andava; se estava morto, vivo ou preso. Até que em determinada oportunidade ela veio ao QG e falou braba – tem sangue italiano – que não se conformava, que estava com a família em dificuldades e queria saber onde eu andava. Aí concluíram que deveriam dizer a verdade. Fizeram um contato via rádio entre nós dois. Fui chamado à estação rádio e disse:

– Esteja tranqüila minha mulher, está tudo bem, estou comendo bem, já engordei alguns quilos porque não saio de noite, estou bem comportado.

Falei todas essas coisas para acalmá-la. Só aí ela tomou conhecimento onde eu andava. Terminei o inquérito e vim feliz, para Porto Alegre, na crença de que as minhas missões tivessem terminado, mas fui surpreendido no dia 13 de agosto de 1965 com um chamado no QG, quando fui designado para fazer um amplo inquérito sobre atividades comunistas no Sul do Brasil.

Não havia indiciados. Para mim um IPM pífio. A origem do inquérito partiu do atentado que intentaram no aeroporto daqui com um avião comercial. A Aeronáutica iniciou esse inquérito, em Canoas, determinado pelo então Comandante da Força Aérea na Região Sul e conseguiram descobrir que a operação fora montada por um civil de nome Lucas (José Lucas Alves Filho), que pretendia estourar um avião comercial.

Por razões diversas, interromperam o IPM e mandaram os documentos – havia um intercâmbio de documentos entre as Segundas Seções – para o III Exército. O então Comandante de Área achou necessário aprofundar as investigações e instaurou o IPM das Atividades Comunistas no Sul do Brasil.

De imediato entendi a atitude do então Comandante do III Exército. O meu inquérito foi aberto para que ele pudesse consultar aquelas pessoas envolvidas nos movimentos contra-revolucionários que ocorriam no País. Entendi assim. Por que aqueles dados sem citar indiciados? Tenho a impressão de que eu tinha razão nesse meu juízo porque vários indivíduos presos pelo DOPS e pela Polícia do Exército (PE) foram encaminhados para mim. Volta e meia chegava lá, encaminhado através de um ofício, um sujeito de que nem sabia a existência. E eu tinha que desenvolver um inquérito sobre as razões ali alegadas. Muitas vezes eram duas ou três linhas. Afinal resultou nesse inquérito monstro.

Consegui fazer um organograma detalhado das organizações de base de Porto Alegre, todas catalogadas por capítulo: um capítulo de generalidades; o grande suspeito Jomil Domingos Oltramare; o Partido Comunista do Brasil e suas linhas políti-

cas; Organizações dirigentes regionais; Organismos dirigentes em âmbito municipal; Organizações de Base de classes; Organizações de Base em empresas; e por aí afora.

Fiz um levantamento do Partido, das atividades comunistas que já se apresentavam, como terrorismo e sabotagens; organizações de publicidade, como o suplemento *Novos Rumos*. Acabei me estendendo a Santa Catarina porque surgiu uma organização – uma base de guerrilha na Serra de Cedro Alto – próximo a Criciúma.

O meu Comandante de Divisão – 6ª DI – era o General Aragão (Augusto Cezar de Castro Muniz Aragão). Antes de deslocar-me fui ao QG e o General perguntou se eu queria tropa para apoio. Eu já escolhera um cabo para ser o meu motorista, um sargento datilógrafo e o escrivão do inquérito, um grande oficial, Major Canrobert (Canrobert Lopes Costa), que me auxiliaria a montar as perguntas e gerenciar a parte administrativa. Respondi-lhe, então, que esses três auxiliares resolveriam os problemas básicos. Lá, se houvesse necessidade e precisasse de gente, ligaria-me às autoridades locais e pediria apoio.

Mesmo porque não queria fazer escândalo com a minha presença; queria chegar em sigilo. Apresentei-me no Batalhão de Tubarão; era mais antigo do que o Comandante, mas me apresentei para pedir apoio. Fui até à base da guerrilha, infelizmente os guerrilheiros não estavam mais lá. Foram presos posteriormente por uma patrulha do Batalhão de Tubarão com o auxílio do subdelegado de Cedro Alto, ocasião em que foi descoberto um bocado de armamento.

Requisitei tudo isso em Florianópolis porque a Secretaria de Segurança de Santa Catarina não queria entregar ao Exército. O Secretário, um Coronel companheiro de turma, Danilo (Danilo Klaes), autêntico revolucionário, não queria me entregar o armamento. Então disse a ele:

– Tu não tens que querer, quem está fazendo o inquérito do Partido Comunista sou eu, quem foi mandado para Santa Catarina desbaratar a guerrilha, fui eu. O armamento era dessa guerrilha e é a única prova de que disponho. Outra coisa, esses guerrilheiros já estão presos comigo – embora a ação não tenha sido minha.

Só então ele me entregou, sob protesto; tive até que assinar um documento de recebimento das armas. Trouxe um aviãozinho carregado de armamento.

Como é o nome do lugar em que estava a guerrilha?

Serra do Cedro Alto é o divisor entre as rodovias BR-116 e BR-101. Um local muito propício para guerrilha, porque podiam atuar tanto em um como no outro compartimento.

Sabe que sempre fui oficial de Segunda Seção e é a primeira vez que estou ouvindo falar em guerrilha do Cedro Alto.

Está aqui no inquérito, só não ouviu falar quem não leu o inquérito.

Mas nunca difundiram o documento.

Meu General, sinto que esse inquérito foi inútil. Porque apontei a existência dessas coisas e o Exército não tomou conhecimento. Eu e o Canrobert corremos risco de vida, e ninguém sabe de Cedro Alto.

Nunca foi difundido nada sobre isso.

A portaria reservada do III Exército que determinou a instauração do IPM tinha como único subsídio para início das diligências os documentos do A2 da Aeronáutica. Uma outra coisa interessante; a existência da Ação Popular (AP) aqui em Porto Alegre, foi revelada por mim. Quando ouvi a primeira citação da AP no inquérito, nem os comunistas sabiam o que era, porque eles mantêm os órgãos de base alheios uns aos outros, são todos estanques.

Uma característica dos subversivos; informações todas compartimentadas.

Era e é a segurança deles. Mesmo quando se descobria uma célula, nenhum dos integrantes sabia nada do outro nem de outras células. Então, quando deslindei a AP, comentei com o General:

– Estou preocupado porque alguém me informou que o bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kuns, está envolvido com a AP.

E eu acreditava nele, até ia à igreja para ouvi-lo. No 7 de Setembro ele falou com um espírito de nacionalidade que me comoveu. Diziam que ele era um dos ativadores da AP. Foi a primeira vez que eu vi a Igreja envolvida. O General só me disse o seguinte:

– Marsillac, tu já tens um abacaxi na mão, não te envolvas nisso. Se no decorrer do inquérito outros depoimentos conduzirem para essa frente, traga as informações para mim, que tomarei as providências.

Dei minha mão à palmatória; ele estava sentindo o abacaxi. E era uma frente nova e difícil porque íamos unir o político ao religioso. E assim concluí meu inquérito. Voltei do Paraná – onde fizera algumas diligências sobre denúncias da presença de supostos guerrilheiros na área – em 12 de novembro, entreguei meu inquérito, fui promovido e convidado para servir na 6ª DI, comandada pelo General Aragão, onde, com muito pesar encerrei minha carreira.

O Aragão sempre demonstrou que me apreciava, tanto é que fazia contatos comigo e me tratava com deferência. Quem conheceu o temperamento do General...

Eu o conheci bem porque fui comandado dele.

...sabe que quando ele gostava de um oficial, chegava a ser quase parcial; mas era honesto, podia errar no conceito, mas era sempre de boa-fé. Ele me convidou para ser Ajudante-Geral dele e aceitei. E ali encerrei a carreira, pois foi aprovada uma lei que acabava com a transferência para a reserva com promoção. Naquela época eu ainda estava entusiasmado pelo Exército, vivendo o dia a dia...

Mas até hoje o senhor está entusiasmado.

Calcula na época. Eu era Coronel e Graças a Deus gozando da confiança do meu chefe. Com aquela lei, fui protelando o meu requerimento, mas eu tinha prazo, pois ela estaria em vigor a 3 de outubro de 1966. Só cinco oficiais da minha turma não tinham ido para a reserva; quatro eram generais, e eu ficaria como Coronel o resto da vida. No final, joguei fora o soldo de General-de-Divisão porque, se eu tivesse ficado mais cinco meses na ativa, completaria o tempo para outra promoção, só que na reserva, mas ganharia o soldo.

Acontece que dou muito valor ao posto de General. Mesmo na reserva, nunca permiti que me chamassem de "general-de-pijama", pois considero o termo pejorativo. Sou General, mesmo sem ter o curso que me permitisse o ingresso no quadro de general, mas sempre procurei dignificar o posto, colocando-me na posição de um General pelas atitudes tomadas, pela forma como sempre me conduzi. Ainda que não tenha a cultura de um General da ativa, tenho a mesma formação militar de sentimentos. Quando requeri minha transferência para a reserva, o General Aragão disse assim:

– Marsillac, não vou encaminhar teu requerimento. O Exército precisa de ti.

– General – perguntei –, precisa de mim para quê?

Aprovaram uma lei me mandando embora, aliás, não a mim, pois foram embora mil e tantos oficiais, de todas as Armas e de todas as Forças. Na realidade, julgo que a finalidade daquela legislação foi remoçar as Forças Armadas, porque havíamos ingressado na Força tão cedo que não queríamos mais ir para a reserva porque achávamos que éramos úteis.

Eu era moço, tinha quarenta e nove anos, estava em plena forma física e praticava esportes. Em competições do Exército, conquistei, com o time da 6ª DI, a medalha de ouro de voleibol, e a taça daquele torneio. Mesmo desfrutando de um vigor físico muito bom, fui mandado para casa como descartável: eu e muitos companheiros. A minha resposta para o General foi a seguinte:

– Não, General, o senhor tem que encaminhar o meu requerimento. Não vou perder a minha promoção a General, somos só cinco na ativa, os outros poderão ser promovidos – como o Beckman (Henrique Beckman Filho), que foi a quatro-estrelas.

Ele não arredou pé:

– Mas eu não vou encaminhar.

– Só há uma condição para o senhor não encaminhar meu requerimento.

Ele me perguntou qual era a condição. Eu disse:

– Não sou homem para Quartel-General, para datilografar nota de Boletim; sou homem para viver no campo vendo meus Batalhões se desenvolverem nas coxilhas,

dando instrução, falando com meus oficiais. Se o senhor me conseguir o comando de um Regimento, eu retiro o meu requerimento, perco a minha promoção. Caso contrário vou para casa.

Ele me disse:

– Não posso te dar um Regimento.

Naquela época as Unidades já estavam começando a ser comandadas só por oficial com o curso de Estado-Maior. Então, na vaidade de querer ser General, não aceitei o convite e fui embora para casa. Esta pasta que tenho aqui me foi dada pelos meus companheiros da 6ª DI. Está velha, mas me acompanha. Fiquei muito feliz porque quando pensei que eu tivesse acabado, recebi dos meus companheiros de Pelotas esse rádio, que dedico aos meus filhos.

Seria interessante o senhor lê-lo, para ficar gravado na sua entrevista.

Talvez nem consiga ler.

"General Marsillac. Momento da sua transferência para a reserva, nós que em diversas Unidades e em situações difíceis pudemos sentir suas qualidades de chefe e amigo, transmitimos abraços. Consola-nos a certeza de que, no futuro, como no passado, mais uma reserva moral estará a serviço da Pátria. Tenentes-coronéis: Pessoa (João Pessoa Riograndense Moreira), Castro Neves (Eurico de Castro Neves) e Machado (Antonio Machado dos Santos); Majores: Oliveira (Paulo Maximiliano de Oliveira), Glauco (Glauco Penna de Oliveira), Centeno (Rubens Azambuja Centeno), Cid (Cid Scarone Vieira), Carneiro (Nilton dos Santos Carneiro); Capitães: Ben-Hur (Paulo Ben-Hur da Costa Jardim), Lisboa, Gelim (Gelim Francisco Poglia), Caubi (Caubi José de Amorim Damaso), Dutra (João Alberto Dutra); Tenentes: Colares (Wilson Uchoa Colares) e Dionísio (Dionísio Mendes Soares de Lima)."

A leitura desse rádio me comove hoje, como naquele dia, por isso o dedico aos meus filhos, essa pasta é deles.

Desejo deixar consignado aqui, já que é a história de uma parte da minha vida, uma relação de oficiais. E explico o porquê. Quando falava para os sargentos sublevados e fui surpreendido pelo apoio dos oficiais, gravei o nome de quem vi: os capitães Oliveira (Paulo Maximiliano de Oliveira), Schneider (Juarez de Albuquerque Schneider) e Moraes (João Carlos de Moraes) do QAO; os 1º-Tenentes Lopes (João Batista de Souza Lopes), Duro (Aramis Paretta Duro), Aurélio (Emílio Aurélio Maciel de Oliveira); o 2º-Tenente R2[5] Felipe Heitor Colnar e o Capitão de Cavalaria, Einloft (Oscar Carlos Einloft), o mesmo que depois me apoiou naquela hora difícil aqui no QG; esse me encheu de orgulho. Quando tudo isso se aquietou, cheguei no meu

[5] Oficial temporário, formado pelos Centros ou Núcleos de oficiais da Reserva (CPOR/NPOR)

gabinete, rasguei um pedaço de memorando – é esse papel que está aqui em cima da mesa e escrevi o nome deles. No dia seguinte já em casa, disse:

– Minha mulher, guarda com você essa relação, foi gente que estava comigo em uma hora difícil, não quero que esqueçam o nome deles.

E assim terminou a minha vida militar na ativa; na reserva continuo fazendo o que posso. Infelizmente, volta e meia ouvimos companheiros mais moços, sem a nossa experiência de vida, temerosos de que no momento não tenhamos chefes militares capazes de conduzir o nosso Exército. Já ouviu isso?

Realmente, de vez em quando ouvimos estas preocupações.

Estou sendo sincero. O Coronel Mathias (Mathias Moreira Matias) não queria que eu viesse falar, porque achava que eu não iria me conter e diria coisas impróprias. Rebati:

– Vocês estão enganados, o chefe só se revela no momento do perigo.

Sem falsa modéstia digo que nas ações que comandei, nos momentos difíceis, sempre me defini, nunca me omiti. Então acredito que hoje o Exército, e vou mais longe, as nossas Forças Armadas, possuem chefes capazes de conduzir os subordinados pelo bom caminho. Quem vai ditar o caminho deles é o povo brasileiro, como foi em 1964. Quem nos chamou para a rua foi a sociedade brasileira, as nossas famílias e amigos, as mulheres desfilando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em todo o lugar em que íamos naquela época, em Pelotas, só ouvíamos:

– Vocês vão deixar? Vocês vão deixar?

E eu dizia para eles:

– Tenham calma, não estamos dormindo, quando vocês precisarem, estaremos presentes, como sempre estivemos, foi assim no passado e será agora.

É o que eu tinha para dizer. Acredito que hoje o nosso Exército tem chefes capazes. Assisto nosso chefe atual, General Gleuber (Gleuber Vieira), nos seus pronunciamentos. Ele tem traçado uma linha bem definida para o nosso Exército. Não posso dizer mais; aqui termino.

A sua entrevista foi de excelente qualidade, o senhor foi realmente uma das pessoas que mais se envolveram com o Movimento, não que fosse conspirador, o seu envolvimento aconteceu por uma questão de ideal. E muitos assuntos aqui abordados foram novidade para o nosso Projeto. Muito obrigado.

General-de-Brigada Ramão Menna Barreto

O General Menna Barreto é natural de Uruguaiana, RS, onde nasceu em maio de 1912. Ingressou no Exército em 08 de abril de 1931, ao ser matriculado no então Colégio Militar de Porto Alegre. Cursou a Escola Militar de Realengo e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 25 de janeiro de 1934, sendo classificado no 8º BC (8º Batalhão de Caçadores), com parada de sede em São Leopoldo-RS, onde foi promovido ao primeiro posto em agosto do mesmo ano. Ali vivenciou os dias agitados da Intentona Comunista no ano seguinte e galgou o posto de 1º-Tenente em setembro de 1936.

Em fevereiro de 1937, foi transferido para o 8º Regimento de Infantaria (8º RI) aquartelado em Cruz Alta, RS. Após três anos e meio de profícuo labor foi movimentado para o 27º BC, de Manaus-AM, onde recebeu a terceira estrela de oficial, em dezembro de 1941. Em conseqüência, retornou aos pampas, classificado no 7º RI de Santa Maria, Unidade que ainda o acolheu como tenente-coronel, quando comandou o 1º Batalhão e foi Subcomandante do Regimento e, posteriormente, de janeiro de 1965 a junho do ano seguinte, como Comandante do Regimento, período durante o qual assumiu interinamente, por diversas vezes, o Comando da Infantaria Divisionária da 3ª DI (ID/3), então já com parada de sede em Pelotas, RS.

Foi um dos organizadores da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) em Santa Maria, RS enquanto servia na ID/3 de março a agosto de 1946. Integrou o Estado-Maior da Divisão em diversas oportunidades. Inicialmente, antes de realizar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no primeiro semestre de 1947; depois, como comandante da Companhia de QG da 3ª DI (Cia QG/3ª DI), desde o final de 1948 até meados de 1950. Retornou ao Estado-Maior da Divisão até ser promovido a major, por merecimento, quando foi transferido para o 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL), enquanto se preparava para o concurso da Escola de Estado-Maior

(EEM). Embora sua permanência na Unidade tenha sido muito breve, já a conhecia, pois ali servira durante ano e meio, classificado por conclusão da EsAO.

Retornou à 3ª DI após seu estágio de oficial do Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA) no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em sua terra natal, e ser promovido a major, em março de 1956.

Depois de servir no 7º RI, voltou à 3ª DI, quando vivenciou intensamente o episódio da Legalidade. Por força de sua promoção a coronel, por merecimento, foi transferido para o Comando da 1ª Região Militar (1ª RM), no Rio de Janeiro, RJ, em abril do ano seguinte, mas, seis meses depois, regressou para Santa Maria. Como Chefe do Estado-Maior da 3ª DI foi um dos principais articuladores da Revolução e comandou interinamente a Divisão, quando seu titular, General Mário Poppe de Figueiredo, assumiu o III Exército. Após deixar o comando do 7º RI, pela última vez retornou à chefia do Estado-Maior da 3ª DI.

Em março de 1967, em reconhecimento à sua brilhante carreira, foi promovido a general-de-brigada e nomeado comandante da ID/6. Ocupou este cargo até novembro de 1970, tendo assumido, neste período, o comando interino da 6ª DI.

Já na reserva, presidiu, por nove anos a Ação Democrática Renovadora e foi membro atuante da Liga de Defesa Nacional.

Em retribuição à sua extensa folha de relevantes serviços, foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por órgãos e entidades civis.

Faleceu em 20 de dezembro de 2001.

Entrevista realizada em 14 de junho de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1º de Março de 1964 entrevista, hoje, o General Ramão Menna Barreto; naquela oportunidade, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI. É considerado um dos elementos fundamentais na evolução do processo revolucionário no Rio Grande do Sul. Com a sua permissão, faremos as perguntas do roteiro e, ao final, se for o caso, será realizada uma complementação.

Seria ótimo.

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Julgo que existiram causas mais antigas e outras mais recentes. As mais antigas remontam à década de 1930, sendo a Intentona Comunista de 1935, com certeza, a primeira tentativa de comunizar o Brasil. Um movimento complicado porque o Luís Carlos Prestes, presumivelmente o chefe, não o era. O chefe verdadeiro era um russo que estava no Rio de Janeiro, tenho em casa uma fotografia e o nome dele. Havia outros quatro também especializados em subversão e que estavam no Brasil para a Intentona. Já na ocasião, Rússia e Estados Unidos – as duas grandes potências – viviam uma guerra ideológica e política. Então os russos tinham muito interesse no Brasil, porque se fôssemos comunizados, toda a América do Sul o seria.

Em 1935, o senhor servia no 8º BC de São Leopoldo. Observou a presença de elementos favoráveis ao comunismo?

Sim, senti na carne. Vou me espraiar um pouco no assunto. O BC era organizado a três Companhias: a Primeira Companhia de Fuzileiros, muito bem comandada pelo Capitão Cunha (Affonso da Cunha Mesquita); a Segunda Companhia de Fuzileiros, mal comandada pelo Capitão Agrippa (Agrippa José Gonçalves), muito idoso, já surdo. Com ele um primeiro-tenente, de esquerda, bem forte, o Mário Fonseca, filho de um antigo ex-prefeito de São Leopoldo, o Teodomiro Porto da Fonseca; e a Companhia de Metralhadoras.

Naquela época os comandantes eram mais experientes, mais idosos do que agora, e tinham muita facilidade na movimentação do pessoal. Aí classificaram no 8º BC o Capitão Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro), conhecido revolucionário de 1930, frio e impassível, acusado até de ter assassinado uma pessoa lá no Nordeste, vermelho até a última gota d'água. O Comandante, em vez de colocar o Agildo Barata como Ajudante do Batalhão, onde não havia tropa e estava junto dele, o colocou como Comandante da Companhia de Metralhadoras. Muito bem! Dias depois estávamos saindo para o almoço, descendo a escadaria da Companhia e o Agildo Barata me colocou nas mãos um calhamaço de papel e disse:

– Menna Barreto, leia isso, o Cascardo me mandou.

O Cascardo, eu sabia, era um oficial de Marinha, comunista. Na hora eu respondi:

– Capitão, eu sei o que é isso e sou contra.

Devolvi para ele. Aí começou a encrenca. Ele tinha um cabo ordenança, o Cardoso – acredito que de esquerda também – que era dispensado das missões de instrução militar para datilografar e fazer cópias de uns artigos selecionados de jornais que o Capitão trazia de casa. À noite, eles "panfletavam" o quartel. A situação foi em um crescendo e chegou a tal ponto que comuniquei ao Comandante.

Eu era 2º-Tenente e dentro do princípio de lealdade disse ao Agildo o que fizera. Instauraram um inquérito e no final ele foi preso por vinte dias com ordem para cumprir a punição no Rio. Chegou lá e como sabia que no 3º RI havia células comunistas muito fortes – inclusive quatro companheiros da minha turma estavam lá – passou a conversa no pessoal e acabou indo cumprir a punição naquela Unidade. Um fato interessante. Se no RI tivessem feito o que fizemos em São Leopoldo, com certeza não teria sido necessário destruí-lo. Por quê? Explico; mas não quero absolutamente passar por valente, pelo amor de Deus.

Assumiu o comando da Companhia o Capitão Gonçalino (Gonçalino Cardoso da Silva). Gauchão, muito bom, morava aqui em Porto Alegre e ia de ônibus todos os dias para São Leopoldo. Não sei por que – nunca me informei e me arrependo disso – na prontidão, o Gonçalino não apareceu e eu tive que responder pela Companhia. Éramos dois 2os-Tenentes, eu e um comissionado, o Ananysio (Ananysio dos Santos Fonseca), também excelente militar. Como tínhamos um serviço de informações eficaz, o que deve ser norma em toda e qualquer Unidade, eu sabia que tínhamos dois sargentos, três cabos e uns quatro soldados que eram do esquema do Agildo.

Mandei chamá-los e disse-lhes: vocês estão dispensados por dez dias, quem aparecer aqui no quartel mando prender. Assim, me vi livre deles. Colocamos três metralhadoras nas janelas e avisei às duas Companhias que, ao primeiro sinal de rebeldia, abriríamos fogo, não esperaríamos ordem do Comandante. Não íamos almoçar no Cassino, a refeição vinha para nós lá no comando, e nem saíamos do nosso alojamento. Com todas essas medidas os esquerdistas não puderam se mexer, ficaram manietados. Tanto a Primeira Companhia sob o comando do Cunha, como a de Metralhadoras sob o meu comando estavam prontas para abrir fogo.

Voltemos ao Rio de Janeiro. O 3º RI ocupava toda a Praia Vermelha de ponta a ponta; era um Regimento com um efetivo muito grande: trezentos sargentos e cerca de cem oficiais. E o Agildo circulava à vontade pelo pátio. Em torno da meia-noite daquela madrugada fatídica, o Comandante casualmente o encontrou no pátio e lhe perguntou:

– Capitão, o senhor acordado a essa hora?

– O senhor – ele retrucou –, que é mais idoso, acordado a essa hora?

Pois bem, daí duas horas ele estava levantando o Regimento, pelo menos parte dele. O Comandante colocara no ponto-chave que dominava os fundos das Companhias, o Primeiro-Tenente Leivas Otero (Francisco Antônio Leivas Otero), pois imaginava que, sendo aquele oficial sobrinho de um senador, era um homem de confiança. Foi ele que deu a primeira descarga marcando o início da Intentona. Só não obtiveram êxito porque duas Companhias dos flancos, uma comandada pelo Capitão Alexínio (José Alexínio Bitencourt), não aderiram à Intentona. A Companhia Regimental estava na mão de revoltosos.

O General Dutra (Eurico Gaspar Dutra) comandava a Primeira Região e logo estabeleceu seu Posto de Comando ali na Avenida Pasteur, mais ou menos em frente da atual Faculdade de Medicina, onde, inclusive perdeu um Capitão do Estado-Maior, morto com uma bala perdida. Em seguida dominaram o 3º RI e abafaram a célebre Intentona de 1935.

Então eu digo: erramos nós e os comunistas, só quem não errou foi o Governo. Nós, por causa dessas facilidades. A primeira aconteceu lá no Nordeste: dia vinte e quatro era um sábado, os oficiais tinham ido para casa, ficou só o oficial-de-dia, então os revoltosos tomaram conta, se apoderaram de três ou quatro cidades, até que foram dominados. E já havia algo no ar, então tinha que ter havido alguma precaução.

Em Recife não houve tanta surpresa mas também foi meio complicado. E na Praia Vermelha aconteceram as facilidades que relatei, então erramos nós. Erraram os comunistas porque superestimaram o seu poderio. O Prestes achava que, com o seu prestígio, iria levantar várias Unidades o que não ocorreu. Foi só em Natal, no Recife, na Praia Vermelha e no Campo dos Afonsos. Não errou o Governo. Por quê? O próprio Prestes achava que no dia 28 de novembro o Rio de Janeiro estaria conflagrado pelos trabalhadores. Amanheceu em uma calmaria danada. O Getúlio tinha uma polícia muito boa, comandada pelo Felinto Müller e, de manhã cedo, todos os cabeças dos sindicatos estavam na cadeia. Assim foi a Intentona de 1935, a meu ver, o início longínquo de 1964 que, por sua vez, foi a segunda barreira à tentativa de comunizar nosso país.

Vamos aos pormenores. Getúlio Vargas deu uma guinada na vida; no início do seu Governo era até favorável a Alemanha; depois mudou, adotou um estilo assim mais populista, aquele negócio das bases de Natal e tudo o mais. O Jango foi o herdeiro político do Getúlio, inclusive na maneira de governar. Claro que não tinha as qualidades do padrinho. Era um homem fútil, vaidoso, indeciso e muito autoritário, um homem complicado, tanto que não aceitou o parlamentarismo integral. E não seguiu certas orientações do próprio Getúlio. Não era competente para ser Presidente do Brasil.

David Nasser, em um dos seus artigos muito bons, escreveu: "o Jango olhava um boi e não errava o peso em um quilo sequer, mas o Brasil não era uma fazenda". Outra feita, disse que o espírito do Getúlio apareceu para o Jango – coisa de escritor – e aconselhou: "Jango, está na hora de tirar a vaca do brejo: cuidado com os militares, porque antes de militares eles são brasileiros; e cuidado com os comunistas, porque antes de brasileiros eles são comunistas." Como veremos adiante, o Jango não seguiu essa recomendação extratúmulo do Getúlio.

Falei apenas nas causas mais remotas que resultaram na Revolução de 1964. Agora vêm as mais recentes. Surgiu o problema Jânio Quadros. Em conseqüência, vagou a Presidência que caberia ao Vice-Presidente Jango, em viagem oficial pela China. Os ministros militares, preocupados, editaram aquela circular, informando sobre o que poderia acontecer no Brasil. Um jornal da época, *Hora Presente*, se não me engano, declarou que não tinha visto ainda uma observação tão penetrante como aquela declaração.

Como conseqüência teve início o desfile de tendências. O Brizola era o Governador do Rio Grande do Sul e desencadeou a campanha pela Legalidade. Punha a boca no telefone, no alto-falante e no rádio, dia e noite. Insultava todo o mundo e dizia coisas apavorantes como as que ouvi: "os postes de luz em Porto Alegre não seriam suficientes para pendurar os gorilas". Hostilizava os militares, procurando desmoralizá-los, chamando-os de gorilas.

Um Comandante de Unidade no Rio colocou um braçal com o desenho de um gorila justamente para rebater essa onda de insultos sobre nós. Em seguida, o Brizola iniciou a formação dos "grupos dos onze" alardeando que aqueles grupos não eram para fazer crochê nem tomar chá, eram para lutar. Periodicamente, a Rádio Mayrink Veiga além de veicular a relação dos grupos, transmitia a seus integrantes as instruções e informações sobre os procedimentos revolucionários. São coisas da história e fatos da história que presenciei.

Por outro lado, em Pernambuco, o Julião organizava as "Ligas Camponesas" com o mesmo objetivo. Tanto assim que foram apreendidos vários documentos e uniformes oriundos de Cuba para o pessoal formar o Exército de Libertação. Já haviam assassinado uns quatro fazendeiros e muitas famílias estavam se mudando para a cidade com medo dos vermelhos, como diziam. O Governador Miguel Arraes, por sua vez, protegia isso tudo. O General Castello Branco, um homem respeitável e respeitado, que estava no comando do IV Exército, adotou umas medidas de contenção. Arraes reclamou com o Jango, dizendo que o Castello Branco estava atrapalhando o governo esquerdista dele e, em conseqüência, o General foi movimentado, tiraram o criador de casos lá de Pernambuco.

Eram dois focos nos extremos do Brasil. A subversão crescia dia a dia e os comunistas, muito habilidosos, viram no Jango a pessoa de que necessitavam. O Presidente deixou-se envolver, não pôde se livrar deles, porque eles o haviam ajudado muito na posse em 1961 e na antecipação do plebiscito que revogou o parlamentarismo.

Voltemos um pouco à época da Legalidade. As coisas se acirraram demais e vivíamos a iminência de uma guerra intestina muito séria pois as próprias Forças Armadas estavam divididas, alguns considerando que na obediência à Constituição estava a legalidade; não viam o perigo que se corria por detrás disso. Antes, o General Denys (Odylio Denys), querendo contornar a situação, pedira ao Deputado Santiago Dantas, muito amigo do Jango, que o convencesse a desistir do governo. O deputado telefonou para o Vice-Presidente que estava em Paris, retornando da China. Foi uma conversa tensa e, quando finalmente chegaram a um acordo, pois Jango já havia concordado, aqui no Brasil, o Juscelino Kubitschek entrou na sala, arrancou o telefone das mãos do Santiago Dantas e disse:

– Presidente não desista. Venha e assuma o Governo que nós faremos uma frente para apoiá-lo.

O Jango voltou atrás e veio. Então, a Revolução que eu vivi tem três nomes: revolução redentora, contra-revolução e revolução que poderia não ter existido, não fosse a presença e a ação inesperada do JK.

Redentora porque a Revolução de 1964 foi o óbice à segunda tentativa de comunizar este País, não há dúvida nenhuma. Temos várias declarações muito importantes sobre isso, ninguém pode negar. Em dois de junho daquele ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituída por pessoas gabaritadas e preparadas que, em função de sua responsabilidade, não saíam dizendo coisas desbaratadas, assim se manifestou: "Graças às Forças Armadas que nos tiraram das mãos do comunismo, agora podemos respirar livremente."

Outra declaração também importante foi a do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, que tarde da noite de 31, talvez vinte e três horas, telefonou para o Presidente Jango dizendo-lhe que ele o apoiaria, desde que abandonasse os comunistas. Jango respondeu que não poderia abandonar as suas bases. Esse diálogo foi presenciado pelo Décio Freitas, atual colunista dominical da *Zero Hora*. Parece clara essa parte, redimimos o Brasil.

Contra-revolução porque está mais do que provada a pretensão de se instalar uma República Comuno-sindicalista. Dois relatos comprovam isso: no início de 1964, Adhemar de Barros confidenciou aos íntimos que Brizola lhe falara em uma República Sindicalista a ser proclamada no Brasil por João Goulart durante o discurso come-

morativo do 1º de maio – uma tradição trabalhista de Vargas. Em março do mesmo ano, o Adhemar procurou o Marechal Denys em sua casa e, muito agitado, disse-lhe:

– Vim agora mesmo do Palácio do Planalto onde o Jango me convidou para o golpe que dará.

E explicou como seria:

– No dia 19 de abril – aniversário de Getúlio Vargas – haverá um grande comício comemorativo em Belo Horizonte. Nele ocorrerão badernas de grandes proporções para justificar a intervenção em Minas Gerais e, no dia 1º de maio, será outorgada a constituição que implantará no País o regime sindicalista.

A situação estava nesse pé, avermelhando-se dia a dia e a nação assombrada. Nós, que vivemos aquela época, embora julgássemos que quase tudo estava perdido, continuávamos firmes na resistência. Um dia eu disse para o General:

– Se amanhã tivermos que sair para a rua só com um pelotão, vamos sair.

Era horrível, tal a propaganda espalhada. Felizmente o povo e principalmente as mulheres foram tomando consciência, ficando apavorados e organizaram as grandes passeatas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo que tiveram uma enorme influência nesse processo; milhares de pessoas espontaneamente na rua com o *slogan*: Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Sobre isso o General Cordeiro de Faria (Oswaldo Cordeiro de Faria) comentou o apelo de várias mulheres que chegavam a ele quase em tom de insulto:

– O que os senhores estão esperando que façamos, para saírem às ruas?

A situação atingiu tal ponto que as Forças Armadas resolveram, como é do seu feitio, sair em favor do povo que estava sofrendo. Em traços gerais são os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964. Nada mais a acrescentar, podemos passar para o segundo item.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Eu diria que foram as duas coisas. Em parte foi coordenado porque o Estado-Maior do Exército (EME) publicava uns folhetos sobre a Guerra Revolucionária. Então os tenentes, capitães e mesmo outros militares de postos mais elevados nos indagavam:

– Coronel? Estamos na primeira ou na segunda fase?

Houve essa coordenação. Falando sobre isso temos o caso da nossa Divisão: ela foi *sui generis,* talvez no âmbito do Brasil, porque foi comandada pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) e temos que dar mérito a quem o tem. Sou testemunha porque fui seu Chefe do Estado-Maior. Ele já estava preocupado com a si-

tuação desde há muito, e todos os meses um oficial do Estado-Maior visitava as Grandes Unidades e Unidades subordinadas, às vezes de quinze em quinze dias, para verificar se estava tudo bem. O General fazia ligações com o Governador Ildo Meneghetti e com outras autoridades expondo sua preocupação. Foi o grande batalhador da causa.

Tentei servir no Rio, fiquei três meses lá e voltei para Santa Maria. No meu retorno, o General estava aborrecido com o Chefe do Estado-Maior interino, pois queria elaborar um planejamento revolucionário e o camarada estava relutando. Isso acontecera alguns dias antes da minha chegada. Assim que me apresentei, ele me falou sobre o assunto. Então me dediquei ao "Plano Junção" que, após ser desenvolvido, foi assinado. Era o seguinte: se fechassem o Congresso como prometiam – há provas irrefutáveis sobre isso – a 3ª DI sairia campo afora não sei para onde nem por onde, mas sairia.

Tempos depois o Mourão foi transferido para São Paulo e, ao passar pelo Rio, declarou que eu fora um Chefe de Estado-Maior leal e revolucionário. E era verdade. Agíamos muito, mas em sigilo absoluto, porque se algo transpirasse seríamos transferidos. O Adolpho João (Adolpho João de Paula Couto) foi transferido para uma Circunscrição de Recrutamento (CR), em Mato Grosso. Na CR de Santa Maria havia o Coronel Edmundo (Edmundo da Costa Neves) que depois foi promovido a general.

Eram mandados normalmente para uma CR.

Porque aquelas Unidades não dispunham de tropa.

Lembro que, em 1963, quase todas as CR eram comandadas por excelentes coronéis: heróis da FEB, oficiais do Estado-Maior, todos brilhantes.

Pois é, nós éramos transferidos e o pessoal que atuava no outro lado era protegido. Havia um sargento deputado – se não me engano de nome Antônio Garcia Filho – que percorria as Unidades falando e doutrinando os sargentos e subtenentes. Esteve em Santa Maria e entrou em duas Unidades. Naquela ocasião, eu comandava interinamente o 7º RI e fiquei sabendo. Ordenei que se ele aparecesse não o deixassem entrar e se por um motivo qualquer ele burlasse a vigilância, que o prendessem no xadrez. Não apareceu mais. O pessoal da esquerda era favorecido, haja vista o Castello Branco que foi removido de Pernambuco porque estava atrapalhando o Arraes.

A preparação da Revolução, na nossa Divisão – 3ª DI – foi coordenada. Depois, em São Paulo, o General continuou o mesmo trabalho, lá também com o apoio do seu Chefe do Estado-Maior, o Dalísio Menna Barreto (Sebastião Dalísio Menna Barreto), um parente meu. Como o Mourão continuou a bater muito, foi transferido para Minas Gerais, de onde deu a arrancada da Revolução.

Juiz de Fora?

A Revolução se iniciou por Belo Horizonte, não que o Mourão tivesse propriamente fraquejado. Ele esperava o pronunciamento do Governador Magalhães Pinto que atrasou muito. No meio de ordens e contra-ordens o General Guedes (Carlos Luiz Guedes), Comandante da ID/4 deu a arrancada, mas logo o Mourão se movimentou e constituíram a vanguarda revolucionária.

Nessa altura o Marechal Denys já estava em Minas?

O Marechal Denys fez um grande serviço coordenando tudo no meio das duas forças que iriam chocar-se e, com o prestígio dele, conseguiu aquelas adesões.

Inclusive o Coronel Raimundo (Raimundo Ferreira de Souza) que vinha comandando o 1º RI, integrante do Destacamento favorável ao Governo, era muito ligado ao Denys e conversaram ao telefone. Em conseqüência, o Raimundo mudou de lado e o Comandante do Destacamento, General Cunha Melo (Luiz Tavares da Cunha Mello), ficou sem gente, pois aquela Unidade era a peça-chave dele. O RI naquela época tinha um senhor poder de fogo, pois era organizado a três batalhões e tinha até peças de artilharia.

Retomando a abordagem sobre a preparação da Revolução, não tenho conhecimento de outro lugar que tenham feito a coordenação com a antecedência que fizemos. Em Santa Maria, há muito tempo, mantínhamos ligação com a 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC). Eu ia a Uruguaiana – minha terra – e lá, inicialmente, conversava muito com o General José Horácio (José Horácio da Cunha Garcia). Aliás, eram dois irmãos generais; um de cada lado político. O outro era o Ênio Garcia (Ênio da Cunha Garcia), meio getulista.

Depois, mantivemos um contato muito bom com o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann), Chefe do Estado-Maior da DC, que foi um grande impulsionador do movimento também. Como disse, não sei de outro lugar onde tenha havido essa preparação tão antiga. Dizem que o Marechal Denys mantinha ligação com o diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o General Manta (Antonio Adolpho Manta), mas nunca tivemos maiores informações sobre o assunto. Tínhamos contato com o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen); ele nos ajudou muito.

Depois foi Secretário de Segurança, quando mais uma vez trabalhou muito bem; será um dos entrevistados.

A Divisão estava muito bem integrada e coesa desde o começo. Não tivemos problemas como os ocorridos na própria 2ª DC.

A 2ª DC?

Ela mesma, a do Sellmann.

O senhor se refere ao problema com o então Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes)?

Ele comandava o 5º Regimento de Cavalaria (5º RC), de Itaqui, RS. O Regimento fora mandado para Harmonia, mas os sargentos não aderiram e acabou saindo com os cabos e pouquíssimos sargentos. Em Bagé houve algo semelhante.

Em Jaguarão também houve problema...

E Porto Alegre? Aqui nem se fala...

A situação em Porto Alegre foi muito difícil.

Tudo podia ter sido diferente aqui. Inclusive o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo) dissera que não passaria o comando para o General Ladário Pereira Telles, e acabou passando. Iam até prendê-lo quando desembarcasse, mas não o fizeram. A meu ver, facilitaram muito. Tivemos sorte porque havia um grupo de oficiais muito bons no Quartel-General (QG), que boicotavam a maioria das ordens do General: ele determinava um trem para cá, outro para lá e os trens nem se mexiam porque as seções correspondentes não executavam a ordem dada; foi muito complicado.

Ainda não entramos na área de Porto Alegre, vamos deixá-la para o fim porque aqui realmente houve uma grande confusão.

Tremenda confusão. Às 11h da noite de 31 me telefonou o Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), Chefe do Estado-Maior da 6ª DI, do General Adalberto Pereira dos Santos. Ele me perguntou:

– Menna Barreto, você tem gente para nos mandar? Estamos mal!

Respondi a ele que naquela hora também nós não estávamos lá muito bem, talvez no dia seguinte. Na Divisão, não tivemos problema nenhum. Um detalhe; em Santa Maria havia dois generais, o Newton Barra, na Artilharia Divisionária (AD/3) e o General Poppe (Mário Poppe de Figueiredo) que comandava a Divisão. Sabíamos que o Comandante da AD não iria aderir a Revolução, então designamos uma turma para prendê-lo porque o negócio era para valer.

Felizmente ele entrou em férias e viajou para o Rio ou São Paulo. Retornou ao Sul no avião do Ladário e permaneceu em Porto Alegre. No dia seguinte, quando soube da decisão, passou uma mensagem via rádio dizendo que em face da situação não viria para Santa Maria. Logo depois foi transferido para a reserva.

Até aquele momento ainda não havíamos feito contato com a 1ª DC, em Santiago, então comandada pelo General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva).

E ainda havia a 3ª DC de Bagé, sob o comando do General Garrastazu (Hugo Garrastazu). Também lá houve fortes confusões.

E como!

General, estou entrevistando vários oficiais de diversas Guarnições porque defendo a tese de que o desencadeamento da Revolução, aqui no Rio Grande do Sul,

não foi tão tranqüilo. Eu, por exemplo, estava em uma Unidade tumultuada e sei que em quase todas ocorreram problemas. Quem o Sr. indicaria para nos relatar os acontecimentos de Bagé?

Eu não mantinha relação com o pessoal de lá, só sabia o nome do Comandante; lembro que um oficial do Estado-Maior da DC foi a Santa Maria, mas não gravei o nome dele. O General Poppe estava naquela indecisão de "vai, não vai", então à noite marquei uma reunião de oficiais para às 8h da manhã seguinte, no gabinete do General; se ele não aderisse, iríamos prendê-lo. Na hora marcada, entrei no gabinete e o Comandante – com o Ajudante-de-Ordens ao lado – estava recebendo um telefonema do General Garrastazu, de Bagé. O nosso General dizia: "Garrastazu, você sabe que o coração manda na razão." Quando encerrou a ligação, disse:

– General! Está na hora.

Ele veio para o meio da sala, me aproximei dele e lhe disse:

– General, não dá para esperar mais!

Ele baixou a cabeça e respondeu:

– É, chega de subversão!

Quando ele disse: "chega de subversão", abri a porta e chamei os oficiais para ouvirem a decisão. Naquela ocasião estava ali junto – e eu não sabia – um tenente-coronel que viera de Bagé para saber como estava a situação.

Ligação entre Grandes Unidades vizinhas, ou melhor, entre Grande Unidade e seu Escalão Superior.

É isso. Ele fora de avião e aproveitamos o seu retorno para mandar um dos nossos oficiais a Santiago contatar o General Saraiva, Comandante da 1ª DC. Depois de ouvir o nosso emissário o General desabafou:

– Olha, sou anticomunista mesmo, mas antes de tudo sou muito amigo do Ladário. De maneira que não quero você nas minhas Unidades; pode ir embora.

Em conseqüência, organizamos uma proteção em face da 1ª DC. Pouco depois o General Saraiva veio para Porto Alegre, ficou por aqui e, pelo menos, não incomodou. O Estado-Maior e algumas Unidades da Divisão começaram a ligar-se com a 2ª DC, tanto que o Comandante de um Regimento da 1ª DC foi a Uruguaiana para contatos. Assim, penso que o único lugar tranqüilo foi a nossa Divisão. Tínhamos o Coronel Firmo (Alberto Firmo de Almeida) no 7º, que estava completamente isolado e vigiado. Em Pelotas, o Comandante era o Coronel Danton Duro (Danton do Amaral Duro), meu conterrâneo. Telefonei para ele e disse-lhe:

– Danton, há algum problema na tua área?

– Fique tranqüilo – ele disse – que não vou atrapalhar.

Quem estava respondendo pelo comando da AD/3 era o então Coronel Ruy (Ruy Paula Couto)...

O Ruy aderiu completamente à Revolução. Então não tivemos defecção. Agora, em todos os outros lugares, em uns mais, em outros menos, ocorreram problemas.

General, o senhor era Coronel Chefe do Estado-Maior. O pessoal mais novo – os tenentes da época – acha que a tensão em Santa Maria também foi muito grande. Havia Unidades que não gozavam da confiança e citam como exemplo o próprio 7º que poderia criar problema.

Não concordo. Eu conhecia muito bem a situação.

Até porque o senhor já servira no 7º?

E não sei por que, eles me seguiam muito. Como já referi, na época da Revolução, o Firmo era o Comandante, mas estava sob controle e não houve mal-estar nenhum. Outro exemplo, ali pelo quarto dia da Revolução apareceu no QG o Coronel Ito do Carmo Guimarães, Comandante do 3º BCCL. Chegou ao meu Gabinete e disse:

– Menna Barreto, o sargento Fulano...

Interrompi na hora:

– Não tem nada disso, vamos lá no teu Batalhão, reúne os oficiais e os sargentos que eu falarei porque a informação é muito útil.

Quando reuniram os sargentos e comecei a explicar do que se tratava, o que era, como era, vi que naquela turma havia uns três ou quatro que estavam com o olhar assim meio carregado. É a psicologia dos nossos anos de serviço que nos ensina a conhecer e decifrar o olhar e o caminhar dos nossos homens. No fim da minha explicação o olhar deles se abrandara um pouco. Pronto. Resolvida a situação. Ninguém criou problema.

Um parênteses para rememorar tempos passados no BCCL. Eu fora classificado lá por conclusão da EsAO. Foi um abacaxi danado, tive vontade de desertar. Ele estava acantonado ali no Boi Morto e fui designado Fiscal Administrativo. Encontrei inúmeras pastas numeradas, com despacho do Fiscal anterior para execução de serviços, determinando à Seção de Manutenção que: "fabrique-se, descarregue-se ou providencie-se". Nada havia sido descarregado, nem fabricado nem coisa alguma, acumulara tudo.

Comentei com o Coronel Comandante que necessitávamos de dois Fiscais Administrativos: um para cuidar do passado e outro do presente. Foi um inferno aquela fase no Batalhão de Carros de Combate.

Aquela Unidade foi extinta. Hoje o Vinte e Nove Batalhão de Infantaria Motorizado (29º BI Mtz) ocupa o aquartelamento.

Outro grande vexame aconteceu no BCC quando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi nos visitar. O Batalhão desfilou como infantaria a

pé, pois os carros só davam a partida se estivessem em uma rampa. Ainda estavam com as carrocerias do tempo da guerra. O sistema de comunicações não funcionava e o pessoal com o curso de Motomecanização não entendia aquele mecanismo.

Era uma dificuldade total porque sobravam algumas ferramentas e faltavam outras, em função da nomenclatura diferente. Eu sei que fomos encontrando soluções, depois o BCC foi transferido, os carros foram recuperados e no 7 de Setembro o Batalhão já desfilou motorizado.

Eu servira no Batalhão de Carros, na Companhia do QG e no 7º RI. Só não servi na Artilharia. Então aquela turma toda já passara pela minha mão. Todos me conheciam e me seguiam, não tivemos problemas. O 7º não causou dificuldade alguma. Houve um problema com a Brigada Militar. Em Santa Maria tínhamos dois Batalhões: um comandado pelo Coronel Martins, oficial muito bom, revolucionário, mas o outro comandante andava querendo revoltar a Unidade dele contra nós. A missão deles abrangia uma área lá perto da Viação Férrea e nós, por precaução, fizemos modificações. Então os dois Coronéis foram ao QG e os encontrei conversando, meio aborrecidos. Aproximei-me e disse ao Coronel anti-revolucionário:

– Você sabe que, em tempo de guerra, a mentira é como a Terra, fica circulando, circulando e... estão dizendo que você está querendo revoltar a Unidade.

Foi a solução, não tivemos mais problemas. Ninguém está mais credenciado para falar sobre isso do que eu. Outro fato curioso aconteceu quando retornei do Batalhão de Carros. Ao chegar de volta no QG recebi uma reprimenda dos oficiais:

– Coronel, procuramos pelo senhor e não o encontramos. O senhor não pode andar sozinho por aí!

Na verdade eu tinha trânsito livre na Guarnição, porque aquele pessoal todo me conhecia desde a época em que comandara a Companhia do QG.

O senhor era mais antigo do que o Coronel Ito?

Ele é antigo, mas eu sou mais. Um bom oficial.

O Ito era um líder de primeira. Pelo menos aqui na Preparatória de Cadetes o pessoal gostava muito dele.

Finalizando, não tivemos preocupação com a nossa Divisão. Agora, em todas as demais Guarnições aconteceram problemas, e até violentos.

Onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

No âmbito da 3ª DI, foi em Quaraí, na área da 2ª DC.

Com o General Boscacci Guedes...

Quaraí já vivera um problema interessante, acredito que nem o Boscacci Guedes soubesse. O 5º RC era de Uruguaiana e foi transferido para Quaraí. Sabe por

quê? Nem aqueles que comandaram o Regimento sabiam. Eu era gurizote e naquela época havia muita politicalha, inclusive com o envolvimento de oficiais, o que era muito pernicioso...

A história para mim é fundamental. Há coisas interessantes que gosto de ouvir. Sempre digo que as lembranças de "praça velho" – e já me considero um deles também – é uma das grandes coisas que existem no Exército. Começo a contar para essa gurizada mais nova e eles não acreditam.

A maioria não quer nem ouvir.

Quando fui para a reserva tentei fazer umas palestras. Eu as chamava de "Forrest Gump", pela semelhança com o personagem do filme que tem esse nome e onde ele senta em um banco e fica conversando, contando as coisas como ele achava que tinham que ser. Continuemos...

O 5º RC era de Uruguaiana; o 8º ainda não estava acantonado lá. Parece que foi em 1923 com a história do Prestes, eu era meninote e vi bem, depois não me importei mais. Uns políticos se homiziaram no quartel e, conversa daqui, conversa dali, lá pelas tantas revoltaram o RC. O Comandante e os oficiais se exilaram em Libres[1], ficaram só dois tenentes. O Honório Lemes assumiu o Comando do Regimento. Eu tinha um contraparente lá, um coronel.

Chamaram os reservistas porque havia armamento e fardamento sobrando. À tarde saiu o 5º RC em direção ao Alegrete, com banda de música, ambulância e toda a tralha. E eu na esquina, olhando aquele negócio. Acontece que, em sentido contrário, vinham o Flores da Cunha (José Antonio Flores da Cunha), com um corpo provisório, e o Coronel Claudino (Claudino Nunes Pereira) com uma Unidade efetiva da Brigada Militar.

O encarregado da segurança do 5º não entendia nada do assunto, deixou luzes acesas enquanto pernoitavam em um descampado junto ao passo, no Guaçu-Boi[2]. O Claudino e o Flores da Cunha sorrateiramente cercaram o acampamento e, ao clarear do dia, o Claudino metralhou o pessoal do RC de tal forma que eles não podiam nem chegar perto dos cavalos. Sei bem porque tinha dois primos que eram sargentos no 5º.

Tiveram uma trégua, quando o Flores da Cunha, muito intempestivo, se colocou à frente das metralhadoras do Claudino que foi obrigado a parar o tiro. Então a turma correu, juntou a cavalhada e conseguiu fugir. Passaram em disparada lá por Uruguaiana, deixando tudo para trás; até hoje ainda encontram trombones, clarinetes e outros apetrechos na Sanga Guaçu-Boi.

---

[1] Passo de Los Libres, cidade argentina que faz fronteira com o Brasil junto a Uruguaiana.

[2] Sanga ou pequeno arroio (riacho) no município do Alegrete.

O populacho, vendo aquilo, tomou conta do quartel. Arrancaram portas e roubaram tudo, levaram o que podiam, inclusive máquinas de escrever. Quiseram arrancar até o portão do quartel, não puderam porque era imenso. Foi um vexame. Por causa disso ele foi transferido para Quaraí e para aquele aquartelamento foi o 8º RC. Pouca gente sabe. Esses casos deveriam ser recontados para os oficiais entenderem que política não pode entrar no quartel. O camarada pode ter suas idéias, mas em casa. Entrou no quartel, tem que fazer como Pasteur dizia: "Quando entro no meu laboratório, fecho meu oratório e quando entro no meu oratório, fecho meu laboratório." Essa é a história do 5º RC.

Só para constar: tenho um amigo que é neto do Honório Lemes. É tenente do QAO[3] *e tem o mesmo nome do avô.*

O senhor acha que esses antecedentes podem ter prejudicado a união da Unidade?

Não, porque esses fatos ocorreram em 1923, daquela turma de Uruguaiana só eu estou vivo. Em 1964, ninguém mais conhecia a história, nem os oficiais e nem o Boscacci.

Vamos adiante. O senhor nos falava onde aconteceram resistências para a implantação da Revolução.

Aqui em Porto Alegre, com certeza.

Mas em outros lugares as coisas também foram complicadas.

Aqui houve falta de comando do General Ladário, uma grande pantomima ou uma grande quixotada. No dia 2 de abril, estavam reunidos, na casa do Comandante do III Exército, o Jango, o Brizola, o General Ladário e outros três generais. Assim que resolvemos o nosso problema em Santa Maria, mobilizamos toda a Divisão. No dia 1º de abril demos ordens em texto claro – não usamos cifrado – a todas as nossas Unidades para que ficassem em condições de, mediante ordem, se deslocarem rumo a Porto Alegre a fim de, se necessário, atacarem a Guarnição da Capital.

O General Assis Brasil – o general do povo – Chefe da Casa Militar do Jango ouviu a nossa mensagem, porque a transmissão via rádio em texto claro fora de propósito. Na reunião, o Jango perguntou qual era a situação e o Assis Brasil disse:

– O senhor tem três horas para organizar a resistência em Porto Alegre.

O Jango decidiu entregar a Presidência e sair do País. O Brizola e o Ladário queriam resistir. O General disse que dispunha de cem mil armas em depósito para formar os batalhões de civis voluntários. Deram uma quixotada. Porque não se apresentariam cem mil, no máximo uns mil a dois mil homens e morreria civil como rato, pois não sabem aproveitar o terreno. Seria uma mortandade. Mas o Comandante do III

---

[3] Quadro Auxiliar de Oficiais.

Exército só faria isso com ordem do Presidente que, por sua vez, não desejava derramamento de sangue e foi embora, fez uma viagem de retirada normal.

Por causa disso o Brizola ficou de mal com o Jango, mas no final também fugiu para uma praia do nosso litoral. Passou em uma barreira, vestido de policial ou padre. Depois embarcou em um aviãozinho que o levou para o exterior. Agora, a verdade tem que ser dita. No Uruguai, o Jango nunca incomodou. Já o Brizola nos infernizou o tempo todo. No início de 1965 fui comandar o 7º RI. Alguns meses depois vagou o comando da ID/3 de Pelotas e, como eu era o coronel mais antigo, assumi. Passei um ano e três meses lá e foi uma chateação cuidar dos pombos-correio que iam ao Uruguai para confabular com o Brizola. Os políticos pelotenses mais influentes recebiam uns papeizinhos pedindo que aderissem à subversão. Iam ao QG para me mostrar e eu dizia a eles:

– Rasguem isso, ponham fora.

Fui contemplado com uma carta toda especial; lamento até hoje tê-la rasgado na hora. Era de um tal de Clarimundo Flores, jornalista uruguaianense, já curtido pelo envolvimento em confusões com os nossos elementos que lhe davam cada aperto estratosférico. Em Santa Maria foram presos militares e civis e, entre eles, esse Clarimundo. Depois acabou indo para o Uruguai. De lá me mandou essa carta onde no fim dizia: “Gorila miserável, o teu fim está próximo.”

Para concluir quero comentar aquela incursão por Três Passos lá perto de Santa Catarina, liderada pelo Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Não sei como um coronel pode fazer uma burrice daquelas, “sem pé nem cabeça”, pois a primeira coisa que se busca é o apoio da população. Mesmo não dispondo de efetivo suficiente, invadiram uma região de colonos que, para sorte deles, não queriam briga, não queriam nada. Assaltaram um posto policial e mataram um sargento. No final o Jefferson fez uma declaração muito severa contra o Brizola, dizendo que ele recebera dinheiro do Fidel Castro.

Dizem que o Fidel Castro chama o Brizola de ratón!

El Ratón. O Betinho, aquele sociólogo já falecido, foi o portador, o intermediário, entre o Fidel Castro e o Brizola e também fez alguma alusão a respeito. Um deputado de São Paulo, me parece que Coronel Erasmo Dias (Antonio Erasmo Dias), falou sobre esse caso na televisão, eu assisti. Desafiou o Brizola a processá-lo se não fosse verdade. Até hoje não aconteceu nada.

Como a Revolução foi recebida pela população? Nos relate o episódio da manifestação de solidariedade em Santa Maria.

Santa Maria sempre foi uma cidade onde o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) encerrava seus comícios, a cidade dos ferroviários trabalhistas que comandavam as greves. Há umas passagens muito interessantes sobre isso. As lideranças anticomunistas

já estavam preparando uma marcha semelhante à do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, mas atrasaram um pouco, eclodiu a Revolução e perderam a oportunidade. Depois fizeram uma que chamaram de Marcha de Agradecimento às Forças Armadas.

Eu estava no comando da DI porque uma semana depois da Revolução o General Poppe saíra para assumir o III Exército e fiquei interinamente no comando da Divisão. Vieram me consultar sobre as condições de execução da marcha e, como eu não acreditava em nada monumental, mandei arrumar um pequeno palanque na frente do 7º e até disse à minha mulher – que é contra essas coisas:

– Vai com tua vizinha para reforçar um pouco o evento.

Eu estava crente que seria uma marcha muito vazia e qual não foi minha surpresa. Eles se concentraram na praça da Rua Bozzano e quando a testa chegou na frente do palanque, a rua estava lotada. Cinqüenta mil pessoas na marcha cívica do agradecimento, no dia 17 de abril de 1964. Reportagem com fotos, como do jornal *A Razão*, mostra a rua lotada; fui surpreendido.

Ainda tive uma surpresa. No meio de uma enxurrada de discursos laudatórios, lá pelas tantas uns três ou quatro gritaram: "Queremos o Coronel Menna Barreto general." Fui promovido em praça pública.

E sua promoção ocorreu em seguida?

Dois anos depois fui promovido.

Isto é fantástico. Cinqüenta mil pessoas, em Santa Maria, que naquela época era uma cidade pequena. General, essa manifestação foi espontânea?

Sem dúvida alguma. Tanto assim que eu recomendei a minha mulher que engrossasse a turma de manifestantes. Ninguém forçou ninguém. Há uma diferença muito grande entre a concentração em frente à Central do Brasil e a concentração das mulheres. Esta, espontânea; aquela, obrigada, com o apoio de não sei quantos caminhões e um gasto em torno de quatrocentos mil cruzeiros.

Quem substituiu o General Poppe?

O Ollivier (Júlio Maximiano Ollivier Filho), um magrinho, e para a AD foi o Borges Fortes (Breno Borges Fortes). Uma coisa interessante. É até um pouco chato eu falar; o Breno e o Ollivier chegaram uns cinco dias antes dessa marcha. Então os promotores do evento foram falar com os dois para ver se a solenidade de passagem de Comando poderia ser adiada por uns dias, porque eles queriam que eu, ainda Comandante da DI, recebesse a homenagem durante a realização da marcha. Eles concordaram.

A população de Santa Maria ficou agradecida porque naqueles dias em que estive no Comando estabeleci medidas severas, porém tranqüilas. Por exemplo, no 31 de março prendemos uns seis civis que foram tratados com toda a regalia. Mandei chamar no QG mais uns 15 e lhes disse:

– Estamos em uma revolução; se vocês não incomodarem, tudo bem, caso contrário irão se arrepender.

Todos tomaram conhecimento dessas medidas e as cumpriram, o que tranqüilizou a sociedade sem traumatizá-la. Tanto que algum tempo depois apareceu lá em casa o diretor de uma faculdade com três formandos. O Brizola havia sido escolhido o paraninfo da turma; após a Revolução escolheram outro e foram me procurar preocupados com alguma represália durante a formatura. Eu escutei tudo e no fim disse:

– Não entendi; vocês não vão fazer uma formatura? Muito bem, façam-na e, se alguém quebrar o ritmo, vai para o xadrez com arminhos, becas e tudo.

Quando fui promovido a general, a sociedade toda fez um grande banquete. Eu não queria, mas tive que aceitar. E antes já haviam prestado aquela homenagem durante a marcha das cinqüenta mil pessoas.

Eu não fazia questão, nunca fiz. Tanto assim que – e aí vai um pouco de vaidade familiar – o clã dos Menna Barreto está retratado em dois livros: *Seis Gerações de Soldados*, o mais volumoso dos dois, que a Biblioteca Militar depois nunca mais editou, onde aparecem aqueles camaradas que o próprio Exército não conhece mais, homens aguerridos que protagonizaram muitas escaramuças nas fronteiras e deram sua vida pelo Império.

Um destes, o João Propício Menna Barreto, morava em São Gabriel e recebeu ordem do Império para organizar um destacamento do Exército e intervir no Uruguai. Ele estava muito doente e os médicos disseram que ele não poderia ir. Mesmo assim organizou sua tropa, foi, cumpriu a missão e voltou. Note-se que naquela ocasião nada era motorizado, tudo era a cavalo mesmo. No seu retorno ele disse: "Mesmo doentes jamais podemos negar nosso serviço à Pátria."

Outro, o João Manoel Menna Barreto morreu no Paraguai, deu seu nome a essa rua próxima do QG, aqui em Porto Alegre; quase ninguém sabe disso. Há um outro que morreu em Rincão de Las Galiñas com 11 lançaços. O Comandante-em-Chefe da área mandara os Regimentos de Cavalaria guarnecerem o Rincão de Las Galiñas onde havia seis mil cavalos, mas o inimigo chegou antes. O Primeiro Regimento de Cavalaria chegou e debandou com comandante e tudo o mais. O 2º RC, sob o comando desse Menna Barreto, era todo formado de índios. Chegaram, os índios debandaram e ele ficou só com o Estado-Maior, pelejando. Morreram todos ali, ele com 11 lançaços. Nesse primeiro volume estão esses velhotes.

No segundo volume estão os "pica-fumos"[4] e nele eu estou. O autor pedia que cada um dos biografados colocasse alguns elogios e na parte superior uma fotografia. Coloquei este que considero o melhor, o mais significativo; é uma página inteira,

[4] Oficial(s) de posto(s) inferior(s) em um grupo.

formulada pelo Dr. Meirelles (Miguel de Andrade Neves Meirelles) naquele banquete referido, a pedido do prefeito Francisco Álvares Pereira, porque esse senhor – um civil – estivera em Santa Maria. Entre tantas ele diz: "Coronel Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior e Comandante interino, na Revolução fez, desfez, aconteceu etc. e tal. Terminada a fase crucial do movimento voltou para o seu lugar sem nada pleitear." E nada pleiteei mesmo. Então esse é o maior elogio que recebi. Dado por um paisano.

Ainda sobre a fase da preparação do Movimento, devo dizer que quando o Mourão foi para São Paulo, de vez em quando ele mandava a Santa Maria um engenheiro, porque lá havia um grupo de engenheiros revolucionários muito atuantes. Esse homem vinha uma vez por mês e levava informações de todo o Estado e também uma carta onde – como história de cobertura – constava que ele viera ver materiais afetos a sua área de trabalho.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Os novos governantes foram muito complacentes e se autolimitaram, eu diria até além da conta; uma conseqüência da nossa formação. Isso causou prejuízo à continuidade revolucionária.

Os próprios atos institucionais que foram considerados uma violência, na verdade eram autolimitados. Não havia razão para editá-los, porque uma Revolução não precisa de regras para ser implantada. Mas, como o senhor disse, é um princípio próprio da nossa formação.

Acho que eles se autolimitaram muito. Só isso.

O senhor considera que a escalada revolucionária e os atos institucionais foram uma conseqüência da atuação dos políticos e da ação do terrorismo?

Os políticos foram os motivadores. O Deputado Márcio Moreira Alves, por exemplo, foi um dos que motivaram o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), porque falou contra as Forças Armadas na tribuna da Câmara e o Legislativo se negou a puni-lo.

Foi a gota d'água. É verdade que já havia uma certa ebulição. Eu estava na ECEME e o Costa e Silva teve que ir lá para acalmar a turma.

Ele estava relutando, não queria baixar o Ato, mas a Guarnição da Vila Militar estava inquieta. E a grande massa de estudantes se agitando, em greves, protestos e passeatas tornou aquela época muito difícil, principalmente no início do Governo Médici que foi muito castigado por isso. Chamam o Médici de sanguinário. Mas ao contrário, em uma reunião com vários ministros e autoridades ele declarou:

– É uma guerra, os nossos estão morrendo, é justo que se reaja, quem não mata, morre; mas sou contrário – visceralmente contrário – à tortura. Proíbo que no meu Governo se torture preso!

Declarações do Médici perante muita gente. Um dos presidentes anteriores mandou o General Geisel verificar certas denúncias.

Lembro desse fato. Foi o Castello Branco que mandou o Ernesto Geisel ao Nordeste para averiguar.

E ele não foi sozinho, fez-se acompanhar de outras pessoas. E concluíram que não havia nada.

O próprio General Orlando Geisel, quando Ministro do Médici, baixou um ofício pedindo uma manifestação dos Comandantes de Área sobre tratamento de presos e o uso da violência na guerra contra a subversão e a guerrilha. Eu redigi a resposta do Comandante Militar do Planalto, General Dióscoro Vale (Dióscoro Gonçalves Vale).

Fiz um estudo e cheguei a uma conclusão um pouco forte. Disse que na ocorrência desse tipo de ação não poderíamos nos abster de violência. Porque violência gera violência. Ninguém pode prender um terrorista com um buquê de cravos na mão. O que não deveria ocorrer era a crueldade.

E o ofício seguiu. Já procurei inclusive os documentos do Ministro que eram muito bem-feito, pois ele tinha uma excelente equipe de redatores. Nunca mais os encontrei, não existem mais; eram preciosos, assinados pelo General Orlando Geisel recomendando que não se usasse violência.

Outra distorção diz respeito aos DOI e aos CODI[5]. Eram complicados, principalmente porque além do nosso pessoal, havia gente da Brigada, inspetores e delegados da Polícia Civil.

Realmente, nos CODI sentavam-se os representantes de cada Força e ficavam trocando informações. Nos Destacamentos de Operações de Informações de alguns Comandos de Área ocorreram certos abusos, isso temos que reconhecer.

É como eu disse: o Brasil é muito grande e abusos foram cometidos. Até concordo que houve problemas com a bomba no Riocentro, mas vamos reativar também o caso da bomba do Aeroporto dos Guararapes colocada pela esquerda e que poderia ter matado o Costa e Silva, onde morreu um Almirante e um jornalista e o Coronel Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva) sofreu dilacerações.

Ninguém sabe disso, ninguém fala. Os presidentes se obrigaram a editar os atos institucionais porque a subversão queria retomar o Poder.

Foi uma escalada! Passemos para o item seguinte. Exponha sucintamente sua opinião sobre o ciclo dos presidentes militares.

O período do Geisel foi o "dodói". Ali todos erramos. Vamos conversar um pouco sobre por que faço esta afirmação. O Juscelino Kubitschek – endeusado porque construiu Brasília – na minha avaliação foi o precursor do grande erro nacional, pois

[5] Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

a nossa inflação é proveniente daquela época. O seu governo gastou milhões sem necessidade. Se a intenção era interiorizar a capital, que se aproveitasse Goiânia – já existente – e apenas a aperfeiçoasse.

Construíram uma cidade nova. Os primeiros materiais foram levados de avião e muito dinheiro se esparramou pelos contornos. Ali nasceu o fator inicial da nossa inflação. Ainda que os dois últimos governos militares tenham pensado grande, construindo obras até necessárias – Itaipu, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Usinas Nucleares e outras – em tais empreendimentos também usamos dinheiro que não tínhamos. Foram empréstimos a juros flexíveis, endividando muito o Brasil, o que foi um erro, temos que reconhecer. Hoje os subversivos as chamam de elefantes brancos.

Faraônicas.

Faraônicas ou elefantes brancos, mas, por exemplo sem Itaipu, hoje estaríamos acendendo velas, com a falta de energia. Tolice mesmo foi a construção das usinas nucleares que, do plano inicial, restaram três e dessas, só uma que, "a pau e corda", gera alguma coisa.

O programa era muito interessante. Se o Brasil quiser dispor de algo nesse setor – não é ter bomba atômica – ele precisa dominar a tecnologia do trabalho e de todo o ciclo nuclear. Não tenho dúvida de que, lá pelo ano 2050, toda a energia do mundo será nuclear e não poderemos, mais uma vez, ficar para trás. Parece-me que a execução do programa foi muito malconduzida.

O Brasil tentou acordo com os Estados Unidos e não conseguiu como também não se acertou com a França nem com o Japão. Sobrou a Alemanha que, inclusive, nos usou, porque pelos tratados de paz, ela não poderia fazer enriquecimento de urânio em seu território. O acordo foi "sui generis" pois previa a realização de todo o processo no Brasil e, em contrapartida eles nos ofereciam a tecnologia; acho que não perdemos. Em termos comparativos, o Programa Nuclear custou menos do que a quebra de um banco desses.

Sobre os governos minha opinião é essa. Muitas realizações com alguns exageros. Embora fossem obras necessárias, na ocasião não estávamos ainda em condições de tanto. Claro que todo mundo erra.

Vivenciei fatos interessantes. Quem agilizou o acordo de Itaipu foi o Presidente Médici. Eu servia na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional[6] *e integrava um Grupo de Trabalho de Política Externa. Toda e qualquer documentação a respeito do*

[6] O Conselho de Segurança Nacional era um órgão ligado diretamente à Presidência da República, que prestava um assessoramento estratégico ao Presidente, na área de Segurança Nacional.

assunto sempre passava por nós. A negociação estava muito difícil e se arrastava, até que o Ströessner – que agora estão querendo mandar de volta – veio a Goiás pescar e caçar e marcou uma entrevista com o Médici. O Presidente acionou o Itamarati, que fez um estudo completo sobre todas as questões do acordo.

Em dois dias elaboramos todos os artigos do Tratado lá no Itamarati. Passei duas noites escrevendo, sem dormir. Entregamos a documentação para o Presidente e o tratado foi assinado. Agora esse deputado aqui do Rio Grande do Sul quer prender o Ströessner. Por que fazer isso com um amigo do Brasil! Não podemos esquecer certas amizades. Afinal, acolhemos o ex-presidente com o asilo, não é justo agora renegá-lo.

O trabalho de comunicação social foi a contento?

Penso que o trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira através da divulgação, tanto das realizações, como dos métodos empregados para derrotar o terrorismo foi difícil e entendo que não foi feito convenientemente. A democracia é, sem dúvida, a melhor forma de governo. Mas há um paradoxo. Se ela se abre demais favorece a infiltração do inimigo. É uma fortaleza que se enfraquece quando suas portas se abrem em demasia.

O inimigo sempre existe; se a democracia se abre, o inimigo se infiltra; se ela se fecha demais, pende para a ditadura. Como resolver o problema? Vejo uma só maneira: o bom senso dos políticos. É o que não tem acontecido no Brasil, inclusive depois de 1964 quando a incompreensão deles resultou na total falta de apoio à Revolução. No final, por várias razões, entre elas o seu amor próprio ferido, pois passaram vinte anos sem a mamata, todos ficaram contra o nosso movimento.

Em sua maioria, os políticos querem é o seu próprio bem-estar. Esse patriotismo tão exacerbado e irrequieto não me cheira bem, até porque sabemos de todos os casos havidos por aí. A mulher do Collor, por exemplo, desviou não sei quantos milhões e até agora é inquérito para cá e para lá e nada pode ser provado. Enquanto isso a Liga de Defesa Nacional, uma instituição quase centenária, criada por Olavo Bilac, não dispõe de pessoal. Por quê? Porque a meia dúzia de membros abnegados que ali labutam, não são remunerados, até pelo contrário, cada centavo gasto é desembolsado por um deles. Então ninguém quer trabalhar lá. E é assim. Logo depois da Revolução faltou e ainda falta um esclarecimento ao povo. Como fazê-lo, eu não sei. O certo é que não se pode ficar à mercê do que dizem e fazem as Organizações Não-Governamentais (ONG) de Direitos Humanos.

Como foi o desengajamento do Exército do processo político após o ciclo revolucionário?

Já falei sobre isso. Para mim o Exército se desengajou além do que devia, tanto que, no tempo do ministro Zoroastro...

O nome dele é Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, mas ele detestava o sobrenome. Às vezes colocavam o Zoroastro em um ofício, então ele dizia: "Volte, rebata isso e tire o Zoroastro."

Ele foi o único ministro que passou de um governo para outro, talvez porque não criasse caso, não sei. É interessante frisar que até então, em todo dia 27 de novembro, as Unidades recebiam uma ordem do dia dos ministros militares para ser lida na solenidade. Durante o período dele não houve ordem do dia.

Falando sobre a Intentona, no monumento aos mortos de novembro de 1935, no Parque Farroupilha, só havia um pequeno granito com uma plaqueta: "Homenagem aos que tombaram na Intentona Comunista." A intenção era fazer algo maior e mais significativo, mas a Prefeitura opôs muita dificuldade. No fim, conseguimos colocar mais dois granitos, ficaram até chamativos.

Eles são rústicos e mandamos incrustar uma placa em cada um que pode ser lida a cinco metros de distância. Na da esquerda está a seguinte frase: "Andante que por aqui passas, vai dizer a todos que morremos pela pátria, pela família, pela religião e pela liberdade." E na da direita os trinta nomes dos mortos, desde o coronel até o soldado.

Lembro que, durante o meu Comando na Região, o senhor andava angariando dinheiro.

Todo ano fazíamos nesse local uma solenidade, embora sem a ordem do dia do Exército. No ano passado, pela primeira vez, o Exército fez ali uma solenidade muito bonita, alusiva ao 27 de Novembro. Assisti e me convidaram para ajudar a apor a coroa de flores na base do granito com o nome dos mortos. Anteriormente, nem o Boletim vinha, descuidávamos muito dessas coisas.

Também discordo da realização de solenidade no interior do quartel. Por que não na rua, em praça pública? Tenho orgulho de ter sido o mentor do monumento ao Sampaio[7] aqui em Porto Alegre, tendo conseguido inclusive o dinheiro necessário. Monumento desse porte só existem dois no Brasil: esse aqui e na terra dele. O resto é busto. Contarei só o essencial da história.

Passaram aqui pelo III Exército dezenas, talvez centenas de generais oriundos de Infantaria e nunca foi feito nada. Logo que cheguei para comandar a DI, o General Breno (Breno Borges Fortes) me chamou e disse:

– Menna Barreto, quero que você faça o programa da Infantaria.

– Será algo que dure, que fique – respondi –. Não posso admitir que Porto Alegre – sede da Sexta Divisão de Infantaria – não tenha uma rua, praça, nada com

---

[7] Brigadeiro Antônio de Sampaio, patrono da Arma de Infantaria.

o nome do nosso Patrono. Daremos o nome de Sampaio a uma praça e faremos um monumento em sua homenagem.

Naquele mesmo ano conversei com o prefeito Thompsom Flores e depois de uma semana parlamentando com a Câmara de Vereadores – eles queriam outro lugar – consegui convencê-los e hoje consta no mapa da cidade a Praça Brigadeiro Sampaio. Esperei sete anos para desocuparem o então Depósito de Veículos do Governo do Estado que ali se instalara desde a época da guerra. No final eu já estava até na reserva.

Fui aos bancos, casas comerciais e entidades pedir recursos pois o Exército me deu muito pouco, quase nada. Nomeei uma comissão só por causa do dinheiro; eu queria que cada sargento e cada oficial descontasse o equivalente ao valor de uma passagem de ônibus, mas não consegui. Apelei então para os civis com o chapéu na mão e cada um doava cinqüenta, cem mil cruzeiros.

De Uruguaiana, trouxe o Acário de Carvalho, um escultor de mão cheia. O Exército colocou seis soldados à disposição que, durante um ano e meio, picotaram granito fazendo o monumento em um canteiro montado ali próximo. Eu ficava com o coração na mão, porque embora exigisse óculos de proteção, quando eu saía dali eles não os usavam e o meu medo era que uma lasca atingisse o olho de um soldado. O local ficou cheio de peças que foram erguidas com o uso de roldanas e cordas e eu continuava rezando para que uma pedra daquelas de cem quilos ou mais não caísse e ferisse um dos homens. Felizmente conseguimos chegar ao final sem problemas e se encaixou tudo certinho.

Fizemos uma solenidade muito bonita para a inauguração do monumento ao Sampaio – com a presença até do Governador do Ceará, nosso convidado. Durante alguns anos comemoramos ali a festa da Infantaria. Depois passou a ser nas Unidades, mas conseguíamos banda, som, palanque e uma ou outra coisa qualquer. Este ano fiquei muito aborrecido porque houve um problema sério.

Pela primeira vez houve uma embrulhada, não pude falar com o General Pinto (Francisco Pinto dos Santos Filho) em função dos preparativos para a reunião do Alto Comando do Exército, em Porto Alegre. O Comando do III Exército resolveu que a solenidade seria só no Dezoito (18º Batalhão de Infantaria Motorizado). Não haveria auxílio para ninguém. Nunca ocorrera isso em vinte anos de solenidades.

Fizemos a cerimônia no monumento. Disseram que foi muito boa. Consegui uma freqüência excelente com a presença até de pessoal da reserva que nunca comparecera antes. A Brigada Militar instalou o som e escoteiros segurando cordas delimitaram um quadrado que representava o palanque. Na apresentação eu disse:

– Hoje, as mãos juvenis e patrióticas desses escoteiros representam e delimitam simbolicamente, o palanque convencional de madeira, unindo o seu porvir às tradições heróicas do nosso Patrono.

Na noite anterior eu escrevera o que eu iria falar, mas pouco antes da hora mudei de idéia. Pensei comigo: "não vou ler isso, vou simplesmente conversar com o Sampaio". Disse que, ao clarear do dia eu havia sonhado que o Sampaio nos esquecera. Surpreso, eu acordara, dormira de novo e sonhara outra vez, só que agora nós é que o estávamos esquecendo. Então comecei a conversar com o nosso Patrono. Na verdade não sonhei nada, foi pura invenção. Dizem que ficou bom... Foi a primeira vez em vinte anos que o Exército praticamente não apoiou uma homenagem desse quilate.

Casualmente eu estava no CMS quando o senhor tentava falar com o General Pinto. Os quatro-estrelas estavam chegando para a reunião do Alto Comando. Estavam todos preocupados preparando a casa e percebi que houvera um mal-entendido.

Naqueles livros "Anos de Chumbo" e "Volta ao Poder" – uma pesquisa semelhante à que estamos fazendo – a maioria dos oficiais-generais diz que o Governo deveria ter sido entregue antes. Daí a razão da próxima pergunta. O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

A resposta é difícil porque quando o Governo foi entregue já havia grandes manifestações, o povo estava nas ruas...

Diretas Já! Eleição...

Havia uma agitação criando corpo e não podíamos deixar certas coisas acontecerem. O Gustavo Le Bon escreve sobre isso no seu livro "Psicologia das Multidões". A multidão é um ente complicado porque não tem individualidade, as pessoas se tornam amorfas uma massa poderosa e muito sugestionável. Estava havendo uma pressão muito forte e talvez o momento fosse aquele, mas tenho minhas dúvidas quanto à maneira como foi feita.

Vários entrevistados disseram que o Exército se prolongou demais no Governo. Deveria tê-lo passado no fim da gestão Castello Branco, quando muito por ocasião da doença do Costa e Silva ou, na pior das hipóteses, ao fim do Governo Médici. Sinceramente, nunca vi esse pessoal falando assim na época. Tínhamos era muito temor de passar o Governo. É a minha opinião.

No Governo Médici aumentou a agitação e os subversivos reapareceram. Passar o Poder, naquela ocasião, seria fazer uma Revolução para entregá-la no outro dia aos que a motivaram; um contra-senso. Mas também não poderíamos ficar eternamente. Assim, não há dúvida de que ao final do Governo Figueiredo foi a melhor hora de entregá-lo para os civis.

Julgo que houve erro apenas na forma como se concedeu a anistia que, embora tardiamente, não podia ser antes. Eu a teria concedido, porém sem direitos políticos por uns tempos, talvez um ou dois anos, até a situação se acomodar. Porque na forma

concebida os anistiados chegaram já falando em "revanchismo" – Brizola e companhia – toda aquela turma de dedo em riste, atacando as Forças Armadas e não reagimos nunca. Aí cometemos o segundo grande erro: nos encolhemos. Em momento algum fomos ao chefe da Nação para dizer: "Presidente, vamos ver o que se pode fazer e como esclarecer o povo, vamos dar um basta nessas acusações infundadas."

Não reagimos! Em conseqüência os anistiados estão com a marreta em cima de nós o tempo todo. Baixamos mais a cabeça e mais marreta, e cabeça mais baixa... Criamos um círculo vicioso que perdura até hoje.

Em 1935, o Comitê Russo se reuniu para examinar a causa do fracasso da Intentona e concluiu que seria impossível a conquista do Poder, no Brasil, através das Forças Armadas. Deveria ser através da mocidade – envolvendo especificamente as faculdades de Filosofia. E assim foi feito. Formamos centenas e centenas de professores já nesse padrão e até no clero aconteceu isso.

No meu entender não houve na Igreja Católica uma ala progressista, comunista. O próprio Papa reconheceu que não havia bispos e padres comunistas e sim, jovens já doutrinados no comunismo que foram colocados no seminário e se sagraram padres e bispos. O mesmo aconteceu com os quatro companheiros da minha turma que participaram da Intentona no 3º RI. Eles não se tornaram esquerdistas ou comunistas na Escola Militar, já o eram antes de ingressarem.

Esses "esquerdinhas" proliferaram muito após a Revolução. Quem estava no exílio voltou e já chegou de dedo em riste. Criticando e falando sobre os "anos de chumbo" com exigências descabidas. Anistia quer dizer perdão para que irmãos vivam como irmãos, esqueçam o passado. Mas os únicos que seguiram os ditames da anistia foram as Forças Armadas, quietas nos seus quartéis, escutando tudo, trabalhando sem dizer nada. Os outros inventam e publicam notas e editais na mídia todo o dia. Ultimamente as ONG de Direitos Humanos estão contestando a história oficial da morte do Juscelino e do Jango e inventaram relatórios sobre a Operação Condor.

Sugerem que todas aquelas figuras teriam sido assassinadas pelos nossos. Vendem essas notícias para a juventude que, não sabendo nada da história, fica contaminada pelas inverdades e meias verdades. Um exemplo: tenho uma filha que estuda Direito. Ela me disse que outro dia um professor foi defender as Forças Armadas e quase toda a sala foi contra. Estão mal-informados.

Se por um lado foi elogiável as Forças Armadas permanecerem caladas em seus quartéis, por outro – a meu ver – foi condenável, pois o seu silêncio, o seu não falar e não esclarecer, determinou que duas gerações ignorem os fatos realmente acontecidos. Isso é grave e hoje não temos como chegar em um jornal com a nossa versão, não conseguimos publicar uma nota sequer. Existem ótimos artigos como os

do General Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), mas não permitem que sejam publicados.

Os generais Daniel (Daniel Lomando Andrade) e Adolpho João também escreveram e escrevem muito, mas nada conseguem publicar.

Não adianta, não deixam publicar e assim não conseguimos atingir a massa, que continua sendo trabalhada. Isso é muito grave. O nosso povo, politicamente, é muito ignorante e na sua simplicidade, é conduzido com facilidade. Tanto assim que, quando eu era major, houve um "buchincho" danado em todo o Brasil – fizeram até comício – porque um general lá do Norte declarou, na ocasião, que o voto dele não era igual ao de uma lavadeira...

General Ignácio José Veríssimo.

...e não era. A lavadeira poderia ser melhor do que ele em vários outros sentidos, mas politicamente... Até eu, por exemplo, que tenho curso superior, vivo lendo jornal e passei a minha vida toda estudando tenho dificuldade na hora de votar. Para presidente ainda escolho bem, mas para deputado ou senador já não sei escolher. Agora, como é que uma pessoa politicamente ignorante, que não lê nada, poderá escolher?

Aqui, um médico integrante da ADR (Ação Democrática Renovadora) – depois de muitos anos, lastimavelmente, tivemos que fechá-la –, que foi presidida pelo Adolpho João de Paula Couto, pregava que o voto deveria ser concedido apenas para determinadas categorias de cidadãos que soubessem escolher. Também penso assim, porque cidadãos politicamente ignorantes não sabem escolher e depois são conduzidos e engambelados.

Um exemplo disso aconteceu aqui no Estado com os dois candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), Tarso Genro e Olívio Dutra; o primeiro um homem preparado, não tão radical; o outro menos preparado, radical ao extremo, mas com certo carisma. Todo o povaréu votou no trotsquista Olívio Dutra.

Temos que tirar o chapéu para o PT, porque embora seja um partido comunista, é persistente. Ele trabalha sempre. Nós não, deixamos a coisa correr. Passem ali na esquina democrática que encontrarão uma mesinha do PT, com bandeirinhas, *bottons* e sua militância. Todos os filiados descontam um dízimo para o partido. Em qualquer reunião, comício ou passeata, pode não haver bandeira de mais ninguém, mas a do PT não falta. Eles são trabalhadores, militantes fanáticos. Temos que nos render a eles nesse sentido. E nós?

O nosso pessoal vive nas encolhas. Há uns dias, o Guilherme Socias Vilella, ex-prefeito da cidade de Porto Alegre pela antiga Arena, publicou no *Zero Hora,* jornal de grande circulação no Estado (Rede RBS), um artigo muito bom: "O povo está com medo", destacando a ação subliminar do Governo, agindo até nas escolas.

E que estou fazendo? Tirei cópias do artigo e, como não posso distribuir assim "a rodo", coloco na caixa do correio para um companheiro, dou para outro pessoalmente e peço para passar adiante. É a maneira de fazer circular.

O senhor acha que existe "revanchismo"?

Existe e muito grande. "Revanchismo" é isso que estamos vendo, o inconformismo e a ganância pelo Poder, principalmente dos militantes da esquerda. Vemos todos os dias nos jornais: "anos de chumbo", "ditadura militar", impregnando a nossa mocidade muito mal-informada e até mal-orientada – que amanhã será a nossa classe dirigente – com essas idéias de desprestígio às Forças Armadas, que crescem geometricamente.

Um exemplo é a cadeira de Educação Moral e Cívica – um programa formidável da Revolução – que não só não vingou como muitos professores a utilizavam para propalar a sua ideologia contrária. Outro dia o Antonio Carlos Magalhães, ex-governador e senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL) da Bahia, teve a coragem de dizer que as Forças Armadas gastam muito, que poderiam ser aproveitadas no policiamento e mais não sei o que.

Felizmente, para surpresa de muitos – não nossa – ele concluiu que o resultado da última pesquisa sobre credibilidade aponta as Forças Armadas como a instituição mais bem classificada, inclusive na frente da Igreja.

Mais de 80%. Até fiquei um pouco preocupado com esse resultado porque como somos muito tímidos em relação à mídia, é provável que nos calemos mais ainda, para não provocarmos uma queda nesses índices. Então, para mantê-los... porque se reclamarmos, cairemos para 50%.

Outro exemplo importante; uma pesquisa feita por um engenheiro sobre tudo o que foi feito durante os governos revolucionários, mostrou que houve desenvolvimento em praticamente todos os setores. O único que não apresentou incremento foi o ferroviário.

Não há dúvida. Com o Andreazza (Mário David Andreazza) era só rodovia. Aspirante de quarenta. Dizem que era um excelente instrutor. Segundo o General Adhemar (Adhemar da Costa Machado) – que fazia dupla com ele na Escola de Estado-Maior – o Andreazza tinha uma grande facilidade de comunicação.

Eu o conheci bem. Também, um oficial muito trabalhador. Fui aluno dele na ECEME. O gringo trabalhou um bocado por essas estradas.

Quando eu estava no Rio, cursando o Estado-Maior, houve um boato de que ele era corrupto. Era tudo mentira.

Pois é. Um homem que morreu pobre.

O senhor sabe a razão dos boatos? Na ocasião, o frete marítimo era todo destinado para os armadores internacionais. Ele propôs uma nova legislação destinando metade das cotas para os brasileiros. As multinacionais do setor sentiram-se ameaçadas e montaram um esquema que até a mim iludiu. Era o seguinte: nos fins de semana mandavam uma pessoa da confiança deles aos plantões de vendas dos edifícios classe A, em construção. No local o enviado dizia que trabalhava para o Andreazza e que o Ministro desejava comprar a cobertura. Se a mesma ainda estivesse disponível, o suposto empregado perguntava qual era a área. Para qualquer resposta, ele alegava que não servia, pois o ministro desejava algo muito maior, uma cobertura espetacular.

Uma história muito prática e sutil, típica da realidade da política. Só que no caso do Ministro, sem um pingo de veracidade. Claro que ninguém é imune...

Ainda não chegamos a esse ponto.

Bem, acredito que discorri sobre todos os pontos de interesse deste assunto que, finalmente, a nossa instituição está dando a devida importância. Agradeço a oportunidade que tive de rememorá-lo e, mais uma vez, alerto, aqueles que quiserem me ouvir, sobre o momento atual.

Realmente, a sua entrevista esclareceu pontos fundamentais sobre aquela quadra importante de nossa história político-militar, período que, sem dúvida alguma, o senhor foi, não só um dos formadores de opinião, como também um dos principais vetores das ações então desenvolvidas. O nosso muito obrigado!

General-de-Brigada Arlênio Souza da Costa

O General Arlênio Souza da Costa nasceu em março de 1935 na Cidade de Dom Pedrito, RS, e ingressou no Exército em 1953 como aluno da Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 19 de dezembro de 1958, além da Academia Militar das Agulhas Negras, realizou, ainda, ao longo de sua carreira, os cursos das escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Superior de Guerra (ESG).

Como oficial subalterno e capitão serviu no então 19º Regimento de Infantaria (19º RI), 6ª Companhia de Polícia do Exército (6ª Cia PE), 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e 9º Regimento de Infantaria (9º RI). Vivenciou intensamente o movimento da Legalidade em 1961 e a Revolução de março de 1964.

Graças ao seu perfil de oficial de escol, foi sucessivamente convidado para ser instrutor do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e do Curso Superior da Academia de Polícia Militar/RS.

Como oficial superior serviu na 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas, RS, no Comando da 6ª Divisão de Exército (6ª DE) e no Comando Militar do Sul (CMS), tendo desempenhado funções em todas as áreas de um Estado-Maior.

Comandou o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), ex-19º RI, em São Leopoldo, RS. Promovido a general em março de 1991, foi nomeado comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz) em Cuiabá, MT, permanecendo naquele comando até sua transferência para a reserva, a pedido, em 1993.

É Engenheiro Civil, graduado em 1980, e membro dos Institutos Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE) e de Perícia e Engenharia de Avaliações do Rio Grande do Sul (IPARS), tendo trabalhado na área de avaliações entre 1995/1996.

O General Arlênio foi distinguido ao longo de sua carreira com inúmeras condecorações conferidas pelo Exército Brasileiro e pelos governos dos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

Entrevista realizada em 1º de abril de 2002.

É com prazer que o Projeto de História Oral do Exército recebe hoje o General Arlênio Souza da Costa, Aspirante-a-Oficial de 1958 e promovido a General em 1991. Na época da Revolução, estava classificado no Colégio Militar e no período da "Legalidade" servia no 19º RI, de São Leopoldo.

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Para mim a base de tudo foi exatamente a renúncia do Jânio. Em função da "Legalidade", a manutenção do Jango na Presidência desencadeou tudo o que sabemos de quebra da hierarquia e da disciplina, desrespeito generalizado à autoridade, violência na cidade e no campo; o Presidente da República propugnava por uma república sindicalista, como primeiro passo para a comunização do País. Não falo apenas hoje como general, pois já como 2º-tenente sentíamos – eu e os companheiros – o clima subversivo.

O Exército, particularmente aqui no Sul, posicionou-se favoravelmente à posse do Jango. Esse foi um dos motivos que redundaram na Contra-Revolução de 1964; não aceito a denominação de Revolução; para mim foi contra-revolução.

Aqui no Rio Grande do Sul a renúncia teve realmente uma repercussão muito forte no âmbito militar. Apreciaria que o General Arlênio dissesse mais alguma coisa sobre essa época em que estava no 19º, em São Leopoldo, principalmente porque se deslocou até Santa Catarina – a segunda fase daquele processo que se convencionou chamar de "Legalidade".

Na época da "Legalidade" eu era 2º-Tenente subalterno da 2ª Cia de Fuzileiros. O Coronel Ibá (Ibá Mesquita Ilha Moreira), Comandante do 19º, fora à Capital Federal receber a condecoração para o Estandarte do Regimento. No dia seguinte ou na noite do seu retorno de Brasília, recebeu a incumbência de deslocar a Unidade para Porto Alegre a fim de guarnecer o Morro do Menino Deus,[1] onde estavam localizados os paióis de munição e havia comentários sobre a possibilidade de serem bombardeados. A nossa missão era guarnecê-los. Ocupamos a área do 8º Batalhão de Saúde (8º BSau), que estava praticamente vazio – o morro fora literalmente esvaziado – e assumimos a guarnição e defesa de toda aquela área.

A missão principal era proteger os paióis?

Impedir a destruição ou a invasão e o roubo de munição dos paióis. Viemos, entramos em posição e fizemos a defesa do Morro. Dias depois soubemos que o 19º deslocar-se-ia para Lages, em Santa Catarina.

Na véspera do deslocamento, fomos chamados pelo Comandante e cada um foi indagado se desejava ir ou não; respondi que estava com o Comandante da Companhia.

[1] Bairro da cidade de Porto Alegre.

No dia seguinte retornamos ao 19º, tivemos uma hora para ir à casa e, no outro dia de manhã, já seguimos para Lages. Alguns oficiais, que não concordavam com a decisão do Comando, foram presos e não acompanharam o Regimento. Em conseqüência, eu, de subalterno, fui guindado a Comandante da Companhia de Comando do 1º Batalhão e S4 da Unidade. Chegamos, entramos em posição e só fomos substituídos por outro Batalhão depois de uma semana embaixo d'água, pois era chuva o tempo todo.

Essa posição era no eixo da BR/2?[2]

Não, nas proximidades da localidade de Índio e nas pontes próximas a Lages...

A missão seria barrar...

...a aproximação do Exército que vinha do Norte, impedindo que chegassem ao Rio Grande do Sul. Ficamos em posição nas margens dos rios.

Lembro-me que guarnecíamos a ponte sobre o Rio Caveiras que estava totalmente preparada para ser dinamitada. Uma das Companhias de Fuzileiros, se não me engano a 1ª, guarnecia o aeroporto e as outras estavam espalhadas. Para supri-las de gêneros e demais materiais, eu –como S4 do Batalhão – praticamente rodava o dia inteiro com um jipe e um caminhão distribuindo tudo – debaixo d'água o tempo inteiro.

Como funcionavam os ranchos? (cozinhas).

Tínhamos um rancho em cada companhia e como havia pessoal em posição, os demais almoçavam ou jantavam e substituíam os outros que vinham alimentar-se, sempre por faxina – sistema de alimentação mediante rodízio do pessoal.

Uma semana depois fomos substituídos pelo 2º Batalhão e logo em seguida...

Essa substituição foi em decorrência de quê?

Talvez porque já houvesse indícios de arrefecimento na crise...

E voltaram em seguida para Porto Alegre?

Ficamos ainda um tempo na Reserva. Ao término da operação, fomos recebidos pela sociedade de Lages e marcamos a nossa presença com um desfile na cidade. Depois retornamos para São Leopoldo e a vida continuou quase normal, pois lembro bem que o Exército do Sul foi extinto. Um exemplo é que fui promovido a 1º-tenente, e só diziam que eu havia sido comissionado naquele posto. Mais tarde aí sim a vida retornou ao normal...

Nos dê uma idéia do efetivo desse Destacamento.

Se a pergunta é sobre o destacamento em posição no terreno, então o efetivo era de batalhão. Caso se refira ao destacamento como um todo, a resposta é o 19º Regimento. Só ficou no Quartel um efetivo reduzidíssimo para a segurança do aquartelamento e demais instalações. Porém, se a pergunta é sobre a tropa do III Exército

---

[2] Única rodovia que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo (hoje BR 116).

então o I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm (I/6º RO 105) também entrou em posição, além de outras Unidades de que não tomei conhecimento na época.

Então o 19º recebeu reforços?

Todo o Destacamento deslocou-se para Lages; o 1º Batalhão entrou em posição, depois foi substituído pelo 2º...

O 2º Batalhão foi junto e inicialmente ficou na Reserva?

Isso. Ocuparam um ginásio que disseram ser o Círculo Militar...

O próprio Batalhão de Lages deve ter cedido alguma dependência...

Era no Batalhão...

No 1º BFv do Floriano Moller...

O Coronel Velloso (Hélio Bohrer Velloso da Silveira), fiscal do 19º RI, despachava em uma sala onde eu entregava os meus pedidos de gêneros. Vivíamos a situação vinte e quatro horas por dia. Eu dormia em uma poltrona na sala do coronel – ele dizia que era a minha cama. Não havia formalidade; colocava as necessidades de tudo o que precisávamos em uma simples folha de papel: cigarro, bala, feijão, arroz, carne, enfim toda e qualquer necessidade. Entregava o pedido para o fiscal e ia dormir enquanto carregavam o caminhão. Eram os momentos de descanso. Aproveitávamos também os deslocamentos para dormir, éramos quatro nos revezando na direção; o motorista e eu no jipe e o sargento encarregado e o motorista no caminhão; um dirigia e o outro dormia, porque não havia como fazê-lo em outras oportunidades. E o pior é que foi uma semana toda molhado dos pés à cabeça o tempo inteiro.

Era final de agosto e Lages é um lugar frio...

Muito frio. Mas graças a Deus tudo terminou bem.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a preparação do Movimento de 1964? Fala-se muito em conspiração, se bem que preparação não implica necessariamente em conspiração. Fiz a EsAO em 1963. Havia instrução sobre guerra revolucionária, leituras de boletins do Estado-Maior do Exército, ocasião em que esclareciam os oficiais mais modernos. Isso foi um preparo que surtiu efeito.

As principais contribuições foram de nossos chefes militares, alguns governadores de Estado, particularmente Magalhães Pinto, de Minas Gerais, não por acreditar nos nossos propósitos mas porque desejava ser o próximo Presidente da República, alguns empresários, grande parte da imprensa e parcela significativa da população cujo apoio foi fundamental ao êxito da Contra-Revolução.

Para mim, na época 1º-Tenente servindo no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), o principal articulador aqui no sul foi o meu comandante, Coronel de In-

fantaria Plácido (José Plácido de Castro Nogueira). Apesar de não ter tropa sob seu comando, sempre era consultado sobre os caminhos a serem trilhados. Nenhuma decisão era tomada sem o seu concurso, tanto que os presos militares foram recolhidos às dependências da Companhia de Comando e Serviço (CCSv) – antigo picadeiro, no final da Rua Santana – do CMPA e não para outro Quartel. Como conseqüência, o então Comandante do 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (6º Esqd Rec Mec), tirou seu esquadrão do quartel, no Bairro Partenon, para atacar as instalações da CCSv/CMPA, o que felizmente não veio a acontecer.

Pena que o Coronel Plácido esteja tão doente – seria um entrevistado obrigatório porque sabe de coisas que pouca gente conhece. A minha sensação era de que nada acontecia sem o aval dele.

Onde ocorreu a maior resistência à implantação da Revolução?

Nos grupos e adeptos do Brizola, Arraes, Prestes e outros políticos que tiveram seus interesses pessoais contrariados, particularmente aqueles com pretensões presidenciais; na imprensa comprometida com o comunismo internacional; entre empresários, professores e estudantes adeptos ou simpatizantes da mesma ideologia. Nas universidades – cursava o segundo ano da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – a preparação era diária e intensa.

Havia estudante que passava o tempo inteiro sempre no mesmo curso e no mesmo ano, não era aprovado nunca, conhecidos "estudantes profissionais", que freqüentavam as faculdades e escolas só para fazer proselitismo político. Os "estudantes profissionais" agiam livremente.

Era uma guerra, tínhamos que estar permanentemente atentos. Cansei de subir no tablado para denunciar mentiras propaladas por esse pessoal ou então para fazer propostas diferentes daquelas apresentadas por eles. Pela nossa atuação, outros oficiais e eu, conseguimos manter o Diretório Central de Estudantes (DCE) com uma diretoria não comprometida. Quando essa malta foi surpreendida pela Contra-Revolução passou a articular, velada ou abertamente, a resistência ao processo em curso.

Também fiz História e Geografia na Universidade do Paraná, em Curitiba, nessa época. Era terrível, porque uma minoria de ativistas manobrava com quase toda a Universidade.

E parte da culpa cabia a muitos professores também. As pessoas não se dão conta de que um tratamento diferenciado normalmente causa revolta. Lembro que alguns professores separavam os civis dos militares durante as provas. Colocavam os civis em quatro colunas, e, para cada uma delas, distribuía uma prova diferente para

que não houvesse possibilidade de cola. E nós militares éramos colocados em uma única fila com prova única. A garotada reclamava daquela situação discriminatória. O professor dizia taxativamente:

– Em vocês eu não acredito; já os militares têm palavra: eles dizem que não colam e não o fazem.

Até pedi a ele:

– Professor, nos misture com o pessoal, senão fica uma discriminação muito enjoada.

Esse tipo de ação provoca raiva e revolta; naquela época era um campo fértil para qualquer um chegar lá e dizer um monte de besteira como os guris diziam. No fundo não sabiam nada mesmo.

Em uma ocasião, quando me encontrava no Colégio Militar, fui nomeado escrivão de um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido por um Major professor. No decorrer do inquérito, fui encarregado de ouvir um universitário que morava em Belém Velho ou Belém Novo.[3] Como cheguei lá em uma viatura do Exército, os pais dele ficaram nervosos. Depois de ouvi-lo, concluí que o rapaz não sabia absolutamente nada de coisa nenhuma, fora citado porque a namorada dele estava envolvida e ele apenas queria ficar junto com ela. Assim como ele, até hoje, o número de "inocentes úteis" é impressionante.

Eu também fui de 2ª Seção e tive um caso muito semelhante. E o pior é que no meu, o rapaz estava muito enrolado, já na fase de inquérito e preso incomunicável. Fui conversar com ele e, no final de nosso diálogo, com sinceridade me disse: "Eu não desejo tirar nenhuma vantagem do que vou lhe falar, mas o meu envolvimento foi seguir uma moça que estava nesse negócio; agora ela está lá na Alemanha, usufruindo do bom e do melhor, e eu aqui preso." Era mais um "inocente útil".

E no meu caso nem ela tinha qualquer envolvimento; fora usada também, e o camarada estava apaixonado e aonde ela ia ele ia junto.

Esse IPM foi minha *avant-première* na área de informações. Só fui trabalhar realmente em 2ª Seção depois de oficial de Estado-Maior. Fui chefe interino em algumas oportunidades, no Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas, e adjunto, quando cheguei ao Comando da 6ª DE, tudo referente à 2ª Seção. Depois do comando do 19º, vim servir com o General Paulo Campos Paiva. O Comandante do III Exército me designou chefe da 1ª Seção, mas quando cheguei no gabinete do General Veneu (Antônio Luiz da Rocha Veneu), chefe do Estado-Maior, virei adjunto do Coronel Majerkowski (Estanislau Kostka Majerkowski) que chefiava a 2ª Seção.

---

[3] Bairros distantes do centro da Cidade de Porto Alegre.

Em seguida, fui designado chefe da seção e assim permaneci durante os comandos dos generais Édison (Édison Boscacci Guedes), Azambuja (Clovis Borges Azambuja) e Fajardo (Alberto dos Santos Lima Fajardo). Então fui promovido a general. Essa foi a minha vivência de Segunda, antes era só de banco escolar.

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou estado?

Por volta das 14h do dia 31 de março de 1964, os oficiais foram reunidos no gabinete do comandante do CMPA, oportunidade em que o Coronel Plácido deu a notícia da Contra-Revolução e dos últimos acontecimentos. Em seguida, dirigiu-se a todos (os professores não participavam da reunião, salvo o decano dos mesmos) nos seguintes termos:

– Eu estou saindo para a CCSv. O Tenente Arlênio vai comigo. Quero saber quem mais me acompanhará? O Subcomandante e os professores ficarão, pois o Colégio continuará funcionando normalmente. Essa meninada (referia-se aos alunos) não pode ser prejudicada pela insanidade de maus brasileiros.

Os oficiais foram respondendo pela ordem hierárquica, sendo eu o único que não precisou responder. Nunca me passou pela cabeça indagar do Coronel Plácido as razões que o levaram a assim proceder; contudo, uma coisa era certa, todos sabiam – do comandante ao soldado mais moderno, passando por professores, oficiais, praças, alunos e funcionários civis – das minhas convicções. Talvez esse tenha sido o motivo de eu não ter sido consultado. Imediatamente após essa rápida consulta, o Coronel me fez a seguinte determinação:

– Arlênio! Vai para casa. Tens uma hora para comemorar o teu aniversário com os teus familiares. Informa-os que entraremos de prontidão e nada mais. Diz para o teu pai (eles foram colegas no Colégio Militar e em Realengo) que o nosso destino é a CCSv; mais ninguém, na tua família, precisa saber disso.

Fui e voltei de acordo com a ordem recebida.

Depois dos preparativos, o Comandante, 12 oficiais e eu deslocamos-nos para o picadeiro – ficamos conhecidos como os 14 do “Clube da Alfafa” (Anexo) – e lá adotamos as medidas militares de rotina para defesa de aquartelamento. Os demais oficiais permaneceram no exercício de suas atividades no Colégio.

Como já disse, mais tarde o quartel da CCSv recebeu os presos militares contrários ao movimento, sendo que do CMPA, o único preso foi o Coronel professor Osório (Roberto Riedell Osório de Pina). Todos sabiam ser ele um comunista, embora no Colégio não fizesse doutrinação entre os alunos, pares ou subordinados. Apesar de estar autorizado a continuar ministrando suas aulas, julgou-se na obrigação moral de apresentar-se preso depois de atuar ativamente, no Largo da Prefeitura, na mobilização de guerrilheiros.

De minhas alterações consta que a 10 de abril de 1964 fui elogiado pelo Coronel Plácido, nos seguintes termos:

"Pela maneira disciplinada com que se conduziu por ocasião da última crise política quando, acompanhando este Comando, deslocou-se para a CCSv, no dia 31 de março de 1964, às 17h30min. A atitude correta, ponderada e inteligente adotada em todos os momentos, demonstrando serenidade, patriotismo e noção exata de cumprimento do dever, permanecendo em seu posto de serviço as vinte e quatro horas do dia, durante as cinco jornadas lá vividas, é um exemplo dignificante de amor à Democracia, à Pátria Brasileira e às suas Instituições. Louvo, pois, este jovem oficial formulando um apelo veemente para que continue na trilha que o tem conduzido, com a mesma bravura e solicitude. (Individual)."

Eu não me lembro do Coronel Osório.

Creio que era professor de matemática. Na "Legalidade" fez uma conclamação, recrutando voluntários para as brigadas do Brizola. E em 1964 queria fazer o mesmo. Depois, desistiu e apresentou-se preso para mim porque eu estava de Oficial-de-Dia. Ele foi o único oficial do Colégio Militar a ser preso. Claro que aconteceram prisões de outros...

E nesses casos eram presos nas Unidades deles?

Não, todos foram recolhidos às dependências da Companhia de Comando do Colégio Militar. O Comando do III Exército concentrou todos lá.

Você falou que o Vargas esteve no Colégio?

O Capitão Nilton Cardona Vargas e o Major Liberato Vieira da Cunha – o Garotinho – que fora subcomandante de Batalhão no 19º. Esses dois e outros oficiais ficaram presos no Colégio Militar. O Liberato passava com um caderninho perguntando:

– Qual é o teu nome?

Quando se aproximou de mim e perguntou o meu nome respondi:

– Major, o senhor sabe o meu nome; servi com o senhor lá no 19º.

– É para eu ter certeza – disse ele.

– Então o senhor anote o nome completo porque existem dois Arlênios no Exército. O meu é Arlênio Souza da Costa. E na hora que o senhor resolver assumir o comando dos fuziladores do *paredón* e passar fogo em todo o mundo – que é idéia de vocês – o senhor não mata o outro.

O Clube da Alfafa tinha catorze oficiais, que foram manter a segurança do aquartelamento, pois eram mais de vinte oficiais presos.

Oriundos só da capital?

Acho que sim. Lembro que o último foi o Ourique (Newton Ourique de Oliveira).

Ele era Tenente-Coronel de artilharia...

Antigão! Nós estávamos lá e ele chegou no portão e disse:

– Quero entrar!

– Vou chamar o Comandante – respondi.

– Não, estou me apresentando preso.

E foi o que fez. Depois soube que fora estafeta do Brizola.

O meu Comandante de Unidade era o Coronel Guerreiro Brito (João Guerreiro Brito). Ele foi preso, mas acredito que ficou em casa. Também era antigão, quase general. O senhor teria condições de citar o nome de outros oficiais que foram recolhidos presos?

O grande problema é dar-lhe uma resposta positiva; não posso ficar no mais ou menos e, ao mesmo tempo, a minha antiguidade na época não me permitia ter uma visão abrangente nem o conhecimento de todos os nomes envolvidos

Eu não li nenhum documento da época que dissesse: foram recolhidos ao xadrez Fulano, Beltrano e Cicrano, não existe isso. Tudo foi meio empírico; talvez até de propósito, porque muita coisa foi feita por paixão momentânea. Então deixaram os companheiros esfriar a cabeça em casa e, no dia seguinte ou depois...

O Coronel Plácido queria assumir o comando do 18º; saímos da Companhia de Comando e fomos para lá; eu pedia para o Coronel não entrar enquanto o Comandante, Coronel Bandeira de Mello (Lauro Almeida Bandeira de Mello) não estivesse no quartel porque senão iriam dizer que fora um ato de covardia. Ele só desistiu de entrar no último momento. Depois ficamos sabendo que o comandante havia sido preso.

Preso, aqui no QG?

Preso aqui, onde se apresentara. Não fiquei sabendo sobre o destino posterior dele, se o mandaram reassumir o comando do 18º.

Nos Boletins Reservados do CMS que consegui, não existe nada escrito sobre isso.

É porque na verdade não aconteceu praticamente nada. O Comandante do 6º Esqd Rec Mec era o Capitão Kauffmann (Aécio Kauffmann Colombo da Silva). Ele queria porque queria fazer gato e sapato, atacar a Companhia para liberar os presos e não sei o que mais. Acabou não fazendo coisa nenhuma.

Aliás, tudo que aconteceu era mais ou menos previsível. Eu servira na Companhia de PE, de lá fui transferido para o 18º e depois para o Colégio Militar. Na época o Carlos Lamarca era oficial da Companhia de PE para onde foi levado preso aquele major-aviador, Daudt. Eu ainda alertei:

– Se não atentarem para o lugar onde ele está recolhido, quando o Lamarca estiver de Oficial de Dia facilitará uma fuga.

Não deu outra! Ele ficou preso em uma sala do Pelotão de Comunicações situada no último piso. Havia uma porta de madeira com uma janelinha de vidro e

um janelão gradeado voltado para o alojamento. Não havia por onde fugir, a não ser pela porta. Quando abriram, o major havia fugido. Subira pelo forro para o telhado da Companhia e, como a altura até a calçada era pequena, não teve dificuldade nenhuma, foi embora tranqüilamente. O Oficial de Dia era o Lamarca. Fora disso, muita conversa fiada.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

O Movimento foi muito bem recebido pela população, uma vez que ninguém mais agüentava a anarquia reinante no país.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Antes de mais nada, vamos deixar claro meu ponto de vista para que não pairem dúvidas: para mim não eram governos militares e sim governos de presidentes militares. Quantos advogados foram presidentes? E nem por isso tivemos o governo dos advogados. Assim, por que governo militar. O presidente, por acaso, era um militar.

O General Negrão (Raymundo Maximiano Negrão Torres) também disse a mesma coisa. Você o conhece? Embora discreto, é um estudioso do assunto e conhece muito sobre Revolução.

Quando cheguei na 8ª Bda Inf Mtz o Comandante era o General Ruy Leal Campello, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Lembro que em um deslocamento de Pelotas para Porto Alegre surgiu o "papo" dos governos militares e um dos oficiais – não foi ele especificamente – me fez exatamente essa pergunta. Respondi:

– Nós já "bobeamos". O Castello Branco deveria ter entregue o Governo para um "paisano" e até logo!

O General ficou furioso comigo, pois pensava diferente. Diferenças a parte, até hoje gosto muito dele. Já o novo Comandante da Brigada, o General Murgel (Edmundo Adolpho Murgel) – infelizmente já faleceu – me perguntou especificamente o que eu pensava, e eu de novo respondi:

– Sou de opinião que o Castello Branco deveria ter entregue o Governo para um civil, para ficarmos em condições de, se necessário, novamente retornar ao Poder, e dar umas "palmadinhas" nesses políticos, para aprenderem a fazer a coisa certa.

Se necessário...

Ele não ficou brabo, mas não gostou muito da minha resposta. Ao longo dos anos continuei avaliando as diversas situações e até hoje não mudei de pensamento: realmente teria sido melhor passarmos o Governo para o primeiro civil, escolhendo sei lá quem, tudo para preservar uma alternativa. Ficamos encurralados, foi

um presidente militar após o outro e um bando de civis aproveitadores. O Aureliano Chaves, o Marco Maciel, o José Sarney e o Antônio Carlos Magalhães – os quatro cavaleiros do apocalipse da política brasileira – participaram de todos os governos, se eternizaram: o Sarney passou da extrema direita para a esquerda no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Marco Maciel que era não sei o que, hoje é de esquerda. Todos eles se posicionam apenas conforme os seus interesses, não tem coerência política. E nós só acompanhamos isso. Marchamos nessa! Fomos enganados!

Na verdade permanecemos tempo demais; servi cinco anos na Presidência – no Conselho de Segurança – então...

O senhor tem um conhecimento muito maior do que eu sobre o assunto.

Eu era pica-fumo,[4] *mas observava e percebia a situação. Os nossos tecnocratas da área econômica conquistaram muitos pontos, evoluíram, mas nós mesmos – os militares – não mandávamos quase nada. Tínhamos o poder da autoridade, isso não havia dúvida. E era impressionante como os políticos fisiológicos se moldavam aos golpes recebidos; assemelhavam-se a boxeadores: não afobavam, absorviam bem e continuavam usufruindo da posição. No entanto lembro bem de uma qualidade nossa que considero muito válida: não tivemos continuísmo. Os presidentes se sucederam, embora isso não tenha sido assim tão fácil, porque ao terminar um período de governo, víamos um trabalho solerte, muito forte, na tentativa de que houvesse uma reeleição. Ninguém queria entregar o Poder.*

Uma briga por reeleição ou entre os próprios militares. Eu considero aquela situação horrível. Um desgaste desnecessário.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Depende de qual terrorismo estamos falando. As ações no campo militar foram adequadas mas não surtiram a eficácia desejada. O terrorismo nos demais campos do Poder não foi combatido, ao contrário, os métodos empregados foram totalmente ineficientes. Para que se tenha uma rápida idéia do que afirmo, até catecismo subversivo foi distribuído pelos padres salesianos às crianças católicas.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

O trabalho de comunicação social não existiu. Foi um fracasso total e absoluto. Alerto o nosso pessoal há muitos anos sobre esse problema. A esquerda domi-

[4] Militar com hierarquia inferior em um grupo.

na tudo; não ganhamos nem concurso. Pode ser o tema ou área que for: de frase, de poesia, de conto; só a esquerda ganha. Qualquer concurso. E não é só no Brasil, até internacionalmente.

Só uma vez vi a revista *Veja* publicar uma reportagem queimando a língua e dizendo exatamente isso. Não havia como dizer ao contrário; tentaram encobrir uma pesquisa que alguém fizera, mas a notícia vazou e mostrou que o patrulhamento existia em todo o mundo. Desde o Prêmio Nobel da Paz, aqui, ali, acolá é sempre a mesma coisa; dominam e detêm tudo; têm os meios de comunicação na mão; jornais, revistas, rádio, televisão, todos. Ninguém mais fala, e se fala não é ouvido, e se escreve não é lido. Não só aqui, isso acontece em qualquer parte do mundo. E lá fora, inclusive, organizaram comitês, frentes ou grupos cujo único propósito era difamar o Brasil. Eles tinham vez, nós não conseguíamos nada.

Lembro que enquanto chefiei a 2ª Seção, volta e meia eu falava para o comandante:

– Comandante, está difícil continuarmos nessa situação. Temos que dar uma resposta.

– O que vem debaixo não me atinge – limitava-se a dizer, o general.

Nunca fomos capazes de dar resposta oportuna. Diga-se de passagem, continuamos mudos e até escondidos. De falta de resposta em falta de resposta, hoje estamos levando pontapé e sendo atingidos na cara; nada vem mais debaixo. E a televisão está aí, veiculando histórias sobre os "anos de chumbo" e não sei mais o que, sempre a mesma coisa. No momento, a discussão é sobre os filmes premiados no Rio Grande do Sul; os laureados com certeza enaltecem a esquerda ou nos denigrem. E agora esse pretensioso sem-terra...

O Mário Lill.

Levou o movimento dos sem-terra até o Arafat. Deu apoio e recebeu notoriedade mundial. Nós nunca fizemos absolutamente nada. Ultimamente alguns companheiros estão escrevendo...

O Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) esteve aqui lançando seu livro e eu comentei com ele:

– Todos estão elogiando muito a sua obra, está bem escrita. Você tinha que sair do guarda-chuva da Biblioteca do Exército e realizar lançamentos pelos menos nas grandes metrópoles. O pior que pode acontecer é ninguém comprar. O que duvido muito, desde que haja uma boa divulgação.

A resposta dele foi interessante:

– A nossa situação perante a mídia é crucial: entreguei o livro para um desses repórteres de renome nacional – ele não me disse o nome – pessoa de alto nível. Ele

leu e me disse que é exatamente como ele pensa mas se recusou a tomar qualquer iniciativa, dizendo: "Não vou entregar a minha carcaça aos urubus."

O único que hoje ainda consegue falar é o Olavo de Carvalho. Ele já foi do outro lado e agora é um dos maiores críticos a nos alertar sobre os perigos dessa política esquerdizante.

Tínhamos dois gênios que falavam e ninguém tinha competência para contestar: o Roberto Campos como político e o Nelson Rodrigues na ficção; realmente o pessoal os respeitava.

Fora esses mais nada. É o que o Del Nero falou; eles estão aqui, inoculando "a grande mentira". Tudo sendo repetido há doze anos, mentindo, e será que todos estão acreditando? Doze anos em Porto Alegre; mentindo descaradamente. O Dilamar Machado foi meu colega de ginásio lá em São Gabriel; tempos atrás me encontrei com ele e perguntei:

– Meu rapaz, você está sumido da política?

– Olha, sempre combati vocês, mas agora já começo a dar o braço a torcer. Não agüento mais esse pessoal. É mentira de todos, todo dia – ele me respondeu.

– Mas vocês ajudaram a mentir! – retruquei.

Concluindo. Fomos e somos um fracasso em termos de comunicação social. A história é a que eles querem que seja contada e pronto. Ninguém sabe absolutamente nada diferente; a não ser que se interesse e vá procurar. Esses são poucos. Muito poucos. Poucos mesmo.

A última edição da revista Veja *noticiou o lançamento de uma nova versão da Guerra do Paraguai (*Maldita Guerra *– Doratioto, Francisco Fernando). Antes, o professor Chiavenatto (Júlio José), escreveu o livro:* Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai, *quando inverteu a história daquele conflito, revanchismo puro. Agora, a* Maldita Guerra *é um pouco diferente.*

Vou aproveitar o seu comentário para relatar um fato ocorrido em 1992 com um escritor mato-grossense. Conversei com ele na ocasião que lançava um livro, na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, destruindo documentalmente todas as inverdades apresentadas na obra *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Isso aconteceu há dez anos e até hoje a mídia exerce um férreo patrulhamento sobre esse escritor mato-grossense, fazendo com que o livro do Chiavenatto seja o mais comentado sobre a Guerra do Paraguai.

E com isso esse pessoal combativo fica esquecido.

Há necessidade inclusive de nos precavermos documentalmente. Reescrever, por exemplo, a história do Duque de Caxias, dizendo em que lugares esteve, o que fez e o que não fez, em cada uma de suas campanhas, tudo "amarradinho". Infelizmente

não temos a necessária competência para fazer essas coisas; não temos! Sobre essa história dos livros, eu me lembro – já como oficial mais antigo e mais influente – de uma conversa que tive com um chefe, quando lhe disse:

– Gastamos tanto dinheiro em besteira, por que não contratamos um desses escritores famosos no Brasil e lhe fornecemos todas as informações para ele escrever a história oficial da Revolução. Com certeza resultaria uma história atrativa e vendável.

Não fizemos. Enquanto isso vem dinheiro de fora para pagar a versão deles. Há gente só para escrever contra. E não é só aqui, há até comitê internacional para difamar.

E quem seria o grande inimigo? O Exército brasileiro? O Ocidente? Os Estados Unidos?

Em última instância os Estados Unidos...

E por incrível que pareça, quando um militar brasileiro fala com um companheiro americano nesses termos elevados, ele não consegue entender o que estamos falando. Impressionante! Em 1964 ou no ano seguinte, quando estávamos começando a desengajar, vi uma discussão do Jarbas Passarinho – ele era Ministro da Educação – com um major americano, adjunto da aditância, sobre democracia. O Passarinho teve que dizer para ele:

– Você não pode comparar o Brasil com os Estados Unidos!

E ele não entendia. No final, o Ministro, que é um homem fino, delicado, ainda teve que apelar:

– Rapaz, você está sendo deselegante. Está falando com um Ministro, criticando o meu governo; eu seria incapaz de criticar o seu governo por problemas raciais, domínio da economia mundial, arrocho no nosso programa de energia nuclear durante toda a vida, e por tantas outras coisas. Você tem que entender que não são falhas; é a nossa maneira de ver as coisas.

Antes de abordarmos outro aspecto, gostaria de comentar o exemplo da solenidade de comemoração do 31 de Março do corrente ano. Uma solenidade escondida no fundo do CPOR/PA (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre), com uma tropa de 5 (cinco) pelotões, para um público interno reduzidíssimo, cuja duração, tão rápida, apenas traduzia uma vontade de que terminasse antes mesmo de começar.

Quem estava lá? Os mesmos. Não adianta falarmos só para nós. A solenidade durou vinte minutos. Se tanto! Devíamos fazer uma comemoração aberta, para todos verem. A repercussão da solenidade do ano passado lá no Parcão[5] foi estu-

---

[5] Parque Moinhos de Vento (área verde situada no Bairro Moinhos de Vento na Cidade de Porto Alegre e carinhosamente apelidada de Parcão).

penda. Os comentários se prolongaram por um longo tempo: "Eles estão de volta!" E começam a nos procurar.

Como foi o desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

A imprensa dizia: a volta do Exército aos quartéis! Nós nunca saímos do quartel! Apenas alguns poucos militares ficaram envolvidos e esse percentual era tão insignificante que considerar o Exército engajado é obra de ficção da esquerda; seja ela nacional ou internacional.

Quando eclodiu a Contra-Revolução, a maioria do Exército esteve engajada, mas bem rápido se desengajou. Depois, maus brasileiros persistiram intentando a implantação de um regime contrário à democracia e uma parcela muito pequena do Exército trabalhou para que isso não fosse possível. Nesse segundo caso, o Exército não esteve engajado.

O que acha do "revanchismo"?

"Revanchismo" segundo o novo dicionário Houais da Língua Portuguesa é o ato pelo qual alguém busca desforrar-se de ofensa ou agressão recebida ou a tendência para a desforra especialmente em certos meios políticos.

Não ofendemos nem agredimos, ao contrário respondemos as agressões e ofensas feitas à democracia, logo essa camarilha dita revanchista nada mais é do que um bando de comunistas derrotados duas vezes nas suas pretensões de tomada do poder pela luta armada, mas que hoje, infelizmente, comanda os destinos do Brasil graças ao emprego inteligente da "grande mentira".

Nós somos culpados pela onda revanchista pois não tivemos competência para impedi-la ou evitá-la. Transformamo-nos na maioria apática e silente ante uma minoria caluniadora, ativa e vociferante. Hoje continuamos insensíveis e mudos, porém minoria, e os ex-derrotados permanecem atuando, caluniando e berrando, contudo maioria.

O Coronel Avolio (Armando Avolio Filho) foi impedido de ir para a Inglaterra e o General Fayad (Ricardo Agnese Fayad) quase proibido de exercer a medicina por terem, ambos, atuado naquela pequena parcela a que me referi antes e que não caracteriza o Exército. Hoje o ministro da justiça (com minúsculas) é um dos ex-guerrilheiros revanchistas que conduzem o nosso País para o caos.

Vejo muito companheiro que pagou um tributo grande e injustamente. Gente que nada deve. Outro exemplo foi o caso do próprio Coronel Andrade Neves (José Eurico de Andrade Neves Pinto), no comando do Colégio Militar. Ele fora meu assistente aqui no Comando e lhe fiz quatro ou cinco visitas. Uma pessoa simples, adorado

pelos alunos. Eu não sei se eu como Comandante teria apagado o nome do Lamarca. Mas ele mandou apagar, e daí?

Afinal o Lamarca desonrou e traiu aquilo que temos de mais sagrado: a lealdade.

Acabaram pisando em cima do Andrade Neves de uma maneira violenta. Um retrato do tamanho de uma página A-4,[6] *com bigode, e embaixo a manchete classificando-o como nazista. Que coisa impressionante! Retratos dele e do Hitler lado a lado no* Jornal do Brasil. *Imaginem: o* Jornal do Brasil *falar sobre o comandante do Colégio Militar de Porto Alegre.*

O *Jornal do Brasil* também publicou uma fotografia minha de braços abertos ministrando uma aula de informações para o curso de correspondente militar. Dizia a manchete: “Coronel com voz empostada diz que o Exército continua pesquisando” e não sei o que mais. Não era nenhuma pesquisa, e sim uma pergunta sobre como se faz informação?

No dia seguinte o repórter que repassou a informação foi chamado por todos os companheiros de curso que estavam presentes e instado para que se desculpasse. Para mim não havia mais nada a comentar. O General Kraemer (João Edie Kraemer), Chefe do Estado-Maior do CMS já havia tomado as providências necessárias inclusive chamando o repórter envolvido.

Concluindo: o “revanchismo” se manifestou em todos os campos. Um exemplo do que falo, embora sem citar nomes. Logo que cheguei na 2ª Seção, apresentou-se a nós um camarada que trabalhava na subversão e, não sei por que cargas d’água, resolvera ser informante, aliciando inclusive outros colegas. Anos depois entrou com pedido de indenização e recebeu o dinheiro. Tudo isso é conduzir a situação do jeito que eles bem entendem, com indenização só para o lado deles...

Apenas para ficar bem claro: ele pediu indenização por ter sido perseguido pela Revolução por ser subversivo e terrorista?

Indenização para terrorista subversivo.

Não foi uma indenização trabalhista por ter trabalhado como informante...

Nada. Indenização porque fora terrorista.

É importante ficar bem claro porque é tão absurdo que...

Indenização por ter sido terrorista e não por ter trabalhado. E as famílias do nosso pessoal continuam desassistidas, ninguém recebeu absolutamente nada enquanto um bando de sem-vergonhas recebe horrores.

É, estamos vivendo uma fase muito difícil. Acredito que a Alta Administração de hoje busca minimizar estas ações, haja vista a iniciativa deste Projeto. Todos nós, com certeza, empreenderemos o máximo de esforços para revertermos o quadro atual.

O Projeto História Oral do Exército agradece a sua colaboração.

---

[6] Uma das dimensões padrão da folha de papel: é 21 x 29,7cm.

Anexo

OS 14 DA ALFAFA

(O Cmt CMPA e os 13 oficiais que, das 17h30min de 31 março 1964 às 17h de 5 abril 1964, permaneceram nas dependências da Companhia de Comando e Serviços do Colégio Militar de Porto Alegre, para salvaguardar a integridade física dos alunos deste Estabelecimento de Ensino.)

Coronel de Infantaria José PLÁCIDO de Castro Nogueira
Capitão de Infantaria Adahil da Silva TAVARES
Capitão de Infantaria José ÍNDIO Machado
Capitão de Cavalaria NASCIMENTO
Capitão de Infantaria João Pessoa Riograndense MOREIRA
Capitão de Infantaria Vladyr Damasceno FRÓES
Capitão QOA ORFELINO
Capitão de Artilharia ABRANCHES
Capitão de Infantaria Waldstein Iran KÜMMEL
1º-Tenente de Infantaria Cláudio Netto DI PRIMIO
1º-Tenente de Infantaria Fernando Ruy Soares de Vasconcellos CHAVES
1º-Tenente de Infantaria Alcy VILAS BOAS
1º-Tenente de Infantaria ARLÊNIO Souza da Costa
1º-Tenente de Infantaria Carlos Fernando de Carvalho CHAVES

Coronel Hélio Lourenço Ceratti

O Coronel Hélio Lourenço Ceratti é natural de Santa Rosa, RS, onde nasceu em janeiro de 1928. Ingressou no Exército em 17 de março de 1943 quando foi matriculado na então Escola Preparatória de Cadetes (EPC) em Porto Alegre e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 17 de dezembro de 1948.

No decorrer de sua carreira militar cursou as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1958, de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) entre os anos de 1962 e 1964, Nacional de Informações (EsNI) em 1968 e a Superior de Guerra (ESG) em 1987.

Serviu no 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), nos postos de Tenente e Capitão, nos períodos de 1949/1952, 1954/1958 e 1959/1961.

Mercê de suas qualidades profissionais, ainda como 1º-Tenente serviu no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS, retornando àquela Grande Unidade em duas outras oportunidades, como Capitão e depois Tenente-Coronel do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), cujo estágio ocorreu no Comando da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, RS.

Após concluir o Curso de Informações, serviu por dois anos na agência carioca do Serviço Nacional de Informações (SNI) e posteriormente por mais dois anos na agência gaúcha do mesmo órgão de assessoramento estratégico à Presidência da República. Solicitou sua transferência para a reserva em dezembro de 1972.

Já no convívio do meio civil, foi diretor da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) durante 11 anos. Em seguida passou a assessorar a presidência das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) até 1994. Foi Diretor da Companhia de Seguros G. B. Confiança (Grupo GBOEx) e membro do Conselho Deliberativo do referido Grupo. Desde 1995, integra o Conselho Executivo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Seção do Rio Grande do Sul (ADESG-RS), e há dois anos exerce o cargo de Delegado (diretor) do referido Conselho.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações concedidas por nossas Forças Singulares em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2001.

Temos a satisfação de entrevistar o Coronel Hélio Lourenço Ceratti, Oficial de Cavalaria da Turma de 1948, que emprestará a sua colaboração para o trabalho de História Oral do Exército na Revolução de 1964, que ora realizamos. Com a palavra o Coronel Ceratti.

Vou ser bem objetivo ao abordar os antecedentes imediatos e a preparação da Revolução. Inicialmente me reportarei ao Movimento de 1961: a Legalidade. Na época, era fiscal administrativo do Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), comandada pelo General Ênio (Ênio da Cunha Garcia). Presenciei e participei dos acontecimentos que, em agosto e setembro de 1961, se desenrolaram na Guarnição de Uruguaiana.

Após o ato da renúncia do Jânio, o comando da 2ª DC ressentiu-se de informações sobre o que estava ocorrendo. Tanto é que o Comandante da DC mandou um oficial do nosso Estado-Maior a Porto Alegre, em um aviãozinho do aeroclube, em busca de esclarecimentos. Seguraram-no na capital e ele não retornou. Continuamos sem nenhuma informação.

O nosso general era simpático à posse do Vice-Presidente João Goulart e manobrou de modo a neutralizar as ações do seu Estado-Maior, cuja totalidade dos oficiais era contrária à posição do comandante janguista.

Os rádios recebidos eram decodificados e ele, por volta de onze horas, reunia o seu Estado-Maior e começava a sondar a opinião dos oficiais chefes de seção. À certa altura da reunião, constatando que todos os assessores eram legalistas, mas não aceitavam a posse do Vice-Presidente João Goulart, pelos perigos que tal fato poderia representar para o País, o General Ênio, dando uma desculpa de oficial de Cavalaria, deixava a decisão para depois do almoço e encerrava o encontro. Nesse meio tempo (soubemos depois), ele telefonava para o Brizola e transmitia a posição da 2ª DC.

Isso se repetiu por uns três ou quatro dias e nós sem informação alguma. Até que uma daquelas fortalezas B-36 da Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoou Uruguaiana e inundou a cidade, principalmente os quartéis, com panfletos que diziam que os oficiais eram pelegos e pediam a revolta dos graduados e soldados sob o argumento de que a oficialidade que os comandava era toda comunista.

A falta de informações e a agressiva panfletagem levaram o Estado-Maior da DC, com a aquiescência e a alegria do seu comandante, a aderir a posse de Jango. A decisão foi adotada por toda a Guarnição de Uruguaiana, independente das manobras escusas do Comandante da Divisão, sabidamente comprometido com o Brizola. Mas a maioria dos oficiais, já naquela época, reconhecia que o presidente a ser empossado não teria condições de bem governar o País.

O Chefe do Estado-Maior da DC era o então Coronel Pelegrini (João Jacobus Pelegrini), e faziam parte do EM os majores: Bischoff (Nelson Bischoff), Corrêa Neto

(Jonas de Moraes Corrêa Neto), Rondon (Rondon de Oliveira Guimarães), Prado Lima (Omar do Prado Lima) e Schmitt (Gilberto Oscar Miranda Schmitt). Este último foi o oficial que veio a Porto Alegre em busca de informação e só retornou depois do movimento. Era da Turma de 1945, muito inteligente, duas coroas. Mais tarde foi prefeito de Uruguaiana. Já morreu.

O que houve em 1961 foi isso. Toda aquela confusão, para mim, caracteriza a principal causa da Revolução de 1964: a falta de confiança no Governo do Jango, devido a sua incapacidade.

À semelhança da 1ª DC, a 2ª DC recebeu alguma missão? Houve deslocamento de tropa?

Não. A Divisão ficou aquartelada aguardando ordens.

Ocorreu alguma dissensão na área da DC?

Houve um pequeno problema com o Coronel Futuro (Carlos Alberto Soares Futuro), Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4ºGA75 Cav), de Uruguaiana. Em razão da falta de informações do que acontecia ao seu redor, seja na cidade, seja na Divisão, logo no início ele se manifestou contra a posse do vice e passou a considerar todos como seus inimigos. Apontou as peças para o 8º Regimento de Cavalaria (8º RC) cujo quartel é contíguo ao 4º Grupo. O Comandante do 8º, Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), reclamou na 2ª DC contra o procedimento do seu vizinho artilheiro. Quando recebeu ordens para recolher as peças, o Coronel Futuro passou o comando do Grupo ao Major Rolim (Heronildes Sobreira Rolim) e se apresentou preso ao Comandante da Divisão. Mandaram-no recolher-se à residência mas ele não aceitou. Teimou em ficar detido no quartel e continuou criando caso. Ele era contra a posse do Jango e a maneira de protestar era complicar a vida do general, um janguista assumido.

Todas as Unidades da DC acompanharam o General Ênio no que respeita à posse do vice. Eram legalistas como nós, sem serem janguistas ou brizolistas. Note-se que a carência de informações era geral. Se no QG ela era sentida, imagina nos quartéis das outras cidades. Naquela época tínhamos muitas dificuldades nas comunicações.

No fim do ano de 1961 fiz exames para a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e, graças a uma boa preparação, fui aprovado. Em conseqüência, em 1962 saí de Uruguaiana e fui para o Rio de Janeiro. O primeiro e o segundo ano do curso correram quase sem novidades, mas no fim de 1963 o Governo Jango já enfrentava grandes problemas.

No início de 1964, começaram a surgir na ECEME alguns conspiradores inconformados com as tentativas governistas de desagregar as Forças Armadas e comunizar o País. Eu participava desse movimento e integrava um grupo chefiado pelo então Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo) tendo como subchefe o Tenente-Coro-

nel Medeiros (Octávio Aguiar de Medeiros) que, depois, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Recebemos a missão de, nas férias do segundo para o terceiro ano, contatar com os companheiros do interior, informando-os, na medida do possível, do movimento que se esboçava no Rio de Janeiro. No retorno devíamos levar para os chefes de grupo uma avaliação sobre a posição dos companheiros.

Fui para Uruguaiana, onde passei minhas férias e fiz meus contatos com o pessoal da 2ª DC.

Ainda havia na Divisão remanescentes do tempo do senhor?

Não havia quase mais ninguém do meu tempo. Aliás, é bom lembrar que os oficiais mais renitentes contra a posse do Jango foram transferidos, por "castigo", para funções burocráticas, particularmente nas Circunscrições de Recrutamento (CR). Lembro do Rondon que foi para a 13ª CR de Bauru, em São Paulo. Alguns dos que eram mais simpáticos à corriola do governo acompanharam o General Ênio para Brasília, onde foi designado Secretário-Geral do Exército. O novo Comandante da DC era o General Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha). Falei com os então majores Floriano (Floriano de Aguilar Chagas), Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), Ney (Ney Riopardense Rezende), meu colega de turma e que concluíra a ECEME um ano antes, com o Campedelli (José Campedelli), o E-2 da DC, e com o Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho), Comandante do Grupo de Artilharia.

Relatei para o pessoal do QG o que estava acontecendo na ECEME e trocamos informações. Tanto eu como meus companheiros de Uruguaiana pensávamos da mesma maneira e achávamos a situação política que vivíamos extremamente grave.

Voltei para a Escola e iniciamos o novo ano letivo. A aula inaugural, no início de março, foi proferida pelo General Castello Branco e o tema centrado sobre o papel das Forças Armadas na estrutura do País. Ele nos deixou uma mensagem segundo a qual as instituições militares defendem o governo e não a pessoa do presidente. Na turma houve muitos comentários sobre aquele pronunciamento, porque o General Castello Branco ocupava o importante cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército. Nas conversas informais foi lembrado que até então estes assuntos não eram debatidos no âmbito das nossas escolas. No ano anterior havíamos tido uma palestra sobre segurança interna – também um tema inédito na Escola – e todos os oficiais que participaram da montagem e difusão daquele trabalho foram transferidos da ECEME.

Nunca tinha ouvido falar deste fato. Os instrutores foram transferidos porque ministraram um exercício sobre Segurança Interna?

Exatamente! Continuando, lembro que no dia 26 ou 27 de março fiz parte de um grupo de oito ou dez oficiais da ECEME convocados para a missão de garantir a segurança pessoal do Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, no sexto an-

dar do Palácio Duque de Caxias, onde estava situado o seu gabinete. Chegamos pela manhã e ficamos sabendo que havia o temor de uma ação do pessoal do gabinete do Ministro Jair (Jair Dantas Ribeiro), para prender o Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Um coronel nos entregou o armamento, e por volta de doze ou treze horas ouvimos barulho de carros-de-combate na Avenida Presidente Vargas. Ficamos preocupados, mas, para alegria nossa, os carros se posicionaram de costas para o edifício como se para defendê-lo. Passamos o dia todo no prédio do Ministério. Mais ou menos às cinco horas da tarde um outro coronel, ao nos liberar, disse:

– O General Castello Branco agradece a cooperação. Os senhores estão dispensados e podem seguir para as suas residências, só tenham cuidado porque a PE está prendendo os que estão com uniforme de instrução. Como se pode ver, esta missão de segurança era uma afronta ao Ministro do Exército.

No dia 30, mais ou menos às 8h30m da manhã, o nosso diretor de ano, Coronel Cesário (Luiz Cesário da Silva), pai do General que hoje chefia o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), chegou a nossa sala e suspendeu a aula em curso. Informou que a Escola estava rebelada e que a partir daquele momento só obedeceria as ordens do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco.

Só para confirmar, a data é importante, este posicionamento da ECEME ocorreu no dia 30 de março?

Confirmo, foi no dia 30 de março de 1964. Quem estava ministrando a aula interrompida pelo Coronel Cesário era o Paiva Chaves (Carlos Alfredo Malan de Paiva Chaves). No fim da reunião chefiada pelo Coronel Cesário, os oficiais, sabidamente ligados ou simpáticos ao Governo do Jango, foram convidados para uma conversa no gabinete do diretor de ano. Eram uns quatro ou cinco colegas que não mais retornaram ao nosso convívio.

Os que permaneceram na sala foram distribuídos em vários grupos, com missões específicas. Uns foram ocupar os Fortes da Zona Sul, onde só atuariam para assumir o comando de Unidades ou dar assessoramento aos comandantes revolucionários. O encargo de um desses foi o de coordenar a segurança do Governador Carlos Lacerda no Palácio das Laranjeiras.

O meu grupo foi chamado à noite ao apartamento do Major Pasquali (Sérgio Mário Pasquali), nosso colega que também morava no edifício da Praia Vermelha, para receber missão. Pediram-nos para fazer algo meio esquisito: atacar a Base Aérea de Santa Cruz. Segundo um dos colegas, iríamos pelos próprios meios até a Praça Duque de Caxias e de lá alguns civis nos levariam de caminhão até Santa Cruz. Esta reunião aconteceu por volta de onze e meia, meia-noite. Diante de uma missão tão esdrúxula, começaram a surgir os questionamentos. Eu, por exemplo, perguntei:

– Onde está situada a Base Aérea de Santa Cruz?

O Major de Infantaria Cavalcanti (Gilberto Bezerra Cavalcanti Soares), um colega de grupo, homenzarrão conhecido pelo apelido de Gigi, também interveio:

– Não existe pelo menos um croqui da área onde vamos atuar? Se eu faço uma progressão, com este meu corpo e sem saber para onde ir, acabo conquistando a porta de alguma privada!

Continuamos discutindo a situação até que o Major Ludwig (Rubem Carlos Ludwig) – o Rubão – que era do grupo, levantou uma dúvida importante:

– E quem são esses civis?

Então nos foi revelado que os "civis" eram aqueles oficiais da Força Aérea que tinham participado dos levantes de Jacareacanga e Aragarças no tempo do Juscelino Kubitschek. A bronca foi geral:

– Com esse pessoal não dá, eles já fizeram duas revoltas e fracassaram.

– Esperem um pouquinho – interveio o Major Pasquali –, vou me comunicar com o Tenente-Coronel Medeiros, subchefe do grupo, para saber qual a opinião dele sobre esta missão.

Contatou e não havia nada de concreto. Fora apenas um mal-entendido que redundou em uma reunião sem objetivos definidos.

Em conversa com alunos da ECEME daquela época ouvi falar que na entrada da Praia Vermelha fizeram até barricada. Houve isto?

No dia 31 de manhã os boatos eram de que a Escola estava na iminência de ser atacada pelos Fuzileiros Navais. Para surpresa e preocupação de todos, apareceu um ônibus deles na Avenida Pasteur e permaneceu estacionado na área do bondinho. Foi quando ficamos sabendo que, desde a antevéspera, um capitão-tenente e mais oito ou dez fuzileiros navais estavam no Morro da Urca operando uma estação de rádio. Um dos nossos elementos tentou dialogar com o oficial que estava lá em cima mas ele não quis saber de conversa.

A esta altura dos acontecimentos o bondinho do Pão-de-Açúcar já estava desativado e a ligação com o morro era só pelo telefone. Essa foi a causa do dispositivo de defesa. Só que dispúnhamos apenas de um ou outro armamento individual e quase nenhuma munição. Eu, por exemplo, tinha um revólver 45, mas só com três balas. Até uns oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) também participaram da barricada. Conseguiram mais armas, algumas inclusive do curso de Engenharia de Armamento. Para se ter idéia da situação, apareceu um tenente com uma pistola 22.

Nessa mesma manhã, por volta de onze horas, o pessoal de uma caminhonete nos entregou várias metralhadoras INA e alguma munição – armamento fornecido

pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. O grande problema era impedir que as famílias, principalmente os nossos filhos, descessem à rua ou à praia. Mais ou menos às quinze e trinta, a TV Rio, cujos estúdios situavam-se no antigo Cassino Atlântico, em frente ao Forte Copacabana, passou a transmitir notícias da Revolução já em andamento.

Um grupo de oficiais da ECEME, sob o comando do Coronel Montagna (César Montagna de Souza), foi ocupar o QG da Artilharia de Costa, no Posto Seis. Outros alunos seguiram para os Fortes do Leme e São João e para o Grupo de Artilharia de Costa, no Leblon. Todos os comandantes daquelas Unidades eram revolucionários, e nossos oficiais limitaram-se a colaborar como assessores. Os alunos restantes receberam missões diversificadas.

No dia 1º de abril fiz parte de um grupo que ocupou o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), uma espécie de SNI daqueles anos, que funcionava nos altos da Casa da Borracha, esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas. Montamos uma operação para ocupar aquele órgão mas quando chegamos lá não encontramos nada, ninguém. As gavetas dos birôs estavam abertas e vazias, restavam apenas recortes de jornais. Depois de uns quatro ou cinco dias apareceu um coronel com todos os fichários do SFICI: ele os havia levado para casa.

As aulas do 3º ano foram suspensas e nós só retornamos à escola em fins de julho. Durante esse período participamos do levantamento de dados para a Comissão-Geral de Investigação (CGI), viajando por todo o Brasil.

Os instrutores participaram também das ações revolucionárias?

Das ações físicas, não. Mas o grupo dirigente foi o corpo de instrutores da ECEME. Éramos os executantes. Um exemplo pessoal: na noite de 31 de março para 1º de abril, uma das tarefas que me deram foi ficar na escuta da Rádio Guaíba de Porto Alegre pois um dos sinais convencionados para a eclosão da Revolução seria a eventual prisão do Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, na capital gaúcha. Eu estava na escuta quando em torno de meia-noite, talvez um pouco mais, ouvi, com surpresa, a notícia de que o Governador Meneghetti, em vista dos acontecimentos ocorridos no centro do País, havia viajado para Passo Fundo.

Quando contei o que havia escutado para o meu chefe, Tenente-Coronel Áttila (Áttila Viana), instrutor da ECEME, ele não acreditou:

– Ceratti, espera um pouquinho. Foi isto mesmo que tu ouviste? Tens certeza de que não estavas dormindo?

Convidei-o para ir pessoalmente ouvir a emissora, que continuava, repetidas vezes, noticiando a viagem do Governador Ildo Meneghetti para o interior do Estado. Confirmada a informação que lhe passara, ele revelou a razão da sua preocupação:

– Nos nossos estudos de situação não tínhamos levantado esta alternativa de fuga do Governador. Vou conversar com o pessoal, mas acredito que já estamos em plena Revolução.

Vitorioso o movimento, como já mencionei, passei à disposição do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação. Viajei muito pelo Brasil coletando dados para subsidiar os inquéritos em andamento. Nos primeiros dias de maio, recebi a missão de buscar a declaração de renda do ex-Presidente João Goulart na Delegacia da Receita Federal de Uruguaiana.

Ainda estava naquela cidade providenciando os documentos solicitados, quando recebi nova missão: ir a São Borja ouvir o advogado Taufik Saad, assessor do Jango. Eu e o Major Ehlers (Jaime Ehlers), da 2ª Seção da 2ª DC (Uruguaiana), seguimos para lá no dia 10 de maio. Para surpresa nossa toda a Guarnição de São Borja estava aguardando informações e ordens, e a tendência da maioria era a de solidariedade e apoio a Jango e não a Castello. Quarenta dias após a Revolução e praticamente não havia nenhum revolucionário por lá.

Afirmo isso porque ficamos hospedados no 2º Regimento de Cavalaria, inicialmente na condição de detidos pelo Comandante da Guarnição e do 2º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Coronel Hélio (Hélio Nunes). Nós o conhecíamos porque ele era casado em Uruguaiana e servira muito tempo naquela cidade. Ele logo suspendeu a nossa detenção e nos confidenciou:

– Aqui somos pela legalidade e ainda temos esperança de que o Presidente Jango reassuma a Presidência.

O Serafim Dornelles Vargas ainda estava no comando do RC?

O Coronel Serafim, irmão do Presidente Getúlio Vargas, não estava mais no comando do Regimento de Cavalaria. Respondia pelo comando o Major Ary (Ary Wenholz de Araújo), da Turma de 1946, duas na minha frente, um oficial relativamente moderno. Mas o Serafim Vargas continuava quase dono do Regimento, vivia no quartel. Lembro de uma vez que ele passava pelo pátio, e o Ary apontou-o comentando:

– Olha, ali vai o nosso ex. Todos os dias ele vem aqui fazer a barba com o barbeiro do Regimento.

Os capitães mais antigos da Unidade foram unânimes em dizer que ninguém recebera informação ou ordem oficial para aderir ou não à Revolução. Naquele tempo havia um Pelotão de Fuzileiros Navais em São Borja. Fizemos um contato com o comandante do destacamento, e ele nos disse:

– Aqui, o único revolucionário sou eu. O restante da cidade é hostil a nós. Vou provar isto para vocês.

Nos mostrou uma das paredes do prédio do Pelotão, toda picotada de bala. Era muito tiro. E o tenente fuzileiro complementou a sua informação:

– À tardinha nossos "inimigos" passam aqui em frente ao destacamento atirando contra nós. Fechamos e trancamos todas as portas e janelas e o pessoal permanece aqui dentro para evitar a invasão do quartel.

Depois destas surpresas fomos trabalhar. Ouvimos o Dr. Taufik e conseguimos estabelecer uma ligação entre os Fuzileiros e o Regimento de Cavalaria, o que melhorou a situação dos defensores da Revolução em São Borja.

O importante e curioso de tudo isto é que os fatos narrados ocorreram quarenta dias depois da Revolução.

A Guarnição de São Borja era subordinada a que comando?

À 1ª DC, cujo QG era em Santiago do Boqueirão. Na época da Revolução, com o afastamento do General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), a DC ficou sendo comandada interinamente pelo Coronel Montarroyos (João Augusto Montarroyos), Chefe do Estado-Maior da Divisão.

Enquanto estava em São Borja recebi a missão de ir a Itaqui verificar se realmente havia um campo de prisioneiros, com arame farpado e tudo mais que compõe este tipo de prisão. Fomos lá e constatamos que apenas haviam aproveitado as instalações do Aeroclube, ao lado do quartel do 1º RC, para isolar alguns agitadores daquela região. De campo de concentração, só encontramos a cerca de arame farpado em torno de um hangar do aeroclube onde três ou quatro pessoas estavam detidas. Entre elas estava o Gil Marques, político e um dos grandes fazendeiros do município – tempos depois foi prefeito de Itaqui. Nós o encontramos com o busto nu, apanhando sol. O tal campo de concentração fora uma invenção, ou alguma denúncia infundada, que chegara ao Rio.

Trabalhei no Conselho de Segurança até fins de julho, quando todos retornamos para concluir o ano letivo.

O senhor tem alguma idéia das missões atribuídas aos outros alunos?

Repito que após o dia 31 de março os alunos da ECEME constituíram ou reforçaram os Estados-Maiores de todos os Comandos de Grandes Unidades do Rio de Janeiro e de algumas Unidades isoladas. Lembro de colegas que foram para o Grupamento de Unidades-Escola, outros para a Divisão Blindada, e assim por diante. Alguns oficiais que haviam servido em Unidades do Rio de Janeiro antes de ingressar na ECEME, foram assessorar os comandantes substitutos daqueles chefes, exonerados por serem ligados ao governo deposto.

Algum oficial recusou cumprir a missão?

Uns poucos alunos assumiram claramente posição contrária à Revolução. Quando o diretor de ano suspendeu as aulas, dois deles foram fazer parte de um grupamento

que saiu do Rio e subiu a Serra para barrar as tropas que vinham de Minas, inclusive um muito conhecido, o Major Granja (Alirio Granja), Oficial de Infantaria que participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Profissionalmente era muito bom, mas comunista convicto. Lembro que durante as manobras que fazíamos no campo, o Granja não comia a etapa de ração dele. E quando a meninada se acercava do acampamento pedindo sobras de comida, ele a distribuía toda, justificando:

– É um absurdo que existam brasileiros passando fome.

Algum aluno ou instrutor foi cassado?

Instrutor, não me lembro. Houve algumas cassações de alunos. O Granja foi com o grupamento comandado pelo General Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello) enfrentar os revoltosos do General Mourão (Olympio Mourão Filho) e como não tiveram êxito na missão, apresentou-se na Escola e, de imediato, requereu o seu desligamento e transferência para a reserva. Era um sujeito correto, e por isto teve sorte. Os esquerdistas que não se anteciparam, inclusive um colega do segundo ano, responderam a um inquérito. Tentaram negar qualquer ligação com a subversão, mas acabaram sendo cassados.

Já falei da reunião do 3º ano da ECEME, da suspensão das aulas, da obediência ao General Castello Branco e da convocação de alguns oficiais para irem ao gabinete do coronel diretor de ano. Outra observação sobre o comportamento da Escola: tínhamos colegas egressos diretamente do gabinete do Ministro Jair Dantas Ribeiro. Chamávamos esse pessoal de "viúvas do Jair", mas respeitamos aqueles que não eram esquerdistas. Um exemplo foi o Patrício (Armando Patrício), da minha turma de Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da ECEME, que viera do gabinete do ministro. Um excelente profissional, nunca foi molestado e chegou, merecidamente, a General-de-Divisão.

O meu grupo de estudo no terceiro ano era constituído por quatro oficiais: o Freitas Almeida (Carlos Arcoverde de Freitas Almeida), o Fernandes (Francisco Rodrigues Fernandes Júnior (Chiquinho), o Burmann (Clóvis Jacy Burmann) e eu. O Freitas Almeida morava em um apartamento bem amplo na Praia Vermelha, e nós sempre nos reuníamos lá para estudar. No final do mês de março, as equipes revolucionárias já estavam constituídas e conspirando, mas o Burmann ainda não participara de nenhuma reunião. Talvez ele não tivesse sido sondado para evitar constrangimento, porque tinha irmãos políticos no interior do Rio Grande do Sul, sabidamente ligados ao grupo do Brizola.

Um dia falei para o Freitas Almeida e para o Chiquinho que deveríamos conversar com o alemão. Eles não aceitaram a minha proposta, achando que era bom aguardar melhor oportunidade. Não concordei e avisei aos dois da minha intenção

de não esperar mais. Eu me dava bem com o Burmann, pois já servíamos juntos desde Uruguaiana. Ele não me "dedaria"! Era meu amigo e um homem correto. Fiz como o prometido, conversei com o alemão:

– Tu não te apercebeste ainda de que está havendo uma deterioração das instituições do nosso País com essa tendência esquerdista do governo, a crise econômica e o comprometimento da disciplina nas Forças Armadas? O Brasil está sendo comunizado e não podemos assistir a este desastre sem reagir! Estamos formando equipes para, se necessário, atuarmos contra este estado de coisas. Mandaram-me te convidar para participar. Pense bem e me dê uma resposta até amanhã na primeira aula.

Na ECEME, antes do início das aulas, tínhamos por hábito tomar um cafezinho de balcão no corredor. Eu cheguei, me aproximei dele, tomamos o cafezinho juntos, conversamos, e nada de resposta. Isto aconteceu na véspera da suspensão temporária do ano letivo.

Entramos para a sala, cujos lugares dos alunos eram fixados e determinados de acordo com a Antigüidade; como eu era mais antigo, sentava na frente do alemão. Quando se iniciou o período, ele me tocou nas costas, fez um gesto de aprovação com o polegar, e falou:

– Ceratti, sobre aquele convite de ontem, estou com vocês.

Parece que a decisão foi de encomenda. Quando suspenderam as aulas no dia seguinte e começaram a distribuir as tarefas, o alemão foi designado para fazer parte do grupo que iria assessorar a defesa do Palácio do Governo do Rio de Janeiro. Ele não gostava do Lacerda... O chefe do grupo era o Godofredo (Godofredo de Araújo Neves), um colega de turma de Cavalaria. Passados os primeiros momentos, perguntei:

– Godô, como vai o nosso amigo Burmann na missão?

– O homem trabalhou mais do que todo mundo.

Fiquei satisfeito. E não poderia ser diferente, o Burmann era o tipo do companheiro que, por suas qualificações, todos gostariam de ter ao seu lado. Com muita justiça foi promovido a general, chegou a quatro estrelas, e na reserva do Exército vem ocupando, até esta data, a presidência da FHE-POUPEx (Fundação Habitacional do Exército). É um cidadão e um militar excepcional!

Com este relato sobre alguns aspectos da Legalidade na Guarnição de Uruguaiana e da Revolução na ECEME dou por concluída a primeira fase do meu depoimento. Estou à disposição para as perguntas.

Como a Revolução foi recebida na fronteira?

Nas minhas andanças como observador da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional constatei que a população civil apoiava o movimento, cooperando

com entusiasmo, aceitando e cumprindo as medidas impostas pelo Governo sério e austero do Marechal Castello Branco. O serviço público melhorou e a situação econômica dava sinais de recuperação.

Em 1965, concluída a ECEME, fui classificado na 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé. Estagiei como chefe da 1ª Seção da DC e recebi a tarefa de elaborar um planejamento sobre "A Missão da Divisão de Cavalaria no Combate ao Contrabando". O pedido justificava-se porque as Forças Armadas participavam da repressão ao comércio irregular e, como estávamos na fronteira, a Divisão de Cavalaria deveria atuar, por ordem do escalão superior, nas ações repressivas contra o contrabando organizado na área lindeira com o Uruguai, difícil de ser combatido por causa da fronteira seca. Quando o nosso jipe apontava na coxilha, de alguma casa sempre saía um gurizote a cavalo para avisar os contrabandistas que os "milicos" estavam chegando. O êxito do nosso trabalho neste setor foi mínimo.

Em 1966 fui transferido para a 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana. Naquela época já começávamos a sentir contra nós a reação de uma parte da população. Os mais críticos eram os fazendeiros que, com o tempo, sentindo os seus interesses particulares prejudicados pela rigorosa fiscalização do Exército, começaram a se voltar contra o regime. A maioria deles era taxativa e se queixava a todo o momento de que "não fora para isso" que haviam apoiado a Revolução. A causa da contrariedade era a repressão ao contrabando de gado em pé, carne, lã e trigo, na fronteira do Uruguai e da Argentina, atividade, até então considerada normal. No momento em que começamos a reprimir a contravenção, perdemos os falsos aliados.

Com a abertura do comércio, o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul praticamente desapareceu. Tanto isto é verdade que os grandes contrabandistas sumiram de Uruguaiana. Um deles, contraventor famoso, apelidado de "General", trocou Uruguaiana pela Cidade do Cabo, na África do Sul, e depois foi para os Estados Unidos onde passou a promover a entrada clandestina de mexicanos naquele país. Quando o FBI ameaçou prendê-lo, voltou para Uruguaiana.

E o "General" ainda está vivo?

Faleceu agora em setembro. E nunca mudou de profissão, continuava contrabandista. Mas, para satisfação nossa, nenhum destes contraventores enveredou para o narcotráfico, apenas se tornaram fazendeiros, plantadores de arroz, e continuaram atuando no contrabando.

O que os brasileiros mais esperavam dos novos governantes?

Esperavam principalmente o combate à corrupção. E nesta área cometemos alguns erros. Naquela época o nosso entendimento de corrupção era distorcido.

Lembro que no Conselho de Segurança trabalhei um tempo levantando a vida de um reitor de Universidade, porque ele era considerado um dos grandes corruptos da República. E sabem qual foi a única coisa provada contra o professor? Ele recebia o equivalente a um salário mínimo da época, de cinco ou seis fontes diferentes, mas por cargos que realmente exercia. Atualmente, isto seria encarado como corrupção de um homem público? No começo fizemos muita bobagem, não conhecíamos este filme e erramos bastante. Éramos ingênuos nas nossas análises da coisa pública.

Considero louvável o posicionamento do Exército de hoje, empenhado apenas nas suas atividades militares. Os tempos mudaram, é lógico!

Durante o período em que os alunos da ECEME ficaram no SFICI, qual era a missão dos senhores?

Nos primeiros dias de abril permanecemos lá como simples mão-de-obra. Após a escolha do General Castello Branco para Presidente, os dois oficiais – um tenente-coronel e um major – que considerávamos efetivos na chefia da Seção do Conselho de Segurança onde trabalhávamos nos surpreenderam dizendo:

– Está decidido que o General Castello Branco será o Presidente da República, e nós não pertencemos ao grupo dele. Vocês aguardem aqui que à tarde devem se apresentar outros oficiais para assumir a Seção. – Retornaremos para o Exército.

Deduzimos que os colegas que se afastavam eram do grupo do Costa e Silva.

Mas isto ocorreu logo nos primeiros dias da Revolução?

Na primeira semana! O General Castello ainda não havia assumido a Presidência. Lembro-me do oficial que se afastou, era o Tenente-Coronel Confúcio (Confúcio de Paula Avelino), depois saiu general e comandou a 16ª Brigada de Infantaria, de Santo Ângelo.

No dia seguinte o Tenente-Coronel Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz) assumiu a chefia da minha Seção, já como elemento pertencente ao grupo do novo Presidente, o General Castello Branco.

O Coronel Portella (Jayme Portella de Mello) era o Chefe do SFICI – o SNI da época. Trabalhávamos no prédio da Casa da Borracha e tínhamos uma Seção de Operações na Avenida Presidente Wilson. Quando foi exonerado, após a indicação do Castello, levou junto todo o pessoal do grupo do Costa e Silva. Aliás, estranhei a maneira de atuar dele. Era um homem instável e as decisões que tomou nos primeiros dias da Revolução, quando a situação ainda estava confusa, foram, no mínimo, esdrúxulas.

Certa ocasião, quando um Pelotão de Carros aproximava-se pela Avenida Presidente Vargas, o coronel achou que iríamos ser atacados. Mas os carros passaram e foram embora. Aliás, nos primeiros dias da Revolução aparecia carro-de-combate a toda hora e de todos os lados. Ninguém sabia o motivo das incursões. Atacar um

escritório no Centro do Rio de Janeiro, certamente não seria a razão da andança de tantos blindados pela cidade.

Relatei estas histórias da Casa da Borracha para mostrar a existência de grupos, a rivalidade entre eles, e a insegurança e confusões nos primeiros momentos da Revolução.

Depois do cumprimento destas missões revolucionárias o que aconteceu com o pessoal da ECEME?

Voltamos à Escola e terminamos o curso. Os concludentes, na sua maioria, foram designados para servir em Brasília e no Rio de Janeiro. Aqui para o Sul, só havia seis vagas: duas em Santa Maria, duas em Santiago, e duas em Bagé, para onde fui porque tinha interesses por aqui. E para o Norte abriram oito ou dez vagas.

Quais os motivos do endurecimento da Revolução?

Não podemos esquecer o seguinte: em 1965, embora o Jango e o Brizola estivessem exilados, começaram a formar-se aqui dentro do País os embriões dos movimentos subversivos, todos ainda ligados aos dois caudilhos gaúchos. Eu estava em Bagé quando se descobriu na 3ª DC uma célula subversiva constituída por oficiais ligados ao Brizola. Suspeitou-se, mas não foi confirmado, de que eles teriam alguma vinculação com o movimento que surgiu por volta de junho ou julho daquele ano, liderado pelo Coronel de Artilharia Jefferson (Jefferson Cardim de Alencar Osório).

Nessa época, os pára-quedistas, sob o comando do Coronel Teixeira (Jorge Teixeira de Oliveira) – o "Teixeirão" – muito conhecido no Exército, estavam executando treinamento de saltos na área da 3ª DC e chegamos a cogitar o emprego deles para combater o Jefferson. Então, já em 1965 havia reação armada contra a Revolução.

A prática do terrorismo, segundo o meu entendimento, foi uma iniciativa deles. E a combatemos com uma contra-ação defensiva. Quem começou este confronto de violência foram os esquerdistas.

Tenho uma passagem na minha vida que cito como exemplo da agressividade dos subversivos. Em 1968 ou 1969, eu era analista do SNI do Rio e, como o chefe da Seção fora fazer um curso de especialização na Inglaterra, fiquei durante quatro ou cinco meses respondendo pela Seção de Operações da Agência, considerada uma das melhores do sistema. Certa vez, acompanhei uma operação em que o Tenente Perdigão (Freddie Perdigão Pereira), agente do Centro de Informações do Exército (CIE), tentaria fazer contato com uma pessoa na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Nossa incursão era apenas para tentar conversar com uma moça, denunciada por outro preso. Quando descemos do táxi no "ponto" fomos recebidos à bala. Graças

a Deus não fui ferido mas o Perdigão recebeu um tiro na femoral e só não morreu porque nós o levamos às pressas para um hospital, felizmente, bem próximo do local do atentado. Eles estavam mais preparados para a violência do que nós. Essas ações, próprias de terroristas, aprendemos com eles mesmos, e fomos obrigados a reagir também com o mesmo rigor.

Qual a sua opinião sobre os diversos governos militares?

Considero ótimo o desempenho do Presidente Castello Branco. Não há nenhuma restrição a fazer ao seu período de governo. Foi um grande homem, um excepcional presidente, um estadista.

Classifico o Costa e Silva como um Presidente menos preparado, nem tanto ele, mas alguns elementos que o cercavam. Além da doença, enfrentou uma cisão no grupo que desencadeou e defendeu a Revolução de Março.

Quanto ao Médici, não me julgo elemento indicado para qualquer avaliação, pois fiz parte da sua equipe. Era um homem simples, desapegado do Poder, bem intencionado e popular. Em razão dos seus êxitos, passou a ser sistematicamente contestado pela mídia esquerdista. A declaração dele: "O governo vai bem, mas o povo vai mal", mostra claramente as suas preocupações com os problemas sociais e a sua coragem de dizer que não concordava com alguns aspectos da sua administração.

Vale ressaltar que as ações do seu governo obstaram a expansão do comunismo internacional que se esvaziou na América do Sul. E nada foi feito simplesmente para agradar os americanos, como muitos dizem. Até pelo contrário, os enfrentamos em várias áreas de interesse, como, por exemplo, na fixação dos limites do mar territorial em duzentas milhas. O Embaixador Menezes Côrtes, quando esteve em Porto Alegre contou-nos a pressão que o Brasil sofreu por parte dos americanos devido a nossa decisão. Ameaçaram bloquear a nossa rádio-base na Ilha das Cobras. Através de uma espécie de "guerra eletrônica" iriam desmontar o frágil sistema de vigilância do nosso mar territorial que fazia o rastreamento dos navios e submarinos no Atlântico Sul.

Qual a sua opinião sobre o Governo do Presidente Geisel?

Foi um presidente atuante, criativo e austero. A "crise do petróleo" interferiu no seu Governo. Dentro do possível preparou o País para a redemocratização.

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Penso que os métodos foram normais. Estávamos diante de uma guerra suja, para a qual não nos encontrávamos preparados. Aprendemos muito com o inimigo e com os nossos próprios erros.

Nosso trabalho de comunicação social foi realizado a contento?

Foi bom. Lembro do Rubem Ludwig, um bom comunicador que assessorou o Governo nesta área quando assumiu a chefia da Casa Militar. A principal mensagem de marketing na Revolução: "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", não era agressiva nem mandava matar, mas foi muito criticada por parte da mídia e julgada pelas esquerdas como violenta e fascista. Não concordo com este enfoque dos esquerdistas.

Ainda sobre comunicação social, quero destacar que depois do advento da chamada "Nova República", as Forças Armadas têm sido criticadas sistematicamente pelo que fizeram ou deixaram de fazer durante o período do regime autoritário. Sei que é difícil polemizar com a mídia, mas acho que devíamos contestar as mentiras e meias verdades veiculadas contra nós. Sempre que replicamos as inverdades sem fundamento, eles se calam. Um exemplo: quando houve aquela onda na imprensa sobre a Operação Condor fizeram uma série de acusações contra nosso colega Ponzi (Carlos Alberto Ponzi). Ele contestou as calúnias revelando o que realmente ocorrera na época em que era chefe da Agência do SNI de Porto Alegre. Não se falou mais no assunto.

Penso que é uma falha não explorar as pesquisas que apontam índices favoráveis à credibilidade das Forças Armadas. Temos que aproveitar a opinião dos que estão do nosso lado, seja ele quem for, e produzir artigos que esclareçam aqueles pontos nos quais ainda somos alvos de crítica. Sei que hoje em dia o espaço na mídia, por vezes, só se consegue na base do dinheiro. Talvez fosse o caso de colocarmos algum recurso para trabalharmos esses dados positivos e explorá-los a nosso favor.

Quais as dificuldades para melhorar nosso conceito na opinião pública internacional?

É um problema complexo, com várias facetas. Um dos aspectos a considerar é a potencialidade do Brasil. Nossas possibilidades de crescimento, e conseqüente invasão de áreas econômicas, cria uma expectativa de inveja entre os pequenos e preocupação com uma futura concorrência entre os grandes.

Os norte-americanos aceitam, e talvez até desejem, o nosso desenvolvimento, desde que não comprometa os interesses deles. Quem mais cria dificuldades são as empresas multinacionais que buscam a máxima privatização da economia de um país emergente.

Como o senhor avalia a forma do desengajamento dos militares do Poder após o ciclo revolucionário?

Para mim a "abertura" foi normal e oportuna. Apenas considero que o Exército abriu mão e se desinteressou demais – quase que totalmente – pelas atividades ditas

de inteligência. Foi um erro de avaliação marginalizá-las. Reconhecido o erro, aos poucos volta a trabalhar no setor, embora sem a intensidade que havia na época revolucionária. É muito importante lembrar que a dinamização das informações, termo usado à época, foi fator decisivo para vencer a subversão. Esta é a única restrição que faço sobre a maneira como se processou o nosso desengajamento do Poder.

Muitos acham que os militares ficaram tempo demais no Governo. Outros reclamam que foi pouco e que só deveríamos entregá-lo depois que o Brasil estivesse totalmente desenvolvido. Considero que alguns até defendiam o continuísmo só para não perder os cargos que ocupavam graças à Revolução.

Há "revanchismo" contra os militares?

O "revanchismo" está aí, incluso na tomada do Poder pelos derrotados na guerra suja. Esta vindita era previsível, mas é tremendamente injusta para conosco. As Forças Armadas deveriam reagir, inclusive apoiando e incentivando estes grupos da reserva (Guararapes, Inconfidência, Quero-Quero e outros) a continuar defendendo as nossas instituições. Até a própria Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), que eu dirijo no momento, poderia ser um instrumento útil para enfrentar o "revanchismo". Outro dia mandamos um e-mail para o Deputado Júlio Redecker cumprimentando-o pelo seu pronunciamento na imprensa sobre aquele episódio ocorrido em Bagé, quando o Coronel Fontoura (Carlos Joaquim da Fontoura Rodrigues) impediu o arriamento da Bandeira nacional pelos arruaceiros do MST. O referido parlamentar fez algumas observações interessantes sobre os militares, assegurando que nós não temos interesse em assumir o Poder, que fomos sempre ordeiros etc. Será que alguém mais o cumprimentou?

Com estas interessantes idéias sobre alternativas para o combate ao "revanchismo" dos vencidos, encerramos o depoimento do Coronel Hélio Lourenço Ceratti sobre a Revolução de 1964. O relato da sua participação como aluno da ECEME na eclosão do Movimento e depois como oficial do Estado-Maior nas diversas Grandes Unidades e, finalmente, como integrante da área de informações, enriqueceu o nosso trabalho com valiosos subsídios históricos.

Coronel Roberto Monteiro de Oliveira

O Coronel Roberto é carioca, nascido em julho de 1926. Ingressou no Exército ao matricular-se na Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), hoje Colégio Militar, em 30 de março de 1946.

Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 14 de dezembro de 1950 e classificado no Regimento Floriano, Unidade que o acolheu novamente no biênio 1955/1956, quando galgou o posto de Capitão, em março de 1956.

Como oficial subalterno realizou os cursos de Manutenção Orgânica de Material Moto, na Escola de Instrução Especializada (EsIE), e o de Artilharia de Costa, na escola de mesmo nome. Serviu nos Fortes Tamandaré (Forte da Laje), Coimbra (1ª/6º GA Cos) e, como Capitão, no Imbuí (1ª/1º GA Cos M), de onde, em 1958, foi transferido para o 1º Grupo do 5º Regimento de Obuses 105mm (1º/5º RO 105), na Lapa, PR, dali se afastando temporariamente para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), em 1960.

Integrou, a convite, o corpo de instrutores do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), em 1962 e, no ano seguinte, aprovado em concurso, ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde vivenciou a eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964. Em 25 de dezembro daquele mesmo ano foi promovido, por merecimento, ao posto de Major. Realizou o estágio de oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) como E4 do Comando da 2ª Brigada Mista, sediada em Corumbá, MT.

Comandou a 1ª Bateria do 4º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos (1ª/4º G Can AuAAé), hoje 32º GAC, em Brasília, DF, durante 1967/1968, sendo então transferido para o Estado-Maior do Exército (EME) e designado para a 4ª Seção (Logística e Administração de Material) da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM).

No ano de 1969, assumiu a chefia da Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (SNI), permanecendo naquela função por mais de três anos, período du-

rante o qual foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em abril de 1970. Retornou ao Paraná em 1973, classificado no QG da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército (5ª RM/DE) e designado E2 daquele Grande Comando.

Nomeado, em 1975, Comandante do 5º GAC AP (5º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado), sediado em Curitiba, naquela Unidade foi promovido a Coronel, por merecimento, em dezembro de 1975. Após entregar o comando, voltou ao Norte do Brasil ao aceitar o convite para ser o Chefe do Estado-Maior da 8ª RM em Belém, PA, retornando em 1978 ao EME, como Assistente do 3º Subchefe.

No desempenho da função de Adido Militar à nossa Embaixada no Peru, no período de 1979/1981, representou o Brasil nas negociações do cessar-fogo entre os exércitos do Equador e Peru. No seu retorno do exterior, exerceu a chefia da Seção de Legislação da 4ª Subchefia do EME, até ser transferido para a reserva em 1984.

Nos dois anos seguintes, chefiou o Setor de Segurança da Petrobrás no Rio Grande do Sul (SEREG/7) e, no biênio 1987/1988 o Escritório Regional do GBOEx-Previdência Privada, em Curitiba.

Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, Seção do Paraná (ASMIR/PR). Exerceu a Direção Técnica do ITN (Instituto Tancredo Neves) em 1993 e do CEPES (Centro Paranaense de Estudos Sócio-Econômicos) em 1994.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, outorgadas por nossas Forças Armadas e pelo Exército e Governo Peruanos.

Entrevista realizada em 21 de agosto de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército tem o prazer de ouvir o Coronel Roberto que tem uma longa vivência na área de informações e foi indicado para ser um dos entrevistados por outro grande conhecedor do assunto, o General Negrão (Raimundo Maximiano Negrão Torres).

Minha contribuição foi modesta, vista do ângulo de um oficial subalterno e capitão, nos antecedentes e no período imediatamente após o 31 de março de 1964.

Participei de reuniões de conspiração, que se aceleraram desde o início de março de 1964, quando cursava o segundo ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Em determinada ocasião, fui convidado pelo Tenente-Coronel Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz), a participar de um grupo de combate, com cinco integrantes, para determinadas missões de caráter excepcional. Segundo ele nos deu ciência, este era o primeiro grupo de cinco membros a ser organizado, e outros estavam em formação. O chefe desse grupo era o Newton Cruz e dele participavam o então Capitão Oliveira (Argos Gomes de Oliveira), o Capitão Einar Walter Berg – o famoso alemão Berg – o Capitão Ronaldo (Ronaldo Celso Lima), da turma de 1950, eu, Roberto Monteiro de Oliveira e um Major, também de Artilharia, que era do terceiro ano da ECEME, e só me recordo de seu sobrenome Oliveira.

Tínhamos, como os outros grupos, a incumbência de cumprir missões especiais. Uma delas já estava definida: uma vez iniciado o movimento (ou mesmo antes) receberíamos ordem e iríamos calar a TV Rio, através de um golpe de mão ou explodindo a geradora dessa televisão que se situava na área do cais do Porto. Fizemos até mesmo reconhecimentos dessas instalações.

Havia também a possibilidade de outras missões mais complicadas e delicadas, que poderiam ser extremamente perigosas para os executantes, mas que deveriam ser cumpridas, mesmo com extremo risco de suas próprias vidas. Mas tudo ficou no campo das hipóteses, porque a Revolução caminhou favoravelmente, e esse grupo de combate foi praticamente dissolvido sem realizar nenhuma dessas missões.

Dois dias antes do 31 de março de 1964, um pequeno grupo de alunos do segundo ano da ECEME, do qual eu participava, recebeu ordem de reconhecer o gargalo da península da Urca – linha do Iate Clube, aproximadamente na antiga Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Unirio –, onde deveríamos mobilizar uma linha de Postos Avançados de Combate (PAC). Fizemos esse reconhecimento e, a partir da noite de 31 de março, passamos a realizar fisicamente a defesa da península da Urca, revezando-nos na fiscalização de carros e outros veículos, quando julgávamos necessário. O QG dessa defesa ficava na ECEME.

Fazíamos parte dessa primeira linha de defesa que foi organizada, porque estávamos conscientes de que, tanto fuzileiros navais como tropas da Vila Militar – e

talvez até mesmo do Forte do Leme (Forte Duque de Caxias), comandado por um oficial sabidamente favorável ao João Goulart – poderiam nos atacar.

A ECEME, sob o Comando do General Jurandyr de Bizzaria Mamede, em ligação estreita com o Chefe do Estado-Maior do Exército General Castello Branco, era um dos centros de onde emanavam as idéias da Contra-Revolução. O equilíbrio e a capacidade de liderança desse comando quase informal contribuíram, talvez decisivamente, para o rápido sucesso do Movimento, no Rio de Janeiro.

Ultrapassada essa fase – em data próxima de 10 de abril de 1964 – todo o segundo ano recebeu a incumbência de fazer inquéritos policiais militares (IPM) em algumas repartições da então Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. O meu grupo foi incumbido de fazer uma investigação sumária na Delegacia do Ministério da Agricultura, no Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, em função de boatos de subversão e corrupção supostamente existentes. As investigações duraram cerca de um mês e nada se comprovou.

Ao contrário do que se pensava, fomos efusivamente recebidos por algumas pessoas daquele órgão, sendo que o próprio delegado titular da função abriu todas as pastas de documentos e, literalmente, nos ajudou a fazer as investigações e interrogatórios. Ao final, concluímos que não havia um nível de subversão que justificasse qualquer medida revolucionária. Constatamos apenas indícios de administração irregular em repartições subordinadas à Delegacia Federal e também na Secretaria Estadual de Agricultura, anomalia muito comum nas repartições civis brasileiras naquela quadra da vida nacional. Tão-somente lacramos o cofre da Delegacia e de uma outra repartição subordinada e, em nosso relatório final, requeremos que se fizesse uma auditoria a respeito.

Não acompanhamos a seqüência desse nosso trabalho, mas depois de algum tempo, lemos na imprensa que o titular fora substituído por um técnico muito bem qualificado e conhecedor dos problemas da agricultura do Estado do Rio. Uma decisão, a nosso ver, até apropriada que deveria ter sido adotada desde o começo: um técnico à frente daquela delegacia de natureza essencialmente técnica.

Terminado meu curso da ECEME, em dezembro de 1965, fui para Corumbá (Cmdo 2ª Bda Mista), onde não havia absolutamente nada de subversão. Corrupção provavelmente havia, pois fazia parte da rota de entorpecentes. Em março de 1966, fui convidado para comandar a 1ª Bateria de Canhões Automáticos 40 mm Boffors (1ª/4º G Can Au 40), em Brasília. Durante os quase três anos de comando tive alguma atuação indireta. Como tudo lá em Brasília, as instalações da Unidade destinadas às prisões disciplinares eram muito amplas.

Quando houve o episódio da revolta dos estudantes dentro da Universidade de Brasília, no início de 1968, o Comando Militar do Planalto (CMP), com o

emprego da Polícia Militar do DF, invadiu e prendeu os supostos responsáveis e foi instaurado um IPM. Muitos dos detidos foram levados para a minha Unidade. A maioria ficou apenas poucos dias, mas aproximadamente uns quinze deles permaneceram presos à disposição do encarregado do Inquérito cerca de 50 dias e só foram soltos mediante alvará de soltura concedidos pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Não sei exatamente porque, mesmo antes da conclusão do IPM e sem saber se o preso seria indiciado, ele recebia um alvará de soltura. Isso aconteceu com vários dos detidos, alguns deles tornaram-se conhecidos, como o Honestino Guimarães, líder estudantil na Faculdade de Geologia da Universidade de Brasília (UNB). Quando ele foi solto, mediante alvará, conduzi-o pessoalmente até o portão da Unidade, para me despedir ostensivamente dele. Hoje, dizem que está desaparecido, e se supõe que tenha sido morto na Argentina. Naquela época, a contaminação ideológica dele e da maioria dos demais era quase superficial.

Para minha surpresa, Honestino e vários outros, principalmente os mais jovens com quem dialoguei, não conheciam "nada de nada". Alguns nem mesmo eram capazes de enumerar os Estados do Brasil e suas Capitais, e assim foi fácil demonstrar-lhes que estavam idiotamente bancando uns dons quixotes. Rigorosamente, nada conheciam dos problemas brasileiros e pretendiam participar de um movimento para depor os militares do Governo e substituí-los por "socialistas" cuja ideologia – diga-se a bem da verdade – não conheciam com suficiente profundidade, limitando-se a repetir *slogans* e palavras-de-ordem que lhes haviam sido ensinados e que não sabiam explicar, muito menos justificar. A rigor, não tinham uma idéia clara dos propósitos secretos desses seus "líderes".

Muito jovens e incultos, mas intoxicados pelos *slogans* pregados *ad nauseam* pelos Órgãos de Comunicação de Massa (OCM), eles se diziam adeptos do "socialismo", em verdade autênticos idiotas úteis perseguindo a implantação de um "comunismo" que lhes haviam pregado com argumentação superficial, utópica e edulcorada. Portanto, muito longe dos perversos propósitos e dos sinistros e cruentos fatos históricos que caracterizaram sempre a tomada do Poder pelo comunismo marxista-leninista – os grandes massacres de populações inteiras.

A ignorância deles em matéria ideológica era gravíssima. Mesmo sem eu ser "ainda" muito entendido no assunto, era fácil mostrar-lhes que aquela militância não os levaria a nada. No começo, alguns deles desistiram. Lembro de um professor maranhense que, por causa da conversa que mantivemos, acabou retornando para o seu Estado. Na época do Natal mandou-me dois perus; fiquei até com medo de comer... porque ele continuava indiciado no IPM. Mas saiu fazendo muita festa para mim.

Foram muito bem tratados; todos os dias eu ia visitá-los, convidava um ou outro para tomar café comigo no cassino[1] dos oficiais e lá conversava com eles. Levava revistas para eles, e até pedia aos tenentes e sargentos que também o fizessem, mesmo sendo velhas, para ocupar as suas cabeças e assim impedir que acabassem sendo levados a qualquer indisciplina pelo ócio. Todos aceitavam, prazerosos, essas revistas já usadas.

Houve um exemplo de preso ideologizado e radical, o Walter Tesch. Ao recebê-las, examinava página por página, tentando encontrar propaganda a favor do capitalismo internacional, e redigia na própria revista uma contra-propaganda, alardeando as benesses do socialismo e apontando as incoerências do "capitalismo". Lembro-me bem, porque ele não tinha a mão direita. Inclusive recebi a recomendação de mantê-lo separado dos demais. Uma ocasião lhe perguntei

– Como é que você perdeu a mão direita?

A resposta foi direta:

– Fui colocar uma bomba na Thomaz Jefferson e...

A Thomaz Jefferson era um curso similar ao Instituto Brasil-Estados Unidos que funcionava em Brasília. Resolveram colocar uma bomba lá como um protesto contra a influência dos americanos no Brasil. A bomba explodiu antes e ele perdeu a mão direita.

– Quem mandou você colocar essa bomba?

– O partido! – mais uma vez a resposta foi imediata.

– Esses elementos do partido são uns irresponsáveis. Você teve alguma instrução sobre explosivos? E teve algum ressarcimento? – perguntei.

– Não, e também não recebi nada a título de seguro – respondeu.

– Mas você perdeu uma das mãos por irresponsabilidade deles.

A conclusão dele foi patética:

– Ainda tenho a outra mão para dar para o partido!

Nunca mais conversamos. Diante de uma lavagem cerebral desse porte não se tem diálogo possível. Anos depois, lendo um jornal, soube que ele estava integrando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), naquele país.

Como Comandante da Unidade, às vezes, acompanhava o encarregado do inquérito, Major de Artilharia José Leopoldino e Silva; todos o chamavam de Macarrão. Ofereci-lhe a sala de reunião anexa ao meu Gabinete de Comando para que ele conduzisse os interrogatórios. Ele ficava sentado horas a fio, fazendo perguntas para cada um daqueles presos. Eu, às vezes, até ria bastante da paciência dele, com argumentos firmes, conduzia o interrogado à contradizer-se, no confronto com depoimentos an-

[1] Refeitório e sala de estar/recreação de um quartel.

teriores, um verdadeiro *expert* em interrogatórios. Delicado, oferecia cafezinho e outras facilidades e mordomias permitidas para o preso; com isto conseguia arrancar coisas do "arco-da-velha" deles. Que categoria, que técnica de interrogatório! Essa foi minha participação no pós-Revolução, portanto também superficial.

Depois de entregar o Comando servi, durante pouco mais de um ano, na Inspetoria Geral das Policias Militares (IGPM), então um órgão do Estado-Maior do Exército. Em seguida, aceitei o convite para chefiar a Agência do SNI, em Manaus. Fui nomeado em 22 de agosto de 1969, cheguei no Amazonas uns quinze dias depois, e saí de lá em 23 de dezembro de 1972. Fiquei, portanto, três anos e quatro meses.

Não havia subversão na Amazônia Ocidental. Nossos "subversivos" da época eram o Amazonino Mendes, depois governador por dois mandatos; o Serafim Corrêa, um dos "líderes estudantis" da Faculdade de Economia; o jornalista Mário Antônio Nusmann, estudante de direito, e o Gilberto Mestrinho, ex-governador, que já se mudara para o Rio de Janeiro.

Há um detalhe curioso sobre o Governador Mestrinho: mesmo tendo sido cassado, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) acolheu um projeto dele para implantar uma fábrica de tintas e vernizes sintéticos em Belém. Aprovou, liberou a primeira parcela do financiamento e ele começou a desenvolvê-lo. Assim foi a nossa Revolução.

Na Amazônia Ocidental – área sob a minha responsabilidade como Chefe da Agência do SNI de Manaus – só tivemos três episódios que podem ser focalizados como subversão.

Um foi o de um candidato a vereador do município de Tarauacá, no Acre. Havia uma recomendação para verificarmos os antecedentes políticos, ideológicos, sociais etc., enfim, os dados biográficos de todo o cidadão que se candidatasse a um cargo eletivo. Uma ocasião, o chefe da Seção de Política e Administração Pública (S1) da Agência me trouxe a seguinte situação:

– Na nossa lista de procurados consta um Fulano de Tal. Entre os candidatos inscritos a vereador em Tarauacá aparece também esse nome. Será a mesma pessoa? O da lista está sendo procurado pela Auditoria de Marinha do Rio de Janeiro. Não informaram porquê; mas está condenado a um ano de prisão.

– Solicite à Auditoria de Marinha os antecedentes e os dados biográficos dele, e peça ao Núcleo da Agência de Rio Branco – tínhamos um núcleo naquela capital – que verifique e cheque essas mesmas informações.

Poucas semanas depois: "bingo!" Era o mesmo cidadão. Informamos à Auditoria de Marinha do Rio de Janeiro e ela nos pediu que ele fosse recambiado para lá. O Comando Militar da Amazônia (CMA) colocou-o em um avião da Força Aérea Bra-

sileira (FAB) que o levou para o Rio. Leram a sentença dele – fora condenado a um ano de detenção – e o advogado entrou com um pedido de *sursis*. Concedido imediatamente, ele foi solto e voltou para Tarauacá. Não tive a curiosidade de verificar se ele se elegeu. Assim foi a nossa Revolução.

Outro episódio envolveu um tal de João Ramalho, integrante do Movimento de Educação de Base (MEB), movimento subversivo que teve a sua origem no Pará, e tinha um de seus focos em Marabá, mas que foi, praticamente, desmontado pela ação individual do Arcebispo de lá, Dom Gaudêncio Ramos. Ele era anticomunista e quando viu o que estava acontecendo na área de Marabá, se encarregou de denunciar os envolvidos. Então, na Auditoria de Belém correu um processo no qual esse João Ramalho foi indiciado.

Posteriormente, recebemos informes de pessoas de Tefé segundo os quais, não sei como nem por que, ele aparecera naquela cidade. Verificamos e informamos à Auditoria de Belém que nos pediu para recambiá-lo até lá, a fim de ser processado. O CMA o levou e o entregou à Auditoria da 8ª RM[2] e nunca soubemos se foi ou não condenado.

A subversão que houve naquela época na Amazônia Ocidental foi rigorosamente essa. Qual seja, zero. O então estudante Serafim Corrêa, líder estudantil da Faculdade de Economia, cujo diretor era o atual Senador Jefferson Peres – que nunca fora político, agora é que se candidatou e foi eleito. Conversava muito com o Dr. Jefferson Peres a respeito do Serafim, pois alguns oficiais do CMA e vários sargentos meus freqüentavam a Faculdade e me diziam que ele só falava mal dos governos militares, nada mais. Como os próprios que o ouviam, rebatiam, discutiam e mostravam a realidade da Revolução, não se caracterizava realmente nenhum crime. Ele era apenas um falastrão que reclamava contra os governos militares, ditadura militar etc., mas a consistência do que dizia era zero.

O jornalista Mário Antônio Nuzmann, por exemplo, escrevia no jornal *A Crítica* contra o Governador João Walter de Andrade, um Coronel de Engenharia, com o curso do IME (Instituto Militar de Engenharia). O Coronel João Walter fora chefe da CRO/12,[3] onde teve uma atuação muito eficiente nos planos de obras da 12ª Região e, na época da Revolução, o colocaram como o primeiro interventor do porto de Manaus – função que pouco depois passou para um Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha do Brasil de nome Aristides. Ambos acabaram candidatos à governador e o Coronel João Walter foi eleito, indiretamente, pela Assembléia Legislativa.

---

[2] 8ª Região Militar: Grande Comando Administrativo abrangendo os Estados da Amazônia Oriental.

[3] Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar – abrangia a Amazônia Ocidental.

Estava fazendo um governo abaixo de medíocre, com alguns indícios de favorecimento de terceiros oriundos da área do Estado de Sergipe, de onde era natural. E o Mário Antônio Nuzmann, como jornalista, "sentava o cacete" nele. Mas tudo o que ele escrevia era verdade. Acontece que participavam das reuniões do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Secretário da Segurança, Coronel Nardi (José Jorge Nardi de Souza), excelente companheiro, um homem da mais alta estirpe moral, e o comandante da PM (Polícia Militar) o Coronel de Infantaria Paulo (Paulo Figueiredo Andrade de Oliveira), também excelente companheiro e ótimo comandante da PM, depois promovido a general. Pois bem, esses dois defendiam o Governo do João Walter e faziam carga cerrada contra o Nuzmann. Dois homens puros que aceitavam como verdade o que o Governador lhes afirmava.

O Paulo é da turma de 1948?

1948, exatamente! Achavam que aquilo era subversão, mas eu e o E2, Tenente-Coronel Ruy (Ruy Vieira do Rego Monteiro), conhecíamos muito bem a Lei de Segurança Nacional (LSN). Rigorosamente, ele só poderia ser processado por difamação ou calúnia contra o Governador ou por crime de imprensa e nada mais. Não havia crime perfeitamente tipificado contra a Segurança Nacional. Em 1969, a LSN era muito fácil de ser interpretada, e muito dura.

Compartilhavam dessa opinião o E2, eu e, também, o então Chefe do Estado-Maior do CMA, General Espírito Santo (Sylvio Octávio do Espírito Santo), que sempre chefiava as reuniões do CODI. Fomos contra a instauração de IPMs indiciando o Mário Antônio Nuzmann, o Serafim Corrêa e ainda o Amazonino Mendes. Eu, pelo menos, os considerava uns idiotas úteis, uns pés-de-chinelo que não representavam rigorosamente nenhum risco para a segurança interna, menos ainda quanto à subversão. O Serafim Corrêa até hoje é um falastrão. Já foi candidato a senador, governador e prefeito. Agora mesmo é candidato novamente a prefeito. A rigor, tudo o que se relacionava com subversão era da total competência do CMA; a agência do SNI/AM era apenas um mero membro da comunidade de informações.

Terminado o meu tempo, pedi para retornar para o Sul. Foi um desgaste muito grande viver três anos e quatro meses em Manaus, chefiando atividades em uma Agência do SNI, o que nos obrigava a responder, durante cada trimestre, a mais de 30 Informações Necessárias (IN) do Plano Nacional de Informações (PNI), de periodicidade mensal; uma verdadeira loucura. Para não dizer que era impossível, tínhamos que trabalhar a pleno vapor quase que ininterruptamente. Era um trabalho muito bonito e importante, porque estávamos desvendando a Amazônia, exatamente na hora que era necessário desvendá-la. Há episódios interessantíssimos que eu poderia contar; direi apenas o indispensável porque não se refere ao tema central.

Por exemplo, a Agência do SNI de Manaus impediu a concretização de uma das grandes falcatruas que estavam sendo tramadas. Vou citar e*n passant*, bem rápido, para não sair do tema. Atuamos mediante pedido de busca da Agência Central, aprofundando uma análise a respeito do projeto da Mineração Rio do Norte, subsidiária da ALCAN do Brasil S.A., que por sua vez era subsidiária da ALCAN (Aluminium Limited of Canadá S.A.), que queria nada mais nada menos do que a aprovação pela Sudam de um projeto para fazer a lavra – extrair, lavar e secar – e exportar três milhões de toneladas da melhor bauxita,[4] do planeta Terra, na área do Rio Trombetas, com um teor metálico acima de sessenta por cento, sendo uma parte metálica e outra refratária; esta, aliás, cara e rara. E quais as concessões que seriam feitas para esse projeto?

1ª: isenção de imposto de renda por dez anos;

2ª: a posse da maior jazida conhecida do planeta com aquele teor metálico;

3ª: autorização para colocar no mercado de capitais do Brasil cinqüenta milhões de dólares; e

4ª: ainda, nada mais nada menos do que, um financiamento equivalente a um quarto do saldo do Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) – que agora tem outro nome.

Era o tipo de negócio que eu também gostaria para mim. Ganho a maior e melhor jazida de bauxita – maior do que aquelas da Jamaica e com teor metálico acima de sessenta por cento – com isenção de imposto de renda por dez anos. Coloco no mercado de capitais cinqüenta milhões de dólares em ações para me capitalizar, utilizando aquele mecanismo da Sudam que financia mediante recebimento de ações preferenciais – nem ações ordinárias eram – e ainda me dão uma quantia tal que era aproximadamente um quarto de todo o Fidam, na época. Ora, isso até minha mãe gostaria de ter!

Fruto dessa investigação houve uma reunião de seis Ministros com o Presidente Médici e ficou estabelecido que a exploração dos metais não ferrosos – tal como já acontecia com os ferrosos – só seria permitida para empresas concessionárias constituídas com cinqüenta e um por cento de capital nacional. Guardei uma cópia dessa informação, porque realmente foi um trabalho digno de orgulho profissional.

Essa era a constante de nossa atuação. A subversão era praticamente zero. O trabalho era todo voltado para os ilícitos na área de comércio exterior, com subfaturamento das exportações e superfaturamento nas importações. Delitos fis-

[4] Rocha com aparência de argila, principal fonte de alumínio e matéria-prima para a fabricação de sulfato de alumínio, cimento aluminoso e refratário aluminoso.

cais. Além de acompanhar o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e da área da Sudam, todos eles objetos das INs do PNI. Assuntos inteiramente distintos da área de subversão. Aprendi muita coisa, mas em relação à subversão, muito pouco.

Depois, durante um ano e três meses fui E2 da 5ª RM (abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina). Vim para cá porque queria comandar na área do Paraná e também porque estava há três anos e quatro meses na chefia da Agência e me sentia cansado. O General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) achou razoável e conseguiu me classificar no QG da Região e o General Tourinho (Ayrton Pereira Tourinho) me designou para a 2ª Seção da RM/DE.

Aqui nada acontecia, porque era uma área – segundo estávamos informados – de refúgio ou de passagem. Quando as coisas esquentavam em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul, os subversivos se refugiavam no Paraná e em Santa Catarina. E os contatos eram muito poucos, alguns até conhecidos, mas não havia consistência para promover a responsabilidade criminal de nenhum deles, pelo menos dos personagens que conhecíamos.

Para não dizer que não houve nada na área da subversão, prendemos, por ordem do Centro de Informações do Exército (CIEx), uma ex-freira de nome Cristina casada com um ex-seminarista de nome Simeão. Foi um escândalo terrível porque, simplesmente, o ex-seminarista era sobrinho-neto do General Mário Carneiro Portes, na ocasião Secretário de Segurança, circunstância que só descobrimos depois que ele foi preso.

Veio uma equipe do CIE e os levou para São Paulo onde estavam indiciados em um IPM sobre a criação do Partido Comunista Brasileiro Rural. Esta facção ou dissidência subversiva foi uma iniciativa que não teve vida longa; não conseguiu sobreviver em função desse inquérito que estava ocorrendo lá. A ex-freira e o marido dela (o ex-seminarista) ficaram em São Paulo um dia e retornaram. O encarregado do inquérito era o famoso delegado Fleury (Sérgio Fernando Paranhos Fleury). O Simeão e a Cristina saíram daqui em uma madrugada, no carro do CIEx; na mesma manhã, cedinho liguei para São Paulo:

– Delegado Fleury, aqui é o Tenente-Coronel Roberto Monteiro de Oliveira, etc. e tal. Os presos referidos seguiram viagem, passaram na minha mão tantas horas, estão incólumes e ela disse que está grávida. Peço ao senhor que tome cuidado com alguma coisa que possa ocorrer.

Ele falou bem assim:

– Coronel, isso que falam de mim é onda. Não faço nada com ninguém.

No final da tarde ele me ligou:

– Coronel já confessaram tudo, vou mandar uma cópia para o senhor. De fato eles tiveram ligações com o PCBR etc. etc...

E deu as linhas gerais da confissão que eles assinaram lá, no mesmo dia. No dia seguinte estavam aqui, sob a tutela da prelazia, dando entrevistas sobre os maus tratos que haviam recebido e dizendo que tinham sido torturados. Em conseqüência, Dom Albano Cavalim, Bispo Auxiliar, foi falar com o General Tourinho, Comandante da Região. Como o General tinha uma grande confiança em mim, recomendou ao Bispo:

– O Sr. suba ao 4º andar, fale com o Roberto e verá que nada disso é verdadeiro.

Conversei com Dom Albano Cavalim e lhe mostrei que tudo era a mais deslavada mentira. Primeiro, passaram presos aqui algumas horas e em São Paulo outras poucas também, onde confessaram.

Outro episódio aconteceu quando recebemos uma informação, através do General Milton (Milton Tavares de Souza) Chefe do CIEx, dizendo que o Joaquim Pires Cerveira viria aqui clandestinamente, para restabelecer contatos com o cunhado, a família etc., e que deveríamos nos posicionar para tentar prendê-lo. Montamos duas equipes, uma junto à casa e negócio do cunhado e outra nas proximidades da casa da mulher dele.

Cada equipe era composta de duas turmas: uma turma era nossa – eu me revezava com o Tenente-Coronel Camargo (Rômulo Nunes Camargo), meu adjunto – e outra era chefiada pelo Dr. Ozias Algauer Chefe do Departamento de Ordem política e Social (Dops), pois só eles tinham equipamento Motorola.[5] As duas equipes mistas ficaram se revezando 24 horas, coordenadas pelo rádio, durante quase 10 dias. Ele não apareceu, nada aconteceu, foi um "chabu".

Em outra ocasião recebi também ordem direta do General Milton para prender um uruguaio que trabalhava em uma empresa de engenharia chamada A Murada, que participava da construção da estrada de ferro Central do Paraná. Tudo aconteceu porque, volta e meia, ele viajava no trecho Curitiba/Montevidéu/Curitiba e – para azar dele – trabalhava na mesma empresa um indivíduo que, embora fichado por ter sido trotskista, estava inativo. Não havia nada demais, a não ser que trabalhavam juntos. Isso dava uma certa veracidade ao informe de que o uruguaio seria pombo-correio entre os tupamaros e a nossa área.

Prendi o homem e mandei levá-lo para o CIE. Passados uns 40 dias, o General Milton ligou e me disse:

– Realmente, não procedem aquelas informações que chegaram ao nosso conhecimento. Estou devolvendo o homem a você e ele se queixa de que perdeu o emprego. Então, através de contatos pessoais com os diretores da empresa, tentei recolocá-lo no mesmo cargo, porque realmente nós o prejudicamos com o que fizemos.

---

[5] Rádio portátil para intercomunicação

– Mas General, por favor, eu prendi o homem; agora o senhor quer que eu arranje o emprego dele de volta. Que Revolução é essa? – brinquei com o General.

O comentário dele foi interessante:

– É, mas essa é a nossa Revolução!

Liguei para a empresa, falei com um Fulano que não me lembro mais o nome, expliquei que fora um erro e que nós, para reparar o mal que fizéramos, pedíamos a ele que readmitisse o empregado na empresa.

– Coronel – eu era Tenente-Coronel na época – não haverá problema, nós estamos precisando de gente, ele está readmitido.

Mais tarde, esse cidadão apareceu na Seção com a mulher dele – uma uruguaia tinhosa – que "largou a língua" em cima de mim por ter prendido o marido dela e o mandado para o CIE no Rio. Lá pela tantas perdi a paciência e lhe disse:

– Veja só que interessante. A senhora vem aqui, recebe um cafezinho, conversa, ou melhor, xinga o "torturador", que se preocupou em restabelecer o emprego do seu marido e nada lhe acontece. Na sua terra ele já estaria morto... a senhora está consciente disso?

Falei daquela maneira porque já sabíamos que lá no Uruguai e na Argentina as conversas eram diferentes. E prossegui:

– Então a senhora erga as mãos para o céu e agradeça a Deus estar no Brasil. Nós aceitamos denúncias contra o seu marido que se mostraram inverídicas e, em conseqüência, nos preocupamos em corrigir o erro que cometemos. Ele será recolocado no antigo trabalho.

Como ele queria ir para Recife, arrematei:

– E ainda vou falar com a diretoria da empresa para conseguir a transferência dele para o Recife, se é isso que ele quer.

Esse foi o meu papel durante um ano e pouco como E2 aqui na Região. Rigorosamente zero. Depois, durante o biênio 1974/1976, desengajei desse problema ao voltar para a tropa, a fim de comandar o 5º GAC AP no Boqueirão. Em seguida fui convidado para chefiar o Estado-Maior da 8ª RM, em Belém. Lá, na Capital do Estado, as coisas não eram muito diferentes dessas daqui, mas existira nos anos anteriores a guerrilha de Xambioá, na região de Marabá, uma área de muita complexidade.

Recém-neutralizada – há um ano e pouco –, ainda existiam elementos remanescentes esparsos na área. Tanto é verdade que ocorreram dois episódios de grande ensinamento para mim e todos os que participaram deles. Um foi o famoso massacre dos Davis. As pessoas que não viveram esse episódio, talvez não se lembrem mais dele. Nós, que o vivemos, ficamos traumatizados durante um bom tempo.

A história é mais ou menos a seguinte. No Sudeste do Pará havia conflitos pela posse da terra; digamos litígios possessórios, ou seja, posseiros contra "proprietários". Isso mesmo. Tudo começou quando o Presidente Médici decidiu implantar a Transamazônica. A propaganda alardeava que era um projeto com o objetivo de assentar "homens sem terra nas terras sem homens".

A abertura daquela rodovia trouxe levas de retirantes do Nordeste, de Minas e do Espírito Santo. Essas foram as três áreas que mandaram mais pessoas em busca das "terras sem homens". Então, começaram a haver conflitos fundiários – este é o nome correto – na área. Ainda não existia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e "reforma agrária" era uma expressão pouco usada.

O General Euclides (Euclides de Oliveira Figueiredo Filho), Comandante da Região, e eu chegamos lá em 1976. Chefiava o Estado-Maior e, como tal, era o chefe do CODI, que se reunia a cada quinze dias e onde o que mais se comentava era exatamente os litígios possessórios. E, para adensar os conflitos fundiários na região, sofríamos a influência de Dom Alano Penna na prelazia de Marabá, de Dom Estevão Cardoso em Conceição do Araguaia e, lá embaixo, em São Félix do Araguaia, de Dom Pedro Casaldáliga. Era uma linha reta de três bispos extremamente radicais, a favor dos posseiros na questão agrária. A estação de rádio de Conceição do Araguaia colocava no ar, entre outras, as seguintes expressões:

– Os tubarões têm direito a vinte, trinta mil hectares! E você não tem direito a nada. Se você estiver em uma área que tomou posse há mais de um ano, não saia dela, a não ser mediante mandado de reintegração de posse exarado pelo juiz da Comarca.

Acontece que o juiz era do lado deles. Então o dono da terra, que tinha o título de propriedade, entrava com um pedido de reintegração de posse e a justiça não despachava. E aquilo foi se arrastando, se avolumando e a tensão cada vez era maior.

Bem no meio do Pará havia uma importante estrada de terra batida – PA-70, depois mudou para PA-150 – que interligava Marabá, Vila Rondon e o chamado "ponto zero", o entroncamento da Belém-Brasília com essa PA. Ela cortava terras – vi o título de propriedade – que o Estado do Pará havia vendido para um americano chamado – se não me engano – John Davis. Ele fora piloto voluntário da RAF (Força Aérea Britânica) na Segunda Grande Guerra, um militar orgulhoso de ter pertencido à Força Aérea de Sua Majestade. Um homem muito decente, chefe de uma família cristã-presbiteriana: marido, mulher, quatro filhos, cunhado etc.; foram para lá e compraram quatrocentos mil hectares de terras do Estado do Pará.

O Sr. Davis foi lá no QG várias vezes e mostrou os títulos registrados em Cartórios de Imóveis: a escritura de compra e venda feita pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) e o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Absolutamente regular.

O Governador Alacid Nunes (Alacid da Silva Nunes – Coronel da Reserva), em conversa comigo sobre isso, garantiu:

– O americano comprou! Nós vendemos! O Instituto de Terras do Pará pode confirmar isso.

E aí começaram as invasões a cavaleiro da PA-70 ou 150. Vila Rondon era um vilarejo situado no meio das terras dos Davis. Não eram invasões de cinqüenta ou cem hectares; eram quatrocentos, até mil hectares. Em uma área mais ao Norte, um invasor, que nunca conseguimos chegar até ele, ocupou três mil e quinhentos hectares. Quando mandamos um emissário dizer que queríamos conversar, ele simplesmente respondeu:

– Não vou; se quiserem, venham me buscar!

Eram invasões pelas quais você não podia ter nenhuma simpatia. Uma das conseqüências foi a emboscada que armaram para a família do americano, quando mataram dois dos rapazes e deixaram o velho agonizante. Qual foi o objetivo daquele horror, que aconteceu no dia 3 de julho?

No dia seguinte, 4 de julho, aniversário da independência dos Estados Unidos, a imprensa internacional publicaria a manchete. E foi como saiu no *New York Times*, no *Finacial Times*, no *Washington Post:* "Massacre da família Davis no Pará".

Quando soubemos, o general acionou o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Fomos ao local, prendemos todos e os levamos para Marabá. Descobrimos que tudo tinha sido coordenado por um tal de João Baiano, oriundo do Espírito Santo. Pedimos inclusive os antecedentes dele à polícia capixaba que nos informou ser ele um conhecido militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Então, havia uma dupla motivação. Os homens da base queriam ficar com as terras que tinham invadido. E aceitaram a liderança de alguém que sabia o que estava fazendo. E o fazia por uma motivação ideológica. O plano foi o seguinte: na véspera, o João Baiano reuniu o pessoal e estabeleceu itinerários diferentes de maneira que eles chegassem mais ou menos à mesma hora no local onde deveriam destruir as cercas da gleba. Uma verdadeira operação de guerra. Mandou uma equipe dizer para o Davis:

– Vá lá porque vão derrubar todas as tuas cercas.

E ele foi com todos os filhos. A filha escapou da chacina porque, ao chegarem na região onde os invasores tinham preparado a emboscada, ele pediu para a mocinha ir à Vila Rondon e trazer de lá uns soldados, para impedir que derrubassem as cercas.

Os invasores estavam todos tocaiados, foi tiro para lá e tiro para cá. Depois que dois dos rapazes estavam agonizantes, um dos emboscados encostou uma espingarda doze e explodiu a cara de um deles; um outro, também com uma espingar-

da de chumbo, estufou o peito do segundo filho. O pai, já todo baleado, recebeu ainda um tiro de trinta e oito que se alojou na coluna vertebral e foi a causa da sua morte. Ele foi levado em um avião da FAB para Belém. Já no hospital, onde ainda viveu alguns dias, cheguei a conversar com ele. Fiquei muito penalizado com aquele terrível massacre.

Como o Exército ainda tinha poder de polícia naquelas questões que feriam dispositivos da Lei de Segurança Nacional, instauramos um IPM. Depois a legislação foi modificada e essa atribuição passou para a Polícia Federal – medida lamentável em um governo militar. O João Baiano montou realmente uma minioperação militar; teve até o cuidado de escolher evangélicos, a mesma religião do Davis, para organizar a equipe que foi chamar o americano. Depois perguntei para um deles:

– Como é que vocês puderam fazer uma coisa dessas?

– Ninguém me disse que seria assim. Se eu soubesse que era para matar, não teria ido. Porque ele é meu irmão de crença etc. etc.

O próprio invasor estava traumatizado. Claro, não adiantava mais, pois de qualquer maneira, os Davis estavam mortos, o que ocasionou uma gritaria que teve repercussão internacional.

Embora fosse uma área complicada, em 48 horas estávamos com todos os participantes presos. Levamo-los para Marabá e começamos a fazer os interrogatórios. O general e eu fomos até lá para dar apoio ao E2, Major Diniz (Diniz Esteves), na época um oficial inexperiente, mas muito bom, tanto que anos depois foi instrutor da Escola Nacional de Informações (EsNI). Ocorreram alguns episódios curiosos; um deles com o João Baiano. Diante de todos – nós ficávamos ouvindo o interrogatório – ele apenas dizia:

– Não sei... não sou eu... isso aí não é verdade...

Mas quando ficava sozinho com o Major Diniz ele dizia baixinho:

– Quando eu sair daqui vou matar você.

Bom, no final resultou em um inquérito com quase quatrocentas páginas. Verificamos até a situação de um padre italiano – depois fiquei bastante penalizado – que atuava na Vila Rondon, onde fazia a mesma pregação que ouvíamos na estação de rádio de Conceição do Araguaia: "A terra é de Deus, sendo assim, é de todos. Como é que esses tubarões podem ter 10 a 20 mil hectares, e você não pode ter a sua terrinha?"

Durante as investigações descobrimos que ele estava em situação irregular no Brasil, pois vivia há vários anos na Vila Rondon com visto de turista. Entregamos o caso para a Polícia Federal. Ele chegou a ir ao QG para negociar com o General, que não quis nem recebê-lo. Conversamos e ele até chorou bastante. No final eu lhe disse:

– Olha, às vezes vocês nem percebem como é grave o que fazem, estão incitando a luta pela terra com o uso da violência, um crime enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Naquela época ainda era a "lei dos três ministros militares", que cominava pena de morte ou prisão perpétua para incitamento com morte. Era essa a pena. O padre acabou apenas expulso.

O inquérito se estendeu por aproximadamente uns quatro ou cinco meses e, em conseqüência, fomos obrigados a liberar todos os detidos. A maioria dos indiciados estava em Marabá, apenas os principais em Belém. Ainda assim foi difícil, porque era muita gente, 42 pessoas.

Até a Procuradoria-Geral da Justiça Militar mandou um Procurador especial para acompanhar esse inquérito. Ele fez um adendo ao relatório do Major Diniz, não me lembro em que base. Remetemos o IPM através da Auditoria Militar de Belém. A Procuradoria-Geral da Justiça Militar não o acolheu como crime político contra a Lei de Segurança Nacional; devolveu e mandou entregá-lo à Justiça Estadual tipificando o crime como homicídio qualificado.

Quando fui transferido, no começo de 1979, ainda não havia sido formado o tribunal do júri para julgar esses 42 indiciados e mais o João Baiano como o mandante. Aliás, ele deve estar por lá, andando para baixo e para cima, porque possuía mais de mil e quinhentos hectares naquela área.

Esse foi um dos episódios.

Os problemas fundiários eram a "dor-de-cabeça" do E2, do general e minha, somados, é claro, às dificuldades naturais daquela região. Estávamos sempre com um problema fundiário. Ainda bem que o Superintendente do Incra, Elias Seffair, bom administrador e político, era nosso amigo, favorável às ações do Governo revolucionário e, também, preferia negociar. Como havia muita terra devoluta por lá, quando surgia um problema fundiário, um litígio possessório, sempre buscava uma solução conciliatória:

Situava-se naquela área a famosa Colônia do Brasil Central, uma imensa gleba de terras daquela região do Araguaia que, na década de 1940, o Getúlio Vargas mandara lotear e vender, em uma tentativa de colonização e ocupação daquele vazio no Brasil Central. Lembra dessa Colônia?

Com esse nome, não!

Pois até hoje ainda me vem à lembrança aquele mapa grande do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na escala de um por um milhão.

Planejaram um assentamento em uma gleba, sem levar em conta a geografia da área. Eram linhas poligonais geodésicas, inclusive as linhas divisórias entre os

lotes. É interessante frisar que a maioria dos compradores era de São Paulo – lembro muito bem que uns 15 lotes, com cerca de 1.500 ha cada um, pertenciam aos Mori (nisseis).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) observou que ali o Rio Araguaia faz uma longa alça e que se traçasse uma determinada poligonal naquela área da Colônia do Brasil Central, quem estivesse a leste daquela linha estaria em terras devolutas. E a maior parte dos invasores – entre aspas – estava realmente nessa área da alça.

Então, o problema que envolvia – não lembro mais o número exato – vamos dizer 2.500 famílias, passaria a envolver no máximo quatrocentas, o que simplificaria completamente a questão. Para as outras duas mil e poucas famílias que ficavam em terras devolutas, o próprio Incra prometeu que não seriam removidas. Receberiam um título de posse provisória da terra. E ainda seria possível negociar, colocando as quatrocentas famílias de "invasores" em terras devolutas.

Não sabemos até hoje quem foi, mas resolveram impedir que essa poligonal fosse traçada, por certo porque perceberam que se isso acontecesse, o problema fundiário se esvaziaria; o litígio possessório desapareceria completamente. O que fizeram? Cercaram a turma de engenheiros geodésicos do INCRA que estava demarcando a poligonal, quebraram os teodolitos e demais aparelhos e ameaçaram matá-los da próxima vez que eles aparecessem.

Assim que o General soube do ocorrido chamou o Coronel Dirceu (Dirceu Bittencourt de Sá), Secretário de Segurança, e o Tenente-Coronel Moreira (Carlos Alberto Moreira), Comandante da Polícia Militar (PM), e determinou que um pelotão dos bons desse cobertura a essa equipe do INCRA. Era preciso continuar o trabalho de demarcação da poligonal, para eliminar aquele problema fundiário.

O Coronel Moreira mandou selecionar um sargento e trinta soldados, para fazer a segurança da equipe técnica que estava trabalhando na implantação da poligonal. Depois soubemos que foram montadas três emboscadas para esse grupo que estava fazendo o trabalho. Por circunstâncias aleatórias, as duas primeiras falharam, não ficamos sabendo nem o porquê.

Na terceira vez, encurralaram o pelotão da PM, mataram dois soldados e feriram gravemente outros dois. O pessoal técnico largou tudo e foi embora. O sargento e os outros soldados ficaram escondidos na floresta; mais tarde o sargento foi até submetido a um Conselho de Disciplina porque se mostrou covarde em ação.

Quando tomamos conhecimento, fomos de avião para a região e determinamos a ocupação da área com uma Companhia do 2º BIS (2º Batalhão de Infantaria de Selva), sediado em Belém; outra Companhia do 51º BIS, de Marabá, e uma terceira

Companhia, esta do 50º BIS, de Imperatriz. O comando da operação foi dado a um Major que tinha sido instrutor de guerra na selva. Ficamos praticamente com um Batalhão naquela área, porque – segundo notícias depois confirmadas – as emboscadas haviam sido feitas por mais de quarenta posseiros. Então, havia realmente o risco de um confronto e nós não poderíamos perder.

Acabamos prendendo os suspeitos com uma certa facilidade, porque um indicava o outro, este um terceiro e, no final, prendemos em torno de quarenta. Entre eles, um padre chamado Maboni. O General me chamou e disse:

– Roberto, você que é "papa-hóstia" – sou católico praticante – cuide desse padre, porque se disserem que o torturamos, seremos muito "prejudicados".

Ele não disse essa palavra, mas uma semelhante.

Aprendêramos com a experiência anterior, quando a necessidade daquele vai e volta de avião resultou na falta de condições da FAB de nos atender a contento. Nesse segundo episódio a sede também foi Marabá, mas os principais líderes logo foram levados para Belém, a fim de serem interrogados. Seguiram três agentes pastorais e uns cinco líderes, entre eles um tal de João de Deus que, curiosamente, era casado com uma senhora cuja beleza e porte nos levavam a concluir que ela era oriunda de outra região do Brasil.

Durante os interrogatórios repetiu-se novamente toda aquela lengalenga:

– Estava lá, mas atirei para cima... Não atirei, o outro é que atirou...

Sabiam que nós não admitimos o engodo, a mentira e a dissimulação, já eles...

E você tinha que provar que o Fulano atirou e que a bala da arma dele é que matou o Beltrano. Essa é a interpretação jurídica. E mais: o crime de multidão é de autoria indeterminada. Outro aspecto interessante do crime de multidão: o ônus da prova é sempre de quem acusa. Embora tenhamos recolhido todas aquelas armas, ficou difícil, para não dizer impossível, mesmo baseado em uma perícia balística, caracterizarmos que o tiro da arma "X" ou "Y" matou o soldado "Z", porque quase todas elas eram espingardas que utilizam cartuchos de chumbo e cujos canos não são raiados, não deixando, portanto, vestígios. Foi fácil identificar o dono de cada arma.

O inquérito foi feito em Belém e também veio um procurador militar de Brasília para nos orientar – Procurador Manes Leitão. Resultou em uma parafernália de quatrocentas páginas, mas acreditávamos que tudo fora bem feito. O Major Diniz já passara a chefia da 2ª Seção para o Tenente-Coronel Hernani (Hernani Guimarães Teixeira), de Infantaria. Depois do seu despacho, o General entregou o inquérito na mão do E2, que o remeteu para a Auditoria Militar de Belém e de lá o Procurador especial o levou para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília.

A Justiça Militar de Belém acolhera como crime contra a Segurança Nacional. Acontece que o Procurador Manes Leitão nos traiu e no seu despacho conclusivo disse que não era crime contra a Lei de Segurança Nacional e sim homicídio qualificado. O relatório foi feito de acordo com o que queria o Procurador-Geral da Justiça Militar que não desejava padres e bispos enquadrados na LSN, por considerá-la muito dura.

O General e eu ficamos indignados com ele porque, afinal de contas, privara da nossa intimidade e depois, rigorosamente, nos traiu. Novamente tudo foi considerado crime comum, entregue à polícia e à justiça estadual. Até eu sair de lá, não haviam formado o tribunal do júri na Comarca de Conceição do Araguaia. O juiz já não era mais o mesmo, e o substituto temia as conseqüências se determinasse o julgamento para enquadrar os indiciados. De maneira que eles estão todos soltos.

A única coisa que conseguimos foi enviar uma cópia do relatório para o Núncio Apostólico. Direto! O General Euclides pediu para ele ver o que poderia fazer com Dom Estevão Cardoso que – prática muito rara – acabou sendo transferido para Uberlândia. *A posteriori*, o padre Maboni foi indiciado como cúmplice, mas posto em liberdade. Dom Alano Penna não foi indiciado porque as acusações contra ele eram sumárias, não tinham consistência suficiente para caracterizar qualquer delito.

O crime de Dom Estevão era claro: incitamento à luta entre as classes sociais com o uso de violência, da qual resultou na morte de soldados no cumprimento do dever. Quando encaminhamos como crime contra a Lei de Segurança Nacional, o arcebispo Dom Gaudêncio Cardoso Ramos assinou um artigo no jornal *O Liberal*, lamentando que os militares, tanto tempo depois – mais de ano e meio – do problema da guerrilha na região de Xambioá, onde morreram dezenas de pessoas, solucionado através do IPM conhecido como "de Perdidos", alusão ao povoado de Boa Vista de Perdidos, onde os militares foram emboscados, próximo a uma das bases dos guerrilheiros, venham novamente perseguir, etc. etc.

O General me encarregou de redigir um artigo, como sendo a resposta dele, ao Dom Gaudêncio e que foi publicado, inclusive, na primeira página da *Folha de São Paulo*. A partir daquela data ele nunca mais compareceu às solenidades para as quais era convidado e, quando encontrava o General, evitava qualquer aproximação. De amigo que era, e o era realmente, passou a inimigo. Também lamentei, pois morreram dois soldados no cumprimento do dever e Dom Gaudêncio queria que deixássemos os autos no limbo das coisas insolúveis, dos crimes cometidos e nunca julgados, como ocorrera no caso dos Davis. Se ele fosse medianamente inteligente e sensato, saberia que o Comando Militar não poderia deixar de encaminhar o IPM, considerando crime contra a Lei de Segurança Nacional, como o fez.

Além dessas duas passagens, houve apenas um ou outro incidente. Durante o período em que o General Dilermando (Dilermando Gomes Monteiro) comandava o II Exército, foi "estourada", em dezembro de 1976, uma célula do PC do B em São Paulo, quando morreram muitas pessoas. O Exército e a Polícia Federal tentaram prender os suspeitos, eles resistiram e morreram, inclusive um dos irmãos Pomar. Nesse sentido, foi o último acontecimento ocorrido durante o governo militar.

Os dois irmãos Pomar que estavam envolvidos nesse episódio eram oriundos da nossa região. Acontece que durante o tempo que eu estive lá – quase três anos – o E2 sempre acompanhou tudo e tinha informantes; eles pouco atuaram na área. Pelos menos nós não tomamos conhecimento. Então a subversão lá não era como aqui, em 1973, praticamente uma guerra declarada, mas também não era como na Amazônia, rigorosamente nula. Isto porque os elementos remanescentes da guerrilha de Xambioá, que permaneceram na área da 8ª RM, apoderaram-se de bons pedaços de terra e certamente não haviam perdido a sua contaminação ideológica.

É o que eu poderia dizer a respeito da minha participação no Movimento de 1964, ou seja, praticamente irrelevante, exceto, talvez, algumas idéias que podem ser aproveitadas dentro de um contexto mais amplo e relevante.

Vamos às perguntas. Aqui no Paraná havia conspiração contra os governos militares?

Entre 1973/1974, período em que fui E2, não tivemos conhecimento de nenhuma ação que pudesse ser enquadrada como conspiratória. Os comunistas conhecidos eram acompanhados em suas atividades pelas seções de operação dos outros órgãos da "comunidade", e eles não cometeram, pelo menos nada soubemos, ato que pudesse tipificar crime contra a LSN. O E2 que me substituiu, quando fui comandar o 5º GAC AP, o então Tenente-Coronel Rômulo Nunes Camargo, hoje General, também não teve muito trabalho nesse sentido.

Antes de 31 de março, a conspiração que havia lá na Lapa, onde eu servia, era exatamente no sentido de prepararmos uma Revolução contra os subversivos e corruptos – aliás, nada mais do que o Exército fazia em todo o território nacional.

Éramos uma trinca famosa: o Capitão Argos Gomes de Oliveira, o Capitão Jovaldo Ferreira Dias e eu; fazíamos as nossas tramas por lá. Até aconteceu um episódio curioso: o Jovaldo era muito gordo e, numa ocasião, estava pregando cartazes em um poste, desequilibrou-se, caiu e quebrou a perna; numa baixa em combate.

O chefe do grupo era o Argos, uma alma belíssima, um democrata puro. À época da Revolução ele vibrou com a escolha do Castello Branco – unanimidade no Exército Brasileiro – pois todos sabíamos ser um homem sem restrições, sem mácu-

las e que seria um êxito como governante. Três ou quatro meses depois ele já queria derrubar o Castello Branco porque o Presidente estaria muito brando.

O Comandante da Unidade, lá na Lapa, era o famoso Niltinho (Nilton Freixinho), na época, rigorosamente um bom comandante. Era um homem de bem, um oficial brilhante, estudioso dos problemas brasileiros.

Qual a sua avaliação, que pode ser sintética, sobre os governos militares?

O Governo Castello Branco foi excepcional; interpreto como uma escolha da Providência Divina. Podemos nos orgulhar. Um homem talhado para aquela quadra histórica. Fez rigorosamente tudo o que era necessário. Entregou o Governo nas mãos do General Costa e Silva, um homem de bem, um militar que amava o Exército e o País, mas de competência política duvidosa. Foi um Governo fraco.

No entanto, quando se deparou com a exacerbação do movimento subversivo, editou corretamente o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a maneira encontrada para retomar o pulso contra a subversão que estava se ampliando e novamente colocando em risco a Segurança Interna. Depois do problema de saúde que teve, quando os três ministros militares assumiram o Governo, houve realmente um endurecimento proporcional à subversão que se instalara.

A Junta, em 1969, aprovou nova Lei de Segurança Nacional, muitíssimo mais dura, com pena de morte e prisão perpétua. Entendo que o Governo dos três ministros militares foi duro, mas profilático, necessário para aquele momento, muito embora a minha preferência seja por uma democracia social porque, como católico praticante, tenho uma preocupação com justiça social.

Uma justiça social apoiada nas encíclicas *Rerum novarum, Quadragésimo ano, Mater et magistra* e a *Octogésimo adveniat*. A partir desta, em boa parte das novas Encíclicas, já não se reconhece mais a voz do "meu pastor"; são produtos de uma corrente ideológica dentro da igreja católica. A *Pacis in terrae* é pior ainda; apenas a *Laborem exercens*, do Papa João Paulo II, é "meia-boca", pois "dá uma no prego e outra na ferradura".

Considero ideal uma democracia com fundamentos sociais da doutrina de São Tomás de Aquino, ou seja, a favor da propriedade privada e da livre iniciativa, que ele considera, inclusive, um direito natural, associado ao livre arbítrio, portanto não modificável pelo Estado porque foi imposto pela Providência Divina.

Não vou me alongar no exame das Encíclicas, mas temos que estudá-las para interpretá-las com precisão. Na realidade, continua prevalecendo o direito natural da propriedade privada, o direito à livre iniciativa, como anexo ao livre arbítrio, e o direito de se usufruir dos bens que licitamente lhe pertencem. Essa é a minha

doutrina social, não a Teologia da Libertação, do famoso padre Gustavo Gutierrez, o homem que a inventou e a quem conheci lá em Cuzco, no Peru, quando fui Adido Militar naquele país.

Li vários artigos escritos por ele, inclusive comprei o primeiro livro sobre a Teologia da Libertação, além de artigos de jornais e revistas. Acabei conhecendo um pouco a Teologia da Libertação. Uma igreja contaminada pela ideologia não é mais a Igreja Católica Apostólica Romana. O papa atual tem lutado contra isso, inclusive conseguiu livrar a Polônia do socialismo.

Retomando a avaliação dos governos da Revolução, ficou bastante claro que os chefes militares não queriam se perpetuar no Poder. Todos os presidentes militares tinham a intenção de democratizar o Governo. Uma preocupação que foi interpretada como fraqueza deles. Mas, no momento adequado, editou-se o AI-5.

O Presidente Emílio Médici continuou cumprindo, muito equilibradamente, no campo institucional, exatamente o que prescrevia a LSN. Um fato que provavelmente poucos sabem: o Médici não cassou nenhum direito político! Nenhum!

A Revolução de 1964 é um fenômeno onde você vê com clareza a Providência Divina atuando de mil maneiras. Primeiro quando escolheu os nomes que deviam chefiar aqueles governos de salvação nacional, porque o Brasil, sendo a maior nação cristã do planeta, é importantíssimo para os planos Divinos. Então Ele – Deus – se fez presente naquele momento em que a Revolução aconteceu, porque foi – na minha opinião – um acontecimento com ares realmente de milagre. Nossos inimigos eram os donos de todos os dispositivos, inclusive militares, e conseguimos reverter aquela situação sem lamentarmos uma morte sequer, de lado a lado.

Livramos o Brasil do mais terrível flagelo da História da Humanidade: o marxismo-leninismo, e isso não tem preço! Se analisarmos qualquer manifestação onde estava sendo tentada a instalação de um regime socialista-marxista, encontraremos um nível sobrenatural de violência.

Quando exercia a função de Adido Militar no Peru, um jornal comunista de Lima, por ocasião das comemorações de um dos aniversários do famoso episódio conhecido como “Bogotazo”, publicou uma reportagem alusiva, inclusive com a fotografia do jovem Fidel Castro, na época, presente em Bogotá. O motim na Capital colombiana desencadeou-se com o assassinato do candidato do Partido Liberal às eleições presidenciais. Foram 4 dias de violentos distúrbios urbanos.

O jovem Fidel Castro, então com vinte e poucos anos, era convidado dos liberais. Nos conflitos morreram quarenta mil pessoas. O confronto entre as correntes liberais e conservadoras continuou ao longo do tempo e ficou conhecido como *La era de la violência*. Foram 4 anos e morreram aproximadamente quatrocentas mil

pessoas de lado a lado. Liberais e conservadores matando-se mutuamente, até na zona rural; e com requintes de perversidade.

A "Síndrome de Caim" é uma realidade. Se fizermos o mesmo estudo na Hungria, no período da Bella Kun e Rosa Luxemburgo, veremos que eles mataram um milhão de húngaros, um milhão. Lá no Laos mataram mais de dois milhões. Então, a "Síndrome de Caim" é uma maldição terrível que acompanha os movimentos marxistas-leninistas. No caso dos brasileiros, na verdade muitos deles eram inocentes úteis; ou, como dizia Kruschev, idiotas úteis, pois, normalmente, eram levados de roldão pela cúpula que os usava e os descartava depois. Isso ocorre até hoje.

De qualquer maneira, o Presidente Costa e Silva falhou em subavaliar o perigo que estávamos correndo e deixou a subversão crescer demais. Realmente, se ele tivesse agido antes, editado o AI-5 mais cedo ou modificado um pouco a LSN, o futuro teria sido diferente. Aquela legislação sempre foi muito branda com a subversão; desde a primeira LSN. Em 1964, ainda estava em vigor aquela lei discutida e aprovada pelo Congresso, no Governo do Dutra, voltada para os crimes cometidos pelo Partidão – PCB – com penas de seis meses a um ano, sendo que a acusação precisava provar que o movimento era financiado pelos estrangeiros.

O Senhor já estava comentando o Governo Médici.

O Presidente Médici, como disse, não fez mais do que cumprir rigorosamente a legislação. Não cassou ninguém, mas demitiu muitos, a maioria por corrupção; pelo aspecto moral, poucos por subversão. No Itamarati, onde proliferavam os "esquerdinhas", muitos foram atingidos, por vários motivos. Estive ligado aos diplomatas, quando Adido Militar à embaixada do Brasil em Lima.

Passei dois anos convivendo com eles e, inclusive, conheci uma secretária que passou 5 anos na Rússia e era apaixonada pelos russos. Nós, os adidos militares, normalmente fazíamos os Relatórios Periódicos de Informações (RPI), abrangendo os quatro campos do poder – político, econômico, psicossocial e militar – e também o subversivo. Quando íamos, informalmente, cotejar nossos RPI com os documentos parecidos produzidos pelos Secretários da Embaixada para o Itamaraty – "trocar figurinhas", como se diz na comunidade de informações –, a referida secretária sempre estava em desacordo com nossas conclusões e a favor da subversão.

O peso maior no Peru era a subversão. Havia várias tendências, todas marxistas-leninistas. Praticamente, assisti o nascimento do S*endero Luminoso,* aquele movimento guerrilheiro radical. É possível que, para a 2ª Seção do EME, eu tenha sido uma das mais importantes fontes sobre aquele movimento, literalmente "terrível".

Então, o Médici realmente fez o que devia fazer. E apesar de ser tão odiado pela esquerda, ele conseguiu conter os movimentos contestadores, como o começo de

guerrilha aqui no Vale da Ribeira, onde o Lamarca esteve presente e assassinou um 2º-Tenente da Polícia Militar de São Paulo (Alberto Mendes Júnior) e depois Caparaó, que também não deslanchou porque os mineiros, moradores da área, desconfiaram e rapidamente levaram ao conhecimento das autoridades militares. Finalmente houve Xambioá, na região do Araguaia, com um desenvolvimento razoavelmente grande.

Você sabe que em 1969 recebemos um informe sobre pessoas estranhas naquela área?

Em 1969, meses antes de assumir a chefia da Agência do SNI de Manaus, eu estava estagiando na Seção de Coordenação das Informações da Amazônia, da Agência do SNI de Brasília, chefiada pelo então Coronel Salgado (Luciano Salgado Campos). Quando recebemos esses informes a que o senhor se referiu, não tínhamos condições de apurá-los, então os remetemos para o Comando da 8ª RM verificar; foi o que fizemos.

O Comandante da Região era o General José Horácio da Cunha Garcia, oriundo de Cavalaria; ele não acreditou muito e mandou fazer apenas uma Ação Cívico-Social (ACISO) naquela área, que nada conseguiu confirmar. Se ele tivesse determinado a implementação dos devidos pedidos de busca, talvez pudéssemos ter impedido o progresso da guerrilha que estava se instalando e que tanto trabalho nos deu.

Muito bem. Voltemos a falar sobre os Governos militares.

O Presidente Médici, na minha opinião, foi muito feliz porque ele tinha uma virtude típica de cavalaria: identificar as coisas principais e deixar em segundo plano as secundárias. Todas as medidas de impacto do governo dele, como por exemplo, mar territorial de 200 milhas, Transamazônica, Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Programa de Redistribuição da Terra e de Estímulo Agroindustrial do Norte e do Nordeste (Proterra) e outros programas agrários foram excelentes.

Sobre a alteração da largura do mar territorial brasileiro, esse documento foi gerado pela Secretaria do Conselho; era um limite para se negociar no futuro, até porque o Peru e o Equador tinham adotado aqueles valores. O Médici endureceu com o Itamarati, que queria algo mais brando, aliás, eles sempre preferem soluções que não dê desgaste político. Fui ao Itamarati e entreguei a documentação para o Chefe de Gabinete do Ministro. Ele olhou a proposta e de pronto disse que seria melhor reestudar o problema. O Ministro falará pessoalmente com o Presidente.

Existia uma espécie de norma, no Itamarati, que determinava o seguinte: todo diplomata, depois de 5 anos de missão no exterior, permanece 3 anos no Brasil. Não sei se continua em vigor, mas, às vezes, isso não acontece, e torna os embaixadores desligados da realidade nacional. Arrisco dizer até que alguns deles perdem a sensibilidade a respeito do que seja soberania, independência, integrida-

de territorial e interesses nacionais. Tenho esta impressão! Porque, de onde vem todas as ameaças em relação à soberania nacional, esses novos conceitos de soberania relativa, interdependência dos países?

No meu entender, os diplomatas vão abrandando seu nacionalismo e acabam ficando com um viés internacionalista. Por isso o Fernando Henrique mobiliou os principais postos de sua confiança com diplomatas. Ele é ligado, desde a fundação, ao diálogo interamericano, criado pelo Congresso dos EUA, para controlar a política externa americana em relação à América Latina.

O Presidente Médici teve grande sensibilidade quanto à nossa soberania e integridade territorial. A Transamazônica e a Perimetral Norte foram impactantes nesse sentido. Foi a maneira de dizer: "Isto aqui tem dono!"

Trechos dessa estrada ainda hoje são transitáveis, com um movimento razoável.

Houve um desmonte político, financeiro e administrativo proposital, extremamente inteligente e perverso. Posteriormente, teve-se o mérito de iniciar a implementação do Projeto Calha Norte, a fim de ocupar o enorme vazio ao Norte da calha principal do Amazonas/Solimões.

Os governos posteriores também o abandonaram. O Exército fez o que tinha que fazer, criou alguns dos pelotões (Surucucus, Maturacá e outros) e as projetadas aldeotas anexas, e só ele está lá. Os outros ministérios se omitiram completamente.

O Calha Norte não seria ocupação militar. Era um núcleo onde teríamos, escola, posto da Funai, posto de saúde, armazém e outros órgãos necessários.

O Exército era uma das peças. Seria todo o Estado, consubstanciado na presença dos ministérios das Minas e Energia, Interior, Saúde, Educação etc. Esses órgãos ficariam distribuídos no pavilhão de terceiros. Um envolvimento global. Criava-se ali a semente de uma futura cidade do Brasil.

Exatamente.

O Presidente Ernesto Geisel assumiu em uma situação de crise de natureza econômico-financeira, porque em dezembro de 1973, às vésperas da passagem de Governo do Médici para ele, houve o primeiro choque de petróleo. O preço do barril de petróleo quadruplicou. E, em 1979, aumentou em 300%; chegou a 41 dólares no mercado *spot* e 39 dólares no mercado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Em decorrência, o Brasil queimava quase metade de sua receita de exportação para importar petróleo.

Então, na realidade, o Médici passou o Governo em uma posição ótima, e com uma perspectiva excelente – tínhamos 13 bilhões de dólares de dívida externa e um saldo na balança cambial de 6,5 bilhões, portanto nossa dívida externa líquida era de apenas 6,5 bilhões de dólares, posição cômoda e perfeitamente administrável. A dívida interna era irrelevante e nem se falava nela. O Presidente Geisel, porém, por

influência do Ney Braga (Ney Aminthas de Barros Braga), escolheu mal o seu Ministro da Fazenda, o Dr. Karlos Rischbieter.

Ele pertence ao segmento social judeu brasileiro, cujos vínculos com o macro capitalismo financeiro internacional são por demais conhecidos. Permaneceu seis meses, talvez, no ministério e foi substituído pelo Dr. Mário Henrique Simonsen, também ligado ao sistema financeiro internacional, tanto que logo em seguida à sua exoneração do Ministério da Fazenda, o Simonsen foi ser Diretor Internacional do Citycorps. Sem comentários!

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Respondendo sumariamente, foram os mais adequados à realidade nacional, local e ao inimigo.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de 8ª economia mundo etc.)

Perdemos a batalha da informação por completa incompetência dos nossos principais chefes, inclusive dos Presidentes – exceção feita ao General Médici que, com as várias medidas de impacto já referidas, conseguiu conquistar a opinião pública nacional. Os Presidentes Geisel e Figueiredo foram péssimos quanto a esse aspecto.

Somente para ilustrar o que poderia ter sido feito – e ainda pode sê-lo – menciono este Projeto que o Exército está fazendo, divulgando todas as imensas realizações da Revolução de 1964. Trouxe uma compilação de alguns dados, publicados pela Associação dos Militares da Reserva do Paraná (ASMIR/PR), que ilustram o verdadeiro "milagre brasileiro" (Anexo).

O que o senhor acha do revanchismo?

Abominável! O mais lastimável é que ninguém da Ativa tem nos defendido, e teria sido muito fácil fazê-lo, pois nós cumprimos rigorosamente nosso dever de ofício, como mandavam as leis existentes; prendendo, processando e condenando os comunistas que haviam violado as leis em vigor, principalmente a Lei de Segurança Nacional. O Exército tinha legalmente poder de Polícia e, por óbvio, era obrigado a cumprir as leis existentes. Se a lei era boa ou má, isso é uma discussão estéril e interminável.

Aqueles "democratas" que foram atingidos pelos Atos Institucionais, estavam cometendo delitos vários – nenhum deles era realmente democrata, querendo

combater a ditadura. Isso que estou esboçando, pode muito bem ser desenvolvido com uma argumentação imbatível.

Como foi o desengajamento do Exército, após o ciclo revolucionário? O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado?

Talvez pudesse ter sido entregue antes, pois o Governo João Figueiredo foi muito medíocre. Ele era o anti-herói, pelas suas atitudes e falas absolutamente inconvenientes.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos em face dos ideais da Revolução de 1964?

Não! Mil vezes não! Fernando Henrique Cardoso desestruturou, desnacionalizou e descristianizou o nosso estado nacional soberano, tarefa que Lula está completando e aprofundando. Encaminha-nos para o seu modelo socialista, em verdade criptocomunista, ameaçando fragmentar a nossa integridade nacional. Temos que detê-lo o quanto antes, para o bem da Pátria – *Salus Patriae Suprema Lex*. Mas quem colocará o "guizo no rabo do gato?"

Anexos

1. ÊXITOS DOS GOVERNOS MILITARES

Ao final de 1983, apesar dos dois choques do petróleo, o Brasil já havia completado o seu longo ciclo de industrialização através da substituição das importações. Um parque industrial complexo, integrado e com reduzida dependência das importações fora montado em pouco mais de 30 anos com a política da substituição das importações. Sem dúvida, uma performance admirável, singular na história da economia do mundo.

A seguir, estatísticas que contêm dados que embasam esta tese:

VARIAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA
(Dez/1963 – Dez/1983) (Excerto)

Itens	Dez./1963	Dez./1983	Aumento	% aprox.
Dados demográficos (mil)	77.531	127.500	60%	–
Expectativa de vida (anos)	55	63	23%	–
Água municipal tratada	30%	80%	2,6 vezes	266%
PNB (US$ bilhões)	25	290	14,5	1.450%

DADOS ENERGÉTICOS

Itens	Dez/1963	Dez/1983	Aumento	% aprox.
Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9 vezes	800%
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16 vezes	1.600%
Reservas. Petróleo (milhões barris)	320	1.900	6 vezes	600%
Consumo petróleo (1.000 b/dia)	327	1.000	3 vezes	300%
Capacidade refino (1.000 b/dia)	300	1.400	5 vezes	500%
Custo petróleo importado (milhões de US$)	176	6.800	39 vezes	3.900%
Prod. de petróleo (1.000 b/d)	98	340	4 vezes	400%

PRODUÇÃO DE METAIS E FERTILIZANTES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Aço (1.000 ton)	2.800	18.000	6 vezes	600%
Alumínio (1.000 ton)	17.6	340	20 vezes	2.000%
Estanho (ton)	2.084	12.000	6 vezes	600%
Chumbo (ton)	15.643	35.000	2 vezes	200%
Cobre (ton)	10.000	114.000	10 vezes	1.000%
Níquel (ton)	–	9.500	95 vezes	9.500%
Petroquímica (1.000 ton)	150	2.500	17 vezes	1.700%
Fertilizantes (1.000 ton)	545	1.452	3 vezes	300%
Hematita (milhão ton)	11,2	100,0	9 vezes	900%
Manganês (1.000 ton)	1250	10.100	2 vezes	200%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Itens	Dez. / 1963	Dez. / 1983	Aumento	% aprox.
Navios (ton de deslocamento)	42.800	200.000	5 vezes	500%
Automóveis (unidade)	174.125	800.000	5 vezes	500%
Cimento (milhões ton)	4,35	25,0	5 vezes	500%
Aviões (n.º)	–	128	–	–

COMÉRCIO EXTERIOR

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Exportação (bilhões US$)	1,4	21,9	15 vezes	1.500%
Importação (bilhões US$)	1,4	19,4	17 vezes	1.700%
Expo. minério de ferro (milhões ton)	8,2	70,0	9 vezes	900%
Frota mercante (milhões TPB)	1.440	9.000	6 vezes	600%

COMUNICAÇÕES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Telefones (milhões apar.)	ND	10	10 vezes	1.000%
Municípios c/ telefones	ND	3.500	3.500	35.000%
Municípios c/ DDD	0	2.500	2.500	25.000%

TRANSPORTES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32 vezes	3.200%
Rodovias paviment (1.000km)	19	75	3,9 vezes	390%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Grãos (milhões ton)	19,4	55,0	2,8 vezes	280%
Capac. Armazen. (milhões ton)	5	57	10 vezes	1.000%

ENSINO SUPERIOR

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Universitários (1.000)	124	1.300	10 vezes	1.000%
Crianças de 7 a 14 em escolas (milhões)	5	9	0,8 vezes	80%
Habitações financiadas BNH (mil unid.)	100	4.200	42 vezes	4.200%

Fonte: Dados IBGE – (extraídos de uma conferência pronunciada pelo Eng. GLYCON DE PAIVA, em dezembro de 1984, na Associação Comercial do RJ).

Sem sombra de dúvida, uma performance magnífica, sem similar na história econômica do planeta, obtida por intermédio da "política de substituição das importações", institucionalizada por Juscelino Kubitschek e diligentemente perseguida pelos Governos militares.

2. SÍNTESE

Em dezembro de 1984, as esquerdas criticavam os 20 anos dos chamados Governos militares, porque o Brasil acumulara uma dívida externa de 104 bilhões de dólares. A dívida interna nem era mencionada, tão pouco expressiva ela era. Mas a "enorme" dívida externa, na época, era considerada impagável, no dizer de vários economistas e políticos.

Os "militares" justificavam esse encargo financeiro que haviam gerado, ressaltando terem propiciado ao País uma indiscutível fase de 20 anos de acelerado progresso em todos os campos do poder nacional, embora admitissem ter sido também um período de involução institucional, considerados os nossos ideais democráticos.

Apontavam, orgulhosos, como obras dos governantes desses 20 anos as seguintes realizações, inquestionavelmente importantes, implementadas em um período relativamente curto de tempo, considerada a História, e a despeito das dimensões continentais do País:

– construção das duas maiores hidroelétricas do planeta, Itaipu e Tucuruí; além de mais de uma dezena de hidroelétricas, algumas delas de megaproporções, como: o Complexo de Urubupungá (Ilha Solteira e Jupiá), Furnas, Estreito, Paulo Afonso (II), Sobradinho, Boa Esperança etc., responsáveis pelo aumento, nesse período, de quase 800% da potência elétrica instalada no País que, de 4,8GW em dez/1963 passou para 35GW em dez/1983; além de várias hidroelétricas em adiantada fase de construção e instalação, com previsão para gerar mais 16GW, entre elas Itaipu, inaugurada ao final do ano de 1984;

– implantação de dois metrôs: Rio e São Paulo;

– construção de quase 60.000km de estradas asfaltadas, mais do que a soma do que foi construído em todos os outros governos desde a Monarquia;

– criação do mais moderno e extenso sistema de telecomunicações existente no mundo, à época (1984);

– a monumental Ponte Rio–Niterói que tornou possível a unificação dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, conveniente e necessária sob os pontos de vista político e econômico;

– o financiamento e/ou a construção, em parceria com a iniciativa privada, de algumas dezenas de fábricas de produtos petroquímicos e de fertilizantes, em três

complexos industriais petroquímicos diversificados: Pólo de Camaçari (BA), Pólo de Cubatão (SP) e Pólo de Triunfo (RS);

– aumento em quase 500% na capacidade de refino de petróleo que, de 300 mil barris/dia passou para 1,4 milhão de barris/dia;

– ampliação das reservas de petróleo em quase 600% passando de 320 milhões para 1,9 bilhão de barris, as maiores delas em nossa plataforma submarina, com desenvolvimento de sofisticada tecnologia de ponta para pesquisa e extração de petróleo em águas profundas;

– aumento em mais de 300% na produção de petróleo nacional que, de 100 mil passou para 340 mil barris/dia;

– ampliação em mais de 800% na produção anual de aço que, de 2 milhões, passou para 18 milhões de ton/ano; etc. etc.

Tudo isso, a despeito de terem enfrentado dois choques nos preços do petróleo importado que, ao início de 1974, de 2 dólares cresceu subitamente para 4 dólares (100%), depois para 8 dólares, até chegar a 19 dólares o barril em 1979; e, em seguida, cresceu novamente até atingir 39 dólares por barril em 1981, o que obrigava o Brasil a consumir a média de 40% de todas a suas receitas de exportação somente para importar e queimar petróleo.

E note-se que esses êxitos extraordinários dos Governos militares também foram reconhecidos pelo *O Globo*, em um editorial em 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução. Embora alguns desses dados de *O Globo* estejam equivocados (para menos) servem-nos como testemunho insuspeito de um dos órgãos de comunicação que mais denigrem e caluniam os Governos militares.

No entanto, o feito mais notável da Revolução de 1964 foi ter conseguido nos livrar da caminhada do mundo para o socialismo marxista-leninista, a utopia que se proclamava o "Fim da História", mas que trouxe à Humanidade quase 100 anos de imensas tribulações e deixou uma contabilidade macabra com a perda de milhões de vidas humanas, muitas delas vítimas da fome durante a implantação do sistema de produção coletiva na URSS; outras tantas exterminadas pelo "Exército Vermelho" de Trotsky com requintes de crueldade; e muitas outras assassinadas nas prisões tipo Lubianka ou mortas de inanição, doenças e maus tratos nos campos de trabalho forçado dos Gulags comunistas, que proliferavam nos países dominados por este maligno regime que nos prometia a "Justiça Social perfeita", mas que hoje seria melhor definido como uma "síntese de todos os erros": políticos, econômicos e sociais.

Certamente, este foi o mais importante feito e o maior saldo positivo dos Governos militares, hoje chamados de "anos de chumbo". E como vamos chamar os anos de Governo da Nova República que nos deram os dois Fernandos?

Em comparação com os "anos de chumbo", o que terá o Governo FHC realizado, construído, implementado, fomentado ou produzido, para justificar o aumento, "em pouco mais de cinco anos", de nossa dívida interna líquida que saltou de R$ 87,8 bilhões, em dezembro de 1994 (25,13% do PIB), para R$ 638,8 bilhões, em maio de 2000 (62,86% do PIB), crescendo mais de R$ 550 bilhões; nossa dívida externa que ultrapassou os 100 bilhões de dólares; resultando uma dívida total (interna, externa, pública e privada), que atingiu R$ 886,9 bilhões (87,27% do PIB) sem ter feito uma única obra ou melhorado nenhum índice social, pois (pasmem amigos!) saímos de um PIB de 543,1 bilhões de dólares, em 1994, para 45,1 bilhões, em 1999, isto é, o nosso PIB praticamente estacionou durante esse Governo apátrida e xenófilo!

E, apesar desse gigantesco aumento de nossas dívidas, incompreensivelmente, o Governo FHC tem pago a título de juros, nesse período, mais de R$ 100 bilhões anualmente, ao Sistema Financeiro Nacional e, por intermédio deste, à banca internacional.

De fato, agora sim, somos governados por um "Tirano Sedutor" que se dizia "socialista", mas cujo governo nos levou a uma indigna e repugnante submissão ao FMI *et caterva* e está literalmente destruindo o Brasil

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, apressai-Vos em socorrer nossa Pátria, senão perecemos! Até quando, Senhora?!

DIRETORIA DA ASMIR/PR

Coronel Pedro Américo Leal

Nascido no Rio de Janeiro, RJ, em junho de 1924, o carioca Pedro Américo Leal ingressou no Exército em 30 de abril de 1943 como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), hoje Colégio Militar de Fortaleza. Cursou a Escola Militar de Resende e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 17 de dezembro de 1948.

Classificado no 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), em São Leopoldo, RS, galgou o primeiro posto em 25 de junho de 1949. Logo após realizar o Curso de Transmissões, foi transferido para a 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia Gd), em Porto Alegre. Serviu naquela Subunidade até 1952 quando, mercê de suas qualidades profissionais e já 1º-Tenente, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA), hoje Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

Promovido a Capitão em 25 de dezembro de 1953, foi matriculado na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), de onde retornou em 1955 para o 19º Regimento de Infantaria (19º RI), ex-8º BC.

Durante os anos de 1957/1958 foi Ajudante-de-Ordens sucessivamente dos Generais Armando Cattani e Nestor Souto de Oliveira, comandantes da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), naquele período. Após cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1959, comandou a 1ª Cia Gd, onde vivenciou intensamente o episódio da Legalidade.

Promovido a Major por merecimento em 25 de abril de 1962 foi, em seguida, nomeado Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA), ali permanecendo até o limiar da Revolução de 1964. Ainda naquele ano realizou o Curso de Classificação de Pessoal, no Rio de Janeiro.

No ano seguinte, retornou a Porto Alegre, desta vez classificado no Quartel-General da 6ª DI. Um ano depois, transferido para a 3ª Região Militar (3ª RM), foi designado Chefe da Seção de Relações Públicas, última comissão como oficial da

ativa, pois aceitou o convite para ser Chefe de Polícia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou, já como Tenente-Coronel, desde 25 de dezembro de 1967, até o final do ano seguinte, quando foi transferido para a reserva. Ainda na área do Governo do Estado, foi professor e diretor da Academia de Polícia Civil e professor da Academia de Polícia Militar.

É doutor em Psicologia Clínica, livre docente em Psicologia e lecionou Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Em 1970, elegeu-se deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) gaúcha, reelegendo-se por mais três legislaturas. Após uma breve interrupção, retorna à política em 1992, elegendo-se vereador de Porto Alegre, mandato que mantém até os dias atuais, mercê de duas reeleições sucessivas.

Atua intensamente na mídia, especialmente na televisão, defendendo e divulgando, prioritariamente, temas ligados à segurança pública, saúde e educação.

No decorrer de sua vida profissional tem sido agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelas Forças Armadas e por órgãos e entidades civis, em retribuição aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 19 de julho de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem o prazer de ouvir hoje o Coronel Pedro Américo Leal, Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de 1948. O nosso entrevistado também é um senhor poeta, destacando-se...

"O Velho Borzega" e "A Bota Velha".

Na época da Legalidade era Comandante da 1ª Companhia de Guardas. Foi Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do CPOR/PA, onde contribuiu para os preparativos da Revolução. Ainda como oficial da ativa foi Chefe de Polícia e Secretário Substituto de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Após sua transferência para a reserva, dedicou-se à política, sendo eleito deputado estadual por quatro vezes e há três legislaturas é vereador de Porto Alegre. A palavra é do nosso entrevistado.

Após concluir a EsAO, em 1959, fui nomeado Comandante da 1ª Companhia de Guardas. O momento incerto, como o atual, procurei aprontar a tropa, para cumprir a missão de uma Companhia de Choque. Governava o Estado do Rio Grande do Sul o vibrante Leonel de Moura Brizola, com suas idéias de esquerda, e o Comandante da 3ª Região Militar (3ª RM) era o General Décio Escobar (Décio Palmeiro de Escobar), do qual me tornei amigo de verdade.

A Companhia deveria estar preparada para, eventualmente, ocupar Porto Alegre. Não durar na missão, mas ocupá-la por 24 horas. Anos depois, escrevi um artigo para o jornal *Zero Hora*[1], tratando desse assunto. Eram 212 soldados escolhidos por mim em um universo de cinco mil jovens que se apresentaram no Posto de Recrutamento (PR). Eu controlava o pessoal até fora do quartel: no colégio, em casa; a qualquer hora eu sabia onde cada um se encontrava. Se necessário, em cerca de meia hora a Companhia de Guardas estava mobilizada, todos armados de metralhadoras ou submetralhadoras. Os meus homens eram bem preparados fisicamente e treinados em judô e jiu-jitsu.

E ia mais longe. Fazia manobras, visando apenas objetivos militares, ocasião em que ocupava pontos nevrálgicos – a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e as Estações de Tratamento de Água, do Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE) – a cada dois ou três meses, durante toda uma noite. Também postávamos homens em edifícios selecionados dos quais ficávamos até com a chave da portaria.

Acompanhava-me nessas jornadas noturnas o médico da Companhia, Samuel Mayer – morreu o ano passado – que improvisava um consultório. Prestávamos assistência médica e, também, distribuíamos refeições; naquele tempo o Exército podia fazer isso. Tínhamos provimentos, uma ótima cozinha, o meu sargento do

---

[1] Jornal integrante do sistema RBS (Rede Brasil Sul), conglomerado de jornais e emissoras de rádio e televisão.

rancho[2], o Osmar (chefe da turma de cozinheiros), providenciava comida quente para todos. Os funcionários daquelas estatais já estavam acostumados com a presença da Companhia e era um regozijo geral, quando chegávamos. Era uma Ação Cívico Social (Aciso) para todos os setores críticos da cidade.

Isso não está nos arquivos, são preâmbulos para que se entenda a conjuntura da época. Há trinta anos, a Companhia de Guardas estava tão preparada quanto uma tropa especial o está nos dias atuais. Guardo até reportagens feitas – não que eu as pedisse – mostrando uma Companhia guerreira, preparada para uma ação de choque em Porto Alegre. O Brizola sabia disso, porque éramos visitados continuamente pelos nossos amigos da Brigada Militar, com quem tínhamos uma boa convivência. Só não posso adiantar se era uma preocupação do Governo do Estado saber como estávamos.

Quem era seu comandante na época?

Como já referi, o Comandante da 3ª RM era o General Décio. Depois da Revolução, ainda no mês de abril, no Rio de Janeiro, acompanhei as reuniões dele com o General Malan (Alfredo Souto Malan) e o "Cacau" – o Barros Nunes (Antônio Luiz de Barros Nunes), mais tarde chefe de Relações Públicas da Petrobrás – pois o General Décio também estava sendo cogitado para ser o Presidente da República, mas abriu mão em favor do Castello Branco; era um homem fabuloso. Até hoje, o incluo nas minhas orações de todos os domingos, tamanha a minha admiração pelo cavalheiro e soldado que foi.

Na EsAO, o senhor teve alguma preparação sobre Guerra Revolucionária? Houve alguma orientação?

Muito pouco, e não foi uma preparação específica. Como hoje, naquela época não havia uma visão do que acontecia. Atualmente, estamos em um Estado socialista e só não vê quem não quer. Sou político e mais do que ninguém posso dizer isso, porque me relaciono bem com toda a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). Por ser mais velho, ter mais experiência, até os previno para não se precipitarem, porque o Poder afoga. E eles me ouvem. O Brasil é um Estado socialista e culto.

O senhor falou Brasil, não seria o Rio Grande do Sul?

Fiz uma pequena confusão. O Estado do Rio Grande do Sul é socialista. Pelo menos o Governo é socialista, não digo o povo. Este é atrevido, culto e destoa do restante da Nação, porque é uma miscigenação muito grande de alemães, italianos, polacos, portugueses e gaúchos oriundos do interior – de "guascas"[3] como se diz – mas que resultou em um temperamento bastante acirrado e belicoso. E hoje em dia a

---

[2] Local onde são preparadas e servidas as refeições de cabos e soldados (cozinha e refeitório).

[3] Homem da roça do interior do Rio Grande do Sul, especialmente da região da campanha.

prefeitura da Capital, as de alguns municípios do interior e o Governo do Estado estão nas mãos do PT. Preparam-se para um avanço, ninguém tenha dúvida disso. E têm pretensão de aumentar o número de prefeitos e vereadores.

Voltando à Legalidade, hoje o Exército não está tão preparado como estava a Companhia de Guardas. Se ainda sou entusiasmado, há trinta anos era muito mais, uma verdadeira obsessão. Tive o concurso de grandes homens: dos irmãos Ruy e Adolpho João de Paula Couto, do Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), do Lauro Rieth (Lauro Melchiades Rieth), do Moreno (Jayme Moreno) – não sei o que é feito dele – do Zipin (Raphael Zipin). Todos me auxiliaram neste adestramento da Companhia de Guardas.

Esta sala onde estamos agora faz-me recordar dos preparativos para recepcionar o Presidente Jânio Quadros, que viria a Porto Alegre na tarde de 25 de agosto, dia de sua renúncia. Fui designado e estive nesta sala, porque ele iria despachar daqui – terceiro andar, ala da 3ª Região Militar. Ele ficaria alojado na casa do Comandante do III Exército, não sei se é ainda no mesmo lugar, perto do Hospital Militar.

É ali.

A minha equipe cuidou de todos os aspectos ligados à segurança da visita, entregue à Companhia. O Governo da República constituíra Subchefias da Casa Militar da Presidência, em alguns estados. Os majores Moreno e Rieth eram daquele órgão, em Porto Alegre, e por várias vezes foram me visitar para saber o que eu estava planejando fazer, a fim de acertarmos os detalhes. A Subchefia da Casa Militar coordenava a preparação para acolhermos o Presidente. Sobre essa preparação vale a pena citar uma curiosidade: planejara colocar cães na guarda da casa, mas o Jânio não gostava de cachorro; o que ele apreciava mesmo era um bom vinho e sempre pedia que tivesse um estoque selecionado. São detalhes que a gente guarda.

Depois de uma preparação de cerca de duas semanas, para recebê-lo, no dia previsto desloquei a Companhia, inclusive com elementos à paisana, porque eu via necessidade dessa descaracterização. Havia, é claro, um pouco de técnica policial. Coincidência ou não, tempos depois fui Chefe de Polícia e respondi pela Secretaria de Segurança do Estado. Na verdade você tem que imaginar tudo o que o inimigo pode fazer e se antecipar aos acontecimentos, senão você é surpreendido, o que é indecoroso para um militar. Assim, tínhamos carrocinhas de cachorro-quente e de pipoca.

Quando chegou a notícia da renúncia que surpreendeu a mim e ao Brasil inteiro, fiquei sem saber o que fazer. Esperava o Presidente à tarde e, de repente, em vez de ele vir para cá, vai para São Paulo.

Só um esclarecimento. Essa visita do Jânio seria...

Não seria visita. Ele viria para governar o Brasil daqui. Imaginem a minha surpresa. Comuniquei-me com o Coronel Ibá (Ibá Mesquita Ilha Moreira), Coman-

dante do 19º Regimento de Infantaria (19º RI), de São Leopoldo, que era muito meu amigo, uma espécie de padrinho que eu tinha. Ele e o Poty Medeiros confiavam muito em mim e me distinguiram com a amizade e a confiança. Perguntei-lhes o que fazer e a resposta foi a perplexidade de ambos.

O Comandante do III Exército na época era o...

Recém-chegado Machado Lopes (José Machado Lopes).

Quando estive nesta sala, lembro até que aquelas torres com os sinos me preocupavam, porque de lá qualquer um teria visão direta sobre o Presidente. Eu tinha que prever tudo isso, era responsabilidade minha. Ele estaria seguro e garantido pela Companhia, isso não havia dúvida. Claro, ele nem sabia que eu existia. Militar cumpre a missão recebida da melhor maneira possível, com os meios de que dispõe.

Assim, tudo estava disposto e pronto aqui e na casa do Comandante do III Exército, esperando o Presidente da República em uma visita oficial para, do Rio Grande do Sul, atender ao Brasil inteiro. Iria ficar uns dois ou três dias, não era mais do que isso. Guardas, isso e aquilo, todo o aparato e, de repente, o homem não veio. O Jânio, segundo a história conta, aguardou durante várias horas, lá no aeroporto em São Paulo, que o reconduzissem à Presidência com poderes maiores, quase ditatoriais, e nada aconteceu. O Brasil ficou na expectativa. E eu perplexo, não sabia o que fazer.

A partir daí se desenrolou a "Legalidade", liderada pelo Brizola, Governador do Estado, que era e é um homem corajoso, atrevido e guerreiro, ninguém o segura. O Garotinho que o diga, lá no Rio de Janeiro. É um homem disposto e era moço, naquela época. Mobilizou o povo gaúcho, com muita habilidade e ambição, para que o seu cunhado, o Vice-Presidente João Goulart, naquela ocasião em viagem à China, fosse levado à Presidência da República.

Os oficiais da Brigada desapareceram da Companhia. Antes era um trânsito enorme, quatro ou cinco oficiais almoçando e jogando conosco diariamente. Não sei se a Brigada entrou em prontidão – deve ter entrado – mas desapareceram. Tínhamos o que fazer e nos rearticulamos para o episódio da Legalidade.

O Comandante do III Exército, General Machado Lopes, mineiro, de Engenharia – não há nenhuma crítica nisso...

Fora o Comandante do Batalhão de Engenharia da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O seu primo, Paulo Nunes Leal, foi o oficial de Engenharia de maior destaque, segundo seus colegas.

Foi brilhante. Recebeu a medalha *Silver Star*, do Exército americano, por ato de bravura. Meu primo-irmão e querido amigo. Mora na Figueiredo Magalhães, em Copacabana; é conhecido como Paulo Bala porque era velocista, corria 100m.

Bem. O Machado Lopes recém-chegado, sem a esposa – não conhecia, ainda, o Rio Grande – se afeiçoou à Companhia de Guardas e nos fazia muitas visitas. Era um *gentleman*, um homem notável; nos tornamos amigos. Aliás, os generais que conheci, se acostumavam à Companhia de Guardas, iam lá para almoçar ou jantar – a comida sempre muito boa – e se sentiam bem, no meio daquela empolgação da juventude.

Machado Lopes chamou-me para uma reunião em seu Gabinete e me perguntou sobre as possibilidades da Companhia. Disse-lhe que a Companhia estava em condições de ocupar os pontos nevrálgicos de Porto Alegre, mas não poderia durar na missão. Ocuparia durante 24 horas e depois teria que ser substituído por outra tropa.

Expliquei-lhe que não seria uma improvisação, porque os homens estavam preparados e, até certo ponto, deveria ser fácil, pois todo o pessoal dos pontos críticos é nosso amigo. Relatei-lhe da assistência dispensada pelo médico da Companhia e do apoio sistemático do "rancho". Porto Alegre está "na mão". Ninguém a escurece, corta o telefone ou mexe na água. Sugeri a ocupação desses pontos.

O General ouviu tudo o que eu disse, mas vetou qualquer ação e me dispensou. Na verdade, se eu tivesse feito a ocupação, teríamos evitado todos os problemas decorrentes. De madrugada, altas horas da noite, me chamou novamente. Dedico um dos meus artigos àquela madrugada. Esse QG estava em polvorosa. Havia oficiais e parcela da tropa defendendo as idéias do Brizola, isto é, favoráveis à posse de Jango.

Lembro-me de que foi difícil sair da Companhia, pois os tenentes eram muito entusiasmados e estavam preocupados com a possibilidade de eu ser preso pelos legalistas. Eram 2h da manhã quando cheguei. Subi e me apresentei ao General. Interessante – coisas que não esquecemos jamais – ele usava uniforme de "guerra" e estava de japona, com as duas mãos nos bolsos. Ele me disse que ia tirar o Brizola do ar; a Cadeia da Legalidade seria interrompida e eu estava designado para realizar a missão com a minha Companhia.

Novamente propus ao General Machado Lopes ocupar Porto Alegre e ele me cortou, dizendo:

– Capitão, cumpra as ordens! Apenas tome a Ilha da Pintada[4] e tire o cristal da Guaíba[5]!

Ainda lembro que fiz um comentário sobre o possível enfrentamento com o efetivo da Brigada Militar na ilha e ele, simplesmente, disse:

– Capitão, cumpra a missão!

---

[4] Uma das ilhas do estuário do Rio Guaíba.

[5] Emissora de radio difusão, integrante da Companhia Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo) escolhida por Brizola para gerar e liderar a Cadeia da Legalidade.

Sabedor que ele não conhecia o Rio Grande, tinha que ajudá-lo no que fosse possível, esclarecendo tudo.Vi que não devia insistir. Não estava recuando da ordem que ele me dera. Sabia que poderia redundar em um choque com o efetivo da Brigada Militar que havia na Ilha da Pintada; presumia-se o equivalente a uma Companhia.

Estávamos em pleno fragor da Legalidade. Mas a supremacia era da minha Companhia, uma força adestrada. Dispunha de 17 cães pastores alemães – uma iniciativa do meu amigo e antecessor na Companhia, hoje General Denys (Rubens Bayma Denys), sempre visitado por mim quando vou ao Rio de Janeiro. Eram 10 tenentes, na Companhia: o Pachaly (Ivo Pachaly), que depois foi Ajudante-de-Ordens do Médici; o Gobatto (Piero Ludovico Gobatto), também Ajudante-de-Ordens e chefe de segurança do Presidente Médici e mais tarde General; o Simões (Roberto José Porto Simões), que posteriormente foi supervisor do Colégio Militar; o Volnei (Volnei Pedro Vieira da Rocha); o Cordeiro (Fernando Vilhena Cordeiro), depois comandou em Pelotas; o Ramos (Carlos Fernandes Ramos), que comandou o 18º RI; o Gelim (Gelim Francisco Poglia), o Conde (Luiz Alberto Gomez Conde); o Lucas (Lourenço Adalberto de Castro Lucas), o intendente Aloysio (Aloysio de Azevedo Coutinho), campeão de pentatlo do Exército. Que equipe! Era uma Companhia guerreira e como tal foi preparada, nada foi inventado.

O Major Álcio (Álcio Barbosa da Costa e Silva), filho do General Arthur da Costa e Silva – que fora meu instrutor – foi designado para fazer a operação técnica de retirada do cristal. Ele era engenheiro de Comunicações formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), meu amigo pessoal. Seria uma espécie de operação comando, bem rápida.

Planejava avançar utilizando gás lacrimogêneo, porque a Brigada não dispunha deste recurso. Seria o desencadeamento da primeira operação militar do Exército contra outra tropa, ainda que da Brigada, mas por certo iria acarretar uma escalada muito perigosa. Por isso escrevi, anos depois, o artigo "Uma madrugada que mudaria a História" porque o cumprimento daquela ordem redundaria em baixas e aí estava acesa a fogueira no Brasil.

Segundo vários historiadores, inclusive o próprio Ministro Jarbas Passarinho (Jarbas Gonçalves Passarinho), aquele foi o momento, nessas últimas décadas, em que o Brasil esteve mais próximo da guerra civil. Mais do que na Revolução.

Concordo. Eu sentia isso. Eu tinha apoio e tinha vontade, quer dizer, um Capitão com 28 anos, quer briga mesmo. Briga leal, briga militar. Mas senti a responsabilidade do momento. O que ocorreria? Tínhamos submetralhadoras, duzentas e tantas metralhadoras, munição, rádio, ou seja, a Companhia estava equipada; não podia durar na missão, mas daria um susto. E eu conhecia a Brigada Militar,

eles não dispunham de armamento com o mesmo padrão do nosso. O general ouviu o meu alerta e disse:

– Capitão, cumpra a missão!

Ele me chamou de Capitão e não de Leal, como costumava fazê-lo. Dito isto, se deslocou para o gabinete lá no fundo. Ainda lhe perguntei:

– General, sua ordem é verbal? Não é por escrito?

– É verbal – disse.

– Pois bem, eu cumpro a ordem.

Uma dúvida. O General que lhe chamou foi o Machado Lopes, Comandante do III Exército?

Ele mesmo. Pois bem, quando eu saía, às 2h30min da manhã, encontrei, inopinadamente, o Floriano Maya D'Ávila e o Lauro Schuck, não esqueço mais disso. O Maya D'Ávila era instrutor da Escola de Polícia comigo, função para a qual eu fora indicado pelo Exército no início dos anos 1950. Ele era também Procurador-Geral do Estado e o Lauro Schuck o Auditor de Guerra; ambos me conheciam. O Lauro Schuck estava com um pala bege caído – detalhe que nos chama a atenção nesses momentos importantes e não o esquecemos mais. O general aguardava os dois. Eles me cumprimentaram:

Eu telefonara, naquela madrugada, para que o sargento Elói – o sargento responsável pelo adestramento dos cães, um grande cinófilo e também um homem muito estranho, dado a investigações, mas bom profissional – fizesse um reconhecimento na Ilha da Pintada. Mobilizei a Companhia e estava saindo quando, repentinamente, o Maurão (Mauro dos Santos Braga) grande praça, um nortista excepcional, meu amigo de Infantaria e pára-quedista, da turma de 1949, não sei onde ele anda.

Todos o conhecem por Maurão. A última notícia que tive dele, estava em Fortaleza.

Acredito, porque ele é de lá. Ele telefonou e me disse:

– Olha Leal, é para suspender a missão.

– Maurão, não reconheço tua ordem por telefone, estou saindo – disse de pronto –. Se tu quiseres, vem cá pessoalmente.

Qual a função do Maurão?

Ele era Ajudante-de-Ordens do meu querido amigo Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), que morreu há pouco tempo. Não demorou e o Maurão chegou no carro preto, entrou correndo – ainda vestindo o uniforme de passeio com alamares, meio assustado – e transmitiu a ordem do Muricy de cancelamento da missão.

Como duvidar dele, se era o Chefe do Estado-Maior do Machado Lopes embora um exacerbado adversário de todas aquelas idéias de posse do Jango. Ordem

é ordem, suspendemos a operação. Em conseqüência, o sargento Eloy e mais dois ou três homens ficaram me esperando, lá na Ilha da Pintada, sem comunicação comigo, tal o desencontro. Pela manhã ele apareceu vestido de pescador e nos disse:

– Eu vi tudo, há uma Companhia de Polícia da Brigada Militar.

Tempos depois soube de um fato triste que, se verdadeiro, é para se lamentar; coisas de soldado. O Capitão da Brigada Militar, que guarnecia a ilha, ouvira a minha ordem para a execução da operação, porque a transmitira via rádio, em texto claro; quem quisesse e pudesse, a escutaria e dizem, não sei, que ficou meio desequilibrado.

Aconteceram muitos casos...

É, desequilibrado, porque não gosto de dizer louco; sou psicólogo e não posso dizer que um homem, diante de um fato daqueles, um trauma que produz um problema emocional tão grande, tenha ficado louco. Ele apenas teve uma emoção muito grande e, não podendo contê-la, extravasou o psiquismo e se desequilibrou, se desajustou. Não soube de maiores detalhes do referido oficial, nem sei se é verdade. Afinal ele ficou esperando a madrugada inteira eu atacar a Ilha da Pintada.

O senhor sabe o nome desse Capitão?

Não sei. A Brigada poderia dizer, mas eu nunca quis saber.

O Comando da Brigada Militar articulou-se, nessa operação?

Acredito que sim. Eu não sabia quem estava lá para resistir, mas o Capitão me conhecia, porque devia ser daqueles trinta a quarenta oficiais da Brigada que conviviam conosco e acompanhavam nossos ardorosos treinamentos. A missão dele era defender os cristais da Rádio Guaíba na ilha da Pintada. Era soldado, ficou nos aguardando. Viveu cinco horas de terror. Não sabia quando e como iríamos; apenas quem iria e que seríamos capazes de tudo. Então se preparou para lutar contra nós.

Éramos uma tropa que se aprontara, estava adestradíssima. Os soldados admiram muito isso e vibram com a ação dos companheiros. Aprontei a Companhia com professores da Escola de Polícia que eu levava lá, estávamos adestrados também em judô, pois os sargentos Conde, Natal, Delamare, Osvaldo, Nascimento e o Gil eram judocas de primeira.

Um detalhe; eu tinha meus homens como um gabarito, um exemplo, mas descobri que não era bem assim. Havia um pequeno grupo "ideologizado" – brizolista – ainda acredito que movido pelo nacionalismo, porque as Forças Armadas são, na verdade, o único grupo nacionalista do País e digo isso sem medo de errar. E, também, sem que soubesse, se constituiu um outro grupo, vejam só, de soldados para me dar proteção. Sabemos que no meio da tropa há coisas que o comandante não conhece. A soldadesca sabe, os cabos sabem...

O cabo velho então é brabo. Cabo antigo sabe de tudo.

Em conseqüência pedi a abertura de um inquérito na minha Subunidade e descobrimos quem eram os homens; chegamos a dois sargentos, profissionalmente ótimos – na realidade um Subtenente e um Sargento.

O senhor lembra os nomes deles?

Não, não lembro. Vejo-os na memória. O Subtenente é fácil saber porque só havia um e o Sargento também não seria difícil. Como disse, eram ótimos profissionais. Segundo foi apurado – até escrevi isso em um dos meus artigos – os soldados montaram uma guarda para não deixar acontecer nada comigo. Aí se vê que, por melhor que esteja adestrada uma tropa, ela sempre estará sujeita a idéias contrárias.

Respeito muito o militar nacionalista, pois também o sou. E não posso negar aos meus companheiros de escalões inferiores essa chama que os empolga. Na verdade, muitas vezes eles não se informam sobre as verdadeiras intenções destes grupos que comandam o País. Agora, por exemplo, o Presidente da República criou o Ministério da Defesa mediante a extinção dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e transformou a Casa Militar. O que falta extinguir? O que ele pensa fazer? Creio que ele deseja apagar a chama nacionalista e opiniática das Forças Armadas. Aliás, venho denunciando isso há oito anos e ninguém acredita. Agora estão vendo a realidade.

Aqueles homens, meus subordinados, naquele momento acreditavam no Presidente da República; não tinham conhecimento do peleguismo, do sindicalismo louco que cercava o Presidente e que nos iria levar de roldão para o marxismo. Não viam isso, tinham outra visão que não a minha; eles eram – na minha opinião – de um nacionalismo ingênuo.

Ao amanhecer daquele dia, veio o famoso apoio do Machado Lopes ao Brizola, marcado pela visita ao Palácio Piratini. Nesse instante, o III Exército se aliou ao Governo do Estado. Passaram a agir contra o Denys (Odylio Denys) e contra as tropas do Rio de Janeiro, deslocando o 19º RI para Lages – município catarinense na divisa com o Rio Grande do Sul. Eu estava sempre em contato com o Ibá no Regimento e sabia também o que se passava no 18º RI, no Colégio Militar e no Esquadrão do 2º R Rec Mec (2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) comandado pelo Capitão Einloft (Oscar Carlos Einloft), que apoiava o 18º. Por uma rara felicidade não se chegou ao enfrentamento.

Permanecemos na expectativa e caímos em um certo marasmo. A Companhia continuou de prontidão. Mandei fechar todas as ruas que permitiam acesso ao quartel.

Que ruas foram fechadas?

Aquelas que passam na frente da Companhia, a Vieira de Castro e a Olavo Bilac; elas fazem um "T" e mandei fechar as três cabeceiras. Resolvi fechá-las até que se dissolvessem os Batalhões da Legalidade. Naquele momento eles estavam se constituindo na Praça da Redenção, recrutando até gaúcho de bombachas e cada um recebia uma arma. Aconteceram cenas interessantes; me lembro de um "cabo antigão", mas moço ainda, que desejava se apresentar para brigar. Em vez de ir à Redenção, furou o dispositivo, entrou na rua e veio para a Companhia. Eu disse a ele que não estávamos alistando voluntários, que ele deveria ir lá para a Praça.

Eram duas ou três gerações se apresentando, sem um serviço de recrutamento organizado. Uma confusão, a todo o momento queriam passar e se juntar a nós, por isso fechamos as ruas. Fui criticado pelo QG, especialmente por um Coronel do Estado-Maior que morava ali perto. Embora considerasse uma medida acertada, recebi ordem para reabrir as ruas.

Em princípio, permanecemos leais ao Comandante do III Exército que se aliara ao Governador do Estado. Ficamos na expectativa, como disse, aguardando o resultado daquela aliança. Estávamos contra quem admirávamos – o Souto de Oliveira, o Denys, enfim, o outro lado – mas presos também por uma admiração grande ao Machado Lopes.

Nessa ocasião, o Muricy decidiu ir para o Rio e me deixou uma carta. Fiquei com os cachorros, os trastes e tudo o mais que ele tinha. Ao contrário do Jânio, ele gostava de cães. Só mais tarde despachei a mudança. Foi se juntar à tropa do Denys. Não sei por que, uns dez anos depois, ele me pediu para declarar, e o faço agora oficialmente, que foi dele que partiu a ordem para eu não atacar a Brigada Militar. Pediu que eu escrevesse um artigo para a *Zero Hora*, dizendo da sua posição. Mas eu não quis mais reviver aquela história.

Muricy foi se apresentar no Rio de Janeiro para combater o Brizola.

Exatamente. Tenho a impressão de que ele não queria passar por um acendedor de fogueira, inconseqüente. Era uma situação de indefinição e ele saiu daqui de supetão, de automóvel...

Tempos depois, no Rio Grande do Norte, o Brizola quase criou um problema quando chamou o Muricy de "gorila".

Em Porto Alegre, houve momentos de muita dificuldade. Volta e meia éramos chamados ao Quartel-General. Lembro-me de uma reunião, quando o então Tenente-Coronel Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) – radicalmente contra o Brizola e a Legalidade – e o General Moraes e Barros (José Maria de Moraes e Barros), que substituíra o General Muricy na chefia do Estado-Maior do III Exército, discutiram muito sobre o que fazer em função daquela situação. Foi um problema sério. Ficou um ambiente muito desagradável.

Ouviremos os dois e, também, o Coronel Plácido (José Plácido de Castro Nogueira), que apesar de estar comandando o Colégio Militar, dizem que foi uma figura importante na Revolução.

Assim, concluímos essa exposição cheia de dados importantes, na qual o Coronel Pedro Américo Leal nos deu uma visualização interessante do que foi o movimento da Legalidade em Porto Alegre. Para a maioria dos estudiosos desse assunto ela foi uma das causas mais fortes do próprio Movimento de 1964 que, por esta razão, teve alguns problemas para sua implantação aqui no Sul. Agora faremos as perguntas sobre a Revolução propriamente dita.

O senhor destacou a Legalidade como uma das causas que resultaram na Revolução de 1964, se quiser acrescentar alguma coisa...

Outra causa foi a sindicalização de forma abrupta e defeituosa feita pelo Jango. Embora sendo um homem de temperamento bondoso – meço o General pelo seu Ajudante-de-Ordens e o do Jango era o Ernani (Ernani Correa de Azambuja), o Cocota, esse seu apelido, meu amigo e um sujeito muito bom – o Presidente estava cercado por pelegos e indivíduos que queriam "comunizar" o País. Depois da vitória da Revolução fugiram, se esconderam, a maior parte foi para o exterior. Hoje dizem que foram perseguidos, expulsos do País; na realidade, a decisão foi deles.

Então o senhor considera que a causa principal foi...

Sem dúvida, foi o peleguismo.

E com uma ameaça de caráter marxista.

Claro, vejam o comício das lavadeiras – porque só havia tanques e trouxas – na frente do Ministério da Guerra e da Central do Brasil. Era um mar de bandeiras do Partido Comunista. E quem estava lá? O Jair (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa, ou o seu desencadeamento foi espontâneo?

Não tenho condições de falar sobre este ponto, tampouco se tudo aconteceu espontaneamente, só posso dizer o que vivi. Quando cheguei no CPOR, transferido da Companhia de Guardas, no final de 1962 ou início de 1963, fui procurado pelo Capitão Leivas Job (João Oswaldo Leivas Job), que posteriormente foi da Segunda Seção do III Exército e Secretário de Segurança do Amaral de Souza. Eu era Major Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria e ele instrutor do Curso de Artilharia. Eu não o conhecia, antes.

O nosso primeiro encontro aconteceu no vestiário, quando ele me fez uma pergunta sobre o momento nacional. A partir daquela ocasião, comecei a me reunir

com um grupo de oficiais do CPOR decidido a reagir. Por isso fui afastado, movimentado para Ipameri, GO, e até ameaçado de ser submetido a um Conselho de Justificação. Fui expurgado do CPOR, nem ao baile de formatura pude ir. Na verdade, após nove meses de trabalho fiquei imobilizado, anulado. Tudo isso porque depois da aproximação com o então Capitão Leivas Job, comecei a trabalhar para impedir que o País caísse na esparrela comunista.

Esses seriam fatos da fase conspiratória?

Exatamente.

Prossiga e, se possível, nos fale sobre os companheiros mais ativos nessa área.

A partir de então, concluímos que era necessário dispormos de uma instituição ou sociedade que nos possibilitasse ter autoridade junto a oficiais da reserva e de um local confiável para as reuniões. Além de batalharmos pela criação e ativação do Clube das Escolas Militares, que reuniria a maioria da oficialidade de Porto Alegre, concluímos que o Círculo Militar se enquadrava nos nossos propósitos e, por isso, decidimos conquistá-lo, isto é, vencer as eleições, e nos preparamos para o embate. Foi importante porque se tornou a base de operações para o Movimento revolucionário de 1964. Eu não pertencia a nenhum Estado-Maior nem a qualquer grupo que estivesse planejando a Revolução. Pressentíamos que o Brasil não podia continuar como vinha porque senão iria tudo ladeira abaixo. O artigo "O começo da reação" resume bem o nosso sentimento de então.

Quero caracterizar muito bem aquele momento porque ele foi, agora me apercebo, uma junção, uma pinguela, uma comunicação entre a Legalidade e a Revolução de março. Hoje em dia posso dizer isso. O Exército estava se recompondo, entrando na normalidade, mas e essa normalidade nos convinha? O Brizola governador e depois deputado; o Jango, Presidente da República; com ou sem parlamentarismo?

O Leivas Job era muito ativo e planejara me colocar na presidência do Círculo Militar. Não concordei, porque não me considerava com titularidade para tal. Indiquei o General Ibá e me dispus a convidá-lo. Concorri a primeiro vice-presidente e o Etchegoyen a segundo vice-presidente e conseguimos o apoio irrestrito do Lauro Rieth. Derrotamos a chapa apoiada pelo Jair. As eleições foram realizadas na sede da Praça da Alfândega, no mesmo prédio do Grande Hotel, que depois foi destruído por um incêndio. Hoje se ergue ali um edifício compartilhado pelo GBOEx-Grêmio Beneficente e pelo Rua da Praia Shopping.

A nossa vitória foi decisiva porque passamos a ter como quartel-general o Círculo Militar de Porto Alegre, um bastião da resistência ao Jair e àquele movimento de comunização que, embora predominantemente de civis, envolvia perso-

nalidades militares. Sobre aquele momento, "quase histórico" versou mais um dos meus artigos: "Círculo Militar: O QG da Resistência."

O Exército tomava certas atitudes, mas não se expressava perfeitamente contra o movimento; os civis é que manobravam tudo. Procurei o Arlindo Pasqualini, famoso "major", para que voltasse a escrever os célebres artigos na *Folha da Tarde*. Depois daquele infeliz e explosivo radiograma[6] do Jair, dizendo que não tinha condições de apresentar resistência, não tinha forças para impedir as manifestações...

Por ocasião do plebiscito em torno do parlamentarismo.

Aquela decisão do Jair foi totalmente rechaçada por nós. Um dos nossos aliados foi o então Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão) artilheiro, que atualmente mora em São Leopoldo...

É redator ou editor de um jornal.

Exatamente. Eu estive com ele há uns três ou quatro meses, na passagem de Comando da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército (AD/6ª DE).

Já conversamos também. O Gusmão é muito meu amigo, fizemos a EsAO juntos. E desde aquele tempo ele atuava forte, era um elemento que se articulava no Rio de Janeiro. Uns dias antes da Revolução soube que ele estivera em Vacaria onde eu servia, a minha procura, talvez porque na EsAO havíamos participado de algumas reuniões que, embora não fossem conspiratórias, serviram para alguma troca de informação. Mas eu estava destacado – no mato – então não teve tempo de ir a mim; ele queria trocar idéias.

Esse era o trabalho do Gusmão, um volante, correu o Estado todo, procurando...

Isso é interessante, porque não existe registro dessa parte. O senhor citou o Etchegoyen e o Gusmão...

Havia ainda o Derly (Derly Garcia Xavier) que, tempos depois, trabalhou comigo na Polícia. Hoje em dia está na reserva e é advogado.

Mas era militar?

Sim. Foi um dos diretores do GBOEx.

Com o nosso "quartel-general" a coisa mudou de figura, porque dispúnhamos de algum dinheiro, tínhamos representatividade, local para nos reunir e podíamos fazer propaganda, o que nos foi muito importante – creio que até fundamental para a Revolução no Rio Grande do Sul. Para a nossa luta, além dos diretores já citados, contávamos também com oficiais da Aeronáutica. Até me lembro que naquela época morreu um Tenente ou Capitão, dando um rasante em um treinamento de bombardeio, o que nos chocou muito.

---

[6] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

Outros nomes citados...

Sim, o Manta (Antônio Adolpho Manta), o Sommer de Azambuja (Luiz Augusto Sommer de Azambuja).

Esse eu não lembro...

Foi vereador. Volto a destacar o nome do Marsillac, um homem importantíssimo. Ele trabalhou comigo, tomou posições radicais dentro desse QG durante a Legalidade. Enfrentou o General Moraes e Barros – que apareceu e desapareceu como estrela cadente. Novo Chefe do Estado-Maior do III Exército, chegou, tentou conciliar as coisas, mas não conhecia nem o Rio Grande.

O senhor já fez referência a esse general, mas eu não tenho lembrança dele.

O Marsillac por certo se recordará. Sei que ficou apenas alguns meses. Ele entendia muito menos de Rio Grande do que o Comandante do III Exército, meu querido amigo Machado Lopes.

Fora do Exército, quais as organizações ou pessoas que estavam conspirando?

Uma organização que nos ajudou muito foi a "Educando para a Democracia", cuja história retrato no artigo "O acordar dos militares". Cortamos todo o Rio Grande pregando Democracia para os estudantes do 3º grau. Era uma linha intelectual que reunia homens como: o Galeano Lacerda, desembargador, hoje está aposentado; o Hugo di Primio Paz, professor da UFRGS; o Clóvis Stenzel, psicólogo e advogado, foi líder da Arena no Congresso; a Ecilda Haenzel, advogada, cujo marido, o médico José Mariano Haenzel, já morto, foi quem me possibilitou não embarcar para Ipameri e ficar resistindo aqui. Um colaborador de peso foi o José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que nos possibilitou organizar a "Educando para a Democracia", que nasceu dentro da PUC.

Em São Paulo houve um apoio muito forte dos empresários.

O João de Souza Jardim, que foi também Secretário de Estado e o Paulo, ambos da COPAGRA, nos apoiaram intensamente. Não procurávamos muito os empresários. Talvez porque no nosso escalão – Capitão e Major – não tivesse ainda um relacionamento mais intenso com esses homens.

Mas entre os industriais e os intelectuais, havia alguma liderança destacada que pudesse agrupá-los, assim como no Exército, planejando um movimento revolucionário?

O pessoal foi grupado através da "Educando para a Democracia" e, posteriormente da "Ação Democrática Renovadora". Eu, por exemplo, viajei bastante pelo interior: estive em Rio Grande, fui até Caxias onde conversei com o Victor Faccione que naquele tempo era líder estudantil e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A próxima pergunta, na realidade, o senhor já respondeu. Onde houve a maior resistência ao Movimento revolucionário, no Rio Grande do Sul?

No CPOR houve grande resistência. Tanto o Comandante, Coronel Alcy (Alcy Souza Palmeiro), como o Subcomandante, Tenente-Coronel Danilo (Danilo Marques Paiva), eram contra mim, mas é preciso frisar que aqueles homens não estavam propriamente contra as minhas idéias, eles tinham as idéias deles, achavam que para o Brasil seria melhor do jeito deles. Tanto assim que na última eleição o Alcy telefonou para mim e me disse:

– Quero lhe dizer, meu coronel, que vou votar no senhor.

É a comprovação da minha tese. Tivemos até militares como o Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro) e o Luís Carlos Prestes, que eram convictamente marxistas. Mas esses homens de quem estou falando apenas acreditavam noutra verdade e não na minha.

E há mais um fator a acrescentar; por formação, o militar é legalista.

O Alcy, por exemplo, me surpreendeu. Não tive nem tempo de lhe dizer muito obrigado, mas foi um gesto bonito dizendo que votaria em mim. O que fiz para mudar a opinião dele? Talvez eu nunca venha a saber os reais motivos.

Vamos em frente. Como foi o desencadeamento da Revolução aqui em Porto Alegre e, de uma maneira geral, no Rio Grande do Sul?

Sempre me correspondi com o General Mourão (Olympio Mourão Filho), meu ex-comandante e tão amigo que esteve no meu casamento. Era viúvo e ficou muito traumatizado quando perdeu um neto, em Santa Maria, no início do ano de 1962.

Atropelado por um carro.

É, aquilo o perturbou muito. Quando vinha a Porto Alegre, em geral tomava café comigo lá em casa, ali na Rua Casemiro de Abreu, 610. Ele tinha uma mágoa muito grande, porque foi acusado de ter sido um dos autores do plano Cohen e não cansava de dizer que aquilo tinha sido uma artimanha do Estado-Maior do Exército (EME) e do Getúlio. As idéias dele me empolgavam e me colocavam em ebulição; trocávamos informações, principalmente depois que conquistamos o Círculo Militar, pois ficamos mais fortes e passou a haver uma coordenação natural. Mas não havia outros planos. Eram só as forças locais, aqui e lá, conforme escrevemos em "A reserva e a ativa: juntas". Havia um camarada – hoje já falecido – o jornalista Thadeu Onar; de importância fundamental para os nossos propósitos. Este homem era um amigão e nos municiava de informações do mundo civil.

Logo depois que eu fui afastado do CPOR, o pessoal passou a me evitar; fiquei zanzando por aí, apoiado pelo Mariano Haenzel. Eu era tido como um sujeito muito

extremado e vivia os meus dias sem fazer nada. Os meus próprios companheiros evitavam me procurar porque eu era um camarada visado.

Uma pergunta: a sua transferência para Ipameri foi política?

É evidente que foi. Inclusive fui ao Ministro buscar uma explicação. Consegui uma carona em um avião da FAB, nem sei como deixaram eu ir. Cheguei ao Palácio Duque de Caxias (PDC) e expliquei a situação a um Tenente-Coronel de Artilharia, que me possibilitou a audiência. Depois descobri que ele era o oficial de gabinete. Às 7h30min da noite, já era tarde, entrei na sala do Ministro, General Jair. De pé, na frente do Ministro, indaguei o motivo. Ele respondeu:

– O senhor é um oficial político.

– Só porque estou combatendo os marxistas e os comunistas no meu Estado? – retruquei.

Repetiu isso quatro, cinco, nem sei quantas vezes. No meu artigo "1963 – Ofensiva do Sistema" faço um retrato falado de toda aquela situação, inclusive deste diálogo com o então Ministro.

Naquela visita ao Ministro, não houve a reversão da transferência? Como ela aconteceu? O senhor disse que permaneceu em Porto Alegre.

Fiquei em Porto Alegre, em licença para tratamento de saúde do meu filho por obra e graça do marido da Ecilda, o médico Mariano Haenzel, e do Bruno (Bruno de Araújo Ribeiro), o médico presidente da Junta de Saúde; um homem muito bom que me deu apoio total – já é falecido.

Os "janguistas" me anularam, mas me vigiavam. Sabiam que eu tinha proteção da Junta, através do seu presidente e do Mariano Haenzel, que emitiu um atestado para meu filho – na verdade ele sempre foi profundamente asmático. Tudo isso era uma articulação e logo depois que iniciei a Licença para Tratamento de Saúde da Pessoa da Família (LTSPF), senti que fui esvaziado.

Eu, o Léo Etchegoyen, o Lauro Rieth, o Sommer de Azambuja e o Comandante do 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, o Admar Borges Fortes da Silva; nós cinco fomos transferidos. O Sommer de Azambuja e o Lauro Rieth solicitaram transferência para a reserva; não sei se o Etchegoyen chegou a ir para Santo Ângelo; eu não fui e o Coronel de Cavalaria, irmão de um jornalista do *Correio do Povo*, não sei o que se passou com ele. Fiquei uns dois ou três meses completamente isolado, porque quem falasse comigo era identificado e ficava marcado.

À 1h30min de 1º de abril de 1964, recém-chegado do Círculo militar, recebi em casa o Capitão Darvin (Darvin Cardias Szechir), companheiro do CPOR, acompanhado de um senhor de idade, cabeça branca, com uma boina preta. Quase irreconhecível pela indumentária, entrava o General Souto Malan, seu sogro, recém-

chegado do Rio de Janeiro, o qual tinha sido surpreendido pela partida do General Mourão no comando da tropa revolucionária de Belo Horizonte e Juiz de Fora, antecipando o início do movimento em dois dias em relação ao acerto deles.

Desconhecia toda aquela articulação e ignorava se os grupos aqui do Sul sabiam de algo, porque eu me separara deles; estava completamente anulado. O General Malan me colocou a par do que estava ocorrendo e me disse que precisava de ajuda. Com meu amigo Darvin – ele e a Elenita, filha do Malan, estiveram comigo há pouco tempo na minha casa em Torres –, concluímos que o general precisava ficar oculto e municiado de informações.

Hoje conto o milagre e revelo o santo; ainda que eu fosse considerado um homem perigoso, naquela madrugada escondi o General Malan na Vila Manreza, dos Jesuítas, sob a proteção do padre Nunes, que me deu todo o apoio durante alguns dias, enquanto procurávamos contato com os generais da área – o Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), o Floriano (Floriano da Silva Machado) e o Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo) que depois veio de Santa Maria.

E o General Malan permaneceu todo o tempo em Porto Alegre?

Sim; municiado de informações por mim em todos aqueles momentos que antecederam a decisão final no Estado do Rio Grande do Sul e que foram cruciais porque o único General – dos que estavam em comando – que permaneceu na área foi o Floriano, comandante da 3ª Região. Vim ao QG com o Capitão Darvin para estabelecermos as primeiras negociações. Posteriormente o General Malan foi até a minha casa onde se fardou e viemos todos para o QG em um carro particular. Ele entrou comigo, fomos recebidos pelo Azambuja (Clóvis Borges Azambuja) – mais tarde General Comandante do III Exército; em seguida o General Floriano nos recebeu e relatou ao Malan a situação reinante no Rio Grande do Sul. O Poppe de Figueiredo estava chegando.

Esses fatos aconteceram após a vinda do Brizola com o General Ladário (Ladário Pereira Telles)?

Só fui saber dessa história quando eu era Chefe de Polícia. Mas a vinda daqueles dois não teve muita repercussão até porque a turma toda debandou logo depois. E soube também de um fato curioso: nesse deslocamento para o Rio Grande do Sul todas as fardas do general ou foram esquecidas ou roubadas. Queria apenas deixar registrado o que escrevi sobre a atuação do então Deputado Leonel Brizola no seu desesperado intento de resistência à Revolução.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Jamais deveríamos ter aceitado o tardio “pacote” do Geisel. O Nordeste tinha que ser tratado, politicamente, como o restante do País, pois todos os prejuízos

que viessem, teriam sido menores do que esta fórmula esdrúxula de conduzir a política nacional que até hoje nos prejudica. Há mais de quinze anos falei que as bancadas não poderiam ser constituídas como o são. Se vocês procurarem nos anais eternos da Assembléia Legislativa, lá está o meu pronunciamento veemente contrário ao "pacote de abril" de 1977.

Descuido ou intencionalmente, a bancada de um Estado como Sergipe – eu o cito por ser o menor da Federação – se antepõe à do Rio Grande do Sul. Os Estados do Norte e Nordeste, menos populosos, garantiram uma boa representação no Congresso. E até hoje somos governados de uma maneira completamente errada. Não podemos continuar com esse Congresso artificial. As bancadas têm que ser proporcionais à população. Ninguém tem coragem de mexer. Basta contar o número de deputados de cada região. E onde está o maior PIB? E onde ferve a política? Aqui! E lá? É aquela política de sempre, capitaneada por líderes como o Antonio Carlos Magalhães e Jáder Barbalho, que estão brigando entre si.

Quer dizer, são dois brasis, temos que reconhecer isso. E nós continuamos marcando passo. Esta é a verdade nacional. Há cinqüenta anos conheci o Nordeste em uma viagem que durou setenta dias. Fui e voltei por terra. O que eu vejo hoje em dia na televisão é a mesma coisa. Aquelas zonas que visitei não mudaram nada – Salgueiro, Quixadá e tantas outras. E o que havia lá? Nenhum recurso, só casas de adobe (barro e esterco), o solo fendido, povo miserável, sem escola, luz, televisão, saneamento. E por quê? Porque convém aos políticos que essa turma permaneça nessa cegueira, para votarem a comando e eles continuarem influindo no Congresso. Estamos pagando o preço dessa falta de objetividade das Forças Armadas no momento do "pacote de abril".

O senhor acredita que a atuação do terrorismo influenciou na escalada revolucionária?

Uma das nossas grandes bobagens foi termos misturado alhos com bugalhos. A experiência me dizia que não devíamos enclausurar delinqüentes junto com políticos. Nós enfurnamos em presídios eminentes políticos que nos contestavam, mas homens inteligentes, que pela sua conduta causavam surpresa àquele mundo carcerário e, pelo longo tempo que lá permaneceram, acabaram doutrinando os presos. Houve uma união dos criminosos, não de todos, é claro, com certos políticos. E disso resultou a eclosão de assaltos a bancos e o seqüestro de embaixadores. Foi um erro nosso.

E erramos também no Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Dez dias antes da edição do AI-5 recebi um telefonema de Brasília – do Capitão Protásio (Protásio de Paiva Bueno), assistente do Costa e Silva – me assuntando (sondando) sobre o assunto.

Disse que seria uma asneira e falava porque era um professor no assunto; desde 1957 estava com a Polícia na mão e era instrutor da Brigada há uma porção de tempo. Discordei, e por isso saí da Chefia de Polícia. Sabia que não haveria como você controlar o que estava se passando na ponta da linha. E não deu outra.

Houve, na verdade, uma falta de previsão total das conseqüências dessas duas ações, quais sejam: a mistura de criminosos com políticos que permitiu uma formação diferenciada de subversivo – o criminoso-político e o político-criminoso – e uma série de medidas drásticas que o AI-5 regularizou, cuja prática incontrolável, até hoje nos macula em certos setores.

A Revolução foi um sucesso e eu sempre a defendo na mídia – e ninguém me enfrenta. Por que não me enfrentam? Porque sabem que eu distingo a Revolução dos excessos que ocorreram de ambos os lados. Você não pode justificar nunca a tortura. Se na guerra você não a permite e, se nós primamos por certos princípios, como vamos permiti-la quando agimos contra nossos inimigos. Não podemos.

Exponha de maneira sintética a sua opinião sobre o ciclo dos presidentes militares.

Eu sou castellista e fã incondicional do Médici, de quem fui sempre muito amigo. Tenho até uma passagem interessante: o Poty Medeiros tinha absoluta confiança em mim e foi um homem muito importante na minha vida. Quando ele morreu, foi velado aqui no Tribunal de Contas; fui ao velório e estava na terceira ou quarta fila quando, de repente, senti que alguém me enlaçava por trás. Uma atitude um tanto esquisita em um velório. Olhei para as mãos da pessoa e vi uma aliança de ouro e prata de cinqüenta anos de casamento. Ao mesmo tempo todo mundo começou a olhar para o camarada que estava me abraçando. Não fiz nada, deixei-o assim como estava. Era o velho Médici. E sabemos que ele não brincava com ninguém, pois era um basco, um homem sério. Considerei aquele abraço até um elogio que eu estava recebendo.

Ele já havia deixado a Presidência?

Já, mas sem dúvida era um homem diferente para mim.

O senhor citou o General Castello Branco e o General Médici. E os demais?

O Costa e Silva se deixou levar muito pela turma dele e do Portella (Jayme Portella de Mello), a dos bons amigos. Na verdade ele não pode ser comparado ao Médici nem ao Castello Branco. Eu não simpatizava com o Geisel, apesar de considerá-lo um homem extremamente correto, muito certinho. Mesmo sendo só um deputado estadual, sempre lutei pela melhoria dos vencimentos das Forças Armadas, discutindo o reajuste através de contatos com a Casa Militar do Palácio do Planalto, sugerindo valores para o soldo de almirante-de-esquadra, como também apa-

rando arestas porventura surgidas no âmbito político estadual. Apesar de muito amigo do Denys, eu era malvisto pelo Geisel porque ele achava que eu não tinha nada que me meter.

O senhor não falou do Figueiredo.

Eu estive afastado do Figueiredo por uns dois anos. Tudo aconteceu quando ele era o Chefe da Casa Militar. Antes de ser deputado fui chamado pelo Coronel Telmo (Telmo de Oliveira Sant'Anna), Chefe da 2ª Seção do III Exército. Meu grande amigo cavalariano manobrava tudo e me designou para montar uma emissora de televisão aqui no Sul. Até hoje tenho todos os documentos guardados. Foi publicada a concessão e recebi o Canal 13 de televisão, que teria a missão de levar o sinal até o Uruguai e a Argentina, objetivo um tanto quando nebuloso para aquela época.

Eu dividiria a superintendência com os dois donos da Rádio Princesa. O Banco do Brasil emprestaria um milhão de dólares para colocarmos a emissora no ar. Encomendei o projeto completo, fui a Brasília e ao Rio para falar com o Nestor Jost, presidente do Banco. Lembro que era ano de eleições, e aquela empreitada prejudicou a minha candidatura a deputado, mas fui em frente e cumpri a missão que me fora imposta por indicação dos irmãos Adolpho João e Ruy de Paula Couto.

Fizemos todo o programa e na hora do Presidente aprovar, o Figueiredo, Chefe da Casa Militar, não sei qual o motivo, se não estava avisado ou se era contra, me tratou mal. Ora, vou a Brasília cumprir uma missão e sou maltratado pelo meu amigo. Não entendi. Deixei de procurá-lo até o momento do reajuste dos vencimentos dos militares quando ele, como Presidente, me apoiou muito. O Gobatto – tinha sido meu Tenente na Companhia de Guardas – pediu que eu fosse a Brasília porque o Presidente queria falar comigo. Ponderei:

– O General é meio brabo e eu o conheço bem. Pode haver problema, sou um homem casado e com filho, não quero ouvir besteira. Sou líder do Governo, ele está brigado com o Jair, as conseqüências poderão não ser boas.

Brigado com o Jair?

Houve um ruído qualquer entre o Governador Jair Soares e o Presidente. Depois de muita resistência fui e até levei o Airton dos Santos Vargas – deputado estadual – comigo. Cheguei, nem tinha audiência marcada, mas o Gobbato conseguiu agendá-la para o dia seguinte. Eram 2h da tarde quando entrei e o Figueiredo estava me esperando; ficamos em conversa até quase às 5h. No início da reunião ele não estava junto da mesa de despachos – sentara-se de costas para o jardim – o que me permitia descortinar todo o imenso ambiente da área verde do Palácio. Ele me olhou e disse:

– Como vai àquele "f d p" do Jair?

Pensei comigo: "vai ser brabo, o que vou fazer? Afinal, o homem é o Presidente". Fui ao encontro dele que estava sentado, escarrapachado, como fazia sempre e disse:

– General, o que o senhor faria se fosse deputado e ouvisse do Presidente o que eu ouvi?

– Ó Leal, eu sou um "m" mesmo – respondeu –. Senta e vamos conversar.

Este era o Figueiredo, um Presidente da República capaz de dizer ao outro que ele era isso. Um homem simples, puro, espontâneo e verdadeiro. Vivíamos aquele momento da vitória do Maluf (Paulo Salim Maluf) sobre o Andreazza (Mário David Andreazza) na disputa pela indicação do candidato da Arena à Presidência, que no fim resultou na eleição do Tancredo Neves.

Então ele chorou, eu chorei, foi uma emoção danada e não houve mais audiência no Palácio. Entraram o Venturini (Danilo Venturini) e outras figuras palacianas. No final da reunião ele acabou até assinando um documento que eu levara em mãos, sobre a redução da idade para aposentadoria dos policiais civis. Mandou inclusive fazer uma lei complementar. Depois saiu da sala. Na verdade o Figueiredo era um emocional, mas um homem bom. Um milico transformado em Presidente, cargo que ele nunca quis. Queria mesmo era ser Comandante do III Exército, tanto que ele sempre dizia:

– Olha, vou largar tudo para o Walter Pires (Walter Pires de Carvalho e Albuquerque), que era o Ministro do Exército; vou pegar o boné e ele que responda.

Realmente, ele falava muito: "Vou chamar o Walter Pires." Apenas um comentário: em termos de desapego ao Poder, que não gostava de ser Presidente, mas que foi um grande...

O Médici.

Ele detestava ser Presidente da República.

Nunca expressou uma queixa sequer, nenhuma lamúria, nada. E, para mim, foi o maior Presidente do Brasil; ele não hesitava, sempre tomava posição. Apesar de eu ser "castellista" e achar que o Castelo não teve o tempo suficiente para realizar o que desejava.

O grande pecado do Médici foi ter muita sorte. E a mídia nunca perdoou isso.

O Brasil ganhou até o campeonato mundial de futebol.

Hoje qualquer presidente, qualquer político, que vá a um estádio e seja anunciado, será vaiado. E ele foi aplaudido. Tinha carisma e sorte.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Penso que comprometeram muito a nossa imagem. Hoje a mídia só veicula o nome das vítimas que nós fizemos e se cala quanto ao nome dos nossos mortos. Eu

já coloquei na TV e nos jornais o nome de todos os nossos que foram vitimados pelo terrorismo. Mas o que adianta isso? Eu coloco uma vez, eles boicotam dez e continuam a matraquear duzentas, trezentas vezes. Porque a mídia é na verdade muito bem conduzida pelos esquerdinhas de "calcanhar sujo"[7].

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi feito a contento?

Não. O militar não sabe se comunicar, não faz relações-públicas e nem publicidade.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário foi oportuno? Deveria ter sido antecipado ou poderia ter sido postergado?

Foi bem-feito. Com anistia geral e tudo o mais que se esperava. Depois, os militares se deixaram envolver pelos governos civis e, paulatinamente, estamos contemplando o nosso esvaziamento com o ápice agora na era Fernando Henrique Cardoso. O que nos restará? Onde está a nossa opinião nacionalista? E a Amazônia? Tudo relegado a segundo ou terceiro plano. Ontem – a TV Câmara dos Vereadores, Canal 16, veicula hoje – acusei o Governo pelo esvaziamento da opinião nacionalista das Forças Armadas. Baseado em quê? No artigo do Carlos Chagas, jornalista e articulista civil da Revista do Clube Militar.

O Senhor acha que está havendo "revanchismo"?

Sem dúvida, e o pior é que estamos inertes, sem reação. As Forças Armadas foram consideradas, há pouco tempo, como a instituição de maior credibilidade. A opinião pública nacional nos é muito favorável. Mas existem setores profissionais, conjugados com as manobras do Governo, que cuidam deste cons-tante patrulhamento. As verbas de publicidade – que são enormes no Governo Federal, particularmente na Presidência da República – influenciam estes setores que nos desmerecem.

Até em jornais tidos como mais ou menos independentes, como...

Logo depois que é veiculada uma demonstração de grande prestígio das Forças Armadas surge uma página com episódios do passado: buscam e encontram sargentos, tenentes, capitães ou coronéis, que se dizem arrependidos de terem praticado tortura, esbravejando uma *mea culpa, máxima culpa*, no mínimo extemporânea. Sempre coloco este assunto na pauta, sem que ninguém me aparteie. Sou um eterno defensor da nossa Instituição. A última matéria foi sobre o Jango e o Juscelino Kubitschek.

---

[7] Repórteres novatos, designados para cobrir os fatos na "linha-de-frente".

Morreram ou foram mortos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)? Fui à tribuna e desmascarei a farsa, pois se tivéssemos qualquer intenção teríamos matado o Brizola, o mais ativo e um dos mais inteligentes.

Esta última pergunta, praticamente, já foi respondida ao longo de toda sua entrevista. O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira? Ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

O momento atual está um pouco distanciado dos ideais da Revolução de 1964. Só não deixamos que o Brasil se comunizasse. Ao longo desse tempo, aprendemos muitas coisas que não sabíamos. O País estava todo desarrumado e não o víamos assim. Hesitamos em adotar medidas ou fomos muito comedidos. Deveríamos ter fechado o Congresso o tempo necessário para arrumar o Nordeste e o Norte do País e imposto à Nação as mudanças necessárias para erradicar aquelas barbaridades, que até hoje continuam lá. O que conseguimos melhorar? Nada! Não fizemos o dever de casa. Agora é tarde, Inês é morta!

Nos resta esclarecer um último ponto. O senhor participou, no Rio de Janeiro, de reuniões que trataram do Movimento de 1964 e das quais participaram vários conspiradores. Nos fale sobre aquela época e aqueles acontecimentos.

Na realidade, saí de Porto Alegre logo depois da eclosão do movimento, que fora antecipado em dois dias com a partida do Mourão de Minas Gerais. Eu havia sido afastado do CPOR e resolvi aceitar a sugestão do General Malan; fui para o Rio de Janeiro fazer o Curso de Classificação de Pessoal (CCP), pois assim não interrompia a minha carreira militar. Viajei com o General para o Rio de Janeiro, onde passei o restante do ano de 1964 todo e tive a oportunidade de me encontrar com os grandes nomes do processo revolucionário na casa do Malan, na Rua Otávio Corrêa, 221, na Urca. Ali se reuniam os Barros Nunes – o Heleno, o Antonio Luiz e o Adalberto – o Meira Mattos (Carlos de Meira Mattos), o Golbery (Golbery do Couto e Silva) e outros. Conheci toda essa gente, eram todos generais e eu um simples major.

Nessa época o senhor já estava servindo no Rio?

Freqüentava o Curso de Classificação de Pessoal. A título de curiosidade, naquela época encontrei o filho do Malan que estava voltando para a Escola da Aeronáutica – ele havia trancado matrícula. Estou fazendo essa referência, porque coincidentemente, anos depois, ele foi o piloto que se envolveu no acidente com o avião do Castello Branco.

Chegaram a falar que teria sido algo intencional.

O Alfredinho voltou para a Escola da Aeronáutica, saiu Aspirante e mais tarde foi até Ajudante-de-Ordens do Délio Jardim de Mattos quando ele comandou a Zona Aérea de São Paulo. Tempos depois houve o acidente que derrubou o avião do Castello Branco. Sou testemunha do grande constrangimento que o assunto provoca, dentro da casa do Malan. Lembro que, em um jantar, me referi ao acidente e foi um silêncio absoluto.

Eles eram muito ligados.

Se não me engano o garoto era afilhado do Castello Branco, por nome, ou por distinção.

Pois bem, então tive várias oportunidades de encontrar o Grande Colegiado, não posso dizer que fosse uma *Sorbonne*, seria meio hipotético ou talvez presunçoso, mas os grandes homens da Revolução reuniam-se freqüentemente na casa do...

Eram sempre os mesmos ou esse pessoal se alternava?

Alternavam-se muito.

E era sempre na casa do Malan? Ou variava...

Eu, pelo menos, só ia lá, até porque éramos amigos, tanto que fui à posse do Castello em Brasília, convidado por ele, que já estava designado para comandar a Escola Militar.

O senhor ficou quanto tempo no Rio de Janeiro?

Um ano. Só mais um pequeno detalhe. Na verdade, às vezes, as reuniões eram na casa do General Décio Escobar, mas lá não iam aquelas pessoas todas, porque ele era um homem reservado, tanto que não integrava o grupo, mas era simpático a todos e o respeitávamos muito. Eu me dava muito com o General porque eu comandara a Companhia de Guardas quando ele era Comandante da 3ª RM.

Lembro até que na casa dele foi decidido qual seria o destino do General Jair, porque ficou muito mal explicada a razão que o levou a afastar-se de repente do Ministério da Guerra. Há quem diga que, na última hora, ele concordou com a Revolução. Lembro perfeitamente que o General Décio defendia muito o ex-Ministro da Guerra. Naquela época o Ministro era o General Costa e Silva.

Além das reuniões na Rua Otávio Corrêa eu me ligava muito com o Antônio Luiz de Barros Nunes – o famoso "Cacau" – relações públicas da Petrobrás e homem de confiança do Geisel. Essas eram as minhas ligações com todo aquele grupo castellista. Claro que tínhamos também amigos como o Andreazza e o próprio Costa e Silva na outra turma, onde havia homens intransigentes como o General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), que tinha opinião definida e radical. Mais tarde houve uma separação entre os grupos, o que nos causou grandes transtornos.

Sem dúvida! Realmente havia duas tendências: o Castello era um homem extremamente legalista e democrata. A outra corrente preconizava modificações mais

drásticas e as duas entraram em conflito. Falava-se, entre os colegas que serviam em Brasília, que na mudança de Governo do Castello Branco para o Costa e Silva, o processo de afastamento dos castellistas foi mais violento do que quando o próprio Governo do Castello assumiu a Presidência da República. Depois tive a oportunidade de assistir – eu já estava na Secretaria do Conselho de Segurança – à passagem do Governo do Costa e Silva para o Médici. Ocorreram poucas modificações, porque na realidade era uma equipe de transição e havia uma certa convergência de idéias. Mas quando o Médici passou para o Geisel retornou todo aquele pessoal do Castello, e todos eles de certa forma ressentidos com o outro grupo.

Esse prolongamento da Revolução significava a vitória da linha costista sobre a castellista e foi um grande prejuízo para todos nós.

Eu sempre mantive muito contato com o General Mourão, desde a minha época de 2º-Tenente quando ele foi meu Comandante no 19º RI. Ao longo dos anos essa amizade continuou e se consolidou, mesmo depois da Revolução que teve nele um dos principais artífices. Tenho uma carta do Mourão em que ele externa em que condições sua tropa partiu de Minas Gerais. Em princípio diz o seguinte:

"Leal, como é que o movimento poderia ter sido planejado se eu estava avançando com soldados que não sabiam nem atirar? Fico pasmo de ter acontecido uma Revolução com uma tropa tão bisonha. A maioria dos soldados tinha só dois meses de instrução e estavam ainda no período de adaptação."

A carta está lá para quem quiser ver. Foi o que aconteceu. O precursor da Revolução comandando uma tropa que não sabia atirar.

Realmente é de surpreender. Ainda bem que praticamente não houve reação. Acredito que houve muito mais risco de confrontação na Legalidade.

Há um outro episódio envolvendo o Mourão e que merece ser relatado. Eu sempre lhe dizia:

– General, o senhor errou em ter esperado, o senhor deveria ter assumido o Exército. A sua tropa que permaneceu no Campo de Santana ficou desiludida. Se eu estivesse consigo, o senhor não faria isso.

Ele sempre negava, nunca admitia que havia bobeado. Continuo pensando que ele deveria ter assumido o Ministério da Guerra. Não tem conversa fiada, quem faz uma revolução e a vence, com tropa bisonha ou não, tem que se apresentar como chefe. Tempos depois nos encontramos no Rio de Janeiro, onde seríamos recebidos em audiência pelo Costa e Silva. Estavam presentes, ele, os generais Malan e Justino (Justino Alves Bastos) e eu, o "bagrinho"[8]. O Coronel Fontoura era o Chefe-de-Gabine-

[8] Militar de posto ou graduação bem inferior aos demais integrantes de um grupo determinado.

te. Já estávamos há meia hora na sala de espera quando o Mourão me disse uma coisa que eu guardei:

– Leal, você tem razão, eu não deveria ter passado aquele Comando, nem desmobilizado a tropa. Eu deveria era ter assumido o Ministério.

Ele achou que esperar meia hora para ser recebido pelo Ministro era uma afronta. Afinal, ele tinha feito a Revolução e estava ali plantado à toa todo aquele tempo. Só então o Fontoura nos mandou entrar. Já naquele momento, sem que percebêssemos, estavam estabelecidas duas linhas revolucionárias: a castellista e a costista. E essa divisão comprometeu a Revolução. Essa história eu não ouvi, eu a vivi com o Mourão. Ele me escrevia sempre e esteve ainda uma vez aqui em Porto Alegre quando era presidente da Fábrica Nacional de Vagões, não lembro se antes ou depois de ir para a Petrobrás. Nunca mais o vi. Depois, recebi um bilhete de incentivo aos meus eleitores. Só o vi no velório, quando ele morreu naquele hospital em Copacabana.

Seria uma crítica indireta ao desempenho do General Costa e Silva? Ou um problema pessoal?

Nunca perguntei, aliás, não voltei mais ao tema. Ele mesmo se antecipou ao assunto naquela ocasião. Mas acho que foi uma crítica diante das afrontas que ele estava recebendo.

Parece que havia um interesse de grupos ou pessoas de se livrarem do General Mourão que era tido como um homem de atitudes muito abertas.

É, ele era um indivíduo bastante incontido e resoluto. E este homem, depois de esperar por meia hora, extravasou o seu inconformismo em um momento de desilusão. Coisa que eu não previa.

Vamos adiante. Passei o restante daquele ano de 1964 no Rio, acompanhando a distância o comando do General Souto Malan na Escola Militar e em contato permanente com o Barros Nunes. Foi o ano inteiro de reuniões a respeito dos novos rumos e também o ocaso do Lacerda que se desiludiu com a turma.

Esses grupos que o senhor freqüentou já se reuniam antes do Movimento de 1964? Eles foram conspiradores?

Acho que sim! Nunca perguntei...

O General Manta nos disse que não houve conspiração. Apenas conhecia todo mundo e saiu pregando o Movimento.

Ele era Tenente-Coronel do Quadro do Estado-Maior e exercia um cargo diferente. Talvez na Casa Militar ou uma outra função não relacionada com o Exército.

Acredito que o Movimento não foi uma coisa espontânea.

Eu esqueci de dizer algo. Logo no momento seguinte à Revolução, dois nomes foram cogitados para a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul: o meu e o do

Léo Etchegoyen. Foi um dos motivos que me fizeram ir para o Rio de Janeiro. Por quê? Porque eu representava a linha castellista e o Etchegoyen era mais cercado pelos homens do Costa e Silva – na realidade nenhum de nós havia percebido essas correntes. Ele foi o escolhido e então achei que devia me afastar do Rio Grande do Sul.

O próprio General Manta cita o Léo como uma pessoa importante na montagem da Revolução.

É um homem muito firme, seguro, crente e sério. Foi bem escolhido.

O Nei Messias, advogado e professor, e o delegado Delmar de Araújo Ribeiro, pai do Deputado Odone, foram à minha casa fazer-me o convite. Depois fui designado Chefe de Polícia. E entre 1967 e 1968 assumi interinamente a Secretaria.

Em uma época difícil!

A preferência pelo Léo – muito justa porque era um homem entrosado naquele processo – já delineava as linhas castellista e costista. As duas correntes já se definiam.

Naquela época não usavam esses nomes. Eram os legalistas e os da linha dura. Os que queriam levar o governo mais ou menos dentro do que existia de democracia e os radicais. Eu era Capitão e me lembro.

Podíamos traduzir assim. A linha castellista era mais branda. E talvez até não tivesse admitido o AI-5 como tal.

Possivelmente. Se bem que é tudo conjectura nossa.

Tal como ele veio foi justamente o resultado da linha da inconformidade e envolveu o Exército em uma empreitada que até hoje ele está respondendo. Porque, fora de dúvida a Revolução, o regime militar – ontem eu disse na televisão – marcaram a melhor época do Brasil: as maiores realizações, economia crescendo, tudo.

E até de reformas em áreas que os socialistas refutam como só eles sendo capazes de fazer: o Fundo de Garantia, o incremento do ensino...

... e o Estatuto da Terra. Então, o AI-5 acabou nos prejudicando, porque na verdade o regime já era excepcional. Uso a televisão com muita freqüência onde falo para o Brasil inteiro sobre este assunto na *Rede Vida*, e nunca me refutaram. Não sou um profissional da mídia, faço esses programas para manter minha opinião no ar. E sempre afirmo que foi durante o período do regime militar que o Brasil se tornou a oitava economia do mundo. No entanto, nós mesmos fornecemos o argumento para esses neófitos nos criticarem, porque entregamos o comando de certas operações de informações para pessoas que não estavam convenientemente preparadas e elas acabaram empanando as ações do governo com a prática isolada, clandestina e esporádica de torturas.

Eu considero que foram exceções, foram acidentes de...

De percurso que deixaram marcas profundas.

Muito bem aproveitadas pelos ideólogos do comunismo que detêm a manipulação do Poder e estão trabalhando na área da mídia...

Onde eles são especialistas e nós simples aprendizes de feiticeiro.

E nessa guerra temos que reconhecer que eles são feiticeiros de verdade...

Profissionais togados. Isto é o que eu tinha que acrescentar ao relato.

Quando o senhor voltou do Rio, foi servir em que Unidade?

Fui classificado na 6ª Divisão de Infantaria.

6ª DI! E quem era o Comandante?

Era o Aragão.

General Augusto Cesar de Castro Muniz Aragão, um homem simples, mas de uma personalidade muito forte. No momento da Revolução, falou no rádio à noite para os antigos cadetes e disse mais ou menos o seguinte: "Vocês me conhecem, sabem que sou um homem sério, não se deixem levar." Ele estava em Curitiba e fez um apelo para que o pessoal do Sul...

Não tangenciasse...

Porque ele se responsabilizava pelo que estava dizendo. Foi uma fala muito bonita. E a maioria do pessoal que na época era Major, Capitão ou Tenente, tinha sido cadete dele. Fora Instrutor-Chefe do Curso de Cavalaria na Escola Militar e depois – no meu tempo – foi Comandante do Corpo de Cadetes.

O General Figueiredo, Presidente da República, foi Comandante de Esquadrão quando ele era Instrutor-Chefe e eu era cadete.

Em 1948?

Isso mesmo. Ele foi uma grande personalidade.

Um homem confiável. Para onde ele ia, sabia-se que levava muita gente.

Permaneci na Divisão de Infantaria com o Aragão até ser transferido, por influência do Médici, para a região militar, onde chefiei a Seção de Relações Públicas.

Em 1967, fui convidado e aceitei substituir o Lauro Rieth na Chefia de Polícia do Governo do Rio Grande do Sul. Posteriormente, quando o meu amigo Ibá, então Secretário de Segurança, adoeceu, passei a responder por aquela pasta.

Com essa conversa agradável, relembrando os tempos que não foram comuns, mas muito parecidos, encerramos a entrevista com o Coronel Pedro Américo. Agradeço mais uma vez a sua colaboração, que corroborou o seu elevado espírito militar e o seu inveterado gosto pelas coisas bem-feitas. Fico muito agradecido.

Quero que minhas últimas palavras sejam de louvor ao General Alfredo Souto Malan pela grande amizade que nos uniu e com quem privei durante todo o ano de

1964. Ele me aconselhou muito para que eu não deixasse o Exército. Isso me fez muito feliz e hoje me regozijo em saber que o filho dele foi Chefe do Estado-Maior aqui da 6ª DE.

Se Deus quiser, ele atingirá o generalato. Inclusive a Engenharia lhe deve muito porque foi o principal mentor da ativação do Batalhão de Engenheiros, à semelhança da Confraria de Cavalaria e do Grupo Santa Bárbara. Hoje temos o nosso Batalhão – ele fez todo o trabalho e me entregou o comando.

Ah, meus parabéns! Só para deixar registrado: ele é primo do Ministro da Fazenda. Até uma próxima oportunidade.

Tenente-Coronel Ernani Corrêa de Azambuja

O Tenente-Coronel Ernani Corrêa de Azambuja é natural de Jaguarão, RS, onde nasceu em janeiro de 1928. Ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, RS, em 23 de fevereiro de 1945. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 15 de dezembro de 1949, sendo classificado no 13º Regimento de Cavalaria (13º RC) aquartelado em sua cidade natal.

Em 1953, freqüentou a Escola de Equitação do Exército e depois de servir no Centro Hípico de Remonta e no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG) – Dragões da Independência, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Comandou o 1º/20º RC (1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria), sediado em Passo Fundo, RS, durante o ano de 1960. Em fevereiro de 1961, foi convidado pelo General José Públio Ribeiro, Chefe do Estado-Maior do Comando do III Exército, para ser seu Ajudante-de-Ordens. Acompanhou aquela autoridade, quando de sua movimentação para o Rio de Janeiro, ao ser matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG).

Após o episódio da Legalidade, o já Presidente João Goulart convidou o então Capitão Azambuja para ser seu Ajudante-de-Ordens, função na qual permaneceu até a eclosão da Revolução de Março de 1964.

Ainda naquele ano foi classificado na 15ª Circunscrição de Recrutamento (15ª CR), de Curitiba, PR, onde em abril foi promovido a Major, por merecimento. Transferido para o Hospital Geral de Porto Alegre (HGePA), no ano seguinte, voltou ao corpo-de-tropa em 1967, indo servir no 6º Regimento de Cavalaria, no Alegrete, RS.

Retornou à capital gaúcha na situação de adido ao Comando do III Exército e, após sua promoção a Tenente-Coronel, solicitou transferência para a reserva remunerada em junho de 1969.

É engenheiro civil, graduado pela UFRGS em 1971, e inscrito no Conselho Regional de Administração, RS, como Técnico em Administração. Trabalhou até 1994 na COURHASA (Construção, Urbanização e Habitação S.A.), tendo inclusive exercido a Direção Técnica daquela empresa.

No decorrer de sua carreira militar foi agraciado com diversas condecorações outorgadas por nossas Forças Singulares, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 8 de maio de 2002.

Temos a satisfação de receber o Coronel Ernani Corrêa de Azambuja, oficial da Arma de Cavalaria da turma de 1949, que prestará seu depoimento sobre a Revolução de Março de 1964. Tendo em vista a função que o Coronel Ernani exerceu e algumas dúvidas que surgiram nos depoimentos de outros oficiais que entrevistamos, vamos fazer algumas poucas perguntas sobre assuntos que talvez só ele possa nos esclarecer.

Aqui tem se falado muito sobre a época da Legalidade, em 1961. É interessante saber onde o senhor estava naquela ocasião?

No primeiro semestre de 1961, como Ajudante-de-Ordens do General-de-Brigada Públio (José Públio Ribeiro), que à época cursava a Escola Superior de Guerra; minha situação era de adido a ESG, como se efetivo fosse. Já no segundo semestre daquele ano, quando o General assumiu a Chefia do Estado-Maior do I Exército, eu o acompanhei, continuando como seu Ajudante-de-Ordens.

Então, não estava na área na época?

Estava mais do que na área, fazia parte do contexto.

Em cumprimento à determinação verbal do Exmo Sr. Ministro da Guerra, em 31 de agosto de 1961, foi organizada a Divisão Cruzeiro sob o comando do General-de-Divisão Theóphilo (José Theóphilo de Arruda) constituída pelos destacamentos: "Alfa", Comandado pelo General-de-Brigada Souza Aguiar (Raphael de Souza Aguiar); "Beta", Comandado pelo General-de-Brigada Lisboa (Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa); "Delta", Comandado pelo General-de-Brigada Públio (José Públio Ribeiro) e "Gama", Comandado pelo General-de-Brigada Ulhôa Cintra (José Pinheiro de Ulhôa Cintra). Eu fazia parte do destacamento "Delta", como Ajudante-de-Ordens do General Públio.

A missão da Divisão Cruzeiro era impedir a posse de João Goulart na Presidência da República. Esta foto ilustra o fato.

Conheço todos: os Generais Castro (Sebastião José Ramos de Castro) e Bulcão (José Luchsinger Bulcão), que serviu comigo no Conselho de Segurança; o senhor e o Coronel Edmundo (Edmundo Pereira dos Passos); o General Lima Netto (José Pereira Lima Netto; o Lannes (Lannes de Souza Caminha), que é um nome conhecido; o Demócrito (Demócrito Corrêa Cunha), com o qual eu já servi. Isso ocorreu em 1961? Essa foto foi lá no Rio?

Foi durante a Legalidade, no Aeroporto do Galeão. O incrível de tudo é que eu fazia parte...

Dos dois times...

Não posso aceitar essa insinuação de que "eu faria parte dos dois times...". Respondendo dentro dessa mesma ótica eu diria que "meu time era um só, o Exército", é a ele que sempre servi.

Por circunstâncias do destino vivi essas situações esdrúxulas e antagônicas: em 1961, integrado às forças destacadas para impedir a posse do então Vice-Presidente João Goulart à condição de Presidente; depois, por uma contingência funcional, fui nomeado Ajudante-de-Ordens desse mesmo Presidente da República. O que desejo enfatizar é que minha conduta, em ambas as situações, foi estritamente profissional, leal e apolítica.

Encerrado o cerimonial da posse do João Goulart, desfeita a cadeia da Legalidade e tendo as tropas regressado aos quartéis, o General Osvino (Osvino Ferreira Alves) foi designado Comandante do I Exército e o General Públio o Chefe do Estado-Maior daquele Grande Comando.

Em outubro de 1961, o General Públio chamou-me ao seu gabinete e disse:

– Azambuja, chegou um rádio, consultando se abro mão de meu Ajudante-de-Ordens para desempenhar a mesma função junto ao Presidente da República. O que faço?

– Estou tomando conhecimento disso agora. O que o senhor decidir será muito bem recebido por mim.

– Mas tu não o conheces?

– Não, não o conheço.

– Eu não posso deixar de concordar.

O General concordou. E assim fui para Brasília, nomeado Ajudante-de-Ordens do Presidente da República. A designação foi publicada no Noticiário do Exército Nº 1041, de 11 de outubro de 1961.

Nessa oportunidade, tomei conhecimento que fora indicado pelo Major de Cavalaria Acioli (José Henrique da Silva Acioli), Aspirante da turma de 1940, que tinha sido Ajudante-de-Ordens do Presidente Getúlio Vargas e na época desempenhava a função de Chefe do Serviço de Segurança do Presidente João Goulart.

Segundo o Major Acioli me disse, o Presidente, por ter pouco contato com a classe militar, deixou a seu encargo essa escolha. E como éramos amigos, pois havíamos servido juntos nos Dragões da Independência – 1º Regimento de Cavalaria de Guardas –, no Rio de Janeiro e ele sabia que eu era solteiro – logo sem maiores problemas para deslocamentos – lembrou-se do meu nome e me indicou.

Permaneci na função de Ajudante-de-Ordens, como Capitão, até o fim do Governo do Presidente João Goulart. Na época da Revolução de 1964 eu ainda era Capitão. Estava no quadro de acesso, e tinha muitos pontos para promoção, pois desde 1961 servia na Presidência da República e isso contava mérito como serviço relevante. Houve um problema qualquer e quando saiu a relação dos promovidos a major da minha turma, sem qualquer justificativa meu nome fora omitido, deixando de constar do boletim que publicou as promoções.

Não constou nenhuma observação no Boletim?

Nada. Nem uma justificativa. Quando constatei a falta do meu nome nessa relação dos promovidos, procurei o então Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Eu o conhecia de longa data e sempre fomos grandes amigos. Levei a ele a minha situação, pedindo que apurasse o que realmente havia contra mim e porque meu nome não constara da lista dos promovidos.

Ele assim o fez e foi informado que efetivamente nada constava que me incriminasse ou oficialmente justificasse essa exclusão. A desculpa foi que teria havido apenas uma omissão. Diante disso, por interferência direta do Figueiredo, fui reincluído na relação e promovido, ainda em 1964.

E foi promovido por antiguidade?

Não, por merecimento. Como não havia nada de desabonador contra mim ou envolvimento político meu na função de Ajudante-de-Ordens, e como nada fora definido até então sobre minha situação funcional, decidiram seguir o que estava escrito, ou seja, considerar válidos os pontos que me haviam sido atribuídos pelos serviços relevantes prestados. Aliás, constou textualmente no Boletim Interno Nº 89, de 15 de maio de 1964, do Departamento de Pessoal da Ativa (DPA): "Foi público que, por decreto de 27 de abril de 1964, DO de 29 de abril de 1964, o Presidente da República resolve promover por merecimento ao posto de major, o Capitão de Cavalaria Ernani Corrêa de Azambuja, de acordo com os Art 7º e 8º e § 5º do Art 37 da Lei Nº 2657, de 1º de dezembro de 1955, a contar de 25 de abril de 1964 (republicado por ter saído com omissões no DO de 25 de abril de 1964)."

Nenhum colega lhe insinuou que você era infiltrado e que ajudara a derrubar o Jango? Outros devem ter reclamado porque foram promovidos por antiguidade e você por merecimento.

Acredito que alguns, sem razão, por prejulgamento ou má informação, devem ter feito cara feia ou até não ter gostado. Agora, pessoalmente para mim, nunca ninguém falou ou insinuou qualquer coisa a esse respeito.

Já a promoção a Tenente-Coronel foi por antiguidade. Nem poderia ser de outra forma, pois nesse período não exerci qualquer função que somasse pontos. Além do mais, depois de promovido a major passaram a me transferir seguidamente, mesmo sem haver completado tempo mínimo de Guarnição e na maioria das vezes para funções do QSG.

Bem, aí já começa a contar o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Que não me permitiram cursar, impedindo-me de fazer o exame da forma mais constrangedora e irregular possível.

Estava cursando a faculdade de engenharia civil da UFRGS quando fui promovido a Tenente-Coronel e classificado na Circunscrição de Recrutamento (CR) em Macapá. Aí pedi transferência para a reserva e fiquei adido ao Comando do III Exército.

Isso foi em que ano?

Em setembro de 1968 eu entrara em seis meses de licença especial e em abril de 1969 fui promovido por antigüidade a Tenente-Coronel. Em 28 de maio desse mesmo ano fui classificado na 28ª CSM, sediada em Macapá. No dia imediato, 29 de maio, já o boletim publicava que eu deixava de ser desligado, permanecendo adido ao Cmdo/III Ex, por haver requerido transferência para a reserva.

O Médici era o comandante do III Exército e o Figueiredo era o chefe do Estado-Maior.

Isso mesmo. Vou contar um episódio que aconteceu comigo naquela ocasião. O III Exército tinha um Centro Hípico em regime de comodato localizado na Sociedade Hípica do Rio Grande do Sul. Houve um desvio de forragem e andaram acusando o sargento responsável pelo Centro. Como eu freqüentava a Hípica e jogava polo por lá, não deu outra: designaram o Major Ernani Azambuja para fazer o inquérito. Aí ponderei com o oficial que me designara:

– A minha transferência para a reserva deve ser publicada já, já.

A resposta foi desanimadora:

– Se publicar, você permanecerá adido aguardando o fim do inquérito. De mais a mais, tem que ser você, pois é o mais folgado na escala.

Como eu era “peixe” do General Figueiredo até debaixo d’água, fui falar com ele:

– General Figueiredo, aconteceu isso assim, assim e assim.

Ele chamou o oficial que controlava a designação dos encarregados de inquéritos e, sem maiores delongas, determinou:

– Olha aqui, designa outro para o inquérito. O Azambuja pediu transferência para a reserva e já vai para casa.

– Mas General, não será possível porque não existe outro; senão alguém terá que dobrar, porque...

– Eu não estou perguntando se tem que dobrar ou não. Se não houver mais ninguém me designa como encarregado e pronto! O Azambuja não será. Tira ele e, se não conseguir mais ninguém, eu faço o inquérito.

– Ok, o senhor manda, General.

Tornaram sem efeito a minha nomeação e designaram outro.

E chegou a ir para Macapá?

Não, não cheguei a ir.

Uma pergunta. Pode até nem responder ou só respondê-la sem citar nomes. Depois da Revolução – e foi um movimento forte dentro do Exército – notou algum tratamento diferente dos amigos ou o pessoal continuou lhe considerando como um companheiro?

Não, eu sempre fui muito considerado. Nunca tive problema. Inclusive, após o 31 de março de 1964 estando servindo na 15ª CR em Curitiba, PR, por ocasião de uma viagem de estudos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, recebi em minha residência a visita de uma turma de alunos daquela escola que lá foram prestar sua solidariedade a mim e minha família. Convém ressaltar que essa turma era a que eu fizera parte no "curso do Coronel Flamarion" de preparação para a ECEME.

Não houve aquele distanciamento? É evidente que um ou outro passou a desviar-se na rua...

A única coisa que aconteceu, teve seu início antes do Jango ser deposto. Grande parte do pessoal que estava na Escola de Estado-Maior era da minha turma; como mencionei, até mesmo pertenci a uma das equipes que se preparara para o exame. Era a turma dos então Capitães Gay (Alzir Nunes Gay), Meirelles (Paulo Meirelles), Mey (Edson Alves Mey), Zenildo (Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena), Freitas de Almeida (Carlos Arcoverde Freitas de Almeida)...

Naquela época só se conseguia financiamento da Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria com o aval do Presidente da República. Então, a turma da ECEME, por intermédio do Gay, solicitou meu apoio. O Presidente João Goulart despachou a papelada, autorizando em caráter excepcional a concessão do empréstimo para o pessoal da Escola.

Isso foi um ou dois meses antes dele cair. E aí, a partir de abril, muitos colegas me procuravam para saber se existia alguma relação dos contemplados, preocupados com a possibilidade de terem a carreira militar prejudicada porque seus nomes constariam de uma relação endossada pelo Presidente deposto. Tranqüilizei-os, dizendo que não haveria problema, uma vez que tal procedimento era uma exigência legal e obrigatória, na época. Fiz uma comparação com o fato das promoções nas Forças Armadas serem válidas após o referendo do Presidente da República. Será que esses militares poderiam ser perseguidos. Claro que foi só um comentário com a finalidade de despreocupá-los.

Você afirmou que o Jango não tinha problema no trato com os militares.

O problema não era do Jango com os militares, mas ao contrário, pois desde a posse de João Goulart, aceita a contragosto, os integrantes da ala mais radical das Forças Armadas começaram, francamente, a conspirar contra o regime. Não se conformavam ante o fato consumado. Da parte do Presidente João Goulart posso

afiançar que não havia nenhum problema no trato com os militares. Sobre isso vou contar um outro fato que ocorreu.

Essa sua informação é importante. Este fato é anterior ao já narrado?

Uma história um pouquinho anterior. Vivíamos aquela situação crítica dentro do Exército, aqueles movimentos de 1963, crise em cima de crise, greve e mais greve. O programa de reformas preconizado pelo Presidente João Goulart assustara muita gente que, embora pouco politizada, temia o processo de comunização do País.

Como a revolta dos sargentos em Brasília.

Que aconteceu em setembro de 1963, quando "praças" da Guarnição militar de Brasília insurgiram-se contra a cassação dos mandatos eletivos dos sargentos pelo Supremo Tribunal Federal. Pois bem, o Capitão Gay que estava cursando a ECEME e era um fraternal amigo, lá pelas tantas, em um de nossos encontros, me disse:

– Meu amigo, esse teu Presidente é um sacana!

– Por quê? – retruquei:

– Porque só recebe gente da esquerda, só sindicato e pelegos.

– Este é o seu pensamento. Garanto que, se você organizar uma turma da Escola de Estado-Maior, ele a recebe.

– Duvido!

– Duvida? Se ele marcar, vocês irão?

– Iremos.

Falei com o Presidente João Goulart:

– Presidente, aconteceu isso assim e assim".

– Vai lá na tua Escola e diz que a audiência está marcada".

Levei a informação aos companheiros da ECEME. Foi uma correria danada. Ninguém queria ir. O primeiro a dizer não foi o General Mamede (Jurandyr de Bizarria Mamede), Comandante da Escola.

– Não, não vou porque antes tenho que solicitar autorização do Ministro.

Retruquei que não havia com o que se preocupar, pois era um convite do Sr. Presidente. O General Ênio (Ênio Gouvêa dos Santos) – Coronel na época – também não quis ir. A comissão acabou composta apenas pelo Coronel Figueiredo, instrutor da ECEME, e pelos Capitães-Alunos Gay e Meirelles.

Os três de Cavalaria.

Sim, todos de Cavalaria. A dificuldade para constituir a comissão foi bem maior do que a minha de marcar a audiência. O encontro foi realizado no Edifício Chopin, situado na Avenida Atlântica, ao lado do Hotel Copacabana Palace.

O Presidente deixou dois ministros e um cardeal esperando, enquanto conversava com o grupo que estava representando a ECEME, mantendo o tempo todo aquela

sua perna apoiada em uma banqueta. Deixou-os bem à vontade, quebrando a rigidez do ambiente. O Coronel Figueiredo foi o primeiro a falar:

– Olha, Presidente, eu quero de antemão lhe alertar que a nossa conversa não vai ser nada agradável. Tenho muita mágoa do Governo.

Era um assunto mais ligado ao Getúlio, época em que o pai do Figueiredo esteve exilado, parece que em Buenos Aires.

A resposta foi imediata:

– Mas isso é justamente o que eu quero. Podes dizer o que tu tens vontade.

O Presidente Jango era muito dado, ele não tinha cerimônia e deixava todo mundo à vontade. Ficaram ali batendo papo durante umas duas horas. O Figueiredo recordando que o pai fora perseguido pelo Getúlio e ficara foragido. Colocaram as conversas em dia: falaram sobre reajuste de vencimentos, que os militares estavam ganhando mal e não suportavam mais o arrocho. E eu, em pé, junto à porta, ouvindo. Em um dado momento o Jango dirigindo-se ao Coronel Figueiredo, perguntou:

– Como é Coronel, já estão conspirando?

O Figueiredo respondeu que não sabia de conspiração alguma, mas tinha como certo de que ela acabaria começando, a menos que o Presidente repudiasse o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

No final o Jango falou:

– Azambuja, leva essa turma em casa.

Quando saímos lá no portão o Figueiredo me disse:

– Cocota – era meu apelido – para ser inimigo desse homem não se pode deixá-lo falar. Que cara simpático!

Bom. Três meses depois – nem me lembrava mais da reunião – eu estava na minha sala no Palácio e tocou a campainha do Presidente. Fui atendê-lo e ele me disse:

– Azambuja – era época de promoção para General e o ministro estava despachando – como é o nome daquele coronel que tu levaste lá em casa?

– Coronel? – não estava ligando o assunto – Aonde? Lá no Torto?

– Não, lá no meu apartamento. Tu levaste aquele pessoal do Estado-Maior lá no meu apartamento.

Aí lembrei:

– Ah, o Coronel Figueiredo!

– Esse mesmo.

E voltando-se para o Ministro arrematou:

– Ele é o meu candidato.

Eu o alertei:

– Mas esse o senhor não pode promover a General porque ainda é Tenente-Coronel. Se ele for o promovido o senhor cai no outro dia.

– Então eu não tenho candidato – disse o Presidente.

Ele queria mesmo era promover o Coronel Figueiredo.

Realmente é um fato histórico interessantíssimo.

Fato real; eu presenciei o acontecido. O equívoco mencionado deve-se ao costume de, normalmente, dizermos "coronel" quando nos referimos a um tenente-coronel, como pode facilmente ser verificado nos textos acima. A etiqueta militar dá ao tenente-coronel esse tratamento. Quando me refiro ao Figueiredo sempre o chamo de coronel, tratamento muito usual, tanto que era comum ao chamarmos alguém de coronel vir imediatamente a indagação: *Full*?

Reconheço ser bem provável ter sido eu o principal responsável por esse fato inusitado que bem mais tarde veio a germinar. Aproveito a oportunidade, para esclarecer, a bem da verdade, uma notícia equivocada publicada no *Jornal do Brasil,* em 17 de julho de 1977, sob o título "O duro encontro com Goulart", com o seguinte texto: "Dias depois, Goulart, através do mesmo Ajudante-de-Ordens, enviava a Figueiredo um convite para um posto extremamente cobiçado."

Eu era o Ajudante-de-Ordens. Houve apenas um encontro no edifício Chopin. Nunca levei nenhum convite "para um posto extremamente cobiçado", bem como não houve uma resposta que eu não pudesse transmiti-la a Goulart.

O primeiro e único encontro realizado foi assistido por mim, Capitão Ernani Corrêa de Azambuja e pelos Majores Gay e Meirelles. Essa notícia tendenciosa deve ter tido origem na pseudopromoção aventada, dentro do gabinete do Presidente da República.

Pouco tempo depois da publicação no jornal, recebi um bilhete do Raul Ryff – Assessor de Imprensa do Ex-Presidente da República – no seguinte teor:

"Meu caro Comandante, não creio assim. O Ajudante-de-Ordens que a nota se refere só pode ser o então Capitão Azambuja. Gostaria de conhecer tua opinião a respeito, isto é, a verdadeira versão. Um abraço do Ryff."

Voltemos aos episódios com o Presidente. Em outra ocasião, foi o caso do Coronel de Cavalaria Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva) que, sendo amigo pessoal de Jango, deixou de constar na relação para a promoção expedida pelo Alto Comando. O Presidente Goulart não se conformou, devolveu a relação para que o nome do coronel fosse nela incluído, e o promoveu.

Pelo que me recordo o Saraiva foi promovido em detrimento de um coronel que já desempenhava funções de General, aguardando sua promoção que era tida como certa. No momento a memória falha e não lembro o nome desse Coronel.

Depois, à época da Revolução, o General estava aqui em Porto Alegre, e naquela famosa reunião falou para o Brizola:

– Não se preocupem, vou subir com a minha DC (Divisão de Cavalaria) e entro pelo oeste de Santa Catarina.

Dizem que o Brizola teria dito:

– Se todos os generais fossem assim a guerra estava ganha para nós.

Contam isso e também que, após a reunião, ele seguiu de avião para Santiago. No meio do caminho entrou em contato com o seu QG avisando:

– Olha, estou chegando no avião...

– É bom não descer do avião, pois aqui o senhor será preso.

O pessoal do Estado-Maior dele era todo a favor da Revolução. Muitos entrevistados disseram que apesar de vários generais serem ligados ao Jango e ao seu staff *– Osvino, Ladário (Ladário Pereira Telles) e Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil) – o Estado-Maior de cada um deles estava muito trabalhado. Eu fiz a EsAO em 1963 e, na época, tivemos muita aula sobre Guerra Revolucionária. Esse pessoal e os que concluíram a ECEME reagiram muito. Em Uruguaiana, Santiago e outros QGs houve isso.*

Desconheço todos esses pormenores relatados; só sei que uma das Guarnições que não acompanhou a Revolução foi Jaguarão.

O que houve lá?

O ocorrido lá foi *sui generis*. O Comandante do 13º RC (13º Regimento de Cavalaria) era o Coronel Fontoura (Heitor Fontoura de Morais). É casado lá e ainda mora em Jaguarão. Para todos os efeitos, a 3ª DC (3ª Divisão de Cavalaria), de Bagé, comandada pelo General Garrastazu (Hugo Garrastazu) estava apoiando o Jango.

Este Coronel Fontoura mais tarde foi chefe do escalão avançado lá em Brasília e depois saiu General.

Pois bem. O Coronel Fontoura fez uma reunião com os oficiais, falou sobre o que estava acontecendo e pediu a opinião de cada um. Todos deram a mesma resposta.

– Estamos com o Presidente. Para nós ele deve continuar.

– Muito bem. A minha opinião também é esta – anuiu o Fontoura.

Saiu e, em seguida, foi chamado a Bagé. Após conversar com o Comando da DC voltou, reuniu-se com seus oficiais e, de novo, perguntou:

– Eu os reuni novamente para vocês me confirmarem se continuam me apoiando?

– Sim senhor – resposta unânime de todos.

Nesse momento o Major Alcino (Alcino Silva da Silva) indagou:

– Com licença Coronel, posso lhe fazer uma pergunta? O senhor continua com a mesma idéia de quando saiu daqui?

Então o Fontoura revelou:

– Não, agora sou contra o presidente.

– Pois nós continuamos fiéis a ele.

Resultado: o Alcino foi cassado. Nunca fora político. Só fizera a pergunta porque todos estavam crentes que o Coronel tinha ido e voltado com a mesma opinião. Bastou uma pergunta indiscreta e...

Mas o próprio Garrastazu também mudou depois. Houve uma indecisão dele...

O General Garrastazu só renegou o Jango depois. Ele era muito ligado ao General Kruel (Amaury Kruel) e aguardou a decisão daquele chefe militar.

O Jango também confiava no Kruel.

A adesão do General Kruel ao movimento revolucionário foi a gota d'água. Posteriormente tomei conhecimento que inúmeras Guarnições aguardaram com ansiedade a decisão que ele tomaria. Penso que se ele tivesse confirmado o apoio, a história poderia ter tido outro desfecho.

Inicialmente eu acho que o Kruel foi solidário ao Presidente. Mas depois ele aderiu à Revolução. Voltemos ao Garrastazu; ele não foi cassado, mas também encerrou a carreira ali. Ele era primo do General Médici (Emílio Garrastazu Médici).

Aproveitando a oportunidade: quais foram os chefes da Casa Militar? Eu lembro do Albino Silva... Você só serviu com o General Assis Brasil no Gabinete?

O primeiro foi o General Kruel, posteriormente o Albino Silva e, finalmente, o Assis Brasil, indicado pelo Governador Brizola. O Assis Brasil era um homem muito inteligente, mas seu prestigio junto ao Exército não estava a altura do cargo.

O pessoal gostava dele, diziam que era muito simpático e bonachão. As restrições são aquelas conhecidas; uns dizem que ele era de esquerda, outros que não era.

Ele era de esquerda; uma esquerda meio festiva.

Aliás, na turma dele de Escola Militar, muitos pensavam mais à esquerda: o Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello), o Rocha Lima (Anfrízio da Rocha Lima)...

Falando de esquema militar, em minha modesta opinião, os equívocos do Presidente João Goulart nesta área foram o afastamento do General Kruel de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e, posteriormente, do Ministério da Guerra e a nomeação do General Assis Brasil para a Chefia da Casa Militar.

Tenho plena convicção de que, se o General Kruel fosse Ministro da Guerra, o Presidente João Goulart completaria seu mandato integralmente. Eu não via o General Assis Brasil com prestígio no meio militar para fazer funcionar qualquer esquema, logo eu não acreditava em nada nesse sentido.

Sim, entendo. Ele seria um homem mais do Brizola do que do Jango.

Justamente. Aliás, o Assis Brasil foi indicado pelo Governador Leonel Brizola.

Talvez a origem, a causa desta ligação remonte à Legalidade. O Assis Brasil estava no Rio Grande do Sul, na época. Foi ele que indicou vários oficiais para serem transferidos, porque eram elementos perniciosos. E foram transferidos mesmo. O Décio (Décio Barbosa Machado) foi para Cruz Alta, o Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) foi para Pelotas...

Ao menos nessa época mandavam para mais perto. A mim eles me mandaram para João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Alegrete e Macapá.

Quer dizer que o "famoso" esquema militar não existiu?

Absolutamente nada. Quando eclodiu o movimento militar de março, a primeira falha aconteceu nas comunicações. Não entrávamos em contato com ninguém, quase não conseguíamos falar ao telefone; estavam na maioria cortados. As comunicações, que deveriam ser um elemento prioritário.

Quando começou o movimento a equipe do Jango estava em Brasília?

Eu estava com o Presidente no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Na manhã do dia 1º de abril, o General Moraes Âncora (Armando de Moraes Âncora Filho) sugeriu ao Presidente que deixasse a cidade, pela falta de segurança. Na viagem até a Base Aérea do Galeão, o carro foi apenas com o Jango, o Eugênio Caillar Ferreira – seu secretário particular – e eu; o Presidente não determinou nenhuma providência especial no sentido de sua segurança pessoal.

Na Granja do Torto discutiu-se duas linhas de ação: abandono de Brasília e constituição de um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul ou permanecer em Brasília porque, mesmo admitindo que a Capital Federal não apresentava condições de segurança, era importante preservar o caráter da legalidade do Governo. A opção foi pela primeira linha de ação e à noite, após vários boatos, inclusive a versão de sabotagem ou defeito no Coronado da Varig, viajamos para Porto Alegre, parece que em um Avro da Força Aérea Brasileira (FAB).

E o Ladário veio junto?

Não. Penso que o General Ladário veio para o Rio Grande do Sul após a Semana Santa, porque ele fora nomeado Comandante da 6ª DI e, como General mais antigo, passara a comandar o III Ex, pois o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo) assumira o Estado-Maior do Exército. Tudo isso ocorrera porque o então Comandante da 6ª DI, General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) e o General Castello Branco não mereciam mais a confiança do Governo; havia informações que eles conspiravam.

Quando os senhores chegaram aqui foram direto para...

Ficamos na residência do Comandante do III Exército, localizada na Avenida Cristóvão Colombo, próximo ao Hospital Militar de Porto Alegre.

Cite alguns nomes que estavam na reunião que houve na residência do Comandante do III Exército? O Brizola estava?

O Brizola não. Estavam presentes os Generais Ladário e Floriano (Floriano de Silva Machado), seu Chefe de Estado-Maior, além de outras pessoas que não me recordo. Discutiram a possibilidade de reagir, porque haveria tropas – inclusive Jaguarão – que não haviam aderido ao levante militar. Lembro das palavras do General Ladário – um guerreiro – para o Presidente:

– Se nós iniciarmos a reação, isso se alastra e o Rio Grande do Sul se torna uma nova Legalidade.

– Uma pergunta só – ponderou o Presidente Jango –. Vai correr sangue?

– Ah, vai! – respondeu o General de modo taxativo.

– Então eu não concordo.

Mais tarde o General Ladário referindo-se ao fato, comentou:

– Bah! O Presidente esqueceu que tivemos o Antônio João que morreu abraçado ao mastro defendendo a Bandeira e a Pátria.

Lembrei do que ele falou porque agora o Fontourinha (Carlos Joaquim da Fontoura Rodrigues) também se enrolou na Bandeira para não entregá-la aos sem-terra. Já virou símbolo da coragem utilizar-se da Bandeira para reagir a uma situação adversa.

Desde que houvesse a possibilidade de derramamento de sangue entre irmãos, Jango não queria a constituição de um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul, para preservar o caráter de legalidade do Governo. Ele era da Paz.

E ele saiu daqui para o Uruguai?

Não, daqui fomos para São Borja. Ficamos na Rancho Grande mais uns dois ou três dias. A permanência naquele local era uma temeridade. A segurança inexistia e constava que o Regimento sediado em São Borja recebera ordem para cercar a fazenda. Então ele foi para um rancho de sua propriedade às margens do Rio Uruguai. A comitiva que o acompanhara permaneceu na fazenda Rancho Grande, de onde, por ordem do Presidente, retornou para Porto Alegre. Ele, após alguns dias, seguiu para o Uruguai em um avião particular, sob o comando de seu piloto Manoel Soares Leães, vulgo Maneco, que morreu há pouco tempo.

Você estava com ele?

Como já referi, por determinação dele retornamos para Porto Alegre. Aqui fomos presos e nos mandaram para Brasília. Cerca de dois dias depois, nos embarcaram para o Rio de Janeiro. Não me deram tempo para fazer nada, nem para arrumar as malas. Minha esposa permaneceu em Brasília, tratando da mudança, só mais tarde viajou para o Rio de Janeiro onde nos reencontramos. Tudo aconteceu com tal

rapidez que fomos obrigados a deixar nosso carro em Brasília. Posteriormente um amigo – Roberto Godinho, genro de João Tamer, radicados na capital federal – o levou ao Rio para mim.

Eu tive sorte porque tinha onde morar, pois quando fui convidado pelo Presidente Jango eu era solteiro – casei em agosto de 1963 – servia no Rio e alugara um apartamento na Rua Professor Gastão Bahiana, que mantive comigo nos anos seguintes. Alguns companheiros tiveram que entregar o apartamento funcional a toque de caixa, não tinham nem lugar para onde ir...

No Rio, vocês foram designados para alguma comissão? Ficaram presos? Dormiam no quartel?

Ficamos apenas adidos ao I Exército à disposição dos vários inquéritos instaurados para verificar o comprometimento com a subversão.

Não ficamos presos. Dormíamos em casa e nos apresentávamos todos os dias no Ministério da Guerra. Depois de algum tempo a paciência deles se esgotou e passaram a exigir uma apresentação semanal. Mais tarde só nos exigiam uma apresentação no fim do mês a fim de recebermos os vencimentos.

E depois que terminou essa fase de inquéritos, foi transferido para alguma Unidade?

Classificaram-me na 23ª CR (Circunscrição de Recrutamento) sediada em João Pessoa, hoje 23ª Circunscrição do Serviço Militar (23ª CSM). Eu brincava dizendo que fora mandado para o Centro de Recuperação (CR).

O Capitão de Cavalaria Condotta (Raul Bohrer Condotta) – meu cunhado, hoje falecido – era Ajudante-de-Ordens do Amaury Kruel e comentou com o General a minha situação de recém-casado e mandado para João Pessoa. Como o Kruel era muito amigo e da mesma turma do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, telefonou para o Ministro e intercedeu por mim. Foi uma confusão danada, não queriam retificar. Acabou prevalecendo a voz da autoridade maior e fui classificado na 15ª CR, com sede em Curitiba, PR.

Local só para os peixes!

Lá, no decorrer do ano, freqüentei o curso do Coronel Reynaldo Mello de Almeida – posteriormente foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e depois parece que foi até ministro do STM (Superior Tribunal Militar) – me preparando para prestar exames a ECEME que, no final, não me permitiram fazê-lo. Fui retirado da sala no dia da primeira prova por determinação de um rádio do Estado-Maior do Exército.

Durante a sua preparação estava em função na CR?

Sim, e havia outro "pseudo-subversivo" lá, o Tenente-Coronel de Cavalaria Bernardino (Bernardino Duarte da Silva), da turma de 1944, o Subchefe da CR. Atual-

mente, mora próximo ao Parque Moinhos de Ventos (Parcão). Digo, "pseudo" porque sempre nos consideramos legalistas, os que derrubaram o Presidente, sim, podem e devem ser rotulados de subversivos.

E o Chefe quem era?

O Chefe era o Coronel de Infantaria Cruz (Ruy José da Cruz), que substituiu o também Coronel Bezerril (Haroldo Barbosa Fontenelle Bezerril).

Quando indeferiram a minha inscrição para o concurso à ECEME, entrei com um requerimento, dirigido ao General Décio Escobar (Décio Palmeiro de Escobar), chefe do Estado-Maior do Exército, solicitando reconsideração de ato. O regulamento do Estado-Maior determinava que o chefe desse o despacho antes da data da realização do exame, que normalmente acontecia em novembro ou dezembro.

Poucos dias antes das provas, como o despacho sobre o meu requerimento não chegava nunca, o Comandante da 5ª RM, General Carmo (Álvaro Tavares Carmo) me chamou e disse:

– Olha, tu vais fazer os exames porque o regulamento manda dar o despacho antes da realização das provas. Se eles não deram é porque...

No dia da primeira prova, eu estava sentado aguardando o início, quando chegou o Major de Engenharia Margus (Margus Ferreira Pinto) com um rádio, no qual informava que eu não poderia prestar os exames, uma vez que o meu requerimento ainda estava em estudo. Só foram dar o despacho em março do ano seguinte.

E, como major, fiquei impedido de prestar novo concurso. Assim, com uma "canetada", impediram-me de fazer os exames para a ECEME.

Um ano depois voltaram a permitir que major prestasse concurso.

É, mas em função do tal despacho decidi fazer vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas, em Curitiba, com a finalidade de aproveitar os conhecimentos adquiridos na preparação para a ECEME. Eu estava tão bem preparado que logrei o 2º lugar na classificação geral. Realmente havia me empenhado ao máximo para o concurso da ECEME, a fim de evitar surpresas.

Aqueles estudos para as provas do Estado-Maior eram excelente base para um vestibular de Economia. Eu também fiz a Faculdade, em Curitiba.

Acabei não finalizando o curso. Como fui classificado no HGePA, solicitei transferência para a faculdade em Porto Alegre. O expediente no Hospital era só na parte da manhã e consegui cursar simultaneamente a Faculdade de Economia e a de Engenharia. Após o 4º semestre tranquei a matrícula na Economia e prossegui apenas com a Engenharia, tendo concluído o referido curso em 6º lugar, no ano de 1971.

Naquele mês de março de 1964, havia, no Gabinete da Presidência, alguma idéia sobre o que poderia acontecer? Alguém comentava algo sobre o Movimento?

No Gabinete só surgiram conversas após o dia 13 de março – comício da Central do Brasil – realizado na Praça da República, fronteiriça ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar as reformas de base.

Isto aqui é uma resenha de jornal sobre...

Há uma história sobre essa foto. No inquérito que fui submetido quando fiquei à disposição no Rio, o oficial encarregado era mais moderno do que eu. Era um capitão, Ajudante-de-Ordens do General Souza Aguiar conhecido na época por "General Bombeiro", se não me falta a memória. Não me contive:

– Que engraçado, o meu suposto crime é quebra de disciplina; agora, para mim, quebra de disciplina é ser inquirido por um oficial muito mais moderno do que eu. Três ou quatro anos mais moderno.

O companheiro só conseguiu dizer:

– Ah, isto só acontece porque o outro oficial não pode vir.

E, para completar, ele me perguntou se eu estava no comício do dia 13 de março.

– Claro que sim, pois se estou na fotografia.

– Era só para saber se tu ias confirmar a presença.

– Ah, vá tomar banho! – foi a minha única reação.

Na foto, aqui é você? A mulher do Jango era bonita!

Sim, sou eu mesmo, nas funções de Ajudante-de-Ordens do então Presidente da República. Ao seu lado, encontravam-se os seus ministros, inclusive os das pastas militares: em atos daquela natureza não se permitia a presença de pessoas estranhas no local.

Realmente, a esposa do Presidente João Goulart era uma mulher muito bonita...

Agora vou inverter a pergunta anterior. Muitos entrevistados disseram que havia rumores de que o Governo estaria preparando um golpe. Havia alguma coisa?

Não. Absolutamente não.

Pode ser que o Ministro ou o Presidente não estivesse envolvido, mas será que parte do staff não estava com essa idéia?

Acredito que não.

Pelas declarações que temos, tudo aconteceria em Minas Gerais. O Presidente iria a Belo Horizonte e lá faria um pronunciamento que seria a senha para deflagrar esse movimento.

Não acredito nessa história, pois após 13 de março, Minas Gerais deu demonstrações irrefutáveis, através do Governador José de Magalhães Pinto, de que era contra o Presidente Jango.

Naqueles dias houve um almoço em que compareceram vários generais, inclusive o Ladário e o Ministro da Justiça Abelardo Jurema, quando foi examinado o momento político. Na ocasião, foi aventada a substituição do General Jair Dantas Ribeiro, por motivo de saúde, pelo General Oromar Osório, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria, aquartelada na Vila Militar, Rio de Janeiro. O Presidente João Goulart não quis substituir o seu Ministro para não desgostá-lo.

A sua colocação sobre Minas Gerais é exata, mas dizem que o Presidente pediria qualquer coisa e o Governador iria, naturalmente, negar. Há um depoimento que fala nisso.

Hoje eu me questiono: será que valeu a pena a derrubada do Jango? O desgaste irremediável do prestígio das Forças Armadas, junto à sociedade civil, motivado pelo inconformismo de alguns, foi compensatório? Acredito que os três ministros militares do Presidente Jânio Quadros nunca se conformaram com o fato de João Goulart ter assumido a Presidência da República e passaram, a partir da posse, a conspirar para derrubá-lo. Faltava pouco mais de seis meses para o término do seu mandato. Daí decorre a minha pergunta: Não teria sido "revanchismo"?

"Revanchismo" de qualquer espécie é negativo e prejudicial ao aperfeiçoamento das instituições democráticas. Infelizmente as conseqüências em determinados casos se tornam irreparáveis, bem como um estímulo para novos procedimentos idênticos.

Na época a principal justificativa é que estaria por acontecer uma revolução promovida pelo Governo, que estava amparado pela esquerda brasileira. No mínimo o Jango seria "enrolado", não sei nem se o Brizola se salvaria.

Mas que força a esquerda tinha? As "Ligas Camponesas"; os "grupos dos onze"; sindicatos; Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Não, aqueles não tinham força nenhuma. Se tivessem engolido o "pseudo" sapo por mais uns seis meses tudo acabaria bem. Sem ressentimentos e sem injustiças.

Acontece o seguinte; cai governo, entra governo e a turma de políticos é sempre a mesma. E aquelas reformas que o Jango queria promover, até hoje não foram feitas. Cada presidente eleito ou não as envia para o Congresso ou nossos parlamentares não se interessam em votar. Sejam as Reformas Fiscal, Previdenciária, Tributária, Política etc., nada de nada. Quando surge um fato de tal magnitude sempre vem acompanhado do regime de trocas: "É dando que se recebe." Continua a facilidade de trocar de partido, como sentiu na própria carne o Presidente João Figueiredo.

A Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Houve uma Convenção do Diretório Nacional e, por maioria, o Paulo Maluf foi escolhido como candidato à Presidência da República pela Arena. Todos sabiam que o Presidente Figueiredo tinha horror dele, mas acabou sendo obrigado a "engolir o

sapo", porque a escolha foi do partido. Aí o Toninho Malvadeza (Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações) e o Deputado Marcos Maciel, revoltados com a escolha, romperam com a Arena, fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL) e começaram a fazer oposição ao Presidente Figueiredo.

Em seguida a Rede Globo aderiu e pronto, foi uma "pauleira" em cima do Governo. Como pode uma coisa dessas? Ele não escolheu o candidato a sua sucessão! No final ficou tudo por isso mesmo. Até hoje, a maioria dos partidos procuram o guarda-chuva do Governo. Em época de eleição, verificam quem vai ganhar e então o apóiam. Outros, mais descarados, trocam o partido que o elegeu pelo do Governo com a maior "cara-de-pau". Com raríssimas exceções, não existe convicção política.

A única oposição real foi contra o Presidente Figueiredo, porque viam nele um produto do regime militar ou porque já pressentiam que esse regime estava próximo do fim. Exemplo vivo e atual do que me refiro está no Partido dos Trabalhadores (PT), tradicional partido de oposição, hoje no Governo e mantendo a forma de: "frigideira para os recalcitrantes e coerentes" e utilizando o antes reprovado adágio "é dando que se recebe".

Qual a sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução?

Os governos militares obtiveram inegáveis sucessos na área econômica, resgataram o respeito à autoridade e restituíram o espírito cívico.

Ainda conseguiram alguns êxitos na área social com o Mobral e o Projeto Rondon e profundos equívocos no campo político o que acabou minando sua legitimidade.

Atualmente, tudo que acontece de ruim é explorado pela imprensa como causado pelos "anos de chumbo". Na atual crise da energia, como não podem culpar o regime militar, pois foi um período de grandes investimentos nesse setor: Itaipu, Tucuruí etc., a imprensa se omite. Por que não falam que, após o regime militar, nunca mais foi investido nada nesse setor? Obrigaram a população a economizar luz e depois aumentaram as tarifas porque o consumo menor havia prejudicado a arrecadação. Estão ganhando pouco; necessitam de reajustes. É sempre no nosso bolso!

Muito bem! As perguntas estão respondidas. Podíamos comentar mais coisas em termos da vivência interessante no Palácio; os grupos que se confrontam uns com os outros, aquelas "briguinhas pelo Poder" que sempre existem.

No Governo Jango eu nunca vi ciumeira. Eu era o único solteiro entre os quatro Ajudantes-de-Ordens. Por esse motivo, toda a vez que o Jango saía, eu o acompanhava. Fui para Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, ao Uruguai; sempre eu porque era o solteiro, os outros ficavam com a família. Como ele gostava de pescar e caçar eu era o companheiro dele naquelas atividades.

E ele conversava informalmente?

Nem falava em política. Só o conhecendo para entender como ele era uma pessoa simples, agradecida e superlegal. Para se ter uma idéia, se alguém lhe desse uma simples caixa de fósforos de presente e posteriormente a solicitasse:

– Me empresta a caixa de fósforos.

– Não posso, isso aqui foi um presente.

Nem cedia a caixa porque fora presente. Ele era uma figura inigualável.

Depois que ele foi para o Uruguai e Argentina, houve algum contato seu com ele?

Eu ia regularmente lá, no mínimo duas vezes por ano. Deve constar no fichário do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nunca saí do Brasil escondido.

Será? E sentiu que ele estava se abatendo?

Certa vez, acho que em março de 1975, ele me chamou e comentou comigo:

– Azambuja, eu quero voltar para o Brasil. Tu não imaginas o que é a pessoa não poder voltar para a sua terra. É diferente de quem vai voluntariamente para o exterior; aí podemos passar dez, vinte anos, mas sempre sabemos que podemos retornar a qualquer hora. Agora, não poder voltar; não agüento mais. Eu queria que tu fosses a Brasília – ele sabia que eu era muito amigo do General Figueiredo – e verificasse a possibilidade e as condições de meu retorno.

Pagou a minha passagem, fui e pedi para falar com o General Figueiredo que era o chefe do SNI. Em Brasília, o General Figueiredo mandou me apanhar no aeroporto, levando-me para aquele hotel cinco estrelas, próximo a rodoviária – cujo nome não me recordo – onde fui recebido pelo Major Gay e pelo Coronel Sebastião Castro, chefe da Agência Central do SNI.

Pensei que fosse falar com o General Figueiredo, mas ele não pode ou não quis falar comigo, mandou os dois oficiais já referidos. Então transmiti aos dois as pretensões de Jango:

– O Presidente quer ver a possibilidade de regressar porque ele e a família foram ameaçados, tendo inclusive que mandar seus filhos para a Inglaterra. As ameaças partiram dos Tupamaros no Uruguai e dos Montoneros na Argentina. Além do mais, ele está mal de saúde e seu desejo é morrer no Brasil.

Fizeram algumas anotações, nos despedimos e mais tarde me telefonaram dizendo que o General Figueiredo havia dito que era impossível atender o pedido porque o pessoal da “linha-dura” não queria.

O Ministro do Exército, na época, era o General Sylvio Couto Coelho da Frota. Disseram que se o Presidente regressasse teria que ser preso. Fui ao Jango e relatei o episódio. Ele foi taxativo:

– Eu quero muito voltar, mas para ser preso, não! Morro aqui!

E morreu logo depois desse episódio. Podia ter vindo morrer aqui no Brasil.

A esposa dele, Maria Tereza, o acompanhou o tempo todo?

Ela estava junto com ele na fazenda em Mercedes, Argentina, próximo a Uruguaiana, RS. Todas às vezes que fui ao Uruguai e à Argentina falar com ele, encontrei-a junto do marido. Sobre as ameaças, nunca se obtiveram provas, uma vez que as mesmas não interessavam a nenhum dos três governos: brasileiro, argentino e uruguaio.

O escritório dele na *Calle Corrientes*, em Buenos Aires, na Argentina, fora invadido; arrombaram o cofre, levaram documentos, mas não roubaram dinheiro. Talvez ali estivesse a prova de que estava sendo ameaçado. Os Montoneros já haviam matado um embaixador e mais alguns políticos de renome na Argentina. O certo é que em função disso tudo, ele mandou os filhos para a Inglaterra com a finalidade de lá estudarem e ficarem livres de *vendeta*. O governo militar perdeu a oportunidade de ser generoso com um adversário político em fim de vida.

Coronel Celso Chagas da Costa

O Tenente-Coronel Chagas nasceu em dezembro de 1932 na Cidade de Passo Fundo, RS. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 8 de maio de 1954 e classificado na 3ª Companhia de Comunicações em Cachoeira do Sul, RS.

Após sua promoção a 2º-Tenente em dezembro de 1954, foi movimentado para o 1º BFv (1º Batalhão Ferroviário). Promovido a 1º-Tenente em dezembro de 1956, permaneceu na engenharia de construção até 1959, quando retornou à sua antiga Unidade de Comunicações, em Cachoeira do Sul. Dois anos mais tarde, depois de promovido a Capitão foi transferido para o Comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) sediada em Santa Maria, RS. Aceitou o convite do General Pery Constant Bevilaqua, novo Comandante da Divisão, para ser seu Ajudante-de-Ordens e nessa função vivenciou intensamente o episódio da Legalidade.

Acompanhou o General Pery, como seu Ajudante-de-Ordens assessorando-o nos Comandos da 3ª RM (3ª Região Militar) em Porto Alegre, do II Ex (II Exército) em São Paulo e ainda na Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Em março de 1964, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Aperfeiçoado, mais uma vez Cachoeira do Sul foi o seu destino, desta feita classificado no 3º Batalhão de Engenharia de Combate, Unidade onde foi promovido a Major em 25 de agosto de 1968. Retornou à engenharia de construção em 1971, quando foi transferido para o 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BECnst), acantonado em Crateús, CE.

No ano seguinte, iniciou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), concluindo-o em 1974. Realizou o estágio de oficial de Estado-Maior no Comando da 3ª Região Militar, permanecendo na função até sua transferência para a reserva, a pedido, em março de 1977.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica em fevereiro de 1961 e advogou até sua morte, ocorrida em 14 de agosto de 2002.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras medalhas, outorgadas pelas Forças Armadas mercê de seus relevantes serviços prestados à Nação brasileira.

Entrevista realizada em 3 de abril de 2002.

Temos o prazer de receber o Coronel Celso Chagas da Costa, meu conterrâneo de Passo Fundo, colega da Escola Militar, da 3ª Companhia de Comunicações e de vários outros encontros ao longo de nossa carreira militar.

O hoje conceituado advogado Celso Chagas da Costa participou intensamente dos fatos de nossa história na década de 1960, época em que foi Ajudante-de-Ordens do General Pery Constant Bevilaqua. A palavra é sua, Coronel Chagas.

O General Pery assumiu o Comando da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) no primeiro semestre de 1961. Creio que lá por março ou abril, não me lembro bem da data. Servia no quartel da DI mas estava excedente no quadro e tudo indicava que sairia de Santa Maria. Fui salvo da movimentação justamente pelo General Pery que, sem me conhecer, pediu algumas referências minhas, particularmente ao Coronel Ramão Menna Barreto que era o Chefe do Estado-Maior da 3ª DI. E como minhas alterações e meu conceito eram bons, o General me convidou para ser seu Ajudante-de-Ordens.

Nos primeiros contatos que mantivemos, constatei ser ele um entusiasmado admirador do Presidente Jânio Quadros. Naquela manhã de 25 de agosto de 1961, estava no Quartel-General (QG) e o General tinha atravessado a rua para ir à cerimônia comemorativa do Dia do Soldado no 7º Regimento de Infantaria (7º RI). Não sei se o quartel mudou de nome ou de local.

Houve algumas mudanças: o Comando da 3ª DI, hoje 3ª Divisão de Exército, permanece no mesmo local na Rua Dr. Bozano; no quartel do 7º RI está hoje o QG da 6ª Brigada de Infantaria Blindada. O 7º RI, hoje 7º Batalhão de Infantaria Blindado (7º BIB), foi transferido para o campo de instrução chamado de Boi Morto.

Quando o General voltou da solenidade encontrou no QG um ambiente muito pesado; corria o boato de que o Jânio renunciara. É preciso situar-se no tempo: naquela época não havia telefone celular e era extremamente difícil fazer ou receber uma ligação telefônica de longa distância. As esperas eram demoradas. O que salvava as comunicações era o sistema de rádio do Exército, no final das contas, o mais eficiente meio de ligação de que se dispunha no interior.

O General Pery tomou conhecimento da novidade. Havia muita gente no Quartel-General, pessoal comprometido com a cerimônia do Dia do Soldado no 7º RI. Ele reuniu os oficiais, entre os quais os comandantes das Unidades, que mandou chamar, e informou que o Jânio teria renunciado, atribuindo a decisão da sua renúncia às tais forças ocultas que o estavam pressionando.

Anunciou então que, se o Presidente Jânio Quadros estivesse se sentindo constrangido no exercício do Poder que o povo lhe havia confiado, que viesse e descesse em Santa Maria onde lhe seriam dadas garantias para reassumir o comando

da Nação. Nesse momento, não havia, ainda, ligação do General Machado Lopes, Comandante do III Exército e não se falava no problema seguinte que seria o da posse do Vice-Presidente João Goulart.

À tarde, o General Machado Lopes comunicou, via rádio, a renúncia ao Comandante da 3ª DI. Imediatamente o General Pery respondeu, pelo mesmo meio de comunicação, dizendo que o Presidente renunciante deveria reassumir o Poder e refugiar-se em local seguro, para restabelecer a autoridade dele e que a 3ª DI tinha condições de acolhê-lo. Tenho cópia dessa mensagem, é o rádio 166/AJO, que foi redigido por mim.

O General Pery fez contatos com as suas Guarnições que eram Santa Maria, Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. Em seguida, recebeu um segundo radiograma do General Machado Lopes, recomendando que evitasse manifestações de caráter pessoal ante o fato consumado da renúncia do Jânio à Presidência da República que, naquela hora, já estava sendo legalmente exercida pelo Ranieri Mazilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

Tudo isso ocorreu no dia 25?

Tudo que relatei aconteceu no mesmo dia da renúncia: a informação do Machado Lopes, a resposta do Comandante da 3ª DI, dispondo-se a apoiar o ex-Presidente e o pronunciamento sobre esta sua decisão, inclusive à imprensa. Ele começava a receber apoios quando houve esse primeiro freio do Machado Lopes recomendando que ele evitasse pronunciamentos.

A partir daí a situação começou a ficar ruim, estava caracterizado que a opinião do General Machado Lopes não coincidia com a do General Pery Bevilaqua. Começou a formar-se uma oposição à posse do Vice-Presidente eleito Jango Goulart no cargo de Presidente. Ele encontrava-se em viagem oficial à China. Falava-se que os ministros militares haviam decidido que o Jango não sucederia o Jânio. Esta ameaça agravou-se com a notícia de que ele seria preso quando desembarcasse em território nacional.

Sem ter nenhuma simpatia pessoal pelo Jango – é preciso que isto fique bem claro – o General Pery imediatamente manifestou-se pela posse do Vice-Presidente. Ele conhecia muito a nossa Carta Magna e foi direto ao ponto principal da questão: Art. 79 da Constituição de 1946, então vigente. Reuniu os oficiais e disse claramente:

– A nossa posição é de obediência à Constituição; ninguém é forte fora da lei; e não é legítima a tentativa – se é que ela existe – dos ministros militares de vetarem a posse do Vice-Presidente.

Aquele dia 25 terminou extremamente tenso. Todas as Unidades da 3ª DI de prontidão, aliás antes mesmo do III Exército determinar tal situação. Pelotas tam-

bém era Guarnição subordinada a nós; lá havia uma Infantaria Divisionária com o Comando de general vago e um Regimento de Infantaria.

Brizola defendia a posse do Vice-Presidente com estardalhaço através da Cadeia da Legalidade, um fato histórico que todos conhecem. Ele mobilizou o povo gaúcho em defesa da Legalidade, mas indiretamente – esta era a sua prioridade – iria beneficiar-se com a posse do João Goulart que era seu cunhado. Diga-se de passagem, o Governador colocou-se em desassombrada oposição aos ministros militares que realmente não queriam o Jango como Presidente. Ficou difícil a situação no Estado, porque no início da crise o Machado Lopes decididamente, não tinha essa posição.

Do Rio de Janeiro, chega a ordem do Ministro para que o General Machado Lopes chamasse a Porto Alegre os generais Pery e Oromar Osório. Este, que estava no importante Comando da 1ª Divisão de Cavalaria, em Santiago do Boqueirão, se manifestara, também, pela posse do Vice-Presidente. O Denys já sabia – usaremos uma palavra sem muito comprometimento – da rebelião dos referidos generais ou pelo menos das dificuldades que o General Machado Lopes tinha para cumprir as determinações contrárias à posse de Jango. O Ministro ordenou ao General Machado Lopes que se "chamasse a Porto Alegre e retivesse sob qualquer pretexto" os dois generais do interior do Estado. Isso significava o quê? Chama e prende! Essa era a tradução do "chamar e reter sob qualquer pretexto".

O General Machado Lopes telefonou para o Pery e eu atendi a ligação. Certas coisas são difíceis de compreender: no Gabinete do General Comandante não havia um telefone sequer. O único aparelho do QG funcionava no corredor e quando o General ia falar algo sigiloso, tínhamos que evacuar o local. Ao ouvir o próprio Machado Lopes, senti sua voz pesada, soturna e cansada.

Chamei o General Pery para atendê-lo. Isso aconteceu no dia 27 de agosto. O meu comandante sentiu que o General Machado Lopes estava em uma linha divergente da sua, mas apelou para que ele se mantivesse no único posicionamento compatível que era o cumprimento da lei que determinava a posse do Vice-Presidente da República no caso de vacância ou impedimento do Presidente. Era o Artigo 79 do qual não me esqueci jamais. Machado Lopes argumentava sobre a necessidade de uma conversa urgente e pessoal entre eles, para tentar demovê-lo da sua posição.

Não tenho dúvida de que o Machado Lopes queria tirar os dois generais de circulação. A discussão entre eles foi extremamente tensa, pesada; afinal era um confronto de idéias entre um general três estrelas e o seu comandante. Eu só ouvia o que o General Pery dizia ao telefone.

– Machado, eu não vou!

Silêncio e a repetição da negativa.

– Machado, eu não vou! Você está sendo enganado.

Novo silêncio, e o General Pery voltou a dizer:

– Esse não é mais meu Ministro, é um general fora-da-lei. Você não pode acompanhá-lo, porque o seu compromisso é com a Nação e esta é a sua oportunidade, vamos dizer assim, de ser o grande nome desse capítulo da nossa história. Machado, me desculpe mas eu não vou a Porto Alegre.

Pery ficou contrariado, porque a conversa deu em nada. Reuniu, novamente, os comandantes e oficiais do seu Estado-Maior, para transmitir as notícias. Ratificou sua posição em favor da posse e que ele não cumpriria a ordem para ir a Porto Alegre. Vale lembrar que o Coronel Ramão Menna Barreto era o Chefe do Estado-Maior.

O Comandante do III Exército voltou a insistir na necessidade de conversarem. Então o General Pery argumentou:

– Machado, eu lhe faço um apelo: retire esse pedido para que eu vá até Porto Alegre. Você tem a sua assessoria, o seu Estado-Maior, os seus generais. Por que eu tenho que viajar até aí para conversar?

Nessa altura dos acontecimentos o Pery já estava sabendo do "chamar e reter sob qualquer pretexto" que constava na mensagem do Ministro para o General Machado Lopes.

O Comandante do III Exército disse que não tinha com quem conversar. O seu Chefe de Estado-Maior, General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), viajara ao Rio de Janeiro para relatar ao Ministro, Marechal Odylio Denys, a situação na área do III Exército. Havia problemas graves na Guarnição de São Leopoldo, na 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC) do Oromar e um "problemão" em Santa Maria, sede da nossa 3ª DI, a maior e melhor equipada Divisão do Sul do País. E o General Machado Lopes continuava a pedir a presença do General Pery, que estava irredutível.

– O meu posto é aqui, Machado – retrucou o General – é no comando da 3ª DI. Estou sob uma ameaça: vai estourar uma greve na Viação Férrea, já começou a mobilização do pessoal para o movimento; não posso sair, o meu lugar é aqui.

Então, o General Machado Lopes deu o xeque-mate dando a sua palavra de honra que o nosso comandante voltaria. O Pery arrematou com uma frase especial:

– Bom, Machado, se é assim eu vou, porque a palavra de honra de um homem de bem para mim é um Evangelho. O mais cedo possível estarei aí.

A maioria do pessoal da 3º DI não queria que ele viesse para Porto Alegre. E aconteceu uma situação desagradável: o grupo que era contra a posse do Jango, contra o Brizola, achava que o Pery deveria vir. Claro, havia a perspectiva dele ser

preso, conforme a ordem do Ministro da Guerra. Não foi nobre a atitude deles querendo empurrar o General para uma provável prisão.

Nesse mesmo dia 27 viemos para Porto Alegre. Viajamos em dois aviõezinhos pequenos, muito limitados e acanhados. Parece-me que o modelo da aeronave era PT/19. Um era da Base Aérea e o outro do aeroclube e eram iguais. O piloto do avião no qual o General Pery voou era o Tenente Martin Müller – nascido em São Sebastião do Caí – e eu decolei logo em seguida no outro que era pilotado pelo Fernando Pereyron Mocelin, oficial da reserva, herói da Força Aérea Brasileira (FAB), integrante do Senta a Pua!, na 2ª Guerra Mundial e autor do livro "Missão 60".

Tenho aqui os dados sobre a viagem. Saímos de Santa Maria às 13h45min e chegamos em Porto Alegre às 14h22min. Fomos recebidos pelo Brigadeiro João Arelano dos Passos, Comandante da 5ª Zona Aérea, hoje 5º Comando Aéreo Regional (5º COMAR). Aquele foi o último ato do brigadeiro no comando, porque depois de cumprimentar o Pery embarcou em um avião e foi embora para o Rio de Janeiro. Como os oficiais mais antigos se recusaram a substituí-lo, o Tenente-Coronel Alfeu Monteiro acabou assumindo o comando. Depois, em 1964, o Alfeu foi morto naquele QG em trágica ocorrência.

Nós saímos de Canoas[1] e viemos para o QG do III Exército. Foi um momento muito importante naqueles dias tumultuados. O General Pery logo entrou no gabinete do General Machado Lopes para a audiência. Fiquei na ante-sala dos Ajudantes-de-Ordens. O ambiente no QG estava tenso. Havia um movimento incomum, todos ouvindo rádio a pilha para saber notícias. Passado algum tempo houve uma reunião de oficiais no gabinete do Comandante.

Depois de algumas palavras iniciais, o General Machado Lopes – que não dormia desde o dia 25 – disse que em razão das circunstâncias daquele momento o General Pery tinha melhores condições de chefiar o III Exército e ato contínuo passou-lhe informalmente o referido Comando. Hierarquicamente, depois do comandante vinha o Pery. Afirmou ainda que estava muito abalado com a saída do General Muricy, seu Chefe de Estado-Maior e que, após a passagem de comando, iria ao Congresso Nacional para dizer, de viva voz, como estava a situação no Rio Grande do Sul.

A reunião terminou e um minuto depois entraram no gabinete dois oficiais superiores do III Exército, sendo um deles o Raphael Zipin, Coronel mais antigo e E1 do Estado-Maior. Na presença dos dois generais o Coronel Zipin lembrou que ainda havia problemas graves na área e que ao contrário do que dissera o General Machado

---

[1] Município da região metropolitana de Porto Alegre, onde está localizado o QG do 5º Comar.

Lopes, julgavam que o General Pery não teria melhores condições de exercer o comando. Para demonstrar sua discordância, se demitiram das respectivas funções.

O General Machado Lopes, ato contínuo, diante da interferência do Coronel Zipin e de outro oficial cujo nome não me ocorre agora, disse que permaneceria no comando.

Aquela jornada terminou melancolicamente. O Machado Lopes estava muito agastado com o Brizola; na verdade, ele ficara contrariado, vamos dizer assim, com a alternativa da posse do João Goulart, o que parecia, naquele momento, irreversível. Regressamos nesse mesmo dia para Santa Maria, já não mais naqueles aviõezinhos; conseguiram algo melhor para a viagem de volta. Eu tenho anotado os dados do vôo. Decolamos de Porto Alegre às 17h20min e chegamos em Santa Maria às 18h33min. Esses horários estão certos porque foram os lançados nas anotações de horas de vôo.

Tudo que relatei ocorreu naquela tarde do dia 27 de agosto. No dia seguinte chegou a primeira mensagem a Santa Maria, via rádio, indicando que realmente o General Machado Lopes havia tomado sua decisão pela Legalidade. Ele apressou-se em comunicar isso aos Comandos, particularmente ao General Pery que era o mais importante deles. Tanto que no dia 29 voltamos a Porto Alegre, no fim da tarde.

No dia 28, surgiu um outro problema. Vou relatar este episódio, porque se trata de um fato notório. Chegou a Santa Maria, de avião, vindo do Rio de Janeiro, o Coronel Serpa (Antonio Carlos de Andrada Serpa), a fim de tentar demover o General Pery da sua posição legalista. Ele veio acompanhado do Coronel Fontoura.

Quando avisaram que dois oficiais do Exército estavam no aeroporto da Base Aérea de Santa Maria, o General Pery imediatamente mandou o Capitão Maders (Jorge Raul Maders), Comandante da Companhia do QG, ir à Base Aérea e impedir a decolagem da aeronave. Ele disse: "Põe a viatura na frente do avião que ele não dá ré." Ao entrar com a viatura na Base Aérea, o Coronel Fontoura retornou rapidamente ao avião, que decolou na diagonal do pátio de manobra; nem foi à pista.

O Coronel Serpa já tinha saído da Base e se dirigido para o Regimento Mallet, que abrigava também o Quartel-General da AD/3 (Artilharia Divisionária da 3ª DI), comandada interinamente pelo Coronel Anchieta Paz (José Anchieta Paz), um paulista. Recebi do General Pery a missão de trazê-lo ao QG da 3ª DI. Fui no carro preto oficial e encontrei os dois coronéis caminhando na direção do pavilhão lateral, onde se situava o Quartel-General da AD/3.

Tive a intuição que aquele coronel alto, com cara de quem não tinha dormido, era o Serpa. Então lhe perguntei:

– O senhor é um dos coronéis que chegaram de avião há pouco?

– Sim, sou eu – respondeu ele.

– Eu sou o Ajudante-de-Ordens do General Pery. Peço ao senhor a gentileza de me acompanhar.

Ele nem pestanejou. Dirigiu-se para o automóvel que eu indiquei. O Coronel Anchieta Paz demonstrou interesse em nos acompanhar, mas neguei a carona. Fui grosseiro, por conta da minha afobação.

O Coronel Serpa era muito amigo do General Pery e reconhecido como um homem de bem. O Pery também era de uma cepa que privilegiava a virtude da lealdade. Tiveram uma conversa a sós, longa, da qual não se soube o teor. O pessoal do QG ficou em polvorosa; a conversa demorou demais para o gosto do pessoal. Devido à situação, havia coisas a resolver, problemas políticos e mesmo operacionais.

Terminada a reunião, o Coronel Serpa assumiu um compromisso com o General Pery: "Ficarei aqui, conte com a minha lealdade. A minha missão era vir aqui para convencer você a ficar com o Ministro – lamentavelmente para mim não consegui cumpri-la. Tudo já está decidido, sei que não adianta eu sair daqui agora."

Falta relatar, sobre esse episódio, a saída do Coronel Serpa de Santa Maria. O General Pery ordenou-me que redigisse um salvo-conduto para garantir a sua viagem de volta ao Rio de Janeiro. Imaginei um documento, pois não sabia como era o tal salvo-conduto e o Serpa viajou coberto por ele. Desceu do trem na estação Diretor Pestana, em Porto Alegre, embarcou no avião e foi embora.

Alguns anos depois, reencontrei o Coronel Serpa, agora no posto de General. Na ocasião, eu era Tenente-Coronel, Assistente do Comando da 3ª Região Militar (3ª RM), e ele fora nomeado Comandante. Não sabia o que iria acontecer e como a minha atuação era em benefício do Chefe do Estado-Maior e do Comandante da Região, achei que deveria desobstruir o caminho e não dar ao novo Comandante o trabalho de me tirar da função que era da sua confiança. Então, relatei o episódio vivido para o Coronel Azambuja (Clóvis Borges de Azambuja), Chefe do Estado-Maior da RM, e pedi para exercer outra função.

Chegaram a me designar Chefe do Serviço Militar, mas nem consegui atravessar a rua. Menciono este fato, porque faz jus à memória do Serpa. Ele era um homem correto e digno. Sabedor pelo Coronel Azambuja da minha história, foi ao meu local de trabalho, uma salinha ao lado do gabinete do Chefe do Estado-Maior e deu-me um abraço paternal. Apresentei-me e perguntei se ele lembrava de mim. Ele revelou que sim.

– Você está um pouco mais velho, mas claro que lembro dos três dias que fiquei retido em Santa Maria, quando você se atravessou em minha vida. Mas o tempo passou e tenho excelentes referências suas. É meu desejo que você aceite permanecer desempenhando essa função.

Uma atitude de uma enorme nobreza. Fiquei com o General aqui na Região até o momento em que pedi transferência para a reserva ao completar trinta anos de Exército, quando me despedi do serviço ativo.

Retomando a narrativa sobre os fatos de 1961, quando viemos de novo a Porto Alegre, no dia 29, não era mais sob aquela promessa de que "a palavra de honra de um homem de bem é um evangelho". A situação, então, era outra, completamente diferente, porque o General Machado Lopes já estava francamente defendendo a posse do Vice-Presidente. Não se falava nem se desejava mais o retorno do General Muricy.

Naquele dia, foram tomadas algumas decisões importantes. O chamamento do Governador pelo rádio estava provocando muita besteira pelo interior. O Brizola é um orador de primeira linha e com a magia da transmissão radiofônica da Cadeia da Legalidade polarizou todo o Rio Grande do Sul e, em determinado momento, ganhou espaço nacional. Ele tinha levado sua motivação longe demais e a gauchada estava em pé de guerra. Havia recrutamento e voluntariado capitaneados pela Brigada.

Ficou decidido que os generais Machado Lopes e Pery Bevilaqua pediriam ao Brizola que baixasse o tom dos seus discursos e amainasse aquela mobilização psicológica que estava fazendo. O Estado ficaria encarregado das atividades logísticas, já que dispunha do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e tinha mais poder de mobilização do que o Exército. Nós tínhamos cavalos, usávamos aquelas viaturas de 1942 e os carros-de-combate M3, chamados de "pererecas". Aliás, ficou decidido que o Batalhão de Carros de Combate (BCC) de Santa Maria, comandado pelo Tenente-Coronel Ito (Ito do Carmo Guimarães), viria para Porto Alegre, ficando diretamente subordinado ao III Exército.

Para atribuir ao Governo do Estado a logística e pedir ao Brizola menos tumulto, fomos – eu estou dizendo nós, porque também fui junto – ao Palácio Piratini. Era noite de 29 para 30 e houve uma reunião do Machado Lopes, Pery e Brizola, quando as coisas se acertaram. Fiquei na ante-sala do Gabinete do Governador. Na saída ele veio conversar comigo, para saber sobre meus parentes, pois morara em Passo Fundo, minha cidade natal.

Retornamos no dia 30 em paz com a vida, porque a situação estava completamente modificada. Aquelas posições de determinados Comandos que estavam um tanto nebulosas, começaram a clarear e a tensão diminuíra. Em Santa Maria, participamos de uma cerimônia em que o Comandante da Brigada naquela cidade passava o comando das suas Unidades ao General Pery.

O General Oromar Osório, Comandante da 1ª DC, começou a movimentar as suas tropas em direção a Passo Fundo. Houve um problema entre aquela DC e a 6ª DI

do General Santa Rosa (Sylvio Américo Santa Rosa), mas não lembro exatamente o que ocorreu. Sei que a tropa da DC acabou realizando a cobertura ao norte de Passo Fundo. Foi transportada via ferroviária e, inclusive assisti, à noite, à passagem de alguns comboios ferroviários conduzindo tropa.

Aconteceu algo inusitado em termos de mobilização. O General Pery exigiu a disponibilidade de trens para o transporte das Unidades. Os ferroviários se mexeram e, creio que em duas horas, montaram uma composição com locomotiva e carros-plataforma. O nosso BCC, comandado pelo Tenente-Coronel Ito, embarcou em Santa Maria e veio para Porto Alegre e as Unidades da 1ª DC seguiram para Passo Fundo e Marcelino Ramos.

Nas pranchas do comboio ferroviário que eu assisti passar predominavam os caminhões civis. É interessante comentar que no início eles foram entregues voluntariamente, mas depois, quando o recrutamento recrudesceu e as necessidades se mostraram bem maiores, parece que houve requisição na "marra". Sobre isso, lá em Santiago deve haver boas histórias, pois passou a haver muito caminhão civil guardado ou escondido dentro do mato. É claro, terminada a euforia guerreira, diminuíram aqueles que queriam prosseguir ajudando. Quer dizer, houve aquela hora do "oba-oba" e depois a adesão diminuiu, embora muita gente continuasse querendo colaborar.

Lembro-me de um camarada que foi se apresentar lá no QG dizendo que, como não tinha nada, oferecia seus únicos bens: duas vacas. Uns levaram os seus cavalos e outros desejavam simplesmente se alistar. Mas a partir dos primeiros dias de setembro a situação começou a se acalmar.

Os desdobramentos políticos em Brasília culminaram com a emenda parlamentarista. Houve alguma reação contrária aqui no Rio Grande do Sul mas no fim se achou que era a solução possível. O Jango assumiu a Presidência dentro do regime parlamentarista e o resto foi só confraternização. Retornamos a Porto Alegre para a parada de Sete de Setembro. Assistimos ao desfile junto com o Governador e o General Machado Lopes. Logo em seguida, o General Penha Brasil (Nestor Penha Brasil) substituiu o General Machado Lopes encerrando o período da Legalidade.

Qual a característica principal desse episódio? Que eu me lembre, o que mais me marcou foi a visível dificuldade do General Machado Lopes em encontrar uma solução sem violência entre as partes. Diria até que inicialmente o Comandante do III Exército era favorável ao veto à posse do Vice-Presidente João Goulart. Na verdade, ele não desejava vê-lo no Poder. Portanto, uma posição que se coadunava, que se ajustava à obediência ao Ministro da Guerra, Marechal Odylio Denys.

Que motivos teriam levado o Machado Lopes a assumir uma nova posição? Eu não gosto da palavra adesão porque pareceria que ele fora cooptado pelo Brizola e

creio que não foi isso que aconteceu. Ele assumiu uma posição inicial contrária à posse do Vice e foi acumulando fatores de tensão, alguns personalíssimos, como o cansaço de noites mal dormidas, a viagem do Muricy para o Rio, a conseqüente sensação de isolamento e a recusa de executar a autorização de bombardear o Palácio Piratini. Foi esta recusa em obedecer às ordens do Governo Central para evitar derramamento de sangue que marcou, vamos dizer assim, o segundo e crucial momento decisório do General Machado Lopes, muito diferente do primeiro.

Sou obrigado a comparar as figuras dos dois generais envolvidos naquela complexa e terrível situação. A postura do General Pery começou – antes de saber em detalhe o que estava acontecendo – dentro do 7º RI, durante aquela festividade militar que ele presidia. Ao saber da renúncia do Jânio, que alegou pressões, o General Pery pronunciou-se e imediatamente mandou dizer ao Machado Lopes, em radiograma daquele mesmo dia que, se houvesse alguma dificuldade, colocava a Guarnição de Santa Maria à disposição do Presidente.

Sugeria que o Presidente Jânio Quadros fosse para lá. Não passava pela cabeça do General Pery que ocorrera renúncia pura e simples, e que já havia um fato consumado, como informou, ainda no dia 25, o General Machado Lopes na mesma mensagem em que determinava ao Pery cessar com os pronunciamentos sobre a crise.

Faço essa comparação com base no que presenciei. O Pery não esperava para decidir. E por que ele procedia assim? Porque seus parâmetros eram rígidos; ele obedecia cegamente alguns princípios e um deles era o da Legalidade, pois achava que povo nenhum era forte fora da lei. Ele a vivia literalmente e insistia que se a lei está escrita é para ser obedecida sem tergiversação. Costumava dizer:

– Não votei no João Goulart mas agora que o Jânio Quadros renunciou, o Vice-Presidente eleito deve assumir. Está escrito na Constituição.

O General Pery conseguia transmitir sua liderança justamente porque ele não vacilava, era um homem com idéias muito claras e agia com transparência. Tanto ele quanto o General Serpa – que era do outro lado – eram homens de princípios rígidos. Para o General Pery a legalidade era sagrada e ele não admitia ninguém fora da lei. Não pensava além do necessário para definir suas opiniões, o que o levava a decisões tão rápidas. Não precisou do tempo que o Machado Lopes utilizou para, depois de estudar longamente a situação tomar uma posição, que acabou sendo pela Legalidade.

A partir de então passou a existir uma dicotomia entre o pessoal que, de modo desassombrado, tomou a posição pela posse do Jango e os contrários à Legalidade; entre os legalistas e os golpistas. Foi uma fratura que o Exército amargou muito tempo. O General Segadas Vianna (João de Segadas Vianna) que assumiu o

Ministério da Guerra a convite do Jango, quis conciliar essas duas correntes mas, decididamente, não conseguiu. E o Pery era um símbolo dessa legalidade.

Então, jamais ofereceriam ao General Pery o Comando do III Exército. Ele veio para o Comando da 3ª Região Militar que estava vago. O Coronel Virgínio (Virgínio Cordeiro de Mello) que exercia o cargo interinamente passou o comando para o General e logo depois foi para a reserva. O Chefe do Estado-Maior da 3ª RM continuou sendo o Coronel Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil), o Coronel mais antigo da Guarnição.

Veio comandar o III Exército o General Penha Brasil que não se dava muito bem com o General Pery. A primeira atitude que ele tomou foi mandar recolher o Boletim Reservado que o General Machado Lopes expedira com um resumo de todos os fatos ocorridos no episódio da Legalidade: ordens, correspondência, deslocamento de tropas etc. Mandou buscar inclusive o exemplar que estava com o General Pery que não o devolveu, alegando que o documento fora recebido pessoalmente das mãos do Machado Lopes e que ficaria com ele.

O senhor veio para Porto Alegre junto com o General Pery?

Sim. Continuei como seu Capitão Ajudante-de-Ordens durante todo o período em que ele comandou a 3ª RM. Ficamos em Porto Alegre até o General Pery ser nomeado Comandante do II Exército, ainda como o mais antigo General de três estrelas. Foi antes do plebiscito, sob o regime parlamentarista. O Primeiro-Ministro era o Brochado da Rocha, que morreu logo em seguida.

Após assumir o Comando do II Exército e pouco antes de sua promoção a quatro estrelas ocorreu um episódio interessante que serve para mostrar, vamos dizer assim, a quase escravidão a que o General Pery se submetia aos princípios legais. O povo não gostou daquela história de parlamentarismo. “Reina mas não governa”, era algo que não agradava, coisa para Rainha da Inglaterra. Todos sabiam que o presidencialismo venceria no plebiscito. Essa era a nossa tradição, até de um presidencialismo forte, ditatorial, como aquele que ocorreu durante o Governo do Getúlio.

Dentro deste quadro, comandava o III Exército o General Jair (Jair Dantas Ribeiro) – meu ex-comandante na AMAN – que era francamente janguista. O Jair quis, à moda dele, fazer pressão para que o Congresso aprovasse o plebiscito sobre o parlamentarismo. Então, emitiu uma mensagem reservada extremamente infeliz. A nota, que vazou propositadamente, dizia que o Congresso deveria aprovar a realização do plebiscito, caso contrário aquele comando não responderia pela ordem na área do III Exército. Não teria como controlar a situação se o Legislativo não decidisse com visão de estadista.

O General Pery considerou aquela nota descabida e própria de um Comandante do III Exército omisso em sua missão de lutar pela ordem – afinal de contas, um dos

itens da própria destinação constitucional da Força. Não teve dúvida: fez imediatamente uma nota dizendo que ele também achava que o Congresso deveria votar pela realização do plebiscito, mas que na área do II Exército, sob seu comando, isto é, São Paulo e Mato Grosso – havia só um Mato Grosso naquela época – a ordem seria mantida fosse qual fosse a decisão congressual.

Outros comandos se pronunciaram da mesma forma e o Jair ficou falando sozinho. Por causa do episódio, houve um mal-estar em Brasília e outro lá no Quartel-General do II Exército. Vários oficiais foram pedir ao Pery que não divulgasse aquela nota pois ela iria prejudicá-lo. O argumento era que o General estava para ser promovido naqueles dias. O Pery, ainda General de três estrelas, não teve a menor hesitação:

– Se a minha promoção depender disso, então não serei promovido. Foi muito honroso eu ter chegado a General-de-Divisão.

Lembro claramente dele dizendo isso. Pretendiam convencê-lo de que, se o Jango não fosse ajudado por ele no mesmo diapasão em que fora ajudado pelo Jair, iria dispensá-lo e tirar-lhe a perspectiva da quarta estrela que sempre é um objetivo importante e final na carreira militar. Isso foi o que houve e, no final, a atitude forte do Pery não o prejudicou. Ele foi promovido e continuou no Comando do II Exército.

Um sábado à noite ou início de um feriadão me aparece em São Paulo o General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, acompanhado do General Zerbine (Euryale de Jesus Zerbine), Chefe do Estado-Maior do Pery. Queriam falar com o general. É importante citar um detalhe: como já não havia um bom entendimento entre o Comandante e o seu Chefe do Estado-Maior, quem sabia onde andava o General Pery era eu.

Requisitei o carro oficial e fomos os três até o sítio de uns parentes do Marechal Lott, na saída de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, onde o general estava descansando. Relacionava-me muito bem com o General Assis Brasil e razoavelmente com o General Zerbine, embora ele estivesse um pouco desconfiado com o General Pery e, conseqüentemente, também comigo. Durante uma hora e tanto de viagem, comentei os fatos com liberdade. Certa hora disse para o Assis Brasil:

– General, sei que o senhor veio oferecer algum comando, chefia ou birô para o General Pery. Eu só não sei qual é a "douração de pílula" que o senhor vai usar. Se for para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), como imagino, não haverá nem criatividade no oferecimento.

Reconheço que fui um capitão muito folgado. Desde Capitão recém-promovido fui ser Ajudante-de-Ordens e os assuntos com os quais trabalhava eram matérias tratadas no Alto Comando, aspectos em discussão na esfera política dos generais.

Talvez isso tenha sido, até, um dos fatores que me levaram a encerrar a minha carreira militar, tão logo fosse possível. Tinha um compromisso comigo e com o Exército: ser um bom oficial, enquanto estivesse na ativa. Não sei se consegui. Continuei falando de maneira abusada para os dois generais:

– Acho que o Presidente vai se arrepender destas mudanças que anda fazendo. Ele está rifando os melhores homens dos quadros do Exército.

É claro que isso nada adiantou no sentido de modificar o objetivo da viagem do General Assis Brasil. Faço o registro apenas para mostrar minha irreverência naqueles tempos de Ajudante-de-Ordens.

Eles foram lá justamente para dizer ao General que o Jango precisava dele para resolver o problema da aviação embarcada. O Pery, depois do encontro, me perguntou onde estava sendo estudado este assunto. É claro que ele sabia de tudo. Como depositava total confiança em mim, ao sentir-se ameaçado de perder o Comando do II Exército, mandou-me ao Rio de Janeiro como emissário, falar com o General Castello Branco, na época quatro estrelas e Chefe do Estado-Maior do Exército.

Cheguei de madrugada no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. O Pery avisou o seu cunhado, General Décio (Décio Palmeiro de Escobar), sobre minha missão. O General Décio estava me esperando e me levou para dormir na casa dele. No dia seguinte ele marcou entrevista com o Castello e a fiz conforme o General Pery me orientara:

– General Castello – o General Décio estava junto – tudo indica que o General Pery será apeado do Comando do II Exército. É um fato político que transcende, vamos dizer assim, ao regulamento militar estritamente considerado. Eu vim aqui para saber do senhor, em nome do meu Comandante, se ele é obrigado a aceitar a Chefia do EMFA contra a vontade dele. Para ele isso é um problema legal: não quer ser Chefe do EMFA e gostaria de saber se tem direito de recusar a nomeação.

Por estas e outras é que se dizia que o Ajudante-de-Ordens era realmente cargo de confiança e que o coronel ou general Chefe de Estado-Maior, apesar de indicado, não tinha esta característica. Porque, apesar da praxe de ser indicado, ele podia, em determinadas circunstâncias, ser imposto: não vou nomear o Fulano, você fica com o Sicrano que já está na função.

Voltando ao meu encontro com o General Castello, continuei com as perguntas do General Pery:

– O meu chefe também quer saber quem o receberá aqui no aeroporto se ele for nomeado Chefe do EMFA? Se o senhor irá nesse desembarque que tem uma evidente conotação política e quantos generais o senhor levará para esperá-lo?

Nessa época o Pery ainda não havia sido exonerado do Comando do II Exército em São Paulo, mas já se sabia que ele iria para o EMFA. O Castello falou para mim:

– Olha, diga ao Pery que não vou responder a essas indagações dele. Eu nem sei quem eu conseguiria levar ao aeroporto. A grande verdade é que estamos desarticulados.

Eu ouvi isso do Castello. E ele continuou:

– Parece que a coisa complicou. O ensinamento que eu tiro desse fato e com essas perguntas do Pery é de que precisamos nos articular melhor e assumir as competentes responsabilidades.

Aquelas palavras até certo ponto significavam que nos primeiros meses de 1964 não havia uma revolução articulada.

O General Pery desejava permanecer em São Paulo no Comando do II Exército?

Sim, ele queria continuar no comando pois sabia que na Chefia do EMFA seu relacionamento com a autoridade superior o envolveria com o Jango, que não estava absolutamente interessado em resolver o problema da aviação embarcada. Tudo fora encenação, desculpa, "douração de pílula" para tirá-lo do II Exército.

Durante alguns meses ainda fui Ajudante-de-Ordens do General Pery como Chefe do EMFA. Seu Estado-Maior era muito bom, porque os coronéis sem comando – do Exército, Marinha e Aeronáutica – eram peixinhos daquele aquário. O Coronel Edson Figueiredo era o Chefe-de-Gabinete.

Naquela época, a sede provisória do EMFA ficava na Cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Monroe, onde residi quatro meses, meu tempo de vida palaciana, embora morasse no sótão, em um alojamento de oficiais que havia lá em cima. Tinha que descer mais de oitenta degraus e passar pelo plenário do Senado, para lá embaixo chegar ao único chuveiro disponível. O Palácio era horroroso do ponto de vista de acomodações, mas também não se podia exigir muito porque ele não era hotel. Eu estava lá porque não tinha dinheiro para hospedar-me em outro lugar e minha movimentação para a EsAO ainda não se efetivara.

O primeiro problema que o General Pery enfrentou como Chefe do EMFA foi o da aviação embarcada. O Juscelino havia comprado o porta-aviões *Minas Gerais* e, em seguida, fez de tudo para que aquele "brinquedo" não chegasse ao Brasil durante o seu Governo. A belonave ficou na Europa, para melhorias operacionais, e comentava-se que se tornara a base de operações de oficiais de Marinha que ficaram morando por lá com direito às comissões e diárias.

Concluídas as reformas, o porta-aviões veio para o Brasil e passou a ser motivo de uma disputa muito forte entre a Aeronáutica e a Marinha, com provocações

de ambos os lados, pelo direito de operar os aviões embarcados. Cabia ao EMFA estudar o assunto e propor a solução.

Como o assunto interessava diretamente a Aeronáutica e a Marinha, o General Pery preferia não se socorrer do trabalho de oficiais daquelas Forças, para resolver o problema. Então, necessitava das cabeças pensantes do Exército. Sob esse aspecto nada mais valioso do que aproveitar a experiência e a inteligência do General Castello Branco, na época Chefe do Estado-Maior do Exército. Ele aparecia seguidamente no EMFA, à tardinha, depois do fim do expediente, para conversar sobre a aviação embarcada.

O grau de sigilo do assunto era ultra-secreto, mas eu tomava conhecimento, porque era o capitão datilógrafo escalado para executar aquele tipo de serviço. Datilografei – hoje seria digitei – vários documentos. Era proibido entrar na sala onde eu trabalhava. Os generais iam para casa e eu ficava até tarde da noite, às vezes só encerrava os trabalhos de madrugada.

Nessa confrontação entre a Marinha e a Força Aérea, as discussões pareciam metafísicas: era algo considerado importantíssimo saber se helicóptero era avião. Para mim, o importante era saber quem iria operar a aeronave, uma questão que envolvia o prestígio da Força. O Juscelino, muito esperto, levantou a bola, para que os outros cortassem. Só que o Jango não tinha condições de cortar, estava extremamente desgastado.

O General Pery tentou apressar uma solução para o problema da aviação embarcada. Havia um decreto, preparado por uma excelente equipe, que abordava todos os ângulos do problema. Agendou um despacho com o Presidente no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no qual o acompanhei. Levamos uma montanha de papéis referentes à aviação, mas o Jango não queria saber de nada; o negócio dele era resolver os problemas do sindicato dos estivadores na baixada santista, e coisas desse tipo. É claro que o despacho foi infrutífero e a solução foi empurrada "com a barriga". O General voltou extremamente decepcionado. Ele acreditava nas pessoas e muitas vezes se deu mal com isso. Costumava dizer:

– Devemos ser sempre intransigentes com os princípios e transigentes com as pessoas.

Nos últimos dias do Governo do Jango o General Pery fez um belíssimo trabalho de Estado-Maior e mostrou os riscos que representava a adesão quase religiosa do Presidente àquela ditadura sindical que estava se implantando no País. O Jango não abria mão do apoio dos pelegos; preocupava-o apenas os votos futuros.

Depois da Revolução de 1964 o General Pery continuou no EMFA?

Sim, ele permaneceu no EMFA por uns tempos. O Presidente Castello Branco, possuidor de uma visão extraordinária de administração, sabia como usar o Chefe

de Estado-Maior das Forças Armadas que era, em última instância, o Chefe do Estado-Maior da Presidência da República. Lembro dos pedidos do Presidente – entenda-se ordens: estudar e propor modificações do código de vencimentos e vantagens, do estatuto dos militares, das leis de promoção etc. Cada uma dessas tarefas representava um ano de estudo. O EMFA nunca trabalhou tanto como no período sob o guante do Castello e sob as ordens do General Pery.

Em 1964 você estava na EsAO?

Sim. A Revolução aconteceu quando cursava a Escola.

Houve alguma participação da EsAO no Movimento?

Só depois da sua eclosão. Como não havia mais condições de continuarem as aulas, os cursos entraram em férias. Então vários órgãos como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), a Comissão do Carvão e outros tantos foram "mobiliados" – lembra dessa expressão? – por militares. Com isso a EsAO, tanto quanto a ECEME, passaram a ser celeiros de fornecimento desses oficiais. Concluído o curso, fui classificado no 3º B E Cmb em Cachoeira do Sul.

O Senhor manteve ligações com o General Pery?

Mantive ligações apenas afetivas. O General e esposa, Dona Nair, eram extremamente bondosos. Deram uma inesquecível cobertura familiar para minha mulher enquanto estivemos lá em São Paulo. Não conhecíamos ninguém naquela cidade e fomos morar no próprio funcional ao lado da casa do general. Ele era uma pessoa afetiva e me dispensou um carinho extremado e sou muito grato às atenções da parte dele. Nós já tínhamos uma história de quase três anos de trabalho conjunto.

Às vezes desconfio até de que não fui um bom Ajudante-de-Ordens no sentido usual da palavra: aquele oficial que cuida da segurança do general e controla as viaturas do chefe. Na realidade, fui encarregado de secretariá-lo; era um assessor direto e já havia criado com ele uma história de entendimento e de lealdade. O fato de eu escrever corretamente fez com que a maioria dos documentos importantes expedidos por ele fosse redigida por mim; em conseqüência passei a trabalhar muitíssimo mais.

Foi redação minha aquela famosa Nota de Instrução Nº 7, do II Exército publicada até no *Osservatore Romano*. A proposta daquele documento era mostrar que ele, General de quatro estrelas Comandante do II Exército, considerava "serpentários peçonhentos e inimigos da democracia" aquele pessoal que agitava a orla marítima. Pretendia denunciar os sindicatos revolucionários que operavam na área de Santos.

Qual foi a posição do General Pery em relação à Revolução?

Tenho para mim que os princípios nos quais o General Pery acreditava e defendia – pelos quais jogou a hierarquia ao léu no confronto ideológico com o Ministro – eram diferentes de tudo o que o General Mourão (Olympio Mourão Filho) fez, em 1964. Eu o conhecia bem, pois substituiu o General Pery na 3ª DI e, mais tarde, foi seu subordinado, no Comando da 2ª RM. Depois, foi comandar a 4ª DI, em Minas Gerais, sua terra natal.

Sabíamos muito bem que adotara a posição de quem estava dando a última cartada. Adversário do governo, ele não tinha nada a perder. Era General-de-Divisão e queria ser promovido a quatro estrelas. Não quero pisar sobre a sua biografia mas fora, inclusive, substituído no Comando da 2ª RM de São Paulo por suas atitudes conspiratórias. O Mourão sempre foi um articulador de primeira qualidade e conspirou o tempo todo lá em São Paulo.

Como era o relacionamento do General Mourão com o Comandante do II Exército, General Pery?

Excelente! Os dois se admiravam muito, embora tivessem temperamento e pensamento diversos.

O General Mourão gostava muito de mim e eu também o apreciava. Era muito persuasivo. Achava que eu tinha o General Pery "na mão" e que de alguma forma lhe ficara devendo algo, porque não usara essa influência. Não era verdade. Ninguém, a não ser os seus próprios princípios, o influenciava. Quantas e quantas decisões foram tomadas pelo general, durante o período em que fui praticamente seu assessor político – e não sou eu que o digo, ele próprio assim registrou nos elogios que me concedeu – nas quais divergia de seu ponto de vista. Não era tão compromissado e aferrado aos princípios legais. O Mourão foi "me dar corda", para ver se eu influenciava mais o general. Ninguém o influenciava, ele tinha seus parâmetros e os seguia religiosamente.

O General Mourão pouco ou nada tinha a perder. Ao descer das "Alterosas", foi reunindo todas as iras, desconfianças, antipatias e ressentimentos contra o Jango, represados desde 1961. Tratava-se da hora da revanche que foi catalisada na operação Mourão. E um detalhe importante: quando ele colocou o pé dentro do Gabinete do Costa e Silva, já havia sido destituído da prerrogativa de líder da Revolução a que fora alçado pela sua audácia; o haviam congelado, e ele sofreu muito a partir dali. Ele, que tinha feito a guerra, sentiu que a tinha perdido, antes de chegar ao Gabinete do Costa e Silva, onde conheceu os novos donos da situação.

Soube, através de informações, dos primeiros momentos da Revolução. Algumas vezes, acompanhei o General Pery às reuniões do Estado-Maior revolucionário,

aquele *petit comité* dos generais de quatro estrelas, reunidos sob o comando do Ministro Costa e Silva, para decidir sobre questões relevantes. O General Pery comparecia em respeito à quarta estrela, mas sem nenhuma importância decisória.

Naqueles primeiros dias, não havia planejamento previamente elaborado sobre como dirigir o País. As soluções dos problemas convergiam para uma certa unanimidade precária, se é que existe essa figura. A partir de um determinado momento, emergiu a liderança do Castello Branco. Ele tinha uma ascendência tão evidente, um tamanho domínio intelectual sobre os demais que tudo o indicava para a Presidência da República. Nenhum outro tinha cacife intelectual para tanto.

Fui à posse do Castello; eu já não era mais Ajudante-de-Ordens do Pery Bevilaqua mas fui lá. Colocaram um avião à disposição do general e ele me convidou. Acompanhei-o até o Palácio do Planalto. Estava presente todo aquele pessoal que freqüenta a corte. Depois, fomos ao Congresso, onde se oficializou a posse. E esses foram meus últimos momentos vividos perto do Poder central.

Posteriormente, aqui na Província, fui assessor do General Serpa, Comandante da 3ª RM, até completar 30 anos de serviço, quando pedi transferência para a reserva, ainda como tenente-coronel.

Como o senhor avalia os diversos presidentes do período autoritário?

Primeiramente, pela minha formação jurídica, não fujo de palavras. Nós tivemos uma ditadura! Evidentemente não adianta negar, dizer que os presidentes foram eleitos e homologados pelo Congresso, que houve rotatividade no Poder maior – o Presidente da República. O Congresso homologou porque não havia outro jeito, tinha que homologar. Vivemos um período ditatorial, em que havia cerceamento dos Poderes Judiciário e Legislativo que funcionaram, se tanto, na medida em que o Comando Revolucionário permitia.

O primeiro Governo da Revolução, do General Castello Branco, foi o melhor que esse País teve. O Castello era um construtor, um homem de pensamento e de cultura. Acredito que se a Revolução tivesse se exaurido ao final do Governo dele teria sido melhor. Mas infelizmente isso não ocorreu. Toda a modificação implantada na estrutura nacional se deu no Governo do Castello. Ele teve uma prorrogação de pouco mais um ano, mas foi muito pouco tempo. Não conseguiu nem de longe fazer tudo o que poderia ter feito por essa Nação.

Então aquela política – vamos dizer assim – dos generais entrou com toda a força para se confundir com a política nacional. Qual o general de quatro estrelas que vai me suceder? Depois do Castello veio o Costa e Silva. Eu o achei desastroso. Em seguida foi a hora e a vez do Médici, um Governo eufórico, mas sumamente intransi-

gente. Desencadeou-se no País uma repressão com a qual não concordava, porque não casava – usarei uma expressão de efeito – com a minha democracia residual.

Realmente, não gostava daquele pessoal da esquerda, mas considerei inadequados os meios usados para combatê-los. Sentia que estávamos enveredando por um caminho muito perigoso. Não tive nenhuma participação nesse processo, a não ser, talvez, a de apaziguar um pouco os ânimos em Cachoeira do Sul, onde fui servir em 1965, depois da EsAO. A cidade estava ressentida em função das prisões absolutamente arbitrárias ocorridas na Guarnição. Considero que do ponto de vista revolucionário, tive a incumbência de "passar Cachoeira a limpo": de não pensar que todos os contrários ao Governo eram subversivos; não era bem assim.

Tenho convicção de que do ponto de vista militar, a Revolução foi feita em cima da operação Mourão e da 4ª Divisão de Infantaria (4º DI), e se exauriu quando chegou no Rio de Janeiro. Ideologicamente ela foi uma resposta àquele poder sindical extremamente irresponsável que o Jango fomentava. Foi um desdobramento do movimento de 1961, feito em cima da fraqueza do Jango e do oportunismo do meu saudoso e querido amigo General Mourão Filho, até porque os atos históricos não se fazem por impulso.

O tempo decorrido entre os dois fatos históricos foi de apenas três anos e os protagonistas continuavam vivos, eram os mesmos. O Movimento revolucionário foi o desaguadouro dos ressentimentos dos chamados "golpistas de 1961" em contraponto aos legalistas ou brizolistas. Aliás, nunca vi no Exército o mínimo entusiasmo pelo Brizola, nem mesmo em 1961. Temos uma facilidade muito grande para polarizar as posições: ou somos contra ou a favor, não há meio termo. Se alguém foi a favor da posse do Jango, então era contra o Denys, mas a vida não é bem assim.

A Revolução durou demais, repito, e consumiu-se a si própria. Há pessoas que entram na história e não conseguem colocar um ponto final na sua atuação. O Castello não pôde, morreu antes. Acho que ele foi o Presidente que convinha naquele momento.

O Exército saiu muito mal de todo esse processo. Vejo aquele Exército em que eu vivi como muito bom para a Nação brasileira: uma instituição forte e influente. Hoje, me parece uma Força tímida, um exército de empregados que se poderia pagar pela CLT. Não posso dizer que estamos desmoralizados mas, no momento, a nossa organização passa por uma grave crise.

Um parênteses: em um quarto de século, hoje é a quarta vez que entro neste QG. Voltemos a minha análise crítica do Exército. Vejo-o triste, uma instituição sem orgulho, sem vaidade, um Exército que saiu enfraquecido do período revolucioná-

rio, esse é o meu enfoque. Não sou sociólogo, mas até gostaria de sê-lo para melhor analisar esta conjuntura adversa que vivemos. Tenho a convicção de que depois da Revolução de 1964 a cúpula do Exército se esmerou em não deixar nascerem novas lideranças. Tivemos medo da EsAO e da Escola de Estado-Maior porque ali, com certeza, aconteceria a renovação, nasceriam as novas lideranças militares.

Essa política foi triturando a nossa geração e envelhecemos sob o signo de Osvino Ferreira Alves, Amaury Kruel, Odylio Denys, Costa e Silva, e Castello Branco, que acabaram morrendo de velhos e não foram substituídos. E a tristeza me invade também porque contemplo hoje um Exército de profissionais, mas do profissional no mau sentido; que só pensa na profissão, no lugar onde se ganha dinheiro. A minha impressão é negativa e tenho pena dessa Força que não soube reivindicar, nem se impor, e que no momento está vendo, como na poesia do Chico Buarque, a "banda passar". Está como a Carolina: "na janela vendo o tempo passar" e... só o nosso Exército não vê!

Dói em minha alma ver nossa Força – que desempenhou um importante papel em 1961 para dar moralidade à lei, que retornou em 1964 para trazer a história de volta aos trilhos da democracia – tão passiva, inerte mesmo. Não acredito que hoje estejamos aptos a novamente desempenhar aqueles papéis.

O senhor considera que o período revolucionário resultou numa renovação nos quadros políticos civis?

Acho que não. Os políticos continuam os mesmos. Ainda estamos com o Sarney, da velha União Democrática Nacional (UDN), que reapareceu agora, surgido das cinzas. Ficamos presos a essa gente. Por quê? Porque faltam lideranças para substituí-los. Por que o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu crescer? Porque ele apresentou novas lideranças. Faço questão de frisar que sou absolutamente contrário à pregação petista, acho o PT um horror. Mas foi o único partido a renovar as lideranças partidárias ultimamente. Dos outros não surgiu nada.

Vou relatar um fato histórico que define o meu ponto de vista sobre a atitude de um militar politizado. Na Escola de Estado-Maior chamavam de exercício aquelas palestras e trabalhos de grupos sobre lideranças, conduzidos pela 5ª Seção. Nestes trabalhos era comum a Escola convidar palestrantes credenciados para prestar os seus depoimentos, relatando suas experiências sobre o tema em estudo.

Um dos chefes convidados foi o General Oswaldo Cordeiro de Faria, que fez uma exposição sobre a liderança na guerra, ou algo semelhante. A palestra terminou perto do meio-dia e não havia quem se atrevesse a fazer pergunta. Qualquer tentativa de prolongar a seção significaria a crucificação do curioso. Nestes casos a

ECEME tinha como norma escalar alguns oficiais para formular perguntas ao palestrante. Várias vezes eu fora indicado para esta tarefa porque era aluno tipo gralha, desinibido e até gostava de falar. Naquela ocasião fui um dos escalados e a missão não foi difícil para mim. Lembro até hoje o meu diálogo com o General Cordeiro de Faria:

– General, estou contemplando nesse púlpito, na sua pessoa, mais de meio século da geração dos tenentes. É a sua geração! Foi a geração que viu e decidiu, uma geração que tem o seu nome encimando capítulos importantes da nossa história. Que teve líderes, a começar por Vossa Excelência, a quem todos nós continuamos a render nossas homenagens. A pergunta, General, não é sobre a sua geração, é sobre a minha. Por que a minha geração é tão calada? Tão silenciosa? Tão sem importância e sem participação? Não é uma geração protagonista como a sua foi? A sua ajudou a fazer e marcou a história.

O General Cordeiro de Faria já me conhecia de São Paulo, do tempo em que eu o recebia e o encaminhava até a casa do General Pery para os encontros conspiratórios que antecederam a Revolução de 1964. Ele me respondeu de pronto:

– É um prazer revê-lo e muito obrigado pela pergunta. Como sempre, vindo de quem vem é uma pergunta inteligente. Tentarei uma resposta à altura. Esta diferença de procedimento é porque a história é feita de gerações sucessivas; a algumas cabe o barulho, a guerra e o perigo; essa é a minha geração. A outras cabe o dever do silêncio; essa é a sua. Está satisfeito com a minha resposta?

Ele me provocou e então voltei a me levantar e disse:

– General, estou satisfeito. Continuo sem saber o porquê do silêncio da minha geração, mas uma coisa eu sei: a origem da eloqüência da sua. Só a sua geração tem pessoas que sabem dar respostas como o senhor nos deu.

Com este diálogo eu gostaria de encerrar minha entrevista, a não ser que os senhores desejem mais alguns esclarecimentos.

Estamos plenamente satisfeitos com o seu relato o qual não poderia terminar de maneira mais feliz do que com a reprodução do diálogo elegante entre dois oficiais de gerações distantes, aproximados pelo brilho de suas inteligências.

Major Sady Fialho Fagundes

Nascido em Dom Pedrito, RS, em novembro de 1929, o Major Fialho é praça de 28 de fevereiro de 1947, quando foi matriculado na então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA).

Declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) aos 6 de novembro de 1952, realizou, logo a seguir, um estágio de Engenharia e de Comunicações na Escola de Instrução Especializada (EsIE), na Vila Militar, RS, antes de seguir para a sua Unidade de destino, o 3º Batalhão de Engenharia de Combate (3º BECmb), em Cachoeira do Sul, RS, onde galgou o primeiro posto, em junho de 1953.

No ano seguinte foi movimentado para a 13ª Companhia de Comunicações (13ª Cia Com), em São Gabriel, RS. Ali preparou-se e logrou aprovação no concurso para a Escola Técnica do Exército (ETE), hoje Instituto Militar de Engenharia (IME) e, ainda no mês de dezembro, foi promovido a 1º-Tenente.

Após quatro anos de árduos estudos graduou-se em Engenharia Elétrica no final de 1958, quando também foi promovido a Capitão.

Classificado no 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv), em Bento Gonçalves, RS, durante seis anos prestou excelente assessoramento técnico ao Comando, desenvolvendo, executando e fiscalizando projetos elétricos ou afins em proveito da implementação do Tronco Principal Sul (TPS) e demais obras ferroviárias e civis alocadas àquele Batalhão, sem jamais descurar de um relacionamento sadio com a sociedade civil bento-gonçalvense. Nesse ínterim, passou a integrar o QEM/QMB (Quadro de Material Bélico do Quadro de Engenheiros Militares) em função de nova legislação vigente.

Em 1965, foi movimentado para o Serviço de Obras Regional da 3ª Região Militar (SOR/3), hoje Comissão Regional de Obras (CRO/3), o que lhe permitiu ampliar sua atuação de Engenheiro Eletricista a todas as Unidades do Rio Grande do Sul. Em dezembro do ano seguinte ascendeu, por merecimento, ao posto de Major e, dois anos

depois, realizou o Curso de Comando de Unidades e Chefia de Serviço da Arma ou Quadro (CUCS) – equivalente à EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) – para os engenheiros militares.

Ainda naquele ano foi convidado pelas lideranças políticas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a concorrer à Prefeitura de Bento Gonçalves. Eleito, já na reserva, exerceu aquele cargo durante quatro anos, após o que, dedicou-se à área Técnico Empresarial.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1973 pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Participou da equipe de planejamento ferroviário da PLANISUL S/A e, em 1975/1976, coordenou o setor de Engenharia de Sistemas da Ferrovia do Aço, tendo inclusive realizado um curso de Especialização em Sistemas de Controle, Comunicações e Eletrificação Ferroviária, no Japão. Exerceu diversos cargos na Administração do GBOEx – Previdência Privada, entre os anos de 1979/1989.

Em função dos relevantes serviços prestados durante sua carreira militar, política e empresarial, foi agraciado com diversas condecorações outorgadas pelo Exército, Entidades Civis e Órgãos Governamentais.

Entrevista realizada em 11 de março de 2002.

Temos o prazer de receber hoje o Major Sady Fialho Fagundes, colega de turma e de arma, engenheiro eletricista, formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), curso no qual ingressou ainda como Tenente. O entrevistado tem uma larga folha de serviços prestados em Batalhões de Construção e uma interessante experiência política: foi prefeito eleito de Bento Gonçalves, importante cidade da Serra gaúcha. Com a palavra o amigo, ex-prefeito e Major Sady Fialho Fagundes.

É um prazer muito grande estar com os meus amigos para esta conversa sobre história. Tenho certeza de que as minhas colocações, nesta entrevista, não serão novidades para os senhores, mas poderão sê-lo para muitos que não privaram mais intimamente comigo e não compreenderam a opção que fiz, em determinado momento da minha vida, pela política partidária.

Decidi-me a enfrentar eleições majoritárias para Prefeito depois de muitas pressões e considerações e de ouvir os meus chefes militares da 3ª Região Militar e do Comando do III Exército. Acrescento o fato de ter concorrido à Prefeitura de Bento Gonçalves pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apenas três anos e pouco após a Revolução de 1964. Aqueles que não me conheciam poderiam até fazer um mau juízo a respeito das minhas idéias e convicções, certas ou erradas.

Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Dividiria essas causas em pelo menos três etapas: as remotas, as mediatas e as imediatas. Estas últimas, próximas ao Movimento de 1964.

Na época do Império havia a realeza, os privilegiados que viviam nas orlas do Poder, e o povo, que não tinha como se manifestar em nenhuma oportunidade – nem eleitor era – já que o voto era censitário. Na realidade, tínhamos a elite e a plebe, duas faces da sociedade brasileira completamente independentes e incomunicáveis.

Com a abolição da escravatura dá-se, então, a caracterização muito nítida entre os que mandavam e aqueles que nada eram, menos do que servos da Idade Média. Houve um desespero imenso nas elites – que diria empregadoras – porque perderam a mão-de-obra.

A partir da primeira quadra do século XIX, tentou-se uma alternativa para a mão-de-obra escrava, trazendo-se imigrantes, uma genial idéia da Imperatriz Leopoldina. Uma grande parte destes veio para colonizar e povoar o Rio Grande do Sul. Gente de várias nacionalidades: ingleses, alemães, italianos e, no início do século XX, japoneses, eles eram pouco mais do que servos e tiveram muito trabalho. Filmes e novelas recentes, veiculados pelas telas brasileiras, retratam bem o que foi a vida daqueles aventureiros.

Estabeleceu-se, no Brasil, o que pretendo caracterizar como o conflito entre as partes: a plebe, o povo que não votava, que era apenas a massa, passou a ter existên-

cia; e a elite, que era a realeza, e que depois, na República, foi ampliada com os produtores e os políticos. Os dois grupos começaram a tomar conhecimento um do outro e se criou o antagonismo. Essa seria uma causa remota e a origem do enfrentamento entre as duas grandes parcelas do povo brasileiro.

Essa situação de confronto persistiu em toda a República Velha. Na Revolução de 1930, Getúlio Vargas fala sobre a criação de uma nova República, com a extensão ao povo dos benefícios dela advindos. Vargas, para impor a sua política, valeu-se das massas populares. Com a sua simpatia, com aquele carisma que o caracterizava, tinha todos os elementos para cooptar o povaréu. Com este objetivo ele criou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como antes já criara o Partido Social Democrático (PSD), que juntava os potentados rurais, os grandes industriais e os intelectuais.

Bem, e por que ele preferiu a massa para governar? Porque dificilmente a parcela formada pelos chefes políticos e classes empregadoras apoiaria um líder com as peculiaridades dele. Para governar, ainda que por um período limitado, ele precisaria de um apoio forte, tipo *lobby*, tão em moda hoje, e cujas atividades, nos Estados Unidos, são até regulamentadas. Os discursos públicos que fazia, a sua preocupação com os operários e com a vida sindical, galvanizavam as massas. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), coletânea ainda hoje vigente, é obra daquela época. Regula o direito do trabalhador organizar-se, reivindicar e de apelar inclusive para a greve, se não chegar a um acordo com os patrões.

Novas áreas de fricção surgiram e acentuou-se o antagonismo, outra causa remota de 1964. Esse antagonismo perdura, infelizmente praticado com muitos excessos, até os nossos dias.

No período do Getúlio, depois da revolução constitucionalista, passamos a viver uma democracia quase que outorgada, apesar dos constituintes terem sido eleitos e de terem elaborado uma Carta que foi aprovada pelo Congresso. Posteriormente, a partir de 10 de novembro de 1937, pelo menos como pretexto pela eclosão dos movimentos comunista e integralista, passamos para o Estado Novo – realmente uma ditadura plena.

Mas o Getúlio fizera um trabalho de persuasão junto às massas realmente extraordinário. O povo o adorava. Lembro que em todos os meus anos do curso primário, hoje ensino fundamental, a Semana da Pátria, os atos cívicos e as festas nacionais eram uma louvação permanente ao governo. Na época não se tinha essa percepção, mas, na realidade, havia um culto à figura do ditador. Era um personalismo realmente muito acentuado que continuou junto aos menos favorecidos para garantir o apoio deles. A imprensa o denominava de "o pai comum", ou "o pai dos pobres". Os operários o adoravam por causa das leis promulgadas em seu favor, dos

direitos que lhes foram acrescentados, pela organização dos sindicatos, pelo atendimento às reivindicações e tudo o mais que foi feito em favor do povo.

Em 1945, foram marcadas as eleições presidenciais que trariam o País para uma nova fase política, pondo fim ao Estado Novo. Pairava uma desconfiança na imprensa e nas lideranças políticas de que o Getúlio iria aplicar um novo golpe. Em razão de tudo isto ele acaba sendo deposto por chefes civis e militares que eram seus amigos, os mesmos que o secundaram no Poder. Deixou o cargo e não o molestaram. Tanto que do Palácio do Catete ele veio para sua fazenda em Cristo Rei, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até seu retorno ao Poder.

Realizadas as eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleito Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra, com o apoio do Getúlio e dos dois partidos que ele criara: o Social-Democrático, para reunir os grandes fazendeiros e os empresários e o Partido Trabalhista Brasileiro, que congregava a massa e os trabalhadores. O mandato era de cinco anos e, nas eleições de 3 de outubro de 1950 – foi até a primeira vez que nós cadetes votamos – o Getúlio foi candidato à volta.

Ganhou e ascendeu ao Governo já então sob a égide da Constituição de 1946, uma Carta extremamente liberal, profundamente democrática. Assumiu, portanto, como um presidente democrático, mas enfrentou problemas seriíssimos para governar, porque o regime que o Brasil começava a viver tinha raízes na vitória das forças aliadas na Europa. Aqueles sentimentos de liberdade e democracia se acentuaram muito e passaram a repercutir fortemente no País. Ao mesmo tempo começa a nascer a guerra fria. E quando a Rússia mostra seus objetivos hegemônicos, o mundo acaba se dividindo geopoliticamente em dois blocos e, em torno disso vai se desenvolver a história do Brasil e a história universal nos anos seguintes.

Alinhavei algumas das grandes dificuldades que o Vargas teve nesses anos de mandato democrático. O Brigadeiro Eduardo Gomes, uma pessoa estimadíssima nas Forças Armadas, exemplo de católico, candidato derrotado, foi um dos grandes problemas que enfrentou. Também no mundo civil ele era uma bandeira no campo político. Essas qualidades do adversário germinaram uma oposição ao Getúlio extraordinariamente forte. Ele continuava com as mesmas idéias de trabalhar as massas e com uma política claramente nacionalista. Basta dizer que nesse período foram criadas a Eletrobras, a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e adotada uma série de medidas estatizantes. Hoje a estatização está fora de moda, mas naquela época ela era considerada a única solução para a industrialização do País.

Conseguimos Volta Redonda, diz-se que através de uma barganha do Getúlio, que a trocou pela concessão de bases no nosso território para os norte-americanos.

Não foi um período fácil e tranqüilo; mal se resolvia um problema e surgia outro. Havia mais um complicador: o Carlos Lacerda, um líder realmente extraordinário da União Democrática Nacional (UDN). Um homem capaz de galvanizar qualquer platéia, de levar para o lado que bem entendesse, quantos o ouvissem. E esse homem tinha um posicionamento radicalmente contrário ao Governo e desencadeava denúncias sistemáticas, inteligentes e brilhantes. Nada houve depois que se pudesse comparar à oposição eloqüente do Lacerda, pelo nível em que a colocava.

Em maio de 1953 o Getúlio escolheu o conterrâneo João Goulart para seu Ministro do Trabalho. O Jango, com 35 anos, idade mínima para ser ministro, era um advogado que se elegera deputado federal em 1945. Foi reeleito em outubro de 1950, quando coordenou a campanha que levou o Getúlio ao Poder pelo voto. Era muito ligado ao caudilho, e até se dizia "no baixo mundo" que ele seria filho do Presidente. Cansei de ouvir essa versão, mas nunca li de nenhuma fonte qualquer comprovação sobre esta suspeita. Na realidade, havia uma estima muito grande do Getúlio pelo seu pupilo.

O Jango era um homem de valor, uma pessoa extremamente boa, e fazendeiro forte. Ouvi de muitos peões e empregados de suas estâncias que, mesmo antes de ser figurão da República ele era muito estimado. E continuou a sê-lo. Era um homem de paz, que tentava imitar o padrinho, a quem tinha como modelo. Não era um político de brigas, mas não se deixava levar pelos outros. Evidentemente, não tinha as qualidades do Getúlio. Não conheci pessoalmente nenhum dos dois e o que sabia era através do que se publicava na imprensa. Provavelmente, sem ter qualificação para o cargo, encontrou uma dificuldade tremenda à frente do Ministério do Trabalho.

O Presidente continuava comprometido com o trabalhismo, como sempre fora a sua política. No País, a última vez que os salários haviam sido reajustados fora em 1943. Quer dizer, estávamos há 11 anos sem revisão no salário mínimo. O Jango, com o aval do Presidente, a 1º de maio de 1954, aumentou em 100% o salário mínimo. Isto, nas classes patronais, foi um verdadeiro horror, porque não havia histórico de uma concessão parecida. Já se falava em inflação, mas nunca se registrou um precedente de um aumento dessa ordem de grandeza. A pouca idade do Jango – 35 anos – e o fato de ele dialogar com a classe operária irritava os conservadores. Os mais exagerados diziam até que ele aliciava os trabalhadores. Eu não participo dessa opinião.

Acredito que Jango apenas ouvia os operários. Dava importância ao diálogo, porque o Getúlio assim o fizera. Falava-se muito, na época, que tudo era pretexto para criar a tal república sindicalista. Ora, a história do mundo não apresenta exemplo de tal conquista. O General Juan Domingo Perón, que era presidente da Argentina,

imitava o Getúlio e ouvia muito os sindicatos, instrumento útil para organizar o povo e não deixá-lo cair nos braços do comunismo. Afora uma ou outra exceção, o Partido Comunista não conseguia conquistar os brasileiros. Força eles faziam, mas os políticos mais atentos sabiam que a existência de um comunismo forte colocaria em risco o equilíbrio da então guerra fria. Ficou comprovado depois que o número de comunistas nas organizações sindicais era reduzido. Uma "meia dúzia de gatos pingados" que continuam hoje por aí, divididos e sem rumo. Eles estão na claridade, não têm luz própria. Até o Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro, não foi uma figura brilhante. Apesar de se ouvir falar muito da sua inteligência e do êxito com que cursou a Escola Militar, ele nunca foi homem de seduzir as massas, de aliciar grandes multidões. Essa é a grande verdade.

Penso que o papel desempenhado pelo Jango se tornou uma incômoda espinha na garganta da oposição, especialmente na UDN. O atentado ao Lacerda, em 5 de agosto de 1954, foi a gota d'água para a precipitação dos fatos.

Antes disso, lembro que já havia no Exército uma ala de coronéis antigetulistas. A propósito, em fevereiro de 1954, os coronéis publicaram um memorial em que apontavam suas apreensões. Alguns militares enxergavam nuvens negras para o futuro do País, se as coisas continuassem como estavam: greves, o Ministro do Trabalho dialogando com os sindicatos, realmente uma situação nova que amedrontava a oposição. Eu não compartilhei desse medo.

Por que o Jango nunca conseguiu conquistar a simpatia dos militares?

Acredito que uma das razões foi a questão da sua idade. Ele era um homem novo. Até então os ministros eram – em geral – pessoas de 50 anos para cima. Aí assume o Ministério do Trabalho um jovem desconhecido no País, trazido pelas mãos de Vargas e contra quem já havia algumas restrições, pois ele não tinha as qualidades do seu padrinho. Eu não teria condições de mensurar como se repartiriam no universo militar as opiniões pró e contra, não só ao Getúlio, mas também ao Jango.

Outra causa da aversão dos militares ao Jango é o fato de ele ter herdado a rejeição do Exército pós-FEB à ditadura de Vargas. É uma suspeita, porque nunca convivi com esse pessoal, já que freqüentava a planície, talvez até o vale. Obtive essas idéias na leitura das entrelinhas da imprensa e da história e concluí que o Jango nunca teve e nem gozou da simpatia dos militares. Havia até uma certa implicância com a pessoa dele.

É importante lembrar que os líderes civis que acompanharam o Getúlio vieram à claridade trazidos por ele e eram todos homens admiráveis. O João Neves da Fontoura, apesar das "idas e vindas", o Oswaldo Aranha, o Flores da Cunha e o próprio Jango foram todos figuras destacadas da República. Alguns foram seus ministros. O Flores

não chegou a sê-lo, mas o Oswaldo Aranha foi e divergiu do Getúlio; o João Neves, sempre contestando o caudilho, foi ministro em duas oportunidades. Quer dizer, os homens levados para o seu Governo eram personalidades de valor.

É uma questão que precisaria de uma reflexão muito cuidadosa e isenta. Talvez os tempos de agora sejam oportunos para uma avaliação correta a fim de se descobrir o porquê daquela ojeriza, ou daquela falta de confiança no João Goulart. Ele não era um comunista; era um grande fazendeiro, um capitalista. Todo mundo reconhecia nele as qualidades de um homem de trato. Entretanto, havia, realmente, essa rejeição, essa implicância, que vai determinar os fatos que, pelo menos, no meu modo de ver, mudaram a nossa história recente.

Com o suicídio de Vargas, sobe o Vice, Café Filho. Governa o resto de 1954 e a 3 de novembro do ano seguinte ele adoece. Há muitas dúvidas sobre o distúrbio cardiovascular que o acometeu. Em todo o caso, ele realmente baixou ao hospital e o Carlos Luz, que era o Presidente da Câmara, assume a Chefia do Governo.

Quando se armou o movimento do Carlos Luz, identificado com as posições da UDN e daqueles oficiais da Aeronáutica ligados ao Lacerda, contrários à posse de Juscelino Kubitschek, o Congresso cedeu à pressão dos tanques que cercavam o Palácio do Catete, depôs o Carlos Luz e deu posse ao novo Presidente, Nereu Ramos, que então ocupava a Presidência do Senado Federal. O General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott), Ministro da Guerra, garantia que o resultado da eleição de 3 de outubro de 1955 seria respeitado.

Carlos Luz e vários políticos e militares do seu grupo saem do Rio de Janeiro a bordo do Cruzador *Tamandaré*, em direção a Santos. O navio passou tranqüilamente pela frente da Praia Vermelha – que fica na saída da Baía de Guanabara – onde está localizado o Forte de São João, sem atirar. O forte atirou, mas não atingiu o navio. Como a distância era pequena, não sei se atirou para valer.

Assisti a tudo, pois na época era aluno da Escola Técnica do Exército e morava em um apartamento – próprio nacional residencial (PNR) –, na Praia Vermelha. Nosso Comandante era o General Maurício (Rodrigo José Maurício). Ficamos de sobreaviso e estávamos preparados para, com as nossas famílias, desocupar o edifício, se o cruzador respondesse aos tiros dos Fortes São João e Copacabana. Diziam que o alcance dos canhões do cruzador era maior do que dos nossos fortes. Não chegamos a sair de nossos apartamentos e, felizmente – é assim que estas coisas sempre se resolvem no Brasil – a confrontação terminou em paz.

Em 1956, o Juscelino assume a Presidência da República. No começo, houve os levantes de Aragarças e Jacareacanga, movimentos sem profundidade e sem a participação das Forças Armadas como um todo. O Juscelino esbanjou habilidade.

Afora os episódios referidos foram cinco anos de mandato tranqüilo, um período de paz. E o Jango era o seu Vice-Presidente, mas não teve oportunidade de aparecer, embora eleito na mesma coligação do Presidente: PTB/PSD.

Lembro como os políticos daquela época eram brilhantes. Acompanhava com interesse e entusiasmo os debates entre aquelas figuras da República. Fui muitas vezes ao Palácio Tiradentes ouvi-los. Era empolgante ouvir o Afonso Arinos e outros parlamentares pertencentes à mais alta expressão cultural deste País, em confrontos verbais realmente extraordinários. Um Congresso do qual se tem saudade pelo que se viu e, depois, pelo que se vê hoje na Câmara dos Deputados: um verdadeiro desastre. E esses homens brilhantes eram quase todos políticos da UDN. Pode parecer estranho que eu, simpatizante do Getúlio, com seus defeitos e virtudes, faça esta afirmativa. Mas a verdade não se pode negar. Da situação havia poucos: o Santiago Dantas e o próprio Brizola que, embora sem a cultura daqueles tribunos consagrados, era muito aguerrido nos debates.

O Juscelino chega ao final do mandato. As eleições de 3 de outubro de 1960 dão a vitória ao Jânio, apoiado pela UDN e João Goulart se reelege Vice-Presidente por um partido contrário ao Governo, mas que recebeu o apoio da UDN.

A Presidência do Jânio já a conhecemos. Um Governo estranho, embora ele tenha sido um competente Governador do Estado e Prefeito da Capital de São Paulo, segundo se diz. Um Presidente paradoxal, das surpresas, do repente, porque era um político que, ao mesmo tempo em que procurava uma aproximação com os Estados Unidos, condecorava Che Guevara, um ministro de Cuba. Veio então a renúncia, em agosto de 1961, inexplicada até hoje. Ele fazia questão de declarar que sua renúncia deveu-se a "forças terríveis" e não "forças ocultas", como diziam.

Com a renúncia, surge o problema da posse do Jango, um homem marcado desde 1954, quando fora Ministro do Trabalho do Getúlio. Os ministros militares fecharam questão: ele não tomaria posse como Presidente do País. Sem mais, sem que se soubesse de fatos novos, criou-se um impasse. A facção que se opunha ao PTB e ao PSD via o impedimento como um fato natural. Depois de muita discussão, já em setembro, o Congresso propõe e aprova uma fórmula de o Presidente assumir o Governo sob o regime parlamentarista.

Em 7 de setembro de 1961, João Goulart toma posse com poderes limitados pelo sistema parlamentar. Evidentemente que este não era o desejo dele e esta solução só foi alcançada graças ao movimento que eclodiu no Rio Grande do Sul. Como eu já disse, nesta época estava ausente, viajara a serviço para o Rio de Janeiro.

Foi um movimento que se iniciou sob a liderança do Governador Leonel Brizola. A grande bandeira dos contrários ao complô de Brasília que pretendia vetar

João Goulart era no sentido de que fosse respeitada a Constituição; o Vice-Presidente deveria tomar posse. Brizola, a despeito dos poderosos adversários que enfrentava e apoiado por importantes seguidores, conseguiu levantar o Estado do Rio Grande do Sul em favor da posse do João Goulart com a resistência que passou à história como a Campanha da Legalidade.

A situação agravou-se tanto que o III Exército, sob o comando do General Machado Lopes (José Machado Lopes), optou por aderir à tese da posse do Jango, apoiando a obediência à Constituição, ato que foi considerado como uma tentativa de evitar o confronto entre irmãos em uma guerra civil. Houve uma ou outra Unidade que não acompanhou o III Exército, mas sem oferecer resistência. Não houve cisão e nem enfrentamentos. Felizmente é a direção para a qual as revoluções no Brasil sempre se orientam, evitando o derramamento de sangue.

Na época eu servia no 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv) de Bento Gonçalves, e o meu Comandante era o Coronel Dirceu (Dirceu Araújo Nogueira) que substituíra o Coronel Rodrigo Octávio (Rodrigo Octávio Cezar Jordão Ramos), em fevereiro de 1961. Eu não tenho datas precisas, mas sei que o Coronel Dirceu só se afastou do 1º B Fv em 1964, dias depois da Revolução e já como General. Veio para Porto Alegre acompanhando o General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), que assumiu o comando interino. Ele foi designado Chefe do Estado-Maior do III Exército.

É minha a impressão de que o Exército sempre foi muito hábil nestas situações e que nunca chegará ao limite, ao confronto, para saber quem é o mais poderoso. A solidariedade e aqueles valores que são o lastro da nossa formação, sempre preponderam nas horas mais difíceis. Este respeito mútuo existente no nosso meio é maravilhoso e é uma qualidade extraordinária e fundamental que vejo na nossa Força. É algo que não se vê nos exércitos dos países latino-americanos. E graças a esta maneira de enfrentar os conflitos, os problemas têm sido resolvidos sem sangue, caso contrário as chagas seriam muito maiores e mais difíceis de cicatrizar. Neste caso, soma-se à confrontação política, as disputas, ressentimentos de família e outros fatores desagregadores.

Acredito que só os comunistas, em 1935, naquela malfadada intentona, é que foram capazes de violentar este princípio de não agressão mútua. Aquela maluquice de meia dúzia de falsos líderes, de homens fanáticos, inexpressivos, que cometeram uma agressão covarde, atacando seus companheiros de surpresa e de madrugada foi realmente um caso lamentável.

A história, agora, perpassa os dias que antecederam o Movimento de 1964. Tenho a impressão de que o Jango era realmente o grande problema. Não era o Gover-

no, não eram as forças que estavam por trás do Governo. O grande embaraço era o Jango. Isso no meu entendimento.

Houve preparação coordenada e minuciosa ou o desencadeamento foi espontâneo?

Para mim houve preparação do Movimento e, já nesse momento, o General Castello Branco se mostrou um homem extraordinário. Eu não o conheci pessoalmente, mas quanto mais leio sobre ele, seja a favor ou contra, mais eu o admiro. Como Chefe do Estado-Maior do Exército orientou e executou a excelente preparação para março de 1964 que, soube-se depois por companheiros, foi iniciada com mais de um ano de antecedência.

No tempo da Praia Vermelha, grupos se reuniam para estudar os problemas nacionais. O pessoal até brincava comigo:

– Não te convidamos porque tu tens posição contrária.

– De qualquer modo eu não iria às reuniões conspiratórias de vocês – era a minha resposta.

Embora divergisse daqueles companheiros, respeitava suas posições, que considerava de muita altivez. Tanto que, quando fui disputar a Prefeitura de Bento Gonçalves, continuei rendendo respeito a todos os chefes militares, inclusive àqueles mais ligados à Revolução, em discursos, palestras e conversas. Esta norma de conduta, sincera e honesta, me favorecia em certas ocasiões. Quando o pessoal da Arena (Aliança Renovadora Nacional) tentava me pressionar com ameaças, eu os alertava:

– Comigo vocês não criarão problemas. Eu me dou muito bem com os militares. Tenho uma posição, em alguns pontos divirjo deles, mas o pessoal me conhece, sabe quem sou e sei quem são os que estão lá nos quartéis.

A sociedade civil deu significativo apoio à Revolução. Aquele um milhão de pessoas nas passeatas no Rio e São Paulo foram expressivos. A Igreja e as famílias aderiram e deram uma força muito grande às Forças Armadas, o que lastreou o Movimento de 1964. E as classes empregadoras, os políticos, os partidos ditos conservadores – União Democrática Nacional e outros – evidentemente passaram a apoiar totalmente a ação do Governo.

A situação era muito diversa da de 1961 quando ficamos sem informações. Nós do 1º B Fv, às vésperas da deflagração do Movimento de 1964, tomávamos conhecimento das informações do escalão superior. O nosso comandante, Coronel Dirceu, reunia o pessoal e mandava ler os radiogramas cifrados que recebia. Enquanto em 1961 houve uma unanimidade no Batalhão em favor da legalidade, com uma ou duas discrepâncias, em março de 1964 aconteceu justamente o contrário.

Compúnhamos um quadro imenso de oficiais, 34 para ser mais exato, e destes, somente dois, o Müzzel (Glemo Ernesto Müzzel de Oliveira), duas turmas na minha frente, e eu, nos apresentamos ao Coronel Dirceu para dizer que a nossa posição era pela obediência à Constituição. Não era pelo Jango, mas pelo respeito à legalidade.

Penso assim desde aquelas aulas maravilhosas de Direito Constitucional ministradas pelo Coronel professor De Cunto (Ernani Adalberto de Cunto) na Escola Militar, as quais ele terminava sempre com uma peroração em favor do primado das leis. Ele nos apaixonava tanto pelo Direito Constitucional que, com pouco tempo de aprendizado, acabávamos legalistas extremados. Passei a considerar que a pior constituição, bem como a pior lei, é melhor do que nada.

Foi com esta posição que fomos ao Comandante pedir que ele nos poupasse de qualquer missão, porque isto atingiria as nossas consciências. Repito, não era por Jango, não era por pessoas, era apenas uma questão de princípios.

Assim, decorridos apenas três anos, os oficiais, que continuavam mais ou menos os mesmos, mudaram radicalmente de posição; a situação evoluiu por completo. Como praticamente não aconteceu nenhuma oposição, posso concluir que houve uma preparação e que ela foi muito bem conduzida pelas Forças Armadas.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Na Serra Gaúcha o Movimento de 1964 foi muito bem recebido. Tinha muito contato com o povo da cidade; relacionava-me bem com os cidadãos bento-gonçalvenses, onde ouvia muitos elogios à Revolução, que foi aceita com entusiasmo. Naquela época, nunca recolhi uma opinião desairosa sobre a Revolução; é inquestionável que foi bem aceita.Os empresários passaram a ter interesse em investir nas suas empresas porque havia serenidade para trabalhar. Não acredito que alguém possa progredir na desordem e na baderna.

Apenas uma meia dúzia de pessoas de expressão na cidade eram contrárias ao novo Governo. Também me relacionava bem com eles, mas nunca me perguntavam sobre os generais e nossa gente. Quando eu falava sobre eles procurava enaltecê-los. Nestas horas de confrontos sempre há alguns comportamentos condenáveis, pois somos capazes de atos surpreendentes. Lembro de um caso, pouparei o nome do protagonista, porque além de nos termos relacionado bem durante algum tempo, também me dou muito com o filho dele.

O referido cidadão, homem público notório, comportou-se com uma falta de caráter acima de qualquer previsão para uma criatura humana. No dia 31 de março, ou 1º de abril, quando estourou o Movimento estava com o Coronel Dirceu, nosso Comandante, quando apareceu esse fulano, com uma caixinha tipo arquivo de fichário. Ele

tinha anotado diálogos ouvidos nos cafés, nos restaurantes e nos clubes – diálogos do cafezinho – costume arraigado nas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Como ele era uma pessoa muito bem relacionada, freqüentava todas as rodas da sociedade bento-gonçalvense. Cada ficha era de um desafeto político.

Dei uma olhadinha para ver se havia alguma coisa minha no tal arquivo, não encontrei nada; possivelmente era alguém insignificante para ter uma ficha no tal arquivo. O sujeito era uma pessoa importante, um homem respeitado, além de ex-deputado e promotor aposentado era também grande fazendeiro, mas se prestava a ouvir as idéias das pessoas com quem convivia. Sob o ponto de vista dele, um grande trabalho. Para nós, um colosso de falta de ética. Algo que eu nunca vira antes e nunca vi depois.

Como foi o desencadeamento da Revolução, em Bento Gonçalves?

Quanto ao desencadeamento do Movimento revolucionário, lembro que as Unidades dispõem de planos de segurança para enfrentar as diversas ameaças que possam surgir. O Coronel Dirceu colocou um dos planos em ação: todas as saídas e entradas da cidade passaram a sem controladas pelo Batalhão; as rádios vigiadas; a circulação de mercadorias fiscalizada; os postos de combustíveis lacrados; enfim, uma operação complexa, envolvendo o sistema de comunicações e transportes. A execução do plano funcionou a contento e sem problemas, talvez porque o pessoal da colônia italiana sempre foi muito obediente às ordens das autoridades.

Vou citar um exemplo dos riscos que estas situações revolucionárias oferecem. É um fato inusitado que vivi como Prefeito. O General-de-Exército Décio (Décio Barbosa Machado) era, na época, o Coronel Comandante do Grupo de Artilharia Antiaérea de Caxias do Sul. Fizemos uma boa amizade, ele é uma rica pessoa, um experiente orador e um militar que se comunica muito bem. Criou um belíssimo ambiente na cidade. Ele recebera ordem para convocar os prefeitos de Veranópolis e Nova Prata, ambos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), adversário da Arena, portanto do partido contrário à Revolução.

Só para lembrar, naquela época, 1971 ou 1972, existiam apenas duas forças políticas. Uma grupou preponderantemente as pessoas que se alinhavam com o Movimento, constituindo a Arena e os que não aceitavam a Revolução fundaram o MDB.

O "convite" foi executado da seguinte forma: uma viatura-comando e outras duas ou três com soldados armados atravessaram Veranópolis e Nova Prata e levaram os prefeitos para Caxias do Sul. Esse fato teve uma repercussão muito grande na área da Serra. Entre os contrários à Revolução o efeito foi o mais negativo possível. Eu fiquei muito mal pessoalmente, pois, além de político, era militar e sempre dizia

para eles não confundirem o Exército e a Revolução com a Arena. Usei muito esta tese ainda que eu próprio tivesse dúvida, até então, de que ela fosse absolutamente verdadeira.

O fato me pareceu extremamente chocante. Foi por terra toda a minha dialética. Tarde da noite, recebi um telefonema da esposa do Prefeito de Veranópolis para ver o que eu poderia fazer para limpar o nome do marido no Exército. Só então fiquei sabendo da história: os prefeitos tinham sido transportados sob escolta armada – na Justiça dizemos sob vara – para Caxias do Sul. Fui até aquela cidade e encontrei os prefeitos no cassino de oficiais do quartel (refeitório e sala de recreação). O Coronel Décio, junto com os prefeitos, tomava cafezinho e conversava amenidades. Quando tive oportunidade de falar em separado com o Comandante, não me lembro a que pretexto, perguntei-lhe o que estava acontecendo e ele me disse:

– Olha, Fialho, não sei de nada. Recebi ordem do General Borges Fortes (Brenno Borges Fortes) para trazer os prefeitos e ouvi-los, para ver se eles teriam alguma coisa a dizer sobre subversão na área. Simplesmente cumpri a ordem.

Surpreendente, também, foi o desfecho do caso, que acabou consolidando a validade da minha tese que não se podia confundir a Arena com o Exército. Os prefeitos já tinham sido ouvidos e foram liberados para regressar aos seus municípios. Saíram tranqüilamente levados até a porta pelo Coronel Décio. Quiseram retornar nos seus próprios carros e assim foi feito. Eu os acompanhei.

Tivemos uma reuniãozinha a três, não me lembro se em Nova Prata ou Veranópolis, para saber dos detalhes. Ninguém sabia explicar as razões do que acontecera. Considerei que tinha havido abuso e sugeri que pedíssemos uma audiência ao General Borges Fortes, Comandante do III Exército. Havíamos servido juntos, ele me conhecia e eu lhe tinha admiração. Relacionávamo-nos muito bem. Não houve dificuldade para chegar até ele. Vim acompanhado pelos prefeitos. Contamos a história, recapitulamos as acusações existentes contra os dois, e terminei dizendo:

– Nessa altura dos acontecimentos eles estão assustados e acreditam que foram fichados no Exército com registros desabonadores. Acham que ficaram malvistos nos seus redutos e que o prestígio político deles está abalado. Sugiro que se faça algo. Também eu fiquei abalado com o acontecido. Minha tese de que o Exército está acima dos fuxicos políticos foi por terra.

O General era um homem de 60 e poucos anos e eu tinha 39. Mas ele falou comigo como se fôssemos da mesma geração.

– Isso é uma barbaridade, Fialho!

Ele nos contou a origem da operação que resultou na ida dos prefeitos a Caxias:

– Fui informado pelo Governador (Coronel Peracchi Barcellos) sobre a existência de um campo de pouso em Nova Prata ou Veranópolis onde existiria uma grande concentração de armas e de guerrilheiros.

– Armas na colônia italiana!? – não me contive e interrompi – Meu General, a Itália marcou sua presença na Segunda Grande Guerra quando os gregos lhe tomaram os armamentos! Com o devido respeito, naquela zona isso jamais seria possível.

– Você tem toda a razão – concordou o General Borges Fortes –. Mandamos verificar e não encontramos nada. Espero que o Governador não me peça mais o apoio para esclarecer situações que não forem muito claras. O Exército não vai arriscar o seu prestígio neste tipo de missão.

Eu me virei para os prefeitos e perguntei:

– Estão satisfeitos com a palavra do Comandante do III Exército?

Eles estavam mais do que satisfeitos, estavam encantados com o Comandante. Aproveitei para esclarecer outra dúvida:

– General, e quanto à possibilidade de haver ficado registro deles como subversivos ou qualquer coisa parecida?

– Fialho – disse ele – tu és da casa, vai lá na 2ª Seção; darei ordem ao Coronel Mussói (Darci Boano Mussói) para lhe atender. Depois retornem aqui ao gabinete.

O Coronel Mussói nos recebeu na 2ª Seção com fidalguia, pôs-se à disposição para esclarecer dúvidas, e garantiu que os prefeitos podiam ficar tranqüilos:

– Nem o nome dos senhores nós sabemos. Todo este mal-entendido resultou de um pedido do Governador. Como é que poderíamos não atender? Nunca imaginamos que fosse dar nisto.

Retornamos ao General Borges Fortes que nos perguntou:

– Vocês podem organizar uma grande concentração, com um churrasco, levar TV, rádio?

– Sem dúvida, General.

– Então, marquem a data que designarei o Coronel Décio, Comandante do Grupo de Caxias do Sul para me representar, com a missão de falar em meu nome e desagravar todos os senhores. E dêem a maior publicidade para o evento. Usem e abusem do rádio, da TV e de todos os meios de comunicação.

Em Caxias do Sul havia um canal de televisão associado à rede RBS e à Globo. O proprietário sempre proporcionava uma ótima cobertura às minhas iniciativas. Obtivemos o máximo de repercussão. Por isso sempre digo que aquele imbróglio começou mal, mas terminou muito bem. Após esta ameaça de confronto ficamos em uma situação maravilhosa perante o povo de toda aquela região. E o Exército então, nem se fala. Não me cansava de repetir para todos:

– Eu não dizia para vocês? Este é o nosso Exército! Pode ter tomado cá ou lá uma posição com a qual não se concorde, mas tem dignidade e postura.

Aproveitava o ocorrido para fazer a apologia, aliás, com toda a justiça, da nossa organização, da qual me orgulho de pertencer até hoje.

Como o senhor avalia os governos dos presidentes militares?

Considero que o Castello Branco foi uma grande escolha para a transição, o seu Governo foi, sem dúvida nenhuma, o mais extraordinário do período militar. Só depois de muita insistência ele acedeu em ficar mais um ano. De início, parecia que a palavra dele estava em jogo, mas se entende que no final tenha concordado com aquele período adicional. Foram três anos muito bem aproveitados.

Lastimável no Movimento revolucionário foi a confrontação da ala da *Sorbonne* com a linha dura. Foi algo que acabou causando ao período dos governos militares um certo desgaste. Sobre a fase Costa e Silva não teria muita coisa a dizer.

O General Médici tem passado à história – na opinião de historiadores até insuspeitos – como chefe de um dos regimes mais repressivos deste País, fato que reluto em aceitar, até hoje. Com o devido respeito a todos os chefes militares que conheci, um dos que mais admiro, e com o qual convivi quatro anos aqui dentro do QG – eu pertencia ao seu Estado-Maior Geral – foi o General Médici.

Tive contato com ele na época em que comandou a Região. Ele reunia o seu Estado-Maior em torno de uma mesa imensa, expunha o problema e perguntava:

– Coronel Fulano, como o senhor decidiria neste caso?

O companheiro dava a sua idéia e ele passava para outro oficial.

– Major, o senhor que é especialista no assunto, como agiria no caso que estamos apreciando?

Só depois de ouvir todo o Estado-Maior dava a sua decisão. Era o procedimento normal do General Médici para analisar e solucionar os problemas da 3ª Região Militar, que abrangia questões administrativas e demandas de toda a ordem em todo o Rio Grande do Sul. Além de ser um homem educado, com gestos finos – parecia muito mais um diplomata do que um militar – era calmo e falava muito bem. Foi o militar mais democrata que encontrei em minha vida.

Passados alguns anos, surge a pecha de truculência, algo injustificável. O grande mal dos governos autoritários são os fatos que se passam à revelia do chefe. Todos os que, de uma forma ou de outra, pertencem a algum escalão do Governo, acabam falando como se fosse em nome do Presidente: o presidente quer isso, o presidente deseja aquilo, o presidente mandou fazer mais aquiloutro. Até a cozinheira ou o mordomo do Palácio fala em nome do presidente. E é aí que muitas

vezes se enxovalha a figura do chefe, mesmo sem querer, porque não se sabe se o dito preposto está dizendo a verdade.

Cito como exemplo aquele fato ao qual já fiz referência e que envolveu os prefeitos da Serra. Falou-se que era um pedido do Governador, um político com raízes militares, pois pertencia aos quadros da Brigada[1]. Tive a preocupação de verificar depois, para meu uso, a origem daquela arbitrariedade. E cheguei a uma conclusão.

Nunca revelei a minha descoberta para ninguém. Foi um assunto que se passou entre ele e eu. Era um oficial do Quadro de Oficiais de Administração (QOA), tenente ou capitão, não lembro bem, e morador de Veranópolis. Constatei que ele usava e abusava do Poder; amedrontava empresários, padres, meio mundo, e, como se fosse uma alta autoridade, falava em nome da Revolução.

Um dia, em uma solenidade, eu o chamei à parte e lhe disse que havia descoberto que aquelas futricas levadas ao Governador ou ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sobre inexistentes campos de pouso clandestinos, grandes depósitos de armas e a presença e movimento de guerrilheiros, tinha sido iniciativa dele. Arrasei-o com os piores adjetivos e o ameacei asperamente:

– O senhor se aquiete e nem pense em me responder, porque senão vou liquidá-lo politicamente. E não será junto ao DOPS. Vou denunciá-lo junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e às autoridades militares. Vou lá no QG, onde entro pela porta da frente, a mesma por onde saí, e faço valer a minha palavra, que é respeitada mercê dos 25 anos em que estive no Exército.

Acredito que com o susto ele tenha se retraído. Nunca revelei essa conversa a ninguém, e nem sei o nome dele, mas sei que foi ele que fez aquela intriga imensa na ordeira região vinícola e que era useiro e vezeiro nessas fofocas criando problemas tremendos na área. Lá em Bento ele não se atrevia a agitar porque havia o Batalhão de Comunicações (3º Batalhão de Comunicações de Exército – 3º B Com Ex). Mas Veranópolis e Nova Prata não dispunham de Unidade militar, então ele falava e atuava em nome da Revolução.

Como já referi, nos governos fortes de qualquer tendência, muitas vezes pessoas de qualquer escalão se arvoram integrantes do Poder e passam a falar em nome dos chefes. Isso prejudica o ordenamento da ação governamental. Uso esse argumento para dizer que com o General Médici – e algum historiador um dia provará esta tese – se passou justamente isso. Muita coisa foi feita em seu nome, em nome da Revolução, sem que o Presidente da República e o alto escalão do Governo

[1] Refere-se à Brigada Militar, polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

tivessem conhecimento do fato. Quanto aos outros, diria que gostei muito do General Ernesto Geisel, em função da notável arrancada que proporcionou para uma nova fase da industrialização do País.

Apreciei com entusiasmo a primeira metade do Governo Figueiredo, um homem inteligente e capaz, que – não posso garantir, pois nunca freqüentei o Palácio nem convivi com pessoas que tenham vivido por lá – no final do mandato perdeu o gosto pelo Poder. Para mim, ele foi o artífice da "abertura" e partiu com muita coragem e fidelidade para a democratização plena, em um momento muito oportuno, pois considero que realmente as Forças Armadas estavam desgastadas.

O Movimento começou a se desvirtuar depois que as duas facções, a chamada *Sorbonne* e a linha dura, entraram em confronto. Conheci algumas figuras de um e de outro lado. Só nunca cometi a indiscrição de fazer perguntas sobre o antagonismo entre os grupos. Seria melhor se tivéssemos devolvido o Poder aos civis após o período do Governo Castello, quiçá um ou dois anos depois, apenas o tempo necessário para realizarmos as reformas que realmente o País precisava.

O General Castello aprovou o Estatuto da Terra, um dos objetivos do Jango e legislação reclamada desde o tempo do Getúlio; uma lei da maior importância. Se ele conseguiu mexer nesta área tão sensível, acredito que poderia ter aprovado, sem demagogia, todas as outras leis realmente necessárias. É uma tristeza constatar que, apesar das cassações, apesar do que houve, politicamente o País só piorou.

A missão das Forças Armadas, no meu entendimento, é esta mesma. Se a baderna chegar ao ponto em que haja ameaça de alguém tomar conta do Brasil, seja de dentro ou de fora, elas agem de modo próprio em defesa do território e da Nação brasileira; este é o seu grande papel. E no mais é ficar acompanhando os acontecimentos.

Hoje assistimos a verdadeiras barbaridades. O movimento dos sem-terra, por exemplo, cuja causa é boa, age de maneira despropositada. Essas agressões a cada momento, a invasão e ocupação da propriedade privada, a matança de animais, a ocupação das instalações e prisão dos proprietários, o desrespeito às decisões da Justiça na reintegração de posse, todo este desacato às leis é um verdadeiro horror. Apesar de tudo penso que ainda não seria o momento de agir em força.

Dizem que esse movimento faz parte de uma ação internacional – e estou convencido disso – cujo objetivo seria o reerguimento do comunismo soviético, com o apoio da grande imprensa no mundo. Toda aquela máquina caiu, mas não acabaram os recursos nem os jornalistas ideológicos que sustentam estas agressões à democracia. Falam que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) seriam um braço armado deste grupo no Continente e eu não excluo a hipótese de que isso possa

realmente ser verdade. Se esta ação chegar ao ponto de ameaçar à nossa soberania, evidentemente os chefes saberão como atuar, porque o nosso dever supremo é a manutenção da ordem, da nacionalidade, da soberania e da integridade territorial.

O senhor é otimista em relação ao Brasil atual? Falo de otimismo equilibrado, racional, sem laivos de ufanismo.

Tenho afirmado às pessoas da nossa idade e do nosso meio com quem converso, que, sinceramente, não sou otimista. Não vejo luz no fim do túnel. Sinto que não verei, ainda que venha a durar mais uma meia dúzia de anos, o Brasil dos nossos sonhos da juventude. Às vezes, chego a ter pena do jovem patriota e civilista que fui.

Somos uma grande nação. Essa mescla de nacionalidades, estas raças que pacificamente aqui convivem, de religiões que não guerreiam entre si, sem dúvida nenhuma, é algo extraordinário. Infelizmente, estamos sem cabeça. Somos um grande corpo degolado. Os nossos legislativos e executivos se "aporcalharam" enormemente e são a verdadeira vergonha desse País. Lamentavelmente também há casos dolorosos que ferem a dignidade do Judiciário.

Escrevi uma nota para o *Correio do Povo*; não sei se eles vão publicar. Uma notinha curta, três ou quatro linhas, em que proponho, com toda a sinceridade, que se oficializem as prisões domiciliares em que os cidadãos de bem estão reclusos, e se abram as penitenciárias e se entregue o País para os bandidos. Que se assegure aos bandidos, de todos os naipes, de todos os matizes, o direito de ir e vir que a Constituição assegura aos cidadãos de bem. Economizar-se-iam as penitenciárias. Claro que isto é um argumento extremo, quase um deboche, mas no fundo é o que me parece: nós, os homens de bem, estamos prisioneiros nas nossas residências, nos nossos lares.

As constantes críticas ao Exército promovidas por uma parte da imprensa não prejudicam a auto-estima dos militares mais jovens?

Penso que isso tem melhorado enormemente. Ouve-se em toda a parte pessoas afirmando sobre a necessidade de os militares voltarem ao Poder. Acredito que estamos crescendo, tanto nas rodas menores como nas maiores. Vou muito a Cachoeira do Sul visitar meu irmão e amigos e lá não freqüento o círculo dos importantes; relaciono-me somente com gente modesta. Ando pelos arredores, em trajes simples pelas ruas, até para me resguardar dos que assaltam, dos que atacam. Eu me igualo a eles e aos homens comuns, camuflo-me, saio de sacolinha e passo a ser um deles. É claro, freqüento lugares onde não acontecem facadas, nem tiros, embora lugares

de gente pobre. E canso de ouvir elogios aos militares. E, no íntimo, fico feliz, porque indiretamente também estou sendo elogiado.

Há pouco tempo, na campanha contra a dengue, uma senhora na TV falou que era uma pena que o Exército tivesse entrado tarde na guerra contra o mosquito. Quer dizer que recuperamos dia a dia aquela imagem de tutor que sempre tivemos diante da Nação. A saudade dos militares no Poder é salutar e alimenta a nossa vaidade profissional.

A imprensa sempre encarou o SNI como um rival na área das informações e passou a acusá-lo de arbitrário, desnecessário e incompetente. Qual sua opinião a respeito?

Consta que agentes invadiam privacidades e passaram a se preocupar com coisas que extrapolavam as suas atribuições. Não concordo com isto. Não se administra sem informações. Até eu tinha o meu "micro SNI" em Bento Gonçalves. Cooptei um parente, primo-irmão da minha mulher para me ajudar nesta área. Como ele era da Arena, não houve nepotismo da minha parte. Sempre bem vestido, com uma boa conversa e muito sociável, freqüentava todas as rodas da cidade. Era inteligente, estudava direito e conseguia informações úteis para eu saber como atuar quando vinham pedidos e pressões, porque elas vinham sempre junto com ameaças de campanhas desabonadoras no rádio e na TV.

Claro que tudo era em escala menor do que no nível federal, todavia também foram tremendas. E, em Bento Gonçalves, ninguém apoiava o prefeito do MDB, todo o empresariado era contra mim. Como eu não pertencia à comunidade, estava livre para propor e executar as realizações necessárias. O prefeito anterior, Milton Rosa – que foi um grande administrador – havia me alertado sobre áreas carentes de reformas e tratei de fazê-las. Alterei a infra-estrutura organizacional do município aprovando uma nova lei orgânica. Implantamos um Código Tributário, que não existia; atualizamos o Código de Posturas que era arcaico. Foi feito um levantamento aerofotogramétrico do município e dos distritos, para implantar um novo cadastramento das propriedades. Por causa disso comprei uma briga com quase toda a comunidade. Foram novecentos e tantos *litesconsortes* em mandato de segurança contra a Prefeitura, o que me obrigou a constituir advogado de Porto Alegre. Afirmava que eram mudanças que deviam ser feitas e que seriam feitas. E avancei, sob ameaças e pressões de todos os lados.

Certa vez me atraíram para uma festa no Batalhão de Comunicações, e até hoje não sei se a idéia era me matar ou me assustar. O seqüestro não estava em moda naquele tempo, e eu seria um alvo muito pequeno para este tipo de ação. Haveria uma competição esportiva na Unidade e eu me dava muito bem com o

Comandante, Coronel Gama (Mário Rogério Gama). Naquela época, o Batalhão era subordinado diretamente ao III Exército. Agora ele é 6 º Batalhão de Comunicações Divisionário, integrante da 6ª DE (6ª Divisão de Exército).

Como falei, alegando que haveria uma competição no quartel, uma pessoa foi até a Prefeitura convidar-me para o evento, ao que acedi. No dia e hora marcados compareci ao estádio. Tão logo soube da minha presença no quartel, o Coronel Gama mandou um Capitão entrar em contato comigo e levar-me para a casa dele, onde me reteve porque tinha informações sobre intenções de oposicionistas de me prejudicar. Uma coisa impressionante! Aquela pessoa que me convidou não era militar nem conhecido no Batalhão. Um sujeito desconhecido foi à Prefeitura me convidar para uma grande competição desportiva de caráter regional. Tudo mentira!

Foram acontecimentos assim penosos, mas que tinham de ser enfrentados, que me incomodaram. Hoje pouco apareço em Bento Gonçalves. A cidade parece um tobogã, uma montanha-russa, cheia de altos e baixos, e como não tenho carro – há vinte e tantos anos aboli o automóvel da minha vida – não consigo circular por lá. Não posso ficar na dependência de amigos, e o uso do táxi me sairia muito caro. Então é uma cidade aonde pouco vou. Quando há eventos que não posso faltar, compareço e ouço, muito feliz, referências elogiosas ao meu período de governo. Depois de 30 anos é bom saber que fomos úteis e que fizemos alguma coisa pela comunidade.

Ao convocá-lo para esta entrevista, nossa idéia era ouvir um companheiro de farda que tivesse participado ativamente da política partidária nas décadas de 1960 e 1970. Um híbrido, como diria o Ministro Passarinho. As informações prestadas pelo senhor foram da maior valia para entendermos as nuanças da política gaúcha e brasileira. Restaram algumas dúvidas, a primeira delas é por que o senhor abandonou tão cedo a carreira política?

Na realidade, mantive aspirações políticas até 1979, quando o Presidente Figueiredo decretou o retorno à multiplicidade das legendas, colocando com isto uma pá-de-cal na minha razão de permanecer na política. Até então eu tinha um motivo forte para ser político: era um constitucionalista. Com a nova divisão, os grupos que representavam outros interesses passaram a ocupar suas posições e eu não me identificava com nenhum deles. Então, ali, para mim, teve fim qualquer tipo de ambição.

Até aquela decisão ainda restava alguma vontade eleitoral, tanto que em 1974 fui candidato a deputado estadual na eleição proporcional. Entrei na briga por desejo e pressão do Pedro Simon. Na verdade, não tinha dinheiro nem mesmo para percorrer a minha área, mas como o político de maior peso na região, o Depu-

tado Aristides Bertuol – piloto de carro de corrida, ganhador de muitos troféus, representante da Chevrolet e rico – não iria concorrer, achei que teria alguma chance de me eleger.

Duas pessoas – que não direi o nome – as maiores figuras do MDB da região, ficaram indiferentes à minha candidatura, e tudo porque eu deixara de atender quase todos os pedidos que me fizeram e as sugestões que me apresentaram quando era Prefeito. Agi daquela forma porque visavam exclusivamente aos interesses particulares dos postulantes. Coisas simplesmente afrontosas, que envergonhariam qualquer pessoa com um mínimo senso de ética. Repetidamente disse a eles que não só não os atenderia como se fosse compelido a atendê-los, encaminharia junto a minha renúncia. Essas duas pessoas tinham dinheiro e prestígio, e trabalharam contra mim.

Mesmo assim, ganhei em Bento Gonçalves. Fiz ao todo, no Estado, cerca de dez mil votos e fiquei como suplente. Naquela época, não havia nenhuma chance de eu ocupar a vaga. Esta possibilidade existe no partido do Governo quando os eleitos são chamados para cargos no Executivo e os suplentes vão assumindo. O MDB não tinha vez. Então permaneci como suplente. Depois disso nunca mais concorri, mas alimentei alguma ambição política até 1979.

Qual o motivo do meu afastamento? É simples: não consegui suportar o ambiente da política partidária, que é o pior possível! Nunca consegui identificar-me com aquela gente. E olhe que sempre me senti prestigiado. Fui muitas vezes a Brasília, gozei de muita cobertura na TV, até pela peculiaridade de ser um major do Exército a disputar eleição pelo MDB. Costumava dizer que não era pelo meu valor, nunca tive essa pretensão, mas pela singularidade de ser um major saído de dentro do QG para ganhar as eleições por um partido de oposição ao governo. As televisões seguidamente iam a Bento Gonçalves para me entrevistar. Os jornais também. Isto nunca houve antes, e nem depois.

Realmente me horrorizei com o meio político daquela época, e acho que hoje está mil vezes pior. Não me sentia à vontade no convívio com os políticos profissionais. Estou convencido de que aquele pessoal se enganou com a minha vocação. Sempre gostei de me relacionar bem com os meus semelhantes; como cristão praticante que sou, sigo a minha religião e sinto um imenso prazer ao conviver com as pessoas, sejam elas poderosas ou maltrapilhas. Converso muito na rua e se encontro alguém caído na calçada, paro e dou uma palavrinha. Mesmo se estiver ali por uma bebedeira, procuro atender ou, ao menos, dar uma palavra de encorajamento. É o meu modo de ser e isso, certamente, motivou os políticos, que estavam com problema de nomes em Bento Gonçalves, a me procurar. Julgaram que ali poderia estar um políti-

co. Mas realmente eu não tinha nenhuma vocação para a política partidária. Não tinha e não tenho, porque não comungava em quase nada com os caciques do MDB.

Considero que a experiência na administração civil foi uma grande escola na minha vida, achei-a fantástica. O que aprendi com a convivência humana, quer com contrários, quer com partidários, foi também extraordinário; uma espécie de grande universidade. Agora, no que se refere à atividade política em si, repito que não senti nenhum entusiasmo, nenhuma identidade. É uma ocupação que não faz o meu estilo.

Será que esta sua quase aversão pela política partidária é uma demonstração de que no Brasil os cargos eletivos estão parcialmente bloqueados aos homens éticos?

O jogo da nossa política partidária é sujo. Quase todos os dias estamos assistindo evidências disto. No momento em que a pessoa tenta subir um degrau enfrenta um horror de conchavos. Há muita troca de interesses, muita competição, muita rivalidade. Cada um se acha mais importante do que o resto. Os expedientes que usam nos confrontos eleitorais não são os de uma concorrência leal. Como existe sempre um lugar em disputa, haverá sempre candidatos a ocupá-lo, ainda mais agora que se ganha bem nos cargos públicos. Tanto pelo que se recebe oficialmente como pelo que se pode auferir sub-repticiamente. A política eleitoral tornou-se um alto negócio. Muita gente que não conseguiu resolver os seus problemas econômicos, tem na política um caminho fantástico para melhorar na vida. E evidentemente que eu jamais me identificaria com um meio desses. Também sei, é claro, que não é apenas um problema do Brasil nem só um fato de hoje. É internacional e existe desde o passado remoto.

Todos os governos, em todos os tempos, do Império para cá, têm um déficit impagável com nosso povo. Desde que eu me entendo por gente e por tudo que tenho lido sobre programa de governo, registrei que os políticos sempre deram ênfase e prioridade para a instrução. Nem falo para a educação, seria muito. E o que esse povo não tem é instrução; e sem instrução só pode dar nisso. Não há a triagem para selecionar o homem público, como acontece nos países de primeiro mundo. A qualidade do ensino baixou uma barbaridade e, como não há escolas, a disputa por vagas é essa vergonheira que se vê em todo o início de ano. Infelizmente sempre foi assim no Império e na República, nos períodos ditatoriais, nos períodos revolucionários e naqueles ditos democráticos. O Médici realizou um grande esforço nessa área com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Sou testemunha de que muito se fez pela alfabetização em Bento Gonçalves, com recursos federais, estaduais e municipais. Os padres também apoiaram o Mobral. Fizemos um censo na colônia para descobrir criança que não estivesse na escola e adulto que fosse analfabeto. Infelizmente, soube que em outras áreas o Mobral foi manipulado para beneficiar políticos. Sempre a maldita corrupção.

Em que período o senhor foi Prefeito de Bento Gonçalves?

De 31 de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973. Exatamente quatro anos.

Como Prefeito, o senhor chegou a conviver com o General Médici na Presidência da República?

Sim, ele foi Presidente durante quase todo o período da minha administração.

O senhor nunca pediu uma ajuda a ele?

A ele pessoalmente, não. Levei reivindicações a uns quatro ou cinco ministérios. Não eram reivindicações grandes e nem era alguma coisa que esperasse merecer atendimento. Nós militares temos muitos escrúpulos para fazer reivindicações, o que não acontecia com os meus munícipes. Quando comentei com o Governador Peracchi sobre o excesso de pedidos que recebia dos bento-gonçalvenses e a previsão de que não haveria orçamento suficiente para atendê-los, ele me confortou:

– Te consola, tchê. Garanto que comigo é pior.

– Mas eu sou Prefeito – retruquei –. O senhor é Governador do Estado e tem muito mais recursos.

– O que me pedem nem com o orçamento do Nixon conseguiria atender.

Sem demagogia, sempre considerei a educação importantíssima. E nessa área de atuação tenho um orgulho imenso. Quando cheguei na Prefeitura de Bento as professoras ganhavam dois terços do salário mínimo; no dia 1º de fevereiro de 1969, começo da minha administração, autorizei o pagamento de salário mínimo integral. Ao passar o cargo, elas já ganhavam mais do que as estaduais ou as de Porto Alegre. Para alcançar este resultado fui obrigado a investir pesado em educação. Destinávamos 20% de todo o Fundo de Participação dos Municípios que recebíamos – parcelas do Estado e da União – para esta finalidade.

Qual a sua opinião sobre o regime democrático que estamos vivendo no Brasil?

Entendo que está faltando juízo crítico para aperfeiçoar a nossa democracia e, como o povo não o tem de forma apurada, os partidos não se preocupam em selecionar adequadamente seus quadros. Mesmo em Porto Alegre, onde somos mais esclarecidos e politizados, na hora de votar no candidato a vereador não sabemos bem quem são as figuras que estão disputando a eleição. Se os partidos não se preocupam com a seleção, não fazem uma triagem adequada, só nos resta votar em branco, o que me parece "ficar em cima do muro", ou então escolher um nome qualquer do partido.

E não se sabendo quem são os candidatos, não vou acompanhar as besteiras dos eleitos, para ver se corresponderam ao meu voto. Não tenho mais essa preocu-

pação. Há quatro ou cinco eleições que só voto em mulher; pego o nome de qualquer uma, é essa aqui, é aquela lá. Mas parece que elas já estão começando a ficar sem-vergonha também. E, na atual situação, compareço às eleições só para votar contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Principalmente a ala do PT que governa o Rio Grande. Em Porto Alegre o Tarso[2] ainda é suportável; é intelectual, um homem palatável. Mas não agüento o Governador e principalmente o Vice-Governador que é a empáfia personificada, o dono da verdade, o exemplo da moralidade, o homem que tem todas as soluções; o único patriota que quer o bem de todos os brasileiros.

O senhor acha que os tempos mudaram?

Mudaram, infelizmente não o suficiente no que respeita às nossas elites. Hoje em dia, as pessoas que governam, os intelectuais, empresários, doutores, os influentes na sociedade, estão quase todos impregnados de ideologia e alinhados com o PT. Infelizmente, não há um sentimento, uma preocupação de ajudar o povo. E ainda há muito o que fazer pela nossa gente. Sob a ótica dessas necessidades, nesse sentido, eu seria um homem de esquerda. Mas para tratar da educação, da casa própria, do desenvolvimento, temos que seguir a linha do Roberto Campos: precisamos trabalhar, produzir, obter créditos no País e no exterior. É importante honrar a palavra, respeitar os outros países e preservar a nossa soberania. Isto nada tem com o esquerdismo e é a minha maneira de pensar nos dias de hoje.

Com esta conceituação inteligente e equilibrada do Major Sady Fialho Fagundes sobre o atual momento político brasileiro, encerramos a nossa entrevista sobre a Revolução de 1964. Ao longo de um depoimento didático e corajoso, o nosso entrevistado pinta com tintas fortes as dificuldades enfrentadas pelos militares para se adaptar às mazelas da política partidária. Estamos gratificados pela aula sobre a nossa história recente que nos proporcionou.

---

[2] Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre quando desta entrevista.

Capitão Emerson Rogério de Oliveira

O Capitão Emerson Rogério de Oliveira nasceu em 27 de agosto de 1944 na cidade de São Joaquim, SC. Cursou a Escola de Sargentos das Armas (EsSA) em 1963 e no início de 1964 apresentou-se pronto para o serviço no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), em Vacaria, RS. Poucos dias depois de sua apresentação, eclodiu a Revolução de 1964 na qual o sargento Emerson foi obrigado a participar intensamente em vista da posição adotada pela Unidade naqueles acontecimentos. Acompanhou o 3º Batalhão Ferroviário (3º BFv) quando aquela Organização Militar (OM), agora sob a designação do 9º Batalhão de Engenharia de Construções (9º BEC), foi transferida para Cuiabá. Depois de pagar seu tributo à conquista da Amazônia o sargento Emerson foi movimentado para o 5º Batalhão de Engenharia de Combate (5º BECmb), em Porto União e posteriormente para o Comando Militar do Sul (CMS), em Porto Alegre.

Já oficial, o Tenente Emerson voltou a Cuiabá para exercer a função de auxiliar do Estado-Maior Pessoal do General Arlênio Souza da Costa, nomeado Comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz). Cumprida essa missão retornou ao CMS, onde passou para a reserva, em 1994.

O Capitão Emerson fez, em 1967, seu Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) na própria EsSA. Na década de 1980, especializou-se em relações públicas no Centro de Estudos do Pessoal (CEP) e segurança de informações na Escola Nacional de Informações (EsNI). Concluiu os cursos de Letras (licenciatura plena) e Ciências na Faculdade de União da Vitória e o estágio de Informática do SENAC de Porto Alegre (RS).

Estudioso e homem afeito às letras, tem assinado muitos artigos e crônicas, publicados em jornais e revistas. Publicou dois livros, Pote de Barro e Peregrino do Universo. Exerceu o magistério e colaborou em atividades comunitárias – diretoria do Grêmio Geraldo Santana. Atualmente o Capitão Emerson Rogério de Oliveira é conselheiro do GBOEx – Grêmio Beneficente.

Entrevista realizada em 2 de agosto de 2000.

O nosso entrevistado de hoje é o Capitão da reserva Emerson Rogério de Oliveira, graduado e oficial do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) da arma de Engenharia, com larga experiência e muito serviço prestado nas Unidades de construção. Faremos algumas perguntas de interesse do Projeto de História Oral do Exército e, ao final, a palavra estará livre para as suas considerações sobre o tema da nossa pesquisa.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

Ingressei no Exército em 1963, após ter sido aprovado em concurso para ingressar na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Concluído o curso, entrei em trânsito e me apresentei no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), em Vacaria – cidade no interior gaúcho, próxima de Santa Catarina – em fevereiro de 1964. Em março, quando iniciou a Revolução, fazia um mês que havia chegado à Unidade.

Tinha apenas 18 anos, era muito jovem e ainda imaturo. Na EsSA, por falta de tempo, os assuntos extras não eram estudados. Só nos envolvíamos com temas profissionais e nada nos foi passado a respeito de política. Eu não entendia muito bem o que estava acontecendo e só mais tarde é que vim a saber e compreender a razão de a Revolução ter acontecido.

Em 1961 – antes de ingressar no Exército – vivi intensamente o episódio da renúncia do Jânio Quadros. Meu pai era funcionário civil do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv), unidade sediada em Lages, Santa Catarina. Morávamos próximo à Vila Militar e, em meio daquele drama em que vivemos quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, ele foi convocado a integrar o Batalhão para fazer parte da resistência em defesa da Legalidade. E eu, com 17 anos e sendo o mais velho da família, tive que assumir a proteção do meu pessoal, caminhar para cá e para lá à procura de um lugar, a fim de tirá-los dali das proximidades da Vila.

Havia notícias de que aquela área e o Batalhão corriam o risco de serem bombardeados. Consegui um caminhão com os vizinhos e recolhi todos para a casa de um parente em um lugar bem retirado. Passamos aquela noite sem dormir, apavorados com o que poderia acontecer. Meu pai, como já me referi, e outros parentes também militares, faziam parte da chamada força de resistência. Enquanto isto nós permanecíamos no escuro, sem luz, lá nos arrabaldes de Lages, longe da Vila Militar, porque temíamos um bombardeio. Foi uma noite pavorosa. Somente anos depois é que tudo o que ocorreu em 1961 se aclarou para mim.

Com a renúncia, foi chamado para ocupar a Presidência do País o João Goulart, Vice-Presidente constitucionalmente eleito mas que, por ser esquerdista, não gozava da simpatia dos chefes militares, razão pela qual não queriam deixá-lo assumir. E lembro que quem liderou a resistência a favor da posse dele foi o Brizola, na época Governador do Estado e que também era seu cunhado.

Numa rádio gaúcha, de Porto Alegre, Brizola falava aos quatro ventos sobre legalidade, gritando e incentivando o pessoal dos "grupos dos onze" – criados por ele – à luta contra os gorilas. E depois soube que no Nordeste o Governador Arraes fez algo semelhante com as "Ligas Camponesas". Tudo começou por aí e a isso foi se somando uma inflação muito alta e uma total inversão de valores. Algo muito parecido com o que acontece atualmente.

A oposição ao Jango culminou com as passeatas das mulheres, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Elas foram decisivas para a queda do Governo. Houve também o rumoroso comício da Central do Brasil, uma enorme manifestação da esquerda populista.

No momento da Revolução mesmo, repito, estava há um mês no 3º Rodoviário e tinha apenas 18 anos de idade. Como não era dado a ler jornais – guri não lia jornal – fiquei sem compreender o que estava acontecendo. Na EsSA, não havia sido preparado para enfrentar aquela situação. Depois que passou a Revolução – e porque participei dela – comecei a pesquisar, ler e consegui entender melhor aquele momento histórico. Analisei o que ouvira nas emissoras de rádio, conversei com outras pessoas e passei a entender o Movimento de Março de 1964.

Só complementando esta primeira pergunta. O senhor estava destacado ou na sede?

Estava destacado. Logo que me apresentei fui designado para servir na 3ª Companhia, localizada próximo do Rio Pelotas – divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Minha Subunidade estava envolvida na abertura de túneis. Eu trabalhava no túnel 23, no limite norte do nosso trecho. Acabara de receber o serviço quando me chamaram de volta à sede do Batalhão, em Vacaria. Perguntei ao sargenteante:

– Por que devo retornar à sede?

– Estourou a revolução.

– Que revolução? – retruquei.

– Uma revolução, sei lá contra quem! – Mandaram todos os militares se apresentarem na sede do Batalhão em Vacaria.

Naquela oportunidade comandava a 3ª Companhia o Capitão João Carlos Rotta. Ao chegarmos no quartel encontramos a sede em polvorosa. Haviam recrutado o pessoal de todas as companhias destacadas para dar cobertura às decisões bélicas do Comandante.

O senhor considera que a preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento ocorreu espontaneamente?

Pelas razões já apresentadas, na época eu não teria dados nem base para responder a esta questão. Hoje, lendo e analisando como tudo ocorreu, tenho a impres-

são de que o Exército não planejou a Revolução. Mas, mesmo assim, ele não estava desatento. A situação se agravava, porém os militares resistiam à idéia de intervenção. Não queriam ir às ruas. E foram deixando o problema crescer.

Penso que o que precipitou a participação do Exército no movimento foi o clamor da população diante da total inversão dos valores, promovida pelo próprio Governo. Acredito que, mesmo estando preparada, a data não foi marcada. A Revolução foi atropelada pelos acontecimentos externos, inclusive de fora dos quartéis. E como as Forças Armadas estavam aptas a enfrentá-los, entraram em ação, desencadeando os planejamentos existentes. Para mim, foi o clamor da população que fez detonar o processo revolucionário.

Agora sinto no ar a ameaça do povo a voltar às ruas clamando por segurança, e para apresentar aquelas reivindicações que julga necessárias à implantação de uma democracia plena. Sentem que mais uma vez os valores estão invertidos, que a democracia com liberdade foi confundida com libertinagem. Vale lembrar que as Forças Armadas foram indicadas por 80% da população como a instituição de maior credibilidade no País. E há muita gente pedindo para o Exército ser colocado nas ruas, na expectativa e no anseio de reverter esse quadro de insegurança.

Houve grupos ou pessoas que contribuíram de maneira decisiva na preparação da Revolução? Acredita em pressão externa?

Como falei, acredito que a Revolução eclodiu em conseqüência do clamor da população. O Exército como um todo estava, como sempre está, pronto para qualquer eventualidade. Só não sei dizer se houve uma preparação específica de grupos. Julgo que a instituição se encontrava em condições de agir e agiu.

Talvez tivesse havido alguma pressão externa, o que não é do meu conhecimento. O comunismo estava crescendo, havia muita agitação, por tudo isso pode ser que realmente tenha ocorrido algo neste sentido. Mas, não posso afirmar.

Como o senhor viu o Movimento revolucionário na sua Unidade?

Quanto a mim, a verdade é que sentia aquela conjuntura como algo extremamente desconfortável. A minha família morava em Lages e fui servir em Vacaria, cidades próximas, divididas pelo Rio Pelotas que por sua vez é divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Quando houve aquele chamamento da 3ª Companhia para a sede da Unidade percebi que estava acontecendo alguma coisa muito grave. O Batalhão de Construção tem um efetivo bastante grande e normalmente está quase todo destacado nas companhias de construção. O pessoal militar foi todo recolhido para a sede, e só os civis

permaneceram nos seus locais de trabalho. Os fardados estavam quase todos no quartel em Vacaria. Veio gente de todas as companhias, pessoal que nem conhecíamos, e começou a se formar um ambiente muito difícil. Falo de cadeira porque vivi aquele clima. Eu, ainda um jovem inexperiente e recém-chegado, era abordado por um companheiro mais antigo, um 3º ou 2º sargento, ou mesmo um "primeirão" (1º sargento), assim chamado pelo seu prestígio no círculo, que me questionava:

– De que lado você está?

– Mas lado de quê? – retrucava com outra pergunta.

– Do lado da Revolução ou contra a Revolução?

Sem saber responder, ficava em uma situação embaraçosa. Como poderia dizer se estava a favor ou contra algo que desconhecia? O recurso era desbordar a pergunta:

– Não tenho lado, estou aqui para servir à Pátria.

No contexto do Movimento, o 3º Rodoviário foi uma Unidade atípica, pois acredito que foi a última a aderir. O seu Comandante, Coronel João Guerreiro Brito, era radicalmente contra a Revolução. Obviamente alguns dos seus comandados estavam com ele e outros contra, ou seja, favoráveis ou contrários ao Movimento. Ficávamos por lá, ociosos ou recebendo esclarecimentos de um ou de outro sobre o que estava acontecendo, enquanto o ambiente se tornava cada vez mais tenso. A situação evoluía e sentia que poderia haver uma precipitação para pior naquele clima.

Inclusive, um fato que também nos alarmou foi a decisão do cabo Podalírio – um praça velho com quase trinta anos de serviço – encarregado do armamento. Ele distribuiu aos soldados fuzis e metralhadoras, municiou-os e colocou-os em torno da reserva, protegida por sacos de areia em toda a volta. E foi taxativo:

– Aqui não chega ninguém. Nem cabo, nem sargento, nem capitão e nem coronel.

E não deixou ninguém chegar na reserva. O clima realmente era de muita tensão. Oficiais e sargentos sestrosos, cada um olhando desconfiado para o companheiro, a maioria sem saber quem estava a favor ou contra, nem para que lado ir. Em vista disso, acredito que o cabo Podalírio tomou a atitude certa não permitindo a entrada do pessoal na reserva pois qualquer armamento, além do individual, de posse de algum radical ou exaltado, seria um perigo.

Nesse ínterim tomei conhecimento de que alguns oficiais – dentre os quais lembro-me do Major Ferreira e Silva, dos capitães Rotta e Totti, e dos tenentes Vianna e Marques – tentaram afastar o Coronel Guerreiro Brito do Comando do Batalhão. Ele – já disse – era radicalmente contra a Revolução. E o Subcomandante, Tenente-Coronel Américo José Brasil, sabendo do esquema contra o Comandante a quem era muito ligado, agiu imediatamente: prendeu os oficiais insubordinados. Como eram todos militares com liderança e de prestígio, a tensão na Unidade se agravou ainda mais.

A situação impunha que todos nós andássemos armados. Por ser 3º-sargento, eu portava uma metralhadora INA com munição. Assumi o comando de um grupo de soldados também armados e municiados. Cada grupo seguiu para um determinado ponto com alguma missão.

Desloquei-me com o meu grupo para a ponte do Rio Pelotas, justamente na divisa entre os dois Estados e no limite entre o 2º e o 3º Batalhões Rodoviários. Nos postamos no terreno e passávamos as noites naquela expectativa. Por vezes surgia uma notícia alarmante:

– O pessoal de Lages vai invadir a nossa área se o 3º Rodoviário não aderir à Revolução.

Outro afobado nos assustava mais ainda:

– Um caminhoneiro me disse que tem muita tropa no Paraná e em Santa Catarina se deslocando para o Sul.

Esses boatos, que não sabíamos se eram verdadeiros, nos deixavam preocupados. No meu caso particular ficava mais angustiado que os demais porque a minha família toda era de Lages: mãe, pai, irmãos e outros parentes. Postado ao sul da ponte, recebi a ordem de atirar caso as tropas do Norte se aproximassem. Guri ainda, pensava: se eles vierem será que devo atirar? Para assustar ou para matar? O que faço? Inexperiente e comandando 12 homens, passei por este doloroso drama de consciência. Diante de tal quadro só nos restava aguardar os acontecimentos.

Ainda agora, decorridos todos estes anos, quando relembro aquelas horas de muita angústia me emociono bastante e chego a me arrepiar. Nós, lá na beira do Rio Pelotas, junto da ponte, recebendo cigarro, chocolate, alimentação e tudo mais, como se estivéssemos em uma guerra, agasalhados apenas com uma capa Ideal, pouco para enfrentar aquele frio danado. Vez por outra um avião sobrevoava a região e largava uns folhetinhos: "Rendam-se, vocês são da única Unidade do Exército Brasileiro que ainda não aderiu à Revolução. Rendam-se para não serem metralhados." Diziam que a ameaça era coisa do pessoal do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea (3º GAAAe) de Caxias do Sul. A nós só restava ler aqueles bilhetinhos ameaçadores, um arremedo de guerra psicológica, e continuar plantados no terreno esperando para ver o que iria acontecer depois.

Naquela altura, o Jango já estava em Porto Alegre pronto para ir para o Uruguai, uma confusão sem tamanho. E nós sargentos, com o "radiozinho" a pilha ligado, ouvindo o Brizola dizer para o povaréu, da janela da Prefeitura:

– Sargentos do Brasil! Prendam seus comandantes!

Aquela alaúza toda criava um clima de tensão terrível, uma situação difícil e realmente desagradável. Certa vez, não sei precisar o dia, próximo da ponte, surgi-

ram uns dois ou três militares do 2º BRv, conhecidos meus. Criara-me na Vila Militar, freqüentava o Clube dos Sargentos, logo, conhecia muita gente de Lages. Eles vieram até a ponte para fazer um reconhecimento e foram presos por uma patrulha do 3º BRv e recambiados para a sede. Mais uma situação constrangedora para mim. No dia seguinte a este episódio chegou a ordem para que retornássemos ao quartel, em Vacaria.

Quais os oficiais que estavam no comando da tropa destacada na ponte sobre o Rio Pelotas?

Estava há pouco tempo na Unidade e destacado fora da sede. Não me recordo quais eram os oficiais. Na época a disciplina era muito rígida. Hoje se tem maior liberdade para conversar e trocar idéias com os superiores. Mas antigamente isto era mais difícil. Os comentários sobre o que estava acontecendo se limitavam ao nosso círculo, o dos subtenentes e sargentos.

Depois que retornamos para Vacaria verificamos que todas as frações que estavam em outros locais também haviam sido recolhidas ao quartel. Houve, então, uma formatura geral da Unidade. Com toda a tropa em forma, do mais moderno soldado ao oficial do posto mais alto – excetuados, é claro, os militares presos – o Comandante do Batalhão, Coronel Guerreiro Brito, postado à frente do dispositivo, fez um discurso inflamado contra a Revolução.

Não tenho na memória suas palavras textuais, mas lembro de ele ter dito que só uns poucos oficiais haviam se manifestado contra a sua ação de comando, e que isto não o surpreendera. Criticou aqueles em quem ele confiava, que haviam ficado em cima do muro esperando para ver o que iria acontecer e que depois mudaram de lado. Agradeceu aos que foram fiéis a ele e a sua causa. Disse mais, que o comportamento daquela maioria indecisa e oportunista era o que mais o magoava. Concluiu sua fala informando que recebera um telegrama do Ministério da Guerra determinando que ele passasse o Comando e se apresentasse no Rio de Janeiro. Logo em seguida embarcou na viatura do comando que o esperava com motorista e foi para casa. Mais tarde soube que ele esteve preso, respondeu processo e depois foi cassado.

Após a saída do Coronel Guerreiro Brito as coisas se acalmaram. Não lembro bem os nomes das pessoas envolvidas naquele entrevero. Só sei que a situação vivida naqueles dias confusos e tensos me marcou muito. Início de carreira, com parentes do outro lado e sem saber o que estava ocorrendo. Posso dizer que fui participante de uma revolução que não conhecia. Na nossa escola de formação não nos alertaram sobre o momento político que o País vivia. A única preocupação era com a instrução militar: como usar uma arma, rastejar, marchar, enfim se adestrar

naqueles requisitos básicos para a formação de um sargento. Nada sobre o grave clima de intranqüilidade que reinava no País.

Como a Revolução foi recebida pela população local nos primeiros tempos?

Nossa gente recebeu o Movimento de 1964 muito bem. A repercussão foi favorável, o pessoal aplaudia a tropa quando passava. Todos estavam cansados daquele estado de coisas que se alastrava pelo território brasileiro. O povo repelia a ação dos comunistas e aquela confusão generalizada que grassava no País. Os "grupos dos onze" do Brizola e as "Ligas Camponesas" no Nordeste, ameaçavam as instituições. O País estava em polvorosa, enfrentávamos uma verdadeira balbúrdia. Minha impressão é de que a intervenção dos militares foi muito bem recebida, tanto em Vacaria quanto em Lages, a minha cidade. Com o passar do tempo constatou-se que o povo realmente carecia daquela energia que emanava da Revolução. Os maus políticos e os comunistas foram colocados para fora do Governo, o que também foi bem recebido. As cerimônias militares contavam com o aplauso e a participação entusiasmada da população.

E dentro desse quadro otimista, o que ainda o senhor esperava dos novos governantes?

Dos governos revolucionários esperava que colocassem a casa em ordem, expurgando os que não podiam conviver com a democracia.

Esperava também que depois de um determinado tempo, já com a casa em ordem, o Governo fosse novamente passado aos civis e que os militares ficassem na retaguarda acompanhando e fiscalizando a evolução dos acontecimentos. Isso era o que esperávamos. Eu, e creio que a maioria dos militares.

Em sua opinião como a atuação dos políticos e as ações terroristas influenciaram na escalada revolucionária e nos atos institucionais?

Os atos terroristas foram agressões infames, algo abominável que envergonha a nossa história recente. Houve roubo de banco, seqüestros, atentados contra inocentes e outras violências. Em determinado momento a situação começou a azedar e a tornar-se muito difícil, e o Exército, com as armas de que dispunha, precisou enfrentar essa escalada do terror. Tudo se desagregou e no confronto ocorreram desatinos de ambas as partes.

Qual a sua opinião sobre os governos militares que atuaram durante o ciclo revolucionário?

Castello Branco foi o primeiro Presidente da Revolução. Desempenho excelente, um homem público honesto e decidido que conseguiu impor-se e obter o apoio do

povo. A seguir veio o Costa e Silva que prosseguiu o trabalho do antecessor. Faleceu antes de terminar o mandato. Casa limpa pelos dois primeiros presidentes, sobe o General Médici, um governo que soube se fazer popular.

O Presidente Médici consolidou o êxito da ação revolucionária, tornando realidade tudo aquilo que fora planejado e iniciado anteriormente. Foi a época do milagre brasileiro, de muito progresso nos transportes, nas telecomunicações e em todas as áreas que dependiam de novas tecnologias, alavanca indispensável ao desenvolvimento e de que até então não dispúnhamos. Foi a era do "Brasil, ame-o ou deixe-o", do ufanismo. Cresceu a vibração patriótica dos brasileiros; tudo dava certo, ganhamos até a Copa de futebol de 1970, realizada no México.

Um esforço nacional que redundou em crescimento econômico, a taxas nunca antes alcançadas, ainda que com algumas deficiências pelo fato de pertencermos ao terceiro mundo. Mas, pelo menos, saímos da inércia. Falo por mim. Nessa ocasião dava a minha contribuição de sacrifício pelo meu País. Estava no Mato Grosso, com o 3º Rodoviário transferido para lá a fim de construir a BR-163, Cuiabá-Santarém. Uma estrada com 1.600km que, se construída na Europa, atravessaria, no mínimo, sete países. Por aí se vê a imensidão do nosso território. Na época, naquelas paragens não havia praticamente nada, era tudo muito difícil.

Na viagem, para chegar ao ponto de destino, fomos bem até Campo Grande e dali seguimos para Cuiabá, em um comboio de três carros. Eram 700km de areião puro, estradas carroçáveis da época dos bandeirantes, e não havia um só posto de gasolina. Tivemos que levar combustível no meu fusquinha 1966. Não existia nada em termos de apoio, nem lugar onde conseguir comida.

A Engenharia Militar, concluído o Tronco Principal Sul (TPS), rumou para a Amazônia a fim de abrir novas estradas naquela região. A minha Unidade foi transformada em 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BECnst) e transferida de Vacaria para Cuiabá. O Batalhão de Lages, o 2º BRv, foi transformado em 8º BECnst com sede em Santarém. Ambos tinham a missão de construir a BR-163 através da Amazônia e ligando as duas cidades extremas do traçado. Ao 9º BECnst cabia ainda a manutenção de parte da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, e ao 5º BECnst de Rondônia – aliás o primeiro Batalhão que foi para aquela área – a manutenção do restante daquela rodovia. Tudo isso foi muito incrementado na gestão do Presidente Médici.

No Governo seguinte, o do Presidente Geisel, teve início o processo de abertura. Se o General Médici, ao fim do seu mandato tivesse passado o Governo para os civis – isto é opinião minha – teria sido excelente. Sairíamos com a casa limpa, com a economia em expansão e poderíamos dizer: pessoal, agora é com vocês, vamos voltar para os quartéis e ficar atentos, olhando, observando e fiscalizando. Porém, assim não

aconteceu. Claro, havia dificuldades, até porque não é simples passar de um regime autoritário para a democracia plena. Entendo isto, mas penso que a coisa se prolongou demais. É verdade que a prorrogação do modelo, não prejudicou a continuidade do desenvolvimento. Cito, como exemplo, a tão combatida Itaipu. Faltava-nos energia, e se não a tivéssemos construído, hoje o Brasil seria um "apagão" sem fim.

Claro que houve alguns erros. No afã do progresso algumas frentes ficaram meio abandonadas, outras não deram certo, mas muita coisa foi feita. Como disse, era a época adequada para entregarmos o Governo e estaríamos muito bem hoje. Com o começo da transição política no Governo Geisel e com a "abertura" do Figueiredo, veio a anistia e então retornaram todos os políticos cassados. O resultado dessa permissividade é esta situação que aí está, onde somos os únicos culpados por todas as mazelas do Brasil.

E o que você achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Conforme já me referi anteriormente, acredito que empregamos os meios disponíveis. Somos dotados de armamento com boa capacidade de combate e nosso exaustivo treinamento nos capacita para realmente enfrentarmos qualquer situação. Agora, não há como negar que houve excessos! Pelo que depreendi do acompanhamento que fiz ao longo destes anos, os excessos aconteceram de ambos os lados.

Lembro do terrorismo em São Paulo quando um caminhão carregado de explosivos matou o soldado Mário Kozel Filho. Houve muitos assaltos a bancos. O Carlos Lamarca cometeu várias atrocidades. A bandidagem do lado deles foi muito violenta. Obviamente, neste contexto, não iríamos reagir com flores. Então, na minha opinião, repito, houve excessos nos dois lados, o que não deveria ter acontecido. Hoje, falam novamente em colocar o Exército nas ruas. E uma vez mais teremos que usar as armas de nossa dotação que não são as apropriadas para este tipo de enfrentamento. E será pior a emenda do que o soneto: amanhã voltaremos a ser alvos de críticas.

Falemos sobre o trabalho de comunicação social no período dos governos ditos militares. O senhor acha que a divulgação das conquistas revolucionárias tais como saneamento político-administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população e o alceamento à posição de oitava economia do mundo foi realizada a contento?

Houve determinada época em que as atividades da comunicação social funcionaram bem. Já em outras não. Na minha opinião faltou continuidade no esforço para a divulgação das conquistas da Revolução. Esta foi uma grande falha: o trabalho nesta área foi cíclico. Conforme o Governo, as informações tinham maior ou

menor intensidade. Na época do chamado milagre brasileiro houve a preocupação de divulgar a realização das grandes obras executadas. Já em outros momentos esta preocupação de mostrar o que se fazia deixou a desejar.

No meu ponto de vista um grande esforço dos governos revolucionários deveria ter sido feito na comunicação social. Ela é essencial para se alcançar uma boa difusão das nossas idéias e dos nossos planos. Ela é a maior e mais potente arma de que dispomos para ganhar o apoio do público interno e externo e não estamos fazendo uso dela de maneira adequada.

No início comemorávamos a Revolução com aparato, com a presença de políticos e de centenas de pessoas a nossa volta. A cerimônia militar do dia 31 de março era uma festa muito aplaudida por todos. Aos poucos, com a abertura, os políticos que foram banidos do País começaram a retornar e nós – não vou usar adjetivo nenhum porque não é o caso – fomos gradativamente nos encolhendo.

E a cada encolhida me sentia menor e pensava comigo mesmo: onde foi parar aquela nossa vibração por esse País? Trabalhei em relações públicas e comunicação social na 5ª Seção do Estado-Maior do Comando Militar do Sul (CMS). Era o sargento e posteriormente o subtenente que ajudava na montagem das cerimônias. Aos poucos tudo começou a regredir e a confinar-se no interior das Unidades. Em algumas guarnições as cerimônias começaram a sumir até dos pátios dos quartéis e hoje em dia se comemora o Movimento de 1964 em um salão. Fica tudo só entre nós e na imprensa não sai mais notícia sobre o assunto.

Outro absurdo – opinião muito pessoal – é não vermos mais alguém uniformizado circulando pelas cidades. Falta a presença do homem fardado tanto nas ruas quanto nos veículos de comunicação. Temos que aparecer mais para o público e promover o nosso marketing. Estamos muito calados e desprezamos as técnicas da comunicação social, a melhor arma de que dispomos para nos fazermos conhecidos e entendidos. E não estamos sabendo usá-la. Já dizia o Chacrinha[1]: "Quem não se comunica, se trumbica." Considero a comunicação importante demais para ser ignorada pela nossa Instituição.

Cabe fazer uma ressalva: o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) tem melhorado muito e já vem focalizando com boa técnica as várias realizações do Exército. Infelizmente isto é pouco divulgado. Normalmente, só aparecemos na mídia para levar paulada. Por quê? Porque a maioria dos jornalistas está contra nós. Porque só falam em "anos de chumbo", "ditadura militar" e tortura. E este estereótipo vem sendo passado para esta geração de jovens que não participou daquele

[1] Conhecido animador de programas de auditório, já falecido.

período da nossa história. Então eles já crescem nos estigmatizando: militar é ignorante, é torturador; eles protagonizaram os "anos de chumbo" e não sei mais o quê.

Temos que mudar este quadro. É um processo longo e não é de um dia para o outro que o reverteremos. Se nossa discrição é uma técnica dos nossos comunicadores, eu não sei. Mas sei que temos que marcar presença em todos os momentos e melhor aproveitar esses 80% de credibilidade com que nos contemplam as pesquisas de opinião. Vamos nos encolher agora só porque os jornalistas estão contra nós? Não, a história do Exército Brasileiro faz parte da História do Brasil e não há por que se omitir. A Revolução de 31 de Março também faz parte dessa história, por que não comemorá-la? Naquela época forçaram-nos a agir daquela forma.

Se os senhores me permitem, quero aproveitar esta entrevista para parabenizar o General Comandante Militar do Sul pelo seu pronunciamento nas homenagens ao Marechal Castello Branco. Este reconhecimento ajusta-se ao objetivo desta pesquisa. Há muito tempo não ouvia de um chefe militar palavras como as expressas naquele evento. O General disse o que gostaria de ter dito e o que os meus amigos militares, certamente, queriam ouvir.

Como o senhor avalia o tratamento que a opinião pública internacional dispensou à Revolução?

Acho que principalmente os Estados Unidos, que sempre procuraram alcançar alguma ingerência no nosso País, aceitaram a Revolução e depois deram continuidade ao apoio, aprovando os governos militares. A nossa política interna, por sua complexidade, já é difícil de entender, ainda mais difícil e complexo é o entendimento da opinião pública internacional e sobre a qual não tenho maiores referências.

Como se processou a fase da "abertura" e da entrega do Poder aos civis, após o ciclo revolucionário?

O desengajamento foi tranqüilo, sem grandes dificuldades. Talvez o momento não tenha sido oportuno. Ao retardar a entrega do Poder houve um desgaste muito grande e desnecessário para a Revolução. É o meu ponto de vista: o desengajamento foi conveniente, mas não ocorreu no momento mais adequado, deveria ter sido antes!

E o que o senhor acha do "revanchismo"?

É algo injusto e terrível, e digo isso em todos os lugares e a qualquer momento. Se a anistia foi feita, ela deve valer para ambos os lados. Porque a verdade é a seguinte: só o Exército é o mau nessa história toda. Só se vê esse lado da moeda. Se falam na bomba do Riocentro por que não relembram o atentado do Aeroporto

de Guararapes? Daquele ato terrorista eles não falam, fazem até questão de esquecer. Se desenterram um terrorista desaparecido na época da operação Condor,[2] por que não desenterram os do nosso lado que também tombaram, só que defendendo a lei? Eu tenho conhecidos que morreram enfrentando o terrorismo. Eles só falam nos mortos do lado deles, sobre os nossos que morreram, nada.

Na minha maneira de ver o certo é tocar para frente, o País precisa ser alavancado, crescer. Agora, se vamos desenterrar mortos, torno a dizer, desenterremos de ambos os lados. Nós já abrimos todas as informações, não temos nada a esconder, e como eles não têm mais nada para falar, ficam fazendo represálias. "Revanchismo" é algo muito ruim, não leva a nada, precisamos acabar com este espírito de vindita.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos em face dos ideais da Revolução de 1964?

No momento não está preenchendo as nossas aspirações e sinto que estamos voltando à mesma situação anterior ao ano de 1964. Todos os valores estão de cabeça para baixo. Generalização é um erro, mas a grande maioria dos valores está invertida. Por exemplo: comparando esse homem lá das cercanias de Brasília que raspava uma árvore para fazer um chá para a mulher doente, com o outro que também raspava, bem perto dali, só que os cofres do governo, constatamos que o primeiro é preso por crime inafiançável e o outro, mesmo depois de defenestrado do Senado, vai embora e não fica preso nem 22h na Polícia Federal e, em seguida, se arruma.

Este é um exemplo mínimo da inversão de valores de que falo. Também os roubos, as falcatruas, os políticos denunciados, todos os dias na imprensa, e nada de punição. Por outro lado, a insegurança é terrível, não tem qualificação. O povo está implorando por socorro. Em quase todos os setores, aquelas mesmas aberrações que deram origem à Revolução estão acontecendo agora. É por isto que se ouve os pedidos de Exército nas ruas para conter a violência, principalmente a gerada pelo narcotráfico. O político está aí para resolver estes problemas mas não resolve.

Naqueles dias de abril de 1964 falava-se muito sobre a possibilidade de uma ação anti-revolucionária promovida por oficiais e sargentos de esquerda, ou brizolistas. O senhor soube de algo a respeito dessas ações?

Nos primeiros dias da Revolução, soube que alguns oficiais do 3º BRv tentaram afastar o Comandante da Unidade, Coronel Guerreiro Brito, oficial radicalmente con-

[2] Operação conjunta dos países do Cone Sul contra o terrorismo.

trário à deposição do Presidente. A justificativa daqueles oficiais – todos sabidamente favoráveis ao Movimento – era evitar o massacre que se delineava através dos folhetos lançados pelos aviões que nos instavam a aderir à Revolução, sob pena de sermos metralhados. Só que o Subcomandante – no seu papel de moderador – ao tomar conhecimento da situação resolveu prender os conspiradores. Entre eles estava o Capitão Rotta, que era meu comandante de companhia.

Para encerrar a sua entrevista uma última pergunta. Como o senhor vê a atual conjuntura do nosso País?

Agradeço o ensejo de discorrer sobre este assunto, para mim da maior relevância. Sempre que me é dada uma oportunidade de falar, sempre que se abrir um espaço para que possa me pronunciar sobre o momento que estamos vivendo, pronuncio-me com convicção naquilo que penso e no que sinto. Fui forjado no Exército Brasileiro. Com 17 anos fui para a EsSA, me formei, fiz carreira, saí Capitão, cumpri com o meu dever. Sou homem que gosta de chefiar e do trabalho. Fui para a reserva há cinco anos, mas tenho outras atividades, não parei, continuo produzindo e acho que a vida tem que ser assim.

Nós da reserva nos ressentimos da falta de alguém que dê um soco na mesa e diga: "Vamos acabar com isso, basta!" Um bom sinal neste sentido foi o pronunciamento do Comandante Militar do Sul em recente solenidade militar. Suas palavras tiveram uma excelente repercussão no seio do pessoal da reserva, tanto nos clubes que freqüento quanto nos locais onde estou trabalhando. O General disse o que muitos queriam ouvir. Estamos há seis anos sem um reajuste de vencimentos e a inflação vai corroendo o pouco que ganhamos. Na cabeça dos políticos e dos tecnocratas ela não existe, mas as contas de luz, da água, do telefone, a passagem do ônibus, o imposto de renda, todos esses compromissos mostram o contrário. E nós todos – falo do círculo em que mais convivo, os sargentos, os subtenentes e oficiais do Quadro Auxiliar (QAO) – vivendo apertados, situação que acarreta reflexos para a família, o estudo dos filhos, e até a própria moradia. Aos poucos estamos sendo empurrados para a periferia das cidades, para um convívio promíscuo e perigoso.

Por outro lado, percebemos que a falta de recursos para a manutenção do material das Forças Armadas, com a "canibalização de aviões e viaturas", a falta de munição, de comida no rancho, prejudica a operacionalidade da tropa e compromete a soberania futura do País. Fico preocupado com isso. Acredito que as coisas mudem. Mas para que as mudanças ocorram é necessário que sejam ditas palavras fortes como as proferidas pelo Comandante Militar do Sul. Acredito neste País e

desejo que tudo dê certo, que novamente a harmonia volte a reinar na sociedade brasileira. Do jeito que está não pode continuar!

Fiquei muito honrado e lisonjeado com o convite para prestar este depoimento. Acho que devemos aproveitar todo espaço disponível para expor nossas idéias. Tenho escrito alguns artigos em defesa do nosso Exército e do nosso País, porque desejo que estas lições fiquem para os nossos filhos e desejo que eles continuem a nossa obra. Muito obrigado.

Agradeço a colaboração do Capitão Emerson Rogério de Oliveira ao Projeto de História Oral. Seu depoimento permitiu-nos uma melhor compreensão das angústias que afligem um jovem recém-saído de uma escola de formação e que se vê envolvido nos conflitos de uma Unidade ideologicamente dividida, como foi o 3º BRv de Vacaria, naqueles dias de março e abril de 1964. O seu patriotismo aflora ao longo da entrevista, caracterizando o militar orgulhoso da sua profissão e o cidadão correto e empreendedor que se dedica intensamente as suas atividades.

Capitão Carlos Berteli

O Capitão Carlos Berteli nasceu em setembro de 1944 na cidade de Chapecó, oeste catarinense. Em julho de 1963 sentou praça na 1ª Cia do 13º Regimento de Infantaria (1ª/13ºRI), na época aquartelada em Francisco Beltrão, PR.

Viveu os primeiros tempos da Revolução como cabo daquela subunidade independente até apresentar-se voluntário em dezembro de 1964 para tornar-se pára-quedista. Aprovado nos exames físicos preliminares, fez o curso e brevetou-se no primeiro semestre do ano seguinte. Durante sua permanência no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BIPqdt) foi promovido, em 1968, a 3º-Sargento. Em 1970 foi transferido para a Companhia de Comando do III Exército (Cia Cmdo/III Ex) em Porto Alegre, RS, onde, em 1975, foi promovido a 2º-Sargento. Entre 1970/1980 serviu no 2º Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF) em Boa Vista, RR. Retornou para sua Subunidade anterior, ali sendo promovido a 1º-Sargento em 1982 e a Subtenente em 1985.

Quando de sua promoção a 2º-Tenente foi transferido para o Comando da 3ª Região Militar (Cmdo 3ª RM), onde passou a atuar na área de informações. Serviu naquele Comando Regional até sua transferência para a reserva, a pedido, em abril de 1996, já como Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais – Administração Geral. Dois anos depois foi contratado como prestador de tarefa por tempo certo (PTTC), para trabalhar na 2ª Seção do Comando Militar do Sul (CMS), onde até esta data é Auxiliar de Analista.

No decorrer de sua carreira e mercê de seus atributos de militar de escol, foi agraciado com as Medalhas Militar de Ouro, do Serviço Amazônico e do Pacificador.

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2002.

Dando prosseguimento ao nosso plano de entrevistas, ouviremos hoje o Capitão da reserva Carlos Berteli que, em março de 1964, com 20 anos, era recém ingressado no Exército. Ele nos dará a visualização e a reação de um graduado – era cabo na época – ao ver-se envolvido como partícipe de um movimento político com a importância da Revolução de 1964.

Comecei a minha vida militar na então 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria (1ª/13ºRI), em Francisco Beltrão, interior do Paraná, em julho de 1963.

Eu era um jovem de origem humilde e quando entrei no Exército tinha pouca instrução – havia cursado apenas o primário – e quase nenhuma cultura. No momento em que eclodiu a Revolução nós não possuíamos – eu e a maioria dos meus companheiros do quartel – qualquer visão dos precedentes do Movimento. Fomos apanhados de surpresa, como aliás quase a totalidade do Exército. Nos dias que o antecederam houve alguma agitação e comentários na cidade e no quartel. No dia 31 de março, fomos informados de que eclodira, em Minas Gerais, um movimento contra o governo.

Minha Unidade, na verdade uma Subunidade isolada, era uma Companhia de Infantaria pequena – posteriormente foi extinta – estando o aquartelamento hoje ocupado pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (16º EsqdCMec), que foi transferido de Passo Fundo. Quando a Revolução foi deflagrada, a Companhia entrou em prontidão. Permanecemos no quartel até recebermos ordens para entrarmos em apronto operacional, embarcados e em condições de nos deslocarmos até a fronteira com Santa Catarina, para uma região próxima de Caçador e Joaçaba.

O nosso Comandante requisitou caminhões de empresas comerciais que foram levados para o interior do quartel. Lembro que uma parte do efetivo embarcou nos caminhões mas não chegou a sair pois receberam ordem para desembarcar e permanecer no quartel. Depois a prontidão foi suspensa, e o Comandante, Capitão de Infantaria Dimaróh de Marins Peixoto foi afastado do comando. Acreditava-se, na época, que o seu afastamento se dera por não ter cumprido a ordem de deslocar a Subunidade para Santa Catarina. O Subcomandante, Tenente Clelio Affonso Lemos, passou a responder interinamente pelo comando da Companhia.

Posteriormente, o comando do 13º RI de Ponta Grossa, ou outra autoridade superior, designou para a nossa Companhia o Capitão João da Cruz Albernaz Filho e o Aspirante Osires Fernandes de Souza. Este último, como Coronel, comandou em Cuiabá e, não faz muito tempo, já na reserva, era chefe da Segurança de Itaipu.

Um ou dois meses depois recebemos ordens para fazer vistorias em cidades próximas, localizadas na área sob a responsabilidade da Guarnição de Francisco Beltrão.

A finalidade dessas vistorias, ou patrulhas, era recolher o armamento da população, tendo em vista os movimentos subversivos que estariam se articulando naquela região, e também verificar a existência e atuação dos “grupos dos onze”, liderados pelo Brizola. Fizemos diversas patrulhas e incursões, saindo do quartel e passando vários dias fora, recolhendo armas.

Como a situação era especial – vivíamos em ambiente revolucionário – entrávamos nas casas sem ordem judicial e revistávamos tudo, mas sempre com a preocupação de evitar excessos. Nunca presenciei nenhuma violência e, que eu saiba, ninguém foi maltratado pelo nosso pessoal. Só recolhíamos as armas de fogo. E foram muitas, todas de porte individual: revólveres, garruchas, espingardas e algumas metralhadoras INA, aquela produzida pela Indústria Nacional de Armamentos. Não encontramos explosivos e não apreendíamos as facas.

Como vocês identificavam a casa onde deveriam fazer essas revistas?

Não sei, o comandante da tropa é que determinava. Eu apenas recebia ordens, essa ou aquela casa, e as cumpria. Às vezes, até um casebre humilde revistávamos: chegávamos, batíamos e entrávamos. Hoje, acredito que estas incursões eram fruto de denúncias contra “grupos dos onze” que existiam na área e também para atender pedidos dos encarregados dos vários Inquéritos Policiais-Militares (IPM) realizados na nossa área e presididos por oficiais que vieram de Curitiba para Francisco Beltrão. Ao final, algumas pessoas foram presas.

Em síntese, o que eu vivi no período da implantação do regime revolucionário foi isso. Não foi muito, porque a área de atividade era restrita à minha graduação.

Sentiu entre os companheiros alguém que não estivesse conforme com a situação?

O pessoal se limitava a obedecer as ordens. Ninguém reclamava, talvez porque não entendêssemos o que estava acontecendo, não tivéssemos nenhum conhecimento sobre a situação e também porque éramos disciplinados. Aliás, o sulista em geral é disciplinado. Então, não se perguntava muita coisa.

Esse clima de desconfiança a que talvez o senhor esteja se referindo, vivi posteriormente, em 1968, já na vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), quando servia na Brigada Pára-quedista. Lá, sim, havia um clima muito pesado dentro do quartel. Muitos oficiais não concordavam com a idéia de os ministros militares assumirem a Presidência da República.

Já no Governo do General Médici, cerca de quarenta oficiais embarcaram em viaturas militares e dirigiram-se ao Aeroporto do Galeão com o intuito de impedir a decolagem do avião que iria para o México levando os prisioneiros que foram trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick, que havia sido seqüestrado.

Na parada do dia 7 de setembro, a Artilharia Pára-quedista, antigo Grupo de Obuses Pára-quedista (GOPqdt), em sinal de protesto, não desfilou.

O senhor era de Infantaria?

Sim, eu era infante e quando cheguei na Brigada Pára-quedista fui para o Regimento Santos Dumont que posteriormente foi desmembrado em três Batalhões independentes: o 25º, o 26º e o 27º. Fiquei no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BIPqdt) até agosto de 1970; seis anos de pára-quedismo. Vivi um período muito importante da Revolução dentro da Brigada. O ambiente na Unidade, e no Rio de Janeiro, era muito diferente daquele que eu vivera na minha Companhia no interior do Paraná.

Só para complementarmos o assunto, aquele movimento da Artilharia foi liderado por quem?

Pelo Coronel Dickson Melges Grael. Soubemos depois que ele foi nomeado comandante do Grupo de Artilharia de Uruguaiana. Diziam que sua transferência para o Sul fora a título de castigo. Comentava-se na Infantaria que ele tinha sido audacioso: declarara na frente da tropa que a Artilharia não iria desfilar no dia 7 de setembro, porque ele não concordava com a liberação dos presos.

Esse pessoal era o mesmo que tentara impedir o embarque dos subversivos no Galeão?

Não, a maioria dos que foram ao Galeão eram de Infantaria. Trinta e nove oficiais pára-quedistas e um da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Foram com as viaturas e o armamento do quartel, mas chegaram atrasados. Lá na Brigada havia rumores de que eles acabaram entrando em atrito com o pessoal da Aeronáutica.

Como o avião já havia decolado, ou não conseguiram impedir a decolagem, foram até a Rádio Nacional e leram um manifesto. Depois veio a punição; vinte a trinta dias de prisão para cada um, cumprida em vários quartéis; até o 3º Regimento de Infantaria (3º RI) abrigou alguns dos oficiais punidos. Todos jovens capitães...

Um deles, o Capitão Eglair Barcelos Alves, era meu Comandante de Companhia na Brigada Pára-quedista. Serviu aqui na 6ª Divisão de Exército (6ªDE) e depois, como Coronel, foi nomeado comandante do 7º RI quando servia aqui no QG. Mas se acidentou em um jogo de futebol, bateu a cabeça e ficou momentaneamente incapaz. Em conseqüência, não assumiu o comando e mais tarde foi para a reserva.

Mais alguma observação sobre a sua passagem pela Brigada Pára-quedista?

Em 1968, quando foi assinado o AI-5, a situação ficou crítica. Na tropa só sabíamos aquilo que filtrava no meio dos graduados. Comentava-se que as atividades de Informações estavam centralizadas no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão

de Mesquita, na Companhia de PE da Vila Militar, e em São Paulo, na Operação Bandeirantes (OBAN). Comentavam que a atuação daqueles órgãos era bastante intensa.

Quando o senhor fala em atuação intensa, seria o quê?

Prisão e interrogatório do pessoal suspeito. Se houve excesso nestas atividades, eu não sei.

Até quando o senhor permaneceu na Brigada Pára-quedista e para onde foi transferido?

Até dezembro de 1970 quando vim para a Companhia Comando do III Exército (Cia Cmdo/III Ex), hoje CMS que, na época, ocupava o prédio onde atualmente está localizado o Museu.

Seus vínculos familiares permaneceram no Paraná?

Sim, embora eu seja meio cigano. Nasci em Santa Catarina, filho de pais gaúchos e fui criado em Pato Branco, no Paraná, próximo de Francisco Beltrão. Por isso incorporei na 1ª Companhia do 13º RI. Mas quando ingressei no Exército já tinha vontade de ser pára-quedista.

E não saiu mais de Porto Alegre?

Saí em 1979 para servir no Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF) em Boa Vista, Roraima. No final de 1980, retornei à Companhia de Comando do Comando Militar do Sul (CMS) e fui designado para trabalhar na 2ª Seção do Estado-Maior.

Meu primeiro chefe de seção foi o Coronel Estanislau Kostka Majerkowski. Como Major, ele comandou o antigo Depósito de Armamento e Munição, destinação inicial do prédio da Companhia de Comando. O pavilhão era também chamado de Arsenal de Guerra.

O Majerkowski é de Cavalaria. Aspirante de 1951, uma turma na minha frente. Eu o conheci, era um homenzarrão!

Fumava cachimbo e era maçom. Um homem muito bom e muito correto. Pena que não tenha sido promovido a general. Fui chefiado depois pelo então Coronel Arlênio Souza da Costa. Após entregar o comando do 19º RI ele veio chefiar a 2ª Seção do CMS, e quando promovido a General, foi comandar a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá, MT. Foi um chefe fora de série. Muito humano e preocupado com os seus graduados, deixou uma ótima impressão para nós da 2ª Seção do CMS. Está na reserva e mora aqui em Porto Alegre. Além destes dois, também foi meu chefe o Coronel Antônio Pereira de Holleben. Hoje, já na reserva, reside em Florianópolis. Ele era muito amigo do então arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, um religioso que defendia abertamente os militares.

Voltemos ao seu primeiro período como sargento da Companhia Comando do III Exército. Embora naquela época ainda não estivesse trabalhando na área de Inteligência, pergunto se tomou conhecimento de algum fato relacionado com o nosso tema e que mereça ser comentado nesta entrevista?

Houve um fato que na época foi muito falado no círculo dos sargentos. Quando o Jango faleceu o seu corpo deveria ser transladado para o Brasil através de um determinado trajeto, estabelecido pelas autoridades competentes, e este trajeto não foi obedecido. O General Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, tinha sido Chefe do Estado-Maior do III Exército e estava comandando a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), em Uruguaiana, permitiu que o corpo entrasse em território nacional através da ponte internacional (Passo de Los Libres/Uruguaiana), contrariando ordens recebidas.

Comentou-se, inclusive, que o General foi punido por não ter seguido à risca a orientação de não deixar o cadáver entrar por Uruguaiana, o que não deixa de ser um fato curioso. Não sei se é verdade!

Esse fato ocorreu e implicou a saída do Coronel Solon Rodrigues D'Ávila da Superintendência da Polícia Federal. Ele pediu exoneração por causa daquela confusão.

Tanto o General Mário Humberto quanto o Coronel Solon, seguindo a orientação do Gabinete da Vice-Presidência, permitiram que o féretro entrasse pela ponte de Uruguaiana. O Ministério do Exército divergia desta linha de ação. Do desentendimento entre as autoridades de Brasília, sobrou prejuízo para o pessoal do Sul. O General Mário Humberto foi recriminado e o Coronel Solon pediu sua saída da Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul.

Voltando ao tema da nossa entrevista, nesse período de oito anos que permaneceu na 2ª Seção, chegou a trabalhar em operações de informações?

Não. Atuei sempre na área da produção do conhecimento. Em 1988 fui promovido a Segundo-Tenente do QAO. Do início de 1989 até 1996, trabalhei na 2ª Seção da 3ª Região Militar, mais limitada. Era uma Agência considerada classe B ou C. Ela não produzia conhecimento e hoje praticamente não existe mais, é apenas uma Subseção de Inteligência da 3ª Seção. Está voltada, como sempre esteve, para a proteção do público interno, operações comunitárias e coisas dessa natureza. As 2ªs Seções de Região, quando próximas de Comando de Área, não atuam efetivamente, como uma verdadeira seção de Inteligência.

Como e quando o senhor começou a trabalhar no CMS?

Em 1996 fui para a reserva e, em 1998, voltei, a convite do Coronel Athos Gabriel Lacerda de Carvalho, então Chefe da 2ª Seção do CMS, para trabalhar naquela

seção, onde estou até hoje. Continuo sendo Auxiliar de Analista como era quando estava na ativa, encarregado da produção de conhecimentos.

O nosso universo de conhecimentos é compartimentado, como não poderia deixar de ser. Cada elemento da cadeia de informações só tem conhecimento daquilo que ele pode e deve conhecer, mas ele não sabe porque não é conveniente. É um dos fundamentos doutrinários da Inteligência.

Uma parte do público interno diz que alguns fatos que vêm ocorrendo e que nos machucam muito seria o "revanchismo". Existe isso?

Acho que existe. Exemplo é esse fato recente que aconteceu em Bagé quando houve mudança do nome e a retirada da placa do ginásio com agradecimentos ao General Médici. O Prefeito de lá, do Partido dos Trabalhadores (PT), alegando não sei o quê retirou a placa e trocou tudo.

Um dos pontos de que se fala muito nessa área de informações é o problema da tortura, do excesso, na ânsia de conseguir informações. Trabalhei dois anos nessa área e vi alguns companheiros que eram mais agressivos, mas apenas no falar. Agressão física, propriamente, nunca vi. O senhor só trabalhou nesta área de 1980 para cá, um período bem menos conturbado. De qualquer forma, deve ter ouvido algo a respeito de exorbitância, de falta de estabilidade emocional de um ou outro elemento nosso, que gerasse uma agressão.

Aqui na área do então III Exército nunca ouvi falar. A não ser o caso daquele sargento das mãos amarradas, e posteriormente o dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias. Mas parece que foram ações da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Há algo mais que queira acrescentar?

Desejo apenas agradecer ao Exército esta oportunidade que me foi concedida de relatar a minha experiência profissional na Revolução de 1964 e no Sistema de Informações, ambas gratificantes. Muito obrigado!

DEGRAVAÇÃO E DIGITAÇÃO

Adélia A. Sampaio

TRANSCRIÇÃO

Aricildes de Moraes Motta

Aurelio Cordeiro da Fonseca

João Carlos Rotta

Luiz Alberto de Oliveira Francez

OPERADOR DE ÁUDIO E VIDEO

Clandio Abrante

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 14

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"
E-mail: bibliex@bibliex.com.br
Homepage: www.bibliex.com.br

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 14

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

↓

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

↓

Transcrição com edição (2º documento escrito)

↓

Textualização (3º documento escrito)

↓

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
→ Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
→ Transcrição absoluta / Transcrição com edição / Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Antonio Carlos da Silva Muricy

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial, integrando a turma "Caxias", na então Escola Militar do Realengo, RJ, em 30 de dezembro de 1925.
- Principais funções exercidas: Instrutor e Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife; Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME); Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG); Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa; Comandante de Unidade; Comandante da Infantaria Divisionária (ID/7), em Natal; Comandante das 1ª e 7ª Regiões Militares; Subdiretor da Reserva; Chefe do Estado-Maior do III Exército; Chefe do Departamento-Geral do Pessoal; e Chefe do Estado-Maior do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola Superior de Guerra (ESG) e Command and General Staff School – Forte Leavenworth – EUA.
- Promoções: Segundo-Tenente em 23 de janeiro de 1926; Primeiro-Tenente a 27 de janeiro de 1928; Capitão a 2 de outubro de 1935; Major a 9 de outubro de 1942, por merecimento; Tenente-Coronel a 25 de janeiro de 1946, por merecimento; Coronel a 25 de abril de 1952, por merecimento; General-de-Brigada a 25 de julho de 1960; General-de-Divisão a 25 de julho de 1964, e General-de-Exército em 25 de novembro de 1966.
- Trabalhos publicados: A Guerra Revolucionária e a Ação Decisiva dos Civis (1963); A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935 (1965); Os Motivos da Revolução Democrática Brasileira (1964); Os Oficiais da Reserva e a Atual Situação do Brasil (1965); Defesa Civil (1951); O Planejamento Governamental (1955); A Grão-Colômbia, o Peru e o Chile (1954); Métodos de Trabalho da Escola Superior de Guerra (1952, 1953 e 1954), e Algumas Notas sobre Administração de Pessoal (1967).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, comandou a tropa que constituiu o Destacamento Tiradentes e que de Juiz de Fora deslocou-se para o Rio de Janeiro.

Depoimento do General Muricy sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, gravado no Auditório da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Rio de Janeiro, em 29 de março de 1994.

Antecedentes da Revolução

Vendo, nos dia de hoje, a deturpação dos fatos que levaram o Brasil ao Movimento revolucionário de 1964, é preciso dar um passo atrás e voltar ao ambiente, no tempo e no espaço, em que vivíamos nas décadas de 1950 e 1960.

A União Soviética estava, então, em plena fase de expansão. Era um período em que, após a guerra, ela, vitoriosa com o apoio dos EUA, se fortaleceu militarmente e, com base nas técnicas revolucionárias, organizadas e sistematizadas na guerra da Criméia, por próceres comunistas em que se destacava Mao Tsé-Tung, tratou de organizar as hostes marxistas e estabelecer uma estratégia que pretendia a conquista, se possível pacífica, do Poder, ou caso contrário, pela ação da força.

Dentro dessa idéia, a União Soviética tinha se apoderado dos países bálticos, dos países do leste europeu (Romênia, Bulgária e Polônia), e a própria Alemanha estava dividida em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental; avançara para a Ásia no Casaquistão e no Afeganistão e, claro, no Sudeste Asiático, na Indochina. Foram os soviéticos ao Vietnã, dominaram a China, tornaram-na comunista, apesar da reação de Chiang Kai-Chek, que acabou sendo obrigado a se refugiar em Formosa, formando uma China Nacionalista. A Coréia foi dividida em Coréia do Norte e Coréia do Sul. Na África, os soviéticos provocaram as revoluções que levaram à adesão da Argélia e da Tunísia ao seu regime.

Na América, eles conseguiram pôr um pé em Cuba nos anos de 1959, já dentro da sistemática da conquista mundial estabelecida por Lênin, que dizia: "A conquista e a derrubada dos Estados Unidos caminha pela Europa, África e pela América do Sul."

Já estavam, há muito tempo, trabalhando dentro do Brasil e reforçaram a sua ação. Nesse período, 1959, o Brasil tinha, como até hoje, problemas sociais muito graves, os quais foram amenizados em certos aspectos, mas exacerbados em outros, e mesmo estimulados, segundo a técnica da guerra revolucionária, de que "é preciso aproveitar a insatisfação de um povo para conquistar adeptos".

E o comunismo, que tinha sido derrotado no Brasil em 1935, quando dos levantes do Rio de Janeiro, do Recife e de Natal, mas nunca perdera a esperança de vencer, porque acreditava naquela máxima de Engel de que "a humanidade caminha de teses para antíteses e para sínteses, que geram novas teses, novas antíteses e novas sínteses, até chegar à implantação do comunismo no mundo". Dentro desse princípio, eles aceitavam a derrota como uma parte do processo.

O Brasil está infiltrado há muito tempo, e as técnicas da guerra revolucionária vinham sendo implantadas, aproveitando a insatisfação do povo e, principalmente, dos descompassos sociais que existiam, mais ainda, no Nordeste.

E aí, entro em meu primeiro encontro com essa desigualdade. Em 1958 fui comandar o Centro de Preparação de Oficias da Reserva (CPOR) do Recife. Lá tomei contato com o sofrimento do povo do Nordeste. Realmente, era um povo sofrido e, aproveitando-se dessa situação, começava a agitação provocada por Julião e outros líderes, que incitavam o povo a uma revolução. Esse movimento crescia, a agitação era cada vez maior e senti que era preciso levar tranqüilidade ao povo nordestino.

Em outras áreas do Brasil a mesma coisa acontecia.

Fui promovido a General em 1960, lá no Recife, e, quando vim ao Rio de Janeiro receber a minha espada, estando em plena cerimônia, recebi recado do Ministro, Marechal Odylio Denys, para ir lhe falar. Apresentei-me a ele, e ouvi:

– General Muricy, o senhor já tem destinação. O senhor vai comandar a Artilharia Divisionária (AD) de Cruz Alta.

– Pois não – respondi.

– Mas o senhor não vai só comandar Cruz Alta, não. Vai fechar o caminho da serra, se for necessário.

– Que é que há, Senhor Ministro?

– O Governador do Rio Grande e o General Osvino Ferreira Alves, Comandante do Exército, estão conspirando e eu já tenho quem feche o caminho do litoral se isso for preciso. Preciso de alguém de minha confiança que feche o caminho da serra. É o senhor.

E assim fui para o Rio Grande do Sul. Lá procurei contato com as unidades militares de Santa Maria, de Porto Alegre, de Alegrete, com o Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, que era o General Ulhôa Cintra, firme no Movimento de 1964, e verifiquei que havia realmente um preparativo de revolução e, também, vontade de combatê-la.

Em 1961 veio o episódio da renúncia do Presidente, e todos conhecem como terminou: os ministros militares se tinham oposto à assunção da Presidência pelo Dr. Jango, mas o Governador do Rio Grande do Sul criou uma "Cadeia da Legalidade", aliás, saindo da legalidade para apoiá-lo. O General Machado Lopes, com receio de desencadear uma guerra civil dentro do Estado, com derramamento de sangue, acabou aderindo a Brizola, e eu tive que sair de lá, voltando para o Rio de Janeiro, para aguardar nova comissão. Seguiu-se uma série de pormenores, que não vêm ao caso, episódios marcantes, mas que não cabem no momento.

Vim para o Rio. Tinha assumido o Ministério do Exército o General Segadas Viana, meu amigo, um homem sério, um bom chefe; tinha sido meu instrutor na EsAO, e ele me disse: "Muricy, eu não tenho condições de lhe dar agora uma Comissão de Comando o que farei logo que possível." Logo adiante, eu sou chamado

por ele, vou ao Ministério, e ouço: "Muricy, você vai comandar a ID/7, em Natal." E assim fui parar lá.

Voltando para o Nordeste, observei que o ambiente era muito pior do que eu tinha conhecido quando lá servira em 1957, 1958 e 1959. A agitação era imensa em toda parte: eram canaviais sendo queimados, eram as "Ligas Camponesas" agitando o povo, eram as entidades de classe a fazer proselitismo revolucionário, era o então Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola a desencadear, através da Rádio Mayrink Veiga, pregação subversiva, e correndo o Brasil pregar a "revolução".

Chegando ao Rio Grande do Norte, tive contato mais cerrado com alguns elementos de grande valor na luta contra essa pregação: um, o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, então Administrador Apostólico, porque o Bispo mesmo, estava cego; e outro o Ministro Aluízio Alves, então Governador do Rio Grande do Norte. Estes dois homens eram de grande formação moral e um D. Eugênio, de uma integridade absoluta e impoluta; Aluízio, um político, com as virtudes e os defeitos do político brasileiro, fazendo o que era possível para se sustentar politicamente.

Lá assisti a várias coisas interessantes.

Em primeiro lugar, um episódio: na Semana Santa, é tradicional haver procissão em que o Comandante da Guarnição, o General, segurava o "palium" junto com as autoridades do Estado, a fim de homenagear o nosso Deus. Estava me preparando para ir para a procissão, quando D. Eugênio chegou e me disse:

– General, vou pedir uma coisa ao senhor: não vá segurar o "palium".

– Por quê?

– Porque o Prefeito de Natal, que é comunista, quer segurá-lo e eu não quero.

– Pode ficar descansado.

O Prefeito de Natal era o senhor Djalma Maranhão, um homem que tinha qualidades, mas era comunista por convicção, e era um homem atuante no partido.

Outro episódio: nessa ocasião, os cubanos organizaram em Natal o 4º Congresso Latino-Americano dos Estudantes, 4º CLAE.

O 4º CLAE não logrou dominar o ambiente porque D. Eugênio conseguiu colocar gente sua dentro do Congresso; e assim anulou e enfrentou os comunistas e conquistou adeptos. Por isso os estudantes comunistas prepararam um novo Congresso; eu estava no meu Quartel-General quando chegou um oficial meu e disse:

– General, os estudantes vão tirar o Congresso de Natal e levar para Mossoró; eles estão se armando e vão preparar um motim e uma baderna por lá.

Naturalmente, eu saí e fui procurar o Governador.

– Dr. Aluízio, está havendo isso, isso e isso...

– Eu vou tomar providência, vou fazer isso, isso...

– Já tenho gente lá – respondeu D. Eugênio.

O Congresso não se realizou. Até hoje, eles têm raiva porque não se realizou o Congresso de Mossoró. Atitude corajosa, a de D. Eugênio.

Nesse meio tempo, senti que havia um desconhecimento completo da sociedade a respeito do panorama brasileiro que estava já em convulsão dentro de uma sistemática de guerra revolucionária criada pelos comunistas. Resolvi, então, fazer de público uma conferência sobre "A guerra revolucionária e a responsabilidade dos civis", porque a guerra revolucionária se combate com conhecimento de causa, com ordem, com a atuação de todos os segmentos democráticos, de todas as áreas, principalmente nas áreas civis. Era preciso mostrar o que acontecia, e fiz, lá em Natal, uma conferência sobre a guerra revolucionária na Escola de Direito. Essa conferência foi publicada e irradiada em muitos lugares do Brasil.

A crise continuava, e deu-se então em 1962 o meu segundo "entrevero" com o ex-Governador Brizola.

O Embaixador Lincoln Gordon, americano, ia ao Recife e a Natal, a fim de inaugurar umas tantas obras que tinham sido feitas em cooperação com as autoridades americanas.

Estava eu numa reunião, que não me lembro qual, com o Governador Aluízio e ele me disse:

– General Muricy, vamos ter aborrecimento.

– Por quê?

– Porque o Prefeito Djalma Maranhão disse que não vai tomar conhecimento da vinda do Embaixador americano.

– Mas como? Ele é o dono da casa, e o Embaixador é o representante de uma potência, de uma nação amiga, como é que ele não toma conhecimento?

– Não, ele disse nenhuma; que eu é que me virasse.

– Bom, vamos nos preparar para os aborrecimentos que vêm – respondi.

Foi quando o Governador resolveu desmoralizar Djalma Maranhão e publicou no jornal *A Tribuna*, de Natal, um retrato dele, Djalma, pedindo dinheiro à "Aliança para o Progresso", que era uma instituição americana. Natal inteiro riu do Djalma Maranhão: "Então esse é o homem que ataca os americanos e vai lá para pedir dinheiro? Que moral tem ele?"

O Djalma Maranhão ficou sem saber o que fazer e pediu socorro aqui no Rio para as ligações dele, e quem foi lá para apoiá-lo foi Leonel Brizola, então Deputado e já agitando o Brasil, na preparação do "grupo dos onze" e seu movimento revolucionário reformista, que não era comunista, mas de agitação revolucionária populista; mas cooperava para criar o ambiente para a guerra revolucionária comunista.

O Deputado foi a Natal no dia exatamente em que o Embaixador americano fazia a visita protocolar. Nesse dia o Secretário de Segurança me avisou: "General, o homem vem aí falar no Grande Ponto." Não sei se tem alguém que conheça Natal. O Grande Ponto, em Natal, é o local onde todos deitam falação e, de lá, ela se irradia por todo o Rio Grande do Norte. Eu disse: "Bom, grave o que ele disser."

À noite, banquete no Palácio do Governo, as autoridades todas lá, e nessa mesma hora, no Grande Ponto, se dava a reunião contra a ida do Embaixador americano.

Para minha surpresa, quando estou sentado à mesa, ao lado de D. Eugênio e de minha senhora, chegou o Secretário de Segurança, Coronel Ulysses Cavalcante, que me disse:

– General, o homem está aí, atacou o Embaixador e atacou o senhor.

– Eu? O que é que eu tenho a ver com o Embaixador Lincoln Gordon?

– Mas ele atacou.

– Vá saber o que é que há realmente, porque isso é uma coisa da maior gravidade.

Ele saiu, voltou e disse:

– Sim senhor, ele declarou que a guarnição daqui era comandada por um General que era golpista, gorila, e que tinha fugido de Porto Alegre para não ser preso. E a oficialidade está revoltada e se preparando para algum desforço.

Eu, imediatamente, levantei-me, chamei os três oficiais que estavam no banquete e disse para o D. Eugênio:

– D. Eugênio, o senhor está ouvindo isto? Vai haver alguma coisa; o que vai acontecer eu não sei. De maneira que vou sair.

Quando saí do Palácio, estavam já 3 ou 4 oficiais à minha espera e dizendo:

– General, o homem falou, atacou o senhor, e nós vamos pegá-lo.

Eu disse para mim mesmo: "O que é que esse homem quer?" Só há uma explicação: se um indivíduo vem me atacar aqui em Natal, com a tropa toda minha, é porque ele quer apanhar; ele quer ser mártir. E, se ele for mártir, ninguém mais o segura. E a "revolução" que ele prega será vitoriosa. "Vamos para minha casa. Vamos conversar, vamos mudar o uniforme, vamos conversar."

Eu e minha senhora fomos para casa e, no caminho, raciocinei: "Se ele quer ser mártir, ele não será mártir... Ele não vai apanhar."

Ao chegar em casa, lá estavam vários oficiais, entre eles os Comandantes de unidade (porque mandei reunir todos os Comandantes de tropa); conversei com eles, que estavam querendo um desforço; segurei-os, até que lhes disse:

– Ele não pode apanhar!

– Ah, mas General, não podemos impedir.

– Então, ponho a tropa de prontidão. Todo mundo para o quartel! Vão todos para casa, para o quartel e que ninguém saia sem minha ordem!

Estava em minha casa quando chegou um oficial que disse:

– O Tenente Fulano (era o Oficial da Educação Física do 16º RI), está lá com um grupo.

– Chame Tenente Fulano!

Chegou o Tenente, um homem de quase 2 metros de altura, parrudo.

– General!

– O que é que há?

– Nós vamos pendurar o homem.

– Não vai não, você vai ficar sentado aqui nessa cadeira.

E assim fui segurando meus oficiais, sem tomar nenhuma outra atitude. Aí o Coronel Ulisses virou-se e disse:

– Mas General, o senhor não pode ficar sem desagravo. Tem que ser feito qualquer coisa contra esse homem. O que é que o senhor acha?

– Agora que vocês estão mais calmos, amanhã às 10h, no meu Quartel-General, quero que vocês façam uma manifestação. Reúnam-se para me dizer isso.

Não dormi essa noite, e minha mulher a me dar calmante, e eu, tendo que falar no dia seguinte, juntando idéias para poder escrever o que queria, sem exageros mas com firmeza.

Foi uma noite tremenda, uma das poucas em que deixei de dormir por preocupação.

No dia seguinte, depois de levar o Embaixador ao aeroporto, fui para o Quartel-General, ouvi a gravação do discurso que Brizola havia feito na véspera. O discurso era francamente subversivo. Entre as coisas que ele disse, lembro-me do seguinte: "É preciso deixar estourar esta panela de pressão para que possamos fazer alguma coisa pelo povo brasileiro. É preciso..." e por aí afora. Brizola pregou um "movimento revolucionário" naquela noite em plena praça pública. Esta gravação deve estar ainda lá em Natal, se não jogaram fora.

A seguir, houve a manifestação de apoio a minha pessoa. Recebi oficiais do Exército, da Marinha e da Polícia Militar (o Governador me apoiou completamente e, depois, mandou imprimir a conferência, que eu tinha feito sobre a guerra revolucionária). E eu fiz o meu pronunciamento, aceitando a manifestação de desagravo que teve larga repercussão.

Por coincidência, estava em Natal o jornalista do *Correio da Manhã*, Fernando Luiz Cascudo, filho do meu velho amigo Câmara Cascudo. E o Fernando pegou minha documentação, mandou para o Rio e, no mesmo dia, foi publicado em todos os

jornais daqui (lembro-me que *O Globo* colocou como manchete a frase: "Basta de agitação!", que era um trecho do que eu tinha dito). Essa minha resposta a Brizola encontra-se impressa, por iniciativa do General Antonio Jorge Corrêa numa Coletânea de escritos meus sob o título: "Palavras de um Soldado" editado pelo Ministério do Exército.

Bom, soltando um pouco a alma. A coisa mais dolorosa que há é um indivíduo sentir vontade de surrar outro e ter que defender esse outro, impedir que ele apanhe. Mas, eu achei que como Chefe e como homem preparado para a guerra, tinha que agir com a cabeça e não com o coração.

Ainda em Natal, outro episódio:

Estava um dia no Quartel-General, quando me avisaram: "O Deputado Sargento Garcia vem a Natal." São coisas do passado. Quem era o Deputado Sargento Garcia? Era um sargento que tinha sido eleito deputado federal e que corria o Brasil pregando a subversão contra os oficiais para, dentro do princípio da guerra revolucionária, dissolver ou tentar fazer com que as Forças Armadas perdessem substância.

No dia marcado lá estava ele, que tinha ido pregar a união dos sargentos. Precisavam "se unir" para enfrentar a "autocracia" dos oficiais etc. No dia seguinte estava eu no QG quando entrou o Dr. Aluízio Alves: "General Muricy, ontem foi ao Palácio o Deputado Sargento Garcia e ele, julgando que eu era de sua corrente de opinião, abriu-se, e disse que estão preparando a subversão e que já há postes escolhidos para pendurar os Chefes que a ela se opuserem; inclusive o senhor, já tem poste escolhido." Isto é para os senhores sentirem o ambiente daquela época.

A Reação Democrática

Passou algum tempo e, em 1963, fui transferido para o Rio de Janeiro. O ambiente já era pesado aqui. O Governo, que não tinha confiança em mim, me colocou na Subdiretoria da Reserva, um lugar de General mas cujo comando era sobre papéis e escrivaninhas. Não havia nenhuma possibilidade de lutar com meus próprios elementos.

Por esse tempo, o Governo Federal, Jango, já estava dominado pelos comunistas, que agiam no sentido de organizar as pressões de base e as pressões de cúpula, que são técnicas para a conquista pacífica do Poder, técnica que tinha sido realizada com sucesso na conquista da Tchecoslováquia. Por isso, o Governo começou a baixar decretos sobre decretos, criando órgãos de agitação, aproveitando-se das dificuldades no campo, criando a célebre "reforma agrária" que, como diziam Julião e outros, seria "na lei ou na marra". Assim, eles já estavam em plena agitação

quando vim para o Rio de Janeiro e nós, os democratas, começamos a incrementar as medidas para enfrentar essa situação.

Chegando aqui, encontrei me esperando dois oficiais, Ulhoa Cintra e Caracas Linhares, que me disseram:

– Muricy, viemos dizer a você para fazer ligação com o General Cordeiro, porque nós estamos nos articulando para defender o Brasil contra esta maré montante do comunismo que todo dia cresce sem a menor resistência ou sem o menor obstáculo do Governo.

– Eu já estou em ligação com ele – disse-lhes.

Pressentindo este problema, já no Nordeste, tinha me ligado com todos os principais comandos, e os Comandantes lá no Nordeste eram um bloco só. O Nordeste, em vista da agitação existente, do movimento das "Ligas Camponesas", das agitações de todas as áreas, estava coeso para enfrentar o movimento que o Governo Federal preparava. E eu digo "o Governo" porque não era o Presidente, eram os homens em torno do Presidente, e o governo não é um homem, é um grupo de homens ligados por uma hierarquia.

Na Diretoria da Reserva tive contato então com os grandes articuladores do Movimento de 1964. Contato cerrado, principalmente com dois homens: os Generais Oswaldo Cordeiro de Faria e Ademar de Queiroz. Estes dois foram os grandes costureiros da ação militar da Revolução de 1964.

Em todo o Brasil se conspirava, em todo o Brasil havia reação ao estado de coisas que se instalava no País. Havia a mulher brasileira, que em todas as áreas, criava movimentos contrários à agitação. Em Minas, a mulher mineira tinha posto para fora, a correr, o Deputado Brizola. As mulheres de São Paulo tinham se reunido para fazer manifestações de rua. Lá no Recife, a mulher pernambucana tinha feito uma reunião num ginásio e o Governo Arraes, tendo mandado cortar a luz, fizeram o movimento à luz de velas. Em toda a parte a mulher se unia. Aqui no Rio, o movimento era através da irmã de um colega nosso, o Molina, não me lembro do nome dela, mas me recordo que organizou depois aquela passeata que se realizou aqui no Rio, de mais de um milhão de pessoas, principalmente mulheres, logo depois da Revolução.

Chegamos ao Rio de Janeiro com o Brasil pegando fogo, com o Brasil cada vez mais tumultuado pelos movimentos de base: CGT, PUA, "Ligas Camponesas", movimentos operários etc. No Congresso, um movimento autodenominado "nacionalista" tinha aproveitado o espírito de brasilidade de muitos e induzido muitos inocentes úteis a julgarem estar defendendo a nacionalidade, quando na verdade estavam ajudando o comunismo aqui se implantar.

Nesse período, estávamos vivendo uma fase absolutamente defensiva, de expectativa, procurando estar em condições de enfrentar o golpe que se armava.

Desde que eu chegara, tratara de adaptar-me a esse ambiente.

No segundo semestre de 1963, ocorreu em Brasília a primeira revolta realmente séria. Cabos, soldados e sargentos ocuparam pontos sensíveis da capital em setembro e foi preciso uma atuação enérgica do Ministro General Jair Dantas Ribeiro que, numa ação vigorosa, conseguiu dominar em dois dias o movimento e prender os criminosos, com algumas mortes e muitos feridos. Poucos, hoje, se lembram disso, e poucos sabem o que realmente ocorreu.

No Rio, ao me apresentar ao Ministro Jair, de quem eu era amigo, disse-lhe: "Jair: duas coisas: primeiro, meus parabéns pela sua atuação em Brasília, dominando aquele movimento; segundo, ao mesmo tempo quero discordar de você por ter promovido o Vilanova Madeira a General. O Vilanova foi meu aluno, era 'isto', 'aquilo outro'." (O Vilanova vai aparecer mais adiante, em outro episódio).

Estou falando muito na minha pessoa, mas foram fatos que vivi, e portanto fica muito mais objetivo falar na primeira pessoa que fazer considerações teóricas.

Aqui chegando, já encontrei um movimento geral, coordenado pelo Cordeiro e pelo Ademar, para aglutinar todos os que quiserem lutar pela democracia.

Eu me ligava ainda a vários companheiros como o Orlando Geisel, Golbery, Cintra, Ernesto Geisel e outros de menor graduação. E assim a situação foi se armando, sempre com a idéia defensiva.

O Ademar e o Cordeiro conseguiram convencer o Castello, um homem de espírito legalista absoluto, que tinha uma vida coerente, sempre na legalidade, de que ele tinha de lutar contra o Governo. Em face das evidências, integrou-se ao movimento. Não foi difícil convencer a Amaury Kruel, comandante em São Paulo, que era amigo pessoal de Jango, mas era também anticomunista, e que acabou ficando contra o amigo, para ficar com o Brasil; assim, como eu disse, prosseguimos em nosso trabalho de aglutinação.

E assim estávamos, quando, em dezembro de 1963, tive notícias de que o Presidente, pressionado pelos comunistas, se preparava para, possivelmente em maio, dar um golpe contra o Brasil, contra o povo brasileiro.

Como que eu soube disso? Um amigo meu, Madureira de Pinho, muito amigo do Walter Moreira Salles, do Unibanco, chegou a mim, afobado, e disse: "Muricy, o Walter me disse que está aterrorizado porque foi chamado pelo Presidente, que lhe disse: 'Queria que o senhor fosse para lá (tinha sido nomeado Embaixador nos Estados Unidos), mas que regressasse logo, pois desejo que venha ainda em tempo, porque vou dar um golpe'." O Walter relatou o fato ao Madureira, que estava entrosado comigo e veio a mim contar o ocorrido.

Procurei o General Castello Branco que, usando sua rede de informação, verificou ser isso verdadeiro.

Nos primeiros meses de 1964 a situação militar se apresentava, a grosso modo, da seguinte maneira: o IV Exército, no Nordeste, era um bloco; ele viria

tranqüilamente. A família militar e uma grande parte do mundo civil estariam conosco para lutar contra o comunismo. Haveria, entretanto, dificuldades com algumas autoridades; principalmente, esperava-se isso do Governador Arraes, em Pernambuco. Mas tínhamos certeza de que, em poucos dias, este problema estaria resolvido.

O II Exército, em São Paulo, com Kruel, e o Governador Adhemar de Barros, estavam conosco, mas haveria algumas relutâncias se fosse necessário partir dali qualquer coisa. Os paulistas lembravam-se da Revolução de 1932, em que São Paulo ficou isolado, sozinho, contra o resto do Brasil. De qualquer maneira, Adhemar de Barros estava inteiramente integrado na reação contra o comunismo, e preparava-se para a luta. Na tropa de São Paulo havia algumas dificuldades, inicialmente com o próprio Kruel, que era amigo de Jango e que teria de ir contra ele. E, realmente, ele ficou numa atitude difícil, até o momento em que nós, aliás, o Castello, mostrou a ele que Jango preparava um golpe em favor dos comunistas.

No Rio Grande do Sul, no III Exército, o Comando era legalista. O Comandante, o General Ladário, era um homem sério, mas ligado a Jango e a tropa estava dividida. Nós julgávamos que haveria muita luta no Rio Grande, em caso de um levante.

No Paraná, o General Dario e a tropa estavam conosco, com a dificuldade de que eles eram subordinados ao Ladário, em Porto Alegre.

No Rio de Janeiro, o Ministro e grande número de seus oficiais eram contra nós, mas de uma maneira geral, o sentimento contra o comunismo era muito forte. Muitos oficiais se recusavam a tomar uma atitude contra os marxistas por causa do princípio de hierarquia e da manutenção da legalidade. Nós trabalhávamos em todas as áreas, e conseguimos conquistar os de postos mais baixos; mas a parte de cima era do Governo. Dificilmente seria possível fazer qualquer coisa partindo do Rio de Janeiro.

A situação em Minas era diferente. Em Minas, o Governador era democrata, e Magalhães Pinto, desde o começo, tomou uma posição de luta contra a maré crescente da destruição da democracia. Os chefes militares, o General Olympio Mourão Filho, Comandante da Região, o General Carlos Luiz Guedes, Comandante da ID/4 em Belo Horizonte, lutavam há muito contra o comunismo. O Comandante da Artilharia era contra nós, era o General Ivan Pires Ferreira. Entretanto, Minas tinha também o povo mineiro. A mulher mineira tinha escorraçado, como disse, o Deputado Brizola. O povo de Minas estava pronto para arrancar, mas ele poderia ficar isolado se partisse sozinho, era preciso ter certeza de um movimento global.

Em Mato Grosso, onde estava o General Meira Mattos, o movimento na parte militar era mais ou menos tranqüilo. A tropa estava toda ela firme, com algumas

exceções que sempre há, o que permitiu que ele arrancasse prontamente para Brasília, com aviões e viaturas.

Dentro desse quadro, agíamos com cautela porque era preciso evitar entrar numa luta sem estar com a firmeza de que tudo daria certo.

Foi o mês de março de 1964 quem realmente derrubou Jango.

Jango, dominado pelos comunistas, apoiou nesse mês três atividades que chocaram profundamente o Brasil e, em particular, as Forças Armadas.

No dia 13 ele promoveu em frente à Central do Brasil, ao lado do Quartel-General do Exército, um comício pelas Reformas de Base, na "lei ou na marra", com os comunistas cercando o palanque e dizendo *slogans* pela "revolução", claramente, abertamente. Antes já tinha havido uma série de greves, uma série de distúrbios.

Os Generais Castello Branco, Costa e Silva e Cordeiro de Faria fizeram tudo para afastar Jango dos comunistas; chegaram a ir ao Ministro Jair, juntos e separados, para dizer: "Jair, fala com o Presidente, que ele largue os comunistas e nós o apoiaremos. Ele não pode continuar como está, dominado pelos comunistas." Jair foi, voltou e disse: "Eu não posso fazer nada." Fomos procurar outros emissários. Nós tínhamos Kruel. Kruel foi ao próprio Presidente, de quem era amigo, para convencê-lo a largar os comunistas e também não conseguiu nada. Jango estava completamente dominado pelo Partido Comunista, todo mundo viu Oswaldo Pacheco, no palanque, ao lado de Jango, soprar o que ele devia dizer. Pacheco foi o grande mentor do comício de 13 de março, e todo o mundo percebeu, e isto fez com que, nas Forças Armadas, aqueles que ainda duvidavam não tivessem mais dúvidas, e muitos daqueles que estavam indecisos vieram imediatamente até nós para nos apoiar.

Ainda me lembro de um episódio. Como eu fazia sempre que chegava à Diretoria da Reserva: reunia os oficiais para o "bom-dia" e eu lhes dirigia algumas palavras. No dia 14 o então Major Madruga disse na reunião:

– General, que barbaridade aquele comício de ontem! Que loucura!

– Barbaridade, não. Que maravilha! – lhe disse. – Depois daquele comício não pode mais haver dúvida das intenções do Governo.

Nessa altura, já estávamos convencidos de que teríamos de sair da atitude ofensiva, antes que pudéssemos ser surpreendidos pelo golpe que o Governo iria dar. E começamos então a nos articular para a luta, agora já abertamente. Viajava-se para cá, viajava-se para lá, mandava-se emissários. Redigiu-se o documento "LeEx" (Lealdade ao Exército), que foi formulado basicamente pelo General Cintra, levado ao Cordeiro, depois ao Castello, e foi batido à máquina pelo Superintendente da Cruzeiro do Sul, o Ribeiro Dantas. Esse documento que foi espalhado pelo Brasil inteiro informou muitos militares sobre o nosso movimento.

Depois da Revolução, a um oficial vindo do Sul, que encontrei no Rio, o Coronel Léo Etchegoyen, perguntei: "Como é, Léo? O Rio Grande estava tão difícil..." "Ah, o documento LeEx nos esclareceu muito e fez com que pudéssemos ganhar muitos elementos para o nosso lado."

Outro erro de Jango foi ele estimular a reunião que houve no Sindicato dos Metalúrgicos, a 22 de março, com marinheiros e sargentos da Marinha revoltados, conseguiram a adesão de fuzileiros que tinham sido mandados contra eles.

Naquele dia, o Governo substituiu o Almirante Paulo Mario, que era um fraco (não sei se era comunista). E os marinheiros revoltados saíram em passeata, lá no Riachuelo, e vieram carregando nos ombros o Comandante dos Fuzileiros que era o Almirante Aragão, (o "Almirante do povo", como era conhecido). Em plena avenida a revolta era uma baderna. A Marinha perdia assim sua capacidade de controle e ficava completamente sem condições de agir. Isso também mostrou ao Exército e à Aeronáutica que era possível desmoralizar e desmontar uma Força Armada pela subversão da hierarquia.

Muitos oficiais da Marinha foram para o Clube Naval, e um deles (não me recordo mais o nome) foi lá em casa: – "Muricy, o que é que podemos fazer?" Eu lhe disse: – "Só há um jeito, meu amigo. Armem-se, resistam, que o Exército, dentro do possível, irá ajudar vocês. Mas não se entreguem."

A situação era essa meus amigos! É isso que muitos que atacam a Revolução não sabem como era o Brasil de então.

E a coisa foi num crescendo e nós nos preparando para arrancar. Chegamos à conclusão de que, para ter toda a segurança, antes do dia 10 de abril não era possível ter tudo pronto para partirmos. Havia muitos nozinhos ainda a atar.

A 30 de março Jango cometeu seu terceiro erro. Compareceu à reunião de cunho político dos sargentos e cabos no Automóvel Clube do Brasil.

Os sargentos lutavam para que pudessem votar e serem votados e eleitos, como tinha sido eleito o Sargento Garcia. Isso já tinha servido de base para a revolta de setembro de 1963, em Brasília, e agora era o pretexto para agitar e também quebrar a cadeia hierárquica dentro das Forças Armadas e nós vimos o Presidente Goulart fazer o jogo dos "revolucionários" comunistas.

Poucos dias antes o Presidente resolvera, por conselho não sei de quem, substituir no comando da Infantaria de Minas Gerais, o General Guedes pelo Nairo Vilanova Madeira. O Guedes, no dia 30 de março, reuniu seus oficiais em Belo Horizonte e lhes disse: – "Não recebo mais ordens do Governo! Eu estou revoltado! Quem quiser fique comigo."

E o General Guedes, ainda no dia 30 de março, começou a movimentar sua tropa. Eu, aqui, no Rio, fui informado dessa situação. Liguei para o General Geisel:

– Ernesto, você ouviu no rádio? Que é que há?

– Eu não sei, vou procurar saber.

Não tivemos confirmação da notícia, mas continuaram os boatos de que havia um movimento de tropas em Minas.

Em fins de 1963, o General Mourão, em Minas, queria um Comandante para as tropas locais quando viesse a Revolução. Eu estava sem comando. Ele tinha vindo ao Rio, em novembro ou dezembro, para ver a quem ele entregaria o comando de sua tropa. Ao convidar-me, aceitei. Eu estava sem comando e não podia ficar olhando os acontecimentos, não é do meu temperamento. Por isso aceitei.

Mourão não era propriamente um líder dentro do Exército, era um General com qualidades e defeitos, e sobre que pesavam certas acusações a respeito do célebre Plano Cohen, que tinha dado margem, ou acirrado, aos acontecimentos de 1935. Ele era o homem do Plano Cohen, e não gozava de um prestígio 100%.

Guedes, que sempre servira em Minas, era um oficial inteligente, mas também sem penetração dentro do Exército. Mourão quando veio ao Rio no fim do ano me disse: "Muricy, quero um homem para comandar minha tropa e não acredito no Guedes."

O Dia 31 de Março de 1964

Em torno do dia 20, o Mourão mandou dois emissários falarem comigo: o Ministro Antonio Neder – naquele tempo Juiz em Petrópolis –, e um filho do Marechal Denys, o Roberto, para saber se eu iria mesmo comandar sua tropa no movimento que se aproximava. Eu lhes disse: "Agora estou engajado aqui no Rio, preciso ver onde sou mais útil, se lá ou cá. Amanhã dou uma resposta. No dia seguinte, fui falar com o Castello, com o Ademar, com o Orlando Geisel, com o Ernesto Geisel e eles disseram: "Você para nós é muito mais importante lá em Minas do que aqui. Lá em Minas nós não temos muita gente para agir." Então mandei um recado para o Mourão: "Estou à sua disposição." E me preparei para ir para Minas, com o então Coronel Walter Pires (Walter Pires de Carvalho e Albuquerque) e com o Tenente-Coronel Caracas Linhares (Heitor de Caracas Linhares), que seriam do meu Estado-Maior e começamos a planejar nossa ida para Minas e as ações que teríamos que executar antes de nossa partida.

E estávamos nesse trabalho quando veio o dia 30 e o Guedes se revolta e movimenta sua tropa. Conversa com o Mourão e com o Magalhães Pinto que acham precipitada sua decisão mas que acabam concordando em revoltar Minas. Magalhães Pinto, que tinha preparado um pronunciamento brando, muda-o para um mais forte e iniciam juntos a revolução desejada pelo povo brasileiro.

Eu estava em casa no dia 31 de março quando às 6h da manhã toca o telefone e um companheiro me perguntou:

– Muricy, como é? Sai hoje ou não sai?

– Não sei ainda!

Estava ouvindo notícias do movimento em Minas, o rádio avisando. Mas mal eu acabava de desligar o telefone, veio um telefonema do Ministro Neder.

– Olhe, General Muricy, o nosso homem partiu, o nosso homem arrancou, e quer saber a que horas o senhor estará aqui em Juiz de Fora.

– Bom, são 7h; tenho que pegar os companheiros que vão comigo para Minas, mas ao meio-dia estarei em Juiz de Fora.

Realmente, cheguei a Juiz de Fora pouco depois do meio-dia, tendo saído do Rio às 9h pela estrada União e Indústria, dirigindo.

Quero dizer aqui o que já disse anteriormente: nunca houve quem fizesse mais contravenções de trânsito do que eu nesse dia. Saí como um louco, mas cheguei a tempo.

No caminho ocorreu um fato anedótico: Estava preocupado com o caminho a seguir e pensava com meus botões: "Vou para Juiz de Fora, passando por Petrópolis ou dou a volta por Teresópolis, lá por cima? Vai depender da tropa de Petrópolis, o 1º Batalhão de Caçadores, que poderá nos prender".

Mas, quando entrei na Avenida Brasil, passei pela porta do 1º Batalhão de Carros de Combate e vi uma lavadeira com uma trouxa na cabeça entrando no Portão das Armas. Concluí: "Não há prontidão! Logo, eles não estão sabendo ainda o que está se passando. Vamos embora direto por Petrópolis".

E continuei pela estrada União e Indústria conversando com o Pires e com o Caracas Linhares sobre como tocar a coisa. Chegou um momento em que eu pensei: "Será que o Mourão arrancou mesmo? A estrada está tão deserta! Não tem nada atrapalhando!"

Quando cheguei perto de Minas Barbosa, encontrei o primeiro elemento da vanguarda das forças mineiras em marcha. Era um Esquadrão de Reconhecimento de Cavalaria Mecanizada, do Capitão Mandarino (Ítalo Mandarino). Eu parei, ele parou. Fiz um gesto para ele continuar e parti para Juiz de Fora, dizendo com meus botões: "Bem, agora há movimento."

Lá chegando, apresentei-me ao Mourão, no Quartel-General. Fardei-me e ele me empossou no Comando do Destacamento Tiradentes e me disse: "Coma alguma coisa e vá assumir o comando da tropa de Juiz de Fora que já está se preparando para sair dos quartéis."

No Quartel-General se encontrava o Marechal Denys que viera do Rio.

Enquanto almoçava, conversei com o Major Moraes (Antônio Barbosa de Moraes), oficial de Operações da 4ª Região Militar que me colocou a par da situação: o levante

em Minas estava completo e apenas havia uma pequena reação no 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rey. Relatou, ainda, com qual tropa nós poderíamos contar, e que a decisão do Guedes e do Mourão era, inicialmente, aferrar-se ao terreno em território mineiro e lá esperar os acontecimentos.

Eu já tinha pensado nisso, mas me recordei de outros movimentos anteriores, inclusive do acontecido em 1932, quando a vanguarda paulista arrancou e foi até Barra do Piraí e, de lá, o Capitão Novaes não progrediu porque decidira esperar a evolução dos acontecimentos e, com isso, atrasou a atuação das demais tropas paulistas que não puderam sair do território do estado. Disse isso ao Moraes, acrescentando: “Nesta fase inicial tudo é confuso, com notícias desencontradas; tudo é válido, desde que não seja loucura. Vamos arrancar para o Rio de Janeiro, de qualquer maneira, indo o mais longe possível, porque muita gente está lá esperando uma oportunidade para sair debaixo do comando local e também aderir a nós. Nós temos que partir o mais depressa possível, sair de Minas rumo ao Rio.” O Moraes foi um grande auxiliar e declarou que esse era, também, seu pensamento.

Fui aos quartéis da cidade, assisti à partida das Unidades, determinei que fossem numa primeira etapa até Paraibuna onde faria a concentração da minha tropa, antes de marchar para o Sul.

E começaram as adesões.

A primeira foi o 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis que cerrou às margens do Paraibuna.

Eu estava reunindo ali a minha tropa, quando chegou a notícia de que o 1º BC tinha encostado, e que alguns tenentes de cá, conversando com os tenentes de lá, souberam que os tenentes de lá estavam querendo passar para cá, e lhes disse: “Então tragam para cá esses tenentes.” Eles foram lá, trouxeram os tenentes e eu acertei a passagem para o nosso lado. “Vamos pegar os outros!” Logo, o 1º BC estava do meu lado. Apenas o Comandante, o Coronel Kerensky (Kerensky Túlio Motta), recuou para o rio. Já passava da meia-noite.

Eram 3 ou 4h da madrugada, quando recebi um recado: “O Marechal Denys está numa fazenda aqui perto e quer falar com o senhor.” Fui lá:

– Muricy, o Regimento Sampaio está vindo para cá, mas ele não vai combater, ele vai aderir. O Comandante, o Coronel Raimundo Ferreira de Souza, me disse isso pelo telefone. Eu tinha mandado um recado para ele, dizendo que estava do lado de cá – ele tinha sido meu Assistente – e disse-me que vinha com a tropa para aderir ao movimento.

– Bom, então vou ao encontro dele. Onde ele deve estar? – perguntei.

– Ele deve estar chegando por aí; falou comigo de Três Rios e está vindo.

Nesse meio tempo, chegou a notícia de que o General Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello) assumia o Comando da tropa que iria me enfrentar. Minha tropa já estava reunida e o Raimundo com o Regimento Sampaio vinha como amigo e pensei: "Ele vem pra cá. Eu vou prender o Cunha Mello!"

E parti para o Sul, numa dessas decisões de começo de revolução, em que as coisas são meio amorfas, para encontrar-me com o Regimento Sampaio e, depois, seguir ao encontro do Cunha Mello. Alcancei o Sampaio na altura de Serraria, 20km mais ou menos ao sul de Paraibuna. Lá, o Raimundo veio ao meu encontro e disse:

– General, a minha tropa está à sua disposição; apenas tenho que alimentar meus homens e tenho que lhes dar algum descanso, porque não dormimos a noite inteira e já são 4h ou 5h da manhã.

– Então vai ali, do lado da estrada, e descansa a sua tropa.

Mandei alimentá-los, mandei reabastecê-la de gasolina e disse:

– Entre à retaguarda de minha coluna e vamos embora para o Rio.

– Mas olhe General – ele alertou –, o Grupo de Artilharia que veio comigo não que aderir. O Raimundo Nonato não quer aderir.

– Mas como? Nós estamos querendo salvar o Brasil, nós não estamos lutando por A, B ou C, estamos lutando pelo Brasil, ele é brasileiro; tem que vir.

Peguei então uma Companhia do Regimento Sampaio e desdobrei-a em "Linha de Atiradores! Fogo à minha ordem!" – em linguagem antiga –, e saí a pé em direção do Grupo de Artilharia. Abordei a primeira viatura, mandei-a manobrar e fechei a estrada. Dirigi-me para o motorista e perguntei:

– Onde está o Comandante?

– Está aqui mesmo.

– Nonato, você tem que aderir, estamos lutando pelo Brasil! – disse.

– Ah! Não posso. Tenho um compromisso com o meu Comandante, não posso aderir.

Voltei-me para ele e disse:

– Então está preso! Fique aí sentado, mantenha-se sentado.

Dei ordem para descer todos os oficiais, sargentos e soldados e os reuni no meio da estrada e lhes fiz uma preleção. Aconteceu então um fato pitoresco, que *O Globo* publicou: "O caso do sargento profeta." Quando eu estava terminando de falar, na estrada, um sargento disse em altas vozes: "O Espírito Santo falou pela boca do General! Vamos apoiar o General! Vamos aderir!" Aderiu todo mundo. Uma Bateria do Grupo, que já tinha recuado, voltou e eu ganhei mais uma Bateria.

Recomecei minha marcha para o Rio e quando cheguei à altura de Três Rios dei ordem ao Coronel Ferraro (Oswaldo Ferraro de Carvalho), Comandante do 11º RI, de São João Del Rey, para passar para a testa da coluna e marchar para o Sul, alcançar o

rio Paraíba e lá fizesse uma cabeça-de-ponte a fim de permitir o prosseguimento das operações. O 11º RI era a Unidade mais bem adestrada porque já terminara o ano de instrução.

No início da tarde fui informado de que a tropa do Cunha Mello estava se instalando defensivamente na região de Areal. Dei ordem, então ao Ferraro para atravessar o Paraíba, desdobrar seu regimento em marcha de aproximação, alcançar Areal e se fosse necessário, passar para o engajamento e logo para o ataque e lhe disse: "Tudo faz crer que eles não estão ainda psiquicamente preparados para nos enfrentar. Não pare!"

À tarde, enquanto aguardava informações, chegou um recado do Mourão: "O General Mourão acaba de saber que o Presidente Jango saiu do Rio e tomou destino ignorado. É preciso reduzir a velocidade das operações para evitar derramamento de sangue. Procure evitar a luta." Respondi ao enviado: "Bem, eu já estou me preparando para atacar, mas diga ao Mourão que vou segurar o ataque."

Chamei o Coronel Pires e lhe disse: "Você vá à frente. Procure contato com o Cunha Mello; conte-lhe a informação que tive e pergunte se ele sabe alguma coisa."

O Pires foi, encontrou lá o Major Souza Reis, que tinha servido anteriormente com ele e disse que vinha como amigo. Conversaram, e o meu recado chegou ao Cunha Mello, que então mandou um oficial, o Major Alirio Granja, falar comigo.

– O General manda dizer que não teve notícia alguma; que recebeu ordem para deter o senhor, e que vai detê-lo.

– E eu vou atacar. Você passou pelas minhas linhas e viu que eu estou me preparando para atacar. Eu vou atacar. Volte e vá lá dizer isso ao Cunha Mello.

Estava nessa situação, quando chegou um emissário do Cunha Mello, não me recordo o nome:

– General Muricy, o General Cunha Mello mandou dizer que realmente teve notícias de que o Presidente saiu do Rio. Ele não tem mais a quem defender. Vai recuar. Mas ele pede ao senhor que não avance para não dar a impressão de que venceu uma guerra que não houve. Permita que nós recuemos e o senhor pára aqui.

– Não, eu continuo – retruquei. – Vamos fazer o seguinte: ele retira a tropa, recua, e dentro de uma hora ou duas eu retomo a marcha para o Rio, porque quero chegar ao Rio de Janeiro o mais depressa possível.

Passou-se uma hora e eu meti a tropa na estrada. Quando cheguei à altura de Pedro do Rio, próximo a Petrópolis, encontrei o 3º RI inteiro, à beira da estrada: "General, a tropa é sua." Avancei mais um pouco e encontrei outra Unidade: "General, a tropa é sua." De maneira que quando entrei no Rio de Janeiro, na manhã do dia 2, eu, que tinha saído de Minas com 3 mil homens estava agora com cerca de 6 mil.

Quando cheguei, o Governador Carlos Lacerda veio ao meu encontro, abraçou-me e colocou o estádio do Maracanã à minha disposição para eu estacionar a tropa.

Aqui no Rio a situação era muito confusa. Ainda havia possibilidade de alguma reação. O General Costa e Silva, o mais antigo general da guarnição, havia assumido o Ministério do Exército.

Deixando a tropa no Maracanã fui ao encontro dos chefes militares. Pediram-me que mantivesse a tropa mineira aqui, pronta para agir, até que a situação ficasse tranqüila. Foi o que fiz.

Vitória da Revolução

E agora, para terminar: o movimento militar venceu rapidamente.

Jango saiu do Rio no dia 1º, foi para Brasília onde não encontrou apoio. Na capital já estava chegando a tropa do General Meira Mattos. Então, ele partiu para o Rio Grande do Sul. Lá o General Ladário quis resistir, mas não encontrou ambiente. O Brasil inteiro se levantara.

Jango abandonara o Brasil.

Começa então um impasse: Como continuar? Até o dia 10 de abril o Governo ficou acéfalo. O Ministro da Guerra, General Costa e Silva, une-se ao General Castello, Chefe do Estado-Maior do Exército, e conduzem os rumos do Brasil, evitando agravar divergências, ambos querendo uma solução democrática.

A primeira idéia que surgiu foi a que tinha sido utilizada em 1961, quando da renúncia de Jânio – empossar o Presidente da Câmara e ele promover uma eleição a seguir. Mas, havia muita coisa para mudar, porque agora tratava-se de uma Revolução vitoriosa, e Mazzilli não tinha força nem condições materiais para fazer cumprir suas ordens, e ninguém acreditava nele como Chefe Revolucionário. A idéia foi abandonada.

Ao mesmo tempo, havia um grupo enorme de militares e civis, alguns de alta posição, inclusive o Governador do Estado do Rio, que queria uma ditadura militar forte, seca, para entrar e refazer tudo; queriam um Chefe carismático, que agisse como Perón na Argentina e como outros, que na América do Sul agiram violentamente.

Mas os chefes militares de responsabilidade, Castello, Costa e Silva, Cordeiro, Ademar, Ernesto e Orlando conseguiram mudar o ambiente e chegou-se a uma solução intermediária, que foi aquela do Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado no dia 10 de abril, que manteve o Congresso aberto e modificou a Constituição. Enfim, aquele Ato institucionalizou e legitimou a Revolução.

Naquele ambiente somente um chefe militar de forte ascendência no Exército poderia dirigir a Nação e, dessa forma, chegou-se ao nome do militar que melhores

condições apresentava para a difícil missão – o General Castello Branco a quem o Brasil muito deve.

E para terminar este depoimento desejo declarar que durante todo o período da Revolução, esses vinte anos chamados de "ditadura", os chefes militares de responsabilidade sempre tentaram passar o Governo para um civil e não conseguiram.

E não conseguiram porque tiveram que enfrentar duas forças poderosas: uma, a ação comunista que resistia com outras formas, entre as quais, o terrorismo; e outra a resistência dos revolucionários da "linha dura" que desejavam manter o *status quo*. Neste grupo encontravam-se numerosos civis.

Eu assisti de perto ao início dos atos terroristas no Brasil. Em 1966, no Recife, houve o primeiro, no aeroporto dos Guararapes. Estava chegando lá, quando explodiu uma bomba que matou um deputado, feriu outro e o Secretário de Segurança ficou inutilizado.

Em outra ocasião, no dia do 2º aniversário da Revolução, estava na casa do Comandante do IV Exército quando explodiram mais duas bombas, uma na própria casa do General Portugal e outra no edifício dos Correios.

Mais tarde, piorou a agitação e foram intensificadas as ações terroristas, com os assaltos a bancos. Quem ensinou esses bandidos de hoje a assaltar bancos foram os comunistas, foram os homens que queriam nos combater. Esta é que é a verdade.

Foi preciso contemporizar até chegarmos ao Governo Geisel, em que ele pôde, com os ânimos serenados e com a energia que sempre demonstrou, fazer a abertura que foi concluída pelo Presidente Figueiredo.

Era isso que eu queria dizer, o mais rapidamente possível, sintetizando, mas não foi possível.

Obrigado!

General-de-Divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres

- Natural de Belém do Pará, ingressou no Exército em maio de 1942, foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945 e classificado no 3º RAM, em Curitiba-PR.

- A partir de então, o Paraná foi seu Estado adotivo. Esteve fora por dois anos, como Tenente, no 2º RO 105, de Itu-SP, e no QG/ 8ª RM, em Belém, já como oficial superior – 1955/1958. Realizou seus cursos no Rio de Janeiro-RJ, onde fez o de Artilharia Antiaérea em 1949, a EsAO em 1954, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no triênio 1959/1961 – quando ocorreu o episódio da Legalidade – e a ESG, já em 1981. Enquanto Instrutor da ECEME, cursou a co-irmã do Exército dos EUA em Fort Leavenworth-KS em 1965/1966. Em Brasília, serviu no Estado-Maior do Exército (EME) entre 1977/1978.

- No Rio Grande do Sul, serviu, ainda, no 3º GCan Au AAe, onde foi promovido a Capitão em 1950.

- Foi classificado, no início de 1958, no I/5º RO 105, Lapa-PR, Unidade que veio a comandar em 1970.

- Realizou o estágio de Estado-Maior no QG/5ª RM, onde vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de 1964; ali serviu, também, após a conclusão da ECEME nos EUA e de sua promoção a Coronel, por merecimento, em 1969. Foi Assistente do Comando da AD/5 no segundo semestre de 1964, após entregar o comando do Grupo da Lapa, de 1972 a 1977; ali, foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel.

- Em 1975/1977, presidiu a Subcomissão Geral de Investigações-PR, vinculada ao Ministério da Justiça, cumulativamente com suas funções no Exército.

- Promovido a General em 1978, comandou a AD/6 em Porto Alegre, a AD/5 em Curitiba e exerceu o cargo de Subchefe do Exército no EMFA. General-de-Divisão

em 1983, foi Subchefe do EME e Vice-Chefe do DGS, quando solicitou sua passagem para a reserva. Comandou a 3ª RM – Porto Alegre, de 1985 a 1987.

- Radicado em Curitiba, tem desenvolvido intensa atividade literária, iniciada em 1956 no jornal *A Província do Pará*. No seu acervo literário, destacam-se: "Meninos, Eu Também Vi", "Por que Morreram os Americanos no Vietname?", "Para Collor Ler na Cama", "de Fernando a Fernando", "Nos Porões da Ditadura", "Paraná – Encruzilhada de Caminhos", "1964 – Uma Revolução Perdida" e "O Fascínio dos Anos de Chumbo".
- É colaborador quinzenal da *Gazeta do Povo,* de Curitiba, Conferencista convidado de entidades culturais e clubes de serviço (ADESG/PR, Rotary, PUC/PR).
- É Vice-Presidente do Centro de Letras do Paraná, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e membro do Instituto de Geografia e História Militar. Ocupa a cadeira nº 15 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e a cadeira nº 10 da Academia Paranaense de Letras.

Entrevista realizada em 30 de novembro de 2004.

General Negrão, depois de sua marcante participação no Projeto História Oral do Exército, registrada pela Coordenadoria do Rio Grande do Sul, em 22 de agosto de 2000, e publicada no Tomo 8 de nossa Coletânea, é hora da Coordenadoria do Rio de Janeiro/Minas Gerais, valendo-se desta sua entrevista, que ora iniciamos, específica e extremamente oportuna, divulgar as esperadas considerações do experiente e respeitado Chefe sobre os livros do jornalista Élio Gaspari, relacionados com a Revolução de 1964 e lançados com grande alarde pela mídia, nos quais enfatiza a participação de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, particularmente, segundo confessa o autor, na construção e na desmontagem do que chama de ditadura.

Envidarei todo o esforço para atender, da melhor forma possível, às questões que me forem apresentadas por essa Coordenadoria a respeito do "pentateuco eliano". Estou à inteira disposição.

"Élio Gaspari esforça-se para demonstrar uma entranhada paixão pela democracia e pela liberdade, sentimento estranho e tardio em quem, em 1962, alistou-se no estalinista Partido Comunista, o que tanto pode ser um equívoco da mocidade ou um jeito malandro de tirar proveito de ser comunista, como se constata no livro do Mario Conti, pelo elevado número deles nas redações dos jornais e revistas. O que acaba sendo irrelevante, tendo em vista o imenso número dos cristãos-novos da Democracia que andam hoje por aí, no governo, na imprensa e alhures, com gordas indenizações e polpudas pensões, arrancadas do suor do trabalhador e do contribuinte brasileiro."

General Raymundo Negrão Torres

Por que o senhor resolveu dar ao seu mais recente livro o título de "O Fascínio dos Anos de Chumbo"?

Alfredo Hélio Sirkis, um ex-guerrilheiro urbano, relatou em livro suas experiências na luta armada comunista dos chamados anos de chumbo. Ao publicar a 14ª edição de "Os Carbonários", fez questão de inserir nela, como um novo prefácio, uma espécie de autocrítica na qual reconhece:

"Mas a história, ela própria, acontece duas vezes. Uma no instantâneo eclodir dos fatos. Outra nas obras literárias, históricas, biográficas, memorialísticas e, hoje, no audiovisual, na TV, no cinema, em CD-ROM. Se na primeira perdemos fragorosamente, na segunda não nos saímos de todo mal."

Mais adiante, ao confessar não compreender o permanente interesse da mídia por esse conturbado período de nossa história, escreveria Sirkis: "Muitas obras houve e, pelo fascínio que esse período continua a exercer, muitas ainda haverá."

E esse "fascínio" – que disfarça interesses escusos e pecuniários – continua dando seus frutos. A sua mais recente manifestação apareceu no final de 2002 com "As

Ilusões Armadas", parte de uma "obra" cuja gestação custou – segundo o autor, jornalista Élio Gaspari – longos 18 anos e o trabalho da maior equipe que uma editora já colocou à disposição de um escritor. Tempo tão vasto que o irreverente Carlos Heitor Cony chegou a pensar que não viveria o bastante para ter a ventura de saborear o resultado de tão longa faina. O acadêmico e memorialista Cony de início não gostou da coisa, pois reclamou, em sua coluna diária, da imputada co-autoria de um contundente editorial do *Correio da Manhã*, publicado na véspera da queda de Jango Goulart. Mas, na contracapa do terceiro volume da obra, lhe é atribuída, em artigo da *Folha de São Paulo,* a comparação do escriba Élio com o historiador romano Suetônio, embora "com melhor estilo e maior isenção". Como Cony é dado a graçolas e ironias, não se fica sabendo o que ele realmente quis dizer com tal comparação. Caio Suetônio Tranquilus (69-140) foi durante algum tempo guardião dos arquivos do imperador Adriano dos quais se valeu para escrever "Os Doze Césares", obra em que registra informações inéditas, em sua maioria meras anedotas, mas que deixam o leitor em dúvida se Suetônio está apontando fatos ou relatando simples lendas ou rumores. O leitor, ao fim da leitura dos livros, talvez possa concluir o que, na verdade, quis dizer o enigmático Cony.

Que juízo o senhor faria da tão alardeada obra?

Costuma-se dizer que pelos frutos se conhece a árvore e que árvore má não dá bons frutos. Daí, ser interessante conhecer algo da vida do jornalista-autor, dono de página dominical inteira em jornais de circulação nacional e que se julga – "eliocentricamente", como ele mesmo proclama – um dos ícones de nosso jornalismo investigativo. A tomar como válido o esboço biográfico de Élio Gaspari traçado por outro conhecido e veterano jornalista, também durante muitos anos figura importante na redação da revista *Veja*, em seu alentado livro "Notícias do Planalto", publicado em 1999 pela mesma editora, Companhia das Letras, fica a certeza de que o fruto é o retrato da árvore que o produziu.

Mário Sérgio Conti – até hoje não desmentido no que escreveu e publicou – mostra um alvorecer para a profissão nada edificante, pois afirma que com sua ancestralidade napolitana, a convivência em um dos muitos colégios onde estudou com filhos de banqueiros do jogo do bicho e a observação da fauna de malandros, capoeiras, prostitutas, pederastas e cafetões da Lapa (Rio), Élio Gaspari embebeu-se do que chama de a "sabedoria das ruas". Precisando de uma ocupação e por sua militância no Partido Comunista, onde tinha o codinome não muito inteligente de Élio Parmegiani, acabou sendo empurrado para o jornalismo em novos rumos, órgão do PCB, onde chegou depois de um modesto emprego na Embaixada cubana. A

reviravolta havida com a queda de Jango Goulart o deixa sem trabalho por uns meses e o leva para um emprego em uma agência de notícias no aeroporto do Galeão que lhe abriria as portas para uma experiência em que a falta de escrúpulos de sua "sabedoria das ruas" seria de grande valia para o seu promissor início como falsificador de entrevistas. Como o tempo de contato com políticos e personalidades em trânsito era reduzido – conta Mário Sérgio – o esperto repórter já levava prontas as entrevistas que eram oferecidas aos que as quisessem encampar em troco da vantajosa aparição nos jornais. Isso triplicava sua produtividade e o recomendava aos patrões, aos encarregados das redações e aos "pauteiros", além disso, a técnica inusitada e esperta faria escola.

Anos mais tarde, na revista *Veja*, "a molecagem" – no dizer de Conti – seria repetida, já refinada e com grande sucesso e vantagem. Escola que, ao que parece, nunca foi abandonada e foi utilizada contra uma de suas mais notórias vítimas, o Brigadeiro Walter Werner Bräuer que, ao ser afastado do Comando da Aeronáutica por insurgir-se contra a má conduta do então Ministro da Defesa, teve uma entrevista publicada nas Páginas Amarelas da revista de forma inteiramente deturpada pela repórter que o ouvira, transformando-a maliciosamente em um pronunciamento de caráter nazista. Esse refinamento deve ter sido também obra da experiência adquirida pelo jovem Gaspari, ainda no tempo do Galeão, quando começou a trabalhar para Ibrahim Sued, o mais bem-sucedido colunista social, que soube, como ninguém, utilizar seu faro de repórter policial e informante da polícia para explorar a vaidade de "didus" e "dolores" e transformá-la em rendosa fonte de prestígio e dinheiro. Prestígio que o faria participar da intimidade de figuras importantes, como o indigitado redator do primeiro Ato Institucional, Carlos Medeiros, através de quem conseguiu tirar da cadeia o próprio Élio Gaspari, preso não se sabe bem por que nem para quê.

Mas terá sido, certamente, a ligação íntima com o "Turco" que terá dado a Élio Gaspari a ferramenta com que aprendeu a abrir o "cofre das vaidades" de certas figuras da "ditadura" – como Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Heitor de Aquino Ferreira – de onde saíram os papéis de arquivos oficiais – transformados leviana e criminosamente em arquivos pessoais – e os "diários" e as fitas, secretamente gravadas, com que montou sua mais recente e longeva obra, cujos primeiros volumes, logo que lançados, com impressionante publicidade, já despontavam na lista dos mais vendidos, mostrando que Sirkis tinha razão, mesmo que o apontado fascínio seja o resultado de longas e trabalhosas compilações – via computador – do que muitos outros já escreveram, com uma conveniente e capciosa seletividade de fatos e fontes, ao bel-prazer do autor, de declarações com o velho "cheiro de Galeão" e de

um texto bem escrito, mas recheado de equívocos, erros grosseiros, meias-verdades e mentiras completas, próprias ou encampadas. Falhas que já começam a ser apontadas publicamente, porque ainda estão vivas muitas das testemunhas dos fatos e que agora se dispõem a corrigi-lo e a contar o que sabem.

Em resumo, trata-se de uma obra escrita para ganhar dinheiro através de processos torpes, tentando denegrir e enxovalhar as Forças Armadas, especialmente o Exército e seus chefes, que são, em muitos pontos, ridicularizados e depreciados. Valendo-se, inclusive, da ajuda de pessoas cujas biografias passam, assim, a mostrar seu verdadeiro perfil.

Outra fonte de refinamento, Gaspari acabaria tendo de sua ligação com Dorrit Harazim, uma iugoslava de nascimento que, depois de algum tempo morando no Brasil, andou pela França de onde teve de fugir para livrar-se das grades da Suretè francesa que a perseguia por suas alegadas ligações com terroristas (Notícias do Planalto, p. 75/77). Gaspari – que participou dos primeiros e difíceis tempos do lançamento da revista *Veja* (1969/1970) – trabalhou com ela por algum tempo na revista, para onde a recrutaram em Paris outras figuras marrons da imprensa, como os Civita e Mino Carta. Este, italiano como Gaspari, muito o ajudou dando-lhe especial destaque na redação da revista, onde se notabilizou por seu jeito desenvolto, prepotente, intrometido e absorvente, para onde voltara com Dorrit em 1979, já casados ou coisa que o valha, depois de algum tempo de trabalho no Rio e no *Jornal do Brasil*. Em 1988, o casal vai para Nova Iorque, onde Gaspari seria correspondente da revista e Dorrit, chefe do escritório da Editora Abril.

Élio Gaspari se dizia amigo do General Golbery. Como teria nascido essa "amizade"?

Foi na tentativa de incrementar a cobertura política de *Veja* que Gaspari veio a conhecer o "bruxo" Golbery de cuja intimidade passou a privar a partir de 1969, como verdadeiro "leva-e-traz" de notícias e informações. A escolha de Geisel na "eleição de um voto só" – expressão do próprio Gaspari – para suceder Médici, caiu-lhe como uma luva. A tal ponto que na redação da revista era visto como um "aliado da ditadura e um agente do Golbery na imprensa". E era mesmo. Nas Explicações do primeiro volume de sua obra, o jornalista não faz segredo dessa situação e confessa que sem o apoio e "a paciente colaboração" do ex-Presidente Geisel ela não teria saído (p.14). De Golbery, recebeu em 1985, para o que cinicamente chama de "custódia temporária", cerca de cinco mil documentos de um pretenso "arquivo morto", mas onde, na realidade, havia de tudo, inclusive muitos documentos oficiais, confidenciais, de que o "bruxo" e seu cúmplice Heitor Aquino tinham a guarda em função dos cargos e dos quais se apossaram, cometendo crime de prevaricação. Nas 25

caixas que foram entregues, havia milhares de documentos, cartas, bilhetes e até rabiscos; essas caixas ficavam embaixo da mesa de Heitor Aquino Ferreira (secretário de Golbery de 1964 a 1967, de Geisel de 1971 a 1979 e de Figueiredo durante algum tempo de sua presidência) que nelas ia atirando esses papéis (p. 14).

Gaspari confessa que conviveu com Golbery até sua morte, em 1987. Manteve com Geisel "dezenas de demoradas e profícuas conversas", a partir de 1979, num canto do restaurante Rio's, no Aterro do Flamengo, passando os encontros a se fazerem no apartamento do ex-presidente, a partir de 1994, quando teve oportunidade de gravar 12 fitas K-7 de vinte sessões de entrevistas, de 90 minutos cada. A esse tempo, Geisel vinha sendo entrevistado também pela equipe do CPDoc da FGV que publicou suas memórias autorizadas. Isto explicaria certas ambigüidades, certos julgamentos tendenciosos e flagrantes equívocos nas apreciações contidas no depoimento de Ernesto Geisel à turma esquerdista do CPDoc que analisamos detidamente no Capítulo 16 – Depoimento Geisel – desse meu mais recente livro. Por isso, será lícito concluir, sem ofensa à memória de quem já não pode mais defender-se, haver da parte do ex-presidente um empenho subjetivo de, por via canhestra, melhorar sua imagem histórica e eventualmente resgatar alguns dos inegáveis desacertos de seu governo, o mais autoritário do ciclo revolucionário. Acontece que, até aqui, o que Gaspari apresentou nos volumes já publicados só parece piorar as coisas, pois o jornalista-autor dá versões inteiramente diferentes das apresentadas por Geisel em suas memórias.

General, o que o senhor diria àqueles que o considerem severo demais no seu julgamento do ex-Presidente Geisel?

Digo com a maior tranqüilidade que me baseio em fatos concretos e louvo-me no depoimento que o próprio Geisel deixou para a história. Para quem claramente afirmou que a substituição de Castello por Costa e Silva levaria a Revolução de 1964 à perdição e, mais tarde, teve a oportunidade de "salvá-la", mas, pelo contrário, ajudou a enterrá-la melancolicamente, parece que só restaram as memórias póstumas e o uso de interpostas pessoas para melhorar sua biografia e denegrir camaradas de farda, entre muitos outros, como o mencionado à página 33, com uma desprimorosa referência ao General Fernando Bethlem e outra, à página 265, onde chama o General Lyra Tavares de "embromador". E um desses "ventríloquos do além-túmulo" é, sem dúvida, o autor de Ilusões Armadas, cujo processo de expulsão do Brasil, como estrangeiro indesejável, foi retirado do Gabinete Militar da Presidência a mando de Golbery que o fez desaparecer, como declarou recentemente, em artigo no jornal *Ombro-a-Ombro*, o então Major Kurt Pessek, que servia naquele órgão.

Como explica o sucesso editorial dos dois primeiros volumes lançados por Élio Gaspari?

Os dois primeiros volumes do livro do Élio Gaspari foram recebidos com o estardalhaço que era de esperar, pois todo mundo queria saber o que continham os arquivos implacáveis do "bruxo" Golbery. No suplemento Prosa e Verso, de *O Globo*, de 23 de novembro de 2002, o jornalista Aluízio Maranhão cantou em prosa e verso os dois primeiros volumes da obra. Só que "a montanha pariu um rato"; as revelações golberianas ficaram para mais tarde como se viu depois. Do resumo que *O Globo* publicou, já se podia ver quanto de besteiras, preconceito e inverdades estão nos grossos volumes postos à venda.

Segundo confessa o autor, o propósito era simples: explicar por que os generais Geisel e Golbery, tendo ajudado a construir a ditadura (*sic*) entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979. Em nenhum momento, passou pela cabeça do autor – ele o afirma – escrever uma história da ditadura, pois faltaria ao trabalho a abrangência que o assunto exige e há nele uma preponderância patente dos dois citados personagens. O que eu queria contar – confessa Gaspari – era a história do estratagema que marcou suas vidas: fizeram a ditadura e acabaram com ela. Na realidade, Élio Gaspari gastou muita vela com maus defuntos e, certamente, por falta de competência, deixou de apreciar o quanto foi feito por Castello Branco em tempo exíguo para que o que poderia ser apenas mais uma quartelada latino-americana se transformasse, mediante um monumental trabalho, em uma arrancada para uma revolução modernizadora que, apesar de traída pela ambição, pela burrice e pela incompetência, marcou profundamente a fisionomia do País e abriu-lhe os horizontes que nunca mais puderam ser escondidos. O autor mostra grande preocupação com o que chama de "a anarquia militar" e em caracterizar o que insiste em afirmar, erroneamente, ter sido "o mais longo período ditatorial de sua história".

O senhor fala em "besteiras, preconceitos e inverdades" do livro. Poderia citar algumas?

Tentaremos mostrar nesta entrevista uma série de observações sobre pontos em que o já publicado é notoriamente incorreto, ambíguo, tendencioso, parcial ou incompleto, em que pese a enorme equipe que a Companhia das Letras – a grande interessada no sucesso editorial do empreendimento – formou para ajudar o autor.

Élio Gaspari esforça-se para demonstrar uma entranhada paixão pela democracia e pela liberdade, sentimento estranho e tardio em quem, em 1962, alistou-se no estalinista Partido Comunista, o que tanto pode ser um equívoco da mocidade ou um jeito malandro de tirar proveito de ser comunista, como se constata no já citado livro do Mario Conti, pelo elevado número deles nas redações dos jornais e revistas. O que acaba sendo irrelevante, tendo em vista o imenso número dos cristãos-novos da Democracia

que andam hoje por aí, no governo, na imprensa e alhures, com gordas indenizações e polpudas pensões, arrancadas do suor do trabalhador e do contribuinte brasileiro.

O autor faz críticas ferinas ao modo de escrever do General Lyra Tavares e dos capitães redatores de um certo Manifesto lançado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – recentemente revivido –, esquecendo que eles não tiveram a vasta equipe de edição de texto que garantiu a sua boa sintaxe, conforme reconhece nos agradecimentos. Cumpre ressaltar também que o autor contou – além da vastíssima bibliografia já existente sobre o assunto – com a colaboração de muitos "inocentes-úteis" que deram seus depoimentos em troca da honra de constar de um livro supostamente importante. Acima de tudo, contou com a boa fé de muitos depoentes que jamais iriam imaginar o uso perverso que o jornalista faria de suas declarações e confidências, incluindo-as em um livro destinado a enxovalhar a farda a qual dedicaram suas vidas e que Golbery (p. 15) e um frustrado coronel, em outro ponto do livro, chamam debochadamente de "fantasia". Certamente, entre esses – alguns deles pertencentes ao que o gordo Delfim apelidou de "tigrada" – não estão os dois militares que, em meio aos cerca de duzentos informantes arrolados pelo autor, fizeram questão de permanecer no anonimato. Faltou-lhes o pundonor que impede o uso do anonimato para qualquer fim, como capitula entre suas transgressões o nosso velho RDE (Regulamento Disciplinar do Exército).

O livro é farto de afirmativas que o autor não se dá ao trabalho de comprovar ou justificar, bastando para tanto a verdade da palavra "eliana" ou a citação de uma fonte muitas vezes duvidosa. Como na página 22, onde afirma peremptoriamente que "Frota chegou ao generalato graças ao expurgo praticado contra centenas de oficiais fiéis ao regime deposto". Em 1964, Frota devia ser coronel antigo; logo, o inventado expurgo teria de atingir coronéis mais antigos que ele ou mais bem colocados nos Quadros de Acesso e com o curso de Estado-Maior. Se o Exército dormiu janguista e acordou revolucionário, – como afirmou afoitamente o Marechal Cordeiro de Farias – de onde saíram as centenas de coronéis fiéis a Jango expurgados? Com tantos "coronéis leais", o "golpe" teria sido fatalmente derrotado.

Outra falácia que o autor repete é sobre a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). E aí há certa justificativa, pois o próprio Golbery dela se pavoneava e muita gente até hoje a repete. O SNI surgiu por transformação do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI) criado no Governo de Juscelino Kubitschek. Quando este visitou os Estados Unidos, o Presidente Eisenhower manifestou-lhe sua preocupação com a crescente infiltração comunista no governo brasileiro. Ofereceu-lhe assistência técnica para a criação de uma agência equivalente à CIA, lá surgida no Governo Truman, em 1949. Juscelino Kubitschek desconversou. Na visita ao Brasil, em fevereiro de 1960, Ike, além de sugerir a Juscelino que reconsiderasse sua decisão

anterior de romper com o FMI, repisou sua antiga preocupação com a infiltração comunista no Brasil, o que tornaria necessário um reforço nos órgãos de segurança. Como Juscelino Kubitschek estava, naquele momento, interessado em reatar as negociações com o FMI, concordou em criar a tal agência. Foram implantados o SFICI, bem como Seções de Segurança Nacional nos ministérios civis – invenção atribuída à "ditadura" por mal informados –, todos subordinados à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. (Moniz Bandeira, em "Brasil-EUA – A rivalidade emergente", Editora Civilização Brasileira – 1989, citado por Roberto Campos, em "Lanterna na Popa", (p. 283). O que o "feiticeiro" fez, depois de ter chefiado o SFICI durante o curto Governo de Jânio Quadros, foi moldá-lo e transformá-lo em um instrumento de suas maquinações de "Fouché crioulo". Para isso, levou com ele o fichário de personalidades que tinha começado a organizar no SFICI, segundo o próprio Gaspari escreveu no terceiro volume de seu "pentateuco".

Há, assim, uma enorme quantidade de maus julgamentos, ambigüidades, distorções, meias-verdades e idéias preconceituosas em "A Ditadura Envergonhada" que vale a pena mencionar ainda que brevemente.

Embora, ao dizer que até a demissão do Ministro Frota, em 1977, foram nove anos de restrições, e admita, implicitamente, que até o AI/5 não havia censura (p. 24), pouco mais adiante (p. 41), entra em contradição ao afirmar que "a suspensão da censura à imprensa foi um processo cautelosamente iniciado em 1974 e concluído dois anos depois". Além disso, erra nas contas ao afirmar que, com o mesmo Ato, o Brasil entrara no mais longo período ditatorial de sua história (p. 35), esquecendo, pasmem, o "curto período" da ditadura de Getúlio Vargas.

O senhor afirma que, apesar de amigo e confidente de Geisel e Golbery, membros da "Sorbonne", Élio Gaspari demonstra uma profunda ignorância do que era a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Em que o senhor se baseia?

Em primeiro lugar, confundindo-a com o que a esquerda caolha, raivosa e burra chamou de Ideologia, responsabilizando-a pela alegada violência do regime, e alongando-se em pretensiosas considerações que só fazem acentuar essa ignorância, seu despreparo e sua verbosidade (p. 39-40). Essa mesma trêfega ignorância voltaria a manifestar-se mais adiante quando pretende tratar das idéias sobre o planejamento de governo que atribui ao que chama de "direita militar", ligando-as a um suposto anticomunismo obsessivo. (p. 212/213)

Que outras falhas apontaria no primeiro livro?

Ao sumariar os acontecimentos que antecederam a queda de João Goulart, demonstra que, apesar do tempo de que dispôs e da enorme equipe com que con-

tou, sua pesquisa foi claudicante, errônea e incompleta. Na eleição de Jânio-Jango, esquece e nem menciona a importância dos comitês Jan-Jan. A revolta dos sargentos em Brasília em setembro de 1963 – um dos antecedentes mais importantes da queda de Jango – nem é mencionada. A relevância das breves interinidades de seu amigo Ernesto Geisel no comando da 5ª Região Militar é exagerada. Refere-se a um Setor Militar do PCB – seria o SERMIL, mencionado por Luis Mir em seu livro "A Revolução Impossível?" – e esquece notórios oficiais comunistas, como, entre outros, o Major Lauro Garcia Carneiro, valendo-se de depoimentos que teriam sido prestados 33 anos depois dos acontecimentos (p. 53/54). E digo teriam sido, porque há menção no livro a depoimentos que nunca foram prestados, como o atribuído ao então Major Kurt Pessek (nota p.25). Pura invencionice, repetindo comentários que se ouviram na época em Brasília, afirma o oficial.

Ao falar do General Castello Branco (p. 54/56) dá a entender que consultou o arquivo pessoal e privado do ex-presidente, mas ignora malandramente o que de mais importante contém o livro de Luís Viana Filho sobre o Governo Castello Branco – embora mencionado na vasta bibliografia – e dá ouvidos aos cochichos de um ilustre depoente especial, Ernesto Geisel, gravados nas 12 fitas K-7 acima mencionadas, com que a filha do mesmo houve por bem presenteá-lo, conforme confessa (p. 15). Talvez, por isso, ensaia tímidos elogios (p. 139) ao ex-Presidente Castello ao mesmo tempo em que o mimoseia com uma enxurrada de diatribes injustas quanto à prorrogação de seu mandato que lhe foi imposta (p. 239) e a uma alegada "fúria legisferante", que é como o despeitado Carlos Lacerda chamava o trabalho modernizador do Estado Brasileiro empreendido sob a batuta de Castello pela dupla Bulhões-Campos (p. 293).

Ao tratar do interesse dos americanos na situação brasileira nem de leve tem coragem para mencionar entre os eventos marcantes a ajuda ao pai de seus atuais patrões – os Marinho – com o empréstimo de milhões de dólares do poderoso Time-Life, como forma de fortalecer um grupo que notoriamente se opunha a um presidente que ameaçava jogar o Brasil nos braços de Moscou (p. 59/62). Assis Chateaubriand sempre achou que nessa estória havia o dedo do então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Campos, que nega o fato em suas memórias ("Lanterna na Popa", p. 524). A ajuda aos donos da *Globo* iria minar o predomínio das Emissoras e Diários Associados e fazer nascer um novo império na mídia brasileira que hoje vomita no prato onde comeu.

Além dos mencionados em outros pontos, aqui vão alguns dos muitos erros constatados: – a 1ª DIE da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália foi subordinada ao IV Corpo de Exército americano; o 5º era o Exército do General Mark

Clark, de quem o Capitão Vernon Walters fora Ajudante-de-Ordens (p. 61); – A Artilharia Divisionária/3 nunca foi em Porto Alegre e o General Barra que a comandava na ocasião mencionada não se chamava Rubens – que, como coronel servia em Curitiba – mas seu irmão Newton (p. 90); – Almirante Vermelho era o apelido pelo qual era conhecido na Marinha o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, da reserva, nomeado ministro nos estertores do Governo Goulart e como conseqüência da revolta dos marinheiros, e não o Almirante Aragão, chamado "o Almirante do Povo"; – a salva de 24 tiros (*sic*), mencionada à página 108 como parte das honras militares prestadas a Castello Branco em sua visita ao Forte Copacabana, deve ser invenção do "brazilianista" Dulles e falha da "assessoria militar" do autor; – o Tenente-Coronel Silvio Ferreira da Silva, mutilado pela bomba do Aeroporto de Guararapes, não era mais o secretário de Segurança de Pernambuco na ocasião (p. 241); – o Quartel-General da 6ª RM era em Salvador, na Bahia, e não em Porto Alegre (p. 269).

Parece que, quanto ao Paraná, essas falhas são, ainda, mais gritantes. Poderia mencioná-las brevemente?

A julgar pela versão dada pelo Marechal Cordeiro de Farias em seu depoimento para Aspásia Camargo e Walder de Góes, sobre os acontecimentos em Curitiba nos idos de 1964, a sua afirmação – encampada por Élio Gaspari – de que "o Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º", precisa ser colocada de quarentena. Primeiro, porque o Exército nunca foi janguista; havia alguns poucos oficiais que poderiam ser assim considerados, mas a maioria era legalista e foi arrastada dessa posição para o Movimento de 1964 pelos desatinos de Jango e seus amigos. Depois, porque o relato sobre o que se passou em Curitiba – meninos, eu vi! – é inteiramente equivocado. O então comandante interino da Região Militar, General Dario Coelho, fez publicar dias depois (4/05/1964) um relatório sobre os acontecimentos que desmente totalmente a versão do Marechal Cordeiro de Farias.

Em 1964, foi a decidida e pronta adesão do General Dario Coelho, no comando interino da 5ª RM, apoiado pelo Governador Ney Braga, que garantiu a retaguarda do II Exército, comandado pelo hesitante General Amaury Kruel, e o isolamento dos elementos gaúchos leais ao Governo Goulart. A afirmação atribuída ao General Floriano Machado (p. 113), aconselhando Jango, na manhã de 2 de abril, a abandonar às pressas Porto Alegre porque tropas de Curitiba estavam marchando para a capital gaúcha, é exagerada, mas, na verdade, desde a manhã da véspera o General Dario Coelho determinara o deslocamento de forças para isolar o Rio Grande do Sul. De outra forma, o gesto corajoso, mas afoito, dos generais de Minas Gerais correria um grande risco de fracassar. A crise da renúncia de Jânio Quadros fora uma lição.

Naquela ocasião, foi a adesão da 5ª Região Militar aos que defendiam a posse de João Goulart que negou aos que se opunham à solução constitucional uma importante base para a montagem do dispositivo destinado a enfrentar e subjugar a posição conjunta do Governador gaúcho Brizola e do comandante do III Exército. Se tivesse prevalecido a opinião do então Comandante Militar do Planalto, General Ernesto Geisel – como confessa em suas memórias –, uma força de pára-quedistas teria sido lançada para apossar-se do Aeroporto de Afonso Pena e garantir a descida dos aviões de transporte com a tropa de infantaria necessária para ocupar Curitiba.

E na história daqueles dramáticos momentos de 1964, um lance decisivo nunca foi verdadeira e cabalmente contado. O próprio Élio Gaspari, à página 90 do livro, repete a versão que até hoje prevaleceu – falta de visibilidade –, mas que não retrata o que realmente aconteceu. São passados quarenta anos daquela noite de 31 de março, muitos dos personagens envolvidos já estão mortos, mas ainda há alguns sobreviventes que os protagonizaram ou a eles assistiram. No Aeroporto de Afonso Pena, um decidido grupo de civis aliciados por um conspirador militar, em silencioso "golpe de mão", manteve a pista de pouso às escuras e, com isso, impediu o pouso de um avião que poderia mudar drasticamente o rumo dos eventos que se seguiram, com o inevitável risco de um indesejável derramamento de sangue.

Cerca de nove e meia daquela noite, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) decolou do Rio de Janeiro levando a bordo três generais fiéis ao Governo João Goulart: o General Ladário Pereira Teles que ia assumir o comando do III Exército em Porto Alegre, o General Silvino Castor da Nóbrega, comandante efetivo da 5ª RM, e o General Chrysanto Figueiredo, comandante da ID/5 de Ponta Grossa; estes dois últimos achavam-se em férias naquela cidade e vinham reassumir seus postos. Chrysanto era um notório esquerdista que desenvolvia uma intensa pregação em seus pronunciamentos à tropa. Silvino fora um bravo comandante de Batalhão na FEB e ninguém poderia ter dúvidas de sua coragem e de sua posição governista. Os militares de Curitiba contrários à deposição de Goulart, mais numerosos entre os sargentos, aguardavam quem os liderasse. Assim o declarou, na época, um jovem e politizado sargento, hoje um próspero empresário curitibano do setor dos transportes. A posição do General Dario era de há muito conhecida, pois, desde setembro de 1963, – quando substituíra o General Ernesto Geisel como comandante da AD/5 – em visita às unidades, já deixava clara sua posição contra os desmandos do janguismo. Entre os conspiradores mais ativos estava o Tenente-Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, brilhante oficial de Artilharia, que fora transferido do Rio de Janeiro para Curitiba por ter se recusado, em outubro do ano anterior, a participar de uma operação determinada à tropa pára-quedista destinada a prender o Governador da

Guanabara, Carlos Lacerda. Boaventura aliciara alguns civis em sua pregação anticomunista e três deles estavam armados no aeroporto naquela noite. As instalações do aeroporto civil Afonso Pena achavam-se na área de responsabilidade da unidade onde servia Boaventura, naquela ocasião sem o seu comandante efetivo, General Reinaldo Mello de Almeida, que, muito ligado ao General Silvino, fora mandado ao Rio de Janeiro para tentar convencê-lo a mudar de lado; desencontrou-se dele e deixou a unidade sob seu comando no "olho do furacão" e sem o seu comandante efetivo. A interdição da pista por tropa do Exército só foi feita no dia seguinte.

O piloto do avião da FAB poderia ter tentado o pouso na Base Aérea do Bacacheri, pois o brigadeiro comandante da Escola ali sediada, embora instado por seus subordinados a fazê-lo, não quis mandar bloquear a pista. Por razões desconhecidas, o piloto não o fez e informou a seus passageiros a inexistência de condições de pouso e seguiu para Porto Alegre. O General Silvino tentou de diversas maneiras e à distância retomar o controle de seu comando, deu ordens para deslocamento de tropas na direção de São Paulo, deu a conhecer aos comandantes das principais guarnições de Santa Catarina que estaria logo ali para reassumir o comando; tudo inútil. O General Dario ainda tentou por telefone fazer-lhe ver que só poderia reassumir seu posto se estivesse disposto a marchar contra o governo com a esmagadora maioria de seus comandados. Não aceitou e rendeu-se ao império das circunstâncias; a ausência de Curitiba e o passar do tempo lhe foram contrários e a história do "golpe" de 1964 na 5ª RM deixou de tomar um rumo inesperado e certamente desagradável e cruento.

O escriba Élio chama a episódios como esse de "anarquia" e de "bagunça", como se fosse possível fazer uma revolução sem elas.

O livro é recheado de estatísticas a partir de certo ponto. Poderia comentá-las?

A partir da página 130, o autor inicia um exercício de "chutometria" numerológica a respeito dos presos, mortos, exilados etc. Apresenta dados, desde os que teria a embaixada americana até os que, anos depois, surgiriam do livro de dois farsantes – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – intitulado "Dos filhos deste Solo".

A citação desse (seu) livro, feita no final da longa nota de rodapé que tomou o nº 8 (p. 132), dá uma idéia do nível de empulhação que perpassa a obra eliana. A referência cita a página 311, como apoio ao que diz sobre a morte do Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. O caso desse oficial se encontra em outra página (561) e registra uma das muitas mentiras do grosso calhamaço editado com o dinheiro do PT (Editora Perseu Abramo-Boitempo) e sobre o qual vale a pena nos alongarmos, pois dá a medida do que se fez na famigerada Comissão de Mortos e Desaparecidos. Ali consta que "Alfeu era coronel aviador. Foi fuzilado no dia 4 de abril de 1964 na

Base Aérea de Canoas no Rio Grande do Sul. A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas com uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo".

Em setembro de 1997, a Comissão concedeu indenização aos familiares do coronel – cuja viúva já recebia pensão militar – com o voto favorável do General Oswaldo Pereira Gomes, que, em entrevista à *Folha de São Paulo* de 7 de junho de 1998, disse: "(...) Houve um caso de um militar janguista que se rebelou num quartel do Rio Grande do Sul. Ele foi morto e a Comissão votou o processo em que ele teria levado 16 tiros pelas costas. Era o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. O pedido de indenização foi aceito. Eu mesmo aprovei o caso. Na verdade, depois de o caso ser aprovado, fui descobrir que o coronel não tinha levado 16 tiros pelas costas, mas sim um tiro, após tiroteio (...) O que foi para o relatório "Brasil: nunca mais" foi essa versão mentirosa de 16 tiros pelas costas, o que é mais uma inverdade consignada pelos revanchistas. Houve muitos casos como esse". O general era o representante das Forças Armadas na Comissão. Suas dúvidas sobre esse processo deveriam ter sido tiradas antes da votação, para que pudesse dar seu voto com conhecimento de causa, como é o mínimo que se espera de qualquer juiz. Elas seriam tiradas se, simplesmente, ele consultasse o IPM que, na época, apurou o fato.

Se o consultasse, teria tomado conhecimento do que ocorrera; o Brigadeiro Nelson Freire Lavanère Wanderley, acompanhado do Coronel Aviador Roberto Hipólyto da Costa, chegou à 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, e não à Base Aérea de Canoas, para assumir o comando, que deveria ser transmitido pelo Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, oficial mais graduado presente. O Coronel Alfeu, amigo pessoal de João Goulart, após recusar-se a transmitir o comando, atirou e feriu o Brigadeiro, sendo morto com um tiro de pistola 45 pelo Coronel Hipólyto, em ato considerado como de legítima defesa de outrem. O Coronel Hipólyto foi absolvido pela Justiça Militar (jornal *Ombro a Ombro*, de julho de 1998). Recebi há dias o depoimento do então cabo enfermeiro Oséias Rech que servia no QG do V Comar e foi testemunha dos acontecimentos, tendo conduzido o Coronel Alfeu para o hospital.

É assim que a esquerda conta a estória dos "anos de chumbo", agora com o auxílio do tortuoso discípulo do Golbery que se vale, à larga, dos dados do livro fajuto do Nilmário e do Tibúrcio.

Além disso, as estatísticas do livro do Gaspari, fazem lembrar as elucubrações que ainda se fazem a respeito do número de índios que havia no Brasil quando da chegada de Cabral ou da falsificação numerológica sobre a população do Paraguai ao iniciar-se a guerra da Tríplice Aliança e que alimentou os inventores do mito do genocídio. "Chutometria" alucinada de burocratas que tinham de preencher e man-

dar relatórios? No território da 5ª RM, os presos não passaram de uns trinta. Devem ter considerados como presos os que fugiram por nada, os exilados voluntários e os que se esconderam. Diz o autor que, em três anos (1964/1966), passaram pelas embaixadas cerca de quinhentos asilados. Os dados sobre as intervenções nos sindicatos e confederações, além de fantasiosos e confusos, são ridículos (p. 131). Misturam-se e embaralham-se dados para confundir o leitor e aumentar o número de páginas do calhamaço. Se nem o nome certo do órgão punitivo existente na ocasião eles sabem direito, como acreditar na veracidade do que escrevem. O autor é mais um que não sabe que a comissão chefiada inicialmente pelo Marechal Taurino era a Comissão de Investigação Sumária (CIS) e que a Comissão Geral de Investigações (CGI) – órgão para apurar atos de corrupção –, só surgiria depois do AI-5, no começo de 1969, e era presidida pelo Ministro da Justiça (p. 134). Outras tolices ainda escreveria mais adiante, ao falar da CGI nos volumes seguintes.

E as incorreções se sucedem, como a que aparece na página 137, ao referir-se à crise da aviação embarcada, quando o número de ministros demitidos é mencionado incorretamente. Dado irrelevante, como se poderia argumentar, mas que desacredita a pesquisa feita e o mais que se escreveu. Depois de tantos anos de pesquisa e com o auxílio de computadores e de uma enorme equipe, o livro tem passagens que fazem lembrar o livro do Barão de Munchausen. O problema é que a mentira, além de pernas curtas, tem muitas faces e a verdade é só uma. Mas, aí o livro já foi vendido e o dinheirinho embolsado.

E o repórter-falsário dos tempos do Galeão reaparece a cada passo, ao omitir detalhes que invalidariam sua tese ou seu raciocínio de uma evidente prevenção contra os militares, apesar de ter-se revelado um perfeito sabujo dos generais quando isso lhe trazia algum proveito. Ao tentar mostrar o que chama de "a anarquia militar", escamoteia do leitor fatos e circunstâncias relevantes em uma isenta apreciação histórica. Ao mencionar a alegada rebeldia dos quartéis na vigência da Constituição de 1946 esconde que a pressão que levou o Presidente Vargas ao suicídio foi o "mar de lama" que, segundo ele mesmo constataria envergonhado, corria por baixo do Palácio do Catete e que resultara no assassinato de um major da Aeronáutica por um sicário a serviço da guarda pessoal do próprio presidente. Que o impedimento dos senhores Café Filho e Carlos Luz foi contramedida necessária para abortar um golpe de que ambos eram parte e que pretendia impedir a posse do presidente legitimamente eleito Juscelino Kubitschek (p.140).

Uma das teclas mais insistentemente batidas pelo autor ao longo de seus cartapácios é a referente à tortura e Gaspari chega a afirmar que "a tortura foi o termômetro da

intensidade da ditadura". O senhor teria algum comentário sobre esta constante assertiva dos revanchistas?

A tortura, como de hábito, é uma verdadeira obsessão dos que escrevem sobre os "anos de chumbo". O General Mourão Filho, tratado sempre com desprezo pelo escriba como uma figura caricata, assume ares de credibilidade ao denunciar "essa onda terrível" em suas Memórias, enquanto Carlos Lacerda, apesar de cassado e ressentido, ainda em 1977, mantinha o que sempre dissera, desde a famosa entrevista em Orly, em abril de 1964 (Gaspari a dá, erroneamente, como sendo em maio).

Com o mesmo ânimo, encampa a notícia falsa publicada em agosto de 1964 como parte da campanha de denúncias de torturas, desencadeada desde julho pelo *Correio da Manhã,* na qual é afirmado que "o advogado e ex-deputado paranaense Walter Pecoits, que organizava camponeses na região de Cascavel (*sic*), ficara cego de um olho, seis dias depois de ter sido preso pelo Exército". Pecoits era médico e o acusado de lhe ter causado a cegueira foi um oficial da Polícia Militar; a área de atuação desse político do PTB não era Cascavel – que em outro ponto do livro é colocada a duzentos quilômetros de Curitiba, quando fica a quinhentos – mas bem longe dali, em Francisco Beltrão, onde em 1957 houve um levante de posseiros. E, finalmente, fontes insuspeitas declararam que o médico já era deficiente visual e usou a alegação da violência para beneficiar-se politicamente e depois pecuniariamente do fato (p. 144). Sobre esse mesmo jornal de tanta credibilidade, iria escrever à página 206 de A Ditadura Derrotada: "O *Correio da Manhã*, porta-voz decadente dos empreiteiros que o arrendaram em 1969, ficou a dever ao General Fontoura, Chefe do SNI, a sustação de uma cobrança de dívida do jornal com a Previdência (junho de 1972)." Provavelmente, a campanha difamatória de 1964, desencadeada por um jornal que apoiara decididamente a revolução, tenha algo a ver com a frustração de que no Governo Castello lhe fora negada a esperada benesse que salvaria o já endividado jornal.

Perfilha, algumas páginas adiante, as estatísticas sobre tortura do famoso projeto "Brasil: nunca mais", montado sobre a alegação geral de terroristas e guerrilheiros – por instrução de seus advogados – para nos Juízos Militares derrubarem as confissões feitas na fase de inquérito – algumas de próprio punho – alegando, sistematicamente, as terem feito sob maus-tratos e tortura. Curiosamente, uma das exceções foi a conhecida Bete Mendes, a Rosa da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), autora de falsa acusação ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 1985.

Um dos órgãos mais criticados por Gaspari é o SNI. Como se explica isso de um "amigão" de Golbery?

O autor, embora um serviçal do Golbery, é um crítico feroz do SNI ao qual dedica um capítulo especial onde compara "o Serviço" com a 4ª Delegacia, a famosa

central de torturas do Estado-Novo, e tenta justificar o porquê de seu pretenso criador tê-lo chamado de "monstro". Mas atribui ao órgão um pecado que não foi dele e mostra, mais uma vez, que quando se trata do Paraná, é mais mal informado do que o habitual. A escolha do Deputado Leon Peres para governador biônico daquele estado foi uma conspiração palaciana urdida, sob inspiração do Coronel Manso Neto, junto ao Presidente Médici por gente que se acotovelava no Palácio do Planalto, figurantes de um dos muitos círculos que se criavam na Brasília daqueles tempos – de que fazia parte o deputado e que o Senhor Roberto Médici em depoimento sobre seu pai apelidou de "clube inglês" – e nos quais se faziam os arranjos, onde os sócios trocavam elogios mútuos, procurando valorizarem-se. Mas, se o SNI – definido em 13 de junho de 1964 pelo *Correio da Manhã*, antes mesmo de funcionar, como "um Ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial, incompatível com o regime democrático" – chegou a fazer tudo o que o autor menciona (p. 170/171) deveu-se principalmente ao "uso do cachimbo" que lhe impingiu Golbery e que deixou "a boca torta", de que o próprio Gaspari dá um exemplo ao afirmar que um oficial de Marinha – cujo nome menciona – lhe mostrara em 1976 um informe do mesmo SNI, exemplo da intimidade que o jornalista gozava com gente do "monstro" em sua plenitude nos "anos de chumbo" (nota 61/p. 171) certamente o mesmo sujeito que dotou o arquivo do autor de um volumoso documento confidencial do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) (nota 62/p. 190). Obra, aliás, compatível com o caráter de Golbery que o autor começa a esboçar já na página 36 do livro e que terá pleno desenvolvimento no terceiro volume do "pentateuco".

A chamada guerrilha do Cardim é largamente tratada nesse primeiro volume, com a idéia de valorizar um episódio sem nenhuma expressão. As inverdades não são uma constante nessa sua abordagem?

Sem dúvida, a torrente de equívocos e mentiras prossegue ao tratar o livro extensamente (p. 191/196) da tentativa de guerrilha do "exército brancaleone" de Jefferson Cardim de Alencar Osório, um "porra-louca" na avaliação de seus contemporâneos na Escola Militar e que, no episódio, recebia ordens do ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, Alberi Vieira dos Santos, como ficou constatado na apuração do evento. Começa por dizer que, ao atingirem a divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, "os guerrilheiros tinham o Exército no encalço". O "exército" eram dois majores que tinham recebido a missão de rastrear e acompanhar à distância o bando. A "viagem rotineira" do Presidente Castello Branco era um importante evento para a época, qual seja a inauguração da Ponte da Amizade, iniciada por Juscelino Kubitschek e que, ao contrário do que fariam anos mais tarde com as

grandes iniciativas deixadas pelos governos dos generais-presidentes os revanchistas odientos, fora continuada e concluída. E de repente, no relato "eliano" e como soe acontecer nos seriados históricos da TV Globo, o entrevero entre os aprendizes de guerrilheiro e a tropa legal viaja dezenas de quilômetros e muda-se para "as vizinhanças da cidade de Cascavel, duzentos quilômetros a oeste de Curitiba". O local certo é nas proximidades da cidade de Leônidas Marques, como corretamente assinala Jacob Gorender na mesma página do livro onde Gaspari foi buscar a referência à tortura que teria sido infligida ao coronel. E aí termina a ignorância geográfica de quem não sabe a verdade e começa a falsificação torpe de quem se empenha em difamar o Exército Brasileiro. Não pelo episódio da prisão que poderá ter acontecido com a relatada atitude de destempero do capitão (?) comandante da tropa ao prender um dos responsáveis pela morte de um de seus sargentos, o que justificaria sua compreensível ira. O problema é que a prisão foi feita por um tenente e o coronel estava fardado.

A partir daí, volta a funcionar a fábrica de mentiras do discípulo do Ibrahim Sued com as torturas em três quartéis, a desconfiança de Castello com a rapidez das confissões – certamente sob tortura – e a comparação desses fatos com episódios históricos de 1922 e 1924.

Jefferson Cardim durante sua prisão, como condenado pela Justiça Militar, foi tratado com tanta consideração que conseguiu que comparsas seus armassem uma fuga espetacular, explorando suas regalias, que descrevo no Capítulo 5 do meu último livro. A apontada "rapidez das confissões" (prisão em 28 de março e leitura do presidente em 13 de abril) indicativa de uso de tortura é notícia do pasquim porto-alegrense *Coojornal*, de dezembro de 1978, o que por si só já desqualifica a afirmação, não fora a tolice de considerar que o prazo de 15 dias fosse motivo de espanto para a difusão de uma informação. E a comparação entre a ação de desatinados terroristas e guerrilheiros, a serviço de uma potência estrangeira e subsidiados por dinheiro cubano, com as tropelias internas de descontentes (1922 e 1924) com um governo que não os anistiou e os perseguiu enquanto pôde, é descabida, mas coerente com tudo o que o autor assoalha em toda a obra, quando, sistematicamente, escreve que os do lado da lei "morrem" e os subversivos, terroristas e guerrilheiros são "assassinados", assim como os integrantes de partidos e facções comunistas são apenas esquerdistas. Coisas do Eremildo...

E para terminar este longo, embora parcial, exame de A Ditadura Envergonhada vale a referência comparativa com o que o autor chama a "Roda de Aquários". As mãos que no Brasil tentavam mover a roda de Aquários eram as mesmas que se diziam dispostas a pegar em armas para criar neste país um ou mais "vietnames" e

que aqui mesmo faziam suas vítimas, iguais àquelas do Vietname verdadeiro, pelas quais os jovens americanos faziam protestos.

É emblemática a leniência com que o autor trata a violência dos desordeiros americanos – que era reprimida sem contemplações pela polícia e que mais adiante motivaria severas medidas contra a indisciplina nos "campi" universitários – com a decisão com que os governos pós-1964 enfrentaram a guerrilha urbana e a luta armada comunista em nosso País.

A obra mercenária de Élio Gaspari vem a lume no justo momento em que a democracia americana – atingida em seu próprio solo pelo terrorismo islâmico – adota medidas de salvaguarda que deixam o nosso AI-5 como um mero regulamento de um colégio de freiras e onde os "porões" da ditadura brasileira – que tanto incomodaram certos círculos da terra de Tio Sam e muitos ditos brazilianistas – ficam a parecer um "jardim de infância" se comparados com os de Guantânamo...

No primeiro volume de seu "pentateuco" das Ilusões Armadas, o escriba Élio Gaspari esforçou-se para tentar desmoralizar o movimento cívico-militar de março de 1964 e alguns de seus chefes. No segundo tomo, qual a tônica do escritor?

No segundo volume de sua longeva obra, o antigo auxiliar de Ibrahim Sued empenha-se em provar que a luta armada comunista só foi derrotada pela ação da tortura institucionalizada e generalizada, transformada em "política de Estado". Daí, ocorreu-me a seguinte comparação: o matemático grego Euclides – que viveu no século III a.C. – estabeleceu um postulado – "de um ponto exterior a uma reta só é possível traçar uma única perpendicular a essa reta" – e sobre ele foi construída a geometria euclidiana. O Élio Gaspari criou um postulado "eliano", axiomático – foi a tortura que derrotou a luta armada – e sobre ele construiu um grosso volume, em que mistura ficção, meias-verdades, mentiras inteiras, escritas em seu "magnífico estilo" e com uma sintaxe escorreita, ajudado que foi por numerosa equipe editorial. Bem diferente, ao que julga, do "estilo de compota" que atribui, por exemplo, aos escritos do General Octavio Costa.

A prática da tortura é tão velha quanto o homem. O uso da dor física como punição, como provação ou como forma de obrigar um indivíduo a confessar um crime ou fornecer informações, já era comum entre gregos e romanos. A apuração dos chamados crimes de "lesa majestade" ou de "lesa majestade divina" admitia o uso da tortura, especialmente nos processos da Inquisição. Somente em meados do século XVIII, o uso legal da tortura foi abolido na maioria dos países da Europa. Em 1816, uma bula papal proscrevia o uso da tortura nos países católicos.

Modernamente, a tortura em larga escala foi ressuscitada pelos regimes nazifascistas e comunistas, como meio de coação política. Deve-se aos comunistas a intro-

dução de uma nova técnica com a chamada "lavagem cerebral", resultante dos estudos de Pavlov sobre os reflexos condicionados, e intensamente aplicada na guerra da Coréia. Os franceses na Argélia e os ingleses ainda hoje contra o IRA são acusados de largo uso de tortura física e psicológica.

No Brasil, o assunto foi vastamente explorado após a queda do Estado-Novo de Getúlio Vargas, regime acusado de torturar dissidentes. Mais recentemente, passou a ser um dos assuntos preferidos pela propaganda da esquerda, desde os primeiros dias do movimento que derrubou o Senhor João Goulart. Já na famosa entrevista de Carlos Lacerda no Aeroporto de Orly na França, nos primeiros dias de abril de 1964, os jornalistas perguntaram sobre a ocorrência de tortura no Brasil. No início do Governo Castello Branco, as acusações voltaram a ganhar curso com grande preocupação para o presidente. Nunca pararam e continuam a fornecer matéria com que escribas desonestos enchem suas pautas sem assuntos sérios.

Mas uma das mais surpreendentes manifestações sobre as alegadas torturas, antes mesmo da publicação pelo CPDoc da FGV dos "Anos de Chumbo" e dos calhamaços do Elio – nos quais a tecla sobre a tortura é uma "torturante" obsessão – tivemo-la no livro do jornalista Hélio Contreiras – "Militares – Confissões", onde o ponto mais delicado dos depoimentos do citado livro é a afirmação de que aconteceram realmente as denunciadas violências contra os presos políticos.

Releva citar que pelo menos dois desses depoimentos são contrafações, a mim declaradas pelos depoentes. Um deles nega haver feito tais declarações e o outro foi entrevistado pelo telefone e só viu suas supostas declarações no livro e as repudia em sua maior parte. São depoimentos de 38 figuras ilustres do regime autoritário que incluem um ex-presidente, seis ex-ministros, cinco generais-de-exército, três ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM), inúmeros generais, almirantes, brigadeiros e coronéis, quase todos censurando aqueles abusos, mas afirmando que não concorreram de nenhuma forma para eles e que, no âmbito de suas atuações e responsabilidades, não houve tortura. Acredito que, se indagados se presenciaram alguma dessas – ao que se alega – corriqueiras ocorrências, com toda a certeza o negariam com a mesma veemência com que as condenaram por "ouvir dizer". Se as condenaram, por que não as denunciariam na época? Por que deixariam de agir para promover a responsabilidade dos alegados torturadores, o que não seria difícil, dadas suas elevadas posições hierárquicas e funcionais e, principalmente, tendo em vista que, de há muito, é considerado, no mínimo, transgressão disciplinar "maltratar ou permitir que se maltrate preso sob sua guarda".

Neste livro, Gaspari, o Élio Parmegiani do Partido Comunista, ex-empregado da Embaixada cubana, os desmente a todos, acusando indiscriminadamente os che-

fes militares, sem dizer quais, de mandantes da tortura, sem a qual a luta armada comunista não teria sido derrotada. Segundo Gaspari, a tortura acontecia em decorrência de um conluio de omissões, tolerâncias e negligências.

Mas, em que consistia a alegada tortura? Pressão psicológica, maus-tratos, ameaças? E, afinal, quem são os responsáveis pelos abusos, apresentados como institucionalizados, rotineiros e largamente praticados, e dos quais não escapou nenhum dos subversivos levados a julgamento na Justiça Militar, pois eram unânimes em declarar em juízo que seus depoimentos, mesmo os escritos de próprio punho, tinham sido obtidos mediante tortura. Foi com essas maciças declarações que o trêfego Cardeal Arns e seus acólitos – entre eles, José Gregori e José Carlos Dias – conseguiram montar o famoso livro "Brasil: Nunca Mais", a Bíblia dos Revanchistas. No final do Capítulo 4 de meu livro, "O Fascínio dos Anos de Chumbo", o leitor encontrará meu testemunho pessoal de dois exemplos das mentiras contidas nesse livro de Evaristo Arns, entre tantas outras.

General, gostaria que o senhor falasse dessas duas mentiras para que, nesta oportunidade, desmascarasse, também e cabalmente, os autores do livro "Brasil: Nunca Mais", em especial o Cardeal Vermelho, mui amigo de seqüestradores – especialmente os estrangeiros –, como se viu no seqüestro de Abílio Diniz?

Só muito recentemente veio às minhas mãos o badalado livro em cuja preparação e publicação o Cardeal Arns usou milhares de dólares subtraídos à ajuda aos necessitados de sua diocese. Embora ainda, até hoje, à venda nas livrarias, encontrei o *best seller* "Brasil: Nunca Mais", em um "sebo". Hesitei em comprá-lo, mas era tão barato que resolvi arriscar-me a jogar fora meus dez reais. Valeu a pena. Dois episódios de Curitiba, com os quais havia lidado pessoalmente, ali estavam apresentados de forma distorcida e falsa. Duas falsidades de que posso falar com absoluto conhecimento de causa, visto que abordam episódios vividos por mim.

O primeiro, apresentado à página 44, como parte do conjunto "Menores torturados", refere-se a Milton Gaia Leite. Esse subversivo, dirigente do MR-8 (Niterói), codinome Fyatt, é o personagem do episódio que relatarei a seguir. No livro do arcebispo, a retirada da esposa de Fyatt e das duas crianças da casa – para evitar que corressem riscos e testemunhassem a detenção do pai – é apresentada como "prisão", mentira ignóbil, pois na realidade, tratava-se de lamentável decorrência do uso pelo guerrilheiro de seus próprios filhos como "fachada" para encobrir suas atividades criminosas, subterrâneas e subversivas.

A confortável e ampla casa no meio de um aprazível terreno da Rua Alferes Poli, no centro de Curitiba, alugada recentemente pelo caixeiro-viajante, parecia a

morada de uma família de classe média, onde duas crianças, freqüentemente, enchiam o jardim com suas correrias e seus brinquedos. No entanto, essa fachada encobria o esconderijo de "Fyatt", codinome de um dos líderes do MR-8. Identificado o morador, uma operação para prendê-lo foi montada. Um agente, utilizando um pretexto qualquer, bateu na casa procurando pelo chefe da família. A mulher, aparentemente sem nada suspeitar, o atendeu e disse que seu marido estava viajando e que não sabia quando ele voltaria. Nesse momento, uma das crianças, de uns cinco anos, na sua inocência delatou o pai dizendo que ele voltaria no domingo.

Era verdade e contou-me depois o encarregado da operação o quanto o tocara aquele detalhe amargo, quando a alegria ingênua de uma criança acabara, involuntariamente, servindo a um fim desagradável para seu próprio pai. As crianças e sua mãe foram retiradas da casa por medida de segurança e precaução e no domingo seguinte "Fyatt", ao regressar, em vez da família, encontrou em casa agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que o prenderam. Com ele, foram apreendidos mais de 60 milhões de cruzeiros em dinheiro, parte do dinheiro roubado do Banco do Brasil pelo "Bom Burguês" e que, além de financiar o MR-8, foi engordar a conta na Suíça do antigo e esperto gerente.

O outro fato aparece à página 80 do livro do cardeal com o intuito de exemplificar casos em que "mesmo feridos, alguns prisioneiros eram levados diretamente à tortura", citando o de João Manoel Fernandes, preso em Curitiba. Participei direta e pessoalmente do caso e, no Capítulo 4 de meu livro, conto, em suas minúcias, o episódio, onde relato a prisão do secundarista, baleado ao tentar reagir e que, milagrosamente, escapou com vida. Ao invés de "ser levado a pontapés para o Pronto Socorro" (*sic*) foi ele que tentou agredir o policial que o custodiava. Outras tantas mentiras, do mesmo calibre ou maiores, certamente existiram no livro que se tornou fonte corriqueira de referência dos revanchistas e dos escribas capciosos.

General, a alegação dos terroristas, procedente ou não, de violência policial para obter confissões passou a constituir nova e permanente preocupação das autoridades?

Exatamente. Tornou-se freqüente a autoflagelação por marginais presos para investigação, pois se, ao serem soltos, não ostentassem marcas de violência, isso passaria a ser julgado por seus chefes e comparsas como indício de "alcagoetagem", o que os colocava sob risco de represálias violentas pelas próprias quadrilhas.

No início do Governo Castello Branco, o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) – tradicional valhacouto de subversivos – e a detenção do comunista Florestan Fernandes serviram de pretexto para o recrudescimento das agitações estudantis e de uma campanha pela imprensa baseada em denúncias de terror

cultural e de torturas em prisioneiros, principalmente em São Paulo e Pernambuco, veiculadas pelos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*.

De imediato, foi despachado para os locais onde eram denunciadas as violências o General Ernesto Geisel, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, "a fim de buscar minuciosas informações para a adoção de providências e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais", segundo nota oficial, lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo líder Pedro Aleixo. Em São Paulo, os portões da Base Aérea de Cumbica foram franqueados às altas autoridades civis, eclesiásticas e à imprensa para visitarem e ouvirem os presos ali detidos. Em Pernambuco, além da presença do General Geisel, que constataria a improcedência das denúncias, o General Murici solicitou e obteve a apuração por uma comissão de alto nível e de jornalistas os fatos denunciados, inclusive em uma visita a presos na ilha de Fernando de Noronha. O jornalista Edmundo Morais, redator do *Diário de Pernambuco*, assim noticiou a visita:

"À ilha de Fernando de Noronha, onde estavam dois ex-governadores, ex-deputados e outros acusados, acompanhamo-la (a visita), este rabiscador de notas e os confrades Vladimir Calheiros e José do Rego Maciel Júnior e mais oficiais superiores do Exército, entre os quais o Coronel Antônio Bandeira. As autoridades na ilha-prisão deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos, sem ninguém por perto. Os "torturados" disseram como viviam; nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, apenas o constrangimento da prisão, como era óbvio."

Na mesma época, houve o caso dos membros da falsa missão comercial da China Comunista, presos após 31 de março de 1964 e que a imprensa internacional dava como submetidos a sevícias e torturas no hoje famoso quartel da Rua Barão de Mesquita. Para desmascarar a farsa, foram convidados a visitar os presos o embaixador da Indonésia – que respondia pelos interesses da China – e uma comissão da Cruz Vermelha, os quais constataram a improcedência das denúncias. Não obstante, a imprensa internacional manipulada pela esquerda continuou em Paris e Nova Iorque a atacar o regime brasileiro. Era um ensaio da central de infâmias montada mais tarde em Paris por Márcio Moreira Alves e outros, com o dinheiro dos argelinos. A reiteração dessa cantilena veio agora com os livros de Élio Gaspari de que estamos nos ocupando.

O comunista Jacob Gorender, apesar de um feroz acusador de torturas praticadas e de um estrênuo defensor dos desatinos da esquerda que ele, benevolamente, chama "a violência dos oprimidos", em seu livro "'Combate nas Trevas", confessa uma infâmia praticada por seus companheiros de prisão a respeito de uma inventa-

da tortura que teria sido infligida à filha menor do terrorista Virgílio Gomes da Silva, um dos seqüestradores do embaixador americano. Essa mentirosa acusação foi inserida na redação de um Manifesto de jornalistas que saiu do Presídio Tiradentes, inexistente no texto original, de cuja redação Gorender participara. Quantas infâmias, como essa, foram e continuam a ser repetidas?

Outro caso emblemático é o da morte no DOI de São Paulo do jornalista Vladimir Herzog, largamente explorado pela esquerda e focalizado pelo ex-Presidente Geisel em seu depoimento histórico publicado em 1997. Profundamente irritado com a ocorrência e levado pela grita levantada, o ex-presidente foi à Cidade de São Paulo e, não só determinou a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), como escolheu o seu encarregado, um general de sua absoluta confiança – Fernando Cerqueira Lima –, já falecido. O inquérito, feito com o maior rigor, com laudos e perícias de toda a ordem, concluiu que, por negligência na vigilância, o preso conseguira suicidar-se. O IPM foi dissecado em todos os seus detalhes na Justiça Militar e sua conclusão referendada, exceto na exploração ideológica do cadáver que o próprio Geisel sintetizou, ao dizer: "Agora a esquerda tem um herói!" Um apagado e desimportante membro de uma célula do PCB na Revista *Visão* que, de próprio punho, delatara seus companheiros e ia ser posto em liberdade; ao sabê-lo, entrou em crise de consciência e matou-se. Esse o fato, comprovado em um IPM feito por um homem íntegro, mas cujas conclusões irretorquíveis foram obscurecidas pelas versões dos interessados em explorar o novo e inesperado herói. E se as versões contrariam os fatos, pior para os fatos, já sentenciava Nelson Rodrigues. O próprio Geisel ajudou nisso.

Nesse aspecto, é muito ilustrativa uma erudita crônica em jornal, há tempos publicada pelo sempre imaginoso e prolixo (nos dois sentidos) Jornalista Élio Gaspari, em que o autor, sem dizer especificamente a quem se referia, ensaiava veemente defesa do delator que confessa sob tortura. Na verdade, a alegação de tortura serviu, na maioria das vezes, para justificar fraquezas e delações gratuitas. Muitos as trocaram por liberdade, emprego e nova identidade em lugares seguros. Não é sem motivo que esse tipo de guerra, de há muito, é dita suja e vez por outra reaparece um desaparecido.

As acusações vêm sempre desacompanhadas das necessárias provas e aí voltamos ao conselho do Doutor Goebbels: "uma mentira, repetida mil vezes, passa a ser verdade". Os revanchistas têm enchido páginas e páginas de livros, revistas e jornais com essas acusações. Uma delas ganhou notoriedade em setembro de 1985. Tratava-se de uma deputada federal e antiga militante da VAR-Palmares – Bete Mendes – que, ao voltar de viagem ao Uruguai integrando a comitiva do Senhor José Sarney, armou um rebuliço, amplamente acolhido pela mídia, em que denunciava ter en-

contrado como Adido Militar naquele país o seu antigo carcereiro e torturador, Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra que, como major, comandou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército, em São Paulo, entre setembro de 1970 e janeiro de 1974. Só que, em sua encenação, a deputada-atriz omitiu coisas importantes e excedeu-se em minúcias inventadas, esquecida que "é mais fácil pegar-se um mentiroso do que um coxo".

O oficial, depois de passar para a reserva, resolveu publicar um livro excelente, em que desafiava a acusadora a apresentar provas simples e fáceis do que alegara, tais como: o nome do amigo cujo cadáver, dissera, lhe fora apresentado no DOI como forma de intimidá-la. "Rompendo o Silêncio", nome desse importante livro, ficou até hoje sem resposta. A atriz viu murchar uma promissora carreira política e a "Rosa" da VAR-P voltou às suas novelas. Quantas Rosas andarão por aí? Por outro lado, o livro do Coronel Ustra mostra exemplos que desmentem a má fama dos "porões" com indicação de nomes e circunstâncias. Seriam falsos? Por que nunca foram contestados ou desmascarados? No Capítulo 7 desse meu último livro, mostramos alguns deles.

Mas, podemos voltar ao nosso objeto: A Ditadura Escancarada?

Sem dúvida. Como no primeiro livro, o autor ajunta em seu novo cartapácio de mais de quinhentas páginas uma série enorme de incoerências, falsificações, juízos e conclusões tendenciosas e sem base. O velho falsificador de entrevistas dos tempos do Galeão parece esquecer que estão vivos muitos dos personagens dos eventos – alguns dos quais ele blandiciosamente conseguiu enganar para que lhe passassem impressões e opiniões sobre os acontecimentos da época – e que estão dando, e ainda darão testemunhos que corrigem e desmascaram suas falácias que só servem para engrossar seu livro. Muito do que afirmamos no meu livro e nesta entrevista nos foi revelado por alguns companheiros "que estiveram lá". Mas, até mesmo o que alguns subversivos registraram em seus depoimentos escritos, na enxurrada de livros com que a esquerda vem, há muito tempo, tentando justificar seus seguidos fracassos para tomar o poder pela violência, não o ajuda a provar sua tese mal enjambrada. Tal acontece no capítulo intitulado A Matança, ao tratar do chamado "Grupo Primavera", em que ignora o que escreveu em seus dois livros – "Viagem à Luta Armada" e "Nas Trilhas da ALN (1979)" – o guerrilheiro urbano Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz.

Para apontar todas as falhas e desmistificar as invencionices apresentadas, seria necessário escrever um livro de igual grossura, mas a menção às mais gritantes ajudará a ver a empulhação que resultou da segunda das amostras do trabalho que

o jornalista diz ter levado longos dezoito anos para fazer nascer. Nascituro que, nos primeiros vagidos, acompanhados pelos anúncios espalhafatosos da mídia, dava a impressão de que iria desvendar segredos seriíssimos guardados no diário do Heitor Aquino e nos arquivos secretos do Golbery, onde este colecionava documentos surrupiados das gavetas oficiais, ao tempo em que o "Feiticeiro" era um dos "capos" da Pindorama, que é como o adventício Gaspari, com ironia, gosta de chamar o país onde veio abrigar-se, fugindo de uma Itália faminta e devastada pela guerra.

Já de início deixa no leitor uma dúvida, ao afirmar que "faltou ao surto terrorista a dimensão que lhe foi atribuída" (p. 18). Ora bolas! Por que e para que gastar 507 páginas para tratar de coisa tão insignificante? Só para ajudar a Companhia das Letras a ajudá-lo a ganhar um bom dinheirinho? Para que gastar tanta tinta, se no fecho do já citado capítulo A Matança (p. 396), afirma que *"o surto terrorista brasileiro nada teve de incruento" (?*) O mais provável é não saber o significado do vocábulo – que, segundo Caldas Aulete, quer dizer "em que se não derramou sangue" – besteira que talvez nem o Ibrahim Sued chegaria a dizer.

Com a maior sem-cerimônia avança afirmações para as quais valem como prova sua lógica "eliana" e sua palavra oracular. Generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura e levaram as Forças Armadas ao maior desastre de sua história. Não diz quem, nem o quê. Quais os generais e que desastre foi esse? Um general que publicamente justificou o uso da tortura para obter informações foi o seu amigo dos últimos tempos – Ernesto Geisel – com quem teve conversas particulares e de quem gravou duas dezenas de entrevistas. E que foi também – diz o autor – o grande incentivador da publicação da obra. Só que o denominado "ditador da abertura" não viveu o suficiente para ver que o autor o desmente em muitos pontos do que deixou como depoimento a outros fascinados pelos "anos de chumbo".

Cita opiniões de generais e as interpreta ao seu bel-prazer e de acordo com as conveniências de sua arenga. Faz uma comparação entre o terrorismo no Brasil e na Irlanda, citando inclusive o grande número de bombas que explodiram nos Estados Unidos, para concluir que, em nenhum desses dois países, "a tortura foi política de Estado". Tenta tapar o sol com a peneira e finge que não sabe que os terroristas do IRA nunca foram tratados a "pão-de-ló" e que não é necessário a nenhum negro americano jogar bombas para ser arrebentado de pancada pela polícia. Gostaria de saber o que pensa o escriba do que passaram a fazer os americanos com os acusados de terrorismo que lhes caem nas mãos após os atentados de setembro de 2001. O que pensa o escriba de Guantânamo? No caso da Irlanda, o autor, esquecendo o que escrevera páginas antes, se desmente ao falar da tortura nesse país, na página 26. Na verdade "eliana", a acusação de tortura no Brasil é sempre verdadeira e foi "a

anarquia militar" que gerou o "projeto subversivo" e o terrorismo e deu origem aos órgãos de segurança (p. 27). Não podia ser mais confuso e mais inverídico.

Uma boa medida da maneira capciosa de o autor abordar certos temas em seu livro, nos é dada na página 24, ao falar da Medalha do Pacificador, onde, por ignorância ou mais provavelmente por má-fé, estabelece uma confusão entre os dois tipos completamente distintos da citada recompensa, insinuando que ela seria concedida, indiscriminadamente, aos que acusa de torturadores, sem mencionar a exigência do risco de vida, no caso da outorga da medalha com palma. Essa ignorância pretensiosa se verifica, também, ao atribuir, na página 26, aos oficiais que servissem no SNI, no Centro de Informações do Exército (CIE) ou nos DOI (sigla, cujo significado correto a equipe do Gaspari não descobriu) vantagens especiais e indevidas na carreira, desconhecendo os critérios para as nomeações dos adidos militares, deixando-se levar por opiniões de ressentidos, como aquele que cita para apoiar sua leviana afirmação (Nota 28).

Enche páginas com o exemplo da Argélia, do qual certamente muito se beneficiou com o conhecimento de causa de Dorrit Harazim que, como vimos, teria fugido para o Brasil para se livrar da perseguição da polícia francesa que a julgava ligada a grupos terroristas. Mas comete erros grosseiros, como dizer que o comunista Jacob Gorender, autor do interessante e muitas vezes citado livro "Combate nas Trevas", foi "vítima dos torturadores do Exército em São Paulo" (p. 38), falsidade que o próprio Gorender deveria, a bem da verdade, desmentir, pois, no seu livro, ele alega ter sido torturado no DEOPS, órgão policial, onde chegou a tentar o suicídio, quebrando uma janela ao querer pular por ela e ferindo-se nos pulsos.

A "chutografia eliana" prossegue na página 49, quando trata do desmonte do MR-8 – o primeiro – que não era do Rio de Janeiro e sim de Niterói e cuja derrocada começou com prisões no Paraná que constituem o Capítulo 4 de meu livro muitas vezes citado, onde reproduzo textos há muito publicados. Posteriormente, o grupo que seqüestrou o embaixador americano (DI/GB) retomou a designação, como uma forma de tentar desmentir e desmoralizar o Cenimar que havia anunciado o desbaratamento completo do primeiro MR-8.

Um outro assunto de que se ocupa o autor é a OBAN. O que o senhor teria a dizer sobre essa parte do livro?

O autor dedica um capítulo inteiro à Operação Bandeirante (OBAN) (p. 59/67) e, como de hábito, mistura alhos com bugalhos e tem o olhar caolho para ver mais um lado do que o outro da moeda. A OBAN – que foi substituída pelo Departamento de Operações de Informações (DOI) – e cuja organização e objetivos estão claramente expostos no livro "Rompendo o Silêncio", do Coronel Ustra, várias vezes citado por

Gaspari. Tratava-se de uma estrutura improvisada e destinada à coordenação dos elementos de diferentes origens que participavam do combate à luta armada. Nada tinha de paramilitar, pois cada segmento continuava com suas características próprias. A visível intenção é compará-la aos atuais grupos de extermínio de bandidos, que são rotulados de "paramilitares". A OBAN surgiu antes da expedição da Diretriz para a Política de Segurança Interna, baixada pela Presidência da República, o que ocorreu cerca de um mês depois da criação pelo Comandante do II Exército daquele órgão de combate ao terrorismo que crescia de forma avassaladora na Capital de São Paulo. Era uma organização pioneira e que só seria estendida a outras guarnições bem mais tarde, com a criação dos CODI e dos DOI, em decorrência, já então, da Diretriz de Segurança Interna, baixada em março do ano seguinte (1970), no Governo Médici. Graças à OBAN é que passaram também a morrer – em confrontos e não por tortura – os guerrilheiros e terroristas que antes roubavam e matavam impunemente e que foi a melhoria da situação a que o General Dale Coutinho – à época Comandante da 2ª Região Militar – quis se referir na conversa gravada com o "sacerdote" Geisel e que viria a ser fartamente explorada pela mídia no lançamento do 3º volume do "pentateuco gaspariano".

Ao falar da organização da OBAN (p. 60), Gaspari menciona o apoio que a ela deu o General Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado-Maior do II Exército. Cita o livro de memórias do general, mas comete três erros: o ano da vinda dele para São Paulo, a natureza de seus ferimentos em combate na Itália e o tempo que ficou prisioneiro, falseando, embrulhando e deturpando o que lá está escrito; maliciosamente recorda que Ayrosa, como capitão, fora mutilado (*sic*) nos últimos dias da guerra na Itália, caíra prisioneiro dos alemães por duas semanas e devia sua vida à Convenção de Genebra que protege os prisioneiros de guerra, insinuando que não seria essa a prática da OBAN que classifica como uma "célula repressiva, uma anomalia na estrutura militar convencional" e "um desvio doutrinário", no que mostra partilhar do ódio que os comunistas devotam à organização que, pela primeira vez, os fez provar do veneno que vinham destilando.

Ainda com o objetivo de buscar, obstinadamente, o sucesso do livro, Élio Gaspari faz referência a um grande número de fontes consultadas. O senhor concorda?

Realmente, como no primeiro volume, o autor recorre a uma infinidade de fontes – convenientemente selecionadas de acordo com sua tese – e as transforma em verdades inarredáveis, sem se dar conta do ridículo de certas afirmações. Na página 88 – uma das muitas que usou para recontar a estória, já tantas vezes e de diferentes formas contada, do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick – afirma: "A Dissidência (Dissidência Universitária da Guanabara – um racha do "Partidão"

no Movimento Estudantil – depois rebatizada sucessivamente de DI/GB e MR-8) ofereceu à Aliança de Libertação Nacional (ALN) parceria e ficou com o trabalho logístico ao passo que à outra coube o comando da ação em si." Errado, a DI/GB não ofereceu parceria. Reconhecendo sua inexperiência para ações desse vulto, pediu ajuda à ALN/SP que já possuía um bom *know-how* em guerrilha urbana. Para tanto, vieram de São Paulo um comunista histórico, mas bisonho em luta armada (Joaquim Câmara Ferreira ou "Toledo") e três guerrilheiros urbanos experientes (Virgílio Gomes da Silva, o "Jonas", Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, "Sérgio", e Paulo de Tarso Wenceslau, "Geraldo". O comando da ação como um todo ficou com "Toledo" e a chefia da emboscada com "Jonas". A DI/GB não atuou apenas no trabalho logístico; dos dez guerrilheiros que emboscaram o embaixador, apenas dois eram da ALN; isto não é logística. Durante o cativeiro, as tarefas que implicavam deixar o aparelho – entrega de comunicados, cobertura de pontos etc. – foram realizadas por militantes cariocas e essas tarefas de risco não são atividades logísticas; da mais perigosa delas – a liberação do diplomata – os paulistas não participaram, pois dois deles já tinham deixado o cativeiro no dia 6, como se poderá ver a seguir.

À página 97, Gaspari reproduz trecho do depoimento dado em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 1989, por Franklin Martins – o "Valdir", apontado como autor intelectual da façanha, e atualmente prestigiado comentarista político da TV Globo – no qual o referido terrorista, que se encontrava em um carro de escolta à viatura onde ia o seqüestrado, rumo à sua libertação, conta: "Aí (quando o líder do grupo ordenou que abrissem o caminho à bala), eu pensei que ia morrer. A granada ia destruir o carro deles, o nosso e metade do quarteirão." Pelo jeito, levavam não uma simples granada de mão, mas uma "bomba atômica". E assim, se conta a história dos "anos de chumbo". Quantas invencionices desse calibre recheiam o livro do bem informado Élio Gaspari?! Talvez seja por isso que o escriba, em crônicas de jornal, mostrou-se um crítico acerbo de "O que é isto companheiro?", fazendo severas restrições ao famoso livro que virou filme.

A escolha do substituto de Costa e Silva constitui um alentado capítulo deste volume...

...mas de credibilidade muito discutível já que se baseia em algumas fontes suspeitíssimas, como Jayme Portella de Mello – uma espécie de "golbery" do "seu Arthur" –, o despeitado Carlos Lacerda e o então serviçal da "ditadura", jornalista Carlos Chagas que, apeado da sinecura que arranjara, tornou-se um feroz e ressentido detrator dos militares. Outras, surpreendentes – para quem nunca acreditou no Relatório Saraiva –, como a do então Ministro Delfim Netto, em um suposto depoimento de maio de 1988. Curiosamente, pelas notícias e pelo foguetório que, como

de hábito, acompanharam o lançamento do terceiro livro do "pentateuco eliano", é o antigo "gordo sinistro" um dos que levam chumbo grosso do Élio Gaspari. As demonstrações de apego ao Poder, as ambições, as vaidades e o entrechoque de grupos são parte de um quadro que tem certa credibilidade, mesmo para quem não se ceve na peçonha que o autor destila ao descrever certos acontecimentos e que honestamente admita que tais mazelas são parte de um sistema de poder que preocupava Castello Branco, mas que já dava sinais claros da perda de rumo que faria do Movimento de 1964 mais uma revolução perdida, sinais que desapareceram com a escolha e durante o governo brilhante de Emílio Médici. Mas, apesar e independente daqueles sinais, a "tigrada" sempre esteve fiel ao cumprimento de sua missão de impedir a comunização do País, relegado a ser uma nova Cuba ou enfrentar uma guerra civil que ainda hoje infelicita um de nossos vizinhos, embora sem se dar conta que, no fundo, estava apoiando certos governantes e seu séqüito de áulicos carreiristas, como o autor mostra no terceiro volume de sua obra, de que trataremos mais adiante.

E mais do que isso, o "concílio dos generais" acabaria por escolher um de seus pares, capaz de demonstrações de autoridade, simplicidade, modéstia, desprendimento e integridade moral que mesmo um autor caviloso, tendencioso e parcial foi incapaz de esconder. Quantos presidentes neste País poderão receber os elogios que o autor dedica ao General Médici, registrados à página 133:

"Presidiu o País em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da Presidência tirou o salário de Cr$ 3.439,98 líquidos por mês (equivalente a 724 dólares) e nada mais. Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados, recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília."

Muito nos ufanamos dele no Exército e nas demais Forças Armadas; reconheçamos em sua figura ímpar o destacado General e grande Presidente da República.

General Negrão, como Élio Gaspari aborda a luta da Revolução de 1964 contra a corrupção?

Ao falar do combate à corrupção (p.166), registra vários equívocos que mostram um trabalho de pesquisa falho. O General Oscar Luiz nunca foi Presidente da Comissão Geral de Investigações (CGI), mas apenas seu vice-presidente; o presidente era o esperto advogado Alfredo Buzaid, "dublê" de ministro da Justiça. O trabalho de investigação da Comissão era totalmente descentralizado pelas comissões estaduais, logo sua apontada ineficácia não se deveu à centralização – como afirma o autor – mas a manobras escusas e injunções políticas que neutralizaram a

aplicação das sanções aos autores das patifarias comprovadas em inúmeros processos. As declarações atribuídas ao General Oscar Luiz e que teriam sido publicadas, em fevereiro de 1970, na revista *Veja*, jamais poderiam falar em cinco anos de funcionamento, uma vez que a CGI foi criada por decreto de 16 de dezembro de 1968 e começou a operar no ano seguinte.

Dentro desse tema, em que faz inúmeras acusações e aponta casos de corrupção, seria interessante que, tendo consultado o livro de Luís Mir – "A Revolução Impossível" – e falado no Front Brasilien d'Information, fosse mais adiante nas escabrosas e nebulosas estórias dos "fundos revolucionários" de que o livro de Mir está repleto. Se o fizesse, provavelmente teria que envolver figuras como Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, o trêfego Hélio Bicudo e a ASPLAN, com suas ligações com o governo paulista, e outras figuras sinistras da pecúnia nacional e internacional. Parece confirmar o dito que quem tem rabo de palha não passa perto do fogo e quem tem telhado de vidro não joga pedras no telhado do vizinho. Trata-se de um exemplo da solidariedade das esquerdas no acobertamento da corrupção que adoram apontar nos adversários, coisa em que o PT é mestre e que agora no governo ficou à mostra inteiramente.

Na página 180, não se sabe guiado por qual experiência, arvora-se a escrever que "repetia-se no DOI o defeito genético da OBAN, misturando-se informações, operações, carceragem e serviços jurídicos". O que o Senhor gostaria de comentar a respeito?

Recolhi a experiência de quem conheceu a fundo o que se passou nos DOI e essa pessoa afirma com sua autoridade que não houve tal mistura. Para obter informação é necessário conhecer o dado negado, a matéria-prima mais valiosa para a produção do conhecimento, e a obtenção do dado negado é tarefa das Operações, na busca; assim, Operações e Informações são atividades que devem ser desenvolvidas em conjunto. A carceragem é a residência do preso que, a qualquer momento e a qualquer hora, precisa ser interrogado pelo homem de informações, fornecendo mais conhecimento e acionando as operações; logo a carceragem ficar em presídios e delegacias seria inconcebível.

O serviço jurídico foi extremamente útil, já que legalizava, de imediato, as buscas e prisões e agilizava o combate ao terrorismo e à guerrilha. A estrutura dos DOI, calcado no pioneirismo da OBAN, foi extremamente eficaz e adequada, como os resultados comprovaram. A ânsia para criticar um assunto – do qual se é ignorante – é extremamente traiçoeira, como ocorre na mesma página 180 e na seguinte (181), ao falar o escriba sobre o efetivo dos DOI que parece acreditar seriam todos iguais. Nada mais falso.

Só mesmo – como diria Nelson Rodrigues – uma "obtusidade córnea ou má-fé cínica" poderia imaginar ou querer que uma guerra suja, sem regras e sem quartel –

uma guerra entre porões – pudesse ser vencida com luvas de pelica e de maneira convencional. Élio Gaspari – que esteve tantas vezes nos Estados Unidos, tentando aprender, sem conseguir, como eles fazem jornalismo sério – será que não ouviu falar em "guerra não convencional"? Deve ter ouvido, pois faz referência em seu livro à "Força Delta", a mesma que participou da operação que resultou na morte dos filhos de Saddam Hussein, um dos quais foi encontrado ainda com vida e morto com dois tiros na boca, disparados pelo membro da "Delta Force" que o encontrou no banheiro da mansão onde se refugiara, conforme relatado pela revista *Time*, em sua edição de 11 de agosto de 2003.

Na página 182, cita o Capitão Freddie Perdigão Pereira como sendo o "Nagib" do DOI carioca em 1970. Repete a afirmação às páginas 184 e 377, sempre apoiada nas profusas notas de rodapé, cuja credibilidade tem de ser posta em dúvida pela simples e boa razão de que o citado oficial nunca pertenceu ao DOI do I Exército e nunca usou esse codinome que pertencia a um capitão da PM/RJ, prestando serviço naquele órgão. Aí a verossimilhança para as acusações de torturador e de membro da alegada rede terrorista da "tigrada" passa a se basear em dados pessoais do oficial, o que não é difícil de obter, incluindo insinuações relativas a vantagens pecuniárias indevidas ou exageradas.

A censura à imprensa recebeu do autor o epíteto de mordaça e é longamente tratada no livro. Gostaria de comentar esse aspecto?

Ele o faz usando "dois pesos e duas medidas". A pressão econômica sobre certos órgãos é julgada de modo diferente das benesses concedidas ao fundador do "império" herdado por seus atuais patrões e a comparação das restrições dos "anos de chumbo" – a mordaça – com o "controle da imprensa" na ditadura Vargas limita-se à errônea comparação dos períodos de duração. O terrível arrocho imposto pelo regime mais discricionário que o Brasil conheceu, o DIP, o empastelamento de jornais – como o do *Diário Carioca* em 1932 – e o completo fechamento de quaisquer canais de manifestação política imposto pelo Estado-Novo são coisas que o trêfego escriba não menciona, embora deva conhecer. Paradoxal e surpreendentemente, a primeira publicação no Brasil dos Cadernos do Cárcere, do comunista italiano Antonio Gramsci – uma iniciativa de Ênio Silveira e de sua Editora Civilização Brasileira – veio à luz entre 1966 e 1968, com uma reedição em 1970, em plena "ditadura". Um "cochilo" da censura ou a "mordaça" não era tão severa como muitos na época e ainda hoje querem fazer crer? Isto é a confirmação do que afirmou Olavo de Carvalho, ao dizer que "por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como

história oficial" quando "o governo, influenciado pela teoria golberiana, jamais fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos".

Essa constatação já o tinham feito, em ocasiões diferentes, dois ex-comandantes do II Exército, de São Paulo, em plena vigência do AI-5. O primeiro, o General Humberto de Souza Mello em declarações à *Folha de São Paulo*, publicadas em 31 de março de 1971 (A Ditadura Derrotada – p. 193) e, cerca de quatro anos depois, o General Ednardo Ávila Melo, conforme relatório "Secreto" do Ministro da Justiça Armando Falcão ao Presidente Ernesto Geisel (Anexo 2, do Dossiê Geisel, Editora FGV,2002, p.184), ao denunciarem a pertinaz campanha de difamação das Forças Armadas feita pelos jornais. A tenaz campanha no exterior contra a "ditadura brasileira" mereceu do autor vinte e duas páginas, nas quais, como era de esperar de quem afirma que a tortura derrotou a luta armada comunista, pretende demonstrar que não se trata de difamação, mas da decorrência das violências proclamadas e supostamente documentadas. A que não faltaram o sucesso editorial da publicação de uma edição francesa do "Minimanual do guerrilheiro urbano" do "democrata" Carlos Marighela, apoiada por nada menos que vinte e uma das maiores editoras francesas e as aparições parisienses do ex-integralista e saltitante candidato ao Nobel da Paz, Helder Câmara. Uma delas, para 10 mil pessoas no Palácio dos Esportes, denunciando a tortura no Brasil é motivo de noticiário do *Jornal da Tarde*, de 27 de maio de 1970, num "baita" cochilo da "mordaça". Deve ter sido nessa ocasião que um dos que assistiram à feroz diatribe contra o nosso governo teria perguntado ao palestrante se ele, depois de tudo aquilo, ainda iria voltar para o Brasil e, estupefato, ouviu o "bondoso" bispo dizer que sim. O russo Alexander Soljenitsyn, autor da pergunta e do livro "Arquipélago Gulag", deve ter pensado: "Pô, que ditadura camarada é essa?

Outra demonstração de sua maneira peculiar de fazer jornalismo – e exercitada no livro – é a exemplificada às páginas 298/299. O autor apresenta uma longa lista de ações terroristas para mostrar a escalada da violência comunista na América Latina, no fim da qual inclui o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, mantido em cativeiro durante seis meses. Para fechar o parágrafo, registra o que teria escrito em livro um "ex-linha dura" do Exército, acusando o adido aeronáutico brasileiro no Uruguai de, na mesma época (1970), "contrabandear explosivos para uma rede de policiais brasileiros que explodiam sedes do Partido Comunista". Contrapõe, assim, uma notícia notoriamente falsa, por inverossímil, a outras verdadeiras que quer minimizar. Só alguém que julgue seus leitores idiotas tentaria impingir essa estória ridícula de mandar do Uruguai dinamite para terro-

rismo "de direita". A mesma técnica capciosa é usada mais adiante (p. 392) ao dizer que "à ferocidade da tigrada correspondeu uma fase pistoleira dos terroristas", pretendendo igualar a ação dos agentes da lei aos assassinatos por vingança e motivos torpes de companheiros e de inocentes, vítimas da sanha comunista que Jacob Gorender justifica como "a violência dos oprimidos", a que o autor faz uma tímida referência no rodapé da página 397, ao mencionar os assassinatos de um comerciante na Mooca, em São Paulo, e do delegado Octavio Gonçalves Moreira Júnior, transitando, em férias e de bermudas, pelo calçadão de Copacabana.

E a célebre "casa de Petrópolis"?

No capítulo intitulado A Matança – a que já fizemos referência – o autor apresenta certos pormenores intrigantes na longa e pormenorizada descrição de eventos envolvendo a célebre casa de Petrópolis – o Codão (p. 377/384). O primeiro tem a ver com o "Nagib" que não era "Nagib". Outro, refere-se à guerrilheira "Alda" da VAR-Palmares (*sic*), seqüestradora de embaixador, e ao que realmente foi lá fazer o médico Amílcar Lobo. Teria sido requisitado para cuidar de uma mulher atropelada. Tratava-se de Inês Etienne Romeu, a Alda, – da VPR e não da VAR-P, como erroneamente cita o autor – que, "deixada como isca" em uma rua em Cascadura, se atirara contra um ônibus, fora levada ao Hospital Central do Exército (HCE), onde um oficial médico não permitiu que fosse interrogada, ficou ali pelo menos um dia, foi visitada três vezes pelo zeloso diretor do hospital, transferida para o hospital civil Carlos Chagas e depois levada para Petrópolis, segundo o relato da própria, feito 11 anos depois (1981). O médico teria subido a serra dois dias depois da requisição e durante duas horas suturou "os dois grandes ferimentos na barriga e numa coxa" que a mulher apresentava. Não precisa ser muito esperto para ver que alguma coisa não "fecha" nessa estória: uma atropelada passa por dois hospitais – sendo em um deles visitada pelo atencioso diretor do nosocômio, sem que ninguém se lembre de suturar seus ferimentos?! Por que não levar logo a subversiva – que para fugir de seus captores, tentara suicidar-se jogando-se à frente de um ônibus – para a casa de Petrópolis que – segundo o relato – "funcionaria como um aparelho de torturas e assassinatos"?

Outro mistério envolvendo essa casa de horrores de onde "ninguém sai com vida", pela confissão tardia de Amílcar Lobo, é o fato surpreendente de terem deixado a Inês Etienne ou Alda lá, durante 96 dias, assistindo a tudo, anotando as mortes, quem sabe ouvindo, além da ameaça de para lá levarem o então Ministro Jarbas Passarinho, os rumores dos esquartejamentos denunciados pelo caricato ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, e a deixaram sair com vida e com tantas

estórias para contar ao Pasquim. Coisas de um grupo de torturadores e assassinos descuidados, boquirrotos e incompetentes ou estórias de um bando de mentirosos?

Outra intrigante curiosidade é relativa à versão macabra (p. 384) que diz que os mortos da mesma famosa casa de Petrópolis "eram esquartejados e enterrados nas cercanias". Com tantos farejadores de esqueletos que andam por aí – e o deputado Greenhalgh é um dos mais ativos – ninguém se lembrou de ir desenterrar os vestígios daqueles hediondos crimes? Ou tentaram e aconteceu o mesmo que com os corpos que o Burlesco Marival disse à *Veja* que eram jogados em certo rio e que os mergulhadores procuraram exaustivamente e nunca acharam?

Ainda no mesmo capítulo (p. 392) o autor trata dos "justiçamentos" de companheiros e é deveras parcimonioso ao citar apenas três deles, ainda assim com uma incorreção. Pesquisadores mais atentos e confiáveis relacionam mais sete, a saber:

– a ALN matou um militante, ex-marinheiro, por julgá-lo informante do Cenimar;

– a VAR-Palmares assassinou dois criminosos comuns, recrutados para participar de ações armadas, por considerar que sabiam demais sobre a organização terrorista;

– no Maranhão, em fevereiro de 1971, a APLM matou o militante Antonio Lourenço;

– em Pernambuco, em agosto de 1971, o PCR matou o militante Amaro Luiz de Carvalho;

– na Base da Gameleira/PA, em Xambioá, foram fuzilados por elementos das forças guerrilheiras do PC do B, por desejarem abandonar a área da guerrilha, Rosalino Cruz Souza (Mundico) e "Paulo" (não identificado). Mundico foi morto pela célebre "Dina", Dinalma da Conceição Oliveira Teixeira, uma das desaparecidas pelas quais estamos pagando indenização.

Em todo o livro, a citação das fontes em centenas de notas de rodapé parece apenas tentar fazer passar um ar de credibilidade ao que é escrito, pois registra eventos com erros ou omissões facilmente perceptíveis se as tais fontes tivessem sido utilizadas. Ou, o que seria pior, falseia os fatos para encobrir alguém. Como é o caso do autor dos disparos que mataram o agente federal que dava segurança ao embaixador da Suíça, Giovanni Bucher, claramente indicado no livro "Os Carbonários", de Alfredo Sirkis, participante do seqüestro, como tendo sido dados pelo "Cid", ou seja, Carlos Lamarca (p. 339). Ao tratar do seqüestro do mesmo embaixador, o livro registra as dificuldades para completar a lista dos que seriam libertados em troca da vida do diplomata e à página 341 registra que 18 presos se recusavam a deixar o país. Até hoje ninguém esboçou uma explicação para o estranho fato de presos que, segundo a versão assoalhada e reiterada convictamente por Gaspari, eram torturados e mortos, recusarem a liberdade e o fim das torturas. Curioso!

Curiosíssimo! Por que pessoas sujeitas à tortura e à morte se recusaram a obter a liberdade para se livrarem de tão impiedoso tratamento? Com a palavra os revanchistas. Explica, ó Gaspari!

O autor trata da morte de Lamarca?

Na página 355, ao tratar da Operação Pajussara, que resultou na morte do guerrilheiro, o autor afirma que o nome da operação teria sido dada pelo Major Nilton Cerqueira, dando a entender que seria ele o comandante, o que é falso: a operação foi dirigida por outro oficial do CIE, Chefe de Operações do Centro. Na página seguinte, faz referência à rivalidade entre "soldados nativos e a equipe vinda de Brasília" que quase teria resultado em tiroteio entre eles na ocasião. Vários equívocos: a equipe não era de Brasília, mas do Rio, nunca houve essa rivalidade e o risco de incidente ocorrera meses antes do início do cerco a Lamarca. A seguir, afirma que "Rocha, o militante que trouxera do Rio de Janeiro Yara e Lamarca sabia tudo o que a tigrada` queria". Não sabia, porque ignorava onde estava Lamarca. Os três militantes presos no "aparelho" da Pituba desconheciam o local do esconderijo do "Paulista". Nem Yara, sua amante, o sabia. Ironicamente, quem deu a pista foi o próprio Lamarca. Em uma das muitas cartas que costumava escrever para Yara, ele comenta "que as chuvas de São Miguel não haviam chegado". Essa carta, junto com um revólver 38, foi esquecida por um distraído militante – ou seria um informante infiltrado? – dentro de um táxi na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio, a muitos quilômetros de distância de Brotas de Macaúbas. Uma semana depois, foi desencadeada a operação que o destruiu. Aliás, pelo que afirma Gaspari, as cartas de Lamarca – que só viriam a ser publicadas em 1987 num folhetim –, já deviam circular livremente, pois ele garante que a esposa de um oficial, em São Paulo, acompanhava aquele romance epistolar lendo as cartas apreendidas.

O laudo da necropsia de Lamarca, elaborado pelos médicos do IML de Salvador (cuja data a nota 87 da página 357 registra erradamente), ficou ignorado durante 25 anos e voltou a ser manchete de *O Globo,* em 1996. Nessa época, Gaspari tinha sua página dominical no *Estadão*, na qual, em 19 de maio, tentou desmoralizar o General Cerqueira, então secretário de Segurança do Rio de Janeiro, pondo em dúvida seu depoimento e o diálogo final que tivera com Lamarca moribundo. A alegação é de que ninguém fala depois de levar três tiros no coração. Agora, em seu livro nada diz sobre isso. Na certa descobriu que, como é seu hábito, naquela ocasião escrevera açodadamente e por ouvir dizer.

O que escreve Gaspari sobre o Grupo Primavera?

O autor trata longamente do Grupo Primavera – também chamado "da Ilha", "dos 28" – e alonga-se em esmiuçar seu trucidamento pela repressão que, às vezes, –

diz o escriba – exagerava no valor da resistência deles para se valorizar, engrandecer-se e arrotar valentia, no que teria sido um verdadeiro genocídio(!) Mais um punhado de mentiras, afirmações tendenciosas e pura ignorância. As verdadeiras causas do total fracasso da turma do Molipo são apontadas, inclusive por depoimentos feitos em livros de guerrilheiros, como Carlos Eugênio Sarmento da Paz, mostrando que aquela gente voltou ao Brasil sem nenhum esquema de recepção ou atuação, sem infra-estrutura, contatos arriscados, esquemas abertos, desconhecimento das quedas, falta de informações, tudo isso fruto de um voluntarismo fatal, de que os órgãos de segurança não têm culpa. Antes de voltarem ao Brasil, fizeram um pacto de não se deixarem apanhar vivos; alguns esqueceram o pacto na hora do confronto, atitude prudente e saudável, uma vez que o preparo que receberam na ilha de Fidel foi unanimemente considerado uma lástima e de uma irrealidade espantosa, inclusive pelo Zé Dirceu que, ciente disso, foi esconder-se prudentemente em Cruzeiro do Oeste, no interior do Paraná, como o pacato Pedro Caroço, até ver a banda passar. Talvez por isso, um grande ausente dos livros do esperto Élio Gaspari.

E da famosa vala do cemitério de Perus?

Seria de espantar que, no meio de tantas patranhas, faltasse a indefectível referência à famosa vala do cemitério de Perus sobre o qual se construiu uma verdadeira mitologia a que não têm faltado as missas "politicamente piedosas", celebrada por Paulo Evaristo Arns, por abrigar "milhares de ossadas das vítimas da repressão", como alardeiam, histericamente e sem nenhuma comprovação, os "Procuradores de Ossos". O grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) tem sido incansável – mas pouco ouvido – em sua luta para desmistificar essa lenda a que o Élio Gaspari presta sua homenagem, ao citá-la à página 388, com a colaboração dos delirantes Nilmário Miranda, Percival de Souza e Caco Barcelos, dizendo que "Fleury governava uma vala no cemitério de Perus, administrada por um policial do DOPS", acrescentando, assim, a sua pitada de inconseqüência à enxurrada com que diz ter-se escancarado a ditadura do "sacerdote" Geisel e do "feiticeiro" Golbery.

O número de enterrados tem variado de milhares ou de centenas até a umas poucas dezenas de "assassinados". O *Correio Braziliense*, de 20/12/02, publicou em seu caderno Coisas da Vida, que pesquisadores brasileiros e ingleses começarão a examinar os "corpos de 1.200 desaparecidos durante a ditadura militar" que estão sepultados no cemitério de Perus. O Grupo Tortura Nunca Mais diz que são 184 os mortos e 136 os desaparecidos na "luta contra a ditadura". Desses 136 desaparecidos, 53 teriam sido durante a guerrilha do Araguaia, em plena floresta amazônica. Portanto, restariam 83 corpos de desaparecidos para o restante do Brasil, inclusive

para o cemitério de Perus que, por sinal, nunca foi clandestino. A mídia transforma cinicamente 83 desaparecidos em 1.200, "sepultados clandestinamente". Absurdos iguais a estes são publicados, periodicamente, pela imprensa, talvez para que o povo nunca esqueça dos "milhares de desaparecidos" criados pelos falsários da notícia e pelos "marajás" aposentados do "INSS da guerrilha".

Quando Luiza Erundina era prefeita de São Paulo iniciou a campanha para encontrar os "desaparecidos da ditadura no cemitério clandestino de Perus". Os jornais da época noticiavam em primeira página e as TV em seus noticiários, o encontro de milhares de ossadas de desaparecidos e mostravam ossadas e mais ossadas sendo desenterradas para serem entregues aos legistas da Unicamp, que iriam identificá-las. Ninguém foi identificado, mas os desmentidos nunca foram feitos. À opinião pública resta a crença de que em Perus existem centenas de ossadas de desaparecidos, vítimas inocentes da "ditadura". A mídia e os escribas de aluguel, porém, nunca se preocuparam em dizer que o famoso "cemitério clandestino" não passava de valas comuns, onde eram enterrados os indigentes e, também, os corpos daqueles para quem as famílias não renovavam o aluguel das covas ou dos jazigos onde estavam sepultados. Essas ossadas, na realidade, são muitas e com o acúmulo dos anos podem ter chegado aos milhares.

Lá, nesse cemitério, podem até ser encontradas ossadas de terroristas que morreram em combate e que portavam documentos aparentemente verdadeiros, conseguidos por meio de certidões de nascimento falsificadas. Verdadeiros, no entanto, porque foram fornecidos, legalmente, por um serviço de identificação a partir das certidões "verdadeiras" obtidas em cartório por meios ilícitos. Assim, como temos repetido em várias ocasiões, o terrorista morto em combate era enterrado como indigente e com o nome e identidade que portava no momento do óbito. Tudo feito às claras, devidamente registrado no cemitério e no inquérito policial que apurava o caso. Basta procurar nos arquivos do Superior Tribunal Militar para confirmar. Não nos "dossiês" dos revanchistas pagos com as esmolas que o cardeal recebia para seus pobres e desviava para fins políticos. Alvo preferencial da funérea bonomia de Dom Paulo, o cemitério de Perus, nestes últimos dias de finados, não teve novamente a sua paz importunada pelo "piedoso desvelo da Igreja engajada".

General Negrão, o que gostaria de acrescentar sobre A Ditadura Escancarada?

Encerramos este já longo depoimento sobre o segundo livro, com a parte em que o jornalista Élio Gaspari apresenta um falso libelo contra os militares, citando um caso em que foi colocado o nome completo de Licio Augusto Ribeiro Maciel, então major do CIE. Os dois livros já publicados pecam pela falta de veracidade e o caso da

guerrilheira "Sônia" relatado às páginas 441 a 443, é mais um exemplo que prova que, em muitos casos, o autor escreveu valendo-se de fontes cuja veracidade não se deu ao trabalho de conferir ou confrontar, ou apenas por ouvir dizer. Quem o lê fica imaginando que uma pobre moça foi morta pelos militares, na "floresta dos homens sem alma" da fantasia "eliana". Naquilo que Gaspari – com o habitual exagero – afirma ter sido "o mais famoso combate da guerrilha do Araguaia", Lúcia Maria de Souza, 29 anos, ex-quartanista de medicina, esperou de arma na mão por quem lhe havia assegurado que iria salvá-la e desferiu-lhe um tiro no rosto, à queima-roupa.

Pasmem! Este é o mais famoso combate da guerrilha na doentia visão eliana!...

No documento da perícia médica oficial – chamado Atestado de Origem – consta: "Às 17h30min do dia 24 de outubro de 1973 foi ferido à bala por subversivos, quando cumpria missão ao sul da localidade de Metade, próximo à rodovia Transamazônica, no Estado do Pará. O ferimento pérfuro-contuso, com bordas irregulares, na região malar, foi produzido por projétil de arma de fogo, ficando o projétil localizado na região retro-auricular entre a face e o pescoço. Outra perfuração na mão direita, como indicado."

O incidente é assim relatado pelo Major Licio:

"O encontro com os subversivos, que redundou na morte da Sônia, é apresentado por Gaspari completamente deturpado. Sônia fazia parte de um numeroso grupo (depois confirmado, de 18 subversivos do grupo A, do Paulo). Eles eram seguidos pela equipe por mim comandada e, em determinado momento, Sônia apareceu inesperadamente, como que voltando, e recebeu voz de prisão, repetida três vezes, e mais três advertências "Não faça isso", à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre. Após a terceira, como não obedecesse e já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revólver, lhe disse para ficar quieta que iríamos salvá-la. Não achei o revólver no meio à densa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em cima do restante do grupo de subversivos, que, alertado pelo disparo, fugiu, atravessando um córrego. Como começava a anoitecer, a mata já muito escura, voltamos. Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha achado o revólver. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros. Levei dois tiros, um na cara e outro na mão; o Capitão Curió que vinha atrás de mim, foi atingido no braço. No grupo de subversivos, estava um garoto, morador da região, que relatou, depois, que eles tinham preparado uma emboscada, estando eu sendo carregado numa rede armada em um pau nos ombros de dois soldados."

O confronto seria famoso por terem sobre ele dado depoimentos o ex-Presidente João Figueiredo e o General Hugo Abreu, ambos – a acreditar-se no que

escreveu o autor – mais fantasiosos do que a versão dada pelo próprio Gaspari que está mais próxima do que relata o Major Licio. Fica claro que a moça era uma guerrilheira e que, armada, atirou nos oficiais, sendo morta, em conseqüência e num ato de legítima defesa dos militares da patrulha. A acusação implícita é de que o corpo da moça teria sido deixado insepulto, sendo depois devorado por animais. Essa acusação é ridícula, pois imaginar que, na escuridão, sabendo que havia inimigos por perto e tendo um major e um capitão feridos – o primeiro com certa gravidade – fosse a patrulha perder tempo para sepultar a guerrilheira morta ao invés de evacuar os feridos. A obrigação de procurar saber o que ocorrera com sua companheira cabia aos guerrilheiros, bem como socorrê-la ou dar-lhe sepultura.

Ainda hoje, nomeiam-se comissões e há políticos procurando colher dividendos na procura de corpos de guerrilheiros desaparecidos. Havendo a tola suposição de que os militares que lá estiveram possam indicar onde tais despojos se encontram. É irracional que se possa imaginar que alguém tenha condições de informar onde achar os restos de um corpo comido por animais em meio da selva e depois de tantos anos.

Mas, enfim, o inesgotável "fascínio dos anos de chumbo" vai servindo para que alguns sejam notícia e, ao mesmo tempo, outros continuem ganhando dinheiro com "estórias da carochinha"!

Vale lembrar que felizmente tais estórias começam a ser questionadas como se pode observar em artigo de Adauri Antunes Barbosa, publicado no jornal *O Globo,* de quarta-feira, 24 de novembro de 2004:

"SÃO PAULO. O juiz federal Paulo Alberto Jorge, da 1ª Vara de Guaratinguetá, no vale do Paraíba, no interior de São Paulo, determinou ontem que as indenizações para os anistiados políticos, conforme direito garantido pela Lei 10.559/2002, sejam limitadas ao valor mensal de R$2,4 mil, o teto do regime geral da Previdência. Na mesma liminar, concedida ontem a pedido do Ministério Público Federal (MPF), o juiz determinou também que, quando esse benefício aos anistiados for pago em uma única parcela, que ela não ultrapasse R$ 100 mil."

– Esse valor do teto da Previdência, também válido para os funcionários públicos, é absurdamente razoável para uma pessoa viver, o que está de acordo com a lei – explicou o juiz Paulo Alberto Jorge. (....)

"Há pessoas em condições melhores do que antes."

Na liminar de ontem, Jorge aceitou o argumento do Ministério Público de que há pessoas beneficiadas com valores altos e que não precisam do dinheiro para seu sustento.

– O que se tem visto pela imprensa são pagamentos para pessoas que não têm a menor necessidade. Há muitas distorções. Há jornalistas, escritores beneficiados

que reconstruíram suas vidas e estão em condições melhores do que antes de serem perseguidos políticos – disse.

Há uma "questão moral", segundo ele, já que o pedido da indenização ao Ministério da Justiça pressupõe que seja feito por pessoas que tenham necessidade desta reparação.

"É claramente atentatório aos princípios constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária que pessoas sem a menor necessidade recebam amparo do Estado, enquanto milhares passam fome e para conseguirem um mísero benefício de um salário mínimo do INSS precisam sofrer todo tipo de agruras, muitas vezes não o obtendo mesmo quando claro o direito de recebê-lo", diz Jorge em sua decisão.

Para o juiz, há grande contradição na concessão desses benefícios. "Não é possível conceber que alguém que foi perseguido político porque lutava por um mundo melhor.... hoje não tenha mais qualquer compromisso com este tipo de postura e pense exclusivamente no seu benefício pessoal, pouco se lixando com a sociedade.... dela exigindo e aceitando o oneroso pagamento de indenizações."

O Ministério Público pediu ainda que as indenizações pagas acima de R$ 2.400 por mês pelo governo sejam revistas.

Com o título, de "A Ditadura Derrotada", Élio Gaspari lançou o terceiro livro de seu volumoso "pentateuco", destinado, segundo dizem, a ser a mais completa obra sobre os "anos de chumbo" que assim seria a última e definitiva manifestação do incansável fascínio que sobre a mídia vêm exercendo aqueles conturbados tempos. O senhor leu esse novo livro?

Não só li, como o esmiucei a fundo. Veremos que se trata de mais um tendencioso trabalho revisionista, no qual o autor, entupido de dados, não os pôde ou soube "digerir" e assimilar e os reduziu, em alguns pontos, a delirantes conclusões em que certas afirmações – como as existentes no Diário de Heitor Aquino – são consideradas como verdades transitadas em julgado, o que, por si só, é um enorme absurdo.

Como aconteceu com os dois livros, de que já tratamos, a nova produção veio acompanhada de ampla cobertura jornalística. O jornal *O Globo* dedicou-lhe cinco páginas de sua edição de 5 de novembro de 2003 e a revista *Época* outro tanto em um de seus números. Embora equivalente aos dois primeiros volumes, em equívocos, falsificações, meias-verdades e interpretações tendenciosas, o novo livro vale-se principalmente da farta gama de material que o autor recebeu de seus amigos fardados a quem não poupa agradecimentos e elogios. Isto faz deste livro o lamentável produto de uma ação criminosa de altos funcionários que prevaricaram,

ao se apropriarem de documentos e fitas gravadas, dos quais tinham a guarda em função dos cargos – alguns classificados como ultra-secretos e secretos – para entregá-los a um jornalista esperto e inescrupuloso que com eles vai ganhar bom dinheiro e, paradoxalmente, enxovalhar-lhes a memória ou, como no caso de Heitor de Aquino Ferreira, pôr-lhe a nu o caráter. No caso do ex-Presidente Geisel, as falsificações e equívocos tornam-se muito mais gritantes ao entrar em conflito com o que declarou o "sacerdote" em suas memórias – por ele próprio revisadas – e transformadas no livro da FGV já citado.

Qual a razão da designação de sacerdote?

Não se chega a entender bem o porquê da designação de "sacerdote" para o ex-Presidente Geisel. Ela parece dizer que Ernesto Geisel entendeu sua missão na Presidência como um verdadeiro sacerdócio no qual cumpriria o "sagrado ministério" de derrubar a "ditadura" à qual não pudera – com a ajuda de seu feiticeiro e de alguns fiéis acólitos – dar os rumos que dissera perdidos quando soube que o substituto de Castello Branco seria Costa e Silva.

O autor confessa alhures que o objetivo de sua obra é contar como foi desmontada a ditadura por Geisel e Golbery, cujos perfis resume. Geisel seria um moralista, defensor convicto de um Executivo forte, adversário do sufrágio universal como forma de escolha dos governantes e crítico acerbo do Parlamento como instituição eficaz. Defensor quase religioso da instituição militar, trazia da caserna o sentido da ordem e uma visão prática da atividade pública, capaz de levá-lo, com freqüência, ao antiintelectualismo. Em outro ponto, volta a pintar um Geisel ditatorial que "queria acabar com as eleições diretas", um "estorvo num país povoado por analfabetos". O autor não define quais os rumos Geisel daria à sua obra e o "sacerdote" que emerge do livro está muito longe da biografia que foi alardeada quando da morte do ex-Presidente.

O livro é muito revelador quando mostra que, enquanto a "tigrada" arriscava a vida para evitar o assalto dos comunistas ao Poder, este era rateado e assaltado por um consórcio que o Professor Roberto Médici designara certa vez de "clube inglês". Desse clube, uma das figuras mais destacadas é o "acólito" Heitor de Aquino Ferreira, "unha e carne" do autor do livro, e que já merecera do "sacerdote", em seu depoimento paralelo à turma do CPDoc da FGV, os maiores elogios. Certamente, Geisel não sabia que seu homem de confiança, a quem dissera que concordava com o prosseguimento das gravações feitas no final de 1973 e início de 1974, desde que posteriormente fossem condensadas para registro histórico e apagadas, o traíra e que Heitor de Aquino não as apagou e as surrupiou, entregando-as, anos depois, ao seu amigo Gaspari.

E quanto ao aproveitador Heitor de Aquino Ferreira, o que escreveu Gaspari?

Tomando por base os livros de Élio Gaspari, Heitor é um desses sujeitos que aliam inteligência a uma esperteza calculista e maquiavélica. Tenente de Cavalaria – Arma que, segundo seus colegas, escolhera apenas com o objetivo de ser o primeiro da turma de 1956 – logo percebe os segredos do caminho para o sucesso. Desde muito cedo, já revela inclinações políticas e um precoce senso de “arquivismo” que Gaspari viria a rotular como “interesse pela preservação da história”. Em 1961, na campanha de Jânio Quadros, consegue apossar-se de anotações feitas pelo candidato antes de uma entrevista à Rádio Guaíba, em Porto Alegre, sede da unidade a que pertencia. Durante o meteórico governo do “homem da vassoura” descobre que uma figura importante da área militar era Chefe do Serviço Federal de Informação e Contra-Informações (SFICI), órgão que viria mais tarde a ser transformado no SNI. Escreve-lhe uma carta com idéias sobre a “vassourada” a dar no Exército, ao fim da qual indaga significativamente ao destinatário, Coronel Golbery do Couto e Silva, quais as posições mais importantes e relevantes na cúpula do governo e de interesse militar. Começava aí uma longa troca de cartas que seria o início de uma “societas celeris” que se estenderia pelos anos afora, muito bem mostrada no livro.

A inesperada renúncia de Jânio a desmonta temporariamente, mas a vitória da Revolução de 1964 a refaz com a ida de Heitor para o SNI. Ali, junto à Presidência da República, conhece e cai nas boas graças de Geisel que viria a ampará-lo em uma fase de ostracismo durante o Governo Costa e Silva. Por intermédio de Roberto Campos, consegue um bom emprego no Projeto Jari, do milionário americano Ludwig, lá na longínqua Belém do Pará, de onde o vai tirar seu protetor e amigo Geisel ao ser levado por Médici à presidência da Petrobras.

A partir daí, torna-se o elemento de ligação de seu antigo mentor Golbery com Geisel de quem se torna secretário e confidente. Não tirarei aos eventuais leitores das quinhentas e tantas páginas de Gaspari o prazer de conhecerem as maquinações do trio, já então acrescido de um “infiltrado” na rede palaciana, João Figueiredo, ao pé do desprevenido Médici, e já ungido então, em acordo secretíssimo, como o quinto presidente em futura e ainda longínqua “troca da guarda”. Na página 25, lemos a revelação de que, em 22 de agosto de 1972, a sucessão de Médici já estava praticamente resolvida, o que poderia justificar aquilo que vem na página seguinte, quando após rasgados elogios ao “milagre” promovido pelo Presidente “Emílio Garrastazu Médici, o autor atreve-se a dizer que Médici foi o único brasileiro a governar seu país num regime de contínua supressão das liberdades individuais e de censura à imprensa”. Nesta altura, o leitor tranqüilamente poderia fechar o

livro e jogá-lo no lixo, pois um autor que se atreve a tal despautério deixa de merecer crédito para o que venha a escrever mais adiante.

Élio Gaspari, por ignorância ou má-fé, é useiro e vezeiro em esquecer a ditadura mais repressiva e totalitária do Brasil que foi o Estado-Novo getulista. Coisa do Eremildo, o idiota, de quem tanto gosta o nosso escriba e cuja idiotice parece, muitas vezes, incorporar.

Vale enfatizar que o autor em "A Ditadura Derrotada" continua a intercalar, na história do assalto ao Planalto pela "troica", seus inevitáveis comentários sobre a tortura e um número muito grande de tolices sobre o Exército e sobre algumas de suas figuras. Da culpa pelas sandices que escreve sobre o "Glorioso", parece ter Gaspari uma boa atenuante. Nos profusos e longos agradecimentos, credita a três ilustres generais – que enumera – a ajuda que lhe teriam dado para "reconstruir a situação militar do período"(*sic*). Dessas personalidades, uma delas, não obstante um carreirista, ainda ostentaria alguma qualificação intelectual, mas as duas outras – embora tenham assumido altas funções – nunca passaram de mediocridades espertas e bem-sucedidas, apesar de serem possuidores de currículos escolares abaixo da média.

Ao descrever o Exército que o jovem Tenente Ernesto Geisel encontraria ao sair da Escola Militar, em 1928, talvez por descuido de seus "assessores militares" afirma, louvado em Nelson Werneck Sodré: "A Cavalaria não tinha cavalos, a Artilharia não tinha canhões e a Infantaria não tinha fuzis." E, de moto próprio, prossegue: "Seus generais perderam três expedições massacrando jagunços em Canudos e mil homens enfrentando caboclos nas matas de Santa Catarina." É o vezo antimilitarista do ignorante Gaspari, velho falsificador de textos, apostando na desinformação de seus eventuais leitores, para, nas páginas seguintes se desmentir ao falar nos canhões e nos cavalos do 4º Grupo de Artilharia a Cavalo, de Santo Ângelo, que, de repente, aparecem em São Paulo para ajudar a plantar Getúlio no Catete; fala nos "canhões de tiro lento"(?) da bateria que o Tenente Geisel foi incumbido de levar para a Paraíba – em verdade, canhões Schneider de dorso de tiro rápido, com os respectivos muares de transporte; mais adiante, fala nos cavalos de cuja limpeza Geisel tinha de cuidar no Grupo Escola de Artilharia em Deodoro e nos canhões que ele manejou para varrer o pátio de manobra dos hangares do Campo dos Afonsos, impedindo que os insurretos comunistas de 27 de novembro de 1935 levantassem vôo com seus aviões.

Na página 45, novo "cochilo" de seus "aspones" ou a pétrea ignorância do autor que insiste, arrogantemente, em tratar do que não conhece, ao falar do regresso, em abril de 1945, do já então Major Geisel do curso de especialização em blindados (?), em Fort Leavenworth, e de seu mau aproveitamento depois da ilus-

tração obtida na melhor força armada do mundo. O autor parece não ter lido o que disse o próprio interessado em seu depoimento à turma do CPDoc, onde ele relatou corretamente o que foi fazer nos "states".

Adiante, em resultado de conversa de 1983 e talvez já com Geisel mostrando os lapsos de memória que revelaria em muitos depoimentos da época, o autor prova desconhecer que o destino normal dos oficiais que vinham de cursos no exterior era uma escola do nível correspondente ao curso feito, no caso a Escola de Estado-Maior do Exército, pois desse nível era a escola freqüentada por Geisel em Leavenworth. Acontece que, com a guerra, as escolas brasileiras de aperfeiçoamento de oficiais e de estado-maior ficaram fechadas. E a leviandade da crítica torna-se mais evidente ao registrar o escriba, duas páginas adiante, que, em outubro daquele mesmo ano, o Major Geisel era "Chefe de Gabinete do Comando do Núcleo da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro, comandada pelo General Álcio Souto"; na verdade, o era da Diretoria de Motomecanização, onde o General Álcio tinha como Ajudante-de-Ordens um esperto tenente de Artilharia, vigésimo classificado de sua turma de 34 Aspirantes no Realengo e que, três anos depois de sair da Escola, já mostrava uma aptidão que o acompanharia ao longo de sua bem-sucedida carreira militar: "eficiente cabide de alamares". Por outro lado, os talentos e o cabedal profissional de Ernesto Geisel nunca foram mal aproveitados; alguns meses depois, o seu chefe o levaria para uma função no Gabinete Militar do Presidente Dutra e, em seguida (abril de 1947), viria a designação para ser o Adido Militar no Uruguai.

A reação civil e militar contra o continuísmo e o queremismo comuno-getulista na visão caolha e tendenciosa de Gaspari nada tem a ver com a redemocratização pela qual pugnaram os líderes civis mineiros, com o retorno vitorioso da FEB ou com o empenho honesto da maioria dos generais para acabar com o Estado-Novo. "O golpe contra Getúlio" foi dado apenas para "preservar uma eleição que haveria de colocar na Presidência um general ou um brigadeiro", afirma o escriba, demonstrando mais uma vez a sua idiotice por acreditar que escreve para seres irracionais.

Há tempos, os jornais publicaram um desmentido de Jarbas Passarinho a uma acusação de Gaspari ao General Álcio Souto. Gostaria de comentar o fato?

É verdade, pois, na página 50 do livro, Gaspari pratica mais uma falsificação, característica e marca registrada de sua longa vida de escriba irresponsável, acusando o acima citado General Álcio Souto de "simpatizante ostensivo da Alemanha nazista", apoiando-se no que teria declarado Jarbas Passarinho, cadete ao tempo em que, como Coronel, Álcio Souto comandara a Escola Militar do Realengo. Foi desmentido publicamente por Alvir Souto, filho do general, em carta a *O Globo*, publicada em 27 de

novembro de 2003, em Cartas dos Leitores, e por Passarinho, cuja declaração, em um livro citado pelo autor, fora grosseiramente falseada.

A respeito da leviana e criminosa deturpação por Élio Gaspari do que Jarbas Passarinho escreveu no livro Histórias do Poder para macular o grande conceito que desfruta o General Álcio Souto, o próprio Passarinho se referiu no extraordinário Prefácio do livro, também notável, "O Fascínio dos Anos de Chumbo". O que Passarinho disse no Prefácio do último livro que o senhor escreveu?

Jarbas Passarinho, que dispensa apresentações, aborda, em seu brilhante Prefácio, onde se houve com absoluta correção, o seguinte trecho referente a Élio Gaspari: "(....) A profusa bibliografia surgida desde a anistia, que de boa fé pretendíamos significasse esquecimento e, ao revés, proporcionou o "revanchismo" odiento, ganha corpo como se fosse o relato da verdade. Alguns deles, como o do jornalista Élio Gaspari, cujo conceito divide a sua geração de profissionais da imprensa, é o que mais se assemelha ao que Churchill disse de Maculay: 'que apesar do estilo cativante e de sua inaudita suficiência, deixava-se por vezes empolgar pela imaginação que punha acima da verdade e denegria ou glorificava os homens, coletando documentos segundo as necessidades da narrativa.'

Do jornalista, polêmico entre os seus pares da imprensa, tenho uma prova de desonestidade intelectual. Citou-me, falseando a verdade do que escrevi no livro "Histórias do Poder", sobre o falecido General Álcio Souto, que foi meu comandante na Escola Militar do Realengo, no Rio. Diz que o chamei nazista. Na página referida digo o contrário: 'o General Álcio Souto, como outros generais, tinham simpatia, não pelo nazismo, nem por Hitler, mas pelo exército alemão.' Uma deturpação dessa natureza me permite pôr dúvida sobre muito que consta do que Élio Gaspari escreve usando documentos herdados do General Golbery, na verdade um coronel que passou para a reserva com vencimentos de general. Papéis, de resto, selecionados, impregnados de animosidade que marcou a cizânia entre grupos de militares importantes, conforme a intenção de denegrir ou glorificar os responsáveis pelo regime autoritário."

Com sua permissão, General Negrão, vou prosseguir com Passarinho em seu Prefácio:

"Contra as inverdades, quer as constantes dos livros de Gaspari, quer as veiculadas pela esquerda vencida na luta armada, se insurge o General Negrão, levando imensa desvantagem. De Élio Gaspari, comprova erros factuais notórios, mas isso não terá a mesma divulgação obtida pelo êmulo de Maculay favorecido pelo marketing que o faz autor de *best sellers*. O valor verdade, deturpado, tem um alcance enormemente maior que a restauração dos fatos. Longe, todavia, de esmorecer, persiste o General Negrão escrevendo sucessivos livros fundamentados na verdade."

(....) "O livro de Negrão Torres espero que seja leitura – não a obrigatória nas escolas, como gente da esquerda sugere sejam lidos os livros de Gaspari – mas de historiadores isentos, que queiram mostrar, como é da natureza da história, o 'facho de luz que ilumina o passado'.

Quanto ao prefácio, dizia a querida e saudosa Rachel de Queiroz, que, se o livro não presta, não há prefácio que o melhore, e se o livro é bom não precisa de prefácio. É precisamente este o caso do livro de Raymundo Negrão Torres: não precisaria de prefácio, pois é muito bom. O autor honrou a caserna onde chegou por mérito ao generalato e agora honra as letras, profilaticamente limpando-as da lama da mentira que pretende ser história."

Depois, destas justas considerações de Passarinho em seu Prefácio, reparando a clamorosa injustiça de Gaspari com relação a Álcio Souto e enaltecendo o valor do nosso entrevistado, eu lhe pergunto: Que outra acusação faz Gaspari ao tratar da fuga de Carlos Lamarca ao cerco que lhe foi feito pelo Exército no Vale da Ribeira?

Outra acusação sem base, encampada pelo autor, está na página 287, quando trata da fuga de Carlos Lamarca ao cerco que lhe fazia o Exército na frustrada tentativa de guerrilha no Vale da Ribeira em 1970. Élio Gaspari retira do Diário de Heitor Aquino o registro do desgosto do quase empossado Presidente Ernesto Geisel pela promoção, em 1972, do General Paulo Carneiro Thomaz Alves – que lutara na Itália como capitão – e um comentário crítico ao desempenho desse militar no comando das tropas que combateram a citada guerrilha, atribuindo ao mesmo a responsabilidade direta pela fuga dos guerrilheiros da área de cerco, "nas suas barbas". Na verdade, a fuga deu-se "nas barbas" do então comandante do Regimento de Artilharia de Itu que viria a fazer parte da primeira turma de coronéis promovidos pelo Presidente Geisel e cujo protetor e mentor tivera uma longa conversa com o futuro presidente em 17 de dezembro do ano anterior, segundo registra a nota de rodapé da mesma página. A narração do episódio feita por Gaspari à página 200 do Segundo livro de seu "pentateuco" – "A Ditadura Escancarada" – é baseada no relato do guerrilheiro Ariston Lucena, um dos autores do bárbaro assassinato do Tenente Mendes Júnior, da PM de São Paulo, na operação, que fantasia o seu desfecho. No final do Capítulo 9 de meu livro, registro o depoimento de um oficial que integrava uma das unidades participantes das operações. Não sei se o General Paulo teria um filho ou outro descendente para defendê-lo, como fez o General Alvir Souto em memória de seu pai. Na dúvida, faço-o eu.

O senhor fez referências aos freqüentes lapsos de memória existentes nos depoimentos do ex-Presidente Geisel. Segundo o livro, em depoimento de outubro de 1994, ele teria

dito erradamente que os ministros militares que se opuseram à posse de João Goulart ganharam o apelido de "os três patetas". Esse desairoso epíteto foi dado por Ulisses Guimarães aos ministros militares que organizaram uma Junta Militar e impediram a posse do Vice-Presidente Pedro Aleixo, em 1969. Gostaria de comentar esse fato?

Em declarações anteriores, já nos referimos aos exageros e equívocos na apreciação de certas passagens da vida militar do ex-Presidente Geisel. O autor gaba-se de ter tido longas conversas com ele, restando assim a dúvida se esses exageros e equívocos são do autor ou do personagem. Ao falar da passagem de Geisel pelo comando da Artilharia Divisionária em Curitiba, em 1962, os seus excessos e enganos se repetem e confirmam a maneira falaciosa como o livro foi escrito. O mesmo sujeito que classifica de "canil" o comando de um CPOR, como o de Belo Horizonte, arvora-se a classificar como "comando de primeira classe" o da AD/5. Duvido que o próprio Geisel o considerasse à altura de seus talentos, ao tempo em que o exerceu, tanto que se dedicava, na época, a fazer cursos por correspondência para encher seus muitos momentos de tédio, com um Estado-Maior reduzido, instalado em um aquartelamento precário, partilhado por uma porção de organizações, uma verdadeira "cabeça de porco", como o chamávamos; como não havia casa funcional, morava em modesta casa cedida pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, que ele, em suas memórias, chamaria injustamente de "trapalhão".

Em diversas ocasiões respondeu pelo Comando da 5ª Região Militar, sendo protagonista, em uma delas, do episódio do telegrama do General Jair Dantas Ribeiro que é narrado no livro com a costumeira incorreção e bisonhice. O telegrama não foi endereçado ao presidente e sim ao ministro da Guerra, o então General Amaury Kruel, e estava vinculado a uma programada greve geral pela antecipação do plebiscito. Já se sabia que o General Jair seria o novo ministro. Não só os "generais do povo" pressionavam o Congresso; todos os políticos com aspirações presidenciais ajudaram nas manobras para antecipar a volta ao presidencialismo. Assim, o relato a respeito do episódio, feito por Geisel em seu depoimento ao CPDoc, está mais perto do que presenciei como oficial do estado-maior da 5ª RM, na época.

A entrega da papelada do Golbery ao escriba acrescentou um toque perverso, mas infelizmente verídico, ao livro. Foram de cambulhada com os milhares de documentos, inúmeras cartas que desavisados "puxa-sacos" e interesseiros mandaram ao "sacerdote" e ao seu "feiticeiro" com manifestações de apoio, pedidos de favores e empregos e outras demonstrações de falhas de caráter ou de simples ética, e que, agora, vêm a público. Incluem desde generais a políticos sem compostura. O autor regozija-se em enumerar uma longa série de casos (p. 90/93) que só fazem confirmar a proce-

dência da afirmativa de Castello ao justificar a necessidade de abreviar a duração do ciclo autoritário: "O Poder corrompe e o Poder absoluto corrompe de forma absoluta."

Na página 94, o autor atribui a paternidade da idéia da criação do Ministério da Defesa ao ex-Presidente Geisel e a ele também o abandono da mesma, por causa da rejeição da Marinha, louvando-se em um escrito sem data do arquivo Golbery/Heitor e em um depoimento de Geisel de 1994. Isso tem fundamento?

Deve ser mais um lapso de memória do ex-Presidente que é desmentido pela farta documentação existente e que mostra que já em 1958, em conferência na Escola de Estado-Maior do Exército, o General Castello Branco advogava a criação de um Ministério das Forças Armadas, o que viria a repetir, já como presidente em várias ocasiões – como em conferência na Escola de Guerra Naval, em 12 de dezembro de 1964 – e em documentos e diretivas aos comandantes militares. A medida – que seria incorporada à reforma administrativa – foi cogitada até o fim do governo na expectativa de poder ser concretizada, mas que acabou atingindo apenas a estrutura da administração civil, pelo Decreto-Lei nº 200, expedido no apagar das luzes de seu governo em 25 de fevereiro de 1967, vinte dias antes de passar a faixa a Costa e Silva. A alegada frustração de Geisel por não ter podido concretizar sua idéia poderia ter sido consertada ao assumir ele a Presidência, pois, em reunião do Alto Comando das Forças Armadas, realizada em 10 de junho de 1974, a reafirmou, sem, contudo a pôr em prática nos cinco anos de seu governo. O livro de Luís Vianna Filho sobre o Governo Castello Branco é muito elucidativo sobre essa e muitas outras questões, a respeito das quais os livros de Élio Gaspari ou silenciam ou passam muito rapidamente "como gato em cima de brasas".

E sobre Golbery o que diz o autor?

Élio Gaspari gasta cerca de setenta páginas de seu livro para uma minibiografia de Golbery do Couto e Silva, cujo cognome de o "bruxo" muda – num rasgo de originalidade – para o "feiticeiro", que no fim quer dizer a mesma coisa. A designação deve ter surgido por alguns acreditarem que ele possuía poderes mágicos, capazes de enfeitiçar as pessoas. Na realidade, foi um dos personagens mais complexos e enigmáticos dos últimos tempos da história brasileira. Possuía a volúpia de exercer o poder, não ostensivamente, mas aquele poder de manipulação dos fatos e das pessoas, sempre em segundo plano e nas sombras. Deveria ter um enorme poder de sedução, pois foi beneficiário de um dos dois únicos itens do "testamento político" de Castello Branco que, ao fim do governo, o nomeou para o Tribunal de Contas da União de onde se aposentou um ano depois para tornar-se empregado de um poderoso grupo multinacional. O outro item do "testamento" foi a promoção de Ernesto

Geisel e sua colocação hibernando no Superior Tribunal Militar. Geisel tinha por Golbery uma admiração quase reverencial e só nos últimos tempos parece que andaram estremecidos, não se sabe bem o porquê.

Como era comum na época, tentaram cooptar o Tenente Golbery para o comunismo e ele andou escrevendo uns textos que, nos seus tempos de SNI, colocariam seu autor no fichário dos seus "clientes". Muito inteligente, Golbery era também bastante esperto e logo percebeu que o caminho do PCB não levava a nada; arranjou os alamares de ajudante-de-ordens que já em 1939 lhe dariam acesso ao Palácio do Catete pelas mãos do Coronel Mario Ary Pires, mesmo declarando não nutrir simpatias pelo Estado-Novo e por Getúlio Vargas. Mas, para um bom escriba, extremamente ambicioso não haveria melhor começo.

A menção à ida de Golbery para a guerra já no seu final, serve de gancho para o autor exercitar sua proverbial ojeriza ao Exército com um breve comentário sobre a organização da FEB, onde mistura aspectos que todo mundo está cansado de saber com algumas alfinetadas injustas, idiotas e despropositadas. Mostra não saber que as mazelas de nossa tropa foram o retrato do que era o Brasil no início da década de 1940, o que foi exemplarmente mostrado por um febiano em magnífico livro. Se o escriba sabichão tivesse tido a oportunidade de ler "A Guerra Proscrita", do Coronel Germano Seidl Vidal, poderia entender que um Brasil subdesenvolvido, analfabeto, doente e desdentado não poderia mandar para a Itália uma força de super-homens. Mandou seus caboclinhos, de baixa escolaridade e fisicamente débeis, mas que depois de um duro aprendizado no próprio campo de batalha, derrotaram os aguerridos arianos para desespero de certos racistas enrustidos e ajudaram a libertar a terra que nos mandaria o menino Élio. Os brasileiros da FEB, ao adentrarem em várias cidades italianas, por ocasião da fase do Aproveitamento do êxito, logo após a conquista de Montese, eram aplaudidas vivamente e chamados, com toda vibração pelo povo, de "liberattoris".

Ao tratar dos problemas do Brasil do pós-guerra, o escriba prefere encantar-se com as teorias de um tal de Gerald Haines, um historiador a serviço da CIA, do que recorrer ao que deixou escrito Roberto Campos sobre esse período e sobre os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, um dos que mais de perto os conheceu e os relatou extensamente em seu livro Lanterna na Popa.

Quase sócio fundador da Escola Superior de Guerra – a "Sorbonne" (apelido que Gaspari classifica de pernóstico e Geisel diz que era assim chamada pelos despeitados) – Golbery iria aos 41 anos ingressar naquele "templo do saber" que o levaria às culminâncias da fama de ser um dos grandes "intelectuais do Exército". A respeito da ESG, Élio Gaspari, neste terceiro livro, passa a distribuir quase que igualmente elogios e ironias, não chegando, todavia, a denegrir a Escola.

Mas a auréola de intelectual, se lhe dava prestígio e abria muitas portas, não satisfazia sua necessidade de manipular e dominar ainda que sub-repticiamente. Essa oportunidade surgiria no rápido Governo Jânio Quadros, quando Golbery, ao assumir o cargo de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, o acumularia com a chefia do SFICI, o precursor do SNI, em que se transformaria três anos depois. Ali, o "feiticeiro" começaria a construir o "monstro", que é como ele passou a denominar o SNI, quando já não o podia mais manipular. Durou pouco o interregno, mas o suficiente para Golbery começar a organizar um fichário que levaria, como coisa pessoal, ao deixar o órgão quando da renúncia de Jânio. O mesmo que faria mais tarde com a papelada que por vingança, em 1985, entregaria a Élio Gaspari.

Fundamente comprometido com os que se opunham à posse de João Goulart, acabou sendo varrido pelo sucesso da Campanha da Legalidade. Transferido para a Paraíba, pediu transferência para a reserva, fazendo nascer o "general de pijama" Golbery. Mas não vestiu o pijama sem antes chamar de "cagões" os que não provocaram derramamento de sangue para que ele – que tinha horror à tropa – continuasse sua carreira de palaciano inveterado. Dali em diante, surgiria o conspirador para a derrubada de Jango e, nesse trabalho subterrâneo, de manipulações e manifestos, o feiticeiro sabia onde pisava. Esteve sempre no centro das articulações e da mobilização de recursos para as campanhas patrocinadas pelo IPES, entidade financiada por empresários paulistas e cariocas, temerosos dos rumos que ameaçavam levar o País para uma ditadura de esquerda ou comunista, os mesmos que, algum tempo depois, ajudaram a financiar a OBAN que reagiria às tropelias de terroristas e guerrilheiros urbanos em São Paulo.

Em uma das manifestações mais contundentes sobre o caráter de seu parceiro, escreveria Gaspari: "Em 1965, Golbery defenestrou o Coronel Rubens Resstel do SNI e, nos vinte anos seguintes, demonstraria, em relação a esse oficial, uma das características mais reprimidas de seu temperamento, um tipo de rancor raro e seletivo, porém implacável." Mistura de Fouchê com Torquemada...

O autor deixa-se influenciar por certas falácias criadas em torno de Golbery ao registrar ser ele o articulador de um suposto "plano moderadamente reformista" do Governo Castello (p. 167) e, em contrapartida, reconhece nele um "trapaceiro político" que sonhou ser interventor na Guanabara quando da crise das eleições de 1965. Ao sentir que fora ultrapassado em suas maquinações para influir na escolha do sucessor de Castello, passa a ignorá-lo e, dali em diante, raramente o mencionaria e embora não o criticasse, nunca o elogiou (p. 177 e 179).

Decidida a escolha do sucessor de Médici com insuspeitada antecedência na época, as atenções de Ernesto Geisel, Golbery e dos membros de sua *entourage* que

conheciam o segredo voltaram-se para os movimentos reais ou imaginários que a pudessem pôr em risco e o autor, baseado nos volumosos "alfarrábios" de que dispunha, os mostra com alguns lances de pura ficção delirante, como os apresentados à página 191. A sugestão do nome do General Euler Bentes Monteiro para o Ministério do Exército, em dezembro de 1971 e a demissão do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, do comando da ESG, abatido na mesma época pelo "chanfalho" de Orlando Geisel, por ter supostamente convidado os estagiários a participar de um trabalho sobre a "institucionalização política do processo revolucionário", estão nessa categoria. Élio Gaspari – um diligente visitador do Almanaque do Exército – e seus "consultores" fardados deviam saber que, à época, o General Euler era um general-de-divisão moderno e um dos mais próximos e prestigiados auxiliares do Ministro Orlando Geisel, como Chefe do Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF); mandava e desmandava nesses assuntos e foi o responsável por medidas desastrosas para as unidades do Exército; que o "chanfalho" deve ter sido de outrem, pois a ESG não era subordinada ao ministro do Exército e os trabalhos impostos aos seus estagiários são determinados com muita antecedência e, em outubro, já estariam concluídos. O General Rodrigo Octávio era um atrabiliário, mas essa estória está mal contada, como tantas do "pentateuco eliano" ou, como disse o Cony, "suetoniano".

A tecla da tortura continua a ser batida em várias partes do livro e sempre com a costumeira falta de indicação de nomes, flagrantes incorreções ou louvando-se em testemunhos desmoralizados, como o do ex-sargento Marival do Canto (p. 268), um comprovado mentiroso, que colaborou com a contumaz "molecagem" da revista *Veja* – como a chamou o Mario Sergio Conti – em matérias sensacionalistas, logo desmentidas pelos fatos. Na página 236, ele escreve que "Um ex-deputado da Arena entregou a Golbery uma lista com os nomes de seis oficiais acusados de torturar presos". A nota de rodapé correspondente, diz:

"Folha de papel com os nomes do Major Innocêncio Fabrício de Mattos Beltrão e dos capitães Homero César Machado, Dalmo Lucio Cirillo, Benoni de Arruda Albernaz e Carlos Alberto Brilhante Ustra. Numa folha do bloco Heitor anotou: 'Fonte afirma que são torturadores.' Noutra Golbery identificou a fonte: ex-deputado Gilberto Azevedo. APGCS/HF. Todos os oficiais listados serviam no DOI de São Paulo. Esse papel deve ter sido entregue a Golbery no segundo semestre de 1972."

Essa a versão. A verdade é que Innocêncio Fabrício Beltrão, foi Comandante do 2º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em São Paulo, e nunca serviu no DOI/II Exército. Homero César Machado nunca foi do DOI; serviu na OBAN logo no início. Carlos Alberto Brilhante Ustra, major desde 1967, chegou a São Paulo em janeiro de 1970 como estagiário da ECEME; chefiou o DOI do II Exército de 29 de setembro de

1970 a 23 de janeiro de 1974. Acusado como torturador pela Deputada Bete Mendes anos depois, escreveu um livro em defesa de seu passado e o que diz no livro nunca foi desmentido. Élio Gaspari o conhece, teve contatos com ele e faz várias citações dele e de seu livro.

Quais as principais referências a civis feitas no terceiro livro de Gaspari?

Um dos grandes nomes focalizados no capítulo A Grande Encrenca (p. 257 e seguintes) é Delfim Neto, a "estrela" civil do Governo Médici, que é tratado de forma comprometedora, não obstante ter sido um dos muitos entrevistados pelo autor e cuja colaboração é motivo de referências em muitas partes do livro de que nos ocupamos e dos precedentes. Em uma delas, diz o autor, que, quase vinte anos depois, Antonio Delfim Neto levantaria o véu que encobriu toda a crise de 1968, ao afirmar: "Naquela época do AI-5, havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro." O ex-ministro continua na atividade política como deputado federal e é freqüentador constante das páginas dos jornais e das telas da TV; com certeza, fará sua própria defesa e levará às barras dos tribunais os caluniadores, como sistematicamente ameaçava fazer com quem, em outros tempos mais bonançosos, ousasse mencionar o famoso "Relatório Saraiva", um informe de rotina do adido militar junto à embaixada do Brasil em Paris e que, na época, teve grande repercussão, sendo poucos, no entanto, os que na realidade sabem o que relatava o correto coronel, posto na rua da amargura pelo seu relato, julgado "uma grande imprudência".

Nesse mesmo capítulo, o autor trata de um incidente em torno de apreciações incluídas pelo famoso economista Paul Samuelson, em uma reedição de seu não menos famoso livro "Economics" – o livro-texto mais vendido no mundo sobre o assunto – consideradas injustas e desprimorosas em relação ao Brasil. Houve interferência de economistas brasileiros ligados ao nosso governo e o professor concordou em mudar parte do que escrevera, ante à ameaça do editor brasileiro de não publicar a nova edição do *best seller*. O que as pessoas não fazem no interesse do "vil metal". O mordaz Élio Gaspari que o diga!

No capítulo seguinte, ao tratar da escolha dos ministros militares, aproveita a oportunidade para mais uma vez demonstrar sua má vontade e prevenção com as Forças Armadas e sua desinformação, misturando coisas corretas e irrespondíveis com apreciações equivocadas e apressadas, para dar credibilidade a estas últimas, em uma técnica marota que sempre costuma usar. Numa coisa ele está totalmente certo: Geisel – que, segundo seu biógrafo bissexto, achava que todo político era falso e todo milionário era ladrão (p. 232) – sabia que "estavam botando dinheiro fora", gastando mal, por falta de organização, os valiosos recursos resultantes dos bons ventos do

"milagre" e pode ter pensado em fazer muitas mudanças, mas nem acabou com o desperdício, nem mudou nada. Não queria ministros que lhe pudessem fazer sombra e os escolheu com essa preocupação. As vacilações e acomodações que criticara em Castello, as repetiria dez anos depois. Criticou os chefes do Estado-Maior do Exército dos últimos dez anos e nomeou ministro o último deles; para aquele cargo – o mais importante para a operacionalidade da Força – preferiu a antigüidade menos competente a um general mais moderno e que julgava ser mais capaz. Deu clara prioridade ao desenvolvimento, em detrimento da segurança. Esta, a "tigrada", abnegada e hoje injuriada, garantiu. Com relação ao desenvolvimento, os choques do petróleo e as besteiras do civil Reis Veloso ajudaram a derrotar, com planos que o Mario Henrique Simonsen chamou de "obras de ficção" e que o escriba Élio diz, tolamente, que se destinavam "a satisfazer a mitologia planejadora dos militares".

Outro tanto se poderia dizer com relação às críticas feitas ao Exército em várias ocasiões por João Figueiredo, que o autor não se furta em ressaltar em vários pontos do livro. Na Presidência, João pedia a seu amigo Walter Pires que o poupasse, evitando ficar postulando por recursos, já então não tão fartos.

O assunto mais destacado na mídia quando do aparecimento de "A Ditadura Derrotada" foi um trecho da gravação da conversa entre Geisel e o seu futuro ministro do Exército. Gostaríamos de ouvir seus comentários a respeito.

É o que consta do capítulo Esse Negócio de Matar, exibido às páginas 324 e 325. A exploração tendenciosa e escandalosa que se fez de uma pequena parte de uma conversa de três horas consistiu na retirada desse trecho do seu contexto, sem uma análise imparcial e isenta do que na realidade aquilo queria dizer. Os interlocutores eram um general da ativa que se refere à sua experiência recente da luta armada comunista e o futuro presidente que, reiteradamente em suas memórias, confessa-se desinformado por ter estado cerca de dois anos em um tribunal militar e cerca de quatro em função civil, como presidente da Petrobrás. Pode-se concluir que, pela diferença de nível de conhecimento entre os dois interlocutores do que se passava nos "porões" da luta armada, eles, em alguns aspectos, estavam tendo "um diálogo de surdos".

Os pontos destacados de uma conversa de três horas foram:

Coutinho*:* – Fui para São Paulo logo em 1969, o que vi naquela época para hoje... Ah, o negócio melhorou muito. Agora aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar.

Geisel: – Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. Oh! Coutinho, esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.

Coutinho: ...Outro dia no último relatório do CIE, o fio da meada dessa guerrilha em Xambioá começou num estouro que nós fizemos em 1972 lá em Fortaleza. Foi dali que um falou que tinha guerrilheiro no norte de Goiás.

Geisel: Sabe que agora pegaram o tal líder e liquidaram com ele (Oswaldão).

Se tivesse havido o alardeado interesse de reconstituição histórica, ter-se-ia percebido que:

– o que o General Dale Coutinho viu em 1969, quando em São Paulo comandava a 2ª RM, está exaustivamente contado no livro do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – "Rompendo o Silêncio" – publicado em 1987, e que sintetizamos no Capítulo 3, intitulado As Sementes do AI-5, do meu último livro;

– que *"o negócio melhorou muito"* quando as forças da lei passaram a trabalhar coordenadamente na OBAN e deixou de morrer gente só de um lado;

– que "o fio da meada" de Xambioá foi achado em um "estouro" de um "aparelho" da subversão e esses estouros já tinham sido objeto de exploração sobre uma conversa entre o Presidente Médici e o seu Ministro do Exército, Orlando Geisel, inserido no livro de Jarbas Passarinho "Um Híbrido Fértil", em que o ministro, em resposta à observação do Presidente Médici de que deveriam entrar nos aparelhos atirando para não termos tantas baixas do nosso lado, teria ponderado que não deveríamos "quebrar a cadeia" nesses estouros;

– que a expressão do General Orlando Geisel pode dar ao leitor desavisado a impressão de que o interesse era pegar vivo o subversivo para matá-lo ou torturá-lo. A expressão "não quebrar a cadeia" traduz uma das preocupações dominantes na resposta à luta armada. A clandestinidade e a fragmentação em células tornava as informações dos subversivos presos de extrema importância para o desmantelamento das organizações atuantes. O terrorista morto era menos um combatente, mas de pouca valia na busca de informações. Esse, certamente, foi o sentido da afirmação feita pelo ministro.

Para falar uma palavra do Capítulo 3 – As Sementes do AI-5 – do seu mais recente livro, ao qual o senhor se referiu há pouco, devo interrompê-lo ressaltando a maneira extremamente objetiva e didática com que ele foi apresentado, obediente a cronologia, facilitando o perfeito entendimento do assunto, o que é, aliás, uma das características de sua bela obra que bem merece esta referência especial. Ler "O Fascínio dos Anos de Chumbo" é o mesmo que se encontrar com a verdade num português agradável e escorreito.

Em certo trecho de suas memórias à FGV, Geisel diz que, na Presidência, Figueiredo parecia outra pessoa. O mesmo deve ter pensado o diligente Heitor Aquino ao ver certas atitudes de seu amigo Geisel. Um inesperado e inexplicável distancia-

mento, a recomendação para abster-se de suas atividades políticas, onde sua desenvoltura o tornara um dos homens mais influentes do País, com apenas 38 anos, assegura Gaspari. Não mais aqueles momentos de intimidade onde insistia em conseguir de Geisel um maior afastamento das incômodas figuras fardadas que sempre o rodearam. Até os assuntos para o Diário escassearam, pois as coisas ficaram mais complicadas com a chegada ao Palácio daquela inesperada e estranha figura com cara de bebê, cabeça raspada e que parecia bem exemplificar o apelido dado ao uísque Passport pelos ressentidos e gozadores, comparando-o aos militares: verde, quadrado e cheio de medalhas. Hugo Abreu, o Chupetinha do apelido carinhoso dos seus cadetes, iria ser um estorvo, como um indesejável "estranho naquele ninho".

Desde novembro do ano anterior (1973), Heitor gravava quase todas as conversas de Geisel, seja no Jardim Botânico ou no Largo da Misericórdia, e pretendia que a coisa continuasse no Planalto com algumas modificações. A interferência do Chupetinha iria acabar com as "chupetas" e as escutas; ao propor ao presidente que alguém do Gabinete Militar cuidasse dos detalhes técnicos. Geisel percebeu que o que era um segredo do restrito grupo palaciano acabaria como um "segredo da Candinha" e proibiu a escuta. E, assim, acabou o que Amália Geisel chegara a dizer que era "horrível e pior que Watergate". Mas só o esperto Heitor lembrou-se de guardar as valiosas fitas que iriam parar nas mãos de seu também esperto amigo de trinta anos, Élio Gaspari.

E o livro, se encerra com o episódio da inesperada derrota eleitoral da Arena no final de 1974, os primeiros indícios de que a anunciada "abertura lenta, gradual e segura" iria se transformar no "arrombamento" do João Figueiredo e "dar com os burros n´água". Certamente, é o que veremos, na versão eliana, nos próximos dois volumes do rendoso "pentateuco".

Desembargador Nelson Pecegueiro do Amaral

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Inscrição 003737-C, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e registro no Conselho Federal de Educação como professor universitário, desde 1960.
- Aprovado em concurso, do antigo Distrito Federal, ingressou no Ministério Público, em 1951, galgando, por merecimento, todos os postos da carreira: Promotor Substituto, em 1960; Promotor Público, em 1962; Curador, em 1965; e Procurador de Justiça, em 1970.
- Funções: Assessor do Procurador Geral da República, em 1966; Consultor Jurídico do Ministro do Exército, de 1968 a 1977; Procurador Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 1980 a 1981; Professor Titular da Cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, da qual foi Vice-Diretor e Diretor Interino; Professor de Direito da Faculdade Cândido Mendes e da Faculdade de Direito Estácio de Sá; Professor da PUC e membro do Conselho de Vitaliciamento da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O cargo de Conselheiro exerce até o momento.
- Cursos: Faculdade Católica de Direito – PUC – de 1941 a 1945, tendo sido o orador da turma; de Extensão Universitária, em Direito Civil e Direito Canônico (Pós-Graduação), com defesa de tese; de Serviço Social na Escola de Serviço Social-Rio, após o qual foi aprovado em concurso público para Agente Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo; de Altos Estudos do Ministério Público do antigo Estado da Guanabara e Curso Interamericano de Formação do Pessoal de Tribunal de Menores, na Organização dos Estados Americanos (OEA), como bolsista do Governo brasileiro.
- Participante de trabalhos de grupo sobre temas de Direito na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Assessor Jurídico do Conselho de Segurança Nacional, órgão da Presidência da República, a partir de setembro de 1964.

Entrevista realizada em 21 de julho de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, sua eclosão e suas conseqüências?

Precedendo à Revolução de 31 de Março de 1964, vivíamos uma época de um falso nacionalismo, levado aos extremos de afrontar as instituições democráticas previstas em nossa Constituição e as tradições religiosas do povo brasileiro, com o propósito de levar-nos a implantar um regime comunista para a Nação brasileira, rejeitando as suas origens, afrontando o direito de propriedade e estatizando a economia. A eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964 foi a medida salvadora que nos livrou de trilharmos por aquele desastroso caminho, que nos levaria à subserviência a outras nações onde já imperava o comunismo. Assim, a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi simplesmente um levante militar, mas sim uma opção de assegurar o nosso verdadeiro regime político, de Nação livre e independente.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, coube ao Vice-Presidente João Goulart assumir a Presidência da República. O novo Presidente, conquanto não fosse declaradamente de esquerda, encontrou o País muito infiltrado por comunistas, já com planos feitos para se assenhorearem do Poder. Goulart viu nisso como que uma plataforma para nela colocar suas ambições pessoais de fazer um governo ao molde da Rússia e da China, países que visitara, e onde o Poder era estritamente pessoal, entregue a um só líder. Foi certamente com esse propósito que Goulart projetou e realizou o comício da Central do Brasil, propondo alterações na Constituição e na legislação, sem que sobre qualquer dos assuntos tratados fosse ouvido o Poder Legislativo. O comício se deu no dia 13 de março, presentes cerca de cem mil trabalhadores trazidos para o Rio de Janeiro. Nele, a fala de Goulart exigia a legalização do Partido Comunista, cercado de cartazes exibindo a foice e o martelo (símbolos do Comunismo), e dizeres tais como "Armas ao Povo".

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o mais significativo movimento de repulsa que antecedeu a Revolução, reunindo milhares de pessoas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para afirmarem o seu repúdio aos rumos que o Presidente da República tomou, e que, por certo, levaria o Brasil ao comunismo. Em São Paulo, sob a liderança das mulheres, a população realizou uma marcha empolgante, em 19 de março, com o propósito de enfrentar Goulart sob a menção

de Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, com a participação de um sem-número de cidadãos paulistanos. No Rio de Janeiro, milhares de senhoras, portando terços e rezando, desfilaram, no dia 2 de abril, pela Avenida Rio Branco, agradecendo o auxílio de Deus por livrar nosso País da catástrofe do comunismo. Ficou conhecida como a Marcha da Vitória. Os jornais mencionaram essas importantes manifestações, que se realizaram igualmente em outras cidades do nosso País.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim, foram não só intérpretes, como executores da vontade da Nação que, por sua maioria mais significativa, repudiava os rumos que o Governo vinha seguindo para entregar o nosso País ao comunismo. A oficialidade do Exército, principalmente na sua grande maioria anticomunista, disciplinada e atenta à hierarquia, mostrou-se pronta a garantir a imutabilidade da Constituição.

Goulart ainda fez uma tentativa de destruir a disciplina, criando uma entidade de classe para cabos e marinheiros, os quais, rebelados, se abrigaram no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, em desrespeito aos superiores. Foram, porém, presos, abortando-se o seu movimento. Com isso, o Ministro da Marinha procurou assegurar a hierarquia e a disciplina, mas foi substituído por João Goulart no comando daquela Força, o que demonstra o caos a que se chegou, levando grande parte da população brasileira a clamar por um basta àquele estado de coisas.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dado o tempo decorrido desde 1964 aos dias de hoje, não tenho na memória os nomes de todos os líderes civis e militares, motivo pelo qual fica incompleta a minha resposta à indagação feita, mas, rendendo igual deferência aos que não forem mencionados, passo a citar os seguintes: General Castello Branco, General Mourão Filho, General Muricy e Marechal Odylio Denys, este com papel fundamental no Movimento, mesmo já estando na reserva. Entre os civis, os que mais se destacaram foram Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; e Adhemar de Barros, em São Paulo.

Tendo feito referência ao General Castello Branco, peço licença para deixar, neste depoimento, uma particular referência ao seu ilustre nome, e o meu orgulho por ter sido por ele nomeado Juiz Federal quando terminava o seu Governo, no qual trabalhei como Assessor Jurídico no Conselho de Segurança Nacional, prêmio que muito me honra, mas que não pude recolher, por ver rejeitado o meu nome pelo Senado Federal,

na sessão noturna que antecedeu o dia no qual aquele insigne militar se despedia da Presidência da República. No dia imediato, um jornal, que passara para a oposição, *Correio da Manhã*, de sábado, 11 de março de 1967, colocou na primeira página: "Senadores derrubam Pecegueiro", como veremos a seguir. Aí está uma amostragem do "revanchismo" que já se fazia sentir no crepúsculo do primeiro Governo da Revolução. O fato expressamente admitido por eles, deve-se a minha participação, para orientar os trabalhos, na Comissão Geral de Investigações (CGI), instituída logo após a Revolução.

SENADORES DERRUBAM PECEGUEIRO

"Brasília (Sucursal) – A indicação do Sr. Nelson Pecegueiro do Amaral para juiz federal da Guanabara, feita pelo Presidente Castello Branco, foi rejeitada ontem, pelo Senado, devido à sua participação na Comissão Geral de Investigações, instituída logo após a revolução para orientar a cassação de mandatos de parlamentares.

Em outras sessões extraordinárias sucessivas, o Senado aprovou a indicação dos nomes do General Golberi Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, para ministro do Tribunal de Contas da União, e do jornalista José Vamberto, secretário de Imprensa da Presidência, para ministro do Tribunal de Contas de Brasília."

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Não há dúvida de que foi um movimento exclusivamente de preparação interna. Não houve a propalada intervenção dos EUA, segundo o depoimento do próprio Adido Militar americano, General Vernon Walters, que afirmou, com toda clareza, a inexistência de qualquer auxílio externo oriundo dos EUA.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Sim, jornais da maior respeitabilidade e aceitação do público manifestaram expressamente a sua adesão ao movimento que defendia as instituições democráticas contra os propósitos espúrios daqueles que buscavam degradá-las. Basta citar o respeitável *Jornal do Brasil*, que, em sua edição de 1º de abril de 1964, assim se pronunciou: "A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas."

A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Bastaria lembrar que o Brasil atingiu a posição de oitava economia do mundo, apontado como "milagre brasileiro", para, em uma única menção, resumir os acertos da Revolução de 1964. Mas outras muitas iniciativas merecem menção, e ressalto,

no campo do Direito, a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que trata do Condomínio e Incorporação, a que autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo e instituição da cédula hipotecária; as normas do direito agrário e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; o loteamento urbano e concessão do uso e espaço aéreo; a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários; o sistema financeiro para aquisição da casa própria; a criação do Banco Nacional da Habitação e sociedades de crédito imobiliário; as letras imobiliárias; a Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, que cria medidas de estímulo à construção civil; o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; o Ato Complementar nº 45, de 30 de janeiro de 1969, dispondo que a aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País; o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural.

Vale ainda citar o Decreto-lei nº 200, que trouxe uma verdadeira revolução na administração, estimulando a descentralização por meio da delegação de autoridade ou competência.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

A meu ver não é o caso de falar em erros da Revolução, mas sim o despreparo para participar do jogo político. Com efeito, não foram adotadas medidas para impedir o progresso da esquerda, sobretudo no que diz respeito ao controle do ensino. Com isso, professores viram-se livres para postular seus ensinamentos, hauridos da esquerda mais radical e transmitidos por renomados filósofos de outros países. Com isso, a mocidade do País foi sendo envenenada, e por tais ensinamentos levada à oposição ao governo legitimamente constituído.

A par disso, a Revolução estendeu-se por tempo maior que o necessário, com os seus sucessivos governos, constituídos sem o voto popular, e, dessa forma, vulnerável aos opositores. Não se deu conta de momentos nos quais teria sido possível passar o Poder a uma democracia plena.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada? O senhor concorda com esse ponto de vista?

A luta armada é um dos caminhos eleitos pelo comunismo para chegar ao Poder. Não precisa necessariamente da existência de opositores que não sejam eles mesmos, que desejam o Poder. Assim sendo, não importa a falta de canais, pois são eles próprios, os descontentes, os quais, na falta de meios legítimos para chegar ao

Poder, fazem uso da luta armada. Com eles, não é viável o diálogo, pois não visualizam outros caminhos que não os da violência. Os vários atentados que perpetraram, de todos conhecidos, revelam a sua índole perversa e criminosa. Merecem a nossa repulsa.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada, quer desencadeada no campo, quer na cidade, tem caráter criminoso e reprovável, como vimos. A sua orientação e apoio externo, via de regra, permanece oculta e de difícil revelação. É por caminhos criminosos que ela se apresenta, e, portanto, a revelação da sua orientação e apoio externo deve-se buscar entre os interessados na subversão dos meios legítimos para chegar ao Poder, com isso tornando-se tão culpados como os executores do crime. Assim, agiram, por exemplo, os que executaram o atentado no Aeroporto de Guararapes, em junho de 1966. Não foi a ausência de meios para externarem a sua oposição ao regime, mas sim os que desejavam matar, como ocorreu, também, na morte do Capitão Chandler, do Exército dos Estados Unidos, morto na frente da mulher e filhos, em 12 de outubro de 1968, e, ainda, em dezenas de outras ações terroristas, todas visando à tomada do Poder e à implantação de um governo totalitário em nosso País, com o desaparecimento de qualquer vestígio de democracia.

O Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi necessário? Qual a sua opinião?

Sim, o AI-5 foi necessário, pois veio depois de numerosos atentados e mortes criminosas. Vários foram os atentados a bomba, inclusive sobre o jornal *O Estado de São Paulo* e a Bolsa de Valores de São Paulo. Repulsivos foram os atentados aos jovens soldados quando sentinelas, Antonio Carlos Jerrery, Eduardo Custódio de Souza e Mário Kozel Filho, entre muitos outros. Atentados a bomba, explosivos em edifícios públicos e vias de transporte foram uma constante, a partir do início do ano de 1968. Foram em número de 25 os atentados que precederam ao AI-5, o qual deu ao Governo os meios necessários para combater o terrorismo. Além disso, o Congresso Nacional negou-se a processar o Deputado Márcio Moreira Alves que, de forma insolente, manifestou-se contra a Revolução, protegido pela imunidade parlamentar, o que fortaleceu a opção pelo AI-5, para a defesa da Revolução ameaçada.

O que o senhor gostaria de relembrar da sua atuação como Consultor Jurídico de quatro Ministros de Estado, inclusive no período crítico da luta armada?

A minha atuação, como Consultor Jurídico dos Ministros do Exército aos quais prestei os meus serviços, limitou-se a assuntos jurídicos.

Aproveito esta ocasião para expressar a minha admiração aos militares que compunham o efetivo do Gabinete dos Ministros do Exército, de 1968 a 1977, pela afirmação aos princípios da hierarquia e disciplina, trato simples e educado, e exação no cumprimento de seus deveres. Tenho a destacar, de modo especial, a cortesia e afabilidade no trato que de todos recebi, nos cerca de dez anos em que tive a ventura de prestar serviços ao Exército Brasileiro, sendo agraciado com a Medalha do Mérito Militar, no grau de Comendador, o que, até hoje, muito me apraz.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Essas expressões são usadas pela mídia, com o propósito de desmerecer a Revolução de 1964, e manter os indivíduos hoje, principalmente os mais jovens, no desconhecimento da história e dos verdadeiros acontecimentos vividos, no Brasil, entre 1961 e 1985, de sorte a criar uma antipatia às Forças Armadas. Com efeito, os nascidos após 1984 só receberam da mídia a repetição de dizeres tais como "anos de chumbo" e "ditadura militar", não tendo chegado a eles nenhuma referência favorável à atuação dos generais que frustraram os intuitos dos inimigos do povo brasileiro.

Penso que a Revolução descurou de apontar aos jovens a verdadeira situação que levou as Forças Armadas a agirem. Por outro lado, as suas realizações não foram suficientemente proclamadas. A par disso, os revanchistas derrotados passaram a criticá-las. Não foi suficientemente anunciado, sobretudo aos nascidos após 1964, o perigo que o País afastou ao derrotar os comunistas e seus admiradores. Esses, insuficientemente informados, caíram na cantilena dos inconformados, repetindo as equivocadas expressões criadas pela mídia, "anos de chumbo" e "ditadura militar".

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Como disse anteriormente, basta lembrar que saímos da 48ª para a oitava posição entre as economias do mundo para vermos que salto gigantesco foi dado nos vinte anos de governos revolucionários. O saldo entre acertos e erros foi, sem dúvida, bastante positivo.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, um ignóbil e permanente "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

O "revanchismo" está muito evidente, principalmente na mídia, por interesses os mais variados. Vejo que a Lei da Anistia vem servindo para agraciar com

polpudas quantias, tão-somente os opositores da Revolução de 1964, muitos dos quais agentes do terrorismo que atuavam de mão armada. Isso é, sem dúvida, uma clara manifestação revanchista.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação, como atestam várias pesquisas de opinião, apesar do abjeto "revanchismo". O que o senhor acha disso?

Acho que, além dos elevados índices de aceitação, as Forças Armadas merecem o respeito e os aplausos de toda a nossa gente pelo muito que representam para a segurança do País e para a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes, com ênfase na defesa da nossa soberania e da integridade do patrimônio nacional, principalmente através da integração da Amazônia ao restante do nosso País, o que é absolutamente prioritário em nossos dias.

Que mensagem final gostaria de deixar registrada a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 para as atuais e futuras gerações, por meio deste Projeto?

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um marco inolvidável da presença das Forças Armadas e, em especial, do Exército Brasileiro e da capacidade de seus generais e da oficialidade de sufocarem uma iniciativa espúria que levaria o nosso País a uma situação subalterna como mais um satélite, de extrema importância para o movimento comunista internacional, sempre pronto, no Brasil, para destruir os princípios democráticos consagrados em nossa Constituição Federal.

Além disso, foram intérpretes da maioria incontestável do povo brasileiro, avesso aos governos de uma só pessoa ou de um só partido, que se vê nos regimes de cunho totalitário.

Com a sua reconhecida capacidade, aliada ao seu espírito de nacionalidade, afastaram o grande risco que passou a Nação brasileira, livrando-a da subserviência a regimes espúrios, indesejáveis ao nosso povo, salvando-a da tirania comunista, inimiga da democracia e da pluralidade partidária que a sustenta.

General-de-Brigada Augusto Cid de Camargo Osório

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia na, então, Escola Militar do Realengo, RJ, em dezembro de 1934.
- Principais funções exercidas: Comandou o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), Rio de Janeiro, RJ; o 1º Grupo de Canhões Automático Antiaéreo 40mm (1º GCan Au AAe 40mm), São Cristóvão, RJ, bem como o 2º Grupo de Obuses 155mm (2º GO 155mm), Jundiaí, SP. Integrou o Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, e exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar.
- Como General-de-Brigada, foi Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Região Militar e Diretor de Inativos e Pensionistas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o de Artilharia de Costa e o da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, era Coronel e chefiava a 4ª Seção do II Exército.

Entrevista realizada em 21 de julho de 2004.

É com satisfação que hoje estou prestando esse depoimento sobre o Movimento de 1964, que foi uma reivindicação do povo brasileiro. Foi a Nação quem pediu, foram as mulheres nas ruas, com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, rogando a ajuda de Deus e a intervenção das Forças Armadas. Tive a satisfação de ter participado desse Movimento glorioso.

Onde estão as raízes da Revolução, General Cid Osório? Quais os principais fatos a destacar nos pródromos da Revolução e, depois, na sua eclosão?

Os pródromos da Revolução vêm de longe. Vêm de maus governos que sempre tivemos e que culminaram com a renúncia de Jânio Quadros – que era um governante inteligente, mas que nos mostrou que não tinha equilíbrio, não tinha uma conduta correta para ser Presidente da República, não inspirava confiança, e que ao cabo de apenas sete meses de governo, irresponsavelmente, renunciou, declarando que ninguém é obrigado a ser Presidente da República.

Escreveu carta para o Congresso Nacional apresentando a sua renúncia, carta essa que foi entregue ao Presidente da Câmara pelo Chefe da Casa Militar. Aí, começou toda a história da Revolução. Se ele não tivesse renunciado, creio que não teria havido a Revolução. Esse foi o limiar de tudo.

O problema da renúncia agravou-se porque o seu Vice-Presidente era João Goulart.

Jânio Quadros bebia em Palácio. Dizem que depois de ter entregue as medalhas no dia 25 de agosto, ele foi até o Palácio, escreveu a carta, embriagou-se e entregou a carta. Ele renunciou pensando que o Exército iria buscá-lo e recolocá-lo de novo no governo. Fecharia o Congresso e seria um ditador. Ficou sobrevoando São Paulo por duas horas e ouvindo, a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), o que se passava no País. Uma coisa de louco, inteiramente tresloucada. Infelizmente, deram posse a João Goulart. Talvez tivesse sido menos traumático não tê-lo empossado, do que ter que derrubá-lo, o que foi feito, repito, atendendo ao pedido aflito do povo nas ruas.

Com a saída do Jânio, houve um grande problema, porque os ministros militares não queriam a posse do Vice-Presidente Jango Goulart, porque já o conheciam do passado.

Houve uma fraqueza. O Ministro do Exército ficou em Brasília e alguém aqui ficou respondendo por ele – não vou citar nomes. Mas houve uma fraqueza, e foi dada posse a ele. Teria sido menos traumático não tê-lo deixado assumir.

Aí, pensou-se na saída do parlamentarismo.

Que não funcionou.

Não funcionou porque ele mesmo solapava o parlamentarismo.

Fizeram um plebiscito cujo resultado nunca publicaram.

Com isso, o regime voltou a ser presidencialista e Jango obteve, novamente, todo o Poder após o tal plebiscito. E como ficou o clima no País?

O clima do País transformou-se completamente no cenário do medo, medo de tudo, onde a anarquia e a irresponsabilidade governamental atingiu as raias do absurdo.

Ele se dizia herdeiro da carta-testamento de Getúlio, e dizia que ia fazer as reformas de base, que não só não implantou como nem chegou a definir claramente.

Ia fazer "na lei ou na marra".

Exatamente, é o que diziam. E o peleguismo, voltado para o comunismo, tomando conta do País, viajando no avião do presidente, se hospedando no Hotel Nacional, de graça. Os pelegos, que eram sindicalistas, é que estavam nos governando. Isso trouxe para o País, exatamente aquele clima de muita apreensão, muita surpresa e por que não dizer desespero. Mesmo nos maus governos anteriores, nunca houve nada semelhante.

Uma mazorca foi instituída.

Realmente, uma baderna incrível. Havia greves pelo País inteiro. O Porto de Santos ficava parado a maior parte do ano. Greves que eram determinadas lá do Palácio. Do Palácio, as greves vinham para São Paulo através de uma rádio, que era captada no rádio da 2ª Região Militar e eu tomava conhecimento. Eu era Chefe do Estado-Maior da 2ª RM e os operadores me davam ciência. Vinham ordens de Brasília que eram executadas, cumpridas fielmente, no Porto de Santos, com um prejuízo monstruoso para a economia brasileira.

Vários navios, com carga perecível que, de propósito, não era desembarcada pelos estivadores, em greve a todo o momento.

General, fale-nos um pouco a respeito da sua vida militar, na época da renúncia de Jânio e da assunção de Jango.

Naquela ocasião, fui chamado ao gabinete do General Comandante do I Exército, presente o Comandante da Artilharia de Costa, para assumir o comando do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), naquele mesmo dia, às duas horas da tarde. Fui assumir o comando debaixo de um nervosismo muito grande, porque o Comandante da Artilharia de Costa não sabia nada do que se passava dentro do quartel.

O subcomandante do Grupo era do lado do João Goulart e dizia que ia reagir para dar posse ao Jango. Foi, nesse clima, que assumi o comando, e entrei, sozinho, no quartel. Não tive o apoio da maioria da oficialidade, que estava toda contaminada, pressionada pelo subcomandante. Dei todo apoio ao ex-comandante da Unidade que, doente, foi exonerado. Providenciei o transporte dele para o Hospital Central do Exército (HCE), e, em seguida, fui visitá-lo. Era um colega meu de turma, que me

coube substituir por eu ter o curso de Artilharia de Costa. Ele não se conformava com a exoneração e eu sofri muito a sua reação, tendo ficado no comando por quatro longos meses, sofrendo, também, toda sorte de reações internas, bem como, com o General, que já tinha se bandeado para o lado do Jango, também pressionando, empenhando-se pela minha saída do comando.

Em conseqüência, o Ministro Segadas Viana – febiano – um homem muito equilibrado – me trocou de comando, nomeando-me para outra Unidade de Artilharia no Rio de Janeiro.

Fui, então, para o GCan 40 (Grupo de Canhões Automático Antiaéreo 40mm), e o seu comandante, meu amigo também, foi para o 8º GACosM. No GCan 40, onde a oficialidade era muito boa, gente de outra espécie, fiquei oito meses. Mas o ambiente no Rio, como em todo o País, era terrível, era um negócio inacreditável.

Naquele período, convivíamos com greves constantes, quase que diárias.

Greves, greves e greves.

E a greve dos transportes não deixava ninguém ir para o trabalho.

Aí, eu convidei uns companheiros ilustres, como o Coronel Meira Mattos, depois General, bem como o Chefe do Estado-Maior da 1ª Região, de quem não me recordo o nome, para fazerem palestras sobre Guerra Revolucionária. Fui denunciado, e, por isso, exonerado do Comando do GCan 40.

Posteriormente, fui para São Paulo. Companheiros nossos, principalmente o Chefe de Gabinete do Marechal Castello, no Estado-Maior do Exército, conseguiram uma vaga em São Paulo, na 2ª Região Militar, cujo comandante era o General Olympio Mourão Filho. No II Exército, estava o Pery Constant Bevilaqua, homem incerto, enigmático.

Dizia: "Eu prego a Constituição, eu sou descendente de Benjamim Constant", e, com isso, ele não fazia nada. Eu mesmo fui à casa dele, mais de uma vez, para conversar, mas ele, apesar de todos os chamamentos, que não foram poucos, nunca se animou a pensar em um movimento que trouxesse novamente a paz e a segurança aos brasileiros.

Encontrava-me na 2ª Região Militar quando o General Mourão foi para Minas, para comandar a 4ª Região Militar. Ele não queria ir, mas nós, que conspirávamos com ele dentro do próprio quartel-general – ele fazia reuniões no seu gabinete, e freqüentava quartéis, sozinho, os quais não eram a ele subordinados – o convencemos que ele deveria ir, porque lá ele seria além de Comandante de Região, também comandante de tropa, uma Divisão de Infantaria. Ele aceitou e foi para Minas, incumbindo-me de continuar a cuidar do Movimento em São Paulo.

Encontrei um trabalho muito bem-feito por tenentes e capitães e até oficiais superiores coordenado pelo Coronel Rubens Resstel – realizava reuniões até tarde, às sextas-feiras, quando oficiais vinham das guarnições do interior, preparando a

reação a ser desencadeada pela tropa do Estado de São Paulo. O Coronel Rubens Resstel sempre acreditou que o povo seria atendido pelo seu Exército, e trabalhou muito nesse sentido junto aos oficiais da tropa.

Coube-me dar uma maior dimensão a esse esforço, procurando ligações até mesmo no meio civil, na classe produtora, em toda parte. Tivemos integral apoio do Governador do Estado. O doutor Adhemar de Barros era contrário ao comunismo, enfrentava o Jango na televisão e nos dava todo o apoio. O Secretário de Segurança era o General Albérico Barbosa, que sempre nos apoiou. A Polícia Militar – muito bem comandada pelo General Franco Pontes – também estava conosco. Comecei a "trabalhar" os comandantes de unidades do Exército na área, ligando-me a eles estreitamente, conversando, visitando, quase todos meus colegas de turma da Escola Militar.

Desta forma, o meu trabalho pôde crescer, contando com a irrestrita solidariedade de muitos compatriotas. Junto à população houve uma ação muito bem-feita pelo General Menna Barreto – muito benquisto na sociedade. Ele fez até com que casais comprassem armas e fossem realizar treinamento de tiro por ele coordenado. Era um trabalho psicológico feito junto à população, assustada com os desvarios daquele Governo míope e antinacional.

Levei uns meses realizando esse trabalho incessante. Dormia tarde e de manhã cedo já estava na minha mesa de trabalho. Outro fato foi que o General Comandante da 2ª Região Militar – Bandeira de Moraes – também era do outro lado. Chegou em São Paulo prevenido contra mim – um parênteses: assim que o Mourão deixou o comando, o seu Chefe de Gabinete veio para o Rio, para a ESG (Escola Superior de Guerra), e eu assumi a Chefia do Estado-Maior, por ser o oficial mais graduado. Quando ele assumiu, já preparado, já prevenido contra mim, por uma questão banal – eu lhe havia dito "que não podíamos dar apoio à moradia do general, porque não tínhamos sequer rancho, não possuíamos, assim, economias administrativas". Entramos em atrito, tive que sair da Chefia do Estado-Maior e passei a não ter mais contato com ele. Fiquei numa situação muito ruim.

Mas depois o senhor foi para o Exército.

O General Bandeira de Moraes mandou-me um recado pelo novo Chefe de Estado-Maior que ele levara – que era outro "pelego" – para que eu pedisse transferência. Ao que respondi, dizendo: "que ele pedisse a minha transferência, mas que tivesse a hombridade de dizer o porquê. Pedir transferência eu não iria pedir". Então, ofereceu-me férias, e eu disse: "Bem, férias é diferente, férias eu tenho direito." Aceitei as férias, vim ao Rio e conversei com o General Lindberg, que era Chefe de Gabinete do General Castello Branco, no Estado-Maior do Exército, o qual levou-me ao General. Expus a situação ao General Castello Branco que me ouviu e disse: "Cid, você volte

depois das férias e qualquer coisa que esse general fizer contra você eu anulo o ato. O General Kruel vai assumir o II Exército e eu vou falar com ele para levar você."

Ele, de fato, foi pedir a indicação de oficiais para trabalhar com ele e o Castello contou-lhe a minha situação: "Eu conheço esse oficial, está combatendo o comunismo." O Kruel convidou-me para servir no II Exército.

Com ele trabalhei muito, ajudei-o no que pude, fiz tudo o que era possível para o movimento eclodir, e não tínhamos lá em São Paulo nenhum general revolucionário na ativa. O próprio Kruel era anticomunista, mas, por outro lado, ele não inspirava total confiança, nem a mim, porque nas reuniões de estado-maior que fazia, ao mesmo tempo em que se manifestava contra o comunismo, defendia o governo.

Porque ele era amigo do Goulart...

Não havia meio de ele se decidir...

O Adhemar de Barros falando muito no meio civil, falando da importância de se dar um basta àquele estado de coisas insuportável.

O Adhemar esteve no quartel-general e disse que estava preparado para colaborar com o Exército em tudo que precisasse, que poderíamos requisitar e seríamos atendidos. Cerca de noventa jipes estavam prontos na Willys, saíram da fábrica "zero quilômetro" e nos foram entregues, com a requisição feita pelo Adhemar. Ele colaborou conosco em tudo. Foi um aliado em todas aquelas horas difíceis.

Mas o clima era de pânico. Entre os industriais, comerciantes, o clima era verdadeiramente de pânico. Um dos irmãos Ferraz chegou a me dizer que eles estavam dispostos a dar até 75% do que possuíam em dinheiro para salvarem o movimento. Era pânico, verdadeiro pânico. Mas tivemos uma boa ajuda da sociedade, das classes produtoras, e, com isso, foi possível deslanchar com certa tranqüilidade. Todas as providências foram tomadas.

Quando telefonei para a polícia civil, o Delegado Ribeiro de Andrade, que era um delegado do interior – era um delegado especial – que conspirou conosco, me disse: "Cid, fique tranqüilo que – os agitadores do INCRA, naquele tempo era um outro organismo – já está 'tudo' na gaiola; já prendemos todos." O presidente das entidades, os sindicalistas, todos, eles prenderam todos. Porque tínhamos receio de que eles dinamitassem pontes ou "coisa que o valha".

Claro, sabotagem.

Tínhamos a informação de que iriam dificultar o nosso movimento. Em comunicações, estávamos paupérrimos, como sempre. Rádio nós não tínhamos nada: zero. Lembro de quando fui comandar lá em Jundiaí, tínhamos cerca de oitenta estações de rádio: nenhuma funcionava. Quem nos ajudou muito foram os radioamadores que, em cadeia, fora da faixa, trabalharam e nos apoiaram, nos colocaram em

contato com o Brasil inteiro. O próprio Comandante do II Exército falou com o Comandante da 8ª Região, de quem eu não me lembro mais o nome, para incentivá-lo a entrar na Revolução, através de ligação feita por radioamador.

Transporte estávamos também a zero! Então, começamos a levantar, com antecedência, as necessidades de transporte, e quando o Chefe da 4ª Seção da Região me procurou no II Exército para saber quais as nossas necessidades em transporte, eu lhe disse: "Vá à rua 'tal', número 'tal', que é o escritório do doutor Paulo Egídio Martins – que depois foi Governador de São Paulo – e lá está a nossa mobilização de transporte." Eu já tinha dado a ele as nossas necessidades de transporte para o pessoal a pé, inclusive para o Regimento de Cavalaria de Pirassununga...

Lembro-me de que nós passamos por São Paulo, indo para Resende, e eles cruzaram conosco, de ônibus.

Toda a mobilização de transportes foi feita por civis do gabinete do Paulo Egídio Martins. O Presidente do Clube de Engenharia tomou parte nisso – João Soares do Amaral Neto – que era um engenheiro muito distinto.

E quanto ao Regimento que foi por via férrea?

Os carros embarcaram no trem, na Santos–Jundiaí, e "eles" desligaram a energia elétrica.

O inimigo interno desligou a energia elétrica e ficamos sem condições de prosseguimento.

Os trens ficaram sem poder se movimentar, com os carros embarcados. O Paulo Ferraz, da Soma – tradicional fábrica de vagões, de quem eu falei, me procurou e disse que queria uma garantia: a colocação, nas máquinas, de gente ou soldados armados, para garantir o pessoal deles, que levariam os trens até o Vale do Paraíba. E, assim, eles foram pela Santos–Jundiaí, depois entraram numa linha da Central e foram até perto de Resende.

É verdade, nós vimos. Foram publicadas fotografias nas principais revistas: Fatos e Fotos*,* Manchete *e* O Cruzeiro*, mostrando o deslocamento também ferroviário. Trabalho grande aquele! A Unidade transportada era de carros.*

Era o Batalhão de Carros de Combate Leve (BCCL), de Campinas. Lá em Campinas havia, além do BCCL, a Escola Preparatória de Cadetes e um Grupo de Artilharia Antiaérea, se não me engano.

O que o senhor gostaria de destacar, ainda, no dia da Revolução?

Tenho, ainda, um episódio para contar. No dia da Revolução, Kruel ainda em dúvida, foi jantar, e eu fui procurado por um amigo, colega de Turma, coronel de artilharia,

engenheiro militar, um irmão que eu tinha, Paulo Peçanha. Era um técnico excelente. Ele montou uma indústria que chegou a ser a maior fábrica de fórmica no Brasil, fórmica não ferrosa, de grande capacidade. Mas ele, embora na reserva, trabalhou na Revolução comigo, foi comigo à casa do Kruel no dia 31 de março.

O Kruel interrompeu o jantar – do qual participaram o Vinicius Kruel, seu sobrinho, depois General, e o seu assistente Paulo, Major de Cavalaria – e fomos para o quartel. Quando chegamos ao quartel ele entrou no gabinete comigo, sozinho, fechou a porta e me perguntou: "Como é Cid, como está a coisa? Temos ou não temos dissensões?" E eu lhe disse: "O senhor pode iniciar o movimento que não teremos dissensões, não haverá problema." Ele disse: "Então você se arme, avise aos companheiros para ficarem aqui perto do gabinete, que vou chamar os generais e, se eles não aderirem, vocês entrem que nós vamos prender os generais." E ficamos esperando...

Eu já estava cansado de esperar, chamei o irmão do Kruel, General Riograndino e disse: "Olha, o General Kruel está perdendo tempo com esses generais, ele não vai conseguir nada desses camaradas. Diga ao General Kruel para não insistir com eles que não vai conseguir nada." Ao que o Riograndino respondeu: "Cid, espera mais um pouco." E ficamos esperando.

Dali a pouco sai o primeiro, sai o segundo, sai o terceiro e eu, na saída de um deles, raciocinei em voz alta, murmurando, que o General Kruel estava sendo ingênuo, e o Chefe de Estado-Maior dele – que era um pelego – quis até me prender.

Saíram dizendo que iam aderir, e não aderiram nada. O Comandante da Região, Bandeira de Moraes, fugiu e se escondeu oito dias na Companhia de Comando e Serviço da Região.

O Aluísio Miranda Mendes, Comandante da 2ª DI, passou no PI (Ponto Inicial) às 7h da manhã, mas só foi chegar em Resende às 4h da tarde, e "segurou" o Esquadrão que ele devia ter lançado no reconhecimento à frente. O Esquadrão é para isso, você o lança em busca do inimigo; e o Esquadrão ficou "preso" atrás dele. Às 4h da manhã, o Major Comandante do Esquadrão me telefonou dizendo que não tinha enchido os tanques dos carros. Disse a ele: "Use a gasolina que você tem de reserva", e ele respondeu: "Não tenho reserva, já gastei." Continuei: "Vá ao posto de gasolina aí da esquina e requisita. Deixe lá um documento e encha os tanques." Foi tudo assim, "nessa base", não foi fácil.

O Aluísio Miranda Mendes só chegou em Resende às 4h da tarde.

Isso que o senhor está falando nós presenciamos. O Esquadrão não andava, e nós do Regimento de Itu passamos por ele. Mas diziam que íamos apoiar o 6º Regimento de Caçapava, no Vale do Paraíba, que também não apareceu. Por sorte, o

General Médici colocou-se em posição com os cadetes e deu a segurança para o prosseguimento. Foi maravilhoso!

O próprio Médici não foi informado de como se daria o Movimento das tropas de São Paulo. Conheci o nosso Médici quando ele era Capitão de Cavalaria em Bagé. Servi lá, no Grupo de Artilharia a Cavalo, como Tenente, e o Médici era Capitão. Depois da Revolução, no aniversário do Ministro Gama e Silva, em sua casa, tive o prazer de sentar-me à mesma mesa do Médici. Então, conversando sobre a Revolução, o Médici recordou aqueles dias difíceis, lembrando-se de que somente quando começaram a chegar à Academia os velhos professores, extremamente apreensivos com a situação vivida pelo País, que a Academia decidiu se incorporar à Revolução.

Mas o General Kruel solicitou ao General Médici que fizesse uma cobertura para o II Exército com a tropa do Vale – os 5º e 6º Regimentos de Infantaria (5º RI e 6º RI), mais um Batalhão de Carros de Barra Mansa, se não me engano. E o Batalhão de Comando e Serviço da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ficaria guardando a região de Resende a cavaleiro da Dutra.

No entanto, o General Médici optou por empregar o Corpo de Cadetes, o que foi extraordinário sob todos os aspectos.

É verdade, foi uma decisão de um grande líder que, na verdade, ele o foi.

Quem fez a nossa cobertura face ao Sul, foi o Batalhão de Caçadores de Santos, o 2º BC, comandado pelo Zé Tomás, que era tenente-coronel, visto que o comandante efetivo ficou no quartel.

Desses Regimentos saiu o 5º RI; o 6º RI não saiu do quartel. O 5º RI saiu e foi lá para a frente. Quando chegamos em Resende (o Regimento Deodoro de Itu) só havia o 5º RI. O Zerbine "segurou" o 6º dentro do quartel, e o 6º RI não saiu de Caçapava, tendo sido motivo de preocupação para nós, pois era a unidade que deveríamos apoiar, e que não apareceu pela ação do Zerbine.

Soube que um RI, em vez de se dirigir para o Rio, estava vindo para São Paulo. Não sei quem barrou a ida dele para São Paulo e fez que ele invertesse a marcha em direção ao Rio. Creio que foi este Regimento de Caçapava, porque o 5º RI chegou em Resende ainda pela manhã do dia 1º de abril.

Exatamente, foi a única Unidade que chegou na nossa frente a Resende.

Fiz os contatos com os comandantes. O Carlos Alberto Cabral, Comandante do 4º RI, de Quitaúna, também, no domingo, dia 29 de março, foi manter o contato lá no Vale com o 5º RI e o 6º RI. Todos nós éramos da mesma turma de Escola Militar, Carlos Alberto, inclusive, e esse era firme!

Ele tinha chegado ao 4º RI um pouco antes da Revolução, mas o Regimento já estava preparado, preparado psicologicamente, embora a tropa fosse muito verde,

recentemente incorporada. A Revolução foi em 31 de março e a tropa tinha incorporado em janeiro, em conseqüência o grau de instrução ainda era muito deficiente.

Outra coisa: saímos blefando, não tínhamos munição. Foi na época em que estavam trocando também o armamento, do Mauser para o FAL (Fuzil Automático Leve), o fuzil belga que, depois, passamos a fabricar no Brasil. Então, tínhamos pouca munição de fuzil Mauser e pouca munição do FAL. O Carlos Alberto levou os dois, ele estava motorizado. Também, em matéria de transporte, estávamos péssimos, não tínhamos nada.

Todos aqueles Regimentos do Vale do Paraíba eram praticamente a pé.

Todos eram a pé. Mas mesmo na Artilharia todo o material era velhíssimo. Só para você ter uma idéia: quando eu cheguei lá em Jundiaí, para comandar o 2º GO, de 13 tratores – aqueles tratores de 12 toneladas, com motor de avião – só um funcionava. Eram tratores muito velhos, com motor e painel de avião, difíceis de tratorar. Então, comecei a ensinar aos oficiais das Baterias, aos sargentos das Peças e cabos apontadores a tratorar, ficando, em conseqüência, bem suprido de tratoristas. E estava tentando ver se comprava caminhões, para tirar aqueles tratores arcaicos. Imagine que um trator daquele gastava dois litros de gasolina por quilômetro.

Houve um Comandante lá, Moreira Couto, que era extremamente cuidadoso na parte de instrução. Ele comprava gasolina para dar instrução. E eu, como Chefe de Estado-Maior e Chefe da 4ª Seção, tive conhecimento disso e me informei da quantidade que cabia a cada Unidade, quanto cada Unidade tinha direito em combustível, e não deixei isso "na mão" do Chefe do Estado-Maior do II Exército. Quando ele viu, eu já tinha distribuído tudo, passando a dar as cotas integrais para as unidades, inclusive por saber que ia comandar o 2º GO. Ele ficava com a gasolina para dar para os apaniguados dele...

Tudo o que o senhor está falando corresponde exatamente com a situação também vivida em Itu. Os civis nos emprestaram voluntariamente caminhões e outros tipos de viatura – recebemos em torno de uns dez caminhões – para poder transportar munição e material, porque a dificuldade de viaturas era muito grande...

Pois eu pedi, pedi pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, e se apresentaram nos quartéis pessoas com "anel no dedo" para servir de motorista. Com o licenciamento, perdemos a maioria dos motoristas. É um dos erros da Lei do Serviço Militar, que manda licenciar o motorista. Trata-se de um erro palmar, porque as caixas de mudança se "esbandalham" logo, por se fazer a aprendizagem no próprio material.

A maior parte dos motoristas devia fazer parte – como depois aconteceu – do núcleo-base, quer dizer, o homem que permanece, o soldado profissional.

Lá no 2º GO, consegui que o Estado-Maior suprimisse o mecânico de manutenção pesada de canhão, porque eu não tinha nem a ferramenta. Tinha o homem, mas não tinha onde formá-lo. Suprimi e passei a ter o cabo tratorista, engajado, para não trocar o tratorista todo ano.

Imagine que num trator desse, tracionando o obus, iam embarcados 12 homens da guarnição, a munição e o Linha de Fogo. Tudo isso na mão de um recruta.

E nós conseguimos sair dessa fase, atingimos um nível bem melhor com o núcleo-base, mas voltamos de novo, agora, na fase da economia, ao recruta, o que realmente é um retrocesso lamentável.

Mas o fato é que fizemos a Revolução blefando, pois não tínhamos nada.

Como o senhor falou, parte das viaturas cobrimos com lonas e escrevemos "munição, perigo", mas era só blefe – a munição era muito pouca, era um artigo de luxo, um problema para nós que íamos enfrentar o Rio tão bem dotado nesse aspecto.

A sorte é que o Comandante do Grupo-Escola, Aldo Pereira, ficou na estrada, e duas baterias de obuses passaram para o nosso lado.

Vieram ao encontro dos cadetes do General Médici, na AMAN. Na verdade, chegaram a Resende o 5º RI, o 2º RO, de Itu, o BCCL de trem, esse Esquadrão que veio aos pouquinhos e ficou em Itatiaia, e a valente Bateria do Centro de Preparação de Oficias da Reserva (CPOR)/SP, que chegou a Resende na tarde de 1º de abril.

O General Médici foi informado pelo General Kruel de sua decisão de apoiar a Revolução às 2h da madrugada de 1º de abril, e já nas primeiras horas da manhã, o Corpo de Cadetes saía para ocupar posição, dando-lhe o apoio que precisava. Daí em diante, foi uma beleza porque o cadete fez tudo aquilo com coração, vibração e entusiasmo, contagiando a tropa de São Paulo, que voltou consciente do que era a Academia.

A Academia, ao entrar em posição, causou um violento impacto nas tropas que vinham do Rio na direção de São Paulo. Elas ficaram estateladas!

Acho que precisava haver uma instrução. Não sei se agora existe, com essa nova escola de estratégia política, não sei se está havendo uma orientação política dos oficiais. Porque no meu tempo quem se envolvia numa coisa dessas ficava mal-visto.

Depois da Revolução, os Programas-Padrão (PP) foram sendo mudados e começaram a abordar a guerra revolucionária.

Incluí nos Programas-Padrão, quando comandei a AD/4 (Artilharia Divisionária), em Porto Alegre.

Isso foi importante, porque daí em diante houve um movimento no sentido de que se mostrasse ao oficial e ao próprio cadete – começou na época do então Coronel Antonio Jorge Correa, que era o Subcomandante da AMAN – a realidade, incluindo Guerra Revolucionária, Guerra Psicológica, o problema do Movimento Comunista In-

ternacional. Porque antes éramos ingênuos, puros, não tínhamos nenhuma orientação política, e o inimigo interno até pensa ao contrário, que éramos formados contra eles. Não, aquilo foi, como o senhor disse muito bem, um movimento do povo, das famílias, das mulheres, e nós fomos instados a participar.

O senhor sentiu realmente aquele clima de insatisfação contra o governo deposto, contra o Goulart? Havia esse clima de insatisfação da sociedade?

O clima de insatisfação era imenso. Na sociedade, em São Paulo, onde há mais dinheiro, eles estavam apavorados, completamente apavorados.

E os tais "grupos dos onze", como é que o senhor viu isso?

O "grupo dos onze" era uma espécie de formação de guerrilheiros: eram grupos pequenos, armados, com 11 integrantes, efetivo de um grupo de combate, para proteger o Brizola. Isso era coisa do Brizola. Dias antes da Revolução ele publicou, num tablóide em Porto Alegre – e nós tínhamos lá em São Paulo um exemplar – um artigo concitando os sargentos a matarem os oficiais e a assumirem os comandos.

Esse homem ia para a Rádio Mayrink Veiga com uma mala de dinheiro na mão – ele não pagava com cheque não, era mala de dinheiro – para pagar as horas em que ficava pregando a subversão. E agora, no presente, vejo com uma preocupação muito grande esse Movimento dos Sem Terra, particularmente pela falta de disposição do Governo Federal em fazê-los respeitar as leis. As "Ligas Camponesas", de 1963 e 1964, são hoje, o MST (Movimento dos Sem Terra). Eles agora estão declarando que o movimento é político, e não se vê uma reação, não se vê nada. Naquela época – houve uma decisão política de acabar com as "Ligas Camponesas", com o "grupo dos onze", mas hoje a gente não vê isso, e é o que me preocupa.

Na época, o senhor chegou a observar dentro das Forças Armadas, nos quartéis, qualquer cisão entre oficiais e sargentos, por ação do governo, dos pelegos – ação de fora para dentro?

Havia alguns poucos elementos que eram favoráveis ao João Goulart, por razões as mais diversas, e que chegaram a tentar estimular cisões entre oficiais e sargentos.

Este tipo de comportamento vi, por exemplo, no Coronel Oswaldo de Melo Loureiro, Comandante do 2º RO 105mm, em 1961, inclusive durante a crise da renúncia do Jânio Quadros. Ele estimulava cisões. Foi cassado, juntamente com Jango Goulart, em 1964. Um outro exemplo vimos na Marinha, dos fuzileiros navais naquele Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, antes da Revolução.

Mas eles foram anulados.

É verdade, mas até o Ministro da Marinha Silvio Mota perdeu o cargo como conseqüência da rebelião, estimulada pelo tal Almirante Aragão, o "Almirante do povo".

Ele era do tal esquema do João Goulart.

E o esquema, por que é que caiu tão rápido? Havia, ou não, um esquema, na sua opinião?

Acho que não havia. Tudo era palavrório. Tentavam se impor pelas ameaças. Mas não tinham nenhuma organização. Na época, só fizeram correr, não reagiram, não fizeram nada, sumiram, eles não encontraram os chefes. O Zerbini, o que é que fez o Zerbini: nada, foi inofensivo, não fez nada.

Mesmo incentivado pela esposa, que era perigosa.

O Aluísio Miranda Mendes e o Carlos Alberto Cabral disseram, claramente, que ele não comandava nada.

Ele era, oficialmente, o comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DI (ID/2).

O Carlos Alberto Cabral disse na cara dele que ele não comandava nada e ele perguntou: "Por que é que eu não comando?" "Porque ninguém lhe obedece. O senhor não comanda nada."

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na sua opinião, foi importante?

Muito, muito importante. Aquilo foi a sociedade na rua pedindo, exigindo a intervenção das Forças Armadas, que não vão às ruas se o povo não for na frente, não tomar a iniciativa. Nunca fomos, sempre seguimos a reboque do povo, por tradição. Aquilo foi organizado pelas mulheres, associações de mulheres. De terço na mão, e isso mostra que uma grande parte da Igreja estava conosco. Havia uma pequena parte contrária, mas a grande maioria nos apoiava.

Mas sempre há dissensos, porque a própria doutrina cristã se presta para isso. Se você examinar bem, a doutrina cristã leva a essas coisas.

E os principais líderes militares e civis da Revolução, o senhor destacaria alguns que foram fundamentais para nossa Revolução?

Para mim, a peça principal foi o Mourão, isso é indiscutível. Ele começou a conspirar no Rio Grande do Sul. Foi para São Paulo, eu presenciei, tomei parte de reuniões presididas por ele, dentro do próprio gabinete dele. Tive conhecimento de que ele ia a quartéis, até no fim de semana, sozinho, para sentir o pulso dos seus comandados. Depois, foi para Minas Gerais e lá continuou a conspirar. Encontrava-me com ele freqüentemente no Rio de Janeiro, nos fins de semana.

Nós nos encontrávamos na casa dele, assim também com o Oswaldo Cordeiro de Farias, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ele, mais ou menos, de 15 em 15 dias, ia a São Paulo, e ficava hospedado em um apartamento na Nove de Julho,

cedido por um civil e ficou, na véspera da Revolução, na casa do General Agostinho Cortes, da reserva, que nos ajudou muito, assim como toda a família. A filha Mariazinha, que era uma moça muito bem relacionada, possuía um grupo de amigos que, quando íamos para a reunião nos fins de semana em São Paulo, muito nos apoiaram. Ela chamava os rapazes, fulano vem aqui, missão para você: levar, no seu fusquinha, fulano em determinada guarnição, e assim por diante. Eu mesmo andei no domingo, antes da Revolução, em um fusquinha de um menino, ele guiando e não me perguntava nada a respeito dos meus contatos; quando entrava no carro, só se falava em estudo, colégio, mas ele sabia o que eu estava fazendo. Fui à casa dos oficiais do Estado-Maior do Comando Revolucionário em São Paulo procurá-los, acertar detalhes, levado por esse rapaz que eu não sabia nem o nome.

Na hora da Revolução, tínhamos uns trinta a quarenta homens na porta do QG para cooperarem, porque nós não tínhamos condução, não havia *jeeps* em quantidade suficiente, não possuíamos carro, faltava tudo naquele tempo. Era raro o oficial que podia ter um automóvel. Então, eles ficaram várias noites nos servindo na porta do QG.

Quando o Cordeiro pretendeu deslocar-se de São Paulo a Curitiba, quando São Paulo entrou na Revolução, já tarde da noite, cheguei no portão e falei, tem missão para Curitiba, precisamos de três carros para levar o General Cordeiro e comitiva. Apresentaram-se uns três ou quatro rapazes que o levaram para Curitiba. O Cordeiro me disse que deu a gasolina, alimentação e não quiseram cobrar nada pelo trabalho.

Houve falta de viatura, munição, todas as dificuldades, comparando com o Rio de Janeiro que era privilegiado, porque ali estavam as Unidades-Escola, todas muito bem preparadas. Então, havia uma diferença grande de capacidade operacional. Sabíamos que estávamos correndo um grande risco, mas tínhamos a certeza de que a beleza da nossa causa nos levaria à vitória, como os nossos companheiros do Rio tinham as mesmas convicções que nós, salvo raras exceções.

Como é que o senhor viu o aspecto de chefia e liderança por parte dos militares que fizeram a Revolução?

Como falei, os nossos generais não estavam envolvidos. Que eu saiba, no movimento armado, além do Mourão, só o Guedes, o Médici, o Muricy e o nosso Marechal Denys que atuou muito apesar de já estar na reserva. O próprio Comando Revolucionário não estava envolvido e na hora relutou muito, me deu muito trabalho. Fui leal ao General Amaury Kruel, porque ele me levou para o Estado-Maior dele. Eu podia ter saído sem ele, mas segurei os tenentes e os capitães que queriam sair já no domingo e eu não deixei, nós não iríamos fazer uma quartelada, íamos sair em conjunto com uma chefia, com um comando; não iríamos partir para uma

quartelada, porque não havia nenhum general envolvido. Na verdade, o grande revolucionário foi realmente o Mourão, e eles o liquidaram.

Os verdadeiros revolucionários também, foram muito perseguidos e um deles foi o General Meira Mattos. O Meira comandava um Batalhão lá em Cuiabá. Ele passou uma vez lá no meu gabinete, e eu, ainda, estava na 5ª Seção do II Exército. Ele me disse que ia sair lá de Cuiabá para Brasília. Aí, lhe disse, Meira, como você vai sair de Cuiabá com o seu Batalhão para Brasília. Havia um mapa na parede da 5ª Seção, com uma estradinha, e ele disse: "Você está vendo essa estrada aqui? O Batalhão vai por aqui, apesar de haver umas pontes que preciso assegurar a capacidade delas." Ele me disse ainda: Você pede ao Adhemar para me mandar um avião de porte médio que vou deslocar alguns homens para guarnecer essas pontes para que nossos inimigos não as dinamite. Porque eu vou chegar em Brasília com o Batalhão, e chegou. O Meira é um homem de extraordinário valor intelectual e de muita ação.

General Cid Osório, do Estado-Maior do II Exército, quem o senhor destacaria por ter participado efetivamente com o senhor?

Não, do Estado-Maior do II Exército não havia ninguém, mas eu convidei alguns integrantes daquele Estado-Maior para ir à casa onde funcionava o Comando Revolucionário e eles, prontamente, foram comigo, exceto o Chefe da 2ª Seção.

Deflagrada a Revolução, procurei reunir as Seções e embaixo fiz um Estado-Maior, para não ficar subindo e descendo aquela escada, de mais de quarenta degraus, daquele quartel-general velho. Então, mudei o QG para baixo. Trabalharam ali eu e o Chefe da 3ª Seção, porque o Chefe da 1ª foi para o Vale do Paraíba para ver se localizava o Zerbine. Ficamos eu e o Ribamar apenas, sem adjuntos, porque o meu, o Jansen, também foi com o General Kruel para Resende, para a reunião com o Âncora, na AMAN.

E a mídia apoiou o Movimento?

Apoiou, principalmente *O Estadão* do Júlio Mesquita Filho; a *Folha* também. Mas *O Estadão* sempre foi do nosso lado. Depois que o Júlio morreu, tive a impressão de que *O Estadão* praticamente acabara, mas ele está aí sem ser, todavia, o que fora naquela época – um senhor jornal.

E os principais acertos e erros da Revolução?

Houve muito mais acertos que erros. O País antes do 31 de março era uma "esculhambação", ninguém fazia declaração de imposto de renda. Era uma coisa horrível. O Castello Branco botou ordem no País. Ele arrumou muita coisa, depois veio o Costa, ficou pouco tempo, mas fez muita coisa, principalmente o Andreazza que foi um grande brasileiro, foi um desbravador deste País. O Andreazza colocou

nos pontos-chave coronéis amigos dele, muito eficientes, e ficava com tempo para poder viajar, pelo Brasil, verificando os inúmeros canteiros de trabalho. Ele se empenhou muito e morreu pobre.

O Costa também foi um bom Presidente, mas já foi doente para o Governo. O Médici também trabalhou intensamente, acabando com a guerrilha e o terrorismo, trazendo a paz à família brasileira. Foi enérgico e firme, querido pelo povo; tornou-se muito popular por causa do futebol; ele era muito simples, eu o conheci quando capitão e eu tenente lá em Bagé. Foi um senhor Capitão de Cavalaria, mas sempre muito simples e educado.

E a "batalha da comunicação social", perdemos ou não nos engajamos nela?

Não houve, aí acho que fomos fracos. Não nos engajamos na comunicação social e também não o fizemos, como devíamos, na educação. A educação é tudo. Eu era menino e o meu pai já dizia: "O problema número um do Brasil é a Educação." Inclusive, nesse período dos presidentes militares, fomos cuidar do Mobral, o adulto não tem paciência e fomos cuidar do adulto deixando as crianças, que têm curiosidade e aprendem. A minha empregada freqüentou o Mobral quatro anos, gostava da escola, mas não aprendeu nada, e os que aprenderam, depois desaprenderam, porque não podiam comprar livros ou jornais e se tornaram analfabetos novamente. Penso que a ênfase deveria ter sido a criança, o ensino fundamental, o qual, enquanto não for levado a sério, não deslancharemos. No sentido lato da palavra, não é só ensinar a ler e a escrever não, é a educação integral. Quando a criança com dois anos bate o pezinho no chão, já deve ganhar uma palmada, a educação é fundamental, porque quem tem educação cuida também da saúde, cuida de todas as outras coisas, a educação é tudo.

Outra coisa, deixamos os comunistas assumirem as universidades. A juventude está sendo preparada por professores, na sua grande maioria, esquerdistas, comunistas, todos internacionalistas, o que é um desastre.

O mesmo ocorre com a Imprensa, com o jornalismo, nós não trabalhamos no sentido de ocupar lugar. O senhor vê, hoje, o que Olavo de Carvalho diz, só tem esquerdista na mídia e a maioria radical.

E no Governo, nos cargos todos, só há esquerdistas. Vejo isso com muita preocupação. Votar em quem?

Não temos, não vemos uma luz no final do túnel.

E o "revanchismo" está aí com toda a sua força?

O "revanchismo" sempre existiu, mas intensificou-se tremendamente. Hoje, só estamos levando borduada, sem direito de resposta, porque eles simplesmente

não publicam. Artigos nossos também não são publicados, chegando a alegar que eles se confrontam com o pensamento do jornal. Onde está o contraditório? Não há mais o contraponto? Essa é a democracia dos perdedores!...

Isso vem ocorrendo desde a Constituição de 1988 que foi uma Constituição dos direitos sem deveres.

A Constituição atual com quatrocentos e não sei quantos artigos, só tem direitos, vantagens, não tem deveres. Havia um artigo, parece que agora foi tirado, que proibia a contratação de professores estrangeiros, quando no mundo inteiro, nos países adiantados, vão buscar onde estiverem os cérebros, eles pagam o que for preciso, independentemente de raça ou de língua. Vocês vejam onde foi parar o judeu alemão (pai da bomba atômica), o pai das bombas voadoras foi para América, onde o engajaram nas experiências com mísseis de longo alcance. O Presidente dos Estados Unidos foi buscar o alemão Capitão Von Braun, que, aliás, era inimigo da guerra, mas foi levado para os Estados Unidos e desenvolveu esta parte que permitiu o homem chegar à lua com o seu trabalho na coordenação de todo aquele esforço.

E o comunismo desapareceu ou continua presente?

Acho que ele está presente, acabou a União Soviética, mas o comunismo continua.

Basta dizer que temos mais de um partido comunista hoje; o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro, além de outros como o PPS – Partido Popular Socialista que é o mesmo Partido Comunista de ontem, com o mesmo Roberto Freire à frente, nada mudou. Dentro do PT, também há vários rótulos comunistas. Então, o comunismo não desapareceu, muito pelo contrário.

Todos os postos-chave, hoje no Brasil, estão nas mãos de comunistas, todos os altos cargos estão nas mãos de comunistas; no entanto, eles acendem ao Poder, mas continuam sem saber governar, estão sempre dando com os "burros n'água".

A imagem das Forças Armadas vem apresentando altos índices de aceitação, como atestam várias pesquisas de opinião, entre tantas outras instituições. O que o senhor gostaria de dizer a esse respeito?

Acho que é justa essa nossa posição perante a sociedade, porque no Exército se estuda, o Exército é uma grande escola, o que mais fiz no Exército foi estudar e ensinar, e o povo reconhece isto, as Forças Armadas merecem esse destaque.

Como o senhor vê esses vinte anos no seu conjunto?

Nesses vinte anos, o Brasil progrediu muito com os governos revolucionários; éramos um País muito atrasado, a começar que éramos um arquipélago, não tínha-

mos estradas, comunicações, não tínhamos nada. Com a Revolução, passou-se a ir no asfalto daqui até o Acre. Hoje, infelizmente, as rodovias estão todas esburacadas outra vez, além de apresentarem interrupções, em face de pontes destruídas, uma vez que, a partir do início dos anos 1990, nada se fez para conservá-las. Nós nos orgulhamos de termos dado essa colaboração ao País, que hoje enfrenta o descaso da administração pública.

Quanto à energia, o limiar está no Governo Eurico Gaspar Dutra, quando fizemos a Hidrelétrica do Vale de São Francisco; ele saía, sozinho, do Rio de Janeiro, num avião monomotor no fim de semana, para ver as obras. Foi ele quem fez a Via Dutra; antes, era uma vergonha, pois, a ligação entre as duas cidades principais do País, era péssima. A Revolução duplicou-se em 1965 e 1966 com o nosso Castello Branco. Então, o País só cresce nas mãos dos militares, esta é a verdade, doa a quem doer.

Quem fez a Itaipu, aquele gigante, a obra do século, está realmente consagrado. Estes dois metrôs, outra proeza, porque a dificuldade das obras foi imensa. Sei porque trabalhei seis anos na empresa que estava fazendo os metrôs, do Rio de Janeiro e São Paulo. Estas obras só saíram porque o Governo Federal – o Governo da Revolução de 31 de Março – financiou.

A palavra ainda é sua. O que gostaria de acrescentar ao seu depoimento?

Gostaria de falar de dois Projetos que não constam do meu curriculum, mas estão inter-relacionadas com a Revolução de 31 de Março.

Na Região Militar, aqui do Rio de Janeiro, assumi a Chefia do Serviço Militar, e a Lei do Serviço Militar, era muito malfeita, prejudicando bastante o convocado, que não conseguia emprego sem estar em dia com o Serviço Militar. Mesmo o empresário evitava contratar o empregado que não estivesse quite. Se ele fosse considerado apto B, ele não era chamado, porque tínhamos em excesso aptos A, mas o apto B tinha que voltar no outro ano, na inspeção de saúde e, se não fosse apto novamente, tinha que voltar ainda. Às vezes, o homem ficava até três anos nesta dependência. Então, passando por cima desta lei esdrúxula, mandei entregar os certificados, liberando os nossos convocados do excesso para poderem trabalhar e ajudar à família. Elaborei uma instrução para convocação com orientação didática pedagógica. A instrução que vinha da Diretoria era omissa a esse respeito, e a da Região Militar repetia a da Diretoria. Então, a seleção tornava-se malfeita. Fiz um trabalho que agradou muito, não só o Comandante da Região, como também o Diretor do Serviço Militar da época, eu até ganhei um elogio dos dois.

O General Gastão Guimarães de Almeida, meu substituto, ficou entusiasmado com o trabalho, por ter facilitado a vida dos convocados e melhorado a convocação,

tendo sido mandado adotar em todas as Regiões. Introduzi, também, a computação eletrônica que, naquela época, estava iniciando e era um tabu.

Além da computação eletrônica, implementei uns testes americanos que tínhamos aqui traduzidos por um companheiro que viera dos Estados Unidos, só que se destinava ao homem americano. Então, fizemos uma adaptação para o homem brasileiro e passamos a aplicar na seleção, aperfeiçoando a convocação na 1ª Região. Depois, como General, introduzi a microfilmagem porque tínhamos arquivos e documentos que estavam se desfazendo. A implementação da microfilmagem foi uma dificuldade, aliás tanto a microfilmagem como a computação eletrônica, esta voltada para um projeto referente a inativos e pensionistas, e que deixei já em fase de implantação. Com isso, começou a aparecer casos tenebrosos, pessoas que estavam recebendo indevidamente, mortos que estavam em folha, considerando, ainda, que as folhas não eram nossas, vinham do sistema financeiro.

Achei importante abordar a implantação destes dois Projetos, porque ambos significam um grande esforço do tempo da Revolução de 31 de Março na área militar. Foram realizações que, daí para frente, outros aperfeiçoaram, com grande vantagem para o Exército e, principalmente, para o homem brasileiro.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso Projeto?

Que tenham muito sucesso, que se chegue o mais próximo possível da verdade, porque a história serve de ensinamento, para que, no futuro, não se cometa os mesmos erros do presente, que ela sirva de molde para o Brasil. Conhecer a verdadeira história da Revolução é uma premente necessidade que, há muito, precisa ser atendida oficialmente.

General-de-Brigada Acrísio Figueira

- Natural da Cidade de Barra do Corda, Maranhão.
- Declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 1950 pela Academia Militar das Agulhas Negras.
- Dentre os principais cargos exercidos em sua carreira militar, destacamos: Instrutor do Curso de Mestre de Salto e da Escola de Educação Física do Exército; Assistente do Exmo Sr. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Departamento Geral de Serviços e seu Chefe de Gabinete no Superior Tribunal Militar; Chefe da 3ª Seção do Comando Militar da Amazônia; Membro do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa em Washington, EUA.
- Como Coronel, comandou o 26º Batalhão Pára-quedista, Batalhão Santos Dumont, e a Escola de Educação Física do Exército. Promovido a General, exerceu o comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Niterói, RJ, e da Brigada de Infantaria Pára-quedista, na Cidade do Rio de Janeiro.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os cursos Básico Pára-quedista, de Mestre de Salto, Salto Livre, de Educação Física do Exército e o Curso Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- Em 1964, era Capitão servindo no Regimento Santos Dumont, Brigada Pára-quedista.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2004.

Foi com muita satisfação que atendi a solicitação para que prestasse um depoimento sobre a Revolução de 1964, revolução que vivi no posto de capitão no então Regimento Santos Dumont, da Brigada de Infantaria Pára-quedista.

O General Nery me pergunta quais os fatos que eu gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução e suas conseqüências. Costumo dizer que, desde o advento da revolução comunista na União Soviética em 1917 e, sobretudo, depois da criação do Partido Comunista no Brasil, passamos a ser uma presa cobiçada do Movimento Comunista Internacional (MCI). A primeira tentativa deu-se em 1935, já com o então Capitão Luís Carlos Prestes na liderança do movimento, o qual, pela derrota sofrida em 1935, ficou dez anos preso, sendo liberado em 1945 pela anistia concedida pelo então Presidente Getúlio Vargas. Prestes e todos os seus seguidores jamais deixaram de conspirar, tentando atingir o objetivo de transformar o Brasil num país comunista.

Há um livro que gostaria de fazer uma referência aqui – vai sair, inclusive, um filme, agora, sobre ele – é o livro "Olga", de Fernando de Moraes, editado em 1986, pela Editora Alfa-Ômega. Nesse livro, a pretexto de contar a história da alemã comunista que fugiu para a Rússia, após um golpe em que retirou de uma prisão na Alemanha o seu amante, que era um comunista famoso, ela se refugiou na União Soviética e se transformou numa ativista de muita projeção e grande nomeada. E quando Prestes foi a Rússia, para dizer que o país estava maduro para a revolução que gerou a Intentona de 1935, ela veio para auxiliar na segurança do Prestes, tal o valor que lhe atribuíam. Depois a imprensa, aqui no Brasil e no mundo, se encarregou de torná-la conhecida. Ela passou a ser uma vítima, feita esposa do Prestes, que ela não era. Eles vieram, com passaporte português, mas formavam um casal apenas para fazer a revolução aqui no Brasil.

Pois muito bem, no livro "Olga", o Fernando de Moraes nos dá um depoimento escrito da maior valia sobre a tentativa de implantação de um regime comunista no Brasil. Mostrando como a fonte de toda a inspiração era Moscou. Os recursos vieram de Moscou, os agentes, embora tendo saído de vários países – Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Argentina –, todos eles estavam a serviço do Movimento Comunista Internacional. De maneira que os pródromos mais distantes vêm desde aquela época.

Depois de 1945, os comunistas continuaram atuando na clandestinidade, como sempre fizeram, atividade em que demonstram sua maior capacidade, pois a parte não conhecida do partido, bastante significativa, sempre se manteve, por demais atuante, na clandestinidade. Acredito mesmo que se eles conseguissem o Poder haveria um braço na clandestinidade para fazer face a situações futuras.

Quando assistimos, profundamente decepcionados, à renúncia de Jânio Quadros, uma vez que todos nós tínhamos depositado as nossas maiores esperanças em seu governo, começou, então, uma agitação muito grande para que o Vice-Presidente, que era João Goulart, assumisse a Presidência... Os nossos chefes militares na época desaconselharam a assunção de Jango Goulart como Presidente da República, porque ele já era um notório elemento de esquerda, estabelecendo uma contradição, porque era, também, um fazendeiro, um latifundiário, mas com veias esquerdistas, o que não deixa de ser uma contradição. Mas a verdade é que a agitação aumentou com o partido comunista trabalhando na clandestinidade e insuflando as massas para que Jango Goulart assumisse o governo.

Foi feita, então, uma concessão, pois ele aceitou assumir sob o regime parlamentarista, mas, logo em seguida, com o apoio de boa parte da imprensa, sempre acionada pelo partido comunista, que estava infiltrado em quase toda a mídia, ele que aceitara ser presidente no regime parlamentarista, em pouco tempo, conseguiu, por meio de um plebiscito, a reversão ao regime presidencialista, que havia vigorado até a saída de Jânio Quadros. Então, os pródromos da reação, isto é, da Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, embora viessem de longe, ganharam maior dimensão a partir de 1961, com a intempestiva renúncia.

Como capitão, nos idos de 1963, na tropa pára-quedista, que sempre se caracterizou por um grau muito grande de relacionamento entre oficiais e sargentos, passei a observar uma mudança de conduta, ficando para trás aquela saudável aproximação. A começar pela área de estágio que você, como oficial, tem um monitor lhe cobrando os castigos, durante a instrução de pára-quedismo, sem nenhuma quebra da disciplina ou da hierarquia, apenas porque é da tradição da formação o monitor poder administrar "castigos" aos oficiais alunos do curso de pára-quedismo. Então, esse relacionamento que tínhamos desde 1949, quando foi feito o primeiro curso de pára-quedismo no Brasil, nós notamos, que a partir de 1963, começou a se apresentar com novos matizes. Os nossos sargentos muito mais militantes, não que eles tivessem a ideologia, mas eles estavam sendo estimulados com prêmios, com pagamento de cursos para os seus familiares, com financiamento da casa própria, tudo de maneira que chegamos a ouvir, ainda em 1963, sargentos da nossa intimidade dizer: não, agora, temos que ser mais ouvidos, porque, afinal de contas, somos a maioria, a nossa proporção é de quatro para um. São quatro sargentos para cada oficial, logo temos que ter mais voz ativa, quer dizer, esquecendo, com isso, os pilares básicos da Força que são a hierarquia e a disciplina.

Nos meses que antecederam a Revolução de 31 de Março de 1964, e mesmo logo após o seu advento, a situação nos quartéis pára-quedistas ficou muito

intranqüila, porque perdemos a confiança nos sargentos ou em alguns sargentos que sabíamos que eram líderes da sua categoria e estavam muito atuantes nos quartéis. E, com isso, nós – tenentes e capitães da época –, durante a noite, fazíamos ronda nos quartéis, por meio de patrulhas para ver se estava havendo alguma conspiração. E isso foi muito desagradável, porque quebrou aquela amizade que sempre tivemos entre oficiais e sargentos na Brigada Pára-quedista.

Em 1963, tivemos, ainda, a revolta dos sargentos (da Marinha e da Aeronáutica) em Brasília, um levante que foi planejado inclusive pelo Presidente João Goulart, que se afastou da Capital por ocasião da revolta, justamente para ver o que é que iria acontecer. Tropas nossas, saídas do Rio de Janeiro, da Brigada Pára-quedista que, naquela época, ainda se chamava Núcleo da Divisão Aeroterrestre, tiveram que se deslocar para Brasília ajudar a debelar a rebelião.

Já em 1964, a situação iria se agravar com as ondas de greves em todos os setores produtivos nacionais, inclusive no cais do porto, onde os estivadores, muito atuantes, eram incentivados a paralisar as atividades por pelegos notórios, que, a essa altura, quarenta anos depois, eu já não me lembro de seus nomes. Aqueles pelegos se destacaram no anárquico Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, à frente de vários sindicatos e da organização chamada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), novo nome dado ao Comando Geral de Greve, ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

E nós todos nos quartéis, nessa época, vivíamos normalmente de prontidão. Ficamos estarrecidos com o mar de bandeiras vermelhas que apareceu no Comício, uma verdadeira provocação, com a foice e o martelo estampados em grande profusão, sendo acenadas nas barbas do então Ministério da Guerra que era aqui onde é hoje o Palácio Duque de Caxias. Portanto, a pretexto de ser na Central do Brasil, foi também em frente ao Quartel-General do Exército, caracterizando uma provocação, sobretudo porque tudo isso era agravado pelas palavras de ordem contra os militares que se opusessem às reformas, chamados de gorilas e de reacionários.

E com a presença dos três ministros militares, o que causou uma estranheza no Brasil inteiro. Tinha-se a impressão de que não havia a menor contestação da parte deles àquela baderna, àquela anarquia generalizada.

Uma verdadeira mazorca!

Não satisfeitos em fazerem o Comício da Central do Brasil, eles promoveram a rebelião dos marinheiros, a revolta dos marinheiros. É interessante assinalar que, naquela época, o filme sobre o encouraçado Potenkin – onde houve uma revolta de marinheiros em que os oficiais russos foram jogados ao mar por eles – era passado em todos os quartéis da Marinha de Guerra justamente para servir de exemplo, para

que os nossos marinheiros seguissem e fizessem a mesma coisa com os seus oficiais. Inclusive, tínhamos um almirante fuzileiro naval que, na tal revolta, deixou-se carregar nos ombros dos marinheiros: era o Almirante Cândido Aragão, que optara por dar golpes fatais na hierarquia e na disciplina. Isso tudo para nós, tenentes e capitães, era inconcebível. Como é que um almirante fardado se deixava carregar nos ombros por marinheiros em impressionante baderna? Era uma inversão total de tudo que havíamos aprendido na vida militar. Quer dizer era um chefe populista que estava fazendo o jogo do Governo do Presidente João Goulart.

Depois disso, tivemos, então, o último ato que foi a reunião no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, onde a preponderância de participantes era de sargentos das três Forças Armadas e da Polícia Militar do Estado da Guanabara. O discurso do Presidente de apologia à indisciplina ecoou pelos quartéis de nosso País... Aí, veio o basta, embora a revolução ainda não estivesse madura para eclodir. Os chefes mineiros, diante daquela baderna que se fez, tomaram a iniciativa e partiram de Minas Gerais na direção do Rio, o que equivaleu à senha para que o restante do País aderisse e caiu como um castelo de cartas todo o esquema do Presidente João Goulart que achava que tinha o apoio das Forças Armadas por contar com o apoio de alguns sargentos no Rio de Janeiro e em algumas outras cidades importantes. Ressalte-se o papel de liderança dos governadores de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Magalhães Pinto, de Minas; Adhemar de Barros, em São Paulo; e Carlos Lacerda, no Rio, que deram todo o apoio à Revolução que eclodiu nas nossas Minas Gerais. Não só o apoio deles três, mas o apoio da população, cansada da anarquia generalizada em que se transformou o País naquele desventurado governo.

Se nós lermos os jornais da época, verificaremos que eram unânimes em dizer que o País estava vivendo uma época de caos e baderna que era necessário se dar um basta naquilo tudo. Então, saiu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade lá em São Paulo, com perto de um milhão de participantes, liderados pelas mulheres paulistas. Todos esses fatos foram se acumulando, de maneira que, quando eclodiu o Movimento em Minas, praticamente não houve reação que assim possa ter esse nome. Os principais líderes do Governo trataram de fugir de Brasília, inicialmente para Porto Alegre e, depois, para o Uruguai.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, então, intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Sem dúvida nenhuma, inclusive naquela época havia um jornalista de muito prestígio aqui no Rio de Janeiro, David Nasser, que fez um artigo que ficou muito conhecido, chamando o Exército de o grande mudo, porque não estava se pronuncian-

do, diante do clima de subversão e de desordem implantado de Norte a Sul do País. Até que o Exército se pronunciou, e o nosso prestígio era de tal monta que só o fato da tropa sair de Minas e tomar o caminho do Rio de Janeiro sucessivas adesões de tropas se seguiram, inclusive de unidades que eram consideradas da confiança do Presidente da República, todas aderindo ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, que uniu a grande maioria dos brasileiros contra o governo do caos.

General, quais foram os principais líderes militares da Revolução, uma vez que o senhor já falou nos civis, nos três governadores que tanto ajudaram no Movimento que impediu a comunização do País?

Olha, gostaria de destacar em primeiro lugar o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, pela sua atitude sempre muito firme e positiva, um homem legalista por excelência, um herói da FEB, o Chefe de Operações da Força Expedicionária Brasileira na Itália, um homem capaz, competente, enérgico, extremamente correto. Então, a participação do General Castello Branco pelo que ele representava no Exército, pelo seu passado e pelo seu presente, ao lançar um manifesto brilhante, proclamando a que se desse um basta àquele estado de coisas insuportável. "As Forças Armadas não estão aqui para servir a governos e, sim, para servir à Nação." De maneira que, para mim, com essa mensagem, com esse discurso, o grande líder militar foi ele. Mas havia outros como o General Muricy, o General Muniz de Aragão que eram homens de reconhecido valor. O próprio General Rodrigo Octávio Jordão Ramos que, naquela época, era General-de-Brigada, mas já com uma atuação muito firme na defesa dos postulados democráticos. Então, esses homens, para mim, foram os principais líderes militares na época.

Além do Mourão e do Guedes.

Evidentemente, além do Mourão e do Guedes que...

Foram os pioneiros.

Tomaram a iniciativa até mesmo causando surpresa aos chefes principais com o início da movimentação, saindo, principalmente, de Juiz de Fora na direção do Rio de Janeiro com a coluna revolucionária, o Destacamento Tiradentes, além do movimento de Belo Horizonte na direção de Brasília.

O senhor reservaria alguma palavra ao nosso Marechal Odylio Denys, que se deslocou para Juiz de Fora na época, e ao nosso Médici, em razão da sua atuação na Academia, no eixo Rio-São Paulo?

O Marechal Denys estava no Rio e se deslocou para Minas Gerais justamente para emprestar o seu valioso apoio ao Movimento, como chefe muito prestigiado

em todo o Exército, porque era muito atuante e conhecido, e o General Médici era o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, que logo se pôs ao lado dos revolucionários, transformando-se num expoente da Revolução, pela localização da Escola no eixo Rio–São Paulo, com atuação decisiva para a vitória do Movimento.

Certamente. Meu General, qual é a sua idéia sobre a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964. Com quem estava a Igreja?

A Igreja estava do nosso lado, muito preocupada com avanço do comunismo internacional até porque a Igreja já tinha pago um preço muito alto numa revolução pouco citada que foi, aliás, a guerra civil na Espanha, onde os religiosos, tanto homens como mulheres, eram trucidados pelas tropas chamadas de republicanos. Os republicanos da revolução eram comunistas apenas eles nunca se declaram abertamente como comunistas, eram republicanos. Mas massacravam, atacavam os conventos, violentavam as irmãs de caridade, castravam os padres, morticínio terrível. Isso nos anos de 1937, 1938 e 1939. Foi o que passou a história como a guerra civil na Espanha.

Depois eles já tinham pago um preço altíssimo na Rússia, porque muitas das igrejas católicas de lá – o cristianismo ortodoxo – foram incendiadas e outras eram transformadas em museus, em depósitos de suprimento, mudando a sua finalidade. Como o espírito religioso russo é muito acendrado, eles não conseguiram destruir esse espírito e a prova disso foi observada quando caiu o Muro de Berlim, símbolo da queda do regime comunista na Rússia, e a Igreja ressurgiu com força redobrada, porque jamais tinha deixado de existir apesar de todo anticlericalismo dos comunistas russos.

Apesar de muito reprimida, não é?

Apesar de totalmente reprimida. Então, os nossos religiosos, naquela época, se mostravam receosos com a possibilidade do advento de um regime comunista no Brasil; eles poderiam sofrer, também, violências iguais, pois, piores das que já tinham sofrido os religiosos na Espanha e na União Soviética, seria impossível.

Depois, com o advento do período militar, que foi se alongando... há uma teoria, que eu nunca vi algo provado, mas que ela tem muita probabilidade de ser verdadeira, de que os comunistas começaram a infiltrar nos conventos, nos seminários, elementos para serem padres e esses depois passaram a ser os que iriam constituir a chamada "ala progressista" da Igreja, aquela que Nelson Rodrigues chamava, com muita propriedade, "os padres de passeata". Porque qualquer atividade que reunisse elementos contra o governo no Rio, São Paulo, nas grandes capitais, os tais padres estavam na frente, contestando o regime dos presidentes militares.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo em especial dos Estados Unidos? O que o senhor gostaria de dizer a esse respeito?

A minha opinião é que a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento nosso, sem nenhuma intromissão externa, principalmente dos Estados Unidos da América do Norte. Não há dúvida nenhuma e o tempo provou isso que era do interesse americano que o nosso País não se transformasse numa nova Cuba. A prova que o americano não participou de coisa alguma, apenas tinha o desejo que não se implantasse no Brasil um regime comunista, pode ser visualizada com a seguinte questão: Por que eles toleraram a uma distância tão pequena das costas da Flórida o regime cubano, que dura até hoje?

Ora, seria muito mais lógico, se eles não quisessem um regime comunista aqui no Brasil e se fossem realmente intervir no Brasil, que eles, primeiro, eliminassem o regime comunista cubano, que estava, inclusive, mandando aquelas levas de cubanos para a Flórida, para Miami, entre as quais se infiltravam muitos elementos para serem espiões nos Estados Unidos. Iam nessas levas de fugitivos, como se sabe hoje, espiões bastante ativos.

Gosto muito de citar o filósofo Olavo de Carvalho, porque ele tem muitas coisas a dizer, porque foi comunista. E, como comunista, ele conhece a maneira de proceder dos comunistas. E depois que ele se decepcionou com o regime internacionalista comunista, com a filosofia do Movimento Comunista Internacional (MCI), ele passou a ser um elemento prioritariamente voltado à tarefa de mostrar, com muita sapiência, os avanços comunistas em todos os países. Em seu artigo publicado no *O Globo*, de sábado, 8 de maio de 2004, ele mostra, com grande clareza, essa problemática de que o americano não teve participação, não interveio na nossa Revolução de forma alguma, embora permaneça a mídia martelando sempre que uma esquadra americana estava pronta para trazer uma força-tarefa americana para desembarcar nos portos brasileiros para ajudar a fazer a revolução. Isso não é verdade.

Grande blefe, mais uma mentira que os esquerdistas gostam de repetir, de orquestrar, com aquela idéia de que ela venha a ser assimilada.

Então, vou me permitir ler um trecho deste artigo intitulado "Sem falsa modéstia" que, depois, deixarei em minha pasta-arquivo.

"(....) Com as raras, honrosas e inevitáveis exceções de sempre, os jornalistas brasileiros tornaram-se especialistas em errar sem nunca dar o braço a torcer.

Mas isso não veio do nada.

Desde a faculdade, os estudantes de jornalismo não são ensinados a observar o mundo, mas a transformá-lo, como preconizava Karl Marx. Não querem ser teste-

munhas da História e sim 'agentes de mudança social'. Vacinados contra a idéia de realidade objetiva por meio de teorias tão pretensiosas quanto obtusas, primam em não dizer o que o povo acredite. Arrogantes, intolerantes, monstruosamente incultos, quando julgam e condenam o que está acima de sua compreensão não o fazem somente de narizinho empinado; fazem-no com a ilusão de estar combatendo o autoritarismo e a prepotência, o que já é a apoteose da cegueira vaidosa.

Veja-se, por exemplo, o que fizeram com a correspondência, recém-divulgada, entre Lincoln Gordon e o governo de Washington. De um comunicado de 29 de março de 1964, em que o embaixador, confirmada a iminência da queda do presidente, insistia para que seus superiores dessem algum respaldo ao movimento que se preparava, tiraram a brilhante conclusão de que aí estava – enfim! – a prova, tão antecipadamente alardeada pela esquerda nacional durante quarenta anos, de que os americanos haviam tramado o golpe ou ao menos tomado parte no seu planejamento. A minha conclusão, ao contrário, é que esses jornalistas não sabem ler ou não quiseram enxergar a data do documento. Na ocasião do comunicado, fazia mais de um ano que líderes civis e militares locais vinham tramando a derrubada de Jango. Se dois dias antes da eclosão do movimento, o governo americano era convocado às pressas para fazer alguma coisa, o que isso prova é evidentemente o contrário do que a esquerda sempre alegou. Ninguém prepara um golpe com dois dias de antecedência. Os americanos acompanhavam a coisa de longe e, quarenta e oito horas antes de o General Mourão Filho colocar a tropa na rua, ainda estavam tentando decidir o que fazer. Acabaram, é claro, por não fazer nada."

É preciso lembrar que, em 1964, estava em pleno vigor a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, mas com ampla vantagem para a União Soviética. Dentro da teoria do dominó, que os países iriam caindo no regime comunista, um após o outro, eles já tinham conseguido o domínio comunista em muitos países do mundo.

Além do grande pólo representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, havia a China, importante, na época, pelo tamanho de seu território, pela quantidade gigantesca de sua população e por sua ação, também, como exportadora do comunismo.

Os países chamados da Cortina de Ferro, criada com o avanço do Exército soviético para invadir a Alemanha, quando todos os países que estavam entre os dois caíram na órbita comunista – Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária, Albânia, Hungria, Iugoslávia – nenhum escapou para contar a história. Todos eles caíram na órbita do regime comunista. E, na América, nós já tínhamos o regime cubano, implantado desde o final de 1959, início de 1960, e o Brasil passou a ser a

bola da vez, porque a influência do Brasil na América do Sul é inegável. Se nós aqui entrássemos para a órbita comunista, a teoria do dominó seria avassaladora na América do Sul, levando todos os outros países inexoravelmente a caírem na órbita comunista. Então, a raiva, o ressentimento contra as Forças Armadas que perdura até hoje, é que eles estiveram muito próximos de conseguir isso. Não o conseguiram, porque as Forças Armadas, impulsionadas, como sempre, pela absoluta maioria do povo brasileiro, não permitiram.

Luís Carlos Prestes chegou a dizer que eles ainda não estavam no Poder, mas já estavam no governo. Isso é uma declaração, do início do ano de 1964, de Luís Carlos Prestes, líder máximo do comunismo no Brasil, pois até a sua morte, já com mais de 90 anos, ele nunca abriu mão da sua ideologia e das suas convicções marxistas.

Então, as Forças Armadas já tinham se vacinado na Intentona Comunista de 1935, liderada pelo próprio Prestes, porque companheiros nossos foram assassinados quando dormiam nos quartéis. Aqui no 3º Regimento de Infantaria, situado onde hoje é a Praia Vermelha, houve esse fato lamentável – companheiros dormindo foram assassinados quando começou o levante comunista no 3º Regimento, na Praia Vermelha.

A revolta eclodiu, primeiro, no Rio Grande do Norte, depois, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, na Escola de Aviação Militar, foi também debelada e, naquela época, já se mostrava um líder o depois Brigadeiro Eduardo Gomes, um dos elementos mais ativos na luta contra a tentativa comunista de dominar a Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. O Exército também agiu rapidamente contra a Intentona no Rio. Depois de ter passado dez anos preso pelo Getúlio, Prestes, para mostrar que o Movimento Comunista Internacional não pára nunca de tentar o domínio pela via revolucionária, se aliou a Getúlio Vargas, porque interessava ao Partido Comunista que ele assim procedesse, quando se deu a volta de Getúlio, pelo voto, em 1951. E ele depois de ter passado dez anos preso por Vargas, de 1935 a 1945, a primeira coisa que fez, ao sair da cadeia em 1945, foi participar de um comício, em São Paulo, ao lado de Getúlio Vargas.

Na busca dos fins a que se propõem, quaisquer meios se justificam. São os grandes objetivos que ditam os meios a serem empregados.

Os fins justificam os meios em qualquer situação. Então, o grande objetivo, a finalidade fez com que ele participasse daquele comício.

Lembrando aqui um depoimento seu a respeito da memória pára-quedista na década de 1970, período vitorioso da Revolução, considerado por renomados economistas como a década mais bem-sucedida de toda a vida econômica do Brasil, período do milagre econômico, em que a vontade nacional era fortíssima, gostaria que o nosso General

relatasse uma passagem, no Batalhão Santos Dumont, durante o seu comando de uma visita de pára-quedistas norte-americanos àquela Unidade. O que releva dizer daquele fato relacionado ao grande entusiasmo e vibração dos brasileiros com o Brasil da época?

Quanto a essa vinda de oficiais e sargentos pára-quedistas do Exército americano, devo lembrar que tive a oportunidade, em 1975, de passar duas semanas na Carolina do Norte no Forte onde é a parada da 82ª Divisão Pára-quedista do Exército americano, que lutou bravamente na Segunda Guerra Mundial, principalmente no Teatro de Operações da França e que tem um alto nível, um espírito de corpo muito acentuado, comum nos pára-quedistas americanos. Aliás, é uma característica peculiar dos pára-quedistas de todo mundo esse espírito de corpo bastante acentuado.

Nós visitamos a 82ª em 1975 e os americanos pediram para visitar o Brasil no ano seguinte, porque queriam conhecer a nossa tropa no Brasil. E, através de convite do Estado-Maior do Exército, veio a comitiva deles que nos visitou em 1976. Quando do desfile de nossa tropa, que fizemos em homenagem à delegação americana, sargentos norte-americanos antigos, veteranos da tropa pára-quedista, assistiram ao desfile chorando. Justificaram a emoção dizendo que eles também já haviam tido todo aquele entusiasmo, aquela vibração, aquele espírito de corpo que estávamos demonstrando no desfile em homenagem a eles e que haviam perdido aquilo que os caracterizava, que era parte da história deles, e eu aí compreendi porque, em 1975/1976, o moral do exército americano estava muito baixo por causa do Vietnã. As cenas finais daquela saída completamente desorganizada, aquela verdadeira debandada de Saigon, com helicópteros caindo no mar e multidões querendo pegar o último navio, abalou demasiadamente o moral do exército americano... Mostraramse muito abalados, porque viram uma tropa de um país em desenvolvimento, com um espírito de corpo, com um elã, com uma garra que eles, naquele momento, já não possuíam. É claro que, depois disso, eles se recuperaram, o que levou algum tempo, porque ainda tivemos o episódio no Irã, onde a embaixada americana foi invadida e que ficaram mais de um ano presos pelos iranianos, um ato altamente desmoralizante para a grande potência norte-americana. Inclusive, uma tentativa de resgate daquele pessoal, que lá estava preso, fracassou. A operação foi mal-sucedida, estava tudo contra eles.

Então, essa vinda deles aqui coincidiu, particularmente, com aquele período em que a Nação brasileira estava ainda vivendo as conseqüências do chamado milagre econômico, quando o nosso País crescia a uma taxa de mais de 10% do PIB anualmente. E havia entre todos nós brasileiros, não só os militares, mas toda a Nação brasileira um sentimento de orgulho, prevendo que o Brasil seria potência até o fim da década ou do século, tal era o empenho com que os governos se

dedicavam a administrar o Brasil, cuidando, com todo esmero, da infra-estrutura, por meio de obras de grande vulto, como Itaipu, Tucuruí, dezenas de hidroelétricas de grande porte; com o início dos metrôs em várias cidades, com a implantação e organização dos meios de comunicação que se transformaram num grande sucesso... pois, anteriormente, para você fazer um telefonema do Rio para São Paulo, por exemplo, você ficava duas, três horas esperando uma linha para poder completar a ligação. E, com o advento dos governos da Revolução, essa parte de comunicação teve um salto de qualidade extraordinário que vem se refletindo até hoje, assim como o impressionante crescimento da malha rodoviária que passou a cortar o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Tudo isso nos faz lembrar do consagrado estrategista norte-americano Ray Cline, que, fazendo um estudo do Poder Nacional de 78 países naquela época, no primeiro lustro da década de 1970, concluiu que a maior vontade nacional do mundo estava em dois países: Brasil e França, superior à das demais nações, inclusive dos Estados Unidos da América. Essa realidade vem ao encontro do que o senhor nos disse a respeito do Batalhão Santos Dumont da Brigada Pára-quedista, que mostrou aos americanos aquela vibração incontida, o grande orgulho nacional, apesar de, a essa altura, já estarmos convivendo com a primeira grande crise do petróleo, em 1974.

A mídia apoiou o Movimento de 31 de Março? O que o senhor gostaria de falar sobre a mesma nos pródromos e na eclosão do Movimento de 1964?

A mídia apoiou e apoiou muito o Movimento. Ela foi decisiva para orientar a população civil, para mostrar o descalabro que nos era imposto, o clima de subversão que estávamos vivendo. Na verdade, poderíamos até dizer que a Revolução de 1964 foi uma Contra-Revolução, porque foi contrária à revolução comunista que estava ali no nascedouro, frustrada porque o dispositivo militar do Governo ruiu como um castelo de cartas. Eles achavam que já tinham esse dispositivo militar e que estava maduro para acontecer a revolução comunista. De maneira que, se chamarmos a Revolução de 1964 de Contra-Revolução, estaremos falando realmente o que aconteceu.

General, abordamos os acertos da Revolução, embora tenhamos nos concentrado fundamentalmente na infra-estrutura econômica, falando de comunicações, estradas, de obras gigantescas, como as hidroelétricas, mas o que o senhor gostaria de dizer a respeito de erros cometidos?

Olha, basta ser humano para errar. Porque, dentro da euforia em que estávamos vivendo na década de 1970, enfrentamos uma crise de petróleo mundial em que os países ricos deram uma parada para observar a pressão dos acontecimentos, para

analisar melhor a evolução dos acontecimentos, diante do salto no preço do barril de petróleo, o que gerou um inesperado transtorno. Uma coisa terrível... prejudicando principalmente a vida dos países em desenvolvimento, como o Brasil, cujo povo queria vê-lo potência.

Foi a época em que se criou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e o petróleo, que custava um dólar o barril na época, já subiu para doze, um absurdo. Então, o Brasil não parou para fazer um estudo de situação, para ver se continuava no mesmo ritmo ou se reprogramava para esperar dias melhores. Naquela época, havia muita facilidade de obter empréstimos no exterior e o Brasil continuou no mesmo ritmo, tomando esses empréstimos, embora para aplicar muito bem como já falamos aqui, lembrando Itaipu, Tucuruí, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), as estradas, como as BR-163 e 364, inteiramente construídas naquele período, o projeto de habitação, apoiado no Banco Nacional da Habitação (BNH), mas o nosso endividamento passou a crescer a partir da segunda metade da década de 1970...

Realmente, em 1974, Geisel recebeu de Médici um País que devia apenas US$ 8 bilhões, uma ninharia, e o entregou devendo cinco vezes mais, ou seja, US$ 40 bilhões.

Então o que é que aconteceu? Na época do Presidente Geisel, assumiu a presidência dos Estados Unidos ou havia assumido um pouco antes Jimmy Carter, um democrata. Mas o Jimmy Carter era um elemento de uma região do interior dos Estados Unidos...

Produtor de amendoim.

Era um produtor de amendoim e a sua visão do mundo era muito restrita. Aliás, como eu vivi dois anos na América, pude perceber que o americano não conhece geografia, porque não faz parte do curriculum do ginásio nem do colegial. Então, quando a gente acha graça aqui que eles dizem que a capital do Brasil é Buenos Aires deve-se ao fato de eles, realmente, não conhecerem. Eles acham que a América Latina é um país, quando se fala em América...

Pela sua visão limitada, Jimmy Carter, quando o Presidente Geisel assumiu a Presidência da República, mandou a mulher dele representá-lo na posse. Aquilo foi considerado uma ofensa ao nosso presidente. E o Presidente Geisel não aceitou isso, voltando-se para a Europa, com as suas origens germânicas, ele foi contactar com a Alemanha. Aí, está um dos erros que cometemos, porque, em convênio com a Alemanha, passou-se a ter o projeto de energia nuclear brasileiro, só que, em vez de contratar uma primeira usina para ver o que ia acontecer no Brasil, fez-se logo um contrato para construir oito usinas no Brasil. Foi um convênio por demais ambicioso!

Até hoje, estamos pagando caro por isso. Porque construímos duas e há uma terceira desmontada, pagando aluguéis nos locais onde o material está estocado e nós

não temos recursos para construir nem a terceira quanto mais as oito que foram objeto do contrato naquela época. Então, esse foi um erro que temos que reconhecer, porque saiu muito caro.

O que o senhor gostaria de dizer a respeito das ações de guerrilha, do terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos, praticados por extremistas de esquerda. O que isso trouxe em plena Revolução?

Isso aí está dentro da divisão interna havida no Partido Comunista. Quem lê um livro de um comunista famoso chamado Jacob Gorender, que inclusive foi preso na época da Revolução de 1964, mas é um elemento de muita cultura, muito bem preparado, judeu de origem, ele, nesse seu livro, que se chama "Combate nas Trevas", que é de 1987, da Editora Ática, Jacob Gorender, embora fosse membro do Comitê Central do Partido Comunista, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ele teve a isenção suficiente de dizer que houve um racha entre eles naquela época. O partidão como era chamado o Partido Comunista Brasileiro não queria a luta armada, optara por uma revolução comunista pela chamada Via Pacífica, ou seja, as ações deveriam se fundamentar na subversão, sobretudo, na agitação aliada à propaganda.

Era o PCB contra a luta armada, porque achava que não havia ainda condições para eclosão desse tipo de luta, mas os elementos mais radicais decidiram por criar o PC do B, o PCBR e outras organizações extremistas ligadas ao terror. Achavam, de forma contrária ao PCB, que havia clima para isso e partiram para a luta armada. Era Carlos Marighella e várias entidades que são citadas inclusive pelo Jacob Gorender, como a Aliança de Libertação Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Var Palmares, Colina e dezenas de outras siglas que partiram para o confronto armado. Eles brigavam e se repartiam. Tudo, no início, era praticamente uma única organização que, à proporção que ia fazendo as suas reuniões, ia se decompondo estimulada pelas vaidades de seus membros, formando novos agrupamentos. Inclusive, ele conta no livro que um major alemão que foi assassinado no Rio de Janeiro por um comando terrorista o foi por um erro. Eles queriam assassinar o Gary Prado, que era um major boliviano, responsável pela morte de "Che" Guevara na Bolívia. Coincidentemente, o Gary Prado e esse major do exército alemão – os dois – estavam cursando, na época, a Escola de Estado-Maior na Praia Vermelha. E o comando saiu para matar o Gary Prado e matou, por engano, o major alemão que não tinha nada a ver com essa história. Isso é contado por ele como uma das falhas da organização encarregada do assassinato.

Hoje em dia, ainda na semana passada, o Presidente reclamou de que aquele deputado que há pouco deixou o PT, o tal Gabeira, até hoje não tem visto para entrar

nos Estados Unidos. Porque, em 1969, foi um dos seqüestradores do embaixador americano que foi trocado por vários terroristas presos, inclusive o atual chefe da Casa Civil José Dirceu, que era um dos que estava preso e foi trocado pelo embaixador americano. O Gabeira era o responsável por assassinar o embaixador americano caso o aparelho fosse estourado. Isso eles mesmos contam no filme "O que é isso Companheiro". Então, o americano, até hoje, não dá visto para ele entrar na América, porque foi um terrorista e estava encarregado de assassinar o embaixador americano no caso de o aparelho ser estourado.

Desta forma, quando você vê hoje a nossa Imprensa dizer que aqueles terroristas todos lutavam para redemocratização do País, não pode haver nada mais cínico e falso. Pena é que os jovens de hoje não sabem o que se passou. Eles iam aprender democracia fazendo curso de guerrilha em Cuba para depois voltar ao Brasil e aplicar o que aprenderam. Ora ninguém vai para Cuba aprender princípios democráticos, não é? Eles iam para lá, para depois implantar o terrorismo no Brasil e para criar a guerrilha, como a de Xambioá, agindo em consonância com a linha chinesa que defendia a luta armada.

Eram os adeptos do PC do B, que adotaram a linha de Mao Tsé-tung.

Do campo para a cidade, a revolução deveria ser feita, enquanto os marxistas-leninistas começavam as revoluções nas cidades e depois iam para o campo. A linha chinesa, ao contrário, começava a revolução no campo para depois tomar as cidades. E até hoje querem que a gente apresente os cadáveres dos extremistas que foram para Xambioá com o objetivo de implantar um regime comunista no Brasil.

Como se fossem cadáveres de patriotas que buscavam a defesa da "democracia". Grande balela: uma das ciclópicas mentiras que eles apregoam a toda hora.

General, quais os objetivos dessa luta armada, desencadeada no campo e na cidade, e o que tem haver com ela o AI-5? Na sua opinião, ele foi necessário?

Quanto aos objetivos dessas ações terroristas – ataques a bancos, a quartéis, seqüestros de diplomatas etc. – e da guerrilha que tentaram implantar em diferentes áreas – tivemos uma em Minas Gerais, na Serra do Caparaó, houve outra no Paraná, com um dos "grupos dos onze" estimulado pelo Brizola...

Aquela no Vale do Ribeira com o Lamarca.

No Vale do Ribeira, um tenente, o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo, foi assassinado a coronhadas brutalmente, porque se o eliminassem com tiro iria revelar a posição dos guerrilheiros, que estavam cercados pelo Exército, e como eles haviam aprisionado esse Tenente da Força Pública de São Paulo, resolveram livrar-se dele, matando-o a coronhadas, a pauladas, para que um tiro não

denunciasse a presença dos guerrilheiros naquela região. Isso eles não consideram tortura: amordaçar um brasileiro, jovem oficial da Polícia Militar, e assassiná-lo, friamente, a pauladas e a coronhadas. Isso a Imprensa cinicamente omite!...

Essa morte estúpida não estaria incluída entre os crimes de tortura? Você ser morto a pauladas não é tortura? Na verdade, terrorista e torturador são a mesma coisa. Terrorista também é torturador conforme a situação.

Com certeza, com certeza. É aquela coisa dos comunistas – os fins justificam os meios.

Quanto ao AI-5, nós que vivemos no Rio em 1968 – nessa época estava cursando o terceiro ano da Escola de Estado-Maior – a cidade virou o caos. Os deslocamentos eram sempre um motivo de preocupação, porque você poderia ser tolhido no seu caminho por uma barricada, por uma greve estudantil ou por um sindicato impedindo o deslocamento de veículos. Até que surgiu a famosa passeata dos cem mil, com Vladimir Palmeira, onde elementos das faculdades e até mesmo ginasianos tomaram a frente dessa fase, opondo-se violentamente ao regime dito militar, que quer dizer que, já naquela época, eles queriam assumir o poder pela via violenta, que começou em 1966, com o atentado de Recife, no Aeroporto de Guararapes, que vitimou uma porção de gente, matando e ferindo pessoas inocentes.

Então, o AI-5 foi a maneira que o governo encontrou de dar um basta naquilo tudo, sobretudo nos atos terroristas. Porque, àquela altura, parte da Imprensa já era favorável aos extremistas, porque já estava sofrendo o processo de infiltração e parcela da Igreja mudara de posição, ficando também ao lado deles. Então, nós já nos sentíamos pressionados.

E era um movimento mundial, lembra disso?

Mundial, já tinha havido isso, naquela época, na França, no México.

Tanto na Europa, como na América, vários países andaram às voltas com movimento semelhante.

Foi, começou pela França.

Foi importado pelo Brasil.

Com certeza.

Então, não era um movimento contra a ditadura que poderia parecer numa análise superficial...

Não. Era um movimento mundial – o próprio MCI fortalecido – que veio parar no Brasil...

Na clandestinidade, eles conseguem coisas incríveis...

Paralelamente, nesse período, um deputado irresponsável fez um discurso que também colaborou, porque foi um verdadeiro achincalhe aos integrantes das Forças Armadas.

Márcio Moreira Alves, que continua na mesma linha, não mudou nada.

Veja um artigo recente desse elemento sobre o Presidente Geisel, artigo de baixíssimo nível, onde ele se mostra completamente destemperado, sem equilíbrio nenhum, buscando as "generalizações brilhantes" dos comunistas, ao dizer que Geisel propunha a morte a todo inimigo e nós respondemos dizendo: que, se essa proposta fosse verdadeira, como é que sobrou tanto inimigo aí, tanto zurrapa, tanta escória. Se o Presidente tivesse realmente proposto isso, os grandes líderes comunistas não morreriam de velhos, como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Darcy Ribeiro e Brizola, além de tanta gente que não presta e continua viva, como o próprio Márcio Moreira Alves, que já deviam estar enterrados há muito tempo se fosse verdadeiro o que ele e o tal de Élio Gaspari afirmam. É, portanto, uma outra grande inverdade, não é isso meu general?

Eles usam sempre a máxima de que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade. Eles estão sempre repetindo a mentira para que ela termine se transformando em verdade para os incautos.

General Acrísio, hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", que eles antes não falavam, antes eles respeitavam, mas, no momento em que a Revolução passou as rédeas, que deixou o Poder, eles então ficaram valentes, como nunca foram antes, passando a martelar através das expressões "ditadura militar", "golpe militar" etc. O que é que o senhor pensa a esse respeito?

Olha, General Nery, quando houve o Movimento de 1964, fugiram os representantes do Governo deposto, Presidente e todos os seus ministros. Alguns poucos foram presos, ou seja, a situação ficou inteiramente sob o controle das Forças Militares. A primeira providência tomada pelo Marechal Castello Branco, ao ser indicado para presidir o governo, foi buscar a legitimação no Congresso de sua investidura no cargo. Se o regime fosse como se apregoa, ele simplesmente diria: "Eu sou o Presidente e estamos conversados." Mas isso não aconteceu. Para que as coisas caminhassem dentro dos mecanismos próprios de um regime democrático, ele foi a Câmara pedir o apoio dos...

Congressistas.

Para votarem nele de modo que ele fosse Presidente da República. Então, desde o início, o Exército mostrou-se preocupado em manter a estrutura que, logo em seguida, seria ocupada novamente pelos civis, como era da intenção do Marechal Castello Branco. Ele mesmo gostaria de ter passado o Governo para um civil. Mas, numa Revolução, de repente, você não consegue executar exatamente aquilo que desejava. Então, nós tenentes e capitães, à proporção que a imprensa ia saindo

do seu casulo para começar a fazer críticas, observamos os líderes civis, que tinham ambições políticas, se voltando contra nós.

Há uma passagem do Governador Carlos Lacerda, que foi um homem decisivo na época da Revolução para a vitória do Movimento. Ele tinha ambições de ser Presidente da República e quando os elementos militares mais radicais, vamos falar assim, não queriam que se passasse logo o governo para um civil, quando Lacerda percebeu que não seria o candidato nas eleições que deveriam vir em seguida... ele saiu com uma frase que os jornais estamparam na época, para nós considerada uma ofensa grave ao Marechal Humberto Castello Branco. Ele diz: "Eu acho que o Marechal Castello Branco é mais feio por dentro do que por fora." Um homem que tinha sido um dos líderes da Revolução só porque se viu tolhido e frustrado por não poder se candidatar à presidência logo em seguida, como sonhara, se voltou contra nós. E vamos ver, logo em seguida, uma reunião que houve de Lacerda, Jango e creio que Juscelino, com a idéia de formar uma frente ampla para tratar dos interesses de seus líderes.

Exatamente, Lacerda tentou se aproximar da esquerda, principalmente de João Goulart e, aí, ele perdeu o nosso apoio e não ganhou o dos outros.

Não ganhou dos outros, porque era uma figura considerada de extrema direita...

Estigmatizado já como de extrema direita, ele não conseguiu o apoiamento do lado deles e perdeu o nosso, que era um apoio muito cristalizado, muito sincero e leal. Ele, afinal, ficou sozinho.

Veja bem, ainda hoje, mais intensamente do que naquela época, nós somos estigmatizados. Com essa estória de "anos de chumbo", de "ditadura militar", de tortura etc. Mas precisa ver o seguinte: na década de 1970, que foi uma época bem característica do período revolucionário, quando o País crescia a taxa de 10% ao ano do seu PIB, nunca ninguém que não fosse caracterizado como terrorista ou elemento que pegasse em armas contra os governos revolucionários – ninguém que não tivesse agindo como terrorista, guerrilheiro ou colaborador dos mesmos – sofreu qualquer ação por parte da repressão. No Brasil, você tinha ampla liberdade para viajar para o exterior e viajar pelo País de ponta a ponta...

Circular à vontade.

Muito diferente do que acontecia no mundo comunista, como na União Soviética, onde você tem a sua carteira de identidade vinculada à cidade onde você mora, não podendo sair daquela cidade no momento que quiser ou mudar-se para outra, porque vão lhe mandar de volta ou vão lhe mandar para a cadeia, porque você saiu da cidade onde vivia. E aqui nenhum evento popular deixou de acontecer como programado, nunca o carnaval, por exemplo, deixou de ser apoiado. O Brasil foi campeão da Copa de 1970 com todo o apoio... agora vocês precisam saber que, em

1970, havia uma corrente fortíssima trabalhando para que o Brasil perdesse a Copa do Mundo, para não dar força ao chamado regime militar.

Ora o futebol está na alma do brasileiro. Ganhar um título para o País é um orgulho que a gente comemora durante os quatro anos seguintes. Pois havia essa corrente mais radical, incluindo o conhecido João Saldanha, que foi o primeiro técnico da seleção, e era um comunista...

Notório.

Comunista de carteirinha, que procurou, à frente da seleção, criar vários problemas...

Não queria o Pelé.

Não queria o Pelé, dizendo, inclusive, que o Pelé não estava enxergando direito.

Que não tinha mais capacidade técnica para integrar a seleção.

Mas como se tirou o João Saldanha e se botou o Zagalo na época, essa ala radical não perdoou o Governo e não aceitava que o Brasil vencesse, porque o bônus, para eles, seria do Governo. Quer dizer esses camaradas são tão fanáticos que eles preferiam ver o povo sofrendo, perdendo uma Copa, do que assistir à intensa vibração que nós acompanhamos no Rio de Janeiro com a chegada dos campeões da Copa de 1970, que foi uma apoteose espetacular como todas as chegadas dos atletas brasileiros vencedores das Copas anteriores. A vibração com a vitória no campeonato estadual já é uma alegria generalizada, imagina uma Copa do Mundo, particularmente aquela do tri campeonato no futebol, que é uma paixão nacional.

Então, para falar em ditadura militar, você tem que dizer, inicialmente, que os nossos políticos não valem nada. Porque eles apoiaram a Revolução dentro do Congresso. Os governos revolucionários tinham a maioria no Congresso para aprovar as leis e eles estão todos aí. Passaram os vinte anos mamando nas tetas da Revolução e continuam lá no Congresso.

Locupletaram-se e quando a coisa começou a mudar de figura, o barco estava afundando, eles caíram fora, caíram fora como heróis, porque foram reforçar a oposição para que Tancredo Neves ganhasse, dessa maneira, as eleições. Os elementos, que eram governistas, mudaram de lado a pretexto de não gostar do candidato do dito governo militar e se bandearam, dando a vitória aos contrários, e continuam se bandeando hoje também, para ficar ao lado de quem está no Poder, porque eles não querem estar nunca em desgraça, eles querem estar sempre por cima e fazem qualquer papel para isso.

Não resta dúvida.

No início, logo após a Revolução não havia oposição; o governo revolucionário teve que pegar um elemento nosso para criar um partido de oposição, porque, em democracia, tem que haver situação e oposição. E ninguém queria ir para a opo-

sição, porque queriam estar do lado da Revolução. Foi até um amigo do Presidente Castello Branco, senador, que tinha origem militar, porque naquela época era muito comum militares fazerem uma carreira toda no Congresso, só voltando ao Exército para serem promovidos e continuavam lá fora como políticos. Depois, o Presidente Castello Branco acabou com isso: você, para ser político, a primeira providência a tomar é pedir demissão do Exército quando eleito, mas até então era uma festa. Há dezenas de companheiros nossos que eram militares de origem, mas não apareciam nas casernas, pois estavam sempre no Congresso Nacional.

O Congresso, que era de civis, dava todo o respaldo para a eleição dos presidentes militares, uma vez que as eleições eram indiretas, a partir do Movimento de 1964.

Você podia sair do País, podia se movimentar à vontade, já em Cuba, você só sai de lá tentando fugir em balsas enfrentando os tubarões, porque Fidel Castro não dá autorização para ninguém deixar a ilha, até porque isso significa gastar em dólar, e não há dólar para vender a quem quer sair do país, inclusive para fazer turismo, procedimento similar ao adotado na União Soviética, onde ninguém podia sair para não gastar divisas ou, então, porque poderia ser tachado de elemento conspirador, olhado como se estivesse querendo fugir do país.

Nada disso aconteceu no Brasil durante os vinte anos em que a Revolução esteve à frente dos nossos destinos. Optamos por fazer o retorno à democracia de uma maneira gradual. Foi-se trabalhando a famosa abertura – de forma lenta e gradual, mas foi firme, inclusive os elementos que não concordavam com a mesma, que não eram poucos, não conseguiram impor as suas posições. O próprio governo revolucionário foi se cerceando, limitando o seu grau de arbítrio. A anistia veio – como prometida, ampla, geral e irrestrita até demais – anistia que foi para um lado só...

Foi para o lado contrário.

Hoje em dia, os anistiados estão recebendo vultosas indenizações, que chegam a R$ 800.000,00.

Quem lutou na defesa do estado foi alijado de toda e qualquer recompensa – um absurdo!...

Os terroristas, além da indenização, receberam todos os direitos e, hoje em dia, estão na Presidência da República, até como ministros, estão no Congresso, estão na Petrobras, estão, em todos os lugares... Enquanto que nós, até hoje, somos apontados como torturadores. É o "revanchismo" que continua cada vez mais intenso! Os contrários não perdoam os vencedores, qualificando, por exemplo, os anos vitoriosos do Governo Médici como "anos de chumbo".

Na verdade, o chumbo que o estado usou contra aquele grupo minoritário de terroristas permitiu que o povo tivesse liberdade, que o povo pudesse circular livremen-

te, que o Brasil vivesse tranqüilamente. Alvo do chumbo foram os terroristas, aqueles que, por deliberação própria, optaram pela luta armada. Esses foram os únicos alvos do chumbo. Então, foi um chumbo muito bem empregado para que o Brasil vivesse em paz e feliz, com toda a segurança que, hoje, infelizmente, não existe.

Veja bem os dados que nós temos a respeito, obtidos num outro artigo do Olavo de Carvalho que tenho aqui. Morreram, em vinte anos, trezentos inimigos do dito regime militar, ou seja, trezentos terroristas em ações de estouro de aparelhos, prisões de elementos que estavam "cobrindo ponto", isto é, aguardando outros terroristas e ofereceram resistência à prisão, e tivemos cerca de dois mil presos políticos nos nossos presídios. A nossa população na época da Revolução andava em torno dos noventa milhões de habitantes.

Quando foi feita a revolução de Cuba, havia na ilha uma população de cerca de dez milhões de habitantes. Eles mataram 17 mil oponentes do regime, 17 mil, e tinham cem mil pessoas nas prisões. Veja o disparate – nós com a população de noventa milhões de habitantes tivemos apenas trezentas baixas e dois mil presos em todos os tempos. Cuba, com dez milhões de habitantes, chegou ao impressionante número de 17 mil mortos e cem mil presos. E era lá em Cuba que nossos adversários iam buscar inspiração para a sua democracia entre aspas que desejavam tanto implantar entre nós.

Para se ter uma idéia, o hoje, cantado em prova e verso, "Che" Guevara presidiu os inquéritos iniciais na prisão de La Cabaña logo no início da vitória da revolução cubana. Ele presidiu os inquéritos e os conselhos ou tribunais revolucionários. Esse homem decretou mil e quinhentas penas de morte, em pouco mais de um mês, mil e quinhentas pessoas foram fuziladas pelo tribunal presidido por "Che" Guevara. E, hoje em dia, uma enorme quantidade de jovens, pelo mundo afora, anda com o retrato dele na camisa, como se ele fosse o herói máximo... Veja a força da propaganda comunista!...

General, ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir alguma vantagem de qualquer ordem?

De nenhuma maneira. O Presidente Castello Branco, ao contrário, implantou reformas para nós militares que cortaram determinados direitos existentes há anos.

Antigamente, se você tivesse completado o tempo de serviço e fosse coronel, mesmo sem o curso de Estado-Maior, você era promovido a general. Ele acabou com isso; você só pode ter direito a promoção a general fazendo o curso de Estado-Maior e sendo promovido ao referido posto no serviço ativo. Quer dizer há que passar pelo crivo do Alto Comando. Você pode até ter a remuneração de um posto acima ao

passar para a reserva, mas o posto não. E foi o que aconteceu agora com esse Apolônio de Carvalho que o Ministro da Justiça atual chamou de herói nacional, que, segundo ele, merecia ser promovido a general, porque, segundo ele, tornou-se um herói. Vejamos quem é esse herói nacional: como segundo-tenente, foi expulso do Exército Brasileiro por participar da Intentona Comunista de 1935...

Grande herói, hein!

Grande herói. Saiu dali foi lutar ao lado dos comunistas na Espanha, onde morreram mais de um milhão de combatentes, cabendo destacar as barbáries cometidas pelos comunistas, como já falei antes, principalmente contra os religiosos, trucidando padres e estuprando freiras, com insuportáveis violações aos direitos de seus rivais... ele lá foi derrotado mais uma vez. Quando perderam na Espanha, ele passou a lutar ao lado dos partizans contra os alemães. Quem eram os partizans? Eram os comunistas que lutaram contra os alemães. É claro que os franceses tinham razão de estar lutando, mas comunistas brasileiros não. Mesmo assim, ele e outros se incorporaram a essa luta, porque eram comunistas.

Só por isso.

Só por isso. E ele andou lutando por lá. Voltou para o Brasil e foi preso em 1964, por atentar contra a Revolução de 31 de Março. Então, esse é o homem que o governo de agora queria promover a general. Ele saiu do Exército como segundo-tenente sem fazer a EsAO. Ele foi indevidamente promovido a coronel, ele ganha como general, só não tem o posto de general. Para ver como é que eles fazem, deturpam tudo, quando é para atender aos interesses dos seus apaniguados.

Meu General, nessa triste história, o grande pândego é o Ministro da Justiça; é um pândego tratando de coisas sérias; é uma pena!

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz, em breves palavras, desses vinte anos de governos da Revolução?

O grande mérito da Revolução foi impedir que o País caísse num regime comunista, porque a subversão estava nas ruas, estava nos quartéis, estava nos sindicatos, estava nas fábricas e só por um verdadeiro milagre, como a gente costuma dizer – Deus é brasileiro –, nos salvamos de cair num regime comunista no qual dificilmente conseguiríamos sair.

Talvez, com a queda do Muro de Berlim, houvesse repercussão aqui para nós. Lembro, no entanto, que Cuba já vai para quarenta e cinco anos de regime comunista; a China está com mais de cinqüenta anos de regime comunista e a União Soviética só caiu porque eles quiseram juntar no mesmo saco povos completamente diferentes, obrigados pelos russos a fazer parte da União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas. Aqueles povos nunca aceitaram o julgo dos comunistas russos; o polonês não tolera o russo; o ucraniano não tolera o russo e assim por diante...

Veja a luta da Chechênia para se emancipar.

Estão lutando bravamente. Uma república com parcos meios, mas não aceita, porque eles têm a nacionalidade própria; são raças antiqüíssimas que mantêm as raízes na sua terra, na sua língua. Então, o Brasil iria ter muita dificuldade para sair do regime comunista e nós fomos salvos pela Revolução. Esse é o maior mérito da Revolução de 31 de Março de 1964. Por isso, os extremistas derrotados nutrem todo esse ódio das Forças Armadas!...

Outra coisa, a Revolução só reprimiu quem pegou em armas contra ela. As universidades sempre foram foco de elementos de formação marxista, até hoje são assim; a mídia toda ela é assim, a televisão toda ela é infiltrada, mas o pensamento dos governos revolucionários sempre se orientou para fazer vista grossa, porque aqueles camaradas não tinham armas para se insurgirem contra o *status quo*. Então, que eles ficassem lá fazendo a subversão deles, considerando que não tinham poder para abalar o governo, porque eles não estavam com armas nas mãos. Mas eles tinham e têm uma arma poderosa, de natureza psicológica, calcada na agitação e na propaganda que os levaram ao domínio da opinião pública; todo o dia batendo naquela mesma tecla, conseguiram criar um clima de "revanchismo" que perdura até hoje.

Exatamente.

É importante que se diga que os governos revolucionários conseguiram organizar o País, cuidando da infra-estrutura; antes só tínhamos açúcar e café. Houve, portanto, uma diversificação da produção nacional, dos produtos a serem exportados. E, naquela época, começou-se a plantação de soja que cresceu de modo impressionante, principalmente no Centro-Sul do País. O Brasil criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), que tem feito milagres no campo da experimentação de produtos agrícolas, multiplicando a produção, atuando no rendimento das terras; no mesmo terreno que você colhia uma tonelada, você passa a colher duas, três toneladas, graças ao trabalho de pesquisa da Embrapa. Ninguém diz que a Embrapa foi criada no período revolucionário, ninguém diz que Tucuruí, a maior usina hidroelétrica da Amazônia, é do regime dos presidentes militares.

Itaipu, nós a fizemos em parceria com o Paraguai, mas financiamos tudo. O Paraguai não tinha dinheiro; tudo foi recurso nosso, a maior parte vinda do exterior, mas nós financiamos a parte do Paraguai. Porque, naquela época, havia uma luta surda entre Brasil e Argentina, cada um querendo ter mais importância na América do Sul e foi uma maneira da gente ganhar definitivamente o Paraguai como aliado nosso. A Usina de Itaipu, orgulho da engenharia nacional, é a maior do mundo e

continua crescendo com as turbinas que vêm sendo acrescentadas. Isso o Brasil fez. Modernizou as comunicações que eram uma vergonha, assim como os Correios que eram uma desmoralização. Os Correios passaram a ser respeitados pela sua eficácia. Você manda uma carta e sabe que ela vai chegar e rapidamente.

A desculpa por parte de alguns de que não recebeu qualquer correspondência acabou completamente. E o Funrural do Presidente Médici, que apoiou, vigorosamente, o homem do campo; daí em diante, surgiu o primeiro alento para aquele brasileiro, que nunca, até então, tivera qualquer apoio.

Muita gente também esquece da impressionante evolução da Indústria Naval. Os estaleiros brasileiros tornaram-se conhecidos no período revolucionário. Já nos ufanamos muito do que eles representavam nos vinte anos da Revolução.

O Banco Nacional da Habitação foi outra iniciativa de grande sucesso, durante anos, propiciando financiamento para o pessoal de baixa renda e de classe média comprar sua moradia. A legislação sobre a reforma agrária, criada na época do Presidente Castello Branco, foi considerada, até pelos adversários, como excelente legislação.

O Estatuto da Terra.

Exatamente. Tudo isso foi feito...

No final da década de 1980 e, particularmente nos anos 1990, passamos a assistir a um forte "revanchismo", provocado, principalmente, pela deturpação da Constituição de 1988, com inúmeras aberrações, dentre as quais a equivocada política indigenista, demarcando reservas contínuas gigantescas na nossa fronteira, o que se constitui numa perigosa ameaça à nossa soberania. General, como o senhor está vendo essa política indigenista iniciada no desastrado Governo Collor de Mello, impedindo a integração nacional, buscada, com tanta determinação, pela Revolução de 1964?

Trata-se de um enorme equívoco porque, veja bem, se recuarmos no tempo das nossas origens como seres humanos, quando o homo-sapiens apareceu na superfície da terra, e fôssemos comparar com a política indigenista do Brasil, nós hoje deveríamos permanecer nas cavernas usando tacape, arco e flecha; deveríamos ter continuado na nossa cultura que era aquela. Por que querem conservar os índios no estado primitivo, selvagens, isolados em grandes áreas contínuas na faixa de fronteira?

Isolados, não integrados aos demais brasileiros.

É um anseio do homem, do ser humano, progredir, evoluir. Por que deixar hoje duzentos mil índios, se tivermos isso, reclusos nas florestas vivendo feito animais, muitos deles nus, quando eles têm a mesma origem nossa. A tendência nossa é evoluir; é estranhíssimo esse procedimento. A reserva ianomâmi, para oito

mil índios, possui dimensões que abrigaria, na Europa, um país de quarenta milhões de pessoas. Então, não tem cabimento isso!

E nas faixas de fronteira.

Como a de Raposa / Serra do Sol.

Fazendeiros que vieram do Rio Grande para lá, implantaram a cultura do arroz que está dando grande rendimento. Por que passar isso para a mão do índio se eles têm terra suficiente?

Não podemos esquecer que o "uti possidetis" foi válido no passado, é válido no presente e o será no futuro, ou seja, nós, brasileiros – índios, brancos e negros – precisamos ocupar essas faixas de fronteira que não podem ficar totalmente isoladas, porque isso redundará na intromissão estrangeira nessa parte do nosso território.

Com certeza. Inclusive tive oportunidade de servir dois anos na Amazônia e viajei pelas fronteiras mais de uma vez... o índio tem uma mobilidade muito grande, ele não fica só no território brasileiro. Há tribos ianomâmis, por exemplo, também na Venezuela. Então, ainda há esse risco: juntar uma área brasileira com uma área da Venezuela para fazer uma nação ianomâmi, porque os seus habitantes são da mesma etnia, o que favorece a consecução dos objetivos dos nossos inimigos, estrangeiros e nacionais, que fazem o jogo deles, por interesses inconfessáveis.

Etnias semelhantes, aquém e além da fronteira, são uma ameaça à integridade do território nacional. O índio, vem sendo apoiado por alienígenas e por elementos nacionais esquerdistas internacionalistas, com base na tese de que o índio é o dono da terra. Quando houve a comemoração dos quinhentos anos do Brasil foi uma vergonha no Rio Grande do Sul e na Bahia. Empanaram o brilho das comemorações dos quinhentos anos, com a reivindicação dos índios que a terra era deles, o que quer dizer que somos usurpadores. Uma tremenda palhaçada dos inimigos internos do Brasil!...

Exatamente. Então essa é a grande preocupação no momento, porque, nas faixas de fronteira, a nossa soberania está em perigo, na medida em que essas grandes reservas contínuas são constituídas, o que, na verdade, impede que o branco, também brasileiro, em particular os caboclos, o amazônida de um modo geral, também chegue lá, porque ali também é terra deles. Então, esse é um problema que vem da década de 1990 para cá e que mostra também um "revanchismo" contra a opção anterior da Revolução que era de unir, de buscar uma real aproximação entre as raças responsáveis pela formação da nacionalidade brasileira, não é isso meu General?

É verdade. Veja bem, o elemento indígena quando ele tem oportunidade de vir para a cidade e tomar conhecimento da civilização do branco, ele se integra rapidamente. Eles têm inteligência... eu nasci, como disse, numa cidadezinha do interior do Maranhão, Barra do Corda, que fica a 450 quilômetros ao sul de São Luís que, na

minha época de estudante, tínhamos que ir para São Luís para fazer o ginásio que, na minha terra, faltava. Levávamos cinco dias viajando para chegar a São Luís; rio, caminhão, ônibus, pau de arara, trem. Pois muito bem, existe, em torno de Barra do Corda, duas tribos indígenas – Canelas e Guajajaras. Os Guajajaras estão totalmente integrados na comunidade dos brancos e ninguém mais faz distinção entre quem é Guajajara ou quem é branco, porque o tipo físico deles foi se mesclando e, hoje em dia, eles são comerciantes, são brasileiros como quaisquer outros. Além de comerciantes, alguns são músicos. Têm uma bela orquestra... havia uma missão religiosa, de origem italiana, que levava os índios para estudar nos conventos e eles mostraram uma grande inclinação para a música. Então, havia uma orquestra, toda ela de índios Guajajaras, tocando muito bem.

Hoje em dia, aqui no Xingu, os caciques têm avião. Esses Cinta Largas estão cheios de carros fora de série, carros caríssimos, por quê? Estimulados pelos brancos, estão tirando o diamante clandestinamente e estão vendendo. Mas eles não têm mais aquela característica do índio primitivo. De índio, não têm mais coisa nenhuma.

Não há dúvida. O maior exemplo de luta pela integração nacional veio de um homem, com sangue indígena, o nosso Marechal Rondon, filho de índia, e que atingiu o maior posto do Exército, uma figura brilhantíssima, um ícone da Força Terrestre, o Bandeirante do Século XX, e que, inclusive, introduziu nas lides sertanistas, os irmãos Vilas Boas, o que, infelizmente, não se diz por aí, mas todos os indigenistas tiveram como paradigma o Marechal Rondon, filho de índio. Se ele ficasse lá internado numa tribo daquelas, não teria tido oportunidade de contribuir para a grandeza do País como o fez.

Perguntaria, agora, ao General Acrísio, considerando que a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião, o que o nosso General acha disso?

Isso é conseqüência da nossa formação... somos formados nas nossas escolas dentro do espírito de acendrado amor ao País, dedicação integral, fazer tudo que podemos pela segurança e desenvolvimento nacionais. Um nacionalismo puro, sem radicalismo. A nossa escola é de defesa de tudo o que é nosso, na busca de fazer o máximo que pudermos para ver a nossa Pátria feliz, acima de tudo progressista, dando oportunidade aos seus filhos de viverem melhor. E há períodos que isso não pode acontecer, até mesmo, em boa parte, como conseqüência do que ocorre no mundo, mas a luta é nesse sentido.

Você saindo dos grandes centros, indo para o interior, onde haja uma unidade do Exército, o conceito nosso ainda é maior, é altíssimo. Você é tratado pela sociedade civil nas melhores condições, sobretudo na Amazônia como um todo. Na Amazô-

nia, quando lá servi, de 1969 a 1971, o efetivo do Exército na área não chegava a cinco mil homens, hoje, trinta e poucos anos depois, estamos com 25 mil homens na Amazônia. São cinco batalhões de Engenharia de Construção abrindo estradas, construindo escolas, implantando rede de esgotos. O que o 5º Batalhão de Engenharia, sediado em Porto Velho, fez pelo Estado de Rondônia só indo lá para ver como era e como é agora, com a implantação de aeroportos e da rodovia batizada por 364.

A BR 364 e tantas outras, além da pavimentação dos aeroportos, dão uma amostra do trabalho da nossa Engenharia militar. Há em Boa Vista um Batalhão de Engenharia de Construção; em Santarém, outro, assim como em Rio Branco, e há uma Companhia em São Gabriel da Cachoeira. Então, o Exército está preocupado com o Brasil e deslocou essas unidades do Sul, modificando a nossa ordem de batalha, uma vez que os problemas com a Argentina já não existem mais como existiam até a década de 1970, época em que as nossas hipóteses de conflito e nossos planos estratégicos eram todos voltados para o Cone Sul, sobretudo para fazer face à Argentina, o que evoluiu, passando a Força Terrestre a priorizar a área amazônica, para onde tivemos a possibilidade de transferir parte de nossa tropa, com vistas à proteção dessa região crítica que precisa ser integrada ao restante do território nacional.

É um grande vazio demográfico que precisa, realmente, ser ocupado.

A nossa tropa está nas cidades maiores ou ao longo da fronteira e só não está melhor porque quando se fez o projeto de implantar pelotões ao longo de toda a linha de fronteira, havia a previsão de que, junto a eles, estariam os serviços de terceiros – Ibama, Funai, representantes do Ministério da Educação (professores), Receita Federal etc. – mas não foi ninguém...

Só o Exército foi e está lá até hoje. Então, o que era para ser um núcleo de uma povoação ficou quase que apenas o quartel, porque o restante não quer correr o risco de pegar malária, de ficar isolado, de passar necessidades, porquanto, no final da década de 1960, a coisa ainda era tão difícil na Amazônia que os pelotões de fronteira mais isolados tinham, às vezes, que escalar uma equipe para caçar e pescar para poderem comer, sobreviver. Isso foi há quase quarenta anos. Hoje em dia, todos aqueles pelotões têm um campo de pouso em condições satisfatórias para receber o valioso apoio logístico que vem nas asas da nossa Força Aérea.

Poderíamos ter mais Pelotões do Exército implantados na linha de fronteira, aumentando o apoio militar, todavia a irônica falta de recursos a partir de 1990 impediu que o planejamento feito na década de 1980 fosse corretamente cumprido, como tanto desejávamos.

Há um Pelotão de Fronteira em Santa Rosa do Purus, recentemente construído, na fronteira tríplice Brasil – Peru – Bolívia, porque o Estado do Acre, com seus

próprios recursos, decidiu por esse empreendimento, contando com total anuência do Exército Brasileiro, já que as verbas federais do Calha Norte foram extremamente reduzidas e contingenciadas, impedindo qualquer investimento ao norte dos rios Solimões/Amazonas.

É, portanto, compreensível e justo o elevado conceito de que desfrutam as Forças Armadas, em particular, o Exército, pelo gigantesco esforço desenvolvido para o cumprimento de suas missões em todo território nacional, apesar dos inexpressivos recursos orçamentários que lhes têm sido disponibilizados desde 1990.

General, finalmente, o que o senhor gostaria, ainda, de aduzir acerca da Revolução de 31 de Março que devesse ficar registrado para a história por meio deste projeto oral do nosso Exército?

Gostaria de passar as suas mãos um artigo do filósofo Olavo de Carvalho, publicado pelo *O Globo,* em janeiro de 1999, que é uma síntese perfeita do que aconteceu no Brasil durante o período militar. Gostaria que, com esse trabalho, fosse encerrada a minha modesta contribuição. Ele fez uma síntese, para mim, extremamente correta de tudo o que ocorreu nessa época e que persiste até hoje. Quer dizer nós conseguimos evitar que se implantasse no Brasil um regime comunista, pois o País já estava maduro para isso, como disse o próprio Luís Carlos Prestes: "Já estamos no governo, falta-nos agora o Poder." Conseguimos, em 1964, fazer isso praticamente sem derramamento de sangue. Num quadro em que a população era de noventa milhões de habitantes, nos primeiros anos da década de 1970, morreram apenas trezentas pessoas ligadas à luta armada imposta pelos comunistas, enquanto que, da pequena população cubana, o regime castrista matou cerca de 17 mil por suas posições contrárias à comunização na ilha.

Sendo que do nosso lado também perdemos duzentos, entre os que morreram em defesa do Estado e entre aqueles que faleceram inocentemente sem ter qualquer ligação com a luta imposta pelo fanatismo comunista.

Pois é, mas falar em trezentas baixas, num país em clima revolucionário, que durou duas décadas, quando nós sabemos que, só num mês, "Che" Guevara mandou matar mil e quinhentos em Cuba, no paredão, por decisão de tribunais revolucionários por ele presididos, demonstra a impressionante diferença entre a nossa Revolução de 1964 e a cubana.

Aqui, quem morreu foram os terroristas, a população ficou a salvo.

Um outro aspecto que me vejo na obrigação de salientar, neste final de entrevista, refere-se ao progresso que trouxemos à organização administrativa do País. A desburocratização foi notável com o Hélio Beltrão.

Fez um trabalho belíssimo de simplificação de rotinas e de estímulos à delegação de competência. Foi o autor do extraordinário Decreto-Lei nº 200, que modernizou, efetivamente, a administração em todo o País.

As estradas, que construímos e asfaltamos, mudaram a situação dos transportes em todo o País. Eu era cadete em 1950 e, para vir, de Resende ao Rio, levava seis horas viajando de trem, o que, hoje em dia, você faz em uma hora e pouco...

Citei o caso da minha cidadezinha no interior do Maranhão nos fins da década de 1940 era isso também: você levava cinco dias viajando para chegar; hoje em dia, você faz em seis horas de São Luís, de carro, até Barra do Corda. Isso fomos nós que fizemos. O Exército deslocou uma Companhia de Engenharia de Construção para Barra da Corda voltada para a manutenção das estradas da região. Foi um sucesso! Continua, até hoje, prestando relevantes serviços!

Outro aspecto foi o respeito à autoridade que voltou na pessoa do Presidente Castello Branco. Antes, convivíamos com o caos, desrespeito total ao Presidente da República, porque ele não reunia aquelas qualidades que o fizessem respeitado. Castello Branco trouxe uma nova mentalidade, antes inexistente, de máxima probidade no governo, não é isso?

Com certeza, é isso mesmo, valendo destacar que todos os presidentes militares entraram e saíram pobres do governo; ninguém enriqueceu... ao contrário, deixaram o exemplo de máximo empenho na missão que lhes foi confiada, sem tirar nenhum proveito do cargo. Foram homens que se dedicaram com toda a devoção às funções que lhes foram atribuídas, atuando com exemplar honestidade.

Apesar de tudo isso, a influição psicológica de nossos jovens pela imprensa e pela cátedra, ainda dentro de um espírito de professores de formação marxista, fazem com que, hoje em dia, como no passado, uma parte dessa juventude estigmatize as Forças Armadas, falando no "período da ditadura", dos "anos de chumbo", de torturas, quando na verdade aquele período foi de muito mais aspectos positivos, mas muito mais, do que negativos.

A propósito, gostaria de citar a minha experiência pessoal quando testemunhei, na Faculdade, a maneira sórdida e desonesta como os comunistas ganhavam as eleições para os cargos do Diretório Estudantil. Cursei a Faculdade de Geografia da então UEG (hoje UERJ) no início da década de 1960. Todos os Diretórios eram dominados pelo Partidão (PCB).

O curso era noturno. Na sua imensa maioria, os rapazes e moças tinham compromissos na manhã do dia seguinte e, tão logo as aulas se encerravam, saíam da Faculdade em demanda das suas residências. Pois muito bem: as eleições eram invariavelmente marcadas para ter início após a última aula. No início, o auditório estava repleto!

Os comunas, então, inscreviam de 10 a 12 oradores que se revezavam em arengas intermináveis, falando sobre o sexo dos anjos, deixando transcorrer as horas, antes que as eleições propriamente ditas se realizassem. Quem tinha obrigações na manhã seguinte não agüentava e se retirava. Ficavam apenas os "estudantes" comunas, verdadeiros profissionais provavelmente pagos para assim procederem, pois se perpetuavam na Faculdade anos após anos. Tranqüilamente votavam a uma ou duas horas da manhã e venciam as eleições! Uma verdadeira canalhocracia! (Os fins justificam os meios!)

Finalizando, gostaria de ler o artigo do Olavo de Carvalho que, como já falei, responde de uma maneira magnífica esta sua última questão. É um artigo muito atual apresentando uma síntese do período revolucionário, do papel das Forças Armadas, que souberam evitar um clima sanguinário, de execuções, que poderia ter ocorrido, como nas revoluções comunistas em todo mundo. E, mais uma vez, enfatizar que o nosso Exército, embora baseado na hierarquia e na disciplina... é uma escola de democracia.

Cito o meu exemplo. Fui um garoto que nasci no interior do Maranhão, moleque levado, tomando banho de rio, andando nos animais em pêlo, vivendo no meio de duas tribos de índios, cinco dias afastado da cidade de São Luís, viajando, com muita dificuldade, para poder fazer o ginásio. Consegui me habilitar para o ingresso na Escola Preparatória de Fortaleza e o Exército me deu todas as oportunidades para que eu vencesse, sem ter nenhum padrinho na Força, sem conhecer qualquer autoridade, único militar da minha família.

Assim, esse costume de dizer que a promoção a general é uma promoção política isso é uma balela, pois não conhecia ninguém, fui fazendo a minha carreira com o meu esforço, com a minha dedicação, tendo galgado todos os postos, recebido comissão no exterior, sendo promovido a general e comandando a tropa mais importante do Exército Brasileiro, apesar de ter saído de um buraco lá do interior do Maranhão, sem conhecer ninguém, único milico de uma família de 19 irmãos.

Dezenove?

Dezenove irmãos. Eu era o caçula. Ainda bem que o velho continuou na missão não parou no 18. Eu vim, sendo o dezenove e cheguei aonde cheguei, graças às oportunidades que o Exército me proporcionou e ao julgamento justo que fez da minha carreira.

Compensando a competência, a inteligência, o elan, a luta e não a riqueza, a origem, a cor da pele...

Não tive ninguém me apadrinhando e nem fui indicado por quem quer que seja, famoso ou poderoso.

Foi uma satisfação para mim participar deste Projeto e encontrar dois grandes amigos meus – os generais Motta e Nery – e, com isso, tivemos a oportunidade

de reavivar as nossas memórias relembrando esses fatos todos, acontecidos nesses últimos quarenta anos. Basta dizer que nós, que éramos capitães e hoje já estamos na reserva há algum tempo – pois há dezessete anos que estamos na reserva – mas ainda vivos para poder testemunhar aquilo tudo que passamos e que fique aí como um depoimento para a nossa juventude, para os futuros dirigentes do Brasil, para que se espelhem no que nós fizemos visando o bem do Brasil. Não nos locupletamos, os nossos chefes saíram tão pobres como entraram. E se fizermos uma análise dos nossos presidentes militares com os outros presidentes não militares, a origem da fortuna destes, dá bem para chegar a uma conclusão que, realmente, os nossos chefes deram um belíssimo exemplo de integridade, de honestidade e de dedicação extrema à Pátria.

Agora, passo a ler o artigo do Professor Olavo de Carvalho, para finalizar a minha participação:

"Se houve na história da América Latina um episódio *sui generis*, foi a Revolução de Março (ou, se quiserem, o golpe de abril) de 1964. Numa década em que guerrilhas e atentados espoucavam por toda parte, seqüestros e bombas eram parte do cotidiano e a ascensão do comunismo parecia irresistível, o maior esquema revolucionário já montado pela esquerda neste continente foi desmantelado da noite para o dia e sem qualquer derramamento de sangue.

O fato é tanto mais inusitado quando se considera que os comunistas estavam fortemente encravados na administração federal, que o presidente da República apoiava ostensivamente a rebelião esquerdista no Exército e que em janeiro daquele ano Luís Carlos Prestes, após relatar à alta liderança soviética o estado de coisas no Brasil, voltara de Moscou com autorização para desencadear – por fim! – a guerra civil no campo. Mais ainda, a extrema direita civil, chefiada pelos governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, tinha montado um imenso esquema paramilitar mais ou menos clandestino, que totalizava não menos de 30 mil homens armados de helicópteros, bazucas e metralhadoras e dispostos a opor à ousadia comunista uma reação violenta. Tudo estava, enfim, preparado para um formidável banho de sangue.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, uma mobilização militar meio improvisada bloqueou as ruas, pôs a liderança esquerdista para correr e instaurou um novo regime num país de dimensões continentais – sem que houvesse, na gigantesca operação, mais que duas vítimas: um estudante baleado na perna acidentalmente por um colega e o líder comunista Gregório Bezerra, severamente maltratado por um grupo de soldados no Recife. As lideranças esquerdistas, que até à véspera se gabavam de seu respaldo militar, fugiram em debandada para dentro das embaixa-

das, enquanto a extrema-direita civil, que acreditava ter chegado sua vez de mandar no país, foi cuidadosamente imobilizada pelo governo militar e acabou por desaparecer do cenário político.

Qualquer pessoa no pleno uso da razão percebe que houve aí um fenômeno estranhíssimo, que requer investigação. No entanto, a bibliografia sobre o período, sendo de natureza predominantemente revanchista e incriminatória, acaba por dissolver a originalidade do episódio numa sopa reducionista onde tudo se resume aos lugares-comuns da "violência" e da "repressão", incumbidos de caracterizar magicamente uma etapa da história onde o sangue e a maldade apareceram bem menos do que seria normal esperar naquelas circunstâncias.

Os trezentos esquerdistas mortos após o endurecimento repressivo com que os militares responderam à reação terrorista da esquerda, em 1968, representam uma taxa de violência bem modesta para um país que ultrapassava a centena de milhões de habitantes, principalmente quando comparada aos 17 mil dissidentes assassinados pelo regime cubano numa população 15 vezes menor. Com mais nitidez ainda, na nossa escala demográfica, os dois mil prisioneiros políticos que chegaram a habitar os nossos cárceres foram rigorosamente um nada, em comparação com os cem mil que abarrotavam as cadeias daquela ilhota do Caribe. E é ridículo supor que, na época, a alternativa ao golpe militar fosse a normalidade democrática. Essa alternativa simplesmente não existia: a revolução destinada a implantar aqui um regime de tipo fidelista com o apoio do governo soviético e da Conferência Tricontinental de Havana já ia bem adiantada. Longe de se caracterizar pela crueldade repressiva, a resposta militar brasileira, seja em comparação com os demais golpes de direita na América Latina seja com a repressão cubana, se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar com o mínimo de violência uma das situações mais explosivas já verificadas na história deste continente.

No entanto, a historiografia oficial – repetida *ad nauseam* pelos livros didáticos, pela TV e pelos jornais – consagrou uma visão invertida e caricatural dos acontecimentos, enfatizando até à demência os feitos singulares de violência e omitindo sistematicamente os números comparativos que mostrariam – sem abrandar, é claro, a sua feiúra moral – a sua perfeita inocuidade histórica.

Por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como história oficial. Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais e no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. O governo, influenciado pela teoria golberiniana da "panela de pressão", que afirmava a necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista, jamais

fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista. Deixados à vontade no seu feudo intelectual, os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária, monopolizando a indústria das interpretações do fato consumado. E, quando a ditadura se desfez por mero cansaço, a esquerda, intoxicada de Gramsci, já tinha tomado consciência das vantagens políticas da hegemonia cultural, e apegou-se com redobrada sanha ao seu monopólio do passado histórico. É por isso que a literatura sobre o regime militar, em vez de se tornar mais serena e objetiva com a passagem dos anos, tanto mais assume o tom de polêmica e denúncia quanto mais os fatos se tornam distantes e os personagens desaparecem nas brumas do tempo.

Mais irônico ainda é que o ódio não se atenue nem mesmo hoje em dia, quando a esquerda, levada pelas mudanças do cenário mundial, já vem se transformando rapidamente naquilo mesmo que os militares brasileiros desejavam que ela fosse: uma esquerda social-democrática parlamentar, à européia, desprovida de ambições revolucionárias de estilo cubano. O discurso da esquerda atual coincide, em gênero, número e grau, com o tipo de oposição que, na época, era não somente consentido como incentivado pelos militares, que viam na militância social-democrática uma alternativa saudável para a violência revolucionária.

Durante toda a história da esquerda mundial, os comunistas votaram a seus concorrentes, os social-democratas, um ódio muito mais profundo do que aos liberais e capitalistas. Mas o tempo deu ao "renegado Kautsky" a vitória sobre a truculência leninista. E, se os nossos militares tudo fizeram justamente para apressar essa vitória, por que continuar a considerá-los fantasmas de um passado tenebroso, em vez de reconhecer neles os precursores de um tempo que é melhor para todos, inclusive para as esquerdas?

Para completar, muita gente na própria esquerda já admitiu não apenas o caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira, mas a contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno – uma condição básica da soberania nacional. Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?"

Contra-Almirante Luiz Pragana da Frota

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Ingressou na Escola Naval em fevereiro de 1964, onde se formou Guarda-Marinha em 5 de janeiro de 1968.
- Como Oficial Subalterno e Intermediário serviu no Cruzador Tamandaré, no Contratorpedeiro Pará, na Corveta Bahiana (no cargo de Imediato), no Comando de Operações Navais, no Contratorpedeiro Marcílio Dias e no Navio-Varredor Araçatuba (no cargo de Comandante). Nesta última comissão foi promovido ao posto de Capitão-de-Corveta, em 1978.
- Como Oficial Superior serviu no Contratorpedeiro Maranhão (no cargo de Imediato), na Escola Naval (no cargo de Instrutor), no Navio-Escola Custódio de Mello, no Estado-Maior da Armada, no Navio-Aeródromo Minas Gerais (no cargo de Imediato), no Comando de Operações Navais (no cargo de Chefe do Gabinete), na Escola de Guerra Naval (no cargo de Superintendente de Ensino), no Comando do 2º Esquadrão de Contratorpedeiros (no cargo de Comandante) e na Diretoria-Geral do Material da Marinha (no cargo de Chefe do Gabinete), onde foi promovido a Contra-Almirante em 1998.
- Como Oficial-General foi Encarregado do Programa de Reaparelhamento da Marinha, Chefe do Estado-Maior da Esquadra e Diretor do Pessoal Civil da Marinha. Passou para a Reserva em junho de 2002.
- Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Comunicações, de Comando e Estado-Maior da Marinha, Superior de Guerra Naval e o Cours de l'École Superieure de Guerre Interarmées, em Paris, França.
- O Contra-Almirante Frota é filho do General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota, que comandou o I Exército, atual Comando Militar do Leste, no Governo do Presidente Médici, e foi Ministro do Exército, no Governo do Presidente Geisel.

Entrevista realizada pelo Coronel Aurelio Cordeiro da Fonseca, em 27 de outubro de 2004.

Primeiramente, devo dizer da minha satisfação em participar deste Projeto de História Oral – Revolução de 1964. A minha experiência pessoal sobre aquele episódio é pequena, mas tive a oportunidade rara de ser um expectador privilegiado, através de meu pai, o General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota, de grande parte dos acontecimentos importantes da Revolução, por ele vividos. Nosso entendimento era ótimo e conversávamos muito sobre aqueles eventos. Ele me narrava o que vinha ocorrendo e, com isso, fui me inteirando dos fatos, do seu pensamento e das suas razões.

Além disto, meu pai deixou-me os originais de um livro por ele escrito – "Ideais Traídos" – sobre sua participação nos principais acontecimentos de natureza político-militar de sua carreira, grande parte deles ligada diretamente à Revolução de 31 de Março de 1964. Esse livro, que por razões de preservação da imagem do Exército, ele não quis publicar em vida, ficou comigo após a sua morte e, depois de deixar o Serviço Ativo da Marinha, em 2002, iniciei, no ano seguinte, a sua revisão quanto à forma, pois o texto permanece integralmente como ele escreveu. Terminei recentemente essa revisão, o que me permitiu relembrar os fatos sobre os quais vou falar a seguir e tê-los vivos na memória para esta entrevista. Assim, com base, principalmente, no convívio com meu pai e na leitura desses originais, posso prestar, hoje, este depoimento.

Que fatos gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de Março de 1964?

Sobre a Revolução de 31 de Março de 1964, podemos listar causas tanto remotas quanto imediatas. As remotas retrocedem à década de 1920, quando irromperam os primeiros movimentos revolucionários militares, conduzidos por jovens oficiais, idealistas, que não se conformavam com a situação de subdesenvolvimento do País. Achavam que o Exército – a maioria era do Exército – deveria fazer algo para mudar aquele panorama, caracterizado pela "política do café-com-leite", que vigorava na época, a qual mantinha no Poder algumas oligarquias que nada faziam para conduzir o País, apesar de toda a sua potencialidade, ao nível de desenvolvimento das grandes nações do mundo, o que aqueles idealistas pretendiam.

Esses movimentos ficaram bem marcados pelo episódio heróico dos "18 do Forte", em 1922, tendo à frente o Capitão Siqueira Campos, e depois pela coluna revolucionária que percorreu o País, entre 1924 e 1926, erroneamente chamada de Coluna Prestes, pois ele era apenas um dos seus integrantes. Esses movimentos acabaram redundando na Revolução de 1930, cujos participantes acreditavam que iria redimir o País dos seus problemas.

Foi justamente nessa época, em que predominava tal pensamento em grande parte da oficialidade do Exército, sobretudo entre os oficiais jovens, que ingressou nas Forças Armadas a maior parte dos homens que fizeram a Revolução de 1964.

Então, imbuídos dos mesmos ideais daqueles jovens de 1922 – reformar o Brasil, alçá-lo rapidamente a uma posição de relevo mundial, acabar com o subdesenvolvimento – criou-se entre os oficiais do Exército uma corrente que pretendia lutar para alcançá-los. Dela originou-se o movimento de deposição de Getúlio Vargas e, depois, no segundo mandato de Getúlio, o movimento da Cruzada Democrática contra os comunistas, o Memorial dos Coronéis e o inquérito do Galeão, este determinante da queda e do suicídio do Presidente Vargas.

Essa corrente, que em 1930 imaginou poder atingir seus objetivos, foi traída por Getúlio, mais caudilho do que idealista. Novamente frustrou-se diante do comportamento do Marechal Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott), em 1955, que afastou aqueles idealistas das posições onde poderiam fazer algo pelo que almejavam. Mais tarde, no Governo João Goulart, passaram a conspirar no sentido de dar um basta ao caos que se implantava no País.

Esses homens, e outros que em face da situação a eles aderiram, foram os que fizeram a Revolução de 1964. Eis a razão por que fui buscar as causas remotas da Revolução de 1964 no idealismo que veio desde 1922, na corrente que se formou durante 40 anos, dentro do Exército, de homens que queriam fazer pelo Brasil mais do que simplesmente exercer as funções militares – queriam também mudar o País, a sua mentalidade política e transformá-lo numa potência.

Quais os principais fatores que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Chegamos às causas imediatas. Eu diria que, a partir do segundo Governo Getúlio Vargas, passou a existir em diversos setores da vida nacional uma forte influência marxista, com o intuito de transformar o País em uma nação comunista. A primeira investida teve como principais líderes o Ministro do Trabalho João Goulart e o Ministro da Guerra General Estillac Leal (Newton Estillac Leal). Afastados temporariamente depois da queda de Vargas, os comunistas, no entanto, continuaram a desenvolver suas atividades durante o Governo de Juscelino Kubitschek, quando a corrupção facilitou sua ascensão no País.

Depois, vieram a instalar-se no Governo, quando João Goulart assumiu o Poder após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart estava comprometido com vários grupos políticos marxistas decididos a levar o País para a órbita comunista e transformá-lo num satélite, ao modelo da Cuba de Fidel Castro.

Iniciaram movimentos de massa, com base nos sindicatos, que controlavam em sua maioria, concentrados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de Dante Pelacani; começaram movimentos estudantis, onde possuíam grande influência, principalmente

pelo controle da União Nacional dos Estudantes (UNE). Organizaram comícios, passeatas, visando a perturbar a ordem, mostrar força e intimidar seus oponentes. Construíram um sistema de greves que permitia-lhes – aos comunistas – levar o caos ao País e catalisar o desespero da população para a introdução do sistema político que apregoavam.

Por fim, buscaram desestabilizar e neutralizar as Forças Armadas, que sabiam serem oponentes de suas idéias. Além de contar com alguns grupos de oficiais, procuraram criar células comunistas no meio dos sargentos e dos cabos e soldados, principalmente na Marinha e na Aeronáutica, onde predominavam profissionais. Promoveram a revolta dos sargentos, em Brasília, em 1963, e a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, em março de 1964.

Estavam nitidamente preparando uma revolução comunista, apoiada não só no esquema dos sindicatos, como na quebra da disciplina e da hierarquia das Forças Armadas, por meio dos subalternos que lhes eram fiéis. Também utilizariam elementos armados, chamados "grupos dos onze", organizados por Leonel Brizola. Acobertados pelo Governo, em determinado momento tomariam o Poder. No dizer de Luís Carlos Prestes, "já tinham o Governo, faltava o Poder".

A situação ficou evidente depois do comício da Central do Brasil e do discurso do Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil, ocasião em que os chefes militares resolveram intervir, afastar o Presidente e os grupos marxistas que o assessoravam e desmontar o esquema para implantar pela força, no País, um sistema comunista nos moldes da Europa Oriental e de Cuba. A meu ver, esses acontecimentos foram as causas imediatas da deflagração da Revolução.

A Marinha sofreu bastante quanto à quebra da hierarquia e disciplina, como o senhor acabou de citar o episódio da rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos.

Exatamente. A Marinha, por ter os seus quadros todos profissionais, foi bastante atingida por essa subversão da hierarquia e da disciplina. Infelizmente, esse estado de coisas contou com o apoio de altas autoridades da Marinha, como o Almirante Fuzileiro Naval Cândido Aragão, alguns seguidores do Almirante Suzano (Pedro Paulo de Araújo Suzano) e do próprio Ministro da Marinha da época, Almirante Paulo Mário (Paulo Mário da Cunha Rodrigues), criando as condições para o crescimento dessa insubordinação, que levou àquele espetáculo triste do Sindicato dos Metalúrgicos e que acelerou a deflagração da Revolução.

O que o senhor gostaria de realçar acerca da condução do Movimento Revolucionário nos dez primeiros anos, até o término do Governo Médici?

Foi o período marcado pela implantação e definição dos rumos da Revolução. Havia, nas Forças Armadas, três grupos de oficiais, a saber: a corrente originada em

1922, que pretendia fazer algo para eliminar o quadro de subdesenvolvimento e a mentalidade política que tanto prejuízo trazia ao País; outro grupo que não achava necessária a intervenção das Forças Armadas, mas às vésperas do Movimento aderiu ao mesmo; e um terceiro grupo, menor, que apoiava a escalada marxista.

Depois da Revolução, este último grupo foi praticamente extinto: seus integrantes foram afastados, cassados ou demitidos e outros passaram para a reserva. Deste modo, permaneceram dois grupos dentro do sistema revolucionário militar: o grupo que defendia a transformação do Movimento numa Revolução, isto é, que queria aproveitar a intervenção militar de grande porte – afastou o Presidente da República – para conquistar os objetivos, de muitos anos antes, de transformar as estruturas política e administrativa do País, saneá-lo moralmente, afastar os políticos corruptos e criar novos quadros, redimir a economia abalada, resolver os problemas das desigualdades sociais e afastar definitivamente do cenário nacional a subversão, que era bem forte. Para tal, a Revolução deveria demorar tempo maior no Poder. O maior expoente desse grupo era o Marechal Costa e Silva.

Já o outro grupo, a outra corrente de pensamento, defendia a opinião de que a intervenção militar deveria apenas neutralizar aquela escalada comunista, afastando os homens do Governo ligados diretamente à subversão marxista e, logo que possível, dever-se-ia restabelecer o sistema político vigente antes da Revolução. Essa corrente, ligada ao Marechal Castello Branco, não queria o prosseguimento da Revolução por muito tempo.

Essa divergência resolveu-se com a ascensão à Presidência da República do Marechal Costa e Silva. Durante todo o seu Governo predominou a linha revolucionária, ou seja, aquela que queria transformar o Movimento de 31 de Março em uma Revolução, entendendo-se que uma revolução vem para mudar as estruturas existentes, para estabelecer uma nova ordem e não somente para restabelecer a antiga, como queria a outra corrente.

Com a doença e o falecimento do Presidente Costa e Silva, novamente voltaram à tona as duas correntes e, agora, mais uma terceira, centrada no General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Predominou, mais uma vez, a corrente revolucionária, com a posse do General Médici, em 1969, na chefia do Governo Federal. Pensava, também, o General Médici, que a Revolução deveria permanecer até a conquista total de seus objetivos. Ele conciliou estas correntes divergentes dentro do Exército.

O Governo Médici foi de grande progresso para o País, a melhor fase de todos os governos revolucionários. O índice de crescimento da economia brasileira foi superior a 10% ao ano e, principalmente, houve um grande desenvolvimento do espírito e do orgulho nacional. Foi a época em que a população brasileira, em especial a juven-

tude, mais acreditou no País. Lembro que o mundo passou a denominar o progresso do nosso País de "milagre brasileiro"; foi realmente uma época de muita prosperidade. Na minha opinião foi o melhor Governo do Brasil, desde 1945.

Esse período, que se estendeu de 1964 a 1974, foi aquele em que predominou a linha revolucionária, ou seja, em que se pretendeu fazer do Movimento de 31 de Março uma verdadeira revolução. Foi o período revolucionário autêntico e teve no Governo Médici seu auge.

Qual a participação de seu pai, General Sylvio Frota, nos acontecimentos acima narrados?

Meu pai esteve sempre integrado à corrente baseada no idealismo nascido em 1922. Como disse, ele desejava que as Forças Armadas fizessem mais pelo Brasil, que proporcionassem uma mudança na mentalidade política nacional, que afastassem definitivamente a ameaça comunista sobre o nosso País e o impulsionasse para uma posição de relevo mundial, de desenvolvimento e bem-estar social. Desse modo, participou das ações daquela corrente anteriores à Revolução, sendo por isso incluído no grupo dos chamados de "golpistas" e "gorilas" pelos homens que se opunham a essa corrente de pensamento.

Quando houve a Revolução, meu pai estava, vamos dizer assim, "exilado" na Escola Superior de Guerra (ESG) – no quadro permanente –, onde eram colocados os oficiais que poderiam causar "algum problema" na tropa. Na eclosão do Movimento, inicialmente integrou o estado-maior revolucionário do Marechal Castello Branco e, depois, foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Divisão Blindada.

Nessa época, qual o posto do General Sylvio Frota?

Ele era Coronel. Foi promovido a General no final de 1964 e foi nomeado Comandante da 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC), em Mato Grosso, e a seguir da Divisão Blindada (DB), no Rio de Janeiro. Nesse último período, quando comandava a DB, foi a época em que mais se discutiu sobre qual das duas linhas de conduta, ou de pensamento, deveria ser seguida: a linha revolucionária, de dar continuidade à Revolução, ou a linha que defendia o término do Movimento imediatamente. Meu pai fez parte do grupo de generais que apoiou a primeira linha e a posse do Marechal Costa e Silva.

Mais tarde, já no Governo Costa e Silva, meu pai foi Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares. Nessa época, também, foi Presidente de Comissão Geral de Investigação, quando tomou conhecimento da corrupção que campeava no País, nos governos anteriores. Promovido a General-de-Divisão, comandou a 1ª Região Militar. Assumiu, ainda no posto de General-de-Divisão, o Comando do I Exército, hoje Comando Militar do Leste. Foi promovido a

General-de-Exército no referido Comando, onde permaneceu por cerca de quatro anos. Era o período do Governo Médici e vivia-se uma fase crítica da Revolução, com o surgimento das contestações armadas e de atos terroristas. Em março de 1974, assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército, ao findar o Governo Médici.

Como se desenvolveu a subversão marxista e a reação das Forças Armadas?

Os comunistas haviam montado um esquema para dominarem o País que foi desmontado pelo desencadeamento da Revolução. Assim, ficaram durante algum tempo desarvorados. Mas, a partir de 1968, reorganizados e após verificarem que a linha revolucionária permaneceria no Poder, iniciaram nova ofensiva contra as instituições nacionais, visando a destruir os governos da Revolução e, conseqüentemente, ficarem em condições de, novamente, tentarem a tomada do Poder.

Essa nova fase começou com movimentos estudantis, como o episódio conhecido como do Calabouço, no Rio de Janeiro, em que ocorreu a morte do estudante Edson Luís, muito explorada pelos comunistas. Seguiram-se ações de luta armada: guerrilha urbana, terrorismo e, mais adiante, guerrilha rural. A luta armada era orientada de fora do País, com evidente conivência de elementos internos e dirigida pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), responsável pelo adestramento, fornecimento de armamento e, ainda, apoio de todas as espécies.

As ações desenvolvidas na luta armada comunista foram roubos, assaltos, atentados e seqüestros, as quais eles justificavam dizendo destinarem-se a um fim mais alto, que era a implantação do sistema marxista. A partir de 1968/1969, as ações ganharam maior vulto e surgiram seqüestros de embaixadores e autoridades, sendo sua maior intensidade verificada na cidade de São Paulo.

As Forças Armadas, de certa forma, estavam despreparadas para enfrentar o tipo e a intensidade daquelas ações terroristas, para o que, normalmente, não eram treinadas. Tiveram que improvisar um sistema de defesa contra aquela agressão comunista orientada do exterior e com apoio de setores internos do País. Surgiu, então, a Operação Bandeirantes, em São Paulo, envolvendo a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e as polícias.

O combate a esses grupos terroristas acabou dando bons resultados. As diversas organizações clandestinas comunistas começaram a ter insucessos em suas ações e passaram para a defensiva. Não conseguiram seus intentos de conturbar a vida nacional, desestabilizar o regime revolucionário e criar condições para a sua chegada ao Poder. O êxito da Operação Bandeirantes, em São Paulo, levou as Forças Armadas, agora dentro de uma amplitude maior, abrangendo todo o País, a organizarem um sistema de segurança interna e repressão da subversão armada baseado

em novos órgãos: os Destacamentos de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). A partir daí, foi realizada um luta eficiente, sem tréguas, corajosa, contra as organizações subversivas comunistas e conseguiu-se vencer.

Foi uma ação de grande importância e merecem os maiores elogios os homens que guarneceram voluntariamente esses DOI/CODI, atuando com determinação, coragem, idealismo e patriotismo. Foram vitoriosos contra o inimigo comunista, apoiado pelo MCI.

Hoje, fala-se muito em tortura e busca-se com isso denegrir a atuação desses homens. São acusados de violências exageradas. Em primeiro lugar, deve-se dizer que o conceito de tortura não é muito bem definido e que varia segundo a ótica do observador. Ele é bem definido em seus extremos, pois ninguém tem dúvidas de que uma agressão física a um prisioneiro indefeso é um ato de tortura, assim como todos concordam que não há tortura em um interrogatório aberto, feito na presença de advogados e testemunhas. Contudo, no intervalo entre eles existe uma grande faixa cinzenta, onde a classificação das ações realizadas irá variar conforme o observador.

No caso particular dos comunistas, tinham orientação de dizerem que foram torturados, quando detidos, independente do tratamento recebido, pois isto fazia parte da campanha que eles moviam, interna e externamente, contra os órgãos de segurança, de modo a neutralizar sua ação e, com isso, facilitar o trabalho de subversão. De modo que hoje existe um exagero muito grande nas dimensões do que eles chamam de tortura.

Não digo que não tenha havido, principalmente no início, alguns excessos, alguns deslizes de comportamento de homens que estavam começando um combate que não conheciam bem e para o qual não estavam preparados, orientados e devidamente controlados. Mas foi algo pequeno e irrelevante, perto do enorme e valioso trabalho prestado por aqueles voluntários corajosos e patriotas que guarneceram os órgãos de defesa interna.

Não houve em nenhum momento o chamado "terrorismo de Estado". Nunca os chefes militares adotaram, encamparam, foram coniventes ou complacentes com atitudes de tortura ou de terrorismo. Nunca houve essa política de Estado; pode ter havido deslizes de indivíduos no final da linha, fatos inevitáveis nesse tipo de luta, principalmente pelo despreparo inicial.

Isto ocorre em todos os lugares do mundo. Ocorreu com os franceses, quando combateram a Organização do Exército Secreto (OAS) na Argélia; com os ingleses, no confronto com o Exército Republicano Irlandês (IRA); e, agora, com os

americanos, no Iraque. É difícil, nesse clima de luta armada, controlar ações em suas extremidades. Mas nunca houve uma política superior nesse sentido.

Se houve terrorismo? Sim, mas praticado pelos comunistas, que agrediram, atacaram, assaltaram e mataram, não só os homens que combatiam a subversão, como também civis inocentes que estavam nos locais onde cometeram seus atos. Estes homens, a maioria jovens, que procederam dessa maneira, muitas vezes agiram insuflados e estimulados por indivíduos que, talvez sem coragem de praticar aquelas ações pessoalmente, os induziram a isso. Hoje, muitos destes estão acusando de tortura os militares e de terrorismo de Estado os chefes que participaram daqueles eventos. Isso é uma grande mentira.

Como ocorreu a designação do General Sylvio Frota para o cargo de Ministro do Exército?

Quando o Presidente Geisel assumiu o Governo, meu pai foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e o General Dale Coutinho (Vicente de Paula Dale Coutinho), de quem meu pai era amigo, Ministro do Exército. O General Dale Coutinho tinha grande amizade pelo General Geisel; no entanto, meu pai não tinha com este um grande relacionamento, conhecendo-o pouco.

Haviam se passado dois meses do Governo Geisel, quando o General Dale Coutinho foi vítima de enfarte fulminante, vindo a falecer. Então, meu pai assumiu interinamente o Ministério do Exército, já que, funcionalmente, o Chefe do EME era o substituto do ministro. Depois, foi convidado a permanecer no cargo pelo Presidente Geisel. Foi assim que ele se tornou Ministro do Exército, cargo que não era de suas aspirações, pois estava satisfeitíssimo como Chefe do EME, para ele o ponto máximo da carreira de oficial do Exército, uma vez que considerava o cargo de Ministro do Exército especialmente político e de escolha do Presidente.

Qual a linha de pensamento do Ministro Sylvio Frota com relação à condução da Revolução?

A carreira de meu pai e o seu pensamento militar desenvolveram-se na esteira do idealismo dos homens de 1922, como Siqueira Campos, o que podemos chamar de corrente idealista do Exército. Meu pai pertencia ao grupo que defendia a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 era a melhor oportunidade para as Forças Armadas conduzirem a transformação do Brasil em um País desenvolvido, o ideal que aquela corrente perseguia.

Para esse grupo, a Revolução de 31 de Março deveria ser norteada pelos objetivos a serem alcançados, na área política, como a substituição dos antigos "caciques" por novos quadros formados dentro do pensamento revolucionário e a implantação de outra sistemática de administração e planejamento, para a qual os

militares tinham muito a contribuir, elaborando planos de longo prazo, como o foram os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Também, os progressos econômico e social eram fundamentais para sustentar a imagem da Revolução. Outro ponto básico seria a completa extinção da subversão comunista ou, pelo menos, sua redução a uma situação de impotência, por muito tempo. Meu pai dizia, na época: "as revoluções não têm prazo, elas têm objetivos".

Então, na opinião dele, a Revolução deveria continuar até que alcançasse os seus propósitos, até que pudesse transferir o Poder para os novos quadros civis formados, até que a mídia, os meios intelectuais e o magistério tivessem abandonado suas idéias marxistas de implantação do regime comunista no País, ou seja, até que houvesse condições para uma restauração gradual, mas segura, do regime democrático. Desta maneira, ele achava que a Revolução deveria prosseguir pelo tempo que fosse necessário. Aí sim, ter-se-ia uma democracia definitiva, eficaz como deve ser, e segura.

Acerca da subversão, meu pai avaliava que estava apenas contida, principalmente a que era armada, mas que permanecia muito forte sob a forma de infiltração, notadamente na mídia, na juventude, nos meios intelectuais e artísticos e que havia necessidade de se mudar essa situação, antes de abandonar o regime revolucionário e retornar à forma política pretendida – um regime democrático livre, sem a ameaça comunista, própria dos países subdesenvolvidos.

Meu pai pensava ainda que a Revolução não era de um só homem. O Presidente da República era um delegado da cúpula revolucionária para dirigir o País. Aos Altos Comandos das Forças Armadas estavam afetas as responsabilidades pelo êxito da Revolução e deveriam ser ouvidos sobre as principais medidas e caminhos a serem adotados. Ele não aceitava que um homem colocado no Poder pela Revolução pudesse ter mais força que o próprio comando revolucionário.

Além disso, ele achava que o Ministro do Exército tinha duas faces: era o representante da política do Governo na Força e, também, defendia os interesses do Exército dentro do Governo. Assim, ele era o intérprete da opinião do Alto Comando, órgão máximo do Exército, junto ao Governo.

Essa era a linha de pensamento dele no que se refere ao exercício do cargo e à Revolução. Convém observar que essa não era a mesma maneira de pensar do Presidente Ernesto Geisel e de alguns de seus mais importantes assessores. O Presidente Geisel era oriundo do grupo, da corrente de pensamento, que no Governo do Marechal Castello Branco queria que a Revolução se extinguisse logo, sendo apenas uma intervenção rápida no Governo do País.

O Presidente Geisel, já agora muitos anos depois do Governo Castello Branco, opinava pelo fim imediato do Movimento e pela implantação de um sistema de gover-

no baseado num partido forte que garantisse a permanência no Poder da corrente de pensamento na qual ele se enquadrava.

Seu principal assessor no governo, o General Golbery do Couto e Silva, era um admirador do regime mexicano, onde um partido dominava todas as fontes de poder do Estado e, desta forma, procurava perpetuar-se no Governo; era o caso do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que estava no Poder há cerca de 80 anos. O General Golbery pretendia transformar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do Governo, numa organização forte, ou seja, uma farsa de democracia. Havia, também, por parte do Presidente Geisel, o pensamento de que ele representava a Revolução e não precisava ouvir os comandos militares para tomar decisões sobre a mesma.

Meu pai queria mais tempo; considerava os Altos Comandos das três Forças os órgãos supremos da Revolução e pretendia implantar uma democracia definitiva ao final do Movimento e, assim, divergia completamente do Presidente Geisel que planejava extinguir a Revolução naquele instante e estabelecer um sistema de falsa democracia, à revelia do pensamento dos Comandos das três Forças Armadas.

Portanto, ao falarmos do pensamento de meu pai sobre a Revolução, devemos observar esta profunda divergência de concepção, sobre como deveria ser conduzida a Revolução, entre ele e o Presidente Geisel.

Quais foram os principais fatos de natureza político-militar ocorridos na gestão do Ministro Sylvio Frota que influíram sobre os destinos da Revolução?

Houve vários eventos, ao longo dos três anos e meio em que meu pai foi Ministro do Exército, envolvendo sua atuação, que repercutiram sobre o destino da Revolução. Em alguns deles, as divergências, já citadas, tornaram-se evidentes e até conflitantes, tendo em uns prevalecido o pensamento do Presidente Geisel e em outros o do meu pai e da corrente revolucionária, da qual ele estava à frente.

Os opositores do regime chamavam de "linha dura" o grupo a que meu pai se filiava, porque, na realidade, ele não era condescendente para com os inimigos dos objetivos da Revolução. Esse grupo era intransigente no combate à subversão e à corrupção e quanto ao estabelecimento de linhas definitivas que levassem o País ao desenvolvimento completo e, portanto, a uma democracia plena.

Posso enumerar alguns desses acontecimentos, pois seria muito longa a sua narração. Eles se encontram relatados detalhadamente no livro do meu pai, "Ideais Traídos", que já está em fase de avaliação por editoras para publicação. A primeira divergência surgiu quando do reconhecimento da República Popular da China, pelas circunstâncias em que se apresentavam para o Brasil. Ainda em 1974, houve o caso

da prisão do pastor americano Morris, no Recife. Em 1975, as assimetrias ficaram por conta da condução do inquérito que apurava problemas fundiários em Conceição do Araguaia; durante a realização das manobras do Exército, em Campos; do veto do Presidente ao orador do Dia da Artilharia, que seria o Senador Jarbas Passarinho, e em outros casos. Ou seja, houve uma seqüência de fatos, ainda nos dois primeiros anos de Governo, não muito graves, em que as divergências apareceram.

Houve outros episódios em 1975, alguns deles ligados à política externa do Brasil: a posição frente ao bloqueio de Cuba; o reconhecimento das Repúblicas de Angola e Moçambique; o voto contra o sionismo; a questão da "Revolução dos Cravos", em Portugal etc. Em todos, o Brasil adotava uma linha sempre simpática aos países socialistas. Meu pai, como integrante do Conselho de Ministros, do Alto Comando das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Interna, participava das discussões sobre essas questões e dava sua opinião, que muitas vezes era discordante da do Palácio do Planalto.

Ainda em 1975, ocorreu um fato de maior gravidade: o discurso ofensivo ao Exército feito pelo Senador Francisco Leite Chaves, por ocasião da morte do jornalista Vladimir Herzog. Ele gerou grande crise entre o Alto Comando do Exército e a Presidência da República. Três ou quatro meses depois, já em 1976, novo desencontro, com as proporções de uma crise ainda maior, ocorreu com a exoneração do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello. Em ambas as ocasiões o Ministro teve uma atitude firme de lealdade ao Presidente, já que o pensamento da maioria do Alto Comando do Exército, onde predominava a corrente revolucionária, era de que o Presidente Ernesto Geisel fosse afastado. Meu pai, como Ministro, não concordou com isto, embora divergisse da posição do Presidente.

No ano de 1977, surgiu o episódio do "Pacote de Abril", quando Geisel iludiu seu ministério, inclusive seu Ministro do Exército. Houve, também, a tentativa de mudança das Diretrizes de Segurança Interna, procurando-se, dessa forma, neutralizar o sistema de repressão. Meu pai novamente conseguiu que seu pensamento prevalecesse, mas às custas de outro atrito. Houve, também, vários problemas relacionados com as promoções de oficiais-generais, em que era visível a tentativa do Presidente Geisel de afastar os homens simpáticos à linha revolucionária. Poderia, ainda, enumerar outros problemas como, por exemplo, quando da tentativa de regresso ao Brasil de Leonel Brizola, expulso do Uruguai, e da ofensa ao Duque de Caxias, feita por um jornalista de São Paulo.

Em todos esses fatos havia divergências entre as posições que meu pai defendia e as que eram adotadas ou se pretendia adotar pelo Palácio do Planalto. Isso foi gerando, ao cabo de certo tempo, uma incompatibilidade quase pessoal entre o

Ministro e o Presidente, embora nunca tenha faltado a lealdade daquele para com o Chefe do Governo. Até na confecção da Ordem-do-dia de 25 de agosto de 1977, relativa ao Dia do Soldado, essa deterioração no relacionamento entre meu pai e o Presidente Geisel aflorou.

Na visão de meu pai, havia também, em torno do Presidente, um grupo de homens que, em sua maioria, era constituído de interesseiros, embusteiros, aproveitadores do regime e falsos revolucionários. Queriam permanecer no Poder a qualquer preço, para desfrutar de suas regalias, e reuniam-se em torno do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que eles queriam fazer Presidente, o que conseguiram. Em sua opinião, aqueles homens poderiam, quando muito, ser tolerados até o final do Governo do Presidente Geisel, mas jamais permanecer no Poder após isto, porque iriam destruir a Revolução.

Foram esses fatos importantes para a condução da Revolução e estão na raiz da demissão de meu pai do cargo de Ministro do Exército.

O senhor poderia nos dizer quais dos eventos acima foram importantes para a demissão de seu pai do cargo de Ministro do Exército? Em que circunstâncias ela ocorreu?

Esses eventos, ao chegar o ano de 1977, foram evidenciando o choque entre a corrente revolucionária, defendida por meu pai e outros companheiros, e a dos homens do Palácio do Planalto. Alguns desses eventos geraram atritos pessoais e, a partir do problema da Ordem-do-Dia de 25 de agosto de 1977, meu pai estava convencido de que a permanência dele no Governo não seria longa. Ele continuava pensando que o Alto Comando do Exército, assim como os das demais Forças, deveria sempre dar a palavra final sobre os rumos da Revolução e não que estes fossem determinados pela vontade de um único homem, que, naquele momento, não estava integrado ao pensamento revolucionário.

Em que data o Ministro Sylvio Frota foi demitido?

Foi demitido em 12 de outubro de 1977.

Meu pai nunca teve a intenção de voltar-se, de uma forma armada, militar, contra o Presidente da República. Considerava-se Ministro e homem de confiança do Presidente e por dever de lealdade deveria sempre lhe dizer qual era a sua opinião, mesmo quando contrária à dele, mas jamais o criticou fora do âmbito da sala presidencial. Lá, lhe falava abertamente, mas, tomadas as decisões, não as censurava nem tomava qualquer atitude contra o Presidente.

No entanto, o mesmo não ocorreu de parte do Presidente. Meses antes de outubro, visivelmente começou a montar um esquema militar que desse respaldo à exoneração do ministro, o que ele pretendia fazer assim que tivesse condições.

Almirante Frota, isso que o senhor está revelando contraria a versão corrente de que seu pai pretendia depor o Presidente.

Esta é uma versão mentirosa, que teve como objetivo justificar a ação encetada pelo grupo do Presidente para demitir o Ministro do Exército. Até hoje essa história infundada de que o Ministro pretendia "derrubar" o Presidente é divulgada. Eles sim – os homens do grupo no Governo – é que fizeram uma verdadeira conspiração para demitir o Ministro, verdadeiro golpe, e alegaram o inverso.

Na preparação e execução desse complô, decepcionou-se meu pai com a atitude de vários generais do Alto Comando do Exército, que eram homens da corrente revolucionária e apoiavam o seu pensamento. Vários deles mudaram de posição, traindo suas consciências, por interesses pessoais ou por covardia de tomar uma posição clara e definida. Posso citar, entre esses casos, o de um general, que era um dos mais enérgicos defensores da linha revolucionária, e que mudou de posição em troca de sua nomeação para o cargo de Ministro do Exército e o de outro general, antes um extremado revolucionário, que também modificou suas convicções, no último instante, diante do aceno da possibilidade de vir a assumir outro cargo vago de ministro: o de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Entre os Generais-de-Divisão comandantes de importantes guarnições, houve os que, pela adesão ao complô palaciano, garantiram suas promoções a general de quatro estrelas e, pouco mais tarde, um deles foi Ministro do Exército. Assim, com esses procedimentos, alguns garantiram nomeações para desejados cargos ou suas promoções, enquanto outros se omitiram porque não tiveram a coragem de se definir.

Vários generais do Alto Comando do Exército não mantiveram coerência com as posições que vinham defendendo e foram desleais, porque souberam dos acontecimentos em evolução – participaram deles – esconderam-nos do Ministro e não o apoiaram, concorrendo para o desfecho conhecido. Essas atitudes muito magoaram meu pai.

Essa mágoa deveu-se, exclusivamente, às circunstâncias que envolveram o episódio e ao comportamento desses homens, algo inimaginável para ele. Quanto à demissão do cargo de Ministro, meu pai tinha a consciência de que esta era uma prerrogativa do Presidente, mas não esperava que fosse feita da forma como ocorreu e, muito menos, com as explicações mentirosas que o Palácio do Planalto divulgou.

Como disse, criaram uma versão de que meu pai era um homem desleal e planejava um "golpe" contra o Presidente, fato que nunca ocorreu. Ao contrário, em duas ocasiões anteriores, se o Presidente Geisel permaneceu no Governo foi por ação efetiva de meu pai, que fez questão de que isso ocorresse. Foram os casos, já citados,

do discurso do Senador Leite Chaves e da demissão do Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, em São Paulo.

No livro "Ideais Traídos", meu pai narra todos esses fatos, dentro de uma seqüência cronológica, com detalhes – as circunstâncias, as atitudes das pessoas etc. – no capítulo que ele titulou de "A Farsa de Outubro". Para ele, aquela foi uma das maiores falsidades, talvez sem igual, da História do Brasil e que continua, até hoje, sendo divulgada como se fosse uma verdade, mas que não passa de uma grande mentira.

Na sua opinião, quais foram as principais conseqüências, para a continuidade do Movimento Revolucionário, do afastamento do General Sylvio Frota do cargo de Ministro do Exército?

A principal conseqüência foi o encerramento da Revolução no dia 12 de outubro de 1977, quando meu pai foi afastado do cargo de Ministro do Exército. Com ele também foram destituídos, pouco mais tarde, todos os importantes generais membros da corrente revolucionária. Os Altos Comandos das Forças Armadas ficaram entregues aos adeptos da linha de pensamento do General Geisel. Para meu pai, a Revolução terminou no dia em que o Presidente Médici desceu a rampa do Palácio do Planalto, após passar o cargo de Presidente da República ao General Geisel. Nesse ponto, divirjo um pouco da sua idéia. Para mim, naquela ocasião, a Revolução entrava em agonia, mas ainda sobreviveu durante os três anos e meio da gestão de meu pai no Ministério do Exército, fruto da atuação dos integrantes da corrente revolucionária. Buscou-se nesse lapso de tempo manter acesa a chama dos ideais revolucionários e fazê-la continuar a arder mesmo após o período do General Ernesto Geisel. Mas não se obteve sucesso e ela expirou em 12 de outubro de 1977. De qualquer maneira, não se pode falar em Revolução de 31 de Março de 1964 depois de 12 de outubro de 1977.

O que se viu, a partir daí, é conhecido. O Presidente Geisel nomeou seu sucessor o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, pois imaginava que esse general fosse um seguidor de suas idéias, um continuador de seu pensamento. Deixou com ele seu principal assessor, mais como um orientador, o General Golbery do Couto e Silva.

O Presidente Geisel, contudo, cometeu então um grande engano: ele não conhecia tão bem quanto pensava o General Figueiredo. Não havia, de parte de seu substituto, qualquer compromisso com os pensamentos do General Geisel, a não ser com aqueles que lhe eram convenientes para chegar à Presidência. Logo que conquistou o Poder, tratou o Presidente Figueiredo de descartar-se deles e, pouco depois, do seu assessor, General Golbery.

Aliás, a respeito da saída do General Golbery existe um fato interessante. Meu pai, nos idos de 1981, recebeu em sua residência a visita de um industrial, amigo

comum dele e do Ministro de Estado Armando Falcão, que freqüentava constantemente a casa do ex-Presidente Ernesto Geisel. Esse senhor narrou o que o Ministro Falcão lhe dissera ter ouvido, quando o ex-Presidente comentou a saída do Ministro Golbery do Governo com a seguinte frase: "O Frota tinha razão, o Figueiredo não vale nada!" Creio que o Presidente Geisel percebeu tarde o erro que havia cometido.

O General Figueiredo e seu grupo mais importante de assessores desejavam o Poder, não só pela satisfação de vaidades pessoais, mas também para desfrutar de suas benesses. O Governo Figueiredo foi um completo fracasso, marcado pela corrupção, repleto de escândalos, inflação alta, dívida externa crescente e avanço da subversão marxista em todo o País. Seu mandato deu os argumentos aos comunistas para denegrir a Revolução, tal o seu descalabro, embora o seu Governo nada mais tivesse a ver com o Movimento. Era apenas um grupo de aproveitadores e interesseiros que se utilizaram do sistema revolucionário para chegarem ao Poder e desfrutá-lo.

Eis as conseqüências para a Revolução do afastamento do Ministro Sylvio Frota. Houve outras, ligadas às Forças Armadas. O comportamento do Alto Comando do Exército não passou despercebido à maior parte da oficialidade, adepta da corrente revolucionária, levando-a ao desencanto com a Revolução. Pode-se afirmar que, depois desse episódio – a demissão de meu pai do cargo de Ministro – não houve mais líderes no Exército, capazes de empolgar a oficialidade.

Os militares quiseram se afastar do Poder, não quiseram respaldar o Governo Figueiredo. Estavam desiludidos com a condução revolucionária que, aliás, nada mais tinha a ver com os ideais que nortearam a Revolução de 1964.

Os políticos se aperceberam disso e o resultado foi que o Presidente Figueiredo não teve força para impor seu sucessor, o Ministro Mario Andreazza, de sua preferência, que não conseguiu vencer as eleições dentro do próprio partido do Governo, a ARENA, e, outra conseqüência, o candidato escolhido perdeu as eleições para a oposição, porque, àquela altura, sabia-se que as Forças Armadas não estavam dispostas a dar algum respaldo à permanência no Poder daquele grupo que nada mais tinha a ver com a Revolução. As atitudes do grupo que estava no Poder, para a imensa maioria dos militares, serviram para denegrir a imagem da Revolução construída nos 10 anos iniciais.

Como repercutem sobre a conjuntura nacional atual, o período revolucionário e os fatos acima narrados?

Concluído o período de governos de presidentes militares, aqueles homens comprometidos com a escalada comunista de antes da Revolução e que foram afas-

tados retornaram ao Poder, cheios de mágoas e "revanchismo" contra as instituições militares e seus integrantes.

Deu-se, no caso do Brasil, um fato inédito. A Revolução de 31 de Março de 1964 é a única, em todo o mundo, que apesar de vitoriosa entregou o Poder a seus opositores, graciosamente, e deixou que eles escrevessem a história da própria Revolução que os derrotou. Nada foi feito de eficaz para mudar isso. De forma que os terroristas – alguns deles – e os estimuladores da subversão, vencidos em 1964, tornaram-se autoridades nacionais e, com o amplo domínio exercido sobre a mídia, transformaram a imagem da Revolução numa grande mentira. Na realidade, os 10 anos do Movimento até o fim do Governo Médici, foram os melhores do período republicano brasileiro.

No Poder, os indivíduos marxistas de todos os matizes – socialistas, comunistas, anarquistas etc. – retomaram o caminho que trilhavam antes de 1964. No entanto, por infelicidade deles e felicidade nossa, nesse mesmo instante a grande potência comunista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) implodia e desaparecia. Com ela extinguia-se também, o Partido Comunista da União Soviética, desintegrou-se o Movimento Comunista Internacional e os marxistas perderam o Poder na própria "terra mater", a Rússia.

Os marxistas brasileiros, além de desencantados e frustrados, perderam o apoio externo manobrado pelo MCI. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, dissolveu-se e parte dele tornou-se Partido Popular Socialista (PPS); outros marxistas "evoluíram" e tornaram-se neoliberais, com isso passando a dissimular suas posições anteriores claramente comunistas. Não esqueceram, no entanto, de destilar seu ranço contra as Forças Armadas e passaram a estimular forte campanha de descrédito das mesmas e de destruição da imagem da Revolução. Voltaram-se contra os homens que combateram com firmeza as atividades subversivas.

As conseqüências desse domínio da mídia e do meio intelectual e artístico pela esquerda são visíveis. Se atentarmos para a última eleição presidencial (2002) no País, vamos encontrar os seguintes candidatos: um, do Partido Socialista, de Miguel Arraes, cassado pela Revolução; outro, do Partido liderado pelo ex-Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro; um terceiro, José Serra, ex-presidente da UNE, quando esta Organização era um centro de propaganda do comunismo, indicado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, homem identificado no passado com a Internacional Socialista, e, ainda, o candidato de um Partido que era uma colcha de retalhos de várias correntes marxistas, inclusive o maoísta Movimento dos Sem Terra, e com o apoio do criador dos "grupos dos onze", Leonel Brizola. Este era o panorama das eleições. O povo ficou sem opções.

No caso das Forças Armadas, eu, como Almirante, pude ver bem esse "revanchismo" no repasse ínfimo de recursos do orçamento. Na Marinha, o orçamento atual é menos da metade do de 1988, em termos de poder aquisitivo. Esta dificuldade atinge fundo a capacidade operacional das Forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – e, no meu modo de ver, é uma ação revanchista proposital. Fere a capacidade de defesa do Brasil, sendo por isso uma ação impatriótica.

Esses fatos são suficientes para mostrar que a traição ao Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, perpetrada durante o Governo Geisel, influi e repercute até hoje de maneira negativa para o Brasil e, particularmente, para as Forças Armadas.

Almirante, que mensagem gostaria de deixar registrada, para as atuais e futuras gerações, relativa à Revolução de 31 de Março de 1964?

Eu gostaria de dizer às futuras gerações, particularmente aos jovens militares, que devem ter orgulho do fato de as Forças Armadas terem desencadeado a Revolução de 1964. Ela impediu que o País fosse colocado sob o jugo comunista, evitou que se tornasse um satélite soviético, não permitiu a eclosão de uma guerra civil de final imprevisível, que poderia dividir o País, como na Coréia e no Vietnam, e sem dúvida afastou a intervenção de forças estrangeiras em nosso território, o que fatalmente ocorreria. A Revolução impediu tudo isso, o que, por si só, já seria suficiente para que a incensássemos.

Além disso, ela proporcionou os 10 melhores anos de nossa história republicana, período em que o brasileiro mais acreditou no futuro do País e teve um entusiasmado orgulho de sua nacionalidade.

Isso foi feito, basicamente, pelos militares, com apoio de líderes civis. As Forças Armadas devem orgulhar-se de seus integrantes que lutaram e venceram a subversão armada, fazendo-o voluntariamente, com idealismo e patriotismo. Na maior parte das vezes, combateram sem muitos recursos, mas com coragem rara, e venceram aqueles que queriam implantar no País um regime odioso, assim como nossos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) o fizeram na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, contra outro regime totalitário e igualmente odioso.

Deixo às jovens gerações de civis e militares, particularmente estes últimos, que não viveram aquele período, esta mensagem: "Que devem orgulhar-se da Revolução, de seus líderes e dos homens que lutaram por ela; eles são dignos de admiração. É algo justo, correto e que deve ser o pensamento, a meu ver, das Forças Armadas."

Engenheiro Roberto Nogueira Médici

- Natural da Cidade de Bagé, RS.
- Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Atividade atual: engenheiro consultor.
- Atividades exercidas como engenheiro e professor universitário: Calculista de pontes na Seção de Obras D´Arte do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) do Rio Grande do Sul; Professor Titular de Geometria Analítica, Cálculo Vetorial, Álgebra Linear e Álgebra Moderna na Escola de Engenharia da UFRGS; Professor Titular de Mecânica Técnica I na Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor Titular de Matemática Superior nos cursos de Física e Matemática da Universidade Rio dos Sinos, UNISINOS; Professor Assistente de Mecânica Técnica na Escola de Engenharia da UFRGS.
- Representações profissionais exercidas: Vice-Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia (ABCE); Secretário Particular para Assuntos Especiais da Presidência da República durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.
- Livros publicados: Nomografia (1965) UFRGS; Elementos de Álgebra Linear (1968) UFRGS; Astronomia de Posição (1989) Forense Universitária; Médici, o Depoimento (1995) MAUAD; Posicionamento e Orientação (2003) CATAU.
- O Engenheiro Roberto é filho do General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República do Brasil, de outubro de 1969 a março de 1974.

Entrevista realizada em 18 de agosto de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964?

A renúncia de Jânio Quadros foi a causa remota da Revolução de 31 de março de 1964. O governo foi cair, então, nas mãos de um homem cuja história pessoal não o colocava como amante da democracia representativa. Ao contrário, vinha cevado dos valores de Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, positivistas que, por muitos anos, governaram com mão de ferro o Rio Grande do Sul, pouco preocupados com "democracia e liberdade". Assim que assumiu como presidente de um regime parlamentarista, João Goulart começou a lutar pelo restabelecimento do presidencialismo. Tão logo conseguiu plenos poderes através de um plebiscito, iniciou a campanha pelas suas "reformas de base" que fariam do Brasil uma república sindicalista chefiada por um caudilho. Como a isso se opunha o Congresso Nacional, essa república só poderia ser implantada por golpe de estado.

Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A pregação golpista era feita com desenvoltura pelo próprio presidente, ecoada por seus auxiliares diretos e divulgada por todos os meios que o poder presidencial, exercido com despudor, colocava a sua disposição. Ou o Congresso aprovava as reformas ou seria fechado. Era essa a ameaça.

No comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, o presidente, passando da ameaça à determinação, deu o decisivo passo para a revolução sindicalista que se desencadeou, na prática, com o explosivo discurso de Jango em reunião com sargentos das Forças Armadas e da Polícia Militar do Estado da Guanabara no dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, Cidade do Rio de Janeiro. Na manhã do dia seguinte, o Destacamento do General Mourão, que se deslocou para o Rio de janeiro iniciando o Movimento, obteve o apoio, quase que imediato, da maioria das Forças Armadas, cujas tropas, no seu deslocamento, receberam o aplauso caloroso do povo nas ruas.

O Movimento militar de 1964 foi desencadeado, portanto, para contrapor-se a um golpe de estado. Isso é verdade histórica e, por mais que se tente esconder, a verdade sempre aparece. Por isso mesmo, apesar das mentiras que hoje se divulgam, o brasileiro saberá um dia que um grupo determinado de civis e militares, em março de 1964, abortaram um golpe de estado.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A pregação golpista foi tão intensa que tumultuou a vida nacional. O povo amedrontado saiu às ruas em protesto a um governo que tentava assumir poder absoluto e impor ao Brasil um modelo que assustava a quase todos. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada pelas mulheres, só foi, como proclamam alguns, um movimento reacionário no sentido de que representou uma reação aos que queriam levar o Brasil à escuridão de um regime totalitário. Vitorioso o movimento, o povo retornou às ruas em agradecimento aos seus soldados.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

O líder civil do Movimento foi Carlos Lacerda. Como paisano e não participante das articulações que lhe deram origem, não tenho condições de indicar a sua liderança militar.

No comando da AMAN, o General Médici mobilizou os cadetes para apoiarem o movimento revolucionário que se iniciava, atitude considerada corajosa por seus pares, não?

Sim. Foi uma atitude corajosa e também uma "aula pelo exemplo", que sempre foi a sua maneira de agir. Se fazia parte das tarefas de um oficial tomar decisões e assumir riscos, o momento exigia que se comportasse como um oficial, frente aos futuros oficiais que comandava.

Não só com relação aos cadetes se observava a sua qualidade fundamental da liderança. Era absolutamente autêntico. Nada em seus gestos ou palavras era falso.

A Academia Militar contava com um grande número de sargentos, segmento da tropa mais trabalhado politicamente pelo governo de João Goulart. Prevendo que dias tumultuosos estavam por vir, uma vez por semana, meu pai os reunia e os colocava a par da situação. Não teve que prender um só sargento. Todos o acompanharam.

Que preocupações levaram seu pai a participar do Movimento de 1964?

Havia uma determinação, não dissimulada, de João Goulart de fechar o Congresso e instituir uma República Sindicalista. Basta ler os jornais da época para sentir a intensidade dessa pregação golpista. O pretexto para o golpe era a proclamação da insensibilidade do Congresso, ao não aprovar as famosas "reformas de base", exigidas por todos os homens do governo em qualquer comício, em todas as entrevistas, e que colocariam o Brasil no caminho da República Sindicalista de seus sonhos. Meu pai integrava o movimento liderado pelo General Costa e Silva, determinado a impedir pela força o fechamento do Congresso. Congresso golpeado, tropa na rua. Essa era a diretiva.

Na área civil, quais eram as pessoas com quem seu pai, no momento da Revolução de 31 de Março, tinha mais contato?

Suas tarefas no Comando da Academia Militar não lhe davam muita oportunidade para trocar idéias com o mundo civil. Via com admiração a atividade corajosa de Carlos Lacerda na defesa dos valores da liberdade e da democracia, naquele momento, ameaçados por forças poderosas. Chegou até, sem que o mesmo tivesse conhecimento, a protegê-lo em alguns de seus comícios.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Entre nações não existem amizades. Só interesses. A política externa permanente dos Estados Unidos em relação ao Brasil, um dos poucos países que, por suas características, está destinado a grande potência, é orientada por duas diretivas:

– Retardar ao máximo o desenvolvimento de um país que pode ameaçar sua liderança solitária.

Isso em nada diminui meu apreço por essa grande Nação. Se as posições fossem invertidas, agiríamos exatamente do mesmo modo. O que nos cabe é ter presente essa verdade e, sem fanfarras, sempre agir, exclusivamente, segundo nossos interesses.

– Evitar ao sul do equador um problema do tamanho do Brasil.

Não tenho dúvida de que, se o Movimento de 1964 se transformasse em guerra civil, eles interviriam para tentar impedir aquilo que eles consideram o grande problema ao sul do equador. Mas, pelo que sei, calcado em fontes absolutamente idôneas, 1964 foi exclusividade dos civis e dos soldados brasileiros.

A hoje chamada mídia apoiou o movimento? Que exemplos gostaria de citar?

Os grandes órgãos de comunicação social, refletindo a insatisfação e o medo de quase todos os segmentos da sociedade, apoiaram o Movimento. Entre eles vale lembrar: *Correio da Manhã*; *O Estado de São Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*; *O Globo* etc. Tanto o povo nas ruas como a inteligência, através da mídia, pediam, insistentemente, a intervenção das Forças Armadas.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Quanto à posição atual da mídia em relação às Forças Armadas Brasileiras, penso que, em grande parte, é uma contribuição, ingênua ou interessada, ao esforço americano para atrapalhar nossa caminhada na busca da grande potência que

certamente um dia seremos. No que respeita ao comportamento de alguns membros dos que hoje detêm o poder nada mais natural. Quem adora o ditador Fidel Castro, seus 45 anos de Poder discricionário, seu *paredón* manchado de sangue e suas masmorras carregadas de presos políticos não pode gostar de um movimento que impediu que se fizesse do Brasil uma cópia segundo esse manequim.

Não desconsiderando o sucesso de 1964 no que respeita ao aperfeiçoamento do equipamento material do Brasil, não desconsiderando as obras no campo social como, por exemplo, a extensão aos homens e mulheres do campo da proteção da Previdência Social, não desconsiderando, enfim, toda a sua inegável obra social e material, o Movimento de 1964 já se justificaria por ter impedido que nosso País caísse nas mãos de homens que comungavam, em métodos e pensamentos, com aqueles que, ainda em nosso tempo, infelicitaram vários países. Foram precisos, nos países do Leste europeu, mais de setenta anos para livrá-los da tirania e do absolutismo. Ali, a liberdade hibernou sufocando várias gerações.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Como acontece com qualquer governo, todos os que tiveram à frente do Movimento de 1964 cometeram erros. No caso de meu pai seu grande erro foi a escolha de Geisel para seu sucessor. Foi traído, mas de qualquer maneira foi erro seu. Geisel, de início, mostrou-se arrogante e prepotente e, por isso mesmo, incapaz de continuar a obra pacificadora de meu pai, que havia conseguido atravessar seu governo sem cassar um só político e sem nenhuma prontidão nas Forças Armadas.

Viu todas as suas teses serem contestadas pelo antigo auxiliar, tirado, por ele, do ostracismo e contemplado, primeiramente, com a presidência da Petrobras e, depois, com a Presidência da República. Tudo que meu pai fizera no campo administrativo foi rejeitado. A Transamazônica, por exemplo, obra que se impunha a qualquer ginasiano que se debruçasse sobre o assunto Amazônia brasileira, inclusive por oferecer terras férteis ao nordestino sacrificado pela seca, foi abandonada e, pior que isso, foi levada ao público como obra faraônica de um governo megalômano.

A "Perimetral Norte", também iniciada no seu governo e deixada ao acaso por Geisel, tem sido agora, por sua flagrante importância estratégica, motivo de luta para reativá-la com o nome de "Calha Norte".

No entanto, o erro fundamental, o erro estratégico do Movimento de 1964 foi a prorrogação do mandato do Presidente Castello Branco pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2). A partir desse Ato, o Movimento de 1964 que também foi um movimento civilista era agora exclusivamente de responsabilidade militar. A oportunidade,

após uma limpeza revolucionária, de um desengajamento pacífico e vitorioso das Forças Armadas, ao final do Governo de Castello Branco, estava sepultada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo? O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

O AI-2, provocando o afastamento do Movimento de 1964 de grande parte da liderança civil, foi sem dúvida o culpado pela falta de um relacionamento sincero, corajoso e indispensável entre o primeiro governo militar e a sociedade em geral. Do mundo civil, salvo honrosas exceções, o governo ficou com os piores interlocutores. Por culpa disso, já ao final do Governo de Castello Branco, duas facções, embora com objetivos finais conflitantes, buscavam o afastamento dos militares do Poder:

– A "oposição democrática", mobilizada para substituir os militares no comando da Nação sem, contudo, afastá-la de sua destinação democrática.

– A luta armada que buscava, na derrota das Forças Armadas, impor um regime assemelhado à Cuba.

Essa luta em duas frentes tornou imperiosa a busca de um instrumento de força. O AI-5 foi, portanto, conseqüência inevitável do AI-2.

O seu pai comentava com o senhor a respeito da penetração do comunismo no Brasil e da sua escalada a partir de 1968, uma vez que a ele, sobretudo como Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), cabia o acompanhamento da ação do MCI (Movimento Comunista Internacional) no Brasil e no exterior? O Presidente Costa e Silva, ao convidá-lo para o SNI, buscava consolidar o sistema de informações?

Quando ele era chefe do SNI, não houve muita oportunidade para trocarmos idéias. Ele ficava em Brasília e no Rio de Janeiro, envolvido com suas tarefas de governo, e eu, em Porto Alegre, levando minha vida de professor universitário em tempo integral. No entanto, em outras ocasiões, ouvi seus comentários sobre a política nacional e seu reflexo dentro dos quartéis.

Vinha de uma família da fronteira gaúcha, onde o fato político sempre teve importância capital. Seu avô, Anselmo Garrastazu, foi um dos fundadores do Partido Libertador, o partido dos "maragatos", que, no Rio Grande do Sul, se opunha ao partido governista, os "pica-paus", sustentáculo do implacável e longo Governo da Província gaúcha.

Sobre o esforço do comunismo internacional para, a partir da segunda década do nosso século, pôr um pé no Brasil, ele não precisava comentar. Era fato que se apresentava nítido a qualquer observador menos atento, principalmente durante o

tumultuário Governo Goulart e, mais tarde, a partir de 1968, com a escalada da guerrilha urbana que logo se fez acompanhar da guerrilha rural.

Meu pai foi para o SNI em função de suas ligações pessoais e da forte camaradagem que mantinha com o Presidente Costa e Silva. O SNI, Serviço Nacional de Informações, criado no Governo Castello Branco, já era um organismo consolidado, quando meu pai assumiu sua chefia.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Claro que houve anos de chumbo. Havia uma guerra. A ser vencida pela guerrilha, com auxílio material e treinamento vindos de fora, para fazer do Brasil uma grande Cuba, ou pelo governo para impedir que isso acontecesse. Tempos de guerra são tempos de chumbo. Os anos de governo do Presidente Lincoln, o maior dos presidentes americanos, foram os anos de chumbo da História dos Estados Unidos. Graças a esses anos de chumbo é que eles são hoje o que são. Uma Nação íntegra. De nossa parte, se hoje o Brasil vive uma democracia, se deve a esses nossos anos de chumbo.

A respeito da escolha pelo Alto Comando do General Médici para a Presidência da República muito se fala, nas Forças Armadas, que seu pai não queria ser candidato, não é verdade?

Sou testemunha de que, de fato, não queria. Só aceitou, depois de muito relutar, para desempenhar uma missão que seus companheiros de farda, em uma hora difícil para a Corporação e para a Pátria, pediram-lhe que cumprisse.

Aliás, um homem de brio não postula a Presidência da República em hora de anormalidade democrática. Num regime de exceção, a Presidência da República é o lugar de um líder ou de um esperto. A História vai mostrar, quando, com serenidade, analisar o Movimento de 1964, quem foram os líderes e quem foram os espertos.

Com relação ao episódio da sua indicação pelo Alto Comando, recordo-me que, na véspera de sua viagem para o Rio, para participar da reunião decisiva, ouviu, calado e sério, em sua casa em Porto Alegre, as seguintes palavras do filho e amigo, que lhe dirigi em momento decisivo: "Olha, papai, estou sabendo que, amanhã, tu serás o indicado e é por isso que agora devo ter dizer o seguinte: em primeiro lugar, vou ficar a teu lado, largo minhas três cátedras e vou contigo para Brasília; em segundo, se não aceitares, fugindo da responsabilidade que a hora te impõe, vais ter vergonha de fazer a barba e te olhar no espelho." Fiquei sabendo depois que ele repetiu essa frase na reunião do dia seguinte, na qual, finalmente, aceitou sua indicação.

Ao final dessa histórica reunião, depois de perguntar a cada um dos membros do Alto Comando ali reunidos se acatariam sua liderança, dirigindo-se a seus pares,

disse: "Está bem. Aceito ser o chefe, e a minha primeira ordem é determinar que o Almirante Rademaker seja meu vice."

Foi imediatamente contestado por um dos membros, sob a alegação de que um prévio acordo impedia a qualquer um do Alto Comando de aceitar o cargo de vice-presidente. Declarou então: "Meus senhores, minha primeira diretiva está sendo contestada. Não sirvo para isso. Escolham outro." Retirou-se, de imediato, e pegou o primeiro avião para Porto Alegre. Uma semana depois, foram comunicar-lhe que o assunto estava resolvido. O Almirante seria seu vice-presidente.

A História – encontra-se tudo registrado em ata no Ministério do Exército – é, portanto, testemunha de que estava absolutamente desprovido de ambição pelo cargo. Acho também que foi o único presidente do Brasil a pedir que se alterasse a Constituição para encurtar, em quase dois anos, a duração do seu mandato presidencial.

Nessa ocasião de definição da sucessão, um jornalista da revista Veja *tentou prejudicar o General Médici, alegando que ele já havia sofrido enfartes que o impediam de exercer os difíceis encargos de Presidente da República. O que o senhor gostaria de relatar sobre esse episódio?*

Enquanto a sucessão ainda não estava definitivamente estabelecida, saiu publicado na revista *Veja*, que dava seus primeiros passos, que meu pai já teria tido três enfartes. É claro que, se isso fosse tomado como verdade, bloquearia a decisão do Alto Comando de indicar seu nome para ser sucessor do presidente impedido.

Logo depois da posse, o jornalista encarregado de divulgar essa mentira, Carlos Chagas, pediu-me, através do diretor da *Veja* em Brasília, jornalista Pompeu de Sousa, um encontro. Foi o único jornalista de Brasília que não freqüentou meu gabinete, sempre aberto a todos os homens da imprensa. Depois do terceiro pedido, mandei dizer-lhe que, no meu modesto gabinete, não havia lugar para jornalista mentiroso. Daí, o fel que até hoje derrama ao se referir a meu pai.

O senhor e seu irmão tinham cargos formais no governo? Quais as suas atribuições?

O meu irmão Sérgio era o secretário particular, encarregado de toda a correspondência relativa ao Presidente, enquanto que eu era secretário particular para assuntos especiais. Sérgio e eu o acompanhamos em todas as viagens que fez pelo Brasil. Das suas duas únicas viagens ao exterior, participamos, apenas, da ida a Portugal.

O que o senhor gostaria de dizer da propaganda bem estruturada do Governo Médici, considerada uma máquina pelos inimigos da Revolução, sempre prontos a desmerecer qualquer trabalho realizado?

Realmente, a crítica mordaz e injusta dos contrários está sempre presente. Mas eu pergunto: "Por que um presidente que assumiu contra a sua própria vontade, que reduziu em quase dois anos seu mandato e que não admitia que se falasse em continuísmo, ia precisar de uma máquina para exaltar sua pessoa? Será que um presidente com essas características precisaria de um Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas para segurá-lo no poder por 15 anos?"

O que havia, de fato, era a intenção de levar um pouco de fé e de confiança no Brasil que estava crescendo. A resposta foi imediata, pois grande parte do povo viu que estava no comando um homem sério, com passado ilibado, e que ali se encontrava para servir e não para garantir um futuro de conforto para si e seus familiares. Assim mesmo, esse esforço de divulgar o Brasil que estava dando certo foi bem menor do que o gasto a partir de Collor de Melo, quando, aí sim, existiu uma máquina exaltando a sua imagem pessoal. Máquina que cresceu, assustadoramente, no governo entreguista de Fernando Henrique e permanece consumindo uma fábula de recursos no momento presente.

Mas os contra-revolucionários empedernidos insistem em explorar a idéia de que uma máquina de propaganda atuou na gestão vitoriosa do Presidente Médici. Adoram questionar as expressões "Brasil Grande" e "milagre brasileiro" que tão bem caracterizam a época do governo de seu pai.

Será que era culpa de meu pai que o Brasil de seu governo estivesse batendo recordes de crescimento? Que vivêssemos a pleno emprego? Que a Nação chegasse a crescer até 13% ao ano? Que tivesse conseguido colocar a inflação a níveis do primeiro mundo? Será que os adversários querem até que se esconda os dados de todos esses sucessos? É proibido declarar que estávamos batendo o Japão em termos de crescimento? Será que escamotear tudo isso não é pedir demais?

A expressão "milagre brasileiro" não foi coisa de sua assessoria. A expressão surgiu por meio de alguns comentaristas ao constatarem que, em termos de desenvolvimento, havíamos passado o Japão, cujo êxito era visto pelo mundo como "milagre japonês".

Quanto ao "Brasil Grande" será que foi mais divulgado do que "os 50 anos em 5" de Juscelino?

Evidentemente que não.

Quando seu pai foi escolhido presidente, ele conversou com o senhor a respeito de seus planos?

Nos primeiros dias de seu governo, ele já me manifestava suas preocupações com o futuro político do País, com as seguintes palavras:

"Minha intenção é pacificar o País e, ao final do governo, devolver o poder aos civis. Se isso não for possível, se, ao final de meu mandato, o País ainda estiver

no estado de ebulição em que o encontrei ao assumir, só me restará devolver o bastão ao Alto Comando que, seguramente, indicará um general da ativa para me substituir. Se, no entanto, conseguir pacificar, vou trabalhar para fazer um civil meu sucessor. E, se as coisas estiverem a meio caminho, vou indicar um general da reserva para fazer a transição a um governo civil."

Essa opinião de que o país, estando sob controle, o Poder poderia ser devolvido aos civis, era partilhada por outros oficiais do grupo de seu pai?

Não sei. Mas sei que chegou ao final de seu governo com tanta carga de credibilidade e respeito que, se achasse que seu sucessor deveria ser um civil, não seria minimamente contestado pelas Forças Armadas.

Se não o fez foi porque, a seu juízo, o País ainda não estava totalmente pacificado. Embora a atividade urbana da guerrilha tivesse sido completamente dominada, ainda existiam focos da guerrilha rural no despovoado norte do Brasil.

A tarefa a que se havia proposto, de pacificar o País, estava ainda incompleta.

Durante o Governo bem-sucedido, sob todos os ângulos, do Presidente Médici, o que o senhor gostaria de ressaltar?

Meu pai assumiu num dos períodos mais turbulentos da vida nacional, por isso mesmo sua preocupação inicial foi pacificar o País, como já citei, e restaurar a confiança do povo no Movimento de 1964. Não foi tarefa fácil. A guerrilha urbana, que mostrou sua face com o seqüestro do embaixador americano ao final do governo Costa e Silva, além de amedrontar o povo e prejudicar a imagem do Brasil no exterior, feria a unidade do quartel. A mocidade acadêmica, até pela influência da agitação estudantil que contaminou o mundo nos anos 1960, estava em pé de guerra. O povo nas ruas pedia o fim do regime militar. No entanto, ao final do primeiro ano de seu governo, por seu desempenho, simplicidade e seriedade, já havia unido os militares e conquistado o respeito de grande parte da Nação.

Pôde, então, iniciar suas tarefas de administrador. Não quero fazer aqui um inventário de suas realizações, mas, entre outras, vale citar a ampliação da malha rodoviária, da oferta de energia, da produção de aço, da construção de navios e da produção de veículos; a criação da EMBRAPA; o início da efetiva incorporação da Amazônia ao território nacional pela construção da Transamazônica e início da construção da Perimetral Norte; a abertura de nova fronteira agrícola com a extensão da rede rodoferroviária à região Centro-Oeste; e a extensão ao homem do campo, desde sempre abandonado pelo Estado, da proteção da Previdência Social.

No plano econômico, aumento em 50% da renda *per capita* e, apesar de todas as obras que realizou, baixou a inflação de 40% para 12% ao ano. Entregou ao seu sucessor uma dívida de 8 bilhões de dólares que poderia ser paga dentro de um mesmo ano, pois deixou uma reserva de quase 7 bilhões de dólares.

Enfim, terminou seu mandato com a consciência do dever cumprido com dignidade. Sabia que tinha realizado uma considerável obra no que respeita ao equipamento material e ao aperfeiçoamento social de seu País.

Hoje, em que a democracia brasileira tem mil "pais" e mil e um "heróis", é preciso que se diga que o primeiro e determinante passo na busca do retorno à normalidade democrática foi dado por meu pai, ao indicar um general da reserva para sucedê-lo, concluir a sua tarefa de normalização e devolver o governo à sociedade civil. Pela primeira vez, no período revolucionário, o sucessor não seria um militar da ativa indicado pelo Alto Comando.

Em nenhum momento de sua eficaz gestão, o candidato preferido de seu pai chegou a ser o General Orlando Geisel?

Em que pese a sua camaradagem e estima pelo General Orlando, nunca pensou em fazê-lo seu sucessor. Até porque, do meio para o fim do seu governo, o General Orlando começou a demonstrar uma queda acentuada em sua saúde. Até um simples deslocamento para o Planalto, para despacho, era uma operação de sacrifício.

Como foi a relação do Governo Médici com o Congresso e com a oposição que aceitava as regras democráticas?

Em que pese existir, em um regime de exceção, restrições às liberdades democráticas, a oposição legítima teve, no governo de meu pai, seu espaço garantido. O Congresso, durante seu mandato, nunca foi ameaçado, e nenhum de seus membros foi cassado.

O seu governo, em nenhum momento, reprimiu a oposição legal, mas combateu, com determinação, a oposição armada, caracterizada pelas ações terroristas e pela guerrilha rural.

Havia até, da parte da legítima oposição, a consciência de que a guerrilha na cidade e no campo era uma ameaça efetiva aos valores democráticos que garantiam a sua existência. Legitimamente, lutava contra o governo para restabelecer a democracia na sua plenitude, mas sabia que a guerrilha era também sua inimiga.

Essa mesma visão sobre o terror e a guerrilha era partilhada por todos os setores da sociedade empenhados em ter o Brasil dentro de uma economia de mercado ou desejosos de atingir a democracia plena. Sabiam que a vitória da oposição

armada seria a morte prolongada da democracia. Implicaria o estabelecimento do estatismo, com as suas conhecidas e terríveis conseqüências. O empresariado paulista, por exemplo, participou ativamente da luta, contribuindo com o apoio material na cruenta luta que se desenvolveu na Cidade de São Paulo.

Importa dizer, ainda, que tantos os guerrilheiros, que arriscaram realmente sua vida, como os gigolôs do heroísmo alheio, que se espalham em profusão pelo Brasil de hoje, tentam esconder a grande verdade, mas que está registrada na História: a guerrilha na cidade e no campo não buscava a democracia e não contava com nenhum apoio da sociedade brasileira.

Em que pese o esforço de muitos e o acovardado comodismo de outros tantos, a História não pode ser invertida: se hoje o Brasil vive uma democracia, é aos que lutaram e tombaram defendendo o governo, a lei e a ordem que se deve agradecer.

O que o senhor gostaria de relatar a respeito da censura no Governo Médici?

No governo de meu pai havia uma guerra a ser vencida e, em tempos de guerra, não existe imprensa livre. Não existe nação, por mais democrática que seja, que não imponha censura à imprensa em tempo de guerra.

A relativa liberdade que os americanos deram à mídia, durante a guerra do Vietnam, foi, em grande parte, responsável pela derrota que amargaram. Já na Guerra do Golfo, nada, nenhuma notícia, fugia do controle militar.

Permita-me aqui um desabafo. Não é a terrível corrupção que nos afronta o maior mal do Brasil de hoje! O grande problema nacional de nossos dias é a covardia cívica. Quase todos não dizem a verdade, mas sim o que é conveniente dizer. A coragem cívica, que é o tecido da alma de uma nação, está escassa no Brasil de nossos dias. Só se diz em público aquilo que não compromete e que não nos coloca contra a "verdade" da moda.

Não sejamos hipócritas. Diga-se que foi tudo mentira, que não houve luta armada a ser vencida, ou credite-se ao estado de guerra a censura e a conduta que tivemos naqueles dias.

Devo concluir que a razão da censura era exclusivamente a guerrilha urbana e rural, por ser inadmissível que um homem que foi absolutamente honesto e que não usou o poder para beneficiar parentes e amigos, precisasse esconder-se atrás desse biombo.

No meu modo de ver, a única nomeação de parente com legitimidade moral que um presidente poder fazer é a de seu secretário particular, cargo que um de seus filhos exerceu.

Quanto a mim, seu outro filho, não houve nomeação. Simplesmente, fui requisitado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual era professor está-

vel, em duas Cadeiras, para ser seu assessor. De duas outras cátedras, em universidades particulares, nas quais era professor titular fundador, demiti-me. Meu pai e sua família não precisavam de censura, porque não tinham nada a esconder.

É certo que a única exigência do Presidente Médici na composição do Gabinete Militar foi a inclusão do General Léo Etchgoyen, naquela época Coronel?

O Coronel Léo Etchgoyen foi seu Assistente-Secretário no Comando do III Exército. Meu pai admirava a integridade desse brilhante oficial. Na composição do Gabinete Militar, a inclusão de seu nome foi, realmente, a sua única exigência. Além do mais tinha sido amigo de seu pai – o General Alcides Etchgoyen – que foi Chefe de Polícia, no Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, releva citar que, na entrevista dada por mim ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da Fundação Getúlio Vargas, em 1993, perguntaram-me se os irmãos Etchgoyen eram muitos radicais, e eu respondi:

"Não sei qual o sentido que se quer dar a essa palavra aqui. O Léo, com quem tive contato, era homem, no que diz respeito a valores sociais, de posições firmes. Se isso define um radical, ele era radical. Acho até que, em matéria de princípios, o feio é não ser radical. O feio é ser complacente na defesa do que se tem como correto.

De minha parte, confesso que sempre fui um democrata radical. Tenho a convicção de que, fora da democracia, não há lugar para abrigar a dignidade do homem.

O poder ilimitado no tempo é química que destrói a alma humana. Assim, tenho, como uma de minhas verdades fundamentais, que a única coisa que protege o homem de um governante desfigurado por essa química diabólica é a rotatividade de poder. E isso só a democracia garante."

Naquele mesmo depoimento para o CPDOC, indagaram-lhe: "Agora a democracia supõe diálogo, não é?" Poderia relembrar, novamente, a sua resposta?

Respondi que: "Claro. Mas não só diálogo. Diálogo e muitas vezes luta. Para conquistá-la e para conservá-la."

A democracia inglesa não foi presente do Rei. Saiu da espada de Cromwell.

No nosso século, somos todos testemunhas, foi preciso muita luta de matar e de morrer, para preservar os valores democráticos que o Mundo Ocidental havia conquistado. E, na Rússia, de nossos dias, quantas vidas foram sacrificadas para que se pudesse derrubar as estátuas dos tiranos.

Não há sociedade eternamente imune à autocracia. Não há vacina duradoura contra a tirania. E, quando o aspirante a César, aproveitando-se de circunstâncias propícias, vislumbra a possibilidade de tomar o poder, de aumentá-lo ou prolongá-

lo, não é o diálogo que salva a nação. A História mostra que, para ter democracia, o Mundo muito mais luta do que dialoga.

Essa sua entrevista transformou-se em livro publicado pela Editora Mauad, em 1995, com o titulo Médici – O Depoimento*, não é isso?*

Exatamente. Neste momento, é oportuno dizer, como o fiz na nota de apresentação do livro, que, naquele trabalho, deixei de contentar a muitos. Mas seria indigno falar sobre meu pai se, quando inquirido, me calasse ou dissesse alguma coisa além da verdade.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", com o Governo Geisel e, mais tarde, com o Presidente Figueiredo? Esses dois últimos governos de presidentes militares prejudicaram a imagem da Revolução de 1964?

Desde os primeiros dias de seu governo, meu pai, como relatei anteriormente, já manifestava a todos seus auxiliares a determinação de pacificar o País e devolvê-lo, ao final de seu mandato, a um presidente civil. Tinha sido essa a intenção inicial do Movimento de 1964 e, à medida que essas metas fossem sendo postergadas, as Forças Armadas passavam de salvadoras da democracia a usurpadoras de um poder que não lhes cabia. Esse era seu objetivo e o que faria se conseguisse pacificar o País e realizasse uma administração que lhe desse o respeito do povo e de suas Forças Armadas. Se, no entanto, chegasse ao fim de seu mandato com o Brasil ainda doente dos primeiros dias só lhe restaria, fracassado, devolver o poder ao Alto Comando. Por outro lado, se o Movimento, já vitorioso, pudesse dispensar o instrumento de exceção, mas ainda precisasse de um acompanhamento militar para, com segurança, fazer a transição à Democracia, ele iria buscar para seu sucessor um oficial da reserva. Era esse seu projeto político que era, repito, do conhecimento de todos os seus auxiliares de confiança.

Encontrou um País dividido e ameaçado de se fragmentar e, ao final, entregava ao sucessor uma Pátria unida e pronta para retornar à Democracia: a guerrilha urbana estava derrotada e, no Norte, onde um grupo guerrilheiro tentara impor um território livre, sucumbia como resultado da falta de apoio da população que voltava a acreditar em seus dirigentes. Podia então, segundo seu projeto, revogar o AI-5 e entregar o governo a um oficial da reserva para completar a obra de restauração democrática. A Revolução de 1964 teria cumprido sua meta e as Forças Armadas iriam sair da ribalta vitoriosas e respeitadas. Buscou, então, o General Ernesto Geisel. General da reserva que, por ter exercido cargo de confiança em seu governo, sabia de seu projeto político, e, por tê-lo exercido do primeiro ao último dia de governo,

só podia apoiá-lo. O nome Geisel só foi confirmado depois de certificar-se, pela palavra de seu Chefe da Casa Militar, General João Figueiredo, do seu afastamento do General Golbery. Sempre teve desprezo por esse oficial e dos artifícios que usava para estar sempre ao lado do Poder. Desprezo que evoluiu para asco cívico depois que esse senhor, após ter criado e dirigido, no Governo Castello Branco, o Serviço Nacional de Informações, que lhe deu a oportunidade de conhecer o direito e o avesso de todos os homens importantes desse País, ter tido o despudor de colocar essas informações a serviço de uma multinacional. De ter tido a coragem de ser um mandalete remunerado, um abridor de portas da Dow Chemical. Mercadejando um produto que não lhe pertencia, a dignidade de um oficial do Exército Brasileiro.

Sabedor da influência que Golbery exercia sobre Geisel, não queria correr o risco de vê-lo na futura equipe de governo. Eliminada essa possibilidade, pois para meu pai, que acreditava em honra militar, era inconcebível que um general Chefe da Casa Militar pudesse mentir ao seu presidente, comunicou pessoalmente ao Geisel a intenção de indicá-lo ao Congresso como candidato do Governo à presidência da República que, sem impor nenhuma condicionante, de pronto aceitou. Comunicou sua decisão aos chefes militares e a sua liderança política com o pedido de que a respaldassem. Geisel a partir de então, até pelo prestígio de quem o indicava (meu pai terminou o governo com 82% de aprovação), já era o futuro presidente do Brasil. Quando, a pedido do meu pai, o Dr. Leitão de Abreu, seu Chefe da Casa Civil, foi ao encontro de Geisel formalizar o convite e oferecer os préstimos do governo, este, para surpresa e estupefação do enviado, declarou: "Só aceito com o AI-5 em vigor." A meu pai só cabia curtir a traição. Já não tinha mais espaço de manobra para articular outra candidatura.

Quando mais tarde Geisel anunciou seu ministério e nele viu figurar Golbery e João Figueiredo soube com amargura que também tinha sido traído pelo seu Chefe da Casa Militar. Ficou, então, sabendo que Geisel precisava do AI-5 principalmente para remunerar Figueiredo por serviços prestados. Para impô-lo como seu sucessor. E como foi generoso e agradecido. Deu-lhe um mandato de 6 anos. Mais uma vez a troika – Geisel, Golbery e Figueiredo – que havia, por amor desmedido ao Poder, contribuído substancialmente para afastar o Governo Castello Branco dos objetivos da Revolução de 1964, assumia novamente as rédeas do Movimento e mais uma vez postergava o retorno do País à democracia. Agora, para enxovalhá-lo e manchar o prestígio das Forças Armadas que até hoje sofrem as conseqüências de um desengajamento que poderia ter sido honrado e vitorioso, mas que foi uma vergonhosa debandada.

Geisel com o "Pacote de Abril" se proclamou em Assembléia Constituinte. Fechou o Congresso, criou o "senador biônico", cassou um senador e, para dar maio-

ria no Congresso ao partido que dava sustentação a seu governo, deu maior peso político aos Estados do Nordeste e do Norte subvertendo completamente a representação dos Estados na composição da Câmara dos Deputados. A sociedade viu que estava à frente um presidente arrogante que, jogando fora o esforço de pacificação do governo anterior, usava a força para humilhar e impor sua vontade. Por outro lado, a determinação de fazer Figueiredo seu sucessor agitou o quartel. O nome Figueiredo não era bem recebido e a violência para impô-lo, como as demissões do Chefe da Casa Militar, General Hugo de Abreu, e do Ministro do Exército, General Sylvio Frota, quebrou a unidade da Corporação. Quando Figueiredo assumiu, a Revolução de 1964 já era repudiada pela sociedade civil e pelos militares idealistas que não se deixaram amolecer pelos anos de Poder. Queriam, no mais breve espaço de tempo, desvincular as Forças Armadas de um governo que estava sujando sua imagem. Só restava a Figueiredo a retirada. Sua Lei de Anistia não foi um ato de clemência de um vencedor, mas um gesto obrigatório e encabulado de quem sai pela porta dos fundos. Foi mais uma ata de rendição. Por isso mesmo, até hoje, só protege os que se opuseram à Revolução.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

Não me surpreende o "revanchismo" dos vencidos em 31 de março. O inimigo tem o direito de se comportar como inimigo. É inacreditável, no entanto, a ingratidão de grande parte da sociedade brasileira em relação ao Movimento de 1964. A parte abastada, quando ameaçada pela vitória de um sistema que ia confiscar seus bens, agarrava-se às túnicas dos militares. Hoje, comporta-se como se, na ocasião, estivesse habitando um outro planeta. Muitos da classe média e da mídia, por covardia e interesse, fingem não reconhecer que, se hoje não há um fiscal de quarteirão vigiando suas portas e reportando ao inspetor geral, se deve aos militares que mataram e morreram pelas ruas e pelos campos do Brasil combatendo uma guerrilha que certamente não lutava para aqui implantar um regime democrático. Por outro lado, o verdadeiro contra-exemplo de dignidade humana foi o comportamento vil de alguns auxiliares diretos de meu pai. Três personagens merecem registros:

Cirne Lima, tirado do anonimato político para ser ministro de Estado. Para esconder o real motivo de sua queda, incompetência, declarou em entrevista a um jornal de Porto Alegre que abandonou o governo por causa da tortura.

Pratini de Morais, também sua criatura política, além de aceitar servir a Fernando Henrique, um presidente que tudo fez para desacreditar as Forças Arma-

das e seus presidentes, teve a indignidade, em currículo que fez divulgar quando se credenciava a disputar cargo político, de ocultar ter sido seu Ministro da Indústria e do Comércio.

Octávio Costa, oficial do Gabinete Militar, Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas. Entre outras tarefas era o responsável por elaborar a maioria dos discursos do presidente. Na minha opinião gongóricos e descasados da personalidade direta e sem arabescos de meu pai. Vaidoso, pretende ser um intelectual. Para ser cooptado pela dominante *intelligentia* de esquerda, critica, sem pedir reserva, um homem a quem serviu, em cargo de confiança, do primeiro ao último dia de governo. Chega mesmo a registrar, em depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas que, "se Médici não fosse só um capitão de Cavalaria", teria feito a abertura no final de seu governo...

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Apesar do esforço dos sucessivos governos pós-revolucionários em denegri-las, o povo brasileiro sabe, porque nunca faltaram ao seu chamamento, que pode contar com suas Forças Armadas.

Que mensagem final gostaria de deixar registrada a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 para as atuais e futuras gerações, por meio deste Projeto?

Como mensagem de meu pai aos patriotas desse nosso Brasil, civis e militares, gostaria de reproduzir parte das palavras que pronunciei na Academia Militar das Agulhas Negras por ocasião do descerramento do seu retrato no auditório que leva seu nome.

"(...)Duas características mais se destacam quando rememoro a figura de meu pai. Seu amor ao Brasil e sua fé na Democracia.

Amava o Brasil e sabia que seu destino, ser grande entre os grandes, não estava em discussão. A tarefa era fazê-lo crescer sem desfigurá-lo. Mantê-lo íntegro ao longo de seu caminho. O Brasil de sempre. O Brasil singular e único. O Brasil da concórdia, da tolerância, do bom convívio entre os diferentes.

Era também um democrata radical. Tinha a convicção de que nenhum homem é suficientemente perfeito para merecer o poder sem limites. Sabia que o único instrumento social a impedir que um país se transforme em um campo de prisioneiros é a rotatividade de poder. E isso, apesar de suas imperfeições, ele tinha como verdade, só a democracia garante. E quando, em hora tormentosa de nossa Pátria, seus pares o indicaram para suceder o grande Presidente Costa e Silva, fiel a essa fé,

estabeleceu três condições para aceitar a difícil missão: que o Congresso Nacional fosse reaberto; que seu nome fosse a ele submetido e que seu mandato fosse reduzido em quase dois anos.

Na carreira militar de meu pai, dois momentos foram de particular importância, pois colocaram a prova o homem que, por vestir a farda de oficial do Exército, sabia que não podia falhar quando o que estava em jogo era o seu Brasil democrata. Os lugares que presenciaram esses momentos poderiam, se esse fosse o desejo, abrigar sua imagem e cultuar seu nome.

Foi no 12º Regimento de Cavalaria, em 1930, que o Tenente Médici, arriscando a vida e a carreira, colocou a importante guarnição de Bagé a serviço de um movimento que buscava libertar o Brasil de um sistema que, fantasiado de democrata, se perpetuava no Poder.

E foi aqui, na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1964, um dos mais tumultuados períodos da nossa História, que o General Médici, ainda disposto a tudo arriscar pela Pátria, na hora zero, se colocou ao lado dos que impediram que o Brasil entrasse na escuridão de um regime totalitário.

Em que pese saber o carinho que cultivou ao longo da vida pelo seu velho Doze de Cavalaria, sei que é aqui nesta Casa que ele gostaria de ficar. Ao lado dos seus cadetes, que um dia comandou na defesa da Pátria, íntegra e democrata(...)”

Coronel Alcio Barbosa da Costa e Silva

- Natural da Cidade de Juiz de Fora, MG.
- Pertence à Turma de 1946 da Escola Militar de Resende, depois Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- De agosto de 1962 a agosto de 1963, chefiou a Estação-Rádio PTA-2 do "Batalhão Suez" (III/2º RI), batalhão brasileiro da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), acantonado na Cidade de Rafah, Faixa de Gaza, Egito. Em junho de 1964, foi nomeado, por necessidade do serviço, Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra – D5, Divisão Técnica, como Assessor para Comunicações.
- Possui o curso de Comando e Chefia, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1962, e do Instituto Militar de Engenharia (IME), este concluído em janeiro de 1956 na especialidade de Comunicações, tendo sido incluído, em março de 1961, na Arma de Comunicações.
- Tanto em 1961, no episódio da Legalidade, como em 1964, na eclosão da Revolução, no posto de Major, encontrava-se em Porto Alegre, no Comando do III Exército, como Chefe da Seção de Serviço-Rádio nº 3 do Ministério da Guerra.
- O Coronel Alcio é filho do Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República do Brasil, de março de 1967 a agosto de 1969.

Entrevista realizada em 30 de setembro de 2004.

Creio que sou dos poucos oficiais que, em 1961, quando do movimento que se chamou de "Legalidade" e, em 1964, por ocasião da Revolução de 31 de Março, estava na mesma função: Chefe Seção/3 do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra, que englobava a Estação-Rádio RS-1 e Rede-Rádio da 3ª Região Militar, em Porto Alegre-RS. Por esta razão, como pródromo da Revolução, relatarei o que vivi em Porto Alegre durante a "Legalidade".

Para que seja entendido ao relatar fatos "pós 31 de Março de 1964", devo esclarecer que, após a vitória da Revolução, pedi a meu pai, General Costa e Silva, já Ministro da Guerra, que me transferisse para o Rio de Janeiro, pois queria que ele contasse com a presença de seus netos – na época três garotos e uma menininha que nasceu justamente em novembro de 1964 – naqueles dias difíceis que, certamente, iria viver.

Transferiu-me então para o seu Gabinete, tendo sido designado para a D/5 – Divisão Técnica – na função de Assessor para Comunicações. Nesta ocasião, eu era Major, Engenheiro de Comunicações, formado pela então Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME).

Com minha mulher e filhos, fomos residir em companhia de meus pais, no Palacete Laguna, no Maracanã, então residência oficial do Ministro da Guerra, tendo, para isso, colocado o meu mobiliário em um guarda-móveis.

Até 1966, já como Tenente-Coronel, desempenhava a função de Oficial de seu Gabinete na D/5 e de seu "Oficial de Gabinete para o que fosse" quando estávamos em casa. Geralmente, ficava uniformizado até a noite, ao deitar-me.

Em 26 de maio de 1966, fui promovido a Coronel e transferido para a Reserva. Desde então, não mais exerci qualquer função pública.

Depois que o General Costa e Silva foi empossado Presidente, eu, ocasionalmente, ia a Brasília, sempre acompanhado de minha mulher e de meus filhos, em visita familiar. Nunca ocupei qualquer cargo no Governo.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, a partir de 1961, quando se deu a renúncia de Jânio Quadros?

Em 1961, servia, conforme já citei, como Major "T", Chefe da Rede Rádio Regional da 3ª RM (do Serviço Regional de Comunicações da 3ª RM), cumulativamente com a Chefia da Estação-Rádio RS-1 (do Serviço Rádio do Ministério da Guerra).

Encontrava-me no desfile do Dia do Soldado (25 de agosto de 1961) quando foi recebida a notícia da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Naquela época, eu havia passado a chefiar a recém-criada "SERRA/3", do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra, que englobava a Rede-Rádio Regional da 3ª

RM e a Estação-Rádio RS-1 (Coletora da Rede Rádio Regional da 3ª Região Militar e responsável pela ligação com o Rio de Janeiro e com Curitiba, III Exército).

O Comando do III Exército estava instalado no 4º andar de um prédio situado na Rua dos Andradas (Porto Alegre, centro da cidade). Em um andar acima – o 5º e último andar do mesmo prédio – estavam instaladas a Chefia de SERRA/3 e a Central-Rádio de RS-1.

A Estação-Rádio RS-1 era constituída pela Central-Rádio (sala de operação), acima citada, uma Estação Transmissora e uma Estação Receptora. Estas duas últimas instaladas em terrenos de Unidades localizadas em bairros afastados do Centro da Cidade de Porto Alegre.

A ligação operacional entre a Central-Rádio e as Estações Transmissora e Receptora era feita em VHF com equipamentos multiplexados que possibilitavam a manipulação remota dos transmissores e o envio dos sinais de recepção para a Central-Rádio.

Todas as comunicações, por teletipo, telegráficas ou radiotelefônicas, eram feitas em *full-duplex*, modalidade de operação similar à da telefonia comercial, que permite o envio simultâneo de mensagens nas duas direções. Em outras palavras, conversação sem o uso da palavra "câmbio".

Além disto, havia linhas diretas (a magneto) para ligação de voz entre a Central-Rádio e as Estações Transmissora e Receptora.

O tráfego com o Rio de Janeiro era feito via teletipo. Excepcionalmente, eram feitos comunicados em radiotelefonia (ondas curtas), sem qualquer tipo de sigilo.

Para falar desse período, temos que destacar a chamada "Cadeia da Legalidade", rede de emissoras de rádio criada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que defendia a posse de João Goulart na Presidência da República.

Inicialmente, devo lembrar que o Comandante do III Exército era o General José Machado Lopes e o Chefe do Estado-Maior do III Exército, o General Antonio Carlos da Silva Muricy.

Para se ter uma idéia de como atuava o Governador Brizola, vale recordar um telefonema dele ao General Costa e Silva, então Comandante do IV Exército:

– Como é, "gauchão velho", podemos contar com esse IV Exército?

– Governador... Eu sou militar, e só cumpro ordens do Ministro da Guerra e desligou.

Sobre o funcionamento da "Cadeia da Legalidade", lembro-me que, certo dia, com a "Cadeia" em pleno funcionamento, fui chamado pelo General Muricy, Chefe do Estado-Maior do III Exército, como já citei, o qual me disse:

– Major Alcio, o General Machado Lopes quer fazer cessar as transmissões da "Cadeia da Legalidade". Como se pode fazer isto?

– Muito facilmente General... A Rádio Farroupilha, que foi requisitada pelo Governador e está transmitindo do subsolo do Palácio do Governo, para onde foram instaladas linhas diretas, é a estação mais potente do Rio Grande do Sul e está sendo retransmitida por todas as outras integrantes da "Cadeia da Legalidade". A torre de transmissão da Rádio Farroupilha está instalada no bairro de Serraria, próximo ao nosso 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º Rec Mec). O III Exército tem ligação via rádio com o Regimento. Basta o General ordenar que um carro de combate se dirija à torre e a derrube... Pronto!... Acabou-se a transmissão!

– Mas o General não quer danificar o patrimônio do Estado – disse o Muricy.

– O senhor me coloca dentro da casa do transmissor, que fica junto à torre, e eu, com um alicate de corte e uma chave de fenda, tiro o transmissor do ar, sem danificá-lo permanentemente – disse. – Garanto a V. Exa. que serão necessários alguns meses para que o transmissor volte a funcionar.

– Boa idéia! – exclamou o General Muricy. – Entretanto, temos informações de que há um pequeno grupo de soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, armado com metralhadoras, protegendo o transmissor e a torre da Farroupilha. Mas não há nada... vou chamar agora mesmo o Capitão Leal, Comandante da Companhia de Guardas, para garantir o seu acesso ao transmissor da Farroupilha.

Algum tempo depois, chegava ao Quartel-General (QG) do III Exército o Capitão Leal, meu dileto amigo, trazendo três viaturas-choque com a tropa que, como o Capitão Leal, se apresentava preparada para combate...

Novamente fui chamado pelo General Muricy que explicou ao Capitão Leal qual seria a sua missão: colocar-me dentro da casa do transmissor da Rádio Farroupilha. Pediu que esperássemos na ante-sala, pois iria solicitar ao General Machado Lopes a ordem para dar início à operação. Estamos esperando até hoje!...

Quais foram as principais ações do então Governador Leonel Brizola?

O Governador Brizola, em tempo recorde, tomou as seguintes providências:

– Requisitou toda a gasolina e todos os pneus do Estado.

– Reuniu todas as viaturas-caçamba do DER, no aterro do Rio Guaíba. Essas viaturas, feitas para transportar grandes pedras, têm carroceria de aço e podem atuar como transportes blindados de pessoal.

– Requisitou a Rádio Farroupilha e fez instalar linhas diretas para o Palácio do Governo.

– Determinou que todas as Estações do Estado retransmitissem a Rádio Farroupilha, formando a "Cadeia da Legalidade". Posteriormente, estações de outros Estados passaram a integrar a Cadeia.

– Montou um sistema de escuta nas transmissões do Exército. Note-se que, nos momentos críticos, os generais preferiam falar em fonia em vez de enviar mensagens telegráficas cifradas, mesmo alertados para o fato de que as comunicações em fonia não tinham sigilo algum. Qualquer pessoa que possuísse um receptor de ondas curtas poderia ouvi-las e gravá-las.

– Fez organizar Companhias a três Pelotões com os empregados da Carris (Cia. de bondes) e da Cia. Força e Luz, ambas de propriedade do Estado. Essas "tropas", com comandantes de frações e tambor à frente, desfilavam pela Rua dos Andradas, em frente ao Quartel-General do III Exército. Das janelas do QG – que estava cercado de arame farpado – a tudo assistíamos, completamente perplexos...

– Instalou postos com metralhadoras nos tetos e terraços dos edifícios que circundavam o QG do III Exército. As janelas da Central-Rádio, que era localizada no 5º e último andar do QG, estavam a cerca de dez metros da posição de certas metralhadoras.

– Montou postos de coleta de sangue em vários pontos de Porto Alegre e arregimentou combatentes e enfermeiros voluntários.

Como resultado dessas ações, o III Exército ficou praticamente imobilizado.

Como foi a conversa em fonia do General Orlando Geisel com o General Machado Lopes?

Em ocasião que não sei precisar, a Central-Rádio do Ministério do Exército (Rio) avisou-nos que o General Geisel (não disseram qual dos Geisel) desejava conversar em fonia com o General Machado Lopes.

Mandei avisar ao General Muricy que, instantes após, entrava na minha Central-Rádio trazendo consigo o General Machado Lopes. Alertei ao General Machado Lopes que a fonia não dispunha de sigilo; poderia ser captada por qualquer pessoa que tivesse um receptor de ondas curtas.

Avisei à Central-Rádio do Rio que o General Machado Lopes já estava presente e permaneci junto aos equipamentos, atuando como operador. Segue-se o diálogo.

– Pronto... aqui é o General Machado Lopes.

– Aqui é o General Geisel. Estamos escutando aqui a "Cadeia da Legalidade" (A Rádio Farroupilha, além de potente, operava, também, em ondas curtas). Não é possível que o Governador Brizola esteja requisitando Estações de Rádio-Difusão, já que o Poder Concedente é o Governo Federal.

O General Machado Lopes permaneceu em silêncio. Volta o General Geisel:

– Alô General! Está me ouvindo?

– Sim... Estou escutando...

– General... Isto não pode continuar! Tome o Palácio Piratini, prenda o Governador Brizola, recorrendo ao bombardeio, se necessário.

O General Machado Lopes largou o aparelho telefônico sobre a mesa de operação do bastidor de fonia e dirigiu-se a uma das janelas da Central-Rádio. Acendeu um cigarro e ali ficou, olhando para fora, entregue, sabe-se lá, a que pensamentos. Pela janela via, certamente, as metralhadoras da Brigada Militar apontadas para o QG do III Exército. Creio que já era noite. O General Geisel insistiu:

– General! O senhor está me ouvindo?

O General Machado Lopes, voltando da janela, e sem tocar no aparelho telefônico, observou: "Não serei eu quem vai iniciar o derramamento de sangue!" E voltando à mesa de operação, segurando o aparelho telefônico, disse:

– Não vou cumprir esta ordem por ser inconstitucional.

Largou o aparelho sobre a mesa e retirou-se da Central-Rádio. O General Geisel persistia:

– Alô... alô... General Machado Lopes... Como inconstitucional...?!

– Aqui é o General Muricy. O General Machado Lopes já se retirou da sala.

Dito isto, o General Muricy também se retirou da Central-Rádio. Pegando o aparelho telefônico, eu disse:

– Alô PTA-Rio; aqui é PTT-Porto Alegre, operando o Major Alcio. Os Generais Machado Lopes e Muricy já se retiraram da sala.

– Ok, Major – disse o Operador de PTA-Rio. – Então, está encerrada a fonia.

Convém lembrar, mais uma vez, que as transmissões, tanto do Ministério da Guerra – Rio como do QG do III Exército, que não contavam com nenhuma espécie de sigilo, podiam ser ouvidas por quem possuísse um receptor de ondas curtas.

Alguns minutos após o contato acima relatado, a "Cadeia da Legalidade" noticiava, com detalhes, a conversa entre o General Geisel e o General Machado Lopes, dando ênfase ao trecho "recorra ao bombardeio, se necessário".

Momentos após, anunciava que o Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, saíra da Catedral – vizinha ao Palácio do Governo do Estado – e se assentara em uma cadeira na frente do Palácio. Na Revolução de 31 de Março de 1964, Dom Vicente Scherer se posicionou ao lado do Movimento, cansado, sem dúvida, da subversão e anarquia generalizada promovida por João Goulart e Brizola no período de 25 de agosto de 1961, quando houve a renúncia de Jânio Quadros, a 30 de março de 1964, data da reunião do Presidente da República no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, com os sargentos, na tentativa de liquidar com a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Em 1964, depois da vitória da Revolução, providenciei, como Assessor de Comunicações da D-5 – Divisão Técnica – do Gabinete do Ministro da Guerra, com autorização do meu Chefe, o então Coronel "T" Façanha e, naturalmente, do Minis-

tro da Guerra, a aquisição de transceptores Collins e Misturadores de voz Marconi para o Gabinete do Ministro, para os Comandos de Exército e para o Comando Militar da Amazônia. Esta iniciativa, que foi imediatamente acolhida, deveu-se àquele problema ocorrido em 1961. Só foi possível em face da eclosão da Revolução, que se empenhou também em dar maior segurança às ligações entre as autoridades.

O que o senhor gostaria de relatar a respeito da sua participação na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Como em 1961, eu chefiava a SERRA/3 (Rede-Rádio da 3ª RM e Estação-Rádio RS-1). Era subordinado administrativamente à 3ª Região Militar e tecnicamente ao Serviço Rádio do Ministério da Guerra.

A Presidência da República criara uma Rede-Rádio própria, em fonia, sem sigilo, ligando o Planalto com os Comandos dos Exércitos e, certamente, com outras autoridades. O equipamento destinado à ligação com o Comandante do III Exército foi instalado na Central-Rádio de RS-1 que ficou responsável por sua operação.

O equipamento não operava em dúplex. Quem transmitia usava um microfone com uma tecla que era pressionada enquanto se falava e solta quando se recebia. Ouvia-se através de um alto-falante. Não havia indicativos de chamada nem horários de tráfego préestabelecidos. Eram usados “Presidência” e, no nosso caso, “III Exército”, quando ocorresse a necessidade de comunicação.

A ligação “Presidência” – “III Exército” nunca foi usada, salvo na ocasião que citarei, mais à frente, nesta entrevista.

Dias antes da eclosão da Revolução era Comandante do III Exército o General Benjamin Galhardo que passou o Comando, por ordem do Presidente João Goulart, para o General Ladário Pereira Telles. Respondia pela Chefia do Estado-Maior do III Exército o Coronel José Codeceira Lopes.

Neste momento, cabe uma palavra sobre os radiogramas “CS”, que, na verdade, eram as iniciais do nome do General Costa e Silva, que havia se declarado Comandante em Chefe do Exército Nacional, por ser o oficial-general revolucionário mais antigo.

Em ocasião que não sei precisar, o operador de teletipo veio avisar-me que estavam chegando do Rio várias mensagens, dirigidas ao Comandante do Exército e Comandantes de GU’s (Grandes Unidades) da 3ª Região Militar. Todas tinham o mesmo texto, que reproduzo, não literalmente, mas em sua idéia:

“Nr CS-1-URGENTE; Cmt III Ex, Cmt x DI ou x DC.

Informo Vossência que em reunião realizada neste Quartel-General, com a presença de todos os generais em função no Rio de Janeiro, na condição de ser o mais

antigo dos presentes, assumi o Comando-em-Chefe do Exército Nacional. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional."

Recolhi, pessoalmente, as mensagens para o III Exército, Divisões de Infantaria (DI) e Divisões de Cavalaria (DC) e as levei para as posições de telegrafia determinando que fossem transmitidas de imediato. Toda a rede da 3ª Região Militar estava em escuta permanente.

Retive, comigo, a mensagem destinada ao Comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles, homem de confiança do Presidente João Goulart, recém-chegado no III Exército. As respostas dos Comandantes das GU começaram a chegar minutos após e foram por mim encaminhadas ao teletipo que nos ligava com o Rio de Janeiro. Não há como recordar o texto das respostas dos Comandantes, cada uma apresentando diferentes redações, mas todas elas vinham dentro da seguinte linha:

"Nr.... URGENTE

General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.

Ministério da Guerra – Rio

Acuso o recebimento da mensagem CS-1. Informo que esta GU acatará as ordens de Vossa Excelência. a. General X, Comandante da GU."

Após a confirmação de que a Central-Rádio do Ministério da Guerra recebera todas as respostas das GU's da 3ª Região Militar, mandei o estafeta entregar a mensagem destinada ao Comandante do III Exército.

Dando seguimento aos Radiogramas de Prefixo "CS..." recebemos a seguinte mensagem. Impossível lembrar o seu conteúdo exato. Apresento sua idéia:

"CS... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Determino Vossência prisão imediata agitador Leonel Brizola. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional."

De imediato, mandei um estafeta entregar a mensagem ao III Exército. Decorridos alguns minutos, chegou à Central-Rádio o Coronel Codeceira, que me mostrou o radiograma, solicitando:

– Alcio, diga ao seu pai que isto é um absurdo! O General (Ladário) não pode cumprir esta ordem!

– Coronel, sou um Major, Chefe da Estação-Rádio deste Quartel-General – respondi. – Minha função é fazer transmitir e receber radiogramas expedidos por quem tenha este direito. Faça o senhor um radiograma que mandarei transmiti-lo.

Depois de murmurar algumas palavras das quais não me recordo, o Coronel Codeceira, deixou a Central-Rádio. Cerca de quinze minutos se passaram e outro radiograma chegou (Igualmente não me recordo de seu texto exato, mas de sua idéia):

"CS.... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Exijo resposta ao meu radiograma CS... (e citava o número do radiograma anterior, acima apresentado). a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional."

Como sempre, mandei um estafeta entregar o radiograma. Decorridos alguns minutos, veio à Central-Rádio o Coronel Codeceira:

– Alcio, peça a seu pai para ter um pouco de paciência! O General (Ladário) está estudando uma resposta.

– Mas Coronel, já lhe disse que não me compete enviar mensagens a autoridades às quais não estou ligado funcionalmente. Redija o senhor uma mensagem ao General Costa e Silva que, dentro de minha função, a farei transmitir de imediato.

Não me recordo a continuação do diálogo, mas posso afirmar, com segurança, que foi encerrado com o afastamento do Coronel. Mais uns quinze minutos foram decorridos e novo radiograma foi recebido do Rio de Janeiro, do qual não me recordo de seu texto exato. Apresento sua idéia:

"CS... URGENTE; Comandante do III Exército, Porto Alegre – RS.

Determino Vossência passar o Comando para o General Poppe de Figueiredo, que já se dirige para Porto Alegre, e se apresentar preso neste Ministério. a. General Arthur da Costa e Silva, Comandante-Em-Chefe do Exército Nacional."

Minutos após, foi recebida na Central-Rádio a resposta do General Ladário, imediatamente enviada para o Rio de Janeiro. Como das demais mensagens, não me recordo do texto exato. Apresento a sua idéia:

"Nr... / III Exército

General Arthur da Costa e Silva, Comandante-em-Chefe do Exército Nacional.

Ministério da Guerra, Rio de Janeiro.

Ciente CS... (e citava o número do radiograma anteriormente recebido). Aguardarei o General Poppe de Figueiredo e seguirei para o Rio de Janeiro no primeiro avião. a. General Ladário, Comandante do III Exército."

Coronel Alcio, o senhor lembra, durante aqueles momentos difíceis, de mais algum fato que merecesse realce?

Recordo-me que, em dado momento, recebi a sugestão de afastar um sargento-telegrafista da operação telegráfica.

A Chefia do Serviço-Rádio do Ministério da Guerra (Sv Rd Min Guerra) sugeriu que eu retirasse da operação telegráfica aquele sargento-telegrafista, ao que sabiam, um "brizolista" atuante. Chamei o sargento à minha sala e lhe disse que fora aconselhado a retirá-lo da operação telegráfica, por suas convicções políticas. Mas que acreditava na sua lealdade ao Serviço-Rádio e que ia continuar deixando que

operasse normalmente. Visivelmente sensibilizado, agradeceu-me e declarou que não desmereceria a confiança que nele eu estava depositando.

Apesar disto, determinei aos tenentes chefes das estações transmissora e receptora – ambos telegrafistas – que monitorassem as transmissões do operador em questão e me informassem de qualquer anormalidade. Para minha satisfação, nada de anormal me foi informado.

Releva citar que os sargentos do QG do III Exército receberam submetralhadoras INA. Os oficiais ficaram armados com suas pistolas ou revólveres regulamentares. Eu e os meus sargentos-telegrafistas continuamos desarmados.

Quando foi usada a Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército"?

O emprego da Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército" ocorreu para possibilitar a conversa, via rádio, do Presidente João Goulart com o Governador Leonel Brizola. A Presidência da República ligou para Porto Alegre (Rede da Presidência: "Planalto" e "III Exército") e disse que o Presidente desejava falar com o Governador. O Governador Brizola foi chamado e, acompanhado pelo Coronel Codeceira, veio até a Central-Rádio do III Exército.

Cumprimentei o Governador e o Coronel Codeceira e pedi ao meu auxiliar, Tenente Especialista Dorvalino (Dorvalino Siqueira Duarte), que providenciasse o contato solicitado pela Presidência. Os visitantes foram conduzidos até ao equipamento da Rede da Presidência; o Tenente Dorvalino chamou a "Presidência" e informou que o Governador Brizola já se encontrava junto ao aparelho.

Neste ínterim, passei para a Seção de Teletipos que ficava separada por meia parede do local onde estavam os visitantes. Operando o teletipo que estava em comunicação permanente com a Central-Rádio do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, digitei: "Aqui Major Alcio. Favor chamar ao aparelho o Major Marsiaj" – Major "T" Jorge Marsiaj Leal, meu colega de turma no IME. Após instantes, a resposta do Rio de Janeiro:

– Pronto Alcio. Aqui Marsiaj operando.

– Marsiaj – e tirei o papel da minha máquina para que nenhum curioso olhasse por sobre os meus ombros e visse o que estava sendo transmitido – se estiver me recebendo bem, balance o carro duas vezes.

Os teletipos movem o carro impressor para cima e para baixo se isto for comandado. Em resposta o carro do meu teletipo balançou duas vezes, sinalizando que o Major Marsiaj estava me recebendo bem. Então, lhe informei:

– Escutem a Rede da Presidência agora! O Jango vai conversar com o Brizola que está aqui na minha sala; se entendeu, balance o carro duas vezes e vai fazer a escuta!

O carro balançou duas vezes. O Tenente Dorvalino, operando o equipamento, informou que o Governador já se encontrava junto ao aparelho. Disse, então, o Presidente Goulart:

– Governador Brizola, eu desejava ir para Porto Alegre e gostaria de saber como está a situação aí...

– Olhe, Presidente... a situação não é das melhores... Houve muitas defecções... mas nós podemos contar com os sargentos... Venha Presidente!...

O Presidente, sem entusiasmo, respondeu que iria para Porto Alegre.

Após o contato pelo rádio, retiraram-se da Central-Rádio o Governador Brizola e o Coronel Codeceira. Minutos após, o Coronel Codeceira retornou à Central-Rádio e me perguntou:

– Alcio, o que há entre você e o Governador Brizola?

– Que eu saiba, nada. Esta é a primeira vez que estou junto do Governador. Por que a pergunta, Coronel?

– Porque o Governador, ao sair daqui, me perguntou: "Vocês ainda mantêm 'este Costa e Silva' responsável pelas comunicações do III Exército?!"

Presumo que o Governador sabia da minha atuação no episódio da "Legalidade".

Conforme havia sido acertado na comunicação pela Rede da Presidência, o Presidente João Goulart foi de avião para Porto Alegre, acompanhado da mulher e filhos. De Porto Alegre, foram, por terra, para o Uruguai.

Até o Presidente e sua família chegarem ao Uruguai, o Exército tratou de protegê-los, já que um acidente com eles poria por terra, de certa forma, a brilhante vitória da Revolução, sem mortes e sem derramamento de sangue. Um fato, sob todos os aspectos, extraordinário.

Coube ao Itamarati, por intermédio de nossa Embaixada em Montevidéu, avisar da chegada, a salvo, dos viajantes, Jango e família, à sua estância. A notícia trouxe um alívio geral!...

Os populistas e os seus aliados comunistas, já donos do governo, foram literalmente derrotados, sem oferecer resistência. A democracia estava salva e as liberdades individuais garantidas, exceto para os terroristas e seus cúmplices que tentaram, posteriormente, sobretudo a partir de 1968, novo golpe contra o regime, na sua obsessão de implantar o totalitarismo de esquerda no Brasil. As suas ações foram, mais uma vez, totalmente desbaratadas, tanto as de guerrilha urbana, como, mais tarde, às de guerrilha rural, cabendo esse feito fascinante, fundamentalmente, à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, pelo Presidente Costa e Silva, com o apoio de todos os seus Ministros, e à sua primorosa execução pelo Presidente Médici, tendo como Ministro da Guerra o General Orlando Geisel.

Em 1965, após o embarque do Ministro Costa e Silva para o Oriente Médio e Europa, alguns jornais publicaram manchetes e fizeram grande alarde da frase que o ministro dissera antes de deixar o Brasil: "Vou Ministro e volto Ministro." No noticiário, a conotação dada foi de uma manifestação de autoridade, como se o Ministro quisesse dizer que o Presidente Castello Branco não poderia demiti-lo durante o seu afastamento do País. O senhor tem algo a dizer sobre isto, já que na época era Oficial do Gabinete do Ministro Costa e Silva?

Quem soubesse da amizade que unia o Ministro Costa e Silva e o Presidente Castello Branco, e da lealdade do Ministro ao Presidente, jamais poderia acreditar na conotação dada à frase pelo noticiário então publicado.

A quem interessar possa, narro o fato que deu ensejo à frase citada.

Como integrante da Comitiva do Ministro, eu estava ao seu lado, junto à escada do avião da Varig que o levaria ao exterior. Grande, enorme, era o número de oficiais das três Forças que compareceu ao embarque.

Em determinado momento, um repórter se aproximou do Ministro e perguntou: "Ministro, o senhor vai como Ministro e volta candidato à Presidência da República?" Ao que respondeu o Ministro: "Meu rapaz, vou Ministro e volto Ministro."

Coisa da mídia...

Decorridos um ano e meio da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, nos primeiros dias de outubro de 1965, após as eleições que levaram a oposição ao governo dos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, houve um movimento de alguns revolucionários mais exaltados da chamada "Linha Dura", no sentido de não permitir o continuísmo do Presidente Castello Branco. Qual foi a posição adotada pelo Ministro Costa e Silva?

O Ministro decidiu, no dia 6 de outubro de 1965, ir à Vila Militar, ao 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio – onde reuniu todos os oficiais da guarnição do Rio de Janeiro e os Veteranos da FEB – ocasião em que pronunciou um discurso alusivo à FEB, e que, em seu final, demonstrava sua lealdade ao Presidente Castello, concitando os oficiais para que confiassem nas autoridades responsáveis por levar a bom termo os objetivos revolucionários. Passo a ler a parte final do seu discurso proferido naquela difícil fase por que passou a Revolução, após o qual se dissiparam as nuvens cinzentas que toldavam o céu da Pátria.

"(...)Meus amigos, atravessamos uma fase nova nesse País, uma fase que ouso a ainda chamar revolucionária, ditada desde aquele dia de 31 de Março, quando o Exército, violentando os seus princípios, mas prestando homenagem à aspiração popular, foi à rua para afastar aqueles que procuravam levar esse País pelas sendas

misteriosas, difíceis e inconfessáveis, espinhosas, de um caminho que essa Nação repudia, que o nosso espírito de homens, de cidadãos de um país livre, não tolerará jamais... (Aplausos)

Quero afirmar-lhes, e é com orgulho que eu o faço, que o espírito revolucionário prevalece hoje mais do que nunca; temos uma revolução *sui generis*, uma revolução que, após um ano de sua implantação, só tem problemas para conter aqueles que são por demais revolucionários... (Aplausos) Não tememos, de modo algum, contra-revoluções, preocupa-nos, sim, o entusiasmo, o ardor dessa mocidade que quer mais revolução (Aplausos), mas eu lhes garanto meus amigos, eu lhes garanto meus jovens comandados que nós sabemos onde pisamos. Os chefes atuais, como eu disse ontem e repito hoje, são tão revolucionários quanto os jovens revolucionários. (Aplausos)

Eu lhes garanto que não retornaremos ao passado (Aplausos). O Presidente da República acaba de autorizar-me a dizer-lhes que não retornaremos ao passado. E por que não retornaremos ao passado? Por que podemos asseverar com esta convicção e com esta fé que não retornaremos ao passado? Porque nós estamos unidos, a farda está unida, seja na Marinha, seja na Aeronáutica, seja no Exército. E nós fizemos a Revolução de 31 de Março, e, se nós a fizemos, nós saberemos conservá-la, preservá-la e continuá-la! Meus amigos, enquanto essa unidade, enquanto essa coesão existir, eles não tomarão jamais conta deste País! (Aplausos)

Senhores, as armas contra nós são terríveis! É a arma dos impotentes, é a arma daqueles que não podem se assenhorear do que nós conquistamos e que saberemos conservar; é a arma da intriga, é a arma do boato, é a arma da solércia procurando solapar a união entre os chefes militares, mas não o conseguirão! Acabo de trazer a palavra de sua Excelência o senhor Presidente da República, desmanchando, reduzindo a nada a intriga que ainda ontem circulou aqui pela Vila Militar, que sua Excelência trabalhava em prol de seu continuísmo. É mentira, eu afirmo, o Presidente da República é um homem digno, um homem que merece o nosso crédito e o nosso respeito e há de ter esse respeito por bem ou por mal!... (Aplausos)

Ai daqueles que tentarem romper as cordas que dirigem esta Revolução, cordas que são de aço e não se romperão jamais, de nada valerá a intriga! Deixem que eles ocupem os lugares que agora acabam de conquistar numa eleição consentida, propositadamente consentida, para mostrar que não serão esses homens que mudarão o regime, não serão esses homens que irão solapar a nossa Revolução! (Aplausos) Não há perigo, senhores, eu afirmo sob a minha fé, do meu grau e do meu posto!

Devo dizer-lhes, porém, que é preciso, isto sim, confiar nos chefes, confiar nos homens que fizeram esta Revolução com sacrifício e que se vem sacrificando há

muitos anos para atingir esse estágio, que é a revolução atual, de unidade de espírito, unidade de ação, unidade de confiança em torno dos chefes, porque nós seremos dignos do passado, nós seremos dignos de vocês que foram à Europa com a Força Expedicionária Brasileira, e que lá combateram! Nós seremos dignos daqueles que lá ficaram, que sucumbiram por esse Brasil. (Aplausos)

Muito obrigado a todos." (Aplausos)

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Álvaro Ribeiro da Costa, andou declarando, naquele mesmo mês de outubro de 1965, que estava na hora das tropas voltarem aos quartéis. Que resposta o Ministro Costa e Silva deu ao referido magistrado?

Ele respondeu por meio do discurso que fez, em 22 de outubro de 1965, no encerramento das manobras do II Exército, em Itapeva – SP, aproveitando a presença do Presidente Castello Branco. Gostaria de sintetizar a resposta com o seguinte trecho desse discurso:

"(...)O Presidente do Supremo Tribunal Federal nos coloca no mesmo plano daqueles homens que nós combatemos ontem, devolvendo, à Nação fragilizada, a paz, a integridade que estava ameaçada pelos comunistas. Na qualidade de soldado, de velho soldado com 47 anos de serviço à Pátria, eu revido, veementemente essa agressão. (Aplausos)

Será possível, senhores, que esses homens estejam esquecidos da ação das Forças Armadas a 31 de Março? Será possível que não tenham consciência da agressão que nos dirigem?

Senhores, aí estão palavras com que nós militares somos "brindados" por Sua Excelência, o senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, esse mesmo Tribunal Federal que nós militares tendo à nossa mercê, nos primeiros dias de abril de 1964, preservamos de qualquer mutilação, com a ilusão de que esse alto Tribunal saberia compreender a Revolução que acabávamos de tornar vitoriosa quando, atendendo às inspirações e aspirações do povo, fomos à rua para acabar com o comunismo que se procurava implantar nesse país. (Aplausos)

Quando os Jangos e os Brizolas procuravam subverter a disciplina militar, fechar o Congresso Nacional e compuscar a ação dos juízes, o Exército veio à rua para restabelecer a ordem, a disciplina, a decência, a austeridade no governo e o fizemos certos de que não defendíamos nem partidos, nem instituições, nem interesses de classes, mas sim que nós defendíamos a integridade Pátria.

Agora, somos mandados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, somos mandados recolhermo-nos aos quartéis. Mas por que saímos dos quartéis? Saímos dos quartéis a pedido do povo, a pedido da sociedade que se via ameaçada, e só voltare-

mos para os quartéis quando o povo assim o determinar." (Aplausos) (Locutor da Rádio Gazeta de São Paulo: Palavra do General Costa e Silva sobre aclamação da oficialidade do II Exército, transmitida pela Rádio Gazeta de São Paulo, aqui em Itapeva).

"E o povo ainda nos quer de armas não ensarilhadas, mas de armas empunhadas para evitar, que voltem a este País, a subversão, a corrupção, a indisciplina e o desprestígio internacional. (Aplausos)

Há um ano e meio, quando com sacrifício, quando com exemplo magnífico de civilismo, de misticismo civilista de Sua Excelência o Presidente da República, nós conservamos este regime que se diz democrático, mas quer ser ditatorial por intermédio da ditadura do judiciário. (Aplausos)

Há um ano e meio, depois de tanto sacrifício, depois de tanta dedicação, dando a esse País a paz, a tranqüilidade necessária para o seu desenvolvimento, há um homem, de alta responsabilidade, dizendo que devemos voltar aos quartéis. Não! (Aplausos) Só voltaremos aos quartéis quando o povo determinar (Aplausos), ou, então, quando Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que é o Executivo nesse País, disser: 'Voltem aos quartéis'. (Aplausos)

O termo 'voltem aos quartéis' é uma metáfora, porque na realidade nós não saímos dos quartéis e a prova está nesse exercício que acabamos de realizar. A prova está nas manobras programadas para Mato Grosso no próximo mês. Segunda-feira, dia 25, estarei em Resende assistindo a uma grande operação dos nossos pára-quedistas que arriscam as suas vidas diariamente.

Senhores, eu não queria me exaltar nesse momento, mas ofendido, agredido na minha classe, eu não posso deixar de revidar essa afronta, aconteça o que acontecer (Aplausos). Disseram alhures que o Presidente da República estava fraco politicamente, não nos importa. Se ele estiver fraco politicamente, está forte militarmente!"(Aplausos)

Fico por aqui, embora a resposta ao Doutor Álvaro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal, seja bem longa. Está na sua íntegra gravada no CD que deixo para o Projeto.

Ainda em outubro de 1965, mais precisamente em 28 daquele mês, o General Costa e Silva deu uma entrevista à Rádio Gazeta de São Paulo tratando principalmente do Ato Institucional nº 2, que marcava as eleições à Presidência da República para outubro de 1966. Que aspectos dessa entrevista o senhor gostaria de salientar?

Para não ser longo, eu vou me ater às duas últimas perguntas dessa entrevista porque contribuíram efetivamente para que se entrasse nessa 2ª Fase da Revolução sem maiores sobressaltos, apesar da difícil conjuntura que caracterizava a vida

nacional. Essa entrevista completa se encontra gravada, sem edição, no "CD", que deixarei para o Projeto. No referido "CD", com a voz de meu pai, encontram-se, além da entrevista da Rádio Gazeta – SP, o discurso por ele feito no fim do curso da EsAO, em 21 de junho de 1965; o discurso de apoio ao Presidente Castello Branco na Vila Militar (1º RI) em 6 de outubro de 1965; e o discurso de 22 de outubro de 1965, em Itapeva – SP. Vejamos as duas perguntas selecionadas da entrevista à Rádio Gazeta de São Paulo com as respectivas respostas.

Locutor da Rádio: "Ministro Costa e Silva, pelo novo Ato Institucional nº 2, ontem assinado, vamos ter, em outubro de 1966, eleições indiretas e fala-se muito no nome de Vossa Excelência. Caso Vossa Excelência fosse convidado, aceitaria a indicação do seu nome como candidato de unificação nacional, vamos chamar assim, nas eleições indiretas de 1966?"

General Costa e Silva: "Aceitaria, já é condicional; por que vamos condicionar coisas que ainda estão bastante longe, não é? O melhor é considerar prematura e até impertinente a sua pergunta; impertinente não significa, aqui, não pertinente, não é; no caso, eu acho melhor dizer que não é, ainda, pertinente."

Locutor da Rádio: "Finalmente, Ministro Costa e Silva, através do microfone da Rádio Gazeta uma mensagem a todo o povo brasileiro que viveu horas de apreensão nestes vintes dias de crise e que agora precisa paz e tranqüilidade para que possamos, todos nós muito em breve, ver o nosso País se projetar, cada vez mais, se transformando numa das maiores potências do mundo. Ministro Costa e Silva pelo microfone da Rádio Gazeta."

General Costa e Silva: "Especialmente, o que diz o Ato nº 2? O Ato nº 2 visa justamente a restabelecer a confiança do povo na Revolução de 31 de Março, Revolução que foi feita por inspiração popular e para o povo; indiscutivelmente, não se pode dizer que o governo da Revolução só tenha tido acertos. Não, somos homens e os homens cometem erros, imperfeições. Querer a perfeição num governo de um País que estava estraçalhado na sua estrutura moral, na sua estrutura governamental, na sua estrutura econômica, financeira, social, a ponto de instituições, de tradições sólidas, como são as classes armadas, estarem na iminência de corrosão, de destruição daqueles elementos basilares que sustentam uma organização militar – a hierarquia e a disciplina.

Os problemas graves são de ontem, mas o povo parece que esquece rapidamente de tudo isso; não o povo, mas, principalmente, os homens de classes mais elevadas, aqueles que têm responsabilidade na sociedade. Refiro-me, principalmente, às classes produtoras, às classes ricas de ontem, assustadas, temerosas, acovardadas mesmo, que clamavam para que se restabelecesse a ordem, a disciplina e a segurança nesse

país, e nós fizemos isso, restabelecemos a ordem, restabelecemos a segurança, a tranqüilidade, a paz e a decência dentro do governo, sobretudo a decência no governo.

Não há ninguém, nem mesmo o Presidente da República, que possa dizer, 'estou feliz por ser governo', não, materialmente não; agora, moralmente sim. Estamos convictos de que conseguimos estabelecer nesse País a ordem, com um governo austero, nesse ano e pouco de atuação.

Alguns, no entanto, não querem compreender isso, e pensaram que a Revolução se tinha diluído e que nós já estávamos nos fragmentando e que, portanto, a ocasião era propícia para retomar o Poder. Mas a nossa força está aí, as classes armadas estão unidas, a equipe do governo está unida, a sociedade está unida em torno de nós e o próprio povo, apesar das dificuldades que ainda enfrenta. Esperamos, ainda agora, com esse novo Ato, chamar à razão muita gente que não quer cooperar com o governo no sentido de melhorar efetivamente a situação material do povo."

Coronel Alcio, gostaria de abordar algum aspecto ou acontecimento ligado ao Governo do Presidente Costa e Silva ou à Revolução de 31 de Março de 1964 em geral?

Como declarei no início deste depoimento, no Governo do Presidente Costa e Silva, eu já me encontrava na Reserva do Exército e não exerci qualquer função pública. Entre outras atividades, fui Chefe do Departamento de Ciência dos Materiais da PUC–Rio; sócio-gerente da firma Byte Consultores Ltda. e engenheiro da Embratel, onde me aposentei por limite de idade.

Mesmo estando na vida civil, acompanhava, obviamente, a vida do País e as ações do governo.

O General Jayme Portella de Mello acompanhou o Presidente Costa e Silva nos preparativos da Revolução, no Ministério da Guerra, como seu Chefe de Gabinete, e na Presidência da República, como seu Chefe da Casa Militar. Do seu livro "A Revolução e o Governo Costa e Silva", no seu Anexo "As Realizações do Governo Costa e Silva", retirei e resumi as informações que apresento a seguir:

"Ao encerrar-se o exercício de 1967, eram nitidamente positivos os resultados da política financeira adotada. (...)O incremento da atividade econômica ocasionou uma elevação do PIB estimada em 5%. As vendas industriais observadas até o quarto trimestre acusaram acréscimo de 31% em relação ao primeiro trimestre. (...)No setor industrial, o valor dos investimentos previstos nos projetos aprovados representou um aumento de 35% sobre o ano de 1966. O índice de emprego, em relação à posição de março de 1967, apresentou em dezembro um acréscimo de 4,6%.

O custo de vida, na Guanabara, apresentou a taxa de 24,5%, contra 41,1% em março; o aumento dos preços por atacado reduziu-se de 37,4%, em 1966, para 21,7%

em 1967; e o preço dos alimentos teve resultado também expressivo, caindo 14,1% em relação a 1966. (...)As emissões de papel-moeda tiveram uma taxa de expansão, em relação a 1966, de 26,7%. O acréscimo dos meios de pagamentos atingiu 56%, contra 11% em 1966. (...)Os depósitos públicos à vista elevaram-se, registrando-se um aumento de 47,7% em contraposição a uma redução de 6,1% em 1966. (...)Foi ultimada a elaboração, de forma definitiva, do Programa Estratégico de Desenvolvimento, cujos projetos prioritários, nas áreas a cargo do governo, foram incorporados ao Orçamento Plurianual de Investimentos.

(...)O ano de 1968 terminava com um grande saldo de realizações em todos os setores da administração, cujos resultados demonstravam o acerto das medidas postas em prática. Obtinha a maior taxa de crescimento dos últimos sete anos, 6,5%; o mais elevado nível de emprego industrial, 15%, e o mais alto nível de exportações jamais alcançado pelo País, atingindo US$ 1,881 milhões, com um crescimento de 13,7%, em relação a 1967.

(...)O PIB, em 1969, obteve um aumento da ordem de 9%, com um crescimento da produção agrícola de 7% e da industrial de 10%. (...)Os meios de pagamento expandiram-se em 30,6%, verificando-se um aumento líquido expressivo no meio circulante.

Em relação à Política Econômica, destacamos:

O desenvolvimento da agricultura e a modernização do sistema de abastecimento constituíram-se nas duas primeiras áreas estratégicas a serem consideradas no primeiro ano de governo. (...)A Reforma Agrária prosseguiu visando a corrigir os defeitos da estrutura fundiária. (...)O Governo impulsionou a pesca através de estímulos financeiros, concedendo incentivos fiscais para investimentos no setor pesqueiro. A Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) aprovou e pôs em execução projetos de suma importância, aos quais se alocou os recursos necessários. (...)Em 1968, a execução do Programa Estratégico e a implantação da Reforma Administrativa tiveram efeitos consideráveis no setor agrícola, eliminando-se certas distorções e adotando-se medidas para maior articulação dos setores responsáveis pela execução da política agropecuária. (...)A eletrificação rural concluiu o projeto que propiciou o beneficiamento de 30 mil propriedades rurais, no valor de US$ 59,5 milhões para o início de 1969.

Durante tal período, podemos citar importantes aspectos sobre a Política Industrial:

Borracha – Foram adotadas medidas para a produção de borracha natural e sintética. A Superintendência da Borracha foi autorizada a formar estoques de reserva e a disciplinar as importações.

Cimento – A produção de cimento apresentou uma expansão de 13,8%, ainda insuficiente para o consumo interno(...).

Mineração – Foram feitos 3.600 pedidos de pesquisa, originando 1.075 alvarás e 50 decretos de concessão de lavra. (...)Quanto ao minério de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce pôs em execução o programa para exportar 20 milhões de toneladas em 3 anos. A produção da empresa foi de 13 milhões de toneladas nesse período, embarcadas pelo complexo Tubarão–Vitória. (...)Grandes investimentos foram realizados pela CVRD, sendo 56,5% com recursos próprios e 43,5% provenientes de financiamentos.

Siderurgia – (...)O Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica formulou o Plano Siderúrgico Nacional, posto em execução com a previsão de produção de aço de cerca de 1,8 milhão de toneladas/ano até 1971. (...)Com a nova política siderúrgica, foram alcançados, em 1968, os seguintes resultados: incremento de 20% na produção de aço em lingotes; (...)elevação de 52% no faturamento das siderúrgicas; (...)e crescimento de 8,5% na mão-de-obra empregada, com um aumento de 10% na produtividade.

Metais não-ferrosos – (...)Nas três empresas produtoras de alumínio primário, grandes investimentos foram feitos, registrando-se uma produção, em 1968, com um acréscimo de 22,8% sobre a do ano anterior. Quanto ao zinco, a produção dobrou em relação a 1967.

Química e Petroquímica – O Grupo Executivo da Indústria Química – Geiquim – aprovou 23 projetos representando um investimento considerável. (...) O Decreto 61.981, de 28 de dezembro de 1967, (...) criou a Petroquisa.

Mecânica e Elétrica – (...)Os ramos industriais dedicados à produção de bens de capital tiveram, de 1967 para 1968, um acréscimo de receita de 47,5%. (...) A indústria nacional de autoveículos superou a produção de 1967 em 24%. A produção de tratores teve um acréscimo de 45,5% sobre o ano anterior. (...) O BNH financiou obras em um montante que superou em 20% o de 1967. (...) As indústrias tradicionais(...) tiveram em 1968 um índice de expansão 6,5%.

Sal – (...)A produção industrial, em 1969, cresceu 10,9%(...).

Indústria Aeronáutica – (...)Em 19 de agosto de 1969, o Governo criou a Embraer, destinada ao desenvolvimento da indústria aeronáutica, sendo iniciada a sua implantação em São José dos Campos – SP.

No que tange à Política de Transporte, cabe ressaltar:

– No Setor Ferroviário:

Remodelação, em 1967, de 1.000 km de linha e substituição de 200 km de trilhos; (...)conclusão de novas estações na Estrada de Ferro Leopoldina e na Central do Brasil, subúrbios do Rio de Janeiro; (...)recebimento de 665 composi-

ções elétricas, para o serviço suburbano do Rio de Janeiro; (...)prosseguimento do projeto do Tronco Sul;

– No Setor Rodoviário:

Construção da Ponte Presidente Costa e Silva. 'As obras da ponte começaram em janeiro de 1967, (...)a Ponte Presidente Costa e Silva, iniciada em sua gestão, foi inaugurada em 1974 (no final do Governo Médici), acelerando uma nova geopolítica brasileira que, dentre outras coisas, implementou a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em Estado do Rio de Janeiro; (Suplemento à CREA–RJ em Revista, páginas 7 e 11, nº 45 de setembro de 2004); duplicação da Rodovia Presidente Dutra; restauração da Rio–Petrópolis; implantação e melhoramentos – 2.494 km; pavimentação – 1.026 km; restauração – 5.105 km; obras de arte – 8.505 m.

No Setor da Marinha Mercante:

(...)estavam em construção nos estaleiros nacionais 117 embarcações, sendo 106 de transporte de carga, 9 rebocadores e 2 navios de passageiros.

O Governo denunciou as antigas Conferências de Fretes (...)estabelecendo um clima de cooperação internacional, com novas conferências e acordos, tendo sempre em vista a reciprocidade de vantagens e deveres.

Foi coroada de sucesso a política do Brasil na concorrência internacional de fretes, através de novos acordos com a Polônia, Argentina e Estados Unidos. (...)Deu como resultado, essa política, na receita de fretes: US$ 126 milhões em 1967 e US$ 150 milhões em 1968.

No Transporte Aéreo:

(...)cujo déficit de operação das linhas domésticas foi reduzido, de 1966 para 1967, em 61,7%. No setor internacional, foi obtido equilíbrio, eliminando-se o déficit.

Quanto à Política de Comunicações, vale destacar que, implantado o Ministério das Comunicações, foi elaborado o Plano Nacional de Telecomunicações e promovido o entrosamento com os governos dos Estados para o desenvolvimento das redes regionais e suas conexões com o sistema de todo o País.

A Embratel deu início à implantação dos Troncos Básicos do Sistema Nacional de Telecomunicações. O Tronco Sul teve início no primeiro semestre de 1967, ligando Porto Alegre–Curitiba–São Paulo com um ramal para interligação com Florianópolis, com 660 canais telefônicos entre São Paulo e Curitiba. Inicialmente, havia 330 canais entre Curitiba e Porto Alegre e 120 canais para o ramal de Santa Catarina. Deu início, no primeiro trimestre, à execução do Novo Sistema de Comunicações Rio–São Paulo, em substituição ao existente que era operado pela Companhia Telefônica Brasileira, com 3.600 canais entre as duas cidades, que seria instalado com dois canais de

radiofreqüência, cada um para 1.800 canais telefônicos. (...)Rio–Belo Horizonte–Brasília que teria 900 canais telefônicos entre Rio e Belo Horizonte e 420 entre esta cidade e Brasília.

(...)Tronco Nordeste, partindo de Belo Horizonte para Salvador (...)

(...)Tronco Oeste, partindo de São Paulo para atingir Campo Grande; Sistema São Paulo–Uberaba–Brasília e Sistema Rio–Vitória.

Para conexão do Sistema Nacional de Telecomunicações com o exterior, teve início a construção da Estação Terrena, em Itaboraí, RJ, que se ligaria ao Sistema Internacional de Comunicações por Satélite (...).

No tocante aos serviços postais-telegráficos, foram procedidos os estudos para a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos em empresa de administração indireta; foi iniciada a construção, em São Paulo, de um Centro de Triagem Postal; foram lançados 311 km de novas linhas telegráficas, duplicados 225 km e estabelecidos 1.245 km de circuitos de corrente contínua. A Rede de Telex foi ampliada de 140 assinantes para 2.640.

Comunicações Internacionais – (...)ultimada a instalação da Estação Terrena de Itaboraí, (...)conexão com o Sistema Internacional por satélite, da Intelsat (...)sistema DDI. (...)Os Troncos (...)da Embratel passaram a permitir a transmissão de programas de TV (...)e, no fim de 1968, a CTB e subsidiárias já operavam mais de um milhão de telefones. (...)Foi introduzido o sistema DDD – Discagem Direta à Distância."

Restaria apresentar, ainda, as realizações do Governo do Presidente Costa e Silva nos campos da Política, da Energia e Mineração, da Pesquisa Científica e Tecnológica, da Educação, da Saúde e Saneamento, do Desenvolvimento Regional, da Reforma Administrativa, da Política Externa, da Justiça e Ordem Interna e das Forças Armadas.

Não o faço para não alongar por demais este meu depoimento. Sugiro, entretanto, aos interessados, que adquiram a obra do General Portella, citada neste depoimento. Em suas 1.032 páginas, encontrarão, com riqueza de detalhes, os preparativos para a Revolução de 31 de Março de 1964, seu desencadeamento, o lançamento da candidatura do General Costa e Silva à Presidência da República, tudo, enfim, até a sua morte.

Infelizmente, a Guavira Editora Ltda., que editou a obra, não mais existe. No entanto, nas lojas de livros usados (sebos), podem, ainda, ser encontrados exemplares em ótimo estado de conservação.

Que mensagem final, Coronel Alcio, gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964?

Embora um pouco fora de sua pergunta, não posso deixar de citar o fato de a 2ª Divisão de Exército, sediada em São Paulo, Capital, ter escolhido para seu

patrono o Presidente Costa e Silva. No seu estandarte histórico, criado pela Portaria nº 263, de 14 de junho de 2002, do Comandante do Exército, lá está, além do brasão e das cores heráldicas da Divisão, o dístico DIVISÃO PRESIDENTE COSTA E SILVA. Isto muito me comove, pois mostra que seus camaradas de hoje relembram e prestam homenagem ao antigo chefe e amigo.

Agora, respondendo à sua indagação, quero transmitir aos leitores desta História Oral do Exército – Revolução de 1964 minha opinião de que este Projeto é uma iniciativa louvável e de grande importância, já que deixará assinalado os relatos francos e verdadeiros daqueles que participaram de momentos tão importantes e significativos para a nossa Pátria.

Tive enorme satisfação em ter sido escolhido pela Comissão do Projeto para vir dar o meu depoimento.

Coronel Humberto Ayres Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1951 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Principais funções: Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Vila Militar, RJ; Comandante do 22º Batalhão Logístico, em São Paulo, SP; Chefe das 2ª e 4ª Seções do Comando da 2ª Divisão de Exército, São Paulo, SP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o de Fotoinformação da Escola de Instrução Especializada (EsIE) e o de Motomecanização da Escola de Motomecanização do Exército.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Comandante da 2ª Bateria do 4º Regimento de Obuses 105mm (2ª / 4ª RO 105mm), Pouso Alegre, MG.

Entrevista realizada em 21 de março de 2002.

Inicialmente, gostaria de prestar o mais puro preito de gratidão aos meus companheiros do Exército com quem convivi, ao longo de muitos anos, tenham sido eles meus instrutores ou comandantes, meus pares e, até mesmo, meus subordinados. Graças a eles pude acrescentar à minha formação profissional, exemplos de devoção à Pátria, de retidão de caráter, de lealdade, de solidariedade e de muitas outras virtudes. Esse processo de interação, de procedimentos e atitudes sempre caracterizou a formação da maioria dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro; essa formação em comum nos levou à união, no momento da Revolução.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 e a conseqüente possibilidade de assumir a Presidência da República o Vice-Presidente João Goulart, grave crise política assolou o País. De imediato, assume a Presidência o Deputado Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara), uma vez que o Vice-Presidente da República encontrava-se em visita à China (comunista).

Após a conclusão do Curso de Motomecanização, passei a servir no 1º Grupo de Artilharia de Costa Ferroviário (1º GACosFv), em Niterói, RJ, a partir de 1957. Nessa unidade, já servia o então Major Virgílio Vargas Moreira Brasiliano, desempenhando as funções de S/3 e se preparando para prestar concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, em 1962, fui cursar a EsAO, não podendo sequer imaginar que estava perdendo contato com aquele que viria a ser o E/2 do Estado-Maior, do General Olympio Mourão Filho. Hoje, através de fotografia, que deixo em minha pasta-arquivo, quero recordar com saudade a figura amiga do falecido Major Brasiliano, no 1º GACosFv, como também ressaltar o seu excepcional desempenho profissional naquele comando que deu início à Revolução de 1964.

No início de 1963, apresentei-me em Pouso Alegre, no 2º/4º RO 105, vindo da EsAO, onde encontrei o Capitão Rodrigo Octávio César Jordão Ramos (filho do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos). A identidade em encarar da mesma maneira a necessidade de se encontrar soluções para evitar que o descalabro fomentado pelas esquerdas, contando até com o beneplácito do Presidente da República, chegasse ao ponto de comprometer as condições de governabilidade dos poderes constituídos da Nação, irmanava-nos num sentimento de repulsa. Urgia que nos apressássemos para uma reação impedindo que o País se transformasse numa República Sindicalista, a gravitar como simples satélite da União Soviética.

Com o passar do tempo, fiquei sabendo que o Capitão Jordão era o contato do Tenente-Coronel Brasiliano na unidade e que por motivo de transferência do

primeiro, eu passaria a ser contato do E/2, na guarnição. Na ocasião me foi atribuída a missão de organizar uma Bateria de Obuses a seis peças, com auto-suficiência de emprego em local e prazo a serem determinados.

Passando a atuar já como ligação do Tenente-Coronel Brasiliano, vez por outra passei a receber visita de um emissário vindo de Juiz de Fora, um oficial R/2, cujo nome não me recordo. Nossas reuniões eram realizadas em dependências de uma Igreja Católica local e nelas não nos preocupávamos apenas com a situação de desgoverno vivida pelo País, pois pretendíamos, principalmente, conspirar contra ela. Ali, vários assuntos foram ventilados, os quais resumo com as três seguintes perguntas:

– Qual seria a reação do meio civil ante uma possível intervenção das Forças Armadas visando à destituição do Presidente da República que não honrava o cargo que devia exercer?

– Haveria possibilidade de arregimentação, na região, de elementos civis armados, visando se opor aos grupos armados subvencionados pelo governo, como os "grupos dos onze"?

– Que atividades ou empreendimentos existentes na região poderiam se tornar alvos de sabotagem por parte dos elementos subversivos que já infestavam o território brasileiro?

Essas eram algumas das questões tratadas nas nossas reuniões.

Participando da reunião de oficiais convocada pelo Subcomandante do Grupo, cujo Comandante estava ausente, foi lido o radiograma do Comandante da 4ª RM, determinando o deslocamento da Bateria de Obuses a seis peças, para Belo Horizonte, onde passaria a ser empregada pela Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria (ID/4). Tal reunião ocorreu no dia 31 de março de 1964. Após leitura do mencionado documento, o Subcomandante pediu que um Capitão se apresentasse para comandar a já mencionada Bateria, tendo eu me apresentado como voluntário, muito embora estivesse, interinamente, desempenhando função de Major, como S/3 do Grupo.

Tal contingência foi lembrada pelo Subcomandante, o que me obrigou a levantar como argumento o fato de eu já ter comandado a 6ª BO (6ª Bateria de Obuses), que deveria servir de base à tropa a ser empregada. Convencido, o Subcomandante nomeou-me Comandante da Bateria Operacional. Não poderia perder a oportunidade de prestar a minha contribuição de lutar contra o movimento marxista-leninista que já se infiltrara em cargos de Governo, para desmoralizá-lo e enfraquecê-lo, com fim de se apossar dele. Tais elementos afirmavam pela imprensa de então, inclusive na televisão, que já estavam no Governo do País, só lhes faltava tomar o Poder. Como procurei manter atualizada a formação da Bateria para emprego, não

parecia ser difícil colocá-la em Ordem de Marcha. Mas certos detalhes retardaram um pouco seu deslocamento:

– sua organização atípica: os efetivos, suprimentos, transporte etc. superavam os da 1ª Bateria existente na unidade, o que forçava buscar recompletamentos em outras Baterias;

– a dispensa de parte do pessoal: 1/3 do efetivo de soldados era, semanalmente, dispensado, tendo em vista fazer economia, a ser empregada no custeio de necessidades urgentes da Unidade. Ao se conferir o efetivo previsto para integrar a Bateria Operacional, constatou-se que alguns elementos não se encontravam no quartel, em face de dispensa, o que determinou substituições de última hora;

– a recusa de adesão à Revolução de um subtenente e dos sargentos que deveriam integrar a Bateria Operacional.

Antes de tomar as providências para colocar a tropa em Ordem de Marcha, em companhia dos oficiais já selecionados, reuni o subtenente e os sargentos para lhes pôr a par da situação e para conclamá-los a nos seguir. Assegurei, com a maior ênfase possível, que a Bateria sob o meu comando iria cumprir a missão recebida, mesmo que, para alcançar esse intento, fosse necessário empregar todos os meios a minha disposição.

Solicitando uma intervenção, levantou-se o único subtenente e, ao falar, ponderou ter mulher e filhos que dependiam dele para sobreviver, que o seu tempo de serviço lhe dava grande experiência e vivência de situações anteriores em que os que não se encontravam entre os vencedores foram seriamente penalizados.

Retomando a condução da reunião, respondi-lhe que eu também iria deixar, na cidade, minha esposa e quatro filhos menores, pois tinha consciência da responsabilidade que me estava sendo imputada; que seria egoísmo meu priorizar assuntos de ordem particular, quando a Nação, como um todo, corria o perigo de uma debacle total; que, como militares, havíamos prestado um solene juramento de defender a Pátria, até com sacrifício da própria vida, se necessário.

Terminada a reunião, vários sargentos vieram ao meu encontro, emprestando-me o seu apoio e assegurando a sua presença na Bateria Operacional.

Durante os preparativos para compor a tropa, no entanto, notei uma certa falta de empenho dos sargentos no exercício de suas funções.

Reuni os oficiais que comigo partiriam, quando dei conhecimento da minha observação e informei mais o seguinte: além do radiograma oriundo do Comando da 4ª RM, havia chegado ao quartel, outra mensagem vinda do I Exército, em cujo teor era ordenada a permanência do 2º/4º RO 105 em seu aquartelamento, aguardando ordem posterior. Sabia dessa mensagem do I Exército antes da reunião com os

sargentos, mas estes também já tinham ciência dela, como pude verificar. Alertei-os ainda de que já possuía informação de ameaças às famílias de alguns daqueles sargentos que, após a reunião, haviam se predisposto a nos seguir.

Em conseqüência, determinei as seguintes providências:

– acompanhar e agilizar o aprestamento da tropa;

– prever substitutos da mesma qualificação para cobrir possíveis faltas de sargentos;

– contar com mais de um oficial em cada Linha de Fogo de três peças;

– inviabilizar o emprego do armamento e munição a ser deixado na reserva de armamento da 6ª BO (Base da Bateria Operacional).

Encontrando-se a tropa em Ordem de Marcha, após ser convenientemente checada, como prévia, nela não se encontrava nenhum sargento. Indaguei dos tenentes responsáveis pelos diversos setores se as substituições previstas já haviam sido feitas. Enquanto os últimos recompletamentos eram feitos, mandei chamar o subtenente a quem ordenei que colocasse os sargentos em forma. Feito isso, solicitei a um capitão que permaneceria no aquartelamento, que os conduzisse à presença do Subcomandante do Grupo, para as providências cabíveis ante o ocorrido. Quando já estava com os motores ligados, pretendendo não perder mais tempo e movimentar a coluna, quando já estávamos na madrugada de 31 de março para 1º de abril, fui chamado pelo Subcomandante, que já me autorizara a partir, para que não o fizesse mais, tendo em vista a atitude assumida pelos sargentos.

Informei-lhe, então, sobre a quantidade de oficiais, integrantes da Bateria que estariam presentes na Linha de Fogo e em outras funções vitais, bem como da já realizada substituição dos sargentos faltosos. Disse-lhe, ainda, que as últimas substituições já tinham sido previstas no nosso planejamento de cumprimento da missão. Pior seria permanecer no quartel, onde conflitos poderiam ocorrer em conseqüência da atitude dos sargentos. Tive que insistir com o Subcomandante, usando um certo grau de energia, para sair do quartel naquele momento. Pagamos para ver, pois fizeram chegar ao nosso conhecimento que os primeiros a sair do quartel seriam metralhados. Não fomos metralhados, nem paramos na praça situada a uns quatrocentos metros do quartel, como sugerido pelo Subcomandante. Sob minha inteira responsabilidade, deixamos a cidade rumo a Belo Horizonte, como nos havia sido determinado pelo Comando da ID/4.

Durante esse deslocamento, iríamos ter algumas preocupações quanto a contingências que poderiam interferir no cumprimento de nossa missão. Inicialmente, ao infletir para o Norte, quando atingíssemos a BR-381 (Fernão Dias), estaríamos dando as costas para São Paulo. Até aquele momento, desconhecíamos a posição

adotada pelo Comando do II Exército com relação à Revolução. Existia a possibilidade, portanto, de sermos atingidos por tropas vindas da Capital de São Paulo e de Campinas, utilizando a própria BR-381 e pelas Unidades aquarteladas no Vale do Paraíba, usando o acesso por Itajubá-MG, para também alcançar a BR-381.

Outra possível interferência poderia ser atribuída à Escola de Sargentos das Armas (EsSA), às margens da BR-381. A sua posição ante a Revolução era uma incógnita, levando-nos a adotar medidas de precaução, visando preservar a segurança da tropa. Alguns elementos de reconhecimento lançados à frente constataram não haver risco para o nosso prosseguimento na citada região.

Nesse deslocamento, não podia atuar tão-somente como Comandante, tendo que agir, também, como Administrador, pagando através de Requisição do Exército o reabastecimento de combustível das viaturas, substituição de peças em mau estado etc.

Através do rádio, podíamos acompanhar o movimento e o crescimento do apoio à nossa Revolução. Nessa cruenta marcha, tive meu ânimo renovado quando, passando por enorme emoção, soube que a Academia Militar das Agulhas Negras já estava a serviço da Revolução, atuando ao longo da Rodovia Presidente Dutra.

Bem antes de chegar a Belo Horizonte, fui alcançado e ultrapassado pelo Coronel Góes, Comandante do Grupo e por oficiais da Unidade, compondo outro grupamento para possível emprego.

Em Belo Horizonte, recebi a mais triste notícia dessa campanha: o subtenente e os sargentos que haviam se recusado a compor a nossa Bateria, em Pouso Alegre, quando a situação ainda era indefinida, estavam chegando para se incorporar a ela, quando a situação já estava plenamente definida.

Não poderiam, pois, ser bem-vindos. A nossa missão inicial era chegar em Belo Horizonte e nós cumprimos sem o concurso daqueles graduados, correndo riscos e ultrapassando vários obstáculos de ordem administrativa, graças a uma vontade férrea que a todos animava.

De Belo Horizonte, partimos para Brasília em apoio a tropas da ID/4, com a situação já definida e com poucos riscos, atentos, no entanto, à possibilidade de sabotagem por parte de candangos na Capital Federal.

Já nas proximidades de Brasília–DF, a possibilidade de acolhimento daquele subtenente e dos sargentos tornou-se, como ordem, imposição do Escalão Superior.

Usando uma série de recursos, vinha retardando no tempo e no espaço, o quanto pude, o cumprimento dessa ordem, mas havia chegado o momento de tomar mais uma decisão. Fazendo um retrospecto dos ataques do ex-governo às Forças Armadas, destacavam-se os atos e palavras de acinte à ordem, à hierarquia e à disciplina nelas presentes. Dentre outras causas, os ataques a esses princípios sagra-

dos das Forças Armadas me levaram a ser um revolucionário atuante. Como poderia agora, no caso em tela, me insurgir contra aqueles princípios? Assim, por coerência, fui obrigado, não só a aceitá-la, como a fazer com que fosse cumprida pelo restante da tropa, que também recebeu mal a adesão tardia dos graduados.

Da permanência em Brasília, dois fatos ainda são marcantes em minha memória:

Pouco tempo após nossa chegada naquela cidade, participei de uma reunião de oficiais de alta patente do Exército que ali serviam, bem como outros de Guarnições mais afastadas. A reunião parecia ter por finalidade fazer uma avaliação da situação em todo o território nacional, naquele momento, e acrescentar novas medidas para recriar, a curto prazo, condições de normalidade de funcionamento para os diversos setores de atividades do País.

Fazendo uso da palavra, o General Antonio Carlos Andrada Serpa indagou dos presentes: "O que nós estamos fazendo aqui?" Estamos participando apenas de um "golpe" ou promovendo uma verdadeira "Revolução", no sentido de mudanças para aperfeiçoar as Instituições fundamentais do Estado e da Sociedade; e continuou falando em muitas mudanças e aperfeiçoamentos dos sistemas político, econômico etc., os quais poderiam imprimir um mais rápido desenvolvimento do Brasil.

Embora sem entender a razão da minha presença nessa reunião, ela me foi de grande utilidade, pois o General Serpa em suas considerações fez com que eu me identificasse perfeitamente como revolucionário, nunca como mero golpista.

O segundo acontecimento foi o desfile militar, do qual participamos, em continência ao Presidente da República, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, empossado em 15 de abril de 1964. Deixo em minha pasta-arquivo foto desse evento.

Nessa data, comemorava-se também a restauração da ordem no Brasil; do culto de respeito à sua maior autoridade constituída, o Presidente da República; o fim da pressão exercida, indevidamente, sobre o Congresso Nacional; e o sonhado final das greves abusivas que prejudicavam a população, com a paralisação de atividades essenciais à sua sobrevivência.

A vitória da Revolução acabou com a estratégia dos que se encastelavam no governo para desmoralizá-lo, levá-lo ao caos e, então, derrubá-lo, com a idéia fixa de substituí-lo por outro de cunho totalitário, contrário às tradições de nosso povo, inconformado com tanta anarquia e subversão.

Foi desbaratada mais uma tentativa comunista de assumir o governo do País pela força.

O clamor generalizado, ansiando pela intervenção das Forças Armadas, continuava a atestar o alto conceito em que elas são tidas pela população.

De nossa parte, restou a imensa satisfação do dever cumprido, acrescentando nosso modesto tijolo à construção da grande vitória da expressiva maioria do povo brasileiro.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Em março de 1922, foi criado o Partido Comunista no Brasil, no Rio de Janeiro, que logo aderiu ao Movimento Comunista Internacional, aceitando as 21 condições de admissão à Terceira Internacional (COMINTERN).

Através dessa entidade, agindo como central de subversão, Moscou, impondo disciplina férrea, dirigida às atividades comunistas do mundo inteiro. É conveniente ressaltar, para melhor compreender o fanatismo ideológico do comunismo, que para aderir ao COMINTERN era indispensável a aceitação de determinadas condições, dentre as quais soa como chocante a de número 16 que prevê: "Todos os Partidos Comunistas devem renunciar não somente ao patriotismo, como também ao pacifismo social..."

Dentre os primeiros líderes a serem trabalhados em Moscou para vir exercer funções de destaque no Brasil, deve ser citado Luís Carlos Prestes (ex-capitão do Exército). Durante anos permaneceu na URSS realizando cursos de liderança e capacitação marxista-leninista. Retornou ao Brasil, para participar da Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935.

Em 1961, com a vacância do cargo de Presidente da República, houve a repulsa significativa de uma ala das Forças Armadas para que o Vice-Presidente João Goulart fosse empossado como Presidente, em face de suas idéias esquerdistas radicais, postas em prática quando Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas, e de suas relações estreitas com países de regime político comunista. Quando o Presidente Jânio Quadros renunciou, Jango encontrava-se em visita à China Comunista. As campanhas contra o parlamentarismo, solução encontrada, em 1961, para que Jango assumisse o Poder, foram grandemente insufladas por elementos subversivos infiltrados no Governo. O mau funcionamento do parlamentarismo, tentado como solução da crise, foi um trabalho conduzido, com todo empenho pelos inimigos da democracia, para substituir esse regime pelo presidencialista que daria maior poder a Jango, como a esquerda desejava.

As tensões foram muito intensificadas quando se processou a volta ao presidencialismo, após consulta ao povo através de plebiscito. Todo esse clima de convulsão parecia propício aos elementos radicais de esquerda, de cunho marxista-leninista, para que voltassem à carga, para a tomada do Poder. Mais uma vez, porém, tiveram pela frente o patriotismo do povo brasileiro e de suas Forças Armadas.

Quando incitaram seus adeptos a denegrir as imagens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com ataques aos seus princípios básicos de ordem, de hierarquia e de disciplina, não avaliaram, na devida conta, essas provocações e tiveram de abandonar suas posições, adotadas com base no movimento comunista internacional, que pretendia tomar o Governo do País.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político brasileiro, entre 25 de agosto de 1961 e 31 de março de 1964, apresentou várias crises sucessivas, que se agravavam pela ação direta do Governo. A renúncia de Jânio Quadros deu margem a várias crises em cadeia. A questão da não aceitação por parte dos militares do nome de João Goulart para assumir a Presidência: em oposição a essa, a crise da alegada legalidade, arregimentando greves por todo o País, onde se ressaltava a figura esquerdista radical do político Leonel Brizola, como incentivador; várias tentativas de solução foram consideradas por essas duas facções, até chegar à idéia do parlamentarismo.

Nesse sistema, Jango seria Presidente, mas como uma figura mais representativa da Nação, qual a Rainha da Inglaterra que reina, mas não governa. Haveria, ainda, a figura do primeiro-ministro que, esse sim, exerceria as funções relativas ao Governo do Estado.

Resumindo, poder-se-ia dizer que o panorama político brasileiro era tenso, conturbado pelas freqüentes greves e agitações orquestradas por elementos subversivos previamente adestrados para esse fim. Tudo programado com a finalidade específica de prejudicar os resultados a serem obtidos por todas as atividades produtivas do País. Usava-se a filosofia do "quanto pior, melhor".

O que se passava no meio militar?

Sentimentos de apreensão e revolta quando, em muitos acontecimentos, elementos do Governo não guardavam a postura adequada ao cargo desempenhado, inclusive trabalhando no sentido de jogar graduados das Forças Armadas contra seus oficiais.

Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Sim, sem sombra de dúvida. Na época, já era possível receber, em muitos pontos do País, imagens de televisão, transmitidas através de torres de retransmissão instaladas por várias emissoras. Ao elemento interessado cabia aproveitar essa rede de comunicação para doutrinar o público-alvo, ou seja, o quadro de graduados.

Por outro lado, nas tentativas comunistas anteriores de derrubar o Governo e de tomada do Poder, as Forças Armadas surgiram como mais ferrenho opositor desse intento. Considerando, ainda, que o funcionamento ordenado das Forças Armadas baseia-se, fundamentalmente, na hierarquia e na disciplina, os comunistas concluíram que era preciso aniquilar esses fundamentos, inicialmente, para que qualquer tentativa de cisão das Forças Armadas tivesse possibilidade de êxito. E isso foi tentado no País, como se pôde constatar pela imprensa, inclusive em rede de televisão, mostrando, como na rebelião de Brasília, em setembro de 1963, cenas de sublevação de integrantes dos quadros de sargentos da Marinha e da Força Aérea. Do Rio de Janeiro, podia-se assistir, pela televisão, à passeata na qual, com maciça freqüência, marinheiros e fuzileiros chegavam a falar em nome da Força a que pertenciam. Lembram-se do cabo Anselmo, da Marinha? Ele teve a seu lado até oficiais que passaram a se insurgir, como aquele que passou a ser chamado "almirante do povo", o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Lembram-se do comício da Central do Brasil e da reunião realizada no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro? A quem poderia interessar tantas demonstrações de indisciplina e de quebra da hierarquia?

Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Estupefação, revolta e ansiedade para reagir a tudo e a todos que, intencionalmente, haviam concorrido para levar o País ao caos.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Dentre os principais, citamos:

– as tentativas cada vez mais audaciosas, solertes e debochadas de provocar a cisão das Forças Armadas promovendo-se, publicamente, a doutrinação de seus quadros de graduados, através da imprensa falada, escrita e televisada, o que chegou a nível insuportável para os militares de sadia formação, como no citado jantar no Automóvel Clube do Brasil;

– as constantes manifestações de conclamação às Forças Armadas para a sua intervenção, partidas da população em geral e de muitos órgãos de imprensa, podendo ser citado, como exemplo, os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo;*

– os muitos protestos realizados através de passeatas promovidas por várias Associações de classe, por senhoras de sociedades cívicas e religiosas, pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e por estudantes contrários à UNE, como o Grupo de Ação Patriótica e muitos outros, inclusive através das Marchas da Família;

– a quase total paralisação das atividades produtivas da Nação.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Para o brasileiro, de um modo geral, Deus existe e é cultuado pela quase totalidade do País, o que não acontecia, depois de 1917, com a maioria dos habitantes ateus na URSS; pela Constituição do Brasil, o brasileiro tem liberdade de escolha (eleição) de seus governantes, liberdade de opinião, liberdade de imprensa, liberdade de ir e vir, liberdade de crença e outros direitos. E, na URSS, com Lênin e Stálin, existia Constituição? Seus governantes eram escolhidos? Críticas ao regime de governo podiam circular pela imprensa? Ou eram previamente censuradas? Com essas comparações, prefiro qualificar como reacionário o movimento comunista.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento organizado por católicos, na maioria senhoras, para se opor, com rigor, aos caos implantados no Brasil com o apoio do próprio governo e ao preconizado pelo comunismo em toda a literatura a seu respeito.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem a menor dúvida, uma vez que era aplicada pelo comunismo, sem nenhum pudor, a filosofia do "quanto pior, melhor". Melhor para quem? E para quê?

"Quanto pior" significava levar o País ao caos, com sucessivas e prolongadas greves, incentivadas por integrantes e apadrinhados do próprio Governo, advindo a falta de transportes, de combustível, de alimentos, fazendo cair a produção a um nível que o povo concluísse que o País era ingovernável com a democracia e com aquela Constituição que precisava ser mudada na lei ou na marra. A mesma Constituição que foi defendida por eles para tornar Jango Presidente. Com o Governo inerte ao se estabelecer o caos, ou seja, com o "pior" configurado, apresentar-se-ia o comunismo internacional, como "Salvador da Pátria", para instalar um novo regime de governo, totalitário, vermelho, atrelado à União Soviética, configurando o "para quê".

Tal manobra não atendia ao clamor popular e feria as tradições de liberdade do povo, do qual também fazem parte as suas Forças Armadas.

Havia, a seu ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

A meu ver, acredito, de sã consciência, que havia.

Ao observador mais cuidadoso, era possível identificar o mentor da Revolução, em que fase ela se encontrava, como se pretendia dividir os "reacionários",

levando-os a cisões, para derrotá-los e muitos outros intentos e objetivos visados. A similitude observada entre os procedimentos dos comunistas daqui e os preconizados na orientação do MCI (Movimento Comunista Internacional) foi uma realidade flagrante.

O movimento revolucionário que estava em curso para a conquista do Governo do Brasil, assim foi considerado pelo escritor Luiz Vianna Filho, em seu livro "O Governo Castello Branco", p. 3, Cap. I – A luta contra os caos, da Biblioteca do Exército:

"Na realidade, pensava-se numa contra-revolução para deter a acelerada marcha comunista fomentada e dirigida pelo Governo. Exibira-se até, para estudantes e marinheiros, o filme sobre a chacina do Potemkin. Ensinava-se a destruição da hierarquia militar e, na Marinha de Guerra, fizera-se rumoroso ensaio com o episódio do Sindicato dos Metalúrgicos, onde notórios líderes comunistas, a título de educar os marinheiros, distribuíram fartamente folhetos subversivos. E a preparação de um golpe tornou-se evidente no comício da Central do Brasil, na sexta-feira, 13 de março de 1964, bem como na reunião dos sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, ambos com a presença do Presidente da República."

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Líderes civis: Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, onde foi iniciada a Revolução de 31 de Março de 1964, prestando-lhe toda a sorte de apoio, antes e após a sua eclosão; Luiz Vianna Filho, Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Governo Castello Branco. Amigo confiável do Marechal Castello Branco, participava com ele de contatos nos meios civil e militar, visando salvar o País da ameaça comunista; José Bonifácio de Andrada, como Deputado Federal, por Minas Gerais, exerceu o papel de líder de todos os seus pares que se mostravam contrários àquela situação de baderna insuflada pelo próprio Governo; Roberto Campos, suas convicções políticas e seu valor como economista, guindaram-no ao cargo de Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco.

Líderes militares: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército à época da Revolução de 1964; General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI). Dele foi emanada a ordem para iniciar as operações necessárias ao combate contra o golpe de estado que se afigurava como iminente; outras lideranças no Exército devem ser lembradas como o Marechal Odylio Denys; os Generais Oswaldo Cordeiro de Farias, Carlos Luís Guedes, Ernesto Geisel e Emílio Médici; e os Coronéis, depois Generais, César Montagna de Souza, Ernani Ayrosa da Silva, Meira Mattos e os irmãos Andrada Serpa (dois generais e um coronel).

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Sem dúvida um movimento exclusivamente de preparação interna, como reação a outro movimento revolucionário de feição claramente comunista, incrementado e dirigido pelo próprio Governo. O auxílio externo, que vinha da União Soviética (URSS), diretamente ou através de Cuba, era uma realidade no MCI.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A maior parte dela, sim. Como exemplos, podemos citar a Rede Globo, jornal, rádio e TV, o *Jornal do Brasil,* o jornal *O Estado de São Paulo*. No Rio, até o jornal *O Dia,* jornal da massa trabalhadora, foi francamente favorável ao Movimento de 1964. Acredito que, dos jornais da época, se possa adquirir exemplares ou cópias deles, comprovando esse apoio. O único contrário foi o jornal *Última Hora* que fechou as portas.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações terroristas e de guerrilha rural praticadas por extremistas?

Essas ações compõem a chamada "guerra suja", motivadas por acentuado fanatismo e sem preocupação de preservação da população civil. Os autores não prezavam nem a própria vida e, via de regra, cometeram crimes comuns, sendo passíveis, portanto, de, como réus, responder por eles. A esses crimes deve ser acrescida a característica de hediondo. Todavia, todos esses criminosos estão soltos e muitos desempenhando elevados cargos no atual governo que hoje infelicita a nossa terra e a nossa gente.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e apoio externo?

Arregimentar efetivos e suprimentos junto às populações locais, o que não aconteceu porque lhes faltou o apoio da população. Pulverizar os focos de luta pelo território nacional, levando as Forças Armadas a articular suas tropas em várias frentes, simultaneamente, para restabelecer a segurança interna.

Tais lutas representavam a continuação do mesmo Movimento Comunista Internacional, na tentativa de criar uma região de seu total controle, para obter repercussão internacional visando à sua posse como território independente.

O apoio, em termos de táticas de luta, suprimentos e recursos financeiros, continuavam a vir do mundo comunista de então.

O AI-5 era necessário? Qual sua opinião?

Considerando a conjuntura da época, o AI-5 foi extremamente necessário.

Vejamos a análise sobre o episódio feita pelo Professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, admitindo que a Constituição de 1967 não conseguira atender às necessidades de institucionalização do Movimento de 1964.

"Não foi ela capaz de atender às necessidades de um Governo forte para uma época conturbada. Reabriu-se, por isso, o processo revolucionário, com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Este, porém, reiterou o compromisso democrático da Revolução, afirmando que esta visava a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo..." ("Segurança e Democracia" – autor: José Alfredo Amaral Gurgel – p. 155 – Biblioteca do Exército Editora).

E, em seqüência ao texto acima, prossegue o Professor Amaral Gurgel:

"O fato é que a Revolução já se apresentava imbuída de um ideário mais amplo do que o presente, em março de 1964. Propunha-se renovar profundamente o Brasil, assim como visava a desenvolvê-lo aceleradamente, a fim de garantir segurança nacional e a assegurar, a todos, melhores condições de vida. Já repontava a idéia de que era urgente definir um modelo brasileiro de democracia por meio de instituições adaptadas ao meio, ao homem e à conjuntura brasileira." (Mensagem que muito se assemelha à do brilhante General Antônio Carlos Andrada Serpa.)

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Isso nunca ocorreu. No período considerado, nunca tive conhecimento de dotações orçamentárias de grandes valores, necessárias para assegurar o reequipamento adequado das Forças Armadas. Muito pelo contrário.

Não me lembro, também, de qualquer aumento substancioso de salários. Creio, até, ter caído o nosso poder aquisitivo, ao tempo, por exemplo, do Governo Geisel.

O que me lembro muito bem é de nossa formação de oficial das Forças Armadas, onde o moral, a ética e o amor à Pátria têm valores imensuráveis. Os "revanchistas", muitos deles extremistas, inclusive terroristas naquela época, apesar de permanecerem no firme propósito de denegrir a nossa imagem, sabem que não auferimos vantagens de qualquer ordem. Por isso não se referem a esse aspecto, não nos atacam por esse ângulo.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governos da Revolução?

Derrotado o movimento revolucionário comunista, que estava na iminência de tomar o Governo, foi se restabelecendo a ordem no País paulatinamente.

Após a derrota do comunismo, uma coisa estava clara para a Revolução, a sua ideologia, centrada na sobrevivência da Democracia, Objetivo Nacional Permanente (ONP) do nosso Estado-Nação. Após empossado, a 15 de abril de 1964, o Presidente Castello Branco, o primeiro Presidente revolucionário, concebeu uma doutrina e lançou um plano político e um programa ambicioso para a Revolução.

Estava extinta a baderna e a ordem voltava ao País, reconstruindo-se a sua estabilidade. Nesta fase inicial da Revolução, seus objetivos eram "crescimento com redução da inflação e democracia", com a eliminação da subversão e da corrupção.

Atos institucionais foram publicados com a finalidade de institucionalizar a própria Revolução como regime de governo.

Os governos revolucionários foram se sucedendo, com o aprimoramento das relações entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com a preservação e o fortalecimento do regime democrático, e o aperfeiçoamento do sistema federativo.

A estabilidade propiciada pelo binômio "desenvolvimento e segurança", no Governo Médici, elevou os índices de desenvolvimento para patamares tão altos que o rendimento de nossa economia ficou conhecido, internacionalmente, como o milagre brasileiro. Nos quatro anos do Governo Médici – de 1970 a 1973 – o País cresceu a 11,2% ao ano, chegando a 13,6% em 1973. O número de empregos criados nesse período foi de 15 milhões. De 1968 a 1973, o crescimento médio do PIB atingiu a mais de 10%. Que saudade!...

A capacidade de geração e de distribuição de energia cresceu de maneira a atender à demanda de todas nossas atividades produtivas. A produção de petróleo foi acelerada graças à tecnologia nacional de produção de petróleo em águas profundas.

Estradas rasgaram o País de norte a sul e de leste a oeste. Vivificação da região amazônica, o que se confirma, depois, com o Projeto Calha Norte, ao norte da calha do Rio Solimões–Amazonas, concebido com a idéia de assegurar, particularmente naquela faixa de fronteira, a nossa integridade territorial.

Tratava-se, pois, de um planejamento para alcançar três Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) ao mesmo tempo: Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional e Integração da região ao restante do território. Como primeiro passo para atingir esses objetivos, seria necessária a construção de meios de acesso à região, para que nela pudesse se fixar uma população de tamanho mais compatível com a imensidão daquela área. Imprimir à região um desenvolvimento sustentado, com aproveitamento da floresta, mas sem a sua devastação. A interligação, através de rodovias, das vias fluviais passíveis de aproveitamento para transporte. A construção da Rodovia Transamazônica, portanto, faz parte de todo um processo de vivificação

daquela área, com o fim de integrá-la, efetivamente, ao território nacional. A construção de outras rodovias e outras interligações fluviais visavam, também, agilizar o desenvolvimento da região, proporcionando acesso ao Mar do Caribe, através da Venezuela, bem como ao Oceano Pacífico, por meio da rodovia 364 no Acre e, daí, através do Peru.

Para resumir, podemos dizer que, em menos de vinte anos, os governos revolucionários tiraram o País de uma situação de plena baderna para alçá-lo à importante posição de oitava economia do mundo.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?

A meu ver, o "revanchismo" teve início já nos primeiros dias de abril de 1966, quando subversivos comunistas começaram, através de um atentado no Aeroporto de Recife, a se opor aos governos revolucionários, com o início dos atos terroristas, que se prolongaram, ao longo de vários anos, principalmente de 1968 a 1974.

Hoje, vários políticos e autoridades de um modo geral são aqueles que faziam parte ou eram simpatizantes do movimento armado comunista que pretendia transformar o Governo brasileiro em um governo totalitário marxista-leninista. Ficou, assim, o rancor pela derrota que, mais uma vez, lhes impusemos.

Como conseqüência do rancor acima aludido, os subversivos comunistas continuam atuantes, mas se valeram da Lei da Anistia para se livrarem, até, da responsabilidade de crimes comuns que lhes deveriam ser imputados, no passado.

Ainda, quanto à Lei de Anistia, ela não vem sendo usada para amparo aos militares. Os subversivos atuantes fazem pressão sobre as autoridades constituídas e estas têm lhes dado ganho de causa. Foi assim, no caso de um oficial médico, que, após promovido, foi impedido de assumir um cargo, em conseqüência de denúncia de um membro da Anistia Internacional (ONG).

Foi assim, também, com um Coronel do Exército que exercia as funções de Adido da Embaixada do Brasil na Inglaterra, satisfazendo a todas as condições para tal. Ao ser delatado por ex-subversivos, de ter sido integrante dos quadros do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi, sumariamente, afastado do cargo.

O atual Governo, que vem agindo assim, se submete às palavras de ordem vindas inclusive do estrangeiro. É um governo que se apequenou em todos os sentidos!

Há horas em que me indago: será a Lei de Anistia bilateral, como deveria ser, ou é, apenas, unilateral, movida a "revanchismo" e rancor?

O que o senhor gostaria de dizer a respeito do Inquérito Policial Militar (IPM) que tratou da decisão do subtenente e dos sargentos de não seguirem com a tropa?

Não aceitamos o relatório do IPM instaurado para apurar a recusa do subtenente e dos sargentos de seguirem com a tropa sob meu comando, porque ele foi conduzido com o objetivo de justificar as atitudes tíbias daqueles graduados que, diante de mim e da tropa, perderam completamente o moral e a capacidade de se imporem.

É verdade, no entanto, que todos aqueles graduados sofreram uma doutrinação contrária ao nosso Movimento, através de vários espetáculos de indisciplina e de quebra da hierarquia, veiculados através das imagens dos canais de televisão recebidos em Pouso Alegre. Panfletos subversivos chegavam às suas mãos pelo correio, através de alguns sindicatos. Jornais e revistas da esquerda radical chegavam às bancas oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo.

De nossa parte, houve falhas, uma vez que, na Unidade, não havia uma programação de instruções para sargentos, voltadas para a orientação dos mesmos a respeito da causa defendida pelas Forças Armadas.

Foi nomeado para fazer o IPM um oficial técnico, o diretor da Fábrica de Itajubá, e não um oficial superior com a necessária experiência de tropa.

Houve pressão cerrada sobre os sargentos que estavam dispostos a participar de nosso Movimento, inclusive com ameaças à integridade física de suas famílias, como me foi confidenciado.

Todavia, foram ridículas as argumentações deles tentando justificar o seu procedimento de recusa de participação, como, também, as que procuravam explicar o seu arrependimento, quando a situação do País já estava plenamente definida. Em síntese, fizeram um papel triste, condenável, inclusive, por todos os soldados do Grupo, que escreveram, nas viaturas, palavras chulas de críticas contundentes a todos eles.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Os elevados índices de aceitação da imagem do Exército Brasileiro junto à sociedade revelam o acerto de suas atitudes e comportamentos, quando da necessidade de sua intervenção. É bom explicitar que esta aceitação, com os índices apurados, representa a grande maioria da população brasileira a acreditar e confiar em suas Forças Armadas e, em especial, no Exército.

Por essas considerações, o voto de confiança que nos é dado pela imensa maioria da população não nos permite traí-la.

Os chefes de hoje e de amanhã não podem esquecer disso!...

Qual a sua mensagem final para o Exército do presente e do futuro?

Não poderia encerrar a presente entrevista sem antes enaltecer e elogiar o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Projeto História Oral do Exército na Revolução de 1964.

Quer nos parecer que a grandeza desse Projeto reside naquilo que ela anseia atingir como objetivo: "Restaurar a verdadeira história sobre a situação do Exército na Revolução de 1964 e dos governos revolucionários que se seguiram ao movimento armado."

Há que ter pertinácia para assegurar a conquista desse objetivo, quando grande parte de uma mídia poderosa a ele se opõe, distorcendo, de acordo com os seus interesses, os fatos históricos. Outros elementos contrários e atuantes, hoje infiltrados em cargos de governo, reitorias de universidades etc., robustecem esta verdadeira doutrinação contrária à verdade dos fatos.

Desde já, alio-me a este brilhante Projeto, propondo-me a participar, também, desta luta com todo o empenho possível.

Agradeço a oportunidade que me foi propiciada no sentido de prestar minha cooperação e solidariedade.

Coronel Ney Salles

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções: S/4 do 4º Batalhão de Caçadores, Lins, SP; E2 no 2º Grupamento de Fronteira, Cascavel, PR; na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende, RJ: Auxiliar de Instrutor do Curso Básico e Instrutor do Curso de Material Bélico, Chefe da 3ª Seção (E3) e da Seção de Ensino "A" (História e Geografia); Comandante do 5º Batalhão Logístico, Curitiba, PR.
- No QG do II Exército, em São Paulo, exerceu as funções de E1, E4 e Chefe da Seção de Planejamento. Foi Chefe do Escalão Logístico da 1ª Região Militar, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da EsIE (Escola de Instrução Especializada), como Técnico de Armamento; da EsMM (Escola de Motomecanização), como Técnico de Motomecanização; e o da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). Nos EUA, fez os Cursos de Extensão de Blindados, Infantaria e Forças Especiais.
- Na reserva desde 1989, exerce a atividade de Professor de História e de idiomas estrangeiros (Francês, Inglês e Alemão).
- Em 1964, no posto de Major, era S/4 do Batalhão-Escola de Material Bélico, Rio de Janeiro, RJ.

Entrevista realizada em 8 de janeiro de 2002.

Que fatos gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Ao eclodir a Revolução Democrática Brasileira de 31 de Março de 1964, servia no BEsMB em Magalhães Bastos e realizava o C PREP/EsAO.

Nossa organização militar recebeu vários alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), alguns dos quais se pronunciaram contrários à intervenção militar no Governo.

De uma forma geral, os comandantes das Organizações Militares da Guarnição da Vila Militar, exceção de uns poucos, eram a favor da Revolução, mas não o declaravam para não serem substituídos no comando.

De minha parte, fora contra a posse de João Goulart na Presidência em 1961 e não aceitava as suas declarações e atitudes como Presidente. Era abertamente contra o mesmo. Só não aceitava dizer que iria cumprir suas ordens e, na hora "H", fazer o contrário. Por isso, apresentei-me ao meu Comandante a quem expus minhas idéias e pedi autorização para falar com o Comandante do GUEs (Grupamento de Unidades-Escola).

Ao General Anfrísio da Rocha Lima, Comandante do GUEs, que me conhecia desde estudante civil em Campo Grande/MS, declarei ser contra o Presidente e que, em vista disso, não cumpriria ordens dele emanadas. Disse-me o General Anfrísio que voltasse para o quartel e aguardasse o desenrolar dos acontecimentos. O General Anfrísio não me prendeu considerando que, no caso, tratava-se de uma decisão política e não militar. Fomos leais um com o outro. Esses fatos foram presenciados pelo hoje Coronel Niderval da Rocha Lima, filho do General, e, na época, Ajudante-de-Ordens de seu pai.

Poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de Março de 1964?

Embora na época me faltassem conhecimentos históricos do que se passara em 1922, acredito que as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964 estejam ligadas ao pensamento dos tenentes de 1922 e persistiram nas cabeças de muitos dos generais de 1964.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. A guerra fria, utilizada pela União Soviética como uma luta ideológica contrária à democracia, influiu decisivamente na deflagração da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, que veio em defesa do Estado brasileiro contra a perma-

nente atuação em nosso País do movimento comunista internacional buscando aqui implantar um regime totalitário semelhante aos existentes nos países ditos socialistas.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia um invisível clima de insatisfação contra o Governo Goulart. Esse aspecto representava o pensamento de grande parte da nossa população.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

A posição da Igreja era de oposição ao Governo, alinhando-se ao pensamento do povo. Naquele momento, os hoje considerados setores radicais do clero, sequer ousaram se manifestar, dando mostras de um alheamento total do problema, propositadamente, ou para permanecerem na clandestinidade, de modo a atuarem quando a situação lhes fosse mais favorável.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Qual a participação do Clube Militar e das associações congêneres?

O clima no meio militar era de apreensão com as sucessivas crises políticas que se revestiam principalmente de características desagregadoras, antidemocráticas, amorais e de falta de autoridade.

Temia-se, nas Forças Armadas, que se repetisse a mesma cisão ocorrida em 1961. O ambiente nos quartéis era de preservação da lei, da ordem e das instituições democráticas no País, apesar das tentativas externas de quebra da hierarquia e da disciplina.

O Clube Militar e as associações congêneres, como os Clubes Naval e da Aeronáutica, tiveram destacada atuação.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Os principais acontecimentos, a meu ver, determinantes da eclosão do Movimento, foram as tentativas do Governo de comprometimento da disciplina e da hierarquia militares, os dois maiores pilares de sustentação das nossas Forças, observadas, principalmente, em três eventos: primeiramente, no comício do dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil. Em seguida, na rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos de Triagem, em que o Presidente da República apoiou, inacreditavelmente, os rebelados, levando o Ministro da Marinha, desautorizado e desrespeitado, a deixar o cargo. Por último, o jantar do Automóvel Clube do Brasil,

no qual João Goulart incentivou abertamente a indisciplina dentro dos quartéis. Foi a última afronta do despreparado caudilho às Forças Armadas.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Para mim, o principal significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi a certeza de contarmos com impressionante apoio popular. Na Cidade de São Paulo, um milhão de pessoas, em 19 de março, disseram não ao caos, fato que se repetiu no Rio de Janeiro, logo após a vitória da Revolução, com número semelhante de brasileiros.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. As Forças Armadas, ao assumirem o compromisso de deflagrarem a Revolução de 31 de Março de 1964, nada mais fizeram do que interpretar a vontade nacional. Pena que hoje muitos digam o contrário e não haja ninguém para contestá-los.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Havia, de fato, uma revolução anarco-comunista em andamento visando mudar a ordem institucional do Brasil, na “marra” se necessário, conforme diziam os seus simpatizantes, na maioria agitadores profissionais, afinados com o Movimento Comunista Internacional (MCI).

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

No movimento armado propriamente dito, o devido destaque para os generais Mourão, Guedes e Muricy, além do Marechal Denys, cuja atuação foi de extrema importância. Como líder civil, o Governador Magalhães Pinto.

Várias lideranças despontaram depois do início da Revolução de 31 de Março de 1964. Citá-las, uma por uma, fica difícil. No entanto, lembrarei dois nomes. Um, o General Castello Branco, militar; outro, o Governador Carlos Lacerda, civil, infelizmente afastado pela Revolução.

A Revolução de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento de natureza interna. O General Vernon Walters, Adido Militar dos Estados Unidos da América, em 1964,

no Brasil, em seu livro “Poderosos e Humildes”, editado, recentemente, pela BIBLIEX, nega qualquer interferência americana no processo e explica o porquê.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto “chefia e liderança”, por parte dos oficiais das Forças Armadas, comandantes de forças que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Na 4ª RM, o General Mourão gozava de uma liderança carismática entre seus comandados, enquanto no II Exército, o General Amaury Kruel desenvolvia outro tipo de liderança, baseada no princípio da hierarquia. Entre os dois, estava o General Emílio Garrastazu Médici, Comandante da AMAN, personalidade forte e que superava os acima mencionados, exercendo grande liderança sobre os cadetes e por que não dizer em toda a Academia Militar das Agulhas Negras, incluindo Instrutores, Professores e o Batalhão de Comando e Serviços (BCS). Não pode deixar de ser lembrado como chefe notável cuja participação tornou-se decisiva para a vitória do Movimento de 1964.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O emprego operacional dos cadetes a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, além de correto, por buscar o objetivo estratégico de preservação da democracia, foi extremamente válido, pois evitou o confronto desnecessário entre irmãos d’armas, o que caracterizaria uma cisão do meio militar.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

As Forças Armadas, após o 31 de Março de 1964, ficaram mais unidas e coesas devido ao idealismo de seus integrantes e a anulação, pela Revolução, das forças externas que procuravam criar dissensões dentro dos quartéis, jogando sargentos contra os seus oficiais.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Se alguma ideologia influiu na deflagração da Revolução de 31 de Março de 1964, certamente essa foi a de defender a democracia ameaçada em suas bases institucionais.

A hoje chamada “mídia” apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A mídia não só apoiou, mas até incentivou os militares a desencadearem o Movimento. Citaria as declarações do próprio senhor Roberto Marinho à época, cujo jornal é hoje, sem nenhuma explicação, um dos maiores críticos da Revolução, a que

ele apoiou durante os vinte anos em que ela vigiu. Por que mudou completamente, depois de nos apoiar durante todo o período revolucionário? Porque deixamos o Poder, e a referida empresa está sempre do lado dos que mandam.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Quais as realizações que considera principais?

No meu entender e de inúmeros brasileiros de reconhecido saber, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi extremamente benéfica ao País. Corroboram essa afirmação os seguintes dados: atingimos a marca dos 600 mil barris de petróleo por dia. A potência instalada passou de 6 para 36 milhões de KW. A produção de aço ultrapassou 14 milhões de toneladas ao ano. Mais de um milhão de veículos eram fabricados anualmente. Nossas exportações alcançaram os 20 bilhões de dólares. Ultrapassamos os 23 milhões de crianças no ensino primário, três milhões no 2º grau e mais de um milhão de universitários. A inflação caiu a menos de 18% ao ano em 1974, uma proeza se comparada com a que se conviveu em 1964, no período de João Goulart. Com uma renda *per capita* em torno de US$ 2 mil e um PIB de US$ 250 milhões, passamos a ocupar o oitavo lugar na economia mundial.

Crescemos, durante aquele período, a taxas anuais entre 4 e 12%. Mais de 100 mil quilômetros de estradas foram asfaltadas. Tivemos safras agrícolas superiores a 60 milhões de toneladas de grãos por ano.

Realmente o modelo econômico instituído pela Revolução de 31 de Março de 1964, em curto prazo, elevou o Brasil da 48ª para a oitava maior economia do mundo. O motivo determinante dessa mudança foi a probidade administrativa que tiveram os governos revolucionários, o que hoje em dia não acontece.

Infelizmente, hoje, poucas são as vozes que se levantam para lembrar esses resultados. Com a abertura política iniciada em 1974, os detratores do chamado regime de exceção não fizeram outra coisa senão traírem os ideais de democracia, desenvolvimento e segurança que inspiraram aquele nosso vitorioso Movimento.

A Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Com absoluta franqueza, a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu alguns erros de avaliação. Duas coisas precisavam ser ditas: Não foram intencionais e muito menos, conseguiram superar os muitos acertos. O principal erro foi o de ter durado mais do que o tempo necessário.

Julgo, pois, que a Revolução de 31 de Março de 1964 se demorou muito tempo no Governo do País e por isso desgastou-se desnecessariamente. Castello Branco, talvez prematuramente, pudesse ter passado a Presidência a um civil. Médici

certamente deveria tê-lo feito. Ambos a meu ver foram impedidos pelas circunstâncias que os cercearam.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, da luta armada perturbando a paz em nosso País, principalmente de 1968 a 1972, como foi possível ocorrer, internamente, um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

Naquela época, houve uma vontade política de opor-se ao terrorismo, à guerrilha urbana e rural, e o País venceu. Agora, falta vontade para combater o crime organizado. Enganam-se os que pensam serem a Justiça e as polícias suficientes para sozinhas enfrentarem o problema. Somente o emprego de elementos treinados, utilizando técnicas apropriadas, realizando operações especiais e respaldados por uma legislação específica, reverterá esse quadro.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários porque preferiram calar ante os excessos, perfeitamente explicáveis, e não difundiram os inúmeros acertos. E poderiam tê-lo feito, porque os acertos foram muito maiores do que os erros porventura cometidos.

O que gostaria de ressaltar acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.,) praticadas por extremistas?

A guerrilha urbana e rural intentada foi iniciativa desesperada das esquerdas. A ação dos Órgãos de Segurança Interna (OSI) foi uma resposta àquelas tentativas. Houve excessos. Certamente que sim, de parte a parte. Mas se quisermos restabelecer a dimensão dos fatos não podemos deixar de citar a fragorosa derrota da luta armada diante das forças de defesa do Estado. Este fato teve um final feliz em nosso País, diferente da Colômbia, por exemplo, que até hoje luta contra os comunistas, aliados dos narcotraficantes, dentro do seu território.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas, etc.), com prejuízo para divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que tem a declarar quanto a isso?

Em determinados casos houve relativo cerceamento das liberdades, como não podia deixar de haver. Porém, de uma maneira geral, a sociedade brasileira podia

divulgar seus pensamentos e ideais. O Olavo de Carvalho diz, com conhecimento de causa, que a literatura comunista era publicada e circulava livremente em nosso País.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista a esse respeito?

Discordo disso completamente. A verdade é que a oposição ao regime se fez sentir logo que as esquerdas se viram inferiorizadas, lançando mão do recurso extremo à luta armada.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo principal da luta armada era a implantação do comunismo no Brasil. O movimento guerrilheiro urbano e rural buscava apoio e orientação principalmente em Cuba.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

O AI-5 foi uma necessidade para dar melhores condições aos governos da Revolução de enfrentarem a contestação, agressiva e intempestiva, de setores inconformados e a própria luta armada desencadeada dentro de nossas fronteiras.

Foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o SNI (Serviço Nacional de Informações) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações) e o agravamento da LSN (Lei de Segurança Nacional)?

A criação dos OSI (Órgãos de Segurança Interna), como o SNI e os DOI, além do agravamento da LSN, foi uma necessidade imperiosa em face do recrudescimento da luta armada, brutal e sem limites, levada a efeito pelas organizações de esquerda.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. Qual a sua opinião a esse respeito?

No Brasil, na verdade nunca tivemos uma ditadura nem civil, no Governo Vargas, e muito menos militar, durante os governos revolucionários. Penso a esse respeito que, em ambas as ocasiões, tentou-se desenvolver um regime democrático mediante fortalecimento do Executivo.

De sua vivência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de governo da Revolução?

A melhor possível com base em dados oficiais, na observação e acompanhamento permanentes, e na experiência de quase setenta anos de vida.

A atuação política e os resultados econômicos dos dois últimos governos ditos militares desgastaram a imagem da Revolução?

Desgastaram. E a principal razão para tal deve-se à fraca atuação política dos dois últimos governos ditos militares e aos resultados da economia experimentados a partir de então, isto é, de 1975 a 1984, que deixaram a desejar sobretudo após a segunda crise do petróleo, sentido intensamente na década de 1980.

Houve, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? Qual o seu ponto de vista a respeito da Lei de Anistia?

Sem sombra de dúvida, a partir de 1990 até nossos dias, existiu e persiste o "revanchismo" sob as mais variadas formas e origens.

A Lei de Anistia só valeu para um dos lados e é utilizada como argumento pelos de esquerda se locupletarem de forma irresponsável e vexaminosa.

Como vê o radicalismo ideológico após o fim da bipolaridade e da queda do Muro de Berlim? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

O comunismo não desapareceu, nem com o fim da bipolaridade ideológica, nem com a queda do Muro de Berlim. Apenas vestiu novas roupagens, em particular nos países do chamado Terceiro Mundo, o Brasil entre eles. Prova disso são as novas siglas que defendem as mesmas idéias e pululam na América Latina, inclusive no Brasil. Aí estão o MST (Movimento dos Sem Terra) e FSP (Fórum de São Paulo) para confirmá-lo, além de uma série de partidos comunistas, com diferentes siglas.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que acha disso?

Acho que, apesar dos elevados índices de aceitação das Forças Armadas pela sociedade brasileira, ainda é fraca a atitude de nossos integrantes em face das acusações que nos são assacadas indiscriminadamente por aqueles que nos são contrários, pelos "revanchistas". Parece até que estamos acuados pelos vencidos de ontem, o que configura um absurdo, mas é, de certa forma, conseqüência da posição da mídia movida, via de regra, por interesses que não são os nacionais.

O que mais gostaria de aduzir acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar aqui registrado?

Toda e qualquer acusação indevida, imputada aleivosamente por quem quer que seja contra o Exército, deveria ser respondida imediatamente e à altura pelas

Seções de Relações Públicas dos Comandos Militares de Área ou pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), obedecendo todos a uma mesma Diretriz de Comando.

Pude observar isso durante a viagem que fiz aos EUA no final de 1996. Seria a meu ver uma atitude correta, visando à "salvaguarda da imagem da Força".

No Brasil, vejo, com preocupação, as crises de autoridade e honestidade, a que todos nós presentemente assistimos, desassossegados, e a falta de vontade política de realizar o que é certo e imperioso.

Com a abertura política, propiciada pela Revolução e legitimada pelo Congresso, o que se viu não tem sido outra coisa se não os atuais detentores do Poder traírem os ideais de democracia, desenvolvimento e segurança que inspiraram aquele Movimento, curvando-se diante de interesses internacionais, o que é uma séria ameaça a nossa soberania.

Qual a sua mensagem final para este Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Em 1964, os segmentos civis e militares uniram-se para deflagrar uma contra-revolução que ficou conhecida como a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Durante os vinte anos de governos revolucionários, inegáveis foram as conquistas alcançadas pelo Brasil.

Uma vez mais, afirmo, com toda convicção, que a Revolução de 31 de Março de 1964 impediu durante vinte anos que o País fosse levado à desordem e à anarquia. É também verdade que os militares sofreram o desgaste por haverem permanecido no Poder durante tanto tempo. Foi um ônus na busca do cumprimento da missão que nos coube.

Nos momentos de crise, os militares são sempre lembrados. Passada esta, são esquecidos e até discriminados. Não se constituam, porém, tais atitudes motivo para nos omitirmos. As Forças Armadas têm um compromisso histórico com o povo e a Nação.

Por isso, temos certeza de que, se necessário for, no momento oportuno, os setores esclarecidos no seio de nosso povo e da sociedade levantar-se-ão contra a situação vigente em nosso País para levar adiante os ideais de Democracia, Desenvolvimento e Segurança que nortearam, naqueles idos de 1964, a nossa Revolução Vitoriosa.

Coronel Adalto Luiz Lupi Barreiros

- Natural da Cidade de Itu, SP.
- Pertence à turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Foi Subchefe da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República do Governo Geisel.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, Transporte Aéreo, Salto Livre, Comandos e Precursor Pára-quedista.
- Na área civil, é formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de MS e possui formação especializada nas áreas de informática e economia.
- Em 1964, era 1º-Tenente no Grupo de Obuses Aeroterrestre do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre, hoje Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Entrevista realizada em 8 de junho de 2004.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre os pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, sua eclosão e suas conseqüências?

A ideologia reduzida a duas vertentes clássicas – comunismo e capitalismo ou totalitarismo e democracia, dependendo de quem e como interpreta a projeção dos fatos históricos sobre o nosso País, a elas referentes durante o século XX, é a fonte primária das lutas políticas entre os brasileiros.

É ela, portanto, que colocou os brasileiros a serviço de uma ou outra vertente e nos causou tantas desgraças históricas, como também nos sujeitou a interesses externos das potências centrais tutoras dessas vertentes, nesse período. Ela obstaculizou e manipulou um nacionalismo autêntico – a única ideologia que poderia nos orientar em um projeto autóctone de nação soberana. Os pródromos de 1964 nada mais foram do que uma seqüência de etapas dessa tragédia que até hoje nos acompanha, apesar de todas as transformações que ocorreram no mundo. Poderíamos dizer que fomos vítimas de dois MCI – o movimento comunista internacional e o capitalista internacional. Continuamos na mesma trilha e sob os mesmos ciclos internacionalistas.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964 e o que se passava no meio militar?

O panorama político imediatamente antecedente a 1964 é o resultado natural do que afirmamos acima na primeira questão. As forças políticas eram o resultado de 50 anos de confrontos e formação de elites políticas entre essas vertentes. Importamos ideologia comunista e projeções internacionais de interesses capitalistas. Dou exemplos marcantes que comprovam isso. A vinda de imigrantes europeus para o nosso País, em face das condições de trabalho em seus países, nas condições deixadas pela segunda revolução industrial e pelo sistema capitalista que dela emergiu, bem como a influência de intelectuais que haviam aderido aos dogmas da revolução bolchevista, foram responsáveis pela importação do comunismo. Essas idéias permearam a industrialização nascente nos centros urbanos do País e as relações de trabalho no campo, para onde parte daqueles contingentes impregnaram a força de trabalho. Por outro lado, as oligarquias nacionais emergidas da estrutura econômica rural e os novos empreendimentos surgidos com aquela industrialização forneceram os meios e o combustível para constituição de uma elite política que representava, quase que exclusivamente, seus interesses econômicos. Assim, reproduzimos aqui um espelho do que ocorria no mundo.

Os interesses econômicos que não eram muito diferentes dos de hoje, exceto quanto aos intensos avanços tecnológicos nos países centrais, reabasteciam esse qua-

dro, primeiro no interregno das duas grandes guerras, com a depressão. Depois com o nazifascismo, na primeira metade do século XX. Ainda, depois da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento da bipolaridade de poder, decorrente da guerra fria, quando essa polarização praticamente dominou a vida nacional. Os primeiros grandes confrontos ocorridos no Brasil entre o capital e o trabalho predominaram naquele quadro durante a grande depressão, com nítida origem ideológica. A expansão do movimento comunista para a área política se deu como reflexo sucessivo daqueles acontecimentos. Os meios intelectuais brasileiros contribuíram muito com isso.

Por outro lado, um exemplo pouco examinado de que os parâmetros e a dogmática capitalistas mudaram muito pouco, se verifica numa evidência de nossa história. As exigências estrangeiras ao Governo Bernardes, relativas a dívidas externas do Brasil, por exemplo, em plena revolução tenentista que se insurgia com as práticas políticas e econômicas vigentes no País, sobre entrega de áreas da Amazônia, pagamento de dívidas externas, abertura ao capital externo, no sistema financeiro, como a privatização do Banco do Brasil, concessão de ferrovias etc., eram absolutamente iguais às que dominaram os governos após a Revolução de 1964. Foram permanentes pressões mesmo antes e durante esse período e acabaram abrindo caminho, com extremo ímpeto e amplitude na década de 1990 e nos primeiros anos deste século, com a globalização.

Portanto, a história nos prova com clareza mediana, o que afirmamos sobre o contexto político que antecedeu 1964. Orbitamos entre essas áreas de influência e geramos internamente todas as condições para confrontos revolucionários, através dos métodos e costumes políticos decorrentes de nossa herança histórica. Ambas as vertentes estavam não só dispostas, mas aptas a rupturas no processo constitucional de organização do Estado Brasileiro. No meio militar, essas vertentes se reproduziram, embora de forma difusa, como não podia deixar de ser, uma vez que as Forças Armadas são oriundas do povo, em nosso País. Embora sendo minoria no meio militar, a vertente comunista investiu, como já o fizera antes, contra pilares e princípios organizacionais e sociológicos da Instituição Militar, na busca de garantir a conquista do poder político. Talvez, esse tenha sido o embrião mais decisivo para a ruptura de 1964.

Mas esta ruptura foi basicamente uma reincidência da postura histórica moderadora daquela Instituição, traduzindo a vontade majoritária do povo. A cooptação entre o meio militar e o povo, através da classe política, com gênese na nossa herança histórica e cultural, em ambas as vertentes, produziu não só as causas imediatas como as conseqüências dessa confrontação, cujo início pode ser identificado com o levante comunista de 1935. As causas remotas antecedem a esse movimento de 1935.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A posição da Igreja era majoritariamente contra o governo deposto. Entretanto, nela também, pelas mesmas razões que se identificavam adeptos dessas vertentes nas demais instituições nacionais, havia não só representantes, como órgãos da Igreja e organismos a ela vinculados, comprometidos com a vertente comunista, ainda que a doutrina social da Igreja fosse antagônica a ela. Todas as Encíclicas que fundamentam e traduzem aquela doutrina deixam esse antagonismo em evidência. Apesar disso, havia segmentos da Igreja simpáticos àquela vertente. Como há até hoje, infelizmente! Essas correntes (ou alas) usam princípios da doutrina social da Igreja para desafiar a validade e justificar a ruptura de princípios constitucionais, mesclando marxismo com ensinamento cristão, em formas absolutamente ineficazes de transformar a sociedade brasileira, dela eliminando as profundas mazelas e diferenças sociais que nela persistem, por inépcia da elite nacional.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

A postura e atos do Governo em face dos dispositivos constitucionais. Os apoios e objetivos políticos das correntes em confronto. Entre esses fatos foram determinantes – o comício da Central do Brasil pelas Reformas de Base e a assembléia do Automóvel Clube do Brasil. Nesses episódios, um propondo abertamente a subversão da estrutura constitucional e outro envolvendo e atingindo diretamente a estrutura militar, ficaram evidentes para o povo e para as Forças Armadas duas coisas: Primeiro – o desrespeito do Presidente da República pelo arcabouço constitucional que organizava juridicamente o Estado Brasileiro. Segundo – a ruptura aberta da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, com o que a ordem jurídica constitucional estaria definitivamente ameaçada. A ordem pública seria destruída como conseqüência. Uma revolução de natureza marxista-leninista estava em marcha, em todos os seus ângulos e com todas as suas variáveis.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Este, como outros eventos, traduzia a capacidade de articulação das forças não comunistas em todas as suas variáveis e matizes possíveis. Como foi um movimento de massa, envolvendo grandes parcelas da população e centenas de organizações da estrutura social brasileira, que foram se sucedendo, por manifestações na imprensa, em atos públicos e em conspirações de ambas as vertentes, acabou sendo um sinal claro de que a ruptura constitucional seria inevitável e que o confronto

caminharia para uma intervenção política das Forças Armadas. Mas, é necessário admitir e ressaltar que aquele evento – a marcha – não foi um movimento popular espontâneo, oriundo e com base em um direito natural – o direito à rebelião inerente ao povo, em face da sua realidade concreta que num determinado momento caracteriza a sua história. Nem foi um evento único e nem decisivo naquele contexto. Da mesma forma que não o foi o movimento das diretas, de sentido reverso, alguns anos depois, sedimentando o fim do período do chamado "regime militar".

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Com exceções inexpressivas e de projeção histórica sem relevância marcante, de um modo geral, sempre as Forças Armadas reproduziram, motivadas por objetivos organizacionais e/ou institucionais, a vontade nacional dominante, ao longo de nossa história militar e política. A partir da estruturação do Exército, em Guararapes, sempre o Exército foi um intérprete dessa vontade, principalmente nos movimentos de pacificação. Em 1964, seguramente, a intervenção militar traduziu a vontade majoritária do povo brasileiro, naquelas circunstâncias.

Que fatos o senhor gostaria de pinçar da Revolução de 31 de Março na Brigada Pára-quedista, onde servia nos pródromos e na eclosão daquele Movimento?

Comecemos pelos pródromos. A tropa aeroterrestre é de natureza especial, possui vínculos e padrões internos muito característicos. Destaco a operacionalidade, o profissionalismo, o ímpeto e, para melhor entendimento dos efeitos da ideologia sobre o meio militar, o espírito de corpo, a camaradagem e uma espécie de orgulho pessoal de cada um de seus integrantes, como se fosse um galardão. Enfim, são bons soldados, entre os melhores que um Exército pode ter. Este clima e o ambiente altamente salutar à profissão das armas e à atividade-fim daquela tropa, sofria, lamentavelmente, as dissensões germinadas pela ideologia comunista. Companheiros íntimos foram arrastados neste confronto, por milhares de fatos que começavam nas formulações que surgiam do acompanhamento de fatos do mundo político. Uns acreditavam nas razões e argumentos deste ou daquele sistema. Uns defendiam atos de governo, enquanto outros percebiam os riscos daqueles mesmos atos. E das longas e inúmeras discussões, passamos aos fatos. Havia militares que já integravam células comunistas, assim como oficiais que apoiavam o Governo que, recentemente, emergira do plebiscito presidencialista.

Havia, entre eles, os que cooptavam abertamente os interesses desse Governo, inclusive intermediando benesses, como financiamentos de bancos estatais para

aquisição de bens ou favorecimentos funcionais ou com permanente discurso de defesa de seus métodos e de seus atos. Como foi notório naquela época, havia uma infiltração ideológica nas Forças Armadas. Na Brigada, não foi exceção. À medida que o confronto entre as forças políticas foi se agravando, passou-se a viver um verdadeiro caos nos quartéis. Para se ter uma idéia aonde isso chegou, as rotinas mais elementares da atividade diária nos quartéis, passou a ser questionada em função da opção política, que um ou outro militar viesse a manifestar. De determinados oficiais, por serem considerados "contra", o cumprimento de ordem era orquestrado e dificultado. Para estes, verdadeiras "armadilhas" funcionais eram montadas, diuturnamente, pelos seus "oponentes políticos", de forma a lhes criar dificuldades, descrédito, e até mesmo problemas disciplinares.

A atividade aeroterrestre dessa tropa poderia levar isso a graves eventos e conseqüências, pois ali o risco de vida é diário e permanente.

Nesse clima é que assumiu o Comando da minha Unidade o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, outro exemplo marcante de como uma espécie de vampirismo autofágico acabou dominando o ambiente e vitimando muitas personalidades, expoentes do esforço revolucionário de 1964. Este oficial acabou sendo cassado, embora fosse um revolucionário autêntico pró-1964, de primeira hora, além de ser um oficial de competência acima da média. E o que é mais complicado, com a assinatura do próprio irmão que era Ministro, no ato de governo que o cassou.

Durante esse período há um fato, também marcante, que prova a afirmação e confirma o que será abordado, mais à frente, sobre os efeitos da ideologia nos quartéis. Trata-se do que ficou conhecido como episódio Lacerda. Vou me limitar aos fatos, para ser fiel aos acontecimentos e evitar conceitos e opiniões subjetivas.

Assim resumo os fatos desse episódio:

Todo o País acompanhava o confronto político entre o Governo Federal e o Governador Lacerda. Não era novidade e era de ampla repercussão nacional. Chegava a extremos orais que atingiam até mesmo a dignidade dos cargos. Nisto tudo, o episódio do suicídio do Presidente Vargas, dez anos atrás, ainda repercutia e acirrava os ódios políticos e pessoais.

À noite, por volta das 23h30min de um determinado dia que todos identificam, chegou ao aquartelamento o Coronel Francisco Boaventura – Comandante do Grupo. Apresentava uma fisionomia cerrada, demonstrando grande preocupação. Dirigiu-se a seu gabinete e passou a realizar algumas ligações telefônicas.

Pouco depois, chegou ao quartel o 1º Tenente Wilson, que vinha da casa da namorada, segundo declarações dele a mim e dizendo que iria pernoitar no quartel. O Tenente Wilson era o Oficial de Motores da Unidade e não estava, como eu, a par

do que estava ocorrendo. Eu morava no quartel. Um paulista no Rio de Janeiro por força do voluntariado a que havia me imposto, para servir na tropa aeroterrestre.

Passado algum tempo, o Coronel Comandante que me havia encontrado quando adentrara ao quartel, mandou-nos chamar em seu Posto de Comando (PC). Chamei o Tenente Wilson na Bateria de Serviços, cumprindo a ordem que recebera e fomos ao gabinete do Coronel.

Lá, o Comandante perguntou se havia mais algum oficial no quartel, além do oficial-de-dia a quem ele seguramente já havia contatado, em seu ingresso no aquartelamento. Diante da resposta negativa, declarou-nos que estava muito preocupado e que recebera do Chefe do Estado-Maior (EM) do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre (Nu Div Aet), ordem para aprestar a Unidade, com a missão de prender o Governador do Estado – o Senhor Carlos Lacerda. Declarou que julgava aquilo uma temeridade, além de um ato ilegal e havia solicitado ordem por escrito ao Comando.

Perguntou-nos, em seguida, qual o julgamento que tínhamos do fato. Respondemos que, efetivamente, sem os procedimentos constitucionais, seria um problema sério empenhar tropa do EB (Exército Brasileiro) para prender um Governador legalmente constituído no cargo, ainda que a situação política fosse grave e o Governador fosse adversário do Presidente da República.

A ordem era para ser executada durante a visita do Governador ao Hospital Miguel Couto, na manhã seguinte.

Perguntou-nos se contava conosco, pois não iria cumprir aquela ordem, ainda que recebesse o documento escrito. Perguntou-nos, também, o que poderia ser feito para imobilizar as viaturas do Grupo e que, ao iniciar o expediente, na manhã seguinte, assumiria a responsabilidade pelo descumprimento da ordem, colocando o Grupo a par de suas decisões e de seus atos. À pergunta inicial, respondemos afirmativamente, até porque havia uma enorme confiança no Comandante e ele era uma figura não só muito respeitada, mas exercia indiscutível liderança no seu Grupo, pela forma com que agia desde que assumira o Comando.

Saímos do PC com a missão de imobilizar os REOS provenientes do Acordo Militar (Vtr de 2,5 Ton de transporte de tropa e tratores de peças de Artilharia – os obuseiros de 105 mm).

Em seguida, nos deparamos com um problema. Essas viaturas tinham os distribuidores blindados e seria impossível, durante a noite, em tempo hábil, até a manhã seguinte, realizar a retirada desses dispositivos.

Optou-se por esvaziar os tanques, coletando o combustível em alguns tonéis que foram rolados para o mato nos fundos do quartel, entre o campo de futebol e os limites laterais do aquartelamento. Bloqueamos e lacramos os depósitos de com-

bustível, onde por sinal, como nas viaturas, não existia muito combustível. Além disso, muitas viaturas estavam indisponíveis, sobre cavaletes, por falta de peças.

Retornamos ao Comandante, já amanhecendo, e demos a missão por cumprida, como explicamos de que forma a havíamos cumprido. Neste momento, declarou-nos que não recebera e provavelmente não iria receber a ordem por escrito e que isso, de certa forma, facilitava as coisas. Havia sido chamado ao Quartel-General. Mas, que havia um confronto entre ele e o Comando e que o diálogo entre eles tinha sido muito complicado.

De manhã, à medida que iam chegando ao aquartelamento, os oficiais e demais militares eram informados dos acontecimentos, informalmente pelos que já estavam no quartel. Começaram, então, a surgir dissidências de apoio, entre alguns oficiais e uma movimentação anormal.

Já vivíamos um clima de confronto ideológico, onde o que se passava afetava o companheirismo e o espírito de corpo pára-quedista; por outro lado, o procedimento de alguns oficiais, que se mostravam a favor das correntes políticas vinculadas à Presidência da República, fazia com que grandes embates políticos ganhassem vulto, precedendo o Movimento de 1964. Uns a favor, outros contra...

Posteriormente, o Comandante primeiro falou com o Subcomandante e em seguida chamou o Oficial de Munições junto com seu S/4 (Fiscal Administrativo). Deu-lhes conhecimento dos acontecimentos e reafirmou que não iria cumprir a ordem. Em ambas as reuniões, tanto eu como o Tenente Wilson estávamos no hall de entrada do gabinete que separa a sala do Comandante da do Subcomandante, fora portanto delas. Quais as ordens? Não sei explicitar.

Algum tempo depois, ainda pela manhã, houve um toque de ordem para reunião de oficiais. Reunidos no Salão Nobre, o Comandante deu conhecimento aos seus oficiais, formalmente, com os mesmos detalhes que tínhamos sido informados na noite anterior e explicitou as razões pelas quais decidira não cumprir a ordem.

Deu a palavra a quem quisesse dizer alguma coisa. Nesse momento, o Capitão Juarez de Souza Moreira, de forma respeitosa, inclusive dizendo que tinha uma enorme admiração pelo Comandante, mas que discordava da decisão e apresentou algumas razões que o faziam pensar daquele modo. Esse posicionamento foi, claramente, decorrência das opções políticas que, naquele momento, dominavam os espíritos. Foi, na reunião, a única voz manifesta, mas havia outros oficiais que, fora dessa reunião, se manifestaram contra o Comandante.

Os acontecimentos futuros evidenciaram quem estava contra a decisão do Comandante. Foi um claro divisor de águas. Isto veio à tona, intensamente, por ocasião do movimento armado de 31 de março. Houve muitas conversas entre os

militares, a partir dessa reunião. Uma grande maioria optou por não emitir qualquer opinião. O expediente foi retomado.

O Comandante reiterou que a responsabilidade era dele e que não cumpriria a ordem e que, se alguma ocorrência viesse a seu conhecimento, contrariando a sua decisão, ele agiria. Depois passou a dar ordens específicas a vários oficiais, cujo teor não tenho conhecimento. O expediente embora tenso teve continuidade.

Pouco depois, passando pelos fundos do quartel, observou-se uma coluna de viaturas do GUD (Grupamento de Unidades Divisionárias) – que eram pára-quedistas das Unidades de Apoio. Passaram em direção a Marechal Hermes e ao Campo dos Afonsos. Tomamos conhecimento, sem participação na coluna de qualquer oficial ou viatura do Grupo, que a mesma, via Barra da Tijuca, iria executar a ordem.

Essa coluna retornou ao aquartelamento, sem executar a ordem. As especulações sobre esse retorno foram muitas e com várias origens. Os oficiais que participaram dessa coluna devem ser melhores testemunhas do evento, entre a saída e o retorno da tropa, versões que não podemos confirmar, exceto por relatos de outros companheiros pára-quedistas que se disponham a falar. Há relatos que destacavam, incidindo sobre muitas divergências, que a ordem dada teria o objetivo de assassinar o Governador. A controvérsia em torno dessas versões, em face da sua gravidade, jamais pôde ou poderá ser validada pela verdade plena. O fato que se pode afiançar é que ela jamais seria transmitida à tropa de pára-quedistas como uma "ordem de matar" e nem ela seria cumprida, em nenhum escalão, se assim tivesse sido dada, principalmente naquele ambiente de confronto ideológico.

Pode ser que um ou outro se sujeitasse a essa insanidade, mas como corpo de tropa jamais. Se não se pode descartar ou validar as hipóteses sobre essas versões, até porque elas se sujeitam aos desvios das entranhas do mundo político, o fato é que onde eu estava, em nenhum momento, ela foi mencionada como uma "ordem de matar".

Durante o dia, surgiram informações de que essa ordem havia sido decidida entre o Ministro da Justiça – Abelardo Jurema, o Chefe da Casa Civil – Darcy Ribeiro, e o então General Alfredo Pinheiro – Comandante dos Pára-quedistas. Comentou-se à época que o Governador havia sido avisado e deixara de comparecer ao Hospital na hora programada, sendo montado um aparato de defesa com tropa da Polícia Militar.

Em poucos dias, o Coronel Boaventura foi substituído no Comando do Grupo, vindo para o seu lugar o Coronel Adalberto Villas-Boas. Este oficial era o Comandante do Grupo quando, pouco depois, eclodiu a Revolução de 1964.

Esse episódio é uma evidência mais que ostensiva daquele confronto ideológico.

Cabe relatar e comentar alguns fatos posteriores, decorrentes do acirramento de ânimos em que aquele conflito de natureza político-ideológica nos envolveu.

Os oficiais que se haviam postado claramente de acordo com o Comandante, no episódio do atentado ao Governador do Estado, passaram a ser alvo de constantes problemas. Uns como alvos preferenciais. Indiscutivelmente, havia uns poucos oficiais comprometidos ideologicamente e estes tinham controle sobre os graduados que também estavam comprometidos. Estes eram os mais agressivos. Deles, passamos a experimentar toda sorte de "traições". Mas, a expressiva maioria, mesmo aqueles que se postaram contra o Comandante no episódio, jamais agiu dessa forma, preservando as relações de companheirismo e a lealdade acima de tudo. Uns poucos, entretanto, armavam situações, em episódios que eram rotina na vida aeroterrestre, para comprometer-nos e provocar, inclusive, punições disciplinares sobre nós. Até ordens comuns na situação de serviço eram contestadas e, também, retardado o seu cumprimento. Alguns graduados se tornaram desafiadores em desobediência a qualquer ordem dada por nós, por mais rotineira e comum que fosse. Isto exigia, sempre, muita energia e decisão de nossa parte e muitos problemas de disciplina surgiram. Os antagonismos, críticas e verdadeiras "armadilhas" atingiam alguns oficiais. Esse foi o caos que se instalou onde antes era notável o companheirismo e o espírito de corpo.

Fui uma das vítimas diretas desses fatos, embora tivesse amizade fraterna com praticamente todos os oficiais, inclusive os que não comungavam de minhas convicções. Passei a ter dificuldade com amigos e até recebi ameaças de alguns, caso me postasse contra (de novo). Havia insurgência que afetava a hierarquia? Havia e de forma intensa e multifacetada. Havia aliciamento ideológico? Havia, a tal ponto que, de certa feita, um dos meus mais próximos companheiros, que, de certa forma, havia contribuído para minha ida para a tropa pára-quedista, me advertiu, em nome da amizade que existia entre nós, que um novo epílogo me aguardava, diferente do que ocorrera no episódio Lacerda e que eu me omitisse diante daqueles acontecimentos em curso, pois repetidas as circunstâncias, se continuasse a enfrentá-los, "passariam com a viatura por cima". Essas foram palavras textuais e mostram bem o clima e o desajuste a que havia se chegado, em termos de hierarquia e de disciplina, pilares essenciais da Instituição Militar.

Estas ocorrências no universo micro do meio militar se tornaram profusas no universo macro da vida do País.

O resultado é que passei a dormir na Bateria de Comando, onde ficava meu alojamento, com uma pistola .45 embaixo do travesseiro. Em novembro de 1963, quando do assassinato do Presidente Kennedy, quase ocorre uma tragédia, no momento em que, sobressaltado, fui acordado pelos oficiais que estavam respondendo ao plano de prontidão e chegavam ao quartel. Ficávamos, pelo menos muitos de nós, pensando em 1935...

Outros oficiais, a maioria, inclusive alguns que foram atingidos posteriormente por atos da Revolução, não se comportavam assim e continuaram a vida no quartel, como antes.

Até o dia 31 de março, vivemos um péssimo clima no quartel. Alguns foram alvo de todo tipo de pressão. No dia 31, como ocorre nos oportunismos de ocasião, quando os riscos se avolumam, muitos passaram a revolucionários de primeira hora. Talvez, por isso, por suas próprias imprudências, atos ou omissões, de quem estava em ambos os lados e pelos algozes gratuitos que sempre surgem, muitos companheiros foram atingidos por Atos Institucionais, mais pelo que falaram do que pelo que fizeram.

Finalmente, ocorreu o 31 de Março! O Comandante em exercício proibiu a entrada no aquartelamento de vários oficiais que considerou comprometidos com o governo deposto. Muitos graduados "desapareceram" por algum tempo e outros receberam ordem de prisão. O passo seguinte foi a instalação de uma Comissão de Inquérito no âmbito do então Nu Div Aet, cuja missão e objetivo eram claros. Apurar e indicar a punibilidade pelos atos que lhes eram atribuídos. Muitas carreiras foram assim interrompidas. Muitos companheiros nos deixaram e deixaram marcas em todos nós, quer porque nem sempre se fez justiça plena, quer porque ela tenha sido feita.

A marca mais profunda, não tenho a menor hesitação em apontar, é a de que pares de uma profissão honrosa, cujo cerne fundamental é o serviço à Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, tenham-se se voltado uns contra os outros, em nome de uma parafernália ideológica que jamais poderá trazer algo de bom para o Brasil.

Continuei a cumprir as minhas funções. No período da Revolução, a partir do final de março de 1964, novamente fui testemunha do que a ideologia malsã pode fazer, não só às Forças Armadas como ao País...

Vi e vivi o que pode fazer a ideologia a companheiros que tinham o compromisso com a Pátria e tinham o dever de honrar não só a sua condição de Oficial, mas também o espírito de corpo pára-quedista que nos tornava uma boa tropa a serviço do Brasil. Aquele episódio foi uma outra lição para consolidar as minhas convicções, que acabaram guiando os meus passos depois e pelas quais também tive que pagar um preço bastante salgado. A primeira lição havia sido em 1954, com a novembrada, quando eu era apenas aluno da Escola Preparatória de São Paulo, com apenas 16 para 17 anos... Muitas indagações ficaram sem resposta naquela oportunidade, como não podia deixar de ocorrer. Depois na renúncia do Presidente Jânio, onde vi coisas semelhantes... servindo num quartel de Artilharia em Santos. A mesma problemática e o mesmo confronto.

Sempre alertamos que acabaríamos por entregar o Brasil aos "inimigos", se não abjurássemos a autofagia que acabou por engolfar nossos chefes e vários companheiros

em todos os escalões hierárquicos, nos anos subseqüentes do processo revolucionário de 1964. Depois tornei a ver, lá mesmo no pára-quedismo, no então Grupo de Obuses Aeroterrestre (G O Aet), quando seqüestraram o Embaixador Elbrick e invadimos o Galeão para impedir a troca de subversivos pelo Embaixador... Vi isso, de novo, quando servi na Presidência, de onde saí para ser preso disciplinarmente em seguida... Por isso, vejo o que aconteceu conosco – Forças Armadas – cujo espelho evidente e irretocável são os dias de hoje, como uma responsabilidade que não há como atribuir a terceiros. Somos os réus da história e fizemos réus entre nós mesmos em ambos os lados... Vitimamos nossos companheiros, de uma forma ou outra. Antes, pelo confronto ideológico que se instalou entre nós e, depois, após dar-lhes missões que tinham que cumprir devido à própria estrutura militar, por deixá-los expostos a retaliações e a toda sorte de acusação.

Vejo isso ainda hoje, ainda que de forma difusa, numa espécie de lamento, porque muitos consideram que já não somos um corpo único feito da ativa e da reserva. Mas, o futuro do Brasil depende de que sejamos um corpo único fiel ao povo e aos seus valores, povo esse que nos arma e nos diz qual é a nossa missão!

Nada devemos a governos, exceto a observância da ordem constitucional, mas ao Estado Brasileiro e à Nação! Quem a atingir, desservindo os interesses nacionais, deve nos encontrar de frente! Só assim seremos fiéis à nossa própria história. E não há tempo que mude isso!

Consolidou-se a convicção de que mesmo nós, com toda a formação que tivemos, acabamos nos sujeitando ao que jamais se poderia tolerar ou sujeitar. Mas, o carreirismo e o oportunismo acabam por produzir o que hoje está diante de nossas faces... São as servidões de que falava Alfred de Vigny, no seu eterno e indispensável livro de lições aos militares. A miopia daquela época nos deu a visão distorcida dos dias de hoje.

Sem as escaramuças intraquartéis daquela época, que vivenciamos intensamente naquela quadra da história, mas, de forma muito mais global e muito mais sutil, estamos envolvidos todos nós brasileiros, mesclando interesses de ambas as vertentes que, por incrível que pareça, cooptam entre si, hoje em dia.

A única diferença é que, agora, os militares são os "réus da história" e o "revanchismo" está encravado no âmago do poder, sujeito às mesmas fontes ideológicas, ainda que com outras faces, como se fora um fantasma permanente a tolher o nosso futuro. Juntos, continuam produzindo os mesmos efeitos – a agressão às instituições militares e o enfraquecimento de seus pilares... Com isso, atinge-se o próprio País. Tudo se justifica – porque os tempos são outros!

Por tudo que a grande e expressiva maioria acreditou, só nos resta lamentar os rumos. Depois de tantos sacrifícios e lutas, mas ainda com a esperança de que

possam os brasileiros reverter o destino do Brasil, preservando-o para os brasileiros, como uma dívida que ainda não foi paga!

Sobre tudo isso, o Manifesto dos Capitães da EsAO em 1968 já exteriorizava alertas. Por mais que se queira imputar a oficiais superiores a idéia e o conteúdo daquele documento, o fato é que ele foi feito por capitães e com uma única motivação – o compromisso com a Instituição Militar, compromisso pelo qual, tinham certeza, se punham a serviço do Brasil. Vindos de todo País e reunidos naquela Escola, eles tinham uma visão muito homogênea dos acontecimentos. A advertência, se por um lado arranhava a disciplina, por outro era uma consistente visão do futuro. Aos homens, cabe a construção do futuro, cada um na esfera de sua tarefa!

Pois bem, já mergulhados dentro do processo revolucionário, após sua eclosão portanto, as ações da insurreição armada, que ainda serão abordadas, voltam a nos encontrar na agora Brigada Aeroterrestre. O Exército ajustara sua doutrina militar à organização de Brigadas. Mudara o nome. A missão era a mesma. Havia assumido o Comando do Grupo de Artilharia, onde eu então comandava a Bateria Operacional que integrava a Força-Tarefa Santos Dumont de pronto emprego, o Tenente-Coronel Dickson Melges Gräel.

Em meio às ações de seqüestros, assaltos, sabotagens, assassinatos, é seqüestrado o Embaixador americano. Véspera do Dia da Independência. Ano 1969. Exigência – a libertação de "terroristas", entre eles até quem tinha seus pecados, mas que não merecia apoio e implorava para não ser trocado e para ficar no país (aqueles são os "heróis" da democracia de hoje). Constavam de uma lista feita pelos seqüestradores. Um avião da Força Aérea deveria levá-los em segurança para o México.

O Presidente Costa e Silva havia sido impedido por doença e uma Junta, composta pelos três Ministros Militares, decide ceder às exigências dos seqüestradores, por várias razões de estado: a preservação da vida de um representante de governo estrangeiro, a expulsão de terroristas do País, a pressão dos EUA etc. Todas elas, como outras tantas, relevantes, mas que revestia o ato de conseqüências imprevisíveis que acabaram se reproduzindo na onda de seqüestros de autoridades que sucedeu àquele episódio. A decisão da Junta deu ao terrorismo a convicção de que aquele era "um bom negócio" e que as forças de segurança eram derrotáveis por aqueles métodos.

O governo dos EUA nunca negociou a vida de seus representantes com o terrorismo. O risco é inerente à missão diplomática. Tanto mais, em uma época em que os EUA apoiavam incisivamente a Contra-Revolução de 1964, inclusive por meios não tão diplomáticos, como hoje tentam se santificar em nome da "democracia e da liberdade", mas, na verdade, em nome de seus interesses atuais.

Por outro lado, os seqüestradores daquela época discursam no Congresso e em todos os lugares em nome da democracia e, hoje, também em nome dela, mandariam

para a prisão quem realizasse um ato semelhante. Em contraponto, já libertaram os que fizeram seqüestros iguais de nacionais, sob alegação de realizar "expropriações" de dinheiro dos "exploradores do povo", para financiar a sua causa. Tratam o crime hediondo como crime político, porque é praticado por comunistas. Eles são absolvidos de seus pecados, em nome da ideologia. Seu perdão é inerente a seu credo ideológico e seus atos foram santificados pelo seu "idealismo e coragem"! Jamais foram considerados atos criminosos e, se foram, encontraram justificativas para isentá-los de responsabilidade!

Surge, então, neste episódio, nos três Batalhões de Infantaria Pára-quedistas uma reação que iria às portas do General Comandante da Brigada Aeroterrestre. Era um confronto àquela decisão que teria início com uma recusa em desfilar em continência à Junta, no 7 de Setembro. Consultado pelos comandantes das Unidades de Infantaria, vindos em bloco ao seu gabinete, o Comandante da Artilharia se solidariza e comunica aos seus oficiais a sua decisão. No meio das interlocuções, a partir de possíveis consultas ao General-de-Brigada Adauto Bezerra de Araújo, Comandante da Brigada Aeroterrestre, e ao seu ex-Comandante – General-de-Divisão João Dutra de Castilho, que comandava então a 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e Guarnição da Vila Militar, e, daí, seguindo os escalões de comando, passando pelo I Exército, os Comandantes das OM de Infantaria, sediadas no Arroio dos Afonsos, refluíram da decisão que haviam tomado e comunicado aos seus próprios oficiais. Reconsideraram por razões ainda desconhecidas até hoje e de forma muito estranha, uma vez que eles próprios ou um deles, agindo em nome dos demais, tomaram a iniciativa de propor aquela conduta ao Comandante do 8º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (8º G A Aet), obtendo sua adesão, exatamente para que não houvesse uma fratura interna entre os pára-quedistas. Refluíram... sejam quais forem as razões que tiveram para fazê-lo.

Comunicam isso ao Comandante da Artilharia, quando este se juntava a eles diante do General, à porta do seu gabinete. O Tenente-Coronel Dickson decide que não tinha condições morais de voltar atrás. Já havia comunicado a decisão a seus oficiais. Fica isolado com sua Unidade, exceto pela solidariedade dos oficiais da Infantaria que também se recusam a voltar atrás.

Seu Grupo forma na madrugada de 7 de Setembro em continência à data, no interior do aquartelamento, com todos os militares. Não desfila. Não integra a Brigada. Esta vai para o desfile com as ausências de oficiais que se negaram, também na Infantaria e nas outras Unidades da Brigada, a rever suas decisões.

É este tipo de ocorrência e sua fenomenologia que vai se reproduzir em muitos outros eventos posteriores, envolvendo os episódios da luta armada que se instalava no País e no processo revolucionário de 1964 e seus governos. Essas hesitações, bloqueios, divergências e contra-ordens, em função da missão e de como se devia cumpri-la. Essa

dinâmica será responsável, como veremos, pelos distanciamentos entre governos oriundos dos quartéis, referendados pela classe política, e os meios militares. Nestes, de uma forma ou de outra, os apoios pendiam ora para o Governo, ora para os chefes militares que se sentiam responsáveis pelo Movimento de 1964. À exceção do Presidente Médici, talvez devido ao progresso econômico observado em sua bem-sucedida gestão, em decorrência de medidas de seus antecessores e de seu próprio mandato, todos os outros generais-presidentes tiveram esse fenômeno presente em seus governos.

Enquanto aquelas interlocuções tinham vez, oficiais de todas as unidades pára-quedistas decidem montar uma operação de interceptação da aeronave que levaria os terroristas ao México. Eles estavam sendo reunidos no Galeão, provenientes de vários lugares onde estavam presos, à disposição dos IPM ou da Justiça. Por essa circunstância, a hora da decolagem fora fixada para 19h. Era a informação que nos chegara. Montada a operação com a rapidez exigida, os oficiais excluíram dela todos os graduados, para preservá-los de efeitos disciplinares e para fazer recair sobre si próprios a responsabilidade pelo ato que colidia, frontalmente, com o mais alto escalão superior. Também, para não empenhar subordinados que certamente seguiriam suas ordens, pela confiança e liderança sólida que ali imperava. Eu mesmo tive que fazer retornar ao quartel uma Bateria inteira que se dispunha a seguir seu Comandante, tão logo tomaram conhecimento do fato pela movimentação das viaturas.

Como todos estavam cientes das conseqüências que envolveriam a operação, só voluntários integraram a força de interceptação. Após o apronto, esse grupamento deslocou-se em viaturas que eu forneci na condição de Comandante de Bateria e a ela me integrei. Todos estavam cientes de que o objetivo era impedir a entrega dos terroristas e criar um fato consumado que seria responsável por dois outros objetivos: primeiro, evitar a onda de seqüestros e mortes que acabou se sucedendo, impondo uma derrota à insurreição armada, exemplarmente e de pronto, ainda que à custa da vida do Embaixador – fato perfeitamente avaliado e possível na radicalização do terrorismo e de seus adeptos, mas cujo ônus recairia sobre eles mesmos. Segundo, abreviar a vida da Junta Militar – uma figura inédita na história republicana – de forma que o processo revolucionário optasse por um chefe supremo capaz de refazer a estrutura de governo, fragmentada pelo impedimento do então Presidente, acometido de doença irreversível. Os fatos da luta armada e os atos de Governo estavam a indicar que um governo tríplice era uma solução que não poderia perdurar. A capitulação ao primeiro ato de força do terrorismo, com repercussão internacional, endossava essa avaliação. Seus efeitos seriam danosos, como de fato vieram a ser... em termos de vidas humanas!

A operação não teve sucesso. Alguns entendem que ela foi abortada por informações vazadas de dentro da própria tropa pára-quedista, por quem agira

como "agente duplo" ainda que, tanto quanto possível, o sigilo dessa operação tivesse sido resguardado. Outros acham que as informações que nos foram transmitidas já faziam parte de um esquema de segurança para evitar as interceptações. Seja qual for a versão correta, estas informações anteciparam a reunião e a decolagem, de forma que, quando a tropa chegou ao Galeão, o vôo já se encontrava na rota entre o Rio, Recife ou Manaus, onde haveria escala técnica. Essa operação surpreendeu o então Coronel-Aviador Comandante da Base Aérea em seu gabinete, onde o destacamento precursor o encontrou mudando de roupa e nessa condição permaneceu, sentado, até a saída dos pára-quedistas que o integravam. Nenhuma escaramuça, confronto, dissensão, além do diálogo necessário, ocorreu. Apenas, aquele oficial declarou sua surpresa e concordância com a troca feita.

Partiu-se então, embora sem o trunfo principal (a captura e a escolta dos terroristas para um dos quartéis, no aguardo da evolução dos acontecimentos, diante do fato consumado), para a segunda parte – o anúncio do resultado da operação ao País, através da Rádio Nacional. Tomada essa emissora, o texto lido no ar para todo o País sofreu as correções decorrentes do primeiro objetivo não ter sido atingido. Essa proclamação pertence à história e não precisa ser repetida. Ela traduzia a repulsa à capitulação ao ato terrorista. Ela foi lida por um oficial que não era pára-quedista militar, como uma homenagem a ele, pelo seu destemor e ímpeto, agregando-se à missão. Era o Capitão de Infantaria Manoel Luiz Braga Vieira – aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1969.

O outro objetivo – a substituição da Junta por um Presidente, se não foi decorrência desse episódio, foi tornada imperiosa pelo que, acertadamente, haviam avaliado os oficiais que dela fizeram parte. A onda de seqüestros e atentados varreu os meios urbanos, de norte a sul do País! Nela, muitas vidas de nacionais foram ceifadas pela troca que se havia feito pelo Embaixador americano. Os "heróis da democracia" de hoje foram os responsáveis pela perda dessas vidas. Digam o que disserem, essas mortes lhes pertencem por inteiro. Acobertados diante dos homens por razões políticas e do seu credo ideológico podem estar impunes, mas um dia responderão por elas ao Criador de todas as coisas! Nenhuma delas foi "indenizada" pelo Estado e muito menos lembrada pela defesa dos princípios democráticos "tão caros" aos áulicos e políticos de hoje.

Alguns oficiais foram transferidos da tropa aeroterrestre, após as naturais punições disciplinares que, à luz dos dispositivos regulamentares, eram mais que naturais e justas. Todos que participaram da operação foram presos. Sempre estiveram prontos a isso, tranqüilamente. Entre estes, muitos foram devidamente "disciplinados" e se enquadraram nos novos tempos. Eu fui um dos afastados da tropa

onde servia com orgulho e com plena dedicação. Fui também um dos que não se enquadraram bem nos novos tempos, ainda que tenha ido parar, com a Unidade para onde fui transferido, na guerrilha do Vale da Ribeira de Iguape. Por força do destino... combatendo as mesmas figuras e os mesmos métodos. Como se vê o homem não é só ele, mas ele e suas circunstâncias (menciona Ortega y Gasset).

Ali, de novo, vi e vivi a luta armada e todos os seus efeitos, agora no meio rural. É para onde a "utopia" comunista havia voltado parte de seus efetivos. Algum "estrategista" divorciado da realidade nacional se convencera dessa opção militar – a guerrilha rural – ao estilo vietnamita ou cubano, para vencer o Exército que nunca antes na história fora derrotado.

Antes disso, devo concluir o relato que encerrou a minha participação na Brigada Pára-quedista, tropa à qual jamais me deixaram retornar e onde pude vivenciar a extraordinária condição de ser soldado, plenamente.

No retorno ao quartel, após a operação Galeão, surge um informe que o Regimento de Carros de Combate de Campinho recebera ordem de invadir o Grupo de Artilharia Pára-quedista. Nova tomada de decisão crucial. Ninguém entra no quartel sem ordem do Comandante! A ordem era simples e direta – combater qualquer tentativa de invasão, fosse quem fosse o oponente. Dispusemos os obuses municiados com carga máxima, prontos para o tiro direto contra carros em vários pontos, flanqueando as vias de acesso em todas as direções e numa delas para tiros frontais de dentro dos próprios pavilhões, usando dissimulação e fator surpresa.

A tropa disposta para rechaçar qualquer assalto, inclusive fora das guarnições dos obuses, assim permaneceu em vários pontos, de forma a intervir sobre os carros pela retaguarda e flanco. Foram horas cruciais e de grande tensão. Nenhum carro surgiu!

Duvidei, como duvido até hoje, que um chefe militar da época, em particular os que eram responsáveis pelos escalões imediatos, dessem uma ordem dessas.

O quartel dos artilheiros pára-quedistas foi entregue aos que nos sucederam da forma como o havíamos recebido. Graças a Deus! Estaríamos combatendo o "inimigo" errado. Quem viesse a tentar essa invasão, da mesma forma. Mais do que isso, servindo aos propósitos do "inimigo real", com o fogo "amigo".

Não devo e não posso encerrar este depoimento sobre a Brigada, sem registrar que apesar de ter ficado em oposição ao General Adauto, no episódio da troca dos terroristas, movido pelas circunstâncias dos fatos, sobreveio sempre um lamento que jamais deixou de me acompanhar. A figura do Comandante não só era de um pára-quedista valoroso, como de um Comandante extraordinariamente preocupado com a integridade de seus subordinados, numa atividade com risco permanente. Era

profundamente humano. Eu mesmo, pessoalmente, pudera testemunhar quanto apoiava seus subordinados e a que limite chegava esse apoio. Tinha por ele uma grande admiração. Essa foi uma dura lição que tive que vivenciar.

Ele, movido por suas circunstâncias, convicções e responsabilidades de comando e eu, como o meu Comandante direto, o Tenente-Coronel Dickson, da mesma forma. Este tinha, também, pelo General o mesmo sentimento que, em mim, representava um conflito extremamente penoso. Cada um de nós movido pela servidão que acompanha, sempre, o dilema dos soldados. Além disso, havia sido o General Adauto que propiciara, com decisão de comando e apoio necessário, a interrupção de um longo período onde a Artilharia Pára-quedista se via descaracterizada de sua missão aeroterrestre, pela ausência de lançamentos das peças e exercícios de ocupação de posição com tiros de artilharia em PTO, típicos da sua missão. Era a missão completa – a Artilharia na cabeça-de-ponte aérea!

Desde 1954, com o acidente de um lançamento de Artilharia na AMAN, portanto em 15 longos anos, não se realizava o que deveríamos fazer rotineiramente, como atividade daquela tropa. A missão e a característica operacional da Artilharia Aeroterrestre haviam sido retomadas com ele e por apoio dele. A mim, coube a honra de planejar e executar essa retomada de rumo no Comando da Bateria Operacional. É uma das mais efusivas lembranças que guardo da vida militar, quer como artilheiro, quer como Precursor pára-quedista. Para isso, aquela Bateria de Artilharia havia sido preparada.

Esta era outra das fortes razões para a tristeza que esse episódio me trouxe e cujas lições jamais pude esquecer. Estive em posição oposta a quem devia gratidão pessoal e por quem tinha admiração profissional, como Comandante e como pára-quedista. Isto aconteceu a centenas de militares, nestes anos todos.

Por que cito este fato no derradeiro momento de minha experiência na Brigada, sobre a Revolução de 31 de Março? Porque nele está, em toda sua dimensão, a grandeza e a servidão da profissão das armas e porque aí, também, está o dilema que o acompanhou no contexto em que este testemunho se situa, como em toda a vida de todos os exércitos. Durante todo período do Movimento de 1964 e nos de suas conseqüências, esse dilema esteve e está presente no meio militar. Quando tive que combater meus compatriotas em meu próprio País, esse dilema se transformou numa tragédia, sem que jamais eu a tenha conseguido entender, por completo!

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

O líder do movimento foi quem o deflagrou. Qualquer outra opinião esbarra em contradições naturais e típicas dos processos revolucionários. Esses processos

têm sempre seus construtores e os seus condutores. Nem sempre ou quase nunca são os mesmos. Entre ambos há muitos nomes. O líder do Movimento de 1964 foi o General que colocou suas tropas na rua, para contrapor-se ao que ocorria. Esta é a minha opinião.

Portanto, situo no General Guedes essa liderança, a quem por sinal a história desse movimento não faz justiça. Nos eventos críticos de eclosão revolucionária sempre caberá ao soldado o passo decisivo. É da natureza de sua missão. Só nestes episódios se percebe a grandeza de sua missão e só diante da insegurança da vida nos conflitos, essa missão é melhor percebida e bem compreendida, pelas demais parcelas do povo.

As tribunas dos juízes decidem sobre as leis e se a justiça ao povo se fará ou não. A força garante a eficácia dessas decisões. Sejam elas quais forem. Isto é imutável, na história humana, ainda que o seu emprego não se torne necessário e simplesmente garanta o Direito.

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

A Contra-Revolução de 1964 foi germinada e deflagrada primordialmente por fatores internos e conduzida por personalidades nacionais. Entretanto, em decorrência da bipolaridade predominante no mundo, ambas as vertentes recebiam apoio externo. Isto é inerente às relações internacionais, à política externa, em particular a dos países hegemônicos. É uma característica daquele contexto da chamada guerra fria. Nele eram sensíveis as áreas de influência e a projeção de poder, visando à preservação ou expansão dessas áreas de influência.

Daí, a se caracterizar que o planejamento e a execução, em si, do Movimento de 1964 teve inspiração e origem externas é uma manipulação histórica, aliás típica da dialética dessas vertentes em confronto, tentando explicar o fato, de acordo com seus dogmas e interesses. Hoje o Ocidente, em particular os EUA, posta-se como crítico da Contra-Revolução de 1964, fornecendo argumentos, tornando público documentos secretos de suas agências e inclusive cooptando os governos que sucederam os generais-presidentes, como se fossem arautos da democratização que agora saúdam em nome de seus interesses nacionais. Eximem-se do que fizeram e apoiaram, em nome daqueles mesmos interesses nacionais, prevalentes à época.

Da mesma forma, países do antigo bloco comunista e os que ainda nele orbitam seus regimes políticos omitem os atos de ingerência externa e as afrontas que praticaram à autodeterminação de outros povos. Esses apoios externos subterrâneos ou ostensivos, ambos multiformes, existiram fartamente. A origem, natureza e extensão

desses apoios e seus diversos matizes se vinculam à ideologia dominante neste ou naquele país e à sua capacidade de projetar poder.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A mídia nacional apoiou o movimento e mais do que isso, ajudou a prepará-lo juntamente com outras instituições do País. São milhares de exemplos. Basta expor os arquivos jornalísticos e as edições dessas empresas de mídia, daquele período. Esses arquivos não só existem, como são muito bem conservados e são uma fonte ilimitada de prova dessa afirmação. Eles são a história dos jornais.

Cabe aqui uma explicação. Da mesma forma que ocorreram os apoios externos de países, espelhando os seus interesses nacionais e os fundamentos de suas políticas externas, com a mídia não foi diferente. Esses mesmos países que apoiaram uma ou outra vertente, depois, também em função de seus interesses, as desapoiaram ou reverteram o apoio. Uns até ajudaram a definir o encerramento do regime, oriundo daquele movimento. Outros omitiram-se de seus atos.

Com a mídia ocorreu exatamente a mesma coisa. Milhares de variáveis explicam esse fenômeno contraditório. Não cabe aqui a sua análise. Mas, na mídia nacional, um fator determinante de desapoio foi o seu endividamento e a perda da independência das empresas da área, sobrevinda com as crises econômicas e com os modelos econômicos que o Brasil adotou.

A sobrevivência dessas empresas submeteu-as a interesses dominantes. Na globalização, isto foi levado às últimas conseqüências, uma vez que aí as vias de informação passaram ao controle de fontes únicas de notícias.

Outro fator ponderável foi a infiltração da vertente da esquerda nestas empresas, passando a controlar a formação de opinião e a criar a nova versão histórica que hoje domina a cena nacional. Esta mesma infiltração ocorreu na área da educação, também de forma contínua e intensa.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

A resposta anterior dispensa o comentário. A "revanche dos vencidos" operou na mídia, no ensino sistêmico, nos sindicatos etc., principalmente, nas organizações políticas e, nestas últimas, as vestais que usufruíram das benesses e da cooptação com o regime oriundo de 1964, como libélulas do poder, encontraram razões e caminhos para mudar de lado. Estão, aí, transitando entre tucanatos, estrelas vermelhas, foice e martelo maquiados ou não, liberais, socialistas, progressistas, movimentos democratas etc., e costurando qualquer tipo de acordo que os

abrigue nas sombras dos novos detentores do Poder e lhes traga vantagens políticas. Basta um exemplo contundente dessa omissão – éramos a 48ª economia do mundo. Chegamos a ser a oitava no período do Movimento de 1964. Hoje somos a 15ª ... e descendo... entre as economias do mundo. Qualquer outro exemplo é dispensável!

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Sim. Cometeu e nem poderia ser diferente. A obra a fazer e a feita exigiam muitos feitores e era de porte monumental. Os erros e sacrifícios acompanham as grandes obras. O maior e o mais grave deles – a autofagia entre os líderes militares, acompanhada de uma espécie de síndrome de desfibramento das Chefias Militares e de um relativo abandono dos valores, das servidões e das grandezas da profissão das armas. Há quem chame a isso de predomínio dos vocacionados e profissionalismo. Eu entendo que essas coisas todas não se opõem e menos ainda se excluem.

No meio civil, tudo o que possa ser catalogado como erro não tem autor, responsável ou sequer coadjuvantes, após o processo de 1964. A própria esquerda manipula ao dizer que a "guerra interna" que seus integrantes promoveram não foi culpa dela, mas dos mecanismos revolucionários, quando estes, sim, foram conseqüência daquela. O pecado desses erros recai sobre o meio militar e por isso ele é o "réu da história" na versão vigente na atualidade. Isto interessa a todos, à esquerda que chegou ao poder político e aos países que têm interesses econômicos em nossos recursos e em nosso mercado. E... aos que, particularmente, nos situam como alvo estratégico de suas políticas externas. Em nome desse conluio de interesses é que a estrutura militar brasileira foi reformada na sua cúpula.

Os sucessos econômicos, obtidos pela Revolução de 1964, durante os anos 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis que têm passado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

As três questões imediatamente anteriores explicam as razões. O fato conclusivo é que os derrotados pelo Movimento de 1964 retomaram o poder político e, diga-se de passagem, com apoio e ajuda decisiva das proeminentes figuras civis, beneficiárias do regime pós-1964, que ainda estão por aí dominando a cena política. Não é necessário citar nomes. Apenas trocaram de vestimenta e agora veneram os "valores da democracia" restaurada. Havia um nome para eles – eram as vivandeiras dos quartéis!

Mas, há outros fatores que inibem essa divulgação da obra nacional do período. Um dos mais importantes deles é o conluio entre próceres da esquerda que

chegaram ao Poder nas duas últimas décadas e os interesses estrangeiros. O "entreguismo" crônico que sempre dominou a elite nacional, assumiu proporções avassaladoras. Esses modernos tipos de Calabar, no processo conhecido como globalização, alteraram a ordem econômica constitucional, dando-lhe novo feitio. Com isso, iniciaram o desmonte da infra-estrutura econômica, montada por 1964. Desnacionalizaram a economia do País, o endividaram exponencialmente e romperam os mecanismos estruturais que poderiam dar ao Brasil a base necessária para um progresso auto-sustentável.

Tudo o que havia sido feito foi considerado um "estatismo" jurássico e que deveria ser destruído. Para isso, qualquer notória mentira governamental passou a ser uma verdade inquestionável e nos tornamos cativos da onda internacionalista das novas regras que ficaram conhecidas como Decálogo do Consenso de Washington. Sujeitamos o País à recolonização econômica e ao endividamento crescente. Entregamos quase tudo ao estrangeiro. Do sistema de telecomunicações, passando pela infra-estrutura de energia, ao sistema financeiro. A onda absorveu quase tudo.

O que fora construído antes tinha que ser derrocado, atendendo à cooptação entre o novo poder político interno, a montagem de meios para seu controle, e os interesses externos! Esse mesmo processo também submeteu a mídia nacional, como não podia deixar de ser e ela passou a servir aos novos senhores, por razões que já mencionamos. Portanto, a formação da opinião nacional submeteu-se aos mesmos ditames. Rui Barbosa dizia que a imprensa era "os olhos e os ouvidos" da democracia. Adveio cegueira e surdez que os brasileiros têm esperança de que sejam doenças temporárias.

O tamponamento das conquistas do período passou a ser uma necessidade do Poder e de seus novos personagens.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticados por extremistas?

Esses fatos faziam parte da "guerra interna" que foi imposta ao País, após o Movimento contra-revolucionário de 1964. Sob o ponto de vista da estratégia militar, eles não tinham base de sustentação ou possibilidade de sucesso. Sob o ponto de vista político, encontram sua lógica em decisões de cúpulas, grupos ou organizações revolucionárias internas, apoiadas pelo exterior. Era um meio residual visando permanecer sob o impulso ideológico que fracassara, no projeto político antecedente.

Sob o ponto de vista da tática militar, era o que estava nos manuais de "guerra revolucionária" e nos centros de treinamento que existiam nos países sob regime comunista e o que restava fazer, para a esquerda e pela esquerda.

Por mais que a esquerda a justifique e tente imputar suas motivações aos mecanismos de exceção, o fato é que foi o único caminho que lhe restou. Usar meios dentro do processo legal, não só era inviável sob as regras da guerra fria, como, politicamente, prolongaria os efeitos do sucesso econômico que se observava no período, reforçando o processo pró-1964. Dentro dos limites legais da época, a esquerda minguaria como força política.

Foi, portanto, uma opção político-militar da própria esquerda e de sua inteira responsabilidade. É notório que nem toda a esquerda o referendou, mas nada fez, também, para conter suas ações. O pior ônus dessa solução foi que aquelas cúpulas e seus líderes lançaram um enorme contingente de jovens brasileiros numa luta fratricida, manipulando seu idealismo para mortes inúteis, enquanto as lideranças permaneciam ao abrigo do desafio e do confronto com o Exército.

Vale ressaltar que, nestes casos, as versões hoje difundidas, tomando-se como exemplo, pelo menos dois dos episódios mais relevantes – a guerrilha do Vale do Registro e a de Xambioá – são de uma irrealidade quase que surrealista. Fazem parte da orquestração da "revanche dos vencidos". Serve ao Poder atual e serve aos mesmos objetivos ideológicos de antes de 1964 – à conquista e manutenção do poder político e ao controle das mentes e da opinião pública. Paradoxalmente, serve também e simultaneamente aos interesses externos, imobilizando as Forças Armadas em sua participação no processo decisório de governo como componente do Poder nacional e até ajudando a mudar a estrutura militar brasileira, como se fosse ela a ameaça à democracia.

Isto explica o conluio entre a esquerda de hoje e a de ontem, aplicando, aqui, atualmente, a nova dogmática daqueles interesses externos, que prevalecem até hoje, agora dentro da chamada nova ordem. Nada teve a ver com a melhoria de sistemas logísticos, operacionais, de armas ou da administração das Forças Armadas. Elas são hoje o resultado dessa desestruturação que renegou a experiência e o modelo anterior, para atender exclusivamente a objetivos e interesses políticos.

Já não existia mais, como objetivo primordial, o controle da expansão comunista. É, portanto, também e contraditoriamente, uma alavanca dos ideólogos da globalização.

Contraditório? Absolutamente não. Mas, tão real e de percepção possível, desde que haja um mínimo de acuidade e isenção ideológica, na análise dos fatos. Enquanto não formos capazes de perceber essa engenharia do Poder e a sua simbiose não mudaremos os rumos do País.

Nos episódios urbanos destes seqüestros, roubos e assassinatos, julgamentos, atos de terrorismo em geral, cabe ressaltar duas coisas.

Primeiro – morreram mais civis, militares, policiais civis e militares e pessoas inocentes que terroristas ou membros de organizações de esquerda, neste longo confronto que fragilizou o Brasil. Esta verdade tão cedo não emergirá!

Segundo – as versões, independente dos episódios críticos ou reprováveis de qualquer "guerra", não passam nem perto pela realidade dos fatos, na maioria esmagadora das vezes, e não têm compromisso nenhum com a verdade histórica. Elas são servas acoitadas dos objetivos ideológicos e foram construídas para servi-los. Concentram-se em alguns fatos e neles se circunscrevem. Infelizmente, esses objetivos ainda disseminam a cizânia entre os brasileiros.

Que fatos gostaria de abordar decorrentes de sua participação pessoal na guerrilha do Vale do Ribeira, ocorrida em Registro e em outros municípios situados naquela área?

Esse episódio, envolvendo áreas dos municípios de Registro, Jacupiranga, Eldorado, Sete Barras, Pariquera-Açu, Iguape e Cananéia até o Vale do Rio Quilombo ao norte, se situou em uma das áreas mais pobres do Estado de São Paulo, o mais desenvolvido do País. Isto configurou a obediência a dogmas das insurreições que preconizavam a busca de apoio da população à ação revolucionária na área militar e que esse apoio era conseguido mais eficaz e rapidamente nos segmentos e regiões mais pobres.

Os efeitos desse esforço de parte da esquerda que optou pela luta armada, por outro lado, seriam colhidos com maior impacto, por se situar no Estado mais desenvolvido do País e junto ao eixo onde o apoio logístico de fora da área, oriundo do meio urbano, suprisse mais facilmente essa primeira experiência de guerrilha rural, em sua fase inicial.

Este fato decorria da inexperiência desses grupos neste tipo de operação e, também, do desconhecimento relativo da realidade nacional. No começo, essa guerrilha tinha características de campo de treinamento e área de acolhimento e abrigo de evadidos dos confrontos urbanos. Passando as etapas, elas serviriam de base para ações militares, se houvesse êxito na experiência inicial. A sua inspiração genérica era essa e o objetivo mais amplo – o mesmo das demais ações da luta armada: pelas armas impor um regime comunista ao País!

Como se vê, religiosamente de acordo com os manuais das insurreições comunistas da época, tratando de ações em força e cujas fontes externas dispensam citação. O líder desse grupo que se instalou no Vale do Ribeira era um ex-Capitão, desertor do Exército – Carlos Lamarca – que já tinha ligações com organizações comunistas e era um espião dentro das Forças Armadas, desde os tempos que ingressara na Escola Militar. Muitos fatos durante seu período de formação evidenciaram a sua servidão ideológica, ainda que as Forças Armadas, em princípio, ofereçam

aos jovens brasileiros o acesso onde nenhuma discriminação de raça, religião ou classe social se vê presente. Por isso mesmo, aqueles muitos indícios só vieram a ser verificados depois.

Após ter sido descoberto e a partir de quando, roubando armas de seu próprio quartel, dele se evadiu com seus comparsas graduados (antíteses de soldados) e ingressou na clandestinidade e na luta armada, aquele perfil ideológico veio à tona.

Como se vê, o juramento de honra militar e de submissão ao dever nem sempre subsistem nos comunistas de forma linear. Prestes, o líder comunista com máxima reverência histórica no Brasil, quando decidiu se insurgir contra esse juramento, pediu demissão do Exército e depois se integrou na revolução tenentista. Não traiu, nem desertou do Exército do qual era integrante. Só se tornaria comunista muito depois da coluna que acabou recebendo o seu nome, embora chamada também de coluna Miguel Costa. Uma coisa era o Capitão Prestes que se integrou na coluna Miguel Costa. A outra foi o Prestes, comunista, após a declaração a que seu companheiro, Siqueira Campos, se contrapôs, tendo morrido no acidente aéreo, tentando demovê-lo da adesão ao comunismo. Talvez a este – o Tenente Siqueira Campos – um soldado e patriota da melhor estirpe, coubesse dar o nome à coluna, se alguém devesse receber esse privilégio no lugar de Miguel Costa. Pois é a ele e às suas ações de vanguarda que essa coluna deve a sobrevivência e o tempo em que conseguiu durar, por quase 26.000 km de Brasil, onde desafiou, sem ser derrotada, as forças legalistas.

A deserção e traição do ex-Capitão Lamarca não foi um fato inédito. Mas foi uma abjeta traição! Ela já fora mais sangrenta e profusa. Mais... vale como alerta e como memória para os mesmos riscos e traições, como houve em 1935. Cada dia que passa, mais ainda!

A ideologia comunista é capaz de transformar alguns homens dessa forma, imputando-lhe a mais torpe das características dos credos políticos – a de que os fins justificam os meios! Várias bases foram instaladas, a leste e a oeste da BR-116, como campos de treinamento. A maior delas ao sul do Vale do Ribeira, no município de Jacupiranga, numa área montanhosa coberta por mata subtropical. O acesso ao eixo São Paulo–Paraná ficava a menos de 4 km.

Quando o Exército "levantou" a área, pela delação de dois terroristas presos no Rio, e para lá começou a enviar efetivos, essa guerrilha se resumiu ao uso de rotas de fugas permanentes, por parte do efetivo terrorista remanescente. A maioria havia saído, abandonando a área, quando os sinais de tropas começaram a aparecer.

Portanto, essa história de enfrentamento com o Exército não passa de mito, que alguns fatos, infelizmente, ajudam a construir, particularmente a "vitória" que

a esquerda, por enquanto, obtém na “guerra das versões”. Esta é a única guerra que parece estarem vencendo. Veremos até quando!

De relevante, há a mencionar alguns eventos do episódio em sua seqüência cronológica:

Da base devassada pela ocupação dos pára-quedistas, Lamarca e seus asseclas (menos de 10 ao todo) empreenderam uma rota de fuga pela mata em direção a Eldorado (rumo oeste portanto, internando-se na mata). Esta evasão durou alguns dias, enquanto os efetivos do Exército e da Polícia Civil e Militar de São Paulo operavam na área ao longo da BR, em ambos os lados desse eixo e na direção norte e sul. Nesta localidade, roubaram uma viatura civil e atravessando o Rio Ribeira para a margem norte, vieram por um eixo vicinal, contíguo à essa margem norte, entre o rio e as plantações de banana e a mata, em direção de Sete Barras.

Nessa fase, a tropa de pára-quedistas que invadira a área e nela operava havia retornado ao Rio. Ali, permaneciam alguns efetivos já reduzidos de tropas de Regimentos de Infantaria sediados em São Paulo e efetivos de Artilharia da Cidade de São Paulo, Itu e da Baixada Santista. Uma base de apoio logístico se instalara no campo de aviação de Registro e ali permanecia.

Os vários indícios e o roubo da viatura em Eldorado levaram um contingente da Polícia Militar (PM) a ser empenhado. Estes elementos eram do pelotão que havia ficado na área, para o comando do qual um Tenente PM havia se apresentado como voluntário. Em um caminhão, cumprindo ordens, o efetivo da PM foi lançado naquela estrada vicinal, na direção contrária, no sentido Sete Barras para Eldorado. Era a tropa disponível. Já anoitecia e a percepção dessa viatura policial-militar permitiu ao ex-Capitão antecipar uma emboscada que foi desencadeada com rajada de fuzis automáticos contra a boléia, onde estavam dois tenentes PM, e contra a carroceria com a cobertura de lona, onde estavam duas dezenas de soldados PM.

Não há como negar, portanto, a intenção de matar. Com o tipo de armamento roubado da própria subunidade que comandava quando no Exército e que é capaz de disparar sessenta tiros por minuto, não há o que discutir. Era tiro para matar. Naquele tipo de alvo, numa emboscada naquelas condições, o efeito foi devastador – a maioria dos PM foi atingida e ficou ferida. Um dos tenentes abrigou-se e, mergulhando, saiu muito depois, rio abaixo, levado pela correnteza. O outro – o Tenente PM Mendes – que era o Comandante voluntário acima mencionado, se oferece como prisioneiro em troca de seus soldados para que pudessem ser socorridos e não fossem assassinados. É feito prisioneiro! Com o Tenente PM na condição de refém e escudo para situações futuras, esse grupo, no único confronto digno do nome, ocorrido pelas condições fortuitas e pela vantagem momentânea dos terroristas com o fator

surpresa e com enorme superioridade no tipo de armamento (o armamento da PM era o fuzil 1908 de repetição), sai, então, infletindo pela mata a pé, tomando o rumo norte, abandonando a estrada vicinal e desviando-se de Sete Barras pela esquerda, numa rota paralela à estrada de Sete Barras para São Miguel, rota essa coberta pela mata e na direção do vale do Rio Quilombo que corria bem ao norte.

Alguns elementos do seu grupo se perdem no entrevero com a PM e desorientados continuam em direção de Sete Barras, também cobertos por rotas de fugas dentro da mata. Acabam presos e suas armas, que haviam sido escondidas quando se viram isolados, foram recuperadas em algumas operações de varredura.

Todos os que foram presos nesta oportunidade e os que o foram, pouco tempo depois já fora da área, estão vivos, sendo um deles um ex-sargento que havia desertado junto com o ex-Capitão. Seus depoimentos, como de muitas outras "vítimas" da "repressão" são feitos dentro de suas casas, anos depois, já na fase da "guerra das versões". Ou nas suas mesas de trabalho, nos gabinetes dos partidos políticos, dos Poderes da República, das ONG, nas suas empresas, nas redações dos jornais e da televisão, onde podem expor as suas experiências e dar às suas versões os contornos que melhor lhes convém.

O que não deixa de ser uma coisa interessante e uma interrogação pontual para quem se sujeitou a um "holocausto" repressivo, com "milhares" de "desaparecidos", como atualmente se tenta tornar real e onde a brutalidade dos militares seria o lugar-comum, dando contorno ao que bombasticamente é chamado de "anos de chumbo"!

O próximo encontro entre os terroristas e alguns elementos do Exército se dá em uma clareira de plantação de arroz entremeada de abacaxi, ao norte da chamada estrada do banco, onde o grupo de terroristas havia sido identificado pela carreira desabalada que esse encontro inesperado provocara. Estavam descansando em uma "tapera" de colheita de arroz. Prova de incompetência militar do ex-Capitão, naquela situação de combate. Restavam, então, na área, cinco deles. Elementos do Exército na margem sul da clareira e os terroristas na margem norte. Nesta altura, já sem o Tenente PM. Nova rota de fuga. Nova mobilização de tropa. Essa foi a constante da operação – fuga e evasão!

Esta estrada era uma perpendicular à estrada de Sete Barras para São Miguel e levava quase que em linha reta a uma fazenda que pertencia ao Bradesco. Ela descrevia, mais ou menos paralela ao Vale do Rio Quilombo, uma linha para onde se deslocaram, agora, as tropas que haviam retornado ao Vale do Ribeira, em função do entrevero com a viatura da PM. Um novo posto de comando dessas operações em Sete Barras e os elementos operacionais, em torno dessas estradas, ao sul e ao norte.

Ao sul e a oeste delas seria resgatado, como veremos, o corpo do Tenente PM. Desse novo encontro, muito fugaz e sem embate armado, os guerrilheiros fogem retomando o rumo norte em direção ao Rio Quilombo, sob a vegetação que se torna mais entremeada ao norte.

Aí, mais uma vez, se prova a intenção exclusiva de fuga, pois, nas circunstâncias, se houvesse realmente intenção de confronto, o efetivo de três ou quatro homens do Grupo de Artilharia Antiaéreo que se envolveu neste evento, era mais que compensador como alvo de ataque, visando causar baixas. Até porque considere-se que a potência do armamento era muito maior no grupo guerrilheiro. Armas automáticas contra armamento pessoal leve ou de repetição.

A história que se descreve nos livros e relatos de "guerrilheiros", que lá possam ter estado ou daqueles que reproduzem seus testemunhos, onde se ressalta a busca de confronto e intenção de infringir baixas e derrota militar às tropas do Exército, em qualquer das fases desta operação, não passam de quimeras com o objetivo de criar mitos e construir valores e instrumental para a "guerra das versões".

Acreditem se quiserem! Elas se tornaram até publicações do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados, distribuídas às escolas do País, como livros didáticos. Tudo se tornou possível... Em nome da democracia, usam-se seus meios e prepara-se a sua destruição!

Com o mesmo objetivo, eliminaram dos currículos escolares a disciplina de Educação Moral e Cívica, porque ela não estava a serviço de nenhuma vertente ideológica. Ela, sim, não fazia propaganda ideológica. Tratando dos problemas do Brasil absorvia o estudante na cidadania e estimulava a identificação e o fortalecimento da vontade nacional.

Certamente, também, aqueles relatos visam produzir fatos que fundamentem as "razões" para as polpudas indenizações que pleiteiam ao Estado, pela conivência de quem controlou e/ou controla ainda o governo.

Na verdade, esse grupo terrorista aproveitou-se da inexperiência de parcelas de contingentes que não tinham ainda o devido treinamento (uma boa parte com muito pouco tempo de serviço militar e praticamente nenhum adestramento para aquele tipo de operação). Este tipo de operações exigia, além disso, treinamento especializado. Não necessitava de grandes efetivos. Pouca gente do Exército que ali operou, principalmente nesta segunda fase, tinha esse tipo de treinamento. Nem havia tempo para tê-lo, devido ao período de incorporação.

Orientados pelos ruídos da presença de tropas regulares, esses terroristas se mantiveram em permanente rota de fuga abrigada na mata. Em nenhum momento, buscaram o confronto militar. Isto só ocorreu com a viatura da PM e por circunstân-

cias fortuitas. Aliás, cometiam os terroristas, também, falhas freqüentes, impróprias a combatentes aptos à operação de guerrilha rural, como, por exemplo, a mania de não ficar por muito tempo longe das "chibocas" (pequenas vendas caiçaras ao longo das estradas vicinais), onde não resistiam à busca de um enlatado para comer. Alimentar-se no mato e do mato, como seria de se esperar de um combatente treinado, não estava nos seus cardápios prediletos. Isto forneceu inúmeros indícios de que poderiam ter-lhes custado caro. Em alguns casos, como na operação tipo "bigorna e martelo" da área do Areadinho, próxima de onde o corpo do Tenente PM Alberto Mendes Júnior foi resgatado, poderiam as tropas do Exército ter conseguido o confronto que, estas sim, buscaram continuamente. Era a lógica daquela operação que se torna evidente, até pela diferença dos efetivos em oposição, nesta altura!

Quando o Tenente PM Alberto Mendes Júnior desapareceu, as hipóteses foram do absurdo ao provável. O absurdo era a de que o tenente fazia parte da insurreição armada, havia facilitado a emboscada e, após, se juntado ao grupo. Dentre as prováveis, uma acabou se confirmando: o Tenente PM Mendes, se tivesse o treinamento adequado (e não tinha) iria resistir aos percalços da condição de prisioneiro (só quem tem treinamento militar específico sabe como é difícil esta condição) e às pressões psicológicas daí decorrentes e, pior, dentro da mata que, por si só, já debilita até o combatente treinado. Empreenderia fuga, se houvesse chance. Ou, seria morto!... Por quê? Porque se tornaria um problema para o grupo, na manutenção do intento da fuga e pela necessidade de ocultação de indícios. À noite, por exemplo, exigiria o desgaste da vigilância de um ou mais terroristas.

Na verdade, esta era a hipótese que os mais experientes viam como a de maior probabilidade. Tinham quase certeza dela. Foi a que ocorreu e de forma brutal, praticada sem o menor resquício de humanidade. Os algozes do Tenente PM Mendes foram os torturadores que se dizem "torturados" e "vítimas" da repressão. Não houve a chance de escapar. Houve um grotesco simulacro de "tribunal revolucionário".

O que ocorreu realmente, precedendo o desfecho, jamais se saberá ao certo, pois a única versão que se pode ter, ainda que chocante, é a de protagonistas vivos. Um deles – Ariston Lucena – fora preso em São Paulo no começo de setembro de 1970. Este elemento foi quem apontou o local onde estava o corpo do Tenente. Ariston, como os demais, exceto dois deles, ainda estão bem vivos, até porque, preso, foi protegido pelo Exército de um linchamento que os companheiros do Tenente PM Mendes intentaram, revoltados com o que viram e ouviram daquele terrorista, na recuperação do corpo. Três terroristas se afastaram formando um "tribunal" espúrio, na verdade uma confabulação de sentença de morte, ao estilo de

qualquer marginal do "crime organizado", onde o réu não teve direito à defesa, estava amarrado e permaneceu sob a guarda dos outros dois. É a versão.

A coronhadas assassinaram o Tenente PM Mendes. Quem as deu? Naturalmente, foi apontado um que já havia sido morto pelas forças de segurança.

Somente, dois deles estão mortos: Yoshitame Fujimore e Carlos Lamarca.

O primeiro deles, no dia 5 de setembro, em São Paulo, poucos dias antes da prisão de Lucena, numa operação de caça aos terroristas que haviam escapulido do Vale do Ribeira. As coronhadas teriam sido dadas por ele. Os cinco restantes que foram presos, todos estão vivos. O chefete do tal "tribunal" revolucionário, certamente, era o ex-Capitão, um dos "heróis da democracia".

O que se pode concluir, de concreto, das condições em que o corpo do Tenente PM Mendes foi encontrado é que ele foi brutalmente assassinado com coronhadas na cabeça, após estar imobilizado. Este é o fato irretorquível! Como o é, o que aconteceu com a família do Tenente PM. Nenhum membro dessa Comissão de Anistia lembrou-se dela.

Por força da lei, o Tenente foi promovido *post mortem* a Capitão. A pensão desse posto – a única coisa que lhe foi devida, também por força da lei – nada tinha ou tem a ver com a anistia. Ela nem existia ainda.

A versão cretina de que ele fora "julgado" por um "tribunal" improvisado na mata, por pertencer às forças de repressão, não resiste a um mínimo de sensatez, seriedade e de respeito à vida. Ela foi divulgada pelos terroristas como meio de propaganda, a partir da prisão de Lucena. O fato não mais podia permanecer oculto. Então foi anunciado pelos terroristas como ato de propaganda. O Tenente PM foi morto, porque mantê-lo, junto ao grupo, dificultava a intenção de fuga, situação que se agravava na medida em que o Tenente Mendes fosse ficando mais debilitado. Libertá-lo poderia redundar em apontamento da rota de fuga ou em indícios sobre ela, pensavam os terroristas, o que não era, na verdade, um fato militar concreto e muito menos justificativa para o massacre ocorrido.

O "julgamento" foi uma farsa para esconder o desprezo e a ofensa mesquinha a um homem indefeso e à vida de brasileiros que discordavam dos meios que empregavam e dos fins que buscavam. A forma do assassinato atendeu a necessidade de executá-la em silêncio. Explica a deturpação das mentes escravizadas pelo fanatismo e o objetivo de criar impacto, a serviço desse mesmo fanatismo ideológico.

É preciso tornar público que esses "julgamentos" foram lugar-comum entre os militantes da luta armada. Muitos deles eram realizados contra os próprios membros dessas facções insurretas, acusados de "traições" ou "comportamento anti-revolucionário", com a agravante de que, em alguns casos, eram depois atribuídos às forças de segurança e ao Exército, como "desaparecimentos políticos". Essas violên-

cias só conseguiram a violência como reação. As do lado da Revolução de 1964 foram “crimes”. As do outro, não!

Assim, à medida que as operações se deslocavam em direção ao Vale do Rio Quilombo, ao norte, mais difícil ficou a rota de fuga devido às condições do terreno, onde existiam muitas áreas alagadas. A tendência seria aproximar-se da estrada de Sete Barras–São Miguel na área do Rio Quilombo, o que era outro problema para a fuga. Foi o que ocorreu.

Neste contexto, é que, pelas mesmas razões que já apontamos – treinamento e aptidão para determinado tipo de operação – e por negligência pessoal, uma viatura de suprimento do 2º Regimento de Obuses, cujo Comandante era o então Coronel Leônidas Pires Gonçalves, é abordada pelo grupo remanescente de terroristas, quando se deslocava naquela estrada, e é emboscada. Dali, a fuga se completou via São Miguel, sendo a viatura abandonada com os reféns, em São Paulo, onde os “revolucionários” mergulharam de novo na clandestinidade, para reaparecer, depois, em outras ações armadas, até que foram mortos ou presos.

Dos que ali estavam, o terrorista Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia, como registra a história, também cheia de versões que os testemunhos de outros militares possam trazer à luz, em sua dimensão verdadeira. As Forças Armadas devem isso a si próprias e ao povo brasileiro. Desfaçam-se os mitos... na “guerra das versões”!

As famílias dos assassinos do Tenente PM Mendes receberam todos os “direitos” da tal Comissão da Anistia, esse ente gelatinoso cuja mente, olhar e ouvido são tão ou mais facciosos do que os de quem a criou. A do Tenente PM, não! Jamais foi lembrada. Para ela, não há “direitos humanos” e nem ela tem ideologia. A Comissão responsável pela aberração de indenizar um desertor, ladrão e assassino terá agora, por iniciativa do atual Governo, ampliadas as possibilidades de contemplar, à custa do erário público, outras tantas “vítimas” do Movimento de 1964, por outros tantos motivos antes não previstos.

Testemunho então: um soldado – o Soldado Roberto Rodrigues Moura – da minha Unidade, prestando serviço militar obrigatório para o qual havia sido convocado em 1970 é enviado pelo Exército para combater terroristas naquela operação. Acidentou-se como motorista de viatura, em circunstâncias que o isentam totalmente de culpa, tanto que foi absolvido na Auditoria Militar. Ele perdeu 90% de uma das vistas e recebeu do Estado, depois de quatro anos de tratamento, um certificado de isenção do serviço militar, podendo prover os seus meios de subsistência. Ou seja – recebeu coisa nenhuma!

Nem por isso você encontra, hoje, nesse homem, desamor à sua Pátria ou ao Exército. É um exemplo de cidadão. Essa comissão, de duvidosa conduta, tutelada

por interesses de toda ordem, menos os que se continham no espírito da anistia, certamente jamais tomaria conhecimento dele. E se tivesse tomado de nada adiantaria. Ou há dúvidas sobre isso?

Com a palavra os que têm conhecimento desse fato, em todos os escalões militares, na ativa e na reserva.

Assim, se encerrou a operação no Vale do Rio Ribeira do Iguape. Mas, cabe ainda umas poucas advertências, neste episódio.

A primeira é que ao soldado cabe, em princípio, cumprir ordens. Um exército não é uma bancada de parlamentares a discutir soluções para um problema ou para o cumprimento de uma missão que lhe seja afeta. Muito menos objeto de barganhas onde prevalece “o que eu levo nisso” ou “o que é o melhor para mim”.

O confronto armado não é a sala de audiência de juízes e nele nem sempre o império da lei dirige os atos de sobrevivência dos homens. Numa “guerra”, seja ela qual for, sempre haverá perdas humanas e atos de extrema violência. Nela, a missão militar tem um objetivo imutável. É claro e único – vencer! Mas, para vencer é preciso que os comandantes e a tropa estejam preparados e esse preparo exige a adequação dos meios e dos homens à missão. Para isso, é preciso estar treinado. Esse é o dever de qualquer exército – adestrar-se! Para isso são necessários recursos e vontade férrea. Ao Estado, cabe prover esses recursos e aos comandos essa vontade. Ela deve ser transferida aos combatentes.

A segunda é que a família do Tenente PM Mendes não foi “indenizada” por nenhuma “comissão de anistia”. Nem ela e nem nenhum soldado que esteve cumprindo o seu dever, em todo esse tempo e em todos esses acontecimentos. Seu único direito foi receber o seu corpo esfacelado, como resultado do esforço em recuperá-lo, por ser alguém que havia cumprido ordens e dado o máximo de si em sua missão, com os meios que tinha. É bom não esquecer – o Tenente agiu para poupar as vidas dos seus soldados! É o que o Exército sempre fez, antes, ali e que iria se repetir, no futuro, em outros episódios, como em Xambioá. Resgatar seus homens da sanha odiosa e do fanatismo ideológico. Torturas e mortes que nunca apareceram na mídia, como se, de um lado, estivessem os santos e, do outro, os demônios.

Seguramente, a maior indignação dessa família e de quantos tenham um resquício de justiça, entre os valores da cidadania tão em voga nestes tempos, é a de que sua vida foi tirada por um “justiçamento” falacioso, num “tribunal” espúrio, usado como propaganda ideológica e esse “crime” não só ficou impune, como os criminosos foram chamados de “heróis da democracia” e indenizados.

E o que é mais grave – assim chamados por eméritos homens do Direito que ocuparam e ocupam cargos de relevância nos governos, a partir de 1990! Aparente-

mente em nome não se sabe de que, mas que, na verdade, se sabe muito bem! A terceira é a de que toda verdade histórica terá um dia que vir à tona. Não para servir a esta ou aquela vertente ideológica, mas para que a anistia cumpra o seu papel histórico de unir os brasileiros, em nome da causa maior que é o Brasil.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não. Não é verdade. Todo processo revolucionário se reveste de poderes de exceção. Esses poderes de natureza supraconstitucional não foram o fator determinante das reações armadas ocorridas. Elas foram uma decisão político-militar da esquerda ou de parte dela e eram coerentes com os dogmas dominantes no período da guerra fria. Eram coerentes com a ideologia comunista, portanto, no caso.

Da mesma forma que os apoios políticos a esses instrumentos de exceção, o foram, na outra vertente. Nasceram dela e de decisões de nacionais com ela envolvidos e apoiados por fontes externas. A iniciativa foi dos derrotados pelo Movimento de 1964 e, sob os seus vários aspectos políticos e/ou militares mais relevantes, a explicação acabei de abordar na questão anterior, penso eu.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

O objetivo imediato era o enfraquecimento do regime de governo instituído pelo Movimento de 1964 e o apoio externo vinha dos países comunistas, não só apoio financeiro, mas de orientação e comando político e também de treinamento militar para contingentes de militantes das diversas organizações. As centenas de livros escritos por esses militantes deixam isso muito claro. São uma fonte irrecusável.

O interessante é que, apesar disso, as versões continuam a fluir na opinião pública, como ocorreu no primeiro trimestre de 2004, cobrindo os 40 anos do Movimento de 1964, maciçamente na mídia, como se aqueles inúmeros livros e seus conteúdos não existissem. O silêncio é o melhor cúmplice dessas versões, com raras exceções!

O esforço ideológico que tenta perpetuar essas versões existe desde o primeiro momento que a “abertura” vislumbrou a transferência do Poder e se intensifica toda vez que esse Poder deixa de responder aos anseios do povo ou sofre revés político nas crises que nos acompanham desde então. O objetivo de médio e longo prazo era e continua sendo um único – o poder político, agora já numa versão gramscista, uma vez que o mundo comunista ruiu em estados não soviéticos e intensas mudanças ocorreram nas suas economias e nas de países que ainda estão sob esse regime.

O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

É muito difícil analisar sob a ótica de uma necessidade imperiosa para manter os rumos de uma contra-revolução da natureza do Movimento de 1964 ou se havia outros instrumentos que poderiam ter permitido o controle da insurreição armada que estava se instalando no País. O que é certo é que, se não estivesse se instalando a insurreição armada, o AI-5 não teria existido. Ela foi a causa do Ato Institucional. Qualquer outra estória não é história.

Também não há como negar que poderes de exceção dão aos homens mais poder que o desejável num estado democrático. Todo poder discricionário é uma arma para reis sábios e para estadistas verdadeiros. Nenhum rei sábio ou notável estadista da história, entretanto, foi capaz de impor limites às projeções de nenhum tipo de poder discricionário! Não há como negar, também, que o Ato ajudou a derrotar a reação armada e só afetou a parcela da população envolvida no confronto, com as exceções que a natureza humana se encarrega de burlar, no poder de polícia do Estado.

Era um ato de exceção constitucional. Não há como negar. Pertence ao repositório da história e não mais aos objetivos ideológicos. Pode-se até pensar na sua não ocorrência no futuro, mas não na sua fatalidade histórica. Ela já ocorreu!

Até porque nos regimes totalitários, o mundo nos conta a que limites chega esse tipo de poder. O bloco comunista não é boa vitrine e nem bom exemplo de sabedoria ou de grandeza no uso de poder de exceção. As milhares de vítimas que produziu negam-lhe esses predicados.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

É a versão sobre os "réus da história". É a distorção dos fatos a serviço da ideologia e do poder. É a "revanche dos vencidos" na formulação da opinião pública e até no ensino nas escolas, todos ainda submetidos a seus dogmas ideológicos. É da natureza do poder e de quem o ocupa. Não há santidade, ilusão ou novidade histórica nisso. A pergunta que deveria ser feita é como as Forças Armadas, eximindo-se de suas responsabilidades históricas, vêm ouvindo em silêncio isso tudo e permitindo que até seus desertores, assassinos e traidores viessem a ser indenizados, reabilitados e reverenciados como heróis da democracia? Como esperar que os anos não tivessem sido "de chumbo" e que a "ditadura" não fosse "militar"? Como fazer emergir a verdade histórica neste contexto? Assim será por longo tempo. Quiçá... para sempre. O futuro nos dirá...

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?

Outra questão de difícil resposta pela complexidade das variáveis. Responder afirmativa ou negativamente é uma simplificação histórica. O que se pode dizer com

toda a segurança é que, se não tivesse havido a luta armada, certamente teria sido menor o período de exceção, bem como a intensidade e natureza dos seus mecanismos.

O fato é que o processo revolucionário se desviou do caminho original quando o general-presidente passou a interpretar que era um Presidente da República eleito e não um Chefe de uma contra-revolução que governava, com poderes supraconstitucionais oriundo dos quartéis. Isto implicava o funcionamento normal dos Poderes do Estado e da estrutura política e de suas relações, sendo necessário ao processo revolucionário, em particular para fins externos. Justifica-se na história do País. Mais, ainda, era necessário para devolver o País à democracia plena, o que sempre foi o objetivo do Movimento de 1964.

Aquele comportamento, que decorria daquelas necessidades políticas, associou-se a um processo autofágico no meio militar, decorrente dos fatos que envolviam a “guerra interna” e a luta armada que se instalara. O ônus dessa luta ficava com as Forças Armadas e a cooptação da elite política com o ocupante do Planalto. Uma coisa se distanciava da outra em razão de suas próprias dinâmicas e objetivos. Essa fórmula criou muitas “vítimas” entre os chefes militares. Aliás, criou vítimas e réus em todos os escalões e em todos os lados, até depois de encerrado o ciclo.

O principal fundamento de descontrole daquelas dinâmicas sedimentou-se com base no fato de que o Governo e a área de apoio político eximiam-se de interferência nas ações contra a luta armada, só o fazendo quando os fatos atingiam suas imagens, a área política exercia pressões em função de interesses eleitorais, ou quando emergiam interesses de grupos de poder nos processos sucessórios. Ou, ainda, quando havia alguma repercussão externa dos eventos que ocorriam internamente. Nisso tudo, a oposição política legal fazia o seu papel, explorando os acontecimentos nacionais, a seu favor, em cada fato. Era inerente ao jogo político.

Do seu lado, a luta armada que até então situara-se relativamente isolada da população, passou a permear na oposição política legal, enquanto experimentava derrota no campo militar. Nesta oposição legal, ela encontrou apoio amplo, ainda que não irrestrito.

Quando a economia passou a ter problemas, primordialmente em função de fatores externos – as crises do petróleo e a reciclagem dos investimentos estrangeiros, em particular os de natureza financeira, com uma agressiva elevação dos juros internacionais –, os articuladores políticos desses segmentos de oposição, de imediato, intensificaram suas ações e ampliaram seus objetivos.

Essas circunstâncias favoreceram eleitoralmente a oposição legal e os segmentos da luta armada intensificaram, principalmente nos meios urbanos, as ações de “guerra psicológica” e atos de confronto, em qualquer oportunidade, na vida do

país. A insurreição armada, em particular as tentativas no meio rural, havia sido praticamente sufocada.

Novamente, o esforço de controle recaiu sobre os órgãos de segurança do Estado, nessa mudança de postura. Quase todos eles estavam sob algum controle das Forças Armadas. Essa sinergia acabou criando um triângulo de confrontação, no qual a oposição política fazia o seu papel institucional, ao mesmo tempo que respaldava sub-repticiamente os segmentos que haviam optado pela luta armada. Esses órgãos de segurança e o Governo do outro lado se distanciavam com enfoques excludentes da situação interna do País, trilhando caminhos diversos, agravando divergências de objetivos que eram inerentes às suas próprias dinâmicas. Isto afetou profundamente o meio militar, em particular na formação das lideranças e chefias.

O episódio da demissão do Ministro do Exército – General Frota – foi conseqüência traumática desse fenômeno e é uma prova viva e irrefutável do que se afirmou sobre interesses de grupos de poder no processo sucessório, sobre a crise econômica e o sucesso eleitoral da oposição que o conluio desses fatores propiciou, apoiado pela intensa infiltração da esquerda que ganhava espaço. A oposição política legal abrigou o enorme, difuso e amplo leque que constitui "a esquerda" no País.

Isto enfraqueceu o regime, cuja sustentação imutável vinha dos quartéis e a mutável da opinião pública. A crise econômica do último período de 1964, foi o fator derradeiro para o desapoio do povo. Essa crise teve a ver, pelo menos em grande parte, com a incidência de interesses externos que haviam mudado radicalmente o fluxo de recursos externos para o Brasil, em particular os empréstimos financeiros. A reciclagem dos "petrodólares" ocorreu, mudando severamente as condições daqueles empréstimos.

Faltou, como se pode depreender, a visão de Estado necessária para levar a efeito uma "abertura", sem os desastres sucessivos impostos até hoje ao País, pois o Poder tem seus encantos e esses encantos burilam os grupos de interesses! Os capitais externos, por sua vez, promovem seu próprio caminho e as crises cíclicas que nos atingem, ao sabor de seus interesses exclusivos. Coisas que se sobrepuseram no período.

É necessário considerar, entretanto, que uma transição pacífica para um regime constitucional pleno, naquelas condições e circunstâncias, exigia cuidados e um grau de pragmatismo político que demandava o necessário controle do Poder. As linhas da história nem sempre são as que desejaríamos para o País... E não foram!

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Seguramente, não. As Forças Armadas como Instituição Nacional não tiveram qualquer benefício por dar sustentação ao regime e muito menos tiveram satisfeitos

seus interesses organizacionais, em detrimento do restante da Nação. Quem viveu as entranhas do chamado "poder militar" de então, sabe bem o que pairou no seu meio. Se por um lado muitos militares assumiram funções civis para colocar em marcha os projetos que nos tornariam a oitava economia do mundo, os quartéis viveram a eterna e rústica realidade – a sobriedade orçamentária, a contenção salarial e uma vida quase que monástica.

Nem mesmo certas necessidades estruturais, referentes ao sistema logístico, de planejamento de defesa ou de sistema de armas, foram atendidas nos níveis desejáveis. Sob este ponto de vista, nunca os militares se aproveitaram de qualquer intervenção moderadora que tenham realizado ao longo da história política.

Em 1964, a dose se repetiu até com mais rigor. Em compensação, todos os ônus e a responsabilidade por possíveis erros, distorções ou pelos "crimes" recaíram sobre elas e sobre vários de seus membros, sem que um único setor ou personagem da sociedade civil tivesse assumido a responsabilidade por nada, no futuro, até hoje. Foram e são todos, sem exceção, eméritos e convictos "democratas" ou meros asseclas de grupos políticos. São sobreviventes, tão alheios quanto possível e tão permeados nos novos tempos quanto lhes convêm. Ainda que a democracia seja puramente formal...

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos 20 anos de Governo da Revolução?

Tive-as, com certeza, essas experiências, até porque servi ao Exército por 35 anos, sendo alguns desses anos na Presidência da República. Avalio que, ao escreverem a história como queiram essas vertentes e seus próceres, se o fizerem com um mínimo de submissão à verdade, admitiriam que tínhamos criado as condições para o salto de poder que poderia ter sido dado como nação, apesar de erros de governos que foram cometidos. Toda a infra-estrutura econômica criada e que foi destruída na era FHC (a rigor iniciada antes mesmo desse período e nele levada a extremos), com base em exposição de motivos que pretensamente traduziam razões de Estado, nos davam essa condição. Essas razões elencadas nada mais eram que falácias e mentiras ministeriais e que estão arquivadas nos anais do Poder Legislativo, para quem quiser comprovar. É só comparar o que disseram naquelas exposições de motivos justificando a mudança da ordem econômica constitucional, com o que fizeram e com o resultado que existe hoje nos setores atingidos. Disseram uma coisa e fizeram outra. Os resultados estão aí.

Os governos da Revolução não só nos colocaram como oitava economia do mundo, como deram aos seus sucessores os meios para gerir, desde que houvesse

competência para a gestão pública, os destinos da Nação e os negócios do Estado. No entanto, a desastrada ação dos governos posteriores puseram tudo a perder.

A derrocada, paradoxalmente, veio com a reconstitucionalização, portanto! Não que a democracia e o regime constitucional sejam óbices ao progresso ou regimes ineptos para o desenvolvimento e para a redução dos nossos graves problemas sociais.

Foi a incompetência da esquerda para essa gestão, ao conquistar o Poder, que nos jogou, às cegas, nesta globalização, que nada mais é que o mesmo e eterno mecanismo de projeção de poder de estados fortes sobre estados fracos. Projeção de poder com novas roupagens e artifícios que lhe deram, não só o ar de miragem do paraíso, mas de paraíso único, muito ao feitio da monopolaridade hegemônica que emergiu no pós-guerra fria. O que ela promoveu foi uma brutal e ampla invasão econômica. Coisa, aliás, que a direita, também, já produzira antes*, mutatis mutandi* com a mesma incompetência.

Tivemos por aqui, mais fiéis que os ideólogos e construtores dessa nova ordem, os Calabares, modernos tupiniquins, prontos a fazer mais do que lhes era exigido. Sem exceção, esses cônsules da nova onda têm uma característica comum – esquecem de tudo que pregaram a vida inteira... Estão por aí pleiteando o voto do povo, sem responsabilidade nenhuma pelo que fizeram, em nome desta nossa democracia, nem sempre tão democracia assim!

Por tudo isso, estamos onde estamos! Esta é a avaliação mais simples e objetiva que se pode fazer. A situação do País de hoje a comprova. Dispensa outros argumentos.

O que gostaria de abordar com relação a sua permanência na Presidência da República como Assessor do Sistema de Comunicação Social do Governo Federal?

Vou me ater aos fatos que dizem respeito, direta ou indiretamente ao processo revolucionário. Até porque essa passagem envolve uma enorme quantidade de acontecimentos críticos e de experiências deles decorrentes. Tenho, portanto, que escoimar deste testemunho aquilo que não se relaciona com o processo da Revolução de 1964. Na verdade, pelo cargo que ocupei e pelo fato de que fui servir na Presidência da República, em função do que antes afirmei – não havia me ajustado bem ao que ocorria no processo revolucionário e no meio militar. Fui para lá pelo fato de ser militar. Estranhamente convidado para a função na Assessoria de Relações Públicas, pois na época era alvo de acompanhamento pelo sistema de informações, em função de todos os acontecimentos que as circunstâncias me envolveram e uma vez que em nenhum momento exteriorizei apoio ao Governo do Presidente Geisel ou com ele mantive aproximações e nem meus atos naquele momento motivavam tal convite. Nem era o caso. Eu era um simples Major do Exército.

Essa Assessoria fora recriada por decisão do Governo, com a missão de gerar informações institucionais úteis ao povo, reeditando uma experiência bem-sucedida do Governo anterior. Na verdade, agradeci ao Coronel do Exército que me convidara e até desaconselhei o encaminhamento do convite, para evitar problemas, considerando o que eu havia feito e o meu modo de pensar. Isto tudo interporia óbices ao Governo, com uma árdua tarefa pela frente, e mesmo no cumprimento da missão para a qual me convocaram. A este que me convidara para a função – o Coronel José Maria de Toledo Camargo – expus certas divergências e até preocupações com o processo revolucionário de 1964. Combinamos que ele verificaria essa situação e a ele caberia a decisão, fosse ela qual fosse. Havendo restrições, o convite teria outra direção. Respondi-lhe que o convite, por si só, já era dignificante. Bastava aquela deferência e já me sentia recompensado. Ele não precisaria confirmá-lo. Eu entenderia.

A natureza dessas preocupações e discordâncias estão explícitas no curso deste depoimento, na forma mais impessoal e honesta possível. Havia ocorrido, naquela ocasião, o episódio com o General Ednardo D'Avila Melo, então Comandante do II Exército. Este oficial-general era um homem digno e um bom soldado que viveu ele próprio as suas circunstâncias de comando, mas jamais seria um conivente com torturas ou assassinatos. Sobre ele desabaram os efeitos da dinâmica da luta armada. Eu acompanhei esse episódio de perto, em todas as suas nuances, como Oficial de Informações da 11ª Brigada de Infantaria Blindada (11ª Bda Inf Bld), em Campinas, recém-saído da Escola de Estado-Maior, ainda no posto de Capitão. Repetia-se, assim, o dilema que tanto me afetara antes.

O fato é que com a aquiescência da Presidência da República (que eu julgava improvável) e a minha concordância posterior, lá fui servir, após ter discutido o assunto e consultado companheiros com quem mantinha ligações, desde quando estava na tropa pára-quedista. Meus laços eram os mesmos e as minhas convicções também.

Acho até que por isso fui absorvido nesse alto escalão, porque ali havia pesos em jogo. É o que mostrou o futuro, salvo melhor juízo.

Pois bem. Lá exerci uma função civil de natureza técnica – a publicidade institucional – que era emitida pelo Governo, como uma de suas ações de informação. As outras fontes, de natureza semelhante, eram as Assessorias de Imprensa no âmbito do Governo e de seus órgãos subordinados.

Havia uma política de governo aprovada que regulava a ação na minha área. Ela continha três parâmetros básicos: O primeiro era a impessoalidade. Ela não podia promover pessoas do Governo e nem mesmo a figura do Presidente. O segundo – a economia de meios e recursos. Operava-se com orçamentos infinitesimais, se considerado o volume de recursos geridos pelo Governo como um todo e se relacionados com

o porte da tarefa. Perto do que os governos gastam hoje com publicidade, esse orçamento seria uma piada, considerada como uma "mentira" orçamentária. O poder de concessão do Estado facilitava os meios de mídia a serem usados. Os mecanismos de exceção, também. Terceiro – a objetividade que se resumia a dois propósitos subsidiários – a publicidade deveria servir à educação e ao esclarecimento do povo em suas próprias necessidades, em questões importantes. Quando tratasse de obras em benefício do povo direta ou indiretamente, a comunicação institucional que as divulgasse teria como limite a obra em si e o seu efeito para o desenvolvimento do País.

Esta política não só nos deixava livres de restrições de ordem moral e dentro de limites muito éticos na tarefa a realizar, como me convencera da sua validade e da sua eficácia, para o bem do País. Era coerente com os mais sadios intentos do Movimento de 1964.

Excluíam-se as manipulações, as despesas astronômicas e o marketing político que se tornaram tão pródigos como concessivos, nos processos eleitorais, hoje observados, desde a "abertura".

Assim, esta função me propiciou observatório oportuno, senão tão privilegiado, mas suficientemente abrangente. Integrado ao Gabinete Militar e às Subchefias das três Forças Militares, que eram o seu eixo estrutural, devido à nossa origem militar e exercendo atividade relacionada com a área civil do Governo.

Integravam o sistema de comunicação social, do qual eu era o Subchefe, todos os órgãos similares dos ministérios, de órgãos da administração direta e indireta e das empresas a eles vinculados. Não em caráter de subordinação, mas de coordenação e cumprimento daquela política de comunicação social.

Esse observatório foi tão diário, como solitário e independente, só sujeito àquela política de comunicação, formalmente estabelecida. O modelo funciona até hoje, exceto quanto aos limites éticos que existiam e já não existem há muito tempo. Hoje, o símbolo de um partido político identifica um prédio público do mais alto escalão da República, como se fosse a sua sede. Uma aberrante confusão de simbologias do Estado Nacional e de um dos seus poderes constituídos com organização partidária. Logo, a Bandeira entrará nessa simbiose inadmissível.

Além disso, também por força da função, essa observação se estendeu às áreas de mídia (rádios, TV e jornais) e às ligações com a área das empresas de publicidade e produtores autônomos nacionais. Desses últimos, muitos deles, hoje bem-sucedidos, foram apoiados, pelos seus méritos, pelo Governo, de forma limpa e através de licitações sem vício de espécie alguma.

Indiretamente, também, a observação tinha ligações permanentes no Poder Legislativo, em função dos muitos atos de governo que para ali convergiam e dali se

refletiam. Estas observações acabaram, por força dos fatos, se concentrando, na movimentação dos grupos de poder que integravam a estrutura de Governo, na área militar de onde eu vinha e nos meios políticos, refinando-se em agudeza nos processos sucessórios, tanto nos Estados federados, como na própria Presidência da República.

Era para onde se focavam na pressão dos fatos, inevitavelmente, até porque ocorriam fatos políticos graves, como o fechamento do Congresso, ocorrido em 1977, em razão da reforma da magistratura. Dela, nasceram os governadores e senadores biônicos, um dos mais controvertidos atos do processo revolucionário. As escolhas biônicas, por vezes, se revelaram desastrosas! Algumas tiveram que ser revertidas a fórceps e seus efeitos só não foram piores e prolongados devido aos próprios mecanismos de exceção.

Com relação ao Congresso, em que pese a vigência do processo revolucionário e dos controles que os mecanismos desse processo forneciam ao Executivo sobre Legislativo, as minhas observações consolidadas indicavam que este último era um "enorme e amplo balcão de negócios". Há milhares de fatos que poderiam ser citados para comprovar essa assertiva. Há na afirmação uma intenção de denegrir o Parlamento? Não! É que era assim, como é assim até hoje.

Havia uma espécie de Conselho Político informal, exercido pelos líderes que o Presidente considerava confiáveis. Eram os sete homens de "ouro". Com exceção de dois deles, todos estão vivos e certamente preferem não falar sobre a Revolução de 1964. Dela desertaram. Nunca os vi a ela se referirem publicamente. São outros, agora, os seus perfis, seus argumentos políticos e suas "crenças". Suas condutas políticas, nem tanto.

Estes homens influíam nos rumos e nas decisões de Governo, em nome de suas bancadas parlamentares e do único partido que representavam, muito mais que qualquer chefe militar. Todos mantinham cordéis diretamente ligados à Casa Civil, aos Ministérios e às suas bases políticas nos Estados.

Aliás, os que menos influíam eram os ministros militares. Mesmo nas decisões que estavam sob o crivo direto das Forças Armadas por força da legislação em vigor, como era o caso das Comunicações e dos Transportes, onde as necessidades de segurança interferiam no processo de decisão governamental, nada teve curso, mesmo diante dos pareceres, planejamento e iniciativas dessas Forças, sem que o aval da área política o chancelasse. Em muitos casos, as soluções iam, como foram, na direção contrária do que desejavam as Forças Armadas. Muitos fatos comprovariam essa afirmação, como foi o caso da substituição do sistema de tropodifusão nas comunicações sobre a região amazônica. Isto seria normal num regime constitucional. Era no mínimo estranho, num regime com origem nos quartéis. A sustentação

desses governos poderia ter seu fundamento nos quartéis, mas absolutamente não os seus atos.

Por isso, acho até engraçado quando hoje se fala em "ditadura militar". Pode-se até se falar em "ditadura", como quer a esquerda, diante do silêncio conivente de seus oponentes de outrora na área política, mas em "militar" – o adjetivo soa apenas como um jargão que nada tem a ver com aquela realidade histórica.

Quando os fatos exigiram do Governo decisões complicadas, como no caso da ruptura do Acordo Militar Brasil-EUA, aí o Governo se apoiava exclusivamente nas Forças Armadas e a área política ficava preservada dos espinhos do ato.

Com relação à mídia e suas diversas empresas, quando se iniciaram os primeiros passos da "abertura", e mesmo antes, se podia perceber claramente o nível em que a infiltração ideológica chegara. Havia, sobrepondo-se a ela, um confronto latente natural entre a liberdade de imprensa e a natureza intrínseca do Governo. Este confronto emergia de forma múltipla e intermitente. Mas, em alguns casos, havia até conivência entre próceres do Governo e a imprensa e entre aqueles elementos da esquerda, como era notório e inegável entre a esquerda e a imprensa.

Isto era inerente à dinâmica do Governo. Não era tão bem compreendido na área militar.

Todos os atos que iam em direção da "abertura" recebiam matéria e editoriais favoráveis, mesmo de jornalistas considerados à "esquerda". Atos de Governo, mesmo os de grande repercussão, como a hidroelétrica de Itaipu ou fatos e conseqüências das duas crises do petróleo, recebiam questionamentos de toda ordem na imprensa.

As ações dos serviços de informações e os dirigidos contra a subversão nem se fala. A contestação era permanente, imediata e muitas vezes facciosa. Mas, estes atos tinham que ter seqüência, pela inexorável imposição dos fatos e o governo não os coibia nem era seu objetivo coibi-los. Seu objetivo era torná-los palatáveis e dentro de certos limites, o que nem sempre acontecia, pela natureza da tarefa e pela forma de atuação do chamado "inimigo interno".

Portanto, o Governo era um ser sujeito a uma dinâmica e o processo revolucionário de 1964, sujeito a uma dinâmica diferente.

Mas, prosseguindo na direção política que havia escolhido a distensão gradual e segura, o Governo quando muito adotava retaliações de ordem financeira, como excluir empresas de mídia de uma licitação ou negar financiamento do BNDE, o banco de fomento da época, o BNDES de hoje. O Governo Geisel não fechou nenhum jornal e praticamente eliminou a censura prévia.

Um governo, por mais monolítico que tente ser, tem faces múltiplas. A imprensa, também, é, por sua natureza, um ente com múltiplas faces e onde subsiste

diversas fontes de pensamento e opções políticas. Mídia e profissionais da área se atribuem uma condição acima do bem e do mal. Isto configura o que se chama de Quarto Poder...

Às vezes, o mesmo jornal as manifesta até numa mesma edição. Ela é imprescindível na vida de um país, gostemos ou não de seus métodos, nem sempre éticos e nem sempre traduzindo a verdade na informação e muito menos dando-lhe a abrangência necessária, coerente com os seus próprios padrões jornalísticos. Mas, é muito pior sem ela ou com ela a serviço de regimes totalitários e de interesses escusos ou não nacionais!

No âmbito dos meios castrenses, isto era recebido como uma interferência perigosa no processo revolucionário, até porque a luta armada ainda estava ativa e a infiltração ideológica identificada em quase todas as instituições, inclusive em governos estaduais e partidos políticos, alimentando o confronto.

Por outro lado, algumas coisas que não tinham muito parentesco com a austeridade, chegavam muito próximo de homens de governo, principalmente, nos ministérios civis. Isto irritava a área militar e caracterizava um "desvio revolucionário". Algumas posturas de parte da área militar, por sua vez, irritavam o Governo. Muitos fatos ocorreram e que poderiam situar este ângulo da questão. Eu vivi um deles diretamente, na tal "Campanha da Pechincha", ocorrido de forma surpreendente, esbarrando em minha mesa de trabalho e com patrocínio discutível e de lisura no mínimo duvidosa de um ministro de estado.

Essa campanha contrariava a política de comunicação social a que fiz menção frontalmente e se constituía em uma "armadilha" política para o próprio Governo, diante de uma inflação que começava a criar problemas na economia como um todo. Na tal campanha, o erro de objetivo e mesmo de público-alvo era grosseiro. Era, na verdade, a culpa da inflação atribuída ao preço sazonal de um determinado legume. Metidos em seus meandros, estavam desde deputado da oposição, até homens de mídia e interesses empresariais. Na origem, relações regionais e de amizade. Vizinhanças e tráfico de influência dos quais o processo revolucionário não foi imune.

É interessante notar que um deputado oposicionista que fora preso em uma das "operações gaiolas" devido a sua atuação política (certa ou errada a causa ou certo ou errado o ato) é que vai ao Palácio da Alvorada "vender" a campanha, reforçando os seus próprios interesses de família e das empresas de mídia, diretamente ao Presidente da República com aval do ministro, enquanto fazia o "jogo" do Governo no parlamento, mistificando seu papel oposicionista. O dinheiro, como hoje se vê profusamente nos fatos do noticiário nacional, já era um dos amores da "esquerda", como era uma das paixões da "direita". Esquerda anticapitalismo, mas

a favor da moeda... no seu bolso. Exatamente como hoje se vê pelo País inteiro, apesar das ações do Ministério Público.

Cito o fato, não porque ele tivesse significativa importância no quadro gigantesco de dificuldades macroeconômicas do País, mas para caracterizar o tal triângulo de confrontação a que me referi e como as coisas ocorriam na área política. Inicialmente, 70 milhões (em moeda daquela época) do Banco do Brasil iriam fluir dos cofres públicos para bolsos privados, nesse episódio. Acabaram em 20% disso, o que não lhe reduz, em absoluto, o pecado de origem.

Aliás, é como o "balcão de negócios" transforma, até hoje, o dinheiro público em dinheiro privado que voa para os paraísos fiscais. Desde a esfera federal até os quase 6 mil municípios brasileiros. Não há exceção. Os fatos estão aí.

Além disso, esse uso extrapolado de recurso, em montantes absolutamente fora de propósito (dez vezes o orçamento de comunicação social da Presidência para o ano inteiro, atribuídos para uma única campanha publicitária de 200 segundos na TV, com 14 filmetes de 15 segundos), era fruto das relações de Governo com a mídia, na direção da "abertura" e função das dificuldades do Governo na área econômica.

Na Assessoria onde trabalhei, um filmete de 1 minuto custava, em média, 30 mil (também em moeda daquela época). Pode-se comparar, portanto. A investida da área de mídia, por conseguinte, poderia até servir ao "balcão de negócios" a que me referi, na Comissão de Economia e Finanças da Câmara de Deputados ou a outros interesses menos transparentes de grupos ou pessoas, mas nunca à essência da comunicação institucional do Governo, tal como ela era concebida. Ele é um exemplo microscópico de que a dinâmica do Governo não era necessariamente coincidente com a da área militar. Nem seus métodos nem os direcionamentos das relações da área pública. Eram meios, razões e objetivos diferentes que alimentavam essas dinâmicas.

As responsabilidades do Governo eram muito amplas e sérias. Os homens precisariam estar à altura delas. Nem sempre todos estavam. Da mesma forma, na área militar, eram críticas e difíceis e nem sempre se ajustavam plenamente aos objetivos do Governo. Aí, está a dinâmica das divergências no processo revolucionário.

As manobras espúrias desse episódio que destacamos e as personagens dessa história a nada servem, exceto para mostrar um importante fator de distanciamento entre o Governo e os meios revolucionários que ocorria em muitas áreas. Nos processos sucessórios, isto se agravou e muito. Neles, alguns setores militares jogavam as cartas da luta contra a subversão.

Essas preocupações, na verdade, nada tinham a ver com a "redemocratização", contra a qual jamais as Forças Armadas se opuseram como Instituição e onde muita

gente já a julgava não só tardia como necessária. O problema estava, na verdade, no como realizá-la e como conter os fatores que a dificultavam.

Com relação aos processos sucessórios, vou me ater ao que assisti. A sua engenharia básica partiu de uma nova realidade desse processo e residia no fato de que já não era a área militar que decidia essa sucessão. Com a do Presidente Médici, ainda foi assim. Quatro anos depois não era mais. Embora houvesse escaramuças em torno disso na área militar, pelas razões já explicitadas, todos os condicionamentos que incidiam sobre o processo revolucionário davam ao Presidente poderes suficientes para controlar a sua sucessão. A "abertura gradual e segura" era uma dessas alavancas de poder. Ela trazia até próceres importantes da oposição legal em apoio ao Governo, contra setores militares.

As fissuras que o combate à luta armada levara aos quartéis, atingindo chefes militares, reforçava a mudança. Grupos de interesses nos quartéis e no sistema de informações, argumentando que os riscos eram grandes com o que ocorria, particularmente os de ressurgimento da luta armada, movimentavam a linha sucessória que muitos sabiam em quem recairia, para prosseguimento do gradualismo e da segurança política necessária, ao projeto da "abertura". Só o Chefe do Gabinete Militar – General Hugo de Andrade Abreu – acreditava no descompromisso do Presidente com a sua sucessão e nele depositava a garantia de que o melhor para o País seria levado em conta e que para isso a área militar seria novamente ouvida. Este seria o compromisso do Presidente com ele, desde a demissão do Ministro do Exército. Portanto, acusar esse militar de pretensões presidenciais sempre foi uma inverdade, seja qual tenha sido a sua fonte. Ele mesmo já pensava em um nome civil.

Partindo de testemunhos que geraram e ainda geram livros de "historiadores", nem sempre confiáveis ou que basearam seus escritos em testemunhas não isentas e sob a ótica visivelmente eivada de parcialidade de documentos ou declarações de assessores e sem a necessária isenção histórica, muita agressão restou às Instituições Militares, injustamente.

Estes fatos e versões é que desenharam e montaram a cadeira dos "réus da história". Quase todos os livros recentes, enquadrados pela visão da "esquerda", ainda que baseados em testemunhos e documentos de auxiliares do próprio Governo Geisel e dele próprio, sofrem desse pecado original. Podem ser válidos, como a leitura de todo livro assim é, como fonte de conhecimento, mas não tem o compromisso embrionário e sólido com a verdade. O que mais me perturba neles é o desrespeito de determinados militares pelos seus companheiros de farda, se é que eles reproduzem fielmente o que teriam dito os entrevistados. Caminhemos, então, para o epílogo que enterrou o processo da Revolução de 1964. Este confronto triangular,

portanto, se tornou inevitável entre alguns setores militares, o Governo e ambas as áreas políticas, tanto a situação como a oposição.

Por razões hierárquicas, ainda que nunca tivesse praticado um ato sequer ou tenha dito uma única palavra que insinuasse uma candidatura oriunda dos quartéis, o Ministro do Exército, por ordem natural das coisas e pelas articulações de muitos dos que lhes eram próximos, se torna o alvo do Governo no processo sucessório. Acontece que, na cúpula militar e na Presidência, estavam as responsabilidades por decisões que haviam atingido renomados chefes militares, em função de acontecimentos da luta contra a subversão.

Além do que já ocorrera antes, é esse fato que acabará por vitimar, sucessivamente, vários generais que se contrapunham à decisão do Governo, na sua própria sucessão.

O Ministro do Exército tinha responsabilidade na exoneração do General Ednardo D'Ávila Melo no II Exército. Não há como refutá-la. O Chefe do Gabinete Militar – General Hugo Abreu – e outros chefes militares, na do Ministro do Exército – General Silvio Frota. Não há como negar. Generais, que eram tidos como certos no dispositivo de confronto com as decisões do Governo, acabam adotando posições diferentes, até por força da estrutura militar, da ordem jurídica e em nome das preocupações com o futuro do País. A estrutura do então SNI estava aliada ao Governo, pela própria escolha sucessória que iria se consolidar.

Muitos episódios envolveram estas escaramuças. As mais relevantes se situam no fato de que os auxiliares diretos criaram dezenas de acontecimentos que tinham como objetivo induzir o Presidente a acreditar que a demissão do seu Ministro era imperiosa e necessária à sucessão, subordinada ao projeto de abertura política. Na maioria deles, buscava-se caracterizar a candidatura daquela autoridade, às vezes através de fatos fabricados ou distorcidos, à revelia da Presidência e do controle sobre o processo da sucessão que agora envolvia os rumos da "distensão gradual e segura", o que já havia ocorrido com o Presidente Castello Branco e o seu sucessor, em outras circunstâncias e condições.

Do outro lado, assessores produziam fatos no sentido de que o Ministro do Exército não era demissível, induzindo a existência de um "dispositivo militar".

O Chefe da Casa Militar, inúmeras vezes, intercedeu, tentando desfazer as situações expostas no noticiário ou fora deles, em ambos os lados, algumas delas vazadas de dentro das salas do Governo e por meio das relações entre as áreas política e de mídia, de forma a evitar mais um rompimento. Aquela autoridade, assim, entendia que este confronto não servia nem mesmo ao projeto da "abertura" do Governo, nem às Forças Armadas e menos ainda ao País. O General Hugo Abreu, talvez porque comandara tropas de pára-quedistas em Xambioá, contra aquela se-

gunda tentativa de insurgência rural, tinha uma percepção mais sensível dos problemas de ambos os lados. Tentou fazer com que o Ministro se declarasse não candidato e desfazer as "intrigas" palacianas que o colocavam contra o Presidente.

O Ministro do Exército, General Frota, alegava que não teria sentido declarar-se não candidato, quando jamais se apresentara como candidato e muito menos pensava em sê-lo. Era fiel ao governo que integrava. Assim se manifestava. Mas, não há como negar, havia movimentações contrárias ao Governo. Muitos militares que depois aderiram incondicionalmente ao novo Governo sabem disso e do que eu estou falando. Alguns chegaram aos altos postos. Os fatos superam as palavras e nem sempre são exatamente o que elas expressam.

Na verdade, a confrontação existente envolvia, quisesse ou não o Ministro, o seu cargo e a sua pessoa, dentro do triângulo de confrontação a que me referi, como foi o caso dos inquéritos, no Pará, sobre a luta armada em Xambioá, na qual Presidente e Ministro tinham posições divergentes. Nos epílogos, o fato é que, em mais uma dessas escaramuças, os assessores do Presidente o convencem (ou ele próprio se convence), com base em uma reportagem maliciosa da revista *Veja* (o último fato sobre o assunto na mídia), de que o Ministro tinha suporte para a sua candidatura e não só tinha, como "desfilava" com "ares de candidato", num evento – um programa de TV sobre o Exército nas fronteiras brasileiras – patrocinado pela Caixa Econômica Federal, de iniciativa do então Deputado Amaral Neto. Decide-se, no âmbito do Governo, exonerar o Ministro do Exército.

Na manhã do dia anterior, um assessor, ligado à Casa Civil e do gabinete pessoal da Presidência, espera o Presidente e, na porta do elevador privativo, exibe-lhe a revista. O fato induz e precipita os acontecimentos.

Para isso, o 12 de outubro de 1977, um feriado prolongado, era a ocasião oportuna, não só porque a cúpula militar estaria fora de Brasília, como por facilitar o controle das repercussões e das notícias nas redações dos jornais. Foi um dia de muitas tensões.

O Ministro vai ao Palácio do Planalto diante da convocação presidencial, pensando em que teria uma nova divergência com o Presidente, agora sobre um relatório de informações do III Exército sobre a subversão, com citação de nomes ligados ao Governo e à área política, o qual provocara mal-estar no Governo. Pensava o Ministro na defesa de seu comandante subordinado, sediado no Rio Grande do Sul. Estava demitido, ainda que nos limites protocolares de pedido do cargo, típico do regime presidencialista, ao que o Ministro devolve a responsabilidade da sua demissão ao Presidente, negando-se a pedi-la.

Estava substituído, não mais ou menos, pelo então Comandante do III Exército que já se encontrava no Rio de Janeiro, aguardando para assumir o cargo.

Pela primeira vez, um Ministro do Exército fora demitido na história da República, fora de um quadro de revolução recém-irrompida. Isto definiu o processo sucessório e selou os contornos da "abertura".

O Ministro recusou-se a tomar qualquer medida contra a decisão presidencial. A carta em resposta à demissão, cuidadosamente, foi divulgada pela própria Presidência para toda mídia. Ela justificava o ato perante o público e garantia amplo apoio da área política ao ato presidencial, pelo próprio conteúdo daquele documento. A área militar era isolada, pelo menos no Exército. Disso, a figura do Ministro se caracteriza como um opositor da redemocratização. A bem da verdade, nunca foi contra!

Este documento reproduz o triângulo de confrontação plenamente. É prova dele. Pertence à história, inclusive a esta história oral.

O Governo fora persistente em seu projeto e nos personagens escolhidos para ele e o Ministro a seu quadro ético. Mas, o fato é que as Instituições Militares foram irreversivelmente atingidas por isso. Os homens de farda ou não podem ter-se beneficiado de uma "vitória" de um dos lados, mas o País, seguramente não. Menos ainda a Instituição Militar. O preço futuro disso tudo seria desastroso, como mostrariam os dias do porvir.

Este fato é o resultado direto do triângulo de confrontação e do braço de força entre o Governo, políticos e setores revolucionários. Muitos fatos instigaram a isso e, evidentemente, as providências do Governo para controlar as reações que haviam sido tomadas. Não só quanto à segurança pessoal do Chefe do Governo, como a outras que envolviam repercussões no meio militar, já conturbado pelos fatos. O Chefe do Exército demitido recolhe-se ao ostracismo no bairro do Grajaú, no Rio de Janeiro. Se havia algum dispositivo militar, ele silenciou.

A autofagia fazia mais uma vítima. A próxima seria o General Chefe da Casa Militar, quando se postou contra a candidatura do General João Baptista de Figueiredo, em razão dos mecanismos e caminhos que a induziram e a consolidaram.

Este seria o último Presidente do regime de 1964. Mas, mesmo para ele, a sua candidatura se revelará amarga, no exercício do Governo, como veremos. Nisto tudo, como em outros tantos fatos que sucederam em todos os escalões, está latente e exposto o eterno dilema dos soldados. Muitos deles comprometidos com um ou outro lado, não tiveram muito escrúpulo de omitir suas ações e encontrar razões e caminhos para mudar de lado. Outros tantos, coerentes com suas posições, fizeram o que lhes cabia fazer, no escalão hierárquico e na estrutura militar emergida desses acontecimentos. Tudo isso jogaria o Governo numa crescente impopularidade e no encolhimento do apoio político. O fim do ciclo revolucionário de 1964 estava decretado.

Os generais do Alto Comando das Forças Armadas chamados a Brasília, foram convocados à presença do Presidente, mediante ação direta de emissários militares, à medida que chegavam à Capital. Visava-se evidentemente manter a obediência e o enquadramento do setor militar ao Governo e a seu projeto. Só um deles – o General Ariel Pacca da Fonseca – foi ter antes com o ex-Ministro, por um enfoque ético que entendia não desrespeitava nem seu Ministro nem o Presidente, mas obedecia às suas convicções éticas e militares. Ele seria o próximo Chefe do Estado-Maior do Exército, a partir daquele episódio. Era um homem íntegro e um soldado exemplar, despido de ambições que, visando à preservação das Forças Armadas e ao bem do País, a outros valores se subordina, como todo cidadão probo.

Essa experiência foi decisiva para que eu pedisse para sair da Presidência da República, convicto de que a "abertura", necessária à normalidade da democracia, teria um preço alto a ser cobrado às Forças Armadas, por todos esses fatos. Queria retornar ao Exército, de onde não devia ter saído.

Pouco depois, alegando que o Presidente Ernesto Geisel se furtara de compromissos assumidos com ele sobre a sucessão, ao precipitar o anúncio do seu sucessor, no final do ano de 1977, o Chefe da Casa Militar, enunciando uma série de razões de ordem pessoal, pede demissão, pois havia perdido a confiança no Presidente e não mais poderia exercer o cargo. Sentia-se enganado pela longa convivência com o Presidente, em quem tinha total confiança e da qual decorriam aqueles compromissos. Demitido, é substituído pelo General Moraes Rego, homem da estrita confiança do Presidente, um militar de méritos indiscutíveis. Sob a Chefia deste último oficial-general, retornei ao Exército, recusando o convite para ser o assistente de meu Chefe que havia sido promovido a General-de-Brigada, com todos os méritos. Nossos caminhos não eram os mesmos. Este seria, em pouco tempo, outra vítima da autofagia. Falcões e pombos continuavam sendo o que sempre foram. Era de se esperar.

As minhas discordâncias com tudo aquilo, já não permitiam que eu ficasse num barco cujo rumo não mais atendia à minha consciência. Expliquei isso a ele. Este testemunho, no que se relaciona com o processo revolucionário, exige que se exponha as minhas razões. Apesar de ser pára-quedista e ter um profundo reconhecimento pelo comando que o General Hugo Abreu havia feito naquela tropa, diga-se de passagem, quando eu lá não estava mais, nunca estive próximo dele e de seu estafe – do inglês *staff* (estado-maior) – pessoal, apesar de serem todos meus companheiros de Brigada Aeroterrestre, enquanto estive em serviço no Planalto.

Por outro lado, não tinha proximidade com o futuro Presidente e muito menos restrições de nenhuma natureza àquele oficial-general, com vários e longos anos de experiência em serviço, neste alto escalão. Uma única vez havia falado com ele.

Naqueles episódios todos, fui um observador solitário. Não fazia parte de nenhum "esquema" e de nenhum lado. Desse episódio, recrudesceu em mim, em toda sua amplitude e profundidade, o dilema do soldado. Retornei ao Exército após ter preparado a passagem das funções e atender às necessidades dos projetos de comunicação já programados. Eles foram executados integralmente nos seis meses seguintes. A minha tarefa tinha sido cumprida e muito bem.

Apesar de reconhecer que a "abertura" era necessária e oportuna ao Brasil e que talvez já fosse tardia, nunca consegui compreender os métodos desse jogo. Nunca consegui entender direito e menos ainda assimilar os interesses do Poder e seus personagens.

Havia neles sempre uma superposição confusa entre os interesses de grupos e os reais interesses das instituições nacionais. Os argumentos, de parte a parte, os confundiam.

Só tinha sentimento e certeza das conseqüências. Nisso não errei. Não por ser um equilibrista dos "muros" convenientes em que muitos se colocam. A minha vida militar é um protótipo do antimuro. Mas, por achar que o futuro não nos reservaria bons tempos, exatamente devido àqueles fatos e métodos.

Todos eles e todas as conseqüências incontornáveis acabaram repercutindo pesadamente no Governo do sucessor escolhido para levar em frente o processo de "abertura" e encerrar o período revolucionário de 1964.

O Presidente João Figueiredo recebeu o ônus de um regime balizado por dois limites. Dar seguimento à "abertura" e à anistia geral e irrestrita e lidar com uma incisiva inversão dos rumos do País na área econômica. O seu Governo lidou, durante todo o seu período, alongado para seis anos, em nome da distensão gradual e segura, com séria crise econômica, gestada por fatores internos, mas seguramente ligada a fatores externos.

Já não existiam os apoios externos ao regime, mas existiam às oposições e o capitalismo internacional alterava a rota e o perfil de seus fluxos financeiros e de seus interesses. Internamente, as urnas da "abertura" demonstravam a perda de apoio da população, basicamente devido aos problemas econômicos. Os anseios por democracia plena eram um longínquo pano de fundo, bem articulado pela oposição política ao regime, colimando a eleição direta para a Presidência e confundindo-a com o próprio regime democrático, como uma exigência inamovível do regime presidencialista. A maior democracia do mundo não tem eleição direta para a Presidência. Mas...

Enquanto isso, à revelia de tudo isso, em 1989, já estava consolidado no Consenso de Washington o que o mundo queria do Brasil e já vinha aplicando, desde o início da década, em todos os continentes. Retardou aqui pela existência da "ditadura militar".

Só faltavam novos personagens, só comprometidos com um nacionalismo fraudado em nome da ideologia da "esquerda" e nem tanto com o Brasil, capazes de aplicar aqui as mudanças necessárias. Daí, a perda de apoio externo, nas relações internacionais. Nada de potência ao Sul do Equador. O nacionalismo de fachada dos antigos integrantes da esquerda desapareceria nas delícias do poder...

O último Presidente do ciclo de 1964 lidou, também, com a deserção contínua de apoios políticos, a começar pela de um dos arquitetos, senão o maior deles, dos caminhos que o levaram ao cargo – seu Chefe da Casa Civil – que permaneceu no cargo, desde o Governo anterior. Esta permanência foi uma decepção para parte do setor militar que apoiara o Presidente, onde aquele Ministro, de origem militar, era visto de forma negativa e ao qual se atribuíam muitas dissensões no meio militar.

Lidou ainda com um crescimento contínuo da oposição política nos processos eleitorais que, coerentes com a "abertura", foram modificados nos estados e municípios, retendo o sistema indireto, somente para a Presidência.

Nesta esfera, então, viu a deserção articulada e profusa dos "homens de ouro" e de outros "metais" menos nobres que abandonavam o "maior partido do Ocidente", no dizer de um desses áulicos que por ai ainda estão, já articulados em outra linguagem política. Essa deserção viu o candidato do Presidente à sua sucessão, derrotado dentro do próprio partido de apoio a seu governo.

O partido da situação preferiu desertar do Governo do Presidente Figueiredo, durante seu mandato, quando nada mais poderia esperar dele. Ao final, já em bloco neste ato, os seus congressistas uniram-se à oposição e elegeram o candidato da oposição, concluindo uma tentativa que antes haviam recusado, como veremos à frente. O fim do período da Revolução de 31 de Março estava também selado. O seu fim já havia sido decretado alguns anos antes.

À Revolução de 1964, só restava apoio no meio militar. O partido de apoio desapareceu e, com ele, os parlamentares da situação, não por imposição da nova Constituição que seria convocada, mas porque a situação não passava de um leque de interesses de toda ordem, absolutamente igual ao da oposição, com o sinal trocado.

Esse último Governo promoveu a anistia ampla, geral e irrestrita aos brasileiros, ainda que tenha tido que enfrentar episódios graves na verdadeira confusão em que se transformara o mundo político e no confronto com setores da extrema esquerda, em luta permanente com o Governo. Deserção, confrontos e crise econômica. Foi este o amargo campo em que esse último Governo teve que caminhar. Até com setores militares, como uma cobrança pelo passado recente que a sua candidatura exigira do meio militar.

O pior rescaldo que sobrou nas salas de seu Governo, após encerrado, é que ele acabou vendo o objetivo maior da anistia desvirtuado. A "revanche dos venci-

dos", no jogo do Poder, retirando-lhe o mérito da sua ação em prol da redemocratização, para decorá-la como galardão de um esforço da "luta pela democracia", para a qual a oposição, surgida no meio político, atribui a si e a seus próceres. A esse papel e a esse mérito aderiram os políticos da situação. Todos lutaram, de alguma forma, contra a "ditadura militar", no momento oportuno.

As suas convicções democráticas e a sua contribuição ao retorno do regime constitucional pleno lhe foram sonegadas na "guerra das versões" e atribuídas a outros "heróis da democracia" que a haviam arrancado do regime de 1964 com o apoio do povo, para a restauração democrática.

Aí, está de novo presente o eterno dilema dos soldados...

Deste último período, caminhamos para os dias de hoje. É preciso que se afirme que nada o que se diz, hoje, sobre os anos sucessivos, após o dito "regime militar" encontra respaldo, com exceções óbvias e evidentes, na verdade dos fatos. Na área econômica, por exemplo, o brutal endividamento do País, não decorreu daquela época. Ele foi um efeito de políticas governamentais posteriores e ocorreu na verdade, multiplicado por dez vezes, na última década do século XX, mais de 10 anos após o encerramento do último período revolucionário de 1964. A relação dívida – PIB em moeda forte era de 1 para 10, no Governo que iniciou a "abertura". Hoje, é de quase 1 para 1, sendo que este endividamento agravou-se durante os últimos 10 anos e, hoje, compromete mais de 90% da renda nacional, se considerada em termos brutos.

Da mesma forma, o sistema tributário e as restrições impostas pelos tais "superávits primários" imobilizou o crescimento econômico, atingindo em cheio o sistema energético, ambos imprescindíveis ao País e um dependendo do outro.

A desnacionalização do País, em particular na sua infra-estrutura econômica, outro exemplo, é responsabilidade exclusiva da esquerda que assumiu o Poder, seja ela com ares de social-democracia, maquiada com neoliberalismo, ou mais à esquerda, com os partidos que estão no Governo, neste momento. Com aquela desnacionalização, desapareceram, em ralos obscuros, os milhares de dólares que as "privatizações" deveriam gerar para reduzir a dívida, enquanto ela se multiplicava por 10.

Ao feitio do que ocorreu com o último Governo do período revolucionário o atual lidará com todos os "cadáveres" e "fantasmas" que seu principal partido ajudou a criar.

De algum modo, os militares serão ainda responsabilizados "na guerra das versões", pelo século afora, por tudo o que o País seguramente ainda terá que passar no futuro, em função da inépcia das elites nacionais, agravadas, a partir de 1990, com a esquerda no Governo.

Assim, os graves problemas estruturais que o País enfrenta hoje, na área de energia, transporte, telecomunicações, recursos naturais, força de trabalho, sistema

tributário, mercado etc., são fruto de políticas que não só não decorreram das ações dos governos ditos "militares", como estão estritamente ligados a políticas levadas a efeito por governos que os sucederam e delas decorrem. Elas atenderam muito mais aos interesses externos do que aos reais objetivos nacionais.

Desta experiência, estou convencido, mais do que nunca – os militares são "os réus da história", história essa que não lhes faz justiça. Como disse antes, as linhas da história nem sempre são as que o Brasil precisaria, mas ensinará aos homens, dia mais dia menos, o que poderiam aprender sem tantos sacrifícios e sem tanto ônus para o povo brasileiro.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Vários fatos indicavam a exaustão do regime, principalmente no processo e forma de escolha do Chefe do Governo, como vimos. Portanto, em face das ocorrências no meio militar e da derrota imposta à luta armada, a "abertura" ocorreria de uma forma ou outra. Até porque as Forças Armadas brasileiras são ricas em convicções democráticas e com elas visceralmente comprometidas. Para negar isso, é preciso subverter e reescrever a história do Brasil! Sob o ponto de vista da transição, o Presidente Geisel é o responsável por ela, como o é por todo ônus que recai sobre as Forças Armadas. Foram as escolhas e decisões de seu Governo que nos levaram aonde estamos hoje. Ao longo do tempo isto ficará à mostra e comprovado. Não haverá como se eximir disso.

O que resta saber é se haveria outra trilha a seguir, em função do próprio caminho que aquele governo abriu, caminhando no processo revolucionário. A análise das múltiplas variáveis deste processo, ainda que tratada em síntese anteriormente, ultrapassa o escopo deste testemunho, salvo melhor juízo.

Entretanto, cabe um relato sobre a candidatura de oposição, surgida após a indicação do General Figueiredo. Como ela surgiu, pelo menos sob a ótica de setores militares que a apoiaram, era uma tentativa de se evitar os efeitos futuros sobre o meio militar que acabaram ocorrendo, dando à abertura outros contornos. Convenceu-se a oposição política, através de pessoas como o futuro Presidente eleito – Tancredo Neves – de que um novo período curto de três anos, voltado para esforços definidos e prioritários, poderia prover mais eficientemente o processo da "abertura".

Um oficial-general com notória competência administrativa chefiaria um governo de conciliação, com a adesão de setores políticos da situação. Caberia a esse Governo convocar uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, que teria sido capaz de dar ao País um arcabouço jurídico adequado e sem as distorções que uma não exclusiva, convocada muito depois, acabou gerando. Os constituintes elei-

tos não possuiriam mandatos parlamentares. Isto escoimava a nova carta magna de interesses políticos. Tratava-se, portanto, de uma reforma política que até hoje é necessária ao País e que deixou de ser realizada, porque a Constituinte se impregnou de interesses meramente políticos, exatamente porque não foi exclusiva.

Naquele modelo de Constituinte, os interesses políticos, que acabaram comprometendo a estruturação e o tempo de vida da Constituição de 1988, teriam sido limitados. Ela já foi tão retaliada que o melhor seria substituí-la e é o que vai acabar acontecendo. Pior, retaliada ao sabor de interesses de Governo e por quem, a menos de cinco anos a havia construído. Agora, não é mais o Governo que se subordina aos dispositivos constitucionais, mas a Constituição que muda ao sabor das políticas de governos.

Isto teria se excluído pela representação seletiva de nomes notáveis, à altura da missão constituinte e que não seriam elegíveis para os mandatos parlamentares imediatos, após a sua promulgação. A representação política eleita sob esta carta magna, por sua vez, não teria poder constituinte, pelo menos por um período. E se viessem a exercê-lo não o teriam com os mesmos dispositivos que existem nem com as mesmas facilidades regimentais.

Haveria, portanto, um compromisso exclusivo com o arcabouço jurídico que melhor atendesse às necessidades do País, naquele momento e no futuro. Este projeto constitucional teria ainda o poder de dar ao País, meios de defesa do interesse nacional, principalmente na ordem econômica que nela se contivesse. Isto representaria não só uma defesa para o País, diante da mudança de rumos das pressões externas, como um mecanismo hábil para a união nacional que contivesse os bolsões de radicalismo.

Além disso, seria uma alavanca para o desenvolvimento. Nessa alternativa, ainda, se esperava que a anistia, que seria embutida dentro do processo constituinte, pudesse conter nos limites democráticos, pelo concurso da oposição e da situação, aquilo que se consolidou como “a revanche dos vencidos”, confinando os radicais de ambos os lados, em particular reduzindo a “extrema esquerda” à sua real dimensão.

Quanto aos apetites políticos, excluídos em uma Constituinte Exclusiva, os subordinaria ao interesse público, não só pela sua reforma eleitoral, mas pela garantia de uma representação política futura que não tivesse poder constituinte tão elástico. Por si só, isto contribuiria para a melhoria do nível dos representantes do povo.

Ainda outra tarefa se atribuía a este governo alternativo. A de, por meio de um ministério de altíssimo nível e competência, representando uma união nacional autêntica, agregar meios de controlar os problemas que já assumiam proporções indesejáveis, através de uma política econômica que representasse uma nova via e um novo horizonte para o País. Como se vê, uma promessa até hoje não cumprida por nenhum

governo. Assim, poderiam ser retomados os rumos do desenvolvimento que o processo revolucionário, indiscutivelmente, impusera ao País e que se via sob freios.

Este projeto recai sobre a figura do General Euler Bentes Monteiro – um militar com renome na área administrativa e com um compromisso nacionalista autêntico. Além de ser um homem com trânsito na área política, pelo que já havia feito na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Portanto, resguardando o processo revolucionário e o controle político necessário à distensão, assim como dando amplo espaço às figuras da oposição que pudessem construir e consolidar aquela opção para a transição política.

Acontece que o espaço para ela só existia na oposição, pois o da situação já estava definido pelo Presidente Geisel. Julgava-se que, em face das grandes fissuras, tanto na área política como na militar, que esse projeto tivesse força intrínseca para decolar.

Mas, a verdade é que a oposição política a entendeu como mais um instrumento de desagregação das forças do Movimento de 1964. Além disso, era uma ruptura incisiva com os costumes políticos. Não serviria aos políticos, senão nos limites de seus próprios interesses, ressalvadas valiosas e honestas exceções. Por isso mesmo, a situação política legal viu o que lhe era mais conveniente e seguro – o controle do governo por mais seis anos e não a respaldou, setorialmente, exceto com honrosas e valiosas exceções, também.

Por fim, a área militar, onde era mais difícil o entendimento desse projeto alternativo, manteve-se na mesma situação, com os mesmos dilemas e contradições que acompanhariam o último período da Revolução de 1964. Além disso, pesava o fato que era uma candidatura de oposição, em sua face política.

Esta área militar, também, não aderiu ao projeto daquela candidatura, já sob o impulso de se distanciar do processo político. Nisso, foram decisivas as posturas da Marinha e da Aeronáutica, nesta altura mais distantes e com alguns setores já em posição crítica silenciosa ainda, mas consistente.

Eu, que havia sido transferido para Campo Grande-MS, sob sérias restrições pessoais, algumas até de natureza ilegal, optei por apoiar essa iniciativa, sem muita expectativa de sucesso, primeiro porque sabia o que esperar da área política, por tudo o que já narrei.

E... porque conhecia a fundo o que ocorria na área militar. Ali era muito mais difícil, diante das feridas abertas, se entender a magnitude de uma iniciativa com aquele perfil.

Por várias vezes, argumentei com o próprio General Euler Bentes e com os seus assessores diretos, sobre esses fatos e meandros tortuosos. Com o General Hugo Abreu, também. Ele que foi um dos articuladores dessa candidatura e de quem me

havia aproximado depois que ele fora preterido pelo Presidente da República, na promoção ao último posto da carreira, também em outro episódio doloroso que lhe antagonizou com muitos militares e onde muitas "traições", tão comuns na natureza humana, foram vistas por mim. Elas nada acrescentam de útil a uma história oral do Exército. Deixemo-las nos limites da natureza humana e suas fraquezas.

Tudo o que se situava mais à esquerda, então, a recusou integralmente. Assim se fez o caminho das coisas. Essa candidatura acabou sendo derrotada, por esses motivos e por muitas defecções. Eu a apoiei, acima de tudo, pelo que repudiava como conseqüências que considerava inevitáveis em função do que vira, enquanto estive na Presidência da República e porque avaliei que os seus três fundamentos eram capazes não só de evitar o que ocorreu depois, principalmente com o Exército, já que a Marinha e a Aeronáutica, permaneciam mais abrigadas dos efeitos futuros, até porque nunca um Almirante ou Brigadeiro fora alçado à condição de chefia suprema do processo revolucionário.

Mas, também, porque talvez teria produzido um caminho melhor para a transição, no interesse do Brasil e de seu povo. Uma coisa era a razão e a genética dessa candidatura; outra, muito diferente, foi sua construção e seu caminho.

Restava, portanto, a qualquer um que tivesse em vista o Brasil acima de tudo, desejar ao Presidente João Baptista de Figueiredo e a seu Governo, o sucesso que o País precisava.

Não se pode negar que, sejam quais tenham sido os erros de seu Governo, ele foi fiel ao projeto de abertura política. É a ele que se deve a redemocratização plena e não aos falsos "heróis da democracia" que agora querem um monumento a seus mortos no Araguaia, petrificando na memória do povo, o que na verdade foi um serviço exclusivo à causa do comunismo internacional.

Houve, a partir de 1985, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

Os objetivos da Lei da Anistia obedecem rigorosamente a natureza cultural e a história brasileiras. Se pudéssemos apontar uma figura histórica que a inspirou, seguramente e sem muitas dúvidas e esforços, ela recairia no Duque de Caxias – um militar expoente do Império Brasileiro a quem o Brasil deve, entre outros, a sua integridade territorial! Uma coincidência – ele e a história das revoluções no Brasil são a fonte inspiradora do processo de anistia e de agregação dos brasileiros sob um destino comum e em uma base territorial una, extensa e indivisível... por enquanto. Portanto, a anistia é uma conseqüência natural da história brasileira.

Entretanto, sobrepondo-se a esses milagres da nossa cultura, a ideologia se impôs aos objetivos da Anistia pós-1964. Isto deformou-a e a tornou facciosa em sua execução, bem como a transformou em instrumento dessa mesma ideologia. A conseqüência mais funesta disto é que manteve e manterá a cizânia entre os brasileiros. Esta divisão imposta por credos ideológicos fratura o País e ajuda a enfraquecer as componentes do Poder nacional, em suas expressões políticas, econômicas, psicossociais e militares. Ela fragilizou a vontade nacional em face de desafios e das crises que o País teve e terá, cada vez mais, que enfrentar, exatamente quando mais precisávamos de mecanismos de defesa e de união nacional, em face dos assédios da nova ordem mundial.

Em suma, a Lei da Anistia, sob esse cenário, não passou de um engodo que engana, principalmente, os próprios brasileiros e distorce os interesses nacionais. Ela foi transformada em um fantoche da ideologia. As feridas abertas por quem a conduziu, ao invés de fechar as antigas, já custou e ainda custará caro ao povo brasileiro. Tanto mais quanto mais mergulharmos na soberania relativa, nos meandros ideológicos e em projetos de poder que visam, em última instância, a transformação do regime político, para exotismos fora de moda.

Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?

Não desapareceu. A dogmática marxista, em face das mudanças, até surpreendentes e aceleradas no bloco soviético, perdeu, pelo menos em parte substancial, instrumentos dialéticos com que exportava a "revolução comunista". Mas, outras metodologias ocuparam o espaço, em decorrência do fim da guerra fria. A hegemonia que surgiu depois daquelas mudanças trouxe à cena agressivas investidas do capitalismo.

Isto determinou um mundo onde o mercado é o juiz supremo e único das economias, as fronteiras de um Estado soberano se tornaram apenas acidentes históricos e a invasão econômica e a liberdade dos fluxos de capitais se impuseram como uma regra axiomática. É isto que define a soberania relativa, na verdade! Neste labirinto estratégico de projeção de poder, os comunistas descobriram nas teorias do revolucionário italiano uma nova dialética – usar as instituições democráticas do estado nacional (governos, ensino, mídia, órgãos governamentais e não governamentais etc.) como aliadas dos movimentos de natureza revolucionária e com eles coexistirem abertamente. Eles fornecem energia entre si, visando à conquista e à transformação do regime político. Nesta sinergia, buscam manter inertes, sob pressão permanente e através de modificações estruturais, realizadas por meio de mecanismos da própria democracia e de "pressões" sociais, os segmentos que

podem reagir a essa nova metodologia. Coexistem, em nome dos próprios princípios democráticos! Assim o comunismo constrói sua trajetória atual.

Resta saber como o mundo hegemônico fixará limites a essa nova expansão, uma vez que há uma incompatibilidade entre os interesses do mundo central e os processos internos dentro das soberanias relativas que foram impostas aos países emergentes e às periferias econômicas no mundo. Exatamente onde os gramscismos mais se tornaram titulares do poder político! Além disso, estamos diante de uma nova ordem mundial onde a projeção de poder está sujeita não mais à simples oposição de óbices e antagonismos, quer por mecanismos econômicos, quer por ação de política externa e diplomacia, mas por ações militares unilaterais e à revelia da ONU.

Pelo menos quatro das motivações genéricas de intervenção militar presentes nessa nova ordem, envolvem as questões ideológicas e da globalização (governos antagônicos, terrorismo, controle de armas de destruição em massa e controle de fontes de energia e de água).

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Tenho dúvidas sobre essas questões de imagem e das pesquisas que as produzem, no caso de Instituições Nacionais permanentes. Apesar de ter exercido funções relevantes nesta área, não pretendo referendar os argumentos com base nesta experiência, mas em fundamentos lógicos.

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e basicamente sua vida orgânica se baseia em necessidades de segurança do povo e na defesa da herança histórica (território, povo e recursos).

Essas necessidades de segurança ocupam a base da pirâmide das necessidades humanas. Portanto, esse fenômeno social coloca a instituição militar em consonância com o povo. Sua vida vegetativa e o processo brasileiro de incorporação universal do serviço militar exportam para a sociedade valores intrínsecos de sua organização e da sua vida. Esses valores são os que menos se vê em outras instituições nacionais importantes, de natureza não permanente, como é o caso das organizações políticas, por exemplo.

Entretanto, são valores caros ao homem comum e integram o caráter nacional. Fato similar acontece com a Igreja que intermedia as relações religiosas do povo com a crença no Ser Supremo Universal que está na base majoritária da nossa população. Ela tem uma consonância com a cultura e a vontade popular. Essa imagem positiva não decorre, portanto, do que sobre elas é dito, ainda que massivamente. Nem do que a elas seja atribuído como agressões a outros valores que também são caros ao povo e fazem parte de seu caráter, no nível civilizatório em que esteja...

Ainda que uma propaganda intensa possa fraudar a imagem de uma Instituição, não consegue se sobrepor, no tempo, à sua realidade permanente que fluiu para o restante da sociedade. Por exemplo: um governo pode intensificar ao máximo a publicidade sobre seus esforços na área da saúde. A realidade dessa área é que vai prevalecer.

Imagem institucional não é um produto de mercado! É bem verdade que parte desse povo faz comparações entre o que era o País no período da tal "ditadura militar" e o que é hoje. Isto, também, neutraliza a deformação de sua imagem, por mais que haja esforço ideológico em sentido contrário. Não há como o adjetivo substituir o substantivo. É preciso atentar e admitir, de outro lado, que a "guerra das versões" pode reescrever a história, se nada ocorrer como reação. De um modo geral, é a versão que escreve a história.

Contudo, a razão fundamental para formação dessa imagem está na sociologia da Instituição Militar e não nas versões dos acontecimentos que não sofreram ainda o filtro da história. Não há, pois, e este é o alerta, razão para que as Forças Armadas sintam-se imunes ou preservadas em sua missão nem que descuidem dela. Menos ainda para que desconheçam a engenharia de poder (interna e externa) que sobre elas se projeta, comprometendo seus valores e sua destinação.

Por fim, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

A Contra-Revolução de 31 de Março é um episódio histórico com protagonistas e vertentes confrontantes, muito definidas no seu início e nem tanto no seu curso. Se por um lado ela foi capaz de mudar a face econômica do País, em um monumental e meritório esforço de desenvolvimento, ela não foi capaz de superar, por defeitos de nosso próprio caráter nacional (em gravidade maior nas elites), a dívida social do Estado Brasileiro com a Nação que o organiza.

Muitas variáveis concorrem para esse resultado. A complexidade e a multiplicidade da natureza dessas variáveis – suas causas e efeitos – tornam impossível uma análise, neste testemunho. Mas, é importante deixar gravado que, enquanto vivermos a divisão ideológica interna, nos moldes e profundidade que permanecem em nosso meio, jamais o Brasil poderá resolver a equação que traduz o fim da própria natureza do Estado – prover os meios para uma vida digna para a nação que o organiza!

Enquanto não entendermos que teremos que construir, com nosso trabalho, os fundamentos de um projeto nacional e enquanto nossas mazelas políticas não forem alijadas dos poderes formais que estruturam o Estado, não teremos solução. É de uma formidável e imensa reforma política e de costumes que precisamos, mais do que tudo.

Ciclicamente, seremos recolonizados por modelos externos e nisto perdemos o controle sobre nossa herança histórica, nela especialmente sobre nossos recursos, e sobre o nosso próprio destino. Por outro lado, enquanto não entendermos o mundo como ele é e criarmos mecanismos eficientes de defesa de nossos interesses, qualquer que seja o regime político, estaremos sempre na "área cinzenta" do mundo.

O primeiro passo, para tanto, é nos livrarmos de todos os herdeiros dos "entreguistas" que a elite nacional, ao longo do Império e da República, fartamente produziu entre nós. Eles existem à esquerda e à direita e para onde quer que se volte a busca. O segundo é abandonarmos as "utopias" de internacionalismos de qualquer espécie.

Só a produção de autos e as provas da história, neles diligenciadas nos vários campos, poderiam tornar mais clara a história oral que queremos transmitir, comprometida com a verdade histórica, às gerações futuras. Neste esforço, incluo o meu testemunho, certo de que ele não me pertence, mas ao futuro dos meus concidadãos.

Para isso, relembro Rui Barbosa em duas de suas manifestações, valiosas e oportunas:

"(....) o que a política e a honra nos indicam é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes. (....) Tenhamos sentido nos ventos que nos sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, incauta, ingênua, inerme, a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis. (....) Mas, o que lhe importa é que dê começo a se governar a si mesmo, porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua de governos que não escolhe. Um povo, dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio dos senhores, não pode aspirar seriamente, nem seriamente manter a sua independência do estrangeiro." *(Março de 1921 – Discurso aos Moços, aos Bacharelandos de São Paulo.)*

"O povo brasileiro sabe, enfim, que as Forças Armadas não personificam senão as grandes tradições da Pátria, na paz e na guerra, e os que não confiam nelas é porque têm razões para desconfiar da Nação.... Aqui está por que as prevenções palacianas se voltam hoje contra as Forças Armadas, ao mesmo tempo que nelas se concentram as esperanças liberais ... Com o instinto dessa missão nacional, com a consciência desse papel patriótico, as Forças Armadas não podem, e certamente, não hão de subscrever a sua própria extinção, e, muito menos, o aniquilamento pela desonra, pela calúnia, pela ilegalidade, pela proscrição, essa morte oral a que parece quererem condená-las antes de dissolvê-las." (*Diário de Notícias, de 9 de Novembro de 1889*).

Coronel Nelson Roberto Bianco

- Natural da Cidade de Curitiba, PR.
- Principais funções militares: Chefe da Seção de Informações da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1); Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Chefe do Grupo de Assessoramento Técnico de Defesa Química, Biológica e Nuclear; Membro do Grupo de Trabalho Interdisciplinar do Estado-Maior do Exército para o Desenvolvimento do Sistema de Direção de Tiro Computadorizado para Artilharia de Campanha e de Costa; Comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e Chefe de Gabinete do Centro de Avaliação do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).
- No exterior, foi observador do Exército na demonstração e na realização de testes de aceitação e recebimento do canhão antiaéreo 40mm L70, na firma Boffors, em Estocolmo, Suécia.
- Após passar para a reserva, exerceu a função de Diretor do Departamento Geral de Apoio Logístico da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- Em 1964, era 2º-Tenente, servindo no 3º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana.

Entrevista realizada em 26 de março de 2002.

Vamos dar início às nossas atividades, passando a palavra ao Coronel Bianco, nosso colaborador, para as suas considerações iniciais.

Gostaria de registrar, inicialmente, que é uma grande satisfação estar aqui colaborando para o Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964.

Várias abordagens poderiam ser propostas para a minha dissertação, no entanto, talvez seja mais interessante aguardar o início das perguntas, e prosseguir em seguida.

Desejo, também, aproveitar esse início de trabalho, para dizer da minha imensa alegria de tê-lo aqui conosco. Vamos aproveitar essa oportunidade para pedir ao Coronel Bianco que nos traga fatos por ele vividos, a sua experiência pessoal, nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenvolvimento.

Vou procurar fazer uma abordagem um tanto quanto possível cronológica dos fatos, porque me ocorreu que deveria tentar transmitir a experiência vivida naquela época por um jovem 2º-Tenente de Artilharia.

Como raízes desse Movimento, que veio a se constituir na Revolução de 1964, acho que temos que buscar as suas origens, para não nos afastarmos muito no tempo, em como o mundo estava vivendo após a Segunda Guerra Mundial.

Tínhamos, de um lado, os aliados defensores da democracia, e do outro, o eixo nazifascista, representado por Alemanha, Itália e Japão, visto como o máximo de totalitarismo. Já foi explorado num projeto de história oral, e que resultou numa obra maravilhosa, de valor imenso para o nosso País, uma Coletânea com oito Tomos.

A FEB (Força Expedicionária Brasileira), ao atuar na Itália, fez acender cada vez mais a chama de patriotismo, sacrifício e busca da liberdade. Todavia, a própria guerra fez com que a Rússia stalinista saísse vitoriosa ao lado dos aliados, combalida financeiramente, materialmente, no entanto com uma força muito grande na sua parte política, assim como na sua parte ideológica, representando o comunismo. Por isso, os grandes chefes da Segunda Guerra Mundial se preocupavam sempre em mantê-la como aliada, porém o mais afastada possível.

A expansão do comunismo resultou na criação da Federação Socialista Soviética Russa, mesmo porque, na expansão da guerra, todas as repúblicas vizinhas foram tomadas e englobadas, constituindo-se assim a federação.

Houve depois, pouco mais tarde, a atuação de Mao Tsé-tung, implantando o comunismo na China, e a semeadura de conflitos que vieram resultar na guerra da Coréia, Vietnã e outros menores. Na América, tivemos a eclosão do comunismo em Cuba, e também o início de tudo o que veio desaguar no Governo Salvador Allende, no Chile. O comunismo, como uma mancha vermelha sobre o mundo, estava se

tornando uma realidade cada vez mais presente. E, aqui no Brasil, qual seria o nosso panorama político, em função, como reflexo, de tudo isso que vinha acontecendo?

Talvez fosse o caso de dividir, apenas tentando ser um pouco didático. Como pensava a juventude civil? Como sentia, como pensava a juventude militar daquela época? Os civis estavam sendo submetidos a uma intensa propaganda comunista, atingindo os jovens de todas as maneiras.

Atingiam as escolas, as universidades, as reuniões sociais, os próprios barzinhos, tão populares na época, e poderia se dizer que, naquela época, ser comunista era bonito, era um modismo. E essas influências partiam de dentro das salas de aula.

Havia, em conseqüência, aqueles que, até por ideologia mesmo, acreditavam na utopia comunista, igualitária, justa, distribuindo igualmente riquezas, e faziam disso a sua profissão de fé. E havia aqueles inocentes úteis, que eram arrastados pelos que realmente acreditavam nessa teoria, nessa ideologia, e eram levados às mais diversas aventuras.

Começaram a surgir, então, grupos, conselhos, “aparelhos”, sendo esses atos todos financiados com dinheiro vindo de Cuba, da China, da Rússia, e a juventude mergulhou então nessa aventura, que seria a utopia representada pelo comunismo.

Por outro lado, como pensava a juventude militar? Os jovens alunos das escolas preparatórias, dos colégios militares e cadetes aprenderam a respeitar e a venerar todos os nossos companheiros que participaram da Segunda Guerra Mundial. Marcou muito essa geração as conquistas, as vitórias da FEB, e elas representavam, em última análise, o quê? A luta pela democracia, pela liberdade.

Não havia um só jovem militar daquela época que não venerasse essa linha de raciocínio, e que não se esforçasse ao máximo para ser, pelo menos, digno de pertencer à mesma Força Armada. Eu diria que a juventude militar se constituía numa juventude, entre aspas, limpa de contaminação.

Por outro lado, havia uma tentativa de infiltração nas Forças Armadas, estamos falando já da década de 1950, onde determinados episódios são relatados, até a própria quase demissão do Comando da 1ª Região Militar, do General Zenóbio da Costa, que finalmente veio a acontecer, e por quê? Porque se sentia que a infiltração estava sempre presente, e isso tinha que ser combatido. Então, havia, por parte da juventude militar, um consciente e permanente repúdio ao comunismo, que vinha, também, da Intentona Comunista de 1935, quando os comunistas mataram seus companheiros dormindo na tentativa de implantar o marxismo-leninismo no Brasil.

Quanto ao campo político, a partir do suicídio do Presidente Vargas, em agosto de 1954, os ecos daquele tiro vieram causar o início de uma instabilidade política, que ultrapassa os governos de Juscelino e Jânio Quadros.

Quando, apesar das grandes conquistas industriais daquela época, a indústria automobilística é um exemplo, da transferência do Governo para Brasília, e, depois, da esperança de milhões de brasileiros naquela vassourinha do Jânio Quadros, nele que se propunha a "varrer" toda a corrupção do País, que governava através de bilhetinhos e trajava *slakes,* como se fosse um contínuo, já que vivemos num país tropical – depois da fé na eliminação da corrupção –, deu-se a sua renúncia, isso foi uma torrente de água fria em todos os sonhos e pretensões políticas no País.

Naquela época, estou falando das décadas de 1950, 1960, alguma coisa, em função de todos esses acontecimentos, deveria ser tentada, para mudar uma forma de governo, já que elas não vinham dando certo, por que não uma experiência comunista totalitária? Era o pensamento político dominante da época.

Surge, então, o governo de um quase desconhecido político gaúcho, João Goulart, que, após a sua trajetória no Sul e como Ministro do Getúlio e do Juscelino, desponta e assume o Governo, sem carisma, sem presença.

No início daquela década de 1960, o Brasil era um campo fértil para mudanças ideológicas, e elas começaram a ocorrer, fruto daquela preparação desde os anos de 1950, e das infiltrações nas Forças Armadas.

Pouco a pouco, foram surgindo no Nordeste as manifestações mais organizadas, que, no caso, seriam as de Francisco Julião, com as "Ligas Camponesas", e no Sul, os "grupos dos onze", fomentados por Leonel Brizola, sob as vistas e concordâncias dos governos estaduais, e aí desponta a figura de Miguel Arraes. O que representavam essas ligas e esses grupos? Nada mais do que células de combate, treinadas e organizadas, prontas para emprego, quando e onde se fizesse necessário.

Essa atitude do governo, de não se posicionar contrário a essas organizações celulares, foi fatal para que nós todos entendêssemos qual o caminho que o País estava tomando. O Governo João Goulart não fazia absolutamente nada contra isso, fazia, sim, estimular as greves quase diárias, coordenadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que impediam a produção, porque ninguém conseguia se deslocar, uma vez que o setor dos transportes era o mais atingido pelo grevismo. Faltavam os gêneros de primeira necessidade... Surge, então, um clima de grande insatisfação contra esse governo, por parte não de todos, mas de um significativo segmento da população, consciente de que a situação se agravava a cada dia.

Governadores da época, como o Governador da então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, é um exemplo desse segmento insatisfeito, ao lado de outros governadores, como Adhemar de Barros e Magalhães Pinto. A Igreja, por sua vez, também estava dividida. Não tanto até 1964, mas a partir de 1968, fruto igualmente dessa propaganda, que atingiu o clero jovem, até mesmo por ser jovem, estimulado a con-

testar tudo e todos, e outros mais velhos, que alimentavam as suas esperanças, como é o caso de Dom Helder Câmara, que teve uma participação ativa dentro do que se convencionou chamar de "igreja progressista", muito atuante no período da luta armada que se iniciou, para uns, em 1966, com o atentado do Aeroporto de Guararapes, em Recife, e, para a maioria, em 1968, com dezenas de atentados a bomba e assassinatos, que levaram ao AI-5, e duraram até 1973, ano de enorme progresso econômico, mas que se caracterizou também, pela derrota dos terroristas comunistas no Brasil.

Por outro lado, havia aqueles que conseguiam vislumbrar o perigo do comunismo, claramente entendido como ateu; a Igreja, portanto, tinha duas vertentes: uma que era nitidamente a favor do movimento comunista internacional, e aquela que, ao se conscientizar que o comunismo poderia trazer sérios e graves prejuízos à religiosidade do brasileiro, se colocava no lado contrário.

O meio militar sentiu os efeitos, principalmente dessa infiltração comunista nos quartéis, nas três Forças Armadas. Vivíamos um clima de desconfiança, um clima, na esfera dos oficiais e sargentos, de perguntar quem é quem? Pairava no ar uma tentativa de aliciamento por uma causa ainda não definida.

Não se podia confiar em ninguém que, de repente, tinha o poder de oferecer benesses, via instituições financeiras dos governos estaduais ou federais, e através dessas benesses, contaminando, inicialmente, a moral, e, depois, o intelectual daqueles que eram os seus alvos.

Cito, como exemplo, a atuação, dentro do Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar (QG ACos/1), do então Capitão Eduardo Chuay. Naquela época, não tenho como provar, mas ouvi várias menções de que eram corrompidos militares através de empréstimos com juros subsidiados, para aquisição da casa própria e outras coisas, e, com isso, o Capitão Eduardo Chuay conseguia aliciar oficiais e sargentos para práticas escusas ao meio militar, que, mais tarde, iríamos verificar precisamente a sua verdadeira intenção.

Lamento dizer que esse nosso companheiro trilhou esse caminho, pagou por isto depois, no decorrer da Revolução, mas hoje está aí fazendo parte do governo.

É verdade, e ele já foi citado aqui em outras oportunidades, porque trabalhou sempre, como comunista convicto, pela comunização do nosso País.

Vamos ver se conseguimos passar algumas idéias sobre o clima geral da época que antecedeu a Revolução. Havia, sem qualquer dúvida, e seguindo uma verdadeira cartilha de guerra revolucionária, uma revolução em andamento; sentíamos que alguma coisa seria mudada na chamada ordem institucional. Os *slogans* apareciam como república sindicalista, república operária e outras. Nitidamente, sabíamos que elas conduziriam o Brasil, antes a um tipo de socialismo, talvez preparatório para o comunismo, a seguir.

Algumas reações começaram a surgir, por parte daqueles que constituíam a parcela da população que conseguia enxergar através da verdadeira cortina de fumaça lançada pelo Governo João Goulart, sendo dos mais expressivos os movimentos que levaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida inicialmente em São Paulo, e, depois, em Belo Horizonte. Com o respaldo daquele clero não contaminado e consciente, essas marchas representaram o primeiro movimento, a primeira reação da sociedade civil, estupefata com os atos praticados pelo Governo João Goulart, ou aqueles que ele deixava de praticar, até de propósito.

Vimos muitas senhoras de terço na mão, rezando.

Essas marchas reuniam milhares de pessoas, houve marchas dessas em que foi noticiado um milhão de pessoas participando delas, e o que elas faziam? Estavam procurando um rumo, estavam procurando um respaldo.

Era o povo, a população, mostrando claramente a sua aversão à anarquia, ao descalabro, ao caos gerado no Governo Goulart.

Exatamente. Uma das perguntas que poderia surgir é se houve auxílio externo, específico, ao Movimento revolucionário que viria a eclodir? Não é do meu conhecimento, não acredito que tenha havido. Penso que o Movimento de 31 de Março surpreendeu os Estados Unidos, inclusive o Embaixador Lincoln Gordon e o Vernon Walters, que era o Adido, recentemente falecido.

O próprio Vernon Walters declarou, com extrema clareza, que os Estados Unidos não tiveram a menor participação, acompanharam sim, é claro, com a responsabilidade que os seus cargos exigiam. O que ele disse, em entrevista, foi: "O que eu sabia, qualquer pessoa atenta, qualquer observador atento, também sabia, porque os jornais estavam mostrando."

Essa minha abordagem sobre o clima reinante é exatamente para desaguar na afirmação de que graças ao movimento civil que clamava por alguma providência, a classe militar, as Forças Armadas, em particular o Exército, realmente tomaram consciência de que alguma coisa tinha que ser feita, era preciso dar um basta ao clima de anarquia que existia naquela época.

O País, já que falamos em clima de anarquia, desde o início de 1964, fins de 1963, era uma verdadeira – desculpem a expressão – bagunça. Eram greves, piquetes, paredes, problemas constantes no Porto de Santos...

As greves impediam que tudo acontecesse. Na área estudantil, a UNE (União Nacional dos Estudantes) fazia coisas que nos deixavam estarrecidos, de enfrentamentos aos poderes constituídos. Naquela época, vale lembrar, o presidente da UNE era o atual candidato do PSDB à Presidência, um agitador contumaz. E, na área trabalhista, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) tinha uma força imensa.

Dante Pelacani, seu secretário-geral, mandava e desmandava.

Tinha uma força imensa de aglutinação da massa trabalhadora, e faziam greves por qualquer motivo, inclusive as famosas greves de solidariedade e outras greves.

Somente no Estado de São Paulo, no ano de 1961, realizaram-se 1.700 greves, conforme registrou Luiz Jover Telles, um dos elementos radicais da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em seu artigo O Movimento Operário em 1961*, o que está mencionado no livro "A Grande Mentira", do General Agnaldo Del Nero Augusto. Eles realmente paravam o País.*

Paravam o País. O que acontecia dentro dos quartéis, em decorrência desse clima de instabilidade? Vivíamos de prontidão, eram prontidões seguidas, algumas delas duravam 10, 12, 15 dias e isso vivemos intensamente no Forte de Copacabana, porque a tropa federal, em presença de uma greve que estava se alastrando, de grandes proporções, recebia dos nossos chefes militares ordens para se aquartelar e se preparar para intervir. Então, de um lado era a anarquia, do outro lado, eram as tropas em prontidão, o que configurava um período muito difícil de ser vivido.

Dentro desse clima, as condições para que tivesse uma reação estavam todas sendo reunidas, na sociedade civil, no meio militar, e contra algo que ainda não se sabia exatamente o que era, mas de uma coisa tínhamos certeza: do jeito que estava não poderia continuar.

Assim, entro no tópico que seria a participação do Forte de Copacabana nos acontecimentos de março de 1964.

Antes, gostaria de apresentar algumas fotos que o senhor trouxe. Esta mostra toda a oficialidade do Forte no dia da Revolução, tendo à frente o nosso saudoso Coronel Arídio Brasil, Comandante, aqui está o hoje Coronel Bianco, grandes amigos estão aqui, também está o Coronel Sampaio que esteve aqui fazendo a sua entrevista.

Aqui tem uma outra foto que mostra uma parte desses oficiais do 3º GACos (Grupo de Artilharia de Costa), o Forte de Copacabana.

Em frente ao Quartel-General da Artilharia de Costa (QG ACos/1), onde houve o problema. O Coronel Montagna, depois General, adentrou e tomou o QG ACos/1, não o Forte de Copacabana, que, por sinal, apoiou inteiramente a Revolução de 1964. É valioso para nós do Forte que esse aspecto seja destacado.

Aqui temos um boletim da época, em que aparece a retrospectiva dos acontecimentos que envolveram a Unidade e a Ordem do Dia do Coronel Arídio Brasil, que conta a história, de forma sintética, da participação do Forte de Copacabana.

Agora gostaria de mostrar essa mesma foto que apresentamos antes, publicada em O Globo*, de setembro de 1964, e onde ele escreve: "O Forte do heroísmo", e destaca, portanto, a importância da Revolução, para que o Brasil voltasse aos trilhos*

da democracia. Então, veja a posição, na época, que é possível ver, pelo que está aqui escrito, de O Globo, *destacando a Unidade pela sua participação, e citando nominalmente todos os oficiais.*

Finalmente, vou aqui mostrar um organograma, a estrutura organizacional do Forte de Copacabana, que mostra o que era o Forte, as suas diversas seções, o que compreendia em termos de material de Artilharia, não só de canhões, mas também de projetores e de um radar.

Penso que pude fazer um preâmbulo, para que o Coronel Bianco aborde, agora, o Forte de Copacabana, que hoje reúne a função de Museu do Exército, porque ali estão, na verdade, relíquias muito caras para nós, militares, guardadas para que o público interno e externo as conheça.

Vamos poder apresentar essa transição do desgoverno Goulart para o governo sério de Castello Branco. E vamos nos valer de documentos que o próprio Coronel Bianco nos traz para ilustrar essa transformação de um País, alijado pela ação nefasta dos comunistas, no Brasil sério, implantado com a Revolução de 1964.

Por certo, o Coronel Bianco, com seus arquivos, ajudará muito a caracterizar bem essa época de implantação do primeiro governo revolucionário, o Governo Castello Branco.

A Artilharia de Costa da 1ª Região Militar (ACos/1), na década de 1960, era uma Grande Unidade de uma tremenda importância. Tinha o seu Quartel-General e dois Grupamentos de Unidades, chefiados, cada um, por um coronel antigo.

O Grupamento de Leste era composto pelas Unidades sediadas em Niterói: o Forte Barão do Rio Branco, o Forte São Mateus ou Forte do Pico, a Fortaleza de Santa Cruz, o Forte Imbuí, e pelo Controle de Minas à Distância, que atualmente é o paiol da Região Militar.

O Grupamento de Oeste congregava as Unidades do Rio, ou seja: Forte da Laje, Fortaleza de São João, Forte do Leme, 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM), no Leblon, e o Forte de Copacabana.

Havia na Artilharia de Costa um plano diretor, muito bem elaborado, onde o General Comandante da ACos/1, através do acionamento dos seus Grupamentos de Oeste ou Leste, ou os dois, teria todo o comando sobre o fogo das suas Unidades.

É correto dizermos que, na época da Segunda Guerra Mundial, não haveria como penetrar na Baía de Guanabara, graças ao poder de fogo da sua Artilharia de Costa. Realmente, se hoje, passados tantos anos, visitarmos algumas dessas Unidades, além da aula de história, veremos que era uma Artilharia de respeito.

Vou tentar fazer uma caracterização da área do Forte de Copacabana e 3º GACos, porque tudo o que aconteceu, em termos da Revolução de 1964, tem a ver com as diversas instalações e os diversos pontos do Forte de Copacabana.

Ela se estendia – hoje não é mais assim – desde a Praia do Arpoador, passando por uma área que era ocupada pela Bateria de Projetores e, através de uma pequena estrada de terra batida, subíamos um pedaço do morro, passávamos pela chamada cota 40 – onde na época da guerra havia um projetor de grande alcance instalado – e através dessa mesma estrada, passando pela parte de trás dos prédios da Rua Francisco Otaviano, passava-se atrás do QG ACos/1, até chegar à área do estádio do Forte de Copacabana.

A Bateria de Projetores teve um papel importante na Revolução, uma vez que ela possuía duas entradas e saídas independentes, uma pela Praia do Arpoador – se não me falha a memória, Rua Francisco Bhering – e a outra pela Rua Francisco Otaviano. Era uma área bastante grande, com duas Seções de Projetores, a quatro peças cada uma, e que também abrigava a nossa Seção de Manutenção e Transportes.

Se nós nos deslocarmos de Ipanema para o Posto Seis, pela Rua Francisco Otaviano, vamos encontrar, depois dos prédios residenciais, à direita, um casarão adaptado, que tinha até um pequeno jardim na frente e um muro baixo, apenas com uma guarita, que era exatamente o QG ACos/1 – hoje é o Hotel de Trânsito do CML (Comando Militar do Leste).

Prosseguindo vemos, após a entrada do Forte de Copacabana, uma pequena vila com residências de oficiais; pelo lado esquerdo da Rua Francisco Otaviano, na junção com a Avenida Atlântica, que é em curva, tínhamos, naquela época, o Corpo Marítimo de Salvamento do Rio de Janeiro, que pertencia ao Corpo de Bombeiros, e o Clube Marimbás, que ainda existe até hoje.

No lado contrário, onde se encontra o Hotel Rio Atlântica, ficava o prédio da TV Rio, Canal 13, que era uma TV importante naquela época, num prédio de três ou quatro andares, cujas varandas se voltavam para o Forte de Copacabana, e ali dentro eles tinham estúdios, e todos os equipamentos, inclusive as antenas de transmissão, no telhado.

Havia uma chamada guarda avançada do Forte de Copacabana, que nada mais era do que sentinelas, postados onde hoje ainda estão, próximos, portanto, ao QG ACos/1, e o Corpo da Guarda na outra extremidade da chamada Praça Coronel Eugênio Franco, número 1, que era o endereço do Forte de Copacabana.

Essa Praça Coronel Eugênio Franco faz limite com o Clube Marimbás, com a vila de oficiais, e tem, junto a ela, a entrada de uma quadra poliesportiva do Forte de Copacabana. Este é, portanto, o cenário onde vão se desenrolar os acontecimentos do Forte de Copacabana.

O Forte era uma Unidade de Artilharia de Costa, fixa, *sui generis,* porque possuía as seções normais de um Estado-Maior: 1ª (encarregada do pessoal), 2ª (encarregada das informações), 3ª (encarregada das operações) e a 4ª (encarregada do ma-

terial), o subcomandante, o tesoureiro, o almoxarife, o aprovisionador, o médico, o dentista, o oficial mobilizador etc. Na parte referente às suas Baterias, tínhamos: a 1ª Bateria de Canhões 305mm, Krupp, com a Seção de Levantamento e Observação, a Seção de Câmara de Tiro e a Seção da Cúpula 305; a 2ª Bateria era a da cúpula 190mm, com as mesmas seções, e ainda era encarregada de guarnecer as chamadas torres eclipses, que eram canhões Krupp, de 75mm, manejados apenas através de contrapesos, para fazer a defesa aproximada do Forte.

Essas duas baterias tinham postos de observação, estações de levantamento fixas, em casamatas construídas nos morros da Babilônia, no Leme; Cantagalo, em Copacabana; e Dois Irmãos, no Leblon.

Portanto, durante os nossos exercícios, ou num caso real, essas estações de levantamento eram ocupadas pelos elementos das duas Baterias, para que o Comandante da Artilharia de Costa pudesse decidir qual o material a empregar, se o 190 ou se o 305.

Tínhamos a Bateria de Comando e Serviços (BCS), com suas seções normais, porém havia uma Bateria de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm, constituída com duas seções, a quatro peças, e além disso um radar de tiro, radar MK7. Era uma Unidade de Artilharia de Costa, fixa, que possuía uma Bateria de Canhões Antiaéreos 40, para a sua defesa, com um radar de tiro. Uma coisa que não se encontra, normalmente, em qualquer organização.

E tínhamos, finalmente, a 4ª Bateria do Forte, a Bateria de Projetores, localizada nessa área que hoje é a Praça Garota de Ipanema. Essa Bateria possuía duas Seções de Projetores *Sperry Rand,* cada uma delas com quatro projetores, e a nossa Seção de Manutenção e Transportes.

Essa estrutura do Forte de Copacabana nos facultava o cumprimento de um sem-número de missões, tanto poderíamos fazer os tiros de costa, como poderíamos fazer os tiros antiaéreos, ou até os tiros diretos, com o canhão 40, de extrema precisão. Vale dizer que a Bateria 305 também pode atirar para a parte terrestre do Rio de Janeiro, tendo alcance e elevação para vários pontos importantes da cidade.

Com relação às edificações, ao aquartelamento, do Forte de Copacabana, nós, daquela época, o dividíamos em quartel de paz e fortificação; para nós quartel de paz era tudo aquilo que reunia o comando, a administração, a parte de aprovisionamento, os gabinetes médicos e odontológicos, incluía os prédios do Forte que abrigavam os alojamentos e vestiários da 1ª Bateria, a 305, da 2ª, a 190, da BCS (Bateria de Comando e Serviços), da Bateria de Projetores, da Bateria de Canhões 40, com seus respectivos parques.

Quando falávamos em fortificação, excluíamos toda essa área edificada, e que poderia até ser destruída num caso de guerra, porque a fortificação pode sub-

sistir por si própria. É uma formidável construção de concreto, ferro e aço, cujas paredes frontais medem 12m de espessura.

Essa couraça vai diminuindo, mas nem tanto, à medida que chegamos para a parte de trás da entrada da fortificação. As duas Baterias que lá estão aquarteladas, a 305 e a 190, têm uma organização semelhante, ambas têm o seu próprio paiol, o seu sistema de direção e elevação, elevadores para munição e a cúpula propriamente dita.

Cúpula entende-se por uma estrutura em aço maciço, com dois canhões que atiram simultaneamente; a fortificação contém ainda as câmaras de tiros, que são os cérebros, onde são feitos os cálculos do tiro das duas baterias, e os paióis específicos para as munições 190 e 305.

É muito importante frisar que, uma vez fechada a fortificação, eu me arrisco a dizer que ela é inexpugnável, por quê? Existe uma imensa cisterna d'água, permanentemente completa, para abastecer toda a fortificação, existem banheiros, alojamentos, áreas para rancho, tudo dentro da própria fortificação, inclusive uma Seção de Manutenção e Oficina, e há uma coisa muito importante: a fortificação é independente em energia elétrica, há dois grupos geradores a diesel, que eram manutenidos por um funcionário muito dedicado, e hoje ela até se chama Usina Funcionário Fernandes. Esses dois grupos geradores têm a finalidade de fornecer energia para toda a fortificação, e para todos os seus equipamentos que faz com que através do conhecido princípio da física, de que a pressão sobre o líquido se distribui com igual força, em todos os sentidos, instantaneamente, todo o circuito hidráulico seja acionado mediante essa tremenda pressão, exercida por esse peso em cima do fluido. Assim é possível movimentar a cúpula 305mm tanto em direção, quanto em elevação, fazer o carregamento com os elevadores e o soquete de carregamento, através da força hidráulica. Basta para isso abrir e fechar válvulas.

Existe também, no caso da cúpula 305, o acionamento manual, onde a guarnição fazia um "bocadinho" de força, mas através de engrenagens muito bem estabelecidas, muito bem colocadas, teríamos condições de, no caso da falência do sistema hidráulico, fazer o acionamento manual. Já a cúpula do 190mm tem apenas o funcionamento manual. São particularidades, peculiaridades, muito interessantes, do Forte de Copacabana, que estão lá para quem quiser visitar e conhecer.

Uma consideração interessante e muito importante, até na história da Revolução, é que essas estações de levantamento e postos de observação, dos morros Babilônia, Cantagalo e Dois Irmãos, eram ligadas ao Forte de Copacabana por telefone comum, telefones da Companhia Telefônica Brasileira, na época.

Então, assim como havia um telefone na residência de uma determinada pessoa, as mesmas linhas telefônicas, que eram permanentes, eram instaladas e quando

necessário, manutenidas, pela própria CTB, e essas ligações telefônicas demandavam as duas câmaras de tiro, e nós nos ligávamos por telefone, quando dos exercícios, com essas estações de levantamento do alvo.

Após a descrição do cenário, vou passar a relatar o que vivi pessoalmente, nos episódios da Revolução de 1964, ao lado de todos os demais companheiros do Forte de Copacabana.

A minha contribuição foi muito pequena, de um jovem 2º-Tenente que veio, pouco a pouco, tomando consciência da gravidade da situação que estávamos vivendo.

Apresentei-me pronto para o serviço, no Forte de Copacabana, no dia 4 de novembro de 1963. Apesar de estar chegando do Rio Grande do Sul, onde eram intensos os comentários a respeito de legalidade, e onde, inclusive, eu tivera a oportunidade de assistir a um comício comunista, na cidade vizinha, uruguaia, de Rivera, onde o partido comunista era legal.

As minhas primeiras preocupações ao chegar no Forte de Copacabana, apesar de já vir recebendo *inputs* das coisas que estavam acontecendo, eram de ordem profissional, não estava muito preocupado com a parte política, confesso.

A subunidade a que pertencia, além das atividades normais, ligadas à Artilharia, seria a encarregada do controle de distúrbios civis e, para tanto, recebemos a incumbência de nos prepararmos no mais curto prazo.

É evidente que já havia alguma intenção do Comando do Forte, em contar com uma tropa especializada em controle de distúrbios, porque ela seria a primeira a ser empregada, em qualquer circunstância.

Embutida nessa instrução de controle de distúrbios civis, na realidade, estava toda uma preparação que nos tornava uma Bateria de ataque; tínhamos os nossos pelotões muito bem organizados, todos eles à base de cabos e soldados do núcleo-base (soldados mais antigos) – os recrutas estavam para chegar ainda – e nós nos dedicávamos muito à instrução desses jovens, com o apoio dos nossos sargentos.

Eu comandava um pelotão, o Tenente Sampaio comandava outro, e nós tínhamos uma estrutura completa de comunicações, até apoio médico, que levávamos quando dos nossos treinamentos. Uma das nossas tarefas era exatamente como atuar nas proximidades do Forte de Copacabana, num caso de conflito, em que o Forte viesse a ser ameaçado por alguma multidão, alguma turba etc.

Naquela época isso passou a ser muito relevante, porque o Exército voltado, exclusivamente, para a guerra externa, começou a conviver com um novo quadro, que era justamente o da defesa interna.

Sim. E possuíamos até alguns materiais sofisticados, como um espargidor de gás lacrimogêneo, que era umas das nossas grandes armas, porque lançava o gás a

uma distância ponderável. As minhas preocupações com a Artilharia de Costa continuavam, mas tiveram que ficar num plano mais ou menos secundário, já que tínhamos que começar a enfrentar a defesa interna. Lembro-me de que, motivado por isso, por essa nova postura do Forte, comecei a olhar um pouco mais para fora do Forte, do Estado da Guanabara, naquela época, para poder entender melhor o Brasil. Foi aí que comecei, realmente, a me dar conta do quadro que estávamos vivendo.

É evidente que o Forte de Copacabana, através dos seus oficiais superiores, a partir do Coronel Arídio Brasil, tinha alguma coisa em mente, e precisava levantar, saber com quem poderia contar; começamos a ser alvo de algumas indagações, não muito ortodoxas no meio militar, querendo levantar a nossa ideologia, às vezes sutilmente, outras vezes nem tanto, mas me lembro de que fui um dos pesquisados.

Era muito difícil para um 2º-Tenente tomar uma posição, porque, afinal de contas, qualquer ato contra o Governo João Goulart seria um ato de insubordinação, seria afrontar o Comandante das Forças Armadas, seria ir contra a Constituição, seria ir contra tudo aquilo que nós tínhamos aprendido.

Mas, graças a muitas conversas, à orientação de outros oficiais, rapidamente nos conscientizamos de que, se isso tivesse que ser feito, seria feito. Foi muito difícil tomar essa decisão, dúvidas internas nos assaltavam às vezes, conversávamos entre os oficiais subalternos e, finalmente, nos pronunciamos favoráveis a que, se houvesse necessidade, poderiam contar conosco.

Há uma outra abordagem que gostaria de fazer, sobre os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de Março. Eu diria que desde o início de 1964, uma série de acontecimentos vinham sendo notados e executados: aquelas mesmas greves, as manifestações estudantis, as manifestações operárias, e o clima de agitação e de perturbação da ordem continuava o mesmo, só tendendo a piorar, porém gostaria de destacar três fatos:

Houve um comício na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, esse comício posso dizer que foi um comício às claras, ali o Governo João Goulart, o próprio Presidente, disse para quem quisesse entender que, realmente, o governo democrático, da maneira como vinha sendo exercido no Brasil, não estava dando os frutos necessários, que havia necessidade de fazer uma mudança, e aí deram vivas ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), à república sindicalista, vivas à república operária etc. etc. Isso aí marcou profundamente a população civil, que já estava assustada, e que passou para o estágio seguinte, de "quase apavorada".

Houve, no entanto, uma particularidade que não me esqueço, o Forte de Copacabana recebeu ordem de deslocar uma das suas Seções de Projetores, para embelezar o comício da Central. O então Tenente Mello, que era o comandante dessa Seção de

Projetores, se "mordeu de raiva", mas lá foi ele acender os seus projetores, e cumprir a missão que tinha sido destinada ao Forte. Logo depois, iríamos "dar o troco".

O segundo episódio envolve a nossa Força irmã, a Marinha, que foi a revolta dos marinheiros. É quase que impossível descrevermos o grau de baderna, a ousadia, a falta de disciplina, a coragem até de enfrentar todas as autoridades que tentaram fazer alguma coisa para coibir aquele estado de coisas; o "famoso" cabo Anselmo enfrentou todas elas, tomou conta do sindicato, armaram acampamento lá dentro, apoiado pelo tal Almirante Aragão, que era o Comandante dos Fuzileiros Navais, endeusado como se fosse um herói da Marinha.

"Almirante do povo", um dos promotores da mazorca que marcou tão negativamente nossa Marinha de Guerra.

Era isso. Esse era o estado de coisas. Aquilo deixou o Brasil inteiro perplexo, aí o governo juntou-se aos rebelados de João Goulart, destituindo o Ministro da Marinha, o então Almirante Silvio Mota, e nomeou para Ministro da Marinha um almirante da reserva.

Bem velho, senil, o tal Paulo Mário.

Bem idoso, Presidente do Tribunal Marítimo, quer dizer, era para "degolar" de vez o Comando da Marinha.

O almirante destituído tinha punido os marinheiros rebeldes, por isso é que ele caiu.

Exatamente, destituiu.

Jango considerou a punição dos marinheiros inaceitável, anistiando, inclusive, os sublevados.

Isso significa que os pilares nos quais se sustentam as Forças Armadas, estavam seriamente abalados, principalmente a disciplina que deixou de existir.

Finalmente, houve a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, situado aqui no Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, onde havia muitos sargentos aplaudindo freneticamente João Goulart, mas havia oficiais também, e muitos elementos da Polícia Militar. Enquanto essas demonstrações de total indisciplina, de arrogância, e até de enfrentamento do poder constituído, deixavam a população cada vez mais assustada, começavam as Marchas da Família com Deus pela Liberdade; essas marchas aconteceram em São Paulo, na capital e em várias cidades do interior, e em Belo Horizonte. No Rio, não teve tempo de acontecer, depois explicaremos o porquê.

O que me impressiona até hoje é que certos oficiais, que comandavam Unidades, na época, nem com tudo isso, entenderam que não era mais possível continuar apoiando o governo da mazorca, como deve ficar conhecido o Governo Jango em nossa história.

Isso fez com que, finalmente, as Forças Armadas, e eu diria, em particular o Exército, "acordassem" para a necessidade iminente de que alguma coisa precisava

ser feita. O comício de 13 de março, a sublevação dos marinheiros e a reunião dos sargentos, com Jango, no Automóvel Clube do Brasil foram as três gotas que fizeram o copo transbordar, no meu entendimento.

Vejamos, então, agora, como o Forte de Copacabana se preparou para um possível acontecimento.

Ante a evidência de que alguma coisa iria acontecer, o Comando do Forte de Copacabana resolveu intensificar as instruções de defesa do aquartelamento. Desencadeou, então, um plano de defesa, um plano de proteção, e começou a fazer um estudo tático de onde colocar o seu armamento, principalmente na parte referente aos canhões 40 e metralhadoras .50 (ponto 50), que nós tínhamos em grande número, para que pudessem propiciar uma boa defesa.

Assim, além das cúpulas de 305 e 190, tínhamos os nossos canhões 40, que devido ao seu alcance, cobriam toda a Avenida Atlântica, até a entrada do Forte. A esta altura já não havia mais nenhuma cerimônia em falar e preparar a defesa, abertamente, para alguma coisa que viria, só não sabíamos quando e onde.

Aconteceu, nesse período, um fato que reputo interessante: eu preparava a câmara de tiro, porque as instruções de artilharia de costa continuavam, para uma das instruções, quando tivemos um problema de comunicações; como já disse, eram linhas da Companhia Telefônica Brasileira.

Os nossos sargentos especialistas tentaram resolver, faziam cheques pelos pares de comunicações, e até aquele momento não tinham obtido sucesso. Quando eles saíram, num determinado intervalo, peguei o combinado telefônico de testes, e comecei também: vamos ver se eu consigo alguma coisa. E, depois de várias tentativas frustradas, comecei, aleatoriamente, a pegar um terminal de cima, um de baixo, um do meio e tal, e eis a minha surpresa, quando ouço uma conversa telefônica.

Eu tinha interceptado, simplesmente, um telefonema do General Comandante da Artilharia de Costa e, exatamente, uma das frases que ouvi foi: “Aqui quem fala é o General Comandante da ACos/1.” Tomei um susto porque, sem querer, e fora dos pares normais de ligação, tínhamos interceptado o telefone do General do QG ACos/1.

Era um ponto a nosso favor porque, a partir daí, teríamos condições de saber tudo aquilo que estava sendo falado entre o QG e os locais que a ele se ligassem.

Para tanto, comuniquei ao nosso Comandante que, por acaso, havia descoberto isso, e foi instalado então um posto de escuta, com um telefone de campanha, que saía daquele terminal, e ia direto para o nosso Oficial de Informações; passamos a monitorar, portanto, o QG da Costa.

Esse é um fato que quase ninguém conhece, só quem estava lá.

Passamos inclusive a guarnecer esse telefone, normalmente por oficiais, e, bem próximo à eclosão do Movimento, eu e o então Tenente Sampaio passamos uma noite dentro da câmara de tiro, com fone no ouvido, o bocal tapado com estopa, tentando ver se alguma comunicação seria estabelecida. O Tenente Sampaio se lembra bem disso, mas disse que esqueceu de relatar quando aqui foi entrevistado.

Lembro-me também de um fato que marcou muito. Vivíamos aquele clima de freqüentes prontidões, longas, e, de vez em quando, um terço do efetivo era liberado para ir em casa, naquela época eu era solteiro, aliás eu era "laranjeira" (militar que mora no quartel) no Forte de Copacabana, e fui à casa dos meus pais, para estar lá com eles, almoçamos juntos, e tínhamos ordens expressas de não fazer qualquer comentário sobre as atividades do Forte, fosse com parente, fosse com amigos, não deveríamos comentar nada.

Mas me lembro, como se fosse hoje, de que o meu velho pai, velho general, deve ter sentido no ar que alguma coisa iria acontecer e, após o almoço, quando estávamos nos despedindo, ele me abraçou e disse assim: "Meu filho, faça o que tem que ser feito, desde que seja de acordo com a sua consciência de militar e de cidadão. Deus lhe abençoe." Aquele momento teve um sabor de despedida.

Aí chegamos na eclosão, no dia 31 de março de 1964.

Faço idéia a preocupação de um pai naquele momento difícil em que não se sabia o que iria acontecer.

Ele sentiu que alguma coisa estava por acontecer.

É uma interrogação, inclusive que forças teríamos pela frente, uma vez que já tínhamos nos decidido contra aquela baderna...

Podia acontecer de tudo. Possivelmente, se a Revolução não tivesse sido vencedora, nem eu nem o companheiro estaríamos aqui juntos hoje. Haveria muito sangue se a vitória ficasse do lado de lá.

Basta dizer que em Cuba foram 17 mil pessoas eliminadas pelo ditador Fidel Castro, que há 43 anos está no Poder; não há eleição direta nem indireta.

E aqui no Brasil, fazendo só um parênteses, reclamam da "ditadura", da "ditadura militar", que nunca houve, agora, lá em Cuba, o homem está há mais de quarenta anos e a esquerda cínica não diz que é ditadura.

Sobre a eclosão do Movimento propriamente dito, ofereço, como uma fonte comprobatória, o boletim datado de 14 de abril de 1964, onde o nosso comandante, Coronel Arídio Brasil, expõe resumidamente os acontecimentos que envolveram o Forte de Copacabana.

Essa ordem do dia foi lida perante todo o Forte de Copacabana, em forma, e teve o "sabor" de uma prestação de contas do comandante, agradecido a todos os

integrantes da Unidade. Essa é a minha fonte de referência. Há ainda algumas observações pessoais dos fatos que envolveram o Forte de Copacabana naquele dia. No dia 30 de março, mantivemos a interceptação telefônica do QG ACos/1, e no dia 31 de março fizemos a tomada do dispositivo de defesa do aquartelamento, simulando um treinamento, e esse dispositivo ficou montado, com os canhões 40 em posição e as metralhadoras .50 nos pontos dominantes.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, houve contatos com a direção – os chamados comodoros – do Clube dos Marimbás, e eles nos autorizaram a que ocupássemos o Clube, com todos os riscos que poderiam ocorrer, e nós postamos nas suas varandas, nos seus pontos mais elevados, uma série de metralhadoras Madsen, que eram da BCS.

Queria mais uma vez enfatizar que foi uma revolução da população do Brasil, e que nós fomos obrigados a participar dela, porque o Exército só entra depois que o povo dá o sinal de que é hora. Então, é lamentável que hoje queiram esconder isso, é a grande mentira; o Marimbás autorizou o Forte de Copacabana levar as suas metralhadoras para o seu interior, incorporando-se à Revolução como já fizera o povo brasileiro.

E as metralhadoras pernoitaram dentro do clube.

Na parte da manhã, bem cedo, soubemos que haviam chegado os oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) que tinham sido contatados pelo nosso Comandante, como reforço para o Forte de Copacabana.

Esses oficiais se deslocaram de diversos pontos, usando vários automóveis e o nosso ponto de reunião era exatamente na Bateria de Projetores, onde podíamos entrar – como já expliquei – por duas vias diferentes, ou pela Praia do Arpoador ou pela Francisco Otaviano, e coube a mim e ao Tenente Mello a missão de pegar esses oficiais, através da cota 40, e conduzi-los, com muita discrição, cuidado e cautela, uma vez que nós passávamos atrás do QG ACos/1, e esses oficiais foram introduzidos no Forte de Copacabana; lá se irmanaram aos nossos oficiais e foram um inestimável reforço de estado-maior, para o nosso Comandante, Coronel Áudio Brasil.

Eis que, depois de várias viagens levando esses oficiais, no final eles totalizavam 26, recebo ordem de pegar mais dois retardatários; ao passar pela cota 40, sou surpreendido pelo então Capitão Eduardo Chuay, que se fazia acompanhar por dois sargentos, armados de metralhadoras de mão, que me perguntou o que eu estava fazendo na cota 40, àquela hora da manhã.

A única coisa que me ocorreu foi dizer que eu cumpria ordem do subcomandante, e estava fazendo uma ronda; a desculpa foi aceita, dei as costas para esses três militares e segui o meu caminho, crente que ia levar um tiro pelas costas, tive a sensação – graças a Deus, apenas a sensação – de que alguma coisa iria

acontecer, e, depois, nunca desci a cota 40 tão depressa, para chegar até aos dois companheiros da ECEME.

Quando os encontrei relatei que não podíamos voltar pela cota 40, tinha sido descoberta a infiltração do pessoal, e a única solução seria usar o meu carro, como se eu estivesse voltando de alguma missão: O meu carro, felizmente, não foi parado, passamos em frente ao QG, e depois entramos no Forte. Deu certo.

Então, o Chuay era da Costa.

Ele era Capitão do QG ACos/1, lá conseguiu contaminar vários sargentos, e acho que acabou por envolver o próprio general.

Terminada essa tarefa, reassumi o comando do meu pelotão e, como eu disse, o Tenente Sampaio era o comandante do outro pelotão, e a nossa missão foi guarnecer a Praça Coronel Eugênio Franco.

Então, em 1º de abril os nossos pelotões entraram em linha ou em linhas sucessivas, com a missão de ninguém passar por ali. Pessoal pronto, armado, municiado, instruído, sem qualquer problema.

Nesse mesmo dia começou a fase do diálogo entre o QG ACos/1 e o Comando do Forte. O General Moraes, Comandante da Artilharia de Costa, mandou chamar o Coronel Arídio ao QG, e este se recusou a comparecer. Aí, sucessivamente, vieram o Chefe do Estado-Maior (CHEM) e depois o próprio General.

O CHEM era o Rubens Alves de Vasconcelos?

Não me lembro do nome todo dele.

Só estou citando porque ele foi meu comandante em Itu, em 1962, servi com ele um ano e pouco e sei que ele foi para lá, parece que era o CHEM, porque ele era bem antigo.

A memória não está me favorecendo, não me recordo.

Aí, vivi uma situação muito constrangedora, porque, nesse momento, era o meu pelotão que estava barrando a entrada do Forte de Copacabana, quando vem o general, que não falou nada, mas olhou para o meu rosto com aquele olhar de reprovação, ele tinha assinado a minha proposta para vir para o Forte, ele sabia disso e eu também, e tive então que dar ordem ao pelotão para eles abrirem uma brecha, a fim de que o general pudesse entrar. Foi extremamente constrangedor enfrentar essa situação, mas, naquele momento, tudo estava lançado, não havia mais razão de mudanças.

Por volta de meio-dia, o meu pelotão foi substituído pelo do Tenente Sampaio; entrei em reserva na quadra de esportes, e ficamos aguardando uma hora propícia para o almoço. Eis que começou aquela confusão em frente ao QG ACos/1, que não sabíamos o que era, que foi a ação do Coronel Montagna, que, de tão surpreendente

que foi, surpreendeu a nós próprios, que não sabíamos que ele iria tentar uma atitude assim tão intempestiva, e tão de surpresa.

O Capitão Getúlio, o Tenente Sampaio e eu nos encontramos nas imediações de um monumento de mármore aos "18 do Forte", e, no meio daquela confusão, disse assim: "Vou lá ver o que é." O Getúlio não teve tempo de me impedir de sair, e eu me protegi da forma como pude, no muro da vila de oficiais, pela parte de fora, e consegui constatar que realmente alguém, eu imaginei também que seriam companheiros da ECEME, estavam tentando tomar, de qualquer maneira, o QG ACos/1.

Então sinalizei para a nossa tropa que estava tudo bem, que não era nada contra o Forte de Copacabana, confesso que, de momento, não identifiquei o Coronel Montagna, mesmo porque eu não o conhecia pessoalmente. Aí, nesse momento, foi possível aos oficiais do Forte de Copacabana já alertados, inclusive por alguns tiros que aconteceram lá, virem à frente do Forte e ajudarem a completar a tomada do QG.

Nesse episódio, houve dois feridos: um deles foi um sargento do próprio QG, que, até onde pude saber, levou um tiro de cima para baixo, do pessoal que estava pulando o muro, porque ele teria ameaçado a vida de alguém, e um dos alunos da ECEME, que eu não sei quem, foi ferido pela baioneta de um soldado, no ombro, felizmente sem gravidade. Então, essas foram as perdas, na tomada do QG ACos/1.

O pessoal estava em trajes civis?

Não, todos fardados.

Isso facilitou, porque os soldados viram que não eram civis.

O Coronel Montagna parou abruptamente um Citroen preto em frente ao QG – quando saltou do Citroen preto ele não deu tapa na sentinela – e apenas pediu que o soldado se afastasse para ele entrar, como ele estava fardado de coronel, o sentinela não o impediu. E aí, quando ele entrou no QG, tomou as atitudes todas que tinham que ser tomadas na época, e os outros oficiais da ECEME e do Forte de Copacabana completaram essa ocupação.

Uma vez feita a ocupação, recebemos ordem para avançar o nosso dispositivo defensivo, indo o pelotão do Tenente Sampaio para a Rua Francisco Otaviano e o meu pelotão para a Avenida Atlântica; quando chegamos aos locais determinados, depois de instruir os soldados, passamos a tentar fazer algum tipo de barricada, mais até para marcar a nossa presença, do que efetivamente com a intenção de barrar qualquer investida.

A população civil sentiu que alguma coisa tinha acontecido naquela área, alguns curiosos começaram a chegar, e nós procuramos, até para preservá-los, mantê-los afastados. Eis que um civil chega para mim e diz: "Não, o senhor vai bloquear a

Avenida Atlântica, está aqui a chave da minha caminhonete, o senhor pode botar a caminhonete lá." Uma caminhonete Chevrolet bastante nova.

Eu respondi: "Aceitamos, muito obrigado, agora o senhor, por favor, faça isso, fique com a chave", e a caminhonete ficou lá pelo menos um dia inteiro; então, um total desprendimento desse civil – infelizmente não sei seu nome até hoje, tenho até a fotografia dele em alguns jornais, meio de lado, mas não consegui identificá-lo – que colocou um bem que ele possuía à disposição, que poderia ter sido inteiramente destruído.

A conseqüência imediata da liberação de toda aquela área, que envolvia os estúdios da TV Rio Canal 13, foi liberar o sinal da TV Rio, e ela pôde passar a transmitir a tomada da Artilharia de Costa, ao vivo – não a cores, porque naquela época era muito incipiente.

Então, passou a ser um fato conhecido, notório, o episódio vivido pelo Forte de Copacabana e o QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, e que a TV Rio transmitia, autorizada pelas autoridades militares, inclusive eles chegaram a fazer um filmete, não da ação do Coronel Montagna, mas posterior, quando eles puderam filmar de uma das sacadas, e aparece a movimentação dos pelotões etc. Esse filmete, eu me lembro de tê-lo visto algumas vezes na 2ª Seção do Forte de Copacabana, não sei se ele ainda existe, mas corrobora todas essas ações.

Ficamos naquelas barricadas todo o restante do dia 1º e sujeitos a muitos boatos: "Vai haver desembarque dos fuzileiros na Praia do Diabo"; "o RCC vem para retomar o Forte de Copacabana" etc. Permanecemos ali várias horas na incerteza, até que os contatos feitos com o Coronel Arídio permitiram que ele fosse até a barricada da Avenida Atlântica, e nos comunicasse, eu diria oficialmente, que a Revolução tinha sido vitoriosa no Rio de Janeiro, inclusive, pela atuação do Forte de Copacabana.

O fato que nos deixou tristes foi que um jornalista – ele não deve ter servido ao Exército – fez aquela confusão entre o que seria QG ACos/1 e Forte de Copacabana; e, na "esteira" da sua reportagem, vários outros jornais passaram a noticiar que o Forte de Copacabana tinha sido tomado pelo Coronel Montagna.

O Forte jamais foi tomado, mesmo porque o único choque (Pelotão de Choque), que foi enviado pelo 8º GACosM, vinha sendo acompanhado nos visores dos canhões 40, durante todo o deslocamento na Avenida Atlântica. Eles sequer tiveram a chance de desembarcar, aconselhados pelo Coronel Arídio.

Uma vez vitoriosa a Revolução na área do Forte de Copacabana, passamos a acompanhar a evolução dos acontecimentos, a tropa que veio de Minas, as tropas que se deslocaram de São Paulo, e tudo o que aconteceu no Vale do Paraíba, particularmente na AMAN. Lamentavelmente, o passo seguinte, em decorrência do pró-

prio processo revolucionário, foi que o Forte de Copacabana recebeu a missão de escoltar alguns companheiros presos. Foi extremamente desagradável escoltar esses companheiros, através da lancha da Fortaleza da Laje, levando-os até a Fortaleza de Santa Cruz, que era o presídio militar na época. Foi difícil ter que cumprir essa missão, mas ela fazia parte daquele contexto que estávamos vivendo.

A Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios para o País?

Na minha ótica, ela marcou uma verdadeira guinada na vida brasileira, não só no aspecto político, acontecendo um "enxugamento" que se fazia necessário, junto às classes políticas, mas depois enveredando pelo aspecto econômico, pelo aspecto social, onde o Brasil se preparou e deslanchou para imensas conquistas.

Eu me pergunto se a Revolução não tivesse ocorrido, e se os acontecimentos daquela época tivessem seguido o seu curso normal, se assim podemos admitir, o que seria desse Brasil hoje, passados 38 anos? Sem dúvida foi um ponto de inflexão importante, eu diria que um dos mais importantes na História do Brasil.

Por que os sucessos econômicos obtidos pela Revolução não têm a devida divulgação? Quais os motivos determinantes de o Brasil não tomar conhecimento desses acertos da Revolução?

Na minha opinião, os acertos da Revolução podem ser todos eles sintetizados numa única área: durante os governos militares saímos, praticamente, da pedra polida, em termos de comunicações, para um dos mais proeminentes países nessa área, basta isso.

Assim, foi também na parte de transportes, na parte aeroportuária, nas indústrias, incentivos à agricultura, recordes de produção, energia, todos esses setores obtiveram um estrondoso sucesso, e são negados por uma razão, do meu ponto de vista muito simples: seria admitir que os militares no Poder deram certo, é a única explicação possível. Eles não querem dar o braço a torcer.

Perdemos a "batalha da comunicação social" ou não quisemos nos engajar?

O militar, ele é, por formação, vamos dizer assim, muito modesto; por formação ele se torna um crítico de si mesmo, muito contundente. Eu diria que se nós tivéssemos uma mídia mais atuante, e voltada especificamente para mostrar o que os governos militares conseguiram, teríamos obtido, no mínimo, uma melhor posição em termos de opinião pública.

Faltou, realmente, dentro da modéstia militar, que os governos militares dessem divulgação e mesmo enaltecessem convenientemente todas as suas conquistas. E eu

diria mais, e que continuassem enaltecendo, até hoje, porque gerações estão mudando, tanto é que estamos vivendo aqui um projeto de história oral, porque, daqui a pouco, nós, os elementos de 1964, estaremos – como alguém diz aí – "no andar de cima".

E o "revanchismo", ele ocorre? E sobre os termos "ditadura militar", "anos de chumbo", que vivem sendo alardeados, qual a sua opinião a respeito?

Eu nunca usei e me recuso a usar esse termo "ditadura militar". Jamais aceitei que perto de mim falassem em "anos de chumbo". Houve erros como em qualquer governo, mas ouvir e aceitar, na minha presença, que alguém fale isso, vai, no mínimo, ter que discutir o termo comigo, não aceito pura e simplesmente. Quando muito aceito que seja dito que, na época, tínhamos um governo militar, mas não para os militares, e sim para o País.

Tanto que havia Congresso, Justiça, partidos políticos, tudo funcionando.

Se fôssemos realmente uma ditadura, tudo isso tinha sido extinto.

Podemos até dizer que eram governos cujos presidentes eram militares.

Quanto ao chamado "revanchismo", acho que ele existe sim, por uma razão que eu reputo muito simples: é humanamente impossível alguém ter sido preso político, ter sido exilado, depois retornar e dizer que tudo foram flores; é humano, pode até aceitar, às vezes pode até engolir, mas nunca vai compactuar.

Principalmente quando esse exílio foi voluntário, então a pessoa tem que se justificar, por que ficou tanto tempo na França, na Suíça, ele tem que aparecer "aos olhos do Brasil" como uma vítima, quando, na verdade, a maioria deixou o País voluntariamente, principalmente esses que hoje estão à frente do governo. Inclusive acho que essas indenizações são a consciência pesada, eles querem indenizar aqueles, que bobos,...

Pagaram por eles.

Pagaram para eles estarem aí "dando as cartas", passeando pelo mundo e vendendo, a preço vil, o patrimônio que os brasileiros e a Revolução construíram.

Infelizmente, as Forças Armadas nada podem fazer contra essas indenizações, que viraram lei, mas nós estamos, ao aceitá-las, passando um recibo de que estávamos errados naquela época, quando, na realidade, sabemos que foram vinte anos de governos sérios, trabalhando pelo Brasil, com erros, com acertos, como qualquer administração, aliás, com muito mais acertos do que erros.

Às vezes, o inimigo se distrai e, para defender alguma tese, acaba confessando certos fatos que nos enaltecem. Isso aconteceu, por exemplo, com Jacob Gorender, um dos adversários declarados da Revolução que deixou escapar à *Folha de São Paulo,* à *folha online,* em 27 de março de 2000, as seguintes assertivas quando falava

do que chamou de regime militar: "O regime militar tinha necessidade de se legitimar diante da população brasileira com o desenvolvimento econômico. Tanto Médici como Geisel tinham como trunfos o fato de terem debelado a inflação e promovido o desenvolvimento. De 1968 a 1973, a economia cresceu a taxas de 10% ao ano. Em 1973, houve pleno emprego. Foi um período de crescimento e isso era alardeado pelos militares."

Na verdade, disse tudo isso para concluir que, a partir de 1974, o crescimento diminuiu, mas não disse que a redução deveu-se a duas crises do petróleo: uma, a partir de 1974, e outra, com o Figueiredo, iniciada em 1979, quando o barril de petróleo, que, em 1973, custava três dólares, ultrapassou o preço de quarenta dólares.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem durante esse período?

Absolutamente. Voltando novamente à imagem da modéstia, na nossa vida militar, o que se poderia esperar de um governo onde um companheiro nosso, general, estava empossado como Presidente da República? Seria que nós tivéssemos o melhor Exército do mundo, que nós tivéssemos uma Marinha superaparelhada, que nós tivéssemos uma Força Aérea muito bem equipada, sem problemas de suprimentos. No entanto, nada disso aconteceu.

Sequer os vencimentos dos militares foram alterados com prioridade, o foram normalmente durante todo esse período; então, não houve absolutamente nenhuma vantagem, quer para as Forças em si, quer material, para os militares.

Eu diria até que os governos militares foram os mais duros críticos dos militares que ali estavam, porque, naquela época, nós continuamos exercendo as nossas funções, trabalhando, às vezes mal aparelhados, e nem por isso deixávamos de cumprir a missão.

E a prioridade foi para a área do desenvolvimento. Isso foi uma constante nos governos revolucionários.

Sem dúvida.

Qual a sua avaliação, sintética, desses vinte anos de governos da Revolução?

Eles foram extremamente benéficos para o País; cada governo trouxe, a seu modo, no seu tempo, os necessários impulsos em diversas áreas, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na energia, no transporte, na saúde. Eu só teria uma ressalva a fazer: realmente, o período como um todo foi um pouco grande; deveria ter sido, se as condições tivessem permitido na época, reduzido a um terço, a um quarto, e mais rapidamente retornado o governo ao mando civil, aos líderes civis; teríamos, certamente, que dar um respaldo muito presente àquela incipiente auto-

ridade civil, aos líderes que estavam nascendo. Outra verdade é que, durante os governos revolucionários, as lideranças civis não foram amordaçadas ou destruídas, absolutamente, porque a vida continuou normalmente no País, com todas as instituições funcionando.

É só lembrar o que fazia o Ulisses Guimarães e tantos outros, diziam o que queriam.

Finalmente, acho que o processo de abertura tinha que ser iniciado num determinado momento, e o foi com o Presidente Geisel, mas ele foi muito cauteloso ao dar esses primeiros passos. Depois, no Governo Figueiredo – não se fez uma abertura, fez-se o "escancaramento", me desculpem a rudeza da expressão – aceitaram uma anistia demasiadamente ampla, geral e irrestrita, que propiciou àquelas "frutas" que eram "podres" voltarem, para atuar no cenário nacional, como até hoje vêm atuando.

Os atingidos em seus direitos políticos poderiam ter sido reintegrados, mas com restrições. Cada caso é um caso...

Aqueles que foram condenados em primeira instância pela Justiça, porque mataram, de repente foram absolvidos; houve matador que virou juiz. Não é possível!

Pois é, temos aí a figura de Lamarca, fez o que fez e, se não tivesse morrido...

Cabe destacar mais um desserviço, mais um tributo negativo desses terroristas, reconhecido pelo próprio Jacob Gorender, em "O Combate nas Trevas", ou seja, o modo pelo qual os criminosos comuns aprenderam, no antigo presídio Tiradentes, como reivindicar e expropriar. Daí, advindo o crime perpetrado por grupos armados, em assaltos a bancos, ataques a viaturas da Polícia Militar, em desafiante ação de combate, com o objetivo precípuo de intimidar todos.

Realmente, aí está mais um legado do terrorismo implantado pelos extremistas da esquerda que o próprio Gorender alude abertamente.

Qual a sua opinião sobre o último governo da Revolução? Ele prejudicou a imagem da Revolução?

Acho que sim, lamentavelmente acho que sim.

O problema de saúde do Presidente Figueiredo influiu e o prejudicou.

O último governo foi o do General Figueiredo que, como militar, não tenho qualquer comentário a fazer, mas como Presidente da República deixou a desejar em determinados aspectos, mesmo porque o civil, às vezes, não entende aquela linguagem tão comum para nós, do cavalariano, que poderia ser usada dentro de um quartel, mas jamais em qualquer ante-sala governamental.

É uma linguagem bonita para um capitão de cavalaria, no seu quartel.

Todo mundo acha graça, acha que o chefe é descontraído, é piadista, contribui até, às vezes, para a imagem do chefe, mas na boca de um presidente da repúbli-

ca ela tem efeitos desastrosos. Sou testemunha de como a população o encarava, porque naquele episódio da visita do Presidente Figueiredo a Florianópolis, eu servia lá no QG da Brigada, e tive a oportunidade de alertar à equipe precursora do Presidente de que o clima na cidade era extremamente desfavorável a uma visita de qualquer presidente, principalmente a dele, e deu no que deu.

Acho que, a partir dali, ele se conscientizou de que não era tão querido pela população, como ele pensava ou almejava ser.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando, hoje, elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Qual a sua opinião a respeito?

Vejo que a imagem do Exército, sendo bem aceita pela população, reflete simplesmente o que nós somos. Somos confiáveis; todas as vezes que qualquer esfera do governo, em qualquer nível, precisou de pessoas de confiança, em que tivesse de depositar as responsabilidades inteiramente na sua mão, eles optaram pelo elemento militar, o que não é "de graça". Estendo isso a todos os companheiros do Exército, Marinha e Força Aérea.

O militar é confiável sim, e essa confiança transcende o muro dos quartéis e vai ser observada no mundo civil, onde se vê o militar gozando de elevado conceito. Eu não faço, nunca fiz, distinção entre civil e militar, mas tenho o direito de fazer uma distinção entre quem é confiável e quem não é confiável, em qualquer das áreas.

Sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Agradeço a oportunidade de poder expressar os meus sentimentos. A única mensagem que me ocorre é dizer que projetos dessa natureza são extremamente válidos, porque uma vez consolidados, vão servir de fonte de consulta, talvez até de inspiração para as novas gerações.

Essas práticas são extremamente necessárias, para que a gente possa realmente resgatar e ouvir as opiniões de pessoas que nunca tiveram oportunidade de expressar as suas opiniões, como é o meu caso, que nunca tinha dado uma entrevista em toda a minha vida, apesar de estar hoje com 63 anos.

E dizer que confio profundamente no nosso País, não tenho a menor dúvida de que o nosso futuro será brilhante, será grandioso, apesar de todas as dificuldades, empecilhos, obstáculos que venham a colocar na nossa frente.

Acho que o Brasil de hoje é pequeno perante o Brasil de amanhã, que será muito maior, e justamente as novas gerações é que terão a responsabilidade de con-

duzir o Brasil para o seu destino de grandeza, tornando-o cada vez maior. Gostaria de vê-lo crescendo e progredindo como de 1968 a 1973, no período que, com muita justiça, foi conhecido como o do milagre econômico, resultado de muito trabalho e competência; já visitei, já convivi com vários outros países, jamais trocaria por qualquer um deles o meu Brasil que aprendi a amar, quando criança, com a minha família, e, depois, no Exército, a grande Escola de civismo e de amor às coisas da nossa Nação.

DEGRAVAÇÃO

Léa Carla Aleman Amaresco

TRANSCRIÇÃO

Geraldo Luiz Nery da Silva

*Aurelio Cordeiro da Fonseca**

EDIÇÃO DE IMAGENS

Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção do Comando Militar do Leste

DIGITAÇÃO

Gilcemar Pujoni da Silva

Ismael Martins Silva

Marcos Rodrigues dos Santos

---

* Entrevista do Contra-Almirante Luiz Pragana da Frota.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*340*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Junho de 2005*

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 15

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 15
Distrito Federal

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

- Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.
- Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Texto gravado da entrevista (documento oral)

Transcrição absoluta (1º documento escrito)

Transcrição com edição (2º documento escrito)

Textualização (3º documento escrito)

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Tema histórico → Objetivo → Definição da Colônia
Formação da rede → Pré-entrevista — Entrevista — Pós-entrevista
Transcrição absoluta
Transcrição com edição
Textualização → Conferência → Arquivo

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Octávio Aguiar de Medeiros

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro.
- Graduou-se Aspirante-a-Oficial de Artilharia, em 1º de março de 1943, última turma totalmente formada na antiga Escola Militar de Realengo que foi, mais tarde, transferida para a cidade de Resende-RJ. A declaração de aspirantes, em 1º de março, deveu-se à compressão do curso, uma decorrência da Segunda Guerra Mundial.
- Principais funções militares: Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1959 a 1961; Chefe da 2ª Seção do IV Exército; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte-MG. Após sua promoção a General, em julho de 1975, dirigiu a Escola Nacional de Informações (EsNI) e chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI), durante vários anos. No posto de General-de-Exército, esteve à frente do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Departamento Geral de Pessoal (DGP), quando foi transferido para a reserva.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, inclusive o de Técnica de Ensino.
- No exterior, ocupou o cargo de Adido Militar junto à embaixada do Brasil em Israel, nos anos 1973/1974, quando se deu a guerra do Yon Kippur.
- Ao eclodir o Movimento Revolucionário de 1964, o General Medeiros era Tenente-Coronel e encontrava-se na ECEME.

Entrevista realizada nos dias 5 e 19 de agosto e 2 e 14 de setembro de 2004. Texto revisado pelo Coronel Carlos Leger Sherman Palmer.

General Medeiros, antes das perguntas sobre a Revolução, gostaria que o senhor comentasse sua passagem por Israel. Este é um país que mantém boas relações com o Brasil, tem ligações sólidas com os Estados Unidos, a Inglaterra e com o Canadá; disseram-me que os adidos militares desses três países recebiam um tratamento um pouco diferenciado em relação aos demais, e que o senhor mudou isso. Como ocorreu a sua passagem por Israel?

Com bastante trabalho. Em Israel, desde o início de 1973, integrei-me muito bem com o pessoal militar. Era bem-visto pelos oficiais daquele país. Atribuo essa facilidade de aproximação à identidade de pensamento sobre diversos assuntos, tanto militares quanto aos ligados à nacionalidade. Foi muito fácil fazer amigos. Durante o tempo em que lá permaneci, ocorreu a guerra do Yon Kippur, uma tragédia para eles. Dada a intimidade que tinha adquirido com oficiais de algum destaque no Exército, recebi a deferência de ser levado, sem a presença dos companheiros dos outros países, a visitar os campos de guerra do Egito e da Síria, onde assisti, de perto, a tragédia da guerra; inclusive alguns cadáveres dos combatentes ainda se encontravam no terreno, insepultos. Por isso, mostraram-me, realisticamente, o que havia acontecido por ali.

Foi uma deferência, porque os demais Adidos Militares não foram juntos.

Normalmente, só visitam a área depois da guerra, depois que a paz é assinada. Mas eu tinha amigos, um deles, homem muito importante, embora eu fosse Coronel. Era o Chefe do Serviço de Informações do Exército de Israel. Talvez até tenha sido um ponto de aproximação, saber que eu era ligado à atividade de informações; ninguém contou, mas eles se informam sobre tudo. Dessa forma, tornou-se muito fácil para mim. A formação militar, o nível de educação e estrutura familiar pareciam com a minha. Não enfrentei, pois, nenhuma dificuldade.

Tratou-se de uma deferência especial ao Exército Brasileiro, ao Brasil e ao senhor, evidentemente. Uma deferência especial ao então Coronel Medeiros.

Sempre manifestavam muito interesse, pois desejavam fortalecer os laços de amizade com o Exército Brasileiro, com os oficiais brasileiros. Perguntavam tudo, queriam saber de tudo, e eram muito cordiais.

General, o que o senhor gostaria de comentar sobre a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964? Seria também interessante uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas.

Antes de fazer meus comentários sobre fatos relacionados ao Movimento de 1964, seria oportuno lembrar que, na segunda guerra travada por Israel, ainda me encontrava lá. Talvez tenha sido mais cruel do que a do Yon Kippur. Até já terminara meu tempo como Adido Militar, e aguardava a chegada do meu substituto que,

afinal, demorou mais de seis meses. Entretanto, fui beneficiado porque aprendi muito, vivendo no meio do povo, atuando profissionalmente junto a uma força armada envolvida num conflito bélico. Alguma coisa de singular experiência para o espírito e para a mente. É muito importante. Penso que se houvesse uma maneira de empregar mais oficiais do Exército em situações semelhantes àquelas que vivenciei, certamente iriam adquirir uma noção bem mais significativa da realidade castrense em ambiente de guerra.

O senhor percebeu, no povo de Israel, uma mudança de comportamento? A guerra fez com que voltassem às tradições, renovassem os suportes de sua cultura?

É verdade. Nunca vi um povo fortalecer tanto a união, organizar-se com o pensamento voltado unicamente para a Pátria, encarando realisticamente a situação do país, tudo com um decidido acento de devoção religiosa. Foi uma experiência muito emocionante para mim. Foi um presente ter participado de tudo aquilo.

Na época em que foi desencadeada a Revolução, eu servia na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME). O meu Comandante era um homem notável, o General Mamede (Jurandir de Bizarria Mamede), e seu Subcomandante, o então Coronel João Bina Machado, também um oficial de plana.

Um dos homens de grande cultura e bastante influente em todos os campos de ação da Escola, certamente um militar brilhante, infelizmente já falecido, era o General Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Além de ser meu primo em segundo grau, tornou-se quase um irmão para mim, tal o crescimento de nossa amizade.

Na Escola, chocavam-nos os desregramentos e o descalabro das ações de governo do Sr. Goulart, Presidente da República. Acentuou-se o seu relacionamento quase promíscuo, em desfavor da hierarquia e da disciplina, com marinheiros e graduados. Víamos aquilo tudo com preocupação e mesmo atemorizados.

João Figueiredo, ainda Coronel, de ânimo forte, foi, muitas vezes, procurar o Sr. João Goulart para mostrar-lhe a inconveniência de sua conduta em relação, principalmente, às Forças Armadas. Figueiredo era intimorato. Talvez até demais. Nós, como amigos, trocávamos idéias, inclusive com outros oficiais, principalmente os mais chegados a ele e a mim. Até que um dia, era um sábado, próximo do dia 31 de março, encontrava-me na casa do meu pai, quando tocou o telefone; a ligação era para mim. Fiquei curioso porque nunca me ligaram para lá. Era ele, o General Figueiredo. Vou fazer um pequeno parêntese aqui. Em virtude de nossa amizade, tudo aquilo que era muito difícil ou perigoso o João gostava de compartilhar comigo. Eu gostava disso, pois era uma prova de confiança.

Nesse dia, então, ele procedeu exatamente assim. Disse-me ao telefone: “Medeiros, estão realizando uma reunião num apartamento do bloco de alunos da ECEME, dirigida

por fulano de tal, e lá se encontram vários oficiais. Já estão até preparando seus uniformes de instrução. Há um caminhão do Exército, no Largo do Machado, esperando por eles. Pretendem invadir a Base Aérea de Santa Cruz."

A Base era comandada pelo Coronel-Aviador Rui Moreira Lima, sujeito extraordinário, meu amigo e que, como tenente, se destacou pelos atos de heroísmo como piloto do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, na Campanha da Itália/ 2ª Guerra Mundial (Grupo "Senta a Pua"). Um dado curioso: o Rui me ajudou no aprendizado das técnicas da corrida de 100 metros. Mas preferiu voltar-se para o comunismo, aliás em alta no Governo João Goulart. Por isso havia receio de que a Base Aérea pudesse representar um sério problema na mão deles. Era um foco a partir do qual seria possível concretizar algum tipo de ameaça aérea na área do Rio de Janeiro.

Figueiredo me disse: "Eles estão lá, estão querendo sair e invadir a Base Aérea; entre 20 e 30 oficiais." Respondi: "Está bem, você quer que eu veja isso; quer que eu desmanche tudo ou siga com eles?" A resposta veio rápida: "Não, eu conheço você, siga para lá, com o seu jeito, e desmanche tudo. Mas desmanche bem para que não se tornem nossos inimigos." Concordei: "Tudo bem, deixe comigo, vou tentar". Peguei meu carro e fui para a ECEME. Era um sábado, a Escola vazia, fui ao tal prédio onde estava reunido o pessoal. Procurei o apartamento, entrei, ficaram muito admirados: "Mas o senhor aqui, Coronel Medeiros!" Disse: "Ouvi uns boatos e vim para cá. O que vocês estão pretendendo fazer? Invadir a Base Aérea de Santa Cruz!?" Eles concordaram: "É isso mesmo! É isso mesmo! O Moreira está fazendo besteira lá, fechando a Base, dizendo que ninguém entra lá, que vai revoltar a Base, tal e coisa." Alertei-os: "O Rui Moreira Lima sempre foi um homem muito decente, meu amigo e ele não pode estar fazendo uma coisa dessas. Deve estar faltando um amigo perto para tirar essas coisas da cabeça dele." O pessoal começou a ficar inquieto, e eu perguntei: "O que vocês estão planejando fazer?" Disseram que já tinham um caminhão pronto, aguardando. Os oficiais estavam com o uniforme de instrução debaixo do braço, para levar e trocar na viagem: "Vamos descer e invadir a Base, prender o Comandante."

Brincadeira! Entrar numa Base Aérea enorme, cheia de militares, e prender o Comandante! Disse: "Não, isso não é tão fácil quanto estão pensando. Vou pedir a vocês que raciocinem comigo sobre o que pode acontecer." Apresentei uma série de argumentos. Eles foram "amolecendo" e, dali a pouco, disse para mim mesmo: "Agora posso sair, porque eles não vão mais." Continuei a conversar, especialmente com um que se intitulava o chefe, e insisti na pergunta: "Mas o que é que você e seus companheiros vão fazer?" Foi quando respondeu: "Não vamos fazer mais nada; foi

muito bom o senhor ter argumentado, comentado sobre prós e contras... Vamos deixar isso para outro dia. Depois a gente pensa melhor."

Saí, telefonei para o Figueiredo e informei: "Caso resolvido, mas estou com medo, porque essa coisa está se espalhando e o lado de lá está se preparando. Na Marinha já existe um movimento muito grande de marinheiros. Acho bom a gente tomar qualquer providência". Ele me disse: "Você fica na Escola e vê o armamento existente, o que o pessoal pode fazer, o que vai ser possível aproveitar desse material". Respondi: "Está bem, depois me comunico com você. Mas saiba, vou dormir aqui, qualquer coisa, a qualquer hora que você queira falar comigo, me telefone." Permaneci na Escola; na sala de material bélico tinha, apenas, uma metralhadora INA e alguma munição 7mm.

Fiquei sabendo que já havia um grupo de 15 a 20 oficiais no alto do Morro da Urca, escondidos, esperando a coisa acontecer. Então, uma das primeiras providências que tomei, depois da ida à sala de armamento, foi proibir o bondinho do Pão de Açúcar subir o Morro da Urca. Eles só conseguiram descer depois de três dias. A seguir, fui verificar as providências tomadas e disparar telefonemas. No dia seguinte, o João Figueiredo chegou cedinho à Escola, queria saber de tudo. A situação piorava; em Minas Gerais, o General Mourão (Olympio Mourão Filho) iniciava o deslocamento para o Rio.

Tropas de São Paulo, do General Kruel, deslocaram-se também em direção ao Rio.

Exatamente. Permaneci na ECEME, recebendo os oficiais que chegavam. Alguns eu chamava, colocava a par do que estava acontecendo, conversava com outros, separadamente, por considerá-los importantes para a solução de qualquer problema que surgisse, como veio a acontecer no episódio do Forte de Copacabana, aliás, muito curioso.

Seguiram-se muitos fatos, que se torna um pouco difícil precisar quais e quando, agora. Por exemplo, quais os que aconteceram no primeiro dia. O João chegou à Escola, chegaram, também, o Mamede, o Bina Machado e outros oficiais, ainda atônitos. Queriam saber o que estava acontecendo. Alguém, não me lembro, possivelmente o Bina Machado, disse: "Olha, é preciso avisar o Coronel..." Não me lembro do nome. Era um coronel baixo, magrinho, brabo que só ele, muito irritadiço, até um bom profissional, fazia tudo certinho. Foi Chefe da Casa Militar do Costa e Silva; passou, também, pelo Conselho de Segurança Nacional. (O General Medeiros refere-se ao Coronel Jayme Portella de Mello, mais tarde General.)

Bem, quando as tropas de Minas e São Paulo começaram a deslocar-se em direção ao Rio de Janeiro, começou a grande fuga, não é? Brizola, João Goulart, este fugiu em um avião da FAB! Castello Branco era o Chefe do Estado-Maior do

Exército (EME) e se mantinha discreto. Já tinha sido contatado por nós, a fim de convencê-lo a tomar parte na Revolução, de forma que acabou aceitando. Mas, enfim...

O senhor entende que houve precipitação dos Comandos de Minas e de São Paulo?

Tudo aconteceu por duas razões: um impulso, desejo de participar de um Movimento que já estava em ebulição e, também, um pouco de precipitação. Mas, tudo terminou bem.

Havia o apoio do Rio de Janeiro, da parte do Governador Carlos Lacerda?

Lacerda estava “meio assim”. Não estava gostando muito. Talvez suspeitasse que não iria levar vantagem, o que veio a confirmar-se.

O senhor acha que Lacerda não conseguiu o que desejava porque não seria o caso de atender às suas ambições políticas, ou teria sido ele mais uma vítima da evolução dos acontecimentos?

O sujeito quando começa a projetar-se demais, aparecer em tudo e chamar para si uma série de feitos que na verdade não foram realizados por ele, gera uma desconfiança muito grande sobre seus propósitos. Agindo dessa forma, não foi bem visto no Exército. A situação era muito delicada e complexa para cair nas mãos de um político como Carlos Lacerda. Mesmo admirando muitas de suas qualidades, reconhecia que se mostrava muito atirado, muito afoito e um pouco falso.

Voltando ao meio militar, a ECEME portou-se muito bem. Quase todos os alunos, excetos cinco ou seis, participaram do Movimento. Houve o episódio, a que já me referi, do Morro Pão de Açúcar.

O que foram fazer aqueles oficiais no Pão de Açúcar?

Era um tipo de destacamento precursor para invadir a Escola.

Mas eles não estariam do lado da Revolução!?

Não, tratava-se de gente do João Goulart, militares da tropa; não eram alunos da ECEME.

Por isso o senhor suspendeu o bondinho?

Suspendi o tráfego do bondinho, senão poderiam descer e pegar a gente de surpresa.

A situação foi se acalmando; montamos uma segurança avançada perto do Instituto Benjamin Constant, com um bom número de oficiais armados, bem armados, comunicações eficazes e ficamos aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Solicitei ao EME, não lembro quantas, umas 11 ou 12 metralhadoras, e munição. Distribuímos o armamento pelos postos principais, à espera de algo que pudesse suceder, embora, no fundo, desconfiasse que não iria acontecer nada. Elementos da

Marinha que estavam se juntando numa praia de Niterói possuíam embarcações, para assaltar a Escola, pelo mar.

Quanto tempo durou esse clima, na Escola?

Passei uma semana sem me deitar, sem descanso.

Então, conclui-se que a ECEME teve uma atuação importante na Revolução?

Creio que foi o único setor que trabalhou unido, junto com o Comando do Exército, com força e inteligência. Foi uma atuação, penso, muito bonita. As aulas, a própria Escola, passados 15 dias, voltaram à atividade normal.

Depois de mais de uma semana, tomando providências, pedi ao João: “Tenho licença para fechar os olhos um ‘bocado’?” Ele riu: “Vai-te embora.” Fui para casa, cansado de verdade, deitei, dormi, e acordei com um telefonema do Coronel Araripe (Luís de Alencar Araripe), meu amigo. Tinha sido chamado pelo Coronel Portella, junto com outros dois oficiais, para ocupar as dependências da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no centro do Rio de Janeiro, que haviam sido abandonadas completamente.

Não ficou ninguém lá, não restou um papel. No telefonema, Araripe falou: “Medeiros, você está sendo chamado para fazer parte da Secretaria do Conselho. Estamos precisando muito de você.” Aceitei, com uma condição: “Preciso que você me ajude a obter a permissão do Comandante para deixar a ECEME.” Respondeu: “Não se preocupe; vou à Escola pedir ao Comandante a sua liberação.”

Quando cheguei, o Mamede disse: “Nem precisas falar, te apresenta lá para assumir os teus encargos.”. Desse jeito, fui para o Conselho de Segurança Nacional.

O Conselho foi a semente do Serviço Nacional de Informações (SNI)?

Nascedouro do SNI, localizava-se na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana, 11º andar.[1]

O senhor permaneceu longo tempo na área de informações. Talvez seja o oficial do Exército que mais tempo trabalhou com informações, só se afastando como general de

---

[1] A Constituição de 1937 mudou a denominação de Conselho Superior de Segurança Nacional para Conselho de Segurança Nacional (CSN), – ainda, voltado para questões relativas à defesa da Pátria. Depois da II Guerra Mundial, em 1946, houve uma ampla reestruturação da Política de Segurança Nacional, entre as quais, o fracionamento da Secretaria-Geral do CSN em três seções encarregadas de “organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico, relativos ao Plano de Guerra”. Os decretos de reorganização atribuíram à 2ª Seção a responsabilidade de organizar e dirigir o Serviço Federal de Infomações e Contra-Informações (SFICI), organismo integrante da estrutura do CSN, que passou a ter o encargo de tratar das Informações no Brasil. O General Medeiros serviu no SFICI/Secretaria-Geral do CSN, que foi extinto com a criação do SNI. Chegou no SFICI em 4 de abril de 1964, deixando a função de instrutor da ECEME.

quatro estrelas, quando foi comandar a Amazônia. Como se deu seu ingresso no setor das informações? Como foi esse início?

Foi no período anterior à Revolução. Devo dizer que já tinha servido como oficial de informações, em Recife, no IV Exército, após o término do curso de Estado-Maior. Fui Chefe da 2ª Seção. Praticamente aí começou a minha vivência nessa área de importância vital. Os fatos foram se juntando. A ECEME considerou-me possuidor de pendores para o trato com informações. Então, quando cheguei ao IV Exército, colocaram-me nessa área específica. No exercício de minhas atividades, conheci todo o Nordeste.

Depois me aprimorei, quando passei a exercer a função de instrutor de tática e estratégia, na ECEME, ocupando-me dos temas nos quais cabiam os assuntos ligados às informações. Como disse, o General Mamede mandou que eu me apresentasse no antigo Conselho de Segurança Nacional. Em uma pequena sala, que organizei, começou a minha verdadeira vida nas informações. Também me deram um assessor.

Trabalhando, mudando de sala, ampliando o ambiente, ganhando auxiliares. Ligava-me, com freqüência, ao antigo DOPS que, praticamente, funcionava comigo. Foi uma época marcante na minha vida profissional, porque aprendi muito. Dediquei-me, decididamente, ao exercício da informação. Realizava meu trabalho e gostava dele, apesar de preocupar-me bastante, enfrentando, não poucas vezes, momentos dramáticos de dúvida, até certificar-me de que era aquilo mesmo que estava querendo. Permaneci no Conselho muito tempo.

Aí, criaram o SNI, no edifício do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, onde chefiei a Seção Política, tendo à minha disposição um salão enorme, vários assessores e sargentos. Nessa época, o Venturini (General Danilo Venturini) veio trabalhar comigo.

Já era o Serviço Nacional de Informações?

Sim, já era o Serviço. Foi criado ali.

O Senhor participou dos primeiros dias do Serviço Nacional de Informações?

Fui pioneiro. O João (General João Baptista de Oliveira Figueiredo) foi chefiar o Serviço. O Golbery (General Golbery do Couto e Silva) assumiu a chefia do SNI, com um gabinete no Palácio Laranjeiras, onde elaborou um trabalho de análise da conjuntura política do País, e contou com a colaboração do Venturini para redigi-lo. De lá foram para Brasília, onde montaram a sede central. Tratávamos de muitos assuntos, pelo telefone, o dia inteiro.[2]

[2] O então Major Venturini continuou na AC/SNI com o então Coronel João Figueiredo, não acompanhando o General Golbery para o Palácio Laranjeiras. Apenas lá esteve para colaborar no trabalho acima citado. Mais tarde, aí sim, o General Golbery convocou o Major Venturini para Brasília, para lá organizar o SNI, a partir de sua sede.

O senhor permaneceu no Rio?

Sim. Aquele local, no Rio, depois, passou a ser a Agência Regional do SNI. A Central ficava em Brasília. Mas a vida do Serviço acontecia intensamente no Rio. Em Brasília, era uma assessoria do Presidente.

E a Escola, General? A Escola Nacional de Informações (EsNI), quando começou? No Centro de Estudos de Pessoal (CEP) funcionou um curso de Informações. Teria sido ele a origem da EsNI?[3]

Quando a ESNI começou a funcionar, eu não me encontrava lá, já seguira para Israel. O chefe do SNI era o General Carlos Alberto Fontoura, mais tarde Embaixador em Portugal, e quem montou toda a estrutura física foi o assistente dele, General Enio Pinheiro. O General Enio foi o responsável pelo planejamento e construção da EsNI. Muito competente. Seu filho foi ferido na guerrilha do Araguaia.

A criação da Escola Nacional de Informações e do Serviço Nacional de Informações dava a medida da importância da área de Informações. Quem o senhor colocaria como mentor principal desse processo, ao atribuir tal importância às Informações e trabalhar com elas?

Foram vários, cada um ao seu tempo e com a sua contribuição específica: General Golbery, General Emílio Médici, General Fontoura e o João Figueiredo.

Exatamente na época em que fui para Israel, onde, tendo permanecido 2 anos e meio, liguei-me bastante ao pessoal de informações, até porque logo descobriram de onde eu viera. Mas sempre lamentei não ter participado dos primeiros anos da EsNI. Os que lá estiveram saíram-se maravilhosamente bem. A Escola sempre foi um primor. Recordo-me de que me correspondia muito com o João que sempre repetia: "Vai aprendendo aí que estou guardando a Escola para você."

Agora, fiquei curioso. Israel, até hoje, é citado como possuindo um Serviço de Informações, talvez um dos melhores, senão o melhor do mundo. O MOSSAD é tido como um Serviço de Informações até superior ao dos Estados Unidos, Inglaterra e outros. A designação para Adido, evidentemente, obedece a vários critérios. No seu caso, o senhor acredita que o mandaram para Israel com a idéia de buscar mais conhecimento, a fim de implantar algo semelhante no Brasil?

---

[3] Para a elaboração dos currículos dos cursos da EsNI, os responsáveis utilizaram o que havia disponível, como os currículos dos cursos de informações do CEP, da ESG, e também de serviços de informações de outros países. Procurou-se fazer o melhor possível, do mais alto nível, conforme definido no Decreto de sua criação.

Pode ser até que tenha ocorrido essa idéia ao Médici, e ao próprio João Figueiredo, mas o meu destino era a "aditância" de Paris. Minha mulher ficou muito triste quando soube que não iríamos mais para a "cidade luz" e sim para Israel.

E havia guerra por lá. Bem, Israel está sempre em guerra.

Essa troca de Paris para Israel, já foi influenciada por isso. Em conversa com o Presidente Médici, comentei: "Mas, General, é um país distante, no Oriente Médio, será que tenho condições de absorver todo o conhecimento desejável?" Médici retrucou: "Ô, Medeiros, pára de besteira, você vai ser dono daquilo lá, você fala inglês muito bem, não fala?" Respondi: "Sim." Continuou: "Fala francês e espanhol?" Respondi: "Também." Então, Médici completou seu pensamento: "Você não vai ter nenhum problema lá, porque o idioma que mais se fala na área, desde pequenininho, é o inglês, e secundariamente, o francês e o espanhol. O espanhol, principalmente, para o pessoal de serviço de hotel, as arrumadeiras, todos falam espanhol."

Em fevereiro de 1973, chegava a Israel. Fui feliz, pois Deus me ajudou muito naquela fase de minha carreira. De certa forma eu era um ilustre desconhecido. Não sabiam quem era o Coronel Medeiros. Com o correr do tempo, passaram a me conhecer, e aí, viviam lá em casa, pois sentiam-se à vontade. Algumas senhoras, com os maridos na campanha do Yon Kippur, estavam sofrendo por seus companheiros alguns até, feridos. Iam conversar com minha mulher, Olga, e receber algum consolo. Olga era muito boa para isso, muito afável.

O senhor acabou de dizer que foi para Israel falando francês, inglês e espanhol. Onde fez seu aprendizado?

Meu pai passou a infância na Alemanha. No Brasil, desde que começou a namorar a minha mãe, fez questão que ela aprendesse inglês e alemão. Minha mãe lia, escrevia, falava bem: inglês, francês, espanhol e alemão. Como era fluente, lia romances para distrair-se e me ensinava todo o dia, principalmente nas férias. Verdadeira professora, sentávamos à mesa, o livro correspondente à aula, para eu traduzir com o auxílio dela. Assim, fui praticando aquelas línguas, principalmente com minha mãe. Isso foi decisivo e permitiu-me viajar pelo mundo e, em Israel, comunicar-me com facilidade. Ainda ensinei inglês para o meu sargento auxiliar.

Bastante incomum falar quatro idiomas, numa época em que comunicar-se num segundo idioma era raro. Vamos retomar ao campo das Informações, após o senhor ter retornado de Israel.

Em Israel, permaneci como Adido durante toda a segunda guerra. Os oficiais, principalmente os do Serviço de Informações de Israel, me queriam bem. Fui o único oficial estrangeiro que, ao término da missão, ganhou um fuzil de fabricação

israelense. Voltei convencido da importância de minha missão, tendo adquirido conhecimentos valiosos, que apreciaria por em prática no meu País. Infelizmente, ao retornar fui para o Estado-Maior do Exército e não tive qualquer oportunidade de transmitir os valiosos ensinamentos auferidos em Israel.

Não souberam aproveitar os ensinamentos que o senhor adquiriu.

Sem dúvida. A 2ª Seção era muito complexa, mas o seu efetivo contava com gente muito boa. Entretanto, não obtínhamos respostas às nossas indagações. Os subordinados viviam, de certa forma, acabrunhados, porque faziam relatórios, expunham problemas, mas, em geral, não davam seguimento aos estudos elaborados.

Bem, fui promovido a general e o Ministro do Exército, General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota) grande sujeito, sabe, uma pessoa adorável, que se comportava com muita decência, designou-me para a EsNI. Na verdade, a Escola já estava reservada para mim. Portanto, fui promovido e assumi o comando, em seguida, em agosto de 1975.

O Senhor gostou da designação?

Acostumei-me com a possibilidade, porque o João costumeiramente dizia: "Estou guardando a Escola de Informações para você!" Habituei-me com a perspectiva. Quando cheguei, já estava preparado. A Escola se encontrava em atividade há mais de 2 anos.

O Senhor ficou pouco tempo no Estado-Maior do Exército?

Muito pouco.

Quem comandava a EsNI, antes de sua chegada?

Era o Coronel Lery (Josio Lery dos Santos), interinamente. O primeiro general a comandar a Escola foi o Enio Pinheiro, que a construiu e a tocou inicialmente; o segundo fui eu. Quando ele saiu, permaneceu o Coronel Lery, aguardando que eu chegasse.

É pena que a Escola não exista mais hoje, a não ser o local físico. Mas não sei se permanece a galeria de ex-alunos.

Existe, existe.

Como o senhor avalia esse período de seu comando na EsNI?

Foi uma das fases mais gratificantes da minha vida. A Escola era uma maravilha. Foi estruturada muito solidamente. O General Carlos Alberto Fontoura, Chefe do SNI, era uma pessoa de toda confiança e de quem se poderia esperar só coisa boa. Com seus auxiliares mais próximos e total cooperação dos demais oficiais, realizou o planejamento adequado para a construção e funcionamento do importante estabelecimento de ensino de informações.

Quanto aos cursos da EsNI, sendo o Diretor, como o senhor atuava, como era preparado o currículo? Baseava-se em outra Escola congênere? Ou partiram de uma concepção original? Foi a época da guerra fria. Havia algum tipo de influência externa? Como, afinal, o senhor conduzia a Escola?

Como disse, a Escola já estava adequadamente estruturada, inclusive em relação aos currículos, como dito anteriormente, por isso foi relativamente facilitado o meu trabalho. É verdade que faltavam muitas coisas, inclusive, não havia, como seria esperado, um guia, um manual, um paradigma a seguir. Os oficiais que foram mandados à África do Sul e Inglaterra, em visita às escolas daqueles países, trouxeram novos modelos e conhecimentos. Dispondo de uma turma boa, consegui melhorar e atualizar os programas de ensino.

Os alunos eram militares e civis ou só militares?

Militares e civis, mais civis que militares.

O Senhor se lembra qual era a origem desses civis?

Vinham dos Ministérios, de Empresas Públicas, de Autarquias. Vinham de órgãos federais, estaduais e até municipais.

Nessa época, o senhor achava importante o País contar com um bom Serviço de Informações, fundamental inclusive para a Revolução?

Pensava e penso ser fundamental para o País. Entendo que sem um Serviço de Informações bem montado, bem estruturado, em todos os sentidos, no que toca a seu pessoal e objetivos, o País mergulha na escuridão. Hoje, somos um país cego, não sabemos nada do que ocorre na imensa máquina governamental.

Os civis matriculados como alunos, tendo saído de ministérios, dedicavam-se aos cursos ou manifestavam desagrado por terem deixado seus cargos para trabalhar com Informações?

Pediam para ir. Adoravam a Escola, consideravam-na magnífica. Havia 2 cursos para civis e militares: curso "A" e curso "B". O curso "A" tinha maior destaque; formava analistas de informações de alto nível,[4] por exemplo, destinava-se a chefes de 2ª Seção, chefes de DSI, a Divisão de Segurança, e funcionários públicos graduados dos Ministérios. O curso "B" era de nível médio. Praticamente, para ambos os cursos, só iam voluntários. Terminado o ano, liberava-se uma turma; para o ano escolar seguinte, já havia muitos candidatos aguardando matrícula.

---

[4] EsNI – Existiam 2 cursos para Analistas de Informações: Curso "A" – Analista de Alto Nível – 1 ano; Curso "B" – Analista de Nível médio – 2 anos.
– Um curso de operações – Curso "C" – Operações.
– Vários Estágios (para nacionais e estrangeiros) de duração variável (1 semana, quinze dias, 1 mês etc.).

Esses numerosos candidatos seriam uma conseqüência do esperado crescimento na carreira ou por desenvolverem um natural sentimento da importância das Informações?

Penso que sentiam a importância das Informações e viam uma perspectiva nova na carreira deles. Era um ambiente muito bom, porque todos gostavam daquilo que faziam, pois significava um importante crescimento intelectual, cultural e técnico-científico.

Como se dava o relacionamento da Escola com a imprensa e o meio civil?

Vou dizer a você uma coisa curiosa: não percebia isso, porque não havia um interesse maior da sociedade civil pela Escola. Quanto à imprensa, não tivemos atrito, tudo corria tranqüilamente, sem aborrecimentos de qualquer espécie. Nos dias de eventos importantes, a imprensa era convidada. Tratavam-me muito bem.

O senhor era informado sobre a maneira como os civis concludentes da Escola eram recebidos, quando regressavam aos ministérios de origem, após o curso?

Eram bem recebidos. No bom sentido, eram invejados pelos que não tinham tido a chance de realizar o curso. Era um relacionamento ótimo, fácil e útil para nós, porque passavam a aplicar os ensinamentos auferidos na EsNI, nas suas múltiplas atividades. Tínhamos ciência de que, no exercício de suas funções, apresentavam melhor desempenho, em decorrência do curso realizado. Nunca tive qualquer problema com aquele pessoal.

Então eram voluntários e gostavam do curso?

Gostavam demais.

E nos Ministérios a que pertenciam, pelo que o senhor sabe, eram bem aceitos e trabalhavam normalmente, não obstante fizessem o trabalho de Informações?

Sem dúvida.

O senhor acredita que isso era importante para a administração do Governo?

Entendo dessa forma. Todas as esferas do Governo, não só os Ministérios, utilizavam as denominadas Divisões de Segurança e Informações, e o Serviço de Informações, beneficiava-se do sucesso. Constituía a nossa missão precípua. Todas as Agências estavam satisfeitas com a qualidade de nosso produto, por assim dizer, pois as informações se constituíam em peças essenciais para a tomada de decisões pelo governo.

O senhor atribuiria o êxito do desenvolvimento do País, nesse período, ao fato das Informações funcionarem eficientemente, além da boa estruturação dos ministérios?

Sem dúvida. E tem algo muito importante. Um dos fatores que influenciaram bastante essa situação a que você se referiu, está intimamente ligado às peças do

Serviço de Informações, seu trabalho e operosidade. Quando ocorriam problemas com o tal ou qual partido, com este ou aquele governador, então, enviávamos alguém do Serviço. Quando surgia algo mais grave, eu tratava do assunto pessoalmente.

Uma vez, embarquei às 7h30min da noite, tendo recebido o aviso às 7h, num avião da FAB e fui para São Paulo. Pousamos, já havia telefonado de Brasília para o José Sarney, que me aguardava no saguão de autoridades do aeroporto. Passei, se tanto, quarenta minutos, talvez 1 hora e pouco, conversando. De lá, voltei para Brasília. Ele se tocou para Minas Gerais, onde estava acontecendo um problema bastante grave. Classifico como grave, porque foi a maior pendência que surgiu entre João Figueiredo e Golbery. Pois bem, o João correu na frente do Golbery e ganhou a parada com a ajuda do Serviço.

Nessa época, o senhor nas funções de Diretor da EsNI, quem era o Chefe do SNI?

Era o General Figueiredo. Quando ele saiu, assumi o cargo.

Qual o cargo do General Golbery, nessa época?

Nessa época, estava fora do esquema. Ernesto Geisel e Golbery, vamos dizer, politicamente se dissentiam. Então, o Golbery estava fora do esquema, cuidando de assuntos pessoais. Quando o João assumiu o Governo chamou o Golbery para a Chefia da Casa Civil. Foi um ato que significou felicidade, no princípio, e infelicidade no final. Em virtude de um desentendimento sério comigo, portanto, por minha causa, Golbery saiu.

Há alguns fatos relacionados à Escola a que o senhor queira referir-se ou que mereçam algum registro?

Como um justo reconhecimento, lembraria que todos nós, oficiais e civis, instrutores, professores, e funcionários em geral, vivemos uma fase de pleno entendimento e realização profissional, com intensa dedicação ao trabalho. Eram mais de mil alunos entre cursos e estágios, anualmente. Corria tudo muito bem e sentíamos que eles gostavam da Escola, o que deixavam assinalado na pesquisa de final de curso.

Ainda hoje, amigos civis falam do SNI e da Escola com muita saudade, uma feliz recordação, isso é um fato. Um período que a imprensa critica, mas os que participaram, mesmo civis, não lamentam. Tenho um amigo, Alexandre Martchenko, que foi um dos seus colaboradores, filho de russos, atualmente trabalha na coordenação de um curso de Relações Internacionais, na Universidade Católica de Brasília. Às vezes, coopero com ele em algumas palestras, então trocamos idéias sobre aquele período. Fala, sempre, com muita satisfação e saudade.

É normal que seja assim. Trata-se de um sujeito muito simpático, muito grato, e eu o designei chefe do Departamento de Idiomas. Tínhamos um Laboratório de Idiomas muito bom, muito variado e com recursos que duvido outra escola tivesse, porque, mesmo que eventualmente ela não dispusesse um professor de determinada

língua, quando aparecia a necessidade do ensino fora desses gabaritos: inglês, francês, espanhol, alemão e russo, tínhamos sustentação nos livros, fitas e a quem chamar para dar as aulas necessárias.

Quando o General Figueiredo foi eleito Presidente, o senhor, já como General-de-Divisão, passou para o SNI. No Serviço, é claro, o senhor passou a trabalhar, realmente, na atividade de Informações, posto que a Escola responde pela atividade acadêmica, de ensino. Qual era a qualidade do pessoal que trabalhava sob sua direção?

Era um pessoal espetacular. Tinham sido selecionados cuidadosamente. Eu já os conhecia há mais de 4 anos em serviço. Um deles era o Dr. Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, meu Assessor Jurídico, que posteriormente foi Ministro e também Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

A que o senhor atribui o fato de, repentinamente, no Brasil, desconhecerem a importância das Informações?

Acredito que em nosso País, só no tempo dos governos militares deu-se a devida importância às Informações e ao trabalho de Inteligência, pois esse é um tema da maior relevância da estratégia militar. Hoje, presidentes, governadores e parlamentares não têm a menor idéia disso. Pensam como o Collor que assumiu e disse: "Fecha o SNI." Na verdade, interesse pessoal, porquanto acreditava que, lá dentro, havia muita coisa contra ele. Todos alimentam esse pavor, receosos de que os eventuais registros pudessem comprometê-los.

O Senhor passou todo o Governo Figueiredo no SNI?

Exatamente. Quando terminou o Governo Figueiredo, fui para a Amazônia, depois para o DGP. Passei o SNI para o General Ivan de Souza Mendes.

Ele manteve o Serviço funcionando plenamente ou houve alguma diminuição da sua importância, nessa fase de 1985 a 1990, durante o Governo Sarney?

Diminuiu completamente. Entendo que o SNI começou a perder toda a sua força e passou a ocorrer o enfraquecimento de sua estrutura. Para trabalhar eficazmente numa atividade complexa e importante, como em qualquer outra desse porte, é fundamental ter vocação e gostar do que faz. Se não for apaixonado pelo que está realizando, acaba fracassando. Na passagem de funções, notei que o General Ivan estava bastante preocupado com o seu futuro desempenho, talvez por desconhecer a natureza das atividades do Serviço. Perguntou-me o que deveria fazer! Talvez não fosse o perfil adequado para o cargo.

Mas o fato é que se o Governo desconhecer a importância das Informações, torna-se muito difícil a atuação do Serviço. O senhor acredita que, naquela conjuntu-

ra, o então Presidente Sarney, seja pelo estigma que pesava sobre o Serviço, particularmente entre os políticos, seja por não compreender o seu valor, já estaria acreditando não ser tão importante assim?

Não sei. Entendo que o Serviço baixou de categoria. É um tipo de atividade que exige permanente atenção e dedicação. Tem-se que estar ativo, firme, em cima; era assim, tinha que ser assim. Quando o Presidente Figueiredo enfrentava um problema sério, em qualquer parte do País, me chamava: "Medeiros, está ocorrendo algum problema em tal lugar. Vai lá e resolve para mim." Nem sempre tinha a ver com Informações, mas se tratava de algum tipo de questão na política local, coordenação de situações antagônicas ou equacionamento de problemas.

Mas o senhor como Chefe do SNI emprestava alto significado ao problema e facilitava a sua solução.

Pela importância do Serviço, todo o mundo sabia disso, era respeitado. Você conhece o túnel Lagoa–Barra e a estrada que passava por cima, no Rio de Janeiro? Aquilo acarretou uma disputa, "bate daqui, bate dali" no tempo do Governador Chagas Freitas. Certo dia, uma ligação telefônica do João: "Medeiros, desce aqui!" Ele disse: "Olha, não agüento mais essa encrenca da ligação da Lagoa com a Barra da Tijuca; estou enjoado disso, todo mundo vem aqui me chatear, assume esse negócio." Respondi: "Você dá a ordem, eu cumpro." Em menos de um mês estava resolvido o problema. Reunimos as lideranças envolvidas e equacionamos a questão em clima de absoluta tranqüilidade.

Em que pese não ter sido um problema de Informações.

Nada tinha a ver com Informações. Coisas assim: a praga de um besouro, chamado "bicudo", que invadiu as plantações do Nordeste. Tivemos que entrar para resolver o problema. A situação de Serra Pelada foi resolvida numa mesa da Agência Central; reunião presidida por mim, com a presença dos Ministros interessados na área. Portanto, quem resolvia muita coisa era o SNI, embora os assuntos nada tivessem a ver diretamente conosco. Somaram-se a importância, a qualidade do pessoal e a respeitabilidade do SNI.

No seu entender, qual foi a fase áurea do SNI? Durante o Governo Geisel ou do Governo Figueiredo? O senhor trabalhou nessas duas fases, quer na Escola, quer no Serviço, mas pelo seu conhecimento, qual é a fase áurea de atuação do Serviço, a que correspondeu à maior influência sobre o Governo?

Penso que foi a fase do João Figueiredo, por duas razões principais: primeiro, ele era homem de Informações, acreditava e eu também; e só levei para lá quem realmente se interessava pelo assunto. Tanto os integrantes da Escola quanto o

pessoal da Agência Central do Serviço de Informações trabalhavam até altas horas, diariamente, exceto, é claro, os funcionários burocratas, de menor escalão, que saíam no horário regulamentar.

O Presidente Ernesto Geisel também pertenceu à área de Informações?

Não.

Mas ele dava importância às Informações?

Dava.

Geisel encaminhou o General Figueiredo para a Presidência, quer dizer, valorizou realmente a pessoa do General Figueiredo e a origem dele, Informações.

Sim, sim, e a mim também. Foi o Presidente Geisel que, praticamente, me levou para o Serviço, porque fui para lá no fim do seu Governo.

Qual a fase do ciclo revolucionário que o senhor considerou a mais difícil? Refiro-me à que representou mais trabalho, preocupações, capaz até de mudar o humor? Porque, afinal, todos temos uma fase mais complicada, ao longo de nossas atividades.

Lembro-me dos períodos de eleições, quando tinha que correr de um lado para outro para apagar as fogueirinhas.

Eram situações tensas.

No Rio, então, foi terrível.

Quando o Presidente Figueiredo viajou para Cleveland, Estados Unidos, a fim de fazer a cirurgia cardíaca, o senhor o acompanhou. Certamente uma questão de confiança pessoal, de amizade. Sem dúvida, foi um momento crítico, para o Presidente e para o País, pois a saúde de seu dirigente máximo foi seriamente abalada. O que o senhor gostaria de dizer sobre esse fato?

O General Figueiredo estava consciente da gravidade de seu caso. Como Presidente, naturalmente, receava o futuro próximo. É minha avaliação. Acredito que ele deva ter pensado assim: "Vou levar uma pessoa que seja minha amiga, em que possa confiar, que possa, de fato, me ajudar." Sem outros motivos, alguém que pudesse "abrir caminhos". Você sabe, abrir caminho é uma das coisas que você aprende nessas situações graves. Com muito cuidado, pois se não for assim, se você não tiver habilidade, não abre caminho para nada... E ele acreditava que eu era capaz disso, caso fosse necessário. Felizmente, correu tudo muito bem.

Viajaram o Presidente e esposa, o senhor e os médicos.

Só um médico, que era o do Presidente. Ele ficou apenas no acompanhamento médico, em face da presença daqueles "cobras" de lá. A acompanhante da esposa,

eu, o Tenente-Coronel Arnaldo Fleury (Arnaldo Natividade Fleury Curado), meu Assistente-Secretário, e o Coronel Luís de Alencar Araripe.

Quanto tempo durou essa situação?

Um mês.

Recordo-me, no posto de Major, eu servia no Comando Militar do Planalto, quando o Presidente Figueiredo voltou de Cleveland. Seu carro veio pelo Eixo Monumental, Asa Sul, e o povo acorreu à rua para esperá-lo. Espontaneamente, é importante que se diga, não houve convocação popular para isso. O senhor estava junto com ele?

Ali não. Estava em outro veículo, mas vi o povo aplaudindo a chegada do João nas ruas da cidade.

E as conseqüências da cirurgia?

Certamente a intervenção o afetou, porque essas cirurgias coronarianas são complexas, naquela época mais do que hoje. A recuperação foi normal. Ele se queixava muito de dores, dizia: "Medeiros parece que um caminhão passou por cima de mim!" Isso durou mais ou menos uma semana. Em seguida, começou a caminhar apoiado em nossos braços. Distraia-se jogando 'biriba'."

Mesmo no exercício da presidência, ele ia ao Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG) ou à Granja do Torto montar a cavalo. Depois da cirurgia, não pôde mais?

Não, nunca mais. Era um exímio cavaleiro. Entretanto, depois de um bom tempo, voltou a jogar futebol. Era um "pé-de-chumbo danado", mas gostava.

O senhor participou das conversações, durante crise internacional envolvendo o Suriname. Na oportunidade, o Governo do Presidente Reagan, dos Estados Unidos, teria solicitado a ajuda do Brasil: "O Brasil tem que resolver isso porque senão terei que determinar uma intervenção no Suriname." Foi mais ou menos assim?

Na verdade, em 1982, o Presidente Reagan mandou uma delegação ao nosso País, com fotografias ampliadas, várias fotografias. Propuseram a realização de uma reunião, que aconteceu na Granja do Torto e à qual compareceram, para assessorar o Presidente, além de mim, Ministro Chefe do SNI, o General Venturini, Secretário do CSN e o General Rubem Ludwig, Ministro Chefe da Casa Militar. A reunião realizou-se na Granja do Torto e pelos EUA participaram, o Embaixador Antony Motley, o General Clark (Assessor do Presidente Regan), um oficial da CIA, de nome Claridge e um outro Assessor da Casa Branca.

Os americanos contaram que estavam prestes a fazer uma manobra naval no Caribe, quando iriam aproveitar para desembarcar e ocupar o território do Suriname. Um momento de suspense. O pivô da história: Cuba. A embaixada cubana, sem alarmar, pretendia internar no Suriname pessoal deles e o Reagan não aceitava isso.

Aquelas fotografias, falei nelas mas não expliquei, eram principalmente de desembarque de navios e aviões russos, na Nicarágua e nas ilhas do Caribe. Depois que descreveram tudo sobre o perigo que imaginavam existir, pelo crescimento da influência cubana no Suriname, viraram-se para o João e disseram: "Precisamos que o senhor ponha um Batalhão de pára-quedistas no aeroporto do Suriname." O João quase morreu, coitado. Depois, ele comentou: "Puxa, nunca esperei por essa."

Ficou aquela dúvida, um olhando para o outro, eu para o Venturini, o Venturini para o General Ludwig, o Ludwig para o João, o João me fitando. Nesse momento, disse: "João, pede licença para nos retirarmos. Vamos fazer uma pequena conferência em separado." Saímos e fomos ao gabinete dele, de onde os americanos nada poderiam ouvir. Fui o primeiro a falar: "João, não negue, porque se você disser não e bater o pé, haverá conseqüências no nosso relacionamento com os Estado Unidos, e alguns óbices, principalmente na área econômica." O Presidente, então, perguntou: "O que você sugere?" Respondi: "Peça a eles um tempo, informando que vamos mandar uma comitiva com a missão de conversar com o Presidente daquele país." O Presidente do Suriname era um tipo despreparado. A idéia era inverter o papel. Argumentar sobre o absurdo de Cuba querer apossar-se do Suriname; ressaltar que a América Latina não tinha a ver com o comunismo.

Ofereceríamos diversos tipos de assistência e apoio, como matrículas de surinameses em cursos, no Brasil, envio de técnicos experimentados para trabalhar na construção de linhas telefônicas, comunicações rádio e outros benefícios. O João comentou: "Você é 'de morte' Medeiros." Perguntei: "Mas você vai fazer isso?" Ele respondeu: "Vou." Conversamos mais um pouco naquele local e voltamos para a sala onde os americanos aguardavam. O João, ele mesmo, fez a exposição de nossos propósitos que foram prontamente acatados. Gostaram, porque saíram de mais uma encrenca: invadir um outro país. Estava suspensa a Operação Suriname.

E o emprego de nosso Batalhão seria contraproducente, em virtude de nossos princípios de não intervenção...

Não tinha "nem pé nem cabeça". Partiram satisfeitos e, dias depois, após o contato com o Presidente Bouterse, o Venturini viajou para o Suriname. Seguiu com dois coronéis; estávamos na Semana Santa. Havia 8 elementos de segurança do SNI embarcados no avião. Não apareceram nenhuma vez. Passaram um dia inteiro, lá como se fossem segurança pessoal e ninguém desconfiou. O Venturini foi muito bem recebido, voltou feliz da vida, todos aplaudimos o sucesso de sua missão e, imediatamente, começamos a cumprir o que tínhamos prometido.

A participação brasileira no Suriname foi muito apreciada pelo Governo americano. Ela evitou, certamente, a perda de vidas de militares americanos e de muitos

surinameses, além de um enorme desprestígio para os Estados Unidos. O Presidente Reagan ficou muito impressionado e agradecido pela pronta e eficaz ação do Governo brasileiro.

A esse propósito, quando o Presidente Reagan veio ao Brasil visitar o Presidente Figueiredo, me convidou a visitá-lo na Casa Branca. Viajei aos EUA, visitei a sede da CIA, em Longley, Virgínia, e depois encontrei-me na Casa Branca com o Presidente Reagan, presentes o Embaixador Motley e o General Clark, oportunidade em que o Presidente americano renovou os seus agradecimentos pela ação brasileira, mostrando-se imensamente feliz pelo êxito da mesma.

O senhor disse que o General Golbery, colaborador importante, se afastou do Governo?

Foi uma briga que teve comigo.

O senhor era o Chefe do SNI e ele Chefe da Casa Civil. O Presidente Figueiredo gostava de ambos, talvez mais do senhor, que o acompanhou num momento delicado da vida dele, a cirurgia. Como se deu essa briga?

Você acha importante registrar essa história?

Sem dúvida. Se ele estivesse vivo, poderia contar também.

Ele não contaria! Nunca! Ninguém soube, exceto o João, o Venturini e o General Newton Cruz, além de mim. Entenda, o Golbery estava cansado de Revolução, há muito tempo, e isso chocava a gente. Ele se ligava muito com o pessoal "do lado de lá", como D. Ivete Vargas. Golbery falava o dia inteiro com ela, ao telefone. Quando a gente se aproximava, ele desligava.

Minha briga com ele deu-se da seguinte maneira: A situação política em Minas começou a complicar-se, estava chegando a época da eleição e o partido do Governo – Partido Democrático Social (PDS) – naquele Estado, ia mudar de chefe. O Golbery queria colocar um indivíduo para ocupar o cargo – era um político importante, sem dúvida – e o João queria colocar outro. O João percebeu que acabaria perdendo se não se mexesse. Quase noite, ele me chamou e disse: "Quero que você vá a São Paulo, agora, dizer ao Sarney que voe para Belo Horizonte, a fim de reunir o PDS." Ele deveria explicar que o nome é fulano, homem do interesse do Presidente. Cumprida a incumbência, o nome preferido pelo João foi eleito.

Golbery não se conformou. No dia seguinte, quando saímos da reunião das 9 horas com o Presidente, que era diária, tinha uma de manhã e outra à tarde, Golbery virou-se para nós – Venturini, Rubão (Rubem Ludwig), eu e o Delfim (Deputado Delfim Neto), que sempre participava de nossas reuniões – e disse: "Queria que vocês fossem ao meu gabinete para discutirmos um assunto." Fomos lá discutir. Como de hábito, tirei o paletó e coloquei no encosto da cadeira. Sentei-me e fiquei

esperando; já sabia do que se tratava. E ele falou: "Seu João andou fazendo umas coisas aí de que não gostei. Meu desejo era que o sucessor de fulano fosse beltrano, mas ele interveio, mandou um oficial tomar certas providências que iam de encontro ao que eu queria. Penso que ele fez muito mal." Levantei-me e disse: "Meus senhores, eu sou o oficial que foi a São Paulo tratar desse assunto, a mando do Presidente Figueiredo; com licença." Peguei meu paletó e saí da sala. Cinco minutos depois, o Golbery estava lá, pedindo desculpas.

Começou nesse momento a desconfiança entre nós dois. Era uma amizade muito antiga, desde os tempos do Rio de Janeiro. Criamos aquela barreira translúcida, até que um dia houve um problema interno, eu não me lembro bem. Novamente, veio o Golbery: "Não gostei daquilo ali." Então, eu disse: "Golbery, vamos sentar à mesa e conversar um pouco." Ele, já irritado, retrucou: "Vamos, vamos!" Levei o Venturini comigo, como testemunha. Sentamo-nos, o Golbery na cabeceira e eu. Então, "abri o jogo". Ele claramente disse: "É, você deixou o SNI subir-lhe à cabeça, pensa que é dono do Brasil, que é rei do Brasil. Você está fazendo coisas que não poderia fazer, deveria colocar-se no seu lugar." Retruquei: "E o senhor também deveria colocar-se no seu."

Seguiu-se um diálogo ríspido: "Mas eu estou sempre no meu lugar!" Eu disse: "Não está não senhor! Já vi muita coisa esquisita sua, até contra o Governo, e eu não estou topando também." Ele disse: "É, mas você...", ele me xingou! Xingou! Não foi palavrão, e sim algo como ovelha negra... não me lembro agora. Acabei rindo e disse: "General Golbery, nossa amizade vem de muitos anos atrás, o senhor lembra?" No fim, ele declarou que iria sair do gabinete: "Vou sair do Governo, não agüento essas traições". Retruquei: "Eu não traí o senhor não, viu! Só cumpri ordens. Daqui a poucos dias o senhor completará 70 anos – estávamos perto de agosto, o aniversário dele era no princípio desse mês. Faltavam uns 15 dias –, foi uma época bonita, o senhor prestou maravilhosos serviços a este País. Porque não aproveita, em vez de sair agora intempestivamente, deixando um rastro de mágoa, o senhor não insinue que está cansado, que 70 anos já representam uma boa idade."

Foi uma conversa assim. Ele prosseguiu: "Não vou fazer nada disso não, você é um...", como é que ele me chamou...

Autoritário?

Mais do que isso.

Não é caudilho não!?

Não, mas vamos admitir que fosse autoritário, embora não fosse essa a denominação que ele usou, e completou: "Você faz isso, isso, isso, isso." Então, para encerrar, falei: "Está bem, o senhor faça o que quiser, porque vou-me embora."

Peguei meu paletó e fui para a Agência Central. Lá estava o meu reduto, um gabinete muito acolhedor. Almocei, conversei muito com o General Newton Cruz que escreveu uma carta para o João Figueiredo, contando o episódio sem ferir ninguém.

Escrevi também que colocava meu cargo à disposição – aquilo representava para mim, apenas, uma passagem na vida, nada mais – e mandei entregar ao João. Subi para o meu gabinete e fiquei lá sentado, de queixo na mão, pensando na vida. Aí vem um oficial, com um "papelzinho" e disse: "O Presidente mandou entregar ao Senhor." Abri, continha o maior palavrão.

Do Presidente?

Do Presidente para mim. Tínhamos muita intimidade, durante muitos anos. Logo pensei: "Então acabou a guerra."

O Golbery esperou os 70 anos para pedir demissão?

Não, saiu no mesmo dia, não voltou mais ao palácio

O General Adhemar da Costa Machado me contou uma história que serve para mostrar um pouco do temperamento do Presidente Figueiredo. Não sei se o senhor foi testemunha. Existia um litígio entre o Peru e o Equador, até acabou havendo perigo de enfrentamento militar entre eles, ao longo da Rodovia Pan-americana. A tropa do Peru de um lado e a do Equador, do outro.

O Presidente Figueiredo quis mandar alguém lá, a fim de tentar resolver a situação. Escolheu o General Adhemar da Costa Machado que servia no Estado-Maior do Exército, como 2º Subchefe. Seguiu com 2 Coronéis, um deles chamava-se Ilson Nunes da Silva. O General Adhemar contou-me que foi ao Itamaraty, para saber dos detalhes, e lhe disseram: "Olha, a parte diplomática já acabou, não existe como, diplomaticamente, resolver isso. O Presidente quer que, pelo menos, vá um militar para tentar evitar o confronto bélico." Resolveu, então, ir ao Presidente, para pedir orientação e procurou o General Venturini, Chefe do Gabinete Militar. Segundo o General Adhemar, vou ser fiel aqui, porque os dois faleceram, o General Venturini voltou com o seguinte recado: "Olha, o General Figueiredo mandou você ir a 'm...', pois se tivesse orientação já a teria dado, há muito tempo. O fato é que não há orientação a ser dada; vai lá e vê o que você consegue."

Isso é bem do João Figueiredo.

O General Adhemar foi e conseguiu abrandar a situação, tanto que naquele período nada mais ocorreu. O problema foi surgir, novamente, em 1994.

Dada a sua vivência em Informações, pergunto se os subversivos, que atuaram durante todo esse tempo, admitiam a necessidade da luta armada como uma via de acesso,

uma linha de ação, para conquistar o Poder. Eles não acreditavam na via pacífica e democrática do voto?

O meu pensamento não é bem esse. Entendo que se colocaram contra os novos governantes e, quase imediatamente depois, receberam o apoio importante de grande parte da imprensa. Nos primeiros passos, tentaram desmoralizar os governos exercidos por militares e, nos passos seguintes, procuraram criar condições para derrubar as autoridades constituídas, por intermédio de ações terroristas. No Rio de Janeiro, por exemplo, várias passeatas. Era muito fácil organizá-las. Nelas fazia-se proselitismo da esquerda, arrebanhando adeptos e simpatizantes, com o apoio da imprensa: fotografias, comentários, e tudo aquilo que conhecemos.

Mobilização para enfrentar as Forças Armadas, desmoralização dos novos governantes, em evidente repulsa aos governos militares, a fim de conseguir que estes cedessem o Poder. Finalmente, os Partidos Comunistas e as múltiplas organizações subversivas concluíram que daquela maneira nada conseguiriam e, portanto, teriam que apelar para a luta armada. Um grande erro deles, uma tolice.

Caparaó, Vale da Ribeira e Araguaia, foram tentativas mais fortes?

Já foram para valer. Esconderam-se em regiões horríveis, difíceis de atingir, seja pela distância seja pelos obstáculos existentes – mata virgem, inóspita, com animais ferozes, natureza hostil, chuvas intensas, calor sufocante. Sério erro deles, porque o Exército que estava, de certa forma, calmo, até então, começou a organizar-se e assumiu uma atitude decisiva de combate à guerrilha. Na verdade os que optaram pela guerrilha sofreram revezes, viram-se perdidos, pois operavam mal.

Eles tinham uma boa organização?

Não tinham organização para o que pretendiam. Empreendiam ações descoordenadas. Um oficial, filho do General Ênio Pinheiro, realizava ações de vigilância com alguns soldados, no Rio Araguaia, e um sujeito, na margem do rio o feriu seriamente. O tiro atingiu o ombro, o oficial foi levado para o hospital, em São Paulo. Atuavam desse modo. A luta armada deles não chegou a impressionar.

Como conseguiam recursos para a compra de armamentos?

Através dos Partidos Comunistas organizados. Vinha dinheiro de múltiplas procedências, bem como "orientadores" que se infiltravam entre eles. Instruíam: "Vocês têm que fazer isso, isso, isso..." e iam embora.

É a fase do Movimento Comunista Internacional?

Ah! Sem dúvida nenhuma. Em Xambioá, apreendemos muito armamento que se encontrava enterrado, para uso posterior, com o eventual prosseguimento das ações de guerrilha.

General, como a subversão, os movimentos de esquerda, conquistaram adeptos na juventude brasileira?

Nos colégios, após as aulas, nos grupos de estudo, de todo o jeito. Por exemplo, o próprio Bispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, adorado por muitos, tinha forte tendência de esquerda. Seus seguidores, vamos dizer assim, eram convertidos. As pessoas que compareciam à igreja, os fiéis, todos ouviam constante pregação contra o Governo. Quase uma lavagem cerebral, com o forte recurso de seus hábitos religiosos.

Então, a Igreja foi infiltrada, também?

Em Belo Horizonte, instaurou-se um inquérito, para apurar a subversão praticada por religiosos. Vários padres foram presos.

O Senhor foi Comandante do CPOR de Belo Horizonte e foi encarregado do inquérito sobre o grupo COLINA, não foi isso? Como se deu essa nomeação?

Certa noite, por volta das 21 horas, recebi um telegrama informando que eu tinha sido designado para presidir o inquérito. No dia seguinte, peguei o carro e fui falar com o General Gentil Marcondes Filho, Comandante da Região Militar, em Juiz de Fora. Um homem que acabei admirando bastante. Do respeito mútuo surgiu uma forte amizade.

Qual foi a razão de tê-lo designado para o inquérito?

Ele olhou em volta e viu só uma cabeça, a minha. Mas foram designados outros, evidentemente, inclusive o irmão do João Figueiredo, que servia no Estado-Maior do Exército, e foi mandado para lá, a fim de presidir outro inquérito. Funcionaram uns três inquéritos. Mas era um trabalho exaustivo que nos absorvia e preocupava. Empenhava dias inteiros, raras vezes somente a parte da manhã ou da tarde, para inquirir os indiciados. Geralmente, começava no final de expediente. Dez ou quinze presos, mais ou menos. Alguns insignificantes, outros com a coisa toda na cabeça, articulados, sabiam se explicar, defender suas idéias. Mas o que achava muito interessante, isso acontecia, era ouvir um rapaz, começando o interrogatório, mais ou menos, às 7 horas da noite. Em torno de 21 horas, mais ou menos, mandava-o de volta à cela. No entanto, ele próprio pedia: "Por favor, Coronel, continue, estou gostando, pergunte mais, vamos discutir o problema."

Diversas vezes, já terminado o inquérito, muitos deles voltaram a me procurar, em Brasília, inclusive senhoras, membros de sua parentela. As razões eram muitas: o filho estava fazendo isso e aquilo. Lembro de um caso em que o filho se encontrava no Chile, trocado, naqueles episódios de seqüestros. Ingênuo, podia ter permanecido no Brasil, ninguém iria fazer nada com ele. Esse era um daqueles que

queriam prolongar a conversa, nos interrogatórios: “Coronel vamos conversar mais um pouquinho, gosto de me aprofundar nesse assunto, vamos lá, estou gostando da conversa com o senhor, não vai embora agora.” Alertava: “Mas é quase meia-noite!”

Repetidamente voltavam, já não tinha mais nada com o inquérito que já havia terminado, estavam soltos. Um deles voltou a trabalhar na profissão dele – não lembro qual era –, em Goiânia, e, de vez em quando, pegava o ônibus e vinha me visitar. Sentava junto à minha mesa, na Casa Militar, ficava conversando. Veja você que curioso, um procedimento atípico, mas justo. Nunca foram maltratados, nem verbalmente. Nunca ouviram um palavrão.

Os familiares dos jovens subversivos, de um modo geral, com os quais o senhor teve ligação, no inquérito de Belo Horizonte ou depois no Serviço de Informações, protegiam os seus parentes ou tentavam nos auxiliar? Qual era a posição deles?

Lembro-me de que uma senhora mandou um presente para minha esposa, Olga; uma pulseira linda. Não deixei o portador ir embora, que esperasse um minutinho. “O senhor bota na mesma caixinha e leve-a de volta, mas assine um recibo da devolução.” Era assim. Muitos se fechavam e nem procuravam a gente, outros voltavam.

Um até convidou-nos para o seu casamento. Alguns, depois de soltos, iam ao CPOR, cujo ambiente era muito bom, movimentado, com bastante prática de esporte durante a educação física. Eu insistia: “Você não tem mais nada que fazer aqui, já prestou o depoimento, já fez tudo, agora espere o julgamento e não chateia.” Entretanto, muitos deles, sabendo que haveria jogo de vôlei no CPOR, à noite, sempre à noite, CPOR contra a academia tal, pediam para assistir e levavam a família, quantas vezes. Veja que, mesmo conduzindo o processo de maneira dura, mas de forma justa, você consegue tudo.

General, apoiado em sua experiência, gostaria de ouvir seu parecer sobre a ajuda prestada por nossas principais Instituições, quanto às Informações e o combate à subversão. Por exemplo, o Poder Legislativo, se omitia ou ajudava? Os partidos políticos, como agiam?

Vou contar um fato, e penso que você vai entender como a coisa corria. Havia um estudante preso, universitário, filho de um deputado importante, e mais uns 2 ou 3 amigos dele, também universitários de Belo Horizonte, cujos pais se encontravam em Brasília. Um dia, pediram-me uma audiência. O CPOR tinha um auditório bom, tipo cinema, muito confortável. Levei os pais ao posto de comando, meu gabinete de trabalho, conversei bastante com eles. Em seguida, fomos para o auditório/cinema, onde estavam o filho do deputado e os amigos dele. Fiz uma inquiri-

ção na frente de todos: "Fulano, quando é que você entrou aqui? E onde você está?" Ele respondeu: "Estou preso no 12º Regimento de Infantaria." Continuei a inquirição: "E você tem sido maltratado lá?" "Você foi ofendido por algum encarregado de inquérito?" A resposta: "Não senhor, nunca fui maltratado." Os camaradas ficaram aborrecidos, mas não puderam dizer nada. De vez em quando, alguém entrava com uma pergunta: "Mas você falou uma vez que isso, isso..." e ele respondia: "Não, nunca falei isso."

No fim de tudo, os rapazes voltaram para o xadrez, evidentemente, e subi com o grupo de parentes para o meu gabinete. Antes, tinha solicitado ao Bispo Dom Serafim Fernandes, como já foi dito, de tendência esquerdista, que fosse lá. Apresentei-o ao grupo e sentamos todos. O Bispo olhava para eles, olhava para mim, pelo olhar dele devia estar pensando: "Esse Coronel é maluco." Quando eu lhe dirigia uma pergunta, ele respondia secamente, com impaciência, pois estava atônito, surpreendido com o que estava vendo e ouvindo, completamente diferente do que imaginava encontrar. Terminada a reunião, eles voltaram a Brasília e respirei aliviado.

No dia seguinte, creio, o Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, que gostava muito de nós – quando eu e minha esposa estivemos em Paris e ele era embaixador, nos ofereceu um almoço – chamou-me ao telefone e disse: "Olha Medeiros, tenho uma má notícia para você." Pensei: "Lá vem coisa." O General Lyra completou: "Aqueles senhores que estiveram aí, principalmente o fulano..." – era o deputado, pai do jovem que estava preso –, "resolveram convocar você para uma audiência no plenário do Congresso. O que você acha?" Respondi: "Eu não acho nada, General, o que mandarem fazer, eu faço; não tenho medo de nada, minha consciência está completamente tranqüila, podem me convocar. Vão me dizer desaforos certamente, mas isso sei agüentar. O senhor pode dizer que estou pronto para a audiência."

Passaram-se 2 ou 3 dias, ele telefonou outra vez: "Medeiros, você está livre desse aborrecimento! A audiência pública foi cancelada, por ação do Presidente Costa e Silva." Fiquei muito satisfeito, mais ainda pela demonstração de apreço do Costa e Silva que mal me conhecia.

Qual a posição da Imprensa em relação ao Governo? Era, normalmente, contra o Governo, às vezes neutra e raramente a favor?

Nunca foi a favor. As notícias tinham sempre uma armadilha, segundo sentido, afirmações dúbias e maliciosas. Sempre havia uma pimentinha.

Como aconteceu o episódio do senhor com o jornalista Élio Gaspari?

Nem sei se devo contar, porque foi algo pouco comum. No carnaval, recebemos convite para um camarote, a fim de assistir o desfile das escolas de samba do

Rio de Janeiro. Os camarotes, um ao lado do outro, eram espaçosos e com um serviço de bufê caprichado. Havia um gradil na frente, onde as pessoas se apoiavam, e, embaixo, uma calçada e a pista de desfile. Tudo muito agradável. Não havia muita gente, cerca de dez pessoas, todas conhecidas

Certa noite, logo que chegamos, olhei, tinha um cara na calçada, logo abaixo do meu camarote, dançando com um copo na mão, parecia ser de uísque, acompanhando a música, sambando e tal. De vez em quando vinha um, falava com ele. Curioso, perguntei, não lembro a quem: "Vem cá, você sabe quem é aquele sujeito?" A pessoa respondeu: "Esse é o Élio Gaspari." Comentei: "Ah, estava lembrando! Que interessante! Vir para frente do meu camarote, para chamar a atenção!" Disse à minha esposa: "Olga, vou chamá-lo para o nosso camarote." Ela respondeu: "Você sabe o que faz." Em seguida, chamei-o e ele subiu. Passou num lugar onde havia um arame solto e machucou a perna. Estava meio alto. Ele falou: "Ah! General Medeiros! Queria tanto conhecê-lo." Ficou no camarote, alegre, não parecia aquele camarada que falava mal de mim. Do General Medeiros.

O Presidente Figueiredo seguiu a linha do seu antecessor na Presidência, General Ernesto Geisel. Propôs-se, nessa continuidade, a consolidar a "abertura" democrática e realizar a anistia política, bem como garantir o retorno pleno à normalidade política. Pergunto se o senhor, como chefe do SNI, percebeu alguma reação a essa deliberação de realizar a "abertura" e a anistia? O senhor identificou elementos das Forças Armadas tentando resistir a tais propósitos?

Percebi a preocupação, que eu também tinha, com toda essa gente, que antes agia na subversão, e que passaria a sentir-se inteiramente à vontade. Mas era preciso cumprir o que fora prometido. Felizmente não ocorreu nada sério. Foi muito bem feita, muito bem planejada e aceita por todos. Penso que foi uma ação bem conduzida.

O senhor acha que o momento foi oportuno? Teria sido melhor fazê-lo antes?

Você sabe que nesses momentos, aumentam muito as responsabilidades. Como eu detinha um cargo no Governo, especificamente de Informações, era forte a pressão que recebia. O meu amigo João Figueiredo me solicitava muito, por isso, além da grande responsabilidade como Chefe do SNI, procurava atender pronta e plenamente as demandas que o Presidente encaminhava. De qualquer maneira, sempre em guarda: Como vai ser isso? O que vai ser aquilo? De qualquer forma, aconteceu tudo naturalmente, não houve nenhum problema mais grave, felizmente.

Bom, então foi no momento certo?

No momento certo.

O senhor já estava cansado dessa vida atribulada e do constante preocupar-se com os destinos do País?

Nunca me senti cansado. De certa forma, sentia-me envaidecido por executar um trabalho daquela natureza, de ininterrupta dedicação, desde que o Médici me chamou.

Orgulho por participar da vida nacional de forma tão dedicada?

Por estar fazendo algo pela vida nacional, no cerne do Governo, podendo ajudar, dar seguimento às minhas manias de reparar as coisas erradas, mesmo naqueles assuntos fora da minha alçada, especialmente quando o Presidente Figueiredo estava interessado.

Mas, de certo modo, as Forças Armadas ficaram aliviadas ao final do ciclo revolucionário.

Houve alívio sim, houve alívio. Ao mesmo tempo, apreensão em relação ao novo Governo, quanto à sua postura diante das Forças Armadas, particularmente do Exército. Não precisariam mais dele; democracia instalada, tudo iria correr calmamente. Na verdade, receava-se que acontecesse o que está ocorrendo, o desleixo com o Exército. Os políticos ignoram ou não se interessam pela capacidade que o Exército possui de agir no interesse do País, pela seriedade, descortino e patriotismo. Infelizmente, está acontecendo.

É verdade que durante o processo da "abertura" a oposição estaria interessada numa anistia mais acanhada, mais restrita, não tão ampla como desejava o Presidente Figueiredo?

É verdade. Os políticos tinham medo que os exilados viessem com força política e tomassem o lugar deles. Se eles entrassem, como entraram, ocupariam os espaços, governariam etc. ... Para mim, Miguel Arraes é a pior amostra dessa gente toda... O Arraes, o Brizola e muitos outros políticos.

O senhor esteve com o Presidente Figueiredo, no episódio ocorrido em Florianópolis, um distúrbio de rua provocado por estudantes?

Sempre viajei com o General Figueiredo e com os outros Presidentes, também. Naquele dia, em Florianópolis, por incrível que pareça, precisei ir à Agência do Rio de Janeiro, por isso não viajei com o Presidente. De uma maneira geral, sabíamos que não aconteceria nada com ele, pois o povo gostava do General Figueiredo, mesmo com todas as provocações de militantes de esquerda. Normalmente, era muito bem recebido. O fato acontecido em Florianópolis foi algo inusitado. Noticiado em todos os jornais

Ele apreciava ter contato direto com populares. Certa vez, no CEASA, foi tomar cafezinho e dificultou a missão da segurança.

Gostava mesmo. Nunca teve receio. O Presidente Figueiredo sempre esteve certo de que seria bem recebido. Às vezes, até com excesso de entusiasmo.

O episódio do Riocentro afetou o General Figueiredo? Atrapalhou a condução do Governo, que estava na fase de instalação da "abertura"?

Nem um pouquinho. Em minha posição, no meu cargo, do lado de dentro do Governo, acompanhava e sentia tudo. Penso que exageraram um pouco, porque sempre fica no ar um vago receio, uma coisa indefinível... Mas, absolutamente, o Governo não balançou, nem um pouquinho, até porque, já sabíamos do fato muitos meses antes, um mês e meio antes, mais ou menos. Tratava-se de um oficial do Destacamento de Operações de Informações (DOI), vinculado ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), no Rio de Janeiro e de um sargento, auxiliar dele naquela organização. Mais um personagem, um carpinteiro, filho das Minas Gerais , que fabricava bombas.

Bem, outro oficial, que morreu, infelizmente, sujeito formidável, contou para o Chefe da Agência Central que havia isso assim, assim... com o propósito de tumultuar uma reunião que seria realizada no Riocentro. O General Newton Cruz relatou-me o que ouvira e disse: "Olha, você fique tranqüilo, não precisa nem falar com o Presidente, porque vamos atuar em cima desses dois e impedi-los de agir." Poucos dias depois, o Newton voltou a mim e informou: "Olha, aquele problema do Riocentro já está resolvido e os rapazes prometeram que não vão fazer nada." Respondi: "Está bem, vamos esperar. Você acha que a gente pode confiar?." Newton disse: "Penso que sim, porque o oficial que trabalhou a cabeça deles e falou comigo é de toda a confiança." De qualquer maneira, contei para o João Figueiredo. Informei, ainda, ao Venturini, bem como ao Ministro da Aeronáutica, meu amigo (Brigadeiro Délio Jardim de Matos). Pedi que mantivessem sigilo.

Entretanto, mesmo com as recomendações, o Capitão resolveu fazer a besteira. O Sargento apanhou a bomba que o carpinteiro havia preparado, colocou no carro e o grupo dirigiu-se ao Riocentro. Deixaram o carro no estacionamento principal, depois saíram, foram explorar o local onde iriam colocar a bomba, mas resolveram voltar para casa.

Sem fazer nada?

Sem fazer nada. Mas nesse abrir de porta e sentar, o artefato explodiu.

A idéia deles seria perturbar a "abertura"?

Tumultuar a festa que se realizava no Riocentro. Não visava a "abertura".

Agora o interessante, General, é que uma intenção primária dessas gerou tamanha repercussão.

Ah, o Riocentro estava lotado! No auge da anistia, todos queriam participar da maneira que pudessem: "Agora vamos fazer o que queremos e ninguém vai nos prender."

E o Presidente Figueiredo? Ficou surpreso? No dia em que o senhor falou sobre a idéia maluca, ele ficou tranqüilo? O Presidente se sentiu traído?

Sentiu-se; as conseqüências foram imediatas: acabou tirando o Newton Cruz da Agência Central, e aprovou o nome de outro oficial que eu apresentei. No entanto, permaneceu um ambiente irrespirável, desagradável. Não precisava acontecer. No final, o petardo explodiu e matou um sargento, à toa.

Quais os projetos que o senhor considera terem sido os mais importantes para o desenvolvimento nacional, durante o período revolucionário? O senhor participou de alguma maneira no Programa Nuclear Brasileiro, durante o Governo Figueiredo?

As primeiras providências revolucionárias foram reconstruir a estrutura política, acabar com aquela parafernália de partidos e criar dois bem definidos. Um favorável à causa da Revolução e outro para abrigar os que fossem contrários ao Movimento. Penso que o Presidente Castello Branco foi de uma felicidade muito grande na solução daqueles problemas que se avolumavam. Genial mesmo.

Acompanhei de perto o Programa Nuclear. Foi uma pena que o tivessem interrompido, pois se desenvolvia muito bem. Inclusive, na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, mas, principalmente na Marinha. Tinha um objetivo determinado, o submarino com propulsão nuclear. De qualquer forma, todos desejavam incrementar o desenvolvimento da tecnologia, para fins pacíficos.

Entendo que saber fazer é algo muito importante, com o propósito de estar bem preparado ao enfrentar uma situação adversa. Postura que impõe respeito, no concerto das demais nações. A Índia possui a bomba atômica. E outros mais. Nunca farão nada com a bomba, penso. Mas é lícito pensar assim. No Brasil, pessoas mal informadas alimentaram a idéia de que trabalhar na busca do conhecimento que proporcionasse a possibilidade de domínio da tecnologia nuclear, certamente seria um atrativo para produzir a arma. Isso é uma bobagem! Ninguém pensou nisso.

O senhor acompanhou de perto o Governo Figueiredo e é um dos poucos que podem testemunhar sobre questões muito comentadas, perguntas que muitos fazem e não temos dados para responder. O estado emocional do General Figueiredo ficou muito alterado por causa da cirurgia? O desempenho do Presidente modificou-se em face de seqüelas decorrentes da cirurgia?

Vamos por partes, para facilitar a compreensão. O General Figueiredo seguiu para Cleveland bastante preocupado. Antes da cirurgia, ficou dois dias no hospital, enquanto nós permanecemos num hotel, excelente por sinal, da Clínica de Cleveland. Acompanhei, cerradamente, todos os momentos seguintes à intervenção, de dia e à noite. Ele saiu da cirurgia muito chocado, sentia dores horríveis, repetindo: "Um caminhão passou em cima de mim." Cederam uma residência do governo americano, bem perto do hotel. Ele se queixava de muita dor.

Constantemente, ia para a casa em que ele permanecia, a partir das 7 horas da manhã. Tomávamos café, às vezes juntos, e almoçávamos também. À tarde, deixava o Presidente repousando e regressava ao hotel; à noite, estava lá, com ele, de novo. Isso, durante o mês de recuperação. Ele caminhava, todos os dias, em torno do grande jardim da casa. Os amigos vinham visitá-lo e ele sentia-se seguro, acompanhado, enquanto a dor passava. Com a recuperação, foi melhorando a cabeça, voltou a jogar biriba, de que gostava tanto. Voltou a gracejar.

Ele tinha bom humor?

Tinha bom humor e mau humor; os dois lados. Mas correu tudo bem, sem inconvenientes. Quando terminou esse tempo de licença, não sobrevieram mais problemas e ele sentia-se muito bem.

General, uma cirurgia dessas sempre preocupa, principalmente para uma pessoa que voltará a ocupar o cargo de Presidente do Brasil, retornará ao exercício de uma função de elevada responsabilidade e reconhecido desgaste. Ele voltou bem?

Tranqüilamente. Com a maior naturalidade. Nunca fez qualquer referência ao medo de reassumir. Realmente, tinha muito medo de morrer, tinha medo de não suportar as dores que sentia, mas, de qualquer forma, reagiu com bastante coragem.

Esse seu depoimento é importante porque uns dizem que o General Figueiredo, no Brasil, já não tinha a mesma vontade, o mesmo ímpeto. Acredito que essa falta de vontade fosse natural, pois a pessoa tem que ter um certo cuidado, não se volta rindo da mesma maneira, querendo fazer as mesmas coisas. Por exemplo, ele voltou a cavalgar?

Não! Não podia.

Os analistas diziam que o Presidente não cavalgava porque não sentia a mesma disposição.

Faltava-lhes o entendimento do esforço que exige a equitação. Que se pusessem em cima de um cavalo, os que afirmavam aquelas bobagens. Cavalo, apenas a passeio. Ele nunca mais montou na pista do Regimento de Cavalaria de Guardas; montava, às vezes, na Granja do Torto.

E emocionalmente? Observou-se uma maior emotividade nele?

Inicialmente, sim. Mas, à medida que o tempo passava, foi voltando ao normal. Até me admirava da paciência que demonstrava. Pensava: "Como é que o João agüenta esses chatos em volta dele?" Políticos e alguns tipos que iam para lá só para aborrecê-lo.

Sua paciência era menor que a dele?

Não, penso que fomos sempre muito pacientes, mas o João era menos.

Analisando-se os vinte anos de Revolução muitos foram os momentos de sucesso. O milagre brasileiro da década de 1970, muita coisa boa, é inegável. Agora, a seu ver, quais os momentos mais difíceis da Revolução, os mais problemáticos?

A idéia de um Governo novo e diferente: o Governo militar. Foi um período muito difícil, e difícil que todos aceitassem. Muito discretamente, para nós, militares, também era. Havia muito receio de estarmos fazendo bobagens. Felizmente, correu tudo bem. As passeatas apenas tumultuavam; Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e outros criaram algumas dificuldades. Depois, foram-se acalmando, cada um se ajustando à sua posição. A partir daí, entendo que tudo começou a correr bem.

Verdade é que os jornais criticavam tudo. Mas o Presidente João Figueiredo, quando saía em viagem, e eu freqüentemente o acompanhava, onde chegasse, o povo aplaudia, tratava-o com carinho; Figueiredo sentia-se inteiramente à vontade no meio dos populares. Fomos vendo, afinal, que "os relâmpagos não eram raios", que as ondas não eram tão grandes. Tomávamos pé de nossa situação, gradativamente.

Mas houve, sim, momentos de crise muito sérios quando seqüestraram os embaixadores. Lembro de que me encontrava na casa de um grande amigo meu, em Copacabana, quando tocou o telefone. Chamavam-me, desesperadamente, ao Palácio Laranjeiras. Era o Presidente Médici, com o General Hugo Abreu e outras pessoas, porque haviam seqüestrado o embaixador dos EUA. Então, foram momentos assim mais sensíveis que tivemos.

E o choque do petróleo?

Eu gostava muito de conversar e discutir com o Ministro Delfim Neto, inicialmente na Agricultura e, depois, no Planejamento. Ficamos amigos. Sentava-se à minha frente, nas reuniões da manhã e da tarde. Discutíamos muito sobre o problema do petróleo. Certa vez, fiz uma sugestão da qual ele, certamente, achou graça: "Esse Medeiros não entende nada de economia."

Fiz uma proposta para baixar a inflação, que subia muito rapidamente, naquela época. Disse a ele: "Não dá para escamotear esse problema do petróleo, separar da inflação e apresentar ao público em duas partes: a inflação com ele e sem

ele." O objetivo era mostrar que a culpa do encarecimento dos produtos não era do Governo, de uma má administração financeira, e sim de uma contingência da economia mundial." Ele riu. Continuei: "Não tem razão para você ficar rindo, creio que é uma coisa muito fácil de fazer e muito bom o povo saber que está pagando mais não por nossa causa, mas dos árabes."

Ele riu?

Sim, e disse: "Esse Medeiros não sabe nada!"

Dentre as dificuldades, o Riocentro não terá sido o episódio mais complicado?

Entendo que o Rio Centro foi uma formiga que virou elefante. A falta de juízo de um capitão e de um sargento, do DOI-CODI, infelizmente era o DOI-CODI do Rio, que resolveram, por conta própria, fazer uma demonstração contra a "abertura" do regime. Quando soubemos da desastrada intenção, foram chamados à sua chefia e instados a desistir de seu propósito, concordaram. Ficamos convencidos que tínhamos abortado a tentativa irracional de explodir a bomba no pátio para assustar. Não havia o menor intuito de matar ou ferir alguém.

No dia 1º de maio, quando ocorreu o fato, eram onze horas da noite, me telefonaram dizendo: "Olha, Medeiros, uma bomba explodiu lá no Rio Centro. O sargento, que carregava o artefato no colo, morreu e o capitão está muito ferido." Para mim foi um choque. Quase não acreditei, porque já considerava aquilo um episódio ultrapassado.

General, voltando ao problema de saúde do Presidente Figueiredo, sem dúvida um momento crítico que foi ultrapassado, caso tivesse tido outro desfecho, já se teria pensado em solução alternativa?

Certamente. Estávamos preparados para isso.

Já no final do governo, após o retorno de Cleveland, ocorreu o "movimento das Diretas-Já" (eleição direta para Presidente da República), quando as oposições, em função da emenda do Deputado Dante de Oliveira, mobilizaram-se, com largo apoio da imprensa, para conseguir aprová-la, provocando inclusive apelos populares. De qualquer forma, houve reconhecida aceitação da parte da sociedade mais politizada. Como o Senhor viu esse movimento? Qual a sua análise e qual foi a atuação do Governo?

O Governo permaneceu tranqüilo. Não iria ceder às pressões, porque conhecíamos movimentos daquela natureza, típicos de situações em que predominava a ação de políticos exaltados. Não lembro de ter presenciado qualquer preocupação de membros do Governo em face daquela campanha. Na verdade seria natural que acontecesse.

O senhor acha que a Revolução utilizou o tempo adequado ou demorou excessivamente? Poderia estender-se mais?

Pode ser que você estranhe, mas entendo que, em termos de conduta política, no Brasil, os integrantes das casas legislativas, os responsáveis pelos cargos de maior relevo dos poderes Executivo e Judiciário, a própria população, todos já haviam amadurecido bastante. Isso não se dá conta na hora, somente o tempo iria demonstrar que as pessoas, de forma equilibrada, aceitavam a situação com maior naturalidade, desistindo de luta armada, de guerrilhas. Por isso, foi oportuna a época em que se encerrou o ciclo de governantes militares.

A Revolução acabou no momento em que passou a predominar a tranqüilidade. Houve alguns problemas de relacionamento entre autoridades, por exemplo... Não sei se devo comentar... Enfim, o Sr. José Sarney, pouco tempo antes disso tudo, cometeu uma infidelidade com o Presidente Figueiredo – traição, em termos políticos: passou para o outro lado. Não sabíamos com o que podíamos contar, vindo do lado dele, e isso nos preocupava um pouco. Foi por isso que, no fim do Governo Figueiredo, que poderia ter tido outro desfecho, talvez até brilhante, a despedida acabou sendo algo melancólico. Em que consistiu? Apenas o Presidente entrou no avião e viajou para o Rio, sem que ninguém participasse. Acompanhei-o nesse vôo solitário para o Rio de Janeiro.

O Senhor crê que a doença do Tancredo Neves, então eleito Presidente, foi um fato triste que perturbou, inegavelmente, esse final? Consideraríamos dois finais do ciclo revolucionário: com Tancredo e sem ele. O senhor acredita que seria melhor com Tancredo?

Entendo que sim, porque já era uma coisa acertada e aceita e, sinceramente, esclareço que ninguém repudiava o Tancredo, alguns faziam suas restrições porque o achavam pouco firme. No entanto, era muito respeitado, muitos gostavam dele, eu próprio, por exemplo. Minha esposa, Olga, é testemunha disso. Convivi com ele, em Minas Gerais, onde portou-se com muita decência.

Seria uma passagem mais suave e até prazerosa.

Sim, poderia ter havido, até, uma festa na passagem do governo, para comemorar a união das classes políticas. Mas a enfermidade impediu tudo, o estado de saúde do Tancredo já dificultava muito as coisas.

Muitos escritores consideram que o Movimento significou, praticamente, o encerramento de um período que começou em 1930. O senhor considera a Revolução como sendo o último ato do período que teria começado em 1930?

Não vejo a menor relação, foram situações completamente distintas.

General, como o Governo Figueiredo conduziu a sucessão? O senhor, que esteve junto, privou de todas as situações, ouviu todas as alternativas – colégio eleitoral, candidato civil, militar –, como é que o Senhor lembra de tudo isso? Recentemente, quando fui entregar os livros da coletânea ao Deputado Delfim Neto, já entrevistado, ele disse que numa reunião em que estavam presentes o senhor, General Venturini e ele, o General Figueiredo dizia: "Não, fulano não." Ele citou o Maluf, por exemplo.

Mas o Maluf era carta fora.

Então, como se desenrolou essa história?

Ocorreram reuniões no Palácio às quais compareciam os candidatos, vamos dizer assim...

Os presidenciáveis.

Não eram os presidenciáveis, porque o Maluf nunca foi presidenciável, e sim um fantoche. Mas o que o João apreciava, desejava que fosse Presidente, que morreu logo em seguida...

Era o Ministro Mário Andreazza de quem soube ter alimentado aspirações?

Não, não era esse não...

Então, o Jarbas Passarinho, o Costa Cavalcanti, ou, quem sabe, o Vice-Presidente Aureliano Chaves.

Não, esse, se fosse eleito, o João suicidava...

Tinha o Tancredo. O Tancredo era outro.

Não, ele nunca sentou à mesa.

Como o senhor viu a condução desse final, a escolha definitiva?

Penso que foi tudo muito bem, até que começaram as discussões nas reuniões, entre os postulantes. Nessas horas, a situação só tendia a piorar e o melhor era acabar com as reuniões. João procedia assim.

Como se deu o encaminhamento para o Congresso?

Não foi para o Congresso. Quando o Tancredo adoeceu, apareceu imediatamente a perspectiva da vacância da Presidência. Ficou-se em compasso de espera. Chegou a véspera da passagem de governo, uma noite muito significativa para mim e para os outros que acompanharam. Houve duas reuniões, uma com o Presidente João Figueiredo, da qual participaram o Chefe da Casa Civil e o Sarney, que já estava atritado com o João, além de mais um personagem de quem não me lembro agora, e também não interessa muito. Do outro lado, na minha casa do lago, na Península dos Ministros – num ambiente separado da casa, chamado de "porão" – encontravam-se o Chefe da Casa Militar, General Venturini, o General Newton Cruz, nosso amigo e conselheiro, naquela época, o Rubão (General Rubem Carlos Ludwig) e eu. Ficamos ali, tranqüilamente discutindo as perspectivas, até que o João ligou. Ele sabia que estávamos lá.

Atendi, e perguntei: "Como é João, resolveram o problema?" Ele respondeu: "Resolvemos!" Voltei: "O que vai acontecer?" Ele disse: "O Sr. Sarney vai assumir a Presidência da República." Ponderei: "Mas a vez não é dele! Quem assume num caso desses é outra pessoa." Ele interveio: "É, mas nós decidimos que vai ser o Sarney, agora está resolvido e tchau! Até logo, vou-me embora para a casa descansar porque o caso está resolvido." Fiquei satisfeito, porque não apreciava o Ulysses Guimarães. O Sarney, com quem convivi muito tempo, era homem um pouco inconstante, mas comigo sempre foi coerente.

Concorreram, na eleição indireta, Paulo Maluf, do PDS, e Tancredo Neves, do PMDB, pleito vencido por este último. O Presidente Figueiredo curvara-se à decisão dos partidos. Mas, General, ainda uma pergunta sobre a sucessão. No Correio Braziliense *de domingo, 12 de setembro do corrente, o General Octávio Pereira da Costa, declarou que havia a intenção de alguns militares radicais – não cita os nomes –, de perturbarem a eleição, no Congresso, pois ainda almejavam a continuidade do governo militar. O que o senhor pode comentar essa declaração?*

Nunca houve isso! O que poderia ter ocorrido, é provável, apenas discussões fortuitas, mas jamais alguém foi direto a esse ponto. Nem chegou informação, a tal respeito, ao SNI. A eleição foi tranqüila.

O assunto estava encerrado. E antes? O senhor recebeu informações de que, antes das eleições de Tancredo Neves, alguns militares radicais queriam, ainda, fazer o sucessor do Presidente Figueiredo?

Isso sempre houve, porque é muito difícil você conseguir uma unidade de pensamento, principalmente sobre política, no meio militar. Naturalmente, os poucos remanescentes que ainda gozavam as benesses do governo militar, sentiam-se expurgados de qualquer maneira.

Um amigo meu, major, depois que voltei da Amazônia, 2 anos após o Governo Sarney ter iniciado, veio em minha casa para fazer o seguinte convite, conforme a expressão dele: "Precisamos voltar ao Poder!" Veja, um sujeito muito bom que não imagino porque possa ter dito uma besteira dessa.

O sonho talvez fosse o de conduzir melhor a Nação.

Um major, chefe de Seção de Operações, pensar uma bobagem dessa, vir à minha casa, com tal estultícia. Ele me conhecia, sabia que eu seria incapaz de um desatino.

Existiram tais pensamentos, mas no SNI, de concreto, o senhor não tinha nada que pudesse preocupar.

Absolutamente. Para o cargo de Chefe do SNI, indiquei o General Ivan de Souza Mendes. Meu amigo, companheiro de turma, homem sério, excelente. O João Figueiredo

pedira-me que escolhesse meu substituto. O primeiro lembrado fora o General Adhemar da Costa Machado, Comandante Militar da Amazônia, que não aceitou. O General Ivan prontamente, acedeu.

Na entrevista publicada no Correio Braziliense, *feita pelo General Octávio Costa com o General Ivan, foi lembrado que ocorreram algumas idéias de continuísmo, a fim de evitar a eleição de um civil. É claro, ressalvadas as ilações feitas pela Imprensa.*

O Ivan não deve ter dito nada; o Octávio Costa, não sei. Tudo exploração jornalística. Fofoca. Não houve reação alguma. Se houve, foi inexpressiva.

Lembro que, nessa oportunidade, encontrava-me como instrutor da ECEME e nada se comentou à respeito.

Nada foi dito. Qualquer um, como você, que cumpria suas obrigações na caserna, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, estava pouco se "lixando" com isso.

General, nos comentários e noticiários da televisão, nos programas radiofônicos e na imprensa escrita surge, freqüentemente, em meio a uma ocasional ou premeditada referência aos governos dos presidentes militares, menção à ditadura. Uma estranha coincidência, que sugere uma cantilena, tentativa de convencimento, tanto desagradável quanto antipática. Interessante é que, passados vinte anos, essa generalização, não tão brilhante, ainda persiste. A que o senhor atribui isso?

Penso que é pura hostilidade. Decorre do medo, quase pânico, que eles sentem de que tudo aquilo possa repetir-se. Razão porque pretendem incutir na sociedade o perigo de um governo militar e conseqüentes ameaças à democracia. No entanto, há muita gente que ainda lamenta o término dos governos presididos por militares.

A Mídia estabelece uma dúvida perniciosa. Não passa de ranço ideológico; autodenominados defensores da democracia, tornaram-se radicais, decididamente, contra os militares.

No atual grupo político que governa o País existem vários anistiados, líderanças do movimento de esquerda que enfrentou a Revolução. A minha pergunta é se esses ex-subversivos e socialistas radicais reconhecem a derrocada da URSS, o declínio do comunismo, e mudaram suas posturas políticas ou apenas aguardam um momento mais oportuno, para a implantação definitiva do socialismo revolucionário no Brasil?

É difícil responder, mas não os vejo capazes de qualquer iniciativa, de mudar a situação política do Brasil, porque, afinal, ela é muito cômoda para eles. Sabem que, se forçarem a adoção do socialismo ou do comunismo, qualquer desses regimes políticos, no Brasil, vão se ver outra vez com as Forças Armadas. Estas não mudaram seu sentimento. Está arraigado no espírito militar. Penso assim... Sinto assim. Acom-

panho o noticiário político. Identifico muitos interesseiros, ambiciosos, dirigindo o País. Não estão interessados se o Brasil vai tomar tal ou qual rumo. Os benefícios pessoais de toda ordem superam as preocupações com as graves questões do País, em todos os campos do poder.

General Medeiros, o senhor gostaria de deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército algo mais sobre a Revolução?

Não, creio que o assunto foi abordado de forma apropriada. Muito obrigado!

Deputado Federal Bonifácio de Andrada

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Exerce o 7º mandato na Câmara dos Deputados após quatro mandatos como Deputado Estadual na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e um mandato como Vereador em sua terra natal.
- Ocupou vários cargos de Secretário de Estado em Minas Gerais no Governo Magalhães Pinto, Aureliano Chaves e Hélio Garcia. É professor universitário da UNB de Brasília, da PUC de Belo Horizonte e da UNIPAC de Barbacena, nas disciplinas Direito Constitucional e Ciência Política. Tem vários livros publicados e participou de seminários e congressos no Brasil e no exterior.
- A sua atuação parlamentar se destaca como jurista e técnico em questões constitucionais e políticas, tendo exercido a Liderança do Governo e Presidência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Durante o seu mandato como deputado estadual foi relator das constituições mineiras de 1967 e 1970. Participou da Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido um dos líderes do chamado "Centrão" e membro da Comissão de Sistematização e Redação da Constituição de 1988. Deputado federal, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e outras Comissões.
- Atualmente cumpre o mandato de 2003 a 2007, por Minas Gerais, no PSDB. É membro do Parlamento Latino-americano, onde exerceu função na Comissão Jurídica Internacional, e hoje é presidente da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia.
- Integrou os seguintes partidos: UDN, 1954 a 1965; Arena, 1966 a 1979; PDS, 1980 a 1993; PPR, 1993 e 1994; PTB 1994 a 1996; PPB, 1996 e 1997; e PSDB, 1997.
- Cumpre ressaltar que o Deputado é descendente direto do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva, bisneto do Conselheiro Lafayete Rodrigues Pereira, e sobrinho-neto do Presidente Antônio Carlos. Representa a quinta geração de parlamentares brasileiros da família Andrada, que, de pai para filho serve o Parlamento Nacional desde 1821, com a interrupção de apenas 8 anos, no século XIX.
- Na eclosão da Revolução, era Líder do Governo Magalhães Pinto, na Assembléia Legislativa.

Entrevista realizada nos dias 1º de dezembro de 2004, 16 e 30 de junho de 2005.

Inicialmente, agradeço sua importante participação no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. O senhor encontrava-se junto ao Governador Magalhães Pinto naqueles momentos iniciais e decisivos do Movimento, acontecidos em Minas Gerais. O que o senhor poderia comentar a respeito?

Naquela fase, eu era o líder do Governo Magalhães Pinto na Assembléia Legislativa. Ainda muito jovem, mas já convencido de que o mundo vivia um momento grave, porque as forças marxistas estendiam sua presença a vários países. No continente americano, Fidel Castro e Che Guevara, cheios de vigor, lideravam o projeto de disseminar a revolução esquerdista e marxista. O Governo Federal de João Goulart, dia a dia, mais se articulava com essas forças de esquerda radicais.

Integrava a União Democrática Nacional (UDN), partido político de oposição ao Governo Federal e firme apoio ao Governo do Estado. Para a UDN, ao redor de João Goulart, armava-se um esquema de golpe de Estado. Percebia-se que o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, e outros militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estavam marchando no sentido da esquerdização do País.

Minas Gerais é o Estado mais cristão e católico do Brasil e logicamente a comunidade mineira é muito sensível aos valores democráticos. Então, em Minas Gerais, alastrou-se com facilidade um grande movimento de oposição a João Goulart. A Igreja Católica, naquela época, temia os riscos da implantação de um regime comunista. Atuava contra as tendências ditatoriais de João Goulart a forte ação política liberal da UDN e o conservador e ruralista Partido Social Democrático (PSD) que também estava temeroso de um movimento das esquerdas.

Tudo isso fez com que se desenvolvesse em Minas Gerais uma dinâmica muito forte contra o Governo João Goulart, sobressaindo, nesse aspecto, a Polícia Militar mineira que tinha à sua frente um homem muito destemido, o Coronel José Geraldo de Oliveira, enérgico, de espírito cristão e contrário a qualquer espécie de sucesso comunista. Aos poucos, sentia que Minas Gerais estava ficando pronto para tomar uma posição de enfrentamento a essa situação. O próprio Governador Magalhães Pinto, homem muito equilibrado, sensato, adepto de soluções sem violência, aos poucos, também se sentiu envolvido, mas agia de forma prudente, às vezes disfarçadamente, mas com clara determinação.

Os políticos também estavam atuando?

Ah, não tenho dúvida! Participavam ativamente. Os políticos tinham sensibilidade para com o seu povo, suas bases municipais. Basta dizer que quando o Governador Magalhães Pinto realmente decidiu revelar sua posição contra o Governo João Goulart, figuras das mais ilustres foram ao Palácio e aceitaram o título de Secretário

de Estado honorário. Foi o caso de Afonso Arinos, Milton Campos, José Monteiro de Castro, todos expressões da UDN e José Maria Alkmin, expressão do PSD, além de outros nomes. Aliás estes dois, Monteiro de Castro e Alkmin, participaram de vários encontros com os generais Mourão e Guedes.

Ao redor do General Bragança (José Lopes Bragança), reformado há muitos anos, muitos grupos civis se movimentavam. No interior do Estado, grupos religiosos tomavam posição. Nas ruas, ocorriam grandes movimentações – as marchas da família com Deus, temendo que o comunismo viesse a apoderar-se do País. De fato, aquela fase era a época da guerra fria. Forças empresariais de variados setores estavam se articulando, na surdina, através do chamado Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), cujo dirigente nacional era o General Golbery (Golbery do Couto e Silva).

Dia a dia, eu e meu pai sentíamo-nos na obrigação de tomar posição favorável ao movimento contra João Goulart. Meu pai, Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada me chamou para vir a Brasília e disse que o Deputado João Mendes tinha organizado uma frente parlamentar poderosa, a Ação Democrática Parlamentar (ADEP), para defender a democracia contra qualquer manobra que surgisse. A ADEP realmente reuniu deputados da UDN, quase todos do PSD, também do PTB e de outros partidos da Câmara dos Deputados. Conversei com o João Mendes e ele disse: "Bonifácio, você podia organizar a ADEP lá em Minas. Temos o apoio do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituição não ligada a nós diretamente, mas que está muito preocupada com o avanço da esquerda do Brasil. É um grupo poderoso de industriais brasileiros dispostos a apoiar financeiramente o combate ao comunismo."

Essa foi a informação que recebi sobre o IBAD. Ele disse mais: "Você lá em Minas, além da direção da ADEP na Assembléia, como também vou me comunicar com os dirigentes do IBAD, poderá fazer contato com eles." O professor Ivan Hasslocher, segundo me disse, era o presidente do IBAD. Respondi: "Deputado João Mendes, esse negócio de dinheiro do IBAD é algo com que não gosto de lidar. Nesse caso, lá em Minas, há uma figura muito interessante, Padre jesuíta José Cândido de Castro que está também muito atemorizado com os movimentos da esquerda no País e poderá gerenciar esta área, com garantia de correção." Nesse episódio, preferi que tudo se articulasse com ele, porque todos ficariam seguros de que não haveria nenhuma hipótese de desvio de dinheiro. Realmente, não cuidei deste setor. O Padre Castro articulou-se com o IBAD e passou a ser o responsável por essa área, em Minas. E mantinha contato comigo. Organizei a ADEP na Assembléia Legislativa, que logo recebeu o apoio de quase todos os deputados mineiros. Lançamos um manifesto nesse sentido.

Começamos a articulação em Minas. Tivemos conhecimento de outros grupos, além daqueles acima mencionados. Na área industrial, na área sindical, no jornalismo; já havia uma rede organizada para combater a marcha da esquerda no Estado e no País. Com essa rede, começamos a nos movimentar, inclusive com apoio jornalístico expressivo. Tive um contato mais estreito com o Coronel PM José Geraldo de Oliveira, Comandante da Polícia Militar. Confidenciou-me que a Polícia Militar estava se articulando, toda ela, para tomar uma posição revolucionária contra o Governo João Goulart. Disse que o Governador Magalhães Pinto sabia disso, havia autorizado, mas não dera a permissão para que se transformasse numa notícia pública. Para todos os efeitos, ele só poderia assumir esse discurso depois que houvesse claras demonstrações de que o Governo Federal pretendia dar um golpe de estado.

Nessa época, apareceu em Minas, vindo de Brasília, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Antônio Martins Vilas Boas. Chegou em Belo Horizonte, procurou-me, porque era amigo do meu pai, como também do meu tio Ministro Lafayette de Andrada, que foi presidente do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Vilas Boas me chamou para conversar com o Governador Magalhães Pinto. O assunto era o estado de sítio que João Goulart queria impor ao País. O Governador também estava muito preocupado com a situação, disse que não concordava e pretendia telefonar ao João Goulart, para informar-lhe de que Minas Gerais tomaria posição firme e agressiva contra o estado de sítio, caso fosse decretado por Brasília. Aquilo me impressionou, porque verifiquei que o Governador Magalhães Pinto estava dentro de um processo claro de oposição e, até mesmo, oposição radical e militar ao Presidente João Goulart.

Lembro que o Ministro Vilas Boas disse ao Governador Magalhães Pinto que tinha se encontrado com vários militares que confirmavam a existência de vários focos de insatisfação pelo temor de que acontecesse algo no País. Assegurou-lhe que o Ministro da Guerra e o Chefe da Casa Militar da Presidência da República mantinham o controle do Exército. Comunicou ao Governador que tais focos precisavam ser articulados, porque o General Dantas (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra, era respeitado dentro do Exército e um líder que se impunha. Acrescentou ainda que enquanto o General Dantas não se convencesse de que João Goulart tramava um golpe comunista, e este líder militar não estava convencido disso, achava a situação nacional muito difícil e perigosa. Disse, ainda, que o General Dantas estava meio adoentado, do que deu notícia, também, ao Governador Magalhães Pinto. E com isso terminou a conversa. Desci, acompanhei o Ministro Vilas Boas até o seu carro, que o levaria de retorno a Brasília, e nos despedimos. Achei-o meio

temeroso face aos acontecimentos, mas muito alegre por verificar que em Minas Gerais já havia uma posição firme para reagir contra o Governo João Goulart. Aliás, Magalhães Pinto já pensava na hipótese de Minas transformar-se em um Estado sob a situação de "beligerância" e para isto organizou um secretariado revolucionário com grandes nomes como Milton Campos, José M. Alkmin, Afonso Arinos, José Monteiro Castro e outras figuras nacionais, como citei acima.

Resolvi, naquela época, aproximar-me mais do Coronel PM José Geraldo de Oliveira, para acompanhar melhor os acontecimentos. O Chefe de Estado-Maior da PM era um homem capaz, figura ilustre – ainda vive – o Coronel. Afonso Barsante que aliás me forneceu importante documento resumindo a ação da PM no movimento revolucionário. Desenrolavam-se os preparativos, para a Revolução, quando meu pai chegou de Brasília, da Câmara dos Deputados. O povo ainda estava fora dos acontecimentos. Relatei-lhe os últimos fatos e ele ficou, assim, meio surpreso. Estávamos no carro, em Belo Horizonte, e diante do movimento de caminhões da Polícia Militar, disse: "Ah, a Revolução está nas ruas!" Não notei nele muito entusiasmo.

Revolucionário de 1930, tal movimento rebelde não fez com que seus ideais democráticos se concretizassem. Pertencia à Aliança Liberal, organizadora da Revolução de 1930, mas a vitória foi entregue a um positivista dos mais arraigados, Getúlio Vargas, que logo implantou um regime autoritário. Então, vi-o meio assustado, como quem diz assim: "a outra não deu certo e esta dará?" Lembrou de uma frase do Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seu tio, homem que detonou a Revolução de 1930, dita durante uma entrevista célebre, já no fim da vida, em 1943, para o jornalista Samuel Wainer. "Pode-se saber como e quando começam as revoluções, mas nunca como e quando terminam".

A Revolução de 1964 teve um pouco do Estado Novo, visto que contou com alguns tenentes da época de Getúlio Vargas, que tinham essa idéia do positivismo.

Sim, Juarez Távora foi uma esplêndida figura, de patriota mas influenciado pelas idéias positivistas, e por isto, sentíamos a presença de ideais positivistas bem fortes na Revolução. O militar tende a envolver-se com o positivismo, pois visualiza tudo em termos práticos, é muito realista, aparentemente, e ainda se presta um pouco àquela visão linear de pensamento militar. O positivismo no Brasil tornou-se influente também na área jurídica e no modo de ser da vida política brasileira, mas curiosamente, percebe-se que tal visão não é conhecida no Brasil, como deveria ocorrer. Aliás a República foi proclamada sob a influência do positivismo de Benjamin Constant e de outros líderes, inclusive dos gaúchos, com Júlio de Castilho.

Retornando ao que vinha dizendo acima, meu pai logo voltou a Brasília, porque era Primeiro-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados; se adviesse uma "com-

plicação", Ranieri Mazzilli Presidente da Câmara seria o Presidente da República. Então, meio surpreso, voltou a Brasília.

Isso já era em março de 1964?

Possivelmente, fins de fevereiro; a Câmara estava funcionando e a Assembléia Estadual também. Curioso, nessa fase aconteceu um caso que me chamou muito a atenção. As notícias ainda não eram muito claras e seguras, em relação ao General Mourão (Olympio Mourão Filho), em Juiz de Fora, e ao General Guedes (Carlos Luís Guedes), em Belo Horizonte. Recebi a notícia, então, de que o General Bragança, que foi uma figura interessante no episódio revolucionário, reunira várias pessoas suas conhecidas para conversar com o General Guedes. Pretendiam mostrar ao General Guedes os riscos que o País estava atravessando. Guedes era muito amigo do Ministro, General Jair Dantas Ribeiro. As notícias de Juiz de Fora, do General Mourão, ainda não eram claras. Sabia-se que o General Mourão tinha muita antipatia pelo João Goulart, mas não se conhecia até que ponto ele assumiria um posicionamento, embora o documento-relatório do Coronel Afonso Barsante, Chefe de Estado-Maior da PM, indicasse articulações com os dois generais, antes dessa época.

Também chegavam informações de que as associações rurais do interior de Minas Gerais estavam se arregimentando. Seu presidente, Josafá Macedo, muito diligente e inserido no processo, atuava para organizar uma rede rural revolucionária. Logo depois, às vésperas do 31 de Março, a notícia que nos chegou foi a de que todo o meio rural do Norte de Minas estava armado e pronto para uma guerra de guerrilhas contra Jango Goulart. Havia uma intenção clara de resistência a qualquer posicionamento do Governo Federal no sentido de querer dar um golpe de esquerda no País. As revoluções, às vezes, são ingratas e aliás fiquei revoltado quando cerca de um ano depois, após a vitória da Revolução, prenderam estranhamente o presidente Josafá Macedo sem maiores motivos. Tinha sido ele um baluarte, e é triste como tais coisas se desenvolvem, dentro do processo discricionário das revoluções.

Certo dia de março, o Coronel PM José Geraldo chegou a me falar que não era para esperar mais, pois a situação estava muito grave. Tivera informações de setores responsáveis que em torno do Presidente João Goulart e do Governo do Rio Grande do Sul um grupo estava se armando, de fato, com poderosa articulação militar, para fortalecer a linha de esquerdização do País. Com essas informações achava que a Polícia Militar tinha que sair para a luta obedecendo um plano já aprovado pelo Governador Magalhães Pinto. Nessa altura, as informações eram de que o General Guedes e Mourão concordavam, plenamente, na pronta deflagração das ações militares. Com a autorização do Governador, o comando iniciou o processo, e de Belo Horizonte saíram vários batalhões da Polícia Militar para pontos estratégicos. Fo-

ram dois ou três batalhões para Juiz de Fora, um de Barbacena. Coube-me ir para a rádio oficial do governo, a Rádio Inconfidência, o que fiz juntamente com mais três companheiros, inicialmente, Dênio Moreira, Orlando Vaz e José Machado, este, irmão do Deputado Guilherme Machado. Fomos cedo, por volta das 18 horas, para tomar conta da Rádio e começar a pregação revolucionária, que aliás teria a supervisão do ex-Deputado Alberto Deodato.

Já em plena Revolução?

Aliás, sobre o assunto lembro-me de que a grande escritora Rachel de Queiroz, em um dos seus artigos após o dia 31 de março, escreveu que: "nas próximas revoluções seria preciso que os revolucionários mineiros arranjassem uma rádio mais forte". Ela não conseguia captar o sinal para ouvir as notícias do Movimento.

Estava no Rio de Janeiro o General José Maria de Andrada Serpa. Era o "Serpa mais velho", e pensei em comunicar-me com ele. Praticamente isolado, era visto, pelas forças militares ligadas ao Governo, como um general que não merecia confiança. Então, consegui telefonar para o General. Um fato interessante: o Diretor da Companhia Telefônica de Minas Gerais, Lima Neto, da família de Augusto de Lima, sobrinho do Professor João Franzen Lima, estava muito envolvido na Revolução e tomava conta de toda a telefonia do Estado. Criou um esquema estratégico por intermédio do qual nós mineiros podíamos falar para fora de Minas Gerais, mas ninguém poderia telefonar para Minas Gerais. Isolou Minas Gerais. Assim pude falar com tranqüilidade com o General José Maria que me disse: "Olha, aqui no Rio há uma agitação muito grande. O Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, está querendo invadir o Palácio e prender o Lacerda. Estamos em uma situação perigosa, porque não sabemos o que vai acontecer. Agora, tenho duas informações: uma é boa, a outra nem tanto. A boa é que no interior do Rio Grande do Sul o General Santos (Adalberto Pereira dos Santos) já se rebelou a favor do Movimento revolucionário. Agora, aqui no Rio estou meio assustado, porque deverá deslocar-se contra Minas Gerais o Regimento Sampaio, realmente, uma tropa de elite. Não sei até que ponto esses soldados estão a favor do Governo João Goulart, mas se estiverem será difícil para vocês."

A tropa da PM mineira estava preparada e dois batalhões se deslocaram para Juiz de Fora a fim de se juntarem ao General Mourão. Em Juiz de Fora, o Exército contava com mais ou menos 700 homens que, reunidos ao Batalhão da PM local e à retaguarda do Batalhão de Barbacena compunham uns 1.500 homens sob a liderança do General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) que assumiu o comando do conjunto das forças, tendo o Coronel PM Antônio Falcão à frente da Unidade da PM. Do dia 28 a 31 de março houve alguns desencontros entre a estratégia do Governador e da PM, em relação ao General Mourão, prevalecendo a orientação do Magalhães Pinto.

Podemos deduzir que esse início foi, não digo aventureiro, mas foi mais a impulsão que havia a nível nacional. A impulsão de querer fazer algo.

De acordo com informações de militares que participaram do episódio, houve um confronto interessante entre as forças mineiras e as forças militares federais na divisa do Rio Paraibuna, entre Minas Gerais e o Estado do Rio. De um lado, estavam as forças sob o comando do General Muricy, que estavam integradas pelas forças policiais – um batalhão de Minas – sob o comando do Coronel PM Antônio Falcão. Somavam um efetivo de 1.500 homens. Aliás, Minas, segundo relatório do Coronel PM, Barsante, reunia 20.000 homens em todo o Estado, e mais 22.000 estavam sendo convocados. No episódio acima, do lado do Estado do Rio estavam as forças do Exército compostas das Unidades militares federais de Petrópolis e Valença, chegando mais tarde o Regimento Sampaio, vindo do Rio de Janeiro, na madrugada de 31 de março. Os dois grupos de Unidades em confronto ficaram em posição, cada qual de um lado da ponte. O General Muricy declarou que não daria o primeiro tiro contra irmãos brasileiros. Ao que parece, começou haver adesão das tropas federais, para o lado dos revolucionários vindos de Minas Gerais: inicialmente, o contingente de Valença e logo depois o Batalhão de Petrópolis. Ao amanhecer, as tropas do Regimento Sampaio, depois de várias conversações, apresentaram-se ao General Muricy e assim estava praticamente vitoriosa a Revolução, acrescentando-se que, nesta madrugada, o General Amaury Kruel, Comandante do Exército, em São Paulo, aderira ao Movimento. Estas informações me foram dadas por vários oficiais da PM que participaram do evento.

Quem realmente apressou a eclosão do Movimento militar, a partir de Minas Gerais, com o consentimento do Governador, foi o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM José Geraldo de Oliveira, seguindo um planejamento arrojado talvez, pois a PM dispunha de 20 mil homens na ativa e mais 22 mil em preparo, segundo documento do Estado-Maior da PM. O temor do Coronel José Geraldo e do Coronel Afonso Barsante, Chefe de Estado-Maior, era de que se não deflagrasse o processo, pois, segundo eles, as forças militares ligadas a João Goulart, no País inteiro, poderiam articular-se e predominar no cenário nacional.

Ele sentia, pelas informações que possuía, que a maioria das forças militares do País estava contra João Goulart, mas sem uma coordenação definida, o que gerava uma atitude de expectativa que poderia acarretar indecisão. Uma tal postura facilitaria, eventualmente, o desencadeamento de uma ação por parte dos grupos dirigentes e dos militares pró-Governo. Por isso, acreditava que o processo deveria ser deflagrado imediatamente. Para tanto, tinha a concordância do Governador. Pelos entendimentos que mantinha com os generais sediados em Minas, Mourão e Guedes, sabia que

ambos participavam de suas preocupações e concordavam que era imperioso tomar a iniciativa do Movimento, para o qual emprestavam prestígio e plena autoridade.

Encontrava-me na Rádio e recebia as informações. Por exemplo, estávamos muito apreensivos com o posicionamento do Exército de São Paulo. O General Kruel (Amaury Kruel, Comandante do II Exército) posicionava-se, a princípio, mais para João Goulart, depois é que os coronéis pressionaram para que o General se decidisse a favor da Revolução. Nessa fase, o Coronel Antônio Carlos de Andrada Serpa, com outros coronéis, em São Paulo, juntou-se ao Governador Adhemar de Barros, para convencer o General Kruel a apoiar a Revolução. Aquele político estava muito apreensivo e não sabia para que lado marcharia o General Kruel, temendo que acabasse apoiando o seu amigo e conterrâneo João Goulart. Mas o trabalho de vários coronéis conseguiu, realmente, influir para que Kruel mudasse de posição. Em Minas, segundo as informações iniciais, quando veio a notícia de que o General Kruel iria sair, estávamos convencidos de que seria contra Minas Gerais. Na verdade a surpresa provocada pelo deslocamento das tropas de Juiz de Fora resultou em generalizada desarticulação entre os comandos militares.

Minas Gerais preparou-se para enfrentar várias frentes: Rio de Janeiro, Brasília, e temíamos a ofensiva militar de São Paulo. O Espírito Santo já estava apoiando Minas Gerais e também forças militares do Exército, naquele Estado, aderiram à Revolução. Se fosse o caso, e essa era uma estratégia possível, tínhamos condições de comprar armamento no exterior através de Vitória.

Quando conversei com o Coronel José Geraldo, nas vésperas da deflagração do processo revolucionário, e havia, também, outras pessoas que ouviram, o mesmo fez algumas observações curiosas. Declarou que a opinião pública mineira, naquela época, emprestava todo o apoio ao movimento e assegurou que Minas Gerais sairia em luta contra Jango. A Polícia Militar era muito organizada e possuía informações de todo o Estado.

A Polícia Militar mineira tinha tradição.

Sem dúvida. Na Revolução de 1930 a Força Pública mineira desempenhou papel decisivo com os grupos revolucionários que a apoiaram. Enfrentaram o Batalhão de Ouro Preto, o Regimento de São João Del Rey e a Região Militar de Juiz de Fora.

O Coronel José Geraldo sabia, por informações da Polícia, que todo o Estado estava pronto para a revolta. Contava, além do efetivo da PM Mineira, com outros grupos paramilitares, tanto no meio rural quanto em diversas áreas urbanas das principais cidades mineiras. Minas Gerais levantar-se-ia com larga maioria de seu povo, caso houvesse necessidade. Do Coronel José Geraldo, chegamos a ouvir: “O Governador Magalhães Pinto apóia plenamente os nossos planos, porque nos falou

que, conforme os acontecimentos, Minas Gerais declarar-se-ia em estado de beligerância contra o Governo Federal."

Existia essa hipótese?

Se houvesse a luta armada, a declaração de beligerância contra o Governo Federal seria lançada, para obter o reconhecimento de países estrangeiros.

Havia algum contato com o exterior? O senhor se lembra?

Posso afirmar que não tive nenhuma informação de articulação do Governo de Minas com qualquer entidade internacional. O Governador Magalhães Pinto entendia que se houvesse um conflito militar a tendência seria de, mais cedo ou mais tarde, as Unidades das Forças Armadas assumirem posições contra o Presidente João Goulart, visto que reinava uma consciência nos meios militares de que o Governo estava infiltrado por forças esquerdistas ligadas a Fidel Castro. É lógico que, naquela época, várias hipóteses fantasiosas de guerra civil alimentavam muitas convicções.

Deputado, uma curiosidade. Em 1964, o sistema telefônico brasileiro não era bom. Havia a estrada ligando Brasília a Belo Horizonte, mas não existiam outros meios. A televisão não era nacional. Em vista disso, como o senhor e os demais revolucionários de Minas, conseguiram se articular com Brasília, guardando o mínimo de sigilo, e destaque-se que eram ligações perigosas que não podiam vazar?

Isso é curioso. Nós ficamos isolados, dentro daquela idéia de isolar Minas, para o Estado preparar-se fortemente para enfrentar o Presidente João Goulart. A própria telefonia mineira, como falei, organizou um sistema para isolar-se: ninguém falava com Minas Gerais. E sabedores de que o problema era de revolução militar, mantínhamos pouco contato com Brasília. Realmente toda a atenção era para a estruturação, a organização.

Havia algum código?

Não, eu não obedecia a nenhum código porque a minha conversa com Brasília era apenas parlamentar. Conversava com o Deputado João Mendes e com o meu pai, José Bonifácio, mas em termos de atuação parlamentar. Era algo natural, não tinha interesse em conversar esses assuntos com Brasília, porque, além de perigoso, não imaginávamos receber qualquer apoio da Capital Federal, exceto parlamentar. Tanto é que o Batalhão da Polícia de Minas, com dois mil homens, sob o comando do Coronel Georgino chegou a Brasília, no dia 31 de março, com plenas condições de atuar com o apoio de que pudesse dispor na Capital.

Havia planejamentos para ações em Brasília, em coordenação com as Unidades militares da Capital Federal; no Espírito Santo, também com participação de Unidades do Exército e forças dissidentes; bem como para o engajamento com mei-

os de combate de São Paulo, se fosse o caso; e marchar sobre o Rio de Janeiro. Era a tradição da Força Pública mineira, que teve papel decisivo na Revolução de 1930, em seu Estado, e, por isso,tinha experiência revolucionária, dispunha de informações e mantinha cerrados contatos com lideranças militares do País. Também admitiam que poderia haver insucesso, e as forças de Goulart saírem vitoriosas, mas havia uma consciência de luta, e até de guerrilhas.

O senhor sabe dizer se o Governador contava com apoio dos outros Estados?

Creio que o Magalhães Pinto estava convencido de que poderia haver um conflito militar. Explica-se, desse modo, sua grande preocupação com o Espírito Santo e a existência de planos do Governo de Minas de valer-se desse Estado litorâneo para adquirir armamento, se necessário, do exterior.

Seria uma saída, também.

Seria uma saída, também, no caso de derrota da Revolução, dizia-se em tom de gracejo.

Essa hipótese de ficarem cercados em Minas Gerais foi considerada?

Não foi comentada de uma maneira clara, mas brincando, perante o Governador e outras pessoas. Por certo que o planejamento revolucionário deveria indicar alternativas pessimistas e riscos naturais nesse tipo de luta.

Seria uma base?

Exatamente. Bem, o Estado inteiro estava articulado.

Descobri, depois, que o General José Maria Andrada Serpa estava certo. Existiam vários pólos no Exército dispostos a aderir ao Movimento, mas sem articulação entre eles, daí a mudança de atitude do General Kruel em São Paulo.

O assistente do General Castello Branco declarou na sua entrevista que o General estava consciente da gravidade do momento, mas aguardou até o último instante um recuo do Presidente João Goulart. Castello Branco não queria conter o Movimento contra o Presidente, mas esperou o quanto pôde um gesto presidencial que desse vazão à disciplina e à hierarquia, tão em falta.

Na verdade, houve um telefonema. Estava no Palácio e tive a informação de que o General Castello Branco ligou para o Governador e disse que era uma imprudência sair para a luta e que segurasse a Polícia Militar, porque falaria ao General Mourão. O Governador informou para o General: "Minas Gerais inteira está contra João Goulart. Não tenho condições de impedir a luta. Para mim isso é muito difícil". Castello Branco não gostou da resposta.

Magalhães Pinto contava com uma equipe valorosa no Governo, homens como José Monteiro de Castro e Oswaldo Pieruti. Sempre foi um político muito ousado, de

correr até riscos. Por exemplo, quando foi candidato a Governador, venceu os conflitos dentro da UDN. Ele era assim, dava a impressão de um mineiro sossegado, mas nada, era um homem impulsivo. Aquela impressão de homem calmo e omisso era falsa. Magalhães queria a Revolução; ajudou e incentivou o Coronel José Geraldo a sair para luta, não há dúvida alguma. Agora, estava convencido, essa é a minha impressão, de que o General Mourão teria mais capacidade de liderança militar. Mas tal não aconteceu. Mourão, no Rio de Janeiro, não conseguiu impor-se militarmente. Aliás, nas vésperas de 31 de março surgiram concepções diferentes entre eles, no tocante ao processo revolucionário, prevalecendo porém a estratégia indicada pela equipe do Governador, sob críticas do General Mourão. Por isto a presença, talvez, do General Muricy comandando as tropas, com a concordância de Mourão.

É o que penso do Governador Magalhães. Mas, a sociedade, os políticos, as forças sociais mineiras queriam depor João Goulart. Não havia um projeto mineiro de assumir a Presidência da República e tomar o Poder. O projeto mineiro era depor João Goulart e deixar que as coisas acontecessem, se desenvolvesse naturalmente, dentro das soluções democráticas.

A cúpula mineira, da qual o senhor fazia parte, aceitou sair num Movimento até admitindo que pudesse haver um conflito armado?

Ah, não tenho dúvida.

Isso passou pela cabeça do senhor? Esse risco existia.

Numa declaração a uma jornalista de esquerda que escrevia um livro acerca do Movimento iniciado em Minas, disse que me senti na Revolução de 1964 como um "cruzado", para enfrentar o que desse e viesse. Hoje, faço crítica a essa atitude. Mas naquele momento eu me sentia um cavaleiro "cruzado", defendendo a civilização cristã brasileira. Esse meu sentimento era o mesmo da expressiva maioria de lideranças que lá se encontravam. Íamos para a guerra, para enfrentar a luta, para brigar, para ganhar ou perder. Se vencidos, fugir para fazer guerrilha. Até as hipóteses de guerrilha eram faladas e mencionadas, sobretudo no meio rural.

Estavam determinados.

A determinação era muito grande. Acho que uma pesquisa, antes que desapareçam os dados, precisa ser mais bem-feita sobre aquela fase e sobre o ambiente psicossocial de Minas Gerais. Recordo-me bem da Cruzada Tiradentes, de um Padre interiorano. Não me lembro direito da figura dele. Esse Movimento andava pelo interior de Minas, em grupos enormes, organizados para apoiar o Cristianismo contra o Comunismo. Era um movimento altamente significativo. Estive também com grupos sindicalistas desejosos de participar. Os meios empresariais, da mesma forma. O movi-

mento feminino era poderoso, desfilando nas ruas por Deus e pela Pátria. Quer dizer, é preciso caracterizar bem que esse 31 de Março de 1964, em Minas Gerais, foi uma reação vigorosa do seu povo para depor o pró-comunista João Goulart. No dia 31 de março, a vitória das forças mineiras, da maioria do povo de Minas, inegável e decisivamente contribuíram, até além das Alterosas, para que as Forças Armadas ocupassem o Poder e iniciassem a institucionalização do movimento revolucionário.

Houve a vitória da Revolução, as forças militares chegaram ao Maracanã. Como foi esse convívio, o dado histórico?

Esse convívio conheço bem. Dias depois do 31 de Março, fui visitar Milton Campos na sua residência, em Belo Horizonte. Castello já estava eleito Presidente da República. Achei que ia vê-lo muito alegre e satisfeito, mas o encontrei bastante preocupado. Perguntei o que teria havido e o Dr. Milton me respondeu: "Acabo de receber um telefonema do General Castello Branco convidando-me para ocupar o cargo de Ministro da Justiça." E continuou: "Disse que não poderia aceitar, porque aquele momento histórico não se ajustava ao meu temperamento. Castello Branco explicou que não estava me convidando, mas convocando um cidadão brasileiro a ajudá-lo." É muito curioso esse diálogo do Castello Branco com Milton Campos. Seria uma síntese do convívio dos políticos mineiros com os militares que assumiram o Poder. Castello Branco convocou Milton Campos para participar do governo, mas os mineiros, no primeiro momento, não estavam querendo participar na forma do esquema implantado, não estavam entrosados, estavam fora do episódio.

É aquilo que o senhor bem disse: os mineiros só queriam a deposição do João Goulart.

Só a deposição, e esperavam, a partir daí, que os acontecimentos normalmente nos conduzissem à solução democrática. Castello Branco assumiu de fato a liderança, eleito, indiretamente, por intermédio do Ato Institucional nº 1. Ficavam claros os princípios do combate à corrupção e à subversão. Os mineiros foram se articulando, através do Magalhães Pinto e Milton Campos. Pedro Aleixo assumiu uma posição importante, aproximou-se muito de Castello Branco que apreciava bastante a conversa com os parlamentares mineiros. O Deputado Guilherme Machado foi um interlocutor muito próximo ao Presidente Castello Branco. Lembro-me de que Castello Branco estava muito desejoso de implantar o voto distrital, mas o Deputado Guilherme Machado o convenceu a não fazer isso, o que foi um erro político.

E o Bilac Pinto?

O Bilac Pinto também. Castello Branco tinha um grande respeito pelo Bilac Pinto, porque, pouco antes de estourar o 31 de Março, deu uma entrevista muito

interessante a respeito da Guerra Revolucionária, assunto do qual era um estudioso, um pesquisador. Na entrevista, Bilac revelou conceitos modernos sobre o assunto. Acarretou grande admiração do General Castello Branco que, inclusive, encontrou nas citações do Bilac Pinto elementos para justificar muitas das providências que iria tomar no governo.

Como o senhor viu o início do Governo Castello Branco e as questões da sucessão?

Nesta fase começam umas ocorrências curiosas. O grupo dos mais radicais começou a aparecer e a articular-se, exigindo uma série de providências arbitrárias e fortes. Castello Branco era um homem de meio-termo, achava que não havia necessidade de tantas pressões. Voltava-se para as soluções democráticas e aceitava a tese de Milton Campos: a Revolução não deveria ser um fim em si mesma e sim um instrumento, um processo, para alcançar determinada situação política que restaurasse os valores democráticos. E aí começou, dentro do próprio Governo Castello Branco, um pequeno conflito. Os grupos militares radicais e alguns oportunistas logo rodearam o General Costa e Silva que era o Ministro da Guerra, defendendo o nome dele para suceder Castello Branco, pois o Presidente afirmava que só iria ficar durante dois anos, ou somente um, no Poder.

É verdade. Ele desejava completar o tempo do João Goulart.

Esses grupos citados começaram a influir no comportamento do General Costa e Silva, Ministro da Guerra, que, embora de formação democrática, tinha dentro de si – era gaúcho – aqueles impulsos típicos do caudilho. Então, animou-se a ser o sucessor do Presidente. O meio político sentia um silencioso conflito entre Costa e Silva e Castello Branco.

Há um episódio curioso: quando eu era Presidente na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e faltavam poucos meses para terminar o Governo, o Presidente Castello veio a Minas Gerais. Formou-se uma roda de conversa dentro do Palácio da Liberdade, da qual participei, com o Governador Israel Pinheiro, o Presidente Castello Branco e o Professor João Frazen de Lima. Em dado momento, vira-se o Governador Israel para o Presidente Castello Branco: "Presidente, a fórmula da sua sucessão está certa?" O Presidente respondeu: "Ah, sim, claro, está acertada." Israel, perguntou: "Então, o futuro Vice-Presidente da República será o Dr. Pedro Aleixo, mesmo." Castello respondeu: "Sim senhor, será o Dr. Pedro Aleixo". Israel insistiu: "E o Presidente?" Castello, sem entusiasmo, disse: "O Presidente vai ser o Costa e Silva" e fez um gesto como quem diz: "não tenho outra solução a não ser aceitar o Costa e Silva".

Nada contra a figura de Costa e Silva.

Sim, a objeção era com a linha seguida pelo grupo do Costa e Silva e, talvez, o temperamento deste.

Quando a convenção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) ocorreu, o nome do Costa e Silva estava colocado e ele foi indicado, embora o do Deputado Bilac Pinto também fosse lembrado. Aquela entrevista do ilustre mineiro sobre Guerra Revolucionária provocou no Presidente Castello Branco, estudioso de assuntos militares, uma clara admiração pelo Deputado Bilac Pinto. Curioso é que, além disso, começou a influir no Governo, sem aparecer, como um bom mineiro. Foi Presidente da Câmara, nesta fase. Depois, nos governos militares que se seguiram, continuou a ser ouvido. Por exemplo, o nome de Aureliano Chaves é indicação, aliás justa, do Deputado Bilac Pinto. Chegou à Vice-Presidência da República, prestigiado por Bilac Pinto.

O Bilac Pinto nunca se lançou como um candidato à Presidência?

Ele foi lembrado como solução civil, era um nome da Arena, de Minas. Se o Presidente Castello Branco tivesse podido indicar um nome civil para a Presidência da República, seria o do Deputado Bilac Pinto. E ele tentou indicá-lo, mas houve uma resistência de setores militares que, a essa altura, já estavam forçando o nome do Costa e Silva. E é dessa época aquela declaração famosa do ministro, antes da viagem ao exterior, quando lhe perguntaram se iria deixar o Ministério da Guerra. Costa e Silva respondeu: “Saio daqui Ministro da Guerra e volto Ministro da Guerra.” Quer dizer, ninguém o afastaria da função. Nessa hora, ficou a demonstração inequívoca da força e do domínio político militar do Costa e Silva. Era o núcleo militar, ao seu redor, que estava crescendo dentro do Movimento de 1964. E esse núcleo de militares se valeu do Costa e Silva para dar início a um processo militarista.

A sucessão de Castello Branco é, sem dúvida, toda ela conflitante entre o grupo militar civilista e os voltados para a atuação militarista. E o grupo militarista ganhou. Segundo consta, na época, a solução militar para Castello Branco era o General Oswaldo Cordeiro de Faria, quem muito respeitava e com quem mantinha vínculo de amizade. Logicamente, respeitava muito Costa e Silva, mas o temia. Conhecia-o bem e sabia da sua psicologia pouco ajustada à função presidencial e suscetível à influência de amigos.

Governo Costa e Silva

Interessante aquele período. Embora Costa e Silva aceitasse bem esse tipo de influência, tratava-se de um homem de formação democrática. Nas reuniões ministeriais, dava muito apoio às teses do Vice Pedro Aleixo. Queria, meses antes da enfermidade que o acometeu, outorgar ao País uma Constituição cuja influência

maior era da redação do Pedro Aleixo, por quem tinha muito apreço. A doença do General Costa e Silva decorreu desse grande conflito interno: de um lado era a pressão dos seus amigos militares de tendências militaristas e, por outro lado, a vocação de democrata, querendo dar força às idéias do Vice-Presidente. E a coisa chegou a tal ponto que em algumas reuniões do Ministério – fui informado sobre isso – insistia que todos ouvissem a palavra do Dr. Pedro Aleixo, mandando colocar a transmissão "em alto som". O General Portella (Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar), liderava o grupo militarista, contra o Vice-Presidente. Em consciência, Costa e Silva estava com as idéias democráticas defendidas pelo Dr. Pedro Aleixo, mas não podia adotá-las totalmente pois entraria em conflito com seus companheiros militaristas que o levaram à Presidência da República. Nesta fase também se destacou Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil, que assessorou o Presidente na área político-administrativa.

A eleição do Costa e Silva, no Congresso, foi suave?

Foi suave, porque se juntaram três tendências. Em primeiro lugar, a tendência conservadora brasileira: "vou votar num homem forte que representa o poder militar e o poder civil também." Segundo, os udenistas viam o Costa e Silva não como o ideal, mas uma solução possível dentro daquele contexto. E em terceiro e último, os militares, mais influentes, queriam realmente o General Costa e Silva.

Deputado, antes da conversa sobre o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e outros assuntos do Governo Costa e Silva, gostaria que o senhor comentasse, sobre a sua vivência nessa época, por que ocorreu, praticamente, a saída do cenário político de líderes da Revolução, como o Governador Magalhães Pinto, o Governador Carlos Lacerda, que foi o líder no Rio, Milton Campos e, até mesmo, Juscelino Kubitschek vinculado ao Movimento?

Juscelino era vinculado a forças poderosas do PSD que apoiavam a Revolução. Os companheiros do Juscelino apoiaram a Revolução. O José Maria Alkmin, por exemplo, foi Vice-Presidente do Castello Branco; mas Juscelino não.

Quando Castello Branco assumiu, estava convencido de que deveria realmente liderar por completo o processo. Jamais imaginou que o General Costa e Silva pudesse criar dificuldades. Então, o que fez? Chamou o Senador Milton Campos para Ministro da Justiça e começou a manter contatos com o meio político. À medida que os contatos aumentaram, passou a efetivar-se dentro do meio militar a pressão do militarismo radical.

Podemos listar três fatores para este procedimento: Primeiro, Castello Branco era um homem moderado e desse modo pretendeu comandar o processo; segun-

do, sentiu a pressão militarista, oriunda da corporação militar, contra os civis, e precisava gerenciá-la. O terceiro fator era que, por outro lado, também se sentiu um pouco atingido pelo radicalismo de alguns civis. Assim, Castello Branco, pela condição de homem prudente, depois, já percebendo a pressão militar, finalmente, não aceitou as atitudes, digamos, um tanto rebeldes, da liderança como Carlos Lacerda. Isso foi se agravando e provocou o afastamento dos dois.

O mesmo aconteceu entre Castello Branco e Magalhães Pinto. Este, depois do 31 de Março, ficou imaginando que a Presidência da República deveria caber-lhe. Acontece que Magalhães Pinto tinha problemas em Minas, porque muitos políticos do Estado que apoiaram totalmente o 31 de Março não lhe davam a solidariedade para tanto. Pedro Aleixo, por exemplo, não via no Magalhães Pinto uma solução. Esteve com o Magalhães para fazer o movimento contra o João Goulart e nada mais. O próprio Milton Campos, quando Ministro da Justiça, não deixou que se transformasse em realidade a prorrogação do Governo de Magalhães Pinto, em Minas, como aconteceu com o mandato do Presidente da República.

Milton Campos, quando os movimentos militaristas começaram a crescer, sobretudo com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), achou que não tinha mais condições de pertencer ao Governo Castello Branco. Sentiu que a Revolução estava sendo tomada por vocação militarista e não queria realmente aceitar aquelas tendências.

O que aconteceu foi algo curioso: as lideranças políticas da Arena mais realistas começaram a conviver com o militarismo, embora, às vezes, as lideranças militaristas chegassem a ser até indelicadas quando os civis se aproximavam. Assisti, de longe, alguns episódios. Mas, por outro lado, algumas lideranças militaristas eram hábeis. Considero o General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota), de tendência militarista, ter sido muito hábil para conversar com os políticos, e manter evidentes ambições políticas.

E o Juscelino Kubitschek? Ele não participou ativamente da Revolução, mas também não ficou de fora. Por que ele, também, saiu do cenário político?

O JK era um político muito interessante. Tinha uma visão generalizada do problema político militar. Mas não acreditava no êxito da Revolução de 31 de Março. Em Minas, o Magalhães Pinto era da UDN e o Juscelino do PSD. Magalhães Pinto como Governador atuou muito contra as bases políticas eleitorais de Juscelino. Juscelino não gostava do Magalhães Pinto, politicamente, e vice-versa. Quem estava dominando a política mineira era alguém anti-Juscelino e a UDN guerreava muito os partidários de Juscelino. Por essas razões, ele não se sentia politicamente em condições de aproximar-se daqueles grupos que prepararam o Movimento de 31 de Março. Por outro lado, Juscelino mantinha contatos com o PTB de João Goulart,

que o apoiou na eleição e, depois, quando exerceu a Presidência. Por tudo isso, JK considerou que aqueles episódios, politicamente, não deveriam absorvê-lo.

Acrescente-se, segundo informação conhecida na época, que ele temia o futuro da Revolução que poderia transformar-se em um governo acentuadamente militarista. Ficou de fora. Aliou-se, depois, a Lacerda. Diria que o Presidente Juscelino foi, desde o primeiro momento, a expressão da reação civil contra o movimento de 31 de Março. Reação séria, sem tendência ou radicalismo de esquerda. Juscelino não aceitou aquela situação, mas não estava ligado ao Partido Comunista ou a movimentos de esquerda. Esta foi a sua posição.

Alckmin e outros políticos do PSD eram muito mais flexíveis. Depois, quando os grupos militaristas e os políticos radicais começaram a influir, transformaram o JK em alvo. Aliás, a chamada Frente Ampla com Juscelino, Lacerda e João Goulart, representou um fato estranho e pouco aceitável para o meio político da época.

O senhor acredita que o fato da ação subversiva, além de atingir níveis insuportáveis, possuir conexões com a União Soviética, China, Albânia e, principalmente, Cuba, veio dar mais força ao grupo militarista, como o senhor disse, ou tudo foi só um subterfúgio para continuar no Poder?

O Movimento de 31 de Março e o seu prosseguimento devem ser analisados dentro do desenvolvimento histórico brasileiro.

Primeiramente, dentro do cenário mundial da guerra fria; aqui nas Américas existiam as presenças atuantes de Fidel Castro e, logo depois, de Che Guevara. Havia, ainda, outros grupos de esquerda socialistas e marxistas muito ativos em toda a América Latina, alimentados pela poderosa URSS, da época. Esse fato vai primeiro influir no comportamento de muitos civis, como é o meu caso, para tomar uma posição a favor da luta pelo 31 de Março. Vitoriosa a Revolução, Castello Branco no Poder, nós civis, democratas que ficamos assustados com o João Goulart, estávamos nos sentindo bastante compensados. Com Castello Branco estava resolvido o problema. Cumpria apoiá-lo e seu projeto político. Era o raciocínio do período seguinte ao 31 de Março.

No entanto, a certa altura dos acontecimentos, surgem os grupos militares conseqüentes dessa vocação militarista, que sempre existe em qualquer organização militar; considere-se, ainda, a presença atraente de expressões internacionais como a URSS ou Cuba de Fidel Castro, bem como surgem ainda vários focos de rebelião, contestação, de reação contra o poder público, contra o governo dos militares. Tudo isso fez com que, naturalmente, os governos militares tomassem providências mais rígidas contra a oposição contestatória. Não tenho dúvida algu-

ma de que o AI-5 e também muitos atos do Governo Médici decorrem dessa fase de contestação, de ação radical contra os militares.

Quer dizer, as atitudes dos governos militares, no Brasil, decorrem de circunstâncias históricas, que vão obrigar os dirigentes do País a assumirem posições mais rígidas contra os focos de oposição de esquerda marxista. E advém a realimentação. Os grupos marxistas começam a atuar de maneira crescente, fazendo com que os governos militares tivessem que se antepor a eles, agindo com energia.

Minha relação pessoal com Magalhães Pinto era muito boa; fui Secretário de Estado do seu Governo. Na época que Magalhães foi Ministro das Relações Exteriores, no Governo Costa e Silva, e foi seqüestrado o Embaixador dos Estados Unidos, Charles Ellbrick, as autoridades brasileiras ficaram em uma situação muito difícil. Lembro que, de acordo com as eventuais regras do comportamento internacional, não se podia, naquela época, dialogar com os subversivos e contestadores. Seria considerada uma quebra do "estado de direito". Como é que o Estado vai dialogar com criminosos? Magalhães Pinto, com habilidade e dentro do temperamento mineiro, definiu a nova linha de atuação do Governo. Conseguiu conter o grupo militarista que queria sair com soluções antilegais, ou melhor, violentas e radicais. Magalhães Pinto conseguiu convencer as lideranças militares de que a solução certa era dialogar com os terroristas. Vários líderes subversivos, que faziam parte de uma listagem, foram mandados para o exterior, em troca da liberdade do Embaixador americano. Vivíamos uma fase muito tumultuada, onde o estado de direito, no Brasil, não tinha condições de possuir um alicerce muito estável.

O senhor acredita que o termo "ditadura militar" é apropriado para essa fase? O senhor conhece as nuances, como legislador e professor de Ciência Política e a vivência da sua família, do seu pai, com a ditadura Vargas. Como o senhor analisa isso? Esse ponto é importante, pois é bastante discutido.

Para mim foi uma fase autoritária. Ditadura foi a do Governo Vargas. A ditadura se interpreta, se explica e se realiza através de uma única liderança. Vargas foi um ditador, governou o País de 1937 a 1945, decidindo o que bem entendia e todos aqueles que o rodeavam no Poder se curvaram às suas determinações, incluindo as Forças Armadas. Ele foi um ditador, em toda a acepção do termo. O Governo militar não, embora seus adversários gostem sempre de falar em ditadura.

O comportamento dos governos revolucionários foi autoritário, mas não havia ditadura pessoal de um chefe. Havia o domínio autoritário da corporação militar. O próprio Congresso Nacional ficou submetido a regras claras de institutos políticos jurídicos como os Atos Institucionais, baixados pelos militares de

caráter autoritário, mas normativos. Não há dúvida de que essa fase é muito menos arbitrária, pessoalmente falando, do que a ditadura Vargas. Não tivemos ditadores militares, como aconteceu na Argentina. Em primeiro lugar, houve mandatos com período certo e adotou-se um processo de escolha dos presidentes militares. O Congresso esteve aberto e os debates foram bem atuantes, e procederam-se eleições livres. Alguns deputados foram realmente cassados, foram afastados, mas outros continuaram. Houve eleições durante todo o período militar, e por várias vezes, já do meio para o fim, o partido que apoiava o Governo militar perdeu as eleições. Muitos opositores aos militares foram eleitos prefeitos e até governadores.

Curioso, porque se fosse ditadura seria um chefe militar que assumiria o País em 1964 e ficaria até que perdesse o comando. Quem, em 1965 ou 1966, poderia imaginar que o Coronel João Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo) poderia ser Presidente da República, dentro de um processo de escolha dos comandos das Forças Armadas? Os diversos presidentes militares foram escolhidos dentro da coletividade das Forças Armadas. Lógico que nas decisões coletivas, determinados grupos ou lideranças influenciam mais, segundo as exigências do momento. Indiscutivelmente, a escolha do Presidente Castello Branco contou de maneira implícita com o aval coletivo dos comandos das Forças Armadas. Costa e Silva não tinha a simpatia de alguns setores das Forças Armadas, mas dispunha de uma maioria muito forte. Havia essa forma coletiva de expressar-se e, no segundo plano, logicamente, com a homologação do Congresso Nacional. Assim, o Congresso Nacional homologou essas escolhas. Mas não era uma ditadura que dominava o País, mas sim uma autocracia corporativa. O arbítrio quando ocorria era da corporação militar e não de um ditador.

Sou professor de Ciência Política e Direito Constitucional e não tenho dúvida de que parte dos políticos mais influentes, aos poucos, se articulou contra os governos militares. Por diversas razões, o cenário psicológico do País, gradativamente, foi gerando, também, um quadro de contornos contrários às lideranças militares. Desse modo, foram surgindo séries de chavões, pronunciamentos e posicionamentos, que buscavam o afastamento do grupo militar no Poder.

Para o historiador e cientista político, o termo ditadura, nessa conjuntura, não tem sentido. Isto é, os governos militares construíram uma fase autoritária na História brasileira, de duros conflitos, de realizações administrativas e, também, de muitas injustiças. Havia momentos em que alguns chefes militares, se afastavam inteiramente das orientações que recebiam do próprio Presidente da República. Foi uma fase instável, de muitas dificuldades, mas não podemos, de forma alguma fazer

uma comparação dos governos militares, em termos de organização política, com a ditadura Vargas. Esta não teve organização política, foi um homem só. Os militares tiveram a preocupação de se autolimitarem. Os dispositivos dos atos institucionais foram uma autolimitação. Quando achavam que tinham que abrir, baixavam atos normativos como o AI-2, dando consistência ao mundo legal, ao contrário de outros atos institucionais.

Então, tratou-se de um período muito diferente de uma ditadura comum, na verdade um processo típico de poder autoritário. Às vezes, ocorriam alguns momentos discricionários, de injustiça, que revoltavam os setores da sociedade atingidos, mas, mesmo assim, não foi uma ditadura comum. Era um outro tipo de sistema. Os próprios generais, a partir do Governo Geisel, começam a esforçar-se para restabelecer a ordem democrática no País. E não foi fácil, porque tiveram que contrariar os seus próprios companheiros de armas radicais e de tendência militarista.

Vou contar um fato curioso relacionado a essa questão, acontecido quando exercia a vice-liderança do Governo Figueiredo, na Câmara dos Deputados. Tinha tanto a amizade quanto o diálogo com o Presidente Figueiredo; gostava dele, achava-o uma figura muito singular. Há mais tempo, por volta de 1949, mantive contato com o seu pai, General Euclides Figueiredo, em reuniões da Executiva Nacional da UDN. O General representava a bancada de deputados udenistas do então Distrito Federal, enquanto eu o Departamento Estudantil da UDN. Conversando sobre a Revolução Paulista, ele disse: "Ah, você está querendo saber demais. Não vou falar mais nada". Era um homem sisudo.

Sempre defendi muito a idéia parlamentarista. O atual presidencialismo brasileiro deveria adotar determinados princípios parlamentaristas, para diminuir o excesso de poder do Presidente. Bem, vamos ao fato. Ao parlamentar, de São Paulo, Hebert Levy, figura nacional ilustre, pertencente à antiga UDN e, depois, à Arena, em 1959, relembrei que Getúlio Vargas tentara fazer um parlamentarismo consentido. Lembrava-me, mais ou menos, desse esquema: sou professor de Direito Constitucional, e mostrei-lhe o que seria esse parlamentarismo consentido. Ficou na cabeça dele que o Presidente Figueiredo poderia interessar-se pela proposta. O Deputado Hebert mostrou-se tão insistente no assunto que me pediu uma audiência com o Presidente. Tive que pedir. Foi curioso. Disse ao Presidente Figueiredo: "O Deputado Hebert Levy pediu para trazer ao senhor uma mensagem parlamentarista." O Presidente espondeu: "Sou parlamentarista". Apresentei-lhe então uma proposta com o seguinte teor: baixar um decreto estabelecendo um "meio parlamentarismo", um parlamentarismo consentido. Olha que interessante a resposta do Presidente Figueiredo: "Bonifácio, por mim, faria isso. Mas se eu assinar esse decreto o Estado-

Maior me põe para fora daqui." Eu disse: "Ah, então não assine o decreto, porque queremos que o senhor continue."

Esse fato revela que mesmo um presidente militar, no Brasil, não era de fato "dono do Poder". No meu entender, Figueiredo foi o Presidente mais poderoso de todos, talvez o mais decidido, mas disse-me: "Se eu assinar isso o Estado-Maior me põe fora daqui." Foi interessante, porque demonstrou sua preocupação em estar adequado e entrosado nas suas atitudes com o Estado-Maior das Forças Armadas, e sobretudo com o Exército. Sentia-se representante desse Estado-Maior e não podia implantar o parlamentarismo porque o Estado-Maior não queria. Ele podia querer, mas o Estado-Maior não queria. Estava submetido a um colegiado.

No meu entender era um homem realmente com claras qualidades de liderança. Logo depois que terminou o governo, eu o convidei, como fizera com o Castello Branco, para ser Presidente da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena. Ele aceitou. Levava para ele os documentos, lá em Petrópolis, com as datas das reuniões e ele assinava, indagando sobre um ou outro assunto, mas procurando, sempre, prestigiar a instituição.

Voltando um pouco, há um ponto interessante sobre o qual gostaria do seu testemunho. O senhor citou o Deputado Pedro Aleixo, revolucionário autêntico. Como o senhor viu a sucessão do Presidente Costa e Silva? Ninguém até hoje colocou isso de um ponto de vista político.

O Deputado Pedro Aleixo era um político mineiro. Homem firme, muito determinado, mas não procurava alcançar o Poder através de caminhos revolucionários. Castello Branco o colocou como Vice-Presidente de Costa e Silva, de quem acabou ficando muito amigo. Democrata, inseriu-se dentro do processo revolucionário iniciado em 1964, pelo fato de ser mineiro da UDN e opor-se às tendências autocráticas com caráter esquerdista de João Goulart.

Era uma fase em que as circunstâncias históricas, segundo muitos, estavam obrigando os governos militares a tomarem posições mais rígidas contra os focos de subversão, de conspiração e de oposição. O desejo enorme de Pedro Aleixo era ver se conseguia superar isso, levar o País a uma fase de reconciliação nacional e de volta ao pleno regime democrático. Essa era a posição do Pedro Aleixo e outros auxiliares civis de Costa e Silva, como o chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. Os generais respeitavam muito Pedro Aleixo, mas não o consideravam um homem para, naquele momento histórico, dirigir o País.

Quando Costa e Silva ficou doente e não pôde mais conduzir-se como Presidente da República, Pedro Aleixo estava em Brasília. Recebeu um telefonema de Belo Horizon-

te, do ex-Deputado José Maria Alkmin e do Governador Israel Pinheiro, exortando-o a vir para Minas Gerais, onde ressalvaria melhor a sucessão da Presidência da República. Pedro Aleixo, como era um homem cauteloso, disse: "Meu lugar é em Brasília, eu não devo sair daqui". Se fosse um homem de temperamento revolucionário iria para Belo Horizonte tentar assumir a Presidência da República, mas preferiu ficar em Brasília.

Os chefes militares o convidaram para ir ao Rio de Janeiro, para conversar. Chegando à cidade carioca, os militares comunicaram-lhe que uma Junta iria assumir a Presidência da República. Pedro Aleixo discordou, apresentou seus argumentos, mostrou-lhes que possuía condições para assumir a Presidência da República e que decretaria o estado de sítio, pois a Constituição regulava tal providência excepcional e outras medidas desse tipo. Mas os generais não aceitaram e, elegantemente, o mantiveram retido no Rio de Janeiro, como também meu pai, José Bonifácio que era Presidente da Câmara, e o Senador Gilberto Marinho, Presidente do Senado. Eram os três da linha sucessória. Meu pai, José Bonifácio, chegou em casa indignado: "Olha meu filho, por mim dava uma declaração contra todos esses chefes militares. Estou em desacordo com isso tudo. Não o faço por causa da política mineira e, também, pela política dos nossos amigos, mas este é o meu desejo". Aliás, na Câmara, no dia do AI-5, quando foi fechado o Congresso ele fez um pronunciamento de que tal decisão era passageira e que no Brasil sempre teríamos "eleições e eleitores".

Pedro Aleixo permaneceu no Rio, em clima de observação e constrangimento. Se tivesse resolvido deslocar-se para Belo Horizonte para assumir a Presidência da República na cidade mineira, não se sabe o que teria acontecido. Talvez ocorresse uma crise muito séria, porque os chefes militares, a essa altura, devido às situações internacional e brasileira, não iriam concordar com isso. Impossível calcular as conseqüências resultantes de uma tal atitude.

Que grupo militar era esse?

Os três ministros militares, constituídos em Junta, sob a presidência do Ministro da Marinha Almirante Rademaker (Augusto Hamann Rademaker Grünewald) assumiram o Poder. O Ministro do Exército era o General Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares) e o da Aeronáutica era o Brigadeiro Souza e Mello (Márcio de Souza e Mello).

Estive conversando com o Ministro da Marinha. Todos os três estavam convencidos de que era uma missão política. A situação brasileira era encarada como de crise militar. Era questão de manutenção da ordem, segundo a doutrina da segurança nacional. Curioso que a Emenda Constitucional nº 1, outorgada em 1969 tinha o caráter autoritário, substituindo uma proposta democrática que Costa e Silva teria assinado se não ficasse enfermo

Quem conduziu essa situação?

Creio que a figura central foi o General Portella. Ele coordenou os três com o apoio maior do Souza e Mello, Ministro da Aeronáutica, que se empenhou realmente para a efetivação da idéia militarista. O Lyra e o Rademaker estavam apoiando, mas eram menos ativos. As metas de repressão do General Jayme Portella ficaram de pé e se desdobraram no governo seguinte.

Como surgiu o nome de Médici (Emílio Garrastazu Médici) nessa situação?

A edição do AI-5, não há dúvida, foi uma vitória militarista. O militarismo passou a dominar o País. Afastaram o Vice Pedro Aleixo e a formação da Junta Militar é a expressão dessa reação militarista.

Na época, o líder militar da área mais democrática para o diálogo político era o General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima), com o qual as lideranças partidárias tiveram contato. O General Jayme Portella e outros militares com tendência militarista não admitiam o Albuquerque Lima de forma alguma. Por sua vez, Albuquerque Lima se articulou com a Marinha e a Aeronáutica. Nesta, com aqueles líderes ligados ao saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes, e, naquela, com almirantes não-militaristas.

Os militaristas precisavam de um nome que representasse uma certa expressão contra o General Albuquerque Lima. Foram buscar o General Médici, comandante no Sul do País, líder muito influente e conceituado no Rio Grande, e com porte bem típico de militar. E aí começaram as articulações. O grupo dos dois generais Geisel, após os devidos contatos, ficou com o Médici, cabendo ao General Orlando Geisel o Ministério do Exército. Ao que parece, um grande entendimento, e os diversos grupos de tendências variadas apoiaram o General Médici.

Já existia o grupo do Geisel?

Sim existia. O General Ernesto Geisel tinha uma força muito expressiva, porque tinha sido Chefe da Casa Militar no Governo Castello Branco. E eram dois Geisel: ele e o irmão, ambos conceituados e que exerciam reconhecida liderança. Parece que os dois já vinham se articulando e que um dos Geisel era lembrado, também, para a Presidência. A maneira de costurar o acordo foi essa: será o Médici, indicado pelas forças militaristas, mas dá-se o Ministério do Exército para o Geisel, de tradição democrática. Com isso derrotaram o General Albuquerque Lima.

Na época, corria a seguinte versão: logo depois de constituída a Junta, os militares entenderam que o futuro Presidente da República teria que se submeter a um processo de escolha entre os generais, almirantes e brigadeiros, quer dizer, brotaria de um colegiado composto por esse grupo, a fim de ficar bem garantida a escolha. Dentro do Exército, não tenho dúvida, ganhou o Médici. A Marinha queria o Albuquerque

Lima, mas o Almirante Burnier – havia o Almirante e o Brigadeiro –, ligado ao General Médici, forçou na hora da escolha e levou a Marinha a ficar com o Médici. A Aeronáutica também ficou meio indecisa, mas aceitou o Médici.

Na verdade, o Presidente Médici foi indicado pelo grupo de tendências militaristas do Exército, que se articulou bem e conseguiu o apoio do grupo do Geisel, que não era de tendências militaristas. Este último grupo estava na linha do Castello Branco: queria a paulatina democratização do País. Quando o Orlando Geisel assumiu o Ministério do Exército, alguns analistas políticos arriscavam que o Presidente seguinte ao Médici seria um líder ligado à linha do General Geisel.

Começando o novo Governo, fica claro que Médici sabia comandar. Surpreendeu muita gente que julgava que seria um Presidente semelhante ao Costa e Silva. Embora sem intervir muito, possuía temperamento firme e era um homem que sabia mandar, mas de velha tradição liberal dos gaúchos. Embora não transparecessem na época, foi uma fase em que os contestadores e subversivos atuaram com eficiência e foram de fato contidos, às vezes violentamente como nas guerrilhas. Médici chegou ao Poder, mas no final teve pouca influência para indicar o sucessor. As áreas militares já começavam a sentir a necessidade da "abertura" democrática. Daí surgiu o nome do General Ernesto Geisel para futuro Presidente.

O senhor acha que o grupo do Médici e o grupo seguinte, do General Geisel, seriam dois grupos ou chegou a haver uma continuidade?

Nesses assuntos não há um raciocínio matemático. É parecido a um organismo biológico. Foi tudo mais ou menos segundo um processo complexo. A minha impressão é que o Médici seria um produto dos remanescentes da área militarista do Costa e Silva, que tinham no General Portella a sua maior liderança, e outros de que não me lembro. Eram militares discretos, fechados. As memórias escritas do General Portella, que eu não li, devem trazer algo desse tipo. Médici afastou Portella por ser muito radical.

Na época, segundo soube, os militares liderados pelo General Reynaldo Mello de Almeida, nascido na Paraíba e filho do ex-Governador José Américo, e outros segmentos castrenses, forçaram no sentido do Governo Médici, incluir o General Orlando Geisel como Ministro do Exército. Essa era a minha impressão. O Médici cresceu muito durante o seu Governo. Foi um Governo de expressão, mas curiosamente não deixou uma linha de adesistas, de seguidores. Talvez, não tivesse muita preocupação com isso, talvez a preocupação dele fosse exercer apenas a sua função. Contrariamente, o General Geisel e o General Golbery buscaram a continuidade de suas idéias, e planejaram a paulatina democratização do País.

Golbery fazia parte, também, do grupo do Castello Branco.

Castello Branco, Geisel e Golbery possuíam um pensamento muito semelhante, no tocante aos problemas do País, bem como soluções democráticas. É a linha "esguiana" (Escola Superior de Guerra - ESG). A democracia como um dos Objetivos Nacionais Permanentes. O General Golbery e os fundadores da Escola Superior de Guerra cuidaram de fazer uma doutrina muito atraente baseada um pouco na doutrina norte-americana, mas com melhor filosofia, segundo entendo. O Poder Nacional tende a realimentar-se automaticamente, à medida que atinge os Objetivos Nacionais Permanentes. Quando o Poder Nacional encontra óbices ou pressões, para impedir a consecução dos Objetivos Nacionais, ele se enfraquece. É um sistema político e com as idéias políticas atualizadas, a época.

Deputado, vamos prosseguir nossa entrevista, no dia de hoje, retomando seus comentários acerca das sucessões presidenciais após Castello Branco.

Costa e Silva era um homem muito bom, de formação democrática. Durante toda a sua fase no governo, se esforçou terrivelmente para que o País se conduzisse com a presença militar, porém voltado para o meio civil. Apoiou muito Pedro Aleixo, mas foi dominado por grupo de tendências militaristas, cuja figura forte na época foi o General Portella.

General Portella achava que o militar teria sido a melhor solução?

Sim, a melhor solução. Portella tinha ao seu lado jovens militares. Procurava influenciar o comportamento do Presidente, para seguir o caminho militarista. Aliás Costa e Silva, se não ficasse enfermo, daria ao País uma Constituição democrática.

E o Golbery, nessa fase?

Na fase em que o Costa e Silva era Presidente, o Golbery estava afastado. Todas as pessoas que julgavam ser o Movimento de 1964 de caráter militar, mas voltado para as instituições civis, estavam afastadas. Golbery era muito chegado ao Presidente Castello.

Logo depois que Castello Branco deixou o Governo, fui visitá-lo. Admirava-o muito. Ele me recebeu com estas palavras: "Você me desculpe, porque o atendo aqui, a casa não está bem organizada". Era o modesto apartamento que possuía no Rio. Contou-me vários episódios do Governo dele. Aceitou meu convite para ser presidente da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena, e numa carta assim se expressou: "Vou ao Ceará visitar o meu povo e quando voltar irei a Barbacena. Quero ver essa Fundação e vamos transformá-la em um centro de estudos importantes para o País". Foi ao Ceará e veio a falecer. Antes disso, também quando deixou de ser Presidente, fiz questão de recebê-lo no aeroporto de Belo Horizonte e ele disse: "Ah!

O senhor está perdendo tempo vindo aqui me receber". Retruquei: "Não, o senhor é uma figura nacional". Eu era, à época, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Castello Branco possuía a sua história em Minas Gerais. Foi casado com uma mineira, de Santa Luzia, Dona Argentina Viana, que conheci no Ceará, quando lá estive, representando o Ministro da Agricultura João Chagas.

O General serviu na região, em 1930. E dele se falava assim: "Esse 'tenentizinho' magrinho nortista é o noivo da Argentina Viana!" Foi um casamento muito feliz, e o casal, muito simpático e exemplar.

Aquele grupo militar superou o Presidente Castello Branco, e Costa e Silva, eleito, assumiu a chefia do executivo. A minha impressão sobre este Presidente é curiosa. Não há dúvida de que não suportou as duas pressões: do coração, na direção da solução civilista, e da razão, na direção da solução militarista. É uma fase realmente muito complexa da vida nacional.

Com a morte do Costa e Silva, imediatamente o grupo militarista, liderado por Jayme Portella, toma conta do País. A Constituição outorgada de 1969 (Emenda Constitucional nº 1) é de tendências autocráticas muito claras e enfáticas. Além do AI-5, com todos aqueles poderes revolucionários, poderes arbitrários, o texto é todo muito autoritário.

A Junta Militar assume e logo se percebe o domínio total do Exército. Numa conversa que tive com o Almirante Rademaker, no hospital, quando visitou meu pai, José Bonifácio, doente do coração, ele disse: "Pois é, criaram para o Distrito Federal a figura de Governador! Deveria ser prefeito". Nesse instante, demonstrei minha admiração: "Mas Almirante, o senhor é quem assinou a Constituição, e deixou incluir isto? Ele sorriu!" Vê-se realmente que o grupo do Exército é que estava assessorando, influindo e estabelecendo as regras de todo o processo político-militar daquela época. Esse é um dado atraente.

Notei, não sei se estou certo, que o grupo dirigente da Aeronáutica, nesta fase, estava muito mais vinculado aos militaristas do Exército do que aos militares da Marinha. A Marinha não me pareceu estar identificada ou exercendo influência para uma solução militarista. Fixou-se numa posição realmente militar, aguardando as decisões nacionais, para cumprir. O Comando da Aeronáutica, nessa época, estava em conflito com o grupo dominante da Aeronáutica, cuja maior figura fora o Brigadeiro Eduardo Gomes. A escolha do Presidente Médici foi feita dentro desse enfoque.

E quanto ao Albuquerque Lima?

Tive muito contato com ele. O General Albuquerque Lima representou a terceira posição. Imediatamente se abriu ao diálogo com o meio político, sabendo

cativar as lideranças civis. Os militares de tendência civil achavam que o General Albuquerque tomava-lhes a dianteira com as freqüentes conversas com os políticos, enquanto o grupo de tendências militaristas alarmou-se, considerando-o um representante do diálogo político inaceitável. Pareceu-me um homem de muito boa articulação, porque a Marinha estava do seu lado, segundo pude perceber.

Era tenente e me lembro do General Albuquerque. Estava ligado até aos pára-quedistas, não sei por que, afinal.

Foi uma liderança, no meu entender, muito forte dentro do Exército, mas me pareceu pouco articulado com as maiores lideranças militares. Certa vez, precisava de informações e, em conversa com o General Andrada Serpa, este me disse: "Não tenho contato com o Albuquerque Lima. Dentro do Exército, o homem forte é o Geisel. O Albuquerque Lima não tem condições de liderar". Foi quando comecei a sentir que o Albuquerque Lima estava um pouco afastado do grupo do Ernesto Geisel e enfrentava alguns obstáculos.

A eleição do Médici, como disse, foi um projeto do grupo militarista. Ele era um homem de formação castrense, acostumado às tradições do Rio Grande do Sul. Era um patriota, interessado que o País fosse para frente, mas dentro de uma visão disciplinadora. O primeiro discurso que ouvi, não sei se um pouco antes de assumir a Presidência da República, continha marcas autoritárias bem expressivas. Talvez a conjuntura histórica o levasse a tal posicionamento. Indiscutivelmente, era um patriota e de conceito nas camadas populares das capitais do País. Aliás, soube apoiar o esporte e o futebol brasileiro.

Embora tenha vindo de dentro da linha militarista, o fato de o Médici ser oriundo da comunidade de informações, como os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, o senhor acha que esse fato teve alguma influência?

O trabalho de verificação de dados a respeito das atitudes anti-revolucionárias tornava as equipes do serviço de informações muito atentas e, sobretudo, não diria assustadas, mas temerosas de que algo ocorresse. Eram pessoas que viam os acontecimentos de uma forma que me parecia, às vezes, um pouco exagerada quanto aos possíveis riscos. A tendência, nessa área, sempre é exagerar um pouco. Mas, embora de origem na área de informações, os governos de Médici e Figueiredo são de conjunturas diferentes e de personalidades bem diversificadas.

O Governo Médici foi militarista por excelência?

Militarista por excelência, talvez devido à época e à equipe política de Médici. Durante o seu governo, o País alcançou, possivelmente, os melhores momentos de sua vida econômica e esse fato foi benéfico, também, para sua imagem política. Por

trás da administração, a repressão era forte; foi realmente uma fase na qual essas tendências militaristas influíram no País.

Determinados tipos de tensões, naquela época, fizeram com que esse grupo militar de tendências militaristas fosse se enfraquecendo. E o grupo militar de tendências civilistas, que tinha no General Orlando Geisel um ponto de apoio, começou a crescer. Nesse instante, as articulações do General Ernesto Geisel foram vitoriosas, com facilidade.

Eleição e Governo Ernesto Geisel

Golbery entra em cena, com a sua conhecida capacidade e com dados do sistema de informações. Os meios políticos também perceberam, começaram a influir, e o General Ernesto Geisel assumiu a Presidência. A eleição do General Ernesto Geisel é a eleição de um militar de tendências civilistas, mas de mentalidade germânica, matemática. Desse modo, era um Governo muito bem organizado. Lembro dos fatos, porque meu pai, Deputado José Bonifácio, foi líder do Governo na Câmara dos Deputados. Logo nos primeiros momentos da organização do Governo do General Ernesto Geisel, sente-se a presença muito importante das forças políticas civis. Meu pai opusera-se, em vários momentos, às orientações parlamentares dos grupos militaristas e, por isso, não era bem visto naquela área. Suportavam-no, porque era primo-irmão e muito amigo dos três irmãos Andrada Serpa, que eram expressivas lideranças no Exército.

No início do Governo, Geisel confirmou sua tendência civilista com medidas que seriam adotadas no plano de democratização do País. Momento de relevo foi a atuação do Presidente na crise mais grave do período militar, o processo de demissão do Ministro do Exército, General Frota.

Episódio delicado que acompanhei, em detalhes, porque o General Antonio Carlos Andrada Serpa, dentro do plano do General Golbery e do General Geisel, teria que assumir o Comando do III Exército, no Rio Grande do Sul, para fortalecer o esquema do Presidente na demissão do Ministro do Exército.

O General Sylvio Frota assumiu o Ministério do Exército, em Brasília. Era um homem com tendências militaristas, mas de diálogo político e posicionamentos populistas. Um dia, meu pai, José Bonifácio, procurou o Presidente Geisel e disse: “General, aconteceu algo estranho: o Ministro Frota, com vários generais, visitou o Senado, fizeram discursos.” Geisel respondeu: “Frota gosta disso, é de seu temperamento.” E não deu maior importância ao assunto. Mais tarde, no entanto, o General Geisel verificou que o General Sylvio Frota estava armando realmente um complô para enfraquecê-lo na Presidência da República.

O objetivo não era ser o futuro Presidente?

Segundo alguns, na época, talvez pudesse visar um possível golpe de estado, no esquema da linha militarista. O General Geisel talvez começou a perceber tais fatos e resolveu afastar o General Sylvio Frota. Geisel sabia que o Frota tinha apoio em várias guarnições. A minha impressão é que o Presidente Geisel sentia que parte do Rio Grande do Sul ameaçava a sua autoridade devido à forte vinculação dos comandos militares da terra gaúcha com o Ministro do Exército, Sylvio Frota. O afastamento do General Frota por isto teria que ser minuciosamente planejado.

O primeiro cuidado foi evitar demitir o Ministro Sylvio Frota no dia em que a guarda do Palácio estivesse a cargo da Unidade comandada por oficial vinculado àquele general. Naquela época, duas Unidades concorriam ao serviço de guarda do Palácio do Planalto: o Batalhão de Guardas Presidencial e o Regimento de Cavalaria de Guarda, os tradicionais Dragões da Independência; um dos comandantes dessas Unidades era ligado ao General Frota. Para evitar riscos, a Unidade que estivesse encarregada do serviço de guarda do Palácio deveria estar sob o comando de oficial leal ao Presidente.

A segunda providência foi remeter uma comunicação lacrada para todos os comandantes de organizações militares importantes do Exército, e que só deveria ser aberta no dia marcado da demissão do ministro. Ninguém poderia abrir antes. E, uma terceira medida seria colocar no Rio Grande do Sul um comandante de total confiança do Presidente, capaz de convencer os chefes militares da área contra a tendência dos militaristas. O Presidente Ernesto Geisel vislumbrou a solução: "O Bethlem (General Fernando Belfort Bethlem) é meu amigo, gosto dele, mas não é um homem capaz de enfrentar os generais no Rio Grande do Sul. Vou nomeá-lo Ministro do Exército e o Subcomandante de lá, o General Andrada Serpa, assumirá o comando, pois tem condições de garantir o Rio Grande do Sul em favor da ordem constitucional."

Foi curioso. O General Bethlem estava em casa de um amigo, no Rio de Janeiro, e, naquele dia marcado, de manhã, chegaram quatro coronéis com a seguinte missão: "General, nós viemos buscá-lo. O Presidente da República quer falar com o senhor agora." Ele disse: "Está bem, vou em casa pôr a farda." Os oficiais avisaram: "Não, é agora mesmo, em traje civil." E o colocaram no avião para Brasília. O Bethlem tomou posse dentro do Palácio e, depois, assumiu o Ministério do Exército. Vestiu a farda lá no QG. Havia pressa para formalização da chefia do cargo.

Interessante, ele assumiu com o traje civil que vestia.

O General Andrada Serpa, no Rio Grande do Sul, teve que se esforçar, para convencer os generais. O resto do País já estava sob controle. Mas o General Geisel foi um homem tão transparente que deixou o General Frota utilizar as rádios para fazer um pronunciamento demorado, acusando o Presidente da República, porque

no dizer dele, se sentiu vítima de uma trama. Durante todo o período do Movimento iniciado em 1964, não houve instante mais perigoso do que esse, para a manutenção do processo político militar.

Mesmo, no Governo Figueiredo, quando houve o episódio do Riocentro?

Se o General Frota realmente afastasse da Presidência da República o General Geisel, ou passasse a orientar o processo político, toda a estratégia e diretrizes do Movimento de 1964 seriam mudadas. O General Frota, no entender de muitos, queria assumir a direção do País, dentro do projeto de seu grupo, voltado para as teses da chamada "linha dura".

O temor de muitos era que o País se transformasse numa republiqueta sul-americana, porque o General Frota não se agüentaria no Poder. Outros episódios foram bem sérios durante o período dos governos revolucionários, mas nenhum foi tão grave quanto este.

A firmeza e o temperamento germânico do General Geisel devem ser ressaltados. Planejou a queda do General Frota de maneira estratégica, calculando os desdobramentos políticos. Creio, até, que anteviu o protesto do Frota, por conhecê-lo bem, e foi habilmente calculista mesmo em permitir que ele fosse às rádios falar o que desejasse. Achava que, agindo dessa maneira, esvaziaria a reação. Se o prendesse restariam sempre algumas marcas ou feridas.

O General Ernesto Geisel também era um personagem de manifestações hilariantes. No dia seguinte à demissão do General Frota, meu pai, José Bonifácio, seu líder e amigo, disse-lhe, com ar amistoso: "Presidente, o senhor passou um aperto!" Ele comentou: "Você Zé Bonifácio costuma dizer, e eu vou repetir, se eu não bancasse o coelho, estaria perdido". "Se eu não bancasse o coelho" é uma expressão mineira.

Pela conversa com o seu pai, o Congresso percebeu essa hipótese de golpe chefiada pelo General Frota?

A Arena, a grosso modo, tinha consciência de que a hora era ainda dos militares e que deveria ficar perto deles, até para manter o Congresso aberto e os políticos nas suas funções parlamentares. Se a Arena se afastasse dos militares e ficasse opondo-se ao Governo militar, poderia, realmente, abrir caminho para a implantação, no País, de uma solução militar semelhante à da Argentina. Os políticos brasileiros, muito hábeis, ficaram permanentemente em contato com os militares. Havia um grupo político que notou a ascensão do General Frota e apostava que ele sucederia o Geisel. E passou a ficar ao seu lado: "Ah, o próximo vai ser o Frota."

Todos nós parlamentares sabíamos que não teríamos acesso ao desenrolar do processo de escolha do sucessor do Presidente. O General Frota era colocado como um candidato forte dentro das injunções políticas desse processo. Outro grupo se

aproximou de outro General. No entanto, era clara a influência do General Geisel e do Golbery, que escolheram o General João Figueiredo.

Esse episódio do General Sylvio Frota, o senhor se lembra quanto tempo aconteceu antes da sucessão do Geisel, quer dizer, se ele fosse concorrer à sucessão teria quanto tempo?

Acho que uns dois anos antes, mais ou menos.

Quando alguém surge como candidato, se você apoiá-lo logo no início ele fica muito agradecido, porque acontece no início da luta dele. Então, muitos pensavam que seria hábil e procedente aproximar-se do Ministro do Exército.

Possivelmente, como faltavam cerca de dois anos, o General Frota não poderia fazer um movimento; teria que ser um golpe mesmo.

Muitos pensavam que o general disputaria a sucessão do Geisel. Frota se imporia ao Presidente Geisel para ocupar a Presidência da República na sua sucessão. Outra coisa não se pensava. O meio político foi surpreendido por isso tudo depois. A manobra do Geisel para afastar o Frota, foi silenciosa e hábil. Só se tomou conhecimento no dia em que o Geisel demitiu o Ministro do Exército. Mas havia uma corrente se formando para apoiar o General Frota.

Naquele momento é que os senhores no Congresso foram sabedores que poderia haver um golpe?

Não, segundo muitos, só se soube do assunto quando o próprio General Geisel deixou isso claro. O assunto ficou conhecido pela opinião pública, com a fala do General Frota nas rádios, registrando certo tipo de protesto político.

Antes de passar para a sucessão de Geisel para Figueiredo, pergunto ao senhor, se essa linha militarista conseguiu preponderar impulsionada pelo aumento das ações subversivas, um pouco mais radicais também. Aliás, havia um contexto mundial a favor desse recrudescimento de ações armadas.

Existia, então, em algumas lideranças castrenses uma certa doutrina que vinha do passado, preconizando que os valores da elite militar seriam capazes de resolver os problemas brasileiros, sem a presença das elites civis. Foram refratários a essa doutrina nomes como Castello Branco e Eduardo Gomes, este sempre um militar civilista e democrático. Muitos coronéis daquela época e outros oficiais mais jovens queriam fazer algo em proveito do Brasil e, como entendo, a doutrina militarista tinha raízes nos chamados "jovens turcos" que no princípio do século, durante o Governo Hermes da Fonseca, aperfeiçoaram-se na Alemanha.

A segunda questão está ligada às características da formação do militar, preparados para dirigir, comandar e dar ordens pressupostamente capazes de resol-

ver os problemas que as pessoas estavam vendo nas ruas. Tudo seria fácil mediante a intervenção militar.

Quando o Movimento de 1964 foi vitorioso, indiscutivelmente quase 95% do País bateram palmas. Mas, à medida que o processo revolucionário de 1964 vai se implantando, ao mesmo tempo vai provocando discórdias e conflitos. Daí, a contestação que começava a surgir. No processo revolucionário, o Poder é arbitrário e provoca contestação. Cresciam dois tipos de oposição: os adeptos do marxismo, bem fortes, naquela época, ligados a Cuba, à União Soviética; e algumas lideranças liberais democratas que não estavam concordando com a execução do processo implantado no País. Eis a terceira causa: essas duas forças vão se unir, a de esquerda e a liberal, ambas antimilitaristas. Esta forma de oposição não sabia distinguir entre o militar de tendências civilistas e o de tendências militaristas. Tudo para eles era militarista.

Surge uma dialética política no País. O crescimento da oposição contestatória resultaria, logicamente, em reação do Poder que deveria defender-se e manter a ordem. Mas, o Presidente Geisel tinha consciência do problema, e nos seus pronunciamentos tanto quanto no exercício do cargo, esforça-se para promover a distensão e a superação da situação. Geisel, para mim, não tinha o mesmo estilo de Castello Branco, mas foi, indiscutivelmente, o grande promotor da solução democrática do processo iniciado em 1964. Como germânico, planejava demais e julgava que, mesmo depois de passar a Presidência, as suas idéias poderiam continuar a ser seguidas e seus planos executados.

Vou contar uma conversa que tive no gabinete do General Golbery, como episódio ilustrativo. Disse-lhe: "General, o Governo vai novamente acabar com os partidos. Política e guerra são duas coisas semelhantes. O quartel na paz é uma coisa e na guerra é outra. Política é quartel na guerra. No meu modesto entender, fazer partido político é muito mais difícil do que fazer um pelotão. Sou oficial da Reserva, pego trinta homens faço treinamento e tenho um pelotão pronto. Agora, não faço partido em dois meses, de jeito nenhum. Esse é o problema." Mas, no fundo essa é a mentalidade um pouco, digamos assim, matemática, e positivista, achando que se pode resolver as coisas na base do planejamento ultra-racional.

O que fez o General Geisel, no fim do seu Governo? No íntimo, embora desejando que o General Golbery o sucedesse, pois era notável figura de homem público, verificou que não tinha condições de assumir a Presidência da República. Castello também admirava muito o General Golbery.

Por que não teria condições? Por não ser quatro estrelas?

Porque não possuía as quatro estrelas e carecia de uma liderança efetiva dentro das Forças Armadas. Era um pouco contestado e considerado, digamos as-

sim, muito acadêmico, um intelectual, um pensador, e os militares gostam de homens que têm condições realmente de agir, comandar e "bater na mesa". Não era um homem que representasse, assim, uma tipicidade militar, para ser Presidente da República.

Fiz uma entrevista com o General Venturini e ele disse o seguinte: "o Golbery gostava de ver as coisas acontecerem; de trabalhar para que aquilo acontecesse." Não tinha tanta motivação em executar; ele queria produzir.

Era um pensador e queria explicar, influir, doutrinar, convencer as pessoas.

O Geisel, no fim de seu Governo, bate o martelo: "Vamos pôr um general muito amigo do Golbery e meu amigo, que possa fazer o governo de acordo com a assessoria dele." É o General João Figueiredo. Chama-o para Presidente da República, mas com o Golbery ao seu lado, orientando-o ou aconselhando-o. Figueiredo impôs uma condição: a promoção ao mais alto posto da hierarquia militar. O Presidente Geisel "forçou um pouco a barra", para Figueiredo ser promovido a General-de-Exército.

Governo Figueiredo

A intuição do General Figueiredo para os problemas militares e políticos era bastante interessante. Para mim, foi o mais expressivo chefe militar de todo o processo iniciado em 1964, em termos de chefia e liderança castrenses, superior, sob certo aspecto, ao General Geisel. Este era também muito inteligente, um valoroso chefe, mas, no fundo, de porte germânico. Geisel não sentaria em uma roda de oficiais da idade dele, ou mais jovens, para tomar uma "cervejada" e falar brincadeiras, popularizar-se. Figueiredo vivia a caserna, mas sabia fazer com que o pessoal saísse marchando. Era um homem, digamos assim, bem fruto da cultura brasileira. Quando havia problemas no seu Governo, entendia bem o que deveria ser feito. No caso do Riocentro, ele estava cansado de saber quais eram os responsáveis e soube, discretamente, puni-los.

O senhor acha?

Chamou a Palácio os militares que pensava devessem ter sido os responsáveis e os puniu, silenciosamente.

Jamais aconteceria com o Figueiredo o episódio do Sylvio Frota. Se ele notasse que este estivesse levantando a cabeça, o prenderia "na marra", como gostava de falar. O militar germânico segue os postulados militares, respeita as normas militares. Geisel era um homem altamente inteligente e é o responsável pelo restabelecimento do processo democrático no Brasil; sem dúvida alguma, a maior figura histórica do Movimento de 1964. Figueiredo era o chefe castrense mais poderoso. Permaneceu mais tempo no Poder. Seu patriotismo exuberante e a experiência

do seu pai, exilado político, deram-lhe uma visão superior da vida pública brasileira. Não tinha vocação para o governo, mas um firme senso de cumprimento do dever.

Parece-me que os problemas, no final do Governo, decorreram, em parte, de seu cansaço. Foi quando alguns generais começaram a ter mais influência e irrompeu aquela crise séria entre o General Medeiros (General Octávio Aguiar de Medeiros) e o Golbery, que culminou com o afastamento deste último. O General Medeiros e o Figueiredo se consideravam bastante, eram muito amigos. A amizade e o temperamento imprudente do General Medeiros tive oportunidade de constatar numa viagem de helicóptero com o Presidente Figueiredo, de Juiz de Fora ao Rio, no fim de seu governo.

O conflito do General Medeiros com o General Golbery foi uma incidente inesperado no fim do governo. Fase muito difícil, porque os governos militares estavam no final. Nas reuniões, Golbery defendia teses mais acadêmicas, teóricas, prudentes. Medeiros ficava impaciente e acabava discutindo duro com o General Golbery. No meio de uma dessas discussões, ele o destratou. Figueiredo, que no fundo tinha um temperamento inquieto como o do Medeiros, porém com maior nível intelectual, parece-me, deixou correr o conflito. Minha impressão é que Figueiredo começou a sentir que o General Golbery, no término do Governo, não estava mais prestando os mesmos serviços do início do mandato e concordou com seu afastamento.

Não prestava mais por ter se afastado da linha Figueiredo?

Creio que o motivo era outro. Figueiredo entendia que os acontecimentos políticos estavam tomando um rumo diferente daqueles previstos por Geisel e por Golbery. Na verdade, Figueiredo não gostou da solução Paulo Maluf. O Golbery tinha apreço por Maluf e elogiava a capacidade administrativa dele. Considerava-o uma liderança muito poderosa e que, se eleito Presidente, poderia fazer muito na transição, além da sua capacidade de realização, respeitando os militares e abrindo-se aos civis.

No lugar de Golbery, assumiu o professor Leitão de Abreu (João Leitão de Abreu), homem de valor intelectual e capaz, mas uma cabeça diferente do antecessor. Golbery era um nordestino adaptado ao Rio de Janeiro. Leitão de Abreu era gaúcho, um povo bem peculiar no Brasil. Na realidade, Leitão era contra Maluf e considerava Tancredo Neves o nome mais conveniente para o momento histórico. Tancredo era um político mineiro de formação humanista e com notável qualidade de articulação política e ação parlamentar, embora sem maior vocação para o Poder Executivo.

Interessante, sinto que naquela altura o Presidente Figueiredo, se não gostava muito do ex-Governador Paulo Maluf, achava-se na obrigação de dar-lhe certo

apoio, por ser do seu Partido. Mas, no fundo, também simpatizava com o Governador Tancredo. Então o Figueiredo começou a afastar-se do processo eleitoral e permitia que Leitão de Abreu discretamente influísse em favor do governante mineiro, embora o PDS oficialmente como partido do Governo indicasse o líder paulista. O cenário era complexo, pois o PDS se dividira e a sua dissidência, o PFL, apoiava Tancredo.

O senhor acha que se Figueiredo pudesse indicar pura e simplesmente um nome, o senhor saberia qual que ele indicaria? Fala-se muito do Andreazza na época, que ele teria disputado com o Maluf. Tinha o Aureliano, o Vice-Presidente.

Ele estava politicamente rompido com o Aureliano. Os dois entraram em conflito ao longo do Governo. Os militares que trabalhavam com o Vice Aureliano, na realidade, no meu entender, não facilitaram a aproximação com Figueiredo e chegaram a provocar alguns desentendimentos com o Presidente, no que diz respeito a certas questões do governo.

Leitão de Abreu influenciou muito em favor de Tancredo, sobretudo quando o Ministro Andreazza foi derrotado na convenção do PDS. Leitão não simpatizava com o nome de Maluf. Lembro-me de que, para tirar certas conclusões a respeito, conversei com Hugo Napoleão, meu amigo, Governador do Piauí, e indaguei dele: “Me conta, fala sinceramente, como ocorreu tua ida ao Palácio para falar sobre a sucessão?” Ele me respondeu que o Presidente, de uma maneira formal, sem entusiasmo, falou que o candidato do partido era o Maluf. Mas quando Napoleão foi conversar com o Leitão de Abreu, este demonstrou simpatias para com Tancredo, julgando que ele deveria ser o sucessor do Presidente Figueiredo.

O senhor acredita que Figueiredo assumiu a Presidência com a firme determinação de finalmente passá-la para um civil?

Não tenho dúvida, porque tal providência fazia parte do planejamento do Geisel. Segundo minhas observações e análises, houve este planejamento e compromisso com o General Geisel.

Na sua opinião, aquele problema de saúde do Presidente Figueiredo afetou o Governo dele?

No longo período em que ele ficou nos Estados Unidos, o Vice Aureliano Chaves assumiu a Presidência da República e parece ter havido pequenos conflitos entre os dois, tanto que Figueiredo chegou um pouco magoado, segundo os comentários da época. Aureliano era um homem muito sério, de temperamento forte, e

assim, dentro do posicionamento pessoal, dava soluções para alguns problemas, fugindo, às vezes, ao modo de ver da equipe de Figueiredo.

Deputado, o senhor explicou muito bem a existência das duas linhas militares: militarista e civilista. Na primeira linha estão Costa e Silva, Médici, e nesta segunda os nomes de Castello Branco, Geisel, Golbery...

E o Presidente Figueiredo também, de uma forma clara.

Qual o destino da linha militarista? Fundiu-se ou perdeu-se nos governos Geisel e Figueiredo?

A linha militarista teve presença forte em todo o processo, mas se enfraqueceu no episódio do afastamento do Ministro do Exército General Sylvio Frota. Na hora em que o Geisel realmente cancelou ou extinguiu a presença crítica do General Frota, a linha perdeu sua influência.

E no Governo do General Figueiredo?

O Presidente Figueiredo sabia lidar com o problema. Ele era um militar civilista, mas se dava muito bem com a área militarista. Figueiredo conhecia o Exército bem. Em virtude de sua formação profissional e de suas características pessoais, sabia identificar as áreas por suas condições de comportamento ético. Talvez fosse, de todos os presidentes, o que conhecia mais a fundo as Forças Armadas. O fato de ter sido chefe do SNI fortaleceu muito esse conhecimento. Possuía uma formação política, herdada do pai General Euclides Figueiredo, por quem nutria uma grande admiração. João Figueiredo era muito inteligente, um homem intelectualizado, embora não deixasse transparecer a sua cultura.

O senhor foi eleito Deputado Federal e foi para Brasília. Seu pai ainda estava lá?

Meu pai, Deputado José Bonifácio, ainda estava em Brasília, mas não chegamos a conviver juntos no Parlamento. No dia em que foi para Minas, recebi o apartamento dele e ali fiquei como seu sucessor. Durante a fase em que foi Deputado Federal, exerci o mandato de Deputado Estadual. No entanto, acompanhei-o nos assuntos políticos e atuamos juntos diante dos problemas mineiros. A participação parlamentar dele, ao longo do Movimento de 1964, foi muito expressiva, mas na fase anterior, da sublevação de Minas Gerais, minha participação, por estar em Minas, foi mais próxima dos acontecimentos.

Aliás, essa participação, em Minas Gerais foi o motivo que nos fez insistir na entrevista. Faltava, ainda, explorar o papel de Minas, no contexto de 1964.

O movimento mineiro realmente constituiu-se na grande operação de afastamento do Presidente João Goulart e todo o grupo que dominava o País. O 31 de Março beneficiou-se da pronta ação das forças políticas e da Polícia Mineira.

Deputado, a primeira parte da entrevista referiu-se à participação de Minas Gerais. Na parte seguinte, a abordagem foi sobre a sucessão dos presidentes militares. Agora, vem a parte final de conceitos. Considerando a sua experiência como legislador e político, não poderíamos deixar passar esta oportunidade. O primeiro tópico é como os congressistas desse período de vinte anos da Revolução de 1964, particularmente os da Arena – o senhor é um deles –, partido que apoiava os governos do ciclo revolucionário, conseguiram conviver com o direcionamento e o controle político proposto ou até mesmo imposto por aqueles governos presididos por militares. Como ocorreu essa convivência durante vinte anos?

Temos que analisar o assunto dentro, digamos assim, de três momentos. O primeiro é aquele do engajamento, da movimentação e da operação revolucionária dos mineiros no 31 de Março. Lembro-me bem desse instante. O Governador Magalhães Pinto, que era uma liderança muito atuante, homem realmente de várias qualidades, percebeu com muita vivacidade que precisava unir todos os mineiros. Criou várias Secretarias de Estado, honoríficas, e convidou expressivas lideranças de projeção nacional e, até, internacional, para ocupá-las. Ao unir todos os mineiros deu uma demonstração simbólica de que o Estado de Minas estava, todo ele, realmente integrado, para derrubar o Presidente João Goulart, para afastá-lo do Poder.

É curioso que o meu pai, Deputado José Bonifácio, homem muito vivido – na Revolução de 1930 teve participação muito ativa – quando, em março de 1964, chegou a Belo Horizonte e viu aquela movimentação revolucionária, não deixava transparecer na fisionomia muito entusiasmo. Relembrou – já falei, mas é bom repetir, porque é interessante – que por volta de 1942, o jornalista Samuel Wainer, dono do jornal *Diretrizes*, depois *Última Hora*, em pleno período Vargas, procurou o ex-Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro Andrada, para conceder uma entrevista. Parece-me que a entrevista já era providência dos democratas para conseguir do Brasil um posicionamento contra a Alemanha, de Hitler. Esta entrevista de Antônio Carlos no *Diretrizes,* em 1942, foi o primeiro documento contra Getúlio Vargas, homem público, na época, com alto prestígio político, aquele que arquitetara a Revolução de 1930 e presidiu a Assembléia Constituinte de 1934. Meu pai, então, relembrou a frase dita na entrevista, por Antônio Carlos: "Pode-se saber como e quando começam as revoluções, mas nunca como e quando terminam". Falou assim comigo em tom de surpresa mas também de piada.

Havia um grupo de homens públicos um pouco assustados com aquela Revolução, mas havia outros muito animados.

Passado o instante do movimento de março, começa uma segunda fase com os militares no Poder. Nota-se um certo temor dos homens de formação mais democrática de que o Governo Castello Branco e a presença dos militares ultrapassassem os

limites antes pregados nas suas afirmações iniciais. É curioso que alguns debates e discursos foram feitos, nessa época. Lembro-me de que um professor de Belo Horizonte, cujo nome não me recordo, numa conversa disse: "É preciso ter em vista que dentro das Forças Armadas temos esses antigos tenentes no Poder, a maioria de formação democrática". Mas, também, dentro das Forças Armadas brasileiras, existia uma idéia militarista, cujo momento culminante, muito curioso isso, deu-se em um pronunciamento do Chefe do Estado-Maior da Junta Militar de 1930, o então Coronel Bertoldo Klinger, mais tarde, no posto de general, chefe da Revolução de 1932. O pronunciamento dele é todo militarista, no sentido de que os militares deveriam ocupar o Poder, pois teriam condições de governar melhor o País.

Suscitou-se, assim, a tese de que os militares no governo do País trariam soluções para a vida nacional. Esse foi o pensamento e a análise intelectual daquele instante. Na prática, o que eu vivi e senti, foi que os antigos nomes da UDN, do PSD, do PR, uma parcela do PTB, do Partido Democrata Cristão (PDC), os homens públicos que organizaram a Arena, queriam realmente restabelecer a ordem democrática do País, e consideravam que o Presidente Castello Branco tinha condições de realizar esse empreendimento cívico. Apoiavam o Movimento de 1964 e com isso fortaleciam a Arena. Por outro lado, também, existia um engajamento a um governo que estava de acordo com os ideais da maioria na época, e que, com administração forte, iria prestigiar os grupos partidários vinculados àquela situação. A posição da Arena no segundo momento foi essa.

No terceiro momento, dos desdobramentos dos governos militares, o cenário modificou-se, a Arena sofreu algumas sanções sérias, o Senador Milton Campos afastou-se do Governo, contrariado com o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Começaram os conflitos com as forças militaristas. Meu pai, Deputado José Bonifácio, Presidente da Câmara e o Senador Gilberto Marinho, Presidente do Senado, em algum momento, por pouco, não elaboraram um Manifesto à Nação e se afastaram das suas posições.

Quer dizer, os políticos da Arena, como os citados acima, apoiavam os governos militares na convicção de que iriam estabelecer um ordenamento democrático no País e trazer o progresso para o povo. Mas, ao mesmo tempo, dentro do bloco, lutavam muito para que prevalecessem esses ideais, porque sentiam que alguns grupos civis se aproximavam muito do grupo militar militarista, e que, eventualmente, tal procedimento poderia levar o País a enfrentar certas dificuldades. Esse era o posicionamento dos homens da Arena. Ao mesmo tempo em que estavam colaborando, iam lá e discutiam com os militares, buscando soluções democráticas.

É curioso dizer que algumas lideranças militares aceitavam bem esse debate. O General Golbery provocava tal discussão. Meu pai argumentava muitas questões com o Presidente Ernesto Geisel. Ele dizia, mais ou menos, essas palavras: "Olha Zé Bonifácio,

comigo você fala o que quiser, abre o jogo, discute, mas, depois da decisão, acabou, temos que cumprir nossas metas. Vou discutir com você as questões políticas. É lógico que vou dar a tônica do meu Governo, mas você é meu assessor na área parlamentar." O Presidente Castello Branco admitia também discussões. O Costa e Silva, é curioso, pela sua formação, discutia pouco, não era um homem dado a debates. No entanto, entregava-se muito às pessoas nas quais confiasse. Não tenho dúvida de que tinha um grande apreço pelo Ministro Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil e pelo seu Vice-Presidente, Pedro Aleixo, mas ouvia muito o General Portella. Com a doença que o acometeu, outros rumos foram seguidos, pois, segundo consta, Costa e Silva outorgaria ao País uma Emenda Constitucional democrática e não o texto autoritário de 1969.

A eleição do General Geisel passou pelo Congresso e havia outro candidato. Depois, a eleição do General Figueiredo também teve o General Euler Bentes Monteiro, como opositor. Na sucessão de Figueiredo, o Congresso resolveu eleger o candidato da oposição. Por que a Arena não tentou isso antes? Talvez a Arena julgasse o Presidente Geisel e o Presidente Figueiredo melhores candidatos, mas houve um consenso, tipo "por enquanto essa, talvez, seja a melhor solução para o momento". Entre os senhores, políticos, chegou a haver comentário ou algo como: "vem cá, vamos parar; vamos eleger um da oposição para ver o que é que dá?" Ou também não confiavam nessa tal da oposição que seria o candidato contra o Geisel, contra o Figueiredo? Por que realmente eles ganharam? Ganharam no Congresso!

Funcionavam, nessa hora, dois sentimentos. Um sentimento partidário, porque os presidentes Geisel e Figueiredo eram os candidatos do Partido, da Arena. As pessoas achavam que deviam apoiar o Partido, ficar dentro do Partido. Por outro lado, ainda consideravam que havia um certo controle militar bem forte no País e que uma atitude que resultasse na eleição de um outro candidato que não fosse mais ligado ao comando das Forças Armadas, poderia provocar um retrocesso, abrir uma crise de tal ordem que os avanços a favor da abertura democrática seriam, na realidade, cancelados, superados, e o grupo militarista assumiria o poder, plenamente.

Interessante é que com o Presidente Figueiredo deu-se, no meu entender, o afastamento, mais do que isso, a imobilização, a desativação, do esquema militar militarista. Antes ocorreram conflitos entre os democratas e os militaristas. O primeiro momento aconteceu quando o Presidente Geisel conseguiu impor-se no episódio da demissão do General Frota. Naquele instante, eu que estava dentro da Arena, vivendo o momento político, senti que o grupo militar civilista, a favor da abertura, dava novo grande passo contra o grupo militarista. Depois, a escolha do Figueiredo, e o

próprio Governo do Presidente Figueiredo, em diversos momentos, como no caso do Riocentro, conseguiu dar demonstrações inequívocas de sua liderança militar civilista impondo realmente esse modo de ser. As lideranças políticas civis, sentindo que Figueiredo, e o próprio Geisel, exerciam a força de seus cargos em favor da abertura democrática, fortaleceram-se, nesse sentido. Existiram outras posições, como o MDB. Tinham uma outra atitude, outros objetivos e outras responsabilidades. Eram responsabilidades oposicionistas. As responsabilidades dos homens da Arena eram de procurar conseguir a abertura política, dentro do sistema dominante.

O senhor acredita que a abertura ocorreu na medida certa?

Creio que sim. Acompanhei de perto todos aqueles acontecimentos, porque os três primos, os Andrada Serpa, com os quais conversava muito, eram homens de muita liderança, na época. O General José Maria de Andrada Serpa era mais militar, não gostava muito de debates políticos. Foi Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. O General Antônio Carlos Andrada Serpa era um homem muito firme, de ideais muito claros, vibrante e nacionalista; o Coronel Luís Gonzaga de Andrada Serpa morreu jovem, mas atuou também. Eram muito unidos, irmãos realmente solidários, militares democratas, mas de temperamentos diferentes.

O Coronel Luís foi meu comandante no Grupo de Artilharia em que servi.

Esse era tipicamente militar. Vivia dentro do quartel, alegre e satisfeito. Acompanhava os irmãos, mas não tinha o desejo de participação, como os outros dois, na vida nacional.

O General Antônio Carlos Andrada Serpa participava do grupo do General Ernesto Geisel e de seu irmão, General Orlando Geisel. É o grupo responsável pela abertura democrática no meu entender, e pelas soluções militares civilistas dentro de todo o processo. Não tenho dúvida a respeito disso. A abertura e o planejamento germânico, para alcançar os objetivos democráticos devem-se ao Presidente Ernesto Geisel, de fato, e ao seu irmão. Este, na realidade, deve ter influído na escolha do sucessor do Presidente Médici.

Então, o senhor considera que a "abertura" não foi apressada?

Ela desenvolveu-se de acordo com o cenário existente. Houve muitas contestações e agitações. Não sei se a solução autocrática, por exemplo, que foi tomada pelo grupo particularmente ligado ao General Costa e Silva, naquela fase, fosse a solução para o momento histórico. Era um momento de muita subversão e entendo que haveria até um retrocesso maior. O AI-5, indiscutivelmente, representou um retrocesso. Teria sido muito melhor para a vida do País, naquela época, se fosse tentada uma solução liberal, o que evitaria a escalada de contestações e subversões.

Como o senhor viu a sucessão de Figueiredo para Tancredo Neves e José Sarney? Ela foi bem conduzida? Houve até o caso de saúde do Presidente Tancredo Neves.

É uma fase curiosa. Não foi dominada por lideranças. Nem o Presidente Figueiredo se interessou. Os fatos ocorreram dentro de uma dinâmica acelerada. Muitos achavam que Ulisses, como Presidente da Câmara é que deveria assumir o Governo e não o Senador José Sarney que era candidato a vice, ainda, sem o exercício deste cargo.

O senhor já estava no Congresso?

Estava no Congresso. Cheguei a ser líder do Presidente Figueiredo na Câmara, numa certa fase. Admirava-o muito. Em nenhum momento, tentou impor o nome do seu sucessor. A sua posição era de solidariedade com o seu partido, embora sem maiores entusiasmos. Evidente que era a favor do candidato do partido, mas não tomou uma atitude capaz de influir politicamente neste sentido. Ao contrário, nos últimos meses antes da eleição, o Chefe da Casa Civil, Doutor Leitão de Abreu demonstrou sua tendência pró-Tancredo Neves, como já falei.

O Doutor Paulo Maluf conseguiu ser Governador de São Paulo, em conflito com Figueiredo, que preferia o candidato Laudo Natel. Era o nome do núcleo militar no Poder. Figueiredo deu liberdade, na convenção da Arena de São Paulo, acreditando que o candidato escolhido por Brasília, automaticamente, seria indicado para o Governo de São Paulo, ou seja, Laudo Natel. Já estavam na fase de abertura democrática e a convenção foi articulada pelo Paulo Maluf, que conseguiu a vitória. Notava-se que apesar da simpatia do General Golbery, os comandos militares não viam Maluf com bons olhos.

Quando Paulo Maluf se candidata à Presidência da República e a maior parte dos grupos políticos da Arena se envolve para apoiá-lo, começa dentro da facção governamental alguma dissidência. Estas lideranças políticas não muito simpáticas ao Paulo Maluf e que preferiam o Doutor Tancredo Neves perceberam que a maior parte das lideranças militares, também, não eram muito simpáticas ao ex-Governador paulista. Então, pensaram em ficar com o Tancredo Neves, que era um nome que contava com grande apoio da opinião pública e do povo. O Presidente Figueiredo foi tão fiel à “abertura” democrática que deixou o processo ter curso, pouco interferindo. Tenho a impressão de que certos grupos militares civilistas, daquela fase, consideravam Tancredo Neves um passo mais à frente e mais eficiente para a “abertura” democrática.

A eleição de um candidato civil não-apoiado pelo Governo garantiria mais a “abertura”.

Encontrava-me, naquela fase, apoiando Paulo Maluf, não só porque ele era da Arena, mas porque o considerava a melhor solução. Hoje, dentro de um contexto histórico, o nome do Tancredo Neves representaria mais a síntese democrática do momento, embora o Paulo Maluf tivesse qualificações bem elevadas de administrador.

Deputado, vamos saltar para a Assembléia Constituinte, no Governo Sarney. Na época, havia uma preocupação dos militares com relação ao item Defesa Interna, que hoje até chamamos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Os militares defendiam a permanência na Constituição da atuação das Forças Armadas na segurança interna caso as polícias militares não conseguissem controlar. Lembro que era uma preocupação do Ministro Leonidas Pires Gonçalves, porque, logicamente, dentro da Constituinte havia uma tendência com o propósito de eliminar essa participação, talvez, por causa do passado. O senhor teria algo a comentar sobre isso?

Acompanhei muito de perto as decisões da Assembléia Constituinte, integrado ao movimento "Centrão", composto de parlamentares democratas, contra o grupo do MDB, com alguns de tendência esquerdista radical. O texto que restou na Constituição seguiu a orientação das Forças Armadas, após algumas discussões, é verdade, mas que foram logo afastadas. Os próprios grupos de esquerda, dentro da Constituinte, não criaram maiores dificuldades e prevaleceu um consenso geral. Os debates e discussões foram no tocante ao problema das Forças Armadas em face das polícias militares. Participei ativamente do debate e procurei soluções que conviessem as partes e que evitassem qualquer espécie de mal-entendido. Aliás, o General Leonidas Pires Gonçalves concordou com nossa proposta para a redação dos dispositivos sobre tal matéria, pois não contrariava a linha geral das Forças Armadas.

Houve alguma tentativa de antecipação da aprovação final, por parte de liderança de esquerda, talvez, o Deputado Ulysses Guimarães, com receio de que houvesse um retrocesso militar?

Não, ao contrário. O Presidente Ulysses estava inquieto, porque a Constituinte demorou muito tempo a terminar os trabalhos. A Assembléia Constituinte foi convocada em 1986, continuou durante todo o ano de 1987 e só quase no final de 1988 que fomos ter a Constituição. A de 1934 demorou um pouco mais de quatro ou cinco meses, e a de 1946, cerca de oito meses.

A inquietude dele era por conta da demora?

A Constituinte de 1986 fugiu totalmente aos costumes do processo constituinte brasileiro e de outros povos. Quando a Constituinte de 1891 se reuniu, Rui Barbosa já tinha um projeto e a Comissão especial também, e logo foram debater a matéria. Em 1934, foi nomeada uma comissão de alto nível que preparou um projeto para a Constituinte discutir e votar a Constituição. Em 1946, quando se reuniu, havia um projeto para debater e votar. Até na Assembléia Constituinte de 1823, no Império, num primeiro momento, foi nomeada uma comissão para elaborar um projeto, o que foi feito. O Imperador dissolveu a Assembléia Constituinte, mas este

projeto ficou de pé serviu de base para a Constituição de 1824. De modo que sempre houve um projeto para as Assembléias Constituintes darem início ao trabalho e votar a Constituição.

As tendências radicais de esquerda e a desorientação muito grande, em 1987, fizeram com que o projeto nascesse dentro da própria Constituinte, mas através de um processo estranho. Foram criadas várias comissões temáticas e uma comissão de sistematização, para reunir as sugestões das comissões temáticas, num único documento. Quando ficou pronto esse documento, estava tão confuso e incoerente que o chamavam de projeto Frankstein, e provocou no País um mal-estar generalizado. Nessa hora, surgiu o "Centrão", um movimento de Deputados de tendência democrática centrista, alguns até um pouco à esquerda, que se reuniram para fazer um projeto de Constituição que realmente fosse ao encontro da sociedade brasileira. Tudo isso levou um tempo enorme. Por essa razão, o Deputado Ulysses Guimarães estava aflitíssimo, agoniado. Sua preocupação não foi por temer um retrocesso militar, mas a necessidade do País sair fora daquela fase demorada de transição.

Deputado, considerando sua vivência como parlamentar, qual a avaliação que o senhor faz sobre o relacionamento das Forças Armadas com o Congresso?

O senhor diz em relação ao passado?

À Revolução. Vamos examinar, primeiro o passado.

Antes do Presidente Castello Branco estabelecer aquelas normas para a promoção dos oficiais generais, com tempo limite de permanência no posto, havia uma presença especial dos militares na vida política do País. Basta dizer que uma das figuras que me trouxeram a maior admiração, durante minha vida pública, falo, com certa emoção, foi o Brigadeiro Eduardo Gomes que empolgou toda uma geração de democratas. Apresentou-se num momento sério da vida brasileira e exerceu notável esforço político para restabelecer a democracia no País.

Conheci de perto, também, e conversei muito com o Juarez Távora. Ia a Barbacena e ficava lá em casa, com meu pai, nas articulações políticas contra a ditadura Vargas. Conheci e procurava alguns militares, inclusive coronéis. Participei, com o General Euclides Figueiredo, da Comissão Executiva Nacional da UDN, como representante do Departamento Estudantil udenista. Outra figura de fácil convívio foi Oswaldo Cordeiro de Faria, notável líder militar. Nessa fase, até 1964, havia condições de conversa com as lideranças militares.

Depois do Movimento de 1964, o contato acontecia com três tipos de militares. Havia os que gostavam de política: General Castello Branco, General Muricy, General Albuquerque Lima e o próprio General Golbery. Outros, sisudos, de tendên-

cia mais militarista, que não conversavam com os políticos: General Portella foi exemplo, dentro do Governo Costa e Silva. E aqueles com um comportamento muito técnico. Aceitavam a conversa, mas eram homens com aquele raciocínio linear. Esses três tipos de homens quase sempre existiram.

Havia, também, um contato muito grande entre as lideranças da Arena e graduados chefes militares que permitiam e aceitavam esse tipo de diálogo, como o próprio General Sylvio Frota.

E hoje, como está o relacionamento? Meramente profissional ou não?

Hoje não existe mais aquela articulação, particularmente depois da criação do Ministério da Defesa. Os contatos existentes com as lideranças militares decorrem de fatos significativos, no dia-a-dia. Um exemplo meu: em Barbacena encontra-se a Escola de Cadetes do Ar, então, tenho muito contato com os brigadeiros. Até, no meu caso, sou genro de um Brigadeiro, Doorgal Borges, que prestou significantes serviços à Força Aérea.

Em Brasília, não é como antigamente?

Às vezes, a Câmara convoca lideranças militares para dar algumas informações, mas elas são solicitadas para virem ao Congresso. Observa-se hoje, de um modo geral, que as maiores lideranças militares não estão tendo uma articulação, um contato maior, como tinham anteriormente, com o meio político.

Por que a dificuldade de relacionamento das Forças Armadas com a mídia? Isso veio daquela época e, ainda, permanece, embora possa ter mudado um pouco.

A mídia é um problema muito sério para as democracias modernas. A primeira razão é que a mídia não é mais um veículo de informações, mas um veículo de influência, de dominação, de orientação da opinião popular. A mídia moderna acabou com a opinião pública. Lembro que, quando jovem, escutava: "a opinião pública toma posição". Hoje, a opinião pública não existe mais, existe a opinião do público feita pela mídia. Outro fenômeno curioso, parece que os jornalistas se articulam entre eles de uma maneira, assim, meio implícita, não muito clara. Os noticiários são muito semelhantes nos diversos jornais.

Outro ponto, a esquerda brasileira sempre posicionou-se, desde a sua formação, bastante afastada ou desconfiada dos setores militares. O esquerdista brasileiro ainda olha o militar como sendo adversário.

Ainda olha?

Sem dúvida, em maior ou em menor escala. Os mais inteligentes não olham tanto assim, mas persiste uma certa desconfiança, e é generalizada em todos os partidos de esquerda. Já a presença da esquerda na imprensa brasileira, de um modo

geral, é muito forte. Dentro desse contexto, os diversos segmentos jornalísticos influenciam o povo a não ter maiores simpatias pelos militares.

Lembro muito bem que o meu pai era líder do Governo Geisel e gostava de ser claro nas suas posições. Um dia ele disse: “A imprensa é cheia de comunistas”. Os jornalistas da Câmara se reuniram e vieram tomar satisfação: “Doutor José Bonifácio, estamos aqui reunidos, para saber do senhor quem é o comunista?” Meu pai respondeu: “Vocês todos.” Alguém disse: “Ah, mas eu Deputado?!” Meu pai retrucou, rindo: “Você também é.” Foi aquela gargalhada geral, aquela brincadeira, o assunto acabou e todos foram embora. Na realidade, ele exagerava, pois tinha um contato amigo e cordial com os jornalistas.

Seu pai generalizou, mesmo.

Ele não quis dizer que todos fossem filiados ao Partido Comunista, e sim que eram homens, na maioria, com o pensamento voltado para a esquerda. Mas deram-se muito bem. Meu pai era um homem muito simples, brincava com todos. Mexia com os jornalistas: “Sei que vai me xingar amanhã no jornal, mas não se esqueça de incluir a fotografia. Xingar sem fotografia não está certo.”

Como o senhor vê o relacionamento do militar com o meio intelectual e universitário? É uma situação semelhante?

É totalmente diferente. Os intelectuais mais antigos, que tinham vinculação com os movimentos de oposição aos governos militares, ainda têm uma certa antipatia para com os militares. Mas no meio dos intelectuais mais jovens, mais esclarecidos, mais ativos, esse problema não existe mais. Eles estudam sociologicamente os problemas, olham as Forças Armadas como um grupo social, assim como analisam as religiões, os setores empresariais. Até possuem uma visão do todo, totalmente diferente.

Quanto ao meio universitário?

O meio universitário mais avançado, o meio universitário, digamos assim, mais desenvolvido, sem aquelas emocionalidades que o prendem ao passado, olham os setores militares de uma maneira extremamente tranqüila, dentro de uma visão sociológica ou institucional.

Deputado, considerando essa crise atual, com denúncia de corrupção, que atinge de certo modo a credibilidade dos poderes Legislativo e Executivo, não do Presidente, mas do Governo que tende a ser um pouco abalado, como o senhor avalia o posicionamento das Forças Armadas? Não se ouve falar nesse assunto?

É uma pergunta muito complexa para uma resposta imediata. A tradição militar brasileira é de participação nas questões nacionais. Hoje, percebe-se que os pró-

prios dirigentes militares acham que essa participação, que existia no passado, não convém prosseguir com tanta ênfase. O próprio Presidente Castello Branco acenou nessa direção, de uma maneira muito firme. A doutrina do General Bertoldo Klinger, de 1930, está afastada. Creio que as lideranças militares, com a criação do Ministério da Defesa, foram contidas pela estrutura diferenciada em relação a que facilitava os comportamentos antigos.

Nesse ponto, convém ressaltar, existem reflexões sobre o futuro das três forças tradicionais – Marinha, Exército e Aeronáutica – que nos levam a crer numa nova fase das estruturas militares brasileiras. De tudo, parece-me fundamental que fiquem dentro de uma doutrinação militar civilista. O militar, na realidade, tem dois papéis a cumprir: como militar no dia-a-dia e, também, como civil. Quando falo civil, não é no sentido de não ser militar, mas de ter comportamentos menos militares, diferenciados daqueles de dentro do quartel, como em sua casa, por exemplo, e em locais de convívio social.

Um ponto que considero importante é a compreensão exata, pelos militares, dos problemas nacionais, e destaco a importância da democracia. Nesse mister, a doutrina da Escola Superior de Guerra é muito interessante, embora devesse enfatizar mais os aspectos do desenvolvimento democrático da sociedade e diminuir a ênfase em relação à segurança, em que pese, também, sua especificidade e importância. O estamento militar brasileiro, no mundo em que estamos vivendo, mercê das contradições que presenciamos, é, indiscutivelmente, uma instituição fundamental para o nosso País.

No momento, esse grupo militar não estaria omisso em relação à vida do País? O senhor chegaria a ponto de fazer essa assertiva? O senhor estaria mais tranqüilo com aquele grupo de 40 anos atrás?

Voltamos àquela história: o meio-termo é o ideal. As lideranças militares não devem ser tão excessivamente presentes como no passado, com a Arena, por exemplo, e também não podem estar afastadas do dia-a-dia da atividade política. Interessante é um convívio sensato e prudente e voltado para os objetivos maiores do País, que precisam ser alcançados e mantidos.

O senhor acha que elas estão afastadas demais?

No momento, estão um pouco afastadas. Mas penso que é uma tendência conjuntural.

Os oficiais em função de comando, fora de Brasília, têm um convívio maior com as autoridades civis. Em Brasília, talvez isso não exista. Eu pergunto se o fato de o militar estar no seu ninho é mais tranqüilizador para o político? Existe o outro lado que é o desconhecimento do pensamento militar, porque não se expõe.

São vários aspectos. Por exemplo, dentro de um cenário nacional de estabilidade constitucional e democrática, o militar deve ter conhecimento dos problemas, mas não

precisa, digamos assim, vivenciar demais as questões. Agora, se há instabilidade, seja as razões de ordem externas ou internas, parece-me que os militares têm que buscar um maior conhecimento da realidade, porque lhes cabe a segurança do País, de um modo geral. Precisam conhecer o cenário adequadamente, para realmente posicionarem-se de acordo com as aspirações nacionais e os Objetivos Nacionais Permanentes.

Não existe a comunicação entre militares e lideranças políticas, de modo que os políticos não conseguem saber qual é o pensamento dessas lideranças militares e vice-versa.

Fui convocado para fazer uma palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e foi para mim uma experiência muito interessante. Outros parlamentares também estiveram lá, em contato com os brigadeiros e coronéis da Aeronáutica. Isso é muito importante. Não tenho dúvida nenhuma de que é necessária essa aproximação. O diálogo, a conversa é fundamental. A comunicação é muito necessária. Essa aproximação é de fácil realização, basta as lideranças militares e civis desejarem.

Agora, vivemos no Brasil, atualmente, uma situação de características muito peculiares. O Presidente Lula é um antigo sindicalista, homem de lutas políticas bem fortes, numa linha de esquerda. Ele faz parte do Partido que promoveu uma oposição muito rigorosa durante a fase dos governos militares. A sua equipe governamental é toda ela dominada por certos valores, digamos assim, marxistas, embora a reafirmação democrática do Presidente é sempre muito efusiva e muito clara. Mas é um governo de esquerda. E isso, por ser um governo de esquerda e de sindicalistas, que não são acostumados à gestão da coisa pública, vem provocando uma série de crises de ordem administrativa e de ordem governamental. Mas ao lado de tudo há gravíssimas denúncias de corrupção que desmoralizam o governo e criam um perigoso clima de instabilidade.

O senhor veio ao encontro da pergunta seguinte. Considerando o quadro político atual do País, há uma tendência de ser instalado um socialismo populista, talvez até radical?

O atual Governo está dividido em três grandes tendências. Uma tendência que tem a sua expressão no Ministro da Fazenda e procura manter a situação econômica e financeira do País com alguma estabilidade, através de articulação com toda a economia internacional. Este posicionamento tem um desdobramento cultural em favor de uma sociedade capitalista, de mercado. Mas sabe-se que dentro do Governo existem outras figuras, que são homens de formação marxista, e embora conhecendo o fracasso da antiga União Soviética, defendem a estatização e o socialismo, para o País. O terceiro grupo é de esquerda, menos intelectualizado e mais ativista, com inclinação inequívoca para o populismo. Fortalece e alimenta atividades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Movimento dos Sem Teto etc.

Esse terceiro grupo poderia fortalecer-se, nesse período?

Depende da situação e dos cenários. Se por acaso o atual Governo não conseguir superar as crises política, administrativa e moral que está atravessando, a tendência é esse grupo populista crescer e tornar-se mais forte, na direção do esquema venezuelano ou algo nessa ordem.

O senhor citou a Venezuela e me sugeriu uma outra pergunta. Em termos de cenário da América do Sul, o senhor vê o momento como capaz de provocar preocupações, considerando Venezuela, Uruguai, Argentina, Chile, uns com governos socialistas, mas praticando economia de mercado, outros mais populistas, e outros ainda taxativamente afirmando-se marxistas?

O problema hoje, não só do Brasil, mas de todos os países, é vencer as duras dificuldades econômicas e sociais. Há uma tendência muito grande – isso se refere a todos os governos, desde os mais de esquerda até os mais à direita – para a busca de soluções técnicas que resolvam as crises. A questão da justiça social é uma questão técnica. Como conseguir uma produção maior, capaz de distribuir rendas para as camadas mais pobres da população? A pergunta é extremamente importante. Em muitos países, as deficiências governamentais de certas lideranças tendem a levá-las para o populismo, como solução para se fortalecer o poder. Nesse caso, o populismo salva o governante demagogo contra as críticas fortes que ocorrem na sociedade em virtude das falhas governamentais. Isso é um problema sério, pois utilizam a massa para agitar o povo em defesa do mau governo.

Um problema mais sério é que vivemos num mundo de interrogações e de complexidades. Vivemos num mundo de séria inquietação. Quando eu era jovem estudante de Direito a gente achava que o mundo do futuro, isto é, de 50 anos depois seria realmente de equilíbrio, alegria e felicidade. Infelizmente, ocorreu o contrário, pois hoje os receios são enormes em relação ao mundo do presente. Nenhum país pode deixar de tomar uma posição de alerta, através de suas forças política, militar, religiosa e moral, porque de repente podem surgir crises inesperadas que venham a trazer para a comunidade riscos perigosos e até desconhecidos.

Se por um lado está afastada a ameaça de uma guerra mundial, mas a de inquietação se proliferou.

Não há mais a guerra, naquele sentido formal e drástico. Mas há muitas "guerrinhas", de diversos tipos, que estão a exigir, inclusive, uma nova visão a respeito do papel das Forças Armadas. Talvez, as antigas ameaças externas à soberania tenham dado lugar a outras, também, vindas de fora, mas que vinculadas a grupos internos, põem em risco a ordem nacional.

De seu conhecimento sobre Ciência Política, qual a sua avaliação a respeito da implantação do parlamentarismo, no atual momento político brasileiro?

Desde os tempos de jovem, dentro da UDN, o parlamentarismo me empolgou muito. Antigamente, quando ensinava em sala de aula, na PUC, em Belo Horizonte, e na UnB, em Brasília, havia três tipos de regimes de governo, clássicos: o regime presidencialista, o regime parlamentarista e o regime colegiado. O colegiado existia na Suíça e funcionou no Uruguai. O parlamentarismo foi se construindo na Inglaterra, através de várias experiências políticas, e veio a fortalecer-se depois da Revolução de 1688, quando Jorge I, príncipe alemão, assume o Governo da Inglaterra. Não sabendo falar inglês, utilizava o latim para falar com um ministro, a fim de transmitir ordens. Esse auxiliar, sendo o único que conversava com o Chefe de Estado, passou a ser o Primeiro-Ministro. A origem do Primeiro-Ministro é essa.

Dentro do quadro atual do Brasil, não seria mais um parlamentarismo clássico, como o inglês. Para o Brasil, e incluiria toda a América Latina, seria um "presidencialismo parlamentarizado", tipo francês ou tipo português. O Presidente da República permaneceria com a liderança, mas delegaria a um Primeiro-Ministro, com o apoio do Parlamento, uma série de responsabilidades de ordem governamental. O atual sistema brasileiro é altamente deficiente e perigoso. Nosso presidencialismo é o mais exacerbado do Ocidente. O Presidente da República do Brasil é muito mais forte do que o Presidente dos Estados Unidos. No Brasil, o Presidente pode apresentar Projetos de Leis na Câmara com andamento prioritário, Propostas de Emendas Constitucionais, também com andamento prioritário, e a Medida Provisória, que é lei autoritária. Detém o controle do Banco Central. Os ministros podem ser demitidos a qualquer momento. Todos os Chefes de Repartições comissionados podem ser demitidos da mesma forma. O Presidente detém a liderança da política internacional. Pesam-lhe nos ombros encargos enormes que nenhum governante no mundo, com as suas qualificações naturais, consegue suportar. De modo que é um presidencialismo altamente exacerbado e perigoso.

Quando o sistema "presidencialista parlamentarizado", do tipo francês, foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, por unanimidade, fui o relator. Transformado numa Proposta de Emenda Constitucional, fui comunicar o fato ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que deveria dar-lhe conhecimento, porque era do partido que defendia a tese parlamentarista. Comecei a fazer uma série de observações e falei que uma das soluções dessa nossa proposta seria criar a figura do Ministro Coordenador. Ele concordou, porque como Presidente da República não conseguia realizar um terço da agenda obrigatória diária. O Presidente da República está assim com um excesso de atribuições e dificilmente consegue liderar o País dessa forma.

Uma das razões da crise que estamos vivendo é o excesso de atribuições do Presidente, que o transforma num indivíduo inquieto, psicologicamente abalado, que nem sabe como conduzir-se no dia-a-dia, tal é o excesso de atribuições do Presidente para desempenhar o cargo. Chega-se à conclusão, aliás, todos os jornalistas repetem, de que os assessores passam, na verdade, a resolver as questões, e sem a responsabilidade e representatividade necessárias. O Presidente só assina. Precisamos mudar esse sistema que aí está, porque vai provocar crises. É um perigo muito sério.

Sou oficial da Reserva e conheço bem o processo militar. O comandante de uma organização militar tem poderes, mas o Estado-Maior impõe-lhe limitações. As grandes organizações empresariais têm dois tipos de diretoria: uma diretoria voltada para as grandes diretrizes da empresa e outra para a execução do dia-a-dia com os conselhos ao redor.

O País precisa de um Presidente da República que venha a presidir a Nação inteira, mas precisa de um Ministro Coordenador para ser o gerente do País, o executor, o chefe da equipe que administra a Nação.

Deputado, explorando, ainda, a sua experiência e conhecimento de legislador, o senhor acredita que no Brasil não haja espaço para o pensamento filosófico que se apóie numa administração federal capitalista, mas com o Estado enxuto e produtivo? Ou é incompatível com a solução de nossos problemas sociais?

É um problema que exige debates, análises, observações aprofundadas. O fato de termos dimensões continentais está nos causando problemas gravíssimos. O Sul é muito desenvolvido em contraste com o Norte pobre; as culturas são um pouco diferenciadas; o clima é inteiramente diversificado; e onde há muita riqueza, ainda, não devidamente explorada. Um País que tem sobre si a imensa responsabilidade da Amazônia, ainda hoje não completamente exercida, como é de nosso dever.

A problemática brasileira é muito complexa. Em primeiro lugar, o problema da soberania, da defesa da Nação brasileira como parte do legado que os nossos ancestrais nos deixaram. As Forças Armadas têm que ser capazes de preservar nossas fronteiras e evitar infiltrações de grupos de guerrilha do exterior. E, também, ajudar a manutenção da ordem interna. Segundo, temos que fazer um levantamento completo de nossas potencialidades econômicas, dentro de um mundo globalizado, cada vez mais complexo. Finalmente, é urgente cuidar com competência do setor educacional, a base de tudo. Não temos realmente dado ênfase à educação como deveríamos dar, pois as instâncias burocratizadas dificultam a ação educacional.

Não há incentivos à sociedade no sentido de desenvolver mais a educação. Ao contrário, o Poder público brasileiro prejudica a sociedade, dificultando-a na criação

de escolas, faculdades, formação de professores, fomento de grupos de estudos de alfabetização. É uma situação grave.

Dentro desse pressuposto, temos que manter uma estrutura de segurança para a defesa do País. Temos que enxugar o Estado brasileiro. O comerciante, empresário, fazendeiro, toda a população é perseguida pela burocracia. O setor fiscal do Brasil é de uma burocracia irritante e revoltante. Baixa, constantemente, Portarias e Resoluções que alteram de um dia para o outro o fisco; às vezes entra em conflito com a legislação e com a própria Constituição. Temos o problema da morosidade do nosso processo judiciário. As pessoas não conseguem fazer prevalecer os seus direitos individuais, porque a justiça custa a dar resposta aos pedidos que lhe são levados. Temos que reformar as normas judiciárias.

Agora, quando estamos enxugando o Estado, devemos lembrar que o Brasil é um continente e a Federação precisa ser fortalecida. Como, de Brasília, poderemos resolver os problemas do Amazonas, conhecer os problemas intermunicipais do Rio Grande do Sul, ou do Piauí, ou lá do Maranhão? Não é possível. Temos que fortalecer a Federação, dar mais força aos Estados para resolver seus problemas. Os governadores são fracos, financeira e administrativamente, porque não têm condições de realizar a sua obra. Tudo é centralizado em Brasília. É preciso descentralizar o Estado brasileiro, para combater a burocracia que o domina, mas ao mesmo tempo temos que fortalecer os Estados, dentro de uma ótica administrativa e política.

O modelo é o domínio do mercado. Mas algumas áreas do País são tão atrasadas que necessitam da presença do Estado. É o caso da Amazônia e de alguns setores subdesenvolvidos. Nessas áreas, o poder público tem elaborado algumas fórmulas afastadas das soluções de mercado. Mas de Belo Horizonte para baixo as atividades do capital podem se desenvolver com muito êxito.

Este é o meu ponto de vista. Temos que marchar no sentido da economia de mercado em diversas áreas, da descentralização da Federação, temos que mudar as diretrizes do Estado diante dessa burocracia maligna. Mas temos que considerar que somos um País continental, e isso é uma regra geral, com seus problemas setoriais a serem enfrentados de uma forma típica.

Deputado, estamos satisfeitos com os pontos debatidos. O senhor tem algo mais a acrescentar ao nosso Projeto de História Oral sobre a Revolução de 1964?

Gostaria, apenas, de dizer que as nossas declarações são passíveis de retificações. Trouxemos dados da nossa experiência. Foi uma honra muito grande participar desse Projeto, e mais uma vez reitero a grande admiração pelas Forças Armadas brasileiras pelo que tem feito pelo nosso País, ao longo da nossa história.

General-de-Divisão Sylvio Ferreira da Silva

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Com dezesseis anos incompletos, prestou concurso para a Escola Militar do Realengo, não conseguindo aprovação numa matéria. Mas como havia necessidade de recrutamento para a II Guerra Mundial, foi-lhe concedida a oportunidade de fazer um ano de revisão na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA), em 1942.
- Em 1943 e 1944, cursou a Escola Militar do Realengo, terminando sua formação profissional de oficial da Arma de Infantaria, em 1945, na Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais cargos e funções: Como Major, em 1963, Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte; como Tenente-Coronel, em 1966, Secretário de Segurança do Estado de Pernambuco; no posto de Coronel, Comandante do 14º Regimento de Infantaria, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco; em 1973, Subchefe do Centro de Informações do Exército (CIE), atual Centro de Inteligência do Exército; e de 1975 a 1977, Chefe de Gabinete do Conselho de Segurança Nacional.
- Como Oficial-General: Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, PA; Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, de Ponta Grossa, PR; Diretor de Pessoal Civil, em Brasília. No posto de General-de-Divisão, Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Comandante da 7ª Região Militar; e Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, também em Brasília, quando passou para a Reserva, em 1987.
- No exterior: integrou o Batalhão Suez (15º Contingente), em missão de paz, na Faixa de Gaza, Oriente Médio, de agosto de 1964 até fins de 1965; e, no posto de Tenente-Coronel, a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), Estados Unidos da América, em 1967 e 1968.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, além dos cursos da Escola de Educação Física do Exército, em 1950; e de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, em 1979.
- Em 1966, foi vítima do atentado a bomba, no Aeroporto dos Guararapes – Recife, PE.

Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2005.

General Sylvio, antes de abordar o atentado no Aeroporto dos Guararapes, destaque da entrevista pela importância do registro histórico, gostaria que o senhor apontasse os aspectos mais relevantes de sua experiência na Região Nordestina, relacionados com os antecedentes da Revolução de 1964?

Concluído o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1962, no ano seguinte fui servir no IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, à época, comandado pelo General Castello Branco. Integravam o Estado-Maior daquele Comando, o General Muniz Aragão (Augusto César de Castro Muniz Aragão), que o chefiava, e os coronéis, na oportunidade, Bandeira (Antônio Bandeira) e Ibiapina (Hélio Ibiapina Lima). Especificamente, minha função era de adjunto do Coronel Ibiapina.

Muito da conversa entre eles, que acompanhava, referia-se a análises sobre a situação política do País, visto que estava muito instável. Mesmo transferido para o Estado-Maior do Exército, em Brasília, o General Castello Branco manteve contato muito estreito com os coronéis Bandeira e Ibiapina.

Em setembro de 1963, os sargentos de Brasília, a maioria da Aeronáutica, revoltaram-se. Com isso, duas polícias militares, do Rio Grande do Norte e do Piauí, resolveram, digamos, apoiar aquela revolta e fizeram uma greve. Nessa época, disputava o campeonato de basquete do Exército, no Rio de Janeiro e, ao regressar, fui designado para reorganizar a Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Para a Polícia Militar do Piauí, seguiu o Coronel Torres de Melo (Francisco Batista T. de Melo). Assumi o comando, em Natal, no dia 1º de outubro de 1963, e dei início ao meu trabalho. Foi instaurado um inquérito para apurar as causas daquela situação de anormalidade da Polícia Militar.

Passado algum tempo no comando da Polícia, foi divulgada a notícia que um contingente seria organizado na Região Nordeste, para incorporar-se ao Batalhão Suez, no Oriente Médio. O oficial de maior posto deveria ser um major, de acordo com a sistemática de substituição em vigor. Não me manifestei a respeito, mas quando perguntado pela Região Militar se, por acaso, aceitaria a indicação, respondi positivamente. A organização da Polícia Militar já estava num estágio próximo do adequado. Dentre os quatro candidatos, fui o escolhido. Deixei o Comando da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e, no quartel do 14º Regimento de Infantaria (14º RI), em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, tratei, agora, da organização do 15º Contingente. Os oficiais e praças foram selecionados nas Unidades do Nordeste. A maioria dos oficiais era do Ceará. Tive a felicidade de levar 274 homens, em agosto de 1964, e trazê-los de volta, um ano depois, sem problema algum. Durante a missão houve uma redução no contingente e um pequeno grupo retornou antes.

Antes de sua ida para Suez, o senhor presenciou ou participou de algum fato ligado à Revolução que gostaria de relatar?

Pouco antes de 31 de março de 1964, aproveitando o feriado da Semana Santa, vim a Recife, como fazia periodicamente. Tratava, nestas oportunidades, de assuntos relacionados ao inquérito aberto em 1963, a que já me referi. Na véspera do dia 31, fui chamado pelo General Justino (Joaquim Justino Alves Bastos), Comandante do IV Exército. Apresentei-me ao General que me perguntou quando eu voltaria para Natal; respondi que meu regresso se daria após a Semana Santa. Então, indagou-me se haveria algum inconveniente de retornar naquele dia. Respondi que, em absoluto, nada me impedia de fazê-lo. O General mandou que assim procedesse e, chegando à Capital potiguar, transmitisse ao Comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar (ID-7) uma mensagem dele. O teor dava a entender que iria ocorrer... o Movimento de 31 de Março. Fui de automóvel para Natal e transmiti a mensagem.

Quem era o Comandante da ID-7?

Comandava a ID-7 o General Omar Emir Chaves, que se encontrava em Brasília e, segundo consta, era do esquema de apoio do Presidente João Goulart. Procurei transmitir a mensagem ao Coronel Mendonça Lima (Alberto Carlos de M. Lima), depois general, responsável pelo Comando da ID-7, que, para minha surpresa, resolveu reunir os oficiais. Frisei-lhe que o General Justino havia me orientado para transmiti-la diretamente. Diante de sua insistência para que eu a anunciasse a todos os oficiais reunidos, não tive outra saída.

Lembro-me de que logo um oficial manifestou a sua posição contrária a qualquer ação que levasse a destituição do Presidente. Na mesma direção, juntou-se outro oficial, resultando em prisões, ocorridas naquele mesmo momento.

Houve reações na Polícia Militar do Rio Grande do Norte?

Depois de transmitida a mensagem na ID-7, fui para o quartel da Polícia e aguardei amanhecer o dia 31 de março. Expliquei o que estava ocorrendo, de modo que o ambiente na Polícia Militar foi de tranqüilidade.

Depois do 31 de Março, o senhor cumpriu missão em Suez e, no retorno, foi para o IV Exército. Qual a sua função, naquele Comando, e por que motivo foi ao Aeroporto dos Guararapes aguardar o desembarque do General Costa e Silva? Agora, vamos tratar do atentado.

No retorno ao IV Exército, fui designado adjunto da 3ª Seção. Algum tempo decorrido, corria o ano de 1966, surgiu um problema na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e o titular da mesma pediu demissão. Por indicação do

Comandante do IV Exército, na época o General Portugal (Francisco Damasceno Ferreira Portugal), fui nomeado Secretário de Segurança de Pernambuco. Devo dizer que foram, apenas, 6 meses. Minha saída ocorreu em decorrência de questões administrativas relacionadas à moradia. Residia em próprio residencial do Exército e mudei-me para a casa do Comandante da Polícia Militar. A partir do momento em que tive de sair dessa última residência, fiz ver ao Governador que se não tivesse outro local de moradia, não teria condições de permanecer à frente da Secretaria.

Desse modo, retornei à função que exercia no IV Exército. Passam-se os dias e veio a confirmação da notícia de que o General Costa e Silva, candidato presidencial pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) visitaria Recife. Fui escalado para fazer parte da segurança à paisana, durante o desembarque no aeroporto. Às 8h15min, hora prevista para a recepção ao General, o Aeroporto dos Guararapes estava lotado, mas o alto-falante anunciou que ele viria de automóvel de João Pessoa ao Recife.

O senhor se lembra em que dia foi?

25 de julho de 1966, dia de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas.

Deslocando-se via terrestre, a missão do aeroporto acabou?

Ante o aviso do alto-falante, as pessoas que lá estavam para recebê-lo tomaram seus destinos. O aeroporto ficou relativamente vazio. Mas eu, como tinha dois assuntos a tratar, um com o Secretário de Administração estadual e outro com o Chefe do Serviço Social Contra o Mocambo, pedi-lhes mais algum tempo, justamente para esta conversa. Ficamos os três no saguão do aeroporto, em pé, na seguinte situação: à minha frente o Doutor Haroldo Collares, Chefe do Serviço Social Contra o Mocambo e, à minha direita, o jornalista Edson Régis de Carvalho, Secretário de Administração.

Estávamos conversando sobre as questões por mim apresentadas, quando um guarda, conhecido pela alcunha de "Paraíba" desde a época em que jogava futebol, aproximou-se. Pertencia à Polícia Militar de Pernambuco e trazia uma maleta na mão direita. Parou à minha esquerda, e dirigindo-se ao Dr. Haroldo, que também era Inspetor de Polícia, comunicou-lhe que, avisado por alguém, tinha encontrado a maleta abandonada no chão do saguão do aeroporto. O Dr. Haroldo Collares o orientou que a entregasse no Departamento de Aviação Civil (DAC). Nesse exato momento em que ele apontou a direção da curva, local do DAC, com o braço direito, a maleta explodiu. A explosão jogou todos ao chão.

As conseqüências foram terríveis. O guarda que portava a maleta fraturou a perna direita. Depois de dois meses no pronto-socorro, a perna não pôde ser salva e tiveram que amputá-la.

Ele chegou a colocar a maleta no chão?

Não, a maleta explodiu na mão do guarda.

Os demais, também, sofreram ferimentos gravíssimos. O Doutor Haroldo Collares, que se encontrava à minha frente, recebeu uns duzentos cacos de vidro no corpo. A bomba dentro da maleta estava calçada com jornal e envolvida com cacos de garrafa de cerveja e outros de cor marrom. Já o jornalista Edson Régis, que se encontrava à minha direita, recebeu fortíssimo impacto de estilhaços de ferro na altura do abdômen, atingindo-lhe as vísceras. No hospital, não resistiu e veio a falecer por volta de uma hora da tarde.

Quanto a mim, os ferimentos foram todos no lado esquerdo do corpo: na perna – o mesmo que o guarda recebeu na perna direita –, nos dedos da mão e na nádega. Os piores foram a fratura exposta do fêmur e a perda dos dedos da mão esquerda.

O senhor se lembra como se deu o socorro?

Graças a Deus, não perdi a consciência em nenhum momento. Inicialmente, tentaram colocar-me dentro de um Fusca, mas não deu. Fui transportado no Aero Willis do Secretário do Interior e Justiça. Quando o carro ia tomar o rumo do centro do Recife, na saída do aeroporto, exclamei: "Não! Não! Vamos para o Hospital da Aeronáutica que é mais perto." Seguindo por Santa Luzia, chegamos ao Hospital da Aeronáutica. Minha felicidade foi que o dia 25 de julho de 1966 era uma segunda-feira. Os médicos do hospital ainda se encontravam naquela reunião matinal que ocorre todos os dias nas unidades militares. Cheguei na hora em que os médicos estavam prontos para iniciar suas atividades.

Todos os feridos foram levados para o Hospital da Aeronáutica?

O Edson Régis e, também, outras pessoas feridas, porque não foram somente os 4 que estavam juntos da bomba que sofreram as conseqüências da explosão. Quanto ao guarda e alguns feridos foram conduzidos para o pronto-socorro do Recife.

Além do jornalista Edson Régis, mais alguém morreu nesse atentado cometido pela esquerda brasileira?

O Almirante Nelson Gomes Fernandes, que se encontrava um pouco distante, fora do saguão, olhando para o pátio das aeronaves, recebeu na nuca, como se fosse um tiro, o bujão da bomba e caiu já morto.

Quanto tempo o senhor permaneceu no hospital?

No Hospital da Aeronáutica do Recife, fiquei quase 8 meses.

O senhor trouxe várias fotos de jornais do atentado. Nesta, vê-se o senhor deitado na calçada do aeroporto, aguardando para ser transportado para o hospital. Pode-se observar, também, o Fusca daquela época. A fotografia que saiu nos jornais do senhor caído no saguão do aeroporto não está muito boa. Decorreram quarenta anos. Nesta reportagem da revista Manchete, *a foto é quase um* zoom *daquela do jornal em que o*

senhor está deitado no lado de fora do Aeroporto. Muita gente ao redor. Esta foto é da bomba. Gostaria que o senhor explicasse.

A pessoa que fez o artefato adquiriu um cano de duas polegadas de diâmetro e um metro e vinte de comprimento. Seccionou-o em três pedaços de quarenta centímetros, fez roscas, colocou as luvas e os bujões. Apertou bem de um lado e deixou frouxa a tampa da outra extremidade, para que pudesse carregar. Carregou com uma substância corrosiva, de modo que pela própria corrosão dentro de um determinado espaço de tempo aquilo explodiria.

Nesta fotografia, o futuro Presidente Costa e Silva olha um estilhaço. Aliás, que estilhaço é esse que o senhor tem aqui, General?

Esse estilhaço de ferro com o "T" do Tupi, é o pedaço da luva do cano. Observe que tem uma rosca do outro lado. Ele foi retirado, depois, da minha coxa. Já esse aqui atravessou a região abdominal e, também mais tarde, foi extraído pelo lado direito, mais ou menos pelo lugar da hérnia inguinal.

Este é um calendário feito pelo senhor. Poderia explicar estas marcações?

Resolvi escrever tudo o que ocorreu durante a minha hospitalização. Foi feito no verso de um convite que chegou às minhas mãos. Neste calendário, estão registradas a colocação da extensão, as datas das trocas de gesso etc. A extensão durou dezenove dias, para que a perna não encolhesse e, nesse período, engessei-a, porque quando tinha que virar o corpo, para fazer o curativo na parte de trás, o que rodava era a fratura. Diariamente, tinha que abrir o gesso para fazer o curativo. Depois de vários dias de aberturas freqüentes dessas janelas, na parte da frente e na de trás, o gesso ficava muito grosso e era necessário substituí-lo. A cada troca de gesso tomava anestesia geral.

Qual é a palavra que está escrita aqui embaixo?

Quando saí do hospital, escrevi "Liberdade". Fiquei 234 dias ali.

General, o senhor poderia relatar o tratamento na sua mão, recebido no hospital dos Estados Unidos da América (EUA)?

Não foi só da mão, mas da perna, também, devido à imobilidade a que foi submetida no longo período de tratamento. No caso da minha mão, sem o polegar, perdi a capacidade de pinça. Não conseguia segurar. Fui para os EUA para que eles substituíssem o polegar, e o dedo que melhor combina com o polegar é o anelar. Eles tiraram o pedaço do anelar que sobrou e o implantaram na minha mão, transformando-o em polegar. Para fazê-lo, demoraram 22 dias.

Uma particularidade, quando fui fazer fisioterapia na perna, depois do implante do polegar, os EUA estavam em pleno envolvimento com a Guerra do Vietnã. Corria

o ano de 1967. Assisti à chegada de levas de militares mutilados e juntei-me a eles naquela fase de fisioterapia. Sou conhecedor de todo o tipo de fraturado que se possa admitir. No meu quarto, éramos três baixados. Quando consegui fazer algum movimento de flexão da perna e me senti em condições muito melhores do que as daqueles combatentes, resolvi parar.

O seu dedo polegar não pôde ser implantado? Naquela época, existia essa técnica?

Hoje, seria micro cirurgia. Naquela época, não se fazia isso. O polegar ficou pendurado, seguro apenas pela pele. Se fosse hoje, teria sido aproveitado.

Qual o nome do hospital americano que o atendeu?

Hospital do Exército dos Estados Unidos, o Walter Reed Army Medical Center, em Washington.

Qual a sua história a partir do regresso ao nosso País?

Fui julgado apto, mas "com restrições, não devendo ser submetido a esforço com a perna etc." Quando regressei ao Brasil, procurei o Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro, para saber até que ponto iam as minhas restrições. Estava convicto de que deveria pedir transferência para a Reserva, caso as restrições não permitissem que eu exercesse normalmente a minha profissão. O HCE me examinou e julgou-me "incapaz definitivamente para o serviço do Exército por ter menos de três quirodáctilos na mão esquerda".

Acontece que o Chefe do Estado-Maior, à época, era o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) que comandava a 7ª Região Militar (7ª RM), no Recife, quando do atentado a bomba do Aeroporto dos Guararapes. Conhecendo-me, desde muitos anos, e vendo o meu estado, na época da bomba e na volta dos Estados Unidos, Muricy solicitou que eu fosse submetido a uma nova inspeção de saúde, em grau de recurso. No dia seguinte à minha chegada ao Recife, porque minha esposa queria ver os pais, recebi um telegrama para que retornasse ao HCE para nova inspeção de saúde.

Nessa segunda inspeção, fui julgado apto. Nesse momento, veio comandar a 7ª RM o General D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávila Mello), que era o Adido Militar em Washington, quando estive internado. Ele achou por bem solicitar ao General Muricy que eu fosse comandar o 14º RI, em Jaboatão dos Guararapes. Mas eu era o número um para Coronel, pois levei carona na promoção de dezembro, justamente, porque não estava apto. Assumi o comando no início de março e, no dia 30 de março, fui promovido a Coronel.

Bem, continuei a minha recuperação e voltei a jogar basquete. Participei, inclusive, da Olimpíada do Exército de 1972, como jogador reserva da equipe de basquete do IV Exército. Depois, joguei muita dupla de voleibol, em Brasília e em Marabá.

A muleta que o senhor está usando é conseqüência da atentado?

De qualquer forma, decorre do problema da bomba. Pelo fato de ter passado 8 meses dentro do gesso, embora com outros problemas ósseos, meu joelho tornou-se fraco, e com o tempo, foi piorando. No fim do ano de 2004, mais precisamente, dia 19 de dezembro, fui subir um degrau de escada, aqui em casa, e, distraidamente, coloquei a perna esquerda na frente. Quando subi, o joelho não agüentou, caí de lado e fraturei o fêmur, novamente. Durante esses trinta e tantos anos só subi degrau de escada avançando primeiro a perna direita, mas distraidamente fui subir um degrau com a perna esquerda.

A fratura foi um pouquinho mais acima. Fiz cirurgia e coloquei uma placa com uns quinze parafusos. Estou me recuperando.

Depois do atentado, o senhor continuou no Exército, serviu no CIE e, mais tarde, no Conselho de Segurança Nacional. O senhor chegou a receber informações sobre os autores do atentado? Foi revelada a organização responsável?

Logo depois do atentado, fizeram retrato falado de possível suspeito, mas existe apenas uma conclusão definitiva: sabe-se que foi planejado pela organização esquerdista Ação Popular (AP). O Inquérito Policial acusou Ricardo Zaratini, mas depois descobriu-se que ele não teve participação no atentado. Nunca houve certeza quanto ao verdadeiro autor.

General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes

- Natural da Cidade de Aquidauana, MS.
- Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia, em 1964, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais funções militares: Comandante da 1ª Bateria de Artilharia Antiaérea, em Brasília, DF; Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Oficial de Estado-Maior da 4ª Divisão de Exército, em Belo Horizonte, MG; e Comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, no Rio de Janeiro. No posto de coronel integrou, como representante do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), o Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino no Exército, que propôs as medidas hoje implantadas em todos os estabelecimentos de ensino da Força.
- Foi promovido a General-de-Brigada em 31 de março de 1997, patente em que exerceu as seguintes comissões: Inspetor-Geral das Polícias Militares; Subchefe do Estado-Maior do Exército (EME); Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa; e Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial. No posto de General-de-Divisão: Comandante da 10ª Região Militar, em Fortaleza, CE; e Vice-Chefe do DEP, no Rio de Janeiro.
- No exterior, serviu como Assessor Militar Brasileiro Junto à Academia Militar dos EUA, em West Point, NY, onde exerceu os cargos de professor no Departamento de Idiomas Estrangeiros e de conferencista nos Departamentos de História, Geografia e Ciências Sociais.
- Possui os cursos regulares do Exército, o de especialização em Artilharia de Costa e Antiaérea e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado na ECEME.
- Em 1964, era cadete do Curso de Artilharia da AMAN, sob o comando do General-de-Brigada Emílio Garrastazu Médici.

Entrevista realizada pelo General Geraldo Luiz Nery da Silva, em 28 de novembro de 2000.

Sinto muito orgulho em poder emprestar colaboração, ainda que modesta, para ajudar as gerações futuras a entenderem o Movimento de Março de 1964: suas origens, como foi desencadeado e quais as suas conseqüências. Tudo sob a ótica de um militar que participou daquele episódio na origem de sua carreira, ainda como cadete do terceiro ano da Academia Militar, e que viveu essa carreira, em grande parte, sob a égide da Revolução de 31 de Março de 1964.

Quais as suas experiências pessoais vividas nos pródromos da Revolução de 1964 e na sua eclosão em 31 de março?

Para falar sobre os pródromos da Revolução de 1964, poderia retroceder muito no tempo, uma vez que, filho de militar, vivi no seio do meu lar, intensamente, todo o período de agitação político-militar iniciado nos anos 1950, acompanhando a turbulência que marcava o quadro político brasileiro. Para não me estender muito, prefiro ater-me à minha vida como cadete na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Penso que posso definir com precisão o ano de 1961 como aquele em que efetivamente começou a preparação, na AMAN, da Revolução de 1964. Naquele ano, assistimos à eclosão da crise política advinda da renúncia de Jânio Quadros e a cisão que se observou no Exército, relativamente à decisão de conceder ou não posse ao Vice-Presidente eleito, João Goulart.

No segundo semestre de 1961, já ultrapassada a crise, o Comando da Academia Militar, por meio de uma série de palestras muito bem planejadas e executadas, instruiu o Corpo de Cadetes sobre as técnicas de guerra revolucionária que, já naquela época, começavam a ser desenvolvidas em todo o território nacional. É importante dizer que, no meu entendimento, a partir de 1961, a permanente crise político-militar em que o País se debatia, desde o advento da República, ganhou um componente adicional: o ideológico, de caráter marxista-leninista. Com aquelas palestras, o Comando da Academia procurava instruir os cadetes quanto às técnicas, os instrumentos e os processos de atuação do marxismo-leninismo. Os anos de 1962 e 1963, do ponto de vista do cadete da Academia Militar, foram relativamente tranqüilos, sem repercussões do que acontecia fora dos muros acadêmicos, prevalecendo a total dedicação aos estudos e aos pesados encargos do cadete.

Já em 1964, desde o início do ano, a Academia passou a ser mais afetada pela campanha de agitação promovida pelo governo e por outros setores que, se não pertenciam ao governo, dele eram aliados. Recordo-me, em especial, de dois episódios: o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março e, ainda mais vivamente, o episódio da chamada “revolta dos marinheiros”, quando o ex-Almirante Aragão, em chocante demonstração de subversão da hierarquia e de indisciplina, foi conduzido

nos ombros de marinheiros e fuzileiros navais sublevados. Àquela época, alguns professores na Academia Militar faziam, aberta e ostensivamente, a contrapropaganda aos marxista-leninistas. Recordo-me, especialmente, dos professores das cadeiras de Psicologia – os então majores Rosadas e Paulo, este chefe da Seção – e de Direito, onde havia total engajamento dos docentes em alertar os cadetes para os perigos que se avizinhavam. Por dever de justiça, lembro os nomes dos coronéis Dantas, Américo e do mais vibrante deles, Oliveira Litrentos, que aproveitavam suas aulas para realizar aberta e muito bem conduzida campanha de esclarecimento do Corpo de Cadetes.

Fora isso, entretanto, a Academia levava a sua vida normal e, em conseqüência, tínhamos pouco acesso ao que acontecia externamente. À época, os licenciamentos eram escassos, e o Corpo de Cadetes, apesar da agitação em que vivia o País, permanecia mais ou menos isolado de toda essa questão. Não completamente, porque, como já falei, alguns professores alertavam-nos constantemente quanto aos perigos que ameaçavam a Nação. Não me recordo, nessa primeira fase do ano de 1964, de ter presenciado nenhuma iniciativa do Comando da Academia no sentido de alertar o Corpo de Cadetes sobre os rumos a que a Nação parecia estar sendo conduzida, mas, a partir do episódio da sublevação dos marinheiros, a sensação de isolamento foi sendo gradativa e crescentemente quebrada.

Tenho muito presente em minha mente o retorno de um licenciamento, num domingo à noite, quando, reunidos na estação rodoviária da Praça Mauá com nossos familiares e vários colegas de turma, conversávamos com muita preocupação sobre as conseqüências que poderiam advir para nós e para a Academia, porque, naquele momento, parecia que nada iria obstar a conquista do poder pelos comunistas.

No dia 30 de março, aconteceu o casamento de um oficial da Academia com a filha de um professor de Topografia muito amigo dos meus pais, o Coronel Junqueira, ao qual muitos cadetes eram ligados. Freqüentávamos a casa do Coronel Junqueira e, no dia 30, fomos ao casamento de sua filha com um tenente. Guardo, até hoje, o cartão de dispensa da revista do recolher para poder comparecer a esse casamento e à recepção que nos foi oferecida. Ao retornar à ala da Artilharia, por volta das dez horas da noite, encontrei o ambiente inteiramente conturbado, cadetes ouvindo pelo rádio a notícia de que as forças federais de Minas Gerais haviam se rebelado contra o governo central e estavam em marcha para depor o Presidente João Goulart.

Naquela noite, acho que ninguém foi dormir, desse detalhe não me lembro bem, mas, já em plena madrugada, fomos todos colocados em forma e os oficiais do Curso nos informaram sobre o que estava ocorrendo no País. Após esclarecer que a Academia decidira posicionar-se em favor das forças de Minas Gerais, comunicaram

que iríamos, a partir daquele momento, para o parque de Artilharia pegar o material e ocupar posição na Rio-São Paulo, para impedir que forças do Rio de Janeiro avançassem na direção de São Paulo. A operação realizou-se exatamente como fora planejada.

Agora, na palavra do General Lannes, vamos conhecer a participação efetiva da AMAN naquele período extremamente alvissareiro para todos nós, em que a Academia viveu ativamente a Revolução de 1964.

Fomos para o parque de Artilharia e guarnecemos os obuseiros, que passaram, na sua maioria, a ser tracionados por caminhões do Curso de Engenharia, utilizados no transporte de pontes, uma vez que boa parte das viaturas do Curso de Artilharia, os velhos GMC, estava indisponível, não havendo caminhões suficientes para tracionar todas as nossas peças. As guarnições foram constituídas com cadetes dos terceiro e segundo anos. Lembro-me de que, por estarmos no início do ano de instrução, ainda não havíamos recebido instruções sobre vários procedimentos de técnica de tiro. Por isso, a central de tiro da nossa bateria foi parcialmente guarnecida por uns poucos cadetes do 3º ano, certamente os melhores classificados, e as demais funções, pelos próprios tenentes instrutores.

Debaixo de uma chuva fina, em uma manhã cinzenta que contribuía para aumentar o clima de indefinição e até mesmo para tornar mais dramática a situação, saímos da Academia por volta das oito horas da manhã, rumamos pela Rio-São Paulo no sentido do Rio de Janeiro e, a cerca de quarenta minutos da Academia, fizemos alto, no acostamento da estrada, ali aguardando durante várias horas a evolução dos acontecimentos. No meio da tarde, veio a ordem para que entrássemos em posição muito perto do local onde havíamos feito o alto-horário. Ocupamos uma posição muito ruim do ponto de vista da Artilharia, difícil, que só permitia o tiro vertical, que os cadetes ainda não sabiam conduzir. Então, os cadetes primeiros classificados, José Correa (Carlos José Correa), Alencastro (João Batista da Silva Alencastro), Pinheiro (Edison Gonçalves Pinheiro), uns três ou quatro, receberam uma instrução expedita sobre a realização do tiro vertical e, mais ou menos ao anoitecer, ocupamos a posição e ali permanecemos à noite.

Como eu não era dos primeiros classificados, coube-me a função de C4, municiador-chefe de uma peça. Durante toda a noite, nenhum incidente ocorreu e, no dia seguinte, por volta das oito horas da manhã, recebemos ordem para sair de posição. Fomos novamente para a estrada, onde aguardamos mais algum tempo, até que chegou a notícia de que retornaríamos para a Academia. Àquela altura nenhum de nós sabia exatamente o que tinha acontecido. É bom lembrar que vivíamos uma época em que não existia a facilidade de comunicação de hoje. O trajeto em mão dupla, entre

Rio de Janeiro e Resende, demorava quatro horas e meia, no ônibus da Evanil. Para o cadete falar pelo telefone para o Rio de Janeiro, ele pedia a ligação às seis horas da tarde, ia cuidar dos seus afazeres e lá pelas dez horas da noite vinha a ligação, quando vinha. Então, só tivemos uma noção exata do que havia acontecido, quando retornamos para a Academia e ali, na área de acesso ao portão de entrada da Academia, formamos juntamente com o Curso de Infantaria. Esqueci de falar que o Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) da Artilharia foi realizado visando proporcionar apoio de fogo a uma posição defensiva, estabelecida pelos Cursos de Infantaria e de Cavalaria, que barrava o acesso de tropas vindas do Rio de Janeiro.

Também, posteriormente, viemos a saber do episódio vivido pelo Grupo-Escola de Artilharia (GesA), que integrava a tropa do Grupamento de Unidades-Escolas (GUEs) enviada do Rio de Janeiro para combater os que se insurgiam contra o Governo do Sr. João Goulart. Ao fazer alto nas proximidades da posição defensiva da AMAN, para os trabalhos de REOP e depois de uma série de incidentes, a oficialidade do GEsA rebelou-se contra seu comandante — considerado homem do dispositivo militar de João Goulart, como todos os comandantes de Unidade do GUEs — e decidiu aderir à causa da Revolução. Assim, os capitães, seguidos por seus tenentes, alguns deles, hoje, generais na ativa e outros, coronéis já na Reserva, abandonaram o restante do Grupo que já estava em posição e, imprimindo grande velocidade em suas viaturas, ultrapassaram nossa posição defensiva e foram apresentar-se na AMAN, como tropa à disposição da Revolução.

O comandante do Grupo – Coronel Aldo Pereira – ficou, literalmente, a pé na estrada. Com exceção de uma bateria de tiro já em posição e controlada de perto pelo comandante da Unidade, todas as subunidades passaram para o nosso lado.

Quanto aos cadetes, ao retornarmos no dia 2 de abril à Academia, entramos em forma em frente ao portão monumental e desfilamos pela grande reta que conduz ao conjunto principal. Dos dois lados da pista, em forma, estavam os professores da Academia e todo o pessoal da Administração que não participara da operação, saudando-nos, quase como heróis, proporcionando uma recepção extremamente solene e emocionante. Fomos em forma para o Pátio Tenente Moura, onde o General Médici (Emílio Garrastazu Médici) leu uma proclamação, abordando todos os acontecimentos vividos e louvando o Corpo de Cadetes pela maneira coesa com que a AMAN tomara parte naquele Movimento. Nosso Comandante, lembro-me bem, no texto que nos distribuiu, mostrava quão difícil tinha sido a decisão de empregar pela primeira vez o Corpo de Cadetes num episódio daquela natureza.

Lembro que o General Médici era o Subcomandante da AMAN em 1961, quando teve início, com muita eficácia, a oportuna orientação anticomunista. Ele mes-

mo tomara parte ativa na montagem e na condução das instruções que procuravam, naquela ocasião, alertar o Corpo de Cadetes sobre as ações comunistas no mundo e, especialmente, em nosso País.

A partir dali, a vida da Academia retomou seu curso normal.

Esse desfile, aqui abordado pelo General Lannes, foi um evento, para nós, das outras tropas que ali estávamos, eletrizante, emocionante, porque os cadetes e seus chefes desfilaram com todo o seu material, armados e municiados até os dentes, com fitas de cartuchos de metralhadora .50 presas ao corpo, completamente enlameados, da cabeça aos pés, aparentando o desgaste natural de duas jornadas indormidas, enfrentando chuva, que se tornou inclemente, e um rio de lama. Um desfile de retorno de guerra – místico, admirável e realmente inesquecível.

Acho que o senhor usou os termos exatos: eletrizante e inesquecível. Todos que dele participaram se lembram, com muita emoção e ficam arrepiados ao recordar aquele momento inolvidável, porque os militares e todos os professores que não haviam saído da Academia nos saudaram com contínua e estrondosa salva de palmas e, como o senhor falou mesmo, nós estávamos completamente cobertos de lama. A tal chuva fina, que caía no início da nossa missão na saída da Academia, transformara-se em copiosa, tornando o acesso às posições extremamente difícil. Foi uma operação complicada e cansativa para todos que dela participaram, mas que nos trouxe uma satisfação íntima indescritível.

Uma semana após o dia 31 de março, vários agitadores e alguns líderes sindicais de cidades vizinhas do Vale do Paraíba foram conduzidos presos para a Academia e ocuparam uma ala do conjunto principal, sob guarda de cadetes do terceiro ano. Aquela situação perdurou por cerca de um mês, para que esse pessoal fosse ouvido nos inquéritos que haviam sido instaurados.

Aproximadamente dois meses após o 31 de Março, já vivendo a rotina da vida acadêmica, ao retornar à ala da Artilharia após um dia de instrução, recebi a notícia de que haveria um desfile em Belo Horizonte para comemorar a vitória da Revolução e que quatro cadetes de Artilharia seriam sorteados para integrar a representação da AMAN. Eu fui um dos sorteados!

Viajamos numa aeronave C-47, decolando do campo de aviação de Resende. Só estou citando isso porque o desfile que fizemos em Belo Horizonte foi a mais apoteótica manifestação de apoio ao Exército que me lembro de ter visto em toda a minha vida! Basta dizer que, enquanto desfilávamos, a população, maciçamente presente nas ruas, jogava sobre nós pétalas de rosas. Ao final, o itinerário do desfile estava literalmente coberto de flores; foi uma festa popular grandiosa, como se a população estivesse expressando, com o máximo entusiasmo possível, o agradeci-

mento pelo alívio que lhe trouxemos, ao colocar um ponto final na agitação insuportável vivida pelo País. Nenhuma outra manifestação poderia ilustrar de forma mais clara o irrestrito, absoluto e incondicional apoio do povo brasileiro ao Movimento de 31 de Março de 1964.

A guerra fria pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Acho que a influência foi total e absoluta. Não há a menor dúvida, na mente de quem viveu aqueles dias, de que se tratava de uma guerra revolucionária em que o marxismo-leninismo tentava mais uma vez conquistar o poder no Brasil.

Ainda nos primeiros meses de 1964, uma declaração que causou profunda impressão em todos os que acompanhavam a evolução dos acontecimentos adveio do próprio presidente do Partido Comunista Brasileiro. Dizia ele que "os comunistas já estavam no governo, faltando-lhes o poder".

Havia, portanto, um clima de insatisfação da maioria do povo contra o governo deposto?

Para mim, era claro que sim. A manifestação apoteótica que vi em Belo Horizonte corroborava esse sentimento, observado, também nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, principalmente em São Paulo, dias antes da eclosão da Revolução, onde se fala em um milhão de pessoas presentes. O povo, estupefato diante do que acontecia, voltava-se para as Forças Armadas, sobretudo para o Exército. Sonhava-se com uma reação ao caos implantado no País durante o ignóbil Governo Goulart.

Devo realçar que, apesar de não haver unanimidade contra o governo, a grande maioria dos setores da vida nacional clamava por um basta àquele estado de coisas. Inclusive na Imprensa, com os mais importantes jornais cobrando um paradeiro para aquela anarquia insuportável. Os jornais que hoje criticam a "ditadura", "os anos de chumbo", os militares são os mesmos que saudaram a Revolução de Março de 1964 como a salvação do Brasil e muito trabalharam para que ela eclodisse.

Apesar da vida dura da Academia, chegaram aos cadetes informações sobre o "grupo dos onze" e a "Liga Camponesa". Havia conhecimento, na AMAN, da ação desses grupos subversivos que atuavam naquela época?

A noção do que acontecia chegava de forma muito amortecida. Em primeiro lugar, porque os cadetes estavam voltados quase exclusivamente para seus estudos e afazeres; depois, porque a influência dos meios de comunicação nem de longe pode ser comparada à de hoje. O cadete lia muito pouco jornal, não havia "Jornal

Nacional", não havia televisão com essa abrangência nacional que existe hoje. Então, tudo que acontecia chegava por meio do jornal, mas de maneira muito amortecida e atingia apenas aqueles poucos que se preocupavam em acompanhar a situação política mais de perto. Diria que a massa dos cadetes permaneceu alheia a esses fatos.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade chegou a repercutir na Academia?

Sim, essa marcha chegou ao conhecimento dos cadetes, pela proporção, pelo número de participantes. Ela, de certa forma, galvanizou a veemente e arrojada reação aos desmandos de João Goulart.

Então, podemos dizer que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade da grande maioria do povo?

Sem dúvida, para mim não há a menor dúvida sobre esse aspecto.

Havia uma revolução em andamento de cunho comunista e a ela nos contrapomos com o Movimento de 1964?

Sem dúvida. Acredito, no entanto, que haja uma diferença fundamental entre a guerra revolucionária vivida àquela época e a experimentada em anos mais à frente. A que foi vivida naquele momento utilizou-se principalmente dos sindicatos, dos dirigentes sindicais que tinham total acesso ao governo, inclusive ao Presidente da República. Mandavam e desmandavam. Fez uso da mídia também, mas de forma muito incipiente, se comparado ao que acontece nos dias de hoje, até porque, como falei e quero repetir, grande parte da mídia contrapunha-se àquele pernicioso governo. A revolução comunista em andamento tinha como base, portanto, os líderes trabalhadores, presidentes de sindicatos operários que paravam o País, a toda hora, com suas greves intermináveis, inclusive as de solidariedade a outras categorias também paralisadas, tudo deteriorando a economia e a vida nacional. Foi, talvez, um movimento de inspiração marxista-leninista mais clássico, valendo-se fundamentalmente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ligado ao Partido Comunista Brasileiro, e das Confederações Nacionais de Trabalhadores na Indústria, no Comércio, nos Transportes etc. Além disso, a revolução comunista em andamento valia-se muito de organizações estatais, colocadas a serviço da desordem e da agitação. Na área estudantil, contavam principalmente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), importante instrumento no esforço pela comunização do País. A maioria dos estudantes, entretanto, não tomava conhecimento da agitação política planejada e organizada por essa entidade.

Essa sua observação sobre a UNE é importante, mostrando que os agitadores constituíam um grupo restrito; não era a maioria dos estudantes.

A propósito, lembro-me de um fato importante: nas férias de fim de ano, eu aproveitava para fazer um curso intensivo de alemão, aqui no Rio de Janeiro. Freqüentavam esse curso intensivo de 40 dias pessoas da minha idade, moças e rapazes. Entre elas, um cidadão que era estudante da PUC; ele não sabia que eu era militar, pelo menos no início da nossa convivência e, no começo de 1963, esse cidadão se manifestava indignado com o rumo que o governo imprimia ao País. Segundo afirmava, só uma minoria, atuante e barulhenta, participava ruidosamente das manifestações, incentivadas, via de regra, pelo próprio governo, dando uma falsa impressão de que o movimento possuía maior amplitude.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Líderes civis, Carlos Lacerda. É minha convicção de que se não fosse o Carlos Lacerda não teria havido revolução. Carlos Lacerda galvanizou, polarizou, aglutinou a resistência ao Movimento Comunista Internacional (MCI), tanto na Guanabara, como, por extensão, em todo o País. Com ele, caracterizou-se o mais expressivo foco de resistência, não só pelo seu posicionamento extremamente corajoso e competente no plano político-ideológico, mas, sobretudo, pela brilhante administração que fez no Rio de Janeiro. Infelizmente, anos mais tarde, perdeu-se por suas frustrações pessoais.

No plano militar, destacaria o General Médici, uma figura exponencial, não só pelo que ele fez como Comandante da AMAN, e pelo que realizou como Subcomandante da Academia em 1961. Percebi, na época, que ele era o cérebro por trás daquela campanha de esclarecimento do Corpo de Cadetes. Ressalto, também, os generais de Minas Gerais, sobretudo o General Carlos Luís Guedes. Esta minha observação é fruto de toda uma vida no Exército, depois de ter ouvido várias versões, depois de ter ouvido o próprio General Guedes, depois de ter convivido com dois de seus filhos. Falo, portanto, com o benefício da vivência. Acredito que o General Guedes foi o estopim, sem o qual não sei se a Revolução teria se deflagrado.

E a Revolução de 1964 foi só de caráter interno ou houve alguma intromissão externa como dos Estados Unidos, por exemplo?

Absolutamente interno. As esquerdas falam muito hoje na operação que os americanos estariam montando para nos auxiliar, mas, na verdade, toda a trama da Revolução foi feita exclusivamente por brasileiros, internamente, sem nenhuma interferência externa. O que eu penso sobre esta operação é que ela até poderia vir a ser realizada caso os acontecimentos não tivessem seguido o rumo que tomaram, isto é, se tivesse havido uma luta armada, uma guerra civil, o que, felizmente, não ocorreu. Os americanos precisariam, em caso de conflito, assegurar alguns portos

onde pudessem participar com apoio logístico às forças que combatiam o comunismo, mas isso foi um planejamento que, se existiu, não chegou a ser concretizado. Não houve necessidade de apoio, pela facilidade com que o chamado dispositivo militar de João Goulart se desmanchou.

A quem o senhor atribui o desmoronamento desse dispositivo militar que era comandado pelo Chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil?

A esse respeito, quero, principalmente, dizer que percebia durante a evolução dos acontecimentos, em 1963 e 1964, uma vontade muito grande do Exército de permanecer à margem do processo, aguardando o fim do mandato de João Goulart sem sair às ruas, apesar dos apelos da população nesse sentido.

No meu modo de ver, o que fez João Goulart fracassar foi um erro de cálculo: permitir a si mesmo e aos seus companheiros mais chegados atentar contra dois pilares básicos da nossa Instituição – a hierarquia e a disciplina. Penso mesmo que, se não tivessem ocorrido os episódios do comício da Central do Brasil, da rebelião dos marinheiros e do jantar do Automóvel Clube do Brasil, talvez ele tivesse conseguido conduzir o processo sem que o Exército viesse a interferir. Todavia, no momento em que o próprio Presidente feriu tão clara e ostensivamente a hierarquia e a disciplina, as resistências que existiam no Exército, obedientes à manutenção da legalidade, se esvaíram. Isso é interessante dizer, porque a Revolução teve um final rápido e feliz sem nenhuma reação, mesmo de pequeno vulto, porque aqueles que antes lutavam por manter a legalidade verificaram que o próprio Presidente foi o primeiro a afrontá-la, tornando, por suas próprias ações inconseqüentes, ilegítima a defesa dessa causa. Assim, com João Goulart, ficariam apenas uns poucos militares comunistas ou aqueles motivados por interesses particulares, principalmente promoções e outras vantagens a usufruir na carreira. Muitos cadetes, como eu, na época já sabiam que havia, nos corpos de tropa, um ambiente de desconfiança: os oficiais dormiam armados. Havia grupos identificados em certos quartéis como capazes de reeditar a matança de 1935. Então, a partir do momento em que o governo e o próprio Presidente promoveram a liquidação da hierarquia e da disciplina, a resistência à solução armada terminou. Em outras palavras, por maior que fosse a relutância em adotar uma solução que rompesse a ordem constitucional, esse pudor deixou de existir quando o governo solapou, abertamente, a hierarquia e a disciplina.

Como viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Foi uma atitude extremamente corajosa do nosso comandante, General Médici. Posteriormente, avaliamos melhor a dimensão daquela decisão, porque, embora

não representasse muito do ponto de vista tático, possuía extraordinário valor simbólico, ao caracterizar a posição da Academia Militar das Agulhas Negras, a sagrada Casa de Formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

A Revolução robusteceu a união e a coesão dentro das Forças Armadas?

Sem a menor dúvida, ainda que, a esse respeito, a Revolução possa parecer paradoxal. O público civil dificilmente entenderia isso: a Revolução retirou a política de dentro dos quartéis. Até então, os quartéis se dividiam, com facções defendendo a legalidade, enquanto a maioria entendia ser impossível conviver com o ambiente político criado pelo desorientado e pernicioso Governo Goulart. A partir da Revolução, paradoxalmente, o Exército tornou-se apolítico. Essa é a minha observação, muito sincera, absolutamente contrária aos jornalistas, travestidos de historiadores que estão por aí a reescrever, impunemente, a nossa história.

Exatamente, perfeito, tanto que não houve volta aos quartéis como muita gente diz, cometendo um erro palmar, porque o Exército nunca saiu dos quartéis, a não ser para fazer a Revolução vitoriosa, retornando imediatamente, após a missão cumprida. Estamos, assim, recuperando a verdade histórica através de depoimentos como esse.

A partir de 1964, o Exército tornou-se muito coeso e inteiramente apartidário. Até porque não tínhamos mais o que falar; a ordem era viver exclusivamente para nossas funções, uma vez que o militar eleito presidente reunia indiscutivelmente todos os méritos para o cargo, nada justificando qualquer intromissão em suas decisões.

O Movimento de 31 de Março de 1964 tinha alguma ideologia?

Não, o Movimento de 31 de Março não tinha uma ideologia. Ele foi muito mais uma reação a um estado de coisas, à deterioração da hierarquia e da disciplina, conduzida por meio de agressões constantes e inaceitáveis a esses pressupostos básicos da Instituição. Não havia uma ideologia, havia, sim, um traço comum: o anticomunismo. Todos eram anticomunistas e comprometidos com a defesa da verdadeira democracia. Sua união deveu-se à exigência de uma pronta reação aos desmandos de João Goulart e dos seus colaboradores.

Se examinarmos os rumos seguidos pelo País nos chamados governos da Revolução, veremos quão diversificados eles foram. Há uma corrente mais liberal e uma mais estatizante. De comum, havia a vontade de restaurar a ordem, totalmente subvertida, e de restabelecer a disciplina; havia um anticomunismo consciente, pela convicção de que aquela doutrina não convinha ao País. A defesa das liberdades e da democracia configurava a ideologia para abortar mais uma tentativa de

implantar, no País, um governo marxista-leninista por meio da guerra revolucionária. Era o desejo da grande maioria do nosso povo, sem dúvida nenhuma.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Governos cujos presidentes eram militares, porque as Forças Armadas e o Exército, em particular, nunca agiram como um elemento de governo, no sentido de participar de decisões políticas, a não ser em período de crises extremas, como na doença do Presidente Costa e Silva, quando uma junta dos três ministros militares responsabilizou-se, momentaneamente, pelos rumos do País. Com exceção deste breve período, o que tivemos foram governos legalmente constituídos, onde os presidentes eram militares da Reserva e a grande maioria dos ministros, civis. Tanto quanto me lembre, o Exército permaneceu voltado exclusivamente para as suas tarefas constitucionais.

Gostaria de alinhar alguns benefícios que a Revolução trouxe ao País?

A Revolução trouxe muitos benefícios para o País, sobretudo no campo econômico. Quem viveu o Brasil no início dos anos 1960 e viveu o Brasil no início dos anos 1980 sabe como foi profícua a administração dos governos revolucionários. Mas esses benefícios, no meu modo de ver, representam apenas parte das conquistas obtidas pela Revolução. O maior benefício foi ter impedido que aqui se implantasse um governo marxista-leninista.

Há uma diferença feita por alguns pensadores políticos entre governo autoritário e governo totalitário. Não há dúvida de que os governos pós-1964 exerceram ações típicas de governos autoritários, mas assim fazendo impediram que aqui fossem implantados governos totalitários. Que seria de nós se os intentos de João Goulart, Leonel Brizola e outros tivessem prosperado? Acho que podemos responder a essa questão olhando para o mapa da América Latina e observando o que acontece em Cuba. Cuba tem um governo totalitário que tomou o poder em 1959, eliminando seus adversários em "paredões", e que não dá sinais de que vai se retirar de cena. Aqui, tivemos uma interrupção do processo democrático pleno, que pode ser assemelhada, mais ou menos, à ação de um médico que faz uma operação cirúrgica complexa, mas necessária para evitar um mal crescente. Então, além dos aspectos materiais que a consagraram, o maior benefício que a Revolução nos trouxe foi exatamente impedir que os comunistas tivessem conquistado o poder naquele momento.

Quais os erros cometidos pela Revolução de 31 de Março de 1964?

Em primeiro lugar, ter dificultado o aparecimento de lideranças políticas que representassem os anseios da Revolução. O segundo e gravíssimo erro, ter com-

batido as tentativas de agitação e de tomada do Poder no campo da luta armada, mas deixado o nosso sistema educacional, a formação do magistério e, sobretudo, a formação da opinião pública, inteiramente nas mãos dos adversários contra os quais foi desencadeada a Revolução de 31 de Março.

Um grande erro – não nos preocupamos, realmente, com a mídia e com a cátedra, deixando que os comunistas dominassem completamente a área de formação dos jornalistas e dos professores e as conseqüências estão aí.

Porque não tínhamos uma ideologia, porque não fomos suficientemente autoritários e talvez até mesmo por incompetência, permitimos que nas mentes da nossa juventude, em todo o período revolucionário, fossem plantadas idéias que hoje dominam toda a formação da opinião pública brasileira. Toda, sem exceção. Não temos hoje, como tínhamos em 1964, importantes órgãos da mídia se contrapondo aos desígnios dos marxista-leninistas que atuavam junto ao inditoso Governo João Goulart. Hoje, todos os órgãos da mídia, até mesmo aqueles que, em 1963 e 1964, estavam do nosso lado e se tornaram fatores de grande relevância para que a Revolução fosse vitoriosa, até mesmo esses órgãos, que tanto se beneficiaram dos governos da Revolução de 1964, são os primeiros a nos agredir, a nos combater, a nos difamar.

E os sucessos econômicos, divulgados em conferências na Escola Superior de Guerra por renomados professores civis, inclusive da Unicamp e de outras Universidades consagradas, apontando as décadas de 1960 e 1970 como as de maior progresso do País, principalmente a de 1970, apesar das crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979. Por que isso não chega ao grande público?

Nós vivemos uma luta ideológica que se vem desenvolvendo há muitas décadas em nosso País. Sua primeira manifestação, a mais grave, a mais dramática, foi na Intentona Comunista de 1935; posteriormente, houve a tentativa de 1964, neutralizada pela Revolução de 31 de Março; mais tarde, ainda tivemos uma nova faceta desta luta – a chamada luta armada, desencadeada a partir do final dos anos 1960 e durante a primeira metade dos anos 1970, e que também se constituiu, do ponto de vista comunista, em completo fracasso.

A partir do tremendo insucesso na década de 1970, os comunistas passaram a implementar nova técnica de conquista do poder, a chamada técnica gramscista. Em que consiste a técnica gramscista? Consiste em assaltar e tomar conta das mentes da população. De modo prático, consiste em conquistar a direção dos meios de formação da opinião pública – cinema, teatro, televisão, jornais, revistas –, além de obter, o que é igualmente importante, o domínio da educação, seja nas faculdades, seja na escola secundária, seja até na escola infantil. É exatamente isso que estamos

assistindo. A partir de 1970, enquanto alguns setores optavam pela luta armada e eram fragorosamente derrotados, outros trataram de conquistar posições de domínio nestas áreas de formação da opinião pública e da educação. Hoje, já decorridos trinta anos de orientação gramscista, o sucesso dessa empreitada é muito grande, está completamente consolidado. Atualmente, na nossa mídia, salvo pouquíssimas exceções contadas nos dedos de uma das mãos, não temos mais ninguém que defenda as nossas teses, agravando-se a situação quando olhamos o panorama educacional.

Se entrarmos em qualquer livraria de *shopping center* e folhearmos os livros de História do Brasil indicados para os ensinos fundamental e médio, veremos que são apresentados à juventude, como heróis nacionais, figuras do naipe de Carlos Lamarca e Marighela, enquanto o Presidente Médici é apontado como cruel e sanguinário ditador.

Por força da minha função de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial, responsável pela educação em todos os Colégios Militares, tenho enfatizado a necessidade de muita atenção para assegurar que nossos alunos recebam a versão correta da Revolução; de muito cuidado para evitar que nossos jovens sejam contaminados com idéias contrárias às nossas crenças e ideais, idéias avessas aos valores cultuados pelo Exército através de toda a sua existência, desde Guararapes.

Concluindo a resposta, os sucessos do período revolucionário não têm repercussão porque os que poderiam divulgá-los não se interessam em mostrar a verdadeira face do 31 de Março.

Como atuou a guerrilha urbana, responsável por seqüestros e outros atos terroristas abomináveis, obrigando o Exército à criação dos Destacamentos de Operações de Informações, para derrotá-la definitivamente?

Acho que tudo começou em 1967 quando foi realizado, em Havana (Cuba), um congresso com a sigla de OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade). A partir daquele evento, ficou decidido que seria desencadeado, em toda a América Latina, um processo de luta armada. Vivíamos a fase da guerra do Vietnã, e o propósito, declarado em manifesto de Che Guevara, era "...Criar um, dois, três, mil vietnãs em toda a América Latina". Houve, no entanto, uma cisão na esquerda, hoje sabemos disso. Alguns – mais inteligentes ou menos ousados – perceberam que a empreitada estaria fadada ao fracasso, enquanto outros não entenderam assim e acabaram por causar tanto sofrimento à nossa população e à de países vizinhos. Felizmente, os promotores da luta armada foram derrotados, mas à custa de muito sacrifício e muito sangue. Essa aventura armada acabou inteiramente debelada no

Brasil. Ao mesmo tempo, entretanto, em que enfrentávamos a luta armada, esquecíamo-nos de nos precaver contra os adeptos da luta não-armada. Se vencemos, inequivocamente, a luta armada, creio que perdemos, de modo claro, a luta não armada.

E para enfrentar a luta armada houve cerceamento da liberdade durante o processo revolucionário?

O cerceamento da liberdade afetou pouquíssimo, se é que afetou, a vida do cidadão ordeiro e cumpridor da lei e da ordem. Afetou, porém, profundamente, a vida daqueles comprometidos com a luta armada. Minha afirmação pode ser comprovada pela reação que ainda hoje suscita a simples menção, entre os esquerdistas, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado fundamentalmente para se enfrentar, adequadamente, a luta armada no País. Fico pensando como estaríamos, caso não tivéssemos debelado tão rápida e completamente a luta armada. Será que aquela guerrilha do Araguaia não se transformaria nas FARB – Forças Armadas Revolucionárias do Brasil –, de modo análogo ao que acontece na Colômbia nos dias de hoje? Da mesma forma, se a guerrilha urbana não tivesse sido tão prontamente eliminada, será que não teríamos vivido uma situação dramática, semelhante à vivida pela Argélia?

Então, o AI-5, além de necessário, foi eficaz para a derrota dos terroristas?

Como já mencionei, sua eficácia pode ser medida pela reação, ainda hoje, dos que foram derrotados pelas medidas por ele proporcionadas.

Em 1964, o dispositivo de João Goulart ruiu como castelo de cartas e a esquerda revolucionária passou a viver momentos de perplexidade. Porém, em 1968, ela já havia se rearticulado e conduzia amplo programa de agitação no País e atos de guerrilha urbana, que teriam levado à desestabilização do governo, não fosse a edição do AI-5.

Houve, já em 1968, uma transição, uma modificação por parte dos comunistas nas suas técnicas de atuação: com base na teoria dos focos, ou "foquismo", as ações armadas passaram a ser mais e mais utilizadas, enquanto, ao mesmo tempo, a agitação prosseguia com desenvoltura crescente.

Graças, principalmente, à correta aplicação dos instrumentos disponibilizados pelo AI-5, uma nova contra-revolução teve início.

Há nítida distinção entre 1964 e 1968. Em 1964, o quadro era de agitação, de subversão mais pontual, usando principalmente o CGT, os sindicatos, as confederações de trabalhadores e os estudantes comunistas filiados à UNE. O povo e a opinião pública, como massa de manobra, ficaram praticamente de fora. A partir de 1968, passamos a conviver com a guerrilha urbana e a resposta veio com o AI-5; foi dada

pelos DOI/CODI, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações, que passaram a atuar efetivamente no início dos anos 1970.

As Forças Armadas prestaram, no meu entender, serviço de incalculável valor ao povo brasileiro, porque, se compararmos o que houve em outros países com o que aconteceu aqui, veremos que as perdas humanas, ainda que lamentáveis, foram mínimas de ambos os lados, mínimas em relação às ocorridas, por exemplo, na Argentina, no Chile e no Uruguai, sem falar em Cuba, onde os comunistas mataram 17 mil pessoas. Então, acho que as Forças Armadas agiram com extrema competência. Fomos de uma precisão cirúrgica, na eliminação desses focos de luta armada.

Há adversários da Revolução que alegam que a falta de canais para manifestação dos opositores provocou a luta armada. Qual a sua posição a respeito dessa assertiva?

Eu não concordo, porque tanto o Presidente Castello Branco quanto o Presidente Costa e Silva, assim que possível e até contrariando setores militares, procuraram abrir canais para que os adversários da Revolução pudessem se expressar, havendo, inclusive, um partido da oposição, dentro do bipartidarismo estabelecido. Como não éramos totalitários e sim, na medida do necessário, autoritários, os canais para as manifestações políticas ficaram abertos. O que veio bloquear esses canais – isso hoje é uma verdade reconhecida até por setores de esquerda – foi a infantil idéia de que, pela luta armada, seria possível conquistar o Poder e implantar o regime comunista. A partir do recrudescimento da luta armada, houve necessidade de bloquear e até de fechar o regime pós-1964, o que retardaria a chamada abertura política.

Vale destacar que os adeptos da luta armada em nenhum momento quiseram o diálogo, o que nunca fez parte de sua forma de agir. De onde veio o apoio externo e a orientação à luta armada que teve início, estimulada de fora, sem buscar qualquer tipo de diálogo?

A orientação vinha notadamente de Cuba, embora não exclusivamente, e de outros países da Cortina de Ferro, como a Tchecoslováquia, que era muito ativa no fornecimento de apoio, assim como da Argélia que, mesmo não pertencendo à Cortina de Ferro, muito colaborou com os comunistas brasileiros ligados ao terrorismo.

Hoje, muito se fala em "ditadura", "anos de chumbo" etc. Como o senhor vê isto? Está dentro do processo de "revanchismo"?

Acho que há um claro processo de "revanchismo" em curso. Atribui-se ao Marechal Castello Branco uma frase que é mais ou menos a seguinte: "A esquerda é perita em organizar manifestações e em desorganizar a economia do País". Eu vou-

me aproveitar dessa frase do Marechal e dizer que a esquerda é perita, ainda, em criar "ícones", em criar frases de efeito, em criar expressões. Os comunistas têm a capacidade de mudar o sentido das palavras. A esse respeito é recomendável a leitura, ainda nos dias de hoje, do livro "1984", de George Orwell, escrito nos anos 1940. Nessa obra, vive-se em um patético mundo novo, totalmente dominado por um regime totalitário, pleno e absoluto, onde as palavras perderam completamente o sentido: o que era preto passava a ser branco; paz passava a ser guerra e assim por diante. Essas expressões "anos de chumbo", "ditadura", "golpe militar", tudo faz parte do jogo da esquerda revolucionária. Nos dias de hoje, os jornais, televisões, rádios referem-se a Fidel Castro como "presidente" ou "comandante", o que já lhe concede uma aura de respeitabilidade e de honra. A mesma rádio, o mesmo jornal, o mesmo canal de televisão ou revista referem-se a Augusto Pinochet de forma totalmente diferente; em princípio, como ditador, sanguinário, avesso aos direitos humanos. Infelizmente o que sempre se vê são aberrações dessa natureza.

Então, "anos de chumbo", "golpe" e "ditadura" inserem-se nesse contexto. É a maneira usada pela esquerda revolucionária de manipular palavras, de mistificar e de ludibriar a opinião pública e de assegurar, pela permanente repetição, da escola fundamental até a faculdade, que as pessoas aceitem e utilizem essa linguagem. Isso é especialmente observável em carreiras como o magistério e o jornalismo.

Estamos lidando com um oponente que sabe manipular a opinião pública, mediante técnicas jornalísticas e até psicológicas, criando na população ambiente favorável às teses que deseja difundir, o que fazem através dos mais variados meios de comunicação social: jornais, revistas, rádio e televisão, sem que haja uma contrapartida mínima de nossa parte.

E, nesses vinte anos da Revolução de 1964, as Forças Armadas auferiram vantagens?

Acho que a Revolução de 1964 tratou muito mal as Forças Armadas. Nós emergimos do período revolucionário, sem ter o que comemorar, do ponto de vista material; não obtivemos vantagens, nem mesmo a atenção que merecíamos. Se algum benefício foi auferido, acho que já o mencionei: a Revolução nos tornou eminentemente apolíticos, varreu a política partidária dos quartéis; mas, do ponto de vista material, continuamos a levar uma vida muito modesta, seja pessoal, seja institucional.

Aliás, é interessante destacar que quem trata muito bem as Forças Armadas são os comunistas! Quando tomam o Poder, as Forças Armadas ganham projeção, força e prestígio inigualáveis; tanto é assim que a primeira providência desses comunistas é arrumar uma fardinha, como o Fidel Castro, que tem a sua, embora não seja militar, e não desgruda dela. São todos regiamente pagos, moram bem, têm os melhores equi-

pamentos. Agora, nós não auferimos vantagens, sobretudo do ponto de vista pessoal, e continuamos vivendo modestamente, como antes da Revolução de 1964.

Qual a sua avaliação desses vinte anos da Revolução?

A Revolução foi positiva, porque livrou o País do comunismo em 1964 e novamente em 1968, e ainda nos primeiros anos da década de 1970. Além disso, no período 1968-1973, permitiu que o crescimento do nosso Produto Interno Bruto registrasse índices espetaculares, todos acima de 9%, atingindo 13,4% em 1973. No entanto, ela cometeu a falha de ter permanecido no Poder durante muito tempo; de não ter preparado uma transição política, deixando de criar um estamento político para mudança; e cometeu a falha de não ter percebido a manobra gramsciana iniciada lá nos idos de 1970 para o domínio da mídia e de toda a área da educação pela esquerda revolucionária.

E o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País por que se verificou?

Verificou-se pelo esgotamento, no bojo de uma crise econômica de gravíssimas proporções, uma crise mundial impulsionada, inicialmente, pela questão do petróleo e, depois, pela dos juros americanos. E, para usar o linguajar militar, o nosso desengajamento, que poderia ter assumido, alguns anos antes, a forma de um retraimento sem pressão, tornou-se sob pressão, que adveio da inabilidade política dos responsáveis pela transição.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sem dúvida, sem dúvida. É interessante falar no último Governo da Revolução, o do Presidente Figueiredo, mas, sobretudo, é interessante falar no penúltimo Governo da Revolução, porque, quando foi desencadeado o nosso movimento revolucionário, ficou muito claro, a começar pelo Governo do Presidente Castello Branco, que havia uma opção pelas forças de mercado, pela iniciativa privada, pela não estatização da economia. Mas, como não havia uma ideologia comum a todos os revolucionários – éramos muito mais uma agregação de descontentes com a anarquia do desgoverno Goulart – quando veio o Governo Geisel teve início brutal processo de estatização da economia, com repercussões profundamente negativas. Então, veja só, deu-se a transformação de uma revolução, de um movimento que começou propugnando pela livre iniciativa, pelas forças de mercado, e que se modifica completamente no Governo Geisel, quando se promoveu profunda estatização da economia do País, com aumento significativo da dívida externa, que cresceria cinco vezes de 1974 a 1979, no período entre as duas crises mundiais do petróleo.

Então, isso é um paradoxo que ilustra bem o que eu já havia mencionado antes, ou seja, inexistia uma ideologia comum. Os governos revolucionários se sucederam sem que houvesse um traço que caracterizasse uma ideologia comum.

Lembro-me, nos idos de 1982, de uma série de reportagens dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde,* mostrando que o Brasil poderia até ser denominado de União das Repúblicas Socialistas Brasileiras, porquanto, do ponto de vista econômico, se os comunistas tivessem alcançado o Poder naquela oportunidade, muito pouco trabalho teriam a fazer. Na prática, tudo já estava estatizado.

Esse foi o quadro que precedeu o Governo Figueiredo. A partir de 1979, os resultados políticos e econômicos desgastaram inteiramente a imagem da Revolução. Quando o Governo Figueiredo promoveu a "abertura" política, não havia mais uma força política de sustentação dos ideais da Revolução. O que havia, politicamente, eram pessoas contrárias à Revolução, responsáveis por criarem um clima que acabou por desaguar na chamada "constituição cidadã", assim denominada pelo seu defensor mais falante, Ulisses Guimarães. Na verdade, era a "constituição da ingovernabilidade", como aludiu o Presidente Sarney, ou a "constituição dos miseráveis", segundo Roberto Campos, a qual, a partir de 1988, promoveu realmente a miserabilidade do povo brasileiro, mostrando que Roberto Campos tinha muito maior capacidade de profecia do que o "profeta" Ulisses Guimarães.

A queda do muro de Berlim suscitou o término do comunismo no mundo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Acho que o comunismo nunca esteve tão forte no Brasil. Houve um momento de perplexidade após a derrota da ex-União Soviética, mas esse momento foi vencido. Se eu fosse comunista estaria muito satisfeito com a situação que nós vivemos hoje. E, neste imbróglio todo, há outro fator que não podemos deixar de considerar, que é a situação da Igreja Católica. A Igreja Católica perdeu muito da sua força e, além disso, foi em grande parte contaminada por um doutrina de notória inspiração marxista. Basta lembrar que o Partido dos Trabalhadores exibe, em sua genealogia, importantíssima participação da Igreja Católica. A situação vigente no Brasil traz aos comunistas muito mais satisfação hoje do que ontem, apesar da derrocada comunista do leste europeu, porque – faço questão de repetir, pois me parece de fundamental importância – o domínio das áreas da educação e dos meios de formação da opinião pública por elementos comunistas ou simpáticos aos mesmos é absoluto e total.

A eliminação da influência positiva da Igreja Católica compara-se à neutralização da influência política que o Exército Brasileiro exerceu ao longo da História. Para usar o termo militar, eu diria que, na grande manobra gramsciana, o

Exército Brasileiro está hoje isolado, não mais possui a influência política de outrora. Não obstante seu valor, seu peso específico, embora seja ainda a mais respeitada das instituições, o papel por ele exercido em 1964 provavelmente não poderá ser repetido no País. A menos que, por erro de cálculo, os condutores da manobra gramsciana percam o controle da situação, como em 1964. Mas, se isso não acontecer, se eles souberem controlar os acontecimentos e a sua evolução, uma intervenção do Exército Brasileiro parece não só inviável, como também impossível de ser feita. Por quê? Porque se, em 1964, a ação era através da agitação e da subversão e depois, de 1968 a 1974, por meio da luta armada, hoje em dia é muito mais sutil. Existe um grande filósofo e escritor, talvez seja o único que fale pelo nosso lado nos dias de hoje, Olavo de Carvalho, que tem uma frase antológica. Ele diz o seguinte: "O gramscianismo está para luta armada, assim como a sedução está para estupro." Então, nós agimos para impedir o estupro, mas é difícil agir para impedir a sedução que é muito mais sutil, muito mais refinada e, nessa manobra, o Exército não atua.

Estamos vendo a imagem do Exército Brasileiro sendo ressaltada através de elevados índices de aceitação junto à sociedade, em pesquisas de opinião. O que sinaliza isso diante do quadro de isolamento em que o Exército foi colocado por meio dessa grande manobra calcada na doutrina de Gramsci?

Bem, isso aí só depõe a nosso favor. Apesar de toda a desinformação, de toda a campanha de difamação e de todo o "revanchismo", nós ainda permanecemos com esse elevadíssimo índice, se considerarmos a população como um todo. Para usar a expressão do Ulisses Guimarães, se considerados os "grotões" da opinião pública o resultado nos é muito favorável. Se, entretanto, considerarmos a chamada *inteligentzia*, não sei se alcançaremos o mesmo padrão de aceitação, e são os que a integram que formam opinião, que dão aula, que escrevem, que fazem filmes e novelas. Ao mesmo tempo, observa-se bem planejada ação de grande parte desse pessoal no sentido de nos cooptar. Devem ter percebido que os ataques diretos e as infâmias de todo tipo não nos destruíram, pelo contrário, parece que nos reforçaram. Trata-se, então, agora, penso eu, de fazer algumas colocações amistosas, alguns afagos, dependendo da facção que estiver em evidência na condução do movimento para uma aproximação. Temos aí ex-guerrilheiros, hoje deputados federais, que não se cansam de fazer rapapés em nossas homenagens, afirmando, por exemplo, que o "Exército de hoje é diferente daquele Exército dos gorilas", "O Exército se democratizou" etc. É o canto da sereia!

Um jornalista que escreve no jornal *O Globo* e que foi o maior responsável pela crise que desaguou no AI-5, que escreveu infâmias terríveis contra nós, agora,

de vez em quando, escreve palavras de elogio ao Exército, ressaltando que a Instituição é muito boa, mas não é a mesma daquela época. Nota-se aí, claramente, uma campanha de criar uma cisão no Exército: criar o Exército de ontem e o de hoje, divisão que nunca existiu, não existe e, se Deus quiser, jamais existirá.

Até que ponto as atitudes e as ações dos generais Mourão e Guedes influíram no Movimento Revolucionário de 31 de Março?

A minha percepção é a seguinte: a insatisfação havia atingido um ponto de saturação, inclusive no Exército, e o General Guedes tomou a iniciativa de sair dos quartéis e ir para a rua, tomar a estrada. A atitude do General Guedes influenciou poderosamente o General Mourão. Ao tomar a iniciativa, o General Guedes praticamente levou o General Mourão a sair, conforme havia sido combinado. A decisão tomada lá em Belo Horizonte deflagrou a Revolução.

Eu me pergunto o seguinte: "Se eles não tivessem saído, o movimento teria sido deflagrado por algum outro comando?" Não sei. O que sei, ouvi do próprio General Guedes – era 2º-Tenente e ele foi fazer uma inspeção na Unidade onde eu servia, 2º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo, em Quitaúna, SP. Ele já havia sido colocado à margem, estava no ostracismo e, após o almoço, contou para os oficiais várias passagens relativas à preparação e ao desencadear da Revolução. Entre outras revelações, disse que, mais ou menos às 7 horas da manhã de 31 de março, recebeu uma ligação do General Castello Branco que, indignado, perguntou-lhe o que estava fazendo, ao que ele respondeu: "Saímos de Belo Horizonte e de Juiz de Fora e vamos depor o Governo João Goulart." Como resposta, ouviu uma irritadíssima advertência do General Castello Branco para que imediatamente sustasse as ações e retornasse aos quartéis, ao que ele retrucou: "General Castello Branco, eu não tenho volta, saí e agora vou até o final." Anos mais tarde, quando servia em Belo Horizonte, pude comprovar esse episódio, por intermédio de outros oficiais. Havia, em Belo Horizonte, nos anos que lá servi – 1982 a 1984 –, um sentimento revolucionário muito forte, muito mais do que aqui no Rio, e essas e outras afirmativas que ouvi do General Guedes foram inteiramente corroboradas por diversos oficiais. Acreditavam aqueles militares, como eu acredito, que, se ele não tivesse assumido a iniciativa naquele momento, talvez a Revolução pudesse ter surgido em outro lugar, mas isso é apenas um talvez.

General Lannes, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

A minha mensagem final é no sentido de que, apesar das falhas cometidas na condução do processo, a Contra-Revolução de 1964 foi um marco histórico profun-

damente benéfico para o nosso País. Se ela não tivesse ocorrido, possivelmente teríamos vivido, já a partir daqueles anos, momentos extremamente difíceis e graves para a manutenção da liberdade e da democracia entre nós. Acredito firmemente que o Movimento de 31 de Março de 1964 salvou-nos de um governo totalitário de inspiração marxista-leninista, que acabaria por desaguar numa ditadura comunista. Então, acho que, apesar de todas as falhas, apesar do muito que deixou de ser feito, do muito que poderia ter sido feito e não foi, a Revolução, ou a Contra-Revolução de 1964, salvou o Brasil do totalitarismo. Por isso, tenho muito orgulho de possuir, em minhas folhas de alterações, a referência elogiosa pela participação, ainda como cadete do terceiro ano, não na "Revolução de 31 de Março de 1964", mas no "Movimento de Descomunização do Brasil", o que se fez com pleno êxito no dia 31 de março de 1964, com a graça de Deus.

General-de-Brigada Danilo Venturini

- Natural da Cidade de Itarana, Espírito Santo, ES.
- Ingressou, em 1º de março de 1944, na Escola Militar de Resende, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria, em dezembro de 1946.
- Principais cargos e funções, como Tenente e Capitão: serviu no 11º Regimento de Infantaria (11º RI), São João Del Rey; Instrutor da AMAN, nos anos de 1949 a 1952; Ajudante-de-Ordens do General Nestor Souto de Oliveira; ainda como Capitão, retornou para o 11º RI e, em 1958, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Como Oficial Superior: Em 1963, após cursar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), permaneceu como Instrutor da Seção de Logística; entre 1964 e 1967 foi Adjunto e, depois, Chefe do Gabinete do Serviço Nacional de Informações (SNI); em maio de 1967, foi Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); desempenhou a função de Assistente do General Orlando Geisel, quando este chefiou o EME, de janeiro a maio de 1968, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em abril daquele ano, e quando o General Orlando assumiu o Ministério do Exército, em novembro de 1969, no Governo do Presidente Médici; de março de 1974 a março 1976 comandou o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP); e de março de 1976 a abril de 1978 foi Chefe do Gabinete do SNI.
- Como Oficial General: foi Diretor da Escola Nacional de Informações (EsNI), em 1978; de março de 1979 a 1985, foi Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar da Presidência, acumulando a função de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN); em agosto de 1982, deixou o Gabinete Militar e assumiu, junto com o CSN, a função de Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários. Passou para a Reserva Remunerada em dezembro de 1982.
- Em 31 de março de 1964 era Major e servia na ECEME.

Entrevista realizada nos dias 25 de março, 1º, 7, 15, 22 e 27 de abril de 2004.

Desejo manifestar, inicialmente, a minha satisfação por colaborar com um projeto dessa envergadura. O senhor sabe, tanto quanto eu, que o brasileiro não é muito dado a memórias, mas este tema devemos preservar. Até porque o nosso País ainda está em formação, e o povo dispõe de pouco conhecimento, mas as nossas pretensões são as de um grande Brasil, no concerto das demais nações. Sobretudo, com destaque para duas características muito importantes de nossa gente: a fraternidade e o espírito de colaboração.

I – Antecedentes

Acontecimentos determinantes para a eclosão do Movimento revolucionário.
Dando início à entrevista, pergunto ao senhor que fatos gostaria de abordar sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964?

No Congresso Nacional surgiram dois grupamentos interpartidários. De um lado, a ruidosa Frente Parlamentar Nacionalista, composta, em sua maioria, de deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No fim do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, contava, também, com cerca de 30% dos deputados da União Democrática Nacional (UDN).

Do lado oposto, militava a Ação Democrática Parlamentar acusada de ser financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que mantinha ligação estreita com empresas nacionais e multinacionais. A Ação Democrática era constituída, em sua maioria, por udenistas que começaram a aproximar-se da corrente militar de oposição ao Sr. João Goulart. Já se detectava no meio civil certo incentivo a um golpe, mas que não recebia o endosso dos militares.

Do ponto de vista destes, houve também uma mudança da maior importância, no bojo da investida do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no mundo subdesenvolvido. Ao valer-se da ascensão em Cuba do Sr. Fidel Castro – diz não ter nascido comunista, mas, por falta de apoio, tornou-se comunista – os comunistas passaram a defender a implantação da guerra revolucionária, no mundo subdesenvolvido, em paralelo ao confronto entre os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética.

A implantação do comunismo abrangeria todos os níveis da sociedade, utilizando, como instrumento, desde a doutrinação até a luta armada. Nesse contexto, as Forças Armadas deveriam ter um papel permanente e ativo, não só para derrotar o inimigo, se pela luta armada tentasse dominar o Brasil, mas, sobretudo, garantir a segurança do desenvolvimento nacional.

Cito o pensamento de um historiador, Professor Boris Fausto, sobre os militares, para que não nos acusem gratuitamente de estarmos envolvidos em conspirações.

Apresentou-o na sua *História do Brasil*, editada pela Universidade de São Paulo. Vou traduzir seu pensamento: "(...) Não quebrar a ordem constitucional; entretanto há que se levar em conta outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo."

Além dele, trago o pensamento do historiador americano Thomas Skidmore, na sua *História do Brasil*, onde assinalou com todas as letras: "Diferentemente dos oficiais de outros paises latino-americanos, os brasileiros tinham um pensamento legalista e buscavam, também, a legitimidade do poder no Brasil."

General, quais os principais acontecimentos que a seu ver foram determinantes para a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vou lembrar algumas datas que são importantes. O Sr. Jango Goulart assumiu o Governo, como Presidente, a partir do resultado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Já no dia 12 de setembro de 1963, houve um levante de sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em Brasília. Foi rapidamente dominado, e, logo a seguir, o Governo tentou a instalação do estado de sítio. Encaminhado ao Congresso, foi rejeitado por forte pressão da opinião pública. A agitação voltou a tomar conta do País.

No início de 1964, o Sr. João Goulart preparou e lançou um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, centrado nas chamadas reformas de base, além de medidas drásticas de combate à inflação. Contava, para isso, com o apoio do sistema legal e do paralegal dirigido pelo Comando Geral dos Trabalhadores e por ativistas radicais de vários matizes, próximos a ele.

Em outubro de 1963, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco – que havia assumido a Chefia do Estado-Maior do Exército, em 13 de setembro – preparou um documento que encaminhou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. Como eram muito ligados, procurou amenizar o tom do documento, apresentando-o com uma carta. Mas, na verdade, o que ele encaminhou ao Ministro foi o Ofício nº 215-DI, Reservado, de 22 de outubro de 1963, o qual denominou de "Situação Político-Militar: Exames e Sugestões".

Na carta, escreveu para o Ministro o seguinte: "(...)Tenho a impressão de que atravessamos dias calmos. Pode ser uma boa e prolongada fase, mas também pode constituir apenas uma trégua entre duas crises. Aproveito, então, a ocasião para submeter à sua apreciação o papel 'Situação Político-Militar: Exames e Sugestões'."

Neste documento, em essência, ele explicava: "(...)Há, praticamente, no Brasil, o seguinte dispositivo: 1º) Um grupo político, com base ideológica definida, que quer uma imediata evolução político-econômico-social, dentro da legalidade; 2º) Um outro grupo, possuidor de ideologia ambígua, que quer o domínio do Poder,

ora invocando reformas, ora pleiteando o desaparecimento das forças que lhe sejam opostas; procura aproveitar-se do primeiro grupo e da ação comunista existente no País; 3º) A ação comunista, persistente e decididamente orientada e controlada, que se infiltra no primeiro grupo e quase sempre se utiliza do segundo grupo; 4ª) Os grupos de oposição ao governo, já numerosos, são absorvidos correntemente por episódios, batem-se pela legalidade, particularmente o funcionamento dos poderes constitucionais, e estão em luta aberta com os segundo e terceiro grupos."

E, mais adiante, acrescentava o seguinte: "(...)Abaixo de todos esses grupos está o povo brasileiro desejoso de paz, de bem-estar, descontente com as repetidas greves, contrário a pressões militares e favorável à legalidade." E prosseguia, afirmando: "(...)Não há uma conspiração militar, mas um aparente conluio de civis que procura envolver trabalhadores, elementos das polícias militares, pouquíssimos oficiais e sargentos das Forças Armadas, para a posse total do Governo, para fechar o Congresso Nacional e para estabelecer no Brasil um regime extralegal."

Há uma série de considerações, mas vou ultrapassá-las para ir ao cerne da questão do documento. "(...)Um dos mais expressivos representantes da chamada política de renovação nacional, membro do PTB, ex-Ministro de Estado e um dos líderes do Governo, Deputado Almino Afonso, opina que o Presidente da República age com 'uma política de conciliação' que gera crises sucessivas e levará o País 'à saída golpista ou à revolução social'. Conta, para esse fim, com as forças populares que, segundo ainda a sua declaração, são constituídas do CGT, UNE, FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), UBES, PUA (Pacto de Unidade e Ação) sargentos, cabos e soldados, oficiais nacionalistas, lideranças políticas de vanguarda, ligas camponesas etc. Este pronunciamento é aqui assinalado para ter-se uma das mais autorizadas definições de forças populares e para avaliar-se a sombria alternativa contra o Brasil prognosticada (golpe ou revolução por processos subversivos)."

O Sr. João Goulart, me parece, tinha uma característica singular: amar o Poder, mas não exercê-lo dentro das regras. Adotou um rumo desastroso, no meu entender. Em que consistia esse rumo? Pretendia atuar com o apoio do dispositivo militar, que não existia, e dos sindicatos, sobretudo com a influência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Começou a realizar, por intermédio de decretos, as reformas de base. Para mostrar a força do governo, intentava reunir grandes massas numa série de comícios durante os quais iria anunciando as reformas.

O primeiro grande ato público, marcado para o dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como o comício da Central do Brasil. Reuniu cerca de 150 mil pessoas. E, ao mesmo tempo, baixou dois decretos. Num, desapropriava propriedades que tivessem mais de cem hectares localizadas numa faixa de dez

quilômetros das rodovias e ferrovias federais, e as terras superiores a trinta hectares que se situassem nas zonas irrigadas próximas aos açudes. Ficou conhecido como decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), um órgão anterior ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com outro decreto, ele buscava a encampação das refinarias particulares, de forma que pudesse tornar realidade o monopólio estatal do refino. Além disso, manifestou o desejo de controlar os aluguéis, notícia que provocou contra ele uma revolta muito grande, sobretudo da classe média, temerosa de perder os rendimentos de seus próprios residenciais.

Na verdade, Goulart tinha recebido a sugestão de ultrapassar o Congresso e os partidos políticos, com o emprego de sucessivas manifestações públicas, até chegar a um limite que tornasse viável a sua dominação total. No dia 19 de março, houve, em São Paulo, uma marcha promovida pelas senhoras ligadas à Igreja Católica, que reuniu cerca de quinhentos mil participantes.

No dia 24 de março, aconteceu um fato relevante: a Associação de Marinheiros, sob a liderança do cabo Anselmo, praticamente mostrou-se rebelada.

A chamada revolta dos marinheiros.

Dos marinheiros. O então Ministro da Marinha, Silvio Mota, aplicou uma punição que não foi acatada e, inclusive, terminou sendo substituído. Observava-se que as instituições perdiam as suas bases legais, a autoridade, a hierarquia. O que deveria ser feito, quando um regime que deveria promover o rápido desenvolvimento do País estava sendo colocado a serviço de um movimento que não tinha outro objetivo senão a subversão e o caos?

Aconteceu a reunião de sargentos do Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março. Voltemos ao dia 20 de março, que é data importante. Nesse dia, o General Castello Branco distribuiu uma "Circular Reservada", dirigida "aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das organizações subordinadas". Qual era a tese do General Castello Branco? "Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele Poder. Se lhes fosse permitida a faculdade (Conferi o texto com o documento existente na parte do Negrão) de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros."

E, mais adiante, diz o seguinte: "(...)A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário, pela violência, com o fechamento do atual Congresso e a insti-

tuição de uma ditadura." E este é um dado importante. "(...)A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não."

E ele prossegue: "(...)Entrarem as Forças Armadas numa revolução, para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo, para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para, submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto sim é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas, ou síndico-comunistas."

Todos conheciam o vínculo que havia entre o Presidente João Goulart e o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército. Ele e o General Castello Branco, quando coronéis, serviram no Estado-Maior da FEB, na Itália. O Tenente-Coronel Amaury Kruel como oficial de informações e o Tenente-Coronel Castello Branco, como oficial de operações. Naturalmente houve alguns problemas. Os auxiliares pessoais do Sr. João Goulart acreditavam que o General Amaury Kruel não poderia participar de um movimento que tivesse como líder o General Castello Branco. Enganaram-se. O General Castello Branco conversou com o General Kruel, que foi ao Palácio Laranjeiras, insistiu com Jango num gesto de respeito e acatamento, em relação aos fundamentos básicos das instituições militares, ou seja, que levasse em conta a hierarquia e disciplina. O Sr. João Goulart manteve-se silencioso.

No próprio dia 31 de março, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas General Pery Constant Bevilaqua dirigiu-se ao Presidente João Goulart, nos seguintes termos: "Entendo que ainda será possível restabelecer a necessária confiança entre o Comando Supremo das Forças Armadas e estas, mediante ações e atitudes afirmativas de Vossa Excelência, que o seu agudo senso político ditará."

Parece-me que o Sr. João Goulart estava inteiramente alheio a qualquer problema, por culpa inclusive dos seus auxiliares mais próximos, os quais os historiadores apontam como formuladores de ilusões. Entre eles, o Chefe do Gabinete Civil, Professor Darci Ribeiro, e o secretário de imprensa, Raul Ryff. Por isso, tomou como sendo da sociedade aquilo que os seus assessores pensavam. Mas a sociedade tinha um pensamento muito diferente e se sentia cada vez mais aflita com aquela situação.

No dia 30 de março, o General Castello Branco redigiu uma mensagem ao General Adalberto Pereira dos Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre, e encarregou o Tenente-Coronel Confúcio Pamplona de entregá-la. Essa era uma característica do General Castello: quando queria, vamos dizer assim,

afirmar a autoridade, ou se tratava de assunto a que dava grande importância, fazia de próprio punho. Na mensagem afirmava "Restaurar a legalidade, restabelecer a federação, eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder, defender as instituições militares que começam a ser destruídas; restabelecer a ordem para o advento de reformas legais".

No próprio dia 31, foi para Porto Alegre o General Alfredo Souto Malan para sentir os apoios de que disporíamos no Rio Grande do Sul.

Assim, pode-se afirmar que as Forças Armadas, em particular o Exército, usaram de todos os meios possíveis para evitar um confronto. Numa reunião, em Minas Gerais, o Sr. Magalhães Pinto, o General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar (4ª RM), e o General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM, resolveram, no dia 31, de madrugada, dar início ao movimento e mandaram avisar ao General Castello que tinham tomado a iniciativa de marchar para o Rio de Janeiro.

Comandava as tropas o General Muricy, Antonio Carlos da Silva Muricy. Eles partiram com a idéia de que o movimento durasse de dois a três meses, tanto que o Governador Magalhães Pinto mandou fazer um levantamento de todos os postos de combustíveis e supermercados, tendo em vista atender às necessidades da tropa que marchava para o Rio de Janeiro. Mas, quando chegaram à fronteira do Estado de Minas com o do Rio de Janeiro, o 1º BC de Petrópolis, que tinha como apoio o 1º RI, o Regimento Sampaio, aderiu ao movimento. Em conseqüência, a resistência do Sr. João Goulart acabou e ele, percebendo que de Brasília não tinha condições de resolver o problema, seguiu para Porto Alegre. Comandava o III Exército o General Ladário Pereira Telles que era elemento da confiança do Presidente, embora não fosse um político, apenas um militar. Atribui-se a Goulart o seguinte desabafo: "Eu não sou revolucionário, o revolucionário é o Brizola."

Vamos ver a participação do Sr. Brizola, nesse dia. Leonel Brizola, um dos mais violentos oradores no comício da Central do Brasil, voltou a falar, agora, diretamente do pátio da prefeitura municipal de Porto Alegre. No dia 1º de abril, dizia o seguinte: "não preciso referir-me ao que tem ocorrido, desde o dia de ontem até hoje. Falo longamente através das ondas da rede da legalidade, dirigindo-me ao povo gaúcho e ao povo brasileiro". Só estou dizendo o que é essencial. "Falando sobre a insurreição golpista surgida em Minas, em São Paulo, na Guanabara e em outros pontos do Brasil, quero através dessa mensagem iniciar a derrubada e deposição dos chefes militares golpistas e traidores."

É interessante assinalar que, ao citar os traidores, não estava se referindo aos líderes da Revolução de 31 de Março, mas se referia sobretudo aos comandantes

das guarnições do Paraná, de Santa Maria, do Rio Grande, de Uruguaiana e de Bagé que, contrariando a conduta que esperava deles, não aderiram ao movimento que ele pregava.

E completava, dizendo o seguinte: "atenção sargentos do Exército Brasileiro, das Unidades que traíram a confiança do General Ladário Pereira Telles, Comandante do III Exército. Nós pedimos, nós o povo, do qual sois parte, que assumam a iniciativa, tomem as armas desses gorilas, ocupem os quartéis e prendam os traidores".

A essa altura não eram somente o Estado da Guanabara, o Estado de Minas e o Estado de São Paulo. O Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Menegheti quando ocorreu a viagem do General Malan, mostrou-se favorável ao movimento. E falou que o Rio Grande do Sul também estava solidário.

Tudo se sucedia de maneira atemorizante, e o General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, insistia junto ao Ministro Jair Dantas Ribeiro que tentasse demover, dessa insânia, o Presidente. De repente, sai o movimento lá de Minas Gerais, liderado pelos generais Olympio Mourão e Carlos Luiz Guedes. O senhor acredita ter havido alguma precipitação, para que acontecesse o dia 31 de março?

Não, não acredito. O Governador Magalhães Pinto e o General Olympio Mourão Filho tinham a convicção de que tudo que era necessário fazer fora realizado. O retardamento só traria dificuldades mais adiante. Mas o que desejava o Presidente Castello Branco? Já comentamos isso: a conversa do Coronel Confúcio Pamplona com o General Adalberto Pereira dos Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre. Castello Branco, no dia 31, enviou o General Alfredo Malan, que levava uma data para o início da Revolução: dia 4 ou 5 de abril.

O General Alfredo Malan confirmaria ao General Adalberto Pereira dos Santos, em Porto Alegre, Comandante da 6ª DI, que o início do movimento estava previsto para 4 ou 5...

Primeiro, o Coronel Confúcio Pamplona que entregou mensagem redigida de próprio punho pelo General Castello.

Mas não houve precipitação. Apenas o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o Comandante da 4ª Região Militar, General Olympio Mourão Filho, entenderam que não havia mais o que esperar. E quanto mais cedo melhor, até porque o fator surpresa seria peça importante naquela empreitada.

Agora, vou mencionar um episódio que, embora não tendo ligação direta com a Revolução de 1964, reflete a dificuldade do militar que vive uma situação de comando.

Tal evento aconteceu com o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott que, como Ministro da Guerra, tinha garantido a posse do Sr. Juscelino Kubitschek

de Oliveira, por meio das ações acontecidas em novembro de 1955, que ficaram conhecidas como "novembrada".

Posteriormente, o General Lott candidatou-se à Presidência, na sucessão de Juscelino e, nessa ocasião, se perdeu, vivendo uma experiência má, talvez até mesmo por falta de experiência da questão política, quando aceitou de presente a célebre espada de ouro, oferecida pela "frente de novembro", chefiada pelo Coronel Nemo Canabarro, comunista confesso.

Sobre esse episódio da espada, é interessante lembrar um fato que poucos conhecem. Para insuflar a vaidade do General Lott, o Comitê da Frente de Novembro resolveu oferecer-lhe uma espada de ouro como símbolo da democratização do Exército. Mas havia quem pensasse diferente, como o poeta Manuel Bandeira, que escreveu versos que o *Jornal do Brasil* publicou na primeira página. Neles, dizia o seguinte:

"Excelentíssimo General
Henrique Duffles Teixeira Lott
a espada de ouro que por escote
os seus cupinchas lhe vão brindar
não vale nada (não leve a mal que assim lhe fale) se comparada
com a velha espada
de aço forjada
como as demais
espadas estas
que a pátria pobre, de mãos honestas,
dá aos seus soldados e generais."
E assim prossegue; termina dizendo:
"(...)Pelas mãos sujas da pelegada
do bolso gordo dos argentários
do bolso raso dos operários
não vale nada! É ouro sinistro
ouro marcado: mancha o ministro
mancha o soldado."

O senhor citou que o Presidente João Goulart, já no regime presidencialista que pleiteou, deu origem a alguns temores. Vários fatos causaram a desconfiança sobre as intenções do João Goulart, mas um que não é suficientemente explicado, as tais reformas de base.

No entanto, antes da pregação das reformas de base vem o estado de sítio. Em 4 de outubro de 1963, o Presidente João Goulart enviou ao Congresso mensa-

gem estabelecendo o estado de sítio por trinta dias. A alegação não era propriamente dele, mas dos ministros militares. Eles diziam que havia agitação, sobretudo no interior e "um intenso tráfico de armas levado a efeito por organizações clandestinas, em todo o País". Os líderes do Congresso, quer da esquerda quer da direita, negaram. E já no dia 7 de outubro, o Sr. João Goulart retirou o pedido de estado de sítio.

É interessante ressaltar que esta medida do Presidente fracassou, porque foi mal recebida, tanto pela direita quanto pela esquerda. E cresceu, a partir daí, a suspeita sobre as verdadeiras intenções do Sr. João Goulart, já que os seus assessores mais íntimos e os principais líderes sindicais entendiam "que a democracia formal" era mais um instrumento dos privilegiados. Para eles havia todo um mundo a conquistar, na lei ou na marra.

O Sr. João Goulart foi muito veemente na crítica aos seus opositores que se recusavam, de forma clara, a colaborar com o seu Governo. Na sua mensagem de fim de ano, atribuiu a crise econômica do Brasil à obstinação dos políticos que se recusavam terminantemente a colaborar para as aprovações das reformas de base que ele chamava de reformas sociais fundamentais e que seriam as únicas capazes de salvar o processo constitucional vigente. A tônica, como disse, era a reforma agrária e também uma atitude mais agressiva com o capital estrangeiro.

Já em janeiro de 1964, o Presidente assinou um decreto regulamentando a lei restritiva de remessa de lucros ao exterior que tinha sido aprovada pelo Congresso, em setembro de 1962.

Ele assinou, mas o retardo deixou insatisfeitos os esquerdistas, porque, para uma lei que foi aprovada em setembro de 1962, o decreto de regulamentação só saiu em janeiro de 1964.

Começou a surgir uma série de problemas dentro do próprio grupo que o apoiava. Nesse grupo destacavam-se três líderes sindicais: Osvaldo Pacheco, Dante Pelacani e Hércules Correia que, mais tarde, tornou-se o todo-poderoso presidente do CGT. Esses três líderes sindicais procuravam, sem muito sucesso, fundir as esquerdas. Mas não foram bem-sucedidos. De qualquer forma, a esquerda agrupou-se mais. E como a oposição não concordava em votar a reforma constitucional que seria a primeira para que se assegurassem as reformas sociais fundamentais, aconselharam o Presidente João Goulart a adotar a estratégia, já citada, de organizar grandes comícios nas principais cidades brasileiras, a fim de assegurar uma esmagadora maioria em favor das reformas de base. Nós já vimos que a tônica era a reforma agrária, mas vamos agora apresentar outras reformas que ele pleiteava.

No dia do comício na Central do Brasil, 13 de março de 1964, Goulart assinou dois decretos e indicou outros que ainda pretendia enviar ao Congresso através de

mensagem, onde estaria consignada a reforma eleitoral – na qual assegurava o voto aos analfabetos e aos pracinhas (soldados, marinheiros e cabos). Com os primeiros o Governo alcançava, praticamente, a zona rural, onde vivia a população menos alfabetizada.

Quero fazer referência, também, ao importante movimento de tropas do II Exército. O General Kruel, depois de procurar convencer o Sr. João Goulart a manifestar um gesto de apreço pelas instituições militares, ao não ter sido atendido, sentiu-se liberado para participar do movimento que resultou na queda do Presidente Goulart. Na tarde do dia 31, unidades do II Exército partiram de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Na altura de Resende receberam a adesão entusiasmada da AMAN, comandada pelo General Emílio Garrastazu Médici. Mas há um outro episódio, também muito importante. Vimos que a coluna que veio de Minas, quando chegou ao Rio Paraibuna, divisa com o Estado do Rio, confraternizou com a tropa que do Rio demandava à fronteira.

O Comandante do I Exército era o General Armando de Moraes Âncora, velho companheiro de Cavalaria do General Amaury Kruel, e que, pelo que se percebe nos registros, não se sentia muito à vontade, tendo, inclusive, divergências com o Chefe da Casa Militar, o General Assis Brasil. Então, de espontânea vontade, dirigiu-se a Resende e na Academia Militar das Agulhas Negras encontrou-se com o General Amaury Kruel, permitindo a abertura dessa segunda via de acesso que ajudou a Revolução a tornar-se vitoriosa.

É importante assinalar que o General Âncora foi ao encontro de Kruel e manifestou a ele o desejo de que não houvesse luta entre irmãos. A partir daí, o General Kruel ficou com o seu acesso liberado.

Inclusive, o General Muricy conta que recebeu uma série de solicitações, por exemplo, não passar por dentro de Petrópolis, mas a tropa do General Mourão entendeu que não era nenhuma ofensa ao 1º BC passar por lá. Chegando ao Rio, o efetivo dividir-se-ia em duas ou três colunas, a fim de garantir a posse daqueles acidentes considerados capitais. De forma que aquilo que se esperava que pudesse durar de dois a três meses, durou dois dias.

Com a vitória da Revolução, o General Costa e Silva, um dos líderes do Movimento, assumiu o Ministério da Guerra; na Marinha, assumiu o Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald; na Aeronáutica, assumiu o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. É interessante ressaltar que desses três ministros das Forças Armadas, quando o Presidente Castello assumiu a Presidência no dia 15 de abril, só foi mantido o General Costa e Silva.

O Rademaker foi substituído pelo Ernesto de Melo Batista, também Vice-Almirante e o Correia de Melo foi substituído pelo Major-Brigadeiro Nelson Freire

Lavanère Wanderlei. Esses três Primeiros-Ministros se auto-intitularam "Comando Supremo da Revolução". Para assessorá-los, convocaram o Sr. Francisco Campos, figura conhecida, considerado, inclusive, autor da Constituição de 1937, quando o Getúlio se transformou no todo-poderoso Presidente do Brasil.

Preparou, com data de 9 de abril, o Ato Institucional nº 1, ele próprio o considerava o instrumento jurídico que fazia do Movimento Cívico-Militar de 31 de Março de 1964, não um golpe, mas sim uma revolução.

Está certo. Esse instrumento jurídico dava o embasamento legal, e, ao mesmo tempo, autolimitava os poderes do Presidente. Introduziu modificações de fundo na Constituição de 1946, mas a manteve em vigor.

Com este ato institucional, veio a eleição. No dia 11, o General Castello Branco foi eleito Presidente da República. Para Vice-Presidente, foi eleito o Sr. José Maria Alkmin; na época também participou do pleito o Sr. Auro de Moura Andrade que era o Presidente do Congresso e havia decretado vago o cargo de presidente. O General Castello tomou posse no dia 15 de abril com poderes que permitiam ao Presidente cassar mandatos, aposentar civis e transferir militares para a Reserva. Essa faculdade duraria até o dia 15 de junho de 1964. Esse dado é importante.

O Presidente da Comissão Geral de Inquéritos, General Estevão Taurino de Resende insistiu com o Presidente para que ele prorrogasse a data, mas o Presidente foi inflexível e não aceitou...

Qual a posição da Igreja em relação à Revolução?

No dia 26 de maio de 1964, um grupo de bispos elogiou a Revolução: "as Forças Armadas intervieram a tempo de impedir a implantação de um regime bolchevista no País".

Naturalmente, esse grupo de bispos era uma parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa época, 1964, segundo o New York Times, dentre os seus duzentos e quarenta membros, havia a seguinte distribuição: cerca de cinqüenta conservadores, mais ou menos quarenta radicais de esquerda e mais cento e cinqüenta moderados.

Ao mesmo tempo que o Presidente se dava muito bem com o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, vamos dizer assim, a Igreja encontrava-se dividida em três correntes.

Na chamada corrente progressista despontava Dom Helder Câmara. Os conservadores tinham como figura mais expressiva Dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e entre os moderados destacavam-se Dom Eugênio Salles e o próprio Dom Jaime.

A maioria da Igreja, notadamente a hierarquia, em sua maior expressão, no seu maior contexto, mostrava-se favorável à revolução; os católicos mais jovens mos-

travam-se perplexos e já começavam a criar uma série de organizações, dentre as quais a Ação Católica Brasileira e a Ação Popular; movimentos de padres.

Daí nasceram dois braços muitos conhecidos: Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

Existe um episódio claramente ligado à Igreja: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo. O Senhor se lembra desse movimento?

Com muita clareza. Desde o início daquele movimento populista, com o qual o Sr. Getúlio Vargas inaugurou o seu segundo mandato, a Igreja começou a preocupar-se com os possíveis caminhos que desejava trilhar em face da situação do País. Em todos os Estados começaram a surgir movimentos católicos, com participação muito expressivas das mulheres, tanto que o Marechal Castello Branco, num dos seus discursos, afirmou peremptoriamente – mais tarde, Costa e Silva endossou –, que a Revolução de 1964 nasceu nos lares brasileiros. Indicava, com isso, que as famílias estavam presentes.

Lembro-me das mulheres com imagens de santos, de Nossa Senhora, inclusive com terços. Participaram, até, outras Igrejas não-católicas.

Correto. Mas é interessante mostrar como é que o movimento da Marcha da Família com Deus pela Liberdade tem origens mais antigas. Em 1962, foi criada a CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, que, na medida do possível, já vinha fazendo as suas pregações no sentido de esclarecer a população sobre os perigos que a família brasileira corria, se endossasse aquela linha de reformas que o Governo pregava.

Em associação com a CAMDE, desde 1962, já trabalhavam o Movimento Estudantil Democrático, o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos. Daí vem aquela colocação de qualificar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como um movimento reacionário.

Realmente, se considerarmos os apoios que a CAMDE recebia, encontraremos lá, por exemplo, entre os seus criadores, Golbery do Couto e Silva, bem como um padre franciscano do bairro de Ipanema, chamado Leovigildo Balestieri.

O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que o General Golbery dirigia, tinha uma ligação muito estreita com a CAMDE, porque existia uma convergência de objetivos: preservar o Brasil de uma doutrina exótica. Quer dizer, o perigo vermelho já estava bem presente naquela época.

Bem presente. Já havia irrompido a revolução cubana e, à essa altura, estavam ficando bem claras as suas intenções.

Bem claras, e o Sr. Fidel Castro tinha interesse em cubanizar o País.

A Marcha aconteceu antes de 31 de março.

Aconteceu no dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, porque a Marcha queria proteger os lares brasileiros.

O IPES era um dos apoios. Tenho um dado sobre um professor de ciência política da Universidade de Minas Gerais que escreveu um livro chamado "1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe". Ele é um dos maiores detratores desta Marcha da Família com Deus pela Liberdade, acusando-a de estar a serviço de um movimento reacionário. Mas o que se tem de registro é que ela realmente foi um movimento que olhava para o povo brasileiro e os interesses nacionais. Não havia outras implicações.

Preservação da família seria seu mote mais forte.

É por isso que escolheu o dia 19 de março, o dia do padroeiro da família.

E a mídia, especialmente a imprensa escrita, qual a sua posição, naquela época? Hoje é dia 1º de abril de 2004, e ontem ocorreu o quadragésimo aniversário da Revolução. Durante a semana, produziram-se muitos eventos. A imprensa escrita, falada e televisada, ofereceu, de um modo geral, as muitas versões repletas de inverdades. Mesmo tratando-se de um fato histórico, sempre que possível posiciona-se de modo contrário à Revolução. Mas o senhor se lembra da posição da mídia?

Os grandes jornais apoiaram entusiasticamente a Revolução. Recordo-me de que alguns deles, inclusive, participavam de reuniões favoráveis ao Movimento. A CAMDE mesmo, no seu início, realizou uma reunião no auditório do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro. Mas vamos por partes. No Rio de Janeiro, circulava o *Jornal do Brasil*, propriedade da Condessa Pereira Carneiro, dirigido pelo seu genro Sr. Nascimento Brito. O *Correio da Manhã*, de propriedade do Sr. Paulo Bittencourt, casado com a D. Niomar Muniz Sodré que, posteriormente, foi punida pela Revolução, quando houve uma mudança na linha do jornal. *O Globo*, do Sr. Roberto Marinho. Em São Paulo, *O Estado de São Paulo*, cujo Diretor-Presidente, o Sr. Júlio Mesquita Filho, era um inflamado defensor da derrubada do Sr. João Goulart. E a *Folha de São Paulo*, da família Frias.

De forma que os principais jornais lutaram abertamente pela deposição do Sr. João Goulart. Da parte do Sr. Assis Chateaubriand, fomos apoiados pela cadeia de jornais, TV, rádio e revistas.

Só havia um jornal, *Última Hora*, de propriedade do Sr. Samuel Wainer, o único que, na oportunidade, manifestou-se contra. E havia uma luta clara, aberta, entre ele e o Sr. Carlos Lacerda, dono da *Tribuna de Imprensa*.

Depois, durante a nossa entrevista, surgirá a oportunidade para o senhor explicar por que começamos o Movimento com esse apoio e depois o perdemos.

Agora, gostaria de acrescentar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

É importante.

Também bateu palmas na deposição do Sr. João Goulart.

Ora, se esses órgãos de imprensa e mais a OAB foram a favor, é porque realmente, na época, não restava dúvida de que o Sr. João Goulart estava partindo para a quebra das instituições.

Sem dúvida. Ele próprio era parte de um processo que não tinha capacidade nem autoridade para controlar e conduzir.

Mas que existia, isso sim.

Tratando-se de jornais, então está esclarecido. Agora, queria fazer menção à Revista Civilização Brasileira. Era uma revista "de esquerda" editada pela Editora Civilização Brasileira, de propriedade do Sr. Ênio Silveira que, desde o início, manifestou-se contra o Movimento Revolucionário, porque entendeu que, em três cassações, foram cometidas grave injustiças. Tratava-se de Josué de Castro, Celso Furtado e Anísio Teixeira. A revista tachou de "terrorismo cultural" esses atos de cassação.

Anísio Teixeira fez um plano de educação, porque entendia que neste Brasil desigual seria a única forma de levar educação aos recantos mais remotos e desassistidos. O Sr. João Goulart quis incluir nas reformas de bases esse plano de educação do Sr. Anísio Teixeira. Era um plano de alfabetização que os entendidos consideravam excessivamente ambicioso, especialmente num País com as dimensões e com a desigualdade que o Brasil apresenta.

No *Correio da Manhã*, trabalhavam três jornalistas que, desde o início, manifestaram-se contra a Revolução, embora o jornal fosse a favor: Carlos Heitor Cony, Oto Maria Carpeaux e Márcio Moreira Alves. Já em 1964, o Márcio escrevia contra os militares e contra os governos dos presidentes militares.

Eles alegavam, sobretudo, ações arbitrárias da Junta Militar e do próprio Governo Castello Branco, por isso se sentiam no dever de criticar. Embora a linha do jornal fosse de apoio à Revolução.

Na OAB, mais tarde, o Sr. Raymundo Faoro tornou-se um agressivo crítico de todos os atos da Revolução.

Golpe, Revolução ou Contra-Revolução?

Tem sido muito comentado, muito debatido, se ocorreu um golpe, uma revolução, até mesmo se uma contra-revolução, já que havia em marcha uma tentativa de mudança da ordem legal.

Um golpe, não considerarei, porque o próprio autor do Ato Institucional nº 1, o Sr. Francisco Campos, afirmou que este documento dava embasamento jurídico para

que o Movimento de 31 de Março se enquadrasse como um movimento revolucionário. Agora, analisemos essa falsa dicotomia, a divergência de pensamento, de revolução ou contra-revolução.

Sobre o termo revolução, nós conhecemos, mas o que é contra-revolução? Contra-revolução é um conjunto de ações, sobretudo militares, destinado a prevenir ou tentar impedir as ações de um movimento de objetivos opostos. Seria, de certa forma, um modo de anular conquistas de um movimento anterior e de objetivos opostos.

Alguns pensadores entendem que se pode considerar como revolução ou contra-revolução, dependendo do nível que se encara. Prefiro transmitir o pensamento do Presidente Castello Branco e do Presidente Costa e Silva, dois dos principais líderes da Revolução de 1964. O Presidente Castello Branco, na sua posse, perante o Congresso, no dia 15 abril de 1964, disse com todas as letras: a Revolução é um movimento cívico-militar, e prosseguia na sua pregação.

O General Costa e Silva, quando assumiu a Presidência da República, em março de 1967, perante o Congresso, ao ser empossado, manifestou a mesma opinião a respeito da Revolução de 1964. Mas vou um pouco mais longe, ao apoiar-me num documento oficial. O Presidente Castello Branco, ao editar o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, no preâmbulo, faz uma série de considerações e afirma o seguinte:

"(...)A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que, tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação ou se tenha despojado da carga do poder que lhe é inerente como movimento." Por isso se colocou, textualmente, "que os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela Revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos da constituição do novo governo e atribuir-lhes os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder, no exclusivo interesse do País".

Mas vou um pouco mais à frente. Vou transmitir o pensamento de um político que foi o primeiro civil eleito para assumir a Presidência da República, ao término do período dos generais presidentes, ou seja, o Sr. Tancredo Neves.

Dias antes da sua posse, que infelizmente não ocorreu por grave enfermidade e conseqüente morte, numa entrevista, o Sr. Tancredo Neves fez um depoimento que em síntese dizia o seguinte: "31 de Março de 1964 é um fato histórico inquestionável. E foi o resultado do esgotamento dos recursos institucionais do regime da Constituição de 1946". Aqui ele abraça a tese do Presidente Castello Branco.

A Constituição liberal ensejou uma crise institucional de graves conseqüências, pelo fracasso em criar instituições e processos políticos compatíveis com as

rápidas transformações econômicas e sociais que modernizaram o Brasil, desde 1930. Com um componente dramático desse interregno, que foi o suicídio do Sr. Getúlio Vargas, em 1954. No meu entendimento, até com respeito aos documentos institucionais, tivemos, na verdade, uma revolução.

É o melhor entendimento. E veja, os historiadores que consultei, não usam a expressão contra-revolução, podem usar golpe, mas a palavra contra-revolução, não.

A seu ver, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?

Entendo que, naquela oportunidade, a Revolução nasceu nos lares, ampliou-se pela sociedade e terminou conquistando o apoio das Forças Armadas. Mas ainda vou me valer dos historiadores.

O Sr. Boris Fausto – insuspeito –, em sua "História do Brasil", editada pela Universidade de São Paulo, pergunta: "O Movimento de Março de 1964 era inevitável?" Ele mesmo entende que a pergunta está relacionada com a maneira de como encaramos os fatos históricos. E prossegue: "Se dermos mais ênfase às estruturas econômico-sociais do que à ação política, a resposta é positiva. Jango representaria uma sobrevida do populismo destinado a desaparecer desde dos últimos tempos de Getúlio." E ele continua: "A resposta positiva contém uma parte da verdade, mas não toda a verdade. Seria possível uma mudança de rumo compatível com o regime democrático?" Sua resposta: "Sim."

Acrescento o seguinte: verifique-se que foi esquecido um componente importante, o militar. Ele se refere às questões do campo econômico-social, mas se esquece de que as instituições militares estiveram presentes. Lembro-me, inclusive, de que, ao assumir a Chefia do Estado-Maior do Exército, em 13 de setembro de 1963, o General Castello Branco disse textualmente que encontrou um órgão inteiramente desautorizado para não dizer desmoralizado. Então havia, naquela época, um trabalho no sentido de enfraquecer o órgão que respondia pela direção superior do Exército.

Devemos levar em conta outros pilares básicos das instituições militares, entre os quais a hierarquia e a disciplina, aos quais o Sr. Boris Fausto não faz menção.

General, explorando mais uma vez a sua vivência, na sua avaliação, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Vou começar pelos civis. Apontaria, sobretudo, os quatros governadores que apoiaram, desde o início, a Revolução de 1964, ou seja, Carlos Lacerda, Governador da Guanabara; Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais; Adhemar de Bar-

ros, Governador de São Paulo; e Ildo Menegheti, Governador do Rio Grande do Sul. Numa das reuniões que antecederam a escolha do nome do Marechal Castello Branco para Presidente, realizada no Palácio da Guanabara, estiveram presentes mais os seguintes governadores: Ney Braga, homem da Revolução, do Paraná; Aluisio Alves, do Rio Grande do Norte; e Mauro Borges, Governador de Goiás. No Congresso, temos figuras de muito realce, entre os quais o apoio do Sr. Bilac Pinto, do Sr. Aliomar Baleeiro e do Sr. Milton Campos. O Senador Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, pode ser considerado também; só que era um homem com o desejo de ter luz própria e, por pouco, não chegou a Vice-Presidente da República. Perdeu para o Sr. José Maria Alkmin, quando da eleição para ser Vice-Presidente do Castello Branco.

Desejo incluir, ainda, como líderes da Revolução no campo civil, os senhores Deputado Pedro Aleixo e Senador Daniel Krieger.

No campo militar, devemos considerar o Comando Supremo da Revolução constituído pelos três Primeiros-Ministros militares: Costa e Silva, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; e Correia de Melo na Aeronáutica.

Indicaria mais. O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, o General Oswaldo Cordeiro de Faria, o Brigadeiro Eduardo Gomes, o General Olympio Mourão Filho, os dois irmãos Geisel, embora o General Jayme Portella considere que eles aderiram muito tarde. Mas eu relaciono os dois irmãos Geisel, o Orlando e o Ernesto, como líderes. Alfredo Souto Malan, Antônio Carlos Muricy, Amaury Kruel e dois Ministros da Aeronáutica que merecem uma citação especial: o Brigadeiro Grüm Moss e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, sobre os quais voltaremos a falar, posteriormente.

General, o Movimento decorreu exclusivamente de preparação interna, no Brasil, ou houve interferência, em especial, dos Estados Unidos? Esse assunto, volta e meia, a mídia apresenta como um fato real. Ontem mesmo ouvi comentários a respeito; como se estivéssemos atendendo a uma preocupação dos Estados Unidos. É claro, os Estados Unidos estavam apreensivos com a comunização do Brasil, mas daí até oferecer apoio é uma outra história.

Este episódio começa porque vem à baila o General Vernon Walters que fora intérprete junto à Força Expedicionária Brasileira na Itália, e se tornou amigo íntimo do Presidente Castello Branco. Quando o Sr. John Kennedy percebeu que as coisas tomavam rumo perigoso, convocou o Vernon Walters, que estava, nessa época, servindo na Itália, e o deslocou para Adido junto à Embaixada Americana no Brasil, dirigida pelo Sr. Lincoln Gordon. Thomas Skidmore, baseado no levantamento que fez nos Estados Unidos, afirma que não houve, quer do ponto de vista financeiro quer do

ponto de vista político, nenhuma ingerência do Governo dos Estados Unidos na Revolução de 1964. Foi um movimento genuinamente nacional.

De novo, vou basear-me nos jornais. Tenho aqui a *Gazeta Mercantil* do dia 21 de julho de 2000. Portanto, muito tempo depois. Está publicado o seguinte acerca de conversas ocorridas numa reunião no Salão Oval da Casa Branca, em 1962, no tempo do Kennedy: "(...)Um dos primeiros pontos em pauta, conforme a transcrição, envolve as eleições parlamentares no Brasil, naquele fim de ano. Falava-se de votos e também de dinheiro". Entendia-se, naquela época, haver necessidade de cerca de oito milhões de dólares para apoio aos candidatos ao Congresso Nacional alinhados com a oposição a Jango. O Sr. Kennedy reagiu e, segundo o jornal, ocorreu um investimento aqui em torno de cinco milhões de dólares para eleições de parlamentares. Creio que fazem uma associação entre as eleições de parlamentares e o Movimento de 1964, mas eles estão defasados no tempo e não houve isso. Cito a notícia do jornal, mas não posso responder por ela.

Essas eleições foram antes.

Foram antes, foram antes. Então, temos mais o seguinte: antes do Sr. Lincoln Gordon viajar a Washington para explicar ao Governo americano o que estava ocorrendo no Brasil, recebeu a visita do Almirante Sylvio Heck. A matéria do jornal esclarece que o Sr. Sylvio Heck não pediu apoio, apenas solicitou ao embaixador, e quem diz isso é o próprio Lincoln Gordon, que transmitisse, ao seu governo, o que estava acontecendo em nosso País.

Acredito que não há mais o que especular, porque não pedimos nada ao Governo americano. Realmente o Governo dos Estados Unidos foi dos primeiros a reconhecer o Presidente Castello Branco.

O Presidente Kennedy quis manter-se bem informado sobre a situação, e, para isso, deslocou o Vernon Walters da Itália. Mas daí dizer que ele participou do Movimento, não, não é verdade.

Ele já havia enfrentado, em 1962, a crise dos mísseis, em Cuba, e, realmente, sua preocupação conosco seria válida.

O Vernon Walters lançou um livro, bastante detalhado, no qual mantém a posição que defendemos aqui.

Mas ele nem chegou então a oferecer apoio?

Não, não, nem o Governo brasileiro pediu.

Assunção do Presidente Castello Branco

O Presidente Castello Branco, de acordo com o Ato Institucional, no dia 11 de abril, foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, que se lou-

vou no seguinte: o embasamento para a eleição do Presidente Castello não foi o Ato Institucional propriamente dito, mas sim a Constituição de 1946 que estabelecia as regras pelas quais o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos, e que foram cumpridas.

O Presidente Castello tomou posse no dia 15 de abril; para Vice foi eleito o Sr. José Maria Alkmin. Falando perante o Congresso, no seu ato de posse, Castello Branco disse: "Sustentarei com todas as forças a união, a integridade e a independência de nossa Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não apenas a herança da admirável unidade nacional, mas a concórdia de todos os meus eleitores. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção." E ele mais adiante completa a sua fala, dizendo o seguinte: "Nunca um só homem precisou tanto da compreensão e do apoio de todos os seus concidadãos."

O Presidente Castello Branco, que participou da campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Grande Guerra, tornou-se um homem experimentado tanto na paz quanto na guerra. Conviveu com combatentes de outras nações que confiam na democracia há séculos, por isso trouxe da Itália, em seu pensamento, um sentimento diferente da forma como a democracia deveria ser conduzida neste País.

Castello Branco era um nome respeitado por seu valor intelectual e pelas suas qualidades de soldado e cidadão. Sobre a onerosíssima herança que recebeu, disse pelo rádio e pela televisão, no dia 15 de julho de 1964: "O atual Governo recebeu uma estrutura econômico-financeira desmantelada. Vivia o País uma orgia inflacionária, a desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos."

Pouco depois, em 30 de julho de 1964, em carta ao seu filho Paulo Castello Branco, oficial de Marinha, então nos Estados Unidos, acrescentou: "(...)Sou verdadeiramente o síndico de uma falência, cuja massa falida está numa desordem incrível."

Buscando restaurar a honra e a recuperação econômico-financeira e social do Brasil, Castello Branco pôs em execução, com bons resultados, um plano de recuperação do País. Esse plano foi divulgado em documento número 1 do Escritório de Pesquisa Econômica-Aplicada (EPEA). Quem preparou esse documento? Os senhores Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Bulhões Pedreira e tinha como coordenador Roberto Campos, Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica. Esse plano tinha um grande mérito: consolidava planos de outros governos e reconhecia que as reformas que impunha foram herdeiras de 1945, e estava em debate pela Nação.

No campo do desenvolvimento social, três realizações devem ser creditadas ao Governo Castello Branco: primeiro, o Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504 de 30 de

novembro de 1964; sobre ser uma lei de reforma agrária, cuidava também da modernização da política agrícola, cujo objetivo mais amplo ambicionou tornar-se, também, a Lei de Desenvolvimento Rural; segundo ponto, criou o Banco Nacional da Habitação, pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que se tornou executor do Plano Nacional da Habitação e que teve, por objetivo principal, promover a construção e aquisição da casa própria, particularmente pelas classes de baixa renda; terceiro, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pela Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, verdadeiro fundo de estabilidade social e de habitação, combinado com o sistema de seguro-desemprego.

II – Realizações da Revolução de 1964, particularmente durante o Governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo

Crescimento nacional durante a Revolução – Dados gerais

Entre 1965 e 1973, o Brasil cresceu em média 9,8% ao ano. Segundo reportagem da *Revista Veja*, passamos da quadragésima oitava economia do mundo para a oitava posição. Hoje somos a décima quinta. Tenho documentos que asseguram: ao invés de quadragésima oitava estávamos na sexagésima quarta posição. Existem aí dois conceitos.

Nossas exportações passaram de 1,4 bilhão de dólares, em 1964, para 25 bilhões em 1985. Vejam que o Governo hoje está na faixa dos 80 bilhões e pretende chegar provavelmente aos 82 bilhões, mas com o objetivo do horizonte visível de 100 bilhões.

Esses dados, que eu estou citando, tirei da *Revista Veja*; é o depoimento de pessoas que não têm outro objetivo que não o de deixar a população esclarecida. O Ministro Delfim Netto lembra que, em 1974, as nossas exportações eram iguais às da Coréia do Sul e da China. Se verificadas hoje, 2004 exportamos 1/3 do que a Coréia do Sul exporta e 1/4 do que a China exporta.

Não vou comentar as realizações nos diversos setores de energia, incluíndo o Pró-álcool, transporte e comunicações porque estou ciente de que já foram apresentados por outros entrevistados.

General, o senhor como ex-Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, poderia comentar as realizações no campo social?

Passando então para a área social, há dois problemas que considero muito importantes: o planejamento familiar e a função social da terra.

A construção das longas vias de penetração, resultante de um imenso esforço do Governo Federal que visava a integração nacional, através da incorporação de novas áreas ao processo de desenvolvimento, ensejou larga e rápida expansão das fronteiras agrícolas para ocupações demográficas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Em conseqüência, verificou-se o deslocamento de considerável corrente migratória para as novas regiões pioneiras como o norte mato-grossense, o sul paraense, o norte de Goiás, Rondônia, Acre e Amazonas, gerando inevitáveis choques pela posse da terra. O que tem exigido um número crescente de providências para prevenir ou neutralizar o surgimento de graves tensões sociais.

Por outro lado, a necessidade de reconhecer e legitimar as propriedades, os numerosos contingentes de posseiros, encontrados com maior ou menor freqüência em todo o território nacional, levou o Governo Federal a desenvolver amplo programa de regularização fundiária, beneficiando centenas de milhares de novos pequenos proprietários, particularmente no Nordeste. Além daqueles órgãos que foram criados ou atualizados como o INCRA, nasceram o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins, o Grupo Executivo da Região do Baixo Amazonas. Vou mostrar os resultados alcançados até dezembro de 1984. Se considerados os resultados obtidos desde o advento do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, verificaremos que o Governo Figueiredo participou de forma expressiva com os seguintes percentuais: 71,6% da arrecadação das terras devolutas, 54,1% das desapropriações por interesse social, 83,6% das titulações no período de 1964 a 1984.

Além disso, o Governo arrecadou e matriculou, em nome da União, cerca de oitenta e dois milhões de hectares, superando a soma das superfícies da Alemanha Oriental, Itália, Hungria, Tchecoslováquia e Dinamarca ou mais de três vezes a superfície do Estado de São Paulo, o que concorreu para aumentar a regularização de posses legítimas e a implantação de projetos de colonização. Só o Governo Figueiredo titulou 836.100 proprietários e implantou 88 novos projetos de colonização. Pelo estreito relacionamento da cartografia com os problemas fundiários, merece destaque um outro fato. Em 1964, somente 7,8% do território brasileiro estavam mapeados. Hoje, cerca de 80%, dos quais 40% no Governo Figueiredo.

Crescimento populacional

Passaremos, agora, ao planejamento familiar. É um ponto sobre o qual poucos se preocupam, mas está na essência do desenvolvimento dos países.

Os Estados Unidos têm, praticamente, o dobro da densidade populacional do Brasil e alguns países da Europa Ocidental chegam a ter 400 habitantes/km^2; no entanto são regiões onde a qualidade de vida é das mais elevadas do mundo.

O Brasil é um país onde a distribuição dos habitantes é desigual – estou dando os dados de 1984 para ficar dentro do período da Revolução. Nas regiões Sudeste e Sul, por exemplo, temos 58% da população para 18% de território. Já na Região Norte, temos 45% de território e 5,8% da população total. Nosso País, a grosso modo, detém 2,8% da população mundial e 35% da população da América Latina. Daí se verifica que o Brasil apresenta grandes vazios demográficos. Apesar do elevado crescimento populacional, o que se observa é a tendência de aglomeração nas áreas urbanas. Hoje, acredito que estamos próximos dos 80% na área urbana. Para mim, a solução está na criação de melhores condições de vida, sobretudo na área rural.

Daí vamos tirar uma primeira conclusão: país desenvolvido significa país com população equilibrada. Sempre se pergunta: quando é que o problema demográfico se tornou uma questão de interesse mundial? Esse componente só começou a alarmar o mundo, a partir da década de 1950, ou seja, depois da Segunda Grande Guerra. Nessa década e nas seguintes a preocupação dos países desenvolvidos com o crescimento populacional do terceiro mundo levou a um exame mais aprofundado da matéria, resultando na realização, na Europa, de dois encontros internacionais de caráter exclusivamente técnico.

Agora vejamos os dados estatísticos. Retirei esses dados da História do Brasil escrita pelo Thomas Skidmore: população e taxas de crescimento populacional de 1940 a 1991. Está ultrapassando o nosso período, mas tenho a impressão de que como tenho aqui o ano de 1980, é interessante citá-lo. Então, em 1940, para uma população de 41,1 tínhamos uma média geométrica anual de taxa de crescimento de 1,49, isso em 1940. Em 1950, com a população de 51,9 milhões, fomos para 2,39.

Em 1950, é quase o dobro de 1940.

Em 1960, para uma população de 70 milhões fomos para 2,99, quase 3.

Em 1980, com a população atingindo 119 milhões, fomos a 2,48. Nesse ponto, começou o trabalho que o Presidente Figueiredo vinha desenvolvendo e que, nos idos de 1984, estava entre 1,9 e 2. E em 1991, para uma população de 146,8, chegamos a 1,93.

Agora, cito dois pontos que julgo interessantes. Um trata das mudanças dos indicadores sociais no Brasil. São dados estatísticos. A expectativa de vida no nascimento: em 1960, a expectativa de vida, ao nascer, era de 51,6 anos. Em 1970, já passava para 53,5 anos, e, em 1980, para 60,1 anos. Mortalidade, antes de um ano, por mil nascimentos vivos: em 1960, 121 por mil, em 1970, 113,8 e em 1980, 87,9.

É interessante chamar a atenção para o trabalho realizado no Estado de São Paulo, parte no Governo Paulo Egídio, parte no Governo Paulo Maluf, mostrando

que o Governo investiu maciçamente em saneamento básico e reduziu esse índice praticamente à metade, no Estado de São Paulo.

Índice de mortalidade infantil não?

Seguramente. Moradias particulares, com rede de esgoto ou fossa séptica, percentagem em todo o Brasil: em 1960, só 23,8% da nossa população possuíam rede de esgoto com fossas sépticas. Em 1970, passamos para 26,6% e, em 1980, para 39,6%. Índice de alfabetização: quinze anos ou mais, em 1960, tínhamos 60,5%, em 1970, 66,9% e em 1980 chegamos a 74,6%. O General Médici investiu maciçamente no MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização. Mas foi até o Sr. Mário Henrique Simonsen, Diretor do MOBRAL, primeiro diretor; quando ele passou a integrar o Ministério do Presidente Geisel, dizem que por falta de um titular empolgado pela missão, ou por falta de recursos, o MOBRAL não prosseguiu. Quando tratamos desse ponto estamos levando em conta o salário mínimo, renda familiar e um grau de desigualdade de renda. É interessante observar também esse ponto.

Há um dado muito interessante sobre a distribuição da renda no Brasil por decil. Você relaciona a população por faixa de 10%. Então, tenho 10% da base e 10% do topo, e um intervalo. O que se verifica é o seguinte: entre 1960 e 1970 apenas esses dois decis melhoraram sua posição relativa. Todos os outros, exceto um, todos os outros perderam terreno. Já entre 1970 e 1980, os dois decis superiores, nono e décimo tiveram crescimento bem mais moderado e quatro dos outros melhoraram um pouco a sua situação.

De forma que a desigualdade, sendo um ponto crítico da nossa evolução, naquele período sofreu uma diminuição, embora não se possa considerar isso como uma conquista. Mas, decididamente, o Governo se empenhou em toda essa questão do planejamento familiar...

Houve algum programa específico?

Sim. O responsável pelo programa era o Ministério da Saúde, porque ligado a ele estavam todas as instalações de saúde do país. O Ministério da Saúde se empenhou a fundo nisso, distribuindo anticoncepcionais, e por intermédio de esclarecimentos.

Assim, a pessoa, quando comparecia a uma instalação de saúde, recebia informações sobre aquelas condições...

Política migratória e anistia

O senhor quer mostrar a Mensagem ao Congresso Nacional, do Presidente João Figueiredo em 1985. Trata-se do último ano de um Presidente da Revolução.

Certo. Vejamos a parte da mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 1º de março de 1985. Primeiro, política migratória que foi discutida exaustivamente e tinha implicações não só internas como externas. Naquela época,

havia um número muito grande de estrangeiros que, por falta de uma lei de imigração atualizada e bem esclarecida, gerava problemas, não só no seio do Governo, interpretações diferentes dos Ministérios, como também nas relações exteriores.

Trabalharam nesta lei o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho e a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. A própria CNBB e os partidos de oposição aprovaram a proposta do Governo. E esta Lei de Imigração está em vigor até hoje e, pelo o que se sabe, não teve maiores problemas.

Depois, a ordem jurídica e os direitos políticos. À luz da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, e de seu regulamento, foram processadas e examinadas todas as matérias concernentes à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, naturalização, concessão de vistos de permanência, procuração temporária e regime jurídico de estrangeiros. Então.

Tivemos também a Lei de Anistia. A Lei de Anistia foi regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. Foi mais abrangente do que a própria oposição reivindicava, realmente ampla, geral e irrestrita. Foi possível solucionar os casos de readmissão e aposentadoria de servidores públicos. A amplitude daquelas disposições teve como resultado, também, a inexistência de presos políticos no país. Foram inteiramente liberados. Manteve-se a tradição brasileira de evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade, ao mesmo tempo que protegeu os seus interesses. Excluiu do benefício os condenados pela Justiça Militar, em razão de atos de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Esse último dispositivo, por uma ampliação da Lei de Anistia votada no tempo do Governo do Presidente José Sarney, foi excluído.

A lei considerou, ainda, as garantias individuais e os direitos civis. Assim se devolveu aos cidadãos que deles se achavam privados. O País manteve as portas abertas aos brasileiros que daqui se afastaram. É célebre a declaração do Presidente Figueiredo ao afirmar que lugar de brasileiro é no Brasil. Esta lei liberou de qualquer sanção, ou de qualquer imposição, cerca de duas mil e duzentas pessoas.

Que se encontravam no exterior ou estavam sub-júdice.

E os aposentados sem direito de voltar ao serviço ativo. A outra lei é a Lei de Segurança Nacional. O Presidente Figueiredo fez aprovar uma lei, em 1980, que reduzia de quarenta para 22 o número de módulos incriminatórios, excluindo da Lei de Segurança Nacional os crimes já previstos na Lei de Imprensa ou no Código Penal.

General, o senhor poderia comentar a atuação do Conselho de Segurança Nacional?

Inicialmente, esclareço que o Conselho de Segurança Nacional não é uma criação da Revolução. Com outro nome, o CSN tem o seu antepassado no tempo do Impé-

rio; D. Pedro I sentiu a necessidade de estatuir, na Constituição, um órgão para assessorar o Imperador, na ocasião em que exercesse o poder moderador ou "em todos os negócios graves e medidas gerais da administração pública". Em seu Título V, Capítulo VII: Do Conselho de Estado, constam, na Constituição de 25 de março de 1824, os deveres, os assuntos pertinentes e as responsabilidades dos Conselheiros nomeados pelo Imperador. Então eis a origem do Conselho de Segurança Nacional.

Com o advento da República, a Constituição promulgada em 1891, e, posteriormente, a reforma constitucional de 1926 não fizeram menção ao Conselho. O Presidente, privativamente, tinha competência para propor, sancionar e declarar medidas sobre quaisquer atividades, sem a necessidade de convocar e ouvir assessores.

Em 29 de novembro de 1927, através do Decreto nº 17.999, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, conforme está mencionado no seu Artigo 1º. O Conselho de Defesa Nacional, duas vezes por ano e tantas quantas forem necessárias, reunir-se-á em local previamente designado às autoridades, entidades e pessoas citadas pelo Artigo 3º. Faziam parte do Conselho o Presidente da República, o Ministro da Guerra, o Ministro da Marinha, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Viação, o Ministro da Agricultura e o Ministro do Interior. Ele não tinha um órgão executor, mas possuía dois oficiais, um da Marinha e um do Exército que secretariavam a reunião do Conselho.

Ainda mais, Ministro do Exterior, Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior da Armada e por membros eventuais, aqueles que fossem convocados pelo Presidente da República.

Já em Decreto nº 23.873 de 15 de fevereiro de 1934, criaram-se a Comissão de Estudos de Defesa Nacional, a Secretaria-Geral de Defesa Nacional e as Seções de Defesa Nacional dos Ministérios. Vamos perceber que o órgão foi surgindo progressivamente.

Em julho de 1934, a Constituição estabeleceu que todas as questões relativas à Segurança Nacional seriam estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos Órgãos especiais criados para atender às necessidades de mobilização.

Em agosto de 1934, pelo Decreto nº 7, a Presidência alterava a denominação do Conselho Superior de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional e os já referidos órgãos passaram a denominar-se Comissão de Estudos de Segurança Nacional, Secretaria-Geral de Segurança Nacional e Seção de Segurança Nacional. Então, como se vê, o Conselho nunca teve existência física, e nenhum órgão podia ser convocado.

O órgão de execução, com representação física, passou a ser essa Secretaria-Geral de Segurança Nacional. A Revolução está inteiramente isenta de qualquer acusação de que estava implantando uma ideologia de segurança nacional.

Depois, tivemos uma série de modificações, até que a Constituição de 1946 estabeleceu a organização seguinte para o Conselho: uma Comissão de Estudos, Seção de Segurança Nacional dos Ministérios e uma Comissão especial de faixas de fronteira, extinguindo a Comissão de Planejamento Econômico.

É interessante dizer que a Constituição de 1946 estabeleceu, em seu Artigo 178, que os problemas relativos à defesa do País seriam estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das Forças Armadas incumbidos de prepará-las para a mobilização e operações militares. Isso, nas condições mais liberais, como na Constituição de 1946. Nessa dicotomia que existe entre a segurança e a defesa, entendo que a segurança é muito mais abrangente.

Já a Constituição de 1967, do Presidente Castello Branco, estabelecendo um conceito mais amplo de Segurança Nacional, estatuiu que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei". Artigo 90: o Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação da conduta da Segurança Nacional. O Decreto-Lei nº 225, de fevereiro de 1967, estabeleceu que o Conselho seria órgão de assessoramento direto do Presidente da República e que teria como órgãos suplementares a Comissão Especial de Faixa de Fronteira e a Divisão de Segurança e Informação dos Ministérios Civis.

Por uma lei de 1º de maio de 1974, desmembraram do Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social, a fim de diminuir o trabalho do Conselho de Segurança; pois a carga de trabalho não admitia a permanência da situação anterior.

Daí, vamos aos documentos da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937 e a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

A Secretaria, como vimos, foi criada em 1934.

O Conselho manteve aquela composição de Ministros de Estado, Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; como membros eventuais aqueles que o Presidente julgasse conveniente convocar para a reunião.

A Secretaria, pelo Decreto nº 85.128 de 10 de setembro de 1980, teve o seu regulamento aprovado e adotou a seguinte constituição: 1ª Subchefia, assuntos políticos; 2ª Subchefia, assuntos econômicos; 3ª Subchefia, assuntos psicossociais, sobretudo aquele que dispensava um atendimento muito especial ao índio; 4ª Subchefia, assuntos militares e os relativos à mobilização. Chegamos a pleitear, e foi criado, um curso de

mobilização na Escola Nacional de Informações, mas que, ao término do Governo, não prosperou. O curso começou a funcionar na Escola Nacional de Informações.

Naquela época, funcionava a 5ª Subchefia com os assuntos referentes às áreas indispensáveis à Segurança Nacional e municípios de interesses relacionados à Segurança Nacional, bem assim os relacionados com os programas fundiários. Por sugestão nossa, foi criada uma 6ª Subchefia, assuntos referentes à estratégia governamental, bem como o necessário ao funcionamento do Centro de Coordenação.

Então se verifica que a Secretaria Geral do Conselho transformou-se em uma espécie de Casa dos Ministros. Todos os assuntos que envolvessem uma implicação com o CSN, o Presidente encaminhava à Secretaria para apreciação.

Em que local o Conselho se reunia?

Na sala de reuniões do Presidente da República.

Depois vamos falar sobre a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-informação (SFICI) que também funcionou lá. O Governo Médici transferiu a Secretaria para o nono andar do então Estado-Maior das Forças Armadas, em Brasília, atual prédio do Ministério da Defesa.

Atendia a todas as solicitações dos Ministros. Havia, muitas vezes, divergências, o trabalho de coordenação era muito delicado e complexo.

Nesse período de sua vida, o senhor, como Secretário do Conselho, acumulava com...

Primeiro, com a chefia do Gabinete Militar e depois como Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários.

Da ordem de quantas pessoas trabalhavam ali, só para termos uma idéia?

Cerca de cento e cinqüenta civis e militares.

Meio a meio?

Inicialmente, a quase totalidade era de militares, depois consegui, aos poucos, levar assessores civis, equilibrando os efetivos.

Finalmente, o recrutamento para a Secretaria do Conselho utilizava, basicamente, integrantes dos Ministérios Militares, dos Ministérios Civis, incluído aí o Itamarati.

Vamos supor que o senhor precisasse, para algum assunto, de um especialista. Em energia atômica, por exemplo. O senhor requisitava um ou dois ou três. Terminada aquela situação, ele provavelmente, poderia permanecer.

Na verdade, continuava meu assessor. Onde fosse sua locação, continuava meu assessor. Doutor Rex Nazareth Alves era o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Mas, para efeito de política nuclear, era comigo que ele se relacionava.

Voltando ao Conselho, ele não tinha existência física. Era convocado, em função das necessidades do Presidente, mas tinha um órgão fixo que exercitava todas aquelas

prerrogativas, tanto que mantinha o que se chamava de "sala dos ministros". Qualquer Ministro que fosse à Secretaria, não se dirigia à sala do assessor. Ficava num gabinete, e lá iria um assessor para ajudá-lo. Era uma forma de apoiá-lo. Ao chegar do Ministério, era levado à sala dos ministros, onde era atendido pelo assessor de que necessitasse.

O que o senhor pode comentar sobre a Política Nacional de Energia Nuclear?

Em benefício da verdade, quando em 1985, o General Rubens Bayma Denys assumiu a Chefia do Gabinete Militar e a Secretaria Geral do Conselho, passei todos os dados considerados pertinentes e que seriam de interesse dele e do novo Governo, com os quais concordou. Inclusive, as diretrizes para a Política Nacional de Energia Nuclear. A Secretaria do Conselho, perdeu um pouco da continuidade, talvez, mas permaneceu no Governo Sarney. A extinção veio no Governo Collor.

Ao tratarmos do programa de energia nuclear, falamos sobre uma atividade multifacetada. O Brasil voltou-se para ela, já na década de 1930, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se debruçou sobre um programa de energia nuclear. Posteriormente, a partir de 1938, participavam também as Escolas de Física e Engenharia de São Paulo, do Rio e Belo Horizonte.

No entanto, no dia em que a fissão nuclear tornou-se um fato do conhecimento científico, terminou a troca de informações entre cientistas, universidades e outras instituições e cada um passou a guardar para si as conquistas de que se assenhoreavam.

De forma que o Brasil, em 1951, tendo em vista sistematizar e apoiar a pesquisa no País, criou o Conselho Nacional de Pesquisa. Já nessa época, o titular do Conselho Nacional de Pesquisa, o Almirante Álvaro Alberto, preocupava-se especificamente, com a questão da energia nuclear. Inclusive, entabulou negociações para a compra de três ultra centrifugadoras na Alemanha. Acontece que, naquela época, a Alemanha vivia sob o domínio das grandes potências, quer dos Estados Unidos quer da União Soviética. Em conseqüência, os Estados Unidos vetaram essa compra. Só mais tarde, o Almirante Álvaro Alberto conseguiu retomar as negociações.

Isso ocorreu em 1954. Em 1956, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o arcabouço, completo, não só do ponto de vista da pesquisa como também na forma de fiscalização e produção de meios radioativos. Como disse, a partir daí as questões se tornaram, vamos dizer assim, sigilosas e cada país que desejasse algum sucesso nessa área precisava buscar o seu desenvolvimento...

Mas não ocorreu só no Brasil. Da mesma forma, a Argentina, a Índia, a Espanha, a China, a França e outros. Na década de 1970, o Brasil tentou obter, em escala industrial, o enriquecimento do urânio. Mas não logrou qualquer acessibilidade a essa tecnologia que desejava desenvolver. Nessa época, é bom dizer, já tínhamos

quase um milhar de serviços médicos que usavam radioisótopos. Quem nos fornecia, até então, eram os Estados Unidos, mas, infelizmente, com a aprovação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Brasil teve vedada a aquisição desse material. Também os dosímetros clínicos, que atendiam a ordem de duzentas instituições, precisavam, periodicamente, ser calibrados e nós não poderíamos fazer isso, porque não tínhamos acesso à tecnologia. Seria preciso recorrer a países estrangeiros.

Nessa época, possuíamos uma produção considerável de pimenta-do-reino, no Estado do Pará, mas os compradores externos só aceitavam comprar a pimenta-do-reino produzida no Brasil, se fossem irradiadas, para evitar qualquer contaminação.

O Presidente Geisel, levando em conta a crise econômica, gerada sobretudo pelo aumento do preço do petróleo, assinou um acordo de assistência nuclear com a Alemanha. Entretanto a Alemanha não poderia adicionar aos termos do acordo o fornecimento das usinas núcleo-elétricas, o processo da ultracentrifugação, porque a Holanda, membro da comunidade européia, não permitia. Então, os alemães propuseram que adotássemos o processo que eles chamavam de *jet nozzle*, jato centrífugo, um processo que ainda não haviam dominado completamente. Tanto é verdade que, em 1986, a Alemanha abandonou esse projeto jato centrífugo e voltou à ultracentrifugação gasosa.

Após sua posse, o Presidente Figueiredo, que antes fora Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, de certa forma, havia participado dessas gestões no sentido de termos acesso a essa tecnologia, nos encarregou de realizar um estudo no sentido de tornar viável o domínio do ciclo do combustível nuclear.

Foi interessante, porque, nessa mesma época, a Nuclebras, criação do Presidente Ernesto Geisel, havia celebrado um acordo com uma empresa francesa, no sentido de montar no Brasil uma planta para produção de hexafluoreto de urânio, um gás a partir do qual se enriquece o urânio. Entretanto, todos os passos da Nuclebras estavam sujeitos à monitoração, de forma que o Governo Figueiredo entendeu que, se tínhamos possibilidades de dominar o ciclo do combustível nuclear, teríamos que buscar esses conhecimentos, por meios próprios.

Assim, sugerimos, e o Presidente aprovou, que a Nuclebras não celebrasse o acordo com os franceses, no sentido da execução da planta para produção do hexafluoreto de urânio. Fomos buscar a tecnologia desejada, por intermédio dos nossos institutos de pesquisa, com ênfase no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo (IPEN/USP), no intuito de produzir o hexafluoreto de urânio, a partir do qual poderíamos pensar no domínio de todo o ciclo de produção do combustível nuclear. Não, com o objetivo de produzir bomba,

pois ninguém produz bomba com enriquecimento de urânio a 3 ou a 20%. A 3% ele atende à energia, a 20% ele atende aos nossos reatores de pesquisa.

Os Estados Unidos, cada vez mais, formulavam condições adicionais nos acordos que celebrávamos com eles. Até mesmo a recarga de Angra I ficou na dependência dos americanos; em 1978, o Presidente Carter fez passar, no Congresso Americano, uma lei que ficou conhecida como Lei de Não-Proliferação (*Non Proliferation Act*). Essa lei proibia o governo americano de fornecer qualquer material de tecnologia sensível a países que não fossem signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, e era o nosso caso.

Diga-se de passagem, o Iraque era signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e o Brasil não era. De forma que fomos buscar, nos nossos institutos de pesquisas, com muita proficiência, os meios para conseguir o domínio do enriquecimento do urânio pela ultracentrifugação.

Em 1982, sem que deixássemos de cumprir qualquer acordo assinado pelo Brasil, coerentes e com o empenho de jamais nos afastarmos dos nossos princípios de contribuir para a não proliferação de armas nucleares, pois sempre fomos contra, num esforço conjunto da Marinha, do IPEN e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) havíamos conseguido, no Brasil, o domínio autônomo do enriquecimento do urânio pelo processo de ultracentrifugação.

Duas alternativas, agora, se apresentavam para nós: ou aguardávamos a fabricação e montagem do número de máquinas necessárias à produção do urânio enriquecido, em quantidade e porcentagem adequadas para a fabricação dos elementos combustíveis do reator de potência zero, ou procurávamos um parceiro que se dispusesse a fornecer urânio enriquecido, com garantias bilaterais de não utilização em armas nucleares.

Nessa mesma época, a CNEN, já havia sido capaz, no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, de produzir hexafluoreto de urânio, sua reconversão em óxido e a produção de pastilhas. Por via diplomática, a China havia se manifestado favorável ao interesse do Brasil por uma cooperação no campo nuclear. Uma delegação brasileira, integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores, Secretaria-Geral do CSN e Comissão Nacional de Energia Nuclear se reuniu, em Pequim, com os representantes das instituições chinesas.

A China prontificou-se a fornecer o UF6, ou seja, o hexafluoreto de urânio enriquecido a 27%, em quantidades que possibilitassem os experimentos brasileiros, desde que o nosso governo assegurasse que: primeiro, as negociações seriam mantidas em sigilo; segundo, seu uso, apenas, para fins pacíficos. As negociações foram satisfatoriamente concluídas. Cabe relembrar que, naquele momento, a China

não era membro da Agência Internacional de Energia Atômica e o Brasil já era membro dessa Agência.

O acordo de cooperação do uso pacífico de energia nuclear entre os dois países foi mantido, inicialmente, em sigilo, por solicitação chinesa até que eles concluíssem as suas negociações com Estados Unidos e Japão. Não houve nenhum outro fornecimento de material radioativo, tecnologia ou equipamento, sendo entretanto mantido entre os dois países grande interesse de cooperação, devido às suas características complementares.

O Brasil só revelou que havia conseguido o domínio completo do enriquecimento do urânio, em 1987, mas, como vimos, desde 1982, praticamente tínhamos a certeza do domínio autônomo do processo de enriquecimento do urânio com ultracentrifugação, mas não desejávamos dar divulgação, porque o momento não aconselhava.

Em 1987, o Presidente Sarney, seguiu praticamente o programa, na forma como o Governo anterior havia estabelecido, e manteve o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Doutor Rex Nazareth Alves, à sua frente, e pôde anunciar essa grande conquista do Governo brasileiro.

Agora gostaria de falar sobre nossa participação, em 1990, numa CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Congresso Nacional e presidida pela Deputada Ana Maria Rattes, tendo como Relator o Senador Severo Gomes.

A CPI, General, era para tratar especificamente de quê?

O que ela desejava era o seguinte: verificar em que estágio estava o que eles chamavam de o Programa Autônomo de Energia Nuclear, desenvolvido pelo Governo brasileiro, já que era mantido sigilo, bem como do ponto de vista jurídico, se esse programa era considerado legal ou ilegal. Por isso, a Comissão começou os seus trabalhos em 1990, e fomos convocados a comparecer a uma sessão no dia 24 de outubro de 1990.

Na mesma ocasião, haviam convidado o Sr. João Figueiredo, Presidente da República na época em que o programa fora iniciado, também para depor. E ele mandou à Deputada Ana Maria Rattes, chefe da CPI mista da energia nuclear, a seguinte mensagem: "Com referência a sua convocação datada de 9 de novembro, e que somente agora recebida, informo a Vossa Excelência que estou impossibilitado de viajar a Brasília, por prescrição médica, após os últimos exames a que fui submetido. No entretanto, no intuito de deixar evidenciada a minha colaboração, informo a Vossa Excelência que endosso, na sua totalidade, o depoimento prestado perante a CPI, sob a sua digna presidência, pelo Sr. General Danilo Venturini. Nada tendo a acrescentar ou alterar que possa trazer outros esclarecimentos sobre o assunto. Respeitosamente, João Figueiredo."

Então o seu depoimento passou a ser o do Presidente.

Não, mas ele endossava o depoimento que eu fizesse. Mas preocupei-me. Afinal, conhecia a Política Nuclear Brasileira, mas nos seus aspectos técnicos não me considerava um elemento versado. Então solicitei à Presidente da CPI e ao seu Relator que, no mesmo dia do meu comparecimento, lá estivesse o Doutor Rex Nazareth, meu assessor, que exerceu, durante o Governo, a presidência da CNEN. Isso foi acordado e compareci no dia 24 de outubro ao Congresso.

É interessante dizer que já havia realizado seu depoimento o Ministro da Marinha, Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (21 de junho). Posteriormente, depois do meu testemunho, depuseram também (30 de outubro) o Sr. Renato Archer, Ministro da Ciência e Tecnologia e o Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, Comandante, como diziam, da usina de enriquecimento de urânio Aramar, localizada na Região de Sorocaba, em São Paulo.

Antes de iniciar meu depoimento, após prestar juramento, o Deputado Luiz Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, solicitou que a reunião fosse considerada secreta dado à presença, na sala de sessões, de representantes de governos estrangeiros. A sala de sessões foi esvaziada, mas o meu depoimento fiz questão de considerá-lo público.

Alguns trechos do debate com os senhores parlamentares ficaram sob sigilo e não foram sequer gravados. No final do depoimento, depôs o Doutor Rex Nazareth Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e passamos aos debates. No meu depoimento, fiz questão de fazer uma longa análise das relações internacionais.

Havia limite de horas?

Sem limite de horas.

Depois de uma série de considerações, disse mais o seguinte: de 1946 a 1953, a política norte-americana se baseou na negativa total de cooperação, mesmo para finalidades civis. O que se propunha era a internacionalização de todas as atividades nucleares, inclusive das minas de urânio que passariam a ficar sob a égide de uma agência internacional; veja, a Agência Internacional de Energia Atômica só foi criada em 1957, então essa agência estaria sob controle total dos Estados Unidos.

Com o rompimento, pela URSS, e depois, pela Inglaterra, do monopólio norte-americano de armas nucleares, a posição dos Estados Unidos tornou-se menos rígida. Em função da boa aproximação dos pontos de vista entre as duas superpotências, ocorreria o Tratado de Moscou de 1963, sobre proibição de experiências nucleares, salvo sob o solo. O Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), aprovado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em junho de 1968, foi assinado, simultaneamente, em 1º de julho de 1968, em Washington, Moscou e Londres. Cinqüenta e um países, assinaram o tratado na Casa Branca. E o tratado entrou em vigor a 5 de março de 1970.

Aí já estava o tratado pronto.

O Brasil rejeitou o projeto do TNP na Conferência de Desarmamento de Genebra, em 8 de janeiro de 1968, por considerá-lo discriminatório, restritivo ao acesso à energia nuclear para fins pacíficos e inadequado para promover a não-proliferação de armas nucleares, quer no sentido vertical do desarmamento em âmbito nuclear quer no sentido horizontal do não aumento do número de países dotados de armas nucleares.

A posição do Brasil já era conhecida desde a sua participação nos trabalhos da COPDAL, ou seja Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, sediada no México, em novembro de 1964. Esses trabalhos nos conduziram à elaboração do Tratado do México, de 14 de janeiro de 1967, na Cidade do México. O tratado para produção de armas nucleares, na América Latina, foi assinado pelo nosso Embaixador José Sette Câmara. O Brasil assinou o tratado em 10 de maio de 1967.

Dessa forma, desistimos do direito de possuir armas nucleares. Entretanto, o Artigo 18 do tratado disciplina as explosões nucleares com fins pacíficos e estabelece um conjunto de providências cautelares e fiscalizadoras. O Embaixador João Augusto de Araújo e Castro, nosso representante em Genebra, antigo Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart, disse, em 8 de janeiro de 1968: "O Governo brasileiro apóia a idéia de um tratado justo e eqüitativo de não-proliferação que impeça os riscos de disseminação de armas nucleares. O Brasil não renunciará à pesquisa de produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, inclusive de artefatos e explosivos nucleares para uso civil sem discriminação."

Vou completar, aqui, com o pensamento do Sr. Presidente Geisel, a contrapartida do Governo dos Estados Unidos e o procedimento do Presidente Figueiredo. O Presidente Geisel, sob o impacto da crise do petróleo, em 1973, e da vulnerabilidade que representava a dependência externa em matéria de energia, decidiu-se por uma estratégia mais ampla e profunda que incluía, não só um programa de centrais núcleo-elétricas, mas também garantir o acesso do País às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear, mediante a salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica.

Com essa finalidade, foi organizada a Nuclebras que conduziu o programa nuclear brasileiro, pela nº Lei 6.189 de 16 de dezembro de 1974. E em 27 de junho de 1975, foi fechado o acordo sobre cooperação, no campo do uso pacífico da energia nuclear, entre Brasil e a República Federal da Alemanha, que entrou em vigor a 18 de novembro de 1975.

Em 1978, o Congresso dos Estados Unidos aprova a Lei de Não-Proliferação pela qual os Estados Unidos só efetuariam a exportação nuclear para países que aceitassem a aplicação de salvaguarda a todas as atividades nucleares. Mesmo nesse

caso, não forneceriam nem equipamentos nem materiais para tecnologias sensíveis. O próprio fornecimento de combustível, ou seja, a recarga para a usina nuclear de Angra I, já assegurada contratualmente, ficou condicionada à aceitação pelo Brasil de exigências adicionais. Essa lei entrou em vigor nos primeiros meses de 1979.

Em novembro de 1978, o Presidente Carter sentindo a realidade do problema, mandou ao Brasil o seu assessor de energia nuclear, com uma carta endereçada ao Presidente Geisel, para que ele, de viva-voz, explicitasse ao Presidente os motivos que o levaram a propor e fazer aprovar essa Lei de Não-Proliferação. Quando ele chegou ao Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, considerou tão grave o fato, que disse: “O senhor não pode ser recebido pelo Presidente.” “Mas eu tenho uma carta para entregar ao Presidente.” “Mas a carta também deve ser centrada em certas condições para que ela se torne compatível com a autoridade do Presidente da República.”

Pela forma como o Governo dos Estados Unidos conduziu o processo ele, como Ministro das Relações Exteriores, considerou o assunto inadequado e ponderou: “O senhor deve voltar ao seu país; agora eu não o levarei ao Presidente, em hipótese alguma. Então veja que feição a coisa toda tomou... Quando o Presidente Figueiredo assumiu a Presidência da República, na mesma época, estava entrando em vigor essa Lei de Não-Proliferação editada nos Estados Unidos em 1978.

Em 15 de maio de 1979, o Presidente Figueiredo reafirmou a posição clara, coerente e constante em favor do desarmamento e da não-proliferação nuclear. Acatava a adoção de medidas de salvaguardas universalmente aceitas, mas repudiava firmemente a imposição de mecanismos discriminatórios e inibidores do desenvolvimento nacional no campo dos uso pacífico da energia nuclear. Inclusive, quando da visita do Chanceler Helmut Schmidt, em agosto de 1979, ao Brasil, ele concedeu uma entrevista à televisão alemã. Em síntese, disse o seguinte: a proposta do Governo brasileiro de executar um acordo nuclear com a Alemanha não tem alteração nos seus objetivos iniciais. Ou seja, manteve todas as questões analisadas e todas as posturas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, o Presidente Figueiredo determinou estudos necessários para que se encontrassem soluções próprias, ajustadas às peculiaridades do desenvolvimento nacional na área nuclear, buscando promover a assimilação da tecnologia nuclear pela indústria privada nacional. Nos valemos dos institutos de pesquisa que nos ajudaram. Mas a execução, o Presidente determinou que fosse feita através da iniciativa privada. E nos recomendou especial atenção na formação de recursos humanos. Assim de 1979 a 1983 foram concedidas 4.461 bolsas no País, 770 no exterior e foram graduados 55 doutores, 395 mestres e 252 especialistas.

O Presidente Figueiredo, em janeiro de 1981, por intermédio do Embaixador Paulo Nogueira Batista, Presidente da Nuclebras, encaminhou uma carta pessoal ao Presidente Reagan, às vésperas da posse deste último, mostrando que o Governo brasileiro se reservava o direito de questionar a validade da Lei de Não-Proliferação aprovada em 1978, já que nós tínhamos acordos firmados com os Estados Unidos e o acordo, uma vez chancelado, deve ser cumprido.

O Embaixador foi recebido pelo Vice-Presidente da República eleito, o Sr. George Bush, pai do atual Presidente dos Estados Unidos, e quatro dias depois informou ao Embaixador Paulo Nogueira Batista o seguinte: o Presidente Reagan compreende a posição do Presidente Figueiredo e verbalmente transmite ao Presidente Figueiredo a sua posição. Ele não tomará nenhuma iniciativa que possa criar problemas se o Brasil buscar o seu desenvolvimento na área nuclear, em outras áreas, fora da forma como foi acertado no acordo com os Estados Unidos.

De forma que entendo o seguinte: independentemente de partido, Democrata ou Republicano, a sociedade americana, uma vez ajustado o procedimento, se esquece dos parceiros e passa a raciocinar só com aquilo que é considerado válido para ela.

Pois é, mas Reagan concordou que o Brasil buscasse...

Buscasse em outros centros, como nós fomos buscar na Europa...

Apenas informou ao Presidente Figueiredo de que não tomaria nenhuma iniciativa nem a favor nem contra o Brasil, também, se buscasse com outros países, como fomos fazer na Europa, inclusive, com a Alemanha, a Holanda e a Inglaterra.

Gostaria aqui de citar um depoimento que não é meu. É o depoimento do Doutor Rex Nazareth Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, pois é importante para a compreensão do processo. Na conclusão da sua exposição, diz o Doutor Rex Nazareth Alves: "a energia nuclear no Brasil, como tentamos relatar, não é resultante de um período considerado autocrático mas, ao transcender historicamente, surgiu com o objetivo de manter-se e contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento econômico e socialmente justo e democrático do país. Haverá, sem dúvida, um crescente aumento dos usos pacíficos da energia nuclear. O Brasil, cujas riquezas minerais não são bem conhecidas como seria desejável, terá um papel de fato pela tecnologia de que dispuser. A qualidade dos quadros existentes foi o maior legado em toda a história nuclear brasileira. Já vimos aí, em pouco tempo, quantos quadros foram formados".

Sua opção pacifista é de nossa índole e está incorporada à Constituição. Preocupações legítimas da nossa sociedade devem ser analisadas, a transparência necessária deve ser buscada como antídoto à desinformação e à má fé. A modernidade tecnológica deve ser perseguida e protegida de interesses que não sejam aqueles verdadeiros interesses da Nação brasileira.

Só para retornar, essa Comissão, a CPI atuou em 1990?

Em 1990. A comissão mista do Congresso era dirigida pela Deputada Ana Maria Rattes, e o relator, o Senador Severo Gomes. Então passemos agora, à parte de debates.

Questionaram que não havia informações claras sobre o projeto Solimões, um projeto desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, e que buscava o enriquecimento do urânio com base no raio laser.

Outro ponto muito comentado pelos parlamentares foi o embarque de urânio para o Iraque, que teria sido feito no Governo Figueiredo, e que explicitei ter resultado de um acordo-quadro aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pelo Vice-Presidente da República Antônio Aureliano Chaves, no exercício da Presidência da República.

No debate, deixei patente que estava sendo apreciado o que eles chamavam de projeto paralelo autônomo de produção da energia nuclear. Havia mistério sobre como isso começou, como foi obtido urânio enriquecido para o reator da Marinha e do IPEN. Duas ou três vezes, o Deputado Luiz Salomão enfatizou que o problema não nasceu no Brasil. Nasceu em algum lugar.

Eu expliquei a eles o seguinte: cuidarei do aspecto institucional, ou seja, as negociações de governo para governo e deixarei, como ajustado anteriormente, que os aspectos técnicos sejam explicitados pelo Doutor Rex Nazareth Alves. Acontece que no ano a que Vossa Excelência, Deputado Luiz Salomão, se refere, o que encontrou nas instalações de Aramar, no Estado de São Paulo, foi negociado pelo País com a China. Como parte do acordo feito com aquele país, foram exigidas aquelas duas premissas: primeiro a do sigilo, que o nome da China não fosse revelado; o segundo compromisso explícito é que seria usado para fins pacíficos.

E aí invoquei o regimento do Senado Federal, Artigo 117; eu não posso omitir de Vossa Excelência os dados, mas tenho inclusive obrigações das quais, para cumprir o ajuste feito com o país que nos forneceu o urânio enriquecido, não posso declinar. Quanto ao Iraque, não há dificuldade alguma, lembro-me do texto claro. Solicito a Vossa Excelência que, para o primeiro caso, o do urânio enriquecido, só estejam em plenário os parlamentares. A reunião naquele momento tornou-se secreta.

É porque no ajuste que fizemos com a China não tínhamos autorização para revelar que nos forneciam a quantidade de urânio desejada para enriquecermos o nosso urânio.

Isso foi quando General?

Isso foi no dia 24 de outubro de 1990.

Mas quanto à China fornecer urânio para enriquecer o nosso...

Em 1982.

Então o nosso Governo revolucionário fez um acordo com a China e isso a oposição não cita?

Não lhes convém...

O Tratado com a China, de país para país, sobre um problema tão sensível. A nossa imprensa, na época, não tratava disso, talvez até por ser sigiloso, nunca foi citado esse acordo.

O Presidente Figueiredo, em 1981, visitou a França e o Presidente Giscard d'Estaing proporcionou à comitiva do Presidente Figueiredo algum conhecimento do programa nuclear francês. Estivemos, inclusive, em uma usina nuclear, nas proximidades de Marselha e lá percebemos o seguinte: o General De Gaulle, com o seu carisma extraordinário, desenvolveu uma campanha no sentido de mostrar ao povo francês que suas possibilidades energéticas estavam centradas na energia nuclear. Foi bem-sucedido.

Ele pensava também em constituir sua *force de frappe*, ou seja, utilizar a energia nuclear para fins militares. Para diluir, vamos dizer assim, o risco de um componente militar, criou uma companhia de eletricidade que, até hoje, dirige as atividades das usinas núcleo-elétricas da França. Sinceramente, fiquei bastante impressionado como ele resolveu aquele problema.

Quer dizer, usou um componente de produção de energia para alcançar o desenvolvimento tecnológico necessário... Giscard d'Estaing também optou por esse caminho...

E hoje, a maior parte da produção de energia, na França, é nuclear. Igual a países, como a Alemanha e a Holanda que hoje estão reduzindo. Mas a França fez a opção, ao tempo do General De Gaulle, e está mantida com essa capa; é uma companhia de eletricidade que dirige o programa nuclear francês.

A senhora Ana Maria Rattes, Presidente da CPI, fez uma indagação: seria regimental, dentro da casa, a criação de um mecanismo que fiscalizasse e controlasse o programa autônomo de energia nuclear? E nos perguntou, a mim e ao doutor Rex, se acharíamos mais fácil a comissão conduzir o processo de fiscalização e controle.

Pedi um prazo para ouvir os meus colaboradores. Depois de consultá-los, considerei válida a proposição, inclusive coloquei o doutor Rex Nazareth à disposição, para dar um arcabouço àquele controle.

Mas desejava, também, tratar da parte da desinformação e até mesmo da má fé. Apresentaram-me os termos de uma declaração do Professor José Goldemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Collor, que se referiu, em Nova York, a uma publicação do *Estado de São Paulo*, no dia 10 de outubro: "o Presidente Fernando Collor pôs fim a um programa militar secreto para construção da bomba atômica brasileira. Os militares estavam há um ou dois anos construindo uma bomba seme-

lhante à que destruiu Hiroshima". Palavras do Secretário de Ciência e Tecnologia, querendo mostrar a dificuldade da decisão do Presidente da República, e a importância de possuir instrumentos que permitam manter a sociedade informada, de existir um nível decisório sobre o que deve ser feito, e como fiscalizar. Essa é a questão. Assim, examinei a proposta da Deputada Ana Maria Rattes.

Depois que ouviram e receberam informações, sob juramento, de pessoas qualificadas que efetivamente conheceram o programa nuclear, e depois de visitar os centros de pesquisa das três Forças Armadas, o Senador Severo Gomes concluiu seu relatório. Primeiro, o programa nuclear paralelo ou autônomo, conseguiu, através do esforço das Forças Armadas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, avanços significativos na área nuclear. A Marinha, no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, já enriqueceu urânio; a Aeronáutica, em São José dos Campos, também em São Paulo, trabalha com seu projeto de enriquecimento por raio laser e o Exército, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, está se preparando para construir um reator de urânio natural, movido a grafite e refrigerado a gás.

Esses resultados são significativos para a pesquisa nacional, uma vez que foram atingidos com base nos esforços exclusivamente brasileiros. Com investimento, técnicos, equipamentos totalmente brasileiros, as empresas utilizadas no programa já estão perto da escala industrial. Isso significa que o Brasil conseguiu tornar-se independente e auto-suficiente nesse setor. O resultado indica, também, que a tecnologia nuclear brasileira deve ser protegida e que a pesquisa e os estudos do setor precisam ser incentivados.

Atribuir à Comissão Nacional de Energia Nuclear, vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a responsabilidade pelo licenciamento e fiscalização de todas as instalações nucleares no território nacional, além de prestar informações de apoio necessário ao atendimento da finalidade da Comissão Permanente para assuntos energéticos e nucleares do Congresso Nacional.

E aqui termina a CPI.

Sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, o senhor tem mais alguma consideração a fazer?

Não, tenho a impressão de que os aspectos principais foram abordados: primeiro, já em 1968, o nosso Embaixador na Comissão de Desarmamento, em Genebra, Órgão das Nações Unidas, mostrou-se contrário ao TNP; segundo ponto, o fornecimento de urânio ao Iraque foi realizado em função de um acordo aprovado pelo Congresso e promulgado, de forma que nada fizemos que não estivesse coberto pela legislação vigente; e o terceiro ponto é que no campo da tecnologia nuclear, como no campo da informática, as atividades são multifacetadas, de forma que aqueles

que as dominam não cedem a tecnologia e nem o conhecimento. Cada país tem que buscar, por meios próprios e com recursos próprios, a sua autonomia nesse assunto.

Tenho aqui uma idéia interessante. Mais ou menos à época em que compareci à Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava as questões vinculadas ao programa nuclear brasileiro, recebi de um grupo de trabalho de um órgão que se chamava CENA, Conselho de Energia Nuclear na Agricultura, que funcionava em Piracicaba, mas era vinculado à Universidade de São Paulo, duas considerações muito interessantes.

"Sobre recursos humanos, torna-se claro que um povo esclarecido é difícil de ser enganado. Seria impossível levar uma multidão às ruas, por exemplo, em protesto contra as instalações que, com transparência administrativa, mostram o seu valor para o homem comum, mas também a sua finalidade estratégica para manter o desenvolvimento do País. São precisamente essas aplicações pacíficas que fazem com que, nacional ou internacionalmente, se acredite nas vantagens da aceitação das técnicas nucleares."

E completa, dizendo o seguinte: "a comunidade científica coloca-se à inteira disposição, quer pesquisando, quer ensinando, coloca-se como um espelho frente à população para mostrar que, primeiro, não somos, nessa área, um país que apenas recebe conhecimento; segundo, possuímos ciência e tecnologia suficientes para darmos a conhecer ao mundo nossas imensas possibilidades de progresso; terceiro, somos integrados à ciência mundial, pois há cerca de ¼ de século entramos na área e produzimos nada menos que 3.200 trabalhos científicos".

Mas, faz uma advertência: "torna-se absolutamente claro que essa área deve ser cultivada. A ciência é como uma planta que, sem cuidado e sem destino, perece. Não podemos, disse ele, ocultar, o seu valor que deverá ser demonstrado no dia a dia de cada brasileiro. Nós envidaremos esforços para isso".

E esse documento é de 1990. Como nós os apoiamos na época em que estávamos no governo, sentiram-se no dever de agradecer, no retorno.

Ainda sobre a Política Nacional de Energia Nuclear, eu quero acrescentar um fato importante. Foi quando em 21 de fevereiro de 1985, submetemos ao Sr. Presidente da República uma exposição de motivos na qual deixávamos registrados, para o seu sucessor, todos os dispositivos que informavam a política nacional de energia nuclear. Por isso, submetemos à superior consideração do Presidente a seguinte exposição de motivos: "O direito de utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, como suporte para a nossa autonomia tecnológica e perspectiva de progresso para toda a América Latina, constitui-se em fundamento básico da política nacional de energia nuclear. A evolução da conjuntura internacional conduziu à necessidade de empenho pela conquista de tecnologia própria que, em última análise, é essencial à autonomia desejada por qualquer país. O esforço desencadeado em meados dos anos 1970 foi intensificado

no início da década de 1980, na medida em que restrições cada vez mais rigorosas eram estabelecidas no quadro das relações internacionais, quer bilaterais, quer multilaterais. Essas restrições criaram todo tipo de óbice, inicialmente de natureza técnica, apresentando, posteriormente, motivações políticas ostensivas com repercussões no campo econômico. Esses óbices não só punham em dúvida o livre acesso às tecnologias sensíveis como também inseriam alterações unilaterais *a posteriori* no quadro dos acordos existentes. A estratégia para a criação dessa tecnologia teve como base uma associação supervisionada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, entre as áreas técnicas do Ministério da Marinha, Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, bem como de outras instituições tecnicamente vinculadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares."

Tal estratégia tinha por finalidade criar condições técnicas amplas para todas as aplicações pacíficas da energia nuclear, baseadas em disponibilidades nacionais, vontade própria e sem as limitações da conjuntura internacional. Com essa associação, foi possível obter o máximo aproveitamento das instalações existentes e um envolvimento de considerável parte da comunidade científica brasileira representada por engenheiros, pesquisadores e técnicos.

A estratégia utilizada pela associação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e dos ministérios militares, supervisionada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, considerou o respeito aos nossos compromissos externos, a evolução de conjuntura política internacional e o mercado de combustíveis nucleares.

Assim sendo, a antecipação dos resultados desejados leva-nos a apresentar a Vossa Excelência a seguinte proposta, assinalando a orientação até então seguida, a fim de permitir a continuidade das atividades consideradas. Ou seja, primeiro, manter a associação supervisionada pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional entre as áreas técnicas dos ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da CNEN e do IPEN. Cuidar para que seja assegurada a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Criar condições para assegurar à nação o domínio completo e independente do ciclo do combustível nuclear e de todas as suas formas de aplicação.

General, sempre esteve presente a preocupação de realizar o desenvolvimento tecnológico, preservando a utilização para fins pacíficos.

Fins pacíficos, até porque o Brasil, naquela época, não era assinante do TNP, mas se autolimitou.

Quando o Brasil assinou o TNP, outro tratado já tinha sido assinado.

É, o Tratado de Tlatelolco que foi assinado no México, em conseqüência do qual preservávamos a América Latina de qualquer dano oriundo de explosões nucleares.

Esse Tlatelolco foi assinado durante o Governo Figueiredo?

Foi assinado em 1967, no Governo do Presidente Costa e Silva. Nosso Embaixador era o José Sette Câmara.

Fala-se tanto no TNP, mas a segurança existia desde o Tlatelolco, e o Brasil e a Argentina já trocavam informações.

Já. E a bem da verdade, o nosso relacionamento com o governo argentino, nesse particular, não foi só muito bom, como foi muito explícito nas suas colocações. Superou qualquer expectativa.

E até dizia-se, é difícil saber os detalhes técnicos, mas que a Argentina até estava um pouco à nossa frente havia dúvida se estava ou não.

Os processos eram diferentes.

O Brasil, através da Nuclebras, não só beneficiou material aqui como também preparou, inclusive, equipamentos para a Usina de Atucha na Argentina.

Vejamos a mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso. Temos aqui o seguinte: o Projeto de Poços de Caldas, em 1981, um complexo miniindustrial para produção efetiva de concentrado de urânio; 90% do equipamento foram produzidos pela industrial nacional. Agora, em 1983, exportamos para a Argentina não só ácido sulfúrico como *yellow cake*, cerca de 79.432 quilos para a Comissão Nacional de Energia Nuclear Argentina. Em 1984, voltamos a fornecer material para a Argentina. De forma que, nesse particular, o nosso relacionamento não podia ser melhor.

O tópico seguinte é um programa que não é secreto, tão secreto, pelo menos, quanto a energia nuclear, mas também tratou muito de avanço de tecnologia, de coisas novas e cujo conhecimento o País tem que proteger. Refiro-me à informática. Então, perguntaria se o senhor estava no governo quando ocorreu essa evolução.

A informática, desenvolvendo-se no mundo inteiro, chegou até nós. Sempre ficou aquela dúvida sobre a proteção da nossa indústria. Se criássemos um programa específico, talvez resultasse num atraso de desenvolvimento; se liberássemos a importação, sem a proteção da nossa indústria, em compensação acarretaria o acesso mais rápido à evolução tecnológica no campo da informática. Não só no desenvolvimento dos computadores em si, como também no desenvolvimento dos *softwares*.

Os primeiros passos datam de 1972, quando o Presidente Emílio Médici criou a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, conhecida por CAPRE, subordinada ao Ministério do Planejamento. Missão: disciplinar a aqui-

sição e locação de computadores por órgãos públicos. Em 1975, na administração do Presidente Ernesto Geisel, o Conselho de Comércio Exterior determinou que todas as importações na área de informática fossem submetidas ao controle da CAPRE. Em 1976, ainda na administração do Presidente Geisel, ele conferiu à CAPRE a responsabilidade de formular uma política nacional de informática. Seu grande objetivo: capacidade tecnológica nacional em termos de projeto, desenvolvimento e produção de equipamento de processamento de dados e *software*, através de empresas brasileiras.

Quando o Presidente Figueiredo assumiu, não só ratificou o objetivo de capacitação nacional, mas tornou oficial um componente que apenas era tácito, a reserva de parcela do mercado nas áreas de microcomputadores.

Não é uma reserva total.

Não é total. Quer dizer, não é estrita e nem formal. Trata-se de uma reserva de parcela do mercado. E depois, quando conceituarmos, pela Lei de Informática, o que é empresa nacional, vamos verificar que deixamos em aberto um espaço para as grandes empresas multinacionais que aqui funcionavam.

Agora vou abordar dois fatos: primeiro, sentimos que as nossas negociações com os americanos iam se tornar difíceis como foram na área nuclear. Então, escolhemos para nosso embaixador no GATT, Acordo Geral de Tarifas e de Comércio, hoje substituído pela Organização Mundial do Comércio, o Embaixador Paulo Nogueira Batista. E ele se saiu tão bem na defesa das teses lá em Genebra que, certa vez, o próprio Secretário de Estado norte-americano informou que precisava de dois diplomatas lá para que pudessem discutir em igualdade de condições com o nosso embaixador, tal o conhecimento dele.

Ele que nos ajudara muito na parte de energia nuclear, como Presidente da Nuclebras, estava nos assessorando, agora, na área de informática. E, a partir daí, percebemos o seguinte: estávamos diante de um caminho que talvez nos facilitasse o prosseguimento da política nacional de informática. E mais, sem o amparo de uma lei, parecia que estávamos sempre agindo na exceção e através de ações pouco claras; isto posto era impositivo, criar, por lei, aqueles órgãos que fossem responsáveis pela implantação da política nacional de informática.

E nós o fizemos: o Presidente criou um órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, vinculado à Secretaria-Geral do Conselho, para exercer assessoria nesse campo. Baseado no Artigo 81, item 5 da Constituição, o Presidente da República criou a Secretaria Especial de Informática. Em Decreto nº 84.067, de 8 de outubro de 1979, estabeleceu a estrutura e a competência da Secretaria Nacional de Informática que teria por finalidade assessorar o Presidente na formulação da política

nacional de informática e conduzir sua execução como órgão superior de orientação, planejamento e fiscalização.

E agora, passo para a mensagem de despedida do Presidente Figueiredo ao Congresso Nacional em 1º de março de 1985: "Ação governamental no campo da informática, para regularizar a política nacional de informática, incrementar a pesquisa científica e tecnológica no setor, bem como consolidar a indústria nacional do ramo."

Na busca do primeiro objetivo, foi estabelecida a política nacional de informática pela Lei nº 7.232 de 29 de outubro de 1984, que tem por objetivo a capacitação nacional das atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira.

Cabe ressaltar, em retrospecto dos últimos dias do ano de 1984, o que visava complementar a citada lei. Primeiro: Decreto-Lei nº 2.203 que tratava da instalação de companhias abertas a empresas nacionais. Segundo: Decreto-Lei nº 90.754, a respeito da organização e funcionamento do Conselho Nacional de Informática e Automação, conhecido por CONIN; Decreto nº 90.755, dispondo sobre a competência, subordinação, estrutura, bem como a criação de um fundo para atividades de informática gerido pela Secretaria Especial de Informática. E, finalmente, o Decreto nº 90.756 que aprovava o estatuto da fundação do Centro Tecnológico para informática, com funcionamento em Campinas. Estabelecemos, assim, um elo de articulação entre as universidades e outros centros tecnológicos, visando à maior integração e efetividade dos projetos de pesquisa de interesse do setor.

Estimulamos a integração entre as empresas e universidades, centros tecnológicos para desenvolvimento e adaptação de produtos adequados ao parque produtivo e ao usuário nacional. Asseguramos, também, uma efetiva cooperação internacional com empresas, universidades e centros tecnológicos fora do país. Como fato mais significativo dessa atividade, vou destacar que coube ao Centro Tecnológico de Informática, inaugurado em Campinas, a finalidade específica de manter esse contato com o exterior.

Agora vamos ao Artigo 22. Por ele, no caso de bens e serviço de informática, julgar irrelevante o interesse para as atividades científicas e produtivas internas, para as quais não haja mais empresas nacionais capazes de atender às necessidades efetivas do mercado interno, com tecnologia própria ou adquirida no exterior; a produção será admitida em favor de empresas que não complementam os requisitos do Artigo 12, desde que as organizações interessadas satisfaçam as seguintes condições: primeiro, aprovação pelo Conselho Nacional de Informática e Automação; segundo, aplique no país, em pesquisas de desenvolvimento diretamente ou em convênio com centro

universitário, uma percentagem pré-definida pelo CONIN; terceiro, apresente um plano de exportação; quarto, envolva fornecedores locais.

Vê-se que a nossa preocupação estava centrada, sobretudo, na formação de recursos humanos. A reserva de mercado gerou algumas críticas, pois proporcionou proteção à nossa indústria, mas, por outro lado, atraso tecnológico, em face da acomodação que acarretou.

Em 1984, conseguimos um faturamento de 1,7 bilhão de dólares, representando um acréscimo de 16% em relação a 1983. Desse total, a indústria nacional participou com 48%, quer dizer quase 50%, resultado, principalmente, do desempenho da indústria de microcomputadores e implantação do sistema de automação de serviços, caracterizando aí uma ampla diversificação do uso dos recursos computacionais.

No número de empresas com projeto de fabricação aprovado pela SEI, houve um acréscimo de 32%. Eram 135 em 1983, passou a 165, em 1984. Do total verificado, 92% referem-se a projetos nacionais. Cabe ressaltar que, em 1978, registradas apenas 23 empresas com projeto de fabricação aprovado pela SEI.

Na área de software e serviços, verificou-se grande incremento com as vendas superando 50% do total alcançado em 1983. Dessa forma, para um faturamento de 96 milhões de dólares alcançados em 1983, chegou-se a 145 milhões em 1984.

O valor do parque instalado em computadores e periféricos atingiu a cifra de 4,4 bilhões de dólares, com um acréscimo de 30% em relação a 1983. A indústria nacional, em 1984, já participava com 24% desse total, contra 21% em 1982. Se nós nos referirmos a 1978, a base computacional instalada foi avaliada em cerca 1,2 milhão sendo que a participação nacional era de apenas 2,5%. De forma que foi definido o processo de qualificação de empresas nacionais para a fabricação, até mesmo, de supermini computadores, visando a ocupar uma faixa de equipamentos superior àquela destinada ao microcomputador.

Em 1983, em entrevista publicada na *Folha de São Paulo*, com o título de "O país na era dos computadores – O General Venturini prega uma solução de compromisso para resolver o conflito entre automação e desemprego". Na verdade, dentro do possível, conseguimos reduzir, e muito, essa questão.

Mas o que quero lembrar é o seguinte: no dia 18 outubro de 1983, o *Jornal da Tarde* nos ouviu, após o 16º Congresso Nacional de Informática. Veja quantos congressos foram realizados, temos a impressão de que traduzimos em boa parte o pensamento da população brasileira.

Disse o jornal: "(...)Uma lei que fixe as linhas gerais do comportamento que o País deve adotar nessa área foi a primeira unanimidade do primeiro dia do 16º Con-

gresso Nacional de Informática e da III Feira Internacional de Informática, abertos no Parque do Anhembi.” E o jornal registrou que, em reunião recente do Comitê Empresarial Brasil-Estados Unidos, realizado em São Paulo e em Brasília, o assunto foi amplamente discutido. Na minha entrevista, declarei que o Brasil “apresentou a sua posição com muita capacidade e firmeza, mas sem antagonismos. Os empresários norte-americanos saíram daqui convencidos de que não existem idéias xenófobas e que essas medidas são flexíveis e temporárias”. Daí um dos empresários ter reconhecido que o Governo estava adotando um instrumento de política de governo e não uma medida econômica, o que confirmei a ele.

De forma que, do ponto de vista de opinião pública, nós a tínhamos do nosso lado, não só da área de pesquisadores, mas também da área política e mesmo da sociedade.

E foi com esse pensamento, que compareci a um debate na Comissão de Economia do Senado, presidida pelo Sr. Roberto Campos. No fim de 1983, fui convidado pelo Senador Roberto Campos, para um debate sobre política nacional de informática, na Comissão de Economia do Senado, da qual ele era presidente, e vice-presidente, por coincidência, o Senador Severo Gomes, aquele que nos acompanhou na CPI da energia nuclear. Só que ele não estava presente e foi substituído pelo Senador Virgilio Távora, que era o segundo vice-presidente. Depois de atendido o convite, tivemos que esperar a reabertura do Congresso, no ano seguinte. E no dia 4 de abril, comparecemos à Comissão de Economia do Senado Nacional para esse debate com o Senador Roberto Campos e outros membros da Comissão de Economia.

Ao entrar no corredor, percebemos que o Sr. Roberto Campos nos pregara uma peça. Ele colocou, ao longo do corredor, uma centena de exemplares de um livro chamado “O Gulag da Informática”, escrito por uma das maiores cabeças do Brasil, na época, em matéria de informática e computador, o Professor José Carlos Melo, de São Paulo. Mas não passei recibo. Reunida a comissão, ele abriu os trabalhos e passou a presidência ao Senador Virgilio Távora, já que ele iria interpelar-me e deveria estar no plenário.

Fiz uma série de considerações sobre a política nacional de informática e Senador Roberto Campos, no questionamento, disse-me o seguinte: “a fim de estar preparado para discutir com o senhor a política nacional de informática, aproveitei os primeiros meses de 1984 e percorri o Extremo Oriente. E volto de lá altamente impressionado com o desenvolvimento da informática em vários países dessa parte do mundo, sem falar no Japão, que já era esperado”. Citou a Coréia, Cingapura e outros. Respondi: “Parece-me que o senhor tem uma outra observação a fazer”? Ele disse: “É, realmente entendo que o senhor militarizou a área de informática.”

Ele falou para o senhor?

Sim. Roberto Campos era nosso conhecido, desde o tempo do Governo do Castello Branco, quando foi Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; desde essa época que tínhamos um relacionamento formal, mas muito, vamos dizer assim, cordial.

Então disse: "Sei, Senador, que o senhor não é de generalizações, pois é um homem que sabe especificar as questões que considera relevantes. Gostaria que o Sr. desse nome aos bois." Disse assim mesmo. Ele respondeu: "o senhor está cercado de coronéis". Disse-lhe: "Senador, talvez comece a responder ao senhor, por esta questão, para, depois, entrar na sua viagem ao Extremo Oriente, na qual considero que o senhor gastou dinheiro e perdeu tempo."

Ele retrucou: "O senhor entende assim?" Respondi: "Entendo, e explicarei porque acredito que o senhor não precisava ir ao Oriente. Aqui no Brasil poderíamos dar as informações que o senhor procurou."

Depois de dizer que eu estava cercado de coronéis, apontou o então Coronel Joubert de Oliveira Brízida que me ajudava com as transparências, e disse: "Está ali o Coronel Joubert". Então, respondi: "Olha, a ONU entende diferente do senhor. Recebemos uma solicitação da Organização das Nações Unidas no sentido de ceder o Coronel Joubert para ser relator de um debate que houve no Extremo Oriente, justamente sobre 'fluxo de dados transfronteiras', ou seja, aqueles países que dominam a área da informática e têm capacidade de interferir, não só nas comunicações, como até captar aquilo que você transmite, mesmo por cifra."

Tivemos um exemplo flagrante. No final de 1976 ou início de 1977, não estou lembrado, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira, foi ao Presidente Geisel e disse: "Participamos de uma reunião de embaixadores em Punta Del Leste, e europeus e americanos tiveram conhecimento de tudo aquilo que discutimos lá, embora tivéssemos usado um equipamento de cifra." O que fazer? O Presidente chamou o seu Chefe do SNI, o General Figueiredo que esclareceu: "Temos condições de fazer um equipamento de cifra nosso, mas precisamos de recursos." O embaixador e Ministro Azeredo da Silveira disse para o Presidente que dinheiro não era problema.

Criou-se na Escola Nacional de Informações um departamento de informática e lá se conseguiu montar um equipamento genuinamente nacional que, depois de pronto, o Ministro das Relações Exteriores usou nas conferências internacionais, e não houve vazamento de informações.

Então, disse ao Senador: "Esses coronéis não são apenas militares, são homens voltados para a pesquisa e não vou fazer distinção do traje que a pessoa usa; a mim interessa a capacidade e a vontade de nos ajudar num processo que é importante para o desenvolvimento do País". Puxei debaixo da mesa um volume com a proposta que o Joubert fez e a ONU aprovou, com modificações sem muita expres-

são, sobre o chamado "fluxo de dados transfronteiras" e assegurava àqueles países que o adotassem o sigilo na troca de informações.

Agora vamos à resposta ao Senador Roberto Campos.

Para conquistar acesso a mercados e a mão-de-obra mais barata, os fabricantes norte-americanos de semicondutores e seus componentes utilizaram instalações para produção e montagem, no exterior, a maioria, no Extremo Oriente, principalmente na Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Cingapura e Formosa. Da produção do Extremo Oriente, 90% eram para atender pedidos da indústria bélica de informática dos EUA.

Foi por isso que expliquei ao Senador Roberto Campos que ele não foi ver uma instalação genuína dos países do Extremo Oriente, e sim as instalações de empresas americanas existentes naqueles países.

III – Participação das Forças Armadas (FA) no Desenvolvimento Nacional, particularmente durante o Governo do Presidente Figueiredo

Participação das FA no desenvolvimento econômico e social
General, sobre tal assunto, o que o senhor pode relatar?

No período de 1979 a 1985, as Forças Armadas prosseguiram na execução das atividades precípuas, e outras, complementares, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do país. O Estado-Maior das Forças Armadas, por exemplo, integrou-se no trato dos assuntos tecnológicos. Dessa forma, propôs, e o Presidente aprovou, o regulamento das atividades de aerolevantamento, tendo como filosofia norteadora as diretrizes governamentais de apoio à iniciativa privada. Participavam órgãos das Forças Armadas e mesmo da área civil, quer na área federal quer na área estadual, entidades que cuidavam das operações de aerolevantamento.

Valho-me da "Mensagem ao Congresso Nacional" enviada pelo Presidente Figueiredo, em 1º de março de 1985, de cuja elaboração participei. Transcrevo, em síntese, o que ajudei escrever.

O Presidente entendeu que as atividades de contribuição para o desenvolvimento do país deveriam ter como prioridade a iniciativa privada, com o objetivo de reduzir a participação do Estado e limitar a atuação de organizações federais e estaduais, procurando inclusive a privatização daquelas que ainda existissem no meio oficial. Exclusividade das empresas nacionais para o mercado brasileiro de aerolevantamento.

Entre outras realizações, destaco a participação do EMFA no estímulo à indústria bélica nacional, com o propósito de diminuir a dependência de fornecimento do exterior, prover as necessidades das Forças Armadas, incrementar as exportações e ampliar, enfim, a independência econômica. Parece que estou falando de

atividades de interesse apenas militar, mas não é. Estou falando no sentido de alocar tudo isso à iniciativa privada nacional.

A Escola Superior de Guerra, Instituto de Altos Estudos, empenhou-se a contento na meritória tarefa de ampliar e consolidar conhecimentos relativos às políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento e segurança, congregando civis e militares, capacitando-os ao exercício de funções de assessoramento, direção e planejamento de alto nível. No período considerado, a ESG ministrou cursos a 375 militares e 384 civis, representantes dos vários campos da atividade profissional, e também capacitou 100 civis e 85 militares, especificamente para o exercício de funções de alto nível, em todos os campos.

No Ministério do Exército, durante os seis anos da administração Figueiredo, além de assegurar o cumprimento da sua missão constitucional, o Exército introduziu uma série de transformações na sua estrutura organizacional. Quanto ao propósito de cooperar com o desenvolvimento econômico do Brasil, ressaltamos os seguintes pontos: conclusão e melhoramento da pavimentação dos 782 quilômetros da BR 020, trecho Formosa (GO) – Ibotirama (BA), permitindo redução superior a 700 quilômetros na ligação anteriormente feita entre Brasília e a Região Nordeste.

O Presidente também mandou pavimentar 234 quilômetros da BR-364, no trecho Porto Velho-Cuiabá (Mato Grosso), que inaugurou em setembro de 1984. Talvez um dos projetos mais importantes no sentido de assegurar, não só ligação do Centro-Sul com o Noroeste do País, mas, sobretudo, de criar condições para a almejada ligação com os países vizinhos. O Presidente Figueiredo, no dia seguinte à inauguração da pavimentação da rodovia, a percorreu de ônibus.

Na Amazônia, melhoramento e revestimento primário da BR-174 no trecho Boa Vista–fronteira do Brasil com a Venezuela e Caracaraí–Boa Vista, no Estado de Roraima.

O Exército implantou, em convênio com o INCRA, a construção de 1.400 quilômetros de estradas vicinais nas áreas onde se localizam os projetos de assentamento, no Nordeste e na Amazônia. Conservou os trechos rodoviários mais importantes, alcançando, no fim do período, a manutenção de mais 5.500 quilômetros/ano. É um índice muito bom.

Na malha ferroviária, melhorou e modernizou 250 quilômetros de via permanente do ramal Tronco-Sul (EF-116). Construiu 130 quilômetros no trecho Araguari–Celso Bueno (MG), permitindo que a hidroelétrica de Emborcação pudesse inundar o trecho que anteriormente era percorrido pela ferrovia. Construiu cerca de vinte túneis ferroviários e construiu boa parte da "ferrovia da soja" no trecho Guarapuava–Cascavel, no Paraná.

Além disso, na área social, na zona de emergência contra secas da Região Nordeste, o Exército participou de diversas atividades em 215 municípios, distribuí-

dos em seis Estados. Alistou cerca de seiscentas mil pessoas nesse trabalho e construiu 1.975 açudes, 350 barreiros, 14.441 poços.

Número muito expressivo, mas não foi só do Nordeste que ele cuidou. Também atuou em uma cheia no Sul, que atingiu, sobretudo, o Estado de Santa Catarina. O Exército se encarregou, não só do transporte, do alojamento e da saúde, mas também da recuperação e restabelecimento do tráfego entre a Região Sudeste e a Região Sul.

Em convênio com a FUNAI, Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), realizou demarcações e regularizações fundiárias em regiões de tensão, contribuindo para a solução de problemas sociais e possibilitando a manutenção de geração de empregos em áreas carentes. Hoje vê-se o Governo às voltas com invasões de terra, no entanto, naquele período, o número de conflitos havidos nessas áreas foi de 0,02%. Se nós computarmos que ali tínhamos da ordem de quatro milhões e oitocentas mil pessoas cadastradas como lavradores, o índice é muito bom.

Passemos, agora, ao Ministério da Marinha. A Marinha integrou a Operações Unitas, realizada anualmente com a participação das Marinhas norte-americana, venezuelana, argentina e uruguaia. Falando ainda um pouco da Argentina, a Marinha também realizou várias operações, sob o título fraternidade, com participação de Unidades da Marinha Argentina.

Participou de uma série de exercícios anfíbios de grande envergadura, realizados na área do Caribe, com a participação de tropas e navios de várias nações. Inclusive, realizou na costa do Nordeste, em 1981, uma operação conhecida como Germany–1981, na qual operamos exercício conjunto com a esquadra da República Federal da Alemanha.

A Marinha realizou um esforço muito grande na área do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Entre aqueles que desejamos ressaltar estão os que abrangem os campos da ciência do mar, eletrônica, telecomunicações, construção naval, engenharia mecânica, biologia, bioquímica, energia, acústica submarina, atividades espaciais, análise de sistemas, magnetismo, hidrografia, oceanografia e tecnologia de alimentos.

Ela não só se dedicou à formação do seu pessoal para trabalhar no Arsenal de Marinha e outros órgãos especiais da Força, como preocupou-se com o aperfeiçoamento de grande número de operários e técnicos que depois se transferiram para a iniciativa privada.

Além disso, a Marinha, no setor do Ensino, não se limitou às necessidades da Armada, mas cuidou de formar também o pessoal da Marinha Mercante, através do ensino profissional marítimo, conseguindo um contingente altamente qualificado

nessa área. A Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por exemplo, continuou formando profissionais altamente especializados, todos eles destinados à iniciativa privada. Passemos agora para o Ministério da Aeronáutica.

É muito conhecido o trabalho de integração desenvolvido pela Aeronáutica com o Correio Aéreo Nacional (CAN). No Governo Figueiredo, alcançou os mais longínquos lugares. E deu à população das áreas remotas a certeza de apoio imprescindível nas horas difíceis, não só transportando alimentos e medicamentos, como outros suprimentos essenciais ao próprio homem.

Recordo-me , inclusive, que na Região da "Cabeça do Cachorro", em Iauaretê, a penúria de alimentos na missão salesiana era tão grande que, quando íamos àquela área, levávamos alimentos não só para o Pelotão do Exército, lá existente, mas, também, para a população salesiana.

Não devemos esquecer de colocar juntos, a Marinha e a Aeronáutica no Programa Antártico Brasileiro. Durante nove anos o Governo brasileiro participou dos debates sobre Direitos do Mar, na ONU.

A Marinha com o projeto PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro), destinado a promover pesquisas científicas naquele continente, visando não só a busca de recursos naturais, como marcar nossa presença no concerto de outras nações. Para isso, tem usado muito o navio oceanográfico Barão de Tefé. Fez duas expedições à Antártica e também conduziu outros órgãos governamentais. Na segunda viagem, instalamos lá a primeira estação brasileira.

É uma base não?

Exatamente. Quando o período de governo estava por terminar, o navio estava se preparando para uma terceira expedição, em complemento às tarefas previstas do PROANTAR. A Aeronáutica também participou dessa Operação Antártica. Para isso, utilizava os seus aviões C-130 Hércules e helicópteros, como parte da expedição brasileira ao continente austral. E adquiriu experiência em operações sobre condições inóspitas, de muita baixa temperatura, de gelo. Pelo menos o Brasil assinalou e marcou a sua presença.

Vale a pena destacar a operação que a Aeronáutica denominou "Arca de Noé". Houve uma verdadeira mobilização militar, mas na verdade, procurava socorrer os municípios da Região Sul assolados pelas enchentes; também repetia-se aquela rotina da presença do Exército em permanente colaboração. A Aeronáutica marcou a sua presença no transporte de alimentos, na distribuição de medicamentos e apoio aéreo às vítimas isoladas.

Ainda sobre a participação das Forças Armadas, durante o Governo Figueiredo, sob o ponto de vista tecnológico, gostaria de chamar atenção sobre a indústria

aeroespacial. Compelido pela necessidade de independência tecnológica, sem a qual torna-se impossível raciocinar efetivamente como Força e como País, normalmente reprimido pelas contingências econômicas mundiais, a Aeronáutica orientou o esforço das empresas aéreas subordinadas ou vinculadas, no sentido de enfatizar ao máximo o processo de nacionalização de aeronaves. E aí chamamos a atenção para a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Jogou todo o peso da sua estrutura industrial e comercial na concretização de alguns projetos que permitiram, em definitivo, consolidar a sua imagem de maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e uma das maiores no contexto mundial.

Chamo atenção para os sucessos, do ponto de vista de vendas, que a EMBRAER conseguiu. Entre eles, o avião Bandeirante em todas as suas versões; o Xingu, e mais recentemente o T-27 Tucano. Foram aceitos internacionalmente, inclusive a Inglaterra comprou uma frota de aviões Tucano. O EMB-120, Brasília e o AMX, dois dos mais sofisticados e modernos aviões do mundo em suas respectivas classes, deixaram o plano das pranchetas e já no fim do Governo Figueiredo estavam realizando os seus vôos de avaliação técnica. Acredito que do ponto de vista da participação das Forças Armadas, eram esses os pontos que desejava abordar.

Desenvolvimento das indústrias de material de emprego militar
General, o senhor falou na EMBRAER, integrante de um conjunto de empresas que colocavam o Brasil como quinto país produtor de material de emprego militar. Dentre essas grandes empresas, a ENGESA, a AVIBRAS, a EMBRAER, o Arsenal de Marinha.

Já na administração do Presidente Médici, havia uma ligação muito estreita com o Ministério das Relações Exteriores, no sentido de levantar, na área da indústria bélica, os alvos que deveríamos atingir. Porque, de duas coisas tínhamos convicção: primeiro, não há indústria bélica no mundo que não receba ajuda do respectivo governo; segundo, não há indústria bélica que se sustente unicamente com mercado interno; a exportação é indispensável.

Lembro-me de que, nos idos de 1970, era Chefe do Departamento Comercial do Itamarati, o hoje muito conhecido, Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima. Naquela época, havia uma ligação muito estreita do Exército com o Embaixador Flexa de Lima, no sentido de encontrar uma resultante que permitisse ao Brasil avançar naquela direção. E tínhamos um objetivo que me parecia meritório, já que os governos não deveriam desviar, além do necessário, os poucos recursos disponíveis para as atividades necessárias ao desenvolvimento do País.

Mas era preciso encontrar uma forma de renovar o material das Forças Armadas. Então, nasceu o que chamamos de PNEMEM – Programa Nacional de Exportação

de Material de Emprego Militar. E para você ter uma idéia, até o ano de 1979, havíamos exportado 200 milhões de dólares. Com a implantação do Programa, num ano apenas, de meados de 1980 à metade do ano seguinte, assumimos contratos da ordem de 800 milhões dólares.

O Governo atuava só por conta da iniciativa privada ou tinha um programa? Qual era a participação do Governo?

Depois de gestões oficiosas, levamos uma série de sugestões ao Presidente Figueiredo. Como envolvia a montagem de uma estrutura de governo para apoiar essa atividade, ele encaminhou as sugestões ao Ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil, e responsável pela coordenação ministerial.

Havíamos chegado à conclusão do que o Brasil tinha duas alternativas. Ou estruturava a sua indústria bélica, com a possível ajuda do Governo, voltada também para as exportações, ou teria que conformar-se em ser eterno comprador de material bélico. O Presidente Figueiredo optou pela primeira delas. Organizamos uma estrutura que tinha por presidente o Ministro da Indústria e Comércio, com representantes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda, da SEPLAN, do Ministério da Marinha, do Ministério do Exército, do Ministério da Aeronáutica, do EMFA e do próprio Ministério da Indústria e Comércio.

Essa estrutura funcionava da seguinte forma: os próprios órgãos das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, sentindo as necessidades dos países com os quais mantínhamos relações comerciais, orientavam as nossas indústrias na direção pretendida. Quando uma indústria pedia autorização para exportar material para um determinado país, no mínimo eram ouvidos três órgãos. O primeiro era o Ministério envolvido: Exército, Marinha ou Aeronáutica; segundo, o Ministério das Relações Exteriores, e a atividade era coordenada pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional que, uma vez conseguido o consenso, submetia o assunto ao Presidente da República para aprovação.

Projetos especiais

General Venturini, conversando ainda sobre o esforço progressista da Revolução, o que o senhor pode nos esclarecer acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos e projetos, ou seja o GETAT, o GEBAM e os projetos RADAM Brasil e Rondon. Inclusive, solicito que o senhor explique as siglas GETAT e GEBAM, porque não são muito conhecidas.

O problema é o seguinte: aquela região que envolve o oeste do Maranhão, sudeste do Pará e o norte de Goiás, onde inclusive ocorreu o célebre episódio da Guerrilha do Araguaia, sempre foi uma espécie de “terra de ninguém” no sentido de

que havia, vamos dizer assim, pessoas que pagariam, não para ter um pedaço de terra para trabalhar, mas com o objetivo de apossar-se da área e depois retalhá-la e levantar recursos, em função daqueles que posteriormente iriam desenvolvê-la.

O Presidente Figueiredo, ciente disso, em 1º de fevereiro de 1980, pelo Decreto-Lei nº 1.767, criou um Grupo Executivo para a regularização fundiária do sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão. A finalidade deste órgão era coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área e recebeu a designação de GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins. O Grupo substituiu a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins, criada na forma do disposto no Artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.523, de fevereiro de 1977. Era um órgão subordinado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Este órgão ficava fora da faixa de fronteira, mas o Presidente, pela experiência da Secretaria-Geral do CSN em administrar conflitos nas áreas de fronteira, houve por bem subordinar o GETAT à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O Grupo era constituído de seis membros, dentre os quais o representante da Secretaria-Geral do CSN, como Presidente, um Procurador da República, um representante do INCRA e os representantes dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, todos designados por ato do Sr. Presidente da República.

O GETAT, no meu entender, cumpriu a sua finalidade. Criado em fevereiro de 1980, titulou as áreas de um hectare a seis hectares, 34.365 títulos que representam 76,5% da titulação realizada na área. De 101 a 500 hectares, 9.705 títulos, 21,6%; acima de quinhentos hectares, apenas 843 títulos, ou seja, 1,9%. No período em que existiu, como parte da Secretaria-Geral do Conselho, no Governo do Presidente Figueiredo, distribuiu 44.913 títulos.

Na verdade, acima de três mil hectares, fez uma única titulação. A empresa Andrade Gutierrez que venceu a concorrência pública, com aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Colonização Tucumã, no sul do Pará.

Na realidade, são muitos títulos que visaram, como o senhor diz, regularizar, não um terreno, e sim pequenas áreas destinadas a grupos de famílias.

No máximo quinhentos hectares, mas o grosso é de 1 a 100 hectares. Inclusive, tenho aqui fotografias lá da aérea do GETAT. Estão presentes o Governador de Goiás, Iris Resende, o Governador do Pará, Jáder Barbalho, e o Governador do Maranhão, Luís Rocha, o Senador Aluízio Chaves, líder do Governo no Senado, Senador pelo Estado do Pará, a Sra Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação porque sendo uma área crítica, pediu que quando eu programasse uma viagem para aquela região, ela iria com os seus auxiliares. Por isso levei a Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz.

Agora, o outro órgão é o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM). Ele foi criado pelo Decreto nº 84.516, de 28 de fevereiro de 1980.

A missão do GEBAM era diferente da missão do GETAT. O GETAT tratava, na sua essência, da regularização fundiária de uma área crítica, já o GEBAM tinha como finalidade promover e coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal na margem esquerda do Baixo Amazonas. Promover e acompanhar projetos de desenvolvimento e colonização daquela região, bem como propor medidas para a solução dos seus problemas fundiários. Essa é uma região que estava sendo muito, procurada por grandes investidores estrangeiros.

Na margem esquerda do baixo Amazonas, havia o Projeto Jari, do Grupo Daniel Ludwig, e outros. Nós encontramos projetos, nos quais o elemento dispunha apenas de uma pequena sala, com um cofre; e ele se julgava possuidor de milhões de hectares, mas só detinha a posse, não tinha nenhum título. Por isso que o Governo tomou aquela providência. Para promover e coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal que, antes, estava ausente da área.

A Amazônia, ao contrário das explicações divulgadas no passado, apresenta um quadro material de equilíbrio muito frágil, exigindo cuidados especiais no seu manejo para evitar desencontros e conseqüências prejudiciais. A floresta amazônica cobre, na sua maior parte, solo de baixa fertilidade, em decorrência da deficiência de elementos minerais nutritivos. Todos os solos, após a retirada das coberturas tendem para uma rápida degradação em função da intensa lixiviação ocasionada pelas suas chuvas torrenciais e pela própria incidência direta de raios solares.

O GEBAM promoveu esses estudos, fez o levantamento completo da área, mas, infelizmente com a mudança do governo, pelo que sei, não foi levado à frente.

O Projeto Radam-Brasil e o Rondon? Qual o senhor gostaria de abordar em primeiro lugar?

São dois projetos. Vou abordar o Radam-Brasil em primeiro.

Quando o Presidente Figueiredo assumiu o Governo, já encontrou o projeto de grande alcance conhecido por Projeto Radam-Brasil. O Presidente Ernesto Geisel, em sua mensagem ao Congresso, em 1975, considerou que, pela sua capacidade e pelo número de questões envolvidas o Projeto RADAM deveria transformar-se num projeto nacional. Daí o nome Projeto Radam-Brasil. Com um programa de trabalho estreitamente ligado ao processo de desenvolvimento econômico das áreas mais pobres, sobretudo no Nordeste, Norte e Centro Oeste.

Até para conhecer melhor o Brasil, não?

É, e promover a integração dessas áreas menos favorecidas com o Centro-Sul. Esses programas foram organizados em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas,

e centros de estudos, nacionais e de desenvolvimento regional e local. Entre as principais atividades do Projeto Radam-Brasil – agora passo para a administração do Presidente Figueiredo, de 1979 a 1984 – foi descoberto um corpo carbonático no Morro de Seis Lagoas, na margem esquerda do Rio Negro, Amazonas. Ele revelou reservas de 2,4 bilhões de toneladas de minério de nióbio os quais representam 70% das reservas mundiais do metal.

Identificação, no Estado do Paraná e no norte de Santa Catarina, de associações rochosas passíveis de serem mineralizadas em ouro, cromo, níquel e cobre. Identificação e delimitação de mais de 8 milhões de hectares de terras com excelente potencial para irrigação, no Nordeste brasileiro, dos quais 60% situam-se no Vale do Rio São Francisco.

Esses levantamentos do projeto eram realizados por aviões?

Sim, mas ele se valia, sobretudo do radar para fazer levantamentos.

Do radar, mas o radar ia no avião?

Sim, era móvel. Também fazia pesquisa de campo; o Radam-Brasil tinha da ordem de 750 funcionários.

Onde se situava a sede?

O Projeto Radam-Brasil era vinculado ao Ministério das Minas e Energia. A sede ficava em Brasília. Delimitou mais de 60 milhões de hectares em solos aptos à agricultura de alta capacidade produtiva e manchas distribuídas em todo o país, notadamente na região do pólo de Carajás (PA), Estado de Rondônia, Vale do Rio São Francisco, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco. Elaborou o primeiro mapa geomorfológico do Brasil na escala 1 por 2 milhões e 500 mil.

Em convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), executou levantamento e reconhecimento, com detalhes da classificação de terra para irrigação, em áreas dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, totalizando 1.600 mil quilômetros quadrados, dos quais 70% são constituídos de solos com alta vocação para irrigação e recomendado para agricultura de culturas nobres e alta rentabilidade.

Quer dizer então, o RADAM inicialmente, iria restringir-se à Amazônia?

Ele foi transformado em Radam-Brasil em virtude de sua capacidade e das necessidades. A dimensão ultrapassava os limites da Amazônia. Os estudos sobre o potencial de recursos hídricos na região Nordeste revelaram a existência de 80 bilhões de metros cúbicos em água de superfície e confirmaram a existência de 120 bilhões de metros cúbicos subterrâneos. No Nordeste falta apenas exploração.

O mapeamento foi feito pelo Projeto Radam-Brasil. Em convênio com a SUDENE, empreendeu estudos de reconhecimento de solo, classificação de terras para a irriga-

ção, estudo ecológico da vegetação, visando a avaliar o potencial de biomassas e definir os seus diferentes usos. Especialmente da agricultura desenvolvida com irrigação, abrangendo 600 mil hectares em parte do Estado do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Finalmente, monitoramento da cobertura vegetal com atualização de ação antrópica de toda a Região Nordeste e do Estado de Goiás, totalizando uma área de 2.190 mil quilômetros quadrados. Quando o Presidente Figueiredo assumiu a Presidência da República, este órgão deveria ser extinto, naquele ano, em 1979. Como o Ministro das Minas e Energia era um colega meu de turma, o Ministro Cesar Cals, conversei longamente com ele e chegamos à conclusão de que o projeto Radam-Brasil deveria ser prorrogado. O Presidente Figueiredo prorrogou-o até o término do seu Governo, mas ficou tão entusiasmado com os trabalhos do Radam-Brasil que alongou o prazo por mais um ano. Quando o Presidente Figueiredo passou o Governo, em março de 1985, o Radam-Brasil estava prorrogado até fim de 1986, deixando a critério do seu sucessor o seu destino.

O senhor sabe, se ele continuou?

Continuou, mas sem a mesma ênfase que havia merecido ao tempo dos presidentes Geisel e Figueiredo.

General, e o Projeto Rondon?

Chamam de Projeto Rondon, mas o título certo é Fundação Projeto Rondon, pois ele se transformou numa fundação, que foi desativada no ano de 1988, no Governo do Presidente José Sarney.

O Coronel Sérgio Mário Pasquali, que foi o grande organizador e impulsor do Projeto Rondon e que, após a desativação da Fundação, criou a Associação Nacional do Rondonistas, uma Organização Não-Governamental (ONG), foi recentemente consultado, pelo atual Governo, para discutir a hipótese do projeto ser novamente viabilizado. Não sei se houve seqüência, mas parece que está na fase de estudos.

Do ponto de vista da ONG, Pasquali disse que fazem reuniões, ele viaja, mas, aquelas condições segundo as quais trabalhavam, não existem mais. Ora, o Brasil com esta dimensão, dependendo como ele depende do transporte aéreo, só mesmo tendo a colaboração da Força Aérea para viajar e os quartéis para alojar.

Eis um dado da administração Figueiredo, uma seqüência muito fiel daquilo que o Presidente Geisel desenvolveu no seu Governo. As atividades realizadas pela Fundação Projeto Rondon nos diversos programas que administrava foram levadas a efeito no período de 1979 a 1984, com a participação de cerca de 350 mil universitários.

O Projeto era vinculado ao Ministério do Interior, em articulação íntima com o Ministério da Educação e Cultura. Além do trabalho complementar aos projetos

que o Ministério do Interior desenvolvia, entre eles o Poloamazônia, objetivava o desenvolvimento social em áreas de pobreza acentuada, quer urbana, quer rural.

Também merece registro o funcionamento e a consolidação de vinte e três campi avançados. A manutenção de 98 núcleos de ação comunitária e quarenta áreas programas que envolveram 397 municípios. Se nós cobrirmos também o Governo do Presidente Geisel, são praticamente oitocentos municípios.

Só uma curiosidade General. Os estudantes universitários, durante as férias, se deslocavam para fazer esse trabalho no campo social...

Ultrapassavam isso, porque cuidavam também do desenvolvimento econômico da área. Eles trabalhavam nos setores de saúde, educação, assistência e cuidavam também do desenvolvimento econômico da área.

E eles voltavam a esse mesmo local?

Era função da programação do projeto. Havia áreas às quais voltavam com mais freqüência, como por exemplo, a área do Poloamazônia, onde o Ministério do Interior, ao qual estava vinculado, tinha um interesse especial.

Temos aqui, General, uma pergunta que é instigante, pois ainda hoje muito se fala em "ditadura militar". Dias atrás, completamos quarenta anos da nossa Revolução de 31 de Março de 1964 e a mídia, de um modo geral, recordou esse período de vinte anos como de "ditadura militar" e fez outras considerações até um tanto maldosas como "anos de chumbo" etc., etc.

Conhecemos alguns pensadores que discordam ter o período sido de ditadura, uma vez que o Congresso funcionava, bem como o Poder Judiciário. O termo "ditadura militar" acabou prevalecendo, a mídia se apossou dessa expressão e se refere ao período como "ditadura militar".

É difícil modificar esse procedimento da mídia, talvez no futuro. Como o nosso projeto é um projeto que visa ao futuro, gostaria de ouvir o seu ponto de vista sobre isso por ser realmente importante.

Vou fazer um pequeno histórico para nos situarmos. Procedem da Roma antiga as origens e os fins da ditadura. Os romanos adotaram-na para resolver questões decorrentes, quer de crise interna, quer de crise externa. O ditador era nomeado pelo Senado, então era uma espécie de ditadura constitucional. Dessa forma exerciam uma magistratura excepcional que suspendia o exercício de todos os outros poderes. E suas decisões eram inapeláveis.

Assim ficou marcada a idéia de que quem fala em ditadura fala em poder pessoal, mas na verdade, Roma, por mais de uma vez, nomeou ditadores...

Como sendo cargo não?

Como sendo magistratura excepcional. Tinha duração normalmente de seis meses e, terminada a missão para a qual fora nomeado, o ditador voltava às suas atividades normais.

Duas figuras se destacam dentre os ditadores de Roma. De um lado, Cincinato, do outro Júlio César. O General Lúcio Quinto Cincinato tornou-se uma figura lendária. Foi nomeado ditador por duas vezes. Depois de salvar Roma dos ataques de tribos tradicionalmente inimigas dos latinos, renunciou ao cargo e voltou à vida civil, no campo. Foi cuidar das suas vinhas, morreu em 438 a.C.

A ditadura romana foi abolida pelo Senado, após o assassinato de Júlio César em 44 a.C. Vê-se que, praticamente, trata-se de um período de quatrocentos anos.

Aquela ditadura ressurgiu, em modelo mais recente, de forma inteiramente modificada em relação à que conhecemos na Roma antiga. Deformada em suas origens e fins, adquiriu um grau de relevo político ideológico com o advento do fascismo, do nazismo e do comunismo stalinista.

Entre as suas principais características, destacamos: a autoridade do governo é absoluta, inteiramente à margem dos dispositivos legais e não existe regra de sucessão.

Uma perenização. Aquilo que antes mostrávamos como uma idéia ligada, vamos dizer, ao poder pessoal, passa a ser o poder absoluto. No Brasil, historiadores como o Sr. Boris Fausto, em sua "História do Brasil", lançada pela Editora da Universidade de São Paulo, 6ª Edição, 1998 e também o brazilianista Thomas Skidmore, em seu livro "Brasil: de Castello a Tancredo" Editora Paz e Terra, de 1988, embora usem a expressão "ditadura militar" nos seus textos, na verdade, na hora de conceituar o que houve no Brasil, a partir de 1964, examinam, sobretudo, o período 1964/1974, que foi considerado o período mais duro e rigoroso. Que foi boa parte do período da vigência do AI-5. E tinham, antes, o AI-1, o AI-2.

Nesta parte, dizem o seguinte: a partir de 1964, o Brasil viveu uma "situação autoritária"; colocam entre aspas a expressão "situação autoritária". Louvaram-se, sobretudo o Professor Thomas Skidmore, no trabalho do sociólogo político, o Sr. Juan Lins que escreveu uma obra muito conhecida "O Futuro da Situação Autoritária". O autor entendia que os controles políticos não haviam feito o que ele chamava de institucionalização típica. Para exemplificar isso, cita, por exemplo, os países da Europa Oriental, a Espanha de Franco, Cuba de Fidel Castro, Portugal de Salazar e alguns países Latinos-Americanos.

Em síntese, fazia e faz uma distinção entre "situação autoritária" e "regime autoritário". No "regime autoritário" ou "autoritarista" este se reveste das seguintes características: o uso do arbítrio e a exclusividade do exercício do poder. Grave

restrição das liberdades públicas ou até mesmo a sua eliminação. Supressão ou enfraquecimento quase total dos ritos jurídicos.

Se formos examinar a situação do Brasil, no período dos governos dos presidentes militares, o que é que vamos encontrar, a partir da Revolução de 31 de Março de 1964? No campo político, verifica-se que os militares raramente atuaram em bloco, não havia partido único. Diz-se que, desde a Proclamação da República, pela primeira vez, os militares assumiram o poder e muitas funções de governo, mas não governaram sozinhos nem conduziram diretamente as questões de governo. Os civis também participaram, dentro ou fora do Congresso Nacional.

No campo econômico, permaneceu por um bom tempo, por exemplo, a presença do Estado no planejamento e execução das políticas econômicas. Figuras como o Sr. Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Mario Henrique Simonsen e Delfim Neto, entre outros, conquistaram ampla liberdade na formulação e condução da política econômica. O plano de ação econômico do governo, conhecido como PAEG, que orientou as atividades do Governo Castello Branco, era um repositório dos dispositivos recolhidos de planos de governos anteriores. Inclusive, é bom que se situe o seguinte: uma das leis mais importantes do governo é a Lei nº 4.320, que foi aprovada no Governo do Sr. João Goulart, no Congresso Nacional, no dia 17 de março de 1964, e que, por ser boa, continua em vigor até hoje.

O que essa lei tem na sua ementa? Ela estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanço da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Possui, praticamente, as características de uma lei complementar. E está em vigor. Ora, se fôssemos uma ditadura, seria suprimida, não? Mas está em vigor.

No campo da administração pública, inclusive, fala-se que houve um condomínio de poder entre os militares e dirigentes de empresas estatais. É verdade que o governo pôs fim ao populismo inaugurado com o segundo Governo do Sr. Getúlio Vargas, mas a classe trabalhadora não mais foi utilizada como recurso de poder. Os sindicatos, apesar da prisão de muitos dos seus dirigentes, não foram materialmente destruídos. Não se procurou usar a massa em favor do governo. No campo cultural e, sobretudo no âmbito das universidades, quer federais quer estaduais, a ideologia dominante continua sendo a ideologia de esquerda. Lamento registrar, mas também recolhi de um historiador uma pesquisa de organização pública realizada entre 1972 e 1973 – Governo Emílio Garrastazu Médici. "Para os pobres a função político-partidária outorga a pobreza e, para os ricos, o crescimento industrial e as amenidades que o acompanham. Em conseqüência, independentemente de posição social, a participação política sai do último lugar na escala das prioridades da massa."

Luta armada e Ato Institucional nº 5 (AI-5)
General temos uma outra sobre a luta armada, unindo basicamente três perguntas. Muito se comenta sobre a falta de canais de comunicação nos governos de presidentes militares, especialmente nos períodos do General Costa e Silva, e do General Emílio Garrastazu Médici, de maior intensificação da luta armada. Dizem que a falta de comunicação do governo com a oposição, mesmo com a oposição mais radical, determinou o surgimento da luta armada. Isso, já li e já ouvi. A luta armada seria fruto dessa falta de comunicação com a intelectualidade, com o meio estudantil e com os políticos mais radicais de oposição, nessa época.

Qual o seu comentário sobre esse raciocínio. A luta armada realmente aconteceu por falta de comunicação com o governo ou porque existiam outros objetivos por trás disso? Neste caso, para fazer face à luta armada, foi necessário o AI-5? A censura nos meios de comunicação aconteceu em função disso?

Comecemos pela publicidade. O Presidente Castello Branco, por exemplo, recomendava ao seu secretário de imprensa, José Wamberto, e a alguém que cuidasse da parte de relações públicas, que deixassem os fatos acontecerem e eles se explicariam por si mesmos. Então não houve, vamos dizer assim, um esforço no sentido de manter a opinião pública mais bem informada.

O Sr. Roberto Campos, inclusive, defendia uma tese com a qual não concordo: "no Brasil não há opinião pública, há opinião publicada".

O Presidente Castello Branco esperava que os fatos se tornassem conhecidos de todos, sem que houvesse necessidade de investir na publicidade. Não parecia ser uma atitude correta. Mas vamos chegar a 1968. Como diz o Sr. Zuenir Ventura: "o ano que não terminou". Na verdade, 1968 foi um ano diferente no mundo inteiro, as mobilizações de jovens ganharam ímpeto em vários países, inclusive nos Estados Unidos, embalados pelo sonho de um mundo novo. Lá a motivação foi a campanha pelo fim da Guerra do Vietnã.

Uma guerra não declarada, mas que cada vez mais se tornava onerosa, sob todos os ângulos, para os Estados Unidos. Na França, os jovens se levantaram no sentido de uma reforma no sistema educativo. E a questão adquiriu tal amplitude que chegou a ameaçar o Governo do Presidente Charles De Gaulle. No campo feminino, buscava-se a liberação sexual e a afirmação da mulher.

As tradicionais formas políticas de governo eram vistas como antiquadas e os jovens reivindicavam ser necessário "colocar a imaginação no poder". Essa ânsia de transformações resultou, no Brasil, em ampla mobilização social. Seu catalisador foi a morte do estudante secundarista Edson Luiz, supostamente, pela Polícia Militar, no Rio de Janeiro, durante um protesto contra a qualidade dos alimentos que

eram servidos no restaurante do Calabouço. As manifestações cresceram com o aumento da ação policial e receberam a adesão de membros da igreja e da imprensa. Em junho de 1968, realizaram a famosa "passeata dos 100 mil", no Rio de Janeiro.

Simultaneamente, na área operária, ocorreram duas greves muito sérias e revestidas de muita agressividade. A primeira, em Contagem, na região de Belo Horizonte, onde 15 mil trabalhadores da Siderurgia Belgo Mineira pararam. Terminou em dez dias, mediante acordo. Mas em Osasco, no mês seguinte, em julho de 1968, trabalhadores e estudantes ocuparam a COBRASMA. Houve intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, pelo Ministério do Trabalho; a polícia desocupou a COBRASMA com violência. Os dirigentes do sindicato optaram pela clandestinidade. A greve de Osasco foi dirigida por líderes de esquerda, para os quais o fim do regime militar "dependia diretamente da luta armada". Então, independente de qualquer publicidade, era ponto inquestionável que só a luta armada conduziria ao Poder.

Eles estavam influenciados pela revolução cubana e pelas guerrilhas surgidas na América Latina, em particular na Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela. Um pensador francês, Régis Debray, esteve na Bolívia pouco depois do episódio que resultou na morte do Sr. Che Guevara.

Escreveu um livro, "Revolução na Revolução", publicada em 1967. Debray defendia a tese de que o êxito de um movimento socialista revolucionário estava inteiramente ligado à existência de um grupo armado instalado num ponto do país. Era o que ele denominava o "foco", a partir do qual promoviam ações capazes de alcançar o apoio das classes menos favorecidas.

Um dos líderes a que nós nos referimos, ainda há pouco, e que inclusive participava das greves, esteve no Uruguai, conversou com o Sr. Leonel Brizola, que, na ocasião, antecipou corretamente, e disse: "Não acreditem na colocação do Sr. Régis Debray, essa questão do foco não se aplica ao Brasil." Poderia aplicar-se a Cuba, que é uma área menor.

Não sei o pensamento dele porque não externou, mas externo o meu e acredito que ele tenha raciocinado em termos semelhantes. Primeiro, o Brasil é um País que não desenvolveu de forma agressiva nenhum tipo de discriminação. E segundo, não era dominado, Cuba tinha um tipo de dominação. O Presidente que lá estava era *fac-totum* do governo americano.

O segundo aspecto é o problema das etnias, nós não temos essas diferenças capazes de provocar conflitos internos de vulto.

E terceiro, que é importante, nenhuma guerrilha sobrevive sem o apoio da população. Quando nos idos de 1966/1967, cerca de setenta pessoas se reuniram na região do Araguaia, na verdade não estavam desejosos de promover uma guerrilha

naquela área. O objetivo deles era criar uma área liberada e com isso poderia receber o apoio e estimular um movimento de guerrilha urbana em São Paulo. Tanto é verdade que observamos o apoio externo que vinha da União Soviética e de outros países.

A União Soviética não tanto, porque o Partido Comunista Brasileiro colocava-se contra o uso da força, e sim o PCdoB da linha maoista–fidelista. Mas faço um pequeno parêntese, para abordar essa questão da violência. Como era encarada, para que nós possamos depois ajuizar sobre as coisas acontecidas aqui. Por exemplo, na França existiu um senhor chamado Frantz Fanon. Era um cidadão nascido na Martinica, mas foi criado e educado na França. Formou-se em medicina pediátrica, casou-se com uma mulher branca, ele era negro, e participou das forças sob as ordens do Presidente De Gaulle, na libertação da França. Mas com vocação revolucionária, percebeu que um grande ponto de aplicação do esforço daqueles que desejavam a vitória pela revolução estava na Argélia. Foi para a Argélia, escreveu um livro muito interessante ao qual deu o nome "Os Condenados da Terra." Na obra, assinala: "A violência libera o nativo de seu complexo de inferioridade, do seu desespero e da sua inação. Ela o faz se sentir sem medo e aumenta o auto-respeito". Esse livro foi escrito durante a Revolução da Argélia, mais ou menos, em 1953. No Brasil, vamos encontrar o Sr. Carlos Marighela...

Mas esse conceito General, pode ser até aplicado hoje...

Estou citando porque, esse conceito é permanente, tem validade, como citar o Carlos Marighela também tem validade, são muito importantes; embora escritos em épocas diferentes, têm validade.

Carlos Marighela escreveu o "minimanual de guerrilha urbana". Esse minimanual foi traduzido, acredito, em 22 idiomas. Penso que, no mundo, poucos manuais de guerrilha tiveram a aceitação que teve esse livro do Carlos Marighela. Ele diz, na essência do seu trabalho: "a necessidade imperiosa de revelar a essência reacionária contra o Estado burguês, por meio da provocação intensiva".

Marighela parte de uma iniciativa. Provocar intensamente o Estado burguês para que este reaja. E prossegue. "A missão do guerrilheiro é violar abertamente a lei, desafiando e ultrapassando as instituições e ordens públicas." E ainda: "Eu entendo que o Estado, agindo pela polícia e pelos tribunais, fica fácil fazer uma denúncia, e essa denúncia, normalmente, acusa a polícia e os tribunais de estarem atuando com crueldade e exercendo uma ditadura repressiva." Verifica-se o seguinte: quando um revolucionário, como ele, se aventura numa revolução socialista, parte da premissa de que é preciso provocar o Estado para que o Estado reaja com violência e, a partir daí, consiga a adesão de um maior número de adeptos.

O Sr. Herbert de Souza, o famoso Betinho que realizou um trabalho humanitário em determinado momento, chegou a dizer aos seus pares que fizera uma reflexão

sobre os dias de maoismo, afirmando, textualmente, o seguinte: "haviam chegado à mais extrema loucura política, atingidos pela esquizofrenia. Éramos incapazes de ver a realidade". O que se verifica é que Frantz Fanon e Carlos Marighela deixam claro o seguinte: quem se empenha no movimento socialista revolucionário deve agir ofensivamente, provocar a violência, para que possa, depois, acusar o governo estabelecido de violento e autoritário.

Tem que ser provocante.

Com as autoridades constituídas e os próprios tribunais, insistindo que está sendo vítima da violência. Volto a dizer o seguinte, o PCB era contra a luta armada, quem era favorável era o PC do B; o movimento dos guerrilheiros do Araguaia era apoiado pelo PC do B.

Carlos Marighela, além do minimanual, criou um movimento que ficou conhecido como Aliança Libertadora Nacional (ALN). É interessante chamar a atenção, porque o Partido Comunista tinha a Aliança Nacional Libertadora, e ele criou a Aliança Libertadora Nacional. A Ação Popular (AP) já fizera a sua opção contra a Revolução de 1964. Outros grupos foram surgindo, entre eles VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), COLINA, (Comando de Libertação Nacional) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que, incrível como pareça, tornou-se, depois, um instrumento de um dos maiores líderes conservadores de São Paulo, o Sr. Orestes Quércia.

Esses grupos realizaram várias ações violentas, dentre elas uma bomba no consulado americano, em São Paulo; realizavam o que chamavam de expropriações ou seja, assaltos a bancos, a instituições financeiras, para conseguir fundos e a ALN de Carlos Marighela, inclusive, assaltou um trem pagador da Santos–Jundiaí.

Isso estava ocorrendo, mais ou menos, nas proximidades de setembro de 1968, quando o Sr. Marcio Moreira Alves, em discurso na Câmara dos Deputados, às vésperas do 7 de setembro, conclamou a população a não participar das festividades. Propunha às mulheres que não namorassem militar ligado à repressão. A opinião pública não se mostrou sensível ao discurso do Sr. Marcio Moreira Alves e os comentários era de que poucos tinham tomado conhecimento dele. Mas, na verdade, os ministros militares, principalmente o Ministro do Exército, não pensaram assim; condenaram o discurso ofensivo às Forças Armadas e mandaram exposição de motivos ao Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva, por intermédio do qual requeriam, ao Supremo Tribunal Federal, a abertura de um processo contra o deputado.

Ainda há um episódio que me parece pouco divulgado. Na verdade, há que se perguntar o seguinte: estava em vigor na época a Constituição de 1967, uma constituição preparada no Governo Castello Branco. E estabelecia que o processo para

punição do deputado dependia de uma licença do Congresso. O que é que se observou? O Congresso depois de uma série de demarches, considerou que o pleito dos ministros militares não era viável porque iria frontalmente contra a Constituição, ou seja, o deputado era livre para manifestar-se, sobretudo, se estava se manifestando através da tribuna.

E aqui é interessante mostrar uma troca de correspondência entre o Senador Daniel Krieger, líder da Arena no Senado e presidente do partido, que escreveu uma carta ao Presidente Costa e Silva, nos seguintes termos; vou citar só o trecho mais expressivo. "(...)O deputado é, nos termos do Artigo 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos." Estou me referindo à Constituição de 1967. "A inviolabilidade exclui o caráter delituoso da ação que foi praticada na tribuna. Em face do texto claro da Constituição e do indiscutível conceito de inviolabilidade não pode, portanto, o deputado ser responsabilizado por discurso proferido na tribuna da Câmara, votos e pareceres."

E prossegue o Sr. Daniel Krieger: "Na outra hipótese, artigos de jornais por exemplo, não beneficiam o autor da inviolabilidade, mas esta fica resguardada pela imunidade." Você vê que são dois conceitos a inviolabilidade na tribuna e fora da tribuna, a imunidade de que o parlamentar goza. O processo, de qualquer forma, depende da licença da Câmara. E a Câmara por cerca de 216 votos contra 141 negou a licença. O Presidente Costa e Silva se queixou muito porque nesses 216 votos, cem, praticamente, foram da Arena ou seja do partido do Governo: 24 não compareceram e 76 votaram contra.

Naquela época existiam sempre essas defecções. Então, o Sr. Daniel Krieger levou em conta que a tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto determinaram a convicção da negação da licença. Criada a situação, dela decorreu uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do País.

O Presidente Costa e Silva, como bom gaúcho, era muito amigo do Daniel Krieger; eu até estranho que tenha havido essa troca de correspondência.

Acredito que cada um resolveu deixar o registro do seu pensamento para a história. O Presidente Costa e Silva respondeu à carta dias depois. E disse o seguinte: "não sou advogado, como o prezado amigo, mas me sinto em condições de comparar os termos da nova Constituição. Vi, desde logo, que o seu ponto de vista se apóia, exclusivamente, no que dispõe o Artigo 34, em virtude do qual os deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. E não obstante, que entendo o seu critério, entendo, não tem caráter absoluto. A verdade é que, na própria Câmara, conheço deputados que encaram a questão sob outro ângulo. Enten-

do que vai ser muito difícil entramos num acordo. A carta, praticamente, foi escrita poucos dias antes do AI-5.

Mas ele anteviu que não haveria acordo, não?

Não, não haveria acordo. O Presidente Costa e Silva entendeu que o texto do Artigo 151 e seu Parágrafo Único definiam a responsabilidade do parlamentar que, abusando do exercício de certos direitos individuais e dos direitos políticos, "atenta contra a ordem democrática". É a defesa do Estado, da liberdade, do regime que não pode encontrar exceções privilegiadas. Se assim fosse, estaríamos admitindo um delito maior do que o perpetrado pelo eventual infrator. Sob o aspecto jurídico, Costa e Silva entendia que o encaminhamento do pedido de licença à Câmara, foi correto.

Contou com a certeza de votos de partidários do governo. Entretanto, o que verificamos é o seguinte: negada a licença, no dia 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número cinco com as seguintes conseqüências: fechou o Congresso e as Assembléias. Segundo o Professor Boris Fausto, o AI-5 foi um "instrumento de uma revolução dentro da revolução ou se quiser de uma contra-revolução dentro da contra-revolução". Com ele, reabriram-se as cassações de mandato, suspensão de direitos políticos, aposentadoria compulsória de funcionários, dentre eles muitos professores. Veio a censura dos meios de comunicação e a garantia de hábeas corpus negada aos crimes contra a Segurança Nacional, a ordem econômico-social e a economia popular. A partir de 1969, a luta armada recrudesceu. O que lamentamos é que houve uma conjunção de fatores, mas de qualquer forma, me parece há pensadores, como há companheiros nossos que entendem que o Presidente Costa e Silva ou renunciava ou editava o ato. Eram as duas alternativas que lhe restavam nesse difícil momento.

Atendendo aos reclamos dos ministros militares, reuniu o Conselho de Segurança Nacional e à exceção do voto do Vice-Presidente Pedro Aleixo, veio o Ato Institucional número cinco.

E o interessante, General, é que vi outro dia na televisão, aliás na TV Globo, na Globo News, um depoimento sobre o AI-5 de um dos participantes, no qual aparece o Delfim Neto dizendo que votou a favor do AI-5 porque ele queria meios de ter liberdade para promover as reformas econômicas necessárias. Deu até a justificativa, assim promover a reforma no campo econômico e financeiro.

Inclusive eram punidos os crimes contra a Segurança Nacional, contra a ordem econômico-social e a economia popular, isto é texto claro no Ato Institucional. Isso beneficiou muito a área da economia e deu a possibilidade de construção do "milagre econômico" que permitiu ao País crescer à razão de 11%, durante vários anos.

Proporcionou condições de fazer as reformas. Quer dizer que seria difícil responder se o AI-5 era necessário ou não? Ficou um nó?

O que me parece é que faltou assessoria ao Presidente Costa e Silva que procurou atender aos reclamos dos seus ministros militares. Mas a Constituição era muito clara, não havia como punir o deputado.

Realmente o deputado provocou, ele queria provocar.

Ele sabia o ato que estava praticando e sabia o direito que lhe era assegurado. Agora, foi um remédio amargo sem dúvida nenhuma e com dois inconvenientes. O primeiro: no pensamento do Presidente Costa e Silva, o AI-5 só deveria durar até o 7 de setembro de 1969. Por isso havia solicitado ao Vice-Presidente Pedro Aleixo uma Emenda à Constituição e, feita a emenda, cuidaria da reabertura do Congresso. Acontece que nos idos de agosto, por aí, o Presidente adoeceu, e a Junta Militar assumiu, mudando a situação.

A luta armada continuou e recrudesceu. E a Emenda nº 1 à Constituição de 1967 praticamente prevaleceu sobre a Constituição de 1967[1]. Essa Emenda foi solicitada pelo então Ministro do Exército, Lyra Tavares, ao seu cunhado, o Ministro Leitão de Abreu que redigiu a Emenda nº 1 à Constituição de 1967.

Foi o período mais difícil, já com vigência do AI-5, de 1968. A Revolução ficou com a imagem comprometida, vamos dizer assim.

Vale lembrar que o Presidente Médici não puniu sequer um parlamentar. Durante todo o seu governo, valeu-se do AI-5 para praticar vários atos, sobretudo na área econômico-financeira, mas na área política teve o cuidado de não punir um parlamentar.

Pela Lei de Segurança Nacional, o enquadramento e julgamento dos que a infringissem era feito pela justiça militar. Essa Lei teve a ver com o AI-5, vigorou no mesmo período, o senhor se lembra disso?

Já existia, foi modificada em 1978, e aconteceu o seguinte: no quadro da reforma penal, o Ministério da Justiça contou com a colaboração da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para um projeto de nova Lei de Segurança Nacional. Importante medida no contexto da abertura democrática do governo; transformado em lei, o diploma reduziu de 40 para 22 o número de normas incriminadoras, excluindo-se dele alguns delitos já previstos na lei de imprensa e no Código Penal.

A lei que vigia na época em que o Ato Institucional foi baixado era uma; a que o Figueiredo deixou foi outra, na qual excluiu aqueles crimes que já estavam previstos na lei de imprensa e no Código Penal.

Mas vê-se, afinal, que a luta armada não teve a origem na falta de comunicação, na falta de entendimento entre partes. Pelo que o senhor descreveu, ao baixar

[1] A Emenda nº 1 à Constituição de 1967, redigida pelo Ministro Leitão de Abreu, ficou conhecida como a Constituição de 1969. Foi no período da Junta Militar.

um ato institucional para permitir que o deputado fosse processado, foram acrescentados outros artigos e dispositivos autoritários, inclusive como disse o Deputado Delfim Neto, na área econômico-financeira...

Para poder dar mais agilidade e força, abrangendo um universo maior de ações governamentais, que adquiriu maior grau de autonomia.

O discurso, segundo alguns historiadores, foi o pretexto.

Não acredito. Infelizmente foi um remédio amargo, pois não seria o discurso do Deputado Marcio Moreira Alves que iria obrigar o Presidente a renunciar, e se os pensadores entendem que ou o Presidente Costa e Silva renunciava ou baixava um ato forte, ele fez a opção por um ato forte. Agora, volto a dizer que o inconveniente é que, agravando tudo, veio a doença do Presidente Costa e Silva, porque se dependesse dele o ato teria sido encerrado no período de um ano, no máximo.

O AI-5 foi sem dúvida, um momento de exceção no período revolucionário.

Assim se caracterizou, porque, até então, o movimento procurava colocar o País em ordem, sem medidas de exceção.

O Presidente Castello Branco, inclusive, já em 1966, preparou a Constituição que foi votada em janeiro de 1967, pois queria deixar um arcabouço jurídico que evitasse o uso de instrumentos de exceção.

General, ouvi e li repetidas vezes que a Revolução de 1964 representa o encerramento de uma fase que começou com o tenentismo, de 1922. O senhor que viveu bastante essa história, concorda com esse relacionamento entre o tenentismo e a Revolução?

Realmente as figuras proeminentes do tenentismo sobreviveram após 1930. Eduardo Gomes, Juarez Távora, entre outros, vieram até 1964.

De qualquer maneira, pela presença das mesmas figuras de proa do tenentismo, procurei antecedentes um pouco mais próximos, e, portanto, se tivesse que antecipar, iria para 1930 não para 1922. 1930 foi início de uma década na qual o Brasil passou por uma série de profundas transformações; ninguém pode negar que o Sr. Getúlio Vargas teve uma participação muito expressiva nessa transformação do Brasil rural para um País mais industrializado e mais consciente da sua importância no concerto das demais nações.

Dessa forma estabelece uma fase que vai de 1930 até, talvez ...

Eu fracionaria em duas fases: de 1930 a 1945 e de 1945 a 1964.

Agora General, há algumas curiosidades que nos levam a fugir um pouco do aspecto desenvolvimentista que o senhor abordou muito bem, para voltar à parte política. Qual a sua avaliação a respeito da abertura política que começou desde o Governo Geisel,

da lei da anistia e participação dos ex-asilados e anistiados no cenário brasileiro, desde a anistia até agora.

O Presidente Geisel, ao assumir a Presidência da República em substituição ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, veio com um propósito que considerou inarredável. Promover a abertura política do processo revolucionário. No setor econômico já ocorrera, em que pese o Estado, sobretudo no Governo Geisel, ter tido uma presença muito marcante no desenvolvimento do País. Na verdade, ele assegurou todas as condições para que a iniciativa privada pudesse realizar os seus planos e seus programas.

Com o passar dos anos verifica-se que as dificuldades levava o Presidente Geisel, periodicamente, a bloquear o processo de abertura política, mas, sanado o incidente ele o retomava, com a mesma ênfase.

Reduzia a marcha do processo, aliviava a força do seu projeto de governo, mas jamais perdia de vista o rumo que havia se traçado inicialmente. Com o fim do Governo do Presidente Geisel, e com o fim dos atos de exceção, o Governo do Presidente Figueiredo, dos cinco presidentes, foi aquele que governou inteiramente dentro dos ditames da Constituição, sem nenhuma regra de exceção. E ele o Presidente Figueiredo se lembrava dos tempos em que o pai esteve exilado na Argentina.

Diz ele que se contasse os dias de reclusão do pai no Brasil, chegaria a um total de cinco anos. E quando o pai era preso pela polícia do Sr. Getúlio Vargas, chefiada pelo Sr. Felinto Muller, invadiam a residência da família, de madrugada; o pai era detido e ficavam sem saber o seu destino, a fortaleza para onde teria sido levado.

O pai dele era militar?

O pai dele chegou a general na Reserva. E o Coronel Euclydes Figueiredo, com a reabertura do Congresso em 1946, candidatou-se e foi eleito deputado federal pela UDN. Conseguiu uma tribuna para pregar as suas teses e foi sempre um intransigente defensor do processo de abertura. O Presidente Figueiredo guardava essas lembranças que tomou como uma espécie de compromisso dele para com a memória do pai, e para o povo brasileiro, também.

Tanto que o primeiro projeto-de-lei que ele encaminhou como Presidente com dimensão política foi o projeto de anistia. E ele partia da premissa de que o "lugar de brasileiro é no Brasil". Um projeto que foi considerado mais amplo do que aquele defendido pela oposição.

Mais amplo?

O Presidente, no seu período de governo, encaminhou a mensagem nº 103/79, submetendo ao Congresso Nacional um projeto de reforma partidária. Estabelecia as condições legais indispensáveis à fundação, organização e funcionamento das insti-

tuições partidárias, de modo a suscitar a participação autêntica e democrática, da manifestação livre da comunidade nacional.

A lei da anistia foi regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. O projeto de anistia aos políticos punidos com base nos atos revolucionários, manteve a tradição brasileira ao evitar o prolongamento de processos traumatizante para a sociedade. Ao mesmo tempo, protegia os interesses da sociedade, ao excluir os benefícios dos condenados pela justiça militar em razão de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Quando o Presidente Sarney assumiu em 1985, complementou o projeto. Mas volto a dizer o projeto de anistia sancionado pelo Presidente Figueiredo foi muito mais amplo.

Ao amparo das disposições da lei de anistia, que se revelou ampla, geral e irrestrita, foi possível solucionar os casos de readmissão ou aposentadoria de servidores públicos alcançados pelos diplomas excepcionais. Por outro lado, a amplitude daquelas disposições teve como resultado a inexistência de presos políticos no país. É inverídica a tese de que alguém ficou dez anos preso. Todos foram liberados antes com a lei da anistia.

Ainda em 1979, o Presidente Figueiredo revigorou a existência de três conselhos indispensáveis ao convívio democrático: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho de Administração de Defesa Econômica e o Conselho Superior de Censura cuja criação remonta a 1961. Figueiredo disciplinou e deixou isso na mão dos órgãos aos quais eles estavam subordinados. Em 1980, pela Emenda Constitucional nº 15, restaurou na vida política nacional a tradição republicana do voto direto, secreto, nas eleições para governador de Estado e extinguiu a figura do senador eleito por via indireta.

No conjunto das proposições encaminhadas ao Congresso Nacional, conhecido sob a denominação de reforma eleitoral, cabe citar a que alterava o elenco de inelegibilidades: reduziu para um ano a exigência de domicílio eleitoral e tornou elegíveis os punidos pelos atos institucionais, assim como os estudantes e professores atingidos pelo Decreto-Lei nº 477. Esta reforma eleitoral se transformou em lei em janeiro de 1982.

Aqui vem um dado importante e que na época nos era muito questionada, sobretudo pela Igreja. Você deve lembrar-se de que tínhamos, naquela época, muitos padres de origem estrangeira. Embora a política imigratória atendesse às necessidades do desenvolvimento nacional, fazia-se necessário levar em conta a situação de milhares de estrangeiros de longa data radicados no país. Amplo consenso entre o governo, os partidos de oposição e a Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil deu origem a um novo projeto, que logo depois se transformou em lei. Assim se adotaram providências destinadas ao registro do estrangeiro em situação irregular, suspendeu-se a deportação e promoveu-se a regularização desse pessoal.

Depois, vêm às questões da Justiça propriamente ditas, o Código Penal, mas de qualquer forma se verifica que o Presidente Figueiredo abriu um leque de realizações. Basta dizer que só a lei de anistia liberou, de qualquer sanção, 2.200 pessoas. Aos exilados, quando voltaram ao Brasil, nenhuma exigência foi feita. Mesmo aqueles oposicionistas considerados mais influentes, como o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Miguel Arraes, se candidataram aos cargos que quiseram.

Eu me lembro de que o Sr. Leonel Brizola se candidatou ao cargo de governador do Rio de Janeiro e foi eleito, em 1982. Diziam que havia sido eleito para não assumir. Ele assumiu normalmente. Aí seguiu-se outro comentário: ele foi eleito, assumiu, mas no 7 de setembro, se houver desfile militar, os militares não farão continência à autoridade do governador. Na realidade tudo foi feito de maneira normal.

Em síntese: a participação dos ex-exilados e anistiados não sofreu nenhuma restrição e se manifestaram da forma a mais aberta e natural possível.

Todas às vezes que o Presidente chegava ao Rio, o Governador Brizola ia recebê-lo na Base Aérea do Galeão. O convívio entre ambos foi muito respeitoso e fraterno.

Aquela notícia publicada em *O Globo*, que queriam prorrogar por dois anos o mandato do Presidente Figueiredo – ele era inteiramente contra – na verdade, era uma das teses que o Sr. Brizola endossava.

Verifica-se, assim, que o Presidente Figueiredo consolidou o processo de "abertura" iniciado pelo Presidente Geisel.

O senhor julga que o ciclo revolucionário perdurou por muito tempo na direção do País, evidentemente, no campo político. Já no campo do crescimento econômico, o Brasil precisa ter uma conduta desenvolvimentista que perdure. Esta é uma questão sobre que sempre me perguntam, volta e meia...

Olha os próprios presidentes reconheciam isso. Tanto é verdade que o Presidente Castello, ao ser empossado no cargo de Presidente da República, no seu discurso proferido no Congresso Nacional, disse que transmitiria o cargo ao seu sucessor no dia 31 de janeiro de 1966.

Era o período normal de mandato do Presidente que foi afastado do Poder, o Sr. João Goulart. Então Castello se reservava o direito de apenas completar o período do governo que havia sido afastado. O mandato do Presidente foi prorrogado por mais um ano. Creio que o período revolucionário não precisaria ter sido longo. Infelizmente

companheiros nossos entenderam que a Revolução deveria prosseguir até que se atingisse uma situação ideal.

Serviu também à oposição radical, coerentemente com o "minimanual de guerrilha urbana", de Marighela, no sentido da necessidade de provocar o governo para que agisse com violência, aumentando a gravidade dos acontecimentos, fazendo que parte do povo apoiasse o movimento subversivo. Ainda que se considere não ser motivo suficiente para alongar a Revolução, no tempo, eles tiveram uma participação considerável na duração do processo revolucionário.

Quer dizer que não interessaria uma "abertura" e volta à normalidade. Preferível a reação governamental por métodos violentos.

Quanto à hipótese de que o limite longo dos governos revolucionários fosse balizado pelo sucesso do "milagre econômico", deve ser considerado que boa parte do "milagre econômico" dependeu das disposições do Ato Institucional nº 5. A equipe econômica do Governo Presidente Costa e Silva inseriu no corpo do AI-5 uma série de medidas, algumas até draconianas, no sentido de assegurar o desenvolvimento da economia do país, sem maiores obstáculos. Isto posto, um instrumento de exceção foi útil à parte econômica. Tomamos conhecimento de uma pesquisa na qual realizaram uma consulta a trabalhadores, na área urbana. Chegaram à conclusão de que, entre um governo eleito, sem realizações, e um governo não eleito pelo povo, mas que assegurasse o seu bem-estar e progresso, prefeririam o governo não eleito. Eu até disse que lastimava esta constatação, mas é uma verdade que não podemos deixar de registrar. E a outra é a seguinte: o fim do Governo Médici foi o período mais desfavorável, sob o ponto de vista político, pois a luta armada estava no auge. Não seria conveniente romper o processo sem a garantia de um período de tranqüilidade, pois interrompido, abruptamente, após a luta armada, aqueles que nos sucedessem, dificilmente deixariam de aproveitar a oportunidade para vinditas.

De qualquer forma, muitos militares acreditaram na oportunidade do momento, não só pelo êxito do crescimento econômico, como também pela popularidade do Presidente Médici. Mas, no campo político, foi um período muito difícil.

General, existe outro episódio no Governo Figueiredo relacionado à sucessão. O Presidente estava determinado a entregar o cargo a um civil, no final de seu mandato, em pleito realizado pelo Congresso. O episódio diz respeito ao movimento das "diretas já" que surgiu ali no início dos anos 1980, pouco após a anistia.

O movimento das "diretas já" tomou um impulso maior no início de 1983. Em 2 de março de 1983, o Deputado Federal Dante de Oliveira apresentou emenda à

Constituição Federal, em termos muitos simples. Estabelecia eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República por sufrágio universal direto e voto secreto, nada mais. Diz ele, em uma entrevista na revista comemorativa dos vinte anos das "diretas já", do Instituto Teotônio Vilela, que fez isso por ser um deputado jovem, dificilmente teria condições de apresentar a emenda em outra oportunidade. Então, na reabertura dos trabalhos do Congresso, aproveitou e apresentou essa emenda, que teve a colaboração do pai na preparação. Os líderes dos partidos oposicionistas, em particular o PMDB, PT, PTB, nem tanto o PDT, começaram a fazer uma série de comícios. Só no ano de 1984, até o dia em que a emenda Dante de Oliveira foi votada e rejeitada pelo Congresso, em 25 de abril de 1984, realizaram trinta comícios, sendo maior o segundo, de São Paulo, em 16 de abril de 1984. A tônica dos comícios estava na idéia de que só a eleição direta significava democracia. Quando nós sabemos que é uma das condições, mas não a necessária e suficiente.

Existe a democracia, sem as eleições diretas, em vários países.

Em 6 de dezembro de 1983, fui fazer uma palestra na Associação Comercial de Minas, em Belo Horizonte e, ao chegar à Base Aérea de Belo Horizonte, lá estava à minha espera o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Encontrava-se ali por dois motivos. Primeiro, porque éramos amigos; comecei a minha vida militar quando o Sr. Tancredo Neves madrugava para o cenário nacional, no campo político, em 1947. Nesse ano, morei em São João Del Rei, quando comecei a minha vida militar, servindo no Regimento Tiradentes, então 11º RI.

Ao longo dos anos, mantivemos um relacionamento cordial, respeitoso mesmo, com o Sr. Tancredo Neves e sua família, inclusive D. Risoleta. Pois bem, ele estava no aeroporto, não só me esperando por eu ser Ministro de Estado, mas também porque tinha interesse num órgão de informática da Philco que ficava em Contagem e que estava para ser alienado. A preocupação dele é que, pela segunda vez, Minas deixava de ter uma instalação de informática no seu território. A primeira, foi anos antes com a Transit Semicondutores, em Montes Claros e agora corria o risco de perder a segunda. Então me disse, em texto claro: "Venturini não posso deixar de assegurar ao Estado de Minas Gerais a permanência desse órgão."

Combinamos o seguinte: "Governador, vou convocar, a Belo Horizonte, um dos meus auxiliares da Secretaria Especial de Informática; ele vai discutir com os seus secretários, e não tenho dúvida de que vamos encontrar uma saída, na forma como o senhor deseja. Chamei a Belo Horizonte, eu não estava lá, o Coronel Edson Dytz, meu auxiliar, que foi no dia seguinte, com a minha diretriz, e o órgão permaneceu em Minas Gerais, conforme o desejo do Sr. Tancredo Neves, só que foi comprado por um grupo de São Paulo, Machline, dono da Sharp.

Tancredo me acompanhou na palestra na Associação Comercial e depois acertamos que eu e minha esposa iríamos jantar com ele na sua residência oficial, Palácio das Mangabeiras. Depois do jantar ele pediu licença e fomos para o seu escritório conversar sobre o assunto "diretas já".

Foram quase duas horas de conversa. Chegamos a duas conclusões que eu reputo importantes. Tancredo possuía extraordinária visão política, um homem capaz de negociar até à exaustão, e esclarecido conhecedor da realidade nacional. De forma que a primeira conclusão a que chegamos foi que apesar do esforço que estava sendo realizado, o projeto de emenda constitucional do Sr. Dante de Oliveira não passaria no Congresso. Quanto a isso o Presidente Figueiredo não deveria preocupar-se além do necessário. O segundo ponto é o seguinte: o Congresso é uma casa de negociação, de discussão, e a política não gosta do vazio. Seria necessário que o Presidente Figueiredo acenasse no sentido das eleições diretas.

Naquele momento?

Não naquele momento.

Mas seria um ganho para ele, no conceito do Tancredo Neves.

Sem dúvida. Era importante desanuviar o ambiente, através de um horizonte capaz de ser compreendido não só pelos políticos, mas, sobretudo, pela opinião pública brasileira. Quando voltamos a Brasília, no dia seguinte, na reunião das nove horas com o Presidente, depois de conversar com os meus colegas que sentavam à mesa com o General Figueiredo, narrei a conversa com o Sr. Tancredo Neves. Inicialmente, houve uma certa incredulidade e eu disse: "Olha Presidente, conheço o Sr. Tancredo Neves de muitos anos, e ele, pelo menos nas outras oportunidades em que conversamos, manteve a mesma postura, e o que ele me disse aconteceu. Por que iria ele dizer-me, por exemplo, que o senhor poderia ficar despreocupado, que a emenda Dante de Oliveira não teria sucesso no Congresso? Tenho a impressão de que ele quis mostrar que o senhor tinha um espaço disponível e que deveria aproveitá-lo."

O Presidente terminou aceitando a sugestão e me disse: "Já tenho recebido de políticos, inclusive nosso líder na Câmara, o Deputado Nelson Marchezan, sugestões nesse sentido. Nomeou uma comissão constituída pelo Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil, pelo Professor Miguel Reale e pelo Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Xavier de Albuquerque.

Em março de 1984 terminaram o trabalho e apresentaram o projeto de Emenda à Constituição, conforme a tese por mim apresentada, na reunião das nove horas. Dizia o Ministro Leitão: "Já tive oportunidade de manifestar a minha opinião no sentido de que, no tabuleiro político, está faltando peça importante, qual seja, um esboço de projeto de Emenda à Constituição. Um projeto dessa natureza parece-me

útil à preparação, por Vossa Excelência, sobre as diretrizes a serem fixadas para a reforma constitucional que, nesta circunstância, faz-se imprescindível. É preciso combater o imobilismo que resulte da redução de debate político ao confronto entre sim e não, na questão das eleições diretas ou indiretas para a escolha do Chefe de Estado."

Na sua diretriz, o Presidente Figueiredo observou que o Brasil, naquele momento, vivia uma situação de grande dificuldade e não seria a mudança do processo eleitoral que a atenuaria. Nossos graves problemas, nas áreas econômica e social, exigiam muita dedicação. O período de dificuldades que o Brasil vivia, naquela época, decorria da crise de liquidez internacional e, ao mesmo tempo, da segunda grande crise do petróleo.

Basta dizer o seguinte: a *Prime Rate* norte-americana passou de uma média anual de 7,8% em 1977 para 15,05% em 1980, atingindo a 18,7% em 1981. Neste período, assumiu o Presidente Reagan que, certo dia, telefonou para o Presidente Figueiredo e pediu, a compreensão do nosso Presidente, pois os Estados Unidos, para que fosse mantida a saúde da sua economia, precisariam aumentar, ainda mais, os juros da dívida, que chegaram a 21%.

A Libor, principal taxa de juros do mercado financeiro internacional, passou de 7,6% em 1977 para 13,04% em 1980 e 16,07% em 1981. O barril de petróleo passou de 12 dólares, em 1978, para 30 dólares, em meados de 1980. Houve curtos períodos em que chegou a 34 dólares. De forma que esses dois complicadores levaram o General Figueiredo a decidir:

"Se aceitarmos pura e simplesmente restabelecer já as eleições diretas, não terei condições de recuperar o País para que possa enfrentar o debate político em situação mais tranqüila."

Assim, o Presidente estabeleceu o seguinte: "desejo que o meu sucessor seja eleito em pleito indireto no dia 15 de janeiro de 1985, mas que o sucessor do meu sucessor o seja por eleição direta, quatro ano depois". Estabeleceu mais o seguinte: "estou compelido a um governo de seis anos, acho muito". A Emenda Dante de Oliveira não mexeu no período de governo do sucessor do Presidente Figueiredo, seriam seis anos. Lembro que o Presidente Sarney lutou muito quando foi apresentada a Emenda à Constituição, para que não se reduzisse de muito o mandato dele, que deveria ser de seis anos e que ele concordou em reduzir para cinco.

Com a supressão da Emenda Dante de Oliveira, o espaço ficou em aberto e a Emenda do Presidente Figueiredo (Emenda à Constituição nº 11) sofreu uma campanha de desgaste patrocinada pelo Sr. Ulysses Guimarães que, sinceramente, não entendemos. Porque o Artigo 183 da Emenda dizia o seguinte: "O Presidente e o Vice-Presidente da República que sucederão aos atuais, com mandato de quatro

anos a partir de 15 de março de 1985, serão eleitos pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em seção pública e mediante votação nominal, em reunião a realizar-se na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro de 1985.

Mas, pelo Artigo 74, afirmava o seguinte: "O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, em todo o País, cento e vinte dias antes do término do período presidencial. A eleição do Presidente implicará a do candidato a Vice-Presidente, com ele registrado." Então, nas Disposições Finais ficou estabelecido que o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos por voto direto e secreto, mas nas Disposições Transitórias, Artigo 183, ficou determinado que o sucessor do Presidente Figueiredo seria eleito pelo Colégio Eleitoral.

O Sr. Ulysses insistiu num destaque ao Artigo 183, substituindo o Colégio Eleitoral por eleições "diretas já". O Presidente tentou sob todos os meios negociar com a oposição, mas esta entendia que o Governo não tinha condições de impor a sua vontade política, no que estavam muito enganados. E insistia nas "diretas já", ou seja, naquilo que comentamos: ou tudo ou nada. Não era esse o pensamento do Sr. Tancredo Neves. O pensamento do Sr. Tancredo Neves era que o Governo deveria propor alternativas àquelas que, até então, estavam propostas.

Acenava, inclusive, com as eleições futuras.

Exatamente. Entendo até que para o Governador Tancredo Neves o processo proposto pelo Presidente Figueiredo era mais vantajoso do ponto de vista das suas aspirações pessoais. Ele me disse, em texto claro: "Não vou, com a importância de Governador de Minas Gerais, para uma aventura. Só quero que o Presidente me reconheça o direito de participar dos comícios das 'diretas já', porque sou membro do PMDB e o Partido entendeu que assim deve ser feito. Lá estarei, mas no meu íntimo, aceito negociar e entendo que a proposta do Presidente Figueiredo, nesse sentido, é válida."

Anteriormente estivemos em Minas Gerais, em dezembro de 1983. Pois bem, em maio de 1984, na Exposição Nacional de Gado Zebu (Expozebu), em Uberaba, considerada a maior feira de gado zebu do mundo, o Governador Tancredo Neves recebeu o Presidente. Naturalmente, a conversa entre ambos fluiu para o terreno político. Tancredo mostrou-se disposto ao diálogo, tendo o Presidente Figueiredo se comprometido a indicar interlocutor para negociar, em seu nome.

Colaboramos neste trabalho. Inclusive, pouco depois, estivemos em Iraí de Minas, quando visitamos o projeto brasileiro-japonês de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e lá encontrei o Governador Tancredo Neves. Voltamos a conversar, ele

considerou válido o projeto de emenda constitucional que o Presidente havia apresentado, mas disse: "Não posso envolver-me num problema que não tenho condições de resolver. Cabe aos senhores encontrar a solução do problema. Entendo que o Presidente Figueiredo tem condições de chegar a um resultado aceitável."

Inclusive não me neguei a conversar com o Deputado Dante de Oliveira, na visita que me fez, em Palácio, no período em que a emenda dele estava sendo apreciada. Cuidamos de assuntos fundiários.

Nessa época, qual era a sua função General?

Era Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Já tinha saído da Casa Militar.

Já tinha saído da Casa Militar, desde 1982.

No dia 16 de abril de 1984, o Presidente enviou ao Congresso Nacional o projeto de Emenda à Constituição nº 11, no qual fazia uma série de considerações, e que destaco as seguintes:

"(...)É finalidade essencial da revisão constitucional ora proposta a fixação de princípios e diretrizes que possam definitivamente assegurar maior harmonia entre os três Poderes da República e pelo fortalecimento, do Legislativo e do Judiciário. (...)A reformulação do processo de aprovação de leis ordinárias por decurso de prazo obedece ao mesmo propósito de estabelecer justo equilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo." O Presidente Figueiredo abria mão de todas aquelas exceções criadas pelos atos institucionais, por sua livre e espontânea vontade.

"(...)Na mesma ordem de idéias, a nomeação do Procurador-Geral da República deixaria de ser da competência exclusiva do Presidente da República. Desse modo o Chefe do Ministério Público Nacional passaria a ser expressão de dois Poderes conjugados: Legislativo e Executivo."

"(...) No que se refere ao Poder Judiciário, além da apontada preservação de competência da Suprema Corte, considera-se necessário optar por novos caminhos tendentes ao tão reclamando desafogo dos serviços da Justiça. Nessa ordem de idéias, duas medidas complementares pareceram aconselháveis: a instituição de um Contencioso Administrativo, dotado de jurisdição especial; e o fortalecimento das decisões dos juízes arbitrais, sem prejuízo, porém, da contrastação pela Justiça comum.

"(...)Além dessas e outras medidas de caráter estrutural, julgou-se indispensável traçar algumas diretrizes essenciais de natureza político-social, a começar pela inserção no texto constitucional da salvaguarda dos valores da pessoa humana e de seus direitos fundamentais, princípio esse que constituiu o pressuposto ético básico da tradicional proclamação da igualdade de todos perante a lei. Torna-se dispensável

salientar as conseqüências que terá tal princípio não só na elaboração das leis civis e penais como em toda a aplicação da legislação vigente.

"(...)Também a alteração introduzida em um dos dispositivos do Artigo 8º tem alta finalidade político-social. Refiro-me à clara determinação de que à União caberá legislar sobre normas gerais de direito urbano, pondo termo a uma controvérsia que tem impedido seja resolvido um dos mais angustiantes problemas nacionais, que é o criado pela repentina formação de aglomerados urbanos, destituídos das mais elementares condições de vida condigna". Basta ver que a criação de municípios, até hoje, continua sendo apenas um desejo da política partidária, mas não da Política no seu sentido mais amplo.

"(...)A proposta de eleição direta para o futuro preserva os direitos do atual Colégio Eleitoral, cuja legitimidade não pode ser posta em dúvida à vista dos resultados da eleição de 1982." Nessa ocasião, a oposição venceu em toda linha.

No dia 16 de abril, o Presidente submeteu essa mensagem ao Congresso Nacional, e o Doutor Ulysses insistiu em colocar um destaque do artigo 183, pedindo eleições "diretas já", para o sucessor do Presidente Figueiredo.

Aconteceu que no dia 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada. Votaram "sim" 298, quando precisavam de 320 votos num total de 479. Nesses 298 votos favoráveis às "diretas já", 55 eram do partido do governo, o PDS.

O Presidente deixou o debate livre não fechou questão sobre sua emenda. A emenda proposta pelo Presidente Figueiredo não só escoimava da Constituição vigente uma série de disposições consideradas excepcionais como também buscava estabelecer realmente o equilíbrio entre os três Poderes. Mas em face da insistência do Doutor Ulysses Guimarães e de seus colaboradores nas "diretas já", o Presidente resolveu, então, retirar o seu projeto de emenda.

No dia 27 de junho de 1984, o Presidente Figueiredo entendeu que não poderia mais prosperar a balbúrdia que vinha tumultuando as negociações em torno do seu projeto de emenda. Assim, mandou uma mensagem ao Presidente do Congresso Nacional, retirando a sua emenda, na qual, depois de algumas considerações, disse o seguinte: "(...)Ofereci uma solução de compromisso para a transição entre o regime da eleição indireta para Presidente da República e o da eleição direta. A presunção, que me animava, era a de que a emenda criaria atmosfera de compreensão entre as correntes políticas quanto ao elevado propósito do governo. A evolução dos acontecimentos revela, todavia, que os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da emenda, dela se querem aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição. Essa atitude equivale a transformar o projeto político que submeti ao Congresso em instrumento que contraria, em ponto capi-

tal, os seus fins." E por isso, solicitou a retirada, com todas as suas conseqüências, da proposta da Emenda Constitucional nº 11, de 1984.

As oposições, também, distribuíram nota no dia seguinte à mensagem do Presidente Figueiredo. No início, assim se expressam: "Diante da retirada da Emenda Constitucional nº 11 pelo Presidente da República, os partidos de oposição dirigem-se à Nação para deixar claro que: 1) Atuaram no Congresso lutando com total empenho pelo restabelecimento das eleições 'diretas já' para a Presidência da República, para serem fiéis à vontade do povo, reiterada em pesquisas de opinião, manifestações e nos maiores comícios da história política do País." E terminam. "Continuaremos lutando, em quaisquer circunstâncias, para conquistar a democracia e estamos certos de que, apoiados na sociedade, os partidos de oposição e o setores democráticos do PDS conquistarão, em breve, a vitória almejada."

Mas gostaria de apresentar aqui, já que eles falam em pesquisa, numa feita pela imprensa. O *Estado de São Paulo*, no dia 2 de junho de 1984, dizia o seguinte: "(...)Apesar de 58% da população da região metropolitana de São Paulo e de 50% da do Rio de Janeiro defenderem o prosseguimento das manifestações populares pelas eleições diretas para a Presidência da República, 54% dos paulistas e 64% dos fluminenses admitem que a negociação entre o governo e a oposição é a melhor solução, para resolver o problema sucessório. Mas apenas 16% das pessoas, tanto em São Paulo como no Rio, acreditam que haverá eleição direta para presidente ainda este ano."

Então constata-se que aquilo que afirmava a oposição não correspondia à verdade.

A oposição procurava mostrar uma paisagem que não correspondia à realidade dos fatos. Segundo o Instituto Gallup, apenas 27% dos paulistas e 23% dos fluminenses entendiam que negociar seria contrariar a vontade do povo.

A edição do *Estado de São Paulo* do dia 2 de junho de 1984 dizia ainda o seguinte: "(...)A negociação por um mandato tampão de dois anos, com a volta das diretas em 1986, é mais defendida pelos peemedebistas (31%) do Rio de Janeiro, enquanto os petebistas de São Paulo (46%) e os petistas (34%) de São Paulo são os que mais se mostram contrários a qualquer negociação com o governo, defendendo a apresentação de outra emenda restabelecendo as 'diretas-já'".

Segundo o jornal O Globo, *de domingo, de 25 de abril de 2004, vinte anos depois, teria havido uma proposta de prorrogação de mandato do Presidente Figueiredo, por dois anos. E essa proposta fora feita pelo PMDB e não pelo Governo Figueiredo.*

Mas o Presidente Figueiredo não tinha nenhum envolvimento e nem aceitaria a prorrogação de seu mandato.

Parece-me que a proposta de Emenda à Constituição do Presidente Figueiredo, na qual o seu sucessor ainda seria eleito pelo Colégio Eleitoral e o sucessor do suces-

sor seria por eleição direta, com um mandato de quatro anos e com uma reeleição, atendia aos reclamos da opinião pública.

Um detalhe: somente quinze anos depois, no primeiro Governo do Fernando Henrique Cardoso, é que se chegou a quatro anos com reeleição.

Demorou mais de dez anos. Agora veja, em dez anos, em termos de uma política de governo, quantas atividades deixaram de ser cumpridas por um capricho.

Então está aí a história toda contada.

Sucessão do Presidente Figueiredo

Gostaria que o senhor relatasse como aconteceu a sucessão, pois teve a oportunidade de testemunhar o momento final da Revolução, em termos políticos.

Correto. Passemos ao processo sucessório do Governo do Presidente João Figueiredo. Ao mesmo tempo em que no Congresso ocorria toda aquela efervescência em torno da Emenda Dante de Oliveira e da emenda do Presidente João Figueiredo, os candidatos a candidato a Presidente da República já estavam se apresentando.

No lado do Governo, havia quatro nomes em evidência: o do Vice-Presidente Aureliano Chaves, do Senador Marcos Maciel, do Ministro do Interior Mario Andreazza e do Sr. Paulo Maluf. O Presidente Figueiredo, em meados de 1984, examinou detidamente essa questão e fez uma reunião com esses quatro candidatos a candidato. Estive presente a essa reunião.

O Presidente, depois de uma longa exposição, disse que, dentro do horizonte visível, nenhum dos quatro teria condições de vencer a eleição no Colégio Eleitoral. A oposição teria amplas condições de derrotar o candidato do Governo. Expôs isso para os quatro; mas acrescentou que cada um deveria agir de acordo com a sua consciência.

Cada um tinha a sua expectativa.

O Vice-Presidente Aureliano Chaves disse que abria mão da sua candidatura a candidato. O Sr. Marcos Maciel idem. Quando o Sr. Mario Andreazza se preparava para falar, o Sr. Paulo Maluf se adiantou e disse que não poderia abrir mão da sua candidatura. Ele já havia avançado muito e assumido compromissos dos quais não podia, agora, desfazer-se. O menos experiente deles, o Ministro do Interior Mario Andreazza, inadvertidamente, disse: "Se o Sr. Paulo Maluf não abre mão eu também não abro mão de minha candidatura." Houve um impasse.

O Presidente Figueiredo, então, encerrou a reunião, dizendo: "Os senhores perderam a última chance que tinham de uma probabilidade de vitória no Colégio Eleitoral. Não tenho dúvida de que o candidato da oposição será eleito." Neste momento, já corria pelo noticiário de imprensa, um levantamento em torno da eleição indireta, citando o nome preferido, o do Sr. Tancredo Neves.

Entendo que se as eleições fossem diretas, diziam que o nome mais indicado seria o do Sr. Ulysses Guimarães. Terminada a reunião, em agosto, houve a convenção do PDS para a escolha do seu candidato à eleição indireta de 15 de janeiro de 1985 e por folgada margem de votos venceu o Sr. Paulo Maluf.

Maluf é uma figura interessante, obstinado na maneira como persegue os seus objetivos. Alugou uma casa na chamada península dos ministros, bem na entrada. Conta-se a seguinte história: ele pedia aos seus correligionários que fossem ao fundo da península, onde morava o Ministro do Interior Mario Andreazza, e dissessem que ele contaria com o voto deles na convenção. O Ministro Mario Andreaza computava o voto daquele que o visitava. Acontece que o mesmo indivíduo passava depois pela casa do Sr. Paulo Maluf, onde normalmente jantava, relatava haver cumprido a sua missão. Não havia possibilidade de se convencer o Ministro Mario Andreazza de que não teria chances na convenção do partido. O levantamento que o Presidente Figueiredo tinha em mãos era inquestionável: o Sr. Paulo Maluf venceria folgadamente.

Ainda houve essa articulação.

Embora o Presidente Figueiredo tenha registrado profeticamente de que no Colégio Eleitoral ele não teria chance.

Nos primeiros dias de janeiro de 1985, o Presidente Figueiredo sofreu um agravamento do problema de coluna que o acompanhava desde os tempos de major. Certo dia, o seu médico, Dr. Newton, me chamou e disse: "Olha embora o senhor não seja mais o responsável direto pela segurança do Presidente, o certo é que têm condições de convencê-lo a fazer o tratamento."

Fui à Granja do Torto, conversei longamente com o Presidente que relutou muito, mas depois concordou e fizemos uma visita ao Hospital das Pioneiras Sociais, Hospital Sara Kubitschek. O Presidente foi examinado, mas não ficou satisfeito. Voltamos para a residência dele e, então, liguei para o Dr. Paulo Niemeyer que era o médico de longa data do Figueiredo e dono do Hospital São José, no Rio de Janeiro. Era irmão do Sr. Oscar Niemeyer. Dr. Paulo veio a Brasília e, no dia seguinte, fomos para o Rio. Quando chegamos ao Rio, o Presidente determinou ao Rubem Ludwig: "Quero, da minha cama de hospital, ser um dos primeiros a cumprimentar o Presidente eleito, que acredito será o Sr. Tancredo Neves."

Creio que o Deputado Ulysses Guimarães, até mesmo devido à pregação que fez pelas "diretas já", não aceitaria ser candidato. Não havia quem fosse capaz de enfrentar o Sr. Tancredo Neves e a convenção serviu para homologar o nome do então Governador de Minas Gerais.

O Sr. Tancredo Neves foi eleito por 280 votos do PMDB, 166 do PDS e três do Partido dos Trabalhadores – esses três foram dissidentes, porque o Partido dos

Trabalhadores disse que não podia, em hipótese alguma, apoiar a eleição indireta. E o Sr. Maluf obteve 180 votos.

Na votação da Emenda Dante, 55 do PDS haviam votado favoravelmente à emenda; aqui são três vezes mais, praticamente. Acredito que o Presidente Figueiredo foi o primeiro a cumprimentar o Sr. Tancredo Neves, por telefone, lá do Hospital São José, em Botafogo, do Dr. Paulo Niemeyer, onde ele estava recolhido por causa do problema de coluna.

Quando voltou a Brasília, o então Presidente eleito Tancredo Neves nos solicitou uma visita ao Presidente Figueiredo, para agradecer a cortesia dos cumprimentos. O Presidente Figueiredo marcou para aquele mesmo dia. Conversou longamente com o Sr. Tancredo Neves e, ao mesmo tempo, colocou à disposição dele, para que pudesse se sentir mais à vontade, a Granja do Riacho Fundo. Ele aceitou e lá se instalou.

O dia 15 de março de 1985, data da posse, cairia numa sexta-feira. No dia 12, uma terça-feira, o Ministro Leitão de Abreu foi a uma reunião social e lá encontrou jornalistas que lhe disseram mais ou menos o seguinte: "O senhor sabe o que aconteceu hoje?" Ele respondeu: "Não." Os jornalistas transmitiram-lhe a notícia: "O Doutor Pinheiro da Rocha que foi Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal e o médico do Congresso estiveram hoje à tarde com o Presidente Tancredo Neves, na Granja do Riacho Fundo. Depois de examinado, disseram que o estado de saúde dele era tão delicado que deveria se recolher ao hospital, naquele mesmo momento, ou então não teria chance de sobrevivência.

Isso foi três dias antes?

Três dias antes, no dia 12 de março. No dia seguinte, o Ministro Leitão contou todo esse episódio aos membros da reunião das nove horas. Ajustamos um ponto de vista e ele relatou ao Presidente os dados que havia recebido dos jornalistas. Eu, que conhecia o Sr. Tancredo Neves há mais tempo, sabia que o estado de saúde dele inspirava cuidados. Conhecia os médicos de São João Del Rey que cuidavam dele.

O General Figueiredo disse que uma coisa estava decidida: "A partir das onze horas do dia 15 de março não sou mais Presidente da República. Vocês tomem todas as providências, mas essa é a minha decisão."

Veio a quinta-feira; por volta das 19h30m o Presidente eleito Tancredo Neves foi a uma missa na Igreja do Santuário Dom Bosco e lá se sentiu mal. Foi levado para o Hospital de Base. Informado pelo Rubem Ludwig, o Presidente determinou que nos reuníssemos para completar o que havíamos esquematizado na quarta-feira. Confirmava-se o agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves, lamentavelmente, não só no ponto de vista humano e fraterno, mas também do ponto de vista institucional.

Quando cheguei à residência do General Rubem, o Doutor Leitão ainda estava na Granja do Ipê que era a residência oficial do Chefe da Casa Civil. Ele telefonou ao General Rubem dizendo que ia demorar um pouco, porque estava reunido com o Doutor Ulysses Guimarães, como era chamado.

Naquela altura, já estava sendo noticiada na televisão e no rádio uma fala do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco, defendendo a tese segundo a qual mesmo que o Presidente Tancredo não fosse empossado pelo Congresso, o Vice-Presidente o seria. A tese que os juristas defendiam era de que deveria assumir o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que convocaria novas eleições.

De qualquer forma, o Presidente seria eleito pelo voto indireto do Congresso; não seria uma eleição popular, por sufrágio universal. Quando o Doutor Leitão chegou, não nos disse quem participara das gestões por ele empreendidas. Acompanhavam, o Deputado Ulysses Guimarães, o Senador Fernando Henrique Cardoso e o General Leonidas Pires Gonçalves, futuro Ministro do Exército. A conversa do Dr. Leitão, segundo ele nos contou, foi com o Doutor Ulysses Guimarães. Naquele momento, acertarmos o seguinte procedimento: não seria conveniente, uma cerimônia pública de transmissão do cargo de Presidente; assumindo o Vice-Presidente, o Presidente eleito, embora recolhido ao hospital, estava consciente e um ato solene e festivo poderia causar um mal-estar e agravar ainda mais seu estado de saúde. Outra questão: segundo o cerimonial, a faixa presidencial é passada de presidente para presidente, exclusivamente; ela não pode ser passada por meio de outra pessoa.

O Presidente Figueiredo, por exemplo, se tivesse transmitido o cargo ao Vice-Presidente, não poderia entregar a faixa, para que esta, mais tarde, fosse repassada. Quando chegamos ao Palácio do Planalto, de manhã, o Doutor Leitão fez a exposição ao Presidente que decidiu: "Não vou fazer a transmissão do cargo; vão me acusar de não gostar do Sr. José Sarney, vocês são testemunhas de que, embora tenhamos divergências, elas não são de molde a impedir um fato dessa importância. Prefiro, até mesmo em homenagem ao Presidente Tancredo Neves, não participar da cerimônia. Chego ao Palácio normalmente para o trabalho pelo subsolo e vou sair pelo subsolo. Mas desejo o seguinte: juntos vamos fazer uma visita ao Presidente Tancredo Neves, na pessoa da sua esposa Dona Risoleta Neves, lá no Hospital de Base."

Fomos para o hospital, o Presidente Figueiredo conversou com a Dona Risoleta Neves e voltamos para o Palácio. O Presidente Figueiredo despediu-se. Portanto, não foi por prevenção contra Sarney que o General Figueiredo não transmitiu o cargo. Não posso saber o que se passou na sua cabeça, mas a verdade é que ele se louvou em alguns elementos de convicção dos quais destaco os seguintes: primeiro, será que vamos agravar o estado de saúde do Sr. Tancredo Neves? Segundo ponto, não podendo

passar a faixa, ato que é o clímax da transmissão, o que é que vou fazer? Por isso, decidiu afastar-se. Dizem que o Sr. Tancredo Neves, preocupado com qualquer movimento no sentido de impedir a posse do seu sucessor, não seguiu o aconselhamento médico, quando foi avisado, poucos dias antes, numa terça-feira dia 12. Estranho, porque sabia que ele era a preferência de todos, e que o Presidente Figueiredo se sentiria muito à vontade para transmitir-lhe o cargo.

Foi um problema de saúde realmente.

No dia 1º de março de 1985, quando o Presidente encaminhou a sua Mensagem ao Congresso Nacional, portanto quinze dias antes da data prevista para a transmissão do cargo, fez uma série de considerações, inclusive uma referência muito lisonjeira ao pessoal da mídia, e termina dizendo o seguinte: "Senhores membros do Congresso Nacional. O Brasil espera que continueis a prestar ao Presidente Tancredo Neves, a quem de coração leve e tranqüilo transmitirei o cargo dentro de poucos dias, a colaboração leal e desprendida que estais habituados por dever de ofício, por espírito público, por amor ao País e à sua gente. Suplico-vos, senhores membros do Congresso Nacional, proporcionar-lhe condições que lhe permitam preservar o clima de conciliação e de concórdia que ora impera, e que não é incompatível com eventuais divergências ou diferença de opiniões em questões menores ou pontos em que o compromisso entre posições conflitantes ocorra sem prejuízo do interesse público. Brasília 1º de março de 1985."

Voltando ao episódio da escolha do candidato do PDS, o senhor lembra se o Presidente Figueiredo, não obstante já tivesse declarado que era uma eleição muito difícil, teria manifestado alguma preferência, entre aqueles quatro?

Não, nenhuma. Especula-se sobre o nome que o Presidente Figueiredo, intimamente, desejava. Na verdade, sei disso porque convivi com ele nas horas mais complicadas e difíceis, ele cultivava a obsessão de tornar realidade o pensamento do pai, General Euclides Figueiredo, que foi deputado e que tanto sofreu na época em que o Sr. Getúlio Vargas era Presidente da República. De forma que entendia não poder se fixar no nome de alguém, porque estaria contrariando o pensamento democrático do pai. Foi uma decisão de foro íntimo, não se fixar no nome de quem quer que fosse.

Havia muitos nomes além dos quatro citados, que eram os mais visíveis, vamos dizer assim.

A mídia sempre apresentou o Presidente Figueiredo como se estivesse cansado de exercer o Poder ou coisa assim. O senhor conviveu com ele esses anos todos de Presidente. O

General Figueiredo teve problemas de saúde, um infarto, padeceu do tratamento e depois da cirurgia, e problemas de coluna. Talvez, isso realmente possa tê-lo afetado. E, às vezes, por algumas frases que ele tenha dito, a mídia explorou no sentido de que estivesse cansado do Poder e desejoso de ir embora. Mas gostaria que o senhor comentasse, do Presidente Figueiredo, o exercício da Presidência.

Não queria dar o meu depoimento, porque me transformei, vamos dizer assim, num amigo pessoal do Presidente Figueiredo, mas vou ler um discurso feito na Câmara dos Deputados, no dia 13 de janeiro de 2000, pelo Deputado Nelson Marchezan, que foi líder do Governo. Há quem diga que se dependesse de Tancredo Neves, o Vice-Presidente não seria o Sr. José Sarney, e sim o Sr. Nelson Marchezan, mas isso é uma observação, apenas.

Detalhe: quinze anos após o término do Governo Figueiredo.

Ele disse: "(...)Mas o que desejo, além de enviar condolências à família é talvez prestar um rápido depoimento, a propósito do nosso ex-Presidente, sobretudo em função das entrevistas que recentemente foram publicadas e mostram um Presidente amargo, sofrido. Eu até diria: um Presidente desgostoso com alguns aspectos da vida e nada interessado em realçar o seu Governo.

Esse não é o Presidente com quem trabalhei durante os quatro primeiros anos do seu Governo: Dois anos como líder do partido do Governo e mais dois anos como Presidente desta casa. Seguramente, este é mais o Presidente posterior à cirurgia que sofreu, que, no meu entender, pode ter-lhe deixado seqüelas. Foi daí que passou a ter uma visão pessimista da vida, uma visão, diria sempre nublada, com certo amargor, desgosto e posição crítica. Essas entrevistas refletem o período final do seu Governo e sua vida após deixar a Presidência.

É certo que o nosso Presidente não poderia ser lembrado apenas por isso. Lembro-me de uma frase sua que lhe custou muito. Durante a campanha, fizemos um comício numa cidade de São Paulo, onde houve calorosa manifestação pública. Quando saímos da manifestação – eu estava próximo do Presidente – um jornalista perguntou-lhe: 'Como é Presidente? Gostou do cheiro do povo?' O Presidente, pela inoportunidade da pergunta ou por sua obviedade, em razão da satisfação que havia em seu rosto por aquele contato popular, respondeu: 'Não. Gosto mais de cheiro de cavalos'." Nesse ponto gostaria de fazer uma correção. Não foi bem: "gosto mais de cheiro de cavalo." O Presidente disse: "Nem tanto! Gosto também do cheiro de cavalo." Ninguém deu a menor importância. O jornalista ficou encabulado. O jornal, no outro dia, resolveu dar notícia do episódio, que se propagou pelo País.

O Presidente que conheci era um homem que se sentia bem no meio do povo; que, apesar de sofrer problemas de coluna, se tivesse que passar duas ou três horas,

numa fila, cumprimentando o povo ou, no meio do povo distribuindo, abraços, ele o fazia sem sentir dor, sem ter vontade de comer ou beber, porque se sentia bem ali.

Este é o Presidente que conheci, homem que, ao visitar um asilo e ver aquelas pessoas abandonadas, sem afeto, sem carinho, com o rosto enrugado, carcomido, muitas vezes mal vestidas e mal lavadas, sentia-se bem em abraçá-las e beijá-las. Com as crianças, da mesma forma. Como pode um homem que gostava de velhos e crianças não gostar do povo?

Outra frase do Presidente Figueiredo – quando pediu que lhe esquecessem, ao final do seu governo – entendo-a como um daqueles momentos de desgosto, sobretudo consigo mesmo, por não ter podido completar a obra do seu Governo e sentir tantos sentimentos populares que não pôde realizar. Quando intentou fazer uma lei salarial, fez uma que o País nunca teve igual: de seis em seis meses o salário mínimo era reajustado, com 10% a mais. É certo que fez também os Decretos n^os^ 2.045 e 2.024 que ajudei até a derrotar aqui, porque não eram adequados politicamente. No entanto, é inegável que, no meio de uma grande crise econômica, o Presidente tentou resgatar os salários." Sempre que o Presidente pôde, em vez de corrigir o salário mínimo anualmente, ele corrigia-o semestralmente. Retornando ao discurso do Deputado Marchezan, em janeiro de 2000.

"Mas eu queria falar do Presidente da República, que disse, na Cidade de Uruguaiana, que haveria de construir neste País uma democracia da qual seus filhos se orgulhassem. Depois disse, não sei onde e nem em que discurso, que lugar de brasileiro é no Brasil. Dessas duas frases o Presidente Figueiredo se esqueceu de lembrar, mas ele as cumpriu. Sou testemunha de que custou colocar em prática a frase: 'Lugar de brasileiro é no Brasil.'

Lembro-me de que um dia o Presidente Figueiredo me chamou ao Palácio e me disse: 'Marchezan, não tenho condições de aprovar o projeto das oposições que propõe anistia agora. Ainda tenho problemas dentro do Governo. Ainda há segmentos no Governo que não compreendem a magnitude de um projeto de anistia, não compreendem ainda o quanto é importante construir esse gesto de conciliação. Mas eu prometo. Você me derrote esse projeto lá e prometa ao País que hei de mandar um projeto ainda mais amplo'". Foi o que ele fez com o projeto de anistia, ainda em 1979. Prossegue o Deputado Marcherzan.

"Ele o fez e a Câmara aprovou o projeto de anistia que tornava literalmente verdadeira a idéia, diferentemente do projeto da oposição, que lugar de brasileiro é no Brasil. Figuras importantes da política brasileira que ainda hoje militam e contribuem para construir este País nos mais diversos setores – governos estaduais, parlamentos, senado –, puderam voltar ao Brasil, em razão de uma anistia que foi

ampla e irrestrita. Dez ou quinze anos depois, não sei bem, ao comemorar um aniversário dessa lei, o depoimento do Presidente da República, agora, sim, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dá bem a dimensão do seu alcance, quando disse que, à época da votação daquela anistia, ele e as oposições não tiveram condições de avaliar sua grandeza e extensão." Olha que eu estou lendo um registro do Congresso Nacional! Continuando: "Portanto, a palavra do Presidente Figueiredo de fazer com que todos os brasileiros se reconciliassem e retornassem ao País aqueles que estavam no exterior, tornou-se realidade, e o Brasil pôde comemorar seguramente a anistia mais ampla, mais frutífera e mais significativa da sua história."

E o Deputado Nelson Marchezan prosseguiu falando sobre as realizações do Governo e sobre o projeto de emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para Presidente da República. Prefiro mostrar o depoimento de uma pessoa que, no Congresso, participou dos debates políticos.

Acho importante esse registro, porque é uma justiça ao Presidente Figueiredo.

Veja a forma como ele se dirigiu aos congressistas: "suplico-vos senhores o apoio ao Presidente Tancredo Neves", na Mensagem ao Congresso Nacional.

Observe que o Presidente Castello Branco já é bem considerado. Não sei porque, o Presidente Geisel, que exerceu na plenitude o cargo de Presidente da República, está sendo, vamos dizer assim, criticado e apontado como incentivador da tortura; isso é uma injustiça. O Presidente Geisel nunca aprovou a tortura.

Trata-se de jornalistas que se apegam a qualquer notícia, a qualquer informe e o difundem, sem uma avaliação; mesmo que depois esse próprio jornalista o reavalie, fica no noticiário a mácula inicial.

General Venturini, houve algum tipo de resistência com o intuito de dificultar a realização da "abertura", pelo Governo Figueiredo? Houve dificuldade? O senhor percebeu resistências nacionais para a realização da "abertura" e saída dos militares do Poder?

Sim, e se me permite, vou retornar ao tempo do Governo do Presidente Castello Branco, quando começou, vamos dizer assim, a criação de uma série de óbices no sentido de impedir, como era seu desejo, a transmissão do cargo ao fim do período para o qual fora eleito. Embora não houvesse especificamente um limite, ele tomava como referência o término do mandato do Sr. João Goulart, que era 31 de janeiro de 1966.

Esse era o limite do João Goulart?

Era o limite legal do mandato do Sr. João Goulart.

Gostaria de apresentar um levantamento, que permaneceu sigiloso, durante algum tempo, e que a imprensa já divulgou. Nesse caso, reservo-me o direito de poder

comentá-lo. É o que eu chamo de frentes de oposição. Em setembro de 1964, o Presidente Castello Branco recebeu um documento do SNI, sobre a existência de duas frentes. Uma, chamada "frente anti ou contra-revolucionária" e a outra, "frente revolucionária avançada ou insatisfeita".

Na "frente anti ou contra-revolucionária" tínhamos um grupo chamado janguista-brizolista que atuava a partir do Uruguai, além dos grupos que já existiam no período do Sr. João Goulart: o grupo comunista maoista-fidelista, de linha violenta; o grupo comunista da linha chamada pacífica, que se inspirava nos ditames que vinham da União Soviética; e vários grupos de esquerda não-marxista, alguns até sinceramente reformistas. Já no fim de 1964, apareceu uma outra frente, o chamado grupo janguista-juscelinista.

Do lado do Governo, tínhamos a "frente revolucionária avançada ou insatisfeita". Nela vicejavam o grupo da chamada "linha dura", que desejava até endurecimento maior, o grupo do oportunismo insatisfeito, que reunia militares e políticos, e o grupo de interesses reacionários, sobretudo do ponto de vista econômico. Este último estamento reunia àqueles que entenderam que a Revolução veio para defender seus interesses.

Em abril de 1965, não houve uma mudança muito grande, mas fizemos um ajustamento da "frente anti ou contra-revolucionária". Ela passou a encampar ações violentas, usando necessariamente atividades subversivas. O grupo brizolista continuava na sua pregação, com o apoio agora do Sr. Fidel Castro. O grupo comunista da linha maoista-fidelista continuou presente, tanto que existia a pregação do Carlos Marighela, com as ações de guerrilha urbana.

É interessante ressaltar que o número de armas e adeptos desse pessoal que participava das atividades de guerrilha urbana no Brasil era muito inferior, *per capita*, aos tupamaros, no Uruguai e aos montoneros, na Argentina. Tornaram-se mais conhecidos pelo seqüestro dos embaixadores. Veio primeiro o seqüestro do Embaixador Charles Burke Elbrick dos Estados Unidos, no qual estavam envolvidos diretamente, ativistas confessos.

Na época, acompanhavam o pensamento do Carlos Marighela: a missão da guerrilha é "violar abertamente a lei, desafiando e ultrajando as instituições e a ordem política, de modo a provocar uma reação violenta". Voltavam-se, assim, para o exemplo da Guatemala, onde, naquela mesma época, o embaixador da Alemanha Ocidental foi seqüestrado. Os guerrilheiros, na Guatemala, pediram a liberação de 24 presos políticos. O Governo da Guatemala mostrou-se irredutível e o embaixador alemão foi executado.

A atitude adotada pelo Governo brasileiro é reconhecida pelos historiadores como uma atitude humanitária. Os historiadores chegam até a dizer o seguinte: eles

consideravam uma guerra simbólica e psicológica, porque os efetivos envolvidos eram pequenos, embora os danos representassem a perda de vidas, está certo? Mas era a face humana da Revolução. Em março de 1970, foi o Cônsul Geral do Japão, em São Paulo, o Nobuo Okuchi que foi trocado por cinco prisioneiros políticos. Sempre os guerrilheiros e os seqüestradores especificavam aqueles elementos que, em vinte e quatro horas, deveriam ser soltos. O Brasil atendeu o pedido.

Nesta mesma época, foi assassinado, provavelmente pela VPR, o Cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre. A coisa foi crescendo e, em junho de 1970, elementos da VPR seqüestraram no Rio de Janeiro o embaixador alemão von Holleben trocado por quarenta prisioneiros cujos nomes foram especificados.

Mas vem aqui um caso mais sério. A Suíça tinha aqui um embaixador de nome Giovanni Enrico Bucher; era um homem de muita facilidade de comunicação, falava português fluente e, talvez por isso, e por se tratar de um país considerado neutro – a Suíça – ele foi seqüestrado. Os seqüestradores estabeleceram três condições. A primeira, liberação de setenta presos; segunda, divulgação, de quatro em quatro horas, de um manifesto em que os guerrilheiros declaravam guerra total contra o Governo Médici; terceira, viagem gratuita de trem, no Rio para os moradores do subúrbio. O Governo inicialmente não atendeu as três condições. Disse que o justo era liberarem os seus prisioneiros, mas tentar desmoralizar a autoridade pública isso eles não conseguiriam.

Depois de algumas idas e vindas, terminaram concordando e só a primeira condição foi atendida. Mas aconteceu o seguinte: dentre os setenta presos que os seqüestradores haviam apontado, o Governo vetou dezoito por terem cometido aquilo que chamamos de crimes capitais; posteriormente, a anistia conseguida pelo Presidente Figueiredo não os abrangeu. Houve negociações e os dezoito foram substituídos.

Houve negociação?

Sempre houve negociação. Agora o que se percebia e que os historiadores reconhecem é o seguinte: o Governo brasileiro, em todos os casos, mostrou a sua face humanitária e não levou às últimas conseqüências, como os guerrilheiros desejavam. Não resta dúvida de que isto durou mais de um ano.

Agora, em favor da verdade, não vamos acusar só o pessoal da guerrilha e o pessoal da "linha dura". Na área política, também, houve uma série de gestões no sentido de que o Presidente Castello retardasse o processo; cito o grupo do oportunismo insatisfeito.

Este e outros grupos perduraram ao longo do tempo. Verificamos que, em 1974, quando o Presidente Geisel assumiu a Presidência da República, um de seus

objetivos foi no sentido de que os militares, que porventura ainda estivessem fora da caserna, retornassem à atividade profissional. Em contrapartida, se reservava o direito de conter os elementos da "frente anti ou contra-revolucionária". Até mesmo, citava especificamente, o subversivo de centro-esquerda, portanto não dado à violência. Entendia o Governo do Presidente Geisel que eles também tinham que ser contidos, para não dar pretexto aos companheiros da "linha-dura". Este, por sinal, não eram tratados como elementos contrários, mas parte do processo, apenas com pensamento diferente.

O senhor concorda que houve um ponto em que esses elementos de pensamento tipo "linha-dura" quase se tornaram contrários, mesmo no Governo Figueiredo? De tal modo, se apegaram às suas posições que acabaram ficando contra?

O Presidente Geisel teve que agir, muitas vezes, com energia para conter o impulso desse pessoal que ele não denegria. Considerava-os até sinceros nos seus objetivos, mas fora do propósito que o Governo se traçara no processo de "abertura".

V – Momentos mais difíceis

No seu julgamento, quais foram os momentos mais difíceis com que a Revolução se deparou?

Aviação embarcada

Começando pela própria casa, embora o Exército não estivesse envolvido diretamente na questão, foi o episódio da aviação embarcada, isto é, a quem caberia o seu comando: Marinha ou Aeronáutica.

Houve uma série de negociações entre os Subchefes da Aeronáutica e da Marinha do Gabinete Militar, sob a coordenação direta do General Ernesto Geisel, Chefe do Gabinete Militar.

O General Ernesto Geisel estudou a fundo a questão e verificou que uma palavra estava dificultando o entendimento. A palavra era "instrução". A Aeronáutica interpretava de um jeito e a Marinha de outro. A Marinha considerava-a apenas a preparação do pessoal envolvido em operações aeronavais, fossem eles da Aeronáutica, fossem eles da Marinha. Deveria ficar sob a responsabilidade da Marinha já que o porta-aviões era da Marinha. A Aeronáutica dava uma dimensão muito mais forte, e significava todo o processo de formação, desde a escola.

Quando esta questão foi esclarecida, o assunto ficou resolvido, pelo menos do ponto de vista oficial, e o Presidente sancionou o Decreto nº 56.309, de 21 de maio de 1965. Mas veja que durou, desde a primeira carta de Castello ao Ministro da Marinha, em 13 de agosto de 1964, até 21 de maio de 1965, quase um ano para encontrar-se a

solução. Alguém poderia dizer que permaneceram seqüelas, mas afirmo que aqueles problemas maiores, na época, desapareceram..

Sucessão dos governadores dos Estados da Guanabara e Minas Gerais

Solucionado o problema da Aeronáutica, em maio de 1965, o segundo momento difícil que vivemos aconteceu um ou dois meses depois. O Presidente teve que fazer uma opção. Naquela época tínhamos, se não me engano, vinte e dois Estados e as eleições para governador eram realizadas metade num ano e a outra metade no ano seguinte. Em 1965, os Estados envolvidos seriam: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Era a primeira grande eleição para governador.

O Presidente Castello Branco se preocupava com as eleições na Guanabara e em Minas Gerais, porque eram Estados nos quais a oposição tinha condições de vencer.

Foram eleitos, pela oposição, em Minas Gerais, o Sr. Israel Pinheiro, e na Guanabara o Sr. Francisco Negrão de Lima. O Presidente declarou que o Governo não estava envolvido na eleição. Tanto é verdade que, dos 11 vitoriosos, nove foram situacionistas.

Diga-se, a favor da verdade, Israel e Negrão de Lima nunca foram um problema para o Governo. Estavam sempre abertos à negociação. Acontece que o Presidente Castello passou a ser, vamos dizer assim, "cobrado", porque o pessoal de linha mais dura entendia que eles, embora eleitos, não deveriam tomar posse.

O Presidente havia feito um discurso no Estado-Maior do Exército, no dia 25 de agosto de 1964, Dia do Soldado, no qual observara: "A Revolução não veio somente para punir e obsedar-se na procura do equilíbrio orçamentário. O Brasil pretende que a Revolução o leve mais longe. Esse é o aspecto construtivo da Revolução."

Mas o pessoal começou a insistir junto ao Ministro do Exército, General Arthur da Costa e Silva, para que ele não aceitasse o resultado eleitoral. Inclusive, prepararam uma armadilha para o Ministro Costa e Silva. No dia 6 de outubro de 1965, portanto três dias depois da eleição, houve uma comemoração na Vila Militar, promovida pela Associação dos Ex-Combatentes da FEB e eles queriam que o General Costa e Silva fizesse um pronunciamento contrário à posse do Negrão de Lima e do Israel Pinheiro. Mas ele, antes de seguir para a Vila, foi ao Palácio Laranjeiras conversar com o Presidente Castello Branco e ajustou os pontos básicos do seu discurso.

Ao chegar à Vila Militar, em rápida entrevista aos jornalistas disse: "As Forças Armadas não são organizações políticas, não lhes cabendo, portanto, decidir se devem dar posse ou não aos eleitos. A decisão é do Presidente da República e do

Congresso." Durante o almoço, ele, como convidado de honra, afirmou o seguinte: "(...)Atravessamos uma nova fase que ouso chamar ainda de revolucionária, iniciada em 31 de março. (...)Não tememos contra-revolução. O que nos preocupa é o ardor da mocidade que quer mais revolução. Garanto-lhes que sabemos onde pisamos e posso afirmar que não retornaremos ao passado. O Presidente Castello Branco autorizou-me a dizer-lhes isso, porque sabe que a farda está unida tanto no Exército como na Marinha e na Aeronáutica. Enquanto existir coesão, que importam negros ou brancos? Eles jamais tomarão conta deste País. A arma deles é a intriga, o boato e a solércia. O Presidente Castello reduziu a nada a informação de que trabalhava pelo seu continuísmo" – aquela prorrogação por mais um ano de seu mandato – "e tem o nosso respeito. As cordas da Revolução são de aço e não romperão. O que é preciso é confiar nos chefes e em torno deles manter a unidade de espírito e de confiança, porque nós seremos dignos." Este documento é muito importante, escrito pelo Coronel Mário Andreazza, Assistente-Secretário do então Ministro do Exército Costa e Silva.

Nesse mesmo dia 6 de outubro, depois do discurso do Marechal Costa e Silva, na Vila Militar, o Sr. Carlos Lacerda enfurecido, em entrevista aos jornais, simples e puramente defendeu a derrubada do Presidente Castello Branco, anunciando que a demissão de Costa e Silva era questão para breves dias. Declarou, inclusive, que advertira o Sr. Magalhães Pinto: "Prepare-se que você vai ser o primeiro da lista a ser destituído, depois sou eu e por fim Costa e Silva."

O Sr. Carlos Lacerda, daquele grupo dos insatisfeitos que apontamos acima, revelou sua posição no dia 8 de outubro de 1964, quando escreveu ao Deputado Ernani Sátiro, presidente da UDN, revelando que não era mais candidato a Presidente da República. Mais tarde, em entrevista, exaltou a figura do Sr. Juscelino Kubitschek, "o único líder", uma vez que Castello Branco não liderava "mais nada, nem o seu próprio governo."

O Presidente Castello Branco, percebendo que havia uma visível efervescência não só na classe política, mas sobretudo na família castrense, determinou ao Chefe do Gabinete Civil, Ministro Luiz Viana, que consultasse o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco sobre as medidas cabíveis, sob o ponto de vista constitucional.

O Sr. Afonso Arinos terminou o seu estudo, e apontou os caminhos jurídicos a seguir, exatamente o que o Presidente Castello Branco desejava. Assim dizia ele: "Para resolver juridicamente o problema, o Presidente só pode: 1) aplicar o estado de sítio; 2) emendar a Constituição, com o apoio do Congresso, regulando o 'estado de necessidade' e os poderes excepcionais; 3) caso as circunstâncias permitam, assumir os poderes de emergência contra a oposição como fizeram Lincoln e outros

presidentes dos Estados Unidos." Ele aqui se referia, naturalmente, a situações semelhantes havidas nos Estados Unidos. Mas fez uma distinção entre os dois países, afirmando o seguinte: "No Brasil, porém, sem a tradição legalista, e a ação dos poderes Legislativo e Judiciário daquele país, seria difícil evitar que tal atitude descambasse para a ditadura." E arrematava: "Com esta Constituição, com este regime, o Brasil não encontrará, de novo, a ordem jurídica."

O Presidente Castello, em conseqüência, no dia 13 de outubro de 1965, encaminhou ao Congresso um projeto de emenda constitucional, propondo eleição indireta para Presidente da República, ampliando os casos de intervenção federal nos Estados e admitindo estender aos civis, nos termos da lei, o foro especial previsto para os militares. Encaminhou, também, um projeto de lei estabelecendo normas sobre a suspensão de direitos políticos.

O Presidente conversou com os líderes do PSD: Sr. Amaral Peixoto, Sr. Gustavo Capanema e Sr. Eugenio Vieira de Mello. Nenhum deles se mostrou receptivo a apoiar o projeto de emenda constitucional que o Presidente encaminhou. Agravando esse estado de coisas, não se sabe por que, o Sr. Juscelino, que andava pela Europa, no dia das eleições de 3 de outubro já se encontrava no Brasil. Chegou e, inclusive, tomou parte em uma passeata de automóveis, como se estivesse participando da campanha.

No dia 15 de outubro, o Presidente conversou com o Sr. Aliomar Baleeiro, a quem perguntou: "E se o Congresso não votar os projetos que lhe enviei?" Baleeiro respondeu que isso poderia acontecer e que ele não subestimava as conseqüências. No curso da crise, o Presidente voltou a falar com o Sr. Gustavo Capanema, que dissuadiu-o da possibilidade de aprovação na Câmara, onde a maioria, representando o PSD e o PTB, desejava preservar o Sr. Juscelino Kubitschek.

Somente depois que o General Cordeiro de Farias, que detinha uma ligação muito grande com o pessoal do Congresso, avisou a Castello Branco se inexeqüível a votação, ele se sentiu vencido. O Congresso, naquela época, tinha mais de quatrocentos congressistas e o balanço dava 173 votos de apoio à emenda. Em conseqüência, o Presidente resolveu baixar o Ato Institucional nº 2 que foi editado no dia 27 de outubro de 1965.

Agora, tínhamos, de um lado, a classe política e, de outro, o que se convencionou chamar de "bolsões inquietos" do tecido militar.

Como o General Castello extinguiu os partidos por intermédio do Ato Institucional nº 2, e desejava o bipartidarismo, nasceram, em decorrência, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já observamos que o Presidente, desejoso de que o Congresso continuasse funcionando,

determinou a um amigo seu, o Senador Oscar Passos, com quem servira na Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se filiasse ao MDB, para dar número no Senado, senão o MDB não teria como se constituir.

Ao conversar com os senhores Amaral Peixoto, Gustavo Capanema e Vieira de Mello, para mostrar que ele não tinha nenhuma vocação para ditador e nem desejava provocar um ato de exceção, o General Castello declarou que o ato institucional era um meio de dissuasão e não um instrumento de Governo. Não queria a permanência do ato e, como conseqüência, determinou que a organização dos novos partidos atendesse à exigência de uma lei que fora votada em 1965, a Lei nº 4.740 de 15 de junho de 1965.

Sucessão no Estado de São Paulo

Vamos a outro episódio que foi muito difícil. Um dos líderes civis da Revolução era o Sr. Adhemar de Barros, mas que acabou criando uma série de problemas. Além daquela pregação do Sr. Carlos Lacerda e do Sr. Magalhães Pinto, ambos com o propósito de se tornarem sucessores do Presidente Castello Branco, aconteceu o episódio da sucessão de São Paulo. O Sr. Adhemar de Barros começou a montar um esquema, para se confrontar com o poder central. Utilizou o Banco do Estado de São Paulo para conceder financiamentos visivelmente danosos ao erário público e começou a compor-se com o MDB, no sentido de encontrar uma solução que ele chamava de paulista.

Em meados de maio de 1966, o Presidente Castello foi alertado para uma provável composição entre o MDB e outras forças de oposição, em São Paulo, usando inclusive uma minoria da Arena. Assim, recomendou que o candidato ao Governo daquele Estado devesse ser um "revolucionário autêntico", figura que não se coadunava com o Sr. Adhemar de Barros, conhecido por seu "poder de pressão e fabuloso poder de corrupção".

Na verdade, a recomendação do Presidente de que fosse um "revolucionário autêntico" fez a Comissão Executiva da Arena de São Paulo fixar-se no Sr. Abreu Sodré. O Sr. Adhemar de Barros, ao tomar conhecimento da escolha da Comissão, não se conformou e, desconhecendo a advertência do Presidente para que não se repetissem os atos e atitudes inconvenientes que marcaram sua passagem pelo Governo de São Paulo, começou um vasto plano, disposto a usar de todos os meios para conquistar a maioria na Assembléia, para eleger seu sucessor.

Fez crer que não titubearia em usar a Força Pública estadual a serviço de uma causa que considerava mais justa do que a defendida pelo Governo Federal. Desencadeou uma orgia de empréstimos pelo Banco do Estado, e uma emissão maciça de

títulos da Dívida Pública, em condições inacreditáveis. Ao mesmo tempo, o Diário Oficial circulava com uma série de nomeações, além dos desmandos na execução orçamentária e as emissões dos Bônus Rotativos do Estado.

Ele partiu para uma confrontação, não é?

O Presidente Castello Branco não teve dúvidas. Conversou com o Ministro Costa e Silva que lhe disse: "O Adhemar me procurou propondo um acordo. Se eu o apoiasse na campanha para fazer o seu sucessor, em troca, ele, Adhemar, apoiaria o meu nome na sucessão do senhor." O General Costa e Silva disse ao Adhemar que não poderia, em hipótese alguma, ser infiel com o Presidente Castello Branco.

O Comandante do II Exército, General Amaury Kruel, chamado ao Rio, foi prevenido de que o Presidente puniria o Sr. Adhemar de Barros. Surgiu um problema jurídico. Nos termos do Ato Institucional nº 2, base para a punição, não estava prevista a perda do mandato executivo. Quem resolveu o impasse foi o Doutor Leitão de Abreu, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça. Foi necessário que, junto ao ato de sanção do Sr. Adhemar de Barros, fosse baixado Ato Complementar nº 10, publicado no dia 7 de junho de 1966, e que declarou acarretar a perda dos direitos políticos a simultânea suspensão do exercício de qualquer mandato eletivo. Adhemar, entretanto, deixou o Governo de São Paulo antes.

Resolvido o problema da sucessão paulista, na época adequada, foi eleito o Sr. Abreu Sodré.

Sucessão de Castelo Branco

O Presidente Castello, dizem, era contra a candidatura do Ministro do Exército, General Costa e Silva. Entendo que poderia não ser o seu preferido, mas não era contra.

E, por outro lado, o Ministro Costa e Silva entendeu que, àquela altura, ele "reunia as melhores condições" para a continuidade e consolidação da Revolução. Ao Presidente Castello Branco, apenas fez a seguinte ressalva: "Se eu for convidado, aceitarei a minha candidatura à Presidência da República." Ele repetiu: "Se eu for convidado."

Ou seja, quis dizer que não tomaria a iniciativa.

Exato. Agora, quem pela primeira vez lançou a candidatura do Sr. Costa e Silva não foi nenhum revolucionário. Foi um contra-revolucionário. No dia 30 de dezembro de 1965, o Deputado Anísio Rocha, de Goiás, anunciou que estava autorizado a lançar o nome do Ministro do Exército, General Arthur da Costa e Silva, para Presidente. Entendemos que isso já era parte de um plano.

Tipo balão de ensaio.

Balão de ensaio, porque na verdade a candidatura do General Costa e Silva foi muito bem preparada, quer no campo político, quer no campo militar. Inclusive, o

General fez uma viagem, no início de 1966, e declarou que "ia ministro e voltaria ministro". No dia 24 de fevereiro de 1966, foi a Brasília conversar com o Presidente Castello Branco.

Sobre isso, retorno, agora, aos apontamentos do Coronel Mário Andreazza. "A conversa foi leal, cordial e franca. Costa e Silva aceitou as linhas mestras do documento sobre a sucessão que o Presidente Castello Branco preparou e distribuiu, principalmente, aos três ministros militares.

No Exército, tínhamos, como ministro efetivo, o General Costa e Silva; durante a viagem estava como interino o General Décio Palmeiro Escobar. Na Marinha, o Ministro era o Almirante Araripe Macedo e na Aeronáutica, o Brigadeiro Eduardo Gomes que ocupava o cargo desde o episódio da aviação embarcada.

O Presidente Castello Branco sempre foi conciliador e de muita lisura. Quando o Presidente estava preparando o Ato Institucional, informaram-lhe que o Brigadeiro Eduardo Gomes estava inconformado, porque considerava a UDN a filha dileta dele e não podia concordar em assinar um ato que resultasse na sua extinção. Então coube ao General Cordeiro de Faria, seu velho companheiro desde 1922, mostrar que o nome mudaria mas o espírito da UDN continuaria presente. O Brigadeiro Eduardo Gomes resolveu aceitar.

O documento que o Presidente distribuiu, principalmente aos três ministros militares, ficou conhecido como a "bíblia da sucessão", mas, na verdade, tinha um nome oficial: "Aspectos da Sucessão Presidencial." Ele é muito longo, mas vou comentar apenas alguns tópicos mais marcantes.

Esse documento é dos mais importantes. É difícil que alguém o tenha à mão como o senhor.

Dizia, no item 1: "O Governo, com sua grave responsabilidade política, tem que participar do encaminhamento da sucessão presidencial", ou seja, o Presidente Castello Branco não abria mão, participaria do processo. "O Presidente não é candidato, como vem declarando desde 1964, nem deseja ser dono da escolha do seu sucessor." Por isso que o Ato Institucional considerou o Presidente que se encontrava no cargo, inelegível. "A sua participação é pois legítima e a exercerá com numeroso grupo de homens, dentre os quais, necessariamente, os três ministros militares. Vê-se que ele teve sempre a percepção da delicadeza da situação que representava a sua sucessão.

Com maior envolvimento de pessoas.

Mais envolvimento e sem perder de vista o elemento de força capaz de garantir as suas decisões, que eram os militares. Segundo item: "a escolha deverá recair no melhor dos candidatos, destacado entre os que desejarem o posto presidencial" e, a seguir, ele já faz aqui uma concessão ao General Costa e Silva – "e aos que forem

lembrados por elementos dos quadros revolucionários". Houve essas duas premissas. "Procurar-se-á a solução política a qual, fundamentalmente, deverá levar em conta as implicações civis e militares, garantidoras da continuidade da Revolução."

Mas até esse ponto, General, não está escrito que tivesse que ser um militar. Aí ele está colocando só as condições...

Só as condições, em que se baseava: o melhor candidato entre os que o desejarem e os que forem lembrados por elementos do quadro revolucionário.

Ele não marcou o desejo de ser civil ou militar, apenas exigiu:

"Uma rudimentar sensatez política que indica que os candidatos apreciados só podem ser homens identificados com a Revolução, sem ligações com os meios contra-revolucionários e, sem dúvida, que tenham convicção da necessidade de governar o País com as linhas mestras da atual administração."

Outro fato interessante ocorreu ainda em 1964, quando o Presidente visitou, em Belo Horizonte, o Governador Magalhães Pinto. Este o recebeu no Palácio das Mangabeiras, e disse: "Presidente, o senhor é militar, um homem experimentado na guerra, mas não tem vivência política, e eu proponho que o senhor cuide da administração e deixe a parte política para nós cuidarmos." A resposta foi "A autoridade e os poderes de que está investido o Presidente da República são intransferíveis."

Nasciam aí divergências incontornáveis entre os dois.

Em momentos se unem, em momentos se desfazem.

Prosseguindo: "(...)Alguns elementos radicais do Exército – uns se dizem da linha dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados – desejam precipitar as operações da sucessão, mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio a essa exaltação, elementos entusiásticos da candidatura Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então: um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da Arena".

Décimo item, diz o Presidente: o Exército e as demais Forças Armadas, e o País se recordam do quadro triste e primário existente no nono andar do Palácio da Guerra, em 1958, 1959. O Marechal Lott resolveu, com seus adeptos militares, montar, no próprio gabinete ministerial, seu escritório oficial de candidato. De lá partiram o gesto cordial de propaganda e a ameaça de terror para os recalcitrantes. O serviço de comunicações e o correio foram utilizados. Os canais de comando ficaram solapados. A perseguição pelas transferências e um dispositivo militar para apoiar o candidato se requintaram. Houve mesmo um abastardamento militar e isso concorreu muito para gerar o espírito da Revolução de 31 de Março contra o Sr. João Goulart."

Feita essas considerações, ele chega às seguintes conclusões: "1º) A precipitação do lançamento de qualquer candidatura é uma perturbação aos trabalhos

governamentais e um desserviço ao próprio candidato; 2º) Só na Arena as candidaturas devem ser lançadas, sem prejuízo necessariamente das manifestações da imprensa, correntes de opinião pública etc; 3º) A pressão militar, além de altamente perturbadora, prejudicará o candidato de seu interesse e trará a divisão ao seio das Forças Armadas; o Governo tudo fará para dominá-las; 4º) A esta altura da evolução política do Brasil, não é possível permitir que um ministério civil ou militar se transforme em centro de propaganda de candidato; 5º) O candidato escolhido deverá atender, não só à continuidade da Revolução e à não invalidação das atividades governamentais de 1966, como também às implicações políticas e militares da conjuntura nacional. Ao lado dessas iniciativas, expus detalhadamente os meus pontos de vista aos generais Décio Escobar, Adalberto e Brasil." Ou seja, o Ministro da Guerra interino, o Chefe do Estado-Maior, Adalberto Pereira dos Santos, e o Comandante da 1ª Região Militar, Clóvis Brasil. "Deixou de comparecer o General Jayme Portella de Mello, porque se encontrava fora do Rio." O Presidente não esqueceu o mundo político, a quem também auscultara. Concluía, dizendo-se pronto para a "troca de idéias com camaradas responsáveis".

Por que o General Costa e Silva estava viajando não é isso?

Exatamente. Cabe uma pergunta: além do General Costa e Silva, que outros nomes surgiram? Vou me valer da imprensa. O *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa* davam alguns nomes. Nenhum deles surpreendia o Presidente Castello Branco. Na área militar, o General Arthur da Costa e Silva e o General Jurandyr de Bizarria Mamede; na área civil, Bilac Pinto, João Agripino e Daniel Krieger, na área chamada "anfíbia", Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães e Nei Braga. A denominação "anfíbio" destinava-se aos militares que exerciam atividade política.

E o ex-Governador Carlos Lacerda estava em cogitações? E Magalhães Pinto?

Não. O Presidente os excluiu. Carlos Lacerda, por estar em gestões com a oposição, e o Sr. Magalhães Pinto, pelas idas e vindas, nas quais, ora apoiava o governo ora, pela imprensa, dizia que não.

Já que falamos no Sr. Magalhães Pinto, é interessante registrar o seguinte: este documento do Presidente Castello Branco sobre a sucessão, que acabei de compulsar, tem uma data que o situa entre 10 e 15 de janeiro de 1966. Em abril de 1966, o General Costa e Silva procurou o Presidente Castello Branco para dizer-lhe que o Sr. Magalhães Pinto insiste em uma audiência. Soube que seria para propor-lhe ser candidato contra o Presidente. O General Costa e Silva repeliu a idéia.

A tese que o Sr. Magalhães Pinto defendia, sobre o General Costa e Silva, era que este teria muito mais a lucrar se, ao invés de ser lançado pelo Presidente Castello Branco e pela Arena, tivesse a sua candidatura apoiada pelo MDB e grande

parte da Arena. Neste caso, não levaria com ele a impopularidade do Governo. Eis por que o General Castello Branco não considerava os senhores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

Na área militar, praticamente, ficou só o nome do General Costa e Silva; o General Mamede peremptoriamente declarou que não aceitaria, em hipótese alguma, o lançamento do seu nome, como candidato à sucessão do Presidente Castello Branco.

Como uma espécie de acabamento, gostaria de lembrar o seguinte: o General Castello Branco, em entrevista a jornalista credenciado no Palácio do Planalto, indagado sobre o seu relacionamento com Costa e Silva, candidato da Arena à Presidência da República, disse: "Nossas relações não são especiais e nem extraordinárias, não tomo cautelas para mantê-la e não uso artifícios para entretê-la. São naturais, normais, desembaraçadas, domina a origem de uma bela camaradagem que vem dos tempos do Colégio Militar."

Rompimento de Castello Branco com Carlos Lacerda

O senhor teria ainda alguma consideração a fazer sobre o início do rompimento do Sr. Carlos Lacerda com o Governo Castello Branco, para registro neste Projeto? Esse episódio ainda é desconhecido por muitas pessoas.

O Ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), numa estimativa da situação preparada para o Presidente Castello Branco, em 10 de julho de 1964, dizia o seguinte: "o Governador Carlos Lacerda afirma a sua posição contra a 'maioria absoluta', contra a prorrogação do mandato presidencial e contra as reformas, de um modo geral. Defende a realização de eleições em 1965". O Presidente Castello Branco estava apenas completando o mandato do Jango, que terminaria no dia 31 de janeiro de 1966.

Prossegue Golbery: "A posição do Sr. Carlos Lacerda, quanto à chamada 'maioria absoluta', explica-se pelo fato de julgar que esta certamente o prejudicará, mesmo na forma aprovada pela comissão conjunta do Senado e da Câmara, exigindo, neste caso, um segundo apelo ao voto popular em que a decisão se fará em termos extremos de lacerdismo e antilacerdismo. Unidas estão todas as forças políticas do PSD/PTB em apoio a um só candidato. Sua posição, quanto à prorrogação, explica-se porque, em 1966, serão menores as possibilidades de qualquer reação golpista contra a vitória de um candidato 'anti-revolução'. Espera o Sr. Carlos Lacerda ter maiores chances na eleição de 1965, beneficiando-se do temor de um golpe revolucionário contra o retorno das forças derrotadas em 1964."

E acrescenta, finalmente, Golbery: "Dentro dessa situação, o Sr. Carlos Lacerda romperá, em curto prazo da ordem de quatro meses, com o Governo Federal. Por quê?

Porque precisa de uma bandeira, e a bandeira oposicionista de ataque, que é a que mais lhe convém, só poderá ser de pureza revolucionária contra supostos desvios ou incapacidade do Governo Castello Branco."

Vejamos o documento do Presidente Castello Branco, quando ele excluiu Carlos Lacerda e Magalhães Pinto da sucessão presidencial.

"(...)O primeiro Governo da Revolução teve que optar pelo enquadramento legal, ao invés de enveredar pela ditadura. Aí reside a primeira dissensão revolucionária, a dos partidários do regime de exceção. Outra grave divergência está em não adotar, com antecipação de cerca de dois anos, a candidatura Lacerda. E a terceira, decorreu do fato de não se entregar à coordenação política exclusivista e desejada pelo Governador Magalhães Pinto." Por isso os dois foram, *a priori,* excluídos de qualquer chapa que o Presidente Castello Branco se dispusesse a apoiar.

Ato Institucional nº 5

Outro momento difícil e que já abordamos na entrevista, foi a decretação do AI-5, mas gostaria de acrescentar que, segundo fiquei sabendo, houve ministro, que naquela situação, votou concordando com o texto do AI-5 por solidariedade ao Presidente Costa e Silva.

A situação que o Presidente Costa e Silva viveu, no período do AI-5, dizia-se, era tal que ou renunciava ou praticava um ato de força. Ele resolveu editar o ato. Só que recomendou ao Vice-Presidente Pedro Aleixo que preparasse uma emenda à Constituição de maneira que, no 7 de Setembro de 1969, as coisas voltassem à normalidade.

General, quais eram os três ministros militares?

Almirante Augusto Rademaker, da Marinha, General Aurélio de Lyra Tavares, do Exército e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica, constituíram a Junta Governativa e, através de um ato institucional, passaram a governar. O Congresso ficou fechado até que, por exigência do então candidato à Presidência da República, Emílio Garrastazu Médici, foi reaberto. O General Médici disse que não assumiria com o Congresso fechado, e se manteve irredutível acerca deste ponto.

O AI-5 terminou sendo um instrumento muito bom para a área econômico-financeira porque permitiu acelerar o "milagre econômico", mas do ponto de vista político e psicossocial, deixou danos, até hoje, irreparáveis. Foi um remédio muito amargo. Era meu entendimento, embora à essa altura não tivesse acesso direto ao que estava se passando, porquanto era Assistente-Secretário do Chefe do EMFA, General Orlando Geisel. O General Orlando Geisel, dos ministros militares, era aquele

que não tinha capacidade para agir em força. Embora defendesse suas posições, foi um dos que se mostraram solidários com o General Costa e Silva, sabendo do dilema do Presidente, renunciar ou assinar o ato. O Presidente Costa e Silva não teve outra alternativa, segundo os seus assessores mais diretos.

Sucessão de Costa e Silva

Na época do falecimento do General Costa e Silva, o Vice-Presidente era o Sr. Pedro Aleixo. Havia o detalhe de 1/3 de mandato, uma coisa assim, que me lembro ter sido comentado. Por que o Sr. Pedro Aleixo não assumiu? Problema decorrente da duração de mandato ou de luta armada? O movimento guerrilheiro já estava em pleno desenvolvimento?

O problema nasceu quando o Presidente Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional para examinar a emissão de um ato institucional; o Vice-Presidente Pedro Aleixo, como membro do Conselho de Segurança Nacional, defendeu a alternativa pela não adoção do ato institucional e terminou sendo o único elemento a apresentar o seu voto e falar diferentemente dos demais.

Em conseqüência, quando o Presidente Costa e Silva adoeceu os três ministros militares constituíram uma junta governativa e baixaram um ato por intermédio do qual consideraram o Sr. Pedro Aleixo impedido.

Ele não estava contra, apenas argumentou que os elementos de convicção que possuía não aconselhavam a adoção de um ato tão forte como foi o AI-5. Diga-se novamente, em favor da verdade, que o Presidente Costa e Silva, ao editar o AI-5, desejava que tivesse uma pequena duração. O que ele desejava? Desejava – nós estávamos em 13 de dezembro de 1968 – que a Emenda à Constituição de 1967 fosse aprovada pelo Congresso, para ser promulgada em 7 de setembro de 1969, quando o ato, então, deixaria de existir.

Fatalmente, se ele não tivesse falecido em razão do problema de saúde, o País voltaria a uma situação normal e o Sr. Pedro Aleixo, caso houvesse algum impedimento, sem a vigência do AI-5, poderia assumir.

É, mas a junta militar entendeu que ele não deveria assumir, o que se considera um erro. Na verdade, ele era tão leal à Revolução que, por meio de sua ação política tornou-se o principal colaborador do Presidente Castello Branco na Câmara dos Deputados.

O senhor acha que, naquele momento, a opção Pedro Aleixo não teria sido ruim?

Naturalmente, teria que assumir um compromisso semelhante ao que o Presidente Castello Branco exigiu dos candidatos à sua sucessão, compromisso com os postulados da Revolução. A época era bem diferente, mas não era tão distante assim.

Abertura política

O senhor gostaria de relatar outros momentos difíceis dos governos revolucionários?

Está certo. Vamos, então, para um outro momento difícil. O Governo, sobretudo na administração do Presidente Ernesto Geisel, manifestou oficialmente o propósito de promover uma abertura lenta, gradual e segura, mas não foi entendido pela oposição. Vivemos também um momento difícil, e vou me louvar em um trabalho de um professor da Universidade Stanford, brasileiro, cientista político, chamado Wanderley Guilherme dos Santos. É um homem conhecido internacionalmente, citado inclusive pelo Thomas Skidmore. Ele tinha feito uma série de considerações sobre princípios que considerava importantes para acelerar o processo de abertura.

O primeiro princípio seria o seguinte: “restauração da independência do Judiciário; segundo, liberdade de expressão de imprensa; terceiro, hábeas corpus e outros direitos individuais; quarto, liberdade de organização e apoio às idéias políticas; quinto, regras relativas à disputa do poder político e, por último, procedimentos legais bem definidos para o uso da coerção”. Se o Governo adotasse essa postura, teria como rebater, inclusive, aquelas acusações de violência e de tortura praticadas contra os presos políticos. São seis princípios, todos nobres, mas de alcance complexo.

Depois de apontar os princípios, defende uma estratégia gradual para conquista, vamos dizer assim, dessa meta. Recomendava à oposição “evitar pressão simultânea em frentes diferentes, bem como acumulação de desafios que poderiam sobrecarregar a capacidade do regime autoritário de absorver medidas de liberalização”. Ele completa, entendendo que a oposição deveria colaborar com o Governo em processo ordenado, ou seja aceitar a colocação que o Presidente Geisel fazia no sentido de estabelecer interlocutores credenciados de ambas as parte e que se chegasse ao que o Professor Wanderley chama de processo gradualista.

Agora, o que é que vimos emanar da oposição, além daquela acusação, que ninguém até hoje entendeu, quando o Sr. Ulysses Guimarães considerou o Presidente Ernesto Geisel a imagem do ditador Idi Amin, de Uganda.

Ninguém compreendeu, mas, na verdade, o Sr. Ulysses Guimarães tinha autoridade, se quisesse, para nortear o trabalho dos políticos de oposição, porque se tratava de uma figura de grande expressão no campo político. Mas o que ele desejava, na sua pregação e na sua orientação aos seus liderados, era o completo e imediato retorno à democracia e ao império da lei. Mas sem negociação. Uma espécie de rendição incondicional.

Conforme a sua tese, entendia que devíamos apropriar para 1974/1979, período da administração do Presidente Geisel, a mesma estratégia adotada na re-

democratização do Brasil no período 1945/1946, quando Getúlio Vargas foi deposto. Ou seja o entendimento no Governo era de que o que o Sr. Ulysses desejava era o “tudo ou nada”.

O Professor Wanderley defendia uma estratégia completamente diferente, viável. O Governo mostrou-se receptivo, mas infelizmente não recebeu o mesmo tratamento dos quadros da oposição. Certamente, esta também foi uma dificuldade num período em que mais se promovia a abertura do processo.

Ele quis comparar a saída do Getúlio Vargas, em 1945, com esse momento.

Mas Getúlio Vargas fora deposto, aqui não havia isso. O novo governo era detentor de todas as suas prerrogativas.

Bombas nas bancas de jornais e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Voltemos aos momentos difíceis. Existem mais dois importantes. Em 1980/1981, portanto dentro do processo de condução da abertura, com a anistia em vigor, elementos da direita resolveram agir com violência. Em 1980, tivemos bombas em bancas de jornais, e início de 1981, aconteceu o problema da carta-bomba que foi encaminhada ao presidente da OAB, ocasionando a morte da sua secretária. E, ao mesmo tempo, verificávamos que os partidários da guerrilha continuavam, embora sem mais nenhuma capacidade de ação ou reação, mas continuavam, por seus meios próprios, manifestando-se. Não empregavam a mesma violência de antes, mas continuavam a se manifestar.

Episódio do Riocentro

E aí chegamos ao episódio que ficou conhecido como Riocentro. No dia 30 de abril de 1981, o Capitão Wilson Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário, do Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, dirigiram-se a um evento que ocorria todos os anos, uma comemoração popular, no Riocentro, às vésperas do 1º de maio.

Segundo apurações subseqüentes, não intentavam praticar qualquer ato que resultasse em dano pessoal àquelas pessoas que se encontravam participando do espetáculo. O objetivo seria, apenas, tumultuar o espetáculo, organizado pela oposição.

Acontece que explodiu uma bomba no interior do veículo em que se encontravam. A explosão inesperada resultou na morte do Sargento Rosário e provocou ferimentos graves no então Capitão Wilson Machado.

Na manhã do dia 1º, o Presidente foi informado de que não havia nenhuma autoridade envolvida nisso. Surgiram muitas especulações, inclusive a prática de atitudes contrárias ao Governo Figueiredo.

No bojo desse grave incidente, seguiu-se uma série de questões. Dentre elas, uma acusava o Presidente Figueiredo de não ter determinado a apuração do fato em toda a sua dimensão. Entretanto, o Presidente Figueiredo, como soldado que fora a vida inteira e por lealdade à instituição militar, havia acolhido a sugestão de seus auxiliares do Ministério do Exército, para que o problema fosse investigado no âmbito da Força, conforme disposição legal.

O possível envolvimento de um sargento e de um capitão indicava a necessidade da abertura de um inquérito que passaria pelas instâncias da Justiça Militar, podendo chegar, inclusive, ao Superior Tribunal Militar, na época, considerado o tribunal mais liberal. Isso era reconhecido, não só em reportagem da *Revista Veja*, como por declarações atribuídas ao Sr. Sobral Pinto. O inquérito teve um primeiro encarregado, o Coronel Prado Ribeiro, que se afastou pouco depois.

Foi substituído pelo Coronel Job Lorena de Sant'anna que, ao terminar o inquérito, concluiu que os dois militares tinham sido vítimas de um ato terrorista. Essa conclusão foi bastante criticada por não corresponder à verdade dos fatos, segundo os críticos. Em conseqüência, o Presidente Figueiredo foi responsabilizado por não ter cumprido o seu papel, de molde a determinar que tudo fosse apurado ou, vamos dizer assim, por ter concordado que a esfera militar resolvesse o problema.

Como a opinião pública se louvou mais na versão do que no fato, o Presidente Figueiredo suportou esse grande ônus que o acompanhou durante o resto do seu Governo.

Eu aproveitaria até para fazer umas considerações, pois sempre gosto de trazer os documentos das instâncias próprias. Em 1991, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, depois de ler uma entrevista do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo ao jornal *O Globo* e uma reportagem publicada na *Revista Veja*, requereu a instauração de um novo inquérito, a fim de que fosse apurada a materialidade de autoria do delito de que se dava notícia.

A reportagem da *Revista Veja* é de 1º de maio de 1991 e a entrevista do Presidente Figueiredo ao jornal *O Globo* está nas edições dos dias 28 e 29 de abril de 1991.

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Doutor Milton Menezes da Costa Filho disse o seguinte: "(...)No que concerne a matéria fática, acima apontada, tem-se, como breve histórico de seu trâmite na Justiça Militar, os seguintes dados: a) Arquivado o IPM nº 28/81 referente ao caso Riocentro por despacho da instância aqui representada pela 3ª Auditoria da 1ª Circunscrição da Justiça Militar, houve por bem o douto Juiz-Auditor Corregedor oferecer, perante o Superior Tribunal Militar, contra tal pronunciamento, a Correição Parcial nº 1.241-1 cujo acórdão, fruto da decisão plenária da Corte, apresenta a seguinte ementa." Segue uma série

de considerações, que terminam com o arquivamento do IPM, tido pela autoridade Representante como infundado.

Neste ponto, prossegue a ementa: "(...)O que se deve entender por despacho infundado? Exigências de novas provas; aquelas que, realmente, produzam modificações no quadro probatório, que alicerçou o requerimento e o despacho de arquivamento. A mutação probatória há que ser substancial e não, apenas, formal. Correição que se conhece e é indeferida, porque o despacho que atendeu ao pedido do representante do Ministério Público Militar, arquivando o inquérito, objeto da presente Representação, foi fundado nas provas dos autos".

Em 1985, o Coronel Dickson Grael também se dirigiu ao Procurador-Geral da Justiça Militar, Doutor George Tavares. Este, então, elaborou a Representação perante o STM, objetivando o reexame dos fatos geradores do dito IPM. Daquele procedimento, resultou o segundo acórdão do Superior Tribunal Militar, indeferindo a Representação.

Finalmente, em 1988, o Ministro de Estado da Justiça, na qualidade de Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ofereceu a Representação nº 1.061-7 com o mesmo objetivo. A aludida Representação, tendo como relator o Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles, propiciou a decisão do STM datada de 15 de março de 1988, cuja ementa ora se reproduz: "(...)A instauração de novo inquérito, caso existam novas provas em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa. A coisa julgada e a extinção da punibilidade são óbices legais a essa instauração.

Com a anistia, o entendimento do relator é o seguinte: "(...)É, pois de entender-se que o reprovável ato ocorrido na noite de 30 de abril de 1981, no estacionamento do pavilhão do Riocentro está alcançado pela anistia, prevista na parte inicial do Parágrafo 1º, do Artigo 4º da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, e sobre ele deverá recair o manto do perpétuo silêncio, como quis a vontade do Estado, expressa através de seus ilustres e eminentes legisladores."

O que se verifica do requerimento do Senador Suplicy é que ele se louvava em uma entrevista do ex-Presidente João Figueiredo. E o ministro, ao examinar a questão, disse que não iria prosseguir, pois o argumento novo que o Presidente Figueiredo apresentava não estava fundamentado em fatos. O Presidente Figueiredo considerou, na entrevista, que os autores do atentado foram as próprias vítimas.

General, pouco depois da época em que ocorreu a explosão do Riocentro, saiu do governo o Ministro Golbery, Chefe da Casa Civil. O senhor acha que houve alguma ligação com esse episódio? Ele se sentiu desgastado por isso?

Houve. Primeiro, o Ministro Golbery era partidário da tese de que o Presidente não poderia deixar que a apuração e a punição, se fosse o caso, dos responsáveis pelo atentado

do Riocentro, ficassem na mão do Exército. O episódio havia adquirido uma dimensão que extrapolava a área propriamente militar, para atingir uma dimensão nacional.

Basta dizer que ocorreu no tempo do General Geisel, por exemplo, a morte do jornalista Vladimir Herzog – o inquérito apurou que ele suicidou. Depois, veio a morte do Manoel Fiel Filho que também foi considerada explicável. Ora, é da lei que ao acontecer um ato dessa gravidade ou mesmo de menor importância, em área pública, o poder público passa automaticamente a ser o responsável. Naquela época, o Presidente Geisel exonerou o Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello. E o noticiário da imprensa voltou ao normal. O Presidente Figueiredo, conforme comentei, por lealdade à Instituição, deixou que o assunto seguisse a tramitação legal, e ao ganhar dimensões políticas, ele ficou com o ônus.

O Ministro Golbery entendia que o problema ultrapassava os limites da Instituição militar e que o Presidente deveria, pessoalmente, exigir a apuração, sob todos os ângulos, do ocorrido no atentado do Riocentro. Com isso, escreveu uma carta ao Presidente Figueiredo e solicitou seu próprio afastamento do Governo.

VI – Encerramento

"Revanchismo" e relacionamento com a mídia

General, antes de terminarmos nossa entrevista, queria o seu parecer sobre outros aspectos. A partir de 1985, o meio intelectual, a mídia e até autoridades, em geral, iniciaram e vêm insistindo no "revanchismo" contra os militares, porque representam, evidentemente, a Revolução. Qual é o seu parecer a respeito do "revanchismo"? Ele existe ou é uma natural contrariedade depois de um período de autoritarismo?

Parece-me que se trata de uma configuração um pouco diferente do "revanchismo" puro e simplesmente. O que se observa é que aqueles que nos sucederam no Poder, com perseverança, insistem em mostrar, no campo político, que as suas posições e teses anteriores à Revolução continuam válidas. Mas há também um sentido material, não digo materialista. Refiro-me à ânsia de ocupar não só os cargos dos primeiros escalões, mas também em toda a estrutura governamental. E isto se verifica não só no PT, mas até em outras associações ligadas a eles como o MST, por exemplo, que está formando os seus quadros, para, depois, conquistar um espaço no Governo. É uma idéia diferente do "revanchismo" em si. Eles estão olhando também o lado deles e, por isso, procuraram neutralizar o estamento militar.

O senhor citou, nesse passeio pela História, aquele período, chamado de "milagre econômico", bem como dados sobre a reforma agrária etc. Fora de dúvida que os governos

militares foram bem-sucedidos. E não esqueçamos o salto na situação econômica, quando o País saiu da 48ª posição para a destacada oitava, no concerto mundial. Por que isso não é ressaltado, não digo enaltecido, pela mídia?

Em parte, somos responsáveis. Conforme disse uma outra vez, o Presidente Castello Branco conservava uma postura de pouco apreço à difusão das realizações governamentais. Por ele, deveríamos ser pacientes e deixar que os fatos se explicassem por si mesmos.

Mas isso não é verdade. Quer no mundo emergente, como o nosso, quer no mundo altamente desenvolvido, como Inglaterra, Franca, Estados Unidos e vários outros países, todos fazem da publicidade um ponto focal de todas as suas realizações.

Não basta fazer.

Não, até mesmo antes de realizar, dar seguimento à propaganda. Veja que o Partido dos Trabalhadores, agora no exercício da Presidência da República, acena por hipóteses que não consegue realizar. Trombeteia que pretende desenvolver esse ou aquele empreendimento, ainda que, no futuro, se torne irrealizável. Por exemplo, criar postos de trabalho, durante o período do Governo, para dez milhões de pessoas.

Infelizmente, durante o nosso ciclo, não fizemos essa pregação. O período razoavelmente efetivo, nesse particular, foi aquele no qual esteve em atividade a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que começou com o Governo Costa e Silva e trabalhou até o Governo Médici. Ainda é reconhecido, hoje, o trabalho que o então Coronel Octávio Pereira da Costa, como Chefe da Assessoria, realizou no sentido de promover as ações do Governo.

Mas o senhor não acha que a mídia, hoje, por um lado, também evita um pouco manifestar este reconhecimento?

Acredito que você esteja certo na sua colocação, mas penso que é problema cultural. Tenho o exemplo de um companheiro que participou dos preparativos da visita do General Geisel àquele país. Durante a noite, no hotel em que se encontrava, observou que na rua, debaixo da sua janela, havia um conflito entre estudantes e a polícia. No dia seguinte, folheou os jornais franceses e não havia notícia a respeito. Então, ao elemento que o acompanhava na preparação da visita do General Geisel, manifestou sua estranheza: "Sei que houve um episódio envolvendo estudantes e a polícia, mas não vejo notícias, nada." E ouviu a explicação: "É que antes de sermos jornalistas somos franceses."

É o traço cultural nosso. Não sei se estamos certos e eles não; mas não posso dizer que estão errados, porque não estão. Não estou acusando ninguém, mas é um traço do perfil brasileiro. Temos culpa porque nós não nos preparamos para esses procedimentos.

Mas General, embora a Revolução não tivesse contado com o apoio da mídia, quer dizer, não tivemos facilidade de permear com a mídia os nossos valores, quando existe uma pesquisa de opinião pública, as Forças Armadas são reconhecidas sempre como primeiro, segundo ou no máximo terceiro, em merecimento da confiabilidade da população. A que o senhor atribui esse resultado?

O meu entendimento é de que o bom senso do povo brasileiro, embora possa aceitar essa ou aquela tese defendida pela mídia, não perde a sua capacidade de julgar e reconhecer. A instituição militar, em nosso País, tem grande credibilidade. Eventualmente estamos em segundo lugar, atrás da Igreja, por exemplo. De forma que entendo que tudo isso é uma homenagem ao povo brasileiro, ao seu bom senso, à sua capacidade de julgar.

Ele sabe manifestar-se, embora não tenha condições de dizer o seu desacordo sobre as idéias da mídia, quando esta faz uma pregação contra a instituição militar ou contra os governos da Revolução de 31 de Março de 1964.

Hoje, o senhor afastou-se da ligação diuturna com a imprensa, mas, de qualquer modo, como avalia, na atualidade, o vínculo, o relacionamento, das Forças Armadas com a mídia? O senhor entende que está melhor, pior ou igual ao seu tempo?

Entendo que hoje vivemos uma situação que sugere um ambiente melhor no futuro. Já avançamos um tanto, o que considero muito bom, muito bom. Entretanto, ainda faltam muitos passos; mas o importante será encontrarmos esse ponto de equilíbrio entre o que a mídia diz e aquilo que o povo, na verdade, pensa.

Temos que admitir a importância de valorizar o nosso conceito com o povo, embora vasta parcela de nossa gente não tenha o hábito da leitura. Ouve rádio, assiste televisão, mas lê muito pouco jornais, revistas, que dirá livros!

Até já cunharam uma expressão – o analfabeto funcional, pessoa que sabe ler, mas não sabe interpretar. Sessenta e cinco por cento da população brasileira estão incluídos nessa faixa.

É um problema sério

Por isso afirmo que deveríamos ter avançado mais nesse campo.

General, encerrando a entrevista, o senhor tem mais algum fato ou alguma consideração que gostasse de deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército?

Em primeiro lugar, quero deixar registrado o meu profundo e fraterno reconhecimento aos que me ajudaram no exercício dos cargos que ocupei na Presidência da República, em particular: Chefe do Gabinete Militar, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Fiz da competência e dedicação deles as minhas próprias forças, no cumprimento das delicadas e complexas tarefas que me foram cometidas. Gostaria de citá-los nominalmente, entretanto, não disponho de espaço suficiente para relação tão extensa. A todos, os meus agradecimentos.

Em segundo lugar, os meus cumprimentos, pois entendo que esta iniciativa é de fundamental importância. Não basta que, aqui, exponhamos este ou esse ponto de vista, mas que se esclareça um universo muito mais amplo, a fim de que, amanhã, aqueles que nos sucederem possam ter uma visão correta sobre os acontecimentos passados.

Volto a citar aquele exemplo do Professor Rollie E. Poppino da Universidade da Califórnia, em Davis, CA que veio ao Brasil colher dados, a fim de preparar a segunda edição do seu livro "Brazil", o período do Governo Getúlio Vargas. Passou conosco nove meses. No sexto mês, já havia conversado com muita gente, com personalidades do cenário nacional desde 1922, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, mas como historiador, faltava-lhe algo que pudesse debruçar-se e interpretar o que estava registrado.

Eis que, através do Ministro Golbery, solicitou-me ajuda para que tivesse acesso ao Arquivo do Exército. O General Orlando Geisel, Chefe do Estado-Maior do Exército, com quem servi, falou com o Ministro Lyra Tavares, e o Professor Poppino passou os últimos três meses do tempo dele para a pesquisa, no Arquivo do Exército. Quando foi embora, com lágrimas nos olhos, me disse: "Coronel devia ter invertido o processo; se tivesse passado seis meses dentro do Arquivo do Exército e três meses conversando, teria alcançado melhor resultado."

Meus cumprimentos por essa tarefa, pois acho que deixará uma semente de grande fertilidade na construção do futuro do nosso País.

General-de-Brigada Fernando Cardoso

- Natural da Cidade de Juiz de Fora, MG.
- Pertence à turma de 1959, Arma de Infantaria, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Principais cargos e funções desempenhadas: Como oficial superior: No Centro de Informações do Exército (CIE), de 1977 a 1980; no Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1980 a 1984; Comandante do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado (16º BIMtz), Natal, RN, em 1985/1986.
- Como Oficial General: Comandante da 4ª Brigada de Infantaria, Belo Horizonte, MG, 1991/1992; Chefe do CIE, 1992; Chefe da Casa Militar do Governo Itamar Franco, 1992 a 1995; no Comando de Operações Terrestres (COTER), em 1996.
- No exterior: Adido Militar das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na China, de 1988 a 1990.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, e a Escola Nacional de Informações (EsNI), 1987.
- Em 1964, era Tenente Comandante de Pelotão, servindo no Batalhão de Guardas Presidencial (BGP), em Brasília.

Entrevista realizada no dia 20 de outubro de 2005.

Em setembro de 1963, houve um movimento que ficou conhecido como Rebelião dos Sargentos de Brasília. Nessa época, o senhor era Tenente Comandante de um Pelotão da 4ª Companhia do Batalhão da Guarda Presidencial. Sobre tal fato, o que o senhor poderia deixar registrado para o Projeto de História Oral do Exército?

O período do Presidente João Goulart foi pleno de manifestações políticas e ideológicas, envolvendo sindicatos de trabalhadores, ligas camponesas e outras organizações. A complacência do Governo com esses movimentos fizeram-lhes adquirir certa naturalidade.

No âmbito das Forças Armadas começou a tomar corpo um movimento pela desobediência, pela inversão dos valores da hierarquia. Em vários lugares e Unidades, ao longo dos anos de 1961 a 1963, ocorreram manifestações ou tentativas de manifestações desse teor. Em Brasília, no mês de setembro de 1963, essa fase ficou materializada pela eclosão de uma revolta de sargentos das Forças Armadas, visando modificar as estruturas do governo. Esse movimento ficou conhecido como a "Rebelião dos Sargentos".

Na época, servia no Batalhão de Guardas Presidencial (BGP), única Unidade completa na nova capital e dessa forma bastante acionada, para a solução de todos os conflitos. A intranqüilidade existia em todo território nacional, mas Brasília, era uma grande caixa de ressonância. A prontidão era uma constante no BGP.

Na noite de 11 para 12 de setembro de 1963, foi executado o Plano de Chamada e os militares foram alertados. A maioria dos Oficiais morava na SQS 209 e quando desci para aguardar o ônibus, estava saindo o carro do Tenente Walmensi (Tenente Walmensi Paulo da Silva e Souza), levando mais quatro tenentes.

Era madrugada, três horas da manhã. Alguém me disse: "Cardoso pode ficar aí que o ônibus já vem e te pega." E realmente foi o que aconteceu. Daí a uns dez minutos, embarquei no ônibus com o quartel como destino. Estava sozinho e, até então, não sabia o que estava acontecendo. Inclinei a cabeça no encosto da cadeira – naquele sistema nosso – e, quase cochilando, eu vim. Na Avenida W3, o ônibus deu um solavanco, como se tivesse sido um golpe de direção, e acordei. Sonolento, perguntei ao motorista o motivo da manobra brusca. Respondeu-me: "Olha Tenente, parece que eram uns militares da Aeronáutica que estavam naquele carro e tentaram fechar o ônibus, mas o ônibus era maior do que o carrinho e o motorista desistiu." E, a partir daí, o caminho foi normal, mas fiquei meio preocupado.

Quando o ônibus chegou ao Batalhão, o pessoal vendo-me sozinho, perguntou: "Cardoso, não te prenderam?!" Respondi: "Não, estou aqui." Eles disseram: "Os sargentos estão em todas as saídas e entradas dos quartéis, prendendo a moçada." Eu disse: "Bom, comigo não aconteceu." Apresentei-me à minha subunidade, a 4ª

Companhia de Fuzileiros (4ª Cia Fzo), e recebi o meu setor de defesa. O Batalhão já estava todo empenhado na segurança do aquartelamento. Evidentemente, os revoltosos não tiveram o "peso" militar para empreender uma invasão do quartel.

Ao alvorecer, tivemos conhecimento real do que estava acontecendo nos outros lugares: oficiais foram presos na tentativa de entrar em seus aquartelamentos; outros, e não foram poucos, não conseguiram chegar às suas Unidades e se apresentaram ao BGP. Havia gente da Marinha, da Força Aérea. O militar não conseguia entrar na Base Aérea, pegava o carrinho dele e vinha para o BGP, no Setor Militar Urbano.

Em torno das 9h, depois de confirmar que o BGP estava seguro, o Comandante ordenou a constituição de uma coluna de marcha com duas Companhias de Fuzileiros reforçadas. Tudo pronto, a coluna de marcha seguiu na direção geral da Saída Sul. Ao chegar no entroncamento da BR 040 com a pista que leva ao balão do Aeroporto, a coluna se dividiu, seguindo a minha 4ª Cia Fzo para a área ALFA (aquartelamento dos Fuzileiros Navais) e a outra Cia Reforçada para a Base Aérea. Na área ALFA, encontramos somente graduados e fuzileiros, uma vez que os oficiais foram impedidos de entrar ou mesmo de permanecer no aquartelamento. Todos os graduados foram presos.

Eles reagiram?

Não houve reação. Quando a coluna se deslocava pela via de acesso que conduz ao quartel dos Fuzileiros Navais, as famílias dos Navais nos brindavam pejorativamente com algumas palavras de ordem, mas foi só isso.

A minha Companhia pernoitou no quartel dos fuzileiros navais e, acredito que na Base Aérea tenha ocorrido o mesmo com a outra Companhia reforçada. Essa foi a minha participação. É interessante observar que nessa madrugada de 12 de setembro, enquanto se buscava o pessoal em casa, aconteceu o momento crítico da intentona dos graduados.

Naquela noite, os revoltosos tentaram invadir o quartel do BGP. Ocuparam o espaço entre os fundos e a Saída Norte do quartel e colocaram em execução o plano para impedir que os militares do Exército chegassem aos seus quartéis.

Em função da intranqüilidade reinante, havia um serviço especial de ronda que era executado pelos Oficiais de Dia e os subtenentes de serviço. O Subtenente Borges estava rondando, quando ouviu um barulho no fundo do quartel. Ele era um militar decidido e para lá se dirigiu para ver o que acontecia. Em lá chegando, foi preso pelos revoltosos que estavam se aproximando do aquartelamento. O Subtenente Borges conseguiu parlamentar, dizendo que estava tudo bem, que os apoiava e voltaria para o Batalhão para dar o sinal que eles poderiam invadir, pois não haveria resistência. Conseguiu convencer os atacantes e retornou ao aquartelamento do BGP.

Imediatamente avisou ao Oficial de Dia, que deu partida ao Plano de Chamada e organizou um grupamento com o restante da Guarda do Quartel e das Subunidades. O Oficial de Dia implementou uma resistência tênue mas suficiente para impedir a invasão. Enquanto os invasores ficaram na dúvida quanto à "força" da defesa, os integrantes do BGP que estavam no quartel foram acordados, os oficiais e graduados começaram a chegar de suas residências e as frações foram se completando e reforçando a defesa inicial. Quando cheguei, fui direto com meu Pelotão para a linha de defesa e aguardamos, em posição, o alvorecer.

Basicamente, essa foi a parte que eu sei, mas existem outros fatos que se desenrolaram ao longo daqueles dois dias de setembro. Por exemplo, as operações na Esplanada dos Ministérios, onde os sargentos revoltosos da Marinha e da Aeronáutica estavam tentando tomar o prédio do Ministério do Exército. Os oficiais enviados ao local foram os tenentes, do BGP, André Leite Pereira, Carlos Monteiro de Carvalho, Hélio Tharsis Coe Centeno, e o Tenente Souza Aguiar, do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (EsqCMec).

No edifício do Ministério do Exército existiam o Escalão Avançado do Gabinete do Ministro do Exército e o Comando da 11ª Região Militar. A guarda do QG iniciou a resistência e conseguiu impedir a invasão. Os pelotões do BGP que para lá se dirigiram foram recebidos à bala e imediatamente devolveram o fogo. A ação do carro de combate do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (EsqRecMec) foi muito valiosa.

Seria muito importante para melhor conhecer esse capítulo de nossa história ouvir os oficiais que tiveram participação direta naquelas ações, especialmente o Tenente Abílio Monteiro Alves que era o Oficial de Dia ao BGP.

Tendo em vista o clima de insatisfação e um certo anseio pela implantação de uma República Sindicalista ou coisa assim, o Exército se reagrupou e mandou para Brasília uma Companhia de pára-quedistas, que ficou alojada no futuro Batalhão de Polícia do Exército (BPE), e um Esquadrão mecanizado, que também ficou ocupando as instalações do BPE. Quer dizer, havia alguma preocupação com relação ao futuro.

De que maneira a rebelião influenciou o ambiente no Batalhão?

O ambiente foi influenciado, porque vários sargentos do próprio BGP foram indiciados como participantes daquelas manifestações e julgados pela Justiça Militar. São circunstâncias desagradáveis. Naquela ocasião, a sede da Auditoria Militar com jurisdição sobre Brasília era na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e os militares eram levados para o julgamento. Surgiu, como era natural, certa preocupação, tanto de oficiais como de sargentos, se bem que não se transformou, vamos dizer assim, num drama ou trauma. Houve uma desconfiança. De uma certa maneira já era previsível a

participação daqueles poucos graduados que foram presos. Eram profissionais, mas havia sempre uma dificuldade no relacionamento deles com os oficiais.

O senhor continuou como Comandante do Pelotão?

Continuei como Comandante do Pelotão.

No decorrer do período que se seguiu até a Revolução de 1964, no ambiente diário do quartel, o senhor conseguia conhecer, entre os tenentes e capitães, quem eram os seus amigos? Conseguia saber, mais ou menos, a posição deles? Isso era visível ou não? Aquele foi um período conturbado.

Foi um momento difícil e a gente tinha pouca informação. Quando você não tem muita informação, fica meio sem rumo. Então, havia uma amizade boa entre os oficiais, entre os graduados, entre os graduados e oficiais, apesar de ter havido aquilo em setembro de 1963. Quer dizer, a vida no Batalhão não foi insuportável. Ela ficou penalizada por aquilo, mas como ninguém tinha muita informação, nós tocamos para frente. Ou seja, a vida continua.

Não vinham informações de fora, trazidas pelo Comandante?

Pouca informação. Como disse, talvez fosse até bom, visto que não provocou grandes discussões ou divergências e permitiu que a maior parcela dos oficiais se mantivesse favorável à Revolução e os poucos que não aderiram, também, não se pronunciaram contrários; eles apenas não participaram.

Sem informações – não havia uma cadeia de informações –, como os senhores tomavam conhecimento dos acontecimentos? Pelos jornais?

Jornal, rádio. A própria vida da cidade, que volta e meia tinha umas complicações conforme eu já falei. Quem é que tinha que sair para resolver os problemas? Eram as tropas do Exército. Quando eu cito tropas do Exército leia-se pelotões e companhias do BGP. Houve uma crise entre o Secretário de Segurança do DF e a Guarda Especial de Brasília (GEB), ao final do ano de 1963 ou início de 1964, o que resultou na retirada dos policiais das ruas e, como conseqüência, o policiamento da capital passou a ser feito pelo BGP. A GEB era uma guarda tipo Polícia Militar. Mas como aqui era Distrito Federal e não tinha Governador, ela era uma guarda, vamos dizer assim, praticamente do Governo Federal.

Logo a seguir ao desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964, o seu pelotão, sob seu comando, se deslocou na direção de Minas Gerais. Gostaria que o senhor relatasse os acontecimentos vividos. O que o senhor pode esclarecer?

Os acontecimentos do dia 31 de março ocorreram, também, dentro de muita desinformação para todos. Fica-se sabendo, na hora, do grande evento, mas os

detalhes, as posições do pessoal, ninguém ficou sabendo anteriormente. O Subcomandante do BGP era o Tenente-Coronel Antônio Barbosa de Paula Serra. Segundo alguns companheiros, ele era favorável ao Movimento revolucionário que resultaria na deposição de Jango. O Coronel Serra teria manifestado essa posição para alguns oficias. No dia 30 de março, ao terminar o expediente o Batalhão entrou em situação de prontidão. No cassino os oficiais perguntavam: "O que está acontecendo?" Pelas notícias ficamos sabendo do início do Movimento. A 11ª RM ordenou o deslocamento de uma Companhia reforçada para o corte do Rio São Marcos, próximo a Paracatu, divisa do Estado de Goiás com o de Minas, para deter as tropas que viriam das Alterosas.

Ficou ajustado à "boca pequena" que o Coronel Serra seria o comandante da coluna. A coluna seria constituída pela 4ª Companhia de Fuzileiros, que era comandada pelo Capitão Dário Alfredo Pinheiro, uma Seção da Bateria de Artilharia e uma Seção de carros. Estava tudo isso mais ou menos acertado. Com relação ao Comandante do BGP, Coronel Raimundo Netto Corrêa, ele era um homem de bem, mas exercendo a função de Comandante do Batalhão de Guardas Presidencial, tinha que ser favorável ao Presidente e cumprir sua missão. Ele era um homem bom, discreto, em suma, era assim... uma boa pessoa, mas muito fechado.

A missão era dele como também seria a nossa. Cumprindo as ordens da 11ª Região Militar, na madrugada de 31 de março a coluna de marcha se organizou e iniciou o movimento.

A tropa estava saindo da avenida do Setor Militar Urbano para alcançar o Eixo Monumental e seguir para a Saída Sul, quando foi detida por um grupo de oficias superiores da 11ª RM. Chamaram o Tenente-Coronel Serra, o destituíram do comando e o substituíram pelo Major Ernani Azevedo Henning. Houve então um certo mal-estar. O Capitão Dário reuniu os tenentes e, mesmo não tendo uma decisão clara, ficou definida a seguinte posição: "vamos cumprir as ordens até determinado ponto, mas nós não vamos atirar em ninguém". Seguimos para o cumprimento da missão.

Qual a posição desse Major Henning?

Não sabíamos a posição dele. Era o Fiscal Administrativo do BGP e o pessoal gostava dele, porque era um militar trabalhador e sério. Certamente não foi ele quem criou aquela circunstância, aquela bomba caiu na mão dele.

Depois de alguns enguiços nas viaturas chegamos ao corte do Rio São Marcos por volta de meio-dia. Houve a ordem para entrar em posição, o que foi feito rapidamente. A Seção de carros foi lançada à frente e a Artilharia se posicionou.

Enquanto a posição foi ficando organizada, entre os tenentes as perguntas surgiram: "O que vamos fazer? Prender o Major? Passar para o outro lado?" Mas a

realidade é que nenhuma decisão foi tomada. Quando escureceu, a tropa estava em posição. Não sei como foi transmitida mas, cerca de 21h de 31 de março, recebemos a ordem de retornar, pois a Revolução havia triunfado. Na manhã do dia 1º de abril, chegamos ao quartel. Isso foi o que ocorreu no corte do Rio São Marcos.

Qual o fato curioso que ocorreu com relação ao "rancho", nessa ocasião?

Quando chegamos no corte do Rio São Marcos, o Tenente Paulo Diniz foi mandado a Paracatu para comprar a carne para fazer o almoço. Ele saiu às 13h, andou perto de noventa quilômetros e com isso o almoço ficou pronto só às 17h30m. O corneteiro "tocou rancho" e a tropa avançou. Depois da faina de limpeza do almoço, passados alguns minutos, o corneteiro "tocou rancho" novamente. E toda a tropa avançou para o jantar.

Outro fato pitoresco, segundo transmissão verbal, aconteceu com um soldado que caprichou na construção do seu abrigo individual e, depois de bem alimentado, adormeceu. O Batalhão foi embora de retorno para Brasília e ele lá ficou. Quando as tropas mineiras passaram, ele se apresentou e acabou sendo o guia dos mineiros.

Quer dizer que as tropas mineiras vieram?

Vieram, chegaram a Brasília e ficaram alojadas no Teatro Nacional. Lamentavelmente não me lembro do nome do soldado do BGP "esquecido" na área onde entramos em posição, no corte do Rio São Marcos, mas ele acabou sendo o guia, veio mostrando o caminho e ainda orientou o pessoal em Brasília.

A posição do Major Henning foi esclarecida ou ele era apenas um executor?

Não, ninguém sabia e nem soube, porque não surgiu a oportunidade da definição, não houve a circunstância. Quer dizer, a circunstância haveria se as tropas de Minas Gerais chegassem antes da ordem de retorno. Certamente haveria uma parlamentação, se houvesse o contato entre as duas tropas, como ocorreu em outros lugares. Mas essa oportunidade não surgiu.

O Comandante permaneceu?

O Coronel Raimundo, Comandante do BGP, continuava no comando. Enquanto a coluna se deslocava para o corte do Rio São Marcos, indo e voltando, o Batalhão continuava de prontidão em Brasília. E começou a discussão – reunião de oficiais... quem é que está do meu lado... quem está do outro lado... Depois que passa, não se pode criticar alguém pela posição ou atitude tomada, porque todos estavam desinformados. Alguém que tinha uma informação tomou determinada posição; o outro que não tinha aquela informação, tomou posição diferente. Mas a realidade é que a maior parte do Batalhão estava favorável à Revolução. E os que não eram

favoráveis à Revolução, não eram inimigos nossos nem da Revolução, eles talvez tivessem um outro drama de consciência influenciando a decisão.

Eles chegaram a ser presos?

Não, eu tenho a impressão de que ninguém foi preso. Quem eu acho que foi o primeiro que ficou mais ou menos fora de ação foi o Comandante. Não sei se nesse mesmo dia, mas no final da tarde chegou o então Coronel Carlos de Meira Mattos, de capacete de aço, pronto para a ação. Era o Comandante do 16º BC, Batalhão de Cuiabá, em Mato Grosso. Para mim, pelo menos no meu conhecimento, foi a primeira tropa de fora da guarnição que chegou a Brasília para, vamos dizer assim, assegurar a Revolução. Mas o Coronel Meira Mattos foi ao BGP e assumiu o Comando do Batalhão. O primeiro afastado foi o Coronel Raimundo.

General, quando houve o episódio da Avenida W3?

A partir do dia 1º de abril, já com a situação nacional decidida em favor do Movimento revolucionário, vários oficiais superiores e até generais transmitiram ordens ao Batalhão. Foi um momento confuso, pois os subalternos não sabiam quem estava mandando. Houve, então, missões diversas, para prender ou isolar os principais auxiliares do Presidente deposto e, nesse contexto, no dia 2 de abril, coube-me prender Darcy Ribeiro, ex-Chefe da Casa Civil. A ordem era bem simples, recebi o endereço e me disseram para bater na porta do apartamento e efetuar a prisão. Foi o que fiz.

Onde ele morava?

Na SQS 208, vizinho da SQS 209, onde residiam os oficiais que serviam em Brasília. Então, para lá me dirigi. Bati na porta da casa dele, ninguém atendeu. Bati outra vez, apareceu alguém. Não sei se foi a empregada ou se foi outra pessoa. Disse: "Não está, ele deve estar no Riacho Fundo". Prontamente, saí com meu pessoal. O meu Pelotão era transportado em duas viaturas "choques" e um jipe. Eram três Grupos de Combate (GC), cada um comandado por um sargento. O 2º Sargento Mário Luiz era comandante de GC e adjunto do Pelotão. Os sargentos Antônio Araújo e Sampaio comandavam os outros GC.

Riacho Fundo é saída para Goiânia. Em lá chegando, recebemos a informação de que Darcy Ribeiro não estava. Fizemos uma busca limitada no local e nada encontramos. Iniciamos, cerca de 16h, o movimento para voltar ao quartel.

Quando passamos em um sinal de trânsito, um civil me alertou que estava ocorrendo uma grande confusão na Rodoviária. Estávamos voltando pelo Eixinho "W" e fatalmente iríamos passar pela Rodoviária. Perguntei o que acontecia e ele disse que os manifestantes estavam protestando contra o Movimento revolucionário vitorioso e

pretendiam atacar a Rádio Alvorada. Essa estação de rádio localizava-se na altura da Quadra 504, no início da Avenida W3 Sul.

Eu estava no caminho para a Rodoviária. Pensei comigo: "não vou para lá, não vou entrar no meio de uma confusão". Decidi seguir pela W3 pois poderia pegar o Eixo Monumental sem passar pela Rodoviária. Do Eixinho "W" subi pela 107/108, passei pela Igrejinha e no balão da 306/307, prossegui para a W3, indo sair na altura da 506/507. Ao virar à direita na W3, parei e verifiquei que a uns 300m um alentado grupo de pessoas se deslocava na direção da 507.

Pensei: "E agora!?" Examinei a situação e verifiquei que poderia evitar o confronto com a turba que se aproximava, pois existia uma via de escape se manobrasse na contramão da W3 e retornasse para a Rua da Igrejinha. Mas, não foi isso que nos ensinaram e imediatamente decidi barrar o movimento dos manifestantes. Segundo aquele preceito dos tenentes: "correr do inimigo, jamais e, além disso, eles já nos viram". Um "choque" fechou a mão e o outro a contramão da W3. O Jipe ficou no meio e os espaços entre as viaturas foram preenchidos pelos Grupos de Combate em uma simples fileira. Colocamos um fuzil-metralhadora (FM) em cima de cada "choque" e esperamos a chegada da turba, com baionetas caladas. Nossa preparação foi rápida.

Interessante que o senhor não quis antecipar o confronto, indo para a Rodoviária, onde estaria a turba, segundo o boato.

Se eu tivesse ido para a Rodoviária, talvez já não encontrasse ninguém e a história teria sido diferente.

Os manifestantes bradando *slogans*, se aproximaram e fui cumprir o prescrito no regulamento de controle de distúrbios. Eu e meu mensageiro nos adiantamos, para que eu fizesse a proclamação da autoridade. Gritei: "Atenção!" Foi como se eu não existisse. A turba, nessa altura já a 6m, simplesmente me ignorou e continuou a avançar. Recuei calmamente, me alinhei com o Pelotão e comandei: "4º Pelotão, Fogo!"

Havíamos explicado aos soldados que a primeira salva deveria ser para cima. O Pelotão todo atirou e aconteceu uma circunstância fundamentalmente favorável. Um dos FM Madsen, ao atirar para o alto, atingiu uma luminária da iluminação pública, especialmente a parte de baixo que era de vidro. Voou caco de vidro para cima dos manifestantes. Interessante ressaltar que os agitadores, para manipular a massa, dizem que a tropa não vai atirar e que a munição é de festim. Quando a chuva de vidro começou a cair, a turba percebeu que a munição era real e o ronco do FM era para valer.

Imediatamente os manifestantes fizeram meia-volta e nós entramos em "aproveitamento do êxito" e fomos empurrando, na ponta da baioneta, os recalcitrantes. À medida que passávamos pelas saídas laterais da W3, o número de manifestantes

diminuía e, ao final, restou um grupo de umas cinqüenta pessoas e uma balançava a bandeira brasileira. O Sargento Araújo escolheu um soldado e disse: "Vamos lá pegar essa bandeira." E dito e feito e a bandeira, durante um bom período, ficou como troféu do 4º Pelotão.

A manifestação já estava dissolvida e o Pelotão se reorganizando quando, no sentido contrário do nosso movimento, chegou uma patrulha de reconhecimento do Esq Rec Mec, chefiada pelo Tenente Jayme Martins Falcão. Ultimamos juntos a limpeza da área e iniciei o deslocamento para o quartel. Esse foi o episódio da W3.

O Tenente Falcão recebeu a missão de controlar a manifestação?

Não sei por que ele apareceu lá. Talvez, em função daquela movimentação na Rodoviária, tivesse recebido a determinação de fazer um reconhecimento.

Quando a ação na W3 terminou recebi ordem de proteger as instalações do *Correio Braziliense*, no Setor Gráfico. Lá ficamos até às 21h quando, por telefone, nos ordenaram regressar ao BGP.

O Batalhão, a partir desse momento, já em ambiente de Revolução de 1964, se reorganizou? O Coronel Meira Mattos continuou no Comando?

Sim, se reorganizou. Quanto ao Comando, não sei responder. Normalmente, saíamos em missão pela manhã, retornávamos ao final da tarde e, no dia seguinte, a situação se repetia. Ao sairmos, o Comandante do Batalhão era um, ao voltarmos, era outro. Tivemos o Coronel Meira Mattos, o Coronel Álvaro Alves dos Santos e outros. Finalmente, o Tenente-Coronel Amando Amaral ficou como Subcomandante e o Coronel Darcy Lázaro assumiu o comando do BGP.

General, na nossa conversa inicial sobre a Rebelião dos Sargentos de 1963, o senhor citou que tinha vindo para Brasília, enviada pelo escalão superior, uma tropa pára-quedista, talvez no valor de uma Companhia. Em 1964, além da tropa de Mato Grosso, chegou também uma tropa de Minas. Essas tropas voltaram logo ou permaneceram em Brasília algum tempo?

Acredito que somente vieram para Brasília a tropa comandada pelo Coronel Meira Mattos e uma coluna do 12º Batalhão de Infantaria (12º BI), de Belo Horizonte. Permaneceram algum tempo, não sei precisar quanto. Lembro-me de que, uma semana depois – não sei, talvez duas semanas – houve no pátio do BGP um grande *show* para divertir as tropas.

No seu currículo, constatei que o senhor trabalhou quatro anos no Centro de Inteligência do Exército (CIE), mais quatro no Serviço Nacional de Informações (SNI), e depois, voltou para a Escola Nacional de Informações (EsNI). Considerando a sua expe-

riência sobre a atividade de informações, o senhor poderia tecer comentários sobre a importância e a necessidade das mesmas?

Hoje em dia, quando se fala em informação, paira uma conotação negativa, tanto que já estão modificando para o termo "inteligência", que é um termo muito mais palatável na mídia atual. É claro que não se modifica apenas a palavra, mas se modifica a ação. O Governo de Castello Branco foi o primeiro que estruturou um sistema de informações. É interessante assinalar que, na maioria dos países importantes, havia um sistema de informações para proteger e orientar os governos.

Alguns críticos do SNI reclamavam da "ideologia" do sistema. O SNI foi criado para opor-se ao avanço das idéias comunistas, que eram propagadas por grupos de opositores ao regime. As pessoas que governavam o País entendiam que o "comunismo" era um mal para o País. O SNI tinha mensagem ideológica, da mesma forma que seria o inverso se os opositores da Revolução tivessem alcançado o Poder. É mais ou menos isso que ocorre em Cuba com relação aos não-comunistas. O sistema de informações cubano será despido de ideologia? Hoje em dia qual seria a ideologia de um novo sistema? Quem define esse ponto básico? Teria que ser o Estado. Sim, mas o que é o Estado? O Estado é uma abstração, quem representa o Estado é o Governo. Cabe ao Governo agora ou vai caber um dia estruturar um sistema de informações para o País.

Quanto ao nosso serviço de informações da época – o SNI e seus componentes – criado pelo Governo de 1964, o senhor conclui por sua importância para a condução do Governo revolucionário?

Claro que sim, pois dotava o Governo de conhecimentos e dados que permitiam a adoção de medidas criteriosas para a solução dos problemas nacionais. Recente livro sobre a atividade de informações no Brasil relata que os primeiros documentos que o Presidente José Sarney lia eram os relatórios econômicos do SNI. É válido perguntar: "O sistema foi perfeito, só alcançou sucesso?" Não, o que vive e que se estrutura na ação, na condução, na execução de medidas está sujeito a erros, a dificuldades e a falhas. Não se pode confundi-las com o desprezo total pela atividade de inteligência dentro de um Governo. Isso é que não pode acontecer.

E ainda: uma coisa fundamental e ali estava o exemplo, é que o serviço de inteligência tem que ser criado dentro de um sistema – vários elementos que compõem aquele sistema. No caso do Serviço Nacional de Informações, tinha o próprio Serviço, o Centro de Inteligência do Exército, o da Marinha, o da Aeronáutica, o da Polícia Federal. Isto é, todos fazendo parte de um só sistema, verticalizado e diretamente ligado ao Presidente da República ou uma figura semelhante a ele, em termos de padrão. Hoje, todo esse sistema foi destruído, não existe mais. Teríamos que verifi-

car qual é o tipo de informações e de inteligência que o Estado, o Governo, precisaria, para que pudéssemos estruturar recursos humanos a fim de conduzir um sistema desse tipo, obra que não se faz da noite para o dia.

General, poderia comentar sua participação nos governos Itamar Franco, o senhor foi Chefe da Casa Militar, e Fernando Henrique Cardoso, na função de Assessor Especial? Nos governos militares, sua participação se deu por meio do SNI. Depois, talvez até, numa tentativa de recriar um sistema de informações ou inteligência

A ação básica era a estruturação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Inicialmente foram selecionadas três áreas como objetivos-alvo da atividade de inteligência. Eram reclamos maiores de governantes e do povo. A violência estava desafiando o País, a corrupção grassava e o tráfico de drogas se espalhava, chegando a considerar algumas partes das cidades como "áreas liberadas", onde o Governo não tinha poderes. A ABIN seria a cabeça do sistema e os recursos humanos começariam seus treinamentos trabalhando nesses três vetores fundamentais: Combate à corrupção, combate ao tráfico de drogas e combate à violência. Para combater e vencer tais desafios, teremos que contar com pessoas muito bem treinadas e preparadas. É imperioso que os integrantes do sistema tenham caráter e pertençam a uma instituição com caráter, onde as pessoas de bem sejam reconhecidas e os sem caráter sejam afastados. Outro elemento indispensável é o mandato, ou seja, a credencial estabelecida pelo Governo para executar, em seu nome, as ações do órgão de inteligência.

O senhor considera difícil a tarefa de criar tal instituição?

Ah, vai ser muito difícil.

Como contribuição para a estruturação de um órgão de inteligência, cito o documento final de um seminário sobre tal atividade, realizado no Congresso, durante a gestão do Almirante Mário César Flores na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Foram convidados diplomatas brasileiros e estrangeiros, membros ou ex-membros dos serviços de inteligência nacionais e de outros países, políticos, jornalistas, militares e policiais. O referido documento contém de 90 a 95% das medidas e ações prioritárias e necessárias para se implantar um serviço de inteligência útil ao País e à população.

Estamos satisfeitos com seus esclarecimentos e, em nome da equipe do Projeto História Oral do Exército, agradeço muitíssimo sua participação e colaboração.

Eu é que agradeço pela oportunidade de expor as idéias, que não são só minhas, mas aprendidas ao longo da vida, através da experiência dos outros. Foi uma oportunidade de conversar sobre um período rico para nós, que nos trouxe também muito conhecimento e vivência que poderemos aproveitar para outras situações.

Coronel José Campedelli

- Natural da Cidade de São Simão, São Paulo, SP.
- Ingressou, em março de 1944, na Escola Militar de Resende, oriundo da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria, em dezembro de 1946.
- Principais cargos e funções militares, como Oficial Superior: Oficial de Estado-Maior da antiga 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS, de 1962 a 1964; Oficial do Gabinete do Ministro do Exército, de 1964 a 1967; Comandante do 6º Regimento de Cavalaria Blindado, de 1972 a 1974, na Cidade de Alegrete-RS; Assistente do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, em 1974; e Assistente-Secretário do Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de 1974 a 1975.
- Principais funções civis: de 1967 a 1969, foi Governador do antigo Território Federal de Rondônia e Conselheiro da Sudam e Sudeco; de 1974 a 1975, Secretário da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais; em 1984, assessor do Presidente do Programa Grande Carajás, no setor de transportes; de 1984 a 1985, Chefe da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Agricultura, em 1985, da DSI do Ministério da Cultura, e, de 1986 a 1989, da DSI do Ministério da Previdência e Assistência Social.
- No exterior: Adido Naval e do Exército junto à embaixada do Brasil na Venezuela, em 1976 e 1977.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Como atividade de ensino civil, foi professor-colaborador de Geografia Humana, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguaiana, RS, de 1962 a 1964.
- Em 1964, como Major, exercia a função de E2 (Oficial de Informações), na 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana.

Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2004.

Tenho prazer em participar desta entrevista; lamento, apenas, as eventuais omissões, que o tempo decorrido proporciona, comprometendo a perfeita rememoração de tudo o que se passou, para uma completa e real avaliação dos fatos.

O Projeto coloca à sua disposição o tempo que o Senhor quiser utilizar. Importa-nos a história vivida pelo Coronel Campedelli, no que diz respeito à Revolução de 1964.

Farei um preâmbulo a fim de esclarecer a minha situação nisso tudo.

Além da satisfação de encontrar-me aqui, a convite dos responsáveis por esse projeto extraordinário da História Oral da Revolução de 1964, desejo consignar uma homenagem especial aos companheiros que arrostaram os riscos do período conturbado da Revolução. Conspirávamos contra o processo de comunização do País, especialmente grave no Rio de Janeiro, à época em que freqüentei os cursos de Aperfeiçoamento e da Escola de Comando e Estado-Maior.

Considero que o meu engajamento nessa conspiração teve início em 1945, com a queda do Presidente Getúlio Vargas. Ainda era cadete. Depois, sucederam-se aqueles acontecimentos todos que redundaram no suicídio do Presidente Vargas, durante seu segundo governo. Lembro-me de que servia em Itaqui-RS e fui designado para estabelecer barreira na estrada que conduzia a São Borja-RS, porque um dos membros da guarda pessoal do Getúlio Vargas, suspeito de ter participado do atentado a Carlos Lacerda e da morte do Major Rubens Vaz, o Subtenente Climério (Climério Euribes de Almeida), estava sendo procurado e era de São Borja.

Episódios anteriores já tinham sido constatados quanto à existência de infiltração comunista nos quartéis. Lembro-me de que, nessa época, servia no meu Regimento o Major Kardec Leme, comunista notório. Kardec era comunista convicto, um homem atuante, explorando os antagonismos naturais que existem dentro de qualquer instituição. Mas o objetivo principal dele era sempre estabelecer divisões entre oficiais e sargentos,

Então, já havia motivação. E, também, a destruição dos valores de nossa sociedade, porque, afinal, sabíamos ser essa uma das técnicas da insidiosa ação comunista. Ao mesmo tempo, organizavam os seus quadros com vistas à Revolução, a criação de uma "área liberada" e tudo o mais que já conhecemos.

Quando fui cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), tinha ocorrido, antes, aquele famoso "retorno aos quadros constitucionais vigentes" do General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott). E surgiram problemas com a Aeronáutica. A Base Aérea dos Afonsos foi sitiada por força do Exército e criou-se um clima muito ruim entre o Exército e a Força Aérea. Um concunhado meu, Major da Aeronáutica, morava na Ilha do Governador e éramos muito ligados.

De certa forma, já estávamos identificados. No Rio de Janeiro, o General Lott estabeleceu um sistema. Quem não fosse da rigorosa confiança do sistema não tinha

condições de entrar em uma Unidade, mesmo para visitar um companheiro; era penoso, muito complicado. Então, onde encontrei caminho e mais facilidade para as conversas, foi junto ao pessoal da Aeronáutica.

Era mais livre, inegavelmente. Lá, conheci vários oficiais, coronéis, majores, o Bournier, por exemplo; muitos, depois, brigadeiros. Estiveram ameaçados de invasão, na Base Aérea do Galeão, e consideraram a eventualidade da destruição da ponte. Naquele tempo, havia uma pontezinha só... Lembro-me de ter levado um Capitão, amigo meu e da minha turma, o Rocha Maia, que também estava cursando a EsAO, a fim de planejar a destruição da ponte. Mais tarde, veio a tornar-se uma pessoa proeminente no Ministério do Interior. Conto esses fatos para caracterizar o ambiente complicado que existia.*

Outro fato, que caracteriza o clima quente da época, redundou em punição grave para um grupo de oficiais da Aeronáutica. Na solenidade de formatura da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o General Lott, que respondia pelo Ministério da Aeronáutica, estaria presente à cerimônia. Os oficiais, em represália, não compareceram e foi uma confusão danada, com muitas prisões.

Depois, quando terminei a EsAO, também só nos ofereceram, para escolha, Unidades localizadas na fronteira. Os oficiais, que eram de confiança, conseguiam permanecer em Unidades do Rio de Janeiro e em outras boas guarnições, mas tive que voltar para a fronteira. De certa forma foi bom, porque me estimulou a estudar para o concurso da Escola de Estado-Maior, maneira certa de voltar para o Rio de Janeiro. Então, preparei-me durante um ano, fiz concurso e ingressei na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Para que local de fronteira você foi designado?

Para Itaqui, fronteira com a Argentina.

Na Praia Vermelha, durante o curso, passei os anos de 1959 a 1961. Nessa época, a nossa preocupação com o processo de comunização do País permanecia muito grande. Acontecia em todas as áreas, principalmente no âmbito da Igreja Católica. Cito, por exemplo, no caso, os dominicanos, que estavam sendo claramente utilizados. Naqueles tempos em que se tornaram comuns os cursilhos e coisas assim. Nas missas, em plena homilia, entrava o programa de reforma agrária do governo, algo desse tipo.

A preocupação era crescente; na área militar também tudo parecia muito complicado. Reuníamo-nos em casas de oficiais – creio ser oportuno prestar uma

---

* O entrevistado relatou muitos detalhes e situações particulares, com o objetivo de levar o leitor a considerar, embora com deficiência, o ambiente político, psicossocial, militar e econômico da época em que os fatos se sucederam.

homenagem a alguns companheiros – particularmente a um deles, a que ninguém mais se referiu: Coronel Luís Mendes. Tínhamos muita pena da esposa dele, que nos aturava, às vezes, varando a madrugada, sempre servindo um cafezinho. Justo é homenagear as esposas dos oficiais que participavam dessas reuniões, porque também corriam risco muito grande.

Era uma conspiração!?

Era uma conspiração. Quem sabe, prejudicaríamos as nossas carreiras, eventualmente presos, muitas coisas poderiam ocorrer. Então trata-se de uma homenagem que aproveito para fazer àqueles companheiros.

Se não havia decisões, se não formulávamos um pensamento político estruturado, afinal, as reuniões acabaram servindo para nos identificarmos. Foi a primeira vez que ouvi falar em Hélio Mendes, em Hélio Lemos, em General Ribas, em Ademar de Queiroz e no próprio Costa e Silva.

Mas eram visões vagas, porque essas pessoas estavam em um patamar que não era o nosso. Na verdade, a conspiração tinha uma base de capitães, majores, tenentes-coronéis e alguns coronéis.

Gostaria de enfatizar a homenagem às esposas, à minha esposa Martha em particular, que jamais fizeram qualquer objeção às nossas atividades. Em que pese o estudo intenso nas escolas, a gente, às vezes, saía à noite para tratar daqueles problemas; ao contrário, em vez de objeção, recebíamos até estímulo para que participássemos. Sem dúvida, um mérito extraordinário das nossas esposas que assim cooperaram intensamente.

Acredito que assim procedeu a maioria de nossa sociedade, as senhoras, principalmente, como no episódio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Este é o preâmbulo que gostaria de fazer.

O Movimento de 1964 teve uma gestação de dez anos. Seus primórdios remontam a 1954. Deixemos as causas mais remotas e lembremo-nos mais de que, a partir de 1954, ocorreu uma seqüência de fatos, como o manifesto dos coronéis...

Com o intervalo do Governo Juscelino Kubitschek. Ali, talvez, possa ser considerado só o episódio isolado da Aeronáutica.

Foi uma época muito tumultuada, principalmente no campo ideológico. O próprio General Lott sofreu muitas acusações, mas parecia haver identificação sua com as esquerdas, tanto é que na campanha dele para Presidente da República duas pessoas se salientaram, e eu guardei muito bem isso, porque as duas eram Ednas: a Edna Lott, a filha do General Lott, e a Edna Leme, esposa do Kardec Leme, comunista, sem qualquer sombra de dúvida. Tratava-se de segura identificação com as esquerdas. O Juscelino veio nesse bojo; ele recebeu, de certa forma, como que uma contaminação...

O certo é que Juscelino estava em outra. Seu problema principal com o Movimento de 1964 foi mais agudo na área de corrupção, especialmernte pela maneira como foi construída Brasília. Ninguém discutia o aspecto estratégico da construção de Brasília, mas a maneira como estava sendo feita e a oportunidade eram muito discutidas.

Passemos à sua participação mais direta na Revolução propriamente dita. Na eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964, você servia na 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS. Sabemos que você foi movimentado logo após o término do curso da ECEME, mas como a carreira o colocou em Uruguaiana? Pergunto, ainda, quais foram os antecedentes da Revolução naquela região, não especificamente em Uruguaiana, mas no Sul? Na pré-entrevista, você disse que havia uma conspiração em andamento.

A minha ida para Uruguaiana deu-se por minha escolha, pois lá estivera como tenente e capitão. Aliás, sempre servi naquela área, por isso a conhecia bem. Na cidade, viviam parentes da minha senhora, médicos, um pessoal muito bem relacionado. Para mim, foi extremamente agradável ser classificado em Uruguaiana. Afinal, considerei excelente o ambiente que encontrei. O Governo teve a preocupação de transferir para a periferia, para as fronteiras, o pessoal que não lhe era muito favorável, gente francamente na oposição, como alguns oficiais. Ao chegar a Uruguaiana, já encontrei o Grupo de Artilharia sob o comando do Major Amerino Raposo Filho.

Você foi para Uruguaiana em 1962?

Início de 1962.

Depois da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart já Presidente.

Chegando lá, encontrei o Raposo e a Unidade dele sendo trabalhada em uma sistemática de preparação anticomunista. Vizinho, separado apenas por uma cerca, o 8º Regimento de Cavalaria. Este Regimento enfrentava alguns problemas, porque, na posse do Jango, época da “legalidade”, a Unidade, sob o comando do Coronel Carlos Alberto da Fontoura, esteve embarcada, pronta para deslocar-se e combater as forças que se opunham a Jango. O Fontoura, mais tarde, chegou a General-de-Exército, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI); um excelente oficial, mas o Comandante da Divisão era o General Ênio da Cunha Garcia, que fora leal ao General Machado Lopes, Comandante do III Exército.

Aliás, a história do III Exército é um tema, enquanto estava na ativa, de que tratei bastante. Falei muito sobre isso que chamo de “exércitos regionais”. Aquela história de que o Exército era fator de unidade nacional etc. estava virando uma complicação e, várias vezes, alertei os nossos chefes quanto ao problema. O III

Exército, na realidade, era exército gaúcho, porque os quadros eram praticamente do Rio Grande do Sul; quem não era gaúcho era casado com uma riograndense, como o meu caso. Quando se deu o apelo regional do Brizola, a resposta foi positiva; o Rio Grande do Sul levantou-se, naquela ocasião, em apoio ao Brizola e o General Machado Lopes teve que adotar aquele posicionamento, também.

Da mesma forma, igualmente existiam os exércitos do Paraná, de São Paulo, do Nordeste...

Bem, falava do Ênio Garcia que, por ter tomado atitude favorável ao João Goulart, assumiu a chefia de gabinete do General Segadas Viana quando este passou a ocupar o cargo de Ministro do Exército. Isso vai ser muito interessante, porque, logo depois que cheguei a Uruguaiana, veio comandar a GU e a Guarnição o recém-promovido General José Horácio da Cunha Garcia, que era mais antigo que seu irmão, o Ênio da Cunha Garcia. Só foi promovido por influência do irmão, já que o Horácio estava contra a situação. Esse fato relataremos depois, pois se trata de um aspecto muito peculiar sobre a atuação do General José Horácio da Cunha Garcia.

A região era muito favorável ao desenvolvimento das teses socialistas, porque a estrutura socioeconômica da fronteira era complicada: fazendeiros tradicionais e uma vida plena de atraso, utilizando métodos mais antigos, naturalmente muito conservadores, e o restante de uma população pobre. A Igreja muito contaminada. O Bispo de Uruguaiana, Dom Luís Felipe de Nadal, figura extraordinária, que morreu num acidente de aviação, logo se tornou muito meu amigo. O Bispo tinha um problema que precisava resolver. O Brizola, quando Governador, estabeleceu uma série de medidas, para a formação de lideranças agrárias. E Dom Luís, para neutralizar isso, fundou e eu o ajudei, a Rádio São Miguel. Era uma Rádio direcionada. Distribuíram receptores de freqüência fixa que só permitiam sintonizá-la. E a Rádio São Miguel passou a atuar sobre as populações rurais. Naturalmente, com aulas de preparação de carnes, de preparação de pizzas, enfim, de economia doméstica etc. O objetivo principal era a formação de lideranças rurais contrárias ao comunismo.

Bem, ao mesmo tempo, Dom Luís fundou uma faculdade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fui convidado para lecionar Geografia Humana. Confesso que nem sabia o que era Geografia Humana, exatamente. Preparei-me, especialmente, para isso. Mas o objetivo principal era o nosso entrosamento com a sociedade civil, porque a Faculdade funcionava à noite, e os alunos eram adultos; até Juiz de Direito, Promotor Público, Engenheiro Naval etc. Foi oportunidade muito boa para aumentar o círculo de conhecimentos. Coincidiu até que, naquela época, houve o plebiscito sobre a permanência ou não do parlamentarismo. Tive a oportunidade de trabalhar muito sobre isso, na esfera política, junto ao pessoal. E também

mostrar a imagem do oficial do Exército, porque já estávamos certos de que aquilo iria desembocar em uma solução de força.

A agitação comunista era permanente. Inclusive, foi quando ocorreu a visita do célebre Padre Alípio de Freitas, português, comunista violento, que fazia a pregação ostensiva da invasão de terras. A própria área de exercícios do Exército, Saicã, esteve ameaçada e tivemos que tomar providências para protegê-la.

Você identifica esse quadro não só em Uruguaiana, mas também em toda a região do Rio Grande do Sul?

Todo o Rio Grande do Sul estava envolvido. Existia aquele jornal, *Última Hora*, do Samuel Wainer, bem como a *A Platéia*, editado em Santana do Livramento, mas com circulação em todo o Rio Grande do Sul.

E o grupo de vocês, os seus companheiros, preocupados com o avanço da propaganda comunista. Você, o Raposo, outros oficiais, o Bispo de Uruguaiana, o Comandante da Divisão... O Comandante sabia dessas conversas?

Sabia. Quando era o General José Horácio da Cunha Garcia, sim.

Vocês chegaram a ter contatos com outros grupos também no Rio Grande do Sul, ou ficou reduzido só à área de Uruguaiana?

Não, houve mais contatos.

Agora, gostaria de focalizar também outro aspecto complicado daquela região, um quadrilátero formado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Santa Maria, e tinha as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Então, em Uruguaiana, a sede da Divisão ficava numa região de três fronteiras. Tínhamos Paso de los Libres, do lado da Argentina, Barra do Quaraí, já na fronteira com o Uruguai. Naquela região de Barra do Quaraí acontecia uma verdadeira confusão: os uruguaios mantinham, ali, uma indústria canavieira, uma área de muita agitação. Inclusive, em certa ocasião prendemos um sujeito chamado Raul Sendic, um agitador uruguaio. Foi solto, em virtude de sua nacionalidade. O cidadão regressou ao seu País, mas vinha fazer pregação em Barra do Quaraí, território brasileiro. Esse Raul Sendic, que depois se tornou um dos grandes líderes dos Tupamaros e foi foi ferido, com um tiro no rosto, e preso em Montevidéu.

Bem, Santana do Livramento constituía uma outra complicação, porque a divisa entre os países ficava em uma rua, e, do lado de lá, o comunismo era livre. Um verdadeiro inferno: proselitismo, panfletos, o dia inteiro essa mixórdia.

Outro complicador na região: à época, havia um subtenente candidato a senador e um sargento candidato a deputado. As candidaturas trouxeram problemas, pois foram fazer comícios em Uruguaiana, na área da 2ª DC, e criou-se o dilema do comparecimento ou não dos nossos sargentos. Penso até que foi um desaforo: uma ocasião, na minha mesa na 2ª Seção, havia um monte de panfletos de propaganda dos sargentos

candidatos. Dentro do Quartel-General, por exemplo, fazíamos avaliações. Dos nossos trinta e tantos sargentos, a gente só contava com uns quatro sargentos; do restante não se tinha muita informação, não se sabia muita coisa.

E tinha um problema bastante difícil. Os sargentos e muitos oficiais, no Rio Grande do Sul, consideravam-se credores da posse do Jango, por causa da Campanha da "legalidade". Daí a grande dificuldade para fazer uma correta avaliação de fidelidade.

Era difícil, Campedelli, porque existiam dois grupos: um anticomunista e outro visivelmente composto por comunistas; e o divisor não era nítido. No grupo intermediário situavam-se aqueles militares, ou até civis, que apoiaram João Goulart e, de certo modo, tinham uma visão democrática, na medida em que buscaram fazer cumprir o que determinava a Constituição: na ausência do Presidente, que renunciou, sua substituição pelo Vice-Presidente. Existiam muitos nesse meio-termo, pois tinham apoiado o movimento constitucional, mas desconheciam as consequências. Pergunto se havia alguma ligação com outras regiões e comandos militares do Rio Grande do Sul, ou seja, com o III Exército, ou com o Comando da Divisão de Santa Maria?

Antes de responder, devo salientar o peso da nossa formação militar, legalista por natureza. Assim fomos educados, de modo que romper a tradição não é fácil...

Sobre a sua pergunta, com a 1ª Divisão de Cavalaria, de Santiago, que ficava ao norte do Rio Ibicuí, tínhamos alguma ligação, ligações normais. Sabíamos que estava lá o General João de Deus Nunes Saraiva, totalmente ligado à situação. Conservávamos um ponto de ligação muito importante com a 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), hoje 3ª Divisão de Exército (3ª DE), em Santa Maria. Era o Coronel Ramão Menna Barreto, figura extraordinária, e que mantinha a ligação de caráter conspiratório conosco, com o pessoal de Uruguaiana. A 3ª Divisão de Cavalaria (Bagé) era uma incógnita, estava lá o General Hugo Garrastazú.

Garrastazú?

É, mas penso que não era parente do General Médici.

Porto Alegre, também, apresentava um quadro confuso. Dos seus militares não se sabia direito a inclinação. Sobre o Comando da 6ª Divisão de Infantaria e Unidades subordinadas não se tinha uma informação precisa, nem me lembro quem era o comandante da GU.

Mas eu queria referir-me à uma situação, muito interessante, em Uruguaiana, nessa fase conspiratória: a presença de um Grupamento de Fuzileiros Navais (FN) e de uma Capitania dos Portos, com sede na cidade. Esse Grupamento de FN mobiliava postos, com um efetivo aproximado de um Pelotão, comandado por um tenente, ao longo do Rio Uruguai. Posicionados em Itaqui, em São Borja, mais ao norte; em portos do Rio Uruguai. Eram dotados de um sistema de rádio muito bom, bem melhor que o nosso.

A existência dos fuzileiros navais só era lembrada por causa de brigas de rua e intervenção das patrulhas. Um resíduo daqueles problemas, havidos anteriormente, de confrontos entre praças do Exército, da Marinha e da Força Aérea. O Capitão dos Portos, um oficial da Armada, figura extraordinária, Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo Modesto de Almeida.

Fui designado para a 2ª Seção, que tratava de informações, vamos reconhecer, de certo modo a seção mais politizada. Pensava que, no clima daquela preparação e da certeza que tínhamos sobre o que iria acontecer pela frente, seria importante buscar ligações. O Dylo Modesto tornou-se uma figura especial, quase inconveniente, de tanto que ia ao Quartel-General, de tanto que nos procurava, inclusive na vila militar. Mas, como udenista roxo, lacerdista extremado, encarnava um problema, também, porque a gente tinha que tomar cuidado para evitar radicalizações etc. Bem, como os fuzileiros navais viviam as próprias rotinas, em suas áreas de interesse, através do Dylo, mantivemos ligação com o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Capitão-de-Corveta Olavo Ferreira da Rocha, mais tarde Almirante, uma figura também muito especial.

Nas conversas, descobrimos que nada sabiam, estavam alheios a tudo, principalmente porque não dispunham de um serviço de informações, não tinham um S2. Nessa época, já contávamos com a figura do General José Horácio da Cunha Garcia que permitia e estimulava essas coisas acontecerem. O Olavo Rocha designou o Tenente FN Adriano para meu adjunto, para trabalhar dentro da 2ª Seção.

Por outro lado, procurávamos também o máximo de ligação com o pessoal do Exército da Argentina. Funcionou muito bem essa parte. Mérito extraordinário do Tenente-Coronel Amerino Raposo – fora promovido logo depois que assumiu o comando do Grupo – e essa ligação chegou a um ponto tão bonito, que houve um exercício do Exército na Argentina no qual o comando das Baterias de Artilharia argentinas foi ocupado por oficiais brasileiros. O Amerino Raposo comandou o Grupo argentino e os oficiais assumiram o comando das baterias, uma prova de confiança, porque eles também estavam sentindo o problema da subversão comunista, tinham consciência de tudo.

O serviço de informações dos argentinos, na área, era bem melhor do que o dos brasileiros. Não sei se era das Forças Armadas ou do Exército, e contava com vários oficiais. O chefe, Major Manoel Pitta, estabeleceu uma relação muito boa e frutífera com a 2ª Seção da 2ª DC. Controle das ações do comunismo internacional, contrabando etc. Instalou-se um clima muito bom, de plena confiança.

No início de 1964, creio que perto de janeiro, recebi, em Uruguaiana, o Coronel-Aviador Carlos Affonso Dellamora, meu concunhado, com a missão de con-

seguir armamento na Argentina, para ser levado a São Paulo, porque não se sabia o que iria acontecer. Fazíamos uma avaliação do que estava ocorrendo em todo o Brasil, e São Paulo também estava preparado para dar um basta naquela situação.

Estabeleci contato com a Argentina, e isso era uma coisa anormal, pelo fato de um E2 estar fazendo ligação... Graças a Deus não acarretou complicação, e deu-se um encontro na casa de um arquiteto, chamado Osvaldo Silva, no lado brasileiro. Essa família Silva era uma família udenista "roxa": além do Osvaldo, o Trajano, o Carlos e o Antônio. Eram os homens da mais inteira confiança e totalmente integrados à conspiração. Eles é que providenciaram o encontro do Dellamora com argentino, para concretizar a aquisição.

Até uma coisa meio engraçada, mas a gente, para caracterizar o quadro, tem que contar, em detalhe, o clima em que se vivia. Beirava-se o ridículo. Oferecia-se granada como se fosse pão de queijo: "Granada, interessaria?" "Qual é a procedência?"

Semelhante a um comércio de arma.

Bem, dali o Dellamora foi a uma estância próxima de Uruguaiana, fez a demarcação de um campo de pouso para DC3, justamente para levar esse armamento. Isso aconteceu no início de 1964, mas não chegou a se concretizar. Apenas, ocorreu o seguinte: o contrabandista de armamento foi preso na Argentina, e o comandante da guarnição, Coronel Rodolfo Noé, Comandante do Regimento de Infantaria, fez-me um convite para ir a Paso de Los Libres. Fui, já sabendo da prisão do encarregado do contrabando.

Quando cheguei, os argentinos me receberam com deferência, e lá pelas tantas disseram: "Major, queríamos informar que uma pessoa ligada a vocês foi detida – deu algumas razões –, mas já está liberada." Foi um alívio tremendo. Mas essas coisas a gente conta para caracterizar o clima reinante, as complicações, os riscos.

Liberaram a pessoa e o armamento?

Não, não tinha o armamento. Aquele camarada ainda estava negociando. Mais tarde, fiquei sabendo que o suprimento financeiro correria por conta do Adhemar de Barros. Ele estava atrás de toda história e o intermediário com o Dellamora tinha sido o Brigadeiro Bournier.

Gostaria, ainda, de falar de uma pessoa que foi importantíssima. Trata-se do General José Horácio. Ele fazia uma pregação anticomunista permanente. Todas as manhãs, reunia os oficiais em um cafezinho e, utilizando as notícias dos jornais, fazia associações com o processo revolucionário e tudo que estava acontecendo. Dessa forma, foi arrastando os oficiais. Conseguiu, com fazendeiros, a doação de cavalos e realizou concursos no âmbito da Divisão. Pelas palestras anticomunistas feitas por tenentes, como prêmio, um cavalo de presente; para sargentos também.

Além de ser o E2, que é uma pessoa naturalmente confiável, havia entre nós, ainda, uma confiança muito pessoal. Foi uma amizade que durou para sempre. O José Horácio me mostrava várias cartas do seu irmão Ênio, pedindo que moderasse, "baixasse a bola", porque estava recebendo reclamações sobre a conduta dele. Principalmente, partidas do III Exército.

Tivemos conflitos com este Grande Comando. Lembro-me de que, numa ocasião, sem mais essa ou aquela, apareceu, dentro da área da 2ª DC, lá por Alegrete, não lembro extamente onde, o E2 do III Exército, para fazer contato com uma Unidade nossa. O General José Horácio ficou zangado com aquilo e decidiu pedir exoneração do comando. Numa reunião de oficiais, em determinado momento, falei: "Mas General, acho que é exatamente isso que estão querendo, foi uma provocação para o senhor resignar ao cargo, e, desse jeito, o senhor vai nos largar aqui."

Encontrava-se lá o Carlos Alberto da Fontoura, Chefe do Estado-Maior, e perguntou: "E aí, o que fazer?" Respondi: "Uma coisa mais simples, que é da rotina militar, o senhor dá parte ao Comandante do III Exército, e aguarda." E ele fez isso.

De outra feita, o General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) fez um pronunciamento, não me lembro exatamente sobre o que, no Nordeste, os jornais todos noticiaram. Parecia que ele estava sendo punido, e o General José Horácio resolveu passar um telegrama, de solidariedade. Na reunião matinal, perguntou ao Chefe de Estado Maior: "Fontoura, você também não vai entrar nisso? Vamos nos solidarizar com o nosso companheiro." O Fontoura se sentiu obrigado a também fazer aquele telegrama, mais moderado.

De apoio ao...

Muricy. Mas esses telegramas transitavam por Porto Alegre... É preciso dizer o seguinte, para caracterizar a situação. No quartel-general de Uruguaiana havia dois telefones, um na mesa do General e outro no saguão para atender o Estado-Maior. E era aquele telefone de manivela que dependia da boa vontade do telefonista encarregado de fazer a ligação. Então tudo era complicado. Fato é que os telegramas foram retidos em Porto Alegre, pelo III Exército.

Não seguiram?

Não devem ter seguido, porque logo depois ocorreu a saída do General José Horácio, até de uma maneira muito curiosa. Antes de exonerar o José Horácio, nomearam outro comandante, totalmente da situação, General Joaquim de Mello Camarinha. O José Horácio brincou: "Ué! Agora são dois Comandantes!? Nomearam o Camarinha e não me exoneraram?!" Em seguida o exoneraram e transferiram-no para a Diretoria de Remonta e Veterinária. O Carlos Alberto da Fontoura foi transferido para uma Circunscrição de Recrutamento (CR), no Paraná. Naquele tempo, CR era o "fim de carreira" para um coronel.

Mas o Fontoura teve sorte. Acho que entrou de férias, não sei, mas viajou e encontrou o General Adalberto Pereira dos Santos que tinha sido nomeado Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre, estava sem Chefe de Estado-Maior e levou o Fontoura.

No início do segundo semestre de 1963, o General Camarinha assumiu e começou o transtorno.

A propósito, esqueci de um fato que reputo importante. O Comandante da 3ª DI, em Santa Maria, era o General Olympio Mourão Filho. Sabia-se que ele estava conspirando, quando, certa ocasião, apareceu na área da 2ª DC para fazer contato com os conspiradores da Divisão, mas ninguém quis conversa com ele. Não que não quiséssemos, mas estávamos inseguros em face dos seus antecedentes: um sujeito impetuoso e meio inconseqüente. Levantaram, também, sua tendência política, não sei também se era verdade, com respeito ao integralismo, e por causa do Plano Cohen. Ele teria redigido a carta. Aliás, esse Plano Cohen era uma confusão, algo que nunca alguém esclareceu bem: a história que justificou a ditadura de Getúlio.

Bom, o Mourão não manteve contato com ninguém. Parece que, por cortesia, visitou o José Horácio que também nada disse a ele. O nosso interlocutor na 3ª DI era o Coronel Ramão Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior do General Mourão. A bem da verdade, desconhecíamos o grau de confiança entre eles.

Retorno à seqüência que vinha desenvolvendo, quando o General Camarinha substituiu o General José Horácio. Sabíamos que se mantinha ao lado da situação, ligado ao Ministro do Exército, ao Comandante do III Exército, enfim, afinado com o pessoal do outro lado, da turma do João Goulart.

Sendo uma pessoa muito amável e a sua senhora também muito cordial, estabeleceu-se um clima de agradável convívio. Mas era impressionante o número de vezes que ele saía de Uruguaiana e ia ao Rio de Janeiro. Viagem longa, desconhecíamos o que iria fazer. Até que ficamos mais ou menos sabendo. Além da natural obtenção de informações etc., trouxe dois comandantes destinados a duas Unidades importantes da Divisão: para o 8º Regimento de Cavalaria (Uruguaiana) veio o Coronel Carlos Ramos de Alencar, e para o 7º Regimento de Cavalaria (Santana do Livramento) trouxe o Coronel Geraldo Knaack de Souza, dois excelentes oficiais, mas ligados à situação, gente de sua confiança.

Knaack assumiu o comando do 7º RC durante um exercício de toda a Divisão, na região do campo de instrução de Saicã. Foi algo meio teatral, para caracterizar bem a assunção dele. Certa feita, teve uma pequena altercação com o Major – naquela época éramos majores – Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), um “revolucionário” fantástico, uma figura de proa. Lembro-me de que, nessa altercação,

Knaack referiu-se à ECEME dizendo que vinha se transformando num ninho de subversivos; Knaack, assim, parecia caracterizar qual era a sua posição. Depois, verificou-se que não era nada disso; ele era um fanfarrão, gostava de espetáculo, mas era bom e culto oficial.

Um dia, já em fins de 1963, Camarinha chegou-se a mim e disse: "Campedelli! Você não me conhece, mas o conheço muito bem e quero que continue sendo meu E2". Nesse momento, estabeleceu-se uma relação de compromisso. Agradeci a confiança, e continuei quieto. O General Camarinha prosseguiu o seu comando. Nas inspeções, eu o acompanhava, tudo normalmente.

Com a saída do Coronel Carlos Alberto da Fontoura, foi designado para Chefe de Estado-Maior da Divisão o Coronel Luiz Serff Sellmann, artilheiro, formal, sério, um cavalheiro, homem excelente. Evidentemente, percebemos logo que se ele não estava do nosso lado, contra também não seria, pelas colocações, pela maneira de comentar o noticiário etc.

Coronel, havia a previsão de ocorrer algum movimento revolucionário no Rio Grande do Sul? O Senhor comentou que "de repente irrompeu a revolução em Minas Gerais". Haveria, no Rio Grande do Sul, um movimento paralelo?

Diria que esta será a parte mais importante do meu relato. A pressão foi se tornando intensa, inclusive da parte dos civis. Em janeiro de 1964, Carlos Lacerda fez um comício em Uruguaiana; um verdadeiro sucesso, lotou a praça. Contou com o apoio do pessoal da família Silva, aqueles fazendeiros todos, o pessoal conservador. O Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo Modesto de Almeida, da Capitania dos Portos do Rio Uruguai, engajou-se "até os miolos" com o comício do Lacerda. O Tenente-Coronel Amerino Raposo, que tinha organizado a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do novo Estado da Guanabara, durante o Governo Lacerda, também apoiou.

Nós, os demais conspiradores, nos mantivemos discretos, observando o comício acontecer. Como disse, teve grande sucesso, com a natural repercussão. O pessoal favorável ao Jango resolveu marcar um comício para o dia 4 de abril, em revide a esse do Carlos Lacerda. Compareceria o Presidente da República João Goulart, agora já no regime presidencialista, o Brizola e todos aqueles próceres da situação. Deveria transformar-se num tremendo festival do pessoal comunista e paracomunista. Circulariam ônibus e trem de graça; seria algo fantástico, tudo em Uruguaiana.

Depois de estudar a situação, resolvemos que no dia 4 de abril seria provocada enorme confusão no Aeroporto, durante o desembarque da comitiva, e o Presidente da República e o Brizola seriam "seqüestrados". Os civis é que iriam fazer esse "negó-

cio", com a nossa cobertura. Eles, também, fizeram contato com oficiais argentinos, que firmaram compromisso no sentido de que Jango e Brizola fossem aparecer lá pelos Andes, mas nunca na fronteira. Não sabíamos exatamente o que aqueles civis iriam arrumar, mas faríamos a cobertura.

O João Goulart e o Brizola iam sair do Brasil?

Sim. Poder-se-ia julgar que se tratava de uma maluquice, mas não era. Estávamos totalmente convencidos de que o Brasil estava escorvado, só faltava um detonador, e resolvemos correr o risco de ser o detonador. Os oficiais argentinos nos garantiram apoio e, em caso de necessidade, nos acolheriam. Conto esses fatos só para caracterizar o ambiente e o risco, conseqüência das complicações em que vivíamos, em que estávamos envolvidos.

No dia 4, eles desembarcariam e nem haveria comício?

Não haveria comício, desapareceria tudo. Foi preparado um plano detalhando as missões das Unidades e demais providências. O nosso E4 era o Gaspar Albite Chuy – bom artilheiro o Chuy –, que tratou dos estoques de suprimentos. Em Uruguaiana existia uma refinaria, fizemos um acordo com os empresários da refinaria para diminuir a distribuição e estocar combustível.

Esta refinaria é a origem da empresa Petróleos Ipiranga.

Exatamente. Esta empresa possuía uma refinaria em Uruguaiana, que parece ter sido a primeira refinaria do Brasil. Bem, no quadro da situação, foi atualizado o plano de requisição de viaturas e tomadas todas as providências necessárias para a operação do dia 4. Os fatos, no entanto, começaram a se precipitar.

O fato de ser fronteira, a aquiescência de um grupo na Argentina e o desembarque do Presidente, em Uruguaiana, tornava fácil a empreitada de retirá-lo do Brasil. A realização deste comício, no dia 4 de abril, para se contrapor ao de janeiro, do Lacerda, seria realmente um episódio muito convidativo ao desencadeamento do processo.

Íamos detonar o movimento. Mas, ocorreu o comício localizado próximo à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, uma sexta-feira, se não me engano. Nessa mesma noite, houve uma reunião na casa – acho que foi na residência do Apolônio – e resolvemos antecipar o que estava previsto para detonar em 4 de abril. Para tal, teríamos que sublevar as Unidades. Lembro-me de que tiraram o coitado do Capitão Tolentino (Tolentino Job Barbieri), nosso homem no 8º Regimento de Cavalaria, da cama, e ele compareceu à reunião. Inteligente, comentou: "Olha, vou cumprir a missão de vocês, agora tem uma coisa: vou levantar só a guarda do quartel! Hoje é sábado, não há ninguém lá no aquartelamento. Vou sublevar a guarda!" Refletimos e vimos que sublevar a guarda... Iria dar complica-

ção. Seria preciso prender o Coronel, "fazer o diabo"; o Carlos Ramos de Alencar era o Comandante. Desistimos da idéia da antecipação.

O Coronel Sellmann não estava sabendo de nada sobre o plano do dia 4 de abril. No nosso planejamento, o General Camarinha seria afastado do Comando da Divisão e ele iria assumir. Na Semana Santa, como gostava de pescar, o Coronel resolveu ir à fazenda do Major veterinário Yeddo (José Yeddo de Freitas Drumond), que ficava entre Uruguaiana e Alegrete. Disse-lhe que iria passar por lá para pescar um pouco com ele. Inventei uma história qualquer para comparecer à estância do Yeddo.

Durante a pescaria, comecei a relatar tudo ao Sellmann e concluí informando-lhe que o comando da Divisão passaria às suas mãos. Sua reação foi algo interessante e bonita também. No início, disse: "Major, o senhor está muito enganado. Eu não participo de intentonas." Éramos amigos, mas ele era muito sério. Chegara há pouco tempo, 2 ou 3 meses; em fins de 1963. Continuou pescando, com o chapeuzinho de pano, quando chegou o Yeddo, dono da estância. Um parêntese: tinha dito ao Coronel Sellmann que precisava fazer um último acerto, ligado à montagem do plano, com o pessoal de Alegrete. Yeddo, Coronel Sellmann e eu pusemo-nos a conversar, e o Major veterinário, em dado instante, disse que estava ocorrendo um problema com a cooperativa de lãs que o obrigava a ir a Alegrete. O Coronel Sellmann interveio: "Campedelli, por que você não vai com o Yeddo até Alegrete?" Foi o sinal verde. Era pessoa de relevo; dei-lhe um abraço.

Quando eclodiu o Movimento o Coronel Sellmann avocou o Comando da Divisão. Mais tarde, decidiu-se manter o general no comando, a fim de contar com o apoio do Alencar e do Knaack, comandantes de confiança do General Camarinha. Quando o Alencar soube, disse: "Olha, isso vai dar muita complicação. Por que vocês não pressionam o Camarinha? Com um general na cabeça as coisas vão correr melhor." Alencar ligou para o Knaack, em Santana do Livramento, e eles concordaram. Convencemos o General Camarinha a permanecer no Comando. Isso foi outra história de que falarei mais adiante.

Quando aconteceu sua ida até Alegrete?

Entre 13 e 31 de março. Não me lembro se foi na primeira ou na segunda semana.

Nosso plano, previsto para ser desencadeado no comício do dia 4 de abril, estava de pé. Voltamos a Uruguaiana, tudo normal. Na tarde de 31 de março de 1964, chegou à 2ª Seção um sargento, lembro-me bem da figura dele, com um rádio marca Transglobe, e disse: "Major, está sendo noticiado no rádio que teve início um movimento em Minas Gerais; o General Mourão Filho está se deslocando com tropa para o Rio de Janeiro." Ficamos ouvindo o rádio ali mesmo. Nossa sensação de que estava ocorrendo algo importante aumentava, cada vez mais. Imediatamente, avisei aos companheiros.

O expediente desse dia recém-encerrara, quando chegou um radiograma cifrado. Decifrei-o: determinava prontidão rigorosa e a aplicação do Plano de Segurança Interna, SEGIN, na época. O Raposo estava transferido; penso que ainda não havia passado o Comando do Grupo de Artilharia, vamos dizer assim, oficialmente. Estava de férias, em Uruguaiana. Dirigi-me à residência do General Camarinha, que ficava ao lado da casa do Raposo. Antes de procurar o Camarinha, fui avisar o Raposo que havia saído para comprar jornal. Aqui faço um parêntese interessante. Quem aguardava o jornal, em Uruguaiana, mais ansiosamente, eram os oficiais argentinos que repetiam: “Nós temos pavor, porque o que acontecer aí com vocês vai espalhar-se por toda a América do Sul.”

Pedi à minha esposa: “Avise o Raposo que começou o Movimento em Minas Gerais, e que reassuma o comando do Grupo de Artilharia.” A Martha saiu e encontrou o Raposo lá na banca, onde permanecia à espera dos jornais. São interessantes esses detalhes, para poder pintar o quadro vivido à época. Não era como hoje, quando quase todo mundo dispõe de celular.

Quando a Martha disse: “Olha, o Campedelli mandou dizer que começou o Movimento em Minas e quer que o senhor reassuma o comando do Grupo”, ele brincou dizendo: “E o Campedelli agora já é o general comandante da Divisão!?” Mas ele desceu imediatamente, lá pela Vila Militar e, quando chegou, eu estava mostrando o radiograma ao General. Ele tomou conhecimento do radiograma ali, também, e disse: “General, o senhor tem que tomar uma atitude.” O General Camarinha comentou: “Não, isso aí é coisa do Mourão, ele foi preterido nas promoções, não vamos...”. Aí o Raposo falou: “Olha, vou voltar para o Grupo.” Chegando lá, reassumiu o Comando da Unidade.

E o General Camarinha foi pressionado?

Fomos todos para o Quartel-General (QG) e começou o problema da falta de informações: o que fazer? O Raposo, pressuroso, querendo já ocupar os pontos previstos no Plano SEGIN, como estações de rádio etc. Em dado momento, o Sellmann resolveu ir ao Grupo de Artilharia e lá, com aquele planejamento que preparamos para o 4 de abril, o Sellmann avocou a si o Comando da Divisão. Foram falar com o Carlos Ramos de Alencar, visto que uma cerca de arame separava as duas Unidades. Alencar, leal ao Camarinha, ponderou que seria interessante que o General continuasse no comando, como antes me referi.

Voltamos ao QG, começou a pressão em cima do General: pressão, pressão, pressão, pressão... E informações chegando, e mais coisas, e mais coisas, até que, estava amanhecendo o dia, não posso precisar bem a hora, já 1º de abril, lembro que o Camarinha pegou uma agenda que mantinha perto, bateu forte em cima da

mesa e disse: "Estou com os meus inimigos contra os meus amigos, mas podem contar comigo".

Em um dos seus contatos com seu E2, que era eu, o General disse: "Olha Campedelli, revolução não se perde. Perdi em 1932 e comi o 'pão que o diabo amassou', fui exilado em Portugal, foi um inferno." Daí em diante ele foi excepcional, era até perigoso propor qualquer medida, porque ele logo estrapolava em rigor. Ficou muito firme.

Nessa frase, quando ele diz: "(...)os meus amigos", quis referir-se aos amigos da situação, do Governo?

Ele quis dizer exatamente isso.

Os episódios foram se sucedendo. Surgiram problemas em Alegrete, já que o Comandante da Guarnição e do 12º Batalhão de Engenharia Coronel Adão Prestes do Monte, era comunista de "carteirinha", todos sabiam, ligadíssimo à situação. O General Camarinha determinou ao Major Floriano Aguillar Chagas que informasse às nossas Unidades sobre o quadro da situação. Quando chegou a Alegrete, o Floriano teve problemas com o Coronel Monte, que relutou o quanto pôde, mas acabou, no final, baixando ao hospital. Creio que sofreu um infarte e teve que se afastar.

Enquanto se discutia: passa o comando, não passa o comando, Monte se ligava com o General Garrastazú, em Bagé, com o propósito de subordinar-se à 3ª DC. O inverso ocorreu em Itaqui, cuja Unidade sob o comando do Major Caetano (Caetano Pinto Rocha), integrante da 1ª DC, passou à subordinação da 2ª DC. Enquanto o General não se definia, houve contato no Rio Ibicuí e ele passou ao comando da 2ª DC.

No Alegrete, ocorreu esse problema. Servia, ainda, no Grupo de Artilharia, um capitão que era comunista, o Joaquim... (Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas).

E o Knaack, não estava, também, favorável à situação?

O Coronel Alencar ligou-se com ele que resolveu aderir junto com o Camarinha. Entretanto, o Knaack, em Livramento, relutou muito, para cumprir as nossas determinações. Mandamos, por exemplo, fechar o jornal *Platéia*, mas o Knaack, amigo do dono do jornal, não agia. Deslocou-se para Uruguaiana – tinha relações de amizade com o Camarinha: "Ó Camarinha! Esse camarada é bom sujeito... A prisão vai trazer problema... O homem é benquisto pela sociedade... Não sei o quê." Mas, de certa forma foi bom porque amenizou a situação.

Consideramos a cidade de Quaraí a de menor contaminação comunista. Então, planejamos localizar o 5º Regimento de Cavalaria, de Quaraí, na Região de Harmonia, bem no centro da área, eqüidistante de Alegrete, Uruguaiana e Quaraí. O Coronel Edson Boscacci Guedes, que recém-assumira o Comando do 5º RC, ficaria como reserva da 2ª DC, em condições de seguir com seu Regimento para Alegrete ou

para as proximidades do Rio Ibicuí. Estávamos informados sobre tropas da 1ª DC que estariam tomando posição ao longo do Rio Ibicuí.

Quando o Comandante recebeu ordens e tentou iniciar o deslocamento da Unidade para a Região de Harmonia, dos 54 sargentos, 49 se recusaram a deixar Quaraí. Tudo por causa de um Capitão, cujo nome não lembro agora* – se não me engano, foi cassado – que, durante a noite, "conspirou" com os sargentos. E aí, o que fazer com aqueles sargentos? O Comandante queria prosseguir, e foi-lhe determinado que prosseguisse no cumprimento da missão, devendo substituir os sargentos por cabos e estes por soldados. Os sargentos permaneceram no aquartelamento. Não foi uma reação, vamos dizer assim, ativa, mas recusaram-se a cumprir a ordem de deslocamento. Então, mandamos viaturas para transportar grupos de dez sargentos para Guarnições diferentes: dez para Rosário do Sul, dez para Livramento, dez para o Grupo de Artilharia do Raposo. Foi uma divisão mais ou menos nesses moldes. O problema, depois, foi superado.

A nossa formação é legalista, qualquer rompimento da ordem traz consigo problemas.

É complicado sim, especialmente se as informações não forem suficientemente claras.

Em Uruguaiana, enfrentamos dificuldades na Prefeitura. Por isso tivemos que ocupá-la.

Faltou comentar, também, a Região de Santa Maria.

Santa Maria tornou-se um problema a ser superado, também. O General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante da 3ª DI, ainda não se decidira. O General Camarinha havia aderido, mas ainda restava uma suspeita. A gente montou uma espécie de guarda, ou seja, estabelecemos o seguinte procedimento: manter sempre um de nós junto do General Camarinha.

O ambiente estava confuso: o General Ladário (Ladário Pereira Telles), Comandante do III Exército, dava ordens que ninguém cumpria. Convocou os comandantes, por exemplo, telefonou para Uruguaiana para falar com o Camarinha, e este não atendeu a ligação. O General Ladário insistia... Chegou a mandar um avião, a fim de levar os generais para uma reunião, em Porto Alegre. O General João de Deus Nunes Saraiva, Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, assentiu e foi para Porto Alegre. O General Camarinha tentava falar com o General Poppe de Figueiredo.

Na manhã de 1º de abril, encontrava-me de permanência junto ao General Camarinha, dentro daquela escala a que me referi. Bem cedinho, amanhecia, quando foi feita a ligação com o Poppe de Figueiredo. A conversa que ouvi foi mais ou menos essa: "Ô Poppe! Não tem que ter todas as informações, você tem que decidir, todos nós não

---

* Capitão Jorge Silveira.

estamos bem informados, você tem que decidir isso”. Conforme proposta combinada antes pelos oficiais do Estado-Maior da 2ª DC, sugeri ao General Camarinha: “General, diga a ele que por ser o General-de-Divisão mais antigo, assuma o Comando das Grandes-Unidades e Unidades sublevadas, constituindo o III Exército revolucionário, e comece a dar ordens para neutralizar as determinações do Ladário.” O Camarinha fez-lhe a sugestão, mas ele relutava.

Até que chegou uma hora que o Camarinha foi incisivo: “Ô Poppe! Estou com um GT (Grupamento Tático) pronto, e vou seguir para Porto Alegre, porque não vou permitir que o Governo do João Goulart se estabeleça na Capital do Estado. Não deixarei que se repita o que houve na Legalidade. E vou passar pela sua área.” Aí o Poppe respondeu: “Não! Faço um manifesto.” Naquele dia mesmo, não me lembro bem, acho que foi à tarde, o Poppe lançou um manifesto assumindo o comando do III Exército. Depois foi para Cruz Alta, junto com o Governador Ildo Menegueti.

Àquela altura, o General Costa e Silva já havia criado o “Comando Revolucionário” e confirmou o Poppe de Figueiredo no Comando do III Exército.

Por que eles foram para Cruz Alta?

Para tirar o Ildo Menegueti de Porto Alegre, onde a situação estava complicadíssima. Até dizem que o Comandante da 6ª DI, General Adalberto, e o Coronel Ângelo Irulegui Cunha estavam vestidos de padre, quando saíram. Eu me dava muito bem com o Ângelo e perguntei-lhe a respeito. Ele disse: “Não, Campedelli, o fato é que estava chovendo, e nós usamos capas impermeáveis. Aí inventaram que tínhamos saído disfarçados de padre, em uma Kombi.” Realmente, foi numa Kombi que saíram de Porto Alegre.

O Menegueti saiu com o Adalberto e com o Ângelo de Porto Alegre, passaram por Santa Maria e de lá seguiram para Cruz Alta. Não tenho certeza, mas parece que o Ângelo permaneceu em Santa Maria. Quando voltaram vitoriosos e entraram triunfalmente em Porto Alegre, o Poppe de Figueiredo já se encontrava junto.

Qual o destino de João Goulart e Brizola?

Bom, aí ocorreram muitas coisas malucas. Lembro-me até de um caminhão carregado de bananas. Nós o descarregamos, porque veio uma notícia de que o Brizola estaria no meio das bananas, umas coisas desse tipo. O Brizola havia desaparecido, sabia-se que tinha saído num Volkswagen e depois sumira. Não se conhecia, naquela época, o seu paradeiro. Poderia mesmo aparecer, a qualquer momento, ali no Rio Grande do Sul e agir como na Legalidade. Era bem capaz de fazer uma surpresa dessas.

João Goulart foi para São Borja, terra natal do Getúlio, e nos criou um problema, em virtude do Rio Ibicuí. A 1ª DC era legalista, comandada pelo General João Nunes Saraiva. Resolvemos mandar um civil, em um avião “teco-teco” para verificar o

que estaria acontecendo em São Borja. O emissário foi, passou algumas horas na área, regressou e relatou: “Olha, o ambiente lá é de churrasco, está todo mudo churrasqueando, não há tropa, coisa nenhuma, aquilo está uma loucura, um caos. O importante é que mandaram carnear e assar um boi, para todo mundo, toda aquela politicagem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).” Lá no Sul, tudo era muito radicalizado. O PTB liderava todas as esquerdas, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) polarizavam a oposição.

Pois aquele pessoal, deputados, a gente do Jango estava lá, todos comendo churrasco. E aí saiu a viagem dele para a Argentina.

Só para registro, o Grupamento de Fuzileiros permaneceu do lado da Revolução, todo esse tempo?

Sim. Inclusive, quando fomos à Prefeitura de Uruguaiana, levamos dois Pelotões, um do Exército e outro dos Fuzileiros Navais. Os Fuzileiros Navais eram muito mais preparados, por serem soldados profissionais. Na Prefeitura estava reunido o pessoal de esquerda. Ocupamos a Prefeitura e foi dada posse ao prefeito militar, Major Gilberto Oscar Miranda Schmidt que, depois, foi eleito para o cargo. Todos os que foram presos, inclusive o Prefeito, foram para o 8º RC e para o Grupo do Raposo. Ficaram por lá, detidos.

Houve alguma fuga para a Argentina?

Inicialmente, ficamos um pouco preocupados. Durante toda a noite de 1º para 2, ouviu-se ronco de aviões. Ficamos sabendo que os argentinos estavam trazendo tropas de várias partes do país para a fronteira, porque não sabiam o que iria acontecer no Brasil. Lá pelo dia 3, mais ou menos, o Comandante da Guarnição e outros oficiais argentinos vieram fazer uma visita de cortesia ao general e informar que a fronteira estava toda guarnecida etc. e que contássemos com solidariedade deles. O comandante argentino veio, oficialmente, hipotecar solidariedade à Revolução.

Uns dias depois, apareceu o Vernon Walters, Adido Militar dos EUA. Encaramos sua presença na área, muito ligeira, muito rápida, como algo natural. Seu Governo, a fim de reconhecer o Poder Revolucionário, estava interessado em saber qual era a situação real. Por isso, como um bom adido militar, estava se inteirando da situação no Rio Grande do Sul. Esclareço, porque se fala muito de interferência estrangeira, inclusive há alguns brasilianistas, cidadãos dos Estados Unidos, que especulam sobre uma eventual interferência americana, que aqui manteriam alguns títeres, um deles possivelmente o Golbery. Isso tudo é uma mentira grosseira.

O próprio Vernon Walters já desmentiu isso, na televisão.

Nos dez anos em que passei mergulhado no processo revolucionário, só ouvi falar de assuntos que envolviam americanos, duas vezes. Uma sobre um tal de IBASE

que receberia recursos através da Agência Central de Informações (CIA) para financiar a eleição de parlamentares anticomunistas. Também fiquei sabendo que havia um negócio de viaturas que compravam e distribuíam etc. Nada mais, nunca mais ouvi nada. Tempos depois, já em Brasília, na D2 do Gabinete do Ministro Costa e Silva recebíamos a colaboração que acreditávamos, na época, ser proveniente de agentes da CIA. Entretanto tinha origem na Embaixada, cujo pessoal atuava no controle da movimentação de comunistas para a China, URSS, Tchecoslováquia, Cuba etc. Eles nos forneciam os nomes, as datas e locais onde fossem plotados, até mesmo seus destinos.

Brasileiros?

Os brasileiros. Lembro que um dos pontos de controle ficava em Karachi, no Paquistão. Recebíamos a informação e vigiávamos o regresso, bem como os itinerários. Regressavam pela Guiana, por Mato Grosso, e outros pela Argentina mesmo.

Estas foram as participações americanas de que tomei conhecimento; devo esclarecer que era ligado, cerradamente, a escalões que deveriam saber de alguma coisa. Ouvi falar sobre uma força-tarefa, mas sem comprovação, que os americanos imaginaram mandar para cá para atuar, em caso de insucesso da Revolução.

Para terminar esta parte do registro da Revolução no Rio Grande do Sul, como ficaram os Comandos? O General Camarinha permaneceu?

O General Camarinha permaneceu no Comando da Divisão. A situação normalizou-se totalmente. Aconteceram prisões. As mudanças de comando aconteceram no III Exército e na 3ª Divisão de Cavalaria, do General Garrastazú. Não me lembro quem assumiu. O General Poppe ficou no Comando do III Exército. O General Adalberto permaneceu na 6ª DI.

O General Camarinha, um "gozador", dizia que quando passava por Porto Alegre ia visitar o Adalberto e brincava: "Olha Adalberto, eu que era da situação fiquei revolucionário, e você que era revolucionário teve que fugir." Referia-se àquela saída para Cruz Alta.

Depois do 31 de Março de 1964, qual foi a missão que o senhor recebeu?

Em abril, fui chamado a Brasília, mas um dos meus filhos sofreu um problema de nefrite, e não pude seguir de imediato, permaneci em Uruguaiana. Quando o General Costa e Silva visitou a área, já então como Ministro do Exército, o Chefe do Escalão Avançado do Gabinete, o Coronel Jayme Portella de Mello, disse: "Olha, a vaga está lá ainda, esperando você". Respondi: "Então, pode tocar." Aí, eu e o Apolônio, da 2ª Divisão de Cavalaria, viemos, os dois, para Brasília. Cheguei à cidade no mês de dezembro de 1964.

Coronel Campedelli, antes de passarmos ao tópico seguinte, que trata de seu trabalho no Gabinete do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, o senhor ainda teria umas referências que gostaria de fazer sobre essa fase revolucionária?

Gostaria de fazer uma referência aos meus companheiros de Estado-Maior e da Segunda Divisão de Cavalaria, antes de passar a relatar minha vivência em Brasília. Realmente, foi um grupo extraordinário, coeso, bastante dedicado ao trabalho, cujas atividades se desenvolveram sem o menor atrito, sem quaisquer complicações, sem nada, com entusiasmo extraordinário. Cabe, naturalmente, uma referência especial ao Chefe de Estado-Maior, Coronel de Artilharia Luiz Serff Sellmann, mais tarde General e depois Presidente do Clube Militar; ao Major de Cavalaria Floriano Aguillar Chagas, que, merecidamente, chegou a General; meu adjunto na 2ª Seção, saudoso companheiro Major de Cavalaria Ney Riopardense Resende, também uma pessoa extraordinária, capacidade de trabalho e inteligência admiráveis, que também atingiu o generalato e infelizmente, já faleceu; o E3, Major de Cavalaria José Apolônio de Fontoura Rodrigues Neto, hoje morador em Porto Alegre, reformado, mas ainda trabalhando, membro do grupo denominado "Quero-Quero", chefiado pelo General Paula Couto, um grupo de resistência; ainda trabalha muito, acompanhando os problemas subversivos travestidos de sociais, particularmente o Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul; o Major de Artilharia Gaspar Albite Chuy que foi o nosso homem dos suprimentos, encarregado de todas as previsões para a eventualidade de maior duração do movimento; Major de Cavalaria Gilberto Oscar Miranda Schmidt que assumiu as funções de prefeito de Uruguaiana e depois foi eleito – um excelente oficial e magnífico administrador; e, na função de Ajudante-Geral, o Major Mário Santos Lima que também nos proporcionou todo o apoio, aplicou-se muito bem conosco; o Ajudante-de-Ordens do General Camarinha, o Capitão de Cavalaria Amaury Estevam Rocco Ramos, um companheiro admirável, que trabalhou duramente, com correção e lealdade; o Primeiro-Tenente veterinário Mário Cavalheiro, companheiro de todas as horas; Major veterinário José Yeddo de Freitas Drumond, oficial administrativo, dono da fazenda em que fomos pescar na Semana Santa, totalmente integrado ao grupo; uma referência especial ao Chefe da Estação Rádio, Tenente Luiz Ernesto Knapp – falo em referência especial, porque ficávamos totalmente à mercê dos radiotelegrafistas. Naquele tempo, as comunicações eram muito precárias, o telefone uma tragédia, as estradas todas de terra, uma confusão danada, tudo era muito difícil, e as comunicações, quase todas, operadas através da "Estação Rádio". Pois, no controle dessas comunicações, o Tenente Knapp ajudou muito. Essa, a referência que queria fazer àquele Estado-Maior que foi admirável por seu trabalho.

Estamos na fase em que você saiu de Uruguaiana e foi transferido para o Gabinete do Ministro do Exército, General Costa e Silva, no final do ano de 1964. Então, a pergunta é a seguinte: qual era o ambiente no qual se relacionavam o Ministro do Exército e o Presidente Castello Branco, inclusive na sucessão deste último?

Encontrei um bom ambiente, mas é preciso ressaltar que, àquela época, o Gabinete do Ministro estava dividido: em Brasília funcionava o Escalão Avançado, sob a chefia do Coronel Jayme Portella de Mello, e, no Rio de Janeiro, permanecia o Gabinete do Ministro, propriamente dito. Geralmente, o Ministro do Exército, General Costa e Silva, passava, vamos dizer, um total de 20 dias no Rio de Janeiro e 10 dias em Brasília. Na Capital só se encontravam o Escalão Avançado, o Comando Militar do Planalto (CMP) e a 11ª Região Militar (11ª RM), todos exercendo seus misteres neste prédio em que nos encontramos (atual sede do CMP), durante esta entrevista. Os Departamentos e as Diretorias permaneciam no Rio de Janeiro. Em Brasília, de certa forma, ficávamos mais ou menos isolados.

Quanto à comunicação telefônica, havia uma coisa que, naquela época, achávamos maravilhosa, porque saíramos de um lugar em que tínhamos de usar a manivela dos telefones, enquanto, em Brasília, já funcionava o primeiro canal de micro-ondas instalado no Escalão Avançado, para falar com o Gabinete do Rio de Janeiro. Era um canal exclusivo.

Mas o que importa é que, ao chegar a Brasília, em dezembro de 1964, já se pôde perceber que havia um clima de descofiança no ar. As coisas não funcionavam naturalmente, e notei isso já na minha designação para a D2, seção onde se tratava de informações e também do controle de generais. É preciso também fazer uma ressalva: com a Revolução, a convergência de informações, interesses, enfim, a grande confusão do Ministério do Exército se dava, principalmente, na D2.

Existia uma certa desconfiança entre o pessoal do Castello e o do Costa e Silva. E havia outro grupo, mais ou menos no meio-termo, uns procurando conciliar, outros já atentos para o que pudesse vir pela frente. Mas, de qualquer maneira, não era um ambiente de confiança plena, franco. Se me perguntassem quais as características de cada grupo diria que os castelistas eram mais intelectualizados e também mais comprometidos com o sistema democrático. Seria o pessoal mais ansioso para o retorno imediato à plena democracia. O pessoal que estava junto ao Costa e Silva estava querendo aproveitar a oportunidade para reformar os costumes políticos, nos procedimentos básicos, no combate à corrupção etc. Era chamado de "linha-dura".

Na verdade, o pessoal do Costa e Silva era democrata, mas não aceitava aquele tipo de politicagem que ainda prevalecia, e muito menos negociar com resíduos

dos governos anteriores, aqueles resíduos todos que estavam no Congresso. Lembro que o Milton Campos, Prado Kelly, Bilac Pinto, Mem de Sá ficavam no Hotel Nacional, políticos extraordinários com os quais conversávamos bastante. Todos davam à nossa participação, à presença militar, um sentido histórico. Eram democratas fervorosos, mas compreendiam a situação e as necessidades.

O pessoal do Gabinete, portanto, era chamado de "linha-dura". Desejava algumas reformas, algumas arrumações, antes de voltar à plena democracia. Vou contar um fato interessante que, como outros, serve para caracterizar uma situação. Um dos coronéis mais exaltados do Escalão Avançado de Brasília era o Ruy de Castro, amicíssimo do Araripe, também um companheiro extraordinário, ambos homens excelentes. Uma noite, estivemos no apartamento do Bilac Pinto, conversando abertamente sobre a possibilidade de ele ser o sucessor do Castello.

Evidencia-se assim que não estávamos querendo um governo militar.Queríamos colocar ordem na casa, acabar com a confusão. Bem, já o pessoal do Castello a gente sentia que se tratava de um pessoal mais disposto às negociações. Ao que consta, o próprio Castello teria negociado com Juscelino Kubitschek o apoio da bancada do pessoal do Juscelino para a eleição dele; coisas desse tipo.

O pessoal que acompanhava o Castello era mais político?

Mais político. Marcava ali a presença do Cordeiro de Faria, que tinha sido Interventor no Rio Grande do Sul. Era um homem muito mais afeito a esse mundo político. E tinha um pessoal que se locomovia ali pelo meio, alguns políticos, entre eles o Costa Cavalcanti que tinha sido coronel e se movimentava entre as duas áreas, até fazendo uma certa ponte. Era esse o ambiente, e a separação foi-se agravando, à medida que as coisas foram acontecendo e se aproximava a substituição do Castello.

Quando da eleição de Israel Pinheiro, de Minas Gerais, e de Francisco Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, para sucederem, respectivamente, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, aconteceu, talvez, uma das crises mais sérias do processo revolucionário de 1964, porque realmente as Unidades da Vila Militar, no Rio, estiveram prontas para se sublevarem, em articulação com a Força Aérea. Lembro que eu mesmo, lá na D2, mantive ligação – foi um período muito tenso, de muitas ligações telefônicas – permanente com o Quartel-General do I Exército, com o General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, que era o chefe do Estado-Maior do I Exército.

Mas esses militares da Guarnição da Vila Militar estavam contra o quê?

Havia a determinação de não dar posse ao Negrão de Lima e ao Israel Pinheiro. Entretanto, o Presidente Castello não abria mão de maneira alguma e afirmava: "Houve a eleição e os eleitos deverão tomar posse." E eu me lembro que, por volta das duas horas da manhã, o Presidente Castello resolveu assinar o Ato Institucional

nº 2, fazendo arrefecer o problema da posse, da exacerbação havida na Vila Militar, porque a Vila Militar esteve "por descer", como se dizia. Quem relata muito bem esse assunto é o Jarbas Passarinho que acompanhou o problema, sob os pontos de vista militar e dos governadores – era Coronel e Governador do Pará.

Os comandantes que estavam bem sintonizados conosco eram o Coronel Antônio Miranda, do Regimento Escola de Infantaria (REI), o Comandante do Grupo de Artilharia, Coronel Sebastião Chaves e o pessoal pára-quedista. Tudo estava articulado: se o General Costa e Silva não quisesse, os dois governadores não tomariam posse, mas isso seria a desmoralização, a queda do Castello Branco. O Ministro Costa e Silva "segurou a barra", a assinatura do AI-2 acalmou bastante os ânimos e parece que, no dia seguinte, o General Costa e Silva foi à Vila Militar e fez serenar os ânimos. As coisas sempre marchavam mais ou menos desse jeito, e a gente fazia um esforço grande para conciliar as duas áreas, porque eram ambas revolucionárias de 1964.

No período conspiratório, o grupo do Castello nunca apareceu, mas era o pessoal que estava mais preparado para assumir o governo, embora totalmente impregnado de democracia plena. Para eles, o 31 de Março era apenas uma "cirurgia" para resolver a situação e voltar logo à normalidade democrática. E havia um outro grupo, ao qual eu pertencia, que pensava ser a oportunidade para dar uma arrumação geral, melhorar os costumes de nossos políticos, afastar gente que perturbava etc., militando nos setores de esquerda, mesmo naquela área que a gente chamava de "cor-de-rosa" e que permanecia no Congresso.

Dá para entender porque as Forças Armadas, em especial o Exército, faziam a intervenção e logo devolviam o sistema ao poder civil. Daqui a pouco, outra crise, intervenção dos militares e novamente... Acho que esse seu grupo não queria mais ficar devolvendo de imediato, sem antes fazer as mudanças necessárias.

É, e esse grupo fez o seguinte: polarizou-se em torno do Costa e Silva, que realmente era um líder inconteste, um homem inteligente, capaz, leal, decidido, que assumiu a liderança e veio ao encontro dos nossos anseios, também imbuído dos mesmos ideais democráticos. Foi uma pena a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ao qual, tenho a certeza, o Presidente foi forçado, pelas circunstâncias. Acham até que o problema de saúde dele decorreu da violência que teria praticado contra si mesmo, ao assinar aquele Ato.

Por que algumas lideranças civis da Revolução, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, e até mesmo Juscelino Kubitschek, foram afastadas da sucessão do Castello Branco? Esses três civis, à época, estavam no topo da política nacional. Havia outras lideranças, como Ildo Menegueti, no Rio Grande do Sul; Adhemar de Barros que participou em São

Paulo. Mas, identificados com o pensamento militar, poderíamos sintetizar essas três lideranças civis: Carlos Lacerda, que foi contra tudo e todos; Magalhães Pinto que, inegavelmente, deu aval para o início do Movimento; e Juscelino que se manteve numa posição neutra e tinha aspirações de ser Presidente. Por que eles foram afastados? Qual a sua ótica, naquele momento?

O entendimento geral, naquela época, era o seguinte. Vamos começar pelo Juscelino que vinha contaminado por todos aqueles acontecimentos do 11 de novembro, do "retorno aos quadros constitucionais vigentes", e pela forte carga de suspeita de corrupção, advinda da construção de Brasília. Havia uma quantidade enorme de inquéritos sobre o Juscelino. O período conspiratório vivido no Rio de Janeiro, quando Juscelino era o Presidente, e Lott, Ministro da Guerra, incompatibilizou-o com o meio militar. Inclusive, chocou e contribuiu muito para essa situação a notícia de que o Castello teria negociado com o Juscelino a eleição dele no Congresso. Era esse o caso do Juscelino.

O Carlos Lacerda foi o nosso líder e "farol" durante toda a fase conspiratória. Mas ele corporificava a UDN, e isso foi fatal. A identificação ou acoplamento dos militares com o Carlos Lacerda causaria grande repercussão no meio político. Não seria uma intervenção dos militares, mas da UDN. Outra coisa, a impressão existente era que o Lacerda possuía um estilo forte e não admitiria qualquer tutela, de quem quer que fosse. Logo, também, se estabeleceu a incompatibilidade.

Quanto ao Magalhães Pinto, lá de Minas Gerais, um banqueiro etc. ... Tenho a impressão de que o Magalhães Pinto não esteve tão incompatibilizado. Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Ele foi afastado da corrida presidencial, mas não da política.

Ah! Corrida presidencial sim.

Agora, os outros dois não. Os outros dois tentaram inclusive formar uma aliança, chamada de Frente Ampla, que deu uma complicação grande.

Coronel, gostaria de passar a abordar seu trabalho na 2ª Divisão (D2) do Gabinete do Ministro da Guerra. Hoje, o Gabinete do Comandante do Exército é dividido em Assessorias, acredito que com o mesmo critério. Naquela época, eram divisões: D1, D2 e assim por diante. Qual a importância desse trabalho para o Gabinete do Ministro?

Com a ascensão do governo presidido por um militar, estabeleceu-se o consenso de que todos os assuntos deveriam ser resolvidos pelos militares. Tudo passou a ser canalizado para os militares. O resultado foi o congestionamento permanente, pois o canal de entrada de informações no Gabinete era a D2. Além do que, Costa e Silva, a partir de determinado momento, era um Ministro que viria a ser Presidente

da República; era um "sol nascente". Então, os interesses de todo o País, empresários de São Paulo, de toda parte, fluíram para lá. Entrava de tudo ali: complicações políticas, manobras políticas e tínhamos que estar atentos, acompanhando.

Atualmente existe o Centro de Inteligência do Exército (CIE), que trabalha para o Gabinete. Nessa época, existia um órgão de informações?

Bem, vamos voltar a Uruguaiana, no início do Movimento de 1964. As informações sobre assuntos de segurança interna foram uma adaptação das informações de combate. Não havia um estudo sistemático, uma estrutura, enfim, nada a respeito de informações de segurança interna. Nós é que fazíamos adaptação dos nossos manuais de informações de combate.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) trouxe mais confusão. Para caracterizar, vou contar um caso: o Coronel Câmara Sena, Adido no Uruguai, enviou informação sobre possível operação de estabelecimento de contato do Brizola, em Recife. Vinha com endereço, tudo direitinho. Imagine a confusão que deu lá! No final, até engraçado, produziram-se vários relatórios: da Marinha (Cenimar), que era o mais bem organizado; da Aeronáutica (CISA); do órgão de informações regionais do Exército, de Recife; da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. Quer dizer, ainda não se sabia fazer informações de uma forma sistemática e organizada.

Mas existia um órgão que operava, tipo CIE?

A própria D2. A origem do CIE foi a D2. A coleta das informações era feita através das Unidades militares, mediante os Pedidos de Busca (PB) por nós elaborados e remetidos aos comandos dos exércitos que os distribuíam aos escalões subordinados. O PB respondido era coletado, processado e transformado em informação; conforme o caso, ia ao Ministro ou não. O SNI, que era nascente, o Golbery estava começando, recebia, também, os PB. Havia uma certa disputa, que era natural, porque a motivação existente no SNI, leia-se Golbery, era diferente da nossa. Nós estávamos querendo consertar e o SNI estava trabalhando com um pessoal que queria o retorno da democracia o quanto antes etc.; pessoal mais tolerante.

Qual a importância dessa atividade de informações para o Governo?

Acho que foi extremamente importante em tudo. A única coisa que foi lamentável é que interesses políticos, empresariais e outros sempre perturbaram o funcionamento, em que pese as conseqüências benéficas para o País. Procuravam-nos para tudo.

Uma das coisas pelas quais nos procuravam muito se relacionava à mineração. Inclua-se aí o cristal de rocha. Naquela época, o único cristal de rocha com propriedade piezo-elétrica, que servia para válvulas osciladoras, era o cristal brasi-

leiro. E esse cristal era exportado para o mundo inteiro como lasca de cristal de cinqüenta centavos de dólar o quilo, quando na verdade, saíam blocos de cristal, cujo valor era 10, 15 dólares o quilo. Fizemos levantamento disso, devido a vários informantes que nos procuravam, fazendo denúncias.

Diamantes, nós vimos no mercado de Amsterdã, Londres, Nova Iorque. Eram gemas brasileiras que chegavam lá com valores extraordinários, sem que aqui houvesse qualquer registro. Havia também esmeraldas e outras coisas desse tipo. E existia a célebre draga Xica da Silva, no Rio Jequitinhonha, que consumia a "brincadeira" de seis mil litros de óleo diesel diariamente, com toda aquela estrutura. E nada produzia! Só que nos rejeitos da draga, um grupo de garimpeiros colhia diamantes industriais, esses pequeninos. E não havia produção! Fizemos levantamento junto com o pessoal da Aeronáutica, tendo descoberto algo inacreditável. Não sabíamos bem e até tivemos um pouco de cuidado. O valor que saía sem qualquer registro, mesmo dividido por dois ainda dava muito mais do que o orçamento da União.

E não havia qualquer sanção. Conheciam-se as ligações do Costa Cavalcanti, Ministro das Minas e Energia, com o mundo empresarial de mineração, com os grupos todos. Sabíamos desses fatos, mas nada frutificava, não se chegava a um resultado, o que causava muita frustração. Mas de qualquer maneira essas coisas foram levantadas.

Quanto ao legado de corrupção nos ministérios, havia muito, demais. Chegando ao nosso conhecimento, trabalhávamos o informe e levávamos ao Ministro do Exército que o canalizava para o Presidente.

Quer dizer, mesmo antes da instalação do CIE vocês já trabalhavam...

Ah! Quase tudo convergia para nós. Paralelamente, problemas locais que deviam ser levados à Região Militar de Brasília, eram canalizados para nós. Por exemplo: o resíduo subversivo da universidade, deixado por Darcy Ribeiro: agitações, greves, problemas... Isso tudo era complicação para nós. Do mesmo modo, mantínhamos contato com o pessoal da Embaixada Americana para controle internacional da expansão comunista, o trânsito dessas pessoas. Era um volume muito grande de trabalhos.

O senhor trabalhava no Gabinete do Ministro Costa e Silva. Com a eleição dele para Presidente, o senhor permaneceu no Gabinete com o General Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército no Governo Costa e Silva. Houve alterações no seu trabalho no Gabinete do Ministro Lyra Tavares?

Houve. O ambiente ficou muito formal e surgiu um problema que julgo importante. Minha visão foi a seguinte: assim como houve uma divisão entre os grupos

do Castello e do Costa e Silva, também surgiu, dentro do grupo Costa e Silva, uma divisão, logo depois de o General ter assumido a presidência. O Principal responsável por essa divisão, lamentavelmente, com todas as suas virtudes, foi o General – já era general – Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar.

Porque aí aconteceu o seguinte: o pessoal do Portella resolveu blindar o Presidente Costa e Silva. O Presidente só tomava conhecimento do que eles queriam ou como eles queriam. A conseqüência foi o aparecimento de um outro grupo, a que eu pertencia, formado por um pessoal no qual o Costa e Silva confiava, mas que ficou isolado. Por exemplo, não fui para o Palácio, fiquei aqui neste prédio (sede do Comando Militar do Planalto). Quase todos foram para lá, mas não fui. Certa ocasião, alguém interpelou o Portella sobre isso: "Por que o Campedelli não veio para cá?" A resposta foi, de certa forma, elogiosa para mim: "No Palácio só há lugar para mão-de-obra intelectual, o Campedelli é mais útil onde está", quer dizer, tratava-se de um pessoal que não discordava.

Isso, em parte, decorria do seguinte. Meu acesso ao General Costa e Silva era muito grande, através do Ajudante-de-Ordens e de Dona Yolanda, sua esposa. Aqui vale contar um caso para caracterizar esse fato. Comandava a 11ª Região Militar o General Abdon Senna. Sou católico e, desde Uruguaiana, preocupava-me muito com o clero, em face de problemas políticos difíceis, e, principalmente, da contaminação a que seus membros estavam sujeitos através dos dominicanos etc. Um clero que se metia em reforma agrária, e em uma porção de coisas.

Um dia, estava chegando de uma viagem e encontrei o Abdon Senna no aeroporto. Ele me disse: "Campedelli, há um problema armado aqui. O Bispo não quer rezar a missa pelo aniversário da Revolução. Quero que você dê um jeito nisso." Falei com Dom José Newton de Almeida Batista, que era o Bispo, já meu conhecido lá de Uruguaiana. Ele explicou: "Campedelli, não posso rezar a missa por uma Revolução que me indiciou num inquérito, o senhor deve saber, porque às vezes sai na imprensa, quando na verdade esse inquérito já está arquivado. Ninguém fala nada e eu fico em uma situação muito ruim. Como é que eu vou rezar a missa dessa maneira? Outro dia mesmo, no Parlamento, um deputado agredindo a Revolução, falou: '(...)Governo que investiu contra um prelado'." Perguntei-lhe de que maneira poderíamos solucionar a questão e ele respondeu-me que não sabia. Apresentei, então, uma solução: "Se fizéssemos uma carta dirigida ao senhor, dizendo que o seu inquérito foi arquivado, que nada houve. O senhor aceitaria? Publicaremos essa carta."

Realmente, a JUC, JEC, quando se viram em perigo abrigaram-se em dependências do Bispado, Igrejas etc. Ele respondeu: "Aceito." Fui ao General Bandeira,

que era o Chefe do Gabinete do General Lyra Tavares, em Brasília. Bandeira leu a proposta, concordou e levou a carta. Essa carta foi redigida por mim e pelo Coronel Emidio de Paula, que também era muito católico. Uma carta muita bem arrumada, nós caprichamos na redação. Lyra Tavares disse que aquilo ali significava um "agachamento" do Exército e que ele não assinava. Minha impressão é de que havia problema maçon, essa alergia que alguns maçons têm pelo clero etc. Mas não posso afirmar.

Mas o Lyra Tavares era maçon?

Acredito que sim. Porque havia vários maçons ali, atrapalhando o relacionamento com o clero, além dos comunistas, naturalmente.

Bom, aí a minha senhora disse: "Campedelli, por que a gente não fala com Dona Yolanda?"

Yolanda Costa e Silva!?

Yolanda Costa e Silva. "Ela é católica, o Presidente também é católico, quem sabe a gente não resolve isso?" Ela foi ao Palácio e falou com a Dona Yolanda Também fui. Dona Yolanda era esperta, muito viva. Uma mulher extraordinária. Entendeu, com rapidez, a questão. Mas coloquei um outro problema. A Catedral estava "caindo aos pedaços", a obra paralisada, faltando metade da construção. O Arcebispo não concordava com o término da Catedral com dinheiro público. Dizia que isso era coisa da União Soviética. Pareceria uma repartição pública de um ministério. Para ele, tinha que ser com o dinheiro dos fiéis.

Depois de me ouvir, Dona Yolanda disse: "Está decidido. Agenda uma visita do Arcebispo Dom José para falar comigo". Marquei a data, o Arcebispo compareceu e daí surgiu a célebre "Campanha das Marias". Um padre veio de São Paulo, para dirigir tudo isso e todas as "Marias do Brasil" contribuíam com um Real. Na verdade, foi uma medida para pegar o dinheiro que viria do Governo do Distrito Federal, para terminar a Catedral.

Contei isso, para mostrar a facilidade de meu acesso ao Palácio, fato que contrariava o General Portella. Portella tinha um pensamento que eu chamo de "errático"; não se sabia bem o que ele queria, entende?

Ele não deixava claro seu pensamento?

O Coronel Araripe e alguns outros oficiais diziam que ele queria competir com o Golbery, em habilidade política. Uma vez, um coronel muito chegado ao Portella, meu amigo, disse que o General comprara *O Príncipe*, de Maquiavel, e devido a esse fato, anda... Lembro de uma ocasião: "Mas General, o senhor vai colocar fulano lá no Departamento de Polícia Federal? O senhor sabe quem ele é! Como é que o senhor vai colocar esse homem lá?" Ele respondeu: "Vou colocá-lo lá

porque há missões que se eu der a você, acaba não sendo cumprida, e ele cumpre qualquer uma." Existiam essas questões que se chocavam frontalmente com o nosso pensamento e maneira de entender as coisas.

Por isso afirmo que dentro do próprio grupo do Costa e Silva começou a nascer essa divisão. E, como decorrência, começam a surgir algumas figuras extraordinárias, dentre elas o General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Ele e Portella não se acertavam, justamente por causa dessa excessiva flexibilização.

Com relação à missa, o Arcebispo...?

Rezou a missa. Dona Yolanda, muito habilidosa, negociou com ele a Campanha das Marias, a construção da Catedral foi concluída e ele rezou a missa.

Na própria posse do Presidente Costa e Silva já houve um problema. O Arcebispo de Brasília era chefe de uma província eclesiástica, onde existia aquele Dom Fernando Gomes dos Santos, de Goiânia, um homem áspero, extremamente ligado às esquerdas e a outros Bispos da tal província eclesiástica. Tive que entrar nesse problema para conseguir que o Arcebispo comparecesse à cerimônia de posse e levasse com ele os Bispos. Na posse do Costa e Silva estavam todos os prelados. Aquele foi um trabalho que se levou à frente, mas sempre com a ajuda de Dona Yolanda.

Isso incomodava extraordinariamente o General Portella; ele colocou uma blindagem em torno do Presidente. Seu Chefe de Gabinete era o Coronel José Maria Covas, um homem inteligentíssimo, extremamente pragmático. Esse foi o quadro que vivi em Brasília, no período do Lyra Tavares.

Como o senhor, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, viu a importância da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)? O senhor acabou de nos informar acerca da existência de grupos, como os do Castello Branco e o do Costa e Silva, de uma linha mais "dura", e que o levou ao Poder e, depois, no Governo, se dividiu nos grupos do General Portella, mais afeito ao Presidente, e do Ministro Lyra Tavares. Ao mesmo tempo, o Movimento Comunista Internacional estava atuando de um modo mais agressivo, nessa época. Ocorria um recrudescimento, uma maior expansão no movimento subversivo. Surgiram as linhas cubana, chinesa, maoísta, linhas mais agressivas que a soviética. Isso tudo, ao mesmo tempo, gerou uma instabilidade grande e, nessa hora, surge o AI-5. Qual a sua análise a respeito?

Na ocasião do AI-5 já não me econtrava mais em Brasília, e sim em Rondônia, na capital, Porto Velho. Não estava em Brasília, no fulcro da coisa, mas, de lá, acompanhava. Realmente a subversão do País se ampliava... Vieram os problemas de Caparaó, um agravamento... Assassinatos, uma porção de coisas, problema do

Marighela, guerrilha urbana, atentados. Surgiu o desafio à Revolução, no Congresso, e o Costa e Silva não teve alternativa. Porque o Presidente era tão civilista quanto o Castello. Inclusive, uma coisa que mereceu cuidado foi a escolha da pessoa para tornar-se Vice-Presidente da República. O Vice foi o Pedro Aleixo. Quando cheguei a Brasília, o Pedro Aleixo era uma espécie de oráculo político. Não havia um parlamentar, em Brasília, que não consultasse o Pedro Aleixo. Dava a solução para todos os problemas políticos. Pois bem, a escolha dele para vice do Costa e Silva já era um sintoma de que ele queria o retorno à democracia, queria levar o Brasil para a plena democracia. Mas a exacerbação dos movimentos comunistas resultou no agravamento da situação e conseqüente fechamento.

Por surpresa minha, em um livro de autoria do General Portella, aparece o meu nome como tendo promovido reuniões contra a assinatura do AI-5. Mais tarde encontrei-me com o Portela, em um evento social, e ele me perguntou: "O que você achou do meu livro?" Respondi: "Olha, não tenho nada a comentar... Há uma seqüência de eventos, tudo direitinho... Mas a julgar pelo que o senhor falou no único momento em que eu apareço no seu livro, há um engano. Nunca estive..." Ele retrucou: "Ah, foram informações que eu recebi."

O senhor participou de alguma reunião contrária ao AI-5?

Não, nada. Eu estava em Rondônia. Vim tratar de assuntos no Rio de Janeiro, logo depois do AI-5 e mantive, naturalmente, "bate-papo" com companheiros acerca da situação política do País. Somente isso.

O Senhor citou Rondônia. Antes de passarmos ao final do Governo Costa e Silva, vamos antecipar a pergunta. Como foi a sua designação para o Governo de Rondônia e o trabalho desenvolvido?

Ainda Tenente-Coronel, encarei da seguinte maneira: isso ainda se deve àquele problema do acesso ao Presidente Costa e Silva. Era convidado às sessões de cinema etc. Além do caso que contei sobre a missa; sem dúvida, éramos muito ligados.

Um dia, o Ministro Lyra Tavares me chamou e veio com uma conversa de que precisava de coronéis muito bons etc., na fronteira com o Uruguai e, por isso, me oferecia o comando do 7º Regimento de Cavalaria (7º RC), com sede em Santana do Livramento. Ponderei: "Sou Tenente-Coronel moderno, não é a minha vez de comandar, se receber um comando, agora, vou ficar em uma situação incômoda perante os meus companheiros. Penso que o senhor deve ficar à vontade. Caso o senhor pretenda afastar-me do seu Gabinete, estou pronto..." Ele disse: "Não, o que é isso, não é nada disso..." Continuei: "Não, mas está me parecendo que seja isso. O senhor não tenha o menor constrangimento." Mas ele não podia me afastar do Gabinete, porque

o Costa e Silva iria querer saber o porquê. O Lyra Tavares encerrou: "Então não tem nada, você não quer o comando, não vai."

Aí ocorreu um problema, um mal-entendido, no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Os capitães se reuniram e comentaram: "O Coronel Campedelli disse que devemos manter o Batalhão permanentemente operacional. Pode surgir uma necessidade, a qualquer momento." Realmente tinha falado, porque o Comandante, segundo o Capitão Lemos, estava muito envolvido politicamente. Ele participara de uma intervenção militar em Goiás.

Esse capitão havia terminado um curso sobre censura, no Departamento da Polícia Federal, e veio fazer um relato, na D2, sobre o sistema de corrupção que existia naquele setor do Departamento. Fosse um filme ou um espetáculo teatral, ele era classificado como impróprio para menores de 14 anos, para, depois, negociar a impropriedade para limites maiores. Isso rendia dinheiro. O Capitão me relatou esse negócio e, no meio disso tudo, contou-me a situação da Unidade. O Batalhão não tinha nem óleo para as viaturas etc.

A reunião de capitães foi considerada conspiratória e aparecia o nome do Coronel Campedelli no meio da história. Isso foi parar no Palácio do Planalto! Quando vi, estava vindo o Celso Meyer (Coronel Celso dos Santos Meyer) do Rio de Janeiro, para fazer um inquérito. Por felicidade minha, o Coronel Antonio Bandeira, Chefe do Escalão Avançado, sabia da vinda do Capitão, e quando ia começar a história, o Coronel Bandeira entrou no negócio; mandaram o Celso Meyer voltar do aeroporto mesmo: "Isso não existe". Bom, mas ficou claro que havia um problema comigo.

Eu esmiuçava o negócio e achava que isso estava vindo do General Portella. Bem, em uma tarde, chego em casa, recebo telefonema do Ministério do Interior; General Affonso Augusto de Albuquerque Lima. Foi direto ao assunto: "Campedelli, estou necessitando dos seus serviços, preciso que você vá governar Rondônia." Imagine eu, com sete filhos, família, em uma área cheia de problemas, complicada, malária e não sei o quê... Respondi: "Olha, o senhor no meu lugar aceitaria?" Assentiu: "Aceitaria." Então falei: "O senhor marca o dia da posse." Contei à minha mulher que concordou: "Não tem problema, vamos sim." Nossos filhos estavam já na universidade, embora alguns embaraços: a família ficaria dividida, metade em Brasília. Aí marquei a posse.

O Albuquerque Lima nunca me disse nada. Muito mais tarde, já não era mais Governador e nem ele Ministro, perguntei: "Por favor, General, por que o Senhor me fez aquele convite? Foi mais para me tirar da garupa, não é?" Ele respondeu: "É, hoje eu posso dizer. Foi. A sua situação estava ruim."

Só isso que ele disse?

Ah, e outra coisa. O Território de Rondônia havia chegado a uma situação de caos. Para se ter uma idéia, cheguei em dezembro e encontrei o funcionalismo sem pagamento desde outubro, sem dinheiro algum, nem para tratamento de água. A água fornecida vinha como enxurrada, não tinha tratamento, porque não havia mais dinheiro para nada. Petróleo, a refinaria de Manaus estava fornecendo em confiança, porque inexistiam recursos, era uma coisa medonha. Faltava energia elétrica, reinava o caos completo. E o General Affonso me pegou justamente para essa tarefa. Felizmente dei conta da missão.

Como decorreu o trabalho de Interventor, de Governador?

Contei com um certo respaldo político, porque meu nome, como Governador, foi aprovado pelo Senado Federal. Predominavam esses problemas todos, basicamente de falta de recursos. Recebi bastante apoio do Ministério do Interior e pude solucionar superar os obstáculos. Mas para se ter idéia das dificuldades, se quisesse conversar com o Ministro, tinha que sair do Palácio, ir a um hotel onde existia um posto da Radional. Naquele tempo, o único jeito de falar era através de ondas de rádio, nada fácil, era um negócio de ir e voltar, muito ruim.

De qualquer maneira, deu-se uma arrumação; fizemos muita coisa. Criou-se uma empresa que existe lá, até hoje, a Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia).

O senhor pôde levar pessoas para ajudá-lo? Conseguiu levar um grupo bom para compor seu secretariado?

Consegui. Existia em Brasília um representante de Rondônia, genro de um Coronel de Cavalaria, alguém sintonizado conosco. Então, antes de seguir para Rondônia, fizemos um estudo de situação, colhi muitos dados com o Ministério do Interior etc., e dei início à tarefa.

O trabalho que considero ter sido o mais importante foi o seguinte: ao chegar, verifiquei que havia uma grande quantidade de bancos particulares na área. E aí, utilizando um estudo simples de aplicações e depósitos, concluí que os bancos estavam aspirando os recursos locais. Quer dizer, o Território, que estava completando 25 anos de existência, possuia um vigor econômico razoável. Criei um desfile das Forças Vivas, justamente para dar consciência do vigor econômico e social do Território. Nesse desfile, entravam elementos da área social e da área econômica; mineração etc. Feito isso, vim ao Rio de Janeiro e conversei com o General Affonso: "Temos que impedir que se passe em Rondônia o que aconteceu com o Acre, um verdadeiro caos. Até hoje, o Acre não tem autonomia, vive com verbas federais etc., e entendo que é preciso fazer alguma coisa para criar uma espécie de pré-Estado, criar todos os germes dos órgãos de um Estado, porque no Território já existe essa aspiração, e há condições para tanto."

O General Affonso foi formidável. Chamou o Chefe do Gabinete, na hora, e disse: "Vamos encontrar uma empresa para elaborar um projeto com esse objetivo. O Campedelli vai dar as diretrizes." Até me inspirei muito na administração do Distrito Federal, à época: Para cada Secretaria, organizava uma Fundação, a fim de proporcionar flexibilidade administrativa. Bem, a empresa foi para Rondônia, fizeram todos os estudos e assim nasceu a Lei Orgânica dos Territórios, que criou verdadeiros pré-Estados.

Quando iniciei, todas as aplicações provinham de recursos federais e todos os recolhimentos, taxas e tributos, inclusive de mineração, a rigor, tinham que ir para a coletoria federal. Mas isso não ocorria, a prática era uma bagunça. Desculpe a palavra "bagunça", mas era a realidade. Então, no que diz respeito à energia elétrica, por exemplo, não havia um contador de energia elétrica. Funcionava por ponto de consumo. E o dinheiro ficava no departamento mesmo, era gerido ali, confusamente.

O Batalhão de Engenharia do Exército, com parada e sede em Rondônia, recebia, anualmente, uma dotação orçamentária bem maior do que o Governo do Território. O Comandante do Batalhão tinha muito mais prestígio que o Governador. Bem, com essa Lei Orgânica dos Territórios, passamos a arrecadar. Mais tarde deixei o governo, mas o meu substituto, Coronel João Carlos Marques Henriques, passou por Brasília, procurou-me e disse: "Campedelli, faltam-me condições para gerir os recursos que temos. Estou com dinheiro demais." Por isso, entendo que o meu principal trabalho em Rondônia foi a criação da Lei Orgânica dos Territórios. Atingiu também o Território do Amapá e outros.

A lei foi promulgada aqui em Brasília?

A lei era federal, mas fruto do trabalho com o pessoal do Ministério do Interior, com o General Affonso, lá em Rondônia.

Por que o senhor solicitou demissão do cargo de Governador de Rondônia? Depois desse trabalho de organização do governo, do sacrifício de dividir a família, que constituiu um ônus, pois é sempre um problema fazer uma divisão na família, depois disso, afinal, talvez estivesse na hora até de colher os frutos, frutos que vieram para o seu sucessor, que confessou não ter quase conseguido gerir tudo aquilo. Depois da organização do território de Rondônia, você pediu demissão por quê?

O principal fator foi o político, mas apoiado por outros motivos. Por exemplo, só podia ficar fora do Exército dois anos e já tinham decorrido um ano e quatro meses. Era preciso fazer uma opção, voltar ao Exército ou abraçar a carreira política. Porque era comum e normal: os governadores candidatarem-se a deputado. Havia

experiências anteriores. Mas eu não estava interessado na área política, desejava voltar para o Exército. Fui para lá por uma emergência, uma situação especial.

O problema político dizia respeito ao General Affonso. Éramos muito ligados. E começou a crescer uma fermentação política muito grande contra o General Affonso, porque vislumbraram a possibilidade de ele tornar-se o sucessor do General Costa e Silva. Assim, começou o trabalho de um grupo dentro do Ministério do Interior, aquele pessoal que gosta de Poder; e participação da imprensa. Havia outros fatores também: os interesses contrariados, principalmente de empresários, na área de mineração – Grupo Lacombe – tinha o pessoal do Costa Cavalcanti e não sei mais o quê, e outras empresas.

Surgiram outras coisas que me surpreenderam. O General Affonso, que era Ministro, disse: "Campedelli, estou muito preocupado com o problema da tortura; nossos companheiros andam permitindo abusos durante os interrogatórios, e isso vai pesar sobre nós, na História. Respondi: "General, não tenho conhecimento de nada de tortura em lugar algum." Ele retrucou: "É, há gente que tem trazido muita queixa. Já falei com o Presidente Costa e Silva sobre isso."

Bem, esse contexto foi criando um mal-estar entre os Gabinetes do Costa e Silva e do Affonso de Albuquerque Lima. Até que se criou um problema qualquer, em virtude do qual o Albuquerque Lima resolveu pedir demissão. Mas sinceramente acredito que ele foi pedir demissão esperando que o Costa e Silva não aceitasse. Para a surpresa nossa, o Costa e Silva disse: "Tudo bem Affonso, você não quer ser mais Ministro, e eu agradeço o seu trabalho."

Aí pedi demissão, principalmente porque já sabia que o Costa Cavalcanti iria substituir-me. E o Costa Cavalcanti era ligado a grupos empresariais, como o Lacombe de mineração e os irmãos Galdeano, da Companhia Estanifera do Brasil. Muitos interesses que eu havia contrariado e o Affonso também. Pensei comigo: "Também não vou ficar aqui, mesmo que eu queira." O Coronel Tancredo (José Tancredo Ramos Jubé) me telefonara para informar: "Campedelli, o Presidente mandou dizer que você não tem obrigação de ser solidário ao Albuquerque Lima, porque a sua nomeação é dele." Respondi: "O senhor agradeça ao Presidente, mas não tenho condições de ficar esperando que o Costa Cavalcanti me peça o cargo." O contexto indicava que ele poderia pedir meu cargo, então preferi sair, mesmo porque queria voltar para o Exército.

Na minha volta para o Exército aconteceu uma coisa curiosa. No meu regresso, apresentei-me no Escalão Avançado do Estado-Maior do Exército, então chefiado pelo Coronel de Cavalaria Heitor Fontoura, que eu não conhecia. Como desejava permanecer em Brasília, ele me indicou para servir no Estado-Maior. Fiquei três meses sem reverter ao serviço ativo, andando como um tonto, em Brasília. Vinha aqui só para receber meus

vencimentos. Passado esse tempo, o Coronel Fontoura me chamou e disse: "Campedelli, saiu um Aviso do Ministro (Lyra Tavares) que diz o seguinte: quem serviu em Brasília por mais de dois anos, ao sair só poderá regressar, decorridos três anos de afastamento. No seu caso, você não pode servir em Brasília. Será nomeado Comandante do 2º Regimento de Cavalaria Motorizada (2º RCM) de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul." Argumentei: "Mas vim de Rondônia, sigo para Santa Rosa, e a minha família, como é que fica? Não é a minha vez de comandar, ainda." O Regimento de Santa Rosa estava extinto, parecia que havia alguém só para cuidar do aquartelamento.

Então, disse que não iria. O Celso Meyer, que estava no Escalão Avançado, comentou: "Você é militar, tem que ir." Respondi: "Não, peço transferência para a Reserva, já tenho 25 anos de serviço e vou-me embora." Falei isso, preparei meu requerimento e dei entrada na Organização Militar (OM) em que estava adido, o Estado-Maior do Exército, com o Coronel Heitor Fontoura. O Coronel Fontoura pegou o requerimento e disse: "Campedelli, eu aderi à Revolução, mas você participou disso tudo, sei muito bem, e por isso não tem direito, agora, de estar caindo fora." Respondi: "Mas como não vou cair fora?! Se estou vendo que sou um indesejado aqui."

O Coronel Fontoura ligou para o General Calderari (Arnaldo José Luiz Calderari) que era Chefe do Gabinete, no Rio de Janeiro, e o General Calderari perguntou-me se o Estado-Maior do Exército (EME), no Rio de Janeiro, me servia. Respondi: "Serve, vou para lá sim, não tem problema. Não vou é para Santa Rosa." Aí deram minha reversão ao serviço ativo e fui classificado no EME, no Rio de Janeiro.

O senhor fora nomeado Governador de Rondônia pelo Presidente Costa e Silva, por indicação do Ministro Affonso de Albuquerque Lima, visto que a administração dos Territórios estava sob sua responsabilidade no Ministério do Interior. Quanto ao Albuquerque Lima, conforme seu relato, havia gestões no sentido de que fosse um dos candidatos à sucessão do Presidente Costa e Silva. O senhor já comentou que o Costa e Silva não foi a favor do AI-5, o endurecimento do regime. Decretou-o, se não conduzido, diante da necessidade de uma resposta àquela subversão que atuou fortemente no ano de 1968. Não digo que ele foi obrigado, mas foi praticamente compelido a assinar. E aí veio o episódio da doença e morte do Presidente Costa e Silva e sua sucessão. O que o senhor pode nos contar sobre o transcurso desses últimos acontecimentos? Nessa hora deve ter aparecido novamente a figura do General Affonso de Albuquerque Lima, como provável candidato. Nessa época o senhor já estava no Estado-Maior do Exército?

Estava no Rio de Janeiro. Eu servia na 4ª Seção do Estado-Maior do Exército e o General Affonso era Diretor de Material Bélico.

Ele reverteu também para o serviço ativo do Exército.

Sim, era General-de-Divisão, Diretor-Geral de Material Bélico do Exército.

Não quiseram colocar o senhor nesse Departamento?

Não, não. Fui para a 4ª Seção, fiquei lá. Iam colocar-me na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, mas por causa dos meus antecedentes resolveram me colocar na 4ª Seção, na área de blindados.

Seus antecedentes, nesse caso, conhecer blindados ou ter essa ligação toda?

Colocaram-me na 4ª Seção, Carteira de Cavalaria e Motomecanização. Lá fiquei e mantive muita ligação com o General Affonso. Foi justamente quando nasceu a Engesa. O General Affonso dispunha de uma verba grande para o desenvolvimento de um protótipo que não desembocava nunca. Aí, sugeri a Engesa.

Demos início à parte de blindados, porque a Empresa já estava fazendo aquela transformação, ou seja, tração nas seis rodas dos caminhões. Aí nasceu a Engesa.

Bem, o fato é que o General estava lá e nós mantínhamos ligações. Nossos familiares se visitavam; tínhamos um relacionamento normal. Até que veio a doença do Costa e Silva. Quando o Presidente ficou doente, aconteceu aquele tumulto tremendo, inventaram uma votação entre os generais e o Affonso esteve cogitado.

Meu Secretário de Segurança, em Rondônia, era um Capitão de Artilharia, pára-quedista, com o curso de Guerra na Selva. Excepcional. Voltara para o Rio e encontrava-se na Divisão Aeroterrestre. Como ele me conhecia, trabalhamos juntos em Brasília, depois levei-o para Rondônia etc., os pára-quedistas começaram, também, a vir aqui em casa. Comecei a ser envolvido naquele negócio, também.

Bem, fizeram a primeira votação e, ao que consta, o mais votado foi o General Affonso de Albuquerque Lima, para sucessor do Costa e Silva. Fizeram uma votação geral, em todos os quartéis, mas só os generais votaram. Deu Affonso. Quando deu Affonso, mudaram o critério. Parece que o "cabeça" da tese foi o Muricy (General Antonio Carlos da Silva Muricy), que era Chefe do Estado-Maior do Exército. Ficou estabelecido que só poderia ser um General-de-Exército. Portanto, o Affonso estava fora, por ser General de Divisão.

A coisa quase pega fogo, porque houve pressão do pessoal da Marinha, do pessoal da Força Aérea. Estava tudo canalizado para que fosse um dos Geisel, não posso precisar qual deles, se o Orlando ou o Ernesto. Mas a coisa foi ficando cada vez mais complexa. E a Junta que governava, Lyra Tavares (General Aurélio de Lyra Tavares), o Rademaker (Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald) e o Márcio (Brigadeiro Márcio de Souza e Mello), não estava conseguindo controlar aquelas dificuldades. A agitação cada vez maior. Aconteceram os problemas com o Coronel Dickson Grael (Dickson Melges Grael), dos pára-quedistas, está lembrado? Em um desfile no dia 7 de setembro, não olharam à direita, uma reação.

Aquilo ali virou um inferno. E houve o seqüestro do embaixador americano, Charles Burke Ellbrick, também.

Ocorreu o embarque dos subversivos presos. O Capitão Sostenes do Amaral Nogueira, pára-quedista, liderou um grupo que pegou os caminhões do Grupo de Artilharia.

Esse capitão Nogueira é o que trabalhou com você?

É o que estava comigo. Tentaram interceptar o embarque, mas desconheciam a malandragem da marcação de hora diferente para a decolagem do avião. Quando o grupo chegou com o caminhão cheio de pára-quedistas, no Galeão, o avião já havia decolado. Procuraram-nos, muito, a mim e ao Coronel Dickson Grael, já falecido, pai dos Grael dos esportes náuticos. Bem, e eu me vi nessa agitação.

Naturalmente, ia muito à casa do General Affonso. Lembro que nós chegamos a nos reunir em um apartamento da Praia do Leme a fim de redigir um plano de governo para o General Affonso, caso ele fosse Presidente da República. Esse plano incluía algumas reformas constitucionais etc. Mas o plano foi levado ao Euller (General Euller Bentes Monteiro) que era muito ligado ao General Affonso. Foi quando o Euller disse: "Affonso, se você quer entrar nisso, entre, mas estou fora, porque você vai ter que fazer um 'governo policial'; vai passar quatro anos com inquéritos policiais e isso não dará certo."

Mas, assim mesmo fizeram contato com o General João Dutra de Castilho, Comandante da Divisão Aeroterrestre, na Vila Militar. O Castilho era amigo do Affonso e concordou: "Entro nisso, mas preciso respaldo do Syseno (General Syseno Sarmento), Comandante do I Exército", mas ninguém achava o Syseno. E o tempo foi passando, foi passando, a tensão atingiu um ponto tal que a solução encontrada foi intermediária: nem o Affonso nem o Geisel, foram procurar o Médici que estava comandando o III Exército, em Porto Alegre, e tinha como Chefe de Estado-Maior o Figueiredo. Tanto é que, ao aceitar, veio, de uma maneira muito tumultuada, e trouxe o Figueiredo para Chefe do Gabinete Militar. Esse foi o quadro que vivenciei.

Desse quadro, lembro-me um pouco mais. Era Tenente, servia no 1º Grupo de Obuses 155 (1º GO 155), e recordo do movimento de pára-quedistas para apoiar o Albuquerque Lima, nessa votação. Não na votação em si, mas apoiar se ele fosse o escolhido pela votação. Agora, o resultado da votação ficou meio obscuro para mim, Tenente. Mas para o senhor não, quer dizer, a votação foi entre o Albuquerque Lima e um dos Geisel. O Costa Cavalcanti não estava?

É aí entrou o Médici, em quem descarregaram os votos para poder sair a solução conciliatória. Realmente, o Médici se situava no meio-termo, entre a área

dos castelistas, que era o Geisel, o Cordeiro de Faria, o Golbery, aquela turma, e o grupo do Costa e Silva, isto é, o pessoal do General Affonso. Então escolheram o Médici que tinha sido chefe do SNI.

Com a doença, foi impossível ao Costa e Silva conduzir as ações como Presidente e surgiu a Junta. Por que não o Vice-Presidente, o Pedro Aleixo?

Bom, isso foi outro ponto de atrito também. Havia uma corrente que defendia a posse do Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo; outra corrente achava que não, porque interromperia o processo revolucionário.

O Albuquerque Lima estaria em qual corrente?

Não me lembro bem. Ele nunca manifestou qualquer opinião favorável ao Pedro Aleixo, eu diria que...

A situação estava em um ponto crítico, tanto que houve o seqüestro do embaixador americano, depois a troca da liberdade dele por alguns...

Em verdade, não era admissível naquele período de subversão, de luta armada, atentados, seqüestros, colocar o Pedro Aleixo como Presidente da República. Não havia condições.

O senhor foi para a 4ª Seção, ou para a 4ª Subchefia, do Estado-Maior do Exército e depois foi designado Comandante do Regimento de Cavalaria Blindado.

Não. Vim para Brasília, embora não pudesse fazê-lo. É só lembrar-se do tal Aviso: quem tivesse servido por mais de dois anos em Brasília, uma vez movimentado, só poderia retornar depois de três anos. O que não tinha ocorrido comigo. Sem ferir a modéstia, o Aviso coincidiu justamente com o meu caso. O fato é que se tratava de um dispositivo para evitar o meu retorno.

Acontece que estavam transferindo o Estado-Maior do Exército para Brasília e me encontrava impossibilitado de vir. Eu não entendi: O Estado-Maior mudava de sede, mas eu tinha que permanecer no Rio de Janeiro, por causa dos tais três anos. Um grande amigo meu, Gilberto Azevedo, era político na capital, e também muito amigo do Jarbas Passarinho, bem como bastante ligado ao General Ademar de Queiroz, que substituiu o Costa e Silva como Ministro, convidou-me: "Campedelli, vamos procurar o Marechal Ademar de Queiroz." Assenti e disse: "Servi um tempinho curto com ele, já o conheço."

Fomos ao seu encontro e relatei os fatos. O Marechal ligou para o Subchefe do Estado-Maior do Exército, porque o Chefe era o General Muricy, e falou: "Há um companheiro nosso que está com um problema; está com a família dividida, alguns filhos estão em Brasília, por causa de universidade, e ele está no Rio. O dinheiro dele

já não dá para manter-se no Rio; desistiu da Escola Superior de Guerra e não tem condições de, com sete filhos, permanecer nesta cidade. Brasília dispõe de apartamentos funcionais etc. Temos que transferir." Aí ele perguntou: "Quem é?" O Marechal respondeu: "É o Campedelli." Aí o General – não estou lembrando do nome, agora – informou: "Mas não é ele que está sendo transferido, quem está sendo transferida é a 4ª Seção, e ele vai com o efetivo da 4ª Seção." Sei que, no dia seguinte, cheguei no Estado-Maior do Exército e fui cientificado: "Olha, é possível que você tenha que seguir para Brasília." Assim, vim para Brasília, no bojo da 4ª Seção. E fiquei por algum tempo.

Depois, fiz uma viagem com o General Reinaldo, para conhecer o sistema logístico das Forças Armadas americanas. A 4ª Seção elaborava trabalhos sobre esse tema. A seguir, em 1973, fui nomeado para o Comando do 6º Regimento de Cavalaria Blindado (6º RCB), em Alegrete. Quando cheguei, o Regimento ainda era hipomóvel, mas já com data marcada para receber os blindados. Foi uma trabalheira muito grande e um momento feliz da minha vida militar, um período excelente, aqueles dois anos que passei em Alegrete.

E você conseguiu reunir a família em Alegrete?

Alguns ficaram em Brasília.

Quando terminei o Comando, o General Antonio Jorge Corrêa, com quem já havia servido, convidou-me para o cargo de Assistente, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Aceitei e voltei a Brasília. Quando o General foi para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), eu o acompanhei, como Assistente-Secretário. Lá permaneci até seguir para a Venezuela, como Adido. Depois de dois anos no exercício da função, regressei ao Brasil, já no quadro de acesso ao generalato. Todos os sintomas porém...

Tenho outra pergunta que acho importante, uma curisosidade da sua vida. Por que, na volta da Aditância, na Venezuela, em 1979 – com a parte previsível da carreira: Comando de Unidade, missão no exterior, até com uma passagem, vamos dizer diferente, no Governo de Rondônia, em condições de ficar no quadro de acesso a general –, nesse momento, o senhor resolve pedir transferência para a Reserva?

Fui ocupar o cargo de Chefia de Planejamento Operacional, no Estado-Maior do Exército, e recebi a missão de elaborar o Sistema de Mobilização do Exército (Simobe). Passamos um ano trabalhando, fiz uma exposição na Escola Superior de Guerra (ESG) e na Escola de Estado-Maior sobre o sistema, e parece que, depois de algumas modificações, deu certo. Até então não havia um sistema.

Então, por que essa decisão? A família reunida...

A decisão ficou complicada pelo seguinte: quando estava no Gabinete do Ministro do Exército, trabalhava junto com os meus companheiros, dia e noite. Ainda era Major...

Só um detalhe. O senhor tinha muita ligação com o General Albuquerque Lima. Onde ele estava nessa época? Quando o senhor foi para a Reserva, ele já havia saído do Exército?

Já. tornara-se empresário. Na Venezuela, escrevi uma carta ao General, pedindo que se candidatasse à Presidência da República. Se ele galgasse a Presidência seria ótimo para o Brasil e, caso contrário, teria dado pelo menos respaldo democrático à eleição do Figueiredo. Quando conversamos, ele esclareceu: "Veja, Campedelli, recebi a sua carta, mas não pude mexer nisso, porque não tenho mais condições de entrar na política. Hoje sou um empresário". Trabalhava em uma fábrica de confecção de roupas que pertencia à família da mulher dele. A fábrica estava instalada no Nordeste, e exportava roupas.

Contou que, infelizmente, estava incompatibilizado com o Euller – eram amicíssimos. Fotografaram o Euller apertando a mão de um deputado comunista e espalharam que ele era comunista. Alguém disse ao Euller que a fotografia tinha sido tirada por ordem do General Affonso. Este, por sua vez, ficou muito aborrecido com o fato do Euller acreditar que ele pudesse ter feito uma baixaria daquelas. Após esse fato, foi encerrado o programa político do General Affonso. Depois, fiquei sabendo de sua morte, por infarte, dentro do avião, em Pernambuco.

Retomando a pergunta, o senhor voltou para o Brasil, trabalhou no Estado-Maior do Exército, na área de logística e mobilização; o General Albuquerque Lima já na Reserva. Entrando no quadro de acesso resolve...

Resolvi pedir transferência para a Reserva. Na promoção de Major a Tenente-Coronel, embora estivesse colocado bem no meio da turma, fui surpreendido com a promoção de seis oficiais da turma posterior à minha. Fui ultrapassado, na promoção a Tenente-Coronel, por oficiais mais modernos do que eu. Nessa ocasião, pertencia ao Gabinete do Costa e Silva, e disse ao Ministro: "Se esses oficiais que me ultrapassaram fossem excepcionais, tudo bem, mas não o são. Como conseqüência, eu é que não sou bom, logo não posso estar no seu Gabinete." O Ministro respondeu: "Rapaz, vá ao Rio de Janeiro, à Comissão de Promoções, e procure o Coronel Secretário da Comissão". Fui. Não tinha questão de conceito, mas o fato que nesse grupo, com exceção de um, todos saíram generais.

Estou lembrando que também o Carlos Alfredo Malan de Paiva Chaves não foi promovido a general, mas os outros sim. Fiquei em situação complicada no quadro de acesso, já competindo com pessoal de outra turma. Sabia também, por tudo que tinha

acontecido na minha vida, que o pessoal que se encontrava no Governo, dificilmente iria aceitar a minha promoção a general. E tinha razões de sobra para não concordar.

Houve outro fator, o problema da idade. Se esperasse para ser promovido, na melhor hipótese, seria promovido com 56 anos. E com 56 anos de idade jamais chegaria a General-de-Exército. E a gente já havia sentido que aqueles generais que não tinham perspectiva de atingir o último posto não eram "tão generais". Então pensei e falei: "Ah, entrar nesse negócio aí para ficar sofrendo mais um tempo, podendo sair fora já." Ficaria sempre na dependência fatal da idade, sempre pendurado.

Então a sua opção foi a Reserva. Na vida civil, foi trabalhar?

Meu filho mais velho era engenheiro civil, com curso na França; outro engenheiro eletrônico, outro geólogo. Ainda havia mais dois que continuavam estudando. Montamos um escritório de serviços técnicos de engenharia e fiquei de administrador do escritório. Trabalhava com os meus filhos e com mais outros filhos de outros oficiais que tinham feito o Instituto Militar de Engenharia (IME). Eles tinham empregos e, de noite, iam trabalhar nos projetos e eu administrava.

Quais os momentos mais difíceis ou qual o momento mais difícil da Revolução?

Creio que o momento mais angustiante aconteceu em Uruguaiana, porque não sabíamos o que iria suceder. A estimativa que fazíamos sobre o pessoal do Governo João Goulart era que eles fossem mais competentes do que foram.

A segunda grande dificuldade foi a crise ligada à posse dos governadores Negrão de Lima e Israel Pinheiro. Ali, sentimos de perto a possibilidade de uma ruptura na área militar. E o terceiro, mais grave, foi o momento da morte do Costa e Silva, quando também estivemos na iminência de uma ruptura. Foram os momentos que senti como mais difíceis.

A Revolução demorou muito tempo no Governo?

O meu pensamento é que muita coisa poderia ainda ter sido feita. Ainda estávamos em pleno processo revolucionário, quando surgiu um estudo muito interessante, parece que feito na França por um grupo do qual fazia parte o Golbery, dizendo que a revolução política, econômica e social das sociedades seguem uma senóide em que há um período de ordenação e depois um período chamado distributivo, de abertura.

Essa senóide é específica para cada sociedade. No caso do Brasil, esse período compreendia, aproximadamente, 15, 16 anos. No fim da cada período, sempre havia a transposição de um eixo, e, se as instituições não fossem fortes, aconteceria fratura dessas instiuições. Achei aquele estudo muito interessante.

Tinha-se esgotado o período de ordenação e fatalmente entraríamos no período distributivo. Passei a observar e, realmente, até na Suécia, em que as Instituições têm muito mais vigor do que as nossas, o período era de trinta anos. Lá também funcionou. Embora frustrado por um monte de coisas que não puderam ser feitas, havia o inconveniente de continuar com aquele desgaste, com o processo revolucionário conduzido à exaustão. Entendo que foi o tempo certo.

Como o senhor viu a condução política da Revolução, as questões da anistia, da "abertura" e do pleno retorno à normalidade democrática, surgidas com o Governo Geisel?

Não foi boa. Ensejou explorações intensas, tipo "Diretas Já". O processo de "abertura" não ficou sendo considerado uma concessão do regime e sim uma conquista de alguns políticos, o que não era verdade. Isso gerou uma série de problemas e um tumulto geral, porque, na verdade, foi uma volta, em alta velocidade, a todos os vícios da nossa política, anteriores à Revolução.

Por exemplo, o Presidente eleito Tancredo Neves criou ministérios, para satisfazer interesses. Acho que em termos de costumes, isso é uma desmoralização. Assumiu o José Sarney. Apesar de todas as críticas que se fazem ao Sarney, ele se conduziu bem. Conseguiu, naquela situação difícil, de pressão política – politiqueira como chamavam naquela época –, conservar algumas coisas, como, por exemplo, o SNI e o sistema de informação dos ministérios que se expressava através das Divisões de Segurança e Informações (DSI).

Ele segurou alguma coisa, mas com muito desgaste. Convivi com o General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI, e presenciei as dificuldades tremendas com o Jader Barbalho, como Ministro. E como é que a DSI funcionava? As informações seguiam para o General Ivan, que não tinha como proceder. Mas, assim mesmo, essa flexibilidade espantosa do Sarney conseguiu levar o processo adiante.

Demonstrações de incompetência, principalmente na área econômica. Até hoje, sinto vergonha; parece um pesadelo, para quem estudou um pouquinho de economia, assistir àquele espetáculo do Chefe do Departamento da Polícia Federal, laçando boi no campo. São cenas de envergonhar qualquer um que tenha um mínimo de noção de economia. Combater a inflação, intervindo em supermercados? Querendo baixar preços à força? Laçando boi no campo? Simplesmente vergonhoso e resultado da incompetência. O Romeu Tuma, hoje Senador, era o Superintendente da Polícia Federal, naquela época. Plano Funaro, Plano Bresser, e todas as coisas que aconteceram. Lamentavelmente, foi ruim, e, politicamente, houve muito malabarismo.

A "abertura" foi mal conduzida. Não se desenvolveu um processo claro e gradativo. O estopim do tumulto em que se transformou foi o projeto do Dante de Oliveira.

A partir daí, a "abertura" passou a ter dono, não foi uma concessão, foi uma conquista do Sr. Ulisses Guimarães, Sr. Tancredo Neves, de não sei mais quem. Foi aquele festival tremendo, aquela escandalosa demagogia.

Outro ponto sobre o qual gostaria de ouvir a sua opinião refere-se ao relacionamento da Revolução com o meio intelectual e a mídia. O senhor esteve próximo aos governos Costa e Silva e Médici. Esse relacionamento era difícil?

A mídia e o meio intelectual permaneceram hostis. Pude sentir muito isso, quando, a convite do General Ivan de Souza Mendes, fui organizar a DSI do Ministério da Cultura, no Governo Sarney. O Ministro Aluisio Pimenta tinha sido cassado pela Revolução, quando Reitor da Universidade de Minas Gerais.

Disse ao General: "Olha, condiciono a aceitação desse convite a uma conversa com o Ministro." A seguir, no encontro com o Ministro, me apresentei: "O senhor me convidou por indicação do General, mas vim conversar, porque sei que o senhor foi cassado e sou Coronel, com participação ativa no processo revolucionário." O Ministro se manteve calado por instantes e, depois, disse: "Coronel, que negócio é esse de DSI?."

Para explicar ao Ministro, criei uma situação hipotética: "Veja, Ministro, imagine que o senhor queira comprar uma televisão. Nas lojas que vendem a Telefunken vão dizer que se trata da televisão ideal, nas lojas da Philco, essa marca será a eleita. Agora, se o senhor tiver um técnico de sua absoluta confiança e consultá-lo, ele dirá qual a televisão mais conveniente para o senhor. Porque não está comprometido com os interesses da Philco nem da Telefunken nem de ninguém; é uma pessoa da sua confiança. É mais ou menos isso. Existem problemas de toda ordem no Ministério; antes de tomar decisões, o senhor me faz perguntas e eu vou trabalhar para fornecer informações de forma isenta, será a minha opinião a respeito, e o senhor decide."

Ele disse: "Coronel, não tenho nem mesa para o senhor trabalhar, mas hoje mesmo sai a sua portaria. Vou precisar muito da sua ajuda".

Foi um dos lugares em que trabalhei com mais satisfação. Um dos exemplos mais interessantes: Estava um "auê" tremendo em torno da construção de um monumento para o Zumbi, na Serra da Barriga. O Ministro envolvido nesse negócio. Foi feito um estudo na DSI e levei a conclusão para ele: "Ministro, o negro no Brasil é discriminado por ser pobre e não pela cor da pele, e isso decorre da escravidão, dos escravos. Temos no Brasil 1.500 associações de negros, temos as federações estaduais e a confederação nacional. Esse problema do Zumbi, da Serra da Barriga, está sendo estudado pelo seu assessor, para resgate das raízes negras da cultura brasileira. Estamos

caminhando para criar um problema de antagonismo racial que não existe no Brasil. Vamos criar problemas graves, semelhantes ao que existiram na África do Sul e nos Estados Unidos." Ele gostou muito disso, adotou a tese e começou a segurar o movimento. Entendo que o trabalho nas DSIs era muito importante.

Também trabalhei no Ministério da Previdência Social, junto com o Rafael de Almeida Magalhães. Era uma coisa tremenda, também. Quando o Collor assumiu, seu Ministro da Previdência Social foi o Magri (Antônio Rogério Magri), e eu tinha que fazer a entrega de um estudo onde se apontavam todos os pontos de vazamento do dinheiro da Previdência. Entreguei para o Magri. Pode imaginar que fim levou! Ninguém sabe.

E com a imprensa, sempre foi difícil o relacionamento?

Certo dia comentei com o Ministro da Previdência: "Engraçado, vocês políticos, antes se queixavam de que eram escravos dos militares, hoje são escravos da mídia. Quando entra um repórter é uma correria, até o Ministro pára o que está fazendo. Tem que 'fabricar' as informações." É uma manipulação tremenda. A imprensa sempre infestada de pessoal de esquerda, está contra os militares, porque estes, realmente, puseram um pouco de freio neles. Hoje, ainda há muito resíduo de esquerda e má vontade com os militares.

No seu entender, quais foram os principais êxitos obtidos pela Revolução?

Foram muitos. Foi fantástico o que ocorreu nos governos de administrações militares. Citei o fato de que, em Uruguaiana, no Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria, havia dois telefones de manivela. Para as ligações dependíamos da boa vontade de uma telefonista. Meu Deus do Céu, o que houve em telecomunicações foi uma coisa verdadeiramente fantástica.

Pavimentação de estradas foi algo também incomum. Chegamos, fala-se muito, à posição de oitava economia do mundo. Conseguimos de uma maneira brilhante enfrentar a crise do petróleo, gerando iniciativas vitoriosas como o Pró-Álcool. Na área social também são incontáveis as conquistas obtidas, principalmente na Legislação Trabalhista, FGTS etc. De modo que houve um progresso muito grande.

Lamentavelmente, depois do retorno à democracia, que seria o tal período distributivo da senóide, surgiram dificuldades de toda ordem. Já nos referimos a fatos que classificamos de vergonhosos, de ministros pretendendo solucionar problemas de inflação, pegando boi no pasto e fechando supermercado.

Depois da sua saída do Exército, o senhor disse que foi trabalhar com seus filhos em um escritório de projetos de engenharia. Mas consta, no seu currículo, a chefia de DSI em

três ministérios, nos anos de 1984 a 1989 e ainda, no ano de 1984, como assessor do Presidente do programa Grande Carajás. Como se deu esse retorno ao trabalho com o Governo, embora não fosse mais período revolucionário?

Estava trabalhando com os meus filhos, eles cuidavam da parte técnica do nosso escritório de engenharia e eu cuidava da parte administrativa. Em 1981, acredito que por *stress* decorrente da minha passagem para a Reserva, sofri um pequeno infarte. Fui hospitalizado, cicatrizou bem, mas me sentia deprimido pela falta de participação, porque sempre trabalhei muito, e gostava de trabalhar.

Passei a freqüentar palestras e assisti, no Congresso, a uma palestra sobre o Programa Grande Carajás. Achei o Programa muito interessante para o desenvolvimento da área de Carajás e toda a região próxima. Fiquei sabendo também que quem assumiria a direção do Programa seria o Nestor Jost. O Nestor Jost era o Presidente do Banco do Brasil no tempo em que fui Governador, e nos relacionamos bastante. Tinha a melhor das impressões sobre ele. Um homem competente, capaz, honesto etc.

Procurei o Ministro Andreazza (Mário David Andreazza), com quem trabalhara no Gabinete do Costa e Silva e em quem depositava toda a confiança, acreditando ser recíproco esse sentimento. Expus o problema e disse ao Ministro: "Não vim aqui pedir um emprego; não quero emprego, quero um trabalho, algo que me ocupe." Ele se adiantou e respondeu: "Estou precisando de um diretor de BNH, você quer ir? Mas é no Rio de Janeiro". Voltei: "Não, eu quero ficar em Brasília, e já tenho uma idéia; o Programa Grande Carajás, que está sendo dirigido pelo Nestor." Ele retrucou: "Ô gaúcho velho! Pegou o telefone na hora e ligou para o Nestor." Ele disse que era um companheiro nosso etc e o Nestor mandou vir conversar. No dia seguinte, já estava trabalhando na área de transportes terrestres, na região do Programa Grande Carajás.

O transporte ferroviário era importantíssimo para a Companhia Vale do Rio Doce. Um detalhe interessante, para nós militares: o Programa não tinha um quadro de pessoal. Seus empregados eram cedidos pelo Ministério. Eu não era funcionário de lugar nenhum e, então, fiquei trabalhando durante três meses sem vencimentos. Eu trabalhava, pois queria trabalho e não emprego. Até que o Delfim Neto, que era Ministro do Planejamento, onde funcionava o Programa Grande Carajás, soube e determinou: "Façam uma exposição de motivos que a gente cria um cargo para o Campedelli." Aí apareceu um DAS para mim. Bem, fiquei lá. Logo em seguida o Presidente Figueiredo nomeou o Nestor Jost Ministro da Agricultura, e o Nestor Jost me levou com ele. E lá fiquei até o final do Governo Figueiredo.

Aí já foi para a DSI?

DSI do Ministério da Agricultura, um trabalho muito bom. Quando ocorrreu a mudança de Governo, fui para casa. Logo o General Ivan de Souza Mendes me indica para o Ministério da Cultura. Aí vem essa história que contei sobre o Aluisio Pimenta.

Foi algo curioso. Quando o Celso Furtado, ligado àquelas organizações de esquerda, substituiu o Aluisio Pimenta, insistiu que ficasse lá com ele. Mas, junto ao Celso Furtado, no Ministério da Cultura, estava assumindo, também, o Rafael de Almeida Magalhães, na Previdência Social. Dava-me bem com o Rafael, desde o tempo em que cheguei a Brasília. Ele era deputado, com 30 e poucos anos, e amigo do Dickson Grael. Até, quando ele veio do Rio de Janeiro, para assumir, o Dickson recomendou-lhe que me procurasse, para qualquer ajuda necessária. Quando ele chegou a Brasília, assumimos juntos: Rafael assumiu o Ministério e eu assumi a DSI.

Depois da saída do Rafael, ainda permaneci, somente para completar o tempo, porque estava contribuindo para o INSS, desde que saira do Exército; por isso precisava completar 65 anos, a fim de ter direito a uma aposentadoria pequenina, coisa à toa, mas sempre útil. Permaneci no Ministério, e tive que continuar naquele período do Jader Barbalho, que foi um descalabro, algo que não tem cabimento pelo que aconteceu. O Jader me tratava muito bem, era muito cortês – nem havia muito trabalho, foi uma permanência ali somente para cumprir tempo, mais nada. Apenas informava tudo que estava se passando para o General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI.

Havia um canal com o SNI?

Ah! Sim. Certo dia, o General Ivan reconheceu: "Campedelli, estou numa situação difícil, você me manda essas informações todas, mas nada posso fazer. Foi o Presidente que nomeou o Jader para o cargo."

Mas o Ministro, por acaso, sabia que a DSI informava?

Sabia! Sabia! Todos os ministérios sabiam disso. A DSI tornou-se um órgão importante na contenção de muita coisa, porque as pessoas sabiam que havia um canal, através do SNI, que terminava no Presidente da República.

Mesmo assim, havia bom relacionamento com o pessoal do Ministério?

Mantínhamos um bom relacionamento. Saí do Ministério da Cultura, por exemplo, devido às divergências na sua estruturação. No meu entender, o Ministério da Cultura deveria estruturar-se para ser um Ministério, no sentido amplo, muito mais que museus ou centros artísticos. A tendência, no entanto, apontava para um entendimento de cultura artística, e acabou, assim, virando um Ministério da Cultura Artística.

Então, o relacionamento com o pessoal dos ministérios foi bom, não obstante você fosse uma pessoa ligada aos setores de informações?

Não, não houve desconfianças com a minha pessoa ou qualquer movimento contrário à minha atuação. O relacionamento era amistoso. Os problemas que surgiam

eram de outra monta. Lembro-me de que houve uma ocasião, quando preparei um relatório para o Ministro sobre a situação do INPS, no interior de Alagoas. O Ministro designou uma comissão para verificar a existência de corrupção. Um advogado designado presidente da comissão, me interpelou: "Ô Coronel! O senhor está me metendo numa encrenca, tenho família, aquilo lá é uma área de bandidos, e estou indo para mexer com esse negócio..." Eu disse: "Bom, fale com o Ministro. Apenas informei-lhe sobre a existência de um problema; a providência não cabe a mim."

Você informava ao Ministro e, também, ao SNI?

Informava ao Ministro, que tomava as providências, e também ao SNI. O convívio com os ministros, que sabiam do canal com o SNI, era natural e tranqüilo. Grave foi o período do Jader Barbalho, porque a corrupção ali era uma coisa medonha. Na ocasião, o IAPAS, órgão arrecadador da Previdência, tinha 23 mil imóveis e aquela turma do Jader fez um festival com aqueles imóveis.

O Ministro que trabalhava bem não temia o funcionamento da DSI.

Exato. O Ministro correto apreciava o trabalho das DSI.

Coronel Campedelli, mais algum fato ou consideração que o senhor gostaria de deixar registrado para o Projeto História Oral do Exército?

Gostaria apenas de frisar alguns pontos comentados atualmente pela mídia. Apreciaria deixar consignada a minha impressão, porque estive envolvido com isso, de 1954 a 1964, e depois de 1964 até a redemocratização do País. Nunca testemunhei ou soube de qualquer interferência americana no processo revolucionário, orientação ou diretriz, nada disso. Naturalmente ocorreram colaborações em nível de informações, mas não a história fantasiosa de envolvimento num processo comandado: isso é falácia dos comunistas para desgastar o processo revolucionário, inclusive com difusão internacional.

Outro aspecto que julgo de interesse versa sobre as lideranças do Movimento Revolucionário de 1964. Só apareceram depois da eclosão do Movimento, porque até então não havia liderança, não havia coordenação. Existiam núcleos insatisfeitos, pelo País inteiro, prontos para entrar em ação; faltava apenas um detonador que surgiu em Minas Gerais. Pretendíamos fazê-lo em 4 de abril, lá em Uruguaiana, mas o General Olympio Mourão Filho antecipou-se, junto com o Governador de Minas.

Outro aspecto interessante, também, foi que, após termos assumido o Poder, começaram a aparecer divergências em nosso meio. Primeiro, entre Castello e Costa e Silva, depois dentro do grupo do próprio Costa e Silva. Não tivemos a flexibilidade política para administrar essas divergências. O pessoal mais habilitado para o exercício do Poder, dentro dos nossos costumes políticos, realmente era o grupo do Castello.

Cordeiro de Faria, os irmãos Geisel e outros selecionados pelo grupo do Castello estavam, realmente, mais habilitados do que o pessoal do Costa e Silva.

Gostaria agora de agradecer a oportunidade de apresentar meu testemunho sobre um período muito importante da minha vida, o da participação na vida política, econômica e social do nosso País. Embora tenha sido uma contribuição muito modesta, de qualquer maneira levou-nos a um engajamento gratificante. Fico muito feliz por ter participado de tudo isso, porque, várias vezes, tenho imaginado em que teria se transformado nosso País, se não tivesse ocorrido o Movimento de 1964.

Coronel Anysio Alves Negrão

- Natural da Cidade de Araraquara, SP.
- Dentre as principais funções exercidas, destacam-se: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1957/1960 e 1965/1966; Instrutor da Academia da Força Aérea (Campo dos Afonsos), em 1961; Ajudante-de-Ordens do General Humberto de Alencar Castello Branco, no IV Exército, PE; no Estado-Maior do Exército (EME), RJ; e na Presidência da República, DF, de 1962 a 1964; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), RJ, em 1970/1974; Instrutor da Escola Nacional de Informações (EsNI), DF, em 1976/1979; Assistente-Secretário do Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, DF, em 1979/1981; Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), DF, em 1981/1983; Chefe da Seção de Política de Pessoal do Exército, no EME, DF, em 1983/1984; Chefe do Escalão Territorial da 2ª Região Militar (2ª RM), SP, em 1985.
- No exterior: Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Egito (1986/1987).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Nacional de Informações (EsNI) – Categoria A, em 1975. No meio civil, possui o Curso Superior de Polícia, do Estado da Guanabara – *Honoris Causa*, em 1971; Gestão Social do Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1997; e Pós-Graduação de Gestão e Preservação de Patrimônio Cultural e Turismo Cultural (2000), na Universidade de Brasília.
- Autor de diversas monografias. Conquistou vários prêmios em salões de pintura.
- Em 1964, era Capitão Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco.

Entrevista realizada nos dias 8 de outubro, 4 e 27 de novembro, 1º e 2 de dezembro de 2003.

Inicialmente, agradeço o convite para participar do Projeto História Oral do Exército – Revolução de 1964. Fui Ajudante-de-Ordens do General Humberto de Alencar Castello Branco e vivenciei muitos fatos, em sua maioria, já conhecidos da História. Falta, contudo, o registro dos pensamentos e das idéias do General. Ficarei feliz se puder transmiti-los, de passar a visão do homem Castello Branco, e não apenas a do político ou militar. Ele preparou-se, durante toda a sua vida, para servir ao Brasil.

Coronel, em nossa entrevista não vamos nos restringir unicamente ao período em que o senhor foi Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, embora pelas circunstâncias tal fato ganhe natural realce. Como o senhor o conheceu?

Conheci o General quando cursava o 2º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O então Coronel Castello Branco fez uma palestra para os cadetes sobre emprego do pelotão de Infantaria. Ele valorizava o comandante de pequenas frações.

O tempo foi passando e, vez por outra, ouvia comentários que punham em destaque sua cultura geral e dedicação à carreira militar. Certo dia, em 1962, quando cursava a Escola de Material Bélico, o Subcomandante avisou-me de que o General Castello Branco, à época, Diretor Geral de Ensino, gostaria de conversar comigo. Fui ao seu encontro. Autorizado, entrei em seu gabinete (a então Diretoria Geral de Ensino localizava-se no Centro do Rio de Janeiro, no atual Palácio Duque de Caxias); depois da apresentação regulamentar, mandou-me sentar e, muito protocolar, falou: "Mandei chamá-lo porque o senhor está sendo cogitado para ser nomeado meu Ajudante-de-Ordens, mas, antes de decidir, gostaria de obter algumas informações." Em seguida, ainda mais formal, fez-me várias perguntas: "Sei que o senhor é casado. Sua esposa é daquelas que não podem sair do Rio de Janeiro? O senhor tem algo que o fixe no Rio? Estou indagando, porque talvez seja transferido e se o senhor for o selecionado para ocupar o cargo de meu Ajudante-de-Ordens, não quero criar problemas de afastamento da família." Esclareci: "Não tenho qualquer objeção quanto a sair do Rio; meu problema é que estou matriculado na Escola de Material Bélico e preciso terminar o curso." Ele disse: "Está bem. O senhor aguarde que no dia 7 de setembro, às 13h, vou ligar para comunicar a sua posição."

No dia 7 de setembro, atendi a sua ligação. Ele disse: "Queria informá-lo de que o seu nome foi o primeiro da lista" – o General analisara o nome de outros capitães de Infantaria. "Solicite permissão de seu comandante e, amanhã, apresente-se para receber instruções." Guardo num quadro a proposta que encaminhou ao setor de movimentação de pessoal, para que eu fosse nomeado seu Ajudante-de-Ordens.

Logo após o término da última aula, do curso de Material Bélico, no dia seguinte – não esperei a formatura, conforme sua orientação – apresentei-me ao Co-

mando do IV Exército, no Recife. Minha esposa, Arminda, me acompanhou. O Major Gustavo Moraes Rego, seu Assistente, aguardou-me no aeroporto. Era 17 de novembro de 1962. O General Castello recebeu-nos em sua residência e, depois, mostrou a nossa casa, que ficava nos fundos. Estava tudo pronto: geladeira com alimentos, cama arrumada etc. Convidou-nos para jantar; Dona Argentina, sua esposa, aniversariara a 16 de novembro e havia algumas sobras da festa.

A casa dele ficava em Olinda?

Não, na Praça 13 de Maio, ao lado de uma pensão de estudantes e próxima a uma igreja. O General dizia que os estudantes ficavam entre a cruz e a espada!

Sobre os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964, o que o senhor gostaria de abordar? Em 1963, o senhor acompanhou o General Castello Branco, no Recife (Comandante do IV Exército) e no Rio de Janeiro (Chefe do Estado-Maior do Exército).

A América ficou assustada com a vitória da revolução cubana. A família militar brasileira ainda mais, pela recordação do sacrifício de 1935, a conhecida Intentona Comunista. O General Castello Branco, quando Diretor Geral de Ensino, tomou a iniciativa de introduzir nos cursos das escolas a matéria Movimentos Revolucionários. Que me lembre, foi o primeiro chefe militar brasileiro a preocupar-se com o estudo desses movimentos que se expandiam pelo mundo.

Os países comunistas mobilizaram-se em peso a favor de Cuba, cedendo armamentos e navios de guerra. Os Estados Unidos foram obrigados a reagir para impedir que este processo se prolongasse e viesse a tornar-se uma ameaça maior. Na verdade, meu ponto de vista a respeito desse fato, é que a revolução comunista cubana, com o objetivo de expandir-se pelo continente, favoreceu a estratégia americana. Serviu de justificativa para a proteção anticomunista dos Estados Unidos aos demais países das Américas.

O General Castello Branco foi sempre muito considerado, mercê de suas qualidades intelectuais e castrenses. Era um apaixonado pelas teses civilistas de Rui Barbosa e citava com freqüência Alfred de Vigny – "Servidão e Grandeza Militares"– faróis de sua vida. Como "Servidão", entendia o serviço à Pátria sem interesse político, e, como "Grandeza", proporcionar o desenvolvimento e funcionamento adequado das instituições políticas, sem a ambição de dominá-las. Em vários documentos manifestou essa posição, qual seja a de não transformar as Forças Armadas em uma "polícia da segurança interna". Por isso, em virtude da minha vivência com o General Castello Branco, não reconheço existência de conspiração visando à eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964.

Na verdade, o Governo João Goulart conduziu o processo político segundo seu projeto de criação de uma República Sindicalista; dentre os sindicatos de várias cate-

gorias cuja organização estava prevista, contavam-se o de cabos e soldados e o de sargentos. A insatisfação gerada por essas manifestações sindicalistas foi muito grande. A autoridade militar começou a sofrer desgastes. Envolvidas também estavam as Polícias Militares. Em 1963, os sargentos rebelaram-se, em Brasília.

Quando o General saiu de Recife e veio para o Rio de Janeiro?

Em setembro de 1963. Em 23 de abril daquele ano, Dona Argentina morreu. O Governador Miguel Arraes e o Chefe do Gabinete Militar do Presidente João Goulart começam a sentir que o momento seria favorável para afastá-lo do Recife. Todos sabiam de seu sentimento civilista e de sua dedicação à Pátria, sem interesses políticos. No Nordeste, diversas manifestações dos sindicatos e outras de cunho social estavam acontecendo. Não digo de caráter subversivo, mais de mudança de valores da sociedade. As "Ligas Camponesas" de Francisco Julião estavam atuantes.

No dia 1º de maio, o Governo de Pernambuco planejou grande manifestação em Recife, com a presença de inúmeras caravanas de trabalhadores do interior. Na véspera, o Governador Miguel Arraes manteve contato com o General Castello Branco, informando-lhe do seu planejamento. Queria a aquiescência do General para o emprego das tropas no controle do movimento dos trabalhadores. Por certo, nenhuma intervenção de tropas do Exército aconteceria, pois o General não admitiria este tipo de atuação. Somente a Companhia de Polícia do Exército entrou de prontidão, para atender possíveis problemas ligados à proteção do Quartel-General e de outras dependências militares.

Os trens chegaram lotados de pessoas com passagens grátis, e os problemas começaram a surgir. Não havia transporte local nem alimentação e os trabalhadores começaram a manifestar-se de maneira diferente do planejado. Lembro-me de que o Governador ligou para o General pedindo a intervenção das tropas do Exército, mas a solicitação foi negada. Esclareceu: "A tropa do Exército não é polícia. O senhor que convidou... O senhor coloque a polícia militar para controlar". Logo surgiram ônibus e trens a levar o pessoal de volta. Foi a solução do Governo pernambucano. Foi um grande ensinamento.

Diga-se a propósito que o General Castello Branco sempre foi muito correto. Foi à posse do Governador representando o Presidente da República, apesar de tudo. Usou, pela primeira vez, o uniforme de General de quatro estrelas, posto a que fora recém-promovido. Esmerou-se na apresentação. Outro registro que merece ser feito: quando da morte de Dona Argentina, em abril, o Governador Arraes compareceu ao velório. O relacionamento era saudável.

Contudo, a presença de Castello Branco no Nordeste preocupava. Acredito que os governos estaduais de áreas rurais sensíveis, como o Norte e o Nordeste, tinham interesse em apoiar a volta do presidencialismo. O Governo Federal estimulava manifestações

de militares na propagação e defesa das idéias sindicalistas. Surgiram problemas graves em Fortaleza e na Amazônia, porque o pessoal queria fazer comícios e campanhas. A presença do General Castello Branco, no Nordeste, com seu espírito de "Servidão e Grandeza Militares", não favorecia o intento de sindicalização dos militares.

Coincidiu, também, voltarem as crises de dor da coluna, conseqüência de uma queda de cavalo que sofreu, na Escola Militar do Realengo, quando era Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria. Bateu com a parte superior das costas no chão e deslocou a coluna. Desta vez, as seqüelas obrigaram-no a permanecer deitado alguns dias. Além da morte da esposa, foram os motivos de que se valeu o Governo para justificar a sua nomeação como Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), no Rio de Janeiro.

Para que tenhamos uma medida do modo de ser do General Castello, antes da exoneração, teve que ir ao Rio de Janeiro para exames e, apesar da recomendação médica de ser transportado numa maca, disse: "Não, não vou deixar este Comando, deitado!" Juntos, eu e o então Major Moraes Rego (Gustavo Moraes Rego Reis), o auxiliamos e ele saiu caminhando para o automóvel. No avião, repousou. Retornou a Recife para passar o comando.

Na função de Chefe do EME, poderia até não ter a tropa "na mão", mas desfrutava de acesso bem maior às informações. O Governo afastou-o do "local da luta", no caso do sindicalismo, mas colocou-o numa função importante. Qual a sua opinião?

O General Castello Branco, no novo cargo, passou a ser muito ouvido por seus pares e autoridades civis, principalmente pelas pessoas preocupadas com a deterioração do Estado brasileiro.

É preciso entender que a estratégia expansionista do comunismo buscava destruir o que chamo de "Ordens" do Estado: Ordem Política, Econômica, Social, Religiosa etc. Aconteceu assim nos países que se renderam à nova ideologia. Tal maneira de agir preocupava sobremodo a Igreja e os setores político e econômico. O Brasil mostrava-se completamente inseguro.

O General era conferencista da Escola Superior de Guerra (ESG) – ele não possui o curso da Escola, mas sua competência era reconhecida – e muitos iam lá para ouvir-lhe a opinião, outorgando-lhe assim as responsabilidades de líder intelectual. Quando eclodiu a Revolução, o nome dele foi imediatamente indicado. Eu estava na sua residência e recebi o Governador Magalhães Pinto que foi lá pedir-lhe para assumir a Presidência. Outras autoridades também sugeriram seu nome, porque conheciam seu pensamento.

Ainda no IV Exército, o General Castello fez uma palestra muito interessante aos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), ao término de

uma manobra escolar, em dezembro de 1962; o título era: "Estará próxima uma Guerra Revolucionária no Nordeste?" Analisou, nessa palestra – tenho uma cópia – as condições econômicas e sociais favoráveis a uma revolução comunista no Nordeste. Para o General, estava bem próxima de acontecer, mas não teria sucesso devido à tradição, cultura e religiosidade do povo. Essa preocupação com a questão do comunismo continuou na chefia do EME.

Ele estava bem consciente?

Estava bem consciente. Quando assumiu o EME, sua preocupação foi intensificar o estudo do Movimento Comunista Internacional (MCI) nas escolas e comandos militares. Na ECEME, mais tarde, fui instrutor da Área 1 – Segurança Interna – passamos a fazer traduções de manuais de guerrilha dos Estados Unidos, escritos à época da Guerra da Coréia. Nesse particular, existe detalhe que registro a seguir.

As características da ação americana na Coréia lembravam as de exército de ocupação em área de cultura diferente. Muitas pessoas, até mesmo militares, não se deram conta das diferenças para o caso da guerrilha no Brasil. Lá, havia "amigo, inimigo e áreas branca, amarela e vermelha". Nossa ação militar não poderia ser de contraguerrilha, mas tratada como combate legítimo a elementos marginais, mesmo bandidos!

Na década de 1970, a guerrilha do Araguaia acarretou manifestações de pessoas preocupadas com o tempo de permanência do movimento. Se o Brasil fizesse uma declaração de guerra e os considerasse beligerantes, guerrilheiros, estaria respaldando, pela legislação internacional, a divisão do País. Os "guerrilheiros" seriam considerados força legal em defesa de um ideal brasileiro e poderiam receber auxílio externo. O Exército brasileiro poderia passar a ser uma força não-nacional ou estranha à região do conflito.

Qual o ambiente político nacional, no fim de 1963? Era visível a marcha do movimento sindicalista lado a lado com o avanço comunista? Lembro que existiam os "grupos dos onze".

Brincando, às vezes, o General Castello dizia que pertencia a um "grupo dos onze". Referia-se, nessas ocasiões, aos onze baixinhos de sua turma da Escola Militar e ele era um deles. Citava os nomes de todos. Ele dizia: "Na minha turma, desde cadete, eles eram considerados 'os baixinhos'."

É preciso que se entenda a grande estratégia criada em 1937 por Francisco Campos. A evolução política brasileira, depois de 1945, deveria formar três linhas distintas, representadas por partidos. O Partido Social Democrático (PSD) e sua tradicional adversária, a União Democrática Nacional (UDN), interagiriam dentro de

um contexto de tese e antítese: Estado (PSD) X Economia (UDN), fazendo gerar uma síntese a favor do trabalhador ou da sociedade civil. Nessa concepção fundamentou-se o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A evolução permitiu o aparecimento de outros partidos.

No Governo Juscelino Kubitschek, do PSD, iniciou-se a industrialização graças à ajuda que o País recebeu pela participação na II Guerra Mundial. O desenvolvimento, inegavelmente, estimulou a sociedade brasileira para a busca de grandes conquistas, tanto políticas quanto econômicas e sociais. Brasília tornou-se a capital da esperança e símbolo de progresso. Todos estavam vivendo esse estímulo de progresso e grandeza.

Jânio Quadros assumiu dentro da linha oposicionista, da UDN, mais ligada ao capital do que ao Estado. Não foi feliz e ensejou que o vice, João Goulart, assumisse o Poder, representando, dentro daquela dialética, a síntese do trabalhismo. Recebeu apoio, porque para quem tem fome, até mesmo um pedaço de pão, embora duro, é capaz de satisfazer.

Então, no Rio de Janeiro, o senhor percebia a preocupação do Chefe do EME, General Castello Branco, com as manifestações que acabaram precedendo o desencadeamento da Revolução, como o comício da Central do Brasil e outras?

As preocupações existiam. Surgiram iniciativas que a elas se contrapunham, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Mas não houve uma conspiração e nem um comando pré-revolucionário.

Seu testemunho é importante. Se houvesse conspiração o senhor saberia.

Não houve conspiração, volto a afirmar. O General Castello Branco não gostava do termo Revolução. Veja que ele criou a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e poderia tê-la chamado de aliança revolucionária, mas preferiu renovadora.

O que aconteceu é que as manifestações trabalhistas do Presidente João Goulart geraram insegurança muito grande. Depois de todo o sucesso do Governo Juscelino, a nação ficou apreensiva sobre o futuro.

Qual a posição da Igreja diante deste quadro nacional anterior a março de 1964?

Vou citar uma passagem curiosa relacionada à pergunta. Quando cadete, conheci na AMAN o Capitão-Capelão Bruno. Depois, solteiro ainda, retornei como instrutor, no final da década de 1950, e nossa ligação aumentou por conta de sua eleição como "presidente do grupo dos solteiros". Voltei a encontrá-lo, mais tarde, quando acompanhava o General Castello, no IV Exército, durante manifestação de integrantes das "Ligas Camponesas". Padre Bruno estava na frente do cortejo e ao vê-lo, não me

contive: "Capelão Bruno! O senhor aqui, na 'Liga Camponesa?'." Ele veio conversar: "Não, Deus está em toda parte". Depois, comentou comigo que o problema era ter recebido várias recomendações para que fosse junto.

Vou me desviar um pouco, mas refere-se a esse caso particular da Igreja. Com a I Guerra Mundial, o Brasil recebeu forte imigração européia que acabou por influenciar sobremodo as relações de trabalho existentes. Nosso trabalhador não era sindicalizado, quase um escravo, sem qualquer direito. De uma hora para outra, aportaram em nosso território famílias, a maioria se dirigiu para o Sul, e formou-se uma nova classe trabalhadora. Um padre jesuíta deu início aos círculos operários, lá em Santa Catarina, que acompanharam as manifestações trabalhistas em prol de leis semelhantes às existentes na Europa. Foi um trabalho bonito e o Padre Bruno, estava ali dentro desse espírito. Grandes sindicatos surgiram a partir desses círculos operários nascidos na década de 1930.

A Igreja sempre esteve junto à sociedade, acompanhando sua evolução. Lembro que estávamos na varanda da casa do general, no Recife, quando o rádio trouxe a palavra do Papa João XXIII, no Concílio Vaticano II, base da socialização da Igreja. Desde 1893, quando Leão XIII anunciou a "Rerum Novarum", começaram as preocupações sociais da Igreja. Mas, naquela ocasião, na varanda, o General Castello Branco disse: "Isso vai trazer problemas para nós." Ele não tinha opinião contrária às recomendações do Concílio Vaticano II, apenas vaticinava sobre as conseqüências daquela orientação eclesial.

A igreja participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964, demonstrando sua preocupação com o avanço do comunismo ateu. Poderíamos afirmar então que a Igreja estava dividida, uma parte favorável ao trabalhismo e outra preocupada com o comunismo?

Justamente; a Igreja solidarizava-se com as idéias trabalhistas, para impedir que o comunismo as empolgasse. O exemplo dos países onde essa ideologia foi implantada evidenciava a queda dos valores da Igreja Católica. O Capelão Bruno, ao participar daquela manifestação camponesa, no Recife, que eu diria trabalhista, seguiu orientação superior da Igreja.

A Igreja, nesse caso, apoiou a Revolução?

Ficou ao lado da Revolução e a favor da socialização das questões trabalhistas. A igreja, seguindo Santo Inácio de Loiola, foi ao encontro desses problemas para orientar os trabalhadores, impedindo que ideologia estranha infestasse o pensamento do operariado brasileiro.

No seu entender, existe algum acontecimento determinante para o desencadeamento da Revolução?

Dias depois do comício de 13 de março do Presidente Goulart, realizado na praça em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o General Castello Branco, em 20 de março, manifestou seu pensamento para os militares, dentro de sua reconhecida liderança. Era o mesmo que havia exposto nos idos de 1930, no posto de capitão, quando Getúlio Vargas assumiu o Governo. Naquela época, houve uma demonstração para o Presidente, no Campo de Instrução de Gericinó e ele fez a seguinte observação: é preciso que o Exército entenda que essa manobra para o Presidente Getúlio Vargas não significa apoio e garantia ao mandatário da Nação para o seu programa de Governo.

Os escritos que ele publicava nos jornais, sobre os assuntos político-militares, eram subscritos com o pseudônimo Mister X ou Mister Y. O raciocínio era claro. A destinação das Forças Armadas deveria guiar-se pelas grandes vicissitudes e pela efêmera glória de soldado: Servidão e Grandeza Militares. Em 1964, era o espírito dele.

Sem dúvida, a eclosão da Revolução aconteceu por causa da grande insegurança quanto aos destinos do País. Não houve um fato único e determinante. No comício já referido, o Presidente João Goulart inflamou o povo com refrões do tipo "na lei ou na marra" ou "temos que acabar com isso", ambos referindo-se às chamadas reformas de base, que tramitavam no Parlamento. A confiança na autoridade do Chefe Supremo das Forças Armadas – na ocasião, o Presidente João Goulart – foi decrescendo, no meio militar.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, foi importante, porque chamou a atenção da Nação e colocou a Igreja contra o Governo João Goulart.

Creio ser oportuno registrar o que me veio à lembrança. São detalhes da trajetória militar do General Castello Branco. Em 1952, ele foi promovido a General-de-Brigada pelo Getúlio Vargas, em 1958, a Divisão, pelo Juscelino e, em 1962, a General-de-Exército, pelo João Goulart. Na promoção a General-de-Divisão, foi nomeado para o Comando da 8ª Região Militar, em Belém, castigo imposto por causa de suas críticas, usando os codinomes Mister X ou Mister Y, ao episódio em que o Marechal Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott) foi agraciado com uma espada de ouro.

Na chegada à capital paraense, ainda no aeroporto, esposas das autoridades do Exército, Marinha e Aeronáutica, ofertaram à D. Argentina uma espada pequena, de ouro, cravejada de brilhantes. Mais tarde, depois da morte da esposa – faleceu nos braços de Arminda – o General Castello deu-a de presente à Arminda. Minha esposa nunca a usou, mantendo-a guardada.

Na Amazônia, Castello criou o famoso "balão", nome pelo qual ficou conhecido o giro pelo território da região dos oficiais recém-chegados, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para conhecerem os problemas locais. Costumo dizer que ele redescobriu a Amazônia. Inclusive, o General Costa e Silva, Ministro da Guerra, recebeu a orientação de "colonizar" a Amazônia, um dos pontos da reforma militar empreendida no Governo Castello Branco. Outra iniciativa, além de incrementar a mobilidade do oficial pelos diferentes rincões do País, foi limitar em doze anos o tempo de permanência dos generais na Ativa.

Retomando o viés da pergunta formulada, o General Castello Branco fez chegar ao Presidente Goulart, através do Chefe do Gabinete Militar, General Assis Brasil, a sua preocupação quanto aos acontecimentos, considerando ser vital que o Presidente tomasse uma atitude capaz de pôr cabo àquelas manifestações – greves, indisciplina militar e outras. Jamais acontecera tal situação no País.

O senhor quer dizer que houve a oportunidade do próprio Presidente João Goulart retomar o processo?

O General Castello Branco queria que o Presidente fizesse uma declaração ao País e acabasse com a balbúrdia que imperava no seu Governo. Para tanto, deveria tomar as medidas para evitar a continuidade do tal quadro de desgoverno. Mas Goulart não fez isso.

Naqueles momentos decisivos para a Nação, quando tropas de Minas Gerais se deslocavam para Brasília e Rio de Janeiro, encontrava-me no Gabinete do General Castello Branco, no Palácio Duque de Caxias (PDC). Calados e sentados, cada qual numa extremidade da mesa de reunião, os generais Castello Branco e Costa e Silva. Eram 21h do dia 1º de abril de 1964. Ao meu lado, a campainha do telefone soa e eu atendo. Eram notícias da parte do Comandante do III Exército. Desligo e me dirijo ao General Castello Branco: "General, o avião do Presidente João Goulart acaba de ultrapassar a fronteira com o Uruguai". O General Costa e Silva perguntou: "E agora! O que fazer?" Respondeu-lhe o General Castello Branco: "Assuma você que é o mais antigo!"

Faço uma pausa para lembrar que, anos atrás, quando notícias mentirosas publicadas na imprensa davam conta de que Juscelino Kubitschek e o General Castello Branco teriam sido mortos em acidentes suspeitos, respectivamente, de carro e avião, incluíram, também, no rol das suspeições, a morte de João Goulart. Dona Maria Teresa, sua esposa, ao desmentir, afirmou que João Goulart saiu do País sem qualquer interferência ou interrupção dos militares. O asilo político no Uruguai já estava autorizado.

São detalhes que muitos desconhecem. Ninguém deu ordem nem ultimato ao Presidente João Goulart que embarcou num avião da FAB e levou quem ele quis. Em

Brasília, quem desejou rumou para o Rio Grande do Sul. Quando chegou em Montevidéu, capital uruguaia, estava com o asilo político autorizado pelo Governo.

Retomando, após o diálogo transcrito acima, os dois generais apanharam seus quepes e subiram para o 9º andar do PDC. O Ministro, General Jair Dantas Ribeiro, encontrava-se doente e hospitalizado (Hospital dos Servidores do Estado).

Na madrugada de dois de abril, o General Costa e Silva proclama à Nação brasileira a instituição do Comando Supremo da Revolução formado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Nessa proclamação informava que seria um período transitório até que ocorresse a recomposição de um novo Governo civil.

Ainda durante aqueles momentos decisivos, recebi a ordem de ligar para o Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando sua presença em Brasília, a fim de assumir o Poder. No início, ele relutou um pouco. Desconhecia os fatos e, talvez, estivesse com algum receio de acabar sofrendo represálias.

Coronel Negrão, para pontuar esse momento decisivo da Revolução, o movimento das tropas, iniciado a partir das cidades de Juiz de Fora e São Paulo, foi coordenado pelo Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, pelo Chefe do EME, General Castello Branco, ou pelo General Costa e Silva? Afinal, algum desses oficiais- generais coordenou essa operação ou apenas dela tomaram conhecimento?

Somente foram informados do movimento das tropas. Havia uma expectativa enorme devido à falta de autoridade do Presidente. As autoridades militares, General Castello Branco, General Costa e Silva, General Âncora (Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército) e outros já haviam solicitado ao Presidente, por intermédio do General Assis Brasil (Chefe da Casa Militar), medidas para pôr cabo à insegurança reinante. Já me referi a esse ponto, mas o Presidente nada fez e os fatos foram acontecendo. Depois, a fama civilista do General Castello influenciou as forças políticas e obteve-se o consenso em torno do seu nome.

A própria História mostra que toda revolução tem o direito de se autolegitimar, senão como classificaríamos os governos depois das proclamações da Independência e da República? O Dr. Francisco Campos, jurista da Constituição de 1937 foi chamado e redigiu o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que deu caráter transitório à Revolução.

O mundo político aceitou a nova situação?

Colocaram a favor do General Castello Branco, tanto que foi eleito, é bom que se diga, pelo Congresso. Eleição indireta é bem verdade, mas foi eleito. O cargo de

Vice-Presidente estava vago, nessa oportunidade, e seria difícil permanecer com Mazzilli; levava-se em conta, também, a circunstância ameaçadora do comunismo internacional naquela conjuntura. Desde o início, a liderança revolucionária deixou claro que seria uma situação de transição. Depois, o Presidente Castello Branco inseriu na Constituição de 1967 a eleição indireta prevista no AI-1.

Muitos criticam a decisão do General Castello Branco, mas ele agiu corretamente. Criou, também, a figura do domicílio eleitoral para evitar os aventureiros, fixou o período de governo em quatro anos e obrigou a rotatividade. Não era, necessariamente, uma eleição só para generais, tanto que Carlos Lacerda e o próprio Juscelino Kubitschek iniciaram manifestações de cunho político visando o pleito eleitoral. Ele institucionalizou a Revolução

Quem o senhor considera os líderes da Revolução? Evidentemente, o General Castello Branco....

Ele foi alçado. Vejo, com participação destacada, o General Muniz Aragão (Augusto Cesar de Castro Muniz Aragão) e Carlos Lacerda. O primeiro sempre se manifestou contra as tentativas de comunização do País, sendo até punido pelas atitudes que tomou nessa direção; o segundo foi incansável batalhador contra a anarquia existente no País. Na noite em que o Presidente João Goulart afastou-se do poder, Lacerda ficou horas e horas falando através dos meios de comunicação sobre a importância daquele movimento para a democratização do Brasil.

Juscelino, de certo modo, merece ser assinalado por despertar a esperança do povo brasileiro, no fim da década de 1950. Gostaria, também, de registrar que os comandos militares estavam constituídos de chefes capazes e com autoridade intelectual, como o General Castello Branco.

Castello Branco nunca foi um rebelde. Aceitava a disputa política. Reconhecia que a sociedade precisava evoluir – sempre defendia a evolução e não a revolução – para poder atender às necessidades das pessoas mais humildes e de baixo poder aquisitivo. Possuía uma "visão social" bastante desenvolvida.

E os Generais Olympio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes que desencadearam o Movimento? Não continuaram, apesar de suas participações importantes.

Lembro-me do General Castello, ainda na Chefia do EME, antes que a Revolução eclodisse, já assumindo a liderança militar, quando disse a um grupo de oficiais-alunos da ECEME que o procurou, para reclamar do desprestígio e falta de autoridade dos chefes militares: "Volta e vai estudar!" Ao assumir a efetiva liderança do processo revolucionário, determinou, de pronto: "Volta todo mundo para o quartel!" Não que-

ria desvios na destinação do estamento militar. Sem dúvida, contribuiu para que fizéssemos uma Revolução sem mortes; uma revolução seguidora da grandeza e servidão do General Castello Branco. Para mim não houve revolução e sim um Ato de Reafirmação Democrática Brasileira.

Mais um detalhe da personalidade do General Castello Branco: não gostava que o chamassem de Marechal. Preferia General. Posteriormente, suprimiu o posto; que admitia só em caso de guerra; não iria valer-se disso. Aceitava ser chamado de Presidente, mas pessoalmente preferia o posto militar: "Aqui quem fala é o General Castello Branco". Dizia: "Eu sou Presidente por contingência."

Gostaria, com sua permissão, de retornar à pergunta sobre a existência de algum acontecimento que pudéssemos apontar como determinante para o desencadear da Revolução de 31 de Março de 1964. Embora respondida anteriormente, desejaria acrescentar algumas reflexões.

É preciso entender que a década de 1960 trouxe intranqüilidade praticamente para o mundo inteiro: na América – Cuba é o caso mais destacado –, no Norte da África e, mesmo, no Sudeste Asiático. Ideologias internacionalistas foram disseminadas intensamente, aproveitando-se do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e passaram a projetar-se sobre o grande alvo ocidental, sem que se possa negar que o Brasil fosse excelente escolha.

Isso veio minar a autoridade e a estrutura do Estado Brasileiro que estava trilhando outro caminho de transformação social. A própria Igreja Católica entrou nesse processo de internacionalização, com o Concílio Vaticano II, já destacado por mim. Surgiram, então, manifestações sociais que foram se avolumando dentro do País sob os olhares internacionais interesseiros e presentes.

O Presidente João Goulart fora, antes, Ministro do Trabalho do Dr. Getúlio Vargas e, já naquela época, manifestava seu apoio ao sindicalismo. A Argentina de Perón também passava por essa fase de manifestações e intranqüilidade. Como disse, na concepção da evolução política brasileira, para o amadurecimento democrático brasileiro era preciso que o Estado fosse fortalecido, e mesmo admitisse a existência de uma oposição, no caso a UDN.

O Estado estaria representado, na atividade política, pelo PSD?

Pelo PSD e pela UDN. Ocorria o fortalecimento do setor econômico traduzido na produção de bens, fábricas, intensificação do comércio. O resultado da ação e reação entre eles deveria favorecer a classe dos trabalhadores. Eis a razão da criação do PTB.

Com Juscelino e a própria criação de Brasília, o povo brasileiro encheu-se de esperança. Alimentou-se o ideal de um futuro industrializado para o Brasil. Mas a

"Ordem" da sociedade brasileira começou a sofrer variações, principalmente, as Ordens Econômica e Militar, com as insistentes tentativas de criação de sindicatos de praças, irrupção de atos de indisciplina, greves de militares, e até rebelião dos marinheiros.

João Goulart foi um líder comunista ou seria mais um líder sindicalista?

Não acredito que ele fosse comunista. Naquela época, a crise entre a Rússia e os EUA pela hegemonia mundial produziu reflexos dentro dos países. Tornou-se comum países serem conduzidos por homens que lideravam a nação, como Perón, na Argentina, o próprio Fidel Castro, em Cuba, e outras personalidades que surgiram naquele período pós-Segunda Guerra Mundial. O Brasil ainda sofreu o choque natural da transformação da economia rural para industrial. Nossas leis não estavam adaptadas para a condição dos novos trabalhadores.

Nesse quadro, as questões apareceram, obviamente.

Então, pelo que o senhor diz, no Brasil, as lideranças do País tentaram exaustivamente fazer com que o Presidente João Goulart colocasse a casa em ordem, lamentando não terem conseguido?

Exatamente, foi o que disse. Todos os setores do País aguardavam uma solução para acalmar a sociedade: a Igreja, na manifestação em São Paulo, os empresários... E o Presidente, lamentavelmente, não estava enxergando isso. A expectativa era muito grande.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi classificada de reacionária pelos opositores da Revolução. Qual a sua opinião?

A Igreja sempre participou ativamente da evolução da sociedade, partindo do princípio religioso de que Deus está presente em tudo. Então, a Igreja tinha interesse em participar da organização dos trabalhadores, justamente para impedir que caminhasse na direção da União Soviética e permanecesse brasileira.

A criação dos círculos operários na década de 1930, em Santa Catarina e no Paraná, também, por padres jesuítas, a que já me referi, tinham esse objetivo. Existem, até hoje, sem aquela necessidade. O SENAI e o SENAC cumprem, atualmente, aquela missão iniciada pelos círculos operários, dos jesuítas.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da Vontade Nacional na deflagração da Revolução de 1964?

Acredito que sim. As Forças Armadas têm uma responsabilidade republicana, reforçada na história do Tenentismo, de consolidação do Estado brasileiro. Foram

esses tenentes e capitães que fizeram acabar com aquela Guarda Nacional, de coronéis lá do Nordeste.

Junte-se à responsabilidade de fortalecimento da República a participação brasileira no segundo conflito mundial, onde as Forças Armadas combateram a ideologia nazifascista. No retorno, participaram de uma Revolução e não assumiram o Poder do Estado. A própria Revolução de 1964 foi transitória, conforme declaração do General Costa e Silva, quando assumiu o Comando Revolucionário, naquele momento decisivo da transição.

O General Castello Branco, se não me engano, esteve, em maio de 1964, no Itamaraty, fez um discurso onde abordou a reforma política, de modo semelhante à concepção de 1945, objetivando a evolução do Estado. Em lugar do PSD, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Como oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na mesma perspectiva da antiga UDN.

Em torno da Arena, reuniu-se o grupo de políticos favoráveis à consolidação da autoridade do Estado. Organizaria as ordens econômica, social, política, jurídica, religiosa, todas as "Ordens" da sociedade. Os políticos do MDB seriam os reagentes, quer dizer, poderiam movimentar-se à vontade contra o que o Estado fizesse. Deixou-se para organizar a síntese, o Partido dos Trabalhadores (PT), *a posteriori*.

O General Castello Branco, assim, primeiro formou o núcleo do Estado: Arena e a oposição. O choque dos dois geraria uma terceira força a favor dos trabalhadores. Foi essa a sua concepção: o Estado (ação e reação), a Economia e o Trabalho. Este último seria uma decorrência da composição entre o Estado e a Economia. Tivemos influências internacionais que obrigaram a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mas o General Ernesto Geisel, que fora Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco, conhecia o pensamento dele e veio assumir o Governo para fazer a transição lenta e gradual para os civis.

O General Figueiredo, quando Presidente, esteve em São Bernardo do Campo para a criação do PT, justamente para que a redemocratização imaginada pelo General Castello Branco chegasse à síntese, que era o trabalhador.

Há quem afirme que a Revolução recebeu auxílio externo, em especial dos Estados Unidos da América? O General Vernon Walters nega esse apoio. O senhor que esteve junto ao Presidente Castello Branco antes, durante e depois da eclosão da Revolução de 1964 saberia algo a respeito?

Diria sobre isso o seguinte: auxílio externo sempre foi uma conseqüência do conflito ideológico que grassava no mundo. O que penso é não ter havido auxílio

direto e específico para os países que se opunham à onda comunista, mas inegavelmente a defesa do mundo ocidental gerou o fenômeno da guerra fria, opondo-se os poderios militares dos Estados Unidos e da União Sovíética em suas respectivas áreas de influência, em todo mundo.

Eles não vieram ao Brasil interferir na política, mas assim como nosso País acompanha os acontecimentos nos países que nos circundam, eles devem fazer o mesmo.

Talvez no futuro, se não tivesse ocorrido a Revolução, em face do desdobramento político, poderiam ter adotado uma atitude mais efetiva.

Como fizeram agora no Iraque, mas não houve influência sobre a Revolução de 1964.

Qual foi o seu relacionamento com o General Castello, após a Revolução? O senhor já explicou como o conheceu e as circunstâncias de sua nomeação para Ajudante-de-Ordens. Acompanhou-o no Comando do IV Exército, em Recife, e no EME, no Rio de Janeiro. Mas, e depois, quando o General foi eleito Presidente?

Em 1964, o General Castello determinou que eu fizesse o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). E me disse: "Não vou prejudicar a sua carreira." O curso já havia sido iniciado, fazia alguns dias, e fiquei como ouvinte; a duração era de cinco meses. O ambiente no País era de intranqüilidade. Aconteceu a tentativa de seqüestro do Carlos Lacerda. Naquele período, como Ajudante-de-Ordens, o atendia nos fins de semana.

Terminei a EsAO, fui nomeado instrutor da AMAN. Permaneci na Academia durante os anos 1965 e 1966, quando, então, fiz concurso para a ECEME e fui aprovado. Vim para o Rio de Janeiro, em 1967, mas nunca deixei de atendê-lo pessoalmente. Havia, até, a idéia de escrever "as memórias" do General.

Nessa época, o Presidente Castello tinha outro Ajudante-de-Ordens. Detalhe curioso, nos fins de semana, o General dirigia o próprio carro. Um dia, foi ao teatro assistir a uma peça com a Tônia Carrero e gostou muito. Quando a atriz retornou do palco, encontrou-o no camarim para cumprimentá-la. Ela levou um susto.

Ao término de seu Governo, em 1967, fui ao Aeroporto Santos Dumont, com o carro do General, aguardá-lo, em viagem de Brasília para o Rio. Nessa ocasião, cursava a ECEME, no Rio de Janeiro. Pois ele desceu do avião, pegou o carro e foi para casa, dirigindo.

O senhor foi ao embarque do General Castello Branco, naquele vôo fatal?

Ele recebeu um convite e decidiu ir a Fortaleza. Compareci a seu embarque, no Rio de Janeiro. O acidente aconteceu quando o avião sobrevoava os céus do

Ceará, seu Estado natal. Castello Branco deixou o Governo a 15 de março de 1967 e o acidente foi no dia 18 de julho de 1967. Interessante, no dia 18 de julho de 1945 ele voltou da guerra, é uma relação muito importante.

O senhor disse que o Presidente João Goulart o promoveu a General-de-Exército. Qual o episódio que cerca esta promoção?

O Chefe do Gabinete Militar da Presidência avisou João Goulart, quando da promoção, que o General Castello era muito respeitado na caserna e poderia trazer problemas para o Governo. Mas João Goulart comentou, na ocasião: “Não posso deixar de promovê-lo diante de sua capacidade e competência reconhecidas por todos”. Realmente, o promoveu ao posto máximo da carreira militar.

Coronel Negrão, há algum episódio ou traço marcante da personalidade do General Castello Branco que o senhor gostaria de mencionar?

Existem muitos, porque o General Castello, inegavelmente, foi um homem especial. Dei a notícia da morte do Presidente John Kennedy, assassinado, ouvindo, então, seu comentário: “Um homem como ele não poderia ter uma morte comum.” Quando houve o acidente aéreo com o próprio General, pensei naquele comentário. Castello, também, não poderia ter um final comum.

Com o General Castello vivo, talvez surgisse um problema político em relação ao Presidente Costa e Silva. Eram personalidades diferentes e, às vezes, divergiam.

Na infância, não foi bom aluno; eis por que seus pais contrataram um senhor para alfabetizá-lo. Assim, Castello foi para Recife, onde esse senhor ensinava, para ser alfabetizado. Mais tarde, educou-se em um colégio de irmãs Vicentinas, no interior do Piauí, quando realmente aprendeu as principais letras.

Esses problemas fizeram-no passar da idade para a matrícula no Colégio Militar de Porto Alegre. Dado curioso, para resolver o problema, a data do seu nascimento foi alterada, em Messejana, Ceará, de 1897 para 1900, prática comum nas circunstâncias. Castello contava isso, nunca escondeu o fato.

Possuía uma personalidade marcante. Depois de sua morte, falei com o General Ademar de Queiroz que gostaria de escrever algo sobre ele, enfatizando o seu lado humano. Ele disse: “Deixa, que o Luís Viana Filho vai fazer isso”. E, realmente, fez e com muita competência.

Tenho a impressão de que esses três anos davam-lhe um amadurecimento muito grande em relação aos outros companheiros. Sempre decidiu, após meditar bem sobre o assunto, o que o tornou respeitado entre seus pares. Sobressaíam seus conhecimento, capacidade de trabalho e decisão.

Na França, onde cursou a Escola Superior de Guerra, leu Alfred de Vigny – "Servidão e Grandeza Militares" – no qual se inspirou. O que era Servidão, para ele? Era o Exército servir à Nação; e a Grandeza Militar era o Exército não se "apaixonar" pelo Poder. Enfatizo esse aspecto; era o apanágio dele. Ele sempre me falava a respeito disso. As Forças Armadas devem estar permanentemente a serviço do engrandecimento do País e jamais devem usufruir o Poder.

É verdade que o Presidente Castello não desejava a prorrogação de seu mandato, aprovada em 22 de julho de 1964 pelo Congresso Nacional?

Poucos observam – ou não querem fazê-lo – detalhe importante do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que traduzia a intenção do General Castello, dentro daquele espírito de Servidão e Grandeza Militares. É de sua autoria o Parágrafo Único: "O atual Presidente da República é inelegível."

Era pensamento do General Castello que seu sucessor fosse um civil. Ocorreria a reorganização do Estado e a devolução do Governo para um civil. Outro pensamento seu – poucos sabem – é que o último ato da redemocratização brasileira seria a restauração das eleições diretas. A prorrogação do seu mandato, não desejada por Castello, enfureceu setores políticos cujos interesses foram contrariados e reviveu-se, de certo modo, a intranqüilidade política anterior a 1964.

Os integrantes do Governo Castello Branco estavam conscientes das dificuldades da missão em prazo tão curto, previsto para ser encerrado em janeiro de 1966. Não haveria condições de reorganizar o Estado, para estabilizá-lo e permitir sua evolução política sem atropelos.

O que o senhor pode contar sobre a cassação de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda?

Tudo deveu-se àquela intranqüilidade a que me referi há pouco. Eles acabaram por perder a confiança das Forças Armadas. Inegavelmente, eram pessoas com destaque político no País, naquela época.

Você admirava o Carlos Lacerda?

Certamente. Considero o Lacerda o grande prócer, para não dizer mártir, da Revolução. Incompatibilizou-se com o Movimento, quando viu que suas pretensões ao cargo de Presidente da República estavam bloqueadas. A Constituição de 1967 prescrevia eleições indiretas para Presidente. A indicação do candidato da Arena, partido político da Revolução, com certeza, não recairia num nome que pudesse afrouxar o controle da situação. O desejo de Carlos Lacerda era restaurar a eleição direta e, sem paciência, articulou o movimento oposicionista da Frente Ampla com os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Coronel Negrão, o senhor conheceu bem o General Castello Branco. Ainda acerca de suas idéias e pensamentos, como foi o relacionamento do Presidente com o General Golbery do Couto e Silva?

Respeitavam-se muito e sempre que necessário trocavam idéias sobre a situação política brasileira e o comportamento do meio militar. Eram dois intelectuais.

Não resta dúvida, com a década de 1960 veio a expansão do comunismo pelo mundo. Na América, obteve sucesso em Cuba e o Brasil era um alvo preferencial. Sua estratégia de conquista do Poder baseava-se na desmoralização do Estado, na infiltração e conseqüente deterioração de setores vitais da sociedade, como a família e o meio estudantil. Tal ambiente estiolado facilitaria a atuação comunista.

O General Castello Branco sempre achou que a grande estratégia da Revolução deveria ser o fortalecimento do Estado e, depois, na redemocratização é que viria a solução para a economia. A explicação é um pouco longa, mas trata-se do ponto no qual tenho que me deter. O perigo, naquela época, era a desmoralização da autoridade do Estado.

Num quadro de desmontagem do Estado em que se vivia, as Forças Armadas, por dever constitucional, teriam que agir. Era esse o pensamento dos dois, Castello e Golbery. Isso não significa indício de que conspiravam, mas acreditavam na destinação constitucional das Forças Armadas e na preservação das instituições políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Quando o General Castello estava na chefia do EME, em 1963, recebi uma ligação do General Golbery, querendo falar com ele. Disse: "Avisa ao General que pedi transferência para a Reserva". No elevador do Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, quando descíamos, informei ao General Castello Branco. Ele fez o seguinte comentário: "Pois é, não teve paciência de esperar."

Compareci a um seminário sobre estratégia, na ECEME, e pude constatar, que os estudiosos do assunto consideram o General Golbery um dos mestres da estratégia brasileira e o General Castello Branco o grande suporte dessa estratégia.

Os dois tinham esta afinidade e idealizaram a ESG. O General Golbery é autor de "Geopolítica do Brasil", livro que inspirou o programa de desenvolvimento estratégico nacional no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu prestava serviços no Ministério da Justiça e participei, como gestor social, da análise de projetos para certificar se estavam de acordo com os objetivos da política social do Governo FHC. Cerca de 54 metas ou linhas de direção estratégicas, quase todas, coincidem com as idéias do General Golbery. O Presidente Fernando Henrique citava muito esse programa, denominado "Avança Brasil". O General Golbery é um nome de expressão, ontem e hoje, no Brasil.

Depois da Revolução, continuou o relacionamento?

Diminuiu um pouco, infelizmente. Alguns – incluo-me nesse grupo – acreditam que se o Presidente Castello Branco continuasse vivo, a Revolução não teria tomado determinados rumos que são discutíveis hoje. O pensamento do Presidente era aquele de redemocratização e o que chamo de desmobilização política das Forças Armadas; não desmobilização nacional como ocorreu no Governo do Presidente Fernando Henrique. Castello não imaginava a atuação política das Forças Amadas a não ser na preservação das Instituições do Estado.

O General Golbery chegou a participar do Governo Castello Branco?

Participou, inclusive o Serviço Nacional de Informações (SNI) nasceu de sua inspiração.

Eis uma idéia que poderíamos desenvolver agora: a criação do SNI.

É um assunto muito longo. O Presidente Castello Branco imaginou a consolidação de Brasília dentro do processo de redemocratização brasileira. Muitas pessoas, e o próprio Presidente João Goulart também, queriam o retorno da capital para o Rio de Janeiro. Ainda hoje, sente-se que a antiga capital, com todo aquele patrimônio cultural, perdeu sua expressão política com a mudança.

Num discurso muito bonito, Castello Branco optou pela consolidação de Brasília. Mas pensou duas questões: preciso "ver o Brasil" e "ouvir o Brasil". Para "ouvir o Brasil" criou a Torre de Televisão. Está lá, na base da Torre, a placa de inauguração com o seu nome. A Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda construiu-a rapidamente para que ele pudesse "ouvir o Brasil".

Para "ver o Brasil", isto é, o desenvolvimento dos programas de Governo, o General Castello Branco precisava do SNI. Quem ler o Decreto de 13 de junho de 1964 vai verificar que não existia previsão de operações de informações. O trabalho do SNI seria coordenar as informações produzidas pelos órgãos já existentes.

Essa foi a origem do SNI?

A concepção foi essa. Iria "ver os programas do Governo" por meio da coordenação das informações prestadas pelos órgãos já existentes. Depois, a situação política evoluiu, e a subversão começou a alterar a vida política brasileira. Em conseqüência, o SNI tornou-se prioridade, sofreu modificações e começaram a ocorrer as operações de informações, não previstas no início.

Qual o pensamento do General Castello Branco sobre os rumos e a duração da Revolução?

Castello Branco não gostava do termo Revolução, preferia mais evolução. Era um momento de evolução da Nação brasileira, tanto que evitou que ocorressem cassações de direitos políticos no Poder Judiciário. Ele disse que gostaria de ser

julgado pela Justiça brasileira, pelos seus juízes. Depois, pressionado pelas circunstâncias políticas internas, ampliou o número de juízes do Supremo Tribunal Federal de 7 para 11. Não cassou juiz, porque queria ser julgado pelas nossas leis e pelos nossos juízes.

Outro pensamento seu, e que não escondia das pessoas, era a transferência do Poder a um civil. Aquele momento revolucionário era meramente transitório. No dia 20 de setembro de 1964, almoçou com seus auxiliares diretos, em Petrópolis, comemorando seu aniversário. Todos já comentavam, nesse almoço, a sua idéia. Lembre-se de que ele se autocassou no AI-2: "O atual Presidente é inelegível."

Por que ele não conseguiu passar a Presidência para um civil?

É preciso destacar o ambiente internacional desse período, pouco favorável ao Ocidente, cujo auge deu-se em 1968. Também, a perspectiva de um civil assumir o Governo, alvoroçou a classe política e tumultuou muito o processo de evolução política. A esperança de que a idéia prosperasse fez surgirem as lideranças e "frentes".

Entretanto, Castello Branco trabalhou sua concepção de redemocratização do País. Para compensar a saída dos militares do Poder, fortaleceu o Estado, ampliando a esfera de atuação do Ministério Público, na Constituição de 1967; estimulou a criação da Polícia Federal; organizou o SNI; fez as reformas econômica, política e militar; além de implantar medidas de preservação do patrimônio cultural brasileiro como a Lei nº 4.845, de novembro de 1965, que proibia a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.

No campo cultural, merece citação, que desapropriou em 1965, a área pertencente ao atual Parque Histórico Nacional dos Guararapes. A acertada iniciativa buscou preservar a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira das tropas luso-brasileiras, e os locais das memoráveis batalhas travadas, durante a ocupação holandesa, nos famosos Montes Guararapes, em 1648 e 1649, considerado berço da nacionalidade brasileira, de onde ainda ecoam os valores nacionais da união dos brasileiros.

Ainda, dentro dessa estratégia de permitir a saída das Forças Armadas daquele trabalho de "acompanhamento" da evolução política da nossa nação, trabalho que chamo de desmobilização política das Forças Armadas, empreendeu a reforma militar. Estabeleceu limites de permanência nos postos e incentivou a circulação dos militares pelo território nacional. Costumo dizer que Castello Branco redescobriu a Amazônia, estimulando o Ministro do Exército, Costa e Silva, a construir próprios nacionais residenciais na área amazônica para permitir a movimentação de militares. Evitou, a formação de lideranças militares locais. Vários generais – lembro o General Oswaldo Cordeiro de Farias – tinham mais tempo de posto de general do que de carreira. A promoção a general, alçada do Presidente da República, atendia muito

aos interesses políticos do Governo, tradição seguida desde o tempo da monarquia, em que se jurava fidelidade ao Rei. A reforma substituiu a simples "escolha" do militar a ser promovido pelo critério de "seleção".

É bom lembrar que no período do Presidente Getúlio Vargas a prática em todo mundo, que se impunha, era o alçamento das forças militares, para a preservação e fortalecimento do Estado constituído. A Itália e a Alemanha foram os dois últimos países a se organizaram como Estado; e como eles se fortaleceram? Exatamente através de um Poder militarizado. Isso era um estímulo para todos os países organizados que queriam se fortalecer e participar do cenário internacional.

Creio que o General Castello Branco foi feliz nessa concepção de redemocratização do Brasil. Para ele, as eleições diretas só poderiam vir depois que o Estado estivesse fortalecido e a sociedade organizada. Se não fossem as circunstâncias criadas pelo Momento Comunista Internacional (MCI), talvez conseguisse seu intento. Depois, o Presidente Ernesto Geisel iniciou a "abertura" completada pelo Presidente João Figueiredo.

O General Castello Branco não tinha obsessão pelo Poder. Já me referi à cena que presenciei, na qual ele disse ao Costa e Silva, após João Goulart chegar ao Uruguai, com o asilo concedido: "Assuma você que é o mais antigo..." Depois, subiram para o 9º andar do Palácio Duque de Caxias, onde se localizava o Gabinete do Ministro da Guerra, e deu-se aquela declaração, ressaltando o momento transitório até o estabelecimento do novo Governo.

Qual era o pensamento do General Castello sobre a censura à imprensa e às artes?

Ele não aceitava a censura. Considerava a liberdade fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Quando escrevia nos jornais com o pseudônimo de Mister X e Mister Y, comentando posições políticas, não deixava de avisar às pessoas citadas no artigo, inclusive remetia-lhes cópias.

Quando Castello Branco escreveu, a 20 de março de 1964, a Circular Reservada dirigida "aos generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas", desejou mostrá-la ao General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, antes de sua distribuição. Infelizmente, o Ministro estava doente, mas redigiu-lhe uma carta, contendo a interpretação de cada trecho da Circular. Todos tinham noção de qual era o seu pensamento. Eu levei a carta até a residência do General Jair, no bairro Riachuelo, subúrbio do Rio, que após lê-la disse-me: "Depois eu falarei com o Castello."

O General Castello acreditava na discussão das idéias. Volto a enfatizar: o papel das Forças Armadas, para ele, era a garantia da "Ordem Institucional: política, econômica, religiosa, social, familiar etc." São os valores do grupo social. As Forças Arma-

das devem garantir o espaço físico em que vive essa sociedade, combatendo interferências contrárias à própria evolução cultural desse grupo.

Este era o ponto de vista dele. Às Forças Armadas cabe garantir as instituições e a grandeza delas está em não ambicionar o Poder. O meio militar deveria ajudar a construção da Nação, mas que não alimentasse o desejo de conduzi-la politicamente. Castello foi coerente com o seu pensamento. Relutou intervir e o fez quando se certificou do afastamento de Goulart das atribuições constitucionais. Praticou seu pensamento quando se autocassou e quando promulgou nova Constituição, de 1967, seguida pelos governos do regime dito ditatorial.

Seu pensamento era contra a censura. Ele não me deixava andar armado, porque sempre dizia: "Quem tem que me defender é o povo e, para tal, a melhor maneira era deixar a imprensa livre". Ele gostava da verdade.

O senhor gostaria de relatar algumas curiosidades ligadas ao General Castello Branco? É muito conhecida a sua imagem de correção pessoal.

Tinha muito receio de valer-se do bem público. Já disse que fui com o carro do General Castello apanhá-lo no aeroporto e levá-lo para casa, quando deixou o Governo e veio residir no Rio de Janeiro. Outra vez, em visita à Ilha de Fernando de Noronha, recebeu um cesto com caranguejos e mandou-me indagar o preço, para pagar. Chegava ao exagero.

O senhor acha que o Presidente Castello Branco ainda receberá o reconhecimento público que lhe é devido? Já li e ouvi muitos comentários de escritores que seriam oposição, na época, enaltecerem seus méritos de estadista. Falta o reconhecimento, eu diria, público.

Creio que sim e acabei de expor os motivos por que penso desse modo. Tudo o que está acontecendo no Brasil é conseqüência da visão estratégica do Presidente Castello Branco na redemocratização brasileira: fortalecimento do Estado, da Economia e, depois, o Trabalho. Essa concepção evoluiu dentro das circunstâncias nacionais e internacionais, ocorrendo em determinada época estímulos à permanência dos militares. Os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vieram para realizar a "abertura". O Congresso participou dos fatos, sem problemas.

Se ele permanecesse vivo por mais tempo, não tenho dúvida de que suas posições o confirmariam como um grande estadista. O destino foi padrasto com ele.

Uns dizem que sim, outros afirmam que não. Se permanecesse vivo, alguns acham que reagiria contra a continuidade dos governos militares, embora eleitos e pressionados pelas circunstâncias já analisadas. Por outro lado, morto, permitiu que

o fortalecimento do Estado brasileiro se prolongasse no tempo e se tornasse forte, para impedir a expansão do MCI. Lembre-se de Araguaia!

Ao se analisar o Brasil pós-1964, até hoje, vemos que não tivemos mais crises político-militares, mas apenas políticas e restritas ao Congresso. Acabou-se tudo, nem a inspiração subversiva do comunismo internacional animou-se a prosseguir.

O reconhecimento ao General Castello Branco está na realidade brasileira. A própria criação do Partido dos Trabalhadores estava prevista nos estudos prospectivos da Revolução. E essa estratégia foi estabelecida no Governo dele.

Falta ler, presenciar isso.

Nesse caso existe outro aspecto, também. O Poder tem luz própria. É muito difícil encontrar-se um líder que valorize outras lideranças. Ninguém diz que é a conseqüência; todos querem ser a causa do sucesso. O próprio PT tem que reconhecer que sua criação foi uma "abertura", diria escancarada, estimulada ou autorizada pelo próprio Governo do Presidente João Figueiredo, ao pressentir as aspirações políticas concebidas pelo General Castello.

Gostaria de dar um testemunho. Tenho falado na desmobilização política das Forças Armadas, mas atribuo ao Governo Fernando Henrique a desmobilização nacional. A desmobilização política levada a efeito pelo General Castello Branco foi compensada com a criação de mecanismos nacionais que deram a garantia e a segurança para o Estado: Polícia Federal, Ministério Público, desenvolvimento das comunicações, cassação política limitada à Segurança Nacional, criação do SNI e consolidação de Brasília como capital.

Hoje, falar em segurança e desenvolvimento é "coisa da ditadura", mas percebe-se que a falta dessa discussão está trazendo prejuízos ao País. A desmobilização nacional das Forças Armadas tirou aquele halo ou aquela aura do Estado brasileiro e deu chance ao desenvolvimento da filial brasileira do crime organizado mundial. Não creio que tenha sido essa a intenção do Presidente Fernando Henrique, mas inegavelmente, o Estado – os três poderes – perdeu aquela proteção das Forças Armadas, abrindo espaço para a ocupação do crime organizado.

Ele quis evidenciar, certamente, a supremacia do Poder Civil. O senhor acredita que algum dia a Revolução de 1964 receberá o reconhecimento público?

Os próprios políticos, honestamente, a reconhecem. O Presidente Ernesto Geisel fez a "abertura" e o Presidente Figueiredo permitiu que todas as idéias fossem desenvolvidas e passou o Poder à oposição. Parece-me que nos países ocidentais, apenas o Brasil e a Espanha fizeram isso.

O Presidente José Sarney pôde empreender o "tudo pelo social", lema de seu Governo, porque o Estado e a Economia estavam fortalecidos, frutos da concepção de

Segurança e Desenvolvimento da Revolução. Temos que admitir que a presença do Presidente Lula no Governo é exatamente o resultado de um Estado e Economia fortes. Falta-nos desenvolver as atividades em benefício da população.

Então, esse reconhecimento da Revolução já existe?

Já existe. Já citei ter ouvido do Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique a recomendação para que seus auxiliares se orientassem pela estratégia do Governo Castello Branco, via Golbery.

Talvez, falte tornar pública.

Ou humildade aos políticos para que se mostrem partícipes do processo de evolução e não os construtores ou dirigentes desse desenvolvimento.

Essa consideração é importante.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Qual o seu ponto de vista?

Havia canais. A luta armada foi uma forma de oposição importada. Hoje, coincidentemente, é 27 de novembro; nesse dia, mês e ano de 1935 os comunistas já haviam utilizado o mesmo tipo de ação violenta. A luta armada não foi provocada pela falta de canais de manifestação aos oposicionistas. Ela existiu porque é inerente à ação de tomada do Poder pelos comunistas. Por que foi escolhida a Região do Araguaia para a instalação da guerrilha? Qual o seu objetivo?

A Região é pobre e sem comunicação, mas aberta para o Norte através do rio, de onde poderiam receber reforços, via Belém. Quem daria esse apoio? Qual a área que já estava cor-de-rosa ou vermelha na América?

Cuba

Exato. Inegavelmente, o País estava se defendendo de uma agressão.

O senhor acredita que a guerrilha recebeu apoio externo?

Tanto a guerrilha do Araguaia quanto a luta armada nas áreas urbanas, seqüestros, assaltos a bancos e outros atos terroristas, tiveram muito apoio externo.

A estratégia do comunismo internacional para o enfraquecimento da autoridade é o emprego da subversão. Exatamente como aconteceu na Rússia, em 1917. Consiste em formar vários núcleos, chamados aparelhos, com o poder estruturado horizontalmente, de modo que, fechado um deles, imediatamente outro seja aberto. A subversão sempre estará atuante. Prende-se uma pessoa mas a estrutura não é afetada. Outro elemento, não é subcomandante, não é nada, tem condições de, imediatamente, retomar a ação. O crime organizado inspirou-se nessa técnica de atuação do MCI.

Você me perguntou, há pouco, se a Nação brasileira vai reconhecer o trabalho da Revolução de 1964. Acredito que sim e, quem vai mostrar isso vai ser o combate ao

crime organizado. Percebe-se que as pessoas responsáveis não têm uma resposta política para o enfrentamento da situação, e é notória a saudade de muitos cidadãos quando se recordam da segurança que havia no Brasil.

A Colômbia está diminuindo a parcela de domínio do crime organizado na sociedade, com o apoio decidido dos Estados Unidos. No Brasil está em expansão e não sei como será encarado o problema pelos americanos. Os dois países – Colômbia e Brasil – têm seus territórios na parte mais larga da América do Sul e próxima, de um lado, da Europa e África, e de outro, da Ásia. O Brasil é alvo do crime organizado pela sua posição estratégica e pelo fato de ser um País em desenvolvimento.

O AI-5 foi necessário?

Na época, era aluno da ECEME. Mas, voltando ao tempo de Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, pouco antes da eclosão do Movimento Revolucionário, queria relembrar aquele episódio, quando os oficiais-alunos da ECEME vieram procurar o General, no EME (Estado-Maior do Exército), instando-o a tomar uma posição de repúdio contra alguns excessos de indisciplina. Ele disse ao Coronel que os liderava: "Volta e vai estudar!" Assim pôs fim às manifestações. O AI-5 provavelmente receberia, se vivo fosse, esse mesmo tipo de comportamento.

Não podemos olvidar que, em 1968, a França, sempre destacado mentor da evolução política mundial, vinha com um processo perigoso de deterioração política. O contexto internacional tem que ser considerado na análise dos fatos.

O Governo Costa e Silva caminhava com um processo de "abertura", no contexto da redemocratização concebida pelo General Castello Branco. Essas circunstâncias, talvez, levaram o MCI a perceber o momento para aliar-se aos candidatos, numa estratégia indireta, a fim de ocupar o Governo. Deteriorou-se, assim, o processo de fortalecimento do Estado e a desobediência começou a grassar. Foi o mesmo que acontecera em 1962. Voltava o fantasma do comunismo.

O AI-5 foi uma opção pela continuidade de um Estado fortalecido militarmente. Poderia ter sido adotada, evidentemente, outra solução, mas as condições políticas, daquele momento, a níveis nacional e internacional, aconselharam a evolução política dentro de um Governo militarizado. Um ato de reafirmação democrática!

Seria, mais ou menos, a comparação com um problema de saúde, quando a pessoa tem que continuar a tomar um remédio, aumentando a dose, para obter a melhora ou a cura.

Hoje, muito se fala em "ditadura militar" e "anos de chumbo", quando os meios de comunicação social se referem à Revolução de 1964. Qual a sua opinião a respeito?

Durante a Revolução o Congresso discutia as questões; ele praticamente permaneceu funcionando. Não podemos chamar de ″ditadura militar″ pelo fato de existir um Governo presidido por militar. Se analisarmos os “anos de chumbo” do Brasil, e os compararmos com o que ocorreu em outros países, constataremos que o chumbo, na verdade, são balas de mel.

Creio, também, que houve o seguinte. A “dita dura” se “auto-abriu” e não apareceram condições que permitissem fazer surgir um grande herói nacional vermelho capaz de empunhar a bandeira da “abertura”. Mas todos querem pegar o seu pedaço nesse bolo. Assim, é interessante dizer: aqueles “anos de chumbo!” Eu não morri! Entoa-se toda uma cantilena buscando enaltecer o inimigo – a Revolução de 1964 – justamente para que o “novel” herói seja bem valorizado. Eis o que vem acontecendo: “me dê um herói!” Como disse, o Poder tem luz própria. Cada um busca dizer que é o máximo, que fez isso e aquilo.

Por outro lado, quando o General Figueiredo, último Presidente da afirmação democrática, procedeu à desmobilização político-militar e passou o Governo dentro do processo evolutivo do País, os que regressavam não tinham interesse de dizer que haviam sido recambiados pela ditadura. Nenhum político cometeria este “suicídio”, apesar da exatidão das palavras. O refrão “combate à ditadura” passou a ser obrigatório para que se valorizassem. Tanto fizeram que tivemos há pouco tempo o “apagão” por falta de investimentos na infra-estrutura elétrica do País, porque falar em desenvolvimento e segurança era “coisa da ditadura”.

O senhor julga que a Revolução se demorou no Governo?

Diria que ela não teve condições de fazer a “abertura” concebida, tendo em vista as circunstâncias internacionais e a lenta evolução política nacional. Mas, quando chegou o momento exato, em que os interesses internacionais na desestabilização do Governo passaram, o Presidente Ernesto Geisel iniciou seu projeto de distensão lenta, gradual e segura. Seguiu a concepção, que ele conhecia, de Castello Branco e Golbery.

Quais foram os momentos mais difíceis da Revolução de 1964?

Creio que tenha sido a morte do General Castello Branco. Pelo respeito que infundia nas pessoas de todo o País, ele certamente teria sido ouvido. Talvez, os caminhos trilhados fossem outros. Pode-se dizer tudo sobre Castello Branco, mas ninguém cita qualquer ato dele de corrupção e arbitrariedade. Sua morte desarmou o idealista, o autor da concepção do trabalho. Outro momento crítico ocorreu em 1968, dada a expansão da MCI. Pouco antes, os dirigentes da reafirmação democrática já projetavam o retorno da eleição direta. As mortes do General Castello Branco

e, depois, do General Costa e Silva alteraram um pouco a previsão do processo evolutivo nacional, no sentido de serem alcançados aqueles objetivos políticos e econômicos que apontei antes.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas auferiram algum tipo de vantagem?

Digo que não. Já comentei a desmobilização política das Forças Armadas estampada na reforma militar empreendida pelo General Castello Branco. As Forças Armadas preocuparam-se em manter uma estrutura capaz de cumprir sua destinação constitucional de defesa do Estado, de suas instituições.

Um detalhe importante. O General Castello Branco deixou o Governo com o genro desempregado e com um irmão, funcionário do Ministério da Fazenda, demitido por ele próprio. O motivo da demissão foi seu irmão ter recebido, como presente, um automóvel (Aerowillys), como reconhecimento pela ajuda que dera na solução de uma reivindicação ligada à organização da carreira da Receita Federal, há muito aguardada pelos funcionários. O Presidente achou viável o pleito e a lei foi elaborada. Quando o General Castello Branco soube do fato, pelos jornais, imediatamente fê-lo devolver o automóvel e afastou-o do cargo. Esse irmão veio a falecer no mesmo acidente que vitimou o General Castello.

Em outra oportunidade e, já citei mais de uma vez nesta entrevista, deixou o avião da Presidência que o trouxe ao Rio de Janeiro e utilizou o próprio automóvel particular, trazido por mim, para dirigir-se a sua residência. Então, esse era o comportamento. Quando viajávamos a serviço e éramos assistidos pelos cofres públicos, ninguém recebia diárias. Essa preocupação do General Castello com a lisura impregnou a todos do Governo.

O Presidente João Figueiredo passou dificuldades financeiras no fim de sua vida. Sou testemunha, porque como seu antigo auxiliar fui convocado pelos companheiros que o acompanhavam, no Rio de Janeiro, antes que Deus o levasse. Como residia em Brasília, pediram-me que relatasse ao Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, para que o Serviço de Saúde do Exército fosse orientado e assistisse o General Figueiredo. Analisem como ficaram os ex-presidentes militares! Levantem os seus bens quando morreram! São provas inequívocas de honestidade e honradez no trato da coisa pública.

É preciso não esquecer que a Revolução conduziu um processo evolutivo de redemocratização do País. Todo o processo evolutivo político, da Arena para o PDS, do MDB para o PMDB e o PT, foi realizado no Governo Figueiredo, da "ditadura". Estes últimos são os partidos mais antigos que temos, atualmente.

Era aquela estratégia de redemocratização concebida pelo General Castello Branco: primeiro o fortalecimento do Estado para a defesa das "Ordens" – política social, econômica, militar etc. –, a seguir o desenvolvimento da infra-estrutura: estradas, energia, telecomunicação, portos etc., base do desenvolvimento econômico. O sucessor do Presidente Figueiredo, José Sarney, com o Estado forte e a base econômica pronta, pôde enfatizar o aspecto social. Depois, ainda dentro da estratégia do General Castello Branco, seguiu-se a "abertura" econômica.

Esquecem-se, os detratores da Revolução, de que nenhuma liderança militar pretendeu permanecer no Poder. Os presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, este com todo o seu esquerdismo, logo pleitearam ficar mais tempo. Os "ditadores" militares bem que tiveram oportunidade, mas não havia interesse de usufruir qualquer benefício político ou econômico.

O próprio orçamento das Forças Armadas era bem minguado.

Exatamente. O Presidente Ernesto Geisel, logo que assumiu o Governo, aliviou as Forças Armadas da dependência do exterior, denunciando antigo acordo que favorecia a vinda de equipamento militar para o Brasil. Estimulou a fabricação no País do material de emprego militar de que necessitávamos. É outro argumento para mostrar que os militares nada usufruíram econômica ou politicamente

O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia e a "abertura" feita pelo Governo Geisel?

A "abertura" sempre foi um fim a ser alcançado, durante o período revolucionário. A Constituição de 1967 já previa, mas as injunções internacionais do final da década de 1960 retardaram-na. O que houve foi isso. A indisposição política havida por ocasião da eleição do Presidente Costa e Silva aconteceu porque os políticos sabiam que dentro do processo revolucionário havia a previsão de eleições livres e com candidatos civis.

Quanto à anistia, sempre foi um procedimento da política brasileira, desde o Império. O Patrono do Exército, o Duque de Caxias, defendeu no seu tempo a anistia. Outro ponto que se pode considerar é de inspiração religiosa. Até hoje, graças a Deus, não temos a pena de morte. Na prática política brasileira, todos os governantes que foram demitidos tiveram a assistência do Estado. Nenhum deles foi conduzido preso ou algo parecido: Pedro I, Pedro II, Deodoro da Fonseca, Washington Luiz, Getúlio Vargas, que continuou em São Borja, e o próprio João Goulart, pois utilizou um avião da Força aérea Brasileira para deslocar-se até Porto Alegre, acompanhado por quem ele quis, chegou ao Uruguai, com exílio já autorizado. Felizmente, não tivemos esses conhecidos rompantes de abuso do Estado, na nossa

História. Procedimento que enaltece e acredito que seja um fator favorável à imagem internacional do Brasil.

Existe o "revanchismo", por parte de autoridades, da mídia e de outros setores com relação aos militares?

O "revanchismo" existe com o sentido de conseguir algum benefício político ou econômico. As pessoas dizem que foram sacrificadas pela "ditadura..." Que lutavam por algo desejado... Tudo com o objetivo de obterem um "ganho com a abertura". A palavra "sacrifício" possui até uma conotação religiosa: eu não consegui fazer... ele é o culpado e agora tem que pagar.

Não creio existir um "revanchismo" contra os militares, de forma genérica. As pessoas sabem não ser justo. Na verdade, o "revanchismo" é pessoal; se formos verificar ou investigar vamos descobrir algo fantasioso, inventado. A pessoa, que não tem mais mensagem, inventa. Caro companheiro, a justiça é cega mas não é surda; a nossa Verdade é que é muda! Deus, que tudo vê e ouve, nos julgará! Ele é brasileiro!

A imagem das Forças Armadas tem apresentado elevados índices de credibilidade junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. A que o senhor atribui?

Atribuo à tradição das Forças Armadas de defesa do povo brasileiro nos momentos de crise política ou da nacionalidade. As Forças Armadas nunca tiveram ganância pelo Poder. O povo sabe que a formação dos militares não é de autoritarismo, assim como conhecem o papel significativo dos mesmos no desenvolvimento nacional.

Percebe-se de forma clara, nos dias atuais, que a população sente a falta da proteção moral do Estado, em face da desmobilização nacional das Forças Armadas, levada a efeito no Governo Fernando Henrique. A corrupção grassa nos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e não há autoridade para tomar uma iniciativa, para contê-la.

Estou prestando serviços na Fundação Cultural Exército Brasileiro e por força deles tenho contato com o meio civil. Observa-se, nessas ocasiões, quando se fala no nome do Exército, que o pessoal respeita, porque sabe que prevalecem honestidade e bons propósitos.

Como o senhor avalia o relacionamento entre as Forças Armadas e a mídia?

Mídia que é a "média" como se fala!... A desmobilização das Forças Armadas retirou da Nação o interesse por notícias que se relacionam com as suas atividades; a mídia vive da oportunidade de assuntos que tragam interesse.

É impositivo que haja a mobilização das Forças Armadas, voltada para dois caminhos que verifico serem importantes: o social e o cultural. O Brasil vem per-

dendo os seus valores culturais diante do desenvolvimento dos meios de comunicações. Nossos filhos conhecem mais a história de outros países do que a brasileira. Quais os valores culturais que devemos preservar na parte da linguagem, da culinária, do artesanato, das crenças? Denomino essa mobilização de reconstrução da família brasileira, para a preservação da Cultura do Brasil.

As Forças Armadas podem fazer muito nesse aspecto. Fiz um trabalho – uma página apenas – que intitulei de "Soldados da Ordem e do Progresso". Como "Soldados da Ordem", a instrução militar no Brasil tem garantido a defesa da Pátria. Precisamos ter "Soldados do Progresso" que protejam a Nação contra os seus "inimigos invisíveis" que minam a sociedade por meio de ações sociais criminosas, desde as drogas, passando pela corrupção e justiça seletiva até os preconceitos e exploração econômica.

A reestruturação da instrução militar levaria ao soldado conhecimentos sobre Direitos Humanos, Primeiros Socorros, Combate a Incêndio, Ecologia, Saúde Pública, Valores Nacionais e muitos outros. A ação dos "Soldados do Progresso" garante a expansão das atividades subsidiárias do Exército para a sociedade brasileira e fortalece as políticas públicas defendidas pelo Governo. Estou certo de que o relacionamento entre Exército e sociedade tornar-se-ia muito mais saudável.

Coronel Negrão, o senhor gostaria de mencionar algum outro episódio ou aduzir algo mais acerca da Revolução de 1964?

Citei o que acho importante sobre a Revolução de 1964 e, me perdoe, mas ela começou com o General Castello Branco que criou a estrutura da "dita dura", justamente na Constituição de 1967. Se analisada politicamente, verifica-se que essa Carta consolidava muito o Estado. Veio baseada na transitoriedade da nova situação, de modo a não impedir a evolução política, conforme se pode constatar, ao se examinarem os seus artigos.

Outro ponto importante foi a consolidação de Brasília, visto que muitos desejavam retorno da Capital do País, ao Rio de Janeiro. Espero que um dia Brasília faça justiça ao Presidente Castello Branco. Não se trata de apagar o Presidente Juscelino Kubitschek. Aliás, a interiorização da capital foi inspirada e conduzida por militares desde muito tempo, visando a consolidação e manutenção do nosso território.

O senhor tem uma história sobre a mudança da ESG para Brasília?

Dentro dessa idéia de consolidação da nova Capital, havia interesse em levar a ESG para Brasília. Foi em 1979, durante o Governo Ernesto Geisel. A construção foi

iniciada no local onde atualmente está o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, perto do lago. Logo verificou-se a dificuldade em trazer professor, conferencista, alojar os alunos e outras dificuldades da novel Capital. Um dia, encontrava-me, por acaso, no gabinete do Presidente Geisel – era Chefe da Seção de Informações do gabinete do General Octávio Aguiar de Medeiros, Chefe do SNI – quando o Presidente, olhando na direção do lago, disse: "Pode parar essas obras, não vou trazer a ESG para cá."

E não veio. Ficou aquela obra parada até que o sargento (Sargento Correia) que tinha sido meu furriel na Companhia do Quartel-General da 1ª Divisão de Infantaria, no Rio de Janeiro e que, há muitos anos presidia o Clube dos Subtenentes e Sargentos, cuja sede era localizada no bairro do Rocha, naquela cidade carioca, pediu uma audiência ao General Danilo Venturini, Chefe do Gabinete Militar do Presidente Figueiredo. Enquanto aguardava ser atendido, ficamos conversando. Nessa oportunidade, ocupava o cargo de Assistente do General Venturini.

Disse-me ele que queria trazer o Clube para Brasília; aí lembrei-me daquela história da ESG. Falei com o General Venturini, o Presidente Figueiredo concordou e deu dinheiro para terminar a obra. Compareci à festa de inauguração do clube, acompanhando o Presidente Figueiredo e o General Venturini.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar aqui no Projeto de História Oral do Exército – Revolução de 1964?

Tive a ventura de ser Ajudante-de-Ordens do General Castello Branco, no início da Revolução e ter trabalhado no Gabinete Militar do Presidente Figueiredo, último mandatário do ciclo militar. Os militares cumpriram o seu papel.

As desavenças e sofrimentos, de ambos os lados, graças a Deus não geraram ódios. As medidas foram tomadas segundo a consciência de cada lado, sempre julgando estar fazendo o melhor para o País.

Fizemos uma Revolução de Reafirmação Democrática que, no nascedouro, já prometia restituir o Governo, após fortalecer o Estado, para defender-se das ideologias extremistas que queriam destruí-lo. Os que adotaram tais sistemas de idéias, para sobreviver, em vez de lutarem dentro do processo político normal do País, procuraram o caminho da violência.

Os militares não quiseram mandar no País. Eles agiram de acordo com Alfred de Vigny: "Servir o País e ter grandeza para não cobiçar o Poder." Pensamento que desde o início de nossa República orientou as ações militares brasileiras e se materializou na estratégia para a reafirmação democrática consolidada pelo General Castello Branco, desde 31 de março de 1964.

Coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Em 1963, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em dezembro de 1965.
- Dentre as principais funções exercidas, destacam-se, como major: Oficial do Gabinete Militar da Presidência da República; Oficial de Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva. Como tenente-coronel: Oficial de Gabinete do Ministro do Exército. Como coronel: Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, Uberlândia, MG; Adjunto e posteriormente Chefe da Assessoria/3 (Técnica, Legislação e Doutrina) do Departamento Geral de Serviços (DGS); e Chefe de Gabinete da Secretário Nacional Antidrogas.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na República Oriental do Uruguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e mais os seguintes: Manutenção-Auto da Escola de Material Bélico do Exército (EsMB); Inteligência, categoria C-1, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Graduou-se em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), em 1972.
- Em 1964, cursava a AMAN. Participou, como capitão, do combate à Guerrilha do Araguaia.

Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2003.

Coronel Madruga, pela leitura do currículo percebemos o grande envolvimento de sua vida militar no combate à subversão. Desse modo, iniciaremos a entrevista, perguntando como a carreira militar o posicionou na luta contra a subversão radical?

A minha primeira atividade nas ações realizadas pela Contra-Revolução de 1964, ocorreu ainda na AMAN, como cadete do 2º ano da Arma de Infantaria. No dia 1º de abril, desloquei-me com o Corpo de Cadetes na direção de Barra Mansa, para a Região de Ribeirão da Divisa, a fim de estabelecer uma posição defensiva. Ao retornar à Academia, ainda permaneci durante algum tempo como um dos componentes da equipe de segurança, responsável pelos presos políticos. Como Aspirante, em 1966, fui servir no então 10º Batalhão de Caçadores (10º BC), de Goiânia e, na segunda quinzena do mesmo ano, fui designado para investigar as atividades subversivas no movimento político-estudantil, no Estado de Goiás, fato que deu origem a um IPM de grandes proporções. Em julho de 1967, fui transferido para a 1ª Companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar, Rio de Janeiro, RJ, organização militar, à época, bastante envolvida com o combate à subversão.

Nela permaneci até junho de 1969, quando fui transferido para o 1º Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (1º BPEB). Durante esse período participei de várias ações de segurança. No BPEB, após um curto período de tempo como Subcomandante da 3ª Companhia de Polícia do Exército, assumi, em seguida, o comando do Pelotão de Investigação Criminal (PIC) e a função de Diretor do Presídio. Exercendo estas funções, ainda realizei, com aproveitamento, o Curso de Treinamento de Busca de Informações e o estágio de investigações criminais na Academia Nacional de Polícia.

Em 4 de abril de 1972, fui transferido para o Centro de Operações de Defesa Interna da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (CODI/3ª Bda Inf Mtz), tendo assumido, a 11 de maio, o comando do Destacamento de Operações de Informações (DOI) da Brigada em questão. Neste mesmo ano, iniciaram-se as primeiras atividades de combate à Guerrilha do Araguaia, e lá estive. Posteriormente, no início do ano de 1974, fui designado para realizar o Curso de Informações Categoria "C" – Operações, da Escola Nacional de Informações (EsNI). Terminando o curso fui designado para o DOI da 6ª Região Militar, onde permaneci, aproximadamente, três anos. Nos idos de 1980, pertenci aos quadros da Seção de Operações do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em 1984, fui o E/2 da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, de onde saí transferido para o Centro de Inteligência do Exército (CIE).

Como é possível verificar, fui exercendo essas funções, nas Escolas, Serviços e Unidades direcionadas para a contra-subversão, naturalmente.

Como aconteceu a sua participação no combate à Guerrilha do Araguaia?

Na época, era Capitão Comandante do PIC e respondia pelo Comando do DOI/ 3ª Bda Inf Mtz. Então, tive a oportunidade de participar efetivamente no combate à Guerrilha do Araguaia, desde o seu início que podemos considerar como sendo a 12 de abril de 1972, e acompanhei o desenrolar da mesma até janeiro de 1974. E ainda participei de todo o planejamento e execução da Operação de Inteligência, conhecida como Operação Sucuri, iniciada a 14 de maio e finda a 8 de outubro de 1973.

Quais foram as missões e os momentos mais difíceis?

Entendo que os momentos mais difíceis possivelmente não tenham ocorrido durante o combate à Guerrilha do Araguaia e sim durante as várias situações nas quais tivemos que reagir contra disparos de armas de fogo realizadas por elementos terroristas, "estouro de aparelhos" e outros. Quanto à missão mais difícil, sem dúvida alguma, foi a realizada quando ocupei o cargo de Subcoordenador da Operação Sucuri.

Coronel Madruga, o que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo praticados por extremistas?

As ações de guerrilha e de terrorismo foram conseqüência de uma divisão ocorrida no Partido Comunista da antiga URSS, depois da adoção da tese de Coexistência Pacífica, durante o seu XX Congresso, em 1956. Aqueles que não concordaram com a mesma, optaram pela luta armada, para atingir seus objetivos de tomada do Poder.

A maioria dos quadros vivia na clandestinidade e o dinheiro para sobreviver era obtido em assaltos a bancos e carros pagadores. Seguiram-se então os assassinatos. Trata-se de período triste que foi imposto ao Brasil por grupos ideologicamente fanáticos, com inúmeros episódios de atentados a bomba, que resultaram em vítimas, como o do Aeroporto dos Guararapes, em Recife, e o do QG do II Exército, em São Paulo, além de execuções sumárias, exemplo do Capitão Chandler, do Exército dos EUA, e de seqüestros de representantes diplomáticos creditados no Brasil.

Como bem escreve o Presidente João Figueiredo em sua mensagem número 59 de 1979 ao Congresso Nacional, relacionada com a Anistia, "o terrorismo não é um crime político, pois ele não se volta contra o Governo, o Regime ou mesmo contra o Estado". Sua ação é contra a humanidade. Mas no Brasil, mesmo os terroristas foram anistiados e aí estão, muitos deles, ocupando posição de destaque na vida nacional.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Em hipótese alguma. A verdade é que já em 1961, com a adoção do emprego da luta armada por parte de algumas organizações comunistas, dentre elas o Partido Comunista do Brasil (PC do B), muitos militantes foram enviados a campos de instrução de países como a China, Cuba, Argélia, Albânia e outros, para realizarem cursos de guerrilha e de ações de terrorismo.

Os canais para manifestação dos opositores ao regime só deixaram de existir durante um pequeno espaço de tempo, após a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. É importante que se diga que, no Brasil, existiu um regime de exceção sim, porém nunca uma "ditadura". E isto tanto é verdade que o Poder Judiciário funcionou sem interrupção e o Congresso esteve em recesso por um período mínimo de tempo.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada é uma das formas de luta de classes, consistindo no emprego de meios violentos para a solução de conflitos sociais. Segundo marxistas-leninistas e os trotskistas, nunca é uma iniciativa dos revolucionários, sendo sempre uma resposta do "proletariado" às ações do governo burguês que não quer se deixar depor. Empregando a violência revolucionária, a luta armada tem como objetivo "derrubar a burguesia", tomar o Poder e implantar a "ditadura do proletariado". A orientação e o apoio externo, como já foi dito, eram buscados, principalmente na China, Cuba e Albânia. No entanto, não podemos nos esquecer da URSS e da Argélia.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Poderia citar exemplos, se for o caso?

Creio que sim. E quem não erra? Porém entendo que o erro capital do Movimento de 1964 foi não ter se preparado para desmistificar relatos misteriosos e facciosos em matérias jornalísticas, em documentos de partidos de esquerda e, acima de tudo, para combater declarações fantasiosas dos militantes comunistas. Tivesse o Governo Contra-Revolucionário escrito e publicado uma obra como foi feito no Uruguai, que publicou um livro com o título "O Testemunho de uma Nação Agredida", contando os detalhes das bárbaras ações cometidas pelas esquerdas, muito do que ocorre hoje no Brasil teria sido evitado.

O senhor julga que a Revolução de 1964 muito se demorou no governo do País?

Penso que se a Contra-Revolução tivesse durado um espaço de tempo menor teria sido melhor, pois haveria um menor desgaste das Forças Armadas e, em parti-

cular, do Exército. Entendo, no entanto, que isto não foi possível devido à intolerância das esquerdas. Não fossem os comunistas insensatos, precipitados e radicais, por certo o País teria retornado à normalidade em menor espaço de tempo.

Como o senhor avalia o atual relacionamento das Forças Armadas com a mídia e o meio intelectual? O que fazer?

Não possuo dados de convencimento, mas suponho que com o passar dos tempos o relacionamento com a mídia não infiltrada e com os intelectuais não marxistas-leninistas tenha melhorado. No entanto, com relação aos comunistas de todos os matizes, este relacionamento jamais vai melhorar, porque os comunistas, de uma maneira geral, são irredutíveis. Mesmo assim, penso que algo poderia ser feito, se é que já não existe, como por exemplo criar no Centro de Comunicação Social do Exército uma Assessoria com a missão específica nesta área, como já acontece com a Assessoria Parlamentar, no Congresso, ou algo semelhante. Trata-se de área importante e sensível. Ainda estamos perdendo a guerra das comunicações.

O senhor acredita que haverá um maior reconhecimento pelo trabalho desempenhado pela Revolução no futuro?

Certamente. A História vai se incumbir desta missão. No entanto é preciso que a Contra-Revolução não fique envergonhada para que não apareçam outros Élio Gáspari. Muitos dos que fizeram a Contra-Revolução aí estão e são eles que têm que fazer a sua parte, escrevendo e desmistificando tantas inverdades. Eu estou fazendo a minha. A Contra-Revolução e aqueles que como eu, na linha de frente e de armas nas mãos, enfrentaram o comunismo armado devem ter é sentimento de orgulho.

Por que o senhor escreveu o livro sobre a "Guerrilha do Araguaia"?

As razões foram várias, mas as principais seriam as seguintes: mostrar que a Guerra Revolucionária foi iniciada pelas esquerdas e que ao Governo estabelecido não restou outra alternativa a não ser defender a democracia. Depois, deixar explícito que em uma contenda cada um conta os fatos de acordo com seus interesses, mas que, no caso dos comunistas, o uso das palavras, a falácia e a mentira são consideradas técnicas de combate e o fim justifica os meios. Assim, os comunistas não roubam, não assaltam bancos. Eles fazem expropriação! Não matam, não assassinam. Fazem justiçamento. Em terceiro lugar, contribuir para que a sociedade brasileira conheça a verdade dos fatos políticos/ideológicos anteriores ao chamado período de exceção, desde dos idos de 1908 com a criação por imigrantes italianos e espanhóis, da primeira Confederação Operária Brasileira (COB), de cunho anarquista, até os dias atuais.

Finalmente, mostrar que o silêncio das Forças Armadas tem sido mantido pela crença ética, mas ingênua, nos resultados da Anistia concedida. A falta de versão oficial permitiu que os comunistas transformassem seus atos abomináveis em lenda, e esta lenda se transformou em mito perverso que, até hoje, ganha gordos espaços e manchetes na mídia infiltrada e dominada pelas esquerdas, sem nenhum compromisso com a verdade histórica.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o Movimento Comunista Internacional (MCI)? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Não desapareceu e, talvez, não venha a desaparecer nunca, porque sempre haverá "na face da Terra" aqueles dispostos a remarem na contramão da História.

O MCI aí está, logicamente com outra roupagem, realizando trabalho profícuo em prol da causa que defendem. Não podemos deixar de citar que nas Américas, o instrumento organizador da guerra irregular é o Foro de São Paulo criado pelo senhor Luís Inácio Lula da Silva, Comandante Fidel Castro e outros e que representa uma rearticulação das antigas redes que promoviam a guerra revolucionária e o internacionalismo na Região, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Desde 1995, as redes do Foro de São Paulo encontram-se em uma ativa escalada de ações em vários países, com diferentes graus de sucesso, mas que demonstram, de maneira inquestionável, as suas intenções desestabilizadoras. No caso brasileiro, citamos como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos componentes brasileiro do Foro.

No Brasil, o PT chegou ao Governo, mas sabe que não detém o Poder. Então, enquanto compra com favores e com vil metal a consciência dos componentes do Congresso Nacional, tem enfrentado problemas com o Judiciário. No entanto, deve continuar adotando a estratégia da lassidão e assim permanecerá, buscando cooptar autoridades e as massas para ,em seguida, tomar de assalto os dois poderes restantes.

Coronel Madruga, gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964?

Desejo destacar que o inimigo vencido não está derrotado. Pelo contrário, está fortalecido, enquanto a sociedade brasileira está com medo de reagir ao atual estado de coisas que se implantou no Brasil; razão pela qual poderemos vir a pagar com o sangue dos nossos filhos, o silêncio de nossas vozes e a omissão de ações efetivas e próprias de democratas convictos. Lembremos que os outrora destronados hoje estão no Governo e os aproveitadores do povo são seus aliados por formação corrupta. A Nação brasileira precisa despertar.

Major João Barcelos de Souza

Nasceu na Cidade de Tubarão, SC, em dezembro de 1922. Ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1º de fevereiro de 1942, como soldado da Base Aérea de Canoas, RS. Cursou a Escola de Especialistas da Aeronáutica no Galeão, RJ, nos anos de 1945/1946, sendo declarado sargento escrevente-almoxarife e classificado no quartel-general da 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre.

Em junho de 1955, concluiu a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica, sendo declarado Aspirante-a-Oficial. Retornou à Base Aérea de Canoas, onde foi promovido a 2º-tenente. Naquela OM desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Chefe do Serviço de Guarda e Segurança Interna e Comandante de Companhia de Infantaria de Guarda.

Vivenciou intensamente os episódios da Legalidade e da Revolução de 1964, desta feita já como capitão desde abril de 1962. Nesse ano cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em abril de 1966 foi promovido a major.

Após sua transferência para a Reserva em abril de 1966, bacharelou-se pela Faculdade de Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAMECOS/PUC-RS) em Jornalismo, Relações Públicas e Propaganda/Publicidade. Entre 1970/1979 desempenhou a função de porta-voz oficial da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, por ser o Diretor da Divisão de Relações Públicas.

Participou de inúmeros cursos e seminários relacionados à atividade de Segurança e Relações Públicas e de Comunicação Social. É autor da tese "Colocação das Técnicas de Relações Públicas nos Programas de Segurança Pública" e das obras, já publicadas, "Segurança Pública e Comunicação" e "Os Fatos sem Retoque", esta uma coleção em quatro volumes, abrangendo desde o Governo Jânio Quadros até a época da morte de Tancredo Neves.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com diversas condecorações outorgadas pela FAB, sendo destaque a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.

---

* Entrevista realizada na Coordenadoria do Rio Grande do Sul, pelo General João Carlos Rotta e Coronel Luiz Alberto de Oliveira Francez, em 11 de abril de 2002.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem a oportunidade de entrevistar o Major João Barcelos de Souza, da Força Aérea Brasileira, que participou de maneira muito efetiva de fatos que desembocaram na Revolução de 1964. Posteriormente, durante quase uma década, fez parte da equipe da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

São fatos dos quais ouvimos falar em outras entrevistas e sobre os quais agora teremos a confirmação, porque o senhor não só foi participante como escreveu uma coleção de quatro volumes sobre todo esse período, incluindo os antecedentes, como a Legalidade, para nós de inegável importância como uma das causas da Revolução. Por que o Exército ficou tão unido em 1964? E por que tudo foi muito mais tranqüilo do que na Legalidade?

Realmente, a Legalidade nos ensinou como não se deveria proceder; durante a Revolução aqueles ensinamentos foram aplicados e com êxito.

Na Legalidade eu era Capitão sem curso da EsAO e servia em Curitiba onde participei dos acontecimentos; saímos dos quartéis, fomos para a fronteira de São Paulo etc. Dois anos depois, em 1963, fui cursar a EsAO. Na Escola, recebi instrução sobre as primeira, segunda e terceira fases da Guerra Revolucionária. Houve uma palestra sobre o que tinha acontecido nas colônias da França e na tomada do Poder nos países dos Bálcãs. Após a conclusão do curso, voltamos ao interior, para onde levamos aquela mensagem. Então, em 1964 o Exército estava muito mais coeso. Embora aqui no Sul, ainda por causa da Legalidade, tenha ocorrido alguns casos até graves. Inclusive lá na Base.

Com a palavra o Major João Barcelos de Souza:

Agradeço, sensibilizado, a deferência do convite que a mim foi feito, para que prestasse algumas informações, conforme meus recursos disponíveis, porque essa seqüência de fatos que enumerarei fazem parte dos livros que escrevi – "Os Fatos sem Retoque". São quatro volumes que abrangem um quarto de século do nosso Brasil, desde 1961 a 1985. No primeiro volume, abordo os governos Jânio e Jango; no segundo, Castello Branco e Costa e Silva; no terceiro, Médici e Geisel e, no quarto e último volume, Figueiredo, encerrando com a eleição e morte de Tancredo Neves.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

No meu entender foi uma Contra-revolução, porque a revolução estava preparada para eclodir no dia 1º de maio, conforme o então Deputado Leonel de Moura Brizola anunciara para o Adhemar de Barros. A Capital de São Paulo fora escolhida para sediar o início do evento, conforme declarou o próprio Governador paulista. Por algum tempo, manteve silêncio, porque eram aliados políticos. Mas Adhemar

viu mais alto e rompeu, uns meses antes, com a turma do Brizola. Dentre as causas, é possível alinhar a imagem distorcida do Brasil, veiculada através de um simulacro de autoridade, que procurava atribuir a impotência da Nação a um conúbio de forças internas e externas, articuladas para impedir o nosso desenvolvimento, estrangular a nossa independência e aviltar a nossa democracia. Na ânsia de provocar a indignação coletiva contra as instituições e o próprio regime, a cupidez de Poder não evitava nem mesmo em inventar uma imagem propositadamente enxovalhada do Brasil, espoliado pelas grandes potências capitalistas e amarrado e garroteado por dentro.

O Governo queria passar a imagem de uma Nação que não poderia crescer nem se afirmar soberanamente. Mas, ante a aparente passividade com que puderam agir por algum tempo, os empreiteiros da desordem e da desorganização não notaram que o País cedo se cansaria da mistificação. Vimos, então, o desgoverno e o descalabro despertarem a Nação para a defesa da legalidade conspurcada.

Nas Forças Armadas crescia a necessidade da Revolução, já reclamada também por ponderáveis e decisivas parcelas no meio civil. Os militares congregaram-se contra os males que humilhavam e deprimiam a Nação, a saber:

– obstinação de fechar o Congresso Nacional;

– o emprego destrutivo do trabalhador contra o trabalho;

– o estudante seviciado e lançado contra a educação;

– o crescente desrespeito à propriedade;

– a progressiva formação das "forças armadas do povo";

– a mistificação de uma estranha política externa, rotulada de independente e,

– no fundo daquela subversão, a desordem financeira para a insurreição encomendada e para o gozo do Poder.

Eis, pois, o desafio que o Governo revolucionário teria que enfrentar. Nos campos econômico e institucional; no impasse de toda a ordem: militar, sindical, estudantil, fiscal, cambial, dos serviços de infra-estrutura, habitacional, das políticas mineral, rural e internacional. A solução exigia modernização dos instrumentos e das instituições, todos atacados brilhantemente no primeiro Governo revolucionário que coube ao digno Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

A situação de desagregação reinante preocupava muito e a tomada do Poder somente foi considerada inevitável a partir do famoso comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964. Nesse dia João Goulart, que até então vinha se negando a seguir a pregação de derrubada do regime democrático, para a implantação de um regime totalitário de esquerda comunista, foi à praça pública com toda a cúpula governamental, para dizer de maneira clara o que estava sendo preparado.

Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), resolveu, então, elaborar um manifesto. Tal documento, datado de 20 de março, embora vedado à divulgação pelos meios de comunicação, foi tido como de grande impacto, cujo conteúdo, em linguagem elevada e abrangente, não deixava qualquer dúvida do que estaria para acontecer. Ele foi distribuído a todos os oficiais-generais do Exército, aos militares do EME e às demais organizações subordinadas, além de outras autoridades como o próprio Presidente da República e os ministros militares.

Foi somente a partir desta data que se passou a cogitar de maneira efetiva da necessidade de uma tomada de posição "antes que a casa caísse". O desencadeamento da Contra-revolução, como disse, na minha ótica, foi planejado para o dia 2 de abril de 1964. A precipitação, contudo, do Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, e dos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, antecipando a data para 31 de março, não fosse o desespero reinante na Nação brasileira com tudo o que vinha acontecendo, poderia ter baldado a intenção dos coordenadores da ação, cuja chefia estava a cargo do Marechal Castello Branco.

Mas, como as instituições políticas estavam caindo de podre, em 48h tudo já estava quase serenado e acontecera apenas pequenos senões.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação do Movimento de 1964?

No que tange às pessoas e grupos organizados que contribuíram para a adoção de medidas que pusessem um fim em tudo aquilo que vinha acontecendo no País, dentre outras, devemos ressaltar a valiosa contribuição do Deputado Bilac Pinto, presidente da União Democrática Nacional (UDN) e muito amigo do Castello Branco. Foi quem mais denunciou as manobras que vinham sendo feitas pelas esquerdas e pelos grupos subversivos visando tomar o Poder, a fim de implantar um regime totalitário.

Periodicamente vinha a público, dando como exemplos fatos devidamente documentados, principalmente na área de São Paulo, onde a trama subversiva era mais intensa. Foi realmente um elemento valioso para os órgãos de informações, porque seus depoimentos eram tomados como base do que vinha acontecendo em todo o território nacional.

Outros elementos, também de grande relevo, prestaram grandes serviços. Em São Paulo, as classes produtoras divulgaram um violento manifesto, por considerarem tremendamente ofensivas aos homens da indústria, do comércio e ruralistas as palavras pronunciadas pelo Presidente da República no comício da Central do Brasil.

Por sua vez, as palavras agressivas de Jango aumentaram ainda mais as tensões entre o Congresso Nacional e o Executivo. Chamou-se a atenção para a ameaça velada

que havia sido dirigida ao Poder desarmado, sugerindo-se, até mesmo, a votação urgente do *impeachment* de Goulart, como única forma de preservação do Parlamento. Publicamente, pela primeira vez, Jango confirmou a afinidade com as idéias subversivas que vinha pregando o seu cunhado, Deputado Leonel Brizola.

Por outro lado, como mais um exemplo da situação de repúdio a tudo o que vinha acontecendo naquele momento, foi realizada em São Paulo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", com a presença das esposas dos governadores Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Ildo Menegheti e Lomanto Júnior, em uma impressionante parada de civismo, uma concentração de incalculável multidão que, partindo da Praça da República, percorreu diversas ruas da cidade.

Vários oradores se manifestaram, tendo o Senador Padre Calazans afirmado que o povo estava ali para dizer aos senhores João Goulart e Leonel Brizola que, se necessário, lutaria pela sua liberdade e pela defesa da democracia. Era preciso dar um basta à demagogia, à usurpação, à falsidade e ao comunismo. As mulheres tiveram grande atuação naquela manifestação pública. Todas com um terço na mão e pedindo ao Criador que olhasse o que estava acontecendo no seio da Nação brasileira.

Vários outros exemplos de manifestação em todos os quadrantes do Brasil foram levados a efeito.

No seu ponto de vista, onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

A resistência à derrubada do João Goulart do Poder, praticamente, foi nula, comparando-se com a grandiosidade do evento. Todavia, a maior resistência mesmo, acredito, aconteceu no Rio Grande do Sul, mais precisamente em Porto Alegre.

Tão logo o Jango tomou conhecimento de que as tropas federais de Minas marchavam para o Rio de Janeiro e Brasília visando a sua deposição, ele se apressou em designar o General Ladário Pereira Telles para o comando do III Exército, com sede em Porto Alegre, onde já se encontrava o Deputado Leonel Brizola.

O General Ladário deixou um documento dando conta daqueles instantes. Disse que ao chegar ao seu Gabinete na 1ª Região Militar, Rio de Janeiro, às 13h do dia 31 de março, tomou conhecimento da rebelião deflagrada na 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora. Os boatos eram os mais variados possíveis, causando intenso nervosismo em todos. Sua primeira providência foi mandar guarnecer, com tropa armada, todos os locais de acesso às instalações daquela Grande Unidade, com ordem de repelir pelo fogo quem se atrevesse a atacar, pois os comentários giravam em torno de um *putsch* no Ministério da Guerra.

Duas horas depois, foi convocado a comparecer ao Gabinete do Jango onde, dentre outras coisas, recebeu a missão de comandar o III Exército, a fim de organi-

zar a resistência ao Movimento. Chegando a Porto Alegre e depois de várias tentativas de resistência concluiu que tudo seria inútil. O Presidente, chegando ao Rio Grande do Sul, convenceu-se de que deveria viajar para o Uruguai juntamente com alguns de seus assessores.

Outro que tentou resistir foi o Governador de Goiás, Mauro Borges (Mauro Borges Teixeira), Major do Exército, acabando igualmente por se convencer de que tudo seria inútil. Esporadicamente, aconteceu alguma resistência com menor intensidade em outros pontos isolados do território nacional.

Como a população reagiu à vitória da Revolução?

A não ser pelos problemas já narrados, a Revolução foi bem recebida no Rio Grande do Sul. Embora tenha sido talvez o local onde o desfecho final tenha demorado mais, em razão de João Goulart ter regressado ao seu Estado natal, permanecendo até o entardecer de 2 de abril, quando deixou de atender os conselhos de seu cunhado, responsável primeiro pela maioria dos desmandos de Jango.

O povo realmente aceitou a intervenção dos militares na vida política nacional por estar cansado de tantos desmandos, com exceção daqueles que estavam engajados no esquema subversivo ou que nele tenham entrado como verdadeiros inocentes úteis. Desde o início, a grande maioria da população aplaudiu o desfecho final, haja vista que, em todo o período em que os militares estiveram à testa dos destinos da Nação, as eleições sempre deram o apoio indispensável nas urnas, com algumas exceções.

Até o fim dos governos militares, a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional era composta de políticos que davam sustentação ao regime reinante. Lamentavelmente, o General João Figueiredo, o último a ocupar o Poder, embora tenha feito uma campanha satisfatória para garantir o sexto presidente, não soube conduzir as eleições do seu substituto e, suas manobras de aprendiz, provocaram, inclusive, o aconselhamento do General Ernesto Geisel.

O que mais se esperava dos novos governantes?

O grande alento da maioria da sociedade brasileira era que os governantes pusessem um fim aos desencantos que a Nação vinha vivendo, principalmente nos dois últimos anos, com os desmandos em todas as esferas da administração, em decorrência das sucessivas greves e protestos.

Foram oportunas as providências tomadas pelos novos dirigentes procurando colocar em ordem a vida nacional, cujos resultados até hoje se fazem sentir, melhorando a atuação dos novos governos que sucederam os militares no Poder,

quando da volta à normalidade plena da vida democrática brasileira. A Revolução se caracterizou por um executivo forte e não uma "ditadura militar", jargão que os revanchistas de plantão costumam alardear, principalmente para justificar seus erros.

Não fosse a infra-estrutura deixada pelos militares, certamente o Brasil estaria hoje em nível de incrível atraso, pois, durante o período revolucionário, a economia atingiu níveis invejáveis de crescimento, não alcançados nem mesmo por países de primeiro mundo. O incremento do Produto Interno Bruto (PIB), chegou a mais de 13% ao ano. O Brasil que ocupava o 54º lugar no concerto das nações mais ricas do mundo ascendeu ao oitavo lugar. Todo esse progresso brasileiro, ocorreu, principalmente, durante o Governo de Emílio Garrastazu Médici, no chamado "milagre brasileiro". Vários países mandaram observadores econômicos ao Brasil para tomarem conhecimento de como aquilo estava acontecendo, pois não havia precedentes, não só aqui, como de resto em outras nações.

O senhor considera que a atuação dos políticos e a ação do terrorismo foram as causas da escalada revolucionária e da edição dos Atos Institucionais?

A "ideologia do terror" no Brasil. O terrorismo teve o seu marco principal quando a vida nacional procurava se normalizar, já que Castello Branco passou o Governo para o Costa e Silva em 15 de março de 1967, sem qualquer ato revolucionário. A partir daquela data entrava em vigor a nova Constituição contendo todos os ensinamentos adquiridos para uma administração sadia. Justamente a partir de julho de 1967, no Governo Costa e Silva, teve início o terror sanguinário, quando Carlos Marighella foi convidado, oficialmente, para participar, em Cuba, da Conferência que criou a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Até então as ações terroristas se desenvolviam de maneira desordenada e sem eficácia, uma conseqüência dos seus protagonistas pouco ou quase nada saberem das modernas técnicas de guerrilha urbana e rural que vinham sendo empregadas em outros países com resultados bem mais satisfatórios. Diante dos ensinamentos que havia colhido no conclave, Marighella resolve, em meados de agosto do mesmo ano, romper definitivamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que significava total apoio e solidariedade às resoluções adotadas pela entidade cubana.

Suas primeiras declarações, feitas em agosto, revelando o que assimilara na conferência da OLAS, foram de que, no Brasil, existiam forças revolucionárias convencidas de que o dever de todo revolucionário era fazer revoluções. Disse ainda que, tais forças, em preparação no seu País, jamais o condenariam, como fazia o Comitê Central do PCB, somente pelo fato de haver viajado para Cuba e se solidarizado com a OLAS e com a revolução cubana. E concluiu afirmando que a experiência

cubana havia ensinado o acerto da teoria marxista-leninista, que era a única maneira de resolver os problemas do povo, pois a conquista do Poder somente seria possível pela violência das massas, com a destruição do aparelho burocrático e militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo, com a conseqüente substituição pelo povo armado.

Assim, surgia no Brasil a Ação Libertadora Nacional (ALN), uma organização terrorista das mais atuantes e sanguinárias, tendo como um de seus líderes Carlos Marighella. A partir daquele momento, as ações terroristas passaram a atuar dentro de um novo enfoque que infernizava a vida nacional. Surgiu um sem-número de grupos de terror, perto de quarenta deles.

Até aquela data, tínhamos apenas quatro Atos Institucionais (AI), sendo que o primeiro fora baixado pelo Comando Supremo da Revolução e os outros três por Castello Branco. O Governo de Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), cuja abrangência era, sem qualquer dúvida, superior aos quatro iniciais, pois nem mesmo continha prazo de validade. Ele aconteceu em razão do conhecido episódio do Deputado Márcio Moreira Alves e vigorou de 13 de dezembro de 1968 até 31 de dezembro de 1978, quando foi revogado pelo Governo Geisel para que Figueiredo passasse a governar tão-somente com a nova Constituição.

É interessante esta sua assertiva, porque outros indicam a data daquele atentado no aeroporto dos Guararapes, contra o Costa e Silva, como o marco inicial do terrorismo. Ali foi um ato terrorista realmente.

Um ato terrorista com o dedo do Fidel Castro.

É, talvez a sua posição esteja mais correta. A partir do momento que ele voltou de lá, escreveu a cartilha, divulgou-a adequadamente...

Só para complementar. O livro de cabeceira do terrorismo alemão era a cartilha do Marighella. Por aí se pode ver o que sobrou para nós!

No segundo volume da minha coleção há um capítulo que trata da “ideologia do terror” no Brasil.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Os governos militares cumpriram a missão a que a Contra-revolução se propôs, tirando a vida nacional do caos reinante. Cada um deles resolveu os problemas que lhe diziam respeito, de maneira que o Governo seguinte se preocupasse apenas com a nova etapa a ser cumprida.

Castello Branco, primeiro Governo da Revolução, tinha em mente passar o cargo a um civil, tão logo terminasse o período do mandato do Jânio Quadros/João Goulart. Todavia, uma sucessão de fatos fez com que tal meta fosse mudada, tendo seu

mandato sido prorrogado, contrariando até seu pedido feito ao Congresso Nacional, através de um político da sua confiança.

Toda vez, principalmente no Governo Castello Branco, que se tentava afrouxar as normas repressivas, os detratores da Pátria interpretavam aquele ato como fraqueza revolucionária, resultando em novas e mais duras medidas para conter o impulso revanchista.

Médici enfrentou o auge da subversão, tendo que tomar medidas drásticas para que a ação terrorista fosse contida. No início de seu Governo, até mesmo antes de sua posse, viu-se envolvido com uma série de seqüestros de embaixadores e cônsules, tendo que fazer, até mesmo, algumas concessões para que a vida do seqüestrado fosse poupada. A guerrilha do Araguaia foi outro "peso-pesado" para Médici. Para sua eliminação também teve que fazer certas concessões que até a presente data não vieram a público; passou o Governo para o Geisel praticamente com a subversão saneada. Embora considerado o Presidente mais popular do Brasil, mais do que o próprio Getúlio Vargas, pois alcançou índices de aprovação superiores a 85%, é tido pelos revanchistas de plantão como o Presidente sanguinário da Revolução, contrariando assim a sua salutar administração.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Os métodos empregados para derrotar o terrorismo foram compatíveis com o que a situação exigia; é claro que houve alguns excessos em ambos os lados. Mas devemos considerar que não se tratava de uma guerra convencional, onde os métodos e processos empregados seguem os tratados internacionais. Na Guerra Revolucionária vale tudo e a reação à repressão são conduzidas de acordo com o grau de ação do inimigo.

Alardeiam-se apenas os excessos cometidos por parte das forças legalistas, mas devemos considerar que muita coisa feita fora do recomendado pelas autoridades responsáveis fica por conta de desvios de conduta e de personalidade, cujo grau de intensidade varia de acordo com a tensão vivida pelo indivíduo; o que é verdadeiro para ambos os lados. Assim, os métodos no combate ao terrorismo estiveram em conformidade com a situação vivida.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de oitava economia do mundo etc.) foi realizado a contento?

Os meios de comunicação sempre se desempenharam à altura do papel a desempenhar, divulgando o que estava a seu alcance dentro das normas regidas pela Lei

de Segurança Nacional. A Lei de Imprensa, baixada por Castello Branco em 1967, ainda continua em vigência até a presente data. Considerada como a mais democrática de toda a História do Brasil, não tem um reconhecimento público em razão do "revanchismo" existente no momento.

Todas as tentativas de mudanças, de iniciativa do Congresso Nacional, foram consideradas como tendentes a tornar a legislação mais dura, acabando por ficar em "banho-maria". Devemos considerar que os veículos de jornalismo vivem em função de patrocínios, razão pela qual sempre relevam o lado do patrocinador, notadamente os poderes constituídos que têm verbas vultosas para a propaganda e cujos dirigentes, na maioria políticos, impõem sérias restrições quando têm seus interesses ameaçados.

A investidura de Castello Branco na Presidência da República ensejou uma série de mensagens de países amigos, em número de 68, assim como de organizações não-governamentais, solidarizando-se com a Revolução. Por serem mensagens longas, vamos consignar apenas a enviada pelo Papa Paulo VI, pela sua significação. Ela foi entregue diretamente ao Presidente pelo Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi e dizia o seguinte: "Concedo a bênção especial ao povo e ao novo mandatário brasileiro, com votos de um feliz governo em prol da prosperidade do povo brasileiro."

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

O desengajamento das Forças Armadas após o ciclo revolucionário foi feito em cumprimento às regras traçadas. Cada um dos governos militares deu continuidade administrativa ao País, sem se descurar, todavia, da segurança nacional, que se constituía no fator mais importante para o saneamento da vida nacional.

Se a Revolução durou vinte anos, tempo por demais longo dentro da previsão inicial – de apenas cumprir o resto do mandato de João Goulart – foi devido às circunstâncias dos movimentos subversivos e ao terrorismo desenfreado reinante em várias frentes. A área militar, notadamente a cúpula do Exército, há muito queria o encerramento do período revolucionário; esperava-se apenas o momento oportuno.

Na minha ótica, o último Presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo, deixou algumas seqüelas durante o seu mandato pela maneira como se portava, esquecendo-se de que a idade social de uma autoridade como o Presidente da República é bem diferente de outras pessoas do povo. A idade social deve estar de acordo com o grau de responsabilidade de cada cidadão. O que pode dizer um cidadão comum é diferente do que pode dizer uma autoridade.

Eu servi com o Figueiredo quando ele foi chefe da Casa Militar do Médici. Era um homem inteligente, redigia muito bem e voltado para as ciências exatas.

É, dizem que era três coroas.

É uma referência ao primeiro lugar obtido nos três cursos do Exército: Escola Militar do Realengo – no caso dele – EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Trabalhei com ele quando era assessor na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e, na ocasião, senti que ele conhecia muito bem os problemas nacionais. Achei que seria um bom Presidente. Reconheço que não correspondeu à expectativa.

O mal do Figueiredo foi falar demais. Ele tinha uma imagem de durão e quis mostrar ao povo que não o era. Criou uma assessoria de comunicação social com *status* de ministério e convidou para chefiá-la o Said Farah, que não entendia do assunto.

E ele, que não sabia para si, doutrinou o Figueiredo, que passou a dizer tolices. No meu ponto de vista aquele episódio de Florianópolis[1] foi o que salvou o Presidente. Aquele fato fez com que não acontecesse no Brasil o que ocorrera na Argentina, onde a revolução tirara o Presidente. Em conseqüência, ele trocou toda a cúpula da comunicação social e, a partir daquele momento, passou a falar uma linguagem diferente.

Há que se policiar muito porque senão a comunicação social se transforma em um tiro que sai pela culatra. No meu livrinho preto falo das duas fases: antes e depois do episódio de Florianópolis.

Mas há um problema, o mandato do Figueiredo, o maior de todos. Outro detalhe. Ele mudou radicalmente depois que foi operado, nos Estados Unidos. Foi operado e caiu na realidade. Ele era tido também como grande cavaleiro, mas não era mais guri e, afinal de contas, tiraram um pedaço do...

Foi ponte de safena?

E das grandes.

Aliás, ele voltou cedo para o trabalho. Andava aos cacos lá no Palácio. E vivia arengando com o Aureliano Chaves que, por sinal, tem uma história de apadrinhamento interessante.

Vivíamos os primórdios da crise do petróleo e o Geisel, ainda candidato, foi às Minas Gerais. O Aureliano era presidente da Arena[2] estadual e na sua palestra apresentou um plano sobre a utilização do álcool como combustível. O Geisel ficou tão impressionado com a explanação dele que o fez, primeiramente, Governador de Minas e, depois, o trouxe como Vice-Presidente da República. Acabou sendo o maior inimigo do Figueiredo.

---

[1] Ruidosa manifestação estudantil de hostilidade ao Presidente.

[2] Aliança Renovadora Nacional (depois PPB – Partido Progressista Brasileiro, e hoje PP – Partido Progressista), partido que sustentava, politicamente, o Governo.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais convincente?

Julgo que foi devolvido aos políticos na hora certa, já que tudo estava nos seus devidos lugares, pronto para ser exercido na sua plenitude. Não havia qualquer perigo de um retorno à escalada da subversão, uma vez que as Forças Armadas haviam cumprido com o seu dever saneando todos os setores da vida nacional, o que lhes permitia efetivar uma necessária ruptura com o domínio do Poder. Suas atribuições constitucionais estiveram desviadas por um longo período, embora a manutenção da ordem interna seja, igualmente, uma delas.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Acho que o "revanchismo" desenfreado que estamos sofrendo, passou dos limites. A anistia, uma benesse das Forças Armadas – abrangendo os dois lados – que perdoou todos os crimes praticados durante o longo período de subversão, no momento só vale para os que estão no Poder. Para eles tudo é válido, até mesmo o que não foi previsto no perdão concedido. Os que cumpriram a lei, reprimindo a desordem generalizada, ou mais precisamente, a subversão e o terrorismo, estão sendo policiados para não assumirem qualquer cargo ou função pública.

Por outro lado, seguidamente, inventam novas leis para beneficiar seus aliados de outrora com indenizações escandalosas, muito embora já tenham sido agraciados com aquilo que a anistia lhes concedeu. Vamos ver até que ponto os injustiçados vão sofrer em silêncio, pois a tolerância já ultrapassou todos os limites.

Vamos tratar, agora, da participação da Força Aérea, aqui no Rio Grande do Sul, na Legalidade e na Revolução. Em 1961 foi o problema do emprego da aviação e da Revolta dos Sargentos contra as ordens do comando. Também o fato de um esquadrão de Cavalaria do Exército ter se aproximado da Base para cercá-la.

Comandado pelo Capitão de Cavalaria Canavó (Ary Canavó), que viera lá do interior a fim de participar na parada de 7 de Setembro. O Comandante da Base tinha pedido reforço e como o referido esquadrão não tinha onde dormir, mandaram-no para lá. Mas o Canavó não queria nada.

O senhor poderia dizer, sucintamente, o que aconteceu na Base durante a Legalidade?

Darei meu testemunho porque fui um dos personagens quando o Jânio renunciou. Eu estava em Canoas, no bairro Niterói, construindo a minha casa. Mais ou menos às 2h da tarde, o meu fornecedor de janelas e portas disse:

– Bah, Capitão! Acabei de ouvir a notícia de que o Jânio Quadros renunciou.

Ele renunciara às 9h, mas só deram publicidade à tarde. Seguraram a informação ao máximo. Ouvi no rádio a confirmação.

Era 25 de agosto, Dia do Soldado, e não havia expediente. Como eu era o responsável pelo acionamento do nosso Plano de Defesa, fui até a Base e dei partida ao mesmo, com o cuidado de informar o Comandante, aquele mesmo que fugiu depois. Às 8h da noite estavam todos dentro do quartel. A concretização de um plano de defesa na Aeronáutica demora um pouco, não é quase imediata, como no Exército.

Antigamente, os oficiais de Infantaria da Aeronáutica eram oriundos do Exército, principalmente do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), não tínhamos um quadro regular. Sou da primeira turma de Infantaria formada na Aeronáutica, terminei o curso em 1955 e sou o número seis do quadro. Eu comandava setecentos homens, integrantes do serviço de guarda e segurança interna. O efetivo que eu comandava, como Capitão, era maior do que o restante da Base.

Temos dois órgãos da FAB aqui em Canoas: a Zona Aérea e a Base.

Antigamente era 5ª Zona Aérea; a partir de 1973 é ativado o V Comando Aéreo Regional (V COMAR); a área de responsabilidade permaneceu a mesma: os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, semelhante ao Comando Militar do Sul (CMS). Mudou não só o nome, pois a Zona Aérea era um órgão logístico e passou a ser um comando operacional. Na Legalidade, o Comandante da Zona Aérea era o Brigadeiro João Arelano dos Passos e o Comandante da Base era o Coronel Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto.

É importante dizer que, tanto a Zona Aérea antigamente, como o Comando Aéreo hoje em dia, qualquer deles depende da Base Aérea.

Pergunto isso, porque na eclosão da Revolução houve aquele problema do Brigadeiro Nélson Freire Lavanère-Wanderley com o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. Nesse episódio, o Coronel Roberto Hipólito da Costa matou o Alfeu. Parece que o Hipólito era um homem agressivo. E o Alfeu também estava tenso, nervoso.

Eles não se davam há muitos anos. Politicamente sempre foram adversários. O Hipólito tinha vindo para assumir o Estado-Maior da 5ª Zona Aérea, do Brigadeiro Lavanère, em substituição do Leonardo Teixeira Collares, que estava de saída.

O Brigadeiro Lavanère-Wanderley chegou em que época?

Ele chegou aqui no dia 5 de abril, para assumir o comando da Zona Aérea, pois o comandante anterior fora preso, por ter se integrado ao esquema de resistência do General Ladário.

O Collares estava em cima do muro e quase foi cassado também. Terminou fazendo uma carreira brilhante, foi até Tenente-Brigadeiro. Era a maior mágoa do

Coronel Portinho (José Paiva Portinho), amigo pessoal do Collares, porque ele, apesar de possuir todos os requisitos, não conseguiu ser promovido a general. Uma ocasião ele desabafou para mim lá na Secretaria de Segurança:

– Tu vês, Barcelos, o que aconteceu: ele ia ser cassado, já estava respondendo inquérito – o Portinho era do Serviço Nacional de Informações (SNI) – e agora foi promovido a Tenente-Brigadeiro e eu... Mas não tenho nada contra ele.

O Portinho estava magoado.

Às vezes é problema de turma com muita gente boa, essa coisa toda. Outras vezes é política mesmo.

Voltemos à Legalidade, quando houve um problema muito controvertido. A ordem que teria vindo do Rio de Janeiro para bombardear o Palácio Piratini[3]*. Andei confrontando documentos e ouvi muita gente. Parece que a ordem não foi específica para o Piratini, e sim para empregar a aviação a fim de dissuadir.*

Eu vi o rádio. No dia seguinte, fui ao QG do III Exército e me mostraram. Estava assinado pelo General Alcides Etchegoyen, do Gabinete do Ministro Odylio Denys. Ele era pai do então Major Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), oficial do Estado-Maior do Comando do III Exército, depois, também, general.

Esse rádio, dizia o seguinte: "de ordem do Ministro, retirar os aviões da área e baseá-los, até segunda ordem, em Cumbica[4], devendo, ao levantarem vôo rumo a São Paulo, fazer um vôo de demonstração de força sobre a cidade de Porto Alegre".

Lembro que o Comandante do III Exército já se desligara da cúpula do Exército, ficara independente e criara as Forças Armadas do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os aviões da Base, na época, eram alguns North-American T6, muito velhos, que decolavam, mas necessitavam aterrissar logo em seguida e 12 caças *Gloster Meteor*, um avião inglês que tínhamos comprado zero quilômetro.

Mas e ele pode servir como bombardeio também?

Ele é um caça-bombardeio. Antigamente tínhamos o caça e o bombardeio; depois veio o caça-bombardeio, que cumpre as duas missões. E foi este tipo que compramos; interessa saber?

Interessa.

A Inglaterra propôs ao Brasil trocar avião por madeira, não queriam dinheiro. O Getúlio, baseado em informações, chegou à conclusão de que era muita madeira e

---

[3] Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
[4] Base Aérea de Cumbica, junto à cidade de São Paulo.

contrapropôs uma troca por algodão. E recebemos os sessenta aviões zero quilômetro. Acontece que o sistema de suprimento era regido pelo americano e ninguém mais poderia nos vender peças. Recebemos o avião, mas não podíamos mantê-lo, pois só recebíamos aquele suprimento comum; nos foi vedada a troca de motor, obrigatória na revisão de mil horas de vôo. Então os aviões, ainda novinhos – com apenas mil horas de vôo – tiveram que ser aposentados. Tempos depois compramos do americano um lote com mais de dez mil horas de vôo, mas podíamos comprar todo e qualquer suprimento.

Comentou-se muito sobre a quebra da disciplina por parte dos graduados. Eles não aceitavam ordem, teriam colocado açúcar nos tanques de combustível. Mas os aviões saíram daqui e foram para Cumbica. Parece que não foi tão grave assim.

Isso aconteceu à tardinha. A minha mulher estava grávida e como já fazia quatro dias que eu não ia em casa, à meia tarde fui na Vila. Quando retornei à Base, vi aquele bolo formado e não sabia do que se tratava, só então tomei pé da situação. Na realidade, os sargentos não colocaram açúcar, nem coisa nenhuma. Tratava-se da ordem de armar os aviões do Major Cassiano Pereira, que comandava o 1º Esquadrão do 14º Grupo de Caça, e os sargentos, simplesmente, se negavam a cumpri-la. Os cabos auxiliares de mecânicos a cumpriram, mais tarde. Os sargentos, então, furaram os pneus dos aviões. É lógico que eles haviam escutado o Brizola declarar que a Zona Aérea tinha recebido ordem de bombardear o Palácio; inclusive depois me diziam:

– Mas como é que o major manda armar os aviões com bombas e bombardear!

A maioria deles tinha a família em Porto Alegre; como aceitariam uma ordem dessas? Isso não foi indisciplina. Eu me dava com toda a turma, pois a minha origem é sargento. Eu tinha ali muitos companheiros do meu tempo.

Eu mesmo os prendi e os coloquei no alojamento, inicialmente 260 sargentos. No dia seguinte, de manhã, o Major Etchegoyen chegou lá e determinou que todos os aviões decolassem. Foram todos embora sem armamento, sem bomba, sem coisa alguma. Nesse meio tempo aconteceu um fato interessante. Aqueles sargentos que não tinham se envolvido no problema, chegavam em casa e as mulheres, instigadas pelas esposas dos que estavam "presos", os chamavam de covardes e não sei o que mais. A zoeira era tanta que o sargento voltava e se apresentava solidário com seus colegas "presos". Já viram umas coisas dessas, ficar na cadeia voluntariamente! Agora, isso é prisão? Chegou uma época que eu tinha mais de trezentos dentro dos alojamentos, gente dormindo até no chão.

Isso tudo na Legalidade?

Na Legalidade. Mas tudo porque o Major não soube...

Um Major complicador.

Depois desse episódio ele ficou muito marcado na Força Aérea.

Bom, dois anos depois há a Revolução. A Legalidade ocorreu em função da posse do Jango e a Revolução aconteceu para depô-lo. Evidentemente, quem estava manobrando e conspirando era o pessoal que teve que engoli-lo durante esse tempo. E outros que foram doutrinados e começaram a entender o problema de maneira diferente. A Força Aérea aceitou normalmente a Revolução ou houve alguma fissura?

Darei o meu ponto de vista sobre o episódio da Legalidade. Os três ministros militares pecaram. Golpe não se dá avisando. E eles não disseram o que queriam, deixaram para publicar o manifesto depois que o Congresso aprovou a anistia e a volta do Jango no regime parlamentarista. Eles deviam ter publicado na hora da renúncia e fechado tudo. Eles demoraram muito. Levaram quase dez dias para se manifestar. Esse foi o erro. Golpe não se anuncia, se dá!

Ficaram sem saber o que fazer, naquele "chove não molha", o que proporcionou tempo para todos se articularem. Eles podiam simplesmente ter dito:

– Esse homem não assume e "pt saudações".

Na verdade, o Jânio Quadros pegou todos desprevenidos. Logo depois de uma solenidade ele enlouquece e diz que vai embora. Pensou que estava com tudo e seria chamado com mais poderes. Mas o tiro saiu pela culatra.

Mas em 1964 não houve...

Vou lhe dizer como aconteceu: nem houve tempo. A Revolução de 1964 foi antecipada e quase coloca tudo a perder. Nós tomamos conhecimento da eclosão pelo rádio. Não houve tempo para nada. No Sul, a única novidade foi o Brizola que já estava esperando o novo Comandante do III Exército, que por sinal era um General-de-Divisão, Ladário. A primeira coisa que ele fez, quando chegou, foi desafiar o General Galhardo (Benjamin Rodrigues Galhardo) que estava deixando o comando.

O Ladário passou a ser o comandante interino do III Exército. O Galhardo fora nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, substituindo o Castello Branco, exonerado. E o Ladário era o General-de-Divisão mais antigo.

Chegou aqui e já desafiou todo mundo. Tenho muito detalhe do trabalho de resistência do Ladário, aqui no Sul, porque consegui uma cópia do seu diário.

O Ladário foi Coronel Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na minha época de cadete. Era um homem grande, tido como de uma seriedade total, apenas o consideravam meio...

Limitado. Era de Cavalaria?

Oriundo de Cavalaria, mas um expoente na arma. Muito respeitado. Atitudes muito fortes, sempre foi assim. Ele não era janguista, nem brizolista, era extremamente legalista. E o trouxeram para organizar a resistência à Revolução. Mas quando ele chegou aqui não havia mais condições.

Muitos generais ou não compareceram à primeira reunião que ele convocou ou não acataram as diretrizes dele. No fim ele ficou só com São Leopoldo.

Voltemos à FAB; como foram os primeiros momentos da Revolução em Canoas.

Estávamos de prontidão. Às 2h da madrugada um sargento me chamou e disse:

– Capitão, ouça o Adhemar de Barros falando.

O Governador paulista gravou uma proclamação e a veiculava de cinco em cinco minutos, dizendo que tinha estourado a Revolução e não sei o quê mais. Felizmente, o Castello que não o engolia, não o deixou crescer. Se Deus quiser, aparecerá um outro marechal como ele nas Forças Armadas. Até hoje eu o admiro muito. Para mim foi o maior intelectual que passou pelas Forças Armadas.

Não diria tanto. Mas era um homem de boa formação, inteligente.

E radicalmente a favor da democracia, tanto é que ele fez de tudo...

É interessante; uma de nossas perguntas busca saber os setores de maior resistência para a implantação da Revolução. Algumas respostas indicaram que ocorreu entre os militares. Mas não fomos nós que a fizemos? Ocorre que o nosso espírito legalista nos segurou muito tempo; a mesma coisa acontece hoje. Por formação somos legalistas e constitucionalistas, muito mais do que o Brizola. Mas quando há comemorações, o Brizola é tido como o grande legalista desse País.

O senhor já viu o que falo dele no livro?

Vi. E digo mais. No episódio da Legalidade, especificamente aqui no Rio Grande do Sul, o General Machado Lopes (José Machado Lopes) foi quem evitou a carnificina e a guerra civil; não foi o Brizola. E o Machado Lopes se sacrificou por causa disso.

A verdade é que o Machado Lopes deixou o Brizola largar na frente. Ele, como um veterano de guerra, quando o Brizola disse a primeira palavra, deveria tê-lo chamado ao QG e dito: "Cala a tua boca, senão mando te prender."

É o ponto de vista de uma grande parte do Exército.

Mas não agiu assim. Ficou aquele "chove-não-molha", até que chegou a um ponto que a decisão ficou entre colocar os tanques na rua para matar o povo ou assumir a posse de João Goulart.

A adesão foi a solução mais acertada, só que ele arcou com a responsabilidade. Tanto que, no livro dele, ele chama o Brizola de Fidel Castro do Rio Grande do Sul.

Ele costumava dizer o seguinte: "Nós estamos com a mesma bandeira, mas o nosso mastro é diferente."

O discurso que ele fez quando chegou aqui, está no meu livro também. E depois se viu enrolado naquela situação. Acabou sendo Chefe do Estado-Maior do Exército durante o Governo do Jango, função na qual permaneceu até o episódio da revolta dos

sargentos em Brasília. A partir de então, o Castello assumiu no lugar dele e começou a trabalhar pela Revolução. E o Machado Lopes foi para a Reserva em seguida.

Foi tudo uma conseqüência daquela revolta dos sargentos, em setembro de 1963.

Quando houve até mortes. Naquele episódio só tomaram parte sargentos da FAB. Não havia nenhum elemento do Exército.

Mas dizem que em uma ou outra Unidade do Exército havia revoltoso também.

Até pode ser. O certo é que o comando era de um sargento da FAB. Por sinal o nome de guerra dele era Prestes (Antônio Prestes de Pádua), uma tremenda coincidência.

Eles atiraram nos prédios do Ministério da Marinha e do Exército.

E prenderam o Paschoal Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara.

Prenderam também alguns oficiais e outras autoridades. Foi uma baderna terrível.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário é um tema interessante, porque uns acham que foi tarde; outros que foi cedo e aqueles mais radicais diziam que nunca deveria ter acontecido. É claro que não é bem assim.

Esse tipo de opinião está caracterizado naquele episódio do Ministro do Exército do Geisel, General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota). Ele queria virar a mesa, radicalizar tudo de novo.

O outro general era o chefe da Casa Militar, General Hugo Abreu (Hugo de Andrade Abreu). A verdade é que alguns generais estavam meio cansados, o que transmitia uma impressão de...

Há várias opiniões a respeito deste assunto transcritas "Nos Porões da Ditadura", coleção de três volumes organizada por pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que ouviram vários oficiais-generais, entre eles o Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), o Moraes Rego (Gustavo Moraes Rego Reis) e, me parece, o Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy) também.

Fiz contato com o então Coronel Octávio Costa quando eu trabalhava com o Coronel Athos (Athos Cezar Baptista Teixeira) Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Eram muito amigos. Octávio Costa foi o Relações Públicas do Médici. Uma inteligência privilegiada.

E *escrevia muito bem. Aquele primeiro discurso do Médici foi ele que fez, um discurso muito bonito.*

Aliás, todos aqueles livros do Médici foram escritos por ele. Tempos depois ele esteve por aqui e deu uma entrevista na Guaíba divulgando o livro que ele e vários outros estavam lançando.

Esse livro eu não conheço. Naquele das pesquisadoras há um depoimento dele, é até curto, não é muito grande. Eu o conheço pessoalmente e sei que ficou magoado com

o Exército porque também não foi promovido a General-de-Exército. Foi para a Reserva como eu; General-de-Divisão. Era uma época de promoção política. Ele e o Coelho Netto (José Luiz Coelho Netto) são da turma de 1942 – turma do Leonidas (Leonidas Pires Gonçalves) – e *os dois tinham sido auxiliares do Médici. Então foram cortados, porque o Leonidas já era do grupo do Castello.*

O sonho do Leonidas era ser Presidente da República!

Penso que não, porque se ele quisesse, seria! Nem que fosse através de um golpe, mas seria. Ele é daqui do Sul, casado em Cruz Alta.

Foi muito bem no comando e, na minha opinião, um grande Ministro. Permitiu a efetivação da "abertura", mas não deixou ninguém pisar nas Forças Armadas e nem avançar um ponto sequer no "revanchismo". Não sei se daria bom presidente!

Ele manteve a solenidade de comemoração da Revolução. Agora comemoram dentro dos quartéis.

É verdade, esvaziou muito.

Os meios de comunicação nem divulgam. Tenho aqui uma das entrevistas que dei para uma emissora de rádio.

Seria interessante dispormos de uma cópia.

É uma hora de gravação. Chamo a atenção porque foi feita pelo jornalista Joabel Pereira, no programa "Fórum Rádio Guaíba" produzido por Flávio Alcaraz Gomes da Rádio Guaíba de Porto Alegre, emissora integrante da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Trechos da entrevista do Major Barcelos para a Rádio Guaíba, realizada em 1993

A partir de agora vamos ouvir o Major Barcelos. "Os Fatos sem Retoque": este título tem um pouco de provocação, sinalizando que já tivemos outras versões sobre o que aconteceu nos governos Jânio, João Goulart, Castello Branco e Costa e Silva, períodos que estão nestes dois primeiros volumes.

Exatamente. Quero dizer o seguinte: já tivemos varias versões; é só manusearmos três ou quatro livros de historiadores – não de pesquisadores – cada um com seu pendor ideológico, e veremos que cada qual tem uma linguagem completamente diferente dos demais.

Cada um tem a sua vocação e tende para um lado. Eu não gosto de política, mas entrego os fatos como eles realmente aconteceram, sucintamente, numa ordem cronológica. E vou dando a minha opinião do que penso a respeito; o leitor poderá ou não concordar com a minha opinião. O primeiro volume engloba o Jânio e o Jango, o segundo trata do Castello e Costa e Silva; esses estão prontos e na praça. O terceiro será sobre o Médici e o Geisel e o quatro irá do Figueiredo até a eleição e morte de Tancredo Neves.

Major Barcelos, em "Os Fatos sem Retoque" o senhor falou nas cassações, quer dizer, na época havia o fantasma do comunismo?

Sim.

E hoje, 1993, os fatos de 1964 não merecem um retoque?

Os fatos não, não merecem. Joabel, a verdade é que ninguém acreditava que houvesse comunismo no Brasil. E o meu ponto de vista a respeito do comunismo de hoje é que se desmoronaram as instituições, mas o comunismo está mais forte do que nunca nas pessoas, haja vista o que está acontecendo na Polônia, onde os comunistas obtiveram uma estrondosa votação e estão voltando. Quanto ao regime atual da Rússia, não sei se dará certo. Eu só peço para as pessoas, ao lerem os livros, que atentem para todos os movimentos comunistas que grassaram pelo mundo.

Major Barcelos, estou seguindo uma certa cronologia, até para facilitar as coisas, pois o senhor está ajudando uma juventude atual que só tem uma versão daquela época e agora estamos apresentando uma outra.

Joabel, aproveitando o teu "gancho", confesso que me senti um ignorante quando comecei a pesquisar, e olha que sempre me interessei pelo assunto. Pensei que soubesse alguma coisa, e não sabia 30% do que tinha acontecido. E hoje constato que não só eu, mas elementos que exerceram postos-chave na administração durante a Revolução e estão lendo o livro – que peço permissão para não declinar o nome – sentem que também não sabiam nem metade do que havia acontecido naquela época.

Estamos abordando a coleção "Os Fatos sem Retoque" de autoria do Major João Barcelos de Souza: jornalista, publicitário, relações públicas e Major da Reserva da Aeronáutica.

O Jango assumiu, e aí começa um outro período de turbulência. A campanha do plebiscito, a volta do presidencialismo, e estamos nos aproximando do período do 31 de março. E nesse período, Major Barcelos, há um fato sobre o qual eu gostaria de ouvir a sua versão. Até porque o senhor pesquisou baseado nos arquivos do SNI, de onde conseguiu, inclusive, a relação dos mortos pelos grupos terroristas.

Aproveito para acrescentar que a maioria dos mortos era inocente.

Mas houve um momento em que nós começamos a identificar o tal movimento dos sargentos. Alguém disse até que era a sucessão do movimento dos tenentes lá da década de 1930. Eram reuniões sucessivas no Rio, em São Paulo, não propriamente na cidade, mas nas proximidades da Capital; até aqui em Porto Alegre também aconteceram. E terminamos com o levante dos sargentos em Brasília. Qual é a explicação que o senhor tem, e qual era o motivo destas reuniões?

A situação foi ficando cada vez mais tensa. A primeira reunião, a primeira manifestação dos sargentos aconteceu no Rio de Janeiro, conseqüência de uma abertura permitida pelo General Osvino (Osvino Ferreira Alves), quando Comandante do I Exército. Os manifestantes "botaram para quebrar", sendo que os organizadores empregaram termos de arrepiar, na ocasião.

Posteriormente aconteceram mais duas manifestações, em conseqüência dessa primeira do Rio; uma em Campinas e outra em Porto Alegre. Essas manifestações culminaram com a sublevação dos sargentos em Brasília. O motivo ou o pretexto, e por trás deste pretexto havia muita coisa, era que a Constituição da época proibia a praça – até suboficial e sargento – de ser elegível; só podia votar. Nesse movimento o Sargento Aimoré (Aimoré Zoch Cavalheiro) foi o pivô da história.

Ele foi lançado candidato a deputado estadual no Rio Grande do Sul; a Justiça lhe concedeu uma Liminar e ele acabou eleito. Acontece que a mesma Justiça, agora na instância máxima, lhe negou a posse, porque considerou que aquele ato estava contrariando a Constituição.

Justamente depois desse episódio o Castello Branco assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército. Durante a sublevação em Brasília, os sargentos prenderam o Presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, vários oficiais da FAB e do Exército, interditaram o aeroporto e a companhia telefônica. Por incrível que pareça, nessa manifestação de Brasília não havia um sargento do Exército.

Foi comandada pelo Sargento Prestes da Aeronáutica e integrada só por marinheiro e pessoal da Aeronáutica. A partir daquele levante começou a aumentar a preocupação porque ocorreram várias mortes. Resumidamente, eis a razão principal, o pretexto inicial, que levou os sargentos a esse movimento. Aconteceram outros movimentos mais importantes depois, sendo o pior deles o dos marinheiros.

Major Barcelos. Voltaremos ao assunto. Anotarei aqui para não esquecer do levante dos marinheiros, porque passei por cima de um ponto que é importante e...

O dos marinheiros tinha outro pretexto.

Em que época ocorreu o dos marinheiros?

Foi exatamente no dia 26 de março de 1964.

Na época da República socialista.

Exato, "encostadinho". Os marinheiros tinham um líder, o Almirante Cândido Aragão, que chegou a ser carregado nos ombros por eles. Ele era completamente identificado com a esquerda de então. Está tudo documentado, não estou inventando coisa alguma. Eles fundaram a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que, naquela ocasião, tinha o cunho de um sindicato, inclusive escolheram para a

madrinha deles uma comunista atuante, a Adalgisa Nery, muito famosa na época. Tal atitude eliminou qualquer dúvida no que diz respeito à intenção política dessa associação.

A partir dali a tensão só fez aumentar, as autoridades da Marinha ainda tentaram resolver o problema, mas os apaniguados do governo não deixaram. E tudo culminou com a queda do Jango.

Agora, Major Barcelos...

Só um pouquinho, o Jango...

Não derrube o Jango ainda...

Não, só quero fazer um adendo sobre um detalhe interessante que ocorreu nesses dois grandes movimentos. Até hoje ninguém soube responder por que o Jango não se encontrava em Brasília nem no Rio na eclosão dos movimentos dos sargentos em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro. Nos dois movimentos ele estava em São Borja, no Rio Grande do Sul. Consta que o Jango ao entrar no avião aqui no aeroporto, fez uma observação que comprometeu intensamente o Brizola. Chamou um dos assessores e disse:

– Chama o comandante Brizola porque quero falar com ele.

Deixou mal o Brizola, porque dava a impressão de que quem estava comandando todo o levante dos marinheiros era o cunhado.

Major Barcelos, voltemos a um episódio que não posso permitir que transite em julgado, que é o episódio da Legalidade e o papel desempenhado pela Aeronáutica. O senhor servia na Base Aérea de Canoas, naquela época?

Sim, eu era o Chefe da Segurança Interna da Base.

São verdadeiros os relatos sobre a ameaça de bombardeio ao Palácio Piratini, e da conseqüente retirada dos pneus dos aviões para que eles não decolassem. Como foi a Legalidade dentro da Base Aérea de Canoas?

Bom, sucintamente, afirmo que a Legalidade na Base Aérea de Canoas não foi nada daquilo que falam. O que houve e culminou com aquele movimento dos sargentos, que não foi rebeldia nem coisa alguma, foi a falta de tato do Major que comandava o 1º Esquadrão do 14º Grupo de Aviação.

Naquela ocasião, todos escutavam a Rede da Legalidade comandada pela Rádio Guaíba; em conseqüência o pessoal só tomava conhecimento do que dizia a referida Rede, com aquelas intervenções periódicas do Brizola para dar o seu recado – é lógico, ele estava no papel dele, de comandante da Legalidade. Lá pelas tantas, surgiu um boato, a situação já estava tensa, de que chegara um rádio para a 5ª Zona Aérea, determinando que os jatos fossem embora para a Base Aérea de Cumbica, para

minimizar o perigo na Guarnição. A Base Aérea de Canoas sem os jatos, desarmada, acabava; era apenas uma Unidade administrativa e não operacional.

A Base Aérea teria que vir de jipe para Porto Alegre.

Exatamente. Consta que disseram para o Brizola que aquele rádio continha a ordem para bombardear o Palácio Piratini, e ele veiculou essa suposta informação na Rede da Legalidade. Muitos familiares de sargentos residiam ali nas redondezas, e todos passaram a pensar que aquilo era verdade. Aí o Major Cassiano Pereira, o nome dele está no livro – no meu primeiro livro fui muito criticado, porque omiti os nomes, mas agora pequei por excesso; espirrou, está o nome – mandou armar os aviões, porque recebera ordem para levantar vôo e ir embora. A versão corrente era do bombardeio do palácio. Os sargentos não concordaram e houve uma discussão tremenda. O Daudt entrou no circuito, discutiu na frente da tropa, tudo presenciado pelo Brigadeiro Passos, Comandante da 5ª Zona Aérea e pelo Coronel Honório, Comandante da Base.

Quem era o Daudt?

Posteriormente, o Capitão Alfredo Ribeiro Daudt comandou a Operação Pintassilgos, citada no livro.

Casualmente, eu tinha vindo da vila e estava chegando ali naquela hora. Presenciei o final da discussão em que os sargentos se negaram a colocar as bombas nos aviões e o Comandante do Esquadrão disse que não tinha que dar satisfação a ninguém, porque era Comandante. Ora, em uma situação normal tudo bem, mas vivíamos uma situação de emergência. A discussão foi ficando acalorada e, quando esquentou, os dois comandantes, da Zona Aérea e da Base, foram embora.

O Cassiano determinou que os cabos auxiliares de mecânico armassem os aviões, mas não obteve grande êxito porque os sargentos foram lá e furaram os pneus para os aviões não decolarem.

O França Júnior (Oswaldo França Júnior) divulgou uma versão fantasiosa sobre esse episódio. Ele era piloto de jato do Esquadrão de Caça na ocasião, foi cassado como tenente e virou escritor. Dizia-se amigo íntimo do Fidel Castro. Depois, morreu com proventos de Brigadeiro, bem melhor do que nós, porque foi amparado pela Lei da Anistia. França Júnior escreveu que recebera ordem para armar cinqüenta jatos. Ora, jamais poderíamos armar cinqüenta jatos, porque a Base recebera 16 aviões em 1953 e, em 1961 restavam apenas 12 voando. Os aviões decolaram no dia seguinte. O Comandante do III Exército, "dando o ouro para o bandido", mandou o Major Etchegoyen na Base para assegurar a decolagem dos aviões.

Foi uma atrapalhada daquelas. Major Barcelos, seguindo mais ou menos a cronologia dos fatos, consta no seu livro, declarações atribuídas a Sobral Pinto – acredito que

buscadas nos arquivos do SNI – dizendo que havia datas predeterminadas. Isso explica o início da Revolução em 31 de março: estava marcada para 1º de maio a instalação de uma república sindicalista no Brasil.

Realmente, Joabel, nas entrelinhas do livro há muitas declarações e desmentidos de ambos os lados. A verdade é que onde há fumaça há fogo. A declaração mais contundente e impressionante foi o Adhemar de Barros revelar que, no tempo em que ele e Brizola rezavam na mesma cartilha, depois eles quebraram os pratos, o Brizola confidenciara-lhe que no dia 1º de maio de 1964 seria implantada a República sindicalista, no Brasil. A escolha da data foi proposital – o Dia do Trabalho – e o Estado de São Paulo seria brindado com a eclosão. O Adhemar de Barros guardou segredo da conversa enquanto lhe foi conveniente, afinal ele era uma raposa política de primeira linha.

O famoso comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, deixou clara a mudança radical de direção que o Governo pretendia levar o País; para uma esquerda imprevisível. Entre outras coisas, pregaram lá, abertamente, o imediato fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Logo depois, no dia 26, o movimento de rebeldia dos marinheiros tinha por base criar um sindicato. No fundo, nada mais era do que um reforço para a criação da República sindicalista.

Depois, para coroar tudo, aconteceu a reunião no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, quando os sargentos presidentes de clubes ou agremiações tomaram a palavra e as autoridades, Presidente da República e Ministros, ouviram sentadas. Uma tremenda inversão de valores.

Mais ou menos às 11h da noite, escutei no rádio os pronunciamentos dos líderes da reunião. Queria que tu tivesses ouvido o que eles falavam: "porque nós vamos fazer isso e vamos fazer mais aquilo", e as autoridades ali, sentadas e batendo palmas; era o fim da picada! O pretexto era o aniversário do Clube dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos da Marinha.

Isso foi no dia 30 de março, mas dois dias antes o Magalhães Pinto já tinha se reunido, no aeroporto de Juiz de Fora, com os generais Carlos Luís Guedes, Olympio Mourão Filho e vários assessores dele. Dizem que o Marechal Odylio Denys também teria tomado parte nesta reunião.

Agora a História derruba o Jango.

Tudo estava previsto para acontecer no dia 2 de abril. O manifesto do Castello Branco deixava claro...

Até então ele não era um oficial brilhante, não tinha poder de liderança na tropa...

Ledo engano! O Castello Branco foi sempre considerado um intelectual nas Forcas Armadas. Ele se projetou internacionalmente porque, como Tenente-Coronel, foi o Oficial de Operações da FEB. Assim que retornou ao Brasil, foi promovido a Coronel.

Considerado uma reserva moral do Exército, sempre foi um homem estudioso dos assuntos brasileiros, daqueles oficiais que não aparecem, e aí está o valor da pessoa.

Ele arregaçou as mangas e, depois do dia 13, lançou um manifesto que foi distribuído para os chefes militares. Até o Menegheti também recebeu uma cópia e ficou muito faceiro. Dizem que ele teria dito para o major que lhe foi entregar o documento:

– Bom, agora felizmente temos um líder.

O Menegheti, na época, era o Governador do Rio Grande do Sul?

Era. A verdade é que a maioria não estava entendendo muito bem o que o Castello Branco queria dizer no manifesto. Ele, como Chefe do Estado-Maior do Exército dava a entender que a situação não poderia mais continuar daquele jeito. O Jair Dantas Ribeiro era o Ministro; muita gente não sabe como ele seguiu naquela linha do Jango e Brizola, porque dizem balizava seu pensamento de outro modo. Só podemos supor que ele gostaria de ser o Presidente da República, porque a única coisa que transtorna a cabeça das pessoas é a sede pelo Poder.

O Castello Branco não deixou ninguém de fora, a quem pudesse interessar ele entregou uma cópia, inclusive, para o Presidente da República, que não deu satisfações, talvez nem o tenha lido, mas recebeu uma cópia do documento. Enquanto isso, nos bastidores estava tudo sendo organizado e a Revolução deveria explodir no dia 2 de abril, porque dia primeiro é uma data...

Primeiro de abril?

Então seria dia 2, mas o Magalhães Pinto, como político, resolveu largar na frente. Ele se reunira, como falei anteriormente, no aeroporto de Juiz de Fora, e traçaram os planos. Castello Branco tomou conhecimento da eclosão do Movimento através de um telefonema do Armando Falcão que lhe disse o seguinte:

– Olha, Minas já está marchando em direção ao Rio!

Dizem que "tocou horror", porque a conspiração não estava ainda totalmente organizada; a Revolução só deu certo porque o Governo estava caindo de maduro. Mas pegou todo mundo de surpresa; a Aeronáutica aqui não sabia de nada, estávamos de prontidão na Base e ficamos sabendo algo através do rádio, pelo pronunciamento do Adhemar de Barros.

Bom, como caiu o Jango? Isso fica para se ler no livro. Major Barcellos, eu havia deixado para esta etapa o episódio da morte do Coronel Alfeu na Base Aérea. Há versões de que ele foi executado, assassinado, por não concordar com as ordens recebidas, pois a Revolução já se instalara. O senhor tem uma versão diferente.

Bom. Eu privei com o Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. Essa morte do Coronel Alfeu tem um "sabor" de suicídio. Tenho que fazer um retrospecto para situar

o caso. O Coronel Alfeu assumiu, por indicação do Brizola, a Superintendência que deu origem à Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul). Dizem os colegas que o Alfeu era uma rocha de honestidade, apesar de não usar tão bem a cabeça, o que me reservo o direito de não comentar.

Por respeito.

Exato. Acontece que o Brizola começou a requisitar verba da Sudesul, para empregar, entre outras coisas, em assentamentos de colonos. O Alfeu disse que não daria o dinheiro, porque eram recursos que só poderiam ser utilizados na área federal; o guri era danado mesmo. A pressão foi tão grande que o Alfeu deu uma entrevista, onde queimou o Brizola. Disse o que estava acontecendo, que o Brizola estava querendo desviar verba e outras coisas mais. Caiu imediatamente; não podia ser de outro jeito. Mas caiu com a promessa de que receberia uma outra comissão, porque o Jango era grato pelo que ele fizera na Legalidade.

Naquela ocasião todos foram embora e ele, como Tenente-Coronel mais antigo, terminou assumindo o comando da 5ª Zona Aérea. Assumiu de direito mas não de fato, pois ficou falando sozinho porque não tinha jato nem coisa alguma, era uma Unidade administrativa. Exonerado, ficou esperando todo esse tempo e não veio nova nomeação. É lógico que não viria, pois o Brizola mandava no cunhado que, segundo as más línguas, só fazia o que o outro determinava.

Alfeu passou a ser desprezado no meio militar, tanto pela turma que apoiava o Jango, por ter denunciado o Brizola à opinião pública, tanto por haver tomado posição contrária ao pensamento da grande maioria da oficialidade, durante a chamada Legalidade. Era uma figura completamente desconhecida, relegada a nada. E assim ficou durante aqueles 5 dias que transcorreram entre o início da Revolução e a chegada do Brigadeiro Wanderley para assumir o comando da Zona Aérea. É lógico que entendemos a situação crítica dele: não tinha lado para onde ir, sem dormir, pensando no que fazer...

Era rejeitado por todos.

O Comandante anterior da Zona Aérea, Otelo da Rocha Ferraz, fora destituído porque era afinado com o Brizola, e já estaria até preso. O Brigadeiro Wanderley chegou para assumir o comando, como de fato assumiu à tarde e marcou uma reunião de oficiais para a noitinha. Trouxe com ele o novo Chefe do Estado-Maior, Coronel Hipólito, que não se dava com o Alfeu. Na hora marcada, o Brigadeiro começou a chamar os oficiais para os cumprimentos, por ordem de antiguidade. O primeiro a ser chamado foi o Coronel Collares, que estava deixando a chefia do Estado-Maior. Ele cumprimentou o Comandante e se postou junto à parede, aguardando...

Em seguida entrou o José Paulo Pereira Pinto, Comandante da Base; fez a mesma coisa e ficou também encostado na parede. Em terceiro lugar veio o Alfeu, e

já entrou completamente transtornado, dizendo que estava ali não para cumprimentar o Comandante, mas para discordar do desfecho do Movimento militar e disse mais uma série de barbaridades. O Brigadeiro, que vestia inclusive camisa de manga curta, disse:

– Olha, retira estas tuas palavras, senão podes te considerar preso. Tu não podes dizer isso, ou te retratas...

O Alfeu foi categórico:

– Não me retrato, e vou é te matar.

Retirou do coldre uma pistola belga Walter, calibre 7.65. Num ambiente de grande tensão, com Alfeu dizendo que a ordem de prisão fosse retirada e Wanderley declarando que só o faria mediante sua retratação, de repente, o coronel começou a atirar no brigadeiro e a distribuir tiro para tudo quanto era lado. Duas balas atingiram de raspão o brigadeiro. O Pereira Pinto e o Collares se atiraram no chão, porque o coronel enlouquecera. No corredor, junto da porta do gabinete, os oficiais que aguardavam sua vez para entrar, gritaram que o Coronel Alfeu estava matando o Brigadeiro.

O Coronel Hipólito, que seria o próximo entrou e, da porta, gritou com Alfeu, que passa, então a atirar nele. O Coronel Hipólito também atirou, atingindo-o com um tiro de sua pistola .45 e ele caiu. De imediato, levaram o Brigadeiro e o Alfeu para o Hospital da Aeronáutica, que ficava ali perto, dentro da Zona Aérea mesmo. No trajeto, o Alfeu teria dito:

– Sei que vou morrer, mas matei aquele... – soltou um palavrão.

Esta é a versão, um gesto tresloucado do Alfeu. O Hipólito respondeu o competente inquérito. Foi absolvido sob a alegação de legítima defesa da integridade física de autoridade militar constituída.

Como morreu mesmo o ex-Presidente Costa e Silva?

Vamos começar então pela doença do Costa e Silva. No dia 28 de agosto de 1969 ele estava trabalhando em cima de uma nova Constituição, porque queria acabar com o recesso do Congresso e revogar o AI-5. Encarregou desse trabalho o Pedro Aleixo, o Vice-Presidente, homem de sua total confiança.

Só dele! Porque se viu depois que...

O Pedro Aleixo sofria certas restrições nas Forças Armadas, porque teria sido contra a edição do AI-5.

O Costa e Silva estava trabalhando normalmente quando foi acometido de uma trombose cerebral. Imediatamente, na manhã de 29 de agosto de 1969, foi conduzido para o Rio de Janeiro. Os ministros militares não deram publicidade ao fato, nem o Pedro Aleixo ficou sabendo. Somente 24 horas depois, o Chefe da Casa

Militar convocou-o para ir ao Rio, porque os ministros militares gostariam de falar-lhe – ele estava em Brasília e os referidos ministros no Rio de Janeiro. Estou cortando, porque a história é longa.

O*s detalhes estão no livro...*

Exatamente. Lá fizeram uma reunião, e o Pedro Aleixo tomou conhecimento da doença do Costa e Silva. Disseram que ele teria chance de se recuperar e que os ministros militares formariam uma Junta Militar – eles não gostaram do nome, mas é junta mesmo –, para responder pela Presidência da República, durante a doença do Presidente. Elogiaram o Vice-Presidente e o Pedro Aleixo também respondeu em uma linguagem elevada. Em suma, não houve baixaria, mas o Pedro Aleixo foi alijado da linha sucessória.

Mas ficou quietinho.

Todos pensavam que o estado de saúde do Costa e Silva fosse uma coisa passageira, mas foi se agravando e chegou ao ponto que tiveram que tratar da linha sucessória. Houve uma reunião do Comando Supremo das Forças Armadas, cujo chefe era o Ministro do Exército, Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares). As normas editadas estabeleceram que seria um General de quatro estrelas, do Exército. Houve votação separada no Exército, na Marinha e na Aeronáutica; na primeira votação os mais votados foram justamente o General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima) – a Marinha votou em peso nele – e o Médici. Antes da segunda votação, o Albuquerque Lima se sentiu traído e criou um caso internacional; há todo uma correspondência trocada entre ele e o Lyra Tavares; não vou comentar aqui.

Conseguidas nos arquivos do SNI.

Não foi uma sucessão pacífica. Nos meandros das Forças Armadas houve muita arenga, provocada principalmente pelo Albuquerque Lima. Ele tinha sido Ministro do Interior e tinha uma sede danada de Poder.

Abriram o Congresso, para que houvesse a eleição indireta. Médici foi eleito no dia 29 de outubro para um mandato de cinco anos, o Vice-Presidente indicado foi o Almirante Rademaker (Augusto Hamann Rademaker), que era o Ministro da Marinha na ocasião.

Para concluirmos. "Os Fatos sem Retoque", livro de sua autoria, que já está no mercado, tem um capítulo: A "ideologia do terror" no Brasil: seus objetivos e sua vitimas, onde o senhor identifica o nome dos mortos pelos terroristas.

Consegui listar 105 mortos pela subversão. A "ideologia do terror" no Brasil explica aquele terrorismo desenfreado no Brasil, a partir de 1967. O Marighella foi a maior capacidade em terrorismo no mundo, naquela época. No manual da "ideo-

logia do terror" ele diz, tachativamente, o que devia ser feito, inclusive transcreve o nome daqueles que ele matou; tem coisa de arrepiar os cabelos no manual dele. Era o livro de cabeceira dos terroristas alemães do grupo *Bader-Meinhof*.

Nessa relação dos 105 tem muita gente inocente, que "não tinha nada a ver com o peixe". Tu ias com teu filho ou tua patroa ao banco sacar um dinheiro e, sem mais nem menos, eles te matavam. Tu não tinhas nada a ver com a subversão ou repressão. Se queriam matar, que matassem aqueles que os estavam perseguindo. Cito o exemplo do Lamarca que matou, friamente a coronhadas, o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo; revoltou a população paulista, fizeram um funeral para herói. Tu poderias me perguntar ou alguém me questionar porque só relacionei os 105 do nosso lado. É porque o outro lado já divulgou.

Penso que devemos divulgar o nome das vítimas inocentes que foram mortas, então mostro o outro lado também. Outra coisa, há um movimento para conceder pensão para a família dos "mortos e desaparecidos". Antes de dar pensão para aqueles que estavam brigando no movimento subversivo, pela "ideologia do terror", temos aqui 105 famílias de inocentes mortos, que devem ser amparadas.[5]

Muito bem, chegamos ao final desse programa, acreditando que estamos dando uma importante contribuição para a história e o conhecimento, divulgando as informações contidas em "Os Fatos sem Retoque". O senhor está construindo um pedaço da nossa história sem dúvida alguma.

Joabel, agradeço, sensibilizado, a cobertura que a Rádio Guaíba está me dando através da tua pessoa. Assumo total responsabilidade pelas informações do livro, aliás, não poderia ser diferente. Tenho todos os documentos guardados em casa.

[5] Este Tomo inclui a relação dos mortos em decorrência dos atos subversivos.

ANEXOS

Relação dos entrevistados

TOMO 1
Gen Ex Antonio Jorge Corrêa
Gen Ex Moacyr Barcellos Potyguara
Gen Ex Alacyr Frederico Werner
Gen Ex Leonidas Pires Gonçalves
Gen Ex Rubens Mário Brum Negreiros
Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro
Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis
Gen Ex Rubens Bayma Denys
Gen Ex Geise Ferrari
Ministro Armando Ribeiro Falcão
Gen Div Carlos de Meira Mattos
Gen Bda Helio Duarte Pereira de Lemos
Cel Helio Mendes
Cel Aluízio de Campos Costa
Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho

TOMO 2
Gen Ex Ivan de Souza Mendes
Gen Div Octávio Pereira da Costa
Gen Div Geraldo de Araújo Ferreira Braga
Gen Bda Gabriel D´Annunzio Agostini
Gen Bda Ferdinando de Carvalho
Gen Bda Hélio Ibiapina Lima
Gen Bda José Antônio Barbosa de Moraes
Cel Luís de Alencar Araripe
Cel Amerino Raposo Filho
Cel Mário Dias
Cel José Tancredo Ramos Jubé
Ten Cel Moacir Véras

TOMO 3
Gen Ex Heitor Furtado Arnizaut de Mattos
Gen Div César Montagna de Souza
Gen Bda Ruy Leal Campello
Gen Bda Cid de Goffredo Fonseca
Prof Olavo Luiz P. de Carvalho
Cel José Maria Covas Pereira
Cel Italo Mandarino
Cel Affonso de Alencastro Graça
Cel Everton da Paixão Curado Fleury
Cel Henrique Carlos Guedes
Cel Waldir Abbês
Cel Reynaldo De Biasi Silva Rocha
Cel José Carlos Lisbôa da Cunha
Ten Cel Pedro Cândido Ferreira Filho

TOMO 4
Gen Ex Domingos Miguel Antônio Gazzineo
Gen Div Francisco Batista Torres de Melo
Gen Bda Luciano Salgado Campos
Gen Bda Manoel Theóphilo G. de Oliveira Neto
Cel José Antônio Bayma Kerth
Cel Luciano Moreira de Souza

Cel Genivaldo Catão Torquato
Cel Paulo César Romero Castelo Branco
Cel PM Raimundo Cabral Ribeiro
Ten Cel Idalécio Nogueira Diógenes
Ten Cel Elias Lima Barros
Ten Cel Murilo Walderk Menezes de Serpa
Ten Cel José Carneiro da Cunha
Ten Cel Silvio de Magalhães Sampaio
Maj José Ramos Torres de Melo Filho
Desemb Edgar Carlos de Amorim
Empresário Francisco Martins de Lima
Jorn Themístocles de Castro e Silva
Jorn José Blanchard Girão Ribeiro
Jorn Manoel Eduardo Pinheiro Campos
Prof Luiz Coelho de Carvalho
Prof Cid Sabóia de Carvalho
Prof Luiz Queiroz Campos

TOMO 5
Gen Ex Samuel Augusto Alves Correa
Senador Jarbas G. Passarinho
Gen Div Orlando Morgado
Gen Div Agnaldo Del Nero Augusto
Gen Bda Ernani Jorge Corrêa
Gen Bda Dickens Ferraz
Dep Fed Antônio Delfim Neto
Dep Fed José Genoino Neto
Cel Sérgio Mário Pasquali
Cel Carlos Alberto Brilhante Ustra
Cel Renato Brilhante Ustra
Cel José Roberto Eichler
Cel Hahenderson Vieira
Cel Carlos Fernando Freitas Almeida
Ten Cel Ivan Pontes Laydner

TOMO 6
Gen Ex Jaime José Juraszek
Cel Dynalmo Domingos de Souza
Cel Luiz Arthur de Carvalho
Cel João José Cavalcanti de Albuquerque
Cel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro
Cel Stanley Fortes Baptista
Cel Edgar Maranhão Ferreira
Cel Clidenor de Moura Lima
Cel Francisco Valdir Gomes
Cel Clycio D'Azevedo
Cel Expedito Bandeira de Araújo
Cel Júlio Roberto Cerdá Mendes
Cel José Justo Pinheiro
Cel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira
Cel Osman Godoy
Cel Antônio Oswaldo de Mello C. Lacerda
Cel Manoel da Penha Alves
Cel Luiz Marques Tavares
Cel PM José Fernando Pontes Soares Filho
Ten Cel José Lyra de Almeida
Ten Cel Antônio Bião Martins Luna
Ten Cel Nivaldo Mello de Oliveira Dias
Ten Cel Hiran Gomes Cavalcanti
Cap Cleantho Homem de Siqueira
1º Ten Leão Alves Machado
1º Ten Luciano Gonçalves V. D'Albuquerque
Empresário Edson Mororó Moura
Eng Eudes de Souza Leão Pinto

TOMO 7
Gen Ex Antonio Ferreira Marques
Gen Ex Oswaldo Muniz Oliva
Gen Bda Euclydes Bueno Filho
Gen Bda Rubens Resstel
Gen Bda Oacyr Pizzotti Minervino
Cel Antonio Erasmo Dias
Cel Godofredo de Araújo Neves
Cel Luiz Carlos de Avellar Coutinho

Cel Luiz Gonzaga de Toledo Camargo
Cel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto
Cel José Gustavo Petito
Ten Cel Renato Guimarães
Ten Cel Roberto de Andrade Ninô
Ten Cel Licio Augusto Ribeiro Maciel
Empresário Adolpho Lindenberg
Adv Amadeu Armentano Neto
Adv Antônio Carlos Adler
Adv Antônio José Ribas Paiva
Empresário Carlos Eduardo G. Lousada
Sra. Iedda Borges Falzoni
Sra. Maria Lucia Whitaker Vidigal
Adv José Carlos Graça Wagner
Empresário Paulo Ayres de A. Freitas Filho

TOMO 8

Gen Ex Harry Alberto Schnarndorf
Gen Div Adolpho João de Paula Couto
Gen Div Floriano Aguilar Chagas
Gen Div Raymundo M. Negrão Torres
Gen Div João Carlos Rotta
Gen Div Lélio G. Rodrigues da Silva
Gen Bda Léo Guedes Etchegoyen
Gen Bda José Apolônio da Fontoura R. Neto
Gen Bda Egêo Corrêa de Oliveira Freitas
Gen Bda Daniel Lomando Andrade
Gen Bda Carlos Augusto F. dos Santos
Gen Bda Álvaro Nereu Klaus Calazans
Gen Bda Flávio Oscar Maurer
Cel Renato Moreira
Cel Amarcy de Castro e Araújo
Ten Cel Alexandre M. Chaves Amêndola

TOMO 9

Gen Ex Jonas de Morais Correia Neto
Ten Gen Vernon A. Walters
Gen Div Tasso Villar de Aquino
Vice Alte Sérgio Tasso V. de Aquino
Gen Bda Nilton de Albuquerque Cerqueira
Jornalista Aristóteles Drummond
Cel Hernani D'Aguiar
Cel Nilson Vieira Ferreira de Mello
Cel Carlos Alberto Guedes
Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula
Cel Hamilton Otero Sanches
Cel Romeu Antonio Ferreira
Ten Cel Carlos Claudio Miguez Suarez

TOMO 10

Gen Ex Carlos Tinoco Ribeiro Gomes
Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Maj Brig Ar Max Alvim
Brig Ar Marcio Cesar Leal Coqueiro
Brig Ar Carlos Affonso Dellamora
Gen Bda Celso dos Santos Meyer
Gen Bda Durval Antunes M. P. de Andrade Nery
Gen Bda Geraldo Luiz Nery da Silva
Dep Fed Emílio A. Mallet de S. A. Nina Ribeiro
Cel Av Gustavo Eugenio de O. Borges
Cel Renato Ribeiro da Silva
Cel Amaury Friese Cardoso
Cel Irtonio Pereira Rippel
Cel Tomás de Aquino de C. Lima Sampaio
Ten Cel Av Juarez de Deus G. da Silva

TOMO 11

Gen Ex Mario Orlando Ribeiro Sampaio
Gen Div Anápio Gomes Filho
Gen Div Sergio Ruschel Bergamaschi
Gen Bda Plinio Pitaluga
Gen Bda Niaze Almeida Gerude
Cel João Franco Pontes Filho
Cel Audir Santos Maciel

Cel Luiz Mario Portocarrero de C. Sá Freire
Cel Ronaldo Pecego de Moraes Coutinho
Cel Francimá de Luna Máximo
Cel Ernesto Gomes Caruso
Ten Cel Odin Barroso de Albuquerque Lima
Ten Cel Orestes Raphael Rocha Cavalcanti
Ten Cel Reginaldo Pontes Bielinski

TOMO 12
Ten Brig Ar Murillo Santos
Maj Brig Ar Rui Barbosa Moreira Lima
Gen Div Luiz Augusto C. Moniz de Aragão
Gen Div Théo Espindola Basto
Gen Bda Gentil Nogueira Paes
Gen Bda Adalberto Bueno da Cruz
Cel Petrônio Maia V. do Nascimento e Sá
Cel Francisco de Andrade Garcez
Cel Francisco Sobreira de Alencar
Cel José Firmino Dias Lopes
Ten Cel Artur de Freitas Torres de Melo
Ten Cel Affonso Taboza Pereira
Maj Geraldo Nogueira Diógenes
Adv Juvenal Antonio A. de Arruda Furtado
Desemb Águeda Passos R. Martins
Econ Paulo Roberto Coelho Pinto
Eng Agrônomo Francisco Valter Vieira
Eng César Cals de Oliveira Neto
Eng João Paulo Simões A. de Carvalho
Eng José Walter Barbosa Cavalcante
Juiz Ângelo Rattacaso Junior
Juiz Stênio Rocha Carvalho Lima
Procurador de Justiça Meton C. de Vasconcelos
Prof Francisco Olavo Silva Colares

TOMO13
Gen Ex Ruy de Paula Couto
Gen Ex Décio Barbosa Machado
Gen Bda José Mattos de Marsillac Motta
Gen Bda Ramão Menna Barreto
Gen Bda Arlênio Souza da Costa
Cel Hélio Lourenço Ceratti
Cel Roberto Monteiro de Oliveira
Ten Cel Pedro Américo Leal
Ten Cel Ernani Corrêa de Azambuja
Ten Cel Celso Chagas da Costa
Maj Sady Fialho Fagundes
Cap Emerson Rogério de Oliveira
Cap Carlos Berteli

TOMO 14
Gen Ex Antonio Carlos da Silva Muricy
Gen Div Raymundo M. Negrão Torres
Desemb Nelson Pecegueiro do Amaral
Gen Bda Augusto Cid de Camargo Osório
Gen Bda Acrísio Figueira
C Alte Luiz Pragana da Frota
Eng Roberto Nogueira Médici
Cel Alcio Barbosa da Costa e Silva
Cel Humberto Ayres Corrêa
Cel Ney Salles
Cel Adalto Luiz Lupi Barreiros
Cel Nelson Roberto Bianco

TOMO 15
Gen Ex Octávio Aguiar de Medeiros
Dep Fed Bonifácio de Andrada
Gen Div Sylvio Ferreira da Silva
Gen Div Ulisses Lisboa Perazzo Lannes
Gen Bda Danilo Venturini
Gen Bda Fernando Cardoso
Cel José Campedelli
Cel Anysio Alves Negrão
Cel Aluísio Madruga de Moura e Souza
Maj João Barcelos de Souza

Ordem alfabética

A

Abbês, Waldir, (Tomo 3)
Adler, Antônio Carlos, (Tomo 7)
Agostini, Gabriel D´Annunzio, (Tomo 2)
Albuquerque, João José Cavalcanti de, (Tomo 6)
Alencar, Francisco Sobreira de, (Tomo 12)
Almeida, Carlos Fernando Freitas, (Tomo 5)
Almeida, José Lyra de, (Tomo 6)
Alves, Manoel da Penha, (Tomo 6)
Alvim, Max, (Tomo 10)
Amaral, Nelson Pecegueiro do, (Tomo 14)
Amêndola, Alexandre Máximo Chaves, (Tomo 8)
Amorim, Edgar Carlos de, (Tomo 4)
Andrada, Bonifácio de, (Tomo 15)
Andrade, Daniel Lomando, (Tomo 8)
Aquino, Sérgio Tasso Vásquez de, (Tomo 9)
Aquino, Tasso Villar de, (Tomo 9)
Aragão, Luiz Augusto C. Moniz de, (Tomo 12)
Araripe, Luís de Alencar, (Tomo 2)
Araújo, Amarcy de Castro e, (Tomo 8)
Araújo, Expedito Bandeira de, (Tomo 6)
Armentano Neto, Amadeu, (Tomo 7)
Augusto, Agnaldo Del Nero, (Tomo 5)
Azambuja, Ernani Corrêa de, (Tomo 13)

B

Baptista, Stanley Fortes, (Tomo 6)
Barreiros, Adalto Luiz Lupi, (Tomo 14)
Barreto, Ramão Menna, (Tomo 13)
Barros, Elias Lima, (Tomo 4)
Basto, Théo Espindola, (Tomo 12)
Bergamaschi, Sergio Ruschel, (Tomo 11)
Berteli, Carlos, (Tomo 13)
Bianco, Nelson Roberto, (Tomo 14)
Bielinski, Reginaldo Pontes, (Tomo 11)
Borges, Gustavo Eugenio de Oliveira, (Tomo 10)
Bueno Filho, Euclydes, (Tomo 7)
Braga, Geraldo de Araújo Ferreira, (Tomo 2)
Branco, Paulo César Romero Castelo, (Tomo 4)

C

Calazans, Álvaro Nereu Klaus, (Tomo 8)
Camargo, Luiz Gonzaga de Toledo, (Tomo 7)
Campedelli, José, (Tomo 15)
Campello, Ruy Leal, (Tomo 3)
Campos, Luciano Salgado, (Tomo 4)
Campos, Luiz Queiroz, (Tomo 4)
Campos, Manoel Eduardo Pinheiro, (Tomo 4)
Cardoso, Amaury Friese, (Tomo 10)
Cardoso, Fernando, (Tomo 15)
Caruso, Ernesto Gomes, (Tomo 11)
Carvalho, Cid Sabóia de, (Tomo 4)
Carvalho, Ferdinando de, (Tomo 2)
Carvalho, João Paulo Simões A. de, (Tomo 12)
Carvalho, Luiz Arthur de, (Tomo 6)
Carvalho, Luiz Coelho de, (Tomo 4)
Carvalho, Luiz Paulo Macedo, (Tomo 1)
Carvalho, Olavo Luiz Pimentel de, (Tomo 3)
Castro, Sebastião José Ramos de, (Tomo 1)
Cavalcante, José Walter Barbosa, (Tomo 12)
Cavalcanti, Hiran Gomes, (Tomo 6)
Cavalcanti, Orestes Raphael Rocha, (Tomo 11)
Ceratti, Hélio Lourenço, (Tomo 13)
Cerqueira, Nilton de Albuquerque, (Tomo 9)
Chagas, Floriano Aguilar, (Tomo 8)
Colares, Francisco Olavo Silva, (Tomo 12)
Coqueiro, Marcio Cesar Leal, (Tomo 10)
Corrêa, Antonio Jorge, (Tomo 1)
Corrêa, Ernani Jorge, (Tomo 5)
Corrêa, Humberto Ayres, (Tomo 14)

Laydner, Ivan Pontes, (Tomo 5)
Leal, Pedro Américo, (Tomo 13)
Lemos, Helio Duarte Pereira de, (Tomo 1)
Lessa, Luiz Gonzaga Schroeder, (Tomo 10)
Lima, Clidenor de Moura, (Tomo 6)
Lima, Francisco Martins de, (Tomo 4)
Lima, Hélio Ibiapina, (Tomo 2)
Lima, Odin Barroso de Albuquerque, (Tomo 11)
Lima, Rui Barbosa Moreira, (Tomo 12)
Lima, Stênio Rocha Carvalho, (Tomo 12)
Lindenberg, Adolpho, (Tomo 7)
Lopes, José Firmino Dias, (Tomo 12)
Lousada, Carlos Eduardo Guimarães, (Tomo 7)
Luna, Antônio Bião Martins, (Tomo 6)

M

Machado, Décio Barbosa, (Tomo 13)
Machado, Leão Alves, (Tomo 6)
Maciel, Audir Santos, (Tomo 11)
Maciel, Licio Augusto Ribeiro, (Tomo 7)
Mandarino, Italo, (Tomo 3)
Marques, Antonio Ferreira, (Tomo 7)
Martins, Águeda Passos R., (Tomo 12)
Mattos, Carlos de Meira, (Tomo 1)
Mattos, Heitor Furtado Arnizaut de, (Tomo 3)
Maurer, Flávio Oscar, (Tomo 8)
Máximo, Francimá de Luna, (Tomo 11)
Medeiros, Octávio Aguiar de, (Tomo 15)
Médici, Roberto Nogueira, (Tomo 14)
Mello, Nilson Vieira Ferreira de, (Tomo 9)
Melo, Artur de Freitas Torres de, (Tomo 12)
Melo, Francisco Batista Torres de, (Tomo 4)
Melo Filho, José Ramos Torres de, (Tomo 4)
Mendes, Helio, (Tomo 1)
Mendes, Ivan de Souza, (Tomo 2)
Mendes, Júlio Roberto Cerdá, (Tomo 6)
Meyer, Celso dos Santos, (Tomo 10)
Minervino, Oacyr Pizzotti, (Tomo 7)
Moraes, José Antônio Barbosa de, (Tomo 2)
Moreira, Renato, (Tomo 8)
Morgado, Orlando, (Tomo 5)
Motta, José Mattos de Marsillac, (Tomo 13)
Moura, Edson Mororó, (Tomo 6)
Muricy, Antonio Carlos da Silva, (Tomo 14)

N

Negrão, Anysio Alves, (Tomo 15)
Negreiros, Rubens Mário Brum, (Tomo 1)
Nery, Durval Antunes M. P. de A., (Tomo 10)
Neves, Godofredo de Araújo, (Tomo 7)
Ninô, Roberto de Andrade, (Tomo 7)

O

Oliva, Oswaldo Muniz, (Tomo 7)
Oliveira, Emerson Rogério de, (Tomo 13)
Oliveira, Roberto Monteiro de, (Tomo 13)
Oliveira Neto, César Cals de, (Tomo 12)
Oliveira Neto, Manoel Theóphilo G. de, (Tomo 4)
Osório, Augusto Cid de Camargo, (Tomo 14)

P

Paes, Gentil Nogueira, (Tomo 12)
Paiva, Antônio José Ribas, (Tomo 7)
Pasquali, Sérgio Mário, (Tomo 5)
Passarinho, Senador Jarbas Gonçalves, (Tomo 5)
Paula, Luiz Carlos Carneiro de, (Tomo 9)
Pereira, Affonso Taboza, (Tomo 12)
Pereira, José Maria Covas, (Tomo 3)
Petito, José Gustavo, (Tomo 7)
Pinheiro, José Justo, (Tomo 6)
Pinto, Eudes de Souza Leão, (Tomo 6)
Pinto, Marnio José Signorelli Teixeira, (Tomo 7)
Pinto, Paulo Roberto Coelho, (Tomo 12)
Pitaluga, Plinio, (Tomo 11)

Mortos pela subversão

Em 1964, as Forças Armadas obstaram a tomada do Poder pelos adeptos do regime totalitário comunista. Nos anos seguintes, para manter o País afastado de destino tão estranho à índole do povo brasileiro, foram obrigadas a enfrentar dezenas de organizações marxistas, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro.

O teatro do tipo de luta escolhido não foi o campo de batalha convencional a que as Forças Armadas estavam habituadas. A estratégia e a tática empregadas, recolhidas em cursos na antiga União Soviética, China e Cuba, para citar os principais países, levaram-nas a uma guerra não declarada, desenvolvida num campo de batalha indefinido, presente em todos os lugares.

Nos últimos anos, os responsáveis pelas ações armadas tipos saques, assaltos a bancos, seqüestros, quebra-quebras, emboscadas, execuções, guerrilhas, terrorismo seletivo etc, militantes das várias organizações, ou seus familiares, receberam vultosas indenizações. Ter “pego em armas”, para implantar o comunismo no Brasil, tornou-se item de destaque do currículo daqueles terroristas, quer urbanos quer rurais.

De 1964 até 1974, muitos brasileiros perderam a vida diante dessas ações características deste novo processo de luta: a guerra revolucionária. Alguns sucumbiram na linha de frente, outros o foram inocentemente.

Lembremos os seus nomes para as homenagens da Nação.

Obs: Os nomes e os enunciados dos fatos foram escritos com base em consultas a quatro fontes principais: os livros *A Grande Mentira*, de Agnaldo Del Nero Augusto, *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, e *Os Fatos sem Retoque*, de João Barcelos de Souza, e o *site www.ternuma.com.br*

ABELARDO ROSA DE LIMA – 5/10/1969. Soldado PM/SP, metralhado por terroristas numa tentativa de assalto ao supermercado Peg-Pag, no Bairro Santo Amaro, SP. Os autores foram as organizações terroristas, juntas "em frente", Resistência Democrática (REDE) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

ADILSON SAMPAIO – 14/5/1971. Artesão, morto por terroristas durante assalto às lojas Gaio Marti, no Rio de Janeiro, RJ.

AGOSTINHO FERREIRA LIMA – 10/1/1968, Rio Negro, AM. No dia 6/12/1967, nove terroristas, liderados por Ricardo Alberto Aguado Gomes, "Dr. Ramon", que posteriormente, ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), investiram contra a lancha da Marinha Mercante "Antônio Alberto". Neste ataque, Agostinho foi ferido gravemente, vindo a falecer no dia 10/1/1968.

AILTON DE OLIVEIRA – No começo de junho de 1969, o Movimento de Ação Revolucionária (MAR) montou uma operação para libertar nove de seus membros que cumpriam pena na Penitenciária Lemos de Brito, na Rua Frei Caneca, Rio de Janeiro. Na fuga, feriram com tiros de revólver dois guardas penitenciários, sendo que Ailton de Oliveira veio a falecer, cinco dias depois.

ALBERTO DA SILVA MACHADO – 2/9/1971. Civil, morto por terroristas durante assalto à Fábrica de Móveis Vogal Ltda, da qual era um dos proprietários.

ALBERTO MENDES JUNIOR – 10/5/1970. Tenente da PM/SP, durante operação para neutralizar uma área de treinamento de guerrilhas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na Região de Jacupiranga, no Vale da Ribeira, Estado de São Paulo, sob o comando do ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca. Rendido durante encontro com os terroristas, conseguiu a liberação dos homens do Pelotão. Os terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando consigo o Tenente Mendes. Depois de caminharem um dia e meio na mata, os terroristas e o Tenente pararam para descansar. Nesta ocasião, Carlos Lamarca, Yoshitame Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se e formaram um tribunal revolucionário que resolveu assassinar o Tenente Mendes. Os outros dois, Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima, ficaram vigiando o prisioneiro. Poucos minutos depois, os três terroristas retornaram, e, acercando-se por traz do oficial, Yoshitame Fugimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e se contorcia em dores. Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensangüentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Dos cinco assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que: Carlos Lamarca morreu na tarde de 17/9/1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com o DOI/CODI/6ª

RM; Yoshitame Fugimore morreu em 5/12/1970, em São Paulo, durante tiroteio com o DOI/CODI/II Ex; Diógenes Sobrosa de Souza, preso em 12/12/1970, no Rio Grande do Sul, em novembro de 1971 foi condenado à pena de morte (existia na época esta punição para os terroristas assassinos, que nunca foi usada). Em fins de 1979, com a anistia foi libertado; Gilberto Faria Lima, fugiu para o exterior. Ariston Lucena, após a anistia foi libertado e teria se suicidado, recentemente, no Rio Grande do Sul.

ALTAIR MACEDO – 22/9/1970. Guarda de segurança, morto por terroristas, durante assalto a empresa de ônibus Amigos Unidos, no Rio de Janeiro, RJ.

ALZIRA BALTAZAR DE ALMEIDA – 7/1/1969. Uma bomba jogada por terroristas, embaixo de uma viatura policial, estacionada em frente à 9ª Delegacia de Polícia, Rio de Janeiro, RJ, ao explodir, matou a Sra. Alzira, uma vítima inocente, que na ocasião transitava na calçada da rua.

AMÉRICO CASSIOLATO – 12/2/1971. Soldado PM/SP, morto por terroristas em Pirapora do Bom Jesus, São Paulo.

ANÍBAL FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE – 12/3/1972. Militar da Reserva do Exército, morto durante assalto terrorista à fábrica de bebidas Charel Ltda., em São Paulo, SP, da qual era um dos proprietários.

ANTÔNIO APARECIDO PONCE NOGUEIRA – 21/2/1970. Sargento PM/SP, durante "estouro de aparelho", localizado em Atibaia, SP, pelo terrorista Antônio Raimundo de Lucena, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

ANTÔNIO CARLOS JEFFREY – 20/9/1968. Soldado PM, morto a tiros, quando de sentinela no quartel da então Força Pública do Estado de São Paulo, no Barro Branco. Os autores, Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto, Diógenes de Carvalho integravam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

ANTÔNIO LISBOA CERES DE OLIVEIRA – 9/6/1971. Civil, morto por terroristas durante assalto à boate Comodoro, no Rio de Janeiro, RJ.

APARECIDO DOS SANTOS OLIVEIRA – 24/7/1969. Soldado PM/SP, durante assalto a agência do Banco Bradesco, na rua Turiassu, no Bairro de Perdizes, São Paulo, SP, de onde foram roubados sete milhões de cruzeiros. Atuando "em frente", participaram da ação o Grupo de Expropriação e Operação (GEO); o Grupo do Gaúcho (cisão da Ala Vermelha do P C do B); e a VAR-Palmares.

BENEDITO GOMES – 12/8/1970. Capitão do Exército, morto por terroristas, no interior do seu carro, na Estrada Velha de Campinas, São Paulo, SP.

BENEDITO MONTEIRO DA SILVA – 18/2/1972. Cabo PM/SP, morto quando tentava evitar um assalto terrorista a uma agencia bancária em Santa Cruz do Rio Pardo, SP.

BERTOLINO FERREIRA DA SILVA – 14/12/1970. Guarda de segurança, durante assalto

ao carro pagador da empresa Brink's, no Bairro do Paraíso em são Paulo praticado pelas organizações terroristas Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

BOAVENTURA RODRIGUES DA SILVA – 4/6/1969. Soldado PM/SP, durante assalto ao Banco Tozan, na Avenida Penha de França, bairro da Penha, São Paulo, SP. Organização terrorista responsável: Ação Libertadora Nacional (ALN).

CARLOS ARGEMIRO CAMARGO – 27/3/1965. Sargento do Exército, servindo em Francisco Beltrão, PR, numa emboscada preparada por militantes da Força Armada de Libertação Nacional (FALN), chefiado pelo ex-Coronel do Exército Jeffersom Cardim de Alencar Osorio.

CECILDES MOREIRA DE FARIA – 29/1/1969. Subinspetor de Polícia de Belo Horizonte, MG, durante operação de busca em "aparelho" do Comando de Libertação Nacional (Colina), na rua Itacarambu nº 120, bairro São Geraldo, Belo Horizonte. Recebidos com rajadas de metralhadoras, morreram o subinspetor Cecildes Moreira da Silva e o guarda civil José Antunes Ferreira.

CÉLIO TONELLY – 21/9/1970. Soldado PM/SP, em Santo André, quando de serviço em uma rádio-patrulha tentou deter terroristas que ocupavam um automóvel.

CHARLES R. CHANDLER – 12/10/1968. Capitão do Exército dos Estados Unidos, veio ao Brasil para fazer curso na Fundação Álvares Penteado, em São Paulo, SP. No início de outubro de 1968, um "tribunal revolucionário", composto de dirigentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), condenou o Capitão Chandler à morte, porque ele "seria um agente da CIA". Foi assassinado friamente, com vários tiros de metralhadora e de revólver, na frente da sua esposa Joan e seus três filhos.

CIDELINO PALMEIRA DO NASCIMENTO – 11/7/1969. Motorista de táxi, morto a tiros quando conduzia em seu carro policiais que perseguiam terroristas da organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) que haviam assaltado a agência Muda, do Banco Aliança, Rio de Janeiro, RJ.

CLÁUDIO ERNESTO CANTO – 30/9/1969. Agente da Polícia Federal lotado em São Paulo; ao efetuar a prisão de um terrorista da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi atingido na coluna vertebral por militantes que estavam de cobertura.

DAVID A. CUTHEBERG – 5/2/1972. Marinheiro inglês, no Rio de Janeiro, RJ. A respeito desse assassinato, sob o título "Repulsa" o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou: "Tinha dezenove anos o marinheiro inglês David A. Cutheberg que, na madrugada de sábado, tomou um táxi com um companheiro para conhecer o Rio, nos seus aspectos mais alegres. Ele aqui chegara como amigo, a bordo da flotilha que nos visita para comemorar os 150 anos de Independência do Brasil. Uma rajada de metralhadora tirou-lhe a vida, no táxi que se

encontrava. Não teve tempo para perceber o que ocorria e, se percebesse, com certeza não poderia compreender. Um terrorista, de dentro de outro carro, apontara friamente a metralhadora antes de desenhar nas suas costas o fatal risco de balas, para, logo em seguida, completar a infâmia, despejando sobre o corpo, ainda palpitante, panfletos em que se mencionava a palavra liberdade. Com esse crime repulsivo, o terror quis apenas alcançar repercussão fora de nossas fronteiras para suas atividades, procurando dar-lhe significação de atentado político contra jovem inocente, em troca da publicação da notícia num jornal inglês. O terrorismo cumpre, no Brasil, com crimes como esse, o destino inevitável dos movimentos a que faltam motivação real e consentimento de qualquer parcela da opinião pública: o de não ultrapassar os limites do simples banditismo, com que se exprime o alto grau de degeneração dessas reduzidas maltas de assassinos gratuitos". A ação criminosa, tachada como "justiçamento", foi praticada por integrantes de uma frente formada por três organizações terroristas: Ação Libertadora Nacional (ALN), que fez os disparos com a metralhadora; Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), que jogou dentro do táxi os panfletos que falavam em vingança contra os "imperialistas ingleses"; e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

DEMERVAL FERREIRA DOS SANTOS – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

DJALMA PELUCI BATISTA – 8/3/1971. Soldado PM/RJ, morto por terroristas, durante assalto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro.

EDMUNDO JANOT – 11/1/1969. Lavrador, morto a tiros, foiçadas e facadas por um grupo de terroristas que havia montado uma base de guerrilha nas proximidades da sua fazenda, na Estado do Rio de Janeiro.

EDSON RÉGIS DE CARVALHO – 25/7/1966. Jornalista, no atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, Recife, PE, de autoria da organização Ação Popular (AP).

EDUARDO CUSTÓDIO DE SOUZA – 7/9/1968. Soldado da então Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), morto, com sete tiros, por terroristas de uma organização não identificada, quando de sentinela no DOPS paulista.

EDUARDO TIMÓTEO FILHO – 27/11/1971. Soldado PM/RJ, morto por terroristas, durante assalto contra as Lojas Caio Marti.

EDWARD ERNEST TITO OTTO MAXIMILIAN VON WESTERNHAGEN – Major do Exército alemão, executado em 1/7/1968, na rua Engenheiro Duarte, bairro da Gávea, Rio de Janeiro. Confundido com o Major boliviano Gary Prado, suposto matador

de Che Guevara, que assim como o oficial alemão, também cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Os autores pertenciam aos quadros da organização Comando de Libertação Nacional (Colina).

ELIAS DOS SANTOS – 18/12/1969. Soldado do Exército integrante da equipe com a missão de "estouro de aparelho" localizado na rua Baronesa de Uruguaiana nº 70, no bairro de Lins de Vasconcelos. O terrorista do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Prestes de Paula, ao fugir pelos fundos da casa, disparou, à queima-roupa, um tiro de pistola.45 no soldado Elias dos Santos.

ELZO ITO – 25/1/1972. Aluno do Centro de Formação de Pilotos Militares, em São Paulo, SP, foi morto por terroristas quando roubavam seu carro.

ESTANISLAU IGNÁCIO CORREIA – Civil, morto em 7/11/1968, durante roubo de seu automóvel na esquina das ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime Fonseca Rodrigues, em São Paulo, SP, pelos terroristas da VPR.

EUCLIDES DE PAIVA CERQUEIRA – 4/10/1969. Guarda particular, durante assalto terrorista ao carro transportador de valores do Banco Irmãos Guimarães.

FERNANDO PEREIRA – 20/2/1971. Comerciário, no Rio de Janeiro, por terroristas quando tentava impedir um assalto ao estabelecimento Casa do Arroz, do qual era gerente.

FRANCISCO BENTO DA SILVA – 14/4/1969. Motorista, durante um assalto, praticado pela Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B), cisão deste partido, ao carro pagador (Kombi) do Banco Francês-Italiano para a América do Sul, na Alameda Barão de Campinas, São Paulo, SP. Participaram desta ação três irmãos terroristas da violenta família José de Carvalho: Derly, Daniel e Devanir José de Carvalho.

FRANCISCO WALDIR DE PAULA – início de 1974. Soldado do Exército, servindo no 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, Brasília, deslocado para a Região do Araguaia, município de Xambioá, a serviço do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Até a presente data, é considerado desaparecido. Seu corpo nunca foi encontrado.

GARIBALDO DE QUEIROZ – 10/11/1970. Soldado da PM/SP, morto em confronto com terroristas da VPR que faziam uma panfletagem armada na Vila Prudente, São Paulo.

GENTIL PROCÓPIO DE MELO – 2/9/1971. Motorista de praça, durante roubo de seu carro por terroristas da organização denominada Partido Comunista Revolucionário (PCR), ao chegar ao Hospital das Clínicas, em Recife, PE.

GERALDO JOSÉ NOGUEIRA – 10/4/1974. Soldado PM/SP, morto quando da captura de terroristas.

GUIDO BONÉ – 22/6/1969. Soldado PM/SP, morto por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) que atacaram e incendiaram a radio-patrulha RP 416, da então

Força Pública de São Paulo, hoje Polícia Militar, matando os seus dois ocupantes, os soldados Guido e Natalino Amaro Teixeira.

HÉLIO CARVALHO ARAÚJO – 10/12/1970. Agente da Polícia Federal, lotado no Rio de Janeiro, RJ, no seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovani Enrico Bucher, pela organização VPR, no dia 7/12/1970, na rua Baependi. Participaram, ativamente, da operação os terroristas Adair Gonçalves Reis, Gerson Theodoro de Oliveira, Maurício Guilherme da Silveira, Alex Polaris de Alvarenga, Inês Etienne Romeu, Alfredo Sirkis, e Herbert Eustáquio de Carvalho, sob a chefia direta de Carlos Lamarca, este o autor dos disparos que seccionou a medula do agente Helio. Transferido para o Hospital Miguel Couto, faleceu no dia 10/12/1970.

HÉLIO FERREIRA DE MOURA – 13/12/1971. Guarda de Segurança, morto por terroristas, durante assalto contra um carro transportador de valores da Brink's, na Via Dutra.

HENNING ALBERT BOILESEN – 15/4/1971. Industrial paulista, presidente do Grupo Ultra; um dinamarquês, naturalizado brasileiro. Quando da criação da Operação Bandeirante, o então Comandante do II Exército, General José Canavarro Pereira, reuniu-se com várias autoridades e com industriais paulistas para solicitar o apoio para um órgão que necessitava ser criado com rapidez, a fim de fazer frente ao crescente terrorismo que estava em curso em São Paulo. Assim, vários industriais, entre eles Boilesen, se cotizaram para atender ao pedido daquela autoridade militar. Os terroristas, para intimidar aqueles industriais, decidiram escolher um nome para ser assassinado. Um comando revolucionário integrado pelos terroristas Yuri Xavier Pereira, Joaquim Alencar Seixas, José Milton Barbosa, Dimas Antonio Casimiro e Antonio Sérgio de Matos, covardemente assassinou Boilesen, na Alameda Casa Branca, São Paulo, SP. Vários carros e casas foram atingidos por projéteis. Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com dezenove tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "Ao Povo Brasileiro", traziam a ameaça: "Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA. Olho por olho, dente por dente".

ÍRIS DO AMARAL – 1/2/1972. Civil, morto durante um tiroteio entre terroristas da ALN e policiais, no Rio de Janeiro, RJ.

IRLANDO DE SOUZA RÉGIS – 11/6/1970. Agente da Polícia Federal, lotado no Rio de Janeiro, no seqüestro do embaixador da Alemanha, Ehrefried Von Holleben, iniciativa conjunta das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

O "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o seqüestro às 19h55m, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento das ruas Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho, em Santa Teresa, Rio de Janeiro, RJ. Eduardo Leite "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revólver .38 em Irlando de Souza Régis, matando-o com um tiro na cabeça.

ISIDORO ZAMBOLDI – 15/7/1970. Guarda particular, morto pela terrorista Ana Bursztyn, da Ação Libertadora Nacional (ALN), durante assalto à loja Mappin, São Paulo, SP.

JAYME GAUDÊNIO DOLCE – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

JOÃO BATISTA DE SOUZA – 2/5/1970. Guarda particular da Companhia de Cigarros Souza Cruz, durante assalto a uma agência no Cambuci, São Paulo, SP, por um comando terrorista, integrado por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Resistência Democrática (REDE). Na ocasião, Eduardo Leite "Bacuri" assassinou o guarda de segurança João Batista de Souza.

JOÃO CAMPOS – 10/11/1971. Cabo PM/SP, morto na estrada de Pindamonhangaba, SP, ao interceptar um carro que conduzia terroristas armados.

JOÃO GUILHERME DE BRITO – 3/9/1969. Soldado da Força Pública/SP, na invasão de "aparelho" terrorista da Ação Libertadora Nacional (ALN).

JOÃO PEREIRA DA SILVA – 29/6/1972. Lavrador, na Região do Araguaia, "justiçado exemplarmente" por terroristas do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O motivo foi ter colaborado com as forças legais que combatiam os guerrilheiros.

JOAQUIM MELO – 31/3/1970. Investigador de Polícia, em Pernambuco, morto por terroristas durante ação contra um "aparelho".

JOEL NUNES – 17/12/1969. Policial, durante assalto da organização Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) à agência do Banco Sotto Maior, na Praça do Carmo, no subúrbio carioca da Penha, de onde foram roubados cerca de 80 milhões de cruzeiros. Na fuga, obstados por uma radio-patrulha, surgiu um violento tiroteio no qual perdeu a vida o policial Joel Nunes.

JOSÉ ALEIXO NUNES – 10/11/1970. Soldado da PM/SP, morto em confronto com terroristas da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que faziam uma panfletagem armada na Vila Prudente, São Paulo.

JOSÉ AMARAL VILELA – 22/11/1971. Guarda de segurança, num assalto a um carro-forte da firma Transfort, na Estrada do Portela, em Madureira, Rio de Janeiro, RJ. O guarda José Amaral foi morto a rajadas de metralhadora.

JOSÉ ANTUNES FERREIRA – 29/1/1969. Policial civil, durante operação de busca em "aparelho" do Comando de Libertação Nacional (Colina), na rua Itacarambu nº 120, bairro São Geraldo, Belo Horizonte. Recebidos com rajadas de metralhadoras, morreram o subinspetor Cecildes Moreira da Silva e o guarda civil José Antunes Ferreira.

JOSÉ ARMANDO RODRIGUES – 29/8/1970. Comerciante na localidade de São Benedito, CE, proprietário da firma Ibiapaba Comércio Ltda. Depois de ter sido assaltado em sua loja, foi seqüestrado, torturado e morto a tiros por terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN).

JOSÉ DA CONCEIÇÃO GONÇALVES (Zé Dico) – 24/9/1967. Fazendeiro, executado por Edmur Péricles de Camargo, integrante da Ala Marighella, durante a invasão da fazenda Bandeirante, em Presidente Epitácio, SP.

JOSÉ DE CARVALHO – 8/5/1969. Investigador de polícia, atingido com um tiro na boca, durante um assalto da Ação Libertadora Nacional (ALN) ao União de Bancos Brasileiros, em Suzano, no dia 7 de maio, vindo a falecer no dia seguinte.

JOSÉ DO AMARAL – 22/10/1971. Sub-oficial da reserva da Marinha, morto por terroristas da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) durante assalto a um carro transportador de valores da Transfort S/A.

JOSÉ GERALDO ALVES CURSINO – 17/1/1970. Sargento PM/SP, morto a tiros por terroristas.

JOSÉ GETÚLIO BORBA – 3/9/1969. Comerciário, durante troca de tiros na loja Lutz Ferrando, na esquina da Avenida Ipiranga com a Rua São Luís, em São Paulo. Terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN) utilizaram para pagamento cheques que eles próprios roubaram, antes, num assalto ao Curso Objetivo. Descobertos, receberam voz de prisão e reagiram. O funcionário da loja, José Getúlio Borba, foi mortalmente ferido. Perseguidos pela polícia, esconderam-se num "aparelho". Na invasão, o soldado da Força Pública (atual PM) João Guilherme de Brito foi morto a tiros.

JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO – 6/10/1972. Civil, morto por terroristas durante agitação no meio rural de Pernambuco.

JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO – 2/4/1971. Major do Exército, chefiava um esquema de vigilância sobre uma casa localizada na rua Niquelândia, nº 23, em Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ. Por volta das 23h desse dia, chegou, num táxi, um casal, estacionando-o nas proximidades da casa vigiada. A mulher ostentava uma volumosa barriga que indicava estar em adiantado estado de gravidez. O fato sensibilizou Martinez, que, impelido por seu sentimento de solidariedade, agiu impulsivamente visando preservar a "senhora" de possíveis riscos. Julgan-

do que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar-lhe que se afastasse daquela área. Ato contínuo, a mulher retirou um revólver de sua "barriga", formada por uma cesta para pão com uma abertura para saque da arma ali escondida, matando-o instantaneamente, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, de sua equipe, ao sair em sua defesa foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo terrorista. Nesse momento, os demais agentes desencadearam cerrado tiroteio que causou a morte do casal de terroristas. Estes foram identificados como sendo os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Bôas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroristas.

JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO – 10/11/1970. Civil, morto por terroristas em confronto com policiais, em São Paulo.

JOSÉ SANTA MARIA – 20/8/1969. Gerente de Banco, morto por terroristas que assaltaram agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

KURT KRIEGEL – 22/9/1969. Comerciante paulista, morto por terroristas, durante assalto ao restaurante de sua propriedade.

LUIZ FERREIRA DA SILVA – 14/4/1969. Guarda bancário, durante um assalto, praticado pela Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B), cisão deste partido, ao carro pagador (Kombi) do Banco Francês-Italiano para a América do Sul, na Alameda Barão de Campinas, São Paulo, SP. Participaram desta ação três irmãos terroristas da violenta família José de Carvalho: Derly, Daniel e Devanir José de Carvalho. Foram roubados vinte milhões de cruzeiros.

LUIZ HONÓRIO CORREIA – 1/10/1972. Civil, morto por terroristas quando do assalto a Empresa de Ônibus Barão de Mauá, Rio de Janeiro, RJ.

LUZIMAR MACHADO DE OLIVEIRA – 15/2/1972. Soldado PM/GO, pelo terrorista Arno Preiss, na Cidade de Paraiso do Norte, que estava incluída dentro de esquema de trabalho de campo do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Usava o nome falso de Patrick McBundy Comick. Arno tentou entrar com sua documentação falsa no baile carnavalesco do clube social da cidade. Sua documentação levantou suspeita nos policiais, que o convidaram a comparecer à delegacia local. Ao deixar o clube, julgando-se desmascarado, Arno sacou seu revólver e disparou à queima roupa contra os policiais, matando o PM Luzimar Machado de Oliveira.

MANOEL DA SILVA DUTRA – 31/3/1969. Comerciante, morto no Rio de Janeiro, RJ, por terroristas do Colina, que assaltaram a agência da Rua Visconde da Gávea do Banco Andrade Arnaud.

MANOEL DA SILVA NETO – 10/5/1971. Soldado PM/SP, morto por terroristas durante assalto à empresa de Transporte Tusa.

MANOEL DOS SANTOS – 12/3/1972. Guarda de segurança, morto durante assalto terrorista à fábrica de bebidas Charel Ltda, em São Paulo, SP.

MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA – 21/2/1973. Comerciante de origem portuguesa, proprietário do restaurante Varela, na Cidade de São Paulo, metralhado por terroristas da ALN, pertencentes ao comando "Aurora Maria do Nascimento Furtado". O motivo do "justiçamento" foi que, erroneamente, a ALN atribuiu a morte de três terroristas à delação de um dos proprietários do restaurante. Seu corpo foi coberto por panfletos impressos no Centro de Orientação Estudantil da Universidade de São Paulo (USP).

MARCELO COSTA TAVARES – 7/1/1971. Estudante, morto por terroristas durante um assalto à agência do Banco Nacional de Minas Gerais.

MARIA ALICE MATOS – 7/4/1971. Empregada doméstica, morta por terroristas quando do assalto a um depósito de material de construção, no Rio de Janeiro.

MÁRIO ABRAHIM DA SILVA – 28/9/1972. Segundo Sargento do Exército, na Região do Araguaia, em combate de encontro com os guerrilheiros do PC do B, no lugarejo de Pavão, base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, onde servia.

MÁRIO DOMINGOS PANZARIELLO – 9/9/1972. Detetive da Polícia Civil do Rio de Janeiro, morto ao tentar prender um terrorista da ALN.

MÁRIO KOZEL FILHO – 26/6/1968. Soldado do Exército, na explosão de carro-bomba lançado por militantes da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) contra o Quartel-General do II Exército, em São Paulo, SP.

MATHEUS LEVINO DOS SANTOS – 24/3/1971. Tenente da Força Aérea Brasileira (FAB), quando do roubo de seu carro volks, estacionado em Jaboatão, na Grande Recife, por quatro terroristas do PCBR, para participar do seqüestro do cônsul japonês no Recife. No dia 26/6/1970, os terroristas desceram do carro dirigido por Nancy Mangabeira Unger: Carlos Alberto Soares Rodrigues de Sousa, José Gersino Saraiva Maia e Luiz "Jacaré", (até hoje não identificado). Ao renderem o motorista, identificaram-no como Tenente da Aeronáutica, foi ferido gravemente por Carlos Alberto, com dois tiros, um na cabeça e outro no pescoço.O Tenente Matheus, após nove meses de impressionante sofrimento, veio a falecer em 24/3/1971. O imprevisto levou o PCBR a desistir do seqüestro.

MAURO CELSO RODRIGUES – 7/11/1969. Soldado PM/MA, morto numa emboscada, durante a luta travada entre lavradores de terra, incitados por militantes da Ação Popular (AP).

NAPOLEÃO FELIPE BISCALDI – 27/2/1972. Funcionário público aposentado, morto durante um tiroteio entre terroristas do Molipo e policiais, na rua Serra de Botucatu, no bairro Tatuapé, São Paulo.

NATALINO AMARO TEIXEIRA – 22/6/1969. Soldado PM/SP, morto por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) que atacaram e incendiaram a radio-patrulha RP 416, da então Força Pública de São Paulo, hoje Polícia Militar, matando os seus dois ocupantes, os soldados Natalino e Guido Boné.

NAUL JOSÉ MANTOVANI – 27/5/1969. Soldado PM, durante ação contra o 15º Batalhão da então Força Pública de São Paulo, atual PM/SP, na Avenida Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP. Além do soldado Mantovani, de sentinela, teve morte cerebral o soldado Nicácio Conceição Pupo que acorreu ao local ao ouvir os disparos.

NELSON DE BARROS – 21/6/1968. Durante distúrbios nas ruas do Rio de Janeiro, RJ, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), conhecidos como "sexta-feira sangrenta". Realizaram-se saques de lojas, ataques a tiros da embaixada dos Estados Unidos, agressão a motoristas, incêndio de carros etc. O Sargento PM Nelson de Barros foi atingido por uma máquina de escrever lançada do alto de um edifício, contra a tropa da PM.

NELSON GOMES FERNANDES – 25/7/1966. Almirante, no atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, Recife, PE, de autoria da Ação Popular (AP).

NELSON MARTINEZ PONCE – 1/11/1971. Cabo PM/SP, metralhado durante um atentado praticado por cinco terroristas do Movimento de Libertação Popular (Molipo), contra um ônibus da Empresa de Transportes Urbano S/A, em Vila Brasilândia, São Paulo.

NEWTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO – 11/3/1970. Soldado PM/RJ, quando escoltava o terrorista do grupo tático armado da Ação Libertadora Nacional (ALN), Mário de Souza Prata, num carro Corcel azul, roubado, interceptado no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. Aproveitando-se do descuido, Mário sacou de uma arma e atirou, atingindo na testa o soldado Newton.

NILSON JOSÉ DE AZEVEDO LINS – 10/10/1969. Gerente da firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora dos produtos da Souza Cruz, em Olinda, PE. Foi assaltado e morto quando ia depositar, no Banco, o dinheiro da firma. Organização: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

NOEL DE OLIVEIRA RAMOS – 27/6/1968. Civil, morto com um tiro no coração, em conflito na rua. Estudantes distribuíam, no Largo de São Francisco, Rio de Janeiro, panfletos a favor do Governo e contra as agitações estudantis conduzidas por militantes comunistas. Gessé Barbosa de Souza, eletricista e militante da organização VPR, infiltrado no movimento, tentou impedir a manifestação com uma arma. Os estudantes, em grande maioria, não se intimidaram e tentaram segurar Gessé que fugiu atirando, atingindo mortalmente Noel de Oliveira Ramos e ferindo o engraxate Olavo Siqueira.

OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR – 25/2/1973. Delegado de Polícia, lotado no DOI/CODI/II Exército, em São Paulo, justiçado por um "Tribunal Popular Revolucionário". O Dr. Octávio viajou de São Paulo para o Rio de Janeiro e o comando terrorista executou-o na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua República do Peru. O comando terrorista seguiu à risca o ensinamento do manual de Carlos Marighella que afirma: "Guerrilheiros não matam por raiva, nem por impulso, pressa ou improvisação. Matam com naturalidade. Não interessa o cadáver, mas seu impacto sobre o público".

ODILIO CRUZ ROSA – 8/5/1972. Cabo do Exército, morto na Região do Araguaia, quando sua equipe foi emboscada por guerrilheiros do PC do B comandados por Oswaldo Araújo Costa, "Oswaldão", na Região de Grota Seca, no Vale da Gameleira.

ORLANDO GIROLO – 14/11/1969. Bancário, morto por terroristas durante assalto à agência do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), em São Paulo.

ORLANDO PINTO DA SILVA – 9/5/1969. Guarda Civil, morto com dois tiros, um na nuca e outro na testa, disparados por Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), durante assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, na rua Piratininga, Bairro da Mooca.

OSÍRIS MOTTA MARCONDES – 15/12/1967. Durante assalto terrorista a agência, da qual era gerente, do Banco Mercantil, SP.

OSMAR MATEIRO – 8/9/1972. "Justiçado" na Região do Araguaia por Oswaldo Araújo Costa, "Oswaldão", guerrilheiro do PC do B, por ter ajudado as forças legais.

PAULO MACENA – 12/11/1964. Vigia do Cine Bruni Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, explosão de bomba deixada por organização comunista nunca identificada.

PEDRO AMÉRICO MOTA GARCIA – 22/2/1973. Civil, foi "justiçado" por terroristas pelo motivo de haver impedido um assalto contra uma agência da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, RJ.

PEDRO FERREIRO DA SILVA – 12/3/1973. Capataz da Fazenda Capingo, na Região do Araguaia, justiçado por Oswaldo Orlando da Costa, "Oswaldão", guerrilheiro do PC do B. Motivo: colaboração com as forças legais na Guerrilha do Araguaia.

RAIMUNDO DE CARVALHO ANDRADE – 28/9/1966. Cabo PM/GO, na ação para desocupar o Colégio Estadual Campinas, em Goiânia. Tarzan de Castro, líder estudantil em Goiás, pertencia a organização terrorista Ala Vermelha. Preso na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, chegaram as falsas notícias de que ele havia morrido na prisão e de que seu corpo chegaria no aeroporto de Goiânia à meia noite de 28/9/66, uma quarta feira. Em protesto, estudantes, dirigidos por agitadores comunistas, resolveram invadir e ocupar o colégio. A diretora solicitou policia-

mento. A PM, então, reuniu pessoal que não fazia parte do policiamento de rua, tais como cozinheiros, burocratas, carpinteiros etc e, cerca das 20h, chegou ao colégio. Foi recebida por tiros vindos do seu interior, ocasião em que foi atingido, mortalmente, o cabo Raimundo de Carvalho Andrade, que era o alfaiate da corporação.

ROMILDO OTTENIO – 7/10/1969. Soldado PM/SP, quando tentava prender um terrorista.

ROSENDO – 2/6/1972. Sargento PM/SP, morto ao interceptar quatro terroristas que assaltaram um bar e um carro da Distribuidora de Cigarros Oeste Ltda..

SAMUEL PIRES – 20/9/1969. Cobrador de ônibus, durante assalto de terroristas à empresa que trabalhava.

SEVERINO FERNANDES DA SILVA – 6/10/1972. Civil, morto por terroristas durante agitação no meio rural de Pernambuco.

SILVANO AMÂNCIO DOS SANTOS – 2/9/1971. Guarda de segurança, assassinado por terroristas da ALN, entre os quais Aurora Maria do Nascimento Furtado, durante assalto ao carro pagador, quando de sua chegada à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, RJ.

SÍLVIO NUNES ALVES – 27/9/1972. Bancário, assassinado em assalto à agência do Banco Novo Mundo, na Penha, Rio de Janeiro, RJ, pela organização terrorista PCBR. Autor do assassinado: José Selton Ribeiro.

SYLAS BISPO FECHE – 20/1/1972. Cabo PM/SP, durante ronda de sua Equipe de Busca e Apreensão do DOI/CODI/II Exército, São Paulo, SP. Ao abordarem um automóvel suspeito, para identificação dos dois ocupantes, o cabo Feche foi, covardemente, metralhado por eles. Os assassinos do cabo Feche eram membros da ALN, sendo que um deles, Alex Paula Xavier Pereira "Miguel", que usava identidade falsa com o nome de João Maria de Freitas, fez curso de guerrilha em Cuba e praticou mais de quarenta atos terroristas.

THOMAS PAULINO DE ALMEIDA – 18/1/1972. Sargento PM/SP, morto, a tiros de metralhadora, no bairro Cambuci, São Paulo, SP, quando um grupo terrorista do Molipo roubava o seu carro.

WAGNER LÚCIO VITORINO DA SILVA – 19/8/1970. Vigilante bancário, no assalto à agência do bairro de Ramos, Rio de Janeiro, RJ, do Banco Nacional de Minas Gerais, pelo Grupo Tático Armado da organização terrorista Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

WALDER XAVIER DE LIMA – 27/10/1970. Sargento da Aeronáutica, atingido com um tiro na nuca, ao volante de uma viatura, quando conduzia no banco de trás terroristas presos, na Avenida Vasco da Gama, em Salvador, BA. Há algum tempo, o assassino, Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos), era Juiz do Tribu-

nal Regional do Trabalho, em Recife, PE. Organização responsável: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

WALTER CESAR GALATTI – 6/3/1972. Gerente da firma F. Monteiro S/A, São Paulo, SP, durante assalto por terroristas da ALN. Depois do assalto picharam a loja.

WENCESLAU RAMALHO LEITE – Civil, morto em 25/10/1968 com quatro tiros de pistola 9mm, durante o roubo de seu carro, na Avenida 28 de Setembro, bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ. Os autores eram integrantes da organização Comando de Libertação Nacional (Colina).

DEGRAVAÇÃO

Adélia A. Sampaio (Entrevista Major Barcelos)
Carolina Magalhães Alcoforado
Thayssa Roberta Plum

TRANSCRIÇÃO

Aricildes de Moraes Motta
Aurelio Cordeiro da Fonseca
Geraldo Luiz Nery da Silva (Entrevista General Lannes)
João Carlos Rotta e Luiz Alberto
de O. Francez (Entrevista Major Barcelos)

EDIÇÃO DE IMAGENS

Subseção de Audiovisuais da 5ª Seção do
Comando Militar do Leste (Entrevista General Lannes)
Clandio Abrante (Entrevista Major Barcelos)
Marcelo Xavier Domingos
Mivaldo Andrade de Freitas
Secundino Marques

DIGITAÇÃO

Élisson Amaral da Costa
Ismael Martins Silva
Marcos Rodrigues dos Santos